XII CONLAB

1º Congresso

da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa
1 a 5 de Fevereiro de 2015

1 congresso

imaginar o repensar o social:

Desafios às Ciências Sociais em Língua Portuguesa, 25 anos depois

AILP CSH

LIVRO DE ATAS

XII
CONLAB

Título:
Livro de Atas do 1º Congresso da Associação Internacional
de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa 2015,

Isabel Corrêa da Silva, Marina Pignatelli e Susana de Matos Viegas (Coord.)

Capa, revisão e paginação: Leading Congressos

1ª edição: janeiro de 2015
ISBN: 978-989-99357-0-9

XII
CONLAB

1º Congresso

da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa
1 a 5 de Fevereiro de 2015

Isabel Corrêa da Silva
Marina Pignatelli
Susana de Matos Viegas
(Coord.)

Imaginar e Repensar o Social: Desafios às Ciências Sociais em Língua Portuguesa, 25 anos depois

O 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa – XII CONLAB

Os Congressos Luso- Afro- Brasileiros têm sido, desde a sua primeira edição em 1990, um dos mais importantes encontros de cientistas sociais e das humanidades dos países de língua oficial portuguesa. Têm sido, sem sombra de dúvidas, um espaço pluri e transdisciplinar, reagrupando intelectuais de todas as disciplinas das ciências sociais e das humanidades, num importante esforço de promoção da reflexão e partilha de produção científica, almejando ao mesmo tempo a criação, consolidação e internacionalização da produção científica em língua portuguesa. De igual modo, tem sido preocupação desses Congressos, por um lado, a busca da institucionalização de parcerias no domínio da pesquisa em ciências sociais e humanas nos países de língua portuguesa e, por outro, constituir-se num espaço de exploração e promoção de ideias e projetos relevantes para o desenvolvimento da paz, da democracia e da inclusão num contexto global de profundas e rápidas transformações.

O tema do XII CONLAB, o primeiro a realizar-se após a criação, em Salvador da Bahia, da AICSHLP, propõe ser um catalisador de uma reflexão que recupere a trajetória dos onze congressos realizados, apontando os ganhos que as ciências sociais e humanas dos Sete tiveram e as pontes construídas para a sua consolidação enquanto áreas de saber e a busca de um maior protagonismo no espaço global da produção conhecimento, ainda marcado por clivagens epistemológicas, teóricas e políticas condicionando, quando não subalternizando o fazer ciência em língua portuguesa.

Do mesmo modo, a nível interno aos países falantes do português, o grau de institucionalização, consolidação e de desenvolvimento das ciências sociais e humanas é diverso. Enquanto o Brasil e Portugal têm um sistema de desenvolvimento do ensino e da investigação implantado, ao mesmo tempo em que têm sido importantes parceiros na formação de pesquisadores dos países africanos de língua portuguesa e de Timor Leste, nos restantes países, as ciências sociais ainda têm um caminho a percorrer.

Nas últimas décadas, com particular realce para os últimos dez anos, tem- se assistido em todos os países africanos de língua portuguesa um esforço interno importante de criação de um sistema de ensino em ciências sociais e humanas, e com um grau menos significativo, um sistema de pesquisa. Angola, Cabo Verde e Moçambique têm dado passos significativos e que se tem traduzido no aumento do número de cursos e profissionais nestas áreas, assim como de publicações. Ainda que iniciante na atividade de pesquisa em instituições de ensino superior existentes no país, S. Tomé e Príncipe tem buscado institucionalizar o ensino universitário público, recorrendo, entre outras, a parcerias com instituições universitárias brasileiras.

A Guiné-Bissau desenvolveu um sistema de investigação cientifica em ciências sociais e humanidades no âmbito do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), mas conheceu na última década um recuo significativo. Como consequência, e, ainda que Faculdades e Universidades tenham sido entretanto criadas, registou-se uma inflexão na dinâmica da pesquisa na área das ciências sociais, em grande parte devido à instabilidade política e militar, emigração dos quadros guineenses e à diminuição da presença de pesquisadores estrangeiros no país.

Timor Leste constitui o mais novo membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa depara-se com um forte desafio, a um só tempo, da institucionalização do Estado independente, fautor da nação, e um posicionamento linguístico e cultural oscilando entre várias línguas. Em todo o caso, a decisão política de se

erigir a língua portuguesa como uma das línguas oficiais e a crescente posição que o português tem assumido nas políticas universitárias das ciências sociais em Timor-Leste trazem os colegas timorenses à comunidade de cientistas sociais em língua portuguesa não apenas pela integração, mas principalmente pelo contributo ao seu ainda maior alargamento e pluralismo de perspectivas.

O processo de maturação do campo da pesquisa em ciências sociais e humanas encontra-se ainda longe de se constituir como espaço de referência e de reconhecimento no quadro global. A produção do conhecimento em ciências humanas e sociais conheceu nas últimas décadas um maior reconhecimento a nível global, o que é demonstrativo do percurso feito e de melhorias substanciais verificadas em quase todos os países de língua oficial portuguesa. Contudo, a crise econômica e financeira que se revelou a partir de 2008 e que se estende até os dias hoje começa a impactar o sistema de ensino e investigação científica, traduzindo-se, nomeadamente, num desinvestimento área das ciências humanas e sociais. A situação atualmente vivida em Portugal mostra as inflexões em curso no domínio da política científica, tocando de forma particular e preferencial as ciências sociais e as humanidades.

Neste contexto, o tema do Congresso "Imaginar e Repensar o Social: Desafios às Ciências Sociais em Língua Portuguesa, 25 anos depois" se mostra de uma atualidade acrescida e instigante para os cientistas sociais que produzem em língua portuguesa e nos países falantes do português: reconstruir reflexiva e criticamente os 25 anos do CONLAB e, mais do que isso, perspectivar o futuro se mostram cruciais para as ciências sociais e humanas nos nossos países. Somos, por conseguinte, chamados a um exercício de imaginação capaz de permitir delinear estratégias científicas e políticas de promoção do desenvolvimento do ensino e da pesquisa em Ciências Sociais de forma a buscar consolidar essa área do conhecimento, bem como o seu reconhecimento nos espaços nacionais dos países de língua portuguesa e no mundo.

O XII Congresso de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa será organizado em duas partes: a primeira consistirá no evento científico subordinado ao tema "**Imaginar e Repensar o Social: Desafios às Ciências Sociais em Língua Portuguesa, 25 anos depois**". Esta parte estará organizada em sessões plenárias (conferências) e paralelas (Mesas Redondas e Grupos de Trabalho). Membros associados e a comunidade de pesquisadores em ciências sociais e humanas dos Sete países falantes do português e demais pesquisadores desses espaços são convidados a participar do evento. A segunda parte consistirá da dimensão institucional destinada à realização das reuniões estatutárias dos órgãos da AICSHLP, destacando-se a reunião da Assembleia Geral, com a eleição de novos membros dos órgãos da Associação a tomarem posse em 2016.

Presidente da AILPcsh
Cláudio Furtado

Apresentação

Organização e arbitragem científica da publicação do Livro de Atas do I Congresso da AILPcsh

Isabel Corrêa da Silva
Marina Pignatelli
Susana de Matos Viegas
(coord.)

Os textos publicados neste livro foram objeto de um longo processo de arbitragem científica que integrou a formação do Programa Científico do I Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa (AILPcsh), também designado XII CONLAB. A primeira fase deste processo começou com a aceitação pela parte do Conselho de Política Científica da AILPcsh do conjunto de Grupos de Trabalho propostos para o congresso, entre os meses de Abril e Maio de 2014. Ao Conselho de Política Científica, sob coordenação de Paulo de Carvalho, coube o papel de análise, arbitragem e aprovação das propostas, tendo em conta a sua inserção no tema do congresso e na proposta científica da associação, assim como nos eixos temáticos orientadores do debate do congresso:

- As Ciências Sociais e Humanas em língua portuguesa perante as transformações à escala global;
- Governação, democracia, participação política e direitos de cidadania;
- O local, o regional, o nacional, o global: cruzamentos periféricos e hegemónicos;
- Religião e religiosidades;
- Cultura, direitos culturais, sociabilidades e pluralismos culturais;
- Desigualdades, exclusão social e direitos humanos: género, classe, família, raça e etnia;
- Patrimónios, poder e memória;
- Sociedade, trabalho e subjetividades;
- Línguas e políticas linguísticas;
- Produção artística e políticas culturais;
- Relações internacionais, geopolítica, Estados e pluralidades: visões, projetos, conflitos e conexões;
- Ambiente, recursos naturais e dinâmicas globais: conflitos, gestão, participação e apropriação;
- Comunicação, ciência e tecnologia: desafios contemporâneos;
- Investigação, Educação e papel do ensino superior.

Para além deste critério, os temas dos 100 Grupos de Trabalho (GT) aceites pelo Conselho de Política Científica abarcavam o conjunto de eixos temáticos e os seus coordenadores eram membros da AILPcsh, filiados em instituições académicas de países diferentes e tinham o grau de doutor. O currículo de cada coordenador de GT foi igualmente alvo de avaliação na aceitação das propostas, tendo em conta o fato da AILPcsh delegar neles a fase seguinte de avaliação das comunicações propostas.

Em Junho de 2014 abriu-se o período de submissão de propostas de comunicações para os 100 GTs aprovados. Entre 18 de Agosto e 2 de Setembro, os coordenadores dos GTs procederam ao processo de arbitragem científica e selecção das comunicações enviadas. Entre cerca de 3200 propostas submetidas foram aceites cerca de 2800. O grande número de propostas submetidas a alguns GTs (chegou a haver GTs com 100 propostas, vários com 70) levou a que se decidisse, por acordo entre a Direção da AILPcsh e o Conselho de Política Científica, fazer um desdobramento dos GTs com maior numero de submissões, passando cada um destes a ser designado com as letras a, b, c. Ficou estipulado que cada GT teria, no máximo, 20 comunicações, ocupando duas tardes de trabalho, garantindo-se assim que os participantes não ficariam presos ao seu GT por mais de dois dias do congresso.

Depois deste processo, 170 comunicações, consideradas como tendo qualidade científica mas desadequadas do GT a que se propuseram, foram reenviadas pelos coordenadores para transferência para outros Grupos de Trabalho. Essas comunicações foram reapreciadas pelo Conselho de Política Científica da AILPcsh, que sugeriu a sua realocação em Grupos de Trabalho de temas afins. Em alguns casos, essa inserção não foi aceite pelos coordenadores dos novos GTs de acolhimento, tendo cabido então ao Conselho de Organização Local do congresso encarregue do Programa Científico, nessa altura constituído por Susana de Matos Viegas e Isabel Corrêa da Silva, a criação de Grupos de Trabalho complementares em temáticas que cruzavam e integravam os assuntos abordados por estes textos. Assim se criaram os GTs de 101 a 106. Este processo ficou concluído em Outubro de 2014.

Uma vez aceites pelos coordenadores do GT, todos os autores puderam submeter os seus textos para publicação neste *Livro de Atas do Congresso*, devendo para isso seguir as normas de publicação previamente estabelecidas. O prazo de recepção destes textos terminou a 15 de Dezembro de 2014. Recebemos nessa altura cerca de 1000 artigos para publicação. A partir desta data, na qualidade de organizadoras deste volume orientámos a verificação do cumprimento das normas de publicação estabelecidas, nomeadamente respeitando o número mínimo de 4000 e máximo de 9000 palavras, o tipo de letra, indicação de palavras-chave e de resumo etc.

Na revisão da aplicação destas normas, devido ao facto de o número de artigos recebidos ter sido muito maior do que o esperado e de se ter verificado, à medida que a revisão avançava, que poucos textos cumpriam as normas estabelecidas e divulgadas, tornou-se necessária a opção de prescindir do cumprimento de algumas dessas normas de forma a acelerar o processo (diminuindo o número de textos devolvidos aos autores para revisão das normas) permitindo concluir esta fase do trabalho no prazo previsto.

As alterações que foi sendo necessário introduzir em relação à exigência do cumprimento das normas para publicação foram as seguintes:

a) prescindiu-se da Biografia dos autores, inicialmente solicitada mas que verificámos a maior parte dos autores não nos ter enviado.
b) aceitaram-se textos a partir de 3000 e até 10.500 palavras
c) no que se refere ao sistema de citações e referências, aceitaram-se os casos (autor, data, p.) em vez de (autor, data:) e o texto citado com diferentes tamanhos de letra, em itálico e/ou entre aspas (“”) mesmo quando destacado do texto com avanço de parágrafo; aceitaram-se títulos não numerados;
d) no que se refere à Bibliografia, passou a aceitar-se o sistema em que a data da edição aparece apenas no fim e prescindiu-se do itálico e das aspas nos títulos.

A revisão contou com a preciosa colaboração de Maria Ribeiro Soares e de João Gomes que, mesmo assim, tiveram que proceder ao pedido de rectificação aos autores de cerca de 600 artigos. Concluímos o processo no início de Janeiro de 2015, tendo-se nessa altura determinado o princípio, tornado público desde logo no website da associação e depois no do congresso (http://www.conlab2015.com/pt/conteudo/comunicacoes/normas-de-actas/normas.html), de que “os textos só serão publicados nos Anais do Conlab mediante o pagamento da inscrição (no máximo até 7 de Janeiro de 2015)”. Este princípio foi aplicado tendo em conta a orientação geral da organização deste congresso de garantir um Programa Científico fiel aos efetivos participantes no congresso, acreditando, com isso, poder contribuir para a elevação do seu nível científico.

Tendo em conta a inserção deste conjunto de artigos em propostas de debate explicitamente enviadas e avaliadas pelos coordenadores dos GTs, optámos por organizar o *Livro de Atas* por capítulos correspondentes aos Grupos de Trabalho. Apenas um GT não teve nenhum artigo proposto para publicação. Consideramos assim que estamos perante uma publicação que respeitou a arbitragem científica e que pela amplitude de temas abordados constitui uma interessante entrada na riqueza da investigação atualmente em curso em muitas universidades e por cientistas sociais em múltiplas fases de desenvolvimento da sua formação. Esperamos assim que a publicação seja útil não apenas como documento que acompanha o congresso, mas como referência para o conhecimento do trabalho académico em língua portuguesa.

Índice

GT1
O local, o regional, o nacional, o global: cruzamentos periféricos e hegemónicos 1
Debatendo a "originalidade": aspectos da teoria crítica no Brasil
Stefan Klein 1
Durkheim e dois momentos da sociologia brasileira
Alexandre Braga Massella 10
Território e identidade: uma dicotomia estabelecida em tempos de globalização
Sebastião Pinheiro Gonçalves de Cerqueira Neto 17
Reflexões contemporâneas, talvez pós-coloniais, sobre o pós-colonial em cinemas africanos da contemporaneidade
Jusciele Conceição Almeida de Oliveira 27
Pós-modernidade e os paradoxos da globalização
Josélia Elvira Teixeira, Iara Vigo de Lima 41

GT 2
Novas fronteiras na pesquisa em África e América Latina: Questões teóricas e epistemológicas 51
Perspectivismo sociológico, animismo cultural e transfiguração étnica: a linguagem da sociologia no estudo das vanguardas anímicas da cultura negra no Nordeste do Brasil
Camillo César Alvarenga, ... 51
Uma Epistemologia Periférica Ou Para Uma Estética (Bem) Marginal
Emerson da Cruz Inácio 65
A interdisciplinaridade como forma de reforçar as parcerias Sul/Sul
Cynthia Carvalho Martins, Lilian Cristina Bernardo Gomes 72
A macroeconomia pernambucana no séc. XIX
Débora de Souza Leão Albuquerque 80
Cooperação Sul-Sul Para o Desenvolvimento Agrícola de Moçambique: Com a Palavra a Sociedade Local
Rosinha Machado Carrion 91
O papel da retórica no discurso político Brasileiro no contexto da cooperação Brasil-África
Ana Paula Rodrigues Luz Faria, Marta Zorzal e Silva 106
Angola, China e Brasil nos meandros das novas relações Sul-SulDiálogos e assimetrias interpretativas no âmbito das ciências sociais
José Katito, Sérgio Franco 121
O Pastoril Dona Joaquina em São Gonçalo do Amarante (RN/Brasil): uma abordagem folkcomunicacional sobre suas características e representações culturais
Beatriz Lima de Paiva, Andrielle Cristina Moura Mendes, Itamar de Morais Nobre 130
Um olhar do entre Sul e Sul: um estudo as Marchas Populares de Lisboa no contexto da Comunicação Social
Élmano Ricarte de Azevêdo Souza 139
Eixo Temático: As Ciências Sociais e Humanas em língua portuguesa perante as transformações à escala global
Spigolon, Nima I., Norões, Katia C. 146
Perspectivas teóricas em pauta
Bruno Curtis Weber, Marta Zorzal e Silva 155
Um precursor do diálogo Sul-Sul? Aproximações e distanciamentos entre Darcy Ribeiro e o "giro decolonial"
Adelia Miglievich-Ribeiro 168

GT 3
Trânsitos Coloniais Revisitados 178
Fronteiras da liberdade: retirantes cearenses, escravizados em fuga e projetos de colonização na Amazônia. 1877-1880
Edson Holanda Lima Barboza 178
O *cadastro dos índios*: movimento indígena, dispositivos coloniais e lutas classificatórias no Brasil contemporâneo
Estêvão Martins Palitot 194

GT 4
Leituras Cruzadas: autores de Portugal, Brasil e África e suas leituras do outro 208
Os Traços Multiculturalistas de Gilberto Freyre
Corrêa, Carolina Pimentel..... 208
A modernidade brasileira: desgarrar-se do passado português em busca de um futuro
Matheus Silveira Lima, Camila Timpani Ramal..... 222
A última tragédia: identidades em questão
Melquisedeque Muniz de Melo, Márcia Maria de Medeiros..... 230
1. O escritor Graciliano Ramos como intérprete do Brasil moderno
Fabiano Mendes..... 237
A herança ibérica e as interpretações do "homem cordial" durante o Estado Novo brasileiro
Valéria Paiva 251
Novo Mundo no Trópico: imagens de Brasil e Portugal na obra freyriana
Mateus Silva Skolaude..... 259
Mobilizações Identitárias: O 1º Congresso Afro-Brasileiro de 1934
Mateus Silva Skolaude..... 265

GT 5
Família e parentesco: pessoa, género, reconfigurações e dinâmicas transformativas..... 275
Sexo é fundamental: sociabilidade erótica, conjugalidade e família
Manuela Vieira Blanc..... 275
'Famílias de Sangue' e 'Famílias do Coração': disputas sob o noção de família e o suporte social entre homens homossexuais na meia idade ou velhice
Carlos Eduardo Henning..... 286
Transformações recentes nos eventos de celebração do casamento na cidade do Rio de Janeiro (Brasil)
Cristina T. Marins 300
Dos sistemas de parentesco às famílias TRANS
Francisco Jander de Sousa Nogueira, Adriano Azevedo Gomes de León 311
Entre cuidados, afetos e companhias: à margem das relações de filiação e aliança
Martha Ramírez-Gálvez, Danilo Sanches..... 320
O idoso no direito de família: entendimentos jurisprudenciais
Sheila Marta Carregosa Rocha, Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti 333
A *família* no contexto das reivindicações identitárias dos remanescentes de quilombos
Sabrina Almeida..... 342
Famílias transnacionais latino-americanas na Europa: distância geográfica, proximidade social e lutas por reconhecimento
Thales Speroni Pereira da Cruz..... 348
Gêneros e classes nas transformações das famílias brasileiras (1976-2012)
Nathalie Reis Itaboraí 362
Conciliações e dissensos entre família e trabalho na situação social de mulheres atendidas pelo Programa Bolsa Família
Silvana Aparecida Mariano, Márcio Ferreira de Souza, Maria Helena de Paula Frota 381

GT 6
Saúde mental e práticas terapêuticas: as experiências dos países lusófonos na construção de intervenções promotoras de direitos 390
A cura para uma nova vida: A dependência química em uma "casa de cura" no do Brasil
Silvana Maria Bitencourt 390
Advocacy em direitos humanos e saúde mental: uma experiência de Assessoria Jurídica Popular
Ludmila Cerqueira Correia 401
Tecendo Redes, Suportando o sofrimento: sobre os círculos sociais da Loucura.
Breno Fontes..... 412
Para além da biomedicina: um novo jeito de se cuidar
Juliana de Farias Pessoa Guerra..... 428
Teatro do Oprimido na Saúde Mental: relato de uma experiência no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho/ RJ
Monique Rodrigues 436

Práticas terapêuticas na polícia militar: relato de experiência do grupo resgate autoestima
Larissa Jucá de Moraes Sales, Lara Virgínia Saraiva Palmeira 449
Sofrimento psíquico de educadores na amazônia: narrativas de adoecimento dos usuários do serviço de apoio psicossocial do estado do Amapá, Selma Gomes da Silva, Antônio Cristian Saraiva Paiva 462

GT 7
Políticas Públicas, Redes Sociais e Cidadania 481
Diferenciação funcional, organizações, redes e gestão de políticas públicas
Roberto Dutra, Mauro Macedo Campos 481
Participação e Representação:As Políticas Públicas de Saúde no Rio de Janeiro
Alessandra Maia Terra de Faria 495
A luta das mulheres pela *cidadania da imagem*:organização e articulação da Rede Mulher e Mídia por políticas públicas
Vera Fátima Gasparetto, Ilse Scherer-Warren 509
A atuação da sociedade civil no mercosul
Renata da Silva Gonçalves 525
Redes sociais e Resiliência na luta pelo direito à cidade: o Movimento Ocupe Estelita, Recife, Brasil
Edinéa Alcântara, Fátima Furtado 543
A classe médica: análise da trajetória da classe médica como indicativo do desenvolvimento dos modelos de assistência à saúde na Inglaterra e no Brasil.
Nittina Anna Araújo Bianchi Botaro 559
As intervenções e avaliações das polític as públicas na amazônia brasileira
Luiz Felipe Barboza Lacerda 568
As redes sociais e sua atuação na resposta a desastres naturais
Julia Bellia Margoto, Jorge Henrique Cabral Fernandes 584
A voz popular e a voz do governo: um estudo sobre o conselho do orçamento participativo de campina grande – pb, Brasil
Demetrio Gabriel Gamboa Marques, Tiago Fernandes Alves 597
A experiência portuguesa na profissionalização de ongds
Marina Félix de Melo 612
A participação como variável: a importância dos conselhos na atual política de desenvolvimento territorial no Brasil
William Melo, Pedro Gomes Andrade, Paula Azem 626
A rede social de proteção de crianças e adolescentes, um espaço pedagógico de resistência
João Clemente de Souza Neto, Márcia Mello Costa de Liberal 639
Street-Level Bureaucracy: Atuação e impactos sobre a implementação de Políticas Públicas
Débora Corrêa de Siqueira, José Blanes Sala 650
Proteção às pessoas idosas: análise das políticas públicas como alternativas de efetivação de direitos
Janaína Machado Sturza, Juliana Bedin Grando 662

GT 8
Dimensões Políticas e Sociais da Economia – Debates e Problemas 671
Vínculos sociais, felicidade e economia solidária
Marilene Liége Darós 671
Por um novo posicionamento epistemológico para o desenvolvimento da teoria econômica: A economia solidária e a pluralidade de racionalidades
Claudia Lucia Bisaggio Soares 684
Um decenal balanço empírico e político da economia solidária
André Ricardo de Souza, Fábio José Bechara Sanchez 700
Responsabilidade social das empresas
Ilza Maria dos Santos Amado Vaz 715
Potencial Democratizante dos Fóruns de Economia Solidária *e seus Limites: Exemplos do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul*
Ana Margarida Esteves 728
Vínculos sociais e Economia Solidária
Luiz Inácio Gaiger 740

Bancos comunitários de desenvolvimento e crédito para habitação popular.Casos:
Banco Bem (Vitória/ES) E Banco União Sampaio (São Paulo/SP)
Regina Gandolfi , Prof. Dr. Ioshiaqui Shimbo, Callil João, Hilano Carvalho 755
O Uso dos Instrumentos da Economia Solidária na Prática da Agricultura Urbana
Monique Sanches Marques, Gustavo Oliveira Campos 778
Políticas públicas de fomento às finanças solidárias no Brasil: instituições e atores sociais
Victoria Régia Arrais de Paiva, Iara Maria de Araújo, Clarício dos Santos Filho 790
Experiência local de produção planejada e comercialização integrada de grupos produtivos do rural
de Vila Pavão, Espírito Santo/Brasil
Samir Seródio Amim Rangel, Nilson Maciel de Paula. 804
A autogestão numa incubadora de empreendimentos solidários
Adriano da Costa Valadão, Alnary Nunes Rocha Filho, Francisco Salau Brasil,
Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, Manuela Salau Brasil 816
Inquirindo as epistemologias do Sul: saberes e práticas sociais entre catadores de material reciclável
Marilia Verissimo Veronese, Ari Rocha da Silva 831

GT 9
Assistência, Estado, Filantropia no Brasil e em Portugal (séc XVIII- XX) 843
Terreiros de umbanda e candomblé como espaços de tratamento e cura no Brasil: uma revisão sistemática
Susi Astolfo Silvia, Ângela Gugelmin 843
Mídia, discursos e instituições de saúde: o caso da revista Arquivos da Liga Brasileira de Higiene Mental
Deise Barros Bastos 860
Ouvidoria hospitalar como forma de participação cidadã
Liliany Mara Silva Carvalho 866
Melhoria da adesão ao tratamento medicamentoso dos usuários hipertensos e/ou diabéticos da usf
de são bento, amélia rodrigues/ba
Juliana Invenção Gomes 874
SUS: desigualdade, justiça social e a legitimidade da política
Camila Gonçalves De Mario 878
Educação popular como prática cidadã na formação dos profissionais de saúde
Wellington de Oliveira, Marta Luiza Dias 892
Análise comparativa e investigação qualitativa das politicas de atenção à saúde dos povos indígenas
e da população negra no contexto intercultural brasileiro
Walmir da Silva Pereira 902
Accountability e controle social: a participação cidadã nas organizações sociais de saúde no Brasil
Marcelo Nogueira de Souza, Maria Tarcisa Silva Bega 909
Construindo conhecimento em saúde nas escolas públicas
Autora: Marta Pimenta Velloso. 917

GT 10
Direitos sociais e representação política: para uma história da cidadania em Portugal
(1883-1945) e no Brasil (1891-1945) 932
A Preservação dos documentos da Justiça do Trabalho: o combate à destruição das fontes
Magda Barros Biavaschi, Alisson Droppa 932
O Empresariado e Formação da Previdência Social Brasileira
Ignacio José Godinho Delgado. 946
O contexto social do Brasil Republicano e a questão da cidadania
Gerson Constância Duarte 962
Leis trabalhistas e "queremismo": Personificação de Getúlio Vargas e oposição a União Democrática Nacional
Flavia Salles Ferro 971
O salário mínimo como demanda e como direito social: trabalho e linguagens sociais no Brasil (1907-1940)
Beatriz Silveira Castro Filgueiras, Marcelo Diana 978
Estado e Sociedade na Gênese da Legislação Trabalhista Brasileira
Valéria Marques Lobo 993
Direitos sociais: da propaganda republicana (1870-1889) à constituição brasileira (1891)
Camila Pereira Martins, Cláudia Maria Ribeiro Viscardi 1006
Raça e nação no pensamento comunista: A construção da ideia do cidadão brasileiro no PCB .....
Edilza Correia Sotero 1014

Um fiel de armazém entre conquistas e perseguições políticas: notas sobre participação política e paternalismo no Recife de fins do século XIX
Felipe Azevedo e Souza 1033
Direitos políticos, direitos sociais: uma análise comparativa entre dois momentos da República Brasileira
Cláudia Maria R. Viscardi 1044

GT 11
Instituições psiquiátricas nos países lusófonos (séculos XX e XXI): modelos, heranças e reformas 1055
Saúde Mental e Atenção Básica: Análise da implementação de ações de saúde pela perspectiva dos usuários
Maria Inês Badaró-Moreira, Rosana Teresa Onocko-Campos 1055
A regulação biotecnológica do sofrimento ou a construção da felicidade?
O papel do tratamento farmacológico na percepção dos psiquiatras
Eliane Maria Monteiro da Fonte, Shirley Alves dos Santos 1065
A Reabilitação Psicossocial no cenário da atenção aos Usuários de Drogas:
novas abordagens no contexto da Reforma Psiquiátrica Brasileira
Cíntia Nasi, Gustavo Costa de Oliveira, Annie Jeanninne Bisso Lacchini, Marcio Wagner Camatta,
Eduardo Morais Everling, Jacó Fernando Schneider 1079
Fragmentos da vida de Maura Lopes Cançado: ou sobre os modelos e práticas de instituições psiquiátricas no Brasil entre as décadas de 1950 e 1980
Maria Luisa Scaramella 1087
Hospital Sobral Cid e Hospital do Lorvão, duas instituições psiquiátricas promovidas por Bissaya Barreto: perspectivas arquitectónicas, políticas e médicas
Ricardo Jerónimo Azevedo Silva 1105

GT 12
Movimentos Sociais Contemporâneos: diálogos lusófonos e globais 1116
Múltiplos engajamentos de jovens militantes de partidos políticos
Ana Karina Brenner 1116
Ativismo e Ação Direta no Brasil do Século XXI – Desvio, Violência ou Contraviolência?
Claudio Augusto Lima da Costa, Cristina Cordeiro Alves 1129
Movimentos Sociais no Brasil a Partir de Junho de 2013: Comparações e Impactos na Sociedade e no Governo
Maria da Glória Gohn 1142
Ao Sul do Equador: Os Protestos de Junho de 2013 no Brasil
Linda M. P. Gondim 1148
O Grito dos Excluídos: reflexões sobre os protestos políticos no Brasil e em Portugal
Jorgeanny de Fátima Rodrigues Moreira, Carlos Eduardo Santos Maia, José Manuel R. Lúcio 1162
A advocacia nas manifestações de rua no Brasil em 2013
Luiz Otávio Ribas, Diogo Justino, Maíra Neurauter 1171
Democracia e criminalização dos movimentos sociais no Brasil: as manifestações de junho de 2013
Ilse Gomes Silva 1181
A ciranda social em torno da política de salário mínimo
Saulo Aristides 1191
Práticas Sociais e Políticas das ONGs em Angola. Metodologias e Relações de Poder.
O Caso da ADRA e da Visão Mundial
Joaquim Assis 1208
Movimento social e a categoria experiência como perspectiva analítica
Carmen Verônica dos Santos Castro - FEUC 1220
Black Bloc Nas Ruas Brasileiras:Violência Comunicativa E Raiva Contra A Polícia Militar
Esther Solano Gallego, Paulo Rogério Lugoboni Filho 1235
Movimentos Indígenas e as Redes de Mobilização na Amazônia Brasileira
– O contexto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte
Lucas Milhomens 1244
Internacionalização Sindical brasileira nos setores metalúrgico e de telecomunicações
Maurício Rombaldi 1259
Os movimentos sociais em angola: do contexto global à autodefinição
Victorino Roque 1272
Dilemas do ativismo feminista/feminino transnacional
Rosangela Schulz, Cláudia Tirelli 1286

GT 13
Desigualdade Social, Política Pública e Inovação Social 1296
Política nacional de educação permanente do SUAS: um dos caminhos que materializam a área da Gestão do Trabalho no SUAS
Miriam de Souza Leão Albuquerque, Eliana Teles do Carmo 1296
Tranferência de renda como suporte para redução das desigualdades sociais?
Ana Cristina Brito Arcoverde, Helena Lúcia Augusto Chaves 1303
As políticas públicas de apoio à agricultura familiar frente aos desafios da inclusão socioprodutiva: análise da experiência brasileira recente
Ademir Antonio Cazella, Adinor José Capellesso 1310
Crescimento Econômico, distribuição da renda e movimentos sociais no Brasil: (2003 – 2013)
Francisco Luiz Corsi, José Marangoni Camargo 1325
Saindo da pobreza? O caso das beneficiárias do Programa Bolsa Família em Santo Antonio do Pinhal/SP e as atuais iniciativas de inclusão produtiva no Brasil
Luciana Ramirez da Cruz 1335
Políticas públicas para permanência do homem no campo: resultados do pronaf rv no município de glaucilândia/mg.
Mônica Nascimento e Feitosa, Carla Jociane de Souza, Sandra Melo dos Reis, Wagner de Paulo Santiago 1348
Bairros negros, cidades negras e população negra
Henrique Cunha Juniior 1369
Gênero e políticas públicas de esporte e lazer no Brasil
Ludmila Mourão, Aline Laila Gomes, João Paulo Fernandes Soares 1382
Estado da arte sobre a produção discente sobre imagem do negro no livro didático (200 -2013)
Tânia Mara Pedrosos Müller 1394
Transferências monetárias na América Latina e na África Subsaariana: uma análise dos pontos de contacto e de divergência
Maria Clara Oliveira 1401
Análise da efetividade do programa bolsa família no combate à pobreza: um balanço após 10 anos
Suzana Cristina Fernandes de Paiva, Adilson Marques Gennari, Claudio Cesar Paiva 1409
Desenvolvimento humano e convergência de renda: evidências para a região Nordeste do Brasil no período de 1991 a 2010
Luiz Eduardo Vasconcelos Rocha, Tacyana Carvalho 1419
A longa tormenta: construção e desenvolvimento dos trabalhadores canavieiros como sujeitos de direitos no Brasil
Charles dos Santos, Rosemeire Aparecida Scopinho 1438
Diagramas na Atenção Primária: a Estratégia de Saúde da Família no Brasil
Sabrina Sinabucro Kanesiro Bizelli, José Luís Bizelli, Elen Rose Lodeiro Castanheira 1452
PRO PAZ nos Bairros: uma política cidadã para a juventude no Pará
Sônia M. Fonseca Gama, Jadson F. Chaves 1463
Deus criou o mundo e nós construímos o Conjunto Palmeiras. Relatos de cidadania. 1475
O 3º setor e as redes sociais concelhias face aos desafios colocados no ciclo 2014-2020
Marcos Olímpio G. Santos, Maria da Saudade Baltazar 1486
"Nada Deve Deter a Primavera Carioca": trajetórias de engajamento em uma campanha eleitoral no Rio de Janeiro, Ana Beatriz Pinheiro e Silva 1497

GT 14
Governança e modos de vida urbanos: intervenções na cidade 1508
A linha de frente da fiscalização de práticas urbanas em Belo Horizonte: entre a discricionariedade e o empreendedorismo moral, Tarcísio Perdigão Araújo Filho 1508
Espaço urbano em disputa: contribuições do pensamento descolonial à resistência ao modelo de cidade global
Ana Beatriz Oliveira Reis 1520
A Favela na Cidade do Rio de Janeiro: O Uso da Cartografia como um Instrumento de Afirmação do Direito ao Território
Shyrlei Rosendo dos Santos, Felipe da Silva Alves 1532
Coesão e Integração Regional no Grande ABC Paulista: O Desafio
Edson Coutinho da Silva 1545
Ferrovia, Metropolização e Mobilidade em São Paulo
Neide Honorato da Silva 1558

A práxis do desenvolvimento urbano e o Estatuto de Cidades: análise do Município de São Paulo (Brasil)
Lúcio Hanai Valeriano Viana 1568
A Educação sob a perspectiva do Planejamento Territorial
Ingrid Caroline de Almeida Zia, Simone Rodrigues de Freitas, Jeroen Joahnnes Klink 1575
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Ana Paula Soares Carvalho 1586
"Estigmatização via 'Cultura de Pobreza' ou 'Ideologia de Dominação'?"
Moisés de Freitas Cunha 1596
(Re)estruturação espacial e gentrificação da região administrativa Venda Nova de Belo Horizonte-mg
Luciano dos Santos Diniz 1611
Em "pedaços" – sobre fronteiras, hierarquias e estigmas num bairro popular da Cidade do Rio de Janeiro.
Rosemere Maia, Tainá de Paula Alvarenga 1626
Imaginar a cidade, viver a cidade: (in)visibilidade urbana e participação de populações periféricas
na constituição dos territórios da cidade
Francisco Pereira Neto 1638

GT 15
Democracia, Estado de Direito e Justiça 1650
Justiça, gênero e direitos humanos: Uma Análise a Partir da Proposta Liberal Igualitaristade Martha Nussbaum
Gilmar Antonio Bedin, Joice Graciele Nielsson 1650
Evolução da Cidadania e Participação Pública: Cidadania Ativa das elites político - partidárias vistacomo
erosão do conceito.
Marisa da Graça do Espírito Santo Costa 1657
Direitos humanos e justiça: percepções juvenis em diálogo com as políticas educacionais
Ana Maria Eyng, Thais Pacievitch, Maria de Lourdes do Prado Krüger D'Almeida 1668
Políticas públicas sociais e Poder Judiciário:
o impacto das ações populares para a consolidação Estado Democrático de Direito.
Michelle Fernandez, Luis Felipe Andrade Barbosa, Ernani Carvalho 1677
Os Direitos Humanos e o Quotidiano Estável
José Fontes 1684
Comissão nacional da verdade: atores, conflitos
Danyelle Nilin Gonçalves 1695
As Políticas Públicas Assistenciais: uma alternativa para o reconhecimento e respeito aos direitos humanos
Juliana Bedin Grando 1707
Concepções dejustiça e direitos humanos pelos profissonais de segurança pública no Brasil
Martim Cabeleira de Moraes Júnior 1715
Direitos humanos do trabalhador:normas internacionais e comunitárias existentes
Por Olavo Pinto Lima 1724
UBUNTU: Por um conceito de ações afirmativas como justiça restaurativa
Wilson Roberto de Mattos 1739
O estado democrático contemporâneo e suas políticas públicas: promovendo os direitos humanos
Janaína Machado Sturza 1748
XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro
Camila Tribess, Sandra Avi dos Santos 1760
A retórica dos direitos humanos num mundo desigual: hegemonia ou contra-hegemonia?
Cristina Pinto Albuquerque 1770
Democracia, Inclusão Social e Justiça
Marcello Baquero, Jennifer Azambuja de Morais 1777
A Comissão nacional da verdade no Brasil e a construção de uma nova memória coletiva
Ivo Canabarro, Lislei Teresinha Preuss 1794
Direitos humanos, ações afirmativas e educação profissional no IFBA/Brasil
Antonia do Socorro Freitas Chaves, Naiaranize Pinheiro da Silva 1803
Efetividade da política de saúde na penitenciária de São Luiz Gonazaga
Frida Dinareli 1815
O presídio regional de Santa Maria, no Rio Grande do Sul/Brasil: alguns indicativos de reincidência criminal
Cristina Kologeski Fraga, Fabio Jardel Gaviraghi, Jéssica Degrandi Soares, Mariana Marques Sebastiany,
Rodson Oldani Casanova 1831
Política de drogas e seu reflexo no encarceramento da juventude brasileira
Liciane Barbosa de Mello, Mariana Chies Santiago Santos 1845

Programa minha casa minha vida: entre o direito à moradia e a gentrificação
Juliana Pessoa Mulatinho 1853
Cidadania e práticas educacionais:uma leitura a partir da obra de Paulo Freire
Lucineide Orsolin 1864
Direitos humanos, justiça ambiental e favelização
Elenise Felzke Schonardie, Juliane Strada 1878
Interação da gente quando se toca faz mais do que coisas trocadas. Narrativas da luta pela terra.
Ana Maria Augusta da Silva 1886
Direitos humanos: Percepções e reconhecimento social no processo de vitimização dos profissionais de segurança pública no Brasil
Ricardo da Silva, Carla Taciane Figueirêdo 1901
A mediação de conflitos como meio de democratizar o acesso ao sistema de justiça Brasileiro
Fabiana Marion Spengler 1908
Política habitacional em Passo Fundo/RS, Brasil: mercado imobiliário agentes sociais e habitação de interesse social
Juçara Spinelli, Paulo Roberto Rodrigues Soares 1927
Política social e ensino: um olhar sobre o Programa Nacional do Livro Didático e a educação em direitos humanos
Fabrícia Vieira de Araújo, Leandro Garcia Pinho 1941
Políticas públicas direitos humanos e cidadania
Lindomar Wessler Bonet 1952
A contribuição do projeto de inserção do jovem trabalhadorprojovem – para o desenvolvimento do IJUÍ
Marcia Bernadete Moraes de Campos, Darlan Machado Santos, Dilson Trennepohl 1960
Direitos humanos e democracia no Brasil:um estudo sociológico do trabalho policial (1985-2009)
Cristiane do Socorro Loureiro Lima 1972
Caminhos da participação:a inclusão das comunidades tradicionais de matriz africanae afrobrasileira na formulação das políticas públicas municipais.
Aristóteles Veloso da Silva Muniz, Katherine Lages Contasti 1989
Profissionalidade docente e direito à educação básica de qualidade social
Adriane de Lima Penteado, Ana Maria Eyng 1994
Democracia e participação entre jovens brasileiros- compreendendo os processos das conferências de políticaspúblicas e do estatuto da juventude
Giuseppa M. D. Spenillo 2005
Análise dos mecanismos de mediação de conflitos em comunidades atendidas pelas Unidades de Policia Pacificadoras – UPPs
Gabriel Bayarri Toscano 2012

GT 16
Mobilidades: um retratodos movimentos migratórios contemporâneos 2018
Precariedade, táticas e controle imigracional: o caso de imigrantes brasileiros em Londres
Angelo Martins Junior 2018
Movimento internacional de trabalhadores: o fluxo contemporâneo de caribenhose africanos pela amazônia ocidental
Letícia Helena Mamed, Eurenice Oliveira de Lima 2030
Comunicação: Migrações internacionais, trabalho e formação no campo da música
Liliana Rolfsen Petrilli Segnini 2041

GT 17
A África, os africanos e a história da ciência: cruzamentos locais e globais 2054
Diplomacia, comércio e dinheiro no índico:o saguate e o conhecimento económico.
Albert Farré 2054
A palavra de ordem é produzir:uma análise da experiência da operação produção em Moçambique
Cristiane Soares de Santana 2062
A construção de saberes no campoda cooperação internacional para o desenvolvimento sul-sul: um caso entre Brasil e Cabo Verde
Danielle Regina Ullrich, Rosinha Machado Carrion 2071

GT 18
Mobilidades e Fronteiras no Mundo Contemporâneo: migrações e fluxos transfronteiriços 2081
Imigrantes da CEDEAO em Cabo Verde:da livre entrada e circulação à fixação definitiva
Clementina Furtado..... 2081
Migração intra-regional e educação superior: o caso da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Brasil.
Pedro Marcelo Staevie 2096
A fuga pela terceira margem ou da identidade glocal de Rowney: um médico brasileiro há 20 anos em Portugal
Ricardo Vieira 2105
Ruínas Trzan e seus fluxos: um estudo sobre apropriação do espaço em uma área fronteiriça
Thaís Fernanda Salves de Brito, Roney Gusmão Do Carmo..... 2114
A mobilidade socioespacial via transporte clandestino
Cardoso, Antônio Dimas, Roquette, Maria Luiza Sapori Toledo 2128
Lugares de vivência no contexto turístico amazônico: emergência do novo e redefinição do velho
Maria Teresa Manfredo..... 2138
Pan-Amazônicas: Brasil – Venezuela – Guiana
Francilene dos Santos Rodrigues, Arieche Kitiane Silva Lima, Iana dos Santos Vasconcelos 2149
Territórios e fronteiras da alteridade na metrópole:duas faces dos processos de segregação, interculturalidadee vulnerabilidade de estrangeiros em São Paulo
Maura Pardini Bicudo Véras..... 2164

GT 19
O local, o regional, o nacional e o global na alimentação e na cozinha no espaço luso-afro-brasileiro 2178
Culinária de Vila Bela da Santíssima Trindade: entre a modernidade e a tradição
Juliana Abonizio..... 2178
Vem pras praias! : Baianas de acarajé e as políticas culturais
Barton, Scott Alves 2185
Comida e Construção de Identidade em Redes Transnacionais Macaenses
Marisa C. Gaspar 2201
Cozinhas d'aquém e d'além mar: redes transoceânicas e as reconfigurações alimentares em espaços lusófonos
Maria Eunice Maciel, Rodrigo Araújo Maciel 2214
Vidas móveis, gostos locais:a cultura alimentar de camionistas portugueses
André Nóvoa, José Manuel Sobral 2221
Gastronomia brasileira e globalização
Maria Lucia Bueno Ramos 2233

GT 20
Sociologia, arte e política na lusofonia:diálogos Brasil-África 2244
Direito, Periferia e Negritude: diálogos entre as obras Quarto de Despejo e Ponciá Vicêncio
Fernanda Mulin de Assis..... 2244
O culto da intelectualidade:nacionalismo cultural e brasilidade na Revista Brasileira
João Matias de Oliveira Neto 2254
Percursos do negrismo: das máscaras africanas ao romance brasileiro do século XX
Luiz Henrique Silva de Oliveira 2265
Pedagoginga e autonomia nas palavras de Allan da Rosa
Julio Souto Salom, UFRGS 2278

GT 21
Dinâmicas criminais e dispositivos de controle social: do local ao transnacional..... 2291
Espaços urbanos, desigualdades e disputas de mercados: apontamento sobre a influência do narcotráfico na criminalidade organizada na América do Sul
Francisco de Paula Rocha Amorim, Juan Mario Fandiño Mariño..... 2291
Ilegalismos e Segurança Pública na Fronteira do Brasil com a Guiana Francesa.
Jania Perla Diógenes de Aquino, Joana Domingues Vargas 2300
Arranjos morais da "violência urbana": Situações vivenciadas pelos moradores de um bairro classificado como "perigoso"
Renan Lubanco Assis..... 2313
População em situação de rua: violência e vitimização sofridas em bairros centrais da cidade de Salvador
Maria de Fátima Cardoso, Ceci Vilar Noronha..... 2325

Redes criminais em regiões fronteiriças brasileiras: o caso de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero
Camila Nunes Dias, Fernando Salla, Marcos César Alvarez 2335
Alegorização da violência, linchamentos e mídia no Brasil de 2014
Laysmara Carneiro Edoardo 2349
"O silêncio pacificador: a questão das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro"
Natalia Iorio 2364
Desafios para a Segurança Pública na Fronteira Brasil-Paraguai
Lisandra Pereira Lamoso 2376
Retratos da Violência e Segurança Pública no RN: a nova configuração das cidades médias e a violência urbana a partir da cartografia mossoroense
Francisco Vanderlei de Lima, Elcimar Dantas Pereira 2389
Indignação e naturalização: sobre formas de compreender e lidar com a violência policial em uma favela carioca pacificada
Luana Dias Motta..... 2397
"Reabilitação", controle e punição – o caso dos programas correcionais para os condenados federais no Canadá
Izabella Lacerda Pimenta..... 2410
Mulheres no crime e na violência: controle e relações de poder na Penitenciária Feminina do Paraná (1970-1990)
Claudia Priori 2421
Neocolonialismo, poder e dinâmicas socioterritoriais:a violência contra povos indígenas e comunidades tradicionais no cerrado
Glauber Lopes Xavier, Eliesse dos Santos Teixeira Scaramal, Mary Anne Vieira Silva..... 2431
Entre o amor e a violência : Trajetórias de casais que acionaram a Lei Maria da Penha
Janaína Sampaio Zaranza, autor: Antônio Cristian S.Paiva 2439

GT 22
O mundo em uma cidade: repensar e apropriar a cidade na globalização 2451
O Projeto Imagético de Modernidade Urbana: a Construção da Capitalidade em Campos dos Goytacazez 1930/50
Heloiza Manhães Alves 2451
Reverberações da propaganda na cidade
Rafael De Angeli, Leila Domingues Machado 2468
Três em Arte
Eveline Stella de Araujo..... 2477
A lógica do progresso no Espírito Santo no século XXI: o capitalismo global e o desenvolvimento portuário na Costa Capixaba
Felipe Ramaldes Corrêa,Flavia Nico Vasconcelos 2486
Metrópole Dispersa e Fragmentada: O Caso da Região Metropolitana da Grande Vitória – Espírito Santo – Brasil
Giovanilton André Carretta Ferreira, Glauco Bienenstein..... 2498
São Paulo representada: cidades em desenhos de meninas e meninos da educação infantil pública paulistana
Marcia Aparecida Gobbi 2513
Gabinete online: uma nova forma de gestão pública e participação cidadã
Janaina Leite, Sergio Denicoli, Marlon Freire..... 2523
Sociabilidade (s) em grande centro urbano na sociedade contemporânea: estudo qualitativo com jovens adultos e seus amigos duradouros
Bárbara Garcia Ribeiro Soares da Silva..... 2534
Cosmopolitismo na rede: urbanidade nos relatos de viagem do século XXI
Gianlluca Simi, Lilia Abadia..... 2541
A fotografia e a urbe: representações conectadas da cidade de Vitória 2554
Rosane Vasconcelos Zanotti, Arthur Gomes de Castro, Frederico Del Fiume Sarcinelli Leonel, Julia Pimentel Paternostro..... 2554

GT 23
Circulações, limites e configurações territoriais e de mercados 2564
A Consolidação da informalidade nos contratos imobiliários na favela de Rio das pedras/RJ – comparando o legal e o informal
Cláudia Franco Corrêa, Juliana Barcellos da Cunha e Menezes 2564
Da "margem" ao centro: reconfigurações dos regimes territoriais nas favelas do Rio de Janeiro
Marcia Pereira Leite..... 2571

Trabalhadores informais na Lapa: identidade, resistência e territorialidades num contexto de "tolerância zero"
Rosemere Maia, Jéssica Rocha Silva 2577
Securizando "a Cerca": Criação de buracos jurídicos e controle de massas durante a reunião de cúpula do G20 em Toronto
Joao Velloso 2590
Entre o legal e o ilegal na tríplice fronteira amazônica (Brasil, Colômbia, Peru)
José Lindomar Albuquerque, Luiz Fábio S. Paiva 2604
O churrasco de "Choppinho"; rede de relações entre praticantes de jogos (in)formais no espaço urbano.
Rômulo Bulgarelli Labronici 2614
"Camelódromos" do Rio de Janeiro e de Campos dos Goytacazes: jogo político e comércio informal
Hernán Armando Mamani 2628
Da conquista da bacia do prata ao mercosul: avanços no processo de integração
Mirian Beatriz Schneider Braun, Jandir Ferrera De Lima 2636

GT 24
Saberes, éticas e políticas das religiões afro-americanas 2655
Transformação e pessoa no Terecô de Codó (Maranhão - Brasil)
Martina Ahlert 2655
Dom, iniciação e participação: a indumentária cerimonial no jarê
Gabriel Banaggia 2666
Humanos e não humanos na feitiçaria e em mobilidade na África Ocidental
Eufémia Vicente Rocha 2672

GT 25
Dinâmicas Religiosas no Espaço Brasil-África-Europ 2679
"Religião e *Media Events*: a programação religiosa das emissoras públicas de Televisão da Angola, Brasil e Portugal"
José Reginaldo Aguiar 2679
O espaço sagrado: adaptações ecológicas e culturais de um Candomblé italiano
Giovanna Capponi 2688
Tessituras reveladas: protagonismo das mulheres negras
Joanice S. Conceição, Vanessa Soares da Silva 2697
Modernidade, Secularização e Religiões Públicas: Os Casos do Islã Político e do Neo-Pentecostalismo
Gabriel Fernandes Rocha Guimarães 2710
Uma igreja "made in Brazil": a Igreja Mundial do Poder de Deus em Portugal
Eduardo Guilherme de Moura Paegle 2724

GT 26
Religiões, cidades, mobilidades: espiritualidade e sentido de lugar entre o local e o global 2732
Sociabilidade confrarial na urbes colonial – religião e sociedade
Gustavo Henrique Barbosa 2732
A Migração de Ganeses para a Cidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, Brasil
Letícia Maria Barbosa 2748
Catimbolândia e as Estratégias Territoriais dos Xangôs Entre as Cidades do Recife e Olinda (1920-40)
Bruno Maia Halley 2757
A IGREJA E A PRAÇA: a Religião Cristã Batista e sua Influência na Cultura da Cidade de Itapetinga-Bahia
Jussara Moreira 2767
Espaços de Crenças na Lavagem de São Roque/Obaluaê em Nazaré – Recôncavo da Bahia: Entre o Catolicismo e as Religiosidades Afro-Brasileiras
Wedmo Teixeira Rosa 2779

GT 27
Saúde, Cultura e Religião: um diálogo a partir das práticas terapêuticas culturais e religiosas 2790
Corpo, saúde e religação: um estudo sobre praticantes da Macrobiótica e do "Processo Viver de Luz" no Brasil
Juliana Abonizio, Silvana Maria Bitencourt 2790
Conhecimento e ação religiosa no Marrocos: *moqaddemine* e *jnun* nas arenas rituais da confraria *Hamadsha*
Bruno Ferraz Bartel 2800

Cura espiritual: a experiência dos frequentadores não espíritas na Instituição Espírita de Caridade Nosso Lar, em Montes Claros, Minas Gerais
Cristiane Martins Gomes 2813
Estigma e Dramas Sociais no Convívio com o HIV/Aids em Terreiros de Umbanda em Fortaleza/Ceará.
Violeta Maria de Siqueira Holanda 2824
Chi Kung: sistema energético oriental de cura?
Dr. Cícero José Alves Soares Neto 2837
Saberes silenciados e silenciosos: saúde e cultura do Vale do Jequitinhonha
Silvia Regina Paes, Rosana Passos Cambraia, Marivaldo Aparecido de Carvalho, Deiviany Santana, Eloizio Fernando das Neves 2844
A experiência local com o HIV/SIDA: conflitos entre concepções biomédicas e tradicionais de saúde e doença no Sul de Moçambique
Luiz Henrique Passador 2856
"Cada problemado faz uso de um tratado": práticas terapêuticas de saúde em uma casade umbanda no sul do Brasil
Karine Mendonça Rodrigues, Vanessa Flores dos Santos 2870
Identidade de gênero, corpo e religião: um estudo sobre mulheres mastectomizadas
Danielle Cristina Crespo de Souza, Ana Keila Mosca Pinezi 2877

GT 28
Migrações, Interculturalidades e Subjetividades 2884
Ascenção social, poder e conflitos a partir da inserção de imigrantes alemães no sul do Brasil
Patrícia Bosenbecker 2884
Africanos e Haitianos no Brasil: imigrações e processos de (des)(re)territorialização
Elcio Cecchetti, Sandra dos Santos 2897
Memórias africanas em contextos de crise e deslocamentos: reforço e/ou (re)construção de identidades
Zeila de Brito Fabri Demartini 2909
A capoeira apropriada pelos Europeus, novos usos e significados da prática "Afro-brasileira"
Daniel Granada 2918
Direito humano à educação e migrações internacionais: reflexões a partir do caso dos estudantes bolivianos nas escolas de São Paulo
Giovanna Modé Magalhães 2926
Timorenses em Portugal: Planeamento Familiar em Contexto Migratório
Helena Isabel Borges Manuel 2940
A Saúde das Crianças Migrantes: Realidades, Dificuldades e Desafios
Ivete Rosária Almeida dos Milagres Monteiro 2949
Riscos laborais de homens e mulheres migrantes e segurança no trabalho
Maria da Conceição P. Ramos, Olívio Patricio 2958
Famílias Migrantes nas Cidades Interculturais: Acolhimento, Solidariedade e Saúde
Natália Ramos 2966
Au pair: uma faceta do fluxo migratório do trabalho doméstico
Michelle Franco Redondo 2979
Marcadores de diferenças na construção do desejo afetivo-sexual: Privilégios e desvantagens nas relações lésbicas em Barcelona
Katucha Rodrigues Bento 2992
Etnobiografia e migração no documentário autobiográfico:uma análise de *Mare Mater* (2013) de Patrick Zachmann
Sandra Straccialano Coelho 3003
Brasileiras e brasileiros na Alemanha: tensões e ambiguidades na (re)construção discursiva de identidades nacionais
Glauco Vaz Feijó 3015
"ELE GINGA QUE NEM BRASILEIRO!":transnacionalização cultural e a negociação dos espaços de subjetividade na Alemanha
Fabio Araújo Fernandes 3029
Desconstruindo o Mito da Rivalidade Brasil X Argentina no Futebol: O Caso Tevéz no Corinthians
Rodolfo Jakov Saraiva Lôbo, Nayara Silva de Noronha 3045
Migracões e Interculturalidade: Reflexos nas Representações Marianas na América Latina e no Brasil
Iran de Maria Leitão Nunes 3053

Migrantes, identidade e políticas oficiais de colonização para a Amazônia Legal Brasileira:
o caso de Nova Xavantina/MT
Natália Araújo de Oliveira 3060
Representação da migração no cinema documentário autobiográfico
José Francisco Serafim, Natália Ramos 3074
Tradições mantidas por mulheres Açorianas em Rhode Island
Ana Isabel Mateus da Silva 3081
Casa de Lava, o cinema e a narrativa sobre diásporas
Astreia Soares, Luiz Henrique Barbosa, Maria Cristina Leite Peixoto 3093
As narrativas e discursos da(s) política(s) de integração de imigrantes dos partidos políticos na Espanha
Belén Fernández Suárez 3100
A PROFANAÇÃO DA POLÍTICA MIGRATÓRIA BRASILEIRA: os migrantes como centelha subversiva
da ordem globalizada e a comunidade que vem
Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth 3106

GT 29
Hibridismos e performatividades: as artes como argumento para se pensar o social 3120
Senhor juiz, pare, agora! - O protagonismo feminino no movimento musical que revolucionou
o mercado e os costumes: 50 anos da Jovem Guarda.
Marcelo Dantas,Marilda Santanna 3120
Processos de Mestiçagem na brincadeira do Cavalo Marinho
Carolina Dias Laranjeira, Eloisa Leite Domenici 3133
Cruzamentos (Impre)Vistos com o Povo Português Dentro: Teatro de Revista, Performance Arte,
Poesia Experimental
Cláudia Madeira 3140
Memória e performance, na ravina da cultura
Isabel Pinto 3148
Perspectivas Interdisciplinares Na Formação Artístico-Cultural
Adalberto Silva Santos 3161
Performance cultural das quadrilhas juninas: tradição, memória e identidade
Eufrázia Cristina Menezes Santos 3172
A Identidade em Performance no Ticumbi de São Benedito
Michele Freire Schiffler 3179
Da ponta da língua à imagem em movimento: uma experiência/vivência artística/cultural
em uma comunidade brasileira
Clarissa Bittencourt de Pinho e Braga , Marise Berta de Souza, Umbelino Brasil 3194
Porque essa lâmina nas palavras? O experimentalismo nas artes como um signo histórico
dos meados do século XX
Edwar Castelo Branco, Jaislan Honório Monteiro 3205
O constructo do gênero feminino no alvorecer dos anos 80 em Teresina
Julinete Vieira Castelo Branco, Pedro Vilarinho Castelo Branco 3213
A memória coletiva virtual sob a forma de vídeos colaborativos
Lícia Maria Costa Fajardo Cerqueira, Elson de Assis Rabelo 3234
O TEATRO DE REVISTA COMO PALCO DE TROCAS CULTURAIS:Um diálogo entre o Brasil e Portugal
Marilda Santanna 3242
Colagens e Remixagens na Emergência de Novas Expressões Culturais: o Caso do Carnaval em Salvador
Rodrigo Peronti Santiago, Fábio Lopes de Souza Santos 3256
Nos acordes da legião: juventude, política e urbanidades (anos 1980)
Raimundo Nonato Lima dos Santos 3266

GT 30
Novos estudos em relações étnico-raciais:
sociabilidades e políticas públicas nos países de língua portuguesa 3279
Representação de Raça em Escola Pública na cidade de Cachoeira – Bahia:
as relações raciais e a construção da Identidade Negra.
Beatriz Giugliani 3295
O Desafio da Gestão Da Diversidade Étnico-Racial em uma Universidade Pública Brasileira
Yone Maria Gonzaga, Antonia Vitória Soares Aranha 3307

Dinâmica das trocas simbólicas entre pesquisadores e entrevistados:
análise preliminar a partir dos dados do IBGE de 2008
Rômulo Barreto da Mata 3318
Construindo memórias na zona portuária do Rio de Janeiro
Márcia Leitão Pinheiro, Sandra de Sá Carneiro 3329
Teoria multiculturalista, reconhecimento e movimentos indenitários no Brasil:
o caso das políticas públicas direcionadas aos povos quilombolas no governo Lula
Aparecido Silva, Monique Rodrigues 3341
Entre o local e o global: articulações do funk brasileiro e do kuduro angolano

GT 31
Cenas musicais, cenas urbanas, cenas juvenis: fragmentos de uma polifonia 3354
Debora Costa de Faria 3354
BARULHO NAS RUAS ESCURAS: Estilo de vida e redes sociais nos agrupamentos roqueiros
Irapuan Peixoto Lima Filho 3363
Revivalismos, hibridismos e transformismos:
Das sociabilidades às identidades musicais na construção da cena musical rock de Coimbra.
Pedro E. Almeida Martins 3381
No Balanço do Trem: As Múltiplas Representações Sobre Baixada Fluminense Através da Música3
Leonardo de Freitas Onofre 3393
Juventudes e Funk na Baixada Santista, São Paulo/Brasil
Cristiane Gonçalves da Silva 3403
Os Sons da Cidade: um estudo sobre as paisagens e campos sonoros no espaço urbano campinense
Tiago Fernandes Alves, Demetrio Gabriel Gamboa Marques 3417
O Bom e Velho Samba!: Cena Musical, Juventude e Identidade no Rio De Janeiro Pós 1990
Júlia Silveira de Araújo 3432
Fruição Cultural e Construção de Identidades
Paulo Henrique Barbosa Dias 3445
O Hardcore em Goiânia na década de 90: produzir, agir e resistir
Luiz Eduardo de Jesus Fleury 3451
Paisagens sonoras urbanas: ***"o canto dos motores"*** e as corridas ilegais de carros e motos
Leila Sollberger Jeolás 3462
Música, identidade juvenil e prática social
Renata Cristina Matias 3470
Geoetnografia da Sedução na Noite do Bairro Alto de Lisboa.
Jordi Nofre, Daniel Malet Calvo, Adán Cassan, Sylwia Wodzinska 3478
"A poética *rap* de Kamau e a contemporânea negritude brasileira.
Uma reflexão sociológica acerca da canção "(Eu quero) Mais"
Christian Ribeiro 3488
Heavy Metal no Brasil: Os incômodos perdedores (década de 1980)
Wlisses James de Farias Silva 3499

GT 32
Uso e abuso de drogas: mercados, consumos e consequências 3512
Jovens *ayahuasqueiros* no Ceará, Nordeste do Brasil: práticas religiosas na União do Vegetal e a relação
com as substâncias psicoativas
João Tadeu de Andrade, Rosileuda Pontes de Aguiar 3512
O Ato Infracional e a Aplicação das Medidas Socioeducativas das Adolescentes do Ceduc Pe. João Maria/RN
Raphaella Pereira dos Santos Câmara 3524
Possibilidade de Expansão do Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) da Pmdf
aos Países de Língua Portuguesa
Renata Braz das Neves Cardoso 3538
O consumo de maconha e cocaína no Vale do São Francisco.
José Hermógenes Moura da Costa 3555
Desafino entre os discursos e práticas institucionais sobre o tratamento
de crack e as narrativas dos usuários sobre suas trajetórias.
Regina Medeiros 3568

Cotidiano de adolescentes que atuam como "mulas" do tráfico de drogas na fronteira brasil-paraguai: exploração, riscos e criminalização
Dra. Andréa Pires Rocha 3575
Drogas e Sociedade: Um histórico de sociabilidades, mitos e estigmas
Rosilene Rocha 3589
Jovens, lazer e consumo de drogas
Roberta Uchôa, Juliana Lins 3601
Os consumos de substâncias lícitas e ilícitas em meio laboral
Cláudia Valadas Urbano, Casimiro Balsa, Clara Vital 3608

GT 33
Ecritas de viagem e de permanência: das representações à história da África 3618
Da ciência ao comércio: facetas da cultura material nas narrativas da expedição portuguesa à Lunda (África Centro-Ocidental, 1884-1888)
Márcia Cristina Pacito Fonseca Almeida 3618
Entre fetichistas e/ou portugueses – aspetos do recurso propagandístico inglês às fontes portuguesas sobre África em meados do século XIX
Figueiredo, João de Castro Maia Veiga 3628
Diferenças de perspectiva ou diferentes projeções: relatos sobre a viagem inglesa de 1854 aos rios Níger e Benue
Alexsander Lemos de Almeida Gebara 3643
Giovanni Antonio Cavazzi na historiografia referente à África Central
Guilherme Oliveira Lemos 3652
Viagens e expedições na Mauritânia: para uma genealogia das rupturas e continuidades nas representações sobre o território a partir de 'fora'
Joana Lucas 3661
O naturalismo de Lacerda e Almeida: origens de uma ciência colonizatória imperial
Carlos Manoel Pimenta Pires 3674
Léopold Senghor e Frantz Fanon: entre as representações do discurso (Pós) colonial.
Gustavo de Andrade Durão 3684
A rota dos calundus entre Angola e Bahia: Testemunhos da Inquisição portuguesa
Elisangela Oliveira Ferreira 3693
Os brasileiros e as representações britânicas sobre Lagos (1850-1890)
Angela Fileno da Silva 3706

GT 34
A construção de representações identitárias de gênero, raça e etnia na mídia 3720
(Des)Igualdade de gênero no tratamento midiático de líderes políticos – análise de caso do *selfie* no velório de Nelson Mandela
Luis Manuel Gil, Scheila Farias Silveira 3720
O capital político como propulsor de candidaturas femininas: observando a teoria na propaganda eleitoral a deputação federal em 2010/RS
Landa, Marina dos Santos 3734
"Entre ser e parecer: transgressão e subalternidade nas performances femininas do funk e do hip hop. Um estudo comparativo."
Marina Pereira de Almeida Mello 3746
"Nossa força é o papel": representações sociais da mídia sobre o processo de desintrusão da terra indígena marãiwatsédé
Diego Airoso da Motta, Natália Araújo de Oliveira 3763
Ressignificação familiar em «pé na cova»: a (in)visibilidade das identidades numa série de televisão
Eliana Cristina Pereira Santos 3778
Os usos da condição feminina na propaganda política brasileira: o caso da eleição presidencial de 2014
Joyce Miranda Leão Martins, Cristina Altmann 3789
Racismo Policial? Análise do episódio "show dos Racionais MCs" na Praça da Sé, São Paulo
Ana Elisa Blackman, Cristiane Loureiro Lima, Andreia Moassab 3801
A representação das mulheres negras no jornal o *público*
Cláudia Cambraia 3820
O processo de categorização do masculino e do feminino na mídia impressa
Rafaela Cyrino 3829

Homens que se preocupam com sua beleza são gays?
Metrossexual e a sexualidade
Edyr Batista de Oliveira Júnior 3839
Representações identitárias do ser mulher: os discursos (re)produzidos na música brasileira
Iran de Maria Leitão Nunes, Walkíria de Jesus França Martins 3852
«Tornar-se mulher»: efeitos de um discurso de coação cultural
Ana Maria de Fátima Leme Tarini 3862

GT 35
Figurações da violência e crueldade 3871
A violência na trama narrativa de Chimamanda Adichie
Caleb Faria Alves 3871
A Escola do Crime: escravidão e direito natural na obra do jovem Joaquim Nabuco
Ricardo Benzaquen de Araújo 3881
Literatura de cordel e representações sociais sobre o delito no Brasil
Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, Camila da Costa Silva, ... 3888
Fazer "justiça com as próprias mãos": práticas insurgentes e violentas no "processo civilizador"
Maria Glaucíria Mota Brasil 3898
Representações da violência de gênero em "As meninas" de Lygia Fagundes Telles
Elisa Girotti Celmer 3911
Figurações possíveis: o romance como *mímesis* e processo civilizador
Enio Passiani 3921
A *Opus Dei* da violência em *a hora e a vez de Augusto Matraga*, de Guimarães Rosa
João Batista Pereira 3932
A escravidão em Machado de Assis: breve avaliação a partir de remissões bíblicas
Paulo Sérgio de Proença 3942
A convencionalidade violenta dos gays no cinema brasileiro e o contraponto não convencional de Highsmith
Rosimeri Aquino da Silva, Fernanda Bittencourt Ribeiro 3957
A justiça encenada e a televisão justiceira: figurações da violência nos programas televisivos e nos tribunais
Alex Niche Teixeira, Rochele Fellini Fachinetto 3967
Cenas da violência policial e do protagonismo de suas vítimas no Brasil
Clodomir Cordeiro de Matos Júnior 3978
Violência para além do ato: a repressão à ocupação de Pinheirinho como forma sistêmica da violência contemporânea
David Moreno Montenegro 3989
A arquitetura da exclusão no Rio de Janeiro:
arquipelagos e enclaves em resposta ao medo da violência
Irene Serafino 3999

GT 36
Trajetórias e estratégias de ascensão social de afrodescendentes de língua portuguesa 4017
Os negros no ensino superior: mudanças no período entre 2000 e 2010 e novos desafios.
Amélia Artes, Arlene Ricoldi 4017
Manuel Querino: trajetória de um afro-baiano nas letras e lutas (1851-1923)
Maria das Graças de Andrade Leal 4031
Alforria, liberdade e propriedade nos últimos anos da escravidão brasileira. Um caso paranaense (1876-1881)
Carlos Alberto Medeiros Lima 4042
As cotas raciais no ensino superior: uma estratégia para redução
de desigualdades sociais em universidades públicas do Brasil
Santana, Jusciney Carvalho 4055
A trajetória social dos gestores negros da região metropolitana de Belo Horizonte
Andréa Alcione de Souza 4064
Um mulato na Revolução Farroupilha (1835-1845): José Marianno de Mattos
Ana Crhistina Vanali 4073
"Educação para uma vida melhor" – trajetórias de docentes negros em diálogo com receituários intelectuais
Arilda Arboleya, Fernando Ciello, Simone Meucci 4081
As trajetórias continental e nacional de kehinde e rami: reflexões acerca de raça e gênero
Denise Maria Soares Lima 4096

"A vida ganha outros sentidos e mais cor quando elas fazem a festa" mulheres negras, resistência e ruptura nas comunidades negras urbanas.
Marina Pereira de Almeida Mello, Carolina Barros Tavares Peixoto 4109

Mulheres negras: da barreira racial a ascensão social
Nilvaci Leite de Magalhães Moreira, Maria Lúcia Rodrigues Müller 4119
Ascenção e reconhecimento étnico-racial na educação brasileira:
uma análise das noções de reconhecimento no Parecer CNE/CP 3/2004
Lucas Beraldo de Oliveira 4128
Personalidades Negras no Paraná
Mariana Panta, Luciane dos Santos 4143
Mulheres negras brasileiras, construindo sua identidade positiva contra a desigualdade e exclusão
Edilene Machado Pereira, Aparecida das Gracas Geraldo 4158
Em Tempos de Chapinha Quem Tem Cachos é Rainha:
Estratégias de Embelezamento, Consumo e Ascensão Social
Neli Gomes da Rocha, Eleonora Vaccarezza Santos 4168

GT 37
Mobilidades sociais e espaciais, transformações identitárias e desigualdades sociais 4183
Indicadores Sociais das Percepções das Desigualdades: Raça, Classe e Gênero em São Francisco do Conde
Washington Santana de Jesus 4183
Relações entre a Educação Pública e Novos Fluxos Migratórios para São Paulo/Brasil
Norões, Katia C. 4192
Migração internacional de retorno e mobilidade social: uma análise
a partir do caso de migrantes retornados do Estado de Goiás
Tuíla Botega Cruz de Oliveira 4203
A incoerência de uma política migratória europeia para Portugal
João Carlos Jarochinski Silva 4219
Reestruturação sócio-espacial, êxodo rural e transformações urbanas: um estudo em Passo Fundo, RS – Brasil
Paulo Roberto Rodrigues Soares, Juçara Spinelli 4234
De estabelecidos a outsiders – o impacto de migrações no mercado imobiliário informal de aluguel
e a produção de alteridades
Rodrigo de Oliveira Tavares 4245
Portugueses e Imigrantes africanos: que relações interétnicas?
Manuel Carlos Silva 4254
Desigualdade, redefinições identitárias e políticas públicas: o caso de jovens e mulheres rurais
Valmir Luiz Stropasolas 4275

GT 38
A era dos (não) direitos? Governação neoliberal e o papel dos movimentos sociais e o(s) uso(s)
dos direitos humanos como produção de experiências contra-hegemônicas 4288
Lei Maria da Penha: uma análise etnográfica de audiências de conciliação no município de Juiz de Fora
Jéssica Lopes Fachinetto, Marcella Beraldo de Oliveira, Luiza Mattheis Cruz 4288
Globalização neoliberal e estado penal: os desafios desta relação dialética
Eder Fernandes, Carla Appollinario de Castro 4300
O direito de greve do servidor publico federal do Brasil
Paulo Fernandes Sanches Junior, Luciano dos Santos Diniz, Reni Ferreira Arruda 4314
Quilombolas: entre o direito constitucional e os conflitos territoriais
Maria Jorge dos Santos Leite1 4330
Direitos indígenas no judiciário brasileiro
Erika Macedo Moreira 4342
Cultura, gênero e classe no capitalismo neoliberal
Luiz Antonio da Silva Peixoto 4358
Reações patronais aos direitos fundamentais à terra e ao território a partir da Constituição de 1988:
um pensamento abissal
Ana Claudia Diogo Tavares 4359
Cosmopolítica Chiquitano e a experiência de luta no Estado do Agronegócio
Marilia de Almeida Silva, Edson Caetano 4385

GT 39
Para descolonizar o direito e a cultura jurídica 4399
Transpondo o positivismo hegemônico na sociedade moderna: Pluralismo jurídico latino-americano e africano numa perspectiva comparativa
Lucimar Borges 4399
Entre a Civilização, a Barbárie e o Direito: refletindo sobre a Filosofia Jurídica da Alteridade
Antonio Guimarães Brito 4414
Sistema de Justiça e Democracia no Brasil: as experiências das Ouvidorias Externas das Defensorias Públicas
Luciana Zaffalon Leme Cardoso 4426
A Justiça Que Se Cumpre Sem o Estado: estudo de caso comparativo das resistências e permanência das comunidades quilombolas em seus territórios
Lilian Cristina Bernardo Gomes 4443
A formação juridica hegemonica e a transformação do seu modelo cognitivo
Zéu Palmeira Sobrinho, The hegemonic juridical education and the change of his cognitive model. 4458
Propostas para um debate em torno da descolonização dos direitos humanos: por *um mundo onde caibam muitos mundos*
Paulo Renato Vitória 4470
Fora do processo, dentro da comunidade. Um estudo sobre a atuação da Justiça Federal brasileira em áreas de exclusão social
Vladimir Santos Vitovsky 4485

GT 40
Poder e violência de gênero 4498
Estereótipos femininos veiculados em textos humorísticos
Valdete A. Borges Andrade 4498
Gênero e violência doméstica na obra de Conceição Evaristo
Manoela dos Santos Barbosa 4509
A mulher nas unidades operacionais da polícia militar de sergipe: estratégias e táticas de um cotidiano profissional
Élida Damasceno Braga 4519
Violência nas escolas: representações e práticas
Doutoranda Fabiana Maria Roque Chaves 4531
Novas Cartas Portuguesas: desafio e incitação à sublevação
Ana Bárbara Pedrosa 4542
Poderes disseminados, fazeres transformadores: Mulheres que resignificaram espaços
Drª Helen Ulhôa Pimentel 4550
O empoderamento das mulheres e a lei maria da penha como tecnologia de gênero: Possibilidades com os Estudos Femini stas e de Gênero para o Serviço Social
Thiago F. Sant'Anna 4562
Relação de gênero e amor conjugal no *rap* brasileiro
Sandra Mara Pereira dos Santos 4577
Formação docente na descolonização das Infâncias: perspectivas feministas, linguagem cinematográfica e poéticas da resistência
Adriana Alves da Silva 4587
Telenovela e políticas públicas de enfrentamento da violência: percepções de mulheres atendidas no cras em São Borja/rs –Brasil
Eliana Mourgues Cogoy 4601
Violência de gênero no Brasil, Portugal e Moçambique
Martim Cabeleira de Moraes Júnior, Marlene Inês Spaniol 4610
Trajetórias políticas de luta e a Lei Maria da Penha: estratégias e conquistas do movimento feminista no Brasil para o enfrentamento à violência de gênero0
Tatyane Guimarães Oliveira 4620
"Se eu não me fizesse de doida, eu apanhava todo dia": Violência doméstica na percepção de mulheres provedoras da amazônia paraense
Lana Claudia Macedo da Silva, João Luiz da Silva Lopes 4635
Violência de gênero na Lei Maria da Penha: que mulheres estão protegidas?
Firmiane Venâncio do Carmo Souza 4646
Violência contra as mulheres e acesso à justiça: notas sobre uma Roda de Conversa em Itinga/BA
Márcia Tavares 4657

O Tempo da Justiça para mulheres em situação de violência na Bahia
Márcia Santana Tavares, Iole Macedo Vanin 4667
A Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e Atendimento às Vítimas da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul
Fernanda Bestetti de Vasconcellos 4678
Um estudo sobre ressignificações do masculino e do feminino no contexto da Lei Maria da Penha
Janaína Sampaio Zaranza, Maria Isabel Silva Bezerra Linhares, Nadja Rinelle Oliveira de Almeida 4694
Imaginar e Repensar o Social: Desafios às Ciências Sociais em Língua Portuguesa, 25 anos depois
Agressões e afetos: os meandros da violência conjugal
Iara Maria de Araújo 4710
As representações sociais da violência doméstica no meio rural:
notas sobre as relações patriarcais de gênero no interior da Bahia
Maria Asenate Conceição Franco 4721
Novas Cartas Portuguesas: desafio e incitação à sublevação
Ana Bárbara Pedrosa 4732
A visível dor ocultada: a naturalização e os danos socioemocionais da violência psicológica contra a mulher
Diêgo Fernando Silva Rabelo, Luana Tereza de Barros Vieira Rocha 4740
"Acho muito difícil você conseguir ter parto normal": a violência obstétrica inscrita no discurso sobre o parto
Jacqueline Fiuza da Silva Regis 4750
«Não quero que nada de mal aconteça ao meu pai … fui eu que o provoquei.»
Incesto e representações do género
Santos, Filomena 4765
Violência doméstica contra as mulheres residentes na zona rural
Maria do Perpetuo Socorro Nassau Araújo, Ana Paula Glinfskoi Thé, Ana Maria Lacerda de Freitas,
Mônica Nascimento e Feitosa 4771

GT 41
Desigualdades, Finanças Familiares, Género e Poder 4785
Gestão das Finanças Conjugais em Tempo de Crise Económica
(*Couples' money management arrangements in times of economic crisis*)
Alexandra Ferreira-Valente, Lina Coelho 4785
Terra, Parentesco e Empoderamento das Mulheres em 3 comunidades rurais de Timor-Leste
Vanda Narciso, Pedro Damião de Sousa Henriques 4802
Cidadania, Empoderamento Feminino e Promoção Familiar através das Políticas Sociais de Transferência de Renda
Alexandre Ben Rodrigues, Letícia Maria Schabbach, Vanessa Marx 4819
Calculando os laços: a gestão financeira nas famílias recasadas
Laura Cristina Eiras Coelho Soares 4834

GT 42
De novo as classes médias? Emergência e crise em perspectiva comparada 4841
De novo as classes médias? Emergência e crise em perspectiva comparada
Helena Bomeny 4841
Consumo e classes sociais: elos de pertença e fronteiras simbólicas
Ana Lúcia de Castro 4851
Entre Cidadania e Consumo: A invenção da nova classe média brasileira
Moisés Kopper 4878
Uma classificação ideológica da literatura sobre a Nova Classe Média:
uma reflexão sobre limites políticos do debate
Jana Martins Leal 4889
E EU SOU CLASSE MÉDIA? Reflexões acerca do enigma da "nova classe média" no Brasil
Maria Isabel Silva Bezerra Linhares, Janaina Sampaio Zaranza, Nadja Rinelle Oliveira de Almeida 4903
As compras e o tempo
O consumo e a construção das "novas" classes médias
Everardo Rocha, Marina Frid, William Corbo 4915
Impertinências da abordagem da "nova classe média"
Patrícia Vieira Trópia 4927

GT 43
Sociologia do Esporte: A Copa do Mundo de 2014, gênero e sociedade 4941
Copa do Mundo de Futebol 2014:
Representações de Notícias Divulgadas em um Jornal da Região dos Campos Gerais (Paraná/Brasil)
Alfredo Cesar Antunes 4941
Moradores de Rua em Copa do Mundo: Presença Criminalizada na Cidade de Belo Horizonte
Maria da Luz Alves Ferreira, Pâmela Daniele Ramos Tuller 4949
A Vinheta de Abertura da Copa do Mundo de 2014:
algumas reflexões sobre a apropriação de um ideal de identidade cultural brasileira
Ivana Auxiliadora Gonçalves Guimarães, Francisco Xavier Freire Rodrigues 4960
Miscigenação e Copa do Mundo no processo de construção da identidade nacional brasileira
Tiago Del Tedesco Guioti, Mauro Cardoso Simões, Eliana de Toledo 4969
A mercadoria Copa do Mundo FIFA – Brasil 2014
Adriano José Rossetto Junior, Rodrigo Pojar Paiva, Marisa do Espirito Santo Borin 4980
O Perfil das Árbitras Brasileiras no Futebol Profissional
Ludmila Mourão, Igor Chagas Monteiro, Willen Aragão Silva, Vera Fernandes 4994
Esporte, sociedade e mulher: o voleibol feminino brasileiro e a afirmação de identidades
Ludmila Mourão, Marcelo Luís Ribeiro Silva Tavares, Silvana Vilodre Goellner 5008
Legado social esportivo do Megavento Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil:
um diálogo com utopias Szachianas nas 12 cidades-sede
Rodrigo Paiva, Adriano Rossetto, Lucia Maria Machado Bógus 5019
Copa do Mundo FIFA 2014 na cidade de Cuiabá, Brasil – A influencia da seleção brasileira nas eleições de majoritárias
Francisco Xavier Freire Rodrigues, Igor Alexandre Silva Bueno 5029
Mudanças nos processos de gerenciamento dos clubes de futebol no mundo
Francisco Xavier dos Santos, Haroldo Moraes de Figueiredo 5040
ESPORTE E SOCIEDADE: Interfaces (in) perceptíveis
Adalberto dos Santos Souza 5052
«ESTOU AQUI COMO UM PROFETA DE DEUS» Zé Roberto:
o futebol e a *religiosidade* como *beliscão do destino*
Claude Petrognani 5058
Influência cultural nos corpos sexuados:
um estudo das diferenças sexuais na divisão do trabalho desportivo refletindo sobre natureza / cultura
Ineildes Calheiro dos Santos, Suely Aldir Messeder 5071

GT 44
Géneros y Derechos Humanos: Interdisciplinaridad, Complexidad y Abordajes 5083
Reflexões acerca das relações de gênero e a construção dos direitos humanos
André Ramos Carloni, Maria da Soledade Arruda de Lima, Helen Barbosa Raiz Engler,
Patrícia Basílio Teles Estábile, Tathiane Paraíso da Silva 5083
Gênero, infância e cidadania: desafios para a formação docente na educação infantil
Daniela Finco 5093
A violência doméstica e os efeitos no cotidiano escolar
Valéria Marta Nonato Fernandes Mokwa, Fátima Aparecida Coelho Gonini, Rita de Cássia Petrenas Petrenas,
Paulo Rennes Marçal Ribeiro 5103
O gênero nas teses e dissertações da universidade paulista campus de presidente prudente:
O Estado da Arte como opção metodológica
Valéria Marta Nonato Fernandes Mokwa, Paulo Rennes Marçal Ribeiro 5110
Trabalho e gênero: o caso das caminhoneiras na perspectiva da sociologia econômica
Julice Salvagni 5118
Adolescentes meninas internadas: gênero e sexualidade importam?
Mariana Chies Santiago Santos 5126

GT 45
Crises, mudanças de modos de vida e dinâmicas subjetivas 5139
Interdependências e interpenetrações no processo civilizador
Barreto, Adriano Albuquerque, Barros, Solange de Moraes, Oliveira Junior, Constantino Ribeiro 5139
Uma análise sobre o lugar da juventude no projeto de um rio de janeiro democrático
Raquel Brum Fernandes 5146

"Cuidar em tempos de crises: Modos de vida em mudança em Portugal"
Antónia Pedroso de Lima 5155
Solidariedade, Voluntariado e Cuidado: motivações, práticas e impacto social das Economias Morais num contexto de crise
Fernanda Maria Rivas Oliveira 5162
Que projeto de vida profissional para os diplomados do ensino superior direcionados para a profissão de professor? Projeção, motivações e expetativas face ao trabalho
Liliana Pascueiro 5173
Permacultura – Consciência ética e mudança intencional de modos de vida
Cristiana Vale Pires 5188
Crise Económica em Portugal: Alterações nas Práticas Quotidianas e nas Relações Familiares
Raquel Ribeiro, Catarina Frade, Lina Coelho, Alexandra Ferreira-Valente 5191
Negociando trabalho e família através da participação religiosa.
Uma abordagem comparativa entre mulheres migrantes muçulmanas, hindus e cristãs em Lisboa
Susana Trovão, Sónia Ramalho, Filomena Batoréu 5208

GT 46
Média, alteridade e desigualdades sociais 5224
"A Infância na Latitude Zero: as brincadeiras da criança 'global' africana"
Marlene Barra 5224
LUSOFONIA INVISÍVEL? Processos identitários entre Brasil e África portuguesa na ótica dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*
José Cristian Góes, Elton Antunes 5240
A produção de imagens-clichês nas mídias
Cristina Maranhão 5257
Espetáculo e demonização: o discurso midiático sobre atos infracionais de jovens Teresinenses
Francineide Pires Pereira, Lila Cristina Xavier Luz, Nayrana Moura, Selma Machado do Rêgo 5265
Aculturação e identidade: afrodescendentes na mídia brasileira.
Nelson Rosário de Souza 5275

GT 47
Os direitos humanos não têm quem os defenda? 5284
A efetivação dos direitos humanos através do pacto internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais
Aline Andrighetto 5284
Direitos Humanos e Diversidade Cultural
Regina Célia Faria Amaro Giora, Milena Faria Derato Giora 5295
Direitos Humanos e Etnodiversidade: política de reconhecimento e efetividade à luz do Ubuntu
Edna Raquel Hogemann, Antonio Marcio Cossich 5299
Segurança Pública e Direitos Humanos: limites e potencialidades.
Cristiane do Socorro Loureiro Lima, Cristiane S L, Abreu, Verônica C, Paracampo, Vera S, Lima, Roseane M... 5308
A Cidadania E Os Direitos Sociais Em Um Mundo Sem Fronteiras
Lislei Teresinha Preuss, Vera Maria Ribeiro Nogueira 5321
O direito poderia ter sido emancipatório, mas não o foi:
Estudo a partir do caso da Usina Hidroelétrica Barra Grande
Michel Fernandes da Rosa 5336
A importância dos direitos humanos na formação da segurança pública brasileira:
Análise da disciplina ministrada aos policiais e agentes do RS
Marlene Inês Spaniol 5348
O efeito *Spaghetti Bowl* na construção dos direitos humanos: o Caso do Mercosul
Nathália Santos Veras, Sulamita Oliveira Simões 5362

GT 48
Patrimônio imaterial, celebrações religiosas e políticas públicas 5370
A Cidade que virou suco – O Caso da Festa da Laranja em Matinhas, Paraíba, Brasil
Rosalma Diniz Araújo, Flávia Ferreira Pires 5370
Festa do Sairé – Celebração, Devoção e Política
Luciana Gonçalves de Carvalho 5383
Santuário do Caraça: Um corpo de memórias na escritura do tempo
Rudney Avelino de Castro 5394

No rosto, a língua
Gisele Gallicchio, Ada Kroef 5405
Narrativas e memórias da capelinha do Bonsucesso: divisão socioespacial na procissão de São José
Antonio George Lopes Paulino 5417
Estatuto da Família: Observações Acerca de um Modelo Familiar como Patrimônio Evangélico
Maria Edi da Silva 5426
A Festa do Divino de Indiaroba e as Relações de Poder: Igreja e Sociedade
Katia Maria Araujo Souza, Erivaldo Vieira dos Santos, José Fernandes Ávila Soares, Camila Souza Vieira 5435

GT 49
A sociomuseologia entre os poderes e as memórias 5447
Ação Educativa em Museus: o trabalho com oficinas de análise de fontes históricas no Museu da Resistência
Gabriela Lopes Batista 5447
A museologia a serviço da cidadania cultural
Vera Lúcia Cardim de Cerqueira 5454
50 Anos da Ditadura Militar-Empresarial Brasileira e as Memórias em Disputa
Joana D'Arc Fernandes Ferraz, Lucas Pacheco Campos 5462
Património cultural e memória de comunidades islâmicas em Moçambique (Séc. XIX-XXI)
Olga Iglésias 5474
A presença das mulheres nos cursos de museologia e nos museus brasileiros
Thainá C. C. Figueiredo Lopes, Julia Moura Godinho, Wagner Miquéias F. Damasceno 5485
A formação na área da Sociomuseologia
Judite Primo, Mario Moutinho 5493
Trançadeiras, Guardiãs das Memórias na Diáspora Africana
Neli Gomes da Rocha, Maria Tarcisa Bega 5501

GT50
Histórias, Memórias e Patrimonização: Análises dos bens culturais africanos e afro-descedentes 5509
Historiografia sobre os quilombos no brasil: a terra e a memória como patrimônio cultural
Delton Aparecido Felipe 5509
Cartografia dos espaços de aprendizagens e socialidades em uma comunidade quilombola
Sônia Maria dos Santos Marques 5518
A (Im)Permanência Da Voz Na Narrativa Oral
Dinéa Maria Sobral Muniz, Kelly Cristine Ribeiro 5529
As quitandeiras de minas gerais: patrimônio imaterial, memórias brancas e negras no tabuleiro
Juliana Resende Bonomo 5540
Poéticas orais e identidade etnicorracial na comunidade quilombola de volta grande
Carlene Vieira Dourado 5551
África, africanos e indígenas no Sul da Bahia: Conhecimentos ancestrais e a cultura do cacau no sub-bosque da Floresta Tropical
Eduardo Alfredo Morais Guimarães 5559
Questionar com a própria língua: o discurso combativo de Mário Pinto de Andrade na revista angolana *Mensagem* (1951-1952)
Karina Helena Ramos 5572
Memórias Coloniais na Fotografia de Ricardo Rangel
Bruna Triana 5580

GT51
Relatos de experiências: Patrimônios, poder e memória. 5594
No ritmo dos congos, em louvor a Nossa Senhora do Rosário, em Monte do Carmo, Tocantins, Brasil.
Noeci Carvalho Messias 5594
A comunidade quilombola de Coqueiros – Mirangaba (BA) e a ressignificação do seu patrimônio cultural
Carmélia Aparecida Silva Miranda 5608
Poética dos cadernos negros: repercussões identitárias numa comunidade quilombola
Maria Gabriela Batista Neiva 5622
Memórias da Escravidão Negra no Primeiro Periódico de Goiás (Br): Matutina Meyapontense 1830/1834
Maria de Fátima Oliveira 5630

Remanescentes de quilombos: processos de identificação coletiva e transformações das auto-representações e das relações políticas
Renata Medeiros Paoliello 5638
Análise comparativa de práticas de produção de espaços de memória em duas comunidades negras brasileiras
Ana Claudia Cruz da Silva 5651
Africanos escravizados e índios aldeados na Capitania de São José do Piauí, 1720-1800
Mairton Celestino da Silva 5659
A memória social da escravidão urbana no Rio de Janeiro
Cláudia Freire Vaz, Ricardo Vieiralves de Castro, ... 5674

GT 52
Urbanidades Disputada 5688
A notícia de violência como registro memorial da cidade do Rio de Janeiro
Aline Gama de Almeida 5688
Da Boemia à Criatividade na Lapa Carioca
Joseane Paiva Macedo Brandão 5702
A modernização conservadora e o plano urbano:
violência física e atores culturais no Rio de Janeiro empreendedor
João Domingues, Luiza Nasciutti 5719
Os contornos contemporâneos da produção do espaço: Brasil e Angola em foco
Sérgio Franco 5733
Cidades em Preto e Branco: espaços urbanos e subalternidade no Brasil
Pedro Wilson Oliveira da Costa Junior 5744
A Luta pelo Direito à Participação Popular no Plano Diretor da Cidade de Salvador – Brasil
Adriana Nogueira Vieira Lima, Paulo Rosa Torres 5758
O espaço urbano em disputa: católicos x congadeiros
Wanessa Pires Lott 5768
Percursos e intinerâncias na cidade: Reflexões sobre a pesquisa etnográfica com população em situação de rua
Lidia Valesca Pimentel – FFB 5778
Uma discussão sobre as cidades: um olhar sobre as cidades contemporâneas e suas transformações
Maria da Penha Smarzaro Siqueira, Maurizete Pimentel Loureiro Duarte 5785
Patrimônio Cultural e Juventudes na Cidade de Deus
Ana Paula de Moura Varanda 5796
"O novo já nasce velho"? Espetacularização urbana e as imagens de consumo da cidade de Salvador em *Tempo de Copa*
Ewerthon Clauber de Jesus Vieira 5605
O auto do círio e o seu espetáculo: a utilização do evento cultural como forma de trazer visisbilidade para centros históricos, cidade velha
Gabriela Da Costa Araújo 5820
Velhas Cidades, Novíssimas Metrópoles: Um outro cânone urbano
Old Cities, Brand New Metropolises: Another urban canon
Carlos Fortuna 5831
Espaço, Memórias e Narrativas: Temporalidades Materializadas na Usina Trzan
Roney Gusmão do Carmo, Thaís Fernanda Salves de Brito 5839
Espaço Patrimonial: Usos e Tensões em Torno de um "Centro Histórico"
Irlys Alencar Firmo Barreira, Francisco Willams Ribeiro Lopes 5853
Reutilização do património industrial na cidade de Almada
Roselane Gomes Bezerra 5867
Projetos urbanos no Brasil: inflexões imagéticas dos anos 2000
Carina Folena Cardoso, Antonio Ferreira Colchete Filho, Frederico Braida 5876
"Destino Turístico" ou "Turismo de Destino":
Efeitos da Presença de Estrangeiros no Cotidiano do Litoral Oeste do Ceará, Brasil
Francisco Willams Ribeiro Lopes 5891
Patrimônio cultural e cidade: o futuro é a paisagem?
Eder Malta 5899

GT 53
Culturas juvenis, novas ocupações e percursos de inserção profissional 5913
Jovens produtores: entre a favela-cidade, a cultura e a produção de si
Paulo Cesar Rodrigues Carrano, Gilberto Vieira 5913
Juventude e mercado artístico: desafios para a formação e o trabalho, no Brasil e em Portugal
Ivan Faria, Vera Borges, Denise H. P. Laranjeira 5928
Trajetórias possíveis e projeto artístico na profissionalização de jovens músicos no samba e no fado
Marina Bay Frydberg 5942
O flautista brasileiro e o precoce ingresso no mundo do trabalho musical
Luís Carlos Vasconcelos Furtado 5955
Profissões e atividades arriscadas de jovens em ambientes de risco e de violência: tráfico de drogas e corridas ilegais de carros e motos
Leila Jeolás, Luiz Antonio de Castro Santos 5963
O trabalho de músicos no Brasil: tensões identitárias e arranjos domésticos
Jordão Horta Nunes 5971
Work Hard, Party Harder: O Trabalho dos DJs no Lazer Noturno de São Paulo
Marcos Roberto Mariano Pina 5988
Culto da performance e performance da cultura: os produtores culturais periféricos e seus múltiplos agenciamentos
Livia De Tommasi 5999
Trajetórias e aspirações profissionais de jovens portugueses diplomados e empreendedores
Rachel Almeida 6013
Das conferências nacionais brasileiras ao estatuto da juventude: surgimento de um novo sujeito político?
Maria Tarcisa Silva Bega 6021
Título: Profissionais de TI: perfil e o desafio da qualificação permanente 3
Maria Aparecida Bridi, Eliana Maria Ieger 6033
Trajetorias profissionais de diplomados do ensino superior: semelhanças e diferenças de género perante a centralidade do trabalho
Arlinda Cabral, Liliana Pascueiro, Susana Batista 6048
Entre o rio e a cidade: cultura e projetos de vida de jovens da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, Brasil
Maria Luiza Nobre Lamarão, Maria Cristina Maneschy 6064
Jovens universitários e seus projetos: caminhos cruzados, trajetórias e experiências subjetivas
Maria Isabel Silva Bezerra Linhares 6075
Trajetória da Jovem Blogueira: Bruna Vieira
Kalyla Maroun, Letícia Rocha Moreira, Ludmila Mourão 6087
Criatividade e autonomia: os limites para os profissionais de tecnologia da informação
Amanda Coelho Martins 6101
Trabalho jornalístico e convergência digital no Brasil: um mapeamento de novas funções e atividades
Jacques Mick 6115
"Apetências X Competências: percepção de jovens aprendizes sobre o percurso profissional forjado pela Lei da Aprendizagem"
Roseane de Aguiar Lisboa Narciso 6126
A "geração Y" e o trabalho na área de Tecnologia da Informação: a relação entre a(s) juventude(s) e o discurso da flexibilidade geracional
Aline Suelen Pires 6136
Jovens empreendedores no comércio transnacional informal: considerações sobre uma nova cultura do trabalho
Felipe Rangel 6149
O papel das novas tecnologias da informação e da comunicação no cotidiano juvenil
Andréia Ribeiro, Regina de Paula Medeiros 6161

GT 54
Economia social e solidária, para que desenvolvimento? 6173
Sociedade, Trabalho e Subjetividades
Maria da Saudade Baltazar, Marcos Olímpio G. dos Santos 6173
Trabalho e educação: um olhar a partir da economia popular
Christiany Regina Fonseca, Francisco Xavier Freire Rodrigues 6184
Inclusão produtiva: estratégia de solidariedade ou de desenvolvimento empresarial?
Múcio Tosta Gonçalves 6192

A Consolidação da Economia Solidária no Brasil
Gleny Terezinha Duro Guimarães, Rochele Pedroso de Moraes 6201
Economia Solidária, Autogestão e Organizações não Governamentais: a importância das relações de cooperação para geração de trabalho e renda
Márcia Mello Costa de Liberal, João Clemente de Souza Neto 6211
Economia popular e solidária e desenvolvimento local solidário: relação que passa pela orientação e organicidade dos agentes ou iniciativas
José Raimundo Oliveira Lima 6219
A Cultura do Trabalho em Comunidades Tradicionais do Mato Grosso: produção associada, saberes e resistência
Camila Emanuella P. Neves, Marilia de Almeida Silva 6233
A economia solidária no contexto do novo desenvolvimentismo do nordeste brasileiro: o caso das mulheres marisqueiras de goiana-pe
Valéria Costa Aldeci de Oliveira 6244
Sistema socioprodutivo econômico solidário em comunidades de fundo de pasto no município de monte santo – bahia – brasil
Fábio Santana dos Reis, José Raimundo Oliveira Lima 6257
Arranjos associativos de catadores de materiais recicláveis: da abertura institucional a determinadas práticas e resistências
Ari Rocha da Silva, Marília Veríssimo Veronese 6267
Estratégias Socioeconômicas Coletivas: O Movimento Social de Economia Solidária no Norte de Minas Gerais/Brasil
Queite Marrone S. da Silva, André Filipe Lopes Martins, Rômulo Soares Barbosa 6278
As dimensões e os espaços das agriculturas periurbanas.
Leonardo Veronez de Sousa 6286

GT 55
Ética e Vínculo Social 6293
Da política à ética: exclusão, desigualdade radical e alteridade
José Ricardo Cunha 6293
O culto à performance e reflexões sobre a saúde do trabalhador na contemporaneidade
Cristina Miyuki Hashizume 6304
Os (des) valores da ética nos negócios
Maria de Fátima Rocha Maia 6311
Reconhecimento e Diferenciação: A Paidéia Brasileira
MARTINS, Luci Helena Silva 6322
Sobre a ética e o habitar a rua
Pâmela Daniele Ramos Tuller, Antônio Dimas Cardoso, Maria da Luz Alves Ferreira 6332

GT 56
Línguas, Identidades e Hegemonia Modalidade de apresentação: Comunicação Oral 6343
Encontros e desencontros na tradução cultural de obras de Jorge Amado
Laura de Almeida, Renato Gonçalves Peruzzo 6343
Cultura e Identidade em Políticas Linguísticas: o Caso de Timor-Leste
Rosane Lorena de Brito, Christiane da Silva Dias, Alexandre Cohn da Silveira 6352
Repensando políticas públicas no contexto de inovações tecnológicas para surdos em Língua Brasileira de Sinais
Juliana Pellegrinelli Barbosa Costa 6366
Percepções africanas, brasileiras e portuguesas sobre o conceito de "lusofonia"
Daniel de Oliveira Cunha 6381
Política Externa Brasileira, Difusão da Língua Portuguesa e a África Lusófona: Uma Tríade no Governo Lula
Sâmia de B. Franco 6391
Cultura afro-brasileira e sua representação em outras culturas
Luana Santos Melo, Laura de Almeida 6408
Línguas do espaço luso-afro-brasileiro: entre caixas e nuvens
Paulo Feytor Pinto 6415
Nederlandse em Braziliaanse: as renegociações culturais-linguísticas ao longo da história de uma comunidade de imigrantes holandeses no Sul do Brasil
Ályda Henrietta Zomer 6424
Literatura infantil afro-brasileira e representação legal - Revendo obras para a realidade educacional brasileira
Edmar Costa Barros 6432

Leitura e escrita de professoras negras: uma experiência intercultural para uma educação antirracismo
Maria Nazaré Lima 6439
Português como Língua Estrangeira e Segunda Língua em Moçambique
Leonarda Jacinto José Maria Menezes 6446
Formação de professores/as de línguas e a educação para relações étnico-raciais
Selma Maria Batista de Oliveira 6457
Educação, Religiosidade De Matriz Africana E Descolonização
Isabelle Sanches Pereira 6472
Línguas, educação, (políticas de) reconhecimento
SCETTI Fabio 6479
Experiências de práticas "e políticas" linguísticas na formação de professores indígenas
Eliete de Jesus Bararuá Solano, Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar 6488

GT 57
Artes e Intervenções Urbanas no espaço lusófono 6497
Artes urbanas em deslocamento: circuitos entre o mercado e o *underground*, entre o legal e o ilegal
Glória Diógenes 6497
A arte da cidade global nas relações culturais luso-brasileiras: murais de Os Gémeos e Vhils em Lisboa e Rio
Helena Elias, Inês Marques 6507
Título: O alargamento do senso estético: notas sobre a assimilação
do grafite pelo "mundo oficial" das artes plásticas.
David da Costa Aguiar de Souza 6520
De rosto e de letra, tensões entre a presença e o anonimato nas intervenções do comum na cidade.
Ludmilla Zago 6535
Soul na rua: representações sociais do movimento de dança *soul* na cultura urbana de Belo Horizonte
Júnia Miranda Carvalho, Regina de Paula Medeiros 6551
Práticas Corporais e Estéticas: experiências em contextos de formação e cuidado em saúde no Brasil
Flavia Liberman, Elizabeth Freire de Araújo Lima, Viviane Santalucia Maximino, Yara Maria de Carvalho 6559
Experiência Urbana e Criação Literária das Periferias de São Paulo
Lucas Amaral de Oliveira 6572
Intervenção poética: o projeto *poesia aos pedaços* como representação artística e ocupação urbana
Eduardo Duarte Gomes da Silva, Marina Moura Maciel 6586
LIVRE ACESSO – uma proposta para acção numa biblioteca
Marta Traquino 6595

GT 58
Investigação sobre produção artística contemporânea no contexto da lusofonia 6610
Formas de habitar o corpo: gêneros e sexualidades nas obras visuais contemporâneas de artistas lusófonos
Ricardo Henrique Ayres Alves 6610
O cinema em Moçambique, uma experiência transnacional
Alex Santana França 6617
Miguel Torga; Mia Couto; Manoel de Barros – Perspectivas Poéticas e Intimistas Atravessando Fronteiras do Conhecimento e da Língua Portuguesa
Claudia Maisa Antunes Lins 6627

GT 59
Entre pesquisar e fazer: práticas artísticas, metodologia e critica social nos estudos sobre juventudes 6635
Juventudes e Quadrilhas Juninas: Estilos e Vida e Sociabilidades
Liana Matos Araújo 6635
O Mestre de Cerimônias (MC) da cultura hip-hop como jogador na pós-história
Tiago Lazzarin Ferreira 6648
"Põe os vídeos na internet!": Experimentando com métodos de pesquisa visuais colaborativos.
Andrea Moreira 6654
Eu mesmo me represento! A autorrepresentação em imagens na pesquisa sobre juventudes
Danielle Parfentieff de Noronha 6661

GT 60
Políticas Públicas, criatividade urbana e desenvolvimento territorial 6672
Políticas Culturais e Democracia: notas sobre a Lei de Incentivo à Cultura do município de Teresina A. Tito Filho
Thiago Meneses Alves 6672
Organizações culturais e apoio público local: Que territórios e desafios?
Vera Borges, Tiago Lima 6682
Classe Criativa e Indústrias Culturais e Criativas em Destinos Turísticos: Comparando os Casos do Algarve, Málaga, Graz e Cardiff
Ana Rita Cruz, Pedro Costa, João Filipe Marques 6700
Da Lei Federal de Incentivo à Cultura a uma nova prática de mercado – o crowdfunding.
Carolina Marques Henriques Ficheira 6718
Projetos culturais e políticas públicas para jovens favelados:
antigos e atuais desenhos de formatos e metodologias
Patrícia Pizzigatti Klein 6725
Em outros timbres: delimitação e classificação das bandas juvenis teresinenses, quanto ao gênero, organização e estilo musical
Nayra Danyelle Batista da Silva, Lila Cristina Xavier Luz 6734

GT 61
Contextos de reconstrução pós-conflitos:
Convergências e divergências em torno do projeto de Paz Liberal 6748
A crescente interdependência das atividades de justiça transicional e de *peacebuilding*:
a inescapabilidade forjada do projeto de paz liberal?
Cláudia Alvarenga Marconi 6748
A Contribuição da Política Externa Brasileira na Construção da Paz Positiva em Conflitos Domésticos:
um estudo de caso da atuação do Brasil em Angola
Henriqueta Souza Sampaio 6765
O Atlântico de Língua Portuguesa em Perspectiva Comparada de Segurança e Defesa – dos documentos políticos às elaborações estratégicas
Daniele Dionisio da Silva 6778

GT 62
"Ambientes lusófonos" e o lugar da Lusofonia nos estudos ambiente-sociedade 6797
Desastres Socioambeintais e a Cplp: Políticas de Proteção e Defesa Civil no Brasil, em Cabo Verde e em Portugal
Raquel Otoni de Araújo, Teresa Da-Silva-Rosa..... 6797
Concepções conflitantes de terra e tecnologia na Amazônia:
revisitando a promoção das *rubber plantations* em 1900-1915
Rosineide da Silva Bentes 6811
Ambiente e Sociedade em disputa na Amazônia brasileira: o conflito ambiental em torno da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Pará
Lorena Cândido Fleury 6825
Conflitualidade, violência e recursos naturais: o caso da exploração de minérios em Moçambique e no Brasil
Isabella Alves Lamas 6834
A ocupação do território brasileiro como desdobramento da expansão da fronteira:
Heranças coloniais no pensamento sobre a contemporânea relação população-ambiente
Thais Tartalha do Nascimento Lombardi, Álvaro de Oliveira D'Antona..... 6845
Ribeirinhos insulares, tempo e práticas econômicas: contribuição aos estudos socioambientais na Amazônia Oriental
João Luiz da Silva Lopes, Lana Claudia Macedo da Silva..... 6858
Normatividade e boas práticas desenvolvimentistas nas periferias globais. Estudos de impacto em contexto Moçambicano
José Cavaleiro Rodrigues..... 6870

GT 63
Viver melhor é preciso: crise ecológica e alternativas 6874
As contribuições da dança para a promoção da educação ambiental
Débora Cristina Vieira Aleixo, Gislene Lisboa Oliveira..... 6874
Desenvolvimento sustentável, sociedades e saberes tradicionais associados à biodiversidade
Márcia Rodrigues Bertoldi, Yasmin Seoane 6889

Implantação do sistema de gestão ambiental no espaço escolar
Nívia Tamires de Souza Cruz 6902
A contribuição da agroecologia no combate à desertificação
Edir Vilmar Henig, Tiago Resende Botelho..... 6909
O estudo do meio na educação ambiental formal: contribuições da ciência geográfica
Luna Letícia de Mattos Lambert, Maria Lídia Bueno Fernandes..... 6918
Diretrizes para projetos sustentáveis em novas centralidades: breve revisão de conceitos
Luz, A. P. F., Colchete Filho, A. F., Maya-Monteiro, P. M. 6932
Regularização das hortas urbanas na cidade de lisboa - as hortas sociais do Vale de Chelas
Ana Luísa de Oliveira Moreira da Luz, Iva Miranda Pires..... 6945
Lixo se transformando em luxo: alternativas para redução dos resíduos têxteis em divinópolis-mg
Maria de Lourdes Couto Nogueira, Luciano dos Santos Diniz 6963
A ironia de ser pobre e morar na praia: conflitos fundiários e socioambientais no caso da 'Prainha'
Rose-France de Farias Panet 6979
Literacia da paisagem e do risco: educação e participação local na reinvenção de uma democracia *glocal*
Ana Salgueiro Rodrigues, Sara Bonati 6993

GT 64
O impacto das migrações rurais nos contextos de origem: experiências luso-afro-brasileiras 7008
O Ordenamento do Território: Uma abordagem interpretativa das políticas públicas brasileiras
Edir Vilmar Henig..... 7008
A produção dos espaços rurais no Alto Médio Canindé piauiense: migração e trabalho volante no Brasil contemporâneo
Lidiane Maciel 7016
O papel das migrações na reconfiguração do espaço social em Monsanto: O "caso da antena"
André Filipe Lopes Maratins, Dayana Martins Silveira, Gilmar Ribeiro Dos Santos..... 7029
Mulheres quilombolas pescadoras: expropriação, migração e sustentabilidade das famílias em Brejão dos Negros, Sergipe, Brasil
Ana Lídia Nauar..... 7043
A chegada do arame: migração e memória em uma comunidade rural da Bahia/Brasil
Diana Anunciação Santos 7051
Bens imateriais e estratégias locais de sustentabilidade: o impacto do turismo em pequenas propriedades rurais no extremo-sul do Brasil
Verenice Zanchi, Virginia Elisabeta Etges..... 7058

GT 65
Água para todos: a governança participada como experimentação coletiva 7072
Participação comunitária como alternativa de enfrentamento dos limitantes ao acesso à água
Sílvia Swain Canôas, Juliana Lemes da Cruz..... 7072
A Governança Participativa na Gestão de Recursos Hídricos no Brasil
Élvia Fadul, Lucas Cerqueira, Fabrício Vitória 7080
Índice de Transparência na Gestão da Água em Portugal (Intrag)
Ferreira, José Gomes, Schmidt, Luísa, Guerra, João..... 7094
"*Água que não soa não é boa*" o papel da participação pública na gestão da água em Portugal: os casos dos Conselhos de Região Hidrográfica do Tejo, Alentejo e Algarve
Miguel N. Rodrigues, Oriana R. BrÁs, Maria Adriana F. M. Ribeiro, Marta P. Varanda, Márcia M. R. Ribeiro ... 7111
Conflitos dos usos da água – Cova do Vapor – Almada - Portugal
Vanice Santiago Fragoso Selva, Sueli Ventura, Lia Vasconcelos 7119
Disputas e hierarquias na governança das águas no Brasil
Rodrigo Constante Martins..... 7127
Efetividade do Papel da Agência Nacional de Águas no Fomento Gestão das Águas no Nordeste Brasileiro
Fabrício Vitória, ÉlviaFadul, Lucas Cerqueira 7142

GT 66
Impactos Sócio-ambientais e Conflitos decorrentes de Grande Projetos 7148
O cerrado mineiro diante de políticas públicas antagônicas – uma pesquisa etnográfica
Lucimarta Guedes Vieira de Barros, Vera Ribeiro de Almeida dos Santos Faria 7148

Relações de poder em áreas ambientalmente protegidas:
(RE) Territorialização no Parque Nacional da Serra Itabaiana e refúgio de vida silvestre mata do junco-se
Carla Taciane Figueiredo, Izaclaudia Santana da Cruz, Emílio de Britto Negreiros,
Antônio Vital Menezes de Souza 7160
O Olhar e a Semente: evolução de um conceito
Larissa Malty 7169
Comunidades tradicionais do norte de minas: expropriações, resistência e luta por direitos
Dayana Martins Silveira, André Lopes Martins, Ludiana Martins Silveira 7178
Disputas e hierarquias na construção da questão ambiental em assentamentos de reforma agrária
Alexsandro Elias Arbarotti, Rodrigo Constante Martins 7185
O Lugar do movimento ocupe estelita, Recife, Brasil
Edneida Cavalcanti, Edinéa Alcântara, Suely Leal, Fátima Furtado 7195
"Vozes da seca": estratégias camponesas e programas públicos
na convivência com o semiárido no Jequitinhonha mineiro
Flávia Maria Galizoni, Vico Mendes Pereira Lima, Natalino Martins Gomes, Eduardo Magalhães Ribeiro 7212
Arborização de acompanhamento viário no estado de
Mato Grosso do Sul: os espaços livres como PALCO da vida social
Douglas Luciano Lopes Gallo, Eliane Guaraldo 7226
Óticas e Práticas Diferentes de Combate ao Desperdício Alimentar:
do Criticismo à Institucionalização – o caso extremo do Freeganismo em Portugal
Solange Aparecida Martinho 7239
A hora da conta: consumo de recursos e ações mitigadoras no semiárido de Minas Gerais, Brasil
Eduardo Magalhães Ribeiro, Camila da Silva Freitas, Flávia Maria Galizoni, Cecília Fakhouri de Oliveira,
Ana Pimenta Ribeiro 7248
Socioambientais: a realidade do conflito serra do Cipó – MG / Brasil
Tathiane Paraíso da Silva, Maria da Soledade Arruda de Lima, André Ramos Carloni, Geusiani Pereira Silva 7260

GT 67
Trabalho Ciência, Tecnologia e Sociedade no Mundo de Língua Portuguesa 7269
Regulamentação de material biológico e informacional humano em pesquisa: o estudo do caso brasileiro
Rosanita Ferreira e Baptista 7269
A divisão do trabalho científico no interior de um laboratório de genética humana
Mariana Toledo Ferreira 7277
Ciência Pós-acadêmica no Brasil: O Projeto "Andar de Novo"
Renato Rodrigues Kinouchi 7293
A medicina entre técnica, ciência e valor
Rodolfo Franco Puttini 7303
A Metafísica e o Problema do Valor nas Ciências
Samuel Simon 7308
Ciência e Ideologia – apontamentos
Daniel Maurício Viana de Souza 7319
Importância da pesquisa pública no Brasil: um estudo de caso sobre biotecnologia
Drª Sara Gonçalves Antunes de Souza (Antunes-Souza) 7331
O enquadramento do pré-sal brasileiro enquanto riscos e incertezas: uma análise da *expertise* científica na mídia impressa
José Eduardo Viglio, Lúcia da Costa Ferreira, Gabriela Marques Di Giulio, Marko Monteiro 7351
Perspectivas Filosóficas sobre a questão da longevidade humana:
desdobramentos para a sociedade brasileira atual
Luciana Zaterka 7361
A tessitura cotidiana de um espaço educacional inclusivo por meio das tecnologias da informação e comunicação: uma pesquisa narrativa
Adriana Barroso de Azevedo, Elizabete Cristina Costa-Render, Bruno Tonhetti Galasse 7371
Interferência Quântica – Usos e abusos de expressões científicas fora de contexto
Alexey Dodsworth-Magnavita 7383
Cinema e tecnologias assistivas: ferramentas de democratização cultural
Diego Normandi Maciel Dutra 7391
Controvérsias na climatologia: o IPCC, a afirmação do aquecimento global antropogênico e a agnotologia
José Correa Leite 7409

Cuidado com Animais no Biotério e suas Possibilidades Éticas
Iara Maria de Almeida Souza 7423

GT 68
Informação, Comunicação e Saúde em Países Lusófonos: análises e experiências 7436
Comunicação, Educação e Políticas de Saúde:análise crítica das Diretrizes para a Formação Médica no Brasil
Adriana Cavalcanti de Aguiar, Wilson Couto Borges, Irene Rocha Kalil,
Pedro Henrique Freitas Martins da Motta, Guilherme Canedo Borges 7436
Qualidade da promoção da saúde nos media em Portugal: o caso do Ébola
Inês Aroso 7449
Museus de ciências e ações educativas: a exposição *o corpo na arte africana*
Carla Gruzman, Maria Paula Bonatto, Hilda da Silva Gomes 7460
A perceção da erradicação da poliomielite no Portugal Pós-Colonial
Inês Guerra, Juan Antonio Rodríguez-Sánchez 7475
O comportamento organizacional: comunicação estratégica, cultural, relações sociais e económicas
na inserção do capital humano no contexto hospitalar
Ilse Maria Tigre de Arruda Leitão, Adriana Catarina de Souza Oliveira, Ana Karoline Marques Duarte,
Priscylla Renata Fernandes Nogueira, Roberta Meneses Oliveira, Marcelo Gurgel Carlos da Silva 7493
A Informação como eixo estruturante na cooperação entre países lusófonos
Nísia Trindade Lima, Paula Xavier dos Santos, Ana Cristina da Matta Furniel, Ana Maranhão, Eloy Rodrigues,
Paulo Cesar Vieira Guanaes, Rosane Mendes da Silva 7503
Observatório saúde na mídia: o SUS na mídia impressa
Izamara Bastos Machado 7512
A informação e a comunicação em saúde como estratégias rumo à efetivação do direito à saúde
Rosane Aparecida de Sousa Martins, Luís Saboga Nunes, Cláudia Helena Julião, Marta Regina Farinelli 7525
Congresso Luso-Afro-Brasileiro (XII CONLAB) Ciberativismo ambiental no Brasil e na Espanha:
análise do discurso dos movimentos socioambientais no enfrentamento à instalação de refinarias de petróleo
SANTOS, Mariana Olívia Santana dos, DOMINGUES, Renata Cordeiro, GURGEL, Aline do Monte,
GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello, GURGEL, Idê Gomes Dantas, AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva 7536
Web rádio práticas educativas do enferimeiro com as juventudes escolares: atravessamentos do cuidado
em saúde, informação e comunicação
Daniele Vasconcelos Fernandes Vieira, Raimundo Augusto Martins Torres, Gislene Holanda de Freitas 7547
1º Congresso da associação internacional de ciências sociais e humanas em língua portuguesa
Edney Mota Almeida 7554
Imprensa, estado e malária: uma análise da produção de sentidos no jornal *Commercio do Amazonas*, de 1898
Andréa Maria Pampolha Arruda, Inesita Soares de Araujo 7562
Comunicação e Saúde no Brasil:
Discursos dos meios de comunicação e constituição de sentidos de saúde pública/SUS
Lorena Goretti Carvalho Barroso, Wedencley Alves Santana 7576
Comunicação e Educação em Saúde: a mediação no processo de formação para o SUS
Wilson Couto Borges, Adriana Cavalcanti de Aguiar 7586
Medicalização e obesidade: políticas de alimentação, mídia e subjetividade contemporânea
Camila Calado 7597
Discursos sobre o Sistema Único de Saúde do Brasil nas campanhas de mobilização à AIDS
Stéphanie Lyanie de Melo e Costa, Lorena Goretti Carvalho Barroso 7607
Limites do Campo Científico e o Potencial da Linguagem Audiovisual para uma Comunicação Significativa
na Saúde Coletiva
Marina Fasanello 7616
Mediações e estratégias de comunicação nas políticas públicas de saúde para ciganos no Brasil e em Portugal
Aluízio de Azevedo Silva Júnior 7626
Influência do pronto sorriso como instrumento de comunicação e humor no cuidar
Arlene de Sousa Barcelos Oliveira, Fátima Maria Lindoso da Silva Lima, Maria Luiza de Faria Paiva,
Soraya Regina Coelho Meira 7641
Crianças e adolescentes portadores de anemia falciforme e sua relação com profissionais de saúde
Eulange de Sousa, Marcelo Medeiros, Cibele de Guadalupe Sousa Araújo 7658
Análise da interatividade do cidadão brasileiro no Facebook do Ministério da Saúde:
Uma releitura teórica do "Quinto Poder"
Eliana Marcolino, Mayara Ribeiro Gerônimo, Patrícia Alves de Azevedo Ribas 7674

GT 69
Assistência, Estado e filantropia no Brasil e em Portugal (séc. XVIII-XX): assistência, saúde e educação 7687
Saúde e educação na Escola Normal do Distrito Federal: o ensino de higiene pelo professore médico Edgard Roquette-Pinto
Teresa raquel Dalta de Carvalho, Maria Renilda Nery Barreto 7687
Poder Político, Filantropia e Assistência aos Doentes de Lepra/Hanseníase no Brasil-Goiás (1920-1950)
Leicy Francisca da Silva 7699
O hospital Ana Nery e a assistência à saúde do trabalhador no Brasil (1930-1950)
Christiane Maria Cruz de Souza 7708
A terapêutica como forma de Assistência
Danielle Sanches de Almeida 7721
A trajetória da Política Nacional para a população em situação de rua no Brasil a partir de um estudo de caso
Natália Maximo e Melo 7730
O 'familismo' e a caridade: a Sociedade São Vicente de Paulo na Zona da Mata mineira (1895-1939)
Ana Paula Magno Pinto 7740

GT 70
Tecnologia aplicada à pesquisa em ciências sociais e humanas: uso de CAQDAS e análise de redes sociais 7754
A influência das novas tecnologias na formação de professores para a educação das relações étnico-raciais
Nilvaci Leite de Magalhães Moreira 7754

GT 71
Governação da tecnologia no espaço de língua portuguesa: novas formas de desenvolvimento responsável? 7762
As tecnologias da informação-comunicação contribuem para conhecer as práticas e necessidades sociais em parques urbanos? O projeto COST-Action CyberParks-TU 1306
Carlos Smaniotto Costa, Marluci Menezes, Diogo Mateus, Alfonso Bahillo Martínez 7762
A aplicabilidade do princípio da precaução na decisão judicial de causas envolvendo o risco nanotecnológico
Mateus de Oliveira Fornasier 7771
Ações e mecanismos de governança que propiciam os processos interativos e inovativo nos polos de tecnologia da informação e comunicação
Pollyanna Rodrigues Gondin, Walter Tadahiro Shima 7786
Produção de Conhecimento e Variedades de Capitalismo: Diversidade Regional no Alvorecer da Turbulência Económica na Europa
Hugo Pinto 7797
Uma discussão sobre governança das políticas públicas voltadas para a inovação nas mpe no brasil
Josélia e. teixeira, Walter T. Shima 7816
Os desafios da política industrial brasileira: uma análise dos governos FHC e Lula
Juanito Alexandre Vieira 7828
O legado da talidomida: o que o Brasil não aprendeu com ela?
Adriana Moro Wieczorkievicz, Noela Invernizzi 7842

GT 72
Cafés Científicos em rede 7853
A concepção e o uso do campo semântico como ferramenta para comunicação entre Cafés Científicos em rede
Rodrigo Augusto da Silva Alves, Paulo Henrique dos Santos 7853

GT 73
Etnografia práticas pedagógicas e mediações culturais 7862
Pedagogia intercultural: experiências e possibilidades de organização do trabalho pedagógico
Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar 7862
As culturas afro-brasileira e indígena como patrimônio cultural significativo nas raízes da formação, costumes e tradições étnicas de Itaperuna-RJ
Juçara Gonçalves Lima Bedim, Leandro Garcia Pinho, Silvia Alicia Martinez 7873
Educação para além da escola: reflexões a partir das experiências dos movimentos sem terra de alagoas
Georgia Sobreira dos Santos Cêa, Camila Ferreira da Silva 7889
Experiências sociais no espaço escolar: os usos da escola por jovens das camadas populares no ensino médio
Mariza Conceição Grassano Lattari, Elisabeth Murilho da Silva 7899

"Moça, entra na fila, a professora chamou as meninas!":
pesquisa com crianças, raça e etnografia em espaços de educação infantil
Míghian Danae Ferreira Nunes 7914
"Moça, entra na fila, a professora chama as meninas!": pesquisa com crianças, raça e etnografia em espaços de educação infantil
Míghian Danae Ferreira Nunes 7926
A capoeira no programa mais educação: um debate sobre patrimônio, cultura afro-brasileira e educação
Vinícius Oliveira Pereira 7938
A importância do papel do professor na mediação da aprendizagem
Alessandra Fracaroli Perez, Vivian Massullo Silva 7948
Modos de ser criança na comunidade quilombola de Mato do Tição - Minas Gerais
Patrícia Maria de Souza Santana 7964
Práticas Pedagógicas e Mediações Culturais em Escolas Portuguesas: uma análise comparativa
Ana Vieira 7980
Práticas pedagógicas na formaçao do professor – leitor: estudo exploratório numa instituição brasileira
Maria Celina Teixeira Vieira 7993
Educação para Redução das Desigualdades: um estudo sobre o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC)
Vanessa Silveira de Brito 8004
As casas do Brasil na Europa: apontamentos sobre antropologia, etnografia e educação
Ceres Karam Brum 8017
Diversidade emergente: um mergulho em práticas docentes na perspectiva das Relações Étnico-raciais
Isabela Bastos de Carvalho, Talita de Oliveira 8030
A Pesquisa Sobre Infância e Relações Éntico-Raciais no Brasil: o Caso do Projeto Unesco
Ana Cristina Juvenal da Cruz, Anete Abramowicz 8039
Representações de brasilidade e relações raciais nos livros didáticos e nos bancos escolares: um estudo de caso do estado do Rio de Janeiro (Brasil)
Fabiano Dias Monteiro 8049
O Estudo da História e Cultura da África e Afro-Brasileira no Cotexto das Políticas Educacionais no Brasil
Benjamin Xavier de Paula 8064
"A História da África na escola: uma analise dos discursos curriculares em Brasil e Argentina"
Daniela Santos do Rosário, Francisco Ramallo 8079

GT 74
Desafios do ensino superior nos países lusófonos – contributos para o desenvolvimento 8089
Buscando indicadores do desempenho das universidades na construção das sociedades sustentáveis
Marcelo Ximenes A. Bizerril 8089
Uma leitura do Programa de Iniciação à Docência (Pibid), a partir da abordagem da ação coletiva
Fernanda Litvin Villas Bôas, Daniela Lobo D'Avila, Leila Chalub Martins 8099
Processo de Elaboração de um Modelo de Avaliação Interna na Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto (UAN)
Manuel Manuel Cambuanda, Felipe Silva Miranda 8112
Desenvolvimento social, inclusão e equidade– o efeito das políticas públicas de expansão das universidades públicas brasileiras
Antonio Carlos Henriques Marques, Vera Alves Cepêda 8123
Democratização da educação superior e expectativas no ensino médio: um olhar sobre Santo Amaro, Bahia, Brasil
Dantas, Lys Maria Vinhaes, Silveira, Olivia Maria Costa, Santos, Georgina Gonçalves dos 8135
Desafios para a universidade brasileira na contemporaneidade
Regina Célia Faria Amaro Giora 8153
Legitimação das hierarquias sociais: a distribuição do conhecimento nas instituições de ensino superior no Brasil
Glicia Gripp 8159
As instituições de ensino superior privado em Angola. Um olhar sobre à análise dos discursos dos Reitores das universidades privadas
Adelina Alexandra Carlos Pio de Kandingi 8176
Expansão do ensino superior em Angola entre 2000 e 2010 – Contributos do Sul para a sociologia do ensino superior
Adelina de Kandingi, Arlinda Cabral 8185
A Universidade como Agência de ***status*** socioeconómico nas ex-colónias portuguesas – o Caso Angolano
Tuca Manuel 8198

Reflexões Sobre a Avaliação Institucional no Ensino Superior em Angola
Maria da Conceição Barbosa Mendes 8213
Universidade E Cidade: vicissitudes da interiorização do ensino superior brasileiro
Sônia Maria Rocha Sampaio, Georgina Gonçalves dos Santos 8220
Universidade e Comunidade em Alagoas/Brasil: o Pilar da "Extensão" em Debate
Camila Ferreira da Silva 8232
Divulgação de capital intelectual das universidades: uma revisão na literatura
Telma Maria Chaves Ferreira da Silva, Augusta da Conceição Santos Ferreira 8239
Democratização X elitização: uma análise dos BI na Universidade Federal da Bahia
Silveira, Olivia Maria Costa, Dantas, Lys Maria Vinhaes, Sampaio, Sonia Maria Rocha 8254
Formação superior: perfil e expectativas dos graduandos do programa institucional de bolsa de iniciação à docência
Lucimary Bernabé Pedrosa de Andrade, Maria Madalena Gracioli, Priscila Alvarenga Cardoso Gimenes 8269
A nova "Lei de cotas" no ensino superior brasileiro: reflexões sobre a política e as universidades
Bruna Cruz de Anhaia 8281
Contribuições do Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI) para a formação inicial de professores brasileiros
Thais Mere Marques Aveiro, Fernanda Litvin Villas Bôas, Leila Chalub Martins 8296
Significados e ressonâncias da implantação do programa reuni na ufg/rg
Carla Agda Gonçalves, Ricardo Delgado de Carvalho 8313
A regulação da educação superior como mecanismo indutor de qualidade: desafios e oportunidades no contexto brasileiro
Thiago Henrique Almino Francisco, Marina Keiko Nakayama, Izabel Regina de Souza 8321
O programa universidade para todos: inclusão ou exclusão às avessas
Aparecida das Graças Geraldo, Edilene Machado Pereira 8332
Política de cotas nas universidades públicas federais no Brasil
Layza Castelo Branco Mendes, Andrea Caprara 8343
A necessidade de informação gerencial por instituições de ensino superior públicas
Renato Pereira Monteiro 8357
Acreditação do ensino superior na Europa e Brasil: mecanismos de garantia da qualidade
Cleber Augusto Pereira, M.Sc, Joaquim Filipe Ferraz Esteves de Araújo, Ph.D,
Maria de Lourdes Machado, Ph.D. 8370
Caráter interventor da Educação Superior: problemática da escola pública enquanto objeto da formação inicial docente
Everaldo Francisco Soares, Kátia Maria da Cruz Ramos 8385
Ensino Superior nos Países de Língua Portuguesa: uma abordagem às estratégias da política pública
Conceição Rego, Maria Raquel Lucas, Isabel Joaquina Ramos, Maria Leonor da Silva Carvalho,
Maria da Saudade Baltazar 8393

GT 75
Educação Superior, Desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul 8411
Olhares desde o "Sul". Aportes para a compreensão da internacionalização e a cooperação internacional desde uma perspectiva endógena, María Julieta Abba 8411
As estratégias das universidades estaduais baianas para a cooperação internacional no contexto Sul-Sul
Patricia Lessa Santos Costa, Carla Liane Nascimento dos Santos 8427
O ensino superior em fisioterapia e a saúde da família como desafio
Douglas Luciano Lopes Gallo 8438
O ensino de arquitetura no Brasil e sua influência na América do Sul / MERCOSUL
Francisco Segnini Junior 8453
As Interseções Entre o Brasil e os Palop: O Programa Estudante-Convênio de Graduação e a Cooperação Acadêmica do Brasil.
MARQUES, Lorena de Lima. 8462
Unila e Unilab: Uma Abordagem Sobre a Internacionalização do Ensino Superior a Partir das Universidades Temáticas no Brasil
Ms. Fabrício Américo Ribeiro, Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira 8476
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná e o desenvolvimento socio-econômico da sua região de abrangência
Mirian Beatriz Shneider, Udo Strassburg; Valdir Antônio Galante; Nilton Marques de Oliveira 8483

A Era da Cooperação Multidimensional
Célia Machado Guimarães E Souza 8496
Ações Afirmativas: Ensino, Pesquisa e Extensão na perspectiva da educação das relações étnico-raciais
Tatiane Cosentino Rodrigues, Fabiana Luci de Oliveira 8505

GT 76
Descolonização, Ditadura e Democratização no mundo lusófono: transição e construção democrática 8516
50 anos do Golpe de 1964 no Brasil: estudos historiográficos
Américo Freire 8516
O Brasil entre a memória e o esquecimento: políticas públicas e memória da repressão política
Carlos Artur Gallo 8522
"Ditadura militar no Brasil: transição inconclusa, memória e agentes históricos – algumas questões sobre periodização e nomenclatura"
Fabrício Augusto Souza Gomes 8531
Atuação diplomática brasileira no processo de independência dos países africanos de expressão portuguesa: o caso de Angola
José Francisco dos Santos 8541
A ditadura, o exílio brasileiro e a militância político-pedagógica em países africanos ex-colônias de Portugal
Spigolon, Nima I. 8555

GT 77
Media e Império Português 8568
4 de Fevereiro de 1961 – o ato inaugural da guerra colonial em angola narrado pela imprensa portuguesa, inglesa e francesa
Tânia Alves 8568
Media em português: Lusofonia ou Língua Portuguesa
José Gabriel Andrade 8581
As ideias viajam de navio: A Universidade de Coimbra e intelectuais brasileiros/ maranhenses na trama do movimento social denominado Balaiada (1838-1841)
Maria Bertolina Costa, Ana Cristina Araújo, Maria Dione Carvalho de Morais 8590
A imprensa colonial de expressão portuguesa e a I Grande Guerra
Prof. Dr. Antonio Hohlfeldt/FAMECOS-PUCRS 8599
Colonização: vocabulário político e práticas administrativas no período joanino (Rio de Janeiro, Brasil)
Rosângela Ferreira Leite 8613
Vinte e cinco de Março, média de uma região representativa da primeira constituição do Brasil.
Lineu Francisco de Oliveira 8619
O "coração" do império português: a ***religio cordis brasiliensis*** como linguagem iconográfica religiosa e sua sustentação da lógica colonial
Helmut Renders 8630
«Propaganda colonial e representações raciais nos retratos de alguns dos álbuns da *1ª Exposição Colonial Portuguesa* de 1934»
Filomena Serra 8651
Arte Mineira, Arte Brasileira, Arte Portuguesa: Augusto de Lima Junior e as fronteiras da arte setecentista
Mannuella Luz Oliveira Valinhas, Rodrigo Prado Mudesto 8657

GT 78
Interações no campo lusófono:
sociabilidades de bairro, produções culturais e artísticas entre falantes da língua portuguesa 8664
Ima(r)ginários urbanos: estética e política nas práticas e representações coletivas de realizadores visuais nas metrópoles contemporâneas
Guilhermo Aderaldo 8664
Pronomia: possibilidades de criatividade urbana
Ricardo Bento 8678
Estética e poder: práticas artísticas no Morro da Conceição
Mayane Dore 8685
APAFUNK: experiências de funk em cenários cariocas
Francisca Marcela Andrade Lucena 8691

GT 79
Violências, ruturas e transformações políticas nos países africanos de língua oficial portuguesa 8700
Sem etnias e sem religião: a construção da nação independente e os setores religiosos em Moçambique (1964-1980)
Cristiane Nascimento da Silva 8700

GT 80
A democracia em tempos de neoliberalismo 8711
Radiogradia dos orçamentos participativos no Rio Grande do Sul. Uma análise comparada das características e impactos das políticas públicas participativas
Alfredo Alejandro Gugliano, Adalmir Marquetti 8711
A influência dos direitos humanos no desenvolvimento da noção de cidadania para além do Estado Nacional: desafios e possibilidades
Daniel Campos de Carvalho 8725
O Problema do Clientelismo em Contextos Locais Brasileiros: Reflexões sobre Negociações de Interesses entre Elites Políticas e Eleitores
Murilo Guimarães 8737
Desenhos institucionais e participação social na proposta de gestão compartilhada da Prefeitura de Belo Horizonte
Márcio Simeone Henriques, Laura Nayara Pimenta 8748
Um olhar sobre o processo de descentralização em Moçambique - mecanismos de accountability pública: Orçamento Participativo e os Conselhos Consultivos Locais
Saide Jamal 8760
Participação, democratização e institucionalização: em que níveis?
Ana Maria Rodrigues de Oliveira 8775
Democracia X Governabilidade – A construção do programa neoliberal no Brasil
Ana Lúcia de Sousa 8785
O eleitor «terceira via» no Brasil (2002-2010)
Bruno Mello Souza 8795
O banco mundial, o FMI e economia argentina: o neoliberalismo de Meném e o neodesenvolvimentismo de Kirchner
Fernando Marcus Nascimento Vianini 8810

GT 81
Imaginar Pertenças, Repensar Identidades:
Cartografias, Linguagens e Narrativas sobre Turismo Genealógico em Espaço Luso-Afro-Brasileiro 8821
As memórias de Vó Maria: revisitando e (re)construindo a identidade do espaço rural nordestino
Josilene Ribeiro de Oliveira, Dominique Jacques-Jouvenot 8821
Turismo, memória, pertença e identidade na província de Malanje (Angola)
Samuel Varela Spínola 8834

GT 82
Estratégias identitárias e distinção urbana no campo das migrações estudantis 8847
Jovens em trânsito: viagens, identidades e formação entre jovens no mundo contemporâneo
Alessandra S. Barreto 8847
Coerção, Comércio e Fluxos Imigratórios: Análise Exploratória e Comparativa entre Dois Municípios de Imigração Alemã no Estado do Espírito Santo.
Vinícius Lordes Dias, André Carlos Busanelli de Aquino 8857
Desafios e limites da integração dos estudantes em intercâmbio na sociedade de destino
Leonardo Francisco de Azevedo, Aline Cristina Laier, Rogéria Campos de Almeida Dutra 8870
"O que significa ser negra na universidade?" um olhar sobre a condição de estudante após as ações afirmativas no ensino superior brasileiro.
Joana Celia dos Passos 8881
Aprendizagem de PLE, etnografia e formação intercultural: "Estranhamentos" e Significações de estudantes estrangeiros / intercambistas no Brasil.
Walkiria França Vieira e Teixeira, Míriam Lúcia dos Santos Jorge 8891
Migrações Internacionais: um retrato das novas elites intelectuais
Thaís Rangel Vieira 8898

GT 83
Metodologias participativas e dialógicas para a construção de um conhecimento científico-social emancipatório 8906
Discriminação, cultura e religiosidade: reconhecimento de direitos
Aline Andrighetto 8906
A universidade como espaço de produção de utopias sociais: apontamentos sobre as Incubadoras de Cooperativas Populares no Brasil
Manuela Salau Brasil 8917
Sociologia pública e engajamento: controvérsias na teoria sociológica contemporânea
Keila Lúcio de Carvalho 8929
A contribuição das pessoas com deficiência para a ecologia de saberes, temporalidades e reconhecimentos na educação superior
Nome: Elizabete Cristina Costa 8940
A imaginação sociológica e as possibilidades de diálogos emancipatórios com os jovens na escola brasileira
Diego Greinert de Oliveira, Rafael Antonio da Luz Sanches 8952
Fazer com, em diferença: desafios do "outro" como sujeito nas políticas culturais
Andrieve Martins Santos de Paula, Angélica de Souza Pinheiro, Elaine Monteiro, João Alípio de Oliveira Cunha, João Paulo da Silveira Santos, Lucas César Rodrigues da Silva, Luciana Adriano da Silva, Suellen Cristina Tavares 8963
Reflexões críticas sobre metodologias do campo patrimonial a partir de uma perspectiva feminista e decolonial
Patrícia Duarte Rangel, João Paulo Pereira do Amaral 8976
Trançando Idéias – Práticas Pedagógicas na Diáspora Africana
A Estética nas Práticas Pedagógicas e a Circulação de Ideias na Diáspora Africana
Neli Gomes da Rocha, William Barbosa 8990
Ecologia de saberes e formação de professores: A qualidade da educação em bases comunitárias
Alexandre Silva Virginio 9001

GT 84
Subjetividade na Crise do capitalismo contemporâneo 9016
O olhar sociológico voltado para o indivíduo a partir das perspectivas de Richard Sennett, Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim
Gabriela Maria Farias Falcão de Almeida 9016
Agricultura alternativa, subjetividade e capitalismo cognitivo
Ricardo Luiz Sapia de Campos 9025
Agricultura Alternativa – Significados do trabalho para jovens de uma univerdade pública do sul do Brasil
Maria Luisa Carvalho, Marilene Zazula Beatriz, Erica Yuko Miyoshi Koono, Giovane Negrini 9033
Afinando as emoçoes: uma clínica, muitas práticas
Edna de Assunção Melo Chernicharo, Regina Glória Nunes Andrade 9047
O Projeto Neodesenvolvimentista e a crise do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como sujeito da contestação social
Ana Elisa Cruz Corrêa 9053
A subjetividade dos jovens no capitalismo globalizado
Marisa Feffermann 9067
"Maquinarias do pensamento": o conhecimento socialmente produzido e a crise capitalista contemporânea
Scheilla Nunes Gonçalves 9077
Do lugar da cultura nas ruínas.
Paula Kropf 9090
Desenvolvimento e diversidade cultural no trânsito entre cultura e economia: o caso do Capim Dourado
Thais Alves Marinho 9100
Tempo, experiência e criação: articulações entre subjetividade, imaginário e política em Jean-Paul Sartre e Paul Ricoeur
Tais de Lacerda Gonçalves Massiére 9110
Ideologia como política da vida
Kelin Valeirão 9117
Reflexões Sobre a Imagem do Narciso na Atualidade
Fabiana Aparecida Almeida Lawall Valle 9129
Enquanto uns choram, uns vendem lenços
Lana Veras, Carlos Mendes Rosa 9136

GT 85
Estudos Feministas: da Pesquisa às Políticas 9146
Feminismo acadêmico e antropologia feminista no Brasil: Trânsitos e deslocamentos entre militância e produção de conhecimento
Alinne de Lima Bonetti 9146
Ubuntu: "Sou quem sou, porque somos todos nós!" - Integração Internacional, Relações de Gênero e Igualdade Racial.
Violeta Maria de Siqueira Holanda, Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra, Maria do Socorro Camelo Maciel..... 9157
Modelos de Desenvolvimento da Mulher Rural: O programa de auscultação à mulher rural em Angola
Ermelinda Liberato 9168
Uso do Tempo e Trabalho Não Remunerado (TNR) em Cabo Verde
Participação e intensidade: Principais evidências e impacto no debate das políticas públicas
Carlos Mendes, Maritza Rosabal 9173
Mulheres legislam para mulheres? o caso das deputadas do Rio Grande do Sul/Brasil (2011 – 2015)
AMaria Lúcia Moritz 9191
A memória e o lugar do feminino e masculino nas famílias negras: estruturando nova epistemologia
Rute Rodrigues dos Reis 9203
Métodos qualitativos e gênero: abordagens mais equitativas na construção do conhecimento
Maria de Lourdes Novaes Schefler 9215
Desigualdades de gênero e práticas de justiça: um estudo sobre processos de guarda de crianças e adolescentes
Autora: Fabiane Simioni 9230
Violência de gênero em Cabo Verde: construções de legalidades e significados de gênero
Nome: Miriam Steffen Vieira, ... 9245
Com o diabo na cabeça": Um estudo sobre ressignificações do masculino e do feminino no contexto da Lei Maria da Penha
Janaína Sampaio Zaranza 9252
Mulheres em formação: expressão do patriarcado numa história de empoderamento
Sonia M. de Souza Brito, Iole Macedo Vanin 9267
Política e gênero no cotidiano: o projeto Mulheres da Paz em Porto Alegre/Brasil
Anelise Gregis Estivalet 9279
Dimensões do gênero na implementação do Programa Bolsa Família: reflexões a partir de uma etnografia em Rio Tinto, Paraíba, Brasil
Pedro Francisco Guedes do Nascimento 9290
Políticas públicas de gênero no brasil: uma análise do plano nacional de políticas para as mulheres na região amazônica
Luziene Corrêa Parnaíba, Sylvio Marinho da Pureza 9301
Longe demais das capitais: diferenças e desigualdades
Eliana Teresinha Quartiero, Henrique Caetano Nardi 9310
Comparando percepções: deficiência intelectual e sexualidade numa APAE do interior de São Paulo - BR
Julian Simões 9320
Relações de gênero e atividades produtivas no Quilombo de São Braz, Recôncavo da Bahia
Jurema Machado de Andrade Souza 9334
Educação, infância e homens: uma estranha tríade
Ana Paula Tatagiba 9346

GT 86
Juventude, pobreza e resistências sociais 9359
Jovens no campo e o uso das novas tecnologias da informação e comunicação (ntic) nas suas práticas cotidianas
Nadja Rinelle Oliveira de Almeida, Maria Isabel Silva Bezerra Linhares, Janaina Sampaio Zaranza 9359
Da juventude: sobre demarcações, classificações e formas de resistência
Hildon Oliveira Santiago Carade 9367
Jovens egressos de medida socioeducativa de internação nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri: desafios entre o estigma e a inclusão social
Gabriela Pessoa Marques 9374
"Eu Sou o Samba, A Voz do Morro Sou Eu Mesmo Sim Senhor": As Juventudes e a Relação com o Território
Eduardo Silva dos Santos, Shyrlei Rosendo dos Santos 9383
Produção literária: tecer o imaginário – espaço preenchido da margem
Ligia Valadares de Almeida 9395

O multiculturalismo contemporâneo nas escolas: reconhecimento e afirmação de histórias e culturas urbanas negadas
Mônica G.T. do Amaral, Maria Patrícia Hetti, Ana Cláudia Florindo Fernandes, Raquel Martins 9409
Desigualdades e projetos de mobilidade dos estudantes do ensino médio
Glicia Gripp, Daisy Hubner, Leticia Mafra 9423
Teatro Do Oprimido: A comunicação de uma indignação compartilhada
Saulo Magalhães 9441
Trajetória juvenil e vida social na periferia metropolitana de Belo Horizonte
Marco Antônio Couto Marinho 9448
Estratégias de resistência de jovens em situação de violência em Salvador BA
Julie Sarah Lourau Alves da Silva 9462
Protestos de estudantes e internet: as novas formas do movimento estudantil
Naiaranize Pinheiro da Silva, Rosilda Arruda Ferreira 9471

GT 87
O governo da e pela cultura. Políticas públicas, socialidades e ontologias em transição 9485
Linguagens de ação pública: maracatu e cultura
Lúcio Bittencourt, Gabriela Toledo Silva, Anny Medeiros 9485
Entre o velho e o novo mundo dos vinhos: a cultura em circulação
Felipe José Comunello 9500
Culturas inventariadas: reflexões antropológicas acerca dos processos de patrimonialização de bens imateriais no Brasil
Sara Santos Morais 9514
Casas sagradas e políticas culturais no Timor-Leste pós-colonial: conjunções, mediações e disjunções ontológicas
Renata Nogueira da Silva 9529

GT 88
Qualificações, competências e trabalho: referências contemporâneas 9538
Agricultura alternativa e outras formas de trabalho
Ricardo Luiz Sapia de Campos, Jéssica Aline Troiano 9538
A responsabilidade Social das empresas e o papel dos Recursos Humanos
Lina Isabel de Figueiredo Capricho 9549
Skillmismatch - A Construção de um Conceito
Isabel Duarte, Mário Ceitil, Miguel Baião Santos 9568
Programas públicos e inserção dos jovens no trabalho: oportunidades reais ou ativação para o trabalho precário?
Cristina Almeida Cunha Filgueiras 9576
Os processos de formação e qualificação para o setor de Tecnologia da Informação
Daniela Ribeiro de Oliveira 9588
Qualificações, competências e trabalho: Um estudo de Caso na Região Autónoma da Madeira
Maria Manuela Vieira Teixeira Pereira 9599
Novas tendências da Administração Pública: uma breve discussão sobre desenvolvimento
Manuela Ramos da Silva, Flávia Lopes Pacheco 9606
O que significa socialmente o diploma de técnico no Brasil?
Carolina Zuccarelli 9620

GT 89
Materialidades, cosmovisões e o lugar do sagrado nas outras Economias: apostando em outras lógicas de organização da vida 9633
A vida xerente depois da Uhe lajeado, tocantins - Brasil
Adriano Castorino 9633
A cultura sateré-mawé e seus entrelaçamentos: ethos e cosmovisão
Solange Pereira do Nascimento, Iraildes Caldas Torres, Milton Melo dos Reis Filho 9645
Práticas de cuidados à saúde: sob o olhar de crianças pantaneiras”
Gisella Cristina de Oliveira Silva, Sueli Pereira Castro 9652
Poder público, saberes médicos e medicina popular no território do acre (1904 A 1930)
Sérgio Roberto Gomes de Souza 9658

GT 90
Angolanidade, Guineidade e Cabo-verdianidade: Epítomes da nacionalidade na CPLP 9673
Amílcar Cabral: o pedagogo da revolução da Guiné-Bissau e Cabo Verde de 1963 a 1973
Lourenço Ocuni Cá, Cristina Mandau Ocuni Cá 9673
Angolanidade: Genealogia de um conceito
Raquel Miriam Rodrigues Pedroso, Paulo Seixas 9684
A Guineidade Narrada na "Trilogia" de Abdulai Sila
Suely Santos Santana 9694

GT 91
O risco e os acontecimentos extremos, um campo para descolonizar? 9709
População em situação de rua: vulnerabilidade e risco nos bairros do centro de salvador/ba
Maria de Fátima Cardoso 9709
A atenção psicossocial e as intervenções estratégicas em contexto de pós-desatre: a experiência das cidades serranas do estado do RJ
Simone Santos Oliveira, Lúcia Rios Benevides, Sergio Luiz Dias Portella 9719
A diáletica dos extremos: reflexões sobre o viver em favelas e os eventos extremos
Marcelo Firpo Porto, Fátima Pivetta, Marize Cunha, Lenira Zancan, Jairo Freitas, Alan, Brum Pinheiro, Fabiana Melo Souza, Gleide Guimarães. 9728

GT 92
Migrações internacionais no mundo lusófono 9740
A transmigração haitiana para o Brasil: breves considerações
Carolyne Reis Barros 9740
Nacionalistas e colonos do "Ultramar" português e sua presença no Brasil (1960-1975)
Daniel de Oliveira Cunha, Zeila de Brito Fabri Demartini 9749
O papel das associações de imigrantes na integração das suas comunidades entre 1995 e 2002
Anabela Franqueira 9764
Globalização e Migração Estudantil: Fluxos de Capital e Fluxos Culturais entre Brasil e África
Banjaqui Nhaga, Ronaldo Sales Júnior 9780
Dinâmicas de Participação Política e Cívica de uma Diáspora Africana em África: o caso dos imigrantes guineenses em Cabo Verde
Eufémia Vicente Rocha, Davidson Gomes, Miguel de Barros 9795
Migração internacional no Rio Grande do Norte sob o prisma das oligarquias, 1889-1930
Rosane Siqueira Teixeira 9807
Direitos humanos e imigração no brasil: a continuidade da semântica autoritária excludente na política legislativa brasileira e a inclusão como direito
Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth, Mateus de Oliveira Fornasier 9822

GT 93
As normas e padrões de conduta de militantes políticos presos no espaço lusófono no século XX: história, códigos éticos e memória 9836
Campo de concentração do tarrafal: a ética da resistencia revolucionária.
Antónia Gato 9836
Mulheres no Campo de 'Concentração' de São Nicolau no Fim do Império Colonial Português
Margarida Paredes 9845
Subversão ou calúnia? A experiência de encarceramento de um industrial brasileiro
Cristiane Muniz Thiago 9853

GT 94
Antropologias, antropólogas e antropólogos, nas e das periferias 9860
Aproxime-se de mim esse cálice: comparando bebedores de vinho de Portugal e do Brasil
Kamila Guimarães Schneider 9860
Um esboço sobre a emergência do movimento negro no maranhão: rupturas e continuidades nas lutas de caráter étnico racial
Igor Thiago Silva de Sousa 9870
Género e Políticas Públicas em cabo verde
Maria Sábado Ramos Semedo Tavares 9884

GT 95
Relações raciais e aspectos culturais no Brasil e na Europa 9894
Educação, Racismo e Intolerância Religiosa no Brasil contemporâneo: o caso das religiões afrobrasileiras
Patrício Carneiro Araújo 9894
O Imperador e a Quitandeira
Mônica Cardim 9903
Representações discursivas e imagéticas sobre relações raciais na revista o correio da Unesco
Ana Cristina Juvenal da Cruz 9926
A Velha Guarda e o processo de desterritorialização das Escolas de Samba Paulistanas
Cibele Mariano Vaz de Macêdo 9939
Jovem e Violência no Brasil – A senzala moderna e o apartheid brasileiro.
Ôngaro, Maria Emília 9948
A formação de professores e professoras para a educação básica num Brasil de permanente e insistente prática cotidiana do racismo
Aldenir Dias dos Santos 9961
Relações étnico-raciais, preconceito e discriminação no cotidiano de trabalho de psicólogos(as) que atuam em serviços de imigração
Alessandro de Oliveira dos Santos, Alina Kaledina Ortega 9971

GT 96
A ciência da informação e a sua dimensão social e política: olhares, saberes e trocas entre bibliotecários, arquivistas e museológicos 9984
Informação em saúde para o usuário leigo disponível na Biblioteca Virtual em Saúde Prevenção e Controle de Câncer
Walma Belchior, Adriana Olinto Ballesté 9984
Sociedade da Informação e as Contradições das Políticas de Leitura no Maranhão/Brasil
Maria Mary Ferreira 9995
O Aspecto Social e o Perfil do Bibliotecário no Contexto Escolar
Claudio Marcondes de Castro Filho 10007
O Catálogo como Instrumento de Pesquisa Histórica em Arquivo Jurídico: uma análise das descrições arquivísticas dos processos judiciais históricos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão no período entre 1767 a 1975
Leoneide Maria Brito Martins, Vanessa Alexsandra Souza Gomes, Carlos Magno Belo Pereira 10018
Território e informação: uma breve articulação sob a noção de regime de informação
Lucileide Andrade de Lima do Nascimento, Emir José Suaiden 10029
Tecnologias da Informação e a Implantação de Softwares Livres em Bibliotecas Públicas Escolares na Área Itaqui-Bacanga em São Luís – Ma
Cenidalva Miranda de Sousa Teixeira, Juliana Rabelo do Carmo 10041
Transparência e *accountability* nas instituições públicas: análise da convergência desses princípios
Luzia Zorzal, Georgete Medleg Rodrigues 10050

GT 97
Civilização: entre dois mundos 10065
A Planejamento, ciência e intelectuais no centro e na periferia colonial: o diálogo teórico entre Karl Mannheim, Florestan Fernandes e Celso Furtado
Vera Alves Cepêda, Thiago Pereira da Silva Mazucato 10065
A obra caleidoscópica de roger bastide: bricolage, perspectiva e diálogo
Carmen Felgueiras 10075
Um olhar crítico sobre a ciência e a educação enquanto pressupostos da "civilização"
Mariana Toledo Ferreira, Stefan Klein 10083
Entre a civilização e a 'brasilidade': O sentido da mestiçagem na Identidade Nacional
Nara Maria Carlos de Santana, Natália dos Reis Cruz 10093

GT 98
"Memórias, identidades e políticas públicas - economia, gestão e sociedade" 10103
A Memória e a Economia Criativa no Contexto da Valorização da Cultura no Cariri Cearense-Brasil
Carmen María Saenz Coopat 10103

A transversalidade da Cultura: (re)pensando significados sobre desenvolvimento e cooperação técnica do Sul Global
Daniela Lobo D'avila..... 10112
Patrimônio imaterial e referências culturais em ribeirão preto: história, teoria e resultados finais de trabalho de pesquisa de campo
Delson Ferreira..... 10122
Economia Criativa e Comunidades Tradicionais no Recôncavo Baiano
Lúcia Maria Aquino de Queiroz 10133
Formação e implantação da política pública de patrimônio cultural do Brasil
Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa..... 10143
Aspectos do processo de patrimonialização na Bahia: testemunho fotográfico (1935-1945)
Lígia Conceição Santana..... 10157
Memória Urbana da Arquitetura Comercial em Florianópolis
Urban Memory of commercial architecture in Florianópolis
Karine Petry de Aguiar..... 10164
Formação multicultural: influências na formação e manutenção de culturas híbridas
Claudia Regina de Brito, Gladis Linhares, Marilda Franco de Moura 10179
A ressignificação do inimigo: o medo dos mineiros nas memórias da Revolução de 1932, em Cássia dos Coqueiros, SP, Brasil.
Guilherme Pires de Campos, Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa..... 10188
Memória do Operariado Amazonense: A Festa Como Expressão da Luta Operária, Transgressão e Carnavalização
Milton Melo dos Reis Filho, Iraildes Caldas Torres 10200
A Festa Religiosa como Permanência: Um Estudo de Caso em Ribeirão Preto (Brasil)
Nainôra Maria Barbosa de FREITAS, Sandra Rita MOLINA..... 10212
Língua Portuguesa - Preservação da Memória Coletiva
Marilda Franco de Moura, Claudia Regina de Brito, Gladis Linhares 10222
Os Inventários Nacionais de Referências Culturais: conhecendo identidades, preservando a memória.
Rose-France de Farias Panet, Grete Soares Pflueger..... 10231
Educação Patrimonial, Curriculo Escolar e Formação de Identidades.
Telma Fernanda Ribeiro..... 10243
História, memória e patrimônio revolucionário:
a reconstrução da cidade de Belém do Pará depois da revolução Cabana – Amazônia brasileira – 1840-1860
Magda Ricci 10255
Política e Cultura Popular no Brasil: o fazer local como construção da identidade nacional
Luana Tereza de Barros Vieira Rocha..... 10263

GT 100
Mudanças climáticas e mudanças sociais-complexidade e urgências 10276
O "incivilizado sertão": leituras sobre os trabalhadores livres e despossuídos de terras
Ana Carolina da Silva Borges..... 10276
O Direito Humano à Energia Solar: a experiência de São Bernardo do Campo – Estado de São Paulo - Brasil
Gustavo Belic Cherubina 10288
Desertificação em bioma de mata atlântica: implicações sociais e desafios à manutenção da vida no campo
Juliana Lemes da Cruz, Sílvia Swain Canôas..... 10310
Alterações climáticas nos municípios portugueses – resultados de um inquérito
Guerra, João, Ferreira, José Gomes, Schmidt, Luísa, Campos, Inês Sobral, Penha-Lopes, Gil, Vizinho, André ... 10320
Crise Hídrica em São Paulo - o fracasso da governança face às mudanças climática
Pedro Roberto Jacobi, Renata de Souza Leão 10339
Oceanos, pesca e mudanças climáticas: o social em perspectiva
Andreza Martins..... 10348
Fontes Renováveis de Energia e o Desenvolvimento Local Sustentável
Maria das Graças Nassau, Maria do Perpétuo Socorro Nassau Araújo, Carlos Renato Theóphilo,
Taysa Tamara Viana Machado 10359
Por uma efetiva política de comunicação das mudanças climáticas
Carolina Cantarino Rodrigues..... 10368
'Alterações climáticas e erosão costeira: três dimensões para um valor comum'
Schmidt, Luisa, Delicado, Ana, João Mourato 10376

Human groupings and popular dwelling in Brazil in their problems, terminologies and alternatives.
Maria de Lourdes Soares 10388
Arquétipos sociais sobre alterações climáticas na blogosfera de três continentes
Rui Velasco 10402

GT 101
Discursos coloniais, identidades e relações étnicas 10414
Mulheres quilombolas e a ancestralidade: raça e gênero na criação de corpos étnicos
Mariléa de Almeida 10414
Araribóia Ou Martim Afonso?
Lia Vieira Ramalho Bastos 10425
Políticas Educacionais, Ações Afirmativas e Etnicidade
Maria Alice Rezende Gonçalves 10437
Relações raciais e a formação continuada de professores: conflitos e dificuldades gerados pela temática
Vanda Lucia Sá Gonçalves, Emanuel Alves de Moura, Maria Lucia Rodrigues Muller 10447
"Lá vem o santo preto": as práticas de sociabilidades e resistências na irmandade de são benedito na cidade de aracaju-se
João Mouzart de Oliveira Junior, Sandreana Melo 10456
Cultura Negra Brasileira: Reflexões sobre campo e conceito
Renan Ribeiro Moutinho 10471
Educação escolar quilombola em Carcará – Potengi Ceará: um olhar para gestão da escola
Ana Paula dos Santos, Cicera Nunes 10479
Representações sociais sobre beleza e feiura: relações com a cor de pele e racismo na mídia televisiva brasileira
Eleonora Vaccarezza Santos, Marcus Eugênio Oliveira Lima 10493
Intelectuais negros e o racismo produzido nas instituções de ensino superior no Brasil.
Rosemere Ferreira sa Silva 10512

GT 102
Saúde e Cuidados 10521
Violência materna: uma questão social
Maria Cristina Baluta 10521
Até que ponto a ajuda ajuda: organizações humanitárias versus cultura local
Marcos Antônio de Souza Barbosa, Renata Oliveira Silva 10532
'Ser' cuidado, 'ser' cuidador: reflexões sobre redes de cuidado e conjugalidde a partir de narrativas de casais homossexuais sorodiscordantes
Marcia Reis Longhi 10541
Avaliação do Impacto na Qualidade de Vida e Aspectos Psicossociais de Pacientes de Cirurgia Estética – Estudo de Caso em uma Clínica em Fortaleza-Brasil
Claudia Milena Esmeraldo Melo, Galba Freire Moita, Pedro Lopes Ferreira 10549
Representações sociais em saúde mental: o conhecimento que anima a lei, os discursos e a prática
Karine Wlasenko Nicolau 10564
Visão da Gestão Voltada à Importancia do Agente Comunitário de Saúde na composição das equipes de Estratégia Saúde da Família
Monique Andressa Ferreira de Souza, Regina Nogueira da Silva, Giovana Paula de Oliveira, Douglas Luciano Lopes Gallo 10572
A Prevenção do Uso de Drogas na Escola através do Diagnóstico das Vulnerabilidades na Comunidade: um Relato de Experiência
Aline Winter Sudbrack, Luzia Fernandes Millão, Monica Concha Amin, Felipe Alves Vione 10583
A Epidemia de HIV/AIDS no Nordeste Brasil e seu Enfrentamento: Ganhos e Perdas
Ana Cristina de Souza Vieira 10592
Percepções sobre a dor em pacientes com reações hansênicas
Michelle Christini Araújo Vieira; Maria da Glória Lima Cruz Teixeira; Janaína de Oliveira Gomes; Margaret Olinda de Souza Carvalho e Lira; Rodrigo Nonato Coelho Mendes 10602

GT 103
Ambiente, sociedade e cidadania 10609
O Papel social da moda para uma classe de trabalhadoras:
As costureiras do Bairro São José, João Pessoa. Paraíba – Brasil
Liana Chaves 10609

Tupinambás de Olivença: demandas culturais que articulam políticas públicas e conhecimento acadêmico
Isadora Novaes Schefler Barbosa Costa 10622
O programa de aquisição de alimentos (paa) na composição da renda dos/as agricultores familiares no município de içara – sc - Brasil
Dimas de Oliveira Estevam, Juliana Vasconcelos Cardoso, Giovana Ilka Jacinto Salvaro, Rafael Rodrigo Mueller 10637
Construção de verdade policial:
análise das controvérsias na descrição e apuração de fatos criminais
Marilha Gabriela Reverendo Garau 10652
A constitucionalidade das ações afirmativas. Por uma reflexão crítica dos direitos fundamentais
Fernanda Barros dos Santos 10659
O ensino de língua portuguesa na sociedade mediatizada
Fábia Magali Santos Vieira, Helen Josy Monteiro de Freitas, Leila Tupinambá Silva, Vanely Cristiany Oliveira Silva 10667

GT 104
Gênero, violência e desigualdade 10680
Não sou mulher, sou mulheres: Construção do coletivo auto-organizado *Cumadre Maria*
Isabel Gonçalves Cordeiro 10680
Notícias da margem: educação e trabalho para jovens estudantes do Ensino Médio/EJA no quadro das mudanças na sociedade brasileira
Mônica Dias Peregrino Ferreira 10684
Violênciaescolar: desafios contemporâneos e compromissos com uma sociedade não-violenta
GomercindoGhiggi, Lizandra Andrade Nascimento 10696
Gênero e Sexualidade no Brasil: O Que Apontam os Estudos do GT 23/ANPED
Fátima Aparecida Coelho Gonini, Paulo Rennes Marçal Ribeiro 10704
Escola e relações de gênero: o envolvimento das meninas nos conflitos escolares
Veralúcia Pinheiro 10713
O aspecto racial e a rejeição do cabelo na primeira infância
Aline de Oliveira Braga 10720

GT 105
Religião, Cura e Política 10729
"*Deus mostra*": o "*atendimento individual*" como deslocamento terapêutico entre católicos renovados
Ypuan Garcia 10729
Os parâmetros de cura segundo o Espiritismo
Igor Alleoni Silveira Leite 10742
O FEITIÇO DA CURA. Histórias de Cura e Feitiçaria no sul da Bahia (1930-1940)
Iris Verena Oliveira 10749
Cristãos-novos na Época Moderna: a emigração como estratégia de manutenção da fé mosaica.
Gislaine Gonçalves Dias Pinto 10763

GT 106
Instituições e Poder: do Local ao Transnacional 10770
A Organização da Indústria fabril no Império do Brasil:
Um novo caminho para se entrar na era da Civilização e do Progresso
Jussara França de Azevedo 10770
O domínio do risco: a produção da verdade republicana
José Viegas Brás, Maria Neves Gonçalves, André Robert 10784
Neoliberalismo, Arranjos Democráticos E Novas Configuraçoes Dos Poderes No Brasil
Eder Fernandes 10793
Representação, conflito e mediação na narrativa televisiva – análise do programa *esquenta!*
Ohana Boy Oliveira 10804
Entre mares, coisas e significados: a relação comercial entre Belém-Portugal no pós independência
Mábia Aline Freitas Sales, Carlos Gabriel Guimarães 10817
Solução de conflitos nos órgãos colegiados brasileiros: um estudo empírico da construção da verdade jurídica na Suprema Corte Brasileira
Cristina Gomes Campos De Seta, Cláudia Franco Corrêa
Entre civilizações: América, Europa e África na cultura intelectual brasileira dos anos 1920
Thiago Lenine Tito Tolentino 10840

GT1
O local, o regional, o nacional, o global: cruzamentos periféricos e hegemónicos

Debatendo a "originalidade": aspectos da teoria crítica no Brasil

Stefan Klein[1]

Resumo: A comunicação ora proposta deriva de uma pesquisa em curso que busca interpretar a recepção da *teoria crítica da sociedade* no Brasil. Mais especificamente, o objetivo que delineio para este GT é o de observar o modo através do qual a teoria crítica passou por processos de apropriação com vistas a incorporar questões pertinentes a contextos periféricos e, por conseguinte, identificar possíveis potenciais contidos tanto na corrente teórica "de origem" quanto, sobretudo, nas contribuições modificadas no esteio de sua recepção, por vezes agregando perspectivas contra-hegemônicas na contramão à "dependência acadêmica". A hipótese de trabalho consiste em, observando o traço curioso de que houve períodos recentes em que a teoria crítica alcançou maior repercussão no Brasil do que em seu país de origem, interpretar a dinâmica desse cruzamento e do contexto de recepção à luz do confronto com prismas teóricos acerca da circulação do conhecimento.

Palavras-chave: teoria crítica; circulação do conhecimento; originalidade; dependência acadêmica.

Apresentação

O que se propõe aqui é apresentar reflexões preliminares de um projeto de pesquisa em curso que investiga a recepção da teoria crítica especificamente no Brasil. A maneira através da qual a pesquisa encontra-se organizada consiste em interpretar os textos de autores brasileiros, que se filiem explicitamente à teoria crítica da sociedade – aqui inicialmente tomada como aquela oriunda da assim chamada "Escola de Frankfurt"[2] – para estabelecer alguns dos parâmetros de apropriação dessa formulação teórica. Além da análise e interpretação textual, também está-se procedendo, aos poucos, com entrevistas com pesquisadores e docentes, selecionando-se tanto estrangeiros que de alguma maneira tenham contato com a teoria crítica no Brasil quanto, igualmente, aquelas/es que se localizam no Brasil e subscrevem alguns dos diagnósticos ou dos pressupostos epistemológicos da teoria crítica da sociedade, notadamente no que diz respeito ao conceito de crítica.

---

[1] Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (SOL/UnB). Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Foi bolsista de doutorado do CNPq e doutorado-sanduíche do DAAD, tendo realizado seu estágio doutoral na Johann Wolfgang Goethe-Universität Frankfurt am Main (Alemanha). Atualmente conta com um auxílio do CNPq (Edital Universal 14/2012), que financia a presente pesquisa, além de ter sido BMBF-Fellow no projeto *Universalität und Akzeptanzpotential von Gesellschaftswissen* junto à Albert Ludwigs-Universität Freiburg im Breisgau, tendo realizado duas estadias de pesquisa na referida instituição, ambas constituindo contribuições fundamentais para as reflexões aqui apresentadas. E-mail de contato: sfk@unb.br.

[2] O uso de "Escola de Frankfurt" foi externamente atribuído à teoria crítica da sociedade, tanto que Max Horkheimer afirma explicitamente que nunca foi intenção deste grupo fundar ou formar qualquer tipo de escola, mas que a partir de um certo momento, notadamente pós anos 1950, esse "rótulo" acabou estabelecendo-se e, por isso, aparece aqui, ainda que haja uma discordância de minha parte quanto ao sentido que lhe é atribuído, pois parece pressupor uma unidade teórica e/ou epistemológica maior do que de fato existe ou existiu quando consideramos os variados representantes dessa pretensa escola. Diferentes intérpretes ou comentadores concordam no que diz respeito à disseminação intempestiva desse nome: cf. Matos, 1995 [1989]: 17 e 18; Wiggershaus, 1986: 156; Albrecht, 1999: especialmente 25-35; Slater, 1978: 11 e 49-50; Leist, 2008, bem como Wheatland, 2009: 339-344.

Assim, cabe também circunscrever melhor o tópico deste texto, em parte decorrente de qual o recorte específico da pesquisa, bem como de uma precisão maior no que diz respeito ao proposto para o âmbito desta reflexão. Dada a abrangência da teoria crítica, em termos teóricos bem como de um ponto de vista temática, decidiu-se focar tão somente as propostas que, além de se filiarem de modo explícito à teoria crítica da sociedade, também realizassem os seus debates tendo como cerne a consecução de uma teoria da sociedade – com os que se exclui, para ficarmos com um exemplo, as contribuições que se deram na sociologia e na teoria de comunicação, derivadas do conceito de indústria cultural e de suas diversas reinterpretações – além de se deixar de lado as incursões, muito produtivas diga-se de passagem, da estética e de grande parte do pensamento filosófico.
Essa segunda limitação – mesmo considerando o fato de Theodor W. Adorno ter posto como objetivo específico pensar a teoria estética como teoria da sociedade (ou vice-versa) – é fruto de duas escolhas tanto importantes quanto necessárias. Primeiramente, dadas as formas de inserção institucional de projetos de pesquisa na contemporaneidade, a obrigação de restringir-se ao período de até três anos para a proposta inicial impedia abarcar a "teoria crítica" lato sensu, sem um recorte disciplinar ou temático. Paralela e independentemente disso, deve-se registrar, ainda, a falta de competência deste pesquisador para que conseguisse dar conta de perspectiva tão diversas, o que, por sua vez, facilitou a decisão em escolher a teoria da sociedade, sua consecução e, assim, a maior proximidade possível no que diz respeito à sociologia como disciplina e/ou como forma de pensar.
Assim, passar-se-á rapidamente pela maneira como a teoria crítica se aproximou, do ponto de vista disciplinar, da sociologia, visando preparar o terreno para a discussão acerca das formas de recepção, objeto do último item deste texto, antes de adentrar algumas considerações finais críticas acerca do caráter ou do dilema da originalidade da reflexão.

O embricamento com a sociologia

A relação da teoria crítica com a sociologia que, curiosamente, ainda hoje desperta aqui e ali graus de estranheza em alguns meios acadêmicos da "produção sociológica", está patente sob diversos pontos de vista. Opto por não me alongar nesse assunto, apenas indicando as diretrizes que permitem estabelecer esse tipo de relação sem o perigo ou o receio de atribuir à teoria crítica – no sentido da "Escola de Frankfurt" – um viés que estaria ausente em sua proposta "original". Se sem dúvida a crítica à sociologia marca uma parte relevante dos trabalhos iniciais desses autores – veja-se, por exemplo, o texto de Horkheimer (1987 [1930]) sobre a sociologia de Karl Mannheim, com o título "Um novo conceito de ideologia?" – essa preocupação continha o desenho da sociologia.
Essa relação torna-se ainda mais estreita no período posterior à Segunda Guerra Mundial e, portanto, no retorno de Horkheimer e Adorno após o exílio nos EUA. Primeiramente, através do engajamento explícito na criação de um dos primeiros cursos superiores de sociologia na Alemanha, ao lado daquele na Universidade de Köln, mas o que também pode ser observado, de outro ponto de vista institucional, em virtude de Horkheimer solicitar a mudança do nome de sua cátedra de "Filosofia social" para "Filosofia e sociologia"[3], o que marca a tentativa explícita de aproximação no que diz respeito ao diálogo com e produção teórica dessa disciplina.
Em segundo lugar, deve-se citar o fato de Adorno tornar-se responsável por ministrar uma disciplina intitulada *Introdução à sociologia* (*Einleitung in die Soziologie*), cujo conteúdo completo do semestre de verão de 1968 encontra-se disponível a partir de transcrições. Penso que o material transcrito de sua disciplina nos ofereça uma oportunidade de ao menos desenhar, em traços largos, a perspectiva sociológica que se delineava – saliente-se, de uma sociologia enquanto teoria crítica – a fim de, a seguir, podermos debater alguns aspectos da sua recepção no Brasil e, portanto, a lógica da colonização do conhecimento e das formas de dependência acadêmica.

---

[3] O texto completo com o seu pedido, ocorrido em março de 1951, dirigido à faculdade e ao ministério de Hessen, encontra-se no arquivo da universidade Johann Wolfgang Goethe-Universität Frankfurt am Main. Cf. *Universitätsarchiv*, Abteilung XX, pasta 300-07/02, fl. 77.

Na aula de abertura de referida disciplina, em que se preocupa com a relevância bem como a necessidade de inserção profissional das e dos futuras/os formandas/os, Adorno nota que há certo distanciamento entre as possibilidades de ocupação de socióloga/os na contemporaneidade face aos anseios que, com alguma frequência, a sociologia desperta no que diz respeito aos seus estudos e à sua reflexão. Com base nisso é que, tendo citado algumas das discrepâncias existentes entre as aspirações confrontadas com as condições concretas de realização profissional, retorna ao conceito de alienação/estranhamento. Pois o que se depreende, em parte, é uma certa dificuldade de reconciliar-se com esse mundo, e isso, de acordo com ele, torna-se mais difícil quanto mais se acumula o conhecimento acerca dessa realidade em que se está inserido.

> *Porém, se excepcionalmente me for permitida a utilização desse conceito de alienação, eu diria que a Sociologia exerce um pouco o papel de ser um meio espiritual mediante o qual se espera dar conta da alienação. Essa é uma questão muito difícil. À medida que efetivamente perseguimos o objetivo nela contido, pelo lado inverso alienamo-nos em relação aos fins práticos, às exigências profissionais da sociedade. É extraordinariamente difícil conduzir uma visão sociológica real e profunda em um sentido consequente, a uma fórmula que seja partilhada pelas exigências profissionais com que as pessoas de modo geral se deparam* (Adorno, 1993: 12 [trad. Bras.: 2008: 46]).

Logo, o que se vê é um olhar sobre as consequências práticas da reflexão sociológica que se estende à sua dimensão que, por vezes, é chamada de "aplicada", mas que de fato apenas expressa a maneira como teoria e empiria convergem e se retroalimentam – ou, para ficar com o termo que ele utiliza: encontram-se numa *interação recíproca* (*Wechselwirkung*). No seu entender, e recorrendo ao entendimento de um dos "clássicos", Adorno ainda acrescenta que se poderia compreender como intuito da sociologia "*realizar o que para Marx, em um sentido de extrema ironia, significa trabalho socialmente útil; e, de outro, justamente aquela orientação intelectual referida*" (*Id*., *ibid*., [trad. bras.: *id*., p. 47]).

A referência ao trabalho socialmente útil é, a meu ver, de enorme importância pois retoma a indicação que Horkheimer já esboçara em "Teoria tradicional e teoria crítica" (1988 [1937]), que a ou o intelectual insere-se numa divisão do trabalho existente sem que, necessariamente, deva se dar de maneira passiva, ou seja, existe a possibilidade – e, no seu entender, a premência – de elaborar a crítica a essas relações no âmbito da produção do conhecimento. Daí pode-se iniciar a possibilidade de, mesmo considerando as relações de poder contemporaneamente chamadas de Sul Global face ao Norte Global, encontrar matrizes de pensamento da teoria crítica aptas a enfrentar tal *status quo*.

Além disso, deve-se também atentar à maneira pela qual ele problematiza essas inserção do indivíduo "sociologicamente formado" em sentido reflexivo, tomando-se o pressuposto, resultado da observação empírica, de que está-se a lidar com uma sociedade contraditória. Esse traço deve ser ressaltado no âmbito do trabalho proposto haja vista que permite situar o *viés contra-hegemônico* – ao qual voltarei adiante – que, na minha interpretação, constitui um dos núcleos da formulação teórica da teoria crítica da sociedade.

"*Ocorre que uma contradição assim, ou seja, expressa em termos muito diretos, de que quanto mais eu compreendo da sociedade, tanto menos me situo na sociedade, não pode ser atribuída à responsabilidade do sujeito, à responsabilidade de quem conhece, tal como parece à consciência ingênua, porém esse caráter impossível e contraditório, ligado ao estudo da Sociologia, vincula-se profundamente ao objeto do conhecimento sociológico ou, melhor dizendo, do conhecimento social*" (Adorno, 1993: 13 [trad. Bras.: 2008: 47]).

Tendo muito brevemente esboçado a maneira como a teoria crítica reconceitua e, portanto, aproxima-se da sociologia como uma disciplina, encontram-se apresentados os pressupostos mais basilares para que se possa dar o passo seguinte, a saber, olhar para algumas de suas recepções no Brasil recente com vistas a problematizar essa influência. Em especial gostaria, aqui, de focar sobre um texto panorâmico recente de José Maurício Domingues, bem como tecer breves considerações a respeito do sentido que se pode atribuir à recepção – no sentido de publicação – de um texto de autores latino-americanos enfocando a teoria crítica, e cujo viés também me parece expressivo.

Sobre o(s) sentido(s) da recepção

No artigo "The Long Goodbye: On the Development of Critical Theory", Anton Leist (1998) discute o legado da teoria crítica, passando rapidamente pelas contribuições de Horkheimer, de Jürgen Habermas e de Axel Honneth, no que busca, pouco a pouco, expressar suas ressalvas no que diz respeito à interpretação do pragmatismo presente nesse viés, com o que, também, pretende esclarecer em que medida dever-se-ia pensar em teorias críticas, no plural, que viessem a constituir uma tradição e, portanto, apontassem muito além da expressão particular do caso 'frankfurtiano'. Após indicar alguns dualismos presentes nesse olhar, em especial no que diz respeito à conceituação da racionalidade, ele considera como um dos ditames que "*a fim de ser crítica, uma teoria social precisa ser prática, direcionada à mudança social*" (Leist, 1998: 352).

Tomando isso como um ponto de partida relevante, em linha com o(s) argumento(s) que foram elaborados ao longo do tempo por Horkheimer e Adorno em sua filiação mais ou menos explícita à teoria crítica enquanto epígena da teoria de Karl Marx, pode-se tentar estabelecer, aqui, uma linha interpretativa consequente. O que deve ser destacado, portanto, é a ideia de que observar as contradições de determinada forma social, e interpretá-las no sentido em que dão margem a que possam ocorrer mudanças sociais, consiste na pedra de toque da teoria crítica entendida em sentido estrito, ou seja, como decorrente do pensamento dessa dupla de autores que pode, porventura, ser complementada – com algumas nuances – por Walter Benjamin e Herbert Marcuse.

Desse ponto de vista, aparece como curiosa a tentativa de apropriação desse olhar teórico pela teoria dos sistemas, notadamente aquela alimentada pelos textos de Niklas Luhmann. Pode-se destacar aqui, como um exemplo de referenciação, o artigo de Andreas Fischer-Lescano (2010), que busca vincular diretamente ambas orientações, no esteio dos primeiros esboços elaborados por Günther Teubner. Decerto há uma semelhança quando se toma por base a importância de ater-se ao desenho de uma "teoria da sociedade" em sentido lato, que pretenda incorporar elementos disciplinares diversos, sem restringir-se a uma disciplina de tipo particular, como pode ser percebido nesse caso, em que a associação entre a sociologia e o direito marca sua produção teórica.

De outro lado, faltam elementos que permitam seguir o critério de Leist, que, expresso por ele, antecede-o significativamente, ao menos quando consideramos a crítica exposta por Marx[4] mais de um século antes. Talvez se possa partir da interpretação heterodoxa da linhagem da teoria dos sistemas para pensar a inversão da lógica de produção de teoria(s). Tenho em mente a hierarquia arraigada entre *coleta de dados empíricos*, presente sobretudo nos países periféricos, mas não a eles restrita, face à *formulação de teorias*, que se tem mostrado tarefa exclusiva de países centrais.

Syed Farid Alatas traça paralelos entre a teoria da dependência econômica, o pensamento em termos de imperialismo econômico, e sua extensão para as relações de cunho acadêmico, no intuito de sustentar a ideia da dependência acadêmica, que encontrou – precisamente aproveitando-se de linhagens do pensamento da dependência como, por exemplo, Theotônio dos Santos – muito de sua força nas reflexões no contexto da América Latina.

> *De acordo com a teoria da dependência acadêmica, as ciências sociais em sociedades intelectualmente dependentes são dependentes quanto às instituições e ideias da ciência social ocidental, de modo que as agendas de pesquisa, as definições das áreas e dos problemas, os métodos de pesquisa e os padrões de excelência são determinados por ou emprestados do Ocidente.* […] *Quase não há análises metateóricas ou teóricas originais emergindo no Terceiro Mundo. Enquanto quantidade significativa de trabalho empírico é gerado no Terceiro Mundo, muito disso toma suas diretrizes de pesquisa do Ocidente em termos de agenda de pesquisa, de perspectivas teóricas e de métodos* (Alatas, 2003: respectivamente 603 e 604).

---

[4] Na "Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel", Marx (1976[1844]: 380) afirma: "*Não há necessidade de a crítica esclarecer este objeto frente a si mesma, pois dele já não se ocupa.* […] *Seu sentimento essencial é a indignação; sua tarefa essencial, a denúncia*".

Decerto, essa dependência no plano das ideias aqui enfatizada – uma, e talvez a principal, entre seis dimensões destacadas por Alatas – também existe no plano do desenho institucional, no quesito das mídias utilizadas, isto é, as grandes editoras, os periódicos de maior impacto, e por daí em diante, bem como quanto aos investimentos em ensino e pesquisa oriundos de países centrais que, muitas vezes de maneira pouco consciente, exercem um papel imperialista. Ao mesmo tempo, deve ser compreendida à luz de uma divisão global do trabalho no âmbito das ciências sociais.

Essa divisão do trabalho se mostra de maneira mais evidente nas análises das publicações de periódicos, em que Alatas recorre à *Sociological Theory* e à *Philosophy of the social sciences*, dois dos mais relevantes na área de teoria, para ilustrar como os artigos são oriundos quase que exclusivamente de pesquisadores dos países centrais anteriormente definidos por ele, e que até nos periódicos temáticos, a autoria varia entre pesquisadores desses mesmos países ou cidadãos do país estudado, ou seja, há pouquíssimas alternativas efetivas no que diz respeito à diversificação dessa produção do conhecimento.

Quando pensamos no contexto brasileiro, podemos observar uma relação semelhante, haja vista que se tem um enorme mercado de traduções, até em periódicos de relevância, ao passo que o espaço a autores brasileiros é relativamente mais restrito. Um exemplo que poderia ser mencionado, dessa ótica, é que um estrangeiro radicado no Brasil, Frédéric Vandenberghe, teve o seu doutorado – realizado integralmente no exterior – publicado em tradução por uma editora brasileira[5], enquanto há uma quantidade significativa de trabalhos de cientistas sociais nacionais que não encontra esse tipo de oportunidade, dificultando ainda mais a circulação ao menos regional do conhecimento.

Evidentemente não se pretende, com isso, indicar que traduções de obras estrangeiros vistas como relevantes devam ser impedidas ou desconsideradas. Antes, deve-se ativamente buscar maior equilíbrio no que diz respeito ao financiamento e direcionamento de publicações, com vistas a que se possa criar os espaços e as condições para uma produção própria – que necessariamente carregue a acepção e a busca de ser 'original' – que dialogue, em pé de igualdade, com a 'importada'.

Uma das facetas dessa busca de originalidade pode ser depreendida, por exemplo, do artigo de José Maurício Domingues, em que ele reitera a premência de se trabalhar com uma concepção ecumênica de teoria crítica, capaz de pluralizar-se em termos de autores ou escolas – indo além, portanto, da teoria crítica da sociedade em sentido 'frankfurtiano', conforme visto acima – e tendo por base, nessa formulação estrita, um olhar fundamental, apresentado nos seguintes termos:

> *Teoria crítica aqui se põe então como uma vertente de questionamento da modernidade que sustenta não apenas seus valores contra as instituições do tempo presente, mas também que busca localizar nele, bem como nos agentes sociais que dentro dele se movem, os potenciais e possíveis sujeitos da emancipação prometida anteriormente pela modernidade. Esses valores, porém, obviamente não são nem podem ser uma pura derivação das ideias do teórico crítico, antes consistindo em extrapolações conceituais de temas e tendências que se verificam no mundo social efetivo da modernidade em suas sucessivas transformações, nas quais uma boa parte deles perdura permanentemente. Ou seja, trata-se de uma* crítica imanente*, que visa transcender as condições sociais que impedem a realização dos valores da modernidade* (Domingues, 2011: 72).

Igualmente, também coloca o viés emancipatório no cerne de seu argumento (cf. *id*., *ibid*.), e procura apontar equívocos de algumas correntes pretensamente críticas como, por exemplo, o olhar pós-colonial, a quem atribui, por vezes, a tentativa de negligenciar até mesmo as contribuições que foram gestadas no âmbito de contextos (outrora) coloniais, no que Domingues se refere à "*mistificação que o 'pós-colonialismo' tardio começa a tentar promover entre nós, com o mito de que nada ocorreu entre os latino-americanos para buscar reformular conceitos das ciências sociais em função de nossas especificidades*" (*id*., *ibid*., p. 82), ignorando

[5] Trata-se da obra *História filosófica da sociologia alemã*: alienação e reificação, publicada pela editora Annablume em 2012, e que enfoca justamente alguns precursores relevantes para compreender-se a teoria crítica.

entre outros, justamente, aquela teoria da dependência nomeada por Alatas como base para conceituar a dependência acadêmica.

Ao referir-se, no trecho citado acima, à crítica imanente enquanto – também – uma forma de questionamento da modernidade, identifica-se o primeiro movimento daquilo que opto, no esteio da argumentação de Wiebke Keim (2010), por denominar de "potencial contra-hegemônico" no âmbito das reflexões dessa teoria crítica da sociedade. Keim cita explicitamente o pensamento cepalino, e ainda que ele diretamente não permita estabelecer a recepção da teoria crítica, penso que realçá-lo reforça, de um lado, o fato de que se pode identificar "teoria original" num contexto periférico e, de outro, certa relevância generalizada, não em termos normativos ou de igualdade formal, em promover-se formas de contrabalançar ou implodir a dependência acadêmica.

Para tentar esclarecer esse último ponto: se há um teorização, tal qual a da dependência no sentido primeiramente econômico do termo, que se desenvolveu a fim de abarcar as especificidades de determinado contexto, isso significa tanto que se mostra, explicitamente, a insuficiência daqueles modelos eurocêntricos ou estadunidenses tomados como pretensamente universalizáveis ou logo de caráter universal quanto, também, mostra a "capacidade cognitiva" de produzir teoria na periferia. Em última instância, isso também significa que – nessa forma dual em que se apresenta por ora – os dois lados têm a ganhar com a redução da dependência acadêmica, e não apenas a periferia é que se veria beneficiada com o enfrentamento dessa sistemática.

Pode-se, ao mesmo tempo, inverter essa lógica da recepção e observar a publicação de um artigo de pesquisadores latino-americanos, mais especificamente argentinos, em um periódico de renome no âmbito da sociologia, a revista *Tempo social*, mas que trata particularmente da releitura da crítica de Habermas a Adorno. O que espanta, no referido artigo (Catanzaro e Ipar, 2012), pouco é a sua temática, afinal, a contribuição periférica ao debate da teoria passaria, em tese, justamente por incorporar temáticas que se encontram preponderantemente reservadas aos autores dos países centrais, ou seja, que se discuta os debates teóricos ali ocorridos. No entanto, é notável que Gisela Catanzaro e Ezequiel Ipar incorporem tão poucos autores locais ao seu argumento.

Poder-se ia argumentar que, simplesmente, trata-se de um debate tão restrito que apenas há uma produção relevante no exterior. Isso pode ser facilmente refutado quando consideramos, entre tantos outros, as contribuições de Rodrigo Duarte, de Marcos Nobre e de Ricardo Musse[6], quando se trata dos textos e das contendas envolvendo Adorno e/ou Habermas. Para além disso, se não pode ser tomado como comprovação, é um indicativo de como a dependência acadêmica se estrutura de tal maneira que, limitando-me a esse artigo, observa-se as raríssimas referências a textos alemães que não sejam aqueles dos autores diretamente discutidos. Logo, encontram-se ausentes possíveis comentadores ou intérpretes do centro, o que certamente dificultaria que o texto pudesse ser recebido no país de origem dos autores em debate, ainda que, a julgar pela bibliografia citada, fique explícito o domínio do idioma estrangeiro por parte de quem redigiu o referido texto, e, simultaneamente, obstaculiza-se até mesmo um diálogo Sul-Sul mais profícuo.

Assim, posso referir-me à reflexão pontual de Sérgio Costa (2010) envolvendo dois casos bastante distintos, mas com traços semelhantes, no que diz respeito à circulação de ideias entre o Brasil e a Alemanha. Ele busca destacar a relevância assumida nesse intercâmbio pela agência pessoal, citando como a realização de parte da formação e, posteriormente, do cultivo ativo de laços com instituições de pesquisadores alemães, foi decisiva para que tanto Marcos Nobre, no caso da filosofia, quanto Marcelo Neves, no âmbito do direito, pudessem auxiliar diretamente na difusão de ideias e teorias alemãs sem, simplesmente, importá-las acriticamente, mas procurando levar a cabo reinterpretações, reconstruções e, portanto, intervenções ativas nessas teorizações que permitissem contribuir – com o perdão da palavra – 'construtivamente' para, ao menos de maneira aproximada, promover um primeiro movimento de matização da colonização do conhecimento. O que se destaca, nos dois exemplos de Costa, em especial no caso de Marcelo Neves, é o fato de, por mais que para isso tenha sido necessário publicar em língua estrangeira, notadamente em alemão, os textos produzidos por Neves tiveram impacto naquele país, sendo citados por intelectuais relevantes no contexto dos estudos da teoria sistêmica, tanto na sociologia quanto, com peso ainda maior, no direito e na sociologia do direito.

---

[6] Poder-se-ia remeter, também, à professora da UFBA Denise Vitale, que publicou um artigo sobre Habermas na *Philosophy and Social Criticism* (Vitale, 2006), que ainda adicionaria o potencial de permitir um diálogo efetivo com pesquisadores de países centrais. Igualmente, tanto Rodrigo Duarte quanto Marcos Nobre tiveram artigos seus publicados na revista alemã *Zeitschrift für Kritische Theorie* (numa tradução livre: *Revista de Teoria Crítica*).

Considerações finais

Nessa aproximação, ainda de caráter preliminar, busquei destacar algumas peculiaridades da recepção da teoria crítica no Brasil, focando duas formas específicas de expressão que, a meu ver, refletem interpretações distintas do tipo de relação a ser estabelecido. Visando incluir de maneira mais específica outra corrente que abarque a circulação do conhecimento, recorro ao estudo de Leandro Rodríguez-Medina (2014) acerca da relação centro-periferia na produção de conhecimento, e que estudou a constituição do campo da ciência política na Argentina. Além de em seu trabalho destacar a importância dos estudos no exterior para o tipo de relação com o centro, ou seja, tanto oportunidades de realizar estágios doutorais quanto pós-doutorais nos EUA e em determinados países da Europa, também salienta a lógica particular que compõe a produção de conhecimento, no que se deve atentar, em especial, às possíveis formas de subordinação de acordo com a existência de simetria ou assimetria nos mundos sociais em interação.

> *Essas diferenças explicam não apenas porque a negociação e o debate são necessários, mas também permitem a emergência de relações de poder, apresentando uma paisagem mais complexa em que as traduções ocorrem. Por conseguinte, cientistas competem e cooperam ao mesmo tempo. Eles competem por atribuir sentido ou definir identidades aos objetos ou métodos, como a interseção de seus mundos sociais. Eles cooperam pois traduzem e negociam em um espaço compartilhado* (Rodríguez-Medina, 2014: 36).

Tomando por base o recorte deste artigo, pode-se ver como a cooperação ocorre predominantemente com as instituições e as/os intelectuais do centro, enquanto a competição se dá no contexto periférico: entre diferentes pesquisadoras/es que disputam o mesmo espaço social acadêmico e, portanto, colocam suas distintas interpretações (ou traduções) uma face à outra, competindo – muitas vezes de maneira explícita, outras apenas implicitamente – por algum tipo de reconhecimento desse trabalho e dessa perspectiva. Pode-se, portanto, conforme indicado na citação acima, observar relações de poder a partir dessas formas de articulação.
A tradução à qual ele se refere não é aquela dos textos, mas sim a reinterpretação das ideias em cada um dos casos de recepção, e penso que essa trilha auxilia a observar com maior cuidado os dois aspectos de recepção da teoria crítica que optei por enfocar. Esse sentido específico da sociologia da tradução[7] foi apresentado por Michel Callon (1999 [1986]), a partir do exemplo das vieiras (um tipo de molusco), e busca realçar de que maneira(s) os diferentes atores envolvidos na consecução do conhecimento atuam na sua tradução até que ele adquira a forma específica de conhecimento científico[8], necessariamente mediado por figuras do contexto da pesquisa, mas não exclusivamente por elas, haja vista que elementos extrínsecos ao conhecimento científico em sentido estrito também atuam na e influenciam essa dinâmica.

---

[7] "*Tradução é o mecanismo através do qual os mundos social e natural progressivamente tomam forma. O resultado é uma situação em que certas entidades controlam outras. Entender o que em geral os sociólogos chamam de relações de poder significa descrever a maneira através da qual os atores são definidos, associados e, simultaneamente, obrigados a permanecerem fiéis às suas alianças. O repertório de tradução não é desenhado apenas para oferecer descrições simétricas e tolerantes de um processo complexo que, constantemente, mistura uma variedade de entidades sociais e naturais. Ele também permite uma explicação de como algumas poucas obtêm o direito de expressar e representar os muitos atores silenciosos dos mundos social e natural que mobilizaram* " (Callon, 1999 [1986]: 81-82).

[8] Discordo da interpretação de Callon quanto à igualdades entre humanos e não-humanos em termos de agência, haja vista que apresenta as vieiras utilizadas na pesquisa como *representantes* de um universo, chegando ao extremo de propor uma analogia com os votos para a escolha de representantes, o que me parece descabido. De maneira análoga, talvez fosse necessário a*tribuir agência aos livros publicados* pelos autores analisados em minha pesquisa: é evidente que olhar para a circulação dos textos é um componente fundamental, o que difere de atribuir-lhes agência propriamente dita. Ainda assim, ao considerar-se que há diferentes atores agindo enquanto parte e/ou todo da prática de pesquisa e da comunidade científica, entende-se que o modelo de funcionamento em termos da negociação, da competição e da cooperação desenhado por Callon permanece válido e tem relevância para auxiliar na compreensão das condições de produção do conhecimento.

O que envido incorporar ao meu argumento é, portanto, o fato de que se pode mapear as relações de poder que buscam apresentar e legitimar interpretações da teoria crítica alhures, e que, se existem em nível mundial, reconfiguram-se para o contexto brasileiro. Aprofundar o olhar sobre essas formas de tradução – que, diga-se de passagem, nesse caso específico também se mostram bastante dependentes da tradução no sentido semântico – é fundamental a fim de notar os tipos de relações de poder, bem como nomear os diferentes grupos, que atuam na configuração desses estudos acadêmicos em particular.

Por fim, gostaria de encerrar com outra menção à "originalidade". Em seu célebre artigo "Nacional por subtração", Roberto Schwarz discute precisamente como se dão as relações referentes ao estatuto da cópia no contexto de produção cultural e intelectual brasileira face ao exemplo europeu. Sem me alongar no debate, retenho uma passagem que me parece central para as reflexões aqui apresentadas: "*A idéia de cópia discutida aqui opõe o nacional ao estrangeiro e o original ao imitado,*
oposições que são irreais e não permitem ver a parte do estrangeiro no próprio, a parte do imitado
no original, e também a parte original no imitado" (Schwarz, 2005 [1986]: 135-136). No longo prazo deve-se expor, portanto, as *relações dialéticas* que marcam esse intercâmbio de ideias na medida em que ele, efetivamente, vier a constituir-se enquanto *dialógico*, e foi nesse sentido que remeti, acima, a que há ganhos para os (ao menos) dois lados envolvidos no processo de produção do conhecimento: a pretensa "cópia" pode, em sua "originalidade", jogar luz sobre o pretenso "original", estabelecendo uma troca multilateral que há de se mostrar, portanto, intelectualmente frutífera e profícua.

Bibliografia

ADORNO, T. W. (1993), *Einleitung in die Soziologie*, Frankfurt am Main: Suhrkamp [trad. Bras.: (2008), *Introdução à sociologia*, São Paulo: Unesp].

ALATAS, S. F. (nov. 2003), "Academic Dependency and the Global Division of Labour in the Social Sciences", *Current Sociology*, Londres, Thousand Oaks, CA e Nova Déli: SAGE, 51 (6), pp. 599–613.

ALBRECHT, C. (1999), "Die Erfindung der Frankfurter Schule aus dem Geist der Eloge", In: _____, G. Behrmann, M. Bock, H. Homann e F. H. Tenbruck, *Die intellektuelle Gründung der Bundesrepublik*, Frankfurt am Main: Campus, pp. 21-35.

CALLON, M. (1999 [1986]), "Some elements of a sociology of translation. Domestication of the scallops and the fishermen of St. Brieuc Bay", In: M. Biagioli, *The science studies reader,* Nova Iorque: Routledge, pp. 67-83.

CATANZARO, G. e IPAR, E. (2012), "O objeto das ciências sociais e a virada comunicativa: Adorno após Habermas", *Tempo social*, 24 (1), 2012, pp. 283-302.

COSTA, S. (2010), "Die Ideenzirkulation zwischen Brasilien und Deutschland: Diagnose und Szenarien", In: W. Bader (ed.), *Die deutsch-brasilianischen Kulturbeziehungen. Bestandsaufnahme, Herausforderungen, Perspektiven*, Frankfurt am Main: Vervuert, pp. 51-72.

DOMINGUES, J. M. (2011), "Vicissitudes e possibilidades da teoria crítica hoje", *Sociologia & Antropologia*, 1 (1), pp. 71-89.

FISCHER-LESCANO, A. (2010), "A teoria crítica dos sistemas da escola de Frankfurt", *Novos estudos CEBRAP*, 86, pp. 163-177.

HORKHEIMER, M. (1987 [1930]), "Ein neuer Ideologiebegriff?", In: _____, *Gesammelte Schriften*, Frankfurt am Main: Fischer, v. 2, pp. 271-294.

_____. (1988 [1937]), "Traditionelle und kritische Theorie", In: _____, *Gesammelte Schriften*, Frankfurt am Main: Fischer, v. 4, pp. 162-216.

KEIM, W. (2010), "Pour une modèle centre-périphérie dans les sciences sociales. Aspects problématiques des relations internationales en sciences sociales", *Revue d'anthropologie des conaissances*, 3, pp. 569-597.

LEIST, A. (2008), "The Long Goodbye: On the Development of Critical Theory", *Analyse & Kritik*. Stuttgart: Lucius & Lucius, 30, p. 331–354.

MARX, K. (1976 [1844]), "Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. Einleitung", In: _____ e F. Engels, *Werke*, Berlim: Dietz, v. 1, pp. 378-391.

MATOS, O. C. F. (1995 [1989]), *Os arcanos do inteiramente outro*. A Escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução, São Paulo: Brasiliense.

RODRÍGUEZ-MEDINA, L. (2014), *Centers and Peripheries in Knowledge Production*, Londres: Routledge.

SCHWARZ, R. (2005 [1986), "Nacional por subtração", In: _____, *Cultura e política*, São Paulo: Paz e Terra, pp. 106-136.

SLATER, P. (1978), *Origem e significado da Escola de Frankfurt*, Rio de Janeiro, Zahar.

VITALE, D. (2006), "Between deliberative and participatory democracy. A contribution on Habermas", *Philosophy & Social Criticism,* SAGE, 32 (6), pp. 739-766.

WHEATLAND, T. (2009), *The Frankfurt school in exile*, Minneapolis/Londres: University of Minnesota.

WIGGERSHAUS, R. (1986), *Die Frankfurter Schule: Geschichte, theoretische Entwicklung, politische Bedeutung*, Munique: Carl Hanser.

Durkheim e dois momentos da sociologia brasileira

Alexandre Braga Massella[1]

Resumo: A incorporação do pensamento de Durkheim na sociologia brasileira serviu a dois propósitos complementares. De um lado, como forma de apresentar os problemas e métodos da disciplina. De outro, como fonte de instrumentos para pensar a realidade brasileira. Abordaremos esses aspectos analisando dois marcos dessa incorporação: o manual de introdução à Sociologia de Fernando de Azevedo (1935) e as obras de Florestan Fernandes que empregam conceitos durkheimianos para a compreensão das sociedades capitalistas dependentes. Nos dois casos, a incorporação de Durkheim é conjugada à de outras tradições, mas é dele que provém o eixo do manual de Azevedo (a atenção ao real e a desconfiança da abstração) e a formulação do problema que preocupa Fernandes (as bases morais das sociedades capitalistas dependentes). Nesses dois momentos da Sociologia brasileira, Durkheim é incorporado não como objeto de pesquisa, mas conforme as exigências do que se considera ser a prática científica.

Palavras-chave: Durkheim, F. Fernandes, F. de Azevedo, Sociologia Brasileira, Educação, Classes Sociais

1. Introdução

Investigar a incorporação da sociologia de E. Durkheim à sociologia brasileira apresenta pelos menos duas dificuldades. Em primeiro lugar, é preciso não descartar a possibilidade de que elementos do pensamento de Durkheim possam ter sido incorporados de maneira indireta, o que significa que nem sempre o uso de categorias e de formulações durkheimianas vem acompanhado da menção a seu nome, suas ideias ou obras. Duas estratégias se abrem assim ao pesquisador: ou percorrer a literatura em busca de estudos que fazem referência explícita a Durkheim ou aceitar também estudos que estão em consonância com princípios durkheimianos, ainda que não façam referência explícita a ele e nem se comprometam com a totalidade do programa de pesquisa durkheimiano. Em segundo lugar, é preciso levar em conta que o pensamento de Durkheim apresenta diversas dimensões: a fundamentação da possibilidade da sociologia como ciência, o mapeamento de seu domínio, as teorias substantivas sobre a integração, a mudança social ou a religião e as propostas de intervenção prática fundamentadas na ciência. Ora, essa variedade de dimensões permite incorporações parciais de sua obra, isto é, é possível adotar posições que pertencem a uma dessas dimensões sem adotar posições que pertencem a outras, se é verdade que tais dimensões são independentes.

A estratégia que adotamos aqui é acompanhar a sua incorporação em partes da obra de dois sociólogos cuja importância na constituição e no desenvolvimento da sociologia brasileira dificilmente poderia ser negada: Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes. O primeiro, ligado à fundação da Universidade de São Paulo (1934), na qual foi professor de Sociologia, e idealizador de reformas que introduziram a sociologia no currículo das Escolas Normais, leu as obras de Durkheim e de seus discípulos, que mandou buscar da França (Azevedo, 1971: 51), por volta de 1917. Florestan Fernandes, um dos primeiros cientistas sociais formados na Universidade de São Paulo, foi o mais empenhado de sua geração em "edificar as bases científicas da sociologia no Brasil" (Arruda, 2010: 11). Em ambos, a instauração de um padrão científico de pesquisa sociológica é animada pelo anseio de compreender a realidade brasileira. E ambos fazem uso, de maneiras distintas, da obra de Durkheim. A importância dos autores e das obras que elaboraram permite entender como a obra de Durkheim serviu às necessidades do ensino da sociologia e como orientou a compreensão de certos aspectos da realidade brasileira.

---

1 Professor no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

2. Fernando de Azevedo: Durkheim e a fundamentação da sociologia

Em 1935, Azevedo publica um manual de introdução à sociologia: *Princípios de sociologia: pequena introdução* ao estudo de sociologia geral, que teria várias edições. O livro atendia às necessidades do ensino que se fizeram sentir no decênio de 1930 e é um dos vários manuais e compêndios que surgem no período (Candido, 2006: 284). Vale notar que quando Azevedo entra em contato com a obra de Durkheim este não é parte do cânone da sociologia. A sociologia era então pouco conhecida no país, a ponto que um jurista conhecido chamá-la de "a literatura do Fernando de Azevedo" (Azevedo, 1971: 211).

É preciso dimensionar bem a presença das concepções de Durkheim no manual de Azevedo. As citações são tão frequentes e as homenagens de tal monta que a obra pode parecer uma vulgata do pensamento durkheimiano. Mas não se trata de uma exposição de Durkheim, nos moldes que se tornaria depois comum na literatura relativa aos clássicos da sociologia, em que, no caso de Durkheim, são expostos os quatro livros publicados. O projeto de Azevedo é informar o professor, introduzir o estudante e, sobretudo, criar neste uma mentalidade científica. Não é um manual de introdução ao pensamento de autores, mas de introdução à ciência sociologia, em que as doutrinas servem na medida em que podemos extrair delas um núcleo científico, isto é, "as hipóteses científicas, as hipóteses de trabalho e as verdades apuradas" (Azevedo, 1935: 3). Se Durkheim ocupa neste projeto uma posição dominante, é porque

é com Durkheim que a sociologia se apresenta sob uma forma verdadeiramente científica, não só pela determinação mais nítida e precisa de seu objeto, como pelo tratamento científico a que submeteu o estudo dos fatos sociais (ibidem: 3).

A rigor, qualquer qualificativo que module o termo "sociologia" é visto com suspeição, por trair "preferências extracientíficas" (Azevedo, 1935: 104). Não haveria, assim, sociologia católica, marxista ou durkheimiana, mas sociologia simplesmente.

A organização do manual de Azevedo reproduz parte da estrutura de *As Regras do Método Sociológico*. A reflexão ontológica que determina a "forma do setor da realidade" que cabe à sociologia investigar reproduz a definição de fato social em Durkheim. A parte relativa à penetração do espírito científico na sociologia tem correspondência com a ideia durkheimiana de afastar as pré-noções em favor da observação. A autonomia explicativa da sociologia, elaborada no capítulo quatro de *As Regras do Método Sociológico*, é defendida nos capítulos em que as escolas são tratadas do ponto de vista da explicação. A distinção entre a ciência e a prática reproduz a concepção durkheimiana que separa, mas tenta também articular, a investigação sobre os fatos das tomadas de posição valorativas. É esta aliás a maneira pela qual Azevedo distingue as obras de Marx e de Durkheim e se afirma socialista e sociólogo: as obras de Marx

levam a uma tomada de posição política, em face de suas análises da estrutura social e econômica, e a de Durkheim, estabelece a natureza e os fundamentos de uma nova ciência, a Sociologia, que, sendo uma ciência não implicava nem podia implicar qualquer ideia ou atitude política (Azevedo, 1971: 210; 1935: 104).

Outras correntes e autores surgem muitas vezes como forma de reforçar, elucidar ou comentar posições de Durkheim. Não estão ausentes as controvérsias que colocam em jogo posições de Durkheim relativas ao objeto da sociologia, como a discussão com G. Simmel sobre a autonomia das formas sociais em relação às atividades que conferem conteúdo às formas (Azevedo, 1935: 53-59), ou o debate com G. Tarde sobre o papel da psicologia na explicação sociológica. Digno de nota é a mobilização de autores próximos a Durkheim, que trabalharam com este no *Année Sociologique*, como P. Huvelin. M. Mauss, G. Davy e C. Bouglé, autores que permitem acompanhar os desdobramentos dessas polêmicas ou apresentar formulações alternativas à de Durkheim. Azevedo não tinha, assim, uma postura dogmática e reverente a Durkheim, embora tenda a reiterar as posições durkheimianas nessas controvérsias.

Como não se trata apenas de "transmitir a ciência feita", mas tornar o aluno "apto a fazer ciência", é preciso habituar o aluno a por-se em face de problemas. Ao professor, Azevedo recomenda tornar o ensino "menos verbal, menos abstrato, menos livresco", desiderato cuja condição seria o "contato com os fatos, com os problemas atuais do meio". É esta postura que G. Freyre elogia no manual em carta ao autor, saudando o livro como uma boa introdução à sociologia "escrita, do princípio ao fim, sob o ponto de vista brasileiro" (reproduzida

em Azevedo, 1935: 325). O ponto de vista brasileiro está nos exemplos dados por Azevedo e nas sugestões de temas de pesquisa e análise apresentados ao final de cada capítulo.

E quanto à ciência praticada por Azevedo? Talvez o principal exemplo de uma empreitada inspirada em Durkheim esteja na Sociologia Educacional, obra de 1940 que pretende seguir a via aberta por Durkheim em *Sociologia e Educação*, coletânea de textos em que, na avaliação de Azevedo, é introduzido "o ponto de vista sociológico no estudo dos fatos pedagógicos" (Azevedo, 1964: 1). Essa via que não teria sido explorada nem mesmo pelos discípulos de Durkheim, absorvidos pelas questões práticas, isto é, pela aplicação da sociologia à educação. É assim que R. Bastide saúda a obra de Azevedo: "Restava, pois, escrever neste sentido durkheimiano, a obra de que o chefe da escola havia dado o prefácio" (ibidem: 2).

A gama de fenômenos relacionados à educação que caberia ao sociólogo estudar é ampla:

estabelecer uma noção precisa dos fenômenos de educação e de sua função social. Operar uma sondagem sobre a origem da escola como instituição social, específica; estudar as relações entre a escola e a sociedade, entre o sistema social pedagógico e o sistema social geral, como entre a política e a educação, e a educação e o Estado; investigar sobre a estrutura dos sistemas educacionais e a sua evolução, estreitamente ligadas ao temperamento, à estrutura e à evolução dos grupos sociais (ibidem: 24).

No interior deste projeto, salientemos a parte em que há a tentativa de obter, dos resultados da pesquisa científica, uma base para a tomada de posição em relação a políticas educacionais. Trata-se do capítulo que investiga a relação entre a educação e as classes sociais e que expressa bem o comprometimento de Azevedo com a ideia durkheimiana de integração social. A visão de estrutura de classe enfatiza claramente elementos de ordem normativa, bem ao estilo durkheimiano, embora neste capítulo Durkheim não seja mencionado (mas sim Bouglé quando do tratamento das castas como princípio de estratificação social). Sabemos que, para Durkheim, a classificação social significa a existência de valores que legitimam desigualdades econômicas e de poder e que limitam as aspirações das diferentes classes sociais. Nas sociedades com elevado grau de diferenciação funcional, a classificação social é a instituição que garante a integração da sociedade: "as diferentes funções são graduadas na opinião pública e um certo coeficiente de bem-estar atribuído a cada uma, segundo seu lugar na hierarquia social" (Durkheim, 1995: 276). Para Azevedo, "toda a sociedade dividida em classes constitui uma verdadeira hierarquia em que o degrau corresponde a uma escala de valores geralmente estabelecida" (Azevedo, 1964: 194). Tanto a hierarquia de funções como a distribuição de funções são, em condições normais, vistas como legítimas. No mundo moderno, é o mérito que deve presidir essa distribuição. É a divisão do trabalho que Durkheim denomina espontânea, em que cada um ocupa a posição que corresponde a suas inclinações naturais (Durkheim, 1922: 367 e ss.). Mas apesar disso levar Durkheim à crítica radical de uma instituição como a herança, sua análise não procura desvendar relações de exploração que seriam responsáveis pela geração das desigualdades de poder e de riqueza. Na formulação de um sociólogo que investigou os fundamentos da teoria durkheimiana da ordem e da mudança social: "seu interesse [o de Durkheim] está centrado no padrão de desigualdade que desfruta de legitimidade" (Lockwood, 1992: 81).

É característico da inspiração durkheimiana da reflexão de Azevedo sobre esta questão uma mudança de registro teórico em que se passa da afirmação sobre a existência de classes que agem em nome de seus interesses e possuem valores e ideais morais próprios, para a afirmação de uma política geral, predominante "em quase todos os países", que tende a "estabelecer uma harmonia e colaboração de classes" e em que se elabora uma política de educação "mais larga e humana, que proporcione, por um conjunto sistemático de medidas, igualdade de oportunidades a todos os indivíduos". E, na sequência desta passagem, a ideia durkheimiana de solidariedade orgânica é afirmada contra as divisões de classe: "Em vez das lutas e conflitos de classes, harmonia e colaboração de classes" (Azevedo, 1964: 195).

A defesa da ideia de uma formação intelectual única para todos no princípio da carreira escolar, a chamada "escola única", é entendida por Azevedo como uma forma de "estabelecer igualdade de oportunidades para todos, a selecionar valores e a franquear o acesso às profissões mais elevadas, àqueles mais capazes de exercê-las, e, portanto, a reconhecer e a fazer prevalecer o mérito pessoal" (ibidem: 197) e impedir assim a "estratificação muito rígida das classes". A ideia traduz a confiança na integração das classes em um "todo coerente e orgânico" ou, pelo menos, a crença de que se as classes constituírem este todo orgânico, então, as únicas reformas

capazes de vingar serão as que conseguirem transcender o espírito particularista de classe. Em obra posterior, de 1945, o diagnóstico sobre o Brasil mantém o tom de confiança:

certamente encaminha-se o Brasil para a solução dos problemas de seu equilíbrio social, pela consolidação de uma nova classe média, por uma distribuição mais equitativa das riquezas e mais larga difusão da propriedade, como da educação e da cultura (Azevedo, 1996: 187).

3. Florestan Fernandes: Durkheim e a sociedade de classes

Ao analisar o desenvolvimento da sociologia no Brasil, Fernandes aponta que a institucionalização das atividades de ensino e de pesquisa instaura novas bases para a produção sociológica. O ensino universitário, em especial, confere à atividade do sociólogo o caráter de uma carreira, com metas e obrigações bem definidas e, mais importante, permite a associação do ensino com a pesquisa. Com a transformação da sociologia em especialidade, "a análise histórico-sociológica da sociedade brasileira se transforma em investigação positiva" (Fernandes, 1977: 41). Fernandes é parte deste quadro que ele mesmo analisa, em que a sociologia não só está institucionalmente consolidada como dispõe de um cânone, em que Durkheim figura entre os fundadores reconhecidos da disciplina.

A obra de Durkheim é tanto objeto de análise metodológica como fonte de recursos para a teorização da sociedade brasileira. Um exemplo de análise metodológica é a tese de livre-docência apresentada em 1953 na Universidade de São Paulo, em que o autor apresenta e avalia criticamente as perspectivas, para a sociologia, do método de interpretação funcionalista. A análise das contribuições de Durkheim é parte de uma reflexão bem mais vasta que cobre ainda autores como H. Spencer, Radcliffe-Brown e R. Merton. O esforço de Durkheim, especialmente em *As Regras do Método Sociológico* e em *A Divisão do Trabalho Social*, "representou o primeiro passo decisivo na conceituação sociológica de função social e na fundamentação da interpretação funcionalista dos fenômenos sociais" (Fernandes, 1989: 195). Mas a avaliação crítica que se segue aponta as fraquezas na explicação funcional que Durkheim deu à divisão do trabalho. A explicação de Durkheim, que vincula o aumento do número e da variedade de contatos entre grupos e indivíduos com o aumento do conflito em torno de recursos escassos e, por fim, à especialização ocupacional como solução para esse conflito intensificado, careceria de "referência a situações sociais concretas, em condições de tempo e espaço bem determinadas" (ibidem: 196). Isso impediria entender, por exemplo, como as novas condições sociais selecionaram as causas que se mostraram úteis para restabelecer a integração social nas novas condições de densidade social.

Ainda no plano da análise metodológica, as contribuições de Durkheim sobre a formação de conceitos e sobre a lógica da explicação são apresentadas e avaliadas em *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*, obra que reúne ensaios escritos entre 1953 e 1957. A teoria da investigação sociológica de Durkheim é interpretada como uma maneira de orientar o pesquisador no sentido de "proceder a descrições exatas, a observações bem feitas e, em particular, a aprender a extrair da complexa realidade social os fatos que interessam precisamente à sociologia" (Fernandes, 1980: 72). Para isso não seria necessário uma teoria sociológica no sentido substantivo, mas uma teoria da investigação sociológica, que é o que Durkheim proporciona ao delimitar o fato social e propor formas para a definição de conceitos e regras para relacionar as entidades sociais de modo a obtermos explicações. Fernandes se ressente, porém, da ausência em Durkheim de um tratamento das técnicas sociológicas de coleta de dados. E fornece para isso uma explicação que dá bem a dimensão da dificuldade da constituição da sociologia como uma disciplina empírica. Os sociólogos que se formaram "no período de transição da sociologia como disciplina especulativa para uma disciplina empírica" não tiveram nenhum treinamento relativo à coleta dos dados,

daí a pouca importância que atribuíram à pesquisa original. Parecia-lhes que a sociologia achava o seu material todo ele pronto e acabado. A tarefa do sociólogo seria a do cientista que interpreta e não a do cientista que observa. A fase de coleta de materiais pertenceria à geografia, à história, à etnografia, à estatística, à psicologia etc.

É como se toda a exortação de Durkheim para nos debruçarmos na realidade, darmos atenção à minúcia e aos detalhes dos dados não fosse acompanhada por uma reflexão a respeito de como fazer isso, salvo a recomen-

dação de afastarmos as pré-noções e definirmos os conceitos com precisão. E seria preciso acrescentar que o projeto do *Année Sociologique*, revista cuja fundação Durkheim teve importância decisiva, estava voltado, em grande parte, à resenha de obras para a obtenção de dados (de segunda mão, portanto) para a teorização sociológica (Durkheim, 1969: 34).

A incorporação propriamente teórica pode ser acompanhada em estudo posterior, de 1968, em que Fernandes avalia a fertilidade dos modelos de sociedade moderna fornecidos pelos autores clássicos da sociologia para entender a sociedade de classes nos países dependentes.

No caso do modelo de Durkheim, seu valor consiste, segundo Fernandes, em permitir observar e analisar os requisitos morais da ordem social competitiva através da composição do meio social interno, ou seja, em termos estrutural-funcionais e causais (Fernandes, 1981: 55). Assim como Marx, Durkheim também propõe requisitos estruturais e dinâmicos para o aparecimento, surgimento e evolução da ordem social competitiva, mas há uma diferença na natureza dos elementos enfatizados: enquanto Marx definiu tais requisitos no plano socioeconômico (acumulação primitiva), Durkheim se concentrou em elementos normativos, isto é fixou-se no plano da interdependência moral e da integração dos estados coletivos da consciência social (ibidem: 54-55). Assim, para Durkheim, na leitura de Fernandes, tanto os interesses econômicos quanto o conflito de classe só podem se manifestar como fatores de integração e de mudanças na ordem social quando eles encontram suporte em formas de consenso e de solidariedade (de alcance grupal ou nacional) (ibidem: 56).

É desses elementos normativos que a vida econômica, que tende a ser, em Durkheim, inerentemente caótica, recebe uma organização. Fernandes explora bem a consequência da ausência ou da fraca integração moral da sociedade como um todo, a saber, a intensificação do teor egoístico de comportamentos econômicos individualistas (podendo inclusive polarizá-los em direções antissociais) e a geração de estados de apatia ou de conformismo diante de formas iníquas de exploração econômica, de privilégios sociais aberrantes e perigosos ou da monopolização do poder por elites mais ou menos indiferentes ao destino da coletividade (ibidem: 56).

Ao elaborar sua explicação sociológica para o subdesenvolvimento econômico, Fernandes alça as relações entre as classes sociais à posição de uma variável intermediária que explicaria o "maior ou menor rendimento" dos modelos institucionais (Estado nacional e democrático, economia de mercado capitalista e a cultura de uma sociedade de massas). Daí a explicação sociológica do subdesenvolvimento econômico ser tributária do mesmo fator que explica o desenvolvimento econômico capitalista: trata-se de saber "como as classes se organizam e cooperam ou lutam entre si para preservar, fortalecer e aperfeiçoar ou extinguir aquele regime social de produção econômica" (ibidem: 27). Ora, para levar adiante essa tarefa, seria possível usar os "recursos conceituais, metodológicos e teóricos" fornecidos pela sociologia, ainda que seja necessária uma "criteriosa adequação" desses recursos às condições de trabalho do investigador e às particularidades do objeto de estudo.

A possibilidade é dada por razões metodológicas e pela própria natureza do objeto. As razões metodológicas dizem respeito ao caráter científico da sociologia que, "como e enquanto ciência", pretende elaborar conceitos e métodos de alcance universal. Além disso, Fernandes toma a F. Simiand, autor que colaborou com o *Année Sociologique* e que procurou aplicar as diretrizes metodológicas de Durkheim à economia, a ideia de que a realidade mais complexa e diferenciada dos países desenvolvidos "abre ao investigador possibilidades de conhecimento positivo que não são oferecidas pela realidade menos complexa e indiferenciada" (ibidem: 30).

É preciso, assim, partir das reflexões teóricas e empíricas que foram elaboradas pela sociologia para pensar países da Europa e os Estados Unidos. No que diz respeito à natureza do objeto, as sociedades subdesenvolvidas e as desenvolvidas pertencem ao mesmo "círculo civilizatório", o que quer dizer que os mesmos requisitos "formais e ideais" presidem as atividades econômicas, sociais e políticas. A diferença, que exigirá a adequação de conceitos e teoria, refere-se à "situação heteronômica crônica" das sociedades subdesenvolvidas em relação ao mercado mundial e às economias nacionais hegemônicas.

Os modelos de análise de classes sociais considerados por Fernandes não se restringem, é claro, ao de Durkheim, que lhe parece, inclusive, "de difícil exploração" (ibidem: 53). Fernandes aponta até mesmo, em nota, o desconhecimento de obra que "traduza a influência de Durkheim em orientações atuais do estudo da estratificação social" (ibidem: 39). A perspectiva funcionalista sobre a estratificação social, que Fernandes conhecia bem, pode ser entendida, porém, como um desdobramento das reflexões de Durkheim sobre os fundamentos normativos da classificação social (Lockwood, 1992: 69 e ss.) Interessa-nos aqui o uso feito da contribuição de

Durkheim, que se dá em dois registros distintos: o primeiro em torno da noções durkheimianas de tipo social e de normalidade, o outro em torno da noção de solidariedade orgânica.

Sabemos que a noção de tipo social, em Durkheim, é uma tentativa de identificar uma unidade de análise que evite dois extremos igualmente prejudiciais à ciência: tomar a humanidade como unidade de análise, alternativa que levaria a proposições gerais muito abstratas e vagas e a negligenciar a variedade das instituições sociais ou tomar as sociedades concretas como unidades singulares, dedicando a elas estudos monográficos que adiariam de forma indefinida a meta científica de obter generalizações (Durkheim, 1988: 169 e ss.).

A constituição do tipo social obedece a critérios morfológicos e esta reflexão tem importante conexão com a ideia de que um tipo social pode conter aspectos normais e patológicos. A distinção entre o normal e o patológico, sempre relativa a um determinado tipo social, toma como critérios a frequência da instituição que se trata de avaliar e o vínculo causal com as condições de existência. A anormalidade tende a surgir assim, em Durkheim, como uma sobrevivência do passado, isto é, uma instituição pode ser anormal por não mais corresponder com as condições de existência do tipo social ou com os ideais que são parte constitutiva deste tipo (ibidem: 140 e ss.). Para Fernandes, embora esteja pouco desenvolvido o nosso conhecimento sobre o tipo social constituído pela sociedade capitalista avançada, é possível saber, e é isso o que interessa, se a sociedade subdesenvolvida constitui ou não uma manifestação normal do tipo social a que pertence (sociedade capitalista). E sua ideia é que a "sociedade capitalista subdesenvolvida não é uma redução patológica" do tipo social a que pertence. Além disso, a persistência de instituições de tipos sociais anteriores não é algo patológico, pois está enraizado nas condições de existência das sociedades capitalistas subdesenvolvidas.

A questão do uso da noção de solidariedade orgânica ocorre quando Fernandes trata dos requisitos para a vigência de uma ordem social competitiva, que podem ser usados tanto como um critério para identificar o grau em que as sociedades capitalistas subdesenvolvidas satisfazem ou deixam de satisfazer tais requisitos, como na qualidade de "exigências mínimas da fruição autossuficiente e autônoma do padrão de civilização vigente" (ibidem: 58). Ora, sabemos bem o que Durkheim salienta quando trata do desenvolvimento normal da divisão do trabalho: as funções são hierarquizadas segundo valores compartilhados e os princípios que regem sua distribuição são governados pelo mérito, o que exige, como condição necessária, a igualdade de oportunidades. As relações contratuais devem ser regidas pela troca entre valores equivalentes e nenhuma assimetria de poder deve impedir isso. O que interessa a Fernandes não é apontar os limites dessa elaboração de Durkheim para o entendimento da dinâmica do capitalismo, mas mostrar que as potencialidades positivas contidas no regime de classes capitalista são bloqueadas nas condições de capitalismo dependente e subdesenvolvido. Tais funções positivas estão relacionadas às condições apropriadas ao funcionamento de uma economia capitalista, que incluem instituições como o contrato, a livre competição e o conflito regulado e que tendem a "transformar ou a eliminar formas de concentração social da renda, do prestígio e do poder típicas de sociedades estratificadas estamentalmente" (ibidem: 79). O objetivo de Fernandes é mostrar como e porque o capitalismo dependente restringe essas funções do regime de classes. A economia capitalista dependente, em razão de sua posição econômica de heteronomia e da conjugação de estruturas econômicas arcaicas e modernas, leva a formas de concentração social da renda, do prestígio e do poder. Nessas condições adversas, as classes dominantes apresentam um padrão de ação egoísta, opondo-se à institucionalização das formas de equidade, que garantiriam ajustes normais, por meio de "acomodação ou de conflito" entre as classes sociais com interesses divergentes (ibidem: 81). Daí o regime de classes, no capitalismo dependente, adaptar-se a "iniquidades econômicas insanáveis, a tensões políticas crônicas e a conflitos sociais insolúveis, elevando a opressão sistemática à categoria de estilo de vida". Tudo isso implica trazer para o centro da análise de classes um elemento que não é propriamente durkheimiano ou que ocupa no pensamento do sociólogo francês uma posição periférica: a dinâmica de um sistema econômico que gera desigualdades de riqueza e de poder e que, nas condições do capitalismo dependente, é apenas agravada.

4. Conclusão

O breve apanhado sobre a incorporação do pensamento de Durkheim nesses dois autores da sociologia brasileira, situados em momentos distintos da sociedade nacional e da institucionalização da disciplina, permite extrair uma conclusão modesta: a obra de Durkheim foi lida e utilizada de uma maneira ativa e atenta às suas credenciais "científicas", da maneira que talvez mais agradasse ao próprio Durkheim. Como peça de fundamentação da disciplina, de seu objetivo e de sua autonomia explicativa, a obra de Durkheim serviu de base para a introdução da disciplina. E o autor responsável por isso tentou levar adiante a perspectiva de Durkheim em uma área até então pouco explorada pelos durkheimianos: a sociologia da educação. Em um momento posterior, quando a análise da "realidade brasileira" gerava diagnósticos bem menos otimistas, o ideal de uma solidariedade orgânica, de uma divisão do trabalho "espontânea" e geradora de integração social serviu como parâmetro para medir a distância e as possibilidades reais de aproximação entre as potencialidades da sociedade de classes nos países hegemônicos e a sociedade de classes geradas pelo capitalismo dependente e subdesenvolvido. E se Durkheim tendia a ver as crises como um fenômeno transitório a ser superado assim que as potencialidades integradoras da divisão do trabalho tivessem tempo para produzir seus efeitos, Fernandes considera como conjecturas otimistas a visão de que os problemas das sociedades dependentes são transitórios e que o próprio capitalismo fornecerá a via para a alteração. E ainda que sejam fenômenos de transição é preciso explicá-los sociologicamente. Salientemos, por fim, que as convicções socialistas dos dois autores não os cegaram para as potencialidades metodológicas e teóricas da obra de Durkheim, seja porque, como no caso de Azevedo, a ciência devia ser separada dos engajamentos políticos, seja porque, como no caso de Fernandes (Fernandes, 1977: 28), seria possível alcançar uma síntese neutra das várias tendências metodológicas.

Bibliografia

Arruda, M. A. do N. (2010), "A sociologia de Florestan Fernandes". *Tempo Social*, 22 (1), pp. 9-27.

Azevedo, F. (1935), *Princípios de Sociologia*, São Paulo: Melhoramentos.

Azevedo, F. (1964), *Sociologia Educacional*, São Paulo: Melhoramentos.

Azevedo, F. (1996), *A Cultura Brasileira*, Brasília: Editora UnB.

Azevedo, F. (1971), *História de Minha Vida*, Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

Candido, A. (2006), "A Sociologia Brasileira". *Tempo Social*, 18 (1), pp. 271-301.

Durkheim, E. (1922 [1893]), *De la Division du Travail Social*, Paris: Félix Alcan.

Durkheim, E. (1969), *Journal Sociologique*, Paris: Presses Univeristaires de France.

Durkheim, E. (1988 [1895]), *Les Règles de la Méthode Sociologique*, Paris: Flammarion.

Durkheim, E. (1995 [1897]), *Le Suicide*, Paris: Presses Universitaires de France.

Fernandes, F. (1981), *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Fernandes, F. (1980), *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*, São Paulo: T. A. Queiroz.

Fernandes, F. (1977), *A Sociologia no Brasil*, Vozes: Petrópolis.

Lockwood, D. (1992), *Solidarity and Schism*, Oxford: Clarendon Press.

Território e identidade: uma dicotomia estabelecida em tempos de globalização

Sebastião Pinheiro Gonçalves de Cerqueira Neto[1]

Resumo: A dinâmica territorial está presente em diversas áreas do conhecimento. Nas ciências sociais e humanas ganha um caráter relevante a partir da influência da globalização na modificação das diferentes geografias do planeta. Seja físico ou construído pelo imaginário, considerado como espaço de poder ou das relações afetivas, o território é um campo fértil na elaboração de novos pensamentos sobre a relação homem/natureza, que se apresenta cada vez mais complexa devido aos novos vetores de análises. Esta reflexão nasce na minha tese de doutorado sobre a dinâmica do Extremo Sul da Bahia que analisa o "afastamento identitário" da região com o Estado, derivado na fragilidade da governança e na economia perversa. Se a globalização acelerou a fragmentação e a perda da importância da identidade para o território, por outro lado, provocou com o afloramento das diferenças culturais. E é esta dualidade que norteará esta reflexão.

Palavras-chave: Identidade. Território. Globalização.

1. Identidade e território: uma dicotomia (?)

Mesmo sendo objeto de incontáveis investigações de dissertações e teses, em diversas áreas do conhecimento, mas, sobretudo, no campo da Geografia, o território se tornou um tema atual e que "compete" no mesmo grau de importância com o conceito de região. Da fisiografia à um panorama construído pelo imaginário, desenhado num mapa ou na mente das pessoas, considerado como espaço de poder ou parte das relações afetivas; o território é um campo fértil para produzir proposições sobre como encontrar outros caminhos para compreender a antiga relação homem e natureza, uma relação que se apresenta cada vez mais complexa em decorrência do aparecimento de novos vetores de análises. Assim, os muros vão sendo erguidos delimitando ruas, bairros, cidades, estados, regiões, países; enfim, fragmentando o território.

As reflexões que apresento neste artigo originaram de partes da minha tese de doutorado que ofereceu uma contribuição para entender a dinâmica do Extremo Sul da Bahia dentro de uma perspectiva de "afastamento identitário" com Estado da Bahia, provocando sua fragmentação, que entre outras coisas, nasce na diversidade de processos que estão presentes no território que vão desde a fragilidade da governança, passando pela pressão de grandes grupos econômicos, na luta de grupos minoritários. Neste cenário aparecem às áreas quilombolas e indígenas, assentamentos rurais, surgem cidades, distritos industriais, e, numa escala maior o aparecimento de regiões economicamente autônomas.

Essas e outras configurações geográficas colocadas no território podem estar, de certa forma, desterritorializando identidades ou criando territórios onde a identidade se torne cada vez mais um elemento irrelevante. Caso se confirme esse panorama, é possível estarmos assistindo, desde o período em que se inicia a globalização, a fragmentação, o ordenamento, o reordenamento, a organização ou a desordem dos territórios e perda da importância da identidade para o território; ainda que existam estudos que demonstram o contrário, isto é, a globalização vista como propulsora do afloramento das diferenças culturais.

Se no passado as pessoas nasciam, cresciam, produziam e morriam num mesmo território, criando assim um forte enraizamento com o território, hoje a sociedade moderna ou pós-moderna movimenta, se desloca com mais rapidez por diversos territórios. a globalização e, por conseguinte, o aperfeiçoamento dos meios de comunicação e transporte está permitindo o deslocamento de um lugar para outro com intensidade e velocidade

1 CES/Coimbra / IFBA /CAPES; Doutor em Geografia; IFBA/CES-Coimbra. Pós-Doutor em Antropologia Urbana. Pós-Doutorando no Centro de Estudos Sociais – CES / Universidade de Coimbra. Bolsa CAPES; cerqueiraneto.mg@gmail.com

nunca antes observadas, onde "as sociedades modernas são por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente" (Hall, 1997, p.15), o que contribui para a não fixação de raízes culturais.
Dessa forma, parece que território e identidade estão cada vez mais distantes. Sendo assim, existe uma questão, e se há uma questão é porque ainda não foi encontrada uma resposta ou respostas para uma das dualidades que mais tem recebido a atenção nas ciências humanas, que é a relação das pessoas com seu espaço físico.

2. Território: uma contribuição conceitual

Com o de compreender o que é o território, através de alguns conceitos ou definições, retirei da minha tese de doutorado intitulada *Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia* uma compilação teórica sobre o termo. Começando pela Geografia Humana, Almeida (2005, p.104) irá dizer que o "território tornou-se um termo bastante banalizado, sendo empregado, às vezes, por pura comodidade de linguagem, com o sentido de espaço ou de região". Machado (1997, p.20) entende que a polissemia existente no conceito de território "é fruto da própria dificuldade de conceituação que os termos apresentam, não apenas no âmbito da ciência geográfica, mas também em outros domínios de saber"; talvez, por isso explique um pouco da banalização do termo ao qual se refere Maria G. Almeida.
Uma outra possibilidade que pode explicar esta diversidade de uso do termo território nas pesquisas pode ser verificada em Haesbaert (2002): a) território numa posição materialista: território e natureza; b) território numa perspectiva idealista: território e cultura; c) território e integração entre diferentes dimensões sociais; d) território e história; e) território: sentido absoluto e relacional.
Diferenciando espaço de território, Raffestin (1993, p.143) diz que "o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível". Silva & Silva (2003) entendem o território como uma "organização social", por apresentar na sua essência elementos culturais que contribuem para a identificação do mesmo.
Estes pensamentos colocam o território como um componente passivo e ao mesmo tempo exclusivamente humanizado; no entanto, ainda que a fisiografia do território possa estar em desuso, talvez por uma crítica reducionista, ele continuará tendo um caráter geográfico. Machado (1997, p.24), por exemplo, relembra que "o conceito de território se origina dentro das ciências naturais, na botânica e na zoologia, as quais designam território como área de disseminação de espécies vegetais ou animais". Este conceito também valoriza a delimitação de uma área territorial, e por mais críticas que podem ser remetidas a ele, a sua aplicação não traz nenhum tipo de prejuízo para a compreensão da análise geográfica, ao contrário, se torna um balizador na primeira parte da descrição geográfica no que se refere à diferenciação dos lugares.
Cataia (2001, p.209) oferece uma proposta harmoniosa minimizando a probabilidade de estabelecer uma dicotomia entre o que é o território, enquanto elemento físico e suas mudanças culturais:

> Cristalizar as fronteiras no território é como demarcá-las num papel, numa carta; ao mesmo tempo em que há fisicalidade (papel, tinta da caneta, etc.), há trabalho que demandou informação e há transmissão de informação; aquele que lê nunca mais será o mesmo. Assim é a fronteira como informação; ela é construída, destruída, reconstruída, isto é, ela aceita as tintas que a sociedade lhe imprime, mas ao mesmo tempo informa àquela sociedade que a produziu, como ela deve agir em face do que ela própria escreveu no território e que se transformou numa ordem.

O território abordado em Sposito (2004) é dividido em duas possibilidades de compreensão: uma que privilegia o sistema de redes, voltada para a velocidade, conexidade e a instantaneidade das informações e da comunicação, onde há o desaparecimento das barreiras físicas da geografia. E, a outra está ligada ao cotidiano dos indivíduos, com escalas bem reduzidas como, por exemplo, a casa, a rua, o ambiente de trabalho. Ferrão (2002, p.08) aponta para uma divisão antagônica do território em que "localismo globofóbico à visão que valoriza exacerbadamente as virtualidades locais, globalização uniformizadora à visão que defende, por resignação ou

oposta, a inevitável homogeneização do planeta". Nessas perspectivas, Sposito (2004) e Ferrão (2002) dissecam o território em duas ou mais partes para tentar entender a sua totalidade.
Gupta & Fergunson (2000, p.47) dizem que o território em seu estado físico foi por muito tempo o único meio para se interpretar ou identificar a diferença cultural; para eles é preciso que surjam

> Grades múltiplas que nos permitam ver que conexão e contiguidade – de modo geral, a representação de território – variam consideravelmente graças a fatores como classe, gênero, raça e sexualidade, e estão disponíveis de forma diferenciada aos que se encontram em locais diferentes do campo do poder.

Segundo Raffestin (1993, p.153) "falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço". No cotidiano das cidades o território, na visão de Raffestin, pode ser identificado através da diversidade de poderes que delimitam seus territórios. Para Ferrão (2002, p.14) "o território constitui, de facto, uma componente essencial dos processos de construção social da cidadania, pelos contextos particulares de interacção social e de acção coletiva que propicia. Mas não detém, obviamente, o monopólio desses processos".
Percebe-se que os pensamentos, conceitos ou definições sobre território apresentam certa uniformidade quando elaborados por pesquisadores que tomam como norteamento a sociedade e suas ações. Em todos eles os símbolos e os sentimentos do homem são os objetos de investigação no sentido de interpretar o espaço.
A falta de um conceito universal para cada essa categoria e/ou escala, dependendo da percepção de cada autor, abre a possibilidade de inúmeras interpretações. Então, se o território é carregado de simbologia cultural, sentimentos de pertencimento, postura identitária, qual seria a diferença entre eles enquanto conceito teórico? Quais suas funções sociais e culturais ou econômicas? O que justificaria a sua formação do ponto de vista administrativo-político?

3. Identidade: qual a sua relevância?

De certo que a identidade tem a sua importância para o território, mesmo com todo o sufocamento que ela passa nesses tempos de globalização; ou seja, a difícil arte manter uma identidade diante dos tentáculos da globalização. E, talvez, uma das aplicabilidades dos resultados de investigações, sobre o tema que coloco aqui em questão, seja o fato de demonstrar que a identidade influencia diretamente no planejamento oficial (feito pelo Estado) do território, por exemplo, como mostra Ferrão (2002, p.157) quando escreveu sobre a divisão norte/sul em Portugal analisando o caráter identitário dessa oposição geográfica:

> São, portanto, as expectativas face à acção do Estado (central e local) como agente facilitador do desenvolvimento que comandam as oposições, recortes e identidades de base territorial típicas do Portugal moderno, e já não as características do mundo rural, como sucedia no Portugal tradicional.

No Brasil, a miscigenação de vários para a formação do povo brasileiro e a extensão territorial do país, o Estado tem grandes dificuldades para planejar o território a partir das identidades, ou das multiplicidades culturais. Parece que a busca pelo desenvolvimento econômico suprimiu a importância da cultura. Por outro lado, há autores que dizem que as etapas econômicas também fazem parte da construção de uma identidade, onde esta "vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso" (Castells, 2000, p.23).
A justificativa para que a identidade seja uma variável fundamental na análise de um estudo que visa entender a dinâmica de uma região, um lugar ou um país pode ser explicada através de Moraes (2002, p.103): "quanto mais fortes e disseminados [são os] laços identitários, maior a facilidade na construção de uma unidade políti-

co-cultural". Este é um panorama que, no momento, está longe de ser construído no Brasil, que mal consegue atender as aspirações de suas comunidades tradicionais, como, por exemplo, os indígenas e quilombolas.
Na região, como em todo o Brasil, os índios foram forçados a participarem, em algum grau, da urbanização, estando presentes na paisagem urbana comercializando artesanato feito com elementos naturais que são encontrados em suas reservas precárias ou estão ocupando outras atividades urbanas. Para Corrêa (2005, p.27), isto se configura numa tendência em

> Uniformizar o comportamento dos diferentes grupos sociais dentro de um esquema universal, onde as tradições culturais pré-capitalistas tendem progressivamente a ser relegadas ao folclore, constituindo-se em novas mercadorias exploradas capitalistamente pelo turismo.

Na verdade, este é o "fim" que esses povos estão tendo a partir do momento em que sua força de trabalho é alterada e sua distribuição pelo território se encontra totalmente dispersa, dificultando inclusive a continuidade de sua raça, e acabam sobrevivendo em pequenos focos e são obrigados a se adaptarem a vida moderna.
Os quilombolas, formados por pessoas que descendem de negros que tiveram um passado vivido sob o regime da escravidão, ainda sofrem com a continuidade da segregação, mesmo sendo reconhecidamente fundamentais em diversos ciclos econômicos do país, mas que subjugada nos planos de desenvolvimento. Nos dias de hoje ainda vivem confinados em pequenas áreas desprovidas de infraestrutura onde lutam pelo reconhecimento e proteção de sua cultura. Desta forma, as senzalas continuam a existir, sendo que a diferença está na retirada de suas paredes passando para uma prisão geográfica. No Brasil, os distritos que abrigam as comunidades negras, com suas diversas origens, continuam a ser relegados a um plano inferior no que diz a sua inserção ampla. Uma explicação para este tipo de tratamento pode estar no fato de que a maioria dos administradores públicos, seja por descaso ou falta de conhecimento, não estabelecem projetos de preservação da cultura dos descendentes africanos; e com isso, certamente, a extinção destes povos passa a ser questão de tempo.
A importância da identidade de uma sociedade serve para verificar se há uma relação de solidariedade entre seus moradores em busca de um bem comum, e de que dele faz parte a interação com os aspectos físicos e com os símbolos deixados por gerações passadas. Mas, a cada dia vemos que ela perde a sua importância para aqueles que controlam o capital mundial e que ataca sucessivamente países, regiões, cidades nos países que tentam resistir as investidas do lado perverso da globalização

4. Globalização: um limite de análise?

Neste tópico foram compiladas as ideias de alguns autores que discutiram e discutem a globalização ou mundialização sob diferentes ópticas, tais como, econômica, cultural, histórica, com o objetivo de identificar, com o auxílio dos teóricos, quais as evidências desse fenômeno presentes no território do Extremo Sul da Bahia.
Para abrir esta este debate tomou como referência a definição que Santos (2000, p.23) elaborou para explicar o que ele considera como o apogeu das relações comerciais pelo mundo: "a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista". Vista por esse ângulo pode-se entender, também, que a globalização se constitui numa etapa da dinâmica do capital pelo mundo. Sendo uma etapa, a globalização daqui algum tempo poderá vir a ser mais um dos fenômenos econômicos que aconteceram em escala mundial, contudo, como ela faz parte de todo o processo de transformação dos territórios sua, abordagem se torna de fundamental importância para o reconhecimento de quem está dentro ou fora, de que forma está ou não inserido e identificar os seus elementos benéficos e danosos à sociedade.
Um dos temores que a globalização poderia causar, na visão de alguns estudiosos, seria o risco da homogeneização do Planeta. Moraes (2002, p.190) demonstra que quem pensou desta maneira se equivocou, segundo ele

> Os arautos da globalização e da inevitabilidade da homogeneização global, que teria acabado com as diferenciações entre os lugares na superfície terrestre, foram

> surpreendidos e rebatidos pelos acontecimentos geopolíticos ocorridos logo nos primeiros anos do século XXI.

Superada esta concepção inicial de que o processo de globalização tenderia a uma unificação mundial, apagando as fronteiras e uniformizando a sociedade sob um só pensamento de desenvolvimento, agora a maioria dos estudos sobre o tema direciona na análise dos contrastes, da simplicidade de cada lugar, mesmo porque "a universalização não suprime os particularismos. Leis mundiais, definidas pelas necessidades do sistema em seu centro, agem sobre sociedades já desiguais pela ação anterior do capital, contribuído para manter ou agravar as diferenças" (Santos, 1982, p.23). O mundo ficou cada vez mais dividido com novas geografias, onde a cada instante os continentes estão em ebulição com o aparecimento de novos países, o turismo contribui com novos mapeamentos, as grandes corporações fazem surgir lugares.

Haesbaert (1999) entende que a globalização é, de certa forma, uma barreira para que haja áreas mais coesas e integradas. Assim, cai por terra a ideia de que o mundo seria único, num sentido de uma uniformização imposta, onde os lugares teriam um mesmo comportamento econômico ou cultural, por exemplo. O que ocorre é que este fenômeno cada vez mais retalha o globo pondo em evidência grandes desníveis socioeconômicos. Desníveis estes que não são sentidos somente quando estabelece uma comparação entre países, mas, dentro dos países, de suas regiões e no interior dos seus lugares. O avanço da tecnologia nos meios de comunicação e a maior velocidade dos transportes que deslocam pessoas e mercadorias, pilares centrais da globalização, se encarregaram de escolher os lugares que serão integrados dentro daquilo que o capital se propõe a utilizar.

A análise de Benko (2001, p.08) em relação à globalização corrobora com a ideia anterior, onde, segundo ele, "a globalização não significa, portanto, homogeneização do espaço mundial, mas, ao contrário, diferenciação e especialização". Isto porque se tem o pensamento de que, neste mundo cada vez mais competitivo, quando a região ou os lugares se especializam, a tendência é o aumento da produção que vem acompanhada de uma maior qualidade, portanto, seria mais fácil a inserção no, exigente, mercado mundial. O mais interessante é que o mundo sempre foi diferente desde seus atributos físicos (relevo, clima, vegetação, hidrografia) até os culturais, a diferença é que ele foi especializado com o discurso que tem como pano de fundo a promoção do desenvolvimento e a sobrevivência de alguns poucos lugares.

Se o termo internacionalização tem o mesmo significado e partilha de interesses que norteiam a globalização, Brandão (2003, p.01) dirá que este processo é altamente maléfico a integração de países, por exemplo, como o Brasil, pois, "de um modo geral debilita os centros nacionais de decisão e comando sobre os destinos de qualquer espaço nacional". Neste sentido, há a quebra de uma hierarquia promovendo o, quase total, desaparecimento da figura, por exemplo, do poder estadual (governador) no desenvolvimento de suas regiões. A escala regional fica suprimida pela local tendo em vista que dentro de uma região o lugar é escolhido para se desenvolver, não a região como um todo. Assim, os governantes municipais passam a ter um poder de negociação maior que o do governador. O papel integrador que os governos teriam que ter não se realiza, pois as grandes empresas escolhem suas áreas de atuação, têm estudos prévios das fraquezas locais, principalmente as financeiras e moral de alguns governantes, e acabam agindo num determinado lugar que, na maioria das vezes, não tem um planejamento urbano para suportar empreendimentos de grande porte. Pode-se dizer, então, que a debilidade dos governos aliada aos interesses das grandes empresas aprofundam as desigualdades não apenas em escala global, mas também nas regionais. Therborn (2001, p.125) diz que

> A globalização é mais do que um conceito, ela é também um modo de enfocar a realidade ou uma perspectiva analítica, e em termos mais amplos, discursiva. Como tal, é utilizada em algumas das mais influentes visões de mundo, nas quais ela pode ser apreendida com o auxílio de duas dimensões. Uma delas, que podemos denominar como dimensionalidade, diz respeito a como o conteúdo atual da globalização é percebido, predominante, fundamental e basicamente, como sendo econômico, cultural ou ecológico ou, como irredutível, possível e contraditoriamente multifacetado. A outra pode ser chamada de historicidade. A globalização está sendo considerada como uma ruptura básica na história humana moderna e,

> alternativamente, sua forma corrente é vista como uma nova versão de um fenômeno histórico mais antigo, ou como a manifestação presente dos processos permanentes de transformação social.

A análise proposta por Therborn (2001) parece tentar fechar todo o universo no qual a globalização pode ser entendida ou debatida, haja vista que quando se fala em global pode-se remeter a uma escala de análise, no sentindo de dimensão; desenvolvem-se críticas sobre a ação do capital; apresenta diversidades culturais; na questão ecológica tenta mostrar que vivemos numa aldeia global; e, a globalização vista sob a óptica de ser mais uma etapa em que a sociedade é analisada através da sua postura perante as novas dinâmicas que ela mesma impõe no território, o que representa a continuidade da evolução das transformações sociais.
Refletindo sobre uma situação que envolve o binômio econômico-regional, Amaral Filho (2002) diz que a globalização está provocando, capitaneada sempre pelo capital, o reordenamento das regiões, onde há um processo desvalorização de antigas áreas tradicionalmente centros industriais, e a criação ou a valorização de regiões, até então, sem grande importância econômica. Esta reflexão reafirma a ideia de que, neste momento histórico que se vive, são as empresas globais que estão desorganizando ou reorganizando os espaços.
Criticando a mundialização (termo frequentemente usado pelos franceses para denominar as trocas, principalmente comerciais entre os países e tem o mesmo sentido de globalização) que não consegue atingir a equidade, mas que aprofunda as diferenças entre as nações e até impede o acesso de muitas aos blocos desenvolvidos, Forrester (1997, p.40) faz a seguinte análise deste fenômeno:

> O escândalo consiste em que, longe de ver as regiões sinistradas sair de seu desastre e alcançar as nações prósperas – como era possível crer, como se acreditava poder crer -, assiste-se à instauração desse mesmo desastre em sociedades até agora em expansão e sempre tão ricas quanto antes, mas onde os modos de aquisição do lucro se transformam. (...) São modos que se afirmam no sentido de uma capacidade aumentada de apropriação numa única direção, concentrada sobre um número de beneficiários cada vez mais restrito, enquanto a presença ativa considerada necessária, e, por conseguinte, retribuída, dos outros atores também decresce.

As palavras de Forrester (1997) lembram o pensamento crítico que construído por aqueles que combatiam não a globalização, mas a forma de agir de quem comanda este processo, que nos moldes que se apresenta se torna perverso por ser excludente, como enfatizava Santos (1996).
Para oferecer uma contribuição que auxilie na decodificação do fenômeno da globalização e suas repercussões pelo espaço, Giddens (2000), primeiramente, expõe o confronto de duas correntes antagônicas denominadas por ele de céticos e radicais. Para os primeiros, o mundo não mudou e continua com as mesmas diferenças que sempre teve. Sendo assim, a globalização não provocou nenhuma mudança nas relações entre os países, sempre existiram os isolados e os incluídos. A segunda corrente é formada pelos radicais que sustentam a ideia de que a globalização existe e seus efeitos são sentidos em todas as partes do mundo, pois o mercado com todo o desenvolvimento tecnológico "ignora" as fronteiras. Diante deste painel de discussão, Giddens (2000, p.23) vai dizer que "a globalização não é, portanto um processo singular, mas um conjunto complexo de processos. E estes operam de uma maneira contraditória ou antagônica". Percebe-se que a globalização assim como outros grandes eventos econômicos da história mundial provoca discussões que são naturais, justamente por existir uma heterogeneidade de pensamentos proporcionando uma multiplicidade de caminhos. Nesta via de pensamento Hansen (2003, p.105) vai dizer que,

> A globalização tornou-se um termo para o qual todo mundo tem sua própria definição. Nota-se uma tendência tanto nos *media* quanto nos setores publicas políticos e acadêmicos em se designar qualquer tipo de relação internacional (incluindo cultural e social) como indicativa de globalização. Essa diluição do termo globalização atuou de um modo que sua utilidade enquanto categoria analítica passou a ser questionada, porém ela ainda é uma palavra difícil de se esquivar.

Saindo um pouco da discussão das ideias que reafirmam que a globalização expõe as diversidades e não a homogeneização do mundo, Ianni (1996) sugere mais uma via para se enxergar a globalização, que é pautada pelo reconhecimento que o homem deve ter sobre o espaço em que vive, a Terra. Para Ianni (1996, p.94),

> A forma pela qual a globalização provoca uma nova consciência de que todos habitam o planeta Terra cria também desafios teóricos. Além de valores fundamentais do humanismo laico e religioso, científico e filosófico, a consciência de que o ecocosmo está sendo depauperado pela própria atividade de indivíduos (...), essa consciência reaviva ideais humanísticos e defronta-se com desafios teóricos.

Esta visão de aldeia global, explícita no pensamento de Ianni, que parece estar longe, se constituindo apenas numa utopia. Os mecanismos a serviço da globalização deveriam oferecer uma chance para que este sonho fosse realizado. Enquanto isso não acontece o mundo continuará tendo sua leitura ora na visão dos céticos, ora na visão dos radicais.

Quando Bhabha (2003, p.25) analisou a cultura e as fronteiras nesta era da globalização ele teceu o seguinte comentário: "o impressionante no novo internacionalismo é que o movimento do especifico ao geral, do material ao metafórico, não é uma passagem suave de transição e transcendência". Observa-se que o autor fala de uma ruptura bruta que acontece dentro da sociedade mundial, isto é, assim como não houve um processo que preparasse os escravos para o regime de liberdade, também não ocorreu um estágio que pudesse preparar as culturas para este fenômeno. Assim, esta nova concepção de desenvolvimento (a globalização) invade e força os diferentes lugares do mundo a participar, como atores principais ou simples figurantes, de sua expansão.

Estudando o esfacelamento da cultura em vários níveis sob a dinamicidade das modernidades globais, Featherstone (1995, p.21) dirá que "a globalização sugere simultaneamente duas imagens da cultura. A primeira pressupõe a extensão de uma determinada cultura até seu limite, o globo (...). E a segunda aponta para a compressão das culturas". A primeira visão pressupõe a existência de uma cultura que dominasse todo o mundo, seria uma unificação tal qual a noção inicial de globalização teria como proposta pensada por aqueles que comandavam o processo. O que não ocorreu. Na sua segunda análise Featherstone fala da cultura como se ela estivesse disposta em camadas, da mesma forma que as camadas de solo estão depositadas ao longo dos períodos geológicos. Assim, a cultura passa ser estratificada, ficando nos níveis iniciais aquelas que não se adaptarem aos novos costumes da sociedade global. Umas se manifestam por mais tempo que outras, mas é natural que as primeiras sejam abandonadas por não servirem às necessidades de cada sociedade que se renova, estas ficam perpetuadas através de pesquisas ou por símbolos físicos que se tornam perenes num dado território como, por exemplo, as pirâmides do Egito construídas com grandes blocos de rochas.

Por fim, o jornalista Carvalho (2000, p.07) pensa que a globalização só existe em decorrência da "adoção de formas semelhantes de pensamento político e econômico por líderes de vários países". Isto quer dizer que a globalização tem um rosto e de certa maneira unifica aqueles que detêm o poder de uma das variáveis, mormente econômica e tecnológica, que alimentam e sustentam este fenômeno.

Não há um consenso sobre quando e como surgiu a globalização, e talvez isso tenha pouca relevância em relação ao seu sentido maior sonhado por aqueles que vislumbraram ou ainda pretendem viver num mundo com menos desigualdades socioeconômicas. Esta seria a tônica da convivência numa aldeia global, porém o que assiste no momento não é a solidariedade dos aldeões que a habita. Para Moraes (2002, p.192) a utopia da aldeia global "não se realiza num mundo cada vez mais dividido pelo acesso diferenciado aos benefícios da modernidade, o que distingue os países entre si e cada um internamente". Seria injusto negar que não houve uma expansão da modernização dos meios de comunicação e de vias de transportes em lugares até então desprovidos de uma simples rede de energia elétrica ou de telefonia, mas, o que se critica é quanto tempo as sociedades marginalizadas têm que esperar por benefícios desta modernidade traduzida como globalização.

Magnoli (1997) tem uma visão interessante sobre o significado de globalização. Ele entende que a globalização, enquanto uma expressão surge quase como obrigatória e única para explicar todos os acontecimentos políticos e econômicos do final do século passado, o que não deixa de ser uma maneira de periodizar a transição de uma dinâmica para outra. Mas, se enxergada assim de maneira despretensiosa, sem um rigor teórico para ex-

plicá-la, ela "corre o risco de ser apenas uma moda" (Santos, 2003, p.58), e toda moda tem o seu tempo e seus acessórios caem no desuso. Sousa-Santos (2005) define a globalização como um conjunto de relações sociais, e para ele, não há apenas uma globalização, mas, diversas formas de globalização; há, então, globalizações.
Todas essas contribuições teóricas sobre o significado de globalização nos mostram que podemos ter inúmeras possibilidades de fazer uma leitura sobre ela. Entretanto, de alguma maneira, a sociedade e a cultura têm uma preponderância nas análises elencadas nessa reflexão, talvez porque a cultura seja a parte mais fraca atacada pelo processo de globalização.

5. A cultura diferenciando os lugares

Os elementos culturais têm sido utilizados, nos dias atuais, como caminhos para viabilização de geração de emprego e renda de uma sociedade. A comercialização da cultura se tornou uma retórica forte para tentar justificar a sua preservação ou revitalização. E, este discurso tem obtido sucesso, mormente nas sociedades debilitadas de sentimentos de pertencimento e com perdas de referenciais históricos.
A cultura sempre foi um elemento importante para a identificação dos territórios, independentemente de sua escala, no entanto, a parceria com o capital não somente a descaracterizou como também a fez ficar mais efêmera, pois todo produto (é assim como a cultura está sendo tratada) tem seu período de valorização. Sabe-se que a cultura é efêmera quando comparada ao tempo de vida do ser humano na Terra, mas quando cultuada com o sentimento de pertencimento de um povo, ela pode ser repassada para outras gerações através de estudos, pesquisas, por exemplo; por outro lado, quando ela é cooptada pelo capital, perde o motivo da sua continuidade.
Talvez preterida pela sociedade moderna, a cultura ligada às manifestações históricas encontrou no capital mais uma forma de respirar, ainda que desconfigurada de sua originalidade. Parece que a evolução dos meios de transportes e comunicação, a necessidade financeira, uma realização pessoal, podem estar contribuindo para que as pessoas fiquem menos tempo no lugar onde nasceu dificultando, assim, o enraizamento e, por conseguinte provocando um corte na perpetuação ou num prolongamento maior de uma cultura local ou nacional.
Neste sentido a cultura e a economia apresentam semelhanças em suas dinâmicas. Aliás, é cada vez mais raro encontrar numa região uma identidade cultural pura ou mesmo uma atividade econômica que se sustente por um longo período.
Todavia, mesmo com suas dificuldades de sustentação, a cultura ainda continua sendo um elemento de diferenciação entre países, regiões e lugares. Na verdade o aumento do deslocamento pelo espaço, se de um lado não favoreceu o enraizamento, por outro lado, propiciou a mistura de culturas. A sede de viver plenamente a sua cultura levou muitos povos a procurarem um espaço no planeta para criarem o seu lugar, pois a identidade de um lugar é construída de "significado com base em atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significado" (Castells, 2000, p.22).
É no arcabouço cultural de um povo que se pode obter informações sobre os ciclos da economia, as posturas política e a relação com a geografia onde ela está inserida. Daí, ser uma ferramenta importante também nos estudos geográficos.
A modernização dos meios de transporte, a redução dos custos de viagens, a melhoria da infraestrutura rodoviária e o aparecimento de novas zonas de possibilidades de trabalho em nosso país possibilitaram um aumento do deslocamento de pessoas por todo o território nacional. Junto com as pessoas, além dos sonhos de melhoria na qualidade de vida, vai também a cultura que cada um carrega do lugar de origem. Um bom exemplo desta fluidez da cultura pelo espaço é dado por Gupta & Ferguson (2000, p.32) quando descrevem o deslocamento dos "refugiados khmer nos EUA [que] levam a cultura khmer com eles, da mesma forma complicada como os imigrantes indianos na Inglaterra transpor a cultura indiana para sua nova pátria". De maneira pacífica ou tumultuada, a cultura sempre acha um jeito de ser explicitada num território estranho. Contudo, nenhum território seria estranho se realmente o mundo fosse um só, destituído de muros geográficos.
Utilizar a cultura como um instrumento de análise espacial não é de fácil manuseio, tendo em vista que cultura também é mais um daqueles léxicos de difícil definição, "pois a compreensão exata do conceito de cultura significa a compreensão da própria natureza humana, tema perene da incansável reflexão humana" (Laraia,

1999, p.65). Num estudo sobre território, abrir mão da cultura seria negligenciar a participação do sujeito no contexto da formação de um território, pois, depois das características físicas do ambiente, os hábitos de uma sociedade talvez seja o mais preponderante para diferenciar os lugares.

6. Conclusão

O que se percebe é que o aperfeiçoamento das tecnologias em comunicação e nos meios de transportes propiciou que parte da sociedade se deslocasse com maior frequência pelo território, a busca por uma condição melhor de trabalho e remuneração também acompanha o fenômeno da globalização; tudo isso fez com que a cultura fosse colocada em segundo plano diante das necessidades da população. De certa forma, contribui para que determinados território não tenham mais a continuidade da presença de uma certa cultura. No entanto, não é somente através da migração espontânea que a globalização está influenciando na perda da cultura, ela também se faz presente, como por exemplo, nas diversas reservas indígenas são sequestradas pelo capital em busca de recursos minerais, em terras de quilombolas sendo invadidas por monoculturas, nos campos de refugiados de guerras que são expulsos de suas áreas. A globalização não é um estágio onde um determinado lugar tem que chegar, ou uma forma de imposição para que tal cultura sobreviva. O que estamos assistindo é o esfacelamento das culturas em detrimento de uma integração mundial que é farsa, pois não há perspectivas de que os centros econômicos tenham interesse em preservar ou respeitar culturas; apenas as utilizam através das mais variadas formas de perversidade para benefício próprio.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria Geralda. "Fronteiras, territórios e territorialidades". *Revista da ANPEGE*. n.2, 2005. p.102-114.

AMARAL FILHO, Jair. "A grande transformação e as estratégias de desenvolvimento local". *VII Encontro Nacional de Economia Política e II Colóquio Latino Americano de Economistas Políticos*. Curitiba, 2002. p.01-21.

BAHBHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução: Myriam Ávila, Eliana L. de L. Reis e Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BENKO, Georges. "A recomposição dos espaços". *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Vol.1, N.2, p.7-12. Março, 2001. p. 231-256.

BRANDÃO, Carlos Antônio. *A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais*. (Tese de Livre-Docência). Universidade Estadual de Campinas. Setembro, 2003.

CATAIA, Márcio A. *Território e fronteiras internas: a fragmentação do território brasileiro. Tese* (Doutorado em Geografia) FFLCH/USP, 2001.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução: Klauss B. Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. "Espaço: um conceito-chave da geografia". In: Castro, I.E; GOMES, P.C.C. e CORRÊA, R.L. (org.). *Geografia: conceitos e temas*. 7ª.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

FERRÃO, João. "Portugal, três geografias em recombinação Espacialidades, mapas cognitivos e identidades territoriais". *Revista Lusotopie,* Éditions Karthala, Paris,2002/2,pp.151-158.

FERRÃO, João. "Território, última Fronteira de Cidadania?", *Caderno Prudentino de Geografia*, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Presidente Prudente, 2002, n.º 24, pp. 7-15.

FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. Tradução: Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade

Estadual Paulista, 1997.

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole*. Tradução: Maria Luiza X. de A. Broges. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GUPTA, Akhil; FERGUNSON, James. "Mais além da cultura: espaço, identidade e política da diferença". In: ARANTES, Antônio A.,(org.). *O espaço da diferença*. Campinas (SP): Papirus, 2000. p. 30-47.

HAESBAERT, Rogério. *Concepções de território para entender a desterritorialização*. Território Territórios/ Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO-UFF/AGB. Niterói. 2002.

HAESBAERT, Rogério. "Região, diversidade territorial e globalização". *GEOgraphia*. Ano I, n.01, 1999. p.15-39.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz T. da Silva e Guacira L. Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HANSEN, Dean L. "Educação e desenvolvimento local". In: FALCÓN, Maria Lúcia; HANSEN, Dean L. e BARRETO JÚNIOR, Edison R. (orgs.) *Cenários de desenvolvimento local: estudos exploratórios*. Aracajú: Secretaria Municipal de Planejamento, 2003. p.97-123.

IANNI, Octávio. "Globalização e diversidade". in: FERREIRA, Leila da C. e VIOLA, Eduardo (orgs.). *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas (SP): Ed. UNICAMP, 1996.

LARAIA, Roque de B. *Cultura: um conceito antropológico*. 12ª. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

MACHADO, Mônica S. "Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade". *GEO UERJ*, n.1. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia da UERJ, 1997.

MAGNOLI, Demétrio. *Globalização: estado nacional e espaço mundial.* São Paulo: Moderna, 1997.

MORAES, Antônio C. Robert. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução: Maria C. França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.* Rio de janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 1982.

SILVA, Sylvio C.B.M.; SILVA, Barbara-Christine N. *Estudos sobre globalização, território e Bahia*. Salvador: UFBA, 2003.

SOUSA-SANTOS, Boaventura de. "Desigualdade, Exclusión y Globalización: hacia la construcción multicultura de la igualdad e la diferencia". *Revista de Interculturalidad.* Universidad de Chile. Año 1. Nº1, marzo, 2005.

SPOSITO, Eliseu S. *Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: UNESP, 2004.

THERBORN, Goran. "Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento". *Sociologias*, Porto Alegre, ano 3, n°6, jul/dez 2001, p.122-169.

Reflexões contemporâneas, talvez pós-coloniais, sobre o pós-colonial em cinemas africanos da contemporaneidade

Jusciele Conceição Almeida de Oliveira[1]

O filme *Nha fala* lançado em 2002 e produzido/gravado em 2000/2001 é representativo da contemporaneidade em termos transcontinentais, marcados por elementos característicos do agora em territórios africanos e europeu colocados em relação. Das instâncias de concepção às de produção, desfilam os múltiplos financiamentos e contextos, dilemas entre tradições e modernidades, fluxos de transculturação, questionamentos sobre em que língua escrever ou dialogar, elementos nacionais (línguas crioula, portuguesa e francesa; rituais fúnebres; a figura de Amílcar Cabral) e globais (*Nike*, *Barbie* e *Coca-cola*), migrações e deslocamentos, a situação da mulher nas sociedades bissau-guineense e africana, entre outros.

O presente momento enfoca as discrepâncias e aproximações entre pós-colonial, neocolonial, globalização e contemporaneidade, escolhendo-se tratar, neste texto, do pós-colonial, bem como destacando a relação entre os termos, e o "respeito" pela posicionalidade do cineasta favorável a nexos/fluxos de globalização, que apontam para a necessidade de ver e viver o mundo sob os signos dessa (outra) ordem, no sentido de uma superação dos signos de colonialidade, de certo modo recalcados, mas presentes, no filme, que se apresenta enquanto apelo e amostragem da superação do colonial em direção a um global marcado por trânsitos, não pela fusão ou pelo esquecimento de universos culturais. Se tal sugestão é equívoco, ilusão, utopia, isto poderá ser outra questão, dentre tantos dilemas da nossa multifacetada e contraditória contemporaneidade (Ribeiro, 2013).

Os debates sobre o termo pós-colonial se consolidam no final década de 1970, com as primeiras utilizações do termo pertencentes à crítica literária, tendo como fundadores do conceito Edward Said, Homi Bhabha e Gayatri Sipivak. Inicialmente, relacionado com a chegada dos europeus nos continentes africano, asiático e americano, depois, com a independência política de determinadas colônias, dá-se início ao período pós-colonial cronologicamente. Já na década de 1980, os estudos pós-coloniais fixam-se na relação da produção narrativa literária e cultural com alguns enfoques nas questões das línguas do ex-colonizadores.

As discussões sobre o conceito pós-colonial estão relacionados com questões da escrita do vocábulo, a relação com o passado colonial, um termo ambíguo, dificuldades de definições cronológicas, a relação com outros termos terceiro mundo ou terceiro mundismo, cinemas emergentes, binarismos, contextos diversos, diáspora, dificuldade de temporalização e periodização, relação com os termos pós-independência e anticolonial, associação do termo com o exótico e insólito, problematizações sobre questões de língua e a discussão sobre o pós-colonial e o pós-moderno, como também sua relação com o neocolonial.

Russell Hamilton, no texto "A literatura dos PALOP e a teoria pós-colonial", em finais do século XX, apresentou as controvérsias do termo pós-colonial, a partir do levantamento de autores e obras de escritores dos países africanos de língua oficial portuguesa, Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, destacando a problemática do prefixo 'pós' com base na grafia hifenizada, a suscitar diferentes significações para o vocábulo e seus derivados, segundo o autor, grafados por:

---

1 Possui graduação em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia (2006). Especialização em Metodologia do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Docência do Ensino Superior (2010). Mestre em Literatura e Cultura, pela Universidade Federal da Bahia (2013), com a dissertação sob o título "Tempos de Paz e Guerra: dilemas da contemporaneidade no filme Nha fala de Flora Gomes". Atualmente, é doutoranda pela Universidade do Algarve, em Portugal, com bolsa da CAPES Doutorado Pleno no Exterior, investigando cinema guineense e africano, especificamente o cineasta Flora Gomes. Tem experiência na área de Literatura, Cultura e Cinema Africano de Língua Portuguesa. jusciele@gmail.com

> pós-colonial com traço quando o termo refere-se, cronologicamente e simplesmente, a 'depois' do período colonial. Sem traço, póscolonialismo refere-se ou a 'por causa do colonialismo', que inclui elementos do colonialismo, ou, à rejeição das instituições impostas pelo antigo regime colonial. Portanto, neste último sentido o póscolonialismo, sem traço, significa anti-colonialismo e anti-neo-colonialismo (1999: 14).

A problemática do hífen levantada por Hamilton, no contexto contemporâneo não obtém tanta visibilidade, pois o termo pós-colonial, com ou sem hífen, passou a ter o mesmo significado, porquanto, além de nos países de língua inglesa o termo é utilizado sem hífen, *postcolonial*, assim como nos países de língua francesa *postcolonial*, já em português brasileiro a palavra é usualmente empregada com hífen, referindo-se tanto ao depois do colonialismo, quanto às reflexões sobre o colonialismo e o neocolonialismo.

Para a Ella Shohat, segundo Stuart Hall, o 'pós' do pós-colonial "significa 'passado', algo definitivamente concluído e fechado. Porém, para a autora [Shohat], isso também faz parte de sua ambiguidade, já que o conceito não esclarece se essa periodização é epistemológica ou cronológica" (Shohat, 1992: 101 apud Hall, 2006: 96). Será possível enquadrar uma temática tão ampla como a colonização num período finalizado e datado, como deseja Shohat?

Discutindo sobre o 'pós', desde o subtítulo "O pós-colonial e o híbrido", do capítulo "Do eurocentrismo ao policentrismo", no livro *Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação*, os autores, Shohat e Stam (2006), ratificam a ideia de que esse 'pós' refere-se a algo que já se passou, mas que gera uma ambiguidade, pois está relacionado com países que conseguiram sua independência após a Segunda Guerra, mas também inclui países como Estados Unidos e Grã Bretanha.

Tal ambiguidade é destacada em função do deslocamento do pós-colonial, que, ao incluir os Estados Unidos e a Grã Bretanha, atualmente países com economias de destaque no mundo capitalista, no mesmo momento que Brasil, Angola e Guiné-Bissau, causa desconforto e estranhamento. Percebe-se, ainda, no discurso desses autores certo ressentimento ou desprestígio por serem incluídos, como professores estadunidenses, no contexto da pós-colonialidade, contudo faz-se importante destacar que cada país ou cada indivíduo ou cada classe social vivenciou a colonialidade e vivencia o pós-colonial de formas diferentes e diversas e que não se propõe a apagar as "relações de perspectivas" distintas, unificando-as ou homogeneizando-as.

Outro elemento controverso que ronda o termo é a notação de cronologia, que para Shohat e Stam seria uniformizada, "o pós-colonial também apaga cronologias diversas" (2006: 76), pois os países americanos obtiveram suas independências nos séculos XVIII e XIX, diferentemente dos países africanos e asiáticos que as alcançaram no século XX, sugerindo que o pós-colonialismo "subestima as mutiplicidades de localização, assim como as relações políticas e discursivas entre as teorias pós-coloniais e as lutas e discursos anticoloniais" (2006: 76).

Entretanto, sobre essas questões cronológicas Manuela Ribeiro Sanches, no texto "Viagens da teoria antes do pós-colonial" (2011), no contexto de Portugal, esclarece que não se pode tratar o 'pós' como simplesmente cronológico, como se o período colonial já estivesse morto e enterrado, mesmo que esse fosse o estado dos antigos colonizadores, sabe-se ser impossível:

> O termo parece ter finalmente entrado no vocabulário nacional, por vezes ainda com alguns equívocos, nomeadamente quando se persiste em atribuir ao 'pós' uma mera conotação cronológica, como se o colonial tivesse sido finalmente ultrapassado, o que permitiria – pelo menos em Portugal – uma revisitação mais ou menos pacificada de um passado que se deseja definitivamente morto e enterrado (2011).

O pós-colonial surge como uma nova terminologia para a teoria do Terceiro Mundo, que, para Robert Stam no texto "O cinema e o pós-colonial", integrante do livro *Introdução à teoria do cinema***,** pode ser definido como "interdisciplinar (incluindo história, economia, literatura e cinema) que investiga questões relacionadas às memórias coloniais e à identidade pós-colonial" (2003: 320).

Stam e Shohat também sugerem que consoante vocabulário da moda, que causa um certo descredenciamento ou desdém teórico, como se fosse uma coisa passageira, no primeiro parágrafo da introdução do livro já citado livro, "[...] nas disputas acadêmicas sobre o cânone e nas controvérsias pedagógicas sobre as escolas afrocêntricas, muitas vezes, lançam mão de palavras da moda: o 'politicamente correto', a 'identidade política' e o 'pós-colonialismo'" (2006: 19). Será que com tantas discussões sobre o conceito ainda pode-se considerar uma palavra da moda? Ou ainda estar na moda é uma crítica construtiva ou desconstrutiva, pois para a indústria cultural estar na moda pode ser muito valorizado nas sociedades capitalistas ocidentais, globalizadas e contemporâneas?

Já para Olívia Maria Gomes da Cunha, no artigo "Reflexões sobre biopoder e pós-colonialismo: relendo Fanon e Foucault", o pós-colonial retoma reflexões sobre jogos de poder "que se enredam nos modos de produção da história pós-colonial são retomados em outro contexto, no qual a antropologia tem um papel fundamental" (2002: 151). Possibilita, assim, discussões que em outros momentos não seriam possíveis. Para tal, a autora utiliza o olhar crítico de Frantz Fanon sobre a questão da noção de 'raça', com destaque para a crítica do autor para a necessidade da descolonização e ressaltando que o deslize de Fanon seria pensar uma África pré-colonial, com o apagamento do período colonial, fundamento utópico, porque é impossível excluir ou fingir que não houve uma troca cultural, mesmo que negada por muitos teóricos ou críticos europeus e eurocêntricos. Com relação às interpretações de Michel Foucault, a autora destaca o biopoder e a governamentabilidade, ressaltando que em Foucault há "quase uma ausência de um enfoque específico sobre 'raça' na discussão de biopoder, sem falar no silêncio de Foucault a respeito da dimensão colonial do poder governamental" (Cunha, 2002: 150), enfocando principalmente nas descontinuidades entre Fanon e Foucault.

De acordo Igor José de Renó Machado, no ensaio "Reflexões sobre o pós-colonialismo", o pós-colonial é um espaço-temporal, que, a princípio, remete ao fim do colonialismo na África e na Ásia, todavia representa o fim das ilusões dos projetos nacionalistas. É o momento da exigência da fala, de re-definições do lugar de fala de muitas populações no mundo. É o momento de emergência dos intelectuais pós-coloniais, que têm como vantagem a experiência da vivência da "enunciação da crítica" (2004: 21). Ainda segundo Machado, é o momento de "desmascarar o discurso dominante, mas explorar suas fissuras de forma a produzir narrativas diferentes" (2004: 22). Não como a negação do discurso dominante, mas sim, pela pluralização de discursos, ou o seu questionamento.

Conforme destacado por Robert Stam o termo pós-colonial poderia ser substituído pelo Terceiro Mundismo, por isso no texto "Cinema e teoria do Terceiro Mundo", o autor realiza um breve levantamento da Teoria do Terceiro Mundo e sua relação principalmente com as questões econômicas, mas tendo relação também com categorias "humanísticas grosseiras ('os pobres'), desenvolvimentistas ('os não-industrializados'), raciais (binárias) ('os não-brancos'), culturais ('os atrasados') ou geográficas ('o Leste')" (2003: 113). Categorias que estão carregadas de preconceitos e dicotomias, destacando também que inicialmente o termo estaria relacionado com preocupações nacionalistas e foi inventado pelo jornalista francês Alfred Sauvy nos anos de 1950.

Couberam ao Terceiro Mundo as classificações etnocêntricas relacionadas com o processo de colonização, as minorias ou os povos já descolonizados na época, segundo Stam, comunidades descritas como "'atrasadas' e 'subdesenvolvidas', atoladas em uma 'tradição' supostamente estática" (2003: 112). Classificações que nos contextos contemporâneos não cabem mais em termos da sua utilização, ainda resistente em determinados discursos e instâncias de poder e saber.

No texto "O terceiro cinema revisitado", Robert Stam continua examinando a teoria terceiro mundista, destacando a grande pesquisa e produção do tema na área cinematográfica, nos anos 1980 e 1990, quando, contudo, o termo na política entrara em colapso. O autor também destaca os problemas da expressão: "O período também testemunhou uma crise terminológica em torno do próprio vocábulo Terceiro Mundo, visto agora como uma relíquia inconveniente de um período mais militante" (Stam, 2003: 309). Todavia, possivelmente, pela importância dos filmes produzidos pelos ditos cineastas terceiro mundistas nos festivais e na indústria cultural, a nomenclatura continua sendo reproduzida quase sem crítica alguma, mesmo com todas as discussões e limitações do termo. Aliás, com alguma crítica, Shohat e Stam (2006), destacam que continuarão utilizando o conceito "Terceiro Mundo" como uma forma provisória e esquemática, para demonstrar que algumas questões continuam sem serem resolvidas ou questionadas.

Como será possível em pleno século XXI economistas, políticos e críticos ainda utilizarem critérios centralizadores e dicotômicos (como os de "nós e os Outros")? Em meados do século XX, países europeus, os Estados Unidos e o Japão estavam arrasados com a Segunda Grande Guerra Mundial, depois a guerra fria, dividiu o mundo entre os EUA capitalista e a URSS socialista, portanto necessitavam de critérios que a fizessem novamente o centro do mundo, e, para tal, resolveram minimizar outros povos, culturas, economias para se exaltarem. Como afirmar na contemporaneidade que países como México, Venezuela, Nigéria, Indonésia e Iraque podem ser classificados como pobres sendo tão ricos em petróleo? Ou afirmar que o Brasil não pode ser um país industrializado?

Por extensão, esse vocábulo dito econômico, foi utilizado na teoria do cinema como teoria do terceiro mundo ou teoria terceiro mundista cinematográfica. Todavia, como destaca o próprio Stam, em contrapartida a esse termo preconceituoso, econômica e culturalmente limitador, surgem autores e suas teorias inovadoras, como Glauber Rocha (brasileiro), com a sua "Estética da fome", de 1965, Fernando Solanas e Octavio Getino (argentinos), com "Para um Terceiro Cinema" – *Towards a Third Cinema*, em 1969; e Julio Garcia Espinosa (cubano), com "Por um cinema imperfeito" – *For an imperfect cinema*, de 1969, (Stam, 2003: 114-115), que contestavam essa teoria, que relacionava economia com culturas, artes, estéticas, o que é completamente destoante, porquanto as culturas e as artes são construídas, pensadas em interações sociais, que não necessariamente envolvem fatores econômicos. Ainda de acordo com Stam, partindo-se de uma perspectiva eurocêntrica, os filmes do Terceiro Cinema focam na questão local e estão relacionados com questões políticas, por isso não poderiam fazer parte de uma historiográfica cinematográfica, dita universal.

Contudo, de acordo com Shohat e Stam, mesmo com as exclusões o cinema do terceiro mundo "é responsável pela maior produção cinematográfica do mundo (2006: 60)", e que a indústria do cinema insiste em continuar excluindo dos "livros de histórica cinematográfica 'tradicionais' e os meios de comunicação em geral, para não falar nos conjuntos *cineplex* e nas videolocadoras (2006: 61)", os filmes produzidos pelos considerados países de terceiro mundo.

Refletindo sobre essas perspectivas cinematográficas ou literárias terceiro mundistas, o que seria um filme universal? Por que será que os filmes estadunidenses, franceses, russos, italianos, espanhóis podem ser considerados universais, em detrimento dos filmes brasileiros, argelinos, bissau-guineenses, mexicanos, iranianos, argentinos? Quais os elementos que alguns filmes elegem como pretensamente universais? Será que neles não se apresentam elementos e problemas locais? E a indústria cultural, por que escolhe uns em detrimento de outros? Sem falar nos fatores de ordem política...

O grande problema, entrave ou incômodo da teoria do terceiro cinema ou cinema terceiro mundista é que seus críticos, teóricos e, até, cineastas, em seus textos, mesmo questionando-a em alguns momentos, acabam por reproduzi-la e/ou corroborá-la. Como tentativa de superação, mais uma vez a economia aparece mostrando seu poder e força junto à indústria cultural e cinematográfica, pois outro vocábulo que surge é o de "cinemas emergentes".

No texto "O cinema intercultural na era da globalização", de Hudson Moura, o autor destaca a importância dos deslocamentos humanos que aconteceram no século XX, como também que esse período é a "era dos refugiados, das pessoas em movimento, da imigração em massa" (2010: 43), com um destaque para os termos intercultural, multiculturalismo, transnacionalismo e pós-colonialismo, ressaltando principalmente, a desarticulação que sofre o termo intercultural, "sempre associado a uma marca da imigração e da descolonização" (2010: 45). O intercultural hoje está relacionado também com outras áreas econômicas, políticas e sociais: "comércio, direito, educação, entre outras" (2010: 45). No filme *Nha fala*, tais relações parecem sinalizadas nas trajetórias migrantes de Vita e de vários bissau-guineenses e africanos, que se deslocam em busca de estudo e trabalho, conforme apresentado na sequência, em que pessoas entregam cartas e encomendas, na suposição de que Vita possa levar para destinatários em diversas partes do mundo. O intercultural desdobra-se em transcultural e associa-se ao transnacional e transcontinental. A interculturalidade que Moura destaca está relacionada com o cinema africano, que permite o deslocamento da visão de vivenciar somente uma cultura, pois na contemporaneidade os sujeitos vivem a experiência de diferentes culturas.

Dessa relação de experiências deslocadas, surgem os cinemas emergentes, que nascem de uma nova visão criada "nos países que acolheram os imigrantes de ex-colônias, como a França e a Inglaterra, ou de novos

imigrantes, como o Canadá, os Estados Unidos e o Brasil" (2010: 46). Esses cinemas têm a necessidade e importância de deslocar os clichês e as "imagens convencionais eurocêntricas do Outro, do estrangeiro, da cultura e das novas práticas sociais dos imigrantes" (2010: p.46), nos seus roteiros e nas imagens produzidas por esses cineastas.

No filme *Nha fala*, identificam-se os elementos destacados por Moura: as várias línguas, vozes, músicas, deslocamentos, viagens, sobremodo na construção e transformação da personagem Vita, que caminha e transita entre culturas, línguas (crioulo, português e francês), países (Guiné-Bissau e França), tradição e modernidade, rituais fúnebres, bolsas de estudo e celebração da vida.

O pós-colonial carrega também discussões acalorada sobre os binarismos, que para McClintok (1994 apud Machado, 2004: 28) indica que "o termo 'pós-colonial' supostamente pretende superar a ideia imperial do tempo linear, mas acaba por reforçar essa linearidade, pois não é possível pressupor um 'pós' sem um 'pré' e um 'durante'', baseando a teoria em uma "oposição básica: colonial/pós-colonial", sem que se torne possível estabelecer rigorosamente onde começou e terminou o período colonial.

No que concerne ao citado binarismo colonizador/colonizado, o texto "Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite" (Hall, 1996), concebido como uma defesa do termo pós-colonial, no qual o autor arrola teóricos contra e a favor do pós-colonial, como Ella Shohat (1992); Anne McClintock (1992) e Arif Dirlik (1994) destaca que esse binarismo existe, todavia não como isto é do colonizador e aquilo é do colonizado, porque é impossível realizar a separação, porquanto as diferenças existem e persistem e são necessárias para a discussão e construção da história.

Rebatendo Dirlik sobre a discussão do binarismo no pós-colonial, Machado informa que o pós-colonial parece demonstrar a superação das distinções binárias (centro-periferia; ocidente-oriente), inclusive a ideia do Terceiro Mundo, que nem mesmo o termo conseguiu superar "As oposições binárias seriam formas explicitamente colonialistas de pensar e, portanto, a crítica pós-colonial deveria superar o binarismo para uma crítica realmente 'catacrésica', coisa não alcançada pelos estudos da década de 60 e 70 baseados na ideia de terceiro mundo" (2004: 22).

Hall, depois dos questionamentos: "Quando foi o pós-colonial? O que deveria ser incluído e excluído de seus limites? Onde se encontra a fronteira visível que separa de seus 'outros' (o colonialismo, o neo-colonialismo, o Terceiro Mundo, o imperialismo)" (2006: 95), os quais sempre que necessário serão chamados ao texto para a realização de perguntas indiretas, escolhe iniciar a discussão por meio dos argumentos contrários ao pós-colonial e para tal feito elege Ella Shohat, em *Notes on the Postcolonial* (1992), no qual enumera alguns erros conceituais do termo:

> A autora critica o 'pós-colonial' por sua ambiguidade teórica e política – sua 'multiplicidade vertiginosa de posições', seus 'deslocamentos universalizantes e anistóricos' e suas 'implicações despolitizantes. Segundo Shohat, o pós-colonial é politicamente ambivalente porque obscurece as distinções nítidas entre colonizadores e colonizados até aqui associadas aos paradigmas do 'colonialismo', do 'neocolonialismo' e do 'terceiro mundismo' que ele pretende suplantar. Dissolve a política de resistência, uma vez que 'não propõe uma dominação clara, nem tampouco demanda uma clara oposição'. [...] o conceito é utilizado para marcar o fechamento final de um período histórico, como se o colonialismo e seus efeitos estivessem definitivamente terminado (HALL, 2006: 96).

Como se pode supor que o colonialismo terminou? Ele se mascarou, transformou e continuou latente. O que para Hall é uma abertura de nomenclatura, para Shohat é um problema conceitual, pois apaga os limites, as distinções e os lugares definidos e estabelecidos por um processo histórico, econômico, político e cultural, cruel e desumano. Quais serão as 'distinções nítidas' a que se refere Shohat? Não seriam as que por muito tempo excluiu as literaturas, os cinemas, as artes, as culturas de uns em favor das de outros?

Faz-se importante destacar também que um período histórico finalizado não significa que ele está acabado por si só e que por isso não carrega nenhuma característica do anterior. O pós-colonial não se propõe a negar

o colonialismo, mas entender que tanto colonizador como colonizado transformaram-se nesse processo comercial e cultural.

No que diz respeito aos contextos pós-coloniais, Lata Mani e Ruth Frankenberg (1993) destacam que "nem todas as sociedades são 'pós-coloniais' num mesmo sentido e que, em todo caso, o 'pós-colonial' não opera isoladamente, mas 'é de fato uma construção internamente diferenciada por suas interseções com outras relações dinâmicas'" (Hall, 2006: 100). Ressaltam que os pesquisadores do conceito devem delimitá-lo e entender, vez que são vários pós-coloniais e não podem ignorar a contextualização e a periodização de cada local, pois o pós-colonial do Brasil, Guiné-Bissau, Portugal, França foram e são processos diferentes, bem como ainda existe a relação com a diáspora de cada país, onde há elementos históricos, econômicos, políticos e culturais, que relacionam e aproximam os países, mas também que os distinguem e distanciam.

Normalmente, os teóricos buscam definir a colonização como unilateral, como se os africanos, asiáticos e americanos em nada tivessem mudado os contextos culturais, políticos e econômicos europeus, ou tivessem aceitado pacificamente a vida, os costumes, a posse dos espaços e dos corpos africanos pelos europeus, contudo, mesmo que com uma forte rejeição, os ex-colonizadores também não foram mais os mesmos depois do processo colonial. Por isso também, em certa medida, são pós-coloniais.

No tocante ao termo diáspora, os historiadores, antropólogos, sociólogos, críticos e pesquisadores a definem como deslocamento de pessoas, culturas e mercados (no momento atual), os quais modificam os diferentes espaços por onde passam e/ou para onde foram levados. O sociólogo inglês Paul Gilroy, no livro *O atlântico negro: modernidade e dupla consciência*, destaca que o 'Atlântico negro' é uma metáfora para a diáspora negra, inicialmente sofrida e provocada pelo processo de escravização e atualmente vivenciada pelos processos de migração, trânsitos, exílios e viagens dos africanos, através de fluxos e trocas culturais, que extrapolam fronteiras físicas, políticas e culturais, onde se combinam e unem experiências e interesses de negros e afrodescendentes em várias partes do mundo, através das artes, principalmente, música e dança. Mesmo que o autor tenha dado enfoque ao Atlântico Norte Ocidental no livro, encontram-se nas representações artísticas e culturais no lado Sul desse Atlântico Negro, características da diáspora africana.

Gilroy não dá no livro uma definição objetiva e direta do conceito de diáspora, contudo no último capítulo "Uma história para não se passar adiante: a memória viva e o sublime escravo", o autor destaca que o termo diáspora "entra para o vocabulário dos estudos sobre os negros e a prática da política pan-africanista a partir do pensamento judaico" (2001: 382). O vocábulo foi utilizado na Bíblia, mas "começa adquirir algo como o seu emprego contemporâneo mais livre durante o final do século XIX" (2001: 382), estabelecendo uma relação da dispersão judaica com o processo de escravização dos africanos.

Outro elemento discutido no conceito do pós-colonial é a sua temporalidade, a qual é ressaltada por Shohat, como problemática, enquanto para Hall o termo não é baseado em "'estágios' epocais, em que tudo é revertido ao mesmo tempo, todas as antigas relações desaparecem definitivamente e outras, inteiramente novas, vêm substituí-las" (2006: 103). E no que se refere a periodização, de acordo com Hall, é um pouco ambígua, porque não se consegue delimitar o momento da descolonização "como momento crítico para um deslocamento nas relações globais, o termo também oferece – como toda periodização – outra narrativa alternativa, destacando conjunturas-chave àquelas incrustadas na narrativa clássica da Modernidade" (2006: 106). Exemplo cabal desse mecanismo seria a Guiné-Bissau que teve sua independência declarada unilateralmente em 1973 e reconhecida por Portugal somente em 1974. Os bissau-guineenses recontam suas histórias e constroem suas tradições.

Inocência Mata, no texto "O pós-colonial nas literaturas africanas de língua portuguesa" (2000), relaciona o pós-colonial com um momento anti-colonial, mas também como uma possibilidade de os opostos compartilharem os mesmos espaços. "Portanto a proposta, ou a possibilidade de complementaridade de opostos, ou de pseudo-divergentes, por ser recorrente, pode ler-se como uma componente da anti-colonialidade que se vai transformar num dos parâmetros da nossa expressão literária pós-colonial" (Mata, 2000). Esse momento anticolonial pode ser visto na obra de Fanon, como uma rejeição do que é colonial, que é utópica e impossível na contemporaneidade, pois torna-se difícil conseguir separar o que é referente às culturas europeias, conforme destacado no texto de Olívia Maria Gomes da Cunha (2002), do referente às culturas africanas, em termos de atribuição de procedência.

Tendo em consideração o texto de Inocência Mata (2000), os elementos de destaque da pós-colonialidade são o absurdo, o fantástico e o insólito. Por que elementos culturais do Outro (e da própria autora) devem ser considerados como da ordem do exótico ou do absurdo? A relação entre os vivos, os mortos e os por nascer em algumas culturas africanas não são insólitos, mas sim naturais e normais para esses sujeitos, porque fazem parte das suas formas de ver e conceber o mundo. No entanto, para corroborar suas interpretações, a autora elenca dois escritores que escrevem sobre o absurdo, Mia Couto e Sousa Jamba.

Os elementos destacados por Mata como absurdo, fantástico ou insólito podem fazer com que se leve a interpretar como uma única história. Perigo destacado pela escritora nigeriana Chimamanda Adiche, na apresentação denominada "O perigo de uma única história" (2012), no qual se discute sobre como novas leituras nos salvam do perigo de uma história única e como essas histórias criam uma única visão sobre a África e seus escritores, dando exemplo a reação de um estudante estadunidense sobre um livro da escritora.

O filme *Nha fala* também é alvo de interpretações, que relacionam os rituais presentes como exóticos ou insólitos, quanto a algumas interpretações, como no texto "Cantam pretos, dançam brancos: coreografia da colonização em *Nha fala*, de Flora Gomes", de Fabiana Carelli, que destaca um caráter surreal, principalmente inferido, em comparação com o cineasta italiano Frederico Fellini:

> ela [Vita] tem de desaparecer simbolicamente, desafiando o passado da tradição, para renascer no presente, perfazendo seu caminho em direção ao futuro por meio de uma desconstrução engenhosa dessa mesma tradição. Imageticamente, o ritual fúnebre engendrado por Vita parece, a olhos ingênuos, um delírio surreal de toques felinianos (2012: 7).

Tendo em consideração o texto de Inocência Mata, por meio da afirmação de que o texto de Mia Couto é "insólito, absurdo, fantástico como estratégia de enfrentamento do real", e relacionando com o texto do próprio escritor moçambicano Mia Couto, no texto "Que África escreve o escritor africano?",

> Exige-se a um escritor africano aquilo que não se exige a um escritor europeu ou americano. Exigem-se provas de autenticidade. Pergunta-se até que ponto ele é etnicamente genuíno. Ninguém questiona quanto José Saramago representa a cultura de raiz lusitana (2005).

Percebem-se exigências maiores aos escritores africanos, pautadas em padrões e numa busca autenticas de estéticas etnocêntricas e ocidentalizadas, sem levar em conta os aspectos culturais étnicos africanos, moçambicanos, nigerianos, bissau-guineenses.

Mata, em 2003, no texto "A condição pós-colonial das literaturas africanas de língua portuguesa: algumas diferenças e convergências e muitos lugares-comuns", destaca também que na pós-colonialidade existe uma preocupação com a língua. Em que língua escrever? Constitui questão nuclear para produtores culturais, escritores e críticos. Mesmo em se tratando das literaturas africanas de língua portuguesa, Mata traz ao texto a discussão de Chinua Achebe, escritor nigeriano, sobre as discussões sobre língua inglesa. Concluindo-se que existem duas interpretações sobre a utilização da língua portuguesa nos países que a têm como oficial: há os escritores que a utilizam como "[...] aquela que aponta para a posse da língua segundo a declaração de Mia Couto: 'Encontro pátria na *minha* língua portuguesa'" (2003: 62); e outros que fazem uma africanização da língua portuguesa, como uma "'oraturização' do sistema verbal português, um processo que ultrapassa, portanto, o código linguístico e se expande, ou melhor, afeta terrenos translinguísticos como a onomasiologia, a cenarização e a sugestão musical" (2003: 64).

A discussão sobre a escolha da língua também está presente no cinema, pois a opção da língua de um filme é de fundamental importância e sua escolha não é aleatória. Durante muito tempo nos cinemas africanos preponderaram os idiomas europeus, contudo, em 1968, o cineasta e escritor Ousmane Sembène quebrou essa regra de utilização das línguas europeias e faz o primeiro longa-metragem em uma língua tradicional africana a língua *wolog*, no filme *Mandabi*.

Segundo Diawara, o cineasta senegalês "usou assim *Mandabi* para mostrar não só os limites da *francophonie* em África, como também o destaque de não apenas as línguas europeias são universais e capazes de ter uma história além das fronteiras e dos limites étnicos e culturais" (2011: 35). Do ponto de vista linguístico, a situação se reinventa criando relações. Na visão de Thiong'o, sobre a questão da língua, o qual considera tal aspecto relevante e associado à necessária descolonização, na qualidade de "uma das mais positivas contribuições do cinema africano aos nossos esforços pela descolonização: a relação entre cinema e as línguas africanas" (2007: 31).

Para Ngugi[2] wa Thiong'o, escrever ou contar nos idiomas europeus e dos ex-colonizadores é uma forma de neocolonialismo e exaltação das culturas europeias. Entretanto, a posição do escritor angolano Manuel Rui Monteiro, no já citado texto, mesmo sendo em uma situação de oral (línguas nativas) e escrito (línguas europeias), é diversa e de luta, de Thiong'o, pois, para Rui, deve-se apropriar da arma do outro (a escrita) e adaptá-la a nossa situação, incluindo elementos constitutivos das identidades culturais das comunidades ou países, acabando por transformar a escrita e, por consequência, o idioma.

Já o escritor nigeriano Chinua Achebe, no texto "Política e políticos da língua na literatura", o qual é explicitamente uma resposta a Ngugi Wa Thiong'o, que o acusa de ser cúmplice do imperialismo, através do idioma que escreve (inglês), afirma que não existe a necessidade de escolha de uma língua (europeia) em detrimento de outra (nativa), podendo-se utilizar as duas: "[...] a diferença entre mim e Ngugi na questão do uso de uma língua nativa ou europeia por escritores africanos é que, enquanto Ngugi acredita que se trata de escolher entre *uma ou outra*, eu sempre considerei *as duas*" (Achebe, 2012: 101).

Achebe (2012) considera que a escolha do idioma dos ex-colonizadores guarda relação direta com a pluralidade e multiculturalismo linguístico, que existe na Nigéria e em muitos outros países africanos, que escolheram o inglês, o francês ou o português, como idioma oficial, ou ainda mantém associação com a constituição da nação, que deve possuir um idioma oficial, que contemple, ou agregue por abstração, as diversidades nacionais.

No filme *Nha fala*, identificam-se três idiomas: o crioulo bissau-guineense, o francês e o português, nas cenas que se passam em Bissau os diálogos são em crioulo bissau-guineense, enquanto as crianças cantam em português, mas, depois, quando Vita vai para França, os diálogos passam a ser em francês, o que ressalta mais um trânsito entre as línguas nacionais, tradicionais e modernas, e as línguas europeias, ou de matriz européia, que comunga com as ideias de Mia Couto: "O que advogo é um homem plural, munido de um idioma plural. (...) Ao lado de uma língua que nos faça ser humanidade, deve existir uma outra que nos eleve à condição de divindade" (2011: 24).

Essa pluralidade linguística é identificada na Guiné-Bissau, que é um país africano de língua oficial portuguesa, mas que possui uma população constituída por mais de vinte grupos étnicos (dentre os quais os povos Balanta, Fula, Mandinga, Mandjaco, Pepel ou Papel), em função do seu multiculturalismo cultural e linguístico, o português, embora língua oficial do país, não é uma língua corrente entre os bissau-guineenses, uma vez que se estima em 13% o número dos falantes desse idioma, na Guiné-Bissau (Pontes, 2013).

Outra língua de prestígio na Guiné-Bissau é o crioulo de base lexical portuguesa ou língua guineense[3], sobre o qual Manuel Ferreira (1975), na esteira da lingüística mais tradicional da época, dizia que era, além de dialeto, uma língua sem "futuro", que não passava de uma língua de contato, ressaltando, ainda, que a origem do crioulo seria de Cabo Verde, no empenho de comprovar-lhe tal classificação.

A diversidade linguística na Guiné-Bissau constitui grande riqueza cultural e sua preservação merece mais apoio e incentivo. O crioulo, hoje em dia, é uma língua autônoma, tanto do ponto de vista gramatical quanto lexical, meio de comunicação entre os falantes de origens mais diversas, desde os tempos coloniais, que é utilizada no cinema pelo cineasta Flora Gomes desde o início da sua filmografia.

A língua francesa aparece no filme *Nha fala*, quando Vita migra para Paris, para realizar seus estudos de contabilidade, também é a língua "midiática" ou "artística", com a qual Vita torna-se uma cantora de sucesso. Uma língua europeia, que possibilita a Vita a convivência social acompanhada da ascensão econômica, depois

---

[2] Por questões técnicas, não se conseguiu inserir til (~) sobre as duas vogais (u;i) no nome desse autor.

[3] Língua bissau-guineense é o nome, que a escritora Moema Parente Augel dá ao crioulo, em sua tese de doutorado.

a língua francesa continua presente por meio de Pierre, que passa o filme todo falando francês, como se, além do plurilingualismo do mundo na contemporaneidade, indispensável às relações culturais, sociais e pessoais, trouxesse para o palco a presença da língua da produção e parte dos financiadores do filme.
Lembrando com Inocência Mata, que "[a] diferença encontra nestes tempos pós-coloniais campo fértil de significância", uma vez que "as identidades gerar-se-ão da capacidade de aceitação as diferenças" (2003: 70), percebe-se que no filme *Nha fala*, uma tal "aceitação da diferença" apresenta-se através de uma França menos opressora que a imagem corrente, onde os habitantes são mostrados como migrantes e deslocados, convivendo em interação e harmonia, em uma espécie de sociedade complementar e alegre, a despeito da indiciação de problemas, habilmente secundarizados pelo roteirista e cineasta. Também na Guiné-Bissau, apresentam-se diferenças através de conflitos amorosos, divergências éticas (Vita e Yano) relacionadas com a comercialização, o deslocamento de profissões e aglutinação das mais diversas diferenças em termos da convivência e intercorrências, a exemplo dos diversos profissionais desempregados reunidos na Carpintaria, sintomaticamente chamada de Caminho. Vale salientar que um dos últimos atos de Vita em Bissau é a saída dessa Carpintaria, após a troca de conselhos, afirmando que "Construam caixões. A única coisa segura neste país é a morte", presente na música "Os bons conselhos".
Nas sequências finais, na Guiné-Bissau, os amigos franceses de Vita e bissau-guineenses misturam-se em comemoração ao seu funeral a despeito das diferenças, de várias formas refletidas na música final: "Que havemos de fazer/ Para ser ao mesmo tempo iguais e diferentes?/Atreve-te", uma apologia direta ao momento pós-colonial, onde as diferenças emergem e são aceitas cultural, econômica e socialmente.
De acordo com Inocência Mata (2008), o termo pós-colonial caracteriza-se por permitir identidades maleáveis, miscigenadas, híbridas, sincréticas, de um processo que aconteceu antes mesmo do período classificado pela história como colonização, propondo, em concordância com Shohat, que uma saída para as discussões sobre o termo seria a utilização deste no plural, pois assim consignaria a multiplicidade de minorias a que ele se refere. Mas será que os países pós-coloniais são todos marginalizados? Estaria o vocábulo relacionado com as questões levantadas pelas duas intelectuais que utilizam a nomenclatura referente somente aos ex-colonizados? E nesse processo será que os ex-colonizadores escapam de também serem marginalizados ou (pós)coloniais na contemporaneidade? Ainda para Mata, o pós-colonial tem vínculos de dependência, porque se relaciona diretamente com a colonização, o período cronológico e que o pós-colonial não trata do período colonial como devia discutindo-o e propondo uma possível superação: "Para criticar o colonial, o pós-colonial teria de se imbuir do colonial, incorporá-lo, dialogar com ele para o descrever e prescrever [...]" (Mata, 2008).
Será que debater o termo ou as questões coloniais demonstra dependência colonial? O período colonial não pode ser esquecido nem apagado, porquanto traz a tona lembranças de um passado incômodo, desconfortável e que para muitos deveria ser esquecido. Pode-se tentar esconder, manipular, deixar de lado, mas ele irá continuar existindo histórica e culturalmente.
A discussão sobre o pós-colonial também está diretamente relacionada com o verbete pós-moderno. De acordo com Kwame Anthony Appiah, no livro *Na casa do meu pai: a África na filosofia da cultura* (1997), especificamente no capítulo "O pós-colonial e o pós-moderno", discuti os termos que dão título ao texto, enfoca a questão do contexto de mercantilização internacional da cultura africana, na contemporaneidade visto como neocolonial, usado como exemplos a arte africana, em relação ao valor 'estético' e ao valor de 'mercado' e a questão da arte como decoração, no 'mercado da arte', o "pós" do pós-colonial pode ser semelhante, em contextos diversos, ao pós-moderno, sendo que o pós-colonial desafia as grandes narrativas fundacionais.

Appiah faz um levantamento do termo pós-moderno na arte, na filosofia, na arquitetura, na literatura e na teoria política, para depois em alguns momentos traçar relações com o pós-colonial, utilizando a cultura e a arte africana como exemplos dessa ligação. Contudo, o pós-colonial para Appiah também está relacionado com uma não ultrapassagem do período colonial, com neocolonialismo de alguns romancistas, que insistem em retratar uma África condenada, pobre, pessimista, destruída e desanimada, mesmo diante da diversidade cultural, artística e econômica que a África contemporânea está a produzir (1997: 219).
Cabe nesse momento destacar que, segundo Shohat e Stam (2006), o neocolonial na contemporaneidade não representa um controle somente cultural, político, econômico, técnico, militar, histórico, artístico e territorial,

mas também um controle abstrato e sutil, que em algumas instâncias não é entendido como uma forma de controle e sim de "ajuda".

O neocolonial destacado por Appiah, Shohat, Stam, Mata e outros críticos é também característico do pós-colonial, o qual se apresenta mascarado e com novas formas de controle característicos da colonialidade, que podem ser vistos em muitos países, que vivenciaram o colonialismo e, agora, através de ONGs, educação, investimentos e financiamentos econômicos, culturais e sociais, indústria cultural, mídia trans ou multinacionais, são associados à ação de fluxos de neocolonialismo.

O debate sobre o neocolonial também está presente, no livro *Cinema africano: novas estéticas e políticas*, que, além dos textos dos autores Manthia Diawara e de Lydie Diankhaté (2009) e de uma sinopse dos filmes exibidos no evento, o livro possui também quatro painéis de discussão intitulados de "*AFRICAN SCREENS*: novos cinemas de África", nos quais têm-se a participação dos convidados e do público, que possibilitam discussões mais questionadoras sobre os conceitos relacionados com os cinemas africanos. No "Painel I: Cinema africano, pós-colonialismo e estratégias de representação", com a presença do moderador cineasta e escritor maliense Manthia Diawara e os oradores: cineasta da Guiné Conakry Cheick Fantamady Camara, cineasta camaronês Jean-Pierre Bekolo, cineasta angolano Zezé Gamboa e a professora portuguesa Manuela Ribeiro Sanches, discutem sobre a relação do pós-colonial com o neocolonial, acentuada principalmente por Sanches e Camara.

Inicialmente, o moderador Manthia Diawara propõe as indagações para a mesa: "E agora a questão que nos interessa sobre pós-colonialismo: existe um cinema africano? E o que é esse cinema africano?" (2009: 136). Respondendo aos questionamentos Cheick Fantamady Camara informa que existem dois tipos de cinema africano, um cinema pós-colonial e o outro emergente, o pós-colonial representa um cinema neocolonial e o emergente é aquele que mostra a África contemporânea: "Chamo cinema pós-colonial ao cinema que apresenta África como os ex-colonos gostam de ver este continente, que mostra a África que os ocidentais desejam ver. Já o cinema africano emergente é aquele que os africanos querem ver, aquele que dá a ver o que os africanos querem mostrar de África" (2009: 137).

Em resposta à afirmação do pós-colonial como neocolonial, como também da ideia de um filme para ocidental ver, que ratifica estereótipos e veicula a imagem de um continente pobre, que necessita ser salvo, Manuela Ribeiro Sanches (2009) destaca que Portugal também vive o momento pós-colonial, demonstrando que a pós-colonialidade também está presente nos antigos colonizadores, e, para ela, o pós-colonial representa também presente, passado e futuro, vinculado ou não ao neocolonialismo:

As posições da crítica literária portuguesa Manuela Ribeiro Sanches e do cineasta da Guiné Conakry Cheick Fantamady Camara demonstram várias possibilidades interpretações do pós-colonial, em vários contextos (África e Europa), em vários espaços culturais (literatura e cinema), apresentando uma multiplicidade e uma pluralidade de questionamentos, respostas, intervenções, deixando de lado a busca por uma única verdade ou interpretação dos conceitos. O trabalho de qualificação e de conceitualização torna-se imprescindível concomitante à utilização de tais categorias marcadas por controvérsias e pela relevância no debate de ideias atual.

A discussão sobre a relação entre o pós-colonial e o pós-moderno também está presente no texto "O pós-colonial e pós-moderno: a questão da agência", que consta do livro *O local da cultura*, de Homi K. Bhabha (1998), onde se debatem os novos espaços e discussões de cultura, relacionados com o pós-colonial e o pós-moderno. Inicialmente, o texto trata das perspectivas do pós-colonial, que nascem nos contextos do Terceiro Mundo e 'minorias' locais, o qual promove desconstruções de certezas da modernidade.

Com o objetivo de desestabilizar a tão cultuada racionalização científica dos homens da modernidade e de uma estética canônica, que mais exclui do que inclui as minorias, além de várias novas possibilidades críticas sobre assuntos antes proibidos. O pós-colonial desestabiliza fronteiras sociais, econômicas e culturais no mundo e constitui novos cânones locais e globais.

De acordo com Bhabha (1998), a perspectiva pós-colonial desconstrói as relações binárias e antagônicas, criadas pelos processos de dominação cultural, econômica e política, instituídos pelas antigas potências, onde só se poderia ser colonizador ou colonizado, popular ou erudito, nacional ou estrangeiro, de dentro ou de fora. No contexto pós-colonial o 'ou' é substituído pelo 'e', que abarca uma maior multiplicidade de diversidade, de identidades, de culturas, de misturas, que pode resultar no hibridismo.

Para o intelectual indiano, o discurso pós-colonial é baseado no pensamento dialético, que se resolve no diálogo e com negociabilidade, através de discursos, pois não há necessidade da negação dos discursos dos outros: "Os discursos críticos pós-coloniais exigem formas de pensamento dialético que não recusem ou neguem a outridade (alteridade) que constitui o domínio simbólico das identificações psíquicas e sociais" (1998: 242). No pós-colonial, as articulações da cultura com a arte e com a política tornam-se vitais e necessárias para transformação do espaço e para a emergência de novas fronteiras, culturas, pensamentos, discursos.

Esses novos discursos estão presentes no filme *Nha fala*, através de imagens de uma África até certo ponto feliz, apesar dos problemas que são obliterados ou escamoteados, o que pode ser uma tentativa de desconstrução de estereótipos ocidentais e eurocêntricos, que insistem em retratar um continente miserável, aidético, tribal, sempre em guerra contra os seus conterrâneos, que não respeita os direitos das mulheres e das crianças, que necessita ser salvo, objeto contumaz dos cinemas, mídia e literatura etnocêntricos produzidos e circulando no Ocidente e adjacências. Todavia, o cineasta Flora Gomes não deixa de mostrar também os problemas sociais, econômicos e culturais da Guiné-Bissau, como analisado acima.

Retornando a associação dos conceitos pós-moderno ao pós-colonial, no capítulo IV, "Os estudos subalternos são pós-modernos ou pós-coloniais? As políticas e sensibilidades dos lugares geoistóricos", do livro Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamentos liminar, o crítico argentino Walter Mignolo (2003) argumenta sobre os estudos subalternos nas Américas e defende a ideia da viagem ou das transculturações das teorias de um contexto para outro, de autores variados, que também se deslocam, ou até mesmo a movimentação física e cultural desses teóricos ao longo do tempo.

Essas teorias e seus teóricos são transformados, transmutados, adaptados em seus novos e diversos contextos e essas mudanças, deslocamentos ou viajantes são acentuadas em função das diferenças coloniais, por quem são produzidas, como também onde são produzidas, ou ainda em que línguas são escritas ditarão em certas instâncias a credibilidade da teoria.

De acordo com Mignolo (2003), as teorias, que hoje tão emblematicamente "viajam", podem sofrer rejeição, quando são produzidas em locais geoistóricos e as localizações geográficas estão relacionadas com as diferenças coloniais ou subalternidades, uma vez que estes espaços são ou foram desprivilegiados na produção do conhecimento ou na localização epistemológica, e os estudos aceitos foram e até hoje o são, em grande parte, orientados pelo etnocentrismo e eurocentrismo. Os conceitos de pós-colonial enquadram-se nessa perspectiva adquirindo significações diferentes em variados contextos, quando não sendo recusados e desqualificados sumariamente, descartadas as diversas definições do termo.

Desse modo, as teorias reconhecidas no meio acadêmico e social podem ser produzidas em contextos ocidentais, ou em locais que reproduzem um modelo ocidental, e por teóricos ocidentalizados, escritas em línguas categorizadas como modernas (inglês, francês ou alemão), em seus padrões cultos e normativos. Contudo, para que se possam promover os deslocamentos dessa produção teórica eurocêntrica, Mignolo propõe novas perspectivas geopolíticas do conhecimento, como os novos pontos de vistas do (pós)colonial.

Vislumbram-se uma aproximação e um distanciamento destes pontos de vista no *Nha fala*, nas escolhas da língua francesa e da viagem para estudar em um país europeu, corroborando ideias de que conhecimento e sucesso só se adquirem em países europeus, entretanto distanciam-se quando um dos idiomas oficiais do filme é o crioulo e a personagem volta para realizar o seu funeral, destacando assim a importância dos idiomas pós-coloniais e a relação dos africanos com os seus valores tradicionais.

Com relação ao questionamento proposto no título do capítulo, "Os estudos subalternos são pós-modernos ou pós-coloniais?", Mignolo desenvolve uma resposta onde o pós-moderno e o pós-colonial seriam duas faces da mesma moeda, com a resalva dos diversos locais de produção: "(...) o pós-moderno e o pós-colonial ocidental são duas faces da mesma moeda, situando construções imaginárias e *loci* de enunciação em diferentes aspectos da modernidade, da colonização e da ordem mundial imperial" (2003: 277).

É nesse sentido que Mignolo prefere escapar da dicotomia pós-moderno/pós-colonial e das discussões políticas dos termos, propondo uma nova epistemologia que chama de "pós-ocidentalismo" (2003: 277), que minimizaria o duelo entre as instituições europeias e os Outros, pensando sempre numa relação globalizante e civilizadora "[do qual] o planeta inteiro está participando" (2003: 277). Ou ainda um processo de mão dupla, sem a negação de um ou outro marco histórico, em que "[a] modernidade não pode ser entendida sem a

colonialidade; a colonialidade não pode ser entendida sem a modernidade" (2003: 278).
Proposta essa aparentemente utilizada por Flora Gomes, quando tenta uma compatibilização e um equilíbrio entre as diferenças culturais ao longo do filme, a exemplo das relações acerca da tradição e a modernidade na realização dos rituais funerários de Vita e do Sr Sonho, nos quais há diálogos entre religiões e formas de realidade católicos e animistas, com a junção dos dois elementos diferentes ou contrastantes, sem descredenciamento ou critérios hierárquicos, de nenhum dos dois.
De acordo com Mignolo, os estudos subalternos seriam essa perspectiva pós-ocidentalista, que rearticularia os processos civilizadores, "(...) mas como um processo plurilógico e ploritópico que contribui para um planeta no qual as semelhanças-na-diferenças poderiam substituir a ideia de semelhanças-e-diferenças, manipuladas pelos discursos coloniais e imperiais" (2003: 278). O autor acaba tentando escapar das dicotomias da modernidade e das imposições e etnocentrismos da colonização, entretanto acaba caindo numa ideia única, globalizante e purista de um processo civilizador como salvação face ao acelerado desenvolvimento mundial. Por isto, em teoria, a contemporaneidade é o momento da complementabilidade, onde existe uma relação amigável entre culturas americanas, africanas, asiáticas e europeias que transitam tranquilamente de uma para outra, não respeitando mais fronteiras físicas ou culturais.
Para Mahomed Bamba (2012), no ensaio "A 'irrupção do Outro' no campo do discurso teórico sobre os cinemas pós-coloniais africanos", o pós-colonial, quando relacionado com os cinemas africanos, representa o surgimento de novos filmes, que representam diferentes reflexões de estudiosos ocidentais, que pesquisam cinemas africanos, não apenas por serem 'exóticos' ou pelas diferenças estéticas e ideológicas face ao hegemônico, mas por representarem o futuro do "cinema mundial" lado a lado.
Portanto, nos contextos pós-coloniais seriam os locais, em que os estudos começam a pensar as diferenças e detalhes dos cinemas africanos, podendo deixar de lado as análises uniformes, generalizadas, estereotipadas e reducionistas, levando em consideração, em suas investigações, os espaços e características individuais e coletivas de cada filme dos países africanos. Ainda para Bamba, o pós-colonial seria um momento paradoxal, no qual os conceitos são revistos e questionados, em que também é muito complexo delimitar os limites teóricos, estéticos, culturais e políticos entre os ex-colonizadores e ex-colonizados.
Os cineastas passam a rever suas escolhas temáticas, políticas e estéticas, pois estes realizadores passam a ser intérpretes críticos de suas culturas, discutindo diferentes preocupações, que envolvem "[...] os públicos, esperando dos cineastas africanos que façam filmes populares e comprometidos com uma transposição literal da realidade e culturas na tela" (Bamba, 2012). O realizador Flora Gomes nos seus filmes exibe detalhes da cultura bissau-guineense, mesmo fazendo um apagamento da diversidade étnica da Guiné-Bissau, constituída por mais de 27 etnias, que possuem suas línguas e culturas próprias.
Hoje, em conformidade com Patrizia Calefato, para quem a expressão pós-colonial designa os múltiplos espaços como depois das independências e também no momento contemporâneo de articulação das "razões profundas do colonialismo, juntamente com os conflitos pós-coloniais e a violência mundializada" (2004: 09), pode-se pensar um movimento de "pós-pós-colonialismo", transição a contrapelo ou reversão, em sintonia com uma prevalecente globalização e seus dispositivos de transformação mundial e instauração de novos-velhos cenários.
Flora Gomes posiciona-se frente a diversos desses fatores – "as razões profundas do colonialismo", que prefere ignorar e passar ao largo, igualmente com relação aos conhecidos "conflitos pós-coloniais", que costumam aparecer-lhes associados, e à "violência mundializada", transformados na possibilidade de convivência pacífica, harmoniosa e produtiva, desde que vinculada a atitudes críticas de atrevimento e superação do mundo histórico-social. Decididamente longe do neocolonial, nem o pós-colonial, nem o colonial parecem atrair o roteirista, compositor e cineasta. Os índices e indícios da colonialidade, enquanto experiência, são tratados quase fantasmaticamente: a estátua de Amílcar Cabral, que vaga pelo espaço anos a fio, inclusive sendo objeto de questionamento da representatividade nos sentidos literal e simbólico; a resposta evasiva de Vita à futura sogra relativamente à sua nacionalidade "Da África Ocidental. De uma antiga colônia como todos os países africanos", ancoram várias respostas de Gomes à globalização na contemporaneidade revigorada ou acrescida de promessas de integração e positividade, como força preponderante hoje (Ribeiro, 2013).
Em função da abertura desses novos cenários na contemporaneidade, que permitiram e permitem discussões,

debates e reflexões que incluem temas, contextos locais, globais e transculturais; línguas europeias e nativas, conforme encenado no filme *Nha fala*, também permitiram que pesquisadores brasileiros, tivessem acesso, mesmo com algumas dificuldades aos filmes do cineasta bissau-guineense Flora Gomes, para realizar uma investigação sobre uma película que foi gravada em Cabo Verde.

O termo pós-colonial, para o presente texto, refere-se ao processo de descolonização, que marcou, de formas muito diferentes, tanto os países que foram colonizados, como aqueles que foram considerados os colonizadores. O conceito pós-colonial parece revelar mais do que submissão e aceitação de uma condição de sujeitos colonizados, pois é o momento de trazer à tona reflexões sobre histórias, políticas, culturas, artes, deixando de lado dicotomias limitadoras e pensamentos etnocêntricos, ocidentalizados, eurocêntricos, coloniais, pós-coloniais e neocoloniais.

Flora Gomes parece apontar que se vive um momento onde todos se movimentam, transitam, produzem e consomem culturas, multiculturalismos e interculturalidades (Canclini, 2009) em diversos contextos, em diferentes lugares de cultura, conforme Bhabha, e ainda como um lugar de reflexão e refrações das diferenças pós-coloniais ou neocoloniais, reunindo as várias possibilidades, para descartar a escolha de um em detrimento de outro, disseminada na e pela cultura ocidental e restantes ocidentalocentrismos.

Referências

ACHEBE, C. (2012), *A educação de uma criança sob o protetorado britânico: ensaios*, São Paulo: Companhia das Letras.

ADICHIE, C. (2012), *O perigo de uma única histórica*, Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=A0_STXPaNz0&feature=rellist&playnext=1&list=PL76DC864BBE2A7F37, [consultado em 30-08-2012].

APPIAH, K. A. (1997), *Na casa do meu pai: a África na filosofia da cultura*, Rio de Janeiro: Contraponto.

BAMBA, M. (2012). *A 'irrupção do Outro' no campo do discurso teórico sobre os cinemas pós-coloniais africanos*, texto inédito.

BHABHA, H. K. (1998), *O local da cultura*, Belo Horizonte: Ed. UFMG.

CANCLINI, N. G. (2009), *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*, 3.ed, Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

CARELLI, F. (2012), Cantam pretos, dançam brancos: coreografia da colonização em Nha fala, de Flora Gomes, *Revista Literartes*. v.1, n.1, 2012. Disponível em: http://revistas.fflch.usp.br/literartes/article/view/509/456, [consultado em 30-10-2012].

COUTO, M. (2005), *Pensatempos: textos de opinião*, Lisboa: Caminho.

COUTO, M. (2011), *E se Obama fosse africano?: e outras interinvenções*, São Paulo: Companhia das Letras.

CUNHA, O. M. G. (2002), Reflexões sobre biopoder e pós-colonialismo: relendo Fanon e Foucault, *Revista Mana*. n.8, p.149-163.

DIAWARA, M.; DIAKHATÉ, L. (2011), *Cinema africano: novas estéticas e políticas*. Lisboa: Sextante Editora.

GILROY, P. (2001), *O atlântico negro: modernidade e dupla consciência*, São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

HALL, S. (2006), *Da diáspora: identidades e mediações culturais*, 1.ed.rev, Belo Horizonte: Editora UFMG.

HAMILTON, R. G. (1999), A literatura dos PALOP e a teoria pós-colonial, *Revista Via Atlântica*, São Paulo, USP, n.3, p.12-22, dez.

MACHADO, I. J. R. (2004), Reflexões sobre o pós-colonialismo, *Revista Teoria e pesquisa,* n.44-45, p. 19-32, jan/jul, 2004.

MATA, I. (2000), O pós-colonial nas literaturas africanas de língua portuguesa, *Texto apresentado no X Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Estudos de Ásia e África – ALADAA, sobre Cultura, Poder e Tecnologia: África e Ásia face à Globalização*. Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 26 a 29 de outubro de 2000. Disponível em: biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/aladaa/mata.rtf, [consultado em 09-09-2012].

MATA, I. (2003), A condição pós-colonial das literaturas africanas de língua portuguesa: algumas diferenças e convergências e muitos lugares-comuns. In: LEÃO, Â. V. (org), *Contatos e ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa*, Belo Horizonte: PUC Minas, p. 43-72.

MATA, I. (2008). A crítica literária africana e a teoria pós-colonial: um modismo ou uma exigência?, *O Marrare – Revista da Pós-Graduação em Literatura Portuguesa*, n.8, Disponível emhttp://www.omarrare.uerj.br/numero8/pdfs/inocencia.pdf, [consultado em 09-09-2012].

MIGNOLO, W. (2003), *Histórias locais/ Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*, Belo Horizonte: Editora UFMG.

MOURA, H. (2010), O cinema intercultural na era da globalização. In: FRANÇA, A.; LOPES, D., *Cinema, globalização e interculturalidade*, Chapecó/SC: Argos, p.43-66.

NHA Fala. Diretor: Flora Gomes. Produtores: Luís Galvão Teles, Jani Thiltges, Serge Zeitoun. Roteiro: Flora Gomes. Produção: Fado Filmes - Portugal, Les Films de Mai -França, Samsa Films - Luxemburgo, 2002, DVD. (90 min).

RIBEIRO, M. F. M. (2013), *Escritas de Áfricas entre o pós-colonial e a contemporaneidade: considerações acerca do filme Nha fala*, (Texto inédito).

SANCHES, M. R. (2011). Viagens da teoria antes do pós-colonial, *Revista Buala: cultura contemporânea africana***,** maio, Disponível em: http://www.buala.org/pt/a-ler/viagens-da-teoria-antes-do-pos-colonial, [consultado em 10-01-2013].

SHOHAT, E.; STAM, R. (2006), *Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação*, São Paulo: Cosac Naify.

STAM, R. (2003), *Introdução à teoria do cinema*, Campinas/SP: Papirus, Coleção Campo imagético.

STAM, R. (2010), Para além do Terceiro Cinema: estéticas do hibridismo, In___ FRANÇA, A.; LOPES, D., *Cinema, globalização e interculturalidade.* Chapecó/SC: Argos.

THIONG'O, N. W. (2007), A descolonização da mente é um pré-requisito para a prática criativa do cinema africano?, In____: MELEIRO, A. (org.), *Cinema no mundo: indústria, política e mercado: África*. São Paulo: Escrituras, p.27-32.

Pós-modernidade e os paradoxos da globalização

Josélia Elvira Teixeira
Doutoranda em Políticas Públicas
Universidade Federal do Paraná
Professora Assistente de Economia
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Bolsista CAPES
joseliat@hotmail.com

Iara Vigo de Lima
Professora Associada do Departamento de Ciências Econômicas
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas
Universidade Federal do Paraná
iaravigo@ufpr.br

Resumo: As várias interpretações que se têm sobre a pós-modernidade desencadeiam a necessidade de se buscar as raízes da concepção do termo e os fatores e aspectos que delineiam essa possível ruptura com a modernidade. Alguns autores percebem a própria globalização como um processo da pós-modernidade. Entretanto, a pós-modernidade envolve uma série de elementos subjacentes que abrangem vários campos que permeiam a vida da sociedade, não somente o econômico, mas o âmbito social, cultural, produtivo, educacional entre outros. Este ensaio tem por objetivo apresentar uma caracterização do termo "pós-modernidade" e discutir brevemente sobre a globalização e seus matizes. Percebe-se que na ceara da teoria econômica há um certo engessamento dos economistas de romper, especialmente, com a visão neoclássica tradicional para analisar a complexidade engendrada pelo próprio processo de globalização, e utilizar não somente as ferramentas de modelagem, mas tentar ampliar o campo de visão com outras áreas da ciência.

Palavras-chave: Pós-modernidade; Globalização; Ciência Econômica; Sociedade; Epistemologia.

1 Introdução

O fenômeno da globalização assumiu uma dimensão extremamente expressiva na década de 1990. Entretanto, o aumento dos fluxos comerciais aumentou a partir da Segunda Grande Guerra Mundial, com a intensificação do processo de internacionalização das grandes corporações. A introdução de inovações no mercado financeiro desencadearam a aceleração de sua difusão internacionalmente. Dessa forma, os impactos da globalização se proliferaram em vários outros âmbitos como o produtivo, cultural, educacional, entre outros, e gerou controvérsias e paradoxos em vários aspectos.

As controvérsias giram em torno de muitos questionamentos sobre se esta "ordem mundial" tem sido proposta ou posta. Muitos especialistas analistas de conjuntura como os economistas têm concebido a globalização como um fenômeno irreversível. Neste sentido, ela não é considerada uma proposta, mas se torna uma imposição. Os Estados e seus "*steakholders*" se encontram impelidos de "re-pensar" o local e o global. E aí, quais os impactos deste fenômeno em que o global se mescla com o local? Questões regionalistas, como território, e, especialmente, questões referentes à soberania são repensados e abalados em sua efetividade. A proposta de regionalismo sul-sul é efetivamente uma estratégia de proteção do local?

Sob a égide do pós-modernismo a globalização foi se instaurando e se consolidando enquanto paradigma econômico e produtivo. Como interpretar esse termo pós-modernismo e sua influência no aspecto metodológico e enquanto tendência o que tem a oferecer para melhor compreender os efeitos da globalização? Estas questões formam a problemática que está no âmago do desafio contemporâneo, portanto, é uma justificativa plausível para buscar uma elucidação através do pensamento de autores considerados pós-modernos.

O objetivo desse ensaio é discutir de forma breve a visão pós-moderna de globalização. Para tanto, caracteriza-se o que é o considerado pós-modernismo, primeiramente. Pretende-se revisitar a literatura sobre o tema e contrapor as contradições existentes na globalização e na concepção de pós-modernidade.Nesse sentido, o ensaio apresenta na segunda seção as diferenças entre modernidade e pós-modernidade. Em seguida, se faz uma discussão na terceira seção sobre o que é a globalização e as consequências na vida pós-moderna. Assim, a quarta seção dialoga com as construções metodológicas no *mainstream* das ciências econômicas e aponta os novos paradoxos que a pós-modernidade traz para a percepção de como fazer ciência e os métodos de análise dos problemas econômicos.

2 Como diferenciar a modernidade da pós-modernidade?

Os termos modernidade e pós-modernidade são usados corriqueiramente, entretanto, há imensas dificuldades de compreender do que se trata e como diferenciar esses termos. Além de tudo, outro complicador é a antiga classificação da história que compromete a compreensão de uma visão do que se pode caracterizar de moderno. O termo pós-modernismo foi cunhado na América hispânica. As primeiras notícias da utilização de "modernismo", nesta acepção para designar um movimento estético, também se deve a um poeta nicaraguense que publicou em um jornal da Guatemala, o qual abordava embates literários no Peru. Anderson (1999: 8) descreve como o modernismo nasce nas entranhas de nações que prevalecem a flor do Lácio, ou seja, nações de línguas latinas e não angloxaxônicas:

> O início por Rubén Dario, em 1890, de uma tímida corrente que levou o nome de modernismo inspirou-se em várias escolas francesas – romântica, parnasiana, simbolista – para fazer uma "declaração de independência cultural" face à Espanha, que desencadeou naquela década um movimento de emancipação das próprias letras espanholas em relação ao passado. Enquanto em inglês a noção de "modernismo" só passou ao uso geral meio século depois, em espanhol já integrava o cânone da geração anterior. Nisso os retardatários ditaram os termos do desenvolvimento metropolitano – assim como no século XIX "liberalismo" foi uma invenção do levante espanhol contra a ocupação francesa na época de Napoleão , uma exótica expressão de Cádiz que só muito depois se tornaria corrente nos salões de Paris ou Londres.

O termo pós-moderno foi criado pelo poeta espanhol Frederico Onís para explicar que havia uma linha conservadora dentro do próprio modernismo. Onís retravava também um ultramodernismo que teria inspirado impulsos radicais do modernismo que levava à poesia a um novo patamar de alcance mundial. Onís publicou uma antologia de poetas, em Madri em 1934, que foi dedicada a Antonio Machado e finalizava com Llorca, Vallejo, Borjes e Neruda. Entretanto, o termo pós-modernismo teve dificuldade para emplacar e ser utilizado com esta conotação (Anderson, 1999).

No contexto anglófono, Arnold Toynbee publicou "*Study of History*", em 1934, o industrialismo e o nacionalismo são abordados como dois elementos principais da história recente dos países ocidentais. Ressaltava o papel da indústria que ao internacionalizar-se quebrava as fronteiras da nacionalidade. Entretanto, a eclosão da Primeira Grande Guerra demonstrou esse conflito de tendências e o poder do nacionalismo. Após a Segunda Grande Guerra a visão do historiador mudou completamente sobre essa relação de indústria e nacionalismo. Associou o crescimento da burguesia na sociedade à nova era pós moderna e, em sua publicação de 1954, classificou como época pós-moderna após a guerra franco-prussiana (Anderson, 1999).

> Em contraste, na idade pós-moderna essa classe média não estava mais em posição de mando. Toynbee foi menos definitivo sobre o que se seguiu. Mas sem dúvida a idade pós-moderna era marcada por duas evoluções: a ascensão de uma classe operária industrial no Ocidente e o convite de sucessiva *intelligentsias* fora do Ocidente

> a dominar os segredos da modernidade e voltá-los contra o mundo ocidental. As reflexões mais prestigiadas de Toynbee sobre o surgimento de uma época pós-moderna são acerca dessas últimas (Anderson, 1999: 11).

Na publicação "Modernidade Líquida", Bauman (2001) se dedica a desvencilhar as contradições existentes no que chamou de modernidade. Destacou a perenidade dos elementos modernos, da fluidez do tempo e espaço que são separados, pois o ser humano tem a capacidade de alongar o tempo e introduzir-lhe histórias. Essa interpretação teórica da fluidez permite preencher o tempo de acordo com as vivências e experiências humanas. A modernidade se molda através da dissolução dos elementos ordenadores convencionais que possibilitavam converter os antigos sólidos em novas formas sociais modernas. Assim, a ordem social vigente é liquefeita e a classe, o Estado-nação e a cidadania aliados à expansão do livre mercado e o retrocesso do totalitarismo da ordem moderna livraram os sujeitos de suas amarras e do inexorável e racional-instrumental.

> Os sólidos que estão para ser lançados no cadinho e os que estão derretendo neste momento, o momento da modernidade fluida, são os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas – os padrões de comunicação e coordenação entre as políticas de vida conduzidas individualmente, de um lado, e as ações políticas de coletividades humanas, de outro (Bauman, 2001: 12).

Entretanto, há que considerar que se tem o nascimento do pós-moderno é porque é de corrente o termo moderno e se dissolve surgindo novos conceitos, novos paradigmas os quais as sociedades se organizam e interpretam como uma nova ordem. Na concepção de Angeli (1996), a origem do pós-moderno se deu após os anos 60 e se expressou efusivamente nos movimentos de 68 que preconizavam a liberdade dos homens. O pós-moderno se revela no campo do pensamento filosófico por meio do alemão Martin Heidegger na visão de alguns críticos.

> Ele inaugura uma visão de mundo e um modo de conceber o homem que rompe com as determinações históricas das condições materiais de seu tempo e por meio do "imperialismo da linguagem", atribui a esta capacidade de não somente, simbolizar a realidade, mas de produzi-la (Heidegger, 1990: 27-31). O pós-moderno aparece no cenário filosófico como sendo uma filosofia da linguagem capaz de dar sentido à realidade ou, então, como acentuou Habermas de um "agir comunicativo", pois a comunicação é a dimensão última das sociedades modernas. Assim como, a linguagem tem uma dimensão sócio-cultural da vida (Habermas, 1987: 11) (Angeli, 1996: 13).

Há uma dificuldade de se caracterizar o que possa ser exatamente o termo pós-modernismo, pois há várias concepções e interpretações. O que se observa, de forma mais contundente, é a negação do modernismo em si. Alguns salientam as transformações econômicas como sendo fundamentais para a caracterização do pós-modernismo, enquanto outros autores fundamentam seus argumentos com os aspectos culturais em profundas transformações sofridas pelas sociedades. De acordo com Freitas (2012), teóricos como Frederic Jamenson e Michel Maffesoli reconhecem a pós-modernidade como um fenômeno cultural.

Para Kaplan (1993), a caracterização de pós-moderno se dá, por um lado, da ruptura cultural no sentido da episteme de Foucault e dos paradigmas de Kuln, sendo que o pós-moderno é uma ruptura começada pelo modernismo, que rompeu com o romantismo do século XIX e o atual cenário cultural, entretanto, o pós-modernismo que nesse caso indica um afastamento do que seja interpretado como moderno e além disso, nesse momento, há o aparecimento de novas tecnologias que se incorporaram ao consumo de massa e também coloboraram para essa transformação. Cullemberg *et al.* (2001) explicam que os termos pós-moderno e seus cognatos (pós-modernismo, pós-modernidade, etc...) são conhecidos pela multiplicidade de significados que têm sido aplicados. No entanto, estes autores creem que existem maneiras de categorizar as várias literaturas difundidas nos últimos 20 anos ou mais, em relação a este conceito.

Cullemberg *et al.* (2001) apontam que há uma discussão sobre as fases do pós-modernismo e se apresentam como "estado existencial ou condição", "estilo" e "crítica". Não obstante, o pós-modernismo tem sido interpretado por alguns críticos como uma especial fase na história de vida das economias capitalistas modernas, já por outros como uma "condição", ou um estado de existência, descrevendo a cultura social dominante. Por outro lado, há aqueles escritores que entendem o pós-modernismo como um de estilo literário/retórica ou prática (especialmente nas artes e arquitetura), que afeta até mesmo posturas filosóficas que são utilizadas para caracterizar a possibilidade e a natureza do conhecimento e do método científico.

O pós-modernismo evoluiu a partir do modernismo como a antítese à tese de modernismo. O pós-modernismo se demonstra como antimodernismo; argumenta-se que o pós-modernismo tenha transitado entre o dualismo do modernismo e são as consequências desse dualismo que se deslocam, assim, a implosão é imanente ao pós-modernismo. Já evidente no pós-modernismo é a transição para a próxima fase que vai além do dualismo modernismo/pós-modernismo (Dow, 2001). Portanto, a ruptura com o modernismo não está muito clara enquanto movimento em um período temporal, entretanto, há que se buscar no estilo e na prática o que se torna antítese ao moderno.

Cullemberg *et al*. (2001) tratam de referenciar o americano Fredric Jameson como principal defensor da concepção de que o pós-modernismo se trata de uma forma cultural da última fase do capitalismo tardio. Jameson (1991) identifica três aspectos do "capitalismo tardio": mercantilização em massa, uma mudança na localização e condições de produção mundial, e o surgimento de novas indústrias (principalmente em tecnologias de informação) que permitem a contínua expansão dos mercados capitalistas em todo o mundo. Esses três aspectos apontados por Jamenson, marcadamente econômicos, se identificam com fatores que desencadearam a evolução do processo de globalização.

Essa dificuldade de se esclarecer ou diferenciar o momento do pós-modernismo, enquanto movimento que apresenta um conjunto de transformações diversas, aparece constantemente. Parece que, em muitas circunstâncias, um está imbricado no outro e os críticos alertam para não cair no modernismo. Klamer (2001) adverte que o projeto tem por finalidade caracterizar os fenômenos temporais e tenta desvencilhar os enigmas na busca da verdade e ressalta que o crítico modernista se questiona: "Que outra forma existe?"; enquanto que a crítica pós-moderna alerta: "Você está caindo na armadilha modernista com o seu desejo de caracterizar. Desista!". E, Klamer coloca em dúvida se isso é uma premissa factível: "Será possível evitar as caracterizações?"

Nesse sentido, esse ensaio corre o risco de sofrer a crítica pós-modernista, entretanto, como interpretar um contexto tão complexo sem buscar características do objeto o qual se procura o entendimento? Como não buscar as singularidades dos fenômenos e, mesmo assim, obter uma visão holística e crítica? Há uma tentativa de compreender algumas das singularidades que o movimento pós-modernista trazem para a ciência e para a compreensão das mutações contemporâneas, e na seguinte sessão se objetiva analisar o fenômeno da globalização e seus indeléveis desafios para a sociedade.

3 Pós-modernismo e os reflexos no método científico das ciências econômicas

Com relação aos métodos de abordagem das ciências econômicas, a influência pós-modernista está em processo. Sem dúvida, há uma lacuna para novos economistas teorizarem dentro dessa epistemologia, e que conduzirá a divergir das condições do que se tem sobre a teoria econômica moderna (Cullemberg *et al.*, 2001). Finalmente, no campo científico da economia, se discute a formalização da ciência econômica moderna com uma literatura formal e matemática para explicar os fenômenos econômicos, ou seja, o pós-moderno se utiliza da crítica para compreender tais fenômenos econômicos dentro destas restrições que a teoria formalizada e matematicamente racionalizada impõe.

Dow (2001) ressalta que as formas de pensamento em economia ou em qualquer disciplina, são resultantes de uma abordagem multifacetada que envolve os aspectos culturais, contexto político e tecnológico. Esta abordagem não é incompatível com "momentos" de reação, o qual pode ser parte da máquina para a mudança no pensamento. Jamenson (1991 apud Cullemberg *et al*., 2001) teve como principal inspiração o economista marxista belga Ernest Mandel (1978), com seu livro sobre "Capitalismo tardio" serve como o verdadeira

bíblia para os críticos culturais que estão buscando descrever e definir, a partir da esquerda, a trajetória mais recente do capitalismo.

Destacam-se neste caminho de inspiração marxista a Escola de Frankfurt de análise sociocultural (cujos membros incluíam Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, etc...) e os escritos do grande teórico húngaro Georg Lukács. Jameson busca analisar, a partir de uma perspectiva crítica, as formas de expressão cultural acabam tornando-se mercadorias nesta fase de desenvolvimento capitalista. Assim, tudo, desde as artes ao pensamento filosófico nesta era, de alguma forma ou de outra, são vistos como tendo uma relação com a mercantilização inflexível e da pós-industrialização das nações, anteriormente, industrializadas. Sendo que não se deve ignorar as mudanças na produção econômica e impacto ecológico provocado pela globalização do capital (Jamenson 1991 apud Cullemberg *et al*., 2001).

Percebe-se que há um clamor por novas interpretações dos objetos de estudo das ciências econômicas, que vem corroborar a inserção do pós-modernismo na abordagem da disciplina econômica, criticando a modelagem matemática como única fonte de captar uma realidade que está fora, altamente complexa, dentro de um modelo econométrico.

Há fortes indícios de que uma importante forma que estilo pós-moderno entrou um campo da economia, resultando em monografias e coleções em economia com títulos como o: *Adam Smith's Discourse* (Brown 1994), *Economics as Discourse* (Samuels, ed., 1990), *Economics and Language* (Henderson, Dudley-Evans, e Backhouse, eds., 1993), *Economics and Hermeneutics* (Lavoie, 1991), *The New Economic Criticism* (cujo subtítulo é *Studies at the Intersection of Literature and Economics*) (Woodmansee e Osteen 1999), e, claro, *The Rhetoric of Economics* (McCloskey 1985), *The Consequences of Economic Rhetoric* (Klamer, McCloskey, e Solow, eds. 1988), *Knowledge and Persuasion in Economics* (McCloskey, 1994), *Knowledge and Persuasion in Economics* (Klamer 1983), vários trabalhos têm sido desenvolvidos nos últimos 20 anos e marcaram este tipo de momento auto-reflexivo do pensamento econômico, de acordo com Cullemberg *et al.* (2001).

Tigre (2005) aponta a dificuldade que os economistas têm em sair dos limites da tradicional teoria econômica e observar outros fatores que adicionalmente se modelam aos novos desafios trazidos pela competitividade e pela própria transição que o sistema concorrencial contemporâneo atravessa:

> Como afirmam Shapiro e Varian (1999) "a tecnologia muda, mas s princípios econômico não". Os economistas são frequentemente vítimas de suas próprias crenças e comprometimentos com sistemas aceitos de pensamento. Em consequência, deixam de avaliar adequadamente o papel de novas variáveis, a exemplo da tecnologia, e relutam em incorporar instrumentais analíticos oriundos de outras correntes do pensamento e áreas da ciência (Tigre, 2005: 189).

De acordo com Dow (2001), é na parte metodológica que o pós-modernismo teve seu maior impacto, questionando a capacidade da metodologia tradicional de identificar as melhores práticas, entretanto, apesar das mudanças passadas pela metodologia tradicional, destacando descrição sobre prescrição, parece que ainda há um vazio não ocupado pelo pós-modernismo, e ainda há uma predileção de se padronizar e reduzir os métodos de pesquisa científica a um conjunto de regras, mesmo tendo adquirido características pluralistas de abordagem.

Se o modernismo falhou parcialmente ou totalmente com os valores com que se comprometeu, como comunidade, bondade moral, tolerância, justiça social e liberdade, talvez haja um clamor para que o pós-modernismo apresente-se para transcender ao modernismo e superá-lo em nome da ciência, buscando a valorização da conversa e do discurso, como opção para um mundo que tenha como preocupação a ecologia ao invés do mercado, e que se seja crítico ao determinismo do progresso tecnológico como algo inexorável e independente da vontade das massas. O pós-modernismo se apresenta como uma opção ao modernismo, é uma retomada de valores para a sociedade de sua própria valorização e não simplesmente às leis de mercado (Cullemberger, 2001).

Se o modernismo falhou parcialmente ou totalmente com os valores com que se comprometeu, como comunidade, bondade moral, tolerância, justiça social e liberdade, talvez haja um clamor para que o mesmo se apresente para transcender ao modernismo e superá-lo em nome da ciência. O pós-modernismo se apresenta como uma opção ao modernismo, é uma retomada de valores para a sociedade de sua própria valorização

e não simplesmente às leis de mercado. Assim, buscará a valorização do diálogo e do discurso como opção para um mundo que tenha como preocupação a ecologia ao invés do mercado, e que se seja crítico ao determinismo do progresso tecnológico como algo inexorável e independente da vontade das massas (Cullemberger, 2001).

4 Pós-modernidade e o fenômeno da globalização

As grandes transformações no capitalismo contemporâneo refletiram em vários âmbitos, não apenas no econômico e na organização da produção e na divisão do trabalho, mas de forma muito mais abrangente, envolvendo o social e o cultural. Portanto, a sociedade e as instituições entraram na corrida de adaptar-se ou inserir-se nesse processo. Cullemberg *et al*. (2001) caracterizam o pós-moderno como uma última fase do capitalismo tardio. O pós-modernismo se dá como parte também do próprio processo de globalização, pois a abordagem da literatura sobre a temática enfatiza as mutações que esta fase da história traz para a sociedade e, agora, o pós-modernismo é tratado como um nome para as formas econômicas e culturais que supostamente marcam o início do capitalismo global.

A globalização se encontra envolta de novos paradigmas, ao mesmo tempo, que rompe paradigmas, assim como das rupturas epistemológicas. Entretanto, desde o início do capitalismo desenvolvido na Europa assumiu características de internacionalização, de inserção de multinacionais e transnacionais podem ser identificadas no pensamento de Adam Smith, David Ricardo, Herbert Spencer, Karl Marx, Max Weber, entre outros pensadores. Subjacente ao termo da globalização, muitas são as metáforas que podem ser inseridas, múltiplas possibilidades de se pensar as questões científicas, filosóficas e artísticas, envolvendo coisas, sujeitos e ideias (Ianni, 2002).

Fragoso (2011) interpretando Bauman sobre os questões implícitas na modernidade líquida (como o autor se refere à pós-modernidade) descreve:

> O poder na era da liquidez não é mais aquele que se materializava na disciplina da fábrica fordista, na torre de controle panóptica, na administração pública. O poder agora é extraterritorial, o seu objetivo não é mais impor à sociedade um ordenamento rígido, mas simplesmente, através de uma aceleração compulsiva do tempo e do domínio total do espaço, expor todos os lugares do planeta à livre ação da globalização econômica do mercado capitalista. A elite global não tem mais o interesse de governar a partir de um território, pois ela é cada vez mais desterritorializada e inacessível, vivendo em fortalezas fortificadas por sistemas de segurança *high-tech*, as quais são meras paragens de sua contínua mobilidade espacial (Fragoso, 2011: 111).

A globalização traz a ambiguidade do livre acesso às novas tecnologias e informação, mas conduz à uma dominação "pan-territorial", ou seja, há uma sociedade global dominante e que não tem um endereço tão explícito como outrora. Esta elite global, através das corporações transnacionais e da globalização financeira se fortalece não mais através do domínio territorial, mas se insere em múltiplos territórios através da tecnologia da informação que possibilitou este acesso e disseminação da financeirização do sistema produtivo. As metáforas sobre a globalização e expressões alcunhadas como "aldeia global", "economia-mundo", "sistema-mundo", "Disneylândia global", entre outras revelam as contradições imbricadas entre modernismo e pós-modernismo. Essas variações de denominações são desenhadas de acordo com os diferentes aspectos sejam eles culturais, econômicos, geográficos, históricos, políticos, sociais, entre outros:

> Mas é possível reconhecer que vários desses aspectos são contemplados por metáforas como "aldeia global", "fábrica global", "cidade global", "nave espacial", "nova babel", entre outras. São emblemáticas, formuladas precisamente no clima mental aberto pela globalização. Dizem respeito às distintas possibilidades

> de prosseguimento de conquistas e dilemas da modernidade. Contemplam as controvérsias sobre a modernidade, revelando como é principalmente a partir dos horizontes da modernidade que se pode imaginar as possibilidades e os impasses da pós-modernidade no novo mapa do mundo (Ianni, 2002: 16).

Chesnais (1996) alerta que as metáforas e expressões sobre globalização não são neutras e tem como finalidade manipular o imaginário social, e terem relevância no discurso político e econômico. Dessa forma, a globalização é vista como quase sinônimo do "progresso técnico", e quase sempre apresentada como um processo benéfico e inexoravelmente necessário. Logo, a sociedade precisa adaptar-se ao processo, ou seja, deve deixar que as forças de mercado conduzam o processo, e os governos nacionais legitimem a liberalizam e abertura de seus mercados para as corporações que estarão inserindo mercadorias, produtos financeiros, ideias, imprimindo uma cultura global do consumo. Neste sentido, é possível observar a construção das ideias no imaginário coletivo como estratagema para obter a consolidação de paradigmas pós-modernos e que sejam absorvidos pela sociedade.

A tecnologia da informação permitiu tornar a metáfora real. Tempo e espaço se confluem em novas concepções. A informação torna-se mercadoria e a gestão do conhecimento passa a ser uma prioridade frente a sua mercantilização. As fronteiras nacionais são subsumidas e a economia nacional apresenta-se como uma província da economia global. O capital assume a sua reprodução ampliada e os meios de produção, de divisão internacional do trabalho se fortalecem em termos globais. Ianni (2002) assume que a "fábrica global" é tanto metáfora como tornou-se uma realidade concreta. A mobilidade de capital permite o estabelecimento e a consolidação da internacionalização das corporações.

> No âmbito da globalização, revelam-se às vezes transparentes e inexoráveis os processos de concentração e centralização do capital, articulando empresas e mercados, forças produtivas e centros decisórios, alianças e estratégias e planejamentos de corporações, tecendo províncias, nações e continentes, ilhas e arquipélagos, mares e oceanos (Ianni, 2002: 19).

Sendo assim, as corporações traçam suas estratégias competitivas em termos globais, e a produção se dá de acordo com a lógica do custo/benefício e acumulação de capital para os acionistas, estes podem estar em qualquer lugar do mundo, fica explícito a transnacionalização do capital. Chesnais (1996) utiliza a expressão "mundialização do capital" para referir-se à globalização, e afirma que este fenômeno é caracterizado pela capacidade estratégica de oligopólios voltados para a produção manufatureira, ou de serviços, a adotar práticas globais. Além disso, destaca a integração financeira internacional levou à condução da desregulamentação e liberalização dos mercados nacionais e através da evolução da TI (tecnologia da informação) permitiu sua interligação em tempo real.

Steffan (1999: 67) diz que «as empresas transnacionais são o *spiritus rector* da aldeia global em que convertem o planeta». Nos anos sessenta havia aproximadamente 7 mil empresas transnacionais e início dos anos 90 esse número cresceu para em torno de 37 mil. Os Estados Unidos são os que mais detêm transnacionais, sendo que mais de 80% das mercadorias faturadas em dólares fora do país não são exportações, mas vendas das filiais, resultado também do comércio intra-firma, produtos licenciados ou vendidos pelas franquias. Aproximadamente 40% do comércio internacional não se dá pela veia do livre-mercado, mas sim, através do comércio intra-firma. Então, pode-se dizer que emergiu um «sistema internacional de produção, organizado pelas corporações transnacionais». Nesse sentido, é interessante destacar a explicação que Chenais (1996) dá entre empresas multinacionais ou mesmo transnacionais, nunca se chegou a um consenso entre os pesquisadores sobre a definição:

> A primeira definição amplamente utilizada foi a de R. Vernon, para quem uma multinacional seria uma grande companhia com filiais industriais, em pelo menos, seis países. Sob pressão dos principais países de origem dessas companhias, que, encabeçados pelos Estados Unidos procuravam dificultar o estudo desses grandes

> grupos, diluindo-os num mar de médias ou pequenas empresas, esse limite foi reduzido a dois países (OCDE, 1975), e depois, a um só (Chesnais, 1996: 72).

O fato é que essas corporações tomaram uma proeminência e se fortaleceram de tal forma que seus patrimônios equivalem ao PIB nacional de muitos países, demonstrando seu poder e domínio além das fronteiras. Steffan (1999) apontava que na década de noventa, das dez maiores empresas do mundo seis eram transnacionais de origem japonesa, enquanto que as outras três eram estadunidenses e apenas uma de origem britânica-holandesa. Sendo que 80% das 500 transnacionais mais importantes pertenciam aos países do Grupo G-7, o que demonstra a concentração das grandes corporações que tem sua origem nos países tradicionalmente caracterizados como países desenvolvidos. A distribuição geográfica das maiores transnacionais ressalta esta constatação, 151 eram estadunidenses, 149 japonesas, 44 alemãs, 40 francesas, 33 britânicas, 11 italianas e 5 canadenses.
O que se pode observar que o maior número de multinacionais provém da chamada tríade (Europa, Estados Unidos e Japão), e os investimentos externos diretos (IED), também tendem a concentrar-se na tríade, tornando o processo de globalização econômica e financeira excludente. Essas multinacionais não somente produzem em escala mundial, mas influenciam em seu estilo de consumo, mas não apenas de consumo de mercadorias, mas também de estilo de vida, de cultura de ideias.

> O movimento da mundialização é excludente. Com exceção de uns poucos "novos países industrializados", que haviam ultrapassado, antes de 1980, um patamar de desenvolvimento industrial que lhes permite introduzir mudanças na produtividade do trabalho e se manterem competitivos, está em curso um nítido movimento tendente à marginalização dos países em desenvolvimento (Chesnais, 1996: 33).

Os Estados Unidos, através de sua posição econômica dominante, ainda, se utilizam da língua inglesa como veículo da mundialização cultural que se impõe através das indústrias de comunicação de massa e telecomunicações, em que desfrutam de posição privilegiada devido aos investimentos com finalidade militar e à relação com a globalização financeira (Chesnais, 1996). O que Ianni (2002), também reforça a ideia da modernização da sociedade como elemento de dominação e perpetuação da hegemonia.
Portanto, os vetores principais do processo do capitalismo globalizado está alicerçado na tirania do dinheiro e na tirania da informação, dessa forma, a construção da hegemonia se pauta na legitimação do pensamento único, e os demais passam a aceitar e estruturar-se passivamente. Isto porque a informação que se passa pelos atores hegemônicos é uma informação que confunde, uma informação manipulada, logo, à medida que chega às pessoas, às empresas e instituições hegemonizadas, é pode-se dizer que se apresenta como ideologia. A informação tem duas faces, uma que busca instruir e outra que busca convencer (Santos, 2011).
A lógica da imposição do dinheiro e da inserção das multinacionais nas economias nacionais se vincula a financeirização que tangencia essas empresas, as quais muitas vezes, utilizam-se das próprias poupanças nacionais para instalar-se e produzir nos espaços nacionais e, com o repatriamento dos lucros o que deveria ser poupança interna torna-se em poupança externa, logo o que é enviado do país como royalties, inteligência comprada, pagamento de serviços ou remessa de lucros retorna como crédito e dívida, este o modelo posto em que implica a priorização do pagamento da dívida, portanto, a supremacia da lógica do dinheiro (Santos, 2011).
Ianni (2002) ressalta a retórica da pós-modernidade se fala e discute em muitas partes do mundo, entretanto, existe uma cilada entre a ideia de modernização e modernidade. Muitos que falam na pós-modernidade colocam a modernização como elemento fundamental. Esses misturam o processo histórico-social como o "modo de ser, agir, pensar e imaginar, ou seja, a um estado de espírito. Portanto, nesta concepção a modernidade implica dilemas e prospectos filosóficos, científicos e artísticos e desenvolveu-se primeiramente nas sociedades ocidentais atingindo outros lugares não-ocidentais, e mesmo com a globalização continua a desenvolver-se de maneira fragmentada e contraditória e retomam essa problemática filosófica, científica e artística já retratado na modernidade, pois a globalização transforma os quadros sociais e mentais de referência. Evidentemente, as relações, os processos e as estruturas características da globalização se engendram nas realidades novos significados e novas conotações (Ianni, 2002).

> Marilena Chauí define o pós-moderno, como sendo uma ideologia do Neoliberalismo. Ao afirmar que as antigas ideias da razão, universalidade, consciência, liberdade, sentido da história, luta de classes, justiça, responsabilidade, assim como as distinções entre natureza e cultura, público e privado, ciência e tecnologia, subjetividade e objetividade, perderam a validade, passaram a afirmar como realidades únicas e últimas a superfície veloz do aparecer social (...) e a vitória individual a qualquer preço (1995:84 apud Angelini, 1996).

Com a globalização enquanto fenômeno arrebatador em vários motes, como já apresentado, os dilemas e contradições se desenrolam, entretanto, como força hegemônica e vigente há um discurso que é o fim da história, e os vários aspectos filosóficos, científicos e artísticos aparecem já com o formato proposto pelos grupos dominantes vigentes, ou seja, o padrão econômico e social é dado e aceito como uma trajetória natural da humanidade. Os vencidos, que não pertencem aos quadros dos países que detém as forças hegemônicas, seguem esses padrões e tentam desesperadamente inserir-se no processo de adaptação da economia globalizada. Como já mencionado, o processo de globalização é excludente. A hegemoneidade cultural estabelece novos paradigmas às comunidades em todas as localidades.

Essa transição da modernidade para a pós-modernidade ainda é um processo ambíguo e contraditório, assim como a globalização. As contradições estarão presentes, pois ao mesmo tempo que se proclama uma sociedade global se canta as origens locais; o clamor pela globalização como meio de acesso à tecnologia, novos mercados, novos lucros, os governos buscam estratégias regionais de superação da defasagem tecnológica e econômica.

5 Considerações finais

O que se pode apreender das diferenças entre modernismo e pós-modernismo é que a utilização do termo pós-modernismo se exige o uso corrente do termo modernismo. O uso dessa concepção de modernismo se deu originalmente, ao contrário do que se imaginava, na América hispânica e na Europa, surgiu também, com esse conteúdo abrangente de estilo e forma na Espanha.

O modernismo rompe com o romantismo do século XVIII e enquanto influência no campo científico e metodológico traz a rigidez do método, da racionalidade da modelagem matemática para capturar os fenômenos complexos. No campo das ciências econômicas, a método moderno se formata pela racionalidade, pela teorização da realidade através da criação de modelos matemáticos que procuram retratar objetos complexos, a partir de algumas variáveis.

A modernização muitas vezes é confundida com um processo de pós-modernidade, portanto, a globalização é considerada um fenômeno pós-moderno, mas não pela sofisticação das técnicas e pela abrangência e dimensão que a modernização tomou, mas pela proporção de enraizamento nas estruturas sociais, econômicas, financeiras, culturais entre vários outros campos, que se deu originalmente nos países ocidentais e se alastrou por outras economias não ocidentais, imbricando-se em todas as dimensões que envolvem a sociedade.

A globalização perpassa pelo campo econômico, financeiro e produtivo, mas se perpetua também através do convencimento. A inserção da indústria cultural pelo mundo propaga o estilo norte-americano de vida e de consumo, desencadeando uma melhor aceitação do produtos e serviços fornecidos pelas multinacionais e transnacionais. A língua inglesa se torna outra ferramenta de conquista de espaços culturais e padronização de estilo de vida e contribuiu para a formação do pensamento único. A abertura de mercado, liberalização comercial e desregulamentação, aliadas ao barateamento dos custos de transporte e o desenvolvimento da tecnologia da informação são elementos fundamentais para o estabelecimento da nova ordem mundial.

Entretanto, a sociedade global se vê em meio a vários dilemas e contradições, se por um lado todos se veem numa nova ótica de tempo e espaço, numa corrida para atingir os padrões preconizados pela globalização, por outro lado, os dilemas de exclusão social que foram aguçados pela globalização, pois inserir-se nessa estrutura

envolve um processo que envolve acesso à técnica, para obter os melhores empregos e portanto, garantir-se parte de todo o processo, mas há um esquema global que vem como força dominante dos países detentores das principais multinacionais. A exclusão social não se dá apenas nos países periféricos, mas se prolifera nos países desenvolvidos também, pois há uma financeirização e que privilegia a acumulação ampliada de capital e não a capacidade produtiva, eliminando muitos postos de trabalho, mesmo nos países centrais.
Buscou-se discutir esses dilemas da pós-modernidade, a qual no campo de análise econômica a resposta de um método considerado pós-moderno é exatamente sem método. Há uma pluralidade de caminhos para capturar os elementos complexos. Entretanto, a ciência pós-moderna não dará repostas perpétuas e completas, frente à transição dos fenômenos e da subjetividade que envolve os fenômenos ditos propriamente econômico. Portanto, essa dificuldade de se conceituar o pós-modernismo é reflexo do próprio processo de globalização que é altamente complexo. Essa abrangência dificulta uma análise puramente econômica, isolada em si, sem analisar as questões filosóficas e sociológicas sem cruzar o campo interdisciplinar.

6 Referências

ANDERSON, P. (1999), ***As origens da pós-modernidade*****,** Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

ANGELI, J. M. (1996), "Globalização e pós-moderno", ***Revista Mediações*****,** V I, n. 2 Londrina, pp.13-20.

BAUMAN, Z. (2001), ***Modernidade líquida*****,** Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

CHESNAIS, F. (1996), ***A mundialização do capital*****,** São Paulo, Xamã.

CULLEMBERG, S.; AMARIGLIO, J.; RUCCIO, D. F. (2001), ***Postmodernisn, Economics and knowledge*****,** London- New York, Routledge, 2001.

DOW, S. (2001). Modernism and postmodernism. In: CULLEMBERG, Stephen; AMARIGLIO, Jack; RUCCIO, David F. ***Postmodernisn, Economics and knowledge.*** London- New York: Routledge.

FRAGOSO, T. de O. (2011), "Modernidade líquida e liberdade consumidora: o pensamento crítico de Zygmunt Bauman", ***Revista Perspectivas Sociais*****,** Ano 1, N. 1, Pelotas, (3), pp. 109-124.

FREITAS, S. E. da C. (2012), "As características da pós-modernidade como influência estética da vídeoarte contemporânea", ***Texto Digital*****,** Florianópolis, vol. 8, n.2 .

IANNI, Octavio (2002), ***Teorias da globalização,*** 10° ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

KAPLAN, E. A. (org.) (1993), ***O mal-estar no pós-modernismo: teoria e prática,*** Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

KLAMER, A. (2001), Late modernism and the loss of character in economics, In: CULLEMBERG, S.; AMARIGLIO, J.; RUCCIO, D. F. ***Postmodernisn, Economics and knowledge,*** London- New York, Routledge.

SANTOS, Milton (2011), ***Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal,*** Rio de Janeiro, Record.

STEFFAN, H. D. (1999), Globalização, educação e democracia na América Latina, In: CHOMSKY, N.; DIETERICH, H., ***A sociedade global: educação, Mercado e democracia.*** Blumenau, FURB.

TIGRE, P. B. (2005), "Paradigmas tecnológicos e teorias econômicas da firma", ***Revista Brasileira de Inovação,*** Vol. 4, n. 1, pp.187-223.

GT 2
Novas fronteiras na pesquisa em África e América Latina: Questões teóricas e epistemológicas

Perspectivismo sociológico, animismo cultural e transfiguração étnica: a linguagem da sociologia no estudo das vanguardas anímicas da cultura negra no Nordeste do Brasil.

Camillo César Alvarenga[1]
Universidade Federal da Paraíba
ccsalvarenga@gmail.com,

Resumo: A liberdade do fluxo epistemológico entre experiência empírica e escrita opera o cruzamento de bases teóricas e metodológicas reformuladas a espaços originais (Nordeste brasileiro – Oeste africano), germinando novas formas de conhecimento em direção da objetividade científica. De maneira interdisciplinar, perspectivas sociológicas compreendem transculturação étnica nas sociedades modernas ocidentais e estabilizam tomadas de posição nomológicas nas Ciências Sociais. A linguagem narrativa sociológica está cheia de atualidade e verossimilhança – científica-escritura. O perspectivismo sociológico se deflagra nos contornos desta linguagem, circunscrevendo sujeito-objeto-sujeito no exercício cientifico. O cientista encarna a sociedade num animismo cultural, sociológico, histórico, revolutivo aberto a intercorrências temporais atento às conexões da conjuntura envolvendo o Maracatu Nação Porto Rico e o Samba de Roda Suerdieck. Articulação do real no plano da linguagem, não apenas filosófica ou empiricista, racionalista ou poética, mas sim tradução orientada pela estabilização da subjetividade do autor e a matéria de estudo sob formas estéticas, éticas e morais.

Palavras-chave: Epistemologia; Narrativa Sociológica; Hermenêutica Crítica; Perspectivismo Negro; Animismo; Transfiguração.

1. Introdução

A partir das noções de Cultura e formas sociais de G. Simmel (1998 [1900]), a noção de narrador de W. Benjamin (1985), tomando como referência os desenvolvimentos de R. Bastide (1985) num diálogo crítico com o pensamento social brasileiro, esta comunicação considera enquanto paradigma conceitual o *perspectivismo ameríndio*, desenvolvido pelo etnólogo americanista, Eduardo Viveiro de Castro (2013), para na extrapolação das consequências desta ideia fazê-la lupa para observar o fenômeno sociocultural que denomino *vanguardas anímicas da cultura* negra no Nordeste brasileiro – o Samba de Roda e o Maracatu Nação – considerando-as enquanto *quiasmas culturais* entre ameríndios e afrodescendentes negros, decorrentes do processo de colonização ibérica da América Latina.

As comunidades e os grupos podem assumir formas associativas de sociedades mecânicas, comunidades tradicionais, em plena modernidade. Na busca por dar continuidade aos avanços recentes na disciplina, observam-se aspectos como a música, religião, cidadania enquanto elementos que no corpus cultural da sociedade, se apresentam enquanto mostras de uma realidade política em movimento constante.

---

[1] Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e atualmente cursa o Mestrado em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal da Paraíba, onde é integrante do grupo de pesquisa Memória e Cultura na linha Cultura e Sociabilidades sob orientação do Prof. Dr. Marcos Ayala.

Penso realizar um esboço da situação sociológica da cultura negra no nordeste do Brasil, considerando o grupo étnico nagô (ioruba) em suas formas rituais, estéticas e políticas. Ao considerar o candomblé enquanto xamanismo negro procuro apontar as suas relações diretas com as formas musicais do maracatu pernambucano e do samba de roda do recôncavo da Bahia, levando em conta os processos de transfiguração étnica entre os povos do Oeste africano e ameríndios (num *continun* desde a colonização) e o animismo cultural, que permite as formas artísticas, por sua forte ligação com a religião, mobilizarem, ou seja, animarem os móveis da cosmologia a qual representam, por meio do ritmo e dos instrumentos utilizados na produção simbólica dessa subjetividade ancestral.

Contribui para a formulação deste projeto intelectual, a noção filosófica de *força ontológica* derivada da Teoria da Estruturação de Antony Giddens sobre a agência e ação social. Nesse contexto, considera-se a ancestralidade, enquanto essa força capaz de interpenetrar modernidade e tradição, cultura e sociedade, arte e política.

Para tanto, é preciso que antes possamos meditar sobre a filosofia africana, ou melhor, como escreveu Appiah (1997) estabilizar o lugar de África, ou do pensamento africano no mundo e na cultura da modernidade ocidental. As relações entre africanos e ameríndios geraram na América Latina um conjunto de povos negros ocidentalizados, ou seja, os negros deixaram de ser africanos, ou simplesmente afrodescendentes, para dar origem ao povo brasileiro. No entanto, esse povo latino americano vive no embate entre a consciência étnica e a identidade social, ou melhor, o conflito entre a sociedade hegemônica, branca, burguesa e a sua herança cultural ancestral, já que nesse contexto de diversidade étnica, as formas culturais são sinônimo de desigualdade de poder no plano socioeconômico, ou seja, político.

No entanto, a persistência de seus sistemas religiosos – cosmológicos, éticos e morais – marcados pela força ontológica do animismo e do xamanismo encontram ecos na dimensão estética da música, por exemplo, atuando como agentes de contra hegemonia cultural e ideológica no plano sociológico da sociedade ocidental, no interior da qual a iniciação ritual e o exercício da identidade cultural negra compreendem tanto aspectos filosóficos quanto críticos.

A sociedade estruturada pelo ocidente na heteronomia cidade, campo e floresta, baseou o sistema da dialética senhor-escravo em suas instituições enquanto dimensão normativa, no entanto a História permite observar um processo de transfiguração social da condição humana do homem negro na América. A partir da liberdade 'formal' – no plano jurídico – dos negros africanos escravizados alargaram-se os domínios políticos das práticas negras, erigindo um cenário de luta pelo reconhecimento de sua ontologia própria, fundamentada na ancestralidade. Por outro lado, o trabalho se torna a moeda de troca pela cidadania.

Atualmente, nesse complexo sistema de sociabilidades, mundos múltiplos e transhistóricos se interpenetram com seu fundo colonial sobrevivendo à era pós-colonial. Enquanto as formas cosmológicas das civilizações africanas no Brasil encontram os meios de criar e sustentar suas formas sociais, políticas e culturais. Nesse movimento de negociação, transformações e conflitos revela-se a tensão no dinamismo da heterogeneidade multicultural.

A combinação derivada de tradição e modernidade, mediada pela reflexividade, permite a observação da oscilação entre uma modernização tradicional e uma tradição modernizante. Resultado da complexidade sociocultural do contemporâneo compreendida no espaço-tempo de circularidade descontinua e uma continuidade cíclica. Neste momento, se realiza o estudo da ativação de uma dada subjetividade (memória + imaginação) pela experiência, através da narrativa sociológica que vem a ser recurso para conter o despedaçamento do pensamento social, multiplicando a razão na virtualidade potencial da História Cultural.

2. Epistemologia, paradigma e plausibilidade: por uma sociologia narrativa dos móveis da cultura.

Os problemas dos paradigmas sociológicos clássicos são de ordem investigativa, suas teorias do mundo social são, antes de tudo, teorias da investigação do social, ou melhor, problemas de observação sociológica. Nesse sentido, sobre pontos em discussão entre os historiadores da ciência, T. Kuhn, em A Estrutura das Revoluções Cientificas *(2009)*, comenta:

Simultaneamente, esses mesmos historiadores confrontam-se com dificuldades crescentes para distinguir o

componente científico das observações e crenças passadas daquilo que seus predecessores rotularam prontamente de 'erro' e 'superstição'. [...] as concepções de natureza outrora correntes não eram nem menos científicas, nem menos o produto da idiossincrasia do que as atualmente em voga (KUHN, 2009: 21).

Começo a propor questões sobre a epistemologia nas Ciências Sociais a partir do desenvolvimento da noção conceitual de *narrativa sociológica*. Adotar uma postura perspectivista na dicção da escritura sociológica é condição para operar, neste momento de produção do conhecimento humano, um movimento de deslocamento de sujeitos históricos. Considerar o impacto da passagem do negro à posição de sujeito no debate epistemológico é parte do objetivo desta comunicação.
Pensar o poder e o papel da narrativa na construção social do conhecimento é recuperar os sentidos da objetividade nas Ciências Sociais «aproximadamente compatíveis com os ditames da observação e do método científico» (idem, 2009: 23). Ao levar em conta o principio de autodeterminação dos povos frente à modelagem exterior, questiona-se as limitações do mecanismo teoria-método-pesquisa em face da realidade empírica elaborada a partir do conjunto articulado entre sujeito cognoscente / objeto cognoscível. Sobre o princípio orientador do projeto definido como 'ciência normal', considera-se que

> A ciência normal, atividade a qual a maioria dos cientistas emprega imensuravelmente quase todo o seu tempo, é baseada no pressuposto de que a comunidade científica sabe como é o mundo. Grande parte do sucesso do empreendimento deriva da disposição da comunidade para defender esse pressuposto – com custos consideráveis, se necessário. Por exemplo, a ciência normal frequentemente suprime novidades fundamentais, porque estas submetem necessariamente em compromissos básicos. Não obstante, na medida em que esses compromissos retêm um elemento de arbitrariedade, a própria natureza da pesquisa normal assegura que a modernidade não será reprimida por muito tempo. (KUHN, 2009: 24)

Nesse sentido, a linguagem sociológica em emergência é uma linguagem em perspectiva na qual o compartilhamento de narrativas dá o tom da 'apercepção' envolvida na elaboração e compreensão do mundo social dos envolvidos no processo de entendimento e produção do conhecimento. Logo, o *perspectivismo negro* é um correlato étnico do perspectivismo ameríndio, rompendo a subordinação teórica das Ciências Sociais na relação estabelecida pela academia brasileira com os centros dos EUA e da Europa. Antigas 'metrópoles' de onde se importavam os modelos teóricos para posterior aplicação na realidade nacional, não obstante, oferece-se um suporte para o pensamento social[2], ou seja, uma outra razão sociológica.
Ainda que as estruturas sociais, como a família e as heranças culturais, contribuam para a transmissão de poder e privilégios como apresentado pela teoria social de Pierre Bourdieu, no desenrolar da modernidade o mundo social pôs em movimento não apenas conceitos, mas também suas próprias bases. Sejam elas filosóficas, biológicas ou políticas.

> Neste ensaio, não denominamos de revoluções cientificas os episódios extraordinários nos quais ocorre essa alteração de compromissos profissionais. As revoluções científicas são os mesmos complementos desintegradores da tradição à qual a atividade cientifica normal está ligada (KUHN, 2009: 25).

O perspectivismo ameríndio é nesse caso uma dessas revoluções para as Ciências Sociais, atrelando a atividade

---

[2] É nesse sentido que persigo um insight teórico orientado pela crítica à tradição filosófica ocidental capaz de reconhecer o poder de ideias como o 'perspectivismo ameríndio' que foi capaz de gerar «profundas implicações para o resto das ciências humanas e das humanidades», como disse Marshall Shalins sobre a contribuição do etnólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro às Ciências Sociais.

sociológica a uma tomada de posição nomológica, que permite desenvolver um conhecimento a partir de outro ponto de vista. No contexto de não abandonar a objetividade científica, a

> (...) 'ciência normal' significa a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações cientificas passadas. Essas realizações são reconhecidas durante algum tempo por alguma comunidade cientifica especifica como proporcionando os fundamentos para a sua prática posterior. (KUHN, 2009: 29)

Ao pensar na intenção da presente proposta consideram-se «(...) os problemas e métodos legítimos de um campo de pesquisa para as gerações posteriores de praticantes da ciência» (KUHN, 2009: 30). Na intenção de reinterpretar paradigmas históricos do século 19 a mudança nas formas de tratar a sociedade ocasionou o refúgio dos sociólogos no presente. Nesse sentido, considera-se que a escrita sociológica, enquanto prática de difusão e contribuição da compreensão do mundo social, reclama a necessidade de encontrar novas técnicas e resultados de pesquisa. Assim, a narrativa se apresenta enquanto um instrumento de libertação aos estreitos paradigmas da ciência ocidental através da capacidade simbólica e objetiva de promover a circulação de conceitos cotidianos ao plano teórico-metodológico do texto sociológico.

A relação entre o pensamento social e o trabalho empírico expõe uma realidade na qual as pesquisas sociais, estatísticas ou etnológicas contribuem para o desmonte da reprodução social, dada como natural e não discutida. E também permite que o lado filosófico e crítico abra caminho para viradas ontológicas ao considerar a *gestão da alteridade* dos pontos de vista nas relações sociais contemporâneas envolvendo Cultura, Estado e Religião. A crítica dos mecanismos capitalistas vem sendo feita ao longo do desenvolvimento da tradição sociológica, como na Teoria Crítica ou nos Estudos Culturais. A ruptura do binômio sujeito-objeto é uma potência da narrativa. A lógica da teoria do reconhecimento expressa a relação entre intersubjetividade e identidade, que contribui para a legitimidade do desenvolvimento da noção de pessoa[3] no plano ético e moral. O que representa um avanço no contexto dos conflitos sociais decorrentes da luta por reconhecimento (HONNETH, 2013).

Ao considerar uma condição lógica de pesquisa, a narração sociológica se parece com um palimpsesto posto em ordem pelo exercício de uma filologia sociologicamente determinada. Por meio de uma hermenêutica crítica, se atribui sentido a processos em geral abertos – mas por vezes cíclicos – o que faz com que temas, casos e materiais sejam sempre retomados e retrabalhados em busca de uma síntese (plausível) para esta obra nunca terminada que é a sociedade.

A vida social é uma composição infinita e a todo tempo reescrita. Ao mesmo tempo fantasmagórica e 'total' que, posta entre o dilema da subjetividade e objetividade, age aos olhos do sociólogo reflexivamente, através da objetivação das práticas, o que permite a observação de um momento em estabilização. A narrativa é a expressão de uma economia simbólica e conceitual que articula subjetividade e objetividade sobre este momento.

3. Ciência e linguagem: narrativa, história e objetividade.

A originalidade e a especificidade de uma perspectiva narrativa apresenta para o sociólogo uma lógica própria, concatenada pela crítica da análise social para equacionar o paroxismo entre o sujeito que analisa e o sujeito analisado. Onde a historicidade é a base objetiva que inibe a preponderância da relatividade no discurso sociológico.

A narrativa sociológica é um metadiscurso que, diante da razão jurídica ou até mesmo do realismo sociológico hegemônico, quebra a ilusão da sociedade como paradigma de universalidade frente às peculiaridades do mundo cultural marcado por condições históricas particulares. De maneira que conceitos de razão ou de invariantes universais sejam discutidos ante a descrição sociológica de situações históricas, em geral descontinuas, como

---

[3] O que me parece que a teoria do reconhecimento procura apontar é a recuperação de uma outra 'noção de pessoa', mais propriamente aplicada a teoria sociológica que a teoria antropológica de onde herda-se a expressão de uso corrente nas ciências sociais.

a diáspora ou a colonização.
O deslocamento da problemática da Sociedade para a Cultura é uma das linhas de força no estudo das relações de poder e da ordem política nas sociedades contemporâneas. Assim como o relevo da passagem do marxismo cultural (tão popular) para uma fenomenologia hermenêutica (tão criticada) produz uma afinidade de estilo do fazer sociológico com a teoria/crítica literária, por exemplo. A hermenêutica crítica permite a operação de uma fenomenologia da percepção, sob a prática de uma tradução orientada pela e para a estabilização da subjetividade do autor e do mundo social em estudo sob formas estéticas, éticas e morais por meio de técnicas de pesquisa e de uma imaginação sociológica criativa.
Na consideração de que as Ciências Sociais reúnem múltiplas tradições, conceitos e categorias, uma conversão semântica por meio de uma economia conceitual criativa é capaz de lançar nova luz aos fenômenos sociais através da descrição e nomeação de processos constitutivos da vida em sociedade. A tradução da realidade social para/pelo texto sociológico é um passo fundante nesse processo, o que a partir de uma homologia nas condições de produção do conhecimento, permite ao trabalho empírico um ganho de originalidade no seu tratamento temático das antinomias postas entre modernização, folclore e tradição.
A presença da *força ontológica* no contexto da agência e da 'apercepção sociológica' garante o entendimento dos sistemas de classificação da cultura como derivados do sentido da experiência social em balanço com a história cultural e com a formação de esquemas mentais que expliquem e sejam razões das manifestações coletivas no mundo da cultura.
No caso em estudo, a síntese entre as culturas ameríndias e africanas é sintoma de uma transposição de expressões artísticas entre os grupos sociais, o que leva a possibilidade de uma 'transculturação' – como posta por Ortiz (1983) – ou ainda mais, uma *transfiguração étnica* – extrapolando as consequências do conceito de 'transfiguração política' discutido em Gilroy (2001). Com o apoio de uma retomada conceitual do arcabouço da etnologia amazônica como visto em Viveiros de Castro (2013), se apresenta então um esboço teórico e metodológico para a construção de uma etnosociologia.
Tomar a lógica hermenêutica como filiação metodológica na leitura das normas sociais (religião e parentesco) e das estratégias culturais (arte), infere um ajustamento da disposição cosmológica à dimensão prática da vida social; segundo Bastide (1985: 166), sobre a cultura negra «a religião era mais de caráter afetivo do que dogmático, mais de caráter lírico do que puritano; dava-se importância a magia e a medicina empírica contra a medicina científica».
Como se nota, a descrição do fenômeno permite elaborar um modelo teórico que se constrói com suporte no universo empírico. Por exemplo para a compreensão do ritual do Xângo recifense que mantém traços de identidade com os Candomblés da Bahia – de forte inspiração nas práticas religiosas do Oeste africano e nos ritos ameríndios – que de igual maneira ligam-se às práticas culturais do maracatu e do samba de roda respectivamente.
Então se erige uma tensão na linguagem, posta entre os agentes e o observador dos sentidos, que se mobilizam nas manifestações culturais que possuem uma forte dimensão performática, ao mesmo tempo lógica e prática, e estabelece uma relação íntima com a efetivação de uma temporalidade transhistórica. Na qual estão contidos aspectos de imprecisão, incerteza e ambivalência como marcas características dos sistemas simbólicos em efetuação.
Esse contexto permite a questão: como se dá a objetivação? Através da lógica da análise ou a lógica da agência? Ou melhor, como se objetiva a lógica da agência na observação analítica? Nesse momento é que surge o lugar epistêmico de conceber ou considerar 'novos'/outros instrumentos conceituais, para além da observação participante ou da estatística. Gesta-se uma dicção cartográfica, sociologicamente orientada, para a captação das contradições entre as práticas manifestas e os fatos observados por um prisma sociológico. Ou seja, o desvelamento da lógica que opera o registro modular ativo no contexto de sincronicidade entre a observação e o fenômeno observado.
A percepção dos cantos, danças e relações sociais considera a heteronomia entre culturas vivas em recriação constante e a conservação ou sobrevivências de ordem da tradição ancestral. A transcrição sócio-filológica desta realidade social em tradução cultural permite, no caso em que o praticante escreve e descreve a prática, estabilizar a distância do 'rito', ou seja, da experiência socialmente compartilhada, através da narração do vivido quando se guarda os sentidos tanto da agência artística no mundo da cultura quanto da atividade mimética

sob a forma de uma lógica filológica da experiência social.
O conceito é levado sempre a representar o significado da realidade quando o sentido visado é compartilhado pelo narrador na experiência social. Ao passo que a decifração sociológica, que analisa ao ler, e crítica ao experimentar, encontra um lugar particular entre o instante objetivo das formas sociais da cultura e as múltiplas representações conceituais. Permitindo, dentro do debate teórico, uma estabilização das contradições da observação do sociólogo posta entre a regularidade e a irregularidade, a homogeneidade e a heterogeneidade, a reprodução e a originalidade.
Logo, ao conceber uma crítica ao universalismo de uma posição particular (a hegemonia do ponto de vista colonial, capitalista, moderno e ocidental) a síntese entre a economia teórica conceitual e o comércio dos sentidos dos agentes em ação, transforma a previsibilidade e estatismo esquemático em *probabilidade plausível* num universo controlado de possíveis históricos.
Assim, ao desenhar uma crítica sociológica da cultura, a distinção entre agentes (atores) e observadores (pesquisadores) se borra. Estratégias (negociação ou conflito) se encontram com representações (narrativa ou teoria) e a pesquisa social em perspectivismo analítico apresenta uma visão própria para realidade. Deste ponto de vista, apreende-se o fluxo epistemológico entre o realismo objetivo das formas sociais e a subjetividade narrativa dos móveis culturais.
Dotada de racionalidade simbólica a linguagem é o ponto de convergência entre arte e ciência, cultura e sociedade. Na construção de um sistema de pensamento que articula a teoria sociológica dos móveis e o método crítico hermenêutico de forma equipolente e a circularidade temporal no plano processual, a narrativa é um quiasma teórico sociocultural, estabilizando a forma tradicional de produção de conhecimento com a experiência social em seu plano empírico.
A reflexividade, seja sob as formas do passado no presente, ou a retradicionalização da modernidade como aponta Giddens (1991), é um traço distintivo fundamental da participação da base histórica para o presente paradigma. O que nos deixa ver que a modernidade não é irreversível. Assim, os princípios que indicam alguma forma de ruptura com a sociedade capitalista emergem em transformações na cultura, através da alteração das formas estéticas. Por exemplo, ao criar um intervalo no espaço dos possíveis históricos, com a capacidade de fazer rupturas através de ganhos simbólicos e materiais no mundo social.
Nesse sentido recaímos sobre o problema posto na distinção entre história e ficção e o lugar da sociologia nesse contexto. A narrativa sociológica tende a ser uma forma original a partir do entendimento e ordenamento de uma prosa científica da vida cotidiana, com forte inspiração teórica e orientação metodológica que possam permitir visualizar uma sociologia semântica em análise relacional e perspectivista.
Num projeto onde a ambição teórica e a precisão analítica se combinam, a hermenêutica crítica exegética é uma solução metodológica para a relação da sociologia com os fenômenos no campo da esfera pública, onde a síntese entre linguagem, narrativa e empiria alcança um sentido de mobilidade perspectiva capaz de compreender fenômenos como a transfiguração étnica e o animismo cultural.
As transformações da sociedade, constatadas pelas lutas entre grupos em condição de desigualdades de poder nas relações sociais derivadas da diversidade cultural, encontra na História Social sua institucionalização sob as formas da guerra, da economia, dos Estados-Nação ou da identidade nacional. Onde a contingência entre continuidade e descontinuidade temporal dos ciclos históricos está na origem da possibilidade de processos possíveis dotados ora de reflexividade, ora de radicalidade. A emergência ou desestruturação de formas sociais permite a recomposição conceitual de categorias acerca de aspectos diversos dos sistemas sociais e culturais, por distinguir suas formas provisórias.
A importância da tradição tanto quanto da contra-tradição é ponto chave para desconstruir o senso comum acadêmico. A imaginação sociológica dotada de uma contra-mão pode não apenas se prender à dominação ou à conservação, mas também encontrar nas transformações o seu eixo, se estabilizar na mudança. A posição perspectivista como uma potência de deslocamento produz na narrativa o seu poder reflexivo dentro do sistema epistemológico e sociocultural, filosófico-político ou estético-cosmológico para desconstruir pontos de vista hegemônicos na sociedade capitalista.
Corolário dessa multiplicação de perspectivas, a narrativa sociológica articula arte, religião e parentesco, como na pesquisa em questão, ao mesmo tempo em que sinaliza um potencial recursivo dentro da própria teoria social

de onde emerge como alternativa ao esgotamento da visão ocidental. Ao agir na desconstrução de uma crença que sobrevive da ideia de que há no 'outro' não ocidental uma ausência de saber ou direito para emancipar o conhecimento sobre si mesmo, a narrativa sociológica atua contra o processo hegemônico e sua propaganda de homogeneidade e imposição de uma cosmovisão unilateral que invisibiliza violentamente esses agentes na esfera pública. Contribuindo para que povos não ocidentais mobilizem sua visão de mundo, inclusive sua religião e sua arte através do corpo e suas práticas, enquanto armas da consciência e da vontade de emancipação. Elementos como respeito, estima e afeto são caros à sociologia que se aproxima, baseada nas noções contemporâneas da Teoria do Reconhecimento, frente à crise e debilidade de paradigmas por vezes já tão ortodoxos. Logo a adesão da sociologia a certas formas da descrição etnológica é tão necessária quanto o recarregamento do arsenal conceitual e de esquemas de classificação que possam superar a naturalização de dicotomias e hierarquias socialmente construídas como negro e branco, indígena e civilizado entre outras. Ou por outro lado, reconhecer neste 'Outro' um ponto de vista tão válido quanto o nosso: esse 'eu' ocidental da razão sociológica clássica.

No complexo posto entre cultura e sociedade, a organização dos estabelecidos está constantemente ameaçada pela resistência ou ruptura dos outsiders. Como indica o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, comunidades afro-indígenas são muitas das «encarnações conceituais da perene tese da esquerda de que um outro mundo é possível: de que há vida fora do capitalismo, como há socialidade fora do Estado. Sempre houve, e – é para isso que lutamos – continuará havendo.» (CARRIELO, 2014: 18).

No espaço de intersecção entre disciplinas – como a sociologia e a antropologia – as obras em cada área do conhecimento «absorvem a mesma literatura técnica e dela retiram muitas das mesmas lições» (KUHN, 2009: 220). O tempo é um espaço de duração onde a epistemologia se estabelece e também se transforma; a longa duração que, entendida como conjunturas (econômicas, demográficas etc.) em função dos movimentos sociais (BRAUDEL, 1958) permite uma visão que possa acoplar a Sociologia à História. Ao considerar essa complexidade como etapa da iniciação profissional, no segmento de uma crítica à teleologia no jogo das forças sociais, as transformações da episteme e dos discursos dota de novas propriedades sociais os grupos e os indivíduos a partir dos quais se dão os acontecimentos.

Esse paradigma considera as diferentes maneiras de temporalizar experiência e expectativas dos indivíduos nos processos sociais, como fica claro no conjunto necessidade-oportunidade-possibilidade ao se considerar a diáspora negra no caso da América Latina. A necessidade como condição do processo de colonização e a oportunidade abrem um universo de possíveis que são objetivados no jogo entre expectativa e realidade, na qual se encontra a chance de projetar sentidos, como a liberdade do uso do tempo e, principalmente do presente histórico, contra a urgência do constrangimento do trabalho forçado. O qual quando desconstruído, permite o uso do tempo em ritmo e duração próprios para o fluxo cultural das práticas artísticas enquanto expressão de movência na relação entre o tempo e o poder de se levantar contra os temores e terrores.

O processo, instância criada pela imprevisibilidade da continuidade ou pela força da descontinuidade é a condição objetiva da possibilidade de, contra a teleologia do fatalismo colonial através da percepção criativa, emancipar-se contra a alienação através do poder de nomear-se e se distinguir. No jogo da dominação erigido pela condição ocidental onde o Outro entregue ao absurdo de existir é um homem sem deus, parte de uma sociedade sem Estado, de capital não definível, onde o valor de troca não é pecuniário as lutas por representação, o reconhecimento dos ritos ante a incerteza de seu próprio valor simbólico fazem desse Outro, presa de uma sociedade fantasmagórica.

Retomando a potentíssima argumentação de James Clifford[4], quando o sujeito não ocidental passa a ser sujeito

---

[4] «As narrativas de contato e mudança cultural têm sido estruturadas por uma dicotomia onipresente: absorção pelo outro ou resistência ao outro. (...) Mas, e se a identidade for concebida, não como uma fronteira a ser defendida, e sim como um nexo de relações e transações no qual o sujeito está ativamente comprometido? A narrativa ou narrativas da interação devem, nesse caso, tornar-se mais complexas, menos lineares e teleológicas. O que muda quando o sujeito da 'história' não é mais ocidental? Como se apresentam as narrativas de contato, resistência ou assimilação do ponto de vista de grupos para os quais é a troca, não a identidade, o valor fundamental a ser afirmado?»(CLIFFORD, 1988: 344 apud VIVEIROS DE CASTRO, 2013: 196)

da ciência, da arte e, por conseguinte, da Sociedade, é hora da linguagem filosófica entrar em cena. A narrativa antes não explícita, agora é mais que uma técnica, é uma sociologia em si mesma.
Carlo Ginsburg, ao usar recursos da novela ou até mesmo do cinema, como o close, a perspectiva ou a fragmentação, começa a operar uma distinção qualitativa entre ficção e teoria histórica e Paul Ricoeur ao indicar a intimidade entre tempo e narração, abrem caminho para se valer de recursos no plano da linguagem para fazer da escrita sociológica uma narrativa válida. Com o apoio de citações, discursos, imagens entre outras ferramentas, operando um efeito na estrutura do discurso clivado pelas fontes ou referências e pela experiência empírica. Então, encontra-se na objetivação da prosa de tradições nacionais, ou tradições de autores específicos, o possível referencial para uma verticalização ortogonal do pensamento sociológico.
Em suma, o plasma germinativo que brota na imaginação sociológica a criatividade racional e científica perspectivista, advém é claro de formas culturais não ocidentais, no nosso caso uma síntese entre culturas ameríndia e africanista em estado de latente imanência no ethos da cultura brasileira, tão complexa. A heteronomia sociocosmológica e a heteróclita feição da cultura nacional tem o tom de uma '*assemblage'* que num agenciamento coletivo de elementos da natureza, espíritos ancestrais e memórias étnicas manifesta um animismo cultural dotado de uma ética perspectivista. Que, em clara emancipação da repressão ideológica no contexto pós-colonial no plano macropolítico responde contra violência e genocídios incessantes no plano micropolítico.
O arranjo narrativo do encontro entre os mitos, ritos e genealogias para reconstrução sócio-histórica do corpo cultural da perspectiva etnosociológica ignorada e inapagável é o desafio posto pelo contemporâneo à sociologia ordinária, fria e racionalizante na qual o disciplinado esforço do sociólogo metódico e ortodoxo procurou dar à sociedade moderna ocidental a forma de uma rara explicação que satisfizesse um consenso qualquer sob o disfarce alegórico do capitalismo burguês na fantasmagoria ocidental.

4. A situação da cultura negra e as relações entre África do oeste e nordeste do Brasil.

A interação como sintoma da sociabilidade considera, segundo a sociologia formal de G. Simmel entre outras, as categorias do conflito e da cooperação. O controle dos espaços sociais no contexto da esfera pública é marcado pela competição entre os grupos sociais onde elementos como o segredo, a educação e a guerra são formas sociais que se distinguem de processos mais amplos. As formações sociais negras, que no contemporâneo se apresentam sob a forma de quilombos, comumente descritos como comunidades quilombolas, são exemplos de um associativismo negro baseado em relações de aspectos comunitários divergentes das formas do socialismo materialista marxista. A dinâmica entre o costume e o distúrbio apresenta nas comunidades tradicionais, uma realidade em geral administrada por um mestre (xamã ou yalorixá), em sua autoridade como voz legitimada pela comunidade, seja pela hereditariedade na função ou cargo social que ocupa, seja por sua demonstração de sabedoria e capacidade.
A sociabilidade, portanto, é uma forma de experiência social que envolve tanto a sociação, a associação quanto a dissociação na articulação da continuidade e descontinuidade entre costume e tradição. A tragédia, como destino, é também parte importante deste esquema no qual a produção cultural está diretamente ligada à reprodução social, assim como a diferenciação se relaciona com a imitação num jogo entre circularidade e perpendicularidade.
Entretanto, a sinergia dos povos e o trânsito contínuo das culturas na democracia liberal são sinônimos da luta por reconhecimento e luta por identidade posta no interior da sociedade de controle em sociedades multiculturais como a brasileira. Onde a reprodução social depende de um tênue e constante ajuste entre identidade e alteridade como base para a sobrevivência social. Por um lado, o Estado atende por meio do assistencialismo paternalista, por outro, políticas como a patrimonialização dos bens culturais de comunidades tradicionais representam a dimensão institucional dos conflitos sociais, com base na moral do reconhecimento, que contribui para a constituição da autoimagem nacional, ainda que esta tentativa de uniformização da complexidade inerente continue a gerar contradições em qualquer sociedade multicultural.
Os valores ligados à normatividade da experiência social definem o sentido da realidade legal, sempre no plano formal, frente à inevitabilidade do enfrentamento da realidade empírica. O debate posto por Honneth (2003)

coloca em evidência as relações entre subjetividade e identidade. A língua bem como a educação escolar são mostras de como demandas políticas operam de maneira condescendente sob a égide de justificações morais contra a isonomia de processos sociais. Como se pode observar na ausência de conteúdos como línguas indígenas ou africanas no ensino brasileiro, ou até mesmo a oportunidade do ensino da história desses povos, ainda negam o direito à identidade ou à igualdade de oportunidades no campo de construção da hegemonia ideológica e cultural no país.

A reificação da condição de sujeito, no caso dos ameríndios e dos descendentes de africanos escravizados é uma prática normativa do Estado brasileiro, que mesmo contra a validade legal de leis pelas quais implementa o ensino destes conteúdos nas escolas, não reconhece a particularidade histórica destas comunidades, engolfadas no falso universalismo que procura homogeneizar a identidade nacional sob a forma do brasileiro. Mas o que é um brasileiro? Sobre a situação histórica social dos ameríndios, comenta Viveiros de Castro, em entrevista

> Várias populações tradicionais estão se redescobrindo indígenas. Isso acontece porque eram índios. Foram obrigadas a esquecer que eram, forçadas a aprender português. Houve um processo de branqueamento que nunca se completou. E não se completar fazia parte do processo: o cara deixava de ser índio, mas não o deixava virar branco. Parava no meio. Virava um brasileiro. O que é um brasileiro? É um índio pra quem você diz: ‘ Você vai ser branco, você deixará de ser índio’, mas o cara para no meio. Você é quase branco. O cara perde sua condição indígena, mas não ganha do outro lado. (CARRIELO, 2014: 23)

O mesmo vale para o negro, com as suas especificidades. Em suma, a coisificação da condição humana destes povos condenados a uma pretensa assimilação é a diluição de sua identidade e sua comunidade de origem ou grupo social de reconhecimento identitário, para dentro da heterogeneidade do Estado nacional.

A formulação do problema de pesquisa depende dos procedimentos de análise bem como da escolha do método. Nesse sentido o *perspectivismo negro*, que representa a passagem do ponto de vista africano para o afro-ameríndio é sintoma da interpenetração de fronteiras ontológicas que permitem a tomada de posição nomológica no contexto teórico e epistemológico de pesquisa social no campo da cultura – arte e estética – dos grupos étnicos característicos.

O pensamento social, comprometido com a crítica do ocidentalismo, encontra na beleza e na imaginação das formas da cultura tradicional elementos para a virada no horizonte conceitual da atividade sociológica. A interdisciplinaridade e a interpenetração do realismo com o imaginário contribuem para uma interpretação da civilização que busca, em perspectivas não ocidentais, a saída para as contradições sociais.

O autóctone indígena, ou aborígine americano, é posto numa encruzilhada com o negro africano e o branco europeu, neste momento cruzam-se sociedades, comunidades e as civilizações que vão configurar a Modernidade latino-americana. O pensamento social brasileiro na passagem do século XIX ao XX, nas figuras de Euclides da Cunha, Oliveira Viana, Manuel Querino, Silvio Romero, Nina Rodrigues, Gilberto Freyre, entre outros, teoriza a formação do Brasil e do povo brasileiro a partir da ideologia dominante.

No entanto, distantes de compreender que as contribuições nacionais para formular hipóteses, procedimentos analíticos e interpretativos careciam de uma abordagem ‘anti-etnocêntrica’, tais autores reproduziam a ética ocidental sobre os processos locais. Sobre Nina Rodrigues, recai a crítica sobre a noção de sincretismo, que considera o pensamento negro sob a forma de um ‘animismo fetichista’, divergindo nas consequências entre os processos de integração social e identidade coletiva. Euclides da Cunha pode ilustrar, de alguma maneira, a dicotomia entre o mundo citadino e o mundo rural, no nordeste brasileiro, o que justificaria a distinção entre o maracatu de baque virado e o maracatu de baque solto, na qual o primeiro, urbano, resultado de uma modernização tradicional da região se distingue do segundo em sua organicidade, com traços de formas mais arcaicas, em relações de hierarquia de complexidade.

O pesquisador a partir da experiência social, aliada a afetividade e observação sensível, formula uma síntese entre imaginário e mentalidade para uma interpretação compreensiva da realidade social. No acompanhamento

de uma moral orientada por fatores não racionais, como caráter, afeto, sentimentos, rituais e hábitos, se dá a construção de categorias lógicas para a leitura da complexidade das formas socioculturais do Brasil.
Nesse instante histórico a criatividade original da comunidade afro-ameríndia, observada na religião, nas artes e no saber tradicional herdado dos antepassados, caracteriza a integração, readaptação e inovação, no mosaico sociológico e no caleidoscópio temporal que organizam a heterogeneidade e estabilizam o fluxo da dinâmica cultural na sociedade brasileira.
As formas étnicas, religiosas e artísticas, são alvo de uma 'observação controlada' tomada enquanto técnica de pesquisa que comporta integração e imersão sem perder de vista o rigor metodológico. Considerando a iniciação no candomblé, da experiência no transe místico, como acontece com diversos antropólogos como Roger Bastide, Vagner Gonçalves, ou Pierre Verger, com a finalidade de encontrar respostas para questões sociais como o desenvolvimento econômico, a desigualdade de poder ou o controle social de grupos étnicos, a sociologia precisa ser desviante para compreender o desvio.
Persistência e alterações no parentesco, posto entre cosanguinidade e afinidade, respeitam a matrilinearidade, esta que é destaque nos processos em análise. Seja no candomblé da Bahia ou no Xângo recifense, tomados aqui enquanto xamanismo negro, a função das mulheres é de grande importância, tanto para a religião, ao serem responsáveis pelas iniciações, entre outros processos, quanto no plano artístico, seja no samba de roda, que geralmente encontra nas mestras as suas compositoras e puxadoras de samba, como no maracatu no qual se encontram formações de grupos inteiramente do gênero feminino. Com suas normas e tabus próprios, tal xamanismo tem o poder de dar a seus adeptos a possibilidade de um renascimento social, ainda que ele já esteja em estado de imanência sociocosmológica, permitindo a emergência de um novo cotidiano e uma nova cidadania.
O ritmo dos tambores, entre outros elementos, é mostra da dimensão estética contida nestas práticas. Que concede aos participes dos rituais e das manifestações culturais o entrecruzamento das dimensões ontológica, histórica e estética, por um prisma filosófico ancestral que sociologicamente articulado pelo mundo empírico se vaza por meio da religião e da arte. No exame da axiologia envolvendo filosofia e sociologia, a estética media as dimensões ora política ora performática.
A recuperação e produção de fontes documentais (fotos, vídeos etc.) apoia a intenção de que a socioestética não é apenas um conceito, ou simplesmente mais uma visão crítica e sim, a expressão de quiasmas sociológicos esquecidos e recuperados pela memória da ancestralidade ou por meio de arquivos de dispositivos móveis.
Na tentativa de alargar uma brecha e continuar uma guinada na tradição sociológica[5], a partir do diálogo da etnologia ameríndia com os estudos afrobrasileiros[6], aborda-se nesta pesquisa, um estudo de caso envolvendo as relações entre cultura e sociedade americanistas. Associando as cosmologias africanas e ameríndias, enquanto matrizes da síntese luso-afro-indígena nesse Ocidente Tropical que se formou na America indígena afro-lusitana, onde a Cultura organiza e referencia as relações sociais.

---

[5] Ao considerar aspectos clássicos da tradição sociológica e suas presenças no pensamento social brasileiro pode-se dizer que «cada tipo de narrativa sociológica subentende uma certa visão do conhecimento e legitima uma certa orientação para a obra erudita.[...] Grandes obras clássicas fornecem a pedra de toque de excelência sociológica» (LEVINE, 1997: 291).

[6] «Ao participar de diálogos aprende-se a respeitar a posição do outro, ao mesmo tempo que se apresenta a posição que vem do nosso próprio centro. Isso significa empenho em realizar um projeto em permanente comunicação com aqueles que habitam o mesmo universo, quer apoiem ou não diferentes projetos e posições. Quando os profissionais agem assim, as disciplinas substituem as polêmicas estéreis pela investigação criativa.» (LEVINE, 1997: 289)

5. Identidade e pertencimento: faces do conflito cultural.

Aspectos como território e patrimônio histórico são elementos definidores de uma cultura em qualquer sociedade. As remoções das comunidades indígenas ou quilombolas, a violência e extermínio de determinados grupos étnicos revelam uma consciência política por meio da dimensão territorial. A liberdade, a honra e a paz para esses povos só se dá através da luta, da negociação ou do conflito com a ordem hegemônica representada pelo Estado e o Mercado, na maioria das vezes. Nesse contexto, a Cultura desses povos como expressão de sua identidade, é também instrumento de luta na construção do enfrentamento, resistência e emancipação social. O que considero caracterizar as manifestações do samba de roda e do maracatu enquanto *vanguardas anímicas da cultura.*

O Brasil, esse país difuso, é resultado de circunstâncias históricas bem complexas que, por razões óbvias, encontram seus pontos radicais no esquema sociológico de suas contradições. As apropriações e inserções ambíguas operadas entre o eu (ameríndio) e os outros (europeus e africanos) geraram no sistema social do país, formas de classificação e hierarquias contraditórias. A não mediação e a adulteração das regras da sociabilidade destes grupos geraram desigualdades de poder na medida em que a diversidade cultural só se intensificou.

O 'Eu' do sujeito histórico, representado em uma comunidade confronta-se com o 'Outro' sob a forma de outra cultura. A diversidade de formas de sociabilidade seja a comunidade, sociedade ou civilização, apresenta um contexto no qual o indivíduo no plano filosófico é bio-psicológico no mundo da cultura, ao passo que no plano social o sujeito é socioantropológico. Ao considerar «os móveis dominantes que orientam a atividade intelectual na vida social», a reciprocidade (temporal e cosmológica) na relação entre o 'Eu' e o 'Outro' – 'eminentemente móveis' – é sintoma da continuidade histórica das formas sociais em função do fluxo cosmopolita das formas culturais na Modernidade, em geral descontínuos. A subjetivação das condições sociais, por meio do imaginário que opera o pensamento mágico e simbólico encontra-se com a objetivação sob a forma de uma racionalidade própria[7], a metafísica africana tornada africanista. Sobre os estudos de Roger Bastide no Brasil, comenta Queiroz (1985: 59)

> Quanto mais considerava o que ocorria com os candomblés, do período da escravidão aos dias em curso, mais se capacitava de que, em toda análise sociológica, era necessário incluir, não apenas como parte integrante da totalidade social, e sim como parte essencial, o movimento – característica fundamental dos grupos, das sociedades, das coletividades.

É na continuidade da observação deste '*movimento*' dinâmico nas formas de sociabilidade que certa forma de contra-sociologia fundamentada numa anti-razão sociológica está atenta para a continuidade histórica da tradição. Sem esquecer as transformações sociais oriundas dos conflitos nem da tensão sociológica que encaminha o potencial de invenção e criatividade para expressões e manifestações do saber e do conhecimento de grupos sociais que encontram nas práticas coletivas da música e da religião profundo valor de resistência.

A forma de um *insterseccionismo sociológico* imprime contornos a esquemas de sociabilidade marcados pela religião e pela arte, numa cultura política. A *crítica cinética* atinge basicamente os pedais da estrutura do pensamento social, como as formas teórica, metodológica e empírica do racismo cultural e do racionalismo. Emancipando a *razão étnica* por meio da expressão dos sistemas lógicos e filosóficos do negro brasileiro e sua cosmologia.

Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz, a intuição poética para Bastide, para quem «a ciência e a poesia devem caminhar e mãos dadas», aliada à observação participante e controlada «era também método de conhecimento, sentido da intuição profunda que descobre e capta o movente e o devenir, e só ela pode se adaptar à fuga musical das realidades sociais em elaboração» (QUEIROZ, 1985: 69).

---

[7] Maria Isaura Pereira de Queiroz, ao introduzir uma coletânea de Roger Bastide (1985), diz que: «O sistema de conhecimento e de valores dos não-ocidentais, diferente embora do ocidental, tinha a mesma relevância e complexidade e devia, ao mesmo título, ser denominado 'filosofia'» (1985: 57).

Com vistas ao horizonte de uma sociologia do conhecimento, indica-se a movência da perspectiva africana ou africanista ao perspectivismo negro – afro-ameríndio. Para tanto, as contribuições culturais dos africanos na América latina oferecem oportunidade de síntese. Logo, a situação do homem negro no nordeste indica seu papel fundamental na trajetória sociocultural do povo brasileiro.

A interação entre a dimensão físico-biológica, ligada à natureza genética dos povos – desdobra-se em instituições historicamente referenciadas como a escravidão, como expressão política econômica da sociedade ocidental, que encontra no plano sociológico a dimensão civilizacional da cultura negra para os estudos americanistas. Mas seguindo a orientação dos estudos de R. Bastide (1985) «o indianismo é uma invenção dos brancos e não dos indígenas, assim também a negritude, antes de ser recuperada e transformada pelos negros, foi uma descoberta dos brancos».

As Culturas latino-americanas, em suas formas material e simbólica circunscrevem a política, a economia a arte por meio da educação, da ciência, da literatura, do jornalismo, e toda forma de trabalho intelectual num arranjo e rearranjo ideológico constante do folk – ou o *volk* dado no sentido do pensamento alemão – mediado pela memória e a oralidade, expressos pela organização do parentesco, música ou religião contribuindo para a formulação do patrimônio cultural como o idioma nacional[8]. Sob uma visão crítica dos trabalhos mais comuns feitos pelos antropólogos clássicos, Bastide assevera que

> De Cuba ao Haiti, do Brasil à Venezuela ou ao Peru, os antropólogos parecem interessados apenas em descobrir os traços da música ou da dança dos negros no tango, na habanera, no samba, no merengue, no feliz matrimônio do ritmo africano com as melodias trazidas da Europa, no enriquecimento dos instrumentos de música que aqui se misturaram com tambores iorubas, fon, congo, com purungas musicais, com uracongo e outros instrumentos trazidos de África. (BASTIDE,1985: 159)

O translado, a auto-preservação e a atuação da herança ancestral negra em fusão na América ainda permite dizer, de acordo com este referencial teórico que «não haja espanto, portanto, em vermos dizer aqui [nos trabalhos antropológicos clássicos] pouca coisa sobre os candomblés do Brasil, santerías de Cuba, abordados apenas na medida em que essas religiões africanas puderam modificar o catolicismo» (BASTIDE, 1985: 169). Assim, ao considerar os 'africanismos' de uma forma sucinta, os trabalhos de alguns antropólogos não são capazes de distinguir as incontáveis e constatáveis contribuições africanistas sobre «a construção das diversas culturas nacionais enquanto nacionais», sendo limitada para perceber os sinais de que as formas culturais das civilizações africanas estão em constantes transformações na interação com a cultura branca e indígena, por meio da língua, da cultura material e sobretudo da tradição.

Como indica Bastide, «o negro latino americano não é mais o negro africano» já que «toda cultura muda no decorrer do tempo, ao responder a estímulos novos» (BASTIDE, 1985: 161). Apresenta-se o paroxismo entre a «cultura negra não-africana» e a «cultura afro negra», pode-se considerar com certa relevância que «quanto mais nos distanciamos da escravatura negra, mais a parte dessa influência negra não africana – especialmente nas grandes cidades, onde constitui uma resposta pertinente das pessoas de cor ao processo de urbanização» (BASTIDE, 1985: 161) vem a ser visível e notada como no exemplo do maracatu nação, como uma expressão nagô no centro metropolitano da cidade do Recife.

O resultado cultural destas «invenções coletivas» sob a forma de valores, normas, ideias modelos de conduta e de símbolos, contribuem para a «formação de novas religiões ou de novas ideologias, transformações das normas da moral ou do direito, reforma dos sistemas de educação, criação de novas estéticas, etc.» (BASTIDE, 1985: 161).

Daí o seu poder de vanguardismo, sob a forma de uma alternativa à modernidade burguesa. Essas «criações originais», como o samba de roda do recôncavo baiano e o maracatu de baque virado recifense, ao agirem

---

[8] «A influência africana no domínio linguístico se faz sentir igualmente na existência de diversas línguas hibridas, petit-négre francês, línguas hibridas negro-espanhola ou negro-portuguesas, que possuem palavras europeias, as quais, no entanto, estão atiradas na forma de uma gramática africana.» (BASTIDE, 1985: 163).

por heterofundações apresentam a substituição do «processo cultural voltado para o passado, isto é, para a cristalização das permanências africanas, por um processo novo, voltado para a inovação e a originalidade da mensagem latino-americana no mundo».

6. Conclusão

Num contexto «em que os africanos do Oeste haviam chegado a processos frequentemente superiores aos dos portugueses», fato observado no caso da mineração brasileira, segundo Bastide (1985), «a penetração de elementos africanos na civilização nacional» gerou pontos de contato entre civilizações africanas e civilizações europeias em território ameríndio. Tradições, valores e a diversidade étnica – fonte de todo perspectivismo – manifestas no mosaico cidade-campo-floresta, operam uma série de distinções nas formas de manifestação cultural como o Maracatu e o Samba de Roda no nordeste do Brasil, sob a estabilização das instituições e práticas das dimensões ancestrais da civilização, tal como os ameríndios com o culto da jurema e outros rituais como o toré, a pajelança e o xamanismo indígena.

Com o reforço do caráter multiétnico das nações latino americanas é possível evocar a categoria de dupla consciência de Paul Gilroy (2001) sob a experiência da diáspora via Atlântico Negro que em sua antinomia, gerou uma mentalidade que só por não ser ocidental moderna, concebe uma perspectiva crítica, que original e única, abarca as representações coletivas dos grupos étnicos em estudo como o reconhecimento do poder dos africanismos em transformar ativamente os valores da cultura dominante. Através das relações entre o Estado e estas comunidades, nos processos de tombamento dos terreiros de candomblé e reconhecimento dos bens culturais destes povos.

Na América poliétnica, a *weltanschauung* ancestralizada ou ancestralizante, ganha amplitude nos cultos afro-brasileiros prenhes de uma lógica multicultural e historicidade mnemônica por meio da descendência das linhagens, do conhecimento da botânica, da bruxaria e da política – a partir do principio de reciprocidade (dons e dádivas) – aliando às cosmologias do corpo – enquanto fundamento de costura e circulação social – o compartilhamento entre matéria e não-matéria, por meio de ativações, participações e correspondências entre os 'mundos' social e metafísico, fazendo com que «o indivíduo se encontre num ou outro mundo, uma vez que pertence a ambos» Bastide (1985).

Para essa visão de mundo, os deuses não são seres, são forças dinâmicas e cósmicas da natureza. O quadro mitológico, que oferece noções conceituais e categorias de ação para os esquemas mentais destas culturas, reflete um «stock de conhecimento» como posto por Schultz em sua fenomenologia, estruturando as práticas e as estratégias estéticas e sociológicas. As relações estabelecidas entre mortos, espíritos, elementais da natureza, animais, vegetais, fogo, metais são base para a produção material[9] e simbólica destas culturas – um complexo hibrido animista dos povos negros, a sua filosofia negra, uma espécie de síntese metafísica própria e equipolente entre experiência fenomenológica negra e realidade social na qual está imersa em ativação no mundo brasileiro.

A razão política do perspectivismo é a imanência da compreensão e explicação da coexistência de uma dupla consciência, um estado de animismo cultural e transfiguração étnica no mundo ocidental. O animismo ancestral afro-indígena é resultado do movimento histórico de autopreservação e transformação[10] da ancestralidade e das formas étnicas na reprodução social no mundo da cultura, e, principalmente, na arte e na religião, e na

---

[9] As corporações negras – carpinteiros, ferreiros, pedreiros – já «fabricavam colares, braceletes de couro, chapéus de palha, balaios», como indica Bastide (1985). Desde os Andes à Bahia, de Cuba ao Haiti há fortemente a presença de cerâmicas, pilões, vasos entre outros objetos e utensílios marcados pela cultura negra.

[10] «Dizem que os índios já foram incorporados ao capitalismo. Mas não foram dominados mentalmente. Já foram dominados economicamente, politicamente, mas não mentalmente. O problema é que os índios são insubordinados. Você não consegue domesticar o índio. É por isso que o governo tem tanto horror deles». (CARRIELO, 2014: 23)

sociedade em suas formas mais amplas como a dieta[11], a indumentária entre outros aspectos deste complexo etnosociológico em síntese aberta e trânsitos revolutivos de conflitos, controle e negociações entre a sociedade civil dominante e os grupos étnicos envolvidos na esfera pública por meio de estratégias e práticas de expressão, resistência, emancipação e vanguarda política e cultural.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de (1999). *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez.

APPIAH, Kwame Anthony (1997). *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*; tradução Vera Ribeiro; revisão de tradução Fernando Rosa Ribeiro – Rio de Janeiro: Contraponto.

ASENSI, Felipe Dutra (2006). "O espaço da ação coletiva na teoria da estruturação de Anthony Giddens". Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, pp.44-51, 30 mar. Anual. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. [consultado em 30-7-2014].

BASTIDE, Roger. (1985). *Roger Bastide: sociologia* / organização (da coletânea) Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Ática.

BENJAMIN, Walter (1985). *O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura.* São Paulo: Brasiliense. (Obras escolhidas, v. 1), pp. 197-221.

BRAUDEL, Fernand (1986). *A longa duração* (1958). In: História e Ciências Sociais. 5ª Edição. Lisboa: Editorial Presença.

CARRIELO, Rafael. (2014). "O Antropólogo Contra o Estado". Revista Piauí 88.

GIDDENS, A (2003). *A constituição da sociedade*. 2ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes.

GILROY, Paul (2001). *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*; tradução de Cid Knipel Moreira. – São Paulo: Ed. 34; Rio de janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

KOSELLECK, Reinhardt. (2006). *Futuro passado. Contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio.

KUHN, Thomas S. (2009). *A Estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.

LEVINE, Donald N (1996). *Visões da Tradição sociológica*. São Paulo: Cortez Editores.

SIMMEL, Georg. (1998 [1900]) *A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva*. In: Simmel e a Modernidade. (org. Jessé Souza e Oelze Berthold). Brasília, UnB. pp.41-77.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (2013). *A inconstância da Alma Selvagem e outros ensaios de antrologia*. São Paulo: Cosac Naify, 5ª Ed.

[11] Ex. «do acarajé, acaçá, caruru, efó, vatapá, etc.» comidas «vendidas, nas ruas, nas praças públicas (exatamente como no Benin [antigo Daomé]), por vendedoras negras, 'baianas', 'bajaronas' e outras (os nomes variam de acordo com o país)» (BASTIDE, 1985).

Uma Epistemologia Periférica Ou Para Uma Estética (Bem) Marginal[1]

Emerson da Cruz Inácio
Universidade de São Paulo (USP)
einacio@usp.br

Professor da área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Publicou *Retratos do Brasil Homossexual* (EdUSP, 2010) e *A Herança Invísivel* (UEA, 2013). Desenvolve investigações no campo dos Marcadores Sociais da Diferença, particularmente envolvendo Gênero, Sexualidades, Raça e Cor nas suas interfaces com as Literaturas produzidas no Brasil e em Portugal.

Resumo: As periferias das grandes cidades brasileiras, nos últimos 30 anos, foram palco da insurgência de movimentos como o Rap Brasil, o Funk Carioca, o MangueBeat, dentre outras formas de inscrição estética e identitária dos povos em situação de exclusão. A cidade de São Paulo viu surgir, por exemplo, o coletivo Quilombhoje/Cadernos Negros, em fins dos anos de 1970, e a Cooperifa, em 2002. Embora se tratem de movimentos distintos em seus propósitos e motivações, ambos têm o universo literário como forma de demarcação de espaços e sobretudo de capitalização da experiência daqueles considerados ainda hoje como o substrato mais mínimo da experiência cultural brasileira: negros e pobres. A despeito da centralidade do conhecimento em produção e já produzido, estes movimentos correm em paralelo criando para si novas formas de ler e interagir com o mundo, bem como estabelecem diálogos com outros povos e movimentos em igual situação. Nesse sentido, o presente ensaio pretende comentar essa "outra" episteme e seus desdobramentos para a cultura brasileira e para a Literatura institucionalizada como um todo, bem como suas formas híbridas, multidisciplinares e multimidiáticas de produção de (seus) saberes.

Palavras-Chave: Cânone, Margem, Periferias; Novas Epistemologias – Literatura Negra e Periférica.

Parto aqui de duas premissas que considero básicas e que arregimentarão toda a discussão que agora proponho: a margem e a periferia só podem ser pensadas a partir de si mesmas; e, como forma de ancoragem, não há no campo epistemológico de que hoje dispomos forma de compreender esses dois fenômenos senão por um saberes que deles redunde e deles nasça.

1 – O SUL COMO SONHADO

Poderíamos discorrer a partir de agora sobre a longa e bem construída forma como o sul figura no imaginário Europeu. Do mito de Atlântida aos tratados dos séculos XIV e XV, até chegarmos à Carta de Caminha, aos relatos dos primeiros jesuítas e de viajantes. Em todos, mais se tratava de imaginar que de descrever, salvo, claro, narrativas advindas de bandeirantes que, a despeito de palmilharem o território e vê-lo efetivamente, cuidaram dosar o narrado com um bom toque de inventividade, vide, por exemplo, o relato do jantar em que o Bispo Sardinha fora o prato principal, bem como a iconografia a respeito.
Dentre todos, o relato do sonho de João Belchior Bosco, depois São João Bosco (1815-1887), talvez ganhe um relevo interessante: cruzamento de Eldorado e Terra Prometida, a viagem, na verdade o sonho-vôo, pela América do Sul, sobrevoando o centro do continente, se revela curiosa:

> Eu enxergava nas vísceras das montanhas e nas profundas da planície. Tinha, sob os

[1] Versão completa do artigo a ser apresentado no XII Conlab.

> olhos, as riquezas incomparáveis dessas regiões, as quais, um dia, serão descobertas. (…) Mas não era tudo. Entre os graus 15 e 20, existia um seio de terra bastante largo e longo, que partia de um ponto onde se formava um lago. E então uma voz me disse, repetidamente: 'Quando vierem escavar os minerais ocultos no meio destes montes, surgirá aqui a Terra da Promissão, fluente de leite e mel. Será uma riqueza inconcebível!'. (COUTO, 2009: 18)

Ao imaginário centrista da novíssima nação brasileira, cujo vulto se materializa na constituição de 1822 pelas mãos de José Bonifácio de Andrada, cola-se, anos depois, o sonho do religioso salesiano, ao fazer residir no imaginário institucional brasileira o abandono das zonas litorâneas em favor do cerrado, àquela altura e até hoje uma região pouco explorada e pouco conhecida da maioria dos brasileiros. O centro sonhado, cruzamento de linhas traçadas de norte a sul, de leste a oeste, passa a viver de vida própria, até que em fins dos anos de 1950 sai das linhas de Niemeyer e ganha concretudo em meio ao nada do oeste brasileiro.

Brasília nasce capital, mas com uma dupla contradição: a de ser uma ilha no meio do nada e a de ser o centro tomado eternamente como periferia, posto que a idéia de arrastar o desenvolvimento consigo, rumo ao sertão, nunca se efetivou. A cidade, o Planalto Central, é a imaginação da periferia no centro e também a imaginação do centro na periferia, uma ilha cujo senso de insulamento fica demarcado, por exemplo, no fato de Brasília estar a 130km da cidade mais próxima, de quem se separa por grandes vazios habitacionais e urbanos. Neste caso, não seria demais, ainda, imaginar que a capital, embora centro geográfico, é apenas um centro imaginário e a materialização da pouca permeabilidade deste mesmo centro, já que, não tendo sido concebida como um espaço tradicional e tendo sido inventada em sua centralidade, na verdade transpira a fragilidade que o centro revela em sua condição mesma.

O sul, como Brasília, é todo imaginação erótica alheia, do norte, desde, pelo menos, o início da expansão marítima européia, e erótica porque imaginação desejosa. As periferias e margens, igualmente, durante boa parte de sua inconsciência sobre si, foram resultado, ainda, do olhar do Outro, como também na sua própria concepção, de um perverso jogo de pontos de vista que as definiram como "margem" e "periferia", mesmo que estes dois universos não sejam, de forma alguma, uma exclusividade de quem está abaixo do Equador. E a confirmação de que o reconhecimento da guerra de pontos de vista talvez seja o efetivo ponto de insurgência da margem e da periferia, não apenas numa rebelião silenciosa contra o centro, mas sobretudo pelo fato de que tudo as concepções de mundo podem ser antes definidas pelo lugar que os sujeitos ocupam; ou seja, a margem e a periferia, o sul e Brasília, são o centro de si mesmos. Ao se reconhecerem como identidades, como campos de conhecimento, espaços de produção, de afetos, de novos sentidos, já trilham o paço rumo aos processos emancipatórios, baseados no dizer próprio, numa discursividade calcada na mudança das articulações epistemológicas, resultante do reconhecimento do não centro, do não norte como espaços de inventividade.

Um fato ocorrido em 2002 talvez possa aqui servir como uma pequena metáfora desta insurgência dos outros espaços: a comemoração do jogador Cafu, na copa mundial daquele ano talvez tenha se demonstrado como um "dar-se a conhecer", criando um vetor que será assumido pela periferia da qual o jogador redundara. "100% Jardim Irene" estampado na *t-shirt* foi, naquele contexto, não apenas o reconhecimento de que o grande futebol nascera nos campos de várzea, na terra batida, nas quebradas, favelas e subúrbios, mas também a inserção num contexto diverso, onde até então o Brasil fora admitido como país do futebol, pátria de chuteiras, local onde todas as diferenças sociais, identitárias e econômicas eram dirimidas em favor da bola. Naquele momento, tratava-se também de inserir o Irene - um adensamento populacional de proporções absurdas, encravado na região sudoeste, nos limites da cidade – no contexto esportivo brasileiro, já muito habitado por figuras oriundas da classe média alta. O jardim Irene, essência do periférico paulistano, insurgia não como um *deus ex machina* naquela comemoração, mas, também, como lembrança, de que, sem ele, a conquista da Copa pelo Brasil não teria sido possível.

Noutras palavras, a revelação da margem, da periferia, procedida pelo jogador, se demonstrasse de maneira pendular, reespacializando aquele espaço ao trazê-lo para o foco, mas sem, no entanto, dominá-lo como um espaço possível. Cafu, atleta do futebol, agora todo ele centro, por sua vez religava-se a sua condição primeira, vincando numa mesma dobra sua ambiência como jogador milionário e como criança pobre da periferia.

Essa longa digressão talvez me sirva como imagem valiosa, como ethos de uma reflexão bem menos desportiva e que hoje tem a ver com a forma como os bens culturais, incluída aqui a produção literária brasileira atual, vêm se articulando no Brasil a partir da tomada de consciência de sua condição outra, tensionada entre as visões de "país do futuro", "Capital do Terceiro Mundo", "Belíndia" e sua particular forma de se perceber nas recentes e celebradas participações em G20 e G8, cimeiras que tais e lideranças regionais com ares neocolonialistas.
Não pretendo "reinventar a pólvora", mas valer-me dessa capacidade reativa para inserir o panorama cultural brasileiro mais moderno nesse novo concerto pelo qual se rege o sul. Reativa porque seja qual for a posição em que se o colocarmos, este panorama sempre insurgirá tendo como premissa a máxima oswaldiana carnavalescamente antropofágica: "não fomos catequizados. Fizemos foi o Carnaval".
Não nos custa convocar Eduardo Lourenço, no sempre atual "Brasil e Portugal: um sonho falso ou um único sonhador", quando o filósofo nos atribui uma fantasmática característica de mascaramento, resgatando transversalmente Mário e Oswald de Andrade, Macunaíma e João Miramar. O simultaneísmo sem caráter de ambos os personagens, fantasmas de si e de sua cultura, emblematiza a fala do filósofo português, que hoje pode ser traduzida em outros termos: o fantasma e a máscara não reconhecem fronteiras, nem espaço, quiçá os limites entre verdade e mentira, máscara e face. Nesta esteira, o refinado "biscoito fino" de Oswald de Andrade , inacessível as massas segundo o poeta, fora cozido na nossa cozinha cultural por uma Irene de "roupa Europa e pixaim Senegal"[2], a partir da receita ilegível à cozinheira e escritas por um outro. No fim, o biscoito fino do centro, produzido na margem e pela periferia, derivava, errando, flutuando e flanando em todos os lugares e nenhum, apregoado nos cantopoemas dos vendedores ambulantes.
Trocando em miúdos: no nosso maior movimento cultural – O Modernismo Brasileiro, a Semana de 22 – a oscilaçãoo entre dois pólos inalcançáveis: uma imaginaçãoo de centro e a premência da enunciação do sul por ele mesmo, o que de certa forma este movimento rejeitou por que se queria maior que o Brasil que intentava representar. Inclusive, para sobreviver como forma e modelo cultural para os brasileiros mesmos. A máxima expressa no verso de Mário de Andrade, "Eu sou um tupi tangendo um alaúde", fecho de "O trovador", sintetizaria, talvez, essa ambiência, essa ancoragem de um sujeito agora central – o tupi – associada à demanda exógena e transbordante do alaúde. Não, não inverto a leitura tradicional e nem potencializo, a esta altura, o embate metrópole/colônia, colonizado/colonizador ou centro-margem, justo porque, àquela altura, esses limites, essas posições se esboroam em favor de um conhecimento que seria, antes de mais um híbrido que conformaria a única identidade que poderíamos ter àquela altura.

E nada mais oportuno que se tome como laço para estas novas epistemologias que a figura cunhada por Andrade este "tupi tangendo um alaúde", que tanto parece empurrá-lo, força-lo, conduzi-lo, como confronta. ela mesma, a tensão entre dois espaços, duas identidades, sonho e realidade, saberes formados, conformados e deformados.

2 – O TUPI, O SERTANEJO E O HERÓI SEM NENHUM CARÁTER

Os dois maiores romances brasileiros do século XX, *Macunaíma* (Mário de Andrade, 1928) e *Grande Sertão: veredas* (João Guimarães Rosa, 1956), tanto partem da margem, da periferia do Brasil e para ela retornam em seus enredos, quanto se constituem no âmbito do narrado na hibridez própria do trânsito entre "as margens da palavra" e da própria viagem que caracteriza a ambas as narrativas. Sem contar com o fato de que Macunaíma e Riobaldo, protagonistas dos romances, vivem em si o confronto entre espaços concorrentes, entre magia e técnica, bem como entre formas de conhecer e conceber os espaços em que experimentam suas identidades. O primeiro, em busca do muiraquitã, pedra mágica em forma de anfíbio, precisa confrontar-se com a modernidade e o seu desencanto; Riobaldo, jagunço letrado, a clivagem entre moral e barbárie, experiência do sertão-mundo e vida de homem "apaziguado e amansado" pela idade e pelas vicissitudes da própria existência num lugar onde não cabe filosofia alguma.

---

[2] VELOSO, Caetano (1991). "Neide Candolina". In: *Circuladô*.

Os romances, ao transgredirem, inclusive, com a forma tradicional do romance moderno, acabam contribuindo tanto para uma nova forma de ler o Brasil, bem como introduzem uma epistemologia do "interiorrrzão", distante das capitais e da centralidade dos litorais e planaltos brasileiros, renunciando à modernolatria desenvolvimentista pela recuperação – e porque não, invenção – de uma tradição espacial que não tinha o espaço urbano, Cinelândia ou Rua Direita, como ponto de partida ou de chegada. Ambos denotam um centro que está antes de tudo no sujeito e que é passagem entre uma centralidade centrípeta e uma margem que sempre lhes acolhe de volta.

Se não posso afirmar que ambos os romances conformariam-se como mergulho em busca de um tempo perdido de nossa identidade, podemos imaginá-los como uma recherche subjetiva que renuncia às Isauras, aos Peris e Iracemas, e parte em busca de saberes cafuzos, mamelucos, negros, indígenas, sertanejos, todos sem nenhum caráter que os formalize. Importava, assim, dar a conhecer o Brasil dos Sertões, espaço dos fortes segundo Euclides da Cunha, para que desses espaços outros saberes emergissem e rasurassem todo o projeto cultural da nação brasileira, calcado no litoral, no Rio belle époque ou na São Paulo cafeicultora. Sem o périplo de Macunaíma ou sem as andanças jagunças de Riobaldo, personagem-rio, não poderíamos ver, a esta altura, projetos literários mais específicos e baseados na trilhas abertas por aqueles personagens: mergulhar na especifidade do espaço despriorizado marcado na cor da pele dos indivíduos, na prosódia nordestina ou mineira e nos cabelos trançados.

3 – OUTROS CAMINHOS, NOVOS CONHECIMENTOS

A trilha, o percurso, pode bem articular dois dos movimentos culturais e literários contemporâneos, cuja importância na "cena" brasileira define bem esta outra episteme cultural que, em ambos os casos, parece redundar numa sólida construção de outros saberes, baseada nas metonímicas nuances identitárias brasileiras, por eles emblematizadas numa autoria negra, pobre, de origem nordestina, marginalizados, rappers e sambistas: os coletivos literoculturais Quilombhoje e Cooperifa.

O primeiro movimento articula, desde os anos de 1980, autoras e autoras negros e afrodescendentes e é responsável pelos trinta e sete números da antologia *Cadernos Negros* e já revelou em suas páginas autores como Conceição Evaristo, Miriam Alves e Cuti, como também foi espaço para poetas e prosadores já notabilizados no cenário afro-brasileiro, como Oswaldo de Camargo, Paulo Colina e Oliveira Silveira. Pensado como um espaço de circulação e articulação da literatura de autoria negra da cidade de São Paulo, hoje o coletivo agrega às suas publicações artistas de todo o Brasil, muitos deles despriorizados pelo mercado editoral formalizado. Sem que eu queira criar uma hierarquia em termos de qualidade e gosto, as edições dos *Cadernos Negros* menos se revelam como um espaço dedicado ao aspecto sublime da produção literária e bem mais como um espaço de resistência identitária que reúne grandes e nem tão grandes poetas. A despeito dessa "irregularidade" artística e estética, a ideia de "escrita como missão" parece cumprir uma tarefa de rasura no *modus operandi* literário brasileiro, ao cindir com os parâmetros tradicionais que distanciam erudito e popular ou as formas literárias, tudo em favor da discursividade literária negra, esta, sim, ponto de convergência da prática estética do grupo. A missão estaria no fato de não apenas os textos que veicula levarem homens e mulheres comuns à uma experiência estética por eles facilmente alcançável, mas de proporcionar também, pelo texto, uma nível mínimo de consciência racial na supostamente apaziguada democracia étnica brasileira. O Quilombhoje, ao reclamar uma genealogia para si mesmo, se inscreve como uma forma outra de compreendermos o campo literário, já que pressupõe a formação de um leitor que estará capacitado a ler seus *Cadernos Negros* e operar significativamente na construção de um outro conhecimento sobre o que é literatura, desfazendo limites e alargando o conceito de literário para uma prática emancipatória efetiva.

Por sua vez, a COOPERIFA (Cooperação dos Poetas da Periferia) alarga o panorama do estritamente literário, para impor à sua produção uma pergunta: é inconteste o acesso da periferia aos bens culturais das elites? A resposta é, por premissa, negativa, bem como o conceito de periférico ou de periferia parece ganhar outras nuances a partir da atuação do movimento nos bairros mais afastados da região sul da cidade de São Paulo. A rasura, desta vez, é operada em níveis antropofágicos, já que, para início, poeta é todo aquele ou aquela

que lê um poema seu ou de outro autor durante a realização dos saraus semanais ocorridos no Bar do Zé Batidão, no bairro da Chácara Santana. Os eventos costumam reunir cerca de 300 pessoas por semana, que, silenciosamente ou instados pela máxima "aqui o silêncio é uma presse", ouvem poemas de Sérgio Vaz e Carlos Drummond de Andrade, de rappers como Sabotage ou de Mano Brown, ou recitam letras de sambas, Pablo Neruda, Manuel Alegre e Noémia de Souza, tudo apresentando e recebido com a mesma deferência que um repentista ou trovador popular recebem da assistência. A prática cultural deste movimento, fundado em 2002 na zona sul paulistana, ganhou nos últimos cinco anos aspectos virais, já que Sérgio Vaz e Marcio Costa viajam pelas periferias brasileiras incentivando a criação de espaços alternativos de criação e difusão culturais. Não se trata a COOPERIFA de apenas articular a produção da cultura em zonas tipicamente desprovidas de aparelhos culturais, mas de funcionar como uma espécie de "tráfico cultural" onde a hierarquia própria da cultura de elite dá lugar à democratização e a formulação de saberes tão dinâmicos como as suas práticas, que não se restrigem à produção das formas literárias tradicionais, mas garantem o manejo da produção fílmica, das artes performativas, do samba, do teatro, do rap como formas de estabelecer um campo identitário que seja, efetivamente, a cara dos homens e mulheres que dela participam. Se o Quilombhoje tem como recorte o universo racial, a COOPERIFA, por sua vez, parece intentar a demolição das fronteiras que separam centro e margem e relegam às mulheres, crianças e homens dos bairros afastados ao distanciamento atávico da cultura de qualidade. Nesse sentido, o objeto deste último movimento menos seria ter uma cara e mais ter todas as caras e tentar compreender a todas e todos que, de alguma forma, estaria alijados de pertencerem ao vastíssimo panorama cultural da cidade de São Paulo, maior produtora de cultura do país e talvez o espaço onde esta mesma cultura viva a certeza da insularidade e do encapsulamento.

Criando para si mesma vários nódulos que por sua vez se articulam a outros tanto espalhados pela cidade de São Paulo quanto pelo Brasil, numa enorme rede colaborativa e participante, a COOPERIFA tem procurado remexer, inclusive, na forma como o conhecimento se dissemina na região em que atua, já que, vem ocupando espaços deixados de lado pela educação formal e pelo poder público, como por exemplo, incentivando à formação de novos leitores e a produção crítica nascida de homens e mulheres sem acesso à educação universitária; como se calca na construção de uma comunidade leitora vai criando, a despeito da crítica universitária que ainda a olha com desconfiança, novas formas de compreender o texto literário e mesmo alargando, como o Quilombhoje, o conceito de Literatura.

Aliás, a toponímia da região em que se localiza os saraus da COOPERIFA, *M'boi Mirim*, poderia servir de elucidador das práticas de ambos os movimentos: a expressão em tupi pode significar "caminho de cobra pequena" e descreve o traçado sinuoso da avenida que dá acesso a uma zona com cerca de três milhões de pessoas, com enorme concentração de favelas e muitas ruas sem pavimentação, numa espécie de *off road* paulistano, caso este distrito não estivesse adjacente às regiões mais ricas da cidade e ao seu centro financeiro. Este caminho, que se esgueira pela acidentada topografia da região, metaforiza a práxis destes dois movimentos, uma vez que parece conotar a descoberta de formas alternativas para se construir saberes que digam efetivamente os sujeitos que as compõem, seja no âmbito étnico-racial, quer no nível sócio-econômico propriamente dito.

Ambos investem numa espécie de "irmandade", que não se caracterizaria pela ideia de pertencimento a um ou outro grupo, mas que se concentraria no fato de abrigarem negras, negros e periféricos seja onde estes estiverem, sendo consumidores ou produtores de cultura em condições pouco favoráveis e sem quase nenhum apoio estatal. Da mesma forma, a sentença final do "Manifesto da Antropofagia Periférica", de 2006, assinado por Sérgio Vaz, "É tudo nosso!" demarca a apropriação crítica e significativa da produção literária e cultural brasileira (e paulistana em particular), subvertendo a máxima oswaldiana, "só me interessa o que não é meu" ("Manifesto Antropofágico", 1929), pela incorporação de um todo que, se não pode ser alcançado, passa a residir no campo de intencionalidades de ambos os movimentos: dominar a cultura daqueles que compõem a maioria da população brasileira, assumindo-a como sua também, inserindo-se no contexto discursivo da grande literatura brasileira que ou lhes nega acesso ou lhes embranquece.

Quilombhoje e COOPERIFA atuariam na construção de novas formas de conhecimento na medida em que distendem a noção de texto literário, realocando-o no campo da oralidade, marca ancestral que caracteriza a empreendimento negro, nordestino ou indígena no Brasil; desierarquizam as formas literárias ao se utilizarem

de formas híbridas e inusuais, bem como resuram as fronteiras entre popular e erudito, já que a ênfase não estaria no rótulo atribuído ao objeto de arte, mas na sua capacidade de dialogar com os sujeitos que lhes conferem sentido. Ao par disso, como já disse, há um profundo investimento na conformação de um público leitor negro e periférico, tido e havido como o "expectador" privilegiado das obras oriundas de ambos os movimentos, mas que também interage com o texto porque nele se vê e se lê. A isto se soma a recorrente instauração da dúvida e da suspeita relativas ao grande cânone cultural brasileiro bem como das instituições ditas legitimadoras e centrais, na medida em que estes são vistos como elementos que operam, também, na conformação das lógicas de preconceito e de deslegitimação da produção de autoras e autores não apenas participantes deste movimentos, mas afastados da centralidade das questões da literatura nacional, por exemplo, como o caso de Maria Firmina dos Reis, Luiz Gama, Lima Barreto, Carolina Maria de Jesus, Alcântara Machado, autores tido como menores mais por quest ões temáticas e sistêmicas, que necessariamente pela qualidade requerida para que pertençam ao cânone central. Por último, ambos os movimentos alteram tanto o suporte quanto o meio de circulação da obra literária, que sobrevive bem lançando mão, por exemplo, da antologia. Isto se dá menos porque não haja uma produção que sustente o livro autoral e mais para que a idéia de coletividade, adjacente a ambos os movimentos, se mantenha. Autores de renome nacional, como Cuti e Miriam Alves, no caso do Quilombhoje, Marcelino Freire e o próprio Sérgio Vaz, continuam a publicar em inúmeras antologias como os Cadernos Negros, Negrafias, Literatura Marginal, dentre outras. Da mesma forma, o poema sai do papel e ganha as páginas de blogues, fanzines, vídeos, saraus ou viram letras de rap ou grafites espalhados pelos muros da cidade de São Paulo, numa espécie de cartografia poética do espaço.

Em ambos as manifestações aqui tratadas, o espaço, aliás, parece ser vital para a existência de ambas: o Quilombhoje, por exemplo, advém da articulação de mulheres e homens negros que circulavam pela zona norte de São Paulo, eternizada na letra de "Trem das Onze", de Adoniram Barbosa, e que até hoje é a região da cidade de São Paulo com maior componente negro e onde, inclusive, ficava a favela do Canindé, *locus horrendus* de Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus. As razões para essa localização são as mais várias, em particular o fato de ser a região da cidade próxima às estradas que dão acesso ao Vale do Rio Paraíba e ao estado de Minas Gerais, regiões com forte contigente negro, por terem sido regiões onde se localizavam as fazendas de café e onde se localizam até hoje diversas comunidades de origem quilombola. A zona norte de são Paulo é, ainda, aquela que concentra a grande maioria de escolas de samba e locais de manifestações religiosas afro-brasileiras, sendo também o lugar que viu surgir, nos anos de 1930 e 1940, grêmios recreativos destinados unicamente a negros e à elite negra paulistana, como observado no Catálogo da Imprensa Negra Paulistana.

Tanto a região norte quanto a zona sul da cidade de São Paulo, em particular aquelas aqui já referidas como berço dos dois movimentos, estão fora daquilo que os estudos sobre o urbanismo da capital paulistana convencionou chamar "eixo sudoeste", composto de bairros planejados compreendidos entre avenidas como Santo Amaro, Francisco Matarazo, Francisco Morato e partes das Marginais dos rios Pinheiros e Tietê. Estes bairros, planejados e construídos pela Companhia City nas quatro primeiras décadas do século XX, visavam a higienização dos espaços urbanos, bem como o impedimento da expansão da cidade nascida nas várzeas dos rios, cujo traçado ainda remontava à cidade colonial. Aos menos favorecidos caberia partes da zona sul, ainda rural, a zona norte imprensada entre o Rio Tietê e a Serra da Cantareira e a crescente zona leste, estigmatizada dentre outros aspectos por ter uma população majoritariamente nordestina e bem maior que muitos estados do nordeste brasileiro. Coincidentemente, este eixo concentra os pontos culturais, serviços e é o espaço da cidade que manifesta em completude a ideia de urbanidade, tendo retirado dos Campos Elísios, do Centro Velho e da Avenida Paulista o ideal de espaço privilegiado da elite paulistana ou de imigrantes europeus que enriqueciam.

Há historicamente, portanto, nas zonas que amparam os participantes do Quilombhoje e da COOPERIFA uma espécie de segregação espacial que redundará necessariamente numa forte marca espacial que caracterizará ambos os movimentos e lhes fará investir na experiência suburbana e marginal como tema e procedimento, potencializados por um "lá" onde estes sujeitos não devem estar e um "cá" onde a experiência de exclusão social e racial vira arte e motivo.

O espaço, como em *Macunaíma*, *Grande Sertão: Veredas*, aqui já citados, ou *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto; *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus, ou *As religiões do Rio*, de João do Rio, serve ao fim como pressuposto para a criação de uma outra episteme, mormente afastada da maneira tradicional que da experiência

do espaço resultaria. Adentrar estes outros espaços, e mesmo vivênciá-los em potência, requer necessariamente uma mudança de ponto de vista que normalmente redunda no estabelecimento de novos modos de olhar, de conhecer, o que implica a forçosa iniciativa de serem criadas formas para compreender esses outros lugares, estejam eles a sul ou a norte. Não se trataria apenas, aqui, de uma imaginação sobre o norte ou o sul, mas da efetiva experiência desses locais, sem o que o trabalho desses dois movimentos se invalidaria e a experiência estética proposta seria, ao leitor, falsa ou forçada, comprometendo aquilo que me parece a base de boa parte dos autores de ambos as manifestações culturais: a experiência com efetivo elemento de conhecimento e tomada de consciência. E, no caso, Quilombhoje e COOPERIFA se demarcam como resultado da experiência que se vive concretamente, seja na cor da pele, seja na marca prosódica e nos vícios de fala, seja na roupa adquirida no comércio popular do centro de São Paulo ou mesmo no corpo esmagado no interior dos transportes públicos sempre deficientes de uma cidade que se orgulha ter 12 milhões de habitantes, mas que não deveria.

Brasília, Quilombhoje e COOPERIFA são formas de poder, mas não do mesmo poder! A primeira emanaria aquilo que imaginaram para si mas que nunca conseguira efetivar: ser um centro para onde todos convergiriam em busca da terra prometida, mas que de promessa nada tem, além de ter virado sinônimo de tudo o que um brasileiro não quer para si. Os outros dois, na impossibilidade de serem centro, são forçados não a imaginarem o centro que para si não há, mas inventarem um modo de estar nas franjas, nas bordas, ali onde os sentidos de cidade, de arte e da literatura parecem se transformar em reinvindicação, manifesto, drama, mas que preferem ser apenas outra coisa, Literatura também, uma episteme que seja da margem ou outra, mas que seja a deles.

Referências Bibliográficas

SILVA, Zélia Lopes (2012). *Catálogo da Imprensa Negra (1903-1963)*. http://www.assis.unesp.br/#!/cedap---centro-de-documentacao-e-apoio-a-pesquisa/acervo-do-cedap/catalogo-da-imprensa-negra/

CARRIL, Lourdes (2006). *Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania*. São Paulo: Annablume / FAPESP.

COUTO, João Gilberto Parenti (2009). *A realização das professias de Dom Bosco 2003-2063*. Belo Horizonte: Mazza.

Furquim, Fernando (1988). *Do Capão Redondo a Campos Elíseos.* (trabalho fotocopiado).

LOURENÇO, Eduardo (2001). *A nau de Ícaro*. São Paulo: Cia. das Letras.

A interdisciplinaridade como forma de reforçar as parcerias Sul/Sul

Cynthia Carvalho Martins
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA/Brasil)
Email: Email: martinscynthia@ig.com.br

Lilian Cristina Bernardo Gomes
Observatório da Justiça Brasileira (Universidade Federal de Minas Gerais/Brasil) e Instituto Santo Tomás de Aquino (ISTA/Brasil)
Email: lcbgomes@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo visa apresentar a potencialidade de expansão de diálogo com a África e países da América Latina, na experiência do Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia (2013) que, a partir do diálogo/parceria entre a Antropologia (*Universidade Estadual do Maranhão*) e a Ciência Política (*Universidade Federal de Minas Gerais*), propicia a articulação de linhas de pesquisa que focalizam tanto o papel do Estado em suas redefinições, quanto as formas de intervenção que resultam das pressões de movimentos sociais que organizam os chamados *povos e comunidades da Amazônia* na defesa de territorialidades específicas. Trata-se de realizar uma crítica da visão tecnicista e ampliar o conhecimento sobre um *modus operandi* que é desencadeado por gestores, instituições e organizações no processo político de planejar e de intervir nas estruturas de poder e em realidades localizadas no plano social e cultural. Portanto, o trabalho demonstra enfim o esforço de se produzir um conhecimento orientado para as práticas de agentes sociais com pertencimento étnico, focalizando as situações conflitivas e de afirmação identitária, com vistas ao reconhecimento de seus direitos e defesa de seus saberes e territórios.

Palavras-chave: diálogo, parceria, visão tecnicista, práticas, agentes sociais.

I. INTRODUÇÃO

A ideia da criação de uma Pós-Graduação na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) surgiu de um profícuo diálogo, iniciado em 2009, entre o Coordenador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), Professor Alfredo Wagner Berno de Almeida e o Professor Leonardo Avritzer do Departamento de Ciência Política da UFMG, coordenador do Projeto Democracia Participativa (PRODEP) e do Observatório da Justiça Brasileira (OJB). Esses dois professores identificavam, já naquela época, uma forte potencialidade no estabelecimento de uma parceria que possibilitasse o intercâmbio da vasta experiência acumulada pelo mapeamento social – desde 2005 já foram produzidos 150 mapas sociais –, com a tradição acadêmica do Departamento de Ciência Política da UFMG.

Tal diálogo foi amadurecendo e se tornando mais sistemático a partir de 2011, quando o Observatório da Justiça Brasileira fez um Seminário em Manaus sobre Novo Constitucionalismo na América Latina, o qual contou com a participação do professor Alfredo Wagner Berno de Almeida. Nesse momento, a proposta foi adotada por novos entusiastas, os quais estão elencados entre os coordenadores e professores da presente proposta de Pós-Graduação. São pesquisadores cujos projetos de pesquisa se coadunam com as linhas de pesquisa do Programa e que desenvolvem seus trabalhos sobre os mecanismos de ação do Estado, saberes na Amazônia, identidades e territorialidades.

O Mestrado em Cartografia Política e Social da Amazônia tem sua sede em São Luis, na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) - nordeste do Brasil - mas mantém o vínculo de Associação Temporária com o Departamento de Ciência Política da UFMG, que está localizado em Belo Horizonte - Minas Gerais - região sudeste do Brasil. Para além da estrutura física de funcionamento o Programa de Pós Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA) possui uma articulação com movimentos sociais

situados em diferentes localidades da Amazônia e com agentes sociais que afirmam sua identidade e saberes, face aos conflitos sociais. Em algumas dessas localidades, há núcleos que funcionam como mini laboratórios das próprias comunidades e vêm se instituindo como *locus* de pesquisa aos estudantes que, em algumas situações, são dessas próprias comunidades e trabalham no sentido de estruturar os mini laboratórios. - A proposta do programa, assim, é a de articular essas situações localizadas com os contextos de debate abrangentes vinculados ao intercâmbio com outros países e continentes.

Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é apresentar a potencialidade de expansão do diálogo entre a África e países da América Latina, na experiência do Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia (2013) que têm propiciado a articulação de linhas de pesquisa que focalizam tanto o papel do Estado, em suas redefinições, quanto as formas de intervenção que resultam de pressões de movimentos sociais que organizam os chamados *povos e comunidades da Amazônia,* na defesa de territorialidades específicas (ALMEIDA, 2006).

Dessa forma, se trata de um projeto que realiza uma crítica à visão tecnicista, ampliando o conhecimento sobre um *modus operandi* que é desencadeado por gestores, instituições e organizações no processo político de planejar e de intervir nas realidades localizadas no plano social e cultural. O trabalho busca ainda dar visibilidade aos fazeres e viveres dos diferentes grupos e povos tradicionais que têm, através de suas práticas, desafiado a política representativa e suas instituições com seus formatos engessados de políticas públicas. Nesse Mestrado, compreendemos que tal iniciativa só será possível quando os próprios agentes sociais - autores dessas práticas - trouxerem para o ambiente acadêmico as referidas situações. Outro objetivo é o de formar profissionais com pertencimentos étnicos que possam, a partir do conhecimento de realidades localizadas, construir um conhecimento crítico e de reversão às análises consagradas com potencialidade para reflexões que coadunem profundidade com amplitude. Por fim, busca-se ainda apontar a potencialidade de ampliar esse leque de diálogos com outras localidades da África e países da América Latina, adensando assim nossos diálogos interculturais e das dinâmicas políticas de diferentes agentes sociais.

O artigo está dividido em três partes: primeiramente são apresentados elementos relativos à organização e dinâmica do curso; em segundo, é discutido de que forma se compreende o PPGCSPA como meio de potencialidades para a construção de uma pós-graduação não-tecnicista, no modo de compreensão dos grupos e povos; em numa terceira parte pretendemos indicar alguns aspectos que podem contribuir para a construção de um Mestrado com potencialidades de diálogo com o Sul Global, especialmente latino-América e países africanos. Ao final das discussões, serão então apresentadas as considerações finais.

II. Organização e dinâmicas do PPGCSPA

A Amazônia se configura, contemporaneamente, como um espaço social marcado por conflitos e problemas ambientais, decorrentes de disputas territoriais intensas que envolvem agentes sociais diferenciados. Na Amazônia existem diversos grupos étnicos que possuem maneiras próprias de construção de suas territorialidades, maneiras essas nem sempre consideradas de fato pelo ordenamento territorial vigente, nem tampouco pelas políticas governamentais e de empreendimentos econômicos privados. As cartografias já produzidas oficialmente retratam aspectos relacionados ao meio físico ou subsolo e são construídas, em algumas situações, sob a ótica da intervenção e da integração das comunidades tradicionais ao modelo hegemônico de concepção da sociedade, sob o viés do indivíduo.

A cartografia social e política, diferentemente das cartografias oficiais, tem como objetivo a identificação dos modos através dos quais os agentes sociais acionam questões étnicas e constroem os seus pertencimentos, suas cosmovisões e saberes, em inter-relação com os diferentes ecossistemas. Dessa forma, a cartografia social e política considera essas territorialidades específicas (ALMEIDA, 2006) dando visibilidade aos modos de criar, fazer e viver das diferentes comunidades tradicionais.

Para tanto, são definidas condições de possibilidade de atração de alunos de diferentes pontos da Amazônia (Acre, Amazonas, Roraima, Tocantins, Pará, Rondônia e Amapá), que se encontram diretamente referidos ao desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais. O Programa de Mestrado aqui proposto destina-se a oferecer sólida formação teórica nas áreas de Ciência Política e Antropologia, em aportes das áreas

de sociologia, economia e geografia, com capacidade para a formação intelectual e profissional de mestres com conhecimento transversal sobre a realidade amazônica e com habilidades para analisar criticamente e propor projetos alternativos para as diversas situações sociais, políticas e ambientais que estão em curso na Amazônia. Nessa perspectiva os objetivos do Curso/Perfil do profissional a ser formado por esse Mestrado são:

a) Formar profissionais capazes de refletir teoricamente sobre os processos de territorialização que estão em curso na Amazônia, com ênfase nas ações estatais e privadas, bem como nas representações e práticas dos agentes sociais, mobilizados em movimentos sociais que acionam uma identidade coletiva;
b) Analisar os procedimentos de intervenção do Estado, como atos de poder, que perpassam uma diversidade de experiências na Amazônia contemporânea, em especial as representações cartográficas oficiais e a fundamentação que estas oferecem às intervenções;
c) Examinar e decompor os elementos contraditórios de planos, projetos e programas governamentais;
d) Investigar as interpretações das relações socioeconômicas retratadas por acadêmicos, técnicos e políticos.

As disciplinas indicam que estamos diante de um Mestrado que tem como escopo o estabelecimento de um diálogo com os conflitos e problemas ambientais, decorrentes de disputas territoriais intensas que envolvem agentes sociais diferenciados. Isso porque, os diversos grupos étnicos possuem maneiras próprias de construção de suas territorialidades, as quais nem sempre são consideradas pelo ordenamento territorial vigente, nem tampouco pelas políticas governamentais e de empreendimentos econômicos privados.
No que se refere às linhas de pesquisa, as mesmas estão articuladas ao próprio projeto intelectual do curso e a área de concentração intitulada Estado, comunidade tradicional e territorialidades da Amazônia que visa de compreender o Estado a partir de seus mecanismos de ação e de considerar as organizações coletivas de grupos sociais na defesa de suas territorialidades, estabelecendo uma interconexão entre diferentes campos disciplinares.
A linha de pesquisa da "Cartografia social, povos e comunidades tradicionais, territorialidades e movimentos sociais na Amazônia" tem como objetivo refletir teoricamente sobre a Amazônia à luz dos temas de cartografia social, territorialidades e movimentos sociais. A chamada cartografia social evidencia a perda de hegemonia das condições de produção do conhecimento cartográfico, que resulta das experiências de autocartografia, divergindo dos mapas oficiais por deslocarem o foco da análise do quadro natural para a reflexão crítica sobre a dinâmica de situações de conflito e antagonismo social. As condições de produção desses mapas estão vinculadas a inúmeras formas de mobilização, desde movimentos sociais organizados a diferentes formas associativas.
A linha de pesquisa Narrativa, Memória e Identidades Coletivas na Amazônia visa desenvolver estudos sobre os elementos que compõem o patrimônio cultural imaterial, entre eles as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, reconhecidos por povos, comunidades ou grupos, como elementos de seu patrimônio cultural, comumente acionados na afirmação de suas identidades. Nessa perspectiva, é feito o uso das narrativas orais e escritas, de forma a cartografar a memória coletiva dos povos, grupos e comunidades que vivenciaram diferentes processos de ocupação e que atuaram como agentes sociais importantes no delineamento de formas de organização política da Amazônia.
Concomitantemente, já a terceira linha intitulada "Estado, governo, políticas de desenvolvimento e territorialidades na Amazônia" visa desenvolver análises Acer Estado enquanto poder político e enquanto campo de disputa pela legitimação de modelos de desenvolvimento em construção na sociedade. Tais análises contribuirão para a compreensão das intervenções governamentais que visam à implementação de políticas de desenvolvimento, conjugadas com interesses econômicos privados na Amazônia.
É possível observar que tanto a Área de Concentração quanto as linhas de pesquisa visam à superação das abordagens que comumente valorizam as modalidades individuais de uso da terra, os agentes hegemônicos e seus critérios econômicos no modo de relação com a terra. Nesse Mestrado - por outro lado - as memórias, narrativas orais e escritas têm centralidade, de forma a cartografar a memória coletiva dos povos, grupos e comunidades que vivenciaram diferentes processos de territorialização (OLIVEIRA,1998) e que atuaram como agentes sociais importantes no delineamento de formas de organização política da Amazônia.

A partir desses objetivos em tela, as atividades do tiveram início em agosto de 2013 com a seleção de 11 alunos de diferentes regiões; e todos com uma abordagem ligada às preocupações já elencadas anteriormente. Esta primeira turma já passou pelo processo de qualificação dos projetos, entre setembro e outubro de 2014. O Quadro 01 abaixo nos permite verificar o leque de temas que estão sendo desenvolvidos ligados às questões amazônicas:

QUADRO 1: ALUNOS(AS) 1ª TURMA 2013			
Aluno	**Engajamento**	**Projeto**	**Orientação**
Adaildo Pereira dos Santos	historiador	*Entre a estrada e a cerca: comunidades tradicionais em conflitos com grandes empreendimentos ao longo da estrada do arroz – Ma.*	Helciane Araújo
Dorival dos Santos	quilombola, historiador	*Identidade étnica e territorialidade: a luta pela titulação definitiva do território quilombola de Camaputiua – Cajari – MA*	Cynthia Martins
Edson Sousa da Silva	filho de quebradeira de coco, pedagogo	*O (re) interpretar das escolas famílias agrícolas no maranhão: a dinâmica do movimento pela educação e a luta pela terra no Médio Mearim*	Helciane Araújo
Gardênia Mota Ayres	quilombola, administradora	*Território quilombola e área de assentamento: a dúbia omissão do estado no processo de reconhecimento de Monte Cristo /Penalva – Ma.*	Cynthia Martins
João Damasceno Gonçalves Figueiredo Júnior	trabalha com indígena há 10 anos, cientista social	*Processos de territorialização, política identitária e de reconhecimento dos indígenas krenyê no Maranhão.*	Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Joiza Maria de Arruda Madeiro	Trabalha com indígenas no âmbito do Estado, cientista social	*Da negação de direitos à resistência: a disputa entre classificações a respeito da retenção por índios Guajajaras de um funcionário e veículos públicos na terra indígena Arariboia.*	Jurandir Santos de Novaes
Luciana Railza Cunha Alves	Iniciada no candomblé, cientista social.	*Para quem servem os mapas? Cartografia social de terreiro e suas implicações sobre a territorialidade .*	Patrícia M. P. Nunes
Luís Augusto Pereira Lima	Filho de trabalhador rural e pescador, geógrafo	*A roça como categoria de análise e de afirmação identitária – estudo da relação dinâmica de resistência e garantia do território das situações referidas a quilombolas e indígenas.*	Alfredo Wagner Berno de Almeida
Raimundo Maurício Matos Paixão	Religião afro-brasileira, administrados	*Enriba de minhas terras: a trajetória da comunidade quilombola de cana brava e sua luta política pela territorialidade.*	Lilian Cristina Bernardo Gomes
Reginaldo Conceição da Silva	Pertencimento religioso, geógrafo.	*A identidade afro-religiosa na fronteira: a construção do ritual de iniciação na umbanda em trabalho em tabatinga - amazonas.*	Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Fonte: Elaboração própria.

A partir da exposição dos temas a serem trabalhados pelos alunos, identifica-se a vocação do PPGCSPA em promover um debate sobre os diferentes processos que estão em curso na Amazônia, com ênfase nas ações estatais e privadas, bem como nas representações e práticas dos agentes sociais mobilizados em movimentos que acionam uma identidade coletiva. Tal constatação se liga ao segundo aspecto, pois a observação das temáticas trabalhadas pelos mestrandos nos permite identificar uma profusão de temas ligados aos indígenas

(tenetherara, krenyê), às comunidades quilombolas e diferentes temas e categorias que nos colocam diante de desafios conceituais e analíticos, como por exemplo: o direito; conflitos sociais; relação de grupos étnicos com o Estado e Saberes e ainda afirmação identitária.
O pertencimento étnico dos alunos ou mesmo o envolvimento dos mesmos por longos anos com os temas que são propostos para análise tem ocasionado o delineamento de uma outra maneira de abordar temas próprios dos campos disciplinares do PPGCSPA. Se considerarmos que - na construção do conhecimento - a rede de relações implica em uma maneira própria de construção teórica, o pertencimento étnico propicia uma reflexão sobre a temática clássica das disciplinas das ciências sociais, centrada na relação da mesma com as ciências naturais e consequentemente na própria relação entre sujeito e objeto do conhecimento. Essa se constitui em uma das reflexões que tem sido acionada na construção dos objetos de estudo que incluem uma análise reflexiva, no sentido de tomar para objeto os instrumentos de construção do objeto (BOURDIEU, 1998).

QUADRO 2: ALUNOS(AS) 2ª TURMA			
Aluno	**Engajamento**	**Projeto**	**Orientação**
Ana Carolina Magalhães Mendes	Trabalha há 10 anos junto ao movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu, cientista social	Discutindo a categoria trabalho no contexto de comunidades tradicionais – o caso das crianças e jovens quebradeiras de coco babaçu.	Helcine Araújo
Andréa Serrão	cientista social	Mulher, negra e quilombola: por uma análise sócio-identiária sobre gênero e trabalho frente aos grandes empreendimentos em implantação no município de bacabeira – ma.	Cynthia Martins
Antônio Henrique	militante do movimento negro, pedagogo	A contribuição do centro de cultura negra do maranhão na discussão da educação para relações étnico-raciais em são luís-ma.	Lilian Gomes
Arival Curica	geógrafo	A formação da ‘‘comunidade de índios na cidade’’ e os desafios da manutenção indentidade indígena em tabatiga-amazonas.	Alfredo Wagner B. Almeida
Barbara Cascaes	cientista social	Processo de territorialização e conflitos em uma comunidade quilombola do maranhão.	Patrícia Portela
Enoc Merino	indígena kichwa, turismologo	Estudio de las pontecialidades de La comunidad amazonica “nina amarum’’	Rosa Acevedo
Geovana Aires	quilombola, pedagoga	Educação quilombola: um estudo educacional, cultural e social do povoado quilombola lagoa mirim do municipio de penalva / maranhão.	Camila do Valle
Jéssica Barros	geógrafa	Prospecções petrolíferas: analise das transformações socioespaciais decorrentes de gás natural nas cidades do Médio Mearim – ma.	Jurandir Novaes
Keylla Carneiro	turismóloga	Identidade cultural e memória coletiva: uma analise da praia grande como lugar simbólico.	Francisco Araújo

Fonte: elaboração própria.

Pode-se observar também que, na segunda turma os temas estão ligados às linhas de pesquisa delineadas acima - com ênfase na dimensão territorial, dos conflitos e saberes dos povos e comunidades tradicionais. Nessa turma, uma das vagas foi preenchida por um indígena KICHWA que pretende estudar em sua própria comunidade. Em março o PPGCSPA receberá, como alunos especiais, um equatoriano e dois quenianos. Essa seleção nos aponta para as potencialidades futuras de intercâmbio com outras localidades latino-americanas e com outros países do Sul Global, tais como os países da África. Tais potencialidades são apontadas na próxima seção deste artigo.

III. Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia: as potencialidades de um projeto não tecnicista

Conforme se tem salientado nesse artigo o referido Programa de Pós Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia visa realizar uma crítica da visão tecnicista e ampliar o conhecimento sobre um *modus operandi* que é desencadeado por gestores, instituições e organizações no processo político de planejar e de intervir nas estruturas de poder e em realidades localizadas no plano social e cultural. E ainda de compreender a relação entre o Estado e os Movimentos Sociais (ARAUJO, 2013) e a relação entre a democracia e os desafios de superação das formas de racismo (AVRITZER; GOMES, 2013).

O PPGCSPA visa potencializar a experiência já acumulada por agentes sociais no modo de lidar com uma miríade de situações sociais que superam o viés tecnicista na simplificação das diferentes relações sociais e ambientais as quais se ligam às suas (a) nas modalidades de concepção de uso da terra; (b) protagonismo dos grupos em seus modos de ser e viver; (c) na resistência e luta pelas territorialidades diversas no enfrentamento dos conflitos sociais.

No se refere às modalidades de uso da terra pode-se identificar (a) nas modalidades de concepção de uso da terra. Almeida (2008) afirma que:

> Estão colocados em questão significados distintos do uso "comum", "comunal", "coletivo" e/ou "comunitário" dos recursos naturais. Tratar tudo como formas coletivas pode ser uma impropriedade porque não é isso que está em jogo, não é uma organização coletiva que está em jogo, são maneiras diferenciadas de uso, combinando apropriações privadas com apropriações de uso comum seja dos recursos florestais, hídricos e do solo. Tratar simplesmente como comunal pode ser uma perigosa volta à comunalidade, que justamente liga o homem à terra como o feudalismo preconizava. Os riscos do termo "comunitário" já são mais conhecidos pelas suas implicações oficiais, religiosas e folclóricas e pela ilusão de um todo coeso e indiviso. Talvez importe considerar uma forma plural que combine, de maneira concomitante, diferentes modalidades de apropriação dos recursos. Acho que esse elemento plural articulado com uma consciência ambiental dos agentes sociais e seus movimentos também nos ajuda a pensar de outro modo a conceituação de "degradação" dos recursos naturais. (ALMEIDA, 2008, p. 86)

O que se pode observar nessa questão dos significados distintos de uso dos recursos naturais - e que se observará nos outros itens - é que não se pode aplicar os simplismos e homogeneizações comumente feitas pelas abordagens tecnicistas no modo de compreensão dos usos dos recursos naturais. A utilização dos recursos naturais é marcada por formas própria de relações sociais que incluem desde sistemas de troca de dias, ajuda mútua, mutirão, até a relação com seres míticos. Assim, a dimensão territorial está articulada a representação sobre a religiosidade que em algumas situações pode ser acionada como elemento de defesa do grupo (NUNES; MARTINS, 2013). Assim há diferentes dimensões de cada grupo em suas formas de criar, fazer e viver e, por exemplo, no caso quilombola, eles têm ser acionados na luta por suas territorialidades (GOMES, 2009).

No que se refere aos itens (b) protagonismo dos grupos em seus modos de ser e viver a mesma observação sobre a necessidade de se evitar os reducionismos é essencial. Conforme afirma Almeida (2008),

> A ruptura com os racismos, com esta classificação de fora que desumaniza, e com esta idéia da "razão" como sujeito, colocando a auto-definição dos agentes sociais no centro da ação é bem recente e traz em si elementos de uma outra forma, de um outro componente explicativo, ou seja, de um outro esquema interpretativo. Enuncia uma ruptura. As pessoas passam a chamar a si mesmas de índios, de seringueiros, de ribeirinhos, de castanheiros, de quebradeiras de coco babaçu, de pescadores, de piaçabeiros, de peconheiros, de quilombolas, e assim serem reconhecidas por seus pares e pelos circundantes. Ao fazê-lo rompem com uma certa idéia da natureza, que antes também os naturalizava, tornando-os indissociáveis de árvores, rios e montanhas ou seja, os diluía dentro dos recursos naturais. Trata-se de um movimento de desnaturalização descrito por agentes sociais diversos, que passam a construir identidades coletivas, representações políticas e sobretudo territorialidades específicas ou espaços sociais construídos para amparar sua maneira de ser e existir. (ALMEIDA, 2008, p. 80)

Verifica-se, portanto, que o diferencial do PPGCSPA é exatamente o de garantir que os grupos conheçam os mecanismos de ação do Estado e a relação desses mecanismos e atos com a afirmação identitária. Tal diferencial relaciona-se com a possibilidade dos alunos, no âmbito de projetos coordenados pelos professores em ministrar cursos sobre legislação e direitos já assegurados por convenções internacionais e mecanismos institucionais nacionais.

IV. Construindo um Mestrado com potencialidades de diálogo com o Sul Global especialmente latinoamerica e países africanos

O PPGCSPA já está dando passos concretos no sentido de ampliar as fronteiras de diálogo com a América Latina, pois na última seleção um aluno equatorinano foi aprovado. A coordenação Mestrado compreende que este é um passo concreto no sentido de ampliação do diálogo com outras instituições que se filiem à concepção do Programa de Pós Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia.

Esse intercambiamento pode ser interessante por pelo menos dois aspectos . O primeiro é que isso poderá contribuir para que eles possam trabalhar temáticas dos conflitos e agentes sociais de suas localidades com possibilidades de fazer comparações com os tipos de desafios enfrentados nas realidades amazônicas e outros ambientes latinoamericanos e africanos. O segundo é que esses estudos comparativos ou apenas em diálogo poderão contribuir o reconhecimento de que há lutas que, embora diferentes, tenham pontos de contato comuns pode auxiliar na construção de cenários alternativos para a construção de teias na construção de resistência no Sul Global.

Esse artigo consegue vislumbrar algumas possibilidades de ampliação desse diálogo. Um deles é exatamente a participação em Congressos e Eventos tais como o Conlab para que possamos apresentar a dinâmica, organização e potencialidades do estabelecimento de parcerias. Um segundo é o levantamento da embocadura das pós graduações na comunidade lusoafrobrasileiro com o levantamento do viés tecnicista de muitas das pós graduações o que pode afirmar a necessidade de experiências tais como esta que se apresentou nesse artigo.

Um terceiro é a possibilidade de estabelecermos uma tradição acadêmica de diálogo com diferentes agentes, movimentos sociais, formas de resistência, empreendimentos capitalistas que nos permita mapear comparativamente essas diferentes situações. Ressaltamos que em novembro de 2013 o PPGCSPA organizou o I Encontro Internacional de quilombolas, palenqueros, cimarrones, Cumbes, Saramaka, Boni, Djuka, e garifunas_que reuniu agentes sociais da colombia, Brasil, México, Equador, Bolívia, Guiana Francesa e Argentina. Tal encontro internacional desdobrou em documentos de denúncia a situação vivenciadas por tais

povos em diferentes países. O segundo encontro ocorrerá em 2016 no México e contará com a participação de movimentos sociais cujos agentes sociais estão articulados ao PPGCSPA.

V. Considerações finais

A exposição relativa a implantação do PPGCSA e acerca da produção de conhecimentos relativos a Amazônia organiza um conjunto de reflexões preliminares que orientam para a possibilidade de relativização das fontes consideradas consagradas e que dão ênfase aos aspectos meramente geográficos ou à dimensão ambiental desse território.

Incluir na reflexão sobre o que comumente se denomina Amazônia aspectos relacionados aos povos e comunidades tradicionais e seus saberes ajuda a pensar a Amazônia para além de sua dimensão territorial e inclusive a deslindar o processo de construção na definição dessa fronteira que passa por interesses políticos e admirativos.

A internacionalização do tema Amazônia não pode desconsiderar que os agentes socais que acionam o critério étnico, sejam pescadores, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, fundo de pastos, peconheiros e ciganos, são aqueles que tem mantido a preservação. As territorialidades desses sujeitos coletivos se constituem na última fronteira da Amazônia, ameaçada pela implantação de projetos públicos e privados. Ressalta-se que desmobilizar o acesso aos recursos naturais de tais agentes implica em devastação; precarização de modos de vida e consequentemente, violação do direito à diferença.

Portanto, identifica-se uma forte potencialidade para o estabelecimento de um diálogo com outros grupos e agentes sociais da América Latina e África na construção desses diálogos sobre as lutas que mantém suas questões próprias mas que podem intercambiar experiências e resistências que confrontem o modos operandi da visão tecnista no olhar para esses grupos.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (2008). *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8 /.Fundação Universidade do Amazonas.

ALMEIDA, A. W. B. *Terras (2006). tradicionalmente ocupadas: terras de quilombo,terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundo de pasto*.Manaus: UFAM.

ARAUJO, Helciane de Fátima Abreu (2013). *Estado e Movimentos Sociais no campo. A trama da construção conjunta de uma política pública no Maranhão.* Manaus: UEA Edições, 2013.

AVRITZER, Leonardo;GOMES, Lilian C. B (2013). *Política de reconhecimento, raça e democracia no Brasil.* Dados [online]. 2013, vol.56, n.1, pp. 39-68. ISSN 0011-5258.

BOURDIEU. Pierre (1998). *O Poder Simbólico*. Bertrand, Rio de Janeiro.

GOMES, Lilian C. B. (2009). *Justiça seja feita: direito quilombola ao território.* Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política (Doutorado).

OLIVEIRA, JOÃO PACHECO (1998). "Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais". *Mana* vol.4 n.1 Rio de Janeiro Apr. 1998

NUNES, Patrícia, MARTINS, Cynthia (2013). "O poder e a autoridade dos autodesignados pajés na construção de uma expectativa de direitos em comunidades quilombolas: religiosidade e territorialidade na Baixada Maranhense". In: MARTINS, C. et al (orgs). *Insurreição de Saberes 3: tradição quilombola em contexto de mobilização.* Manaus: UEA Edições.

A macroeconomia pernambucana no séc. xix[1]

Débora de Souza Leão Albuquerque
Graduada em economia pela Universidade de Brasília (UnB)
E-mail: de.albuquerque@yahoo.com.br

Resumo: Dados apurados na última década mostram que Recife foi o quinto maior centro mundial de tráfico escravista[2]. No entanto, o tráfico para Recife é ainda pouco pesquisado. Neste trabalho, a relação do tráfico com a situação macroeconômica regional será investigada com base nos dados recentemente apurados. Além disso, a teoria da estagnação econômica após a mineração de Furtado (1959) será questionada, quanto à aplicabilidade, para Pernambuco.

Palavras-chave: Macroeconomia. Pernambuco. Mão de obra. Tráfico.

1. Introdução

É evidente a importância de Recife como centro de tráfico de escravos. Como ressaltado por Silva & Eltis (2008: 122), Recife foi o quinto maior centro organizado de tráfico transatlântico de escravos do mundo. Os novos dados disponíveis na nova base de dados proporcionaram uma reavaliação dessa importância; é uma novidade, no contexto da literatura sobre o tráfico de escravos africanos para as Américas.

A base de dados mais atualizada e completa até 2007 foi patrocinada pela Universidade de Harvard e coligia grande volume de dados de diversas fontes sobre o tráfico total de africanos para as Américas, essa base de dados foi lançada em 1999 e trazia como informação que, para todo o período do tráfico de escravos para Pernambuco (de 1560 a 1851), desembarcaram nessa região 61.800 escravos em 183 viagens realizadas para tal capitania. Em 2007 surgiu uma nova base de dados, a *Voyages Database*, patrocinada pela Universidade Emory, dos Estados Unidos, Instituto Du Bois e pela Fundação Nacional para as Humanidades (NEH)[3]. Esta última informa que, para todo o período do tráfico para Pernambuco, houve desembarque de 853.833 africanos nessa região conduzidos em 1.376 viagens realizadas para tal capitania.

Dessa forma, fica evidenciado um incremento de 1.282% no número de desembarcados em Pernambuco e de 651% no número de viagens, permitidos pela *Voyages Database*. Assim, não é difícil concluir que a nova base de dados bem como sua análise são de extrema importância no estudo recente do tráfico de escravos para Pernambuco e na investigação da situação macroeconômica pernambucana, na medida em que a mão de obra disponível era fundamentalmente africana.

Apesar da nova base de dados estar disponível na internet, sua utilização por pesquisadores brasileiros não tem sido muito ampla. Nesse contexto, Silva & Eltis (2008: 122) ressaltam que mais viagens de escravos tiveram origem em Recife (1.376 viagens) do que em todo o continente norte-americano e que é estranho que pequenos centros como Lancaster, na Inglaterra (122 viagens) e Saint-Malo na França (217 viagens) tenham recebido mais atenção acadêmica que o tráfico de escravos daquele importante porto.

Fazendo uso desta base de dados, o objetivo geral deste estudo é relacionar a intensa imigração de mão de obra para Pernambuco no século XIX, quando 30% do total de escravos desembarcaram na região, com a tese de estagnação econômica no Brasil, defendida por Furtado (1959), como continuidade ao trabalho apresentado em São Paulo (Albuquerque, 2012). Segundo Furtado, houve uma etapa de dificuldades econômicas que se

---

[1] A pesquisa de que decorre o trabalho teve o apoio do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX), financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

[2] No ranking, ficaria atrás de Rio de Janeiro, Liverpool, Bahia e Londres, conforme Silva & Eltis (2008, p.122).

[3] Disponível em: http://www.slavevoyages.org

iniciara com a decadência do ouro e ascensão do café: "na segunda metade do século XIX (...) o Brasil iniciou uma etapa de crescimento após três quartos de século de estagnação e provavelmente de retrocesso em sua renda per capita" (1959: 149). Não somente o Brasil, mas, especificamente, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais também parecem ter sofrido estagnação econômica para o autor. Porém, trabalhos como o de Mattoso (1992) e Alencastro (2002) trazem visões contrárias à tese com relação à Bahia e Minas Gerais, respectivamente. Para Pernambuco, ainda não existem estudos relacionando dados do comércio interno, da grande movimentação de seu tráfico de escravos, sua produção de commodities agrícolas no período, com a tese em evidência.
A partir de dados do tráfico, da produção de açúcar, da exportação de algodão e a taxa de câmbio, retiradas da *Voyages Database*, de Soares (1977), de Denslow Jr. (1974) e do IBGE (1986), é feito um mapeamento da macroeconomia e respondida a questão: a tese da estagnação econômica de Furtado (1959) se aplica à Pernambuco? Para tal, este estudo encontra-se dividido da seguinte forma: a seção 2 vai tratar do emprego da mão de obra africana; a seção 3, da quantidade média de escravos desembarcados por navio; a seção 4, da quantidade de cativos desembarcados por ano e a situação macroeconômica regional. Por último, na conclusão, será refutada a hipótese de que a tese é válida na região em análise.

2. Destino da Mão de Obra Africana

Não existem evidências de trabalho africano nos primeiros engenhos da capitania de Pernambuco. Alguns estudos indicam que a "africanização" dos trabalhos forçados nos engenhos da região procedeu rápido após 1560, mas dois terços do trabalho forçado ainda era indígena em 1580, a "africanização" apenas tornou-se completa em 1620 (Silva & Eltis, 2008).
A mão de obra negra era empregada no cultivo da cana, mais comum na Zona da Mata, extensa área próxima da costa com clima quente e úmido, na criação de animais no Sertão, região mais a oeste em Pernambuco e de clima semiárido que abastecia com essa criação a área açucareira. Também era utilizada no Agreste, região intermediária entre Zona da Mata e Sertão. No Agreste foi desenvolvida a pecuária e diversas culturas alimentares, o algodão também se fez presente nessa região a partir da segunda metade do século XVIII (Versiani & Vergolino, 2003). Apesar de a mão de obra negra ter sido empregada em todas essas regiões de Pernambuco, a literatura clássica tende a concentrar o emprego desta mão de
obra na Zona da Mata. Nas palavras de Versiani & Vergolino (2003: 360),

> A literatura frequentemente transmite a impressão de que o uso da mão de obra escrava na região, ao longo do século XIX, estava fundamentalmente concentrado na Zona da Mata, o que é reforçado pelos conhecidos relatos de viajantes estrangeiros que estiveram nessa parte do País no século XIX, como Henry Koster (1942[1816])- tão citado por Gilberto Freyre-, e que se referem, preponderantemente, à sociedade e economia litorâneas, e à escravidão do açúcar.

Segundo esses autores, 30 a 40% da mão de obra cativa em Pernambuco não estava alocada na Zona da Mata, portanto não estavam ligados à indústria açucareira. Muitos cuidavam do gado, eram escravos de ganho- realizavam tarefas remuneradas, entregando ao senhor uma quota diária do pagamento recebido- e desenvolviam variadas atividades urbanas, como carpintaria, artesanato, trabalhos domésticos, por exemplo.

3. Quantidade Média de Escravos Desembarcados por Navio, entre 1788 e 1851

Ao longo de todo o período do tráfico para Pernambuco, a média de escravos desembarcados por navio girou em torno de 312. Já para o período de 1788 a 1851, classificado por Furtado como o período do declínio do açúcar e início do café, a média foi um pouco maior: 327,12 escravos por navio. A Figura 1 mostra a média de desembarques para esse último período.

Figura 1. Média de escravos desembarcados por navio (1788-1851)

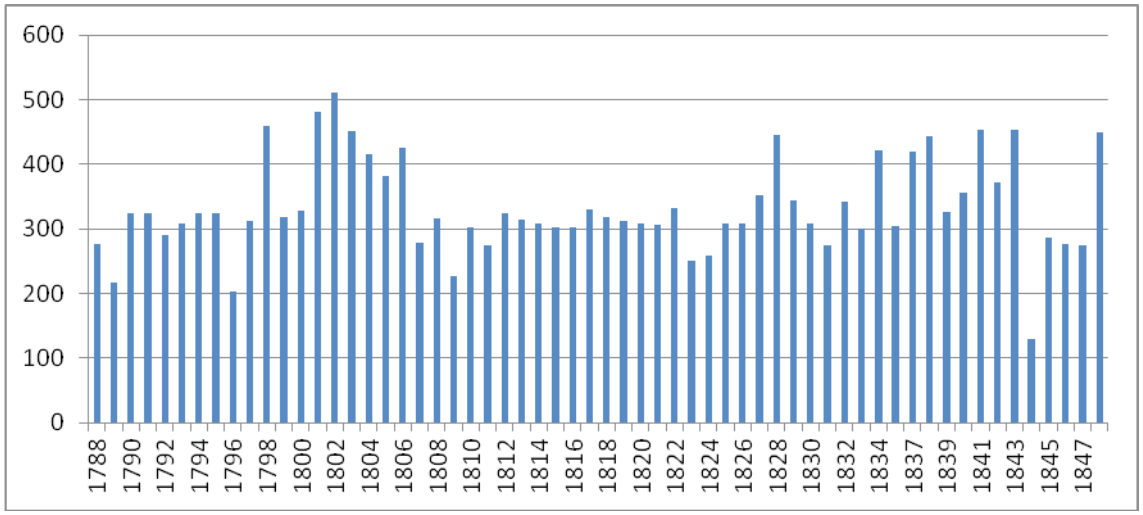

Fonte: *Voyages Database*. Elaboração própria.

Através da observação do gráfico acima, é possível discordar do que afirma Carvalho (2002: 132) acerca do tamanho dos navios. De acordo com esse autor, os navios que desembarcavam em Pernambuco foram diminuindo de tamanho e a década de quarenta teria sido o apogeu das pequenas embarcações. Ainda segundo Carvalho, no período do tráfico ilegal para o Brasil, houve um declínio na utilização de navios enormes, comuns no século XVIII, com mais de mil escravos a bordo. A estratégia de utilização de navios menores estaria ligada a vantagem de aproximação da costa no momento de desembarque, uma operação, na época, de risco. Além disso, o autor argumenta que o tempo de viagem seria menor com embarcações diminutas dado que o tempo de espera nos portos africanos para que a carga ficasse completa para a travessia seria reduzido.

Florentino (1997: 147) também faz afirmativas nessa direção: "o incremento da participação de pequenas naus, em princípio mais velozes [...] pode ter sido a causa maior do encurtamento das viagens e, portanto, da queda da mortalidade a bordo". Dessa forma, Florentino e Carvalho defendem a ideia de que o tamanho dos navios negreiros estava diminuindo com o tempo, afirmativa não respaldada pela análise dos novos dados.

Analisando os dados da nova base percebemos que as médias de escravos desembarcados nas décadas de 20, 30 e 40 do século XIX foram, respectivamente, de 315,09; 328,46; 362,87 por navio. A análise dessas informações nos leva a conclusão de que os tamanhos dos navios estavam aumentando e não diminuindo. Há indícios de que a tonelagem[4] média dos navios foi crescente no século XIX, o que reforça a ideia discorrida acima. Segue, na figura 2, o gráfico da tonelagem média dos navios ao longo dos anos no período de 1788 a 1851.

[4] De acordo com o glossário do site www.slavevoyages.org, "Tonnage: The amount of cargo a vessel is able to carry expressed in imperial tons. Slaving vessels were typically smaller in tonnage than their non-slaving".

Figura 2. Tonelagem média dos navios, que desembarcaram em Pernambuco, por ano (1788-1851)

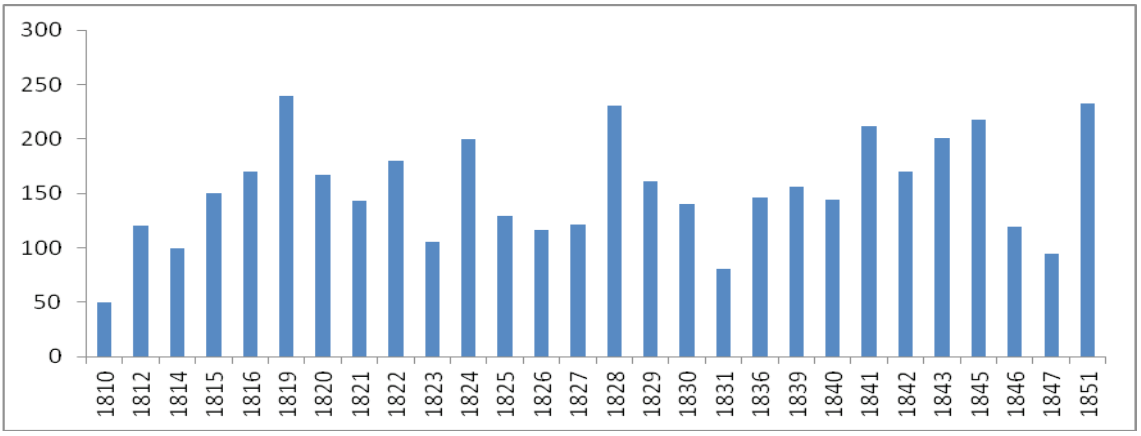

Fonte: *Voyages Database*. Elaboração própria.

As tonelagens médias dos navios nas décadas de 20, 30 e 40 foram de 143; 148,37 e 166,52. Klein (1999: 143) já tinha percebido esse aumento no número de escravos desembarcados por navio e já havia relacionado isso a um aumento na tonelagem e tamanho dos mesmos: "ocorreu um progressivo aumento no número de cativos transportados por navio conforme a tonelagem média crescia […]" e, com referência específica a navios portugueses: "o número médio de escravos transportados por navio esteve em contínuo aumento ao longo (do século XVIII)" provavelmente pelo uso de "navios de maior porte, ao invés de superlotações" (Klein,1999: 148).

Dessa forma, há um crescimento, em média, do número de escravos transportados e da tonelagem das embarcações, no século XIX. Tal crescimento só pode estar relacionado com uma demanda crescente de mão de obra para execução de variados tipos de trabalho numa economia aquecida. Outro motivo para o crescimento é a expectativa dos traficantes em, ao desembarcar um número maior de cativos, auferirem lucros ainda maiores. Por último, também é plausível especular que a expectativa do fim do tráfico pode ter funcionado como estímulo ao desembarque de um volume maior de escravos nos portos. Nos estudos de Versiani & Vergolino (2002: 9), obtemos a informação de que houve um aumento significativo do preço dos escravos em Pernambuco em 1830-1845 e, especialmente, durante a década de 1850. Ora, o fato dos escravos estarem valendo mais teria estimulado um desembarque mais volumoso por viagem realizada.

4. Quantidade de Escravos Desembarcados por Ano

A média de escravos desembarcados por ano, para todo o período do tráfico, foi de 2.934,13 apesar de ter existido 8 anos em que nenhum escravo desembarcou nessa região, todos no século XVII, e, por outro lado, o ano de 1810 ter sido o ano de maior movimentação no porto do Recife: 11.518 desembarcados. Dessa forma, conclui-se que a quantidade de africanos conduzidos a Pernambuco ao longo dos anos de vigência do tráfico foi bem heterogênea.

Ao todo, estima-se que desembarcaram 853.833 africanos durante o período de vigência do tráfico e 260 mil, ou 30%, entre 1801 e 1850, perfazendo uma média de 5 mil desembarcados por ano. Comparativamente, nos séculos XVII e XVIII a média era de 2.500 e 3.300 por ano, respectivamente. É devido a esse vultoso acréscimo de imigrantes no final do período do tráfico que a linha de tendência da figura 3 é ascendente.

Figura 3. Número total de escravos desembarcados em Pernambuco por ano e linha de tendência (1560-1851)

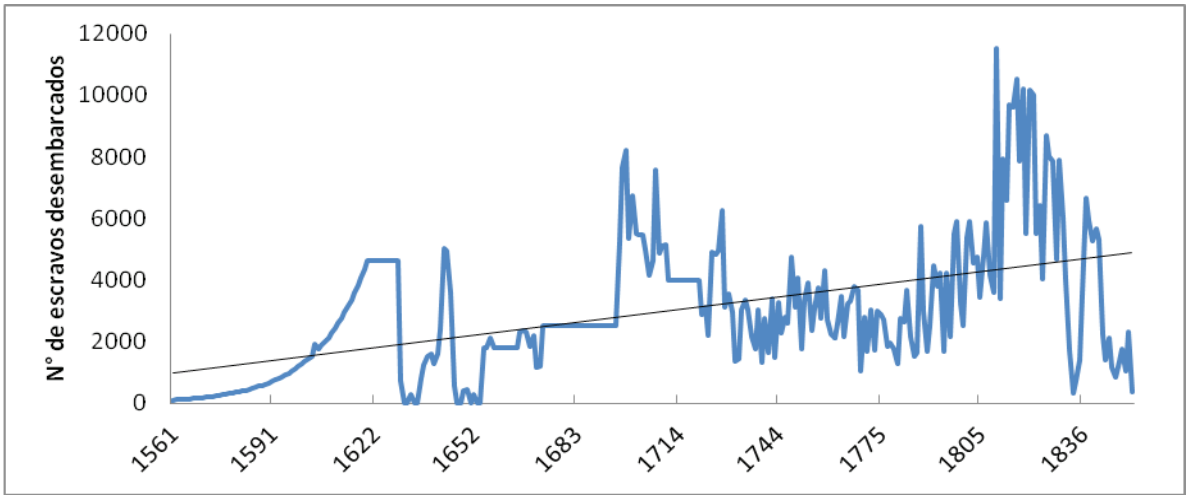

Fonte: *Voyages Database*. Elaboração própria.

Figura 4. Quantidade de desembarcados em Pernambuco, por quinquênio (1801-1851)

Período	N° de escravos desembarcados
1801-1805	23.965
1806-1810	29.904
1811-1815	37.213
1816-1820	44.246
1821-1825	34.687
1826-1830	34.405
1831-1835	8.125
1836-1840	27.033
1841-1845	12.202
1846-1850	7.273
1851	350
Total	259.403

Fonte: *Voyages Database*. Elaboração própria.

A bibliografia recente sobre o tráfico atlântico destaca que no final da segunda década do século XIX houve um aumento na importação de escravos na América portuguesa, motivada pela capacidade de aquisição dos produtores do sudeste e pela perspectiva de proibição da atividade negreira. Esta conjuntura foi classificada como "crise de oferta africana", segundo a periodização proposta por Manolo Florentino (1997), com base nas entradas de navios negreiros no porto do Rio de Janeiro. Em Pernambuco, algo parecido com a "crise de oferta africana" também aconteceu: houve um aumento no número de desembarcados nos anos próximos ao fim do tráfico causado pelo aumento da capacidade de aquisição dos produtores pernambucanos, favorecida pela conjuntura macroeconômica que será mapeada a seguir e também pela expectativa da proibição do tráfico.

A partir de 1810, a Coroa portuguesa assinou uma série de tratados com a Grã-Bretanha visando à abolição do tráfico atlântico de escravos. Em 23 de novembro de 1826, foi assinado um tratado que estipulava um prazo de três anos para o Império do Brasil decretar a extinção do tráfico atlântico. Tal resolução foi adotada a partir de 13 de março de 1830 e através da Lei de 7 de novembro de 1831[5] foram declarados livres todos os escravos que entrassem no território e portos do Brasil e o tráfico foi designado como pirataria devendo, portanto, ser combatido. A Lei antitráfico de 1831 foi invocada nos tribunais brasileiros e apropriada pelos escravos, seus representantes e por juízes abolicionistas para sustentar ações de liberdade e constituiu-se em tema central de uma série de debates no Senado do Império quanto a sua vigência ou não a partir das décadas de 1850 e 1860 (Zubaran, 2006). Contudo, ela teve pouca ou nenhuma efetividade no combate à importação de escravos africanos: o tráfico negreiro permaneceu ativo e foi definitivamente encerrado apenas em 1850, através da chamada "Lei Eusébio de Queiroz"[6].

A partir de 1831 há uma queda acentuada no número de escravos desembarcados (figura 4), isso provavelmente está associado ao fato dos traficantes tentarem não deixar vestígios da atividade, que passara a ser ilegal a partir dessa data. Também há um declínio no número de viagens realizadas para Pernambuco a partir de 1831. Dessa forma, podemos supor que não apenas os traficantes passaram a maquiar a quantidade de escravos conduzidos em seus navios, mas também a não mais registrar suas viagens.

Com relação aos preços dos escravos em Pernambuco, eles são crescentes durante a década de 30, e é de supor que os obstáculos ao tráfico, após sua proibição legal em 1831, aumentassem os custos da importação de africanos. Nas palavras de Versiani & Vergolino (2002:4),

> Os números (...) indicam, até o final da década de 1820, um aumento médio de preços da ordem de 15% por quinquênio. Esse ritmo de incremento de preços mais do que dobra, nos anos trinta, de tal forma que o nível preços ao redor de 1840 é cerca de duas vezes o de dez anos antes; na primeira metade da década de 1840, os preços aumentam ainda cerca de 20%.

Por último, seria importante destacar que no período de vigência do tráfico no Brasil (1560-1856) desembarcaram aproximadamente 4 milhões e 800 mil africanos no país sendo que 2 milhões, ou 40%, desembarcaram no período de 1801 a 1850. Em Pernambuco acontece algo semelhante. O fato de o volume de importação de escravos ser bem mais expressivo no século XIX, comparativamente aos séculos anteriores, sugere que as atividades econômicas estavam aquecidas visto que o aumento no número de desembarcados não pode ser explicado pelo tráfico interno de escravos. Este último só ganha importância depois de 1870, como Slenes (1976) mostrou em sua tese.

De fato, a produção de açúcar estava aquecida e se expandiu durante a maior parte do século XIX. Segundo Luna & Klein (2010):

> O fabuloso crescimento de Pernambuco no século XIX teve origem na revitalização da economia local ocorrida em fins do século XVIII. O trabalho da companhia monopolista pombalina na capitania fora eficaz, deixando-a em posição vantajosa para aproveitar o boom pós-1791 nos preços do açúcar. Expandiram-se os engenhos tanto nas áreas tradicionais como nas de fronteira; ao mesmo tempo, o tráfico de escravos intensificou-se, e a população cativa local aumentou para quase 100 mil pessoas na segunda década do século XIX. A produção de açúcar cresceu a cada década, e em meados do século Pernambuco já ultrapassava a Bahia.

---

[5] CARTA DE LEI de 7 de novembro de 1831: disponível em:http://www.icmc.usp.br/ambiente/saocarlos/?historia/o-processo-de-abolicao-e-a-vinda-dos-imigranteseuropeus/lei-de-1831, consultado em 04.02.2011.

[6] LEI Nº. 581 de 4 de setembro de 1850: disponível em: http://www.icmc.usp.br/ambiente/saocarlos/?historia/o-processo-de-abolicao-e-a-vinda-dos-imigranteseuropeus/lei-eusebio-de-queiroz, consultado em 04.02.2011.

Figura 5. Produção de açúcar em Pernambuco (em toneladas) por ano-safra e tendência linear (1800-1850)

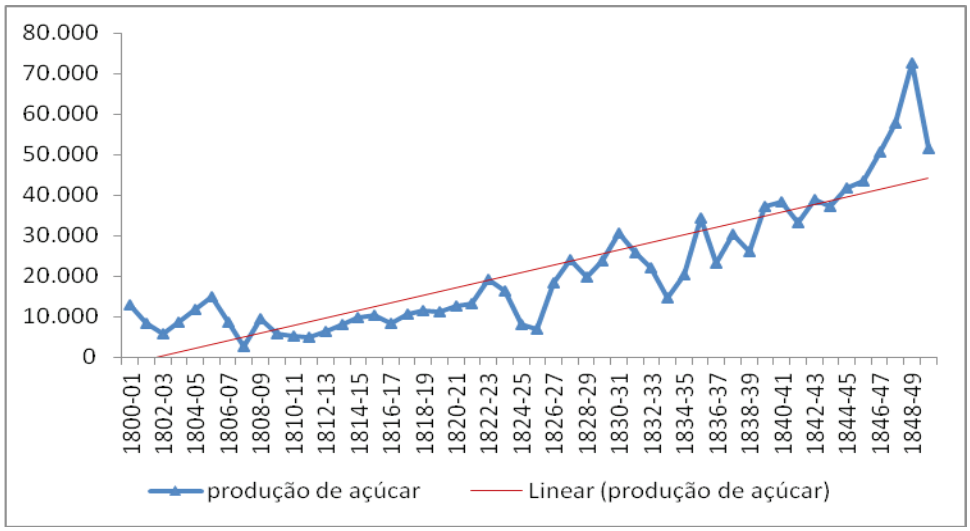

Fonte: Denslow Jr. (1974). Elaboração própria.

No século XIX, a produção de açúcar é crescente não só em Pernambuco, mas em todo o território nacional. Como afirmam os mesmos autores, em 1805 o Brasil era responsável por 15% da produção mundial de açúcar e essa commodity permaneceu até 1830 como a principal cultura de exportação brasileira em valor de produção. Nesse mesmo ano, o Brasil tornou-se o segundo maior produtor da América. Com relação ao preço desse insumo agrícola, podemos verificar seu comportamento na figura 6.

Figura 6. Preço de exportação do açúcar brasileiro (mil-réis/tonelada) e tendência linear, 1821 a 1850

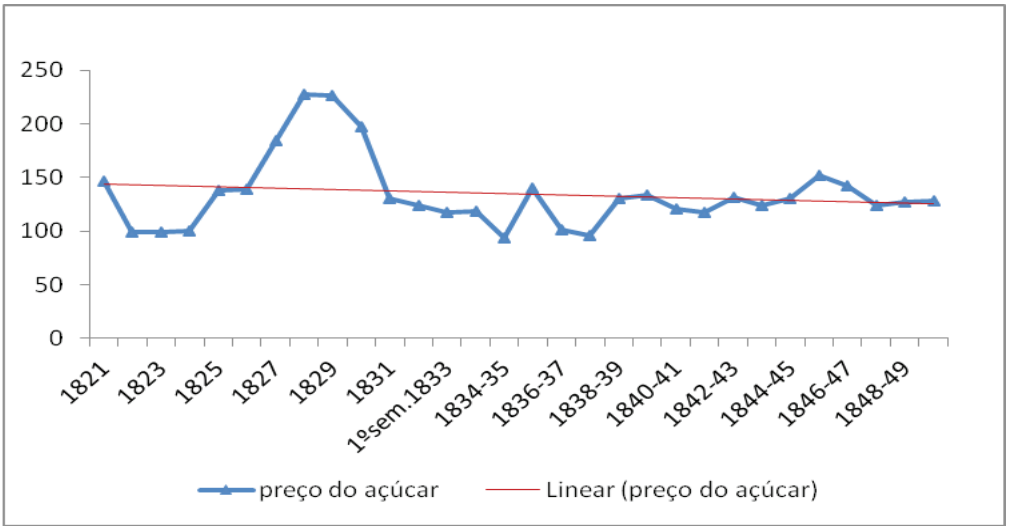

Fonte: IBGE (1986). Elaboração própria.

Conforme a linha de tendência linear da figura 6, o preço de exportação do açúcar brasileiro é suavemente decrescente no período destacado. Porém, a moeda nacional estava sofrendo depreciação como mostra a figura 7. Dessa forma, pode-se supor que o câmbio depreciado justificaria a produção agrícola mesmo com os preços internacionais em queda.

Figura 7. Taxa de câmbio média do comércio exterior (mil-réis/ £) e tendência linear, 1821 a 1850

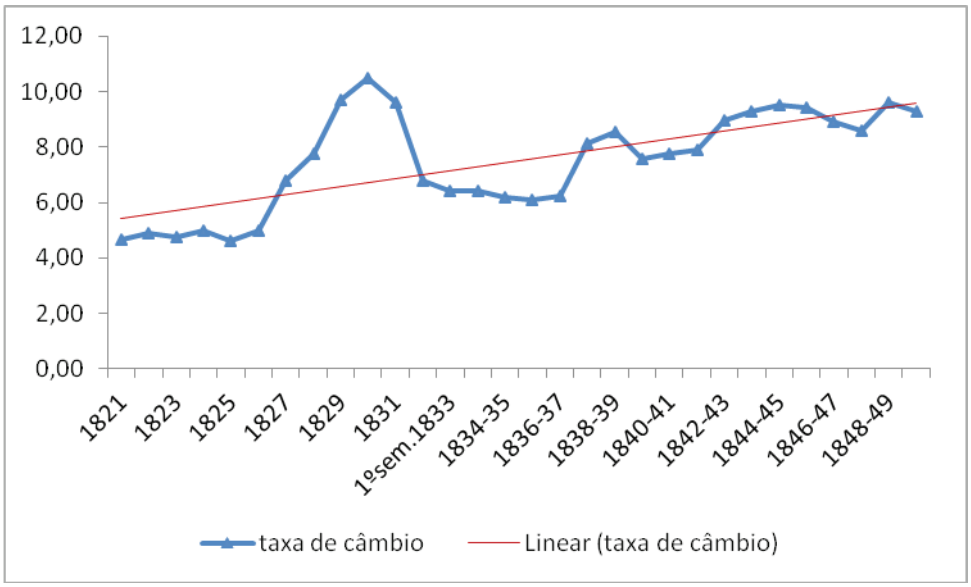

Fonte: IBGE (1986). Elaboração própria.

Sobre a produção de algodão que, segundo Andrade (1973: 151), foi um dos principais produtos nordestinos e único que enfrentou a cana-de-açúcar com algum êxito na disputa às terras e aos braços, sua quantidade exportada pela alfândega de Pernambuco decresce de forma suave na primeira metade do século XIX, conforme a tendência linear da figura 8. Já o preço de exportação do algodão brasileiro (mil-réis/tonelada) também apresenta tendência linear levemente decrescente, conforme a figura 9. Mais uma vez, a taxa de câmbio ascendente parece ter justificado a produção do insumo, mesmo estando os preços internacionais em queda.

Figura 8. Quantidade exportada de algodão pela alfândega de Pernambuco e tendência linear, 1801 a 1850 (inclui a produção das províncias vizinhas)

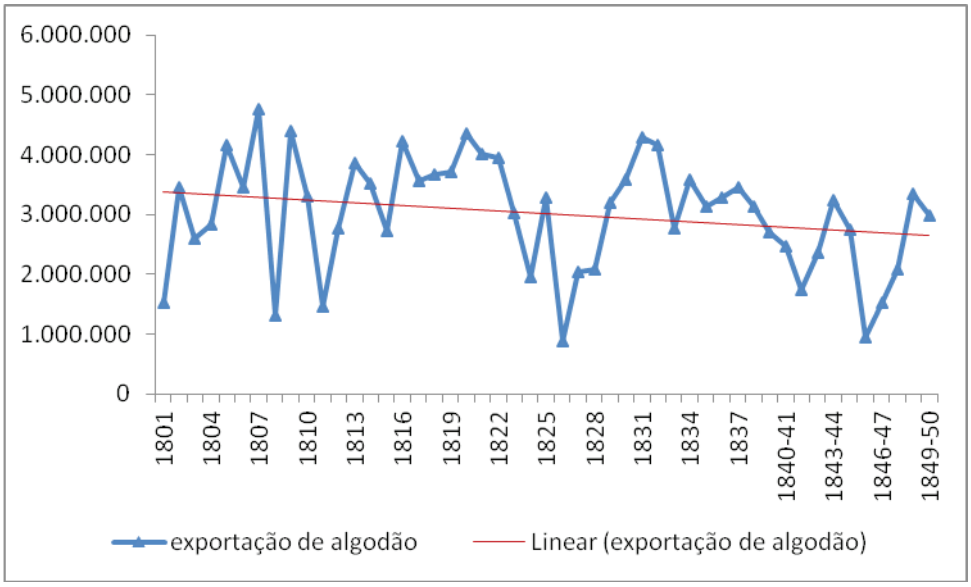

Fontes: De 1801 a 1830 e 1840/41 a 1849/50: Soares (1977). De 1831 a 1839: dados interpolados proporcionalmente à variação das exportações totais de algodão do país retiradas de IBGE (1986).

Figura 9. Preço de exportação do algodão brasileiro (mil-réis/tonelada) e tendência linear, 1821 a 1850

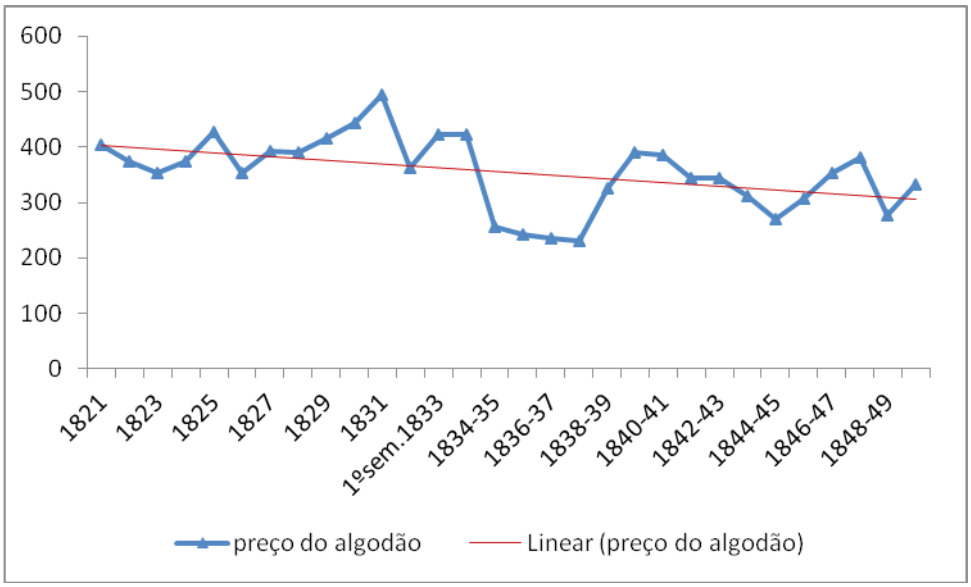

Fonte: IBGE (1986). Elaboração própria.

Somando-se ao fato do número de escravos desembarcados em Pernambuco ser crescente na primeira metade do século XIX o fato do preço dos cativos também sofrer crescimento neste período, concluímos que as atividades econômicas em Pernambuco estavam aquecidas. Conforme relatado acima, a produção de açúcar estava em vertiginosa ascensão, apesar dos preços dessa commodity apresentar leve declínio. A taxa de câmbio, por sua vez, foi crescente no período, o que encorajou as exportações de insumo agrícola. A produção de algodão, bem como seu preço no mercado internacional, também não apresenta queda brusca, sendo, inclusive, justificada pela desvalorização da moeda nacional. Todo o quadro macroeconômico, portanto, não condiz com a "etapa de dificuldades econômicas que se iniciara com a decadência do ouro" nem com a afirmação de que na primeira metade do século XIX "As províncias do norte- Bahia, Pernambuco e Maranhão- atravessaram uma etapa de sérias dificuldades econômicas(...) Na Bahia e em Pernambuco, e ainda mais no Maranhão, a renda per capita deve haver declinado substancialmente nesse período." Furtado (1959: 93 e 96).

A tese da estagnação econômica do país entre o fim da prosperidade da mineração, ao redor de 1770, e o início da fase de maior lucratividade da lavoura cafeeira, a partir de 1850 tem lugar de relevo no quadro geral da evolução da economia brasileira traçado por Furtado em sua obra intitulada Formação Econômica do Brasil. O autor baseou-se essencialmente em dados de exportação (disponíveis desde 1821) e, relativamente ao fluxo de tráfico negreiro, em apenas alguns dados e estimativas gerais, sem citar a fonte, para afirmar que o atraso relativo da economia brasileira em relação aos países mais desenvolvidos, no momento em que escrevia, tinha origem "não no ritmo de desenvolvimento dos últimos cem anos [ou seja, desde 1850], o qual parece haver sido razoavelmente intenso, mas no retrocesso ocorrido nos três quartos de século anteriores." (Furtado, 1959: 150). Porém, segundo Versiani (2009: 15),

> Implícita nessa argumentação está a hipótese de que o crescimento da economia brasileira dependia, no período, basicamente da produção para exportação. O atraso relativo do Brasil decorreria de o País não ter conseguido "integrar-se nas correntes em expansão do comércio mundial durante [a] etapa de rápida transformação das estruturas econômicas dos países mais avançados" — ou seja, durante a Revolução Industrial (p. 150). Em contraste, os Estados Unidos haviam logrado tal integração, quando se tornaram grandes fornecedores da matéria-prima fundamental do crescimento industrial inglês do período, o algodão.

Além disso, o autor não teve acesso a estudos que mostrassem a importância das correntes de comércio interno para o escoamento da produção do país, como, por exemplo, Brown (1986), Barickman (1998), Libby (1997), que mostram tal dinâmica em Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais respectivamente. Porém, é significativo que não existam estudos detalhando a dinâmica do mercado interno em Pernambuco nesse período e a inserção do imigrante africano nesse contexto. Essa é uma área ainda pouco explorada onde novas pesquisas poderão ampliar significativamente nosso entendimento da evolução da economia no século XIX nessa região. De tal ampliação resultará, possivelmente, uma diminuição da ênfase na atividade exportadora como o "centro dinâmico" da economia e um destaque maior dos agentes nacionais como dinamizadores da produtividade e da renda.

5. Conclusão

O objetivo do trabalho é apresentar a situação macroeconômica pernambucana a fim de se investigar a aplicabilidade, nessa região, da teoria da estagnação econômica presente em Furtado (1959). O volume da produção e exportação das principais commodities agrícolas, o volume de influxo da mão de obra para a região e a evolução da taxa de câmbio, são variáveis observadas para se chegar à conclusão de que a economia pernambucana, no século XIX, estava aquecida.

Investigando-se a evolução da quantidade média de escravos desembarcados por navio juntamente com a evolução na tonelagem média dos mesmos, concluiu-se que houve um aumento no tamanho dos navios e não uma diminuição, como apontado na literatura atual. Esse aumento no tamanho dos navios corrobora a ideia de que a demanda por mão de obra era crescente no período analisado, e, portanto, com a ideia de que a economia estava aquecida pois só com o crescimento produtivo há necessidade de crescimento do insumo trabalho.

Com relação à média de escravos desembarcados por ano, estima-se que no século XIX essa média foi de 5 mil, comparativamente, nos séculos XVII e XVIII a média era de 2.500 e 3.300 desembarcados por ano, respectivamente. Além disso, 30% dos africanos que vieram de forma forçada para Pernambuco, nos quase 300 anos de vigência do tráfico, chegaram no século XIX. As evidências tratadas neste trabalho apontam que volume mais expressivo do tráfico ocorreu na primeira metade do século XIX. Além disso, o preço dos escravos é crescente na primeira metade do século XIX, evidenciando uma valorização do insumo trabalho. Se este insumo produtivo estava sendo, crescentemente, demandado em Pernambuco, não pode essa mesma região se encontrar em estagnação econômica.

Por último, observa-se que a produção do açúcar e do algodão estava firme na primeira metade do século XIX, isso também corrobora com atividades econômicas aquecidas e embasa os argumentos da rejeição da hipótese de que a tese da estagnação econômica entre a decadência do ouro e a ascensão do café se aplica à economia pernambucana. Implícita na argumentação dessa tese está a hipótese de que o crescimento econômico dependia, basicamente, da integração regional ao comércio mundial. Sugiro que pesquisas futuras esclareçam quais eram e como funcionavam as correntes de comércio interno, que parecem ter contribuído, em parte, pela dinamização econômica e pelo aumento produtivo regional no século XIX.

Referências

ALBUQUERQUE, D. S. L. (2012), "O Comércio Transatlântico de Escravos: condução da mão de obra negra para Pernambuco entre os séculos XIV e XIX". In: IV Conferência Internacional de História Econômica e VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica, 2012, São Paulo- SP.

BARICKMAN, B .J. (1998), *A Bahian Counterpoint; Sugar, Tobacco, Cassava, and Slavery in the Recôncavo, 1780–1860,* Stanford: Stanford University Press.

BROWN, L. V. (1986), *Internal Commerce in a Colonial Economy : Rio de Janeiro and Its Hinterland, 1790-1822*, Ann Arbor: UMI.

CARVALHO, M. J. M. (2002), *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850*, 1 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE.

DENSLOW JR. & David A. (1974), *Sugar Production in Cuba dna Northwest Brazil, 1858-1908*. Dissertação de pós doutorado, Yale University (p.8-10).

FLORENTINO, M. (1997), *Em Costas Negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, Rio de Janeiro: Cia. das Letras.

FURTADO, C. (1976, primeira publicação em 1959), *Formação Econômica do Brasil*, 23 ed, São Paulo: Ed. Nacional.

ALENCASTRO GRAÇA FILHO, A. (2002), *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João Del Rei (1831-1888)*, São Paulo: Annablume.

LIBBY, D. C. (1997), "Reconsidering Textile Production in Late Colonial Brazil: New Evidence from Minas Gerais". *Latin American Research Review*, 32 (1), pp. 88–108.

LUNA, F. V. & KLEIN, H. S. (2010), "Escravidão africana na produção de alimentos. São Paulo no século 19". *Estudos Econômicos*, 40 (2).

MATTOSO, K. M. Q. (1992), *Bahia século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

SILVA, D. B. D. & ELTIS, D. (2008), "The Slave Trade to Pernambuco, 1561- 1851". In D. Eltis, D. Richardson, (Eds.), *Extending the Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database*, New Haven: Yale University Press.

SLENES, R. W. (1976), *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1988*, Dissertação de pós doutorado, Stanford University.

SOARES, S. F. (1977, publicação original em 1860), "Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola e a Carestia dos Gêneros Alimentícios no Brasil", edição fac-similar. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, pp. 266-267.

VERSIANI, F. R. & VERGOLINO, J. R. O. (2002), *Preços de Escravos em Pernambuco no século XIX*, Departamento de Economia da Universidade de Brasília, Texto para Discussão nº 252.

VERSIANI, F. R. (2009), "Trabalho livre, trabalho escravo, trabalho excedente: mão-de-obra na Formação Econômica do Brasil". In: F. S. Coelho, R. G. Granziera (eds.), *Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil; Edição Comemorativa dos 50 Anos de Publicação (1959–2009)*, São Paulo: Atlas / Ordem dos Economistas do Brasil.

VERSIANI, F. R. & VERGOLINO, J. R. O. (2003), "Posse de Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco, 1777-1887". *Estudos Econômicos*, 33 (2), pp. 353-393.

ZUBARAN, M. A. (2006), "Escravidão e liberdade nas fronteiras do Rio Grande do Sul (1860-1880): o caso da Lei de 1831". *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXXII, 130 (2), pp. 123-24.

Cooperação Sul-Sul Para o Desenvolvimento Agrícola de Moçambique: Com a Palavra a Sociedade Local

Rosinha Machado Carrion[1]
Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Brasil.
carrion@ea.ufrgs.br
Professor Titular.
Sociologia. Sociologia Política. Sociologia do Desenvolvimento

Resumo: Exemplo de sucesso na implementação de políticas públicas de saúde, educação e desenvolvimento agrícola, o Brasil é um dos países que mais tem investido (SEBID:2011), na modalidade Sul-Sul (CSS) de Cooperação Internacional Para o Desenvolvimento (CID); modalidade essa à qual associa-se, entre outras características: a ausência de condicionalidades e o respeito às singularidades da história e da cultura do país recebedor do apoio. De natureza teórico-empírica o presente artigo reflete, com base nas implicações sociais do Acordo de Cooperação celebrado entre o Brasil, o Japão e Moçambique para o desenvolvimento agrícola do Corredor de Napala, anunciado com o objetivo de "adaptar tecnologias brasileiras às condições específicas do país, do desenvolvimento institucional do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) e da capacitação de seu quadro técnico" (Lima:2012:25), sobre a essência do discurso, que trata da Cooperação Sul-Sul como uma nova e distinta modalidade de CID.

Palavras-chave: Cooperação Internacional para o Desenvolvimento/CID. Nova Arquitetura Internacional da Ajuda. Cooperação Triangular para o Desenvolvimento/CTR. Vantagens, Riscos e Perspectivas.

Cooperação sul-sul para o desenvolvimento agrícola de moçambique: com a palavra a sociedade local

I. Introdução

A persistência da pressão financeira sobre países, que historicamente têm participado de programas, acordos e projetos de Ajuda/Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, entre os quais: Estados Unidos, Alemanha, Japão e França, somada, de um lado, ao reconhecimento do insucesso das estratégias de Cooperação Norte-Sul para promover o desenvolvimento e, de outro, à vontade política de países emergentes de estender, para além das fronteiras nacionais, politicas públicas bem sucedidas de atendimento às necessidades de populações em situação de vulnerabilidade social, vêm contribuindo para o desenho de uma nova modalidade de cooperação: a Cooperação Triangular para o Desenvolvimento.
Baseada em três pilares, ou vértices, representando: (i) um país tradicional doador em busca de parceria para dividir o custo das operações de cooperação; (ii) um país emergente, ou de renda média, com vontade política de galgar posição no sistema internacional e reconhecido sucesso, na implantação de políticas públicas de inclusão social e, ainda, (iii) um país periférico posicionado na posição de "beneficiário", a modalidade Trian-

1 Socióloga (1968/UFRGS); Mestre em Sociologia das Organizações (1976/PUCRS); Doutora em Administração (1998); com Pós-Doutorado (2010/IEDES/Paris I/Sorbonne). Former Diretora Presidente da Escola Superior de Administração Pública do Estado do Rio Grande do Sul/ESAPERGS (1998), é Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS (1983 -..), onde atua como Membro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração/PPGA/UFRGS (1999) e Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos sobre o Terceiro Setor (NIPETS/PPGA/UFRGS (1998-...). Coordena o Acordo de Cooperação UFRGS/Universidade de Cabo Verde (UNI-CV) para a realização do Mestrado em Administração Pública, em Cabo Verde (UFRGS/UNI-CV/2010-....)

gular de Cooperação (CTR) vem sendo apontada como uma inovação no campo da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

O conteúdo inovador desta, que Schulz (2010) define como a *terceira onda* da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento; o Secretário Geral Adjunto da ONU[2] como um *novo modelo de desenvolvimento*, e Ayllón Pino (2013) como uma *nova modalidade de cooperação* em construção, deve-se não apenas ao fato dela incluir um país emergente, na condição de provedor de recursos de diferentes ordens, inclusive financeira, como também à semelhança que a literatura do campo das relações internacionais estabelece entre a Cooperação Sul-Sul, para o Desenvolvimento e, a Cooperação Triangular (CTR), no que tange aos princípios de postulados, que a norteiam. Destacando-se nessa modalidade de cooperação: a ausência de condicionalidades (que caracterizaram e caracterizam os acordos de cooperação coordenados por organizações internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional); o respeito à soberania e à cultura do país beneficiário direto da cooperação; a equidade nas relações e a solidariedade como postulado para a ação. O que significa dizer que os procedimentos e as medidas adotadas em processos de CTR não interviriam nos assuntos internos do país apoiado e não violentariam sua cultura e tradições locais, respeitando a soberania e a equidade nas relações entre os parceiros.

O presente artigo, de natureza teórica, analisa as implicações para a sociedade local moçambicana do Acordo de Cooperação Triangular celebrado entre o Brasil, um país emergente, representado pela Empresa Brasileira de Desenvolvimento Agrícola, a EMBRAPA, o Japão, um tradicional doador, e Moçambique, um país periférico, na condição de beneficiário da ajuda. Para tal está estruturado em cinco sessões: a presente introdução; a sessão seguinte, na qual são apresentados os traços e as características centrais associados às modalidades Norte-Sul e Sul-Sul de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID); uma terceira sessão dedicada à apresentação dos méritos e dos desafios que a literatura especializada vem associando à CTR. Já, a quarta sessão, apresenta o projeto de modernização agrícola da Região do Corredor em Moçambique. Projeto esse fruto de uma aliança entre Japão e Brasil, este, um país emergente com experiências de sucesso internacionalmente reconhecidas em campos como a agricultura, a saúde, a educação, o combate à extrema pobreza, e que tem na cooperação Sul-Sul um dos marcos de sua política externa, nos últimos 10 anos (Ullrich; Carrion:2013; 2014). A quinta, e última sessão é dedicada à fala à sociedade civil moçambicana, a qual faz duras críticas e denuncia a arbitrariedade do projeto de cooperação triangular Brasil, Japão e Moçambique, esse como país "beneficiário" da Ajuda.

O artigo se encerra com um conjunto de considerações, que refletem a complexidade da interação equilibrada e justa, entre países, com capitais profundamente desiguais, em um sistema mundo hegemonicamente dominado por um modelo econômico, o capitalismo financeiro, o qual para se manter, sob o manto discursivo da "Cooperação Internacional Para o Desenvolvimento" gera, não raro, irracionalidades e disfunções que tornam ainda mais penosas e excludentes as condições de vida dos povos que habitam a periferia do sistema.

II. Concepções e Propósitos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

A presente sessão está dividida em dois momentos: um primeiro em que é traçado o perfil da modalidade Norte-Sul de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CNS)e, um segundo, no qual são apresentadas características, que a literatura do campo, tem associado à modalidade Sul-Sul de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CSS).

2.1 A Modalidade Norte-Sul de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

O termo "cooperação", na expressão Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), não goza de consenso no campo das Relações Internacionais. Lima (2007) atribui essa situação à pluralidade de termos,

[2] In: "Parceria sul-sul muda rota da ajuda global". Acessado em 24/09/2013. http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=2501

de noções e, conceitos, adotados pelas diferentes organizações, agentes e agências governamentais, não governamentais e intergovernamentais, quando referem suas respectivas ações no campo da cooperação entre países.

Assim, se para Sánchez (2002), a CID teria por propósito assegurar a paz e promover o desenvolvimento e a justiça, contribuindo para a construção de uma ordem social e política legítima; para Ayllón, (2007) não seria possível limitar sua origem à motivações de natureza exclusivamente ética ou humanitária, sem com isso desconsiderar a geopolítica mundial do período Pós Segunda Guerra Mundial. Para ele, a divisão bipolar do mundo que caracterizou o período da chamada Guerra Fria (1945-1989), foi um fator determinante na configuração dos termos dos programas e ações de Ajuda/Cooperação Internacional. Ao assombrar os países reunidos em torno da liderança dos Estados Unidos, como espectro do avanço do comunismo, o período da assim chamada "Guerra Fria", induzia-os a adotarem políticas e estratégias de relacionamento econômico e político, com países do Sul, de caráter nitidamente intervencionista.

Paralelamente, como estratégia para evitar a reprodução de crises econômicas que assolaram o mundo no período entre guerras (1918-1945) e, face à necessidade de reconstrução de uma Europa devastada, foram criadas instituições com a atribuição, senão de organizar, pelo menos de assegurar certa organicidade e previsibilidade ao sistema econômico mundial, de modo a prevenir-se o retorno das grandes crises, como a de 1929. A questão é que em função de fatores como a recessão, as elevadas taxas de desemprego e restrições ao comércio, os temas econômicos assumiram predominância em relações a questões de natureza social. O Banco Mundial, por exemplo, nascido com fins de reconstrução, rapidamente e como estratégia de prevenção ao avanço do ideário socialista na América Latina, teria assumido como propósito das ações de intervenção o discurso da promoção do "desenvolvimento". A "promoção do desenvolvimento", o "combate à pobreza", a "defesa de ideais democráticos", como discursos legitimadores da intervenção política do Norte, no Sul capitaneado por Organizações Internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI); o Banco Mundial (BM) e, em certo sentido, a própria Organização das Nações Unidas (ONU) a qual, como se sabe goza de imparcialidade apenas no campo formal.

A introdução do propósito desenvolvimentista nas ações de cooperação internacional introduziria um novo desafio. Diferentes escolas representativas de um único campo, como o da economia, apresentavam versões e defendiam propostas diametralmente opostas entre si, ancoradas em pressupostos teóricos e ideologias, igualmente distintas. Os países centrais de matriz capitalista impondo aos países do Sul, políticas e medidas, que não raro iam/vão de encontro aos interesses nacionais e, à possibilidade de autodeterminação – portanto, com implicações diretas para sua soberania - do país que recebe a ajuda/cooperação. Ainda que falar na "soberania" de países assolados pela fome, pela miséria e pela corrupção possa parecer purismo, não há como negar que os interesses do país benfeitor e, da população do país assistido, dificilmente coincidem em tais processos de ajuda/cooperação. O que implica em dizer, que historicamente o campo da cooperação internacional tem se caracterizado, não apenas pelo desequilíbrio de forças, onde manda quem pode obedece quem precisa, como pela imposição de condicionalidade pelo Centro à Periferia do Sistema Mundo. De tal modo, que para fins do presente estudo e, com base na análise de situações reais (Cartier Bresson:2000; Milando: 2005; Quintanero: 2007; Simião:2007; Carrion:2011; Gomes dos Santos & Carrion: 2011a; Gomes dos Santos & Carrion: 2011b; Gomes dos Santos: 2012), entendemos por Cooperação Norte Sul para o Desenvolvimento, o processo através do qual países do Norte autodenominados de "desenvolvidos", em virtude de sua superioridade técnica e índices de riqueza material superior, ao de outros países por eles classificados na categoria "subdesenvolvidos" – e via de regra localizados no hemisfério sul - assumem o papel de promotores do desenvolvimento, desse segundo bloco de países. Um processo conduzido, conforme uma visão economicista, ancorado em regras e normas definidas no Centro, ou Norte, com o objetivo de assegurar a consolidação de seu próprio poder e garantir sua hegemonia político e econômica sobre os países do Sul. . Em uma geometria do poder na qual as "condicionalidades" - leia-se as obrigações impostas por agências e organizações internacionais alinhadas aos interesses do grande capital internacional, entre as quais o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial – têm por objetivo o ajustamento da frágil economia dos países "apoiados", aos interesses econômicos e à lógica do regime internacional de acumulação capitalista. Processo este, que quando bem sucedido, ou "virtuoso", determina a inserção subordinada de países do "Sul", ou periféricos, no sistema econômico-financeiro internacional.

2.2 A Modalidade Sul-Sul de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: a proposta de um novo paradigma de relações entre países periféricos e semiperiféricos

Apoiado no reconhecimento da necessidade de unir forças para conquistar expressão política no cenário internacional, de modo a enfrentar as atitudes neocolonialistas das nações ricas, assim como no retumbante fracasso da política "Norte-Sul" de cooperação (Puente:2010), ganha destaque, a partir de meados dos anos 1990, a modalidade Sul-Sul de Cooperação Internacional (CSS)[3]. Reunindo países periféricos, ou emergentes e semiperiféricos, historicamente excluídos do centro de decisões políticas do Sistema Mundo[4](Wallerstein: 2004), a modalidade de CSS defende relações de cooperação com base no compartilhamento solidário de recursos de distintas naturezas (conhecimento, tecnologias, recursos financeiros etc.), em um ambiente de igualdade entre parceiros; de ausência de hierarquias. Portanto em um ambiente de não intervenção, de **não ingerência** e de respeito à soberania dos países envolvidos na negociação.

Como destacam Visentini (2006; 2008) e Pautasso (2011), a proposta da instituição de um modo de cooperação ancorado em princípios como: a justiça, a equidade e a solidariedade, antes que um novo discurso, de caráter puramente ideológico, traduziria paralelamente à multipolaridade do atual sistema de relações internacionais, a vontade política de países emergentes[5], de redefinirem suas respectivas posições, no Sistema Mundo.

Ainda que a mola propulsora da diplomacia praticada na contemporaneidade, seja de natureza marcadamente econômica (Arrigui:2003; Visentini:2008; Carrion:2011; Valle Cobério:2011), a falência do modelo econômico baseado na hegemonia do mercado e na financeirização da economia; o empenho realizado por países como o Brasil, a Índia, a China e a África do Sul, para melhorarem suas respectivas posições no sistema internacional, bem como a emergência de uma "diplomacia civil" disputando espaço lado à lado com a tradicional diplomacia governamental (Badie: 2008; Barros Leite: 2009; Milani & Solinis: 2002) são fatores que não podem ser ignorados, quando se analisa as estratégias de cooperação internacional, a qual estaria deixando de:

> se referir simplesmente à assistência para a superação do subdesenvolvimento, a partir de um ponto de vista fundamentalmente econômico e de uma estrita relação Norte-Sul, passando a incorporar o conceito amplo de desenvolvimento social. Buscou-se alcançar maior isonomia no desenho das políticas e programas de cooperação. < ...> o Brasil sustenta a esse propósito que os recursos de fontes terceiras são essenciais para suprir deficiências financeiras e, consequentemente, para garantir a execução de uma modalidade de cooperação que se pauta essencialmente pelas simetrias e pelo espírito de parceria entre os agentes da cooperação. (Arantes Coelin,. s/data: 28-29)

No documento síntese do seminário promovido pela CEPAL para debater a Cooperação Sul-Sul a conclusão foi que a CSS:

---

[3] O marco fundador do modelo Sul-Sul de cooperação é associado à Conferência de Bandung, que reuniu de 27 países asiáticos e seis africanos em Bandung, Indonésia, entre 18 e 24 de Abril de 1955, com vistas à promoção da cooperação econômica e cultural afro-asiática, autônoma da intervenção dos Estados Unidos e da União Soviética interpretada pelos participantes do encontro como um processo de colonialismo ou neocolonialismo. Tratava-se da primeira manifestação efetiva no sentido da constituição de uma nova força política global, o Terceiro Mundo. É interessante, visto a posição que ocupam hoje no sistema internacional, registrar a participação na Conferência de Bandung da China e Índia, considerados países emergentes na atualidade, e do Japão que integra o G8.

[4] A expressão sistema mundo utilizada, aqui, no sentido que lhe é atribuído por Wallerstein, a saber: "Um sistema mundo, não é o sistema mundo, mas um sistema que é um mundo e que pode ser, e frequentemente tem sido, localizado em uma área menor que o mundo inteiro. Uma análise dos sistemas mundiais argumenta que as unidades das realidades dentro das quais nos operamos, cujas regras nos restringem , são na maioria tais sistemas mundos. WALLERSTEIN, Immanuel. **World System Analysis. An Introduction.** London: Duke University, 2004, p.98-99).

[5] Incluem-se nessa categoria o Brasil, Índia, China, Rússia e África do Sul, os quais vêm estabelecendo entre si uma série de acordos de cooperação.

> se diferencia sobretudo por sua horizontalidade (a cooperação ocorre entre 'sócios', de forma voluntária, sem condicionalidades), o fato de refletir consenso entre país ofertante e país receptor, e sua característica de equidade, em que ocorre um benefício mútuo na promoção do desenvolvimento" (CEPAL:2010).

Já, Ayllón Pino (2013:15) destaca que "além de satisfazer demandas de crescimento do país principal beneficiário da cooperação, através do acesso a tecnologias que assegurem o respeito às suas singularidades histórica e cultural; de ser isenta de condicionalidades externamente impostas; de assegurar o respeito à soberania nacional e a não interferência nos assuntos internos; a CSS teria ainda o mérito de *repolitizar o debate sobre o desenvolvimento"* nos países emergentes e periféricos. O que significa dizer que ela aportaria benefícios não apenas de natureza econômica mas, igualmente, sociais e políticos. Todavia o mesmo autor, chama à atenção para o fato de não se tratar de algo dado ou, ainda, que se possa afirmar que tais princípios estariam, efetivamente, sendo observados. Ou seja, sua implementação dependeria de intensa atividade política

III. Motivações, Mérito e Desafios Associados à Cooperação Triangular para o Desenvolvimento

No que tange à motivação para a prática da Cooperação Triangular para o Desenvolvimento (CTR) tem-se: de um lado os tradicionais países doadores, com suas economias desestabilizadas pela crise, necessitando dividir o pesado fardo de evitar o aprofundamento da instabilidade social e política nos países periféricos e, se possível inseri-los na dinâmica do sistema capitalista, como produtores de *commodities* e mão de obra barata e, igualmente, como consumidores de serviços e de produtos industrializados. De outro lado, os países emergentes buscando consolidar posição no sistema internacional e, de outro lado ainda, um significativo conjunto de países às margens do sistema econômico dominante, cuja população local vive em condições de particular precariedade. Para os países periféricos, a CTR representa a possibilidade de acesso a novas fontes de recursos em um momento no qual os países centrais, tradicionais doadores, vêm reduzindo o volume de recursos, que até então investiam diretamente e, indiretamente, através de uma miríade de organizações não governamentais, em nome da CID. (CARRION:2014). Já, para os emergentes, ela assumiria a dimensão de recurso, de estratégia para a conquista de reconhecimento no cenário internacional, bem como para a abertura de novos espaços comerciais e simbólicos. Avanços na redução da pobreza; inclusão social; emergência de uma nova classe trabalhadora com acesso ao consumo e às conquistas tecnológicas da contemporaneidade, são argumentos que têm sido empregados por países emergentes, para legitimar o direito à participação direta no desenho dos mecanismos e processos de CID.

Já na perspectiva da "eficácia da Ajuda" pode-se pensar a motivação para CTR como mais uma tentativa de resposta às declarações de Monterrey (2002); do Fórum de Roma (2003), de Paris (2005), à reunião de ACCRA *Agenda For Action* (2008); à Cúpula de Nairobi (2009); à Conferência de BUSAN (2011); ao Programa da ONU para os *Least Developed Countries* (2011-2010), bem como do Istanbul Programme of Action (2011-2020). Ou seja, como movida pela necessidade de demonstrar um melhor retorno sobre os investimentos realizados em CID.

Quanto aos méritos, um dos mais veementes argumentos utilizados em defesa da CTR destaca o conhecimento da causa dos países emergentes, que dada sua trajetória estariam mais aptos a compreenderem a realidade e o jogo político dos receptores da AOD e, com isso teriam uma visão mais ampla e mais integral dos processos e dos mecanismos requeridos para a efetiva promoção do desenvolvimento. Argumento esse esposado por Ayllón Pino (2013) o qual acorda, todavia, margem ao tempo para definir o real sentido e as consequências da aproximação entre países periféricos e emergentes. Ele destaca, entretanto, como um fator positivo da CTR, o exercício do diálogo político implícito na construção de associações horizontais:

> A exploração sensata das vantagens comparativas e das complementaridades dos sócios, assim como as inovações que aportam as soluções de desenvolvimento geram

> um efeito multiplicador na CTR graças ao valor agregado pela soma dos recursos dos conhecimentos (OCDE, 2012 apud Ayllón Pino:2013:32).

Soma de conhecimentos; fomento à aprendizagem compartilhada; complementação aos mecanismos pré-existentes de cooperação bilateral e, fortalecimento das capacidades institucionais na gestão da cooperação, são outros benefícios igualmente associados por Ayllón à CTR.
Já, no que tange aos riscos e desafios, Arafune (2012) aponta a complexidade para a definição de padrões de procedimentos comuns para o monitoramento e a avaliação dos programas e projetos; a carência de profissionais capacitados; a ausência entre os novos doadores de uma cultura de monitoramento e avaliação; e o desafio da sustentabilidade econômica da CTR, face à queda no volume dos investimentos dos doadores tradicionais. Referindo-se aos desafios postos, especificamente, ao Brasil, no que tange à gestão da CID, o autor destaca a alta rotatividade e a ausência de um corpo técnico com formação específica em Cooperação Internacional, em agências brasileiras responsáveis pela política de cooperação do país, como a ABC, no caso, a citada por ele. Fordelone (2009), por sua vez, aponta o custo elevado e a maior exigência de tempo da cooperação triangular, quando comparada a bilateral dada a pluralidade de parceiros e, consequentemente, à multiplicidade das instâncias de negociação, o que gera um processo, na expressão do autor: um "vai e vem" entre financiadores e financiado. Todavia, o que se pode contra argumentar, é que são questões e fatores que caracterizam o campo da cooperação de um modo geral, independentemente, da modalidade referida.
Já, Ayllón Pino (2013), ao analisar os riscos da CID descentralizada, aponta a possibilidade da terceirização de atividades, de tal modo que a participação de um doador tradicional seja vivenciada por um dos parceiros - seja ele o próprio doador ou, o beneficiário -, como uma venda de serviços técnicos e consultoria, o que subverteria o caráter de construção e aprendizado conjunto que estaria na matriz da Cooperação Sul-Sul, na qual a modalidade de cooperação triangular teria se inspirado.
Um segundo risco, apontado pelo autor, é da oferta ser gerada pelos interesses dos países mais poderosos na relação, quando a proposta seria o inverso, ou seja, os doadores iriam ao encontro de uma necessidade sentida pelo beneficiário. Ayllón aponta, ainda, o risco da relação ser dominada pela visão de aliança, entre um país doador tradicional e um país emergente, em função de experiência prévia de cooperação bilateral, o que pode gerar uma assimetria forçada e impor um enfoque gerido pela experiência passada dos dois países, como também por seus interesses na condição de países mais poderosos no triângulo formado com o país que recebe a cooperação.
Risco de instrumentalização da cooperação; de sua instrumentalização como *retirada elegante*[6], pelos tradicionais doadores; a tendência a considerá-la como estratégia para o "barateamento dos custos de execução", são outros fatores de risco apontados por Ayllón Pino (2013:33).

IV. O Programa Embrapa-Moçambique: um case de CTR Brasil, Japão e Moçambique

Um país reconhecido como um poder econômico emergente (Visentini:2008), e como exemplo de sucesso na implementação de políticas públicas nas áreas de educação, saúde e desenvolvimento agrícola, o Brasil, é o 12.º maior doador no campo da cooperação internacional (Economist:2010) e o maior promotor da Cooperação Internacional Sul-Sul para o desenvolvimento (SEGIB:2011).
Tendo passado da categoria de recebedor, para a de doador de Ajuda (Ayllón Pino:2013), com ênfase para a cooperação triangular e tendo por principal parceiro o Japão - com o qual estreou nessa modalidade de cooperação em 1985 - o Brasil vem investindo significativamente em cooperação internacional em países da América Latina, África e Ásia. Conforme dados do IPEA; ABC (2010), o volume de recursos destinados pelo Brasil, entre 2005 e 2009, à cooperação internacional foi de aproximadamente R$ 2,9 bilhões, distribuídos entre: ajuda humanitária, bolsas de estudo para estrangeiros, cooperação técnica, científica e tecnológica e

[6] Grifo do autor.

contribuições para organizações internacionais. O total de recursos investidos especificamente em projetos e programas de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica durante o período 2005-2009 ultrapassou os R$ 252,6 milhões (Ullrich; Carrion: 2012).
O projeto que trazemos para ilustrar a modalidade triangular de cooperação (CTR), se situa no contexto supra referido e faz parte do **Programa Embrapa-Moçambique**.
A atuação da brasileira Embrapa[7], uma das mais importantes instituições de pesquisa agrícola no mundo, em Moçambique teve início no contexto da reaproximação entre o Brasil e a África, ocorrida no governo de Luiz Inácio Lula da Silva[8].

O **Programa Embrapa Moçambique** (PEM), que visa "a adaptação de tecnologias brasileiras às condições específicas do país, do desenvolvimento institucional do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) e da capacitação de seu quadro técnico" (Lima:2012:25), não é o único projeto de cooperação agrícola que o Brasil vem desenvolvendo em Moçambique, além deste, que é constituído por vários subprojetos, o Brasil participa de outras quatro iniciativas também de produção agrícola naquele país.
A escolha do PEM como *case* ilustrativo dos desafios e perspectivas da CTR, se deve a inúmeros fatores entre os quais se pode apontar: (i) o fato do PEM ser o mais antigo dos programas que o Brasil desenvolve no continente africano; (ii) de Moçambique ser o país no qual o Brasil mais tem investido na África, (o que implica em uma certa familiaridade com a cultura local); (iii) do setor agrário ser um setor no qual o Brasil vem demonstrando particular competência no âmbito interno; (iv) do PEM ter foco na segurança alimentar, um problema crônico dos *Least Developed Countries*; (v) bem como do Japão – o país que apoiou o Brasil no desenvolvimento de seu setor agrícola e, nesse sentido é corresponsável pelo sucesso brasileiro na área - ser um país tradicional doador no campo da CID.

O **Programa Embrapa Moçambique** é formado por três subprojetos: o projeto Plataforma, o projeto Pró Alimentos e o projeto Pró Savana. **O Projeto Plataforma,** teve início em 2010 com previsão de duração até 2014. Seu orçamento é de US$ 14,6 milhões de dólares, e está sendo realizado através da cooperação entre o Brasil, os Estados Unidos e Moçambique, e tem como agências coordenadoras a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a USAID e, como executores, a Embrapa e o Ministério da Agricultura de Moçambique (Embrapa: 2011). Tem por objetivo fortalecer tecnológica e institucionalmente o Sistema de Investigação Agropecuária de Moçambique (SIAM), com vistas à criação da base para o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário moçambicano (Embrapa: 2011).

Já o Projeto Pró Alimentos ou Projeto de Apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique, assinado em 2012 tem por foco a segurança alimentar e visa auxiliar o governo moçambicano na formulação de uma política de segurança alimentar e prestar assessoria aos técnicos do IIAM, com vistas a qualificação da produção de hortaliças e da agricultura familiar, em diversas regiões do país. Como o anterior, ele também resulta da cooperação técnica entre o Brasil e os Estados Unidos, com vistas ao combate à pobreza, à geração de renda, à segurança alimentar. Ele é financiado pela ABC e pela USAID e executado pela Embrapa, pela Universidade da Flórida, pela Universidade Estadual de Michigan e pelo Ministério da Agricultura de Moçambique, por meio do IIAM (Leite: 2012). As atividades realizadas no âmbito desse pro-

---

[7] Com um orçamento anual de R$ 2,3 bilhões (conforme dados da ABC. http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Mocambique. Acesso em 15 setembro de 2013) a Embrapa, conforme Leite (2012) foi a grande responsável pela transformação do Brasil em um dos mais importantes atores no mercado internacional de Commodities agrícolas .

[8] Em 2013, a empresa que possui diversos laboratórios virtuais e/ou físicos (LABEX) no exterior, em países como Estados Unidos, França, Alemanha, Inglaterra, Coreia do Sul, China e, mais recentemente, Gana atuava em cooperação com 56 países e 89 instituições estrangeiras através de 78 acordos bilaterais e multilaterais, com foco na realização conjunta de projetos de pesquisa e de transferência de tecnologia. O trabalho internacional dessa empresa pública brasileira é pautado por quatro tipos de projetos: de cooperação técnica, de cooperação científica, de cooperação tecnológica e de cooperação financeira.

jeto estão direcionadas para o fortalecimento da produção de hortaliças por produtores de base familiar. Sua finalidade, conforme informa a Embrapa (2011), é aumentar e diversificar a produção de hortaliças por meio de implantação de novas tecnologias de cultivo, de modo a promover a oferta de alimentos e, consequentemente, enriquecer a dieta das famílias.

O Projeto Pró Savana (Programa de Desenvolvimento da Agricultura das Savanas Tropicais no Corredor de Nacala em Moçambique), é composto por três subprojetos complementares entre si: o Pró Savana-PI ou Pró Savana-TEC, o Pró Savana-PEM e o Pró Savana-PD e, é sem dúvida o mais complexo de todos, tanto pelo volume de recursos que envolve como pelo conjunto de suas atribuições. Realizado através de cooperação trilateral entre o Brasil, o Japão e Moçambique tem por objetivo desenvolver a agricultura no Corredor de Nacala, região ao norte de Moçambique, através do engajamento de investimentos privados para "promover um sistema de produção sustentável e a redução da pobreza no Corredor de Nacala" (PROSAVANA-PD REPORT, 2013:1).

A justificativa para o projeto[9] aponta como resultado esperado, no curto prazo, a formação de uma base tecnológica em agropecuária capaz de oferecer sustentabilidade à produção agropecuária e ao desenvolvimento rural da região. Já, no longo prazo, prevê o incremento de produção e da produtividade da agropecuária regional a uma taxa de 12% ao ano, a partir de 2015 (Resumo Executivo PROSAVANA: 2011). Os estudos realizados previamente apontavam como beneficiários diretos cerca de 40.000 famílias de pequenos e médios produtores e, como beneficiários indiretos 7,6 milhões de produtores rurais em atividade. O que corresponde a cerca de 20% do total de produtores familiares de Moçambique.

A análise dos objetivos dos três subprojetos que compõe o Pro-Savana indica que: o **Pró Savana-PI ou Pró Savana-TEC**, tem duração prevista de 5 anos (2011-2016) e visa à construção de uma base tecnológica necessária à sustentabilidade ao aumento da produção agrícola na região de Nacala. Ele é formado por cinco sub subprojetos relacionados, respectivamente à: infraestrutura física e de pessoal; à sustentabilidade econômica e ambiental; otimização do uso dos recursos naturais em agricultura; introdução de novos cultivos e novos sistemas de produção e disseminação de resultados (Embrapa: 2011).

Já o Pró Savana-PEM com duração prevista de seis anos (2013-2019), é diretamente voltado ao fomento da produção agrícola, no Corredor de Nacala apoiando-se em atividades de extensão com vistas à qualificação da produção Agrária. Trata-se de um projeto particularmente complexo, que por sua natureza exige a compreensão de aspectos socioeconômicos da região; do tipo de agricultura/cultivo; das atividades de apoio rural desenvolvidas pelo Poder Local, pelo setor privado e/ou por Organizações Não Governamentais e igrejas que atuam nas áreas alvo do Pró Savana. Demanda, igualmente, o levantamento e organização de dados e recomendações que possam subsidiar políticas públicas; a preparação de materiais, relatórios e cartilhas para a orientação tanto das atividades de extensão e apoio aos camponeses locais como para o desenvolvimento de ações de extensão e de formação para técnicos agrários públicos, privados, de ONGs e produtores rurais (Website do Pró Savana: 2013).

O terceiro subprojeto, **o Pró Savana-PD** (Plano Diretor Integrado de Desenvolvimento Agrícola da Região do Corredor de Nacala), com duração estimada em 18 meses tem por atribuição a elaboração do plano diretor para o Projeto Pró Savana, o que implica em definir as diretrizes para o conjunto dos subprojetos do Pró Savana. O cumprimento de suas atribuições implica na realização do diagnóstico de atividades que necessitam ser realizadas nas diferentes regiões abrangidas pelo Pró Savana de modo a prepará-las para as ações dos demais subprojetos. Destaca-se, entre as atribuições da equipe técnica do Pró Savana PD, a responsabilidade por manter a sociedade informada, bem como consultá-la sobre questões associadas ao desenvolvimento do Pró Savana, que possam vir a afetá-la. Ele atuaria como uma espécie de responsável pelo caráter democrático

---

[9] A ideia de promover o Pró Savana foi fortemente influenciada pelo sucesso do Programa para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados (PRODECER) implantado no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, através de parceria com o Japão. Projeto esse que transformou o cerrado brasileiro, em uma das regiões mais produtivas do país. A experiência bem sucedida com o Prodecer no Brasil teria, inclusive, servido como referência para o desenvolvimento do Pro-Savana, na medida em que a região e as condições climáticas do cerrado brasileiro são consideradas bastante semelhantes às condições do Corredor de Nacala.

do processo no que se refere tanto à transparência das ações realizadas, como à organização da participação da sociedade civil em processos que possam vir a afetá-la.
Dada a limitação de espaço e tempo, não é possível apresentar maiores detalhes do Pró Savana. Todavia, ele é apresentado sempre como um projeto de cooperação internacional alicerçado com base nos interesses e aspirações dos povos para construção de um mundo mais justo e solidário, haja vista seu objetivo "promover o desenvolvimento da região das savanas em Moçambique como estratégia de combate à pobreza e promoção do desenvolvimento econômico, social e cultural do país africano".
Também a Embrapa (2011) demonstrava-se bastante otimista com relação ao Pró Savana, ao qual associava o desenvolvimento da atividade agrícola e de capacitação técnica capaz de impulsionar o avanço da produção e da produtividade do meio rural em harmonia com a sustentabilidade socioeconômica e ambiental.
Analisando-se, comparativamente, os três subprojetos do Programa Embrapa Moçambique: o Plataforma, o Pró Alimentos e o Pro-Savana observa-se, como aponta Avelhan (2013), que se os dois primeiros tem por ponto em todos o desenvolvimento tecnológico com incentivo e capacitação à produção de pequena escala (agricultura familiar), eles divergem, fundamentalmente, em um ponto crucial: integram os objetivos do Pró Savana o emprego de tecnologias que permitam a transformação do Corredor de Nacala, que possui uma extensão territorial de 14,2 milhões de hectares agricultáveis (Embrapa:2011) dedicada basicamente à agricultura familiar e ao consumo local, em uma região de produção em larga escala, industrializada para fins de exportação, nos moldes do *agrobusiness*.

V. Carta Aberta da Sociedade Civil Moçambicana aos Presidentes de Moçambique, Brasil e ao Primeiro Ministro do Japão

Ainda que os subprojetos do PEM (Programa Embrapa Moçambique), o Plataforma e o Pró Alimentos, que oferecem suporte à agricultura familiar e beneficiam o consumo local da população que habita a região de Nacala, tenham sido bem recebidos pela sociedade civil local (Lima:2012), o mesmo não vale para o Pró Savana, repudiado por representantes de camponeses e camponesas moçambicanas e das famílias das comunidades rurais do Corredor de Nacala, em carta aberta à sociedade publicada em 28 de maio de 2013, pelo informativo Jornal Verdade[10], veículo de distribuição gratuita com abrangência de todo o território nacional.
Intitulada "Carta Aberta para Deter e Reflectir de Forma Urgente o Programa ProSavana"[11], o manifesto enviado simultaneamente aos presidente Armando Guebuza, de Moçambique, Dilma Rousseff, do Brasil e Shinzo Abe, Primeiro-Ministro do Japão acusa o ProSavana, entre outros delitos, de inconstitucionalidade.
Retomando o objetivo anunciado pelo governo de Moçambique, ao lançar o PEM: promover o desenvolvimento da agricultura nas savanas tropicais do Corredor de Nacala como estratégia de combate à pobreza e promoção do desenvolvimento econômico, social e cultural do país, o manifesto acusa o Pró Savana, subprojeto do referido programa, de ferir duplamente a constituição nacional: ao privar a população de acesso a "*informações, consulta, participação e consentimento*", bem como de não ter sido submetido à Estudo de Impacto Ambiental, *"uma das principais e imprescindíveis exigências da legislação moçambicana para a implementação de projetos desta dimensão*".
Na sequência o Pró Savana é acusado de conter "*indícios e evidências que confirmam a existência de vícios de concepção; irregularidades no suposto processo de consulta e participação pública; sérias e iminentes ameaças de usurpação de terras dos camponeses e remoção forçada das comunidades das áreas que ocupam actualmente*".
Retomando os objetivos formalmente atribuídos às ações de cooperação entre os povos: "*a cooperação internacional deve alicerçar-se com base nos interesses e aspirações dos povos para construção de um mundo mais justo e solidário"*, os signatários do documento relembram o presidente Armando Guebuza, que 80% da

[10] www.verdade.co.mz.

[11] http://www.verdade.co.mz/vozes/37-hora-da-verdade/37359-carta-aberta-para-deter-e-reflectir-de-forma-urgente-o-programa-prosavana.

população moçambicana tem na agricultura familiar, a qual é responsável por mais de 90% da produção de alimentos no país, seu meio de subsistência e acusam o Pró Savana de estar ao serviço da criação das condições para a "*entrada no País de corporações transnacionais, as quais irão, inevitavelmente, alienar a autonomia das famílias camponesas e desestruturar os sistemas de produção camponesa, podendo provocar o surgimento de famílias sem terra e aumento da insegurança alimentar, ou seja, a perda das maiores conquistas da nossa Independência Nacional*".

O pronunciamento não poupa a Presidente Dilma Rousseff, do Brasil e o Primeiro Ministro do Japão Shinzo Abe. Para ela é dirigida a interpelação: "*Como se justifica que a cooperação internacional entre o Brasil, Moçambique e Japão que devia promover a solidariedade entre os povos converta-se num instrumento de facilitação de transacções comerciais obscuras e promova a usurpação de terras comunitárias que de forma secular usamos para a produção de comida para a nação moçambicana*?" Ele, é relembrado a contribuição histórica do Japão para o desenvolvimento da agricultura de Moçambique.

As acusações vão progressivamente sendo aprofundadas deixando claro o teor da rejeição da sociedade local ao ProSavana.

Considerações Finais

Atribuir a reação favorável da sociedade civil moçambicana à implantação dos subprojetos Plataforma e Pró Alimentos, ao fato das inovações tecnológicas e de processo que lhe são associadas não atingirem a essência da organização produtiva, historicamente praticada em Moçambique (a saber: a produção familiar voltada para a subsistência); e o repúdio ao Pró Savana à incapacidade da referida sociedade para compreender, que através da implantação do sistema de produção nos moldes do *agrobusiness* o país estará se integrando ao circuito mundial do capitalismo transnacional, é recuar cerca de setenta anos na história e compartilhar uma visão instrumental de desenvolvimento baseada na ideia de um modelo único, conforme presente no discurso proferido por Truman, em 1949, para justificar a intervenção desenvolvimentista, dos países ricos, e "desenvolvidos", nos pobres e "subdesenvolvidos":

> Mais da metade das pessoas do mundo estão vivendo em condições próximas da miséria. Sua alimentação é inadequada. Eles são vítimas de doença. Sua vida econômica é primitiva e estagnada. Sua pobreza é um obstáculo e uma ameaça tanto para eles quanto para áreas mais prósperas. Pela primeira vez na história, a humanidade possui o conhecimento e a habilidade para aliviar o sofrimento dessas pessoas. Os Estados Unidos são superiores entre as nações no desenvolvimento de técnicas industriais e científicas. Os recursos materiais de que podemos dispor na assistência a outros povos são limitados. Mas nossos recursos imponderáveis em termos de conhecimento técnico estão em constante crescimento e são inesgotáveis. Acredito que devemos tornar disponíveis aos povos amantes da paz os benefícios de nossas reservas de conhecimentos técnicos de modo a ajudá-los a tornar reais suas aspirações por uma vida melhor. E, em cooperação com outras nações, devemos promover o investimento de capital em áreas que careçam de desenvolvimento (Truman:1949)

Ainda que o estudo apresentado contenha fragilidades, uma vez que se trabalha com dados secundários e se tem a palavra de apenas dois conjuntos de atores: o discurso oficial da Embrapa, do Japão e do Brasil, de um lado e, a manifestação pública de um segmento da sociedade moçambicana, de outro, ele tem o mérito de alertar para a possibilidade de profundas divergências entre os benefícios institucionalmente associados a um determinado processo de cooperação e o modo como esse mesmo processo, é de fato vivenciado pela sociedade local.

Não há dúvida, que um segmento da sociedade do corredor de Nacala, representado por camponeses e cam-

ponesas, por organizações religiosas e não governamentais locais, não está de acordo nem com o modo como está sendo implementado o Pró Savana, nem com o objetivo não explícito do projeto/programa e, por uma razão claramente exposta no manifesto "Carta Aberta para Deter e Reflectir de Forma Urgente o Programa ProSavana": por não acreditar nos benefícios da inserção subordinada moçambicana, no circuito do capital internacional, seja à sociedade civil local, seja para a soberania de seu país, Moçambique.

Analisando-se, agora, a rejeição da sociedade local moçambicana à luz do que informa a literatura que analisa a "eficácia da ajuda" podemos nos perguntar em que medida os idealizadores brasileiros do Programa da Embrapa levaram em consideração as especificidades do território do corredor de Nacala, quando idealizaram o programa de desenvolvimento do setor agrícola local. Resta, igualmente, saber em que medida a sociedade brasileira atingida diretamente pelo programa de cooperação entre Brasil e a JICA, a agencia japonesa que coordenou a reorganização do sistema agrícola brasileiro, na região do Cerrado reagiu, na época, à implantação do referido programa.

O que parece ser comum aos estudos dedicados à eficácia da ajuda é a desconsideração da vivência das comunidades locais quanto aos processos aos quais são submetidas. Ou seja, a desconsideração das particularidades do território compreendido como um tecido sócio, simbólico, cultural, político e econômico.

Já no que tange à gestão e a coordenação das ações de cooperação, esse é um campo virgem, no sentido de inexistente. Para suprir as lacunas, nessa área, faz-se preciso que os administradores, enquanto profissionais, e a administração enquanto ciência, desenvolvam competências para gerir processos complexos como aqueles, nos quais o prestígio político, a capacidade de construir alianças, o capital cultural, o poder simbólico e a hegemonia ocupam o lugar do lucro nas empresas de negócios.

Situações, como o atentado que provocou a morte de Vieira de Mello no Iraque com grau bastante elevado de probabilidade, poderiam ter sido evitadas se houvesse um sistema minimamente eficaz de gestão e coordenação das ações entre os organismos da ONU no local e a Central em Washington. Como aponta, todavia, Power (2005), tal coordenação não existiu.

Portanto, se é verdade que a complexidade dos problemas; a crise econômica; a pressão financeira sobre os doadores tradicionais; a nova geografia do crescimento - que vem caracterizando a trajetória dos países emergentes[12] - são fatores que têm contribuído para uma nova arquitetura da Ajuda/Cooperação Internacional, entre cujas virtudes se poderia apontar o fato de impelir as potências tradicionais a compartilharem sua hegemonia com países emergentes, por outro lado, situações como a relatada no território de Nacala nos fazem pensar na probabilidade de estar se estabelecendo ou reafirmando, uma nova cunha, uma nova segmentação entre os países do Sul. Segmentação esta através da qual os antigos países oprimidos, agora alinhados aos opressores, estariam reproduzindo, vestidos de uma nova roupagem, práticas de opressão similares àquelas de que foram vítimas no passado. Processo esse que reproduziria uma visão distorcida e instrumental de desenvolvimento, inerente aos projeto de CNS, a qual ao impor historicamente um modelo econômico e de produção que privilegia os interesses do capitalismo internacional, destrói não apenas o sistema econômico, como os princípios e valores que conforma a identidades das sociedades locais, nos países na periferia do sistema mundo. Ou seja, os interesses do capital norteando a lógica do "desenvolvimento", em detrimento do que se entenderia por uma sociedade mundo na qual os governantes ao tomarem suas decisões acordassem às pessoas um valor e um peso semelhantes àquele acordado e, assegurado, à valorização do capital e à geração do lucro.

Como sinaliza Arrigui (2003), é hoje bastante restrita a autonomia dos Estados Nacionais e o conteúdo de democracia que se tenta associar à governança nada mais é, que o simulacro de um processo que está levando à concentração progressiva do poder nas mãos de uma elite comprometida com os interesses do capital (Hermet:2005). Resta saber por quanto tempo na luta para preservar a velha hegemonia, o centro do poder terá necessidade dos serviços de países emergentes, ou se com isso, ela será efetivamente rompida.

Até lá, pelo que vem sendo sinalizado pelos estudos sobre as modalidades Sul-Sul (Ullrich; Carrion:2013; 2014) e Triangular de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, é que a diversidade nas modalidades

---

[12] Conforme Milani, o PIB da China ultrapassará o dos EUA em 2025, o do Brasil o da Japão em 2050. In: Les pays émergents dans l´actuel ordre mondiale. Revue Internationale et strategique. N. 82. Vol. 2. p.53-62, 2011.

de Ajuda/Cooperação Internacional não estaria conseguindo romper com o processo histórico de inserção subordinada dos países periféricos, à economia globalizada.

Bibliografia Referida

ALONSO, José Antonio; AGUIRRE, Pablo; SANTANDER, Guillermo (2011). "La cooperación triangular española em América Latina: un análisis de experiencia de interés". Madrid. Fundation Carolina CeALSI/ICEI. Madrid. Doc. De Trabajo n. 51. Disponível em: <http://www.academia.edu/3417550/La_cooperacion_triangular_espanola_en_America_Latina_un_analisis_de_dos_experiencias_de_interes>. Acesso em: 24 fev. 2014.

AMORIM, Celso Luiz Nunes (1994). "Perspectivas da Cooperação Internacional". In: MARCOVITCH, J. (Org.). *Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 149-163.

ARAFUNE, Shuichiro. (2012). "O Brasil como um doador principal e sua futura cooperação técnica internacional: focalizando na parceira nipo-brasileira". *XIII Curso de Especialização em Relações Internacionais. UNb.* Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/3787/1/2012_ShuichiroArafune.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2014.

ARANTES COELIN, Saulo (s/data). "O Brasil na CPLP. Uma modalidade de cooperação Sul-Sul". Disponível em: <www.dc.mre.gov.br/imagens-e-textos/CPLP-Port-4.> Acesso em: 20/05/2012.

ARRIGUI, Giovani (2003). "Globalização e Macrossociologia Histórica". *Revista de Sociologia Política.* Curitiba, 20, p. 13-23, jun. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n20/n20a3.pdf>.

AVELHAN, Livia L. (2013). *A Presença Brasileira na África: um estudo sobre o Programa Embrapa-Moçambique*. Monografia de Graduação. Departamento de Economia e Relações Internacionais. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Disponível em: <http://cnm.ufsc.br/files/2014/01/Monografia-da-Livia-Liria.pdf> Acesso em: 25 fev. 2014.

AYLLÓN, Bruno (2007). "La Cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales. Carta Internacional". Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais. Universidade de São Paulo. v. 2, n. 2, p. 32-47, out.

AYLLÓN PINO, Bruno (2013). "A Cooperação Triangular e as Transformações da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento". *Texto para Discussão* 1845. Brasilia. IPEA. p.1-54

BADIE, Bertrand. (2008) . "Le diplomate et l'intrus". Paris: Fayard.

BARROS LEITE, Márcia (2009). "Cooperação internacional e sociedade civil no Brasil: Algumas características da experiência brasileira e apontamentos preliminares para incursões em outros cenários latino-americanos". Congress of the Latin American Studies Association. *Mimeo.* Rio de Janeiro. June. P. 11-14.

CARRION R.S.M. (2014). "Globalization and Challenges to the Political Authonomy of the Associative Sector in Cabo Verde". *5th European Conference on African Studies African Dynamics in a Multipolar World.* Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

CARRION R.S.M. (2011) « Globalisation et idéologie participative: quel venir pour le Rêve Democratique (2011) In:B. Castelli ; B. Hours (Eds.). *Enjeux Épistémologiques, Ideologiques da La Globalisation pour les Sciences Sociales.* Paris: L'Harmattan. v.1, p.112-132.

JORNAL VERDADE (2013). "Carta Aberta para Deter e Reflectir de Forma Urgente o Programa Pró Savana". *Escrito por Camponeses de Moçambique.* Disponível em: <http://www.verdade.co.mz/vozes/37-hora-da-verdade/37359-carta-aberta-para-deter-e-reflectir-de-forma-urgente-o-programa-prosavana>. Acesso em: 02 abr. 2014.

CARTIER-BRESSON, Jean (2000). « La Banque Mondiale, la Corruption et la Gouvernance ». *Revue Tiers Monde*. n° 161 (p. 1-17). Disponível em: http://kerbabel.c3ed.uvsq.fr/_Documents/REVC-FIC-DEGR1-C3ED-20041207-00002.pdf. (acesso em 10/05/2014).

CEPAL/COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA (2010). "Workshop CEPAL: Cooperação Sul-Sul". Brasília. 10 de março de 2010. Disponível em: <http://www.eclac.cl/pses33/noticias/paginas/7/39037/2010-232-SES.33-10-Actividades_de_Coop_Sul-Sul.pdf>. Acesso em (4/04/2014).

ECONOMIST (2010). "Brazil Foreing Aid Programme: speak softly and carry back check" *Economist.* (acesso em 15/07/2010).

EMBRAPA (2011). "Pró SAVANA contará com tecnologias". Disponível em: <http://www.cnph.embrapa.br/paginas/imprensa/releases/prosavanas.html>. Acesso em: (acesso em 05/04/2014)

EMBRAPA (2011). "Apoio ao Sistema de Inovação no Setor agropecuário (Moçambique)". *Secretaria de Comunicação da Embrapa*. Brasilia. Novembro de 2011. Disponível em: <http://www.cnpmf.embrapa.br/destaques/Mocambique.pdf>. (acesso em 15/06/2013).

FORDELONE, Talita Y. (2009). "Triangular Cooperation and Aid Effetiveness. Can triangular Co-operation make aid more effective?" Mexico. *Policy Dialogue on Development Co-operation*. September. OECD. Disponível em: <http://www.oecd.org/dac/46387212.pdf>. (acesso em 15/03/2014).

GOMES DOS SANTOS, Claire; CARRION, Rosinha (2011a). "A Controvérsia em torno da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento". *Revista de Economia & Relações Internacionais.* v.10, p.61-78.

_____ (2011b) "Sobre a governança da cooperação internacional para o desenvolvimento: atores, propósitos e perspectivas". *Revista Brasileira de Administração Pública/RAP*, v.45, n.6, p.1847-68.

GOMES DOS SANTOS, Claire (2012). "A Governança na Cooperação Internacional para o "Desenvolvimento": contradições e desafios na relação entre Organizações Intergovernamentais do Norte e Organizações Não Governamentais do Sul". *Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre. 270p.

HERMET, Guy. (2005). « La governance serait-elle le nom de l´après-democratie ? l´inlassable quête du pluralisme limité ». In: G. Hermet ; A. Kazancigil ; J.F. Prud´Homme (Eds.) *La Gouvernance: un concept et ses applications*. Paris. Karthala. p. 17-47.

IPEA (2010). "Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; ABC - Agência Brasileira de Cooperação". *Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional 2005-2009.* Brasília. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/lerNoticia.asp?id_Noticia=606> (acesso em 21/05/2011).

LEITE, José Luiz B. A (2012). "Experiência da Embrapa na África*".* *Pontes,* v.8, n.6, setembro. Disponível em: < http://ictsd.org/i/news/pontes/145824/>. (acesso em 21/01/2014).

LIMA, Antonio Carlos de Souza (2007). "Notas (Muito) Breves sobre a Cooperação Técnica Internacional para o Desenvolvimento" In: K. C., Silva; D. S. Simão. (Eds.) *Timor-Leste por Trás do Palco: Cooperação Internacional e a Dialética da Formação do Estado.* Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 417-425.

LIMA, José Diniz F. (2012). "A ABC e a Embrapa na África, Parceria na Cooperação Técnica: O Caso de Moçambique. Especialização". *Instituto de Ciência Política e de Relações Internacionais. Universidade de Brasília.* Brasília. Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/3764/1/2012_JoseDinizFerreiraLima.pdf>. (acesso em 10/05/2013).

LOPES, Marcio (2000). "Prática comentada de cooperação internacional: entre a hegemonia e a busca de autonomia". *Mimeo*. Brasília.

MILANDO, João. (2005). "Cooperação sem Desenvolvimento. *Estudos e Investigações.* N. 39. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa.

MILANI, Carlos; SOLÍNIS, Gérman (2002). "Pensar a democracia na governança mundial: algumas pistas para o futuro". In: C. Milani; C. Arturi; G. Solinis. *Democracia e Governança Mundial: Que Regulações Para O Século XXI?* p. 266-291

PAUTASSO, Diego (2011). "O fortalecimento das relações Sul-Sul: estratégia e realidade para os países emergentes". *Revista Conjuntura Austral,* v. 2, n. 8, out./nov.

POWER, Samanta. (2008). "O Homem que queria salvar o mundo: uma biografia de Sergio Vieira de Mello". São Paulo. Companhia das Letras.

PROSAVANA-PD REPORT No. 2. (2013). "Triangular Cooperation for Agricultural Development of the Tropical Savannah in Mozambique. Support Agriculture Development Master Plan In The Nacala Corridor In Mozambique (Pro Savana-Pd)". *Report No.2 Quick Impact Projects*. Disponível em: <www.grain.org/attachments/2747/download>. (acesso em 20/01/2014).

PRO SAVANA-TEC. (2011). "Projeto de Melhoria da Capacidade de Pesquisa e de Transferência de Tecnologia Para O Desenvolvimento Da Agricultura No Corredor De Nacala Em Moçambique". Resumo Executivo. 2011. Disponível em: <http://www.undp.org.br/Extranet/SAP%20FILES/MM/2011/14740/PROSAVANA-TEC%20-%20RESUMO%20EXECUTIVO.pdf>.(acesso em 15/07/2013).

PUENTE, C. A. I. (2010). "A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento, CTPD no período 1995-2005". Brasília: FUNAG.

QUINTANERO, Luís. (2007). "O Banco Central Timorense Criação da Autoridade bancária e o papel das Instituições Internacionais". In: K.C. Silva; D. Simião (Eds.). *Timor-Leste por Trás do Palco: Cooperação internacional e a dialética da formação do Estado.* Belo Horizonte: Editora UFMG. p.122-142.

SÁNCHEZ, Erick Román (2002). "Cooperación y Desarrollo: nueve preguntas sobre el tema". Burgos (España): *Amycos.* Disponível em: <http://www.ciberoamericana.unican.es/documentos/introcoopdes/Cooperación%20y%20desarrollo.%20Nueve%20pregunas%20sobre%20el%20tema.pdf>. (acesso em 08/04/2010).

SEGIB (2011). "Secretaria Geral IberoAmericana. La Coopearación Sur-Sur en Iberoamérica: balance de cinco años". *Estudos SEGIB: Informe de la Cooperación Sur-Sur en Iberoamerica.* N. 6. Madrid. Disponível em: <http://segib.org/news/files/2011/11/Informe-Sur-Sur-2011-ESP.pdf> (acesso em 12/05/2012).

SIMIÃO, Daniel; SILVA, Kelly Cristiane. (2007). "Timor-Leste por Trás do Palco, Um Prólogo". In: K. C. Silva; D. Simião. *Timor-Leste por Trás do Palco: Cooperação internacional e a dialética da formação do Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 11-24.

SCHULZ, N. (2010) "The third Wave of Development Players". *Policy brief.* N. 57. FRIDE.

TRUMAN, Harry S., LIBRARY & MUSEUM. "Truman's Inaugural Address*"***.** Disponível em: <http://www.trumanlibrary.org/whistlestop/50yr_archive/inagural20jan1949.htm.> (acesso em 29/05/2011).

ULLRICH, Danielle; CARRION, Rosinha M. (2012). "A Atuação do Brasil na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: O desafio do compartilhamento de saberes". In: *Revista Desenvolvimento em Questão*, Ano 10, n. 20, maio /ago., p. 4-27.

ULLRICH, D. ; CARRION R.S.M. (2014) "A Cooperação Brasileira na Área da Educação nos PALOPS no período 2000-2012: principais atores e projetos" *SOCIAIS E HUMANAS.* Santa Maria. v. 27, n. 01, jan/abr 2014, p. 146 – 160.

ULLRICH, Danielle; CARRION, Rosinha M. (2014). Em análise a Cooperação "Sul-Sul": Ruptura Ideológica ou Reprodução? *Política & Sociedade*. Vol. 12, p. 65-84, 2014.

VALLE COBÉRIO, Caio Graco (2011). "Os Sistemas-mundo e a Globalização". *III Congresso da Associação Brasileira de Relações Internacionais.* São Paulo.

VISENTINI, Paulo (2006). "O G-3 e o G-20: o Brasil e as novas coalizões internacionais". In: H.Altemani; A.C. Lessa (Eds.) *Relações internacionais do Brasil- temas e agendas*. Vol. 2. São Paulo: Saraiva. p. 159-193.

_____(2008). "O Brasil e a Cooperação Sul-Sul No Pós-Guerra Fria. Políticas externas comparadas, relações bilaterais e multilaterais com as *potências emergentes*". *Projeto de Pesquisa. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais*. UFRGS. Disponível em: < http://paulodaltro.blogspot.com.br/2008/12/o-brasil-e-cooperao-sul-sul-no-ps.html.> (acesso em 24/04/2012).

WALLERSTEIN, "Immanuel. World System Analysis. An Introduction". London: Duke University, 2004.

O PAPEL DA RETÓRICA NO DISCURSO POLÍTICO BRASILEIRO NO CONTEXTO DA COOPERAÇÃO BRASIL-ÁFRICA

Ana Paula Rodrigues Luz Faria
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Email: ana.luzfaria@uol.com.br
Master en Teoría Crítica en Derechos Humanos pela UPO (Espanha); Pós-graduada pela PUC Minas; Mestranda em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade Direito Vitória. Aluna especial em Mestrado em Ciência Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Juíza do Trabalho.

Marta Zorzal e Silva
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Email: mazorzal@gmail.com
Drª. em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2001); Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas–RJ (1981); Estágio Pós Doutoral no Centre for African Studies, University of Basel, Switzerland (2012). Professora titular da Universidade Federal do Espírito Santo. Possui experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Estado e Governo, Instituições Políticas, Participação Social, Políticas Públicas.

Resumo: O presente artigo se propõe a investigar perspectivas retóricas presentes no discurso do Estado Brasileiro para a cooperação Sul-Sul, especialmente diante dos crescentes investimentos que vêm sendo efetuados por empresas brasileiras em países africanos, que passam a ser os maiores destinatários da cooperação técnica. O discurso da cooperação técnica desinteressada fundamenta-se na solidariedade internacional e no resgate da dívida histórica com os africanos, dada a sua importância na formação da etnia brasileira. Coaduna-se, assim, com os princípios constitucionais das Relações Internacionais do Estado brasileiro, os quais dão sustentação a um novo paradigma na construção do Estado Democrático de Direito, como valores supremos da vida social que transcendem os limites territoriais estatais, tratados no artigo 4º da CRFB/1988. A questão que se coloca é o papel da retórica neste discurso desinteressado do Brasil, de modo a possibilitar o desvelar de outros interesses não reconhecidos.

Palavras Chave: Retórica. Cooperação Sul-Sul. Discurso Político. Desenvolvimento. Interesse Econômico.

Introdução

A reconfiguração da ordem política internacional, no limiar do século XXI, contribuiu para que o Brasil, na esfera da política externa, buscasse modificar sua estratégia de ação visando «aumentar sua autonomia internacional, elevando a capacidade de defesa de suas posições, em virtude de seu poder político, econômico e militar» (Fiori,2013:30).Neste contexto, um aspecto que chama atenção no discurso da política externa brasileira, desde 2003, tem sido a promoção de uma agenda internacional voltada para a eliminação da miséria e a redução da pobreza e da desigualdade, calcada no discurso da solidariedade. Tal ênfase tem sido priorizada, sobretudo, em relação à cooperação com países do eixo Sul-Sul com vistas à promoção do desenvolvimento social.

Com a intenção de decifrar e de certa forma elucidar os componentes dessa estratégia o presente estudo tem por objetivo refletir sobre a dimensão retórica presente no discurso brasileiro da cooperação internacional. Partindo-se da constatação de que há diversos ângulos analíticos reveladores da cooperação Sul-Sul, os quais isoladamente, não são capazes de dar conta de todos os aspectos da relação de cooperação, pretende-se limpar o terreno discursivo da retórica, visando trazer elementos que auxiliem explicar a racionalidade estratégica

da Cooperação Sul-Sul (CSS), considerando que o modo concreto como ela se desenvolve ainda demanda pesquisa adicional.

Nesta perspectiva, propõe-se mostrar indicativos de tensionamentos existentes entre o discurso da solidariedade e o que se tem na prática da cooperação brasileira, notadamente, em relação ao continente africano, de modo a desvendar as práticas operacionais emergentes da cooperação, enunciando nuances do imaginário presente dos dois lados do Atlântico. A intenção é destacar a presença de fortes traços das formas de cooperação para o desenvolvimento inauguradas no eixo Norte-Sul, apesar do discurso brasileiro negar aquelas práticas, afirmando defender princípios de horizontalidade e de solidariedade sem exigências de condicionalidades na cooperação para o desenvolvimento internacional.

Mesmo que, no comparativo com os investimentos do Norte e de outras potências emergentes, como a China, a atuação brasileira na cooperação internacional com a África ainda se apresente de forma modesta, no eixo da cooperação técnica o Brasil vai assumindo posição de liderança em alguns setores a exemplo da agropecuária (notadamente no incremento à pesquisa), da saúde (impactando em práticas de acesso ao atendimento básico e tratamento antirretroviral para a AIDS), e na área social, em razão de exitosos programas sociais como o de erradicação da fome. Assim, o Brasil vai assumindo importância cada vez maior para muitos países africanos, notadamente aqueles com o quais compartilha afinidades históricas e culturais.

Neste sentido, o continente africano vem ocupando um local de destaque desde a diplomacia da era Lula, que frequentemente se referiu à dívida histórica e moral e às afinidades do Brasil com aquele continente, ampliando o número de embaixadas ali instaladas, com dobra do quantitativo então existente. Não obstante, paralelamente há uma crescente intensificação das relações comerciais e em investimentos diretos privados nos setores de mineração, na construção civil, no petróleo, entre outros (Almeida&Kraychete,2013:341-374).

Dado o recorte proposto, objetiva este trabalho apresentar alguns desafios e possibilidade de apreensão da CSS pela análise discursiva da «solidariedade», com vistas a apreendê-la e direcioná-la a uma reflexão mais condizente com as diversas realidades. A intenção não é validar ou rejeitar as propostas da CSS encaminhadas pelo Brasil, mas antes, de problematizá-las, a partir da compreensão de que suas formulações vêm em oposição ao modelo de ajuda para o desenvolvimento proposto pelo Norte global. A questão que se coloca é até que ponto a cooperação praticada pelo Brasil traz indícios daqueles universos hegemônicos, de modo a permitir uma análise crítica sobre a necessidade de um redimensionamento teórico da cooperação entre os países do sul global.

Desenvolveremos o trabalho em três tópicos. No primeiro, apresentaremos notas introdutórias sobre formação dos BRICS. Na sequência, realizaremos um breve panorama da Cooperação Sul-Sul, a partir da emergência desses novos atores no cenário da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID). No terceiro, abordaremos a atuação brasileira na cooperação Sul-Sul com enfoque na problematização do discurso político nas relações internacionais com a África de modo a produzir reflexões críticas sobre as motivações diplomáticas e econômicas do país em relação ao continente tendo como foco a indagação: existe efetivamente cooperação técnica despida de condicionalidades?

1 – Do BRICs aos BRICS

Com o fim da Guerra Fria, após a queda do muro de Berlim, em 1989, profetizava-se que os Estados Unidos da América (EUA) seriam a única potência mundial. Entretanto, no limiar dos anos 2000, observa-se que países como Brasil, Índia, China e África do Sul passam a gozar de maior influência em questões importantes da política internacional, despertando dúvidas quanto à centralidade absoluta dos EUA (Ribeiro & Ramanzini Junior, 2013).

Emergiu, neste contexto, o acrônimo BRIC, após o anúncio do relatório do economista Jim O'Neill intitulado «*Building Better Global Economic BRIC*» do grupo Goldman Sachs (2001). O relatório reproduzia a visão do mercado financeiro sobre os referidos países, fundado no mapeamento do crescimento do PIB, renda per capita e movimentos financeiros, e mostrava como estes deveriam ser considerados nas estratégias dos grandes investidores. A análise apontava para uma diminuição do peso dos países do G-7 na economia mundial, paralelamente ao aumento da participação dos BRIC, com ênfase na atuação da China (Carmo, 2011:3), dada

a manutenção de uma considerável taxa de crescimento destes, desde os anos 80. Integrado por Brasil, Rússia, Índia e China, na formação dada aos BRICs, por O´Neill, não houve inclusão da África do Sul, ao argumento dela não possuir as características e capacidades econômicas que motivaram o agrupamento dos quatro demais países (Carmo:2011).

Por sua vez, Brasil, Índia e China, neste cenário, possuíam objetivos políticos distintos e econômicos concorrentes e em disputa pela maior inserção de cada um no mercado mundial. Essas circunstâncias, aliadas às grandes assimetrias políticas e econômicas entre eles, sinalizavam para outros alinhamentos prioritários nas suas políticas externas, o que resultou na não identificação de uma agenda comum naquele momento, embora, no plano mais abstrato, o objetivo imediato perseguido por eles fosse único: disputa pelo capital em circulação no mercado mundial, face à lógica predominante do capital financeirizado a que estavam submetidos para atingir o objetivo do desenvolvimento econômico (Carmo,2011:7-9).

A crise financeira internacional de 2007-2008, no entanto, alterou esse panorama, notadamente no âmbito político, ao colocar como desafio para cada um dos países, não deixar que as negociações econômicas internacionais sobre a conjuntura ficassem restritas ao G-7[1] (Carmo, 2011:10). Apesar de a crise ter provocado efeitos diversos sobre os BRICS, tendo a Rússia, sofrido o maior impacto, tal conjuntura possibilitou a criação de uma zona de convergência política «entre esses novos atores da economia política internacional» (Idem p. 10), e também a criação de maiores vínculos, a partir da percepção da baixa influência que possuíam nas pautas que tratavam do sistema financeiro internacional. Nessa conjuntura crítica foi de especial relevância a atuação do governo brasileiro, movida pelo reconhecimento da importância do agir de maneira coordenada com a Índia e a China, no interior das organizações internacionais, com a finalidade de promover maior concertação e unificação do Sul Global. Com isso, no ano de 2009 ocorreu a primeira reunião de cúpula dos BRICs, deflagrando-se a concepção de uma aliança política tendo como foco uma concertação internacional.

Outras reuniões ocorreram visando a consolidação dessa estratégia, sendo que, no ano de 2011, deu-se a inclusão da África do Sul, alterando-se a denominação do grupo para BRICS. No mês de julho de 2014, no Brasil, realizou-se a VI Cúpula dos BRICS, com ênfase à inclusão social e no desenvolvimento sustentável, deliberando-se sobre o Arranjo Contingente de Reservas (CRA), que constitui linha de defesa adicional aos países mandatários e sobre o Novo Banco de Desenvolvimento com vistas ao financiamento de projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável[2], com sede em Xangai, na China, e a primeira presidência exercida pela Índia.

Ao longo desse processo de articulação entre esses cinco países procurou-se reforçar o papel dos BRICS como «espaço político de concertação para agenda econômico-financeira internacional e fortalecer os laços entre os seus membros através dos mecanismos de cooperação para o desenvolvimento nas áreas de agricultura, energia e científica-tecnológica» (Carmo, 2011:11). No entanto, devido à presença de fortes assimetrias políticas e econômicas existentes entre esses países, tais fatores impediram a formação de uma aliança no sentido de constituir um instrumento para promover e institucionalizar a redistribuição do poder econômico em escala mundial. Foi mantido o caráter «informal da aliança, não havendo um texto constitutivo, nem uma burocracia ou recursos financeiros para promover o aprofundamento da articulação entre os cinco países»(Idem:11).

Apesar dessas características, com a entrada dos BRICS no palco internacional, a cooperação para o desenvolvimento ganhou nova dinâmica, na medida em que esses países passaram a afirmar-se cada vez mais como vetores alternativos dos investimentos, tecnologias, ideias e produtos disponíveis para os países demandantes de apoio e cooperação internacional. Por sua vez, o Brasil, segundo Madeira et. al.(2011) possui interesse diferenciado na articulação dessa estratégia de cooperação internacional, cujas evidências podem ser vistas na análise das principais diretrizes da política externa da primeira década do século XXI, que foram crescentemente

---

[1] Grupo dos 7, formado por EUA, Canadá, Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Japão.

[2] Ver sítio eletrônico da Presidência da República do Brasil na publicação: "No Brasil em Pauta, Embaixador comenta resultados da VI Cúpula do BRICS, que permitiu avanços na infraestrutura de países em desenvolvimento". Disponível em http://diplomaciapublica.itamaraty.gov.br/32-brics, [Consultadoem 18/07/2014].

«pautadas pelo‘engajamento na luta contra pobreza e a fome no mundo’, pelo ‘estreitamento das relações com países emergentes’ e pelo ‘alinhamento de desenvolvimento político ao socioeconômico’» (Madeira et al., 2011:.21). Além disso, na medida em que o equilíbrio entre os Estados nacionais foram amplamente impactados pelos processos de intensificação das interações transnacionais, impulsionadas pelos processos de globalização, o Brasil procura posicionar-se, de um lado, de modo a «contribuir para a construção de um sistema mundial multipolar, em lugar da atual unipolaridade norte-americana», e por outro lado, no que concerne aos « temas econômicos busca o reforço dos organismos multilaterais e as alianças de geometria variável, como o G-20 e o G-3» (Vizentini 2006,*apud* Madeira et. al., 2011:21).
Desse modo, os BRICS comparecem como novidade no âmbito da política externa brasileira, ao mesmo tempo em que surgem como novos protagonistas com a criação e o fortalecimento de redes de intercâmbio Sul-Sul. Entretanto, adverte Carmo (2011:13-14) que como eles se encontram em situação de disputa de espaços no mercado internacional, e em concorrência seja por meio da promoção de suas exportações, seja na atração de fluxos de capitais, a possibilidade de construir uma aliança visando uma proposta estratégica comum é improvável, assim como também o é a capacidade de modificar as instituições internacionais ou definir um projeto de reforma para o sistema econômico internacional, na medida em que existem diferenças insuperáveis nas condições socioeconômicas e nos objetivos dos referidos países.

2 – A Cooperação Sul-Sul

A CSS tem se constituído em objeto de inúmeros estudos nas últimas décadas, todavia, Iara Leite, argumenta que o termo, que vem sendo utilizado largamente por governos, organizações internacionais e entidades da sociedade civil, tem sido concebido enquanto um conjunto amplo de fenômenos voltados às relações entre os países em desenvolvimento, caracterizadas pela formação de coalizões múltiplas, pela assistência em prol do desenvolvimento, por arranjos regionais de integração e pela barganha coletiva em arranjos internacionais. Já para especialistas, prossegue Leite, representa uma modalidade da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, CID (2012:1).
O fato é que em razão do baixo interesse no estabelecimento de uma definição precisa acerca da CSS observa-se a utilização de variadas definições, com utilização ora da expressão «cooperação», ora, «colaboração». Com frequência, algumas experiências de CSS mesclam elementos próprios da cooperação bilateral, da triangular e da regional. A coincidência simultânea desses elementos dificulta a classificação dessas experiências numa modalidade concreta (SEGIB, 2014).
A cooperação entre os povos do Sul ganhou impulso com o movimento independentista afro-asiático, remontando à conferência de Bandung (1955), o surgimento da classificação Sul-Sul e Norte-Sul. A conferência concretizou a percepção da capacidade de organização desses povos sem vinculação à presença de um país/ator dominante, a exemplo dos Estados Unidos e União Soviética (Amin, 2003). No mesmo evento, emergiu uma terceira categoria que resultou na formação do Movimento dos Países Não-Alinhados (MPNA), no ano de 1961, cujo pressuposto era assumir uma neutralidade dupla, tanto frente ao bloco comunista, liderado pela URSS, como em relação ao bloco capitalista, encabeçado pelos EUA. Neste cenário iniciou-se, ou pelo menos foi se tornando mais clara para os países do Sul global a oposição Norte-Sul, que passou, para eles, a ter menos importância do que conflito Leste-Oeste.
O momento representou, para além de uma simples oposição, um ambiente de busca de compartilhamento de interesses, entre Estados que tinham similares problemas e histórias de colonização, abrindo-se espaço à cooperação, frente às forças hegemônicas que cindiam o mundo em duas zonas de influência. Naquele contexto foi estabelecida a cooperação entre os países da Ásia e da África de acordo com a busca das ex-colônias pela Nova Ordem Econômica Internacional.
Alguns princípios de cooperação amigável foram previstos em Bandung: respeito aos Direitos Humanos fundamentais e aos princípios da Carta as Nações Unidas; respeito pela soberania territorial e pela integridade das nações; reconhecimento da igualdade das raças entre todas as nações; não intervenção ou interferência nas questões domésticas de outro país; respeito ao direito de defesa e abstenção de atos de ameaça ou de agressão

ou do uso da força contra a integridade territorial e política de qualquer país, priorizando-se a resolução de conflitos por vias pacíficas etc. (CVCE, 1955). A CSS surge assim como consequência do não-alinhamento dos países do Terceiro Mundo durante a Guerra Fria, com forte caráter ideológico e político.

Na década de 1960, foi formada a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)[3], e instituído o Grupo dos 77[4], consolidando a institucionalização da solidariedade dos países do Sul, servindo de impulso à Cooperação Técnica (CTPD) e a Cooperação Econômica entre os Países em Desenvolvimento (CEPD). E assim, nos idos do ano de 1961, os primeiros debates sobre as coalizões Sul-Sul foram consolidados, no seio da primeira conferência do MPNA, com participação de 23 países afro-asiáticos, um da América Latina (Cuba) e um europeu (Iugoslávia), movimento esse que, na visão de Soares Leite, pode ser concebido como a institucionalização da cooperação Sul-Sul (2008:50-54).

Em 1974 foi criada a Unidade Especial para Cooperação Sul-Sul do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU), com vistas à promoção da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento. Posteriormente, em 2003, foi ampliada a sua atuação para a CSS, incluindo também, no plano econômico e político, a colaboração entre os Estados em desenvolvimento[5]. Vê-se que, com o tempo a CSS foi ganhando maior abrangência, compreendendo no conceito de países do Sul todos aqueles que, a partir de uma herança colonial exploratória, foram posicionados à margem do sistema internacional de nações.

No âmbito da cooperação econômica, Iara Leite ressalta como marco central de ação para a cooperação o primeiro choque do petróleo, em 1974, identificando a formação da OPEP como também a mais eficaz na história de barganha do Sul, «vis-à-vis» os países industrializados (2012:17). Já no âmbito multilateral, a cooperação técnica e econômica, ganhou fóruns mais específicos, tendo a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) organizado a Conferência sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento(CTPD), com 138 países participantes.

Na década de 80 e até meados dos anos 90, ocorreu forte recuo nas relações Sul-Sul derivadas de uma série de fatores. Primeiro devido ao desequilíbrio da economia internacional causado pelos impactos da crise econômica mundial ocorrida nos anos 80, que aliada à forte dependência das economias periféricas conduziu nestes países ao problema da crise da dívida externa. No caso dos países da América Latina, outro agravante foi o fato de a maioria dos países concomitantemente estarem passando pelos processos de transição à democracia o que reduziu ainda mais suas capacidades para voltar-se a articulações no plano externo. Além disso, um terceiro fator decorrente da referida crise econômica, foi à emergência de um novo modelo de desenvolvimento, focado no ajuste neoliberal, que acabou levando os países do Sul a competir pela recepção de investimento estrangeiro direto desmobilizando décadas de ações conjuntas voltadas à reforma da ordem econômica mundial, arrefecendo as próprias iniciativas da CSS. Finalmente a queda do muro de Berlim e com ele o regime soviético colocou em suspenso o próprio eixo central do movimento dos países do sul, ou seja, a busca de autonomia diante da disputa bipolar (Leite, 2012: 18).

Entretanto, uma conjuntura distinta emergiu no limiar dos anos 2000, marcada pela maior consolidação das mudanças causadas pelos processos de globalização, e pelo retorno ao multilateralismo nos países do sul. No âmbito doméstico, sobretudo no Brasil, cresciam as insatisfações com os impactos sociais causados pelos ajustes neoliberais, ao mesmo tempo em que a recuperação econômica de parte dos países do sul também estivesse ocorrendo ancoradas, sobretudo, na alta dos preços das *commodities*, o que contribuiu para emergir um novo contexto em que alguns países do sul puderam reassumir maior protagonismo em relação à CSS na cena internacional (Boscaine,2013:17).

Essa nova conjuntura, além resgatar as atuações em prol da união em torno de barganhas no âmbito multilate-

---

[3] Ver: United Nations Conference On Trade and Development. Disponível em: http://unctad.org/en/Pages/Home.aspx [Consultado em 25/07/2014]

[4] Nos dias 11 e 12 de junho de 2004, em sua décima sessão, foi comemorado em São Paulo o aniversario de 40 anos da criação do G77. Ver: http://unctad.org/pt/docs/td405_pt. [Consultado em 26/07/2014].

[5] Ver : United Nations Office For South-South Cooperation (UNOSSC). Disponível em http://ssc.undp.org/content/ssc/about/Background.html [Consultado em 26/07/2014].

ral, sobretudo aquelas entre países em desenvolvimento que, no âmbito da OMC, atuaram em prol da quebra das patentes de medicamentos antirretrovirais, assim como pela abertura comercial dos países desenvolvidos para os produtos agrícolas (G-20), foi muito além buscando estabelecer conexões com outras potências emergentes (Leite, 2012: 21). Com isso inaugura-se uma nova fase mais intensa e complexa em que os países emergentes passam a ser muito mais atuantes, dando origem a partir de então do conceito de Sul Global, estreitamente relacionado ao auge da globalização (Boscaini, 2013:17). Entre 2000 e 2007, além de conferências e reuniões mais frequentes, foi realizado o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul, em 2003, e emergiu o agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul (BRICS), que começou a trabalhar coletivamente a partir de 2006, fortalecendo a CSS e legitimando a busca por novos modos de promoção de desenvolvimento. O G-77 já havia realizado, em 2000, a primeira Cúpula do Sul, em Havana[6], quando foram destacados os princípios de soberania e igualdade soberana dos Estados, integridade territorial e não intervenção nos assuntos internos de qualquer Estado, marcando o início da ação de novos protagonistas responsáveis por catalisar e disseminar atividades de cooperação.

Subsequentemente, em 2005, foi realizada em Doha a Segunda Cúpula do Sul destacando-se a relevância da cooperação econômica para a CSS. O resultado foi a publicação do Plano de Ação de Doha[7], com o estabelecimento de variadas medidas, enfatizando a sua importância na superação do desenvolvimento em uma economia mundial em processo de globalização. Nesta ocasião foram tratadas ações asseguradoras de fluxos de investimento para países em desenvolvimento, com vistas também ao fortalecimento da cooperação em outras áreas como a tecnologia e a medicina. E em 2009, foi realizada a Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre CSS, ocorrendo em dezembro de 2011, na Coréia do Sul, o Quarto Fórum de Alto Nível sobre Efetividade da Ajuda, quando houve o reconhecimento da CSS enquanto modalidade de cooperação internacional para o desenvolvimento.

Com o rearranjo de força e ações verificado a partir de então, observa-se que as estratégias e ações praticadas na década de 1970, ressurgem com potencial inédito ao lado de novas coalizões multilaterais, no século XXI. Nesse sentido, destaca-se o reforço da cooperação triangular, sobretudo nas atividades da Cooperação Técnica entre Países para o Desenvolvimento (CTPD), cuja atuação ressurge revigorada contribuindo para o desenvolvimento das nações do sul, envolvendo muitas vezes conexões entre dois países em desenvolvimento, com intermediação de um país desenvolvido[8].

Vale frisar que, além da diversidade dos atores, a cooperação Sul-Sul proclama os princípios da não interferência em assuntos internos, o respeito à soberania, à igualdade dos cooperados, à diversidade dos métodos presentes na colaboração, priorização dos recursos locais, à maior simplicidade e celeridade, à preservação da identidade da cultura e da diversidade, ao menor custo e à adaptação do que é prioritário à nação. Outro aspecto a ser sublinhado é que as relações de CSS possuem a vantagem de operar em contextos menos assimétricos do que a relações de cooperação Norte-Sul, tendo em vista que as realidades dos países do norte estão em grande descompasso e assimetrias em relação às nações do sul.

Mas, tanto Leite (2012), como Pino (2010; 2012), advertem que a CSS é um conceito de difícil definição, pela variedade de países que integram o "Sul", e pela diversidade de atividades desempenhadas por eles no âmbito da CSS. Além disso, esses autores destacam que os estudos indicam que a partir dos anos 90, as questões econômicas se colocam em zona de tensionamento com os princípios de solidariedade da CSS.

Ressaltam que a ausência de condicionalidades políticas no discurso da CSS, o que seria de praxe e explícito no contexto da AOD, não raro aglutina cooperação técnica e a cooperação econômica em um mesmo projeto, o que, muitas vezes, atrai a implementação de condicionalidades que vão de encontro à horizontalidade que lhe serve de tônica. Com isso, os países receptores acabam assumindo ônus que vão desde o compromisso da

---

[6] Disponível em:http://www.g77.org/search.php?query=marrakech&search=1, [Consultado em 26/07/2014].

[7] Ver sítio eletrônico:http://siteresources.worldbank.org/INTEDS14/Resources/gppp_gdn_wp.pdf, [Consultado em 22/07/2014].

[8] Para uma discussão mais ampla sobre abrangência conceitual da cooperação Sul-Sul e suas implicações, ver: Leite (2012)

compra de insumos e contratação de mão de obra para execução do projeto de cooperação até a vinculação da liberação de linhas de créditos e de investimento para execução de projetos, o que na prática resulta na quase reprodução da lógica hegemônica presente na cooperação Norte-Sul (Pino, 2010).
Diante dos indícios levantados por Leite (2012) e Pino (2010; 2012), problematiza-se questionando em que medida os princípios humanitários e solidários presidem as ações e estratégias da CSS, em geral, e da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), em particular. Respostas a estas questões, no entanto, carecem de estudos empíricos sobre as coalizões e redes que se estabelecem no âmbito da execução dos projetos. Adiante retomaremos essa questão, por ora interessa explorar ainda outras dimensões da Cooperação Sul-Sul.

3 – Cooperação Sul-Sul: Brasil-África. Cooperação sem condicionalidades?

Ressalta Cesarino(2012:2) que a cooperação sul-sul usualmente assume uma tendência de ser observada e apreendida na ótica de situações familiares mais conhecidas, no caso, «o desenvolvimento internacional feito pelos países do norte, desde ao menos a Segunda Guerra Mundial».
Tendo essa concepção como pano de fundo à abordagem, uma das «reações espontâneas» mais comuns, no tema da CSS, especialmente quando se trata de África Subsaariana, é fazer a leitura sob a lente do neocolonialismo, onde em princípio poderíamos enquadrar o caso da China, por exemplo, cuja atuação é acompanhada por muitos discursos e propagandas negativas, especialmente por parte dos EUA.
Outras abordagens, como propõe Cesarino (2012), assumem uma tendência de enquadramento da CSS num arcabouço de governabilidade e outras questões afins. Essas apreensões, ou mesmo, reações, vão se associando às correntes acadêmicas, caminhando à formação de um senso comum tanto dos países que vão oferecer ajuda, como também em relação aos países receptores da ajuda para o desenvolvimento, em torno de questões atinentes à verticalização, dominação e controle, presentes no cenário do desenvolvimento internacional.
Como vimos, na última década emergiu um «cenário renovado» da CSS. Três dimensões facilitaram sua profusão: uma dimensão política, relacionada à geração de perspectivas e práticas alternativas entre os países em desenvolvimento, favorecendo a comunicação e o estreitamento das relações bilaterais à criação e revitalização de coalizões regionais e inter-regionais; uma dimensão técnica, a partir da qual países em condições de desenvolvimento adquirem capacidades intelectuais e coletivas por «intermédio de intercâmbios cooperativos em conhecimentos, experiências tecnológicas, expertises tecnológicas, que se traduzem em projetos e programas de cooperação»; e uma dimensão econômica, materializada no âmbito comercial, financeiro e de investimentos (Pino, 2012:239).
A América Latina, neste contexto, comparece com maior intensidade e dinamismo de experiências na CSS, palco de avanços e articulações positivas, e do estabelecimento de importantes marcos estratégicos como o conceito de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), que foi fruto da Conferência de Buenos Aires (1978).
Por sua vez, o maior empenho do Brasil nas atividades de cooperação com outros países em desenvolvimento, o coloca entre os principais doadores do Sul, ao lado de países como Índia e China. Essa posição, como vimos, decorre da própria trajetória do sistema brasileiro de cooperação e se relaciona com o atual estágio de desenvolvimento alcançado pelo país, além de integrar a política externa vigente que visa o fortalecimento das relações do eixo Sul-Sul[9].
Assim, além da maior diversificação em relação aos países sul-americanos, o Brasil, nesta nova etapa, voltou também com maior intensidade seu olhar e a atenção para a África (Pino, 2012; Soares Leite, 2008; Boscaini, 2013).
Não é propósito aqui tratar das complexidades e nuances da CSS, no eixo da cooperação técnica Brasil-África,

[9] Soares Leite (2008) ao analisar a politica externa brasileira, no século XX e XXI, destaca que a CSS teve papel central na estratégia de inserção internacional em três períodos de governo: Quaros e Goulart (1961), Geisel (1974-1979) e Lula (2003-2006)

tampouco investigar os benefícios e os malefícios surgidos com a atuação do Brasil e das empresas brasileiras naquele continente. A intenção que nos move é trazer a reflexão alguns pontos que chamam atenção para, na perspectiva da análise do discurso, evidenciar as contradições existentes no discurso de ajuda desinteressada frente à lógica de expansão do mercado capitalista, que vem acompanhando a atuação brasileira no continente africano.

Os processos de globalização aliados aos realinhamentos na geopolítica mundial, sobretudo a partir do limiar do século XXI, como vimos, abriram espaço para que os países emergentes do sul global expandissem suas áreas de influência e de cooperação para outros países ainda não industrializados, nos quais se inclui os países africanos. Neste cenário, muitos países procuraram consolidar alianças estratégicas tanto nos limites regionais, como fora deles, «fazendo da cooperação um instrumento de política externa» (Almeida&Kraychete,2013: 341-374). Apesar da cooperação brasileira para o desenvolvimento ainda possuir dimensões modestas quando confrontada com outras potências ditas «emergentes», como é o caso da China, o Brasil se posiciona como referência mundial em áreas como a pequisa agropecuária, o atendimento básico na saúde, o tratamento com antiretrovirais para a AIDS e também na área social, a partir dos programas de transferência de renda e alimentação escolar. Com essas ações o Brasil assume sua importância cada vez mais reconhecida pelos países africanos, especialmente aqueles de língua portuguesa, foco principal da política externa brasileira na África.

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e os produtores de algodão, passaram a ser os destinatários principais da cooperação técnica brasileira, sob o discurso da dádiva, fundamentado na solidariedade internacional, na necessidade de resgate e compensação da dívida histórica para com os africanos na formação da multietnica sociedade brasileira (Almeida & Kraychete, 2013:342). Não obstante, resulta imperioso reconhecer a existência de outros interesses econômicos omitidos no discurso brasileiro, que não podem ser ignorados nesta relação com os países africanos, tais como a necessidade de inserção competitiva do Brasil no mercado globalizado, e sua busca pela integração regional.

Dessa perspectiva, Almeida & Kraychete (2013), ressaltam que o discurso da dádiva, que sustenta a cooperação Sul-Sul, pressupõe que sua compreensão seja entendida como uma «relação de obrigações recíprocas destituídas de conflito e carregadas de valor moral, em contraposição a uma troca comercial interessada na qual se busca a satisfação de um interesse». Nesse sentido as autoras pontuam que se efetivamente a cooperação brasileira pode ser orientada por uma política externa que seja embasada em princípios de solidariedade internacional, da redução da desigualdade e cooperação entre os povos, na prevalência dos direitos humanos, artigo 4º da CRFB/1998 (BRASIL, 1988), observa-se que há conflitos entre os investimentos que estão sendo efetuados a propósito da cooperação desinteressada e os efetivos anseios do povo e do Governo Moçambicano (Almeida & Kraychete, 2013: 341-374).

Vale sublinhar que a ajuda externa, desde seus primórdios nos anos de 1950, sempre esteve presente no cenário internacional acompanhada por um forte conteúdo moral pautado por ideias de solidariedade e humanidade considerando que, dentro do sistema internacional, o doador de ontem poderia ser o beneficiário de amanhã. Assim, em especial, nas situações de colapso causadas por guerras ou desastres naturais, sempre foi reservado algum tipo de ajuda, a exemplo da ajuda para a reestruturação de países europeus vitimados pela Segunda Guerra Mundial, ou no mesmo diapasão a ajuda dada aos países em desenvolvimento, a partir de concepções do estado de miserabilidade de seus povos (Almeida & Kraychete, 2013: 341-374).

A questão é que nessa ação cooperativa do eixo Norte-Sul, a observância de condicionalidades na ajuda sempre foi mais clara. Essas condicionantes já serviam a sinalizar que a cooperação não se daria de modo isento e desinteressado, e nem sempre seria coincidente com a «real necessidade daquele que buscava ajuda» (Almeida & Kraychete, 2013: 343). Em cenário mais recente dos anos de 1980, a cooperação passou a seguir as condicionantes ditadas pelo Banco Mundial[10] e pelo Fundo Monetário Nacional, com o compromisso de que os países receptores agiriam no propósito de promover a estabilidade econômica, reduzindo a intervenção Estatal.

Observado o recorte metodológico proposto no presente estudo, importa destacar, que ao contrário do que se apresenta claro na cooperação Norte-Sul, verticalizada, o discurso da cooperação Sul-Sul do Brasil com a

[10] Ver sítio eletrônico do Banco Mundial. Disponível em http://datos.bancomundial.org, [consultado em 24-07-2104].

África, concebida como horizontal pela ausência de reconhecimento de relação de poder hegemônica, parte do princípio da solidariedade e do compartilhamento de experiências, a partir de um pressuposto de que os países se encontram em semelhante situação de desenvolvimento, voltando-se o compartilhamento a «experiências» e «conhecimentos». O trecho, a seguir, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), evidência o discurso da diplomacia brasileira:

> A cooperação técnica no Brasil é desenvolvida segundo duas vertentes: a cooperação horizontal (ou "Sul-Sul") e a cooperação recebida do exterior.A cooperação horizontal refere-se à cooperação técnica implementada pelo Brasil com outros países em desenvolvimento, por meio da qual o compartilhamento de experiências e conhecimentos disponíveis em um amplo espectro de instituições brasileiras junto a instituições de países interessados na cooperação com o Brasil permite promover o adensamento de suas respectivas relações em distintas dimensões, dentro do marco de uma política externa solidária no campo da Cooperação para o Desenvolvimento [11].

Se por um lado existe, especialmente no caso das relações Brasil-África, uma real mudança de paradigma, se considerada a menor assimetria entre os países cooperantes (quando comparado à relação de cooperação Norte-Sul), e ainda, a possibilidade efetiva de reestruturação dos respectivos países, a partir da transmissão do *know-how* em setores estratégicos, apresentando-se, assim, como uma alternativa que se apresente viável para o desenvolvimento em curto prazo, por outro lado, é preciso dar visibilidade aos interesses envolvidos nesses processos. Mais que isso, é necessário explicitar que tais processos implicam em mudanças profundas que por sua vez conduzem a perdas e custos para segmentos populacionais que serão afetados. Elementos estes que são silenciados no discurso das linhas mestras da política externa brasileira, alicerçada na defesa da paz, na solução pacífica das controvérsias, na prevalência dos direitos humanos, na busca pelo desenvolvimento, na autodeterminação dos povos, na redução das desigualdades.

Além disso, no plano discursivo é desconsiderada a existência de assimetrias na cooperação e mais, considera-se que há confluência das motivações altruístas com os interesses próprios do Brasil.

Outra questão que deve ser tensionada é que, embora os cooperadores brasileiros possam dominar os processos técnico-organizacionais em sua área de atuação, eles não detêm grande conhecimento sobre as reais necessidades e os anseios dos povos africanos, tampouco sobre os desafios que envolvem a sua política de desenvolvimento. A se considerar que a CSS não representa somente uma cooperação técnica relacionada a programas, mas também uma cooperação associada a projetos de desenvolvimento é necessário o investimento na capacidade dos países parceiros definirem suas próprias noções de desenvolvimento, de modo a poderem refletir e propor as alternativas possíveis, sustentáveis e inclusivas. Afinal, o que se entende por desenvolvimento?

A concepção do que se entende por desenvolvimento situa-se num campo de disputa discursiva, em que diferentes tradições de pensamento reivindicam legitimidade no plano discursivo quer seja acadêmico, político ou societário. Desse modo, envolve disputas de sentido em três aspectos principais: a visão ou medida do que deve ser uma sociedade desejável; a visão do processo histórico de mudança social; e a visão de quais devem ser os esforços deliberados de melhoria a serem efetuados por agências ou agentes de desenvolvimento (Thomas,2000:48). Significa dizer que tais concepções assentam-se em diferentes pontos de vista da história e sobre como o desenvolvimento deve ocorrer, desaguando em distintas prescrições sobre quem detém a posição de agente condutor do processo e como ele poderá ser alcançado, o que implica em «embates hegemônicos e contra-hegemônicos pela afirmação e legitimação de sentidos» (Zorzal e Silva, 2014).

Desse ponto de vista, resalta-se a que a discussão sobre desenvolvimento implica em primeiro lugar em explicitar os pressupostos que fundamentam as concepções que orientam as diversas modalidades de cooperação entre os países doadores e os receptores da cooperação para o desenvolvimento. Para tanto, é preciso pensar a

---

[11] Ver sítio eletrônico da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Disponível em http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Vertentes, [Consultado em 01/07/2014].

problematica do desenvolvimento a partir da dinâmica societaria, o que implica em considerar o modo como as relações sociais se estruturam, portanto o modo como desigualdades e diferenças são historicamente configuradas nas respectivas sociedades; o que implica em considerar como interesses se expressam e os conflitos se realizam, sobretudo nas sociedades receptoras da cooperação, visando estabelecer uma pactuação minima que leve em conta os diversos segmentos sociais constitutivos dessa sociedade, assim como quais são os custos sociais destes processos nunca exclarecidos a priori. Sobre este aspecto vale ressaltar que a ação cooperativa leva impressa a marca socio cultural que caracteriza os promotores da cooperação. Significa dizer que:

> [...] junto com os programas de cooperação e investimentos diretos "viaja" todo um universo de relações, sentidos e racionalidades que se sobrepõem assimetricamente nas sociedades receptoras, impondo-lhes condicionalidades e reordenamentos estruturais, que impactam o meio ambiente e a sociedade como um todo. Tais processos acabam ampliando as desigualdades sociais e econômicas em virtude da concentração de capital e de poder que eles induzem (Zorzal e Silva,2014:40).

Visto desse ângulo, não há possibilidade de dissociar o discurso solidário do Brasil, lastreado por princípios que tem por fim a redução das desigualdades entre os povos, sobretudo, quando se observa, a partir das relações estabelecidas pelas empresas brasileiras, também inseridas no discurso como integrantes desse mesmo processo de cooperação e ajuda. Com o pretexto da cooperação, inúmeras são as empresas que vêm se instalando, especialmente nos países de língua portuguesa do continente Africano. Entre elas destacam-se: Construtora Norberto Odebrecht S.A, Companhia Vale do Rio Doce, Grupo Correa Camargo, Grupo Andrade Gutierrez, Petrobras, etc. Notadamente em Moçambique, por exemplo, a relação dos investimentos da iniciativa privada atuando nos projetos de cooperação, evidenciam as contradições. Os projetos de investimentos dessas empresas impactam desigualmente os diversos grupos sociais moçambicanos, produzindo efeitos perversos sejam no âmbito territorial, social, cultural e ambiental, determinando mudanças profundas cujos custos afetam de modo contundente os segmentos mais desfavorecidos da sociedade (Garcia, A. S., Kato, K., Fontes, C. 2013; Zorzal e Silva, 2014).

Existem várias questões polêmicas envolvendo a atuação das empresas brasileiras em Moçambique. O site do Instituto Humanitas da UNISINOS (2011) publicou entrevista efetuada com o ativista da ONG moçambicana Justiça Ambiental, Jeremias Vunjanhe, também de organizações de base comunitárias em Moçambique, no qual relata as contradições existentes entre a promessa de ajuda cooperativa ao desenvolvimento e o que se verifica na prática.

Indagado sob a percepção das comunidades sobre a atuação da empresa brasileira, Vunjanhe é contundente:

> [...] Como cidadão moçambicano, vejo o processo de instalação da Vale em Moçambique com muita preocupação, perplexidade e indignação. Aparentemente, a Vale seguiu formalmente todos os procedimentos exigidos por lei para dar início ao processo de instalação e obtenção da concessão do projeto de carvão de Moatize. Dada a sua capacidade de propaganda, a instalação da Vale aqui foi vista como promissora e despertou muitas expectativas no povo moçambicano, esperançados por oportunidades de emprego e de desenvolvimento do país. Porém, muito rapidamente a instalação da Vale Moçambique converteu-se num dos mais bem sucedidos processos de transformação do país numa plataforma privilegiada para a realização dos interesses capitalistas excludentes e alheios aos moçambicanos, dos grandes grupos empresariais e países do centro e emergentes.

Ademais, Vunjanhe destaca que há existência de grande tensão no ambiente de trabalho, pelo tratamento desigual conferido aos trabalhadores recrutados em Maputo em relação aos filhos de dirigentes políticos que estão na capital em Moçambique. Denuncia o labor precário em relação a trabalhadores de menor instrução e o problema da falta de diálogo. Sublinha a queixa dos trabalhadores ao serem forçados a servir-se de alimentos

que lhe provocam alergias, denunciando descontos irregulares nos salários e trabalho inseguro, situações que seguem sem defesa coletiva em razão do enfraquecimento das entidades sindicais dado o longo contexto de ditadura de partido único, com limitação dos direitos e liberdades fundamentais do povo.

O depoimento de Vunjanhe reforça a constatação de que os projetos executados pelas empresas brasileiras têm suscitado muitas críticas e discussões envolvendo governo, ambientalistas, acadêmicos e organizações da sociedade civil em torno dos custos e benefícios econômicos, sociais e ambientais,assumindo forma de denuncia da ausência de respeito aos modos tradicionais da sociedade e, inclusive, à livre circulação dos cidadãos das comunidades de Moatize.

Tais questionamentos não se voltam apenas para o Brasil. Também no caso dos demais países integrantes do BRICS, estudos realizados pelo *Policy Center*[12]evidenciam que a participação da África do Sul no grupo de emergentes não é pacífica no plano interno dos países africanos, tendo em vista que ela é considerada porta de entrada para os demais. A manifestação do Líder da Liga Jovem do Congresso Nacional Africano (CNA), Julius Malema, contida no estudo referido (p. 4), mostra o temor dos africanos em relação à exploração da África pelos demais países, nos seguintes termos:

> As pessoas usam a África do Sul para entrar na África e tomar os recursos minerais do continente. A China é o país número um que recorre a esta prática. Os investidores chineses não dão nada, nem trabalho. Eles apenas abrem cidades chinesas e providenciam tudo... Eles não deixam nada.

O fato é que, não obstante o cenário de grandes tensões apresentado, do ponto de vista do discurso da diplomacia brasileira a partir do Governo Lula, a ênfase é colocada no reforço das capacidades e entre os parceiros, via relações horizontais, que resultaria em benefícios para ambos.

Os fragmentos abaixo, extraídos do discurso proferido pelo Presidente Lula no dia 05 de novembro de 2003[13], por ocasião do jantar oferecido pelo Presidente de Moçambique Joaquim Chissano, ilustram o tom do discurso da ajuda desinteressada presente nos acordos de cooperação técnica entre o Brasil e os países do continente Africano.

(1) O Brasil tem uma dívida histórica e, conseqüentemente, precisa contribuir de forma decisiva para o pagamento dessa dívida.

(2) A forma mais correta de retribuirmos o sacrifício que os africanos tiveram é estabelecer a mais perfeita política de harmonia com a África. E é um pouco o que viemos fazer aqui.

(3) Essa relação que o Brasil pretende manter com os países da África não é uma relação de um país imperialista com vocação de hegemonia. Nós já estamos cansados, já fomos colonizados, já nos libertamos do hegemonismo.

(4) Nós, agora, queremos parceria, queremos companheirismo, queremos trabalhar juntos para a construção de uma política internacional equânime, para organismos multilaterais e democráticos para que tenhamos igualdade de oportunidades.

(5)

Dessa perspectiva a cooperação é concebida dentro de uma política equânime, igual, sem que sejam observadas possíveis assimetrias existentes entre os cooperados, decorrentes de seus diversos estágios de desenvolvimento. O foco está no plano das ideias e das paixões. Por meio do reforço dos elementos emotivos o compromisso solidário comparece em quase todos os discursos da política externa do Brasil para com o continente africano.

---

[12] Ver estudo intitulado "Entrada da África do Sul no Bric". Sítio eletrônico http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/558/doc/1785962113.pdf [Consultado em 16/07/2014].

[13] Disponível em http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/2o-semestre/05-11-2003-palavras-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-reuniao-com-joaquim-chissano-presidente-presidente-da-republica-de-mocambique/view, [Consultado em 19 de julho de 2014].

Assim, a fala do então ministro das relações exteriores Celso Amorim, ilustra por outro ângulo as dimensões ressaltadas:

> Como declarou o presidente Lula, o estreitamento das relações com a África constitui para o Brasil uma obrigação política, moral, e histórica. Com 76 milhões de afrodescendentes, somos a segunda maior nação negra do mundo, atrás da Nigéria, e o governo esta empenhado em refletir essa circunstância em sua atuação externa (Amorim, 2003).

O peso dos laços de sangue presentes no discurso da cooperação Brasil-África, na visão de Bodomo (2011:78), coloca o Brasil em real vantagem sobre a Europa, a China e a Índia. Para o autor, mais do que a China e mais do que Índia (que também sofreu com o comércio de escravos), o Brasil pode apresentar-se legitimamente frente à África como outra vítima da exploração ocidental e deste modo, sustentar a defesa da necessidade de manutenção da união econômica e de investimento. No entanto, prossegue Bodomo no sentido de que esses vínculos de sangue não são suficientes, devendo ser enfatizadas as reais vantagens econômicas e sociais da cooperação.
Do ponto de vista do contraponto entre a retórica discursiva e o que se observa, nas análises fundadas em dados empíricos, é que, não obstante o discurso da cooperação técnica, o ingresso do Brasil e demais países constituintes do BRICS na África, decorre também, em larga medida dos interesses econômicos privados que visam ampliar suas condições de competitividade por recursos e por mercados no atual contexto do capitalismo globalizado. No caso específico do Brasil, vem sendo incrementando, desde a última década, empreendimentos privados em diversos países do continente, tendo como carro chefe os investimentos diretos realizados pela Vale S/A e pela Petrobrás.
Sobre este aspecto, o contraponto entre os interesses econômicos da Vale S/A e o discurso da solidariedade veiculado pelo Brasil, evidenciam o descompasso e as distâncias que se interpõem nessas relações. Neste sentido, vale conferir a análise de Santos (2012) que mostra os impactos da atuação da empresa no que se refere à sociedade local e aos direitos humanos, o que corrobora a desconexão entre discurso e ação:

> As grandes multinacionais, algumas bem conhecidas dos latino-americanos, como a Rio Tinto e a brasileira Vale do Rio Doce (Vale Moçambique) exercem as suas atividades com muito pouca regulação estatal, celebram contratos que lhe permitem o saque das riquezas moçambicanas com mínimas contribuições para o orçamento de estado (em 2010 a contribuição foi de 0,04%), violam impunemente os direitos humanos das populações onde existem recursos, procedendo ao seu reassentamento (por vezes mais de um, num prazo de poucos anos) em condições indignas, com o desrespeito dos lugares sagrados, dos cemitérios, dos ecossistemas que têm organizado a sua vida desde há dezenas ou centenas de anos.

Sempre que as populações protestam são brutalmente reprimidas pelas forças policiais e militares. A Vale é hoje um alvo central das organizações ecológicas e de direitos humanos pela sua arrogância neo-colonial e pelas cumplicidades que estabeleceu com o governo [...](SANTOS, 2012).
Na mesma direção, ativistas internacionais e moradores da região de Moçambique levantam acusações sobre violações a Direitos Humanos praticados por empresas brasileiras. A ONG Human Rights Watch (HRW) publicou um relatório em que denuncia a empresa brasileira, dentre outras violações aos direitos humanos, por reassentar populações em locais onde não há água e comida, além da constatação de proibição, pelas autoridades locais, de diálogo entre líderes comunitários locais e organismos de imprensa (HRW, 2013). O que precisa ser desvelado? Para quem são os reais benefícios da cooperação?
Como adverte Zorzal e Silva (2014), o fato é que, não havendo muito espaço para debates, dada a burocracia dos processos decisórios, a arena pública segue permeada com o discurso da esperança, sempre à espera de futuros melhores do que aqueles verificados no presente.

Considerações finais

A análise das questões apontadas, confrontada ao contexto da CSS, notadamente no caso africano, revelou contradições no discurso brasileiro de cooperação desinteressada para o desenvolvimento africano. Primeiramente, apesar de alicerçada em princípios de solidariedade, de compensação de dívida histórica e de consenso, a cooperação técnica para o desenvolvimento é, antes e tudo, um instrumento de política externa brasileira, que como vimos possui objetivos que vão muito além das dimensões de solidariedade altruísta.

Embora a cooperação comporte a existência de interesses convergentes entre Brasil e África, que representam efetivamente um caminho (talvez o mais viável) para o desenvolvimento a curto e médio prazo dos países receptores, a noção de que a ideia de cooperação para o desenvolvimento seria isenta de questionamento, sobretudo do ângulo dos países receptores das políticas de ajuda externa não se sustenta. O discurso de pleno acordo constitui-se em postura retórica, assim como o é, o discurso de ajuda desinteressada, desvinculada do desejo de inserção competitiva do Brasil, no mercado internacional, na lógica do modo de produção capitalista vigente.

Além disso, apesar da importância da atuação brasileira em termos da cooperação técnica com a África, existem grandes diferenças entre o Brasil e os países africanos que resultam em interesses nem sempre coincidentes. Ademais, há um considerável vazio em torno da busca por um debate ampliado entre os países cooperantes em torno daquilo que se entende por desenvolvimento no atual contexto do mundo globalizado.

Se de fato é identificado na relação entre o Brasil e alguns países africanos um maior enfoque em cooperação técnica, o que implica na partilha de tecnologia e *know-how* no combate à pobreza, fome e em incremento à saúde e à agricultura, por outro lado o alargamento do abismo em relação à assimetria existente entre os parceiros da CSS tenderá a produzir a verticalização das relações e, portanto, a reproduzir a polaridade entre "doador x receptor" que foi a tônica da Cooperação Norte Sul. Ao final, tudo é apropriado pela força do capital.

Neste sentido, é imperioso que se dê maior ênfase às responsabilidades dos países cooperantes e que se promovam avaliações dos impactos dos investimentos sobre as comunidades locais e sobre os direitos humanos das populações afetadas pelas mudanças decorrentes de grandes investimentos, efetuados sob o discurso da cooperação para o desenvolvimento. Ou seja, é preciso levar em conta a prevalência dos direitos humanos como princípios que regem a República Federativa do Brasil, em suas relações internacionais (artigo 4º, CF/1998), como baliza principal por meio da qual os imperativos e os dramas da existência humana são considerados e julgados nas suas exigências de equidade e de justiça.

O desconhecimento mútuo relativo ao acúmulo de problemas resultantes das desigualdades sociais e suas implicações para pensar a problemática do desenvolvimento entre os cooperados permanece como questão central desafiante nas duas extremidades do Atlântico. Longe de querer esgotar questões complexas e difíceis de serem equacionadas, buscou-se pontuar alguns dos desafios que a dinâmica do desenvolvimento impõe com o intuito de desvelar as entrelinhas desse discurso. Dessa perspectiva, conclui-se que tanto do lado brasileiro como do africano, o mito do sucesso do desenvolvimento capitalista como caminho que conduz a sociedade desejável por todos, sem se discutir que sociedade é esta e quais serão os critérios por meios dos quais serão julgadas as exigências de equidade e justiça para o conjunto de ambas as sociedades, revela os limites intrínsecos ao próprio processo.

Enfim, para que seja reafirmada a singularidade e a superioridade da Cooperação Sul-Sul em relação à Cooperação Norte-Sul, é preciso ir além da retórica, colocando em pauta também a discussão sobre o caráter do desenvolvimento que se quer. Desse modo, tendo em mente os princípios que constituíram a CSS, é necessário expandir os diálogos sobre a cooperação para o desenvolvimento com vistas ao estabelecimento de mecanismos que assegurem pautas de discussão com a sociedade receptora sobre temas cruciais relativos aos modelos de desenvolvimento e, sobretudo, sobre os termos da horizontalidade e do benefício mútuo que será auferido pelos cooperados.

Referências:

ALMEIDA, E. L., KRAYCHETE, E. S. (2013), "O discurso brasileiro para a cooperação em Moçambique: existe ajuda desinteressada?". *Astrolabio*, Buenos Aires, (10), pp. 341-374.

AMIN, S. (2003), "Refundar a Solidariedade dos Povos do Sul". In T. SANTOS. *Os impasses da globalização*, Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, São Paulo: Loyola.

AMORIM, C. L. N. (2003), "O Brasil e o 'renascimento africano'". *Folha de São Paulo*, p. A3, Disponível em http://scholar.google.com.br/scholar?q=O%20Brasil%20e%20o%20%22renascimento%20africano%22, [consultado em 01-06-2014].

BODOMO, A. (2011), *La globalización de las inversiones em Africa*, Madrid: Casa África.

BOSCAINI, B. O. (2013), *O Brasil na cooperação sul-sul: a cooperação técnica como instrumento da política externa para a América do Sul*. Monografia, Porto Alegre: curso de Graduação em Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Disponível em http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Vertentes, [Consultado em 01/07/2014]

CARMO, C. A. (2011), "BRICS: de estratégia do mercado financeiro à construção de uma e estratégia de política internacional". *Carta Internacional*, 6(2), Disponível em cartainternacional.abri.org.br/index.php/Carta/article/download/39/23, [Consultado em 23-07-2014].

CENTRE VIRTUEL DE LA CONNAISSANCE SUR L´EUROPE (CVCE) (1955). "Final Communiqué of the Asian-African conference of Bandung". Disponível em http://franke.uchicago.edu/Final_Communique_Bandung_1955.pdf, [Consultado em 26/07/2014]

CESARINO, L. (2012), "Cooperação sul-sul: que potencial analítico para a antropología?". *28ª Reunião Brasileira de Antropologia*, São Paulo, Brasil, Disponível em http://www.academia.edu/1562363/Cooperacao_sul-sul_que_potencial_analitico_para_a_antropologia_Brazilian_Anthropology_Meeting_2012. [Consultado em 19/07/2014].

FIORI, J. L. "O Brasil e seu 'entorno estratégico" na primeira década do século XXI". In: **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma",**E. Sader (Org.), São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013.

GARCIA, A. S., KATO, K., FONTES, C. (2013). "*A história contada pela caça ou pelo caçador? Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique"*. PACS. Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul. Disponível em http://www.pacs.org.br/, [Consultado em 10 de dezembro de 2014].

GOLDMAN SACHS (2001). "Building Better Global Economic BRICs". Disponível em http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/building-better.html, [Consultado em 18/07/2014].

HUMAN RIGHTS WATCH (2013), "O que é uma Casa sem Comida? O Boom daMineração em Moçambique e o Reassentamento", *Human Rights Watch*, Disponível em http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/mozambique0513port_ForUpload_0.pdf. [Consultado em 25-07-2014].

LEITE, P. S. (2008), *O Brasil e a cooperação sul-sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Niterói, Universidade Federal Fluminense.

LEITE, I. C. (2012), "Cooperação Sul-Sul: História, Conceito e Marcos Interpretativos". *Observador On-line*, 7(3), p. 1-40, Disponível em http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/22142.pdf, [Consultado em 15-07-2014].

MADEIRA, L.M., HELLMANN, A., MEDEIROS, K. (2011), "O Brasil na Ação Coletiva Sul-Sul para o Desenvolvimento Social". *Carta Internacional*, Disponível em http://cartainternacional.abri.org.br/index.php/Carta/article/view/36, [Consultado em 18-07-2014].

PINO, B. A. (2012), "Transformações Globais, Potências Emergentes e Cooperação Sul-Sul: desafios para a cooperação europeia". *Caderno CRH*, 25(65), Salvador.

PINO, A., B., LEITE, I. C. (2010), "La Cooperación Sur-Sur en Latinoamérica: utopía y realidad" In B. Ayllón et al. *La Cooperación Sur-Sur de Brasil: proyección solidaria y política exterior*, Madrid: Catarata, pp. 69-101.

RIBEIRO, P. F., RAMANZINI JUNIOR, H. (2013), "As relações bilaterais Brasil-China: uma relação em processo de afirmação". *Carta Internacional*, 8(1), pp. 165-187.

SANTOS, B. S. (2012), "Moçambique: a maldição da abundância?". *Coluna escrita para Carta Maior*, Disponível em http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Mocambique-a-maldicao-da-abundancia-/26864, [Consultado em 05-07-2014].

SEGIB. (2014), "Informe de la Cooperación Sur-Sur en Iberoamérica", *Secretaría General Iberoamericana*, Madrid, Disponível em http://segib.org/sites/default/files/WEB_Sur_Sur_2013_Portugues.pdf , [Consultado em 26-07-2014].

THOMAS, A. (2000). "Meanings and views of development". In T. Allen, &A. Thomas. (Orgs),*Poverty and Development into the 21st Century*, UK: Oxford University Press. Open University, pp. 23-48.

UNISINOS. (2011), "Moçambique: 'O menino bonito' da Vala. Entrevista Especial com Jeremias Vunjanhe". *Universidade do vale do rio dos sinos*, Disponível em http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/500479-mocambique-o-menino-bonito-da-vale-entrevista-especial-com-jeremias-vunjanhe, [Consultado em 27-07-2014].

ZORZAL E SILVA, M. (2014), "Cooperação Sul-Sul, Investimentos Externos e Desenvolvimento: Existem novas perspectivas a partir do sul global?". *Cadernos de Estudos Africanos [Online]*, (27), Disponível em http://cea.revues.org/1454, [Consultado em 06-07-2014].

Angola, China e Brasil nos meandros das novas relações Sul-Sul Diálogos e assimetrias interpretativas no âmbito das ciências sociais[1]

José Katito
Universidade de Barcelona, Espanha
jose.katito4studies@gmail.com

Sérgio Franco
Universidade de Barcelona, Espanha
francoshr@yahoo.com.br

Resumo: As relações Sul-Sul têm criado novos desafios para as ciências sociais dos países do chamado Sul global. Nesse sentido, a partir de relações assimétricas que vêm sendo estabelecidas entre países do Sul, parecem emergir também novas assimetrias interpretativas no âmbito específico das ciências sociais. No presente artigo enfocamos as relações assimétricas concentradas entre China e Angola para sustentar que: (1º) atualmente, existe pouca literatura em português sobre tais relações; (2º) tendo-se em conta as potencialidades de Angola de desenvolvimento de pesquisa e produção acadêmica nas ciências sociais, e tendo-se em conta a atual posição do Brasil neste campo, relativamente mais avançado, argumentamos que o Brasil poderia e deveria contribuir a melhorar tal situação. A partir destas proposições, também indicamos que ao abordar tais questões deve-se ter em conta, entre outros aspectos, as relações diplomáticas e acadêmicas entre Brasil e Angola, sem perder de vista a natureza específica da intervenção chinesa em Angola.

Palavras Chave: Angola, China, Brasil, ciências sociais, produção acadêmica, relações Sul-Sul

Introdução: pesquisa social e desenvolvimento

A presente discussão é baseada na ideia segundo a qual a produção cientifica nas ciências sociais joga um papel fundamental no desenvolvimento dos países. De fato, embora o tema não esteja abundantemente documentado, é inegável a contribuição da pesquisa social na construção dos estados modernos (Danell et al., 2013; Wagner, 1999, 2001; Wagner et al., 1991; Porter & Ross, 2003). Isso significa que as ciências sociais têm contribuído a compreender e enfrentar problemas com os quais os estados geralmente se deparam no seu processo de desenvolvimento. Estes são problemas socioeconômicos (condições materiais de subsistência), políticos (regras de convivência) e epistemológicos (conhecimento social, mais ou menos compartido, que guia a o processo de desenvolvimento, tendo em conta as características socioeconômicas, políticas e culturais do país). Em destaque, a contribuição das ciências sociais no enfrentamento de tais problemas vai muito além das duas tradicionais missões acadêmicas, isto é, ensino e pesquisa de base, para se tornarem em agente de mudança social através de pesquisa virada para a elaboração e implementação de políticas públicas. Trata-se daquele tipo de ciência social aplicada que Raymond Boudon (2002) e John Goldthorpe (2005) denominam "cameral". Esta põe em relação simbiótica cientistas sociais e poder político-administrativo para que as políticas públicas sejam cientificamente informadas sobre a complexidade dos problemas e a necessidade de intervenções articuladas. Nesse sentido, a ciência social cameral é concebida como "terceira missão acadêmica", no sentido de responsabilidade social dos cientistas de contribuir mais consciente e diretamente no bem-estar do país (Cooper, 2011).

[1] A pesquisa que conduz ao presente artigo recebeu financiamento do Conselho Europeu de Investigação no âmbito do Sétimo Programa da União Europeia (FP7/2007-2013) / ERC, contrato de concessão n° 249438 TRAMOD.

No presente artigo nos referimos à pesquisa em geral, não só à pesquisa aplicada, para sustentar que o atual processo de desenvolvimento de Angola carece de participação da pesquisa social. Em particular, o impacto econômico, político e social da intervenção chinesa – um dos principais fatores do crescimento acelerado de Angola durante o período pós-guerra civil – requer profunda compreensão cientifica para que o estado e a nação angolana possam enfrentar melhor os desafios trazidos pela presença da China no panorama econômico, político e social do país africano.

Ora, indubitavelmente, os massivos investimentos chineses em Angola, em troca de petróleo, principalmente, têm levado o país africano a um considerável crescimento econômico e a um melhoramento das suas infraestruturas, fato que tem elevado a importância de Angola como líder político e económico no panorama africano e internacional (Vines & Campos, 2010; Goldstein et al., 2006). Todavia, o recente crescimento econômico e o desenvolvimento de infraestruturas e serviços veem acompanhados de profundas desigualdades quanto ao acesso aos frutos e benefícios advindos dos mesmos. Grande parte da população angolana segue carecendo de trabalho digno e do acesso a serviços básicos como habitação, educação, assistência sanitária e saneamento (Corkin, 2012; Power & Alves, 2012; Rodriguez et al., 2013).

No campo da produção cientifica, as pesquisas conduzidas no Norte global predominam sobre aquelas produzidas no Sul.[2] Mais especificamente, registra-se uma enorme carência de produção científica em língua portuguesa sobre a presença da China em Angola e sobre suas consequências para o país africano. Embora sejamos conscientes da importância e do domínio do inglês como língua franca internacional, especialmente no domínio cientifico-acadêmico, pensamos que a escassez de material científico em português sobre a China em Angola exacerba as desigualdades e os efeitos adversos do desenvolvimento do país africano. Afinal, ante tal situação, a maioria da população angolana não tem acesso ao debate científico sobre os problemas que os afligem no âmbito das relações entre os dois países. Por outro lado, com exceção dos relatórios de organismos internacionais (United Nations Development Program ou UNDP, Banco Mundial, etc.), os produtos científicos em inglês e outras línguas estrangeiras sobre a China em Angola parecem ser percebidos pelas autoridades angolanas como excessivamente longínquos (e escassamente informadas) para merecerem a sua atenção. Portanto, a pesquisa social em língua portuguesa é um problema urgente para que os angolanos percebam melhor o seu destino influenciado pela recente intervenção econômica chinesa e pela crescente influência do país asiático sobre Angola. O crescimento da população chinesa (trabalhadora) em solo angolano é apenas um dos elementos que ilustra ditas relações. Tendo como pano de fundo as relações contemporâneas entre China e Angola, no presente artigo sugerimos que Angola deveria procurar um modelo de desenvolvimento integral no qual a investigação social seja um elemento central no enfrentamento dos seus problemas socioeconômicos, políticos e epistemológicos. É justamente a partir dessa perspectiva que acreditamos que o Brasil poderia jogar um importante papel.

O Brasil tem uma longa e multidisciplinar tradição de investigação social, sendo um relevante parceiro de Angola em diferentes domínios e compartilhando elementos históricos e culturais. Nesse sentido, dadas as relações históricas entre os dois países e dado o fato de partilharem o mesmo idioma oficial, julgamos que o Brasil poderia exercer um papel fundamental no desenvolvimento da cultura da pesquisa social em Angola. Para contextualizar tal discussão, concentremo-nos um momento na história das ciências sociais no Brasil, tendo como foco a relação das mesmas com o desenvolvimento de um estado-nação independente.

A formação do Brasil como estado independente e relativamente autônomo tem sido acompanhado pelo desenvolvimento das ciências sociais. Após o desmantelamento da escravidão, as ciências sociais no Brasil – a sociologia, de particular modo – começaram a preocupar-se fortemente pela análise dos fatores que podiam contribuir para a formação da nação e de uma identidade brasileira. Estes estudos deram lugar a teorias de mudança social centradas na transição do Brasil para a modernidade (Filho 2003, 2005; Micelli & Massi, 1995; Nogueira, 1982). Vários temas foram explorados na busca de fatores da modernidade no âmbito das relações raciais e culturais, da industrialização, assim como dos contrastes entre a sociedade urbana em movimento e

[2] Parece existir pesquisa social sobre a intervenção da China em Angola em língua chinesa, contudo nós não tratamos esta questão no presente trabalho devido às nossas incapacidades linguísticas em relação ao chinês.

as reminiscentes culturas populares presentes nos contextos rurais. As relações raciais e étnicas constituíam um tema central nas ciências sociais brasileiras, pelo que a miscigenação foi gradualmente concebida como um elemento favorável para a criação de uma nação que tivesse um fundamento indenitário não-racial (i.e. Lambert, 1959; Azevedo, 1962).

Nas análises sobre as relações entre o "mundo desenvolvido" (também conhecido por "centro") e os países "em desenvolvimento" (ou "periféricos"), a preocupação e os esforços pela busca de fatores de autonomia no desenvolvimento econômico e intelectual levaram ao surgimento da "teoria da dependência"[3]. Além do reconhecimento mundial de suas ciências sociais, os teóricos da "teoria da dependência" contribuíram para o crescimento da consciência crítica dos países latino-americanos – com Brasil, Argentina e México na linha de frente desses processos – sobre a necessidade de produzir localmente bens de consumo e instrumentos teóricos no âmbito das ciências sociais (i.e. Cardoso, 1973, 1980; Ianni, 1971). Além disso, a relação entre democracia e desenvolvimento passou a ser cada vez mais concebida como imprescindível (Cardoso & Faletto, 2004).

Se os esforços interpretativos dos teóricos da dependência abriram um precedente no âmbito das ciências sociais em geral, é também preciso indicar que esforços similares ocorreram também em campos de estudos mais específicos. Dessa forma, mais recentemente, com o surgimento e reconhecimento da epidemia do HIV/AIDS – nova ameaça ao desenvolvimento de diversos países do Sul global, muitos deles localizados na África subsaariana – os cientistas sociais no Brasil têm jogado um papel preponderante na explicação dos fatores sociais da vulnerabilidade da epidemia (pobreza, desigualdades, autoestima, exclusão social, etc.), assim como na elaboração e implementação de políticas públicas de prevenção e tratamento (educação, medidas contra a pobreza, capacitação da sociedade civil, etc.). De fato, participando na agenda política de prevenção e tratamento de HIV/AIDS, a pesquisa social acerca da epidemia tem contribuído em mitigar a propagação do vírus e o desenvolvimento da AIDS em sujeitos infectados – reduzindo, assim, a mortalidade e morbidade pela doença na população brasileira (Citeli, 2003). Isso pode ser testemunhado pelo trabalho científico e engajado de instituições acadêmicas como o Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, o Núcleo de Estudos e Prevenção da AIDS (NEPAIDS, Universidade de São Paulo) e a Associação Brasileira Interdisciplinar da AIDS (ABIA, Rio de Janeiro).

A implicação desta contextualização histórica da pesquisa social voltada à solução de problemas sociais no Brasil é que tal experiência pode e deve ser utilizada para o desenvolvimento da pesquisa social em outros países lusófonos, como é o caso de Angola, especialmente em relação ao impacto da presença chinesa naquele país africano. A cooperação bilateral entre Angola e Brasil poderia constituir o principal instrumento para que o Brasil auxilie no crescimento quantitativo e qualitativo da pesquisa social em língua portuguesa em Angola e sobre Angola.

Segundo a Agência Brasileira de Cooperação,[4] a cooperação técnica entre Brasil e Angola começou a delinear-se em 1980 com a assinatura do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, no âmbito do qual os dois países desenvolveram cooperação nas áreas de saúde, cultura, administração e segurança pública, formação profissional, educação, energia, meio ambiente, urbanização, desporto, estatística e agricultura. Mais recentemente, no âmbito da Parceria Estratégica, assinada entre os presidentes José Eduardo dos Santos e Luiz Inácio Lula da Silva, em 2010, uma área importante de cooperação conjunta concerne justamente ao combate do HIV/AIDS, no âmbito do Programa de Formação Técnica em Informação em Saúde.[5] O controle

---

[3] Existem diversas formas de nomear as divisões e desigualdades mundiais: "centro" e "periferia"; "Norte global" e "Sul global"; "primeiro mundo" e "terceiro mundo"; "ocidente" e "oriente", etc. Connell (2009: 212) indica que, embora cada um desses conceitos pertença a diferentes tradições teóricas, há uma sobreposição entre eles, na medida em que todos destacam o padrão duradouro de desigualdade de poder, de riqueza e de influência cultural que surgiu historicamente do colonialismo e do imperialismo europeu e estadunidense. Neste artigo, optamos por adotar prioritariamente os conceitos de "Norte" e "Sul" ao referir-nos às divisões mundiais, ainda que em determinados momentos possamos utilizar outras terminologias semelhantes, mas que ilustram ou delineiam as mesmas relações de desigualdade a nível mundial.

[4] Para mais informações ver: http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola; http://www.unaids.org/en/resources/presscentre/featurestories/2008/july/20080728aidsalertonnationalportuguesetv

[5] Veja-se o Relatório 2011-2012 do Instituto Brasileiro de Comunicação e Informação Técnica e Cientifica em Saúde

e prevenção do HIV/AIDS é um problema que o Brasil conseguiu abordar amplamente e de forma satisfatória e que, em sentido contrário, se está tornando cada vez mais preocupante em Angola. Voltaremos a este assunto mais adiante.

Igualmente digno de realce é o fato da sociedade civil ter assumido relevância nesta cooperação com o fim de fortalecer o diálogo sobre a cooperação Sul-Sul (Kraychete et al., 2013). Nesse sentido, assumimos a comunidade cientifica como um grupo da sociedade civil, dado que uma comunidade cientifica é relativamente autônoma em relação ao estado, à economia e ao mundo dos negócios.[6] A partir desse panorama, e tendo em vista a atual situação geopolítica de Angola, torna-se fundamental entender de que maneira Angola poderia produzir conhecimento sociológico acerca dos efeitos da presença chinesa no país.[7]

China em Angola: implicações econômicas, políticas e sociais

Após décadas de guerras em Angola, o país passa nos anos recentes por uma intensa atividade econômica. Grande parte das novas atividades desenvolvidas no país está associada ao projeto estatal de reconstrução nacional e também a novas relações comerciais principiadas pelo país africano no período pós-guerra. Desde o fim da guerra civil, em 2002, o segundo maior produtor de petróleo do continente africano cresceu a um ritmo acelerado, com frequência a taxas de crescimento do PIB de dois dígitos. Nesse contexto, é fundamental mencionar a importância do petróleo para a economia do país. Países como a China, que possui uma forte demanda por petróleo, estão estreitando progressivamente laços comerciais e sua presença em Angola. A presença chinesa no país africano, ainda que mais diretamente vinculada ao setor petroleiro, tem consequências muito para além de dito setor, sendo grande sua incidência em outros setores da economia angolana como, por exemplo, no setor da construção, que passa por uma verdadeira "expansão".

Não por acaso Angola é o maior parceiro comercial da China no continente africano (Power, Mohan & Tan-Mullins, 2012: 78). Com dois milhões de barris por dia, Angola é o segundo maior produtor de petróleo da África subsaariana, depois da Nigéria. China, o seu maior parceiro comercial, precisa de recursos energéticos para a sua economia em expansão. As exportações de petróleo posicionam Angola entre as seis maiores economias da África e o terceiro em termos de taxa de crescimento. De fato, entre 2002 e 2008 a economia angolana teve um aumento do PIB de cerca de 27%, o qual veio a atingir mais de 104 bilhões de dólares em 2011. Estimam-se 10 bilhões de entradas anuais por ano, 80% dos quais provenientes de verbas de petróleo (Corkin, 2012).

Desde o fim da guerra civil, a preocupação do governo de Angola tem sido a reconstrução do país e tomou vantagem da expansão da China para atrair ajuda financeira e técnica, principalmente no domínio das infraestruturas (Weimer & Vines, 2012). As consequências econômicas, políticas e sociais da presença da China em Angola constituem um objeto de estudo e exame das ciências sociais que, segundo a nossa proposta, deveriam ser documentados em português, através de um processo de produção do conhecimento no qual Angola toma parte ativa.

Comecemos por uma breve nota histórica. Inicialmente o estado angolano tentou recorrer à comunidade internacional para obter empréstimos em capital financeiro, mas não encontrou respostas positivas. A comunidade internacional pôs como condições para novos empréstimos o pagamento de dívidas antigas, investimentos no sector social e maior transparência na gestão dos fundos. Estas condições pareceram insustentáveis ao governo angolano em um contexto no qual a prioridade era a reconstrução física do território

(Icict). http://relatorioatividades.icict.fiocruz.br/coopera%C3%A7%C3%A3o-internacional

[6] Veja-se o livro de Peter Wagner (2006), *The Language of civil society*, para a definição e a contextualização histórica da sociedade civil.

[7] Para uma discussão mais articulada sobre a relação entre a presença da China e o conhecimento sociológico em África veja-se o artigo de Terence Jackson, de 2012, "Postcolonialism and organizational knowledge in the wake of China's presence in Africa: interrogating South-South relations".

e com essa o incremento da própria legitimidade ante a população angolana. É exatamente nesse contexto que a China pode penetrar facilmente no mercado angolano. As relações recentemente estabelecidas entre os dois países estão satisfazendo a ânsia chinesa por recursos energéticos para o seu desenvolvimento industrial, assim como sua necessidade de encontrar novos mercados na África para suas empresas em expansão, o que implica aumentar a exportação de produtos industriais acabados e mão-de-obra (Power & Alves, 2012).

Angola se beneficiou de pelo menos 10 bilhões de dólares de préstimos chineses até 2010, com uma baixa taxa de interesse (1.25%), assim como de vários projetos de construção civil e de reabilitação industrial (Alden, 2012). A retirada de minas terrestres do território para a reconstrução de infraestruturas de transporte é um dos resultados de relevo. Assim sendo, em poucos anos, as empresas chinesas reabilitaram inúmeras estradas inter-regionais e a importante linha férrea chamada Caminhos de Ferro de Benguela (CFB) – com uma extensão de 1000 quilômetros, conectando os extremos Est e Ouest do território. Várias centrais elétricas foram reativadas depois de muitos anos de inatividade. Mas o caso mais célebre da intervenção da China e do processo de desenvolvimento recente em Angola talvez seja o surgimento da cidade satélite de Kilamba, no município de Kilamba Kiaxi, região metropolitana de Luanda.

Kilamba é notada pelos seus edifícios modernos, mas sobretudo por ser uma espécie de "cidade fantasma" devido ao custo inacessível de seus apartamentos para a maior parte da população angolana (Croese, 2012; Malaquias, 2012; BBC, 2012a, 2012b). Um apartamento em Kilamba pode ser alugado por cerca de 4.000 dólares mensais ou vendido por 120.000 dólares estadunidenses. O empreendimento foi aprovado pelo gabinete de reconstrução nacional em 2008 e, depois de construído, passou a ser gerenciado pela empresa petrolífera angolana, Sonangol, em associação com empresas privadas. A localidade que deveria constituir-se em "nova centralidade" foi construída em menos de três anos pela empresa estatal chinesa China International Trust amd Investiment Corporation (CITIC), tendo um custo total de construção de US$ 3,5 bilhões (CITIC, 2009), reembolsados pelo governo angolano em petróleo. CITIC (2009) apresenta Kilamba como o maior projeto entre diversos projetos similares empreendidos por empreiteiras chinesas no exterior e ressalta que, durante o auge de sua construção, mais de 12.000 trabalhadores chineses deveriam estar empregados na obra. A cidade-bairro foi projetada para acolher meio milhão de habitantes em mais de 700 blocos residenciais de nove andares, providos de diversos equipamentos e serviços urbanos, como, por exemplo, escolas e estabelecimentos comerciais (Governo de Angola, 2013). O empreendimento foi planejado para ocupar em sua totalidade uma área de cerca de 54 quilómetros quadrados (Governo de Angola, 2013). Kilamba é a maior de seu gênero em Angola, já que existe uma série de cidades-bairro construídas por empresas chinesas em Angola na última década.

Uma série de fatores conexos ao atual panorama angolano – melhoria das infraestruturas, estabilidade político-militar e capacidade do governo de exercitar o seu poder simbólico para maior legitimidade – contribuíram na realização de eventos internacionais em Angola, o que por sua vez deu visibilidade às obras estatais a nível nacional e internacional. Diversos eventos podem ser relacionados a um esforço continuado do governo angolano para promover o país na arena internacional: do campeonato continental de basquete (Afrobasket), em 2007; passando pela visita do Papa Joseph Ratzinger, em 2009; até a Copa Africana das Nações de Futebol, em 2010. As repercussões políticas destes eventos são consideráveis. A percepção de que Angola está no "caminho certo" rumo a um "desenvolvimento para todos", levou a vitórias massacrantes do partido do governo (Movimento Popular para a Independência de Angola: MPLA) nas últimas duas eleições (aproximadamente 82% dos votos em 2008 e 72% em 2012). A maioria absoluta no parlamento permitiu ao governo introduzir modificações na lei constitucional aumentando o limite temporal de mandatos.

Com a reforma constitucional, o atual presidente, que se encontra no poder desde 1979, poderá candidatar-se novamente em 2018. Além disso, a figura de primeiro ministro foi abolida, conferindo assim mais poderes ao presidente da república, que acumula a função de chefe de governo, da bancada parlamentar, do exército, cabendo a ele também a nomeação dos vértices dos órgãos supremos da justiça. Em termos gerais, as dinâmicas descritas até agora têm permitido ao MPLA consolidar sua hegemonia, fato que tem suscitado certo interesse científico no âmbito das ciências sociais. A nível social, o acelerado desenvolvimento das infraestruturas, graças à China, permite a circulação de pessoas (e bens) de forma sem precedentes na história do país, seja internamente ou entre países fronteiriços (Congo, Zâmbia, Namíbia, etc.). Isso implica uma série de mudanças sociais que merecem atenção cientifica, o que acreditamos deveria ter lugar também e em língua portuguesa.

Uma dessas mudanças diz respeito à "des-ruralização" da população, especialmente de jovens. Nesse sentido, assiste-se a um crescente êxodo de pessoas de contextos rurais a contextos suburbanos em busca de sonhos que permaneceram proibidos à maioria da população até bem recentemente. Um aspecto positivo desse fenômeno relaciona-se com o crescimento das aspirações em relação à qualidade de vida, educação, habitação e ao acesso a serviços infraestruturas básicas como saneamento e eletricidade. Contudo, o que mais se tem registado é o crescimento "não planificado" (sem qualquer critério urbanístico sustentável) das zonas suburbanas, o que frequentemente deriva em uma ocupação intensiva do espaço associada ao deterioramento de condições habitacionais, higiênicas e sanitárias.

A nível microeconômico, deixar as próprias terras, que garantiam meios de subsistência, e migrar para as principais cidades do país implica perder soberania alimentar. No atual contexto angolano, as migrações do campo para as periferias das cidades implicam maior penetração da agroindústria chinesa no território angolano. Ao mesmo tempo, a entrada de capital e de empresas chinesas no meio rural angolana incrementam a já existente "disputa pela terra", na qual os poderosos apropriam-se dos terrenos dos camponeses ou daqueles que se encontram "fora da jurisdição".

Mais importante ainda é o fato dos investimentos chineses não criarem emprego para a maioria dos angolanos: é irrisório o número de angolanos que trabalham em empresas chinesas (Quintão & Santos, 2012). A lei prevê que cerca de 30% dos trabalhadores de empresas estrangeiras seja constituído por angolanos, mas a realidade indica o contrário. Com razão, os empresários chineses alegam que os angolanos não estão capacitados nem para levar a cabo atividades requeridas na construção civil, nem para sustentar o ritmo de trabalho exigido pelas empresas chinesas. Isso poderia revelar, por um lado, que falta uma ética do trabalho similar à chinesa em Angola e, por outro, que a formação da população angolana não é (ainda) adequada aos desafios relacionados com o trabalho e a ocupação trazidos pela inserção da China em sua economia. Dessa forma, de um ponto de vista da investigação sociológica, seria interessante explorar, por exemplo, a percepção das pessoas comuns sobre a China e os chineses em Angola, com especial atenção quanto às possíveis diferenças na ética do trabalho. Descobriríamos, talvez, que a gente comum angolana explica as diferenças mais por fatores raciais que culturais. Contudo, afirmações como estas devem ser projetadas para o futuro, já que pesquisas especificas sobre a relação dos angolanos com o mundo do trabalho no contexto atual de sua econômica estão ainda por ser desenvolvidas.

O inequívoco é que este cenário de discriminação no mundo do trabalho em contextos urbanos e suburbanos exacerba as já existentes desigualdades. Em particular, os jovens pobres residentes em centros urbanos e suburbanos encontram-se numa situação frustrante na qual, mesmo percebendo as potencialidades que a economia do país lhes oferece a aquisição de recursos materiais e simbólicos, não possuem os meios para alcançar tais recursos virtualmente disponíveis – para parafrasear Robert Merton. As elevadas taxas de desocupação de Kilamba representa bem tal dilema. A cidade satélite está completamente construída e equipada, pronta para ser ocupada, mas permanece em grande medida ociosa porque o preço das unidades habitacionais ofertadas, no que deveria ser uma "nova centralidade", supera em muito o baixíssimo poder aquisitivo da maioria dos angolanos.

O crescente aumento da violência e da microcriminalidade (em sua grande parte juvenil) no contexto socioeconômico angolano é um fato revelador. A literatura sociológica é colma de documentação sobre como a pobreza material e simbólica em contextos dinâmicos (em desenvolvimento) contribuem para o crescimento da violência e de comportamentos desviantes em geral. Os estudos indicam que violência e os comportamentos desviantes deveriam ser entendidos não somente como instrumentos para a obtenção de bens materiais desejados, mas também como fonte de autoestima e status (consideração social). O caso dos bairros periféricos de Luanda é emblemático, sendo a principal metrópole do país com uma população estimada acima de 5 milhões de habitantes. Em Luanda, particularmente, o caráter anônimo e alienante da metrópole, em associação com o fato da maioria os migrantes provir de outras regiões do país, parece estar favorecendo o aumento da criminalidade. Muitos dos jovens recém chegados do interior carecem inclusive de uma reputação a defender. Portanto, tudo indica que para eles a reprovação social de possíveis atos violentos não comporta a perda de autoestima e reconhecimento social em medida considerável. Mais uma vez, estudos sobre os temas em questão no âmbito das ciências sociais são escassos, para não dizer inexistentes. Tal cenário parece corroborar, mais uma vez, a nossa hipótese de que uma ampla agenda de estudos permanece aberta para as

ciências sociais em solo angolano.
Um campo social no qual todas as dinâmicas econômicas, políticas, culturais e sociais acima frisadas se manifestam é o da saúde, em particular o da epidemia do HIV/AIDS. Durante a guerra civil, Angola permaneceu relativamente fechada ao resto da África. Em relação à circulação do HIV, isso significou uma relativa imunidade para o país. Com o cessar fogo e a abertura das fronteiras – graças em boa medida à intervenção chinesa – no último decênio a infecção pelo HIV tem crescido e atinge hoje a mais de 2% da população entre os 15 e os 49 anos de idade.[8] O contexto africano de generalizada epidemia, a pobreza e a baixa escolarização da maioria da população, assim como o alto valor tido pela procriação nas culturas tradicionais angolanas são alguns dos fatores que podem contribuir para o crescimento da epidemia em Angola. O mais grave é que atualmente as medidas para combatê-la estão escassamente estruturadas. A antiga e fraca estratégia de prevenção dita *Abstain-BeFaithful-Condomise* (ABC) ("Abstenha-se, Seja fiel, Use Profilático"), constitui o principal instrumento de luta à epidemia. Aliás, em muitas localidades somente as estratégias A e B de referida fórmula são aplicadas.
Em particular, a produção do conhecimento científico nas ciências sociais quanto à epidemia encontra-se numa em fase embrionária. De fato, é deste ano (2014) o primeiro relatório epidemiológico do país preparado para a *Joint United Nations Program on HIV/AIDS* (UNAIDS) – a Agência da ONU para a resposta internacional ao HIV/AIDS. O Brasil, ao contrário, possui experiência e reputação no campo das respostas integradas de prevenção e tratamento do HIV/AIDS. Tal articulação tem sido citada pela UNAIDS como um exemplo de política eficaz de HIV/AIDS para o mundo.[9] Vale a pena ressaltar mais uma vez que as intervenções estatais e da sociedade civil na luta contra o HIV/AIDS no Brasil têm sido auxiliados pela pesquisa social.

A modo de conclusão

No decorrer deste breve artigo procuramos dar visibilidade à uma grave lacuna: existe pouca literatura em português sobre o atual contexto socioeconômico angolano no âmbito das ciências sociais. Ademais, tendo-se em conta as capacidades do país africano em termos de desenvolvimento de pesquisa e produção acadêmica no campo das ciências sociais, e tendo-se em conta também a atual posição do Brasil em referido campo, mais desenvolvido, argumentamos que o Brasil poderia e deveria contribuir a melhorar tal situação. A partir dessas proposições, também esperamos ter ao menos indicado que, ao abordar tais questões, deve-se ter em conta, entre outros aspectos, as relações diplomáticas e acadêmicas entre Brasil e Angola, sem perder de vista a natureza específica da recente intervenção chinesa em Angola. Intervenção esta que parece estar marcando os horizontes futuros do país africano.
Julgamos que no âmbito da cooperação científica e técnica entre Angola e Brasil, este último tenha suficientes recursos acadêmicos – conhecimento, técnicas de pesquisa, capital humano e simbólico – para participar ativamente na construção da agenda de desenvolvimento da pesquisa social no país africano. Tais recursos poderiam de grande valia para uma compreensão crítica dos principais desafios enfrentados por Angola no contexto contemporâneo, marcado de forma muito clara pelo impacto econômico, político e social da China no país. É também essencial que tal produção cientifica seja feita em português, localmente em Angola, mas em diálogo com o exterior, especialmente com o Brasil. O país sul-americano poderia constituir-se em um parceiro de peso na tarefa de fortalecer uma ciência social crítica e comprometida com os principais debates públicos que ganham corpo atualmente em Angola. Como afirmado ao longo do presente artigo, não poucos são os temas atualmente, o que parece corroborar nossa hipótese de que uma ampla agenda de estudos permanece aberta para as ciências sociais em Angola. No presente artigo esperamos ter dado um primeiro passo para atenuar tal situação.

---

[8] *Veja-se Relatório de Progresso da Resposta Global à SIDA (GARPR, 2014) , República de Angola. http://www.unaids.org/sites/default/files/country/documents/AGO_narrative_report_2014.pdf*

[9] Veja-se http://www.unaids.org/sites/default/files/en/media/unaids/contentassets/documents/epidemiology/2013/gr2013/UNAIDS_Global_Report_2013_en.pdf

Bibliografia

ALDEN, C. (2012), "China and Africa: from engagement to partnership". In: Power, M. Alves A. C. *China and Angola: A Marriage of Convenience?* Cape Town/Dakar/Nairobi/Oxford: Pambazula Press.

AZEVEDO, F. (1962), "A antropologia e a sociologia no Brasil". In: Azevedo Fernando, *A cidade e o campo na civilização industrial e outros estudos,* São Paulo: Melhoramentos.

BBC (2012a), "Footage shows African 'ghost town'". *BBC*, Disponível em: http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-18680217, [Consultado em 05/11/2014].

BBC (2012b), "Angola's Chinese-built ghost town". *BBC*, Disponível em: http://www.bbc.com/news/world-africa-18646243, [Consultado em 05/11/2014].

BOUDON, R. (2002), "Sociology that really matters". *European Sociological Review, 18(3):371-378.*

CARDOSO, F. H. e FALETTO E. (2004), *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica,* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CARDOSO, F. H. (1980), *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento.* Cadernos Cebrap 33, Petrópolis: Vozes.

CARDOSO, F. H. (1973), *Desenvolvimento e dependência na América Latina.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CITELI, T. M. (2003), *A pesquisa sobre sexualidade e direitos sexuais no Brasil (1990-2002): revisão crítica.* Rio de Janeiro: IMS.

CITIC (2009), "Project Overview: Angola Social Housing". *CITIC*, Disponível em: Housing.http://www.cici.citic.com/iwcm/null/null/ns:LHQ6LGY6LGM6MmM5NDgyOTYyMDEzNmIwMzAxMjAxMzdlYzA1YTAwMDEscDosYTosbTo=/show.vsml, [Consultado em 09/11/2014].

CONNELL, R. (2009), *Southern Theory*. Cambridge: Allen and Unwin.

COOPER, D. (2011) *The university in development: the role of use-inspired research. Case studies of research groups at Western Cape universities,* Pretoria: HSRC Press.

CORKIN, L. (2012), "Angolan political elites' management of Chinese credit lines". In: Power, M. Alves A. C. *China and Angola: A Marriage of Convenience?* Cape Town/Dakar/Nairobi/Oxford: Pambazula Press.

CROESE, S. (2012), "One million houses? Chinese engagement in Angola's national reconstruction". In: Power, M. Alves A. C. *China and Angola: A Marriage of Convenience?* Cape Town/Dakar/Nairobi/Oxford: Pambazula Press.

DANELL R., LARSSON A., e WISSELGREN P. (eds.) (2013), *Social sciences in context: historical, sociological and global perspectives,* Lund: Nordic Academic Press.

FANTOU, C. e OBI C. (2010), *The rise of China and India in Africa: Challenges, opportunities and critical interventions.* London/New York: Zed Books.

FILHO, L. E. D. (2005), "A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios". In: *Porto Alegre: Sociologias,7(14): 376-437.*

FILHO, L. E. D. (2003), "Sociologia Brasileira: tendências institucionais e epistemológico-teóricas contemporâneas". In: *Porto Alegre: Sociologias, 3(9).*

GOLDSTEIN A., PINAUD N., REISEN H. e CHEN, X. (2006) (eds.), *The Rise of China and India. What's in it for Africa?*. OCDE.

GOLDTHORPE, J. H. (2005), *Sulla sociologia.* Bologna: Il Mulino.

GOVERNO DE ANGOLA (2013), "Habitações do Kilamba já foram todas vendidas". *Portal Oficial do Governo de Angola*. Disponível em: http://www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=19454, [Consultado em 05/11/2014].

JACKSON, T. (2012) "Postcolonialism and organizational knowledge in the wake of China's presence in Africa: interrogating South-South relations". *Organization, 19(2): 181–204.*

KRAYCHETE, E. S., PESSINA, M. E. H., LESSA, E. A. (2013), *"*Cooperação Sul-Sul Angola e Brasil: Um primeiro estudo de caso." In: *Processo de Articulação e Diálogo*. Disponível em: http://pad.org.br/sites/default/files/pad_estudo-coopera%C3%A7%C3%A3o-brasil-angola_pdf.-portugu%C3%AAs.pdf [último acesso em 10/12/2014].

LAMBERT, J. (1959), *Os dois Brasis.* Rio de Janeiro: INEP - MEC.

MALAQUIAS, A. (2012), "China is Angola's new best friend – for now", In: Power, M. Alves A. C. *China and Angola: A Marriage of Convenience?*. Cape Town/Dakar/Nairobi/Oxford: Pambazula Press.

MICELLI S. E MASSI F. (ed.) (1995), *História das Ciências Sociais no Brasil (Vol. 2).* São Paulo: Sumaré

NETO, A. E. A. (2013), "La creciente influencia de China em el Atlántico Sur". *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, 102-103: 169-197.

NOGUEIRA, O. (ed.) (1982), *A sociologia no Brasil: história e situação atual.* São Paulo: Datilografado.

PORTER T. M. e ROSS D. (eds.) (2003), *The Cambridge history of science. Vol. 7. The modern social sciences.* Cambridge: Cambridge University Press.

POWER, M. e ALVES A. C. (2012), *China and Angola: A Marriage of Convenience?*. Cape Town/Dakar/Nairobi/Oxford: Pambazula Press.

POWER, M., MOHAN, G., e TAN-MULLINS, M. (2012), *China's Resource Diplomacy in Africa: Powering Development?*. Nova York: Palgrave Macmillan.

QUINTÃO A., SANTOS R. (2012), "Chinese corporate pratices in Angola: myths and facts". In: Power, M. Alves A. C. *China and Angola: A Marriage of Convenience?*. Cape Town/Dakar/Nairobi/Oxford: Pambazula Press.

RODRIGUEZ, J-L. G., GUTIÉRREZ C. C., RODRIDUEZ F. J. G. e MAJOR A. S. (2013), *Angola: Radiografia de un país petrolero.* Los Libros de la Catarata.

UNITED NATIONS PROGRAMME on HIV/AIDS (UNAIDS) (2013), "UNAIDS report on the global AIDS epidemic 2013". Disponível em http://www.unaids.org/sites/default/files/en/media/unaids/contentassets/documents/epidemiology/2013/gr2013/UNAIDS_Global_Report_2013_en.pdf [Consultado em 10/12/2014]

VINES, A. e CAMPOS I. (2010), "India and China in Angola". In: Fantou, C. e Obi C. (2010) *The rise of China and India in Africa: Challenges, opportunities and critical interventions*. Londo/New York: Zed Books.

WAGNER, P. (ed.) (2006), *The Language of civil society.* New York and Oxford: Berghahn Books.

WAGNER, P. (2001) *A history and theory of the social science.* Nottingham/Trent University: SAGE Publications Ltd.

WAGNER, P. (1999) "The twentieth century – The century of the social scicences?". In: Kazancigil A. and Matkinson D. (eds.) *World Social Science Report 1999.* Paris/London: UNESCO and Elvsevier.

WAGNER P., WEISS C. H., Wittrock B., and Wollmann H. (eds.) (1991), *Social science and modern states: national experiences and theoretical crossroads.* Cambridge: Cambridge University Press.

WEIMER M., VINES, A. (2012) "China's Angolan oil deals: 2003-11". In: Power, M. Alves A. C. *China and Angola: A Marriage of Convenience?* Cape Town/Dakar/Nairobi/Oxford: Pambazula Press.

O Pastoril Dona Joaquina em São Gonçalo do Amarante (RN/Brasil): uma abordagem folkcomunicacional sobre suas características e representações culturais

Beatriz Lima de Paiva[1]
beatriz_lima2@hotmail.com
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil

Andrielle Cristina Moura Mendes[2]
andriellecristina@yahoo.com.br
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil

Itamar de Morais Nobre[3]
itanobre@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil/CAPES – CES/Universidade de Coimbra

Resumo: Reflete-se sobre a abordagem folkcomunicacional e as características do "Pastoril Dona Joaquina" em São Gonçalo do Amarante (Rio Grande do Norte/Brasil) no contexto da Epistemologia do Sul e descolonização das ideias. Apresentam-se notas introdutórias sobre a manifestação cultural, elaboradas com base na associação da Cartografia Simbólica (Boaventura de Sousa Santos), da Fotocartografia Sociocultural (Itamar de Morais Nobre) e da Folkcomunicação (Luiz Beltrão), tendo como técnicas a observação, o registro e acervos fotográficos do grupo folclórico cultural e as entrevistas realizadas junto aos seus representantes, de Março a Setembro de 2014. Consideramos que as ocorrências dos processos culturais referentes à manifestação tradicional do Pastoril Dona Joaquina comunica práticas comunitárias da região, com caracteres epistemológicos do sul e contra-hegemônica, reconhecendo o Pastoril como uma manifestação vinculada ao teatro religioso semipopular ibérico - como espaço de emergência e expressão de saberes tradicionais.

Palavras-chave: Pastoril; Cultura; Comunicação; Folkcomunicação.

1 INTRODUÇÃO

O município de São Gonçalo do Amarante está localizado a treze quilômetros de distância da cidade do Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, Região Nordeste do Brasil. São Gonçalo é um polo cultural de referência tanto no estado quanto no país, com manifestações importantes e contribuição artística e expressão popular local.

Este trabalho resulta de um recorte das pesquisas realizadas dentro do Grupo de Estudos IMACCUS - Imagem, Comunicação, Cultura e Sociedade, vinculado ao Departamento de Comunicação Social da UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a partir da pesquisa intitulada: As manifestações culturais em São Gon-

---

[1] Estudante do 7º semestre do Curso de Comunicação Social, habilitação em Radialismo, do Departamento de Comunicação Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Integrante do Grupo de Pesquisa Em Estudos da Mídia - PRAGMA; Membro do Grupo de Estudo - Imagem, Comunicação, Cultura e Sociedade (IMACCUS/UFRN). Participa da Iniciação Científica no projeto de pesquisa As Manifestações Culturais em São Gonçalo do Amarante/RN.

[2] Mestranda em Estudos da Mídia, do Curso de Comunicação Social da UFRN.

[3] Bolsista CAPES, em pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais (Universidade de Coimbra/Portugal). Docente e pesquisador do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

çalo do Amarante/RN no contexto da epistemologia do sul, financiada pela Pró-Reitoria de Pesquisa da UFRN. O objetivo é apresentar e refletir sobre a abordagem folkcomunicacional e as características do "Pastoril Dona Joaquina" em São Gonçalo do Amarante (Rio Grande do Norte/Brasil) no contexto da Epistemologia do Sul e descolonização das ideias. Apresentam-se notas introdutórias sobre a manifestação cultural, elaboradas com base na associação da Cartografia Simbólica (Boaventura de Sousa Santos), da Fotocartografia Sociocultural (Itamar de Morais Nobre) e da Folkcomunicação (Luiz Beltrão), tendo como técnicas a observação, o registro e acervos fotográficos do grupo folclórico cultural e as entrevistas realizadas junto aos seus representantes, de Março a Setembro de 2014.

2 O FOLCLORE E A MANIFESTAÇÃO PASTORIL

A etimologia da palavra folclore deu-se de maneira inicial no século XIX através do arqueólogo inglês William Thoms[4], a partir da junção da palavra *folk* (que significa povo) com a palavra *lore* (saber). Em sua aplicação, o folclore delimita a ciência que estuda as manifestações da tradição popular, suas representações, particularidades, crenças e superstições. Entretanto, para Cascudo (1972) *o conteúdo do folclore ultrapassa o enunciado de 22 de Agosto de 1846, quando William John Thoms (1803-1885) criou o vocábulo*. O conjunto de ações natas, a transformação sensível do ambiente e a projeção do interesse humano detém finalidade folclórica. De acordo com Cascudo(1986):

> Nenhuma ciência como o Folclore possui maior espaço de pesquisa e de aproximação humana. Ciência da psicologia coletiva, cultura do geral no Homem, da tradição e do milênio na Atualidade, do heróico no quotidiano, é uma verdadeira História Normal do Povo." Tendo em vista que as ações de sua natureza são interdisciplinares, e abrangem além das manifestações tradicionais, o comportamento e a expressão humana em si. (CASCUDO, 1986, p. 15.)

O Brasil é um país rico de costumes, etnias, culturas e movimentos de representação massiva. Inserido mais incisivamente na região Nordeste, a manifestação Pastoril faz parte de um dos quatro espetáculos populares mais apreciados da região, e, no Rio Grande do Norte, o Pastoril de São Gonçalo do Amarante detém o mais vivo, tradicional e com características mais significativas do estado. A definição de Cascudo (1972) sobre o Pastoril:

> Representa a visita dos pastores ao estábulo de Belém, ofertas, cantos, louvações, loas, entoadas diante do presépio na noite do Natal, aguardando-se a missa da meia-noite. Representavam a visita dos pastores ao estábulo de Belém, ofertas, louvores, pedidos de bênção. Os grupos que cantavam vestiam de pastores, e ocorria a presença de elementos para uma nota de comicidade, o velho, o vilão, o saloio, o soldado, o marujo, etc. Os pastoris foram evoluindo para os autos, pequeninas peças de sentido apologético, com enredo próprio, divididos em episódios que tomavam a denominação quinhentista de "jornadas" e ainda a mantêm no Nordeste do Brasil. (CASCUDO, 1972, p. 64).

Além dessa força significativa e movimento de expressão popular nessa região, sua tradição está impressa nos livros de importantes estudiosos e folcloristas brasileiros, e, no município, podemos encontrar outras manifestações tão relevantes e conhecidas como: Boi de Calemba Pintadinho, além de grupos Parafolclóricos e muitos outros que tão bem representam o a tradição cultural existente no estado.

Para Cascudo (1967) o folclore é definido como um *patrimônio de tradições* que é repassado de forma oral e se mantém conservado através dos hábitos de um povo. Um patrimônio que se faz presente em cada país e/ou grupos sociais:

---

[4] A história do termo *folklore* iniciou em 12 de Agosto de 1846, em uma carta que W.J. Thoms, por trás de um peseudônimo de Ambrose Merton, propôs "Folk-Lore" para substituir "o que designavam na Inglaterra como Antiguidades Populares ou Literatura Popular. Disponível em: http://www.jstor.org/discover/10.2307/3814679?uid=2&uid=4&sid=21104846040031

> Todos os países do mundo, raças, grupos humanos, famílias, classes profissionais, possuem um patrimônio de tradições que se transmite oralmente e é defendido e conservado pelo costume. Esse patrimônio é milenar e contemporâneo. Cresce com os conhecimentos diários desde que se integrem nos hábitos grupais, domésticos ou nacionais. Esse patrimônio é o FOLCLORE. Folk, povo, nação, família, parentalha. Lore, instrução, conhecimento na acepção da consciência individual do saber. Saber que sabe. Contemporaneidade, atualização imediadista do conhecimento. (CASCUDO, 1967, p. 9).

Dessa forma a representação do Pastoril é visualizada e vivenciada fortemente pela população que reside no município, onde, utilizando-se através da oralidade, gerações mais antigas mantém viva a representatividade da tradição, fortalecendo e dando continuidade ao folclore e aos grupos existentes na região.

3 A MANIFESTAÇÃO PASTORIL EM SÃO GONÇALO DO AMARANTE E SUAS CARACTERÍSTICAS REPRESENTATIVAS

O Pastoril em São Gonçalo é parte integrante da história e formação do município e está enraizado nas representações artísticas e culturais locais. São mais de 100 anos de vivência que movem a população, as quais, desde as crianças até os senhores e senhoras de idades mais avançadas, se orgulham em fazer manter viva essa tradição que vem sendo passada a cada geração e que são marcas características da cidade.

As fundamentações históricas dessa manifestação popular são oriundas da Península Ibérica e foram trazidas a partir dos autos lusitanos durante o período da colonização. No Brasil, as famílias portuguesas que se instalaram em Pernambuco posteriormente se deslocaram para o Rio Grande do Norte fundando suas cidades e assim São Gonçalo surgiu. Essas famílias trouxeram consigo o Pastoril, que sofreu adaptações ao passar dos anos, agregando particularidades locais ao movimento.

Originado na Lapinha[5], os dramas litúrgicos apresentados de maneira inicial nas igrejas lusitanas detinham significados estritamente religiosos, com textos declamados em frente das igrejas com finalidade exclusiva de catequese, entretanto, aos poucos, esse movimento foi se desvinculando dessa característica e se moldando, ganhando personagens e excluindo outros de acordo com a necessidade local.

As apresentações do Pastoril são autos que fazem parte das festividades natalinas na região Nordeste, este que, vivencia representações dramáticas durante todo esse período. Devido à popularização e interesse do povo em fazer parte das apresentações da manifestação e a mudança de objetivo que foi enfrentada gradualmente pela representação, o Pastoril profano tornou-se mais acessível e se afirmou de maneira mais generalista. Dessa forma, a personagem do Pastor, presente no religioso, foi substituído pelo Palhaço, no profano, dando um ar de comicidade e se tornando alvo, também, da atração do público às apresentações.

No jogo cênico da apresentação, conta-se a história do nascimento de Jesus, a versão dos reis, o anúncio do Menino Jesus aos pastores - onde a Mestra recebe o anúncio do anjo e passa para os outros pastores do campo, que se juntam para fazer a visita ao Menino. No caminho, a Mestra recolhe os elementos do campo para presentear o Jesus, estes elementos são as pastoras, cada qual com seu nome de flor: Violeta, Açucena, Verbena, Rosa, Lírio, Cravo, Cravina. Ao encontrar o Menino, na gruta da Lapinha – localidade em que nasceu - é celebrado o dom da sua vida em comemoração.

No Pastoreio profano, a cigana é o membro que prevê o nascimento do Menino, e é incorporada à figura do pastoril. Já a Florista vai colhendo as flores junto com as Borboletas, figuras campesinas que compõem o espetáculo. A Cigana é a única que pode receber o dinheiro, ela é o personagem mais profano do Pastoril, por sua ligação com o espiritual acredita-se ser ela a única que pode receber as prendas, doações.

---

[5] A Lapinha é o pastoril tradicional religioso, de devoção, composto por meninas jovens com vestimentas mais comportadas, e uma única presença masculina no drama, a do pastor. É mais solene.

4 O PASTORIL DONA JOAQUINA

Em consulta aos acervos fotográficos do grupo folclórico cultural, e às entrevistas em profundidade realizadas junto aos seus representantes entre Março e Setembro de 2014, colhemos informações sobre a manifestação e as características do grupo tradicional do município de São Gonçalo do Amarante/RN. Segundo Duarte (2010), as entrevistas em profundidade são indicadas para recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer. Faz-se necessário esclarecer que a pesquisa é de cunho exploratório, e por enquadrar-se nesse perfil, pode ser caracterizada como um "movimento de aproximação ao fenômeno concreto a ser investigado buscando perceber seus contornos, suas especificidades e singularidades" (BONIN, 2011, p. 39).

A história do Grupo no município surge da herança[6] recebida das matriarcas da região, sendo o que fez sobreviver essa manifestação. E, dessa forma, o grupo composto por netas e bisnetas e filhos de ex-pastorinhas tanto do Pastoril Flor de Lírio[7] quanto do Estrela do Norte[8], buscaram homenagear suas mães, avós e bisavós, e são elas as representantes atuais dessa manifestação.

A partir dos conhecimentos que a foram repassados através de mães, avós e bisavós, a continuação da tradição do Pastoril de São Gonçalo do Amarante manteve-se, se firmando como representação característica e intitulada de "Pastoril Dona Joaquina". Esta nomenclatura deu-se pela diretoria em parceria com os componentes do grupo na intenção de homenagear a forte contribuição e presença lusitana no Brasil, este por se tratar de um nome comum em Portugal, nação que originou a manifestação.

O grupo tem mais de vinte anos de existência, e, durante sua trajetória, enfrentou dificuldades financeiras que levaram o Pastoril Dona Joaquina a fazer uma pausa em suas atividades, vindo a retornar no ano de 2004 com suas apresentações. Com o resgate da tradição, a integração foi reativada no grupo e a diretoria estruturada novamente, a partir de então ele foi oficialmente formalizado.

No ano de 2013 o grupo alugou um espaço para os seus ensaios, que funciona como sede para as reuniões e para guardar as vestimentas, equipamentos e documentos históricos do grupo. Anteriormente a isso utilizavam o salão paroquial da igreja, já que Grupo não detinha espaço próprio, e funcionava dessa maneira há dez anos.

No Brasil, os pátios das igrejas são os lugares de apresentações mais comuns do Pastoril. Durante o espetáculo, valsas e marchinhas são tocadas e as pastorinhas dançam no ritmo das músicas, além da encenação dos dramas, e da apresentação do palhaço.

A forma teatral expressiva é a grande característica do Pastoril religioso, entretanto o incremento/substituição do profano nos autos foram reforçados e mudaram o estilo, minimizando a questão da devoção, trazendo a parte cômica às apresentações que se tornaram cada vez mais populares, e por sua beleza, sai dos pátios das igrejas e adquire autenticidade brasileira.

O Pastoril é representado simbolicamente pelas pastorinhas com um figurino mais diferenciado, com suas saias acima do joelho, para Cascudo (1972) o que tem maior significado no pastoril e o constitui, são as pastoras, os elementos básicos na função coro e são tomadas como personagens.

As cores das vestimentas das pastorinhas não se diferem em sua forma religiosa ou profana, ambas apresentam dois cordões de pastoras que são vestidas nas cores azul e vermelha. Para equilibrar os dois cordões, a Diana faz a mediação dessa rivalidade entre os cordões de pastoras, vestindo-se de azul e vermelho.

---

[6] Conforme a diretora do grupo Pastoril Dona Joaquina, Sephora Maria Alves Bezerra. Além disso, ela é professora e pesquisadora, sendo a responsável pela reativação e formalização do grupo.

[7] Pastoril Flor de Lírio, grupo pastoril datado dos anos 1930 a 1950 existente no município de São Gonçalo do Amarante/RN.

[8] Pastoril Estrela do Norte grupo pastoril atuante durante as décadas de 1960 a 1980 originário de S.G. do Amarante/RN.

Figura 1. Foto: Beatriz Lima

Na imagem, podemos encontrar a representação do "Pastoril Dona Joaquina" de São Gonçalo do Amarante/RN. As pastorinhas disputam qual cordão tem mais beleza, qual o que as pastoras dançam melhor. Elas são a Mestra, e as flores Açucena, Violeta, Lírio, Cravo, Cravina, Diana e Contra-mestra.
Podemos observar a apresentação do grupo no 4º Encontro Nacional de Produção Cultural, que ocorreu no período de Junho a Julho de 2014 na cidade de Natal/RN –Brasil. Ao fundo da imagem pode ser visualizada, em segundo plano, a banda composta pelos integrantes do grupo. O sorriso no rosto das moças deixa claro o grau de satisfação que elas têm ao representar a sua cultura local. A população é muito participativa nos eventos que grupo se apresenta, os cidadãos do município se orgulham de sua cultura, e fazem dela, o entusiasmo para seguir em frente. Embora seja difícil manter o grupo se apresentando mesmo com o pouco incentivo financeiro, as integrantes se fazem presentes e honram suas vestes, cultura e tradição e o público aprecia, sempre com retorno positivo às apresentações.

Figura 2. Foto: Beatriz Lima

Outra figura presente no Pastoril é o Palhaço, este que durante a apresentação se utiliza de alguns gestos de duplo sentido, entretanto, diferentemente de sua raiz pernambucana, em São Gonçalo o Palhaço não usa gestos ou palavras que agravem a moral ou respeito do público, apenas deixa subentendido algumas palavras ou não as pronuncia para atrelar o lado cômico à apresentação. Sua cantoria, poesia e dança coreografada seguindo as dançarinas também fazem parte do conjunto.
O Pastoril Dona Joaquina é formado por suas dançarinas na faixa de idade dos 13 a 23 anos. Seus músicos que compõem a orquestra do grupo também são jovens. Estes que se empenham e imergem no conhecimento da sabedoria dos mestres tradicionais, para, desta forma, preservar as músicas e os saberes de seus ancestrais.

No total, o grupo é composto por vinte e cinco pessoas, dentre elas estão as que fazem parte da organização, pesquisa e agenciamento do grupo, as dançarinas, a banda própria e o palhaço.
Os outros membros também compõem parte da diretoria, e estes são as mães das antigas pastoras e das mestras do folguedo, que além da consultoria para a manifestação também trabalham ajudando nas despesas, costuras das vestimentas e etc.
Compondo o sentimento de emoção que esses participantes dessa manifestação popular transmitem, através dos anos, a força de suas cores, a sincronia e gracejo das pastorinhas, a participação do palhaço, e toda a tradição desses jogos cênicos reforçam os saberes populares e a cultura de São Gonçalo do Amarante como referência, polo folclórico no estado do Rio Grande do Norte.
No nosso estudo vimos que a ligação entre a representação popular folclórica e a comunicação social inspirou a Folkcomunicação, campo a partir do qual se baseia a nossa apresentação sobre o Pastoril. Nesse campo as expressões, as manifestações se mostram intimamente ligadas às transmissões de notícias.
Benjamin (2007, p. 25) anuncia que quando Luiz Beltrão defendeu a sua tese de doutorado na Universidade de Brasília, em 1967, introduziu a teoria da Folkcomunicação no Brasil, conceituando-a como "o processo de intercâmbio de informações e manifestações de opiniões, ideias e atitudes de massa através de agentes e meios ligados direta ou indiretamente ao folclore".
Beltrão (1980, p. 269 a 279) já indica as diversas possibilidades e variações nos estudos da folkcomunicação, apresentados aqui resumidamente: 1 - a folkcomunicação oral: o linguajar; nomes próprios, alcunhas, xingamentos, palavrões; provérbios, comparações, frases feitas; orações e suas paródias, pragas; contos, estórias, fábulas, mitos e lendas; quadras e glosas; pregões, parlendas, mnemonias, formuletes; anedotas, adivinhas, travalínguas, bestialogias; 2 - a folkcomunicação musical: assobio e aboios; cantorias; a canção, os ritmos populares, instrumentos e orquestras; 3 - a folkcomunicação escrita: grafitos, manuscritos datilografados e em xerox, impressos, postais, santinhos e estampas e os veiculados pelos meios de comunicação de massa; 4 - a folkcomunicação icônica: escultura popular, objetos de identificação e adorno pessoal e 5 - a folkcomunicação de conduta (cinética); o trabalho e o lazer; autos,danças, espetáculos populares; atividades religiosas e atividades cívico/políticas. Todas essas formas foram consideradas por ele como "meios de expressão utilizados pelas populações marginalizadas", como formas de comunicação do meio popular.
Corroborando este pensamento Beltrão (2004, p. 75) afirma que na sua gênese e forma a Folkcomunicação é semelhante essencialmente aos "tipos de comunicação interpessoal, já que suas mensagens são elaboradas, codificadas, e transmitidas em linguagens e canais familiares à audiência, por sua vez conhecida psicológica e vivencialmente pelo comunicador, ainda que dispersa". (grifos do autor). Para ele a artesanalidade e a horizontalidade são partes do processo da folkcomunicação.
Nesses termos pressupomos que a tendência na qual está inserida a folkcomunicação, seja a de carregar a marca de uma nova forma de produzir conhecimento científico sobre o conhecimento social, popular e tradicional, no contexto do conhecimento do senso comum, esse pode ser um viés que norteia essa justificativa. Além disso, acrescentamos, tomando a orientação literária de Boaventura de Sousa Santos, a possibilidade de entrevê-la incluída na forma de pensamento alternativo sobre os pensamentos alternativos, oriundos da classe subalterna, nas quais Luiz Beltrão centrou seus estudos e interesses como anuncia Marques de Melo (1980, p. 9). Para ele Beltrão "vislumbrou o horizonte da comunicação popular como resultado da marginalização a que a sociedade política submete a grande maioria dos trabalhadores urbanos e rurais".
Metodologicamente associamos a Cartografia Simbólica a Folkcomunicação. Para Santos (2002), naquele contexto a cartografia simbólica permitiu identificar as estruturas profundas da representação jurídica da realidade. Nessa nossa proposta estamos utilizando a cartografia simbólica para estudos iniciais. A cartografia simbólica tem se revelado uma estratégia fecunda em outras áreas das ciências sociais aplicadas. Germano e Silva (2005), da área da Educação, por exemplo, utilizaram a cartografia simbólica para elaborar um mapa das lembranças de alunos que ingressaram em 1956, 1957 e 1958 na Faculdade de Medicina de Natal - incorporada depois à Universidade Federal do Rio Grande do Norte - a fim de conhecer os conteúdos de ensino, o saber relacional, os recursos didáticos e o saber contextual do curso. Para eles, a cartografia simbólica possibilitou a análise dos dados coletados de forma substantiva – "vendo-os no contexto do espaço histórico, social e cultural no qual ocorreram" (GERMANO & SILVA, 2005, p.1).

O método serviu de base também para que Nobre (2011) criasse uma nova estratégia metodológica, a Fotocartografia Sociocultural – associação entre a cartografia simbólica e a fotografia - para mapear e registrar os modos de vida da população de uma reserva ambiental localizada no litoral do Rio Grande do Norte denominada Ponta do Tubarão, no município de Macau, a 181 quilômetros da capital potiguar, estratégia metodológica que também nos serve de inspiração nesse trabalho.

Associada a metodologia folkcomunicacional, a cartografia tem nos auxiliado no mapeamento das características do grupo pesquisado e na análise do papel desempenhado pelo Pastoril Dona Joaquina na comunidade local.

De acordo com Carvalho (2010), a folkcomunicação pode ser compreendida como a comunicação por meio do folclore, a comunicação em nível popular, que se refere ao povo e não se utiliza de meios formais de comunicação. Segundo ela, foi a primeira referência que Luiz Beltrão fez ao folclore como canal de comunicação que serviu de alicerce para a elaboração desse conceito. Ao estudar o tema:

> Beltrão percebe que a informação se dissemina por meio dos autos populares, transformados em linguagens do povo e em expressão do seu modo de pensar [...] Com a preocupação de descobrir como as camadas populares se informavam e como sintetizavam suas opiniões, Beltrão buscou resposta nas manifestações folclóricas e na mediação dos líderes comunitários de opinião. Surge, assim, a definição de folkcomunicação. (CARVALHO, 2010, p. 111).

A pesquisa por ora realizada faz parte de nosso esforço de aprender com o Sul, como convoca Santos (2006), entendendo o Sul não como o oposto de hemisfério Norte, mas como "uma metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo" (SANTOS, 2006, p. 27), e de contribuir com os estudos desenvolvidos no âmbito da Epistemologia do Sul.

Desse esforço resultou o entendimento de que ao transmitir saberes populares entre as gerações, o Pastoril Dona Joaquina de São Gonçalo do Amarante (RN/Brasil) contribui para uma ecologia dos saberes, "porque se assenta no reconhecimento da pluralidade de saberes heterogêneos, da autonomia de cada um deles e da articulação sistêmica, dinâmica e horizontal entre eles" (CHAUÍ, 2013, p. 33) e combate as hierarquias naturalizadas pela história e por epistemologias reducionistas e contribui também para o fortalecimento do pilar da emancipação, ou do conhecimento-emancipatório, que tem como um dos eixos a expressividade das artes (CHAUÍ, 2013, P. 26) e concebe o saber como solidariedade e não como ordem, como ocorre no caso do conhecimento-regulação (SANTOS, 2006).

5 CONCLUSÃO

Em todos os municípios do Rio Grande do Norte existem grupos Pastoris. Alguns ativos e outros, num momento de pausa sejam eles em suas representações religiosas ou profanas. Esta forma de manifestação cultural é de grande relevância e deve se manter viva, pois, são parte constituinte da história local. Em São Gonçalo do Amarante o grupo Pastoril Dona Joaquina sobrevive e reforça, à população do município, a sua cultura mais significativa. Além também de divulgar em todo o estado, região e mesmo em eventos de aporte nacional as suas tradições e representatividade.

Consideramos que as ocorrências dos processos culturais referentes à manifestação tradicional do Pastoril Dona Joaquina comunicam práticas comunitárias da região, com caracteres epistemológicos do sul e contra-hegemônica, reconhecendo o Pastoril como uma manifestação vinculada ao teatro religioso semipopular ibérico - como espaço de emergência e expressão de saberes tradicionais.

A importância do reconhecimento da cultura popular e de seus significados comunicacionais, personificados na manifestação e caracterizados na transmissão de suas intenções através de suas personagens, evidencia as representações do Pastoril, que são absorvidas pela comunidade de São Gonçalo do Amarante como mensagens transmitidas através da comunicação oral, a partir das gerações mais antigas para as mais jovens, responsáveis por manter viva a representatividade da tradição, fortalecendo e continuando o folclore e os grupos existentes na região.

Uma característica latente do Pastoril Dona Joaquina é a quebra do paradigma de que a cultura e o folclore são pertencentes e interesse de pessoas de mais idade, entretanto, em sua maioria, os membros do grupo são compostos por jovens e adolescentes. Contudo, a luta pela autenticidade e reforço de tradição, conforme foi evidenciado através do estudo dessa manifestação folclórica - e em específico o grupo Dona Joaquina-, se sobressaem dentre os fatores desfavoráveis, evidenciando a necessidade da afirmação e propagação dessa cultura tão rica e viva na cidade de São Gonçalo do Amarante/RN.

6 REFERÊNCIAS

BELTRÃO, L. (1980), *Folkcomunicação: A comunicação dos marginalizados.* São Paulo: Cortez.

_____. (2004). *Folkcomunicação*: teoria e metodologia. São Bernardo do campo: UMESP.

BENJAMIN, R. (2007) *Folclore.* In: S. L. Gadini, & K. J. Woitowicz, (orgs.). *Noções básicas de Folkcomunicação*: uma introdução aos principais termos, conceitos e expressões. Ponta Grossa: Editora UEPG.

BONIN, J. A (2011). Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. In: A. E. Maldonado [et. Al]. *Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos*. 2 ed. Porto Alegre: Sulina.

CARVALHO, S. V. C. B. R. (2010) Metodologia folkcomunicacional: teoria e prática. In:

J. Duarte & A. Barros (orgs). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.* 2 ed. São Paulo: editora Atlas.

CASCUDO L. C. (1986), *Contos Tradicionais do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/ EDUSP.

_____. (1972). *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tecnoprint:S/L.

_____. (1967). *Folclore do Brasil (pesquisas e notas)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Fundo de Cultura.

CHAUÍ, M. (2013) Saudação a Boaventura de Sousa Santos. In: B. de S. Santos & M. Chauí. *Direitos humanos, democracia e desenvolvimento.* São Paulo: Cortez.

DUARTE, J. (2010). *Entrevista em Profundidade.* In: J. Duarte & A. Barros (orgs). Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação (pp. 62-83). São Paulo: Atlas

GERMANO, J. W. e SILVA, L. L. S. *Cartografando lembranças*. Disponível em http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/310.pdf [consultado em 13-12-2014].

MELO, J. M. (1980). Prefácio. In: L. Beltrão. *Folkcomunicação*: a comunicação dos marginalizados. São Paulo: Cortez.

_____. (2008). *Mídia e cultura popular: história, taxionomia e metodologia da*

Folkcomunicação. São Paulo: Paulus.

MONTENYOHL. E. (1996), *Divergent Paths: On the Evolution of "Folklore" and "Folkloristics". Journal of Folklore Research*. Vol. 33, No. 3, pp. 232-235. Disponível em: http://www.jstor.org/discover/10.2307/3814679?uid=2&uid=4&sid=21105425335253, [consultado em 13-12-2014].

NOBRE, I. M (2011). *Revelando os modos de vida da Ponta do Tubarão: a fotocartografia sociocultural como estratégia metodológica.* EDUFRN: Natal.

SANTOS, B. de S. (2002). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.* 4. Ed. SãoPaulo: Cortez.

SANTOS, B. de S. (2006) *Introdução: do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e outro.* In: *A gramática do tempo* (p. 25-47). São Paulo: Cortez.

SÍTIOS

Folclore no Brasil

Disponível em: http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimentos/desc/cascudo/ccrdfolclorenobrasil.htm, [consultado em 20-07-2014].

LIMA, L. e BEZERRA, S. (2012). *Beleza e leveza de um auto.*

Disponível em: http://pontodoboivivo.blogspot.com.br/2012/01/pastoril-beleza-e-leveza-de-um-auto.html, [consultado em 20-07-2014].

Cascudo fragmentos

Disponível em: http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimentos/desc/cascudo/cascudofragmentos.htm, [consultado em 20-07-2014].

Pastoril

Disponível em: http://www.ifce.edu.br/miraira/Patrimonio/FolguedosBailados/Pastoril/Pastoril-LMFC.pdf, [consultado em 20-07-2014].

Brincantes

Disponível em: http://www.recife.pe.gov.br/especiais/brincantes/8a.html, [consultado em 20-07-2014].

O Pastoril Nordestino

Disponível em: http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/o-pastoril-nordestino, [consultado em 20-07-2014].

Um olhar do entre Sul e Sul: um estudo as Marchas Populares de Lisboa no contexto da Comunicação Social

Élmano Ricarte de Azevêdo Souza[1]
Universidade Católica Portuguesa
elmricarte@gmail.com

Resumo: Apresentam-se diretrizes de uma investigação em curso na comunicação diante do fenômeno das Marchas Populares de Lisboa, principal elemento da cultura popular das Festas de Lisboa, cuja realização dá-se no mês de junho, no contexto social profano e sagrado em homenagem aos santos Antônio, João e Pedro (dias 13, 24 e 29 de junho respectivamente). Com base teórico-metodológica na Folkcomunicação, o estudo segue o método da Fotocartografia Sociocultural (Nobre, 2011) que se apoia principalmente nas técnicas da entrevista e de observação participante para compreender como se dá a construção de sentido do ato de comunicar sobre os modos de vida, os costumes e tradições, a economia, a cultura, isto é, os aspectos socioculturais de determinada comunidade. Sendo assim, tem-se como objetivo investigar características e marcas socioculturais da Marcha Popular no contexto da Comunicação Social. Investiga-se uma epistemologia do sul (Santos, 2009), as quais são as culturas populares, sob o olhar do sul, as quais são a Folkcomunicação e a Fotocartografia Sociocultural.

Palavras-chave: Comunicação e Cultura; Folkcomunicação; manifestações culturais; festas de junho; Marchas Populares de Lisboa.

Introdução

As festas populares de Lisboa em homenagem aos santos católicos são uma herança de uma união entre o pagão e a religiosidade cristã. De um lado, celebra-se a prosperidade da colheita farta ou da boa pescaria (uma vez que a sardinha é uma das marcas da gastronomia portuguesa nas festividades de junho) e do outro a Fé por meio dos atos de devoção e em homenagem aos santos populares do mês de junho: Antônio[2] (dia 13); João Batista[3] (dia 24) e Pedro[4] (dia 29). Para Durkheim (2008), a festas são elementos recreativos e estéticos, nas quais se rompe o cotidiano e se ganha energia para voltar à rotina, mas também elemento de interação social e mediação entre culturas.

---

[1] Doutorando em Ciências da Comunicação, Universidade Católica Portuguesa – UCP (Bolsista da CAPES - Proc. nº 0706-14-0). Graduado em Jornalismo e em Radialismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN (Brasil), com graduação sanduíche na UCP. Mestrado na linha de Pesquisa de Produção de Sentido do Programa de Pós-graduação de Estudos da Mídia da UFRN. Investigador Júnior do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura – CECC/UCP. Integrante do OBES - Observatório BOA-VENTURA de Estudos Sociais - CCHLA/UFRN, em convênio com a Universidade de Coimbra-Portugal. Membro da Rede de Pesquisadores em Folkcomunicação - Rede FOLKCOM.

[2] Santo Antônio foi Monge da Ordem Franciscana e doutor da Igreja, cujas homenagens litúrgicas ocorrem no dia 13 de junho. É também chamado de Santo Antônio de Pádua ou Santo Antônio de Lisboa. Nascido com o nome de Fernando Martins de Bulhões no município de Lisboa, Portugal, em 15 de agosto de 1195, morreu na cidade de Pádua, Itália, em 13 de junho de 1231.

[3] João Batista é o precursor de Jesus Cristo. Suas homenagens concentram-se em 24 de junho, suposta data de seu nascimento. De acordo com a tradição popular no Brasil, Isabel, mãe de João teria feito uma fogueira para que sua prima Maria, mãe de Jesus, soubesse ao longe que o menino tinha nascido. João é também aquele que batiza Jesus Cristo nas águas do Rio Jordão (cuja bacia hidrográfica abrange a Palestina e Israel), dando início a vida messiânica de Cristo.

[4] Na iconografia de São Pedro, segundo a tradição católica, há as chaves dos céus em suas mãos, sendo o comandante das chuvas pela tradição popular. Nasceu na cidade de Betsaida, região da Galiléia. Pescador no município de Carfanaum, tornou-se discípulo de Jesus Cristo e, posterior líder dos apóstolos.

De acordo com Cascudo (2000), as festas em Portugal transformaram-se pela primeira vez em tema de debate nacional no período da coroa lusitana no século XIV quando, junto à Igreja Católica, instituíram-se procissões obrigatórias pelas ruas das cidades com o objetivo de evitar as «Maias», danças e cantigas de origem pagãs em homenagem à primavera. Todavia, não houve sucesso, elas não só permaneceram como também se reinventaram, incorporando nas instituições por exemplo.

Sendo assim, como herança inconteste, a dança pagã sobreviveu, passando a ser permitida com uma nova leitura cristã nas festividades como definiu o Concílio de Trento (1545 - 1563), colaborando com a aproximação da Igreja e dos costumes do povo, tomando-se ainda como pretexto o fato de que o rei judeu Davi dançou ao Deus Jeová em seus atos de louvor.

Portanto, fazendo parte do contexto das celebrações profanas de junho na capital portuguesa, as Marchas Populares de Lisboa são a representação mais emblemática das Festas de Lisboa, cujo nascimento remonta às madrugadas, nas quais se saia de festa com amigos e familiares, molhavam-se e lavavam-se os rostos nas bicas e seguiam pelos logradouros públicos a cantar e dançar em comemoração pelo bom tempo e em homenagem aos padroeiros populares (Abel, 2006). Com o passar do tempo, cada bairro da cidade e uma organização comunitária assumiram a administração de um grupo de pessoas com a função de realizar cada agremiação. E, em 1932, a Câmara Municipal de Lisboa passou a promover um grande evento no município, isto é, unindo todos os grupos em desfiles competitivos. Desde então, todos os anos na noite de 12 de junho, véspera do dia de Santo Antônio, os participantes de vinte grupos de Marchas descem a Avenida da Liberdade (antigo limite da cidade entre mouros e cristãos) até a Praça dos Restauradores, num percurso de mais de mil e duzentos metros, feito aos olhos dos lisboetas, bairristas e turistas, além de receber a cobertura internacional de várias emissoras de televisão, rádio e jornalismo impresso. E, apesar de terem nascido no seio popular dos bairros de Lisboa, segundo Abel (2006), as Marchas estão, atualmente, em todo Portugal, assumindo parte da identidade cultural do país. Na visão de Lucena Filho (2012: 61), as Marchas Populares,

> (...) constituem o ponto alto dos festejos, são um evento aglutinador de centenas de pessoas, forças vivas da cidade constituídas pelas coletividades, marchantes, ensaiadores, coreógrafos, figurinistas, músicos e as estrelas anônimas dos bairros que, na sua dedicação e empenho permitem a continuidade deste acontecimento cultural popular. Trata-se enfim, de um conjunto de pessoas unidas pelo seu amor ao bairro onde vivem e o que cada Marcha representa.

Em nossa investigação, no Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia (mestrado) (Souza, 2014), pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil, foram observadas as marcas culturais da festa popular nas cidades de Natal (capital do estado do Rio Grande do Norte, Nordeste brasileiro, com cerca de um milhão de habitantes em sua região metropolitana) e de Lisboa a partir do fotojornalismo de veículos de comunicação locais, nomeadamente os jornais impressos *Tribuna do Norte* e *Correio da Manhã*. Com a análise das fotografias jornalísticas dos periódicos em Lisboa, notamos que as Marchas envolvem, logo, uma coreografia, figurinos, adereços e gestos. Surgiu, portanto, um questionamento, o qual não cabia ser respondido naquele momento. Isto é, como pergunta de partida tem-se: as Marchas Populares de Lisboa comunicam algo, se sim, como? Então, problematizamos, a partir das leituras realizadas: Com base nos estudos realizados por Beltrão (1980) sobre cultura popular e comunicação, quais são as características e marcas socioculturais das Marchas Populares de Lisboa no contexto da Comunicação Social?

Naquela pesquisa (Souza, 2014), participamos das Festas de Lisboa e observamos um contexto mais amplo do que o registrado pelas objetivas dos fotojornalistas. Tratava-se de um contexto sociocultural tomado como um elemento estético e característico de cartão postal, ou seja, não se valorizavam os modos de vida dos habitantes locais oriundos das Marchas. Constatamos ainda a presença, em grande quantidade, de mídia de massa como grandes redes de televisão midiatizando o evento como um «grande atrativo turístico e econômico», como afirma Marques de Melo (2008). Essa atividade fotojornalística revelou-se um olhar hegemônico epistemicida como discute o pensador português Boaventura de Sousa Santos (2009). De acordo com Santos (2009) a prerrogativa da epistemologia do norte (hegemônico) é silenciar outras formas de conhecimento, colocar-

se como única forma de saber diante do popular e do senso comum. No caso, silenciaram-se os moradores daqueles bairros ao ser tratar uma só perspectiva de seus aspectos socioculturais e ainda de maneira distorcida. Nossa hipótese baseia-se no pressuposto de que as Marchas Populares possuem as características de uma mídia popular frente a grande mídia hegemônica, possibilitando aqueles os quais pertencem àquela comunidade falar de si e seu modo de vida, seus aspectos socioculturais, dar-se voz ao popular de dentro de seu contexto. Sendo assim, a marcha pode comunicar uma mensagem local, pois conforme explica Lima (2010: 60), «quando falamos de nossa cultura, o que estamos fazendo é recuperar o ponto de vista dos outros sobre nós». E é no bairro e a partir dele que o sujeito ganha destaque social, é o seu palco de ações (Martín-Barbero, 2002: 60). A vivência do ser em seu bairro traz sentido para a sua comunicação a partir da Marcha.

No estudo do mestrado, em uma comparação com edições dos periódicos analisados em outras épocas não festivas do ano, constamos que os bairros mais populares ganhavam destaque nas páginas dos cadernos policiais criando uma imagem de exclusão social àquelas comunidades, a qual fortaleceu ainda mais a hipótese mencionada. Portanto, dada a oportunidade, dos desfiles em logradouro público, midiatizado por diversos veículos de comunicação, os moradores dos bairros populares podem se expressar pela Marcha, nos temas e marcas centrais que as representam de forma sociocultural, seja pela iconografia das vestimentas e dos adereços, das músicas e suas letras... Logo, como uma troca, a cultura popular pode ainda utilizar-se da mídia de massa para atingir um número maior de indivíduos com sua mensagem. Porém, ressalta-se que as empresas de comunicação objetivam mais o lucro em atingir um maior número de consumidores, sejam eles incluídos em âmbito local ou regional, mas também os de alcance nacional e internacional, como discute Peruzzo (2002: 74):

> Os atores sociais no mundo contemporâneo rejeitam o anonimato, procuram valorizar suas raízes, sua cultura, seu patrimônio histórico e os acontecimentos que envolvem os grupos sociais a que se vinculam. Por outro lado, por parte das empresas de comunicação, o interesse principal é a captação de receitas provenientes da verba publicitária. [...] Ou seja, descobriu-se o local/regional como nicho de mercado, um segmento com potencial de rentabilidade alta e ainda pouco explorado comercialmente.

Vale ressaltar que, no ano de 2013, observamos que o tema geral determinado pela Câmara de Lisboa era «125º aniversário Fernando Pessoa», porém somente duas delas abordaram essa temática de forma bastante sutil e ilustrativa, não cedendo à proposição geral e buscando tratar sim de suas representações mais próximas como os azulejos, as feiras populares, as pessoas do bairro e suas formas de se relacionar com o mundo que as cercam.

Portanto, estudar sobre as Marchas Populares de Lisboa é investigar um tipo possível de comunicação social que pode ser local/regional e, conforme Beltrão (1976: 37):

> Não há melhor laboratório para a observação do fenômeno comunicacional do que a região. Uma região é o palco em que, por excelência, se definem os diferentes sistemas de comunicação cultural, isto é, do processo humano de intercâmbio de ideias, informações e sentimentos, mediante a utilização de linguagens verbais e não verbais e de canais naturais e artificiais empregados para a obtenção daquela soma de conhecimentos e experiências necessária à promoção da convivência ordenada e do bem-estar coletivo.

Desenvolvimento da Pesquisa

Em um primeiro instante, deve-se observar a definição de Marques de Melo (1975: 83-84) sobre a Pesquisa em Comunicação, para entender como ocorre esta atividade de investigação científica no campo escolhido.

> (...) a Pesquisa em Comunicação compreende, portanto, o estudo científico dos elementos que integram o processo comunicativo, a análise de todos os fenômenos relacionados ou gerados pela transmissão de informações, sejam dirigidas a uma única pessoa, a um grupo ou a um vasto público. É o estudo do comunicador, suas intenções, sua organização, sua estrutura operacional, sua história, suas normas éticas ou jurídicas, suas técnicas produtivas. É o estudo da mensagem e do canal, seu conteúdo, suas formas, sua simbologia, suas técnicas de difusão. É o estudo do receptor, suas motivações, suas preferências, suas reações, seu comportamento perceptivo. É o estudo das fontes, sua sistemática para a recuperação de informações. É, enfim, o estudo dos efeitos produzidos junto ao receptor, a partir das intenções do comunicador. Assim conceituada, a Pesquisa em Comunicação assume a natureza de campo interdisciplinar de estudos, envolvendo não apenas as investigações linguísticas, educacionais, jornalísticas, cibernéticas etc. – ou seja, as pesquisas próprias das Ciências da Informação – mas englobando também as iniciativas em outras áreas das ciências humanas – sociológicas, psicológicas, históricas, antropológicas etc.

Dessa maneira, a Folkcomunicação enquanto proposta de investigação da comunicação social busca investigar a interface entre cultura popular e a comunicação, analisando como se dão os processos de comunicação presentes nos contextos dos mecanismos da cultura popular. Beltrão (1980) observou que as classes menos favorecidas, sem acesso direto a grandes veículos de comunicação, buscavam formas alternativas de comunicar sobre si e seu cotidiano. Uma destas formas de comunicação, mais artesanal, inserida na cultura popular do nordeste do Brasil e em outras partes do mundo, como comprova Cascudo (2000), é o ex-voto. Esse objeto pertencente às crenças religiosas é entregue em santuários espalhados por todo mundo, normalmente, trazendo em si marcas de veículo de comunicação, de acordo com Beltrão (1980), por informar o pagamento de uma promessa, uma graça dentro da devoção da religiosidade católica. Sendo assim, o pesquisador brasileiro observou que aquele objeto dizia o que, como, quem, quando, onde e porque de um processo de comunicação. E apesar de estar atrelada ao folclore, é importante observar que a Pesquisa em Folkcomunicação não é sobre a cultura popular, mas sim sobre os processos de comunicação vinculados a ela como defende Hohlfeltd (2013: 877):

> A folkcomunicação é o estudo dos procedimentos comunicacionais pelos quais as manifestações da cultura popular ou do folclore se expandem, se sociabilizam, convivem com outras cadeias comunicacionais, sofrem modificações por influência da comunicação massificada e industrializada ou se modificam quando apropriadas por tais complexos. A folkcomunicação, portanto, é um campo extremamente complexo, interdisciplinar - necessariamente - que engloba em seu fazer saberes vários, às vezes até contraditórios, para atingir seus objetivos e dar conta de seu objeto de estudo.

Motivados por esta iniciativa brasileira, esta pesquisa segue uma metodologia pautada na Folkcomunicação (Beltrão, 1980; Benjamin, 2000) com vistas ao fenômeno da Marcha Popular de Lisboa.
Nesse caminho, previamente, está em processo para levantar toda a trajetória da Marcha Popular em Portugal a partir de Lisboa, realizando-se assim, uma fundamentação para estudar o processo de realização desse fenômeno no presente. As principais fontes são a Biblioteca Nacional de Portugal como fonte bibliografia, localizada na capital lusitana, assim como, para fonte documental, arquivos de jornais e arquivo das organizações promotoras das agremiações. Já está em andamento um banco de dados históricos, traçando-se, de forma sucinta, a memória da Marcha Popular, a partir de entrevistas em profundidade com organizadores locais e com os participantes diretos das marchas.

Seguindo essa trajetória, utiliza-se a Fotocartografia Sociocultural (Nobre, 2011) como ferramenta cartográfica para mapear o presente por meio de dados coletados em entrevistas e pesquisa de campo aos bairros populares, trazendo a fotografia como documento visual. De forma sintética, a Fotocartografia Sociocultural: fotografia + cartografia = método (mapeamento pelo registro fotográfico + observação + entrevistas + pesquisa documental + pesquisa bibliográfica = técnicas).

Com o auxílio deste método a pesquisa busca revelar a relação do processo de comunicação no fenômeno da Marcha e os modos de vida e o contexto sociocultural da comunidade com o território do bairro, logo, compreender como estas marcas são codificadas para uma possível folkcomunicação nas composições das agremiações.

> Defendemos que essa estratégia metodológica oferece relevância à pesquisa qualitativa, (...) primeiramente por favorecer a partilha de ideias de diferentes campos do saber e por proporcionar uma visão mais abrangente do cotidiano sociocultural pelo uso de imagens (...). Traduzindo-se nessa direção, **como uma tentativa do pesquisador para conhecer e revelar as relações socioculturais vividas pelos sujeitos da pesquisa, em seu território.** (Nobre, 2011: 59, grifo nosso).

Dessa forma, traça-se paralelamente, nesse primeiro momento como se organiza o espaço da Festa de Lisboa, onde as Marchas Populares desfilam. Isto é, quem organiza a festa e as Marchas, descrevendo sua estrutura, dinâmica social, agentes culturais, fontes de sustentação, caracterizando-as como um processo de comunicação: «quem são os *agentes* codificadores, quais os seus canais de expressão, a que *audiência* se destinam, como se efetua a recepção, que efeitos produzem?» (Marques de Melo, 2008: 82).

Como parte das análises dos dados coletados, averíguam-se os conteúdos das possíveis mensagens veiculadas às Marchas e seus significados no contexto das comunidades locais. Trata-se de analisar as manifestações explícitas e até mesmo signos implícitos, então, identificando quais aspectos hegemônicos e contra-hegemônicos para possivelmente representarem os aspectos socioculturais daqueles bairros.

Noutro ponto, em um estudo complementar na Folkcomunicação, a mediação vai ser analisada buscando observar como são as relações das Marchas com as instituições no entorno social, ou seja, quais vínculos são estabelecidos com a mídia (jornais, revistas, rádio, televisão) ou com os serviços midiáticos (agências de publicidade, *marketing*, relações públicas) (Marques de Melo, 2008). Investigar assim, como ocorre apropriação midiática de massa da comunicação emitida pela Marcha Popular e como é reemitida por grandes redes de comunicação social, tornando-se um evento midiático como observa Dayan (2010), uma vez que pode construir uma narrativa antes e depois de sua ocorrência, auxiliando na produção de sentido para espectadores e atores em loco. Ainda neste eixo da mediação, voltaremos o nosso olhar para investigar quais as instituições públicas e privadas (Igreja, governo municipal e nacional, partidos ou sindicatos, empresas) participam da organização das Marchas e seu desfile, buscando identificar se há alguma interferência em sua produção de sentido. E como é que estas entidades se apresentam e que papéis assumem em cena, *i.e.*, durante a apresentação das marchas.

Com isso, investigaremos como pode dá-se a Marcha Popular de Lisboa no contexto da Comunicação Social de um lado por possibilidade de transmitir uma mensagem e, por outro, sua relação de hibridização com a mídia de massa. Logo, tratando de pesquisar dois vieses do estudo em Folkcomunicação, porém dando destaque ao caráter de emissão da Marcha, uma vez que o foco de analisar a mídia de massa já fora discutido anteriormente (Souza, 2014).

Vale ressaltar que este é um percurso metodológico aberto e não conclusivo, pois em construção, pode sofrer alterações após a participação nos semestres do programa de doutoramento e de com revisão bibliográfica.

1. Algumas considerações

Os estudos de Santos[5] (2006; 2009) discutem sobre a forma como o conhecimento foi produzido ao longo da história ocidental, havendo uma ausência de diálogos entre os mais diversos saberes e as mais variadas culturas. A cultura de massa dos *mass media* pode ser classificada como uma produção de conhecimento baseada nos moldes da epistemologia do norte, a qual afirma que o conhecimento científico é único e válido, não reconhecendo as formas diversas de saber. E em que ponto isso pode ser relacionado aos *mass media*? É justamente ao se analisar a produção dos periódicos sobre a cultura popular que se vê o olhar dado as manifestações culturais populares. Observou-se que o popular era tratado como uma cultura exótica e quase não pertencente a mesma sociedade, cujo jornal tinha sede (Sousa, 2014). Naquele momento, a pesquisa já tinha como hipótese de que tal olhar fosse produzido sobre as manifestações culturais populares. Ou seja, de acordo com os estudos de Santos (2006; 2009), poderia classificar aquela investigação como uma confirmação do discurso do norte sobre o sul epistemológico sem olhar para a matriz dele. Com isso, essa presente investigação de doutoramento tem o viés de ser localizada completamente no sul epistemológico. Isto é, investigar sobre as manifestações culturais populares, as quais não são consideradas hegemonicamente na academia como estudo e fonte de pesquisa, e sobre a teoria e metodologia da Folkcomunicação, cuja fundamentação encontra-se alicerçada no Brasil e alguns países da América Latina, consideradas como não apenas Sul geográfico do Globo, mas também como sul epistemológico. A principal hipótese deste estudo é que a Marcha Popular é o instrumento de comunicação das classes menos favorecidas de acesso aos meios de comunicação de massa, uma vez que nem sempre sua representação social tem reflexo na realidade, ou seja, são retratados como habitantes de bairros violentos, sem infraestrutura etc... Dessa forma, a partir das Marchas, acredita-se que as comunidades comunicam sobre si e quais os seus aspectos socioculturais mais significativos em seu contexto social. Acredita-se que, nos dias de desfile e, nomeadamente, no dia 12 de junho, há a oportunidade de até inclusive utilizar os veículos de comunicação de massa para propagar a sua representação sociocultural na mensagem da comunidade.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

ABEL, Marília. (2006). *As Marchas Populares*: Pesquisa sobre as Origens. Lisboa: Sete Caminhos.

BELTRÃO, Luiz. (1976) Comunicação popular e região no Brasil. In: MARQUES DE MELO, José (org.) *Comunicação/ incomunicação*. São Paulo, Loyola.

BELTRÃO, Luiz. (1980). *Folkcomunicação*: comunicação dos marginalizados. São Paulo: Cortez.

BENJAMIN, Roberto Emerson. (2000). *Folkcomunicação no contexto de massa*. João Pessoa: Editora UFPB.

CASCUDO, Luis da Câmara. (2000) *Dicionário do folclore brasileiro*. 9 ed. São Paulo: Global, 2000.

DAYAN, Daniel. (2010) Beyond media events: disenchantment, derailment, disruption. IN: COULDRY, Nick; HEPP, Andreas; KROTZ, Friedrich. (orgs.) *Media Events in a Global Age.* New York: Routledge.

DURKHEIM, Émile. (2008). *As formas elementares da vida religiosa.* São Paulo: Editora: Paulus.

---

[5] Para Santos (2009), há duas formas de epistemologia do conhecimento, uma dominante e hegemônica, que se trata como a única forma de produção de conhecimento, e a outra que enxerga que esse processo deve ser de forma mais plural, é uma visão que provém de culturas e de classes subalternas e contra-hegemônicas. A primeira, o autor chama de Epistemologia do Norte e a segunda de Epistemologia do Sul. Sua denominação de Norte e Sul é sobre a influência exercida pela Europa Ocidental (Norte) sobre as ex-colônias espalhadas por todo o mundo (Sul). Porém, Santos (2009) afirma também que esta divisão não é apenas geográfica, uma vez que o Norte geográfico possui a sua parcela de "terceiro mundo", representada por imigrantes, ciganos, classes sociais com menor poder aquisitivo, representantes das lutas de gênero etc, e que o Sul global também possui seus nichos de "Europa", com minorias elitistas capitalistas e oligárquicas que dominam as formas de produção cultural e impõem sua maneira de ver o mundo.

HOHLFELTD, Antonio. (2013). Novas Tendências nas Pesquisas da Folkcomunicação: Pesquisas Acadêmicas se Aproximam dos Estudos Culturais. In: MARQUES DE MELO, José; FERNANDES, Guilherme Modeira. *Metamorfose da Folkcomunicação*: Antologia brasileira. São Paulo: Editae Cultural, pp. 876-883.

LUCENA FILHO, Severino Alves de. (2012). *Festa junina em Portugal:* marcas culturais no contexto de folkmarketing. João Pessoa: Editora da UFPB.

LIMA, Maria Érica de Oliveira. (2010). *Mídia regional:* indústria, mercado e cultura. Natal, RN: EDUFRN.

MARQUES DE MELO, José. (1975) *Comunicação Social*: teoria e pesquisa. 4ed. Editora Vozes: Petrópolis.

_____,. (2008). *Mídia e cultura popular*: história, taxonomia e metodologia da Folkcomunicação. São Paulo: Paulus.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. (2002). América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUZA, Mauro Wilton de (org.). *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, p. 39-68.

NOBRE, Itamar de Morais. (2011). *Revelando os modos de vida da Ponta do Tubarão*: a fotocartografia sociocultural como proposta metodológica. Natal: EDUFRN.

PERUZZO, Cicilia M. K. (2002) Mídia local, uma mídia de proximidade. In: *Comunicação veredas:* revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Marília, SP: Unimar, n. 2. p. 65-89.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2006). *A gramática do tempo:* para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez Editora.

_____,. (2009). *Una Epistemología del Sur*. La reinvención del conocimiento y la emancipación social. México: Siglo XXI Editores, CLACSO.

SOUZA, Élmano Ricarte de Azevêdo. (2014) *As marcas culturais das festas populares no fotojornalismo dos periódicos Correio da Manhã (Lisboa-Portugal) e Tribuna do Norte (Natal/RN-Brasil)*. Tese de mestrado, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Eixo Temático: As Ciências Sociais e Humanas em língua portuguesa perante as transformações à escala global

Brasil e Cabo Verde – Primeiras reflexões e configurações do Projeto/Acordo CAPES-AULP

SPIGOLON, Nima I.
FE/UNICAMP
professoranima@gmail.com

NORÕES, Katia C.
FE/UNICAMP
katia.noroes@gmail.com

Resumo: Este trabalho integra atividades desenvolvidas no escopo do Projeto/Acordo CAPES-AULP e, objetiva pensar a Educação em seus processos político-pedagógicos, tendo como foco as novas fronteiras na pesquisa em África e América Latina. Sua caracterização se dá a partir das relações estabelecidas entre a Universidade Estadual de Campinas e Universidade Jean Piaget e justifica-se pelo caráter histórico ao discutir as transformações estruturais, culturais e sociais ocorridas a partir da segunda década do século XX, em ambas as realidades. O campo teórico e metodológico se fundamenta nos aportes da abordagem qualitativa, tendo em vista a construção de um grupo de estudos e pesquisas, composto por membros das duas universidades. Assim, as primeiras aproximações entre as realidades e diversidades das instituições, através da perspectiva processual de pesquisa, aponta caminhos para o enfrentamento de desafios quanto às desigualdades, à produção e à análise dos diferentes saberes, seja na América Latina ou em África.

Palavras-chave: América Latina; África; CAPES/AULP.

1. Acordos bilaterais: algumas considerações sobre a origem e tendências

Os acordos internacionais para a área da Educação celebrados entre Brasil e Cabo Verde, abordados nesse artigo, referem-se ao período pós-colonial, o qual também corresponde a construção e a estruturação do Estado cabo-verdiano. Naquele contexto educacional, havia um índice de 60% de analfabetismo, ausência de mão-de-obra qualificada e locais responsáveis pela formação ou escolas reconhecidos como facilitadores da seleção social ou da diferenciação entre grupos (Moniz, 2007).

Com o viés nacionalista, o governo compreendia a educação como *locus* de transformações estruturais no que tange as relações sociais, a identidade cultural, o desenvolvimento e a constituição de uma unidade nacional. Assim, havia a necessidade de formar quadros para responder ao projeto de sociedade em construção, além de romper com os padrões educacionais instituídos durante o período colonial (Barros, 2007; Moniz, 2007; Morais, 2013; Santos, 2010).

A partir de 1977, com os objetivos de integrar as escolas com a vida da comunidade e com o mundo do trabalho e reduzir o analfabetismo foram firmados acordos de cooperação entre o Movimento de Independência de Cabo Verde e Guiné Bissau (PAIGC / PAICV) e o Estado ditatorial brasileiro, onde o teor, a forma e a estrutura desses ainda encontram-se pouco explorados pelas pesquisas consultadas. Por outro lado, houve unanimidade nas pesquisas ao apontar que a mobilidade estudantil foi a porta de entrada para a cooperação no campo educacional entre os dois países. Nesse caso, o Programa Estudante-Convênio (PEC-G e PEC-PG) existente desde as primeiras décadas do século XX – administrado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e, posteriormente, em conjunto com o Ministério de Educação (MEC) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) – tornou-se responsável, entre 1960 e 1980, pela emissão estudantes nacionais para cursar

mestrado e doutorado em universidades estrangeiras e a recepção de professores e estudantes internacionais, a partir de 1990, para a criação de programas de cooperação acadêmica internacional com o objetivo de fomentar grupos de pesquisa e o intercâmbio entre pesquisadores e estudantes[1].

Sobre as relações bilaterais promulgadas através desse Programa, os pesquisadores cabo-verdianos Barros (2007), Moniz (2007) e Morais (2013) analisaram que houve grande interesse do Estado ditatorial em estreitar relações com países africanos, principalmente como os lusófonos, que se intensificam sob a hipótese da constituição de regiões de influencias através de redes de cooperação em diferentes áreas, sendo a outra hipótese baseada na natureza cultural e colonial que também aproximava tais países. Outra constante apontada pelos pesquisadores foi que tais cooperações de ordem política e econômica tornaram-se uma constante também nos governos democráticos, pois, a partir da década de 1990, foram intensificados os acordos de cooperação com Cabo Verde no âmbito da educação inicial (1998 e 2002), do ensino profissionalizante e Pós-graduação (2004) e de assessoria para a criação de uma Universidade (2005 e 2006).

Na última década, a cooperação bilateral entre Brasil e Cabo Verde intensificou-se no âmbito do Ensino Superior mediante acordos de cooperação técnica, onde o Brasil reverte a tendência nacional das décadas anteriores de emissor de nacionais para instituições estrangeiras para a tendência internacional de assessorias e de contribuição para o desenvolvimento de outros países também através dos Programas PEC-G e PEC-PG e outros no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e outras Instituições nacionais e internacionais que fomentam e promovem a mobilidade acadêmica.

Frente a esse breve histórico, buscaremos nos deter ao acordo que compreende o Ensino Superior em Cabo Verde e abrange o Programa de Mobilidade Internacional entre docentes e discentes (Pró-Mobilidade Internacional/ CAPES) e a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP).

Optamos por utilizar o conceito de circulação e não de migração para referirmo-nos aos percursos realizados como parte do intercâmbio acadêmico, inserido em configurações mais amplas de circulação de práticas, saberes e pessoas. A apreensão tradicional do fato migratório se refere a uma definição de tipo residencial (mudança de residência) e unidirecional (transferência de um lugar para outro) a partir da concepção de uma residência única e inicial. A apreensão do conceito de circulação tende a recobrir as situações migratórias distintas, onde a ideia de mobilidade predomina como elemento organizador das dinâmicas sociais individuais e grupais em situações migratórias.

> Le concept de circulation different de celui de migration, fait reference à la mobilité physique dês hommes, avec leur itineraire, leur moyen de transport et la pratique effective et affective de l'espace parcouru. Dans ce sens, le terme envoie aux mobilités dês individus, mais aussi dês biens et dês valeurs, dans um espace structuré antériorment par dês flux migratoire, c'est-à-dire dans um champ migratoire (CORTES & FARET, 2009, p.12).[2]

Consideramos também que a circulação experienciada em decorrência do acordo CAPES/AULP pode produzir construções identitárias diversas decorrentes de diferentes tipos de relações com o país de acolhimento e manutenção das relações com o país de origem. Neste sentido a memória se liga concomitantemente ao lugar de origem e a multiplicidade de lugares encontrados e vividos (BRUNEAU, 1994, 2009).

---

[1] Projeto CNE/UNESCO e intitulado "Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade", Contrato número SA – 390/2013 e UNESCO: 545341, Brasília: 2013. Trata-se de um estudo analítico sobre a legislação referente a acordos internacionais assinados pelo Brasil, disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:OivtBzEoBVEJ:portal.mec.gov.br/index.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D13941%26Itemid%3D+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br , acessado em julho de 2014.

[2] "O conceito de circulação, diferente do de migração, faz referência à mobilidade física de pessoas, com seus itinerários e as práticas efetivas e afetivas dos espaços percorridos. Neste sentido, o termo refere-se às mobilidades dos indivíduos, mas também dos bens e dos valores, no espaço estruturado anteriormente pelos fluxos migratórios, ou seja, num campo migratório" (tradução das autoras).

Os espaços de circulação, nesta perspectiva, não são apenas lugares de origem, de trânsito ou de destino, eles representam lugares de relação, portanto, espaços de vida (COURGEAU, 1988).
Entendemos que a circulação provoca o alargamento dos "espaços de vida" dos indivíduos, com possibilidades de mobilidades simultâneas, com temporalidades diferentes considerando atividades realizadas no espaço. Os espaços de circulação, aqui são entendidos não apenas como os lugares de origem, de passagens ou de permanência. Eles são lugares de relação, de construção de sentidos, portanto, espaços de vida que afetam estudantes, professores, pesquisadores, jovens e adultos; homens e mulheres, instituições e Universidades, países desenvolvidos e países em desenvolvimento (COURGEAU, 1988).

2. CAPES-AULP e o intercâmbio acadêmico entre Brasil – Cabo Verde

No Brasil, o presente trabalho se insere num escopo mais amplo de pesquisa e para o momento selecionamos algumas atividades do Projeto CAPES-AULP 0038/13l que se vinculam à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) dentro do Programa Internacional de Apoio á Pesquisa e ao Ensino por meio da Mobilidade Docente e Discente Internacional (Pró-Mobilidade Internacional) e a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP).
Tais atividades integram o Projeto CAPES-AULP 0038/13l, intitulado "Brasil e Cabo Verde, limites e possibilidades de pesquisa entre países, sob a perspectiva do Multilinguismo no Mundo digital: web indígena, bibliotecas digitais e Educação", celebrado entre a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), no Brasil e a Universidade Jean Piaget (UniJP), em Cabo Verde.
O recorte temporal é relativo ao primeiro ano de trabalho, que compreende de 01 de junho de 2013 a 31 de maio de 2014, cuja coordenação e gestão envolve o Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), o Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência (CLE) e a Faculdade de Educação (FE), ambos da UNICAMP.
O foco da proposta é promover aproximações entre América Latina e Cabo Verde, por meio do encontro de pesquisadores mediatizado pelas idas e vindas aos dois lados do Atlântico, quando o que se pretende é romper além das fronteiras geográficas e paradigmas políticos para que a partir dos diálogos e das experiências coletivas possam ocorrer ressignificações, compartilhamentos e intercâmbios sobre os eixos temáticos que perpassam o referido Projeto/Acordo.
As ressignificações, compartilhamentos e intercâmbios desencadeados pela Educação em seus processos político-pedagógicos, também, buscam possibilitar interlocuções acerca de políticas públicas, práticas culturais e produção de saberes oriundas das diversidades, realidades e sociedades nas quais se inserem os sujeitos. Assim, os eixos de pesquisa que regem tal acordo versam sobre:

> 1.1.1. incrementar o intercâmbio acadêmico entre países e regiões de língua oficial portuguesa;
> 1.1.2. contribuir para a inclusão tecnológica e científica dos e nos países africanos e asiáticos de língua oficial portuguesa;
> 1.1.3. proporcionar a realização, por parte de estudantes e docentes de universidades brasileiras, de atividades de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico e de inovação em universidades e centros de ensino superior filiados à AULP e situados em países lusófonos localizados na África (Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) e na Ásia (Timor-Leste);
> 1.1.4. possibilitar que estudantes e docentes de universidades e centros de ensino superior filiados à AULP situados na África (Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) e na Ásia (Timor Leste) participem de atividades de ensino, de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico e de inovação em universidades brasileiras; (BRASIL, 2013, PROJETO 0038).

Nesse sentido, ao lançar mão deste artigo, vamos estabelecendo conexões de sentido e problematizando questões para dialogar e pensar a Educação em seus processos político-pedagógicos com base no Acordo CAPES/AULP. Ressaltamos que no âmbito geral dele, objetiva-se promover a cooperação e o intercâmbio intercultural - acadêmico - na grande área de Educação, e nas sub-áreas de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC); Linguística e Cultura por meio da associação entre a UniJP e a UNICAMP, em rede com os programas a que se acham vinculados os pesquisadores, professores e estudantes que compõem as equipes brasileiras e caboverdianas.

Portanto, o artigo focaliza a oportunidade de confrontar os objetivos propostos com os resultados de seu primeiro ano, em relação ao intercâmbio entre os pesquisadores envolvidos na parceria UNICAMP e Universidade Jean Piaget.

3. Aportes teórico-metodológicos

O artigo e a pesquisa até aqui se articulam por meio de uma triangulação teórica, metodológica e empírica fundamentados na abordagem qualitativa e entremeados por intertextualidades. O Projeto/Acordo CAPES-AULP encontra-se na interface desses aportes, estruturados segundo perspectivas de análise como, por exemplo: América Latina e África; os processos para a constituição do grupo de estudos e pesquisas; as redes relacionais e institucionais.

Não se trata de discorrer sobre América e África portuguesas, ou fazê-lo de forma comparativa de duas partes separadas pelo Atlântico, mas de aproximá-las considerando que se completam num só sistema de exploração colonial cuja singularidade de cada processo de independência ainda marca a contemporaneidade.

Quanto à estrutura metodológica, optamos pelo mapeamento bibliográfico inicial e a base documental do Acordo/Projeto, seguido do alinhavo entre os dois campos: Brasil e Cabo Verde. Ao mesmo tempo, trabalhamos a seleção de materiais e atividades, o conjunto de fontes documentais e não documentais.

Os aportes da abordagem qualitativa se organizam segundo uma lógica indutiva. Bogdan e Biklen (1994) fundamentam a aquisição de dados descritivos, conseguidos pelo pesquisador, diretamente como fato a ser pesquisado, com maior ênfase no processo de constituição do que em seu produto final, preocupando-se em destacar as perspectivas dos sujeitos.

Esta possibilidade, permitida pela interação com e entre o sujeito da pesquisa, afigura-se relevante neste campo de estudo. Portanto:

> [...] são qualitativas as pesquisas que privilegiam o sentido dos fenômenos sociais compreendo-os, como no caso da educação, pelo seu processo e pela experiência humana envolvida, mais que pela explicação de seus eventuais resultados (MONTEIRO, 1998, p.20).

Pois, bem, o material que vai se constituindo e que se apresenta por hora não tem peso estatístico e não permite generalizações de tipo quantitativo. Não busca apontar quantos são os Projetos/Acordos CAPES-AULP e nem tampouco o numerário de pesquisadores e instituições e, sim são reflexões que misturam fatos vividos, impressões particulares e experiências coletivas. Assim sendo, não consideramos as reflexões aqui desenvolvidas uma amostragem representativa dos Projetos/Acordos CAPES-AULP, mas uma expressão de participantes de um desses projetos (BAUER & GASKELL, 2010).

4. Objetivos e desenvolvimento: por entre os limites do projeto e possibilidades de realização

Sem condições de aprofundar na análise desse Projeto em andamento é importante que alguns desses enunciados, em especial os intercâmbios produzidos nas travessias do Atlântico, sejam analisados numa perspectiva

processual de pesquisa e como parte das dinâmicas sociais, históricas, culturais, políticas, econômicas e educacionais.

Outrossim, como vem sendo discorrido, o objetivo principal aqui é pensar a Educação em seus processos político-pedagógicos com base no Acordo CAPES/AULP e dialogar em linhas gerais por um lado com os percursos tanto do projeto quanto dos pesquisadores envolvidos na parceria de cooperação entre a UNICAMP e a Universidade Jean Piaget e por outro confrontar o que se realizou e o que ainda há por se realizar no escopo do referido projeto.

No tocante a limites e possibilidades, alinhavamos as principais ações inseridas no escopo do Acordo e que orientaram a elaboração, implementação e execução do projeto, a partir das perspectivas inicias e que foram se configurando em decorrência das temporalidades burocráticas e das demandas acadêmicas.

De modo geral:

1) criação de uma base para acesso com contatos, informações, mapas, guias e roteiros de instituições destinados a subsidiar orientações e facilitar os deslocamentos e que será alimentado por todos os integrantes;

2) encaminhamentos/acompanhamentos dos estudantes, professores, pesquisadores que foram e vieram em missões de estudo e trabalho;

3) recepção e organização de atividades e agendas, bem como de hospedagem e demais trâmites, concomitantemente nas duas Universidades;

E destacadamente:

1) criação de um grupo mensal para diálogos e leituras iniciais em torno de Cabo Verde (desde fevereiro/2014, na FE/Unicamp);

2) planejamento, organização e realização de dois eventos na Unicamp, os Encontros Acadêmicos da 3a Semana de Cultura Digital, no IEL/UNICAMP, 27 e 28 de março de 2014, e o Fórum Cabo Verde e Brasil: Primeiras Aproximações, em 08 abril 2014, na FE/UNICAMP.

Como parte do conjunto de fontes documentais e não documentais que compõem o acervo do projeto, se observa as intenções, os objetivos, o desenvolvimento e as ações efetivadas, em ambos os lados do Atlântico, ora brasileiro, ora cabo-verdiano. Por agora, inserimos algumas dessas fontes como intertextualidades capazes de entremear ao texto certos movimentos de leitura, descrição, interpretação e análise.

A proposta é colocar questões ligadas a multilinguismo e multiculturalismo no espaço digital, articulando produtores de cultura local da sociedade e as pesquisas da academia. Neste encontro contamos especialmente com a presença de professores convidados da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, que podem fazer esta interlocução tanto com os grupos culturais de/em Campinas, assim como com as iniciativas de ocupação do mundo digital por etnias indigenas.

Trata-se de uma oportunidade única de agregar estes atores da cultura digital, entender como estamos nos apropriando (ou não) das tecnologias e colocar uma pauta sobre culturas e iínguas locais e acesso as chamadas novas tecnologias.

27 de março de 2014 - auditório do IEL-UNICAMP

9h - Abertura

- Prof. Wilmar D'Angelis (IEL-UNICAMP)

9h30 - "Sobre cultura digital"

- Prof. Saidu Bangura (Univ. Jean Piaget Cabo Verde)
- Prof. Evandro Fonseca (Univ. Jean Piaget Cabo Verde)

- Prof. Ike Banto (Coletivo Kilombagem)
11h30 - "Gênero e guerra: tecnologias e a situação da mulher"
- Profa. Marcia Adão (Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro)
- mediação Prof. Saidu Bangura
12h30-14:30h Almoço
14h30 - Palestra: "Inclusão Digital da Cultura Indígena e Inclusão Indígena na Cultura Digital"
- Prof. Wilmar D'Angelis (IEL-UNICAMP)
16h - "Sobre a elaboração de material didático de Matemática como recurso educacional aberto"
- Prof. Fábio Bertato (CLE-UNICAMP)
16h30 -"Desconferência sobre "Cultura Digital", tod@s convidad@s a falar"
Mediação Prof. Ike Banto (Coletivo Kilombagem)
17h30 -18h encerramento - Profa. Claudia Wanderley (CLE-UNICAMP)

28 de março de 2014 - auditório do IEL-UNICAMP

9h - abertura
- Profa. Claudia Wanderley
9h30 - "A Rota dos Baobás"
- Prof. TC Silva (Casa de Cultura Tainã e Rede Mocambos)
- mediação Prof. Evandro Fonseca
10h30 - "Roteiros culturais e acadêmicos"
- Profa. Paula Vermeersch - Roteiro do Centro Histórico de Campinas (UNESP)
- Profa. Alessandra Ribeiro - Roteiro de Cultura Afro de Campinas (PUC-Campinas)
- Profa. Claudia Wanderley - Roteiro para criação de coleções digitais
12h30-14:30h Almoço
14h30 - " Roda de conversa sobre o Projeto PLP Campinas "
Promotoras Legais Populares de Campinas
16h30 - Apresentação de posters da 3a Semana de Cultura Digital e Região
17h30 -18h encerramento - Prof. Saidu Bangura

Faculdade de Educação

PROGRAMA

9h – Abertura
Prof. Dr. Luis Augusto Barbosa Cortez – Vice-Reitor Executivo de Relações Internacionais
Prof. Dr. Luiz Carlos DE Freitas - Diretor da FE – Unicamp
Prof. Dr. Wilmar da Rocha D'Angelis – IEL-UNICAMP
Prof. Ms. Saidu Bangura – Universidade Jean Piaget de Cabo Verde
10h – Coffee-break
10h20 – Conferência - Cabo Verde: um país com origem e vocação multicultural e multilíngue
Prof. Dr. Saidu Bangura – Universidade Jean Piaget de Cabo Verde
Moderador: Prof. Dr. Wilmar da Rocha D'Angelis
12h – Almoço
14h - Mesa-Redonda - Cabo Verde: cultura e sociedade
Dr. Deolindo Nunes de Barros – Revista Idéias (IFCH-UNICAMP)
Prof. Dr. Ivo Carvalho Silva Jr. – PUC-Campinas

Profa. Ms. Nima Imaculada Spigolon – Doutoranda FE-UNICAMP
Moderadora: Profa. Dra. Debora Mazza (FE-UNICAMP)
15:40 Coffee-break
16h – Conferencia Multiculturalismo, multilinguismo e Cultura Digital
Prof. Evandro Neves Fonseca – Universidade Jean Piaget de Cabo Verde
Moderadora: Profa. Dra. Claudia Marinho Wanderley (CLE-UNICAMP)
17h00 – Encerramento

Decorre daí, indagações que nos instigam discutir e refletir até que ponto as intenções e ações desse acordo contribuíram para sua finalidade e as perspectivas após o primeiro ano de execução. Há uma relação dialética entre a pesquisa, o engajamento e a sociedade e que exerce um papel nas suas relações com os projetos de instituições, de países, dos povos:

> A expressão viva da nação é a consciência do movimento do conjunto do povo. É a práxis coerente e esclarecida dos homens e das mulheres. A construção coletiva de um destino, a assunção de uma responsabilidade à dimensão da história (FANON, 1979, p. 150-151).

Isso desperta questões cruciais: - problematizamos os porquês, como e quando desse acordo; - damos visibilidade à atuação, presença e participação de pesquisadores que nele se inscrevem. As indagações e as questões aqui anunciadas se prestam a dialogar com uma pedagogia da pergunta (FREIRE & FAUNDEZ, 1985).

5 . (In) Conclusão

Á guisa de conclusão, importa ressaltar que o debate é extenso, o projeto em andamento e as questões suscitadas instigantes. Conseguimos identificar, através do material apresentado e das fontes levantadas, que conforme Plano de Trabalho Anual relativo ao ano de 2013, ou seja, ao primeiro ano do Acordo, apresentou-se dentre os resultados esperados:

1) Conceitualização e planificação do projeto: nesta fase faz-se a delimitação conceitual entre os termos "conhecimento", "língua", "acesso", "práticas culturais", "valor", "autoria", "território";
2) Identificação dos modos comuns de investir em democratização do acesso à informação, de forma a permitir o intercâmbio de informações entre diferentes culturas e nossas instituições;
3) Construção e disponibilização de uma coleção digital com obras de interesses comum e com os trabalhos dos colegas ligados ao tema. Transferência tecnológica do resultado alcançado através de mini cursos e manuais disponibilizados gratuitamente online.
4) Apresentação de resultados preliminares em seminários locais e regionais, em jornadas científicas, nas aulas e outros espaços locais e provinciais; relatório parcial e artigos publicados em livro organizado por ambas universidades;
5) Participação de pesquisadores na organização e execução de um Congresso sobre "Acesso à Cultura e ao Conhecimento"; relatório final e publicação de artigos.

Breves considerações ainda pertinentes que durante este primeiro ano de projeto percebemos boa repercussão de nossas atividades na UNICAMP. As atividades agregaram e continuam agregando parceiros dos mais variados perfis intelectuais e culturais. Neste sentido acreditamos que este projeto supre uma demanda existente em nossa região de curiosidade, interesse e disposição de conhecer mais um pouco de Cabo Verde e de nossos laços comuns. Até o momento dois sub-projetos surgiram destas atividades: 1) ELab Multiculturalismo no Mundo Digital (CulturalLab) - Laboratório do Campus Digital da Unitwin UNESCO de Sistemas Complexos, ligada ao Grupo Interdisciplinar CLE Auto-Organização, sediado no Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência-CLE, UNICAMP; 2) Interações África-Brasil: Intercâmbio científico-cultural para reconhecer e compartilhar tradições.

Concomitante a isso, entendemos que alguns pontos entre os países e as instituições que compõem o Acordo CAPES/AULP se pensados, discutidos e analisados isoladamente não são suficientes para mediar tais pontos de tensão e estrangulamento entre o que está proposto formalmente no projeto e a sua implementação e execução. Então é preciso ampliar os diálogos, incluindo as temporalidades burocráticas, pois ao diminuir distâncias aproximar os dois lados do Atlântico, as instituições, pesquisadores, estudantes. Aos poucos, avançando ou aparentemente estacionando, esse movimento sai da abstração e se torna algo concreto, ganha corpo nas práticas sociais e culturais, nos movimentos de todos os envolvidos nas diferentes esferas do Acordo.
Por fim, o caráter de (in) conclusão que envolve o *metié* acadêmico diante do inexorável fato de que somos incompletos, pois como destaca Paulo Freire "aí se encontram as raízes da educação, mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão que dela têm. Daí que seja a educação um que fazer permanente" (FREIRE, 2006, p. 73), e reitera Elza Freire ao afirmar que "a pessoa humana é algo concreto e não uma abstração" (FREIRE, Elza in Freire, 1978, p. 39). Ambos se completam e se complementam numa perspectiva do diálogo, da dialética, da convivência humana para o enfrentamento de desafios quanto às desigualdades, à produção e à análise dos diferentes saberes, seja na América Latina ou em África.

6. Bibliografia

ANASTÁCIO, T. P. Z. (2014) *Circulação internacional de estudante dos cursos de graduação: o caso da Unicamp*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas.

AZEVEDO, M. L. N. de; CATANI, A. M. (2013) *Educação Superior, Internacionalização e circulação de ideias: ajustando os termos e desfazendo mitos*. Inter-Ação, v. 38, n. 2, p. 273-291, março.

BARROS, D. N. de (2007), *A política africana do Brasil e o seu conseqüente Acordo de Cooperação Cultural com os países africanos: o caso do intercâmbio educacional com Cabo-Verde*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

BAUER, M. W. & GASKELL G. (2010), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.* Rio de Janeiro: Vozes.

BOGDAN, R. e BIKLEN, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos.* Porto: Porto Editora.

BRASIL (2013). Projeto 0038: Brasil e Cabo Verde, limites e possibilidades da pesquisa entre países, sob a perspectiva do Multilinguismo no Mundo Digital: web indígena, bibliotecas digitais e educação aberta.

_____. Relatório e Prestação de Contas referentes ao Projeto 0038, do Acordo CAPES/AULP.

BRUNEAU, M. (1994), Espaces et territoires de diasporas. In: *L'Espace Géographique*, v. 1.

_____. (2009), Pour une approche de La territorialité internationale: lês notions de disapora et de communité transnationale. In ARAB, C; BABY-COLLIN, V.; BERTONCELLO, B. [et. al.]. *Les circulations transnationales. Lire les turbulences migratoires contemporaines.* Paris: Armand Colin, pp. 29-42.

CORTES, G. & FARET, L. (2009), *La circulation migratoire dans "l'ordre dês mobilités*. In: ARAB, C.; BABY-COLLIN, V. & BERTONCELLO, B. [et. al.]. Les circulations transnationales. Lire les turbulences migratoires contemporaines. Paris: Armand Colin.

COURGEAU, D. (1998), *Methodes de mesure de la mobilité spatiale: migrations internes, mobilité temporaire, navettes*. Paris: Editions de l'Institut national d'etudes demographiques.

FANON, F. (1979), *Os Condenados da Terra*. Tradução: José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

FREIRE, Elza (1978), *Segundo momento*. In: FREIRE, Paulo. Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, P. (2006), *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra.

_____. & FAUNDEZ, A. (1985), *Por uma pedagogia da pergunta*. São Paulo: Paz e Terra.

MONIZ, E. A. V. (2007), *Africanidades e Eurocentrismos em pelejas culturais e educacionais no fazer-se histórico do Cabo Verde*. Tese de doutorado, São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica.

MONTEIRO, R. A. (Org.). (1998), *Fazendo e Aprendendo Pesquisa Qualitativa em Educação*. Juiz de Fora: FEME.

MORAIS, O. D. M. (2013), *A cooperação bilateral entre Brasil e Cabo Verde: uma análise a partir dos convênios no ensino superior.* Dissertação de Mestrado, Campinas: Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

MOROSINI, M. C. (2011). *Internacionalização na produção do conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal*. In: Educação em Revista, *Revista do Programa de Pós-Gradução em Educação da Faculdade de Educação da UFMG*, Belo Horizonte, v. 27, n. 01, p. 93-112, abril.

SANTOS, D. N. V. L. dos (2010), *Culturas infantis = crianças brincando na rua e em uma pré-escola na cidade da Praia (Cabo Verde).* Dissertação de Mestrado, Campinas: Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

Perspectivas teóricas em pauta

Bruno Curtis Weber
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
bcurtisweber@msn.com
Grupo de Estudos e Pesquisas em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no ES (GEPPEDES)

Marta Zorzal e Silva
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
mazorzal@gmail.com

Resumo: A problemática do desenvolvimento se impõe como desafio teórico para as Ciências Sociais nas últimas décadas não só pela força com que apresenta seus valores e pelo grau de organização das suas instituições, mas por ser altamente multifacetado em considerando os contextos em que se realiza. O esforço para uma formulação conceitual robusta parte de diversas matrizes. Para se explorar as construções epistemológicas dessas formulações, parte-se da exposição de algumas construções teóricas para em seguida se sugerir que o desenvolvimento não se encerre em um conceito abstrato, mas que seja tratado como objeto de pesquisa segundo os significados emprestados pelos atores na vida cotidiana, seguindo a proposta teórica da Sociologia do Conhecimento.

Palavras-chave: Sociologia do Conhecimento; conceituação; desenvolvimento; cotidiano; construção social.

1. Introdução

As Ciências Sociais, diferentemente das demais ciências, muitas vezes manipula conceitos que fazem parte do vocabulário comum. Por conta disso, conceituar, isso é, investir um termo de precisa generalidade, palavras como sociedade, religião, fato e trabalho, significa, não só um exercício de se situar bibliograficamente - nisso somos iguais às demais áreas do conhecimento-, mas também um sisífico esforço de não se deixar interferir pelo contingente de homônimos que circulam em toda parte.

Quando o matemático russo Grigori Perelman conseguiu demonstrar a conjectura de Poincaré mais de um século depois de sua elaboração, virou manchete em todo o mundo. O sucesso de sua empreitada acadêmica enquadra-se num âmbito tão específico, que até mesmo os meios de comunicação não especializados que evocaram o tema preferiram sequer tratar dos pressupostos da nova teoria, tratando-o como algo complicado em demasia até mesmo para expor sua formulação. A importância emprestada ao tema ganhava, no entanto, contornos megalômanos:

> Segundo especialistas, ela permite que se faça um catálogo de todas as formas tridimensionais possíveis no Universo, o que significa que poderíamos descrever a forma do próprio cosmos (Agência Estadão, 22/08/2006, *Gênio russo rejeita «Nobel da matemática»,* acessado em 22/07/2014).

Outra abordagem bastante comum foi a de procurar formas muito (exageradamente) simples de explicar a formulação, como a publicada pelo portal Veja: «Segundo essa suposição [de Poincaré], um coelho pode ser transformado numa esfera porque não tem buracos. Objetos com furos, como uma rosquinha, não têm essa propriedade» (Veja on-line, 23/08/2006, *Matemático russo dispensa prêmios por seu trabalho revolucionário e some do mapa*, acessado em 22/07/2014). Para a Topologia, tais conotações simplesmente não importam e não têm qualquer relação com o seu objeto.

As Ciências Sociais, no entanto, não lidam com coelhos da quarta dimensão, mas sobretudo, ao menos em primeira instância, com o cotidiano. Por conta disso muitas vezes espera-se que um sociólogo responda, tão

taxativamente quanto possível, quando será a próxima crise mundial, porque cresce a violência urbana, qual a solução para a pobreza; do antropólogo exige-se um laudo sobre a existência de um grupo indígena, um diagnóstico sobre o fenômeno religioso no terceiro milênio e assim por diante, ao que, academicamente, caberia replicar com outros questionamentos: o que se está chamando exatamente de crise? A violência que cresce é simbólica ou física? Seria a pobreza um índice confiável para análise? Como as identidades estão contextualizadas? O terceiro milênio é tão homogêneo de modo que a religião possa ser tratada como uma exceção?
As perguntas que são levantadas lidam com pressupostos inescapáveis, não tendo em conta que estes pressupostos, são eles mesmos, construções sociais. «Desenvolvimento» **é um** termo que frequenta questionamentos dessa natureza. Amplamente disseminado, incansavelmente adjetivado, naturalmente aplicado a realidades por demais díspares, se impõe como desafio para os sociólogos justamente porque está imbricado no campo em que estes realizam suas observações: na ordem do dia.
Seguindo o ensinamento de Weber para quem os conceitos não são o fim da sociologia, mas meras ferramentas para a compreensão, a pergunta-guia do presente artigo assim se coloca: deverá o desenvolvimento ser tratado como conceito (meio) ou como objeto de observação enquanto construto social?

2. Processo de conceituação ou genealogia dos conceitos

As Ciências Sociais conformam uma área de conhecimento relativamente nova, se considerarmos a História da Ciência com seus frequentes reagrupamentos (por que não «criações»?) de objetos e especializações. **É** perfeitamente observável que num longo processo de compartimentalização, os novos horizontes de investigação absorvam terminologias consagradas em outras áreas, através dos exercícios da analogia e da homologia[1] (Bateson: 1987, cap. 3.2). O estrutural-funcionalismo **é recheado destas operações, já que, explicitamente, trata o corpo social como análogo** perfeito de um organismo vivo. As operações que correspondem a propiciar as condições necessárias de existência de um determinado organismo são adequadas para explicar a continuidade das sociedades (Radcliff-Brown: 1973 : 222; Kupper: 2004). Comparações mais pontuais também passaram a povoar o universo semântico de nossa ciência, tais como patologia, recrudescimento e, talvez a mais lembrada de todas, evolução.
Desde Hebert Spencer, passando por Durkheim e chegando a Parsons, a busca de referências nas Ciências Biológicas **é patente, sendo que,** muitas das vezes, a comparação procura abranger toda a gramática a ser utilizada na explicação dos fenômenos sociais. Diversas críticas foram feitas a esse tipo de operação, acusada de limitar as explicações do mundo social aos processos do organismo biológico, sendo reclamado o esforço para construir um jargão próprio – o que significaria alcançar uma autonomia sem**ântica e admitir variáveis específicas para o campo.** O mais influente destes, sem dúvida, foi Max Weber que propôs um processo de conceituação heterodoxo – se é que existia uma «doxa» sociológica naquela altura -, bastante distinto da analogia com outros campos, que é o exercício de tipificação. Na apreensão de características marcantes de determinados acontecimentos históricos, na exacerbação destas características para a definição dos tipos ideias que operariam como ferramenta compreensiva dos objetos de estudo, Weber assumiu-se parte da corrente nominalista e, ao fazê-lo, refutou de uma tacada o realismo do materialismo histórico fundado por Marx – que não admitia sua parcialidade analítica e tinha os conceitos como a própria realidade[2] – e o «biologismo» dos conceitos sociológicos então em voga (Gerth & Mills: 1982 : 63). Se tomado como paradigma, a epistemologia weberiana apontaria para uma separação radical das Ciências Sociais das demais áreas e a gênese dos

1 Na conferência chamada *Experiments in thinking about observed ethmological material*, incluída na coletânea *Steps to na ecology of mind* (1987), Bateson, inspirado em sua formação nas Ciências Biológicas, distingue analogia – funções similares entre os elementos de comparação – de homologia – posições similares entre os elementos.

2 Compreendendo que o método dialético é tomado em seus exatos termos, dotado de concretude histórica, e não somente como fundamento metodológico. Cf. *A objetividade nas Ciências Sociais*, in. Cohn: 2003

conceitos não se situaria em nenhum outro lugar senão na observação sistemática de regularidades históricas[3]. Entretanto tal radicalidade apresentou os seus limites dentro da própria história das Ciências Sociais e traremos dois exemplos emblemáticos para que possamos passar para o próximo ponto de nossa discussão.

O primeiro exemplo é a Teoria dos Sistemas que, apesar de seu arrefecimento dentro da Sociologia especialmente desde as críticas decoloniais e pós-modernas, ainda encontra seus adeptos, marcadamente nas Ciências Jurídicas e no ramo da Sociologia do Direito. Em sua primeira versão para a Sociologia apresentada por Talcott Parsons em 1937 (*A estrutura da ação)* mostrava sua ambição de englobar não só os estudos sociais, mas todo o existente, de modo que a sua fórmula básica «action is system» ganhou um status quase metafísico (Luhmann: 2009 : 40).

Mas o desenvolvimento dos preceitos desta teoria se deu fora do domínio das Ciências Sociais. A teoria da cibernética exerceu forte influência na epistemologia sociológica, conforme podemos notar no epílogo apresentado por Bateson para seu clássico *Naven,* vinte e dois anos após sua primeira publicação, datada de 1936. Atento aos debates desenvolvidos no campo da cibernética Bateson explica a continuidade de uma dada estrutura social através do conceito de autocorreção – e não mais de condições de existência ou mesmo adaptação. Se utilizando do jargão da cibernética, o britânico considera que o equilíbrio de uma sociedade se dá através de uma dinâmica análoga ao funcionamento de um motor – que é um sistema fechado -, cujas peças se regulam mutuamente em função da manutenção do próprio circuito[4].

As principais contribuições para esta teoria provieram, mais uma vez, da Biologia, anos mais tarde. O neurocientista chileno Humberto Maturana e o biólogo Francisco Varela fundaram o termo *autopoiesis* para explicar a capacidade dos seres vivos de se criarem, a partir do interior do seu próprio sistema, tendendo a uma crescente complexificação e autonomia do mesmo. As contribuições dos sul-americanos para a Teoria dos Sistemas foi incorporada pelas mais diversas áreas, inclusive pela Sociologia através do alemão Niklas Luhmann, até hoje maior referência para as ciências humanas dentro dessa corrente. Demais conceitos tais como acoplamento estrutural, encerramento operativo, dupla contingência são compartilhados por diversos domínios de conhecimento (Matemática, Biologia, Filosofia e Sociologia Jurídicas etc.), não obstante, por óbvio, os objetos que tratem serem bastante distintos (Luhmann: 2009, caps. I, IV, V, XI e XIII). Aqui, como em Weber, os conceitos são tidos como meras ferramentas e a posição do observador diante do que é observado é fortemente marcada. No entanto, o que se busca é a contribuição mútua – inclusive através de conferências multidisciplinares da Teoria dos Sistemas - entre várias áreas do conhecimento, para o constante aperfeiçoamento destas ferramentas.

Outro bom exemplo está inscrito no primeiro capítulo de *Dramas, Campos e Metáforas* (2008 [1974[5]]), quando Turner toma a metaforização não como mero recurso ilustrativo, mas como o próprio processo de formação dos conceitos. Quando um observador se debruça sobre uma parcela da realidade e pretende emprestar-lhe um sentido, ele se baseia num campo da experiência já decodificado – onde cada coisa já possui um nome e um lugar – e, através de um procedimento seletivo das características desse campo, confronta-as com o novo domínio e a ser desbastado: «a metáfora é [...] uma maneira de proceder do conhecido para o desconhecido» (Turner: 2008 : 21). O domínio conhecido pode, a princípio, ser de qualquer natureza: da Biologia, da Física (lembrando de Comte e a Física Social), do Teatro ou mesmo do senso comum. O insight implicado na referência a um domínio de experiência para dar sentido a um outro é chamado de metáfora radical, tendente a ser constantemente posta a prova e, ao fazê-lo, o observador a sistematiza até conseguir dar objetividade ao significado pretendido, sendo que neste processo de sistematização a metáfora poderá eventualmente ser descartada. O significado emerge justamente no engajamento dos dois horizontes, na interação dos mesmos, ou

---

3 «Desencantamento do mundo» e «jaula de aço» não são propriamente conceitos, mas meras metáforas ilustrativas que correspondem aos objetos de análise, respectivamente, da racionalização e da burocracia. Para maiores detalhes, ver a discussão em *Entre passos firmes e tropeços*, de Renarde Freire Nobre, 2004.

4 Para não soar simplória a analogia nesta breve ilustração que vimos fazendo, é fundamental recorrer ao referido epílogo em *Naven um esboço dos problemas sugeridos por um retrato compósito...*, ed. USP, 2006.

5 Turner já havia feito uso da metáfora em trabalhos anteriores, porém a explicitação do método foi feita na referida obra.

melhor, na seleção das características de um domínio conhecido que sirvam para significar o desconhecido, assim «as implicações, sugestões e valores auxiliares entrelaçados [...], nos possibilitam ver um novo assunto de uma nova maneira» (idem :26).
Para Turner, portanto, é natural que a gênese de um conceito ocorra na comparação de horizontes de experiência. A questão é saber se em algum momento o desenvolvimento fez parte de um domínio elucidado, ou seja, se podemos seguramente manipulá-lo de modo a melhor compreender a «fôret des symboles» da qual ele faz parte.

3. Os conceitos de desenvolvimento: alguns exemplos

A transformação da «metáfora em **álgebra**[6]» é então, desde Bateson, um reiterado exercício para a constituição das Ciências Sociais. Para o nosso propósito, interessa descobrir se o desenvolvimento, dentro do âmbito da Sociologia, detém o potencial elucidativo de um conceito.
O sociólogo Alan Thomas explica que por muito tempo «desenvolvimento» esteve atrelado à noção de «boa mudança», curtíssimo sintagma, mas que comporta uma profunda contradição, já que «boa» se refere a um estado de coisas, e «mudança» nos remete a um processo. Ademais a percepção do que é bom é multivocal e, segundo o autor, nem toda mudança aportada pelo desenvolvimento é «boa» para muitos dos autores envolvidos (Thomas in. Allen & Thomas: 2000 : 24). Detenhamos esta distinção por ora e retomemos a sugestão erigida por Thomas em breve.
Em outras áreas do conhecimento, o termo é amplamente utilizado e a sua acepção é compartilhada pela respectiva comunidade científica, conforme exemplifica Gilbert Rist: o desenvolvimento de uma equação significa dispor em série um determinado raciocínio, para um fotógrafo o desenvolvimento de uma película seria o ordenamento sequencial dos eventos registrados, o desenvolvimento na música é a elaboração de um tema através de uma harmonia, etc. (Rist: 1996 : R-13). Em todos estes campos já desbravados, o desenvolvimento pressupõe: a) um engajamento causal de eventos sucessivos e/ou b) uma finalidade para a qual estes eventos se direcionam.
Tomando as orientações feitas por Durkheim em *As regras do método sociológico,* Rist define algumas precauções metodológicas para a definição do conceito, quais sejam, eliminar as pré-noções que dominam o espírito vulgar e se fundamentar nas características externas dos fenômenos que correspondem à definição, de modo a escapar de idiossincrasias provocadas por elaborações como «alargamento das opções de escolha individuais» ou «felicidade da pessoa humana» (idem : R-14).
Compreendendo que, na realidade dos fenômenos sociais os pressupostos (a) e (b) são preenchidos por conteúdos economicistas, e ainda, que sua existência se dá através das ações que o legitimam, das instituições que o dão vida e dos signos que atestam sua presença, o autor alcança a seguinte definição:

> Le developpement est constitué d'um ensemble de pratiques parfois contradictoires em apparence qui, pour assurer la reproduction sociale, obligent à transformer et à detruire, de façon generalisée, le milieu naturel et les rapports sociaux en vue d'une production croissante de marchandises (biens et services), destinées, à travers l'échange, à la demande solvable[7] (idem, p : R-15 – R-18).

---

6 O processo da insight da metáfora radical até a sistematização da comparação entre os campos é assim ilustrada por Turner: «A mudança começará, profeticamente, com a metáfora e terminará, instrumentalmente, com a álgebra» (idem : 24).

7 Em tradução livre: «o desenvolvimento é constituído de um conjunto de práticas, por vezes contraditórias em aparência que, para assegurar a reprodução social, exige a transformação e a destruição, de maneira generalizada, do meio natural e das relações sociais, com vistas à produção crescente de mercadorias (de bens e de serviços), destinados, através da troca, a uma demanda solvente».

Ou seja, o desenvolvimento abrangeria tanto a dimensão télica -reprodução social-, quanto a dimensão processual -crescente produção de mercadorias. E mais: aponta que existe um aspecto indissociável do crescimento econômico que é a deterioração do meio natural e das relações sociais, sugerindo que o único indicador de um desenvolvimento «bem sucedido» – do ponto de vista dos interesses na reprodução social – seria o acréscimo nos indicativos econômicos[8].

Sensível à estreiteza desta perspectiva, o economista Amartya Sen ponderou que o crescimento econômico por si só não deveria remeter ao desenvolvimento, se para tanto liberdades individuais tivessem de ser comprometidas, a partir das quatro formas sociais de limitação: exploração, hierarquia, exclusão e segmentação (Therborn: 2001 : 122). Aqui, o crescimento econômico passa a ocupar um papel absolutamente secundário, e, a partir de uma metodologia inversa à de Rist, o real desenvolvimento passa a se referenciar pelas oportunidades das capacidades individuais se desenvolverem (idem : 129). Para tanto, o autor indiano pressupõe quatro princípios que, caso desrespeitados, impossibilita que qualquer potencialidade seja realizada, quais sejam: vida longa e saudável, conhecimento, acesso aos recursos necessários para um padrão de vida digno e participação na vida da comunidade (Veiga: 2006 : 85). Se em Rist temos uma definição centrada na dimensão econômica observável dos fenômenos, carregando em seu bojo uma crítica negativa quanto aos seus efeitos, em Sen **a crítica se dá justamente na abrangência emprestada ao termo, normalmente reduzida à economia, e** procura resgatar a dimensão ontológica em sua definição, procurando, com isso, corrigir os efeitos deletérios que uma conotação estreita provoca. A inspiração – digamos – desloca-se da economia para uma antropologia filosófica (idem, p :88-9; Sen:1999 : 72 e ss.). Na verdade desde a década de 70 este deslocamento estimula a pesquisa de **vários teóricos do** desenvolvimento, especialmente os mais engajados, incluindo-se aí Serge Latouche e o brasileiro Celso Furtado, tendo como máxima expressão a formação da ROCADe[9] (Rede de Objeção ao Crescimento para o Pós-desenvolvimento).

A renovação na concepção de humanidade para a reformulação das bases do desenvolvimento, influenciou inúmeras correntes teóricas, mesmo aqueles que não se enquadram como «pós-desenvolvimentistas», como é o caso de Alan Thomas, autor que citamos no início da presente seção. Para ele o desenvolvimento pressupõe nove condições, aqui transcritas em tradução livre: 1)baixo nível de pobreza material; 2)baixo nível de desemprego; 3)igualdade relativa; 4) democratização da vida política; 5)verdadeira independência nacional; 6) bom nível de letramento e educação; 7) igualdade entre os sexos com relação a status e participação política; 8) condições sustentáveis para prover as necessidades futuras; 9) segurança humana (Thomas:2000 : 34). Aliás, as críticas apontadas à priorização do econômico ao passo da precarização das outras dimensões da existência foram amplamente incorporadas pela literatura empresarial do Século XXI, especialmente na perspectiva do «capitalismo consciente», inspiradora de gestão de empresas como a BMW, Google e Starbucks, em que o sucesso da empresa deverá estar subordinado a princípios como o do amor ao próximo, respeito ao meio ambiente e à diversidade cultural (Mackey & Sisodia: 2014[10]).

Voltemos à Sociologia. Ainda que as formatações da vanguarda empresarial conformem um frutífero objeto de análise, o que buscamos descobrir **é** as tentativas de conceituação empreendidas dentro do domínio científico, não nos interessando as conotações emprestadas pelos CEO's. Portanto, aproveitemos o ensejo dessa incursão pelas veredas do empresariado para abordar a perspectiva que lhes dá fundamento: o neoliberalismo. Pois se

---

8 Ao longo da obra o autor problematiza as posteriores adjetivações, como «sustentável», «pessoal» etc.. Todas partem do pressuposto de um desenvolvimento incontestável, nos termos da definição aqui transcrita. Sobre este caráter incontestável, porque não contestado, Cf. *a Mythologie programmée, L'économie des croyances dans la société moderne*, Perrot et. ali., 1992.

9 *Réseau des objecteurs de Croissance pour l'Après-Developpment*, em http://www.apres-developpement.org/, em cujo manifesto tem como um dos objetivos trabalhar em nome da coerência teórica e prática de práticas alternativas ao economicismo.

10 Luc Boltanski e Éve Chiapello (*Le nouvel esprit du capitalisme*: 1999) elaboram um interessantíssimo histórico do modo que a classe empresarial e as grandes organizações absorvem as críticas e as utilizam para modernização gerencial, significando internamente valores antes estranhos à gramática do meio. Infelizmente não poderemos retomar a análise no espaço de que nos dispomos.

começamos as exemplificações pelas perspectivas críticas do desenvolvimento, tomemos a visão positivada do mesmo antes de passarmos para a próxima seção.

Decidimos a inversão da apresentação, porque acreditamos que, para o nosso reiterado – e mínimo – propósito teórico, esta visão é mais facilmente generalizável. Para o neoliberalismo, o desenvolvimento está centrado no crescimento econômico, ou seja, está condicionado a ajustes fiscais, institucionais e jurídicos que favoreçam a geração de lucros(Thomas: 2000 : 29; Oliveira: 2002 :38-9; Montibeller-Filho: 2001: 66 e ss.), e, a partir dos epicentros de prosperidade, as melhorias sociais ao seu entorno seria uma consequência[11]. Temos consciência da clássica diferenciação entre crescimento e desenvolvimento perpetrada por Schumpeter, e que ainda fundamenta grande parte do pensamento econômico. Nos compete, no mínimo, uma breve exposição e, para tanto, recorreremos **às exposições de** Montibeller-Filho (2001) e Mauricio Rojas (1991).

Para o autor austríaco existe uma grande diferença entre o crescimento econômico, que seria um acréscimo meramente quantitativo das economias dos capitalistas, do desenvolvimento, que importa saltos qualitativos, que são novidades fundamentais que alteram radicalmente o funcionamento do próprio sistema econômico, sendo que estes saltos, para serem considerados genuínas etapas do desenvolvimento, devem ser endógenos a este sistema (Rojas: 1991 : 49). O que estimula um determinado investidor a se voltar para inovações estruturantes é a busca de uma posição monopolística dentro de um determinado mercado, uma vez que estas inovações tenderia a uma das cinco vantagens: exploração solitária de nova fonte de matéria-prima ou descoberta de nova matéria-prima; introdução de novo método de produção; abertura de novo mercado; lançamento de um novo produto; nova organização, como trustes ou cartel (Montibeller-Filho: 2001 : 74). O crescimento econômico, herdado da escola neoclássica, seria o movimento cíclico produção, escoamento, acumulação e reinvestimento, na manutenção deste equilíbrio marcado por breves crises – de trabalho excedente, por exemplo – até a retomada da normalidade – a absorção de mão-de-obra. O desenvolvimento, no entanto, seria marcado pelas instabilidades geradas pelas inovações guiadas por um investidor – a chamada «destruição criativa» -, até que outros investidores alcançassem a tecnologia – organizacional, inclusive – de vanguarda e o sistema passasse por um breve período de estabilidade, em que, tipicamente, todos estivessem em um mesmo patamar, até que uma nova instabilidade instalada por outra inovação gerasse o próximo passo do desenvolvimento (idem : 77; Rojas: 1991 : 50). Talvez a grande diferença da análise do desenvolvimento na já clássica teoria schumpeteriana para a teoria econômica contemporânea, é que aquela previa que, num longo prazo, as inovações tecnológicas se esgotariam e daí então se iniciaria as transformações de base social, ao passo que, assimilados os efeitos da II Guerra Mundial na história da tecnologia, ninguém ousaria prever um cabo nas «destruições criativas» (Montibeller-Filho: 2001 : 77).

Há pouco dissemos que existem autores que procuram um deslocamento de abordagem do desenvolvimento da economia para a antropologia filosófica, ao que calha uma ressalva. A grande distinção entre os críticos e a corrente economicista, da qual temos em Schumpeter um protótipo do contemporâneo e uma constante referência, **é que aqueles** buscam um *resgate* de uma discussão sobre a concepção de homem, enquanto estes têm a sua concepção praticamente inalterada desde Hobbes, que tem o egoísmo como pressuposto, pois «mesmo que se verifique uma distribuição equitativa, o homem não se contenta com a parte que lhe cabe» (Hobbes:2003 : 94). É deste pressuposto que parte o neoliberalismo para interessar-se tão somente na *ação* do homem e não na *reavaliação* da concepção que carrega em seu bojo, e a ação do homem, dentro da clássica tipologia weberiana, reduz-se à ação racional segundo fins (*Zwerckrational*): a ontologia expressa-se no *homo economicus,* e este é a sinédoque do desenvolvimento capitalista.

Encerremos por aqui as nossas explanações sobre o termo desenvolvimento. Na próxima seção exporemos o nosso posicionamento crítico, para enfim erigir nossa proposta teórica para um tema tão multifacetado.

---

11 Imagem herdada desde a solução de Adam Smith para o paradoxo de Mandeville. O paradoxo consiste em que vícios privados (como o interesse) geram virtudes públicas, e a solução consiste em constatar que satisfações individuais não conformariam um vício por si só e são justamente estas satisfações que produzem os bens públicos. Cf. *Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil*(2002), Luís Cardoso de Oliveira.

4. A construção social do desenvolvimento

Até agora fizemos ilustrações de distintas matrizes teóricas que empreenderam esforços para uma definição conceitual – portanto, científica – do desenvolvimento. Rist, Thomas, Sen, Schumpeter e o neoliberalismo procuram circunscrevê-lo num rol de características abstratas e, apesar da similitude dos esforços, alcançam resultados bastante diferentes.

Antes de prosseguirmos gostaríamos, ainda, de fazer uma observação acerca da natureza dos conceitos. **É bem conhecida a distinção entre as te**orias descritivas e normativas, sendo que aquelas pretendem encontrar regularidades num dado existente e estas desenham perspectivas e, porque não, expectativas teóricas sobre o presente. Dito de maneira simples: tratam do que não é, mas deveria ser. Somos absolutamente favoráveis a um engajamento intelectual de natureza propositiva. Todavia, entendemos que o lugar deste engajamento não se dá no exercício definicional, mas que deveria ser uma derivação prática – e a produção de textos está aqui incluída, importante para a formulação de novos signos[12] – das definições abstratas. Tomar a descrição do que «não é» como ferramenta de análise faz com que não encontremos, no limite, o que descrevemos em parte alguma da realidade observável. Claro que os conceitos descritivos, da natureza do tipo ideal, também não coincidem com a realidade *tout court*, porém sua instrumentalização provou eficácia analítica por toda uma tradição sociológica e é justamente o potencial elucidativo que acreditamos ser a razão de ser dos conceitos científicos.

Dentro do clássico dualismo descrição/normatividade, ficamos com o primeiro termo, ou melhor, acreditamos que existe uma cronologia necessária na qual o primeiro termo fundamenta o segundo. No entanto existe uma outra possibilidade especialmente frutífera para o estudo de algo tão plural quanto o desenvolvimento. Tratá-lo como uma *construção social*, no sentido dado pela Sociologia do Conhecimento bergeriana, nos permitiria compreender as diversas interpretações emprestadas a este significante por distintos atores sociais. O desenvolvimento é usado, adjetivado, manipulado, percebido, sentido, querido e malquisto de incontáveis formas e por não menos numerosas razões, em dependendo do universo de significados dentro do qual cada ator está inserido. Não o retiremos do chão em que ele é cultivado para dependurá-lo no céu intangível dos conceitos, deixemo-lo no lugar em que ele é *real*, demasiado real: no cotidiano.

Com essa contribuição epistêmico-metodológica, nos mostramos atentos ao alerta feito por Bourdieu quanto à admissão acrítica, por parte de alguns sociólogos, de termos construídos no mundo social e na tomada destes termos como conceitos naturalizados, o que, diga-se de passagem, é completamente distinto da operação metódica da metáfora proposta por Turner, que, para ser possível, é necessário que ao menos um dos termos da comparação já esteja desvendado e, ademais, a escolha de suas características seja feita pontualmente. Assim disse o sociólogo francês:

> A linguagem levanta um problema particularmente dramático para o sociólogo: ela é, com efeito, um enorme depósito de pré-construções naturalizadas, portanto, ignoradas como tal, que funcionam como instrumentos inconscientes de construção (Bourdieu: 2012 : 39).

Nessa outra ocasião ele exemplifica a sua crítica com a palavra «profissão»:

> *Profession* é uma palavra da linguagem comum que entrou de contrabando na linguagem científica; mas é, sobretudo, uma *construção social*, produto de todo um trabalho social de construção de um grupo e de uma *representação* dos grupos, que se insinuou docemente no mundo social (idem : 40, grifos no original).

---

12 Veiga (2006 :84) conta como o economista paquistanês Mahbub ul Haq persuadiu Amartya Sem sobre a importância política de quantificar sua perspectiva do desenvolvimento, fazendo com que questões como mortalidade infantil e expectativa de vida ganhassem espaço no universo econômico dominado por números.

A construção social da qual trata Bourdieu, entretanto, é distinta do emprego da Sociologia do Conhecimento estadunidense. O sociólogo francês emprega este sintagma com o sentido de construção de representações, erigidas por um grupo situado numa determinada classe, sobre outros grupos e sobre si mesmo. Essa noção é valiosa e a retomaremos mais tarde. Porém «construção social» tal como a concebe a Sociologia do Conhecimento estadunidense, cujos alicerces estão na fenomenologia de Alfred Schutz, é a construção de sentidos subjetivos acerca de uma realidade objetivada, conformando um ciclo de atualização destes sentidos e da própria realidade. Os esclarecimentos desse contínuo processo que faremos a seguir estão assentados em duas obras complementares, sendo uma de cunho teórico e introdutório à perspectiva fenomenológica, *A construção social da realidade*, publicada por Peter Berger e Thomas Luckman de 1966, e a outra é uma aplicação dos preceitos erigidos neste livro para o estudo do fenômeno religioso, *O dossel sagrado*, assinada por Peter Berger e datada de um ano mais tarde. Nela o autor põe a perspectiva teórica em marcha, o que nos facilita vislumbrar sua instrumentalidade. É importante assinalar que nessas obras os autores basearam suas observações nas obras do biólogo Jakob von Uexküll e dos sociólogos Helmuth Plessner e Arnold Gehlen, todos três proeminentes contribuintes da antropologia filosófica moderna, além das fortes influências da teoria do aprendizado de George Mead. Feitas as referências às nossas dívidas teóricas, preferiremos não fazer demasiadas citações, por zelo à fluidez do texto e, exceto quando necessário, as transcrições serão feitas *ipsis litteris* devidamente identificadas a obra e as páginas.

O humano é um ser que nasce ontogeneticamente incompleto, quando comparado com outros mamíferos superiores. Isso significa dizer que à primeira infância, sua organização instintiva não tem um direcionamento específico e que, portanto, o organismo está ainda em desenvolvimento estrutural quando ele já está se relacionando com o ambiente, conformando uma vasta amplitude nas formas de adaptação, que é, também, amplamente variável. O ser humano só se completa em sua projeção para o exterior, e essa projeção é a criação de significado para aquilo que o cerca. Este processo, numa hipotética situação primordial, resultaria nos «primeiros sentidos» emprestados ao mundo. Claro esteja que, diferentemente, por exemplo, da situação inicial de Rawls, não nos importa descobrir quais foram estes sentidos. Interessa sim observar que o sentido constituído está condicionado à realidade que lhe é externa, o real definido como algo que exista independente da volição do sujeito, e que um indivíduo inserido num dado recorte histórico, participa da realidade dotada de sentido como uma tradição e não como uma memória biográfica. Ao longo da história, os significados se cristalizam em instituições, normas que especificam o lugar e o papel de cada elemento da realidade, e, como «o significado original das instituições é inacessível [..] em termos de memória» (Berger & Luckman: 2004 : 88), torna-se necessária uma interpretação ampla e plausível que dê conta de eventuais questionamentos. Por que devo respeitar os meus pais? Porque Deus, criador e ordenador de todo o universo, cujos desígnios são impenetráveis e que por isso mesmo jamais devem ser postos em dúvida, assim escreveu na tábua de Moisés.

O mundo social, portanto, é a realidade dotada de sentido intersubjetivo, ou seja, dotada de significado para uma dada coletividade, sendo este significado, tipicamente, compartilhado por todos os membros dessa coletividade. No entanto se o mundo objetivo coincidisse perfeitamente com as subjetividades, seria impossível explicar a dinâmica social e a transformação das instituições. Os autores, então, observam que existem três etapas na interação da realidade com os sujeitos que conformam historicamente o mundo social, quais sejam:

– a externalização: a ação do ser humano em direção ao mundo à sua frente, exteriorização do indivíduo perante o universo em que está posto;
– a objetivação: que é a realidade posta do lado de fora do indivíduo, a forma da realidade enquanto *coisa*, produto da externalização, mas que «alcançam certo grau de diferenciação em relação ao seu produtor»[13] (Berger:1971 : 21);
– a internalização: a absorção da realidade objetivada pela consciência do indivíduo, de modo simples, é a realidade social na mente de cada indivíduo que a percebe.

13 «[...]alcanzan cierto grado de diferenciación con respecto a su produtor», no original

Este ciclo, que em verdade mais se assemelha a um espiral pelos produtos qualitativamente distintos que gera, é teoricamente uma complementariedade da subjetividade weberiana, da objetividade durkhemiana e da dialética marxiana:

> La concepción de Weber de la realidad social como constituída constantemente por significaciones humanas, y la de Durkheim, que le atribuye el carácter de *choseité* en contraste con el individuo, son *ambas* correctas. Apuntan, respectivamente, al fundamento subjetivo y a la facticidad objetiva del fenómeno societal, con lo cual ponen de relieve *ipso facto* la relación dialéctica de la subjetividad com su objeto[14](BERGER:1971, nota de rodapé nº2, 14, grifo no original).

O espiral deste processo demonstra como uma dada sociedade cria, atualiza e re-significa a sua realidade, constrói, modifica ou substitui as instituições que a coordena referenciadas num universo simbólico que lhe confere legitimidade, lembrando que no cotidiano esta realidade é vivenciada e não permanentemente explicada: o universo simbólico opera com uma certa latência – inspiração na contribuição de Merton para a incipiente Sociologia do Conhecimento, duas décadas antes - , pois «somente um grupo muito limitado de pessoas se empenha em produzir teorias em ocupar-se de ideias e construir *Weltanschauungen»* (Berger & Luckman: 2004 : 29).
Imaginemos, primeiramente, um quadro atual de desenvolvimento, dentro do qual os sujeitos interagem. O indivíduo que nasce num contexto social em que este quadro pertence a uma tradição – porque construída histórica e não biograficamente - imediatamente se põe em relação com as instituições que a conformam e estas posicionam atores e funções de uma forma plausível, visto que gozam de objetividade e de sentido intersubjetivo dentro da sociedade por onde anda este indivíduo. As posições e as funções estão naturalizadas, porque a «realidade do mundo social torna-se cada vez mais maciça no curso de sua transmissão» (idem : 88). O que sustenta a realidade é justamente a coerência para os sujeitos que a atualizam segundo os significados que aprendeu dentro do seu contexto social. É esperado que se promova a industrialização de uma determinada região em nome do desenvolvimento, assim como se espera que o ensino formal tenha como mote o desenvolvimento dos seus alunos, é óbvio que existam instituições formais, tais como bancos e ministérios, que funcionem pela realização do desenvolvimento, pois estes exemplos operam em conformidade com o que o sujeito tem para si como, senão como a única realidade possível, ao menos a única realidade plausível. A suspeição, a contestação ou o mero questionamento dessa realidade é tanto mais improvável quanto mais sentido ela fizer para o sujeito, e é tanto mais coerente quanto mais consolidadas estiverem as instituições que a constroem. Ademais, se determinadas instituições forem contestadas, rapidamente o universo simbólico que as legitimam virá à tona, através de gráficos, tabelas, índices comparativos que, *cientificamente* – e aqui está situado o nível máximo de abrangência explicativa requerido, pois se o que é científico é amplamente aceito como plausível –, justificarão a atuação das instituições. Exemplos históricos de contestação e posterior enquadramento da mesma no universo simbólico já estabelecido não faltam: a crítica quanto aos limites ambientais do desenvolvimento, pôde ser absorvida pelo desenvolvimento sustentável; a crítica dos limites culturais fundou o etnodesenvolvimento; a crítica da redução economicista deu azo ao «desenvolvimento consciente»; etc[15].. Portanto,

---

14 «A concepção de Weber da realidade social como constituída constantemente por significações humanas, e a de Durkheim, que a atribui o caráter de *choseité* [coisa] em contraste com o indivíduo, são ambas corretas. Apontam, respectivamente, para o fundamento subjetivo e a facticidade objetiva do fenômeno social, o que coloca em evidência *ipso facto* a relação dialética da subjetividade com seu objeto», em tradução livre.

15 Mais uma vez recomendamos a obra de Boltanski e Chiapello, *Le nouvel esprit du capitalisme (*1999) para uma avaliação do papel da crítica ao longo das reformulações do capitalismo. Esperamos que esteja clara a escala com que estamos trabalhando aqui, já que estamos tratamos de questões gerais. É óbvio que a leitura do movimento ambientalista da realidade – o que por si só seria um equívoco trata-lo como um bloco homogêneo, se reduzíssemos a escala – não está absorvida na adaptação desenvolvimentista, nem que as contestações dos povos tradicionais – outro equívoco em dependendo da escala – estejam contemplados pelo etnodesenvolvimento. A questão é que, ao menos até aqui, estas interpelações se transformaram em adjetivos do desenvolvimento, e não em substantivos independentes, metáfora feita em observância ao alcance das instituições que conseguiram propor.

uma eventual contestação a esta realidade socialmente construída só seria efetivamente possível através da formulação de um novo universo simbólico, que justificaria instituições de outra natureza. Importante salientar a dificuldade desta transformação, quanto mais concatenadas estejam as instituições atuais – e, no caso do desenvolvimento, uma possibilidade é avaliar esta concatenação a nível global -, visto que as contestações do universo simbólico, que são de nível teórico, devem, elas próprias, fazer sentido para os sujeitos, caracterizando o espiral internalização-externalização-objetivação, para se tornarem realidade.

A Sociologia do Conhecimento apresenta algumas limitações ao lidar com a dimensão agonística da vida social, mas ainda aí, com contribuições de outras perspectivas, acreditamos que ela possa oferecer um profícuo quadro de análise. Imaginemos um segundo exemplo. Agora a sociedade hipotética, situada numa localidade específica, não explica a realidade segundo o universo simbólico científico, portanto não são os economistas, agrônomos e demógrafos que fundamentam seu quadro atual, as instituições construídas nessa sociedade estão alheias a qualquer função que corresponda ao desenvolvimento, as projeções estatísticas do aproveitamento dos recursos não são reais, porque não foi historicamente construída como uma verdade para essa sociedade. Num segundo momento as instituições da natureza do primeiro exemplo «descobrem» esta localidade e, sob sua perspectiva naturalizada, demonstram interesse em utilizá-la para os propósitos do desenvolvimento. Isso porque geólogos demonstraram que a constituição do solo é suficientemente rígida para comportar uma indústria, além de haver uma grande jazida de gás natural, oceanógrafos e engenheiros navais observaram que a costa do local é propícia para a instalação de uma estrutura portuária e os economistas do governo apontaram que o PIB do estado requer uma suplementação urgente e que o mercado regional está cioso da energia potencial do gás natural. No momento dos primeiros contatos entre a sociedade local com as instituições que vêm de fora, ou, segundo os termos de Gustavo Lins Ribeiro, os *insiders* e os *outsiders* (Ribeiro: 2008 : 110), ambos grupos se representam, assentados, cada qual, nos sentidos que lhe são próprios.

Ocorre que quando as instituições que são coerentes para os *outsiders* se põem na localidade, a qual tem um significado bastante diverso para aquela sociedade e que, aliás, era povoada por outras instituições, fica demonstrada uma incompatibilidade entre as instituições – um rio que é sagrado para um, é recurso para outro -, visto que os *universos de referência* são incompatíveis e, em se tratando de um mesmo significante, inconciliáveis. Está fundada uma disputa de sentido numa dada região (Bourdieu:2012 : 112 e ss.), em sua mais profunda dimensão, uma disputa de *nomoi*, das regras que ordenam o mundo e não somente pela ordem do mundo em si. A verdadeira disputa se dá na dimensão dos sentidos e *através* dos sujeitos pertencentes a cada um dos universos. Vejamos:

> A razão e a razão de ser de uma instituição [...] e dos seus efeitos sociais, não está na 'vontade' de um indivíduo ou de um grupo mas sim no campo de forças antagonistas ou complementares no qual, em função dos interesses associados Às diferentes posições [*habitats*] e dos *habitus* dos seus ocupantes, se geram as 'vontades' e no qual se define e se redefine continuamente, na luta [...] a realidade das instituições e dos seus efeitos sociais, previstos e imprevistos (Bourdieu: 2012 : 81).

No tocante ao desenvolvimento, a sua formulação histórica específica – ainda que fluida a sua acepção -, provavelmente faria com que os *outsiders* saíssem como vencedores de nossa historieta genérica. Numa perspectiva tangente à aqui proposta – já que prescinde de uma definição conceitual do desenvolvimento – o antropólogo colombiano Arturo Escobar demonstra sua força, na verdade, *não* com o surgimento instituições formais fundamentais -tais como FMI e as Alianças Para o Progresso, na América Latina – e também *não* com a criação de novas ideias, visto que muitas das ideias basilares já tinham sido criadas desde o universo simbólico pretérito do evolucionismo:

> It was rather the result of the establishment of a set of relations among these elements, institutions, and practices and of the systematization of these relations to form a whole[16] (Escobar: 2012 : 40)

16 «Foi, antes, o resultado do estabelecimento de uma rede de relações entre estes elementos, instituições e práticas e da sistematização destas relações para constituir um todo»em tradução livre.

Ainda com suas palavras, Escobar aponta que o verdadeiro limiar de conformação das instituições e práticas desenvolvimentistas, não foi uma ruptura epistemológica ou política, mas a orquestração de diversos fatores que possibilitaram um novo domínio de representação (idem : 52). Daí porque dissemos poder prever o vencedor da nossa história ilustrativa, pois que o grau de integração das instituições desenvolvimentistas ganhou amplitude de escalas globais assentada num universo simbólico capaz de justificar sua realidade em qualquer contexto que se depare.

5. Conclusão

Falar em «vencedor» de um caso hipotético e genérico não significa a mera substituição de um conjunto de instituições por outra em casos históricos concretos, mas tão somente **é** apontar a assimetria das relações estabelecidas entre universos simbólicos, que, no limite, se expressa pela força: reassentamentos, reintegração de posse etc..

Arturo Escobar sugere – e aí reside uma proposição prática de grande valia – que os teóricos das Ciências Sociais empreendam etnografias da circulação dos discursos da modernidade para situar precisamente onde as sociedades estão em relação ao desenvolvimento (idem : 223), pois se é verdade que sua força consiste em sua plausibilidade interna, também é certo que *insiders* não só não acatam passivamente as representações heterônomas, como também interpretam as instituições que chegam dentro do suas próprias referências de sentido, o que resulta numa heterogeneidade das próprias formatações do desenvolvimento, de comunidade para comunidade. Dar visibilidade às múltiplas realidades existentes, às resistências de grupos locais, às interpretações que estes grupos emprestam às forças vindas de fora, significa, primeiramente, reconhecer a coexistência de ordenamentos do mundo social – e não suplantação de um sobre outros em seus diversos níveis e, segundo, dar credibilidade a estas realidades alternativas.

Atentos a esta multiplicidade, uma interessante proposta de pesquisa tendo em mente as contribuições da Sociologia do Conhecimento, seria fazer uma projeção destas realidades para as gerações futuras. É certo que os sujeitos que constroem a realidade social são muito mais criativos e dinâmicos que teóricos e teorias. No entanto esta é uma preocupação que não nos devemos abster de desenvolver energicamente. Posto que o indivíduo internaliza a realidade social, que lhe é objetiva, as instituições que a conformam condicionam, em alguma medida, a formação desse indivíduo enquanto sujeito: e as instituições que esse sujeito aprenderá não são as mesmas que seu pai ajudou a construir. No lugar do cemitério de Nampula, passará um trem; na mata Munduruku, estará uma hidrelétrica; em Porto Açu não se pode pescar mais. Diante destas transformações institucionais – e, indissociavelmente, geográficas – quais serão os novos referentes? Um outro questionamento de igual relevância a ser verificado a cada caso: quais as perspectivas destes atores para gerações futuras? Para tanto, importante observar que dentro de cada uma destas coletividades existem os líderes que disputam espaços para a formulação do universo simbólico de referência, e outros que vivenciam o cotidiano de forma naturalizada, nos termos ora expostos, e o interesse investigativo recairia primordialmente nestes.

A Sociologia do Conhecimento pode ser uma útil ferramenta de análise para a temática do desenvolvimento, visto que ela permitirá apreender, dentro do prisma dos cotidianos, a sua multivocal atuação, não como conceito presumido da realidade, mas como a própria realidade em construção.

6. Referências bibliográficas:

AGÊNCIA ESTADÃO. (2006), *Gênio russo rejeita «Nobel da matemática»* online). Disponível em [http://www.estadao.com.br/noticias/geral,genio-russo-rejeita-nobel-da-matematica,20060822p64352]. Acessado em 22/07/2014

BATESON, Gregory. (2006), *Experiments in Thinking about Observed Ethnological Material*.in *Steps to an Ecology of MInd*, Palo Alto: Jason Aronson Inc.

_____. (2006), *Naven - Um esboço dos problemas sugeridos por um retrato compósito, realizado a partir de três perspectivas, da cultura de uma tribo na Nova Guiné*. São Paulo: EdUS

BERGER, Peter. (1971), *El dosel sagrado: elementos para una sociologia de la religión.* Buenos Aires: Amorrortu.

BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. (2004), *A Construção Social da Realidade.* 24ª ed. Petrópolis: Editora Vozes.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. (2011), *Le Nouvel Esprit du Capitalisme.* Paris: Gallimard.

BOURDIEU, Pierre. (2012), *Introdução a uma Sociologia Relfexiva* in. *O Poder Simbólico*. 16ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 17-58.

_____. (2012), *Le Mort Saisit le Vif- As relações entre a história reificada e a história incorporada.* in. *O Poder Simbólico*. 16ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, p 75-106.

_____.)2012), *A identidade e representação-Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região* in. *O Poder Simbólico*. 16ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 107-132, 2012.

CORREA, Rafael, (2006) *Matemático russo dispensa prêmios por seu trabalho revolucionário e some do mapa* (online). Disponível em http://veja.abril.com.br/230806/p_092.html. Disponível em 22/07/2014. Acessado em 22/07/2014

ESCOBAR, Arturo. (2012) *Encoutering Development – The making and Unmaking of the Third World.* Princeton: Princeton University Press.

GERTH, Hans Heinrich; MILLS, C. Wright. (1982), *Max Weber - Ensaios de sociologia***.** 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara.

HOBBES, Thomas. (2004[1651])*Leviatã – Ou a matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil.* São Paulo: Ícone Editora.

KUPER, Adam. (2005) "Histórias Alternativas da Antropologia Social Britânica"**.** *Etnográfica*, 9, p 209-230.

LUHMANN, Niklas. (2009), *Introdução à teoria dos sistemas.* Petrópolis: Vozes, 2009.

MACKEY, John; SISODIA, Raj. (2014) *Capitalismo Consciente - como libertar o espírito heroico dos negócios*. São Paulo: HSM Editora.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. (2001), *O Mito do Desenvolvimento Sustentável***.** Florianópolis: Editora da UFSC.

NOBRE, Renarde Freire. (2004) "Entre Passos Firmes e Tropeços"**.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 19 (54), p 29-43.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. (2002) "Uma Discussão sobre o Conceito de Desenvolvimento". *Revista FAE*, Curitiba, 5 (2), p 37-48.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred. (1973) *Estrutura e Função na Sociedade Primitiva.* Petrópolis: Vozes.

RIBEIRO, Gustavo Lins. (2008) "Poder, Redes e Ideologia no Campo do Desenvolvimento". *Novos Estudos CEBRAP*, nº 80, 109-125.

RIST, Gilbert. (1996)*, Le Développment – Histoire d'une croyance occidentale.* Paris: Presses de la Fondations Nationale des Sciences Politiques.

ROJAS, Maurício. (1991) "Notas para el Estudio del Cambio Social a Comienzos del Quinto Ciclo de Kondratiev" . *El trimestre económico n.229,* Cidade do Mèxico: Fondo de Cultura Económica, 47-72.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

THERBON, Goran. (2001) **"**Globalização e Desigualdade – Questões de conceitualização e esclarecimento". *Sociologias*, Porto Alegre, 3 (6), 122-169.

THOMAS, Alan. (2000), "Meanings and Views of Development", in. ALLEN, T & THOMAS, A (org.). *Poverty and Development into the 21century.* Oxford: Oxford University Press, 23-50.

TURNER, Victor. (2008) *Dramas, Campos e Metáfora – Ação simbólica na sociedade humana*. Niterói: EdUFF.

VEIGA, José Eli da.(2006) "Neodesenvolvimentismo – Quinze anos de gestação". São Paulo em Perspectiva, São Paulo, 20 (3), 83-94.

WEBER, Max. (2001) *Metodologia das Ciências Sociais* – Parte I, 4ª ed., São Paulo: Cortez Editora.

Um precursor do diálogo Sul-Sul? Aproximações e distanciamentos entre Darcy Ribeiro e o "giro decolonial"

Adelia Miglievich-Ribeiro[1]
Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes – Brasil)
miglievich@gmail.com

Resumo: Darcy Ribeiro (1922-1997), antropólogo brasileiro e intelectual público, é considerado por alguns estudiosos hoje identificados com a vertente da "modernidade-colonialidade-decolonialidade" latino-americana como um de seus precursores, antes, portanto, do debate pós-colonial se instaurar sob esta denominação no continente. Busco realizar aqui uma revisão de um de seus livros, a saber, "O Processo Civilizatório" (1968), no sentido de identificar os aspectos que Darcy Ribeiro antecipa das preocupações contemporâneas no diálogo "sul-sul" e na aposta emancipatória da guinada "decolonial" do conhecimento, mantendo-se afastado, porém, das tendências pós-estruturalistas mais recentes, portanto, sem ele se desfazer de sua própria crença na "ciência" e na "modernidade", ainda quando revisitada.

Palavras-chaves: Darcy Ribeiro; O Processo Civilizatório; diálogo Sul-Sul; pós-colonial; giro decolonial.

Apresentação

> *Você sabe que pregar a revisão de conceitos e pré-conceitos é tão perigoso quanto ter esperança? Você está consciente de que com esperança você nunca mais terá repouso, meu filho? E perderá todas as outras armas? (...) Quer dizer que, depois de tudo o que tem visto, você ainda tem esperança? Ent*ão vai, meu filho, ‹ordeno-te que *sofras de esperança'*
>
> (Affonso Romano de Sant 'Anna, Diálogo Imaginário, p.198-9)

Parece a alguns um exagero a "ofensiva anti-ocidentalista", ou mero exercício de retórica e vaidade da parte de alguns intelectuais "da periferia" em busca de reconhecimento a atenção às "epistemologias do Sul" [2]. Discordarei aqui desta avaliação e defenderei como salutar (à ciência, ao "humanismo", às gentes), o empenho contido na "luta pela desestabilização dos lugares cativos das epistemologias prevalecentes" (Mata, 2014: 29) de que falam os pós-coloniais e os representantes do chamado "giro decolonial" na América Latina. Sobretudo, observarei que há efeitos práticos salutares na recusa de monopólio ao conhecimento.

> Inocência Mata, em "Estudos pós-coloniais. Desconstruindo genealogias eurocêntricas" (2014), frisa que não há *uma* teoria pós-colonial e chama atenção para os neocolonialismos e imperialismos vigentes que mantêm ainda longínquo um diagnóstico de superação da "interiorização da subalternidade" tal como, nalgum sentido, o "pós" do "pós-colonial" pôde ter insinuado. É de Edward Said, um dos pós-coloniais fundadores, no entanto, a compreensão de que o "pós" do "pós-colonial" não significa — como o "pós" do "pós-moderno" também não — a superação do

---

[1] Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA-UFRJ) com pós-doutorado em Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd-Uerj). Professora da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), atuando na graduação em e no mestrado em Ciências Sociais (PGCS) bem como no mestrado e doutorado em Letras (PPGL). Obteve a "Cátedra Darcy Ribeiro" no Programa "Cátedras Ipea-Capes para o Desenvolvimento". É membro do conselho consultivo da Cátedra José Carlos Mariátegui (Unesco). Co-organizou coletâneas, dossiês em revistas científicas, produzindo, sobretudo, em Pensamento Social no Brasil e na América Latina, Teorias Sociais, Epistemologia e Crítica.

[2] Cf. Dirlik, "A aura pós-colonial: a crítica terceiro-mundista na era do capitalismo global", 1997.

> colonialismo em suas várias dimensões, mas sim um tipo de discurso a fazer frente aos anteriores, "(...) escolados nos seus abusos pela experiência do eurocentrismo e do império" (Said, 2007: 29). Se lermos o "pós" não como o alcance de um novo tempo mas em termos de chances de se ir, na crítica, "além" da mentalidade colonizada, como propõe Said, é possível compreendê-lo como um conjunto de abordagens a desvelar as tensões e contradições da geopolítica do saber-poder, desiderato que não é de pouca monta.

O modo como os pós-coloniais revisitarão as narrativas euro-americanas variará na intensidade da crítica e na disposição ao diálogo com as escolas até então consagradas. Costa (2013) elaborará uma especial tipologia em acordo com a qual as investigações pós-coloniais poderão ser do tipo "enfático", "intermediário" ou "moderado". O primeiro bloco, ao denunciar a ligação entre discurso e poder rejeitaria sumariamente a ciência como instrumento legitimador de estruturas de dominação, desprezando o conhecimento científico *in totem* e perseguindo um saber *beyond theory*. A vertente intermediária da crítica pós-colonial se dedicaria, em sua classificação, a explicitar a genealogia das disciplinas científicas, sobretudo, em sua ligação original e persistente com o colonialismo europeu, de modo que seu principal esforço estaria em identificar a dinâmica de apartação entre os centros produtores de teorias e a periferia, útil apenas para sua aplicação, porém excluída da possibilidade de produzir conhecimentos igualmente válidos a intervir na produção científica. Por fim, a vertente moderada dos estudos pós-coloniais trabalharia num projeto de transformação das ciências "a partir de dentro" mediante a desconstrução da história hegemônica da modernidade e na explicitação das categorias explicativas como ocidentais (e não universais), ineficientes, por conseguinte, para explicar o "resto do mundo". Neste grupo, Costa se refere ao historiador indiano da Universidade de Chicago, Dipesh Chakrabarty, em seu intento de "provincializar a Europa", observando o caráter "paroquial" dos ideais de "liberalismo", "racionalismo" ou mesmo "ciência" que criaram o fictício discurso de uma modernidade monolítica uma vez que desta se excluiu bem mais do que a metade da humanidade.

Este trabalha transita entre dois propósitos. O primeiro é a compreensão de que as distintas vertentes do "pós-colonial", "decolonial" ou dos "saberes do Sul", como se julgar mais pertinente chamar, têm contribuições a dar às ciências sociais, sobremaneira, se entendemos que a compreensão da modernidade ainda é eu objeto privilegiado. O segundo e maior objetivo é a descoberta de que Darcy Ribeiro, intelectual brasileiro, ao escrever "O processo civilizatório", em fins dos anos 1960, ousando repensar os últimos dez mil anos da história humana e situar, de maneira inédita, os latino-americanos na "nova ordem civilizacional global em marcha" (1978: 245), traz um certo parentesco com o "giro decolonial" do século 21. Darcy Ribeiro pensou o Brasil, a América Latina e, também, a África, em suas múltiplas feições, como "civilizações modernas", necessariamente irmanadas numa história geral, diversificando-a consideravelmente.

Não era, em absoluto, uma frivolidade que "O processo civilizatório" fosse escrito por um brasileiro, a partir do Sul. Segundo Heinz Rudolf Sonntag (2001: 283), no epílogo à edição alemã, foi um atrevimento, sem paralelo à época, revisitar a história da humanidade sem reforçar a crença de "que o umbigo do mundo se situa ainda em algum lugar em Viena, Berlim, Bonn, Moscou, Washington ou Roma". O "cosmopolitismo subalterno" (Santos, 2010) se fazia presente ali, na constatação de que as sociedades futuras haveriam de reconhecer outras modernidades que não o capitalismo ou o "socialismo evolutivo" (Ribeiro, 2001:283).

> Realizo, nestas páginas, a releitura de "O processo Civilizatório" (1978; 2001) que inaugura e a série de seis livros chamados "Estudos de Antropologia da Civilização"[3]. Conforme dito, interessa perceber, em sua obra, antecedentes do que hoje caracteriza os diálogos do Sul, a saber, a redefinição do "universal".

---

[3] Seus Estudos de Antropologia da Civilização, com ênfase nas configurações socioculturais dos povos latino-americanos, estão dispostos em 30 anos de produção intelectual, expressos exponencialmente em "O processo civilizatório. Etapas da evolução sócio-cultural" (1ª ed., 1968). A seguir, temos "As Américas e a Civilização" (1ª ed., 1969); "Os índios e a civilização. A integração das populações indígenas no Brasil moderno" (1ª Ed,. 1970); "O dilema da América Latina" (1ª ed., 1971); "Os brasileiros – teoria do Brasil" (1ª ed., 1978); e, por fim, "O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil" (1ª ed., 1995).

1. Darcy Ribeiro: uma breve biografia intelectual

Darcy Ribeiro, mineiro nascido no município de Montes Claros, em 1922, migrou para São Paulo, capital, e se formou na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP). No curso, destaca os seminários ministrados pelo etnólogo alemão naturalizado brasileiro, Herbert Baldus, com quem aprendeu a tarefa primordial da Antropologia: "elaborar uma teoria sobre o humano e sobre as variantes do humano e melhorar o discurso dos homens sobre os homens" (Ribeiro, 1997: 6). Darcy Ribeiro costumava citar a etnologia indígena como sua marca identitária nas ciências sociais e o Marechal Antônio Candido Rondon como seu primeiro pai intelectual. Os dez anos em que Darcy Ribeiro conviveu com os indígenas antecederam as demandas posteriores que o fariam uma personalidade intelectual no debate acerca da educação pública no Brasil, tendo em Anísio Teixeira sua definitiva inspiração.

Anísio Teixeira, à frente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), pertencente ao Ministério da Educação e Cultura, convidou, nos anos 1950, Darcy Ribeiro para a direção científica do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), órgão àquele ligado, a fim de formar e coordenar uma equipe de cientistas sociais que pudesse diagnosticar a realidade educacional no país na correlação com os processos recentes de industrialização e urbanização.

Por causa de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro vai para Brasília, recém-inaugurada por Juscelino Kubitschek, e se incumbe da criação da primeira universidade da nova capital: a Universidade de Brasília (UnB). Depois disso, no curto parlamentarismo brasileiro, Darcy é chamado pelo novo presidente, João Goulart, para ocupar a pasta do Ministério da Educação e Cultura. Com o retorno do presidencialismo, Jango dá-lhe a chefia de sua Casa Civil. O Golpe civil-militar de 1964 interrompe, porém, as "reformas de base" pretendidas pelo governo trabalhista e condena ao exílio o presidente deposto e seus colaboradores, dentre eles, Darcy Ribeiro, que viveria, em seguida, oito anos no país vizinho, o Uruguai. Sua itinerância o levaria a viver também na Venezuela. Depois, no Chile de Salvador Allende, e no Peru de Velasco Alvarado. Alguns retornos breves ao Brasil, nos anos da repressão, aconteceram mais como fruto da intensa paixão por seu país do que por reais condições de regresso. Da primeira vez, foi mantido na prisão por quase nove meses, quando então recebeu o convite dos venezuelanos que lhe ofertaram o visto de entrada naquele país, o que significava um problema a menos para os militares brasileiros. Da segunda vez, Darcy veio para o delicado tratamento de câncer que lhe retirou um pulmão. Convalescente ainda, foi obrigado novamente a deixar o Brasil, então, retornando ao Peru que, contudo, não lhe era mais um ambiente propício, após a derrubada do General Velasco. Seu último destino, no exílio, foi o México, que recebia, à época, brasileiros e não-brasileiros, sobretudo, os expurgados pelas ditaduras do Cone Sul.

Darcy Ribeiro não somente sobrevive ao exílio mas o transforma em tempo de intensa produção intelectual e de criação de redes de sociabilidade intelectual que dificilmente se veria repetida. Dada sua experiência de criação da UnB e as reflexões sobre a "universidade necessária" à América Latina, torna-se convidado frequente de governos progressistas no continente para criar e reformar sistemas universitários[5]. Quinze anos se passariam até que, em 1979, com a reabertura democrática brasileira mediante a Lei da Anistia, Darcy pudesse, de volta ao Brasil, desta vez para ficar, pudesse reclamar seus postos anteriores ao Golpe, como o de professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, antiga Universidade do Brasil, o que não implica que estes lhe tenham sido devolvidos.

Em 1983, Darcy Ribeiro, tendo aderido ao PDT de Leonel Brizola [6], concorreu e foi eleito vice-governador do Rio de Janeiro na chapa encabeçada pelo político, ex-governador gaúcho que, quando do Golpe de 1964, a este mais fortemente resistira, tendo se disposto a liderar, se não pela veemente recusa de Jango, o levante

---

[5] Darcy Ribeiro propôs as reformas da Universidade da República Oriental do Uruguai, da Universidade Central da Venezuela e do sistema universitário peruano na América do Sul. Colaborou na reestruturação da Universidade de Argel. Elaborou o projeto básico de implantação da Universidade Nacional de Costa Rica e, ainda, ofereceu para a Universidade Autônoma do México o plano de sua Faculdade de Educação e Comunicação. Cf. Ribeiro, 2010.

[6] A nova sigla partidária foi criada porque aquela ambicionada, o PTB de Getúlio Vargas, havia sido apropriada, em árdua disputa, pela filha do mesmo, Alzira Vargas. Leonel Brizola, porém, voltava ao Brasil como um dos principais líderes socialistas da América Latina, disposto a vir a ser ainda Presidente da República, e se atribuía o título de legítimo herdeiro do legado trabalhista de Getúlio.

armado contra os militares, a partir do Rio Grande do Sul. Naqueles inícios do anos 1980, Brizola era eleito governador do Rio de Janeiro, feito inédito para quem não era nascido no Estado e, em seu governo (1983-1986), Darcy Ribeiro passou a acumular também as pastas de Secretário de Cultura e de progenitor dos Centros Integrados de Ensino Público (Cieps), programa educacional que ambicionava uma revolução pedagógica e cultural popular a partir da implementação de jornadas escolares em tempo integral. A experiência-piloto não contaria, porém, com tempo hábil para se realizar, tendo ainda sofrido toda a sorte de furiosos ataques dos oposicionistas políticos. Nas eleições consecutivas, Darcy foi candidato ao governo fluminense pelo PDT, sem conseguir, entretanto, ser eleito de modo que os CIEPs tiveram sua criação interrompida. Em 1991, Darcy Ribeiro tornar-se-ia Senador da República e assinaria, em 1993, a criação da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf), no município de Campos dos Goytacazes – tendo Brizola novamente como Governador do Rio de Janeiro. Com atualizações e especificidades, a Uenf lembraria os princípios norteadores da UnB [7]. O câncer, entretanto, seria um adversário implacável para Darcy Ribeiro que, após intensas lutas, encerraria seu impressionantemente fértil ciclo de vida em 17 de fevereiro de 1997.

Vida e obra se entrelaçam em Darcy Ribeiro, pensamento e "fazimentos", como o próprio costumava dizer. Em sua reflexão sobre a escola ou sobre a universidade, por exemplo, evidenciam-se concepções acerca de cultura, Brasil, ciência, soberania nacional, integração latino-americana, emancipação que subjazem sua teoria antropológica e demais escritos. Atentaremos, em seguida, para sua obra primeira, e buscaremos nela as conexões com o debate contemporâneo da "modernidade-colonialidade-decolonialidade" que impõe o Sul como "lócus de enunciação".

2. "O Processo Civilizatório" de Darcy Ribeiro

Anísio Teixeira (2001:13), na apresentação de "O processo Civilizatório", faz referência ao fato desta obra ter sido escrita "a partir do terceiro mundo", sem que tal condição predestinasse ao autor qualquer espécie de "subordinação mental". Efetivamente, Darcy Ribeiro não sofria, em absoluto, do sentimento de "subalternidade", comum a seus pares intelectuais latino-americanos, ao contrário, sabia que "O processo civilizatório" só poderia ter sido escrito por um latino-americano, um brasileiro vivendo no Uruguai.

Darcy Ribeiro relata-nos, no prefácio à quarta edição venezuelana do livro, que sentiu, porém, medo do desastre daquela empreitada: reescrever a teoria da história. Foi, em suas palavras, "sua raiva possessa contra todos os que pensam que intelectual do mundo subdesenvolvido tem que ser subdesenvolvido também" (2001: 23) que salvou da morte precoce aqueles escritos, após o recebimento de um primeiro e "arrasador" parecer de uma importante editora internacional. Em 1968, seu livro era, enfim, publicado pela *Smithsonian Institution*, a mesma das obras de Lewis Morgan. Viriam depois quinze novas edições em vários idiomas que espalharam pelo mundo cerca de 160 mil exemplares da obra.

Morgan, Engels e Marx o inspiraram na investigação ao mesmo tempo em que o alertavam para a ausência da Península Ibérica e das Américas na história da pretensa civilização mundial. Notava que conceitos como escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo, que ajudaram a explicar a história europeia, não se comprovavam tão úteis, sem a mediação crítica, no exame de realidades diversas, a exemplo das populações egípcia, árabe, maia, inca, tratadas nos *Grundrisse*. Darcy Ribeiro indagava, por sinal, se se as sociedades coloniais poderiam ser explicadas como escravistas, feudais, semifeudais ou capitalistas. Via que a teorização generalizante ou meta-relato até então realizado, a partir da Europa, expressava invariavelmente uma "violência epistêmica" que resultava na produção de classificações espúrias e deficitárias em seu potencial analítico. Se teorizar implicava reduzir a experiência às categorias de um dado marco conceitual, estava descontente com os modelos civilizatórios descritos nas teorias de seu tempo. Mergulhou fundo, por isso, na tarefa de interrogá-los e expandi-los. Assumiu sua condição de intelectual periférico que almeja ser "sujeito do conhecimento" e não mais unicamente "objeto de estudo":

---

[7] Cf. Miglievich-Ribeiro, "Reflexões sobre a utopia necessária e a universidade brasileira a partir de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira", 2012.

> Como classificar, uns em relação aos outros, os povos indígenas, que variavam desde altas civilizações até hordas pré-agrícolas e que reagiram à conquista segundo o grau de desenvolvimento que haviam alcançado? Como situar, em relação aos povos indígenas e aos europeus, os africanos desgarrados de grupos em distintos graus de desenvolvimento para serem transladados à América como mão-de-obra escrava? Como classificar os europeus que regeram a conquista? Os ibéricos, que chegaram primeiro, e os nórdicos, que vieram depois – sucedendo-os no domínio de extensas áreas –, configuravam o mesmo tipo de formação sociocultural? Finalmente, como classificar e relacionar as sociedades nacionais americanas por seu grau de incorporação aos modos de vida da civilização agrário-mercantil e, já agora, da civilização industrial? (RIBEIRO, 2001: 8-9)

Decidido a incluir a Ibero-américa na história das civilizações com base no materialismo histórico e dialético, é irônico diante dos que contestam sua apropriação heterodoxa do marxismo:

> Conforme se verifica, foi Marx quem me pediu que escrevesse *O processo civilizatório*. Obviamente, ele esperava uma obra mais lúcida e alentada do que minhas forças permitiam. Ainda assim, fico com o direito de crer que, apesar de tudo, o herdeiro de Marx sou eu. (Ribeiro, 2001: 31).

Marxista à sua maneira, Darcy Ribeiro apresenta-nos doze processos civilizatórios em suas singularidades, com dezoito formações socioculturais distintas, dentre as quais os povos americanos. Sistematiza nada menos que os últimos dez milênios da história dos homens e desenha um esquema de evolução sociocultural, a fim de estabelecer algumas ordens possíveis de sucessão de formações socioeconômicas concretas, ainda não incluídas nos grandes tratados de seu tempo (Ribeiro, 2001, p. 29).

Expande e diversifica a história da humanidade ao incluir uma plêiade de formações socioculturais concretas em sincronia que desafiam as classificações e hierarquizações da história moderna que ocultava a interdependência e a simultaneidade dos múltiplos processos de constituição das sociedades humanas. Elabora em "O processo civilizatório" uma tipologia a contemplar o que chamou de: i) sociedades arcaicas; ii) civilizações regionais; iii) civilizações mundiais, além dos subtipos. Na primeira formação, descreve as aldeias agrícolas indiferenciadas e as hordas pastoris nômades; na segunda, observa os estados rurais artesanais, as chefias pastoris nômades, os impérios teocráticos de *regadio*, os impérios mercantis escravistas e os impérios despóticos salvacionistas; no último grupo, nota as formações progressivamente mais híbridas, a saber, os impérios mercantis salvacionistas e o colonialismo escravista, o capitalismo mercantil e os colonialismos modernos; o imperialismo industrial e neocolonialismo, a expansão socialista, projetando, ao fim, a civilização da humanidade, ou civilizações humanas, plurais e diversas.

A recepção do conceito de evolução multilinear a partir de Julien Steward, somada às contribuições de Leslie White, é especialmente significativa em sua obra, possibilitando-lhe a percepção de que as formações socioculturais concretas têm caráter temporal e sincrônico. Também seu conceito de "aceleração evolutiva", formulado em contraposição ao de "modernização reflexa" ou "atualização histórica", bem demonstra as variações nos processos de desenvolvimento de cada sociedade particular, levando-se em conta o tipo de relação com as demais sociedades e a forma como conquista, ou não, sua autodeterminação. Se as últimas categorias se expressam na modernização conservadora e dependente, o primeiro conceito liga-se à autonomia científico-tecnológica e política. Ultrapassa o evolucionismo unilinear ao recusar a ideia de quaisquer etapas fixas e necessárias do desenvolvimento. Pensa a história como feita de progressões e regressões, atualizações históricas (incorporações alheias sem autonomia) e de acelerações evolutivas (Ribeiro, 2001). Assim, a partir do rompimento evolutivo da condição primitiva, Darcy Ribeiro descreve as diversas feições das sociedades humanas ao longo do tempo. Em suas palavras:

> Esta construção ideal (diagnósticos homogêneos referentes aos sistemas adaptativo, associativo e ideológico que atravessassem todas as formações. Apresentando em cada uma delas certas alterações significativas) está muito distante do possível, em virtude do âmbito de dispersão das variações de conteúdo de cada cultura. (Ribeiro, 2001: 47-8)

O hibridismo é fato inegável nos processos civilizatórios e a prova da impossibilidade dos modelos, das referências e dos padrões. O híbrido é uma fratura no universalismo hegemônico, uma fenda que corrói o projeto iluminista, demonstrando que a cultura é, antes de tudo, o local da incerteza, da indecibilidade, na qual as rearticulações incessantes entre classes, gêneros, raças e nações se processam.
Para Darcy Ribeiro, a aliança com o culturalismo de Franz Boas dá-se exclusivamente em sua diferenciação fundamental entre "raça" e "cultura", que abriu espaço na antropologia para se pensar e aoposta de Malinowski. u o tecordacarGlauber Rabelo Matias, Shirlena Amcionais e capitalistasabalhoxtari como a um ha transculturação não mais como "rebaixamento cultural", mas em seu papel criativo tal como na "invenção" da nova cultura mestiça latino-americana. A negação da evolução sociocultural, de um lado, e da generalização teórica, de outro, pelo culturalismo fazia com que Darcy se afastasse deste [8]. Preocupava-o a radicalidade do projeto relativista proposto no culturalismo que tenderia, a seu ver, a deixar os dominados "inconscientes" da dominação. Em seu entendimento, a recusa de todo e qualquer evolucionismo renunciava também à possibilidade de promoção das resistências, novas sínteses e superação da subalternidade pelos povos oprimidos. Não lhe era possível entender uma ciência social que descartasse o projeto emancipatório.

3. O "Giro Decolonial" por Darcy Ribeiro: diálogos a partir do Sul

Na América Latina, o nome de Darcy Ribeiro tem indiscutível estatuto nos círculos universitários (VARGAS, 2003; LÓPEZ, 2006), sobretudo naqueles em que trabalhou nos tempos de exílio. Não chega a ser uma surpresa, pois, que Walter Mignolo, um dos representantes do "giro decolonial" latino-americano tido como o mais radical em seu intento, reconheça na obra darcyniana um esforço pioneiro de deslocamento de formas hegemônicas do conhecimento a traduzir "um sangrento campo de batalha na longa história da subalternização colonial do conhecimento" (Mignolo, 2003: 35).
O estudioso argentino, radicado na Universidade de Duke, expõe a força da contribuição de Darcy Ribeiro para o movimento teórico de raízes andinas, "modernidade-colonialidade", acrescido da terceira vértice, a "decolonialidade", que projeta, em nível mundial, outros expoentes como Ramón Grosfoguel, Arturo Escobar, Fernando Coronil, Maldonado-Torres, Castro Gómez, a fim de se repensar os loci de enunciação do conhecimento. As teorias construídas a partir do "Terceiro Mundo" não são apenas *para* o Terceiro Mundo, como se se tratasse de uma "contracultura 'bárbara' perante a qual a teorização do Primeiro Mundo tem de reagir e acomodar-se" (Mignolo, 2003, p. 417) mas são teorizações, tão legítimas quanto as que vêm do hemisfério norte: "Remapear a nova ordem mundial implica remapear as culturas do conhecimento acadêmico e os *loci* acadêmicos de enunciação em função dos quais se mapeou o mundo" (*Ibid*., p. 418). Nesse sentido, há evidências de conexão entre a utopia darcyniana e alguns pós-coloniais ou decoloniais que, mesmo críticos do modernismo, não abandonaram a esperança num "humanismo ético", articulado por várias vozes.
Disto resulta que o pós-colonial não descrê, exatamente, nas "energias utópicas" — sabemos que na luta sul-africana contra o *apartheid*, por exemplo, havia ideais humanistas presentes —, mas submete-as à crítica, sobretudo, do ponto de vista destas conterem em si mesmas um desígnio único para a humanidade.

---

[8] Darcy Ribeiro antagoniza-se ao boasista Gilberto Freyre em vários aspectos ainda que reconheça a importância de Freyre no pensamento social brasileiro tal como é *Tolstói* para o povo russo, *Camões* para os lusos ou *Cervantes* para os espanhóis. Também admira seu estilo literário, a documentação de pesquisa farta e as observações argutas. Admira ainda seu impacto no movimento de positivação de uma sociedade miscigenada. Contudo, adverte que a antropologia freyriana é colonialista: o protagonista de *Casa grande & senzala*, por exemplo, é "um dom juan de senzala". Segundo Darcy Ribeiro, Gilberto Freyre atribui às mais complexas relações de opressão e dominação numa sociedade colonial escravocrata ao masoquismo dos subalternos e ao sadismo dos senhores. Discordando disto, Darcy Ribeiro nega que haja provas de que os oprimidos o são por masoquismo em qualquer lugar do mundo. Insurge-se, pois, contra a justificação da opressão por qualquer "atavismo social", como propõe Freyre, e que ainda o possibilita falar em "equilíbrio de antagonismos". Darcy Ribeiro ressente-se da ausência de teorização e de generalização no sociólogo pernambucano. Contra o método freyriano da "causação circular", propõe a antropologia materialista, histórica e dialética. Cf. Ribeiro, 2011.

Também Anthony Appiah, de Gana, com "familiares na África e na Europa (...) tio libanês e primos americanos, franceses, quenianos ..." (1997:11), proclama sua defesa de um "universal ético" fruto do pós-colonialismo que, conforme esclarece: "não é um aliado do pós-modernismo ocidental, mas um adversário: com o que acredito que o pós-modernismo possa ter algo a aprender" (:216). Assim, a crítica pós-colonial às meta-narrativas predecessoras não se dá num vácuo (ou na luta exclusiva por capital simbólico no mundo acadêmico) mas, segundo Appiah, "em nome das vítimas sofredoras de mais de trinta repúblicas" (Id. Ibid.), por isso, o que se chama hoje de "humanismo pode ser provisório, historicamente contingente, anti-essencialista (em outras palavras, pós-moderno) e, ainda assim, ser exigente" (p. 216). Talvez, Darcy Ribeiro comungue com Appiah uma preocupação real com o sofrimento humano que não foi atenuado, ao contrário, com os ideais de neutralidade científica que consagraram uma ciência pseudo-universal, porque eurocêntica-setentrional, legitimadora da separação "eu(colonizador)" x "outro(colonizado)", que inventou a "diferença cultural" como "subalternidade". Amplificar as vozes e a audição das vozes em todo o planeta, abranger um mundo de histórias locais e propor inéditas articulações da "diferença cultural" são os desafios da crítica pós-colonial, à qual se alia o "giro decolonial" latino-americano. Não se quer mais um projeto homogeneizador das diferenças sob o signo de um universalismo que matou povos, culturas, civilizações. Propõe-se, agora, a "diversalidade como projeto universal" (Ibid.: 420).

> A pós-colonialidade é tanto um discurso crítico que traz para o primeiro plano o lado colonial do sistema mundial moderno e a colonialidade do poder embutida na própria modernidade, quanto um discurso que altera a proporção entre locais geoistóricos (ou histórias locais) e a produção de conhecimentos. O reordenamento da geopolítica do conhecimento manifesta-se em duas direções diferentes mas complementares: 1. A crítica da subalternização na perspectiva dos estudos subalternos; 2. A emergência do pensamento liminar como uma nova modalidade epistemológica na interseção da tradição ocidental e a diversidade das categorias suprimidas sob o ocidentalismo; o orientalismo (como objetificação do lócus do enunciado enquanto 'alteridade') e estudos de área (como objetificação do "Terceiro Mundo", enquanto produtor de culturas, mas não de saber). (Mignolo, 2003:136-7)

Para Mignolo, o continente latino-americano é uma localização geoistórica central na produção de conhecimentos mundiais do ponto de vista do "pensamento liminar", isto é, sob um novo horizonte cognitivo nascido da atitude descolonizadora da ciência e de seus cânones que emudeceram, por séculos, as culturas não letradas e quaisquer saberes não classificáveis segundo os critérios daquela que se impunha como a Razão (pseudo) universal. Para falsificá-la, o pensamento liminar resgata um acúmulo de saberes silenciados na forma de uma emergente e poderosa gnosiologia.

> Ao insistir nas ligações entre o lugar da teorização (*ser de, vir de* e *estar em*) e o lócus de enunciação, estou insistindo em que os *loci* de enunciação não são dados, mas encenados. Não estou supondo que *só* pessoas originárias de tal ou qual lugar poderiam fazer X. Permitam-me insistir em que não estou vazando o argumento em termos deterministas, mas no campo aberto das possibilidades lógicas, das circunstâncias históricas e das sensibilidades individuais. Estou sugerindo que aqueles para quem as heranças coloniais são reais (ou seja, aqueles a quem elas prejudicam) são mais inclinados (lógica, histórica e emocionalmente) que outros a teorizar o passado em termos de colonialidade. Também sugiro que a teorização pós-colonial relocaliza as fronteiras entre o conhecimento, o conhecido e o sujeito conhecedor (razão pela qual enfatizei as cumplicidades das teorias pós-coloniais com as "minorias"). (Mignolo, 2003:165-6)

Mais uma vez, o pensamento anticolonial de Darcy dialoga com o pensamento pós-colonial e decolonial pela ampliação e diversificação do universal. Em comum, atentam para a violência da colonização e suas sequelas nas dimensões econômica e simbólica da vida social. Darcy Ribeiro sabia, assim como Frantz Fanon, ícone fundador do pós-colonial em África, que as estratégias de subordinação e desumanização que produziram

o colonizado, tornado "espectador sobrecarregado de inessencialidade" (Fanon, 1971: 26), produziram também o colonizador. Darcy Ribeiro e Frantz Fanon provavelmente concordariam que sem exibição da face oculta da modernidade - a colonização, o racismo, o sistema escravocrata, os genocídios, o desenvolvimento para muito poucos - não se conseguirá ver o nascimento de um povo livre.

Desmistificando o universalismo, revelando-o como "ocidentalismo" e hibridizando a modernidade ao nela incluir os "povos testemunhos" e primordiais das terras "descobertas" pela expansão marítima europeia, os "povos emergentes" em África e os "povos novos" latino-americanos, nenhum deles como pré-estágios civilizatórios mas como pólos atualizados de um mesmo sistema econômico moderno, a contribuição pós-colonial e decolonial de Darcy Ribeiro é a produção de um novo modelo interpretativo de nossa modernidade-mundo.

O cientista social brasileiro escreveu livros a exigir de si e de seus leitores a imersão na história dos povos de onde viemos. No caso latino (e brasileiro), explicitou uma história marcada pela opressão que, até o século 19, nos era contada apenas da perspectiva do colonizador, embora se proclamasse absoluta. A força do discurso único ocultava a outra face, deixada ao obscurantismo, da história da modernidade: a "colonialidade". Tocou em feridas, por certo, na releitura de nossa história. Como diz Bhabha (2007:101), "relembrar nunca é um ato tranquilo de introspecção. É um doloroso se relembrar, uma reagregação do passado desmembrado para compreender o trauma do presente".

Considerações Finais

nada distorce mais o desempenho público do intelectual do que (...) o silêncio cauteloso
(Said, Representações do intelectual, p. 12)

No prefácio de "Epistemologias do Sul" (2010), seus organizadores, Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses explicam que a epistemologia que elimina a reflexão acerca do contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento é aquela que as chamadas epistemologias do Sul visam a inquirir e a combater. Darcy Ribeiro participou, muito antes de se falar em tal movimento, do empenho de expansão dos *loci* de enunciação e projetou, a partir da América Latina, uma teoria dos processos civilizatórios em nível mundial, descentrando a Europa, ao localizá-la num brevíssimo instante dos dez milênios até então percorridos pelos povos e culturas diversos na história da humanidade.

Se, como postula Santos (2002), a crítica pós-colonial é "(...) um conjunto de práticas e discursos que desconstroem a narrativa colonial como foi escrita pelo colonizador, (que) tenta substituí-la por narrativas escritas do ponto de vista do colonizado" (:13), pode-se defender, como faço aqui, que o pensamento crítico darcyniano soma à proposta de descolonização do conhecimento, desestabilizando as interpretações canônicas e, mesmo moderno, Darcy Ribeiro consegue escapar a seus binarismos (ocidente-oriente, razão-emoção, masculino-feminino, cultura-natureza) que empobreceram a convivência humana.

Pensador moderno, sim, nem pós-estruturalista, sequer culturalista, haja vista seu discurso em defesa da teoria geral em "O Processo Civilizatório", Darcy Ribeiro, contudo, não cabe na chave evolucionista convencional em razão de seu combativo "multievolucionismo". Para Darcy, a história não é mecânica mas conta com a agência humana em seu devir. Seu "processo civilizatório" não é, pois, refém de qualquer passado nem do "futuro alheio" mas se realiza nas múltiplas possibilidades do presente:

> (...) quando não se conta com uma teoria explícita da evolução, se corre o grave risco de cair num evolucionismo irresponsável por si mesmo, porque inexplícito (...). Isso é, aliás, o que se faz habitualmente sem maiores conseqüências. Fazê-lo, porém, pretendendo ser expressamente antievolucionista é pecado de indigência teórica (Ribeiro, 2001: 29).

Darcy pertence à geração modernista e possui, a par disso, uma forte intuição acerca das interculturalidades na

história humana. Dialoga, pois, com o contemporâneo pós-colonial e decolonial, na medida de sua atenção à hibridez e às identidades multifacetadas que se reinventam reciprocamente no entrelaçamento das civilizações ao longo do tempo. Curiosamente, Darcy Ribeiro concordaria com Canclini (2006: 289) acerca das "múltiplas temporalidades de espectadores diferentes". Fala, como este, também da quebra e da mescla das "coleções" organizadas pelos sistemas culturais, da desterritorialização dos processos simbólicos e da expansão dos gêneros "impuros", sabendo que cultura e poder estão articulados. Darcy entenderia Bhabha (2007) quando este discorre sobre a ironia, a astúcia, a sátira que, não poucas vezes, subverteram as relações de mando e obediência nas dinâmicas coloniais e neocoloniais. Sem fazer análises de subjetividades – longe disso - Darcy Ribeiro, observa, entretanto, as culturas se enfrentando, acomodando-se, modificando-se, inaugurando novas rotas, e atenta para a criatividade humana.

Não por outro motivo foi capaz de elaborar a tese da "deseuropeização", "desafricanização" e "desindianização" do brasileiro, nascido "mameluco", rejeitado pelo pai branco, negando a mãe índia, perseguindo seus irmãos das florestas. Entretanto, nos contatos, rupturas, enlaces, juntando-se aos afro-descendentes escravizados, gerando o povo novo mestiço, saindo da condição de "ninguendade", buscando realizar suas potencialidades e o destino que não é repetir a história das matrizes fundantes. O "mameluco", contudo, não fora previsto nos *Grundrisse*. Nem estava contemplado na sociologia de Durkheim, Weber ou Norbert Elias.

> Darcy Ribeiro antecipa-nos a exigência de se pensar autonomamente quem somos e aonde iremos. Sua "antropologia mameluca" é "antropofágica" na recepção de teses alhures (ARRUTI, 1997), que são ressignificadas à luz das questões posta na e pela América Latina. Talvez não seja uma arrogância, se não um ato de reconhecimento, sugerir que o pós-colonial e o decolonial aprendam, nas divergências e convergências, algo com Darcy Ribeiro, aprofundando uma das possibilidades deste instigante diálogo Sul-Sul.

Referências Bibliográficas

APPIAH, Kwame Anthony (1997). *Na casa de meu pai*. A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto.

ARRUTI, José M. (1997), Uma antropologia mameluca a partir de Darcy Ribeiro: O Povo Brasileiro. *Revista da Faculdade de Letras*, 21 (1), pp. 301-12.

BHABHA, Homi (2007), *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

CANCLINI, Néstor García (2006), *Culturas híbridas*. Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp.

COSTA, Sérgio (2013), "(Re)Encontrando-se nas redes? As ciências humanas e a nova geopolítica do conhecimento". In: ALMEIDA, Julia; MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia Maria; GOMES, Heloísa Toller (Org.). *Crítica Pós-Colonial*. Panorama de leituras contemporâneas. Rio de Janeiro: Faperj/7Letras, pp. 257-274.

DIRLIK, Arif (1997). "A aura pós-colonial: a crítica terceiro-mundista na era do capitalismo global". *Novos Estudos Cebrap*, 49, novembro, pp. 7-32.

FANON, Franz (1971), *Peau Noire*, *Masques Blancs*. Paris: Éditions du Seuil.

LÓPEZ, Javier Ocampo (2006), Darcy Ribeiro: Sus ideas educativas sobre la universidad y el proceso civilizatório de America Latina. *Revista Historia de Educación Latinoamericana*. Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colômbia Tunja, Colômbia, vol. 08, pp. 137-160. Red de Revistas Científicas de América Latina y El Caribe, España y Portugal (Redalyc). Universidade Autônoma Del Estado de México. Disponível em <http://redalyc.uaemex.mx>. Acesso em 25 de outubro de 2010.

MATA, Inocência (2014), "Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêntricas". *Civitas*. Revista

de Ciências Sociais. Pucrs, Porto Alegre, vol. 14, n. 1, jan-abr, pp. 27-42.

MIGNOLO, Walter (2003), *Histórias locais. Projetos globais*. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. da UFMG.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia Maria (2012), "Reflexões sobre a utopia necessária e a universidade brasileira a partir de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira". In: VILLAR, José Luiz & CASTIONI, Remi (ORG.). *Diálogos entre Anísio e Darcy*. O projeto da UnB e a educação brasileira". Brasília: Verbena, 2012, p. 27-59.

RIBEIRO, Darcy (2011), "Gilberto Freyre: uma introdução à Casa-Grande e Senzala". In: _____. *Gentilidades*. Porto Alegre: L&PM, pp. 9-86.

_____ (1983), *As Américas e a Civilização*: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. Petrópolis: Vozes.

_____ (1997), "Depoimento de Darcy Ribeiro". *BIB*, Rio de Janeiro, n. 44, 2º semestre, pp. 3-30.

_____ (1983b) *O dilema da América Latina*. Petrópolis: Vozes.

_____ (1996), *Os índios e a civilização*. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras.

_____(1995), *O Povo Brasileiro*: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (1978), *O Processo Civilizatório*: etapas da evolução sócio-cultural. Petrópolis: Vozes.

_____ (2001), *O Processo Civilizatório*: etapas da evolução sócio-cultural. São Paulo: Cia das Letras.

_____ (1990), *Os Brasileiros*: 1. Teoria do Brasil. Petrópolis: Vozes.

_____ (2010), *Golpe e exílio*. Rio de Janeiro: Fundar.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2010), "Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes". In: SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo, Cortez, pp. 31-83.

SAID, Edward (2007), *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____(2005), *Representações do intelectual*. As Conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras.

SANT´ANNA, Affonso Romano de. (2013), "Diálogo Imaginário". In: _____ & COLASANTI, Marina (Org.). *Com Clarice*. São Paulo: Ed. Unesp, pp. 195-9.

SONNTAG (2001), "Epílogo à edição alemã". In: RIBEIRO, Darcy. *O Processo Civilizatório*: etapas da evolução sócio-cultural. São Paulo: Cia das Letras, pp. 203-216.

TEIXEIRA, Anísio (2001), "Apresentação". In: RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório*. Etapas da evolução sociocultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 11-14.

VARGAS, Sonia (2003), "Identidad, sujeto y resistencia em América Latina". *Revista Confluência*. Mendoza, Argentina, ano 01, pp. 01-12. Disponível em <http://bdigital.uncu.edu.ar/objetos _digitales/215/Vargas.Confluencia1.pdf>. Acesso em 25 de outubro de 2010.

GT 3
Trânsitos Coloniais Revisitados

Fronteiras da liberdade: retirantes cearenses, escravizados em fuga e projetos de colonização na Amazônia. 1877-1880

Prof. Dr. Edson Holanda Lima Barboza (UNILAB/Brasil)
edsonholanda@unilab.edu.br

Resumo: Revisitamos espaços de fronteiras transnacionais e internas no Norte do Brasil, região que desde o período colonial acolheu escravos fugidos e desertores em suas matas e rios. Entre 1877 e 1880, a grande seca no Ceará provocou a circulação inesperada de migrantes em larga escala, impossibilitando o controle do fluxo de passageiros em portos e fronteiras. Repercussões da diáspora de retirantes foram percebidas por trabalhadores escravizados do Ceará, Maranhão e Pará, que ameaçados pelo tráfico interno direcionado aos cafezais do Centro-Sul, visualizavam na fuga do domínio senhorial, seguida por migrações clandestinas, oportunidade para reverter condições jurídicas, permitindo opções de mobilidade. Aproveitando a forte mestiçagem na composição étnica dos migrantes, fujões passaram a se identificar como retirantes cearenses, posição que, apesar das privações, proporcionava novas direções em seus projetos de liberdade. Colônias agrícolas e frentes de trabalho destinadas aos retirantes foram o cenário da formação de espaços de solidariedades e rivalidades entre migrantes nacionais (livres, libertos ou escravizados) e estrangeiros.

Palavras-chave: Retirantes, Escravizados, Fugas, Fronteiras, Ceará, Amazônia.

Introdução

Durante a grande seca que afetou o Ceará entre 1877 e 1880[1] e os conflitos sociais em decorrência da estiagem, dirigentes cearenses desejosos de aliviar tensões sociais concederam passagens, estimulando a migração em massa de trabalhadores para outras províncias como aquelas situadas ao Oeste do Ceará - Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas – que receberam a maior parte do fluxo migratório. Enquanto a população cearense, pobre e livre, enfrentava o dilema dos deslocamentos, trabalhadores escravizados descendentes de africanos estavam ameaçados pelo tráfico interprovincial direcionado ao Centro-Sul do país, uma vez que representavam para seus proprietários a última reserva econômica em um contexto de crise.

O artigo problematiza o impacto causado pela chegada inesperada de milhares de retirantes na Amazônia, enfocando as rotas traçadas e as alianças produzidas por retirantes e escravizados nestes circuitos bem como questionando o silêncio que há a respeito da participação de africanos e de afrodescendentes na composição da população de áreas da fronteira Norte do Império e regiões de produção pecuária. Por outro lado, o revisitamos o debate sobre a questão da fuga de escravizados e de desertores para a fronteira Norte, tema abordado pelo historiador Flávio Gomes:

1 Fortaleza, capital cearense, que em 1877 possuía aproximadamente 25 habitantes, foi ocupada por mais de 100 mil pessoas. Em Aracati foram mais de 60 mil migrantes. As cidades do interior e do litoral foram tomadas por ondas de saques promovidas por retirantes, provocando pânico generalizado entre proprietários e autoridades (Neves, 2000).

> Naquelas regiões da Amazônia colonial, os negros- fossem escravos fugidos ou livres – criaram um espaço de contatos e cooperação. Com expectativas diferenciadas e sonhando com a liberdade, promoviam não só o comércio clandestino, mas fundamentalmente um campo de circulação de experiências. (...) Continuavam como 'hidras', resistentes e imunes às perseguições, e através deles as idéias de liberdade podiam circular na região. (Gomes, 2007: 210)

Demandas da época colonial continuaram a ocupar a atenção de administradores durante a experiência imperial brasileira. Em meados dos oitocentos, elites locais chegaram a propor projetos de anistia a desertores e acusados de pequenos crimes, visando fixá-los em áreas de fronteira, com o duplo objetivo de através da colonização e ocupação tanto garantir que escravizados deixassem de utilizar as rotas de fuga nos limites da floresta, quanto novamente buscar «dominar a fronteira não tanto enquanto espaço físico, mas também como espaço social» (Gomes, 2007: 2014). Partindo desta estratégia, na década de 1850, gestores do Pará, Maranhão e Amazonas passaram a propor a fundação de colônias agrícolas que garantissem o abastecimento alimentar e a ocupação efetiva das áreas de fronteira.

As iniciativas de colonização e incentivo à introdução de imigrantes europeus após a década de 1850 não alcançaram os resultados esperados, pois a política Imperial de privilegiar o Centro-Sul, bem como questões ambientais e a aclimatação obstaram os desejos de «civilizar» a Amazônia com imigrantes europeus.

As principais colônias agrícolas fundadas no Maranhão e no Pará evidenciam a articulação de projetos de modernização, colonização e ocupação de áreas até então dominadas por desertores e por escravizados em fuga. A Colônia do Prado no Maranhão foi instalada na região do Turiaçu, fronteira entre Pará e Maranhão, espaço anteriormente ocupado pelo quilombo do Limoeiro. A introdução de retirantes, após 1877, tinha como objetivo impedir a rearticulação do quilombo, projeto derrotado pela logística difícil e pelas alianças entre migrantes e antigos quilombolas. Ao invés da fixação de cearenses, o desfecho foi o ataque ao depósito da diretoria, seguida por fuga de colonos em direção às matas em rotas orientadas por «pretos velhos» (Barboza, 2010).

No Pará, a Colônia Benevides[2] foi instalada em 1875, e no ano seguinte possuía "106 francezes, 14 belgas, 8 italianos, 6 hespanhóes, 1 norte-americano, 1 prussiano, 2 suissos e 5 brazileiros".[3] Dificuldades como a falta de sementes e de transportes estimulou a desistência de muitos colonos europeus, o que levou à proposta de extinção da colônia no início de 1877, medida suspensa com a chegada de milhares de retirantes nos meses seguintes. Em 1879, chegou a ter mais de nove mil colonos, a maioria cearenses, que estimulados pela falta de infraestrutura passaram a ameaçar invadir Belém – tal contexto levou a uma inversão de expectativa em relação aos migrantes nacionais: inicialmente vistos como agentes da política de colonização, passaram a ser encarados como fontes de ameaça e de novos conflitos. Benevides tornou-se, após 1878, o principal foco das lutas abolicionistas no Pará (Barboza, 2013).

Hibridismo na Fronteira Norte

Destacamos a historicidade de culturas dispersas por deslocamentos compulsórios, fossem eles decorrentes do tráfico de escravos ou de migrações internas quando seus protagonistas tiveram que recompor seus modos de vida, observamos que suas culturas compósitas permitiam ligar despojos a uma leitura seletiva de traços culturais produzidos por outros, estimulando a habilidade de lidar com situações-limite e improvisar papéis ou saídas, sensibilidades que potencializam atuar em situações imprevisíveis (Glissant, 1997).

---

2 Localizada a cerca de 30 quilômetro da capital paraense, fixada às margens da estrada que ligava Belém a Bragança, área conhecida por estar livre de alagamentos, permitindo a produção agrícola.

3 ***PARÁ*****,** Relatório do Presidente da Província, Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, 18/07/1876. Pará: Typografia do Diario do Gram-Pará, 1876. p. 20.

Para entender melhor as diferentes representações em relação aos retirantes cearenses no processo de colonização da Amazônia, é interessante observar a diversidade étnica destes migrantes e o campo de alianças construídas. Guardadas suas especificidades, africanos deportados através do Atlântico ou mestiços nacionais conduzidos entre portos da costa do Império Brasileiro no período das grandes secas, compartilhavam da necessidade de ressignificar suas culturas, aliando resíduos e novas composições.

A proposta nos leva ao debate a respeito dos hibridismos culturais, contudo, vale ressaltar que não se trata da perspectiva de híbrido articulada por Gilberto Freyre (2005), que aposta na harmonia entre diferentes. Consideramos que os sujeitos têm habilidades para, diante de conflitos, de forma pessoal ou comunitária, selecionar meios próprios para superar as adversidades ou conviver com elas, mesmo que para isso tenham que aprender a manipular armas que, a principio, não tenham produzido. Isto sugere que pensemos o hibrido como algo que é «semelhante e diferente ao mesmo tempo – como viveres e pensares fronteiriços –, configura-se como estranho, como ameaça de equilíbrio» (Antonacci, 2013: 264).

Tendo a diáspora africana como referência, pensamos ser possível falar de uma diáspora de cearenses, uma vez que, durante a seca de 1877-1880, milhares de homens, mulheres e crianças tiveram que deixar sua terra natal, laços de sociabilidade e relações de trabalho em busca de novas possibilidades de vida. Em seus trajetos e em suas rotas, a imprevisibilidade e a interação com mestiços, africanos e afrodescendentes foram constantes. Antes de abordar alianças entre escravizados, libertos e retirantes, seria oportuno retomar alguns debates propostos por pesquisas que tratam da presença africana em províncias do extremo Norte em períodos anteriores à *diáspora cearense*.

A presença africana no Ceará foi obscurecida por um discurso que destaca a ausência da grande lavoura e consequentemente o reduzido número de africanos introduzidos na condição de escravos. Tal formulação ignora que o negro esteve presente desde a expansão da pecuária e, além da condição de escravo, foi incorporado nas fazendas de criar gado, como trabalhador pobre e livre.

Apesar da hegemonia do trabalho livre, o trabalho escravo esteve bastante presente, principalmente em atividades domésticas e como padrão de *status* social. Em seu passado colonial, a Capitania apresentava elementos comuns a outras regiões onde predominou a pecuária, pois, cativos «negros africanos» foram utilizados «não como fator econômico, mas como elemento de magnificência e fausto, apresentavam-se gradualmente como sinais de abastança» (Abreu, 2000: 156). A presença de africanos, evidente na diversidade étnica, e incorporações de «pretos forros» na pecuária foi tema abordado em *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*:

> A criação do gado influi sobre o modo por que se forma a população. «Nos sertões da Bahia, Pernambuco e Ceará, diz ele, principalmente pelas vizinhanças do rio São Francisco, abundam mulatos, mestiços e pretos forros [devia acrescentar índios mais ou menos mansos]. Esta gente perversa, ociosa e inútil pela aversão ao trabalho na agricultura, é muito diferentemente empregada nas fazendas de gado. Tem a este exercício uma tal inclinação que procura com empenho ser nele ocupada, constituindo toda a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro» (Abreu, 1988: 140).

Portanto, fossem como negros libertos que buscavam inserção no trabalho por meio da pecuária, ou cativos inseridos em pequenas propriedades e como domésticos, a ascendência africana esteve presente na formação social da população do Ceará. Devemos fugir de uma associação automática entre a imagem do escravizado e a do negro.

Analisando os dados do recenseamento de 1872, observamos que o Ceará possuía 721.686 almas, sendo 689.773 livres e 31.913 escravizadas.[4] Embora o número de cativos fosse relativamente pequeno, ficando em torno de 4,4% do total, considerando os critérios de classificação racial e somando as categorias pretos

4 *Recenseamento do Brazil em 1872*. Sitio do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística): http://biblioteca.ibge.gov.br/ (Acesso em 15 de novembro de 2014).

(42.593) e pardos (357.420), chegamos a 400 mil habitantes, significando que mais de 55% da população cearense tinha certeza ou suspeita de possuir ascendentes africanos.

Nos anos seguintes ao referido censo, a quantidade de escravizados estava sendo reduzida em razão do tráfico interprovincial. Sobretudo a partir de 1877, tal modalidade de tráfico passou por forte aceleração como é possível perceber a partir dos seguintes dados: em 1877, foram 1.725 exportações de escravizados; em 1878, 2.909 e, em 1879, 1.925 (Teófilo, 1922: 205-361). Lembrando que esses dados se referem somente ao porto de Fortaleza, tais números surpreendem principalmente se comparamos com o ano anterior, 1876, quando foram negociados nesse porto 768 «peças». Como destacado anteriormente, em 1878, temos, aproximadamente, 3.000 escravizados – número bastante representativo, considerando o reduzido fluxo de africanos escravizados no sertão cearense em relação às regiões de *plantation*. Acompanhando os anos de atividade mais intensa, entre 1877 e 1879, chegamos a 6.559 vendas, o que representa pouco mais de 20,5% do total de escravizados cearenses registrados pelo censo de 1872. Foi, então, neste contexto de ameaça de exportação que as fugas e as migrações em massa de retirantes produziram conexões inesperadas.

Na Amazônia, especificamente nas Províncias do Pará e Maranhão (Antigo Estado do Grão-Pará e Maranhão), os discursos oficiais destacam a miscigenação entre portugueses e indígenas, ofuscando a presença africana. Destacamos que, apesar de tardia, em comparação com a dinâmica de outras áreas de colonização portuguesa na América, a introdução de africanos foi recorrente desde a segunda metade do século XVIII.

Segundo Vicente Salles, a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) foi responsável pela introdução de mais de 100 mil africanos no porto de São Luis, sendo que, deste total, 43 mil teriam sido transferidos para o Rio de Janeiro, outros 15 mil para Belém do Pará e «o restante teria sido distribuído em São Luís». Cerca de 40 mil permaneceram na Capitania do Maranhão «principal porto importador» de africanos entre as capitanias do extremo Norte.

A ação oficial da companhia de comércio não era a única fonte de fornecimento de negros escravizados, devendo-se considerar também a iniciativa particular, o contrabando e o comércio interno. O fato é que, mesmo após a extinção da Companhia Geral de Comércio, entre os anos de 1778 e 1820, outros 53 mil africanos foram importados, a maior parte incorporada ao Maranhão, porém os proprietários do Pará não perderam a oportunidade de adquirir sua parcela de cativos (Salles, 2005: 74-75).

Não obstante, durante o século XIX, houve continuidade à entrada de novos cativos africanos no Pará. Mesmo após a suspensão do tráfico atlântico, a importação permanecia por meio do contrabando promovido por navios de bandeira norte-americana, que possuíam certa autonomia em relação à fiscalização dos ingleses. A localização do Pará constituía outro motivo de suspeitas: «a proximidade do litoral paraense da região caribenha podia também muito ajudar nos intentos destes traficantes, até porque o mundo do Caribe, das Guianas e do Pará não se desconheciam.» O ministro Nabuco de Araújo demonstrava preocupações em 1854, ao saber que navios «zarparam do Porto para conduzir escravos africanos para Havana, segundo se dizia, mas era sabido ser 'isso hum estratagema para distrair as vistas do Governo Imperial', sendo seu destino o Brasil» (Bezerra Neto, 2009: 57). Caso as dúvidas fossem efetivadas, o vasto litoral paraense apresentaria uma ótima oportunidade de manter a operação em segredo.

Em 1857, correspondências entre o presidente do Pará e um cônsul inglês confirmam a desconfiança de ter ocorrido desembarque ilegal de africanos «próximo ao Oiapoque, na costa atual do Amapá, ou aí existir depósito clandestino de estrangeiros de cor sem o conhecimento do poder público brasileiro» (Bezerra Neto, 2009: 59). Enquanto o tráfico atlântico enfrentava obstáculos, o comércio interno prosseguia, inclusive recebendo isenções e incentivos por parte do Governo Provincial após 1822:

> A entrada de negros de outras capitanias foi facilitada no Pará após a independência, com novas isenções de direitos. Levas sucessivas, embora pouco numerosas, aí chegaram, procedentes do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Ceará e sobretudo do Maranhão. Em geral, o transporte pelos sertões se encaminhava diretamente para o Maranhão. Daquela praça, também pelos sertões, o negro era conduzido para o Pará (Salles, 2005: 66).

Percebemos que a introdução, legal ou ilegal, de africanos e afrodescendentes em províncias do Norte evidencia que a miscigenação da população apresentou importância expressiva. Os dados arrolados para a Província do Pará no censo de 1872 apontam os seguintes números:

Tabela 1: Província do Pará - habitantes classificados por raça em 1872

Raça	**Branco**	**Pardo**	**Preto**	**Caboclo**	**Total**
Quantidade	92.634	105.311	32.973	44.589	247.779
%	37,4	42,5	13,3	18,0	

Fonte: *Recenseamento do Brazil em 1872.* Sitio do IBGE: http://biblioteca.ibge.gov.br/

Considerando a classificação racial proposta pela estatística oficial de 1872 e somando os segmentos pardo e preto, observa-se que 55,8 % da população paraense da época possuíam sinais de descendência africana. Número bem próximo aos 55% de pardos e pretos também apresentados nos censos populacionais do Ceará. Tal comparação, entre a composição étnico-racial das populações das províncias do Ceará e Pará, pode nos indicar possibilidades para entender tanto o envolvimento de retirantes com camadas subalternas de povos amazônicos, quanto os estigmas e temores que passaram a rondar as representações em torno do migrante cearense, de agente colonizador à ameaça e elemento de desequilíbrio.

Escravizados, fujões e retirantes: simulações e alianças.

Na cidade do Pará, durante o ano de 1879, apesar da ampla disponibilidade de trabalhadores nacionais livres para a agricultura, alguns proprietários preferiam seguir recorrendo ao cativeiro: «Precisa-se comprar escravos para a lavoura: moços, que sejam negros ou carafuses de boas figuras e sadios, assim como 4 moleques de 12 a 15 annos»[5]. Tal evidência indica que parte das elites agrárias paraenses não estava muito interessada em introduzir o assalariamento ou contratos de parcerias em suas lavouras, demarcando a permanência daquilo que Manolo Florentino denominou de *Arcaísmo como Projeto*[6], atitude alimentada por setores do comércio que davam suporte ao tráfico interno: «Vende-se 3 escravas bonitas figuras, ultimamente chegadas do sul, sabendo coser, engomar, lavar e cosinhar.»[7] Para alguns senhores e comerciantes, a escravidão continuava um bom negócio.

Em contrapartida, os cativos resistiam minando a autoridade senhorial nos espaços urbanos ou conquistando a liberdade na formação de comunidades quilombolas. Um dos destinos interessantes seria a «floresta de fugitivos», onde poderiam encontrar áreas em que «era a própria imensidão da floresta a maior inimiga das autoridades e senhores de escravos, e portanto amiga dos fugitivos.» Os esforços de controle das rotas de fuga se apresentavam ínfimos ante a multiplicidade de mocambos espalhados entre rios e matas: «Dentre as principais áreas destacam-se Amapá (com as vilas de Macapá e Mazagão) – a qual (...) tornou-se rota de fugitivos na fronteira com a Guiana Francesa.» Havia ainda:

---

5 ***A Constituição,*** Belém, 20/06/1879, *Annuncios,* p.3.

6 Entre as províncias do Norte abordadas, o Pará foi a única no período (último quartel do XIX) que se apresentava como mercado comprador de escravos. O comércio negreiro estava aquecido, para uso na lavoura ou como símbolo de *status* social, o escravo ainda representava padrão de acumulação e poder na sociedade paraense. Os fazendeiros do Pará tomavam posição próxima à adotada por elites fluminenses que, na passagem do século XVIII e XIX, abdicaram de defender uma política de industrialização e assalariamento em nome da manutenção de uma sociedade de privilégios, parasitária e escravocrata, portanto, defendiam um projeto de colonização arcaico: «Nossas elites acostumaram-se à continua reinteração da diferença socioeconômica entre elas e todos os outros homens livres a partir da renda expropriada do trabalho escravo» (Fragoso; Florentino, 2001: 235).

7 ***A Constituição,*** Belém, 20/06/1879, *Annuncios,* p.3.

> A área de Santarém (Trombetas, Alenquer, Óbidos, Monte Alegre) com mocambos formados nos rios Curuá e Cumirá; a área do Tocantins (Aeiros, Cametá, Abaeté, Mocajuba); as áreas próximas a Belém (Guamá, Cotijuba, Mosqueiro, Vigia, rio Acará, rio Capim e Beja); as áreas do Marajó (ilhas de Joanes, Soure, Caviana, Mexiana, Arari, Chaves); as áreas em direção à capitania do Maranhão (Bragança e Ourém) e outras áreas mais dispersas mais ao centro e oeste da Amazônia (GOMES, 2005: 51-59).

A opção por mocambos encravados no meio das matas, desde o período colonial, afirmava-se como alternativa para a conquista da liberdade, possibilitando fugas e formação de novas comunidades negras. No decorrer do século XIX apesar da continuidade de fugas, o tráfico interno permaneceu alimentando o escravismo no Pará. Houve casos, inclusive, em que toda a escravaria era originária de uma única província:

> O homem que estas linhas escreve é lavrador do Pará; a cana-de-açucar é sua planta; sua escravatura é toda crioula do Ceará, e trabalha há 2 anos; alimenta os seus escravos cuidadosamente; na estação invernosa quando chove muito tira-os do campo; (...) toma todas medidas enfim tendentes a promover a saúde, (...) ainda assim mesmo 2 escravos lhe têm sucumbido ao rigor do clima; (...) Alimentados a carne, milho e farinha no Ceará, e hoje sustentados a peixe, (...) os nossos escravos apesar de todos rapazes de 16 a 25 anos, não puderam em dois anos ainda recobrar a sua primeira força e plena saúde[8]

O «lavrador do Pará» não informou o tamanho de seu plantel, mas esclareceu sua origem, a província do Ceará, demonstrando a importância do comercio interno de escravos, em circuito que, em meados do século XIX, absorvia a demanda ofertada por senhores de províncias vizinhas. Desse modo, observamos que antes das grandes migrações já havia uma integração comercial entre portos de províncias do Norte, permitindo uma significativa circulação de escravos e homens livres.

Se a Amazônia já apresentava condições de refúgio, no decorrer da corrente migratória de trabalhadores pobres livres, impulsionada pela seca de 1877, as tensões senhoriais e as oportunidades de liberdade para os escravizados se multiplicaram. A fragilidade das relações escravagistas e do tráfico interno, que visava sustentá-las, foi exposta com o trânsito de milhares de migrantes mestiços, ficando cada vez mais complexas as tentativas de classificação e controle social. Cortiços, colônias agrícolas, as novas estradas de seringa, os recrutamentos para forças policiais e frentes de trabalho expandiam *zonas de contato*[9] que, permitiam alianças e hibridismos entre as figuras do retirante e do escravizado em fuga.

As pesquisas de Eduardo Campos (1984), Osvaldo de Oliveira Riedel (1988) e Edson Holanda Lima Barboza (2011) já apontam as ocorrências de inúmeros anúncios publicados em jornais cearenses que alertavam a prática de fujões se apresentando como retirantes, com o objetivo de conseguir assistência ou passagens para fora da província, viabilizando planos de fuga e mobilidade social. Porém, tal simulação e disfarce não foi arma de resistência exclusiva de escravizados no Ceará.

Vejamos o caso de Theodora que, em fuga no Maranhão, procurou ocupação em residências de São Luís e tentou mascarar sua condição legal, apresentando-se como cearense:

---

8 ***Velho Brado do Amazonas*,** Belém, 20/03/1851 (apud SALES, 2005*:* 77-78)

9 «espaços de encontros coloniais, no qual pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contato umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada» (PRATT, 1998: 30-31).

> Fugio em Setembro passado a escrava menor Theodora, de 11 annos de idade, cor parda acaboclada, estatura baixa, gordura regular, bem fallante, cabellos corridos curtos e anellados; tem na testa uma pequena marca de uma brexa, foi escrava do Sr. Alfredo Candido dos Reis. Consta que ella diz ser cearense, não ter pai nem mãe e assim já conseguio, uma vez agasalho e occupação em uma casa de família, portanto pede-se atenção para quem tem cearenses em casa, não só na capital como no interior.[10]

O número de menores retirantes órfãos era significativo: a mortalidade provocada pela deficiência alimentar e pelas epidemias foi recorrente e muitos pequenos tiveram destino incerto. Ainda foi comum famílias serem separadas no momento dos embarques, devido à desordem, ameaças de invasão, quantidade limitada de vagas, dependência das marés para regular o horário de partidas e chegadas, além de naufrágios e outros inesperados obstáculos encontrados no percurso entre o Ceará e os caminhos que davam acesso à Amazônia. É, portanto, em meio a esse contexto que encontramos a associação direta de identificações entre escravizados fugidos e retirantes mestiços. Theodora deve ter observado jovens órfãs sendo «acolhidas» em residências destinadas a realizar serviços domésticos, vai dizer «ella ser cearense» e encontrar aí uma brecha propiciada provavelmente por sua «cor parda acaboclada» que contribuiu para sua performance e para sua inserção na cidade. Os jornais do Ceará já alertavam às autoridades policiais para que não deixassem embarcar fujões aos portos do Norte; na sequência, a problemática chamava a atenção, principalmente de jornais vinculados a facções do Partido Conservador e de autoridades policiais nos portais da Amazônia.

Tal articulação entre as experiências de migração e escravidão permite superar o discurso linear que aponta para uma simples transição do trabalho escravo para o livre no final do século XIX. Apartadas na produção acadêmica, tais experiências se revelam muito mais que mero índice de transição de um modelo de produção para outro, pois ao analisá-las, é possível perceber o quanto se encontravam profundamente conectadas às vidas cotidianas de homens e mulheres que circularam pelas fronteiras geográficas e culturais nas décadas finais do Império.

Além das negociações identitárias, conforme vimos com o caso de Theodora, também encontramos casos de retirantes que se envolveram em relações afetivas com escravizados. Foi o que ocorreu com o migrante cearense Joaquim José de Sant'anna, 20 anos, que em 1878 havia chegado ao Maranhão como «imigrante». Depois de trabalhar em atividades agrícolas, em Cururupu, decidiu roubar uma escrava do dono da fazenda, a «cafusa» Francisca, de 25 anos de idade, natural de Cururupu e que vivia «empregada no trabalho da casa do seu senhor.» A cativa, após ouvir boatos de que seria castigada, decidiu partir em direção ao Pará, onde desejava iniciar uma nova vida na condição de migrante cearense.

Decidiram mudar de nomes e simular serem casados. Trocaram os nomes, passando ele a se chamar «*Manoel*» e ela, «*Raymunda*»; e, apresentaram-se como migrantes cearenses e casados; todavia, quando estavam tentando fugir em direção à fronteira com o Pará, uma diligência policial, após denúncia do senhor da cativa, os alcançou e os prendeu.[11]

Francisca foi devolvida ao seu senhor, já Joaquim Sant'Anna foi recolhido à cadeia na Capital, onde veio a falecer meses depois; contudo, apesar do trágico desfecho, merece atenção a astúcia no plano de «*Manoel*» e *«Raymunda»;* além do interesse que aparece em relação ao Maranhão como ponto de passagem entre as Províncias do Ceará e Pará. A área que vai de Turiaçu, no Maranhão, a Viseu, no Pará, é cortada por vários rios, sendo o mais importante deles o Gurupi, terras e rios que até 1852 pertenceram ao Pará, lugar que estrategicamente deveria ser controlado, por ser caminho para a fronteira.

---

10 ***Diário do Maranhão***. São Luís, 08/01/1979. Secção de Annuncios. p. 4.

11 ***APEM – Arquivo Público do Estado do Maranhão***. Fundo: Secretaria de Polícia. Série: Correspondência de Delegados de Polícia ao Chefe de Polícia do Maranhão. *Ofício do Delegado de Polícia da comarca de Tury-assu ao Delegado do Termo de Curupuru,* Turiaçu, 06/07/1879.

É importante perceber o protagonismo de mulheres escravas no momento da fuga, apesar de, na fala das autoridades policiais, Francisca/Raymunda ter sido «seduzida pelo cearense». A insurgente tinha seus motivos para fugir e o destino projetado foi bastante pertinente, a fronteira do Pará, região carente de policiamento e repleta de comunidades clandestinas de quilombolas. Flávio Gomes (2005) destacou a importância de alianças entre comerciantes, pequenos proprietários e lavradores, naquilo que denominou de *Campo Negro*. As margens dos rios Turiaçu e Gurupi foram tradicionalmente tidas como esconderijo para comunidades de fujões. Neste contexto, teria *Francisca* contatos prévios com outros fujões? De fato, não haveria uma inversão de papéis? A "cafuza" não poderia ter "seduzido" o cearense, e assumindo a função de guia, indicando a fronteira entre Maranhão e Pará como rota de liberdade?

Simulações e alianças imprevisíveis foram catalisadas no decorrer dos deslocamentos e percebidos por proprietários do Ceará, Maranhão e Pará que manifestaram suas desconfianças por meio de alguns registros. Mesmo com o fim da calamidade socioclimática, as autoridades cearenses ainda perseguiam escravos que teriam procurado o Pará em meio ao turbilhão de acossados pela seca, assumindo outras identidades, pois o retirante, apesar de alvo de preocupações, era homem ou mulher livre.

Em março de 1880, as primeiras chuvas voltavam a cair sobre o Ceará, mas as rotas de deslocamentos, legais e ilegais, não foram mais esquecidas. O chefe de polícia do Ceará continuava a manter correspondência com seu colega do Pará, na tentativa de capturar cativos foragidos:

> Tendo embarcado para os portos do Norte no vapor Bahia, que dáqui partio no dia 14 do corrente em companhia de Izabel de Alencar, Philomena de Alencar e Aurea Roza de Alencar, a escrava de nome Nazaria de propriedade de D. Bellina Jardelina de Oliveira e como possa ter ai desembarcado rogo a V. Sª que digne-se de providenciar de modo a descoberta e remettida opportunamente para esta capital a referida escrava.[12]

Era comum, em casos de perseguição a escravos, o envio de ofícios com o mesmo teor para os chefes de polícia das Províncias do Maranhão, Pará e Amazonas, mas, como a maior parte da migração para o Maranhão se concentrou no ano de 1878, era bem provável que Nazária e suas companheiras de viagem tenham de fato desembarcado em Belém, onde não teriam dificuldades em passarem todas como retirantes.

Não podemos deixar de relatar as raras menções a respeito de alianças étnicas ou mesmo sobre a composição racial de retirantes em fontes pesquisadas sobre as Províncias do Pará e Amazonas para o período da primeira onda de migração (1877-1880). A maioria das referências é indireta, como no caso dos obituários que descreviam as mortes registradas na cidade de Belém, além de se apresentarem em material de difícil articulação em virtude de sua irregularidade. Mesmo assim, buscamos elaborar uma amostra do período em que uma epidemia de varíola causou impacto devastador, entre dezembro de 1878 e janeiro de 1879. Para o mês de dezembro não localizamos nenhuma listagem de óbitos, enquanto no mês de janeiro, em cinco edições, apareciam cearenses entre os sepultamentos[13]:

---

12 ***APEP- Arquivo Público do Estado do Pará.*** Fundo: Segurança Pública. Série: Ofícios – Secretaria de Policia das Províncias. *Ofício nº 12. Chefe de Polícia do Ceará dirigido ao Chefe de Polícia do Pará.* Fortaleza, 20/03/1880.

13

Tabela 2: Óbitos de cearenses em Belém do Pará entre 25 e 30 de janeiro de 1879				
Nome	***Idade***	***Cor***	***Naturalidade***	***Causa Mortis***
Estephania	7 anos	Branca	Cearense	Congestão Cerebral
Maria do Carmo	20 anos	Parda	Cearense	Não Consta
Francisca M. Frota	2 anos	Branca	Cearense	Dyarrhea
Seraphim	31 anos	Pardo	Cearense	Dyarrhea
Manoel	6 anos	Pardo	Cearense	Vermes
Maria dos Anjos	11 anos	Branca	Cearense	Dyarrhea
Maria da Conceição	22 anos	Parda	Cearense	Não Consta
José Soares	6 anos	Pardo	Cearense	Varíola
José Mariano	5 meses	Branco	Cearense	Dyarrhea
Raymunda Maria	22 anos	Parda	Cearense	Varíola
Francisca das Chagas	9 anos	Parda	Cearense	Varíola
Ignez	2 anos	Parda	Cearense	Varíola

Fonte: ***A Constituição***, Belém, 1879, "Obituário", Gazetilha (Edições: *nº 20* de 25/01, p.2; *nº 21* de 27/01, p.2; *nº 22* de 28/01, p.1; *nº 23* de 29/01, p.2 e *nº 24* de 30/01, p.1).

Os dados podem ser relativizados, pois são parciais e representam apenas uma pequena amostra do elevado volume de óbitos que ocorreram no período; porém, não devemos desconsiderar o registro de que a maioria dos cearenses sepultados era de cor «parda», reforçando outros indícios que demonstram uma população de retirantes mestiços com acentuada recorrência de descendências africanas. Tal evidência revela que não apenas escravizados cearenses se mesclassem aos grupos de retirantes, o mesmo campo estaria aberto para cativos de outras procedências. Em maio de 1879, achava-se «em fuga desde o mez de abril findo o escravo de nome Anselmo, de 23 annos de idade, pardo, barbado, de estatura regular, com falta de dentes na frente, forneiro.»[14] Sua caracterização como «pardo» poderia ser o passaporte para se infiltrar entre retirantes enquanto planejava os próximos passos de sua jornada.

Apesar das casuais referências à cor dos retirantes, o fato de não apresentarem uma matriz *mono-tópica*[15] poderia interferir, positivamente, na formação de articulações entre retirantes, libertos e escravizados, grupos que na vida ou na morte tiveram seus destinos cruzados: «De 1º de junho vindouro, em diante, os cadáveres dos indigentes e dos escravos serão sepultados no novo cemitério de Santa Izabel, visto o de N. S. da Soledade não dispor de espaço sufficientemente preciso para todos enterramentos»[16]. O silêncio dos vivos em relação à cor dos retirantes não elimina as hierarquias e segregações que constituíam a sociedade paraense, afinal não era apenas a falta de espaço que determinava a condução de indigentes e escravizados ao novo cemitério, pois

14 ***A Constituição***, Belém 01/05/1879, Annuncios, p.3.

15 Mignolo utiliza o termo para se referir à «classificação étnica mono-linguistica e religiosa da elite crioula-mestiça da América do Sul, equivalente à elite nacional branca da Europa e dos EUA.» (Mignolo, 2008:. 297). O *monotopismo* foi um dos meios de concentrar poderes e saberes usados por elites locais, que, após o rompimento com as metrópoles coloniais, prosseguiram seu legado e o discurso de superioridade da cultura branca europeia em detrimento das culturas indígenas e africanas. Assim, uma sociedade fundada na composição de raças como a brasileira seria levada a ocultar sua diversidade étnico-cultural e valorizar em primeiro plano a matriz europeia: branca e cristã. As perspectivas plurais que fugissem a tal classificação deveriam ser combatidas e silenciadas. Partiriam daí os esforços de "branqueamento" da raça e as restrições a negros, indígenas e mestiços de participarem plenamente das coletividades ditas nacionais.

16 ***A Constituição***, Belém 21/05/1878, Gazetilha, p.3.

brancos e homens de posses continuariam sendo enterrados na antiga necrópole.
Enquanto sujeitos das camadas subalternas eram direcionados ao novo campo santo, os pobres, ainda vivos, continuavam a perambular sobre o atento olhar de autoridades, que, buscavam monitorar a circulação destes novos habitantes indesejados nas Capitais. Muitos dos retirantes, depois de concluídas as obras públicas ou privadas para as quais eram contratados ou retornando de colônias agrícolas falidas, conseguiam estabelecer residência em Belém, contribuindo para que os espaços urbanos ou concentrações em núcleos coloniais se tornassem ambientes vulneráveis a hibridismos e identificações móveis.
As habitações coletivas da Capital, albergues, pensões e cortiços eram espaços para que retirantes cearenses e setores de grupos populares – escravizados, libertos ou pobres livres do Pará – pudessem estabelecer contatos. Silvestre Fontes Vieira, natural do Ceará, 32 anos, casado, tinha por profissão «carregador» e não sabia ler nem escrever. Chegou à Belém em maio de 1878 e dias depois foi encaminhado à povoação de «Benevides». Dois meses depois, abandonou Benevides e voltou a Belém, providenciou vaga em quarto na rua das Flores, habitação dividida com outras 12 pessoas. A trajetória de Silvestre poderia servir apenas para exemplificar a mobilidade de retirantes entre Belém e Benevides, a rigor, até seu retorno à Capital paraense, não havia cometido nenhum crime, mas os companheiros de quarto pareciam estar envolvidos em negociatas inusitadas, como podemos observar na descrição do Auto criminal: «Inquérito sobre o caso do Comendador Magalhães, que procurou a Chefatura de Policia da Capital para queixar-se de um suposto cearense que se passou por escravo e foi oferecer-se a ele para ser comprado» (CASTRO, 2007: 33-52). Como não encontramos acusação direta contra Silvestre, supomos que o protagonista fosse outro retirante que tivesse contato ou, quem sabe, um de seus companheiros de quarto.
A constituição destacou algumas informações sobre a denúncia apresentada pelo comendador Magalhães: «Há dias apresentou-se um negro na casa de residência do commendador Magalhães, pedindo-lhe que o comprasse, por isso que não fazia mais gosto em servir á seu senhor.» O suposto escravo informou que o antigo senhor habitava «as cercanias do hospital d. Luiz». Com posse da informação, Magalhães procurou confirmar o ocorrido com um taberneiro, que após ouvir o relato «exclamou: Mas que negro malvado aquelle.»
Aparentemente estava em curso um plano para subtrair o dinheiro da venda do «cativo», uma vez que o negro propôs um caminho para o comendador seguir até a casa do possível senhor. De ultima hora, Magalhães encontrou um carro e tomou «a direcção da caza que lhe havia sido indicada, mas por caminho differente ao que lhe levara o negro». Ainda segundo o periódico conservador o comendador não foi a única vítima da tentativa de golpe: «Tem-se verificado que pelos mattos dos subúrbios da cidade existe uma companhia de malfeitores, a qual suppõe-se ter destinado para sua victima desse dia o sr. Magalhães.»[17]Quem sabe, por meio de diligências policiais e informações fornecidas pelo taberneiro, tenham chegado até o depoimento de Silvestre. O caso não retornou às folhas do periódico, talvez por conivência da própria polícia, que, também tinha muitos cearenses entre seus contingentes. Demonstra indícios, porém, de como retirantes estavam inteirados dos negócios da escravidão e como as ações que realizavam em possíveis negociações afetavam diretamente os senhores ao simular a venda de individuo livre, dar acoito a escravizado fugido, promover alianças pontuais no compartilhamento de habitações ou em outras estratégias para ganhar a vida nas ruas de Belém. Com efeito, monitorar e controlar trajetórias de retirantes cearenses foi uma necessidade para preservar a instituição da propriedade privada, fosse uma mercadoria do armazém ou um bem «semovente.»
Outra oportunidade de inserção social e mobilidade a fujões ou a retirantes foi o recrutamento na força pública – guardas, polícia e tropas do exército - como uma das alternativas abertas para inserção do trabalhador retirante, evento que teoricamente deveria fortalecer o poder de gerência do Estado, no entanto, os recrutamentos poderiam servir a outros propósitos.
Neste contexto, o mulato José Thomaz ingressou na força de linha da polícia provincial. Thomaz foi vendido do Ceará para o Pará em período anterior à seca de 1877, pois, em 1878, já fazia mais de oito anos que estava em fuga. Foi naquele ano, porém, que seu proprietário soube notícias da participação de Thomaz em diligências da polícia na cidade de Soure. Com posse de tal informação, não titubeou e enviou anúncio ao

17 ***A Constituição***, Belém. 11/09/1878, Gazetilha, pp.1-2.

jornal do Partido Conservador, *A Constituição*, na ânsia de recuperar sua posse. O anúncio poderia ser apenas mais um, não fosse a descrição animalesca das características do fujão:

> O abaixo assignado tendo sabido que seu escravo José Thomaz, mulato, fugido há mais de oito annos, é filho do Ceará, esteve há dias na villa de Soure de onde regressou a esta capital com a força de linha que ali foi em diligencia, promette gratificar com 500$000 á quem o fizer apresentar em sua fazenda no Marajó ou n'esta cidade na rua do açouge, onde está residindo. Signaes: cabeça chata testa de macaco, olhos de porco, focinho de quati, tem uns cabelos raros no queixo e bigode de piassava, cabelo carapinha, é cheio para cima e tem as pernas finas e tortas, nas espadoas mostra signaes de vergalhos; deve ter hoje 38 annos pouco mais ou pouco menos, é curto de intelligência, mas muito atrevido com os brancos; capaz de tudo que o mandam fazer; muito adulador ao mesmo tempo, e covarde como elle só consta-me já calçar sapatos, mas deve andar constrangido com elles, porque tem os pés largos e os dedos abertos[18]

A fala do senhor é repleta de ambiguidades. Thomaz foi descrito com um tom radical até mesmo para os padrões da época. Descrito com formas animalescas e adjetivos como «curto de inteligência» e «covarde», supostamente ainda não tinha o costume de «calçar sapatos» - marca de distinção para a população livre[19]. O final do anúncio dá mais indicações do desespero do proprietário: "Se á pezar de tudo isso alguem o quizer comprar em fuga pode dirigir-se ao abaixo assinado." Aparentemente surpreso com as notícias após a fuga, o anunciante parecia disposto a negociar um preço qualquer para escapar do prejuízo total.

Além do caso de José Thomaz, outros relatos de recrutamento de escravos foram localizados, como o do escravo José. Em janeiro de 1878, um senhor reclamava a posse «do escravo José que se diz achar-se com praça no 4º batalhão d'artilharia, com o nome de José Gualdino de Jesus», mas, segundo orientações do Ministério da Guerra, a recuperação da «propriedade» não seria tão fácil, pois «foi decretado que o reclamante deve provar os seus direitos perante ao juízo dos feitos da fazenda»[20], enquanto isso, havia sido nomeado um curador para intermediar a negociação. Observamos que a vontade senhorial perdia gradualmente a legitimidade e setores da imprensa e do Judiciário não se comportavam mais como aliados de primeira hora de suas vontades, conjuntura que permitia outras frentes de atuação na luta por conquista da liberdade, que poderiam servir de suporte para situações de fuga e ações diretas por parte dos cativos.

Os casos de Thomaz e José podem não ser isolados. Em outras províncias do Império a «força publica» também foi utilizada como meio de mobilidade social. André Rosemberg assinala as representações em torno da composição das forças policiais na Província de São Paulo, que só permitiam o engajamento de homens livres, vetando a participação de escravos nas corporações. Havia, porém, aqueles cativos que «tentaram burlar a proibição e assentaram praça, mesmo assim, permanecendo engajados até que se flagrasse sua real situação. Isso significa dizer que pertencer ao CPP era uma condição do homem livre» (Rosemberg, 2010: 210). Neste sentido, a inserção de Thomaz e José nas forças públicas no Pará pode ser associada a projetos de mobilidade social de grupos de libertos e escravizados em uma sociedade que censurava a atuação do cativo e relegava a libertos e mestiços cargos de baixa patente.

Considerando os informes da imprensa conservadora, a polícia não estaria nem um pouco interessada em perseguir escravos fugidos. Longe disso, em maio de 1878, após ocorrer um assassinato no quilombo de

---

18 ***A Constituição***. Belém, 24/08/1878, *Annuncios*, pg. 3.

19 Sobre as estratégias de libertos e fujões na corte, Sidney Chalhoub expressa: «As pressões dos escravos para que suas vidas se tornassem indiferençáveis em relação às vidas dos homens livres pobres da cidade percorrem boa parte da documentação coligida. É neste contexto que roupas e sapatos se tornam relevantes – e não tanto como um efeito da crescente 'humanidade' dos senhores nas ultimas décadas da escravidão» (Chalhoub, 1990:216).

20 ***A Constituição***, Belém, 30/01/1878, *Gazetilha,* p.2

Itapecuru, um grupo de 30 escravos procurou o subdelegado do 3º distrito de Cametá, Venâncio da Fonseca, para denunciar "um negro que assassinou outro." A questão foi que após ouvir a revelação, «o subdelegado deixou os quilombolas voltarem para o refúgio»[21].

Retomando o caso do mulato Thomaz, poderíamos questionar em que condições o escravo teria chegado a Soure, cidade localizada na Ilha de Marajó. Isto nos leva a pensar em rotas de migração e fuga em direção ao arquipélago de Marajó e às terras do Cabo Norte (atual Amapá), no extremo norte da fronteira, áreas habitadas por populações de marcante formação mestiça, muitos moradores da região teriam suas origens ligadas às «matrizes africanas e indígenas, podendo assumir, entre suas muitas identidades, também a de afroindígenas», percebida em seus modos de falar, «assim como em performances, vocabulários, culinárias, crenças, costumes e tradições que diferenciam a constituição de homens, mulheres e crianças amazônidas» (Pacheco, 2012: 200), composição que pode ter facilitado a inserção de sujeitos mestiços de outras procedências, como parece ter sido o caso do cearense Thomaz.

Outro elemento de atração às ilhas do arquipélago marajoara foi a prática recorrente da criação de gado, que abriu outra frente de inserção além da agricultura e do extrativismo. A pecuária foi atividade que ocupou aquelas áreas de longas datas, cabendo trazer o relato de outro Thomaz, não o mulato fujão, que se infiltrou na força publica do Pará, mas o Padre, responsável pela evangelização dos retirantes na *Colônia Prado/Limoeiro* do Maranhão. Na ocasião em que criticou a localização do núcleo colonial maranhense, comentou que, nos tempos dos «antigos padres jesuítas», pela região do Turiaçu, «passava uma antiga estrada, pela qual vieram do Piauhy os gados, com que foi situada a grande ilha de Marajó, no Pará. Houve aqui também um grande aldeamento de índios, que depois da extincção da ordem, foram obrigados a emigrar e fundar a hoje cidade de Bragança» (Salles, 2005: 205).

Lembramos a atuação de negros livres, cativos ou libertos na pecuária, que pode ter contribuído nestes trânsitos de gado entre o Piauí – utilizado como áreas de refrigério por pecuaristas cearenses – e o Pará, para a fixação de vaqueiros ou, no mínimo, a circulação de informações, tornando Marajó e as áreas do extremo Norte, nem tão distantes dos sertões como poderíamos supor.

As áreas produtoras de gado também sofreram com o impacto do avanço do extrativismo:

> Marajó, em meados do século XIX, sofria inúmeras vicissitudes. Os fazendeiros desesperados pela perspectiva de uma ruína certa dirigiam-se com seus escravos e fâmulos para os seringais vizinhos. Abandonaram as fazendas porque o produto delas não cobria menos de um terço de enorme despesa que se fazia (Salles, 2005: 205)

O deslocamento de «escravos e fâmulos» para os seringais colocou a necessidade de incorporar outros trabalhadores para a continuidade da criação de gado. As terras da Ilha de Marajó e de Macapá parecem ter recebido homens livres e cativos de outras localidades para a manutenção da pecuária, possivelmente importando escravos vaqueiros do Piauí, Maranhão ou Ceará. O fujão natural do Ceará, com «cabeça chata» e «testa de macaco», poderia ser um deles. Aliás, havia variadas opções para escravizados fugidos em terras paraenses. Em Macapá, «durante a noite, já mais em noites de festas, costumavão os escravos fugidos virem a cidade, e consta que até comerciavam.»[22] A presença indesejável de cativos e trabalhadores pobres livres também foi motivo para descontentamentos entre elites em Belém, onde «Homens, mulheres, escravos e vagabundos juntavam-se nas esquinas até altas horas da noite, perturbando com algazarras a tranquilidade publica.»[23]

Em Marajó, ilha onde estava situada a fazenda do antigo proprietário de Thomaz , narrativas contam da

---

21 ***A Constituição***, Belém, 11/05/1878, *Gazetilha,* p.2.

22 ***A Constituição***. Belém, 04/06/1878. A Pedido. p. 02.

23 ***A Constituição***. Belém, 21/02/1879. Gazetilha. p. 01.

chegada de trabalhadores vindos do Nordeste, dentre eles um escravo que em sonho teria recebido revelações sobre uma botija de ouro enterrada ao pé de uma castanheira:

> Um deles, vindo também do Nordeste, nos tempos das grandes secas de 1877 e 1888, aliás. Tinha sido escravo. Certo dia, ainda de madrugada, bateu lá em casa, no maior escândalo do mundo, despertou todos nós. Meu pai veio atendê-lo às pressas. – O que foi? Seu Domingos que diabos lhe aconteceu? – Seu Gabrié! Falou muito nervoso. –Vim pedi vosmecê pra me emprestá toda ferramenta que tive no barracão. Os ferro de cava, as pá, as picareta, enxada, enxadeco e os carrim de mão, tudim. Soinei sinôsim cum a butija enterrada no pé da castanheira grande, lá no cento e quero já, já arrancar a bicha. – Tu tá é doido, negro dos seiscentos diados! Tu ainda vai acreditar em conversa da alma?(Moura, 1976 apud Pacheco, 2010: 36)

Domingos parece não ter encontrado o ouro esperado, mas o relato é sintomático das diversas faces que a região ofereceu aos fugitivos da escravidão ou pobres livres em busca de novos horizontes.
Desta forma, entendemos que São Luís, Belém, Marajó, Macapá; as margens do rio Trombetas, do Turiaçu e do Gurupi; as fronteiras e os mocambos floresta adentro; foram destinos interessantes para aqueles que remavam na contracorrente do comércio de escravos e da manutenção do poderio senhorial.

Trabalho, colonização e extrativismo: conflitos e solidariedades

Transpondo a limitação de oportunidades, havia um projeto em curso, proposto por setores das elites paraenses, que pensavam em configurar o mercado de trabalho local, considerando a «exclusão de negros e negras. Toda coerção feita às forras e aos trabalhadores nacionais expressava o projeto de (...) substituição dos (as) trabalhadores (as) nacionais negros(as) e brancos(as) pelo imigrante estrangeiro»(FORTES, 1993: 75), consolidando, assim, uma ideologia de segregação, em que negras, mestiças e pobres ficavam excluídas das oportunidades de assalariamento ante uma sociedade que «preferia a portuguesa», branca, europeia e civilizada. Os perfis de trabalhadoras e trabalhadores desejados pelas elites amazônicas contribuíam para situações de animosidade entre trabalhadores nacionais e estrangeiros na capital paraense. Os delitos de agressões corporais geralmente envolviam imigrantes portugueses em conflitos com trabalhadores nacionais livres ou escravizados. A justificativa para tal animosidade pode ser atribuída às disputas por postos no mercado de trabalho, uma vez que o comércio e as pequenas manufaturas valorizavam europeus e desqualificavam os nacionais.
Contudo em outros espaços, tais como em frentes de trabalho e colônias agrícolas, percebemos indícios de solidariedades e de trocas de experiências. A principal obra pública do período foi uma das tentativas de construção da Ferrovia Madeira-Mamoré no Amazonas. Em setembro de 1878, desembarcaram em Santo Antonio do Rio Madeira, próximo à fronteira com a Bolívia, onde hoje está situado Rondônia, cerca de "400 a 500 operários recrutados no Ceará" (Craig, 1947: 367) para a construção da ferrovia. Ao chegar, estabeleceram alianças com trabalhadores norte-americanos, italianos e irlandeses que haviam sido mobilizados na Filadélfia e estavam estabelecidos na obra desde o início de 1878:

> De conformidade com o contracto, tinham de fazer o primeiro pagamento dos trabalhos dos dias de setembro, em 15 de outubro, mas tal pagamento se fez, os trabalhadores que estavam intensamente desanimados por tudo quanto lhes diziam os trabalhadores italianos e americanos que a sete/oito mêses não recebiam um real, e que elles tiriam a mesma sorte que o melhor era não trabalharem, negavão-se a continuar no trabalho[24]

Situações de subalternidade acabaram invertendo os papéis traçados por agentes públicos provinciais e

24 ***APEC – Arquivo Público do Estado do Ceará.*** Fundo: Socorros Públicos, Caixa 7A. *Correspondência de João Paulino won Hoonholtz ao Presidente da Província do Ceará, José Julio de Albuquerque Barros,* Santo Antonio, 12/12/1878.

imperiais. Ao invés de submissão ao trabalho regular, os contatos transnacionais entre migrantes de origem pobre, nacionais ou estrangeiros, acabaram criando formas de resistência.

Em 1879, com o colapso na construção da ferrovia e a crise que levou à suspensão de assistência nas colônias agrícolas, muitos imigrantes estrangeiros procuravam o retorno aos países de origem/partida ou ocupações nas capitais, principalmente Manaus e Belém. Os retirantes cearenses, considerados como ameaça à ordem pública, não receberam o mesmo tratamento e passaram a ser direcionados à nova frente de exploração econômica: a produção da borracha. Extraída das seringueiras dispersas no interior da floresta, a condução dos retirantes cearenses para as áreas de exploração dessa matéria-prima evitaria a sua concentração em aglomerações.

Novamente no rastro da internação de retirantes cearenses na floresta, escravizados poderiam se incorporar entre as levas de homens que aderiam às aventuras nos seringais. Como observamos na correspondência enviada pelo Chefe de Polícia do Ceará endereçada ao seu colega, Chefe de Polícia do Amazonas:

> No intuito de tomar algumas providências que regularisem a imigração da população d'esta para essa província, em procura de vantajosos lucros nos seringaes (...) no interesse da policia e dos proprietários de escravos, e evitar que criminosos e escravos evadam-se para os seringaes, rogo a V. Sª ministrar-me informações sobre as vantagens ou desvantagens que os emigrantes cearenses alli encontram, e se é possível capturar qualquer criminoso ou escravo refugiado nos mesmos seringaes [25]

A preocupação do Chefe de Polícia do Ceará não era em vão. Como vimos, de um lado, a crescente circulação de retirantes possibilitava a abertura de um campo de refúgio e simulação para escravizados de províncias do Norte. De outro, percebemos a completa fragilidade das forças policiais no Pará e Amazonas, que muitas vezes recorriam aos próprios retirantes como engajados em suas forças policiais, o que acarretava em vistas grossas a uma fiscalização efetiva contra crimes praticados por outros cearenses. Por fim, as extensas e indefinidas fronteiras entre Pará, Amazonas e as Repúblicas vizinhas tornavam o trabalho de controle das fronteiras praticamente impossível.

Em setembro de 1876, o chefe do posto militar de Santo Antônio reclamou ao presidente de Província do Amazonas que bolivianos passavam a fronteira «com o fim de trabalharem nos seringaes (...) sem que a policia possa dar a devida vigilância nestas passagens de canôas, onde mui bem pode passar despercebido o criminoso e desertores para Bolívia».[26] No mesmo ano, na fronteira com a Venezuela não era diferente, o comandante do Quartel de Cucuhy reclamara a entrada de venezuelanos sem passaportes[27]. Alguns anos depois, em 1880, proprietários e comerciantes da área do Rio Branco e Manaus reclamavam a migração de índios «para a colônia inglesa de Demerara».[28]

Tais relatos demonstram que no ultimo quartel do Século XIX desertores, criminosos, indígenas e escravizados em fuga continuavam ignorando as fronteiras transnacionais na Amazônia. Com a crescente repulsa aos retirantes cearenses e à sua permanência próxima a Belém e Manaus, somada às promessas de lucros com a extração da borracha, o fluxo de migrantes nacionais passou a ser direcionado ao extrativismo. A falta de controle e fiscalização nas fronteiras acabou estimulando a ocupação de áreas bolivianas por cearenses, o que futuramente, no início do século XX, levaria à anexação de terras bolivianas ao Brasil através da criação do Território do Acre.

---

25 ***APEC.*** Fundo: Secretaria de Polícia, livro 333. Registro de Ofícios da Secretaria de Polícia do Ceará a diversas autoridades de outras Províncias. *Ofício nº 29, Chefe de Polícia do Ceará ao Chefe Polícia do Amazonas, Fortaleza 01/05/1883*

26 ***APEA(Arquivo Público do Estado do Amazonas)*** – Fundo: Quartel do Comando Militar. *Correspondência do Comandante do Posto Militar de Santo Antônio ao Presidente da Província do Amazonas, 15 /03/ 1876.*

27 ***APEA*** – Fundo: Quartel do Comando Militar. Correspondência do Quartel de comando da fronteira do Cucuhy ao Presidente da Província, 23/06/1876

28 ***APEA*** – Fundo: Avisos do Ministério dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas dirigidos ao Presidente da Província do Amazonas. *Aviso de 27/11/1880*

Bibliografia

ABREU, C. (2000), *Capítulos de História Colonial.* São Paulo: Publifolha.

ABREU, C. (1998), *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp.

ANTONACCI, M. A. (2013), *Memórias ancoradas em corpos negros*. São Paulo: Educ.

BARBOZA, E. H. L. (2010), "Sobre as Hidras do Norte: Rotas de transgressão desde o Ceará aos portais da Amazônia. 1877-1889" *Revista Brasileira do Caribe.* XI. (21) pp.187-222.

_____. (2011), "Cabeça chata, testa de macaco: Conexões entre migrantes e escravos fujões, desde o Ceará aos portais da Amazônia (1877-1880)". *Projeto História*. 42. pp. 369-396.

_____. (2013), *A hidra cearense* - rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte. 1877-1884. Tese de doutoramento, São Paulo: PPGH/PUC-SP.

BEZERRA NETO, J. M. (2009), *Por todos os meios legítimos e legais:* as lutas contra a escravidão e os limites da abolição. (Brasil, Pará 1850-1888). Tese de doutoramento, São Paulo: PPGH/PUC-SP.

CAMPOS, E. (1984), *Revelações da condição de vida dos cativos do Ceará*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto.

CASTRO, A. R. M.(2007), *Entre secas e seringais: migrantes cearenses em Belém (1878-1888)*. Monografia de Graduação, Belém: IFCH/UFPA

CHALHOUB, S. (1990), *Visões da liberdade:* uma história das ultimas décadas de escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras.

CRAIG, B. N. (1947), *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré*: História trágica de uma expedição. Cia. Editora Nacional.

FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. (2001), *O Arcaísmo como projeto:* mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colônia tardia, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FREYRE, G. (2005), *Casa-grande & senzala* – Formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. São Paulo: Record.

FONTES, E. J. O. (1993), "Prefere-se Portuguesa: Mercado de Trabalho, Racismo e Relações de Gênero em Belém do Pará (1880/1896). *Cadernos do centro de Filosofia e Ciências Humanas,* 12, pp.67-84.

GLISSANT, É. (2005), *Introdução a uma poética da diversidade.*Juiz de Fora: Editora UFJF.

GOMES, F. (2005), *A Hidra e os Pântanos* – mocambos, quilombos e comunidade de negros no Brasil (Séculos XVII e XIX). São Paulo: UNESP.

_____. (2007), "Entre fronteiras e sem limites: espaços transnacionais e comunidades de fugitivos no Grão-Pará e na Guiana Francesa (séculos XVIII-XIX). In: C. Bastos, M. V. Almeida, B. Feldman-Bianco. (eds). *Trânsitos Coloniais:* diálogos críticos Luso-brasileiros. Campinas: Editora da Unicamp.

MIGNOLO, W. (2008), "Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política". *Cadernos de Letras da UFF,* 34, Niterói, pp.287-324.

NEVES, F. Castro. (2000), *A multidão e a história:* saques e outras ações de massa no Ceará. Fortaleza: Secult.

PRATT, M. L. (1998), *Os olhos do império:* relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC.

PACHECO, A. S. (2012), "Cosmologias afroindígenas na Amazônia Marajoara." *Projeto História,* 44, pp.197-226.

_____, "As Áfricas nos Marajós: Visões, fugas e redes de contato". In: D. P. Schaan, C. P. Martins (eds.), *Muito além dos campos:* Arqueologia e história na Amazônia Marajoara. Belém: GKNORONHA, pp.33-71.

RIEDEL, O. O. (1988), *Perspectiva Antropológica do Escravo no Ceará.* Fortaleza: Edições UFC

ROSEMBERG**,** A. (2010), *De Chumbo e Festim: Uma História da Polícia Paulistana no final do Império.* São Paulo: Edusp.

SALLES, V. (2005), *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. Belém: IAP; Projeto Raízes.

TEÓFILO, R.(1922), *História da Secca do Ceará. 1877-1880.* Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa.

O *cadastro dos índios*: movimento indígena, dispositivos coloniais e lutas classificatórias no Brasil contemporâneo.

Estêvão Martins Palitot[1]
PPGA/UFPB
epalitot@yahoo.com.br

Resumo: Historicamente, a diferença cultural e étnica no Brasil esteve atrelada aos processos de gestão e produção colonial de populações e territórios, processos que obedeciam lógicas elaboradas em longínquos centros de poder e que para se fazerem executar dependiam de uma extensa rede de intermediários e funcionários. Aos povos que eram objetos desses processos, restavam poucas margens de manobras, obrigando-os a serem criativos em contextos adversos. A definição de grupos e territórios foi, sucessivamente, monopólio da coroa, da igreja ou do governo federal que se faziam representar por meio de administradores, sertanistas e missionários. Este artigo pretende abordar a discussão em torno dos processos de reconhecimento das etnias indígenas ditas "emergentes" no Brasil atual. São questões em torno do poder de nomear, classificar e definir quem são e como devem ser aqueles povos tidos como nativos. O trabalho está orientado para a discussão da relação entre aparelhos de Estado especializados na gestão da diferença cultural e grupos subalternizados, inspirando-se nas discussões propostas nos artigos das seções 2 e 3 do livro *Trânsitos Coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros.* Dentre estas discussões sobressaem a relação entre antropologia e história; os descentramentos das narrativas nacionais provocados pelos movimentos étnicos contemporâneos; as relações de poder que atravessam a execução das políticas indigenistas enquanto políticas de construção da nação, realizadas por intermediários e funcionários em quadros históricos e de poder determinados. Assim, a discussão deste artigo tem como material de análise uma situação social específica: o cadastramento, pelo Distrito Sanitário Especial Indígena da Fundação Nacional de Saúde – Funasa, das etnias indígenas na cidade de Crateús, Sertão do Ceará. A análise da situação etnográfica proposta enfoca os dispositivos coloniais que ainda perduram no imaginário e nas ações dos aparelhos indigenistas do estado brasileiro e que transparecem nos processos de reconhecimento ou exclusão de grupos étnicos.
Palavras-Chave: Movimento indígena – Dispositivos coloniais – Lutas classificatórias

1. INTRODUÇÃO

> *"Conrad parece dizer que nós, ocidentais, decidiremos quem é um nativo bom ou mau, porque todos os nativos têm existência suficiente graças ao nosso reconhecimento."*
> (Edward Said, 2003, p. 109).

Este artigo pretende abordar a discussão em torno dos processos de reconhecimento das etnias indígenas ditas "emergentes" no Brasil atual. São questões em torno do poder de nomear, classificar e definir quem são e como devem ser aqueles povos tidos como nativos. A quem compete definir os limites e o conteúdo dos grupos étnicos? Quais são os canais que permitem sua viabilização política? Quais são as condições históricas e os arranjos de poder que potencializam determinados grupos e impedem outros? Estas questões balizam a discussão deste artigo, que tem como material de análise uma situação social específica: o cadastramento das etnias indígenas Potyguara, Tabajara, Kariri, Calabaça e Tupinambá na cidade de Crateús, Sertão do Ceará, pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), realizado em abril de 2008.[2]

---

1 Trabalho Apresentado no GT 03 – Trânsitos Coloniais Revisitados.

2 Atualmente a política de atendimento à saúde indígena está sob responsabilidade da Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI, diretamente vinculada ao Ministério da Saúde, mas que mantém a mesma estrutura territorial e organizacional anterior. O cadastramento das famílias indígenas é a etapa inicial e fundamental da constituição do território e da população do DSEI.

Tenho tomado o *movimento indígena* na região de Crateús como um processo de mobilização de grupos étnicos dentro de uma dinâmica mais ampla de articulação social e política translocal, movida inicialmente pela ação missionária católica, e que nos últimos anos tem as políticas públicas indigenistas como seu contraponto de diálogo e confronto mais significativo (PALITOT, 2010).

A presença indígena, que era ignorada e negada desde o final do século XIX, passa, nos anos 1980, a ser alvo de ações de grupos vinculados à igreja católica que buscavam "resgatar as raízes indígenas" das pessoas, promover o reconhecimento da existência dos grupos e lutar pela demarcação de suas terras (BARRETTO, 2004; VALLE, 2004 e PINHEIRO, 2009). Em Crateús, a atuação missionária foi desenvolvida durante duas décadas pela Pastoral Raízes Indígenas, vinculada à Diocese de Crateús, e cujas principais protagonistas foram a Irmã Margarete Malfliet e Helena Gomes Potyguara. A principal atividade da Pastoral foi promover espaços de reconstrução das memórias das famílias indígenas que viviam nas periferias e ocupações urbanas de Crateús (PALITOT, 2009, 2010; PINHEIRO; 2009).

Após duas décadas de ação missionária e organização do movimento indígena podemos encontrar, hoje no Ceará – dentro de um quadro de absoluta precariedade fundiária e ação indigenista oficial – em torno de 20 demandas territoriais indígenas, representativa de 13 etnônimos, com uma população de mais de 22 mil pessoas.

A lentidão administrativa, a resistência em reconhecer etnias tidas como extintas e um imaginário exotizante acabaram por reproduzir no contexto indígena e indigenista local, uma retórica essencialista e burocrática de reconhecimento dos grupos. De maneira que, durante as últimas décadas, articulou-se uma divisão entre os quatro grupos *reconhecidos*/estabelecidos[3] (Tapeba, Tremembé, Pitaguary e Jenipapo-Kanindé) e os *outros grupos*, em *processo de reconhecimento* (Tabajara, Potyguara, Kanindé, Kariri, Kalabaça, Tupinambá, Anacé, Gavião, Tubiba). Essa era a situação que encontrei quando iniciei o trabalho de campo em 2005. Entretanto, à medida que a pesquisa se desenrolava, os indígenas ditos não-reconhecidos foram, paulatinamente, incorporados ao rol dos grupos reconhecidos, mediante visitas de grupos de trabalho da Funai e, principalmente, pelo cadastro no DSEI/CE.

No Estado brasileiro, o processo de reconhecimento da condição indígena de grupos sociais não existe formalmente, ele é apenas uma rotina burocrática sem previsão estrita na legislação. Até 2003, entretanto, a Funai exigia um laudo antropológico que atestasse a indianidade dos grupos que reivindicavam atendimento para, só então, destinar-lhes atenção. Enquanto esse laudo não ficava pronto, decorriam-se vários anos, inúmeros constrangimentos e os grupos mobilizavam-se através de outros circuitos de interação, que envolviam tanto outras agências oficiais, quanto ONGs e movimentos sociais. No entanto, após sérias críticas do movimento indígena e de antropólogos e, com a ratificação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, pelo Congresso Nacional em 2002, os laudos de identificação étnica foram deixados de lado pela Funai em 2003 (ARRUTI, 2006).

Atualmente, a legislação prevê que o reconhecimento ocorra através da autoidentificação dos grupos, que é geralmente manifestada através de uma carta ou abaixo-assinado. No entanto, no meio indigenista oficial, cria-se uma zona cinzenta, que protela o atendimento aos grupos reivindicantes afirmando que os mesmos encontram-se *em processo de reconhecimento*, ou não são ainda plenamente reconhecidos. Embora não haja nenhuma modalidade de processo formal para isso se realizar, tal situação implica que eles efetivamente não têm acesso à maioria dos recursos das políticas indigenistas, enquanto não se adequarem a determinados padrões de conduta, organização representacional ou comprovarem sua lealdade à certas hierarquias tutelares, tal como observaremos adiante. Alguns órgãos irão afirmar que não podem estender sua atenção a estes novos grupos enquanto eles não forem cadastrados ou contabilizados, com a finalidade de se incluir no orçamento do ano seguinte uma verba específica para o seu atendimento. Pois, caso realizem atendimento desses grupos com a verba destinada aos índios já reconhecidos, isso criará sérios problemas para a administração local. Então, mesmo não existindo nenhum processo formal de reconhecimento, há um processo político, simbólico

3 Aqui utilizo-me, de modo um tanto livre, da noção de estabelecidos (established) cunhada por Norbert Elias e John Scotson (ELIAS e SCOTSON, 2000).

e burocrático para que os grupos postulantes ao reconhecimento sejam incorporados na malha de atenção indigenista oficial. É esse processo informal, mas efetivo, que busco analisar aqui.

Nas últimas décadas, o campo das políticas indigenistas no Brasil tem passado por mudanças profundas com a ampliação e multiplicação dos atores institucionais e individuais que atuam com as populações indígenas. Dentro do aparelho de estado procedeu-se uma reformulação das competências dos órgãos responsáveis pelo trato com essas populações, redefinindo o campo de atuação da Funai, que passou a contar com outras agências federais e estaduais atuando ao seu lado. Assim, o atendimento à saúde indígena passou para o controle da Funasa, com participação cada vez maior das prefeituras municipais; a educação escolar passou a ser atribuição primordial das secretarias estaduais de educação. Outro órgão de estado que ganhou importância nas questões indigenistas após a Constituição de 1988 foi o Ministério Público Federal, que passou a ter entre suas atribuições a defesa dos direitos dos povos indígenas. Neste sentido, é uma instância politicamente muito importante, à qual os povos indígenas recorrem diversas vezes (Barroso-Hoffmann, 2005).

Assim, a situação para o reconhecimento dos povos indígenas torna-se mais complexa e envolve múltiplos atores, além dos aparatos tutelares do Estado. É no interior de tal contexto que pretendo analisar o processo de *reconhecimento étnico oficial* das etnias indígenas na cidade de Crateús.

No campo indigenista cearense os principais órgãos oficiais relacionados às populações indígenas tem sido, em nível federal, a Funai, a Funasa e o Ministério Público Federal e, em nível estadual, a SEDUC (Secretaria Estadual de Educação). Estes três órgãos têm desempenhado diferentes papéis no processo de inclusão das etnias nas políticas públicas. Se a SEDUC providenciou a instalação das escolas indígenas a partir do final dos anos 1990 (NASCIMENTO, 2006); a Funai e a Funasa apresentaram reticências em incluir os grupos indígenas da região de Crateús em seus campos de atuação. O Ministério Público Federal também é acionado recorrentemente pelas lideranças indígenas, principalmente em cobranças aos demais órgãos de estado.

Foi somente em maio de 2003 que a Funai procedeu ao reconhecimento dos grupos do Sertão do Ceará (SILVA, 2004). Já a Funasa, relutou em expandir o raio da ação indigenista do DSEI Ceará até o biênio 2006-2008, quando os grupos indígenas da região de Crateús foram sendo, aos poucos, *cadastrados* no serviço de saúde. Até então, os indígenas da região eram atendidos em Fortaleza, mas com os recursos do orçamento previsto para apenas as *quatro etnias reconhecidas*, o que gerava diversos conflitos entre as duas categorias de indígenas.

Como o *cadastro da Funasa* permite o acesso pleno e massivo a este último bastião das políticas públicas aos quais ainda estavam excluídos os indígenas da cidade de Crateús, tomo a análise situacional de tal processo como foco de investigação neste trabalho. Meu argumento ao longo do texto é dividido em três movimentos. Num primeiro momento discutirei a construção e operacionalização da política de saúde indígena do Brasil; em seguida apresentarei uma etnografia do cadastramento dos indígenas da cidade de Crateús; e por fim, inspirado por algumas reflexões da teoria pós-colonial, proporei uma interpretação dessa situação.

2. A POLÍTICA DE SAÚDE INDÍGENA NO BRASIL

As políticas de saúde indígena no Brasil passaram por um longo processo de discussões que culminaram, em 1999, com a implantação de um subsistema de atenção à saúde indígena, articulado ao Sistema Único de Saúde/SUS. Neste momento, o atendimento à saúde dos povos indígenas, que era de responsabilidade da Funai, passou a ser gerenciado pela Fundação Nacional de Saúde/Funasa.

A principal característica desse subsistema de saúde é a sua organização a partir de um recorte territorial, populacional e organizacional específico: os Distritos Sanitários Especiais Indígenas. Os DSEIs são as unidades administrativas básicas do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena e é neles que se processa toda a política de saúde indígena (Garnelo e Sampaio, 2005). Caracterizam-se como unidades de administração e controle, obedecendo a critérios objetivos e políticos específicos, criando em seu âmbito de atuação divisões e campos sociais de interação e disputa.

A relação entre população e território nos DSEIs não é unívoca, e os critérios de definição e os seus efeitos variam bastante. Outro elemento a ser destacado na estruturação dos Distritos é a relação estabelecida com as

unidades da federação (estados e municípios). Nas áreas de colonização mais antiga os Distritos tendem a se amoldar às circunscrições territoriais pré-estabelecidas não havendo subdivisões a partir de contextos étnicos ou históricos indígenas.

A consolidação de modelos de gestão e de instâncias de controle social nestes quadros é bastante dificultada pela diversidade interna de cada DSEI e pela maior ou menor criatividade dos gestores em encontrar soluções que não sigam os caminhos burocráticos já estabelecidos. A produção científica a respeito desses temas tem evidenciado esses descompassos e a opção pela reprodução de esquemas e estruturas de poder já consolidados, não havendo a criação de alternativas de gestão para novas situações de política indigenista de saúde (cf. ATHIAS e MACHADO, 2001; GARNELO e LANGDON, 2004; GARNELO e SAMPAIO, 2005; VARGA, 2003. P.33).

O DSEI do Ceará era composto até 2008 apenas pelas quatro etnias *reconhecidas*, embora houvesse as demandas de pelo menos uma dezena de situações a serem inseridas no âmbito de seus serviços. Sua sede está em Fortaleza/CE e é responsável hoje, pelas etnias indígenas residentes em 17 municípios neste estado. Até 2006, estavam excluídos desse total os grupos indígenas que eram ditos como *não-reconhecidos.*

3. A SITUAÇÃO DO CADASTRO

Desde que foi implantado o DSEI Ceará que haviam pressões para atendimento dos grupos *ainda não-reconhecidos* e de famílias ditas *desaldeadas* dos grupos já reconhecidos. Diversas solicitações foram feitas à Funai, Funasa e MPF para que estes grupos indígenas fossem atendidos. Até que em 2006 e 2007 após determinações do Ministério Público, a Funasa cadastrou os grupos indígenas que estivessem vivendo em seus territórios, independente da situação jurídica dessas terras. Assim foram cadastrados quase todos os outros povos indígenas no Ceará, à exceção das famílias indígenas que vivem nas periferias das cidades de Crateús e Monsenhor Tabosa, no Sertão.

Contudo, após esse processo, manifestações dos Tapeba e Pitaguary que viviam em áreas urbanas nos limites das terras indígenas e dos grupos das cidades de Crateús e Monsenhor Tabosa junto ao MPF, resultaram em nova determinação deste órgão para a Funasa, que se comprometeu, durante a Assembleia dos Povos Indígenas do Ceará de 2007 a realizar no ano seguinte a inclusão dessas etnias no seu cadastro.

Assim, no mês de abril de 2008, a Funai e a Funasa realizaram o primeiro cadastramento oficial dos indígenas na área urbana de Crateús. Nesse cadastramento, foram contabilizadas não só as famílias residentes nas ocupações organizadas, mas também as famílias indígenas dispersas pela cidade e que estão filiadas às associações indígenas de Crateús. Durante duas semanas foi realizado o trabalho de cadastro, que além de permitir acesso ao subsistema de saúde indígena da Funasa, conferiu grau de reconhecimento étnico oficial às etnias que até então eram citadas muitas vezes como *não-reconhecidos* ou *em processo de reconhecimento.*

A contagem populacional da Funasa em Crateús resultou no seguinte quadro:

Tabela I – População indígena na cidade de Crateús por etnia e bairros.

Etnia	**População**	**Bairros**
Calabaça	176	Fátima I, Fátima II, Maratoã, Aldeia São José, Planaltina.
Kariri	116	Maratoã, Terra Prometida, Aldeia São José.
Potyguara	1244	Nova Terra, Aldeia São José, Terra Livre, Planaltina, Altamira, Fátima II, Santa Luzia, Santa Rosa (rural)
Tabajara	889	Vila Vitória, Terra Prometida, Nova Terra, Maratoã, Centro, Fátima I, Fátima II, Nazário (rural)
Tupinambá	38	Terra Prometida, Vila Vitória.
Total	**2463**	

Fonte: Funasa, 2008 e dados de campo (para os Tupinambá).

Porém, durante o processo do cadastro, os funcionários da Funasa afirmaram que os Kariri e os Tupinambá não podiam ser considerados como etnias, uma vez que não existiam documentos citando os dois grupos nos arquivos do órgão, e portanto, não poderiam ser cadastrados junto com as outras etnias. No decorrer do processo os Kariri conseguiram ser reconhecidos como grupo e foram cadastrados individualmente. Já os Tupinambá, não. A alternativa que se lhes ofereceu foi cadastrarem-se como Potyguara pois são uma única família extensa cujo patriarca identifica-se como Tupinambá e a matriarca como Potyguara.

Nesse sentido, o processo de organização dos indígenas nas periferias de Crateús configura-se como uma "guerra de interpretações" (ALVAREZ, DAGNINO e ESCOBAR, 2000) e uma *luta pelo poder de di-visão* (BOURDIEU, 1989) dos limites dos grupos sociais. Toda a problemática que envolveu, primeiro, a aceitação de que fossem cadastradas as etnias residentes nas periferias de Crateús, depois, a exclusão dos Kariri e Tupinambá sob a alegação de que não existiriam referências a estes dois grupos nos arquivos oficiais e, por último, as alternativas distintas de inclusão desses grupos no cadastro evidenciam parte do campo social onde se dá o contexto das etnogêneses indígenas no Ceará contemporâneo. Este quadro envolve não só as rotinas burocráticas e as ideologias próprias dos órgãos oficiais (Funai e Funasa) como os elementos simbólicos e as concepções sobre a vida indígena atualizados pelas agências missionárias e o movimento indígena estadual.

Tomado enquanto um processo social, o *Cadastro da Funasa* pode ser entendido como uma sequência de eventos que desencadeiam interações múltiplas em diversas escalas onde atores e organizações indígenas e indigenistas estabelecem hierarquias de decisão e mobilização. O cadastro provoca uma aceleração nas articulações locais e translocais intensificando a realização de reuniões e a atualizações nas listas de membros das associações indígenas.

Neste momento, da tentativa de reforçar posições de influência nas redes da política indigenista, passam a ocorrer confrontos entre atores desigualmente dotados de poder, mas que desempenham as mesmas funções de mediação entre as parentelas indígenas e as políticas indigenistas. As interações e conflitos inerentes a este processo nos permitem observar os canais por onde oposições e negociações de redes de relações se viabilizam e os recursos que os atores sociais utilizam para atuar nestes cenários. Passo agora a descrever o processo de cadastro a partir das minhas notas de campo, num exercício de análise situacional.

O cadastro dos indígenas de Crateús começou no dia 15/04/2008. Ainda nesta manhã, estava na rodoviária de Fortaleza embarcando para Crateús. Antes de tomar o ônibus, telefonei para Renato Potyguara, uma das lideranças locais, perguntei como estavam as coisas e para onde eu deveria ir quando chegasse lá. Nesta conversa pude perceber que uma "guerra de interpretações" acerca do cadastro já havia começado. A Funasa e a Funai estavam na cidade para fazer o cadastro das etnias da área urbana do município. No entanto, os indígenas afirmavam que eram cinco etnias, enquanto a equipe da Funasa resistia afirmando que apenas três etnias seriam cadastradas naquele momento. Pois, dois desses grupos não seriam povos, mas "apenas" famílias: os Tupinambá e os Kariri.

Esta informação estava sendo transmitida naquele momento durante uma reunião na Aldeia São José, onde definiram-se os últimos detalhes do cadastramento. Os Potyguara deveriam ser cadastrados na Aldeia São José e na Terra Livre, durante o dia 15/04 e no dia seguinte, seriam cadastrados os Tabajara e Calabaça, nas áreas da Nova Terra, Vila Vitória e Terra Prometida.

No meio da tarde cheguei em Crateús, as equipes da Funasa e a Funai estavam na Terra Livre fazendo o cadastro das famílias Potyguara. Deixei minhas coisas na casa de Renato e desci para lá. Ao chegar havia uma grande quantidade de pessoas dentro e na frente da sede comunitária, esperando para ser cadastradas. Na rua, estavam as viaturas dos dois órgãos. Encontrei-me com Renato, sua mãe Helena e uma funcionária da Funai. Esta me falou que a Funai solicitou que a Funasa cadastrasse as 5 etnias, mas os funcionários enviados pela Funasa estavam reticentes em cadastrar todos os grupos.

De lá, viemos para casa de Renato. Houve uma série de telefonemas: desde Crateús até Fortaleza, onde indígenas e funcionários dialogavam entre si e com os chefes da Funai e da Funasa na capital. Nessa rodada de ligações, afirmou-se que as duas etnias permaneceriam a espera de um segundo cadastro.

Os argumentos por parte da Funasa eram de que na documentação encaminhada pela Funai para a realização do cadastro não havia menção aos Tupinambá e Kariri, do mesmo modo que nos arquivos da Funasa elas também não constavam. Já o chefe da Funai argumentou que se houvesse algum documento da Funai-Brasília

mencionando esses grupos, seria possível tentar incluí-los ainda neste cadastro.
Enquanto isso, as lideranças locais afirmavam que os Tupinambá e Kariri eram reconhecidos pelo movimento indígena estadual desde anos 1990. Fato que a Funai e a Funasa no Ceará não poderiam ignorar.
A questão central tornou-se identificar a quem compete a capacidade de definir quem pode ou não ser cadastrado e quais critérios para ser aceito na categoria índio. Assim, Como se organiza a estrutura de saber/poder que canaliza as demandas e os processos de reconhecimento e onde estão alocados os seus nexos decisórios?
Também coloca-se em questão os parâmetros pelos quais os funcionários indigenistas pautam suas condutas nesta situação, acatando definições aleatórias e até, às vezes, contraditórias. Os servidores da Funai parecem realizar uma retirada diplomática do tabuleiro e tentam ficar a favor dos índios, mas não entram em choque com a hierarquia da Funasa. Também ocorre um efeito circular na ação indigenista com os representantes de um órgão transferindo ao outro a responsabilidade pelo reconhecimento inicial dos grupos indígenas.
A situação de um cadastro que exclua duas das etnias indígenas da cidade irá inevitavelmente provocar tensões na organização do movimento indígena local. Neste sentido, alguns líderes já estavam prevendo os custos políticos e o desgaste nas relações que tal distinção entre reconhecidos e não-reconhecidos teria caso fosse reproduzido no nível local.
Os dias seguintes foram de intensas atividades, tanto de parte dos indígenas, das equipes em campo, quanto minhas. Busquei acompanhar ao máximo as situações de cadastramento, mas também tinha que me dividir entre a realização de entrevistas com algumas pessoas sobre esse processo. Ainda realizei um levantamento das fichas cadastrais das associações indígenas com o intuito de realizar comparações futuras entre os dados do cadastro e aqueles que os próprios indígenas produziam.
A realização dos cadastros seguia o mesmo padrão. Geralmente o espaço era uma sala de escola ou sede comunitária. Sentado num birô, o funcionário da Funasa preenche as fichas e confere documentos. Ao lado dele, uma liderança indígena confere os procedimentos, ao mesmo tempo em que assessora o funcionário nas dúvidas eventuais e intermedia o acesso dos demais indígenas a ele. Sentados nas cadeiras e em pé, espalhados pela sala e ao redor do birô, os indígenas, ou melhor, as indígenas, pois são as mulheres quem mais comparecem para se registrar como chefe de família.
Às vezes, o tesoureiro da associação fica em outra parte do recinto recebendo os valores atrasados dos membros da associação. Muitas pessoas chegavam para fazer o cadastro, outras para se filiarem na Associação, ou apenas pagar os meses em atraso. Outras ainda perguntavam se podiam vir outra hora ou fazer o cadastro em outra sede comunitária indígena.
As associações indígenas organizam-se por grupos de parentesco. Todas as pessoas maiores de idade possuem uma ficha cadastral própria. Algumas Associações condicionavam o cadastro na Funasa ao sócio estar em dia com as mensalidades (em torno de R$ 3,00).
As associações e seus líderes ocupam exatamente o espaço intermediário entre o estado e os grupos de parentesco e vizinhança. Neste espaço desempenham tanto funções "políticas pastorais" (CHATTERJEE, 2005) como investem-se e promovem os signos da identidade coletiva que justificam a atribuição dos direitos legais.
Esses líderes são os catalisadores do processo de construção da identidade, coletando, organizando as histórias, promovendo os rituais e dispersando os signos identitários, convidando as pessoas a participaram do movimento. Mas também são os mediadores típicos das relações com o estado e com os políticos locais (PERES, 2003).
No dia 16/04, fui com um grupo até a prefeitura. A reunião era com o prefeito e as secretarias de Ação Social e Educação. A reunião era sobre um projeto de lei para a Câmara de vereadores doar o resto do terreno da escola (70x70m) à União para que fosse construído o Posto da Funai e o Pólo Base do DSEI. O prefeito estava reticente, mas ao final concordou em encaminhar o processo. No dia seguinte, Helena me falou que a secretária do prefeito não gostou de ver os três índios caracterizados aguardando na sala.
Depois dessa reunião o pessoal da Funai me deixou na casa de Dona Tereza Kariri, no bairro Maratoã. Fui recebido por Cristina, filha de Dona Tereza, matriarca do grupo, que estava em Brasília participando de um acampamento do movimento indígena nacional.
Ela desabafou sobre vários assuntos referentes ao movimento indígena na cidade, muitos deles relacionados à organização das associações e à distribuição dos postos de representação em conselhos de políticas públicas.

Também contou toda a trajetória organizativa dos Kariri e do movimento indígena na cidade. Por fim, argumentou que sentem-se discriminados porque, hoje, estão sendo cadastradas pessoas que *mangavam*[4] delas no início da luta e que tem pouco tempo de *caminhada* se comparado à sua trajetória. Enquanto isso, sua família que foi das primeiras a se identificar como indígena, está sendo excluída desse processo. A antiguidade e o pioneirismo da família Kariri no movimento indígena foi mencionado por ela de modo enfático, com um destaque para a aparência física indígena.

Por fim, falou que iria no dia seguinte para a reunião na Aldeia São José com a Copice[5], APOINME[6], Funai, Funasa e as 5 etnias do município de Crateús.

No dia seguinte pela manhã (17/04 – quinta feira) conversei longamente com Helena Potyguara, fiz-lhe algumas perguntas sobre a extensão do cadastro das famílias indígenas e se seriam cadastradas aquelas famílias dispersas pelos interiores do município. Ela respondeu que isso seria feito caso essas famílias procurassem as associações em Crateús.

Pareceu-me então que nos aproximávamos de alguns limites para a mobilização e organização indígena em Crateús. A própria organização étnica é dependente de uma rede de relações forjada na época das pastorais sociais – centrada em Helena e sua atuação urbana – e ainda não desenvolveram-se mecanismos de inclusão de outros grupos ou situações para além dessa rede preexistente. Outro limite é a noção de povo indígena como uma unidade territorializada, que está fortemente sedimentada no discurso do próprio movimento indígena cearense.

À tarde houve uma reunião na Aldeia São José para uma avaliação parcial sobre o cadastramento.

Antes de seguir para reunião tive uma conversa com Luzinário Potyguara e a mãe dele. Luzinário pontuou algumas questões fundamentais sobre o Movimento Indígena em Crateús. Segundo Luzinário este movimento em que eles estão é um movimento de resgate de coisas antigas, silenciadas e sem esperança, condenadas ao esquecimento. É um movimento que os faz ousar ter uma história e lutar para sair do anonimato. Neste processo o contato com um movimento indígena translocal permite articular as histórias familiares com um aparato jurídico-administrativo que lhes garante direitos e recursos que geralmente lhes são vedados na cidade por serem pessoas pobres.

Fui com Luzinário até a Aldeia São José para participar da reunião. Chegando lá havia um bom número de pessoas, em sua maioria dos Potyguara. Além dos servidores da Funasa estavam presentes Dourado Tapeba (representando a APOINME e o Conselho Distrital de Saúde Indígena), Fernando Tremembé (pela Copice) e representantes locais do PCdoB e de sindicatos. Desde o ano anterior que os Potyguara haviam se filiado em grande número ao PCdoB e Renato se apresentava já como candidato à eleição para vereador. Um dos líderes locais do PCdoB, o indígena Raimundo Cotiaba, estava lá representando a Associação dos Kariri.

Na reunião foram apresentados os resultados parciais do cadastro e informou-se que a equipe da Funasa estava voltando para Fortaleza, e que as atividades seriam retomadas na próxima semana, quando o cadastro seria finalizado. Falou-se na inclusão dos Kariri e Tupinambá, mas os representantes da Funasa disseram que ainda não haviam recebido determinação da chefia do DSEI para incluir as duas etnias, mas que, possivelmente quando retornassem de Fortaleza já estariam autorizados a incluí-las. As duas equipes foram embora logo em seguida, ficando apenas os representantes indígenas de Fortaleza, para uma segunda reunião.

Depois, às 18:00hs houve uma reunião convocada por Luzinário. Nesta ficaram apenas as lideranças indígenas e foram passados alguns informes: o andamento da escola indígena que está sendo construída na Aldeia São José; avisou-se que a partir do cadastro os Potyguara se responsabilizarão tão somente com o povo deles na parte do controle social; Os Potyguara apoiam o cadastro dos Kariri e Tupinambá. Alguns Tupinambá chegaram no final dessa reunião e, muito tímidos, disseram que aguardam ser incluídos de algum modo no cadastro. Foi-lhes perguntado se desejavam ser cadastrados como Potyguara uma vez que a família descende de um

---

4 Fazer zombaria, menosprezar.

5 Coordenação das Organizações dos Povos Indígenas no Ceará.

6 Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. Organização que congrega povos indígenas de dez estados brasileiros e que possui amplo destaque no cenário indigenista nacional.

casal misto, eles argumentaram que se sentiam muito mal em abandonar o nome Tupinambá e deixar apenas que o pai deles fosse o único indígena da cidade sob essa identificação. Contudo, aceitaram ser cadastrados enquanto Potyguara, para não se verem fora do cadastro. Essa solução já havia sido implementada pela Funasa na Serra das Matas quando os Gavião e os Tubiba, dois grupos pequenos, foram cadastrados inicialmente como Potyguara, etnia mais numerosa e com a qual mantém laços de parentesco e depois os Gavião passaram contados em separado pela Funasa.

Nestas duas reuniões percebi como o cadastro tem servido para reforçar a adesão das famílias às associações, elegendo-as como mediadoras principais. Também pude ver como os boatos são a forma privilegiada de circulação da informação no movimento indígena de Crateús.

No dia seguinte (18/04 – Sexta-Feira) pela manhã retornei à Maratoã e realizei uma entrevista gravada com Cristina sobre o cadastro. Ela estava visivelmente frustrada e irritada. No final da tarde fui à Terra Prometida onde conversei com os Tupinambá sobre como eles estavam se sentido em relação ao cadastro. Diferente da postura mais aguerrida dos Kariri, os Tupinambá mostravam-se bastante frustrados, mas sem muito ânimo de esboçar uma reação aberta contra os representantes da Funasa. Preferiam aguardar que outras lideranças indígenas, como os Kariri ou Potyguara decidissem a melhor maneira de resolver a situação. Nesta conversa aproveitei para fazer um censo e um diagrama de parentesco dos Tupinambá, assim como havia feito de manhã com os Kariri.

Durante o final de semana intensificaram-se o ritmo das atividades dos indígenas, com diversas reuniões das associações (Tabajara da Nova Terra, Potyguara na Aldeia São José e Kariri da Maratoã). Acompanhei estas reuniões e fiz visitas aos presidentes e tesoureiros para fazer o levantamento das fichas cadastrais.

As reuniões após o cadastro serviram para reafirmar a posição de poder a partir de onde muitos dos líderes do movimento indígena em Crateús se colocam, e que resulta da mediação que desempenham entre as famílias indígenas associadas e os recursos provenientes das políticas indigenistas. A lógica ao assumir a identidade é a de classificar-se para o Governo Federal. Associar-se é automaticamente assumir-se indígena e começar a participar de uma rede de mediações políticas que inclui desde a associação local, mas também organizações como a Copice e a APOINME e órgãos de estado como a Funai e Funasa.

Na segunda-feira (21/04) ainda bem cedo na casa de Renato, soube que D. Tereza Kariri havia chegado no sábado em Fortaleza, vinda de Brasília, onde participou das manifestações do Abril Indígena. Enquanto estava aguardando transporte na casa da Copice, ela soube que os Kariri não foram cadastrados pela Funasa e passou mal. Sua crise nervosa atuou como uma performance que gerou profundo mal-estar em toda a rede de instituições indígenas e indigenistas do Ceará, repercutindo, ainda durante o final de semana, de Fortaleza até Crateús. Esse evento provocou a reconsideração por parte dos órgãos indigenistas sobre o cadastro das etnias Kariri e Tupinambá.

À noite, fui na reunião da Associação Kariri. A reunião foi tensa, além do tema do cadastro, as disputas entre as duas famílias principais que compõem a Associação dos Kariri tomaram a maior parte do tempo. Nestes conflitos, práticas performáticas e discursivas que incluem ameaças e boatos são as estratégias comuns. Desencadeiam-se táticas de mobilização e desmobilização nas disputas entre os grupos. Controlar e dispersar informações de modo intencional também faz parte do processo.

Na terça-feira (22/04) passei o dia na Maratoã aguardando a equipe da Funasa junto com os Kariri da Dona Tereza. Após as 16:30 a equipe chegou, mas com a notícia de que não iria cadastrar os Tupinambá, pois esta etnia não era reconhecida. Só poderia cadastrar se eles fizessem parte de uma outra etnia através de casamento misto.

Perguntei aos servidores da Funasa como se dá o processo de reconhecimento e eles disseram que não é a Funasa quem realiza esse processo, mas a Funai e eles apenas executam a política de saúde seguindo os dados fornecidos pela Funai. O curioso é que a Funasa possui um banco de dados populacionais mais qualificados e que sempre é utilizado pela Funai. Também falaram que Crateús tem um problema por causa da dispersão dos índios pela cidade e que eles não poderiam ou não sabem como colocar a numeração dos DSEI nas casas porque fogem da rotina burocrática do órgão.

Ainda assim, os Kariri e Tupinambá foram cadastrados no DSEI, no entanto os Tupinambá não aparecem nos registros do órgão, pois foram rotulados como Potyguara.

Na quarta-feira (23/04) fiquei "na cola" dos funcionários da Funasa, tentando uma entrevista, que finalmente aconteceu. Mas também, registrando os procedimentos seguintes do cadastro que foram a tabulação das fichas e a distribuição de números de série para cada família indígena registrada sob cada um dos etnônimos: Potyguara, Calabaça, Tabajara e Kariri. Acompanhei ainda a colocação dos números dos DSEI nas casas da aldeia São José e a elaboração de um croqui da aldeia. Nesse processo, a equipe da Funasa chamou algumas lideranças para indicar as casas habitadas pelos indígenas. Nessa mesma noite, voltei à Fortaleza.

4. CONFLITOS NA GOVERNANÇA DA ALTERIDADE

A situação etnográfica apresentada acima requer uma análise que leve em consideração tanto a distribuição dos atores sociais no campo, quanto as representações que operacionalizam em suas interações. Devemos levar em conta que a entrada e saída dos atores em cena não é facilmente previsível e que os mesmos se movem em escalas diferentes de atuação. Assim, as principais personagens são as lideranças indígenas e os agentes das equipes indigenistas. As duas categorias estando distribuídas nas escalas local e estadual, com níveis distintos de capital social e simbólico acumulados. Para além desses atores podemos perceber também a presença do antropólogo[7] e de atores políticos locais ligados à prefeitura, partidos e sindicatos.

As lideranças indígenas estavam divididas em dois níveis de mediação: os líderes locais, chefes de parentelas e de associações, herdeiros da mobilização pastoral; e os líderes estaduais, coordenando organizações indígenas diretamente articuladas com as agências indigenistas oficiais.

Os agentes das equipes indigenistas dividiam-se nos respectivos órgãos (Funai e Funasa), obedecendo às hierarquias próprias de cada um. A equipe da Funasa era a principal protagonista dos atos aqui descritos, e como tal recaíam sobre ela as maiores expectativas e cobranças. Os atores da política local observavam com atenção e cautela o desenrolar dos acontecimentos, pois estes poderiam interferir no equilíbrio de forças locais nas eleições que se avizinhavam. O que de fato aconteceu com a eleição de Renato Potyguara para suplente de vereador, no mesmo ano.

No tocante às representações que orientam a ação dos atores devemos estar atentos para o fato de que desde o período colonial o termo índio é uma categoria jurídica e administrativa do Estado. Numa situação colonial é preciso dispor de instrumentos para lidar com territórios e populações heterogêneos que devem ser conquistados. Para isso, criam-se aparelhos administrativos munidos de instrumentos conceituais, humanos e materiais para realizar esta conquista. Dentre estes instrumentos podemos citar a própria categoria indígena, as estatísticas, as territorializações e os quadros de funcionários. Estes aparelhos são organizados mediante tradições de conhecimento (BARTH, 1987, 2000) destinadas a garantir a gestão e a reprodução da dominação colonial (SOUZA LIMA, 2007).

A categoria índio foi imposta sobre populações diferentes com o intuito de integrá-los ao projeto colonial. Assim, por definição, índio é uma categoria transitória, é-se índio enquanto durar o processo de integração ao mundo colonial. Entra-se na categoria indígena para ser "civilizado" e, ao estar completo este processo, sair dela. Em muitas áreas do Brasil, esse processo foi tido como completo e a categoria indígena foi dada como desnecessária. É aqui onde situa-se, por exemplo, todo o processo de extinção dos antigos aldeamentos indígenas do Nordeste no século XIX (OLIVEIRA, 2011).

Entretanto, mesmo dentro do processo colonial, a categoria indígena representa algum tipo de proteção ou garantia de uma "autonomia" relativa, principalmente em face de poderes e interesses sobre a mão-de-obra, o território e os recursos naturais. Assim, a noção de índio, através da qual se entra no mundo colonial, tende a permanecer, ser atualizada, reivindicada, reapropriada pelos grupos postos na situação de tutela. Contudo, a orientação dos aparelhos de estado responsáveis pela administração da categoria índio continua sendo a de realizar a sua transitoriedade. O que implica que os grupos que se organizam hoje a partir dessa categoria, mas fora do aparato tutelar, possam ser vistos como fraudulentos e tratados como postulantes de segunda ordem a tais

7 Minha presença era sentida por algumas pessoas como a de um bisbilhoteiro e, por outras, como a de um aliado.

"benefícios", trazidos pela situação de índio. Reproduzindo as mesmas práticas coloniais, o estado brasileiro se esforça pela manutenção da transitoriedade da categoria indígena, e a cultura política do indigenismo resiste a aceitar como plenamente viáveis as coletividades que não se enquadrem perfeitamente nos limites coloniais da noção de índio (OLIVEIRA, 2012). É assim que podemos localizar a fonte dos conflitos em torno do processo de cadastro da Funasa em Crateús.

Desse modo, podemos compreender o cadastro das etnias indígenas de Crateús como uma situação colonial, onde a governança de populações define as regras do jogo (FOUCAULT, 1999; CHATTERJEE, 2005). As agências indigenistas são as operadoras de tradições de conhecimento colonialistas e autoritárias (SOUZA LIMA, 2007), que chamarei aqui de *indigenismo sanitarista*[8], e se veem obrigadas a promover a contabilização e normatização de populações indígenas que escapam completamente ao padrão de indianidade vigente.

Atuando como recenseadores que aplicam sobre a realidade os construtos imaginários de uma mentalidade serialista e cartográfica, provocam conflitos ao perturbarem esquemas de poder e expectativas de reconhecimento anteriormente estabelecidos, pois como afirma Benedict Anderson, *à medida que o estado colonial avança, aumenta e multiplica funções, as categorias censitárias, antes imaginadas, ganham concretude, arrancando e deslocando raízes sociais mais antigas* (2008, p. 234). O caráter vinculante entre o cadastro e a atribuição de direitos cria espaços de luta novos e intensifica conflitos anteriores, ao mesmo tempo em que subordina os mediadores locais à lógicas e hierarquias externas, promovidas pelas agências indigenistas (OLIVEIRA, 2012).

Partha Chatterjee (2005), citando Michael Foucault (1999), afirma que a característica principal dos regimes de poder contemporâneos é a tendência a criar e lidar com *populações* e não com corpos de *cidadãos*. Para ele,

> *... o conceito de população é totalmente descritivo e empírico; não traz nenhuma carga normativa. Populações são identificáveis, classificáveis e descritíveis por critérios empíricos ou comportamentais, e são abertas a técnicas estatísticas tais como censos e pesquisas amostrais. Diferentemente do conceito de cidadão, que carrega uma conotação ética de participação na soberania do Estado, o conceito de população torna acessível aos funcionários governamentais um conjunto de instrumentos racionalmente manipuláveis para alcançar largos setores dos habitantes de um país enquanto alvo de suas "políticas" – políticas econômicas, políticas administrativas, justiça e mesmo mobilização política.* (CHATTERJEE, 2005, p. 107)

Esse seria o processo de "governamentalização do estado". O que assegura legitimidade para essa tendência não é a participação política dos cidadãos, mas sim a ideia de que o Estado se torna o efetivo provedor do bem-estar da população. Esse tipo de racionalidade de Estado é fortemente instrumental, e baseada em cálculos de custo e benefício. Os aparelhos que garantem o seu funcionamento são *uma elaborada rede de vigilância ao longo da qual são coletadas informações sobre cada aspecto da vida da população visada* (p.107). Para ele, a maquinaria administrativa do Estado moderno atua dividindo para reinar. (...) *as atividades do governamental requereram classificações múltiplas, entrecruzadas e variáveis da população enquanto alvos de políticas múltiplas, produzindo necessariamente uma construção heterogênea do social* (p. 109). No caso dos estados pós-coloniais essa carreira administrativa foi ainda mais célere, e as tecnologias do governamental precederam, o próprio Estado-Nação. *O Estado colonial foi (...) um "Estado etnográfico". Ali as populações tinham o status de sujeitos, não de cidadãos* (CHATTERJEE, 2005, p. 110).

---

8 Com esta noção, pretendo me referir à situação atual de articulação entre duas tradições de conhecimento de gestão colonial no Brasil. A primeira é o próprio indigenismo (SOUZA LIMA, 2007), conjunto de saberes/poderes relacionados à gestão dos povos nativos e o outro é o sanitarismo, conjunto de saberes/poderes herdeiros da "utopia higienista" (LIMA, 1999), que marcou a percepção médico-intelectual sobre as relações entre ciência e populações, litoral e sertão, modernidade e atraso desde o início do século XX e que está fortemente arraigada no imaginário dos operadores das políticas de saúde pública.

O autor aponta para o que chama de "sociedade política", um espaço social desigual e heterogêneo onde as mobilizações de grupo sociais encontram-se com as redes de controle de populações promovidas pelo estado. As agências do estado lidam com as associações populares não como se elas fossem corpos de cidadãos, mas como instrumentos para a administração de grupos populacionais marginalizados e desprivilegiados. (p.114). Nestes confrontos, o desafio é fornecer atributos morais aos grupos populacionais empiricamente formados pela ação do governamental. Ao comentar sobre as ocupações urbanas na Índia, afirma que

> "*Muito embora o movimento crucial aqui tenha sido o de nossos ocupantes, de buscar e obter o seu reconhecimento como um grupo populacional, o que do ponto de vista do governamental é apenas uma categoria empírica utilizável que define os alvos das políticas públicas, estes próprios tiveram que achar meios de investir sua identidade coletiva com um caráter moral. Esta é uma parte igualmente crucial da política dos governados: dar a forma empírica de um grupo populacional os atributos morais de uma comunidade"* (CHATTERJEE, 2004. p. 135-137).

Esses atributos são elaborados pelos próprios grupos, lançando mão de recursos imaginativos e simbólicos diversos, mas que articulam as comunidades enquanto metáforas de parentesco compartilhado; grupos rituais; territórios de vizinhança e sinais diacríticos que estabelecem os limites de pertencimento aos grupos. A questão dos limites do grupo é fundamental. Quem pertence e quem não pertence, quem pode acessar e quem não pode acessar determinados recursos é crucial na definição dos grupos.

No caso de Crateús, o senso moral de pertencimento às comunidades sustenta-se em anos de práticas de mobilização pastoral católica junto às famílias indígenas, promovendo a ruptura com os silêncios historicamente construídos na região sobre a diferenciação étnica e racial e articulando redes familiares, rituais e de vizinhança enquanto unidades de mobilização política (PALITOT, 2010).

Ao investirem as categorias do governamental com as possibilidades imaginativas da comunidade, os grupos indígenas, conseguem produzir modalidades de reivindicação política que demandam atenção ao estado. Contudo, o sucesso dessas reivindicações depende de fatores como a habilidade de mobilizar apoios, de redistribuir recursos, de aglutinar pessoas e de representar demandas com competência e eloquência em cenários múltiplos. Como esses fatores variam contextualmente de grupo para grupo, o *sucesso é necessariamente temporário e contextual* (CHATTERJEE, 2005, p.139). Assim, tanto a exclusão inicial dos Kariri e Tupinambá do Cadastro, como as soluções divergentes para cada grupo, nos fazem perceber como *o governamental sempre opera em um campo social heterogêneo, sobre múltiplos grupos populacionais e com múltiplas estratégias. Aqui não há exercício igualitário e uniforme dos direitos da cidadania* (CHATTERJEE, 2005, p.139). Pois, *Nem todos os grupos populacionais conseguem atuar com sucesso na sociedade política, e, (...), mesmo quando o fazem, seus êxitos são sempre temporários.* (CHATTERJEE, 2005, p. 141).

Então, quando uma população é contabilizada pelo estado ela passa a sofrer processos divergentes oriundos de seus próprios projetos, mas também das perspectivas das agências oficiais.

> *Nesse sentido, os dados quantitativos existentes sobre os índios brasileiros estão associados sempre a uma preocupação com o controle social e ao avanço nas técnicas de registro e contabilidade de populações e de territórios, vinculados a um discurso da governança e da criação de condições para o exercício do poder de um soberano.* (OLIVEIRA, 2012, p. 1058).

Os censos brasileiros atuam homogeneizando grupos populacionais e invisibilizando as diferenças étnicas, reproduzindo a partir de técnicas estatísticas a mitologia que afirma a mistura racial como elemento fundador da nacionalidade. Ao mesmo tempo, define o lugar ocupado pelos indígenas, vinculando-os ao passadismo e colocando-os no exterior das fronteiras do que é imaginado como civilização nacional (OLIVEIRA, 1999, p. 126 e 127). Quando os indígenas rompem com estas localizações, mostrando-se no presente e no interior da sociedade, eles tornam-se além de um problema, uma impossibilidade lógica. Contabilizá-los é dar nome,

quantidade e existência a esses grupos, reconhecendo-os e negando o mito oficial.
Nesse sentido, o cadastro dos grupos indígenas urbanos, como os de Crateús, rompe (parcialmente) com o modelo de censo que deveria responder à problemática da construção da nação brasileira (p. 127). É neste sentido, que Oliveira afirma que indígena é uma identidade circunscrita jurídica e politicamente, pois a*o declarar-se como 'índio' ou 'indígena' o recenseado não está pretendendo inserir-se em uma classificação quanto à cor, mas dizer da especificidade de seus direitos e de sua relação com o Estado.* (OLIVEIRA, 1999, p. 134).
O cadastro da Funasa torna-se então um "contra-censo", ardentemente desejado pelos indígenas, que se esforçam por imprimir-lhe os critérios de pertencimento, embora estes devam ser negociados num campo tenso e melindroso. Mas, por outro lado, ainda mantêm a sua capacidade principal que é a de criar *populações,* impondo-lhes a sua normatividade própria. Os conflitos que ocorreram em Crateús durante o processo de cadastramento revelam a tensão entra essas duas dinâmicas e o campo de poder que envolve os agentes dos órgãos de Estado e as lideranças indígenas locais e estaduais.
O cadastramento em Crateús dá destaque aos papéis exercidos pelos mediadores indígenas na organização das redes translocais de recursos e informações, com o realinhamento das hierarquias entre mediadores estaduais e locais, provocando a manutenção de determinadas posições e a modificação de outras.
Assim, é importante destacar o papel dos mediadores. Pois sem essas figuras que navegam *entre domínios que são diferenciados por desigualdades de poder profundas e historicamente entrincheiradas* (CHATTERJEE, 2005, p. 146), não há a possibilidade da organização dos grupos populacionais enquanto comunidades, nem da mobilização dessas para obterem sucessos parciais no campo da sociedade política.
Frente às novas possibilidades de transformação das redes de mediação provocadas pelo cadastro, as lideranças indígenas de Crateús vão buscar manter suas posições ou ampliar suas esferas de influência. Nesse processo começam, a ocorrer alinhamentos e clivagens, principalmente em função da crise resultante do cadastramento diferenciado dos Kariri e Tupinambá. A inexistência de uma associação dos Tupinambá, por exemplo, não permite que eles consigam se mobilizar para reverter o quadro do seu não reconhecimento oficial. No extremo oposto, os Potyguara e Tabajara, organizados em associações mais robustas e filiados a partidos políticos tornaram-se mediadores importantes nos processos eleitorais da cidade.
A importância das associações no nível local é reforçada pelo cadastro quando percebemos que as atividades de preenchimento das fichas se deram todas em espaços controlados pelas associações, que foram invariavelmente as salas de aula das sedes comunitárias. O processo de cadastro alça-se à condição de processo de validação política das agências de mediação e o que deveria ser o reconhecimento político de lutas antigas para fazer valer os significados de ser indígena torna-se um censo, um processo objetificante de produção de populações a partir de técnicas estatísticas e cartográficas.
Podemos argumentar que a lógica do estado desconhece os compromissos e as moralidades formuladas ao longo do processo de etnogênese. As exigências para a adequação aos modelos tutelares da indianidade favorecem determinados grupos, cujos mediadores detém melhores condições de ocupar os novos espaços instituídos pela entrada das famílias indígenas da cidade no rol das populações cadastradas. Essa situação acirra as tensões inerentes às desigualdades previamente existentes no campo. Os grupos que se consideram herdeiros da ação pastoral procuram manter-se na posição de mediadores preferenciais, enquanto outros grupos mais recentes no movimento buscam ter posição autônoma nas redes de mediação.
Assim, por um lado, o cadastro atende às reivindicações de redistribuição e reconhecimento (FRASER, 2001), que estão na base do movimento indígena, ao conferir possibilidades de superação de certas condições de subordinação. Mas, por outro lado, as políticas indigenistas, valendo-se de antigas práticas coloniais, enfatizam as diferenças entre os grupos sociais e constituem *populações*, reforçando as tecnologias do governamental que atuam na reprodução de estruturas de poder, redefinindo as relações no campo. O processo de reconhecimento atendido pelo cadastro termina por repor a diferença entre uns e outros, mas agora em nível local, não são mais os *reconhecidos* e os *não-reconhecidos*, são agora os *mais organizados* e os *menos organizados*. Mas isso já é tema para outro trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia E.; DANIGNO, Evelina e ESCOBAR, Arturo. (Orgs.) 2000. Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

ANDERSON, Benedict. 2008. Comunidades Imaginadas. São Paulo: Cia. das Letras,

ARRUTI, José Maurício A. 2006. Etnogêneses indígenas. Povos Indígenas do Brasil - 2000-2006. 1 ed. São Paulo: ISA - Instituto Socioambiental. p. 50-54.

ATHIAS, Renato & MACHADO, Marina. 2001. "A saúde indígena no processo de implantação dos Distritos Sanitários: temas críticos e propostas para um diálogo interdisciplinar." Cad. Saúde Pública, pp.425-431.

BARRETO, Henyo. 2004. "Invenção ou renascimento? Gênese de uma sociedade indígena contemporânea no Nordeste". In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.) A Viagem de Volta – Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED.

BARROSO HOFFMANN, Maria. 2005. "Do "Brasil sem índios" aos "índios sem Brasil: algumas questões em torno da cooperação internacional junto aos povos indígenas." Revista Anthropológicas, Recife, v. 16, n. 2, p. 153-185.

BARTH, Fredrik. 1987. Cosmologies in the Making: A Generative Approach to Cultural Variation

In Inner New Guinea. Cambridge, Cambridge University Press.

_____. 2000. O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

BOURDIEU, Pierre. 1989. O Poder Simbólico. Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/Bertrand Brasil.

CHATTERJEE, Partha. 2005. Colonialismo, modernidade e política. Salvador: EDUFBA/CEAO.

ELIAS, Norbert. & SCOTSON, John L. 2000. Os Estabelecidos e os Outsiders – Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

FOUCAULT, Michel. 1999. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal.

FRASER, Nancy. 2001. "Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista". In: SOUZA, Jessé (org.*). Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: EdUnB.

GARNELO, Luiza & SAMPAIO, Sully. 2005. "Organizações indígenas e distritalização sanitária: os riscos de "fazer ver" e "fazer crer" nas políticas de saúde." Cad. Saúde Pública, pp.1217-1223.

GARNELO, Luiza & LANGDON, Jean. (orgs.), 2004. Saúde dos povos indígenas. Reflexões sobre antropologia participativa. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda.

LIMA, Nísia Trindade. 1999. Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro. REVAN; IUPERJ; UCAM.

NASCIMENTO, Rita Gomes do. 2006. Educação Escolar dos Índios: Consensos e Dissensos no Projeto de Formação Docente Tapeba, Pitaguary e Jenipapo - Kanindé. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

OLIVEIRA, João Pacheco de. 1999. "Entrando e saindo da 'mistura': os índios nos censos nacionais." In: OLIVEIRA Fº, J. P. (org.) Ensaios em Antropologia Histórica. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. P124-155.

_____. 2012. "Mensurando alteridades, estabelecendo direitos: práticas e saberes governamentais na criação de fronteiras étnicas". Revista Dados - Revista de Ciências Sociais, v. 55, p. 105-108, 2012.

OLIVEIRA, J. P. (Org.). 2011. A Presença Indígena no Nordeste: Processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

PALITOT, Estevão Martins. 2006. Banco de dados: território e memória indígena no Nordeste brasileiro. Relatório de atividades. Recife: DIPS/FUNDAJ e LACED/MN/UFRJ, 2006.

_____. 2010. Artífices da alteridade: o movimento indígena na região de Crateús, Ceará. Tese (Sociologia). João Pessoa: PPGS/UFPB.

PALITOT, Estevão Martins (org.). 2009. Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará. Fortaleza: Secult/Museu do Ceará/IMOPEC.

PERES, Sidnei Clemente. 2003. Cultura, Política e Identidade na Amazônia: o associativismo indígena no Baixo Rio Negro. Campinas: Unicamp, (Tese de Doutorado em Ciências Sociais).

PINHEIRO, Joceny de Deus. 2009. Authors of Authenticity: Indigenous Leaders and the Politics of Identity in the Brazilian Northeast. (Tese de Doutorado-Antropologia). University of Manchester.

SAID, Edward (2003). Reflexão sobre o Exílio e Outros Ensaios. São Paulo. Companhia das Letras.

SILVA, Robson Cândido da. 2004. Relatório de levantamento preliminar das terras a verificar no estado do Ceará. Funai: Brasília. Digitado.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. 2007. "Tradições de conhecimentos na gestão colonial da desigualdade: reflexões a partir da administração indigenista no Brasil". In: BASTOS, cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de & FELDMAN-BIANCO, Bela, (orgs.). (Org.). Trânsitos coloniais. Diálogos críticos luso-brasileiros. 1ed.Campinas: Ed. da Unicamp.

VALLE, Carlos Guilherme do. 2004. "Experiência e semântica entre os Tremembé do Ceará". In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). A viagem da volta – etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

VARGA, István. 2003. "Dos medicamentos aos índios 'genéricos': os campos das políticas indigenista e de saúde para os povos indígenas, no Brasil, frente ao Censo Demográfico de 2000". In, Revista de Direito Sanitário, pp. 32-45.

GT 4
Leituras Cruzadas: autores de Portugal, Brasil e África e suas leituras do outro

Os Traços Multiculturalistas de Gilberto Freyre

CORRÊA, Carolina Pimentel
Doutoranda - Departamento de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto
E-mail: carolpimentelcorrea@gmail.com

Resumo: Gilberto Freyre marcou uma importante geração do pensamento político e social brasileiro, na qual a questão da miscigenação racial passou a ser tratada em uma perspectiva otimista. Entre críticas e elogios, Gilberto Freyre, de um modo geral, é visto como um autor que foi decisivo para a construção da identidade mestiça brasileira. Desse modo, o intuito deste trabalho, através da revisão bibliográfica, foi analisar se a sua obra *Casa Grande & Senzala* (1933) possui traços da teoria multiculturalista, que defende os direitos de grupos étnicos e de minorias nacionais – representada, aqui, pela obra *Multicultural citizenship: A Liberal Theory of Minority Rights* (1995), de Will Kymlicka,

Palavras-chave: multiculturalismo, miscigenação, Brasil, direitos, grupos, raça.

1. INTRODUÇÃO

O multiculturalismo surgiu, no final do século XX, como uma reflexão filosófica, inserida nas discussões teóricas do liberalismo. O principal objetivo do multiculturalismo é fazer com que o pensamento liberal e as democracias liberais incorporem a ideia das minorias, como os direitos dos grupos étnicos e das minorias nacionais. A teoria multiculturalista almeja, desta forma, desfazer a dicotomia entre o individual e o coletivo, pois, para que se possa fazer valer os direitos individuais é necessário incorporar a noção de grupo, especialmente porque, autonomia, direitos individuais e proteção de grupos minoritários podem existir concomitantemente.
O canadense Will Kymlicka, autor da obra *Multicultural citizenship: A Liberal Theory of Minority Rights*, publicada em 1995, formulou uma teoria, a qual denominou de «teoria liberal dos direitos multiculturais». Ao defender os direitos das minorias, Kymlicka (1995) tenta mostrar que tais direitos podem coexistir com os princípios de liberdade individual, democracia e justiça social. Uma das preocupações do autor foca-se em como acomodar diferentes culturas numa sociedade. A partir daí, Kymlicka (1995) discute os direitos dos imigrantes, das diferentes etnias e religiões.
Dessa forma, pensando numa igualdade de direitos, Kymlicka (1995), escreve sobre a relação entre o multiculturalismo e a cidadania, questão que leva o leitor brasileiro a refletir sobre a realidade do Brasil, repensar o passado deste país e suas interpretações, como por exemplo, a de Gilberto Freyre.
Gilberto Freyre representa um importante período do pensamento social brasileiro, foi um dos primeiros autores a entender a miscigenação do Brasil de modo positivo e ressaltar, em detalhes, a relação entre senhor e escravo, casa-grande e senzala. É em função de tamanha importância teórica que Freyre já protagonizou muitos estudos, entre os quais os elogios a sua teoria nem sempre foram uma constante.
Freyre fez parte do grupo de primeiros pensadores sociais do Brasil que, sob a influência filosófico-social europeia ou norte-americana, abordava questões como a identidade nacional, focando-se justamente na temática racial, uma ideia que opôs os que sustentavam uma visão racista e os inspirados pelo relativismo étnico-cultural

(Liedke Filho, 2005). Ao criticar Oliveira Vianna[1] e as suas teorias que inferiorizavam os índios e os negros, Freyre deixou claro que se encontrava entre aqueles que se propunham a repensar as relações raciais brasileiras a partir de um viés positivo para a formação deste país. Vê-se, assim, que o principal objetivo do autor, em especial, na obra *Casa-Grande & Senzala*, publicada em 1933, era superar teorias que ressaltavam a inferioridade genética e o determinismo geográfico.

Desse modo, atentando para as teorias supracitadas, o problema de pesquisa que orienta este trabalho resume-se em: a teoria multiculturalista está presente, de alguma forma, na obra *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre?

A revisão bibliográfica, baseada na leitura analítica, foi o método utilizado para responder tal questão e analisar as obras de Will Kymlicka e Gilberto Freyre. A partir de tal metodologia, foram destacados cinco tópicos, da obra de Kymlicka, que formam o fio condutor de sua teoria: (1) cultura, multiculturalismo e as formas de pluralismo multicultural, (2) direitos humanos *versus* direitos das minorias, (3) restrições internas e proteções externas, (4) os direitos especiais dos grupos minoritários, (5) multiculturalismo e cidadania. Estes tópicos serviram para analisar a obra de Gilberto Freyre, a fim de perceber se a teoria deste possui algum traço de multiculturalismo.

Assim, a justificativa deste trabalho dá-se, principalmente, pela importância de compreender a teoria de Freyre frente a uma ideia atual que aborde o peso das diferenças culturais. Entender a relevância deste autor para o pensamento social brasileiro é algo patente, mas compreendê-lo contíguo a uma teoria que discute os problemas da atual democracia liberal é algo que se faz importante, inclusive, para revalorizar o pensamento político e social brasileiro.

Destarte, vale ressaltar que este trabalho está organizado, junto a (1) *Introdução* e as (5) *Considerações Finais*, em três tópicos principais: (2) *o multiculturalismo de Will Kymlicka;* tópico em que se apresenta, de forma sucinta, a teoria de Will Kymlicka a respeito do multiculturalismo; (3) *Gilberto Freyre e a formação da nação brasileira*, tópico que serve para ressaltar pontos da obra de Freyre e discutir, em especial, o conceito de miscigenação da população brasileira; (4) *Freyre, Kymlicka e a busca por uma sociedade mais democrática,* tópico em que se busca fazer um paralelo entre as duas teorias.

2. O MULTICULTURALISMO DE WILL KYMLICKA

O filósofo político Will Kymlicka é doutor em Filosofia pela Universidade de Oxford e, atualmente, é professor da Universidade de Queen's. Por defender os direitos dos grupos minoritários dentro de uma perspectiva liberal e opor-se ao comunitarismo[2], os textos de Kymlicka tornaram-se imprescindíveis para a compreensão do debate multiculturalista. Entre as suas diversas obras, escolheu-se como fonte deste trabalho a versão espanhola de *Multicultural citizenship: A Liberal Theory of Minority Rights.*

A fim de ressaltar tamanha diversidade cultural existente, hoje, na maioria dos países, Kymlicka (1996) inicia sua argumentação afirmando que os 184 países independentes do mundo contêm mais de 600 tipos de línguas e 5.000 grupos étnicos. Uma situação que, segundo Kymlicka (1996), vem causando violentos conflitos nacionais e aumento do enfrentamento entre maiorias e minorias. Com o objetivo de clarificar os fundamentos básicos de um enfoque liberal relacionado ao problema dos direitos das minorias, Kylimcka divide sua obra em dez capítulos, que englobam desde as políticas multiculturalistas, os direitos individuais, os direitos coletivos, os direitos da minoria e os limites da tolerância. Tendo em vista a necessidade de síntese da teoria de Kymlicka,

---

1 Oliveira Vianna ao analisar a formação brasileira procurou construir uma correlação entre indivíduo e território a partir de um discurso pautado no darwinismo social. Para ele, o negro e o índio seriam raças inferiores em relação aos brancos, pois enquanto os primeiros se dedicavam às atividades de pastoreio (atividades de homens inferiores), aos últimos eram reservados os canaviais (atividades de homens superiores), revelando um forte sentimento aristocrático por parte do autor.

2 Para a teoria comunitarista, o ser humano é social e só pode ser compreendido quando inserido e constituído em relações sociais, são as instituições, as práticas e as formas sociais de vida que dão para cada indivíduo uma identidade concreta (Moreira, 2005).

neste trabalho, foram elencados cinco tópicos especiais que transpassam diversos capítulos e são capazes de representar os principais pontos da teoria multiculturalista de Kymlicka para a análise proposta neste estudo.

2.1. Cultura, multiculturalismo e as formas de pluralismo multicultural

No decorrer de sua obra, Kymlicka (1996) levanta questões importantes a respeito do desafio do multiculturalismo em acomodar diferentes culturas. Desse modo, um dos primeiros pontos que deve ser ressaltado é que este autor emprega os conceitos «cultura» e «multicultural» em sentidos diferentes.

Para Kymlicka (1996) o multiculturalismo está relacionado às diferenças nacionais e étnicas, o que dará origem a dois tipos de Estados Multiculturais, ou, nas palavras do autor «duas formas de pluralismo cultural»: o *Estado Multinacional*, no qual coexistem mais de uma nação devido a um processo de convivência involuntária (invasão, conquista) ou voluntária (formação de uma federação) de diferentes povos, ou seja, baseado na incorporação de culturas, minorias nacionais de diferentes nações, que previamente desfrutavam de autogoverno e estavam concentradas em um Estado Maior; e o *Estado Poliétnico*, correspondente ao Estado onde convivem várias nações vindas de um processo de imigração, como o caso dos Estados Unidos, Canadá e Austrália, onde normalmente os membros unem-se em associações pouco rígidas, denominadas de grupos étnicos.

Ademais, Kymlicka (1996) afirma não incluir nesta conceituação de multiculturalismo os estilos de vida grupal, movimentos sociais e associações voluntárias como fazem outros autores. Para Kymlicka (1996), tais questões levantadas por estes grupos são importantes, pois a acomodação das diferenças étnicas e culturais é apenas um aspecto de uma luta muito mais ampla em busca de uma democracia mais tolerante e inclusiva. Segundo o autor, as minorias nacionais e grupos étnicos se distinguem do que geralmente chamam-se de novos movimentos sociais – como de homossexuais, mulheres, pobres e descapacitados – que têm sido marginalizados nos seus próprios grupos nacionais e étnicos.

O conceito de cultura, por sua vez, é visto por Kymlicka (1996) como sinônimo de nação ou povo. Como uma comunidade intergeracional, mais ou menos completa institucionalmente, que ocupa, segundo o autor, um território ou uma pátria determinada e compartilha uma língua e uma história específicas. Dessa forma, o termo cultura, para Kymlicka (1996:112), não é utilizado para designar todo e qualquer tipo de grupo, o tipo de cultura que este autor centra seu trabalho é a *cultura societal:*

> *(...) una cultura que proporciona a sus miembros unas formas de vida significativas a través de todo el abanico de actividades humanas, incluyendo la vida social, educativa, religiosa, recreativa y económica, abarcando lãs esferas púclica y privada. Estas culturas tiendem a concentrarse territorialmente, y basan en una lengua compartida*.

A *cultura societal*, para Kymlicka (1996), é importante para a liberdade dos povos, pois a liberdade implica que se possam fazer escolhas livres e significativas e a *cultura societal* não só proporciona estas opções como também faz com que estas sejam importantes para os indivíduos. Ademais, Kymlicka (1996) entende a cultura como algo não estático, pois admite a possibilidade das pessoas moverem-se de uma cultura para outra. Entretanto, tal movimento é algo bastante difícil e infrequente, em função dos vínculos culturais que formamos e do pertencimento cultural. O pertencimento cultural, para este autor, nos proporciona um contexto de escolhas e nos assegura um sentimento de identidade que pode auxiliar em questões relacionadas a valores e projetos sociais.

2.2. Direitos humanos versus Direitos das minorias

Kymlicka (1996) dedica todo o capítulo quatro de sua obra para retomar a história da tradição liberal, a fim de demonstrar que a ideia de multiculturalismo não está totalmente desvinculada do liberalismo. Contudo, tal

retomada histórica não se faz, em toda a sua profundidade, de suma importância para o objetivo deste trabalho, por isso, destacar-se-á apenas alguns itens desta história, entre eles: a relação entre os direitos humanos e os direitos das minorias. Esta relação possui um importante destaque, pois para Kymlicka (1996: 17): «*los derechos de lãs minorias no pueden subsumirse bajo la categoria de derechos humanos*». Contrapondo-se, assim, a ideal liberal de que os direitos humanos poderiam, por si só, resolver os conflitos das minorias.

No século XIX e no período entre Guerras, os direitos para as minorias foram uma questão importante na teoria e prática liberal. Para Kymlicka, o liberalismo não negava tais ideias, pelo contrário, os direitos para as minorias são legitimamente componentes da tradição liberal. A tradição liberal, para este autor, possuía uma considerável gama de opiniões a respeito dos direitos dos grupos minoritários: alguns liberais apoiavam o reconhecimento legal das culturas minoritárias e outros as rechaçavam pois acreditavam que deveria haver apenas uma cultura oficial (Kymlicka, 1996).

Mas, a abordagem desta temática, na teoria liberal, desapareceu logo após a 2ª Guerra Mundial e para Kymlicka (1996) isto se deve a caída do império britânico, ao auge do conflito da Guerra Fria e a relevância dos pensadores estadunidenses no liberalismo do pós-guerra. Kymlicka (1996: 87) faz questão de sublinhar três características, especiais, que contribuíram para que os liberais adotassem este comportamento que o autor denomina de «omissão bem-intencionada»: «*(1) la desilusion com el plan de los derechos de las minorias de La Sociedad de las Naciones, (2) el movimiento de desagregación racial estadounidense, y (3) el 'resurgimiento étnico' entre los grupos inmigrantes em los Estados Unidos*».

A partir daí, pós-guerra, para Kymlicka (1996), os liberais passaram a crer que uma nova ênfase nos direitos humanos resolveria os conflitos das minorias. Mais do que proteger de forma direta os grupos mais vulneráveis através de direitos especiais, as minorias culturais se protegeriam indiretamente se fossem garantidos os direitos civis e políticos básicos para todos os indivíduos, independente de pertencerem, ou não, a algum grupo minoritário. Desse modo, os liberais pensavam que onde havia direitos individuais não era necessário adicionar direitos especiais aos membros de minorias étnicas e nacionais.

Contudo, Kymlicka (1996) critica tal posicionamento, afirmando que as pautas e os procedimentos tradicionais dos direitos humanos são incapazes de resolver questões importantes em relação às minorias culturais, como por exemplo, quais línguas deveriam ser aceitas em Parlamentos e Tribunais e se fundos públicos deveriam ser utilizados para escolarizar grupos em suas línguas maternas. Para Kymlicka (1996), o problema não é que os direitos humanos dariam respostas errôneas para tais questionamentos, mas sim, que não dariam resposta alguma. Segundo o autor, a liberdade de expressão não nos diz qual é a política linguística adequada; o direito de votar não nos diz como devem se dar as fronteiras políticas ou como deveriam distribuir-se os diferentes níveis de governo; o direito a mobilidade e livre circulação nada nos diz sobre como deve ser uma política adequada de imigração e nacionalização.

Assim, para resolver tais questões, Kymlicka (1996) sugere, como melhor alternativa, complementar os princípios tradicionais dos direitos humanos com uma teoria dos direitos das minorias. Conforme destacou Pérez (2007), o interessante do pensamento de Kymlicka (1996) é que ele não renuncia a ideia de direitos humanos, pois é a partir dos ideais de igualdade e liberdade que, para Kymlicka (1996), se abre o caminho para argumentar a necessidade de tratamento diferenciado para os grupos minoritários.

2.3. Restrições internas e Proteções externas

Ao falar a respeito da dicotomia entre direitos coletivos e direitos individuais, Kymlicka (1996) destaca que a terminologia «direitos coletivos» pode ser um tanto enganosa, por ser uma categoria vasta e heterogênea. De qualquer forma, a oposição entre cidadãos de diferentes grupos e os direitos individuais é complicada, por isso, segundo Kymlicka (1996), é preciso utilizar um vocabulário que consiga demonstrar determinados nuances. Para isso, o autor faz uso dos termos *restrições internas* e *proteções externas*, que representam dois tipos de reivindicações dos grupos minoritários e são etiquetados, por diversos autores como «direitos coletivos».

As *restrições internas*, dizem respeito a reivindicações de um grupo contra os seus próprios membros, ou seja, o grupo pretende proteger-se de um impacto desestabilizador da dissidência interna, como por exemplo, um

membro decidir não seguir as práticas e costumes. As *proteções externas*, por sua vez, representam as reivindicações de um grupo contra a grande sociedade, ou seja, o grupo quer proteger-se de decisões externas, como por exemplo, decisões políticas e econômicas que podem os influenciar.
O primeiro tipo de reivindicação, as restrições internas, para Kymlicka (1996), muitas vezes, acaba por restringir a liberdade dos membros, causando o risco de opressão individual. Normalmente acontece em grupos nos quais as mulheres são oprimidas, onde a ortodoxia religiosa é legalmente imposta, ou seja, acontece quando os direitos coletivos prevalecem sob os individuais. O segundo tipo, as proteções externas, também pode representar o perigo, pois pode haver injustiça entre os grupos. Conforme explica Kymlicka (1996), um grupo pode ser marginalizado ou segregado em nome da preservação da distinção de outro grupo, como por exemplo, o *Apartheid* na África do Sul.
Para Kymlicka (1996), as duas formas de reivindicação não devem estar relacionadas, as democracias liberais precisam focar-se em promover, apenas, as proteções externas e procurar rechaçar as restrições internas:

> *(...) los liberales, cuando se trata de promover la equidad entre los grupos, pueden y deben postular determinadas protecciones externas, pero deben rechazar lãs restricciones internas que limitan el derecho de los miembros de un grupo a cuestionar y a revisar lãs autoridades y lãs practicas tradicionales* (Kymlicka, 1996: 60).

Um importante exemplo dado pelo autor a respeito das proteções externas, é sobre líderes indígenas que se preocupam com a possibilidade de juízes brancos imporem a sua forma de cultura específica de democracia sem considerar se as práticas tradicionais indígenas possuem ou não validade. A partir daí, Kymlicka (1996) pergunta-se: como tais grupos podem providenciar proteções externas e impor as restrições internas? Ele mesmo responde que é através dos direitos diferenciados em função do grupo, que podem servir para ambos os propósitos, dependendo das circunstâncias.

2.4 Os direitos especiais dos grupos minoritários

Para Kymlicka (1996), existem três formas de direitos específicos em função do pertencimento de um grupo: os direitos de autogoverno; os direitos poliétnicos e os direitos especiais de representação. Cada uma dessas três formas de direitos ajuda a reduzir, segundo Kymlicka (1996), a vulnerabilidade de grupos minoritários às pressões decorrentes de decisões econômicas da grande sociedade.
Os direitos de autogoverno, na perspectiva apontada por Kymlicka (1996), conferem poderes para as pequenas unidades políticas, de maneira que uma minoria nacional não pode ser desestimada ou sobrestimada pela maioria nas decisões que são de particular importância para a sua cultura, como em questões relacionadas à educação, imigração, desenvolvimento de recursos, língua e família. Os direitos poliétnicos, por sua vez, protegem práticas religiosas e culturais específicas que poderiam não estar, adequadamente, apoiadas mediante o mercado ou que estão em desvantagem na legislação vigente. Já os direitos especiais de representação fazem menos provável a situação de que uma minoria nacional ou étnica seja ignorada em decisões que afetam globalmente o país. Para Kymlicka (1996: 53), «*un proceso más representativo debería incluir a miembros de minorias étnicas y raciales, mujeres, pobres, discapacitados, étcétera*».
Nos capítulos finais da obra, Kymlicka (1996) faz uma ressalva importante acerca de tais direitos. Para este autor as negociações a respeito destes direitos devem resolver-se politicamente, através da boa-fé e mediante as concessões mútuas, próprias das políticas democráticas. Isso significa que é necessário pensar na equidade, não só nos direitos dos grupos, mas também no procedimento de tomada de decisão que interpreta e define tais direitos.
Vale ressaltar que, apesar desta veemente defesa dos direitos das minorias, Kymlicka (1996) não deixa de salientar a importância dos direitos políticos clássicos. Para o autor, os direitos políticos clássicos proporcionam direitos comuns de cidadania. Quando as minorias têm direito a votar, a organizar-se politicamente e defender publicamente seus interesses, é provável que suas reivindicações recebam devida atenção.

2.5. Multiculturalismo e cidadania

Outro ponto importante a ser destacado na teoria multiculturalista de Kymlicka (1996) é a questão da cidadania vista dentro deste contexto de direitos dos grupos minoritários. Sobre isto o autor afirma que não basta demonstrar que os direitos das minorias são coerentes com a liberdade e a justiça, eles também devem ser coerentes com as necessidades de uma democracia liberal estável, incluindo a necessidade de uma identidade cívica compartilhada que mantenha um nível de compromisso, acomodação e sacrifício que as democracias requerem.

Kymlicka (1996) explica que os liberais clássicos acreditavam que uma democracia liberal poderia sobreviver mesmo com a ausência de uma cidadania virtuosa, pois poderia fazer uso de controles e equilíbrios: mecanismos institucionais, procedimentos de separação de poderes, um legislativo bicameral e um federalismo para deter possíveis opressores. Contudo, Kymlicka (1996: 242) não acredita que isto seja suficiente, para ele: «*ha quedado claro que los mecanismos procedimentales e institucionales no bastan para equilibrar los intereses de cada uno, y que es necessário cierto grado de virtud cívica y de espíritu público*».

Hoje, a maioria dos liberais, segundo Kymlicka (1996), acredita que a cidadania não consiste apenas em um *status* legal, definido por um conjunto de direitos e responsabilidades, mas, também, consiste numa identidade, no pertencimento de uma comunidade política. E é precisamente em função disto, deste fortalecimento de uma identidade cívica que muitos liberais sustentam o princípio de *cidadania comum*. Para que esta cidadania comum exista é preciso, contudo, um nível razoavelmente alto de moderação e de solidariedade mútua e, segundo Kymlicka (1996), é justo perguntar-se se esta politização baseada em direitos especiais para as diferentes etnias e nacionalidades é compatível com isto. Mas, o próprio autor responde este questionamento:

> *Com todo, creo que a menudo se han exagerado los temores a este respecto. Las reivindicaciones de derechos poliétnicos de los grupos inmigrantes y desfavorecidos son, fundamentalmente, demandas de inclusión para lograr la plena participación em el conjunto de la sociedad.Considerar que son uma amenaza a la estabilidad o a la solidaridad es poço plausible, y a menudo refleja ignorância e intolerância hacia esos grupo* (Kymlicka, 1996: 262).

Assim, Kymlicka (1996) afirma que um dos maiores desafios dos pensadores liberais é identificar os elementos de coesão da unidade em um Estado democrático multicultural. Segundo Moreira (2005), Kymlicka propõe o desenvolvimento de políticas multiculturalistas, para garantir a integração dos imigrantes e propõe o fomento de políticas de construção da nação pelas minorias nacionais. O federalismo multinacional, por exemplo, seria o mecanismo mais adequado para reconhecer os direitos de autogoverno das minorias nacionais, pois ele permite o surgimento de uma cidadania diferenciada e contribui para a redução dos conflitos sociais.

3. GILBERTO FREYRE E A FORMAÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA

Gilberto Freyre estudou nos Estados Unidos e posteriormente na Europa, onde obteve uma impecável formação em Sociologia, realizada nos cursos da Universidade de Columbia, com complementação em Oxford (Bastos, 1999). Tal formação deu à Gilberto Freyre o conhecimento suficiente para poder inovar metodologicamente em *Casa-Grande & Senzala*, obra publicada pela primeira vez em 1933 e escolhida para compor este trabalho. Nesta obra, o autor utilizou uma base documental diferente das convencionais: dados colhidos em diários íntimos, cartas, romances, livros de viagens, autobiografias, depoimentos pessoais, cadernos de receitas, artigos de jornais. A partir destes, Freyre (1952) reconstruiu a «vida íntima dos componentes da sociedade patriarcal, via estudo do cotidiano vivido no complexo agrário-industrial do açúcar» (Bastos, 1999: 218).

Freyre (1952) se propôs a dar uma resposta para as teses racistas que se desenvolviam na Europa desde o século XIX e apontavam a mistura de raças como causa de atraso, subdesenvolvimento e conflitos sociais (Mendonça, 2007). Segundo tais teses, compostas por uma hierarquização racial, o Brasil estaria fadado a

ser um país dependente, pois sua população negra era extremamente grande. Freyre (1952) rompeu com esta tradição, afirmando que a nossa miscigenação racial «mostrava a miscibilidade do português, um tipo especial de europeu, não racista, e reconhecia a cultura negra como elemento da formação nacional. Esse era o nosso maior trunfo enquanto nação» (Mendonça, 2007: 70).

Casa-Grande & Senzala é uma longa obra, tanto que, em suas primeiras edições, era dividida em dois volumes, contento mais de oitocentos páginas. Gilberto Freyre dividiu esta obra em cinco capítulos: (I) Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida; (II) O indígena na formação da família brasileira; (III) O colonizador português: antecedentes e predisposições; (IV) O escravo negro na vida sexual e familiar do brasileiro; (V) O escravo negro na vida sexual e familiar do brasileiro (continuação).

Com uma escrita literária, cheia de detalhes, e com tamanha quantidade de páginas, tal obra torna-se difícil de ser resumida, algo que nem se almeja neste trabalho, portanto, destacar-se-á, aqui, apenas alguns pontos, procurando enfatizar aqueles que podem estar relacionados **à** teoria multiculturalista.

Num primeiro momento, faz-se importante destacar que Freyre visava compreender questionamentos presentes no pensamento político e social brasileiro desde a *Semana de Arte Moderna*: o que é ser brasileiro? Existe «o» brasileiro? Que povo é este? Ou seja, o que lhe interessava era descobrir as diferentes culturas que formaram o brasileiro e deram sustentação a esta nação chamada Brasil. Sobre isto, Freyre (1952: 18) ressalta que foi o estudo de antropologia, no qual teve a orientação do professor Franz Boas, que aquele percebeu o «negro e o mulato» em seu «justo valor» separados dos traços da raça, dos efeitos do ambiente ou da experiência cultural. É neste momento que Freyre (1952: 18) declara ter aprendido a considerar fundamental a diferença entre *raça* e *cultura*, isto é «a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio».

Assim, Freyre foi o precursor, entre os pensadores do pensamento político e social brasileiro, a pensar na questão cultural – separando raça de cultura – como o verdadeiro foco de pesquisa. Ao reconstruir o processo de formação do Brasil, desde o período colonial, Freyre (1952) demonstra que a nação brasileira representa o encontro efetivo de três grupos humanos que se complementam entre si – os índios, os brancos e os negros. Assim, constituiu-se uma «brasileiridade – unidade da diversidade –, no âmbito da qual cada um dos três grupos teria deixado uma contribuição relevante para a constituição do caráter nacional» (Costa, 2001: 146). Dessa forma, vê-se que apesar de o livro dividir-se em cinco capítulos, são três os principais pontos que Gilberto Freyre foca a sua obra, obviamente, as três raças que formaram o Brasil: o português, o índio e o negro.

3.1. O português: o dono do patriarcalismo brasileiro

A sociedade brasileira, segundo Freyre (1952), passou a se organizar econômica e civilmente apenas em 1532, depois de um século inteiro de contato dos portugueses com os trópicos. Assentada sobre a base econômica da agricultura, esta nação teve suas relações sociais marcadas pela estabilidade patriarcal e pela escravidão. O colonizador português foi o primeiro dos colonizadores modernos a trocar a extração de riqueza mineral, vegetal ou animal pela criação de riqueza através da agricultura e do trabalho escravo; uma perversão de instinto econômico que, para Freyre (1952: 115), «desviou o português da atividade de produzir valores para a de explorá-los, transportá-los ou adquiri-los».

Contudo, Freyre (1952) salienta que este português que atravessou o oceano trazendo escravos da África em condições desumanas, é o mesmo que possuía a capacidade de miscigenar amigavelmente com as índias e com as suas escravas. Uma miscibilidade originária, segundo Freyre (1952), do fato do povo português ter sua origem indefinida entre a Europa e a África, pois Portugal foi invadido e dominado por mouros, durante um longo período. Acontecimento histórico que deu origem a uma heterogeneidade étnica e cultural, que contribuiu para a adaptação e colonização portuguesa no Brasil.

Depois de procurar esclarecer as origens da cultura portuguesa, Freyre (1952) destaca, com detalhes, a sexualidade do homem português, o fetiche em relação à mulher de pele morena, como a muçulmana que, durante anos, ocupou Portugal, uma atração que levou o português a manter relações sexuais com a índia brasileira. Freyre (1952) descreve, com detalhes, o ambiente brasileiro marcado pela sexualidade:

> O ambiente em que começou a vida brasileira foi de quase intoxicação sexual. O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne. Muitos clérigos, dos outros, deixaram-se contaminar pela devassidão. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho (Freyre, 1952: 219).

É a partir desta realidade, aqui descrita, que Freyre (1952: 214) parece defender o português colonizador, pois diferente da maior parte dos povos europeus, ou seja, «menos ardentes na ortodoxia que os espanhóis e menos estritos que os ingleses nos preconceitos de cor e de moral cristã», o português sabia lidar com a diversidade racial. Para entrar no Brasil, por exemplo, a única exigência era, conforme salienta Freyre (1952), não ser herege, saber rezar o pai-nosso, a ave-maria e fazer o sinal da cruz, pois o tipo físico, a raça, não importava aos portugueses. Vê-se, então, a presença da marca religiosa, que determinou, inclusive, quais os portugueses que povoariam, num primeiro momento, o Brasil. Segundo Freyre (1952), a maioria daqueles que foram mandados para a colônia eram degenerados expulsos de Portugal por crimes religiosos, como adultério e estupro, considerados mais graves que assassinatos.

Ainda pensando na cultura portuguesa, é preciso mencionar o cenário que, para Freyre (1952), marcou a formação social brasileira: a casa-grande. O contraste entre a casa-grande e a senzala, entre o branco e o negro, entre o senhor e o escravo, perpassou um longo período da história em que a última palavra de ordem sempre foi a do português. Na casa-grande, encontrava-se um misto de paixão e ódio. Segundo Freyre (1952) os escravos que, às vezes, eram açoitados, castigados e descriminados pelos portugueses faziam parte do mesmo grupo o qual pertencia a boa ama negra que amamentava os filhos das jovens brancas, obrigadas a casar ainda moças e, que mal sabiam cuidar de seus herdeiros, deixando-os ser criados pelas negras. Palco mor das relações econômicas e raciais da época, segundo Freyre (1952), até a Igreja Católica, no Brasil, se submetia a casa-grande, que, sempre, possuía uma capela.

Assim, a formação do território nacional brasileiro se deu em via da língua, da religião, do patriarcalismo, do escravismo, da construção das casas-grandes e da sexualidade, que tiveram a marca do colonizador português.

3.2. O índio: o dono da rede que embala o sono dos brasileiros

O índio brasileiro, após chegada do colonizador europeu, teve sua cultura suprimida pelo imperialismo português. Sua língua, seu modo de vestir, sua relação íntima com a natureza, seus ritos e tantos outros hábitos de seu povo foram deixados compulsoriamente para trás. Assim, a estrutura social e econômica mantida pelos índios, nas terras brasileiras, foi desarticulada, tanto pelos senhores de engenho quanto pelos jesuítas.

O grande número de tribos e os diferentes idiomas dificultaram a articulação dos portugueses com os índios brasileiros, que foram colocados para trabalhar nas fazendas agrícolas. A fim de facilitar tal comunicação, os jesuítas utilizaram o tupi-guarani para unificar a identidade dos indígenas. Com a missão de civilizar e catequizar o índio, os jesuítas acabaram por prejudicar a primeira cultura que nascera no Brasil, conforme destaca Freyre (1952: 245) ao apontar nove responsabilidades dos jesuítas na degradação da raça e da cultura indígena no Brasil:

> (...) 1) a concentração dos aborígines em grandes aldeias (medida por que muito se esforçaram os missionários no Brasil); 2) vestuário à européia (outra imposição jesuítica aos catecúmenos); 3) segregação nas plantações; 4) obstáculo ao casamento à moda indígena; 5) aplicação de legislação penal européia a supostos crimes de fornicação; 6) abolição de guerras entre as tribos; 7) abolição da poligamia; 8) aumento da mortalidade infantil devido a novas condições de vida; 9) abolição do sistema comunal e da autoridade dos chefes (...).

Além disso, os jesuítas ainda arrancavam dos braços das mães índias seu «culumim[3]», ainda com dentes de leite, para fazê-lo o «homem artificial» que quisessem. Uma posse que significava, para Freyre (1952), a conservação da raça indígena, sem a preservação da sua cultura.
Sobre a sexualidade dos índios, Freyre (1952) destaca que poligamia, por exemplo, era comum entre eles, que achavam naturais estas relações, as quais os conquistadores portugueses não estavam acostumados, e viram-se fascinados. O envolvimento das índias com os portugueses trouxe a sífilis, uma doença que marcou a formação do Brasil e que Freyre (1952) faz questão de ressaltar diversas vezes na obra.
Segundo Freyre (1952), a cultura indígena era muito rica e deixou marcas profundas na cultura brasileira: deram aos brasileiros a rede, para embalar seu sono, animais domésticos amansados pelas suas próprias mãos, a sabedoria para lidar com os chás e ervas medicinais, o conhecimento sobre as várias fibras para tecelagem e sobre várias madeiras e outros vegetais de construção. Herdamos, também, «o asseio pessoal. A higiene do corpo. O milho. O caju. O mingau. O brasileiro de hoje, amante do banho e sempre de pente e espelhinho no bolso, o cabelo brilhante de loção ou de óleo de coco, reflete a influência de tão remotas avós» (Freyre, 1952: 221).
O lado religioso destes índios também era muito rico, repleto de magia e de ritos, que permaneceram em sua cultura mesmo depois de catequizados. Tal misticismo do índio brasileiro, segundo Freyre (1952), influenciava nos nomes, nos costumes, nos tratamentos das doenças e até nas cores usadas (como a cor vermelha utilizada nas pinturas e nos adornos).
Os índios também foram muito importantes no auxílio aos bandeirantes e na defesa do território nacional de embarcações piratas, pois conheciam o território brasileiro como ninguém. Porém, apesar de todas as suas qualidades, pelo fato destes índios serem sedentários e nômades, não se adaptaram à agricultura de monocultura e foram substituídos pelos escravos negros.

3.3. O negro: o dono da alegria característica do Brasil

Não há dúvidas a respeito da parcialidade de Freyre (1952) em relação à importância da influência cultural da raça negra para a formação do Brasil. Ao representar a força motriz que deu vida à economia agrária, o negro foi, para Freyre (1952), o maior responsável pela sustentação do projeto colonial. Por isso, Freyre (1952) dedica dois dos maiores capítulos de sua obra para falar da influência dos negros, tanto sexual quanto familiar, na construção da identidade brasileira. Os negros vieram para o Brasil como mão-de-obra escrava a fim de substituir os índios que não se acostumaram com o trabalho na monocultura agrícola brasileira. Freyre (1952: 495) faz questão de delimitar uma importante diferença entre os índios e os negros: «(o) indígena na América, caracteristicamente introvertido, e, portanto, de difícil adaptação. O negro, o tipo do extrovertido. O tipo do homem fácil, plástico, adaptável».
Ademais, para Freyre (1952), a cultura africana possui traços mais fortes e mais marcantes que a cultura indígena. As festas dos negros eram feitas com mais alegria e vivacidade. Ademais, os africanos que vieram para o Brasil, segundo Freyre (1952) faziam parte de um território na África em que os hábitos culturais pareciam ser mais adiantados: cheio de lendas, mitos, festas, rituais, e com gastronomia mais avançadas do que de outros povos, seus conterrâneos, que possuíam, por exemplo, melhores atributos físicos. Até as suas cerimônias religiosas destacavam-se, pois eram, sempre, muito emotivas, em contraste com os índios.
Opondo-se as teses racistas que marcavam o contexto em que escreveu, Freyre (1952: 509) fez questão de citar a pesquisa de Franz Boas a respeito da não-inferioridade da raça negra, de modo que destaca o depoimento dos antropologistas sobre a capacidade mental do negro nada inferior à das outras raças – levando-se em conta a iniciativa pessoal, talento de organização, poder de imaginação e aptidões técnica e econômica.
Além disso, a marca dos negros na vida dentro da casa-grande foi muito forte. Conforme explica Freyre (1952), a educação das crianças brancas dava-se, principalmente, pela ama negra, que além de dar de mamar também mimava e educava tais crianças. Embaladas e alimentadas pelas negras, as crianças passavam a maior

3 «Culumim», na língua indígena *Tupi-guarani*, significa criança, jovem, menino.

parte do tempo ao lado delas, com quem aprendiam a linguagem das senzalas. A maioria das cantigas de ninar, que até hoje preenchem o repertório infantil, tem influência da cultura negra dos tempos de escravidão. Aliás, a linguagem infantil foi amolecida pelo contato com a ama negra, conforme explica Freyre (1952), a ama negra ao ensinar o menino branco fez muitas vezes com as palavras o mesmo que com a comida, tirou-lhes as espinhas, os ossos, as durezas, deixando apenas as sílabas mais fáceis de serem pronunciadas. **É** assim que nasce, para Freyre (1952) a linguagem infantil brasileira, e mesmo a portuguesa, ambas com um sabor africano, com exemplos como: *cacá, pipi, bumbum, neném, tatá, papá, papato, lili, mimi, au-au, cocô, bimbinha*. Um indício da forte presença da ama negra junto à criança, e, também, da convivência dos filhos de escravos com os filhos do senhor branco.

Contudo, para Freyre (1952), não foi só a língua infantil que se alterou em contato com a raça negra, mas a dos adultos, de uma forma geral, também acabou perdendo o tom solene. Mesmo que os jesuítas e padres se esforçassem em preservar o português «clássico», a disparidade entre a língua falada e a escrita, no Brasil, aumentava a cada dia, resultado da recusa em aceitar essa linguagem por parte dos negros.

Outra importante característica da dicotomia entre a casa-grande e senzala, é a relação das crianças brancas com as negras, dos filhos dos senhores com os moleques da senzala. Estes brincavam juntos, cresciam juntos correndo pela casa-grande, sentavam-se a mesa como se fossem da mesma família, mas, ao mesmo tempo crianças brancas herdavam dos pais, segundo Freyre (1952), o sadismo para o trato com os moleques negros, que muitas vezes serviam de montaria como se fossem cavalos.

No campo sexual, a mulher escrava, muitas vezes a mucama da casa-grande, é uma das personagens principais da formação da família e da sociedade brasileira. Ao substituir a mulher indígena, ela passou a ser o objeto de dominação sexual do senhor, que a usava para satisfazer sua luxúria. Desse modo, é fundamental compreender que, para Freyre (1952), o papel sexual da escrava foi tão importante quanto o papel laboral do escravo, marcando um contexto sexual brasileiro em que a sífilis, que já havia atingido os índios, também se propagava entre os negros.

O autor argumenta que a luxúria presente no território brasileiro é resultado do autoritarismo da casa-grande e não da sensualidade da senzala. Tal luxúria é decorrente do sistema escravista, pois para Freyre (1952: 538), «não há escravidão sem depravação sexual. É da essência mesma do regime». Soma-se a isso o fato deste ato sexual poder trazer para português o aumento de capital, pois a gravidez da escrava representava um novo escravo para seu senhor. Vale ressaltar que fruto das relações entre os homens brancos e a mulheres negras, resultava em meninos pardos, mestiços, que, segundo Freyre (1952), até o século XVII, assim como os pequenos negros, eram proibidos de frequentar os colégios.

De qualquer forma, a cultura africana deixou muitos traços na formação brasileira: a ternura da fala, os apelidos, os gestos, a música, as festas, as cantigas de ninar, a alimentação (como o azeite-de-dendê e pimenta-malagueta), o toque de sensualidade e o jeito de andar da mulher, os ritos religiosos e, principalmente, a alegria.

4. FREYRE, KYMLICKA E UMA SOCIEDADE MAIS DEMOCRÁTICA?

A relação entre estas obras parece um tanto distante e impossível, pois enquanto Kymlicka (1996) assenta as bases de sua teoria na justiça, no direito, na cidadania e apresenta ao leitor uma requintada teoria normativa, Freyre (1952) representa uma narrativa quase literária, diga-se de passagem, naturalista. Contudo, se olhadas de perto e entendidas dentro do contexto em que foram escritas, estas obras possuem um forte ponto em comum que numa primeira leitura superficial pode passar despercebido.

Kymlicka (1996) pretende demonstrar, na sua obra, que é possível alcançar uma democracia liberal estável, fundamentada numa identidade compartilhada, mesmo que se conceda aos grupos minoritários os seus direitos, para que preservem a sua cultura. Freyre (1952), por sua vez e do seu modo, procura mostrar que a miscigenação, a mistura e a união das culturas do branco, do índio e do negro são o lado positivo da formação brasileira. A cultura dos índios e dos negros, para Freyre (1952), mesmo desprotegida e sem nenhum direito especial, tendo seus hábitos e costumes restringidos e contidos pelos portugueses, conseguiu permanecer, talvez apenas em resquícios, para formar aquilo que hoje chamamos de cultura brasileira. Ambos pareciam entender, cada um

da sua forma, que uma identidade social, o conjunto de uma sociedade, uma cidadania comum, formava-se a partir da união de diferentes culturas, ou seja, não é preciso forçar determinado povo a submeter-se a uma cultura comum e superior, pois cada cultura é capaz de, e deve, contribuir para a formação de determinada nação. Obviamente, Kymlicka (1996) avança este entendimento afirmando que é por isso que os direitos das minorias devem ser preservados, algo que Freyre (1952) ainda não havia tido a sutileza de perceber. A palavra «direito» ou «direitos» pouco aparece nas mais de oitocentas páginas de *Casa-Grande & Senzala*, até porque em 1933, quando a obra foi publicada, nem a «Declaração dos Direito Humanos» havia sido criada. Isto nos mostra que, mais do que comparar as páginas, ainda, brancas do livro de Kymlicka com as páginas já amareladas da obra de Freyre, é preciso compreender que os anos que separam suas publicações não são poucos, de 1933 a 1995 são 62 anos de história, de teorias e de mudanças sociais.

Mas, apesar desta diferença de contexto histórico, quando falam sobre as suas concepções de cultura Kymlicka (1996) e Freyre (1952) aproximam-se. Para Kymlicka (1996), conforme visto anteriormente, a cultura é um sinônimo do povo, de nação, que ocupa um território determinado e divide uma língua e história específicas. Seria esta uma *cultura societal*, que abrange toda uma gama de atividades humanas, incluindo as esferas sociais, educacionais, religiosas, recreativas e econômicas que englobam o público e privado. Além disso, ainda para Kymlicka (1996), a cultura não é algo estático, pois as pessoas podem mover-se de uma cultura para outra. Freyre (1952), por seu turno, apesar de, ao longo da obra, parecer tratar os conceitos de cultura e raça como sinônimos, ele afirma, no prefácio de *Casa-Grande & Senzala*, que, a partir da orientação de Franz Boas, ele aprendera a distinguir *raça* de *cultura*, no sentido de discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio.

Desse modo, para ambos os autores, o termo cultura está relacionado a algo mais amplo, não está ligado, unicamente, às relações genéticas, a determinado tipo de raça ou preso em um determinado meio (Freyre, 1952), mas sim, representa um povo, uma nação, que inclui diferentes esferas e tem, em comum, uma língua e uma história (Kymlicka, 1996). Se tais definições do termo cultura, para estes autores, não possuem, exatamente, o mesmo sentido, ao menos complementam-se e aproximam-se.

Além disso, Freyre (1952: 140) afirma que não lhe interessa, neste seu ensaio, o aspecto econômico ou político da colonização portuguesa no Brasil, só lhe interessa o social, «no sentido particular de social que coincide com o sociológico». Assim como Kymlicka (1995), que representa um viés da teoria liberal que está mais preocupado com a perspectiva social e política do que com a perspectiva econômica.

Como já mencionado anteriormente, não há como destacar, explicitamente, o entendimento de Freyre (1952) a respeito dos direitos, sejam eles os direitos humanos ou os das minorias, pois estas categorias praticamente inexistem na obra do autor. Entretanto, vale ressaltar que o objetivo real do autor não era denunciar em sua obra a falta de direitos para as minorias étnicas, ou culturais, que existiam no Brasil. Como já mencionado diversas vezes neste trabalho, o que este autor pretendia era compreender a marca cultural que cada uma destas três raças deixou no Brasil e destacar o lado positivo da miscigenação brasileira.

Isto demonstra que, entre os autores, também existem diferenças, algo comum em qualquer comparação teórica, mas que não pode deixar de ser ressaltado. Um exemplo disso é a questão das *restrições internas* e das *proteções externas*, os dois tipos de reivindicações dos grupos minoritários abordados por Kymlicka (1996), que não aparecem na obra de Freyre (1952), pois, como este autor retratou, os negros e os índios, que neste caso, representariam os grupos minoritários, não só foram excluídos da sociedade majoritária como foram escravizados, humilhados e castigados, sem exercer nenhum tipo de reivindicação de grupo quanto menos seus direitos. Ademais, neste mesmo sentido, vale ressaltar que, no que diz respeito à quantidade populacional, «no fim da era colonial cerca de um terço da população colonial era composta de escravos negros» (Prado Jr., 1969: 122), ou seja, nem sempre estes foram minoria étnica no país, «apenas» não possuíam a suposta «superioridade» portuguesa que os fizesse conquistar seus direitos.

Esta questão, em especial, torna a comparação entre os autores uma difícil tarefa, porque eles estão focando seus olhares para realidades temporais diferentes e seus objetos de pesquisa possuem várias dessemelhanças. O próprio Kymlicka (1996) faz questão de destacar que a situação dos países americanos é especial:

> *(...) la historia de ignorar las minorias nacionales en el Nuevo Mundo está inextricablemente ligada com las creencias europeas acerca de la inferrioridad de los pueblos indígenas que habitaben el teritorio antes de la colonización europea. Hasta hace poço, eran considerados como "pupilos" o "razas sometidas", carentes del desarrollo político necesario para ser considerados naciones, incapaces de autogobernarse y necesitados por ello de la protección paternalista de los "superiores" blancos* (Kymlicka, 1996:40).

Sobre isto, Kymlicka (1996) salienta que o direito internacional tradicional não considerava as populações indígenas sujeitas de direito internacional, pois isso que os tratados firmados com estas populações não eram considerados tratados ligados ao direito internacional, mas sim apenas atos unilaterais vinculados as leis internas de cada país. Estas atitudes racistas, para este autor, estão desvanecendo lentamente, aos poucos estão sendo substituídas pelo pressuposto de que representam «minorias raciais ou «grupos étnicos» desfavorecidos, cujo progresso exige interliga-los a sociedade. Nesse sentido, Kymlicka (1996: 40) afirma que «*los gobiernos nunca han reconocido verdaderamente a los pueblos aborígenes como pueblos distintos, com culturas diferentes, aunque no inferiores, a la própria*».

Ademais, Kymlicka (1996) também preocupa-se em explicar a situação dos grupos «afroamericanos», que para ele é bastante distinta, pois eles não se ajustam aos modelos de imigrantes voluntários porque foram trazidos involuntariamente para a América, como escravos, e também porque foram impedidos de se integrar-se nas instituições da cultura majoritária. Tais grupos também não se ajustam, para Kymlicka (1996), ao modelo de minoria nacional, posto que eles não possuem uma terra natal na América ou uma língua histórica comum, mas sim, provem de diferentes culturas africadas, com diferentes línguas e, além disso, não houve, segundo Kymlicka (1996), nenhuma tentativa de manter juntas as pessoas que possuíam um substrato étnico comum. Pelo contrário, este autor explica que desde o princípio se dispersou por toda a América do Norte as pessoas pertencentes a uma mesma cultura. Além disso, era proibido legalmente qualquer tentativa de recriar a sua própria cultura (como por exemplo, qualquer forma de associação negra, com exceção à Igrejas).

Para Kymlicka (1996), a maioria dos países americanos é multinacional e poliétnica, assim como quase todos os países do mundo. Motivo que talvez tenha levado Freyre (1952) a perceber que apesar de todos os pontos negativos relacionados a descriminação cultural e racial, descritos em sua obra, a sociedade brasileira constituiu-se a partir de certa harmonia entre as raças, se comparada a outras nações latino-americanas. Nas palavras de Freyre (1952: 217), a sociedade brasileira se traduziu «no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura adventícia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado».

Desse modo, apesar de utilizar termos marcados de juízo de valor, como, por exemplo, povos «atrasados» e «adiantados», o que Freyre (1952: 490), quer salientar é que «todo o brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo (...), a sombra, ou pelo menos a pinta do indígena ou do negro», mesmo tendo estes últimos sidos marcados violentamente pelas relações sociais, de domínio português, que marcaram a formação do Brasil.

É baseando-se numa interpretação semelhante a respeito da teoria de Freyre, que Fernando Henrique Cardoso, ao escrever a apresentação para a 48ª edição de *Casa-Grande & Senzala*, publicada em 2003, assegura que:

> Gilberto Freyre contrapunha a tradição patriarcal a todos os elementos que pudessem ser constitutivos do capitalismo e da democracia: o puritanismo calvinista, a moral vitoriana, a modernização política do Estado a partir de um projeto liberal e tudo o que fundamentara o estado de direito (o individualismo, o contrato, a regra geral), numa palavra, a modernidade.

Ou seja, para Freyre (1952), o que se passou na história do Brasil, as relações sociais fundamentadas pelo patriarcalismo, estava muito longe daquilo que Kymlicka (1996) abordava em sua obra: uma democracia liberal estável baseada no multiculturalismo. Freyre (1952) parecia possuir consciência da gravidade do que acontecera na história do Brasil e, por isso, buscou enxergar os pontos positivos da miscigenação, a fim de

mostrar, assim como Kymlicka (1996), que uma sociedade forma-se a partir de diferentes raças e culturas e, apenas quando houver uma verdadeira compreensão disto, despida de preconceitos, subordinação e marcas do patriarcalismo, será possível alcançar uma verdadeira democracia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro ponto que deve ser, aqui, salientado e relembrado é que o objetivo deste trabalho não é concluir se Freyre (1952) e Kymlicka (1996) possuem mais semelhanças ou diferenças, mas sim analisar se Freyre possui algum traço da teoria multiculturalista, ou seja, perceber se em algum ponto ele se aproxima de Kymlicka.
Assim, de um modo geral, percebe-se que Freyre (1952) possui, sim, traços multiculturalistas, mesmo que não aborde conceitos tão específicos como os trabalhados por Kymlicka (1996), em função, por exemplo, daquilo que já foi levantado anteriormente, seus objetos de pesquisa, seus contextos históricos e o modo de escrever, e descrever, a realidade.
Enquanto que, no final do século XX, no Canadá, Kymlicka (1996) torna-se o ponto referencial da teoria multiculturalista por esforçar-se para que as democracias liberais incorporem o multiculturalismo, *Casa-Grande & Senzala*, já no início do mesmo século, aqui no Brasil, destacava-se como uma obra singular, diferente das demais obras do mesmo período, por não se sustentar numa discussão racial limitada e inflexível, mas apoiada sobre um viés étnico-cultural, num contexto em que a terminologia etnia, por exemplo, ainda nem havia se disseminado nos estudos de ciências sociais e sociologia, no Brasil.
Gilberto Freyre fez da miscigenação a grande virtude da nação brasileira (Monteiro, 2012), tal mistura, para este autor, é o fator essencial para explicar o sucesso do colonizador português e a consequente construção da civilização brasileira. Freyre (1952) destaca sutis e minuciosos detalhes sobre questões religiosas, alimentícias, sexuais e hierárquicas dentro da cultura indígena e dentro da cultura negra. São por estes motivos que Gilberto Freyre marcou uma geração de pensadores brasileiros e representa o foco central deste trabalho e de vários outros.
Muitas são as críticas feitas a este autor, discussões que acusam Freyre (1952) de aproximar, ao extremo, a miscigenação e a democracia racial, transformando esta última em um mito; críticas às suas frases e termos que carregam algum caráter preconceituoso; e a ideia de que Freyre (2006) acreditava num Brasil em que as oportunidades para os negros e os brancos eram iguais. Críticas um tanto complexas, que possivelmente nem levam em conta o período histórico em que Freyre escreveu e que, de qualquer forma, não cabem ser, aqui, esmiuçadas ou discutidas.
O importante é que mesmo que se afaste de Kymlicka (1996) em determinados pontos e, por vezes, nem aborde algumas questões e conceitos multiculturalistas, não se pode negar que o autor possui traços do multiculturalismo, traços que, ao se levar em conta o contexto histórico em que a obra foi escrita, representam um importante «detalhe» da obra Casa Grande & Senzala.
Freyre (1952) quis mais do que analisar um contexto de exploração, procurar explicações para o modo como ocorreu a colonização brasileira, mais do que delimitar um tipo ideal de comportamento para o brasileiro, buscou perceber as especificidades dos três principais povos que deram forma a nação brasileira. Freyre (1952) tentou salientar as principais características das diferentes origens culturais que formaram essa nação miscigenada. A partir de uma base de dados documental, Freyre (1952) desejava apreender vestígios de história, cultura, tradição e hábitos dos índios, negros e portugueses para tentar demonstrar que o Brasil nasceu da contribuição que cada um deles lá deixou. Freyre (1952), apesar de seus claros juízos de valor – de certa forma aceitáveis, em meio ao que se lia a respeito na mesma época –, tentou demonstrar que é preciso valorizar e compreender as diferenças. Talvez seu verdadeiro objetivo tenha sido apenas nos contar a história de um povo marcado pela miscigenação, mas cabe à nossa interpretação, perceber traços de um incentivo a valorização das diferenças culturas que Freyre, de alguma forma, já espalhava pela teoria social brasileira.
Freyre (1952) conseguiu plantar a primeira semente para pensarmos isso no Brasil. Mesmo estando longe de focar-se, como fez Kymlicka (1996), na real defesa dos direitos das minorias, ou de citar princípios de liberdade individual, democracia e justiça social, Freyre (1952) nos mostrou que apesar de não ter sido dado o

verdadeiro valor a contribuição dos índios e negros, os brasileiros carregam diferentes características herdadas desses povos. O que nos faz refletir a respeito da importância, tão salientada por Kymlicka (1996), de acomodar, com respeito e democraticamente, diferentes culturas numa mesma sociedade.

6. REFERÊCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BASTOS, E. R. (1999), "Gilberto Freyre – Casa-Grande e Senzala" in L. D. Mota (org.), *Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico I.* São Paulo: Senac, pp. 215-234.

COSTA, S. (2001), "A mestiçagem e seus contrários - etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo". *Tempo Social*, 13(1), pp. 143-158.

FREYRE, G. (1952 [1933]), *Casa-Grande & Senzala*. São Paulo: José Olympio.

KYMLICKA, W. (1956), *Ciudadanía multicultural: una teoría liberal de los derechos de las minorias*. Barcelona: Paidós Ibérica, S.A.

LIEDKE FILHO, E. D. (2005), "A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios". *Revista Sociologias*, 7(14), Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222005000200014, [consultado em 28-05-2012].

MENDONÇA, G. P. S. (2007*), Desigualdades Raciais no Brasil: os Desafios da Luta por Reconhecimento para o Constitucionalismo*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Mestrado em Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

MOREIRA, C. (2005), *Will Kymlicka e David Miller: Multiculturalismo, Nacionalismo e Secess***ão**. Dissertação de Mestrado, Braga: Mestrado em Filosofia, Universidade do Minho.

MONTEIRO, P. (2012), "Multiculturalismo, Identidades Discursivas e Espaço Público". *Sociologia & antropologia*, 2 (4), pp. 81-101.

PRADO JR., C. (1969), *Formação de Brasil contemporâneo – colônia*. São Paulo: Brasiliense.

PÉREZ, F. (2007), "Will Kymlicka: La defensa del nacionalismo minoritário". *Astrolábio - Revista internacional de filosofia*, 4, Disponível em http://www.ub.edu/astrolabio/Articulos4/ARTICULOperez.pdf, [consultado em 02-06-2012].

A modernidade brasileira: desgarrar-se do passado português em busca de um futuro

Matheus Silveira Lima[1]

Camila Timpani Ramal[2]

Resumo: A presente acta procura mostrar como o pensamento social no Brasil que se desenvolve na década de 1930 leva em consideração, no seu primeiro plano de definições, uma revisita ao passado da formação brasileira como privilegiando uma continuidade com o passado colonial português, sem grandes rupturas, tendo estabelecido vincos muito profundos com o pré-capitalismo e o arcaísmo das instituições e da cultura política e, portanto, pensando nas possibilidades de se constituir uma modernidade, conduzida pelo Estado, mas apelando para a educação e para a construção de uma nova identidade nacional como remendo dessa missão básica. Aqui intentamos mostrar que a agenda de debates sobre a formação do Brasil e o sentido de seu atraso relativo, tanto em termos políticos e culturais, mas também econômico, é uma temática já lançada no século XIX no debate entre americanistas e iberistas, mas só desenvolvida plenamente a partir dos anos de 1920, aprofundando-se muito na década de 1930. Nesse sentido, serão apresentados alguns autores e suas idéias fundamentais que permearam o rico debate sobre o Brasil na década em questão, possivelmente a mais rica em experiências políticas e sociológicas, mas também de efervescência de idéias e de uma nova ordenação interpretativa sobre a formação e os possíveis caminhos a serem percorridos pela nação. A análise histórica procura intercalar o vivido e o pensado, no cruzamento da ação e da especulação filosófica como lados da mesma moeda, em que a história forja interpretações sociais, mas estas também influenciam nas razões de Estado e em sua agenda básica de ação.

Palavras-Chave: Pensamento Social; Cultura Política; Iberismo; Modernidade; A Questão Nacional

O Brasil e sua obsessão modernizadora: aspectos teóricos e práticos

A independência brasileira em 1822 não é um fenômeno, como se sabe, que encontre justaposição com a consolidação de seu território, havendo como antítese dessa idéia o avanço progressivo dA divisão territorial entre seus vizinhos da América Hispânica e que cedo lhe dá um sentido de que o território do nascente Império Brasileiro seria o mesmo herdado da antiga metrópole e dele se deduziria uma nação, tendo por isso no território sua razão de Estado mais elementar. A pátria teria um corpo físico e esse seria inviolável (MAGNOLI, 1999), motivação fundamental para o sufocamento das inúmeras revoltas que acontecem ao longo do século XIX (PRADO JR. 1961), tendo algumas conseguido êxito, outras se aproximado disto, mas com exceção da antiga colônia Cisplatina, todas voltaram ao seio da pátria artificial herdada do velho Império Português na laboriosa operação de transição pacífica, que dá-lhe, junto à Coroa do Rei, um dos cimentos de sua unidade.
O nascimento de um país trás consigo muito elementos que se agregam ao seu corpo social, dando-lhe unidade e

---

1 Graduado (UNESP, 2001) e Mestre (UFSCar, 2004) em Ciências Sociais e Doutor em Sociologia (UNESP, 2011). É Professor Adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) desde 2004. Atuou como "Investigador Visitante" no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa entre 2009 e 2010. Tem trabalhos publicados na Argentina, México, Espanha, Portugal e Brasil e autor dos livros "Um estudo da ordem privada" (Annablume, 2011) e "Portugal e o iberismo no pensamento brasileiro" (Edições UESB, 2014). silveira_lima@hotmail.com

2 Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista no ano de 2003 (UNESP-Araraquara), tem mestrado em Educação Escolar pela Universidade Federal de São Carlos (2010) e desde 2012 realiza estudos de doutoramento na UNESP-Araraquara. Professora efetiva do Instituto Federal da Bahia, IFBA, Campus de Santo Amaro, desde 2012, vem trabalhando com a história da educação no Brasil: a temática da nação e seus distintos projetos de desenvolvimento. camilatimpani@hotmail.com

permitindo que junto com a *idéia* de nação, haja também um *sentimento* de vinculação a essa entidade abstrata, cuja concretude se constitui a *posteriori*, de forma paulatina e com ares de naturalidade que conseguem com êxito a tarefa de esconder o ato de "invenção de tradições" (HOBSBAWN,1997) e também de identidades.
Uma recapitulação dessa formação política, social e identitária encontra dificuldades imensas em precisar o tempo de seu florescimento. Oliveira Lima em seu *A Formação Histórica da Nacionalidade brasileira*, chama a atenção para a expulsão dos holandeses em 1654 como primeiro manifesto de uma proto-nacionlidade ao passo que em Sérgio Buarque de Holanda (1971) obtemos a relevante informação de que a *língua geral* era praticamente caída em desuso ao sul da colônia, especialmente em São Paulo, já por volta de 1725, triunfando, portanto, o padrão da língua portuguesa.
Aliás, não só da língua, mas de uma verdadeira continuação da cultura portuguesa, como se vê nesse trecho tão emblemático de *Raízes do Brasil:*

> No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns de nossos patriotas, é que nos associa à Península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma. (HOLANDA: 1971, 11).

Portanto, a língua, alguns símbolos pátrios, afeição empática e até paternal pela figura do Rei, quando de sua vinda à colônia em 1808 (LIMA, 2006) são fatores pluricausais que operam no mesmo sentido de aquilatar um projeto de nação, que finalmente se consuma em torno do eixo da inviolabilidade do território após a Independência em 1822, restando aos demais aspectos constitutivos da nação os momentos vindouros de sua consolidação.
Ora, é a partir de momento mais avançado da construção da nacionalidade que tem lugar um discurso mais elaborado de sua história. No caso do Brasil, o debate entre liberais e conservadores desdobra-se no campo teórico no debate entre americanistas e iberistas[3]. Inicialmente fica estabelecida de maneira mais ou menos hegemônica no pensamento brasileiro a noção de que a *cultura política* e, em decorrência dela, os caminhos traçados pelas ex-colônias européias da América do Norte, haviam triunfado o seu projeto modernizador em face dessa característica, ficava claro também, quase de forma tautológica, que o Brasil só triunfaria rumo à uma condição mais prospera e realizaria também a sua transição ao capitalismo moderno se trilhasses as "picadas" na mata densa da história tal como fora aberta pelo países do mundo anglo-saxônico e seus herdeiros no continente americano, especialmente os Estados Unidos da América.

> A agenda modernizadora tem como centro a organização nacional que reverta nossas incapacidades e potencialize nossas qualidades de forma a construir o público/nação que assegura nossa grandeza futura (PIVA: 1997, p. 91).

No final do século XIX o dilema era enfrentado do ponto de vista da cópia de leis e constituições de países mais avançados, imaginando-se que as leis reordenariam a realidade, transformando-a. Tendo esta tarefa, como era de se esperar, malogrado, tornou-se folclórica, tendo um senador do Império dito que o Brasil precisaria de apenas mais uma lei "A que fizesse cumprir todas as outras", e que Sérgio Buarque de Holanda (1971) qualifica em seu estudo Raízes do Brasil como "letra morta" e Gilberto Freyre (2000), três anos antes, como "misticismo jurídico". De modo geral, essa inclinação a tentar resolver a contradição profunda entre cultura política de forte cariz iberista e sua tendência elementar a incompatibilizar-se com o mundo moderno entra para o adagiário sociológico brasileiro como "bacharelismo" e é sobre ele que se assentam os principais desencontros entre nação e modernidade.

---

3 Sobre o tema, ver o estudo de Luis Werneck Vianna, Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos" In: (VINNA 1997).

Oliveira Vianna se dedica longamente a mostrar e - na sequência - a combater o liberalismo artificial que floresce nos meios intelectuais brasileiros, especialmente o jurídico:

> Por esse meio, os milhões de opiniões individuais, sequiosas de se revelarem, se aglutinariam em grandes massas, em dois ou três grandes grupos, representando dois ou três grandes partidos. E teríamos, portanto, estabelecidos o pleno regime da opinião – à maneira do que acontece na América do Norte e na Inglaterra. Com essa Opinião Pública, assim partidariamente arregimentada, poderíamos desde então fruir, com tranqüilidade e orgulho justificado, todas as bem-aventuranças do regime do povo pelo povo, a Democracia em suma, a República na sua luminosa pureza e formosura" (VIANNA, 1927, p. 42)

Conclui dessa reflexão que "Como se vê, os republicanos da Constituinte construíram um regime político baseado no pressuposto da opinião pública organizada, arregimentada e militante (id. P. 43)" mas em torno de um mecanismo artificial, uma vez que "esta opinião [pública] não existia, entre nós: logo, ao mecanismo idealizado pelos legisladores de 91 faltava o sopro inspirador do seu dinamismo. Daí a sua falência" (Ibidem). A genealogia dessa interpretação histórica remonta - como citamos - ao longo debate entre Oliveira Vianna e Tavares Bastos, já referido no estudo de Werneck Viana sobre o tema do desencontro entre os fatos e as leis e daí o artificialismo que o americanismo, como sinônimo quase de democracia sempre teve entre nós.

Há que observar, entretanto, que essa questão de certa forma estava presente já nas reflexões de Antero de Quental (1871) sobre a conjunção entre a temática da cultura política como inflexão de uma sociologia dos valores, antecipando, inclusive, questões que seriam abordadas por Max Weber (1905) mais de trinta anos depois sobre a síntese de valores novos, como afinidade eletiva com as demais características do capitalismo, tal como abordada em "A ética protestante e o espírito do capitalismo". Nesse sentido, cabe observar que não teria sido apenas no Brasil, mas também em Portugal, que a apreciação histórica sobre os males dos valores portugueses, aqui ressignificados tão-somente como *iberismo,* teria impedido que fossem constituídos os meios para uma transição a modernidade, tão bem resumida por Jessé Souza (2000) como "capitalismo e democracia"[4], e que essa democracia estava especialmente ligada a uma cultura, um labor longínquo do trabalho do coletivo sobre suas próprias condições e não uma obra artificial de legisladores, como bem chama a atenção Oliveira Vianna em *O idealimo da constiuição.*

A renovação dos valores e a conseqüente aquisição de um lugar no concerto das nações ricas e prósperas foi um tema que no Brasil teria sido abordado inicialmente como transcendência do iberismo, significando aqui, em resumo, distanciar-se da herança portuguêsa[5]. Ocorre, que em Portugal, correlatamente, havia também uma idéia de desfazer-se desse Portugal que triunfou, sobrepondo sobre o período de florescimento, uma prolongada e mórbida decadência, traduzida pelo filósofo Antonio Sérgio (1929) como sobreposição de uma política de transporte (mais parasitária e emuladora da decadência) a uma política de fixação, emulando a agricultura e os ofícios nacionais de indústria e de produção.

Há, portanto, um pensamento social que consegue quase um consenso interpretativo sobre os caminhos anti-modernos de Portugal, cabendo, portanto, superá-los para que fosse possível que o progresso fosse retomado, em Portugal, e pela primeira vez fosse conhecido no Brasil.

A temática do capitalismo liberal-burguês e a "leitura do passado ibérico".

Se na década de 1930 já havia certa inclinação de que o caminho americanista era, de fato, o mais adequado, o contexto sócio-político do país começa a inclinar-se claramente para uma revisão desses pendores, que constava

---

4 A questão da modernidade no Brasil deu lugar a constituição de uma miríade de conceitos, para além desses citados por Jessé Souza. Pude tratar deles em artigo dedicado ao tema. (VER: LIMA, 2007).

5 Tarefa das mais difíceis, uma vez que reconhece Charles Boxer, um crítico habitual da afamada plasticidade lusitana"De que os portugueses, apesar de tantos erros, terem deixado raízes mais fundas enquanto colonizadores" (BOXER, 1969, p. 143)

como método básico um arremedo de democracia, com eleições regulares e nacionais, mas fraudulentas e restritivas quanto à participação popular, associada a um federalismo que sustentava uma conjuntura em que o coronelismo como sistema era a base fundamental de uma articulação densa entre poderes locais, estaduais e federal, tendo no compromisso clientelista o vetor básico de sua articulação[6]. Era como se o país misturasse o que há de malévolo no iberismo - o mandonismo e o exercício do poder sempre pela força, sem recurso a abstração que as instituições democráticas exigem – com um arremedo de americanismo – com eleições e federalismo, mas ambas de fachada, sem fundamento na realidade – que iriam, portanto, apenas legitimar e compor um sistema retrógrado e que tornava o país cada vez mais distante de suas aspirações.

Essa temática da abstração do Estado em oposição a sua materialização sob a forma de um poder patriarcal e tendendo a discricionariedade sob o comando do coronel é uma temática inaugurada na sociologia brasileira por Oliveira Vianna como vemos nessa ilustrativa citação

> Eles [os povos europeus] conseguiram discriminar, com perfeita lucidez, a diferença entre o *poder público*, como tal, e os *indivíduos*, que o exercem. Através dos representantes da autoridade, conseguiram ver a autoridade em si, na sua abstração. Do conceito concreto, tangível, pessoal do Estado, conseguiram elevar-se a um conceito intelectual, isto é, ao conceito do Estado na sua forma abstrata e impessoal. Essa *intelectualização* do conceito de Estado ainda, infelizmente, não a atingimos." (VIANNA: 1987, 247) [grifos do autor].

A crise de 1929 e a realidade incontornável de que o modelo agro-exportador, sustentáculo básico da economia e do sistema político (VER: SALLUM JR, 2000), tornou a *tomada de consciência* do nosso passado rural, agrário e arcaico e os desdobramentos dessa situação, um elemento inadiável da vida política e da vida intelectual do país.

Nesse momento, a emersão de um projeto de modernização conservadora, calcada no iberismo, já era idealizada na obra seminal de Oliveira Vianna, *Populações Meridionais do Brasil* (1920) mas ganha corpo com o projeto varguista que tem lugar a partir da Revolução de 1930 e se aprofunda com o golpe do Estado Novo (1937) havendo, portanto, um recrudescimento da temática política do iberismo, de afeição ao Estado forte, mas remodelado como fator propulsor dos gargalos econômicos que impediam o desenvolvimento do país, tratando ao mesmo tempo, pela via da força, de uma nova regulação das *relações sociais de produção*, constituindo uma legislação trabalhista, mas também das *forças produtivas*, para evocarmos aqui o binômio fundamental tratado por Marx (2001) sobre a constituição do modo-de-produção capitalista. Assim, Getúlio Vargas ao estimular a indústria através da substituição de importações, só possível devido à conjuntura de relativo fechamento dos mercados mundiais, tendo lugar o protecionismo como mecanismo básico de acesso do Brasil ao seu próprio mercado, avança o processo de acumulação primitiva de capitais, mas pela via iberista e não americanista como se supunha desde o século XIX.

Nesse sentido, triunfa Oliveira Vianna, ao impôr não só seu diagnóstico anti-liberal, mas também ao torná-lo um instrumento de transformação, não como uma ideologia ou um fim em si mesmo, mas como artífice do que fica conhecido na sociologia brasileira como "autoritarismo instrumental" na lúcida conceituação de Wanderley Guilherme dos Santos (1978). Desse modo, a realidade da década de 1930 se mistura às novas reflexões de Oliveira Vianna, para quem o corporativismo, o sindicalismo atrelado a uma nova legislação trabalhista trazem a resposta. Se há em *Populações Meridionais do Brasil* uma evocação com pendores romantizados da nobreza da vida rural que os ibéricos trouxeram a Colônia, eles são abandonados no estudo *Problemas de direito corporativo* (1838) e também em *Instituições Políticas Brasileiras* (1987 [1953]).

Discutindo esse contexto intelectual do Brasil nas décadas de 1920 e 1930, em especial nas suas relações com a política e com o Estado, Daniel Pecaut (1990) define de forma bastante sintética essas relações, ao conceituar

---

6 A conjuntura desse período foi exaustivamente estudada no estudo clásssico de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto* (1986) e seus fundamentos retomados e submetidos a apreciação dos novos estudos e pesquisas no também já consagrado artigo de José Murilo de Carvalho (1997) sobre o tema.

que "O corporativismo se traduz por redes institucionais, através das quais os interesses múltiplos se articulam por meio dos conselhos técnicos e as elites mais diversas encontram meios de coexistir na esfera do Estado" (p. 56). Essa articulação entre o pensamento, expresso pela intelectualidade do período, e a política, aqui já um sinônimo de Estado, é rearranjada em outros termos, isto é, "Contra a política, apelavam para a "realidade" e sua unidade subjacente; contra a realidade amorfa, apelavam para a formação de uma organização social sob a égide do Estado" (Id. p. 57).

Hegemonia paulista, novo capitalismo e recusa do patrimonialismo. Fim do Iberismo?

Ao mesmo tempo em que notamos que a década de 1930 triunfa um modelo de intervenção do Estado que consagra o autoritarismo como seu método e o iberismo como a genealogia dessa tradição, é possível também captar nos interstícios desse período histórico uma movimentação de fundo que no longo prazo abala esses alicerce, abrindo possibilidades de diversificar o sistema, que passa então a contar com setores e regiões mais dinâmicas convivendo com outros mais patrimonialistas e dependentes do Estado e sua capacidade de controle sobre os recursos, atendendo a reivindicações distintas conforme as demandas regionais.

Essa dualidade, ou até mesmo multiplicidade de uma estrutura político-econômica traz consigo uma história e como tal influencia as escolhas das elites locais, dos grupos empresariais, das reivindicações classistas. Nesse sentido, o Brasil passaria a contar a partir da década de 1930, na medida em que se avançavam as reformas, com um sistema mais moderno e outro mais arcaico. Segundo Simon Schwartzman (1975) as distintas realidades regionais que consolidam uma desigualdade cada vez maior entre elas seriam parte dos desdobramento de sua formações históricas distintsa, o que permitiria apontar tendencialmente para formas predominantemente tradicionais no Nordeste e em Minas Gerais, ambos centros político e econômico de grande pujança no passado mas que entram em decadência ao longo do seculo XIX. Essas regiões guardariam semelhanças com formas de organização baseadas no patrimonialismo, que teria fincado raízes mais profundas no Rio de Janeiro, capital e centro da administração no período crucial da consolidação do Brasil como nação e que contrastaria de forma acentuada com São Paulo, estado que , como se sabe, esteve historicamente isolado durante um longo período, e portanto, mais distanciado das influencias da patronato estamental português, aprofundado ainda mais com a vinda da corte em 1808. Por esse motivo, São Paulo seria uma região tendencialmente mais burguesa e que teria se desamarrado com mais força dos vincos patrimonialistas. Outro região importante é o Rio Grande do Sul, cujas experiências nas lutas pelas fronteiras teria lhe desenvolvido uma belicosidade e independência do poder central que explicaria em última instância sua tendência militar que se converte ainda no século XIX em terreno fértil do positivismo e ocupa, por força dessas características, e não de seu lado Europeu e mais moderno, um papel político central, em contraste com a diminuta presença política de São Paulo em face de sua pujança econômica depois da década de 1930.

Em síntese, para Simon Schwartzman, haveria, assim, uma clara divisão no Brasil entre as áreas mais patrimoniais- Nordeste, Minas Gerais e o Nordeste - e outras mais capitalistas – São Paulo e Rio Grande do Sul – de modo que as condições conflitantes, com grande potencial de uma ruptura entre essas diversas áreas geográficas do Brasil seriam sempre equacionadas politicamente, estando as áreas mais patrimoniais voltadas ao atendimento de demandas por mobilidades social das elites que controlavam o poder nos estados, ao passo que no segundo caso a política responderia aos grupos de interesses claramente delimitados já por um divisão social do trabalho capitalista e moderna. Chamando a atenção ainda para divisões entre setores rurais e urbanos e entre capitalistas e operários no interior de cada um desses sistemas, o autor conclui que é "elevado o número de possíveis combinações" (SCHWARTZSMAN: 1975, 55)

Assim, problematizar a questão da herança portuguesa por essa via estabelece uma mediação mais clara da problemática da modernidade no Brasil, revelando que a presença de um modelo de relações sociais e políticas estabelecidas ainda no período colonial, revela-se como histórico importante para desvender as opções regionais que em última instância ajudariam a explicar também a desigualdade enorme entre elas.

Breve conclusão: Portugal de ontem e de hoje

A abordagem apresentada aqui trás evidentemente uma leitura de Portugal a partir da sua abordagem mais recorrente no pensamento social brasileiro, que sempre enfatizou mais o período da chamada *decadência* do que do florescimento que levou as caravelas às praias da Bahia[7]. Numa visão expressivamente sintética do período, diz Jaime Cortesão sobre o Portugal dos primeiros séculos que precedem às navegações: "O Estado [português] atinge a forma de organização que lhe permite resolver o grande problema da expansão da Europa e do conhecimento do planeta" (1984:124) e conclui adiante que esse Estado era fruto de uma cultura "experimental e expansionista, pelo espírito da dúvida e a negação da autoridade dos antigos" (Id. 150). Entretanto, permanece a leitura ainda usual no imaginário brasileiro de que o atraso do país encontraria explicação mais nas tradições e nas heranças portuguesas do que propriamente na história do Brasil já independente e suas escolhas.

É preciso referir que mesmo em Portugal a temática da herança do período de decadência foi-lhe bastante prejudicial e, como no Brasil, buscou-se, em mais de uma geração de pensadores e ensaístas, encontrar saídas que modernizassem as instituições e a economia, como que combatendo o seu próprio passado, o que no contexto do Portugal atual de um dos membros fundadores da União Européia, mesmo com a crise atual, é de supor-se que foi uma tarefa plenamente exitosa.

No Brasil, a conclusão não é tão peremptória e está presente cada vez mais no desnudamento das diferentes realidades regionais, sua relação com o Estado como motor de reivindicações diversas, que reforçadas depois da Revolução de 1930, ainda mantém um setor atrasado e vocacionado para uma relação instrumental com o Estado que evoca os fantasmas do modelo patrimonialista em sua forma básica de clientelismo, e outra região mais distanciada dessa relação e, portanto, mais preocupada em ver atendidas as reivindicações de uma classe média permanente sob o risco de empobrecimento em face da voracidade fiscal do Estado, que pouco lhes dá de retorno sob forma de políticas públicas, o que é um tema permanente nas sociedades mais modernas dos Estados Unidos e da Europa.

Portanto, ainda que seja um conceito de forte qualificativo pejorativo, a noção de herança portuguesa e de iberismo como histórico imediato do Brasil moderno ainda é um tema que merece ser revisitado, seja para conceituar melhor os fantasma do passado ou ainda para entender as escolhas modernizantes e, finalmente, porque veio a dar certo em algumas regiões do Brasil e em outras não.

Bibliografia

BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradiçao e artifício: iberismo e barroco na formação americana*. Ed. UFMG/ Iuperj. Rio de Janeiro, Belo Horizonte, 2000.

BOXER, Charles R. *O Império Colonial Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro.* São Paulo: Aderaldo & Rothcilds Editores, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. "A utopia de Oliveira Vianna" IN:___ *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 202-231.

_____"Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual" IN:___ *Dados, Revista de Ciências Sociais*. Vol. 40 n º 2, Rio de Janeiro, 1997. p. 229-250.

CORTESÃO, Jaime. *Os fatores democráticos na formação de Portugal.* Lisboa: Livros Horizonte, 1984. Primeira edição: 1930.

7 Pude desenvolver essa temática do florescimento e decadência de Portugal, tal como aparece em autores portugueses e também entre autores brasileiros no meu livro intitulado "Portugal e o iberismo no pensamento brasileiro" (LIMA, 2014)

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal.* São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2000.

HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal.* Livraria Bertrand: Amadora, 1980.

HOSBAWN, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* 6ª Edição. Rio de Janeiro: INL/ José Olympio Editora, 1971.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto.* O município e o regime representativo no Brasil. 5ª edição. São Paulo: Alfa-omega. 1986.

LIMA, Matheus Silveira. Debatendo os conceitos de cultura e modernidade: história e conceitos no pensamento social brasileiro. *Configurações*, n. 3, p. 131-148. Minho (Portugal): Ed. Campo das Letras, 2007.

_____*Um estudo da ordem privada:* introdução ao pensamento político de Nestor Duarte. São Paulo: Annablume; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2011.

_____. Portugal e o Iberismo no pensamento brasileiro. Vitória da Conquita: Edições UESB, 2014

LIMA, Oliveira. *A formação história da nacionalidade brasileira.* São Paulo: Publifolha, 2000.

_____*Dom João VI no Brasil***.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria – Imaginação geográfica e política externa no Brasil* (1808-1912) São Paulo: Editora Moderna, 1997

MARX, Karl. *O Capital:* crítica da economia política. Livro primeiro: O processo de Produção de Capital. Volume II. 17. ed. Tradução de Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MELLO, Evado Cabral de. Reler o Abolicionismo. In: _____. *Um imenso Portugal:* história e historiografia. São Paulo: Editora 34, 2002.

MICELI. Sérgio. *Intelectuais e classes dirigentes no Brasil* (1920-1945) DIFEL: SP/RJ, 1979.

PECAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil:* entre o povo e a nação. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990.

PIVA, Luís Guilherme*, Ladrilhadores e Semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940*). Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo: 1997.

PRADO JR. Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos***.** São Paulo: Brasiliense, 1963.

QUENTAL, Antero. *Causas da decadência dos povos peninsulares.* Lisboa: Ulmeiro, 1871.

SALLUN JR., Brasílio. "A condição periférica: o Brasil nos quadros do capitalismo mundial (1945-2000). In: MOTA, C.G.. *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. SENAC: São Paulo, 2000.

SANTOS, Wanderley dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SÉRGIO, Antonio. *Breve interpretação da História de Portugal.* Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1972. Primeira edição: Espanha, 1929.

SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado nacional.* São Paulo: DIFEL, 1975

SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva*. Brasília: UNB, 2000.

VIANNA, Francisco de Oliveira. *O idealismo da Constituição.* Rio de Janeiro: Edição de Terra de Sol, 1927.

_____. *Populações meridionais do Brasil.* **Populações rurais do centro-sul. Paulistas-Fluminenses- Mineiros. 7. ed. 1º volume. Belo**

Horizonte: Itatiaia; Niterói: EdUFF, 1987a. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 107).

_____. *Instituições políticas brasileiras.* Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: EdUFF, 1987b. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 107/108).

_____ *Problemas de Direito Corporativo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

VIANNA, Luís Werneck. "Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos" IN:___ *A revolução passiva, iberismo e americanismo no Brasil.* Rio de Janeiro: REVAN/IUPERJ, 1997.

WEBER, Max. *História geral da economia.* São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.

_____*A ética protestante* e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira, 1989.

A última tragédia: identidades em questão

Melquisedeque Muniz de Melo[1]

Márcia Maria de Medeiros[2]

Resumo: Visitar a história da Guiné-Bissau faz com que observemos na sua construção o percurso das identidades que formam a nação resultante de um longo período colonial somado ao quadro pluriétnico do país. Abdulai Silá em seu romance *A última tragédia* mostra como as personagens representam o eixo das identidades guineenses. Pretendemos aquilatar por meio de um romance guineense a questão identitária de seu país, bem como as identidades articulam-se dentro dele.

Palavras-chave: Identidade(s); Guiné-Bissau; Abdulai Silá; Colonialismo.

1. Introdução

A questão da discussão sobre o (s) conceito (s) de identidade tem chamado a atenção dos estudiosos das humanidades durante os últimos tempos, sem que seja possível chegar a uma conclusão em relação ao processo, já que o (s) conceito (s) em si traz diversos questionamentos, pois possui uma série de problemáticas que não se resolvem facilmente.

Para Barzotto o termo «identidade» por si só é polêmico e árduo de desenvolver, pois vai além de um indivíduo ou de um grupo social (Barzotto, 2008: 19). Stuart Hall enxerga a identidade como algo em crise, uma vez que o sujeito antes unificado agora está fragmentado, dado os efeitos da globalização (Hall, 2006: 7). Medeiros diz ser necessário considerar «que o conceito de identidade mudou», visto que suas alterações emanam das sociedades modernas (Medeiros, 2008: 396). Diante dos apontamentos, nota-se um emaranhado teórico que busca explicar o conceito de identidade, posto que há uma complexidade em buscar soluções para este conceito.

Ao nos atermos nas palavras de Hall, percebemos que sua justificativa se vale de uma questão histórica, pois, no passado, o «sujeito do Iluminismo estava baseado da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado» (Hall, 2006: 8).

Com o avanço da modernidade, o sujeito do Iluminismo perdeu seu espaço diante das complexidades do mundo moderno. Sendo assim, surge o sujeito sociológico, o qual é formado «na inteiração entre o eu e a sociedade» (Hall, 2006: 8), desmontando a estrutura unificada do sujeito iluminista.

O sujeito sociológico, mesmo atuando no mundo moderno, é surpreendido com a globalização. Segundo Hall, o efeito da globalização causa impacto na identidade cultural, fazendo com que um novo tipo de sujeito se articule no meio social, sendo este o sujeito pós-moderno.

Agora «o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um eu coerente» (Hall, 2006: 8). Diante do sujeito pós-moderno, Hall argumenta que «a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia» (Hall, 2006: 9).

A globalização faz com que as sociedades fiquem em constante mudança, sempre de maneira rápida, e assim elas são caracterizadas pela diferença, visto que são atravessadas por «diferentes visões e antagonismo» (Hall, 2006: 10). Logo, o sujeito pós-moderno, ao acompanhar esse fluxo, se desloca porque se vê em uma variedade de esferas cognitivas, sendo impossível se apreender enquanto sujeito iluminista, unificado, diante de tantas

---

1 Metrando pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – campus Campo Grande. E-mail: melquis_muniz@hotmail.com. GT 4: Leituras cruzadas: autores de Portugal, Brasil e África e suas leituras do outro.

2 Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

contradições sociais. Neste sentido, estabelece-se que existem identidades, e não identidade, um único sujeito assume várias posições identitárias conforme sua articulação social.
O sujeito em sua trajetória de vida sente a necessidade de fazer e ser parte de determinado povo, para assim ter seu local de pertença, seu espaço de socialização com o meio, «pois se o ser humano estiver ligado ao vazio não tem como possuir um referencial de identidade» (Barzotto, 2008: 20).
Portanto, existe uma busca pela identidade no qual o indivíduo está sujeito, sua essência humana necessita identificar-se com um espaço e com os membros que o ocupam. Devido a isto, Zilá Bernd prefere substituir o termo identidade pelo conceito de identificação «que contém em si a noção de processo» (Bernd, s/d: 21).
Para Bernd, usar a expressão identificação é extremamente necessário quando o assunto é identidade, pois, assim como Hall, Bernd vê a identidade como algo inconstante, que pode alterar-se de acordo com as circunstâncias sociais, que por sua vez, também são inconstantes.
Moema Augel em seu texto *O desafio do escombro* (2007), faz uma reflexão acerca da identidade na Guiné-Bissau. De modo geral para a autora, a identidade é algo em construção contínua, esse processo se faz com «matéria-prima tirada da história, da geografia, da biologia, de instituições produtivas e reprodutivas, da memória coletiva e de fantasias pessoais, assim como dos aparatos de poder e da experiência religiosa» (Augel, 2007: 237). Essas matérias-primas são ordenadas e coordenadas por determinantes sociais, uma vez que elas alteram-se de acordo o momento histórico.
O autor Homi Bhabha investiga como se dá a questão da identidade na era da globalização, o autor interroga a identidade em uma esfera social que passou pela colonização. No regime político em que a colonização impera e impõe suas regras de sobrevivência, há uma despersonalização do sujeito, fazendo com que caia a tese de um indivíduo unificado, pois o mesmo se vê em uma situação de deslocamento.
No caso do continente africano, que teve uma intensa e sofrida história de colonização pelas potências europeias, as comunidades se viram perturbadas socialmente e psicologicamente por esse regime autoritário e violento. O resultado dessa situação é que os olhos do homem branco destroçaram o corpo do homem negro, e nesse ato de violência epistemológica seu próprio quadro de referência foi transgredido e seu campo de visão perturbado (Bhabha, 2013: 80).
Nessa relação identitária, há um conflito que Bhabha insiste em questionar, assim como Hall conceitua esse momento como identidade em crise. O fruto desse embate culmina em um choque de ideais em que o Eu procura decifrar «sua existência em relação a uma alteridade, seu olhar ou locus» (Bhabha, 2013: 83).
Para dar voz a esse Eu que se encontra em constante busca, a literatura surge como espaço em que a identidade poderá ser manifestada, como também questionada. Isso porque

> [...] a literatura possibilita pôr a descoberto os veios do inconsciente coletivo, veicula o que escapa à observação sociológica ou à documentação histórica, desvenda aspirações, fareja e antecipa as tensões subjacentes. A literatura é sem dúvida o espelho da sociedade em que se desenvolve e é uma das suas manifestações mais vivas (Augel, 1998: 19).

A literatura colabora para expressar os sentimentos de uma sociedade por meio da ficção, em sua configuração, ela acaba por retratar os desejos desta sociedade, bem como refletir as identidades que podem constituir uma comunidade.
Pensar em Literatura já remete a ideia de signos linguísticos que unidos formam os textos. «Entremeio ao mundo mágico que só a literatura tem poder de criar o cotidiano histórico imaginado em seus traços essenciais» (Medeiros, 2006: 13), observa-se que a Literatura vai além desses signos, ela abre as cortinas para as cenas da vida na qual está inserida, e elabora no seu corpo os trajetos de uma sociedade, bem como as suas particularidades, os seus anseios, os seus sonhos e as suas utopias. Tudo isso pode ser resumido nas palavras de Todorov, que diz que «o objetivo da literatura é representar a existência humana» (Todorov, 2009: 86). A literatura é o manifestar de uma sociedade, e nela estão refletidos os movimentos de um povo.
O saber literário requer um transporte da realidade à ficção, e no seu percurso não há um segmento, uma regra a ser seguida, a literatura é aquela que transmite o brado de sua nação, e, desta forma, monta as peças do mosaico

social da qual faz parte. «A literatura é sem dúvida o espelho da sociedade em que se desenvolve e é uma das manifestações mais vivas» (Augel, 1998: 19).
Como «a criação literária corresponde a certas necessidades de representação do mundo, às vezes como preâmbulo a uma *práxis* socialmente condicionada» (Candido, 2000: 49), os textos literários servem como espelho da nação, neles são criadas imagens que servem como estratégias para o desvendamento das identidades de determinado grupo social.
Uma vez que a literatura pode ser um veículo para representar as identidades de um povo, essa situação torna-se mais favorável quando se trata de países que tentam assomar como nações independentes, pois durante décadas foram colônias de impérios europeus.

2. O emergir da (s) identidades (s) em *A última tragédia*

A partir da premissa do que é a literatura, queremos destacar as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, que aos poucos conquistou leitores no Brasil, sobretudo após a promulgação da lei nº 10.639 (posteriormente modificada para lei nº 11.645), que tem como um dos seus objetivos o estudo destas literaturas. Mesmo diante as dificuldades do mercado editorial, os textos literários africanos já estão no palco de estudos literários no Brasil.
Mediante as barreiras de encontrar livros tanto literários como teórico-críticos africanos no Brasil, vê-se uma grande dificuldade em disseminar essas literaturas pelo país, ainda mais quando se é extremamente necessário, obviamente, estes textos para poder estuda-los nos cursos de Literaturas Africanas, «ou seja, está em grande parte nas mãos do mercado editorial a decisão sobre quais autores serão estudados» (Macedo, 2010: 283).
Com essa realidade pouco se encontra textos literários das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa no Brasil, entre eles de dois países são mais difíceis de encontrar. São Tomé e Príncipe aparece apenas em algumas antologias, e da Guiné-Bissau encontra-se o romance A última tragédia (1995), de Abdulai Silá, e o livro de poesias No fundo do canto (2003), de Odete Semedo. É notável que tanto a Guiné-Bissau, como São Tomé e Príncipe tem um número restrito de publicações no Brasil, e isto ocasiona um desconforto fazendo com que questione do porque não ter outras obras desses dois países editadas nas editoras brasileiras.
Vale ressaltar que a Guiné-Bissau é país localizado na costa ocidental africana, este lutou contra a opressão colonial durante anos, para assim ser constituído um estado-nação independente. E mesmo com a independência declarada, o país ainda sofreu com a guerra civil por um longo período, e ainda hoje passa por mazelas que a colonização deixou como triste herança, o que não impede de um povo manifestar sua cultura e identidades nos seus costumes e na sua literatura.
A Guiné-Bissau constitui um dos países africanos que tem como idioma oficial a língua portuguesa. Assim como Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, a Guiné-Bissau foi colônia de Portugal, sendo a primeira entre as colônias africanas a declarar sua independência, em 10 de setembro de 1974. Um ano depois, em 1975, as outras colônias seguem os guineenses, e declaram também sua libertação do regime colonial português.
Assim como seu país, a literatura guineense é jovem, o primeiro romance a ser publicado foi no ano de 1994, intitulado *Eterna paixão*, de Abdulai Silá. Do mesmo autor foram publicados ainda *A última tragédia* (1995) e *Mistida* (1997), todos os três títulos foram editados pela Ku Si Mon Editora, a primeira editora privada da Guiné-Bissau, sendo que um dos sócios fundadores é o próprio Abdulai Sila.
O significado do nome Ku Si Mon é "feito com as mãos", sendo que essa palavra pertence ao crioulo guineense, que é a língua veicular do país. A curiosidade quanto ao nome da editora não está apenas no seu significado, mas também na intenção de seus fundadores em deixar seus próprios sobrenomes marcados na editora. Fafali Koudaw, Abdulai Silá e Teresa Montenegro são os grandes idealizadores dessa marca, e se pegarmos as iniciais de seus sobrenomes é possível formar o nome da editora. A Ku Si Mon foi fundada em 1994.

Pela Ku Si Mon Abdulai Silá publicou outras obras, os romances A última tragédia e Mistida (1996), e também duas peças de teatro As orações de mansata (2007) e Dois tiros e uma gargalhada (2013). A partir dessas pu-

blicações, nota-se a força de Abdulai Silá em promover a literatura de seu país, que durante tanto tempo lutou para conquistar a independência do poder opressor colonial.

Segundo entrevista dada à Fernanda Cavacas, Abdulai Silá diz que a ordem de publicação de seus romances não segue a ordem de escrita. *A última tragédia* foi o primeiro romance escrito pelo autor, e um ano depois Sila escreveu *Eterna paixão.* A justificativa dada pela inversão das publicações foi que em 1994 «houve liberdade de expressão e *Eterna paixão* reflectia de certa forma aquela vivência do momento» (Sila, 2002: 9).

Em *A última tragédia* estão impressos os sonhos de uma nação recém-independente, e que ainda sofreu com uma guerra civil cruel e desumana. Em torno de uma personagem feminina, o enredo expõe as identidades guineenses que formam um país e que bradam sonhos de liberdade.

Para tanto o autor volta no tempo e constrói sua história no tempo da Guiné colonial (ou Guiné-Portuguesa, nome adotado pelos portugueses para referir-se a sua colônia). Assim, Sila procura «uma explicação para a origem e as causas dos males» (Augel, 2007: 305) que nortearam a formação da sociedade guineense, já que as identidades entraram em conflitos, acreditando que o governo privilegiava pessoas de determinados grupos.

Para melhor entender a questão de privilégios étnicos, embora esse assunto rende intensas discussões e conflitos, é necessário voltar na partilha da África, período em que as nações europeias se reuniram na Alemanha entre 1884 e 1885. Sem respeitar a geografia do continente, tampouco os líderes locais, as potências da Europa dividiram o território africano segundo seus interesses e seus acordos políticos.

Isso tudo «levou a uma divisão do continente que não respeitou as fronteiras e a organização espacial de seus diversos grupos etnolinguísticos; (...) à transformação da mão de obra local em mão de obra escarava» (Silva, 2010: 191). Essa ação transgrediu o continente africano, e agrupou em um mesmo espaço povos de diferentes etnias, sendo até algumas rivais.

A realidade para o africano, no período colonial, sempre esteve ligada a uma submissão em relação ao europeu. Sua posição dentro da cidade colonial é de subalternidade, tendo proibições de frequentar os espaços dos brancos. Diante dessa discussão, Cabaço diz que a pele negra impedia o acesso «a maioria dos locais de convívio e lazer frequentado por civilizados» (Cabaço, 2009: 38).

Acerca da colonização, Cabaço esclarece que "só existe colonizado porque existe o colono» (Cabaço, 2009: 39). Enquanto o colono desfruta de uma alta posição dentro colônia, o colonizado é sufocado por ações políticas que o restringem a um «não civilizado". Dentro do território colonial, o europeu tem privilégios, a começar por um vasto número de criados que não são protegidos por lei, e ainda adquire postos administrativos elevados.

Nas palavras de Memmi, o colonizador «quanto mais respira a vontade, mais o colonizado sufoca» (Memmi, 2007: 42). Nessa perspectiva, a Guiné-Bissau se constrói, e assim como as outras colônias africanas, tem suas marcas históricas costuradas por uma linha de violência física e psicológica, que permanece viva na memória dos guineenses.

Essa questão explica alguns dos infortúnios da pós-colonização, pois, mesmo com o passar do tempo, a questão tribal dentro do continente foi e é um fator a ser vencido. Um dos motivos da guerra civil na Guiné-Bissau, na década de 90, é que um líder político acreditava que o presidente (na época Nino Vieira) privilegiava grupos de uma determinada etnia.

Toda essa questão política e histórica pode voltar-se para a identidade, pois se observa que há várias identidades que atuam em um mesmo espaço. A africanista Moema Augel explica esse tema. Ela diz:

> Na Guiné-Bissau, como em toda a África, a questão da identidade é onipresente, mesmo quando não expressamente nomeada. O passado colonial, a escravidão e o tráfico negreiro, a dominação estrangeira, as inúmeras línguas faladas e a etnicidade de cada um penetram ou estão latentes em todas as relações humanas e em todas as decisões particulares e políticas, sem que isso implique obrigatoriamente discriminação ou preconceito. De forma pacífica ou em eclosões violentas, as identidades, sobretudo grupais, constituem uma das forças motrizes mais poderosas do continente. (Augel, 2007: 231).

Um exemplo figurativo dessas identidades pode ser encontrado no romance de Abdulai Sila. Como protagonista de *A última tragédia*, Ndani perpassa desde o mundo tradicional africano, como também assimila os

costumes dos portugueses. Nascida na Guiné a personagem acaba aprendendo a articular-se dentro dos padrões europeus. Podemos considerar que Ndani tem três faces, cada qual representa uma identidade que vive em meio às agruras do período colonial.

O início do romance aparece a jovem Ndani, com apenas treze anos, buscando emprego na casa de um casal de portugueses. A personagem fugiu de sua tabanca[3] e foi para a capital Bissau, pois em sua aldeia acreditava-se que ela era amaldiçoada com a má sorte, e isto poderia contagiar todos a sua volta.

Sabendo falar poucas palavras em português («Sinhora quer criado?» (Sila, 2002: 21) é um exemplo), e após muita insistência diante da recusa da portuguesa, o dono da casa aceita ter a menina como uma empregada. Observamos a situação de subalternidade da personagem, que precisa de muito tempo para conseguir até um copo com água na casa de seus patrões. Spivak explica que nesse contexto «a questão da mulher parece ser mais problemática (...), se você é pobre, negra e mulher» (Spivak, 2010: 84), existem três motivos para encaixam na subalternidade, sendo que Ndani, além de mulher, negra e pobre, é colonizada, ou seja, acrescenta-se um quarto item que inferioriza a personagem. Agora apresentada pelo narrador, Dona Linda, como colona, branca e portuguesa, sente-se no direito de batizar Ndani de Maria Daniela. E ainda diz:

> A gente vem para esse inferno para civilizar-vos e vocês a criarem confusão...Mas nome comunista na minha casa é que não vou tolerar. Nunca! O teu nome vai ser Daniela, ouviste? A partir de hoje, tu és Daniela, Da-ni-e-la. Maria Daniela e mais nada. (Sila, 2002: 30)

Mais tarde Dona Linda decide colocar Ndani na catequese, para aprender a religião católica. Além de aprender a falar português, bordar, e portar-se como uma civilizada, Ndani ainda disputa com as criadas de outras patroas quem aprende mais os ensinos cristãos. «O problema mais grande era como conseguir saber mais que a Maria Clara. Ela sabia tudo, estava metida naquilo há muito tempo! A Maria da Conceição é que tinha mesmo razão: ela devia ser irmã! » (Sila, 2002: 51).

Ao analisarmos estas ações de Ndani, percebemos que sua identidade é incompleta, está em processo, sempre sendo formada (Hall, 2006: 10). A protagonista chegou a um novo ambiente sabendo algumas expressões linguísticas portuguesas, e depois se torna uma praticante do catolicismo. Ou seja, através de processos inconscientes, e com o passar do tempo, a personagem constrói dentro de si uma nova identidade, e assim ela sobrevive na esfera maniqueísta colonial.

Outra personagem que demonstra ter várias identidades é Bsum Nanki, mais conhecido como Régulo, pois é o líder tradicional e espiritual de sua região chamada Quinhamel, cidade localizada no interior da Guiné-Bissau. Para vingar-se do Chefe de Posto (português que cobra dos guineenses impostos para Portugal) de sua cidade, o Régulo decide construir uma casa dentro dos padrões dos brancos e casar-se novamente, pela sexta vez. A exigência para a nova esposa é que ela seja guineense, mas com hábitos de portugueses. Surge então o casamento do Régulo com Ndani, que a essa altura fora violada por seu patrão, e Dona Linda a culpa por esse ato. Por ser um líder tradicional, espera-se, em um primeiro momento, que Bsum Nanki mantenha a ordem da tradição. Hall explica essa atitude dizendo que não há uma identidade unificada e coerente, e o Régulo é uma personagem que exemplifica isso, pois «o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos» (Hall, 2006: 2). Para o momento da vingança o Régulo assume uma nova identidade, fora dos padrões tradicionais, ao mesmo tempo em que consuma um casamento dentro dos preceitos guineenses.

Também como ato de vingança, o Régulo constrói em Quinhamel uma escola na intenção de proporcionar para a população local um ensino que seja necessário para semear ideias de libertação, de forma que os moradores parem de se sujeitar as imposições coloniais. Assim é contratado o Professor, personagem que age na narrativa apenas com esse nome.

Fato importante do Professor é a cor de sua pele. Sendo negro e guineense, a personagem passou pela ordem dos padres e adquiriu a profissão para lecionar. Isto demonstra que há um filho da terra, com costumes de seu

---

3 Tabanca: aldeia.

povo, pertencente a cultura local, mas que navegou pelo espaço do branco sem perder as características de seu povo. Dentro da escola o Professor é como mensageiro de um novo mundo sem as crueldades impostas pela autoridade colonial.

Após a noite de núpcias, em que o Régulo descobre que sua esposa não é virgem, sendo isso uma difamação para o líder, a personagem cai em desgraça. E, de tanto frequentar a casa do Régulo, o Professor e Ndani se apaixonam, tem um filho e vão embora para Catió, outra cidade do interior da Guiné-Bissau, e também lugar onde nasceu Abdulai Sila.

Em Catió o Professor envolve-se em uma briga com um branco, e acusado injustamente, e é deposto para a ilha de São Tomé, lugar de onde nunca voltou, e Ndani, após vinte anos, entra nas ondas do mar a procura de seu esposo.

Toda essa ação da narrativa colabora para vermos as identidades que formam o mosaico social da Guiné-Bissau, e como justifica Bhabha, «a questão da identificação nunca é a afirmação de uma identidade pré-dada, nunca uma profecia autocumpridora» (Bhabha, 2013: 84). A tríade de personagens que formam o enredo servem para observamos o quão muda suas posições identitárias conforme o momento em que estão inseridos, e o quanto a ordem colonial alterou a forma de agir das personagens, uma vez que eles necessitam saber articular-se dentro desse espaço, sem que sejam soterrados pelas atitudes violentas dos colonizadores.

3. Considerações finais

A última tragédia revela-se como um romance que serve para vermos as identidades que estão inseridas no âmago da sociedade guineense. A literatura nesse momento, sobretudo a pós-colonial, surge como resposta dos que foram silenciados, serve como porta de escape para aqueles que estiveram anos sujeitos ao poder dizimador da colonização.

São nas palavras, nas frases do romance e nas ações das personagens que descobrimos uma Guiné-Bissau escondida, silenciosa, que aos poucos põe a descoberto suas belezas e sua cultura. Mesmo se reerguendo de um sofrido passado, não resta dúvidas que sua literatura serve como farol que direciona uma nação e ilumina seu caminho.

Ndani, o Régulo e o Professor são exemplos de um hibridismo cultural, em que as identidades assumem uma nova posição sem perder seus hábitos, mas também sem rejeitar novas formas de agir e se posicionar (Bhabha, 2013: 105 e 106). O romance é o espelho de sua nação, com palavras de um país que clama por paz, representando cada guineense, cada sujeito de sua terra, de seu chão.

4. Referências bibliográficas

AUGEL, Moema Parente. (1998), *A nova Literatura da Guiné-Bissau*, Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP).

_____(2007*), O desafio do escombro – Nação, Identidades e Pós-colonialismo na Literatura da Guiné-Bissau*, Rio de Janeiro: Garamond.

BARZOTTO. Leoné Astride. (2008), *Interfaces culturais: the ventriloquist's & Macunaíma*. Tese de Doutoramento, Londrina: Universidade Estadual de Londrina.

BERND, Zilá. (s/d), *Literatura e Identidade Nacional*, Rio Grande do Sul: UFRGS Editora.

BHABHA, Homi K. (2007), *O local da cultura*, Belo Horizonte: Editora UFMG.

CABAÇO, José Luís. (2009), *Moçambique – Identidade, Colonialismo e Libertação*. São Paulo: Editora UNESP.

CANDIDO, Antonio. (2000), *Literatura e Sociedade*, São Paulo: Publifolha.

CAVACAS, Fernanda., *Abdulai Silá em primeira pessoa.* IN: SILÁ, Abdulai, *Mistida (Trilogia).* Praia: Centro Cultural Português, 2002, pp. 7-16.

HALL, Stuart. (2006), *A identidade cultural na pós-modernidade*, Rio de Janeiro: DP&A Editora.

MACEDO, Tania. (2010), *"O ensino das literaturas africanas de língua portuguesa no Brasil: algumas questões".* IN: SECCO, Carmen Tindó, SALGADO, Maria Teresa e JORGE, Silvio Renato (eds.), África, escritas literárias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/UEA, 2010, pp. 277-284.

MEDEIROS, Márcia Maria. (2009), *Construção da figura religiosa no romance de cavalaria,* Dourados: UFGD, UEMS.

MEDEIROS, Márcia Maria. (2009), "*Cultura e identidades – alguns apontamentos para uma discussão sobre o tema". História: Debates e Tendências,* 8 (2), pp. 388-397.

MEMMI, Albert. (2007), *Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SECCO, Carmen Tindó, SALGADO, Maria Teresa e JORGE, Silvio Renato (eds.). (2010), África, escritas literárias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/UEA.

SEMEDO, Odete Costa. (2007), *No fundo do canto*, Belo Horizonte: Nandyala.

SILÁ, Abdulai. (2006), *A última tragédia*. Rio de Janeiro: Pallas.

SILÁ, Abdulai. (2002), *Mistida (Trilogia)*. Praia: Centro Cultural Português.

SILVA, Rejane Vecchia da Rocha e. (2010), "*As perspectivas da história na obra de Noémia de Souza".* IN: SECCO, Carmen Tindó, SALGADO, Maria Teresa e JORGE, Silvio Renato (eds.), África, escritas literárias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/UEA, 2010, pp. 189-198.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. (2010), *Pode o subalterno falar?*, Belo Horizonte: Editora UFMG.

TODOROV, Tzvetan. (2007), *A Literatura em perigo,* Rio de Janeiro: DIFEL.

1. O escritor Graciliano Ramos como intérprete do Brasil moderno1

Prof. Dr. Fabiano Mendes
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
ffabianofmendes@hotmail.com

Resumo: Estabeleceu-se no universo acadêmico brasileiro a ideia de interpretações do Brasil advirem, invariavelmente, de conjuntos textuais elaborados por mentes privilegiadas desse "lugar social" de produção de conhecimento – ou que nele orbitam muito próximos. Os vários livros que buscam traçar panorama desses intérpretes, incluindo-se obras recentes, indicam essa cultura estabelecida. Sem negar o lugar privilegiado do intelectual da tradição acadêmica – operador de conceitos, métodos, teorias –, nossa proposta é trazer a rica interpretação do Brasil que habita o conjunto literário do escritor brasileiro Graciliano Ramos (1892-1953). A partir de três questões fundamentais para o entendimento das contradições do Brasil moderno (assentado em conformação nacional, mas recém-chegado ao regime republicano), quais sejam, imbricação e contraste entre campo e cidade, convivência entre democracia e autoritarismo; complementariedade entre poder e cultura letrada, percebe-se que Graciliano Ramos precisava ser descoberto como intelectual capaz de oferecer às ciências humanas rica interpretação do Brasil, quando os contrastes sociais ganhavam cores mais nítidas numa atmosfera dita democrática.
Palavras-chave: Graciliano Ramos. Interpretação. Brasil republicano.

Habitando os escritos de Graciliano Ramos (1892-1953),[2] existe uma interpretação do Brasil. Como qualquer outra, ela parte de um olhar interessado e interrogativo lançado a aspectos da realidade brasileira no intuito de entender-lhes a formação, o desenvolvimento e seu papel no processo histórico.

Tais questões servem de colunas de sustentação interpretativas sobre as quais repousa uma imagem coesiva, fruto da elaboração intelectual dum artista. Portanto, sua interpretação dificilmente realiza uma teoria para o país ou está associada a um processo declaradamente interpretativo, sendo assim mais uma sólida postura crítica diante da realidade do que mesmo um modelo interpretativo guiado por conceitos e métodos e ligado a um corpo teórico, visto que sua pretensão de verdade não coincide com a de caráter científico.

Para discutir essas questões e a interpretação de Brasil de Graciliano Ramos, o texto que segue está dividido em três partes: na primeira, a necessária discussão sobre a relação história e literatura; na segunda, observações sobre o conceito de intérprete e como o autor dá-se à essa classificação; na terceira, a exposição das principais questões que possibilitam ver no conjunto literário uma importante interpretação de Brasil baseada na experiência.

---

1 Este texto é composto de alguns tópicos da minha tese de doutorado intitulada: *Um País Sem Graça: Graciliano Ramos e a interpretação de um Brasil moderno (1915-1953)*. O processo de pesquisa e escrita da tese foi financiado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PROPEG/UERN a partir do programa de Capacitação Docente.

2 Graciliano Ramos escreveu quatro romances: *Caetés* (1933) é a história de João Valério, um guarda-livros ambicioso de uma pequena cidade no interior de Alagoas que tenta um caso amoroso com a esposa do patrão; *São Bernardo* (1934) é a história de ascensão e queda de Paulo Honório, violento e ciumento proprietário agrário que faz fortuna controlando com mão-de-ferro a fazenda que dá nome ao romance; *Angústia* (1936) é a história de Luís da Silva, um funcionário público de Maceió que assassina o concorrente na disputa pelo amor da vizinha interesseira; *Vidas Secas* (1938) é a história de uma família de retirantes que sofre com o clima e com a exploração dos homens da cidade. Graciliano escreveu três livros de memórias e depoimentos: *Infância* (1945) conta episódios da primeira infância do escritor; *Memórias do Cárcere* (1953 – póstumo) narra os dez meses em que o autor esteve preso (março de 1936 a janeiro de 1937) antes da instalação do Estado Novo; *Viagem* (1954 – póstumo) narra a viagem feita em 1952 para a Rússia e a Tchecoslováquia numa comitiva do Partido Comunista. Graciliano ainda escreveu volumes de contos, crônicas e reportagens.

1.1. A literatura à luz da história

A capacidade mesma do discurso literário – que vai da investigação social panorâmica a partir do estudo do tipo, como operam Geremek (1995) e Pomian (1998), à penetração profunda nos abismos humanos a partir da perscrutação do eu, caminho defendido por Starobinski (1976) – talvez seja o primeiro obstáculo que se interpõe entre o historiador interessado em discutir interpretações do país e intelectuais como Graciliano Ramos, pouco contemplado pela definição corrente de intérprete do Brasil.

E mesmo o obstáculo vencido, quando estudado em áreas que não são os estudos literários propriamente ditos, a forma literária leva os escritos de Graciliano a serem tomados ou como exemplificação de teorias (novas ou consagradas) sobre períodos do país, ou como suporte para discussões teórico-metodológicas do conhecimento histórico, sobretudo as que envolvem a questão da rememoração e a da narrativa – zonas de atrição mais visíveis, cuja literatura invariavelmente acaba por figurar como pêndulo quando se contrapõem os pressupostos científicos da história e o universo sensível da memória.

A saída é um imenso desafio: apresentar, sem impor, um sentido geral a partir de seus temas recorrentes. Em outras palavras, é sempre necessário encontrar uma imagem coesiva, não só jamais autodeclarada, como de visível pertencimento a um corpo literário francamente destituído da estrutura explícita do tipo 'tópicos de uma tese', e ainda as muitas direções que cada obra aponta sugerem aparente desimantação dos elementos de seu conjunto. No entanto, esse corpo literário está firmemente assentado na experiência de um escritor obstinado pela observação e elaboração profunda sobre o observado. Portanto, torna-se imperativo a postura infensa à operação de separar o autor do ser social, e esses dois de sua ação – as obras.

Isso leva a uma inevitável atitude interdisciplinar. No caso desse conjunto literário específico, os textos foram lidos com o intuito de compreender uma atitude intelectual pautada na atuação literária; essa também tomada como ação política, e não somente como parte do universo artístico formal. Ao mesmo tempo, essa postura intelectual só pôde ser verificada e compreendida porque seus textos foram vistos por dentro, ou seja, menos como sintomas e mais como códigos de uma inteligência forjada no confronto social que encontrou na forma literária sua expressão precisa.

Contudo, na relação com a literatura a história encontram um obstáculo a mais: trata-se de um diálogo entre "irmãs".

Recentemente, na lição inaugural n. 195 do Collège de France, Chartier (2010: 12) escreveu que a atual obrigação do historiador é "entender" e "aceitar" que "já não tem mais o monopólio das representações do passado", e apontou as "insurreições da memória" e as "seduções da ficção" como fortes concorrentes da história no que tange dizer o real, descritiva e/ou analiticamente.

Na mesma época, o historiador francês escreveu um texto conciso – uma espécie de balanço dos trinta anos de suas publicações em terras brasileiras –, que trazia na discussão sobre a instituição histórica as disputas com a memória e a ficção em sua relação com o passado. O interessante nesse texto é que, diante da memória, o que se estabeleceu foram suas diferenças para com a história: com relação às fontes, o que difere "testemunho" de "documento"; com relação ao tempo, a diferença entre o "imediatismo" e a "construção"; com relação à verdade, a diferença entre "reconhecimento" e "representação". Já diante da ficção, o historiador francês listou três razões para a aproximação entre literatura e história e o ganho de espaço da primeira nesta concorrência, quais sejam essas razões: o forte poder de representação, a apropriação de fontes e métodos da história e a reescrita do passado pela literatura diante da emergência de novos grupos sociais, o que poria em xeque, por exemplo, a credibilidade das histórias nacionais. (Chartier, 2009: 17-31)

Para *Clio*, na opinião de Chartier, parece ser mais difícil ter sua imagem dissociada da irmã *Calíope* que mesmo da mãe, *Mnemosine*. É nesse sentido que "entender" parece ser mais proveitoso que mesmo "aceitar", já que não se trata necessariamente de uma novidade a literatura exercer o papel de interpretação do pretérito enquanto dialoga com as expectativas do presente.

Nesse processo de "entendimento" nunca se conseguiu banir o conflito. Ele abrange desde a operação do "controle do imaginário" durante todo o século XIX como tarefa fundamental para se instalar um ambiente científico para os estudos das sociedades, até as mais iconoclastas posições que no século XX, num movimento oposto, pretendeu dotar o discurso historiográfico de funções e mecanismos unicamente artísticos, ou seja, literários.

De acordo com Ginzburg (Pallares-Burke, 2000: 277-280)

> [...] a noção de narrativa em história tem se moldado nos romances do século XIX, mas se pensarmos em romances do século XX, como os de Proust ou Joyce, fica evidente que a distinção entre ficção e não-ficção se torna muito pouco clara. A esse respeito uma ideia que me atrai é a da relação entre história e ficção como envolvendo competição e desafios mútuos. A história tem sido um desafio para romancistas como Balzac, por exemplo, que reagiu dizendo: "serei historiador do século XIX". E então, depois dele, temos Stendhal, Flaubert e outros criando, por sua vez, desafios para os historiadores. A relação entre história e ficção envolve, pois, aprendizado mútuo, com os gêneros se desafiando e respondendo um ao desafio do outro.

E prossegue:

> O autor é, no meu entender, alguém capaz de nos tornar conscientes de certas dimensões da realidade. Há, por assim dizer, algo kafkiano na realidade, especialmente do século XX, que Kafka foi capaz de nos revelar. Esse lado cognitivo da literatura me é muito importante...

Se somadas as observações de Ginzburg às de Antonio Candido (2004: 23), crítico literário e historiador da literatura, têm-se nos dos dois lados do debate posições que criticam a via da exclusividade formalista como enfrentamento do texto literário:

> Uma das condições de perfeição de um romance é o fato de conter certos aspectos fundamentais da sua época. É Stendhal dando forma à luta do mérito contra os privilégios da Restauração; é Balzac espelhando a agitação humana, a mobilidade horizontal e vertical que recompunha e deslocava as classes na primeira metade do século XIX; são Dostoievski e Tolstói expondo a problemática do homem russo e o sentido da sua história.

Obviamente não é da competência do historiador detectar o que seria perfeito ou não num livro como obra literária, mas percebe-se nessa passagem de Candido que o texto literário deve atingir aquilo que Ginzburg denominou de "lado cognitivo" e Asa Briggs (Pallares-Burke, 2000: 68) de "experiências comuns", "experiências individuais" e "questões universais".
Aqui, chega-se à inevitável discussão sobre método. E mais uma vez Candido (2006: 69) oferece chave preciosa para se entender o ponto:

> Se cada livro pode dar lugar a um interesse apenas imediato, isto é, esgotado pelo que ele pode oferecer, uma obra, em conjunto, nos leva quase sempre a averiguar a realidade que nela se exprime e as características do homem a quem devemos esse sistema de emoções e fatos tecidos pela imaginação.

Possivelmente uma opinião lançada aos críticos literários, a lição do sociólogo de formação deve, contudo, ser vista pelo historiador da cultura como um alerta que pode livrá-lo de duas posturas extremadas quando do trato com o material literário: de um lado, reconhecer no conteúdo do texto literário o papel de espelho do seu exterior, fazendo dessa operação sobreviver apenas o escritor, evidenciando, assim, certo aspecto biográfico da interpretação e a função meramente utilitária do texto; doutro lado, buscar no texto uma vida interior que por si só traga todas as respostas para perguntas que invariavelmente foram formuladas a partir de questões sociais que atingem o pesquisador.

Candido ainda toca nos três elementos fundamentais para o entendimento correto do texto literário como fonte de pesquisa para o objeto ao qual me proponho neste trabalho, quais sejam, "emoção", "fatos" e "imaginação", tendo a acrescentar mais um elemento: a produção de verdades.

No chão realista dos textos de Graciliano Ramos, sente-se o "efeito de realidade" (que no fundo é efeito de verdade) do qual falou Ginzburg, ser pensado e efetivado de modo bastante consciente, explícito e forte. Dois exemplos de seus escritos, um testemunho e um ensaio sobre a literatura brasileira ajudam a entender o que significa essa produção de verdade no texto literário, e mais, no texto literário como o enxergava Graciliano. O último texto, o ensaio, funciona como um manifesto em defesa da credibilidade e da verossimilhança que deve orientar o texto literário. Mas comecemos pelo testemunho.

Em *Memórias do Cárcere*, seu autor teceu o seguinte comentário sobre a perda das anotações que vinha fazendo desde que fora preso:

> Não resguardei os apontamentos obtidos em largos dias e meses de observação: num momento de aperto fui obrigado a atirá-los na água. Certamente me irão fazer falta, mas terá sido uma perda irreparável? Quase me inclino a supor que foi bom privar-me desse material. Se ele existisse, ver-me-ia propenso a consultá-lo a cada instante, mortificar-me-ia por dizer com rigor a hora exata de uma partida, quantas demoradas tristezas se aqueciam ao sol pálido, em manhã de bruma, a cor das folhas que tombavam as árvores, num pátio branco, a forma dos montes verdes, tintos de luz, frases autênticas, gestos, gritos, gemidos. Mas que significa isso? Essas coisas verdadeiras podem não ser verossímeis. (Ramos, 1986: 36)

É interessante ver como a categoria de testemunho opera no texto de dois modos, pendulando entre o documental propriamente dito e a construção literária: no primeiro modo, o texto é reconhecido pelas ciências sociais como fonte preciosa para o entendimento do contexto de transição para o Estado Novo. Esses olhares trazem a credibilidade útil ao historiador ausente, que pode e deve cotejar essa fonte com outras, quando elas existem. Mas no caso da perda das anotações, o próprio Graciliano – seu corpo, suas dores e desgastes, a memória enfim – é seu grande documento. E o "efeito de verdade" que um documento em história aparentemente não precisa ter, aparece no livro, porque o testemunho que se torna público é sobre fato notório. E mais, toda a literatura produzida pelo autor antes das memórias endossa esse texto que por si só já respira credibilidade.

O segundo modo lança-se mais profundamente à questão anterior, ou seja, procura entender como se dá essa credibilidade e como o texto oscila entre o documental via testemunho e o autobiográfico, cuja credibilidade passa a sofrer certo abalo, mas dela ainda sobressaem os "efeitos de verdade" que operam no intuito de permanecer crível o que o autor acaba por falar de si mesmo – sempre um risco para o trato historiográfico. Luiz Costa Lima deteve-se a esses aspectos e procurou demonstrar essa sutil diferença: "Ao documento bastaria descrever o que via se passar. As *Memórias*... não se contentam em fazê-lo – contêm a cena pública e veem além dela". E prossegue: "Seu caminho não é o da inevitável oclusão no presente da escrita, pois se distende na viagem não documental do eu-com-os-outros." (Lima, 2006: 361) Ou seja, lançada à literatura, a memória nas *Memórias do Cárcere* funcionou no texto como documento menos dócil e menos componente de um universo pró-historiografia ou, ainda, numa perspectiva mais aguda e ousada, converteu-se ela mesma em uma história de escala reduzida numa narrativa nada acadêmica.

O segundo texto é 'O Fator Econômico no Romance Brasileiro', pequeno ensaio que ganhou as páginas da revista especializada *Observador Econômico e Financeiro*, em 1937, retornando no jornal político *Tribuna Popular*, em 1945, ano da filiação de Graciliano ao Partido Comunista.

> Faltava-nos naquele tempo, e ainda hoje nos falta, a observação cuidadosa dos fatos que devem contribuir para a formação da obra de arte. Numa coisa complexa como o romance o desconhecimento desses fatos acaba prejudicando os caracteres e tornando a narrativa inverossímil.

> Um cidadão é capitalista. Muito bem. Ficamos sem saber donde lhe veio o capital e de que maneira o utiliza. Outro é agricultor. Não visita as plantações, ignoramos como se entende com os moradores se a safra lhe deu lucro. O terceiro é operário. Nunca o vemos na fábrica, sabemos que trabalha porque nos afirmam que isto acontece mas os seus músculos nos aparecem ordinariamente em repouso. [...] Está certo que não desejamos reportagens, embora certas reportagens sejam excelentes. De ordinário, entrando em romance, elas deixam de ser jornal e não chegam a constituir literatura. [...] Não sei por quê. Acho que o artista deve procurar dizer a verdade. Não a grande verdade, naturalmente. Pequenas verdades, essas que são nossas conhecidas. (Ramos, 1986a: 254-259)

Nessa passagem do artigo há pelo menos duas tendências: a primeira, refere-se ao momento do autor, interessado numa literatura que apresente o Brasil à sua população leitora de modo honesto e completo, instruindo, dando a oportunidade a qualquer cidadão leitor de ter o mesmo privilégio que teve Engels ao ler Balzac.
A segunda tendência é mais interna ao texto e, portanto, mais delicada. Ela deixa transparecer um Graciliano em sua face mais realista, mais documental, não obstante fazer a ressalva sobre literatura não ser reportagem. Portanto, atento ao respeito à forma, ao estilo e à criação, esse texto dos anos 1940 permite enxergar a formação literária do escritor: Graciliano fora leitor durante toda a vida dos romances históricos de Walter Scott, Anatole France e Francisque Sarcey, sua biblioteca particular guarda quatro títulos do primeiro, nove do segundo e do terceiro *Le Siège de Paris*, obra da qual se gabava saber vários trechos de cor e cuja leitura sempre repetia "para descansar". Além disso, todos os grandes escritores realistas formaram sua base literária, com destaque do próprio autor a Eça de Queirós e Aluísio Azevedo.
Pois bem, levando-se em conta que, do lado da literatura, a luta de Graciliano era contra a falta de concretude e de referenciais que garantissem o reconhecimento do movimento social nas páginas duma escrita de ficção – nessa época atacava fortemente os escritos intimistas, psicológicos – e que, do lado da história, desde o século XIX, quando conjuntamente à sua afirmação como ciência e suas escolhas metodológicas e temáticas surgem as primeiras críticas que vão desembocar na história social e cultural de hoje, vemos nas duas esferas e em seus pontos de contato um movimento de antifilosofia da história e anti-história política, encontrado tento em Liev Tolstói quanto em Walter Benjamin, e também nos primeiros anos combativos dos Annales.

1.2. Por que Graciliano Ramos intérprete do Brasil?

Como bem disse Octavio Ianni (Bastos, 2006: 52), "além do compromisso com a linguagem e a invenção, a literatura alarga o sentido da cultura e da vida." O que vem ser, de certo modo, o mesmo efeito provocado pelas ciências do social, diferenciando-se a literatura delas naquilo que se refere à lide amiudada com "o singular, o privado, o subjetivado, o sensível". É assim que, para Ianni, a literatura torna "vívida a vida que a ciência precisa buscar" ao revelar "dimensões invisíveis, incógnitas, recônditas." E isso seria, segundo o sociólogo paulista, o equivalente à "parte submersa do iceberg."
Ainda de acordo com a opinião de Ianni sobre a literatura e sua relação com as interpretações do Brasil, a estratégia inicial do sociólogo é a amostragem de exemplos num plano mundial dessa relação ficção/realidade: são a obra de Kafka como elemento a mais na compreensão da alienação e da burocracia, trabalhadas respectivamente por Marx e por Weber e as obras de Dostoiévski e Tolstói como reveladoras de questões do tzarismo estudado por Lenin e Trotsky. Quando foca no Brasil, os termos usados por Ianni permitem ver essa relação operar seus elementos mais imbrincadamente, como se houvesse mesmo uma complementaridade tácita entre o conjunto de obras científicas e o de obras artísticas, talvez só possível pela estreiteza do intervalo de tempo entre elas, ou mesmo por sua simultaneidade, em certos casos.
Assim, segundo Ianni, "os escritores descortinam dimensões da tirania que as Ciências Sociais apenas sugerem", e prossegue:

> Lima Barreto, Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto avançam na compreensão da sociedade brasileira, permitindo refinar as sutilezas e grandezas sugeridas por Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Celso Furtado. (*Idem*)

Quais sutilezas e grandezas da história brasileira são essas que Graciliano Ramos "refina"? E no que ele "avança na compreensão da sociedade brasileira"? Essas perguntas devem se juntar a outra para problematiza a primeira, que abre este tópico: e por que não, Graciliano Ramos intérprete do Brasil?

O tema 'interpretações do Brasil' é mais regularmente enfrentado pela história intelectual, história das ideias, história cultural ou ainda historiografia brasileira, campos que têm como objetos frequentes figuras e obras que compõem a chamada *intelligentsia* do país. Essa produção historiográfica tem por objetivo atualizar as várias interpretações do Brasil, interpretando-as com o olhar do presente, e sendo, portanto, frutos da demanda sempre renovada de reflexão e autorreflexão do universo intelectual, do qual a própria história e as ciências sociais como um todo fazem parte. Daí, talvez, venha a inclinação quase absoluta para a escolha de intelectuais e interpretações que compreendam o campo de ação do pensamento racional-científico.

Observar uma interpretação do Brasil habitando os textos graciliânicos só foi possível pela bem-vinda ampliação da categoria 'intérprete do Brasil'. Ampliação talvez ainda tímida, mas promissora.

É Machado de Assis, muito provavelmente, o escritor mais visado pelos pesquisadores que acolheram literatos como intérpretes do Brasil. O período em que o autor de *Dom Casmurro* atuou, praticando quase todos os gêneros literários, corresponde ao rico fervilhar de ideias que compreende a consolidação da identidade nacional, o aparecimento sistemático do republicanismo e a instalação da República brasileira. Guimarães Rosa, pela inventividade narrativa, parece ser desafio mais complexo, porém longe da recusa. Nascido no ano em que Machado morreu, sua obra está concentrada no pós-Segunda Guerra e encontra, ou melhor, vai de encontro a um Brasil modernizado. Sua linguagem inovadora, dentre tantas análises já feitas, pode ser vista como o escorrimento para o papel das contradições entre modernidade e tradição. As obras de Lima Barreto e Euclides da Cunha talvez sejam o melhor caminho para se traçar uma teoria do desencantamento do Brasil moderno.[3]

Parte mesma da crescente presença da literatura nos estudos históricos (seja como fonte, seja como objeto), outro ponto importante a destacar é que essa ampliação cobra, na perspectiva da história, a análise do intérprete concomitante à análise da interpretação. E já é ponto passivo que o contato com as produções intelectuais deve pautar-se no equilíbrio entre o olhar sobre a obra e o olhar sobre seu entorno contextual, nem sempre encontrando aquilo que Robert Darnton (2010: 221) chamou de "tensão entre as abordagens internas e externas do pensamento formal".

Outra questão é que, dada a dificuldade mesma da tarefa de interpretar um país como o Brasil – reiteradas vezes apontado como um desconhecido íntimo, um enigma ou um problema destinado a peritos – e o caráter fragmentário e diverso que acaba por ter o conjunto de obras de seus intérpretes, não raro uma imagem coesiva torna-se difícil de ser encontrada e de ser sustentada em sua escolha. Sua busca é, portanto, quase sempre um risco a se correr, daí a operação interpretativa de uma única obra ou de um conjunto interno mais ou menos coeso ser mais atraente e, logo, mais posta em prática.

Abre-se aqui um parêntese: para citar apenas três das nossas principais interpretações, todas mais ou menos contemporâneas dos principais escritos de Graciliano Ramos, pode-se dizer que não obstante sua vasta ramificação as questões presentes na obra de Sérgio Buarque de Holanda foram aglutinadas numa imagem de Brasil que, indo da visão edênica registrada pelos colonizadores e passando pela longa e dramática abertura de caminhos pelo Brasil e sua administração, chega ao coração do brasileiro e ao lugar central que sua conduta assistemática e cordial ocupa na nossa conformação sociopolítica, num momento crucial da afirmação republicana, qual seja, o início dos anos 1930.

---

3 Autores como Jorge Amado, Carlos Drummond de Andrade e Érico Veríssimo também aparecem em estudos que apontam mais para a discussão da construção identitária da baianidade, da mineirice e do gauchismo.

Do mesmo modo, pode-se dizer que Gilberto Freyre enfeixa sua vasta e diversa bibliografia com a corda da pluralidade cultural, possível pela mistura étnica e responsável pela convivência, à brasileira, da modernidade com a tradição; convivência emblemada na forçada estrutura unitária da fazenda colonial, na vibrante bifurcação excludente das cidades do tempo do Império e na controversa lógica conservadora da política liberal republicana.

Caio Prado Júnior, por sua vez, costurou toda sua pungente produção historiográfica nos aspectos variados das regiões do país e suas particularidades nos processos de evolução política e formação social, que quando cruzados com os fatores econômicos, dão-se ao entendimento da urdidura de nosso capitalismo.

Invariavelmente, os intelectuais manejam eventos, processos e conjunturas, utilizando-se de quadros referenciais teóricos, servindo-se de aportes conceituais, movimentando-se com o auxílio de métodos, guiando-se em hipóteses que pretendem confirmar ou derrubar, sendo provável que o risco que se corre ao tentar encontrar uma imagem coesiva num conjunto de romances, contos e crônicas seja maior do que tarefa similar que tem como alvo um conjunto historiográfico ou sociológico.Fecha-se o parêntese.

Mesmo numa interpretação desse tipo, nascida do solo da ficção, crescida nos jogos da linguagem e amadurecida mais na "auscultação", esse trabalho descontínuo de uma vida voltada para as letras é conduzido por uma inquietação motriz, seja uma tese a ser defendida, um conceito a ser testado, uma política a ser praticada, uma dor a ser entendida. "Um escritor", segundo Silviano Santiago (2009: 22), "desprovido de uma interpretação do Brasil pessoal e original nunca chegou (nunca chegará) a produzir uma grande obra literária."

Por que não? Talvez porque o que Santiago chame de "grande obra literária" seja, para além do lugar de excelência que a obra ocupe no cânone literário, algo cujo conhecimento provoque no leitor ao mesmo tempo o reconhecimento e o estranhamento de si e do mundo ao seu redor, fazendo com que a obra provoque tensão, desequilíbrio e movimento, requisitos básicos de toda interpretação provocadora de interesse, e que pelo seu próprio movimento no cenário sociocultural em que aparece, sugere ao pesquisador que a enfrenta procedimentos que desconheçam meios de se desviar de princípios dialéticos.

Mas o que talvez mais legitime a defesa de Graciliano Ramos como intérprete do Brasil seja o fato de o autor não só haver tecido todo um conjunto literário baseado na 'experiência' como ter discorrido, sempre que podia, sobre o 'fator experiência' como elemento indispensável ao texto literário. Logo, impossível o texto eximir-se da função de crítico da realidade, problematizando-a a partir de aspectos que exigiam a discussão de seu processo formativo.

Na *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e Caribe*, após as informações convencionais típicas de um verbete, 'Graciliano Ramos' e sua obra são assim definidos pelo crítico gaúcho Flávio Wolf de Aguiar (2006: 1026):

> A produção do escritor alcançou importância na história da literatura brasileira à medida que apresentou inovações significativas no tocante à estética e à maneira de narrar, "alimentando a imaginação através da memória", como afirma Antonio Candido. É o que se lê ao tracejar a história do Brasil sob a vertente de sua própria trajetória, em um balanço crítico como aparece em Memórias do Cárcere (1953), relato contundente sobre os dez meses em que permaneceu na prisão sem direito a depoimento, entre 1936 e 1937, sob a acusação não esclarecida de subversão. (grifo meu).

Apesar de se referir exclusivamente ao livro-depoimento da experiência na prisão, o trecho grifado acima deve ser estendido à obra geral do romancista. Para reforçar a importante ideia de história do Brasil visualizável na trajetória pessoal do escritor, Aguiar escolheu o exemplar mais às vistas: as memórias da prisão getulista. Mas o olhar atento lançado aos livros de ficção, às crônicas do período de quase anonimato e às da maturidade, aos contos e aos ensaios, muitas das vezes envoltos numa atmosfera de despretensão que pode ser vencida à medida que se promove o entrecruzamento de suas obras angulares – os romances que colocaram o autor no mais elevado patamar da nossa literatura – com essas de menor profundidade literária e, por isso mesmo, de contato mais imediato com os acontecimentos de seu tempo, tudo isso permite perceber que praticamente todo o pe-

ríodo correspondente às primeiras seis décadas republicanas teve muitos de seus processos e eventos descritos criticamente por um escritor sempre inclinado a unir o escrutínio da sociedade brasileira ao questionamento dos dilemas do homem ocidental moderno.

Desse modo, dos romances, livros de memória e alguns contos e textos avulsos, saltam os grandes conceitos da obra de Graciliano, ligados ao entendimento dos processos históricos: a relação campo e cidade; a instalação do capitalismo tardio; o processo de urbanização e alienação do homem; o mandonismo político; a manutenção da ignorância; a fome de toda sorte; solidão e isolamento; violência e resistência; violência e resignação; a condição do homem de letras. Tudo isso no contexto de uma República que se instalara sobre bases bastante vacilantes, incapazes de promover rupturas significativas com o regime anterior, o que dava a atual forma político-administrativa do país feição rúptil. Já nas crônicas, críticas, ensaios e cartas, percebe-se o desfile dos eventos: a matéria da vida cotidiana, os acontecimentos datados e a relação entre presente e passado, especificada por um objeto fixo, como as novidades da modernidade, sem, contudo, deixar de haver constante referências àqueles grandes temas.

No recorte temporal de sua interpretação não declarada de Brasil, Graciliano praticamente nada falou do período colonial e pouco se deteve na fase imperial, embora o que desses períodos ele escreveu aponte certo interesse em flagrar permanências na nossa história. Seu foco, com efeito, está no Brasil republicano, que foi o seu Brasil. E, diferentemente dos sujeitos que habitam as linhas de Machado de Assis, com suas infelicidades em invólucro de afirmação do nacional, os sujeitos das linhas de Gracilaino, mais herdeiros dos sertanejos de Euclides da Cunha e dos citadinos de Lima Barreto, vivem desgraçadamente num cenário que se metamorfoseia no sentido norte-sul, caatinga-mata atlântica, descampados-avenidas, consumindo e sendo corroídos pelo ácido da desilusão diante da perversidade do jogo que acabou por se tornar o país. O Brasil de Graciliano é um misto de promessa para um futuro em constante adiamento e reedição de construção identitária, valsando e sambando no salão da democracia republicana, sob a regência de mandonismos ora de caráter liberal, ora de tendência fascista.

1.3. O Brasil de Graciliano Ramos

Se o conjunto dos textos de Graciliano Ramos mostra um ator social que usou as marcas das situações-limite pelas quais atravessou para compor personagens envolvidos em dilemas fronteiriços, esse mesmo conjunto revela, em igual medida, as questões fundamentais para o entendimento dos cenários sociais nos quais essas personagens se movimentam.

Sendo assim, tais cenários não devem ser reduzidos à condição de rotundas colaborando unicamente para o sucesso do efeito de verossimilhança almejado pelo romancista. Esse cuidado a mais evita, por exemplo, que o autor de *Vidas Secas* seja visto apenas como eficiente e sofisticado representante de uma literatura regional nordestina cujo teatro social geralmente tem um fim em si mesmo e está limitado pela discussão objetiva de pontos específicos do recorte regional. O Nordeste brasileiro (assim como o Sul brasileiro), pedaço um tanto ou quanto fictício do país, é, com efeito, o laboratório geográfico da maioria dos escritos de Graciliano, que evitou, por questão de fidelidade realista, construir personagens envolvidos em situações típicas da Amazônia ou do interior paulista, regiões pouco ou nada conhecidas do autor de *Viagem*. Ainda assim, esse laboratório menos decanta o homem da região para entender-lhe as particularidades regionais (nos dois sentidos do termo – enaltecimento e purificação) e mais o escarna, ou seja, percorre essas particularidades regionais percebidas na busca pelo "olhar honesto" da experiência, num movimento cada vez mais incisivo que procura a ossatura sociocultural do brasileiro comum em períodos historicamente determinados (a maioria das personagens de *Caetés*, *São Bernardo*, *Angústia*, *Memórias do Cárcere*, *Pequena História da República*, *Linhas Tortas* e *Viventes das Alagoas*) ou em circunstâncias sociais que, de tão tradicionais, aparentam-se naturalizadas, próprias de um espaço e existindo à revelia do tempo (as personagens de *Vidas Secas*, *A Terra dos Meninos Pelados*, muitas das personagens de *Insônia*, e algumas de *Viventes das Alagoas*).

De todo modo, o homem da obra graciliânica é invariavelmente percebido como um dado sociocultural, logo, em constante altercação com o meio que lhe testa incessantemente a alteridade. Assim, toda a vida social ganha

importância de protagonista nos seus textos porque é o que rivaliza com seus personagens principais, criaturas que se veem no isolamento, mas que nunca estão realmente sós ou destituídas de desejos que as obriguem agir. Junta-se a isso o reconhecimento da função social da literatura num país que se quer moderno e dos jogos políticos dos quais ela faz parte, o que permite dizer que olhando a região munido de lentes humanistas, Graciliano Ramos não falou de nenhum outro homem que não fosse o brasileiro ou de nenhum outro lugar que não fosse o Brasil.

Essa interpretação, pelo que caracteriza o lugar de produção do saber do qual compartilha a linguagem e o movimento de origem e retorno, parte do particular e do sensível, mas não deixando, por isso, de obedecer ao método rígido de seu criador. Tal movimento permite ao leitor interessado ver a articulação entre os diversos escritos. E a partir dessa articulação chegar à forma ampla e coesa do estudo dos tipos servindo à apresentação da interação conflituosa entre indivíduo e sociedade, entre os diversos grupos sociais, entre as instituições, entre o tradicional e o moderno, saltando daí os pontos principais de uma visão sobre o Brasil cuja órbita temática compreende o embate entre progresso e atraso, opressão e liberdade, saber e poder. Tudo isso aponta para a visão de um país em constante formação que teima em carregar consigo aspectos que contradizem o próprio discurso oficial, sempre interessado em renovar a imagem de modernidade e de paridade social, que se não são verificáveis no agora de então são perfeitamente sentidas e vividas na crença da promessa.

1.3.1. Campo e cidade

Em meio à tensão política no início de novembro de 1937, Graciliano publicou no *Diário de Notícias* a crônica 'Um velho cartão-postal' (1986a: 172-173). A partir da lembrança de um cartão-postal duma série sobre vários países do mundo, visto lá na mocidade, a crônica servia ao propósito da revisitação da 'tese' desenvolvida por Graciliano em *Caetés*: contínhamos selvagens vivendo sob uma pele europeizada, ou seja, não éramos necessariamente uma mistura que rumava para o sucesso no futuro, não éramos sequer mistura, estávamos a meio caminho de qualquer direção ou tempo, mas não éramos, sobretudo, o presente.

O cartão-postal que intrigara o jovem Graciliano trazia o Brasil representado por duas figuras humanas: um índio, ao mesmo tempo nu e enfeitado, recebendo numa rede vermelha correspondência de um carteiro fardado, numerado. Graciliano confessa que o jovem que era se indignara com a representação, convencendo-se que ela só podia ser obra de algum francês mal informado, desconhecedor de Rui Barbosa e Machado de Assis, brasileiros que há muito teriam superado a dicotomia sugerida no cartão. Da ofensa inocente de um nacionalista em formação à reflexão do adulto abalizado pela experiência, a síntese encontrada punha o Brasil numa configuração em nada diversa da que chegara grande parte dos intelectuais da década. Mas entre tangenciar um otimismo do tipo freyreano ou se filiar a certo caráter proposicional encontrado em *Raízes do Brasil* ou ainda acolher o espírito denunciativo e mesmo indignado de um Paulo Prado, Graciliano focou no contexto de um país que se modernizava sob a rigidez de um estado ditatorial que não chegou a subverter a ordem econômica e social – práticas, modos, posturas e pensamentos atrasados em vestimenta, contatos e meios para adquirir, consumir e viver aspectos do chamado mundo civilizado – preferindo, assim, reforçar a ideia central defendida nos três romances anteriores: o brasileiro é um amálgama temporal, cujas práticas se confrontam com a pedagogia das novidades sociais, a elas se associando, negando ou negociando meios-termos, que menos resultando nalgum equilíbrio pós-inaugural servia muito mais à manutenção de estruturas sociais que do novo se apoderavam para retroalimentarem um *continuum* arcaico no jogo progressivo das mudanças sem ruptura:

> Afinal, achei que o francês, inventor disso (naturalmente era francês), pensava com acerto. Acontece, porém, que ele havia posto, no papel, dois indivíduos, quando na realidade existe apenas um: – empregado público e tupinambá. No cartão havia um desdobramento – e isso revelava o talento do artista.

Essa ideia do desdobramento é particularmente interessante: tendo escrito sobre um contador do interior (profissional do setor privado); um fazendeiro do agreste (ao mesmo tempo coronel e empreendedor); um funcio-

nário público de uma cidade capital (filho de uma elite agrária decadente) e depois uma família de flagelados do sertão ressequido (deixando o ambiente cada vez mais ermado de onde nascera, levada pelo canto das oportunidades que vinha da aglomeração das capitais), Graciliano se associa ao engenho do desenhista, capaz de fracionar o todo, expondo seus componentes em dialética.

Campo e cidade ganharam significados para além das características desses meios: para o habitante de uma metrópole, qualquer outra cidade, mesmo que bem aparelhada, um eficiente espaço urbano, pode ser considerada campo, ou a ele ser remetida, seja pela atividade econômica que sustenta o município ou pela proximidade a grandes áreas agricultáveis. Assim, campo e cidade – para além do que os caracterizam à primeira vista – devem ser observados mais por sua dinâmica cultural e seus aspectos humanos.

A literatura de Graciliano Ramos – não exclusiva ao período no que tange a denúncias sobre as más condições de vida das camadas pobres num meio ou noutro – não separou de todo esses dois universos. E se metade das obras mais significativas de sua ficção – *São Bernardo* e *Vidas Secas* – tem sua trama ambientada no meio rural é porque ele simplesmente não podia inventar espaços cuja experiência não alcançava. E nessa limitação residia uma literatura desimpedida de usar a palavra "verdade". As crônicas no tempo da primeira fase, a da temporada no Rio de Janeiro, são tipicamente urbanas, voltadas para as novidades que chegavam ao grande centro; as crônicas da segunda fase também são tipicamente urbanas, mas voltadas para os hábitos resistentes às mudanças ou para as mudanças que inauguravam hábitos. O primeiro romance, *Caetés*, nada cosmopolita, é, no entanto, também tipicamente urbano, pois se fala de uma cidadezinha ainda fortemente atravessada de ruralismos, também registra a penetração do pensamento científico e das novidades urbanas que chegavam defasadas em qualidade mas perfeitamente conjugadas à ideia de modernidade, como era o caso do cinema e do positivismo. *Angústia*, o terceiro romance, é mais uma vez tipicamente urbano, passando-se numa capital atrasada quando posta diante aos grandes centros do país, e sua personagem central, que circula nas rodas intelectuais da cidade, traz nas costas a herança agrária, sertaneja, interiorana que não é só a do alagoano ou do nordestino da época.

No que tange ao campo e à cidade, os pontos mais interseccionais de sua literatura são o isolamento e o desespero do desamparo. O deserto sertanejo não é necessariamente um deserto físico, assim como a aglomeração urbana não é necessariamente a garantia de companhia ou mesmo de conforto identitário. A auscultação do homem rude do mato, como Graciliano costumava defender seu método, não difere muito da observação dos tipos urbanos: o trabalhador da fábrica banhado em óleo, o funcionário público, o guarda-livros jornalista, o literato preso, a professora, os policiais, os habitantes de pensões – todos eles criaturas constantemente comparadas a bichos, todos vivendo num ambiente hostil como o sertão seco, o agreste abrejado, a cidade imunda e perversa. Nos artigos 'O moço da farmácia', 'Habitação', 'Teatro I', para a *Revista Cultura Política*, Graciliano contrabalanceou a descrição do ambiente sertanejo – uma casa perdida nos "cafundós de Pernambuco" –, com a disposição da pequena cidade de "cinco mil habitantes" em aparelhar-se para acompanhar os avanços que o mundo ocidental impunha no início do século. Campo e cidade se complementam numa realidade que traz a segunda matando a primeira aos poucos, no seu próprio terreno; enquanto que a primeira sobrevive na tessitura social das cidades, na linguagem, nos hábitos alimentares, na comparação de temporalidades. *Caetés* e *Angústia* trabalham à exaustão essa dinâmica que ajuda a entender, entre outras, as relações de poder tanto no setor político quanto no econômico.

1.3.2. Autoritarismo e democracia

No dia 4 de julho de 1964, onze anos após a morte do autor de *Memórias do Cárcere* e passados apenas três meses da instalação de mais um regime autoritário no país, o jornal *Correio da Manhã* trouxe a seguinte notícia: "DPPS invade casa da viúva de Graciliano". O corpo da notícia informava os detalhes da operação ocorrida na noite anterior, como a recusa da alegação de Clarita Ramos, filha do escritor, de que sua mãe, Heloísa, estava ausente do Rio de Janeiro. Assim como ocorrera em 1936, com o próprio escritor, em Maceió, a casa dos Ramos fora invadida sem que se esclarecesse o porquê da ação do Departamento de Polícia Política e Social (DPPS).

Se no processo de instalação da ditadura Vargas, Graciliano fora preso mais provavelmente pelas ideias que desenvolvia em seus escritos, sobretudo no romance *São Bernardo*, do que por uma suposta e improvável participação em células que engendraram a malograda insurreição comunista de 1935, na ditadura de 1964 sua família foi perseguida pelos livros que possuía ou lia e pelas ligações – consideradas perigosas – estabelecidas com intelectuais desde a atuação política de Graciliano, principalmente a partir de 1945, quando o escritor filiou-se ao Partido Comunista.

Na primeira metade do século XX, o conjunto de sua obra punha a nu os problemas profundos da sociedade brasileira, herdados de séculos de colonização, trabalho escravo e poder centralizado, discutindo as possibilidades de um país que se pretendia moderno e ainda se agarrava ao autoritarismo como única forma de conduzir-se à modernidade. Tudo isso fazia com que aqueles que de algum modo estivessem colados à sua imagem despertassem qualquer tipo de desconfiança em tempos de retorno do medo à ameaça comunista, agora no contexto novo da Guerra Fria, que compreendia instalação de ditaduras alinhadas ao bloco capitalista com base na Doutrina de Segurança Nacional.

Toda a história de Graciliano Ramos foi atravessada por períodos autoritários que acabaram servindo de matéria para seus escritos, de uma ditadura a outra, passando por períodos de frágil exercício da democracia, não fora esquecido. Na primeira ditadura, como escritor em processo de afirmação diante de um ditador personalista, Graciliano sofrera com o cárcere; na segunda, ausente e consagrado como um dos maiores escritores do país, e já ele e sua história valiosos para o entendimento do Brasil republicano, teve sua casa e memória vasculhadas pelos agentes de uma repressão aparentemente sem rosto que conjuntamente à mudança de ditador, no revezamento que durou até 1985, alternaria momentos de extrema repressão com distensão "lenta, segura e gradual".

Mas repressão e exercícios de autoritarismo não ficaram restritos a períodos de ditadura explícita. Instalada por militares e movida por ideário positivista, não raro impositivo às camadas que não tiveram formação mínima para entender ou encarar a crueza do jogo liberal, a República à brasileira foi um desfile irregular, porém contínuo de autoritarismo, assentado na prática do mando regulada pela vontade dos financeiramente superiores.

Passando pela consolidação nacional até chegar à fase republicana, a ideia de o autoritarismo ser um dos traços mais nítidos da nossa formação está fortemente presente em toda a obra de Graciliano Ramos, assim como na dos principais intérpretes do Brasil. Já a ideia de rebeldia, enfrentamento ou mesmo possibilidade de que uma fina linha democrática (ainda que tracejada) pudesse atravessar e marcar a realidade brasileira, essa, nem tanto. Ainda assim, ao invés de funcionar como crítica simplesmente inibidora de posturas rebeldes, o pessimismo aparente do autor de *Insônia* permite visualizar ações rebeldes subsumidas em panoramas de diferentes autoritarismos: o universo familiar, o ambiente profissional ou social ou político-partidário apareceram com a força exata com que o escritor as viu e não com a que ele desejava que elas tivessem – o suicídio de Madalena, a humanista de esquerda de *São Bernardo*, mostra a impotência das utopias no cenário brasileiro de então. No ano seguinte à publicação do romance, o levante comunista se transformaria numa derrota que trazia o trágico reconhecimento do poder das forças que em pouco tempo conduziriam o país sob a rédea do mandonismo instituído.

No todo literário de Graciliano, pode-se notar pelo menos três grandes blocos temáticos tratando da complexidade da questão: os diversos matizes do mandonismo; essas diferentes formas de autoritarismo como exercícios de manutenção da ordem capitalista e a iminência da ação popular entre aposta e desconfiança.

1.3.3. Cultura escrita e poder

Comecemos por uma passagem de *Memórias de Cárcere*:

> Os homens do primado espiritual viviam bem, tratavam do corpo, mas nós, desgraçados materialistas, alojados em quartos de pensão, como ratos em toca, a pão e laranja, como se diz na minha terra, quase nos reduzimos a simples espíritos. E como outros espíritos miúdos dependiam de nós, e era preciso calçá-los, vesti-los,

> alimentá-los, mandá-los ouvir cantigas e decorar feitos patrióticos, abandonamos as tarefas de longo prazo, caímos na labuta diária, contando linhas, fabricamos artigos, sapecamos traduções, consertamos engulhando produtos alheios. De alguma forma nos acanalhamos. (Ramos, 1986: 34)

É bem evidente o ar de constrangimento na confissão do modo como vive o homem que vive de manejar letras. Mas como disse o próprio escritor, era necessário apresentar aquela gente em cuecas, como fez João Valério diante do espelho, reconhecendo-se um caeté civilizado.

Se não o tudo de todos, mas de um modo geral, a figura do intelectual no conjunto literário do autor de *Infância* é a do registrador: das "experiências de passado", das "experiências de presente" (Williams, 2007), do jogo arriscado, especulativo e por vezes imperceptível que é traçar nitidamente as dúvidas em relação ao futuro com pouca inclinação para a explicação sintética. Sua ocupação remunerada regular ronda arquivos e registros em livros-caixa, havendo também a particular atenção ao universo escolar. É um personagem que, assim como seu criador, tratava o ato de escrever como uma necessidade e não uma ocupação que merecesse algum tipo de glória. Também como Graciliano, esse tipo reivindicava a escrita como expressão de um ponto de vista que ganhava a sociedade, ou seja, escrevia para um público leitor, por menor que fosse, expondo-se, confessando. Alguns receberiam por isso, outros simplesmente não se importavam.

É uma obviedade a figura que salta dessa descrição ser o próprio Graciliano – expressões como "ficção e confissão" e "autor e ator" deram títulos a estudos sobre o escritor e sua obra pela força que tem essa imagem de si mesmo. O exemplo mais às vistas desse expediente está no *São Bernardo*, cujo rico, poderoso e opressor Paulo Honório, conta a história que poderia ter sido a do pai de Graciliano, mas não a do próprio Graciliano. A figura do intelectual no romance está em Madalena, a íntima antagonista do narrador.

> Não gosto de mulheres sabidas. Chamam-se intelectuais e são horríveis. Tenho visto algumas que recitam versos no teatro, fazem conferências e conduzem um marido ou outra coisa que o valha.
> (...)
> Aparecem nas cidades do interior, sorrindo, vendendo folhetos, discursos, etc. Provavelmente empestaram as capitais. Horríveis.
> Madalena, propriamente, não era uma intelectual. Mas descuidava da religião, lia os telegramas estrangeiros.
> E eu me retraía, murchava. (Ramos, 1995: 135)

Como Graciliano, Madalena fora professora. Como Graciliano e João Valério, Madalena preenchia livros-caixa. Como Graciliano, João Valério e Luís da Silva, Madalena colaborava em jornais.

Nesses personagens, a aproximação da escrita literária com a escrituração e a burocracia, remete à observação feita por Michel De Certeau (1994: 227) a respeito de a escrita ser "a prática mítica" da modernidade. Cronologicamente falando, contemporânea e parte de um novo paradigma que se instalava no mundo ocidental, possibilitando o desenvolvimento do contraponto dessa sociedade capitalista a partir da mesma base cognitiva e utilizando-se a mesma arma, a escrita se massificou com a imposição da obrigatoriedade do ensino público. Como disse o próprio Graciliano (2012: 260): "a literatura revolucionária pode ser na aparência a mais conservadora. E isto é bom: não terão o direito de chamar-nos selvagens e sentir-se-ão feridos com as próprias armas". Esse pensamento é um elaborado jogo de convencimento dentro do próprio Partido Comunista, que via com ceticismo o que o escritor poderia fazer, na condição de escritor, pela causa socialista. Isso se justificava no fato de intelectualidade significar "ausência de estabilidade, posição neutra" e os intelectuais costumarem ser "rejeitados pelos extremos". (Ramos, 1986: 312)

Se a "profissão" de Paulo Honório foi o que o separou dos pobres de seu tempo, no caso de Luís da Silva foi a educação e a literatura:

> Os vagabundos não tinham confiança em mim. Sentavam-se, como eu, em caixões de querosene, encostavam-se ao balcão úmido e sujo, bebiam cachaça. Mas estavam longe. As minhas palavras não tinham para eles significação. (...) Não simpatizavam comigo. Eu ali estava como um repórter, colhendo impressões. (...) A literatura nos afastou: o que sei deles foi visto nos livros. Comovo-me lendo os sofrimentos alheios, penso nas minhas misérias passadas, nas viagens pelas fazendas, no sono curto à beira das estradas ou nos bancos dos jardins. Mas a fome desapareceu, os tormentos são apenas recordações. (Ramos, 2011: 122-123)

Assim como a modernidade e a democracia, a educação era um dos pontos nevrálgicos da República, uma questão a ser resolvida diante da mudança do regime político e da base social e econômica. Um campo de batalha, portanto, cujos espólios não foram colhidos, ou colhidos muito timidamente no Brasil, porque a desigualdade social que o ensino ajuda a aplacar mostra-se um adversário bastante forte, pois tem a seu favor os próprios meios e fins amplamente divulgados no universo da educação, que faz, percorrendo um tortuoso caminho, subsumir os conceitos capitalistas que o sustentam como sistema vigente.
Graciliano percebia tudo isso e o expunha quase caoticamente em sua obra, pois como educador, presidente de junta escolar, prefeito, Secretário Estadual de Educação e Inspetor Federal de Ensino, registrou em seus textos situações que permitem a reflexão sobre faina exaustiva, controversa e não raro incompreendida do intelectual (de direita ou de esquerda), que invariavelmente passa, em maior ou menor grau, pelo que E. P. Thompson (2002: 31) definiu como:

> O desejo de dominar e de moldar o desenvolvimento intelectual e cultural do povo na direção de objetivos predeterminados e seguros [que era] (...) extremamente forte durante a época vitoriana: e permanece vivo ainda hoje. (comentário meu)

1.4. Considerações Finais

Campo e cidade, autoritarismo e democracia, poder e cultura letrada foram temas cingidos na imagem de um país que não surgiu de nenhuma graça, que não se desenvolveu no consórcio gracioso de grupos sociais apartados pelo abismo econômico e, ainda assim, interdependentes pela própria relação de poder aqui desenvolvida. Pode-se dizer que, para Graciliano, não havia salvação para o Brasil. Mas o que à primeira vista parece ser uma imagem infértil, que joga na cova da renúncia qualquer denúncia feita, é, na verdade, a negação da ideia de salvação, de repouso, de graça alcançada. "Desgraçada" por escolha e compromisso com a vida material, a palavra de Graciliano, ainda viva, é posto avançado de uma conduta política que não só não abriu mão das convicções, como não lhes permitiu correrem soltas, sem o constante reexame que um espírito desconfiado exige. Sua posição diante da cultura não tolerava a perda da capacidade de criticar e de se autocriticar. Enxergou o intelectual como alguém que só merece carregar o termo se, ao fazer uso da palavra, estabeleça um compromisso verbal com a experiência e as possibilidades reais do presente.

1.5. Referências

AGUIAR, F. W. (2006), "Graciliano Ramos". In E. Sader (ed.), *Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e Caribe*, São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, pp. 1026.

BASTOS, E. R. (ed.) 2006), *Conversas com sociólogos brasileiros*, São Paulo: Ed. 34.

CANDIDO, A. (2004), *Brigada Ligeira*, Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul.

CANDIDO, A. (2006), *Ficção e confissão: ensaio sobre a obra de Graciliano Ramos*, Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul.

CHARTIER, R. (2009), *A história ou a leitura do tempo*, Belo Horizonte: Autêntica Editora.

CHARTIER, R. (2010), "Escutar os mortos com os olhos". *Estudos avançados*, 24 (69), pp. 07-30.

DARNTON, R. (2010), *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*, São Paulo: Cia. das Letras.

De CERTEAU, M. (1994), *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, Petrópolis-RJ: Editora Vozes.

GEREMEK, B. (1995), *Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia (1400-1700)*, São Paulo: Cia. das Letras.

LIMA, L. C. (2006), *História. Ficção. Literatura*, São Paulo: Cia. das Letras.

PALLARES-BURKE, M. L. G. (2000), *As muitas faces da história – nove entrevistas*, São Paulo: Ed. UNESP.

POMIAN, K. (1998), "História cultural, história dos semióforos". In J. P. Rioux, J. F. Sirinelli (eds.), *Para uma história cultural*, Lisboa: Editorial Estampa, pp. 71-95.

RAMOS, G. (1986), *Memórias do Cárcere*, Rio de Janeiro: Record (1953).

RAMOS, G. (1986a), *Linhas Tortas*, Rio de Janeiro: Record (1962).

RAMOS, G. (1995), *São Bernardo*, Rio de Janeiro: Record (1934).

RAMOS, G. (2011), *Angústia*. Rio de Janeiro: Record (1936).

RAMOS, G. (2012), *Garranchos – textos inéditos*. Rio de Janeiro: Record.

SANTIAGO, S. (2009), "Mário, Oswald e Carlos – intérpretes do Brasil". *Cadernos de Letras da UFF*, 38, pp. 19-34, Disponível em: http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/38/artigo1.pdf, [Consultado em 10-10-2013].

STAROBINSKI, J. (1976), "A Literatura". In J. Le Goff, P. Nora (eds.), *História: novas abordagens*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, pp. 132-143.

THOMPSON, E. P. (2002), *Os românticos*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

WILLIAMS, R. (2007), *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*, São Paulo: Boitempo.

A herança ibérica e as interpretações do "homem cordial" durante o Estado Novo brasileiro

Valéria Paiva
CEIS20-UC/ valeriapaiva07@gmail.com
Grupo de Trabalho 04: Leituras cruzadas: autores de Portugal, Brasil e África e suas leituras do outro.

Resumo: A conhecida polêmica entre Sérgio Buarque de Holanda e Cassiano Ricardo sobre o significado do "homem cordial" constitui parte do anedotário da história da sociologia brasileira. Entretanto, mais do que uma questão de palavras, o que se encontrava em jogo, na época, era uma questão política. Nesta comunicação, recuperamos a interpretação que Almir de Andrade fez sobre a noção de homem cordial – no livro *Força, Cultura e Liberdade*, de 1940 – apropriando-se do tema herança ibérica para formular o que definiria, ainda antes de Cassiano Ricardo, como sendo a "doutrina brasileira de Estado".
Palavras-chave: Almir de Andrade; Estado Novo; homem cordial.

Em uma entrevista concedida a historiadora Lúcia Lippi Oliveira, no início dos anos 1980, Almir de Andrade afirmou que Francisco Campos, autor da constituição brasileira de 1937, era um homem de extrema-direita, mas que suas ideias não seriam representativas nem das múltiplas correntes ideológicas que conformaram o Estado Novo, nem do pensamento de Getúlio Vargas, cuja orientação "nunca foi aquela" do livro de Campos, "*O Estado Nacional*" (Andrade, 1985: 12). Nesse sentido, se como autor da constituição Francisco Campos criou a estrutura jurídica dentro da qual o Estado Novo brasileiro se movimentou, aproximando-o com isso da experiência fascista, "o espírito com o qual essa movimentação foi feita" – afirmaria Almir de Andrade – "é que foi diferente do espírito dele" (*id.*, 18). Ainda segundo Andrade, seria por isso que Getúlio Vargas o convidaria, através do então diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) Lourival Fontes, a escrever "sobre as verdadeiras diretrizes do governo", com o propósito de "esclarecer a opinião pública". E desse convite nasceria o livro *Força, Cultura e Liberdade*, publicado pela Livraria José Olympio, em 1940.
No que diz respeito à sua composição, *Força, Cultura e Liberdade* entrelaça dois gêneros literários distintos[1]. Abordando de maneira genérica a evolução dos regimes democráticos, o livro se insere na discussão teórica sobre o que era considerado, na época, como sendo a falência da liberal-democracia. Por sua vez, ao recuperar as linhas fundamentais que teriam conformado historicamente uma cultura política especificamente brasileira, com o objetivo de legitimar o Estado Novo em termos culturais, o livro adquire também um caráter ensaístico que, se está longe de corresponder ao que comumente se considera como o ensaísmo sociológico típico aos anos 1930, não seria possível, no entanto, sem a existência deste (Andrade, 1940: 53)[2].
A preocupação com a formação da identidade nacional que encontra lugar nas narrativas históricas e sociológicas produzidas entre os anos 1920 e os anos 1940, é uma qualidade que o ensaio de Almir de Andrade compartilha. A diferença é que Andrade faz um uso instrumental dessa narrativa tendo em vista um objetivo político: justificar o Estado Novo em termos históricos e glorificar a figura de Vargas a partir de uma releitura das tradições políticas nacionais. É como se encontrássemos aqui um uso ainda mais discricionário dos fatos

1 Sobre a diversidade dos ensaios produzidos entre os anos 1920 e 1940 e a dificuldade de se inferir a partir desses ensaios um gênero homogêneo, ver Botelho, 2010.

2 "Assim, o primeiro ponto a considerar, no estudo da nova política do Brasil", diria Andrade, "é [...] em que medida a estrutura política que criamos se conformou com as verdadeiras tendências da sociedade brasileira, com o seu espírito, com a sua fisionomia cultural, com as suas tradições ou com as suas necessidades mais prementes". Por sua vez, do ponto de vista da "evolução política e social do mundo", Andrade se pergunta quais eram os fundamentos humanos sobre os quais se assentava o novo governo assim como os fins que ele teve em vista ao se organizar, recuperando, com matizes próprios, a discussão já instalada sobre o significado da "democracia real" em contraposição à democracia liberal ou puramente política (Andrade, 1940: 52-4).

do que aquele sugerido pela noção de "representação mental" dos acontecimentos, de que falou Paulo Prado, em *Retrato do Brasil*, e, por outro lado, uma apropriação factual das ideias. Se, referindo-se ao período que vai de 1930 a 1937, por exemplo, Andrade podia ignorar a revolução constitucionalista de 1932, ele ao mesmo tempo tomava "o idealismo da constituição" de 1891, nos termos de Oliveira Vianna, como um dado histórico. O mecanismo que, no ensaio de Almir de Andrade, torna possível esse deslocamento das ideias para o terreno dos fatos, com sua consequente instrumentalização, é o inverso daquele que – segundo a maioria dos intérpretes – constitui uma das principais características do ensaísmo sociológico, pois o que aqui se pretende é o completo cancelamento da subjetividade[3]. Assim, ao enviar o primeiro exemplar de *Força, Cultura e Liberdade* a Vargas, Andrade lhe escreve uma carta explicando o sentido de suas opções em relação à feitura do livro. E afirma que haveria tido, então, dois critérios à sua escolha, sendo que:

> O primeiro deles consistia – [...] – em apresentar as idéias e as ações de V. Ex. através de comentários e apreciações minhas, que enaltecem a doutrina e a obra de V. Ex., apontando-lhe o valor através do prisma da minha maneira de sentir e pensar. Mas, refletindo bem, pareceu-me, Sr. Presidente, que as minhas opiniões sobre a doutrina e as ações de V. Ex. nenhuma utilidade teriam para V. Ex. e de muito pouco valor seriam para o Brasil. [...] Assim, Sr. Presidente, acreditei que melhor serviria ao Brasil e ao governo de V. Ex. se me esforçasse, de um lado, para pôr de parte todos meus sentimentos pessoais [...] e, de outro lado, para escrever alguma coisa que tivesse o tom sóbrio, equilibrado e sereno da objetividade, onde o pensamento e a obra de V. Ex. aparecessem projetado no *quadro realista* de evolução política do Brasil e das transformações políticas do mundo atual. Não sou eu, portanto, são os fatos, que falam de V. Ex. O livro poderia ter sido escrito por outrem, ao invés de o ser por mim: representaria a mesma coisa se apresentasse as mesmas realidades (Andrade, Correspondência, arquivo GV, 40.08.27, grifos nossos).

Ora, como lembra Robert Wegner (2006), um ensaio nunca poderia dizer a mesma coisa se fosse escrito "por outrem" porque, nele, a realidade dependeria da subjetividade do autor para existir. Tratar-se-ia de um "quadro impressionista", para voltarmos a Paulo Prado, e não de um "quadro realista", como pretende Almir de Andrade. *Força, Cultura e Liberdade* não foi escrito "com a simplicidade mais natural deste mundo", como ainda do *Retrato*, de Paulo Prado, afirmaram José Lins do Rego e Gilberto Freyre, e como o próprio Andrade já havia observado de *Casa Grande & Senzala* (Rego & Freyre, 2006: 244). E nele não encontramos tampouco aquela "parcimoniosa elegância" que Antônio Cândido também identificou em *Casa-Grande* e em *Raízes* – elegância que "disfarça o labor da composição" e pareceria guardar *um não sei o quê* aristocrático (Cândido, 2006: 237). Essa estratégia narrativa que esconde o artifício da composição sob uma despretensiosa naturalidade da escritura, pondo o ensaio a meio caminho entre ciência e arte, está totalmente ausente de *Força, Cultura e Liberdade*. Neste livro, Andrade busca defender explicitamente a tese de que a renovação política do Brasil se integra às novas tendências da evolução política e social do mundo e que o faz porque o Brasil adquire a consciência de suas próprias realidades. O governo de Getúlio Vargas, como um meio termo entre o governo da força e do respeito à liberdade da pessoa, exemplo de tolerância e cordialidade, responde finalmente às tradições políticas brasileiras, pensadas através da noção buarquiana de "homem cordial". Mas quando se torna visível a preocupação de defender uma tese, como já tinha afirmado o próprio Almir de Andrade, a arte recua (Andrade, 1939: 123). O que temos, então, é um constructo político-ideológico. Nele não há espaço para a sugestão, como parece ser próprio ao ensaio, e a demonstração, que pareceria ser próprio à ciência, não se sustenta devido ao caráter narrativo que marca o livro.

Assim mesmo, e apesar de seu esquecimento, *Força, Cultura e Liberdade* é interessante porque traduz o argumento de um dos mais importantes ensaios deste período, *Raízes do Brasil*, para um plano político-ideológico. E essa tradução implica uma série de traições ao livro de Sérgio Buarque que permitem pensar a recepção

---

3 Existe uma vasta bibliografia sobre o chamado ensaísmo sociológico brasileiro. Nesta comunicação, baseamo-nos, no entanto, especialmente na análise de Wegner, 2006.

política do argumento da cordialidade, naquele momento e por um ideólogo do governo. Nesse sentido afirmamos anteriormente que, por mais longe que se encontre do ensaísmo sociológico da época, o livro de Andrade não seria possível sem a existência deste. Tanto em relação ao(s) gênero(s) que adota, quanto à temática e aos conceitos de que se apropria de maneira singular, o livro de Almir de Andrade não é compreensível fora de seu contexto específico. Ademais, é necessário considerar que, como um regime autoritário, o Estado Novo brasileiro foi exitoso em sua estratégia de não ignorar, em sua relação com os intelectuais, o que se pensava e se produzia fora dos limites do Estado, incorporando não somente pessoas, mas também dialogando com suas ideias. O livro de Almir de Andrade parece um exemplo dessa estratégia política.

Lúcia Lippi Oliveira afirma, especificamente em relação à *Força, Cultura e Liberdade*, que o "*homem cordial* de que nos fala Almir de Andrade se aproxima da concepção desenvolvida por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*" (Oliveira, 1982: 42). É necessário assinalar que se Almir de Andrade se aproxima da noção de cordialidade é para tirar dela, no entanto, conclusões que se afastam, e muito, do diagnóstico a que Sérgio Buarque chega ao final de *Raízes*. Na verdade, o livro de Andrade mostra – como a polêmica entre Sérgio e Cassiano Ricardo também mostraria, anos depois – que àquela altura não havia ainda um consenso estabelecido sobre o significado do "homem cordial". E não deixa de ser uma coincidência interessante que essa polêmica tenha se desenrolado com outro importante intelectual do Estado Novo como o foi Cassiano Ricardo. Vale a pena nos determos nesse ponto, antes de passarmos à análise de *Força, Cultura e Liberdade*: ele nos ajuda a tornar mais claro as implicações políticas de um tema que tendemos a considerar hoje exclusivamente da perspectiva sociológica.

A fortuna crítica de *Raízes* se encarregou de tornar bastante conhecida a nota, incluída na segunda edição do livro, em 1947, onde Sérgio Buarque procurou esclarecer um possível mal entendido sobre o sentido com que era usada aí a expressão cordialidade. Nessa nota, Sérgio Buarque afirma que, ao contrário do que pretendia Cassiano Ricardo, esta expressão não continha nenhum juízo ético e que, uma vez que não abrangeria, "apenas e obrigatoriamente, sentimentos positivos e de *concórdia*", ela não corresponderia à noção de bondade, assim como "homem cordial" não corresponderia à noção de "homem bom" (Holanda, 2006b). Por sua vez, na curta carta-resposta publicada na revista *Colégio*, em setembro de 1948, Sérgio Buarque afirmaria ainda que não acreditava muito na "tal *bondade* fundamental dos brasileiros" a que se referia Cassiano. Mas começar uma discussão sobre este tema seria já uma divagação em torno de um critério forçosamente subjetivo, sem qualquer resultado plausível, diria, para terminar, cordialmente, remarcando um ponto de *Raízes* que não deixa de ser controverso, qual seja que o homem cordial não existiria fora das condições históricas particulares de nossa vida rural e que era provável que estivesse mesmo fadado a desaparecer junto a ela.

A "cordialidade" pode ser vista um traço característico à formação patriarcal da sociedade brasileira que a urbanização tornaria cada vez mais tênue ou, ainda, como parte daquele "mundo de essências íntimas", ter sobrevivido ao processo de modernização do país, permanecendo viva por meio dos efeitos de uma urbanização desequilibrada que teria levado à cidade e aos postos da administração pública indivíduos portadores de uma mentalidade rural/patriarcal[4]. Seja qual for o caso, no entanto, Sérgio Buarque tem razão ao remarcar que sua nova explicação, incluída como nota na segunda edição de *Raízes*, seria quando muito uma ampliação, mas

---

4 Sérgio Buarque se refere ao "mundo das essências íntimas" no último parágrafo de *Raízes do Brasil* (Holanda, 2006a: 208). E já se observou que, ao manter o final tal como ele aparecia na primeira edição, Sérgio Buarque preserva a ambiguidade como uma chave de leitura sempre possível a respeito dos impasses políticos que, desde sua perspectiva, acompanhariam o processo de modernização do país. É interessante notar que, nas edições posteriores de *Raízes*, Sérgio suprime a parte do parágrafo, reproduzida a seguir em cursiva, que permite ligar "o tipo primitivo da família patriarcal" à conformação de um Estado patrimonial no Brasil: "No Brasil, onde imperou, desde os tempos mais remotos o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização – [...] – ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje. *Em terra onde praticamente não existia trabalhador manual livre, em que uma classe média quase nula não tinha como impor sua influência, os indivíduos que iriam servir nas funções criadas com a nova ordem de coisas tinham que ser recrutados, por força, entre elementos da mesma massa dos antigos senhores rurais. Toda a estrutura administrativa, a pouco e pouco elaborada durante o Império, e depois já no regime republicano, comportava elementos estreitamente vinculados ao velho sistema doméstico, ainda em pleno viço, não só nas cidades como nas fazendas".* Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do "privado" e do "oficial" (Holanda, 1936: 99-100, grifos nossos).

não uma retratação a respeito do sentido com o qual o "homem cordial" apareceu na primeira edição. E esse sentido, segundo Sérgio, Cassiano já o havia entendido muito bem, era o contrário de polidez:

> Quando, na primeira edição de meu livro recorri à expressão, já empregada, antes de mim, pelo nosso amigo Ribeiro Couto, estava implícito nas minhas palavras tudo quanto a respeito seria dito na nota da segunda edição que deu motivo ao seu artigo. Aliás você mesmo lembra, agora, como na primeira edição se dava o *homem cordial* como o contrário de polido. [...] Não precisarei recorrer ao dicionário para lembrar que essa palavra – *cordial* –, em seu verdadeiro sentido, e não apenas no sentido etimológico, como você quer presumir, se relaciona a coração e exprime justamente o que eu pretendi dizer. [...] Não, meu caro Cassiano Ricardo, o significado que dei à palavra *cordial* não o fui buscar, Deus me livre disso, na *noite dos tempos*. Nem tentei torcer seu valor semântico ou histórico para acomodá-lo às minhas antigas e novas idéias, que ao menos neste ponto – e já é muito – se ajustam perfeitamente entre si (Holanda, 2006b: 394-5).

E, efetivamente, mesmo acreditando que Sérgio Buarque caía em contradição consigo mesmo, Cassiano estava de acordo com sua tese sobre "nossa aversão ao ritualismo social"[5]. Por sua vez, o que lhe parecia difícil de entender – compreensivelmente, em grande medida – é que ao se referir à cordialidade brasileira em exemplos históricos ou anedóticos, o que aparece ressaltado, em *Raízes*, parecem ser mesmo os aspectos benévolos relacionados aos afetos, ao coração. Não se trataria somente da "lhaneza no trato", da "hospitalidade" e da "generosidade", presentes na referência original de Ribeiro Couto (Holanda, 2006a: 160). Esses aspectos estariam presentes também no uso excessivo dos diminutivos (*id.*, 162); no fazer-se amigo para negociar (*id.*, 63); na "doçura de nosso gênio", que condizia mal com qualquer Estado verdadeiramente despótico (*id.*, 194); na imagem de "bonomia" como marca das nossas relações internacionais; nesse desejo de ser "o povo mais brando e comportado do mundo"; no detestar as "soluções violentas" (*id.*, 195); no fato de, no Brasil, a teoria da bondade natural ter encontrado apoio no temperamento nacional (*id.*, 204).

Mesmo no "mussolinismo indígena", segundo Sérgio, não havia sobrado quase mais nada daquela "truculência" que tanto caracterizava o fascismo em seus modelos originais, italiano e alemão (*id.*, 207). Sem que seja necessário voltar à suavidade "acolhedora das dissonâncias sociais, raciais e morais" dos colonizadores portugueses (*id.*, 45), o fato é que a "nossa desordem" pareceria muitas vezes guardar, malgrado o autor de *Raízes*, essa vocação para os sentimentos de concórdia. E, no entanto, ainda que Cassiano tivesse razão sobre esse ponto, isto é, mesmo se a cordialidade estivesse relacionada à bondade, tal como aparece na primeira edição de *Raízes do Brasil*, isso em nada modificaria a conclusão de que:

> [...] um amor humano sujeito à asfixia e à morte fora de seu círculo restrito não pode servir de cimento a nenhuma organização humana concebida em escala mais ampla. Com a cordialidade, *a bondade*, não se criam os bons princípios. É necessário algum elemento normativo, sólido, inato na alma do povo, ou implantado pela tirania, para que possa haver cristalização social. A tese de que os expedientes tirânicos nada realizam de duradouro é apenas uma das muitas invenções fraudulentas da mitologia liberal, que a história está longe de confirmar. É certo que tais invenções, em si, não constituem argumento sério contra o liberalismo e que existem outros

5 Nas palavras de Cassiano: "Também não é a reverência – e aqui concordo plenamente com Sérgio Buarque de Holanda –, dada a nossa aversão ao ritualismo social. Ninguém desconhece *a dificuldade, em que se sente, geralmente, o brasileiro de uma reverência prolongada ante um superior*. O nosso fraco é outro; é – como diria o próprio autor de *Raízes do Brasil* – o de estabelecer intimidade" (Ricardo, 2006: 384, grifos do autor).

> recursos, além da tirania, para a consolidação e estabilização de um organismo social e nacional (Holanda, 1936: 157, grifos nossos)[6].

O argumento da cordialidade, como chave de leitura da história nacional, funciona independentemente do conteúdo da ética de fundo emotivo que Sérgio Buarque identifica na conformação da sociedade brasileira e é isso o que Cassiano se resiste a entender e que Sérgio Buarque se resiste a deixar explícito. Benévolo ou não, um comportamento baseado nessa ética estaria em contradição com formas de organização que pressupõem interações sociais – de tipo cooperativo ou competitivo – tendo em vista um objetivo externo aos indivíduos, gerando instituições fundadas em princípios abstratos e impessoais. Por sua vez, se é que a cordialidade, como resquício da ordem patriarcal, definiria ainda o nosso mundo, talvez "um mundo das essências íntimas", incompatível, contudo, com uma ordem liberal-democrática, o ponto a ser destacado é que, em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque recusava o retorno a uma tradição de matriz autoritária como contrapartida política dessa cultura personalista.

Com a naturalização dos argumentos presentes em *Raízes do Brasil*, parece ter-se perdido também o ponto central de desacordo entre Sérgio Buarque e Cassiano Ricardo nessa pequena polêmica em torno do significado do "homem cordial", que longe de se reduzir, como afirma Sérgio, a "uma questão de palavra", parece se referir mesmo a uma questão de política (Holanda, 2006b: 393). Cassiano não acreditava somente que estávamos "elaborando uma civilização de fundo mais emotivo que a dos outros povos" (Ricardo, 2006: 375). Ele acreditava também que a transposição dessa cultura personalista para o plano político produziria uma democracia social tipicamente brasileira[7]. Independente da posição de Sérgio Buarque, o Brasil, segundo Cassiano Ricardo, "já deu [havia dado] a sua resposta" a favor dessa forma de democracia (*id.*, 392).

Em *Força, Cultura e Liberdade*, Almir de Andrade defende uma posição que, se não coincide em todos os pontos com a opinião que Cassiano sustentaria anos depois, estava bastante próxima dela. Assim, ao se referir ao governo Vargas como exemplo de "um aproveitamento racional" e de uma "orientação consciente" das qualidades psicológicas do povo brasileiro, com resultados eficientes do ponto de vista administrativo, Almir de Andrade não estava longe de sustentar que, para usar uma fórmula de Cassiano, era possível "tirar partido da própria bondade" (Andrade, 1940: 106; Ricardo, 2006: 375)[8]. Almir de Andrade não fala de técnica da bondade, mas de espírito estratégico dos métodos de governo, da plasticidade que permitia a acomodação da multiplicidade de forças e interesses, políticos e econômicos, com que o governo tinha de se enfrentar com a finalidade de defender o todo social contra a hipertrofia das partes, sem perder, no entanto, o apoio dessas mesmas forças, sem as quais lhe seria impossível governar.

---

6 De acordo com o texto da segunda edição, que será também o das edições posteriores, lê-se: "É claro que um amor sujeito à asfixia e à morte fora de seu círculo restrito não pode servir de cimento a nenhuma organização humana concebida em escala mais ampla. Com a simples cordialidade não se criam os bons princípios. É necessário algum elemento normativo sólido, inato na alma do povo, ou mesmo implantado pela tirania, para que possa haver cristalização social. A tese de que os expedientes tirânicos nada realizam de duradouro é apenas uma das muitas ilusões da mitologia liberal, que a história está longe de confirmar. É certo que a presença de tais ilusões não constitui em si argumento contra o liberalismo e que existem outros remédios, além da tirania, para a consolidação e estabilização de um conjunto social e nacional" (Holanda, 2006a: 205).

7 "O que foi, ou é ainda, um sonho revolucionário, para outros povos, para nós é um estilo de vida, uma condição menos imposta ou reivindicada porque nascida de hábitos singelos, desprevenidos, característicos de uma democracia social tipicamente brasileira que não nos foi ensinada (são palavras de Gilberto) *nem por Leão XIII, nem por Maritain; nem pelo socialismo inglês, francês ou alemão, nem pelo russo; vem de nossas próprias raízes*" (Ricardo, 2006: 391, grifos do autor).

8 Ao contrário do que sugere Lenharo (1986) e apesar do uso propagandístico que foi feito de *Marcha para o Oeste* durante o governo Vargas, tanto em seus comentários sobre *Raízes* quanto em *Cultura Política*, Cassiano Ricardo se posiciona explicitamente contra os argumentos de Francisco Campos expostos na famosa conferência de 1935, "A Educação e o nosso tempo", em que encontramos uma defesa da utilização instrumental, pelo governo, da irracionalidade das massas (cf. Ricardo, 2006; Ricardo, 1941; e Campos, 2001).

Nessa tarefa difícil, destacava-se a atitude de moderação do chefe de governo, seu *realismo político*, tanto no sentido de corresponder às tradições políticas brasileiras, ao seu caráter plástico e cordial, quanto no sentido de aceitar que, às vezes, o que se realiza na vida fica mesmo muito aquém daquilo a que aspiramos e por que lutamos (Andrade, 1940: 16). Para Almir de Andrade, a moderação e o equilíbrio seriam os fundamentos de uma "doutrina brasileira do Estado", doutrina que se basearia, segundo ele, tanto no aproveitamento racional do temperamento tradicionalmente cordial do brasileiro, quanto do que poderíamos entender, invocando outra vez a Sérgio Buarque, como sendo sua contrapartida natural, qual seja a *força*[9]. Segundo Andrade,

> Que pode haver tolerância sem fraqueza, força sem arbítrio, sem precipitação, sem violência, é o que o atual governo brasileiro vem demonstrando. No fundo, o que ele demonstrou é que do espírito do "homem cordial", que é o brasileiro, se podem extrair as mesmas doses de energia que de qualquer outro espírito, e que com ele se pode fazer um governo tão forte e hábil quanto sereno e moderado, despido de ódio e rivalidades, capaz de colocar-se acima de controvérsias e partidos, sem ambições egoísticas e sem fanatismos. Essa atitude política pertence ao que devemos chamar uma *doutrina brasileira do Estado*. É algo que já vimos vagamente esboçado no regime monárquico, que herdamos da política colonial portuguesa, mas que só agora recebe uma consagração explícita e definitiva, uma cristalização consciente e deliberada, no pensamento e na ação de Getúlio Vargas. A essência dessa doutrina é o *equilíbrio entre a tolerância e a força*. (Andrade, 1940: 140-1, grifos do autor)

A "doutrina brasileira do Estado", que recebia com o governo Vargas uma forma explícita, isto é, consciente e deliberada, já se encontraria, assim, implícita no cabedal de tradições acumulado durante os quatro séculos de nossa formação histórica. E para Andrade haveria sido o português, e a maneira particular como se deu o processo de colonização portuguesa no Brasil, o fator primeiro e mais importante na conformação dessas tradições e, por conseguinte, de nosso espírito. Apoiando-se continuamente em Freyre, que para ele haveria dedicado a este tema um estudo definitivo, Andrade volta a fazer uso da fórmula – de ascendência euclidiana – "que tinha o meio físico como o grande teatro da aventura civilizacional brasileira" (Monteiro, 2006: 317). Nesse sentido, a "obra gigantesca" realizada pelos portugueses na América aparece vinculada à noção de imensidão espacial, que opera como um cenário adverso caracterizado por um clima tropical e uma natureza exuberante, mas árdua de conquistar. A essa fórmula, justapõe-se o segundo grande tema que conformaria a discussão sobre a herança ibérica neste período: o da mistura de raças, permitida e até estimulada pelos portugueses. O caráter admirável da aventura colonial, nesse cenário, e tendo o branco, o índio e o negro como personagens, é que daí resultaria um país geográfico, linguística e culturalmente unificado, experiência que se ressaltava ainda mais pelo contraste com a vizinha América espanhola.

Até esse ponto, Almir de Andrade não se afastaria de argumentos que já havia defendido anteriormente, no livro *Aspectos da Cultura Brasileira*. A grande referência continuava sendo Gilberto Freyre, com o seu *Casa Grande & Senzala*, e não encontramos aí nenhum elemento novo que poderia derivar de uma leitura de *Raízes do Brasil*, relacionada, por exemplo, ao espírito aventureiro do português e/ou sua concepção espacial do mundo. A plasticidade, especialmente aquela relativa a preceitos morais, permaneceria como conceito chave para a compreensão do êxito do português "enquanto colonizador". Comparado com seus escritos anteriores, a novidade de *Força, Cultura e Liberdade* é que Almir de Andrade se veria obrigado, neste último, a incorporar as consequências políticas dessa forma de colonização, para além de suas implicações culturais.

É somente, pois, ao remeter essa forma original de cultura ao plano da organização política que vamos nos encontrar com a referência a Sérgio Buarque e a *Raízes do Brasil*. A plasticidade social, se era característica do temperamento português, também faria parte de uma política colonizadora que deixou a organização do terri-

---

9 Ver, entre outros, Andrade, Almir. "Getúlio Vargas e a doutrina brasileira de governo", *CP*, maio de 1942, p.7-10; Andrade, Almir. "As Diretrizes da nova política do Brasil", *CP*, janeiro de 1943, p. 7-19; Andrade, "O Pensamento político do Presidente", *CP*, abril de 1943, p.7-8.

tório à mercê dos senhores de engenho. No mundo conformado pelos limites de sua propriedade, os senhores de engenho foram também donos dos homens e das leis. Devido a isso, diz Andrade, a autoridade política se descolou, no Período Colonial, do Estado para a família, com a aparente descentralização da empresa colonizadora gerando outra forma de centralização, com consequências do ponto de vista político.

A primeira dessas consequências seria a constituição de uma mentalidade impermeável a leis ou princípios abstratos e incapaz de pensar no Estado como algo desvinculado das redes pessoais de mando e obediência. Sua face mais nefasta seria, no Período Republicano, o caudilhismo como resultado da não adaptação da mentalidade personalista ao sistema liberal-democrático. Mas haveria, ainda, uma segunda consequência, mais importante do que a primeira e, ao mesmo tempo, menos prejudicial: é que não só o brasileiro haveria se acostumado a pensar no Estado através dos interesses do senhor local, como também com uma forma íntima de dominação. A autoridade do senhor de engenho era transigente e mesmo tolerante e, de qualquer maneira, não era formalística e não impunha aos dominados uma hierarquia inflexível. O senhor de engenho era, no fundo, diz Andrade, uma aristocrata plebeu, que percorria suas fazendas a pé ou a cavalo, sem que se chegasse a haver uma diferenciação absoluta entre os modos de vida dos que governavam e dos que eram governados.

Essa segunda consequência não seria tão prejudicial como a primeira no sentido de que, aproveitada racionalmente, isto é, recebendo uma orientação consciente, como vimos acima, ela levaria a uma humanização da vida política, tão áspera e por isso mesmo tão cruel, diz Andrade, em muitos outros povos do Velho Mundo (Andrade, 1940: 132). No Império, com a criação do poder moderador, o "espírito cordial" da sociedade brasileira haveria adquirido, por primeira vez, uma "expressão material". E com Vargas ele finalmente se instituiria, logo do interregno representado pela Primeira República, como forma consciente e deliberada de um governo forte o suficiente para combater os resquícios do "localismo" e, ao mesmo tempo, tolerante, isto é, capacitado a exercer essa forma íntima de dominação:

Ainda aqui, há um traço de união profundo entre os métodos políticos de Getúlio Vargas e o espírito popular brasileiro: a aproximação entre o governo e o povo, *a cordialidade*, a quebra do isolamento e da aristocracia presidenciais. O governo abandona os recantos furtivos dos palácios. Sai à rua, sorri, comunica-se diretamente com o povo, anda pelos mesmos lugares onde o povo se reúne, confunde-se com o povo (Andrade, 1940: 133, grifo nosso).

Podemos dizer que Almir de Andrade estava de acordo com Sérgio Buarque em que nossa história era marcada pelo predomínio das vontades particulares, cujo ambiente natural, o do círculo dos contatos primários, era refratário a uma ordenação política impessoal. Entretanto, para ele, assim como para Cassiano Ricardo, não se tratava de instituir uma ordem impessoal, mas, ao contrário, de justificar a existência de uma vontade particular, exterior e superior às demais vontades particulares, como um expediente tirânico legítimo para instituir uma ordem política durável. Assim mesmo, para construir a imagem de um "Leviatã benevolente" era necessário que a cordialidade fosse entendida não somente como o contrário da polidez, mas também e especialmente em seu sentido positivo e de concórdia[10].

Nesse sentido, vale a pena destacar que, ao contrário do que faria Cassiano Ricardo, anos mais tarde, Almir de Andrade não entraria diretamente em confronto com Sérgio Buarque de Holanda, se não que, tratando-o como um par – o que ademais contribuía para legitimar seu próprio discurso – faria uso de seus argumentos para tirar daí conclusões a favor de Getúlio Vargas e do Estado Novo. Ao mesmo tempo, no caso de Almir de Andrade, é importante assinalar que essa leitura enviesada lhe permitiria identificar a cordialidade não somente ao brasileiro como tipo social, mas também à figura de Getúlio Vargas em particular e essa estratégia tornava possível aproximar, em sua "doutrina brasileira do Estado", duas noções que em *Raízes* aparecem contrapostas, a de cordialidade e a de força ou tirania. Quarenta anos depois, em entrevista a Lúcia Lippi Oliveira, seria ainda dessa maneira que Almir Andrade se referiria a Getúlio:

[Getúlio] Tinha um espírito de equidade e de justiça muito grande, um espírito de tolerância também, *um espírito de cordialidade*, quer dizer, era uma figura que realmente tinha esse segredo de usar a força sem fazer sentir essa força. Essas qualidades é que tornaram o Estado Novo aquilo que foi: um regime que, embora

10 A expressão "Leviatã benevolente" é retirada de Lamounier, 1971, especialmente p. 370-3.

discricionário, era mais democrático do que os que o sucederam. [...]. A figura do presidente Vargas tinha isso, realmente... Era um mérito pessoal dele, saber mandar sem ferir. Exigir sem ser intransigente. (Andrade, 1985: 17, grifo nosso).

Bibliografia:

ANDRADE, A. de. Entrevista a Lúcia Lippi Oliveira (I). Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 10/01/1985 [1981].

ANDRADE, A. de (1940), *Força, Cultura e Liberdade: origens históricas e tendências atuais da evolução política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.

ANDRADE, A. de (1939), *Aspectos da Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Schmidt Ed. ANDRADE, A. de. Correspondência, Arquivo GV 40.08.27 (CPDOC/FGV)

BOTELHO, A. (2010), "Passado e futuro das interpretações do país", In: *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 22, n. 1.

CAMPOS, F. (2011 [1940]), *O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.

CÂNDIDO, A. (2006), "O Significado de *Raízes do Brasil*", In: HOLANDA, *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 235-50.

HOLANDA, S. B. de. (2006a), *Raízes do Brasil* (Edição Comemorativa 70 anos, organizada por Ricardo Benzaquen de Araújo e Lilian M. Schwarcz). São Paulo: Companhia das Letras.

HOLANDA, S. B. de. (2006b), "Carta a Cassiano Ricardo", In: HOLANDA, *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 393-6.

HOLANDA, S. B. de. (1936), *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio.

LAMOUNIER, B. (1971), "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira república: uma interpretação", In: FAUSTO, B. (org). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano, sociedade, instituições (1889-1930)*. t. III, v. 2. São Paulo: Difel, p. 343-373.

LENHARO, A. (1986), *Sacralização da Política*. São Paulo/Campinas: Papirus/ Ed. Unicamp.

MONTEIRO, P. M. (2006), "Buscando América", In. HOLANDA. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 313-34.

OLIVEIRA, L.L. (1982), "O Pensamento de Almir de Andrade", In: OLIVEIRA, L. L., VELOSO, M. P. e GOMES, A. C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 31-47.

PAIVA, V. (2011), *Diálogo Cordial:* Cultura Política*, os intelectuais e as letras no Estado Novo*. Tese de Doutoramento, Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

PRADO, P. (2008), *Retrato do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras.

REGO, J. L. do & FREYRE, G. (2008), "Paulo Prado", In: PRADO, P. *Retrato do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras.

RICARDO, C. (2006), "Variações sobre o *homem cordial*", In: HOLANDA, *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 365-92.

RICARDO, C. "O Estado Novo e seu sentido bandeirante", *Cultura Política*, Ano 1, No. 1, Março de 1941, p. 110-132.

WEGNER, R. (2006), "Um ensaio entre o passado e o futuro", In: HOLANDA, *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 335-64.

Novo Mundo no Trópico: imagens de Brasil e Portugal na obra freyriana

Mateus Silva Skolaude[1]

Resumo: O artigo a seguir propõe uma reflexão sobre a relação estabelecida entre Brasil e Portugal no pensamento de Gilberto Freyre. Para além da apropriação da inteligência e da propaganda salazaristas, é possível identificar um estreitamento no modo como o autor compreende o passado e o presente de ambas nações.
As implicações da concessão de um *telos* ou uma finalidade inexorável para a história da sociedade brasileira desvelam um significado para as relações luso-brasileiras que transcendem o papel propagandístico desenvolvido no discurso salazarista. O enfoque exclusivo no caráter legitimador da manutenção das colônias possível de se extrair do lusotropicalismo reduzem a dimensão romântica e mesmo filosófica da obra freyriana. A admissão dos dois aspectos como exercício de teoria da história revela uma vinculação profunda entre os dois países e, sobretudo, um desenho de Brasil que previa para o país um reconhecimento no cenário internacional.

Palavras-chave: Brasil, Portugal, democracia racial, Lusotropicalismo.

> *"O Brasil é latino, americano, católico-romano e uma república, mas também é Brasil. O Brasil pode ser chamado Rússia americano, ou denominado China tropical. E existem, com efeito, grandes semelhanças entre o Brasil e a Rússia e entre o Brasil e a China. Mas não tão grandes a ponto de desfigurar a personalidade do Brasil como nação única, singular, diferente das vizinhas. Tem uma contribuição muito sua a fazer à Civilização."*[2]

É possível identificar, no seio da obra de Gilberto Freyre, uma imagem grandiosa e otimista do Brasil. Em seu quadro da sociedade brasileira há caminhos que nos desvelam a natureza politicamente conservadora do ilustre sociólogo pernambucano. Curioso também é notar o paradoxo entre a visão atribuída por Freyre à dinâmica social brasileira e o seu entendimento subsumido da ordem política. Esta última surge nos ensaios freyrianos como mais um aspecto da vida humana que subjaz da sociedade originada com a chegada dos portugueses. O autor afirma, em *Ordem e Progresso*, a necessidade de os primeiros Presidentes da República reproduzirem o tom conservador e conciliatório do antigo monarca D. Pedro II. Vai mais além e defende um governante forte e paternalista, ainda que não se estenda numa definição mais clara de ambos os termos. No entanto, as referências que Freyre tem em mente são aquelas da experiência monárquica: um Imperador com maiores poderes que o corpo legislativo, que busca conciliar os diferentes interesses existentes na sociedade. (militares e industriais, como classe média e alta em ascensão desde fins do Império, agricultores, interesses populares)
O objetivo deste ensaio consiste em trazer para o centro da reflexão sobre o pensamento de Gilberto Freyre seus pressupostos que definem o Brasil como nação capaz de dar solução aos conflitos raciais e as implica-

---

1 Doutorando em História (CAPES) na PUC-RS, Licenciado em História, Especialista em História do Brasil e Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNISC. Faz parte do grupo de pesquisa - Nação, nacionalismo e identidade nacional: demarcações da história nas matrizes ibéricas, americanas e africanas com a coordenação do Prof. Dr. Marçal Paredes. De setembro de 2014 a fevereiro de 2015 desenvolveu Estágio de Doutorado Sanduíche em Portugal na Universidade de Coimbra. Pesquisa temas relacionados: identidade/diferença; relações étnico-raciais; multiculturalismo; Lei 10.639/2003. Autor do livro - *Identidades rasuradas: O caso da comunidade afro-descendente de Santa Cruz do Sul (1970-2000)*, EDUNISC, 2008.

2 FREYRE, Gilberto. Novo Mundo nos Trópicos. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1971. p. 14.

ções desta afirmação para o entendimento do lusotropicalismo. O caminho escolhido aqui consiste na relação possível entre os dois momentos intelectuais do autor: o primeiro de grande reconhecimento e até mesmo de destaque em certos círculos intelectuais, nas suas primeiras obras. Diferentemente do momento de juventude, a segunda fase é marcada por um progressivo isolamento da obra freyriana em relação ao restante da produção intelectual brasileira e uma forte crítica sofrida pelo autor tanto em meios intelectuais institucionais (escola sociológica da USP, anos 50 em diante) quanto por movimentos sociais (movimento negro). Esses momentos foram tratados de um modo geral como fases completamente distintas e mesmo desconexas das reflexões de um mesmo intelectual. O tratamento dado a essas duas fases procurará desenvolver uma relação possível entre a expressão intelectual de Gilberto Freyre nos anos 20 e 30 e as mudanças que anunciam novos rumos para as suas reflexões, a partir dos anos 40. A ideia consiste em não partirmos para uma referência exclusiva *Àquele Gilberto*[3] mas realizarmos uma reflexão que abarque possível diálogo entre as reflexões de juventude e aquelas de sua fase tardia. Dessa forma podemos pensar o projeto lusotropicalista em termos outros que não o de mera propaganda ao autoritarismo de Salazar e, por conseguinte, analisarmos o papel atribuído ao Brasil em seu projeto de ciência.

Através de uma análise conjunta das obras tardias e de juventude este texto intenta identificar os vínculos que unem os dois países nos principais aspectos da interpretação freyriana sobre o Brasil. O argumento geral a ser defendido consiste no entendimento dos livros *Casa Grande e Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936) enquanto ensaios histórico-sociológicos e, portanto, exercícios de historiografia e sociologia do passado colonial brasileiro. Ao passo que *Ordem e Progresso (1959)*, terceiro livro que compõe junto dos dois primeiros uma trilogia sobre a formação do patriarcado no Brasil, deve ser entendido como marco para uma teoria da história desenvolvida por Gilberto Freyre sobre suas obras de juventude. Esta afirmação deve-se à menção clara ao processo de formação de uma democracia racial que o autor identificava na sociedade brasileira. O ideal ou horizonte normativo de solução pacífica, integradora e definitiva para a questão racial deriva diretamente do legado cultural e sociológico português que o autor ressaltou nas obras de juventude. Por isso, democracia racial e lusotropicologia, as temáticas mais polêmicas do célebre ensaísta, devem ser compreendidas enquanto elementos coexistentes de uma teoria da história do Brasil. O legado da civilização lusa no Trópico seria capitaneado pela nação mais robusta composta dessa comunidade, qual seja, o Brasil, país que no futuro desenvolveria uma plena democracia racial, já em formação para o autor.

Se tomarmos como verdade todos os seus pressupostos sociológicos veremos a estrutura da sociedade brasileira como revolucionária desde sua origem. *A trilogia da Introdução à formação da sociedade patriarcal* apresenta a particularidade de uma sociedade híbrida, formada através da herança de três povos radicalmente distintos: índios, negros africanos e brancos portugueses. Também é desenvolvido ainda no primeiro livro dessa trilogia um argumento histórico e sociológico que nos mostra como a herança europeia da sociedade brasileira é peculiar, uma vez que a história portuguesa, aos olhos de Freyre, é marcada por uma miscigenação cultural com povos africanos sem precedentes no contexto da Europa Ocidental. O fator hereditário que a sociedade brasileira teria herdado do ancestral português consiste no fator primordial que justifica a defesa freyriana de que no Brasil formar-se-ia uma democracia étnica ou racial. Em contrapartida, a extração da ordem política que podemos fazer de sua análise sociológica é de que a estrutura social mencionada carece de uma forma política forte e centralizadora para guiar o rumo da nação. É exatamente nessa perspectiva que D. Pedro II é constantemente lembrado pelo autor.

---

3 Faço referência ao texto de Antonio Candido, grande crítico literário, que escreve artigo em homenagem a Gilberto Freyre quando de sua morte intitulado Aquele Gilberto, fazendo referência ao pensamento dos anos 20 e 30, sobretudo às obras *Casa Grande e Senzala* e *Sobrados e Mucambos*. Pode-se afirmar que essa postura de isolamento do que seria a obra e pensamento do velho Gilberto Freyre foi adotada em muitos casos diante de estudos que pretendam desenvolver aspectos definidos da obra do autor. No ensaio que segue o objetivo é identificar os caminhos da obra de juventude que levaram às escolhas tardias, bem como destacar as relações possíveis entre os dois momentos, uma vez que não há negação em absoluto de pensamentos da juventude. A mudança, no pensamento freyriano, não consiste, portanto, numa negação radical do que fora pensado outrora, mas uma reinterpretação de certas premissas desenvolvidas na juventude.

Ora, estes argumentos aparecem no pensamento freyriano separados por significativa distância cronológica. A apresentação das características herdadas do português são descritas em 1933, em *Casa Grande e Senzala*. No entanto, neste livro ainda não é revelada de modo relativamente claro a existência ou possibilidade de democracia racial no país. Neste livro há a enumeração da origem social do português colonizador que o distinguiria do tipo ideal colonizador de outras nações europeias. Esse argumento-chave é embasado na ocupação africana do território luso antes da unificação do Estado português, na existência de relações comerciais entre as culturas africanas e a portuguesa e, uma vez estabelecido o Estado Moderno português a utilização naquele país de uma escravidão predominantemente doméstica. Freyre pretende fundamentar duas relações cruciais que parecem-lhe importantíssimas para compreensão da sociedade brasileira: o português colonizador conhecia diversas culturas africanas e com elas se relacionava e por elas fora influenciado. Devido à característica que o autor chama de aclimatabilidade este colonizador pode adequar-se à temperatura de alhures e a sua plasticidade teria permitido um contato cultural maior entre dominador e dominado. Esse tipo de experiência civilizacional teria sido a marca significativa da sociedade colonial brasileira pois na experiência colonial tal integração ou amalgamento entre atores sociais antagônicos teriam se dado de modo ainda mais intenso. Então, numa sociedade em que atores sociais se relacionavam por meio da submissão e violência (senhor-escravos) teria havido um espaço que proporcionou a aproximação cultural e social entre eles.

O argumento da democracia racial ou étnica aparece de forma mais evidente no terceiro volume da trilogia; em *Ordem e Progresso*, publicado em 1959, Freyre afirma formar-se no Brasil, no período da Primeira República, uma democracia racial ou étnica. Interessante porque também neste livro o autor destaca a persistência da atitude racista para com o negro, sobretudo para aqueles que apresentam a cor da pele mais escura e os traços africanos mais evidentes. Parece-me que a democracia "vista" por Gilberto Freyre diz respeito a um acesso a educação, a escola e portanto, à mobilidade social, cada vez maior que o autor identificava dentre os elementos negros. Mas também na sua definição de democracia racial ou étnica o autor é nebuloso porque frisa que essa mobilidade estava presente dentre os elementos negros mais miscigenados, ou seja, dentre os mestiços. Então identificamos uma falta de clareza tanto na definição do fenômeno sociológico democracia racial quanto na dinâmica social deste processo, que em *Ordem e Progresso* o autor afirma estar em formação.

O legado português: a democracia racial

A ausência de clareza quanto à inserção desta argumentação no restante da obra freyriana levou a uma compreensão e consequente tratamento bipartite da mesma. Em outras palavras, trata-se de pensar o trabalho de Gilberto num corte que se estende até o começo dos anos 40, período no qual o argumento da democracia racial ainda não estava explicitamente posto. Jessé Souza[4] afirma que o pensamento tardio de Freyre caracteriza-se por sua forma de sistema, e , portanto, encontra-se fechado às hipóteses postas por ele mesmo na fase de juventude, admitindo apenas suas afirmações como verdades fixas sobre a realidade social brasileira. E conclui afirmando que, por isso, o pensamento tardio afasta-se de sua fase de juventude.

Concordo com a primeira premissa dessa assertiva, isto é, creio ser possível identificar na fase tardia do pensamento freyriano uma certa afinidade com sistemas filosóficos, que renunciam às possibilidades de diálogo com outras teorias por acreditarem que conseguiram encerrar todos os aspectos possíveis em sua própria reflexão. O flerte de Freyre com algum sistema ou pelo menos com algum exercício de teoria da História centra-se na temática racial. Em termos brutos, a realidade social e racial brasileira identificada na fase de juventude, ainda nos tempos coloniais, teriam permitido à sociedade brasileira uma relação racial peculiar que possibilitaria alguma interação cultural, sentimental e social entre homens separados por violência e submissão. Essa sensibilidade, resultante de um esforço de compreender a complexidade da relação entre senhores brancos e seus escravos domésticos, apontou para importantes estudos no pós-abolição brasileiro. A partir dessa asser-

4 SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. Tempo Social; Revista Sociológica da USP, S. Paulo, 12(1): 69-100, maio de 2000.

tiva, acredito que a fase madura do trabalho de Freyre atribuiu a esta plasticidade e integração uma função quase redentora na sociedade brasileira. Através desse traço originário o autor vislumbra um futuro no qual o preconceito e o racismo, nunca negados por ele, inclusive, se resolveriam pura e simplesmente na dinâmica social. A plasticidade da sociedade colonial e sua capacidade de equilibrar antagonismos advém do ancestral sociológico português; é justamente esse tipo europeu, com sua trajetória particular, que teria possibilitado a convivência e o contato cultural entre elementos humanos distanciados ela situação social de senhor e escravo. Essa foi a quimera freyriana e em termos filosóficos, é possível compreendê-la como um *telos ou fim* atribuído à história social do país por ele desenvolvida nos anos 20 e 30.

A democracia racial paira sobre a obra de juventude como um sentido e um devir inexorável para a sociedade, uma finalidade inadiável para a realidade social brasileira. Por isso creio, diferentemente de Jessé Souza, na proximidade entre os dois momentos da escrita de Gilberto. A obra de juventude pode ser vista como exercício valioso de historiador e sociólogo ao passo que a obra tardia nos apresenta um debruçar proto-filosófico sobre suas reflexões de juventude. Talvez faça mais sentido pensar dos dois momentos do pensamento freyriano atrelados ao seu nacionalismo, ao seu amor pelo Brasil e mesmo seu idealismo quanto ao destino da sociedade brasileira, como a passagem do trabalho Novo Mundo nos Trópicos expressa:

> "Estas grandes vitórias brasileiras, na humanização dos trópicos, vêm contribuindo muitíssimo para destruir a ideia europeia de serem tais perigos inseparáveis das condições de vida nas regiões tropicais. Os triunfos brasileiros nesse setor e em escala continental têm assim um largo interesse humano e não apenas nacional. (…) Enquanto os ingleses, mais do que qualquer outro povo, possuem tal capacidade na esfera política – seu sistema político é magistral combinação de valores aparentemente antagônicos – os brasileiros vêm conseguindo ainda maiores triunfos, aplicando essa capacidade à esfera cultural e social, na maior amplitude. Daí sua relativa democracia étnica: a ampla, embora não perfeita, oportunidade dada no Brasil a todos os homens independente de raça ou cor, para se afirmarem brasileiros plenos." (FREYRE, 1971, pp. 4-5)

O sentimento freyriano da grandeza da cultura brasileira é crucial para se pensar a relação entre Brasil e Portugal em sua obra. Portugal, ancestral sociológico crucial para o perfil que Gilberto traçou para a sociedade brasileira, é tratado pelo autor com um afeto muito próximo do que o autor se vale em suas obras tardias para tratar do Brasil. Em *Aventura e Rotina*, livro resultante do diário de Freyre quando de sua visita oficial a Portugal e às colônias portuguesas em África, é notável a admiração com que o sociólogo observa as colônias buscando traçar genealogias entre estas e o Brasil e também com Portugal. Trata-se, de fato, de um grande afeto pelo "mundo que o português criou", para usar uma expressão sua. Admitindo o sentido exposto aqui para a temática racial e o desfecho redentor de uma solução para questão do ódio racial nas sociedades de modo pacífico, pode-se notar a relevância da cultura e sociedade brasileira. Essa elevação só foi possível pela herança dos traços sociológicos portugueses, que possibilitaram a sua colônia tal configuração social e cultural.

O projeto de uma ciência social da civilização portuguesa no Trópico

Admitindo essa hipótese, o trato do Lusotropicalismo enquanto mero instrumento de dominação das colônias e pura propaganda autoritária merecem uma revisão atenta. Se adotamos a ideia de que a questão racial se resolverá no Brasil de modo pacífico e inerente à estrutura social desse país, o papel central que os comentadores costumam conceder a Portugal nas obras tardias em que o sociólogo esboça teorias para um Novo Mundo no Trópico ou ainda para uma civilização portuguesa pode ser repensado. De modo algum essa revisão aponta para uma insignificância da antiga metrópole para as sociedades coloniais que se desenvolverão mais tarde. No entanto, é possível pensar que a reflexão para a qual Freyre pretendia conceder o estatuto científica, o Lusotropicalismo, talvez nos aponte para uma comunidade de nações lusófonas, aproximadas pela língua e por certo legado cultural e sociológico. E dentro dessa comunidade, descendente direta da cultura e do perfil sociológico

do homem colonizador português, a nação que despontaria na vanguarda dos problemas do mundo moderno seria a brasileira. Afinal a democracia racial se realizaria no Brasil e não em Portugal.
O Lusotropicalismo consiste num projeto de consolidação de uma área da ciência social preocupada com a análise histórica, cultural e social do legado do colonizador português nos Trópicos. Freyre identificava na história da Península Ibérica peculiaridades culturais dos espanhóis e portugueses que demandaria uma abordagem própria para as nações originadas daquelas duas experiências coloniais. Então a ciência maior seria o Tropicalismo, área do saber preocupada com a reflexão própria da colonização ibérica. O Lusotropicalismo seria uma subárea deste saber, representando a modalidade voltada para a análise da América portuguesa:

> "Eis por que alguns estudiosos atualizados desses e de outros problemas relativos à expansão da civilização europeia em áreas não-europeias acham que precisa ser criada nova ciência para lidar com tais problemas,sob um ponto de vista complementar ao ponto de vista europeu ou boreal, que dominou, até agora, na ciência e na tecnologia. Por que não uma ciência especial a fim de lidar com a adaptação da ciência e da tecnologia europeia à situação tropical, chegando mesmo à invenção de novas técnicas para resolver problemas peculiares aos trópicos?" (FREYRE, 1971, p. 17)

A temática racial ocupou papel crucial na agenda freyriana; a biografia intelectual de Maria Lucia Pallares -Burke elucida a preocupação do sociólogo com o conflito étnico entre negros e brancos e nos mostra a virada de posicionamento de Gilberto. O intelectual pernambucano, antes da sua dissertação de mestrado e a ida aos Estados Unidos, flertou com as teorias racialistas do começo do século XX. Nesse ínterim aproximou-se das posições de muitos arianistas brasileiros favoráveis à solução branqueadora da sociedade, isto é, o estímulo em políticas públicas de imigrantes europeus para o trabalho no Brasil, com o objetivo de disseminar a miscigenação de elemento étnico branco.
Ainda segundo essa autora, sua ida ao *Deep Souht* ou sul dos Estados Unidos marcou-o profundamente, de modo que o impacto da forma como o ódio racial se expressava nos Estados Unidos fez com que o autor pensasse que o caso brasileiro era menos radical. As fontes históricas com que trabalhou sugeriam uma interação mais complexa entre senhores e escravos domésticos e aqueles dedicados às atividades comerciais na cidade, que desfrutavam de uma autonomia um pouco maior. Esse apontamento norteou a confecção de *Casa Grande e Senzala*, mas essa abordagem não eximia a sociedade colonial da discriminação, da sujeição à violência sexual e religiosa. Em sua fase tardia, o autor identifica na sociedade contemporânea a ele, nos idos dos anos 40, uma igualdade de oportunidade dentre os brasileiros negros, mestiços e brancos. Mas o ponto se mantém obscuro posto que o preconceito e a discriminação permanecem reconhecidos pelo autor. Mais plausível que atribuir ao sociólogo uma intenção de camuflar a realidade social brasileira no que tange à questão racial ou rebaixá-lo a mero propagandista do regime salazarista português talvez seja reconhecer na obra tardia um movimento de sua vontade[5] manifesto livremente em sua produção intelectual. Ainda que haja idealização no trato da temática racial na situação brasileira, a caracterização de alienação parece não levar em conta sua constante ressalva da vigência do preconceito, seu destaque, como na passagem trazida, de uma democracia imperfeita, que parece decorrer de um processo lento ainda em continuidade. Pelo modo como a sua democracia étnica é descrita creio ser mais coerente pensá-la como fruto de uma teoria da história social brasileira, em seu aspecto cultural e racial. A crença numa solução não-violenta e própria mesma da dinâmica social nacional deriva dos preciosos apontamentos da juventude, que intenta olhar o passado colonial através de uma visão mais densa que a dicotomia

5 Faço alusão ao artigo intitulado "Virá que eu vi": movimentos da vontade ou uma abordagem da democracia racial, publicado no livro Raça – trajetórias de um conceito, editora UFRJ, no prelo. A expressão movimento da vontade foi retirada de poema de Fernando Pessoa, no qual o eu lírico crê na possibilidade de que o movimento da vontade (sonho, esperança e desejo) possam auxiliar na configuração do futuro. (O sonho é ver as formas invisíveis/ Da distância imprecisa, e, com sensíveis/ Movimentos da esp'rança e da vontade,/ Buscar na linha fria do horizonte/ A árvore, a praia, a flor, a ave, a fonte -/ Os beijos merecidos da Verdade.

senhor-escravo e mando-obediência podem sugerir. Então me parece que o desejo do intelectual Gilberto Freyre toma à frente de sua produção intelectual tardia, fazendo-o emaranhar-se confusamente entre ciência e desejo.

Referências Bibliográficas:

BASTOS, Elide Rugai. Gilberto Freyre: um escritor ibérico. In: FREYRE, Gilberto. Casa Grande e senzala – edição crítica. Madri: ALLCA XX, 2002.

_____. As criaturas de Prometeu – Gilberto Freyre a formação da sociedade brasileira. São Paulo: Global, 2006.

CANDIDO, Antonio. Aquele Gilberto. In: Recortes. Rio de Janeiro: Ouro sobre o Azul, 2004 pp. 90-92.

_____. Casa Grande e Senzala – edição crítica. Eduardo Portella, Edson Nery da Fonseca, Guillermo Giucci, Enrique Larreta. (organizadores) Madri, Barcelona, La Habana, Lisboa, Paris, Cidade do México, Buenos Aires, São Paulo, Lima, Guatemala, San José: ALLCA XX, 2002. (coleção Archivos: primeira edição, 55)

_____. Ordem e Progresso - processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república. São Paulo: Global, 2004.

PALLARES – BURKE, Maria Lucia Garcia. Gilberto Freyre – um vitoriano nos trópicos. São Paulo: UNESP, 2005.

_____. O caminho para a casa grande: Gilberto Freyre e suas leituras inglesas. In: Casa Grande e senzala – edição crítica. Madri: ALLCA XX, 2002.

SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 12(1): 69-100, maio de 2000.

Mobilizações Identitárias: O 1º Congresso Afro-Brasileiro de 1934

Mateus Silva Skolaude
Bolsista CAPES -Doutorando em História pela PUC-RS –
mateusskolaude@yahoo.com.br

Resumo: Em novembro de 1934 na cidade do Recife, um ano depois do lançamento do livro *Casa Grande & Senzala*, o intelectual Gilberto Freyre organizou o 1º Congresso Afro-Brasileiro (1º CAB). Na ocasião, estiveram reunidos itelectuais, artistas, estudantes, cozinheiras, rainhas de maracatú, babalorixás, ialorixás e militantes sociais. O encontro teve exposições artísticas, concerto de música, jantar típico, saídas de campo e debates acadêmicos. Este espaço representou um marco importante nas disputas discursivas em torno da alteridade brasileira, tendo em vista as mobilizações da história acerca dos diferentes grupos que compuseram o imaginário nacional, isto é, o português, o índio e, sobretudo, o negro. Desta forma, esta comunicação tem como objetivo analisar os bastidores deste encontro, assim como, problematizar a historicidade dos significados articulados nas múltiplas narrativas étnico/raciais do 1º CAB.
Palavras Chave: 1º Congresso Afro-Brasileiro; mobilizações da história; narrativas étnico/raciais.

Introdução

O 1º Congresso Afro-Brasileiro (1º CAB), organizado em 1934 no Recife pelo intelecutal Gilberto Freyre constitui-se enquanto um objeto pouco pesquisado pelos historiadores. Os parcos estudos menciona o 1º CAB sem um aprofundamento teórico e empírico, de modo que o encontro geralmente é analisado superficialmente pelos anais[1] publicados e enquanto um apêndice de questões que envolvem outros eventos, numa perspectiva mais ampla das discussões sobre raça, cultura e identidade nacional, nas primeiras décadas do Século XX. Alia-se a isto, o fato de algumas pesquisas estarem a reboque das interpretações estabelecidas pelos intelectuais vinculados ao Movimento Negro, quando da fundação do Teatro Experimental Negro (TEN)[2] na década de 1940 e posteriormente com criação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978.

Diante deste contexto, os principais pensadores ligados aos movimentos sociais de luta antirracista no Brasil, imputaram ao 1º CAB, a perspectiva de um encontro intelectual, que sob a hegemônia de Gilberto Freyre, pretendia legitimar o "*mito da democracia racial"*, ponto de vista esse, assumido um ano antes, com a publicação de *Casa Grande & Senzala,* em 1933[3].

---

1 Os anais dos trabalhos apresentados no 1º CAB foram publicados em dois volumes, o primeiro: "*Estudos Afro-Brasileiros"*, em 1935 pela Editora Ariel. O segundo: "*Novos Estudos Afro-Brasileiros"*, em 1937 pela Editora Civilização Brasileira. O primeiro volume foi prefaciado pelo antropologo Roquette-Pinto e teve 25 artigos. O segundo volume, por sua vez, foi prefaciado pelo psiquiatra Arthur Ramos e teve 18 artigos. Em 1988, a Fundação Joaquim Nabuco republicou dezesseis obras da "*Série Abolição"*. Na ocasião, os dois anais do 1º CAB foram reeditados, nos volumes VI e VII, mantendo as suas versões originais, apenas foi acrescentada uma nova apresentação de José Antônio Gonçalves de Mello, um dos participantes do 1º CAB.

2 Fundado no Rio de Janeiro, em 1944, pelo professor e militante Abdias do Nascimento, o TEN tinha por objetivo produzir peças teatrais e proporcionar uma melhor formação intelectual ao negro brasileiro. A entidade organizou as Convenções Nacionais do Negro: em São Paulo (1944) no Rio (1947); a Conferência Nacional do Negro (Rio, 1949) e o 1º Congresso do Negro Brasileiro (Rio, 1950) (NASCIMENTO, 1982).

3 Neste aspecto faz-se importante os aspectos levantados por Hermano Vianna no que diz respeito ao conceito de democracia racial em *Casa Grande & Senzala*. Para o antropólogo, "em nenhum dos capítulos desta obra, incluindo as inúmeras notas, está impressa a expressão 'democracia racial'". A perspectiva norteadora do livro esta na compreensão de outro conceito chave, isto é, o "equilíbrio de antagonismos". Esta categoria analítica na concepção de Vianna serve como um vértice estruturante que não nega o conflito, mas que valoriza mesmo que tragicamente a harmonia da sociedade brasileira. Nesse caso, "a metafisica social de *Casa Grande & Senzala* é relativista: existem apenas sociedades nas quais os conflitos estão mais 'em equilíbrio' do que em outras" (VIANNA, 2001: 215-221).

Sobre alguns pontos de vista os autores que produziram textos para o 1º CAB partilhavam das concepções teóricas defendidas por Gilberto Freyre, contudo, nem todos participantes foram adeptos passivos de suas ideias, isto é, muitos estudiosos ainda desconheciam ou discordavam dos pressupostos de Freyre. Outros permaneceram arraigados à metodologia da antropologia física e tentaram avaliar os resultados da mestiçagem em termos científicos rigorosos, utilizando medidas antropométricas extensas. Alguns mesclaram métodos tradicionais de caracter biológico tentando adaptar perspectivas mais próximas ao culturalismo. Além desses, alguns estudos tiveram uma metodologia diletante, sem nenhum critério cientifico específico. O materialimo histórico marxista também serviu como arcabouço teórico e interpretativo em alguns artigos. Os trabalhos exploraram temas como a escravidão, o impacto da mistura racial, a influência africana na música, arte, língua, literatura, religião, gastronomia. Neste sentido, o conjunto dos trabalhos configura um amalgama heterogêneo e complexo do que efetivamente foi 1º CAB.

A partir de uma revisão bibliográfica brasileira e estrangeira[4], assim como, de outras fontes[5] sobre este conclave pioneiro, percebeu-se da necessidade de uma análise mais apurada deste evento, uma vez que as produções existentes não refletem adequadamente o impacto do 1º CAB sobre o debate indentitário nacional na década de 1930. Frente a este escopo introdutório, o objetivo deste ensaio consiste em apresentar alguns aspectos que fizeram parte dos bastidores deste evento, tendo como fonte de análise a imprensa pernambucana, sobretudo, o Jornal Diário de Pernambuco (JDP). Neste sentido, pretende-se analisar a historicidade dos significados articulados nos discursos produzidos sobre este encontro, ou seja, perceber de que forma foram mobilizadas as "experiências" e "expectativas"[6] relacionadas a um processo de afirmação identitária étnico/racial no período.

1. Discurso e Historicidade: Os bastidores do 1º Congresso Afro-Brasileiro de 1934

O cenário que caracterizou a primeira metade dos anos 30 foi marcado pelo "entreguerras", de modo que duas décadas demarcaram o fim da Primeira e o início da Segunda Guerra Mundial, entre os anos de 1918 e 1939. Esse contexto social, de instabilidade socioeconômica, possibilitou a propagação mundial de regimes políticos totalitários[7]. Destaca-se neste sentido, a ascensão do Nazismo na Alemanha, que adquiriu credibilidade social por fundamentar um discurso baseado na tradição histórica, em que germânicos ou arianos, eram em essência, puros e superiores. A ideologia articulada pelo III Reich pautava-se em pressupostos eugênicos e racistas, com

---

4 No que diz respeito às pesquisas de historiadores brasileiros destacam-se os trabalhos: TUNA, 2005; GIUCCI, 2007; CHACON, 1993; PAZ, 2007. Na produção norte-americana do assunto destacam-se os trabalhos: LEVINE, 1973; PIERSON, 1971; WILLIAMS, 2004; ROMO, 2007.

5 Em pesquisa realizada na Fundação Joaquim Nabuco, junto ao setor de microfilmagem, constatou-se um importante acervo documental composto por três periódicos em circulação no Recife em 1934, ou seja, o Jornal Pequeno, o Jornal do Recife e, sobretudo, o Jornal Diário de Pernambuco, que deram ampla cobertura ao 1º CAB.

6 Tanto a experiência quanto a expectativa, são categorias capazes de entrecruzar o passado e o futuro, ou seja, o espaço de experiência seria o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência fundem-se tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. A expectativa, por sua vez, conota uma perspectiva voltada para o futuro e, assim como a experiência, a expectativa é tudo aquilo que num determinado presente volta-se para o devir histórico, todas as esperanças e idealizações fazem parte do horizonte de expectativas. Nesse caso, romper o horizonte de expectativa cria, pois, uma experiência nova. O ganho de experiência ultrapassa então a limitação do futuro possível, tal como pressuposta pela experiência anterior. Assim, a superação temporal das expectativas organiza as duas dimensões de uma maneira nova. Neste caso, é a tensão entre experiência e expectativa que, de uma forma sempre diferente, suscitando novas soluções faz surgir o *"tempo histórico"*. Portanto, não se pode conceber uma relação estática entre espaço de experiência e horizonte de expectativa (KOSELLECK, 2006: 305-327).

7 Destaca-se o livro: *Origens do Totalitarismo: Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo.* Neste clássico, a filósofa Hannah Arendt (1989) destaca a singularidade do totalitarismo moderno, como uma nova forma de governo baseada na organização burocrática de massas e apoiada no emprego do terror e da ideologia estatal.

desdobramentos políticos em diferentes partes do mundo. No Brasil, este impacto pode ser percebido a partir das páginas dos grandes jornais, com cobertura mundial, conforme demonstra um extenso artigo publicado na imprensa pernambucana, de autoria do Filósofo alemão Oswald Spengler[8] sob o título de - "*A Primeira Grande Victoria das Raças de Cor":*

> (...) Quem então está compreendido nesse mundo 'de côr'? Não somente a África, as Índias, como também os negros e mestiços de toda a América (...) Não foi a Alemanha que perdeu a Guerra Mundial: perdeu-a o Ocidente quando as raças de côr deixaram de respeita-lo (...) A batalha pela posse do planeta está iniciada (...) As raças de côr 'não' são pacifistas. Houve tempo em que ellas temeram o homem branco. Agora desprezam-no (...)[9].

A partir desse registro percebe-se que Spengler partilhava, em linhas gerais, da visão de que a Civilização Ocidental estaria a perigo de ser extinta e subjugada, por conta do crescimento e da articulação política das "raças de cor". Para o autor, esta experiência somada ao fracasso da Primeira Guerra Mundial, serviu como referência para a derrocada da "*raça branca*" e consequentemente, como o primeiro grande triunfo das "*raças de cor*". Entretanto, numa contra narrativa científica a essa perspectiva hegemônica e racializada, no Brasil, mais precisamente, na cidade do Recife, em novembro de 1934, era organizado 1º CAB, evento que, em certa medida, problematizava o conceito de raça e consequentemente buscava uma valorização do negro e do mestiço na sociedade brasileira. Gilberto Freyre, idealizador e organizador do evento, em artigo publicado no JDP, uma semana antes da publicação de Spengler, expõem os principais objetivos desse encontro:

> (...) O Afro-Brasileiro que hoje se reúne, às 15 horas, com toda a simplicidade, numa sala do Santa Izabel talvez venha a ser o inicio de um movimento considerável de cultura e de acção social. (...) Por muito tempo nos dominou, um aryanismo ridículo, ligado a preconceitos de classe e de exploração econômica. A medida que as próprias elites sociaes, artísticas e acadêmicas foram se enriquecendo do sangue negro-mulato (...). O Afro-Brasileiro representa reação necessária. O sangue negro no Brasil não deve ser vergonha para ninguém. Nem o sangue negro nem a influência africana, que alcança a todo brasileiro sincero o authentico como uma enorme 'mancha mongólica' que se tivesse alastrado por toda alma nacional"[10].

O congresso ocorreu no Teatro Santa Isabel[11], entre os dias 11 e 16 de novembro de 1934. Na organização do evento, Gilberto Freyre contou com a participação indispensável de seu primo Ulysses Pernambuco, professor e psiquiatra de grande influência em Recife. Além disso, o 1º CAB teve a participação de artistas e intelec-

---

8 Oswald Spengler (1880-1936), filho de família burguesa, estudou e lecionou em diversas Universidades alemãs, constituindo uma formação bastante ampla, entre filosofia, história, ciências e matemática. Sua teoria pode ser enquadrada numa perspectiva fascista, no entanto, o filósofo teve uma trajetória de aproximações e distanciamentos junto ao partido nacional-socialista-alemão. Suas principais obras foram: A decadência do ocidente (1924); O homem e a técnica (1931) e Anos de decisão (1933). (SILVA, 2008: 10-24).

9 Jornal Diário de Pernambuco, 18 de novembro de 1934: capa.

10 Jornal Diário de Pernambuco, 11 de novembro de 1934: 03.

11 O Teatro de Santa Isabel, monumento tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1949, representa o primeiro prédio de Arquitetura Neoclássica em Pernambuco. Homenagem a Princesa Isabel, o teatro foi inaugurado em 18 de maio de 1850. Recebeu autoridades como Dom Pedro II, Castro Alves, Tobias Barreto, Carlos Gomes, Procópio Ferreira, dentre outros. Foi palco de importantes acontecimentos, como à Revolução Praieira, à campanha abolicionista e à campanha pelo advento da República. Nesse espaço, Joaquim Nabuco proferiu a célebre frase que ficaria gravada numa placa no saguão do Teatro: *"Aqui nós ganhamos a causa da Abolição"*. Vale destacar, que em 30 de novembro de 1984, a Fundação Joaquim Nabuco, em homenagem ao cinquentenário do 1º CAB, doou uma placa ao Teatro, colocada abaixo da placa de Joaquim Nabuco, com a seguinte frase: *"Aqui, por iniciativa de Gilberto Freyre e Ulysses Pernambuco, foi completada socialmente a abolição de 1888, com o I Congresso Afro-brasileiro do Recife, em 1934".* *(http://www.teatrosantaisabel.com.br/conheca-o-teatro/nossa-historia.php, data da pesquisa: 17/02/2014, às 09:30).*

tuais renomados no país, como é o caso dos pintores Cícero Dias, Noemia e Di Cavalcante, do maestro Ernani Braga, dos escritores José Lins do Rego, Mario de Andrade e Jorge Amado, do fonclorista Câmara Cascudo, do antoropólogo Roquette-Pinto, do psiquiatra Arthur Ramos e do etnólogo Edson Carneiro. Neste sentido, é interessante perceber que houve uma rede de sociabilidade bastante ampla constituída tanto no Brasil como no exterior. Este foi o caso do antropologo norte-americano Melville J. Herskovits que enviou dois textos para os anais do encontro. Além dele, Freyre teve como um de seus principais interlocutores em Portugal, o jornalista Nuno Simões[12].

No prefácio do segundo volume de 1937, Freyre agradeceu dentre os muitos apoiadores, ao intelectual lusitano que publicou dois artigos jornalísticos em Portugal. O primeiro em junho de 1936 e o segundo reproduzido pelo JDP sob o título: "*Novos Estudos Afro-Brasileiros*". Nos textos, Nuno Simões faz uma síntese sobre os textos publicados no encontro, estabeleceu um comparativo com as pesquisas executadas em Portugal e parabenizou Gilberto Freyre pela iniciativa:

> Em junho do anno passado, saudei aqui o apparecimento de um volume de Estudos Afro-Brasileiros apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro realizado em 1934, no Recife, por iniciativa e sob o patrocínio do professor Gilberto Freyre, o jovem mestre de história social que, em poucos anos, e com dois grandes livros: Casa Grande e Senzala e Sobrados e Mocambos conquistou na vida intellectual e dirigente do Brasil (...) Gilberto está para a sua geração como Oliveira Vianna e Alberto Torres para as gerações anteriores. É um autentico mestre do pensamento. Ensina-nos a vêr claro em nosso passado, sabe antropologia mas também escreve como um artista (...) o 2º tomo dos trabalhos do Congresso de Recife merece, pois, ser saudado como o 1º, como mais uma contribuição de valor para os estudos do negro no Brasil (...)[13]

Ao lado destes homens de letras, Gilberto Freyre também contou com a colaboração de estudantes, de analfabetos, de cozinheiras, de Albertina Fleury, rainha de maracatú, de babalorixás e ialorixás do Recife, de Miguel Barros, representante da Frente Negra Pelotense. O caráter informal e não somente acadêmico foi uma das marcas do 1º CAB. Durante o período de organização, houve a participação de quatro babalorixás: Pai Anselmo; Pai Oscar; Pai Rozendo e Pai Adão. O último, apesar de se fazer presente nas reuniões preparatórias, por seu ortodoxismo, recusou-se a participar do evento por não considerar os outros babalorixás seus iguais. Ou seja, por sua formação religiosa ter sido na África, Pai Adão afirmava que só ele e o baiano Martiniano[14], seriam os únicos no Brasil com profundo conhecimento dos mistérios de Xangô. Diante disso, colocava-se numa relação espiritual superior a de seus pares, a quem considerava "*um bando de falsos profetas*". Gilberto Freyre era intimo amigo de Pai Adão, em reportagem publicada pela morte do babalorixá, o sociólogo destacou que percebia no pai de santo uma das grandes erudições sobre a cultura africana, bem como, a maior inspiração para a organização do 1º CAB:

> (...) Sem Pae Adão o Recife perde uma de suas maiores figuras. O Recife só não: todo o Brasil africano. Elle e o velho Martiniano de São Salvador, eram as duas últimas grandes vozes da África no Brasil. (...) Pae Adão era um orthodoxo terrível:

---

12 Nuno Simões (1894-1976) foi economista, jornalista e advogado, teve papel de destaque no republicanismo português, sendo Governador Civil de Vila Real, Membro do Supremo Tribunal Administrativo, Deputado e Ministro do Comércio e das Comunicações em três governos da 1ª Republica (entre 1921 e 1925). Destacou-se também, por ser um dos grandes defensores da cultura Luso-Brasileira (FERREIRA, 2005).

13 Jornal Diário de Pernambuco, 25/07/1937: 03 - 09.

14O babalaô Martiniano Eliseu do Bonfim nasceu na Bahia, era filho de escravos alforriados, tendo sido enviado por seu pai para estudar a língua ioruba e as tradições africanas em Lagos, na atual região da Nigéria. Voltando a Salvador, tornou-se um líder religioso e sempre manteve estreita ligação com destacados intelectuais baianos, como: Raimundo Nina Rodrigues, Donald Pierson, Edison Carneiro e, especialmente, Ruth Landes. Na comunidade de Candomblé, foi muito admirado pelas conexões africanas e pela prática religiosa centrada nas ideias de autenticidade africana. Contribuiu na organização do 2º Congresso Afro-Brasileiro, realizado em Salvador, em janeiro de 1937 (ROMO, 2010).

> para quem ele e Martiniano mais ninguém no Brasil entendiam dos mysterios de Xango. O resto era uma bando de falsos profetas. O próprio Pae Anselmo apezar de discípulo de Martiniano, lhe parecia uma caricatura de babalorixá. Babalorixá de verdade, só ele e Martiniano, que estudaram na Africa, que aprenderam os ritos com os africanos. (...). A idéa do Congresso lhe pareceu desde o principio magnifica: estudar os problemas dos brasileiros descendentes de africanos, sua religião, seu passado, suas condições de vida e de saúde, sua arte. Foi um dos maiores entusiasta do Congresso. Posso mesmo dizer que foi em Pae Adão que encontrei o melhor inspirador para a direção que tomou afinal o congresso – único no gênero. Mais de uma vez ele me procurou em casa para tratar do assumpto. E com os meus livros e as minhas revistas sobre África, pude verificar como era enorme a erudição do velho babalorixá sobre coisas e línguas africanas. Arthur Ramos teria encontrado nelle um colaborador magnífico para os seus estudos. Sua exigência para tomar parte no Congresso é que era tremenda: só ele e Martiniano. Impossível transigir nesse ponto com o bom amigo de Água Fria. Mas não houve zanga (...). Nossa amizade continuou como dantes (...)[15]

A colaboração de "*pessoas comuns*" só foi possível devido à confiança adquirida por Ulysses Pernambuco junto aos líderes dos centros de cultos afro-brasileiros anos antes da realização do Congresso. O psiquiatra teve um papel fundamental na defesa das liberdades de culto dessas populações, assim como, na intervenção junto a policia estadual que, constantemente fiscalizava esses centros de forma hostil (GUILLEN, 2005: 65).
Na organização do 1º CAB, Gilberto Freyre procurou estabelecer um caráter de independência, isto é, "*não recebeu nenhum favor de governo, não se associou a nenhum movimento político, a nenhuma doutrina religiosa, a nenhum partido político*". Os recursos vieram provenientes da colaboração de setores progressistas da sociedade pernambucana, dentre estes, médicos, advogados, comerciantes, professores, empresários, que participaram e colaboraram com as despesas administrativas da conferência que totalizaram um valor de "*876 mil réis"* (FREYRE, 1937: 349-350).
Se por um lado, Gilberto Freyre manteve uma autonomia política, partidária e governamental do 1º CAB, por outro, o sociólogo recebeu com satisfação o apoio das principais liderenças dos Movimentos Negros da década de 30. Em nove de novembro de 1934, dois dias antes do início do 1º CAB, no Rio de Janeiro, o Jornal do Brasil na página 10, publicou uma entrevista do Sr. Humberto de Freitas, secretário-geral da Frente Negra Brasileira[16], afirmando o apoio da entidade ao Congresso (WILLIAMS, 2004: 35).
Da mesma forma, o Movimento da Mocidade Negra Paulista, saudou o encontro através de uma carta enviada pelo Sr. Jayme de Aguiar aos organizadores do congresso:

> Saudações mui cordiaes. Em primeiro logar, como sendo um dos descendentes da grande raça negra, o que fez em primeiro plano, toda a grandeza deste nosso portentoso Brasil de hoje, que se nivela com os demais paizes do globo, pelo seu progresso, pela sua cultura (...). Portanto, de São Paulo da terra das bandeiras, onde o negro fôra o seu braço nas labutas de sol a sol, onde se sacrificaram tantas vidas, onde se fez a independencia, nós os negros de fibra, de altivez que ainda luctamos para conquistar as nossas reinvindicações justissímas que ainda não nos querem dar

---

15 Jornal Diário de Pernambuco, 28/04/1936: 03.

16 A Frente Negra Brasileira foi fundada primeiramente em São Paulo, no ano de 1931 e espalhou-se rapidamente para outras regiões como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul. Os números indicam que a FNB chegou a superar a marca de 20.000 associados em todo o país. Tal aprimoramento levou a transformação do movimento social em partido político, em 1936. Tinha como marca um programa político e ideológico autoritário e ultranacionalista, com forte inclinação fascista. A duração do partido foi curta devido à instauração do Estado Novo por Getúlio Vargas, em 1937 (DOMINGUES, 2007: 101-102).

> por varias razões iniquas, applaudimos de coração esse nobre emprehendimento: - O Congresso Afro-Brasileiro. (...)[17]

O conteúdo do texto revela reflexões importantes acerca da memória social e da história articulada pelo Movimento Negro Paulista, assim como a manifestação de total apoio ao 1º CAB. Do ponto de vista presencial, a mais expressiva das participações foi a de Miguel Barros[18], representante da Frente Negra Pelotense (FNP) que teve inserção destacada na programação, participando efetivamente das reuniões, comissões e inclusive sendo chamado pelos demais participantes do encontro de: "*mulato Barros*". O militante também contribuiu em outras frentes, expondo algumas pinturas, com realce para a tela: "*Morte de Zumbi"* (GIUCCI, 2007: 507-526).
É importante perceber que Gilberto Freyre já tinha adquirido experiência e respeitabilidade frente à sociedade pernambucana quando organizou o Congresso Regional, em 1926. Por conta disso, Freyre possuía conhecimentos necessários para coordenar este tipo de encontro. Com a permissão das autoridades locais escolheu o teatro Santa Isabel para fazer uso durante as conferências. A escolha deste espaço não foi casual, de modo que o prédio já possuia uma memória simbólica importante na defesa da abolição da escravidão.
A cerimônia de abertura do 1º CAB foi realizada no domingo, dia 11 de novembro, às 15 horas, pelo secretário José Valladares[19], no salão nobre do Teatro Santa Isabel. No protocolo, Ulysses Pernambuco foi aclamado Presidente. Em seguida o Dr. Nobrega da Cunha, Inspetor Geral de Ensino do Ministério da Educação, inaugurou a Sessão de Arte, onde o público pode conferir exposições artísticas de obras sobre a cultura afro-brasileira de respeitados artistas como – Cícero Dias, Di Cavalcanti, Noêmia, Manoel Bandeira, Luis Jardim, entre outros. Ao mesmo tempo, foram colocadas gravatas a venda, como forma de arrecadar fundos para o congresso. À noite, por volta das 21 horas, dez carros seguiram do Teatro Santa Isabel para o terreiro do Pai Anselmo, de culto nagô[20].
O pintor Di Cavalcanti numa entrevista concedida a imprensa pernambucana, respondeu a respeito da importância do 1º CAB e de que forma compreendia a participação do negro na arte brasileira:

> Para o nosso artista o afro-brasileiro é extraordinário porque é, ao mesmo tempo, um elemento de tradição e de civillisação. O negro nos trouxe a humanisação, o lyrismo, a doçura, actuando em todos os sentidos, em todos os ramos da arte, com sua sensibilidade immensa. Elle nos legou esse eterno e ininterrupto romantismo e tudo que vem delle é de uma grandeza sem nome para a arte brasileira. Nunca deixei de sentir em mim a influencia africana. Em grande numero de meus quadros, o elemento negro é primacial. (...) Além da opportunidade que tive na vinda ao Recife de assitir ao Congresso Afro-Brasileiro e fazer a minha primeira exposição no Norte, também minha estadia nesta grande cidade é motivo para estudo de novos quadros. O Norte será a ultima acquisição que faço para completar a minha personalidade de artista[21]

---

17 Jornal Diário de Pernambuco, 17/11/1934: 04.

18 Miguel Barros constituiu-se enquanto uma das principais lideranças do Movimento Negro Sul-Rio-Grandense. Teve participação destacada na fundação do Centro de Cultura Negra, em 1933 e enquanto principal articulador das atividades políticas desenvolvidas nesse espaço. Em 1934, Barros assumiu a redação do jornal *A Alvorada* e colocou o Movimento Social em destaque nacional ao participar do 1º CAB. Em Recife, acabou exercendo um papel fundamental de articulação política, sendo responsável direto pela criação da Frente Negra Pernambucana (GOMES, 2009: 104-107).

19 José Valladares (1917-1959), filho de uma tradicional família baiana, formou-se em Direito, no ano de 1937. Anos antes, foi redator do Jornal Diário de Pernambuco, período em que conheceu Gilberto Freyre. A experiência adquirida, com apenas 17 anos, enquanto estudante de direito e secretário do 1 CAB, permitiu a Valladares assumir, em 1939, o Museu do Estado da Bahia. Sob sua direção, incluiu e propagou a cultura afro-brasileira na afirmação da identidade baiana. Ao salientar a cultura popular no museu baiano, Valladares rompeu com a tradição museológica das grandes figuras políticas e militares extremamente presentes no Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro (ROMO, 2010).

20 Jornal Diário de Pernambuco, 13/11/1934: 01.

21 Jornal Diário de Pernambuco, 15/11/1934: 02.

A parte acadêmica do 1º CAB consistiu em três dias de debates, à tarde, realizados nos dias 12, 13 e 14 de novembro, no Teatro Santa Isabel. Os organizadores do Congresso dividiram as apresentações por disciplina, horários e presidentes, estruturadas em quatro sessões: 1º Etnografia (Ulysses Pernambuco); 2º Antropologia/Sociologia/Etnologia (Olívio Montenegro); 3º Folclore/Arte (Rodrigues de Carvalho); 4º Psicologia social (Silvio Rabelo). Nos turnos da manhã e noite, foram agendadas saídas de campo, respectivamente nos dias 12 e 15 a noite houveram "toques"[22] no terreiros do Pai Oscar, de culto gegê e do Pai Rozendo, de culto Xambá. Da mesma forma, respectivamente nos dias 13, 14 e 15, pela manhã foram feitas visitas ao Hospital de Assitência aos Psicopatas, com orientação de Ulysses Pernambuco, ao Gabinete de Antopometria da Brigada Militar, sob a responsabilidade do Comandante Jurandir Mamede e a ilha de Joaneiro, sob a coordenação de Geraldo de Andrade[23].

No dia 14, à noite, houve um jantar de quitudes afro-brasileiros oferecidos aos participantes, na Escola Doméstica de Pernambuco. O cardápio foi composto por: acarajé; inhame com mel; farinha de mandioca; beijo de mandioca e cocada. Os pratos foram preparados pela cozinheira negra, Izabel Maria dos Santos[24]. O encerramento, no dia 16, deu-se no Teatro de Santa Isabel, com uma apresentação de toadas de Xangô compostas pelo Maestro Ernani Braga. Nas palavras do escritor José Lins do Rego:

> O maestro Braga deixou que a sua música se aproximasse o mais possivel da espontaniedade dos negros, não procurou corrigir e nem argumentar. O público que o aplaudiu no Santa Isabel sentiu de verdade coisa forte e humana. Esta sua audição veio mostrar que há grandes recursos para a música brasileira do lado dos negros de xangôs[25].

Uma sessão com importantes encaminhamentos foi realizada na tarde do dia 15 de novembro. Na ocasião, o Presidente Ulysses Pernambuco convidou o Sr. Miguel Barros, representante da Frente Negra Pelotense, para fazer parte da mesa. No início dos trabalhos foram lidas três apresentações, na sequência, o representante do movimento negro sul-rio-grandense fez um discurso contundente, delineando os princípios fundamentais da entidade, expressou total apoio ao Congresso e foi agraceado com uma intensa salva de palmas[26]. Posteriormente, os congressistas fizeram algumas avaliações e propostas. O artista Di Cavalcanti formalizou uma denúncia, solicitando o registro nos anais do evento, contra algumas agremiações comunistas, por terem feito "*duros ataques*" ao 1º CAB. Essa acusação gerou um intenso debate entre os paticipantes que, por sua vez, deliberaram que a denuncia não seria formalizada, por conta "*dos termos em que estava redigida*"[27].

Nesta mesma sessão, Gilberto Freyre leu uma carta com cinco moções. O teor do documento elenca uma série de encaminhamentos importantes, em síntese, destaca-se:

> "1- (...) O 1º CAB manifesta sua solidariedade a essas classes contra toda a forma de opressão; 2- louva a ação da Assistência a Psycopathas em Pernambuco, reconhecendo nas seitas africanas de organização definida cultos religiosos e resguardando-as das perseguições policiaes (...); 3- O 1º CAB protesta contra a attitude da Commisão de Censura Esthetica do Recife querendo fazer dessa capital uma cidade de cores delicadas (...) 4- o 1º CAB protesta contra toda especie de descriminação contra negros ou mestiços, que ainda se verifique no Brasil; 5- o 1º CAB appellando para a collaboração dos africanistas do paiz, recomenda a fundação no Rio de Janeiro de

---

22 Toque: nos candomblés, nos xangôs pernambucanos e em alguns terreiros de umbanda, compreende uma designação genérica das cerimônias públicas (GIUCCI, 2007: 617).

23 Jornal Diário de Pernambuco: 14/11/1934: 01 e 15/11/1934: 03.

24 Jornal do Recife, 17/11/1934: 02.

25 Jornal Diário de Pernambuco, 18/11/1934: 03.

26 Sobre o discurso de Miguel Barros na sessão de encerramento do 1º CAB, ver: (SKOLAUDE: 2013).

27 Jornal Diário de Pernambuco, 16/11/1934: 03

> um instituto Afro-Brasileiro, nos termos da proposta junto do congressista Nobrega da Cunha, (...)"[28].

Percebe-se no teor do documento a experiência mobilizada pelos congressistas, isto é, de solidariedade aos grupos historicamente oprimidos pela ação do estado, sobretudo pelo uso da força policial nos locais de culto das religiões de matriz africana, assim como, outros espaços em que haveria uma forte segregação contra negros e mestiços. Diante disso, foi acatada a ideia de Professor Nobrega da Cunha de criar um Instituto Afro -Brasileiro no Rio de Janeiro. A iniciativa obteve um impacto extremamente positivo dos congressistas que, por sua vez, lançaram mão da proposta e aprovaram em assembleia geral. Por conta disso, articularam um documento, com treze artigos, estabelecendo as diretrizes da nova entidade. Foram designados para organizarem o Instituto Afro-Brasileiro, os seguintes membros: Adhemar Vidal, Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Miguel de Barros e José Valladares. No documento, o 1º e o 2º artigo merecem destaque:

> Art. 1 Fica creado, na capital da República, sob forma de sociedade civil e de acordo com as normas prescritas nos dispositivos desta deliberação, o Instituto Afro-Brasileiro, com duração indefinida e número ilimitado de sócios, destinado a organizar, coordenar e estimular todos os estudos e investigações acerca dos problemas decorrentes da influência exercida pelo elemento africano e seus descendentes na formação ethinica, econômica, social e artística do Brasil, centralizando a documentação existente, promovendo inquérito, realizando conferencias, editando publicações e convocando congressos para mais ampla compreensão do assumpto, sob orientação rigorosamente scientifica.

Art. 2 O Instituto Afro-Brasileiro extenderá suas investigações a África diretamente enviando ou patrocinando missões colectivas ou individuaes as fontes de origem e indirectamente por meio de intercambio com instituições scientificas e estudiosos africanos[29].

A perspectiva inovadora e integradora do Congresso, valorizando a presença negra e mestiça na história do Brasil, articulando aspectos científicos com cultura popular, assim como, a participação de intelectuais, estudantes com trabalhadores de baixa renda e moradores dos bairros populares, gerou revolta e indignação por parte de setores mais tradicionais da imprensa nacional. Estes acusavam Gilberto Freyre e seu grupo de comunistas. Tais desdobramentos tiveram eco, anos mais tarde, conforme demonstra um artigo assinado pelo jornalista carioca Alceu Amoroso Lima, também conhecido pelo pseudônimo de Tristão d'Athayde, que tinha forte inclinação católica e lançou a seguinte acusação no Jornal do Rio de Janeiro, em 23 de fevereiro de 1936 e que foi reproduzida pelo JDP cinco dias depois:

> Foi no Recife que a última revolução de novembro [de 1935] explodiu de modo mais violento, como já sucedera em 30 e 31. Lá é que ANL [Aliança Nacional Libertadora] instalara um dos seus mais fortes PC. E no ano passado aquele famoso Congresso Afro-Brasileiro chefiado pela turma extremo-esquerdista de Gilberto Freyre, Ulysses Pernambuco, Abherdal Jurema, Olívio Montenegro etc., mostrou a preparação ideológica que se fazia para o movimento armado prestes a explodir[30].

Além dessa, Freyre também recebeu críticas da imprensa do centro do país, por tentar defender no 1º CAB uma identidade nacional que incorporava a população negra. Em nota publicada sem autoria, no Rio de Janeiro, pelo Jornal do Meio Dia e reproduzida pelo JDP, Gilberto Freyre é ironizado por conta de uma viagem realizada ao sul do Brasil:

---

28 Idem

29 Idem

30 Diário de Pernambuco, 28/02/1936: 02.

O VERDADEIRO BRASIL
ATACADO O SR GILBERTO FREYRE COMO INSPIRADOR DA IDÉA DE
QUE O VERDADEIRO BRASIL DESCENDENDE DE NEGROS

> "RIO 3 – O jornal Meio Dia critica o escritor Gilberto Freyre a proposito das ideias de seu recente trabalho sobre a cultura brasileira dizendo tratar-se do inspirador de um congresso onde se tentou provar que o verdadeiro Brasil descende de negros. Diz mais que com essa impressão é que o Sr Gilberto Freyre deve ter visitado recentemente o Sul do Brasil, o qual, segundo o mesmo artigo, não é o Brasil de mel de engenho e congressos afro-brasileiros, sendo seus meios diferentes do Recife, Goyanna e Catolé do Rocha"[31].

O tom das matérias caracteriza a oposição ao 1º CAB e ilustra como alguns grupos percebiam a figura de Gilberto Freyre, isto é, como um comunista e agitador social[32]. Contudo, esta experiência representou, ao mesmo tempo, uma perspectiva inovadora e construtiva, quando mobilizada no contexto da década de 1930. Ou seja, este encontro serviu como espaço fundamental no intercâmbio de ideias, na consolidação de um campo de estudos em seu nascimento, tendo em vista o debate sobre a identidade nacional e as problematizações acerca dos conceitos de raça e cultura. Neste período, o Brasil ainda era uma jovem República sem tradição universitária. A maior parte dos estudiosos possuia formação em Direito ou Medicina e realizavam suas pesquisas fora da academia, geralmente nos institutos históricos e geográficos ou em museus estatais.
Portanto, cabe salientar que as reinvindicações raciais, em diferentes contextos, foram e estão articuladas, por interesses e necessidades concretas, mobilizadas através de múltiplas experiências e diferentes expectativas. Neste sentido, a pesquisa realizada nos periódicos pernambucanos revelou um evento que não pode ser descrito apenas pela leitura dos dois anais, ou seja, muitas das superficiais críticas feitas ao 1º CAB mostraram-se inconsistentes frente a um olhar menos anacrônico e ideológico. A organização do encontro teve sua perspectiva singular, ao tangenciar as estruturações tradicionais, diversificando a programação entre discussões acadêmicas, exposições artísticas, culturais e saídas de campo. Em que pese o caracter heterogênio das pesquisas e da pluralidade de metodologias aplicadas, em certa medida, estes estudos representaram uma contranarrativa as tradicionais abordagens racistas e foram fundametais no debate indentitário nacional e racial da década de 1930.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah (1989), *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

BURKE, Peter; PALLARES-BURKE, Maria Lúcia (2009), *Repensando os Trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre.* **São Paulo: Editora UNESP.**

CHACON, Vamireh. (1993), *Gilberto Freyre; uma biografia intelectual.* Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana; São Paulo: Ed. Nacional.

DOMINGUES, Petrônio (2007), *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.* Tempo [online], vol.12, n.23, pp. 100-122

FERREIRA, Arminda Esmeralda Araújo (2005), *O Luso–Brasileirismo na Perspectiva de Nuno Simões: Esboço de um estudo de natureza biográfica*. Editora: Quasi Edições.

31 Jornal Diário de Pernambuco, 04/07/1940: 03.

32 Um ano depois da organização do 1º CAB, Gilberto Freyre foi preso e interrogado por ter assinado um manifesto contra a nova Lei de Segurança Nacional. No mesmo período foi denunciado como "agitador" por escrever outro manifesto, defendendo uma sindicância oficial sobre as condições de trabalho nas usinas de açúcar na zona rural de Pernambuco. Contudo, Freyre nunca apoiou o comunismo, apesar de estabelecer referências simpáticas a Luis Carlos Prestes (BURKE, 2009: 174-195).

FREYRE, Gilberto (2006), *Casa grande & Senzala: formação da família sob o regime da economia patriarcal*. 51º edição, São Paulo: Global.

FREYRE, Gilberto (org.) (1935), *Estudos Afro-Brasileiros: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro.* Recife, 1935, 1º volume, Ariel – Editora LTDA.

FREYRE, Gilberto (org.) (1937), *Novos Estudos Afro-Brasileiros: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro.* Recife, 1934, 2º volume, Civilização Brasileira, S.A., 1937.

FREYRE, Gilberto (1937), *O que foi o 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife.* In: FREYRE, Gilberto (org.). *Novos Estudos Afro-Brasileiros: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro.* Recife, 1934, 2º volume, Civilização Brasileira, S.A., pp. 348-352.

GIUCCI, Guillermo & LARRETA, Enrique Rodríguez (2007), *Gilberto Freyre: uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro: 1900-1936.* RJ: Civilização Brasileira.

GOMES, Arilson dos Santos (2009). *A formação de oásis: dos movimentos frentenegrinos ao Primeiro Congresso Nacional do Negro em Porto Alegre – RS (1931-1958).* Em tempo de História – Publicação do Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Brasília – PPG-HIS, n. 14, Brasilia, jan./jun.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins (2005), *Xangos e Maracatus: uma relação historicamente construída*. Ciências Humanas em Revista – São Luís, V.3 n.2, dezembro , pp. 59-72.

KOSELLECK, Reinhart (2006), *Futuro Passado: contribuição a semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LEVINE, R. M.(1973)*"The Afro-Brazilian Congress".* Race & Class. n 15.

NASCIMENTO, Abdias (1982), *O negro revoltado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

PAZ, Clilton Silva da. (2007), *Um monumento ao negro: memórias apresentadas ao Primeiro Congresso Afro-Brasileiro do Recife, 1934.* Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PIERSON, Donald (1971), *Brancos e pretos na Bahia: estudo de contacto racial*. 2. ed São Paulo: Ed. Nacional.

ROMO, Anadelia A. (2007), *Rethinking Race and Culture in Brazil's First Afro-Brazilian Congress of 1934.* Journal of Latin American Studies, Volume 39, Issue 01, February.

ROMO, Anadelia A. (2010), *O que é que a Bahia representa? O Museu do Estado da Bahia e as disputas em torno da definição da cultura baiana.* Afro-Ásia, nº 39, pp. 115-151.

SILVA, Leandro Assunção da (2008). *A idéia de ocidente em Oswald Spengler.* Dissertação de Mestrado apresentada ao PPG em História da UFRN.

SKOLAUDE, Mateus Silva (2013), *Afirmação identitária e a memória da revolução farroupilha: Os discursos da Frente Negra Pelotense e do Movimento Negro Sul-Rio-Grandense contemporâneo*, p. 01-13. Comunicação apresentada ao IX Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos - DIMENSÕES DO PODER: HISTÓRIA, POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS. Realizado em dezembro de 2013 na PUC-RS. Disponível em: http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/cieia/media/30.pdf

TUNA, Gustavo Henrique (2005), *O negro deu régua e compasso.* Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 1, nº 3, setembro, p. 68-73.

WILLIAMS, Cari (2004), *"Coisas do negro" além do pitoresco: The first Afro-Brazilian Congress of 1934.* Dissertação (Mestrado em Artes e Estudos Ibéricos e Latino Americanos) – University of Califórnia Santa Barbara.

VIANNA, Hermano (2001), A meta mitológica da democracia racial. In: FALCÃO, JARAÚJO (Orgs.). O Imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Colégio do Brasil/ Universidade/ Fundação Roberto Marinho/ Topbooks.

GT 5
Família e parentesco: pessoa, género, reconfigurações e dinâmicas transformativas

Sexo é fundamental: sociabilidade erótica, conjugalidade e família

Manuela Vieira Blanc
professora do mestrado em Sociologia Política - Universidade Vila Velha
manu_uenf@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo estabelece uma comparação por contrastes quanto às representações sobre família relatadas por dois grupos de liberalistas sexuais. Os dados, obtidos durante investigações de campo realizadas em um clube de swing no Rio de Janeiro e uma sauna libertina em Paris[1], apontam para a estreita relação entre sexualidade, conjugalidade e individualidade, segundo as percepções dos seus frequentadores. Partindo de uma análise das situações realizada em contextos de sociabilidade erótica, a observação de inspiração etnográfica e a realização de entrevistas semi-estruturadas foram as técnicas de coleta de dados utilizadas.

Palavras-chave: família, sexualidade, liberalismo sexual, swing, libertinagem.

1 Apresentação

Este artigo parte de dados obtidos para uma tese de doutorado já concluída e articula os relatos de *swingers* e *libertinos* quanto às suas representações de família no contexto de suas práticas sexuais públicas e/ou grupais. Obtidos durante investigações de campo realizadas em um clube de swing carioca e uma sauna libertina em Paris, tais dados apontam para a estreita relação entre sexualidade, conjugalidade e individualidade, oscilando entre extremos e aproximações evidenciadas em uma comparação por contrastes.

Os relatos obtidos entre swingers cariocas apontam para uma busca por prazer conectada ao cultivo do vínculo conjugal e por processos de *efetivação*[2] das práticas sexuais experimentadas por seus membros como um meio em função de um fim que não se esgota em si mesmo. Por um lado, os termos que definem o compromisso do exclusivismo sexual – declarado em todos os relatos obtidos entre casais de swingers *de fato*[3] - são reelaborados, assentando-se em uma construção da intimidade pautada no compartilhar dos desejos dos membros dos arranjos diádicos entre si e de uma prática sexual conjugal relativamente aberta a terceiros. Tal exclusivismo é, finalmente, transmutado em práticas públicas e/ou coletivas, porém apreendidas como parte de um repertório privado e íntimo, exclusivo ao próprio casal.

Pretendo demonstrar através dos relatos obtidos como a centralidade das práticas sexuais é exaltada como meio de aprimoramento da relação, bem como ferramenta em função da sua manutenção. O compartilhar dos desejos, bem como da sua satisfação, é percebido como um exercício da intimidade conjugal no qual toda a de-

---

1 Trabalho desenvolvido com o apoio de uma bolsa Capes-PDSE (Doutorado Sanduíche), processo BEX 9790/11-0.

2 O conceito de efetivação, tal como cunhado por Werneck (2012) aqui servirá a análise da dimensão situacional das relações reciprocamente estabelecidas, favorecendo mais especificamente a apreensão das ações em um plano a partir do qual o que está em jogo não é tanto o conteúdo específico a uma gramática moral, mas uma mobilização prática dos recursos acessíveis em dada *situação*. A concretização das ações perpassa, neste sentido, a definição da situação pelos atores em relação e dos efeitos passíveis a dada forma de direcionar-se.

3 Categoria nativa referente aos casais pautados em um vínculo afetivo-sexual.

claração de intenções, bem como toda a experiência vivida a dois implica em um aprofundamento do vínculo afetivo-sexual. Artifício inovador em prol de preservação da relação conjugal ou estratégia de *limpeza moral*[4] dos seus membros, a efetivação das práticas é realizada através de argumentos que evidenciam a centralidade do vínculo conjugal como matriz aos comportamentos individuais e modelo de vida privada. As práticas experimentadas e, sobretudo, os desejos satisfeitos são efetivados pela relação afetivo-sexual e em função desta, percebidos como um exercício de entrega sincera e profunda ao outro cujo objetivo final é a sua estabilidade e perenidade. Se a relação conjugal é o espaço reconhecido ao cultivo de si, a sua manutenção efetiva quaisquer esforços assumidos em seu nome.

Por outro, entre os libertinos parisienses, observou-se a centralidade da noção de indivíduo e o seu caráter autônomo e anterior ao estabelecimento e manutenção de vínculos conjugais, esses percebidos como secundários ao próprio "eu", como uma forma de vinculação que se subordina ao cultivo individual. Esse cultivo é o fim acionado nos discursos de efetivação das práticas sexuais empreendidas, bem como é evidenciado nos conflitos entre diferentes tipos de atores-praticantes presentes nos espaços públicos de sociabilidade erótica. A satisfação dos desejos sexuais, também aqui percebidos como anticonvencionais, é efetivada através de uma exaltação da individualidade e autonomia dos sujeitos, bem como apreendida como uma ferramenta em função da autodescoberta e aprimoramento.

Inversamente ao observado entre swingers, os dados obtidos entre os interlocutores libertinos conferem destaque para as práticas sexuais como acessórias a projetos mais amplos e que dizem respeito ao cultivo de si. Percebidas como práticas situadas nas trajetórias desses sujeitos ou como forma de engajamento a um ideário político filosófico abrangente, a libertinagem sexual se justifica como estratégia conjugal, do ponto de vista dos meus entrevistados. No confronto entre libertinos falsos ou verdadeiros e échangistes[5], emerge o cerne da questão para aqueles que se auto intitulam *libertinos de verdade*: a centralidade da ideologia para o embasamento da prática.

Em uma exaltação do auto cultivo, a sexualidade se apresenta como um instrumento, enviando os relacionamentos conjugais à posição de uma esfera marginal e subordinada ao eu. O estabelecimento de relações afetivas é igualmente percebido como uma forma de engajamento individual, não sendo reconhecida como um fim capaz de justificar práticas ou comportamentos, mas sim sujeitada aos próprios membros em relação. Desconfiados quanto a práticas liberalistas sexuais voltadas exclusivamente à satisfação de desejos, meus interlocutores libertinos acusam seus adeptos de interesseiros e oportunistas.

Se entre os swingers cariocas as práticas sexuais grupais e/ou públicas se referem a um projeto compartilhado de vida a dois, entre os libertinos parisienses essas propiciam a experimentação das potencialidades do desejo. Por fim, tais distanciamentos os aproximam se levarmos em consideração a estreita relação estabelecida por ambos os grupos entre sexualidade e cultivo de si. Diferem, neste sentido, no que diz respeito às suas percepções quanto as diferentes instâncias da vida ou aos processos através dos quais este cultivo se dá.

A valorização da perenidade das relações estabelecidas, estabilidade essa potencializada pelo compartilhar de uma intimidade supostamente plena, segundo os relatos dos primeiros, evidencia a força com que o arranjo diádico monogâmico exclusivista se mantém ainda na contemporaneidade como o modelo dominante de vida privada, assim como o demonstra Kaufmann (1999). O estabelecimento de uma relação conjugal e a competência em mantê-la, neste sentido, integram a experiência da vida adulta e simbolizam o sucesso desta como um empreendimento. O paradoxo é que tal projeto pressupõe um arranjo que assume ares de coisa em si mesma. Se a vida conjugal é a instância de exercício da vida privada, o é também de aprimoramento de si, mesmo que tal cultivo esteja subordinado ao cultivo da própria relação.

Curiosamente, entre os meus interlocutores libertinos a sexualidade emerge como uma instância autônoma de experimentação e aprimoramento individual, sejam as experiências liberalistas percebidas como circunscritas a fase jovem da vida ou não. O paradoxo está em subordinar os desejos ou a sua satisfação em função da ma-

---

4 Nos termos de Goffman (2008).

5 Categoria nativa referente a casais pautados em um vínculo afetivo que são praticantes do liberalismo sexual. A categoria utilizada por meus interlocutores na França se equivale em sentido àquela utilizada no Brasil: casais de swingers de fato.

nutenção de um relacionamento estável, exercitando-a de forma instrumental, portanto. O cerne da questão diz respeito às suas percepções quanto ao próprio engajamento ideológico, razão de ser e argumento de efetivação das práticas, como pretendem demonstrar.

Ambos os grupos compartilham de conflitos, finalmente, que dizem respeito às moralidades em coexistência, seja nos espaços de sociabilidade erótica ou fora deles. Se por um lado as práticas empreendidas são efetivadas por alguns grupos atores em função dos próprios arranjos diádicos, estas são colocadas em risco em proporção direta com relação aos engajamentos individuais que envolvem.

Casais de swingers de fato e libertinos que possuem filhos compartilham de uma mesma motivação no que se refere manipulação da sua imagem extra clube e que visa proteger seus vínculos familiares mais amplos. Semelhante aproximação une *casais montados* e libertinos que ainda não foram pais, entre os quais as práticas sexuais são mais facilmente percebidas como dizendo respeito ao exercício da liberdade e autonomia individuais, podendo incidir, caso descobertas, mais diretamente nas suas vidas profissionais ou relações de amizade. São os laços estabelecidos por esses atores individualmente e pelos quais se sentem diretamente responsáveis aqueles que estão em jogo quando utilizam de estratégias de manipulação da identidade.

Em todos os casos observados foram relatadas estratégias de circunscrição das práticas e identidades que delas emergem aos espaços ou situações de sociabilidade erótica, mas se por um lado é a integridade da família-casal ou do núcleo familiar formado que está em jogo, por outro é a carreira profissional ou os vínculos sociais que podem ser colocados em risco. Observa-se, neste sentido, como a família assume maior centralidade como vínculo de pertencimento a ser cultivado e protegido quando resulta de um engajamento individual dos atores, assumido através do casamento[6] ou paternidade.

2 Sexo: trocas, engajamentos e ideários

Os grupos de interlocutores contatados se diferenciam basicamente segundo suas representações quanto às práticas sexuais empreendidas. Por mais que o termo swing se refira especificamente à troca de casais, os espaços públicos de sociabilidade swing são frequentados por atores diversos, sejam casais (de fato ou montados), solteiros e solteiras e que estão interessados ou dispostos a experimentar diferentes modalidades de sexo grupal e/ou público. A construção dessas identidades pressupõe o desenvolvimento de uma carreira moral e identidade cujas competências adquiridas e exercitadas independem das modalidades de sexo praticadas (BLANC, 2013). Declarar-se swinger ou libertino, portanto, não diz respeito a uma questão de gosto ou comportamento, mas a uma questão de significado.

Neste sentido, os estabelecimentos comerciais especializados na oferta de espaços e serviços voltados para uma "prática[7]" ou outra são agentes centrais na definição de tais categorias identitárias, participando ativamente da sua estruturação simbólica e objetiva. Frequentar um clube de swing ou uma sauna libertina representa para esses atores corresponder minimamente aos pressupostos estabelecidos pelos administradores de tais estabelecimentos quanto ao perfil do seu público alvo. Essa é uma condição básica para acessar tais espaços em determinados dias da semana, levando-se em consideração que as programações do dia incidem em regras de entrada que diferenciam casais (heterossexuais), solteiras e solteiros. Assim também, esses estabelecimentos comerciais organizam suas regras de circulação em seu interior, podendo conferir uma mobilidade diferenciada aos seus tipos de frequentadores.

A coleta de dados transcorreu em dois espaços de sociabilidade erótica: um clube de swing localizado na região central da cidade do Rio de Janeiro e uma sauna libertina localizada no bairro de Pigalle em Paris. Visando uma

---

6 O termo aqui utilizado refere-se ao vínculo estabelecido entre duas pessoas, seja ele formalizado religiosa, judicial ou socialmente.

7 Utilizo o termo dado que os meus interlocutores constroem suas percepções de si com base nessas categorias como definidoras de práticas específicas – por mais que a especificidade se refira a forma como as práticas sexuais são amplamente categorizadas, e não nas práticas em si ou diferenciações destas.

comparação por contrastes em uma pesquisa cujo objetivo era analisar mais amplamente o estabelecimento de formas de sociação em contextos urbanos, a similaridade entre as práticas especificamente empreendidas foi um critério parcialmente abandonado. O trabalho de campo realizado em Paris se deu posteriormente ao carioca e àquela época envolveu um mapeamento de campo também em um clube échangiste, em tese por se aproximar do clube de swing brasileiro no que se refere à definição do seu público alvo. Tal experiência culminou em uma reflexão metodológica que faz parte do meu trabalho de tese[8] e na opção pela sauna como espaço de realização do trabalho de campo na França, por razões explicitadas no referido trabalho.

Retornando aos espaços de observação selecionados, esses se estruturam segundo os modos de vida que representam e que se materializam em seus mobiliários, nos estilos de decoração, nas lógicas de funcionamento e, finalmente, no calendário de eventos segundo dias da semana e as regras de entrada que lhes correspondem. A frequência aos espaços públicos de sociabilidade é apenas uma das formas de vivência de tais práticas sexuais, ambos, libertinos e swingers, combinando a ida aos clubes e encontros privados como ocasiões ao seu exercício. Apesar disso, a escolha por uma modalidade ou outra de estabelecimento comercial reflete ou incide sobre a construção das suas identidades liberalistas sexuais e para a sua inserção em redes de relações voltadas ao exercício de tais práticas. Se os espaços públicos de sociabilidade favorecem novos encontros, bem como a iniciação sexual dos novatos, é sobretudo um espaço a socialização segundo uma moral e de desenvolvimento das competências condizentes com o exercício da conduta pública que pressupõe.

Assim como as práticas swing ou libertinas não se diferenciam em termos de arranjos ou modalidades de atividades sexuais, casais acessam a sauna libertina assim como solteiros podem acessar o clube de swing. As regras de entrada são equivalentes nos dois espaços, favorecendo a entrada de casais em todos os dias de funcionamento dos estabelecimentos e restringindo sobretudo a entrada dos rapazes solteiros, exceto em noites específicas. O diferencial diz respeito aos dias de maior circulação de pessoas (o sábado), na sauna abertos aos solteiros, no clube de swing fechados aos casais e solteiras acompanhadas de casais. A diferenciação interna estabelecida entre casais de fato e casais montados no swing evidencia, por outro lado, a presença significativa de frequentadores *montados* como casais, mas que não integram uma relação afetivo-sexual. Ser um swinger ou ser um libertino, finalmente, é uma questão identitária e que será mais bem evidenciada através dos relatos obtidos.

Foi possível observar entre os swingers como a efetivação das práticas sexuais públicas e/ou grupais experimentadas pelos membros de arranjos afetivo-sexuais perpassa nestes casos processos de ressignificação da noção de conjugalidade e dos termos nos quais estão pautados o compromisso mútuo estabelecido entre os membros em relação.

Juntos há quase dois anos, Mariana e Theo não abriam mão do exclusivismo sexual como parte do contrato conjugal, mas tomaram a liberdade de redefinir a noção de traição com base em outros critérios: *Se não me chamar eu vou ficar puta, isso pra mim é traição.* O compromisso, desta forma, diz respeito ao compartilhar do desejo e da sua satisfação: *Se ele tá a fim de comer uma mulher, então eu quero ver, quero participar da brincadeira, aí tudo bem. Senão é traição e aí eu não aceito.* O engajamento amoroso está subordinado, portanto, ao exercício da fidelidade, mas em uma apreensão mais abstrata da mesma, em uma espécie de retorno epistemológico.

Se a fidelidade pressupõe respeito a um compromisso mutuamente estabelecido, o que não significa dizer que seus termos sejam definidos de forma absolutamente subjetiva ou autônoma, ela está sujeita aos critérios acordados, sejam eles quais forem. Ser leal, confiável, honesto e verdadeiro para o casal é corresponder a uma forma de exclusivismo sexual que subordina a satisfação dos desejos individuais às experiências vividas em casal, e não às experiências vividas exclusivamente pelos membros do mesmo entre si.

Experimentando uma vida sexual compartilhada, vivenciada a dois, mesmo que com a participação de membros externos à relação, meus interlocutores relatavam estabelecer entre si uma forma de intimidade tão profunda quanto os segredos mais íntimos de cada um. Para isso não era necessário que Theo conhecesse a vida pregressa de Mariana – ou soubesse de suas experiências bissexuais anteriores ao relacionamento deles – mas

8 A pesquisa como um jogo de coqueteria. In: BLANC, 2013.

que participasse da realização dos seus desejos e fantasias, mesmo quando envolvendo terceiros, quartos... A exclusividade está dada na centralidade do arranjo diádico no processo de satisfação sexual individual, no compartilhar dos planos, da negociação dos limites e, sobretudo, da confidencialidade da experiência. O swing fortalece a intimidade do casal ao lhe fornecer um segredo a ser guardado, uma identidade a ser manipulada e um modo de vida a ser mantido às sombras do dia a dia.

A supervalorização das redes de relações estabelecidas entre parceiros ocasionais também contribui para a positivação dos modos de vida: *Nossa relação não se resume à boate, a gente conversa sobre 'tudo' e se encontra fora daqui*, diz Michele. *E como* afirma Renata, fazendo um trocadilho: *ele já me comeu* (apontando para o marido de Michele)*, o meu marido já comeu a mulher dele...* Se por um lado a efemeridade dos contatos estabelecidos é o que caracteriza as relações e embasa os modos de vida, esta é percebida de diferentes formas por meus dois grupos principais de interlocutores.

Entre os brasileiros os relatos se contradizem, entre a alta valorização das relações entre casais de parceiros ocasionais e a superficialidade das informações compartilhadas por eles, do laço de amizade estabelecido e a efemeridade com que pareciam se desatar. Praticante do swing há mais de quinze anos, Aurora se esforça para me apontar nomes de amizades estabelecidas no swing, sempre retornando a nomes de pessoas que conhecera anteriormente e com quem, segundo ela mesma afirma ter pouco contato atualmente: *o* [primeiro parceiro de swing] é meu amigo intimo até hj, destaca Aurora, orgulhosa. *Tem outro casal que parou de sair e ainda são do meu circulo de amizades*. Sobretudo entre os swingers mais experientes, a valorização das redes de relações estabelecidas com parceiros ocasionais emergia em declarações espontâneas e insistentes, como se o sexo não pudesse ser simplesmente sexo e ainda assim ser aceitável.

No processo de efetivação dos comportamentos, o arranjo diádico é apresentado como ponto de confluência entre individualidades e pertencimentos, a preservação da relação sendo destacada como causa justa ao estabelecimento das práticas sexuais públicas e/ou grupais, seja no interior da relação conjugal ou entre casais parceiros ocasionais

Casado com Luciana há 12 anos, Paulo destaca a importância do swing para a vida do casal. Praticantes desde o início do relacionamento, já teriam viajado por todo o país para estabelecer novas parcerias. Já tendo sido casados anteriormente e conversando comigo no meu da boate, ambos destacam a centralidade do swing para a perenidade da relação, alegando que a seus relacionamentos anteriores foram marcados por traições e falta de confiança. Paulo teria traído as duas primeiras esposas e destacou a satisfação em compartilhar com Luciana o seu desejo por outras mulheres como um elemento que fortalece a relação a dois. Em conversas separadas comigo, cada um dos cônjuges credita ao swing a manutenção de uma atividade sexual frequente e altamente satisfatória, afirmando que o as práticas coletivas não só não substituem como potencializam as experiências a dois: *A gente volta pra casa e ainda transa de novo*, me diz Paulo, *e é a melhor transa da semana*.

Semelhante relato foi obtido em entrevista com Cristian em Paris. O rapaz, contatado em uma rede social voltada para praticantes da libertinagem sexual, se auto declara *libertino*, ao mesmo tempo experimenta relações *échangistes* com sua atual namorada, Catherine, uma moça também *libertina*: *C'est um plus*[9], destacou sobre as experiências compartilhadas com a namorada. Para o rapaz tais práticas estão atreladas ao seu *estado conjugal* atual, mas não definem a sua identidade individual. O pacto de fidelidade assumido entre os dois pressupõe a exclusividade sexual, o que levara a ambos a interromper suas práticas de frequência aos clubes sozinhos. O rapaz descreve as experiências échangistes vivenciadas com sua namorada como um momento de intimidade a dois: *c'est quelque chose que nous partageons*[10]. É no exercício da individualidade de cada um que a relação se efetiva e fortalece, mas desde que tais experiências sejam vivenciadas em conjunto.

As práticas sexuais públicas e/ou grupais experimentadas em casal são percebidas entre os casais de fato, sejam brasileiros ou franceses, como parte de um projeto compartilhado de mútua satisfação sexual. Em alguns casos, mais do que em outros, fica evidenciada a valorização deste artifício como ferramenta de manutenção da relação. Esses casais não perdem de vista as implicações morais de suas práticas do ponto de vista da sociedade

9 É algo a mais (tradução livre).

10 É algo que compartilhamos.

mais ampla, mantendo-as em segredo entre seus filhos, familiares em geral, amigos e colegas de trabalho. Ao mesmo tempo participam dos processos de efetivação das moralidades compartilhadas entre seus grupos de parceiros ocasionais e do estabelecimento das regras que organizam tais práticas e relações.

O acionamento de argumentos que evidenciam a centralidade do vínculo conjugal como matriz aos comportamentos individuais é também uma estratégia de limpeza moral que visa proteger os atores individuais de possíveis rotulações, sobretudo no interior do clube de swing. Empenhados em circunscrever suas identidades liberalistas sexuais aos contextos de sociabilidade erótica, meus interlocutores não são afetados por classificações morais pautadas em suas práticas sexuais no mundo da vida cotidiana, mas são confrontados no interior do clube quanto a correspondência a um modelo de exercício de tais práticas.

Atribuir ao projeto conjugal uma vivência da sexualidade que vai de encontro a moral extra clubes é uma forma de moralização interna de tais práticas. Se superficialmente tal empreendimento se efetiva através da valorização do vínculo conjugal, essa estratégia só faz sentido diante das transformações de tal modelo de vida privada. Apesar de persistir como referencial de vida adulta, esse se metamorfoseia. Por um lado, as expectativas perante o relacionamento se ampliam, tornando a sua manutenção um desafio ainda mais complexo justamente porque a subordinação das individualidades ao projeto de vida a dois é apenas aparente e relativo. Na prática o elo afetivo se constitui ao mesmo tempo como pressuposto e razão de ser da relação, aproximando meus casais de interlocutores do fenômeno apontado por Singly (2000) como típico às famílias atuais, transformadas em espaços privados a serviço dos indivíduos.

Constituídos como um grupo desviante organizado, os swingers dialogam com a moralidade extra clube no estabelecimento de uma ética que lhes é própria.

No interior do espaço público[11] de sociabilidade swing tal valorização culmina em processos de (des)classificação interna de alguns dos seus frequentadores, incidindo sobre a diferenciação entre casais de fato e casais montados e em limites para o estabelecimento de parcerias sexuais e inserção em redes de relações por aqueles que não correspondem ao que seria um modelo de conduta pública.

Gilberto afirma integrar, juntamente com a sua namorada, *uma classe discriminada, que não faz troca*. Ele declara manter relações sexuais com mais de uma mulher já há algum tempo, independente de estar ou não em um relacionamento, e convidou Raissa, com quem está junto há aproximadamente dois anos, a experimentar o "swing": *Eu disse pra ela*: *eu sou assim, então é melhor você estar comigo nessa*. Segundo ele, *toda mulher gosta de mulher, pode não assumir isso, mas quase toda mulher gosta* e *elas vêm pra cá pra fazer aqui o que não podem fazer na rua* - diz, referindo-se a bissexualidade feminina. Ao mesmo tempo, o rapaz afirma que não topa quando tem homem, porque não se sente à vontade, *fica um clima estranho*, e revela seu real fetiche: *eu é que sou o dominador, sabe?* Neste mesmo sentido, acredita que todos os casais de fato busquem uma mulher e que *fazem troca porque não encontraram outra coisa. Coloca isso aí na sua tese*, complementa.

Os relatos obtidos e as observações realizadas apontam para tipos muito diversos de frequentadores do clube carioca no que se refere aos gostos ou disponibilidades, desde casais nos quais a mulher não aceita ser penetrada por outro homem, casais de *voyeurs*, até casais de curiosos, interessados em conhecer o ambiente mais do que em estabelecer parcerias sexuais – ao menos a princípio. Como pesquisadora solteira eu pude experimentar o frisson causado por uma mulher sozinha em uma noite para casais (em que eu correspondia, portanto, a um tipo raro, senão inexistente[12], no espaço da boate), bem como pude identificar casais que buscam exclusivamente outros casais como possíveis parceiros.

A escolha de Gilberto e Raissa restringe, portanto, o seu potencial em estabelecer parcerias, ao menos diante da escassez do tipo da personagem que procuram, e certamente provoca frustração nos casais que ocasionalmente

---

11 Os estabelecimentos de lazer erótico são definidos como espaços públicos de sociação por se tratarem de contextos de copresença e circulação abertos a dado público, de visibilidade mútua, e que são regidos por pressupostos em torno de modos de conduta pública (vide Goffman, 2010).

12 Segundo as regras de entrada, mulheres solteiras podem entrar em *noites para casais* desde que acompanhadas por um deles. Por questões práticas, me identifiquei aos promoters da boate antes de iniciar o trabalho de campo, solicitando uma permissão especial para a entrada desacompanhada, e consegui. Além de mulheres solteiras serem raras de uma forma geral nas noites para casais observadas, eu talvez fosse a única absolutamente desacompanhada naqueles dias.

os abordam. Talvez por isso o rapaz se sinta discriminado. Mas um tipo especial de frequentadores demonstrou provocar desconfiança e em certos casos um relativo incômodo nos casais de fato: os casais ocasionais, *montados*, segundo os seus termos, entre pessoas que não integram um arranjo afetivo. Foi analisado anteriormente como a presença de prostitutas no clube provoca um misto de interesse e repugno entre meus interlocutores (BLANC, 2014), mas a forma como esses contradizem a lógica de efetivação das práticas é o ponto que aqui nos interessa especialmente.

Sejam parceiros sexuais ocasionais, amigos ou mesmo irmãos (reza a lenda que de irmãos já se fizeram passar por casal para entrar no clube e estabelecer parcerias sexuais), os casais montados buscam exclusivamente a satisfação sexual. Fazer-se passar por um casal de fato é a estratégia utilizada pelos meus interlocutores que correspondiam a esse modelo, cientes quase de imediato da importância em conseguir tal reconhecimento para a potencialização da satisfação dos seus interesses: *Lá embaixo a gente disse que era casado*, me disse Laura, na realidade acompanhada de *um amigo de infância*, com quem ela *sai de vez em quando*. Não foi possível atestar se tal declaração é exigida pela recepcionista para a liberação da entrada dos casais, mas a presença de namorados, amantes ocasionais e amigos no interior da boate é significativa, bem como a frequência com que me confessaram superestimar o vínculo compartilhado em favor de uma melhor receptividade.

Em minha comparação por contrastes foi elusivo perceber como os conflitos gerados pela coexistência de diferentes tipos de frequentadores no clube de swing se equivale àquela observada na sauna libertina, variando os termos dos processos de (des)qualificação segundo uma mesma lógica. Se a "troca de casais" se efetiva moralmente a partir da valorização do vínculo afetivo-sexual, ou em função da sua manutenção, a libertinagem sexual se efetiva moralmente segundo um projeto ideológico e de caráter político-filosófico no qual o indivíduo, as escolhas e aprimoramento individuais encontram-se no cerne da questão.

Cristian tinha 39 anos na ocasião da nossa entrevista, é "educador especializado" e declara ser libertino há uma dezena de anos, mas fez questão de frisar que para tornar-se um *libertino de verdade* foi necessário algum tempo, autoconhecimento e algumas sessões de análise. O rapaz diferencia ao retomar a sua trajetória a iniciação sexual na libertinagem do seu processo de engajamento ao ideário libertino. Esse remete ao engajamento em um projeto de emancipação moral: *Estamos muito envolvidos por questões morais e que ficam a todo o momento martelando, que nos limitam*[13] […] *Mas a libertinagem exige muito auto-conhecimento e permite isso também*, completa ponderando não acreditar em liberdade plena.

As sessões de análise teriam sido favoráveis a tal aprimoramento, levando-o a abrir-se a *uma espécie de bisexualidade*, o que ele compreende como um processo de *emancipação* marcada pela experimentação de *um prazer que é possível de ser obtido para além de classificações heteronormativas*. *Il y a quelque chose d'hipocrite dans le monde libertin*[14], denuncia o rapaz com relação à vigência da heteronormatividade nos espaços públicos[15] da sauna[16], superá-la seria um exercício mais amplo de auto descoberta e de transposição de fronteiras morais. Segundo ele seus amigos sabem que ele é libertino: *je suis assumé*[17], mas que os colegas de trabalho não.

O engajamento ao que consideram um posicionamento ideológico extravasa as outras esferas da sua vida, mas a libertinagem sexual diz respeito a apenas uma das suas dimensões, aquela que se refere ao âmbito privado,

---

13 A entrevista, realizada em francês, foi traduzida livremente pela pesquisadora na maior parte das citações com o objetivo de tornar a leitura mais fluida.

14 Há algo de hipócrita no mundo libertino.

15 Ambos os estabelecimentos de sociabilidade erótica se estruturavam internamente com diferentes espaços que refletiam gradações de abertura e publicidade, desde camas em áreas públicas e de circulação, até quartos com janelas ou portas que não se fechavam e outros cômodos absolutamente trancados.

16 Semelhante fronteira foi identificada e relatada quanto ao clube de swing carioca. Não foram observados intercursos sexuais entre homens nas áreas abertas da boate e diversos dos meus interlocutores destacaram a tendência de que tais práticas aconteçam exclusivamente em áreas fechadas do clube, senão fora dele. A analise desses dados encontra-se disponível em Blanc, 2013.

17 Eu sou assumido.

por mais que experimentada em espaços públicos de sociabilidade: *Aqui nós entramos no clube de cabeça em pé*, me disse Francis, *não temos do que nos envergonhar*. Divorciado e pai, o segredo de Francis dizia respeito também aos filhos, mas era compartilhado com alguns amigos.

Tais exercícios sexuais são apresentados por meus interlocutores libertinos como integrantes a um modo de vida em sentido amplo, classificado por eles como *verdadeira libertinagem*, em oposição às práticas libertinas de caráter exclusivamente sexual.

No dia em que nos conhecemos na sauna Marco chamou a minha atenção ao remarcar que nem todo mundo ali era *verdadeiramente libertino*, que havia turistas e demais curiosos entre os presentes. Já em entrevista, ele reforça: *ser libertino é praticar a tolerância, não julgar ao próximo e não se julgar, é estar aberto*, e prosseguiu referindo à origem do movimento libertino na França e aos ideais da Revolução Francesa. *Nós homens temos muitas limitações, somos limitados por interdições sociais, não digo que isso não exista*, mas *verdadeiros libertinos*, segundo ele, *se propõem a ir mais além, a ultrapassar essas barreiras* – disse em concordância com as declarações de Cristian.

Diferentemente do que me fora apresentado quanto ao clube de swing, *os solteiros são aqui valorizados*, segundo o libertino Francis, são aqueles que *font bouger les choses*[18], e a libertinagem sexual se apresenta para ele como uma oportunidade de aproveitar a vida.

Ir à sauna com uma parceira, mesmo que ocasional, seria uma alternativa mais barata aos rapazes. Muitos dos frequentadores do estabelecimento se reconhecem e cumprimentam e, apesar da maioria destacar que não mantém contato fora do local, combinar uma ida à sauna a dois implicaria em uma redução de gastos considerável para os homens, mesmo que eles pagassem pela entrada das mulheres[19]. Por outro lado, Francis destacou a sua preferência por ir sozinho. Enquanto a companhia de uma mulher específica poderia limitar suas possibilidades, ou ao menos atrelar às suas atividades à companhia dela, sozinho ele estava livre para encontrar pessoas e *deixar as coisas acontecerem*, segundo seu relato.

Frequentador do ambiente, Francis era ainda capaz de distinguir com naturalidade os casais ligados por laços afetivos sexuais e que compartilham uma *real vida a dois* dos demais casais ocasionais. O mais interessante é que a diferenciação dos *couples letigimes*[20] perceptível no seu relato, dizia respeito à formalização dos laços de matrimônio e não à legitimidade do vínculo afetivo-sexual. Assim também não são os laços afetivo-sexuais os elementos de diferenciação entre os casais presentes no interior da sauna, mas os comportamentos demonstrados ou declarados pelos seus frequentadores de um modo geral: o engajamento ao ideário libertino está em questão.

Meus interlocutores libertinos destacaram em diferentes oportunidades que o échangisme diz respeito às pessoas que fazem trocas de casais e essas pessoas nem sempre são libertinas "de verdade" - segundo Marco - *tem muito casal que resolve virar échangiste porque a relação sexual já está monótona, para reascender a vida sexual do casal*, completa o rapaz. Nestes casos o échangisme representaria uma forma caricatural de libertinagem, segundo os *libertinos de verdade*, senão porque centrada exclusivamente na libertinagem sexual, porque subordinada a um projeto ilegítimo em seu ponto de vista. Em se tratando de parte de um projeto mais amplo de autocultivo e emancipação individual, o exercício da libertinagem sexual em função da manutenção ou desenvolvimento de um relacionamento a dois contraria diretamente o ideário político-filosófico que o embasa.

Desqualificação equivalente é direcionada, portanto, a todos aqueles que não são capazes de corresponder aos comportamentos considerados adequados neste contexto, o que, segundo *libertinos de verdade*, reflete uma adesão apenas parcial ao liberalismo. As competências em agir de acordo com a situação são, portanto, percebidas como evidências de correspondência com o ideário político-filosófico. Um libertino de verdade será tolerante, respeitoso, cavalheiresco e se comportará como quem objetiva compartilhar de um momento de proveito mútuo, mais do que satisfazer-se sexualmente. Consequentemente, o desenvolvimento da carreira

---

18 Fazem as coisas acontecerem.

19 Durante o período de realização do trabalho de campo na sauna, entre março e maio de 2012, eram cobrados 118 euros aos homens sós, 15 ou mesmo nada às mulheres e 63 euros para os casais.

20 Casais legítimos.

libertina implica no desenvolvimento de competências sociais que incidirão em um reconhecimento identitário progressivo. Trata-se de um projeto social, por mais que em seu estágio final se transfigure em um discurso individualizado e individualizante.

Com base nos dados aqui apresentados é possível perceber como a libertinagem é construída socialmente como um engajamento individual, dizendo respeito a processos de aprimoramento dos atores individuais. Os relatos dos diferentes libertinos entrevistados quanto às suas parcerias sexuais ocasionais ou estáveis são elucidativos neste sentido.

Os custos de entrada em ambos os estabelecimentos de lazer variam significativamente segundo as categorias de clientes, diferenciando mulheres sozinhas, casais e homens sozinhos em taxas progressivamente mais altas (e proporcionais se comparados os preços no Brasil e na França). A presença de mulheres sozinhas é mais comum na sauna do que o observado no clube de swing brasileiro e boa parte dos frequentadores do local se conhecem e cumprimentam ao se encontrar. Todos os meus interlocutores mencionaram ocasiões em que já foram à sauna em companhia de alguma parceira ocasional, mas, a exceção de Cristian, afirmam preferir entrar sozinhos. Essa escolha mais do que dobra seus gastos com a entrada, mesmo que fossem corteses com a possível convidada, como o demonstrado anteriormente. Apesar disso, optar por ir à sauna sozinho é corresponder a uma lógica que pressupõe o auto proveito como ponto nuclear ao estabelecimento de relações com o outro. Evita pressupostos compromissos, mesmo que momentâneos, entre os companheiros de entrada, previne contra a obrigatoriedade do compartilhar da companhia. A princípio, tal medida só faria sentido se refletisse um real interesse em compartilhar da noite com uma determinada pessoa. Assim também ao échangisme podem ser atribuídos outros sentidos, mesmo para os libertinos, e sempre que reflita gostos e modos de vida anteriores à própria relação.

Vivenciando práticas échangistes com a atual namorada, também libertina desde antes de se conhecerem, Cristian relata ter interrompido a libertinagem anteriormente, quando em relacionamentos com garotas não libertinas. Do seu ponto de vista, o échangisme é uma forma de experimentarem juntos um modo de vida. O laço afetivo-sexual confere legitimidade a tais práticas por partir de escolhas individuais que lhes são anteriores.

O échangisme, deslocado de um engajamento individual ao ideário libertino, é denunciado como uma ferramenta em função de um fim, fim este considerado passível de questionamento: seja a manutenção da relação ou a pura satisfação sexual. A referência a tal categoria, vale destacar, não engloba todo e qualquer arranjo diádico estabelecido entre homem e mulher, englobando os casais ocasionais, pressupõe um vínculo afetivo. Assim também a sua crítica ou desconfiança não se direciona às possíveis prostitutas ou a um caráter supostamente cínico, mas aos casais de amantes que, desengajados de um projeto político-filosófico individual ou compartilhado, buscam no liberalismo sexual uma oportunidade de satisfazer seus interesses sexuais. Échangistes não libertinos são libertinos falsos como quaisquer outros. A prática sexual de caráter liberalista é percebida como um instrumento de auto descoberta, autonomização e quebra de tabus, assumindo um caráter imoral quando deslocada de tal posicionamento. A insubordinação do desejo, exercitada no espaço de sociabilidade erótica, é efetivada em função da autonomização do sujeito.

3 Considerações Finais: eu, tu eles e nossos vínculos

Ambos os casos conferem destaque aos fenômenos de transformação das famílias apontados por diferentes autores. Em suas práticas sexuais públicas e/ou grupais swingers e libertinos reclamam pelo exercício da sua autonomia no interior das suas relações conjugais. Os segundos o fazem através de um discurso aparentemente mais radical, mas os primeiros não ficam atrás. Por mais que a relação afetiva seja reconhecida como o âmbito exclusivo de vivência da sexualidade, esses o compreendem não como uma esfera de renúncia dos desejos individuais, mas sim como contexto de procura de si através do contato com o outro[21]. A relação conjugal, nesse sentido, será configurada também como um espaço de expressão pessoal, daí a centralidade das negociações

21 Assim como o diagnosticado por Singly (2000)

intraconjugais na tomada de decisões para a iniciação nas práticas liberalistas sexuais, bem como para a definição das práticas que serão estabelecidas pelo casal.

Se por um lado os swingers são desqualificados pelos libertinos através da figura dos échangistes, isso se deve não a uma oposição de sentidos, mas aos contrastes em torno dos termos que os efetivam. Os échangistes são dessa forma confrontados por seus argumentos, mais do que pelo que visam efetivar. Se na atualidade é no espaço onde circula o amor que se constrói uma grande parte da identidade pessoal dos indivíduos (SINGLY, 2000: p. 14), uma vivência a dois pautada no compartilhar dos desejos que extravasam o arranjo diádico é uma expressão da individualidade dos seus membros, e não da sua supressão. Conferir ao vínculo conjugal os benefícios e função das práticas empreendidas nada mais é do que um argumento compatível com uma moralidade pautada na família como um valor, mesmo que moralista do ponto de vista prático. Por outro lado, as práticas efetivadas nesse processo estão pautadas em uma valorização dos indivíduos membros de um casal e da sua plena realização no âmbito de suas vidas privadas.

Singly (2000: 15) destaca que as famílias atuais se caracterizam por uma lógica em que o *amor se impôs ainda mais: os cônjuges só ficam juntos sob a condição de se amarem*. Ao mesmo tempo, tal condição implica na possibilidade de que se possa viver livre, apesar de junto. Tal vivência da liberdade é a base da argumentação de todos os meus interlocutores, sejam swingers ou libertinos, casais de fato ou solteiros: seja a liberdade exercida por si e para si, seja no interior de um relacionamento estável.

> O ideal seria, ainda segundo o autor, uma espécie de alternância entre um "eu sozinho" e um "eu com": nem o fechamento egoísta sobre si nem a dedicação excessiva ao outro. De certa maneira, um "entre-dois" que autorize a satisfação de si em certos momentos, com momentos para atividades separadas e outros para compartilhar práticas comuns.

A desqualificação dos casais praticantes do liberalismo sexual por parte dos liberalistas engajados ideologicamente está embasada, portanto, no argumento utilizado pelos primeiros e na sua simplificação. Como posicionamento radical, o liberalismo político-filosófico está fadado a uma relação eternamente paradoxal entre o eu e o outro, sendo confrontado por seus pressupostos individualista e o caráter relacional com que o próprio eu se constitui. Assim como o argumento pró-perenidade, desarticulado de um debate mais profundo sobre as representações de tal vínculo afetivo-sexual para o exercício das individualidades de seus membros, remete à supressão dessas.

Vimos como casais de swingers de fato e libertinos que possuem filhos compartilham de uma mesma motivação no que se refere manipulação da sua imagem extra clube. Semelhante aproximação une *casais montados* e libertinos que ainda não foram pais, entre os quais as práticas sexuais são mais facilmente percebidas como dizendo respeito ao exercício da liberdade e autonomia individuais, podendo incidir, caso descobertas, mais diretamente nas suas vidas profissionais ou relações de amizade.

São os laços estabelecidos por esses atores individualmente e pelos quais se sentem diretamente responsáveis aqueles que estão em jogo quando utilizam de estratégias de manipulação da identidade liberalista sexual, reforçando as considerações de que a contemporaneidade está marcada pelo advento de uma nova concepção dos indivíduos em relação aos seus grupos de pertencimento, particularmente em relação à família. Se para tornar-se ele mesmo ele necessita do olhar das pessoas a que ele atribui importância e sentido, esses outros significativos tendem a se constituir entre os cônjuges ou parceiros no que se refere ao exercício da sexualidade, bem como os filhos, quando tais práticas inferem em um risco mais amplo de desqualificação moral. *O elemento central não é mais o grupo reunido, são os membros que a compõem. A família se transforma em um espaço privado a serviço dos indivíduos* (Singly, 2000:15).

Os processos de efetivação das práticas ocorrem no interior dos espaços públicos de sociabilidade entre seus frequentadores, se caracterizando como um empreendimento moral diverso e altamente conflitivo durante o qual os atores se classificam mutuamente. Performances são encenadas, seja em nome da adequação a modelos de conduta pública seja em função da satisfação de desejos específicos, mas nenhum dos engajamentos demonstrados ou declarados pressupõe a assunção de uma identidade liberalista sexual para além do contexto dos espaços de sociabilidade. Ao contrário, estratégias de manipulação de tais identidades são mencionadas

e acionadas por ambos os grupos e tem como referencial central os outros significativos atribuídos por esses diferentes grupos de atores, segundo suas trajetórias familiares específicas.

De uma forma geral, meus interlocutores não sofrem rotulações morais decorrentes de suas práticas sexuais no âmbito das suas vidas cotidianas ou vislumbram projetos de efetivação dessas entre o público mais amplo. O domínio das competências específicas ao exercício de um modo de conduta adequado no interior dos espaços de sociabilidade é fundamental a uma experiência liberalista sexual satisfatória e é apenas durante o desenvolvimento das suas carreiras liberalistas sexuais que meus interlocutores foram tomando consciência de tais conteúdos, bem como das implicações práticas dos posicionamentos assumidos para o estabelecimento de parcerias ocasionais. As classificações morais que incidem sobre eles, portanto, dizem respeito aos jogos de diferenciação decorridos no contexto de sociação e neles se circunscrevem.

Por outro lado, todos compartilham de estratégias de manipulação do eu assumidas no mundo da vida cotidiana. Se por um lado é a integridade da família-casal ou do núcleo familiar formado que está em jogo, por outro é a carreira profissional ou os vínculos de amizade que podem ser colocados em risco, mas por diferentes razões. Apenas solteiros afirmam ter se "assumido" para alguém, todos homens e, segundo eles, para um amigo muito íntimo. Assim como entre os casais de swingers suas práticas são efetivadas como uma ação coordenada a partir de um engajamento afetivo-sexual, essas se colocam para os seus membros como um segredo compartilhado e íntimo. O casal assume ares de uma entidade social propriamente dita, que se constitui como uma fusão de duas identidades individuais, possuindo uma intimidade que lhe é própria, exclusiva e autocentrada. Os filhos, frutos da união ou de relações anteriores, justificam os meios utilizados em favor da manutenção do vínculo afetivo-sexual, mas são colocados a parte no que se refere a tal empreendimento.

Ambos poderiam temer as consequências profissionais de tal rotulação, mas esse temor torna-se secundário quando se têm filhos, o mesmo com relação ao cônjuge. Atribuir ao fortalecimento da relação a dois os principais benefícios propiciados pelas práticas sexuais é uma forma de valorizar o cônjuge, o vínculo estabelecido com ele e o seu papel na construção de si.

Observa-se, neste sentido, como a família assume maior centralidade como vínculo de pertencimento a ser cultivado e protegido quando resulta de um engajamento individual dos atores, assumido através do casamento ou paternidade; assim ela também pode ser percebida como espaço privado de cultivo das individualidades.

Bibliografia

BLANC, Manuela. (2013), A sociabilidade e o lazer erótico como forma social nos contextos urbanos das cidades do Rio de Janeiro e Paris. Tese de doutoramento, Campos dos Goytacazes: Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

GOFFMAN, Erving. (2010), Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes.

_____. (1998), Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4º edição. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.

KAUFMANN, Jean-Claude. (1999) La femme seule et le prince charmant. Enquête sur la vie en solo. Paris : Nathan.

SINGLY, François. (2000) O nascimento do "indivíduo individualizado" e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers, SINGLY, François e CICCHELLI, Vincenzo. Família e individualização. Rio de Janeiro: Editora FGV.

WERNECK, Alexandre. (2012), A desculpa: As circunstâncias e a moral das relações sociais. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

'Famílias de Sangue' e 'Famílias do Coração': disputas sob o noção de família e o suporte social entre homens homossexuais na meia idade ou velhice

Carlos Eduardo Henning[1]

Resumo: Este *paper* é resultado de uma etnografia já finalizada a qual deu origem a minha tese de doutorado em antropologia defendida na Unicamp (Henning, 2014). Encetando um diálogo crítico com os estudos gays e lésbicos e a gerontologia LGBT norte-americanos, analiso o caráter das relações familiares conforme narrado por homens na meia idade ou mais velhos (de 45 a 70 anos de idade), os quais, em sua maioria, se afirmavam homossexuais, de classes médias, brancos e residentes na cidade de São Paulo, Brasil. Para tanto, problematizo os sentidos êmicos da noção de 'família' e como tais sentidos se desdobravam em ao menos duas categorias em oposição: as 'famílias do coração' e as 'famílias de sangue'. Além de examinar suas distinções semânticas (as quais estavam atravessadas por um questionamento do vínculo familiar como meramente baseado na consanguinidade), apresento também as implicações sociais das distintas afetividades investidas em cada noção. Por fim, tal empreendimento se dá especialmente à luz do debate sobre o 'cuidado' (como na convalescências e nos processos de envelhecimento) e as 'malhas de suporte social' nas narrativas de meus interlocutores.

Palavras-Chave: Família, Homossexualidade Masculina, Envelhecimento, *Famílias de Sangue*, *Famílias do Coração*

Este *paper* é uma adaptação do último capítulo de minha tese (Henning, 2014), sendo que o propósito mais geral daquele trabalho era investigar determinados aspectos significativos das experiências de envelhecimento, velhice e sexualidade conforme foram narrados por um conjunto de homens com práticas sexuais homoeróticas[2] e/ou que se identificam como homossexuais. Homens esses que, em sua maioria, se consideravam de classes médias, brancos, possuíam uma formação educacional relativamente alta, se encontravam profundamente imiscuídos nas interações mediadas pela internet, estavam entre os 45 e os 70 anos de idade e eram residentes na região metropolitana da cidade de São Paulo.

Naquela etnografia, me voltei em direção a um esforço de examinar o entrelaçamento de marcadores sociais como *envelhecimento*, *meia idade*, *velhice*, *sexualidade*, *homoerotismo* e *relações intergeracionais* entre os homens que integraram minha investigação. No entanto, um elemento que se destacou nessa análise diz respeito às dimensões do *cuidado* e do *suporte social* associadas intimamente a distintas noções êmicas de "família": particularmente as noções de "*família de sangue*" e "*família de coração*". Essa relevância, aliás, foi algo que surgiu de forma inadvertida e demandou um olhar específico e atento para a maneira como meus interlocutores afirmavam ter lidado, experimentado ou planejado as questões do *cuidado*[3]

---

1 Professor Adjunto de Antropologia do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Doutor em Antropologia Social pela UNICAMP. Pesquisador do *Ser-Tão* – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade da UFG. carloseduardohenning@gmail.com

2 Em termos gerais, opto por trabalhar com a categoria homoerotismo (ao invés de homossexualidade ou da já extremamente criticada "homossexualismo") por considerá-la uma categoria mais ampla para abarcar as múltiplas manifestações e facetas das relações e práticas eróticas, afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo sem correr tantos riscos de essencialismos.

3 O "care", segundo Hirata et. al. (2011) diria respeito a distintas práticas as quais variam histórica e culturalmente, fazendo que, por exemplo, no Japão, os termos locais associados ao "care" se refiram mais especificamente ao cuidado de idosos, enquanto que o "cuidado" no Brasil ou o "soin" na França, são termos cujos sentidos possuem uma abrangência mais ampla. Portanto, o "care" se constitui de distintas maneiras em diferentes sociedades, o que poderia ser constatado também nas variações nas formas de nominar essa atividade (Marques, 2013). Apesar do caráter polissêmico e culturalmente variável, o "care" de acordo com Hirata e Guimarães (2012), está relacionado a questões de cuidado, atenção e solicitude em relação às necessidades ou limitações do outro.

e das *redes de suporte social*[4] em suas inter-relações com sexualidade, saúde, envelhecimento e velhice. Dessa forma poderíamos nos ater a algumas perguntas norteadoras: de quais maneiras indivíduos na meia idade ou nos anos iniciais da velhice e q'e dissidem das expectativas e convenções sociais do "bom envelhecimento" ou da "boa velhice" (Henning, 2014) - compreendida, entre outras questões, como heterossexual em termos de desejos, práticas e/ou identidades sexuais - afirmam vivenciar as experiências de cuidado e as fontes de apoio social em seus processos de envelhecimento? Qual seria a relevância e de quais formas se constituíram tais fontes de suporte social no decorrer de suas biografias? Quais são as relações dessas fontes de suporte com suas famílias de origem, assim como com suas "*famílias do coração*"?

Tendo em mente tais questionamentos como pano de fundo, é pertinente pontuar que uma tendência presente no campo da gerontologia LGBT[5] – o espectro dialógico que subjaz ao *paper* - é apontar a relevância peculiar das redes de amizade como fonte de apoio social, e isso seria representativo, sobretudo, de indivíduos que se identificam ou que são tidos como homossexuais, bissexuais ou transgêneros, os quais historicamente tenderam a ser retratados como tendo relações conflituosas e não raro distanciadas com suas famílias de origem, questões que se relacionam às suas identidades sexuais e de gênero vistas na maioria das vezes como transgressoras (Grossman, D'Augelli & Hershberger, 2000: 171).

Uma tendência da vertente anglófona da gerontologia LGBT ao abordar essas redes de apoio social é apontar um afastamento pronunciado e prolongado desses indivíduos quanto as suas famílias de origem, o que acarretaria uma sobredependência quanto as suas redes de suporte fundadas na amizade. Isso, portanto, traria potenciais fragilidades futuras na constituição de malhas efetivas de apoio social, particularmente na velhice desses indivíduos. Por conseguinte, a relação desses indivíduos com suas famílias de origem é reiteradamente construída pela literatura em questão como marcada por rompimentos perenes. Logo, a partir de meus dados de campo, um dos questionamentos em prol da qual procurarei argumentar é precisamente a relativização desse visão rígida sobre as relações desses indivíduos com suas famílias de origem. Nesse *paper* eu examino algumas das complexas facetas relacionais desses homens com suas famílias de origem (fundadas em padrões dinâmicos, conjunturais e historicamente variados de afastamento e reaproximação social), assim como com suas "*famílias do coração*", baseadas em laços de amizade.

Considerando esses elementos e intimamente relacionado às experiências do cuidado, meu campo se mostrou propício para problematizar a importância das *redes de suporte social* em sua interface com as noções êmicas de *família*. Nesse sentido, é relevante que tenham surgido na investigação categorias como "*família de sangue*" e "*família de coração*" as quais estavam relacionadas, de distintas maneiras, à conformação e às características dessas malhas de suporte. E, portanto, é interessante voltar a atenção para as maneiras as quais meus interlocutores davam sentido a tais categorias em seus próprios termos. Um desses homens, Célio[6], 58 anos, autodeclarado como branco, professor de uma universidade particular em São Paulo e morador do bairro Vila Madalena, na cidade de São Paulo, trouxe em seu relato algumas considerações elucidativas sobre o que seriam, a seu ver, as "*famílias de sangue*" e as "*famílias de coração*":

> Moro com minha família. Minha mãe, meu irmão, irmã e tia. (...) Mas eu tenho meus amigos também. É como se fosse uma outra família, só que não *de sangue*. É tipo uma *família do coração*. [Pergunto então como ele definiria uma "família de coração"]. É uma família que a gente ama do mesmo jeito que a família de sangue. São os amigos

---

4 A ideia de "social support" ("apoio social" ou "suporte social") poderia ser compreendida como o conjunto de recursos que indivíduos, grupos ou organizações se utilizam para apoiar sujeitos específicos, recursos esses que envolvem uma infinidade de elementos, como atenção, afeição, amparo, auxílios genéricos e socialização. considerando-se também que o apoio social opera por meios diretos e indiretos e através de múltiplas dimensões (Barker, De Vries & Herdt, 2006: 08-09).

5 Me atenho a afirmar nesse momento que a gerontologia LGBT poderia ser vista como um termo "guarda-chuva" o qual incluiria o conjunto de investigações relativamente díspares que se voltam ao estudo das experiências de envelhecimento e velhice de sujeitos que se identificam como Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros. Mais informações, consultar minha tese (Henning, 2014).

6 Todos os nomes de interlocutores foram modificados aleatoriamente como uma preocupação ética em prol de resguardar o anonimato dos envolvidos na investigação.

> que a gente fez na vida, que tão sempre com a gente pra tudo o que der e vier. Com eles a gente fala de tudo, a gente se apoia em tudo. Eu vou muito na casa deles, a gente sai pra beber, se divertir. [Pergunto então se eles se ajudam quando algum dos amigos está com algum problema] Claro. Todo mundo é batalhador, ninguém fica na aba do outro, mas a gente sempre se ajuda. Eu não posso dormir fora de casa, mas na minha turma quando tem um deprê alguém dorme na casa da pessoa, ou se tá duro a gente empresta a grana, depois ele paga. É assim. Alguns deles moram juntos, mas são só amigos, estilo república, dividem contas, tudo mesmo. Facilita porque São Paulo tá muito cara. (Transcrição de conversa presencial. Maio de 2011).

Embora Célio afirmasse manter uma convivência relativamente boa e próxima com sua "*família de sangue*", em sua fala seria o termo "*família do coração*" que aludiria difusamente a um conjunto de imagens de acolhimento, conforto, segurança, aceitação, tolerância e base efetiva de apoio social em eventuais momentos difíceis da vida. Para além da fala de Célio, essa é uma tendência na fala de muitos interlocutores, especialmente para aqueles que se consideram homossexuais. Na análise dessas narrativas, a "*família do coração*", mais do que meramente indicar vínculos e laços de parentesco (embora tais indicações não possam ser menosprezadas), parece quase sempre se mesclar à ideia própria de *redes de suporte social*. Dessa forma, quanto mais próximo estivesse um determinado sujeito de ser considerado relevante no contexto dessas malhas, mais provável seria, por exemplo, considerá-lo integrante da "*família de coração*".

Uma vez que meus interlocutores concebiam tais malhas de suporte social como subsumidas à ideia de "família", torna-se conveniente discorrer brevemente sobre ela. A antropóloga Claudia Fonseca (2008: 773), ao problematizar "família", afirma que tal noção "longe de ser uma unidade natural, representa o agregado de diversas relações, é perpassada por diversas forças institucionais e envolve a participação mais ou menos íntima de diferentes personagens." Dessa forma, me valho também das contribuições da antropóloga estadunidense Kath Weston (1991), em seu livro "*Families We Choose: Lesbians, Gays, Kinship*", ("*Famílias que Escolhemos: Lésbicas, Gays, Parentesco*"). A autora analisa algumas das reconfigurações recentes no terreno do parentesco enfocando gays e lésbicas em San Francisco (EUA) durante a década de 1980. Weston, assim, analisou os jovens que ao "sair do armário" não raro tinham as relações com a família de origem rompidas, sendo, muitas vezes, expulsos de casa.

Como uma espécie de contrapartida ao afastamento da família de origem, os jovens abordados por sua etnografia construíam laços profundos e duradouros de apoio mútuo com outros amigos homossexuais ou com pessoas que aceitassem sua identidade sexual, laços esses que eram por eles reivindicados como familiares. Esse foi um interessante debate dentro do campo do parentesco, no qual, em oposição à ideia de família condicionada à consanguinidade, se propunha a compreensão de relações familiares baseadas em outros pressupostos, mormente a noção da *amizade*. Tomando esses elementos, como indica a etnografia de Weston, assim como demonstram os relatos da maior parte de meus interlocutores, para homens e mulheres que se consideram homossexuais as malhas de apoio social baseadas nas amizades, ao contrário do que se poderia supor, eram apresentadas como frequentemente mais seguras, confiáveis, fraternais e duradouras do que as redes fundadas propriamente nas famílias de origem.

Um dos exemplos dessa preeminência das fontes de apoio social fundadas nas amizades é proporcionado pela fala de Valdomiro, 53 anos, professor da rede pública estadual, que se afirma "abertamente gay" e me relatou ter sido extremamente maltratado pelos membros de sua família de origem durante sua infância e adolescência, família essa que provém de classes populares e em termos religiosos, se associa a igrejas neopentecostais. Valdomiro afirmou que desde a primeira infância sempre tivera "jeito de menina" e tanto os irmãos quanto os pais costumavam agredí-lo como uma maneira supostamente de ensiná-lo "a ser homem". Ele chegou a se casar com uma mulher ao final da adolescência, mas a esposa faleceu jovem. Após essa perda, revelou à família ser homossexual, o que teria selado o rompimento de relações com sua "*família de sangue*". Na sequência, começou a se "montar" como *drag queen*, e desse momento em diante os pais e irmãos se recusaram a recebê-lo ou mesmo a atender às suas ligações telefônicas, situação que perdurou por muitos anos. Nas palavras de Valdomiro:

> [Quando criança] Cansei de dormir na rua porque não aguentava mais apanhar do pai e da mãe. Quando eu estava brincando com as crianças da minha rua e meus irmãos passavam por mim, eles fingiam que não me conheciam. A minha infância eu só lembro de rejeição, culpa, vergonha. E eu casei virgem, puro. (...) Como te falei, só depois que a minha esposa faleceu é que eu me revoltei e decidi assumir mesmo. (…) Nessa época eu já tinha amigos gays, mas ainda não tinha clareza que eu era também. Então um dia me convidaram para sair para uma boate e pronto, um novo mundo se abriu pra mim. (...) Quando eu casei já tinha saído da casa da minha família, mas depois que assumi mesmo, não quis mais saber deles. Na verdade, eles é que fecharam a porta pra mim. Não queriam nem ouvir falar de mim. Podia tá mendigando, doente, passando fome, eles não queriam saber. (...) Morei muitos anos com amigas que eram drags também. Elas também não tinham mais ninguém, a gente só tinha umas as outras, era a única família que a gente tinha. O nosso porto seguro era estar juntas. [Pergunto o que elas faziam em datas como o Natal e a Páscoa e se visitavam a família de origem]. Não, a gente passava junto. Ninguém ligava muito pra essas coisas, mas isso é coisa de família, né? Então a gente passava junto porque é deprimente ficar sozinho nesses dias. [Transcrição de conversa presencial. Junho de 2011].

Assim como no caso de Valdomiro, os relatos que apontam esses rompimentos com a família de origem ou expulsões de casa associados a sexualidade tida como "desviante", embora com variações, foram muito comuns em campo, assim como a afirmação de uma necessidade consequente de constituição de uma malha de apoio social alternativa. Essa malha alternativa, por sua vez, costumava ser alegada "*como uma família*", uma "*outra família*" ou efetivamente denominada como uma "*família do coração*". Embora Valdomiro afirme ter se reaproximado e reatado as relações com sua família de origem após décadas de afastamento, Valdomiro faz questão de frisar que à época, e por muitos anos, ele e suas amigas *drag queens* só possuíam "*umas as outras*" e unidas se tratavam da "*única família*" que possuíam.

Pertinente para a discussão sobre as "*famílias do coração*" e retomando o diálogo com a antropóloga Kath Weston, a autora, a partir dos discursos relativos às "famílias gays" nos Estados Unidos nos anos 1980, foi a que mais proficuamente problematizou a categoria "*chosen families*" ("*famílias escolhidas*"). Segundo ela, as "*famílias que escolhemos*" contestariam:

> o antigo ditado que diz 'Você pode escolher seus amigos, mas você não pode escolher seus parentes.' Não apenas essas famílias [as *chosen families*] incluem os amigos, mas elas também podem incluir amantes, ex-padrastos/madrastas, crianças adotadas, crianças de relacionamentos heterossexuais anteriores, e a prole concebida através de inseminação alternativa. Embora esses discursos sobre parentesco gay se utilizem de símbolos familiares tais como sangue, escolha e amor, eles também redirecionam esses símbolos em prol de demarcar diferentes categorias de família. (...) Se tornou evidente que o discurso sobre parentesco gay define as famílias gays face-a-face a outro tipo de família conhecido como 'hétero', 'biológico', ou 'de sangue' – termos os quais muitos gays aplicaram em relação às suas famílias de origem. (Weston, 1991: 02-03)[7].

Dessa forma, pondo em perspectiva essas concepções, é possível concordar que as "*chosen families*", embora guardadas algumas especificidades, poderiam ser consideradas como uma categoria cujos sentidos parecem análogos aos de "*família do coração*" conforme os analisei em campo. Porém, em termos gerais, é central

7 Tradução livre minha.

discernir entre meus contatos de campo que se definiam como homossexuais e aqueles que não o faziam e/ou que eram ou haviam sido casados heterossexualmente. Enquanto para os últimos, como um padrão narrativo, a existência de uma "*família de coração*" era mais raramente mencionada (nesse caso as famílias de origem eram quase sempre afirmadas como a base primordial de apoio social), para os primeiros, eram as "*famílias do coração*" que ganhavam tal papel chave.

Para os interlocutores que se definiam como homossexuais, a "*família do coração*" tendia mais fortemente a se referir à rede imediata de amigos estando inclusos, eventualmente, parentes solidários da família de origem. Por outro lado, diferentemente das caracterizações de Weston e de outros autores sobre as "*choosen families*", nas falas dos homens em meu campo secundarizava-se, por exemplo, a presença de filhos, uma vez que poucos interlocutores citaram como inclusos em tais "famílias alternativas" os seus filhos ou os filhos de possíveis parceiros. Portanto, apesar das idiossincrasias e como pudemos acessar na fala de Valdomiro (assim como no caso de vários outros interlocutores), parece se estabelecer entre as "*famílias de coração*" e as "*famílias de sangue*" uma distinção similar àquela descrita por Weston entre as "*blood families*" e as "*chosen families*". O histórico da relação de vários de meus interlocutores com suas famílias de origem (em especial para os que se identificam como homossexuais) esteve muitas vezes atravessado por relatos recorrentes de conflitos dramáticos, agressões físico-morais, humilhações, progressivo distanciamento e expulsão do seio familiar na adolescência, juventude ou mesmo ainda na infância.

Assim, além dos casos já apresentados, outra das narrativas extremas sobre as "*famílias de sangue*" (e, nesse caso, a expressão "de sangue" ganha uma conotação perversa) pode ser encontrado na fala de Amadeus, 62 anos, professor aposentado, morador do Bairro da Liberdade, o qual relembra experiências dramáticas no seio familiar:

> Meu pai batia muito em mim. Mas muito mesmo! Eles morriam de vergonha porque eu sempre fui mais delicado. Naquela época não tinha essas coisas de conselho tutelar, então eles mandavam ver, sentavam o laço mesmo. Era tão pesado que cheguei a quebrar meu braço. Meus irmãos me pegaram dando pros moleques da rua e contaram pro pai. Daí ele pegou um pedaço de pau e veio. Pensei que ía me matar, eu fiz assim [faz o movimento de levantar os braços como quem protege o rosto e a cabeça] e ele quebrou meu braço. A dor foi tão forte que não lembro de mais nada. Lembro de estar com o gesso depois. Acho que ele parou decerto porque pensou que tinha me matado mesmo. (...) Com 14 anos, fui expulso de casa no inverno. Quando penso nessas coisas nem dá pra acreditar tudo o que já passei nessa vida. (...) Fiquei muitos anos sem dar notícia, nem no Natal, nem Páscoa, nada mesmo. Nem um telefonema, nada. (...) Minha família de verdade são os meus amigos, eles são tudo pra mim. Tudo o que eu preciso eu conto com eles, é até mais que família, não sei explicar... (...) A gente se responsabiliza, eles também contam comigo pra tudo. (Transcrição de conversa presencial. Março de 2011).

A fala de Amadeus é significativa de diversas maneiras, em especial por localizar com clareza as *distintas afetividades* investidas nas ideias de "*família de sangue*" e "*família de coração*". Para Amadeus, embora ele afirme ter se reaproximado de alguns membros de sua família de origem, seus amigos é que seriam a sua "*família de verdade*" e teriam uma tal relevância em seu ponto de vista - "*tudo o que eu preciso eu conto com eles (...) eles também contam comigo para tudo*" - que ganhariam um estatuto semântico que inclusive extravasaria a importância trivial da ideia de "família". Em suas palavras, "*é até mais que família, não sei explicar...*"

Conforme acompanhamos em distintas falas de campo até o momento, existem componentes narrativos de mágoa, ressentimento, distintas práticas de violência física, psicológica e simbólica os quais marcam persistentemente a muitos desses relatos associados às "*famílias de sangue*". É digno de nota, porém, que esses componentes dizem respeito, em termos gerais, aos relatos daqueles indivíduos que afirmam serem vistos desde cedo como estando dissonantes das convenções legitimadas em termos de gênero e sexualidade. Esse quesito assoma claramente em vários relatos, como no de Amadeus, "*eu sempre fui mais delicado...*" e no de Valdomiro quando este afirma desde cedo ter um "*jeito de menina*".

Considerando esse quadro, a tendência entre os homens que se consideravam homossexuais era a de posicionar narrativamente a ambas as "famílias" como em oposição: enquanto nas "*famílias de sangue*" repousaria o *lócus* de conflitos, traumas, violência, intolerância, profundos ressentimentos e ausência de apoio social, nas "*famílias de coração*" se localizariam aqueles membros tidos como verdadeiramente auxiliadores, tolerantes, apoiadores, fonte de afetividade e carinho os quais atuariam como fonte efetiva de suporte social e de cuidado em momentos críticos e de necessidade no percurso biográfico.

Sendo assim, até o momento venho apresentando um cenário construído a partir das narrativas majoritárias em campo o qual compõe os sentidos êmicos e opositivos entre tais categorias familiares, assim como as respectivas afetividades a elas investidas. Entretanto, tal esquema categorial e opositivo, conquanto majoritário, não era aderente ou não refletia as concepções de todos os homens integrados à investigação. Divergindo dessa tendência opositiva e como uma espécie de contrapartida narrativa, para os interlocutores que, por sua vez, não se consideravam homossexuais e/ou que haviam sido (ou ainda eram) casados com mulheres, a mera menção a uma "*família de coração*" conformando uma base alternativa de apoio social em relação à família de origem lhes parecia, em termos gerais, uma abstração sem muito sentido. De maneira geral, para esses homens, a "*família de sangue*" era concebida e afirmada como uma fonte de apoio social a qual esteve operante, salvo exceções, sem intermitências no decorrer da vida e a ela a afetividade investida tendia a ter um fundo quase sempre mais positivo do que o encontrado nos relatos da maioria de meus interlocutores.

Um desses exemplos dissonantes é provido por Lauro, 52 anos, que se declara branco, morador do bairro Vila Madalena, ser engenheiro, pai de um rapaz e estar casado com a esposa há quase vinte anos. Durante nossas conversas *via messenger* ele afirmou: "*sou heterossexual, mas curto sair com caras"*. Em sua fala, ele auxilia a demonstrar de quais formas as famílias de origem, tomadas enquanto fonte de suporte social, tendem a se constituir diferentemente entre os interlocutores que são ou haviam sido casados com mulheres (e mantêm as práticas sexuais homoeróticas em segredo) e aqueles que se consideravam homossexuais e/ou passaram a maior parte da vida com a identidade sexual relativamente "revelada". Sendo assim, Lauro postula:

> Nunca imaginei abandonar minha mulher e meu filho por causa disso [da atração e das práticas sexuais com outros homens]. Eu sou responsável, não vou destruir a minha vida e da minha família por causa disso. Imagina! (...) Uma sacanagem entre machos de vez em quando não faz mal. Mas uma coisa é cair na putaria com outro macho, outra coisa é jogar tudo pro alto. Tem que ter responsabilidade. A minha família é a minha vida, uma coisa não tem nada a ver com a outra. [Pergunto como ele reagiria se o filho ou a esposa descobrissem a sua "pegacão" com homens]. Não gosto nem de pensar. Meu pai, meus irmãos, não tem pq saber. Eu me cuido, sou muito discreto, não sou do meio. Só saio com caras com o meu perfil. Isso não pode interferir na minha família, eu preservo eles o máximo. É uma coisa pessoal. [Pergunto se ele possui amigos gays e, caso tenha, se mantém um contato próximo com eles] Não, como te falei, eu não sou do meio, amigo que seja do meio eu não tenho. Tive uns casos mais longos, mas eram caras como eu, casados, discretos e não assumidos. [Conversa *via messenger*. Abril de 2011].

O relato de Lauro, dessa maneira, parece representativo dos contatos de campo que, em termos gerais, haviam sido ou permaneciam casados com mulheres e/ou que não se consideravam homossexuais, os quais tendiam a manter regimes de estrita secretividade sobre suas práticas sexuais homoeróticas. Para esses homens, a ideia de uma fonte de suporte social à semelhança das "*famílias do coração*" lhes parecia despropositada, e o próprio regime de secretividade desenvolvido por eles era um elemento que dificultava ou mesmo impossibilitava a formação de tais fontes alternativas de suporte social. *Grosso modo*, nos relatos desses homens, os membros das famílias de origem eram em geral narrados de maneiras muito diferentes ou mesmo opostas às daqueles interlocutores que afirmavam possuir "*famílias do coração*" ou fontes de suporte social congêneres.

Para os interlocutores como Lauro, as "famílias de sangue" adquirem centralidade narrativa, configurando-se em âmbitos primordiais de apoio social, e isso se dá, portanto, sem que existam fontes alternativas aos moldes

das "*famílias do coração*". Na perspectiva desses contatos de campo, suas famílias de origem (em particular suas esposas/ex-esposas e os filhos) devem ser mantidos da forma mais alienada possível quanto aos seus desejos e interações homoeróticas sob pena de, caso contrário, "*destruir a família*". Dessa forma, em termos comparativos, a *relevância* e a *afetividade* associadas às "*famílias de sangue*" na visão desses homens que não se consideravam homossexuais e/ou que foram ou permaneciam casados com mulheres se assemelhava àquelas investidas nas "*famílias de coração*" no ponto de vista dos contatos que, em termos gerais, se consideravam homossexuais, jamais haviam sido casados heterossexualmente e/ou que possuíam regimes mais "relaxados" de secretividade em relação as suas práticas sexuais homoeróticas e/ou identidades homossexuais.

Por outro lado, ao nos determos apenas na perspectiva de meus interlocutores que se consideram homossexuais e/ou que tinham regimes mais relaxados de secretividade sobre suas práticas ou identidades homossexuais, embora as "*famílias do coração*" tenham um papel sem dúvida relevante e recorrente, é preciso relativizar e complexificar a sua incidência e onipresença narrativa. Em segundo lugar, é necessário também problematizar mais atentamente o caráter estrito da oposição entre as distintas ordens de "família". Isso se mostra de suma importância uma vez que ao analisar a esse conjunto das narrativas, as "*famílias de sangue*", mesmo que retratadas continuamente como fonte usual de desgosto, rejeição, violência e amargura, também ofereciam (eventualmente e por vezes a contragosto) uma relevante fonte de apoio social para vários desses homens. E isso poderia ocorrer de diversas maneiras como, por exemplo, no caso de alguns membros das famílias de origem - quase sempre mulheres, mães, irmãs ou tias - os quais mesmo após afastamentos, rompimentos ou expulsões familiares, se mantinham solidários, preocupados e atuantes como fontes de apoio social no passar dos anos.

Um dos exemplos que, por sua vez, auxiliam a complexificar e a embaçar as distinções entre "*famílias de sangue*" e "*famílias do coração*" é o de Alberto, 59 anos, branco e morador do Bairro Higienópolis. Ele relata que no fim de sua adolescência, após o falecimento precoce dos pais - e como era o primogênito - acabou por se tornar co-responsável pela criação dos irmãos mais jovens com o auxílio de seus tios paternos. Entretanto, alguns anos mais tarde, ao "assumir" sua homossexualidade, após terminar a faculdade e quando seus irmãos já estavam maiores, acabou sendo renegado pela maioria da família de origem. De acordo com Alberto:

> Isso foi um episódio muito chato. Eu cheguei um dia, porque não aguentava mais e contei para os meus tios que eu estava namorando outro homem que eles já conheciam. Eu apresentava como um amigo, claro. Ele já ía na minha casa, dormia inclusive. Isso foi logo depois de me formar na faculdade. Foi um rebuliço, um escândalo na família. Todo mundo ficou sabendo em pouco tempo e meus tios ficaram contra mim, tentaram me afastar dos meus irmãos, diziam que eu era uma má influência, foi uma coisa terrível. Minha família sempre foi tradicional, muito conservadora, daquelas quatrocentonas mesmo. E eles conseguiram me afastar dos meus irmãos, menos de uma irmã que estava indo estudar na Europa. Isso salvou a nossa relação, porque ela não ficou tanto na influência deles. Ela foi morar na Espanha e eu comecei a visitá-la todo ano. Quando ela vinha para o Brasil ficava na minha casa e nem dava bola para os nossos tios. Somos muito próximos até hoje. Ela é o que sobrou da minha família. Não tenho mais nenhuma relação com meus outros irmãos, também não quero mais saber. Mas a gente também tem uma tia, a tia Márcia, que eu gosto muito, eu visito sempre que dá e ela me liga quase todo dia. Ela é viúva e sem filhos e gosta muito de mim, meio que me adotou. Ela nunca foi cabecinha fechada feito o resto da família. [Pergunto então com quem ele passa o dia de Natal e Páscoa]. Eu já passei sozinho, não ligo muito pra isso na verdade. Já passei muitas vezes com meus amigos, que são minha outra família. Mas quando tô no Brasil essa minha tia geralmente me convida pra passar com ela. Teve um par de vezes que passamos eu, ela e os meus amigos. Ela já falou que adora eles, que se sente à vontade com gays. Mas no fim do ano eu costumo passar com minha irmã em Madrid. Todo ano eu fico um período com ela. [Pergunto quem costuma cuidar dele se ele eventualmente adoece, quando tem febre ou se sente mal] Depende. Agora eu tenho meu companheiro, ele é muito

> atencioso, mas essa tia já cuidou de mim no passado, me convidou pra ficar com ela até eu ficar melhor. Mas eu quase nunca fico doente, tenho uma saúde ótima, ainda bem. Eu já tomei conta dela também. Ela está com 73 anos, procuro ficar de olho para ver como ela anda, se tudo anda bem. [Pergunto se os amigos íntimos também já precisaram cuidar dele em alguma ocasião] Se já cuidaram de mim? Não lembro, acho que não... [Pára para pensar um pouco]. Quando eu operei uma hérnia um dos meus amigos ficou comigo uns dias, mas eu melhorei rápido. Eu já cuidei deles também, mas poucas vezes. Coisa de gripe, febre, mas muito raramente. Acho que a gente é saudável, nos cuidamos bastante. (Transcrição de conversa presencial. Junho de 2010).

Em seu relato, Alberto, que anteriormente havia frisado o caráter crucial de sua malha imediata de amigos em termos de suporte social no decorrer da vida, aponta aqui para o papel igualmente relevante que sua tia e uma de suas irmãs cumpriram como fontes constantes de apoio social desde antes da revelação da homossexualidade para a família de origem. Embora por vezes ele tenha citado a irmã e a tia como "*o que sobrou da minha família*", ele também pareceu localizá-las em outras ocasiões como integrantes daquilo que chamava de "*minha outra família*", composta por seu companheiro afetivo e seus amigos próximos. Esse contato de campo, aliás, afirmou também ter se reaproximado recentemente de outros membros de sua família de origem, especialmente outras de suas tias remanescentes. Interessantemente, como no caso de Alberto e no de outros interlocutores, alguns integrantes das "*famílias de sangue*" também chegavam a compor o que era visto como a "*família de coração*", dado que auxilia a embaralhar, ao menos parcialmente, os limites estritos entre tais categorias. Por outro lado, é também apropriado pontuar que embora o constructo narrativo indique que seria nas "*famílias de coração*" que repousaria o "apoio real", a tolerância e a afetividade, também nelas existiriam conflitos e fragilidades conjunturais em termos de apoio social efetivo. E a solidariedade em seu bojo, por sua vez, não deveria ser compreendida como ocorrendo de maneira absoluta e irrestrita, posto estar submetida a fatores contingentes.

Um exemplo dessa relativização do papel irrestrito e onipresente de suporte provindo das "*famílias do coração*" é proporcionado pelo relato de Francisco, de 59 anos, autodeclarado como branco, de classes médias baixas, zelador e morador do Bairro da Mooca. Esse contato de campo relatou ter passado por uma longa crise de depressão iniciada por volta dos 35 anos de idade a qual se seguiu a um acidente que lhe provocou uma trombose na perna. Em sua fala, opostamente à tendência geral nas narrativas de campo, ele faz algumas ponderações que frisam a importância da família de origem em detrimento das fontes de apoio baseadas na amizade:

> Meus amigos significam muito pra mim, são muito importantes na minha vida. Mas todo mundo sabe que quando a coisa aperta, é com a sua família de verdade que você vai contar. Quando eu fiquei doente depois da trombose, meus amigos se afastaram. É claro, eu não podia sair à noite, estava ainda me recuperando. E a depressão não me deixava fazer nada, mesmo que eu quisesse. Passei muita dificuldade. Quando fui despejado, minha mãe já tinha falecido, coitada. E quem cuidou de mim foi minha tia e uma prima, morei com elas vários anos. Nessa hora os amigos de festa sumiram, né? Mas isso é que dá, eu aprendi a selecionar melhor as amizades. Quem sobrou daquela época é amigo pra vida toda. Mas na hora que aperta, eu sei que a gente conta mesmo é com a família. Por isso é importante ficar junto da família. Não tem família perfeita, às vezes a gente tem que engolir sapos, mas é assim mesmo. [Transcrição de conversa presencial. Outubro de 2011].

Na contramão da tendência geral entre os contatos que se consideravam homossexuais, ele pondera que quando seus problemas de saúde se aprofundaram e se prolongaram, foi em última instância no seio de sua "*família de verdade*" (referindo-se à família de origem) que ele encontrou a base de apoio social mais garantida e estável. Como uma "moral da história", meu interlocutor defende a importância de, apesar dos conflitos, manter-se "junto da família", pois de todo modo, de acordo com ele, não existiria uma "família perfeita" e seria nesse

âmbito – e não tanto entre os amigos - que se encontraria o apoio social efetivo e garantido ao longo da vida. Em suma, a recorrência das fontes de apoio alternativas às famílias de origem se mostrou um elemento indiscutivelmente marcante nas falas da maioria dos interlocutores, entretanto, é preciso ponderar, que tais redes alternativas não eram, portanto, onipresentes ou inequívocas nas narrativas de campo.

Sendo assim, se por um lado é importante relativizar o caráter estrito da oposição entre as distintas ordens familiares conforme relatadas em campo, por outro lado é preciso também problematizar os limites da própria ideia de "*famílias do coração*" enquanto modelo ubíquo de malha de suporte social. Essa postura é necessária uma vez que, em termos narrativos, para uma perspectiva minoritária desses homens, as famílias de origem pareciam ainda se mostrar (e por mais problemática que fossem essas relações) uma fonte de apoio social mais representativa e constante do que pareciam ser as redes baseadas na amizade. E para outros contatos nem as redes baseadas na família de origem, nem aquelas baseadas em laços de amizade pareciam ser sólidas o suficiente para prover com constância elementos de suporte social e eventual cuidado quando fossem necessários.

Além disso, outro elemento que se mostra imprescindível de ser apresentado diz respeito às dinâmicas narrativas de afastamento e reaproximação entre meus contatos de campo e suas famílias de origem. Problematizar essas questões se mostra importante, pois, entre outras questões, auxilia a desvendar o caráter plástico, mutável e dinâmico das redes de apoio social disponíveis ao longo da vida. Por outro lado, apresentar esses dados também auxilia a promover uma diferenciação entre minha investigação e uma tendência marcante da literatura anglófona da gerontologia LGBT concernente à análise das "*chosen families*". Nessa literatura tende-se a apontar os rompimentos de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros com suas famílias de origem como algo profundo e perene, os quais afetariam profundamente a conformação das redes de apoio social em especial no processo de envelhecimento desses indivíduos.

Portanto, diferentemente da literatura anglófona acerca das fontes alternativas de suporte social baseadas na amizade, minha etnografia demonstra que na perspectiva desses homens, longe dos rompimentos com suas famílias de origem serem algo peremptório, para a maior parte deles tais afastamentos eram temporários e/ou parciais, mesmo nos casos marcados por décadas de distanciamento. Embora nessas narrativas as distintas ordens familiares costumassem ser postas em oposição estrita, muitas vezes tais homens demostravam que a interação com suas famílias de origem havia passado por interessantes padrões relacionais os quais demarcavam afastamentos e aproximações conjunturais ao longo da vida. Portanto, de forma a explicitar tais padrões, me volto agora a analisá-los sucintamente.

Por fim, embora não seja possível apresentar esse elemento em profundidade nesse texto, na sistematização dos relatos de campo sobre as relações com as famílias de origem (em especial, como afirmado, para aqueles que se consideravam homossexuais e/ou que não mantinham regimes rígidos de secretividade sobre práticas e identidades homossexuais) foi possível sintetizar ao menos quatro momentos biográficos singulares. Tendo tais ponderações em mente, o primeiro dos momentos nesse "roteiro biográfico" seria concernente à infância ou à (pré-)adolescência e geralmente partia da narração de uma *compreensão de si como diferente* em termos de desejos, sexualidade ou masculinidades infanto-juvenis dissonantes das esperadas em termos normativos (o que para alguns era afirmado como ocorrendo ainda na tenra infância). As falas de Valdomiro e de Amadeus, apresentadas anteriormente parecem representativas desse momento de percepção de si como diferente, especialmente quando afirmam, por exemplo, terem se sentido desde pequenos como "*mais delicado*" ou tendo um "*jeito de menina*". E como vimos, junto a essa percepção de diferença, em termos gerais, agregavam-se histórias marcantes sobre as consequências punitivas derivadas dessas "inadequações" quanto as *performances* de gênero e masculinidade. Em casos minoritários surgem histórias inaugurais nesse primeiro momento de expulsões ou afastamentos compulsórios desses indivíduos de suas famílias de origem.

O segundo momento diz respeito ao período de transição da juventude à vida adulta. Em termos gerais, esse roteiro recorrente nas narrativas apontava para relatos da *revelação* ou da *descoberta* involuntária de tais desejos, práticas sexuais ou identidade homossexual pelos integrantes da rede familiar de origem. Esses relatos surgiam mesmo quando havia suspeitas, dúvidas ou mesmo fortes indícios de "desvio" pairando sobre a sexualidade do filho há tempos. Na subsequência se relatava então um agravamento dos conflitos relacionados à "dissidência sexual", o que resultava muitas vezes em distintos níveis de alienação familiar ou a um afastamento mais profundo. É nesse segundo momento que foram mais comuns as narrativas de expulsão da casa da família e/ou de

rompimentos nas relações cuja duração tende a variar conforme o narrador e vários outros fatores[8].
Em muitos casos o rompimento com a família de origem é expressado como parcial (relativo, por exemplo, a alguns dos integrantes da família de origem - quase sempre os homens, como o pai, os irmãos e tios) e efêmero, e em outros casos o afastamento se mostra mais perene e/ou profundo (relativo a maioria ou a totalidade da família de origem) prosseguindo no decorrer de anos ou mesmo décadas. E esse segundo padrão narrativo se estende da *revelação/descoberta pela família de origem*, passa por agravamento dos conflitos e culmina em expulsão ou distintos níveis de alijamento familiar. Tal padrão poderia ser bem representado, por exemplo, pelas falas já analisadas de Valdomiro, Alberto e Gervásio, entre tantos outros. E é digno de nota que para uma parcela minoritária dos contatos de campo, esse afastamento não havia se revertido em algum tipo de reaproximação dos membros da família de origem até o encerramento da investigação, o que, como se verá, contrariava uma tendência narrativa geral de reaproximações.
O terceiro momento nesse roteiro biográfico baseado em padrões narrativos seria aquele no qual, após distintos níveis de afastamento familiar, começam a ser apontadas mais incisivamente a *conformação das "famílias do coração*". Entretanto, para alguns interlocutores as fontes de apoio social baseadas na amizade já começam a se constituir e a ter um papel de relevância em suas vidas mesmo antes do aprofundamento do distanciamento das famílias de origem, como por exemplo nos processos de socialização para o lazer, assim como nos processos de "aceitação de si" como "homossexual".
Em alguns casos, quanto mais as famílias de origem se distanciavam e progressivamente cumpriam um papel secundário, reduzido ou nulo em termos de suporte social, mais as "*famílias do coração*", de forma inversamente proporcional, ganhavam relevância e centralidade. Porém, como afirmado anteriormente, considerando que muitas vezes membros isolados das famílias de origem continuavam a manter importantes vínculos de suporte social com os entes expelidos, não era incomum, que tais redes atuassem – embora de forma desigual e com distintas intensidades - de maneira concomitante ou imiscuída em uma ou mais categorias. Portanto, tais membros remanescentes das famílias de origem que se mantinham como membros efetivos no apoio social poderiam ser concebidos ao mesmo tempo como integrantes das "*famílias de sangue*" e das "*famílias do coração*", assim como poderiam ser concebidos como exclusivamente partes de uma ou de outra categoria - classificação que, aliás, parecia aberta frequentemente a realocações e reavaliações.
Não menos importante, o quarto e último momento no roteiro biográfico desses homens se baseia em relatos que apontam distintas experiências de reaproximação com suas famílias de origem. Isso poderia ocorrer de inúmeras maneiras: sem que houvesse, por exemplo, de fato um rompimento brutal com os entes familiares e pouco após a crise ocasionada pela "revelação/descoberta" da sexualidade "dissidente", ou então após longos períodos marcados por distintos níveis de afastamento e alienação. Entre os muitos exemplos de campo, um modelo de reaproximação recorrente, ao menos entre aqueles interlocutores que provinham de famílias de classes populares e/ou com baixa escolaridade, era o que se dava a partir da relativa ascensão socioeconômica e educacional desses indivíduos. Com o transcorrer do tempo, aos olhos de suas famílias de origem, tal ascensão lhes proporcionava serem vistos – ao menos parcialmente - como exemplos de sucesso em termos sociais, econômicos e educacionais. E isso tornava comum, por exemplo, que fossem paulatinamente escolhidos como padrinhos dos filhos de seus irmãos (um claro sinal, em si, em prol da revinculação) e eventualmente recomeçassem a ser convidados para eventos familiares. Dessa forma, no caso de alguns interlocutores que seguiram trajetórias de ascensão social, a admiração e o respeito que eles adquiriram em suas famílias de origem, associado ao fato de que vários também se tornaram apoiadores financeiros dos pais, irmãos ou sobrinhos em idade escolar, começam a ter proeminência sobre os impactos do estigma associado à identidade homossexual.
Um exemplo típico dessas dinâmicas de reaproximação pode ser visto através da fala de Amadeus, contato cujo relato recordava as agressões familiares que culminaram em um de seus braços quebrado pelo pai. Ele, apesar de ter afirmado que considerava que a sua "*família de verdade*" eram os seus amigos, ao ser perguntado sobre sua relação atual com a família de origem, apontou para um processo exemplar de reconciliação após vários anos de distanciamento:

---

8 Há também relatos que não incluem necessariamente a revelação ou a descoberta explícita de identidade homossexual ou de práticas sexuais homoeróticas como elemento indispensável para o início da alienação familiar. Ou seja, por vezes esse afastamento ocorria mesmo sem que ocorresse de fato, por exemplo, um processo de "saída do armário".

> Me formei, e quando eu já tava estável, daí minhas irmãs tentaram uma aproximação. Aos poucos a gente foi se visitando, foi se entendendo. Elas também queriam uma referência para os filhos, eu era o único formado, mais intelectual, apesar de bicha, né? Mas também me recusei a frequentar meus irmãos. É cada um na sua. Já tiveram a cara de pau de me pedir grana emprestada. (...) Sou padrinho de dois sobrinhos, ajudo com curso de inglês, elas pedem para eu dar conselhos, essas coisas. (...) Meu pai faleceu faz tempo, na minha mãe eu vou, ela mora com minha irmã, tá bem velhinha agora. Eu ligo no Natal, mas passar junto não. Acho melhor cada um na sua, porque se dar muita corda o povo monta, né? [Pergunto então se ele perdoou a família pelos conflitos e a violência sofrida do passado] Olha, perdoar eu até perdoei, mas esquecer eu não esqueço. Tudo o que fizeram pra mim, tudo o que eu passei tá na minha cabeça, não dá pra apagar. [Transcrição de conversa presencial. Março de 2011].

Amadeus em seu relato demonstra um dos modelos de reaproximação desses homens com suas famílias de origem, após distintas formas de rompimento ou distanciamento. Ele, que traçou uma dessas histórias de ascensão social quando comparado às origens sociais, afirmava ter se transformado em uma espécie de tutor dos sobrinhos, custeando seus cursos de línguas, acompanhando seus estudos e lhes dando conselhos gerais sobre a vida. Apesar das relações com boa parte da família de origem terem sido retomadas - em particular através das mulheres, adolescentes e crianças da família - meu interlocutor, entretanto, afirma manter um distanciamento cauteloso em relação aos demais integrantes (em especial os homens) da família. E dizia manter essa postura, entre outras razões, pois sua família de origem poderia começar a abusar das expectativas sobre si em termos de retribuições ou auxílios financeiros: "*se dar muita corda o povo monta, né?*". Por fim, com a reaproximação, Amadeus afirmava ter perdoado a família pelos contínuos atos de violência do passado, embora não os tenha esquecido, e essas memórias dolorosas (comuns, aliás, entre muitos contatos de campo) pareciam ainda influenciar nas distintas afetividades investidas narrativamente em cada categoria de família, mesmo após a retomada das relações. Isso poderia ser limpidamente percebido, uma vez que Amadeus, por exemplo, afirmava que seus amigos permaneciam, de fato, sendo a sua "*família de verdade*".

Considerando que a partir da sistematização dos diálogos e entrevistas em campo surgiram vários *modus operandi* em relação a essas dinâmicas de reaproximação, procuro me ater a dois desses padrões que parecem produtivos para problematizar os fios condutores do *paper*. Um dos padrões mais recorrentes era aquele no qual as famílias de origem investem de forma ativa na reaproximação com esses homens, vendo-os como um exemplo de vida bem-sucedido para os jovens e crianças e às vezes os tomando como provedores familiares. Outro desses padrões é aquele que posiciona esses homens como potenciais cuidadores e/ou provedores dos pais ou de outros parentes em velhice avançada e/ou convalescentes. Muitos desses interlocutores (especialmente no caso daqueles que se consideravam homossexuais) não apenas foram vistos como potenciais cuidadores de membros mais velhos de suas famílias, como, em vários casos, se tornaram cuidadores de seus pais ou de outros entes da família de origem. (Henning, 2014).

Considerações Finais

Dessa maneira, tendo como diálogo a literatura anglófona da gerontologia LGBT sobre as redes de suporte social, o objetivo deste paper foi analisar as noções êmicas de "*famílias de sangue*" e "*famílias do coração*" como malhas primordiais de suporte social surgidas em campo, assim como discernir as distintas afetividades a elas atribuídas, e por fim, problematizar os padrões narrativos de distanciamento e reaproximação entre meus contatos. Portanto, é propício ressaltar que tais concepções familiares têm implicações diretas não apenas na conformação de redes de apoio qualitativamente diferenciadas, como também nas próprias experiências com o *cuidado* que meus interlocutores afirmam ter possuído no decorrer de suas vidas.

Referências Bibliográficas

ANDRADE,M;FRANCH,M. (2012). Sexualidade e processos de envelhecimento na dinâmica do Programa Saúde da Família. *Mediações*, Londrina, v. 17 n. 2, p. 41-56, Jul./Dez.

BARKER, J; DE VRIES, B; HERDT, G. (2006). Social support in the lives of Lesbian and Gay men at midlife and later. Sexuality Research & Social Policy. Vol.3. N.2. Pp.1-23.

BOELLSTORFF, Tom. (2007a). Queer Studies in the House of Anthropology. *Annual Review of Anthropology*. 36: 17-35.

BOURDIEU, Pierre. (2003) A "juventude" é só uma palavra. In: BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Lisboa: Edições Fim de Século.

BRASIL. (2003) *Estatuto do Idoso*. Lei 10.741. Brasília.

BRIGEIRO, Mauro. (2002). Envelhecimento bem-sucedido e sexualidade: relativizando uma problemática". BARBOSA, Regina. *et al.* (orgs.), *Interfaces: gênero, sexualidade e saúde reprodutiva,* Campinas, SP, Editora da Unicamp, pp. 171-206.

BROTMAN, S; RYAN,B; CHAMBERLAND,L; CORMIER, R; JULIEN, D; MEYER,E; et. alli. (2007). Coming out to care: caregivers of gay and lesbian seniors in Canada. *The Gerontologist*, 47 (4). Pp. 490-503.

BROTMAN, S; RYAN,B; CORMIER,R. (2003). The health and social service needs of gay and lesbian elders and their families in Canada. *The Gerontologist*. Vol. 43. N.2. Pp.192-202.

BUTLER, Judith. (2003 [1990]). *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

CANTOR, M; BRENNAN,M; SHIPPY, R.A. (2004). *Caregiving among older Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender New Yorkers*. The National Gay and Lesbian Task Force Policy Institute.

COHEN, Lawrence. (1998). Não há velhice na Índia. DEBERT, G.G. *Antropologia e Velhice*. Textos Didáticos, n.13. Campinas: IFCH/Unicamp. (Tradução de Julio Assis Simões)

COHLER, B. J. (2004). "Saturday Night at the Tubs: age cohort and social life at the urban gay bath". In.: HERDT, G; DE VRIES, B. (eds.). *Gay and Lesbian Aging: Research and Future Directions.* Springer Publishing Company: New York.

COHLER, B. J.; GALATZER-LEVY,R. (2000). Preface. In.: COHLER, B. J.; GALATZER-LEVY,R. *The Course of Gay and Lesbian Lives: social and psychoanalytic perspectives.* The University of Chicago Press: Chicago.

COHLER, B; GALATZER-LEVY,R; HOSTETLER, Andrew. (2000). "Lesbian and Gay Lives Across the Adult Years". COHLER, B. J.; GALATZER-LEVY,R. *The Course of Gay and Lesbian Lives: social and psychoanalytic perspectives.* The University of Chicago Press: Chicago.

DEBERT, Guita Grin. (1999a.) *A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento.* São Paulo: Edusp.

DE VRIES, Brian; BLANDO, John. (2004). "The Study of Gay and Lesbian Aging: lessons for social gerontology". In.: HERDT, Gilbert; DE VRIES, Brian. *Gay and Lesbian Aging: Research and Future Directions*. New York: Springer Publishing Company.

DE VRIES, Brian. (2004). (Eds.) Gay and Lesbian aging: research and future directions. Springer Publishing Company: New York.

FOUCAULT, Michel. (1988). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.

FRY, Peter. (1982). Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: *Para inglês ver. Identidade e política na cultura brasileira.* Rio de Janeiro, Zahar. Pp.87-115.

GOLTZ, Dustin. (2010). Queer temporalities in gay male representation. Tragedy, normativity, and futurity. Routledge: New York. 194 pgs.

GROSSMAN, A; D'AUGELLI,A; O'CONNELL, T. (2002). "Being lesbian, gay, bisexual, and 60 or older in North America". In: KIMMEL D, MARTIN D, Eds. *Midlife and aging in gay America: proceedings of the SAGE Conference 2000.* Binghamton, NY: Harrington Park Press, 2002:23–40.

GROSSMAN,A; D'AUGELLI,A; HERSHBERGER,S. (2000). Social support networks of Lesbian, Gay, and Bisexual Adults 60 Years of Age and Older. *Journal of Gerontology*. Vol.55B. N.3. Pp.171-179.

HENNING, Carlos Eduardo. (2014). *Paizões, Tiozões, Tias e Cacuras: envelhecimento, meia idade, velhice e homoerotismo masculino na cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Unicamp: Campinas.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo; SUGITA, Kurumi. (2011). "Cuidado e cuidadoras: o trabalho do care no Brasil, França e Japão". Sociologia e Antropologia. Revista do PPGSA/UFRJ, Vol. 1.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo (org.). (2012). Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care. São Paulo: Ed. Atlas.

HOSTETLER,A. (2004). "Old, Gay, and Alone? The Ecology of Well-Being Among Middle-Aged and Older Single Gay Men". In. DE VRIES, B.; HERDT,G. *Gay and Lesbian Aging: Research and Future Directions*. Springers Publishing: New York. 294 pg.

HUGHES, Mark. (2006). "Queer Ageing". *Gay and Lesbian Issues and Psychology Review*, vol.2, nº.2, pp.54-59.

HUNTER, Ski. (2005). *Midlife and Older LGBT Adults. Knowledge and Affirmative Practice for the Social Services*. The Haworth Press: New York. 245pgs.

KIMMEL,D;ROSE,T;DAVID,S. (2006). *Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Aging: research and clinical perspectives.* Columbia University Press: New York.

KRISTIANSEN,Hans. (2004). "Narrating past lives and present concerns: older gay men in Norway". In.: HERDT, G; DE VRIES, B. (eds.). 2004. *Gay and Lesbian Aging: Research and Future Directions.* Springer Publishing Company: New York.

LACOMBE, Andrea. (2010). *Ler[Se] nas Entrelinhas. Sociabilidades e Subjetividades Entendidas, Lésbicas e Afins*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MECCIA, Ernesto. (2011). *Los últimos homosexuales. Sociología de la homosexualidad y la gaycidad*. Buenos Aires: GranAldea Editores.

MELLO, Luiz. (2005). *Novas Famílias. Conjugalidade Homossexual no Brasil Contemporâneo*. Garamond: Rio de Janeiro.

MOODY, H. R. (1993). Overview: What is Critical Gerontology and Why is it Important? in T. R. Cole et al. (orgs.), *Voices and Visions od Aging – Toward a Critical Gerontology*. New York, Springer Publishing Company.

MORAES, Andrea. (2010). Envelhecimento, Trajetórias e Homossexualidade Feminina. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 213-233, jul./dez.

RUBIN, Gayle. (2011a [1984]). Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. RUBIN, G. *Deviations: A Gayle Rubin Reader*. Durham, NC. Duke University Press.

SIMÕES, Julio Assis. (2004). Homossexualidade Masculina e Curso da Vida: pensando idades e identidades sexuais. In: PISCITELLI, A.; GREGORI,M.F.; CARRARA,S. *Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária. 2004.

WALLACE,S; COCHRAN,S; DURAZO,E; FORD,C. (2011). *The health of aging Lesbian, Gay, and Bisexual Adults in California.* Los Angeles, CA: UCLA Center for Health Policy Research.

WESTON, Kath. (1992) *Families We Choose: Lesbians, Gays, Kinship*. New York: Columbia University Press.

Transformações recentes nos eventos de celebração do casamento na cidade do Rio de Janeiro (Brasil)[1]

Cristina T. Marins
Doutoranda em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense
E-mail: ctmarins@gmail.com

1. Resumo:

O principal propósito deste trabalho é apresentar resultados de uma pesquisa sobre os eventos que marcam a celebração do casamento. Quais são os significados, códigos e valores que contemporaneamente atravessam este "acontecimento de significância", conforme definiu Sahlins (2011)? Procuro demonstrar que os casamentos ocupam posição de destaque no imaginário social brasileiro e argumento que, tal como assinalou Segalen (2002), os sentidos dos ritos matrimoniais no contexto atual das relações familiares e conjugais têm sido consideravelmente reformulados. Os resultados derivam do trabalho de campo que realizei na cidade do Rio de Janeiro. Foram recursos privilegiados na construção do material etnográfico, a realização de entrevistas, conversas informais, consultas a *sites* e publicações voltadas para a assim chamada indústria do casamento, além da observação direta em eventos possibilitada pela integração da etnógrafa a equipes de cerimonialistas – profissionais que se ocupam, não só mas principalmente da organização desse tipo de evento.

2. Palavras-chave:

Casamento; cerimonialistas, transmissão de patrimônio cultural

3. Introdução

Em língua portuguesa, o termo "casamento" abarca significados distintos. Sem pretender dar conta da polissemia do termo, noto que, por "casamento", podemos entender a vida em conjugalidade marcada pela coabitação, o vínculo estabelecido legalmente entre duas pessoas, ou ainda, dentro de um espectro mais restrito, as formas do ritual que, arquetipicamente, celebra a união em matrimônio entre um homem e uma mulher. A respeito do último sentido, julgo interessante mencionar a existência, em língua inglesa, de um termo específico que designa a dimensão ritual do casamento: refiro-me à palavra "*wedding*", que diz respeito estritamente à cerimônia de casamento e às festividades que a acompanham, enquanto o termo "*marriage*" abrange um sentido mais vasto que inclui a união em conjugalidade entre duas pessoas.

Chamar atenção para os múltiplos sentidos do casamento é importante para traçar os primeiros contornos do objeto aqui apresentado. Neste trabalho, no qual delineio algumas questões suscitadas a partir de minha dissertação de mestrado[2] trato, fundamentalmente, do casamento tal qual propõe o termo "*wedding*". Mais precisamente, volto minhas atenções para o evento, o *acontecimento de significância*, conforme assinalou Sahlins[3]. Portanto, ao longo deste texto, ao me referir a casamento, o faço em alusão à cerimônia (religiosa

---

1 Comunicação a ser apresentada no GT5A – Família e parentesco: pessoa, gênero, reconfigurações e dinâmicas transformativas.

2 Intitulada "Quando o céu é o limite: uma análise antropológica do evento de celebração de casamento a partir da perspectiva do cerimonialista", a dissertação foi defendida no PPGA/UFF em abril de 2014, sob a orientação do Prof. Dr. Edilson Márcio Almeida da Silva.

3 "Um evento é de fato um acontecimento de significância e, enquanto significância, é dependente na estrutura por sua existência e por seu efeito. 'Eventos não estão apenas ali e acontecem', como diz Max Weber, 'mas têm um significado e acontecem por causa de um significado'. Ou, em outras palavras, um evento não é somente um acontecimento no mundo; é a relação entre o acontecimento e um dado sistema simbólico. E apesar de um evento enquanto acontecimento ter propriedades 'objetivas' próprias e razões precedentes de outros mundos (sistemas), não são essas propriedades, enquanto tais, que lhe dão efeito, mas a sua significância, da forma que é projetada a partir de algum esquema cultural." (Sahlins, 2011, p.191)

ou não) que marca a união entre duas pessoas (seja ela legitimada pelo Estado ou não) e aos festejos que lhe dizem respeito.
Proponho nesta comunicação uma reflexão suscitada a partir do estudo de uma classe de profissionais a quem se convencionou chamar de cerimonialistas – termo este que, a título introdutório, pode ser apresentado de modo simplificado ao leitor como sendo a "pessoa responsável pela organização e pelo bom andamento de uma instituição ou evento"[4]. Com este intuito, utilizarei dados construídos a partir da observação de práticas e discursos de interlocutores residentes na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 2011 e 2014.

4. Contexto da pesquisa

Ao eleger eventos de celebração de casamento como unidade de análise, logo me dei conta da destacada posição que estes rituais ocupam no imaginário social brasileiro[5]. Observando contextos e discursos cotidianos percebi, por exemplo, que em nosso país, são exibidos e produzidos diversos programas de TV que acompanham os preparativos de festas de casamento. Comecei a reparar também nas numerosas publicações dedicadas ao tema, largamente comercializadas em bancas de revistas e em livrarias da cidade. Aprendi sobre a existência de um calendário de feiras e eventos voltados aos ritos matrimoniais e descobri que estes costumam atrair milhares de pessoas durante todo o ano. Atentei ainda para o espaço de destaque ocupado pelos casamentos na teledramaturgia e para as minuciosas coberturas das festas de casamentos de famosos que rendem páginas e mais páginas das revistas de fofoca.
Assim, não foi com surpresa que aprendi que as estimativas do setor de eventos apontam para os casamentos como festas familiares capazes de sustentar uma indústria poderosa: segundo especialistas ouvidos no ano de 2012, o mercado de casamentos no Brasil vinha experimentando um crescimento sensível movimentando, anualmente, algo em torno de 15 bilhões de reais[6].
Já na etapa preliminar de pesquisa, o lugar marcante ocupado pelos casamentos em nosso país se tornava, aos meus olhos, um tanto intrigante, sobretudo quando confrontado com sua história recente. Se, convencionalmente, os ritos matrimoniais seriam exemplos emblemáticos dos chamados "ritos de passagem"[7] – (uma vez que marcariam, dentre outros aspectos, a transferência do casal para uma nova moradia e o acesso ao estatuto de adulto, inaugurando formalmente os direitos à sexualidade e à procriação), considerando as transformações ocorridas há poucas décadas no campo dos costumes e da vida privada (tais como o feminismo, a progressão das uniões livres e a chegada da mulher ao mercado de trabalho), um destino possível para os rituais de casamentos seria um processo esvaziamento de sentidos seguido por um eventual declínio destes rituais. Mas eis que testemunhamos um movimento justamente contrário: recentemente, os ritos matrimoniais vêm adquirindo uma importância extraordinária e se tornando objetos de crescente investimento de tempo, dinheiro e energia. Com efeito, uma festa de casamento pode impressionar por sua magnificência e pela riqueza de detalhes. A produção de um único evento deste tipo pode demandar o trabalho de centenas de profissionais, consumir milhares de reais e o período de preparativos pode abarcar meses, por vezes anos.

---

4 (CERIMONIALISTA. In: Novo DICIONÁRIO Aurélio da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Positivo, 2009.)

5 Não quero dizer com isso que o fenômeno é estritamente nacional. A propósito, compartilho da visão de Otnes e Pleck, que percebem o fascínio por festas de casamento como um fenômeno ocidental em plena ascenção em outras partes do mundo (ver Otnes e Pleck, 2003: 2)

6 O montante aqui apresentado diz respeito às estimativas publicadas pela Revista Exame: "A expansão do mercado de casamentos". Revista Exame PME, 23/07/12. Contudo, julgo pertinente ressaltar que ao longo da pesquisa me deparei com uma série de dados desencontrados (e isto, creio, deve se relacionar ao alto grau de informalidade verificado no setor). Por outro lado, a ideia de que este se trata de um mercado em franca expansão parece ser unânime.

7 Recorro aqui à afirmação de Van Gennep, segundo quem "casar-se é passar da sociedade infantil ou adolescente para a sociedade madura, de certo clã para outro, de uma família para outra, e muitas vezes de uma aldeia para outra." (Van Gennep, 2011: 112)

Pois se os casamentos não marcam (ao menos não de forma tão pronunciada) como o faziam outrora, a passagem dos noivos ao mundo dos adultos e que eles tampouco entraram em declínio, deduzi que seus sentidos tenham sido reformulados. Assim, eu começava a me questionar a respeito dos novos sentidos dos quais eram supostamente investidos os rituais de casamento. Eu queria compreender o modo pelo qual o casamento é hoje planejado, percebido e lembrado – em uma palavra, representado pelos diferentes atores sociais[8] nele envolvidos.

Se o ritual de casamento acontece, ao menos arquetipicamente, em função da reunião em matrimônio de um homem e uma mulher e se há uma relação de complementaridade entre estes dois atores, em diversos contextos de pesquisa me foi exposto que os papéis desempenhados por noivos e noivas são um tanto assimétricos – sobretudo durante o período de preparativos do evento.

Com efeito, o exame sistemático das revistas especializadas em casamento realizado ao longo da pesquisa parecia confirmar este desequilíbrio: as páginas de publicações deste gênero eram quase que completamente tomadas por fotografias de noivas e por textos que, assim como anúncios publicitários, eram claramente dirigidos a elas. Além disso, os *blogs*, *sites* e páginas em redes sociais pareciam ser escritos e lidos majoritariamente por mulheres, quase sempre noivas ou recém-casadas. Ainda neste sentido, tendo verificado também a massiva participação de mulheres em fóruns virtuais e grupos de e-mails sobre casamentos e, tendo acompanhado sistematicamente essas mídias durante os últimos três anos, creio poder afirmar com alguma segurança que a participação masculina em tais atividades constituem exceções[9]. À medida em que o universo dos casamentos se tornava mais familiar, eu começava a reparar que, ainda que alguns discursos pudessem revelar uma impressão geral de que os homens vêm se apropriando cada vez mais da cerimônia e da festa de casamento, este é ainda um comportamento de caráter senão marginal, ao menos eventual – sobretudo se o compararmos à dedicação empenhada pelas noivas nos preparativos de seus casamentos. As noivas não são somente os atores mais visíveis do evento, mas creio poder afirmar que tal visibilidade reflete um comprometimento sensível delas com os preparativos do casamento. Elas compram e lêem revistas, buscam referências em sites, pesquisam sobre fornecedores, atravessam a cidade em busca de produtos a preços promocionais, colecionam orçamentos, participam de grupos virtuais nos quais trocam experiências com outras noivas. Foram inúmeras as situações da minha pesquisa de campo em que pude constatar este intenso engajamento. Algumas noivas viram verdadeiras artesãs, ao ponto de se instruírem, por exemplo, no domínio da arte de pintar vasos de vidros para compor arranjos florais que servem à decoração do casamento[10].

Naturalmente, o grau de envolvimento das noivas com o evento é algo variável. Ouvi histórias de mulheres que encararam o processo com inabalável espírito prático, tendo passado pela experiência de organizar seu próprio casamento (ou de "atravessar o cabo das tormentas", como expôs uma entrevistada) com aparente tranquilidade. Entretanto, parece que a imersão neste universo constitui uma espécie de estado inerente à condição de noiva. E se este mergulho (e as consequências dele, sobretudo as de ordem emocional) parece quase inescapável, é interessante que o caminho de volta nem sempre seja percorrido. Vejamos o relato de Emanuelle:

> Eu casei, eu sempre fui apaixonada por casamento, desde criança eu guardava tudo numa gavetinha, tudo que eu ia pegando de casamento eu guardava ali porque meu sonho era casar. Aí eu casei, só que eu não conseguia parar de falar

---

8 Estou ciente que, no campo das ciências sociais, há implicações teóricas que dizem respeito ao termo "ator" que perpassam, por exemplo, a fliliação ao chamado interacionismo simbólico. Devo salientar, entretanto, que o uso do termo, neste texto, está meramente relacionado a uma preocupação em tornar a narrativa algo mais fluida.

9 Como exemplo, posso citar uma página do Facebook intitulada "Cerveja, Futebol e Casamento" que é descrita pelo autor como um espaço "onde você fica sabendo tudo sobre o universo do casamento e os motivos pelos quais, nós, noivos, devemos participar de todo o planejamento desse dia". O mais curioso, ao meu ver, é que a despeito do título da página, eu encontrava conteúdo que dizia respeito, exclusivamente, ao casamento. Era como se os termos "cerveja" e "futebol" tivessem sido ali colocados com a mera função de refutar a ideia de que os preparativos do casamento não eram incompatíveis com noções de masculinidade.

10 Assisti a esta aula em um curso destinado a noivas intitulado "Como casar sem grana no play do seu prédio".

> do assunto. E meu marido, pobre coitado, ele falava: "_ Eu não aguento mais, já casei contigo, agora fala pra outras pessoas". E aí ele falou: "_ Por que você não cria uma comunidade no Orkut porque aí você passa tudo que você viveu, tudo que você passou para as noivas?" Foi o que eu fiz. (...) Por causa desta paixão toda por casamento acabei iniciando um trabalho com cerimonial. (Trecho da fala da cerimonialista Emanuelle Missura no programa Sem Censura, exibido pela TVE Brasil em 14/09/2007)

Casos como os de Emanuelle, que converteu a *paixão* por casamentos em profissão, não são raros. Com efeito, são frequentes os relatos de mulheres que passam um, dois anos organizando seus casamentos e, depois que eles ocorrem, não abandonam o hábito de comprar revistas sobre o assunto, de frequentar grupos virtuais de discussão, de falar a respeito do tema. Como resumiu uma de minhas interlocutoras: "algumas pessoas simplesmente não conseguem parar". É como se, ao tornarem-se noivas, as mulheres passassem por um estado de imersão do qual algumas não conseguem voltar.

Inicialmente, ao eleger o casamento como unidade de análise, pretendia fazer das noivas minhas interlocutoras privilegiadas. Tal enfoque me parecia não apenas rentável, mas também natural, quase incontornável, dada sua centralidade e visibilidade ritual. Assim, planejei observar o processo de construção social das noivas buscando atentar para as etapas por elas vivenciadas a partir do momento em que elas assumiam esta condição que Van Gennep chamou de *liminar*, até o momento em que seu estado civil fosse efetivamente mudado para casada. Contudo, à medida em que a pesquisa desenrolava, surgiam outros atores que, embora não compartilhassem da mesma visibilidade da noiva no casamento, eram capazes de revelar aspectos igualmente interessantes a respeito deste ritual. Era este o caso dos chamados cerimonialistas – profissionais que, de forma gradual e crescente, despertavam o meu interesse[11]. Assim, se descortinava diante de mim a possibilidade de observar o mundo dos casamentos por sobre os ombros das pessoas que nele "se meteram" e por lá resolveram ficar.

Tomando como inspiração inspiração a discussão travada por Clifford Geertz (2011) na qual o autor nos ensina que textos antropológicos são eles mesmos interpretações "na verdade de segunda e terceira mão" (Geertz, 2011: 11), optei por construir minha etnografia a partir dos discursos e práticas de "cerimonialistas"[12]. Procurei ouvi-los, questioná-los a respeito de seu trabalho, deixar que eles expusessem sua própria visão acerca dos eventos que, quotidianamente, ajudavam a construir.

5. Uma classe profissional em ascensão

> "Todas as profissões, as ocupações, ou qualquer que seja o nome que tenham, são, de uma forma peculiar, independentes, não das pessoas, mas daquelas pessoas em particular pelas quais elas são representadas em uma certa época. Elas continuam existindo depois que esses seus representantes morrem. Como as línguas, pressupõem a existência de um grupo. E, se mudam, se novas ocupações surgem em uma comunidade, tais transformações não se devem simplesmente a atos ou pensamento desse ou daquele indivíduo em particular (...). É a situação de mudança de uma comunidade inteira que cria as condições para o surgimento de uma nova ocupação e determina o curso de seu desenvolvimento." (Elias, 2001a)

---

11 Agradeço ao professor Dr. Luiz Rojo que, na ocasião da defesa do projeto de pesquisa, atentou para o fato de que este caminho de investigação já estava em curso, mesmo que àquela altura eu não fosse capaz de dar-me conta disso.

12 Embora eu tenha optado por não delimitar previamente um recorte por "classe" ou "estrato social", devo esclarecer ao leitor que, por conta da estratégia adotada em campo (a de observar casamentos a partir da perspectiva de cerimonialistas) acabei deixando de fora da pesquisa uma parcela da população que não poderia ou não gostaria de arcar com os custos de contratação deste profissional.

Durante a realização da pesquisa, nas mais diversas ocasiões meus interlocutores sinalizavam que o evento de celebração do casamento ocupa elevada posição hierárquica no universo dos eventos sociais[13]. Com efeito, o casamento aparece com frequência como a cerimônia mais prestigiosa (e dispendiosa) realizada em âmbito familiar. O evento parece representar para os noivos (mas não só), uma ocasião em que a rede de relações sociais tecida ao longo de suas vidas torna-se especialmente visível. Assim, é bem provável que em nenhuma outra situação social os sujeitos sejam capazes de reunir pessoas com quem se relacionaram em contextos tão distintos de suas vidas, já que ali reúnem-se parentes "próximos" e também os "distantes", amigos, colegas de trabalho, etc.

Ainda que possamos verificar enormes variações de um casamento para outro (tanto em termo de custos, quanto em termos estéticos), é muito significativo, por exemplo, que o montante de dinheiro ali investido seja considerado elevado para os anfitriões, quaisquer que sejam suas situações financeiras. Assim, constitui quase que uma marca destes eventos o consumo de uma quantia não desprezível para quem os custeia, somem eles vinte mil ou dois milhões de reais.

No Brasil, a sofisticação dos eventos de celebração do casamento parece ser tomada como fenômeno recente. Ouvi de meus interlocutores que, há trinta anos apenas, os preparativos cabiam à própria família da noiva – sobretudo à sua mãe, suas tias e avó – mas que hoje o ritual virou um negócio superestruturado. Com efeito, parece ser unânime a constatação de que trata-se de um mercado que tem apresentado crescimento vertiginoso, que não para de se reinventar. Segundo conta a cerimonialista Shirley Yanez, "*o casamento se tornou uma história de detalhes: a decoração, a música, as forminhas de doces, as lembrancinhas, o tecido das almofadas, velas, flores... eu trabalho até com a memória olfativa dos noivos*"[14]. A lista de componentes que vêm sendo agregados ao ritual de casamento aumenta a cada dia, e ao enumerar alguns destes itens, Yanez introduz uma das razões pelas quais sua profissão tem se consolidado e proliferado no Brasil: anda difícil organizar uma festa de tamanha complexidade sem a ajuda de um profissional que se ocupe da gestão disto tudo.

Relacionar as tarefas desempenhadas pelo cerimonialistas não é tarefa fácil. Dentre as tentativas de resumir as responsabilidades destes profissionais, julgo ser particularmente esclarecedora a definição que aponta para o cerimonialista como alguém contratado para fazer com que o investimento (tanto financeiro quanto emocional) feito pelos anfitriões gere os resultados por eles esperados. Cabe ao cerimonialista fazer com que a cerimônia e a festa de casamento se desenrolem sem percalços e, para tal, é possível que seu trabalho se inicie ainda no projeto da festa (em algumas situações, o cerimonialista é contratado antes mesmo da definição da data e do local de casamento) ou, em alguns casos, é possível que o cerimonialista seja contratado para atuar apenas às vésperas do evento[15] – um serviço chamado de "cerimonial do dia"[16].

Cabe ressaltar que a definição do trabalho do cerimonial não é unívoca. Ao contrário, cada profissional parece ter a sua própria visão em relação ao trabalho que desenvolve. Algumas expressões são, entretanto, recorrentes: a afirmação de que os cerimonialistas são "os olhos dos noivos" na festa, constitui um exemplo. Muito embora o trabalho exercido pelo cerimonial seja explicado de maneiras diversas, tais explanações não me

---

13 Também na literatura antropológica a respeito do tema, verifica-se certa proeminência do casamento em relação às demais etapas do ciclo vida. Thales de Azevedo, por exemplo, afirmou que "*nenhum outro passo do crescimento e da realização humanos é cercado e ativado mais que o casamento, por ações rituais e cerimoniais significativas, solenas, envolventes*" (1987: 48). Também na longíqua sociedade hindu descrita por Dumont o casamento aparece ocupando lugar de destaque. Segundo o autor: "É a cerimônia familiar mais prestigiosa, que reúne o maior número de pessoas e constitui, nos diversos níveis sociais, a principal ocasião de reunião de membros da casta e de outras pessoas. (...) É a ocasião de cerimônias prolíferas e de prestações complicadas". (2008: 163-164).

14 O depoimento aqui reproduzido foi parte da reportagem intitulada "Brésil, le pays où la fête n'a pas de prix" publicada em 08/06/2012 no jornal francês "Le Figaro".

15 Ao longo de minha pesquisa, encontrei diversos profissionais que aceitam firmar contratos com clientes exclusivamente sob a condição de acompanhá-los durante os preparativos do casamento.

16A despeito do ser chamado de "cerimonial do dia", este é um serviço prestado ao longo da semana, ou mesmo durante o mês que antecende o casamento.

pareceram ser contraditórias, mas sim complementares ente si. A única incongruência aparente entre as inúmeras definições, dizia respeito aos modos de nomear este profissional e às atividades que ele desempenha. Isto porque, ainda que o termo "cerimonialista" seja mais amplamente difundido, também são usadas expressões como "assessor de casamentos" ou "produtor de eventos", além do termo "consultor" (ainda que com menor frequência) para se referir ao mesmo profissional. Com o avanço da pesquisa, aprendi que esta terminologia guarda um sentido especial, posto que ela nos permite distinguir duas categorias de atividades exercidas pelo cerimonialista de casamentos. Segundo tal nomenclatura, o termo "cerimonialista" designa o profissional que exerce funções relacionadas com as questões protocolares, isto é, o conjunto de regras de etiqueta que regem o andamento do ritual. Um segundo termo, "assessor" (também chamado de "produtor" ou "organizador"), denomina o responsável pelas atividades de produção e de operacionalização do evento. Entretanto, por mais que meus interlocutores fossem capazes de explicar a diferença entre os diferentes termos usados para nomear as atividades exercidas por este profissional, ao menos no Rio de Janeiro, parecia claro que o "cerimonialista" acumulava todas estas funções.

Assim, é esperado deste profissional, fundamentalmente, que ele conheça bem as formalidades específicas do ritual.[17] Ao assumir as atividades protocolares, o cerimonialista cuida para que sejam observadas as tradições rituais, mas isso não significa que elas sejam seguidas *pari passu*. É comum que, neste processo, o cerimonialista atue no sentido de cumprir o protocolo[18], mas ao mesmo tempo permita que alguns desvios sejam realizados (contanto que tais desvios sejam conscientes e não fruto de desinformação a respeito do "modo correto" de agir). Ao mesmo tempo, ele deve ser capaz de orquestrar o trabalho de outras dezenas de profissionais, cuidar para que os festejos ocorram sem percalços, dar conta de imprevistos.

O cerimonialista por carregar consigo a experiência de ter conduzido inúmeros casamentos (e de ter, possivelmente, estudado bastante as questões protocolares) assume a posição de um "portador do discurso autorizado" (Bourdieu, 1996). Tomando de empréstimo a ideia deste autor, pode-se dizer que este profissional exerce um poder que lhe foi socialmente outorgado de falar e agir legitimamente pelo grupo. Conforme assinala o próprio autor:

> "O porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador." (Bourdieu, 1996: 89)

O capital simbólico aqui em questão, aquele que diz respeito às atividades protocolares e também de organização, parece ter sido construído recentemente de modo que a profissão esteja ainda em florescimento. Com efeito, a maioria dos cerimonialistas que conheci ao longo do trabalho de pesquisa está na profissão há um, dois anos apenas. Inúmeras vezes ouvi jovens cerimonialistas se referirem a profissionais com cinco, seis anos de trabalho, como "cerimonialistas experientes" e o cerimonialista mais tarimbado que encontrei não soma 30 anos de trabalho.

Embora não pareça ser enfatizada na prática dos profissionais, gostaria de enfocar a distinção entre cerimonial e assessoria por acreditar que ela pode servir à reflexão sobre algumas das questões em jogo nos ritos matrimoniais. Mais precisamente, penso que esta diferenciação seja capaz de iluminar dois aspectos inerentes ao ritual de casamento: o primeiro deles tem a ver com a ideia de convencionalidade e tradicionalismo, enquanto o segundo aspecto diz respeito a parcela de dinamismo e inovação do casamento.

---

17 No caso dos casamentos celebrados em templos religiosos, não é necessariamente esperado que o cerimonialista seja um fiel, porém é considerado imprescindível que ele seja minimamente familiarizado com os ritos e que ele saiba conduzir as ações dos noivos e de seus familiares durante a cerimônia.

18 Interessante, aliás, é atentar para a etimologia da palavra "protocolo": 'primeira colagem de cartas que trazem diversas indicações que as autenticam', formado de prôtos 'primeiro' + kólla 'goma donde cola'". PROTOCOLO. In: DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.)

6. Desdobramentos analíticos

Conforme avançava na pesquisa, mais evidente me parecia que o casamento é hoje um dos raros momentos da vida social no qual o protocolo e as noções de "bons costumes" ocupam uma posição central. Apenas para citar um exemplo, foi o que pude constatar diante das intermináveis listas de perguntas com as quais me deparava cotidianamente, tais como: *"_O que devo vestir em um casamento de dia?", "_Posso celebrar meu casamento com um café da manhã?"; "_Posso pedir dinheiro como presente?"; "_Devo percorrer todas as mesas para cumprimentar os convidados?"; "_Pode servir cerveja no casamento?"; "É permitido que as madrinhas vistam preto?; "O terno do noivo deve combinar com as flores do buquê?"*[19]. É realmente notável como o assunto casamento é imediatamente capaz de evocar uma série de preocupações a respeito com o que é *de bom tom*, *chique*, *apropriado*, *correto*.

Por outro lado, é também muito difundida a ideia de que o casamento deve ser único em sua forma, que ele precisa "*refletir a personalidade dos noivos*". A indústria voltada para os casamentos (que, aliás, não pára de crescer) parece estar diretamente relacionada com este aspecto – não é por acaso que o termo "*personalizado*" aparece em boa parte dos anúncios publicitários voltados ao casamento. De qualquer modo, é incontestável a parcela de dinamismo observada nestes rituais.

Mas o que importa para nós é que, entre o conservantismo e a inovação, um complicado jogo se desenrola. E quando invoco a noção de jogo, o faço em referência a uma utilização metafórica do termo, conforme explicou Bourdieu:

> "Pode-se falar de jogo para dizer que um conjunto de pessoas participa de uma atividade regrada, uma atividade que, sem ser necessariamente produto da obediência à regra, obedece a certas regularidades. O jogo é o lugar de uma necessidade imanente, que é ao mesmo tempo uma lógica imanente. Nele não se faz qualquer coisa impunemente. (...) Quem quiser ganhar nesse jogo (...) deve ter o sentido do jogo." (Bourdieu, 1990:83).

Outrossim, podemos levantar algumas questões iniciais. Que regras podem ser deixadas de lado na celebração do casamento? Em quais espaços é permitido inovar no ritual do casamento e até que ponto? Quais são os valores que regem este movimento? E quem tem o poder de mexer nas regras do jogo? Creio que tudo isto tem a ver com um intricado que evoca uma discussão em torno de noções como a de hierarquia. Para avançar neste ponto, proponho que atentemos para o seguinte depoimento:

> "Segundo o protocolo, desde os primórdios, todos os homens davam o braço direito à sua senhora. (...) Somente o noivo, e somente durante a cerimônia, dá o braço esquerdo à sua noiva. (...) Quando comecei a dar os cursos e ouvir esta história '_aqui na minha cidade todo mundo dá o braço esquerdo para entrar e para sair', eu confesso que muitas vezes fiquei na dúvida. Até que, no dia 29 de abril de 2011, eu fui convidado para estar na GloboNews falando sobre o casamento real do príncipe Williams com Catherine. Fui gelado fazer ao vivo. '_E se tudo que eu fiz até hoje for ao contrário?' '_Porque eu nunca parei para ver um vídeo do casamento da Lady Di, por exemplo?' Mas a vida vai deixando a gente sem tempo de parar. E nunca comparava a minha forma de trabalho com a de ninguém. Mas tive a grata satisfação de ver que todos entravam dando o braço direito. (...) Então, graças a Deus, vi que tudo o que eu fiz nestes 28 anos está calcado no protocolo inglês, da Abadia de

19 Esta pequena seleção de questões foi compilada após um curto exame de manuais de etiqueta, sites sobre casamentos e programas de TV.

> Westminster. Saí aliviado." (Trecho do livro "R.S.V.P.: Realizar Sonhos Verdadeira Paixão", do cerimonialista Roberto Cohen[20])

Selecionei a passagem em que o cerimonialista trata do protocolo por acreditar que ela seja capaz de nos fornecer algumas pistas que se relacionam com as questões que foram previamente colocadas. Sublinho que o trecho evidencia a existência de uma hierarquia relativa a um *savoir faire* protocolar: sendo Roberto Cohen considerado uma espécie de autoridade máxima no que diz respeito aos saberes desta natureza no Brasil, quem seria capaz de desmantelar ou legitimar seu *modus operandi*? O protocolo inglês, da Abadia de Wesminster! Longe de soar bizarra, esta referência faz coro a uma ideia de que as regras do jogo estão inscritas em algum lugar próximo da "sociedade de corte", dos "círculos aristocráticos" e, se possível for, da "realeza". Tanto isto parece correto, que outro cerimonialista (igualmente famoso e também autor de um livro sobre seu ofício) escreveu no prefácio de sua obra[21]:

> A família de minha mãe é de Pernambuco, da aristocracia canavieira dos senhores de engenho. A família de meu pai é russa e talvez por isso eu goste tanto do frio... Quando tinha uns 16 anos, a minha avó materna Benita me deu o livro 'Os Utinga'. Nele, fiquei sabendo que meu tetravô Henrique Marques Lins foi encarregado juntamente com outros quatro pernambucanos de organizar as festas que foram oferecidas ao Imperador D. Pedro II, durante a sua visita a Pernambuco, em 1859. Agradecido, o imperador honrou com o título de Barão de Utinga e depois elevou a Visconde do mesmo nome." (Trecho do livro "A vida é uma festa", de Ricardo Stambowsky)

Dado o esforço de aproximação entre o protocolo do ritual de casamento e a vida na corte, me pareceu oportuno recorrer à análise sociológica de Norbert Elias a respeito do cerimonial no Ancient Régime. No terceiro capítulo de seu livro "A Sociedade de Corte", Elias demonstra como, na sociedade de corte, a etiqueta e o cerimonial constituem importantes instrumentos de dominação e como uma ordem hierárquica e a etiqueta se ligam entre si. Se lhe atribuíam um significado importante, isto era devido essencialmente a sua função simbólica:

> "O que mais salta aos olhos nessa cerimônia é a meticulosa exatidão da organização. Mas, como vemos, não se trata de uma organização racional no sentido moderno, apesar da exatidão com que cada movimento é estabelecido previamente, e sim de um tipo de organização em que cada atitude revela um sinal de prestígio, simbolizando a divisão de poder da época. (...) a etiqueta tinha uma função simbólica de grande importância na estrutura dessa sociedade e dessa forma de governo." (Elias, 2001b: 102)

Pretendo retomar esta questão mais adiante, porém, gostaria de me deter agora sobre a já mencionada dimensão de inovação dos ritos matrimoniais. O mesmo Roberto Cohen que legitima seu trabalho com base no protocolo da Abadia de Westminster, é quem menciona repetidas vezes um processo de enfraquecimento do protocolo. Em um dos trechos de seu livro, ele diz: *"o protocolo, hoje em dia, graças a Deus, se adapta à realidade de cada família, de cada casal."* Mas esta adaptação ocorre de um jeito qualquer? Creio que não. A situação que descrevo a seguir deve nos ajudar a compreender melhor a questão.

Na noite de 30 de junho de 2013, o programa Fantástico, da TV Globo, exibia uma reportagem de pouco mais

---

20 Talvez seja relevante mencionar que este se trata de um renomado cerimonialista. Há 28 anos organizando casamentos no país, Roberto Cohen se tornou uma referência para os cerimonialistas iniciantes e volta e meia está presente em grandes veículos de mídia, fornecendo dicas de "como organizar um casamento". Certa vez, ao encontrar uma jovem cerimonialista em início de carreira para uma entrevista, notei que ela trazia consigo um exemplar do "R.S.V.P." de Cohen. Ao perguntá-la a respeito do livro, ela respondeu: "*_Trouxe o livro para o caso de você fazer alguma pergunta que eu não saiba responder, daí eu posso olhar a resposta aqui*".

21 Outra observação digna de menção: além da explanação a respeito de sua origem aristocrática, o brasão de sua família estampa todas as páginas do livro.

de cinco minutos na qual eram apresentados os preparativos de um casamento. Trava-se dos festejos da união entre Ellen Cardoso e Ronaldo Jorge Silva (nacionalmente conhecidos como Mulher Moranguinho e Naldo) a serem realizados em poucos meses, na cidade do Rio de Janeiro. Para além de se tratar de um casamento de celebridades[22], outros fatores parecem ter chamado a atenção da produção do programa. Dentre as peculiaridades na organização do evento, os apresentadores citavam a elaboração de um "brasão" da nova família e a confecção de convites perfumados à prova de penetras, que teriam custado cerca de 25 mil reais. Transcrevo parte do áudio da reportagem a seguir:

> [diz o apresentador do Fantástico] Zeca Camargo: Agora a gente vai falar de uma festa, que olha, só os convites custaram R$ 25 mil e são perfumados. O cantor Naldo e a noiva, Mulher Moranguinho, estão esbanjando nos preparativos do casamento.
> [prossegue a apresentadora] Renata Ceribelli: Nossa, e como viu, Zeca? Ela por exemplo pediu que fosse feito um brasão pra nova família.
> Zeca Camargo: Tá certo!
> Renata Ceribelli: E ele garante que vai subir ao altar bem ao estilo Naldo: de bermuda!
> [A reportagem começa a ser exibida e a jornalista Carla Vilhena narra]: A história do casal Naldo e Ellen começa na gravação de um clipe em 2010. Ele estava no início da carreira e era casado. Ela era dançarina de funk conhecida como mulher Moranguinho. Apaixonaram-se.
> Moranguinho: A gente morava numa casinha, eram três casas no quintal: uma em cima, uma em baixo e a nossa.
> [Nesta altura, são exibidas cenas de um grande show do casal e de videoclipe no qual Naldo dança em frente a um carro de luxo. Um pouco adiante essas cenas passam a ser alternadas com imagens do casal na favela]
> Carla Vilhena: Depois dessa fase vieram o sucesso e o dinheiro. Naldo abandonou o estilo de vida de quando ele ainda morava no Complexo da Maré, onde nasceu. Agora, pediu Moranguinho em casamento. E não vai economizar para fazer do evento a festa do ano.
> No local onde deverá acontecer o evento, a jornalista conversa com a noiva]
> Moranguinho: A gente mandou elaborar também um brasão com as iniciais da nossa família. Ele vai ser usado nas cadeiras, na pista de dança... [e sobre o cardápio a ser servido] Eu só fiz uma exigência: mousse de uva e bolo de cenoura com cobertura de chocolate. Por exemplo, caviar. Nem todo mundo gosta, então eu me preocupei com isso. a minha família é muito simples, muita gente vem de Minas. Então essa simplicidade vai permanecer nos pratos. Tudo de bom gosto, feito com grande carinho. Mas nada daquela comida francesa. E tem camarão de verdade. Porque eu exigi isso, tem que ter!

Algumas semanas depois da reportagem do Fantástico, fui acompanhar um casamento no Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro. Ali, os noivos não eram celebridades, mas como no casamento de Naldo e Moranguinho, uma considerável quantia de dinheiro fora dispensada nos preparativos da festa – ao menos era o isto o que sugeriam os tapetes persas, os candelabros de cristal e as bandejas de prata dispostas sobre uma grande mesa inglesa que decoravam o evento. Foi em meio a este cenário extraordinário que Roberto Cohen fez o seguinte comentário a respeito do casamento de Naldo e Moranguinho:

> "Eu acho que o maior inimigo do profissional de eventos é a internet, o Instagram, porque, por exemplo, se a noiva do Naldo não tivesse Instagram, Facebook e internet, ela não ia saber que isso aqui existe. Ela ia fazer o casamento no formato

22 A noiva, conhecida como Mulher Moranguinho, ganhou fama como dançarina de funk enquanto o noivo é um cantor de funk melody que recentemente alcançou popularidade e é nacionalmente conhecido como Naldo

> sócio-econômico e cultural dela. Mas hoje, como todo mundo sabe que existe, a noiva quer matar a mãe, vende o noivo, qualquer coisa, pra botar Havaiana, pra botar forminha, pra botar arranjo alto. E isso, infelizmente, faz muita coisa sair mal feita, e sai uma caricatura... Veja, arranjo não basta ser alto, tem que ser alto e bonito, proporcional, né? Então as pessoas acabam fazendo caricaturas das coisas. E aí, o que mostrou claramente o programa do Fantástico, foi ela querendo assumir um padrão de casamento sócio-econômico alto, só que adaptando ao estilo deles. Então ela falava '_Caviar pode ser fino, mas ninguém gosta.' Ninguém gosta porque não conhece! Mas quem conhece ama! Né? As pessoas dizem que champanhe e prosseco é a mesma coisa... não é pra quem conhece, entendeu? E as pessoas não deviam sofrer por não conhecer, não deviam botar as coisas por modismo. Por isso eu falo: 'Chique hoje em dia é você fazer a coisa com a sua cara'. Hoje a noiva diz '_Roberto, eu tenho um noivo cervejeiro'. Eu digo, '_então vamos botar cerveja. Como é que pode ser mais fino? É mais fino se a gente botar cerveja só no bar, mas quem tá pedindo cerveja, a gente está servindo!' Você tem que ser flexível, você tem que ser realista. O resumo da ópera é esse."

Muito embora em numerosos contextos o cerimonialista apregoe uma desejável liberdade dos noivos em fazer aquilo que lhes for mais conveniente, a fala acima transcrita sugere que é desejável que determinados limites sejam observados. Aqui, a combinação entre liberdade e observância de limites não é contraditória se retomarmos a ideia bourdieusiana de jogo já mencionada. Ora, o ritual de casamento obedece a certas regras, e estas regras conhecem uma relativa maleabilidade. Entretanto este conjunto de códigos capaz de distinguir o chique do duvidoso, o elegante do grosseiro, o autêntico do caricato é socialmente construído.

O discurso do cerimonialista indica que a organização de um casamento exige uma "disposição cultivada" (Bourdieu, 1989: 299). Não basta, portanto, que a noiva tente copiar um arranjo de flores se seu olhar não está treinado para reconhecer um conjunto de características de ordem estética que distinguem um arranjo apropriado de um arranjo vulgar. Ou, tomando de empréstimo as palavras do sociólogo francês:

> "…não há nada que distinga tão rigorosamente as diferentes classes quanto a disposição objetivamente exigida pelo consumo legítimo das obras legítimas, a aptidão para adotar um ponto de vista propriamente estético a respeito de objetos já constituídos esteticamente – portanto, designados para a admiração daqueles que aprenderam a reconhecer os signos do admirável – e, o que é ainda mais raro, a capacidade para constituir esteticamente objetos quaisquer ou, até mesmo, 'vulgares' (por terem sido apropriados, esteticamente ou não, pelo 'vulgar') ou aplicar princípios de uma estética 'pura' nas escolhas mais comuns da existência comum, por exemplo, em matéria de cardápio, vestuário ou decoração da casa." (Bourdieu, 2008: 42)

E se Bourdieu nos alerta que no jogo não se faz qualquer coisa impunemente, na semana que se seguiu à exibição da reportagem no Fantástico, Moranguinho sofreu diversas críticas, algumas delas de pessoas públicas. Foi o caso da socialite Val Marchiori, que concedeu uma entrevista sobre o tema ao Jornal Extra na qual declarava: "*_Parece mais festa infantil pobrinha*".

7. Considerações Finais

Como vimos, o conjunto de escolhas feitas ao longo de todo o período de preparativos do casamento e exibido no "grande dia" é um importante sinalizador do gosto dos anfitriões. E o gosto, conforme nos explica Bourdieu, opera como um classificador das pessoas. Daí o temor em "fazer feio" ou de "passar vergonha" que, não raro, desperta uma imensa insegurança naqueles que promovem um ritual como estes.

Naturalmente, a sanção social a qual estão sujeitos os nossos contemporâneos não se apresenta nos mesmos

termos daquela descrita por Elias na sociedade de corte. Entretanto, não podemos pensar que ela não existe. Me arriscaria a afirmar que, ao menos em certa medida, o ritual de casamento põe em evidência a opinião do grupo acerca do prestígio e da posição social dos indivíduos.

Ora, se nos propusermos a levar adiante o empreendimento de Elias, talvez possamos nos aproximar de uma sentido que se aplica ao aparato e à riqueza de detalhes mencionados no início deste trabalho. Pois, tal como na sociedade de corte, o que está em jogo nos casamentos não são apenas as coisas, mas as pessoas e suas inter -relações. Por isso mesmo tanto esmero é dedicado à confecção do vestido, à escolha da fita dos bem-casados, aos arranjos de flores. A exemplo do que assinala Dumont a respeito das sociedades tradicionais, "as relações dos homens com as coisas não são mais valorizadas do que os elos dos homens entre si" (2008: 158).

Creio poder afirmar com certa segurança que a celebração do casamento é marcada, por um lado, por uma indústria que cria novos produtos e serviços que velozmente são incorporados aos eventos, sem que isto signifique que relações dos homens entre si diminuam em importância. Com efeito, ambos os aspectos parecem ser igualmente pronunciados como que num processo de mútua alimentação. Se os preparativos de um evento de casamento implicam em um investimento cada vez maior de tempo e recursos materiais, pode-se dizer que nesta ocasião faz-se também um importante investimento de bens simbólicos.

No ritual de casamento, torna-se evidente o vínculo existencial entre um agrupamento de pessoas. Não raro está em jogo ali, a confirmação de parte do prestígio de uma pessoa ou de um grupo, Acredito que o ritual de casamento pode constituir um dos demarcadores (e eles são vários) da distinção de um grupo.

8. Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Thales de. *Ciclos da vida: ritos e ritmos*. São Paulo: Ed. Ática, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo / Porto Alegre: Edusp / Zouk, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. O que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus: O sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

ELIAS, Norbert. *Estudos sobre a gênese da profissão naval: Cavalheiros e Tarpaulins*. In: Mana. Vol. 7, no 1, 2001a.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001b.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SEGALEN, Martine. *Ritos e Rituais Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

VAN GENNEP, Arnold van. *Os ritos de passagem: estudo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, ordenação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações, etc*. Petrópolis, Vozes, 2011.

Dos sistemas de parentesco às famílias TRANS

Francisco Jander de Sousa Nogueira
Universidade Federal do Piauí-UFPI
jander.sociosaude@gmail.com

Adriano Azevedo Gomes de León
Universidade Federal da Paraíba-UFPB
adrianodeleon77@gmail.com

Resumo: Este trabalho discute alguns desdobramentos no interior da velhice travesti. Neste cenário, agregam-se contextos que nos permite problematizar as noções de gênero, família e sistemas de parentesco. A experiência da travestilidade acaba por se apresentar como um campo de fluxos e intensidades que nos faz duvidar de verdades que para si são traçadas. Tencionam limites. Fissuram estruturas. Fendem sentidos e rompem com a linearidade que os interpela, e que a velhice e o envelhecimento podem ser lugares de contestação das normas de gênero e da sexualidade, percebendo assim, que a todo instante as travestis constroem-se e reconstroem-se a partir do dispositivo da experiência. Este estudo etnográfico foi tecido a partir de uma pesquisa de campo em Fortaleza e em Lisboa, através de entrevistas semiestruturadas e da observação participante em bares, boates, cafés, saunas, cinevídeos pornôs, domicílios, associações, serviços de saúde e nas ruas e avenidas por onde travestis costumeiramente transitam.

Palavras-Chave: gênero; travestilidade; velhice; família; parentesco.

Mirella, 56 anos, com uma mistura de sensualidade e exagero nos volumes e formas do seu corpo, é bastante conhecida entre várias gerações de travestis. Começou a vida na prostituição ainda muito cedo, aos 15 anos, em Belo Horizonte. Já passou pelas ruas de São Paulo, Recife e Fortaleza e hoje ganha a vida como cabeleireira. Já fez e ainda faz muitos *shows* em boates de público LGBT, quando tem oportunidade. Participou de vários concursos *gays*, acumulou títulos de *miss*, mas diz que conseguiu o que tem graças à prostituição. Foram muitos anos de sua vida dedicando tempo e dinheiro à construção de um novo corpo e de um novo gênero. Com muita ênfase, diz que: "estas travestis novas só estão aqui na rua nua porque eu já apanhei muito na rua por elas décadas atrás, e mesmo assim no outro dia a gente voltava pra rua e afrontava policiais e a sociedade. Elas não pensam no amanhã e gastam tudo que ganham com bebidas, drogas e com *boys*. Quando a gente diz alguma coisa pra elas, elas ficam é com raiva e dizem que eu sou uma bicha velha, maricona revoltada (risos). Acham que a vida é só isso aqui na rua e que se vive só de festa, mas pelo contrário, quando a velhice vai chegando, se é que muitas delas vão chegar, pois elas são atrevidas. Eu graças a Deus escapei da aids e muitas delas não estão nem aí. Muitas travestis do meu tempo ou eram mortas e morriam com as letrinhas. Eu já tive meus momentos de glamour e ganhei muito dinheiro, investi em mim, mas a beleza não é pra sempre e tem uma hora que a rua não dá mais. No começo eu era igual a elas, mas depois fui criando juízo, pode perguntar a elas se alguma quer fazer outra coisa da vida que não seja ser puta e ficar nua nas esquinas (risos)". Com um timbre de voz por vezes agressivo noutros risível, Mirella, em uma conversa, destacou que sempre que possível ajuda algumas travestis, e que de algumas ela se sente no papel mãe e faz de tudo para que elas se deem bem na vida. Reafirma constantemente que dá muitos conselhos para elas não aplicarem silicone industrial, que devem usar sempre camisinha, embora acha que são poucas as que apreendem as dicas. Não precisa muitas horas de conversa com Mirella para escutá-la destacar por vezes que teve sorte na vida e que conseguiu se sobressair das demais travestis devido à sua determinação e juízo.

* * *

Como se pode observar, a história de Mirella e das demais interlocutoras da pesquisa, confundem-se com as de outras tantas travestis e acabam por agregar elementos significativos que remetem a dilemas do cotidiano

como: cafetinagem, dívidas, violência, problemas estéticos em decorrência do uso de silicone líquido, dos cuidados com a beleza ainda que diante da velhice, proteção e, principalmente, denuncia a construção de laços familiares (MALINOWSKI, 1976), ainda que fictícios, e por vezes isoladamente, no interior da experiência travesti.

Desde os clássicos estudos de Ariès (1978) que o modelo contemporâneo hegemônico de família é concebido como a família nuclear burguesa, constituída necessariamente pelos e filhos diretos. A defesa da família nuclear como lugar ideal para a criação das crianças passou a nortear o saber médico, psicológico e jurídico acerca da família. Neste sentido, aquela que seria uma forma possível de configuração familiar torna-se o modelo de família perfeita, a ser definida frente às demais alternativas. A família é um ícone da tradição (PEDROSO LIMA, 2003). Este modelo de família perfeita, embora fortemente em crise, ainda pauta discussões acerca da adoção, conjugalidades, parentalidades, homoparentalidades, muito embora a realidade se apresente de outra forma.

Segundo Antony Giddens (2010, p. 151), o conceito de família diz respeito a "um grupo de pessoas diretamente unidas por conexões parentais, cujos membros adultos assumem a responsabilidade pelo cuidado das crianças", enquanto o de parentesco implica "conexões entre indivíduos, estabelecidas tanto por casamento como por linhas de descendência, que conectam parentes consanguíneos".

Neste sentido, a busca de compreender o processo de amadrinhamento e de constituição das famílias no universo trans à luz dos conceitos básicos de família e parentesco revelaria grandes dificuldades. A primeira estaria no fato de que as famílias trans não se caracterizam pela assunção de responsabilidades pelo cuidado de crianças. Em segundo lugar, as linhas de descendência excluem a consanguinidade, o que torna praticamente impossível a caracterização do referido grupo. Uma possibilidade de reflexão seria, então, a referência aos laços socioafetivos e aos processos de auto e hetero percepção constitutivos das identidades sociais dos sujeitos como meio de identificar a família.

Outro importante viés analítico vincula-se à tradição anglo-saxã de estudos de família e parentesco, ou seja, a partir da ideia desenvolvida por Schneider, em sua obra *Critique of the study of kinship* (1984), de que o parentesco, por ser indexado a símbolos de sexo e gênero, era essencialmente produto do etnocentrismo ocidental. Diversos estudos começaram a evidenciar uma nova forma de compreender as conexões parentais. Levando em consideração não apenas os fluidos corporais, como sangue e sêmen, neste sentido, vários estudiosos, e em especial autoras vinculadas à epistemologia feminista, desenvolveram um conceito mais fluido: *relatedness* ou relacionalidade (CARSTEN, 2000). Seguindo esta linha de raciocínio, surgiram inúmeros artigos que colocam em cheque a hegemonia do laço de consanguinidade frente às inovações tecnológicas da biomedicina, à miríade constituída pelos mais improváveis arranjos familiares, às famílias homoafetivas, a grupos de amigos que se consideram uma família etc. A relacionalidade diz respeito às conexões que podem ser vivenciadas por pessoas e/ou grupos que, apesar de não compartilharem dos mesmos fluidos corporais ou não estarem devidamente previstos pela legislação vigente, entendem-se como parte constituinte de uma família e atribuem significados relativos a sentimentos familiares a si e aos demais membros do grupo.

A compreensão jurídica e social da família contemporânea mudou radicalmente após a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988 e a revogação do Código Civil de 1916. Este previa uma estrutura familiar exclusivamente matrimonializada, patriarcal, biológica, unidade de produção e reprodução. Atualmente, não é mais possível aprisionar o direito das famílias sob essas égides, pois a lei prevê o caráter diverso das entidades familiares, as quais entendem como pluralizadas, hetero ou homoparentais e como unidades socioafetivas.

Decerto, essas mudanças na legislação são, essencialmente, oriundas da emergência de novas formas de relações sociais, dentre as quais, obviamente, se encontram as famílias trans. Acredito, portanto, que os processos familiares em questão muito podem elucidar sobre as formas contemporâneas de constituir e significar família, contribuindo, também, para a compreensão de novas dinâmicas e rearranjos familiares, os quais podem, ainda, revelar alhures sobre como os padrões tradicionais estão presentes no imaginário da sociedade brasileira.

Com a intenção de aquecer este debate acerca do conceito de Família e de buscar novas definições e conceitos mais abrangentes e menos rígidos, o CRIA (Centro em Rede de Investigação em Antropologia), do ISCTE – IUL, e a Associação ILGA Portugal, juntamente com o apoio do Instituto de Segurança Social, realizaram, no

dia 07 de Outubro de 2011, a Conferência: "Família no Plural: alargar o conceito, largar o preconceito" no ISCTE - Instituto a Universitário de Lisboa, na qual tive oportunidade de estar presente.
A conferência teve o propósito de agregar *experts* nacionais e internacionais nas questões de família para discutir os novos rumos e tendências reivindicados pelo cotidiano e pelas práticas da sociedade atual, uma vez que os conceitos e abordagens em prática acabam por não dar conta da pluralidade dos casos e das experiências. A conferência ainda serviu para levar o tema à sociedade em geral com seriedade e cientificidade e, ao mesmo tempo, alertar para situações que já existem, por exemplo, crianças que já vivem com casais homossexuais, mas não são reconhecidas legalmente como filhos de ambos os membros do casal.

* * *

É dentro deste contexto que se insere a discussão acerca das famílias alternativas e da constituição de novos sistemas de parentesco, aqui representados e ensaiados pelas trajetórias das travestis interlocutoras desta pesquisa. Assim como Pedroso de Lima (2003), compreende-se que a "família resulta de inúmeras agencialidades que produzem, de forma heterogênea (conforme gênero, idade, geração, contexto) a identidade familiar em diferentes níveis de segmentação".
Minha intenção não é minimamente questionar um reconhecimento e defender um modelo legítimo de família para o que estou chamando de "Famílias Trans e Sistemas de Parentesco na Travestilidade". Pelo contrário, minha intenção é mostrar que na realidade de grupos que vivem às margens da sociedade e que são por vezes negados socialmente e principalmente dentro de contextos familiares, outros novos arranjos vão se constituindo e devem ser pensados como experiências alternativas e também são legítimas em todas suas dimensões (sociais, culturais e afetivas).
Além de todos os elementos sociais e culturais presentes na velhice travesti já apresentados, como: declínio da beleza (que diz respeito ao comprometimento corporal, na maioria dos casos em decorrência ao uso de silicone industrial, o que certamente contribui para a perda de atratividade e poder sedutor, pois deixam de corresponder à imagem de *glamour*, beleza e sedução propalada pela cultura do consumo), comprometimento no perfil da clientela diante do corporal em xeque, da cafetinagem (da casa à rua), do reconhecimento e respeito entre as demais travestis, e do empoderamento das técnicas de "bombação", pode-se ainda destacar a constituição de um sistema de parentesco[1] socioafetivo que se estabelece para além das ligações de consanguinidade entre as travestis, ou seja, muito desta experiência gira em torno das relações de "amadrinhamento" ou até mesmo com a conotação "maternal", como foi possível observar nas trajetórias de Mirella e de outras interlocutoras.
É recorrente nas discussões acadêmicas sobre o tema da travestilidade o registro de uma relação espinhosa e ao mesmo tempo convergente entre cafetinas, bombadeiras, nova geração de travestis e a violência. No entanto, não é só esta vertente que finda a experiência. Alguns outros autores, aqui representados pelos textos de Larissa Pelúcio (2007), destacam a existência de um envolvimento entre as travestis a partir de uma relação de "cuidado" e "proteção", o que permite a algumas travestis chamarem determinadas cafetinas de "mãe". É bem possível que algumas cafetinas também sejam bombadeiras, noutros casos são simplesmente cafetinas e acabam por facilitar o processo de construção do feminino para as novas gerações, ou ainda nem chegam a ser cafetinas e muito menos bombadeiras, mas são responsáveis pelos processos de transformação e de cuidado para com as travestis mais novas, o que não elimina a existência de uma relação por vezes tarifada.
Muitas das travestis que participaram desta pesquisa e do que pude apreender das inúmeras narrativas acabam por se tornarem madrinhas, mães, tias e começam a tecer "descendências" (BATALHA, 2005), parentescos

---

1 De acordo com Vale de Almeida (2010), o campo do parentesco é um terreno culturalmente armadilhado. A expressão inglesa *relation* apresenta problemas de tradução para o português, tanto quando *Kinship*. Na antropologia, discutiu-se a necessidade, nos contextos de fala inglesa, de traduzir "parentesco" (ou o francês parente) por *Kinship and marrige* e não só por *Kinship,* de modo a incluir parentes por afinidade, que na cultura anglo-americana não são entendidos como parentes. *Relation* é de dificílima tradução, como, aliás, *relatedness.* A este propósito, ver Pina Cabral (1991; 2003).

social-afetivos (GADELHA, 2009) e estruturam um sistema de parentesco[2] através de laços fictícios (MELLO, 2003) entre si. Dizem-se parentes, consideram-se e comportam-se como tal, mesmo se de fato nenhum laço de consanguinidade exista entre uma e outra. Compartilham experiências, segredos, sonhos e mantém contatos frequentes. Neste sentido observa-se uma dependência afetiva e por vezes econômica das supostas filhas em relação à mãe e vice-versa.

Vale ressaltar que o termo fictício aparece aqui com um sentido de fabricação, elaboração, representação de uma nova família. Assim, uma família que vai também se constituindo através de regras, códigos e práticas reais permeada de afetos, cumplicidades e conflitos.

Conforme Mello (2003), fala-se em três tipos de laços de parentesco: laços de sangue (descendência), laços de afinidade (casamento) e laços fictícios (de adoção). Chama-se laço de parentesco a relação decorrente da posição ocupada pelo indivíduo no sistema de parentesco.

Pode-se citar, também, outra forma de extensão dos termos de parentesco que é o compadrio, que assume socialmente funções de reforçar os laços entre irmãos, primos, tios primos etc. ou de trazer *outsider* para o meio familiar. Esta última possibilidade seria explorada, principalmente, por pessoas de condições sociais mais vulneráveis que buscam a criação de vínculos com pessoas mais influentes.

Neste mesmo sentido, assim também acontece entre as travestis novas/iniciantes em relação às travestis mais velhas/experientes. O amadrinhamento se estabelece numa troca de interesses tácitos, ou seja, uma travesti velha só se torna madrinha ou mãe de uma travesti iniciante se conseguir observar, ainda que superficialmente, um potencial a ser explorado de beleza e sucesso. Constatando tais características, esta mesma passa a ajudar, dar dicas e até ceder seu sobrenome social à travesti "iniciante". Da mesma forma, uma travesti iniciante só se aproxima das mais velhas em busca de construir laços social-afetivos se a mesma tiver um reconhecimento entre as demais e se tiver uma trajetória marcada de sucesso e *glamour*. Não necessariamente este laço social-afetivo ou processo de amadrinhamento acontece exclusivamente com estas intenções e nesta ordem. Durante a pesquisa de campo, questionei Jully Alencar, uma travesti de 24 anos, loira, considerada uma filha para Mirella, já citada anteriormente, como havia sido constituída esta relação entre elas. Obtive o seguinte depoimento:

> [...] desde cedo sabia que queria ser travesti, eu não tive essa dúvida que muitas têm, e desde cedo comecei também a me aproximar das bichas, aí fui conhecendo elas, vindo pras boates, as vezes dormia na casa de uma ou outra até que fiquei muito amiga de Mirella que sempre me ajudou e sempre dei força. Ai, fui posta pra fora de casa assim que comecei a tomar hormônio e minha mãe descobriu, eu desesperado liguei para Mirella e fui passar uns dias na casa dela, e até hoje estou por lá, já passei um tempo do Rio de Janeiro, outros tempos em Manaus, e quando eu volto lá é que é a minha casa. Para mim ela é da minha família. A gente briga e se entende depois, coisa que não aconteceu na minha família de verdade, e é porque eles moram aqui em Fortaleza (Diário de Campo do dia 09/04/ 2011).

Neste sentido, observa-se que o exercício do parentesco não se restringe à procriação, pois envolve a produção da pessoa humana através da alimentação, educação, concessão de um nome, transmissão de um estatuto e a sociedade atribui esta tarefa a pessoas consideradas como genitoras, assim como destacou Vale de Almeida (2010). No entanto, nos interstícios da vida social, este processo vem acontecer de forma bem diversificada. Vale salientar, que por mais que esta relação entre "mãe e filha" durante anos seja consolidada, isso nada tem a ver com o fato de que a qualquer instante ela – a relação – possa ser interrompida diante de qualquer desafeto de ambas as partes.

As relações de parentesco firmadas a partir do amadrinhamento também são bastante comuns no universo das transformistas e das *drag queens* (GADELHA, 2009), obviamente num contexto artístico. Em alguns

---

2 O sistema de Parentesco representa as designações que um conjunto de pessoas relacionadas geneticamente e por afinidade, abarcando várias gerações, adotam umas em relações às outras (BATALHA, 2005).

casos, pode transcender o campo artístico e abarcar o social. Nesta ordem, o amadrinhamento também consiste em um parentesco socio-afetivo estabelecido entre uma transformista ou uma *drag queen* experiente com reconhecimento entre o público e os profissionais das boates de público LGBT, e uma iniciante, que almeja aprender a manipular o seu corpo através da montagem[3] e adquirir prestígio e reconhecimento profissional.

Através do amadrinhamento, a preceptora (travesti experiente) torna-se mãe da iniciante, que, por conseguinte, torna-se sua filha e irmã das demais amadrinhadas. Essa relação é oficializada para toda a comunidade transgênero no momento em que a matriarca do *clã* repassa o seu sobrenome de montagem à sua nova filha, a qual passará a utilizá-lo como elemento constitutivo de sua identidade social. Decerto, o amadrinhamento constitui-se como um processo que tende à transmissão de saberes, à ajuda mútua e à constituição de laços de solidariedade entre pessoas cujas identidades estão carregadas de estigmas. Por isso, é importante salientar que os sujeitos se autoidentificam como uma família e que o amadrinhamento é uma realidade existente entre transformistas e *drag queens* de todo o país (GADELHA, 2009; MESQUITA, 2011).

No contexto lisboeta, não identifiquei para além do universo dos *shows* transformistas essa relação de amadrinhamento entre as travestis portuguesas, o que pude observar é que quase todas as travestis com quem mantive contato ainda estão inseridas no seio de suas famílias biológicas. Muitas delas moram na mesma casa com familiares ou mantêm contato diário com os mesmos. Aquelas mais velhas que foram interlocutoras da pesquisa nem sempre podiam contar com a presença dos pais, pois muitos já haviam falecido, mas em seus discursos os pais e demais familiares aparecem sempre de forma saudosa, sem muitos conflitos, principalmente no tocante à identidade de gênero e orientação sexual. Já no que se refere às travestis mais novas, por vezes as encontrei chegando à zona de prostituição sendo deixadas por mães, pais ou irmãos. De fato, até existe na base das relações algumas questões ligadas ao contexto financeiro, que chegam a intermediar determinadas experiências, inclusive de aceitação e reconhecimento, mas, visivelmente não funciona como costumeiramente tem ocorrido na experiência de travestis brasileiras, quase sempre pautadas na violência, no preconceito, no machismo e na negação.

Não estou afirmando que no Brasil, a partir do momento em que um jovem decide se tornar uma travesti, passa a existir necessariamente uma ruptura entre ela e sua família biológica. Não é uma regra, apesar de ser uma constante, mas encontram-se também aquelas famílias biológicas que de alguma forma aceitam e convivem com filhos/filhas travesti. Como é o caso de Marília Suplicy:

> Aos 52 anos, morena, de traços fortes, nasceu em Fortaleza e desde os 13 anos começou a usar roupas de mulher. Sua família frequentava cultos afro-brasileiros e desde pequena ela também participava dos rituais, o que segundo ela, facilitou a aceitação de sua homossexualidade. "Nunca sofri preconceito por parte de minha família, sempre fui aceita e bem tratada por todos", afirma ela. Diz também que já passou por muitas coisas quando estava nas ruas. Trabalhava durante o dia como cozinheira em residências, e a noite saia para as ruas a fim de faturar um pouco de dinheiro através de programas. "Sempre encontrava alguém na noite, mesmo que fosse um ou dois clientes, mas não voltava pra casa sem dinheiro." Fez uso de hormônios e aplicações de silicone industrial em várias partes do corpo como nádegas e seios. Soropositiva a cerca de 10 anos, continua trabalhando na noite, mas confessa: "As coisas já não são mais as mesmas, com a idade tudo fica mais difícil. Na juventude até o feio é bonito".

---

3 Entende-se por montagem a transformação momentânea ou permanente do corpo, através de perucas, vestimentas, maquiagem, enchimentos e acessórios de variados tipos. Além disto, a montagem é caracterizada pela aquisição de trejeitos, estilos, tons de voz e posturas. Tudo é realizado com o intuito de protagonizar um espetáculo ou para dar *close* em festas, isto é, aparecer de forma notável em público. Trata-se de um processo ritualizado, cujo objetivo é a demarcação de territórios afetivos, políticos e identitários (GADELHA, 2009, 32).

As tramas que envolvem os conflitos presentes na relação entre travestis e suas famílias biológicas são diversas, mas também se encontram diversos estudos e, empiricamente, muitos casos em que travestis mantêm uma relação muito próxima e sem grandes traumas com seus familiares. Por exemplo, há os estudos de Fernanda Cardozo (2007) e os de Mirian Grossi (2007), que inclusive sintetizam as relações familiares e das formas de parentalidades e de conjugalidades presentes entre travestis da cidade de Florianópolis. Estes ajudam a compreender as terminologias de parentesco, assim como as relações de cuidado e/ou de filiação entre travestis e crianças.

Neste sentido, apoio-me ainda nas obras de Janet Carsten (2000), que já tinham sua originalidade ao introduzir o conceito de *relatedness* (relacionalidade) ao lado ou em substituição ao de parentesco. O conceito, que tem sido largamente utilizado, e propõe um enfoque nas relações visando apreender o que é "ser parente" em diferentes contextos, independentemente de laços biológicos, trabalhando o parentesco a partir de temas distintos como localidades geográficas e temporalidades. A categoria de *relatedness* (relacionalidade), já citada anteriormente, é mais rica e abrangente do que a categoria de parentesco, alargando o território analítico e abre caminho a uma contextualização mais vasta do parentesco (MOORE, 2004; VALE DE ALMEIDA, 2010).

No artigo de Veena Das e Lori Leonard presente na coletânea "*Ghosts of memory: essays on remembrance and relatedness*" (2007), organizada por Janet Carsten, a categoria *relatedness* (relacionalidade) é operada a partir das experiências de adolescentes com hiv/Aids, nos Estados Unidos. Neste contexto, o cuidado é que passa a delinear o parentesco. Neste caso, a clínica que fornecia o atendimento e na qual a pesquisa se desenrolou reconhecia a multiplicidade de cuidadores que uma adolescente poderia ter, como parente, vizinho, namorado, amigo, não se prendendo a uma visão genealógica de parentesco. Das e Leonard assinalam o quanto é fascinante pensar sobre família e parentesco configurados nos encontros entre uma vida e uma doença; neste caso, o parentesco se configura justamente na interseção entre estado, clínica e família. Assim, torna-se possível observar e questionar a categoria parentesco, pois se o parentesco cria obrigações, os cuidados em relação a alguém criam também laços que, se não genealógicos, podem ser considerados na ampla noção de *relatedness.*

Os estudos das relações de parentesco e de gênero foram revertidos nas décadas de 1970 através do desenvolvimento da antropologia feminina, no entanto, sua forte influência só ocorreu nas últimas décadas do século XX. Assim, ocorreram importantes transformações acerca das concepções teóricas sobre o parentesco, família e casamento, pois estas categorias passaram por fortes críticas e revisões.

Acerca dos estudos sobre família e parentesco entre *gays* e lésbicas, Vale de Almeida (2010, p. 45) destaca que:

> Desde pelo menos os anos 80 do século XX que a antropologia, sobre tudo estadunidense, se debruça sobre formas de parentesco entre populações *gay* e lésbicas, bem como sobre a homoparentalidade. Tal tem acontecido no quadro de uma renovação dos estudos de parentesco iniciada nos anos 60 com a crítica do estrutural-funcionalismo. Esse processo teve seu segundo momento a partir dos anos 70 com a influência do feminismo, da temática do gênero e dos estudos *gay* e lésbicos e um terceiro momento, a partir dos anos 80, com a crítica da própria validade heurística do parentesco *relatedness*, a abordagem da transcendência da oposição natureza/cultura (muito associada à temática, por exemplo, das novas tecnologias reprodutivas) e a chamada teoria *queer*.

Apesar do texto do autor trazer uma abordagem reduzida ao universo *gay* e lésbico, o que certamente não dá conta da experiência travesti, permite, ainda que de forma nebulosa, trazer à baila as discussões sobre os laços de parentesco e de filiação para o contexto em que seja possível unir travestis a crianças pelas quais aquelas sejam, direta ou indiretamente, responsáveis (CARDOZO; GROSSI; MELLO; UZIEL, 2007). Este seria o primeiro contexto. Mas pensar a possibilidade de juntar as categorias de parentesco, gênero e família entre as próprias travestis (novas e velhas) acaba por ser um tanto surreal.

É bem possível que muito desse desejo de constituir novas famílias, ou de se sentir membro de tal, parte do fato de que muitas travestis rompem, não por desejo próprio, os laços afetivos com suas famílias biológicas.

Neste sentido, muitas passam a vida toda sem reestabelecer contato com as mesmas; já outras, anos depois, restabelecem esta ligação, muitas vezes motivadas por relações tarifadas. Na trajetória de Alcina Bardot, por exemplo, esta ruptura deu-se através de conflitos, espancamentos e da negação por parte dos membros mais próximos (mãe e irmão), eliminando nesta conjectura uma possível contaminação da honra e da moral familiar, como discutido anteriormente, inspirado por Mary Douglas (1976). Nesta lógica, para as travestis, ser expulsa de casa significa ser expulsa da família, o que por sua vez tem a ver com acesso negado à parentela. Certamente não em sua totalidade, a experiência de Alcina torna-se semelhante à de muitas outras travestis.

Já no discurso de Mirella, observa-se que existe um movimento que parte dela em agregar outras travestis em seu contexto familiar, incorporando por sua vez elementos no tocante à maternidade, fraternidade e simplesmente a partir de uma ligação mais íntima, seja por cumplicidade ou conflitos, o que de fato constitui características de uma rede familiar. Neste sentido, a experiência de Mirella, possivelmente semelhante à de outras tantas travestis, ajuda a ampliar as compreensões sociais de terminologias e de papéis sociais associados às questões geracionais e em torno do conceito de família. Inclusive para além da busca de visibilidade através de uma rede social, elemento este já discutido anteriormente no texto.

O debate sobre a definição de família torna-se realmente aquecido, é claro, quando se começa a falar sobre os membros e papéis de uma em termos de identidade de gênero e de orientação sexual, o que não deveria causar estranhamento, uma vez que muitos trabalhos recentes sobre parentesco e família acabam por se concentrar na identificação daquilo que na prática constitui para as pessoas a rede relações significativas e eficazes no campo dos afetos, do cuidado e da materialidade (VALE DE ALMEIDA, 2010).

David Schneider (1968) propôs que se tratasse o parentesco americano como um sistema de símbolos e significados, em vez de se focar nos estatutos, papéis e instituições, como até então eram consentidos. Ele analisou os traços distintivos que definem uma pessoa como parente, discutindo, assim, símbolos e significados da relação através do "sangue" (em termos biogenéticos, a substância partilhada) por oposição a "casamento" (relação nos termos da lei e como código de conduta).

De acordo com Vale de Almeida (2010), Schneider pode ter sido acusado de possuir uma visão um tanto fechada e coerente acerca da cultura, no entanto, seu contributo não deixou de desnaturalizar o estudo do parentesco, abrindo, assim, novos caminhos sair da discussão do sexo e da reprodução.

Assim acrescenta Vale de Almeida (2010, p. 69):

> A mudança pós-anos 60 nos estudos sobre parentesco – Leach, Needham, Schneider e outros – constituiu um afastamento dos paradigmas estrutural-funcionalistas, que na vertente britânica, quer na francesa. Esta transformação abriu caminho para que, a partir da década de 70, o estudo do parentesco fosse submetido a outros tópicos, como história social, a antropologia legal e política, mas, sobretudo, o feminismo, com Rubin, Weiner, Ortner, e Whitehead, Rapp, Martin, Strathern, Collier, Ginsburg, Weston, entre outras. Na reconstituição do campo de parentesco, o gênero, o poder e a diferença são palavras- chave.

Neste sentido, torna-se impossível considerar o parentesco como uma armadura de uma sociedade sem que se leve em consideração questões de gênero e a desigualdade de gênero como constitutivos desta armadura.

Em linhas gerais, isso serve para identificar diante dos marcadores históricos e teóricos, quando, de que forma e a partir de quem as mudanças foram se dando concretamente no contexto antropológico e certamente esta explanação não chega nem próximo de um possível esgotamento do assunto, mas o que quero destacar é que a partir deste contexto de mudanças foi possível perceber que um dos grandes engodos que envolvem as discussões de parentesco assentava-se numa diferenciação radical entre os direitos de homens e mulher. Segundo Vale Almeida (2010), os sistemas de parentesco requeriam uma divisão dos sexos e dos gêneros e a heterossexualidade aparecia e aparece como um produto obrigatório dentro desta lógica, o que certamente foi posto em questionamento a partir de Schneider e outros autores.

Diante deste contexto e ainda inspirado por Vale de Almeida (2010), quando me referi ao parentesco *gay* e lésbico, o que certamente não dá conta da experiência travesti, estou usando assim, um modelo diferente

de parentesco, que não se baseia em Lévi-Strauss, mas antes na linhagem do trabalho de David Schneider. No sentido usado por Lévi-Strauss, o parentesco é uma maneira de gerar uma estrutura social e política por meio da manipulação do casamento e descendência. Num sentido mais comum, especialmente em sociedades ditas complexas, o parentesco pode significar simplesmente as relações sociais de ajuda, intimidade e ligação duradoura. Lévi-Strauss estava a falar sobre sociedades nas quais estas relações de casamento e descendência eram/são a estrutura social, o que certamente hoje é posto em xeque. De fato, os debates sobre o parentesco *gay* e seus desdobramentos

> [...] transformaram-se em lugares de intensos deslocamentos de outros medos políticos: em relação à (bio)tecnologia, à nova demografia, às alterações dos modelos familiares, de conjugalidade e de parentalidade, e em relação à própria unidade e à reprodução da "nação"(VALE DE ALMEIDA, 2010, p. 45).

Seguido os rastros destes pensamentos, minha intenção foi abordar os sistemas de parentesco a partir do conceito de *relatedness*, como explicitado anteriormente, o que significa tratar a temática a partir de uma rede de pessoas com quem alguém tem relações, na prática e emocionalmente, de forma mais sólida, duradoura e próxima, o que pode ser perfeitamente para além dos parentes com ligação consanguínea, como bem é representado neste trabalho através da experiência e das trajetórias de inúmeras travestis.

Bibliografia

CABRAL, J. P.92004), *O homem na família*. Lisboa. ICS.

CARDOZO, F. (2007), Performatividades de gênero, performatividades de parentesco: notas de um estudo com travestis e suas famílias na cidade de Florianópolis-SC. In: GROSSI, Miriam, UZIEL, Anna Paula e MELLO, Luiz (orgs.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 233-276.

CARSTEN, J. (2000), *Cultures of relatedness:* new approaches to the study of kinship. Cambridge: Cambridge University Press.

DOUGLAS, M.(1976), *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva.

GADELHA, Juliano. (2009), *Masculinos Em Mutação***:** a performance drag queen em Fortaleza. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

GIDDENS, A.(2010), *Sociologia*, 8ª edição, F.C. Gulbenkian, Lisboa.

GROSSI, M. P.; UZIEL, A. P.; MELLO, L. (2007), *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis.* Rio de Janeiro: Garamond.

LÉVI-STRAUSS, C. (2003), *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes.

LIMA, A. P. A. (2003), *Grandes Famílias, grandes empresas*: ensaio antropológico sobre uma elite de Lisboa. Lisboa, Publicações Dom Quixote.

MALINOWSKI, B.(1976), *Argonautas do pacifico ocidental*: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanesia. São Paulo: Abril Cultural.

MELLO, L. G.(2003), *Antropologia Cultural***.** Iniciação, Teorias e Temas. 10 ed. Petrópolis: Editora Vozes.

MESQUITA, M. L. (2011), O amadrinhamento como forma de sociabilidade: uma análise antropológica de uma família drag queen. In: *XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais*, 2011, Salvador - BA. Anais Eletrônicos. Salvador - BA: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais.

MOORE, H.(2002), Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. *Cadernos Pagu*, v. 14, p.13-44.

PELÚCIO, L. (1968), *Nos nervos, na carne, na pele*: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS. São Carlos: UFSCar, 2007.

SCHNEIDER, D. *American kinship*: a cultural account. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

VALE DE ALMEIDA, M. (2010), *A chave do armário*: homossexualidade, casamento, família. Florianópolis: Editora da UFSC.

Entre cuidados, afetos e companhias: à margem das relações de filiação e aliança

Martha Ramírez-Gálvez
Universidade Estadual de Londrina, marthacerg@gmail.com
Professora Dra. do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais[1]

Danilo Sanches
Universidade Estadual de Londrina, d.sanchess@hotmail.com
Aluno de Graduação em Ciências Sociais

Resumo: A literatura antropológica tem sido chave na transformação de estudos sobre família e parentesco, observando a pluralidade das configurações familiares existentes não só em diversas sociedades, mas dentro das mesmas. No entanto, a despeito de tal diversidade, observa-se a permanência de relações de filiação e de afinidade como definidoras e determinantes das diversas configurações familiares. Para problematizar esta tendência, quase que ontologizadora de família e parentesco, neste trabalho são introduzidas as noções de cuidado, afeto e companhia que, em hipótese, permitiriam alargar o leque das formas como as pessoas organizam suas existências e relações afetivas e de cuidado, quer estejam à margem da filiação e de aliança ou não necessariamente em função das mesmas. Autoras como Janet Carsten, que propõe o conceito de *relatedness*; e Donna Haraway, que discute as relações entre espécies, são chaves para pensar a incorporação de *pets* (mascotes) nas relações familiares. Este trabalho propõe uma reflexão inicial sobre o assunto, a partir de alguns dados de campo obtidos no Brasil.

Palavras-chave: Parentesco. Família. Espécies companheiras. Relações entre espécies.

Revitalizações na teoria de parentesco

David Schneider introduziu uma notável inflexão nos estudos de parentesco na antropologia. No seu clássico *American Kinship* (1968), abordou o parentesco em termos culturais, contrapondo-se à tradição vigente até esse momento nesse campo, que repousava na idéia da biologia humana universal da reprodução. Schneider observara que, embora a biologia não pudesse ser negada, o que interessava para a análise antropológica não eram os fatos biológicos em si mesmos, mas a simbologia atribuída aos mesmos em cada sistema cultural.
Para esse autor, a simbologia eurocêntrica que orientava tais estudos não deixava de ser uma visão nativa e por tanto não poderia ser universalizada, pois se estaria incorrendo num pecado "capital" da pratica antropológica: o etnocentrismo.

> Schneider describe y analiza el parentesco americano como un sistema cultural cuyo símbolo central es la cópula sexual, expresión del «amor» entre marido y mujer, y origen de los «auténticos parientes», los de sangre, emparentados o vinculados por naturaleza al compartir esta sustancia biogenética. Se trata de un modelo genético-biologista, que asocia la sexualidad a la reproducción, la reproducción a las relaciones heterosexuales, las relaciones heterosexuales al matrimonio, el matrimonio a la familia y la familia al modelo nuclear de clase media. El símbolo por excelencia de este sistema cultural de parentesco es la consanguinidad; la sangre junto con

1 Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação, o financiamento recebido através do programa de Apoio a Eventos no Exterior (AEX).

> otras sustancias biogenéticas como el semen o el esperma que se transmiten en el acto sexual, representan la «verdad» genealógica, origen de la «verdad» biográfica, componente básico de la identidad individual según el pensamiento occidental. Compartir y transmitir una «misma sangre», como resultado del acto sexual, es el elemento natural que legitima el establecimiento de un tipo de relaciones sociales, filiales, conyugales, fraternas, que se van extendiendo de forma ascendiente y descendiente hasta conformar la malla genealógica, substrato básico de la visión occidental del parentesco. (Rivas, 2009: 9).

Influenciado por Parson, com quem tinha inicialmente uma ligação intelectual (Kuper, 2002), Schneider adotou a ideia de sistema cultural como sistema de símbolos e significados, utilizando, nesse contexto a noção de família. No entanto, o autor questionou as concepções culturais baseadas nos vínculos biológicos, que orientaram a constituição de parentesco e de relações familiares. O parentesco, como pensado até a década de 1960, era definido como a interpretação sociocultural dos fatos biológicos da reprodução.

Com a publicação de *A Critique of the Study of Kinship* (1984), Schneider radicaliza suas críticas, «negando legitimidad al parentesco como dominio analítico, por ser resultado de proyectar en otras sociedades las presunciones etnocéntricas y la concepción *folk* de los propios antropólogos sobre su sistema de parentesco» (Rivas, 2009: 9). O sistema estaria nas mentes dos antropólogos, mas não nas culturas que eles estudam. Os símbolos que os fatos biológicos da reprodução constituem para a representação do parentesco americano podem ser constituídos em outras sociedades e culturas por outro tipo de práticas ou por atos comuns e partilhados, como o local de residência, alimentação, rituais, etc. Neste sentido, o que pode ser considerado universal, segundo Grau Rebollo (2004a: s/p), são as noções a partir das quais se estabelecem relações de semelhança e de diferença «Si se extendiese relacionalmente esta noción de identidad a operadores no necesariamente biológicos, las relaciones más estrechas podrían serlo em función de quienes comparten la *misma* comida, el *mismo* espacio, la *misma* tierra, o un pasado similar» (Grau Rebollo, 2004a: s/p, ênfase original).[2]

A pesar das divergências de antropólogos/as às formulações de Schneider, a crítica deste autor redundou em um interesse renovado pelas formas de pensar, representar e praticar o parentesco (Rivas, 2009: 8). Ou, como afirma Machado (2013), suas criticas provocaram, ironicamente, uma nova efervescência do campo do parentesco. Schneider tornou-se referência importante, marcando uma notável influência na antropologia feminista e na antropologia do parentesco, como também para as analises posteriores sobre parentesco, família e casamento, especialmente na Europa e nos Estados Unidos (Yanagisako & Collier, 1987; Strathern, 1992; Bestard, 1991, 2004; Carsten, 2000; Fonseca, 2003, 2010).

No ver de Rivas (2009), as transformações nas análises de parentesco, consistiram, fundamentalmente, na incorporação das idéias de processo social frente à estrutura, do indivíduo como agente, como ator com capacidade de iniciativa e da ação social como ação deliberada – *human agengy.* É notório que, após o Schneider, o parentesco foi redefinido de uma maneira mais flexível e aberta, a partir das concepções culturas próprias dos grupos estudados (Carsten, 2000; Rivas, 2009; Strathern, 1999; McCallum & Bustamente, 2012; Marcelin, 1999; Lobo, 2011).

> Según Schneider, en la sociedad euroamericana el énfasis se deposita en el «ser» del individuo, que queda definido como persona y pariente de una vez para siempre al nacer, consecuencia de los significados atribuidos al hecho de compartir una misma sangre; por el contrario, otras sociedades otorgan mayor importancia al proceso de devenir persona, al «hacerse» del individuo, para quien el nacimiento no hace más que iniciar un proceso de construcción que se va completando con la adquisición de aquellas sustancias que, compartidas – p.e. la residencia, la alimentación, la

2 No contexto brasileiro, vários trabalhos têm sido realizados sobre esta ótica, entre os quais citamos os de McCallum & Bustamente (2012) e de Marcelin (1999) que exploraram as experiências que criam relacionalidades no contexto bahiano.

> crianza, la tierra…–, generan modos particulares de establecer relaciones, vínculos y conexiones entre las personas –*relatedness*– y que no tienen por qué coincidir con lo que los antropólogos llaman «parentesco». (Rivas, 2009: 10).

Janet Carsten (2000) é uma das autoras contemporâneas que ganharam destaque ao propor o conceito de *relatedness*, no lugar do termo parentesco, como uma alternativa para estudar as concepções nativas sobre os modos de estabelecer relações e se relacionar, assim como para evitar idéias de parentesco centradas na procriação e na divisão entre fatos biológicos e sociais. A principal contribuição desta autora está na sua proposta de pensar o parentesco como processo – como modos de «emparentar» – que se constrói através de suas praticas cotidianas.

A célebre frase de que «la sangue es más espesa que el agua» foi o pressuposto que permitiu nos estudos clássicos de parentesco conceber os laços entre parentes como mais fortes ou primários a qualquer outro tipo de relação (Bestard, 1991). Tal perspectiva, como assinalada desde a critica de Schneider, tornou-se um (pre) conceito fortemente estabelecido na concepção cultural do parentesco. Para Bestard (1991: 81) essa critica "invalidaria", entre outras coisas, os esquemas teóricos a partir dos quais tem sido feita a história da família em ocidente. Mas, a critica também pode se fazer extensiva às relações que ficam de fora da historia da família e do parentesco.

Sentimento de família e as relações excluídas

Mariza Corrêa (2012), ao analisar as relações entre alguns membros da elite e intelectualidade inglesa no começo do século XX, observa que a pesar de serem publicamente conhecidas relações homoafetivas, casamentos de conveniência, relações de adultério e, em conseqüência, filhos gerados fora do laço conjugal, estas não eram explicitadas ao se traçar árvores genealógicas. Embora o antropólogo W.H.R. Rivers interagisse nesse contexto social, empenhou-se em aperfeiçoar o método genealógico, delimitando-o ao casamento heterossexual e à descendência. A autora destaca que as chamadas novas configurações familiares (famílias mono e homoparentais, famílias constituídas por recassamentos, estabelecimento de filiação independentemente de uma relação de conjugalidade, etc) não são tão novas assim, como também, e principalmente, que «'a pesar de todos os pesares', a instituição 'família' continua a servir de modelo para muitas das inovações inventadas por nós, ao longo do tempo, em termos de relações mais ou menos duradouras» (Corrêa, 2012: 195).

A mesma autora considera que as genealogias para representar parentesco podem ter perdido sua razão de ser, pois ao utilizar suas convenções tradicionais não conseguem retratar várias das relações entre os intelectuais ingleses que ela analisa, nas que, por exemplo, amantes e filhos ilegítimos são «esquecidos de qualquer registro», relações homossexuais são ocultadas ou relações afetivas e significativas, como a da pintora Dora Carrington e o crítico literário e escritor Lytton Strachey, são irrepresentáveis. Corrêa também analisa a complexidade e o apagamento nos estudos de parentesco de relações tais como as tecidas entre os membros do Grupo Bloomsbury[3], os quais trocavam favores econômicos, políticos, viajavam juntos, cuidavam das crianças dos outros...

> Todos esses endereços, desde então famosos na literatura, formavam assim a base física desse *cluster* que era o grupo de Bloomsbury. De fato, todas essas casas eram unidades domésticas compartilhadas, nas quais todos se encontravam com todos, como se fizessem parte de uma grande família. E além de todos se ajudarem mutuamente, os que tinham mais dinheiro ajudando os que tinham menos, e também

3 Famoso grupo de amigos, escritores, artistas e intelectuais britânicos que existiu entre 1905 e os anos de 1940, do qual fez parte a escritora Virgina Wolff e o economista John Keynes, entre outros. Partilhavam um desprezo por maneiras tracionais de pensar e sentir, assim como por uma moralidade convencional vitoriana, tecendo um emaranhado de relações amorosas homo e bissexuais entre vários/as deles/as.

> ajudando a impulsionar suas carreiras, também, em grupos cuja composição variava, faziam juntos freqüentes viagens ao exterior (Corrêa, 2012: 202).

Como conclui Corrêa (2012: 208), a partir da análise desse e de outros casos, as genealogias tratam de famílias, ainda que «o velho método genealógico deixa de cobrir uma parcela importante das relações humanas que pretende retratar». Contudo o que constitui uma família, como esta se delimita, o que faz de uma constelação de relações um agrupamento familiar?

Historiadores têm feito importantes contribuições para a compreensão da família moderna. A despeito de várias críticas ao modelo de análise, Philippe Ariés tornou-se um clássico com sua historia social da infância e da família, ao destacar, entre outras questões, que para que o sentimento moderno de família como um valor e como núcleo da sociedade surgisse foi necessário o surgimento do sentimento de infância – a partir do qual a realidade familiar passou a se basear na afeição (ARIÉS, 1978). Por sua vez, Edward Shorter (1995) destaca o surgimento do amor romântico como necessário para o surgimento do espírito da família moderna ligado à intimidade, à afeição, à intimidade e ao aconchego do lar conjugal.

Numa outra perspectiva de análise, Jurandir Freire Costa também destaca que na passagem do «casamento antigo» para o «casamento higiênico» brasileiro valores religiosos e patriarcais foram substituídos por novas formas de relacionamento, nas quais o prazer sexual foi disciplinado mediante a escolha de parceiros/as fundada no amor romântico, sinônimo de civilidade dos costumes e um padrão moral da vida familiar (Costa, 1999: 232). O cume do amor entre os parceiros era atingido na prole, cujo cuidado não era mais pensado como uma obrigação, mas como um ato espontâneo (naturalizado) de amor. Nessa perspectiva, a família moderna supõe, pois, a escolha livre do cônjuge baseada no sentimento amoroso, a valorização e o cuidado da criança como um projeto futuro. Configura-se a família moderna burguesa imaginada e interiorizada como norma-valor, constituída por um casal heterossexual, em conseqüência reprodutivo, que terá prole e cuidará dela em função do amor.

Numa outra chave de análise, destacamos um interessante texto de Bourdieu (1996), sobre *O espírito de família*, no qual o autor refere que a definição dominante de família se apóia numa

> constelação de palavras – casa, unidade doméstica, *house, home, household* – que, sob a aparência de descrevê-la, de fato constróem a realidade social. De acordo com essa definição, a família é um conjunto de indivíduos aparentados, ligados entre si por aliança, casamento, filiação, ou, excepcionalmente, por adoção (parentesco), vivendo sob um mesmo teto (coabitação). Alguns etnometodólogos chegam a dizer que o que aceitamos como realidade é uma ficção especialmente construída através do léxico que recebemos do mundo social para nomeá-la. (Bourdieu, 1996: 124)

Sendo apenas sua reflexão sobre o espírito de família um apêndice para refletir sobre casos concretos que ilustrariam sua teoria sobre a relação entre estrutura, habitus e práticas, Bourdieu aponta que família é uma palavra de ordem, uma categoria e, em conseqüência, um princípio coletivo de construção da realidade. Uma espécie de ficção social que atua ao mesmo tempo como descrição e prescrição, produtora de realidade que, por sua vez, fornece «o modelo de todos os *corpos sociais*» mediante ritos de instituição, que organizam de maneira duradoura sentimentos em torno da família como unidade integrada, estável e indiferente às flutuações dos sentimentos individuais; e no qual se instituem as «*afeições obrigatórias* e as *obrigações afetivas do sentimento familiar* (amor conjugal, amor paterno e materno, amor filiar, amor fraterno, etc» Bourdieu, 1996: 129).

A família tornou-se, como observa Francisco Ortega (2000), o monopólio do afeto, da qual são excluídas ou impossíveis de representação relações afetivas e sexuais duradouras, como as referidas acima no trabalho de Mariza Corrêa. Ortega, procurando realizar uma genealogia da amizade, afirma que se o amor romântico se constituiu como um «ideal sentimental hegemônico», corresponde a uma realidade antipolítica, visto que referido a «uma sociedade voltada para a interioridade na procura de verdade, do sentido, da autenticidade, da satisfação, e que contempla o mundo como sendo hostil a essa busca» (Ortega, 2000: 30). A esse amor-paixão-romântico o autor contrapõe o *amor mundi* – no sentido arendiano – no qual seria possível criar e recriar

relações não-fraternas voltadas para o espaço público. Segundo Ortega, Arendt visualiza na amizade relações que exprimem mais a humanidade e as diferenças do que a fraternidade porque a primeira está voltada para o público; enquanto que a fraternidade suprime a pluralidade por ser uma «comunidade identificatória» sob a condição de irmandade dos iguais.[4]

> (...) ao traduzirmos nossas formas de sociabilidade em metáforas familiares procurando «albergue e fortificação», segurança «num mundo inóspito e estranho» através da formação de parentescos e analogias, suprimimos o potencial político contido nelas. A advertência arendiana é clara: o preço do desejo de segurança e conforto mediante o estabelecimento de parentescos é a «perversão fundamental do político», pois suprime-se a pluralidade, condição da política. (Ortega, 2000: 31).

Embora as inquietações de Ortega estejam longe das preocupações antropológicas dos estudos de família e parentesco, resultam-nos inspiradoras, na medida em que pensando a vida política, a dimensão publica, o autor chama a atenção para como as relações na nossa sociedade são monopolizadas pela família, na medida em que os laços fraternos servem sempre de metáfora para as mesmas, pautadas em modelos e formas de ação pre-estabelecidas, tirando o poder de criatividade e invenção dos seres humanos, pois «as possíveis formas de vida em comum não se esgotam necessariamente na família ou no matrimônio» (Ortega, 2000: 41). O autor observa, também, que desconstruir a inspiração fraterna e familiar, como as únicas e possíveis formas de vida em comum, têm como consequencia questionar nosso pertencimento a determinados grupos sociais como algo natural e dado. E ainda afirma que:

> Vivemos em uma sociedade na qual as relações permitidas são extremamente reduzidas e simplificadas, já que uma sociedade que aceitasse e fomentasse um número maior de relações seria extremamente complexa de administrar e controlar. Todavia, os processos de diferenciação e de liberação característicos da sociedade contemporânea permitem questionar e relativizar a validade e o alcance dos vínculos orgânicos que garantiam a coesão das sociedades tradicionais: religião, família, trabalho, comunidade. (Ortega, 2000: 41).

Com sua genealogia da amizade, o autor se propõe abalar nossas formas de pensar, sentir, amar e agir, o que nos resulta, como dito acima, bastante instigante para pensarmos antropologicamente experiências de cuidado, afeto e companhia à margem das relações parentais. Esta pesquisa, logicamente, não tem como intuito propor a invenção de novas formas de relações, mas tenta explorar e trazer à luz a criatividade e invenção dos seres humanos que, conjeturamos, são obnubiladas por discursos reguladores, pelas políticas voltadas para a convivência e, principalmente, pelos modelos de análise comumente empregados que também reproduzem e assumem o monopólio das relações familiares. Parece-nos, como aponta Bourdieu (1996), que é necessário atentar para que o modelo de análise não se nos torne uma realidade única e absoluta.

Relações irrepresentáveis?

Atualmente na antropologia, como também em outros campos de estudo, discussões em torno da antropologização do mundo vêm tomando vigor. Um denominador comum dessa discussão aponta a fundação do humanismo na ciência renascentista e, especialmente na formulação cartesiana que, entre outras questões, estabeleceu a distinção entre humanos animais. O animal (irracional) passa a ser entendido como antítese do humano (supostamente irracional), como lembra Taddei (2014). No entanto, segundo este mesmo autor, tal idéia se contrapõe à pratica da existência cotidiana da humanidade (em varias culturas e épocas), entre as que é possível identificar relações mediadas por outro tipo de entendimento, bem seja porque em algumas sociedades não-

4 Ao respeito, ver também Agamben (2009)

ocidentais se atribui aos animais alguma forma de consciência e personalidade (Viveiros de Castro, 2002, 2012; Descola, 1998, 2006; Ingold, 1995, 2007, 2014; Velden, 2012).; ou porque «integram-se na ecologia emocional das famílias humanas de forma significativa, construindo maneiras inteligentes de comunicar suas emoções» (Taddei, 2014: s/p).

Nota-se, nas últimas décadas, uma mudança nas relações de coabitação entre humanos e animais, principalmente no que diz respeito à relação com animais domésticos tidos como de estimação/companhia, que apontam para a diluição da fronteira entre espécies (Haraway, 2003, 2008; Kulick, 2009, Segata, 2012, entre outros). É possível inferir tais mudanças em várias dimensões, sendo uma delas a do mercado, por exemplo, com um substantivo crescimento de estabelecimentos comerciais orientados especificamente para a comercialização de produtos e serviços destinados para o que se convencionou chamar de «mercado o negócio pet»[5] Outro elemento que pode evocar a dinâmica integrada de tais relações é o uso, que se tornou freqüente por volta de 2010 no Brasil, de decalques colados na traceira dos carros conhecidos como adesivos da «família feliz" (figura 1). Tal família é composta por bonequinhos e figuras de animais que, em teoria, representariam a família do dono do veículo. As figuras são vendidas avulso, de maneira que cada um pode compor sua família, sendo bastante comum a inclusão de animais de estimação/companhia junto a elementos humanos, como na representação gráfica do que as pessoas concebem como seu grupo familiar.

Figura 1 – Desenhos ilustrativos da Família Feliz

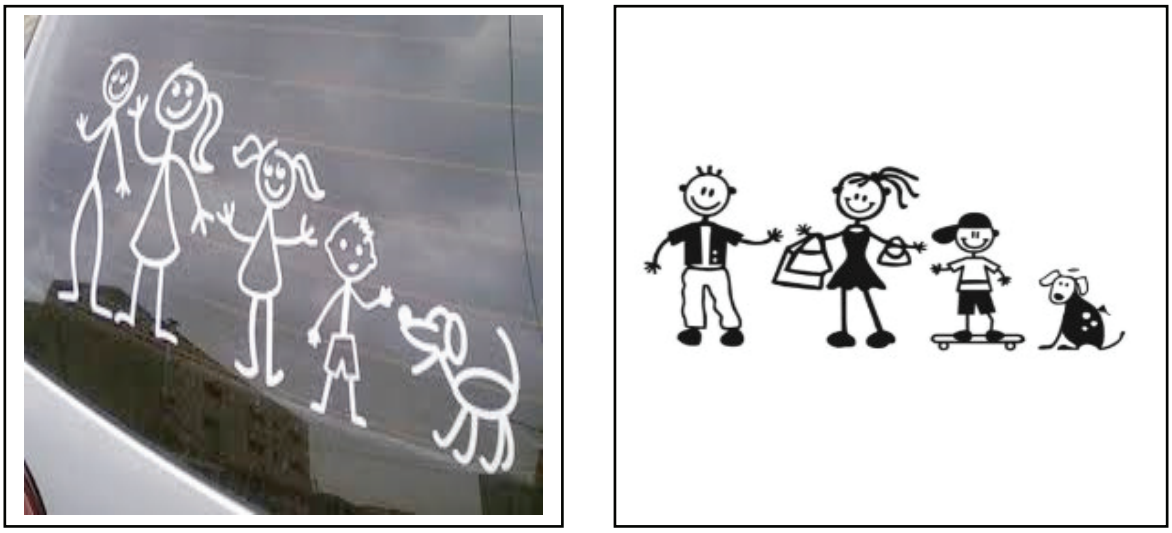

Fonte: autora

A despeito de tais composições ser ou não uma moda, corresponder ou não a uma realidade e a despeito das análises que podem ser feitas sobre a publicização da identidade ou da vida íntima, o que nos chama a atenção é a inclusão que as pessoas fazem de animais de diversas espécies – com amplo destaque para gatos e cachorros –, para representar o que elas concebem como sua família, indicando a estreita proximidade desse convívio.

Tal proximidade, embora apenas comece a ser timidamente um objeto de análises sociológico e antropológico, não passa despercebida pelo mercado imobiliário. Destacamos apenas uma das várias matérias de jornal (Campos, 2014), na qual o gerente de um empreendimento imobiliário anota que «animais também fazem parte da família», motivo pelo qual projetar espaços para animais foi uma demanda identificada pela construtora. Espaços chamados *de pet play, pet place, pet care, pet walk, space dog, pet garden, pet space, clube do cão* dão um toque diferencial ao projeto que eles promovem.

5 No Brasil circula a revista Negócios Pet, uma publicação mensal da Editora Pecon, com tiragem de 10 mil exemplares, distribuída para empreendedores desse ramo e clínicas veterinárias.

Figura 2 – *Pet play*

Fonte: http://revistapegn.globo.com/Noticias/noticia/2014/05/empresa-projeta-espacos-para-animais-dentro-de-condominios.html

A questão que colocamos é como analisar antropologicamente tais fenômenos e a partir de quais categorias. Para tal, recorremos a algumas reflexões que vem do campo de estudos de gênero e sexualidade. Ao considerar a pertinência analítica e política de categorias imaginadas para o estudo de «camadas medias, urbanas, brancas ou 'ocidentais'» – tais como sexualidade, erotismo, gênero e amor – em outros contextos ou para o estudo de outros grupos sociais, Viveros-Vigoya (2014: 44, 46) observa que o que se categoriza como ocidental, branco e de classe media não constitui realidades totais; e, além do mais, que ao considerar a complexidade das relações afetivas se faz necessário «adoptar marcos de comprensión flexibles e inductivos que nos permitan captar 'otras' posibilidades de vivir... ».

A autora afirma que para dar conta de agenciamentos e invenções é necessário adaptar perspectivas de análise que abordem praticas sociais que estariam em «zonas grises», onde poderíamos localizar as relações com animais de estimação/companhia que, a despeito de terem lugar de destaque em alguns núcleos familiares, são negligenciados da análise do social, por esta ser entendida como constituída, apenas, pela espécie e os agenciamentos humanos.

Um marco de análise que resulta ser de interesse, a ser explorado para os objetivos desta pesquisa, surge das contribuições teóricas de Tim Ingold, que procura redefinir a antropologia como «uma investigação sobre as condições e potencialidade da vida humana no mundo em que todos habitamos» (Ingold, 2012: 35 apud Bonet, 2014: 330), para o qual esse autor propõe «seguir o que está acontecendo, rastrear as múltiplas trilhas das coisas em seu fazer coisas, onde quer que elas nos guiem» (Ingold, 2012: 48 apud Bonet, 2014, p.)[6]

Na perspectiva ecológica e relacional proposta por Ingold, trata-se de pensar «o organismo não como uma entidade discreta e pré-programada, mas como um lócus de crescimento e desenvolvimento concreto dentro de um campo contínuo de relações» (Ingold, 2008: 31, apud Bonet, 2014: 334). Ao pensar em termos de «habitar o mundo», como ele propõe, o mundo se faz orientado por matrizes de movimento (regiões), e não por mapas dentro de nossas cabeças. Os lugares não têm uma posição, mas sim historias, os mesmos são unidos

6 Cabe aqui destacar a semelhança – ainda a ser explorada – dessa formulação com a proposta teórica de Bruno Latour (2008), embora Tim Ingold (2014) recuse explicitamente qualquer proximidade com este último.

pelas historias de seus habitantes (linhas ao longo das que se vive a vida), por movimentos que envolvem criatividade e improvisação, não em um mundo em rede preexistente, mas numa malha de linhas de vida: «se os itinerários estão sujeitos a constantes improvisações dos agentes, então não se pode falar de percursos previstos e, portanto, de uma rede que preexista aos movimentos dos agentes, mas de uma malha de linhas que vai sendo construída nos fluxos e nos processos» (Bonet, 2014: 337).

Ao falar da antropologia como uma investigação especulativa e prospectiva – que olha para frente, em oposição a uma a etnografia retrospectiva, Ingold se refere à aprendizagem com os outros, à possibilidade de «encontrar formas alternativas de viver», que podem expandir nossas formas e fontes de conhecimento. É disso que trata a pesquisa proposta: explorar as formas alternativas de viver e a criatividade das pessoas, que são obscurecidas ou obnubiladas ao predefinirmos, por exemplo, seu enquadramento ou pertencimento a formas pré-estabelecidas tais como as relações de parentesco e familiares, considerando apenas agentes humanos.

Também parece pertinente para os propósitos desta pesquisa a «abordagem relacional das coisas» que propõe esse autor; o mundo não como algo constituído de entidades particulares individuais, mas constituído pelo movimento, relações e fluxos «um mundo dinâmico em seu movimento, e as coisas que observamos nele como emergindo desse movimento» (Bonet, 2014: 311). A ênfase coloca-se, então, nas relações e não nas entidades, apenas humanas, tradicionalmente pensadas como definidoras ou únicos sujeitos possíveis de produzir ações, agenciamentos. Como concebe Latour (2005), a sociedade se produz na ação, nas relações, nos encontros de ações ou agenciamentos que não são exclusivamente humanos.

Bonet, propõe, a partir do Ingold, um uso estendido do conceito de cuidado, como uma categoria situacional e metafórica, pois apresenta uma qualidade mais fluida e plástica. Nesses termos, para este autor a categoria de cuidado não é entendida no sentido biomédico referida à saúde (que envolve uma dimensão biológica ou terapêutica), mas a ações nas quais o «cuidado abrange, também, a dimensão política das ações cotidianas do cuidar...» (Bonet, 2014: 337) – cuidar ocupa um lugar central na vida humana e, seguindo Joan Tronto (2009, apud Bonet, 2014: 337) este «conceito de cuidado servirá como a base para repensar os limites morais e, por extensão, o terreno do moral e da vida política». Nessa dimensão moral, cuidar se relaciona à passagem do dilema da autonomia ou dependência para a interdependência humana. Cuidar «implica um engajamento com o outro que conduz a uma percepção-ação» (Tronto, 2009: 102, apud Bonet, 2014: 337) e envolve os objetos e o entorno no qual as ações de cuidado são desenvolvidas, tendo uma função social e política na cultura.

Famílias com membros animais

A dinâmica das relações entre humanos e aqueles animais que são trazidos para o ambiente doméstico (que denominamos como animais de companhia), vêm ganhando um caráter intimista, baseado na reciprocidade das interações, transcendendo a esfera utilitária da posse de animais (como a caça e guarda de propriedade, por exemplo), para constituir relações pautadas pela afetividade (Pessanha e Portilho, 2008; Kulick, 2009).

Como dito acima, torna-se expressivo deste fenômeno a proliferação de lojas especializadas para produtos animais (*Pet shops*) que ofertam uma gama diversa de artigos para animais de companhia. Entre estes, encontramos não só produtos alimentícios dos mais diversos sabores, marcas e receitas, como também roupas, coleiras, brinquedos e outros mimos. Este nicho de mercado, conhecido como *fenômeno pet*, também é indicativo do crescimento do número de lares nos que as pessoas convivem com animais de companhia no Brasil (Radar Pet, 2009).

Além de encontrarmos um mercado especifico voltado para animais de companhia, ocupando uma parte do orçamento familiar (Rios, 2010), não é incomum encontrarmos pessoas se referirem a seus animais de companhia como *filhas* ou *filhos*. Em matéria publicada no Jornal *Folha de S.Paulo* (Rosseto, 2011), lemos que a proprietária de um Golden Retriever, cujo nome é Cleópatra Breezy, apelidada de Cléo, declara: «Eu me sinto absolutamente mãe da Cléo. Eu me pego falando com ela, chamo de filha. A Cléo convive mais comigo do que qualquer outro ser, então a gente criou uma ligação muito forte. Eu sou a referência de proteção e de segurança para ela». Não é mera coincidência que tal matéria tenha sido publicada no dia das mães, procurando outros jeitos de algumas mulheres se sentirem mães.

Outro grande destaque que chama nossa atenção é o significativo aumento no número de matérias jornalísticas em programas de televisão cujo tema é o bem-estar animal, bem como as relações de coabitação estabelecidas entre humanos e animais de estimação/companhia como cães e gatos[7], em contraste com quadros televisivos que tomam animais como curiosidades dadas algumas habilidades peculiares como discernir entre objetos, fazer contas simples de adição e habilidades físicas.

Na esperança de contribuir para a fruição deste campo no Brasil, uma vez que o país demonstra notória envergadura para a exploração do tema, estamos realizando este trabalho em conjunto com alunos de graduação em ciências sociais, com os quais buscamos a aproximação inicial do tema. Parte do trabalho empírico foi realizado como uma iniciação científica do aluno Danilo Sanches Santos, na qual entrevistamos famílias que estabelecem relações de coabitação com animais de estimação/companhia. Orientamos nossos esforços no sentido de compreender de que maneira estas relações se dão, quais são os contornos que o animal ganha no seio familiar, qual é a relevância do mesmo neste grupo, bem como a maneira pela qual as pessoas que com ele coabitam o entendem.

Buscamos uma primeira aproximação à relação entre humanos e animais entrevistando algumas famílias na cidade de Londrina-PR, buscando compreender sob quais condições tais relações se estabelecem, e quais características estas relações adquirem no decorrer de seu acontecimento. Nesta apresentação destacamos um dos casos analisados: o do senhor Paulo e sua cachorra Giuli.

Senhor Paulo costuma passear todas as manhã no Lago Igapó com Giuli, sua cadela poodle. Foi durante um desses passeios rotineiros que fizemos contato com ele. Ele está na casa dos 60 anos, é casado e pai de uma filha de 25 anos. A entrevista foi realizada no saguão do prédio de classe media onde mora, mas durante a mesma não contamos com a presença de sua cadela Giuli.

Pensando com Konecki (2007) sobre a dicotomia animal/humano, percebemos nas falas do Senhor Paulo a noção que informa, por excelência, a categorização do animal na cosmologia ocidental. Paulo reitera várias vezes que sua cadela é muito inteligente e que, de fato, compreende as situações, inclusive, ela mesma «toma decisões».

Sobre a coabitação estabelecida com os animais, vale dizer que no apartamento do Senhor Paulo, Giuli tem livre acesso aos cômodos, inclusive conta com espaço próprio dentro da casa, localizado na área de serviço, referido em algum momento pelo Paulo como o «quartinho dela». Na casa de Paulo, à Giuli não é atribuída alguma função específica, porém seu bem-estar é uma preocupação recorrente, pelo menos para o Paulo.

Tratando dos cuidados dispensados aos animais de estimação/companhia, quando o Paulo fala sobre os mesmos se nota um caráter próximo, intimista ao reiterar a atenção que dispensa a Giuli: além do passeio que fazem diariamente juntos, as vacinas são atualizadas periodicamente, lembradas pelo veterinário que costuma ligar sempre em sua casa para avisar da atualização das mesmas; os banhos semanais são dados pelo Paulo, assim como a higiene das patas e do ânus, após o passeio rotineiro. Na sua fala observa-se nitidamente o caráter afetivo dos cuidados que dispensa para sua cadela.

Sobre o papel dos animais de estimação/companhia na organização do grupo familiar encontramos que o Paulo não tem dúvidas ao afirmar que Giuli é um membro da família, à qual se refere como a «quarta pessoa da família», embora não atribua uma categorias de parentesco para a cadela. Vale ainda pensar, a partir destes elementos, como estas diferenças informam os hábitos de consumo dos proprietários com relação aos seus animais de estimação/companhia, quais produtos e serviços são consumidos, quais cuidados são dispensados e qual é a recorrência destes cuidados no cotidiano familiar. Também cabe ainda explorar como estas possíveis rupturas ou continuidades informam as responsabilidades morais e éticas para com os animais, assumidas pelos proprietários entrevistados.

---

7 Somente em 2011, o programa Repórter Record apresentou quatro matérias relacionadas a animais, o que não é desprezível uma vez que o programa vai ao ar durante o horário nobre aos domingos. O Jornal da Band apresentou uma série chamada "A invasão dos Cães". Fora matérias pontuais em outros telejornais e programas de variedades de outras emissoras, sem contar programas de emissão internacional como o *Encantador de cães*, com Cesar Millan, e outros que vão na mesma linha.

Algumas considerações iniciais

A partir Konecki (2007), entre outros autores, consideramos importante pensar as particularidades das explicações ocidentais que têm influenciado a reflexão em termos abstratos da descontinuidade entre o humano e o animal. Em outras palavras, admitimos provisoriamente que antes de condicionar tal descontinuidade, esta pode vir no sentido de *informar* as relações estabelecidas. O caráter que tais relações venham a tomar pode ser perpassado por outros fatores como a frequência do contato, concepções filosóficas, conhecimentos científicos, experiências anteriores e atuais com animais, etc. As caracterizações antropomórficas ou animalistas seriam, antes de tudo, estabelecidas no plano cultural.

Consideramos que a antropomorfização, que constantemente se faz na relação com animais de estimação, possa ser pensada a partir da experiência, da identificação de traços singulares do animal específico com o qual se estabelece a relação de cuidado, ao qual se atribuem características geralmente consideradas humanas. Todavia, outra forma de antropomorfização pode ser considerada levando em conta a disseminação do chamado mercado pet, que a despeito de criar ou responder a uma demanda, pode favorecer a ideia do animal de companhia/estimação como «consumidor». Logicamente, uma manifestação de um consumo condicionado e mediado pela subjetividade do proprietário, que irá selecionar o tipo de objetos e serviços a serem oferecidos para suas mascotes, de acordo com as percepções e propriedade que lhe confere às mesmas.

A relação afetiva e de cuidado, muitas vezes manifesta no tratamento dispensado, no cotidiano vivido e através do consumo de produtos para «mimar» os bichos podem apontar para pensar a inserção dos pets nas famílias. Nestas primeiras aproximações ao «fenômeno pet», feitas a partir da análise de um fragmento do mercado pet, das entrevistas realizadas e das observações participantes em diversos contextos nos quais essa relação se destaca, observamos que as mascotes parecem ocupar lugares de diferente natureza: ora são considerados «quase-pessoas», ora são considerados «quase-objetos» (bibelôs ou brinquedos) nos quais seus proprietários se projetam. Resta saber se existe alguma espécie de conexão entre essas formas de antropomorfizacão e se tal antropomofização se torna uma condição para as «novas» formas de relação entre humanos e algumas espécies animais.

Cabe indagar em maior profundidade a proficuidade das categorias «quase-pessoa» e «quase-objeto» para analisar esta relação, como também pensar as questões que levam ao *escalonamento* das espécies animais com as quais se estabelecem relações de estimação/companhia, que criam conexões para além da partilha de substancias, demarcação de direitos e de obrigações

Fonseca (2203), ao analisar a contribuição dos estudos feministas nos estudos de parentesco, destaca a capa do livro *Relative Values,* de McKinnon e Franklin (2001), uma espécie de «nova bíblia de estudos de parentesco», resultante da conferência «Feminismo e teoria de parentesco», realizada na Itália, em 1982. A capa traz um bizarro retrato de família, realizado por Julio Galán, artista mexicano que revela um casal de gato (mãe) e cachorro (pai) e, no meio deles, um menino humano, sendo que todos eles aparecem com corpos enfaixados como múmias egípcias. Vale a pena considerar tal provocação para pensar a possibilidade de levar as relações inter-especieis para o campo de estudos de parentesco, ao estes estarem mais voltados para a analise do significado cultural vinculados à pratica social, observando o uso que se faz dos símbolos culturais. Tratar-se-ia de indagar as diferentes maneiras de fazer parentesco, superando análises estáticas da cultura e separadas da ação e introduzindo processos históricos na formação e transformação dos processos sociais (Bestard, 1991: 87). Yanagisako, uma antropóloga feminista, por sua vez, citada por Bestard (1991: 88) coloca que o que se pode pensar, em termos da questão cultural à qual o parentesco responde, é como organizar conceitualmente e fazer significativos os modelos mutáveis de solidariedade.

Cabe assim começar a nos perguntarmos em que ordem estaria a relação entre humanos e animais em sociedades urbanas, sob qual ótica analisar este fenômeno, ou se estas estariam dentro da categorias de fenômenos irrepresentáveis dentro dos estudos de família e de parentesco. Dito de outro modo, questionamo-nos sobre a pertinência ou não dos estudos de família e de parentesco para analisar as relações entre humanos e bichos de estimação nas quais, alguns bichos são, por vezes, chamados de "filhos" ou recebem nome humano e sobrenome do/a tutor/a, num momento no qual as fronteiras entre estas espécies se diluem, como afirma Kulick (2009). Sendo assim, não caberia pensar, neste caso, o parentesco em termos descendência ou atrelado

a simbolismos de reprodução sexual, descendência, demarcação de direitos e obrigações, mas que não por isso estas relações deixam de ter implicações na ordem do afeto e das relações de cuidado.
As reflexões apresentadas aqui, ainda em fase muito inicial, procuram contribuir para o alargamento de conceitos e noções que, tradicionalmente atribuídos às relações familiares e de parentesco, podem não são exclusivas das relações entre humanos. Seria uma tentativa de alargar a compreensão dessas experiências, a partir das praticas dos sujeitos sem confiná-las previamente a relações ou modelos de análise pré-estabelecidos, nem psicologizar ou moralizar tal relação. Se considerarmos a formulação de Bestard sobre a importância da analise do significado cultural vinculado à pratica social, observando o uso que as pessoas fazem do parentesco como símbolo cultural, temos a possibilidade de ampliarmos a nossa visão sobre o assunto, dando espaço para a evocação metafórica que as pessoas fazem das relações familiares ao fazé-las extensivas a seus animais de estimação. Como indica Rivas (2009), seria possível encontrar autênticos *bricoleurs* na arte de «emparentar», ao redefinirmos o parentesco como «uma forma de conexão de grande peso emocional e simbólico» (Fonseca, 2003), pois, como afirma Sahlins (2004), o mundo não tem obrigação de corresponder às categorias por meio das quais é pensado pelos cientistas.

Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. (2009). "O amigo". In AGAMBEN, G.*O que é contemporâneo?* e outros ensaios. Chapecó (SC): Argos.

ARIÉS, Philippe. (1978), *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar.

BESTARD, Joan. (2004), "Tras la biología: la moralidad del parentesco y las nuevas tecnologías de reproducción". *Estudis d'antropologia social i cultural, 12.* Barcelona: Publicacions i edicions de la Universitat de Barcelona.

BESTARD-CAMPS, Joan. (1991), "La familia: entre la antropología y la historia". *Papers: Revista de Antropologia,* 36, pp.79-91.

BONET, Octavio. (2014), "Itinerações e malhas para pensar os itinerários de cuidado. A propósito de Tim Ingold". *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, 4 (2), pp. 327-350.

BOURDIEU, Pierre. (1996), "Apêndice – O espírito de família". In: BOURDIEU, P. *Razões práticas:* sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus.

CAMPOS, Cristiane (2014), "Condomínios oferecem espaços exclusivos para os bichos de estimação". *Jornal O Dia*, 08/09/2014 – Disponível em http://odia.ig.com.br/noticia/imoveis/2014-09-08/condominios-oferecem-espacos-exclusivos-para-os-bichos-de-estimacao.html [Consultado em 10/12/2014]

CARSTEN, Janet. (2000), "Introduction: cultures of relatedness". In: CARSTEN, J (Ed.) *Cultures of relatedness.* New approaches to study of kinship. United Kingdom: Cambridge University Press.

CORRÊA, Mariza. (2012), "Gênero, genealogia & as novas famílias". *Mediações,* Londrina, 17 (1), pp.191-215.

COSTA, Jurandir Freire. (1999), *Ordem médica e norma familiar.* Rio de Janeiro: Edições Graal,

DESCOLA, Philippe. (2006), "Comércios", "A magia das roças". *As lanças do Crepúsculo*, São Paulo, Editora Cosac-Naify,

DESCOLA, Philippe. (1998), "Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia". *Mana,* 4 (1), pp. 23-45, Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/mana/v4n1/2425.pdf [Consultado em junho de 2013]

FONSECA, Claudia. (2003), "De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre "transpolinização" entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia". *Ilha*, 5 (2), pp. 5-31.

FONSECA, Claudia. (2006), "Da circulação das crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse", *Cadernos Pagu,* 26, pp. 11-46.

FONSECA, Claudia. (2007), "Apresentação - de família, reprodução e parentesco: algumas considerações", *Cadernos Pagu*, 29, pp. 9-35.

FONSECA, Claudia. (2010), "Família e parentesco na antropologia brasileira contemporânea". In: MARTINS, Carlos B.; DUARTE, Luiz F. (Coords.) *Horizontes das ciências sociais:* antropologia. São Paulo: ANPOCS.

GRAU REBOLLO, Jorge. (2004a), "A propósito de Schneider". *Quaderns-e de l'Institut Català d'Antropologia,* 03 (a), Disponível em: http://www.raco.cat/index.php/QuadernseICA/article/view/51424. [consultado em julho de 2014]

GRAU REBOLLO, Jorge. (2004b), "Parentesco y adopción. *Adoptio imitatur naturam Nature VS. Nurture?".* *Quaderns-e de l'Institut Català d'Antropologia,* 03 (a), Disponível em: http://www.raco.cat/index.php/QuadernseICA/article/view/51421/122931. [consultado em julho de 2014]

HARAWAY, Donna. (2003), *The companion species manifesto.* Dogs, people, and significant otherness. Chicago: Prickly Paradigm Press.

HARAWAY, Donna. (2008), *When species meet.* Minneapolis: Universidade de Minessota.

HARAWAY, Donna. Se nós nunca fomos humanos, o que fazer? Entrevista com Donna Haraway. *Ponto Urbe 6.* Disponível em http://www.pontourbe.net/edicao6-traducao [consultado em julho de 2014]

INGOLD, Tim. (1995), "Humanidade e animalidade". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Disponível em: http://www.cdsa.ufcg.edu.br/portal/outras_paginas/arquivos/aulas/marcio_caniello/introd_a_antropologia/INGOLD_Humanidade_e_Animalidade.pdf [Consultado em novembro de 2011]

INGOLD, Tim. (2007), Introdução a O que é um animal? *Antropolítica*, 22, PP. 129-150. Disponível em: www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista_antropolitica_22.pdf [Consultado em outubro de 2013]

INGOLD, Tim. (2014), A antropologia como participante de uma grande conversa para moldar o mundo. Entrevista com Tim Ingold. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, 4 (2), pp. 303-326.

KONECKI, Krzysztof. (2007), Pets of Konrad Lorenz. Theorizing in the social world of pet owners. *Qualitative Sociology Review*. Polônia, 3 (1), pp. 110-127.

KUPER, Adam. (2002), *Cultura:* a visão dos antropólogos. Bauru, SP: EDUSC.

LATOUR, Bruno. (2008), *Reemsablar lo social*. *Una introducción a la teoría del actor-red.* Buenos Aires: Manantial.

LOBO, Andrea. (2011), "Making Families" Child mobility and familiar organization in Cape Verde. *Vibrant,* 8 (2), pp. 196-219.

MACHADO, Igor José de Renó. (2013), *A antropologia de Schneider:* pequena introdução. São Carlos: EdUFSCar.

MARCELIN, Louis H. (1999), A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo baiano. *Mana,* 5(2), p. 31-60.

McCALLUM, Cecilia; BUSTAMANTE, Vania. (2012), Parentesco, gênero e individuação no cotidiano da casa em um bairro popular de Salvador da Bahia. *Etnográfica*, 16 (2), p.221-246.

ORTEGA, Francisco. (2000), *Para uma política da amizade:* Arendt, Derrida, Foucault. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

ORTEGA, Francisco. (2002), *Genealogias da amizade.* São Paulo: Editora Iluminuras.

PESSANHA, Lavínia; PORTILHO, Fátima. (2008), Comportamentos e padrões de consumo familiar em torno dos "pets". *IV Encontro Nacional de Estudo do Consumo.* Rio de Janeiro, RJ., 24 a 26 de setembro.

RIOS, Cristina. (2010), Manter um amigo fiel custa caro. *Gazeta do Povo.* 21/02/2010. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?tl=1&id=975778&tit=Manter-um-amigo-fiel-custa-caro [Consultado em 11/05/2012].

RIVAS, Ana Maria. (2009), Pluriparentalidades y parentescos electivos. Presentación del volumen monográfico. *Revista de antropología social,* 18, pp. 7-19.

ROSSETO, Luciana. (2012), Mulheres que tratam cães como filhos querem lugar no Dia das Mães. *Portal G1*. 07/05/2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/dia-das-maes/2011/noticia/2011/05/mulheres-que-tratam-caes-como-filhos-querem-lugar-no-dia-das-maes.html [Consultado em: 11/05/2012]

SAHLINS, Marshall. (2004), "Experiência individual e ordem cultural". *Cultura na prática.* Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

SEGATA, Jean (2012), "Uma nova epidemia: a depressão canina e os seus dispositivos. Trabalho apresentado na *28ª. Reunião Brasileira de Antropologia*, realizada em São Paulo, entre 2 e 5 de julho.

SHORTER, Edward. (1995), *A formação da Família Moderna.* Lisboa: Terramar.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE ANIMAL. COMISSÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA. (2009), *Radar Pet.* Pesquisa realizada por Diferencial Pesquisa de Mercado. Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.crmvrs.gov.br/360.pdf>. [Consultado em: 11/05/2012].

STRATHERN, Marilyn. (1999), *Property, substance and effect. Anthropological essays on persons and things.* London and New Brunswick, NJ: The Athlone Press.

TADDEI, Enzo. (2014), *Admirável mundo novo animal*. Disponível em: http://www.canalibase.org.br/admiravel-mundo-novo-animal/ [Consultado em outubro de 2014].

VELDEN, Felipe. (2012), *Inquietas companhias.* Sobre animais de criação entre os Karitiana. São Paulo: Alameda.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. (2002), *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. (2012), "Transformação" na antropologia, transformação da "antropologia". *Mana,* 18(1), p. 151-171.

VIVEROS-VIGOYA, Mara. (2013), Alteridad, género, sexualidad y afectos. Reflexiones a partir de uma experiência investigativa en Colombia. *Cadernos Pagu* (41), julho-dezembro, pp. 41-52.

YANAGISAKO, Sylvia; COLLIER, Jane. (1987), Gender and kinship reconsidered: Toward a unified analysis. In: *Gender and Kinship: Essays Toward a Unified Analysis.* Yanagisako, Sylvia; Collier, Jane (eds).

O idoso no direito de família: entendimentos jurisprudenciais

The elderly in family law: jurisprudence perceptions

Sheila Marta Carregosa Rocha[1]

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti[2]

Resumo: A procura do Poder Judiciário pelas pessoas idosas confunde-se com o crescimento da população idosa brasileira. Segundo o IBGE, 12,3% da população em 2013 é de idosos, mas não há dados de acesso das pessoas idosas ao Judiciário. Como a pessoa idosa é percebida pelos tribunais na perspectiva do Direito de Família? Para responder a este questionamento foram levantadas as jurisprudências nos sites do STF e STJ, que envolvem causas sobre Casamento, Divórcio e Alimentos, sendo uma das partes, maior que 60 anos, no período compreendido entre 2012 e 2014. Para compreender a concepção adotada por esses tribunais no tratamento dispensado à pessoa idosa, há que se refletir se há uma interpretação restritiva ou extensiva da norma, em decorrência da idade. Este artigo objetiva discutir o papel social do idoso na família e como ele é enfrentado pelo Estado, através do Judiciário.

Palavras-Chave: Família; Idoso; Poder Judiciário.

Abstract: The demand of the Judiciary for the elderly gets confused with the growth of the elderly population. According to IBGE, 12,3% of the population in 2013 is elderly, but there is not data access of older people to the Judiciary. How to elder is perceived by the courts in view of Family Law? To answer this question were raised the Jurisprudence in the STF, STJ and TJBA sites, involving causes about Marriage, Divorce, Food, Guard, Property family and Adoption, which one of the parties, plaintiff or defendant, is equal to or greater than 60, in the period between 2011 and June 2014. To understand the concept adopted by these courts in the treatment of the elderly, it is important consider whether there is a narrow or a broad interpretation of the standard, due to age. This article discusses the relevance of the social role of the elderly in the family and how he is faced by the State, through the Judiciary.

Keywords: Elderly. Family Law. Judiciary.

Introdução

No Brasil, a pessoa idosa é aquela que conta com 60 (sessenta) anos ou mais. O critério etário foi utilizado pela Organização Mundial da Saúde em 2002, definindo para os países desenvolvidos, a exemplo de Portugal, como sendo aquelas pessoas maiores de 65 (sessenta e cinco) anos, e para os países em desenvolvimento, para não classificar como subdesenvolvidos, acima de 60 (sessenta) anos, considerando que nos países desenvolvidos há mais recursos que levam à longevidade maior que nos outros países.

---

1 Doutoranda em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador, Bahia, Brasil, com estágio de doutoramento na Universidade do Porto; Bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior); Pesquisadora do NPEJI; Professora do Centro Universitário Estácio da Bahia; e-mail: sheilamarta@ig.com.br; GT 5A: FAMÍLIA E PARENTESCO: PESSOA, GÊNERO, RECONFIGURAÇÕES E DINÂMICAS TRANSFORMATIVAS.

2 Pós-Doutorado em Humanidades pela Universidad de Salamanca; Doutora em História pela Universidad de Leon; Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto sensu de Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador; Bahia, Brasil; Coordenadora do NPEJI; e-mail: vanessa.cavalcanti@uol.com.br ; GT 5A: FAMÍLIA E PARENTESCO: PESSOA, GÊNERO, RECONFIGURAÇÕES E DINÂMICAS TRANSFORMATIVAS.

Certamente, se há um maior crescimento da população idosa, haverá uma maior demanda ao Poder Judiciário. Nas causas relativas ao Direito de Família, está instituída tanto no Texto Constitucional de 1988, no art. 226, quanto na lei infraconstitucional, que é o Código de Processo Civil de 1973, que a competência para dirimir conflitos oriundos do universo familiar é dos Estados-Membros, podendo chegar à última instância que será o chamado tribunal da cidadania, que é o Superior Tribunal de Justiça. Somente haverá a possibilidade de chegar à instância máxima, ou seja, ao Supremo Tribunal Federal, quando houver violação aos direitos e garantias fundamentais.

Os tipos de conflitos que são decididos pelos órgãos do Poder Judiciário, pertinentes ao direito de família, quanto aos idosos são: casamento, quanto à mudança do regime de separação obrigatória de bens aos 70 (setenta) anos; alimentos, tanto o idoso credor quanto devedor, na obrigação avoenga; e divórcio com partilha de bens.

Quando a família não tem condições de prestar alimentos ao idoso, então o Estado tem essa obrigação, através do direito previdenciário, que é uma espécie de Estado assistencialista na prestação do benefício de prestação continuada (BPC) que corresponde a um salário-mínimo, e aqui há uma significativa incidência de demanda judicial, por causa dos critérios legais, principalmente se discute o máximo de renda mensal até ¼ do salário mínimo, para que o idoso possa ter direito a perceber esse valor.

Utilizou-se como metodologia a abordagem quanti-qualitativa, no acesso aos sítios do STF e do STJ, no período compreendido entre 2012 e 2014, das demandas que envolvem essas temáticas específicas. Foram levantados com o descritor "idoso", 29(vinte e nove) documentos do STF, sendo 8 (oito) em 2014, 11(onze) em 2013 e 10(dez) em 2012, mas nenhum a temática versava sobre o direito de família. Enquanto que foram levantados 149(cento e quarenta e nove) documentos do STJ, sendo 41(quarenta e um) documentos em 2014, 52(cinquenta e dois) documentos em 2013 e 56(cinquenta e seis) documentos em 2012. O segundo critério de escolha foi separar os documentos que tinham a temática de natureza civil da penal. Depois, os de natureza civil, quais eram de natureza eminentemente de direito de família.

Depois, adotou-se o método indutivo-interpretativo, escolhendo os casos mais significativos para que fossem analisados, e na análise percebeu-se a interpretação extensiva realizada pelos tribunais superiores, segundo o Texto Constitucional, preservando a dignidade da pessoa humana como princípio norteador de suas decisões, protegendo o núcleo familiar, a sua autonomia e a segurança e bem estar dos indivíduos idosos.

Constatou-se que o Estado somente intervém nas relações familiares quando provocado por um dos membros da família, ou quando o Ministério Público, que tem competência para tal, também demanda em nome do Idoso, como seu substituto processual, mas na defesa do direito do idoso, quando incapacitado. Preserva-se dessa forma o princípio da não-intervenção nas relações familiares, tanto do poder público, quanto as entidades privadas.

1. Metodologia

Pretendeu-se criar uma metodologia que contemplasse a pesquisa de jurisprudências, que são julgamentos realizados por órgãos do Poder Judiciário, de natureza colegiada, logo uma decisão não é monocrática, apenas de um magistrado, mas de um grupo de magistrados, para que haja discussão, pois o debate faz parte da natureza das decisões, onde o poder de argumentação será exercitado e a decisão que norteará aquele tribunal será a que tenha uma maior adesão de seus membros, que julgam de acordo com o princípio constitucional inerente aos juízes, o do livre convencimento motivado, previsto no inciso IX do art. 94 da Carta Magna.

Neste estudo, foram selecionados os julgados pertinentes às matérias de natureza civil, especificamente do Direito de Família, logo referentes ao regime de separação obrigatória de bens, aos idosos que pretendem contrair matrimônio, conforme a lei n° 12.344/2010.

Depois, foram percebidos os julgados referentes aos alimentos, quando os idosos são credores de alimentos, garantidos pelo art. 229 da Constituição da República, além do art. 1.694 do CC/2002, que obriga os descendentes a prestar alimentos aos pais, na carência, na velhice e na enfermidade.

De outra forma, os idosos também são devedores de alimentos aos descendentes de 2° grau em linha reta, ou

seja, os netos, que a doutrina chama de obrigação avoenga, ou seja, é a obrigação legal dos avós prestarem alimentos aos netos, inclusive se não houver prestação, serão alcançados pelos efeitos da lei, culminando, em *ultima ratio*, em prisão civil dos avós. Este tipo de obrigação é mais frequente nos tribunais, porque, subtende-se que os avós são economicamente estabelecidos, através de salário, aposentadoria ou pensão, que podem ser alcançados, mesmo de natureza alimentar, para garantir a proteção integral da criança e do adolescente, que constitui um princípio de natureza constitucional.

Por fim, verificou-se o divórcio, que até 1977, no Brasil não havia essa possibilidade. Primeiro foi implantada a separação de fato, depois judicial, e finalmente o desquite. Para se chegar até o divórcio direto, foi uma longa discussão e transformação de cultura. Hoje com a Emenda Constitucional n° 66/2010, a pessoa que contrai matrimônio, já pode automaticamente requisitar o divórcio, quer seja extrajudicial, quando não envolver filhos menores, nem bens, cuja partilha esteja em discussão, ou filhos incapazes para toda a vida; quer seja judicial, quando uma dessas causas aparecerem.

Quanto ao método interpretativo segundo o texto constitucional, constatou-se que houve uma escolha pela interpretação extensiva da norma, considerando a proteção à pessoa idosa como uma extensão do princípio da dignidade da pessoa humana. Isto significa que houve um alcance praticado pelos juristas, na escolha do tipo de interpretação, garantindo ao idoso uma proteção maior do que está disposto na legislação, pela condição da idade avançada, e também porque, muitas vezes, não há políticas públicas de proteção ao idoso, que viabilizem uma melhoria na sua condição de vida.

A técnica aplicada foi o levantamento teórico pertinente à temática do direito de família, quando se aborda a questão de casamento, divórcio e alimentos. De natureza interdisciplinar, dialogando a ciência jurídica com as outras ciências, a sociologia, a psicologia e a filosofia. Além da pesquisa doutrinária, foi realizada uma pesquisa legislativa, iniciando-se com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que é a lei suprema do país, com o Código Civil de 2002, que regula as relações de natureza eminentemente privadas, e com o Estatuto do Idoso, a Lei 10.741/2003. Ainda que as relações de família sejam reguladas por lei especial, chamada de Estatuto das Famílias, que ainda está em votação final na Câmara dos Deputados, pois já foi aprovada pelo Senado Federal, a outra Casa Legislativa, que debate e aprova as leis brasileiras. E se encontra em discussão justamente o conceito mais adequado para família e a adoção por casais homoafetivos.

2. Entendimentos Jurisprudenciais

O Brasil editou em 2003 o Estatuto do idoso, Lei n° 10.741, que prevê a ordem jurídica de proteção à pessoa idosa – Família, Comunidade, Sociedade e Estado. Nesta ordem sucessiva de prestação de cuidados.

Logo, a família é a primeira instituição a ter obrigação legal de proteger e cuidar da pessoa idosa. Somente quando não existir os entes familiares, ou quando comprometerem o seu próprio sustento e de sua família, é que as demais instituições passam a ter obrigação. Entre essas instituições não há solidariedade e sim subsidiariedade. A instituição mais próxima, afasta a mais remota.

As matérias resolvidas pelo Supremo Tribunal Federal, nos anos de 2012 a 2014, foram pertinentes à revisão de aposentadoria e afastamento do critério do mínimo da renda mensal familiar até ¼ do salário mínimo para a percepção pelo idoso do BPC, do pagamento antecipado de precatório a idoso, pelo princípio do periculum in mora; da incidência da imunidade tributária, por ser idoso; do desconto na compra de medicamentos e da dispensa de emprego, por ser idoso; as demais causas foram de natureza criminal, afastada neste estudo. Logo, o STF não julga nem originariamente, nem em última instância, as causas diretas com o direito de família. Esta competência seria local, iniciando com o juiz de primeiro grau ou juiz monocrático e, por fim, com o Tribunal de Justiça, ao qual é competente para rever as decisões desse juiz. Contudo, chama atenção a causa de natureza previdenciária, de caráter alimentar, quando a família não consegue prestar alimentos ao idoso, logo cabe ao Estado Federal ou União, efetivar essa prestação através do órgão chamado Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), que é questionado pelo indeferimento dos pedidos de BPC, porque segue a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), lei n° 8.742/1993, instituiu alguns critérios para a percepção do BPC, primeiro os beneficiários serão os portadores de necessidades especiais e os idosos que devem contar com 65 (sessenta e cinco) anos e não com 60 (sessenta) anos, segundo, mas que a renda mensal familiar seja até ¼ do salário

mínimo. Este é o grande questionamento. E o STF tinha um posicionamento de que deveria ser afastado este critério, quando o idoso comprovasse que o seu gasto é superior as suas possibilidades e que dependeria desse valor para continuar mantendo a sua dignidade para viver.

Só que em 2013, através do julgamento do Recurso Extraordinário n° 580963/PR, o Ministro Gilmar Mendes[3] apresenta outra posição em relação a essa questão. Admitindo que os Poderes Públicos Executivos instituam outras políticas públicas de cunho assistencialista, que poderiam atender às demandas, a exemplo da Lei 10.836/2004, que criou o Bolsa Família; da Lei 10.689/2003, que instituiu o Programa Nacional de Acesso à Alimentação; da Lei 10.219/01, que criou o Bolsa Escola; e da Lei 9.533/97, que autoriza o Poder Executivo

---

3 RE 580963 / PR - PARANÁ
RECURSO EXTRAORDINÁRIO
Relator(a): Min. GILMAR MENDES
Julgamento: 18/04/2013 Órgão Julgador: Tribunal Pleno
Ementa:Benefício assistencial de prestação continuada ao idoso e ao deficiente. Art. 203, V, da Constituição. A Lei de Organização da Assistência Social (LOAS), ao regulamentar o art. 203, V, da Constituição da República, estabeleceu os critérios para que o benefício mensal de um salário mínimo seja concedido aos portadores de deficiência e aos idosos que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. 2. Art. 20, § 3º, da Lei 8.742/1993 e a declaração de constitucionalidade da norma pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 1.232. Dispõe o art. 20, § 3º, da Lei 8.742/93 que: "considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo". O requisito financeiro estabelecido pela Lei teve sua constitucionalidade contestada, ao fundamento de que permitiria que situações de patente miserabilidade social fossem consideradas fora do alcance do benefício assistencial previsto constitucionalmente. Ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.232-1/DF, o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do art. 20, § 3º, da LOAS. 3. Decisões judiciais contrárias aos critérios objetivos preestabelecidos e processo de inconstitucionalização dos critérios definidos pela Lei 8.742/1993. A decisão do Supremo Tribunal Federal, entretanto, não pôs termo à controvérsia quanto à aplicação em concreto do critério da renda familiar per capita estabelecido pela LOAS. Como a Lei permaneceu inalterada, elaboraram-se maneiras de contornar o critério objetivo e único estipulado pela LOAS e de avaliar o real estado de miserabilidade social das famílias com entes idosos ou deficientes. Paralelamente, foram editadas leis que estabeleceram critérios mais elásticos para concessão de outros benefícios assistenciais, tais como: a Lei 10.836/2004, que criou o Bolsa Família; a Lei 10.689/2003, que instituiu o Programa Nacional de Acesso à Alimentação; a Lei 10.219/01, que criou o Bolsa Escola; a Lei 9.533/97, que autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro a municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas. O Supremo Tribunal Federal, em decisões monocráticas, passou a rever anteriores posicionamentos acerca da intransponibilidade dos critérios objetivos. Verificou-se a ocorrência do processo de inconstitucionalização decorrente de notórias mudanças fáticas (políticas, econômicas e sociais) e jurídicas (sucessivas modificações legislativas dos patamares econômicos utilizados como critérios de concessão de outros benefícios assistenciais por parte do Estado brasileiro). 4. A inconstitucionalidade por omissão parcial do art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003. O Estatuto do Idoso dispõe, no art. 34, parágrafo único, que o benefício assistencial já concedido a qualquer membro da família não será computado para fins do cálculo da renda familiar per capita a que se refere a LOAS. Não exclusão dos benefícios assistenciais recebidos por deficientes e de previdenciários, no valor de até um salário mínimo, percebido por idosos. Inexistência de justificativa plausível para discriminação dos portadores de deficiência em relação aos idosos, bem como dos idosos beneficiários da assistência social em relação aos idosos titulares de benefícios previdenciários no valor de até um salário mínimo. Omissão parcial inconstitucional. 5. Declaração de inconstitucionalidade parcial, sem pronúncia de nulidade, do art. 34, parágrafo único, da Lei 10.741/2003. 6. Recurso extraordinário a que se nega provimento.
Decisão: Decisão: O Tribunal, por maioria, negou provimento ao recurso extraordinário e declarou *incidenter tantum* a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 34 da Lei nº 10.741/03 (Estatuto do idoso), vencidos os Ministros Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio, que davam provimento ao recurso. Não foi alcançado o quorum de 2/3 para modulação dos efeitos da decisão para que a norma tivesse validade até 31/12/2015. Votaram pela modulação os Ministros Gilmar Mendes, Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Celso de Mello. Votaram contra a modulação os Ministros Teori Zavascki, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski e Joaquim Barbosa (Presidente). O Ministro Marco Aurélio absteve-se de votar quanto à modulação. O Ministro Teori Zavascki reajustou seu voto proferido na assentada anterior. Plenário, 18.04.2013.

a conceder apoio financeiro a municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas. Assim, os Ministros dos Tribunais precisavam repensar a concessão do BPC, como sendo a única alternativa de programa de governo, assim como os órgãos da Justiça Federal, que são os primeiros a lidar com essas causas.

Quanto aos julgamentos do STJ, em 2014, versavam sobre a discussão do BPC, danos morais contra o Estado, pois o idoso caiu da calçada, que estava ocorrendo uma obra pública; discussão sobre os planos de saúde, que majoram os valores, quando passa de uma faixa etária para outra, principalmente quando se encontra na faixa de idoso, os valores são absurdos; também tratou de desaposentação, quando o idoso retorna ao mercado de trabalho, o INSS exige que ele devolva as aposentadorias pagas, mas que o judiciário todo concorda que aposentadoria tem caráter alimentar, logo não pode ser devolvida; a falta de repasse pelo advogado do valor da causa ganha na justiça à pessoa idosa; outras causas envolvendo internação, infecção hospitalar; intervenção do Ministério Público; responsabilidade extracontratual; pagamento de precatórios aos herdeiros, que pleiteiam o atendimento preferencial, mesmo tendo o beneficiário idoso falecido; fornecimento de medicamentos; e a proteção da previdência privada contra execução em penhora; caixa exclusivo para idoso; desapropriação; e transporte público intermunicipal.

O julgamento do STJ que merece assentada[4], também não está diretamente relacionado com o direito de

---

4 **Ementa**

PROCESSO CIVIL. DIREITO CIVIL. EXECUÇÃO. LEI 8.009/90. PENHORA DE BEM DE FAMÍLIA. DEVEDOR NÃO RESIDENTE EM VIRTUDE DE USUFRUTO VITALÍCIO DO IMÓVEL EM BENEFÍCIO DE SUA GENITORA. DIREITO À MORADIA COMO DIREITO FUNDAMENTAL. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. ESTATUTO DO **IDOSO.** IMPENHORABILIDADE DO IMÓVEL.

1. A Lei 8.009/1990 institui a impenhorabilidade do bem de família como um dos instrumentos de tutela do direito constitucional fundamental à moradia e, portanto, indispensável à composição de um mínimo existencial para vida digna, sendo certo que o princípio da dignidade da pessoa humana constitui-se em um dos baluartes da República Federativa do Brasil (art. 1º da CF/1988), razão pela qual deve nortear a exegese das normas jurídicas, mormente aquelas relacionadas a direito fundamental.

2. A Carta Política, no capítulo VII, intitulado "Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do **Idoso**", preconizou especial proteção ao **idoso,** incumbindo desse mister a sociedade, o Estado e a própria família, o que foi regulamentado pela Lei 10.741/2003 (Estatuto do **Idoso**), que consagra ao **idoso** a condição de sujeito de todos os direitos fundamentais, conferindo-lhe expectativa de moradia digna no seio da família natural, e situando o **idoso,** por conseguinte, como parte integrante dessa família.

3. O caso sob análise encarta a peculiaridade de a genitora do proprietário residir no imóvel, na condição de usufrutuária vitalícia, e aquele, por tal razão, habita com sua família imóvel alugado. Forçoso concluir, então, que a Constituição Federal alçou o direito à moradia à condição de desdobramento da própria dignidade humana, razão pela qual, quer por considerar que a genitora do recorrido é membro dessa entidade familiar, quer por vislumbrar que o amparo à mãe idosa é razão mais do que suficiente para justificar o fato de que o nu-proprietário habita imóvel alugado com sua família direta, ressoa estreme de dúvidas que o seu único bem imóvel faz jus à proteção conferida pela Lei 8.009/1990.

4. Ademais, no caso ora sob análise, o Tribunal de origem, com ampla cognição fático-probatória, entendeu pela impenhorabilidade do bem litigioso, consignando a inexistência de propriedade sobre outros imóveis. Infirmar tal decisão implicaria o revolvimento de fatos e provas, o que é defeso a esta Corte ante o teor da Súmula 7 do STJ.

5. Recurso especial não provido.

Acórdão

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.Os Srs. Ministros Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Outras Informações

Não é possível a penhora da nua propriedade do único bem imóvel do devedor, destinado à moradia de sua genitora em virtude usufruto vitalício, pois, nos termos da jurisprudência do STJ, a nua propriedade não é suscetível de constrição quando o imóvel é considerado bem de família.

Veja

(USUFRUTO DE BEM IMÓVEL - IMÓVEL UTILIZADO COMO RESIDÊNCIA PELOS EXECUTADOS E

família, mas sim com o direito de moradia de uma Idosa, que residia no imóvel do filho, que teve uma ordem de execução judicial expedida, para penhorar esse imóvel, bem de família. O filho conseguiu proteger o imóvel, como bem de família, porque a sua genitora idosa coabitava. O objetivo do STJ foi proteger a dignidade da pessoa idosa, que certamente não teria outro lugar para morar, possivelmente sendo retirada do núcleo familiar para ir para uma instituição de longa permanência (ILP).

Há uma preocupação dos ministros dos tribunais superiores quando se trata de pessoa idosa, inegavelmente em seus julgados essa posição está bem delimitada, todavia as demandas pertinentes ao Direito de Família, nos anos pesquisados, não ocuparam a pauta desses tribunais, evitando até mesmo a demora na prestação do serviço jurisdicional. Mesmo constatando que, em algumas demandas, a pessoa idosa vem a falecer, e os herdeiros permanecem no litígio.

3. Os Idosos e os Contextos Familiares

A sociedade brasileira passa por transformações demográficas. O envelhecimento é fato. E a família é o primeiro local de acolhimento e cuidado. Rocha (2012), afirma que "A pessoa idosa está inserida neste momento singular que a sociedade brasileira vivencia de múltiplas gerações revelado nos vários formatos de família: a unipessoal, a monoparental, a homoafetiva, a parental, a conjugalidade."

As relações fluídas no dizer de Lipovesky(2004)[5] também estão na instituição familiar. A concepção de família como grupo coeso e permanente local de perpetuação da espécie humana encontra-se em permanente mutação.

Essas mesmas relações familiares são líquidas, para Bauman(2010)[6], pois a qualquer momento essas relações acabam, porque na relação de conjugalidade se diz: eu mereço ser feliz, e muitas vezes o conceito de felicidade não é o mesmo para o casal. A ideia que se nutre dos idosos é a de que eles não se escolheram para o casamento, que "naquele tempo", o casamento era de acordo com o pátrio poder. Ledo engano, já saímos dessa época, e as pessoas dizem às gerações, como respostas às imposições, que não aceitam aquela situação. Sim, é o individualismo exacerbado ou uma autonomia em resposta aos modelos sociais impostos.

Os idosos são separados, casados novamente, recasados várias vezes, ou sozinhos, por opção ou decepção. O certo é que não constituem mais o estereótipo da bengala ou da cadeira de balanço; os idosos representam uma população crescente, com mercado de consumo em ascensão; uma sociedade que se relaciona com as outras categorias sociais de maneira independente e autônoma.

Os idosos não estão mais à disposição para criação dos netos, até porque não têm mais tantos filhos. As idosas optaram pelo mercado de trabalho e, por isso, não puderam ter uma família extensa.

Logo, nessa linha teórica do individualismo, Gidens(1993)[7] irá contribuir com esse diálogo, na medida em que se estabelece laços ou os desata, na medida da própria conveniência. E cada um irá mensurar a sua própria conveniência. O casamento não é mais até que a morte os separe, não é mais um sacramento onde o que

---

USUFRUTUÁRIOS - IMPENHORABILIDADE) STJ - AgRg no Ag 1013834-SP, REsp 883085-SP
(BEM DE FAMÍLIA - IMÓVEL OCUPADO POR EX-COMPANHEIRA E PELO FILHO DO DEVEDOR - IMPENHORABILIDADE) STJ - REsp 931196-RJ, REsp 507686-SP, REsp 272742-PR
(BEM DE FAMÍLIA - IMÓVEL QUE SERVE DE RESIDÊNCIA PARA PESSOA SOLTEIRA - IMPENHORABILIDADE) STJ - REsp 471903-RS, REsp 518711-RO, REsp 412536-SP
(BEM DE FAMÍLIA - IMÓVEL OCUPADO PELA MÃE E AVÓ DO PROPRIETÁRIO - IMPENHORABILIDADE)

5 "A cultura hipermoderna se caracteriza pelo enfraquecimento do poder regulador das instituições coletivas e pela autonomização correlativa dos atores sociais em face das imposições de grupo, sejam da família, sejam da religião, sejam dos partidos políticos, sejam das culturas de classe. Assim, o indivíduo se mostra cada vez mais aberto e cambiante, fluido e socialmente independente. Mas essa volatilidade significa muito mais a desestabilização do eu do que a afirmação triunfante de um indivíduo que é senhor de si mesmo."

6

7 Entra-se na relação "pelo que pode ser derivado por cada pessoa (...) e só continua enquanto ambas as partes consideram que extraem dela satisfações suficientes, para cada um individualmente, para nela permanecerem" (GIDDENS, 1993, p. 68-69).

Deus uniu, o homem não separa. Por isso que as relações na Pós-Modernidade ou na Hipermodernidade, ou como queira nomear os filósofos, sociólogos, são efêmeras, porque cada ser humano traz para si um ideal de felicidade, que não se coaduna com o do outro; principalmente o gênero feminino, não se permite mais continuar a relação baseada no comportamento masculino.

Parsons(1971) caracteriza a família moderna, como uma unidade nuclear estruturalmente isolada. Num modelo de sociedade industrial, que analisa a transição da sociedade tradicional para a modernidade, a sua proposta tem uma versão funcionalista da corrente clássica, cuja análise estará diretamente ligada aos processos de industrialização e urbanização.

A família, para (Dias, 2010:48), "constitui, nas sociedades contemporâneas, um caráter paradigmático do que é um espaço privado, onde também o individualismo encontra um domínio preferencial de expressão." E até que ponto não se estabelecem outros vínculos sociais? Há uma interferência do domínio público nessa relação eminentemente privada?

Mesmo na pós-modernidade, Petrini[8] defende a família como sendo uma representação simbólica dos indivíduos, que experienciam as vivências nos níveis psicológico, social, ético e cultural. A família como primeiro *locus* de transmissão de valores, de ensinamentos e modulação de pensamentos, prioritariamente um local de imposição de limites, numa relação de autoridade, que se tornará aberta, numa relação mais democrática, quando cada ser vai adquirindo sua autonomia em relação aos outros.

Silvia Portugal (2014:31) defende que a família é um ponto de partida para estabelecer outros vínculos, assim como o social, afirmando que o espaço familiar é um dom, e "é o local onde ele é vivido com maior intensidade e onde é realizada a sua aprendizagem, pretende-se identificar, a partir da família, os vínculos sociais que alimentam o sistema de dádiva e analisar as lógicas que regem a sua ação."

A família também é regulada pelas regras públicas, pois até eleger o princípio norteador do direito de família, o da afetividade, o Estado o fez.

4. Os Idosos no Direito de Família brasileiro

O Código Civil brasileiro de 2002 está disposto em livros, títulos e capítulos. Primeiro dispôs sobre o nascimento da personalidade civil do indivíduo e a sua capacidade, dispondo sobre os bens e negócios jurídicos no primeiro Livro. Depois o sujeito é capaz de cumprir com um rosário de obrigações e de estabelecer contratos; depois no Livro III, ele já pode adquirir propriedade; quando estiver em idade avançada, aí sim, ele vai pensar em constituir família, no Livro IV e depois pensar em morrer no Livro V, das Sucessões.

Primeiro os idosos não fazem parte do Direito de Família como um capítulo ou título autônomo, porque na legislação a família é constituída pelo casamento, ainda que se constitua a união de facto ou união estável, a finalidade é constituir casamento. Portanto, a sociedade brasileira ainda é muito conservadora neste sentido. E assim, protegerá a família constituída, quando o idoso acima de 70 (setenta) anos decidir que irá constituir novo matrimônio, então a legislação protege a família, dizendo para o idoso que ele somente poderá casar com o regime de separação obrigatória de bens, logo, a futura-ex cônjuge já ciente da cláusula contratual, não conseguirá constituir um patrimônio em conjunto. A única maneira é o idoso deixar consignado em testamento até 50% dos seus bens, a título de doação, para a nova cônjuge. Por que nunca ela será nem meeira, nem herdeira.

Se o idoso, depois de anos de casamento, resolver se divorciar, e a idosa não tiver renda, entende-se que ele poderá prestar alimentos a ela, mas as decisões judiciais podem ser revistas, e até quando irá perdurar essa situação? Até porque estar a se tratar de uma idosa, cujas oportunidades de labor são remotas, primeiro pela idade, segundo pela falta de qualificação. Certamente o padrão econômico desta idosa será diferente do que tinha quando ainda estava casada.

---

8 A família representa o habitat mais adequado para acolher o ser humano na etapa inicial de sua aventura terrena, mas também nas diversas circunstâncias de sua história. Não se trata apenas de uma estratégia da natureza pela qual os filhotes de animais são acolhidos e protegidos até conquistarem sua autonomia. A família é uma realidade simbólica que proporciona experiências no nível psicológico e social, bem como orientações éticas e culturais.

No Código Civil(2002), depois de um título inteiro para o instituto do casamento com deveres e direitos, o direito de família privilegia a procriação através da responsabilidade dos pais com os filhos, e dedica um capítulo inteiro para filiação, além de outras legislações esparsas como o Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei de Adoção. Na parte do patrimônio volta a dispor sobre o casamento prevendo os tipos de regime de bens, depois irá dispor sobre os Alimentos e Bem de Família. Terminando o Livro de Família com Tutela e Curatela. Esta sequência confirma a afirmação de que o idoso não tem previsão no Direito de Família.
Entretanto, o Estatuto do Idoso obriga a família a cuidar do idoso, e a preservar uma série de direitos individuais e sociais que estão previstos tanto na Constituição Federal em seus arts. 5° e 6°, respectivamente. Bem como criminaliza certas condutas praticadas pelos familiares e pela sociedade contra a pessoa idosa, a partir do art. 94 da Lei n° 10.741/2003, modificando inclusive o Código Penal, quando existia a escusa absolutória quando um crime era praticado pelos e contra ascendentes ou descendentes.
Ainda que existam várias legislações obrigando os familiares a cuidar da pessoa idosa, a ética familiar diz que é um dever moral, por isso já deveria ser intrínseco ao âmbito familiar esse costume, como uma tradição, e não aguardar a intervenção do Estado, obrigando os indivíduos a essa prestação, que tem caráter de sobrevivência.
Para a sociologia da família, Petrini(2009)[9] defende o caráter patrimonial dos bens como um caráter relacional. Bens não no sentido dos bens materiais, mas no sentido de dar um lar, um pai, uma mãe, de ser acolhido como filho, seria muito mais um pertencimento e acolhimento no núcleo familiar, do que propriamente o defendido como bem com caráter patrimonial.

Conclusão

O Estado brasileiro avançou na instituição do Estatuto do Idoso que garante uma maior proteção dos direitos fundamentais, contudo a lei é omissa quanto à obrigação de políticas públicas que viabilizem uma melhor qualidade de vida.
Por conta disso, o Poder Judiciário precisa decidir, no caso concreto, essas omissões do poder público, mas sempre voltado a alcançar primeiro a entidade familiar, como responsável pelo cuidar do idoso, para que, a posteriori possa responsabilizar o Estado.
Em certas circunstâncias, o Poder Público é omisso, em outras, não. O princípio da não-intervenção do Estado e das entidades privadas nas relações familiares é visto com uma certa reserva, porque quando há violação dos direitos fundamentais da pessoa idosa, ele é provocado a intervir e regula esse conflito.
Há uma clara tendência dos tribunais superiores em beneficiar, segundo a legislação, as pessoas idosas, afastando a teoria estatal da reserva do possível, para garantir aos idosos, no caso concreto, os seus direitos fundamentais, quer seja individuais ou sociais.
Logo, o método de interpretação dos tribunais superiores é o extensivo, coadunando com a concepção de ampla proteção estatal, para promover o bem-estar social, na perspectiva do idoso hipossuficiente, garantindo assim a dignidade da pessoa idosa.

Bibliografia

BAUMAN, Z (2010) Modernidade Líquida, Rio de Janeiro, Zahar.

DIAS, I (2010). Violência na Família: Uma Abordagem Sociológica, Porto, Aforntamento.

---

9 Em qualquer contexto social, a família pode oferecer alguns bens que dependem dos vínculos que se estabelecem entre os seus membros por causa da natureza específica de suas relações. São eles os bens relacionais, tais como a paternidade, a maternidade, a filiação, a fraternidade, que vão além do afeto, do apoio mútuo e da proteção e constituem bens que somente a família pode proporcionar

GIDENS, A (1993) A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas, São Paulo, Unesp.

LIPOVESKY, G (2004) Os tempos hipermodernos, São Paulo, Barcarollas.

MINAYO, M.C. (2009) Pesquisa Social, Brasil, Vozes.

PARSONS, T (1971). A Estrutura Social da Família, in Ruth Nand Anshen (org.), A Família: sua função e destino, Lisboa, Meridiano.

PETRINI, Giancarlo (2009). Significado Social da Família. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo. N. 16. V. 18+19. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/1204. Consultado em 14 de dezembro de 2014.

PORTUGAL, S (2014). Famílias e Redes Sociais. Ligações fortes na produção de bem-estar, Coimbra, Almedina.

ROCHA, S (2012) O idoso e os contextos familiares da contemporaneidade brasileira: aspectos sociojurídicos, Niterói, Brasil, Aninter. Disponível em: www.coninter.org.br Consultado em: 14 de dezembro de 2014.

Organizações

Organização Mundial da Saúde (2002). Disponível em: www.who.int. Consultado em: 14 de dezembro de 2014.

Supremo Tribunal Federal (STF). Disponível em: www.stf.jus.br. Consultado em: 14 de dezembro de 2014.

Superior Tribunal de Justiça (STJ). Disponível em: www.stj.jus.br Consultado em: 14 de dezembro de 2014.

Legislações

Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Brasília, DF, Senado. Disponível em: www.senado.gov.br, Consultado em: 14 de dezembro de 2014.

Lei n° 8.742 (1993) Lei Orgânica da Assistência Social, Brasil, Disponível em: www.planalto.gov.br, Consultado em: 14 de dezembro de 2014.

Lei n° 10.406 (2002) Código Civil, Brasil, Disponível em: www.planalto.gov.br. Consultado em: 14 de dezembro de 2014.

Lei n° 10.741 (2003) Estatuto do Idoso, Brasil, Disponível em: www.planalto.gov.br Consultado em: 14 de dezembro de 2014.

A *família* no contexto das reivindicações identitárias dos remanescentes de quilombos

Sabrina Almeida
Doutoranda - PPGAS/USP
sabrina2809@hotmail.com

Resumo: o foco do presente trabalho recai sobre a *família* e como essa categoria se articula à outras num processo de reconhecimento identitário de uma comunidade quilombola localizada no vale do Ribeira (SP). O objetivo é demonstrar como os moradores desse quilombo concebem suas relações de parentesco para, depois, demonstrar como o parentesco e as concepções que envolvem a família confluíram com a representação que os moradores tinham e têm acerca do que é um *quilombo.*

Palavras-chave: família; sociabilidade; identidade; quilombo.

Introdução

O presente trabalho pretende expandir a análise que dei início no mestrado (D'Almeida, 2012), cujo objetivo foi discutir o pressuposto que coloca a presença de uma lógica instrumental e utilitária como elemento central de algumas análises sobre os processos de emergências étnicas. Além de problematizar o lugar que o acesso à terra teria nas reivindicações de caráter identitário, buscou-se explorar a circulação de um conjunto de valores e princípios – entre eles a união, a reciprocidade e um ideal de vida comunitária - que permeiam os discursos de agentes envolvidos na conformação do chamado movimento quilombola no Vale do Ribeira, dando especial destaque à participação de agentes religiosos nessas dinâmicas.

Reconheço que, se por um lado, procurei na pesquisa de mestrado atribuir importância a outros aspectos que não a terra nas mobilizações étnicas, por outro, o foco recaiu sobre as dinâmicas de trabalho e sociabilidade dos moradores do Quilombo Morro Seco. Tendo em vista que nesse local as dinâmicas de trabalho, de sociabilidade e parentesco se articulam e muitas vezes se sobrepõem, pretendo explorar no âmbito desse trabalho uma dimensão sob a qual não me detive anteriormente: as relações de parentesco e sua importância no processo de autorreconhecimento dos moradores do Morro Seco enquanto quilombolas. A tentativa foi de apreender como os nativos concebem suas relações de parentesco e quais são as categorias que informam o entendimento que possuem sobre esse aspecto.

Revisitando o material coletado nos trabalhos de campo, observo que o parentesco e certa noção de família compartilhada pelos moradores desse quilombo parecem ter desempenhado um papel importante na configuração do grupo em torno dessa demanda, possibilitando o processo de construção identitária em muito assentado nas relações familiares ali existentes.

Os discursos e as práticas dos moradores do Quilombo Morro Seco apontam para uma compreensão da família como valor e não somente como unidade de produção e consumo. Chayanov (1966), que desenvolveu estudos sobre a temática da família, foi um dos maiores expoentes e informou muitas das análises sobre comunidades camponesas ou caipiras do Vale do Ribeira e de outras regiões. Seus trabalhos vão no sentido de tratar a família como unidade de produção e consumo, enfocando em seus aspectos econômicos e produtivos. Como exemplo representativo dos trabalhos informados pela concepção de família de Chayanov podemos citar o artigo de Garcia Jr. e Heredia (1971), cuja pesquisa tem grande repercussão nos estudos sobre campesinato e trabalho familiar. Nesse artigo os autores buscam compreender a economia camponesa trabalhando com a categoria "unidade de trabalho familiar". Nesse sentido, a família camponesa é entendida como sendo, simultaneamente, o quadro de reprodução física e social de seus membros (unidade de consumo) e o quadro da produção econômica (unidade de produção).

Segundo Woortmann (1987), esse tipo de análise se basearia numa noção de família "economicizada", segundo a qual a organização social camponesa seria baseada na família como centro de produção e consumo. A ênfase recaindo nos aspectos econômicos da família rural, as moralidades que a envolvem seriam deixadas de lado. Ainda de acordo com o autor, pensar as moralidades que envolvem a família rural não significa menosprezar os aspectos econômicos, mas sim direcionar o olhar para outro ângulo, concedendo atenção não só para seu universo de produção, mas também para seu universo moral.
Como afirmou Woortmann, a respeito dos objetivos contidos em seu artigo

> Meu intento, porém, não é o de surpreender o campesinato através de sua economia, mas está mais próximo da ideia de uma sociedade camponesa. Os dois planos não são, é claro, separáveis, mas podem receber ênfases diferentes (1987: 11)

Assim como Woortmann, a análise que farei do material etnográfico coligido junto aos quilombolas do Morro Seco se pautará, sobretudo, pela investigação das moralidades que envolvem as concepções de família por eles acionadas.
Diante do reconhecimento do lugar que as relações familiares assumiram e assumem na configuração étnica desse grupo, se fez necessário abordá-la de maneira mais detida. Minha tentativa será de apreender como os moradores desse quilombo concebem suas relações de parentesco (1) e quais são as categorias que informam o entendimento que possuem sobre ele para, depois, demonstrar como o parentesco e as concepções que envolvem a família confluíram com a representação que os moradores tinham e têm acerca do que é um *quilombo*(2). Para esse empreendimento será necessário, num primeiro momento, compreender a maneira como diferentes autores no interior da antropologia tratam o tema da família e do parentesco.

I. A natureza do parentesco: alguns debates

Autores que se debruçaram sobre o tema do parentesco possuem concepções diferentes, quando não opostas, sobre a natureza do parentesco. Seria o parentesco da ordem da natureza ou da cultura? Biológico ou social? A partir das pesquisas no âmbito dessa temática é possível notar que muitos dos estudos que marcaram o parentesco estão assentados nessas oposições analíticas entre biológico e social, informando a percepção que muitos autores têm a seu respeito. Em algumas obras, consanguinidade e parentesco coincidem, enquanto outros buscam fazer uma distinção entre as duas. Schneider (1984) demonstra, retomando autores que julga representativos para pensar o parentesco, como a própria natureza do mesmo foi objeto de intensos e numerosos debates. Se em alguns autores, como Morgan, o parentesco seria o compartilhamento de uma substância biológica, sendo definido pelas relações de consanguinidade, para outros, como Durkheim, esse era social, com nenhuma referência a um substrato biológico. Durkheim, Van Gennep, Thomas e Rivers, conforme demonstrado por Schneider (1984), são alguns estudiosos que buscaram conceder uma primazia do social sobre o biológico nas análises do parentesco. As críticas a Morgan se dirigem a sua perspectiva naturalizada do parentesco ao propor que a consanguinidade seria suficiente para definir um parente. A crítica de Schneider a este autor se deve à sua pretensão de universalizar suas próprias categorias ao tomar noções ocidentais de família e parentesco como universais.
Tendo em vista essa crítica, o esforço do pesquisador dedicado a essa temática deveria ser, daquele momento em diante, o de tentar apreender e priorizar as concepções nativas que organizam o parentesco nas diferentes sociedades. O que se pode apreender dos diversos textos que adotaram essa perspectiva é uma tendência comum entre os autores ao buscar rejeitar universais no âmbito dos estudos sobre parentesco. Como exemplo, podemos citar os trabalhos de Adriana Piscitelli (2006), Ellen Woortmann (1995) e Abreu Filho (1980), cujo objetivo é identificar por meio de quais categorias simbólicas nativas, para usar os próprios termos de Woortmann, determinados grupos pensam a família e como essas categorias se relacionam entre si. Inspirada nessa perspectiva,meu esforço consistiu em identificar qual o significado que a *família* adquire para esses moradores e como se define quem é um parente e quem não é.

II. A família Modesto Pereira e o território do Quilombo Morro Seco

No caso do Quilombo Morro Seco, grande parte dos moradores atuais da comunidade descendem das uniões formadas pelos filhos de dois casais-chave, são eles: Joaquim Alves Sabino, sua esposa Maria Constância do Espírito Santo e seus oito filhos; Teobaldino Onório Pereira, sua esposa Rita Modesto Pereira e seus três filhos. As famílias que compunham o Bairro participavam dos trabalhos coletivos e o uso do território obedecia a uma divisão informal, sendo que cada família elementar possuía sua roça e outras áreas eram de uso comum, como as áreas onde se realizavam a caça, pesca e coleta.

Entre 1963 e 1965 foi realizada pelo governo do estado uma ação discriminatória que dividiu esse território que era utilizado pelas famílias em 5 glebas e oficializou as propriedades familiares do Morro Seco. Essas áreas que foram transformadas em glebas eram áreas de ocupação e moradia e eram de domínio das famílias que mantinham entre si relações de parentesco e sociabilidade.Essas glebas foram tituladas em nome de 5 representantes de cada família: Joaquim Soares Alves (gleba 79), Antonio Alves Sabino (gleba 84), Servina Maria Constancia (gleba 87), Felix Domingues de Assis (gleba 86) e gleba 85 em que não consta o nome de nenhum proprietário[1]. Antonio Alves Sabino era irmão de Joaquim Soares Alves e Felix Domingues de Assis era enteado de Servina Maria Constancia, o que evidencia os laços de parentesco entre os moradores.

A noção de sítio com a qual trabalha Woortmann (1987) em suas pesquisas sobre os sítios no sertão de Sergipe fornece um modelo que pode ser utilizado para compreender o território histórico do Morro Seco e as relações que o envolvem. De acordo com Woortmann, o termo *sítio* possui três significados que são elencados em ordem decrescente de inclusividade, dos quais interessa aqui somente os dois primeiros. Em seu sentido mais amplo ele designaria uma comunidade de parentesco, um espaço onde se reproduziriam socialmente várias famílias de parentes, descendentes de um ancestral fundador comum, caracterizando-se como um território de parentesco que seria definido pela descendência e pelas trocas matrimoniais e trocas de trabalho. Por esse motivo é que localidades estão associadas a um *nome de família*. Nesse primeiro sentido, é possível pensar o território do Bairro Morro Seco composto pelas cinco glebas, relacionadas cada qual com um *nome de família* e titulada em nome de quem seria o "chefe de família". O conjunto das cinco glebas compunha o Bairro Morro Seco e pode ser compreendido como uma "comunidade" ou "território de parentesco", como proposto por Woortmann. O segundo sentido de *sítio* significa uma área de terras trabalhadas por uma família que estaria idealmente localizada no interior do sítio em sentido amplo (primeiro significado). Esse segundo significado de sítio nos permite compreender a gleba 79, objeto desse trabalho, como sendo uma área que, junto com outras glebas, formaria um conjunto mais amplo – a comunidade de parentesco. Essa gleba era de posse e, com a ação demarcatória, se tornou de propriedade de uma família, os descendentes de Joaquim Soares Alves.

Com o passar do tempo, os descendentes dos proprietários das glebas 84, 87 e 86 foram vendendo ou abandonando as partes que lhes cabiam. No entanto, a gleba 79, que hoje compõe o território do quilombo, encontrava-se, em quase sua totalidade, nas mãos dos filhos de Joaquim Soares Alves. Segundo seus filhos informaram, Joaquim teria nascido numa área que ficava dentro do que os habitantes de antes chamavam de Morro Seco e era filho de Joaquim Alves Sabino e Maria Constância do Espírito Santo (um dos casais que fundaram o bairro). Joaquim casou-se com Geraldina Modesto Alves, filha de Rita Modesto Pereira e Teobaldino Onório Pereira (casal que junto com o primeiro ajudou a fundar o bairro) e tiveram oito filhos: Bonifácio, Armando, Hermes, José, João Câncio, Lucia, Isaltina e Bento, todos com sobrenome *Modesto Pereira,* herdados da avó materna. Dos oito filhos, cinco moram hoje no quilombo (Bonifacio, Hermes, Isaltina, Lucia e Armando), sendo que José mora na cidade de Juquiá (SP) e João Câncio e Bento faleceram. Os descendentes da união dos filhos de Joaquim com outras pessoas das glebas vizinhas ou de bairros próximos são os atuais moradores do Quilombo. Os integrantes do quilombo se colocam como provenientes de uma única família, embora se reconheça que alguns poucos integrantes dessa família não sejam originariamente do local, mas que foram incorporados como "da família", como é o caso de um filho "de criação" de José Modesto. Há outro caso de uma criança, cuja mãe faleceu no parto, que também foi "criada" pela família de Maria Sabino. Nesses casos os

1 Essas cinco glebas formam o que os moradores do Quilombo Morro Seco consideram como sendo seu território histórico.

filhos "pegos para criar" são considerados como parentes e contam com o mesmo tratamento que os filhos biológicos. Isso evidencia que outros símbolos, além do *sangue,* são considerados como promotores de relações de parentesco. Como se pode observar, o *sangue* não é suficiente e absoluto na definição da esfera de parentes, como formulado por autores de uma corrente em que consangüinidade e parentesco são correspondentes e sinônimos. Vale sublinhar também que, conforme exposto por autores como Sarti (2003), a adoção se difere da *circulação de crianças.* No primeiro caso, haveria uma transferência total dos direitos e deveres sobre a criança adotada, enquanto que no outro há uma transferência parcial e temporária que gera relações de obrigação entre os pais biológicos e os adotivos.

A pesquisa desenvolvida por Marcellin (1996) também nos mostra como a *consideração* é um fator relevante na definição de parentes, chegando mesmo a se sobrepor às relações de consangüinidade. Tanto o caso estudado por Marcellin e Edwards, como o caso do Quilombo Morro Seco, são ilustrativos para compreender como o parentesco não é definido *apriori,* mas construído nas relações. As relações de consangüinidade, em muitos casos, não são condição absoluta e isolada na definição da esfera de parentes, há o caso de pessoas que se tornam parentes quando há um vínculo de consideração, como demonstra o caso das crianças adotadas.

III. Vínculo familiar e vínculo legal

Com a mudança da condição do Morro Seco de bairro à quilombo, ocorreram algumas modificações nas dinâmicas de trabalho e sociabilidade, como mencionado anteriormente. No que diz respeito às dinâmicas familiares, pode-se dizer que a área que antes compreendia o bairro Morro Seco era habitada pelas famílias que foram elencadas anteriormente e, com o passar do tempo, novas pessoas foram chegando ao local e novas famílias foram se constituindo. Como exemplo, pode-se citar o caso da família de José Brito. Proveniente de Pernambuco, José chegou ao Morro Seco com sua esposa em meados da década de 70 e lá permanecem até os dias de hoje. Três dos seus filhos se casaram com membros da família Modesto Pereira. Essa consolidação de vínculos entre os descendentes de um morador que veio "de fora" com moradores locais, através do casamento, possibilita que os primeiros passem a ser considerados como parentes e vistos como pertencentes à família.

No processo de reconhecimento do quilombo esses moradores se reconheceram e foram reconhecidos pelos descendentes de Joaquim como sendo "de dentro", por entre eles vigorarem vínculos de parentesco e consideração. Se sobrepõe a isso o fato de serem associados à Associação do Quilombo Morro Seco, o que significa que possuem dois tipos de vínculo com a família Modesto Pereira: vínculo legal e vínculo familiar[2]. Para se estabelecer um vínculo legal (ser associado) não é necessário que tenha se estabelecido antes um vínculo familiar, no entanto, é importante frisar que o vínculo legal não gera um vínculo familiar, isso só sendo possível quando há relações de descendência e/ou aliança. Há o caso de um casal (Israel e Regina), sem filhos, que mora no território do quilombo há muito tempo e também são associados. Embora Regina tenha participado ativamente do processo de constituição do quilombo e possua relações de vizinhança, isso não fez com que ela e o marido se tornassem "da família". Nos dias de hoje, Regina e Israel são os únicos que não são provenientes da família Modesto Pereira e também não estabeleceram com membros dessa família relações de aliança (no sentido de parentesco). Nos primeiros anos de existência da associação havia outras famílias na mesma condição e, segundo informaram os moradores, esses não eram denominados *parentes*, eram tidos como pertencentes à Associação e participavam dos trabalhos comunitários desenvolvidos pela mesma.

Se, para ser considerado como pertencente à família é necessário que haja vínculos consangüíneos ou de consideração (caso das crianças adotadas) ou então que se estabeleça aliança com algum membro da família, para ser considerado como pertencente ao "local" é necessário que haja uma participação efetiva nas atividades desenvolvidas no interior da Associação ou fora dela. É o que ocorre com o casal Israel e Regina, por exemplo, e com os primeiros associados nos primeiros anos de Associação. Assim, para ser considerado "de dentro" é

2 Utilizo-me aqui da classificação feita por um dos moradores (Bonifacio Modesto) e que resume os tipos de vínculo possíveis.

necessária a participação nas atividades comunitárias desenvolvidas e para ser considerado da família é necessário que haja vínculo consangüíneo ou de aliança. Pessoas "de fora", pelos motivos que expus acima, são passíveis de serem integradas ao grupo e passam a ser consideradas como pertencentes ao local.

Há um descendente de Joaquim, José Modesto, que é consangüíneo, no entanto, não é associado e não é considerado "local". José mora em Juquiá e, mesmo depois de constituído o quilombo, não pretende voltar ao Morro Seco. O fato de não ser associado e não participar das atividades comunitárias coloca-o num lugar em que é reconhecida sua origem no local, mas ele não é mais reconhecido como "local".

No Morro Seco ocorre uma dinâmica muito próxima à narrada por Edwards (2000) em que alguém se torna ou se é local quando há uma participação e um compartilhamento da ética de reciprocidade daquele local. Ter nascido ali ou compartilhar o mesmo *sangue* não são condições suficientes que garantem o pertencimento na comunidade de determinado indivíduo. Para que isso ocorra é necessário manter relações constantemente atualizadas com as pessoas que pertencem àquela localidade e para que se continue sendo considerado dessa maneira é necessário que as relações (de reciprocidade, trabalho, sociabilidade) sejam atualizadas frequentemente.

Conforme pude observar em minhas pesquisas de campo, a concepção de família que possuem esses quilombolas está muito assentada na ideia de *união* e *solidariedade*. Como demonstrei, a gleba 79 corresponde aos descendentes de Joaquim Soares Alves, os *Modesto Pereira*, que, frequentemente, se remetem à união como sinônimo de família. Sendo assim, é da família aqueles que são ligados pelo *sangue* ou pelo matrimônio, e é do quilombo aqueles que participam das dinâmicas locais de trabalho e sociabilidade, o que significa, aos olhos desses moradores, que também partilham desses mesmos valores: *união* e *solidariedade*. Dessa maneira, a concepção de família, assentada na união e na solidariedade, se aproxima da concepção que possuem acerca do que é um quilombo e que também é permeada pelas mesmas noções.

Os argumentos aos quais os herdeiros de Joaquim lançam mão acerca do autorreconhecimento também são permeados por noções e valores como reciprocidade, família, solidariedade, união e vida comunitária e associativa. Em trabalho anterior (D'Almeida, 2012) recorro à experiência do próprio Joaquim e de seus filhos com a vida religiosa no interior da Igreja Católica a fim de compreender a origem de alguns valores e pressupostos que esses moradores enunciam quando justificam a adesão a uma identidade quilombola. Essa identidade está pautada numa ideia de comunidade que, por sua vez, está profundamente associada à família. Nesse sentido, terra, trabalho, família e quilombo são categorias que, além de se articularem umas às outras, em alguns momentos se sobrepõem. A terra, nesse exemplo que trago, está intimamente associada a um nome de família, englobando os descendentes de Joaquim e os parentes por afinidade, mas, também aqueles que são associados e participam da vida comunitária. Como afirmou Woortmann

> Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria (1987: 12).

As descrições que esse autor fez para os sítios do nordeste também são válidas para o caso do Morro Seco, apesar das mudanças vivenciadas pelos moradores nos últimos anos, no que concerne ao trabalho. De acordo com esse autor, a *troca de tempo* nos sítios do nordeste (prática que guarda semelhanças com o *mutirão* e outras formas de trabalho coletivo empreendidas pelos quilombolas do Morro Seco) não tem como único objetivo responder a uma necessidade prática, mas possui também um significado simbólico. Isso porque, nesses momentos, não se está apenas produzindo um roçado, está-se reproduzindo uma comunidade. O relato de Hermes Modesto exemplifica um pouco essa ideia:

> quilombo é trabalhar junto, é ter união. Nós temos que ter a nossa roça, pouco ou bastante, mas, além disso, nós temos que ter a nossa roça que é da comunidade. A lei do quilombo é assim, no quilombo tem-se o individual e o coletivo. Quilombo individual não existe, não deve existir. Quilombo pressupõe essa coisa comunitária.

Como se pode observar, a noção que possuem do que seria um quilombo está diretamente associada a uma ideia de coletividade e de comunitarismo. Narrativas de moradores demonstram haver uma associação entre a coletividade, o comunitarismo, a família e o quilombo, o que teria possibilitado forjar uma representação do que seria o quilombo naquele local.

Quando utilizo o termo *comunidade* para designar o Quilombo Morro Seco pretendo me referir à composição atual dos moradores que se auto-reconheceram como quilombolas. Se pensarmos no período anterior à constituição do quilombo e no momento do próprio reconhecimento, podemos observar os processos de incorporações e exclusões, tal como formulado por Comerford (2003) e Marques (2002). Isso evita que se transmita ao leitor uma ideia de uma suposta unidade estável, imóvel e engessada do grupo e das famílias concebendo-os como blocos monolíticos. Não pretendo tomar esse quilombo e suas famílias como um grupo dado, pronto a ser apreendido empiricamente. A "comunidade" não pressupõe um consenso, na medida em que ela é forjada nos constantes processos de incorporações e exclusões.

Uma vez que a comunidade está relacionada a uma localidade que, por sua vez, está relacionada a um nome de família - Modesto Pereira -, a família também se reproduz e se reatualiza.

Bibliografia

ABEU FILHO, O. (1982), "Parentesco e identidade social". Anuário Antropológico/80. Rio de Janeiro, v. 1.

COMERFORD, J. (s/d), "Onde está a comunidade? Configurações sócio-morais e a redefinição dos limites do rural e do urbano".

D'ALMEIDA, S. (2012), *Reconhecimento dos remanescentes das comunidades dos quilombos: o caso do Morro Seco.* Dissertação de mestrado, São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UNIFESP.

EDWARDS, J. (2000), *Born and bred: idioms of kinship and new reproductive technologies in England.* Oxford: Oxford University Press.

FONSECA, C. (2003), "De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre a "transpolinização" entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia". Ilha Revista de Antropologia, v. 5, n. 2.

MARCELLIN, L. H. (1996), *L'Invention de la famille afro-americaine: famille, parenté et domesticité parmi les noirs du Recôncavo da Bahia, Brésil.* Tese de doutorado, Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ.

MARQUES, A. C. (2002), *Intrigas e questões: vinganças de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco.* Rio de Janeiro: Relume Dumará.

PISCITELLI, A. (2006), *Jóias de família. Gênero e parentesco em histórias sobre grupos empresariais brasileiros.* Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ.

_____. (1998), "Nas fronteiras do natural: gênero e parentesco". Estudos Feministas, v. 6, n. 2.

SARTI, C. A. (2003). *A Família como Espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres*. 2ª ed. São Paulo: Cortez.

SCHNEIDER, D. (1984), *A critique of the study of kinship.* University of Michigan Press.

WOORTMANN, E. (1995), *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste.* São Paulo: Hucitec.

WOORTMANN, K. (1990), "'Com parente não se neguceia': o campesinato como ordem moral". Anuário antropológico/87. Editora da Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.

Famílias transnacionais latino-americanas na Europa: distância geográfica, proximidade social e lutas por reconhecimento

Thales Speroni Pereira da Cruz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Autônoma de Barcelona (UAB)
thales.speroni@ufrgs.br

Resumo: As famílias transnacionais são unidades de análise privilegiadas que expressam uma nova configuração da mobilidade humana internacional e das dinâmicas familiares contemporâneas, assim como os modos como os atores esforçam-se por uma vida melhor através das fronteiras nacionais. Considerando que esses grupos desafiam pressupostos clássicos dos estudos de migração e da sociologia da família, examinaremos a hipótese de que eles desenvolvem lutas por reconhecimento como uma forma de resistência a obstáculos presentes tanto no lugar de origem como no(s) local(is) de destino. No intuito de delinear esta tese, serão analisados estudos empíricos anteriores que procuraram compreender a constituição e o desenvolvimento de famílias transnacionais latino-americanas na Europa. A análise irá considerar as interfaces presentes nessas investigações entre a descrição das configurações e dinâmicas das famílias e a presença de narrativas de experiências de desrespeito por parte dos transmigrantes e de seus familiares.

Palavras-chave: migrações; famílias transnacionais; lutas por reconhecimento

Introdução

Esta comunicação tem como objetivo indagar sobre a dimensão moral das migrações a partir das famílias transnacionais. Se as famílias são atores centrais para as migrações, elas também são lugares em que seus membros compartem suas experiências e sentimentos morais relevantes e onde distintas concepções de boa vida estão presentes e em negociação. Como pensar a dimensão moral das migrações a partir das famílias transnacionais? De que modo a dimensão moral da família e a importância dessa para as migrações se entrecruzam?[1]

A partir da teoria do reconhecimento de Axel Honneth (2003), a tese proposta é que as experiências de falta de respeito no contexto afetivo (maus-tratos e violação), jurídico (privação de direitos e exclusão) e social (degradação e ofensa), que vivenciam os diferentes membros da família, tanto no país de origem como no de destino, explicam as dinâmicas do processo de transnacionalização familiar em suas dimensões intrafamiliares (cuidado e afeto), jurídicas (relação com os estados nação) e sociais (estima social e trabalho). Desta maneira, se considera que a transnacionalização da família pode ser entendida, simultaneamente, como uma consequência e como uma reação a experiências morais negativas, vividas individual e coletivamente. A divisão das famílias através das fronteiras, seja ela voluntária ou não, possibilita o acesso a novas formas transnacionais de resistência à violência física e psíquica, a privações de direitos e a ofensas e degradações. Isso ocorreria mesmo no caso daquelas experiências morais que emergiriam da própria separação familiar. Assim, o espaço transnacional familiar pode ser visto como um meio social que possui elementos favoráveis à conformação de lutas por reconhecimento, na medida em que permite a reinvindicação multilocalizada daquilo que é negado, parcial ou integralmente, no âmbito dos territórios nacionais. Por conseguinte, se postula que a transnacionalização das famílias é uma expressão da dialética entre as privações resultantes da globalização desigual e as resistências multilocalizadas motivadas moralmente (Beck & Beck-Gernsheim, 2012, p.27-36; Faist, 2010, p. 87).

Na primeira seção deste artigo o debate acerca das famílias transnacionais é delineado. Posteriormente, se

1 Este artigo faz parte do projeto de pesquisa doutoral intitulado "Famílias transnacionais bolivianas na Espanha e no Brasil: a multilocalização do desrespeito e da resistência".

apresenta a tese defendida fundamentada na teoria do reconhecimento. Na última parte, estudos empíricos sobre as famílias transnacionais latino-americanas na Europa são analisados, a fim de encontrar possíveis vazios e evidências para os argumentos aqui propostos.

1. As famílias transnacionais: distância geográfica e proximidade social

As migrações internacionais atuais estão marcadas por "biografias inesperadas" (como afirmou Amiraux, 2000, p. 222)[2] que desafiam concepções acadêmicas e sociais elementares, como, por exemplo, a noção de família. O entendimento do que é uma família vem se transformando e se ampliando devido a novas acepções de sexualidade, casamento, paternidade e divórcio, mas também por novos e complexos modos de viver em conjunto, em separado, ou uma mescla de ambos (Beck & Beck-Gernsheim, 2004, p.499; Beck & Beck-Gernsheim, 2012; Honneth, 2007, p.148, 2014, p.204-232; Kikey & Merla, 2014). Essas mutações colocaram em questão o arranjo outrora tido como natural entre as dimensões espaciais, sociais e econômicas da unidade familiar (Beck & Beck-Gernsheim, 2004, p.517). O maior fluxo de pessoas entre as fronteiras e a maior conectividade entre atores dispersos espacialmente faz com que seja possível articular distância geográfica e proximidade social, colocando, assim, em cheque a ideia de que para que exista uma família sejam necessárias a co-presença e a co-residência. Os caminhos coletivos de vida se transformaram e diversificaram[3], e a transnacionalização das unidades domésticas é uma das expressões mais relevantes deste processo[4].

As famílias transnacionais são definidas por Bryceson e Vuorela (2002, p.3) como aquelas em que seus membros vivem alguma ou a maior parte do tempo separados, mas mantém-se juntos e criam uma sensação de bem-estar coletivo e de unidade mesmo além das fronteiras nacionais. As famílias transnacionais criam e recriam as relações econômicas, sociais, políticas e afetivas na vida cotidiana, vinculando os lugares de origem e de destino e estabelecendo espaços sociais que transcendem as fronteiras nacionais (Basch *et al*., 1994 p.6; Parella, 2007; Parella & Cavalcanti, 2008). Essas famílias estabelecem vidas complexas que implicam a distância geográfica e a proximidade social a fim de se ganhar a vida e se criar os filhos (Bryceson & Vuorela, 2002, Murray, 1981; Parella & Cavalcanti, 2009).

A divisão de lares pela migração não é uma novidade (Dreby, 2006; Johnson *et al,* 2011; Thomas & Znaniecki, 1918). Não obstante, dois aspectos da transnacionalização atual das famílias contrastam com o passado. Por um lado, os meios disponíveis para a manutenção da proximidade social, apesar da distância geográfica, não tinham a generalização e eficácia que hoje possuem. Atualmente, os membros de famílias transnacionais podem performar seus papéis e cumprir com as suas obrigações a distância, aspecto possibilitado pelo barateamento e desenvolvimento das tecnologias de transporte e comunicação (Baldassar, 2007; Lim, 2009; Wilding, 2006)[5]. Por outro lado, geralmente, no passado, eram os homens que migravam e tinham como objetivo trazer progressivamente os demais membros familiares ou retornar ao país de origem (Dreby, 2006). Atualmente a proeminência nos processos de transnacionalização familiar é das mulheres, o que acarreta em relevantes impactos nas dinâmicas familiares (Baldassar *et al,* 2007; Cortés, 2005; Martínez, 2008; Parella, 2012). Além disso, o

---

2 O caráter "inesperado" das biografias migrantes atuais está no fato de que elas desafiam a estrutura das trajetórias de vida institucionalizadas no âmbito dos estados-nação (Amiraux, 2000; Bommes, 2000; Macmillan, 2005).

3 O reconhecimento dos diferentes contextos, tradições e formatos familiares é fundamental para mitigar o risco de reduzir ao patológico o que é diferente do formato tido como modelo. Esse aspecto, tal como destacam Zentgraff e Chinchilla (2012), é de suma importância nas investigações sobre famílias transnacionais.

4 As incertezas em torno da família se apresenta não só em âmbito acadêmico, mas também na vida cotidiana. As investigações de Kaufmann (1992) ressaltam as negociações, os discursos e as réplicas explicitadas pelos casais que, por terem o compromisso de ter uma vida compartilhada, expresso, por exemplo, na posse de uma e não duas máquinas de lavar roupa, têm de constituir arranjos e rearranjos regulares sobre como as coisas do dia a dia devem ser.

5 Baldassar & Merla (2014) destacam que, apesar das possibilidades atuais, a manutenção dos laços familiares e a sustentação de um sentimento de proximidade não é uma tarefa simples.

espaço familiar transnacional, constituído neste processo, pode ter longa duração, inclusive transgeracional, e não ser visto como uma aspecto provisório da vida familiar.
As famílias transnacionais são unidades de análise privilegiadas que expressam novas formas de vida coletiva e características relevantes da nova configuração da mobilidade humana, desafiando postulados clássicos tanto dos estudos migratórios quanto da sociologia da família. O estudo das famílias transnacionais permite uma abordagem que combina o nível micro (o contexto local, as experiências biográficas e as estratégias familiares) e macrossociais (fatores contingentes nacionais, transnacionais e globais).

2. Famílias transnacionais e lutas por reconhecimento: mobilidade ou mobilização?

No intuito de contribuir para a compreensão da dimensão moral das migrações contemporâneas a partir do estudo das famílias transnacionais, se propõe, no âmbito deste artigo, o desenvolvimento de uma abordagem fundamentada na teoria do reconhecimento de Axel Honneth. A partir de tal é possível compreender a dialética entre o processo de globalização, marcado por uma difusão e hegemonia de expectativas normativas europeias simultaneamente a uma distribuição desigual dos meios para realização de tais, e processos de resistência multilocal a essas desigualdades e às frustrações que elas acarretam. A hipótese defendida neste estudo é que a força motriz dessa relação dialética são as experiências de desrespeito vividas pelos migrantes nas três esferas do reconhecimento intersubjetivo (o amor, o direito e a solidariedade), propostas por Honneth (2003). A tese, assim, é de que o espaço familiar transnacional é favorável à conformação de lutas por reconhecimento que representam uma reação a experiências morais negativas vividas nos âmbitos nacionais (de origem e destino).
A mobilização desta perspectiva teórica contraria as abordagens que compreendem o movimento de cruzar fronteiras como fundamentado, sobretudo, em uma lógica utilitarista de maximização de oportunidades. O pressuposto que subjaz o argumento formulado é de que os diferenciais entre os países e as desigualdades no interior desses se vincula à mobilidade humana internacional não por sua magnitude quantitativa, mas sobretudo, por meio das experiências de desrespeito que provocam. É o atributo qualitativo das desigualdades internacionais que a vincula à mobilidade humana. É quando a segurança física e a estabilidade psíquica, os direitos tidos como relevantes e/ou a possibilidade de acesso a estima social são negados, que as pessoas são levadas e/ou decidem a mover-se através das fronteiras. Esses aspectos vinculam-se, por óbvio, ao acesso a recursos materiais, contudo, o cerne da questão, seguindo a linha argumentativa aqui apresentada, é o acesso ao que se considera como justo e não a uma perseguição utilitária por bens raros.
A perspectiva da teoria do reconhecimento de Honneth permite identificar o significado social da mobilidade humana internacional, assim como explicar, não somente os sentidos e intensidades dos fluxos migratórios, mas suas formas particulares, como a das famílias transnacionais. Ademais, é possível afirmar que a abordagem teórica proposta tem a qualidade de possibilitar a concepção da migração contemporânea como uma reação à globalização desigual e, ao mesmo tempo, como um fator de progresso moral.

2.1 Axel Honneth e a teoria do reconhecimento

Nesta seção procura-se realizar uma breve apresentação da teoria do reconhecimento de Axel Honneth. O diálogo crítico de Honneth com o jovem Hegel, Marx, Mead, Habermas e os outros membros da Escola de Frankfurt, não poderá ser desenvolvido neste texto devido a restrições de espaço. A teoria crítica da sociedade formulada por Axel Honneth se desenvolve na interlocução com esses autores que permitiu, como sugere Deranty (2009, p.241), estabelecer três premissas fundamentais de sua perspectiva. Primeiro, a dependência do sujeito do reconhecimento de um senso de si em um sentido normativo, isto é, uma concepção básica de si como possuidor de um valor moral, como condição necessária para a agência individual (Honneth, 2003; Honneth, 2010, p. 7-18). Segundo, a qualidade tripartite do reconhecimento intersubjetivo, vinculada à esfera do amor, do direito e da solidariedade (Honneth, 2003). Terceiro, o papel central do conflito em torno do reconhecimento, que representa tanto uma ampliação das reivindicações normativas dos sujeitos, como uma força motriz do progresso moral da sociedade (Honneth, 1995, p.3-14; 2003, p. 253-280).

A contribuição fundamental que Honneth traz para a filosofia social é a noção da real eficácia da agência individual e coletiva na reprodução e, ao mesmo tempo, na transformação histórica da sociedade (Deranty, 2009, p.14). Desta forma, Honneth procura uma reatualização do programa da Escola de Frankfurt, ou seja, uma forma de compreender, simultaneamente, as estruturas de dominação e os processos de sua superação (Rosenfield & Saavedra, 2013, p.15).

A reprodução da vida social é guiada pelo mútuo reconhecimento, porque somente é possível o desenvolvimento de uma relação prática consigo mesmo, ou seja a afirmação de uma auto garantia reflexiva de si mesmo como portador de competências e direitos, quando o sujeito se vê na perspectiva normativa do seus parceiros de interação (Honneth, 2004, p.138). Considerando as premissas básicas supracitadas e os objetivos do presente estudo, se tratará a seguir, das três esferas de reconhecimento intersubjetivo (amor, direito e solidariedade) que, segundo Honneth (2003, p.155-211) remetem as condições que permitem que o sujeito possua um senso mínimo de si, ou seja, uma concepção do valor de si. Apresentaremos, primeiramente um quadro-síntese da estrutura das relações sociais do reconhecimento, e posteriormente, trataremos de cada uma das três esferas do reconhecimento intersubjetivo.

FIGURA 1: Estrutura das relações sociais de reconhecimento

Formas de reconhecimento	Relações primárias (amor, amizade)	Relações jurídicas (direitos)	Comunidade de valores (solidariedade, realização[1])
Modos de reconhecimento	Dedicação emotiva	Respeito cognitivo	Estima social
Dimensões da personalidade	Natureza carencial e afetiva	Imputabilidade moral	Capacidades e propriedades
Potencial evolutivo	-	Generalização, materialização	Individualização, igualização
Autorrelação prática	Autoconfiança	Autorrespeito	Autoestima
Formas de desrespeito	Maus-tratos e violação	Privação de direitos e exclusão	Degradação e ofensa
Componentes ameaçados da personalidade	Integridade física	Integridade social	"Honra", dignidade

Fonte: Retirado de Honneth, 2003, p.211

A esfera do amor[6]. A primeira esfera do reconhecimento, se vincula ao estabelecimento das condições mais básicas da agência, sendo neste sentido, a primeira esfera no sentido genético e lógico. Na ausência de uma vivência mínima de carinho, sobretudo na infância, o sujeito não será capaz de desenvolver suas capacidades para o exercício de sua liberdade e participar da vida pública. É a partir da perspectiva interacionista da teoria das relações de objeto de Winnicott, que Honneth fundamenta a sua concepção desta esfera que está na base da moralidade do sujeito. O que interessa para Honneth é compreender, a partir da relação entre mãe e filho, a emersão da experiência de "ser si mesmo em outro" que representa o modelo de todas as formas maduras de amor. Isso só se torna possível, segundo o modelo de Winnicott, na passagem do estado simbiótico entre mãe e filho, para o estado de independência relativa, quando a criança consegue desenvolver um sentimento do seu *self*. Na estabilização e duração dessa relação de interdependência e de dedicação afetiva a criança pode desenvolver a sensação de confiança de que suas necessidades serão providas e a capacidade de estar sozinho (Honneth, 2003, p.173-174). Desta forma, o reconhecimento na esfera do amor, por meio da dedicação emotiva, torna possível uma relação prática marcada pela autoconfiança, que não se restringe à relação entre mãe e

6 Ver Honneth, 2003, p.159-177

filho, mas abrange, igualmente, a relação ente adultos (Honneth, 2003, p.174-175). Se por um lado, a dedicação emocional é o modo de reconhecimento nesta esfera, por outro, o atentado a integridade física e psíquica do sujeito por meio de maus tratos e da violação seria o seu lado patológico, capaz de obstaculizar a afirmação da autoconfiança. A esfera do amor, a despeito de seu caráter íntimo e privado, é constituída historicamente, o que faz com que haja nela um potencial normativo e a presença de disputas sociais em seu entorno (Honneth, 2004, p.163-180).

A esfera do direito[7.] Enquanto o amor designa a garantia de uma base psicológica de confiança no próprio sentido de suas necessidades, o direito dá origem a forma de consciência em que se é capaz de se respeitar a si mesmo, e compartilhar com os outros sujeitos as qualidades de pessoa de direito que participa de uma "comunidade de legisladores". Assim, a autorelação prática gerada pelo reconhecimento jurídico é o autorespeito. Segundo Honneth, com o apoio de Marshall, a história do direito é marcada por uma ampliação dos direitos fundamentais que leva a que:

> Reconhecer-se mutuamente como pessoa de direito significa hoje, nesse aspecto, mais do que podia significar no começo do desenvolvimento do direito moderno: entrementes, um sujeito é respeitado se encontra reconhecimento jurídico não só na capacidade abstrata de poder orientar-se por normas morais, mas também na propriedade concreta de merecer o nível de vida necessário para isso (Honneth, 2003, p.193).

Como destaca Deranty (2009, p. 297) a injustiça no caso dessa esfera é fundamentalmente qualitativa, no sentido de que se deve receber aquilo que se precisa para poder ser um sujeito completo e não quantitativo, no sentido de receber aquilo que é devido. Assim, a denegação do reconhecimento na esfera do direito remete à privação de direitos e à exclusão social que atingem a integridade social do sujeito. Grande parte das lutas por reconhecimento da sociedade moderna podem ser interpretadas sob o espectro de uma reinvindicação de uma igualdade universal expressa na forma de direitos.

A esfera da solidariedade.[8] A emergência do princípio de igualdade universal traz consigo a separação do reconhecimento legal e da estima social (Honneth, 2003, p.195). A posição social do indivíduo na sociedade moderna não corresponde integralmente mais ao seu pertencimento grupal, mas sim ao seu desempenho e a suas realizações individuais. Contudo, o valor normativo da trajetória de vida escolhida depende da sua contribuição à realização de objetivos societais. Assim, além de serem iguais, os indivíduos querem que a sua contribuição individual seja reconhecida. O sujeito somente consegue desenvolver uma autorrelação prática marcada pela autoestima, quando as suas qualidades, capacidades e contribuições societais específicas são reconhecidas e valorizadas. Essa individualização das relações sociais faz com que o indivíduo se torne o responsável pelo grau de reconhecimento social que possui por meio de sua contribuição para a realização prática dos objetivos sociais definidos abstratamente. Assim o valor vinculado a diferentes formas de realização individual, vai depender na maneira como as qualidades e habilidades são definidas pelas interpretações sociais dominantes de cada tempo e lugar. Assim, nas sociedades modernas as relações de estima social são tema de continuas lutas em que diferentes grupos procuram elevar o valor socialmente conferido as habilidades associados ao seu modo de vida. As experiências de desrespeito vinculadas a essa esfera remetem a degradação moral e a injúria.

O ângulo honnethiano assume que as esferas do reconhecimento intersubjetivo supracitadas, em que os indivíduos procuram garantir as condições de sua autonomia prática, são a origem de vulnerabilidades e tensões irredutíveis e, portanto, o fundamento do conflito e do progresso social. Segundo Honneth, experiências de desrespeito na esfera do amor (maus tratos e violação), do direito (privação de direitos e exclusão) ou da solidariedade (degradação moral e injúria) possuem a potencialidade de inspirar a ação transformadora a fim de aliviar o sofrimento causado pelo ataque as formas de autorelação prática (autoconfiança, autorespeito e

---

7 Ver Honneth, 2003, p.178-198.

8 Ver Honneth, 2003, p.198-210

autoestima). Deste modo, as reações à experiências de denegação do reconhecimento possuem a possibilidade de tornar a injustiça motivo de resistência política por meio de lutas por reconhecimento (Honneth, 2003, p.214;219-220).
As três esferas do reconhecimento apresentadas designam as pré-condições da autorrealização individual. Devido à sua generalidade, a denegação de reconhecimento em alguma das esferas leva a distorções da identidade prática. Quando os sujeitos identificam o fundamento social de seu sofrimento, isso pode engendrar uma dinâmica de resistência. Quando há um grupo para situar essa crítica social e um contexto social que seja minimamente favorável, os sujeitos que lutam pelo seu reconhecimento podem ter respondida a sua demanda normativa. Quando há uma ampliação dos direitos ou uma reordenação mais igualitária dos valores sociais, não somente o grupo que vivenciou a experiência de desrespeito é beneficiado, mas toda a sociedade. Assim se desenvolve a dialética virtuosa das lutas por reconhecimento que levam um progresso moral[9] (Deranty, 2009, p.324-325).

2.2 Lutas por reconhecimento e famílias transnacionais
A teoria do reconhecimento de Honneth fundamenta a tese deste projeto: a transnacionalização das famílias pode representar um processo de luta por reconhecimento que tem sua base em uma crítica "desde baixo" da globalização. Em outras palavras, e utilizando a terminologia de Honneth, o processo de transnacionalização das famílias expressa algumas das patologias da globalização (Honneth, 2007, p.34-35,56-57), que combinam as desigualdades intranacionais e internacionais, e a difusão de expectativas normativas europeias sem que sejam generalizados, igualmente, os meios de realização de tais expectativas, com processos de luta coletiva que procuram reverter os fundamentos das experiências negativas vivenciadas.
A abordagem das famílias transnacionais a partir deste marco teórico permite a compreensão do significado social e das bases morais do processo de transnacionalização familiar. Isso se consubstancia em uma abordagem que tem como foco as três esferas de reconhecimento intersubjetivo:

FIGURA 2: Esferas do reconhecimento e as famílias transnacionais

Esferas do reconhecimento intersubjetivo	Processos em análise
Amor	Vínculos afetivos co-presença/distância Possíveis atentados à integridade física e psíquica
Direito	Acesso a direitos e à cidadania
Estima social	Acesso ao mercado de trabalho Valorização social das competências e do trabalho realizado

Fonte: o autor.

As esferas do reconhecimento intersubjetivo remeterão no âmbito deste estudo: 1) à configuração e ao conteúdo das relações afetivas. Neste aspecto se inclui, por um lado, as relações afetivas domésticas, sejam elas realizadas pela co-presença ou pela distância e, por outro lado, a possibilidade de experiências de atentados à integridade física e psíquica dos indivíduos, no passado e no presente; 2) ao estatuto jurídico do migrante e seus familiares, no sentido da possibilidade dos indivíduos serem reconhecidos como sujeitos de direito, seja formalmente ou de fato. Nesta dimensão se alude ao reconhecimento jurídico em relação aos diferentes estados-nação, seja como cidadão, participante integral de uma comunidade de direitos, ou como estrangeiro, em que parte de direitos não lhes é imputada. Em ambos os casos a questão desta esfera é colocada, visto que o reconhecimento como cidadão, apesar de ser uma elemento *sine qua non* para o reconhecimento desta es-

9 "(...) o conflito prático que se acende entre os sujeitos é por origem um acontecimento ético, na medida em que objetiva o reconhecimento intersubjetivo das dimensões da individualidade humana. (...) a luta como um médium moral leva a uma etapa mais madura de relação ética" (Honneth, 2003, p. 47-48).

fera, não é condição suficiente; 3) à estima social do indivíduo, particularmente a valoração existente de sua contribuição para a divisão do trabalho social. Serão considerados aspectos vinculados a inserção no mercado laboral e ao trabalho realizado: condições de trabalho (duração da jornada, garantias previdenciárias, limpeza do ambiente de trabalho, ritmo, intensidade e velocidade do trabalho...), remuneração e o reconhecimento das competências, habilidades e credenciais[10].

A família transnacional vem sendo concebido sobretudo como uma estratégia de maximização das oportunidades ou como resultado direto dos obstáculos colocados para a mobilidade humana internacional. É possível que haja uma dimensão moral e crítica nesses formatos familiares? No âmbito deste artigo defende-se a tese de que a transnacionalização das famílias pode ser considerada como uma forma de luta por reconhecimento, que traz consigo, por meio da experiência biográfica dos seus membros, as patologias da globalização. Conceber o processos de transnacionalização da família como motivado moralmente permite ir além das concepções utilitaristas do migrante, assim como apreender a crítica imanente desses atores que possuem experiências singulares. No intuito de identificar possíveis evidências e vazios do argumento proposto, a seguir são apresentados estudos empíricos que trataram das famílias transnacionais latino-americanas na Europa.

3. As famílias transnacionais latino-americanas na Europa: amor, direitos e estima social

Esta seção sintetiza parte dos estudos empíricos que trataram das famílias latino-americanas na Europa com a finalidade de identificar dúvidas e evidências para o argumento apresentado. A tese proposta é que, primeiro, são as experiências de desrespeito que explicam tanto a constituição do espaço transnacional familiar, quanto as suas dinâmicas; e, segundo, que o espaço transnacional permite um conjunto de repertórios de resistência à novas e antigas experiências morais negativas. As investigações serão apresentadas de maneira transversal, tendo em conta como as esferas do reconhecimento intersubjetivo (o amor, o direito e a estima social) estão presentes nas distintas análises. Esta não é uma revisão exaustiva, possuindo, assim, um caráter exploratório. Ademais, os estudos sobre as famílias transnacionais latino-americanas na Europa são caracterizados tanto por sua pluralidade de perspectiva quanto pela tendência de delimitar o estudo a um país de origem. Neste sentido, as considerações que seguem abaixo não possuem a intenção de comparar esses estudos, mas sim de identificar possíveis contribuições, mesmo que dispersas, à proposta teórica aqui presente.

3.1 Amor, violência e afeto

Esta seção abordará a violência e o afeto como aspectos relativos a esfera do amor que, segundo argumentamos anteriormente, explicam dimensões relevantes da transnacionalização das famílias e de suas dinâmicas. Por um lado, o esforço pelo cuidado dos membros mais frágeis das redes familiares é um dos fatores que podem motivar a divisão familiar. Contudo, esse distanciamento geográfico não deixa de ter consequências relevantes sobre como os vínculos de afeto intrafamiliar se dão. Por outro lado, a violência e o sentimento de medo pode ser uma das justificações para a separação familiar, assim como, pode levar a intensos esforços grupais que tem como objetivo o acesso a meios de garantia de segurança.

A transnacionalização das famílias latino-americanas na Europa se dá, em muitos casos, como uma procura dos meios de cuidado dos membros mais frágeis das redes familiares (Baldassar, 2007; Parella, 2007): idosos (Díaz-Gorfinkiel & Escrivá, 2012), doentes e crianças (Boccagni, 2012; Parreñas, 2005; Mazzucato & Schans, 2008). A desterritorialização da família leva a transformações relevantes de como as práticas de cuidado são concebidas e levadas a cabo. Em relação a essas, cabe ressaltar o papel proeminente das tecnologias de informação na manutenção dos vínculos familiares e de dedicação afetiva (Wilding, 2006). Cabe destacar, ademais, a centralidade das remessas monetárias como meio de fazer-se presente e de contribuir para a gestão do bem estar daqueles que ficaram (Levitt, 1998; Carrasco, 2010).

---

10 O trabalho reprodutivo, aspecto de crucial importância para as famílias transnacionais, perpassa tanto a esfera do amor quanto a da estima social.

A migração latina em direção a Europa possui uma face predominantemente feminina (ONU, 2013). A proeminência das mulheres possui vínculo direto com a presença de nichos no mercado de trabalho direcionados às mulheres imigrantes latino-americanas. Esse processo está vinculado a constituição de cadeias globais de cuidado. Segundo Hochschild (2000), essas seriam uma série de vínculos entre pessoas através do globo que se baseiam na demanda e oferta de trabalho de cuidado pago e não pago. Em obra recente, Baldassar e Merla (2014) descreveram o que as autoras denominaram de "circulação do cuidado" como o "intercâmbio recíproco, multidirecional e assimétrico de cuidado que se modifica ao longo das trajetórias de vida dentro das redes familiares transnacionais e dos contextos políticos, econômicos, culturais e sociais tanto das sociedades de origem como de destino" (Baldassar & Merla, 2014, p.22, tradução nossa).

A separação espacial acarreta em desafios relevantes para as famílias que não deixam de ter suas expressões de sofrimento, como demonstra estudo realizado por Escandell e Tapias (2010) com famílias bolivianas na Espanha. Em um estudo quantitativo com 400 unidades domésticas aleatórias em Cochabamba (Bolívia) em 2007, Jones (2014) identificou que, apesar de ganhos econômico levarem a um aumento da sensação de felicidade, as famílias transnacionais bolivianas tendem a apresentar uma menor intensidade de um sentimento de felicidade do que as famílias não imigrantes. O autor sugere que isso ocorre devido a uma passagem de uma concepção tradicional da família, em que o foco está na coesão e segurança, para uma acepção moderna egocêntrica da família que geraria competição e insegurança de papéis.

A esfera do amor não se reduz as relações primárias de dedicação afetiva e cuidado, mas se vincula, de forma mais ampla, à atentados a integridade física e psíquica dos indivíduos. Assim sendo, cabe ressaltar o papel cumprido pela violência e a sensação de medo na transnacionalização de famílias latino-americanas na Europa, aspecto que vem sendo progressivamente considerado com um dos fatores explicativos centrais (Sanchez, 2006, 2011; Silva & Massey, 2014). O fato de que 44 das 50 cidades mais perigosas do mundo estão na América Latina, reforçam este argumento (Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y la Justicia Penal, 2013). Mcilwaine (2014), em recente artigo, chama a atenção para como a violência urbana cotidiana das cidades colombianas levam a processos de migração transnacional. Assim, a autora destaca que a mobilidade humana internacional se vincula à violência, não só pela presença de conflitos armados (algo mais comumente explorado pela bibliografia), mas também por uma difusão da violência urbana, seja através do sentimento de medo, ou por meio de experiências diretas. Esta nova perspectiva sobre o vínculo entre migração e violência permite identificar não somente os processos de deslocamentos forçados, mas também aqueles que se dão de forma voluntária.

Em um estudo empírico de 2004 (Mcilwaine et al, 2011) com mais de 300 colombianos em Londres, se identificou que é a violência urbana cotidiana, mais do que o conflito armado entre as guerrilhas e o estado colombiano, que promove o deslocamento transnacional e, frequentemente, a divisão das famílias. As palavras de uma imigrante colombiana em uma entrevista realizada por Moser e Mcilwaine (2004, p.100) são exemplo desse processo: "Meu marido era motorista de taxi e teve muitos problemas, o que levou ele a perder seu taxi, ele foi ameaçado, e nosso filho teve problemas também. Por essas razões nós decidimos vir para cá [Londres], porque havia muitos problemas de segurança em nossa cidade" (Moser & Mcilwaine, 2004, p.100, tradução nossa). O nexo entre violência e mobilidade internacional pode se dar, igualmente, por experiências de agressão doméstica relacionadas a gênero (Mcilwaine & Carlisle, 2011).

A despeito da violência difusa e cotidiana ser uma forte motivação, a transnacionalização não deixa de ser um processo permeado por obstáculos relevantes. Isso fica explícito na fala de outra entrevistada: "Foi realmente muito difícil vivenciar esse perigo e violência e ter que partir deixando tantas coisas para trás, viver tão longe da minha família, mas eu me acostumei a isso e eu estou mais segura em Londres" (Mcilwaine, 2014, p.422). Os estudos de Mcilwaine e outros demonstram que o processo de migração transnacional tem como um dos seus objetivos a procura pelo desenvolvimento de uma infra-estrutura familiar de segurança, para os que partiram, mas também, para os que ficaram. A constituição dessa infra-estrutura se dá por meio da mobilidade dos membros familiares e, sobretudo, por meio do envio de remessas monetárias com esse intuito.

3.2 Direito, exclusão e cidadania

O sentimento de exclusão de direitos básicos e tidos como justos podem configurar um dos fundamentos da transnacionalização familiar. Faist (2014) destaca a fragmentação internacional da proteção social e como isso leva a reprodução de antigas e a criação de novas desigualdades. É nos interstícios desses mundo fragmentado de direitos e de exclusões, que as famílias transnacionais agem. A agência delas nessas lacunas, ocorre, por um lado, como uma tentativa de articular acessos parciais a direitos em diferentes estados nação; e, por outro lado, pela ausência de instituições e políticas públicas transnacionais destinadas a esses formatos familiares e seus membros (Solé & Parella, 2005). Não há, deste modo, um reconhecimento da condição transnacional dessas famílias por parte dos estados (Baubock, 2004), tanto na América Latina quanto na Europa. Não obstante, cabe ressaltar que, a despeito do caráter desterritorializado do espaço transnacional, essas famílias não vivem desvinculadas das instituições estatais e de suas políticas públicas (Baubock, 2004). É a sobreposição de conexões com os estados, caracterizada por diferentes vínculos garantidores, ou não, de direitos, que marca essas famílias, particularmente as latino-americanas que vivem na Europa. As famílias transnacionais vivem em permanente relação com diferentes conjuntos de leis e instituições (Levitt & Glick Schiller, 2004), o que Tamanaha (2008) denomina de pluralismo legal.

A situação que combina a ausência de um marco jurídico que reconheça as particularidades dessas famílias com uma sobreposição de normativas legais nacionais, leva a um conjunto de dificuldades na relação entre as famílias transnacionais e os estados nação (Kubal, 2011; López, 2005). A investigação de Escrivá (2014) com imigrantes peruanos idosos na Espanha demonstra como esses atores respondem a marcos jurídicos a fim de garantir o acesso ao estado de bem estar social. O estudo revela que, como resultado de ações estatais contraditórias e pouco claras (HRW, 2002), os imigrantes são levados, muitas vezes, a agir na margem da lei, nem sempre com sucesso e, muitas vezes, tendo que arcar com penalidades.

A dimensão jurídica está ausente na literatura sobre as famílias transnacionais, especialmente nos estudos sobre os latino-americanos na Europa. Compreender como as famílias transnacionais se relacionam com diferentes tipos de normativas jurídicas e políticas públicas nacionais e analisar qual o impacto desse processo na vida cotidiana das famílias, é uma tarefa que segue pendente (Hart, Rossum & Sportel, 2013). Neste sentido, as atenções tem se limitado ao impacto das leis de migração e cidadania, contudo, por óbvio, este não é o único ordenamento jurídico relevante para os atores em pauta. Não obstante, é possível identificar estudos como os de Lafleur (2011a; 2011b; 2012) que abordam a participação política de imigrantes latino-americanos na Europa. O autor tem chamado a atenção para a capacidade que os transmigrantes tem em desenvolver laços políticos simultaneamente com o lugar de origem e com o de destino.

3.3 Estima social, degradação e dignidade

A transnacionalização da família pode se dar por um sentimento de subvalorização de formas de vida, habilidades e competências. A expressão mais direta desta esfera se faz na relação dos indivíduos e das famílias com as oportunidades de reconhecimento social de capacidades que ele possuem, particularmente por meio do trabalho. Neste sentido essa esfera possui vínculo com as oportunidades de acesso aos mercados laborais ou à oportunidades empresariais, remetendo, desta forma, à qualidade do trabalho, a remuneração e os status das posições nos mercados de trabalho, tanto no lugar de destino como de origem. Desde longa data o trabalho vem sendo considerado como uma das dimensões centrais dos processos migratórios. Contudo, para além da perspectiva *push and pull*, que identificava fatores "objetivos" de atração e repulsão, cabe ressaltar o possível caráter explicativo de um sentimento de subvalorização, tanto na origem como no destino, para os processos migratórios em geral, e para a transnacionalização familiar em particular.

A disjunção entre as percepções das próprias capacidades, expressas em experiências laborais anteriores, e as concepções que o mercado de trabalho de destino faz dessas competências, é um aspecto que marca profundamente a experiência imigrante, particularmente dos latino-americanos na Europa. Assim como descreve Garzón (2007) em relação aos argentinos e equatorianos em Barcelona e Milão, há uma distância relevante entre os "capitais" aportados pelos trabalhadores imigrantes e as demandas de "capitais" específicos presentes nos mercados laborais de destino.

Desde 2008, a crise europeia vem levando a um aprofundamento de experiências de subvalorização da contribuição social do trabalho do imigrante latino-americano. Os imigrantes terminam por ser os primeiros e os que mais sentem os efeitos das crises, algo colocado de manifesto pela diferença entre as taxas de desemprego dos imigrantes e da população em geral. Como uma das formas de reação a tal, intensos fluxos de migrações de retorno e dissolução de espaços transnacionais familiares tem se verificado, particularmente na Espanha (Bastia, 2011; Boccagni & Lagomarsino, 2011). O empreendedorismo transnacional pode se constituir enquanto outro um meio de reação a esse quadro negativo (Urbano, Toledano & Ribeiro-Soriano, 2011). Jones (2010) demonstra o impacto positivo do empreendedorismo dos imigrantes bolivianos retornados.

Considerações finais

Este artigo procurou discutir a dimensão moral das migrações a partir das famílias transnacionais latino-americanas na Europa. A tese proposta, fundamentada na teoria do reconhecimento de Axel Honneth, destaca a relevância das experiências de desrespeito nos contextos afetivo (maus-tratos e violação), jurídico (privação de direitos e exclusão) e social (degradação e ofensa) para compreender tanto o processo de separação familiar quanto as dinâmicas que dele se desprendem. Desta maneira, foram apresentados estudos que trataram das questões relativas ao amor, ao direito e a estima social no âmbito das famílias transnacionais latino-americanas. Os estudos sobre o tema e sobre o coletivo em pauta tendem a ter como enfoque o impacto da divisão geográfica das famílias nas dinâmicas de cuidado. No entanto, seguem pendentes investigações que explorem as interfaces entre a transnacionalização das famílias e as experiências de violência e medo, a presença de ordenamentos jurídicos, instituições estatais e políticas públicas e os sentimentos de subvalorização de capacidades e habilidades. O argumento aqui defendido é que as famílias transnacionais devem ser compreendidas não só como formas particulares de mobilidade internacional, mas como um tipo de resistência multilocalizada à injustiças promovidas pela globalização.

Bibliografia

AMIRAUX, V. (2000). “Unexpected Biographies: Deconstructing the National Welfare State?” In: BOMMES, M. & GEDDES, A. (Orgs.) (2000). Immigration and Welfare: Challenging the Borders of the Welfare State. London: Routledge, P.222-243.

BALDASSAR, L & MERLA, L. (orgs). (2014). Transnational Families, Migration and the Circulation of Care: understanding mobility and absence in family life. Routledge Transnationalism Series.

BALDASSAR, L. (2007). “Transnational Families and the Provision of Moral and Emotional Support: The Relationship between Truth and Distance”. Identities: Global Studies in Culture and Power. Vol. 14, No., 4, P. 385- 409.

BALDASSAR, L. BALDOCK, C. V. & WILDING, R. (2007). Families Caring Across Borders: Migration, Ageing and Transnational Caregiving. New York: Palgrave Macmillan.

BASCH, L. G., GLICK SCHILLER, N. & BLANC-SZANTON., C. (1994). Nations Unbound: Transnational Projects, Post-Colonial Predicaments, and Deterritorialized Nation-States. Langhorne, Pa: Gordon and Breach.

BASTIA, T. (2011). “Should I stay or should I go? Return migration in times of crises”, Journal of International Development, Vol. 23, No.4, p. 583-595.

BAUBOCK, R. (2004). “Cómo transforma la inmigración a la ciudadanía: perspectiva internacionales, multinacionales y transnacionales”. In: Aubarell, G. & Zapata, R. (orgs.): Inmigración y procesos de cambio, Icaria Antrazyt IEMED, Barcelona, p.177-215.

Beck, U. & Beck-Gernsheim, E. (2004). "Families in a Runaway World". In: SCOTT, J. TREAS, J. & RICHARDS, M. (Orgs.). The Blackwell Companion to the Sociology of Families. Blackwell Publishing, P.499-515.

BOCCAGNI, P. (2012). "Practicing Motherhood at a Distance: Retention and Loss". In: Ecuadorian Transnational Families. In: Journal of Ethnic and Migration Studies, Vol. 38, No.2, p.261-277.

BOCCAGNI, P. (2012). "Practicing Motherhood at a Distance: Retention and Loss in Ecuadorian Transnational Families". Journal of Ethnic and Migration Studies, Vol. 38, No.2, P.261-277.

BOMMES, M. & GEDDES, A. (2000). "Introduction: Immigration and the Welfare State". In: BOMMES, M. & GEDDES, A. (Orgs.) Immigration and Welfare: Challenging the Borders of the Welfare State. p.1-13.

BOMMES, M. (2000). "National Welfare State, Biography and Migration: Labour Migrants, Ethnic Germans and the Re-Ascription of Welfare State Membership". In: BOMMES, M. & GEDDES, A. (Orgs.) Immigration and Welfare: Challenging the Borders of the Welfare State. Routledge, p.89-108.

BRYCESON, D. & VUORELA, U. (2002): The Transnational Family. New European Frontiers and Global Networks. N.Y.: Berg.

CONSEJO CIUDADANO PARA LA SEGURIDAD PÚBLICA Y LA JUSTICIA PENAL (org.). (2013). Las 50 ciudades más peligrosas del mundo 2013. Disponível em: http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/sala-de-prensa/941-por-tercer-ano-consecutivo-san-pedro-sula-es-la-ciudad-mas-violenta-del-mundo. Acessos em dezembro de 2014.

CORTÉS, P. (2005) Mujeres Migrantes de América Latina y el Caribe: Derechos Humanos, Mitos y Duras Realidades. Serie Población y Desarrollo, Cepal-Celade.

DERANTY, J-P. (2009). Beyond Communication. A Critical Study of Axel Honneth's Social Philosophy. Social and Critical Theory, Brill.

DÍAZ-GORFINKIEL, M. & ESCRIVÁ, A. (2012). "Care of older people in migration contexts: local and transnational arrangements between Peru and Spain". Social Politics. 19 (1): 129-141. DREBY, J. (2006). "Honor and Virtue: Mexican Parenting In the Transnational Context". In: Gender y Society, Vole 20, No. 1, P.32-59.

ESCANDELL, X. & TAPIAS, M. (2010) "Transnational Lives, Travelling Emotions and Idioms of Distress". Journal of Ethnic and Migration Studies.Vol. 36, No. 3, Março de 2010, pp. 407-423

ESCRIVÁ, A. (2014) "Migrants coping with legality: the views and experiences of older Peruvians and Moroccans". Journal of Spatial and Organizational Dynamics, Vol. 2, No.2, 2014.

FAIST, T. (2010). "Transnationalization: Its Conceptual and Empirical Relevance". In: AUDEBERT, C. & DORAI, M. (Orgs.) (2010). Migration in a Globalized World: New Research Issues and Prospects. Amsterdam University Press.

FAIST, T. (2014). "On the transnational social question: How social inequalities are reproduced in Europe". Journal of European Social Policy. Vol. 24, No.3, p.207-222.

GARZÓN, L. (2007) "Argentinos y ecuatorianos en Barcelona y Milán: trayectorias, dimensión urbana y capital cultural". Papers 85, p.195-199.

GLICK SCHILLER, N. (2007). "Beyond The Nation State and its Units of Analysis: Towards a New Research Agenda for Migration Studies". In: SCHITTENHELM, K. (Org.) (2007). Concepts and Methods in Migration Research. Conference Reader.

GLICK SCHILLER, N. (2013). "The Transnational Migration Paradigm". In: Migration and Organized Civil Society: Rethinking National Policy, P.25-39.

HART, B.; ROSSUM, W. V. & SPORTEL, I. (2013) "Law in the everyday lives of transnational families". Oñati Socio-legal Series, Vol.3, No. 3.

HOCHSCHILD, A. R. (2000) "Global Care Chains and Emotional Surplus Value". In: HUTTON, W. & GIDDENS, A. (orgs.) On The Edge: Living with Global Capitalism, London: Jonathan Cape.

HONNETH, A. (1995). The Fragmented World of the Social: Essays in Social and Political Philosophy. Suny Series in Social and Political Thought.

HONNETH, A. (2003). Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais. Editora 34.

HONNETH, A. (2004). "Redistribution as recognition: A response to Nancy Fraser". In: Fraser, N. y Honneth, A. (2004). Redistribution or Recognition? A Political-philosophical Exchange. Verso, 2004.

HONNETH, A. (2007). Disrespect: The Normative Foundations of Critical Theory, Polity.

HONNETH, A. (2010).The Pathologies of Individual Freedom: Hegel's Social Theory. Princeton Monographs in Philosophy.

HONNETH, A. (2014). El derecho de la libertad: esbozo de una eticidad democrática. Katz editores.

HUMAN RIGHTS WATCH (HRW) (2002). Discretion without bounds: The arbitrary application of Spanish immigration law. Vol. 14, No. 6.

JOHNSON, H.C., SABEAN, D. W., TEUSCHER, S. & TRIVELLATO, F. (2011). Transregional and Transnational Families in Europe and Beyond: Experiences since the middle Ages. New York/Oxford: Berghahn Books.

JONES, R. C. (2011). "The Local Economic Imprint of Return Migrants in Bolivia". Popul. Space Place 17, 435–453.

JONES, R. C. (2014). "Migration and Family Hapiness in Bolivia: Does Social Desintegration Negate Economic Well-being?" International Migration, Vol. 52, No. 3, 2014.

KAUFMANN, J-C. (1992). La Trame Conjugale : Analyse Du Couple Par Son Linge. Paris: Nathan.

KIKEY, M. & MERLA, L. (2014). Situating Transnational Families' Care□Giving Arrangements: The Role of Institutional Contexts. Global Networks 14, 2, 2014.

KUBAL, A. (2011). Discussing legal adaptations. Perspectives on studying migrants relationship with law in the host country. Working Paper No. 38, International Migration Institute. University of Oxford.

LAFLEUR, J-M. (2011a). "The transnational Political Participation of Latin American and Caribbean Migrants Residing in Europe". International Migration, Vol.49, No.3.

LAFLEUR, J-M. (2011b) "Why do states enfranchise citizens abroad? Comparative insights from Mexico, Italy and Belguim". Global Networks Vol. 11, No. 4, 2011b

LAFLEUR, J-M. (2012) Diáspora y Voto en el Exterior. La Participación Política de los Emigrantes Bolivianos en las Elecciones de su País de Origen. La Paz Bolivia, OEP- Tribunal Supremo Electoral de Bolivia.

LEVITT, P. (1998). "Social Remittances: Migration Driven Local-Level Forms of Cultural Diffusion". International Migration Review, Vol. 32, No. 4, Pp. 926-948

LEVITT, R. E GLICK SCHILLER, N. (2004). "Conceptualizing Simultaneity: A Transnational Social Field Perspective on Society". International Migration Review, 38 (3): 1002-1039.

LIM, S.-L. (2009) " "Loss Of Connections Is Death": Transnational Family Ties Among Sudanese Refugee Families Resettling In The United States". Journal of Cross-Cultural Psychology, No. 40, P.1028-1040.

LÓPEZ, A.M. (2005). Inmigrantes y Estados: la respuesta política ante la cuestión migratoria [Immigrants and States: the political response to migration]. Anthropos. Barcelona.

MACMILLAN, R. (Org.) (2005). "The Structure Of The Life Course: Standardized? Individualized? Differentiated?" Advances in Life Course Research, Vol. 9, P.27-53. Elsevier.

MARTÍNEZ, J. (2008). Cambios Y Desafíos En La Migración Internacional Latinoamericana: El Ejemplo De Iberoamérica. Cuadernos Docentes, Diplomado Superior Nacional En Demografía, Pydlos, Ecuador.

MCILWAINE, C. & CARLISLE, F. (2011), "Gender transformations and gender-based violence among Latin American migrants in London". In: MCILWAINE, C. (org.), Cross-Border Migration among Latin Americans: European Perspectives and Beyond, Palgrave Macmillan, New York, p. 157–174.

MCILWAINE, C. (2014). "Everyday urban violence and transnational displacement of Clombian urban migrants to London, UK". Environment & Urbanization, vol. 26, no. 2, Outubro de 2014.

MOSER, C. & MCILWAINE, C. (2004), Encounters with Violence in Latin America: Urban Poor Perceptions from Colombia and Guatemala. Routledge, London.

MOSER, C. & MCILWAINE, C. (2006), "Latin American urban violence as a development concern: towards a framework for violence reduction". World Development Vol 34, No 1, pages 89–112.

MURRAY, C., (1981) Families Divided: The Impact Of Migrant Labour In Lesotho. Cambridge: Cambridge University Press.

ONU. (2013). Trends in International Migrant Stock: Migrants by Destination and Origin. United Nations database, Rev. 2013.

PARELLA S. & CAVALCANTI. L. (2008). "Aplicación de los Campos Sociales Transnacionales en los Estudios Sobre Migraciones". In: SOLÉ, C., PARELLA, S. & CAVALCANTI, L. (Orgs.) (2008). Nuevos Retos Del Transnacionalismo en el Estudio de las Migraciones. Observatorio Permanente De La Inmigración.

PARELLA S. & CAVALCANTI. L. (2009). Dinámicas Familiares Transnacionales y Migración Femenina: El Caso de las Migrantes Bolivianas en España. LIII Congreso Internacional De Americanistas, Ciudad de México.

PARELLA, S. & SAMPER, S. (2007) "Factores Explicativos de los Discursos y Estrategias de Conciliación del Ámbito Laboral y Familiar de las Mujeres Inmigradas no Comunitarias en España". Papers 85, 2007, P. 157-175.

PARELLA, S. (2007). "Los Vínculos Afectivos Y De Cuidado En Las Familias Transnacionales. Migrantes Ecuatorianos Y Peruanos En España". Migraciones Internacionales, 4 (2), Pp. 151-188.

PARELLA, S. (2012) "Familia Transnacional y Redefinición de los Roles de Género. El Caso De La Migración Boliviana En España". Papers, Vol. 97, No. 3, 2012, P. 661-684.

PARREÑAS, R. S. (2005). Children of Global Migration: Transnational Families and Gendered Woes. Stanford: Stanford University Press.

ROSENFIELD, C. L. & SAAVEDRA, G. A. (2013). "Reconhecimento, teoria crítica e sociedade: sobre desenvolvimento da obra de Axel Honneth e os desafios de sua aplicação no Brasil". Sociologias, Porto Alegre, ano 15, no. 13, 2013, .14-54.

SANCHEZ, M. (2006), "Insecurity and violence as a new power relation in Latin America". ANNALS of the American Academy of Political and Social Science Vol. 606, pages 178–195.

SÁNCHEZ, R.M. (2011). "Violencia-Inseguridad y la Emigración de Venezolanos". Debates IESA, Vol., 14, No. 3, p. 18-22.

SILVA, A. C. E MASSEY, D. S. (2014). Violence, Networks, and International Migration from Colombia. International Migration. International Organization for Migration.

SOLÉ, C. & PARELLA, S. (2003). "The Labour Market and Racial Discrimination in Spain". Journal of Ethnic and Migration Studies, 29, 1, Pp.121-140.

SOLÉ, C. & PARELLA, S. (2005). Discursos sobre la maternidad de las mujeres de origen latinoamericano residentes en Barcelona. Apresentação no Colloque International "Mobilités au femenin" organizado pelo LAMES, Tánger, 15-19 de novembro de 2005.

TAMAHANA, B. Z. (2008) "Understanding legal pluralism: past to present, local to global". Sydney Law Review, Vol. 30, No.3, p.375-411, 2008.

THOMAS, W. & ZNANIECKI, F. The Polish Peasant in Europe and America. University Of Illinois Press, 1996.

URBANO, D.; TOLEDANO, N. & RIBEIRO-SORIANO, D. (2011). "Socio-cultural factors and transnational entrepreneurship: a multiple case study in Spain". International Small Business Journal. Vol. 20, No. 10, p.1-16

WILDING, R. (2006). "'Virtual' Intimacies? Families Communicating Across Transnational Contexts". Global Networks 6, 2, p.125-142.

ZENTGRAFF, K. & CHINCHILLA, N. S. (2012). Transnational Family Separation: A Framework for Analysis. Journal of Ethnic and Migration Studies, Vol. 38, Pp. 345-366.

(Footnotes)

1 Em "Resdistribution or Recognition?" (Honneth, 2004, p.138) essa esfera é denominada de achievement. Aqui traduzida como "re*alização"*.

Gêneros e classes nas transformações das famílias brasileiras (1976-2012)

Nathalie Reis Itaboraí[1]

Resumo: Assiste-se hoje um profundo deslocamento de categorias analíticas no campo de estudos sobre famílias, no qual modelos interpretativos são relativizados graças à comparação com a organização familiar de grupos minoritários (Fonseca, 2007). Diante desse quadro, propõe-se aplicar a perspectiva de gênero e a análise da diversidade de classes para compreender as transformações nas famílias brasileiras a partir de dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (IBGE) em cinco datas: 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012. Investigam-se os diferenciais por classe na diversificação dos arranjos familiares e sua associação com as mudanças na condição feminina nas famílias. Espera-se contribuir para o debate sobre as desigualdades de gênero e as distintas experiências familiares por classe (Thorne, 1992), debate que mantém sua relevância num o contexto em que a revolução de gênero mostra-se desigual e apresenta sinais de estagnação em alguns contextos e dimensões (England, 2010).

Palavras-chave: famílias, relações de gênero, classes sociais, desigualdades sociais.

1 Apresentação

Assiste-se hoje um profundo deslocamento de categorias analíticas no campo de estudos sobre famílias, no qual modelos interpretativos são relativizados graças à comparação com a organização familiar de grupos minoritários (Fonseca, 2007). Diante desse quadro, propõe-se aplicar a perspectiva de gênero e a análise da diversidade de classes para compreender as transformações nas famílias brasileiras a partir de dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (IBGE) em cinco datas: 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012. Investigam-se os diferenciais por classe na diversificação dos arranjos familiares e sua associação com as mudanças na condição feminina nas famílias. Espera-se contribuir para o debate sobre as desigualdades de gênero e as distintas experiências familiares por classe (Thorne, 1992), debate que mantém sua relevância num o contexto em que a revolução de gênero mostra-se desigual e apresenta sinais de estagnação em alguns contextos e dimensões (England, 2010).

Este texto compõe-se de mais três partes. Na primeira, empreende-se uma discussão teórica sobre famílias, problematizando-as em intersecção com a questão da estratificação de classe e gênero e apresenta-se um panorama da diversificação dos arranjos familiares, realçando alguns dos componentes das mudanças em curso. A seguir, mostra-se o quanto a diversidade das formas de família espelha processos de autonomização feminina, ao mesmo tempo que são analisadas e destacadas as variações por classe nas experiências das mulheres. Nas considerações finais, sumarizam-se as mudanças em curso, destacando suas implicações para novas e velhas formas de desigualdades de classe e gênero que se desenham nas dinâmicas das famílias brasileiras.

2 Problematizando as famílias a partir da estratificação social

---

1 Graduada em Comunicação Social (UFJF), Mestre em Sociologia (IUPERJ), e Doutoranda em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), onde pesquisa sobre Sociologia da Família, relações de gênero e desigualdades sociais. Currículo disponível em: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4763729H6

As famílias ocupam um lugar de destaque na estratificação social, na medida em que são organizadas e organizam dimensões das relações de classe e gênero. As famílias estão imbricadas na estratificação social por diversas razões. Em primeiro lugar, observa-se que as classes se (re)produzem através das famílias, e, inversamente, as famílias são as unidades de classe. Capitais são transmitidos nas famílias e nelas são tecidas estratégias de classe. A estratificação de gênero também atravessa as famílias, as quais são um lugar central na sua produção, o que inclui a divisão sexual do trabalho doméstico e remunerado e diversas representações sobre masculinidade e feminilidade.

O feminismo dos anos 70 relacionou a subordinação feminina à ideologia da família. Como realçam Salles e Tuirán (1996), os estudos de gênero ajudaram a decodificar as relações domésticas, mostrando, entre outros aspectos, a presença de violência e a mística da feminilidade que atribui à mulher os trabalhos de reprodução. A análise das relações assimétricas nas famílias contribui para rever muitas simplificações, mostrando que a experiência familiar, subjetiva e objetivamente, é diferenciada segundo o gênero, a idade e a posição no parentesco. Se os estudos de gênero contribuíram para desnaturalizar os modelos de família e realçar as desigualdades de gênero que a estruturam, a perspectiva comparativa de classes permite identificar semelhanças e contrastes entre contextos particulares, relativizando processos gerais e iluminando aspectos e novas questões a partir das variações encontradas.

Como recomendam Coltrane e Adams, faz-se necessário olhar para situações familiares variadas em diferentes contextos para relativizar nossas concepções de família. Ou seja, as análises comparadas são um antídoto para evitar fazer generalizações com base nas experiências pessoais de classe (Coltrane; Adams, 2008: 12). Em relação às diferenças de classe, sua perspectiva recorda que os comportamentos são afetados tanto pelas situações específicas quanto pelo contexto cultural mais amplo, pois, além das particularidades, há também uma exposição geral às imagens culturais dominantes.

Coltrane e Adams realçam que as relações de gênero e a vida familiar estão tão interligadas que é impossível entender um sem ter atenção ao outro. Aplicando uma perspectiva de construção social a temas de família, realçam que este não é um termo com significado fixo, assim como o conceito de gênero também é variável, o que não implica desconhecer que existe um padrão estruturado, impossível de ser ignorado nas interações sociais. Os autores se propõem a empregar uma lente de gênero para analisar as famílias, indicando diferenças nas formas como homens e mulheres experimentam a vida familiar. Este movimento é importante em nossa análise, a qual inclui também o movimento inverso, de analisar as transformações nas relações de gênero a partir das famílias, ou seja, famílias também são lentes pelas quais se pode analisar as relações de gênero. Esta perspectiva não implica desconhecer que as dinâmicas de gênero ultrapassam as famílias, pois ocorrem em diversos espaços sociais: de trabalho, educação, Estado, movimentos sociais etc. Além de refletir sobre as implicações dos processos familiares em curso para a estratificação de gênero, pode-se pensar as implicações das mudanças nas relações familiares para a estratificação de classe, na medida em que se acrescenta um terceiro movimento, de comparação por classes. Este último movimento não apenas evidencia diversidades, mas também favorece o controle das subjetividades e crenças que permeiam a discussão sobre famílias.

Reconhece-se que há uma grande variedade de formatos familiares, que podem se realizar por variadas razões: com ou sem coabitação, seja devido a anseios de autonomia, seja pela própria mobilidade espacial da população; com ou sem filhos, diante da crescente legitimidade da opção pela não maternidade e da diversidade de formas de filiação; e com ou sem cônjuge, pois o trabalho feminino e o crescimento da proteção social fazem com que o casamento seja cada vez menos uma necessidade como era no passado para as mulheres. A despeito das diversas transformações no seu formato, as famílias continuam existindo como um lugar central de organização da vida social. Segundo Jelin, a família é uma instituição social que regula, canaliza e confere significado social e cultural a uma série de necessidades básicas de sexualidade, procriação, convivência cotidiana e economia doméstica compartilhada, com divisão de tarefas segundo hierarquias de gênero e geração. Essa definição clássica é afetada por uma série de transformações, que podem ser percebidas sob o signo de uma crise ou de um processo de democratização.

> Vivemos num mundo em que as três dimensões que conformam a definição clássica de família (a sexualidade, a procriação, a convivência) sofreram enormes transformações e desenvolveram-se em direções divergentes, pelo que começamos a duvidar do que estamos falando quando dizemos família. Também há transformações paralelas na divisão do trabalho baseada em critérios de gênero. As divergências nestas trajetórias levam a uma crescente heterogeneidade social. Esta multiplicidade de formas de família e de convivência, que as vezes é interpretada como sintoma de uma crise da família, pode também ser vista como parte dos processos de democratização e de extensão do "direito a ter direitos" (inclusive ao prazer), com o que a ideia de crise se transforma. (Jelín, 1997: 29-30, tradução nossa)

Famílias são realidades difíceis de serem enquadradas em qualquer definição unívoca. Como alerta Gittins (1993: 155, tradução nossa), "não existe uma definição clara, não ambígua do que é família [...] a família é pouco mais do que uma ideologia que influencia e informa as maneiras pelas quais as pessoas interagem e coresidem umas com as outras". Em muito se confunde a ideologia da família (um modelo que cada época, sociedade ou segmento da mesma afirma como "dever ser") com as famílias reais, as quais são sempre plurais, complexas e em constante fluxo.

Para tentar organizar a tensão entre fatos e crenças ou ideologias em torno da família, Rapp propõe distinguir entre família e domicílio, a primeira como ideologia e significados do parentesco, a segunda como unidades residenciais que partilham recursos, consumo e trabalho doméstico. Se o termo família, no senso comum, pode referir-se tanto à família nuclear quanto à rede de parentesco – ambos com uma alta carga de afeto – esta dimensão ideológica também encobre as variações na experiência familiar por classe.

> As entidades nas quais as pessoas realmente vivem não são famílias, mas domicílios [...] Domicílios são a unidade empiricamente mensurável dentro da qual as pessoas partilham recursos e realizam certas tarefas. [...] eles variam sistematicamente na sua capacidade de reunir, acumular e transmitir riquezas, salários ou bem-estar. Esta parece ser uma unidade simples de se definir.
>
> Famílias, por outro lado, são um pouco mais escorregadias. […] Famílias organizam os domicílios, e é dentro de famílias que as pessoas experimentam a ausência ou a presença, o partilhamento ou retenção, de recursos. "Família" (como um conceito normativo em nossa cultura) reflete estas relações materiais; e também as distorce. Como tal, o conceito de família é uma ilusão socialmente necessária que simultaneamente expressa e mascara o recrutamento para relações de produção, reprodução e consumo – relações que condicionam diferentes tipos de recursos domiciliares baseados em diferentes setores de classes. [...] "Família", como nós entendemos (e mal compreendemos) o termo, é condicionada pelas exigências da formação dos domicílios e serve como um absorvedor de choques para manter os domicílios funcionando. As pessoas são recrutadas e mantidas nos domicílios pelas famílias em todas as classes, ainda que as famílias que elas têm (ou não têm) não sejam todas as mesmas. (Rapp, 1992: 51-52, tradução nossa)

A distinção entre famílias e domicílios mostra-se especialmente importante num contexto de maior fluidez nas relações familiares, processos nem sempre perceptíveis do ponto de vista dos arranjos domiciliares. Elisabeth Beck-Gernsheim (2002) considera que as categorias das estatísticas oficiais já não são capazes sequer de captar esta diversidade de experiências familiares.

Fonseca (2007: 30) realça que o profundo deslocamento de categorias analíticas que se assiste hoje no campo de estudos sobre famílias permite também a emergência de outras "verdades" que demonstram que a vida familiar é um espaço poroso, perpassado por forças e relações que vão além da unidade domiciliar. Fonseca identifica a tendência de resgate da análise contextualizada das formas de família e que

mudanças no parentesco têm levado a noções mais fluidas, como de "conectividade" (Fonseca, 2007, p. 20). A comparação com as formas de família de grupos minoritários, como os afro-americanos, chicanos e asiáticos nos Estados Unidos, tem contribuído no esforço de destronar a ideologia da família – inclusive de relativizar a centralidade atribuída à "família moderna" (Fonseca, 2007). Ademais, experiências várias – como a adoção internacional, casamentos e famílias multicultuais e novas tecnologias reprodutivas – fazem com que o formato do parentesco deixe de ser evidente e necessário, ajudando a desmistificar a ideia de família natural.

Em um estudo sobre o impacto do teste de DNA no Brasil, Cláudia Fonseca (2002) mostra que os princípios estruturais do parentesco se transformaram em consonância com as mudanças recentes nas estruturas familiares. Se antes legitimidade *versus* ilegitimidade separavam esposas de concubinas e filhos legítimos de bastardos, com a garantia dos direitos dos primeiros e a estigmatização dos últimos, hoje, a polaridade se dá entre parentes eletivos *versus* consanguíneos. O paradoxo é que ambos são altamente valorizados. Segundo a autora, nas famílias pós-modernas, a noção de escolha faz da afeição o principal elemento constituinte da relação familiar, permitindo reconhecer como formas familiares legítimas antigos objetos de estigma, como o descasamento, os filhos adotivos e os parceiros do mesmo sexo[2].

Ainda que hoje se celebre o crescimento das formas não-canônicas de família, dados históricos demonstram que estas existiam há séculos, daí a importância de realçar seus novos contextos e como esta diversidade é crescentemente acolhida com legitimidade pela opinião pública e pela legislação. Como sugere Esping-Andersen para o caso europeu, novo ou moderno não são os comportamentos em si, mas os processos sociais e as motivações pessoais que os subjazem, em especial os novos anseios femininos de autonomia.

> No passado, a pobreza generalizada fazia com que as pessoas adiassem o casamento e a paternidade [...] hoje o postergamento é primeiramente devido ao anseio feminino de autonomia. No passado, ser mãe sozinha era muito associado à viuvez; hoje é principalmente o resultado do divórcio. Um século atrás uma grande parcela das mulheres permanecia sem casar e sem filhos porque elas eram condenadas a uma vida de servidão nas casas das classes privilegiadas. Hoje, as mulheres não casadas e sem filhos tendem a ser profissionais e administradoras – frequentemente provenientes das mesmas classes privilegiadas. (Esping-Andersen, 2009: 6, tradução nossa)

Jelín (2010: 22) alerta que, historicamente, a naturalização de um modelo de família "normal" ajudou a obscurecer o fato de que sempre existiram formas alternativas de organização dos vínculos familiares. Muitas dessas formas foram marginalizadas e tratadas como patológicas, sobretudo se típicas das classes baixas, o que coloca em evidência a não neutralidade de tais modelos e as disputas simbólicas de que a moral familiar foi frequentemente objeto. Neste sentido, os tipos de família são em si mesmo objeto de prestígio e de disputas simbólicas entre as classes, incluindo processos de estigmatização (Elias, 2000) e lutas de classificação em torno do capital simbólico que representa ter uma "família nômica" (Bourdieu, 1996). Assim, a diversidade de formas de família não é neutra, pois a valorização diferencial das formas de família faz com que determinados modelos de família sejam objeto de imitações ou de estigma de classe e gênero.

No Brasil, as classes baixas podem mesmo ser consideradas pioneiras de parte dos comportamentos familiares que hoje são vistos como mudanças. Fonseca chama a atenção para o fato de que o que hoje aparece como moderno nas camadas médias ("produção independente", "descasamento", "família de escolha") já existia, mas era estigmatizado, nas camadas populares da população ("mães solteiras", "famílias desestruturadas", "filhos abandonados"). A autora denuncia a existência de um viés de classe que possibilita avaliações opostas de comportamentos muito semelhantes, tal como no quadro a seguir (extraído de Fonseca, 2005: 57).

---

2 Todavia, as concepções biológicas de parentesco continuam importantes, manifestas na associações entre as noções de sangue e destino. Exemplos dessa vinculação estão em fatos como filhos adotados que desejam conhecer suas origens, parceiros do mesmo sexo que tentam gerar crianças biologicamente vinculadas a eles, e pessoas que se submetem a processo exaustivo de maternidade assistida. Ver Fonseca (2002).

Ricos "escolhem" sua família.	Pobres "submetem-se" à biologia.
Maternidade assistida.	Controle de natalidade.
Produção independente.	Mãe solteira.
Família recomposta (divórcio e recasamento).	Família desestruturada.

Cláudia Fonseca mostra, portanto, que comportamentos novos que eram negativos nas classes baixas, quando atingem estratos superiores, são resignificados, chegando a se tornar normativos. Eventos semelhantes podem ter, portanto, não apenas significados distintos para os sujeitos que os experimentam conforme seus contextos histórico e social, como também variam na leitura e valorização (ou não) que recebem em meio às dinâmicas simbólicas que acompanham as desigualdades entre grupos.

A diversificação dos arranjos familiares é um dos principais motes das mudanças nas famílias. Hoje até a noção de ciclo de vida familiar é polemizada diante da redução da padronização da sequência normativa "casar e ter filhos". As mudanças em curso sugerem a necessidade de substituir a tradicional noção de ciclo de vida familiar – que supunha um padrão ideal de união-reprodução-saída dos filhos do domicílio etc. – pela visão da família como um conjunto de trajetórias individuais interactuantes e interdependentes, apreendida pela noção de cursos de vida: "no lugar de uma continuidade abstrata no ciclo familiar, a perspectiva do curso de vida põe ênfase nas trajetórias individuais nos processos de criação, expansão ou dissolução familiar" (Tuirán, 2001: 53, tradução nossa). De fato, há uma diversificação maior dos formatos as famílias, levando à percepção de que as famílias são compostas de feixes variados de trajetórias individuais.

No gráfico 1, observa-se a evolução dos arranjos domiciliares[3] nas diferentes classes, notando o declínio do arranjo casal com filhos, considerado expressão da família tradicional. Nota-se o crescimento da conjugalidade sem filhos (casal sem filhos), dos arranjos compostos por mães com filhos e das pessoas que vivem sozinhas (unipessoais). Todas as classes estão envolvidas neste processo de mudança. A hipótese usual de maior matrifocalidade nas classes baixas é só parcialmente confirmada, pois a maior incidência do arranjo mãe com filhos ocorre não apenas na classe 2, mas cresce também em outras classes, como a 6 e a 8. O gráfico 1 reflete também a segregação de gênero que existe no mercado de trabalho, no qual as mulheres encontram mais frequentemente emprego nas classes 2, 6 e 8, portanto, são nessas classes que as mulheres chefes de famílias monoparentais (que definem com seu trabalho a posição de classe de suas famílias) têm maior chance de estar.

3 Nesta análise, não serão considerados outros arranjos domiciliares, que variam entre 3 e 7% entre as classes e dentre os quais predominam aqueles com vínculo familiar.

Gráfico 1 - Arranjos familiares por classe social familiar[4]

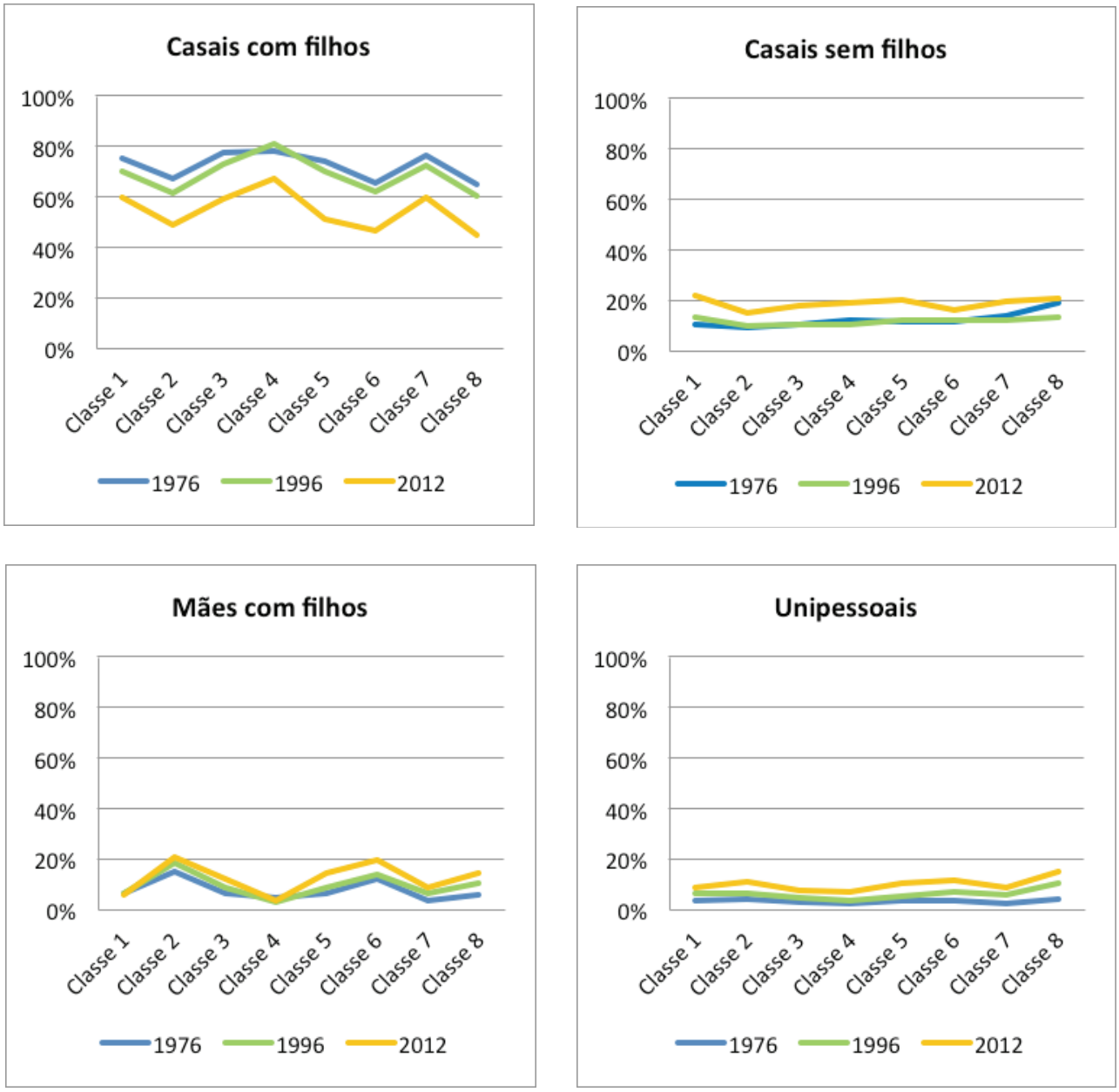

Fonte: Elaboração própria a partir das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) de 1976, 1996 e 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4 Nos arranjos monoparentais e unipessoais, as classes sociais familiares foram definidas a partir da posição no mercado de trabalho dos chefes. Nos casais, a classe familiar foi definida a partir da ocupação mais alta dentre os cônjuges, procedimento semelhante ao método da dominância proposto por Erikson (1984). A agregação das categorias ocupacionais resultaram nos seguintes grupos (seguidos de seu respectivo percentual na população segundo a PNAD 1996): Classe 1 - Trabalhadores rurais (24,5%), classe 2 - Trabalhadores na indústria tradicional, nos serviços pessoais e domésticos (24,2%), Classe 3 - Trabalhadores nos serviços gerais e vendedores ambulantes (12,9%), Classe 4 - Trabalhadores na indústria moderna (5,3%), Classe 5 - Empresários por conta-própria (3,9%), Classe 6 - Ocupações não-manuais - técnicas, artísticas, de rotina e supervisão - (19,2%), Classe 7 - Proprietários e dirigentes (5,6%), Classe 8 - Profissionais de nível superior (3,7%). Toda a análise refere-se a todo o Brasil, exclusive as áreas rurais das regiões Norte e Centro-Oeste que não eram cobertas em 1976 e foram excluídas nas demasi datas para garantir a comparabilidade.

Há múltiplos processos por trás da tendência de diversificação dos arranjos, os quais podem expressar diferentes dinâmicas, tais como envelhecimento populacional, redução da fecundidade, separações e recasamentos. Essa diversificação é comum a vários países e resulta de processos demográficos (aumento da expectativa de vida) e sociais (maior espaço de escolha e por isso mais rupturas de famílias, mais pessoas que permanecem sem se unir etc.). Segundo Goldani, a queda rápida e generalizada da fecundidade e o aumento da expectativa de vida geraram "novos 'tempos' individuais e familiares" (1994: 9). A "revolução da longevidade" permitiu que as pessoas vivam mais tempo em família, seja a primeira ou a segunda, e variando os tipos de parentesco, além de gerar superposições de papéis e favorecer a convivência entre diferentes gerações. Goldani mostra que o perfil dos arranjos unipessoais é distinto para homens e mulheres – "o crescimento dos arranjos unipessoais está dado por homens mais jovens solteiros e mulheres mais velhas separadas, além de viúvas" (1994: 13) –, indicando que parte da diversificação dos arranjos e do crescimento da chefia feminina deve-se ao aumento da expectativa de vida das mulheres. Os arranjos domiciliares de casais sem filhos, por sua vez, podem ser decorrência do fato da família estar ainda em fase de formação, da impossibilidade de ter filhos ou da decisão de não tê-los. Já o crescimento de mulheres chefes pode estar relacionado a diferentes processos, como ruptura de união, gravidez não marital, erosão do suporte da família extensa, mas ao mesmo tempo expressa a crescente participação econômica das mulheres e sua capacidade de sair de uniões ou assumir uma família de forma independente. Ainda que as famílias monoparentais possam estar associadas a maior vulnerabilidade socioeconômica (em especial quando o menor número de provedores se conjuga com um maior número de filhos), há que considerar a heterogeneidade das famílias monoparentais, que também expressam o fato de que as mulheres crescentemente optam por romper vínculos insatisfatórios e conseguem gerir suas próprias famílias (Macedo, 2008).

Considerando que a família é tanto uma ideia-valor, mais ou menos permanente, quanto grupos domésticos reais, os quais variam ao longo do ciclo de vida, Woortmann e Woortmann notam que os grupos domésticos monoparentais têm distintos significados ao longo do tempo, tendo sido comuns no passado colonial por razões várias (como a mobilidade dos homens, que se ausentavam temporária ou permanentemente, a necessidade de ocultar concubinatos de homens casados ou que eram clérigos, a separação ou viuvez), persistindo como importante traço das famílias matrifocais nas classes baixas, difundindo-se recentemente de baixo a alto na hierarquia social. Segundo Woortmann e Woortmann (2002: 2), o tema das famílias monoparentais ganhou mais visibilidade quando penetrou as camadas médias e altas, atingindo os próprios pesquisadores, "na medida em que deixou de ser algo característico de um 'outro', para se tornar presente entre 'nós'".

Nota-se que todas as classes caminham a passos variados em direção a uma maior diversificação dos arranjos familiares, reduzindo o peso dos arranjos conjugais e aumentando outros arranjos. Se a diversificação recente dos arranjos e trajetórias familiares vem sendo associada à mudança na condição feminina nas famílias, como realçam os teóricos da chamada Segunda Transição Demográfica, que diz respeito às tendências recentes decorrentes da separação entre casamento, nascimentos e sexualidade; a redução da fecundidade abaixo da taxa de reposição; e o crescimento da coabitação, do divórcio e dos nascimentos fora do casamento (Lesthaegue, 1995).

Profundas mudanças nas experiências de conjugalidade, reprodução e socialização dos filhos vêm sendo relacionadas à construção da autonomia feminina, pois, considerando que historicamente as relações familiares foram frequentemente espaços de opressão de gênero – em que as mulheres foram cerceadas, como sugerem as metáforas da escravidão da maternidade e das obrigações domésticas ou do casamento como uma prisão –, a primeira, ou a mais fundamental, trincheira que as mulheres tiveram que vencer para conquistar maior autonomia diz respeito à sua posição nas relações familiares.

A análise de dados proposta a seguir pretende aprofundar esta dimensão de autonomização das mulheres presentes nos processos de mudanças nas famílias, atentando ao mesmo tempo para seus diferenciais e dinâmicas de classe.

3 Analisando a diversidade de classes na vida familiar no Brasil a partir das mudanças na condição feminina

A diversidade de arranjos familiares expressa complexos processos de mudança, que envolvem aspectos demográficos (como a redução da fecundidade e o aumento da expectativa de vida) intrinsecamente relacionados a mudanças culturais no papel ocupado pelas mulheres nas famílias e na sociedade. Estas tendências difundem-se entre mulheres de diferentes classes, ainda que a ritmos variáveis.

Uma transformação central que expressa e possibilita o movimento de autonomização das mulheres é a redução do tempo dedicado à maternidade, visível na dramática redução da fecundidade. A taxa de fecundidade para a população total situava-se, no ano de 1976, em 4,4 filhos por mulher, tendo se reduzido em cerca de um filho por década, de forma a atingir 2,0 filhos em 2006, número que se mantém em 2012[5]. Quando se comparam as taxas de fecundidade específicas de cada classe, nota-se que estas tendem a ser maiores nos estratos inferiores, declinando à medida que se observam os estratos mais altos. Todavia, como a queda tende a ser mais intensa nos estratos mais baixos, os quais partem de patamares maiores de fecundidade, o resultado é uma expressiva redução dos diferenciais de fecundidade, tal como visualizado no gráfico 2.

Gráfico 2 - Taxa de fecundidade por classe social, Brasil, 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012

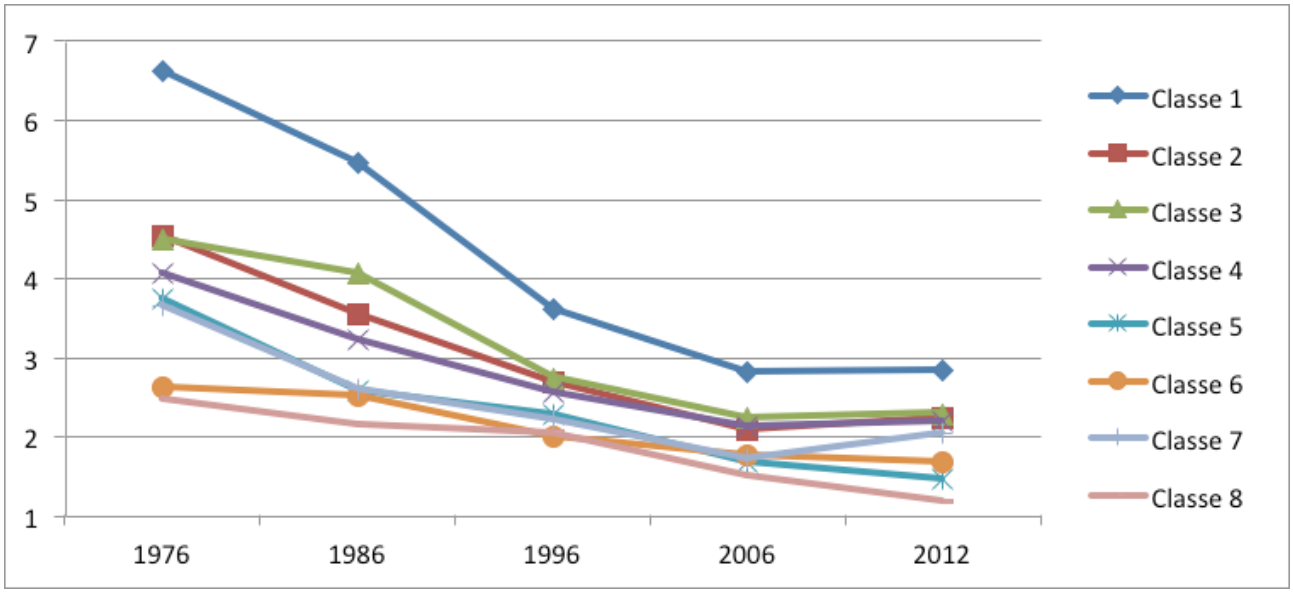

Fonte: Elaboração própria a partir das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De maneira geral, observa-se que a fecundidade caiu e alcança níveis baixos em todas as classes já em 2006: se nos grupos ocupacionais urbanos manuais (2, 3 e 4), o nível alcançado já é muito próximo da taxa de reposição, entre as categorias não manuais está abaixo desta, oscilando entre 1,5 e 1,8. Apesar dos trabalhadores rurais ainda manterem um número médio de filhos de 2,8 em 2006 e 2012, realça-se que esse valor é menos que a metade da taxa de fecundidade que possuíam em 1976. Embora declinantes, os diferenciais por classe continuam expressivos. Se, por um lado, a diferença no número de filhos tidos entre o grupo mais alto e o mais baixo caiu, entre 1976 e 2006, de 4,1 para 1,3 – diferencial que aumenta ligeiramente em 2012 (1,6) em virtude da redução ainda maior da fecundidade na classe 8 que chega a 1,2 filhos –, por outro, a fecundidade dos trabalhadores rurais ainda é mais que o dobro da encontrada na classe mais alta.

5 A taxa de fecundidade encontrada para 2012 foi confirmada junto ao setor responsável do IBGE, pois difere do valor que constava nas projeções do IBGE de 1,8 filhos. O método empregado foi o de Brass, descrito no Manual X das Nações Unidas.

Os diferenciais de fecundidade têm implicações do ponto de vista da dinâmica de formação ou transformação das desigualdades sociais. As taxas encontradas sugerem que, mantida a atual estrutura de classes, será necessária intensa mobilidade ascendente, pois os estratos mais altos não conseguirão se reproduzir pela herança social, dada sua fecundidade abaixo da reposição. Por outro lado, como discutido por Esping-Andersen (2009), a fecundidade diferencial implica em que os poucos filhos dos estratos mais altos contarão com superinvestimentos capazes de maximizar suas chances de ascensão ou manutenção da posição social de seus pais. De um lado, tem-se uma elite de superinvestidos, dada a baixa fecundidade dos estratos superiores; de outro, uma elite crescentemente recrutada nas classes mais baixas já que a fecundidade no topo não é suficiente para a reprodução social das elites, o que as torna necessariamente mais porosas.

Apesar de e justamente porque há uma expressiva queda da taxa de fecundidade brasileira em todas as classes sociais, um tema que vem despertando preocupação é a fecundidade adolescente. A gravidez na adolescência é um fenômeno que condensa uma série de desigualdades, pois à proporção que cresce a escolaridade observa-se maior acesso à informação e a métodos contraceptivos (Itaboraí, 2003). Rodríguez e Hopenhayn (2007: 8) realçam as desigualdades sociais na fecundidade adolescente mostrando que, no Brasil e em outros países da América Latina, a fecundidade adolescente cai ou mantém-se constante no quintil mais rico enquanto cresce no quintil mais pobre. No gráfico 3, demonstra-se que no Brasil o percentual de jovens que haviam sido mães é bem maior nas classes baixas rurais e urbana, enquanto é mínimo nos estratos superiores. Entre 1976 e 2006, o percentual de jovens que já havia sido mães cresce 70% na classe 1 (atingindo 16,8% em 2006) e dobra na classe 2 (alcançando 15,6% em 2006). Nestas duas classes, o crescimento é contínuo, enquanto nas classes 3 e 4, a tendência é de redução, estando em torno de 12% em 2006. Nas classes não manuais, que também experimentaram crescimento nos anos 90, a tendência de redução leva a percentuais que oscilam entre 2,2% na classe 8 e 7,5% na classe 6 em 2012. Entre 2006 e 2012, observa-se, no entanto, a queda da fecundidade adolescente em todas as classes, ainda que a maternidade na adolescência continue a ser um evento muito mais frequente nos estratos inferiores.

O paradoxo da fecundidade adolescente resulta do próprio contexto de liberalização sexual e de ganhos de autonomia feminina em curso, que se torna mais complexo entre pessoas que ainda têm insuficiente controle de suas vidas para atuar como sujeitos de sua sexualidade. Wong e Bonifácio (2009) realçam o problema dos conflitos geracionais e de gênero na adolescência e seu impacto no acesso à contracepção. Não obstante, campanhas de saúde e educação que se seguiram às taxas consideradas antes alarmantes no Brasil podem, segundo Berquó e Cavenaghi (2005), ter ajudado na redução da fecundidade jovem no período mais recente.

Gráfico 3 - Percentual de mulheres de 15 a 19 anos que já haviam tido filho[6] por classe familiar

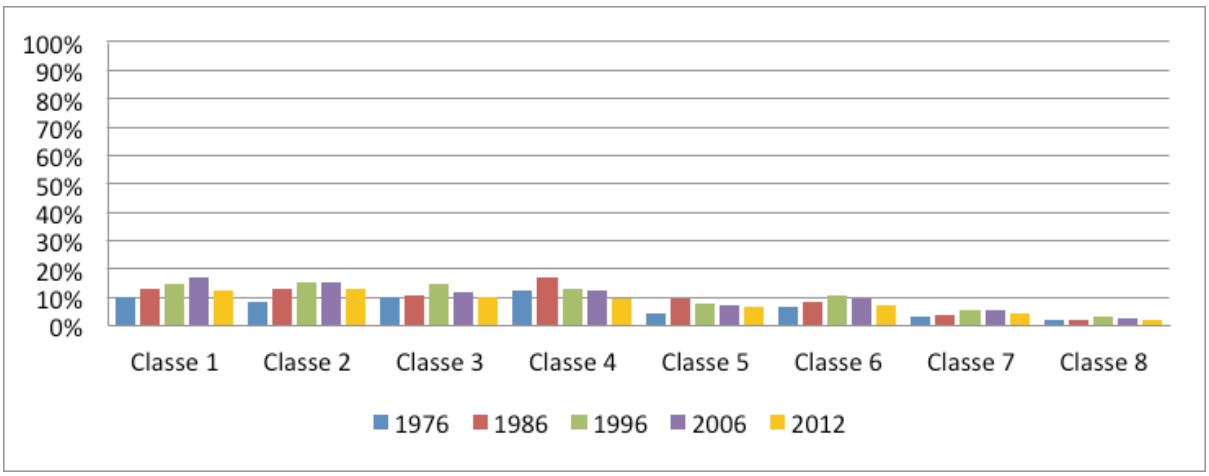

Fonte: Elaboração própria a partir das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

6 Duas medidas são usualmente empregadas para analisar a fecundidade adolescente, a taxa específica de fecundidade do grupo de 15 a 19 anos e o percentual de mães entre as mulheres de 15 a 19 anos. A primeira medida é afetada pela queda dos nascimentos de segunda ou mais ordens, mudança que não afeta o percentual de adolescentes que são mães.

Além da redução da fecundidade, outro avanço marcante da revolução na condição das mulheres no Brasil e boa parte do mundo nas últimas décadas é o crescimento do trabalho feminino, favorecido pela crescente escolarização das mulheres e caracterizado pela diversificação de seu perfil que passa a incluir cada vez mais mulheres unidas e com filhos.

Machado, Oliveira e Wajnman (2005) consideram que as causas do crescimento do trabalho feminino no Brasil, como no restante do mundo, abrangem fatores culturais, relativos às mudanças nas expectativas sociais e pessoais quanto ao papel feminino; econômicos, incluindo crises que incentivam o trabalho de mais membros da família; e demográficos, relacionados à redução da fecundidade e do tamanho da família. Segundo Bruschini, Lombardi e Unbehaum (2006), a expansão da escolaridade é um dos fatores com maior impacto no trabalho feminino, permitindo ampliar e também diversificar a presença das mulheres no mercado de trabalho. Ainda que seja favorecido pelo aumento da escolaridade feminina, o maior engajamento no trabalho abrange todas as classes. Nota-se que em 1976 o maior percentual de trabalho feminino era encontrado na classe 2, a mais baixa urbana (41%), que era seguida pela classe 8 (33%). Em 1986, a participação feminina no mercado de trabalho dessas duas classes quase se iguala (48% na classe 2 e 47% na classe 8). Em 1996, a classe 8 já é aquela em que mais mulheres trabalham (52%), ficando as demais classes não manuais urbanas em patamares próximos ainda que um pouco inferiores. Em 2006 e 2012, essa tendência se consolida, pois os patamares maiores de emprego feminino são encontrados nas classes não manuais, seguidas da classe 2. Portanto, à proporção que se desenvolve um mercado de trabalho para as mulheres de classe média e alta, o que ocorre junto com a expansão da escolarização feminina, o trabalho feminino vai deixando de ser uma prática típica das classes baixas e vai se tornando cada vez mais uma experiência que cresce junto com a educação.

O crescimento das ocupações femininas de classe média teve um impacto importante na legitimação do movimento das mulheres em direção à esfera pública. Como mostra Goldin (2006), as ocupações não manuais das mulheres mais escolarizadas ajudaram a "dignificar" o trabalho feminino. O fato da mulher trabalhar fora, antes aceito como "uma necessidade"[7], hoje perde o estigma e é ressignificado com sua crescente profissionalização e expansão para atividades mais valorizadas.

Ardaillon intitulou "salário de liberdade" a obra onde analisa o peso da autonomia econômica nos projetos de emancipação de mulheres de estratos superiores no Brasil. Nota-se uma inversão da reflexão habitual aplicada às classes baixas, para as quais se considera habitualmente que as mulheres trabalhavam por necessidade. O trabalho feminino nas classes altas é problematizado menos por sua contribuição à renda familiar e mais pela autonomia e individuação possibilitadas à mulher. Indaga Ardaillon: "A pergunta a fazer talvez não seja: "o que pode representar o salário de uma mulher na vida da família?", e sim: "o que pode representar o salário de uma mulher no interior das relações de um casal?", nesse delicado equilíbrio entre os sexos?"(1997: 56). Ardaillon observa que o ideal de profissionalização feminina é uma construção tipicamente de classe média, na esteira de sua crescente escolarização que consagra o ideal de realização profissional: "O modelo cultural de mulher moderna para a classe média é uma profissional eficiente e satisfeita, 'realizada', desenvolvendo uma atividade que lhe agrada, exteriorização do seu 'eu' mais autêntico" (Ardaillon, 1997: 70).

---

7 Ainda que se considere que, no passado, as mulheres de classe baixa também se sentissem incentivadas a imitar o caráter distintivo do não trabalho feminino nas classes altas (uma reminiscência da visão patriarcal de que a circulação da mulher no espaço público era arriscada ou suspeita do ponto de vista da reputação pessoal e respeitabilidade familiar), havia outros sentidos específicos. Em sua pesquisa sobre famílias nas classes baixas, Macedo (1979) considera que, dadas as condições árduas dos empregos disponíveis, procurava-se manter afastado do trabalho o maior número possível de membros das famílias, sendo particularmente relevante a manutenção da mulher em casa, tanto pela valorização das suas funções domésticas, quanto por este ser um símbolo de status.

Gráfico 4 - Percentual de mulheres de 10 anos e mais que tinha ocupação na semana de referência[8] por classe social familiar, 1976, 1986, 1996, 2006, 2012

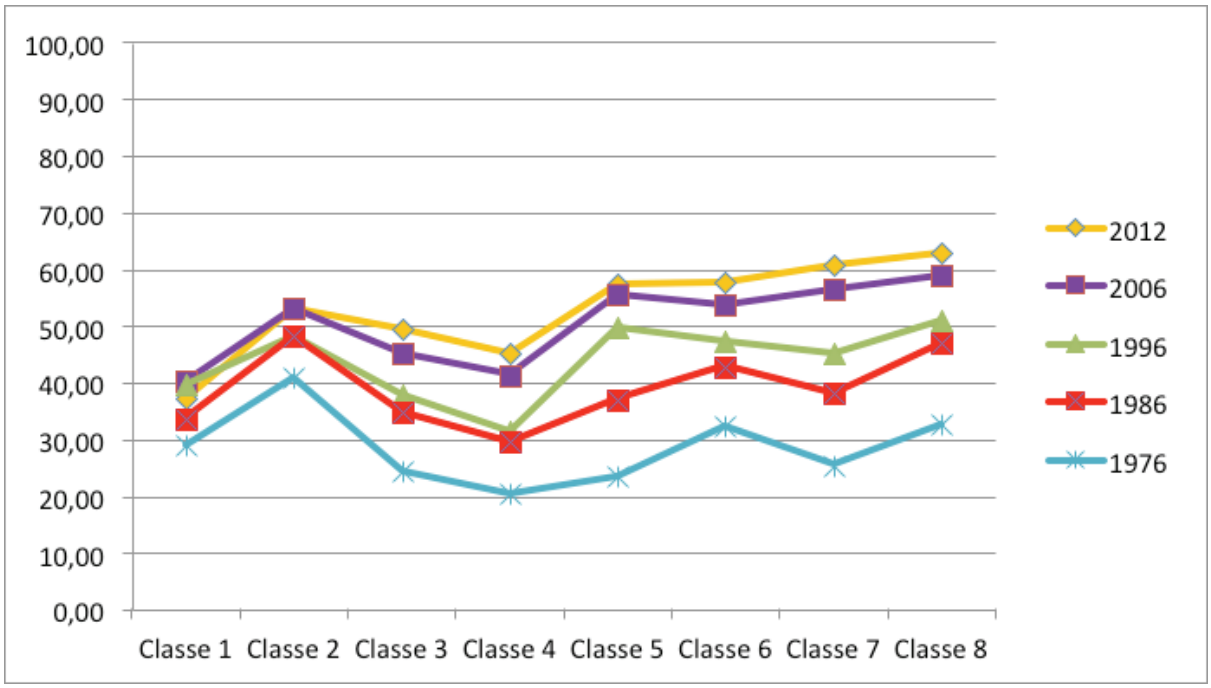

Fonte: Elaboração própria a partir das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A tradição de estudos feministas e de gênero considera que o trabalho remunerado é uma das bases centrais da autonomia feminina, mas lembra que a face doméstica do trabalho feminino foi e é frequentemente invisibilizada e subestimada. Sullerot (1966) realça que o trabalho feminino é tão velho quanto a humanidade, a novidade é a sua profissionalização, que contribui para que ele se torne mais visível. O conceito de trabalho assume, portanto, maior complexidade quando abordado no feminino, inclusive porque a participação no mercado de trabalho pode se realizar de forma não remunerada, tornando mais tênues os limites entre atividades de "produção" e "reprodução". Assim, as mulheres podem se encontrar em diversas situações, como as que trabalham e têm renda, têm renda e não trabalham (aposentadoria, rentistas etc.), trabalham e não têm renda (trabalho não remunerado, sobretudo familiar) e não trabalham e não tem renda. Portanto, nem todo trabalho é fonte de renda e nem toda renda decorre do trabalho. Se fosse preciso escolher entre um e outro, a renda seria mais determinante para a autonomia feminina. Neste sentido, um dos indicadores empregados pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe das Nações Unidas (Cepal) para mensurar a autonomia econômica das mulheres é justamente a presença de renda própria, pois sua ausência torna a mulher dependente de outras pessoas.

A presença de renda que não provém de trabalho emerge da comparação entre o gráfico sobre trabalho feminino e o gráfico sobre renda, pois o percentual de mulheres com renda aumenta mais do que o de mulheres trabalhando. Pelo gráfico 1, observou-se que, não obstante o percentual de mulheres que trabalham tenda a ser superior nas classes mais altas (diante das maiores oportunidades de trabalho das mulheres mais escolarizadas), o trabalho feminino cresceu progressivamente nas últimas décadas em todas as classes, com exceção da classe 1 onde estacionou. Quando se observa, por sua vez, o crescimento do percentual de mulheres que tem alguma renda (gráfico 5), nota-se um crescimento mais intenso da renda entre 1996 e 2006.

8 Considerou-se as pessoas que estavam trabalhando na semana de referência ou que tinham trabalho do qual estavam temporariamente afastados por férias ou licença, desconsiderando o trabalho para o próprio consumo e autoconstrução introduzidos nas PNADs a partir dos anos 90. Considerou-se também, para fins de compatibilização com a PNAD 1976, o trabalho não remunerado apenas se exercido por 15 ou mais horas semanais.

Gráfico 5 – Mulheres de 10 anos e mais que possuem renda, 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012

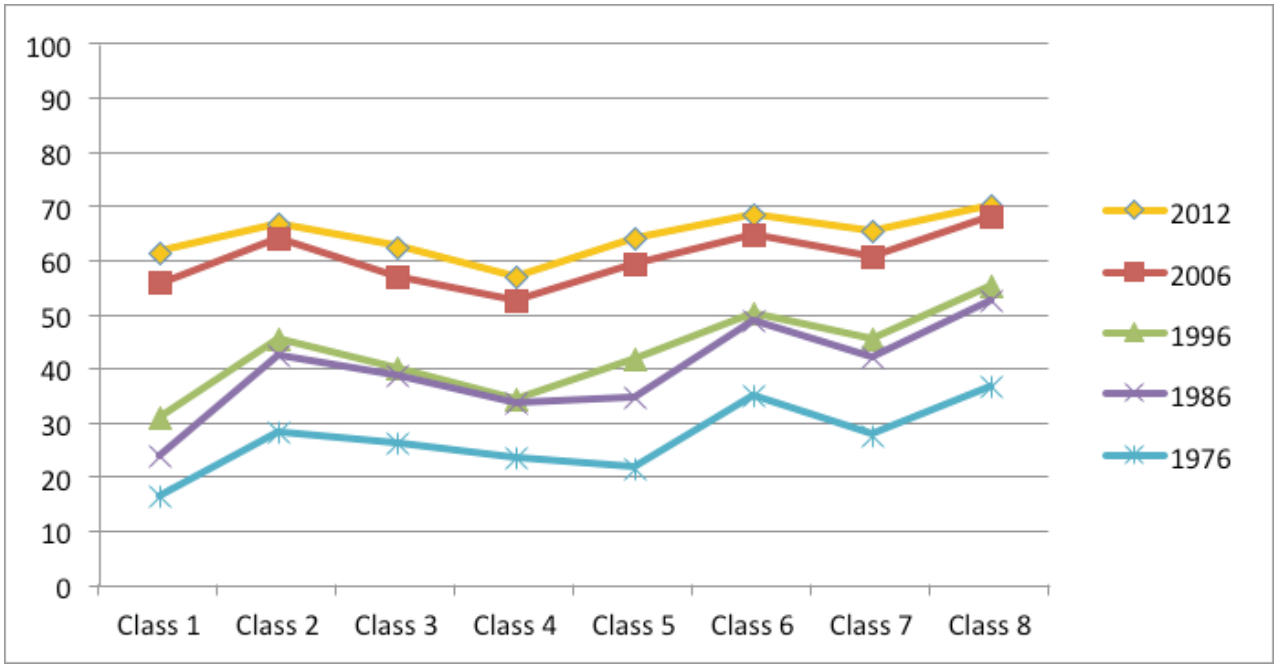

Fonte: Elaboração própria a partir das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 1976, apenas um quarto das mulheres de 10 anos e mais possuía renda própria, percentual que se expande a cada década até atingir 71% em 2012. Há variações por classe, mas os diferenciais se reduzem, passando de um diferencial entre os extremos de 20 pontos em 1976 para 9 pontos em 2012. Em 2012, mais da metade das mulheres de 10 anos e mais de todas as classes possuem algum tipo de renda[9]. Parte do crescimento da presença de rendimentos decorre dos programas de transferência de renda. Estes programas de transferência de renda condicionada são objeto de críticas devido a suas possíveis implicações para o reforço dos papéis tradicionais femininos, ainda que contribuam para a autonomia econômica das mulheres, como reconhece a medida da Cepal[10].

Por outro lado, a mudança geral no perfil das mulheres trabalhadoras, hoje frequentemente mais velhas, unidas e mães (Bruschini; Lombardi, 2001: 163), atesta a transformação em curso na identidade feminina, que inclui um maior engajamento no trabalho ao longo de suas trajetórias de vida. O crescimento do trabalho das mulheres unidas também representa uma profunda subversão do padrão familiar tradicional, comumente descrito como homem provedor – mulher dona de casa. É marcante e generalizado o crescimento dos casais com dois provedores (gráfico 6).

9 O fato de ter renda não significa que esta renda seja suficiente, a vulnerabilidade à pobreza teria que ser medida através de linha de pobreza ou outra medida.

10 A Cepal reconhece a contribuição dos Programas de Transferência Condicionada (PTC), mas elabora também uma crítica da perspectiva de família e gênero nestes programas. Ver, por exemplo, Arriagada e Mathivet (2007).

Gráfico 6 - Composição dos casais do ponto de vista da inserção dos cônjuges no mercado de trabalho por classe, 1976 e 2012

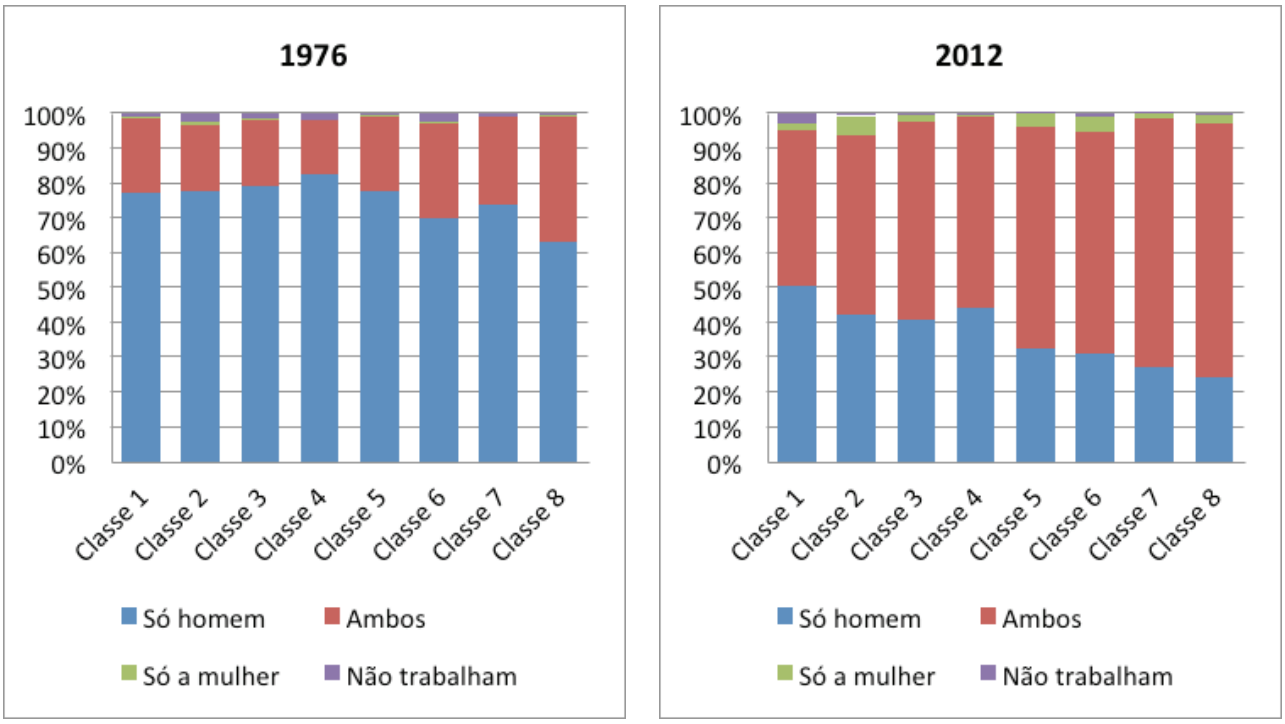

Fonte: Elaboração própria a partir das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) de 1976 e 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Se em 1976, em todas as classes, em 70% ou mais dos casais existia apenas o homem com provedor, em 2012, este percentual cai para um máximo de 50% (classe 1) e um mínimo de 24% (classe 8). Ambos os cônjuges trabalham em 44% dos casais da classe 1 e 73% da classe 8, observando-se que a situação de coprovedores cresce à medida que se observam os estratos mais altos. Além do crescimento do percentual de casais em que ambos os cônjuges trabalham, reduzem-se as diferenças nos casais, com mulheres mais escolarizadas, com menores diferenças de idade e maior participação feminina na renda do casal (Itaboraí, 2012).

A despeito da significativa melhoria na posição relativa das mulheres no equilíbrio de poder nos casais, nota-se que a divisão do trabalho segue muito desigual. Ao analisar as desigualdades por classe no uso do tempo, observa-se que a dedicação ao trabalho doméstico é extremamente diferenciada por classe entre as mulheres. Nota-se pelo gráfico 7 que a dedicação feminina ao trabalho doméstico tende a decrescer com a classe, sendo muito maior nas classes baixas, variando em mais de 10 horas entre mulheres das categorias extremas.

Nota-se que a dedicação dos homens ao trabalho doméstico é praticamente monotônica ao longo da vida e pouco varia por classe (gráfico 8). Já para as mulheres o peso do trabalho doméstico varia ao longo da vida, certamente em conjunção com variações em sua trajetória familiar, sua dedicação ao trabalho remunerado e as possibilidades de repassar o trabalho doméstico, visto que o emprego doméstico segue muito frequente no Brasil. No que diz respeito ao trabalho doméstico, portanto, tudo se passa como se a condição de classe afetasse apenas as mulheres.

Gráfico 7 - Horas dedicadas ao trabalho doméstico por idade e classe familiar, mulheres 2012

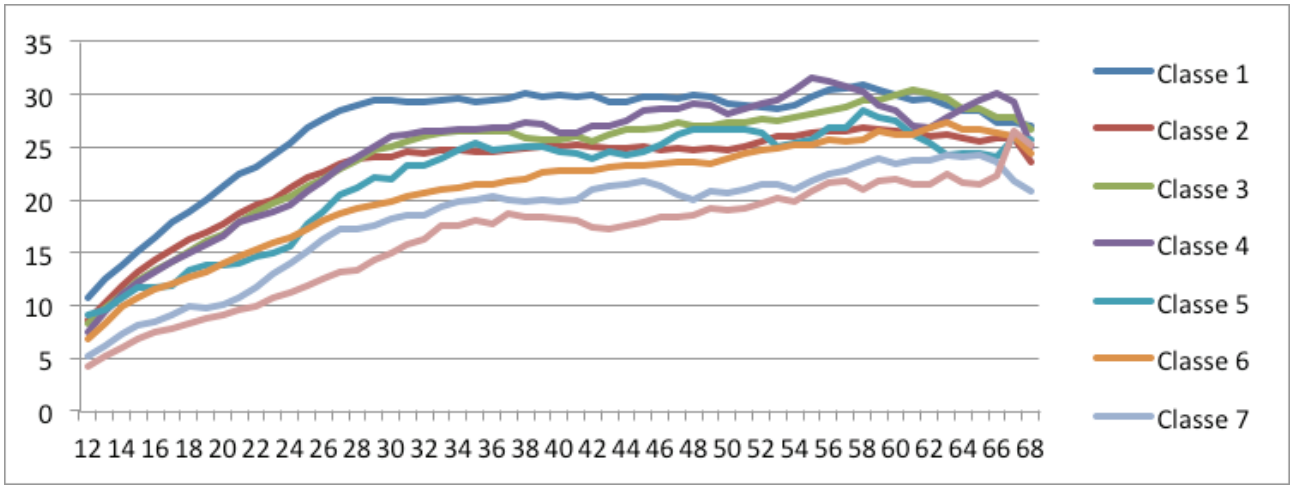

Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Gráfico 8 - Horas dedicadas ao trabalho doméstico por idade e classe familiar, homens 2012

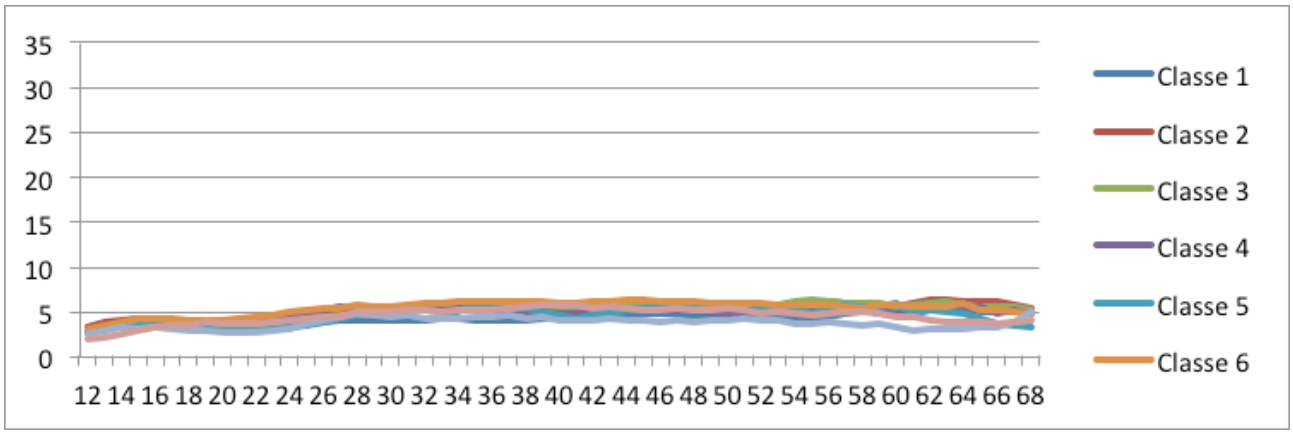

Fonte: Elaboração própria a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além das desigualdades na carga de trabalho doméstico empreendida por mulheres de diferentes classes, são expressivas as desigualdades no acesso às estruturas de cuidado. Um exemplo importante é a educação infantil, por se referir a uma etapa em que, sobretudo as mulheres das classes baixas têm mais dificuldades de trabalhar (Itaboraí, 2014). Nota-se que o acesso à educação infantil tende a ser progressivamente maior conforme melhora a renda das famílias e seu contexto socioeconômico, deixando evidente a importância de políticas públicas direcionadas à educação e cuidado infantil. Conforme Rosemberg e Artes, na educação infantil, a maior discriminação no acesso é por idade, já que este é sempre pior para crianças menores de 3 anos[11]. As autoras notam que não apenas as crianças de até 3 anos têm menos acesso, como também é diferenciada a frequência dentro deste grupo, pelos dados do Censo 2010, "as crianças de 2 e 3 anos representam 81,5% do grupo etário de 0 a 3 anos que frequentam creche ou pré-escola" (Rosemberg; Artes, 2012: 42).

11 Como mostra Hein (2005), em várias partes do mundo o percentual de crianças de 0 a 3 anos em creches é bem menor que o de crianças de 4 a 6 anos em pré-escolas, o que em parte deve-se a concepções sobre infância e cuidado infantil.

As desigualdades por classe no acesso à educação infantil são visíveis nas duas faixas etárias usualmente analisadas. Como se observa no gráfico 9, a cobertura segue desigual, a despeito da progressiva melhora no acesso entre 1996 e 2012. Se o percentual de acesso à creche ou escola infantil pelos filhos de 0 a 3 anos dos estratos manuais mais que dobrou entre 1996 e 2012, mesmo na última data os patamares continuam muito baixos, em torno de 20% nas classes 2, 3 e 4, e apenas 11% na classe 1. O crescimento foi proporcionalmente menor nos estratos não manuais, o que não impediu que os diferenciais entre as classes crescessem: se em 1996 a vantagem no acesso à educação infantil da classe 8 comparada à classe 1 era de 19,3 pontos (22,1 contra 2,8%) em 2012 passou para 26,7 pontos (37,6 contra 10,9%).

Já a porcentagem de crianças de 4 a 6 anos que têm acesso à educação infantil é maior, crescendo muito mais nas classes mais baixas no período considerado, o que reduz as desigualdades de acesso em mais de 30 pontos percentuais, passando a diferença de 49 para 29 pontos de diferença entre 1996 e 2006, alcançando 16 pontos em 2012. Se, em 1996, apenas um terço dos filhos de 4 a 6 anos dos trabalhadores rurais (classe 1) tinham acesso a pré-escola, em 2006, o valor salta para 65% e em 2012 para 79%. Por outro lado, no outro extremo (classe 8), partindo de patamares mais altos, o salto é menor - passa-se de 85% para 95% em 2012, chegando próximo da universalidade.

Não obstante a oferta ainda limitada, a expansão da educação infantil no Brasil expressa uma mudança de concepção em relação à responsabilidade pelo cuidado das crianças, antes restrito às famílias, e hoje cada vez mais percebido como devendo ser uma responsabilidade socialmente compartilhada. Conforme Rosemberg (2007), a mobilização pela oferta de vagas em creches e pré-escolas de qualidade para crianças de 0 a 6 anos, como um direito à educação das crianças e um direito dos pais ao trabalho extradoméstico, é uma causa recente na sociedade brasileira. Há indicações de que também no caso da educação infantil a demanda de classe média ajudou a legitimar anseios de mudanças nas famílias – neste caso, no que diz respeito à socialização infantil – que contribuíram para a autonomia das mulheres.

Gráfico 9 - Frequência à escola ou creche dos filhos de 0 a 6 anos por faixas de idade e classe familiar, Brasil, PNADs 1996, 2006 e 2012

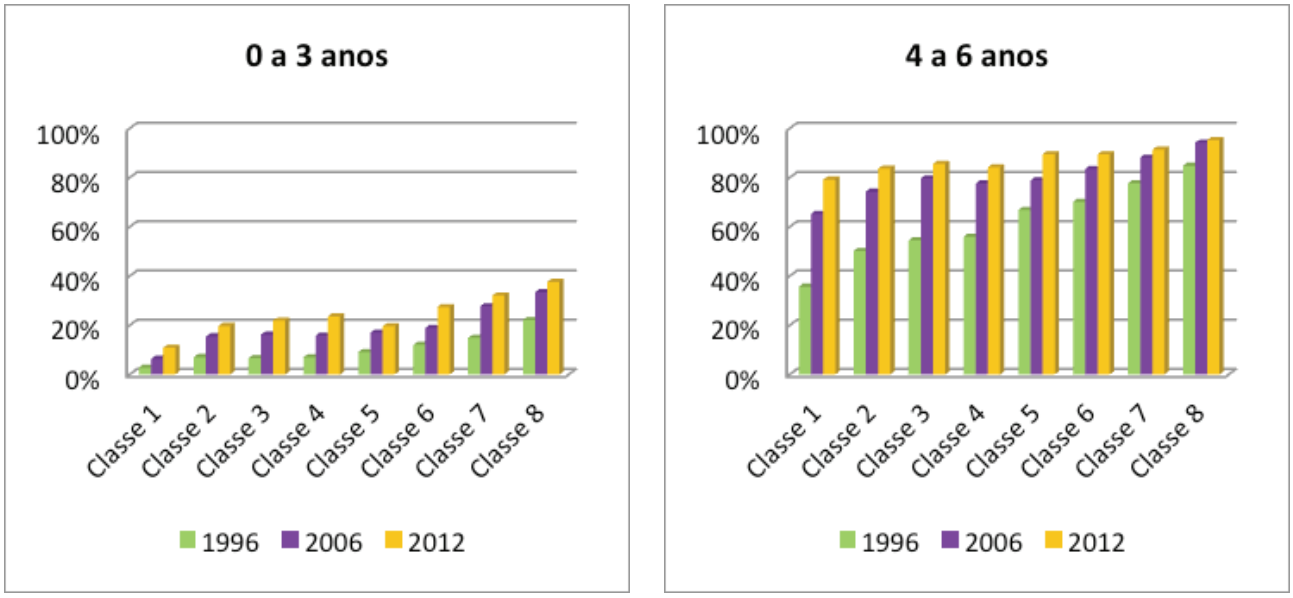

Fonte: Elaboração própria a partir das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Como realça Filgueiras, quando o trabalho das mulheres das camadas médias cresce e assume um sentido de liberação da mulher de seu papel tradicional, os setores médios também passam a demandar creches o que, mesmo se fazendo pela via privada – o que deixa evidente as desigualdades entre mulheres nas soluções de conciliação entre família e trabalho – contribuiu para a maior legitimidade da creche como alternativa de

educação e cuidado infantil, favorecendo assim uma mudança cultural na aceitação de outros espaços não familiares de socialização infantil.

> [...] a entrada maciça dessas mulheres [brasileiras pobres] no mercado de trabalho se fez sem que nada fosse previsto para apoiá-las na saída de casa. Sujeitas ao subemprego (às vezes mais compatível com a guarda das crianças) e sub-remuneradas, elas improvisam como podem para garantir a guarda dos filhos. [...] [nos] setores [médios], quer as mulheres trabalhassem ou não, estavam também à procura de creches ou pré-escolas para seus filhos. Eles os encontrariam sobretudo na rede privada. Assim, o fenômeno "criança na creche" e na pré-escola tomou aos poucos uma dimensão social importante e ganhou outro tipo de legitimidade. Uma mudança cultural importante emergia e a creche como equipamento social não era unicamente uma demanda das classes populares. (Filgueiras, 1994: 22-23).

4 Considerações finais

A diversificação dos arranjos familiares é geral, presente em todas as classes. Essas mudanças em vários aspectos estão relacionadas (são causadas por ou têm consequências para) a ganhos de autonomia das mulheres. Observam-se significativas mudanças de paradigmas nos significados da maternidade (controle da fecundidade que, pela contracepção, se torna mais voluntária), da conjugalidade (crescente percentual de casais sem filhos e casais com dois provedores) e da socialização dos filhos (a presença da escola se generaliza entre as classes, o que tem efeitos nas responsabilidades familiares e sobretudo maternas) e também da autonomia feminina (cuja trajetória hoje é mais marcada pelo trabalho e pela presença de renda, favorecendo a liberdade de decisão inclusive nos casais).

William Goode propôs há meio século a ideia de que as sociedades convergiriam em torno do estilo de família de classe média, visão hoje revisada e criticada (Cherlin, 2012). Ao contrário, hoje nota-se que em alguns aspectos as famílias convergiram em torno de práticas tradicionalmente típicas das classes baixas, como famílias monoparentais, trabalho feminino, coabitação e instabilidade matrimonial. Outros processos, como ter menos filhos e que estes frequentem a escola por mais tempo, eram práticas típicas das classes altas que se disseminaram nas demais classes, o que impede qualquer afirmação de que haveria uma convergência em torno dos comportamentos típicos de uma determinada classe. No entanto, merece destaque o fato de que, assim como Stacey (1990) e Himmelfarb (1995), entre outros, argumentaram que os comportamentos antes vistos como patológicos nas famílias negras surpreendentemente se generalizaram na sociedade americana, também para o Brasil, pode-se dizer que o que antes era estigmatizado nas classes baixas se difundiu pela sociedade. O processo de ressignificação de práticas que ocorre junto com sua difusão (e também a possibilita), aqui apenas sinalizado, merece estudos mais profundos que ajudem a elucidar as dinâmicas culturais (difusão, imitação, circulação etc.) quanto ao comportamento familiar entre as classes (Skeggs, 2011).

Outra dimensão que merece ser mais explorada é a dinâmica das desigualdades sociais associadas às mudanças nas famílias. As desigualdades sociais (de classe e gênero) estão presentes não apenas na difusão das principais tendências de mudanças nas famílias (como aqui analisado), mas também resultam das mudanças nas famílias, que produzem antigas (como a divisão desigual do trabalho doméstico, implicações da chefia feminina) e novas desigualdades (como "geração sanduiche"[12], famílias DINK[13]).

---

12 Termo aplicado à geração de adultos que cuidam simultaneamente dos filhos e dos pais idosos. Os estudos sobre esta geração realçam a sobrecarga de responsabilidades geralmente atribuída às mulheres.

13 Os arranjos de casais sem filhos – apelidados como DINK (Double Income, No Kids), traduzido no Brasil como DINC (Duplo Ingresso, Nenhuma Criança) – podem ser relacionados ao agravamento das desigualdades sociais, conjugando maiores níveis de escolaridade de seus membros, no entanto, sem herança social.

A relativa convergência por classe no comportamento familiar espelha tanto processos de democratização no acesso, pelas diferentes classes, a bens e serviços importantes para o bem-estar familiar (educação pública, saúde, contracepção etc.), quanto mudanças no imaginário social a respeito das famílias e, em especial, da aceitação de novos comportamentos femininos. A despeito da tendência de convergência entre as classes quanto aos comportamentos familiares, as desigualdades nos processos familiares persistem, assim como suas implicações para as oportunidades de vida das pessoas. As mudanças na vida familiar protagonizadas pelas mulheres avançaram até certo limite, o que se deve tanto à manutenção de responsabilidades femininas tradicionais, quanto às estruturas reduzidas de cuidado público.

Hoje a preocupação de que exista um teto, ou seja, um limite, para o crescimento do trabalho feminino, sinaliza que as transformações nas relações familiares continuam incompletas quanto à revolução de gênero (Esping-Andersen, 2009). Assim como a ideia de uma "mão invisível" do mercado obstrui a percepção dos mecanismos de discriminação social e das desigualdades estruturadas que se perpetuam além da dinâmica da oferta e procura, Folbre (2001) realçou que um "coração invisível" está na base da suposição de que os serviços de cuidado serão ofertados naturalmente como "dádivas", encobrindo as seculares desigualdades de gênero que regem esta oferta. Estes problemas acenam para a persistência de dimensões estruturais das desigualdades de gênero, que não podem ser solucionadas apenas de forma privada ou pelas decisões das mulheres, indicando a necessidade de discutir alternativas para desfamiliarizar e desmercantilizar parte das tarefas privadas.

5 Bibliografia

ARDAILLON, D. (1997), *O salário da liberdade*: profissão e maternidade, negociações para uma igualdade na diferença, São Paulo: Annablume.

ARRIAGADA, I & MATHIVET, C. (2007), *Los programas de alivio a la pobreza Puente y Oportunidades*: una mirada desde los actores, Santiago: CEPAL.

BECK-GERNSHEIM, E. (2002). *Reinventing the family*: in search of new lifestyles, Cambridge: Polity Press.

BERQUÓ, E. & CAVENAGHI, S. (2005). *Increasing adolescent and youth fertility in Brasil*: a new trend or a one-time event? Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/PopPobreza/BerquoelzaeCavenaghiSuzana.pdf, [consultado em 13-7-2013].

BOURDIEU, P. (1996), *Razões práticas*: sobre a teoria da ação, Campinas: Papirus.

BRUSCHINI, LOMBARDI & UNBEHAUM (2006), "Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios". In: UNIFEM. *O progresso das mulheres no Brasil*, Brasília, 2006. pp. 61-101.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. (2001), "Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX". *Cadernos de Pesquisa*, 17/18, pp. 157-196.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe) & Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) (2010), *¿Qué Estado para qué igualdad?* Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe, Brasilia.

COLTRANE, S. & ADAMS, M. (2008). *Gender and families*. Lanham: Rowman & Littlefield.

ELIAS, N. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ENGLAND, P. (2010) "The gender revolution: uneven and stalled". *Gender & Society*, 24 (2), pp. 149-166.

ERIKSON, R. (1984). "Social class of men, women and families". *Sociology,* 18.

ESPING-ANDERSEN, G. (2009). *The incomplete revolution*: adapting to women's new roles, Cambridge: Polity.

FILGUEIRAS, C. A. C. (1994), "A creche comunitária na nebulosa da pobreza". *Cadernos de Pesquisa*, 88, pp. 18-29.

FOLBRE, N. (2001), *The invisible heart:* economics and family values, New York: The New Press.

FONSECA, C. (2002), "A vingança de Capitu: DNA, escolha e destino na família brasileira contemporânea". In: BRUSCHINI, Cristina, UNBEHAUM, Sandra. *Gênero, democracia e sociedade brasileira*, São Paulo, Editora 34.

FONSECA, C. (2005). "Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica". *Saúde e Sociedade*, 14 (2), p. 50-59.

FONSECA, C. (2007), "Apresentação: de família, reprodução e parentesco: algumas considerações". *Cadernos Pagu*, 29, pp. 9-35.

GOLDANI, A. M. (1994). "As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas". *Cadernos de Pesquisa*, 91, pp. 7-22.

GOLDIN, C (2006), "The quiet revolution that transformed women's employment, education and family". *AEA*.

HEIN, C. (2005), *Reconciling work and family responsabilities*: practical ideas from global experience, Geneva: Intenational Labour Office.

HIMMELFARB, G. (1995), *The de-moralization of society*: from Victorian virtues to modern values. London: IEA.

ITABORAÍ, N. R. (2003), "Mães adolescentes: desigualdades nos pontos de partida e de chegada". In: HASENBALG, C. & SILVA, N. V. *Origens e destinos*: desigualdades sociais ao longo da vida, Rio de Janeiro: Topbooks.

JELIN, E. (1997), "La tensión entre el respeto a la privacidad y las responsabilidades del Estado". In: FASSLER, Clara; HAUSER, Patricia; IENS, Inés (Coord.). *Género, familia y políticas sociales*: modelos para armar, Montevideo: Trilce.

JELÍN, E. (2010), *Pan y afectos*: la transformación de las familias, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

LESTHAEGUE, R. (1995), The second demographic transition in western countries: an interpretation. In: MASON; JENSEN. *Gender and family change in industrialized countries*, Oxford: Claredon Press.

MACEDO, C. C. (1979), *A reprodução da desigualdade*: o projeto de vida familiar de um grupo operário. São Paulo: Hucitec.

MACEDO, M. S. (2008), "Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza". *Caderno CRH*, 21 (53), pp. 389-404.

MACHADO, A. F.; OLIVEIRA, A. C.; WAJNMAN, S. (2005), *Sexo frágil?* Evidências sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro. Gelre.

RAPP, R. (1992), Family and class in contemporary America: notes toward an understanding of ideology. In: THORNE, Barrie; YALOM, Marilyn (Ed.). *Rethinking the family*: some feminist questions, Boston: Northeastern University Press, pp. 49-70.

RODRÍGUEZ; HOPENHAYN (2007), "Maternidad adolescente en América Latina y el Caribe". *Desafios Cepal*, 4.

ROSEMBERG, F. (2007), *Para uma outra educação infantil paulistana pós FUNDEB.* Texto apresentado no I Encontro Educação para uma outra São Paulo. São Paulo.

ROSEMBERG, F. & ARTES, A. (2012), O rural e o urbano na oferta de educação para crianças de até 6 anos. In: BARBOSA, Maria Carmen Silveira et al. (Org.). *Oferta e demanda de educação infantil no campo*, Porto Alegre: Evangraf. pp. 13-69.

SKEGGS, B. (2011), *Formation of class & gender:* becoming respectable, London: Sage.

STACEY, Judith (1990), *Brave new families*: stories of domestic upheaval in late-twentieth-century America, New York: Basic Books.

THORNE, Barrie (1992), Feminism and the family: two decades of thought. In: THORNE, Barrie; YALOM, Marilyn (Ed.). *Rethinking the family*: some feminist questions, Boston: Northeastern University Press, pp. 3-30.

TUIRÁN, R.; V. SALLES (1996), Mitos y creencias sobre la vida familiar. *Revista Mexicana de Sociología*, México, 59, (2).

TUIRÁN, R. (2001), Estrutura familiar y trayectorias de vida en México. In: GOMES, Cristina (Comp.). *Procesos sociales, población y família*: alternativas teóricas y empíricas en las investigaciones sobre vida doméstica, México: Flacso.

WONG, L. & BONIFÁCIO (2009), Retomada da queda da fecundidade na América Latina: evidencias para a primeira década do século XXI. *Revista Latinoamericana de Población*, 3 (4-5).

Conciliações e dissensos entre família e trabalho na situação social de mulheres atendidas pelo Programa Bolsa Família[1]

Silvana Aparecida Mariano
Universidade Estadual de Londrina
E-mail: silvanamariano@yahoo.com.br

Márcio Ferreira de Souza
Universidade Federal de Uberlândia
E-mail: marcfs@uol.com.br

Maria Helena de Paula Frota
Universidade Estadual do Ceará
E-mail: helenapfrota@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar as dinâmicas constitutivas da situação social das mulheres titulares do benefício transferido pelo Programa Bolsa Família (PBF), no Brasil, a partir de estudos de caso comparativos nos municípios de Curitiba/PR e Fortaleza/CE. Considerando o formato *familista* e *maternalista* do PBF, nossas investigações interrogam como as beneficiárias conciliam trabalho e família, os obstáculos para essa conciliação e os possíveis impactos positivos e negativos para a situação das mulheres, com vistas à redução das desigualdades de gênero. Leva-se em conta a existência ou não de avanços no que diz respeito ao compartilhamento de tarefas de cuidados domésticos e com a família com outros membros familiares ou se o próprio PBF resulta em ocorrência de sobrecarga de tarefas. Para desenvolver essas análises, consideram-se, ainda, as variações de arranjos familiares e suas combinações com a participação das mulheres no mercado de trabalho.

Palavras-chave: cuidado; trabalho remunerado; gênero; pobreza; transferência condicionada de renda.

Este trabalho tem como objetivo analisar as dinâmicas constitutivas da situação social das mulheres titulares do benefício transferido pelo Programa Bolsa Família (PBF), no Brasil, a partir de estudos de caso comparativos nos municípios de Curitiba (Paraná) e Fortaleza (Ceará), por meio da Pesquisa "Discriminação interseccional: estudos sobre situações de pobreza e empoderamento feminino entre mulheres titulares do Programa Bolsa Família no Paraná e no Ceará" (CNPq). A amostragem completa da pesquisa é constituída por 190 (cento e noventa) entrevistas, sendo 95 (noventa e cinco) em cada cidade selecionada e o instrumento de coleta de dados foi um questionário composto por perguntas fechadas e abertas. As entrevistas foram realizadas em sedes dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Para este trabalho em particular será considerada uma subamostra que compreende especificamente as mulheres que exercem trabalho remunerado (Tabela 1). As duas cidades são capitais de seus respectivos estados, sendo Curitiba localizada no Sul do Brasil e Fortaleza na região Nordeste do país. São grandes as disparidades sociais quando se comparam os contextos dessas duas regiões do país, o que se pode ilustrar pelos indicadores dessas duas capitais. Entre seus indicadores, destacamos:

> Fortaleza figura-se como a quinta cidade mais desigual no mundo (IPECE, 2012: 3). Fortaleza [é] a capital mais densamente povoada do Brasil, e a quarta capital em número de aglomerados subnormais (...) com uma população de 369.370 habitantes (16% da população total) vivendo em condições mínimas de vida, de acordo com dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE (IPECE, 2012: 3).

---

1 Trabalho a ser apresentado no GT 5 – Família e parentesco: transformações recentes e seus reflexos nas ciências sociais, do XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, realizado no período de 01 a 05 de fevereiro de 2015, em Lisboa, Portugal. Resultados preliminares da pesquisa "Discriminação interseccional: estudos sobre situações de pobreza e empoderamento feminino entre mulheres titulares do Programa Bolsa Família no Paraná e no Ceará", financiada pelo CNPq, chamada 032/2012.

> Enquanto o Brasil tem 5,4% dos domicílios com renda superior a 5 SM, Curitiba tem 25,4% dos domicílios com essa renda. Enquanto o Brasil tem 7% dos seus domicílios com renda entre 2 e 3 SM, Curitiba tem 13,5%. Enquanto o Brasil tem 10,4% dos domicílios com renda inferior a 1/4 do SM, em Curitiba esse percentual chega a 1,1%. Curitiba é a capital com o menor percentual de domicílios com renda inferior a ½ Salário Mínimo - 5,6%, junto com Florianópolis. No Brasil esse percentual é de 27,6% dos domicílios (IPPUC, 2012: 5-6).

A realização da pesquisa em dois contextos sociais tão diversos teve como objetivo comparar os possíveis efeitos do Programa Bolsa Família a partir de diferentes cenários de vulnerabilidade social.
O Programa Bolsa Família foi instituído em 2003 como um programa de transferência de renda condicional, no intuito de favorecer as famílias em situação de pobreza, tendo em vista a promoção do "alívio imediato da pobreza". Conforme o Relatório dos Primeiros Resultados da Análise da Linha de Base da Pesquisa de Avaliação de impacto do Programa Bolsa Família,

> A ruptura do ciclo intergeracional da pobreza é esperada por meio das condicionalidades que reforçam o exercício de direitos sociais nas áreas de saúde e educação [...]. Os critérios de elegibilidade do Bolsa Família partem da definição de situação das famílias na pobreza, com ocorrência de crianças até 15 anos de idade, gestantes e nutrizes, e famílias em extrema pobreza, com ou sem ocorrência de crianças, gestantes e nutrizes (MDS, 2007: p. 2).

Considerando o formato *familista* e *maternalista* do PBF, nossas investigações interrogam como as beneficiárias conciliam trabalho e família, os obstáculos enfrentados para o exercício dessa conciliação e os possíveis impactos positivos e negativos para a situação das mulheres, com vistas à redução das desigualdades de gênero. No decorrer do processo de desenvolvimento da presente análise levamos em conta a existência ou não de avanços no que diz respeito ao compartilhamento de tarefas de cuidados domésticos e com-outros membros familiares ou se o próprio PBF resulta em ocorrência de sobrecarga de tarefas para as mulheres titulares. Consideramos, ainda, as variações de arranjos familiares e suas combinações com a participação das mulheres no mercado de trabalho.
A Tabela 1 realça, em sua primeira linha, a subamostra de respondentes, de Curitiba e de Fortaleza, que exercem atividade remunerada.

Tabela 1 - Total de respondentes com atividade remunerada - Curitiba

Trabalho/atividade remunerada	Curitiba		Fortaleza		Total	
	f	%	f	%	f	%
Sim	50	53	39	41	89	47
Não	45	47	56	59	101	53
Total	95	100	95	100	190	100

Fonte: Discriminação interseccional: estudos sobre situações de pobreza e empoderamento feminino entre mulheres titulares do Programa Bolsa Família no Paraná e no Ceará- 2014.

Entre o total de 190 beneficiárias que foram entrevistadas, há uma divisão relativamente parelha entre as titulares do PBF com atividade remunerada (47%) e aquelas sem atividade remunerada (53%). A taxa de participação em atividade remunerada é maior em Curitiba (53%) do que Fortaleza (41%), o que sugere que Curitiba oferece mais oportunidades de trabalho para as mulheres em situação de pobreza.
A presença do cônjuge é uma variável importante para as reflexões aqui propostas, conforme os dados que

estão destacados na Tabela 2, na qual é possível observar o cruzamento do total das respondentes que exercem trabalho remunerado com a presença ou não de cônjuge.

Tabela 2 – Total de respondentes com trabalho remunerado e com presença de cônjuge – Curitiba e Fortaleza

Com cônjuge	Curitiba		Fortaleza		Total	
	f	%	f	%	f	%
Sim	20	40	12	31	32	36
Não	30	60	27	69	57	64
Total	50	100	39	100	89	100

Fonte: Discriminação interseccional: estudos sobre situações de pobreza e empoderamento feminino entre mulheres titulares do Programa Bolsa Família no Paraná e no Ceará- 2014.

A maioria das mulheres com trabalho remunerado forma grupos domésticos sem a presença de cônjuge (64%), fenômeno esse um pouco mais acentuado em Fortaleza (69%) do que Curitiba (60%). Seja em virtude do domínio masculino ou em virtude da "ética do provedor" (Sarti, 2005), a presença do cônjuge interfere negativamente na taxa de participação das mulheres pobres no mercado de trabalho.

Sob tal ponto de vista cabe destacar sobre as informações presentes no banco de dados da pesquisa, que dizem respeito aos motivos que justificam que as mulheres exerçam o trabalho remunerado. Tomando como referência a descrição de Danièle Kergoat (2009), sobre a "divisão sexual do trabalho", vale lembrar que esta noção, foi primeiramente utilizada pelos etnólogos como uma repartição "complementar" das tarefas realizadas entre os homens e as mulheres nas respectivas sociedades que lhes interessavam como objeto de investigação. Claude Lévi-Strauss (*apud* Kergoat, 2009), por exemplo, refletiu sobre a mesma tomando-a como uma maneira explicativa de estruturação da sociedade em família. Kergoat destaca, porém, o avanço teórico das antropólogas feministas nas reflexões sobre a divisão sexual do trabalho, tendo em conta que esta passa a ser vista como uma noção que "traduz uma relação de poder dos homens sobre as mulheres" (Kergoat, 20009: 66), Assim, divisão sexual do trabalho configura-se num conceito analítico para uma pluralidade de disciplinas que compõem as ciências humanas. A concepção mais específica de Kergoat sobre a divisão sexual do trabalho resulta no seu entendimento como "a forma de trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade" (Kergoat, 2009: 67).

Na Tabela 3, foram listadas as opiniões das respondentes acerca dos motivos justificadores das mulheres casadas e com filhos exercerem o trabalho remunerado, conforme se pode verificar.

Tabela 3 – Motivos que justificam o exercício de trabalho remunerado entre as mulheres casadas e com filhos/as, na opinião das respondentes com trabalho remunerado – Curitiba e Fortaleza

Motivos	Curitiba		Fortaleza		Total	
	f	%	f	%	f	%
Necessidade financeira da família	22	43	35	47	57	45
Realização de algum projeto familiar	1	2	12	16	13	10
Realização pessoal	4	8	7	9	11	9
Independência econômica da mulher	21	41	15	20	36	29
Não ficar limitada à casa	3	6	6	8	9	7
Total	51	100	75	100	126	100

Fonte: Discriminação interseccional: estudos sobre situações de pobreza e empoderamento feminino entre mulheres titulares do Programa Bolsa Família no Paraná e no Ceará- 2014.

Nota: pergunta com respostas múltiplas.

Os motivos que justificam que uma mulher casada e com filhos/as se dedique também ao trabalho remunerado, de acordo com a opinião das entrevistadas, nos permitem as inferências sobre o peso dos valores associados aos papéis tradicionais de gênero. No conjunto das 89 entrevistadas com trabalho remunerado, 55% das respostas obtidas indicam que esses motivos estão associados às necessidades ou interesses da família, enquanto os outros 45% das repostas agregam motivos que remetem à individualização da mulher. Observa-se que essa noção de individualização é minoritária, entretanto, as diferenças entre os dois grupos de respostas não são tão díspares. Todavia, esse é um fator com significativa diferença entre as duas capitais pesquisadas. Em Curitiba, os motivos associados aos interesses ou projetos familiares envolvem 45% e a maioria, 55% das respostas, invoca ideias relativas à individualização da mulher. Em Fortaleza a situação se inverte e a dimensão familiar abarca aproximadamente dois terços das respostas, frente um pouco mais de um terço que invoca a individualização da mulher. Esses dados sugerem que em uma cidade com mais avanços em termos de desenvolvimento social e com mais oportunidades de trabalho remunerado para as mulheres em situação de pobreza, existem mais possibilidades para a emergência de percepções que consideram o trabalho remunerado como forma de individualização feminina, contribuindo assim para um relativo descolamento entre o trabalho da mulher e o cumprimento dos papéis sociais que atam as mulheres aos interesses dos grupos domésticos.

Retomando a Kergoat (2009) é pertinente destacar que uma característica básica da divisão sexual do trabalho é a tradicional visão cristalizada sobre a prioridade masculina quanto à esfera produtiva e a associação das mulheres à esfera reprodutiva. Por outro lado, existem outras formas cristalizadas de associação de gênero, seja no caso das mulheres em relação à esfera privada ou dos homens à ocupação das funções de valores sociais mais elevados, tais como as funções políticas, religiosas, militares, dentre outras. Kergoat, ainda que procure ponderar acerca da divisão sexual do trabalho, ao apontar para o fato de que esta não é um dado rígido e imutável - afinal não se pode ignorar os avanços históricos nos processos de luta contra as desigualdades de gênero - ressalta a segregação do trabalho por gênero (ocupações entendidas como predominantemente "masculinas" ou "femininas") e a hierarquização, que resulta na maior valorização do trabalho masculino em relação ao trabalho feminino, como dois princípios ordenadores da divisão sexual do trabalho.

O caráter histórico e contextual das configurações da divisão sexual do trabalho em diversas sociedades é fortemente evidenciado no contexto brasileiro e tem levado diversas autoras e autores a repensar as mudanças nas relações entre os sexos e a questionar concepções hegemônicas de masculinidade e feminilidade, supostamente presentes na sociedade. Porém, considerando a base patriarcal sob a qual historicamente se assentou a sociedade brasileira, é possível compreender (o que não significa conformar-se) a permanência de uma visão tradicional acerca das configurações de gênero.

Neste sentido, os dados que dizem respeito à distribuição das tarefas relacionadas ao domicílio das beneficiárias do PBF, de Curitiba e de Fortaleza, que foram entrevistadas, sustentam a afirmação da permanência de uma tradicional divisão sexual do trabalho, conforme pode ser constatado pela Tabela 4.

Tabela 4 – Distribuição das tarefas relacionadas ao domicílio entre as respondentes com trabalho remunerado – Curitiba e Fortaleza (%)

Tarefas	Somente a respondente	Cônjuge	Casal	Outra pessoa da família	Respondente e os filhos(as)	NS/NR	NSA	TOTAL
Lavar e/ou passar a roupa	79	0	3	6	11	1	0	100
Lavar a louça	54	2	3	18	22	0	0	100
Ir ao banco / lotérica pagar as contas	69	10	4	11	4	1	0	100
Pequenos consertos na casa	37	27	1	22	2	8	2	100
Limpar a casa	67	1	3	11	17	0	0	100
Cozinhar	78	2	1	6	13	0	0	100

Fonte: Discriminação interseccional: estudos sobre situações de pobreza e empoderamento feminino entre mulheres titulares do Programa Bolsa Família no Paraná e no Ceará- 2014.
Nota: pergunta com respostas múltiplas.

As respondentes da pesquisa, mesmo sendo mulheres com atividade remunerada no mercado de trabalho, são as principais responsáveis por todas as tarefas domésticas sobre as quais foram inquiridas, o que evidencia a ocorrência da conciliação entre trabalho remunerado extradomiciliar e atividades domésticas em benefício do grupo doméstico. O cuidado com as roupas e o preparo de alimentos são as principais tarefas assumidas por essas mulheres, seguidas de perto pelas tarefas de sair de casa para realizar o pagamento de contas e a limpeza da casa. Lavar a louça é uma atividade predominantemente assumida por essas respondentes, mas que, no entanto, conta com alguma divisão entre as demais pessoas que constituem o grupo doméstico, notadamente entre os/as filhos/as ou outra pessoa da família. Os pequenos consertos na casa são atividades menos desempenhadas pelas respondentes, mas, ainda assim, elas são as principais responsáveis. O cônjuge tem baixíssima participação no desempenho das atividades domésticas e a principal tarefa assumida por eles são os pequenos consertos na casa, ainda que em menor grau em relação às mulheres respondentes. Os filhos e filhas compartilham com as respondentes especialmente as tarefas de lavar louças, limpar a casa, cozinhar e cuidar das roupas. No entanto, essa participação aparece com taxas muito baixas. Ainda que os nossos dados não nos permitam o desmembramento por sexo, supomos que as filhas são as principais colaboradoras nessas tarefas. Em síntese, essas mulheres em situação de pobreza, com conciliação de trabalho remunerado e cuidados familiares, encontram pouca colaboração dos demais membros do grupo familiar na realização das tarefas domésticas.

Neste sentido, é importante observar a tendência similar de tais resultados com aqueles que têm sido apresentados pelas pesquisas de uso do tempo realizadas no Brasil, em particular quando se referem à relação entre as dimensões temporal e de gênero. Uma pesquisa realizada por Neuma Aguiar (2001)[2], na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, resultou em um importante banco de dados que revela a forte tendência das mulheres de se dedicarem mais tempo ao trabalho de cuidados com a casa e a família em relação aos homens, mesmo considerando aquelas mulheres que exercem trabalho remunerado fora de casa[3]. Reiteradamente, as pesquisas comprovam as barreiras para a redução do trabalho doméstico ou de cuidado das mulheres por meio da redistribuição desse trabalho com os demais membros do grupo doméstico. É por esta razão que Elizabeth Jelin (1995; 2005) destaca a importância estratégica dos serviços públicos para a redução da sobrecarga das tarefas consideradas femininas. O acesso a serviços públicos nos parece o modo mais factível de favorecer a conciliação entre família e trabalho remunerado.

Considerando essas condições desvantajosas para a conciliação entre família e trabalho, é compreensível que a grande maioria das entrevistadas (70%) declare que se sentem com mais obrigações e responsabilidades depois da inclusão no Programa Bolsa Família, em ambas as capitais pesquisadas. Essa declaração é mais destacada entre as respondentes de Fortaleza, sendo 79%, frente aos 62% em Curitiba. É importante destacar que o trabalho das mulheres para o cuidado da família não envolve tão somente as tarefas domésticas, mas também tarefas extradomiciliares, como parte das tarefas decorrentes das condicionalidades instituídas pelo Programa. O trabalho doméstico constitui parte das atividades reprodutivas e pode ser definido "como um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família – domicílio conjugal e parentela – trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres" (Fougeyrollas-Schwebel, 2009:257). Considerando que nem todo o trabalho de cuidado realiza-se no âmbito do espaço doméstico, Aguirre (2005) enfatiza a importância de se separar esses dois conceitos. As atividades ou trabalho de cuidado "define un campo de problemas de investigación y de intervención social 'con sus actores, sus instituciones, sus formas relacionales, un campo que se sitúa en la intersección entre las familias y las políticas sociales" (Letablier, 2001, *apud* Aguirre, 2005:5). De acordo com a autora,

---

2 "Múltiplas temporalidades de referência: trabalho doméstico e trabalho remunerado: Análise dos usos do tempo em Belo Horizonte, Minas Gerais: um projeto piloto para zonas metropolitanas brasileiras". Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, *mimeo*, 2001.

3 Numa análise comparada sobre o uso do tempo em duas metrópoles brasileiras (Belo Horizonte e Rio de Janeiro), Aguiar (2011) observa que em 30 anos as mulheres dobraram o tempo dedicado às atividades remuneradas e passaram a alocar mais tempo à realização de atividades de compras, inferindo, daí, a evidência de que o maior acesso ao mercado de trabalho possibilitou uma mudança na alocação do tempo das mulheres nas decisões sobre as compras. Porém, conclui que a decisão sobre como administrar a casa e distribuir o dinheiro não representa um ganho de autonomia das mulheres em relação aos seus cônjuges, tendo em vista que este ganho decisório se efetivou antes da implementação dos programas de transferência de renda (Aguiar, 2011; 2012).

> En términos generales, podemos concebir el cuidado como una actividad femenina generalmente no remunerada, sin reconocimiento ni valoración social. Comprende tanto el cuidado material como el cuidado inmaterial que implica un vínculo afectivo, emotivo, sentimental. Supone un vínculo entre el que brinda el cuidado y el que los recibe. Está basado en lo relacional y no es solamente una obligación jurídica establecida por la ley sino que también involucra emociones que se expresan en las relaciones familiares, al mismo tiempo que contribuye a construirlas y mantenerlas (Aguirre, 2005:5-6).

A autora classifica o cuidado em dois tipos, sendo um referido ao cuidado dedicado a crianças e adolescentes e outro ao cuidado de pessoas doentes e idosas. Para Aguirre,

> En el caso del cuidado infantil hay una frontera difusa entre actividades de cuidado y las actividades propias de la educación inicial, por lo cual la noción de cuidados presenta particular interés para poner de manifiesto actividades que de otra forma permanecerían ocultas (Aguirre, 2005:6).

Este é o tipo de cuidado mais encontrado no cotidiano das mulheres entrevistadas e é afetado diretamente pelas condicionalidades instituídas pelo PBF. De acordo com o MDS[4],

> As Condicionalidades são os compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família quanto pelo poder público para ampliar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos. Por um lado, as famílias devem assumir e cumprir esses compromissos para continuar recebendo o benefício. Por outro, as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social.

De acordo com orientações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS),

> ao entrar no Programa, a família se compromete a cumprir as *condicionalidades* do Bolsa Família nas áreas de saúde e educação, que são: manter as crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola; e cumprir os cuidados básicos em saúde, que é seguir o calendário de vacinação para as crianças entre 0 e 6 anos, e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação [5].

Os dados da Tabela 5 destacam as opiniões das mulheres, de Curitiba e de Fortaleza, sobre o fato de se sentirem com mais obrigações e responsabilidades após a inclusão como beneficiárias do PBF.

Tabela 5 - Total de respondentes com trabalho remunerado que se sentem com mais obrigações e responsabilidades depois da inclusão no Programa Bolsa Família – Curitiba e Fortaleza

Se sentem com mais obrigações e responsabilidades	Curitiba		Fortaleza		Total	
	f	%	f	%	f	%
Sim	31	62	31	79	62	70
Não	19	38	8	21	27	30
Total	50	100	39	100	89	100

Fonte: Discriminação interseccional: estudos sobre situações de pobreza e empoderamento feminino entre mulheres titulares do Programa Bolsa Família no Paraná e no Ceará- 2014.

4 Disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>. Acesso em 30/09/2012.

5 Disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/beneficios-e-contrapartidas>. Acesso em 09/09/2009.

De acordo com a tabela 5, os percentuais de mulheres que se sentem com mais obrigações e responsabilidades é bastante significativo, representando 62% das entrevistadas de Curitiba e 79% das entrevistadas de Fortaleza.
Os cuidados com a infância são importantes indicadores para a mensuração das atividades de cuidados exercidas pelas mulheres. Esta afirmação está reforçada conforme os dados da tabela 6, a seguir, por meio dos quais podemos constatar que entre as respondentes que exercem trabalho remunerado, quase a metade delas tem criança em idade de creche[6] (46%), fase em que envolve ainda mais cuidados e responsabilidades. A presença de crianças nessa fase de desenvolvimento é mais acentuada em Curitiba, com 52%, em comparação com 38% entre as respondentes de Fortaleza. Considerando tratar-se de mulheres com conciliação entre as atividades familiares e o trabalho remunerado, a literatura especializada destaca há algum tempo a importância da provisão de serviços públicos de cuidado com a infância, a fim de facilitar, para as mulheres, a conciliação entre família e mercado de trabalho[7]. Nesse sentido, os serviços de educação infantil são exemplos emblemáticos, com destaque para os serviços de creche. No caso brasileiro, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referente ao ano de 2008 indicou a taxa de coberta de 18,1 para a faixa etária de 0 a 03 anos. Em 1998 essa taxa de cobertura era de 8,7% (Campos et al, 2010). Ainda que o crescimento da cobertura tenha sido expressivo nesse período, o acesso aos serviços de creche segue sendo um dos principais gargalos dos serviços de educação no Brasil.
A baixa taxa de cobertura dos serviços de creche está associada ao reforço dos trabalhos de cuidado por parte das mulheres, o parece se intensificar com o ingresso no PBF. Carloto & Mariano (2008; 2012), analisaram em alguns artigos a "instrumentalização do papel das mulheres" na esfera doméstica por intermédio dos programas de transferência de renda com foco na família. Segundo as autoras, "essa instrumentalização se dá fundamentalmente a partir da atuação das mulheres na esfera dos cuidados intrafamiliares, reforçando suas responsabilidades no âmbito privado doméstico" (Carloto & Mariano, 2012: 259). As autoras supracitadas refletiram, também, sobre tais responsabilidades, somadas a uma infraestrutura precária para socialização dos cuidados e ao tipo de qualificação profissional exigida pelo mercado de trabalho que "contribuem para aumentar as dificuldades das mulheres em busca de sua autonomia econômica a partir do trabalho assalariado e, portanto, dificultam suas chances de sair da pobreza extrema e da condição de beneficiária permanente do PBF" (idem: 259). Em suma, a imposição de condicionalidades às mulheres pode gerar uma sobrecarga de obrigações que terão forte impacto no modo como usam o seu tempo, "além de reforçar papéis tradicionais na esfera dos cuidados" (ibidem: 259).
Outra questão abordada pelas autoras diz respeito à autonomia e empoderamento das mulheres. Partindo de dados sobre as titulares do PBF residentes em dois municípios de porte médio - Londrina e Uberlândia (Minas Gerais) -, apontam para uma configuração tensa que emerge das necessidades de conciliação entre as esferas de cuidados intrafamiliares e do trabalho remunerado. Na percepção das mulheres que foram entrevistadas, o trabalho remunerado está diretamente relacionado às noções de autonomia e de poder. Dessa forma, complementam tal argumentação com a afirmação de que

> Na esteira da centralidade do trabalho [...] surgem as intersecções com a precariedade dos serviços públicos dirigidos às tarefas reprodutivas, com destaque para os serviços de atenção à infância, sendo os equipamentos de educação infantil o exemplo paradigmático. As condicionalidades do PBF produzem um aumento de responsabilidades para as titulares do benefício e não incluem em suas estratégias a oferta de serviços públicos para tarefas reprodutivas básicas, que tanto interferem no cotidiano das mulheres e no direito de proteção à infância (Carloto & Mariano, 2012: 271).

---

6 No Brasil, considera-se a faixa etária de 0 a 3 anos para o atendimento nos serviços de creche. Ver, por exemplo, documento disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%207.pdf>. Acesso em 22/11/2014.

7 Ver, por exemplo: ESPING-ANDERSEN, G. (1991) "As três economias do *Welfare State*". *Revista Lua Nova*, 24, pp.85-115.
ESPING-ANDERSEN, G. (1995) "O futuro do *Welfare State* na nova ordem mundial." *Revista Lua Nova,* 35, pp.73-112.

Tabela 6 – Total de respondentes com trabalho remunerado, segundo a presença de crianças em idade de creche – Curitiba e Fortaleza (%)

Presença de crianças em idade de creche	Curitiba	Fortaleza	Total
Sim	52	38	46
Não	48	62	54
Total	100	100	100

Fonte: Discriminação interseccional: estudos sobre situações de pobreza e empoderamento feminino entre mulheres titulares do Programa Bolsa Família no Paraná e no Ceará- 2014.

Estudos diversificados sobre a dimensão dos cuidados com a família e com as crianças, ainda que reconheçam os avanços no que diz respeito à divisão do trabalho doméstico entre os casais, apontam para resistências às mudanças referentes à desigualdade entre os sexos na realização destas atividades. A perspectiva de gênero é fundamental para a compreensão da persistência acerca da percepção sobre a responsabilidade do cuidado com os filhos, tendo em vista que tal atividade é, em geral, entendida como a provisão diária de atenção social, física, psíquica e emocional às pessoas (Araújo & Scalon, 2005), e foi historicamente construída e "naturalizada" como um atributo feminino.

Nadya Guimarães e Helena Hirata (2012), em publicação intitulada "Cuidado e cuidadoras: o trabalho de *care* no Brasil, França e Japão", chamam atenção para o caráter de construção social do *care.* Reconhecem a dificuldade em se traduzir o significado do *care* para diversas línguas e, neste sentido, buscam destacar que, no léxico brasileiro, as atividades ligadas ao *care* (cuidar) estão firmemente arraigadas à ideia de submissão. Desse modo, argumentam que a dimensão de gênero encontra-se sempre presente, seja em referência ao *care* como intrínseco a certas atividades domésticas ou ao *care* como profissão (cuidador de crianças, de idosos, de pessoas deficientes etc.) (Guimarães & Hirata, 2012).

Este processo de generificação da atividade de cuidado é construído a partir da associação das mulheres a qualquer demanda de cuidado. Daí resulta o fato de que, mesmo que as mulheres não desempenhem diretamente as atividades de cuidado, a responsabilidade principal de tais cuidados recai, em geral, sobre elas. Trata-se, entretanto, do fenômeno social de responsabilização das mulheres pelas atividades de cuidado.

Os resultados a que chegamos na pesquisa indicam fatores que dificultam as condições de conciliação do trabalho remunerado com as necessidades familiares entre as mulheres em situação de pobreza. As condições facilitadoras ou dificultadoras para essa conciliação têm certamente clivagens de gênero, uma vez que recaem diferentemente sobre as mulheres, e de classe social, dado que as mulheres em situação de pobreza encontram-se com piores alternativas para essa conciliação. O enfrentamento das dificuldades aqui apontadas remete-se ao indispensável debate e revisão dos pilares das políticas sociais, com o necessário afastamento em relação ao modelo do provedor universal. Do mesmo modo, a produção de melhores condições de conciliação entre trabalho remunerado e família também envolve a necessidade de reformulações das políticas de emprego, tomando-se em consideração o histórico cenário brasileiro em que as mulheres se inserem em precárias condições de trabalho remunerado. A almejada justiça de gênero requer modelos de intervenção com políticas que, para as mulheres, promovam uma conciliação mais equitativa entre trabalho remunerado e cuidados com a família e, para os homens, promovam uma maior responsabilização da paternidade quanto aos trabalhos de cuidado. Ademais, esse conjunto de desafios evidencia a importância de que as teorias feministas se dediquem à teorização do chamado *welfare state*, tarefa para a qual relevantes contribuições estão em curso.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, N. (2000) "Múltiplas temporalidades de referência: trabalho doméstico e trabalho remunerado: Análise dos usos do tempo em Belo Horizonte, Minas Gerais: um projeto piloto para zonas metropolitanas brasileiras". Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, *mimeo*.

AGUIAR, N. (2011) "Mudanças no uso do tempo na sociedade brasileira". *Política & Trabalho*, João Pessoa: UFPB, 34, pp. 73-106.

ARAÚJO, C. & SCALON, C. (2005) Percepções e atitudes de mulheres sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. (Org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

CAMPOS, M. M., *et al*. (2010) "Educação Infantil no Brasil–avaliação qualitativa e quantitativa." *Relatorio Final. São Paulo: FCC*.

CARLOTO, C. M. & MARIANO, S. A. (2012) "Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no Programa Bolsa Família". *Textos e Contextos* (Porto Alegre), 11, pp. 258-272.

CARLOTO, C. M. & MARIANO, S. A. (2008) A Família e o Foco nas Mulheres na Política de Assistência Social. *Sociedade em Debate* (UCPel), 14, pp. 153-168.

ESPING-ANDERSEN, G. (1991) "As três economias do Welfare State". *Revista Lua Nova*, 24, pp.85-115.

ESPING-ANDERSEN, G. (1995) "O futuro do Welfare State na nova ordem mundial." *Revista Lua Nova,* 35, pp.73-112.

GUIMARÃES, N. A. & HIRATA, H. *Cuidado e cuidadoras*: as várias faces do trabalho do *care*. São Paulo: Editora Atlas.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). (2012) *Informe 42*: Perfil Municipal de Fortaleza.Tema VII: Distribuição Espacial da Renda Pessoal. 11p.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). (2012) *Rendimento*. Comparação entre capitais. Análise por bairro. 32p.

JELIN, E. (1995) Familia y género: notas para el debate. *Revista Estudos Feministas*, 2 (3), pp. 395-413.

JELIN, E. (2005) Las familias latinoamericanas en el marco de las transformaciones globales. Hacia una nueva agenda de políticas públicas. In: ARRIAGADA, I. (Ed.). *Políticas hacia las familias, protección e inclusión sociales*. [S.l.]: Naciones Unidas/CEPAL, pp. 69-88.

KERGOAT, D. (2009) "Divisão sexual do trabalho". In: HIRATA, H. *et al*. (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo.* São Paulo: Editora UNESP.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DE COMBATE À FOME. (2007) *Primeiros Resultados da Análise da Linha de Base da Pesquisa de Avaliação de impacto do Programa Bolsa Família*. Brasília: MDS; CEDEPLAR/UFMG.

SARTI, C. A. (2005) *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 3. ed. São Paulo: Cortez.

SITES CONSULTADOS

http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades. Acesso em 30/09/2012.

http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/beneficios-e-contrapartidas. Acesso em 09/09/2009.

http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%207.pdf>. Acesso em 22/11/2014.

GT 6
Saúde mental e práticas terapêuticas: as experiências dos países lusófonos na construção de intervenções promotoras de direitos

A cura para uma nova vida: A dependência química em uma "casa de cura" no do Brasil

Silvana Maria Bitencourt
Universidade Federal de Mato, Professora Doutora do Departamento de Sociologia e Ciência Política,
silvana_bitencourt@yahoo.com.br

Resumo: O trabalho consiste em apresentar as trajetórias de homens que decidiram por um tratamento alternativo para curar a dependência química por meio da ayahuasca em uma instituição religiosa situada no sul do Brasil. A partir dos relatos de experiências buscou-se verificar como: estes homens compreendiam a relação entre "estar doente" e "estar curado" e quais as motivações que sentiam para incorporarem as regras, as normas estabelecidas desta instituição após ter sido curado pela mesma. Os resultados indicam que estes homens compreendem suas vidas sociais a partir da relação entre "antes da cura" e "depois da cura". Conclui-se que o "antes da cura" é relatado por estes indivíduos como uma fase da vida que não tinham consciência em relação às suas ações sociais, portanto a participação na instituição apresentou-se como uma significativa garantia social por tratá-los distintivamente, como exemplos, de pessoas que superaram a dependência química, e que podem viver uma "nova vida" social, pois atualmente consideram-se "conscientes" de suas escolhas diante do mundo contemporâneo.

Palavras-chave: dependente químico, casa de cura, doença, nova vida.

1. Introdução

A dependência química[1] tem sido um tema abordado por diversas áreas de conhecimento, sendo que profissionais pautados em conhecimentos da medicina, da psicologia e da sociologia têm se debruçado a fim de buscar explicações sobre quais seriam as causas da dependência química e quais os meios mais eficientes para combatê-la.

Uma vez que a dependência química tem se apresentado como um "problema" de saúde pública, na medida em que afeta as relações sociais, pois o dependente passa a ser visto como um indivíduo 'desviante', ao perder as principais referências para seguir as normas, as regras e os valores compartilhados socialmente. Nesse sentido, o dependente se apresenta em um estado de 'consciência alterado', portanto difícil de conviver em sociedade. Partindo do ponto de vista das regras e normas sociais, este indivíduo visto como dependente vivencia dificuldades em sair sozinho do 'mundo das drogas[2]', logo necessita de um apoio especializado. Apoio este que pode

1Os termos dependência química ou dependente químico serão utilizados neste texto considerando que são termos presentes no discurso biomédico e identificados pelos informantes da pesquisa como o principal problema que precisavam superar para viver uma "nova vida".

2 Estou compreendendo como mundo das drogas, como um mundo que não se constrói com a presença das drogas em si na vida dos dependentes, mas das relações sociais e de todo universo simbólico que o dependente incorpora durante a experiência neste mundo.

ser feito por meio de um modelo de tratamento conduzido por um especialista, este que poderá sugerir terapias, medicamentos para o dependente se curar da dependência.
Deste modo, falar de um dependente químico torna-se diferente de falar de alguém que usa drogas sem afetar seu ritmo de vida, seu trabalho, suas relações pessoais e assim por diante.
Partindo desta perspectiva, este estudo teve como foco trabalhar as experiências de ex: dependentes químicos que ao se considerarem 'doentes', procuraram a 'cura' em uma casa de cura situada no sul do Brasil, esta que disponibiliza de um tratamento com ayahuasca, sendo esta uma substância psicoativa[3], que foi reconhecida/legalizada no Brasil em 2010 pelo Conselho Nacional de Política sobre drogas (CONAD) para rituais religiosos. .
Vale a pena ressaltar que as experiências que procurei descrever neste trabalho são de homens[4] que não tinham necessariamente conhecimento sobre a doutrina religiosa em si, mas a grande maioria foi a "casa de cura" com um único objetivo livrar-se do 'mundo das drogas', portanto do problema da dependência química que no entendimento dos mesmos os levariam mais cedo ou mais tarde à morte.

2. Metodologia

Em relação aos procedimentos utilizados para realizar a coleta de dados vale a pena salientar que tive acesso aos dados por conhecer o trabalho e as pessoas desta casa, pois frequentei esta casa de cura durante dois anos quando morava no sul do Brasil. Durante este período pude observar uma quantidade significativa de homens que procuravam a casa em busca de suas 'curas' para a dependência, muitos destes que conversei após os trabalhos espirituais da casa constatei por meio de seus relatos que chegaram à casa em condições muito difíceis em relação à dependência química.
A grande maioria destes homens procurou este tratamento por sentir que se não buscassem suas curas, brevemente morreriam por iniciativa própria, pois cometeriam suicídio ou pelo descontrole que sofriam em suas vidas em relação ao uso de drogas. Portanto, as experiências apresentadas neste texto tratam de uma amostra embora pequena, significativa, pois apresenta parte do processo de ex.dependentes que procuraram a casa que usa como instrumento principal a bebida conhecida como daime, ou seja, a ayahuasca.
Nesse contexto, a bebida daime que é feito a partir do cipó mariri **(***Banisteriopsis caapi*) e das folhas da erva chacrona (*Psychotria viridis*), originárias da Amazônia, possui em sua composição química diversas substâncias, sendo a mais importante a dimetiltriptamina (DMT) responsável por atuar no cérebro, regulando a produção e absorção de serotonina, dopamina e noradrenalina, o que gera uma sensação de bem estar. Os estudiosos indicam a necessidade de expor os limites e as possibilidades para lidar com o uso da ayahuasca e comprovar os números de pessoas que se curaram da dependência por meio de seu uso (Labate, 2008, Mercante, 2013).
A ida aos trabalhos desta casa motivou como pesquisadora a conhecer melhor as experiências daqueles homens, estes que identificados como 'curados' pela casa se apresentavam nos rituais em termos de organização de forma impecável e demonstravam muita satisfação/gratidão de estarem por ali, logo fazendo parte do corpo curador da casa. Nas primeiras vezes que fui aos rituais não conhecia muito estes homens, mas, logo após os trabalhos espirituais aquelas pessoas que se apresentavam como seguidores fiéis à doutrina do santo daime e membros efetivos da instituição me causaram curiosidades em saber mais sobre seus processos subjetivos enquanto ex. dependentes químicos que viviam atualmente uma 'nova vida'.
A escolha em escutar apenas os homens da casa deu-se pelo seguinte motivo a grande maioria dos curados de dependência química era homem, isto não quer dizer que não há também mulheres participantes da casa que

---

3 O termo psicoativo ou psicotrópico significa substâncias que agem sobre a mente, produzindo estados de euforia, calma, excitação, potencializando tristezas, alegrias ou fantasias, ou seja, essas propriedades que a substância possuem tem o poder de alterar o psiquismo, provocando uma alteração subjetiva do indivíduo em relação ao meio social que o rodeia. Para mais informações ver: Mota (2009)

4 Os nomes dos homens serão identificados por letras, a fim de preservar a identidade dos mesmos.

tiveram passagens pelo 'mundo das drogas', mas os relatos dos homens mostraram-me como uma amostra mais significativa em relação a variedade dos tipos de drogas que estes utilizavam para 'sair da realidade' e entrar no 'mundo da ilusão', conforme termos nativos utilizado por eles durante as entrevistas realizadas.
Desta forma, os procedimentos utilizados foram à observação participante da pesquisadora, que instigada com os relatos destes homens pensou que: se estas curas fossem publicizadas por meio de pesquisas poderiam ter futuramente uma organização da casa em constatar o número de membros que tiveram passagem no 'mundo das drogas', a fim de comprovar que o trabalho desenvolvido na casa para a dependência química com ayahuasca curava mesmo.
Até por que depois que li alguns trabalhos da autora Beatriz Labate[5] (2008) constatei que há sugestão para pesquisas que apresentem dados que comprovem que a ayahuasca pode fazer parte do tratamento para a cura da dependência química, Considerando, que já há uma literatura vasta sobre a doutrina do santo daime, grosso modo, dividida entre o alto santo e o *cefluris*, assim como, diversas polêmicas sobre o ayahuasca ser também uma droga, ou seja, um alucinógeno que faz os usuários verem 'coisas' sobrenaturais, neste sentido, este trabalho não tem como objetivo discutir a doutrina em si ou o chá se é alucinógeno ou não, mas analisar as experiências desenvolvidas em uma casa de cura que assume um discurso positivo, divulgando que o daime pode curar da dependência química por meio de um trabalho espiritual, sendo assim a dependência explicada um problema também de ordem espiritual.
Justificando este recorte, vale a pena ressaltar que para fazer as entrevistas com os membros formalizou um pedido com o dirigente da casa, sendo que este autorizou a pesquisa, depois foi realizado o contato via telefone com uma integrante mulher da casa, esta que contribuiu passando os contatos de homens ex.dependentes químicos.
Em relação ao material coletados, entrevistou-se o fundador da casa que também foi dependente químico e cinco homens curados na casa também analisamos *sites* e alguns vídeos[6] publicados sobre o trabalho realizado nesta casa de cura. A faixa etária destes homens ficou entre os 29 e 45 anos, a maioria deles tinha ensino superior incompleto, mas eram de classes médias, pois nenhum mostrou ter sérios problemas financeiros, contudo, sentiam-se problemas de conseguir bons empregos devido a pouca qualificação profissional e o tempo usado no 'mundo das drogas'.
Em relação a este tempo utilizado no 'mundo das drogas', todos mostraram em suas falas arrependimento em ter demorado tanto tempo para conhecer o 'mundo espiritual' por meio especialmente do daime, a ferramenta reconhecida por eles como mediadora para sentir Deus dentro de si. Deste modo, o daime ou ayahuasca é considerado por eles uma substância enteógeno, pois traz Deus para dentro de si, segundo eles, diferente de uma substância alucinógena que cria imagens ilusórias sobre a realidade.
Neste sentido, por meio das experiências destes homens buscou-se verificar como estes homens compreendiam a relação entre 'estar doente' e 'estar curado' e quais as motivações que sentiam para incorporarem as regras, as normas estabelecidas desta instituição após terem sido curados pela mesma.

---

5 A dimetiltripitamina (DMT), bebida conhecida como ayahuasca utilizada em populações ameríndias da bacia da Amazônia Ocidental tem sido usado por alguns centros de tratamentos, alguns destes de matriz religiosa, portanto é usado com o objetivo de curar a dependência química. A respeito de uma análise sobre as relações dentro da doutrina do santo daime a demais grupos religiosos e terapêuticos que utilizam ayahuasca para curar a dependência química ver: Labate (2008).

6 O trabalho desenvolvido na casa por André Volpe foi apresentado por meio de relatos de experiência no I Encontro "Ayahuasca e o tratamento da dependência" que ocorreu entre os dias 12 a 14 de setembro de 2011 na Universidade de São Paulo. O evento contou com a presença pesquisadores de diversas áreas e representantes de centros de tratamento no Brasil, Peru, Argentina e Uruguai. Para mais informações ver http://www.pontourbe.net/edicao9-etnograficas/221-observac oes-do-nao-observavel-breve-relato-sobre-o-i-encontro-ayahuasca-e-o-tratamento-da-dependencia.

3. Na ordem dos discursos e das explicações sobre a dependência química e os dependentes.

A questão da dependência química além de ter se tornado um problema de saúde pública, afetando inúmeros indivíduos para viver em sociedade, sofrendo de representações[7] pejorativas, se considerarmos os discursos muitas vezes, reducionistas disponibilizados na mídia, esta que por meio de um sensacionalismo exagerado, muitas vezes, bastante perigoso tende a reforçar ainda mais as representações negativas vinculadas aos dependentes como: indivíduos viciados, maconheiros, drogaditos, sem caráter, sem vergonha, bandidos entre outros estereótipos pejorativos.

Assim sendo, o discurso da mídia quando pautado na representação social do dependente químico tende a apagar as motivações sociais e individuais que o levou a entrar neste mundo, ou seja, a mídia com um caráter de informar notícias sobre a dependência química e como esta tem afetado a sociedade conduz a construir opiniões sobre os dependentes reduzindo os na maioria das vezes, a representações criminosas e moralistas. Analisando as campanhas antidrogas e a participação da mídia na afirmação do estigma do dependente químico Mota ressalta que:

> As campanhas antidrogas têm como objetivo evitar o consumo de drogas, então às representações a serem criadas sobre tais substâncias devem ser as mais pejorativas possíveis. Assim, o imaginário social se apropria dessas mensagens e provoca a cristalização de estigmas que passa a fazer parte dos juízos de valor para tudo o que se relaciona com essa questão, desprezando quaisquer evidências empíricas associadas a tais práticas (Mota, 2009: 11).

Partindo deste pressuposto, a marca do espetáculo midiático é tratar todo dependente químico como uma ameaça para a sociedade, sendo que quando este é pobre o uso da droga poderá levá-lo ao crime, sendo que quando é rico pode ser visto como alguém que deveria ser mais inteligente, uma vez que tem todas as condições sociais para ser feliz. Contudo, não dá para generalizar, pois o trabalho da mídia pode ser sério e ético, mas sua abrangência em termos de opinião pública pode ser perigosa por ser um dos principais meios de informação da sociedade em geral.

Partindo deste ponto de vista, a questão da dependência química, portanto dos dependentes são caracterizados por meio de discursos que podem os excluir da vida social, pois não apresentam o padrão socialmente "normal" para lidar com seus corpos, ou seja, são incapazes de aplicar em sua vida, em seus corpos o disciplinamento para viver em sociedade.

Do mesmo modo, o tema da dependência química faz parte de uma expressiva agenda interdisciplinar, pois vários profissionais especialmente aqueles preocupados em combater os problemas desencadeados pelo uso de drogas lícitas e ilícitas na saúde dos indivíduos, têm usado várias abordagens para se trabalhar com a questão da dependência e da recuperação destes indivíduos, ou seja, como curá-los do vício e reinseri-los na sociedade como indivíduos considerados recuperados/curados do problema da dependência.

Mota (2009), ao analisar a questão da dependência química e as representações vinculadas aos dependentes abordou os significados das drogas construídos a partir de três discursos: o religioso, o jurídico e o médico. Conforme o autor, no discurso religioso pode se verificar que há um terceiro elemento além da droga e do dependente. Este terceiro elemento seria a presença de forças do mal que levariam os indivíduos a usar drogas, neste caso, a fé seria um elemento fundamental na recuperação destes. Os estudos de Sanchez e Nappo (2008) demonstraram a influência positiva da intervenção religiosa para recuperação de dependentes químicos, especialmente o acolhimento, o respeito e a recuperação da autoestima que oferecem estas instituições, além de explicações sobre questões da vida que como diria Max Weber (1982) a ciência moderna do século XIX, que

---

7 "os grupos criam representações para filtrar a informação que provém do meio ambiente e, dessa maneira, controlam o comportamento individual" (Moscovici, 2003:54).

somos herdeiros de seu pensamento não tem como proposta explicar como devemos viver e o que devemos fazer.

Em relação ao discurso jurídico-policial podemos verificar que o dependente especialmente os de drogas ilícitas, podem vir a cometer crimes e agressões pela dependência, também ser conduzidos por sua dependência a sustentarem o tráfico de drogas, portando a ilegalidade. Assim, este discurso que vincula o uso de drogas ao crime localiza-se na esfera da moralidade jurídica-policial.

Em relação ao terceiro discurso localizado na esfera da saúde podemos constatar que este assume as definições da Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Associação de Psiquiatria Americana (APA), sendo estas reconhecidas no campo da saúde mental. Neste discurso, o dependente químico é identificado como um indivíduo que está doente e precisa se tratar.

Buscando explicações para o uso de drogas, podemos verificar três abordagens que permeia o imaginário social para explicar por que "fulano se tornou dependente?". Dentre estas explicações, pode-se verificar as de cunho biológico, psicológico e sociológico.

Para as explicações pautadas na biologia o dependente seria alguém que herdou uma predisposição genética para ao uso de drogas, assim já teve ou tem alguém em sua família que foi dependente, sendo a dependência um transtorno cerebral como qualquer outra doença neurológica ou psiquiátrica. De acordo com Mota (2008), mesmo sendo um discurso pautado na eugenia do século XIX, ainda se apresenta como bastante influente o fator da consanguinidade ser um transmissor de doenças mentais e outros distúrbios como: a dependência química.

Para explicar a dependência por meio da psicologia, parte-se sobretudo de modelos psicanalíticos, sendo que o dependente por algum problema experienciado na infância sente um vazio, uma falta existencial, esta que buscou preencher por meio do uso de substâncias psicoativas a fim de "amortecer as suas dores da alma", muitas vezes, este indivíduo é classificado como alguém de personalidade fraca, traumatizado que no uso destas substâncias procuraria esquecer os seus problemas de ordem emocional, saindo assim da 'realidade'.

As explicações sociológicas para o uso de drogas tem tomado como ponto de partida a relação da sociedade com o indivíduo dependente, mostrando que há dependentes e dependentes, logo a sociedade tem um tratamento diferenciado para o dependente, pois um dependente de classe média alta tende a ser tratado como um doente, diferente de um dependente químico pobre que é visto como um bandido. Partindo do exposto, a seguir apresentaremos as experiências da casa e dos ex.dependentes com a ayahuasca.

4. A casa de cura e suas ações para o tratamento da dependência.

No sul do Brasil há uma instituição religiosa que atua há 13 anos e meio no tratamento da dependência química, A casa foi constituída com a finalidade de curar dependentes químicos, sendo conhecida como um local que muitos indivíduos vão procurar a cura por meio de uma bebida oferecida durante um ritual religioso, sendo que o ritual é dirigido pelo membro fundador da casa por meio da autorização de um comandante espiritual, o chefe da sessão chamado pelos adeptos da doutrina religiosa "Mestre Irineu" ou "Juramidã", Considerando que seu fundador foi dependente químico e após sua cura iniciou sua "missão espiritual" em fazer uma casa para curar dependentes químicos por meio de rituais religiosos da doutrina do santo daime, a qual se curou.

Em relação às informações encontradas no *site* da casa podemos constatar que a casa não trabalha só com dependentes químicos, mas outras doenças, segundo auto-identificação da casa, 'somos uma casa de cura, trabalhamos com pessoas dependentes de drogas, álcool, depressão e/ou variados tipos de enfermidades' [8].

Segundo o fundador da casa, a procura por estes tratamentos são divulgados por meio de *folders* e um *site* na internet[9] contendo informações sobre o ritual que ocorre na casa. O ritual, é realizado seguindo um calendário

8 Para mais informações consultar página. https://www.facebook.com/pages/Nova-Vida/241776055856648?fref=ts. Acesso 30/11/2014.

9 Para mais informações consultar site: Céu da Nova Vida: http://www.ceudanovavida.com.br.

estipulado pela doutrina, este que é respeitado pelos membros da casa, nesse calendário, o dia 15 e 30 de cada mês ocorrem trabalhos de concentração e um dia no mês há um trabalho de cura, entretanto, de acordo com os membros efetivos entrevistado, todo trabalho envolve cura mesmo não sendo nomeado "trabalho de cura". Assim, além desta abertura para os trabalhos que têm como objetivo principal curar por meio do uso da "bebida sagrada", a casa também dispõe de um tratamento gratuito que promete resultados positivos em duas horas para a dependência e outros tipos de enfermidades que podem ser diagnosticadas como "problemas espirituais".
Vale a pena ressaltar, que todo o trabalho utilizado na casa para a conta com a autorização espiritual do local e da doutrina religiosa do santo daime, portanto o uso da ayahuasca é religioso.
Em relação ao número de participantes nos casos específicos para a dependência química a casa tem apresentado aproximadamente um público de 150 indivíduos por mês, mas como atende pessoas com os mais variados tipos de problemas de saúde, o número de atendimentos de cura por mês soma-se em média 300 indivíduos. Conforme o fundador da casa, nos casos de dependência química a maioria é homem, mas tem crescido também o número de mulheres. Sobre a divulgação do trabalho desenvolvido na casa para o seu fundador a melhor propaganda ainda é o 'boca a boca", ou seja, as experiências dos indivíduos que receberam a cura, considerando o sucesso de seus tratamentos e a publicização sobre a gratidão que sentem por esta instituição após terem retomado as suas vidas profissionais e pessoais.
Assim sendo, a cura pode ser comprovada a partir de relatos de experiências de vários membros da casa, estes que falam da superação expressando sentimentos de gratidão e alegria sobre suas vidas atuais, considerando que a dependência química foi uma fase da vida que não querem lembrar, ou até podem lembram com certo humor, às vezes, até riem diante de suas atitudes do passado vistas como "inconscientes" por eles. Passado este que não valorizavam a vida, não cuidavam de seus corpos como um presente da "natureza", um presente de Deus.
Partindo das experiências de cinco homens que passaram por tratamentos com a "bebida sagrada" nesta casa de cura, a seguir apresentaremos os relatos dos informantes da pesquisa, a fim de compreender suas compressões sobre 'estar doente' e 'estar curado' da dependência.

5. Na "Jaula de Ferro": Dos prazeres às dores da dependência química

Esta metáfora da "jaula de ferro" utilizado por Max Weber (1982) para se referir simbolicamente à situação do homem ocidental ao fazer da ciência moderna, um conhecimento único e verdadeiro da modernidade, acabou aprisionando o seu pensamento em um modelo de racionalidade que excluía outras formas de pensamento, assim como os problemas de ordem existencial que não tinham como chegar a uma explicação científica legítima, pois envolvia escolhas sobre a vida, ou seja, formas sobre "o viver e o fazer" que a ciência não dava caminhos que comprovavam uma verdade. Logo ocorreu uma perda de sentido e de liberdade em um contexto marcado pela intelectualização/especialização e burocracia, onde homens perderam a liberdade de pensar fora deste esquema de pensamento legítimo, ou seja, o científico.
Partindo deste ponto de vista, saindo desta linha de pensamento, se pensarmos no uso de psicoativos a partir da dependência podemos considerar que os dependentes também estão presos a uma 'jaula de ferro' onde quem comanda seus pensamentos é a 'droga em si', ai a dificuldade de tratar o problema da dependência como exclusivamente biológico. Se assim fosse, a ciência, logo seus especialistas já teriam resolvido a causa da dependência química, portanto todos os tratamentos realizados em clínicas de tratamento/recuperação antidrogas teriam vingado seus objetivos de 'curar' os indivíduos da dependência, mas a realidade é outra, todos os entrevistados desta pesquisa, falaram das recaídas e de uma sensação de sentir seus pensamentos 'enjaulados' ao pensar sobre a dependência antes de suas curas.
Até por que quem resolveu se tratar e assumir a condição que está 'doente', disse que procurou ajuda por que não conseguia mais controlar seu corpo, suas emoções, pois sentirem-se presos a uma 'jaula', pois haviam perdido suas liberdades e sentidos na vida.
Do mesmo modo que, os 'prazeres' proporcionados por meio do uso das drogas foram virando 'dores' de ser, pois os ex.dependentes salientaram que perderam o controle sobre as suas escolhas, sobre os seus corpos.

Compartilho com a definição de Mota (2008) que o dependente químico é: 'uma pessoa que, o contato com uma determinada substância, altera seu comportamento na medida em que se torna incapaz de controlar o consumo desta mesma substância, bem como a duração deste episódio' (Mota, 2008:20).
Conforme os entrevistados da pesquisa, a procura por drogas foi feita a partir da influência de amigos próximos e no início o uso destas substâncias, despertavam mais curiosidade do que prazer, muitos por afinidade com o grupo, para fazer parte do grupo, a maioria dos entrevistados comentou que as drogas fez parte de sua geração, importante ressaltar que os entrevistados curados pertencem a faixa etária dos 29 aos 45 anos de idade. logo, o uso das drogas não seria a única razão para entrar neste 'mundo', pois este mundo envolvia todo um universo simbólico que para a geração dos entrevistados num primeiro momento era significativo participar, pertencer, compartilhar.

> A motivação para a entrada nesse mundo foi à curiosidade, saber qual era a sensação. Achava que as pessoas que usavam drogas eram mais legais, pessoas diferentes. Um amigo começou a usar cigarro, também quis aprender. Como tinha bastante gente que fumava maconha na vizinhança, comecei a fumar maconha também. O irmão do rapaz que me ensinou a fumar cigarro fumava maconha, daí foi fácil conseguir maconha. Depois comecei a beber "samba" que é uma mistura de pinga com coca-cola. Depois de um ano conheci a cocaína, comecei a cheirar. Após um ano comecei a injetar. Injetei dos 16 aos 26 anos. Todos os dias eu consumia bebida e maconha e o consumo de cocaína acontecia mais durante o final de semana (A. outubro 2014).

Partindo deste relato, podemos verificar que a inserção no 'mundo das drogas' inicia-se geralmente na adolescência e estende-se para a vida adulta, por influências de amigos e por achar a identidade do indivíduo usuário de drogas 'mais legal', muitas vezes, fora do padrão de normalidade socialmente aceito. Assim, foi percebido nas justificativas dos informantes, certa dificuldade em se conformar com as normas, as regras sociais, o desvio mostrou-se como uma forma de resistir, criticar uma ordem que na concepção de alguns era 'injusta' e 'careta'.
Segundo alguns depoimentos, podemos observar que a grande maioria iniciou sua inserção no 'mundo das drogas' por influências de amigos da infância, sendo que o uso começou por drogas lícitas entre elas destacaram-se: o tabaco e a bebida alcoólica, dentre as ilícitas a *canabis sativa* conhecida vulgarmente como maconha, foi à droga ilícita mais utilizada pelos dependentes entrevistados desta pesquisa e a que estes tiveram mais dificuldade de parar de usar. No entanto, em suas experiências após a maconha, começavam a usar cocaína até chegar a usar ao crack entre outras drogas (anfetaminas, cola de sapateiro, chá de cogumelo).
As drogas viraram a razão destes homens viverem, pois tudo que sentiam era vontade de usar, mesmo depois que já não sentiam mais os prazeres do uso, mas a dor da dependência. Durante as entrevistas, comentavam que sabiam que iam morrer estavam procurando formas mais rápidas de morrer, adquirindo uma doença, por exemplo, um informante disse que na época da dependência pensava em contrair o HIV, pois seria uma forma de morrer mais rápida, pois não tinha coragem de cometer suicídio.
Partindo das falas destes homens, é importante salientar que todos falavam da morte, do medo da morte, mas também comentavam que não tinham mais esperanças em se curar das drogas, considerando que todos já haviam buscado tratamentos com aporte da saúde e religioso para se curar. Contudo, o retorno ao 'mundo das drogas' era frequente, paravam de usar, tinham crises de abstinência, passavam por processos de desintoxicações nas clínicas, mas voltavam a usar.

6. A busca por tratamentos para curar a dependência

Conforme as experiências de nossos entrevistados, todos já tinham passado por algum tipo de tratamento para a dependência química, a busca por tratamentos geralmente eram em instituições de cunho religioso. Estas instituições onde ficavam internados foram lembradas a partir de uma estrutura bastante precária em termos de especialistas e recursos materiais, muitas destas instituições de tratamento foram descritas como insalubres. A 'dor da dependência' era sentida não só por eles, mas por suas famílias, particularmente seus pais, suas mães e seus irmãos, estes que por meio do sofrimento de vê-los em situações deploráveis não aguentavam mais presenciar suas vidas presas ao 'mundo das drogas'.

Deste modo, o insucesso dos tratamentos e o rápido retorno era frequente, eles reproduziam um ciclo vicioso com as drogas, ou seja, após terem se entregue as drogas, sentiam não mais o prazer a partir do uso destas, mas a dor da dependência, muitos deles falavam que a dor é sentida a partir de uma necessidade de fugir da vida, procurando destruir seus corpos, portanto a saúde. Também diziam que sentiam depressão, perda de sentido, como estivessem presos a algo que tomou conta de suas mentes e não tinham mais controle sobre suas escolhas, perderam assim, suas consciências sobre o que é real e ilusório.

> Quando eu estava no auge da depressão. Como não tinha coragem para cometer suicídio eu queria pegar HIV para morrer. Saia com prostitutas e meninas que também usavam crack e faziam programas e não usava qualquer tipo de proteção. Nessa época não saia mais com "amigos" pra usar drogas, ficava usando em casa, sozinho no quarto (A, novembro 2014).

O ciclo vicioso ocorria da seguinte forma: estado deplorável, logo acontecia à internação, após a internação por meio do álcool especialmente o vinho que era compreendido como uma bebida inofensiva que Jesus tomava, ao tomar perdia a consciência e consequentemente o medo de usar drogas. Conforme relato a seguir podemos constatar esse ciclo vicioso,

> Quando bebia perdia o medo de usar química, bastava usar uma primeira vez que perdia todo o processo de recuperação, era quando entrava em processo de depressão e eu pensava que não tinha mais jeito (X, Novembro 2014).

Vale a pena ressaltar que durante as internações em instituições religiosas passavam por um tratamento espiritual baseado exclusivamente na fé, pois o uso da droga seria um 'pecado', pois o indivíduo não está cuidando do corpo físico e mental que Deus lhe deu. Nesse sentido, podemos observar entre os informantes da pesquisa, que estes apresentavam dificuldades em associar sua dependência a um problema que poderia abranger várias dimensões. Este depoimento é ilustrativo no que toca esta questão,

> Como essa clínica era evangélica, eu achava que tomar vinho não tinha problema, porque era uma bebida que Jesus "aprovava". No primeiro final de semana depois do internamento fui à casa de um amigo e tomei um garrafão de vinho, pois achava que conseguiria ficar só tomando vinho. Claro que não consegui e no mesmo dia voltei a usar cocaína. Nessa época eu já estava usando crack também. Então eu usava muitas drogas ao mesmo tempo (A, novembro 2014).

Diante deste ciclo vicioso Mota (2008) também constatou em sua pesquisa de doutorado que: 'a maioria dos dependentes químicos não assume seu problema e por isso a resistência ao tratamento conduz a recaídas frequentes. Além disso, daqueles que se submetem a qualquer tipo de tratamento, os casos de sucesso ainda são irrisórios'(2008:15). Segundo os entrevistados, a mudança, a cura deve ser uma decisão pessoal do dependente, tratamento algum terá qualquer resultado positivo, sucesso se o dependente não pedir ajuda e não quiser realmente se curar.

7. A cura para viver uma "nova vida"

Os homens quando chegam na casa em busca do tratamento com Daime geralmente vão com a família (pai, mãe, esposas e maridos), mas também ocorrem situações mais raras que o dependente químico já perdeu sua credibilidade junto a família e vem a casa por meio de amigo, ainda há situações que algum membro da casa se sensibilizou com a situação do dependente e resolve levá-lo a casa para fazer sua cura. Logo, o dependente quando chega na casa geralmente vai acompanhado por alguém que decide acompanhá-lo, pois a situação de estar dependente não o faz ir sozinho, sempre há uma rede que atua a partir da divulgação dos tratamentos de cura realizados pela casa.

A família do dependente já bastante cansada em relação aos problemas vinculados ao uso de drogas, ao saberem do trabalho que ocorre nesta casa, por meio dos curados que falam de suas histórias 'antes da cura e depois da cura' e dos benefícios de um tratamento espiritual com o daime levam o dependente para o tratamento, muitas vezes, o mesmo não mostra grande vontade de ser curado, mas vão por estímulo e esperança da cura que seus familiares demonstram. Em relação ao trabalho da casa, portanto a doutrina do Santo Daime, os homens entrevistados nesta pesquisa mostraram não conhecer, até a bebida já tinham ouvido falar, mas de forma bastante superficial.

Desta forma, o tratamento de cura vai ocorrendo aos poucos, cada trabalho é vivenciado diferente para estes homens, pois por serem ex.dependentes comentavam que precisaram passar por diversas provações, ou seja, a tentações 'do mundo das drogas' para lidar com a 'a fase da limpeza' que a bebida proporcionava, sobre o ritual eles falaram que no início não tinham o mínimo conhecimento sobre as regras, as normas, os fundamentos religiosos que a casa se pautava. Conforme um ex. dependente,

> Quando fui fazer a cura tinha usado drogas a noite inteira. De manhã fomos marcar a data, soubemos que aconteceria uma cura naquela noite, voltei pra casa e voltamos à noite na igreja. Organizaram as cadeiras no formato de um quadrado, na frente o altar, em uma fila as mulheres, em outra fila os homens, na terceira fila os fardados da casa e os acompanhantes de quem ia fazer a cura. O padrinho me serviu três copos americanos de Daime e meio copo para os acompanhantes. Tomei o primeiro copo e já comecei a vomitar, o que chamamos de processo de limpeza, comecei a ver tudo vermelho e senti que estava no inferno. Passei o tempo todo vomitando, chorando e passando muito frio. Implorava misericórdia para deus, gritava por ajuda e tinha impressão que tinha morrido e nunca mais ia sair daquele lugar. Entendi que era um tratamento espiritual, mesmo assim ainda duvidava da cura (T, novembro 2014).

Assim sendo, a casa dispõe de um tratamento que recomenda um tipo de preparação espiritual em relação ao corpo físico e mental, como estar com a mente tranquila, alguns dias antes do trabalho não se deve comer carne vermelha, ter relações sexuais e recomenda-se o uso de roupas de tons claros durante o ritual. Os homens ficam de um lado e as mulheres de outros, sendo que as mulheres devem estar vestidas de saias, portanto homens e mulheres ficam em espaços separados durante os trabalhos de cura.

Alguns dos ex.dependentes ao chegar na casa de cura, não possuíam nenhum conhecimento sobre o que ocorria na casa, nem eram religiosos ou conheciam a doutrina do santo daime, estavam lá com o objetivo de ser curar, alguns deles comentaram que durante o ritual ficavam impressionados com a sensação de estarem morrendo. De acordo com os membros da casa todos eles que ali iam se curar morriam mesmo, pois voltavam conscientes que usavam as drogas por não terem consciência de estarem fazendo um mal para seus corpos, para a si mesmo. Conforme relato de um ex.dependente que hoje é membro efetivo da casa e ajuda nos trabalhos de cura da casa,

> Hoje tenho mais paciência com minha família, sinto que posso cuidar dos meus pais que são idosos e não sou mais preocupação para minha família (irmã, irmão e cunhado). Cura de todas as mazelas, depressão, drogas, nervosismo, ansiedade, saber achar o ponto de equilíbrio, da tranquilidade, saber que Deus existe para nos ajudar em todos os momentos (A, novembro 2014).

Após a cura, os homens curados comentam da percepção que seus amigos apresentavam sobre suas mudanças, ou seja, como a cura foi realizada por meio do tratamento com ayahuasca, muitos de seus amigos que ainda estavam no 'mundo das drogas' acreditavam que eles não tinham sido curados das drogas, pois tinham apenas substituído as drogas por outra droga, neste caso o ayahuasca. O uso da ayahuasca é polêmico, mesmo tendo sido liberado em 2010 para rituais religiosos ainda é divulgado por grande parte da mídia de forma descontextualizada dos princípios dos rituais religiosos.

Partindo deste ponto de vista, a ênfase de Beatriz Labate (2008) sobre o uso da ayahuasca para cura em uma instituição religiosa é relevante, no sentido que a autora pontua que é necessário se trabalhar a questão dos significados produzidos pelo grupo religioso que faz o uso da bebida. Uma vez que os médicos não trabalham a questão da eficácia simbólica produzida pelo dependente, o curador e o grupo em si da casa que eles fazem parte. Nesse sentido, a ayahuasca para a dependência química precisa ser contextualizada além das reações fisiológicas que seus adeptos apresentam em seus corpos. O relato deste informante é significativo sobre a mudança que a inserção do Daime proporcionou em sua vida.

> Falam que o Daime é um alucinógeno, que não acreditam que o Daime o responsável pela minha cura, mas sim que eu mesmo que resolvi parar. Falam que o Daime é um novo vício, como se eu tivesse largado um tipo de vício e substituído por outro. Meus amigos que ainda estão nas drogas falam isso. Aprendi a ter caráter, ser honesto, tentando ser menos estressado, a me amar primeiro e amar outras pessoas. Hoje dou muito mais valor às pessoas, a ver as qualidades delas e ser muito grato a minha família que nunca me abandonou, andar na linha, ter serenidade e ajudar outras pessoas a tomar o Daime também. Não beber, não fumar, não usar drogas lícitas e ilícitas, não faltar aos trabalhos, seguir a disciplina da casa, que é bastante rígida e estar sempre pronto para ajudar ao próximo. Uma nova vida é ter uma família, ter planos de casar, ter filhos, não usar drogas. Hoje sou uma pessoa que tem um papel na sociedade, sou um cidadão. Hoje posso dizer que sou muito feliz (A, novembro 2014).

A partir do exposto podemos refletir sobre o que seria este estar "curado" para os ex.dependentes, a cura é apresentada como algo além de não usar mais as drogas, mas ter um papel social que corresponda às expectativas sociais e culturais do "ser homem" como: ter uma família, casar, ter filhos, trabalhar e ajudar ao próximo atuando na instituição que lhes curou. Neste caso, a cura por meio do daime/ayahuasca ocorre não apenas nos trabalhos e no modo que eles se apresentam enquanto "cuidadores" durante o trabalho que desenvolvem na casa para "curar" a dor da dependência do outro, por meio do envolvimento no ritual, como organizar o salão, explicar os novatos, limpar vômitos, segurar corpos descontrolados, assustados, que não apresentam ainda "consciência" sobre seus comportamentos.

Assim, o daime e a cura realizada são feitas gradativamente, sendo objetiva no momento que o ex.dependente assume que vai "entrar na linha" para viver em sociedade, mas também uma cura subjetiva que é a primeira no entendimento dos informantes, primeiro se curam para depois poder curar, tomando consciência sobre seus corpos.

Neste trabalho a experiência do uso da ayahuasca em rituais de cura apresenta experiências de ex.dependentes, no sentido que esta não seria alucinógena, mas enteógena sendo uma bebida que traz Deus dentro de si, portanto o problema da dependência assume o viés também espiritual além do físico, psicológico, social. Ao ser abordado sobre o problema da dependência, o fundador da casa deu o seguinte depoimento,

> De forma bastante simples, o problema da dependência química é um problema de ordem social, familiar, física, psicológica, mas principalmente espiritual. E toda esta reeorganização pessoal passa por um processo de reforma íntima, o Daime leva o indivíduo a uma análise de sua própria consciência, trazendo uma percepção bastante apurada do mal que ele está praticando para si mesmo, ele ficará frente a frente

consigo mesmo visualizando seus erros, sua escravidão e todas as suas fraquezas que estão alimentando a um espírito obsessor. (pois o Daime dá a condição da abertura da 3ª visão, ou seja, o acesso ao próprio campo espiritual). Além disto, a pessoa passa por um processo de desintoxicação física, mental e espiritual que normalmente acontece através do vômito ou da diarreia. Passado estes processos vem o reequilíbrio de todos os campos e simplesmente através da mudança de pensamento, comportamento e também da religação (ou despertar da fé) o indivíduo renasce para uma "Nova Vida" sem angústias ou síndromes de abstinência.

8 . Considerações Finais

O presente trabalho tratou de um assunto complexo que envolve experiências subjetivas de ex.dependentes químicos, que tiveram suas curas a partir de um tratamento espiritual disponibilizado em uma casa de cura. Um trabalho coordenado por um ex.dependente químico que construiu uma instituição que marcou a vida de muitos homens, Estes, que ao chegarem à casa não acreditavam mais em suas curas. Alguns destes ex.dependentes permaneceram na casa e hoje trabalham ajudando na cura de outros indivíduos.

As experiências aqui apresentadas mostraram que a cura é uma decisão individual, que deve partir do dependente. Contudo, outras experiências sobre o daime atuando em processos de cura da dependência poderão ser contadas como Mercante (2013) que analisou quatro instituições, sendo uma no Peru chamada Takiwasi, e as outras três no Brasil Caminho da Luz, Céu Sagrado e o Céu da Nova Vida, casa que tive a oportunidade de conhecer e contextualizar neste texto.

Vale a pena salientar a necessidade de estudos que trabalhem a trajetória dos ex.dependentes a fim de compreendermos os conhecimentos em relação aos seus 'corpos' para lidar com os processos de cura na casa, pois vários depoimentos mostraram que os ex.dependentes buscaram as drogas para resistir e criticar a ordem, portanto estavam presos a tipos ideais de "ser diferente", 'de ser de uma geração' a fim de sair, resistir e criticar a realidade que era oferecida decidiram entrar no 'mundo das drogas'.

9. Bibliografia

FOUCAULT, M. (2012), *A história da sexualidade 1. A vontade de saber. A hipótese repressiva*, São Paulo: Graal.

LABATE, B. C., SANTOS, R. G. d., ANDERSON, B., MERCANTE, M., BARBOSA, P. C. R.(2008), "Considerações sobre o tratamento da dependência química por meio da Ayahuasca". Disponível em http:/ www.neip.info, [consultado em 12-12-2014].

MERCANTE, M. S. (2013), "A ayahuasca e o tratamento da dependência". *Mana*, 19 (3), pp.529-558.

MOSCOVICI, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*, Petrópolis/RJ: Vozes.

MOTA, L. A. (2009) Dependência química, representações sociais e estigmas. XIV CONGRESSO NACIONAL DE SOCIOLOGIA. GT : Saúde e Sociedade (2009)

_____. (2008). *Pecado, crime ou doença? Representações sociais da dependência química*. Tese de doutoramento, Fortaleza: Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará.

SANCHEZ, Z. V. M., NAPPO, S. A. (2008), "Intervenção religiosa na recuperação de dependentes de drogas", *Revista de Saúde* pública online, 42(2) Disponível em http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=50&Itemid=171, [consultado em 10-12-2014].

WEBER, M. (1982), *Ensaios de Sociologia*, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

Advocacy em direitos humanos e saúde mental: uma experiência de Assessoria Jurídica Popular

Ludmila Cerqueira Correia
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília
Professora do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
ludcorreia@gmail.com

Mestra em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba. Graduada em Direito pela Universidade Católica do Salvador. Foi pesquisadora do Programa ALFA "Human Rights facing Security" na Università degli Studi di Firenze, Itália. Professora Assistente na Universidade Federal da Paraíba, onde desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, integra o Centro de Referência em Direitos Humanos, coordena o Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania e é pesquisadora do Grupo de Pesquisa Análise de Estruturas de Violência e Direito. Integrante do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família e da Rede Nacional de Advogadas/os Populares.

Resumo: O Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (CRDH/UFPB) desenvolve projetos de pesquisa e extensão desde 2010, atuando a partir da assessoria jurídica popular e do apoio psicossocial, para a promoção e defesa dos direitos humanos de grupos vulnerabilizados. Através do Grupo de Pesquisa e Extensão Loucura e Cidadania, que agrega professores e estudantes de Direito, Enfermagem, Psicologia e Serviço Social, o eixo "Saúde Mental e Direitos Humanos" integra o CRDH/UFPB e vem realizando ações de *advocacy* voltadas à garantia dos direitos humanos das pessoas em sofrimento mental a partir das demandas de usuários dos serviços de saúde mental do município de João Pessoa. O presente artigo aborda a contribuição das ações de *advocacy* em direitos humanos, a partir da estratégia da assessoria jurídica popular, para o empoderamento, a conquista de direitos e a ampliação da cidadania dos usuários dos serviços de saúde mental no Brasil.

Palavras-chave: *advocacy*; direitos humanos; saúde mental; extensão jurídica universitátia; assessoria jurídica popular.

Introdução

Ao estudar a história da assistência psiquiátrica no Brasil e no mundo, verifica-se a criação do hospital psiquiátrico como uma resposta social à loucura (Adamo, 1980; Basaglia, 1985; Foucault, 2004a). A transformação do hospital numa instituição medicalizada a partir da ação sistemática da disciplina, da organização e esquadrinhamento médicos é constatada por Foucault (2004a, 2004b), que descreve o período da "grande internação", momento em que a loucura transformou-se em questão social, passando a ser regulada e contida numa instituição. Não se tratava de um reconhecimento positivo da loucura, nem de um tratamento mais humano, mas de uma meticulosa operação na qual confluem pela primeira vez o pensamento médico e a prática do internamento (Foucault, 2006).

Há muito tempo o hospital psiquiátrico é objeto de denúncias sobre as condições a que são submetidas as pessoas ali internadas. A lista de abusos cometidos é grande e o resultado atenta não apenas contra os direitos e garantias individuais daquelas pessoas, mas aos interesses maiores da própria sociedade, visto que os hospitais psiquiátricos transformaram-se em um dos mais importantes fatores no complexo processo de reprodução da loucura (Galende; Kraut, 2006; Rosenthal; Ahern, 2012). Nos hospitais psiquiátricos, as intervenções institucionais foram orientadas politicamente para repetir o quadro histórico de preconceito e violações. No entanto, essa realidade, contraditoriamente, foi ocultada pela ótica do tratamento médico, que geraria uma falsa ideia de garantia de direitos. Dispondo do arcabouço legal, coercitivo e sancionador, o Direito articulou-se à Psi-

quiatria (Foucault, 2004b) e os reflexos dessa aliança ainda podem ser claramente observados dentro e fora de um hospital psiquiátrico.
Conforme afirma Basaglia (1985: 107),

> Analisando a situação do paciente internado num hospital psiquiátrico [...] podemos afirmar desde já que ele é, antes de mais nada, um homem sem direitos, submetido ao poder da instituição, à mercê, portanto, dos delegados da sociedade (os médicos) que o afastou e excluiu.

Assim, o hospital psiquiátrico se configura como uma instituição total (Goffman, 2003), e, desde a sua criação revela-se como um espaço de violência e arbitrariedade sobre as pessoas que acolhe. A estrutura manicomial se apresenta como desumana e ineficiente por seus resultados desastrosos, constituindo-se um lugar de sofrimento e dor, onde as pessoas ali internadas, sem direito à defesa, são submetidas a tortura, maus tratos, privação de liberdade e do direito à participação social.
A discussão sobre a violência, os aspectos da exclusão, o cerceamento da liberdade, os maus tratos, as práticas de tortura e todas as ordens de abuso de poder nos manicômios brasileiros foi propulsora do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial. Este se originou a partir do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental, o qual passou a denunciar as violações de direitos civis de pessoas internadas nos hospitais e clínicas psiquiátricas e o modelo privatizante e hospitalocêntrico adotado pelo estado brasileiro. Além disso, elaborou propostas visando uma transformação da assistência psiquiátrica, iniciando a crítica, no Brasil, da psiquiatria como prática de controle e reprodução das desigualdades sociais, e o debate acerca da necessidade da desinstitucionalização.
O Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, que ensejou a Reforma Psiquiátrica (Desviat, 1999) e compreende a garantia de direitos às pessoas em sofrimento mental para além das questões apenas da saúde, ao aproximar suas reivindicações de outras questões sociais (direito à moradia, à educação, ao trabalho, à assistência social) integrou-se ideologicamente a outros movimentos sociais que têm objetivos semelhantes. Nesse caso, uma das grandes conquistas dessa luta foi a aprovação da Lei nº 10.216/2001, também conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica.
A partir desse contexto, o presente trabalho aborda a contribuição das ações de *advocacy* em direitos humanos, através da estratégia da assessoria jurídica popular, para o empoderamento, a conquista de direitos e a ampliação da cidadania dos usuários dos serviços de saúde mental no Brasil.

1. Saúde mental e direitos humanos: afirmação dos direitos à igualdade e à diferença

Com a aprovação da Lei nº 10.216/2001, o ordenamento jurídico brasileiro começou a avançar no sentido de garantir os direitos das pessoas em sofrimento mental, tendo em vista que, até então, tanto os Códigos Civil e Penal e a legislação sobre assistência psiquiátrica apresentavam dispositivos ultrapassados e inadequados à integração dessas pessoas à comunidade, como ainda hoje, no que tange à incapacidade (Código Civil, 2002) e à medida de segurança (Código Penal, 1940).
Trata-se da dimensão jurídico-política, a qual é identificada por Paulo Amarante (1999, 2003, 2007) como a revisão das legislações sanitária, civil e penal acerca dos conceitos e noções que relacionam a loucura à periculosidade, à irracionalidade e à incapacidade civil. Conforme analisa Silvio Yasui (2010: 25), essa dimensão "busca rediscutir e redefinir as relações sociais e civis em termos de cidadania, de direitos humanos e sociais."
A Lei nº 10.216/2001, além de assegurar os direitos das pessoas em sofrimento mental, é considerada como o marco legal de um processo social e político que reorientou o modelo de atenção em saúde mental no país, reafirmando a cidadania dessas pessoas (Amarante, 1998; Carvalho Netto, Mattos, 2005). Porém, embora ela tenha gerado avanços importantes, ainda são necessárias reformulações drásticas e consistentes na legislação do país, para que impulsionem novas práticas e conceitos sobre sofrimento mental, capacidade de entendimento e ação, cuidado e tratamento, garantindo, assim, os direitos desse grupo social.
Mesmo com as mudanças trazidas pela Política Nacional de Saúde Mental, com a instituição de uma rede diversificada de serviços de saúde mental de base comunitária, os hospitais psiquiátricos ainda existem e con-

tinuam funcionando no Brasil[1]. Por outro lado, tem avançado um processo de Reforma Psiquiátrica, baseada nos conceitos de dignidade humana e de inserção social, que vem operando promissoras mudanças no campo do cuidado em saúde mental (Marchewka, 2008). Busca-se o desenvolvimento de novas práticas que se propõem a efetivar a desinstitucionalização, promovendo o fortalecimento de serviços substitutivos inseridos no contexto descentralizado do Sistema Único de Saúde (Rotelli, 2001).

A condição de sujeito de direitos está vinculada à ideia de titularidade de direitos e também se relaciona com a de sujeito político. Essa discussão é iniciada no campo da saúde mental a partir do movimento antimanicomial, que passa a debater a questão da cidadania das pessoas em sofrimento mental (Birman, 1992). De acordo com Torre e Amarante (2001: 84): "A construção coletiva do protagonismo requer a saída da condição de usuário-objeto e a criação de formas concretas que produzam um usuário-ator, sujeito político." A emergência dos usuários como sujeitos políticos impõe novos rumos ao debate e outro olhar sobre o universo da loucura (Soalheiro, 2012). A participação enquanto sujeito político potencializa a sua emancipação na medida em que a sua inserção efetiva no movimento gera a construção de uma organização coletiva, seja nas associações ou nos núcleos ligados ao movimento.

Como aponta Lobosque (2001: 103) o movimento antimanicomial torna-se

> um movimento social, ou seja, aberto a todos os interessados em repensar as formas e modos de presença da loucura na cidadania; aberto, muito particularmente, aos principais envolvidos, ou seja, aos próprios loucos. Já não se trata de defender o usuário em seu nome, mas de convidá-lo a uma postura ativa de militância; não de lutar por ele, para o seu bem, mas com ele, por uma sociedade diversa, enquanto um bem comum.

O reconhecimento da pessoa em sofrimento mental como sujeito ativo e competente impulsiona a sua inserção nos espaços sociais dos quais antes ela era privada (Vizeu, 2005). Essa dimensão da participação efetiva dos usuários no movimento antimanicomial se concretizou, sobretudo, na criação das associações de usuários e familiares no país. Tais dispositivos associativos incorporaram a dimensão do empoderamento de usuários dos serviços, na perspectiva de enfrentamento dos desafios inerentes a essa temática para o campo da atenção em saúde mental e das políticas públicas em geral (Soalheiro, 2012).

Ao definir o empoderamento como "um conjunto de estratégias de fortalecimento do poder, da autonomia e da auto-organização dos usuários e familiares de serviços públicos nos planos pessoal, interpessoal, grupal, institucional, e na sociedade em geral", Eduardo Vasconcelos (2007: 175) traz elementos importantes para conectar o campo da saúde mental com a assessoria jurídica popular. Nessa área, projeta-se a "perspectiva ativa de fortalecimento do poder, da participação e da organização dos usuários e familiares do âmbito dos serviços formais, dos dispositivos autônomos de cuidado e suporte, da defesa de direitos, do controle social no sistema de saúde e na sociedade em geral" (Vasconcelos, 2007: 175-176).

Tendo em vista a diversidade de atores que compõem o movimento antimanicomial, um merece destaque para refletir as possibilidades de atuação da assessoria jurídica popular: as associações de usuários e familiares na área da saúde mental, uma vez que tais dispositivos se configuram como espaço de vocalização dos sujeitos que historicamente foram calados e invisibilizados. Com a organização de diversas associações de usuários e familiares no Brasil, observa-se a importância da sua participação na formulação, deliberação e implementação de políticas públicas, com destaque para aquelas no campo da saúde mental e de outros direitos sociais, sobretudo para potencializar os seus resultados.

Nesse cenário de afirmação de direitos e de participação efetiva desse grupo vulnerável para pautar as suas questões na agenda política do país, observa-se a necessidade de se pensar novas formas de ampliar a sua participação política e social. Assim, desponta como importante estratégia nesse processo de concretização de direitos e de empoderamento das pessoas em sofrimento mental a assessoria jurídica popular articulada com o

---

1 Conforme Informativo eletrônico Saúde Mental em Dados – 10, ano VII, n. 10, março de 2012, do Ministério da Saúde, Brasília, 2012. Disponível em http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/mentaldados10.pdf. [consultado em 20-7-2013].

movimento antimanicomial e outros movimentos sociais, a partir do direito à igualdade e à diferença (Young, 2000).

É a partir do direito à igualdade, do direito à liberdade e também do direito à diferença, que se faz necessário oferecer uma atenção diferenciada às pessoas em sofrimento mental. Para Santos (2003: 458), existe "a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades". Desse modo, é preciso adotar, ao lado das políticas universalistas, políticas específicas, "capazes de dar visibilidade a sujeitos de direito com maior grau de vulnerabilidade, visando o pleno exercício do direito à inclusão social" (Piovesan, 2004: 31). Nesse sentido, Vasconcelos (2000: 182) propõe uma "exigência ética aos profissionais de respeito à singularidade do louco, que funciona também como forma de propor à sociedade confrontar as diversas formas de exclusão subjetiva que realiza em todo o tecido social."

2. Acesso à justiça e assessoria jurídica popular

O acesso à justiça constitui-se direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988 (CF/88) e não significa, necessariamente, acesso ao Judiciário. Parte-se de uma visão axiológica da expressão justiça, que representa uma determinada ordem de valores e direitos fundamentais para o ser humano. Esse tema tem sido pesquisado por juristas e sociólogos, como Cappelletti e Garth (1988), que consideram que o acesso à justiça pode ser encarado como o mais básico dos direitos humanos inseridos no contexto de um sistema jurídico moderno e igualitário, comprometido com a garantia (e não apenas com a proclamação) do direito de todos.

Compreende-se que tal direito fundamental vai além do simples ajuizamento de ações, tendo em vista ainda que o Judiciário não é o único ente capaz de realizar justiça, e, ainda, como já observou Santos (1993), existem vários modos de produção do Direito, sendo que o Estado contemporâneo não tem o monopólio da produção e distribuição do mesmo (Santos, 1993; Wolkmer, 2001; Costa, Sousa Júnior, 2008). Esse fenômeno de reconhecimento da multiplicidade de práticas normativas nos espaços sociopolíticos configura o denominado pluralismo jurídico, que se sustenta a partir das necessidades de organização social e cultural. Tal perspectiva rompe com a lógica de que o Estado seja fonte exclusiva da produção do Direito e admite a existência de "mais de uma realidade, de múltiplas formas de ação prática e da diversidade de campos sociais com particularidade própria, ou seja, envolve o conjunto de fenômenos autônomos e elementos heterogêneos que não se reduzem entre si." (Wolkmer, 2001: 172).

De acordo com Santos e Carlet (2010: 4), o acesso à justiça "é uma janela analítica privilegiada para se discutir a reinvenção das bases teóricas, práticas e políticas de um repensar radical do direito" em virtude de "reunir as tensões e disjunções do conflito entre justiça procedimental e justiça material". Nesse sentido, Faria e Campilongo (1991: 21) destacam: "Preparado para resolver questões interindividuais, mas nunca as coletivas, o direito oficial não alcança os setores mais desfavorecidos – e a marginalização jurídica a que foram condenados esses setores nada mais é do que o subproduto da marginalização social e econômica."

Após a promulgação da CF/88, novos mecanismos de garantia de direitos e novas institucionalidades democráticas foram criados ou fortalecidos, como o Ministério Público, a Defensoria Pública e os Conselhos paritários (Bonavides, 2009). Além disso, o Brasil vem editando normas para a garantia dos direitos fundamentais e de outros direitos, além de formular políticas públicas, as quais atuam para concretizar direitos e "funcionam como instrumentos de aglutinação de interesses em torno de objetivos comuns, que passam a estruturar uma coletividade de interesses" (Bucci, 2001: 13).

Nesse percurso, Santos (2005) também ressalta que os obstáculos ao acesso à justiça são econômicos, sociais e culturais, não se restringindo, portanto, à falta de estrutura do Poder Judiciário. Observa-se que o acesso à justiça, na perspectiva da orientação sobre os direitos e acesso aos mesmos, não vem sendo garantido universalmente, o que tem contribuído para situações de violações ou para o agravamento de algumas situações. Para Santos (2007: 8), "a frustração sistemática das expectativas democráticas pode levar à desistência da democracia e, com isso, à desistência da crença no papel do direito na construção da democracia".

A assessoria jurídica popular é uma prática jurídica diferenciada voltada para a realização de ações para garantia do acesso à justiça, mesclando assistência jurídica e atividades de educação popular em direitos humanos,

organização comunitária e participação popular com grupos e movimentos populares (Santos, 2007; Ribas, 2009). Constituem pressupostos da assessoria jurídica popular: a compreensão do Direito como um instrumento de transformação social; a noção ampliada sobre o direito de acesso à justiça; a defesa da existência de um pluralismo jurídico comunitário-participativo; e a educação popular como abordagem pedagógica para educação jurídica emancipatória (Maia, Gomes, Joca, 2013).

Conforme destaca Gorsdorf (2010: 8), "a importância da assessoria jurídica desponta com a formação de uma geração de juristas (advogados, professores, promotores, juízes) que passam a ser relevantes para a discussão do acesso aos direitos no âmbito dos movimentos sociais." Nesse caso, a atuação articulada da assessoria jurídica popular possibilita a aproximação do Direito à realidade social, proporcionando o apoio à efetivação dos direitos dos grupos mais vulneráveis, seja através de mecanismos institucionais, judiciais ou por mecanismos extrajudiciais, políticos e de conscientização.

Um aspecto que merece destaque no contexto da assessoria jurídica popular e que a aproxima ainda mais do campo da saúde mental é a escuta diferenciada a ser exercida junto aos usuários e às associações de usuários e familiares, uma vez que uma das suas marcas é a necessidade do contato real e efetivo com os assessorados, na tentativa de perceber e captar sua linguagem própria (Luz, 2008). Essa atuação em conjunto com os grupos e movimentos assessorados, que parte das realidades em que estes estão inseridos, possibilita uma relação dialógica da assessoria jurídica popular com os assessorados. Nesse sentido, destaca-se a educação popular como compartilhamento de saberes entre assessores e grupos e movimentos assessorados. De acordo com Maia (2006, p. 30), "sem a pretensão de substituir os verdadeiros protagonistas do processo de transformação social, os assessores jurídicos populares realizam uma educação em direitos humanos, como projeto pedagógico emancipatório, possibilitando um espaço de criação, de valoração, de redefinição e de compreensão do jurídico."

Assim, a assessoria jurídica popular abrange ações de educação jurídica popular, a qual, no campo da saúde mental, pode constituir atividades de formação em cidadania e direitos humanos para pessoas em sofrimento mental e associações de usuários, com base nos princípios da Reforma Psiquiátrica. A partir dos marcos metodológicos da educação popular, observa-se a possibilidade da socialização do saber jurídico e o apoio às pessoas em sofrimento mental a assumirem o protagonismo na construção de seus próprios direitos, favorecendo o seu empoderamento para a mudança da realidade em que vivem. Essa estratégia pode contribuir, ainda, para a articulação e o fortalecimento dos mecanismos de acesso à justiça dessas pessoas.

A educação jurídica popular consiste também numa experiência pedagógica, amparada metodológica e teoricamente na educação popular, a qual, na forma como teorizada por Paulo Freire (1979, 1989, 1987), e há muito utilizada por movimentos sociais em sua prática cotidiana como meio de emancipação dos sujeitos, concebendo-os enquanto seres políticos, desponta como proposta pedagógica para projetos de extensão universitária.

Conforme assinala Santos (2007: 40-41),

> A participação dos estudantes de Direito em tais projetos favorece a aproximação a espaços muitas vezes ignorados e que servirão de "gatilhos pedagógicos" para uma formação mais sensível aos problemas sociais, o que nem a leitura de um ótimo texto descritivo sobre tal realidade poderia proporcionar. É a interação entre estudantes e sociedade a agir como protagonista do processo de ensino e aprendizagem.

Através da atuação da extensão, a partir da educação jurídica popular, que discute questões da saúde mental embasadas na luta antimanicomial, a universidade assume importante papel na implementação da Reforma Psiquiátrica. O comprometimento com o redirecionamento do ensino, tornando-o antimanicomial, fortalece as discussões críticas dentro da academia e compromete o silenciamento existente nos cursos universitários (Lobosque, 2009).

Destaque-se que as demandas identificadas no âmbito das atividades da educação jurídica popular apontam para a possibilidade de realização de ações de *advocacy*, que tem como objetivo apoiar a promoção e defesa de direitos ou a atuação em uma causa específica. Conforme salienta Seithel (2004), *advocacy* configura-se como um trabalho de defesa da causa de outras pessoas, a partir da atuação de um advogado (no sentido amplo), que representa os interesses, direitos e objetivos de outra pessoa ou de um grupo de pessoas dentro dos limites legais e políticos do sistema social.

Nesse caso, vale observar e problematizar as atividades de assessoria jurídica popular, no âmbito da extensão jurídica universitária, no campo da saúde mental, realizadas a partir de um Centro de Referência em Direitos Humanos do Brasil.

3. Reflexões sobre uma experiência de assessoria jurídica popular em saúde mental

Se por um lado, diversos atores constroem o processo de Reforma Psiquiátrica brasileira, com a implementação de novos dispositivos de atenção e cuidado em saúde mental e de outras políticas sociais, por outro lado, as violações de direitos das pessoas em sofrimento mental permanecem, com poucos espaços de debate e de forma, muitas vezes, invisibilizada, sobretudo quando tais violações ocorrem nos hospitais psiquiátricos.
Assim, o Grupo de pesquisa e extensão Loucura e Cidadania, vinculado ao Centro de Referência em Direitos Humanos da UFPB, orienta suas atividades na busca de afetar a naturalização das violações, a partir de uma inserção na própria instituição manicomial. Se identificando enquanto célula do movimento da luta antimanicomial, o Grupo direciona suas atividades para a problematização da existência das instituições psiquiátricas fechadas e para o enfrentamento da cultura manicomial violadora de direitos. Colabora para a orientação sobre os direitos e para o empoderamento dos sujeitos, estimulando-os a transformar o lugar social da loucura e para a consolidação da Reforma Psiquiátrica na perspectiva dos direitos humanos (Correia, 2013).
Dentre as diversas atividades desenvolvidas pelos extensionistas integrantes do mencionado Grupo, estão as oficinas temáticas em direitos humanos, garantias de direitos e mecanismos de efetivação destes. Em face da escolha metodológica da educação popular, preconizada por Paulo Freire (1987), e da educação jurídica popular, conforme a Carta de Princípios da Rede Nacional de Educação Jurídica Popular (Rede Nacional de Educação Jurídica Popular, 2009), é possível estabelecer diálogos de forma horizontal, nos quais todos estejam reunidos voluntariamente, objetivando o abandono da hierarquização, de atitudes de paternalismo, controle e segregação da loucura, tão marcante em instituições fechadas.
As atividades do Grupo foram iniciadas em 2012 no Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira (CPJM), através do diálogo constante com pessoas internadas naquela instituição, bem como com os trabalhadores e gestores que ali atuam, e do projeto de extensão aprovado em edital interno da UFPB (PROBEX 2012). Devido ao êxito das oficinas temáticas ali realizadas, o projeto foi renovado no ano seguinte, sendo aprovado pelo edital PROBEX 2013, o que fez com que o Grupo passasse a integrar estudantes de outras áreas que não apenas o Direito, somando-se, assim, extensionistas dos cursos de Enfermagem, Psicologia e Serviço Social. A participação de diferentes áreas do conhecimento nas atividades garante uma diversidade de conteúdos, além da produção de resultados de maior relevância à sociedade.
A interdisciplinaridade orienta a execução das atividades do Grupo, que buscou desenvolver atividades voltadas aos sujeitos socialmente vulneráveis (pessoas em sofrimento mental), com a perspectiva da afirmação de sua condição de sujeitos de direitos, a partir de diferentes realidades. A partir da metodologia da educação popular e, especificamente, da educação jurídica popular, o grupo desenvolveu oficinas com temas relacionados aos direitos das pessoas em sofrimento mental, com destaque para aquelas internadas no Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira (CPJM). Alguns dos temas trabalhados foram: direito à livre manifestação, direito de participação política, direito à comunicação, direito ao lazer, direito ao cuidado em saúde mental, direito à integridade física e psicológica, direito de acesso à justiça e direito à autonomia. Foram utilizados jogos, alongamentos, técnicas das artes plásticas e algumas técnicas do Teatro do Oprimido[2], que serviram para disparar discussões referentes aos direitos humanos e sua interface com a saúde mental.
Com a finalidade de promover o acesso dos usuários do referido Complexo aos direitos que os mesmos possuem, visando o seu empoderamento e estimulando-os a transformar a realidade em que vivem, por meio da troca de saberes e experiências entre os usuários e profissionais da instituição e os estudantes extensionistas, as

2 As técnicas e jogos do Teatro Oprimido, sistematizadas por Augusto Boal, têm por objetivo problematizar questões cotidianas de opressão, para uma maior reflexão sobre as relações de poder e transformação da realidade.

oficinas temáticas ocorriam quinzenalmente nas dependências da referida instituição. Registre-se a característica da horizontalidade, própria da educação popular, nos debates realizados, a qual legitima e valoriza o saber de cada participante. A interdisciplinaridade presente nas atividades, contando com o saber das diversas áreas supracitadas, garantiu um espaço dinâmico e repleto de temáticas que promovem significativas discussões entre participantes e extensionistas.

Após a realização de diversas oficinas temáticas, com o amadurecimento das propostas ali desenvolvidas, tornou-se visível o processo de empoderamento dos sujeitos com relação aos temas trabalhados, criando um espaço de compartilhamento, de solidariedade, de dúvidas, dores e revoltas, no qual cada sujeito possuía voz para falar por si mesmo e conforto para compartilhar situações de opressão. A evidência do crescimento do Grupo é o seu reconhecimento na criação desse ambiente de confiança, com disparadores para debates horizontalizados, para trabalhar casos internos à instituição e até para contar com a participação de alguns usuários do Complexo Psiquiátrico mesmo após a alta médica.

Importante destacar a presença dos profissionais da instituição e seu impacto, que muitas vezes esbarrava na relação de opressão sobre os usuários, e que os inibia. O empoderamento e o crescente questionamento dos sujeitos internados naquele Complexo representavam para alguns profissionais o receio de protagonismo e envolvimento proativo acerca das relações já impostas e das formas de tratamento internas ao hospital. A resistência e o enrijecimento de alguns trabalhadores da instituição dificultaram a própria realização das oficinas em alguns momentos.

Durante as atividades do Grupo de pesquisa e extensão Loucura e Cidadania realizadas em 2012 e 2013, algumas situações chamaram a atenção: as diversas violações de direitos vivenciadas pelas pessoas em sofrimento mental no hospital psiquiátrico; a ausência de mecanismos internos no referido hospital voltados à garantia de direitos das pessoas ali internadas; a distância entre os órgãos que compõem o Sistema de Justiça e o hospital psiquiátrico; dentre outras. Assim, o Grupo proporcionou a aproximação da Universidade à realidade do maior hospital psiquiátrico da Paraíba, no qual as violações de direitos cometidas contra as pessoas internadas não têm repercussão social ou jurídica, ficando limitadas aos muros da instituição.

Uma das questões que ganharam destaque no ano de 2013 e fizeram parte da atuação do Grupo nesse período foi a demanda pelo passe livre na saúde mental, a partir dos contatos com usuários dos serviços de saúde mental de João Pessoa, especialmente, os Centros de Atenção Psicossocial, e com integrantes da Associação de Amigos e Familiares do CAPS Caminhar – Associação Caminhando.

O passe livre, que confere gratuidade no transporte coletivo, constitui-se medida de tratamento diferenciado para equiparação de oportunidades, que decorre da luta de todas as pessoas que se preocupam com os direitos de um grupo que tem sido, historicamente, excluído: o das pessoas em sofrimento mental. É uma medida de ação afirmativa que busca conferir tratamento diferenciado como uma maneira de superar desigualdades e situações de vulnerabilidade e exclusão históricas.

Esta medida foi adotada pelo município de João Pessoa através da Lei nº 12.069/2011[3], que dispõe sobre a gratuidade no transporte coletivo urbano nesse município. Ocorre que após mis de dois anos da sua promulgação, essa lei não foi regulamentada. Em julho de 2012, a referida lei foi alterada pela Lei nº 12.406/2012[4], a qual prevê um prazo de 90 dias para regulamentação da lei que criou o passe livre a partir da publicação desta, porém, isso ainda não aconteceu. Na prática, atualmente, não há a garantia efetiva do direito ao passe livre às pessoas com transtorno mental que vivem em João Pessoa, e, portanto, permanece a sua situação de exclusão social.

Vale lembrar que a atual política de saúde mental prevê a implementação de serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Centros de Convivência, ambulatórios e hospitais-dia, os quais oferecem atendimento diário e integral a essas pessoas. Nesse caso, a disponibilidade do passe livre permitiria acesso mais fácil à locomoção, propiciando, entre outras coisas, a realização do tratamento.

---

3 Disponível em: http://200.164.108.163:9673/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/14852_texto_integral. [consultado em 20-9-2013].

4 Disponível em: http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2012/07/2012_1331_extra.pdf. [consultado em 20-9-2013].

Compreendendo que é imprescindível a garantia do passe livre no sistema de transporte coletivo às pessoas em sofrimento mental carentes para o efetivo acesso ao transporte, e consequentemente, para o acesso a outros direitos fundamentais como o direito à saúde, à educação, à cultura e ao trabalho, o Grupo Loucura e Cidadania passou a acompanhar o processo de implantação do passe livre em trâmite na Secretaria de Desenvolvimento Social de João Pessoa.

Ao entrar em contato com dirigentes da mencionada Secretaria municipal, o Grupo constatou que o processo estava paralisado e que não havia prioridade para implantação dessa política pública, que tem repercussão positiva na política de saúde mental do município e na qualidade de vida das pessoas em sofrimento mental. Assim, após algumas tentativas infrutíferas de tratar o assunto diretamente com o secretário responsável, o Grupo, ao dialogar com uma turma da graduação em Direito do Curso de Santa Rita da UFPB, concluiu pela elaboração de uma representação ao Ministério Público Estadual para tratar dessa situação.

Assim é que iniciou-se uma das ações de *advocacy* do mencionado Grupo, visando a promoção do direito ao transporte, e, consequentemente, do direito à saúde, ao lazer, à cidade, dentre outros direitos, das pessoas em sofrimento mental residentes em João Pessoa. Após a representação protocolada no mencionado órgão, o Grupo pautou esse tema na Semana Estadual da Luta Antimanicomial e em outros espaços políticos importantes, no sentido se chamar à atenção da sociedade e dos órgãos públicos responsáveis pela implantação da política do passe livre. Ressalte-se que até a finalização desse artigo, não houve retorno do Ministério Público do Estado da Paraíba nem da Secretaria de Desenvolvimento Social de João Pessoa sobre a demanda apresentada.

Considerações finais

A práxis da assessoria jurídica popular, como assessoria jurídica a movimentos sociais e populares, se expressa em diversas experiências, constituídas juntamente com os movimentos assessorados. Na sua atuação, percebe-se o Direito (nesse caso, o estatal) como instrumental, estratégico às lutas dos assessorados, sendo demandado em momentos e modos de fortalecer as lutas desses movimentos (Maia, Gomes, Joca, 2013). Além disso, ao conhecer a realidade dos grupos e movimentos assessorados, com a convivência e o diálogo, os/as assessore/as jurídicos/as populares assimilam suas reivindicações dialogicamente e buscam assessorá-los a partir das suas demandas.

No campo da saúde mental, a assessoria jurídica popular pode proporcionar atividades de formação junto às associações de usuários e familiares bem como a partir de projetos de extensão nas universidades, através do acesso à realidade dos hospitais psiquiátricos e dos serviços de saúde mental substitutivos. Nesse caso, vale destacar a importância da educação jurídica popular no processo de reconstrução do Direito e de empoderamento das pessoas em sofrimento mental, sobretudo daquelas internadas nos hospitais psiquiátricos, bem como das associações de usuários e familiares, para a busca da garantia dos direitos humanos, a partir do seu direito à igualdade e à diferença.

Ressalta-se o caráter dinâmico e multiplicador das experiências de educação jurídica popular, visto que os sujeitos uma vez apropriados do conhecimento jurídico têm o papel multiplicador em suas comunidades e espaços de intervenção. Aproximar o povo do conhecimento sobre direitos é uma forma de estimular o exercício da cidadania e contribuir no processo de mobilização política, luta por direitos e autonomia. O receio frente ao formalismo é desconstruído e o cidadão passa a perceber o Direito "de igual para igual" (Sousa Júnior, 2008).

Por fim, a atuação de assessores/as jurídicos/as populares para a democratização do acesso à justiça junto às pessoas em sofrimento mental deve ser realizada em articulação com espaços estatais e não estatais, incluindo-se as universidades, redes, fóruns, dentre outros. Assim, vislumbra-se o fortalecimento de grupos e associações de usuários e familiares, e portanto, do movimento antimanicomial; a atuação articulada em casos emblemáticos; a realização de atividades de formação política e de *advocacy* em direitos humanos e saúde mental no campo das políticas públicas; e a integração da luta antimanicomial às demais lutas de outros movimentos sociais.

Referências

ADAMO, B.; MACRÍ, S. (1980), *Pericoloso a sé e agli altri. Cultura psichiatrica e istituzioni in Italia dall'inizio del secolo al dopo riforma.* Bari: De Donato.

AMARANTE, P. D. C. (1998), *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil.* 2. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.

_____. (1999), Manicômio e loucura no final do século e do milênio. In: FERNANDES, M. I. A; SCARCELLI, I. R.; COSTA, E. S. (Org.). *Fim de século: Ainda manicômios?* São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. p. 47-53.

_____. (2003), A (clínica) e a Reforma Psiquiátrica. In: AMARANTE, P. D. C. (Coord.) *Archivos de saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Nau. p. 45-66.

_____. (2007), *Saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.

BASAGLIA, F. (1985), *A instituição negada.* 3. ed. Rio de Janeiro: Graal.

BIRMAN, J. (1992), A cidadania tresloucada – notas introdutórias sobre a cidadania dos doentes mentais. In: BEZERRA JÚNIOR, B.; AMARANTE, P. D. C. (Org.). *Psiquiatria sem hospício*: *contribuições ao estudo da reforma psiquiátrica.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará. p. 71-90.

BONAVIDES, P. (2009), *Curso de Direito Constitucional*. 24 ed. São Paulo: Malheiros.

BUCCI, M. P. D. (2001), Buscando um conceito de políticas públicas para a concretização dos direitos humanos. *Direitos humanos e políticas públicas*. São Paulo: Pólis. p. 5-16.

BRASIL. *Lei n.º 10.216, de 06 de abril de 2001*. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial [da] República do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 09 abr. 2001.

CAPPELLETTI, M.; GARTH, B. (1988), *Acesso à Justiça*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor.

CARVALHO NETTO, M.; MATTOS, V. (2005), *O novo direito dos portadores de transtorno mental: o alcance da Lei 10.216/2001.* Brasília: Conselho Federal de Psicologia.

CORREIA, L. C. (2013), *Centro de Referência em Direitos Humanos da UFPB - Cidadania e Direitos Humanos*: *Educação Jurídica Popular no Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira*. Formulário-síntese da proposta (PROBEX 2013), 28 p. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

COSTA, A. B.; SOUSA JÚNIOR, J. G. (2008), O Direito Achado na Rua: uma ideia em movimento. In: COSTA, Alexandre Bernardino (et al.) (Org.). *O Direito achado na rua: Introdução crítica ao direito à saúde.* Brasília: CEAD/UnB. p. 15-27.

DESVIAT, M. (1999), *A reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

FARIA, J. E; CAMPILONGO, C. F. (1991), *A Sociologia Jurídica no Brasil*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris.

FOUCAULT, M. (2004a), *História da loucura na idade clássica*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva.

_____. *(*2004b), *Microfísica do Poder*. 19. ed. São Paulo: Graal.

_____. (2006), *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes.

FREIRE, P. (1979), *Educação e Mudança*. 12 ed. São Paulo: Paz e Terra.

_____. (1989), *Educação como prática da Liberdade*. 19 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1987), *Pedagogia do Oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GALENDE, E.; KRAUT, A. J. (2006), *El sufrimiento mental: el poder, la ley y los derechos.* Buenos Aires: Lugar Editorial.

GOFFMAN, E. (2003), *Manicômios, Prisões e Conventos*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva.

GORSDORF, L. F. (2010), Conceito e sentido da assessoria jurídica popular em Direitos Humanos. In: FRIGO, D.; PRIOSTE, F.; ESCRIVÃO FILHO, A. S. (Org.). *Justiça e direitos humanos*: *experiências de assessoria jurídica popular.* Curitiba: Terra de Direitos. p. 7-16.

LOBOSQUE, A. M. (2001), *Experiências da loucura*. Rio de Janeiro: Garamond.

_____. (Org.). (2009), *Caderno Saúde Mental*. Seminário Universidade e Reforma Psiquiátrica: interrogando a Distância. Belo Horizonte: ESP-MG.

LUZ, V. (2008), *Assessoria Jurídica Popular no Brasil: Paradigmas, Formação Histórica e Perspectivas.* Rio de Janeiro: Lumen Juris.

MAIA, C. D. (2006), *Assessoria Jurídica Popular*: teoria e prática emancipatória. Dissertação de Mestrado, Fortaleza: Direito, Universidade Federal do Ceará.

MAIA, C. D.; GOMES, P. O.; JOCA, P. (2013), Assessoria jurídica popular e assistência jurídica integral: diálogos necessários à concretização do direito ao acesso à justiça. In: ROCHA, A. et al (Org.). *Defensoria Pública, Assessoria Jurídica Popular e Movimentos Sociais e Populares*: *novos caminhos traçados na concretização do direito de acesso à justiça*. Fortaleza: Dedo de Moças.

MARCHEWKA, T. M. N. (2008), Saúde mental no contexto do Direito Sanitário. In: COSTA, A. B. (et al.) (Org.). *O Direito achado na rua*: *Introdução crítica ao direito à saúde.* Brasília: CEAD/UnB. p. 187-214.

PIOVESAN, F. (2004), Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos. In: *SUR Revista internacional de direitos humanos*. Ano 1, 1 semestre. São Paulo. p. 21-47.

REDE NACIONAL DE EDUCAÇÃO JURÍDICA POPULAR. *Carta de Princípios*. João Pessoa, 2009. Disponível em http://rnejp.wordpress.com/carta-de-principios-da-rnejp/. [consultado em 20-6-2014].

RIBAS, L. O. (2009), *Direito Insurgente e Pluralismo Jurídico*: assessoria jurídica de movimentos populares em Porto Alegre e no Rio de Janeiro (1960-2000). Dissertação de mestrado, Florianópolis: Direito, Universidade Federal de Santa Catarina.

ROSENTHAL, E.; AHERN, L. (2012), When Treatment is Torture: Protecting People with Disabilities Detained in Institutions. In: *Human Rights Brief*. Issue 2. Washington: American University Washington College of Law.

ROTELLI, F. (2001), A instituição inventada. In: NICÁCIO, F. (Org.). *Desinstitucionalização*. São Paulo: Hucitec. p. 89-99.

SANTOS, B. S. (1993), Notas sobre a história jurídico-social de Pasárgada. In: SOUSA JÚNIOR, J. G. (Org.). *Introdução crítica ao direito - Série o direito achado na rua.* 4 ed. Brasília: Universidade de Brasília. p. 42-47.

_____. (2003), Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: SANTOS, B. S. (Org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. p. 429-61.

_____. (2005), *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.* 10 ed. São Paulo: Cortez.

_____. (2007), *Para uma revolução democrática da justiça*. São Paulo: Cortez.

_____; CARLET, F. (2010), The Landless Rural Workers' Movement and its Legal and Political Strategies for Gaining Access to Law and Justice in Brazil. In: GHAI, Y.; COTTRELL, J. (Orgs). *Marginalized communities and access do justice*. New York: Routledge.

SEITHEL, F. (2004), Advocacy Anthropology: History and Concepts. *Revista Anthropológicas*. Recife, ano 8. p. 5-48.

SOALHEIRO, N. I. (2012), Política e empoderamento de usuários e familiares no contexto brasileiro do movimento pela reforma psiquiátrica. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*. Rio de Janeiro, p. 30-44, jan./jun.

SOUSA JÚNIOR, J. G. (2008), *Direito como liberdade*: o Direito achado na rua: experiências populares emancipatórias de criação do Direito. Tese de doutoramento, Brasília: Direito, Universidade de Brasília.

TORRE, E. H. G.; AMARANTE, P. D. C. (2001), Protagonismo e subjetividade: a construção coletiva no campo da saúde mental. *Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, 6(1): p. 73-85.

VASCONCELOS, E. M. (2000), Reinvenção da cidadania, *Empowerment* no campo da saúde mental e estratégia política no movimento de usuários. In: AMARANTE, P. (Org.). *Ensaios: subjetividade, saúde mental, sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz. p. 169-194

_____. (2007), Dispositivos associativos de luta e empoderamento de usuários, familiares e trabalhadores em saúde mental no Brasil. *Vivência*. Natal: UFRN. p. 173-206.

VIZEU, F. (2005), A instituição psiquiátrica moderna sob a perspectiva organizacional. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, Rio de Janeiro, p. 33-49, jan-abr.

WOLKMER, A. C. (2001), *Pluralismo Jurídico: Fundamentos de uma nova cultura do Direito.* 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega.

YASUI, S. (2010), *Rupturas e encontros: desafios da Reforma Psiquiátrica brasileira.* Rio de Janeiro: FIOCRUZ.

YOUNG, I. M. (2000), *La justicia y la política de la diferencia*. Madrid: Ediciones Cátedra.

Tecendo Redes, Suportando o sofrimento: sobre os círculos sociais da Loucura.

Breno Fontes[1]

Resumo: Nosso objetivo é o de investigar a estrutura das redes sociais não ancoradas territorialmente: são aquelas interações medidas pela Internet, que tornam possível a construção de sociabilidades organizadas em laços fracos (predominantemente) ou fortes (de forma ocasional). De forma similar àquelas encontradas nas interações cotidianas, estas estruturas de sociabilidade também mobilizam recursos apoio social. Podemos afirmar que este veículo de comunicação é um importante instrumento para a provisão de apoio social, e fonte de comunicação entre os que pertencem ao que aqui designo de círculos sociais da loucura

Palavras-chave: Redes Sociais; Internet; Saúde Mental

1. Introdução

> The internet enables individuals to find new relationships and fosters more efficient communication, within existing relationships as well as offers multitudes of new way to develop and maintain friendships and romances
> (Mitchell, 2011:1858)

A literatura aponta que cada vez mais a internet faz parte do dia a dia das pessoas. Com o barateamento dos meios de comunicação – equipamentos, acesso à banda larga, e maior alfabetização digital – a comunicação mediada pelo computador tem se tornado instrumento útil em diversas esferas da vida cotidiana: busca por informações, serviços, instrumento de trabalho e potente instrumento de comunicação. Permite que familiares que não moram em uma mesma cidade se comuniquem mais regularmente, através do VOIP[2] ou e-mail, e, para o caso dos mais jovens, é um poderoso instrumento auxiliar na alimentação das relações de amizade. É frequente, por exemplo, o uso das mídias sociais – Facebook é o exemplo mais recorrente – para marcar encontros, trocar informações, permitir a formação de grupos os mais diversos possíveis. A potência destes meios de comunicação tem sido confirmada, por exemplo, nas recentes manifestações populares no Brasil, ou mesmo nas manifestações dos jovens da periferia, em seus encontros orquestrados a partir de grupos virtuais. Os *rolezinhos*, que ainda carecem de maior entendimento, aparentemente têm por principal instrumento de comunicação as mídias sociais.

De forma semelhante ao que acontece com outras esferas de sociabilidade, questões sobre saúde encontram na Internet um lugar bastante privilegiado. Há um número bastante diverso de formas comunicativas sobre o assunto: blogs e grupos de discussão, sites de empresas (hospitais e clínicas, empresas farmacêuticas,

---

1 Doutor em Estudos das sociedades Latino-Americanas - Universite de Paris III (Sorbonne-Nouvelle) em 1990. Tem Pós Doutorado na Harvard University (1998-1999) na Université de Nanterre (2002-2003) e na Hamburg Universität (2010-2011). Iniciou sua carreira Acadêmica na Universidade Federal de Alagoas (1984-1994) É Professor da Universidade Federal de Pernambuco desde 1994, vinculado ao Programa de Pós Graduação em Sociologia, do Departamento de Sociologia. Coordenador do Grupo de pesquisas sobre redes, sociabilidades e poder, tem realizado pesquisas nas áreas de saúde, movimentos sociais, ONGs, gestão urbana, participação popular. brenofontes@gmail.com

2 VOIP ou *Voice over Internet Protocol* é um mecanismo que permite a transmissão de voz pela Internet, o que barateia enormemente os custos, em comparação a uma ligação telefônica normal.

laboratórios) e de governo (agências estatais de saúde, serviços especializados), entre outros. Neste imenso campo, que denomino círculo virtual, encontra-se algo parecido com o que Simmel descreve a partir de seu conceito de círculo social: práticas de sociabilidade especializadas, campos interativos onde pessoas buscam outras com igual interesse. Para o nosso caso específico, o da saúde mental, acredito que sem a consideração deste fenômeno não podemos traçar um retrato adequado das trajetórias de cuidado e de apoio vividas por aqueles com sofrimento.

Saúde e bem estar, temas discutidos de forma bastante ampla, nos interessam especialmente a partir da dimensão de processos de sociabilidade. Já tivemos oportunidade, em outra ocasião, de constatar os efeitos das redes de sociabilidade sobre tipo e qualidade de apoio social recebido (Fontes, 2010) , e também sobre a percepção de bem estar em pessoas com transtorno mental atendidas por Unidades da Rede CAPs (Centro de Atenção Psicossocial) de quatro cidades brasileiras. (Fontes, 2014). Neste momento, centraremos nossas atenções nos processos de sociabilidade estabelecidos a partir de interações virtuais, de pessoas que entram em contato com outras em grupos de discussão mediados pela Internet: temos por hipótese o fato de que estas pessoas que buscam apoio em interações ancoradas virtualmente obtêm respostas significativas. Quer dizer que estas pessoas encontram conforto no compartilhar de seus problemas; que encontram informações sobre questões práticas; que recebem conselhos sobre como proceder na lida diária de seus sofrimentos.

Nosso objetivo é o de investigar a estrutura das redes sociais não ancoradas territorialmente: são aquelas interações mediadas pela Internet que tornam possível a construção de sociabilidades organizadas em laços fracos (predominantemente) ou fortes (de forma ocasional). De forma similar àquelas encontradas nas interações cotidianas, estas estruturas de sociabilidade também mobilizam recursos e proveem apoio social. Podemos afirmar que este veículo de comunicação é um importante instrumento para a provisão de apoio social e fonte de comunicação entre os que pertencem ao que aqui designo de círculos sociais da loucura

A contribuição deste artigo será principalmente orientada para a discussão da literatura especializada sobre apoio e grupos de discussão. A partir da leitura de publicações sobre o assunto, tentarei construir uma tipologia de práticas de sociabilidade mediadas pela Internet. Tenho por principal hipótese que estas práticas são, em essência, semelhantes àquelas identificadas por Simmel; que, de fato, trata-se de um aprofundamento do fenômeno da individualização da vida moderna, diagnóstico estabelecido por aquele autor a partir da observação da sociedade europeia no início do século XX. Com isso quero dizer que o que assistimos neste momento, a construção de sociabilidades virtuais, é uma extensão daquelas descritas por Simmel. Estaríamos, portanto, assistindo a um aprofundamento dos complexos processos sociais característicos da modernidade.

2. Sobre Práticas de Sociabilidade

Falar sobre sociabilidades mediadas pela internet significa remeter a uma temática central da sociologia à atualidade sem se esquecer de seu substrato, amplamente discutido na literatura das ciências sociais. Neste sentido, pretendo resgatar o conceito de Círculos Sociais, construído por Simmel para explicar a ampliação das redes egocentradas no mundo moderno. Simmel constrói este conceito a partir de observações da Europa Ocidental do início do século XX, não prevendo, desta forma, a formidável mudança nas práticas de sociabilidades provocada pela revolução dos meios de comunicação a partir do final da década de 1970. Será necessário, portanto, depois de sumariamente expor as ideias simmelianas, atualizar o debate com contribuições contemporâneas à explicação do ciberespaço.

Analisar sociabilidades para Simmel significa também incorporar a discussão sobre redes sociais. Simmel coloca aqui um dos pontos fundamentais de sua teoria, problematizado posteriormente por outros autores que trabalham a disciplina: a noção de redes tem algo de novo, substancial e diverso das outras principais abordagens da teoria sociológica, que é o fato de indicar uma possibilidade concreta para a superação da

dicotomia entre agência e estrutura; entre os lugares do indivíduo e da estrutura social na determinação dos fenômenos sociais .

A vida cotidiana se estrutura em sociabilidades, onde os indivíduos se localizam em uma geografia social, que organiza o viver em campos bastante bem demarcados, localizados institucionalmente e especializados segundo o que se objetiva, segundo o que se busca por satisfação de interesses. Os chamados círculos sociais, na expressão de Simmel cunham individualidades, na medida em que as experiências cotidianas são únicas, de conteúdos relativamente idiossincráticos, mas com formas adequadas a um campo histórico onde se ancoram as instituições. Indivíduos na modernidade circulam cada vez mais, escolhem suas trajetórias biográficas – elas mesmas estruturadas em sociabilidades e em inserções sociais. Assim, se pode descrever a vida de um ser humano ordinário, comum, que vive nos tempos modernos:

> "O indivíduo se vê primeiro em um ambiente que, relativamente à sua individualidade, encadeia o seu destino e lhe impõe o viver estreitamente ligado àqueles que por ocasião de seu nascimento se encontram juntos... Mas à medida da evolução, cada indivíduo tece os laços com pessoas situadas no exterior do primeiro círculo de associação, que desta vez têm uma relação ancorada objetivamente sobre disposições, inclinações, atividades etc. A associação em função de uma coexistência exterior é substituída mais e mais por uma associação fundada em relações de conteúdo... O pertencimento geográfico e fisiológico, determinado pelo *terminus a quo,* é substituído aqui de maneira a mais radical pela síntese do ponto de vista da finalidade, do interesse interno e objetivo, pelo interesse individual" (Simmel, 1999: 408).[3]

Os tempos modernos colocam possibilidades relativamente mais amplas de escolhas, de construção de trajetórias próprias, individualizadas; mesmo assim, a partir de combinações cada vez mais complexas, se estrutura a sociedade em campos de sociabilidades relativamente rígidos, com pertencimentos impermeáveis aos estrangeiros[4]. Forma-se, desta maneira, uma ordem, uma combinação que se estrutura em padrões relativamente previsíveis. Mesmo assim, segundo Simmel "Quanto mais numerosos, menos chances se tem que outras pessoas apresentem a mesma combinação de grupos" (Simmel, 1999:416). Há a rigidez estrutural do pertencimento, mas também uma visível flexibilidade e diversidade das inserções decorrentes das escolhas dos indivíduos em suas trajetórias biográficas.

Os fluxos de sociabilidade, ao mesmo tempo em que moldam o indivíduo, único em suas escolhas e experiências, o inscrevem em um campo de reconhecimento; vendo-se a partir do olhar dos outros, constrói a sua identidade e, consequentemente, dá-se um sentido à existência. Mas também estas sociabilidades têm um conteúdo «prático» direto, são *locus* da reprodução, onde recursos são mobilizados, distribuídos, confirmando-se também uma estruturação que, para além da organização desigual da sociedade, com

---

3 «L''individu se voit d'abord dans un environnent, qui, relativement à son individualité, l'enchaîne à sa destinée et lui impose de vivre étroitement lié à ceux auprès desquels le hasard de sa naissance l'a placé ... Mais au fur et à mesure de l'évolution, chaque individu tisse des liens avec des personnes situées à l'extérieur de ce premier cercle d'association, qui au contraire ont avec une relation fondée objectivement sur les mêmes dispositions, les mêmes penchants, les mêmes activités, etc.; l'association en raison d'une coexistence extérieure est remplacée de plus en plus par une association fondée sur des relations de contenu. ... L'appartenance géographique et physiologique, déterminée par le terminus a quo, a été remplacée ici de la façon la plus radicale par la synthèse du point de vue de la finalité, de l'intérêt interne et objectif, ou, si l'on veut, de l'intérêt individuel»

4 O que Bourdieu denomina de *habitus*, construções de uma geografia social estruturando práticas e delimitando os espaços de pertencimento: "o espaço prático da existência cotidiana, com suas distâncias, mantidas ou defendidas, e seus semelhantes que podem estar mais longe do que os estranhos: o que o espaço da geometria é para o espaço hodológico da experiência comum com suas lacunas e descontinuidades" (Bourdieu, 2007:162).

consequente hierarquização das pessoas, implica no aprendizado das formas de acesso a estas fontes de riqueza, tipificadas em uma variedade tão rica quanto a existência (monetária, afetiva, de informações), e organizadas em inscrições sociais diversas : o mercado (dinheiro), o Estado (poder) e as sociabilidades cotidianas das relações interpessoais. Todas as formas são o resultado de práticas interativas entre pessoas, os seus efeitos são igualmente inscritos na solidariedade e na violência.

Considerando que os complexos processos de individualização assistidos por Simmel são aprofundados a partir de novos veículos de comunicação, iniciaremos agora nossa investigação sobre o que designamos círculos virtuais. Trata-se de complexos processos sociais de interação entre pessoas mediadas pela Internet. Acredito que o que afirma Simmel sobre as sociabilidades que descreve também se aplica para as que analisaremos a seguir.

Pretendemos agora investigar a estruturação de redes não ancoradas territorialmente: são interações sociais mediadas pela rede mundial de computadores que são capazes de estruturar sociabilidades secundárias (de forma predominante) e primárias (ocasionalmente). Da mesma forma que as outras estruturas de sociabilidades (as ancoradas territorialmente e predominantemente construídas a partir de interações face-a-face), estas também são capazes de mobilizar recursos e prover apoio social

Esta dicotomia foi problematizada posteriormente em outros estudos, gerando um relativo consenso de que as práticas comunitárias seriam características de sociedades menos complexas; que a modernidade teria por dominante práticas de sociabilidade ancoradas em relações secundárias, instrumentalizadas por interesses (em sua máxima expressão, dinheiro e poder), substituindo aquelas típicas de sociedades tradicionais, onde as sociabilidades primárias seriam as dominantes. Temos, por exemplo, Simmel, em "o estrangeiro", "a metrópole e a vida mental" (reportando-se à expressão "atitude blasé" para descrever a indiferença do indivíduo moderno face à velocidade incomensurável das mudanças e das percepções em uma grande metrópole)[5], entre outros ensaios importantes sobre o assunto

O mesmo conteúdo foi reafirmado na escola de sociologia urbana de Chicago, quando se confirma a solidão do indivíduo urbano, vivendo em contatos secundários e superficiais, carecendo de um outro que lhe identifique totalmente. Mais adiante, a ampla literatura sobre redes sociais retoma o assunto, em seus estudos sobre características dos laços fracos e fortes. Alguns destes estudos não fazem mais associação entre estruturas de sociabilidades ancoradas em laços comunitários como sendo exclusivos de sociedades tradicionais. Existem – e são muito importantes – em sociedades modernas[6].

Wellman (s/d) sugere que seja possível a prática de sociabilidades (primárias e secundárias) em um ambiente virtual. Quer dizer, que as interações, mesmo aquelas mais genuinamente ancoradas em laços fortes, podem ter lugar sem que haja uma âncora territorial e o conteúdo face-a-face destas práticas. Há, entretanto, um detalhe importante destas práticas: a base territorial inexistente, que é subtituída pelo "virtual settlement", o ciberlugar, espaço virtual onde as sociabilidades se desenrolam. Temos ambientes onde se desenvolvem possibilidades de comunicação, sejam elas ancoradas em sociabilidades primárias (troca de e-mails entre amigos, parentes e amantes), sejam aquelas outras onde se reúnem pessoas que têm interesses (profissionais, econômicos, sexuais....) em comum. Em um caso, campos de sociabilidade ancorados em laços fortes, em outros, laços fracos que predominam. Recursos diversos que circulam, analogamente ao que acontece com as interações face-a-face, tão bem descritas em Granovetter (1978).[7]

Para o caso das comunidades virtuais, há uma característica importante: pessoas se encontram em um ambiente desterritorializado (ciberespaço) e lá desenvolvem práticas de sociabilidade que mantêm as características daquelas ancoradas territorialmente. São, portanto,

---

5 Boa parte dos escritos de Simmel está disponível online. Consultar, por exemplo, o site http://socio.ch/sim/index_sim.htm

6 Veja a discussão sobre o assunto que estabeleci em (Fontes,2009)

7 Consultar também (Fontes, 2004)

> "...agregados sociais que surgem da Rede Internet, quando uma quantidade suficiente de gente leva adiante essas discussões públicas durante um tempo suficiente, com suficientes sentimentos humanos, para formar redes de relações pessoais no ciberespaço" Rheingold (1994).

Sociabilidades ancoradas em redes virtuais que acionam apoio social. Esta temática não é recente nas ciências sociais, mas certamente incorpora uma série de questões que tradicionalmente não têm lugar nos estudos sobre sofrimento psíquico. É bem sabida a importância da internet na divulgação de conhecimentos, na potencialização de laços sociais – através das redes de relacionamento. O que agora colocamos como problema de pesquisa diz respeito ao fato de que, da mesma forma que a internet instrumentaliza recursos de comunicação para uma série de propósitos, pessoas inscritas no círculo social da loucura também o fazem.

3. Os círculos Virtuais da Loucura

Em analogia à definição de Simmel sobre círculos sociais, podemos pensar em campos de sociabilidades ligados a interesses, orientações identitárias e compartilhamento de situações de vida semelhantes. Seriam, desta forma, constituídos por interações sociais com conteúdo específico. Assim, por exemplo, uma pessoa com transtorno mental interage com colegas de trabalho, com vizinhos de seu condomínio, com amigos. São interações ancoradas em relações face-a-face, primárias e secundárias, que fazem parte de seu círculo social. Mas estas pessoas também têm um campo de sociabilidade ligado diretamente à vivência de seu estado de saúde: são os profissionais de saúde, os familiares e amigos com quem compartilham seus sofrimentos, e também os grupos de apoio que frequentam, presencial ou virtualmente. Este campo é o que designo por Círculo Social da Loucura. Para os espaços de interação mediados pela Rede Mundial de computadores, denomino círculos virtuais da loucura. Os que deles participam compartilham recursos (conselhos, informações, apoio psicológico), organizam ações coletivas (petições, mobilização online para manifestações), trocam experiências. Enfim, participam de interações com conteúdo predominantemente de laços secundários, mas também com potencial para ativação de laços primários, com possibilidade de estas interações virtuais transformarem-se em sociabilidades ancoradas territorialmente.

A configuração plena do que chamo círculo virtual só foi possível a partir da primeira década do século XXI, quando a Internet passa por uma grande transformação: a chamada Web 2.0 Embora não tenha havido inovações tecnológicas significativas, até então a Internet oferecia um volume impressionante de informações, ao mesmo tempo em que permitia que as pessoas se comunicassem. Mas os processos interativos ainda eram bastante limitados. Fenômenos como Facebook, Twitter, Blogs e outras plataformas que permitem o fluxo duplo de informações ou não existiam ou ainda eram bastante precários. Com estas novas plataformas, os processos interativos se multiplicaram. O Facebook, por exemplo, é um caso emblemático. Hoje, com mais de um bilhão de membros em todo o planeta, já está incorporado no cotidiano das comunicações[8]. A partir deste veículo, tem-se notícias dos "amigos", do que acontece na cidade ou no mundo; responde-se (comentários ou "curtidas") aos "posts", e a comunidade de amigos partilha o desenrolar da vida cotidiana. Casamentos, separações, novos namoros, filhos que virão, são exemplos de assuntos da vida cotidiana; notícias políticas – a mais recente prática de corrupção, um projeto de lei polêmico – do cotidiano (chuvas, noticias de violência, um artista ou pessoa pública que adoece) - são também veiculadas. Trata-se, enfim, de uma mídia que reproduz interações cotidianas, uma espécie de sala de visitas virtual. Frequentemente as interações virtuais se transportam para o mundo real, territorializado; diz-se que as práticas interativas

8 Embora cada vez mais pessoas tenham acesso a internet, o fenômeno da exclusão social ainda é significativo. No Brasil, por exemplo, 60% dos domicílios ainda não tem acesso a banda larga. O Site do Centro de Estudos sobre tecnologias de comunicação e informação (http://www.cetic.br/usuarios/tic/2012/ acesso em 18/01/2014) apresenta-nos uma boa descrição da realidade.

vividas virtualmente e ancoradas em um território têm a mesma natureza, e que frequentemente os dois mundos se encontram[9].

Podemos, desta forma, considerar o fenômeno dos círculos virtuais como integrante daquele maior, já descrito por Simmel; e, confirmando a hipótese do pensador alemão, os círculos sociais que agora se potencializam a partir do veículo informacional possibilitam como nunca a expressão da individualidade das pessoas, a busca por interações cada vez mais especializadas, fugindo desta forma ao padrão homogeneizante das sociedades tradicionais. A sociedade do século XXI está cada vez mais estruturada em formas complexas de sociabilidades, com potência comunicativa ampliada; seus membros cada vez mais se tornam singulares, e a possibilidade de alargamento e especialização de seus círculos sociais segundo preferências, orientações ideológicas, de gosto, entre outras, se tornam quase ilimitadas.

A comunidade online, como também é chamada o que designo por círculos virtuais, é composta por pessoas que se encontram e se comunicam em um ambiente virtual (Pfeil, 2010:01). São processos complexos, que envolvem volume importante de comunicação, plataformas diversas (blogs, grupos de discussão, homepages, entre outras coisas). A comunidade online é apenas uma fração menor de um universo mais amplo, que inclui uma série de recursos utilizados para obter informações, sem gerar entretanto, interações sociais. Assim, a nossa comunidade de pessoas com transtorno mental também utiliza a Internet para acessar jornais e publicações especializadas, ler notícias de interesse, comprar livros, se informar sobre Hospitais e Clínicas. Estas e outras possibilidades de informação não resultam em sociabilidades, mas constituem com certeza fonte importante de recursos (informação), que muitas vezes reverberam, a partir da internet, para a comunidade de pertencimento das pessoas, a partir das plataformas de comunicação acima descritas, aquelas que efetivamente fazem parte dos círculos virtuais da loucura. Uma definição operacional destas comunidades é dada por Musiał (2013:35)

> "A social network is the set of human beings or rather their digital representations that refer to the registered users who are linked by relationships extracted from the data about their activities, common communication or direct links gathered in the internet–based systems"

Antes de analisarmos alguns dos veículos mais importantes desta comunidade online, importa assinalar alguns pontos importantes: (a) sobre como as identidades pessoais se organizam com a participação nas redes virtuais; (b) sobre a relação entre as redes ancoradas territorialmente e aquelas estruturadas a partir da net.

Do ponto de vista da ciência da Informação, a identidade de uma pessoa, grupo ou organização é assim definida: "An internet identity iid is a short digital, verified, authenticable, unambiguous and permanent representation of the physical social entity – a concrete human or group of people, who are aware users of the single internet-based system"(Musiał, 2013:37). As pessoas que acessam a rede têm o seu registro personalizado a partir de seu IP (*Internet Protocol)*, algoritmo único, atribuído a cada máquina, permitindo a identificação de seu usuário.

A identidade, do ponto de vista sociológico, é a marca característica do indivíduo, que, ao mesmo tempo em que singulariza sua trajetória biográfica própria e indiscutivelmente única, o coloca em um campo de pertencimento, de reconhecimento simbólico de uma comunidade. A construção do indivíduo passa pela estruturação de sua identidade, decorrente de suas trajetórias de sociabilidade, mas também aqueles que o inscrevem em um *topos* característico de sua posição étnica, de gênero, de classe. Processos que se organizam desde a infância, que dão o sentido do mundo, a partir dos processos de socialização[10], aparelhando a

---

9 É vasta a literatura sobre o assunto. Consultar, por exemplo, Thiery (2011), sobre o desenvolvimento dos grupos de discussão no Facebook e Twitter; Fowley (2011) – um estudo etnográfico de jovens blogueiros na Irlanda; Bahrke (2011), sobre redes sociais e esfera privada, tomando por exemplo o Facebook; Bhattacharyya (2011), sobre amizades, homofilia e redes sociais virtuais; Dolinska(2010), sobre compartilhamento de conhecimentos em Blogs;

10 Ver, sobre o assunto, o clássico de BERGER e LUCKMANN (1976).

realidade, dando sentido ao mundo. Este, o real-vivido, o mundo da vida, "é o mundo composto por objeto bem delimitados, com qualidades definidas, objetos em meio aos quais nos movemos, que resiste a nós, e sobre os quais podemos agir" (Schutz, 2012:84). O real que se consubstancia nas experiências que são compartilhadas com os outros, a partir dos processos de interação social, colocando o indivíduo em um campo espaço-temporal bem definido, com significados e contextos característicos e definidores de sua identidade.

Não podemos, estritamente, distinguir as experiências de pessoas ancoradas em processos de interação face-a-face daqueles mediados por algum veículo (computador, telefone, carta). Todas remetem a significados, a campos de experiência, construindo uma *história*, que determina aquela biografia em especial. Com a modernidade, como vimos em Simmel, esta biografia cada vez mais se especializa, tornando a experiência do ser única que, com seu estoque de conhecimentos, experiências e situações de vida cada vez mais particulares, complexifica bastante o universo social. Não queremos aqui dizer que a realidade social é de tal modo fragmentada, a partir das unicidades das experiências das pessoas, que não possamos construir nenhuma teoria interpretativa sobre processos mais gerais de sociabilidade. Queremos sim, ao introduzir o ingrediente relacional na interpretação dos fenômenos sociais, dar resposta ao interminável debate sobre a importância da ação ou da estrutura na construção da teoria social. Pois, como afirmamos em outro lugar, "orientações teóricas individualistas ou estruturalistas têm se debatido na busca por uma hegemonia paradigmática nas ciências sociais. São campos teóricos que, apesar de reconhecerem a importância, quer da ação individual quer da estrutura, não conseguem construir uma agenda mínima de pontos convergentes que garantam o lugar devido à ação e à estrutura na fábrica social" (Fontes, 2012). Ação e estrutura se interconectam em um campo relacional, onde a tessitura reticular constrói a fábrica do social.

As biografias e identidades são, na modernidade, cada vez menos rígidas e em constante processo de transformação. Campos específicos de sociabilidade podem resultar em determinações identitárias em algum momento da trajetória biográfica de um indivíduo. Experiências vivenciadas são sempre ressignificadas, a partir de sua situação biográfica, que lhe põe à disposição um estoque de conhecimentos[11] (Schutz, 2013:85); mas também novas experiências, com campos de reconhecimento ainda não totalmente esclarecidos, resultam em trajetórias de aprendizado e, às vezes, reestruturação identitária. Não devemos entretanto nos esquecer que o conceito de identidade remete tanto ao caráter único daquele que a porta como também ao que compartilha com aqueles com quem interage.

O caso de pessoas com transtorno mental é particularmente interessante. As pessoas "aprendem", estruturam suas trajetórias biográficas a partir do momento em que lhe colocam o fato de que têm um transtorno. Goffman (2003) designa este fenômeno como Carreira Moral do Doente Mental: informações já recolhidas em seu repertório de experiências são incorporadas àquelas que são obtidas a partir do contato com as Instituições que lidam diretamente com o assunto (clínicas, consultórios médicos, grupos de apoio, entre outras). A pessoa com transtorno se aproxima de outras com igual problema, e também lhe coloca obstáculos à plena socialização, não somente pelos efeitos bio-psicológicos de seu adoecimento, mas também pela marca do estigma, que potencializa o empobrecimento dos laços sociais, o que Goffman (2003) designa por "mortificação do eu".

Assim, a pessoa com transtorno mental progressivamente incorpora um novo papel social e é apresentada a novos campos de sociabilidade, que se acrescentam a seu circulo social anterior. Em alguns casos, abandona espaços antes ocupados (empregos, alguns amigos que se afastam). Regra geral, a pessoa com transtorno mental apresenta um empobrecimento dos laços sociais. Pesquisa realizada com pessoas atendidas pela rede CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) em quatro estados brasileiros, encontra uma média de 3,5 laços por

---

11 Para Schutz (2013:86), "o homem em sua vida cotidiana ... encontra, a cada momento um estoque de conhecimento à sua disposição, que lhe serve como um esquema interpretativo de suas experiências passadas e presentes, e também determina sua antecipação das coisas que estão por vir"

pessoa; não há registro, para o caso brasileiro de pesquisa sobre o número médio de laços, mas entre os norte-americanos, por exemplo, a média é de 20 laços sociais[12].

Um novo mundo se apresenta àquele que é diagnosticado com uma doença mental: Instituições psiquiátricas, grupos de apoio, literatura e informações especializadas, sinais de evitamento e sentimento de rejeição (a marca do estigma é um ingrediente bastante comum). As novas experiências se acrescentam àquelas já existentes e resultantes da trajetória biográfica do indivíduo, construindo-se, desta forma, padrões de identidade antes inexistentes, com campos de interação e de experiências diversas. O círculo social, desta forma, se redefine. Nesta redefinição, o ciberespaço assume contemporaneamente importância destacada. O quadro I, construído a partir da revisão da literatura disponível, nos mostra os principais campos de informação e de sociabilidade importantes na construção do que designamos círculos virtuais da loucura.

Os três primeiros campos do quadro remetem a espaços virtuais que disponibilizam informações. São, entre outras coisas, jornais, homepages de instituições, sites de educação à distância (não necessariamente destinados a público especializado). Os seguintes indicam práticas de sociabilidade, envolvendo contato entre indivíduos ou grupos de pessoas. São, desta forma, mecanismos importantes na construção da vida social, promovendo "bem estar psicológico, formação e manutenção de relações pessoais, afiliação a grupos e construção da identidade social"(Bargh,2004)

O acesso a Internet, veículo para os processos comunicativos enumerados acima, não é uniforme entre todas as pessoas, nem tampouco se explica unicamente pela disponibilidade da conexão em rede ou da máquina. Variáveis como idade, sexo, local de residência, escolaridade são importantes na determinação do acesso e do tipo de informação buscada. As novas gerações estão mais acostumadas com as facilidades da tecnologia e a usam muito mais intensivamente, na busca de informações, na lida com as tarefas cotidianas, e, principalmente, no acesso às redes sociais mediadas por computadores. Os mais velhos, por outro lado, têm hábitos bem mais diversos, com usos na vida cotidiana centrados no acesso a informações e, eventualmente e com muito menor intensidade, o acesso a redes sociais[13]. De qualquer modo, é consenso que a internet modificou significativamente a vida de todos, ampliando o acesso a informações facilitando as comunicações e, desta forma, realimentando os laços sociais com aqueles que estão distantes; também favorece a formação de novas relações, especialmente "aquelas ancoradas em valores e interesses compartilhados"(Bargh, 2004:586). Regra geral, podemos afirmar que, com o acesso ao ciberespaço cada vez mais generalizado, as facilidades para os processos comunicativos e de acesso à informação têm sido cada vez mais aumentados.[14]

Voltando ao Quadro I, para o primeiro conjunto de práticas, a interação social é quase inexistente, ou se resume a comunicação orientada para busca por informação ou serviços. As pessoas, a partir de suas máquinas, conectam *homepages* as mais diversas, públicas ou privadas, hospedando perfis individuais ou institucionais, na busca de informações, conselhos, treinamento ou mesmo consultas médicas.

---

12 Consultar sobre o assunto (Fontes, 2010); Walker (1981:73)

13 Consultar a respeito, Panteli(2009)

14 Ver, sobre o assunto, Mitchell (2011), sobre os benefícios causados pelo uso da internet; Kraut(1998), sobre a uso da internet e seus efeitos sobre o bem estar social e psicológico; LaCoursiere(2001), sobre o espaço virtual.

QUADRO 01: Círculos Virtuais da Loucura: Processos comunicativos mediados pela Internet.

Tipo	Veículo	Características
Sites de acesso público, sem originar interação social entre os internautas.	Sites de Jornais, *homepages* de Instituições públicas e privadas que têm por destaque assuntos ligados à saúde; publicações comerciais voltadas para o público leigo	Temos aqui desde matérias de conteúdo mais jornalístico, superficial, como também aquelas com conteúdo mais denso. Em muitos casos há o destaque para notícias sobre os avanços na medicina e na terapêutica; em outros, fornecendo informações importantes sobre como acessar instituições de atenção à saúde. Um conjunto de mídias que veiculam informações sobre saúde: matérias jornalísticas, informações médicas obtidas em sites de empresas ou do governo são os mais importantes.
Sites especializados em informações sobre saúde.	Sites de Livrarias virtuais, e outras formas de comércio virtual,(redes de farmácia, Clínicas Médicas, entre outros) revistas médicas,	Aqui temos as informações mais detalhadas, algumas com linguagem técnica (os artigos em revistas especializadas; merece destaque as revistas científicas online, destinadas a um público especializado), outras com objetivo de divulgação. Mas todas têm por características o fato de subsidiar de forma mais consistente aqueles que acessam, permitindo desta forma o esclarecimento de questões muitas vezes não obtidas de forma clara pelos profissionais de saúde.
Sites Educativos	Plataformas de Educação à Distância	Cursos online são o veículo de interesse não somente de especialistas, mas também de pessoas leigas que buscam informações mais substanciais para o enfrentamento de problemas de saúde. Em muitos casos não há requisitos para a inscrição, e a certificação não é o objetivo principal.
Sites de acesso restrito, para hospedagem de informações.	Dropbox, Google Drive.	Banco de dados de restrito acesso, alimentado por pessoas que fazem parte de uma comunidade de interesse (grupos de pesquisa, alunos participantes de uma disciplina acadêmica, grupos de discussão e profissionais de saúde)
Comunidades Virtuais	Blogs, Grupos de Discussão; microblogs (o Twitter é o mais popular)	Aqui há um vasto campo para o estabelecimento de interações online: pessoas que compartilham seu sofrimento, que trocam informações e que discutem seus problemas cotidianos.
Comunicações Personalizadas	E-mails, *inbox* de Redes Sociais mediadas pela Internet, VoIP (*Voice over Internet Protocol*))	Comunicações mais pessoais, de conteúdo íntimo, características de laços fortes. Parentes, amigos e pessoas próximas têm a oportunidade de se manter em contato, mesmo distantes, com custo reduzido
Redes sociais mediadas Pela Internet	Facebook, Linkeldin, Youtube.	Comunidade de pessoas que partilham informações. Merecem destaque os grupos temáticos, abrigados pelo Facebook ou Orkut, que possibilitam àqueles com interesse direto com o campo da saúde, discutir seus problemas. Estes grupos funcionam de forma semelhante aos grupos de discussão. Para o caso do Youtube (veículo especializado na veiculação de vídeos), há a possibilidade de acesso a documentários, filmes e depoimentos de temáticas de interesse.

FONTE: Elaborado pelo autor

Pesquisas indicam que cada vez mais pessoas acessam a Internet na busca por informações ou serviços. Wyat (2005), comentando survey realizado nos Estados Unidos em 2002, mostra que mais de 60% dos internautas utilizaram a Internet para se informar sobre questões de saúde. Este procedimento já faz parte cotidiano da maioria das pessoas, que buscam, ao lado da consulta médica, conversar com amigos, aconselhar-se com religiosos, processo que é tradicionalmente descrito na literatura por itinerário terapêutico. Wyat também nos informa que as mulheres e pessoas com menos de 55 anos são as que se utilizam mais frequentemente da internet para informações sobre saúde. Renahy (2006), a partir de outras investigações, apresenta resultados

ainda mais surpreendentes: a proporção da população com acesso a Internet dos Estados Unidos salta de 38% em 1998 para 69% em 2004; dos que têm acesso a rede, 71% buscam informações sobre saúde[15].

As motivações daqueles que acessam a rede na busca de informações são as mais variadas possíveis. Regra geral, podemos classificá-las em dois grupos: o primeiro, aqueles que, descobrindo algum problema de saúde, procuram saber mais sobre o que está acontecendo. Esta busca e acompanhada por outras, compondo o processo que é tradicionalmente descrito na literatura por itinerário terapêutico.[16] Segundo, pessoas acometidas por doenças graves, que buscam na literatura informações complementares àquelas oferecidas por profissionais de saúde[17]. Em ambos os casos temos o fato de que a busca por informações na Internet é sempre acompanhada de outras fontes; que acontece a interlocução da pessoa com seu círculo social. Este campo de comportamento remete àqueles que estão envolvidos diretamente com a enfermidade, o doente e também o seu cuidador, e é conhecido por Informática para a saúde do consumidor (Castiel, 2002). Outras possibilidades de processos de busca de informações sobre saúde envolvendo outros atores também são relatados na literatura, como por exemplo, o caso de médicos e enfermeiros (Lakeman, 2000) que buscam informações sobre procedimentos no campo da saúde mental; ou o crescente uso entre a comunidade médica para busca de informação e troca de experiências, importantes para o estabelecimento de diagnóstico e tratamento, fenômeno relatado por Derse (2008).

Um instrumento bastante utilizado a partir da internet é *e-health*, plataforma virtual de suporte à saúde. As plataformas virtuais de atenção à saúde são diversas, desde aquelas oferecendo serviços para questões bastante específicas como anorexia nervosa e bulimia (Casili, 2012), intervenções na área de saúde mental como terapia online (Elleven, 2004) ou ajudas para adolescentes com problemas emocionais (Hoek, 2012), até aquelas de cunho mais genérico, como os serviços de teleatendimento a pessoas idosas vivendo sozinhas, oferecidos por empresas privadas ou mesmo por órgãos públicos. É o caso, por exemplo, do programa MyVitali, oferecido por uma empresa privada, que tem por objetivo monitorar a saúde de pessoas idosas, além de proporcionar teleatendimento para situações de emergência. Assim, segundo informativo disponível do site da empresa,

> "myVitali® é a chave para a autodeterminação na terceira idade. Uma casa com sistema integrado, composto de funções de emergência, a monitorização de sinais vitais, vigilância, informação e utilidades oferecem a segurança de uma assistência total. O projeto atua concentrando-se nas áreas de monitoramento de saúde, emergência e Comunicações. Gravadas automaticamente informações vitais, como, por exemplo, a pressão arterial, açúcar no sangue ou peso, forma a base para a prevenção da saúde, e assistência na doença. myVitali® dá feedback sobre os sinais vitais, ajudar a alcançar os objetivos, e o médico informado ou pessoas a contratar em situações de emergência"[18]

---

15 Sobre o assunto, Renahy (2006) apresenta um levantamento bibliográfico de pesquisas realizadas na França sobre conhecimento sobre informações em saúde e o papel da internet; Escoffery(2005) investiga os hábitos de uso de estudantes universitários sobre comportamentos de busca por informações sobre saúde na internet

16 Sobre o assunto, consultar, entre outros, Rabelo (1999)

17 Existe uma grande quantidade de pesquisa sobre esta temática. Veja, por exemplo, Datta (2012), com o relato de um portal desenvolvido para prover informações sobre crianças com obesidade; Kalichman (2003), em pesquisa que examina como pessoas portadoras do vírus HIV usam a web para acessar informações sobre a doença; Leung (2012), que nos mostra o funcionamento de um programa online de autoajuda para pessoas com distúrbios alimentares; Dolce (2011), com sua pesquisa sobre a Internet enquanto fonte de informação para sobreviventes do câncer; Erwina (2004),sobre pessoas que buscam informações na web sobre transtorno de ansiedade; Plantin (2010), sobre como pais utilizam a internet para encontrar informações sobre problemas de saúde de seus filhos

18 http://www.myvitali.com/pt/que-e-myvitali/ acesso em 28/01/2014

Serviço da mesma natureza é o oferecido pela Prefeitura da Cidade de Santos, no Estado de São Paulo, o Programa Televida, que tem por objetivo "serviço de teleassistência ao idoso", um sistema de monitoramento à distância que vai cuidar de pessoas da terceira idade em situação de risco.[19]

Os que utilizam a internet como fonte de informação ou mesmo como instrumento para atenção à saúde não o fazem de forma exclusiva[20]. Continuam as outras práticas. Para o nosso caso específico, o da saúde mental, pessoas que recorrem a informações ou serviços na internet (como a terapia online) também utilizam os serviços tradicionais de saúde, com consultas médicas e, em alguns casos, atendimento em clínicas e hospitais especializados. Interessante observar, também, que as informações online são fonte importante para a pessoa dialogar com seu médico, que frequentemente demarca seu saber com linguagens especializadas e postura de detentor de um conhecimento inacessível ao leigo. E que, em muitas ocasiões, a informações obtidas pela internet podem resultar em perguntas aos médicos relativamente inconvenientes porque pessoas questionam este domínio exclusivo do saber, ao solicitar conteúdos mais compreensíveis nas informações oferecidas pelo Profissional de Saúde (Dedding, 2011) .

O segundo tipo de práticas comunicativas que acontece na web é o que designei por sociabilidades online. Neste caso, acontece a interação entre os participantes, sejam duas pessoas, em uma conversa no Skype ou em algum portal de troca instantânea de mensagens, ou mesmo uma página onde se comunicam várias pessoas. O exemplo mais célebre é o Facebook ou o Twitter. Para o caso de interações entre duas pessoas, as possibilidades de troca veiculadas pela internet substituem a conversa telefônica. A principal diferença é o acesso. Há, com efeito, ainda uma defasagem enorme relativamente aos custos de uma ligação telefônica e aquela realizada através de algum portal da Internet. Em ambos os casos, entretanto, temos o mesmo fenômeno: a possibilidade de as pessoas entrarem em contato instantâneo, superando a distância física. Este veículo é bastante importante para a manutenção de laços sociais já estabelecidos, como os de parentesco e amizade: pessoas que se mudam para lugares distantes daqueles de origem continuam a se comunicar com aqueles que ficam.

Mas o ponto que nos interessa diretamente diz respeito à possibilidade de as interações mediadas pela Internet se constituírem em instrumento importante para a promoção do bem-estar. Estamos admitindo como válida a hipótese que práticas de sociabilidade, independentemente do fato de resultarem de interações face-a-face ou daqueleas mediadas pela internet, têm o mesmo efeito prático: promovem o sentimento de pertença e de acolhimento a um grupo de referência, indispensáveis ao bem estar; que, igualmente, mobilizam recursos (afetivos, materiais, de informação) para apoio em situação de stress[21]. Há literatura abundante sobre os efeitos das sociabilidades praticadas a partir da internet: Steinfield (2008) investiga os efeitos do uso do Facebook sobre a auto-estima e construção de capital social entre estudantes universitários norteamericanos; Fogel (2009) nos mostra como pessoas que usam o Facebook e o Myspace apresentam maior sentimento de confiança; Sheldon (2012) nos relata o fato que as pessoas não usuárias do Facebook apresentam índices maiores de timidez e de solidão[22].

A busca por apoio talvez seja o motivo mais frequente entre aqueles que apresentam algum problema de saúde. As práticas de sociabilidade mediadas pela internet são, ao lado daquelas vivenciadas em interações face-a-face, instrumentos importantes na construção do apoio social. O apoio social encontrado a partir das interações mediadas pela internet não são essencialmente diferentes daqueles obtidos a partir da interação face-a-face. Devem, não obstante, ser observadas algumas características estruturais da rede (tamanho, composição,

---

19 http://www.santos.sp.gov.br/cidadeaberta/node/207 acesso em 28/01/2014

20 Sobre esse assunto, consultar Matzat (2010) e Waite (2011)

21 Já trabalhamos em outro lugar com estas questões. Consultar, sobre o assunto, (Fontes,2011); (Fontes e Portugal,2013); (Fontes,2013)

22 Existem alguns poucos estudos que contestam esta associação entre uso de internet e fortalecimento das redes de sociabilidade. Hlebec(2006), por exemplo, nos informa que a internet tem relativamente pouco impacto nas relações sociais, com exceção de alguns segmentos desprivilegiados, como os divorciados, os menos educados. Kraut(2002) informa o que ele designa o paradoxo da internet: o fato de que usuários intensivos das mídias mediadas pela net apresentam efeitos negativos no envolvimento social e bem-estar psicológico.

densidade, entre outras[23]) que resultam em formas relativamente específicas. Redes formadas por familiares, amigos, vizinhos e conhecidos fornecem apoio diferente daquelas formadas por grupos de discussão, blogs, ou outros meios que promovem interação entre desconhecidos. Estas redes reúnem pessoas que se ligam por laços fracos, têm dimensão bem maior que as estruturadas em interações face-a-face e, na maior parte dos casos são complementares às outras construídas pelas pessoas; fazem desta forma, parte do círculo social – construído a partir das interações territoriais e virtuais[24]. Grupos de autoajuda, por exemplo, são instrumentos importantes para pessoas que enfrentam problemas similares compartilharem suas experiências, o que não é conseguido mesmo entre interação face-a-face com pessoas mais íntimas. Pelo fato mesmo de terem que enfrentar os mesmos problemas (um tratamento médico que implica intenso sofrimento, ou situações de estigma provocadas pelo adoecimento), as pessoas se confortam uma às outras e encontram maior empatia nas suas interações.

A literatura sobre grupos de apoio virtuais descreve uma gama de situações bastante variada: grupos de apoio para mães solteiras (Dunham, 1998), para migrantes (Chen, 2011). São pessoas, como vemos, que enfrentam situações delicadas e que encontram nestes grupos de apoio possibilidade de compartilhar seus sofrimentos e obter informações sobre como lidar com seus problemas. Na maior parte dos casos estes grupos são instrumentos para construção de sociabilidades secundárias, ocasionalmente primárias, e, em sua natureza, não diferem daquelas construídas em interações face-a-face.

Para o caso específico da saúde mental, as possibilidades de busca de apoio são bastante variadas, com características semelhantes aos grupos descritos acima, e também com desenhos de interação bastante similares aos estruturados a partir de interações face-a-face. Os grupos de apoio e organizações de autoajuda são bastante comuns nos círculos sociais de pessoas com transtorno mental, e oferecem importante suporte para o enfrentamento da enfermidade[25]. Alguns pontos parecem ser mais frequentes nestes grupos para pessoas com transtorno mental: (a) o isolamento social, comum em casos de transtornos mais severos, motiva as pessoas a buscarem apoio nos grupos virtuais, fato comprovado por Cooper (2002) para pessoas com depressão; Houston (2002) nesta mesma direção, nos mostra que 25% das pessoas com depressão severa que entrevistou, participantes de grupos de apoio online, afirmaram não dispor de ajuda tangível, quer dizer, que eram pessoas com problemas severos de isolamento social; (b) fato também importante que motiva a busca por apoio online é a possibilidade de compartilhar problemas com pessoas que igualmente sofrem. Bauer (2012), analisando grupos de apoio online para pessoas com transtorno bipolar, afirma que a motivação principal das pessoas para participar deste grupo é a possibilidade de discutir e compartilhar as experiências na luta diária para enfrentar a doença; (c) também temos o caso dos cuidadores que participam dos grupos de apoio online. Pessoas que lidam diretamente com o adoecimento e que também sofrem encontram nestes grupos um espaço importante para a busca de informações e para compartilhar a situação cotidiana de stress. Meadel(2006) assinala a importância destes grupos para pais de crianças autistas. A participação nestes grupos é importante para lidar contra o estigma, ter acesso a informações e também compartilhar o sofrimento.

4. Bibliografia

BAHRKE , Jeanine. (2011) **Über der offentliche Umgang mit privaten Daten am Beispiel Facebook**. Berlin, Universitätsverlag der TU Berlin.

BARGH , John. MCKENNA , Katelyn Y.A.(2004) The Internet and Social Life. **Annu. Rev. Psychol**, v. 55, p.573-90

BAUER R, BAUER M, SPIESSL H, KAGERBAUER T. (2012) Cyber-support: An analysis of online self-help forums (online self-help forums in bipolar disorder). **Nord J Psychiatry.** v.67, n.3, P. 185-90.

23 Consultar, sobre o assunto, Hlebec (2006)

24 Sobre característica das redes de apoio virtuais, consultar Hersch (2012)

25 Pesquisa feita nos Estados Unidos em 2002 informa que mais de um milhão de pessoas participam de grupos de autoajuda de pessoas com transtorno mental (Goldstrom, 2006).

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. (1976) **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis, Ed. Vozes.

BOURDIEU Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. (2007) São Paulo, EDUSP.

BHATTACHARYYA,Prantik ; ANKUSH,Garg; SHYHTSUN,Felix Wu. (2011) Analysis of user keyword similarity in online social networks. **Soc. Netw. Anal. Min**. v.1, p.143–158,

CASILLI, Antonio A ; TUBARO, Paola ; ARAYA, Pedro. (2011) Ten years of Ana: Lessons from a transdisciplinary body of literature on online pro-eating disorder websites. **Social Science Information**, vol. 51, p. 120-139

CASTIEL, Luis David; SILVA, Paulo Roberto Vasconcellos.(1990) Internet e o autocuidado em saúde: como juntar os trapinhos? **História, ciência Saúde – Manguinhos** v.9, n. 2, p. 291-314

CHEN , Wenli; CHOI , Alfred Siu Kay. (2011) Internet and social support among Chinese migrants in Singapore **new media & society** v.13, n. 7, p. 1067–1084

Comunidades Virtuais: uma abordagem teórica (extraído de HTTP://pontomidia.com.br/raquel/teorica.htm) acesso em 23/10/2013

COOPER , Lisa A; HOUSTON , Thomas K. Ford; DANIEL, E. (2022) Internet Support Groups for Depression: A 1-Year Prospective Cohort Study **Am J Psychiatry** v.159, p. 2062–2068,

DATTA , Arun K; SUKHIJA , Nitin; VINEETH, Jose; BANDHAVI, Nalajala. (2012) Cyberinfrastructure for Community Health. Research Presented at the **2012 NU Research and Scholarship Conference, National University**, La Jolla (CA)

DEDDING, Christine; VAN DOORN, Roesja; WINKLEER, Lex; REIS, Ria. (2011) How will e-health affect patient participation in the clinic? A review of e-health studies and the current evidence for changes in the relationship between medical professionals and patients. **Social Science and medicine**, v.7, p. 249-53,

DERSE, Arthur R., MILLER, Tracy E. net effect: Professional and ethical challenges of Medicine Online. **Cambridge Quarterly of Healthcare Ethics**, n.17, p. 453-464, 2008

DOLCE, Maria C. (2011) The Internet as a Source of Health Information: Experiences of cancer survivors and caregivers with healthcare providers**Oncology Nursing forum**, v. 38, n. 03, p. 353-359.

DOLINSKA, Iwona (2010) Simple Blog Searching Framework Based on Social Network Analysis. **Proceedings of the International Multiconference on Computer Science and Information Technology,** n. 5, p. 611–617,

DUNHAM, Philip J.; HURSHMAN, Alan; Litwin; ELAINE GUSELLA, Joanne; ELLSWORTH , Christine; DODD, Peter W. D. (1998) Computer-Mediated Social Support: Single Young Mothers as a Model System **American Journal of Community Psychology**, v. 26, n. 2 p. 281-306,

ELLEVEN, Russell K ; ALLEN, Jeff M. (2004) Applying Technology to Online Counseling: Suggestions for the Beginning E-Therapist **Journal of Instructional Psychology**, v.1, p. 223-227.

ERWINA, Brigette A; TURKA, Cynthia L; HEIMBERGA, Richard G; FRESCOA, David M.; HANTULAB, Donald A. (2004) The Internet: home to a severe population of individuals with social anxiety disorder **Journal of Anxiety Disorders** n.18, p. 629–646,

ESCOFFERY, Cam; MINER, Kathleen R.; D'ADAME, Daniel; BUTLER, Suan; MCCORMICK , Laura. (2005) Internet use for health information among college students. **Journal American College Health**, v.53, n. 04, p. 183-188,

EYRICH-GARG, Karin M. (2011) Sheltered in cyberspace? Computer use among the unsheltered 'street' homeless **Computers in Human Behavior** v. 27, p. 296–303,

FOGEL, Joshua; STEVEN,Albert; SCHNABEL, Freya. (2002) Internet Use and social support in women with breast cancer. **Health Psychology**. v. 21, n. 4, p. 398-404,

FONTES, Breno Augusto (2004) la formation du capital social dans une communauté à faible revenu **Cellule GRIS**, v. 10, p. 191-208,

FONTES, Breno Augusto Souto Maior. (2012) **Redes sociais e poder local**. Recife, Editora Universitária.

FONTES, Breno Augusto Souto Maior. (2010) Redes Sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstroem suas vidas in: FONTES, Breno Augusto Souto Maior; DA FONTE, Eliane Maria Monteiro. **Desinstitucionalização, redes sociais e saúde mental: análise de experiências da reforma psiquiátrica em Angola, Brasil e Portugal**. Recife, Editora Universitária, p.355-388,.

FONTES, Breno Augusto Souto Maior; LINS , José Alberto (2014) **Health, quality of life, and sociability: an analysis of users of mental health services in four Brazilian cities**. Recife (no prelo).

FONTES, Breno Augusto Souto Maior; PORTUGAL, Sílvia (2013). A análise das Redes Sociais: O caso da Saúde Mental. In: ALVES, Fátima; DA SILVA, Luisa; FONTES, Breno; LUZ, Madel L (orgs). **Saúde, Medicina e Sociedade: uma visão sociológica**. Lisboa, Ed. Pactor, p.179-202,.

FONTES, Breno Augusto Souto Maior (2011)**.** Redes Sociais e Saúde Mental In: Martins, Paulo Henrique; Portugal, Silvia (orgs) **Cidadania, políticas públicas e redes sociais**. 01 ed. São Paulo: Editora Anna Blume, , v.01, p. 015-113,.

FONTES, Breno Augusto Souto Maior; PORTUGAL, Sílvia (2009) Redes Sociales In: LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro (orgs). **Diccionario de la otra economía**. Buenos Aires : Editorial Altamira, , v.01, p. 303-309,

FOWLEY, Catherine (2011). **Publishing the Confidential. An ethnographic study of young Irish bloggers**.. Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy Dublin City University School of Applied Languages and Intercultural Studies Under the supervision of Dr. Francoise Blin Dr. Minako O'Hagan;

GOFFMAN, Erwin (2003). **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo, Editora Perspectiva,.

GRANOVETTER , Mark (1978) the strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1360-1380

GOLDSTROM , Ingrid D; CAMPBELL, Jean; ROGERS, Joseph A; LAMBERT, David B; BLACKLOW, Beatrice; HENDERSON, Marilyn J; MANDERSCHEID, Ronald W. (2006) National Estimates for Mental Health Mutual Support Groups, Self-Help Organizations, and Consumer-Operated Services. Administration and Policy. **Mental Health and Mental Health Services Research**, v. 33, n.1 p. 92-103;

HERSCH, Alyssa C. (2011) **Social support online: testing the effects of highly person-centered messages in breast cancer support groups**.. Ph.D. Thesis Philadelphia, University of Pennsylvania.

HLEBEC, Valentina; MANFREDA, Katja Lozar; VEHOVAR, Vasja (2006). The social support networks of internet users. **New media society**, v.8, n. 1, p. 9-32,.

HOEK W; SCHUURMANS,J; KOOTHM, Cuijpers P. (2012) Effects of Internet-Based Guided Self-Help Problem-Solving Therapy for Adolescents with Depression and Anxiety: A Randomized Controlled Trial. **PLoS ONE** v. 7, n. 8,.

HOUSTON, Thomas K. (2002) Internet Support Groups for Depression: A 1 Year Prospective Cohort Study. **Am J Psychiatry**, v. 159, n.12, p. 2062-68,.

KALICHMAN, Seth C.; BENOTSCH, Eric G; WEINHARDT, Lance. (2003) Social Support, and Health Indicators in People Living With HIV/AIDS:Preliminary Results From a Community Survey. **Health Psychology**, v. 22, n. 1, p. 111–116,

KOZINETS, Robert V (2011). **Doing Ethnographic Research Online**. London, Sage Publications,

KRAUT, Robert; PATTERSON, Michael; LUNDMARK, Vicki; KIESLER, Sara; MUKOPADHYAY, Tridas; SCHERLIS, William (1998). Internet Paradox. A Social Technology that reduces social involvement and psychological well-being? **American Psychologist**, v. 53, n. 9, p. 1017-31,

LACOURSIERE, Sheryl Perreault (2001). A Theory of Online Social Support. **Advances in Nursing Science**, v. 24, n. 1, p. 60-77,

LAKEMAN, Richard (2009). Charting the future today: Psychiatric and mental health nurses in cyberspace. **Australian and New Zealand Journal of Mental Health Nursing**, v. 9, p. 42-50,

LEUNG SF, Ma J. (2012) Breaking the silence of eating disorders with the hope of an online self-help programme. **Russell J Contemp Nurse.** v. 40, n. 2, p. 245-57,.

MATZAT, Uwe. (2010) Reducing problems of sociability in online communities: integrating online communication with offline interaction. **American Behavioral Science**, v. 52, n. 8, p. 1170-119,.

MEADEL, Cecile. (2006) Reordering the psychiatric spectrum. The role of parents of autistic children in an electronic discussion circle. **Politix**, v. 73: 57-82,

MITCHELL, M.E; LEBOW,J.R. URIBE, R; GRATHOUSE, H; SHOGER, W. (2011) Internet Use, happiness, social support and introversion: a more fine grained analysis of person variables and internet activity. **Computers in Human Behavior**. v. 27, p. 1857-18,

MUSIAL; Katarzyna; KOZIENKO, Przemyslaw (2013). Social networks on the internet. **World Wide Web** v. 16, p. 31-72,

PANTELI, Niki.(Org.). (2009) **Virtual Social Networks. Mediated, massive and multiplayer sites**. London, Palgrave, Macmilan,

PFEIL, Ulrike; ZAPHIRIS, Panayiotis. (2010) Applying qualitative content analysis to study online support communities. **Univ. Access Inf. Soc**. v. 9, p. 1-16

PLANTIN , Lars; DANEBACK, Kristian. (2009) parenthood, information and support on the internet. A literature review of research on parents and professionals online. **BMC Family Practices**, v.10, p. 34

RABELO , Miriam Cristina; ALVES, Paulo César; SOUZA , Iara Maria (Org). (1999) **Experiência de Doença e Narrativa,** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

RENAHY, E., CHAUVIN, P. (2006) Internet uses for health information seeking: a literature review. **Rev. Epidemiol. Santé Publique** , v. 54, p. 263-275

Rheingold , H. (1994) **La Comunidad virtual: Uma sociedad sin Fronteras**. Gedisa Editorial, Colección Limites de La Ciéncia. Barcelona,

SCHUTZ, Alfred (2013). **Sobre Fenomenologia e relações Sociais**. Petrópolis, Ed. Vozes,.

SHELDON, Pavica (2012). Profiling the non-users: Examination of life-position indicators, sensation seeking, shyness, and loneliness among users and non-users of social network sites **Computers in Human Behavior** v. 28, p. 1960–1965

SIMMEL, Georg (1910). How society is possible? **American Journal of Sociology**, v. 16, n. 3, 372-391.

SIMMEL, Georg. (1976) .A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro, Editora Zahar,

SIMMEL, Georg (1999). **Sociologie: Etudes sur les formes de la socialisation**. Paris, PUF.

STEINFIELD, Charles; ELLISON, Nicole B; LAMPE, Cliff (2008). Social capital, self-esteem, and use of online social network sites: A longitudinal analysis **Journal of Applied Developmental Psychology** v. 29, p. 434–445

THIERY, Heinz. (2011) Beratung auf Facebook und Twitter? Wie virtuelle Beratungsangebote auf die neuen Leitmedien reagieren können. **e-beratungsjournal.net Fachzeitschrift für Onlineberatung und computervermittelte Kommunikation**, v.7 n.2 Artikel 3,

WAITE, Catherine (2011). Sociality online. An exploratory study into the online habits of Young australians. **Youth Studies Australia**, v.30, n. 4, p. 17-24.

WAIZBORT, Leopoldo. **As Aventuras de Georg Simmel**. São Paulo, Editora 34, 2006.

Walker, Michael E; Wasserman, Stanley; Wellman, Barry. Statistical (1981) Models for Social Support networks. In: Wasserman, Stanley, Galaskiewicz, Joseph (edts). Sociological Methods & Research. Vol. 22. N.01/August (Special Issue: advances in sociology: from social network analysis), pp.71-98

WELLMAN, Barry. **Examining Community in the digital neighborhood. Early results from Canada's Wire Suburb**. Disponível em http://www.chass.utoronto.ca/~wellman/ . Acesso em 10/01/2014

WYAT, Sally; HENWOOD, Fils; HART, Angie; SMITH, Julie (2005). The Digital Divide: Health, information and everyday life. **New media society**, v. 7, n. 2, p. 199-218,

Para além da biomedicina: um novo jeito de se cuidar

Juliana de Farias Pessoa Guerra
Doutoranda pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
E-mail: julianaguerra@hotmail.com

Resumo: No Brasil, as pessoas se alimentam da cultura da doença fomentada pelas farmácias, hospitais, medicamentos e obstinação terapêutica. Na sociedade consumista, onde o corpo e as emoções são moedas de troca da biomedicina, perde-se a significação simbólica e ritualística dos eventos da vida, inclusive o da doença, quando o corpo e alma carecem de cuidados. Mas há reações políticas, institucionais e culturais que apontam para as perspectivas de uma cultura da saúde fundada na valorização coletiva e solidária do bem viver. Na cidade do Recife, há dois centros de práticas integrativas do Sistema Único de Saúde (SUS). O presente artigo faz um registro etnográfico desses centros que nos apresentam novas formas de cuidado.

Palavras-chave: integralidade, cuidado, biomedicina, racionalidade, práticas integrativas.

1. Introdução

É crescente entre gestores de políticas públicas a busca por cuidados à saúde envolvendo programas de prevenção e promoção da saúde, voltados para a população. Podemos entender essa busca como uma resposta ao aumento exponencial do adoecimento e, consequentemente, do sofrimento do indivíduo, muitas vezes frutos de condições sociais adversas à vida, tão características no mundo contemporâneo.

Alguns fatores contribuem para o adoecimento de indivíduos na sociedade, como a exclusão de segmentos populacionais do núcleo central do sistema econômico e a inclusão de valores ameaçadores na sociedade atual, a saber: o individualismo como imperativo social, o estilo diferenciado de consumo como forma de atribuição de *status* e prestígio social, a competição desprovida de parâmetros éticos, envolvendo as pessoas num contínuo processo de exclusão ou morte do outro (do ponto de vista simbólico) em todos os campos do viver (Luz, 2011: 24). [1]

Relatadas em documentários, na imprensa e no cotidiano de alguns hospitais do SUS, no Recife, as narrativas dos indivíduos acometidos por alguma doença revelam um corpo-testemunho, cuja memória é marcada pela experiência de dor e sofrimento. As práticas de cuidados oferecidas pela biomedicina não contribuem de forma satisfatória para o alívio do sofrimento, corroborando para a destruição da experiência do indivíduo no processo de adoecer e sofrer.

Assim, o esgotamento da biomedicina[2] demanda um novo modelo de atenção à saúde, que privilegie práticas integrativas de cuidados no amparo ao sofrimento durante o processo de subjetivação do indivíduo acometido por uma doença. Na sociedade consumista, onde o corpo e as emoções são moedas de troca da biomedicina, perde-se a significação simbólica e ritualística dos eventos da vida, inclusive o da doença, quando o corpo e alma carecem de cuidados (Martins, 2003).

Mas há reações políticas, institucionais e culturais que direcionam para uma cultura da saúde fundada na democratização da saúde pública e na valorização coletiva e solidária do bem estar da população. No interior destas reações a favor de um sistema de saúde público humanizado, é importante destacar a integralidade das

---

1 LUZ, M (2011). "Especificidade da Contribuição dos Saberes e Práticas das Ciências Sociais e Humanas para a Saúde". Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010412902011000100004&script=sci_arttext (Consultado em 03/10/2014)

2 De acordo com Foucault (2008), a racionalidade científica, na qual se inscreve o modelo biomédico, é pautada no saber médico, produtor das verdades científicas, banindo assim a subjetividade do adoecimento.

práticas de cuidado como valor em sua dimensão ética, moral e política. Como é o caso da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, implantada em 2006[3] no Brasil, que significou um importante avanço nesta mudança de perspectiva.

Na cidade do Recife, localizada no Nordeste do Brasil, a oferta dos centros de práticas integrativas vem sendo ampliada, embora ainda seja pequena já que a cidade possui mais de um milhão de habitantes, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) [4]. Atualmente, Recife conta com dois serviços desse tipo: a Unidade de Cuidados Integrais à Saúde (UCIS) Professor Guilherme Abath e o Centro Integrado de Saúde (CIS), ambos ligados à Secretaria Municipal do Recife.

As ações nesses espaços de práticas integrativas, que visam tratar de forma simples e harmoniosa as doenças físicas ou mentais, são diferentes daquelas com as quais estamos habituados nos centros de saúde. Ao examinar as práticas integrativas e complementares no SUS desenvolvidas de forma institucional no município de Recife, este artigo tem como objetivo refletir sobre os fundamentos paradigmáticos da ação terapêutica e analisar o caráter integral de sua aplicação, contemplando aspectos da própria institucionalização. Pretende-se ainda identificar como essas práticas refletem na saúde do cidadão, a partir de uma etnografia dos referidos espaços.

2. SUS Zen: a integralidade na saúde

Com a criação da racionalidade médica moderna, a medicina optou pela naturalização de seu objeto através do processo de objetivação, ou seja, o de fazer surgir a objetividade da doença (a descrição técnica, de base anatômica e fisiológica do corpo humano), excluindo a subjetividade e fragmentando o paciente (Luz, 2005). Diante deste quadro, percebeu-se a necessidade de compartilhar com outros grupos as dimensões não convencionais do cuidado. Ou seja, trilhar caminhos que contemplassem uma maior integração e sentido para o fenômeno da emergência do cuidado no amparo ao sofrimento, à vida e à morte.

A pesquisadora Madel Luz (1989; 1995; 2005) foi pioneira no Brasil nos estudos que deram legitimidade institucional às práticas integrativas em saúde. Ela alertava para o perigo das racionalidades médicas tradicionais e hegemônicas serem reificadoras de modelos narcísicos, que nutrem um mercado de bem estar e regem condutas e padrões de vida, em processo crescente do individualismo e da mercantilização da saúde. Diante do paradigma biomédico, o sofrimento associado aos acontecimentos dramáticos da vida, como o adoecimento, é banalizado na experiência cotidiana. E a concretude de uma linguagem corporal faz dos corpos alterados e manipulados, na concepção foucaultiana do "poder disciplinar", um lugar para a expressão do poder[5].

É complexa, pois, a teia das subjetivações em disputa na produção do conhecimento, que colocam em oposição a biomedicina e as práticas médicas complementares e/ou alternativas (Martins, 2003). Para tanto, faz-se necessário desmistificar a lógica colonizadora da medicina ocidental moderna, e ampliar o entendimento sobre o processo de adoecer e a prática social do cuidado.

Promover saúde, ligando-a a outros conceitos além da doença, e conceituando-a enquanto possibilidade de modos de vida, que inclui solidariedade, cidadania, integralidade e equidade, por exemplo, pode direcionar a práticas e ações referentes ao cuidado que não apenas àquelas relacionadas às formas institucionais, a saber: saúde como estratégia e controle de vida e discursos acerca dos cuidados tomados como verdades (Bernardes

---

3A íntegra da portaria nº **971,** de 3 de maio de 2006, que aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (SUS) está disponível em http://www.abiomac.org.br/siteantigo/PNPIC.pdf(Consultado em 01/11/2014).

4 O infográfico, com os dados oficiais e gerais do IBGE da cidade do Recife, está disponível emhttp://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=261160 (Consultado em 12/12/2014).

5 O poder disciplinar é, na ótica foucaultiana, uma forma específica de dominação. "A ação sobre o corpo, o adestramento do gesto, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, tudo isso faz com que apareça pela primeira vez na história esta figura singular, individualizada – o homem – como produção do poder. Mas também, e ao mesmo tempo, como objeto de saber" (Foucault apud Machado, 2011: XX).

& Quinhones, 2009). A promoção do cuidado enquanto valor é, portanto, lançada dentro de uma proposta que inclui a possibilidade de outras formas de vida, compreendendo a diversidade dos diferentes modos de vivenciar a realidade, dando espaço para os afetos, desejos e experiências, além da inclusão de práticas integrativas, como ioga, meditação, acupuntura, entre outras.

Em meio a um itinerário de crescente legitimação, as práticas integrativas e complementares no SUS valorizam recursos e métodos não biomédicos relativos ao processo saúde/doença/cura, enriquecem estratégias diagnóstico/terapêuticas e podem favorecer o pluralismo médico no Brasil (Andrade, 2010: 497). Desse modo, o atual sistema público de saúde institucionaliza outros saberes e racionalidades de base tradicional, que passam a conviver com a lógica e os serviços convencionais da biomedicina. Esse campo de saberes e cuidados articula um número crescente de métodos diagnóstico-terapêuticos, tecnologias leves, filosofias orientais, práticas religiosas, em estratégias sensíveis de vivência corporal e de autoconhecimento (Andrade, 2010). O amplo acervo de cuidados terapêuticos abriga também recursos como terapias nutricionais, disciplinas corporais, modalidades de massoterapia, práticas xamânicas e estilos de vida associados ao naturalismo e à ecologia.

Com o advento de políticas nacionais no SUS que promovem cuidados integrativos, é oportuno refletir acerca da dimensão sociocultural e da eficácia terapêutica desses métodos atualmente, bem como compreender o lugar que a medicina complementar vem assumindo na sociedade contemporânea ao se tornar serviço disponível ao usuário do SUS. Tal discussão nos conduz aos fundamentos paradigmáticos dos cuidados em saúde, assim como à questão da integralidade que, sendo princípio do SUS, orienta as políticas públicas do setor.

Na classificação da OMS[6], as modalidades médicas são apresentadas em duas definições básicas: Medicinas Tradicionais – MT e Medicinas Complementares e alternativas – MCA (WHO, 2001). A primeira congrega saberes, práticas e obstinação terapêutica, colocando a doença em primeiro plano, deixando de lado a subjetividade do paciente. A segunda diz respeito a cuidados em saúde que não estão integrados ao sistema dominante de atenção médica. Por conta da variedade de doutrinas médicas e princípios terapêuticos, entretanto, a definição conceitual das práticas complementares se torna um desafio. Tais cuidados em saúde recebem denominações diferentes, a saber: práticas tradicionais, populares, não ocidentais, complementares, holísticas, brandas, alternativas e integrativas (Andrade, 2006).

Sabe-se que o modelo científico dominante tem o foco na enfermidade (doutrina das doenças), agressividade de medicamentos, hipervalorização da tecnologia e acentuada especialização, embora a presente crítica não pretenda negar os consideráveis avanços da biomedicina para a saúde pública, especialmente em casos de doenças graves, mas sim ampliar o olhar para outras práticas de cuidado igualmente eficazes.

Como mostram diversos estudos (Queiroz, 2000; Tesser & Barros, 2008), as medicinas alternativas e complementares seguem um paradigma distinto. Ao contrário da medicina convencional, as abordagens da saúde e da doença e das doutrinas que dão suporte às medicinas complementares concebem o ser humano como ser integral, não identificando barreiras entre mente, corpo e espírito. Elas sinalizam para uma visão da saúde entendida como bem-estar amplo, que envolve uma interação complexa de fatores físicos, sociais, mentais, emocionais e espirituais.

O organismo humano é, de acordo com esta perspectiva, compreendido como um campo de energia (e não um conjunto de partes como assume o modelo biomédico), a partir do qual métodos distintos podem atuar. "*Trata-se de uma visão integrativa e sistêmica a exigir uma terapia multidimensional e um esforço multidisciplinar no processo saúde/doença/cura*" (Andrade, 2010: 499). Esse paradigma denominado bioenergético privilegia a "visão do todo", para a qual se enfatiza a integração dos cuidados.

É necessário, pois, alimentar modos que contribuam para a complexidade, mas de forma sustentável e menos destrutiva, em que se possa no interior das relações de cuidado tecer a própria biografia de forma a ampliar os vínculos solidários e cooperativos, que cultivem a chama do desenvolvimento humano. É o que os frequentadores dos dois centros de práticas integrativas da cidade do Recife, vinculados ao SUS, encontram em seu cotidiano.

---

6. WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION (2001). Health promotion evaluation: recommendations to policymakers. Copenhagen: European Working Group on Health Promotion Evaluation, 2001. Disponível em: http://www.euro.who.int/__data/assets/pdf_file/0007/108934/E73455.pdf. (Consultado em: 31/05/2013).

O primeiro serviço da área foi o Guilherme Abath, fundado há dez anos e hoje funciona na Zona Norte da cidade. Depois, foi implantado o Centro Integrado de Saúde (CIS), numa parceria da Secretaria Municipal de Saúde com a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que está localizado na Zona Oeste. Cerca de 2.800 pessoas são atendidas nos dois centros mensalmente e as mulheres são o público principal. Estas pessoas chegam encaminhadas por outros serviços do SUS ou espontaneamente para participar das práticas, dos serviços e das oficinas abertas. Os usuários que procuram um tratamento mais específico são avaliados por um profissional da casa que indicará as práticas de acordo com a necessidade de cada caso.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) entende o "*bem-estar físico, mental e social como fatores determinantes e condicionantes da saúde*" [7]. Visando atender à recomendação da OMS, em 2004, foi fundada a Unidade de Cuidados Integrais à Saúde (UCIS) Professor Guilherme Abath, com o objetivo de reunir em um único espaço práticas promotoras da saúde dos usuários e complementares ao tratamento convencional, melhorando assim a qualidade de vida dos pacientes.

A UCIS Guilherme Abath oferece tratamentos da medicina tradicional chinesa, além outras atividades que ajudam a socialização e manutenção da saúde de usuários de toda a rede SUS. Práticas como acupuntura, homeopatia, ioga, bioenergética e tai chi chuan são oferecidas aos pacientes. A empregada doméstica Margarida Alves[8], de 32 anos, foi encaminhada de uma maternidade do Recife para a Unidade Guilherme Abath para tratamento terapêutico após dar à luz a um feto natimorto. Bastante traumatizada com o episódio, Margarida se sentiu acolhida no espaço.

Como a própria afirma:

> A médica da Barros Lima (maternidade) me encaminhou para cá, pois eu estava com muita depressão depois que perdi o meu filho. Mal conseguia colocar os pés fora de casa, tudo me deixava nervosa. Tinha muito medo (...). Logo nas primeiras sessões eu já fui me sentindo melhor. Ainda sofro por causa do meu filho que morreu (...) teve enterro e tudo (...), mas o pessoal daqui é legal e me disse que eu ainda vou ter outro filho (Margarida Alves, 32 anos).

Nesta unidade, a visão de integralidade do usuário é levada em consideração desde a entrada, já que o acolhimento é uma prática obrigatória no espaço. Ao chegar, todo o local é mostrado para que a pessoa se sinta à vontade. Em seguida, são apresentadas algumas práticas corporais ou o tratamento a ser oferecido. Os usuários têm ainda a oportunidade de expor os problemas e criar laços mais estreitos com os profissionais responsáveis pela terapia. A Unidade Guilherme Abath está localizada em uma casa térrea, em bairro residencial, com árvores no quintal e um agradável terraço, onde os frequentadores conversam.

Para aumentar ainda mais a abrangência dos serviços, esta UCIS também oferece oficinas abertas ao público, sem necessidade de prescrição médica, como automassagem, oficinas de alimentação saudável, danças circulares, meditação, entre outras. A procura para tais práticas é espontânea; muitos usuários vêm indicados por parentes e amigos. Margarida gostou tanto do espaço, aonde teve também aulas de ioga, que chamou a mãe dela, líder comunitária do Córrego do Jenipapo, subúrbio localizado na Zona Norte do Recife, para se tratar lá. Mas, de acordo com a filha, a mãe ainda não foi alegando falta de tempo:

> Ela só veio aqui para me trazer da primeira vez. Me disseram aqui que a ioga faz bem até para quem é hipertenso, como a minha mãe. Ela disse que vai vir. (...) é muito ansiosa. Espero que ela venha logo porque ela precisa muito se cuidar (Margarida Alves, 32 anos).

Apesar de ter um público bem eclético, a unidade é procurada por pessoas que compartilham um interesse comum: a busca do bem estar. Inicialmente, alguns estranham a abordagem das práticas integrativas, por es-

---

7 A definição completa sobre o conceito de saúde encontra-se no documento da Organização Mundial de Saúde, disponível em http://www.who.int/governance/eb/who_constitution_en.pdf (Consultado em: 08/12/2014).

8 Todos os nomes citados neste artigo foram trocados para preservar a identidade dos usuários e dos profissionais.

tarem acostumados com o modelo biomédico hegemônico. Passado o estranhamento inicial, porém, logo se adaptam e gostam das práticas integrativas.

Durante todo o ano, o espaço promove encontros nutricionais, sobretudo voltados para a culinária vegetariana. Em dezembro de 2014, uma representante da Sociedade Vegetariana Brasileira ministrou uma oficina de como cozinhar sem crueldade e da importância em cuidar dos alimentos, além de dicas saborosas de pratos vegetarianos. Patrícia Borges, 38 anos e vegana há mais de 10, é assistente social e frequenta as oficinas nutricionais do Guilherme Abath. Além de criar uma consciência alimentar, ela aprende como preparar pratos saborosos e saudáveis.

> É impressionante o poder dos alimentos. Muitas vezes eles substituem até os remédios. Vivia estressada, sem energia (pausa) (...) minha vida mudou radicalmente depois que me tornei vegana. Hoje em dia, tenho muito mais energia pra tudo. E disposição também. Além do mais, minhas dores de cabeça e gastrite praticamente desapareceram. Comida faz milagres e a gente ainda se preocupa com a natureza (Patrícia Borges, 38 anos).

Algumas das oficinas nutricionais são ministradas pela médica acupunturista da casa. Um dos focos da abordagem é a alimentação viva da cultura vegana, ou seja, alimentos ingeridos na forma mais natural possível, como legumes, frutas, verduras, frutas e grãos, sem cozimento. Veganismo é o modo de vida que busca eliminar toda e qualquer forma de exploração animal, não apenas na alimentação, mas também no vestuário, em testes, na composição de produtos diversos, no trabalho, no entretenimento e no comércio. De acordo com os adeptos, esse estilo de vida não tem relação com crenças políticas, nem deve ser associado à determinada cultura ou religião[9].

Além de facilitar práticas complementares de promoção de saúde, a Unidade Prof. Guilherme Abath ainda amplia a visão integral do ser humano acerca dos cuidados com o corpo no tocante à prevenção de doenças. As patologias mais frequentes apontadas por alguns profissionais de lá são obesidade, diabetes mellitus, hipertensão arterial, artroses e doenças reumáticas, enxaqueca, doenças do aparelho digestivo e também os transtornos emocionais, como ansiedade, depressão e distúrbios do pânico.

A Dança Circular Sagrada, atividade oferecida neste centro como complemento aos cuidados, contribui para promoção de saúde e prevenção de doenças, segundo os relatos dos usuários. A roda de dança é formada por um grupo heterogêneo, marcado pela diversidade de gênero, classe social, raça, faixa etária, crença e profissão. A maioria dos participantes é encaminhada pelos profissionais da própria unidade. Outros chegam espontaneamente. E há ainda aqueles que são trazidos pelos próprios participantes. A prática acontece uma vez por semana com duas horas de duração, sendo o grupo aberto, sem a obrigação da frequência.

Inicialmente, forma-se o circulo para acolhimento mútuo, seguido de exercícios de aquecimento. Antes do começo da dança, é feita a passagem da coreografia para vivenciar melhor cada movimento dentro da linha do círculo. As coreografias e as músicas levam em conta as limitações física, motora e psíquica de cada participante. Nesta atividade, cada um tem o próprio tempo para estabelecer a conexão com o corpo e suas limitações.

3. Terapias compartilhadas

O Centro Integrado de Saúde (CIS) é a segunda Unidade de Referência em Práticas Integrativas da cidade, e funciona como Programa de Extensão da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e como Núcleo Comunitário de Cultura, Comunicação e Saúde, em parceria entre a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Secretaria Municipal de Saúde do Recife. Com pouco mais de um ano de funcionamento, já dispõe de mais

---

9 Definição obtida no portal da Sociedade Brasileira Vegana. Conceitos, práticas e textos científicos sobre o Veganismo podem ser encontrados no portal oficial da Sociedade Vegana do Brasil, disponível em http://www.sociedadevegana.org/ (Consultado em: 10/12/2014).

de mil usuários vinculados à unidade das mais diversas regiões da cidade.

No CIS, o médico recebe as pessoas com um abraço e as orienta a meditar. O psicólogo ensina tai chi chuan e pede aos praticantes que tomem consciência das emoções através do controle da respiração. Nesse mesmo local, as pessoas podem ter sessões de acupuntura, ioga e meditação, voltadas para o cuidado com o corpo e com a alma, sem se preocupar com prontuário e afins. O acolhimento da unidade funciona diariamente, das 08h30 às 10h30, recebendo em média cinco usuários por dia, no qual, após escuta qualificada, cada um recebe um projeto terapêutico e é encaminhado para as práticas ofertadas pela unidade.

Como Unidade de Referência em Práticas Integrativas do SUS, o CIS dispõe de quatro tipos de atendimento em práticas integrativas: grupos de prática, terapias individuais, programa terapêutico e cursos. Nos grupos de prática, cujas características em comum consistem em trabalho com grupo de usuários, são oferecidas as modalidades de terapia comunitária, tai chi chuan, automassagem, aromaterapia, flexibilidade, bioenergética, ioga, biodança, meditação, dança circular, constelação familiar e arte terapia para mulheres.

Nas terapias individuais, há nutrição em alimentação saudável, acupuntura e outros programas terapêuticos. A advogada Amélia Souza, usuária do serviço há seis meses por indicação de uma amiga, participa de três atividades. A roda de meditação é a sua preferida. Ela já percebe as melhorias na própria saúde e bem-estar:

> Sou hoje uma pessoa melhor, e controlo melhor a minha ansiedade. (...) No meu dia a dia, tenho situações de muito estresse. E isso me deixa muito ansiosa, então, me dano a comer. Também estou começando a conseguir controlar meus acessos de raiva. Acho que a terapia em grupo, que também faço aqui, é mais libertadora (pausa)... comparando com a individual. E a gente sai do casulo quando vê que outras pessoas passam por problemas semelhantes aos nossos (Amélia Souza, 53 anos).

A Constelação Familiar Sistêmica, da qual Amélia está falando e participa, é um método terapêutico grupal, desenvolvido com o objetivo de tornar visíveis as dinâmicas ocultas nas relações familiares que de alguma forma estão conectadas com a experiência atual de sofrimento. Além disso, busca, a partir da participação dos integrantes do grupo, proporcionar uma experiência de cuidado e reconciliação com si próprio, familiares e com diferentes pessoas com as quais nos relacionamos. Os grupos são formados a partir de usuários encaminhados pelo acolhimento, pelo encaminhamento de outras unidades de saúde ou por demanda espontânea.

Além dos programas terapêuticos, o Centro oferece cursos de curta duração para a comunidade, com aulas teóricas, práticas e relatos de experiência. O uso de plantas medicinais e a alimentação viva e saudável são temas muito discutidos nos cursos. Afinal, "*você é o que come*", diz a nutricionista e fitoterápica Carla Almeida, de 48 anos, que participa dos cursos nutricionais promovidos pelo CIS. Como Programa de extensão da UFPE, o CIS possui os seguintes projetos vinculados: (a) MUDA – Projeto de educação em saúde para adolescentes; (b) LAMA – Laboratório de mídias autônomas; (c) Escola Engenho – Escola de cinema para crianças; (d) Biblioteca comunitária; (e) Grupo de pesquisa e extensão em práticas integrativas e (f) Projeto Cinco Estrelas (saúde ambiental).Como núcleo de cultura, abre espaço para apoio a iniciativas comunitárias, ampliando a oferta de serviços e fortalecendo a identidade e o vínculo com as comunidades próximas, tais como o Arrecirco (circo de inclusão social), ioga, terapia comunitária, capoeira, alfabetização de adultos, entre outros.

Os relatos de profissionais, usuários permanentes e esporádicos dos dois centros aqui referenciados revelam um sentimento em comum: exercitar a autoestima e o cuidado com si e com o outro. A psicóloga e professora de ioga, Dulce Ribeiro, de 53 anos, relata a importância de assumir (e compartilhar) uma postura consciente e amorosa diante da vida. As turmas dela são bem heterogêneas, pois um único grupo abriga pessoas com diversas fixas etárias – de 18 a 80 anos de idade - portadoras de fibromialgia, hipertensão, diabetes, depressão nos seus vários níveis, pessoas com artrite e usuários com problemas circulatórios, varizes, inchaços e edemas. O processo mútuo de acolhimento tem se revelado no comportamento dos usuários e em seus depoimentos. O grau de comprometimento e de resultados, que cada usuário expressa durante o momento da roda de escuta e da troca de experiência, evidencia os benefícios das práticas integrativas, como mostra o relato abaixo da professora Dulce:

> Em uma das turmas recebi uma usuária que já tinha tido dois enfartes e que chegou apresentando muita dificuldade respiratória, hipertensa e depressiva. (...) Esta

> mulher de 68 anos, que chegava às aulas com aspecto largado em sua aparência, começou a ir se arrumando e aos poucos retomou o cuidado com o plantio de suas flores no quintal. Disse que praticando os exercícios respiratórios (pranyamas) e os exercícios físicos (ásanas), além das meditações, estava se sentindo outra. (...) E criando um novo ânimo pra viver. Ao final dos cinco meses das aulas de ioga, esta usuária me mostrou os exames de rotina, dizendo que seu médico cardiologista tinha ficado espantado com a melhora de suas taxas que lhe perguntou o que tinha mudado na vida dela. Ela respondeu que a única coisa que estava fazendo eram as aulas de ioga que o psiquiatra tinha encaminhado. Ele lhe disse que nunca mais deixasse de praticá-la (Dulce Ribeiro, 53 anos).

Os relatos verbais dos usuários nas práticas de grupo falam de como o amor experenciado nas aulas convida à mudança dos hábitos em direção à saúde integral. Teve outra aluna de Dulce que, apesar de não ter indicação técnica para participar do grupo de ioga, por estar em fase ativa de um câncer de mama, implorou para praticar. Após a liberação do médico, a usuária fez ioga por cinco meses, empenhando-se diariamente em praticar os exercícios respiratórios e meditação, já que ela tinha algumas limitações para realizar as atividades físicas. Segundo relato de Dulce, que também vivenciou um câncer de mama, a mudança na vida desta aluna foi evidente. A autoestima e os hábitos alimentares melhoraram, refletindo no emocional, no sistema imunológico e na resposta positiva à quimioterapia e à cirurgia. Após um ano e meio de licença médica, a usuária retomou as atividades no trabalho. Falou a Dulce que descobriu a paz quando vivenciou, no corpo e na mente, a filosofia da ioga.

4. Considerações finais

No mundo contemporâneo somos dominados pela analgesia. Vivemos numa sociedade farmacológica da felicidade, do prazer, da estética e do bem-estar, onde o sofrimento não tem vez. Na medida em que o sofrimento causado pela doença é absorvido pelas instituições de saúde, a capacidade de enfrentá-lo e de vivenciá-lo é retirada da pessoa. Analisar o sofrimento causador das depressões como uma das expressões do sintoma social significa supor que os depressivos constituam, em seu silêncio e recolhimento, um grupo ruidoso e incômodo. A depressão é a expressão máxima do mal-estar que ameaça a "*euforia prêt-à-porter, da saúde, do exibicionismo e, do consumo generalizado*" (Kehl, 2009: 22).

Diante desta cultura do mal-estar subjetivo, cuja contrapartida é o surgimento de uma medicina do bem-estar, que por sua vez atende a uma demanda de saúde mental difundida na nossa sociedade há pelo menos 20 anos (Ehrenberg, 2004; Ehrenberg &Lovell, 2001). A medicamentalização do mal-estar é uma realidade efetiva e crescente, e se expande em todos os campos, inclusive o médico-científico. Por vivermos em uma estrutura social de padronização do sofrimento e do cuidado, houve reconhecidamente um empobrecimento na diversidade de práticas de cuidado no amparo ao sofrimento.

A prometida cura dos males e aumento da longevidade, fundamentada pela racionalidade biomédica, dá sinais de estagnação diante da limitação em reverter os principais problemas de saúde da atualidade (a exemplo das doenças crônicas não transmissíveis como depressão, câncer, problemas cardíacos e de circulação). Além disso, a lógica do modelo biomédico não contempla a singularidade e inserção intercultural do indivíduo dentro da atenção integral. Atualmente, o fato de o Brasil ter uma política nacional instituída e voltada para as práticas complementares (ou integrativas) em saúde coloca questões importantes para o debate. A começar pelas noções de integralidade ou complementar, que remetem a uma importante discussão epistemológica sobre o alcance de tais categorias.

Como percebido nos relatos obtidos nos centros de práticas integrativas institucionalizadas pela rede municipal do SUS da cidade do Recife, os recursos terapêuticos, contemplados no campo das práticas integrativas, envolvem abordagens que buscam estimular os mecanismos naturais de prevenção e recuperação da saúde. Tais recursos dão ênfase à escuta acolhedora, ao desenvolvimento do vínculo terapêutico e à integração do indivíduo

com o meio ambiente e com a sociedade. Outros aspectos compartilhados nas diversas abordagens das práticas integrativas são a necessidade de se ter uma visão ampliada do processo saúde-doença e da promoção do cuidado.

Essas ações perpassam pela valorização da interculturalidade entre gestores, profissionais da saúde e usuários a fim de atingir uma maior equidade e integralidade da atenção. Para tanto, deve haver um entendimento acerca das diferenças culturais de cada indivíduo com vistas ao fortalecimento da identidade, da autoestima, da valoração da diversidade, além de proporcionar o desenvolvimento de uma consciência de interdependência para o benefício comum.

Bibliografia

ANDRADE, J. T & COSTA, L. F. A. (2010) **"**Medicina complementar no SUS: práticas integrativas sob a luz da Antropologia médica". *Saúde e Sociedade,*19, 3, pp. 497-508.

ANDRADE, J. T. (2006) *Medicina alternativa e complementar: experiência, corporeidade e transformação*. Salvador: UFBA; Fortaleza: Ed. UECE.

EHRENBERG, A. (2004) *O sujeito cerebral*. Esprit, pp. 130-155.

EHRENBERG, A. &LOVELL, A. (2001) *La Maladie mental e en mutation*. Paris: Odile Jacob.

FOUCAULT, M. (2007) *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes.

_____ (2008) *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

KEHL, M.R. (2009) *O tempo e o cão – a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo Editorial.

LUZ, M.T. (1989) *Natural, racional e social: razão médica e racionalidade científica moderna*. Rio de Janeiro: Campus.

_____ (1995) "Novos saberes e práticas em saúde coletiva". Luz M.T. In *Racionalidades médicas e terapêuticas alternativas*. *Cadernos de Sociologia* , São Paulo: Hucitec, pp.109.

_____(2000). Medicina e racionalidades médicas: estudo comparativo da medicina ocidental contemporânea, homeopática, chinesa e ayurvédica. *Ciências sociais e saúde para o ensino médico.* São Paulo: Hucitec/ FAPESP; pp.181-200.

_____(2005)." Cultura contemporânea e medicinas alternativas: novos paradigmas em saúde no fim do século XX". *Physis*;15, pp.145-176.

MACHADO, R (2011). "Por uma genealogia do poder". In FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder***.** Rio de Janeiro, Graal, pp. XXI

MARTINS PH (2003). Contra a desumanização da medicina: crítica sociológica das práticas médicas modernas. Petrópolis: Vozes.

QUEIROZ, M. S (2008). "O itinerário rumo às medicinas alternativas: uma análise em representações sociais de profissionais da saúde". *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 16, 2, pp. 363-375.

TESSER, C. D. & BARROS, N. F. (2008) "Medicalização social e medicina alternativa e complementar: pluralização terapêutica do Sistema Único de Saúde". *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, 42, 5, pp. 914-920.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION (2001). Health promotion evaluation: recommendations to policy makers. Copenhagen: European Working Group on Health Promotion Evaluation, 2001. Disponível em: http://www.dors.it/alleg/0400/1998%20Euro%20WHO%20HP%20Evaluation%20recommendations%20to%20policymakers.pdf (Consultado em 09.12.2014)

Teatro do Oprimido na Saúde Mental: relato de uma experiência no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho/ RJ

Monique Rodrigues [1]
Universidade Federal Fluminense/UFF
monik_rj@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar a experiência realizada pelo projeto Teatro do Oprimido na Saúde Mental, com a inserção da metodologia do Teatro do Oprimido nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps) de três cidades brasileiras: Rio de janeiro, São Paulo e Sergipe, além de uma experiência categórica, com a criação do grupo de Teatro do Oprimido Liberarte no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho, e as possibilidades dialógicas surgidas com essa inserção. A descrição da experiência será confrontada com as teorias de Foucault e Sérgio Carrara, respectivamente no que diz respeito à história da loucura e um percurso da consolidação do Manicômio Judiciário no Brasil, e quais as possibilidades do Teatro do Oprimido frente aos estigmas historicamente consolidados neste processo e a consolidação da reforma psiquiátrica no país.

Palavras-chave: Teatro do Oprimido; Saúde Mental; Manicômio Judiciário.

> Se o enfermo conseguir criar como artista, transformando seu delírio em produto visível, audível e palpável – pintura, dança, escultura, música, poesia, cinema ou cena teatral – poderá ver-se a si mesmo, pois que se verá refletido em sua arte. Sujeito da sua criação, recriando-se a si mesmo ao criar a sua obra (BOAL, 2009:229)

A partir da década de 80, com a formação de amplos movimentos que atuaram pela reforma psiquiátrica no país, tendo como marco a II Conferência do Movimento de Trabalhadores da Saúde Mental realizada em Bauru, se concretiza o Movimento de Luta Antimanicomial, que tinha como importante estandarte a defesa de uma sociedade sem manicômios. Esse movimento culminou e teve em 2001 um amplo espectro de atuação com a promulgação da Lei Paulo Delgado[2] que impulsionou a reforma psiquiátrica do país oferecendo «(...) pela primeira vez um instrumento legal de defesa dos direitos civis dos pacientes» (BEZERRA, 1992: 36). Com a Reforma Psiquiátrica houve a reformulação de políticas públicas que visavam a ressocialização do portador de sofrimento psíquico de forma a incluí-lo socialmente, botando em cheque toda segregação secular por qual passou este segmento social, buscando com isso estimular a aceitação às diferenças, promovendo o diálogo com os mais variados setores da sociedade. Contudo, vale reforçar que importantes iniciativas foram realizadas antes do período em questão, se tornando um marco na busca de novas possibilidades mais humanizadas de atendimento ao portador de sofrimento psíquico. Tendo seu início na década de 50, o famoso Museu do Inconsciente desenvolvido pela psiquiatra Nise da Silveira no Hospital Psiquiátrico do Engenho de Dentro, pode ser considerado um caso emblemático neste sentido.

1Monique Rodrigues é bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ e mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense-UFF. Bolsista Capes.

2 Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Fonte: http://www.paulodelgado.com.br/lei-n%C2%BA-10-216-de-6-de-abril-de-2001/

1. Arte Virgem, Teatro do Oprimido e Saúde Mental

O século XX passou por intensas transformações no que se refere à concepção científica, artística e estética das artes produzidas por pacientes psiquiátricos. Na década de 20 estabeleceu-se no Brasil o movimento modernista, que trazia novas concepções estéticas e buscava a ruptura com os paradigmas clássicos e a criação de uma nova e singular estética. Em 1940, Nise da Silveira, psiquiatra do Centro Psiquiátrico Pedro II, promoveu uma oficina de arte que culminou na criação do Museu de Imagens do Inconsciente. As produções artísticas realizadas pelos pacientes em muitos aspectos se conjugavam aos ideais modernistas (MOTTA et al. 2008). Esta iniciativa, por sua considerável originalidade, foi alvo de análises de importantes intelectuais da época, dentre eles Mário Pedrosa, crítico de arte brasileiro. Pedrosa teve contato com estes trabalhos, discutindo o valor estético dos mesmos. Destas discussões, estabeleceu o conceito de arte virgem: arte na sua essência, que não é influenciada por valores clássicos ou técnico-acadêmicos, apresentando-se em sua forma pura, dotada de singularidade.

Pedrosa, em toda sua trajetória intelectual, buscava a conjugação de um projeto artístico que levasse à transformação social. Para isso, a arte deveria se libertar dos valores estabelecidos, para se decompor em algo singular, fora dos padrões determinados. A autonomia da arte dos moldes capitalistas ou de academicismos levaria a tão almejada revolução social. Por isso sua defesa da arte virgem. Mário Pedrosa aproxima-se das bases que fundamentam a metodologia do Teatro do Oprimido em alguns aspectos, entre eles, o pressuposto da arte como algo inerente ao ser humano.

> Segundo Mário Pedrosa (1947), o artista é entendido não pela sua formação acadêmica, nem pela etnia ou grupo social a que pertence. A atividade artística, para ele, estende-se por toda a humanidade, independente dos elementos culturais estabelecidos em cada cultura ou contexto social; o impulso criador seria uma característica de todo e qualquer indivíduo (MOTTA et al, 2008:98)

Uma das percussoras da utilização da arte como terapia, Nise da Silveira, que atuava a partir da influência da psicologia analítica, baseava-se no fato de todo indivíduo ter contato com as forças do inconsciente, sendo as obras artísticas uma espécie de ponte que poderiam trazer à luz aspectos inconscientes que a palavra não podia exprimir. A arte seria, então, um mecanismo para manifestações destes conteúdos reprimidos. Os artistas virgens por estarem descolados de concepções artísticas estabelecidas, estariam mais aptos para revelar estes mecanismos. Ao defender as obras produzidas por pacientes psiquiátricos, Pedrosa estava de acordo com a sua defesa de verdadeira arte. Arte que seria descolada de concepções acadêmicas e caracteres capitalistas. Estes artistas ao produzirem uma arte virgem iam de acordo com as concepções do crítico. Pedrosa acreditava que as obras produzidas no Centro Psiquiátrico Pedro II eram legítimas e puras não seguindo nenhuma regra pré-estabelecida. Ele não colocava as condições psicopatológicas, como muito se via na época, acima das condições artísticas individuais. Este fato fica claro em seu comentário referente à exposição nove artistas do Engenho de Dentro:

> Era difícil dizer que aquelas produções eram de doentes mentais. Pode-se evidentemente encontrar nelas, como aliás em toda obra, em toda criação humana, manifestações provenientes de almas conturbadas, perene ou momentaneamente, de impulsos interiores que a técnica psiquiátrica geralmente identifica como pertencentes à constituição psíquica do esquizofrênico. Tais sintomas, porém, também são reconhecíveis, nos tipos considerados normais. (PEDROSA, 1979:106)

Desde então, as atividades artísticas se multiplicaram na área da Saúde Mental, principalmente após a lei de 2001. Atualmente, o atendimento possui um amplo espectro, substituindo a visão hospitalocêntrica por uma que leve em consideração os diversos conhecimentos em questão, tendo como característica o atendimento interdisciplinar. Neste sentido, diversas atividades artísticas são desenvolvidas, sendo uma delas o Teatro

do Oprimido impulsionado pelo projeto Teatro do Oprimido na Saúde Mental. Conjugado aos conceitos da Reforma, o Projeto Teatro do Oprimido na Saúde Mental vem desde 2004 se tornando uma ferramenta de discussão e busca de alternativas para o reforço da cidadania nos Centros de Atenção Psicossocial e outros espaços que sejam um contraponto aos arcaicos Manicômios nos estados onde atua. A metodologia do Teatro do Oprimido foi amplamente utilizada como ferramenta lúdica na busca da transformação da realidade do portador de sofrimento psíquico. Augusto Boal, criador do método do Teatro do Oprimido, impulsionou uma pesquisa buscando entender como a metodologia podia auxiliar o usuário a entender e compreender sua realidade, apresentando a partir de pinturas, esculturas, poesias e peças teatrais seus delírios estéticos e suas opressões concretas.

2. A inserção da metodologia do Teatro do Oprimido na Saúde Mental

> Ninguém me chama mais de maluco ou de Dalua na minha rua. Agora me chamam de Enéas e até de Artista. Dizem que fui muito bem e que querem ver a peça de novo e mostrar para quem não viu. Eles querem até vir assistir aqui no hospital. Voltei a ser Enéas, agora eu sou gente de novo, e ninguém me joga pedra. Com o Teatro do Oprimido, eu pude mostrar que sou diferente, mas igual. Que não sou uma coisa que se pode jogar fora, que sou uma pessoa, um cidadão. [3]

O Teatro do Oprimido teve seu início na década de 70 e no ano 2000 já era uma metodologia difundida em mais de 70 países espalhados pelos cinco continentes. Ao final da década de 80, é fundado o Centro de Teatro do Oprimido (CTO), um centro de difusão e sistematização da metodologia. Durante 28 anos, desde sua fundação em 1986, o Centro de Teatro do Oprimido elabora projetos que visam à formação de multiplicadores na metodologia, contribuindo para difusão do método em diferentes contextos sociais. Um dos projetos desenvolvidos pelo CTO é o projeto Teatro do Oprimido na Saúde Mental, projeto ocorrido de 2004 a 2010 em três estados brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro e Sergipe. Com o objetivo de situar o Teatro do Oprimido como mais um mecanismo metodológico a ser utilizado nos Caps, o projeto baseia-se na investigação da possibilidade de aproximação do delírio patológico às formas delirantes da arte.

O Teatro do Oprimido é um método teatral que busca através do teatro, e de outras manifestações artísticas investigar opressões vivenciadas no cotidiano e buscar alternativas que possam vir a transformar esta realidade. Este método tem por base Estética do Oprimido, cujo fundamento é a crença de que todo ser humano é um artista em potencial, possuindo essas capacidades artísticas de produzir poesias, pinturas, esculturas, poesias e peças de teatro. Contudo, em uma sociedade que busca legitimar as ideias da classe dominante, os sujeitos são levados a consumir arte e não a produzi-la. O objetivo do Teatro do Oprimido seria então devolver os meios de produção artística para que cada indivíduo possa se manifestar através da arte, mostrando sua forma de estar no mundo, a sua linguagem, e compreendendo através da arte os mecanismos de opressão a qual está sujeito, tendo mais condições de buscar transformá-lo.

> (...) O teatro do oprimido não é o teatro para o oprimido: é o teatro dele mesmo. Não é o teatro no qual o artista interpreta o papel de alguém que ele não é: é o teatro no qual cada um, sendo o que é representa seu próprio papel (isto é, organiza e reorganiza sua vida, analisa suas próprias ações) e tenta descobrir formas de liberação. Como se cada participante se estranhasse a si mesmo, fosse ao mesmo tempo o analista e o objeto analisado. (BOAL, 1980, p. 25)

---

3 Depoimento de Enéas, usuário de Saúde Mental e integrante do Grupo Pirei na Cenna, após apresentação no colégio de seu bairro. Depoimento publicado na revista Metaxis. Teatro do Oprimido na Saúde mental. Número 7. 2010.

A utilização do Teatro do Oprimido a partir da experiência de vida dos usuários de saúde mental tinha por objetivo vir a ser uma alternativa lúdica, dinâmica e eficaz para o estabelecimento de um ambiente propício para a discussão de temas como a integração do usuário na comunidade, na família, no mercado de trabalho, a sexualidade, entre outros, os quais dificilmente são verbalizados, mas podem ser reveladas através da arte. O Teatro do Oprimido pretendia, então, estimular a busca de alternativas para a resolução de problemas concretos, incentivando a construção coletiva de alternativas diversas, democráticas e criativas, as quais serviriam de base para as propostas encaminhadas pelos funcionários dos Caps e unidades de saúde, pelos usuários e por seus familiares onde estimulariam, através da metodologia, ações sociais concretas que visem à transformação desta realidade. Para isso, primeiramente se formariam profissionais da rede de saúde mental em multiplicadores da metodologia que passariam a formar oficinas de Teatro do Oprimido nas unidades em que trabalham. No projeto foram capacitados mais de 100 profissionais em cerca de 90 unidades de saúde, nos quais 30 grupos foram formados. Dentre eles, o Grupo Teatro do Oprimido Liberarte contemplado com o Prêmio Loucos por diversidade, edição de 2009, promovido pelo Ministério da Cultura/ Secretaria de Diversidade Cultural. Por sua especificidade e repercussão conquistada será o foco neste trabalho.

3. A criação do Manicômio Judiciário: um novo feixe da máquina punitiva

Antes de discorrer sobre as experiências ocorridas no Hospital de Custódia Heitor Carrilho, torna-se necessário compreender em qual contexto esta instituição se consolidou e se perpetuou. Vale lembrar que loucura é um conceito relativo. Cada período histórico a pensará de uma determinada forma. Neste sentido pensar a loucura deve ser relacionado às diferentes formas como os grupos sociais a determinam, segundo o contexto em que estão inseridos. A loucura, até o século XVIII, teve sua existência intimamente relacionada à razão, podendo até ser uma forma de sua manifestação. A loucura levava à sabedoria e a razão tomava consciência da loucura. A loucura é a força viva e secreta da razão para os renascentistas, por exemplo (FOUCAULT, 1972). Contudo, com o iluminismo e seus aspectos de exaltação do homem racional, a loucura perde este status, sendo enquadrada no âmbito da anormalidade. O conhecimento passa a ser construído a partir da racionalidade e o louco, avaliado fora do âmbito da razão, é excluído e marginalizado. Comportamentos passam a ser enquadrados no campo do normal e da anormalidade e a anormalidade passa a ser aprisionada. Começam a aparecer no século XVIII, as primeiras prisões e asilos psiquiátricos, novas formas de gerir as anormalidades, sendo o internamento «a eliminação espontânea dos a-sociais» (FOUCAULT, 1972:78). Estes asilos estão em vigência até hoje, apesar em meados do século XX, no Brasil, ter surgido movimentos que intensificaram a luta antimanicomial. Partindo do pressuposto de que as formas punitivas estão diretamente ligadas às tensões ideológicas e relações de poder existentes em uma determinada época, os inscritos de Michel Foucault (2009) são fundamentais para compreender como as formas punitivas foram se modificando e se especializando ao longo dos últimos séculos. «A teoria jurídica da penalidade engloba na realidade uma nova economia política do poder de punir» (FOUCAULT, 2009: 78). A punição, para além de uma prática jurídica focada na repreensão de delitos, é complexa em relação a sua função social. Apresenta-se como uma tática política, atrelada a mecanismos de poder. Deve-se considerar, portanto, as técnicas punitivas mais como consequência das relações de poder que afetam o corpo político do que consequência de reformulações jurídicas somente.

Em toda sociedade o corpo é alvo de poder, que lhe acarreta submissão e manipulação. Contudo, o século XVIII traz uma peculiaridade: o cuidar massificado do corpo passa para o cuidado detalhado e ininterrupto. O poder disciplinar, agora amplamente disseminado fazendo um cuidado minucioso de gestos e comportamentos, impõe docilidade e utilidade. Ao mesmo tempo em que a disciplina aumenta a aptidão do corpo em sua utilidade, diminui sua aptidão para insujeição. Vai se desenhando uma nova microfísica do poder. Colégios, quartéis, fábricas e hospitais vão sendo construídos seguindo este modelo, no qual cada indivíduo ocupa um lugar na hierarquia do espaço. O adestramento do indivíduo com o estabelecimento de quadros com suas divisões e classificações, o controle racional do tempo, os controles gestuais e a busca máxima pela eficiência são as grandes metas das instituições deste período. O ato de comparar, diferenciar e hierarquizar tem por objetivo normalizar: estabelecer padrões sociais. O poder, organizado desta maneira, torna-se intensa ferramenta de construção de saber, transformando indivíduos em casos de análise.

Instala-se, assim, no século XVIII a sociedade disciplinar. Multiplicar o número das instituições de disciplina e disciplinar os aparelhos existentes era sua meta. A prisão, berço da arquitetura panóptica, não possui seu funcionamento descolado de outras instituições sociais. Ela se forma no muro das relações instituídas na sociedade, que buscam separar, fixar, classificar e vigiar os sujeitos, construindo, a partir deles um saber para moldá-los aos padrões normativos, retirando assim uma maior produtividade de seus corpos, os tornando úteis, produtíveis e dóceis. A prisão, tal como conhecemos hoje, teve sua origem no fim do século XVIII e início do XIX, incorporando mecanismos de coerção já instituídos em outros lugares. «O adversário do soberano, depois inimigo social, transformou-se em desviador, que traz consigo o perigo múltiplo da desordem, do crime, da loucura. A rede carcerária acopla, segundo múltiplas relações, as duas sérias, longas e múltiplas do punitivo e do anormal» (FOUCAULT, 2009:284).

Apesar de toda crítica e ineficiência com relação à transformação dos comportamentos individuais e a constatada manutenção da dita delinquência e das reincidências, a prisão continua sendo amplamente utilizada como mecanismo punitivo, o que se leva a crer que estes mecanismos não têm por função corrigir os indivíduos, nem suprimir as infrações. Ela é feita para administrar os desvios.

> A penalidade seria então uma maneira de gerir as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns e de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles. Em resumo, a penalidade não "reprimiria" pura e simplesmente as ilegalidades, ela as "diferenciaria", faria sua "economia" geral. E se podemos falar de uma justiça não é só porque a própria lei ou a maneira de aplicá-la servem aos interesses de uma classe, é porque toda a gestão diferencial das ilegalidades por intermédio da penalidade faz parte desses mecanismos de dominação (FOUCAULT, 2009:258*)*

Período de intensa reflexão e sistematização em torno do crime, seja nas instâncias científicas ou na literatura e na imprensa, o Brasil do século XIX também passa pela agudização dos conflitos sociais com o aumento de crimes gerado pelo processo de urbanização e industrialização. Sérgio Carrara (1998) ao analisar o aparecimento do primeiro Manicômio Judiciário no Brasil, o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho, o vê como «a solução final de um conflito histórico» (CARRARA, 1998:46.) A inserção de aspectos biológicos no âmbito jurídico gerou intensos conflitos entres os especialistas da área. Vale lembrar que até meados do século XIX, os loucos não possuíam um tipo específico de tratamento. Ou eram detidos por vagabundagem e perturbação ou perambulavam pelas ruas. Isso lhe fez indagar como que historicamente surge a figura do louco e especialmente do louco criminoso implicando no aparecimento de uma estrutura institucional que desse conta de sua contenção e coerção. A construção do Manicômio Judiciário, assim como em outros países, relacionava-se a processos sociais mais amplos. Buscava-se a «constituição do criminoso enquanto um tipo social» (CARRARA, 1998:64).

Diversas teorias foram criadas relacionando crime e loucura, botando em cheque as premissas do direito liberal, no qual todos os homens são iguais, devendo a punição ser atribuída igualmente a partir da gravidade do crime cometido. A primeira delas data do século XIX, com a constituição da monomania pelos alienistas franceses. A monomania, análise da constituição do delírio parcial focado em uma ideia fixa que trazia toda uma premissa falsa no qual se poderia se construir toda uma opinião racional, era uma perturbação mental que poderia gerar eventos inesperados de paixões e afetos. Com a monomania, a loucura pôde ser entendida enquanto doença, algo imprevisível e perigoso. A mente, até então obscura e misteriosa, passa a poder ser explicada. Perde-se a noção de cura, tornando a loucura mais um aspecto anormal. O asilamento neste momento é mais uma estratégia de contenção do perigo do que propriamente uma possibilidade curativa. Os alienistas conjugam-se com os juristas, já que a loucura perde seus sinais visíveis, só podendo ser identificada por especialistas.

Na metade do século XIX, contudo, com a noção de degenerados lança-se uma intensa crítica à noção de monomania. Formulado por Morel, a loucura agora passa a ser a manifestação irredutível do sistema nervoso. A degeneração desarmoniza o âmbito da alma, inteligente e moral, do âmbito dos instintos e paixões, estes agindo independente daqueles. Agora, a loucura passa a abranger uma gama muito grande de comportamen-

tos. Excentricidades, antes colocadas como simples manifestação da liberdade humana, agora são frutos de um processo degenerativo. A degeneração poderia ser oriunda de caracteres físicos ou sócio moral. Por isso deveria ser feita uma avaliação não só biológica, mas também social. Para os alienistas, as doenças mentais deveriam se basear nas manifestações sintomáticas, já Morel apóia sua classificação na etiologia e patogenia das afecções mentais. Com a degeneração, o crime passou a ter uma abordagem psicopatológica, dando lugar a uma primeira criminologia. «Se na doutrina das monomanias, o crime é um episódio da loucura, na doutrina da degeneração, ele é, senão uma espécie de alienação, ao menos um parente muito próximo» (CARRARA, 1998:96.)

Para o conceito de monomania, os alienados poderiam, às vezes, cometer crimes. Não era uma regra. Já a degeneração estabelece que grande parte dos criminosos possuem uma anormalidade psíquica. É a patologização do crime. O conceito de degeneração fez com que o indivíduo que pairasse deste mal, ao cometer um delito, necessitasse de tratamento, não de punição. Isso cria um vazio legal e institucional por não haver consenso dentro da psiquiatria e na sua relação com o direito, o que causou sérios problemas nos tribunais. Temas como culpa e inocência, responsabilidade ou irresponsabilidade permaneciam na pauta da discussão.

Foi a partir das ideias formuladas pela Antropologia Criminal que a concepção liberal de direito foi amplamente criticada em sua essência. Com base nas ideias de Cesare Lombroso, esta linha de pesquisa buscava, através de testes de antropometria e cranioscopia, comprovar que o criminoso era um grupo antropológico distinto: o *homo criminalis* ou criminoso nato. Essas ideias deram fruto à Escola Positiva de Direito Criminal ou Escola Antropológica. Conjugado a uma perspectiva biodeterminística e evolucionista, as reações humanas não eram fruto do consciente, e sim de reações físico-psíquica. Os comportamentos desviantes deveriam ser também diferenciações biológicas. O homem, estando em evolução constante, diferencia-se a partir do comportamento que apresenta. Logo, o que para os civilizados era considerado crime, para os selvagens era regra. O crime, para Lombroso, era um fenômeno do atavismo, comportamento de formas humanas inferiores. O homem criminoso assemelhava-se ao homem pré-histórico ou homem selvagem. Os distúrbios, nesta perspectiva, antes vistos como situação desviante, passam a se apresentar como condição desviante, sendo permanentes e inatos. Sendo inatos, não haveria escolha de transformação desta condição. Mulheres e negros, para Lombroso, estariam nesta condição inferior, por apresentarem este tipo de variação desviante.

Era através da ideia de criminoso nato que a Escola Positiva gerava suas maiores críticas ao direito liberal. Se o comportamento delinquente era biodeterminado, como defender a sociedade deste tipo de indivíduo? O direito, nesta perspectiva, deveria deixar de focar no ato infracional para focar no criminoso, considerando as causas que o levaram a delinquir, sendo esta a função do exame criminológico. O exame apresentaria a periculosidade através das causas que engendraram o crime, buscando a melhor medida a ser tomada. Caso fossem identificados os sinais de criminalidade nata, o sujeito infrator deveria ser eliminado ou segregado perpetuamente da sociedade. No sentido da prevenção ou proteção social, a intervenção poderia mesmo ser feita antes do crime cometido. Logo, qualquer punição no sentido da determinação de inocência ou culpa torna-se incoerente. A intervenção viria não para punir, mas para proteger a sociedade. O julgamento do ato não deveria ser estabelecido mais pelo júri, mas por um corpo de especialistas. Os positivistas defendiam sua inserção no julgamento criminal e, além de reformas sociais que pudessem evitar o crime quando este não está ligado à categoria de criminoso nato, a criação de asilos perpétuos e Manicômios Judiciários que recebessem esta categoria de criminoso sem retorno. Diversas frentes de intelectuais criticavam tal perspectiva, defendendo a liberdade humana. Juristas e sociólogos lutavam para garantir os direitos considerados universais do cidadão. «Para eles, as doutrinas italianas levavam a um "fatalismo imobilizante" enquanto a interpretação sociologizante propiciava uma ação reformadora» (CARRARA, 1998:119) Lombroso, em reação às críticas vai aproximando a ideia de criminoso nato à noção de degenerado, estabelecendo um laço com a psiquiatria.

Este caldo de linhas teóricas e debates influenciaram intensamente os intelectuais brasileiros. Na frente da crítica positivista, aqui no Brasil, estavam Tobias Barreto. Já em defesa às ideias lombrosianas, aparece Nina Rodrigues professor da Faculdade de Medicina Legal da Bahia. Não é objetivo deste trabalho analisar o percurso destes intelectuais. O que torna interessante para análise é que, com a aproximação dos criminosos natos a esta categoria de degeneração, ela se tornou ambígua. O que fazer com estes sujeitos? Para onde enviá-los? O Manicômio Judiciário foi uma das soluções propostas a estas contradições. Nem asilos nem prisões mos-

travam-se mais adequados a este tipo de delinquente. Psiquiatras passam a recusar a entrada de criminosos natos nos hospícios públicos, ao mesmo tempo em que passam a irresponsabilizar judicialmente tal categoria. Teixeira Brandão, diretor do Hospício Nacional dos Alienados, local onde eram encaminhados os loucos infratores, defende a separação deste grupo dos loucos comuns. Para ele, este era requisito fundamental para a real intervenção terapêutica do hospital, já que a presença de loucos criminosos demandavam ações repressivas no estabelecimento. Aparece, então a demanda por um manicômio criminal que abarcasse indivíduos que fossem «muito indolentes para ficarem nas prisões, mas muito perversos para ficarem no hospício» (CARRARA, 1998:153). Nina Rodrigues defende a separação de loucos criminosos, mas por motivos distintos dos de Teixeira Brandão. Para ele, o criminoso nato era antissocial por natureza, apresentando seu delírio de forma constante em seu comportamento. Loucos criminosos deveriam ser interditados da sociedade. O código penal brasileiro, nesta perspectiva, permanecia antiquado. Por mais diversas que sejam as linhas de pensamento, vai se tornando consenso a necessidade da construção de uma instituição especial para loucos criminosos.
Em 1903, torna-se obrigatória a construção de Manicômios Judiciários em cada estado e, caso não seja possível a construção imediata, seções especiais nos hospitais públicos deveriam ser organizadas, como o caso da Seção Lombroso no Hospício Nacional do Rio de Janeiro. Dois acontecimentos tornaram-se catalisadores da construção desta nova instituição: a ameaça de liberdade do assassino da mulher de um senador da república faz com que a imprensa aderisse fortemente à campanha pró Manicômio Judiciário e a rebelião organizada por pacientes da Seção Lombroso, deixando evidente a nocividade deste grupo. Em 21 de Abril de 1920 é fundado nos fundos do complexo penitenciário da Rua Frei Caneca do Rio de Janeiro o Manicômio Judiciário Heitor Carrilho. A degeneração era um conceito formado no limite entre sanidade e loucura, responsabilidade e irresponsabilidade. Foi no seio desta ambiguidade formada por este conceito que nasce o Manicômio Judiciário, formado para conter conflitos entre ciência e moral, entre liberalismo e positivismo.

> Assim, parece justo concluir que, ao serem levantados os muros do manicômio judiciário, emparedava-se o conflito e aqueles sobre os quais ele se projetava; emparedava-se uma concepção da pessoa humana que, mesmo incompatível com qualquer sistema de regras morais, impunha-se através da ciência, em um mundo inebriado pelo progresso. Talvez o pior defeito do MJ, seu caráter ambíguo e contraditório, seja também sua melhor qualidade, pois de qualquer modo, parece ter assegurado que as engrenagens da Justiça continuassem operando, mesmo sob a condição de terem, como no caso dos loucos-criminosos, de produzir graves e irreversíveis injustiças (CARRARA, 1998:199).

Nem tão cruel quanto à prisão, nem tão atenuante como o hospício, para lá continuam a ser enviados, não mais os criminosos natos como havia sido pensado outrora, mas os loucos delinquentes que ainda pairam nosso imaginário com sua periculosidade até os dias de hoje. Lá que o projeto Teatro do Oprimido na Saúde Mental realizou atividades nos anos de 2007 a 2010, formando o grupo de teatro do oprimido Liberarte.

4. Um grupo chamado Liberarte

Durante quatro anos, foi realizado nas dependências do Hospital de Custódia e Tratamento Heitor Carrilho oficinas de Teatro do Oprimido, culminando na formação do Grupo Liberarte. Utilizou-se da técnica de Teatro Fórum para discutir esteticamente os problemas sofridos pelos integrantes do grupo, internados por um longo período nesta instituição. Foi construída coletivamente a peça Anseios de Liberdade que apresentava de forma crítica os problemas por eles vivenciados, buscando alternativas da plateia para resolver esta questão. A peça foi apresentada para além dos muros do hospital, chegando a Praça da Cinelândia, ao Ministério Público e ao Fórum do Estado do Rio de Janeiro, importantes locais para a resolução do tema em questão.
O trabalho com Teatro do Oprimido na Saúde Mental não é recente. O Grupo de Teatro do Oprimido Pirei na Cenna iniciou suas atividades em 1997, nas enfermarias do Hospital Psiquiátrico de Jurujuba. M., diretor do

hospital na época, via no trabalho uma referência da conjugação entre arte e tratamento. Por isso, ao se tornar diretor do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho, uma de suas primeiras medidas foi levar o Teatro do Oprimido para as dependências do hospital. Tinha um grande desafio pela frente e o Teatro do Oprimido poderia ser um grande aliado na transformação local. O resultado superou as expectativas: ao final de quatro anos de trabalho, o manicômio foi desativado, não sendo mais porta de entrada para novos detentos. Hoje só abriga pacientes que perderam vínculo social e não tem para onde ir.
No ano de 2007, começa as atividades e com elas o primeiro desafio. O local era marcado pela estrutura prisional: sua arquitetura não se diferenciava de nenhuma das prisões que existiam ao redor. O dito hospital fazia parte do Complexo Penitenciário da Rua Frei Caneca. Suas enfermarias mais pareciam celas, com altas grades e amontoados de gente. Os rígidos horários ditavam a rotina: banho de sol, almoço e confere, nome dado a contagem do contingente de presos ao final do dia.

> Enquanto isso, a realidade na maioria dos manicômios judiciários era a mesma: confinamento, exclusão social, internações perpétuas, cronificação, maus tratos, agressões físicas e humilhações cotidianas, desamparo, ociosidade, falta de perspectivas, ausência de programas de reabilitação e reinserção social, muitas grades e cadeados (KOLKER et al. 2003).

No código penal brasileiro não existe a implementação de prisão perpétua, sendo a pena máxima de 30 anos. Quando um sujeito comete um delito por conta de seu transtorno mental, é considerado incapaz de responder judicialmente pelo crime sendo considerado inimputável. Existem dois destinos para estes casos: tratamento ambulatorial, quase nunca prescrito, ou internação no Manicômio Judiciário, para cumprimento do que se chama medida de segurança. Esta medida deveria durar no mínimo três anos e só se cessa com a dupla prescrição, do médico e do juiz, na qual deve ser detectada a cessação de periculosidade. O que ocorria em muitos casos é que a internação ia muito além deste tempo previsto. Se os internados não têm família que possa se responsabilizar pelo seu caso ou um bom advogado, poderiam ficar nesta instituição por um longo tempo, podendo durar a internação pelo resto de sua vida. Um caso emblemático neste sentido era de um senhor que por ter furtado os mantimentos do vizinho, foi detido e tendo sido detectado o transtorno mental, teve que cumprir sua pena-tratamento no Heitor Carrilho. Este senhor já estava lá por mais de 50 anos. Com muito custo a saga terminou e o senhor agora aproveita sua velhice fora das grades manicomiais. Este caso se tornou um importante exemplo, citado em diversas reuniões e seminários que discutiam o futuro dos Hospitais de Custódia no Brasil
Ao iniciar o trabalho, encontramos um local sucateado, envolto pela morosidade. A reforma psiquiátrica já em implementação na rede básica de saúde, permanecia tímida com relação aos Manicômios Judiciários.

> A desinstitucionalização de pacientes que sofreram longas internações em hospitais psiquiátricos tem sido um dos grandes desafios da reforma psiquiátrica. Quando os pacientes em questão são egressos de manicômios judiciários – clientela composta por pessoas duplamente estigmatizadas e, em sua maioria, carente dos direitos sociais mais elementares – as dificuldades seguramente aumentam. Tratados de forma anacrônica pela legislação, temidos pela sociedade, frequentemente abandonados pela família e recusados até mesmo pelos serviços de saúde, os portadores de transtorno mental infratores não têm sido suficientemente beneficiados pela reestruturação da atenção psiquiátrica no país e raramente conseguem ter acesso aos dispositivos de cuidado criados para substituir a hospitalização (FIALHO et al. 2006).

O que se apresentava no cotidiano dos profissionais do Heitor Carrilho era verdadeiros entraves às ações que encaminhem a uma mudança significativa do atual quadro de abandono dos Manicômios Judiciários. Um desses fatores refere-se à dificuldade do acesso desta clientela à rede integrada do SUS. Devido à resistência dos profissionais dos Caps de receberem pacientes egressos deste tipo de instituição, esta clientela fica inviabilizada de afiançar seu tratamento para além do manicômio, garantindo, assim, o processo de desinternação.

Para resolução deste quadro, Gastão Wagner (ex Secretário do Ministério da Saúde) apontou a necessidade de promoção de um "modelo intersetorial", no qual a assistência ao paciente seria feita pela articulação de políticas de saúde com as demais políticas sociais.
Outro fator importante a ser discutido é a falta de estímulo à responsabilidade do usuário ao seu tratamento. Jorge Fialho e Tânia Kolker (2006) discutem essa questão:

> Finalizando, chegamos ao problemático tema da responsabilidade das populações concernidas por essas políticas. Se, nas demais políticas sociais, essa questão costuma ser negligenciada levando, muitas vezes, a medidas autoritárias e sem adesão consentida dos beneficiários, no caso dos portadores de transtorno mental, em geral, e dos egressos de hospitais de custódia em particular, sua participação nas decisões e mesmo sua solicitação de consentimento nunca são sequer cogitadas. Com a cidadania já restringida pela condição de doente mental e , o que é pior, com o rótulo de irresponsável conferido pelo exame de sanidade mental, o portador de transtorno mental infrator nunca é chamado a responder por seus atos ou a opinar sobre o projeto terapêutico que melhor lhe convém. Ora, se a vulnerabilidade pode aumentar quanto menor for a capacidade de responsabilidade de um paciente, quanto mais implicado em seu projeto terapêutico e mais convocado a uma atitude ativa e responsável no processo de construção de sua nova existência, melhor será o seu prognóstico e mais protegido ele estará contra a possibilidade de reincidência (FIALHO et al, 2006).

Apesar do nome hospital, era a estrutura prisional, marcada pela custódia, que ditava as regras locais. Mas o lado terapêutico às vezes insistia em lembrar que, ali ainda era um local de tratamento. Com isso, havia sempre uma espécie de "guerra fria" entre equipe terapêutica e agentes de segurança, que se dicotomizava em custódia e tratamento. Mas todos, cada um a seu modo faziam com que a máquina da custódia continuasse a funcionar.

> A relação de custódia opera uma divisão meticulosa, funcional e hierárquica do trabalho desenvolvido por custodiadores, sejam eles inspetores penitenciários ou profissionais das diferentes disciplinas. Trata-se de uma burocracia que não se expressa unicamente pelo volume de papéis, mas também se move em torno de eixos primordiais – a disciplina, a manutenção da ordem, a vigilância, buscando, através deste instrumental, garantir o objetivo de segurança penitenciária. Esta burocracia fornece a aparência de que todos trabalham para um fim conhecido, mas que na verdade se perde de vista (KOLKER et al, 2003).

Em meio a esta opressiva estrutura, instaura-se a oficina de Teatro do Oprimido. Eu e Alessandro Conceição[4] adentrávamos no hospital, envolto pelos olhares desconfiados de todos. Assumimos o desafio de realizar a oficina. Não foi fácil. Poucas eram as atividades artísticas no local. Algumas oficinas de terapia ocupacional e ponto. Não havia oficina mista, e logo tivemos que vencer nossa primeira batalha: queríamos homens e mulheres participando da atividade. Apesar do manicômio abrigar homens e mulheres em seu interior, o contato era velado, proibido. O medo de unir homens e mulheres pairava no ar. Os internos do Manicômio, mesmo os casados, não tinham direito à visita íntima. Ao louco, o exercício da sexualidade não era permitido. Depois de intenso diálogo conseguimos o primeiro feito. Homens e mulheres passavam a dialogar na oficina. Depois de um período, outras atividades foram se tornando mistas e, como era de se esperar, casais começaram a se formar nestas atividades.

---

4 Alessandro Conceição é jornalista, curinga do Centro de Teatro do Oprimido e também coordenou o Grupo Liberarte.

Passado o tempo, intensificaram as retaliações concretas. Com a abertura de um espaço de diálogo, internos começaram a falar de seus problemas na instituição. Casos múltiplos, de corrupção na cantina até histórias de violência física, por parte dos agentes de segurança. Muitos quiseram boicotar nosso trabalho. Foram recorrentes os atrasos na liberação dos internos e questionamentos com relação a nossa prática. Afinal éramos dois jovens de vinte e poucos anos enfrentando toda uma estrutura secular. Era uma coerção que ia desde a imposição, por parte dos agentes, à sutilidade, por parte dos técnicos, que questionavam nossa condição de trabalho e sempre se utilizavam do saber técnico para evidenciar que não podíamos acreditar em tudo que nos foi revelado. Ameaças passaram a ser feitas aos integrantes da oficina, após ter sido apresentado uma encenação na qual um interno interpretava um guarda que o impedia de participar do banho de sol. Apesar de nossa solicitação de que nomes fossem evitados, todos passaram a identificar o truculento guarda ali representado. Foi o suficiente para que sofrêssemos intensa retaliação.

O apoio da direção foi fundamental neste momento inicial. Participamos de uma capacitação dos guardas na tentativa de estabelecer o diálogo. Um dos agentes, um tanto irritado nos disse: *"Vocês não sabem quem são eles. Para vocês eles podem parecer bonzinhos, mas só nós que estamos lá em cima nas celas, é que sabemos quem é quem"*. Outro nos perguntou: *"Mas porque vocês não fazem uma peça falando de alegria. Por que não representar uma história de fantasia? Porque tocar em problemas tão sérios? Isso pode fazer mal. Deixar eles mais agitados."* Mas, como já escrito não eram só os guardas que questionavam nossa ação. Uma das técnicas um tanto preocupada nos perguntou. *"Mas vocês sabem exatamente do que vocês estão falando? Vocês tem que entender que estas histórias que eles contam podem ser frutos de processos delirantes. Não dá pra acreditar em tudo."* Era como se aquele lugar não fosse o que era. Um lugar de opressão, onde sujeição e coerção é palavra de ordem.

Vencido estes percalços, consolidamos a oficina, que acontecia duas vezes na semana. Chega o momento de construir a cena de Teatro Fórum. Fomos investigar a fundo o que estava sendo contado. Descobrimos que várias histórias eram pura realidade. Nua e crua em nossa frente. Sabíamos que o Teatro do Oprimido não ia dar conta de toda problemática vivida naquele contexto. Tínhamos que estabelecer um foco, ver qual opressão era mais latente, mais urgente a ser transformada. O que estava na base de todo aquele quadro. Percebemos a urgência em discutir a lentidão do processo judicial, fruto da alta burocratização do aparato judiciário, o que em muitos casos aumentava em anos a internação. Tínhamos casos de pessoas que viviam no Manicômio por 30, 40, até 50 anos. Assim surgiu a peça "Anseios de Liberdade". A peça contava a história de Percivaldo de Souza, interno do Manicômio, que apesar de ter recebido alta no exame pericial, permanecia internado por anos e anos esperando que seu processo judicial fosse concluído. Na peça, estavam presentes todos os participantes desta engrenagem: defensores, técnicos, guardas, promotores e internos.

Iniciamos as apresentações. Polêmicas surgiram. Técnicos e guardas preocupados passavam a se identificar com os personagens ali colocados. Em uma estrutura como essa, é comum que os sujeitos que integram a máquina prisional se familiarizem com o que é posto como regra. Cada um em seu papel trabalha para que a indústria da custódia continue a funcionar. Sair desse lugar não é fácil. Sentimento de desânimo e aceitação é algo corriqueiro.

> É comum observar que cada trabalhador na relação de custódia se acostuma com a ocupação estrita que lhe diz respeito, cumprindo-a zelosamente, tecnicamente bem. Mas, nem toda ação técnica bem desempenhada aos olhos do custodiador significa que tenha se realizado com responsabilidade moral, no dizer de Bauman (2001). Isto quer dizer que cada um se empenha em dar conta do "seu setor", "seu serviço", independente dos fins para os quais vai contribuir. As praxes do cotidiano da relação de custódia são por vezes desempenhadas e justificadas não mais se levando em conta, do ponto de vista ético, os seus fins (DAHMER et al. 2011).

A partir do trabalho realizado, percebe-se que o Teatro do Oprimido contribuiu para a desfamiliarização das opressões que permaneciam ali, aos olhos de todos. Cada fórum foi essencial para a discussão e investigação de caminhos possíveis. Tivemos apresentações emblemáticas para o grupo. Após uma singela estreia na fes-

ta de dias das mães na unidade, tivemos uma importante e desafiadora apresentação. Apresentaríamos para juízes, promotores e defensores no próprio Heitor Carrilho. Ao saber da apresentação meu nervosismo foi intenso. Não sabia como seria a reação da ilustre plateia. Eu e Alessandro, que pouco sabíamos de direito e psiquiatria estávamos ali, na frente dos aclamados donos do saber. Muitos dos que foram assistir não sabiam da proposta. Acredito que pensavam ser uma peça trivial, descolada da realidade e recheada de fantasia. Durante a apresentação o choque foi intenso. Internos, através do Teatro do Oprimido, passavam a discutir justamente sobre a função desempenhada por aqueles que estavam ali os assistindo. Era um momento único, no qual a voz há tempos calada voltava a soltar seu grito de liberdade. Uma crítica feita pelos internos dos papéis exercidos por aquela plateia. Chegado o momento do fórum, o silêncio foi ensurdecedor. Estava cheio de significados. Revolta de alguns e surpresa de outros. Até que o perito psiquiátrico, importante e temida figura por ser ele responsável pela liberação psiquiátrica do paciente, levantou e decidiu entrar no fórum. O ator que fazia o defensor público foi chamado. O perito, agora no teatro como o interno Percivaldo de Sousa, queria dialogar com nosso interno, que agora era defensor público. Nosso ator tremeu. Não queria discutir com o digníssimo perito. Sua justificativa era de que ele poderia lhe trancafiar por mais 10 anos no hospital. Bastava sua assinatura e pronto. Sua liberdade poderia ser ameaçada. Mesmo com medo, ele entrou em cena. O fórum aconteceu. Ele nunca teria tido oportunidade de falar com o perito. O fórum possibilitou este diálogo. Neste momento as hierarquias se inverteram, possibilitadas pelo Teatro-Fórum. Considero este um momento divisor de águas.

A partir deste dia, iniciamos nossa participação em Congressos e Seminários nos quais a execução da Medida de Segurança, pena instituída para estes internos, era debatida. A discussão feita pela palavra com as teses e discursos promovidos naqueles ambientes agora tinham seu momento estético de discussão representado pela peça *Anseios de Liberdad*e. Juízes, promotores, advogados e médicos utilizavam a peça para discutir esteticamente o que a palavra não poderia fazer sozinha. Muitas foram as apresentações como a *II Conferência Internacional de Saúde Mental, Saúde Coletiva e Direitos Humanos* ocorrida na UERJ, Seminário *A Execução da Medida de Segurança* no Ministério Público e o evento *Loucura e Crime: Internação Manicomial e Direitos Humanos* na Escola de Magistratura do Rio de Janeiro. Os internos, como objetos de saber, não possuíam o direito a fala e a participação ativa nas discussões estabelecidas nos seminários. A peça dava um momento único, no qual cada um poderia através da arte dizer o que pensa e sente ao vivenciar esta triste realidade.

Aos poucos as transformações a nível individual e estrutural iam se manifestando. Um novo olhar sobre os internos ia surgindo. O Manicômio tem duas identidades que são muito contraditórias. As pessoas são presas e ao mesmo tempo pacientes, sendo duas formas de controle muito fortes. Em nossa primeira saída, para apresentação na *II Conferência Internacional de Saúde Mental, Saúde Coletiva e Direitos Humanos,* ocorrida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, nos deparamos com todo aparato do Serviço de Operações Especiais (SOE), órgão responsável pela locomoção de presos. Nossos atores foram transportados algemados em camburões. Intensa coerção, física e psicológica, deram o teor da locomoção. Estavam na condição de presos. Dentre algumas apresentações internas, surgiu um novo convite para levar a peça além dos muros do hospital. Nesta, mulheres foram conduzidas em uma ambulância e homens em uma Kombi. O camburão agora era o lugar do cenário. A instituição, pelo seu caráter hibrido, permite que o interno-paciente transite entre estes dos mundos, do direito cuja formulação coloca-os no lugar de preso à psiquiatria no qual assumiam o papel de paciente. Inicialmente vistos como presos, agora na ambulância poderiam reivindicar seu lugar de paciente. Mas queríamos mais. Onde está o lugar de ser humano sem condições pré-estabelecidas? Para além da condição preso-paciente queríamos que nossos atores fossem vistos como sujeitos, sem estes estigmas fortemente marcados. Esta representação se consolidou no momento em que os internos começaram a ser transportados em um van institucional. Homens e mulheres em um mesmo espaço, em um transporte que era dado a qualquer funcionário da rede penitenciária. Neste momento, consolidou-se o lugar de sujeito, corporificou-se às palmas e os agradecimentos trazidos pela peça. Estabeleceu-se por um instante a possibilidade de eles serem tratados como indivíduos, mais do que presos ou pacientes.

5. Considerações finais: O Teatro do Oprimido oxigenando espaços

> Eles conseguiram através do teatro expressar o que pensavam de nós. A primeira peça Anseios de Liberdade discorreu sobre como agíamos com relação a cada um deles. O que representávamos na visão dos pacientes aqui da instituição. E sob a ótica deles foi impressionante ver como, apesar da doença, apesar institucionalização eles conseguiam expressar como eram diferentes aos olhos de todos e como eles gostariam de ser tratados fazendo esta crítica. Na falta de atenção, de ficarem quase invisíveis aos olhos de alguns profissionais, ou serem colocados de lado sempre aguardando. Por várias vezes eu me emocionei assistindo quando os coordenadores da oficina Monique e Alessandro convidavam as pessoas da plateia, às vezes autoridades presentes em algum evento onde a peça era encenada pra que fizessem uma abordagem diferente ou como eles se posicionariam em relação aquele fato. E sempre as pessoas se apresentavam pra fazer, pra interagir, pra fazer diferente, pra tentar mover aqueles profissionais pra conduzirem o trabalho de uma forma diferente. O teatro deu uma sacudida, tirou o pó e mostrou uma nova possibilidade de pensar daqueles pacientes. Moveu o sentimento, a autoestima. Fez muita gente repensar sobre como ser num lugar como esse. Como trabalhar, como se conduzir. O teatro moveu, criou expectativas, modificou[5].

A transformação simbólica de interno a sujeito foi fundamental para que estes retomassem sua caminhada em uma vida pós Manicômio. O Teatro do Oprimido tem seu mérito nisso e, conjugado ao intenso trabalho de outras esferas que atuam nesta realidade contribuiu para que a Reforma Psiquiátrica, que tanto obteve sucesso na desativação de hospitais psiquiátricos e formulação de Caps mas que permanecia tímida com relação ao Hospital de Custódia, pudesse adentrar este espaço iniciando o processo de transformação desta realidade. Hoje, a maioria dos atores da peça estão desinternados, aspirando outros ares. O Heitor Carrilho não é mais um local de entrada de novos internos. O Rio de Janeiro que antes possuía três Manicômios Judiciários, hoje possui apenas um. Um avanço, mesmo sabendo que há muito a mudar. Ainda existem desinternados sem vínculo social e sem ter para onde ir pela escassez de instituições que recebam estes casos, como as residências terapêuticas. O diretor do hospital, responsável pela implementação do Teatro do Oprimido no Heitor Carrilho, em uma entrevista disse que *"O Teatro do Oprimido possibilitou a oxigenação do hospital"*[6] . A estrutura verticalizada, em muitos momentos tornou-se horizontal. O trabalho contribuiu que a justiça se aproximasse da Reforma Psiquiátrica. Ao final de quatro anos, depois de 90 anos de existência o Manicômio Judiciário teve suas portas fechadas. É importante destacar que isto só foi possível porque houve um trabalho continuado no qual as potencialidades individuais e coletivas foram estimuladas, não se destacando vulnerabilidades. Procurava-se ver o ser humano antes do preso ou do paciente psiquiátrico. Isto foi fundamental para se chegar às ações foco de todo trabalho feito pelo Teatro do Oprimido.

---

5 Trecho de entrevista concedida por S., subdiretora do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho referente à inserção do Teatro do Oprimido no hospital e criação do Grupo Liberarte. Entrevista realizada em 2011.

6 Entrevista concedida ao Jornal Visual da TV Brasil em 2 de Junho de 2009.

Bibliografia

BEZERRA, B. (1992), *Da verdade à solidariedade: a psicose e os psicóticos, Psiquiatria sem hospícios - contribuições ao estudo da reforma psiquiátrica,* Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

BOAL, A. (2009), *A Estética do Oprimido*, Rio de Janeiro: Garamond.

_____. (1980), *Stop: C`est magique*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CARRARA, S. (1998), *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século,* Rio de Janeiro: EDUERJ.

DAHMER, T e DANTAS, R. (2011), *Compreender a relação de custódia: notas reflexivas para o exercício profissional – o caso do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico* In *Ética e Direito. Coletânea Nova de Serviço Social II*, Rio de Janeiro: Lumen Juris.

FIALHO, J. ,KOLKER, T. (2006), "A reinserção social do portador de transtorno mental infrator: propostas para a adequação das medidas de segurança à Lei 10.216/01", Disponível em www.carceraria.org.br/pub/publicacoes/86ac935a4e8b281472b8a8a97c7e2bd2.216 [Consultado em 20 de novembro de 2006].

FOUCAULT, M. (2009), *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis:Vozes.

_____.(1972), *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo:Perspectiva

KOLKER, T, DELGADO, P.G. (2003), "Tratar ou punir: um estudo sobre o louco infrator, no cenário da reforma psiquiátrica". *Psicologia Clínica,* 15 (1), pp:167-181.

MOTTA, G.C., DANTAS, M. (2008), "Simplicidade e singulariadade: arte "virgem" na concepção de Mário Pedrosa". *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, 29 (1), pp.75-100.

PEDROSA, M. (1979), *Arte/Forma e personalidade*. São Paulo: Kairós.

Práticas terapêuticas na polícia militar: relato de experiência do grupo resgate autoestima

Larissa Jucá de Moraes Sales[1]

Lara Virgínia Saraiva Palmeira[2]

Resumo: Este trabalho relata a experiência do Grupo de Resgate da Autoestima, considerado o principal evento da Polícia Militar do Ceará, Brasil, na agenda de tratamento de militares diagnosticados como sujeitos em "crise". As práticas terapêuticas organizam-se com noções como "espiritualidade", "cuidados terapêuticos" e são imbuídas de objetivos sociais de "cura". Buscamos discutir agenciamentos de poder e desejo nessas práticas, que envolvem militares afastados para tratamento e que estão sendo preparados para retorno às atividades laborais. Textos terapêuticos e espirituais são mesclados a relatos de vida dos pacientes, também entoam cânticos que indicam adesão ao ritual, com estímulo para expressarem a sensação de renovação. Baseamo-nos, por fim, em entrevistas para compreender como se estabelecem os cuidados terapêuticos e o processo de cura de sujeitos dentro de uma instituição que muitas vezes é a algoz de seu sofrimento.

Palavras-chave: Policiais militares, espiritualidade, adoecimento, cura.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é o de construir uma leitura sobre as práticas terapêuticas oferecidas pela Polícia Militar do Ceará (PM-CE) que estabelecem como objetivo institucional explícito prescrever a "recuperação" dos indivíduos afastados para tratamento de saúde, especialmente, aqueles cuja recuperação necessitaria de uma intervenção psiquiátrica e psicológica, segundo avaliação de profissionais que atuam como terapeutas da PM-CE.

Outro fator a ser salientado é o papel da religião e os seus significados no processo de cura empreendido por esses atores sociais. A significação da religião, nesse contexto, aponta para as formas de atribuição dessas doenças que, implicitamente, repõem questões de ordem moral e, mais especificamente, de ordem "espiritual" no que tange à apreciação feita pelos profissionais sobre os policiais atendidos enquanto "sujeitos" em situação de terapia.

A experiência de campo no Centro Biopsicossocial da Polícia Militar (CBS), instituição que realiza o acompanhamento de policiais em licença médica é o acesso principal da pesquisa de campo que está embasando nossos argumentos. Outras fontes para a argumentação foram uma série de entrevistas em profundidade ao longo de uma dúzia de anos com policiais militares a respeito de seus pertencimentos sociais, por meio de relações

---

1 Graduada em Ciências Sociais pela UFC em 2010, mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFC) e pesquisadora do Laboratório de Estudos da Violência da UFC. Experiência na área de Sociologia, ênfase em Sociologia da Violência e dos Conflitos Sociais, com os estudos da área da saúde, envolvendo questões como o medo e sofrimento social. Seus trabalhos concentram-se em pesquisas sobre segurança pública com foco nos Policiais Militares. Está vinculada a Prefeitura Municipal de Fortaleza como Técnica de Projetos, Monitoramento e Avaliação da Unidade de Gestão do Programa, na Coordenadoria de Políticas Públicas para Juventude - CEPPJ.

2 Graduada em 2010 do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde desenvolveu sua dissertação sobre a profissão de modelo e a subjetividade feminina, sob a orientação da Profa. Dra. Lady Selma Ferreira Albernaz e com apoio do Cnpq. Atualmente, é Professora Substituta na Universidade Vale do Acaraú, desde 2013. Sua área de interesse concentra-se nos estudos sobre Moda, Design, Corpo, Feminino, Beleza, Consumo, Mídia, Sexualidade e Semiótica.

com policiais que foram estabelecidas em decorrência de trabalho de campo etnográfico sobre a formação de policiais militares no final da década de 1990 (SÁ, 2000).

Vale salientar, para fins de contextualização, que o referido Centro Biopsicossocial da PM-CE foi criado em 2009 e desde então tem passado por reformulações ao longo de sua trajetória institucional. Pelo que foi constatado na pesquisa a questão da continuidade de gestão tem sido tratada como um problema interno, o que, para os profissionais que trabalham lá, tem sido uma barreira para realização de atividades terapêuticas em longo prazo, as quais exigem uma continuidade independente de quem esteja na função de coordenação do CBS. Essas demandas por continuidade de gestão revelam lutas internas pelo poder que apontam para denúncias das equipes a respeito das condições precárias e transitórias com que são investidas na gestão do equipamento.

Não configura como objetivo deste trabalho adentrarmos numa análise aprofundada do CBS enquanto campo de poder face aos conflitos internos da corporação policial militar. Para fins de delimitação do esforço específico deste trabalho, tomaremos como ponto de partida e unidade de análise, o funcionamento das práticas de apenas um "grupo terapêutico" que é promovido pela coordenadora e psicóloga do CBS: o Resgate da Auto Estima, grupo este que recebe policiais militares e dependentes em fase de tratamento em busca da "cura interior". Nesse caso, os dependentes são os familiares de qualquer grau de parentesco dos militares. Trata-se, na realidade, de uma categoria classificatória que funciona para determinar quem é ou não militar no ambiente da terapia e nas estatísticas de atendimento mensais e anuais.

Outra classificação importante diz respeito à figura que esteve na direção do CBs durante o período em que a pesquisa foi realizada. Nessa fase, o CBS foi coordenado por uma psicóloga que trabalha há 10 anos na condição de terceirizada da área da saúde na PM-CE. Como se diz no universo militar, ela é uma pessoa "civil", o que significa que ela não é militar. E o que essa caracterização significa para os atores sociais e se torna relevante para a pesquisa?

O fato de ser considerada "civil" significa, do ponto de vista dos militares, que ela não compartilha de códigos e condutas relativas àquele universo específico. Na realidade, não é inteiramente verdade que esses códigos não são compartilhados, visto que ela está convivendo em um mesmo contexto de interação simbólica e espaço institucional. Entretanto, ela não é vista como parte integrante daquele ambiente por não ter sido submetida aos rituais de poder que produzem a figura do "militar".

ou seja, uma pessoa que no ponto de vista dos militares não compartilha de códigos e condutas relativas àquele universo específico. Na verdade, não é de todo modo que não compartilhe os códigos, pois assim o fazem com frequência, uma vez que estão convivendo em um mesmo contexto de interação simbólica e espaço institucional, mas que não são vistos como parte integrante daquele ambiente por não ter sido submetida aos rituais de poder que produzem a figura do "militar".

Ser percebida como alguém "de fora" é algo ressaltado pela própria coordenadora. Por suas falas percebemos que ela preconiza a ideia da confiabilidade: ela é alguém em quem se pode confiar, pois o policial teria liberdade para expor seu problema sem sofrer certos tipos de sanções sobre o que foi relatado, situação esta reservada a PM. Assim, na perspectiva da psicóloga, é vista como vantagem essa posição de fora, pois a atuação dela envolve a busca pelo problema pessoal, íntimo, emocional, onde o segredo dos policiais está em jogo, segredo em relação a temas que são de alto teor conflitual como uso de drogas, vida sexual e relações familiares. Parte dos policiais em tratamento, em suas falas, parece revelar que há também outra vantagem nesse pertencimento forasteiro da psicóloga, uma vez que ela supostamente não fará julgamentos enviesados pela "doutrina" e a "hierarquia militar".

Nossas considerações estão balizadas nas significações dos nossos interlocutores, principalmente na observação dos agenciamentos no contexto interacional da partilha, e em testemunhos elaborados por estes sujeitos no qual está explicito o "desafio" da cura. Tomamos também como referência as mensagens transmitidas nos slides e parte dos textos classificados pelos profissionais do CBS como "motivacionais". Como já foi mencionado, a dimensão religiosa é parte integrante deste contexto, embora em alguns momentos pareça ter um papel secundário é ela que rege parte dos acontecimentos do encontro. Ao elaborar a narrativa partimos das concepções de autoreconhecimento dos militares enquanto doentes, uma vez que eles assumem o discurso médico como parte de seu próprio discurso e assim justificam seu pertencimento no grupo terapêutico.

2. O Adoecimento e os Sujeitos Em "Crise"

Assim como Magnani (2002), ao estudar o processo de cura da doença mental nos terreiros de umbanda, consideramos que para entender como se realizam os processos de cura entre os militares, é fundamental estarmos atentos primeiramente ao que se define como doença, no nosso caso o processo de adoecimento do ponto de vista do paciente, para enfim entender a lógica das práticas terapêuticas aqui observadas. Nesse sentido, analisamos a entrevista realizada com Antônio[3], bem como uma parte de sua biografia, para observar a maneira como o mesmo define sua condição a partir da experiência do adoecimento e pelo modo como tenta escapar do sofrimento através de episódios em que o interlocutor cometeu tentativas de suicídio.

Sobre os dados biográficos de Antônio, vale salientar que ele ingressou na corporação em 1992 e atualmente ocupa o posto de cabo da Polícia Militar e afirma que dedicou metade da sua vida ao serviço. Ao ser entrevistado, Antônio informou que estava buscando tratamento devido a problemas de saúde e financeiros. Segundo ele, estaria muito difícil suportar; "está quase insustentável", afirmo. Antonio vive "maritalmente" com duas mulheres há 10 anos, com elas tivera oito filhos, cinco com uma e três com outra. As duas sabem da existência uma da outra e vivem em constante conflito, ora ele vive com uma ora com outra. Além desse impasse familiar, o policial militar assume a condição de dependente de álcool, há mais de 20 anos. Para o entrevistado, o ponto de partida dessa trajetória negativa teria sido ocasionado ainda na juventude, quando sua "turma" se reunia em direção as "farras".

Assumindo estar em um estágio crítico de dependência, nosso interlocutor justifica o uso da bebida em momentos de crise, diz relaxar ingerindo álcool numa tentativa de esquecer e escapar momentaneamente do seu *sofrimento*. Na sua narrativa o episódio ápice de sua última crise teria acontecido alguns dias antes de nossa conversa, logo antes do carnaval. Antônio teria bebido excessivamente, tinha "passado dos limites": discutiu com uma de suas mulheres, faltou o serviço por conta do que chama de ressaca moral (sentia-se envergonhado pelo acontecido) e física (com dores de cabeça e o cheiro de álcool que estava impregnado no seu corpo).

Entretanto, Antonio não parou de beber e novos episódios com a bebida aconteceram ocasionando mais faltas no serviço. Cansado dessa rotina, Antônio contou que teria procurado o seu comandante para pedir ajuda. Nesse encontro o seu superior teria dito que não o ajudaria, na verdade iria pedir sua expulsão da polícia, pois ele é "um inconveniente para a corporação". Com a voz embargada, Antonio continuava a falar lentamente, como se tentasse segurar o choro. O policial disse implorar pelo "amor de Deus" para que ele não pedisse sua expulsão, pois sua família dependia do seu trabalho. Ao relembrar esse evento, Antônio dissera que esse teria sido o episodio de maior humilhação que tivera passado ao longo de sua trajetória profissional. No encontro com o comandante o policial disse que preferia morrer, pois assim ainda restaria a pensão para o seus filhos. Ao contrário do imaginava ouviu do comandante que preferia vê-lo morto, isso seria uma favor que ele faria a corporação militar, pelo que ouvira "seria um prazer enterrá-lo".

Em sua trajetória de tratamento, Antônio passara por várias intervenções psiquiátricas, em intervalos de melhora e retorno a dependência de álcool. Entre internações e recaídas, o policial informou que aquela situação teria sido a "gota d'água" do seu sofrimento e a "entrada" na depressão. Do ponto de vista desse policial, a humilhação sofrida trouxe a tona sentimentos até então silenciados, ir ao seu comandante e receber uma retaliação moral gerou mais desestímulo e vontade de beber.

Antônio com a voz embargada repetia várias vezes "ele não poderia ter feito isso comigo", começou chorar, paramos nossa conversa por alguns minutos e informamos que se ele preferisse poderíamos conversar em outro momento. Com um suspiro demorado ele retomou a palavra e começou a relatar suas tentativas anteriores de suicídio. Na primeira tentativa vez ele teria se enforcado no seu quarto, em casa, em suas imagens mentais lembrava que não tinha pulado da cadeira, apenas ajoelhado. Um de seus filhos passava pelo quarto, naquele exato momento, o encontrou pendurado, correu e foi chamar sua mãe, com faca ela cortou a corda que o segurava.

---

3 Optamos por renomear os nossos interlocutores com pseudônimos para fins de apresentação da narrativa.

Na segunda tentativa Antônio teria enrolado no seu pescoço um fio de náilon, faltava ar. Quase morrendo foi surpreendido por seu irmão e seu pai que correram para pegar algo cortante para romper a linha. No terceiro e último momento classificado por ele como dramático, Antônio relatou ter tomado um vidro pequeno de chumbinho, um veneno utilizado para matar ratos. Após o auto envenenamento o policial entrou em coma por 10 dias e ficou internado por mais 6 dias. Quando retornou a si ele não lembrava do ocorrido apenas de ouvir o médico comentar que não sabia como o policial tinha sobrevivido depois da ingestão do veneno.

Ainda chorando, o policial diz que não queria mais apelar para isso, mas também não queria sofrer mais. Relatou que já tinha sido preso várias vezes por faltar o trabalho e que já esteve em Licença para Tratamento de Saúde outras inúmeras vezes. Do ponto de vista do comando militar, esse policial é considerado um estorvo para a instituição; ele mancharia a imagem do policial. Logo, o ideal então seria "se livrar do problema", ou seja expulsar o policial da corporação, baseando-se no código militar, cujo abandono do trabalho significa deserção, além do alcoolismo se associar à má conduta do indivíduo. Para o policial as outras tentativas de suicídio tinham sido atitudes desesperadas e após os episódios entendeu que Deus teria lhe dado uma nova chance, pois "aquele não era o momento de partida e sim de recomeço". Essa ideia nos remete ao que Elias (2001) discute ao afirmar que "o sofrimento causado por essas fantasias e pelo medo da morte [...] pode ser tão intenso quanto a dor física de uma corpo em deterioração" (2001: 76 e 77).

O fio condutor dessa narrativa são as memórias de dor e humilhação, que na concepção de Antônio justificaria parte de seu adoecimento psíquico. A humilhação e o descaso com o seu sofrimento e a sua dor, são para o doente uma descrença de si, uma desinvestida no papel do policial, que outrora era visto como valente, como corajoso e agora se encontra fraco, inoperante, medroso. Há uma descrença no próprio potencial, uma vergonha da moléstia, um desconhecimento de si, uma sub valoração do *self*. O *ethos* guerreiro (ELIAS, 1997) já não condiz com a realidade da impotência. Em nossas pesquisas observamos que a degradação física está expressa nas narrativas dos licenciados, a experiência da dor e da doença provoca uma descontinuidade no "curso natural da vida", como uma espécie da *pausa* até que a pessoa seja "curada", essa interrupção estaria ligada ao período de afastamento da atividade laborativa até o reestabelecimento da saúde do indivíduo. Para comprovar o afastamento do trabalho o doente, procura um especialista (médico) que justifique tal feito, no caso de um resfriado, por exemplo, talvez um ou dois dias sejam suficientes, quando se trata de doenças mentais essa pausa pode ser de meses e até anos.

Nesse contexto de análise, tomamos emprestada a noção de doença expressa na pesquisa de Paula Montero quando analisa os processos de cura nos terreiros de umbanda. Esta concepção de doença está associada a uma noção de desordem que ultrapassa o corpo do indivíduo, envolvendo suas relações sociais e a organização do mundo espiritual:

> A "doença", enquanto expressão da negatividade absoluta, se torna paradigma do conflito (social, moral, psicológico), do caos. Enquanto metáfora, ela passa a significar a Desordem por excelência, que se manifesta no corpo físico, mas também no corpo social e no corpo astral. Evidentemente o fato de que as doenças afetem, de um modo geral, o vigor moral, a vontade pessoal, e consequentemente o fluxo da atividade cotidiana, facilita a associação Doença-Desordem (associação sintetizada na expressão "doença espiritual"), permitindo ao individuo reinterpretar seu estado mórbido como uma experiência do sobrenatural, como uma interferência de forças espirituais em seu corpo e em sua vida. (MONTERO, 1985: 136)

Em nossas referências, percebemos que diversos sãos os modos de apropriação do conceito de doença. Por exemplo, no caso dos estudos de Marcelo Natividade (2006) sobre a cura da homossexualidade do ponto de vista de pastores evangélicos, o autor nos mostra algumas concepções do campo da biomedicina que entendem o homossexual como portador de sintomas de uma psique doente, por este motivo o individuo nesta condição seria facilmente induzido à depressão e ao suicídio, principalmente por ser "instável, inseguro e imaturo". Ao analisar estes dados, Natividade (2006) observa que "enfatiza-se uma representação patologizada das práticas homossexuais, articulada em torno da concepção de vício, compulsão e transtornos mentais" (2006: 119).

Nossa análise está enquadrada nesse período de *pausa* de policiais militares cujo laudo psiquiátrico comprova alguma disfunção mental. Nesse período, cria-se uma nova rotina de vida, uma reconfiguração do papel do doente junto à profissão e a própria família. De acordo com os nossos interlocutores, no contexto profissional, as vezes o licenciado é reconhecido como "enrolão" ou "estorvo", na família, algumas vezes é tido como "insano", aquele que não tem mais solução, principalmente nas situações de esquizofrenia. Durante essa *pausa*, busca-se a cura, somente pela via do tratamento médico para aqueles se intitulam com ateus, ou seja, não creem em uma entidade superior capaz de libertá-lo daquele mal. No caso oposto encontramos os religiosos, aqueles que afirmam possuir uma forte ligação com o simbólico, eles acreditam que há uma força espiritual regendo e governando o mundo, força esta capaz de potencializar ou amenizar o sofrimento.

No caso do suicida, ele vê em sua vida situações de desacertos, no qual é punido por algo que está presente em sua mente, existe uma sensação de culpa que atrai o desejo de livrar-se, de libertar-se e isso só é realizável por meio da morte, pois este "é o fim absoluto da pessoa" (ELIAS 2001: 53), o fim absoluto do sofrimento. Do ponto de vista dos doentes com vinculação religiosa, há também outra saída para reconversão do ciclo de vida, ou seja, uma reconfiguração do indivíduo ao seu estado natural de pessoa sã e saudável. A participação do gruo terapêutico *Resgate da Auto Estima* que descreveremos a seguir é entendida pelos pacientes como uma alternativa de reverter essa circunstância e tem para os nossos interlocutores uma dimensão espiritual sobre a qual estão imbuídos a fé e o desejo de voltar a si, o desejo de reconstrução da vida. Os relatos apresentados são exemplos de experiências concretas. Destacamos que efeitos múltiplos apontados pelos pacientes como causadores de sofrimento, entretanto destacamos a história de Antônio cuja relação com o sofrimento se aproxima a dimensão moral.

3. Grupo *Resgate da Auto Estima*

Nove horas da manhã da sexta feira, na agenda militar, é dia de reunião do *Regate da Auto Estima*. Ao chegar ao Centro Biopsicossocial, local onde os policiais são em maioria encaminhados compulsoriamente pelos comandantes, ou em minoria procuram voluntariamente para acompanhamento psicológico, os participantes são encaminhados para o prédio ao lado, o Centro Odontológico da própria polícia. Os funcionários do Centro indicam o caminho do auditório. Na porta está fixada agenda anual do grupo, seguido de um cartaz de boas vindas. Ao entrar ouvimos uma melodia suave, outras pessoas começam a chegar, uma das funcionárias entrega balas de chocolate para quem entra no local. Os frequentadores do grupo seguem uma rota naturalizada, como quem já incorporou o trajeto: pegam sua ficha de identificação, "catam" os textos da apresentação, e se sentam aleatoriamente nas cadeiras do auditório como quem aguarda o início da terapia. Alguém passa uma prancheta com a lista de frequência, as canetas, contadas e identificadas com o nome do CBS, esse material é passado e repassado pelos participantes. Aos poucos mais pessoas vão chegando, algumas trazem bolos, outras refrigerantes.

Outro funcionário do CBS chega com uma sacola com guardanapos, copos descartáveis e facas e em seguida os guarda como quem esconde algo de alguém. Colocam esse material atrás do púlpito, localizado no canto direito da sala, logo abaixo de uma imagem de Jesus Cristo crucificado pendurado na parede, demonstrando a doutrina hegemônica do Cristianismo por parte da direção da casa. Uma senhora leva refrigerantes para outra sala, alguém comenta que aquela é a copeira do Centro Odontológico. O ambiente, já está quase lotado, cerca de 70 pessoas estão sentadas aguardando o início da reunião.

O olhar mais atencioso percebe quem está no auditório pela primeira vez, pois os mais antigos, chegam e naturalmente pegam sua ficha de identificação, preenchem, recolhem os textos e vão para o seus lugares, ao contrário daqueles que entram rapidamente como quem não quer incomodar, passam despercebidos pelas etapas e, tentam parecer invisíveis, mas logo são repreendidos por uma funcionária que ensina o *processo de identificação.* Desse modo, é possível reconhecer quem é novato na área.

Na hora fixada na agenda terapêutica a psicóloga entra no auditório e como de costume estava vestida toda de branco. Em outra ocasião, ela teria dito que seu modo de vestir está ligado a sua trajetória profissional, a qual por um longo tempo esteve lotada no Hospital da Polícia Militar. Suas categorizações simbólicas sobre o

uso da roupa branca está relacionada a sua vinculação a área da saúde. Nesse sentido esta seria uma tentativa de reproduzir o modelo de uniforme da medicina, buscando lembrar a assepsia do ambiente hospitalar, além de assumir uma postura hierárquica diante dos demais funcionários do CBS, uma vez que ela é a única que faz o uso da vestimenta inteiramente branca e em certa medida isso contribui para a idealização dos policiais que naturalmente lhe atribuem o título de Doutora.

Ao observar tal fato, reportamo-nos ao trabalho de Montero (1985) que ao discutir o conflito de competências entre a medicina mágica e a medicina oficial verifica que os médiuns de diversos centros também fazem uso de roupas brancas para lembrar a limpeza, a moral e a hierarquia imposta na vestimenta e no ambiente asséptico da medicina oficial. A autora demonstra que muitas dos recursos da medicina oficial são utilizados na medicina mágica, por exemplo, as conversas entre os adeptos e as entidades são chamadas de "consultas", além das longas filas de doentes que se assemelham a de um ambulatório.

O ritual da terapia se inicia quando a psicóloga, após cumprimentar os frequentadores declarados por ela como pacientes, coloca ao fundo uma música de orientação religiosa, mais especificamente aquelas que remetem a figura de Deus e Jesus Cristo. Enquanto canta, ela pede para que todos a acompanhem em uma espécie de preparação, um momento de relaxamento no qual a adesão das pessoas demarca o início do encontro. Uma parte da luz é apagada, alguns participantes fecham os olhos e cantam as músicas demonstrando domínio da letra e do ritual, os demais, novatos, acompanham pelo slide a letra da canção tocada.

Entendemos que ao considerar a religião como uma instancia de controle, Marcelo Natividade (2009) nos mostra que ela cria sistemas simbólicos que são capazes de dar sentido as ações sociais de seus adeptos. Relacionamos nossa perspectiva à ideia que Magnani (2002) retrata neste trecho do seu estudo:

> A religião, antes de mais nada, oferece um conjunto de certezas que constituem pontos de referência diante da imprevisibilidade da vida cotidiana. Se nem sempre evita o sofrimento, torna-o inteligível, dá-lhe um significado. Princípio integrador de acontecimentos que em sua incoerência se apresentam como insuportáveis, propicia a introdução de uma ordem no caos. E é aqui onde reside uma diferença fundamental entre a prática médica oficial e as práticas alternativas, particularmente as que se vinculam a sistemas religiosos. (MAGNANI, 2002: 07)

Desse modo, entendemos que ao selecionar comumente músicas interpretadas por cantores cristãos, principalmente da doutrina protestante, e ao usar textos de cunho espiritual que trabalham a concepção de cura ligada ao reconhecimento da impotência diante de Deus, a psicóloga reafirma a sua vinculação religiosa evangélica. O modo de se portar (de ser e de estar) diante dos pacientes e dos representantes da instituição militar, atestam também essa ligação e a incorporação de um *ethos* religioso, uma condição que vai além do âmbito profissional, uma vez que no discurso evangélico a "salvação" do indivíduo está condicionada a aceitação de uma vida voltada a Deus (NATIVIDADE, 2009). No caso do Grupo Resgate da Auto Estima, o conteúdo apresentado e o modo como se opera a própria prática terapêutica revela o enquadramento discursivo da psicóloga.

Uma das músicas comumente apresentadas em forma slide e que agora trazemos para a análise é *Tua graça me basta.* Interpretada por vários cantores do meio evangélico, esta é canção (chamada entre os evangélicos de louvor), traz para a nossa discussão a idéia de que o homem não precisa ter o reconhecimento de nenhum outro homem, pois só a presença grandiosa do Senhor é o bastante para sua vida. A função do indivíduo na terra estaria associada à presença de Deus, uma vez que a "glória" humana é fazer com que ele seja reconhecido. Para a psicóloga o clamor entoado representa a atitude do individuo diante de sua espiritualidade, está ligada ao relacionamento do indivíduo com o ente supremo, o objetivo é que o rosto do homem e sua atitude sejam reflexos das atitudes do ser divino, nesse sentido a presença de Deus em sua vida seria o a glória humana.

Entre os participantes do ritual encontramos pessoas ligadas ao catolicismo, ao espiritismo em minoria e a maioria pacientes pertencentes ao pentecostalismo, aqueles que se autodeclaram ateus não frequentam o *Resgate da Auto Estima*. Ao serem interpelados pela ausência nos encontros, os ateus costumam comparar o encontro a um culto evangélico e por tal motivo não se caracterizaria como terapia, deslegitimando, assim, as reuniões. Comentários dessa natureza produzem um efeito positivo entre os evangélicos, pois parece que aumenta a devoção, uma vez que "os evangélicos trabalham sem cessar para que o vínculo com o mal

diabólico se transforme, de fato, em algo provisório e superável" (BIRMAN, 2010: 325). Segundo alguns de nossos interlocutores esta descrença seria, portanto, obra diabólica para afastar o homem do caminho da salvação.

Na reunião, enquanto música tocava, alguns participantes cantavam, outros de olhos fechados choravam como se a música tocada retratasse momentos de suas próprias vivencias. Como exemplo, elencamos o caso de um de nossos interlocutores que afirmou passar por uma situação de extremo sofrimento, pois sua mãe teria sido acometida por um câncer nos ossos. Em diversos momentos observamos o policial chorando copiosamente. Observamos também frequentadores, vindos das casas de recuperação para os encontros quinzenais passam parte do tempo da reunião conversando com amigos e familiares que não vê a tempos por conta da internação. Um dos entrevistados afirmou ser aquele o único período que ele tem para encontrar sua esposa.

Outra música que faz parte do repertório motivacional da psicóloga, é a *Sonda-me, Usa-me,* também de intérpretes protestantes. Este "louvor" remete a ideia da presença de Deus na vida do ser humano, a canção refere-se ao uso da vida do homem como canal da obra do Senhor. Alguns de nossos interlocutores afirmam que tal feito se efetiva quando o indivíduo tem um coração *quebrantado,* palavra que faz parte do vocabulário evangélico que significa o rompimento com o desejo pessoal, carnal e a total rendição ao sagrado por vinculação a Deus (NATIVIDADE, 2009). O apelo musical pede uma transformação pessoal em concordância com a vontade do "ser maior", ou seja, reflete o uso do corpo conforme a vontade de Deus.

Após o término dos cânticos entoados, os participantes aguardam o início da apresentação. A psicóloga confere uma saudação e realiza uma oração de agradecimento a Deus pela participação e presença daquelas pessoas na terapia, sua atuação é reflexo da sua trajetória religiosa. Essa é uma característica bastante observadas entre os evangélicos e entre os católicos carismáticos na qual sua vida terrena é tida como canal das intervenções do Senhor (SILVA, 2005). Ainda vinculado a este pertencimento, outro fato interessante foi observado quando uma palestrante convidada (uma terapeuta ocupacional), segurando um crucifixo pendurado em seu pescoço, testemunhou sua experiência de vida enquanto profissional de uma das entidades de recuperação de dependentes químicos na Comunidade Católica Shalom. Ela relatou ter iniciado seu trabalho como voluntaria, uma vez que Deus teria lhe chamado a cumprir sua missão de restaurar vidas "desgraçadas". No momento da apresentação a terapeuta, ainda segurando o crucifixo diz que sua profissão foi um chamado e que todos aqueles que acreditam em Deus "devem testemunhar as suas bênçãos no trabalho, na escola, na família, em toda sua relação com o outro". Tal afirmação faz parte desse *ethos* religioso e é fator explicativo das ações desses atores sociais, uma vez que a religião funciona como uma instância de controle capaz de moldar a vida dos participantes mais devotados.

Nesse caso, essa vinculação religiosa opera práticas terapêuticas específicas, na qual do ponto de vista da psicóloga ao falar de Deus estaria se referindo à espiritualidade, de modo que o fortalecimento da vinculação com o sagrado, com a crença, auxiliaria no processo de reestruturação da cura interior, então "em respeito ao ser humano" ela aborda essa questão. Sua palestra é construída em um jogo de atributos entre o certo e o errado na sua atividade terapêutica, desta forma, ela expõe que na ética psicológica não se pode induzir ninguém a qualquer vinculação política e religiosa, então ela destaca que na reunião "não se fala de religião, pois o encontro é aberto a membros de qualquer filiação: católicos, evangélicos, espíritas e ateus". A partir de suas significações ela explica que sua abordagem é balizada pela psicologia positiva e que essa diretriz teria guiado sua vida profissional, sobre a qual teria participado de inúmeros congressos nos Estados Unidos, local onde tivera realizado seu mestrado. Por conta desta experiência, a psicóloga justifica a importância da busca espiritual no processo de melhora da autoestima pela compensação da crença.

Segundo Paludo e Koller (2007) a psicologia estaria em expansão dentro da ciência psicológica. Esta linha de trabalho explora as potencialidades e virtudes humanas como a esperança, a criatividade, a coragem, a sabedoria, a felicidade e a espiritualidade. A avaliação e a estímulos dessas potencialidades favoreceriam o desenvolvimento pleno, saudável e positivo dos aspectos biológicos, sociais e psicológicos dos indivíduos. Sobre esse assunto ver Paludo e Koller (2007) e Yunes (2003).

Outro relato que tem a função de justificativa do uso da espiritualidade enquanto condição favorável à recuperação dos indivíduos acometidos por algumas doença psíquica foi explicitado em alguns dos encontros assistidos. Na ocasião a psicóloga narrou uma experiência que tivera em um curso de capacitação promovido

pela instituição militar. No curso, um funcionário de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) relatou que fizera uma pesquisa na unidade de tratamento em que trabalhava cuja intenção era verificar qual a importância da dimensão religiosa no processo de cura da dependência química. Na oportunidade, esta pessoa teria constatado que aqueles que possuem algum tipo de fé, de crença, teria obtido a cura com mais facilidade, evitado também momentos de recaída, ao contrário de quem não possuía essa experiência. Na interpretação da psicóloga, aqueles que têm a espiritualidade em desenvolvimento, viviam em busca de uma verdade, na qual sua experiência de vida o direcionaria a favor do "bem", ou melhor, de um caminho de luz, evitando a mentira, por exemplo. Nesse caso, a condição de mentiroso estaria em oposição a esse bem.

O intento da prática terapêutica, nesse contexto, é de conectar a vivência no mundo carnal a experiência espiritual de modo que produza um efeito positivo de retorno de si, sobre o qual a finalidade é que o bem esteja sobreposto ao mal através da autoconfiança e do autocontrole, atingidos pela fé em um ente supramundano. Os estudiosos da temática da religião observam um fator importante entre as diversas crenças estudadas, nas quais há um duelo constante entre o "bem" e o "mal", comparando a uma verdadeira guerra (MONTERO 1985; VELHO,1996; NATIVIDADE, 2009; BIRMAN, 2009) , uma vez que há uma "oposição radical entre as figuras de Deus e do Diabo" (VELHO, p. 143, 1996), como percebemos no pentecostalismo. O indivíduo estaria no centro dessa batalha, intercambiando entre esses dois polos. Nos estudos de Natividade (2009), ao trabalhar a questão da cura da homossexualidade na perspectiva de pastores da igreja evangélica, ele observa que "do ponto de vista cosmológico, afirma-se que a prática de determinados pecados abre brechas no corpo do indivíduo, pelas quais os demônios atuam escravizando a mente e induzindo a novos pecados" (NATIVIDADE, 2009: 125), no nosso caso estes pecados estariam associados principalmente ao alcoolismo e ao uso de drogas.

Percebe-se que durante a terapia não se fala em algo negativo que remeta a condição do doente ao exercício e obras do "maligno", fato que constatamos em algumas falas dos pacientes em outros contextos de interação. O apelo que observamos relaciona-se a potencialidade do individuo para as "coisas do bem", a mudança buscada depende fortemente da aceitação da condição de doente e da vontade de transformação por parte do paciente. Sobre esta perspectiva, em cada encontro do grupo *Resgate da Auto Estima* a psicóloga elege uma frase que será repetida por toda a reunião, algumas delas destacam alguma fragilidade humana, outras põe em questão uma qualidade que deve ser buscada pelo indivíduo como: "A humildade é a grandeza do homem" ou "Nada é o bastante para quem considera pouco o que é suficiente". Quando interpelados pela terapeuta, os participantes são incentivados a resignificar a expressão, enquanto um declara que a primeira frase que diz que "o indivíduo tem que deixar de lado o orgulho e ser mais humilde", outro interpreta a segunda expressão falando que "nós devemos nos contentar com o que nós temos. Sem desejar o que é do outro".

Ao incitar que eles reinterpretem as frases, os textos ou as mensagens transmitidas, no ponto de vista da psicóloga, os pacientes estariam assimilando o conteúdo transmitido e de alguma forma reconhecendo que o principal agente motivador da transformação é o próprio indivíduo. Por este motivo ela utiliza textos classificados como de autoajuda, ou seja, textos que retomam essa ideia de que o próprio indivíduo é capaz de se autocontrolar. O reconhecimento da doença embora tenha a tendência de elaborar discursos vitimizantes (com relação à própria condição), na terapia ele produz nos participantes a ideia de que o próprio indivíduo também é autor do seu processo de adoecimento. Nesse sentido a doença estaria em parte relacionada à sua experiência de descontrole, ou seja, com a falta de habilidade em lidar com situações de extremo stress, principalmente com relação ao abuso de autoridade fato que é facilmente encontrado entre os policiais militares.

Vários textos fazem parte do roteiro de tratamento dos pacientes, autores como o psiquiatra Augusto Cury, o pastor Norte Americano Max Lucado e a psicóloga Elizete Malafaia, foram abordados nos últimos sete meses. Artigos retirados de revistas, como a *Mente e Cérebro,* também são comumente abordados. A seleção do material exposto e dos autores é feita considerando a abordagem que aceita a espiritualidade como uma das fontes propulsoras da cura. Mesclados a esses textos, uma variedade de vídeos e mensagens em slides são exibidos no decorrer da apresentação.

Em poucas ocasiões em que estivemos presentes alguém se dispôs a "testemunhar" sua história de vida. Uma das que tivemos a oportunidade de assistir era a história de um policial militar, com mais ou menos 20 anos de serviço, autodeclarado dependente químico, ele afirmou usar drogas há mais de 10 anos. Costumava

gastar todo o seu salário na compra de cocaína, maconha e no uso de álcool. Afirmou que já teria ido trabalhar "cheirado", para aguentar o servido depois de uma noite na farra. Segundo este policial, o ponto máximo de sua "derrota" foi quando percebeu que sua família não tinha o que comer. No seu testemunho ele expõe que sua cura só teria se efetivado quando ele se voltou para os caminhos de Deus, ou melhor, quando ele "conheceu Jesus" e passou a frequentar uma igreja evangélica, desde então estaria limpo "para a honra e glória do senhor". Para os nossos interlocutores o ato de testemunhar, de expor para os outros o seu problema funciona como forma de superar o acontecido. Além disso, provocaria um efeito positivo na vida dos espectadores, um estímulo para que os "derrotados" busquem motivação para enfrentar o seu próprio problema, como podemos perceber na fala deste policial:

> A convivência com pessoas com transtornos parecidos e problemas parecidos, isso a gente... eu posso ajudar a pessoa a elevar sua autoestima e tentar resolver o seu problema. Aí eu tento ajudar a pessoa da melhor maneira possível, eu tenho ajudar. E estando curando o próximo eu também estou me curando. Tô ajudando o próximo e tô me ajudando também. As mensagens de autoestima são muito válidas pra gente né? Eu faço muito nexo com a Bíblia nessas passagens, com livro de Provérbios, de Eclesiastes, salmos também... eu vejo muito nesse lado bíblico, religioso, que Deus é a presença de Jesus Cristo na nossa vida.

Sobre o ato de testemunhar destacamos a idéia de Otávio Velho (1996), sobre a qual falar do seu problema, consiste em reconciliar o corpo e o espírito:

> No caso dos pentecostais, justamente, ganham, inclusive, um papel socializador e um estatuto ritual estratégicos por via do *testemunho*, prática discursiva que reconcilia corpo e espírito de um modo inesperado para quem se detenha exclusivamente na sua ênfase espírito (VELHO, 1996: 150 e 151)

Para Vagner Silva (2005), a palavra anunciada ocupa um lugar de destaque nos processos "mágico-religiosos". Ao fazer uma retrospectiva do desenvolvimento das igrejas evangélicas neopentecostais o autor destaca que nas sessões voltadas para a cura das enfermidades é comum que os pastores induzam as pessoas a fecharem os olhos enquanto elaboram uma oração carregada de magia, pois é através dessa enunciação que Deus irá agir. Ao ordenar energicamente que o mal seja dissipado "em nome de Jesus" os corpos adoentados estão livres de todo o mal. Quando curados as pessoas são chamadas a publicizar por via do testemunho a "benção" alcançada.

A psicóloga numa tentativa de reiterar a importância da espiritualidade na cura interior utiliza passagens da Bíblia também na terapia, costuma finalizar os encontros pedindo para que os pacientes repitam com ela a oração de Jabez, encontrada no livro de 1 Crônicas versículo 4. O contexto da oração mostra os pedidos que Jabez fizera a Deus, que são: "Que me abençoes / Que me alargue as fronteiras / Seja comigo a Tua mão / Me preserve do mal de modo que nos sobrevenha à aflição".

Esta situação nos remete ao que Vagner Silva (2005) discute ao abordar as disposições mágicas efetuadas no campo da linguagem, no sentido de que nas palavras proferidas há uma ativação mística sobre a qual forças do bem e do mal são emanadas, o uso da Bíblia enquanto "conjunto de inscrições da palavra revelada [...] transforma-se numa gramática ou mitologia explicita útil para a construção de ritos" (SILVA, 2005: 153), seria usada, portanto, na recuperação das tradições orais adotadas para orientar as condutas nos rituais. Nesse sentido, ao proferir a oração de Jabez, forças místicas estariam atuando em favor de uma proteção vinda de Deus.

Dentre os demais conteúdos apresentados, são mobilizados saberes de toda natureza, de poesia a textos de autores desconhecidos. São priorizados dizeres que trazem consigo uma dimensão moral sobre o qual se inscrevem os novos pertencimentos. Mensagens de autores como Clarice Lispector e Fernando Pessoa às vezes são citadas ou apresentadas em mensagens visuais, assim como pensamentos de Gandhi também. Ao mesmo tempo são elaboradas explicações sobre doenças, ou métodos de tratamento encontrados pela psicologia e a psiquiatria.

Esta é uma reunião bastante longa, são cerca de 2 horas 30 minutos de exposição. Nesse sentido, observamos que diferentes recursos visuais são utilizados com a intenção de tornar a palestra dinâmica, percebemos que a leitura dos textos é sempre intercalada a apresentação de vídeos, somados a cânticos e histórias de vida. Nos primeiros encontros que participamos a ordem das apresentações nos pareceu bastante confusa, principalmente pela quantidade de informações transmitidas pela palestrante, com o tempo entendemos que essa era a dinâmica do grupo, e esse artifício era usado realmente para tornar a exposição atrativa. Os principais temas abordados enquanto estivemos lá foram pensamento positivo, ansiedade e stress.

Ainda no fim do ritual, todos são convidados a dar as mãos em sentido de união, cantam na maioria das vezes a música *Noites Traiçoeiras* interpretada pelo Padre Marcelo Rossi. Nesse momento percebemos uma adesão total do grupo, com as luzes apagadas, notamos que parte das pessoas fecham os olhos para se concentrar. Interessante destacar que apesar de muitas das canções apresentadas serem de interpretes evangélicos, músicas de padres e até do cantor Roberto Carlos também são tocadas, segundo a psicóloga relembrando aquele ponto da ética profissional anteriormente citado. Ao terminar a música a psicóloga pede que os participantes coloquem suas mãos sobre o coração para acompanhar a oração de encerramento, um importante momento, uma vez que o motivo da presença dos pacientes naquele local foi por vontade divina. Desse modo ela elabora seu agradecimento a Deus falando sobre o dom da vida e por estarem naquele local compartilhando o momento, pelos ensinamentos e o aprendizado obtido. Em seguida a psicóloga pede para que todos repitam em voz alta: "Sou forte e corajoso e corajoso, não temerei e não me espantarei, porque o senhor meu Deus é comigo por onde quer que eu andar". Com o a oração do *Pai Nosso* mais um dia de grupo terapêutico se encerra.

Enquanto os funcionários do CBS começam a recolher a aparelhagem, as senhoras, participantes mais antigas do *Resgate da Auto Estima*, pegam os bolos e os refrigerantes trazidos pelos pacientes, uma parte o alimento, outra distribui os copos na mesa e os enche com refrigerantes. De acordo com os nossos interlocutores essa é a melhor parte do encontro, pois é o momento em que as pessoas se confraternizam, conversam entre si, compartilham seus problemas, reveem os amigos e comentam seus exemplos de vida.

O Processo de Cura e os Novos Pertencimentos

A terapia que representamos anteriormente produz em alguns "pacientes" um efeito motivacional. A demonstração de histórias de vida ainda mais dramáticas do que a deles e que tiveram alguma solução, trazem a tona o potencial transformacional da condição de doente, ora o participante é convidado a mudar de vida a partir de uma injeção motivacional na qual a regeneração parte do bom senso, da medicalização e de uma auto cura pela vontade de regeneração, ora ele é convidado a acreditar que uma das causas de sua doença é a espiritualidade fragilizada. Sua cura estaria, portanto, relacionada à ação de um ente superior que ouvindo sua prece, intercederá a favor de sua restauração.

Na pesquisa de Marcelo Natividade (2009), na qual pastores evangélicos produzem livros e tipos de terapias com as quais é possível alcançar a cura da homossexualidade, o autor observa que esse processo de cura inclui certos modos de interiorização da prática religiosa, é a partir da adesão, do novo pertencimento que se torna possível alcançar a restauração de si, a libertação dos "problemas". Diante do seu esforço em perceber como os evangélicos significam o processo de reparação da sexualidade, o autor destaca que "todo esforço pela cura (em seu sentido ideal) envolverá necessariamente um retorno às determinações de Deus" (NATIVIDADE, 2009, p.124).

Nesse sentido, conversando com um dos policiais miliares, participantes da terapia a mais de seis meses, ele constrói sua trajetória clínica tomando como referência o antes e o depois de sua regeneração espiritual, vejamos:

> A partir de 2006 eu dei entrada no 5º Batalhão [...] foi através do intermédio da minha mãe, minha mãe dizendo que eu era doente e eu dizendo que não era doente, dizendo que eu podia me libertar do meu problema a qualquer hora que eu quisesse sabe, isso sendo múltiplo de drogas e um transtorno que eu não sabia que tinha que é o transtorno bipolar, aí com o passar do tempo, aumentando os meus problemas, o

> transtorno aumentando e eu não vendo solução, aí foi que eu fiquei com, eu entrei em contato com a [Assistente social] na época, ela disse que eu tinha que me internar, aí eu procurei o CAPS, procurei o psiquiatra, fiquei tomando remédio controlado, aí foi quando eu realmente comecei a ver que eu era uma pessoa doente. [...] Pra começar a minha mulher me abandonou, eu fui só, eu não fui por ela não. Fui para mostrar para mim mesmo que eu poderia me libertar, foi por mim. Eu estou fazendo esse tratamento por mim, foi por causa da minha perseverança, minha autoestima, eu me olho no espelho todo dia e vejo, ah! Essa aqui é a pessoa que eu quero ser, não aquela de antes, então foi por mim mesmo. Foi a força de Deus dentro do meu coração que me transformou. Sem a minha força de vontade e não tivesse abrido a porta para Deus, não teria havido essa transformação que tá hoje todo mundo notando, eu tô vendo e os outros também.

Para os nossos interlocutores a reconfiguração espiritual possibilita um novo caminhar, uma mudança de vida sobre a qual abunda a magia, uma graça divina. Aquele que abre espaço para esse contato com Deus torna-se uma nova criatura. Durante uma conversa informal com um dos pacientes da terapia ele destacou uma mensagem lida em uma das reuniões, esta mensagem teria lhe impulsionado a mudar de vida. Enquanto dialogávamos ele começou a relatar a "história da águia", falava que as águias em certo momento de suas vidas tinham que tomar uma decisão difícil, pois se encontravam vulneráveis por conta de seu estado natural que impossibilitava a caça. Já velhas, elas recolhiam-se em lugares escuros buscando renovação, longe de qualquer intervenção do mundo, como se precisasse desse momento solitário. A água passa por um longo período, afastada de tudo, seu bico já desgastado por conta tempo, curvado impossibilitando a alimentação, é golpeado contra as pedras, até que o pássaro consiga arrancá-lo por completo. Algum tempo depois um novo bico nasce e com ele as unhas são arrancadas, uma vez que já não conseguem agarrar os alimentos. Quando as novas unhas nascem as penas são arrancadas até que cresçam novamente e após este processo vivem por mais 30 anos. Ao reelaborar esta narrativa o policial faz uma associação com a sua própria trajetória de vida. Uma vez que, internado em uma casa de recuperação (vinculada a uma igreja pentecostal) ele passaria por uma re-generação, esse afastamento da seria o seu momento de reflexão, de transformação. A aceitação de Cristo seria uma dessas fontes de mudança de vida, como percebemos no caso deste outro militar:

> Quando mesmo, quando eu vi que... quando eu fiquei preso. Eu passei um ano e dois meses preso no 5º Batalhão por causa do meu transtorno, veio um surto psicótico e eu fui preso pela viatura. Aí foi quando eu tava lá no presídio e aí eu peguei e vi que a única chance pra mim mudar era abrindo a porta pra Deus. Mas lá dentro do presídio eu fiquei esse um ano e dois meses, mas lá mesmo eu não abrir. Quando eu fui pra clínica, foi que realmente eu abri a porta pra Deus, foi na clínica, no Centro de recuperação. Me tornei essa nova criatura, as novas atitudes o novo modelo, mudei meus hábitos, mudei minhas atitudes. Meu caráter também, quer dizer minha personalidade também, então foi uma transformação geral. Foi outro, uma outra pessoa. Eu era do outro lado, eu era uma pessoa... eu era um rockeiro fanático, gótico, punk, trash, tudo era, eu era do lado do inimigo mesmo. Era anarquista, uma pessoa desordeira e... e por causa também do meu transtorno e isso fazia parte da minha convivência, isso era o meu mundo e eu pensava que poderia controlar essa loucura, e eu vi que eu tava num caminho totalmente errado e tava fora do trilho e Jesus veio pra minha vida e transformou, e hoje estou aqui Graças a Deus para sua honra e Glória do Senhor. Só tenho a dizer muito obrigada Deus. Hoje é uma maravilha. A minha família toda me adora novamente, tenho meu posto, tenho a minha honra, voltei para minha esposa, minha mãe, hoje em dia minha mãe pode dizer que tem um filho presente e em toda as questões da minha família eu estou envolvido, minha opinião é válida. Eu gosto de ajudar minha família e as pessoas que estão próximas a mim. Hoje em dia eu posso dizer que sou uma pessoa presente.

> O meu relacionamento com o próximo também mudou, eu sei compreender o próximo. Agora eu sei enxergar o limite da minha relação com o próximo, antigamente eu não sabia, eu passava do limite e se envolvia.

Na descrição acima, o seu problema estaria associado à desordem, ao tipo de música que escutava e o fato de ser anarquista, para ele esse comportamento estaria associado ao "inimigo", o ser do mal que quer tirá-lo do caminho de Deus. Vale salientar que a desordem também é tida pelo *ethos* Militar como um desvio de conduta. No exemplo citado, houve uma adesão religiosa e ela foi um dos motivos de sua regeneração, mas devemos destacar que esta não é uma característica geral do grupo, embora tenha uma recorrência no numero de "conversões" religiosas, isso não corresponde a uma característica comum. Desse modo, o agenciamento realizado nesse contexto de interação possibilita a configuração de novos pertencimentos.

Considerações Finais

Sem dúvida, um dos maiores desafios deste artigo é transpor para o texto escrito a dinamicidade do ritual, em todas suas nuances e complexidades. Teve como principal objetivo discutir as práticas terapêuticas ocorridas no âmbito da Polícia Militar do Ceará, mais especificamente no Grupo de Resgate da Autoestima. Um dado fundamental na pesquisa, que se apresentou como relevante nas nossas conclusões, foi o papel e a influência da Religião em tais práticas. Os elos religiosos presentes no campo são fundamentais para entendermos os pertencimentos dos atores sociais envolvidos neste campo interacional. Ao trabalhar com policiais em situação institucional de atendimento clínico, em "crise", percebemos que a participação no grupo *Resgate da Auto Estima: na busca da cura interior* consistia no principal evento das suas agendas de tratamento. Dentre os grupos terapêuticos do Centro Biopsicossocial, este é sem dúvida o que comporta o maior número de participantes. Institucionalizado a mais de cinco anos, são registrados a cada encontro mais de 70 pacientes, o que demonstra um pouco da sua importância e popularidade.

Entretanto, observamos em nossas pesquisas que a vinculação com o sagrado foi fonte propulsora de trocas de condição. Se outrora alguns de nossos interlocutores se auto intitulavam como derrotados, sobretudo pelo álcool e a dependência química, outros têm resultados positivos em seu tratamento, seja pela consciência do problema e a busca de alternativas de ajuda, ou pela inclinação as orientações religiosas. Por fim, nestas nossas análises iniciais sobre este campo empírico, procuramos abordar a vinculação entre as práticas terapêuticas conduzidas por pessoas que fazem de sua profissão "instrumento para a obra do senhor" e os modos de apropriação dessas práticas a fim de alcançar o efeito positivo da restauração de si. Analisar mais a fundo como o discurso médica (simbolizada pela figura da psicóloga) e o religioso se misturam nesse campo tão frutífero é o objetivo dos próximos trabalhos.

Referências Bibliográficas

BIRMAN, Patricia. **Feitiçarias, territórios e resistências marginais**. *Mana* [online]. 2009, vol.15, n.2, pp. 321-348.

Elias, Norbert. **Os alemães*:*** a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX . Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

_____. **A solidão dos moribundos:** seguido de, Envelhecer e morrer . Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2001.

MAGNANI, José Guilherme. "Doença mental e cura na Umbanda". **Teoria e pesquisa – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**. UFSCAR, n. 40-41, jan-jul. 2002.

NATIVIDADE, Marcelo. 2006. "**Homossexualidade**, **gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas**". Revista Brasileira de Ciências Sociais, num. junho, pp. 115-132.

VELHO, Otávio. **Globalização: Antropologia e Religião**. *Mana* [online], 1997, vol. 3, n.1, pp. 133-154.

MONTERO, Paula. **Da doença à desordem**. Rio de Janeiro, Graal, 1985. MACHADO, Carly. **Novos Movimentos Religiosos, Indivíduo e Comunidade**: **sobre família, mídia e outras mediações**. *Relig. soc.* [online]. 2010, vol.30, n.2, pp. 145-163.

PALUDO, Simone dos Santos and KOLLER, Sílvia Helena. Psicologia **Positiva**: **uma nova abordagem para antigas questões**. *Paidéia (Ribeirão Preto)* [online]. 2007, vol.17, n.36, pp. 9-20.

SÁ, Leonardo. **Os filhos do estado**: auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 2002.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Concepções religiosas afro-brasileiras e neopentecostais**:**uma análise simbólica**. *Rev. USP* [online]. 2005, n.67, pp. 150-175.

YUNES, Maria Angela Mattar. **Psicologia positiva e resiliência**: **o foco no indivíduo e na família**. *Psicol. estud.* [online]. 2003, vol.8, n.spe, pp. 75-84.

Sofrimento psíquico de educadores na amazônia: narrativas de adoecimento dos usuários do serviço de apoio psicossocial do estado do Amapá

Selma Gomes da Silva
Professora da Universidade Federal do Amapá(UNIFAP). Aluna do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Doutorado Interinstitucional (DINTER) – da Universidade Federal do Ceará (UFC-UNIFAP). E-mail: selma@unifap.br

Antônio Cristian Saraiva Paiva
Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC. Coordenador do Núcleo de Pesquisas sobre Sexualidade, Gênero e Subjetividade. E-mail: cristianspaiva@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este artigo aborda o processo saúde-doença mental do trabalhador docente, no Estado do Amapá/Brasil. Baseia-se na pesquisa de doutoramento que estamos realizando e tem por objetivo identificar o "que subjaz" às queixas e às manifestações de adoecimento mental, reveladas pelos docentes, de escolas públicas da rede estadual de ensino do Estado do Amapá-AP. Mais especificamente, os sujeitos da pesquisa são professores/as usuários do Núcleo de Atenção à Saúde do Professor – "Casa do Professor", anteriormente, denominado Serviço de Apoio Psicossocial (SAPS), dispositivo que foi criado, em 2005, pela Secretaria de Educação do Estado do Amapá (SEED-AP), com o objetivo de oferecer serviços de atenção à saúde dos docentes da rede estadual. O trabalho é fundamental na vida de homens e mulheres, embora se constitua como fonte de adoecimento das subjetividades contemporâneas. Alguns grupos de trabalhadores, por suas características ocupacionais, tornam-se mais expostos ao surgimento de processos de adoecimento relacionados ao trabalho, dentre os quais se destacam os professores (Pinto, 2011). Por sua vez, Gaulejac (2007:231) adere a esta ideia, entretanto, considera "porosa a fronteira entre doença mental e o sofrimento ligado a condições degradadas de trabalho". No Brasil, o interesse crescente pelo estudo da relação entre trabalho e saúde mental vem-se constituindo uma importante área de pesquisa, no campo da Sociologia e da Antropologia da Saúde. Minayo-Gomez e Thedim-Costa (2003:16), ressaltam que a incorporação das ciências sociais na produção de conhecimentos sobre a relação trabalho-saúde adquire um novo enfoque, a partir da década de 1970, em decorrência do entendimento do processo saúde-doença introduzido pela Medicina Social Latino-Americana.

No Brasil, as investigações acerca do processo saúde/adoecimento psíquico do trabalhador docente têm crescido, principalmente, a partir dos anos 1990. Revisões bibliográficas realizadas confirmam o aumento de pesquisas nessa área (Gontijo et al. 2013). No entanto, segundo Pinto (2011), na Amazônia, as pesquisas nesta área, ainda estão bastante embrionárias. Levantamentos bibliográficos recentes, confirmam essa afirmação, como: Freitas e Cruz (2008)[1]; Pereira et al. (2010)[2] e Mundim (2012)[3]. Este último evidencia que nenhum estudo foi realizado na região norte do Brasil. Os estudos de Freitas e Cruz (2008) mostram o crescimento de interesse para este campo de conhecimento, a partir dos anos 2000. De 70 trabalhos publicados (Teses e Dissertações) ente 2000 a 2007, a pesquisa verificou que, das 70 publicações científicas encontradas, apenas 14 são anteriores ao ano 2000, havendo uma visível tendência de crescimento a partir desse ano.

---

1 Revisão de literatura que evidencia o interesse para este campo de conhecimento. O levantamento efetivado encontrou 70 publicações no período de 2000 a 2007 e verificou que, dessas 70 publicações científicas encontradas, apenas 14 são anteriores ao ano 2000, havendo uma visível tendência de crescimento a partir desse ano.

2 Consultaram as bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO); *PubMed*/*Medline* e Literatura Latino-Americana e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (*LILACS*).

3 Revisão de literatura realizada nos bancos de dados das publicações nos periódicos das bases *SCIELO* e o portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC).

O estudo das relações entre trabalho docente (considerando as reais condições sob as quais ele se desenvolve) e o adoecimento físico e psíquico dos professores configura-se como campo de pesquisas bastante instigante e oportuno no momento atual, conforme Silva (2007), Camargo (2012) e Pinheiro (2013). Compreender a relação trabalho docente e adoecimento constitui-se um desafio e uma necessidade para se entender as diversas dimensões envolvidas, tanto do ponto de vista da subjetividade do docente como das reais condições de trabalho e fatores relacionados, específicos da profissão.

Camargo (2012) afirma que a docência não é considerada uma profissão de risco direto à saúde, por não estar exposta a perigos aparentes como outras profissões que lidam diretamente com riscos; no entanto, segundo este autor, pode-se constatar que nenhuma outra categoria foi tão estudada, nos últimos anos, no que concerne à relação entre o trabalho docente e as doenças físicas e mentais. Dessa forma, entendemos que o trabalho pode ser agente de desenvolvimento humano como também fonte de adoecimento.

Antunes (2009) defende a perda do sentido trabalho na sociedade atual, propondo uma nova estrutura de trabalho, cujo elemento mais perceptível é seu desenho multifacetado, em que coexistem "precarização e qualificação, instabilidade e desemprego, labuta intelectual e esforço manual". Assim, o autor oferece uma concepção ampliada de trabalho, explorando a hipótese de que uma nova morfologia do trabalho significa também uma nova morfologia das lutas sociais globais.

Na atualidade, o papel do docente extrapola a mediação do processo de conhecimento do aluno, ampliando-se para além da sala de aula, a fim de garantir uma articulação entre a comunidade e a escola. O professor, além de ensinar, deve participar da gestão e do planejamento escolares, o que significa maior dedicação e cobrança. As circunstâncias sob as quais os docentes mobilizam as suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas para garantir esses objetivos da produção escolar continuamente implicam a geração de uma "mais-valia", na forma de produção de "mais-trabalho" material e imaterial por parte dos/as professores/as, gerando uma sobrecarga daquelas capacidades. Se não há tempo para recuperação desse esforço são desencadeados sintomas clínicos que explicam os altos índices de afastamento do trabalho por transtornos mentais (Mendes, 2008; Alves, 2011; Dantas, 2012; Souza, 2013).

O estresse, a ansiedade e a depressão são apontados por Dantas (2012), Kehl (2010) e Codo (1999) como as enfermidades que causam maior baixa laboral entre os docentes, embora os autores considerem que certas doses de estresse não são negativas, inclusive pode ser um fator estimulante da atividade profissional. No âmbito dos docentes se fala muito do estresse e do efeito *burnout,* também chamado "síndrome da desistência do educador" ou "síndrome do desgaste profissional", termo usado para se referir ao desgaste profissional sofrido pelos trabalhadores dos serviços humanos (educação, saúde, administração pública etc.), devido a determinadas condições de trabalho que têm fortes demandas sociais (Robalino, 2012).

Para entender a relação entre trabalho e saúde mental, Langdon (2010) assegura a necessidade de compreender a doença não como uma categoria estática, mas como um processo de construção sociocultural, ratificando que o episódio da doença, visto sob este prisma, é resultado das interações e negociações sociais e das subjetividades das pessoas envolvidas. Nesta perspectiva, há a necessidade de analisar o trabalho e suas possíveis relações com as manifestações de sofrimento e adoecimento, em um sentido holístico e, compreendendo assim, as expressões de dor e de sentimentos negativos como manifestações coletivas de um grupo que vive e sente a sua dor, dentro de uma mesma realidade sociocultural (Mauss, 1981).

Gaulejac (2007:41,233) defende que "os fenômenos sociais são de abordagem sociais, mas são também ao mesmo tempo psicológicos. Os fenômenos sociológicos são da vida". Para o autor, "Sociologia e Psicologia são recortes complementares dos fatos humanos". Nesse sentido, a ênfase subjetiva da sociologia clínica é. evidentemente, uma questão central, como também, Minayo (1991:233), como pesquisadora no campo da Saúde Coletiva, entende a doença como um fenômeno tanto clínico como sociológico, sobre esse assunto, faz a seguinte defesa:

> A doença é tanto um fato clínico quanto um fenômeno sociológico. Ela exprime hoje e sempre um acontecimento biológico e individual e também uma angústia que pervaga o corpo social, confrontado com as turbulências do homem enquanto ser total. À medida que cristaliza e simboliza as maneiras como a sociedade vivencia

> coletivamente seu medo de morte e seus limites frente ao mal, a doença importa tanto por seus efeitos imaginários: ambos são reais do ponto de vista antropológico. A doença é uma realidade construída e o doente é um personagem social. Portanto, tratar o fenômeno saúde-doença unicamente com os instrumentos anátomo-fisiológicos da medicina ou apenas com as medidas quantitativas da epidemiologia clássica constitui uma miopia frente ao social e uma falha no recorte da realidade a ser estudada.

Dessa forma, justificamos a importância do olhar interdisciplinar dessas disciplinas na compreensão do fenômeno saúde/saúde e do adoecimento psíquico de docentes da rede estadual de ensino no Amapá.

1.1 Precarização do trabalho e sofrimento psíquico

Os estudos sobre condições de trabalho demonstram uma crescente precarização e deterioração das condições laborais dos docentes: desvalorização do trabalho, baixos salários, múltiplos empregos, formação deficiente, postura corporal inadequada, exposição a ruídos, comportamentos agressivos de alunos, infraestrutura precária e carência de recursos materiais e humanos que acentuam a sobrecarga de trabalho desses profissionais (Gontijo et al. 2013). Estudiosos como Alves (2011), Antunes (2009); Gaulejac (2007) associam formas de adoecimento do trabalhador à nova forma de gestão promovida pelo sistema capitalista regido pelo modelo *toyotista*[4], a partir da crise estrutural do capital.

Alves (2011) afirma que a crise estrutural do sistema capitalista que atingiu os países capitalistas centrais, em meados da década de 1970, e que esta tendeu a impulsionar, principalmente nas décadas seguintes, uma série de transformações sócio históricas que envolveram as mais diversas esferas do ser social capitalista, desencadeando processos de sofrimento e de adoecimento de trabalhadores. Este autor considera que "o capitalismo manipulatório levou a exaustão os recursos de manipulação das instâncias intrapsíquicas do homem" (Idem:129). Utiliza-se do conceito de "captura da subjetividade" para explicar o "nexo essencial" que garante o modo de organização *toyotista* do trabalho capitalista. Para Alves, o *toyotismo* busca monopolizar conhecimento, capacidades, atitudes e valores necessários para os trabalhadores possam intervir na produção, não apenas produzindo mas agregando valores.

O espírito do modelo de produção *toyotista,* segundo Alves (2011), está inscrito no discurso da nova pedagogia, na qual o indivíduo é educado para atuar competitivamente, considerando principalmente a tríade: "saber-fazer, saber usar e saber comunicar". Acrescentando ainda que "o processo de "captura' da subjetividade tende a dilacerar e estressar não apenas a dimensão física da corporeidade viva da força de trabalho, mas sua dimensão psíquica e espiritual, que se manifestam por sintomas psicossomáticos. Para Alves, "*o toyotismo* é a administração *by stress*". Ele retém que o termo stress surgiu na década de 1930 no ápice de desenvolvimento fordismo-taylorismo, a partir da crise estrutural do capital que aumentam o número e se intensificam os agentes estressores:

> Mas é a partir da crise estrutural do capital e do desenvolvimento do novo complexo de restruturação produtiva, com o processo de precarização do trabalho e a constituição produtiva, com o processo de precarização do trabalho e a constituição do sociometabolismo da barbárie, que a quantidade de agentes estressores" se multiplicaram à exaustão. O estresse é o sintoma crucial da "subjetividade em desefetivação". Aliás, a "captura" da subjetividade pela lógica do capital, nexo essencial do toyotismo, como agente estressor da mais alta intensidade, em virtude da sua intensa mobilização da subjetividade humana (consciência, pré-consciência

4 Modo de organização do trabalho e gestão de produção, chamado "modelo japonês". p. 19

> e inconsciência) pelas novas formas de pagamento e o trabalho em equipe (ALVES, 2011:154).

Autores como Antunes (2009); Alves (2011); Seligmann-Silva (2011) e Sennett (2012) estão de acordo que a saúde sofre impactos devidos à desregulamentação e à flexibilização do trabalho. Na compreensão desses autores, o enaltecimento da flexibilidade foi tão intenso que muitos chegaram a confundir o novo paradigma com a ilusão fascinante de uma liberdade total que sempre fora almejada. Nesse sentido, a flexibilidade passou a implicar mudança permanente e continuada, o que vale dizer evocar fluidez e impossibilidade de compromissos e de relações duráveis.

Gaulejac (2007:15) destaca que esta nova prática de gestão pratica *oximoros*[5], criando organizações "paradoxantes", que colocam, assim, as pessoas em situações de paradoxos. Por exemplo: a autonomia controlada, ou seja, ser autônomo mas sob muita cobrança. Do tipo: "você é livre para trabalhar vinte e quatro horas por dia", "graças às novas tecnologias mais tempo se ganha, menos tempo se tem", todos esses paradoxos colocam as pessoas sob pressão psicológica muito forte.

O autor faz uma profunda crítica às novas práticas de gerenciamento, evidenciando que os trabalhadores nesse sistema são individualizados, no sentido do alto nível de competição exigido, não desenvolvem uma consciência coletiva, na busca de mudanças, e que por isso, recorrem com frequência ao seu "psi" ou seu médico, em vez de recorrer aos sindicatos. E por sua vez, na opinião do autor, "os Sindicatos caminham facilmente numa reação defensiva individual em vez de caminhar para ações coletivas de questionamento do modelo que vivenciam".

1.2 Referentes empíricos e contexto da pesquisa

Chamamos a atenção para a importância do tema no cenário de pesquisas nesse âmbito da relação do adoecimento e trabalho docente, uma vez que esta foi motivação para a realização dessa pesquisa. Dessa forma, fez-se necessário realizar um levantamento de informações, através da consulta aos prontuários dos docentes atendidos e acompanhados SAPS/Casa do Professor/SEED-AP, para construir um cenário de identificação sobre as características de docentes em processo de sofrimento/adoecimento psíquico, em suas diversas manifestações. Tendo início em 2005, o SAPS, segundo a Diretoria de Recursos Humanos (DIRH) da SEED-AP, deveria fazer face ao alto índice de afastamentos de servidores que apresentavam quadros de "saúde mental abalada", em decorrência de transtornos psíquicos, tais como: depressão, estresse, fobias, suicídio efetivados e tentativas, uso e abuso de substâncias psicoativas, dentre outros. Dessa maneira, Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado do Amapá (SINSEAP) preocupado e sensibilizado com o elevado número de afastamento de professores, por motivo de adoecimento, provocou a DIRH/SEED, para elaboração e criação do SAPS, originalmente pensado como "Junta psicossocial"[6].

Vale ressaltar que embora a Lei nº. 949/2005 não tenha sido regulamentada, possibilitou o funcionamento do SAPS, com uma equipe composta por: sete (7) psicólogos, três (3) assistentes sociais, dois (2) pedagogos e um (1) auxiliar de limpeza.

---

5 O termo *oximoro* vem do grego *oxymorom=arguto+moron=estúpido*. *Oximoro* é uma figura de estilo literário, que reúne duas palavras aparentemente contraditórias ou incongruentes. Exemplo: "Eu Próprio o Outro", ou nas expressões: "gentileza cruel¨; ¨belo terrível¨ e ¨ ilustre desconhecido¨.

6 O SAPS foi criado pela Lei nº. 949, de 23 de dezembro de 2005, que dispõe sobre as normas de funcionamento do sistema estadual de educação, reestruturando o grupo magistério do quadro de pessoal do Governo do Estado do Amapá (GEA) e, organizando o plano de cargos, carreira e salários dos profissionais da educação básica. De acordo com o texto publicado no Diário Oficial do Estado, "Fica assegurada a criação de uma Junta Psicossocial para atendimento exclusivo dos profissionais da educação que necessitem de atendimento especializado". Em seu parágrafo único, ficou determinado: "A Junta Psicossocial será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da publicação desta lei, por ato do chefe do Poder executivo". (DOU/AP, nº. 3668/2005:7).

Em setembro de 2013, através de um "novo projeto" da SEED-AP, o SAPS passou por um processo de significativas mudanças estruturais e funcionais, alterando assim sua identidade institucional. Essas transformações referem-se tanto a ampliação das estruturas físicas, da equipe multidisciplinar, como dos serviços oferecidos aos profissionais da educação. A SEED-AP, por meio do Decreto nº. 1283 de 24 de março de 2014 criou o 'Núcleo de Atenção à Saúde do Professor, denominada "Casa do Professor", substituindo o SAPS, cujo objetivo principal é "oferecer serviços de prevenção e acompanhamento biopsicossocial aos professores da educação do estado, visando a melhoria da saúde física e mental" (Projeto: Casa do Professor/SEED, 2014:5).

Anterior a esse processo de mudanças, o SAPS realizava apenas atendimentos e acompanhamentos psicossociais, isto é: sua equipe técnica era formada de psicólogos, assistentes sociais e pedagogos. Com a implantação do projeto de ampliação dos serviços, a equipe multidisciplinar foi expandida e, atualmente, é formada por: 4 (quatro) assistentes sociais; 4 (quatro) fisioterapeutas; 1 (um) educador físico; 2 (dois) fonoaudiólogos; 4 (quatro) pedagogos, 11 (onze) psicólogos, 1 (um) educador financeiro, objetivando contemplar as metas estabelecidas na nova versão dos serviços de atenção à saúde dos profissionais da educação do estado do Amapá. O Regimento caracteriza a atenção psicossocial a ser dispensada na forma de "acolhimento", "estímulo à autoestima", "prevenção", "atendimento individual e grupal" e "readaptação", "visitas" etc[7].

Atualmente, a Casa do Professor atende cerca de 400 servidores, em sua maioria docentes do Fundamental e Médio, entre esses estão incluídos os professores do Sistema de Ensino Modular (SOME)[8].

Os docentes atendidos na Casa do Professor, são encaminhados através da gestão da escola, pela própria SEED, através da Coordenação de Recursos Humanos e ainda podem chegar através de procura "espontânea". A procura espontânea, segundo informações das profissionais de psicologia que atuam na Casa, geralmente não é tão espontânea: "Quando eles veem à busca de ajuda é porque já estão em um estado insuportável de sofrimento ou em nível de adoecimento avançado, já não mais conseguindo exercer suas funções em sala de aula". (Cavalcanti, entrevista concedida em 03/10/2013).

As queixas reveladas no atendimento inicial do processo de tratamento, são muitas e diversificadas e ao mesmo tempo semelhantes, geralmente, envoltas de intenso sofrimento. Segundo depoimentos das Assistentes Sociais, que acolhem os docentes no primeiro atendimento, estas seriam, assim, caracterizadas:

> São inúmeras. Primeiro a questão familiar que é bastante complicada: separação, brigas, conflitos com filhos, conflitos com outros parentes. Nós temos os outros transtornos que são adquiridos ao longo da profissão como: stress, depressão, os outros transtornos bipolares, esquizofrenia, várias situações que a gente no decorrer, a gente vai examinando isso. Nós vemos muitos problemas com relação aos gestores. Desde o ano passado para cá, a gente percebeu que muitos profissionais vieram por conflitos na escola, alegando assédio moral, né Então, isso foi muito complicado para a gente contornar essa situação. Como trabalhar esse gestor, né? São várias queixas, entre esses a dependência química, álcool e droga. Nós temos muitos professores que enfrentam isso e a gente acompanha eles, dentro desses encaminhamentos como é feito esse processo (Entrevista concedida em 28.11.2013).

---

7 Para a descrição detalhada dos objetivos específicos orientadores da atuação do SAPS, ver os Parágrafos 1 a 10 do Art. 2º. do Regimento Interno/Casa do Professor/SEED (2014: 1-2).

8 O Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) foi implantado no Estado do Amapá em caráter experimental, em 1982. Em razão do contexto e dificuldades apresentadas no processo educacional e para garantir o ensino sistemático à zona rural, em localidades de difícil acesso, do Estado, respaldado na Lei 9394/96, art. 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), como forma de garantir o acesso ao conhecimento nas diversas localidades do Estado, onde não era possível estruturar o ensino regular. Atualmente o SOME conta aproximadamente 500 professores, sendo 300 do Ensino fundamental (de 5ª. a 8ª. séries) e cerca de 200 professores do Ensino Médio. Esse grupo de profissionais exercem suas práticas em condições adversas e corresponde uma categoria mais vulnerável as diversas formas de adoecimento.

Como pudemos notar, os professores buscam os serviços de Apoio Psicossocial motivados por diferentes e variadas queixas.

Diante do exposto, a problemática que nos propormos, é sintetizada pelas seguintes questões norteadoras: como compreender e caracterizar as dimensões psicossociais do sofrimento psíquico vivido pelos trabalhadores docentes? O que as diferentes manifestações de sofrimento psíquico informam-nos sobre as condições do exercício das práticas docentes? Retomando a perspectiva analítica de Merton (1970), como entender a partir dos relatos dos sujeitos, a disparidade, produtora de anomia, entre "objetivos culturais valorizados" e o "campo de possibilidades efetivas" para a realização daqueles objetivos, no caso do exercício do trabalho desses professores?

A abordagem de investigação, aqui optada, é de natureza qualitativa que visa compreender a relação do trabalho e do sofrimento/adoecimento psíquico de docentes da rede pública do Estado do Amapá, atendidos ou/em atendimento pelo Psicossocial/Casa do Professor da SEED/AP. Ao propor uma abordagem qualitativa para a pesquisa, as ciências sociais introduzem de forma positiva a importância do "subjetivo" em qualquer abordagem do social, oferecendo instrumentos para sua apreensão (Gaulejac, 2014).

A construção dos dados foi fundamentada por consulta documental e por entrevistas narrativas. Segundo Schutze ([1983], 2014), a entrevista narrativa produz dados textuais que reproduzem de forma complexa o entrelaçamento dos acontecimentos e a sedimentação da experiência do sujeito entrevistado. Foram consultados 764 prontuários e entrevistados 15 (quinze) docentes, de ambos os sexos.

O caminho da escuta das narrativas teve como foco as trajetórias de docência e histórias de adoecimento de sete professores e oito professoras, pertencentes às escolas públicas estudais, em Macapá-AP. No decorrer do trabalho destacaremos alguns trechos das entrevistas realizadas, considerando que as narrativas de adoecimento são fundamentais para a compreensão dos universos de referência dos sujeitos, assim como podem ser tomadas como esforço de síntese das contradições socioculturais que impactam suas subjetividades.

A escolha por uma abordagem teórica-metodológica na investigação científica requer tomada de decisão. Esta por sua vez nem sempre definitiva, visto que a pesquisa se constitui um caminho a ser trilhado passo a passo no qual nos deparamos com muitas perspectivas, dúvidas, surpresas e descobertas, que exigem que determinadas decisões sejam reavaliadas constantemente.

O passo inicial foi a solicitação de permissão junto à Coordenação do Psicossocial/CRH/SEED-AP e a própria SEED. Após autorizações concedidas, submetemos o projeto de pesquisa ao Comitê de Ética, para atender a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), do Ministério da Saúde (MS), Após as devidas autorizações e aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de ética, iniciamos a pesquisa.

No momento inicial, realizamos uma pesquisa documental, através de consulta aos prontuários clínicos dos professores atendidos e em atendimento, do período de 2005[9] a maio de 2014; observação sistemática e realização de entrevistas, em profundidade, com o objetivo de colher relatos de experiências de docências e de adoecimentos, relacionados ao trabalho no contexto escolar.

As informações compostas a partir da consulta aos prontuários constituíram um banco de dados quantitativos, do qual foi possível extrair elementos caraterizadores do perfil do trabalhador docente usuário do SAPS/Casa do Professor, composto pelas seguintes informações: total de docentes frequentadores do Casa, gênero, tempo de docência no momento do primeiro atendimento, tipo de queixa, nível de ensino, tipo de diagnóstico, dentre outras.

---

9 Observamos que parte dos prontuários de docentes atendidos no período de 2005 a 2008, foram incinerados, totalizando 163 prontuários. Foi possível resgatar, de forma parcial, informações dos sujeitos atendidos nesse período, através de registros realizados em um livro, onde contavam a totalidade dos casos atendidos, nomes, gênero, data de atendimento, entretanto, de forma incompleta.

2 UM MAPEAMENTO PRELIMINAR SOBRE OS/AS DOCENTES ATENDIDOS/AS PELO SAPS/CASA DO PROFESSOR

Mencionaremos os resultados da pesquisa documental realizadas através da consulta dos prontuários clínicos dos docentes atendidos e em acompanhamento pelo SAPS/Casa do Professor

2.1 Dados relativos à pesquisa documental

O total de prontuários consultados foi composto por 764 de servidores atendidos e em acompanhamento de 2009 a maio de 2014 no SAPS/Casa do Professor. Ressaltamos que além de profissionais docentes, são atendidos outros servidores vinculados à SEED-AP.

Tabela 01 - Total de servidores atendidos de 2009 a maio de 2014

Total de servidores atendidos de 2009 a maio de 2014		%
Docentes	697	91
Não docentes	67	9
Total	764	100

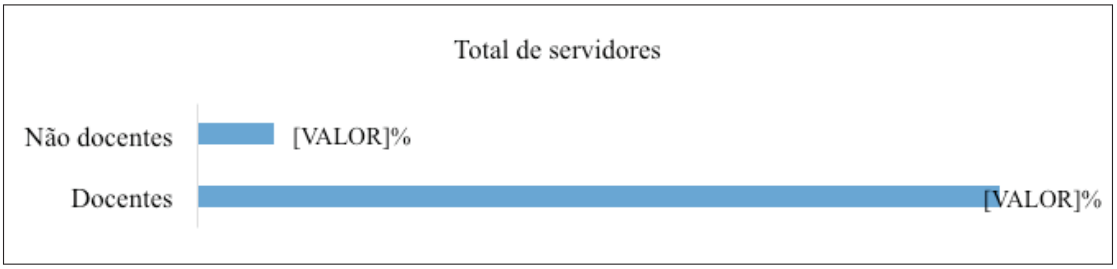

Fonte: Prontuários de servidores atendidos e em acompanhamento (2009 a maio de 2014), SAPS/Casa do Professor, 2014 - (Elaborado pelos pesquisadores)[10].

Percebemos que de um total de 764 servidores atendidos de 2009 a maio de 2014, 91% são docentes, e apenas 9% corresponde a outros servidores, afirmando, portanto a prevalência de profissionais docentes usuários do SAPS/Casa do Professor.

Observamos que o grupo de professores que frequentaram o SAPS e frequentam a Casa do Professor, no período correspondente de 2009 a maio de 2014, apresentaram as seguintes características, constituídas através das informações obtidas nos prontuários clínicos consultados, conforme tabelas e gráficos a seguir:

10 Todos os gráficos e tabelas a seguir foram elaboradas por nós, a partir dos dados coletados no SAPS/Casa do Professor, 2014.

Tabela 02 - Gênero

Gênero		%
Feminino	555	73
Masculino	209	27
Total	764	100

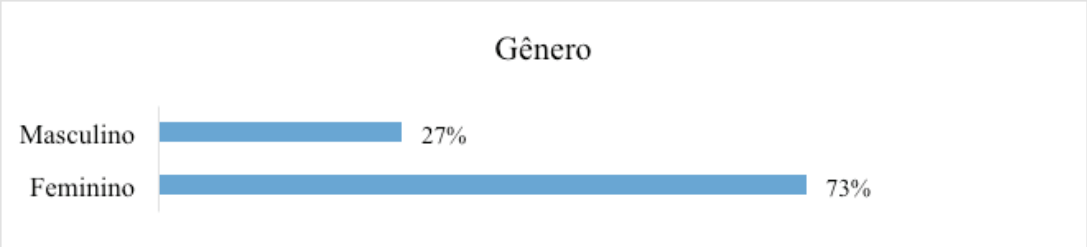

Fonte: Prontuários de servidores atendidos e em acompanhamento (2009 a maio de 2014).

Com respeito ao gênero, as mulheres destacam-se na busca de tratamento psicológico, com 73% do total, enquanto, os homens aparecem com 27%.

Tabela 03 – Estado civil

Estado civil		%
Solteiros	269	35
Casados	251	33
União estável	125	16
Divorciados	58	8
Separados	18	2
Viúvos	25	3
Não informados	18	2
Total	764	100

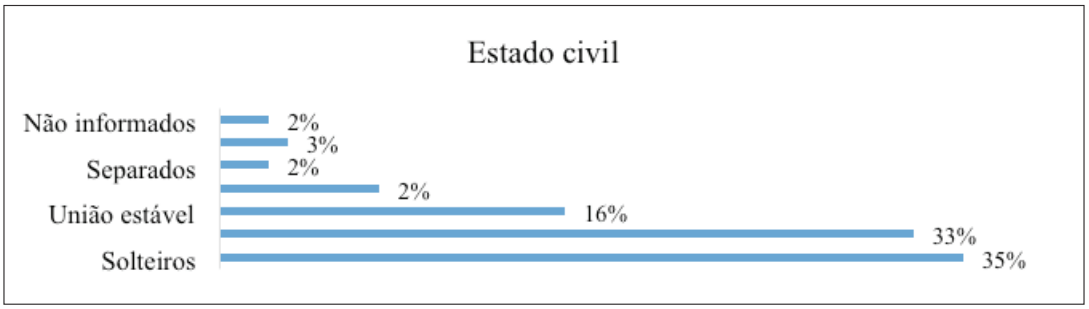

Fonte: Prontuários de servidores atendidos e em acompanhamento (2009 a maio de 2014).

Dos 764 docentes atendidos pelo SAPS/Casa do Professor, percebemos uma considerável procura pelos serviços por parte dos professores casados/união estável, totalizando 49%. Embora não haja uma diferença significativa, comparando os solteiros/separados/viúvos, que totalizam 48%. Observamos que, os percentuais são quase equivalentes, não se destaca assim, uma prevalência significativa, entre casados e solteiros.

Tabela 04 - Idade na ocasião do 1º. Atendimento psicossocial

Idade dos servidores na ocasião do 1º atendimento		%
31 a 40 anos	280	37
41 a 50 anos	282	37
50 a 60 anos	92	12
20 a 30 anos	49	6
Não Informados	45	6
Mais de 60	16	2
Total	764	100

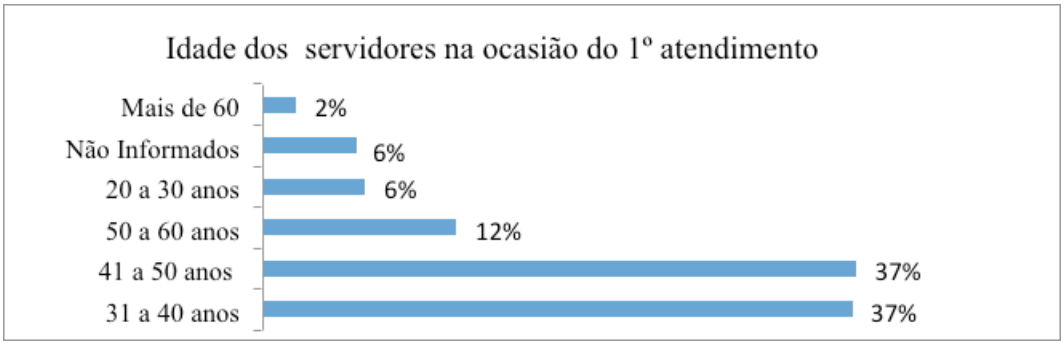

Fonte: Prontuários de servidores atendidos e em acompanhamento (2009 a maio de 2014).

Optou-se em considerar a idade no momento inicial da procura de acompanhamento psicossocial com o objetivo de verificar, a partir de qual idade os docentes manifestam configurações de adoecimento/sofrimento psíquico no decorrer da carreira docente. Os dados revelam que os maiores índices de adoecimento concentram-se entre as idades de 31 a 50 anos, com percentuais equivalentes de 74%.

Tabela 05 – Modalidade de ensino

Modalidade de ensino		%
Fundamental	483	63
Médio	203	27
Pedagogo	18	2
Outros servidores	49	6
Não informados	11	1
Total	764	100

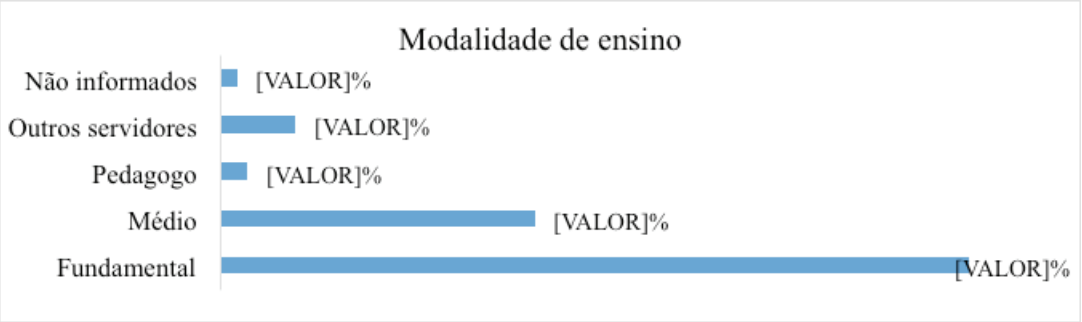

Fonte: Prontuários de servidores atendidos e em acompanhamento (2009 a maio de 2014).

A modalidade de ensino que teve maior porcentagem de acompanhamento foi o Ensino Fundamental com 63% do total. Este grupo de profissionais, nas entrevistas, queixam-se da quantidade de trabalho que levam para casa, como construção de materiais didáticos, correção de cadernos e planejamentos individualizados.

Tabela 06 – Regime jurídico

Regime jurídico		%
Estadual	673	88
Federal	59	8
Não informados	32	4
Total	764	100

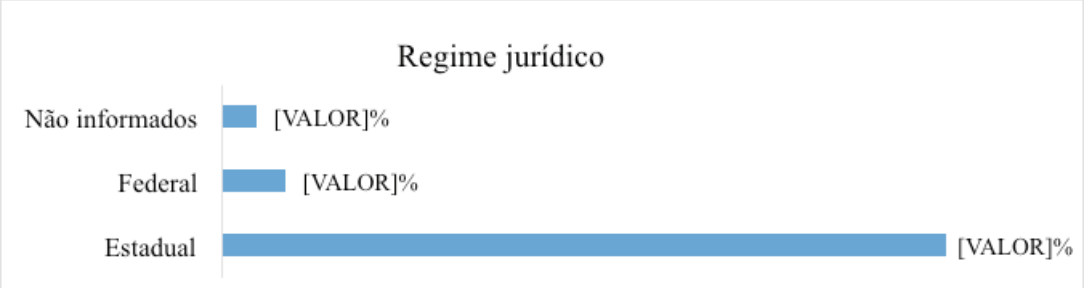

Fonte: Prontuários de servidores atendidos e em acompanhamento (2009 a maio de 2014).

Quanto ao regime jurídico, 88% dos docentes atendidos pelo SAPS/Casa do Professor, pertencem ao quadro estadual. Embora docentes da rede federal também busque atendimento psicossocial na Casa.

Tabela 07 – Categorias funcionais

Categorias funcionais		%
A	185	24
B	28	4
C	252	33
D	193	25
E	10	1
Outros servidores	67	9
Não informados	29	4
Total	764	100

Fonte: Prontuários de servidores atendidos e em acompanhamento (2009 a maio de 2014).

Os docentes de categoria funcional C são os mais assistidos pelo SAPS/Casa do Professor, com 33%. Embora os professores da Categorias A e D mostrem percentuais expressivos, 24% e 25%. Analisando com base no Plano de Carreiras e Salários da categoria docente pode-se inferir que tantos que estão iniciando a carreira como os que estão em estágios mais avançados são acometidos por processos de adoecimento.

Tabela 08 – Município de residência

Municípios de residência		%
Macapá	638	83,5
Santana	78	10,2
Laranjal do Jari	11	1,4
Aldeias indígenas	2	0,3
Outros municípios	25	3,3
Não informados	3	0,4
Outras localidades	7	1
Total	764	100

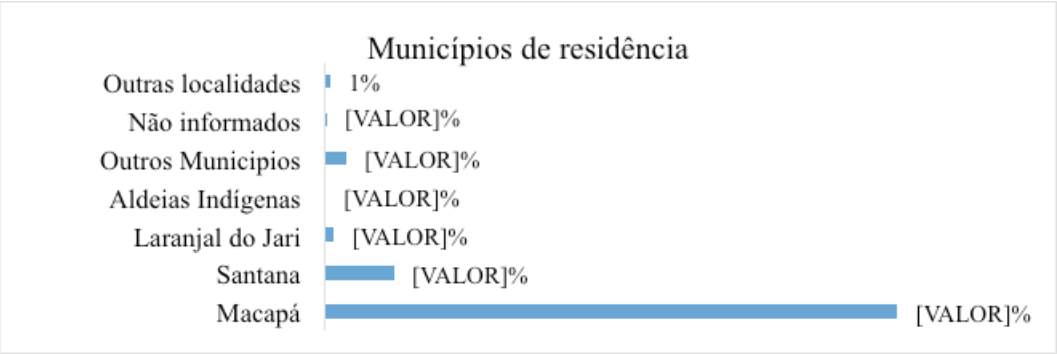

Fonte: Prontuários de servidores atendidos e em acompanhamento (2009 a maio de 2014).

Observou-se que 84% dos docentes assistidos pelo SAPS/Casa do Professor, residem na capital, em Macapá, seguidos pelos docentes que residem em Santana com 10%. O que nos leva afirmar que, provavelmente, a busca de tratamento psicológico no SAPS/Casa do professor, esteja associada a facilidade de acesso do serviço.

Tabela 09 - Tempo de docência na ocasião do 1º atendimento

Tempo de docência na ocasião do 1º atendimento		%
0 a 5	142	19
6 a 10	68	9
11 a 15	163	21
16 a 20	226	30
Mais de 20	19	2
Não informados	146	19
Total	764	100

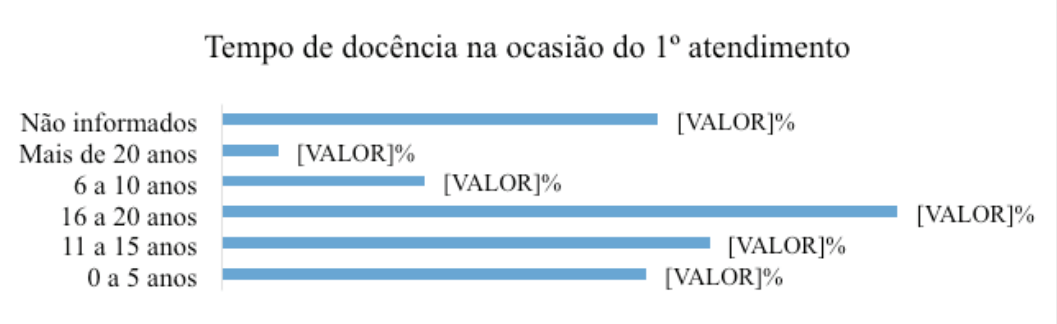

Fonte: Prontuários de servidores atendidos e em atendimento (2009 a maio de 2014).

Percebe-se que os docentes que encontram-se no intervalo de 16 a 20 de profissão procuram o atendimento, em maior escala, representando 30% dos dados. Vale ressaltar, que o maior número de professores que apresentam sofrimento/adoecimento psíquico concentra-se nos períodos de 11 a 15 anos e de 16 a 20 anos de profissão, nos possibilitando inferir que os docentes podem manifestar sintomas de adoecimento no período de 11 a 20 anos, embora seja também significativo o percentual de docentes que buscam suporte psicológico nos anos iniciais da carreira.

Tabela 10 – Tipos de transtornos[11]

Diagnósticos		%
Depressão	242	26,6
Doenças somáticas	104	11,4
Outros tipos de transtornos	98	10,8
Ansiedade Generalizada	91	10,0
Conflitos familiares	67	7,4
Sem avaliação diagnóstica	62	6,8
Dependência química	41	4,5
Transtorno Persistente de Humor	41	4,5
Transtorno Bipolar	36	4,0
Transtorno do Pânico	29	3,2
Transtorno com sintomas psicóticos	27	3,0
Stress Pós-Traumático	26	2,9
Síndrome do Pânico	23	2,5
Esquizofrenia	14	1,5
Transtorno Obsessivo Compulsivo	6	0,7
Transtorno de Personalidade	3	0,3
Total	910	100

Fonte: Prontuários de servidores atendidos e em acompanhamento (2009 a maio de 2014).

Para representar os tipos de diagnósticos, não se considerou o número de prontuários e de servidores atendidos e em acompanhamento no SAPS/Casa do Professor, haja vista que existem pacientes com mais de um diagnóstico. Dessa maneira, verificou-se o número total de 910 diagnósticos para calcular os percentuais e também a quantidade de diagnósticos por pessoa, por exemplo, foi verificado que 502 servidores receberam um diagnóstico; 141 foram classificados com dois tipos de diagnósticos; 11 sujeitos com três diagnósticos e um com mais de três diagnósticos. Tendo como referência o total de diagnósticos, correspondente a 910, desses, o número mais elevado refere-se aos casos de depressão, totalizando 26,6%.

11 Conforme o Código Internacional de Doenças (CID-10).

2.2 Trabalho e adoecimento mental de docentes no Amapá: relatos e expressões das queixas

O campo de estudos "saúde mental e trabalho" tem como foco principal de investigação dos variados fenômenos associados à saúde mental: estresse, tensão decorrente da vida laboral, *burnout* e outros transtornos, relacionados ao trabalho. A carga de trabalho dos professores é representada pelos esforços físicos, cognitivos e psicoafetivos que, em muitos casos, são incompatíveis com as condições em que o trabalhador tem de executá-los, ocasionando possíveis e variados fenômenos de sofrimento e adoecimento.

Na recente pesquisa realizada no Brasil (Oliveira & Fraga, 2012) sobre o trabalho docente e as condições de trabalho, os dados revelam que o expediente laboral dos docentes vai além do tempo regulado, remunerado e reconhecido, sendo que quase a metade dos entrevistados levam trabalho para casa, ou seja, o trabalho invade o espaço familiar, o tempo de lazer dos professores, deixando pouco tempo para o descanso. A violência dentro e fora da escola, mencionada também nesse estudo, aparece como um fator importante que interfere no trabalho da escola, sendo uma fonte de tensão e insegurança para os docentes.

Nas entrevistas realizadas, ouvimos vários depoimentos que confirmam a realidade apresentada, dentre as quais apresentaremos o caso do professor Gabriel[12], 35 anos, professor estadual e municipal há nove anos. À ocasião do processo de adoecimento trabalhava nos dois vínculos em sala de aula, 40h semanais no Estado e 20h semanais na Prefeitura. E quando retornava à casa ocupava-se com planejamento e construção de materiais didático-pedagógicos. Segundo seus relatos, considerava-se muito dedicado e gostava de se sacrificar:

> Aí eu tinha que fazer, eu sacrificava né? Todas as minhas noites ou finais de semana. Sempre assim, se eu não sacrificasse as noites até meia noite, uma hora, eu era obrigado a sacrificar o final de semana, porque eu sempre fui assim, não perfeccionista, mas sempre eu buscava fazer o melhor, sempre eu gostei de produzir muito material e no ensino básico exige muito de ti isso sabe? Eu não gostava muito dessa coisa de quadro, ainda mais com crianças especiais... (...) Até hoje gosto de construir materiais.

O professor relata que desde a sua formação universitária sempre foi muito preocupado e dedicado. Seu esforço foi tamanho que, na ocasião do concurso, conseguiu ser classificado em primeiro lugar para professor do Estado, na área pretendida.

Esses relatos nos fazem entender a relevância do trabalho, não somente como meio de providência para a subsistência, como também para a construção de pessoas, enquanto sujeitos ativos. Nesse sentido concordamos com Goulart *apud* Ferreira (2011:34):

> Através do trabalho construímos a nossa subjetividade e nos tornamos sujeitos. Isto porque o homem se objetiva através do trabalho; porque o trabalho é a oportunidade que ele tem de "ver-se" nos seus iguais, de perceber que partilham todos do mesmo destino social. Isto ocorre porque o trabalho é (ou deve ser) o resultado de uma escolha sua. O fato de o trabalho constituir uma escolha torna-se muito importante quando se trata de ser professor, porque se trata de uma profissão que, diferentemente de outras, não se encerra na jornada de 6 ou 8 horas, mas está associada a uma série de valores, atitudes, crenças e comportamentos dos quais às vezes nem temos consciência, mas que estão presentes em nossa vida 24 horas por dia.

Nesse contexto, os professores e professoras entrevistados se queixam de vários aspectos relacionados ao processo de suas experiências de adoecimento relacionadas ao trabalho e suas condições. Apresentaremos alguns relatos de queixas que expressam subjetividades, experiências, percepções e histórias de adoecimento.

---

12 Adotaremos nomes e informações fictícias para resguardar a identidade da professora atendendo ao compromisso ético da pesquisa.

Professora Marieta, separada, mãe de um filho de cinco anos. Não é amapaense, veio para o Amapá para trabalhar. É docente estatutário há 20 anos, professora de Língua Portuguesa, do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), faz acompanhamento no SAPS/Casa do Professor há dois anos e atualmente está afastada da sala de aula, atua em "sala ambiente[13]".

> Eu tenho adoecido bastante. Eu tenho adoecido muito... O último foi a constatação de intertítulos no intestino. Eu tomo remédio controlado há 03 anos. Tenho problemas de sinusite e renite alérgica. Faço tratamento constante. Tenho problemas no intestino. O organismo sofre de alguma forma com essa depressão, até porque eu negligencio alguns aspectos saudáveis da vida. Eu percebo. Eu tenho consciência de que negligencio alguns aspectos que eu deveria trabalhar, como a boa alimentação, uma atividade física. Eu sou sedentária, eu não tenho ânimo para fazer uma atividade física. Já tenho negligenciado até o meu filho. Fui chamada pelo pediatra dele, pela pedagoga, porque ele está seguindo o meu ritmo.

A professora fala da sua experiência o adoecimento, afirma ter consciência do que deveria fazer, porém não tem forças, porque também sofre de depressão, que de uma certa forma a imobiliza para as ações do cotidiano. Segundo Kehl (2009:15) a pessoa depressiva paga "o preço da impotência, do abatimento e da inapetência para os desafios que a vida virá lhe apresentar". Verificamos com a consulta aos prontuários clínicos dos docentes atendidos na Casa do professor que a depressão se configura como o diagnóstico mais frequente.

Sobre a depressão, a Organização Mundial da Saúde (OMS), apresenta números alarmantes. Em um estudo recente, realizado em 2013, a depressão é considerada a quarta principal causa de incapacitação para o trabalho, em todo o mundo e, de acordo com estimativas dessa instituição, em 2030 a depressão será o "mal" mais prevalente do planeta, à frente de câncer e de outras doenças. Ainda segundo esses estudos, o Brasil é o país em desenvolvimento com maior número de pessoas que sofrem de depressão. No país 18,4% da população teve ao menos um episódio de depressão durante a vida.

O Amapá, além dos índices de casos de depressão, apresenta números elevados de casos de suicídios e tentativas. Estudos realizados em 2004, pelo Ministério da Saúde, apontavam a capital, Macapá, campeã, em termos proporcionais, em relação às outras capitais brasileiras. Nesse, sentido o SAPS nasce como alternativa para dar atenção psicossocial aos docentes que à época, praticaram tentativas de suicídio.

Atualmente, ainda são muito frequentes queixas de tentativas de suicídio, como observamos no relato do professor Gabriel, a seguir:

> Fiz várias tentativas... (baixa a tonalidade da voz). Uma tentativa de suicídio foi uma época das crises mais fortes. Foram quatro vezes e quatro vezes horríveis. A primeira eu, é porque assim, eu queria fugir de qualquer jeito daquela situação, sabe? Meus dias não tinha mais sentido pra mim, eu ficava trancado no quarto o tempo todo, ninguém ia lá, só iam lá levar o alimento, eles preferiram fazer assim, não me incomodar. Então uma noite eu saí, eu roubei a chave do carro da minha irmã, eu aí no carro dela e fui por aí, peguei a estrada, que o meu objetivo era acabar com isso logo né? (...) Eu tentei e não consegui, passei a madrugada rodando naquele carro... Eu vi o dia amanhecendo assim, tão lindo assim, aí eu voltei pra casa.
> A segunda foi com medicação porque eu fiz uso de muitas medicações, medicações fortes assim, coisa que eu nunca tomei. Então eu tinha muitos medicamentos ali, então eu tentei me matar com uma overdose de medicamento, eu tomei no final de

13 Geralmente os professores que encontram-se em tratamento na "Casa", ficam afastados da sala de aula até que tenham condições de saúde para retornar, enquanto isso ficam em salas ambientes, que podem ser: sala de vídeos, salas de leituras, bibliotecas ou sala de informática. Ambientes que funcionam como recursos didático-pedagógicos complementares à aprendizagem dos alunos.

> tarde, pra que ninguém percebesse nada, eu pedi pra jantar cedo nesse dia né? Aí eu tomei a medicação, misturei a medicação, então eu dormi, o único efeito que teve é que eu dormi muito, apaguei.
> A terceira eu também não tive coragem, mas eu fui nessas lojas de animais, de pet né? Fui me informar como é que eles faziam a eutanásia de cachorros, então com um vendedor eu consegui comprar o material todinho, então eu preparei o material todo né? Mas também não tive coragem, o sangue jorrou assim, mas eu também não tive coragem. Sim, eu ia aplicar na veia direto, mas eu não tive coragem, a minha mão tremia, e eu não consegui aplicar.
> E a última vez foi com uma arma. Um dia o meu irmão estava com uma arma lá em casa, não sei lhe dizer o qual era, eu peguei, fui para o banheiro, fiquei manuseando ela, vi se estava carregada, tudo, mas eu não tive coragem assim, eu nunca tive coragem, de fazer isso (Entrevista concedida em 11/06/17).

Este professor, em suas narrativas, apresenta o suicídio como uma alternativa para a sua dor, porém reconhece que não teve coragem. Atualmente ele continua em tratamento, não atua em sala de aula, colabora com o planejamento e realização de projetos em sua escola.
A próxima narrativa evidencia dados expressivos do "nervoso", trata-se do professor Maurício, formado em matemática, 40 anos, casado, exerce a docência há 12 anos, no governo do Estado, é natural de outro estado brasileiro. Afirma que procurou o SAPS/Casa do Professor como alternativa para aliviar o seu sofrimento, quando encontrava-se em crise.

> Eu procurei, porque, juntou tudo... Juntou a minha vinda pra cá, sem dinheiro... Minha vinda não, que eu já estava aqui... Foi algo bom! Não vou dizer que foi algo ruim. Aí juntou com a Fátima grávida do meu filho... Aí juntou com as meninas que eu queria ficar com elas toda noite... Aí juntou essa "cagada" com o moleque de Mazagão, que de vez em quando eu lembro... (choro). Aí juntou... Problemas na escola... Aí juntou tudo isso aí tinha dias que eu acordava bem e tinha dias que eu acordava e "porra" cara eu estou "fudido", triste... Aí na época... Eu ainda não namorava com essa minha... A Fátima, aí não ficava em casa... Eu estava construindo... Aí eu dizia Fátima fica aí que eu estou indo dormir! Mentira! Eu ia para o bar tomar cachaça... Tomar uma cerveja... Então, eu ficava tonto e as meninas... Professor e tal... E eu... pô que diabos! O que eu estou fazendo da minha vida? Cara! Aí tinha dias que eu amanhecia alegre, feliz... Tinha dias que eu já ia pra escola empurrado... E moleque que não faz a atividade... Eu querendo dar uma aula boa, então, quando eu procurei a Joana e ela disse assim ... "Eu estou vendo teu quadro aqui e tu estas só regredindo...". "Vou chamar um psiquiatra...". Ela me indicou lá para o [psiquiatra] Antônio... Passei um ano com o Antônio... Aí ele me dava uns remédios lá... E sinceramente, quando você tomava a dor de cabeça piorava! E eu não senti melhora. Resumindo: Abandonei mesmo logo... A droga ... (refere-se ao tratamento). Abandonei, não fui mais não! Cara, a "porra" não estava fazendo efeito... Aí porque tem muita coisa, doutora, que eu precisava desabafar com alguém pra ver não faz isso... Não faz isso... Aí quando eu comecei a falar com a Joana eu senti que tinha vez que eu melhorava... Porque é muito assim ... instável minha vida, sabe? Antigamente eu era mais irado, eu tinha muita raiva... Alguém que me fazia raiva eu já queria matar o caboco... (sorri). (Trecho de entrevista, concedia em 14/04/2014).

Este professor declarava-se "muito nervoso", quando expressava as múltiplas razões do seu adoecimento. Silveira (2000) e Duarte, (1986) apresentam o "nervoso" como um fenômeno polissêmico, como uma forma de expressão para o cansaço, fraqueza, irritabilidade, tremores, conflitos conjugais e sociais, cefaleias, ira

e ressentimentos, infecção parasitárias, aflições, privações afetivas ou matérias, cuja etiologia liga-se principalmente, a fatores sociorrelacionais.

2.3 Condições do trabalho docente em Macapá

No decorrer deste estudo foi possível constatar que há precarização das condições materiais e ambientais em que se processa o labor educativo. Na capital, em Macapá, em algumas escolas, as salas de aula são consideradas, pelos docentes, pouco adequadas para o desenvolvimento pleno do trabalho, faltam iluminação e ventilação adequadas. Aliado a isto, observou-se ainda a escassez de equipamentos didático-pedagógicos necessários para o desenvolvimento das atividades docentes, como afirma a professora Marieta:

> É bem relevante esse aspecto, o ambiente de trabalho, não só para o bem estar do professor como do aluno, que é o conjunto todo que se beneficia de uma estrutura perfeita, não só o professor! Mas ao longo da minha carreira eu tenho trabalhado em escolas desconfortáveis, ambientes sujos, escolas feias, mal projetadas, quentes, quebradas... (pausa e baixa o tom de voz). Sem espaços adequados para desenvolver atividades didáticas adequadas, então, essas constatações, que não é só de uma escola ou duas, a maioria das escolas tem passado por reformas. Atualmente, a minha está em reforma, porque o ambiente estava insustentável. A gente não aguentava mais trabalhar naquela escola. Então, eles colaboram de forma negativa, tanto para o desempenho do trabalho como para o aspecto psíquico. Todos nós gostamos do belo, pelo menos a gente trabalha a arte, mostra a arte para o aluno, e o aluno vive em casebres em palafitas, estuda em uma escola extremamente feia, que é o contrário do que a gente mostra na arte. Então, a frustação é tremenda... (expressa-se com certa tristeza). O reflexo disso ao longo do tempo é notório. Você adoece! Você se sente mal ... A autoestima também do professor por trabalhar em um ambiente tão feio, tão insalubre ela é prejudicada. Muito! Quando você diz: "Ah eu trabalho num lugar lindo!" Você diz: "Puxa! Minha escola é horrorosa". Isso reflete terrivelmente, não só no professor como no aluno. Essas são as constatações que você (referindo-se a si mesma) faz ao longo desse processo de 20 anos? Ao longo dessa caminhada de trabalho. Dessas lutas". (Trecho de entrevista, concedida em 27/03/2014).

A fala da professora Marieta expressa as diversas dificuldades vivenciadas no ambiente de trabalho, sendo também representativa, em relação aos depoimentos da maioria dos professores entrevistados. As salas de aula, ainda, foram consideradas, pelos próprios professores como barulhentas e muito quentes, com pouca ventilação, sendo este fator um dos possíveis ensejadores de estresse no trabalho do professor.
No que diz respeito à saúde dos professores, os principais problemas detectados, além dos transtornos mentais, já mencionados, os docentes referiram problemas de pressão alta, dores musculares, fibromialgia, rouquidão, renite alérgica, cansaço mental, nervosismo, dentre outros. Foi possível perceber, ainda, entre os docentes entrevistados, queixas sobre a intensificação do trabalho, número elevado de carga horária, turmas numerosas, gerando elevada carga física e psíquica. Declarações confirmadas pelas falas das profissionais do Serviço Social do SAPS e da Casa, que acolhem os docentes ao ingressarem no tratamento:

> Olha, é em torno de 10 a 12 turmas. Carga horária batida 20 horas, onde o professor não tem aquele tempo de dar uma "relaxadinha" ... aqueles 15min ...sabe? E agora eles trabalham de manhã e de tarde e se está com falta de carga horária, tem que voltar no contra turno para cumprir aquela carga horária. E isso aí também foi um fator que a gente percebeu que houve um número maior, a carga horária desse trabalho deles (Trecho de entrevista, realizada em 28/11/2013).

O exercício da docência em posições inadequadas, também, foram citadas como causa de dores nas costas, cabeça e braços, principalmente os docentes do Ensino Fundamental, que produzem matérias didáticos, de acordo com as necessidades de aprendizagem de seus alunos.

A ausência de apoio estrutural, pedagógico, administrativo e financeiro, também foi citada pelos professores como um fator de desgaste, que os obriga em determinados casos estenderem sua carga horária e realização gastos financeiros, com o próprio dinheiro, a fim de atender as exigências da atividade laboral.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revelou que a problemática envolvendo condições de trabalho e saúde mental de professores da rede estadual do Amapá, vinculados à SEED-AP, tem ganhado visibilidade com o crescente processo de adoecimento, manifestado através do aumento de usuários do SAPS/Casa do Professor.

Dos resultados, ainda parciais, destacaram-se, nos registros documentais e relatos dos sujeitos entrevistados, os seguintes fatores associados ao sofrimento/adoecimento mental e ao trabalho: sobrecarga física e psíquica de trabalho; número elevado de turmas; frustrações e insatisfações pelas condições de trabalho e recursos necessários; falta de reconhecimento profissional; perda de entusiasmo pela profissão, dentre outros. Os principais transtornos psíquicos encontrados foram: depressão, síndrome do pânico, transtorno bipolar, ansiedade, esquizofrenia e transtornos relacionados ao álcool e outras substâncias.

Deparamo-nos com o fato flagrante de que o trabalho docente vem sendo realizado num quadro com profundas contradições sistêmicas, num descompasso entre as exigências feitas aos professores (aos quais é dirigida a demanda de desempenhos e performances criativos, produtivos, resilientes) e os meios e recursos efetivamente postos à disposição para a realização das atividades educativas. Ou seja, estamos diante da inversão analisada pelo sociólogo Bauman (2007), ao falar sobre as atuais condições do trabalho: ao invés de propor "soluções coletivas para problemas individuais", o atual cenário do mundo do trabalho (incluindo aí o trabalho docente) demanda aos professores que "produzam soluções individuais para problemas coletivos"[14]. Para usar os termos de Merton (1970), há uma profunda contradição entre *metas* (socialmente valorizadas) e *meios* efetivos para o exercício dessas carreiras docentes – o que engaja os professores em contextos biográficos e profissionais impactados por uma anomia estrutural.

Como já havia apontado Gaulejac, o enfrentamento às consequências sócio psíquicas produzidas pelas formas contemporâneas de trabalho tem consistido majoritariamente na psicologização e psiquiatrização dos efeitos colaterais dessas formas de organização do mundo laboral. O exercício da docência não escapa a esse agenciamento médico de conflitos, de relações e de subjetividades. Embora permeadas por discursos de engajamento e boa vontade em relação aos cuidados dos professores em condições de adoecimento psíquico, as instituições públicas encarregadas da atenção psicossocial têm se caracterizado por uma intervenção "recortada" e medicamentalizante, pouco se referindo à busca de soluções coletivas para o enfrentamento das condições produtoras do sofrimento e para a efetiva reinserção dos docentes em suas trajetórias profissionais.

Assim, entendemos como essencial que sejam introduzidas políticas públicas que visem o melhoramento das condições do ambiente de trabalho dos docentes da rede estadual, e que os próprios profissionais reconheçam essas formas de adoecimento como decorrência das exigências da profissão e da precariedade laboral que os circunda, no contexto da modernidade dos docentes que superem tais contradições estruturais, ou seja, a fim de que lutem por qualidade nas condições de trabalho e de vida.

---

14 Citando Bauman: "passa a ser tarefa do indivíduo procurar, encontrar e praticar soluções individuais para os problemas socialmente produzidos (2007: 20).

REFERÊNCIAS

ALVES, G. (2011), *Trabalho e Subjetividade*: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo.

ANTUNES, R. (2009), *Os sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo.

BAUMAN, Z. (2007). *Tempos Líquidos*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

CARMARGO, D. A. F. (2012) *O Abolicionismo Escolar*: reflexos a partir do adoecimento e da deserção dos professores. Dissertação de mestrado em Educação, São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

CODO, W. (1999), *Educação*: carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes.

DANTAS, M. A. (2012), *Sofrimento Psíquico:* modalidades contemporâneas de representação e expressão. Curitiba: Juruá.

FREITAS, C. R. & CRUZ, R. M. (2008), "Saúde e Trabalho Docente: levantamento bibliográfico In: XXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção: a integração de cadeias produtivas com a abordagem da manufatura sustentável". Online, Disponível em http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008_tn_sto_072_509_10776.pdf, [consultado em 10-09-2014].

GAULEJAC, V. et. al. (2007), *La Sociologie Clinique*: enjeux théoriques et méthodologigues. Paris: ÈRÈS.

GAULEJAC, V. (2007), *Gestão como Doença Social:* ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Tradução Ivo Storniolo. Aparecida/SP: Ideias & Letras.

GONTIJO, É. E. L. et. al. (2014), "Depressão na Docência: revisão de literatura". *Vita et Sanitas*, 7 (1). pp. 87-98. Disponível em http://fug.edu.br/revista_7/pdf/artigo6.pdf, [consultado em 20-11-2014].

LANGDON, E. J. (2010), "Antropologia, Saúde e Doença: uma introdução ao conceito de cultura aplicado às ciências da Saúde". *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 18 (3), pp.173-181.

KEHL, M. R. (2010), *O tempo e o Cão*: a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo.

MAUSS, M. (1981), *As Técnicas Corporais:* Sociologia e Antropologia. São Paulo: EPU/EDUSP.

MENDES, A. M. (2008), *Trabalho e Saúde*: o sujeito entre emancipação e servidão. Curitiba: Juruá.

MERTON, Robert K Estrutura social e Anomia In: *Sociologia*: teoria e estrutura. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MINAYO, M. C. de S. (1991), "Abordagem antropológica para avaliação de políticas Sociais". *Revista Saúde Pública*, 25 (3), pp. 233-238.

MUNDIM. M. C. B. (2012), "Saúde Mental e Trabalho: levantamento das publicações na SCIELO e PEPSIC". *Barbarói,* 36(1), pp.110-119.

OLIVEIRA, D.; FRAGA, L. (2012), Trabalho na Educação Básica: a condição docente em sete estados brasileiros, Belo Horizonte: Fino Traço.

OMS. Organização Mundial da Saúde. *Relatório da Saúde 2013*: pesquisa para a cobertura universal de saúde. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/85761/26/9789248564598_por.pdf?ua=1. [consultado em 15-11-2014].

PEREIRA E. F. et al. (2010), "Qualidade de Vida e Saúde dos Professores de Educação Básica: discussão do tema e revisão de investigações". *Revista Brasileira Companhia e Movimento,* 17(2), pp.100-107.

PINHEIRO, C. H. L. (2013), *Percepções e Trajetórias Docentes*: mobilidade no contexto da interiorização e expansão do ensino superior público no estado do Ceará. Tese de doutoramento, Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará.

PINTO, M. de J. de S. (2011), *O Fetiche do Emprego:* um estudo sobre as relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa. São Paulo: IGLU.

ROBALINO, M. (2012), "Saúde e o Trabalho na Educação da América Latina". Dossiê *Retratos da Escola*. 06 (11), pp.315-326.

SCHUTZE, F. ([1983] 2014), "Pesquisa Biográfica e Entrevista Narrativa". Online, Disponível em https://pt.scribd.com/doc/166336066/32-SCHUTZE-Entrevista-narrativa, [consultado em 10-11-2014].

SELIGMANN–SILVA, E. (2011), Trabalho e Desgaste Mental: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez.

SILVA, F. G. (2007), O Prazer e a Educação: entre o prazer, o sofrimento e o adoecimento. Tese de doutoramento, São Paulo: Programa de Pós-Graduação, Universidade Católica de São Paulo.

SILVEIRA**,** M. L. da. (2000), O Nervo Cala, o Nervo Fala: a linguagem da doença. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. (Coleção Antropologia e & Saúde).

SENNETT, R. (2012), A Corrosão do Caráter: o desaparecimento das virtudes com o novo capitalismo. Tradução Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: BestBolso.

SOUZA, A. (2013), "Professores, Modernização e Precarização" In R. Antunes, Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II. São Paulo, Boitempo, pp. 217-227.

GT 7
Políticas Públicas, Redes Sociais e Cidadania

Diferenciação funcional, organizações, redes e gestão de políticas públicas

Roberto Dutra[1]
Professor Associado do Laboratório de Gestão e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (LGPP/UENF). E-mail: robertodtj@yahoo.com.br.

Mauro Macedo Campos[2]
Professor Associado do Laboratório de Gestão e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (LGPP/UENF). E-mail: mauromcampos@yahoo.com.br.

1. Introdução

Até o início da década de 1970 do século XX quase não se estudava a implementação de políticas públicas (Birkland, 2001: 177). Isto se devia sobretudo à crença de que esta fase não era problemática, dado que refletia apenas a execução simples, por parte do braço administrativo do Estado e de outros atores envolvidos no processo de implementação, da decisão que havia sido previamente formulada pelos governantes. Então, por esta lógica, o processo fluiria quase que por inércia. No entanto, a partir desta mesma década, como resultado de uma multiplicidade de fatores, o Estado moderno – sobretudo nos países do Atlântico Norte – vai enfrentar uma crise permanente de governabilidade, deparando-se com enormes dificuldades em gerir políticas públicas e controlar os processos sociais em geral. É exatamente neste contexto que surge aquele que é considerado o trabalho seminal dos estudos da implementação – a obra de *Pressman* e *Wildavsky* de 1973, intitulada *"Implementation: How Great Expectations in Washington Are Dashed in Oakland"*. Este estudo, tal como o título revela, versava sobre as razões para que um projeto de desenvolvimento econômico decidido centralmente tivesse falhado em *Oakland*, tendo os autores chegado à conclusão de que a falta de coordenação entre as diversas agências envolvidas era o principal motivo do insucesso da política.

Mesmo se apegando à crença comum de que a implementação é um processo racionalmente controlável por parte dos formuladores de políticas, e com isso percebendo a análise dos "déficits de implementação" como meio para se buscar este controle, o estudo de Pressman e Wildavsky foi, ao mesmo tempo, o ponto de partida para uma profunda revisão crítica deste modelo dominante sobre a gestão de políticas públicas: o modelo do controle decisório por parte dos formuladores, inspirado sobretudo no paradigma weberiano da dominação racional legal embasada na hierarquia e na impessoalidade da organização burocrática (conhecido como modelo

---

1 Biografia: Doutor em Sociologia pela Humboldt Universität zu Berlin, mestre em Políticas Sociais pela UENF. Temas de interesse: teoria social, sociologia da estratificação social, sociologia da religião, teoria do reconhecimento social, teoria da modernidade, teoria dos sistemas, sociologia da administração pública.

2 Biografia: Possui graduação em Ciências Econômicas, especialização em Saúde Pública/Auditoria de Sistemas de Saúde, mestrado em Ciências Sociais: Gestão de Cidades e doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente é professor e pesquisador associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), junto ao Laboratório de Gestão e Políticas Públicas (LGPP), e vinculado ao Centro de Estudos Legislativos da UFMG (CEL/UFMG). Está cursando o pós-doutoramento no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP). Tem experiência nas áreas de Gestão Pública e Ciência Política, com ênfase em Políticas Públicas, Controle e Instituições Políticas; e Financiamento Partidário-Eleitoral.

top-down). O estudo seminal de Pressman e Wildavsky, ao tentar corrigir e aperfeiçoar este modelo, acaba revelando o caráter "irrealista" da pretensão de controle estatal sobre a implementação de políticas públicas. Os diferentes modelos teóricos criados desde então têm em comum o desafio de explicar (e não raro propor estratégias de intervenção) os fracassos e dificuldades dos agentes governamentais e da administração pública em conduzir a fase de implementação (Hudson e Lowe, 2004: 205). E a evolução analítica daí decorrente pode ser entendida como um crescente distanciamento (apesar das tentativas de síntese) em relação ao paradigma *top-down*, cuja ênfase está justamente na capacidade dos agentes da administração pública em emanarem diretrizes claras e controlarem a ação dos atores e instituições envolvidos na fase de implementação.

O modelo *top-down*, ao postular o controle racional-burocrático na gestão de políticas públicas, comunga de uma concepção da vida social centrada na ideia de que o sistema político-administrativo é capaz de controlar o funcionamento de determinadas esferas sociais a fim de garantir a obtenção de determinados efeitos em termos de implementação de políticas.

Na formulação de políticas públicas não é incomum o fato dos decisores não saberem exatamente o que querem, nem os possíveis resultados decorrentes das políticas a serem implantadas. Mesmo porque, as políticas partem, de antemão do resultado de negociações, que provavelmente modificam a ideia/desenho original do programa a ser implantado (Arretche, 1998).

Trata-se de uma noção de gestão pública que negligencia a autonomia operativa das esferas sociais e, consequentemente, a capacidade destas esferas, assim como das organizações envolvidas com a implementação de políticas, de produzirem injunções e estruturas que disputam a direcionalidade da ação implementadora com as diretrizes estabelecidas pelo sistema político-administrativo.

A abordagem sociológica clássica sobre o tema da gestão de organizações, a qual influenciou profundamente o modelo *top-down*, é o modelo weberiano da administração burocrática. Este modelo é parte de sua teoria geral sobre os tipos de dominação, sendo a organização burocrática o "tipo mais puro" do exercício da dominação racional legal (Weber, 1976: 19). O núcleo deste modelo é o pressuposto de que quanto maior for uma organização, e mais complexas suas atribuições, maior tendência a burocratização. É importante ressaltar que, para Weber, embora sua concepção das ciências sociais estivesse fundada na recusa de qualquer lei causal necessária entre fenômenos, há sim uma relação de interdependência funcional entre as características que compõe a organização burocrática: entre a formação de um aparato administrativo constituído por técnicos especializados enquanto forma superior de administração dos assuntos e interesses de quase todas as esferas sociais; organização hierárquica dos cargos com limites de autoridade definidos por normas impessoais formalizadas; documentação dos atos e das normas administrativas; estabilidade das carreiras por meio de políticas de promoção orientadas pela antiguidade e pelo mérito capazes de promover a lealdade para com a organização e seus objetivos, neutralizando a interferência de aspectos externos ao ordenamento normativo formal e impessoal.

A principal relação de interdependência funcional é aquela que se estabelece entre *os problemas de cooperação e coordenação* resultantes da crescente complexificação e especialização das tarefas organizacionais – sobretudo em grandes organizações – e a *formação de um aparato administrativo dedicado à função de promover canais de comunicação e coordenação* com base na *hierarquia de autoridade enquanto forma necessária* para efetivar a coordenação das diversas tarefas na consecução dos objetivos organizacionais. Uma vez que uma supervisão minuciosa de todas as decisões por parte dos superiores é ineficaz, normas impessoais destinadas a padronizar o desempenho das tarefas atuam como complemento da hierarquia no enfrentamento do problema da coordenação. Impessoalidade e hierarquia seriam então os meios administrativos mais eficientes para coordenar as atividades de uma organização na busca de seus objetivos, sejam estes econômicos, religiosos, militares ou de qualquer outra natureza.

No entanto, o estudo comparativo das organizações (Blau, 1976: 143) tem contribuído para uma revisão importante do modelo weberiano. Uma revisão que não invalida as hipóteses centrais sobre a relação entre as características principais que Weber atribui à organização burocrática, mas que "indicam as condições em que as relações, inicialmente tidas como universais, são contingentes" (Blau, 1976: 143). Uma impessoalidade rigorosa, por exemplo, pode ser eficiente apenas sob determinadas condições e apenas na coordenação de tipos específicos de tarefas (Litwak, 1962). Em outras, laços comunitários podem ser convenientes. A contingência

das relações que Weber havia percebido como necessárias foi também o foco das críticas que autores como Parsons (1964: 58-60), Goudner (1954: 22-24) e Stinchcombe (1959: 168-187) fizeram ao postulado segundo o qual especialização profissional e autoridade hierárquica são características associadas e complementares na organização burocrática. Os críticos afirmam que os princípios derivados da especialização profissional entram em conflito com os princípios que informam a administração hierárquica, ou seja, que os dois não são complementares, mas sim mecanismos alternativos e concorrentes de controle e coordenação. Princípios profissionais facilitam a coordenação entre setores de atividades idênticos ou afins, enquanto coordenação de setores muito diferentes exige hierarquia.

Neste contexto, fica claro que a frustração com o modelo *top-down* é, em grande parte, decorrente de expectativas que ignoram o fato da diferenciação da sociedade e, como iremos ver, sua principal consequência para a gestão de políticas públicas: a impossibilidade de um sistema social estabelecer, de forma unívoca e segura, as diretrizes que vão orientar as práticas sociais nos outros sistemas sociais e assim controlar a fase implementação de políticas. O artigo divide-se em três tópicos. No primeiro (2), desenvolvemos uma abordagem sociológica que relaciona a diferenciação funcional da sociedade, à pluralização de referências valorativas e à existência de formas variadas de gestão de organizações. No segundo tópico (3), apresentamos as consequências desta abordagem teórica para a gestão de políticas públicas em organizações situadas em um ambiente societário marcado pela multiplicidade de referências valorativas e orientações funcionais. No terceiro (5), tentamos ilustrar as hipóteses teóricas desenvolvidas com uma breve análise do Sistema Único de Saúde (SUS).

2. Diferenciação funcional e formas de gestão

Esta revisão do modelo weberiano é o ponto de partida para uma teoria das organizações – incluindo uma teoria da gestão em organizações – baseada não na unidade, mas sim na variedade dos tipos de organização. Enquanto o modelo weberiano estava centrado numa concepção de eficiência econômica – embora sua inspiração fosse o entusiasmo prussiano com o tipo militar de organização –, tomando como dada a concepção de que a gestão (supostamente) mais apropriada para objetivos econômicos fosse também a melhor para quase todas as outras esferas sociais, o ponto de partida da variedade dos tipos de organizações está diretamente vinculado a uma teoria da sociedade fundada na diferenciação e na multiplicidade de referências valorativas disputando com os critérios econômicos a prerrogativa de orientar a gestão das organizações.

A teoria da sociedade que adotamos aqui é a teoria da diferenciação funcional de Niklas Luhmann. Para Luhmann (1988, 1997), a partir da segunda metade do século XVIII um tipo de formação social afirmou-se em toda a Europa em distinção à sociedade estamental da Idade Média, para, já no final do século XIX, expandir-se como formação social primária a nível global: a sociedade diferenciada internamente em subsistemas funcionais. A passagem para o primado da diferenciação funcional implica i seguinte: todos os subsistemas da sociedade são iguais no sentido de que cada um deles preenche apenas uma função socialmente relevante, mas são também distintos por preencherem funções específicas. Embora outras formas de diferenciação como a estratificação social não tenham desaparecido ou perdido sua relevância para a ordem social, a sociedade moderna é marcada pelo primado da diferenciação funcional, pois a ordem social não pode ser concebida sem a existência de instituições incumbidas de preencher funções especializadas.

O caráter funcional da forma primária de diferenciação sistêmica consiste em que as práticas sociais mais importantes da sociedade (ou seja, as práticas econômicas, políticas, jurídicas, pedagógicas, científicas e outras formas funcionais de comunicação) estão voltadas não mais para a confirmação obrigatória de uma hierarquia social que perpassa todas as esferas sociais, mas sim para o tratamento de problemas fundamentais por meio de mecanismos institucionais que não se deixam reduzir à estratificação social. O primado da diferenciação funcional refere-se ao horizonte de problemas fundamentais – assegurar provisão futura em condições presentes de escassez (economia), tomada de decisões coletivamente vinculantes (política), preparação para a vida futura (ensino), assegurar expectativas normativas (direito) – que abarca todas as comunicações possíveis em seu aspecto temático e que constitui a orientação básica dos subsistemas sociais diferenciados (Nassehi, 2004).

Na sociedade moderna a diferenciação funcional tornou-se uma "ordem auto substitutiva" (Luhmann, 1997b: 158), ou seja, uma ordem no interior da qual todas as concepções de mudança estrutural (incluindo toda crítica social possível) se remetem a uma (re)estruturação dos desempenhos funcionais e/ou do acesso às soluções que os sistemas funcionais ofertam para os problemas fundamentais que eles mesmos produzem e reproduzem. Dito de outro modo: na "ordem auto substitutiva" da diferenciação funcional só se concebe mudança estrutural como "auto substituição" dos sistemas funcionais, mas não como dissolução destes sistemas. Cita-se Luhmann (1992: 47-48) mais uma vez:

> Neste sentido é difícil imaginar nossa sociedade sem Estado, sem direito, sem dinheiro, sem pesquisa e sem comunicação de massas. Funções com este alcance produzem ordens auto substitutivas. É difícil imaginar uma ordem social sem sistemas funcionais diferenciados, ou seja, encontrar uma alternativa para a diferenciação funcional.

A principal implicação desta teoria da sociedade para uma teoria das organizações (e consequentemente para uma teoria da gestão em organizações) é a tese de variedade funcional dos tipos de organização (Peetz; Lohr e Hilbrich, 2011). No que se refere a sua orientação em relação aos subsistemas funcionais da sociedade, as organizações não se limitam a um único sistema funcional e nem são igualmente dominadas pela economia (Tacke, 2001). Ao contrário, deve-se pressupor que a sociedade é povoada por uma variedade dos tipos de organização, ou seja, que estas podem se orientar por distintos subsistemas funcionais e construir estruturas organizacionais e formas de trabalho afinadas com a orientação funcional predominante. Por um lado, toda organização contém uma variedade de orientações funcionais: na medida em que precisam remunerar o trabalho, todas são dependentes da economia; todas estão submetidas a normas jurídicas etc. Por outro lado, toda organização também privilegia uma referência funcional ao selecionar os objetivos organizacionais (o que Luhmann chama de programa de fins, *Zweckprogrammen*): uma Igreja privilegia objetivos religiosos, embora se oriente também por considerações econômicas; uma escola privilegia objetivos pedagógicos, embora se oriente também por considerações jurídicas; um hospital privilegia objetivos médicos, embora se oriente também por objetivos econômicos, jurídicos e políticos.

Não há dúvida de que os objetivos oficiais de uma organização (sua auto-descrição) podem desempenhar meramente um papel de fachada e assim esconder a busca de objetivos socialmente ilegítimos para aquele tipo de organização. É o caso, por exemplo, de uma igreja que privilegia a busca do lucro no "mercado religioso", tratando o "sagrado" apenas com um meio para seus fins econômicos; o mesmo vale para um hospital que condiciona o ciclo de diagnóstico e tratamento de seus pacientes às perspectivas de lucro que eles apresentam e para um partido que, a pretexto de participar da produção de decisões coletivamente vinculantes, apenas está interessado no enriquecimento de seus líderes. No entanto, estes casos de "corrupção dos objetivos organizacionais" apenas têm o sentido que têm – ou seja, objeto de crítica social e empreitadas obrigadas a disfarçar os seus motivos – porque a sociedade é povoada por uma variedade funcional dos tipos de organizações, e porque se espera que estas organizações se orientem primariamente pelos programas de metas que dão forma à sua identidade oficial.

Tendo em vista estas complexas relações entre sistemas sociais diferenciados, este artigo propõe uma investigação sociológica do conceito de gestão em organizações da saúde tomando como ponto de partida a tese central da teoria da sociedade do sociólogo alemão Niklas Luhmann: a tese de que a sociedade moderna contemporânea é diferenciada em subsistemas funcionais autônomos – como política, economia, ensino, direito, ciência, religião, família e o sistema de saúde. Como se poderá ver com mais detalhes, esta teoria da sociedade tem duas consequências importantes para a relação entre gestão e organização: 1) a sociedade é caracterizada por uma variedade de organizações de acordo com o sistema funcional mais relevante na relação das organizações com seu entorno social: assim, uma escola, uma vez que o sistema de ensino constitui o sistema funcional mais relevante em suas relações com o meio, é uma organização bem diferente de uma empresa para a qual a economia constitui a referência principal; 2) a referência funcional predominante nas relações de uma organização com seu entorno social vai estar presente no predomínio de diferentes formas de gestão das atividades realizadas nesta organização: enquanto *atividade voltada para o problema da coordenação e do controle do*

desempenho das atividades de uma organização, a gestão tende a ser diferente se o desempenho mais importante desta organização tem a ver com a busca de eficiência econômica (empresas), com a formação de pessoas (escolas) ou com o diagnóstico e tratamento de doenças (hospitais).
Uma boa gestão escolar empenhada em coordenar o trabalho de formação de pessoas difere substancialmente de uma boa gestão econômica baseada na busca eficiente do lucro. Trata-se de buscar um conceito muldimensional de gestão capaz de dar conta da variedade de possíveis soluções para o problema da coordenação e controle de atividades organizacionais em diferentes subsistemas funcionais. Parte-se, então, de um pressuposto diferente da concepção weberiana segundo a qual a administração burocrática, fundada na coordenação impessoal e hierarquizada de cargos e papéis, seria aplicável a quase todas as esferas sociais (Weber, 1976: 18 e 21). Além de atentar para a variedade das organizações e das formas de gestão, outra possibilidade trazida por uma abordagem muldimensional é analisar a combinação ou a concorrência/conflito entre diferentes formas de gestão em uma mesma organização.
As atividades de uma organização podem ser objeto de uma multiplicidade de injunções destinadas a responder ao problema da coordenação e do controle do desempenho. A atividade de coordenar e controlar o trabalho em organizações de saúde, ou seja, a gestão, pode seguir uma lógica econômica – por meio da administração indiscriminada de medicamentos em consonância com os interesses da indústria farmacêutica –, seguir uma lógica puramente medicinal – com o ciclo diagnóstico/tratamento sendo conduzido exclusivamente por considerações médicas – ou até uma lógica micro-política de "satisfazer a vontade do usuário" – por exemplo, tentando resolver o caso numa mesma unidade quando o programa de ação recomenda que o paciente seja encaminhado para unidade de maior complexidade. Neste sentido, a gestão pública seria apenas um mecanismo entre outros presentes nas organizações de saúde.

3. Gestão de Políticas Públicas em Organizações Multireferenciais

Ao tomar a variedade das organizações como ponto de partida de nosso artigo queremos evitar duas modalidades de reducionismo economicista. O primeiro reducionismo é o que generaliza a forma empresa para a descrição de todos os tipos de organização (Türk; Lemke e Bruch, 2006). Assim, a multiplicidade dos tipos de organização acaba sendo percebida como desvio do dever ser econômico das organizações. O segundo reducionismo, constitutivamente vinculado ao primeiro, é o que generaliza a forma econômica de gestão para as organizações não econômicas. Isto leva, por um lado, à negligência da especificidade das formas não econômicas de gestão e, por outro lado, à naturalização de eventuais processos de colonização da gestão em organizações orientadas por funções não econômicas por critérios econômicos: se as práticas de gestão e com isso a coordenação e o controle de atividades organizacionais são pensados como categorias exclusivamente econômicas, o predomínio de tais critérios na gestão das organizações – incluindo as não econômicas – vai ser percebido como uma espécie de reencontro destas organizações com sua própria natureza.
Portanto, evitar as duas modalidades de reducionismo economicista significa levar em conta que: 1) a variedade da orientação funcional das organizações faz da forma empresa apenas um tipo (econômico) de organização entre muitos outros possíveis, cada um deles com estruturas organizacionais bem distintas; 2) a variedade funcional das organizações implica formas de gestão também distintas, de modo que podemos falar de uma gestão religiosa, uma gestão científica, uma gestão política, uma gestão da medicina etc.
Decisivo na concepção adotada aqui é a noção de que o êxito de cada uma das formas de gestão é determinado por critérios específicos de cada sistema funcional. A "boa gestão" é aquela que melhor cumpre a função de coordenar o tipo de trabalho voltado para reproduzir a referência funcional predominante nesta organização. Em uma escola (inclusive em uma escola privada), a "boa gestão" é aquela que promove a coordenação do trabalho de ensino (realizado em sala de aula pelos professores) enquanto trabalho definido pela função de preparar pessoas para sua vida social futura, de modo que uma gestão orientada primariamente para garantir o lucro, ao instituir mecanismos de coordenação que avaliam o trabalho de ensino por critérios econômicos (como por exemplo, deixar a avaliação dos alunos ser influenciada pelo medo de perder mensalidades), vai negligenciar a função especificamente pedagógica da organização escola. A vantagem da concepção aqui adotada, uma vez

que parte da variedade das organizações e das formas de realizar as funções de gestão, é precisamente a de não naturalizar processos de colonização econômica de esferas sociais não econômicas, levando em conta possíveis equivalentes funcionais da forma econômica de gestão (Peetz; Lohr e Hilbrich, 2011: 204).

Cabe ressaltar que esta abordagem não precisa adotar um conceito amorfo de gestão, aplicável a tudo e alheio às exigências de precisão conceitual. Pois a variedade que queremos levar em conta diz respeito à existência de soluções alternativas para um problema comum a toda organização moderna: o problema da coordenação como efeito da crescente especialização das atividades organizacionais. Ou seja, a base do conceito segue sendo aquela das doutrinas de gestão adotadas pela "sociologia industrial" (Burnham, 1951) clássica e por outras correntes sociológicas preocupadas com o tema. Trata-se de estudar o conjunto de tarefas e funções voltadas para a condução do desempenho do trabalho, ou seja, tarefas e funções voltadas para o planejamento, organização, controle e avaliação do trabalho (Schreyögg, 1991). Esta concepção clássica só é corrigida em um aspecto: ao invés de descrever as tarefas de gestão enquanto tarefas de uma classe social ou das pessoas oficialmente incumbidas de administrar, queremos saber, em primeiro lugar, se as expectativas e exigências vinculadas aos papéis e posições que os indivíduos ocupam nas organizações são ou não relacionados ao problema de coordenação do trabalho. Evita, assim, que a investigação sociológica aceite sem questionar a descrição oficial das organizações, a qual prescreve que funções de gestão estejam concentradas unicamente nos cargos e nas mãos de pessoas formalmente designadas para estas funções. Sem desconsiderar que as tarefas de gestão são desigualmente distribuídas nos diferentes cargos de uma organização, cabe manter aberta a possibilidade de que os papéis oficialmente destituídos de funções administrativas exerçam de fato tais atividades. A unidade do conceito de gestão reside em que o problema de coordenar atividades está presente em todo tipo de organização, e a variedade em que cada tipo de organização pode encontrar uma solução diferente para este problema.

Para apreender a variedade das possíveis formas de gestão é necessário levar em conta a multiplicidade das dimensões estruturais das organizações, já que a coordenação de atividades em organizações (função constitutiva da gestão) pode envolver todas elas, não se restringindo àquelas formalmente incumbidas de assuntos administrativos. A teoria sociológica das organizações de Luhmann (2000) distingue quatro dimensões estruturais, destacando que o peso relativo de cada uma delas varia com o tipo de organização: *programas, pessoas, canais de comunicação e cargos*. Cada dimensão contribui para estruturar a produção contínua das decisões constitutivas da organização enquanto sistema social fundado na produção e reprodução de decisões, ou seja, na transformação da contingência de alternativas na contingência de uma decisão tomada. Ao tornar-se passado, cada decisão reduz a insegurança da organização em relação a seu entorno, já que a decisão é contingente apenas no sentido de que poderia ter sido outra, tornando-se, na prática, premissa para a construção de novas decisões. As dimensões estruturais podem ser explicitadas da seguinte forma:

I. *Programas*: descrevem as premissas que orientam as decisões formalmente corretas sobre os processos de coordenação de atividades organizacionais. Ações administrativas, na medida em que estabelecem premissas para decisões no cotidiano do trabalho nas organizações, são constitutivas dos programas. Estes podem ser condicionais (orientados pelo *input*), isto é, voltados para estabelecer condições para que uma determinada ação aconteça (se isto, então aquilo) ou programas de metas (orientados pelo *output*), a saber, metas para cuja consecução as práticas e recursos organizacionais são concebidos como meios. Embora as atividades formalmente concebidas como gestão tenham a tendência de privilegiar programas de metas (Deutschmann, 1997), o trabalho em algumas organizações – como, por exemplo, o trabalho dos profissionais na área da saúde – obedece a programas condicionais como o esquema diagnóstico/terapia.

II. *Pessoa*: esta dimensão não deve ser confundida com o sistema psíquico, mas sim definida como o *feixe de expectativas de conduta socialmente atribuídas aos indivíduos*. A história compartilhada dos indivíduos no ambiente partilhado de uma organização leva à formação tanto de expectativas que o indivíduo atribui a si mesmo quando daquelas atribuídas pelos outros (colegas, clientes, alunos, pacientes, fiéis, eleitores etc.). As expectativas que estruturam as atividades de um indivíduo (trabalho, gestão) e que formam assim sua *pessoa na organização* não devem ser reduzidas às exigências formais que constam no contrato de trabalho, pois estas atividades também são estruturadas por um

conjunto de expectativas informais, relativamente estáveis, formuladas pelos outros membros ou pelo público relevante da organização. Assim, é preciso ir além da distinção entre as pessoas que ocupam cargos de gestão e o resto, já que as expectativas e exigências relacionadas ao problema da coordenação podem ser atribuídas a um conjunto bem mais amplo de cargos e indivíduos. Neste sentido, a sociologia do trabalho (Lohr e Nickel, 2005) tem demonstrado como as exigências de auto-avaliação e auto- coordenação (ou seja, exigências típicas da atividade de gestão) tornam-se relevantes em quase todas as posições organizacionais.

III. *Canais de Comunicação*: definem como acontece a coordenação da coordenação. Trata-se do modo como a relação entre os cargos é estabelecida. Assim, os processos de coordenação podem acontecer de modo hierárquico (como no modelo de Weber), por meio da concorrência interna entre os trabalhadores/gestores, pela confiança recíproca e do saber profissional ou em função da combinação de várias formas de coordenação. Embora a coordenação seja frequentemente confundida com hierarquia, vemos a hierarquia apenas como uma forma entre outras de lidar com o problema da coordenação.

IV. *Cargos*: trata-se de uma dimensão estrutural que combina as três dimensões mencionadas anteriormente. O cargo representa a seleção de premissas de decisão condensadas num único elemento: se espera do ocupante (pessoa) de um cargo que ele, levando em conta os canais de comunicação apropriados, decida de acordo com os programas da organização. Os aspectos definidores de um cargo definem também o peso relativo das funções de coordenação que lhe cabem: eles determinam quais pessoas com relação a quais programas e por meio de que canais de comunicação podem lidar com problemas de coordenação. É possível identificar cargos com um acesso privilegiado aos problemas de coordenação, ou seja, com grande capacidade de combinar programas, outros cargos e pessoas. Em termos de gestão não necessariamente são aqueles oficial e formalmente designados para estas tarefas. Em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), por exemplo, é comum que o saber profissional ou o prestígio dos médicos contém muito mais do que as atribuições formais do gestor na hora de decidir sobre a coordenação do trabalho.

O peso relativo e o tipo de combinação entre as quatro dimensões estruturais tendem a variar com o tipo de organização e, portanto, com o sistema funcional que constitui a orientação primária da organização. Assim, enquanto em organizações econômicas os programas de metas em termos de aumento de produtividade e eficiência tendem a ter um peso crescente na definição dos canais de comunicação, das pessoas e dos cargos relevantes para as tarefas de coordenação, subordinando o trabalho a critérios rigorosamente impessoais de avaliação e recompensa, em organizações do sistema de ensino a situação é bem distinta: como o trabalho especificamente pedagógico de formar pessoas não se deixa padronizar por programas condicionais (se isto, então aquilo), sendo constituído por um "*déficit* tecnológico" (Luhmann e Schorr, 1982) inarredável, torna-se impossível concentrar a tarefa de gestão em algumas poucos cargos. O "trabalho de sala de aula" não se deixa coordenar hierarquicamente por meio da obediência aos superiores, mas somente por meio da ação desempenhada pelo próprio profissional em seu contexto de trabalho. Como Parsons já havia notado em sua crítica a Weber, a ação baseada no saber profissional tende, em alguns contextos, a ser uma forma alternativa de coordenação em relação à hierarquia impessoal. Mesmo assim, esforços políticos de "racionalizar" o trabalho em organizações não econômicas a partir de critérios econômicos de eficiência – como no chamado *New Public Management* – fazem parte da realidade, produzindo um quadro de contradição e conflito entre estes critérios econômicos e os critérios específicos da perspectiva funcional privilegiada por organizações de ensino, da saúde etc.

4. Uma ilustração a partir do sistema de saúde no Brasil

Neste tópico, tentaremos ilustrar as hipóteses teóricas sobre a relação entre diferenciação funcional e gestão de políticas públicas com uma breve análise do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Para isso, nos

apoiamos em alguns estudos empíricos sobre diversos aspéctos da gestão de organizações da saúde no Brasil com o objetivo de demonstrar – de forma preliminar – que, apesar das diferenças, possuem um fio condutor comum: a disputa entre diferentes formas de gestão pela direcionalidade do funcionamento das organizações da saúde.

Porém, antes de tratar da organização e da gestão no SUS, faremos algumas breves considerações sobre o lugar da medicina na teoria da diferenciação funcional da sociedade. O subsistema da medicina – como Luhmann o denomina – monopoliza a função de curar doentes. Nem decisões jurídicas, nem o pagamento de dinheiro podem cumprir esta função (Vogd, 2005: 237). Como prática social diferenciada, a medicina constrói os elementos de que precisa para se reproduzir: diagnosticando doenças e atribuindo um papel social específico a seu público, complementar ao papel de quem diagnostica e trata a enfermidade: o papel do indivíduo doente, que demanda um ciclo de diagnósticos e terapias. Vale notar que o mesmo indivíduo concreto percebido a partir da perspectiva da doença na medicina é, por exemplo, percebido como um dano do ponto de vista econômico. Ou seja, o papel de doente não é um atributo ontológico do indivíduo, mas sim uma realidade construída pela perspectiva funcional da medicina.

Como ressaltado anteriormente, a perspectiva funcional da medicina existe com base no código binário doente/curado. O que diferencia a ação medicinal de todas as outras práticas sociais é precisamente o fato de que ela está sempre orientada por esta diferença entre dois valores auto-excludentes e totalizadores (o código binário) em sua esfera específica de realidade: só existe ação medicinal quando se pode diferenciar entre os estados de doente e curado. No entanto, há um segundo aspecto que distingue a medicina da maioria dos sistemas funcionais da sociedade. Enquanto que para a maioria destes sistemas o valor que induz as operações sistêmicas coincide com o valor socialmente percebido como positivo – a ciência se orienta por hipóteses que prometem buscar a verdade, o direito pretende instaurar a licitude e não a ilicitude –, a medicina produz suas práticas com base no valor socialmente percebido como negativo: apenas a doença é capaz de gerar ação medicinal (Luhmann, 1990). O que leva à diferenciação deste subsistema funcional é o tratamento de doentes e não o tratamento de saudáveis. O sistema busca as doenças, enquanto a saúde aparece apenas como o valor que indica a inexistência de doenças.

A função do sistema da medicina não se deixa determinar por critérios de verdade como a comprovação científica da eficácia dos tratamentos. Como sistema funcional autônomo, a medicina se orienta primariamente pela obrigação/necessidade de oferecer diagnóstico e terapia em caso de doença. A dificuldade de assegurar o êxito da ação medicinal e de controlar cientificamente a cura – caso ocorra a cura – pela manipulação de fatores especificáveis não isenta o profissional da medicina desta obrigação/necessidade. Assim como as verdades científicas – apesar de semântica da "Medicina Baseada em Evidências" – não são capazes de coordenar ao trabalho da medicina, também não o são os programas de metas induzidos pelo sistema político e presentes na auto-descrição das organizações de saúde dependentes da política. O trabalho da medicina – enquanto prática social definidora deste sistema funcional – só se deixa coordenar por programas organizacionais construídos especificamente para esta prática. Organizações como hospitais, que privilegiam o código binário da medicina na construção de sua referência valorativa e de seus objetivos organizacionais, se reproduzem por meio do encadeamento recursivo de decisões e utilizam o esquema diagnóstico/terapia como programa organizacional fundamental para estruturar a ação medicinal. Isto significa que coordenam o trabalho medicinal realizado pelos seus integrantes primordialmente através de programas condicionais, negligenciando, no contexto da ação medicinal em si, os programas de metas. Especialmente por que são confrontadas permanentemente com o fracasso de suas práticas terapêuticas, sobretudo em razão de doenças incuráveis e da falta de controle sobre as práticas de outras organizações das quais depende o "produto final" da ação medicinal, estas organizações se voltam para programas condicionais, vinculando os critérios de atribuição de êxito no trabalho às rotinas de diagnóstico e à realização de tratamento, e não ao resultado final do tratamento (Vogd, 2005: 239). Por exemplo, a questão de se o tratamento quimioterápico realmente trará a cura, ou pelo menos um ganho em qualidade e tempo de vida, é de interesse secundário para as práticas sociais da organização hospital. O mais importante é poder oferecer uma terapia para a doença.

Neste artigo importa considerar que o problema da gestão do trabalho no sistema da medicina não pode ser investigado sem levar em contra que este tipo de trabalho só se deixa coordenar diretamente por meio de pro-

gramas condicionais do tipo diagnóstico/terapia. Isto nos remete ao problema da autonomia da ação medicinal diante dos outros programas e premissas de decisão vigentes nas organizações da saúde. No pós segunda guerra, países desenvolvidos do Ocidente testemunharam uma cisão importante na forma de se conceber os programas que coordenam a ação medicinal, sobretudo no que tange a autonomia da ação profissional dentro da organização.

Nos anos de 1950 a medicina era vista por analogia à arte e, mesmo levando em conta o saber científico, a intuição profissional e a autonomia de decisão do médico eram altamente valorizadas, sobretudo quando comparadas com a medicina cientificamente padronizada do Nazismo e do Stalinismo (Berg, 1995: 444). No começo dos anos de 1960, surge um discurso de desvalorização da diversidade das formas de ação medicinal e na década seguinte o tema da "unificação científica da medicina" assume grande relevância. Nos anos de 1980, a autonomia do médico é interpretada como "selvageria não científica", como traço de uma prática destituída de racionalidade científica tanto em sua realização como em sua gestão. E, finalmente, nos anos de 1990, surge a chamada "*Evidence Based Medine*" (EBM) com a pretensão de coordenar a prática medicinal a partir de "evidências externas" produzidas em estudos cientificamente controlados e, com isso, racionalizar cientificamente o trabalho em saúde. Este discurso, buscando influenciar tanto a prática clínica como a política de saúde em diversos países, prescreve a substituição da autonomia do médico por procedimentos organizacionais impessoais como forma de coordenação do trabalho em saúde. A competência decisória (e logo de poder coordenador e capacidade de gestão) não é mais atribuída ao médico individual. A insegurança da ação medicinal é, agora, absorvida pela própria organização com seus procedimentos impessoais e padronizados baseados em critérios científicos.

Do ponto de vista de sua função de *coordenação para a organização*, tanto a intuição médica como a medicina cientificamente padronizada se apresentam como soluções alternativas para um mesmo problema: o problema de orientar, coordenar e portanto gerir decisões sobre diagnóstico e terapia em organizações da saúde. Esquematicamente, pode-se afirmar que, no curso evolutivo do subsistema funcional da medicina, o fundamento que coordena a ação medicinal sofreu o seguinte deslocamento: primeiro se deslocou das crenças mágicas para o papel do profissional, e depois do papel do profissional para o papel da própria organização com seus procedimentos de gestão impessoais. Neste sentido, Rudolf Stichweh afirma que a evolução das organizações na sociedade funcionalmente diferenciada traz consigo a crescente perda de significado das profissões (1996: 50). No entanto, neste artigo cabe relativizar (sem descartar) esta descrição evolutiva. Para compreender a relação entre gestão e trabalho em organizações do sistema de saúde brasileiro parece ser mais conveniente, ao invés de postular uma sucessão no tempo de formas de gestão, considerar a hipótese de que elas possam coexistir em uma mesma época, eventualmente disputando a hegemonia da coordenação das ações medicinais. Pois se, por um lado, as *organizações da saúde* têm procurado adotar métodos de gestão oriundos da economia e legitimados por critérios científicos (Vogd, 2005: 245), como controle de qualidade, "*evidence based medicine*" e outras formas de construir a confiabilidade e a "imagem" organizacional, os profissionais da saúde têm, por outro lado, todas as condições de, *na interação com os pacientes*, agir na contramão dos objetivos formais e da gestão oficial da organização. Em geral, o que acontece nestas interações é sempre alguma tentativa de compromisso entre a perspectiva funcional tal como entendia pelo profissional e as exigências organizacionais. Assim, mesmo os médicos que acreditam trabalhar com base em evidências científicas, parecem não importar os critérios científicos para sua prática clínica (Siering, *et. al*, 2001).

Algo semelhante acontece em relação aos programas estabelecidos pela política. O sistema da medicina distancia-se destes programas, interpretando-os de acordo com seus próprios critérios e programas condicionais, adotando, em geral, uma estratégia de agir *como se* estivesse cumprindo os programas políticos (Vogd, 2002). Enquanto a política, seja diretamente por meio da própria administração pública, seja indiretamente por meio da nova elite de gerentes com seu discurso de racionalização científica e econômica do trabalho em saúde, retira o controle da avaliação do trabalho medicinal das mãos dos próprios profissionais, a crescente complexidade interna do sistema da medicina, com organizações e disciplinas cada vez mais especializadas, torna a condução política do "produto final" da ação medicinal impraticável.

Deste modo, os programas de metas formulados pela política muito dificilmente conseguem se impor e estruturar as relações de interdependência entre as unidades organizacionais do sistema. O fracasso na cooperação

entre estas unidades, como no caso da cooperação entre as unidades dos distintos níveis de complexidade do SUS, torna-se problema recorrente. E cada organização tende a atribuir este problema a seu entorno, ou seja, às outras organizações do sistema, sobretudo ao próprio Estado, para o qual, no entanto, o problema é sempre uma chance de preparar novos programas de metas e produzir novas decisões coletivamente vinculantes. No entanto, os programas políticos acabam tendo efeitos significativos sobre as condições de funcionamento do sistema da medicina, embora não se possa esperar, como os estudos sobre implementação de políticas públicas demonstram, que estes efeitos possam ser conduzidos de forma trivial pela ação política.

Assim como a ciência e a política, o direito também produz injunções que disputam a gestão de organizações de saúde, gerando com isso uma direcionalidade para as práticas de diagnóstico e tratamento que entra, ou pode entrar, em conflito com outras formas de gestão que também pretendem estruturar as práticas organizacionais envolvidas com o sistema de saúde. É o que se tem chamado de "judicialização das políticas de saúde" (Menicucci, 2010). Em outras palavras, significa que recorrer às instâncias judiciais passou a ser interpretada como uma forma de "garantia dos direitos à saúde". Contudo, o uso de tal procedimento adiciona outro complicador aos gestores do sistema, que se veem obrigados a responderem à estas demandas.

A intervenção do judiciário na política não representa por si mesma, judicialização. Ao contrário, a relevância do direito para o poder político é fator decisivo no processo de autonomização do sistema político em relação às forças e pressões sociais do seu entorno. É somente na medida em que decisões políticas tornam-se cada vez mais submetidas às exigências de garantir direitos fundamentais e procedimentos consagrados na Constituição que a política vai se desacoplando de injunções particularistas, oriundas de grupos sociais específicos, e abrindo-se à inclusão de interesses e aspirações de um público mais variado de indivíduos.

Esta *constitucionalização do poder* é condição necessária da democracia e da ampliação (para mais setores da sociedade) e aprofundamento (envolvendo mais categorias de direitos) da cidadania. A partir da constituição, e, sobretudo com o desenvolvimento de normas que ampliam o leque de comprometimentos com direitos concretamente definidos, a política fica obrigada a executar políticas públicas com as quais se compromete por meio do processo de legislativo.

O processo de "judicialização das políticas públicas" extrapola o nível do comprometimento jurídico do Estado com decisões políticas formuladas na própria arena política: ao invés de apenas exigir o cumprimento de políticas já formuladas pelos governantes democrática e constitucionalmente constituídos, as decisões jurídicas passam a exigir, na prática, uma efetiva reconfiguração das prioridades orçamentária, reformulando, assim, as próprias diretrizes da ação do poder pública.

O exemplo emblemático é mesmo o da saúde. Como demonstram Menicucci e Machado (2010) para o caso do município de Belo Horizonte (MG), a busca individual pela garantia de financiamento público para determinados tratamentos (medicamentos, equipamentos etc.) que o Sistema Único de Saúde não se compromete a assegurar por meio de suas políticas, gera impactos orçamentários que representam uma efetiva modificação das prioridades do sistema.

O respeito à autonomia do sistema político exigiria, por parte do sistema jurídico, que, no caso de decidir pela criação de uma nova política ou prioridade no setor de saúde, ele se atesse à exigência do mínimo constitucional (Bastos; Santo e Terra, 2013). Mas as decisões têm ido muito além deste mínimo, representando uma efetiva intromissão da justiça na criação de políticas públicas. Deste modo, a "judicialização da saúde" concorre com os imperativos da gestão pública na seleção de premissas que vão orientar o funcionamento de organizações da saúde, por exemplo, reforçando uma lógica de concentração do acesso a serviços de saúde nas mãos dos que já possuem acesso privilegiado à justiça e indo, com isso, na contramão das normas universalistas do SUS.

Outro exemplo ilustrativo de nossa tese teórica – que podemos resumir sempre com a seguinte fórmula: a gestão pública das organizações da saúde está imersa e um contexto de disputa com outras formas de gestão – é o que podemos chamar de "colonização da gestão pública pela gestão privada da saúde". Trata-se aqui do processo pelo qual as normas universalistas do SUS vão sendo, na prática, substituídas pela assimetria entre "pagante" e "não pagante" (ou "SUS-dependente"), gerada no setor privado. Ainda que, constitucionalmente, o setor privado tenha sido concebido como complementar em relação ao setor público, na prática, ele tem sido identificado e tratado (inclusive pelo Estado) como o mais adequado para garantir o acesso ao que há de mais exigente em termos de diagnóstico e tratamento.

Neste sentido, a relação com o Estado ocorre por meio de transferência de recursos do setor público para o setor privado, pela renúncia fiscal, uma vez que são concedidos incentivos tributários aos usuários, por meio da isenção de parte do Imposto de Renda quando da contratação de planos privados de prestação de serviços de saúde, quer eles sejam pagos individualmente pelos usuários ou através de empresas que concedem este benefício aos seus empregados. Os incentivos tributários para estimular a rede de saúde privada representam uma tentativa de aliviar o papel do Estado como prestador de serviços, e responde aproximadamente, 1/4 do orçamento destinado à saúde pública (Ocké-Reis, 2013).

Esta política é amplamente regressiva, posto que tende a beneficiar os segmentos mais privilegiados da população que, na prática, seriam os que pagam, proporcionalmente, mais imposto. O subsídio concedido representa uma redução na arrecadação da União e, consequentemente, a perda da capacidade de usar tais recursos com políticas redistributivas (Médici, 1995).

Neste processo de "colonização da gestão pública pela gestão privada" o Estado não desempenha um papel meramente passivo; ao contrário, pressionado pela falta de consenso político em favor do fortalecimento do setor público e pela crescente legitimidade do setor privado, o Estado tem atuado como um verdadeiro organizador do mercado de seguros privados,

> (...) o que contribui para o enfraquecimento da proposta do SUS, de caráter publicista e universalista, e para o fortalecimento da segmentação de clientelas, reforçando a perspectiva de que ao sistema público cabe a cobertura da população mais pobre e em condições desfavoráveis de inserção no mercado de trabalho (Menicucci, 2008: 1.403).

Também neste caso se verifica que a gestão pública não opera no vazio. Suas diretrizes constitucionais são deslocadas por condicionantes mais particularistas (como a renda, ou o acesso privilegiado a planos coletivos por meio da inserção no mercado formal de trabalho) em relação à norma de que a condição de cidadão deve ser o principal critério de acesso. A gestão privada, por meio do poder informal de *lobbies*, mas também por meio de consensos construídos na esfera pública, é, talvez, a forma de gestão que mais disputa com as premissas da gestão pública na seleção de estruturas que vão orientar o funcionamento das organizações da saúde, sobretudo no que tange às questões de inclusão e exclusão.

Para analisar as práticas de gestão do SUS é, em resumo, necessário partir do pressuposto de que nem a sociedade nem seu sistema de saúde podem ser administrados a partir de um único centro gestor. Por um lado, a sociedade é diferenciada em subsistemas funcionais que não se deixam gerir unicamente pela política – pensada por muitos, de modo ingênuo, como o centro da sociedade –, embora a gestão política (gestão pública) possa influenciar as organizações de saúde. Por outro lado, o próprio sistema de saúde é "disputado" por uma variedade de formas de gestão – profissional, científica, econômica, política, coordenação por meio de redes de contatos, por cultura organizacional –, ou seja, de soluções alternativas para o problema da coordenação do trabalho medicinal, sendo, portanto, objeto de processos multicêntricos de gestão (Vogd, 2005: 247).

Como também ressalta Feuerwerker, a coordenação do trabalho em saúde não pode ser concebida de modo "trivial", como se o trabalho em saúde pudesse ser completamente gerido pelas normas e programas oficiais:

> O trabalho em saúde não é completamente controlável, pois se baseia em uma relação entre pessoas, em todas as fases de sua realização e, portanto, sempre está sujeito aos desígnios do trabalhador em seu espaço autônomo, privado, de concretização da prática. Muito longe de ser uma "caixa vazia", cada trabalhador e cada usuário tem idéias, valores e concepções acerca de saúde, do trabalho em saúde e de como ele deveria ser realizado. E todos os trabalhadores fazem uso de seus pequenos espaços de autonomia para agir como lhes parece correto, de acordo com seus valores e/ou interesses (Feuerwerker, 2005: 501).

O cotidiano do trabalho em saúde seria, por isso, o lugar de encontro (e confronto) entre normas e papéis institucionais e as expectativas "privadas" e informais de cada trabalhador – o que a sociologia das organizações chama de "cultura organizacional": "apesar de haver uma direção – os gestores – a quem formalmente cabe

governar" (Ibidem), todo ator em situação de governo se depara com outros atores que disputam com ele a direcionalidade da ação

Referências Bibliográficas

ARRETCHE, M (1998): "Tendências no estudo sobre avaliação". In: RICO, E. (Org.). Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate. São Paulo, Cortez.

BASTOS, T/SANTO, L/TERRA, A (2013): "Judicialização da saúde pública à luz da teoria luhmanniana: meios para balizar a atuação do poder judiciário em políticas públicas da saúde." In: II Coniner. Congresso Internacional interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Belo Horizonte, de 08 a 11 de outubro.

BERG, Marc (1995): "Turning a Practice into Science: Reconceptualizing Postwar Medical Practice. Social Studies of Science 25, p. 437-476, 1995.

BIRKLAND, T.(2001): An Introduction to the Policy Process: Theories, Concepts and Models of Public Policy Making. New York: M. E. Sharp.

BLAU, P. M (1976): "O estudo comparativo das organizações" In: CAMPOS, E (org). Sociologia da Burocracia. Rio de Janeiro: Zahar, p. 111-135.

BURNHAM, J (1959): Das Regime der Manager. Sutttgart: Union Deutsche Verlagsgesellschaft.

CAMPOS, G. W. S (1997): Subjetividade e administração de pessoal: considerações sobre modos de gerenciar trabalho em equipes de saúde. In: MERHY, E. E.; ONOCKO, R. (Org.) Agir em saúde: um desafio para o público. São Paulo: Hucitec, p.229-66.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

DEUTSCHMANN, C. (1997):"Die Mythenspirale. Eine wissenssoziologische Interpretation industrieller Rationalisierung. In: Soziale Welt. 47, p. 55-70.

DITERRICH, R.G/MOYSÉS, S. T/MOYSÉS, S.J (2012): "O uso de contratos de gestão e incentivos profissionais no setor público de saúde". In: Cad. Saúde Pública 28(4):615-627, 2012.

FEUERWERKER, L. (2005): "Modelos tecnoassistenciais, gestão e organização do trabalho em saúde: nada é indiferente no processo de luta para a consolidação do SUS". In: Intérface. Comunicação. Saúde. Educação. V. 9. N. 18, p. 489-506, 2005.

GADAMER, H. G. (1971): "Rethorik, Hermeneutik und Ideologiekritik. MetakritischeEröretungenzu "Wahrheit und Methode". In: APEL, Karl-Otto et. al. *Hermeneutik und Ideologiekritik*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.

GOUDNER, A. (1954): Patterns of Industrial Bureaucracy. Gencloe: Free Press, p. 22-24.

HUDSON, J./LOWE, S.(2004): Understanding the Policy Process: analyzing welfare policy and practice. Bristol: The Policy Press.

LITWAK, E. (1962):"Models of Bureaucracy with permit Conflit". In: American Journal of Sociology, v. 67, p. 177-184, 1962.

LOHR, K/NICKEL, H. (2005): Subjetivierung der Arbeit. Riskante Chancen. Münster: Westfälisches Damptboot.

LUHMANN, N. (1974): "Funktion und Kausalität" In: _____. *Soziologische Aufklärung Aufsätze zur Theorie sozialer Systeme*. V. 1 Opladen: WestdeutscherVerlag, p. 9-30.

LUHMANN, N. /SCHORR, Karl Eberhard (1982): Zwischen Technologie und Selbstreferenz. Fragen an die Pädagogik. Frankfurt a, M.: Suhrkamp.

LUHMANN, N. (1988): Ökologische Kommunikation. Kann die moderne Gesellschaft sich auf ökologische Gefährdung einstellen? Opladen: Westdeutscher Verlag

LUHMANN, N. (1990): „Der medizinische Code“. In: Ders.: Soziologische Aufklärung.5. Opladen: Westdeutscher Verlag, S. 183-195.

LUHMANN, N. (1992): *Beobachtung der Moderne*. Opladen: Westdeutscher Verlag,

LUHMANN, N. (1997): Die Gesellschaft der Gesellschaft. Band 1 & 2. Suhrkamp: Frankfurt a. M.

LUHMANN, N. (1997b): „Selbstorganisation und Mikrodiversität: Zur Wissensoziologie des neuzeitlichen Individualismus“. In: Soziale Systeme 3 (1997) H.1, S. 23-32.

LUHMANN, N. (2000): Organisation und Entscheidung. Westdeutscher Verlag, Opladen.

MARQUES, R. M.; MENDES, A (2003). Atenção Básica e Programa de Saúde da Família: novos rumos para a política de saúde e de financiamento? Ciênc. Saúde Col., v.8, n.2, p.403-15, 2003.

MARQUES, L.M.F/PENNA, C.M.M/TANURRE, M.C/TORRES, L.M (2012): “Significado atribuído por trabalhadores da saúde de Belo Horizonte-MG ao princípio da resolutividade nas ações cotidianas”. In: Rev Bras Enferm, Brasília 2012 set-out; 65(5): 822-8.

MÉDICI, A (1995): “Aspectos Teóricos e Conceituais do Financiamento das Políticas de Saúde”. In: PIOLA, S/VIANNA, S. (orgs.). Economia da Saúde: Conceito e Contribuição para a Gestão da Saúde. Brasília: IPEA.

MENICUCCI, T. /MACHADO, J (2010): “Judicialization of Health Policy in the Definition of Acess to Public Goods: Individual Rights versus Collective Rights”. In: Revista Brasileira de Ciência Política. 4 (1), p. 33-68.

MENICUCCI, T (2008): “Relação Público-privado no sistema de saúde brasileiro”. In: Ciência e Saúde Coletiva, 13 (5), p. 1400-1403.

NASSEHI, A (2004): „Die Theorie funktionaler Differenzierung im Horizont ihrer Kritik“. In: Zeitschrift für Soziologie 33 (2004) H. 2, S.98-118.

OCKÉ-REIS, C (2013): “Mensuração dos Gastos Tributários: O Caso dos Planos de Saúde – 2003-2011”. Brasília: Nota Técnica IPEA, nº 5.

PARSONS, T. (1964): “Introduction” a Theory of Social and Economic Organization (Max Weber): New York: Free Press, p. 58-60.

PERROW, C (1991): A society of organizations“. Theory & Society, 20, 725–762, 1991.

PEETZ, T/LOHR, K/HILBRICH, R (2011): “Management, Organisation, Struktur. Theoretische Überlegungen und empirische Ergebnisse zur Transformation des Managements von Bildungsorganisationen”. In: Historical Social Research, 1, V. 36, p. 199-229, 2011.

PRESSMAN, J/WILDAVSKY, A. (1984). Implementation: How Great Expectations in Washington are Dashed in Oakland: or, Why It’s Amazing that Federal Programs Work at All, This Being a Saga of the Economic Development Administration as Told by Two Sympathetic Observers Who Seek to Build Morals on a Foundation of Ruined Hopes. University of California Press. Available at <http://userwww.sfsu.edu/~ccole/documents/Implementation%20paper.pdf. acessado em maio de 2014.

SCHNEIDER, W. L. (2010): “Systemtheorie, hermeneutische Tradition und die TheoriesozialerDifferenzierung”. In: RENÉ, John etalli (orgs). Die Methodologien des Systems. Wie kommt man zum Fall und wie dahinter?. Wiesbaden: VS Verlag, p. 203-224.

SCHREYÖGG, G. (1991): Der Managementprozess – neu gesehen. In: STAEHLE, Wolfgang/SYDROW, Jörg (Orgs): Managementforschung 1. Berlin: Walter de Gruyter, p. 255-289.

SIERING, U/BERGNER, E/STAENDER, J (2001): Richten sich Ärtze nach Leitlinien? – Eine Analyse der

Auswirkungen der „Richtlinien der interventionellen Koronartherapie“ auf den Behandlungsalltag. (ver resto da internet).

STINCHCOMBE, A. (1959): “Bureaucracy and Craft Administration of Production”. In: Administrativ Science Quartely, v. 4, p. 168-187, 1959.

STICHWEH, R. (1996): „Professionen in einer funktional differenzierten Gesellschaft“. In: COMBE, A./ HELSPER, W. (orgs). Pädagogische Professionalität. Untersuchungen zum Typus pädagogischen Handels. Frankfurt/Main: Suhrkamp, p. 49-69.

TACKE, V. (2001): “Funktionale Differenzierung als Schema der Beobachtung von Organisationen. Zum theoretischen Problem und empirischen Wert von Organisationstypologien“. In: Veronika Tacke (Hg):*Organisation und gesellschaftliche Differenzierung*. Opladen: Westdeutscher Verlag, S 141-169.

TÜRK, K/LEMKE, T./BRUCH, M. (2006): Organisation in der modernen Gesellschaft. Eine historische Einführung. Wiesbaden: VS Verlag.

VOGD, W. (2002): „Die Bedeutung von Rahmen für die Artz-Patient-Interaktion. Eine Studie zur ärztlichen Herstellung von dem, „was der Fall ist“ im gewöhnlichen Krankenhausalltag. In: Zeitschrift für qualitative Bildungs, -Beratungs-und Sozialforschung, p. 321-346, 2002.

VOGD, W (2005): “Medizinsystem und Gesundheitswissenschaften – Rekonstruktion einer schwierigen Beziehung“. In: Soziale Systeme 11 (2), p. 236-270.

WEBER, M (1976): “Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal : In: CAMPOS, E (org). Sociologia da Burocracia. Rio de Janeiro: Zahar, p. 15-28.

WEBER, M (1998): Ciência e Política. Duas Vocações. São Paulo: Editora Cultrix.

Participação e Representação: As Políticas Públicas de Saúde no Rio de Janeiro

Alessandra Maia Terra de Faria

Resumo: Este trabalho objetiva apresentar os avanços e entraves da dinâmica da participação na saúde no município e distritos do Rio de Janeiro. A abordagem histórica e comparativa entre distintos colegiados, o Conselho Municipal de Saúde (CMS-RJ) e os Conselhos Distritais de Saúde (CODS-RJ) realizou para tanto um resgate histórico de como surgiu o controle social no município e distritos, seus principais atores e a mobilização de instrumentos legais que permitiram sua institucionalização. A análise se deteve sobre os principais atores e articulações, destacando os momentos e laços de solidariedade social observáveis na dinâmica política específica no Rio de Janeiro. Ao pontuar o processo no qual se intensificou a proposta de uma gestão democrática na saúde, foi possível verificar dificuldades e percalços da estratégia de luta política que tinha a imaginação de novas formas de relação política entre Estado e sociedade.

Palavras-chave : Participação – Representação – Cidade – Município – Distrito - Democracia

1. Introdução

Este trabalho objetiva apresentar os avanços e entraves da dinâmica da participação na saúde no município e distritos do Rio de Janeiro, a partir de resultados obtidos em pesquisa recente de tese de doutoramento[1]. A abordagem histórica e comparativa entre distintos colegiados, o Conselho Municipal de Saúde (CMS-RJ) e os Conselhos Distritais de Saúde (CODS-RJ) realizou para tanto um resgate histórico de como surgiu o controle social no município e distritos, seus principais atores e a mobilização de instrumentos legais que permitiram sua institucionalização.

A partir dos anos 1990, com todo o processo de regulamentação da Constituição de 1988, e das Leis orgânicas do SUS n.º 8080 e 8142, de 1990, foi estruturada uma lógica paritária interna de representação para promover a participação da sociedade. Tal lógica foi marcada pela consecução dos instrumentos legais de participação e dimensionou os Conselhos, através das Conferências de Saúde no Rio de Janeiro.

Essa lógica estava ancorada em um processo histórico de redemocratização do País, a partir de meados dos anos 1970, quando algumas associações de moradores no Rio de Janeiro promoviam atividades que tinham por objetivo a luta por melhores condições de saúde. Nessa conjuntura, destaca-se enquanto marco o Primeiro Encontro Popular pela Saúde, que se realizou na Cidade de Deus, em setembro de 1980, e reuniu em torno de 3.000 participantes oriundos de 100 comunidades Brasil (2005).

Houve também a participação das Secretarias de Saúde Municipal e Estadual, Pastoral da Saúde, entidades estudantis, partidos políticos, entre outros. Esse encontro foi promovido pela Federação de Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ)[2] em articulação com o Sindicato dos Médicos (SINDMED) e outras entidades de saúde, dentre elas o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES).

O Movimento Popular em Saúde (MOPS) teve sua progressão no tempo intimamente ligada à discussão sobre a medicina comunitária. A perspectiva de políticas alternativas de saúde, por meio de experiências comunitárias tinha como princípio a simplificação dos cuidados de saúde, de maneira que estivessem ao alcance da comunidade primária, sem instrumental de alta complexidade e com a participação de agentes da própria comunidade, além da supervisão e treinamento dos profissionais envolvidos. Suas origens remetem às

---

1 Faria (2014), Participação e representação: as políticas públicas de saúde no Rio de Janeiro.

2 A FAMERJ, segundo (Gerschmann, 2004:107), além de contar com mais de 1200 entidades filiadas em 1989, 82% dentre elas pertenciam a associações de moradores de bairros de classe baixa e 18% a associações de moradores de classes médias e altas. Ela havia surgido em 1978, para se tornar a maior associação de bairros do país.

experiências da comunidade de base da Igreja, com localização nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.[3]

Como observa Gerschmann (2004), o MOPS era composto por médicos-sanitaristas, estudantes, religiosos, militantes católicos, integrantes de partidos políticos e das populações menos favorecidas ao redor das sociedades vicinais e de experiências comunitárias católicas em bairros das periferias urbanas e favelas. As universidades e os setores de medicina preventiva também tiveram importante influência. No Rio de Janeiro, as suas principais entidades eram a já mencionada FAMERJ e o Movimento de Amigos do Bairro de Nova Iguaçu (MAB)[4] , e seus grupos aliados contavam com membros de partidos como PCB (Partido Comunista Brasileiro), PT (Partido dos Trabalhadores), PDT (Partido Democrático Trabalhista) e PC do B (Partido Comunista do Brasil), PPS (Partido Popular Socialista), o Movimento Sanitário, o SINDMED, a CREMERJ(Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro) e sindicatos não–médicos. Registram-se tais informações para reforçar os contatos da base dos movimentos populares da cidade e a instância legislativa municipal, alguns dos distintos grupos e suas concepções de mundo e os impactos destacáveis de suas ações.

Algumas estratégias já foram observadas no sentido de identificar relações de forças e atores relevantes para a institucionalização da participação popular. Leonardo Avritzer (2009), por exemplo, atribui à peculiaridade da formação do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil o status de variável chave para o entendimento da introdução histórica de arranjos participativos. Sugere-se aqui que seja considerada menos como variável chave de um único partido, e mais como uma variável a ser considerada com diferentes matizes a depender dos partidos. Sendo assim, a conexão entre partidos políticos e sociedade civil para a implantação de formas participativas passa a ser uma ênfase a partir da qual se pode destacar oportunidades de conjuntura, ocasiões propícias para a institucionalização de estruturas participativas, e como os atores políticos se apropriaram ou não das ocasiões para implementar mudanças. No caso do Rio de Janeiro, apesar do PT figurar dentre os partidos mencionados, é possível destacar o protagonismo de partidos como o PDT, PCB, PC do B e PPS o que traz especificidade ao caso da experiência participativa na cidade.

A teoria auxilia a análise a partir das relações entre movimentos sociais e conselhos no caso do Rio de Janeiro, ao observar o que a literatura de movimentos sociais chama de estrutura de oportunidade para a ação Tarrow (2009), no caso a destacar o processo de democratização social em meados de 1990 no país e a institucionalização dos conselhos de saúde no Rio de Janeiro. A perspectiva de conjuntura problematiza a noção de estrutura, Charles Tilly sugere interessante intersecção entre conjuntura e história. A noção de estrutura de oportunidades permite observar histórias comparativas de regimes democráticos para frisar a interdependência entre democratização e lutas populares como em Tilly(2004) e Tilly (2006); e analisar a mudança e variação nas conexões entre as redes de confiança e os regimes políticos e seus repertórios de ação[5].

Este trabalho se deterá sobre os principais atores e articulações, destacando os momentos e laços de solidariedade social observáveis na dinâmica política específica no Rio de Janeiro. Pontuará o processo no qual se intensificou a proposta de uma gestão democrática na saúde, que apesar das dificuldades e percalços verificados, tinha enquanto estratégia de luta política a imaginação de novas formas de relação política entre Estado e sociedade.

2. A cidade pós-constituinte: entre município e distritos

O desenho do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, e as implicações da sua articulação interna, que historicamente prevê a composição do seu colegiado com membros oriundos de dez diferentes Conselhos

3 (Gerschmann, 2004: 95).

4 O MAB se incorpora a FAMERJ em 1981, e se torna posteriormente a maior federação de associações de bairro do país, segundo (Gerschmann, 2004:106).

5 Ver também Tilly (2005) e Tilly (2013).

Distritais da cidade, é um exemplo de formato participativo existente hoje no Brasil. Para avaliar os principais traços da dinâmica atual, buscou-se retraçar a sua formação ao longo do tempo.

A perspectiva de espaços participativos – conselhos de políticas públicas, orçamentos participativos[6] e planos gestores – surgiu no Brasil exatamente do argumento de que a política municipal passava longe das demandas da população. Era preciso, se pensada uma política pública consoante às expectativas da população, que canais participativos fossem postos em prática. Se observados os conselhos de saúde, é possível destacar o enlace no debate constitucional entre os princípios da participação, da representação, do município, da saúde, dos conselhos e até mesmo do Ministério Público[7].

A institucionalização dos preceitos constitucionais nos conselhos de saúde da cidade do Rio de Janeiro foi matizada a partir da ênfase da análise comparativa entre a dinâmica municipal do Conselho Municipal de Saúde, e seus atritos e convergências em relação aos Conselhos Distritais de Saúde – CODS.

No sentido clássico de Victor Nunes Leal (2012)[8], importa menos discutir um municipalismo ideal do que compreender alguns aspectos de como a esfera própria do município teria se ampliado ou restringido politicamente. Nesse sentido, é possível destacar o momento histórico de ampliação da autonomia dos municípios em geral no Brasil enquanto ponto de partida para a reflexão sobre a participação do controle social no acompanhamento da gestão da política pública na cidade.

As discussões sobre o município, a representação e a participação estiveram presentes na constituinte de 1988. Foi na constituinte também, o marco de aprovação da proposta mobilizada pelo Movimento Sanitário brasileiro e criação do Sistema Único de Saúde – SUS; bem como previstas as atribuições do controle social das políticas públicas de saúde a serem efetivadas pelos conselhos nos âmbitos dos municípios, dos estados e ao nível nacional. A análise comunitarista da constituinte aberta à experimentação[9] permite estabelecer relações com a perspectiva de representação em aberto, do qual trata a discussão da pluralização da representação[10]. Formas plurais de representação podem ser observadas na análise dos ambientes participativos nos conselhos, este artigo sugere que a partir da coexistência[11] de participação e representação é possível pontuar tensões, mas também explicitar convergências e até momentos de reforço mútuo entre ambas.

Do ponto de vista do direito isso significa que, da oposição entre positivismo jurídico e comunitarismo, haveria prevalecido a segunda inspiração doutrinária. De acordo com Gisele Cittadino (1999), a Constituição Federal encerraria uma sistemática de princípios, valores e instituições que permanentemente balizariam, por meio das criações jurisprudenciais, os preceitos fundamentais da sociedade. Há uma filosofia positivada nos textos constitucionais que permitiu, gradual e lentamente, a partir de 1988, o desenvolvimento de novas formas de participação da sociedade na política brasileira, bem como a abertura de caminhos para o controle da constitucionalidade das leis via judiciário. Como observado por Luiz Werneck Vianna et al. (1999), as gerações posteriores à Carta tem a incumbência de garantir a efetivação dos direitos constitucionalmente assegurados por meio dos recursos procedimentais dispostos em seu próprio texto. É o processo de democratização entendido

---

6 Uma premissa importante para os estudos sobre participação política foi apresentada em estudo sobre o orçamento participativo – OP de Porto Alegre. A análise do OP enquanto experiência democrática que amplia a participação política, a partir da proposta de novos canais de intermediação de interesses entre a sociedade e o Estado, não pode ser considerada de forma infensa à assimetria de poder entre os atores sociais. Ver Paulo D'ávila (2000). Outra referência hábil sobre as articulações participativas no OP é Baiocchi (2003).

7 Conforme discutido em Faria (2014). A ressaltar que foi o mesmo momento histórico em que a revisão da atuação e novas atribuições do Ministério Público foram formuladas.

8 (Leal 2012: 59).

9 Sobre abertura constitucional ver Haberle (1997). Ver também a entrevista sobre Constituição como Cultura, em Haberle (2011).

10 Sobre a retomada da discussão da representação em estudos participativos no Brasil ver Lavalle & Araújo (2008), e sobre a questão da prestação de contas como estratégia da participação ver Lavalle (2011), e Lavalle & Isunza (2011).

11 A proposta da coexistência entre participação e representação do ponto de vista teórico foi analisada em Faria (2010).

como em aberto, seja a relação sociedade e política, seja a própria Carta, interpretadas de forma não conclusa, inacabada[12] .

Se analisados a partir da proposta de tensão entre representação e participação, de antemão, se pode apontar que a convergência de interesses na deliberação interna dos colegiados é um desafio. Por outro lado, a observação do processo histórico de institucionalização dos conselhos no Rio de Janeiro permitiu salientar momentos de convergência entre participação e representação que culminam na consecução de instrumentos legais desses colegiados.

O colegiado seja distrital ou municipal é formado metade por representantes de usuários do SUS, um quarto por representantes do segmento profissionais de saúde, e um quarto por representantes dos gestores e prestadores de serviço. De saída, se tomado o modelo de representação formal, segundo Hanna Pitkin (1967), os gestores já trazem as eleições universais que os elegeram enquanto argumento autorizador de suas ações no campo da saúde pública. Já os demais segmentos, podem representar interesses corporativos ou privados, ou pautar sua atuação na expectativa de influenciar o governo representativo, no controle, fiscalização e acompanhamento das políticas de saúde, sem necessariamente se tornar parte dele[13].

Os representantes formais (nomeados pelo executivo eleito por sufrágio universal) coexistem no espaço participativo paritariamente com os escolhidos por segmentos da sociedade organizada, o que faz com que a literatura considere tais espaços colegiados semiparticipativos.

Ao mencionar o Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS-RJ) e os Conselhos Distritais de Saúde (CODS-RJ) foi necessário um resgate histórico de como surgiu o Controle Social no município, se considerado que essa conquista, tal qual muitas garantidas na Constituição de 1988 são oriundas de processos de luta e mobilização dos movimentos sociais articulados ao movimento sanitário.

No processo de redemocratização do País, como já observado, destacou-se como marco o Primeiro Encontro Popular pela Saúde, que se realizou na Cidade de Deus, em setembro de 1980. Como desdobramento da realização desse encontro, aconteceu o Segundo Encontro Popular pela Saúde, em 1982. Nesse período, surge e é fortalecida a ideia da participação popular na formulação, fiscalização e na gestão de políticas de saúde. A proposta de criação dos conselhos comunitários de saúde no Município do Rio de Janeiro surge como uma conquista dessas mobilizações sociais. Esses conselhos não eram institucionais e cumpriam um papel fiscalizador. A força desse momento especial, ainda é viva dentre conselheiros distritais mais antigos, conforme o relato do presidente de um distrital «A criação das associações dos moradores, conselhos, dividiu e enfraqueceu muito. Antigamente anotavam numa folha de papel as reivindicações e encaminhavam aos políticos. A população perdeu com esta divisão toda»[14].

A primeira forma institucional do Controle Social no município, ocorreu no ano de 1984 e o seu funcionamento se dava na forma de estrutura descentralizada, que tinha como fim administrar o convênio das Ações Integradas de Saúde (AIS) com o hoje instinto Instituto Nacional de Assitência Médica da Previdência Social (INAMPS). Essas estruturas eram compostas por diretores de hospitais e representantes de associações de moradores da região e foram denominadas Grupos Executivos Locais (GEL). Os GEL marcaram a participação popular nos espaços institucionais de decisão.

Assim, foi iniciada a perspectiva de gestão democrática na saúde, cuja característica marcante era o apelo por novos critérios de relação entre estado e sociedade. No período, houve a convocação da 9.a Conferência Nacional de Saúde e o objetivo político era cumprir as etapas municipais e a etapa estadual. O Conselho de Saúde foi resultado da iniciativa do Legislativo e do interesse dos movimentos sociais da área de Saúde. Em 1991, realizou-se a 1ª Conferência Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, estratégia fundante desse órgão deliberativo, garantindo-lhe maior legitimidade.

---

12 Vianna et al. (1999: 38), Faria (2009).

13 Esse ponto é discutido entre as esferas municipal e estadual no Rio de Janeiro em Faria & Durán (2013).

14 Depoimento colhido do documento de Reunião de participação da comunidade do COD 3.3 de 30/09/2010, conforme banco de dados de Faria (2014).

3. A cidade e o município

O Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS-Rio) foi criado pela Lei Municipal n.º 1.746, de 23 de julho de 1991, de autoria dos vereadores Fernando William Lira[15], Laura Carneiro e Ludmila Mayrink, fruto do processo histórico já mencionado. Em 1991, eram tempos de Leonel Brizola governador e Marcello Alencar na prefeitura da cidade. Fernando Willian Lira, de acordo com o Diário Oficial da Câmara[16], era o líder do PDT na Câmara, e foi ele o responsável seja por esta legislação, seja pelo apoio político subsequente a uma série de legislações para regulamentação dos conselhos de saúde naquela década.
Em entrevista concedida pelo vereador Paulo Pinheiro[17] para a pesquisa, além de mencionar a influência de Sérgio Arouca na sua entrada para a política pelo PPS, o vereador relembra as tradições, os repertórios e redes de confiança que cimentavam as relações entre as lutas populares e o plano político. Elas propiciaram o avanço da participação política e da representação como controle social na cidade:

> O Fernando Willian era diretor de posto de saúde e a Laura Carneiro, ah, era outra Laura Carneiro na época, não era a atual... Não foi da Câmara a proposta de lei, Fernando William era ligado, tinha um grupo de pessoas que trabalhava na secretaria do antigo partido comunista do Brasil, esse grupo se chamava reconstrução do partido comunista. Era uma série de gestores que tentavam levar a municipalização do SUS para a cidade. Um grupo de pessoas que eram intelectuais da saúde, que deram organização jurídica, tendo espaço no governo do PDT, lembro-me de Hugo Tomasini na SMS. O governo abriu espaço para o controle social, um governo de esquerda. O governo abriu espaço e a sociedade começou a ver que tinha espaço. Eu fui descobrindo o meu espaço aí também como parlamentar.[18]

---

15 Fernado William foi filiado ao PDT entre 1983-2000; médico formado pela UFRJ em 1978, com passagem pelo Hospital Geral de Bonsucesso como residente. Há informação de que foi Presidente da Associação de Moradores da Penha e da Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro. Registram-se tais informações para reforçar os contatos da base dos movimentos populares da cidade e a instância legislativa municipal, bem como o que a literatura de movimentos socais chama de janela de oportunidade para a ação segundo Tarrow (2009), no caso a institucionalização dos conselhos de saúde. Fonte : www.camara.gov.br/Internet/Deputado/DepNovos_Detalhe.asp?nome=FERNANDO+WILLIAM&leg=52) em Documento produzido em 01/05/2013 11:09:09 (SILEG - Módulo Deputados), detalhado em Faria (2014).

16 DCM ANO XVI, N.°182, QUARTA-FEIRA, 30 DE SETEMBRO DE 1992, de acordo com Faria (2014).

17 De acordo com entrevista disponível em Faria (2014), o vereador Paulo Pinheiro, filho de comerciante português e primeiro médico da família, da região de São Cristóvão, foi eleito pela primeira vez vereador pelo Partido Popular Socialista (PPS). Cumpriu dois mandatos como deputado estadual (1998/2002). Em 2001, o então deputado foi eleito líder do Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara, partido ao qual se filiou em 2000. Em 2006, voltou a atuar como médico na Escola Nacional de Saúde Pública, da Fiocruz. Durante esse período, desenvolveu um trabalho com os Conselhos de Saúde do Município do Rio de Janeiro, em convênio com o Tribunal de Contas do Município, visando à capacitação dos conselheiros de saúde na fiscalização dos recursos públicos. Em 2008, foi novamente eleito para a Câmara, pelo PPS. Ao voltar ao PPS, participou da elaboração do programa de saúde do candidato Gabeira, para prefeitura e para o Estado. Quando o PPS resolveu apoiar o governo Cabral, ele rompeu com o partido e viria a se filiar ao PSOL. Correu o risco de perder o mandato para o partido, ao ir para o PSOL. O PPS entrou na Justiça Eleitoral e foi derrotado na Justiça Eleitoral e perante o STF. Pinheiro ficou um mês sem partido e, em abril de 2012, se filiou ao PSOL. É possível destacar que a proximidade com os conselheiros, pode ser considerada enquanto fator relevante nas propostas de leis sobre a regulamentação dos conselhos, bem como um perfil de vereança que tende à promoção da representação como fiscalização, tendo como objetivo garantir meios da população controlar as ações do governo.

18 Entrevista concedida na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no gabinete do Vereador Paulo Pinheiro, em 18/02/2013, FARIA, (2014: 280). Vale lembrar a pontuação de que o Partido Comunista Brasileiro teve uma presença forte nos sindicatos ligados à saúde, como os de enfermeiros, residentes e até mesmo médicos. O Rio de Janeiro é um exemplo em potencial desta relação. Ver Avritzer (2009).

De acordo com os relatos de Paulo Pinheiro, as conferências na época eram muito cheias e mais frequentadas por intelectuais da saúde.

O projeto de Lei 898/90A que deu origem a Lei 1746/91, foi sancionado em 23/07/1991, num processo de 411 dias de tempo de tramitação na Câmara, em razão de veto parcial sofrido.[19] A cláusula de que o presidente do conselho seria o Secretário de Saúde Municipal (enquanto membro nato) seria incluída nesse processo, enquanto Parágrafo 3º do Art. 9º: «§ 3º - O Secretário Municipal de Saúde será o Presidente nato do Conselho».

Mais uma vez destaca-se o fato histórico, oriundo de veto no processo de tramitação legal da aprovação da lei, de que o secretário de saúde era, a partir do princípio regulador inicial, considerado enquanto presidente-nato do CMS (Lei Orgânica Municipal 1746/91, Art. 9º). O CMS era constituído, então, por 24 membros, divididos segundo os critérios paritários abaixo discriminados, segundo os termos constantes do art. 8º da Lei 1746/91:

A. 12 membros: indicados pelas entidades de representação dos usuários do SUS (dois deles indicados pela Federação das Associações de Moradores e Entidades Afins do Estado do Rio de Janeiro; dois membros indicados pela Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro; dois membros indicados por entidades de representação das pessoas portadoras de deficiência física, no âmbito do respectivo Conselho Municipal);
B. 6 membros: indicados pelas entidades de representação dos profissionais de saúde:
C. 6 membros: indicados pelos prestadores de serviço do SUS. Dentre esses seis, três membros serão indicados pelo setor público, através do Secretário Municipal de Saúde Pública. Os outros três membros deveriam ser indicados, um por cada instituição ou entidade representativa:
   a) dos prestadores de serviço de saúde privados contratados do SUS;
   b) dos prestadores de serviços de saúde filantrópicos conveniados com o SUS;
   c) pelas universidades que possuam curso de graduação de Medicina e hospitalar de ensino.

A observação da dinâmica municipal, já em contexto de democracia representativa, permitiu o levantamento de conflitos concernentes ao processo de negociação sobre a aprovação da lei no município, determinantes para que a presidência nata do CMS estivesse vinculada à representação formal, ao membro do executivo municipal. Sendo assim, a última palavra do conselho seja sobre o orçamento da saúde, ou a alocação dos recursos escassos na cidade, passava pelo filtro[20] da representação formal.

A proximidade que o levantamento de informações sobre os conselhos permitiu destacar dentre os movimentos de base e vereadores como Fernando William e Milton Nahon (que será mencionado na próxima seção), foi retratada por Paulo Pinheiro como uma estratégia de atuação política da representação entendida enquanto fiscalização da atuação do Poder Executivo na cidade. O vereador pontuou que sua presença nas reuniões mensais nos conselhos, ao longo do tempo, era uma estratégia de acompanhamento dos principais problemas de saúde da população. Segundo o vereador, a relação junto aos conselhos permitiu conhecer melhor os problemas da cidade.

As competências do Conselho de Saúde, segundo a Lei Orgânica Municipal 1746/ 1991 são participar da análise, da elaboração e da atualização das políticas do Sistema Único de Saúde, fiscalizando sua aplicação e atuando, à semelhança do estadual, mas na esfera municipal: a) na formulação de estratégias de controle do Sistema Único de Saúde; b) na proposição de diretrizes para elaboração de Plano de Saúde do Município e dos Planos de Saúde das Áreas de Planejamento do Município; c) na fiscalização das aplicações de recursos financeiros do Sistema Único de Saúde; na proposição de metas na assistência da saúde da população do

---

19 De acordo com DCM em 25/07/1991(pág. 1 a 4), Publicado no D.O. RIO em 26/07/1991 pág. 4/5, apud Faria (2014).

20 Pensar a representação como um filtro remete o pensamento aos federalistas. James Madison aceitava implicitamente que os representantes não podiam se assemelhar aos representados. Era esperado que os eleitos fossem diferentes e distintos dos eleitores, porque o governo republicano exigiria, como qualquer outro regime, que o poder político fosse atribuído àqueles detentores da maior "sabedoria e virtude". Segue uma ilustração: "Num tal governo (a república) é mais possível que a vontade pública, expressa pelos representantes do povo, esteja em harmonia com o interesse público do que no caso de ser ela expressa pelo povo mesmo, reunido para esse fim." (Hamilton, Madison, Jay 2003: 98).

município; d) no acompanhamento do processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica na área de Saúde, visando à observação de padrões éticos, compatíveis com o desenvolvimento sociocultural da época; e) no levantamento de dados relativos à saúde da população do município; na convocação, junto à Secretaria Municipal de Saúde, de dois anos em dois anos, da Conferência Municipal de Saúde; f) na realização da campanha de educação para a saúde da população do município; g) na fiscalização dos recursos aplicados pelo Fundo Municipal de Saúde.

Recentemente, em 2009, o vereador Paulo Pinheiro, cuja trajetória já mencionada também passa pela gestão de Hospital Público e contato com as reuniões comunitárias de saúde no referido estabelecimento, bem como relação com os conselhos de saúde ao longo do tempo e proximidade das reuniões distritais, pudesse encontrar momento político propício para aprovação da Lei Ordinária Municipal 5104 de 2009. Foi mediante convencimento junto ao secretário Hans Dohmann (secretário de saúde e presidente nato do CMS), que foi possível aprovar a legislação, que além de várias padronizações para os conselhos distritais, propunha eleição para a presidência do CMS bem como periodicidade e adaptação cronológica para 4 anos seja para os mandatos, seja para as Conferências Municipal e Distritais.

A eleição que ocorreu posteriormente à aprovação da lei, contudo, referendou a continuação do secretário de saúde à frente do CMS, o que foi relatado com frustração pelo vereador. Segundo Pinheiro, a presidência ocupada pelo secretário municipal de saúde deixa o conselho «acéfalo», e prejudicado em sua autonomia deliberativa. Relatos de conselheiros entrevistados em Audiência Pública realizada em janeiro de 2013, momento posterior a recondução do secretário à presidência, são queixosos do distanciamento e bloqueio de demandas sociais pela prefeitura: «depois de eleito presidente, nunca mais apareceu no conselho».

4. A cidade e os distritos

O quadro distrital, por outro lado, apresenta singularidades. A Lei 2011/93, novamente de autoria de um vereador com perspectiva dita progressista, o vereador Milton Nahon[21] instituiu os Conselhos Distritais de Saúde, em agosto de 1993, e determinava que a composição deveria ser paritária e que as entidades componentes desses conselhos deveriam ser eleitas em Conferência Distrital de Saúde e nomeadas pelo secretário municipal de saúde para cumprir um mandato de dois anos (de forma análoga ao municipal e estadual). Com relação à Comissão Executiva, essa deveria ser eleita em reunião do conselho.

Para o funcionamento dos Conselhos Distritais de Saúde, seria destinada uma verba anual, aprovada pela Câmara dos Vereadores, para a compra de material de consumo e equipamentos. Seria também destinada uma verba mensal controlada pela coordenação de área para gastos com material de consumo e contratação de serviços. A pesquisa observou, entretanto, que, em especial a infraestrutura para o funcionamento dos CODS, ainda tem tido dificuldade de ser operacionalizada, devido, em grande medida, à sua capilaridade com os usuários do SUS, a sua localização em postos de saúde e centros comunitários de saúde em bairros distantes, ao seu caráter por vezes de crítica aos gestores municipais e estaduais. Esse dado difere do Conselho Municipal, que possui infraestrutura e apoio organizacional constante do Poder Executivo, sendo a sede do CMS inclusive no próprio prédio da prefeitura, na Cidade Nova.

A referida Lei 2011 foi promulgada pela Câmara dos Vereadores em 31 de agosto de 1993, após ter sido integralmente vetada pelo Poder Executivo. O veto foi rejeitado pelos vereadores por 33 votos. A lei foi originária do Projeto de Lei nº 1912-A, apresentado em 1992 pelo vereador Milton Nahon. Esse projeto surgiu como um substitutivo ao Projeto de Lei inicial 896/90, da vereadora Laura Carneiro. Tal projeto previa, primeiro, a instituição dos distritos sanitários no município para, então, incluir a possibilidade de funcionamento de

21 Há documentos que informam que, além da vinculação política ao PCB, o vereador Milton Nahon, médico, foi diretamente ligado ao médico Almir Dutton Ferreira, da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), na militância pela democratização política. Conforme notícia disponível em montedo.blogspot.com.br/2011/12/documentos-secretos-da-marinha-relatam.html (Acesso 14 de fevereiro de 2013), apud Faria (2014).

conselhos distritais, nos termos de lei a ser posteriormente aprovada, o que não ocorreu[22].
O Distrito Sanitário deveria propiciar a mudança das práticas sanitárias tendo como base um território. Ele seria a menor unidade territorial com autonomia para definir, planejar, organizar, gerir e executar as ações de saúde dirigidas à população desse território. Nessa concepção, o território é visto como um espaço dinâmico, em permanente construção, fruto de relações políticas, econômicas, culturais e epidemiológicas. A situação de saúde dos indivíduos e dos grupos populacionais também é dinâmica e resulta das inter-relações entre os condicionantes históricos, culturais, sociais, epidemiológicos, políticos e econômicos, presentes em determinado território[23]. Organizar o sistema de saúde, os serviços de assistência e a Atenção à Saúde como um todo, na lógica da responsabilidade sanitária, pressupõe o conhecimento da realidade local, o envolvimento das pessoas, dos profissionais e das instituições componentes do setor Saúde, e o compromisso dos gestores atuantes em determinado território, em especial os gestores públicos.
Eles foram uma tentativa de recuperar propostas teórico-metodológicas dos Sistemas Locais de Saúde — SILOS —, entendidos como um processo social e político de transformação de práticas e uma estratégia, apoiada pela OMS-OPAS - Organização Mundial de Saúde/Organização Pan-Americana de Saúde, para melhoria das condições de saúde das populações dos países em desenvolvimento, especificamente na América Latina, perspectiva que segundo a literatura teria perdido, progressivamente, sua força e visibilidade.
Foi dessa época o surgimento de diversas experiências no país, a partir de uma cooperação técnica Brasil-Itália, onde vários municípios brasileiros — Pau da Lima-BA, Natal-RN, Cachoeira de Macacu-RJ, e outros — desencadearam a estruturação de distritos sanitários, tendo como diretriz a definição de território, de áreas de abrangência de unidades de saúde e grau de acesso da população aos serviços de saúde.[24]
Dessa forma, historicamente, os conselhos distritais foram implementados antes que fossem criados os próprios distritos. A lógica dos distritos no Rio de Janeiro foi instituída a partir da divisão administrativa em Coordenações das Áreas de Planejamento (CAP)[25]. Elas configuram uma unidade intermediária e mediadora entre o nível central e as unidades prestadoras de serviços do SUS em seu território e, em algumas circunstâncias, dessas com a população usuária desses serviços, ou com as lideranças e conselheiros de saúde da área. A organização em forma de CAP enfrenta diversas dificuldades de ordem financeira, técnico-administrativa e política, as quais obstaculizam e limitam suas ações, tornando-as, grande parte das vezes, mais uma instância burocrática envolvida na resolução de problemas emergenciais.
Segundo observa David Harvey, o domínio do espaço reflete o modo como indivíduos e grupos poderosos dominam a organização e a produção do espaço mediante recursos legais e, que podem também possuir caráter extralegal[26]. Isso se dá no intuito de exercer maior controle, seja sobre a distância entre espaços (acessibilidade e distanciamento – «fricção da distância», Harvey, 2005: 202), ou sobre a forma pela qual o espaço é apropriado por eles mesmos ou por outros.
Por outro lado, a apropriação sistematizada e institucionalizada pode envolver a produção de formas territorialmente determinadas de solidariedade social, seja na ocupação do espaço por objetos, como casas, fábricas ou ruas, seja nas atividades (como o uso da terra), ou por indivíduos, classes ou outros grupos sociais. Seu argumento pondera que toda luta para reconstituir relações de poder envolve uma batalha para reorganizar as bases espaciais. Nesse sentido, o capitalismo desterritorializa com uma mão e reterritorializa com a outra[27]. Nesse sentido, a reterritorialização da cidade, enquanto distritos, a partir das Áreas de Planejamento (AP)

---

22 (Carvalho, 1996:27).

23 Mendes et al. (1993).

24 Paim (1993).

25 Conforme (Brasil, 2005: 60).

26 É possível recordar aqui a crítica feita por Michel Foucault segundo quem a soberania no direito público, da Idade Média ao século XVI, não era exercida sobre as coisas, antes sim sobre um terriotório, sobre os sujeitos que o habitavam. Nesse sentido, se pode afirmar que o território era um elemento fundamental para os principados segundo Maquiavel, e da soberania jurídica segundo definida pelos filósofos ou teóricos do direito. (Foucault, 2004: 99).

27 (Harvey, 2005: 216).

esteve longe de constituí-las enquanto Distritos Sanitários, segundo a concepção proposta na 8ª Conferência Nacional de Saúde. O que não quer dizer, necessariamente, que resistências sociais não possam se tornar movimentos sociais que busquem liberar o espaço e o tempo das suas materializações vigentes na cidade. Como observado por Harvey, movimentos de espécies variadas, desde religiosos, comunitários, humanitários e até mesmo místicos, «se definem diretamente em termos de um antagonismo ao poder do dinheiro e das concepções racionalizadas do espaço e do tempo sobre a vida cotidiana»[28].

Portanto, a Lei Orgânica municipal 2011/93 instituiu «em cada Distrito de Saúde, um Conselho Distrital, órgão colegiado, consultivo e deliberativo com a finalidade de auxiliar a Administração Pública e o Conselho Municipal de Saúde», e os conselhos distritais foram constituídos antes que fossem criados os próprios distritos, que passaram a ser reconhecidos pela divisão administrativa do município em Áreas de Planejamento[29]. Tais áreas programáticas não representavam a ideia original dos distritos sanitários do SUS, baseados em critérios populacionais e sanitários. Existem diferenças, ainda hoje, que apontam não só disparidades populacionais, mas também, e, sobretudo, diferenças no que tange à oferta de serviços públicos nas áreas programáticas, de saneamento básico e renda da população residente (Faria, 2014).

De acordo com o que é possível observar nas Tabelas 1 e 2 na página seguinte, o processo histórico que promoveu a ideia de controle social no município instituiu os Conselhos Distritais de Saúde (CODS) nas respectivas AP, compreendendo um total de dez Conselhos Distritais de Saúde (AP 1, AP 2.1, AP 2.2, AP 3.1, AP 3.2, AP 3.3, AP 4, AP 5.1, AP 5.2, AP 5.3). Eles se institucionalizam com o desafio de auxiliar a administração pública e o CMS na análise, no planejamento, na formulação e na supervisão das políticas de saúde, na fiscalização de ações governamentais e nas decisões de matéria de sua competência[30].

A mencionada lei determinava que os CODS seriam presididos pelos coordenadores técnicos dos distritos, no caso, as áreas de planejamento (APs). No entanto, conforme pesquisa de Carvalho (1996), sobre o caso da institucionalização do Conselho Distrital – CODS AP 3.1 –, depois de sua constituição o CODS elegeu sua comissão executiva em 12 de março de 1994, e, para presidente, foi eleito um usuário. A primeira gestão, 1994/1995 tinha o total de 92 membros titulares, «foi composta de 24 representantes dos prestadores de serviços do SUS, (...) 20 representantes dos funcionários e 48 representantes do segmento usuário» [31]. O corpo de 48 usuários se dividiu entre 14 representantes de entidades da sociedade civil e 34 representantes definidos dentre 83 entidades de moradores existentes à época na AP 3.1. A região compreendia 19 associações de moradores da Ilha do Governador e 64 entidades de moradores na Leopoldina[32].

A iniciativa tomada pelo CODS 3.1, de eleger seu próprio presidente foi proposta em perspectiva análoga aos procedimentos que ocorreram na 2ª Conferência Distrital e 9ª Conferência Nacional de Saúde. O fato de ter sido feita eleição interna, e do resultado ter como representante a frente da presidência do CODS e do controle social um usuário, gerou uma série de tensões. A ênfase a partir da tensão entre representação e participação aparece novamente como uma possibilidade de problematização da análise. O fato da presidência de um distrital se vincular à participação social, e efetivar um usuário politicamente causou desentendimentos com a SMS e com o próprio CMS[33]. Havia outra disposição do CODS 3.1 no Regimento Interno aprovado, que seria a indicação de lista tríplice para o cargo de Coordenador Técnico da Área, o que, pela lei em vigor, deveria ocorrer enquanto nomeação de cargo em confiança do secretário de saúde.

TABELA 1- ÁREAS PROGRAMÁTICAS

---

28 (Harvey, 2005: 217).

29 Segundo Resolução SMS-RJ no. 431, de 14 de abril de 1993, conforme Faria (2014).

30 Rio de Janeiro, Lei Ordinária 2011/1993, 1.º parágrafo, conforme Faria (2014).

31 (Carvalho, 1996:26).

32 Dados disponíveis a partir do Cadastro da FAFERJ, Federação das Associações de Moradores de Favelas do Rio de Janeiro (Carvalho, 1996:26).

33 (Carvalho, 1996:33).

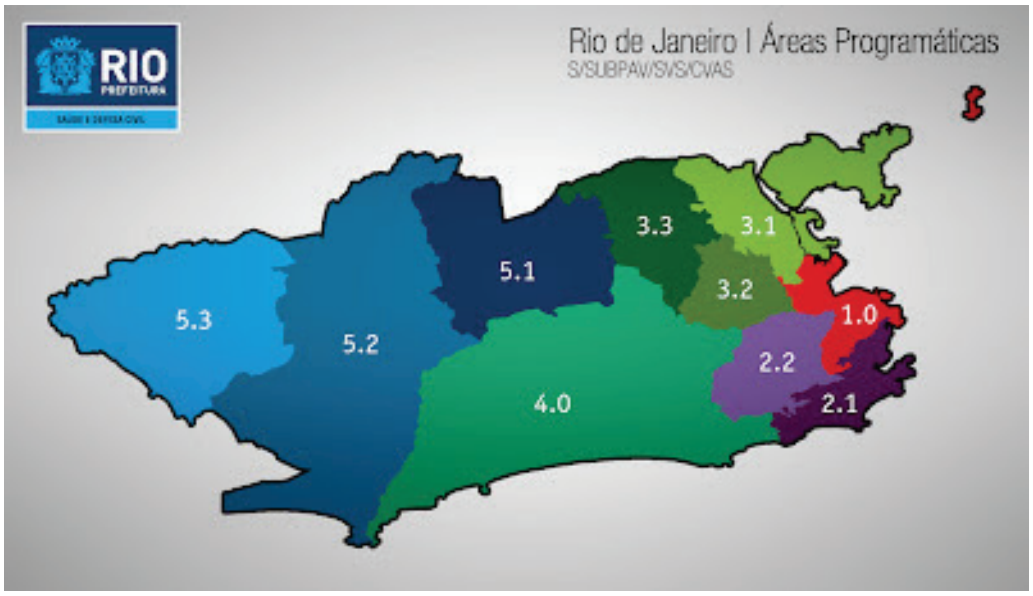

Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2013.

TABELA 2 - AP e CODS

ÁREAS PROGRAMÄTICAS E CONSELHOS DISTRITAIS DE SAÜDE	
AP/CODS	**BAIRROS**
ÁREA PROGRAMÁTICA 1.0 **CODS (Conselho Distrital de Saúde) 1.0 -** 1 sala na MATERNIDADE DA PRAÇA XV, Centro.	Benfica, Caju, Catumbi, Centro, Cidade Nova, Estácio, Gamboa, Mangueira, Paquetá, Rio Comprido, Santa Teresa, Santo Cristo, São Cristóvão, Saúde e Vasco da Gama.
ÁREA PROGRAMÁTICA 2.1 **CODS (Conselho Distrital de Saúde) 2.1** 1 sala na Av. Venceslau Brás, 65, Botafogo -Hospital Pinel	Botafogo, Catete, Copacabana, Cosme Velho, Flamengo, Gávea, Glória, Humaitá, Ipanema, Jardim Botânico, Lagoa, Laranjeiras, Leblon, Leme, Rocinha, São Conrado, Urca e Vidigal.
ÁREA PROGRAMÁTICA 2.2 **CODS (Conselho Distrital de Saúde) 2.2** 1 sala e auditório compartilhado na Rua Conde de Bonfim, 764, Pd. Prefeitura, Tijuca.	Alto da Boa Vista, Andaraí, Grajaú, Maracanã, Praça da Bandeira, Tijuca e Vila Isabel.
ÁREA PROGRAMÁTICA 3.1 **CODS (Conselho Distrital de Saúde) 3.1** Rua São Godofredo, 51, SALA 07, IAPI - Penha	Bonsucesso, Brás de Pina, Complexo do Alemão, Cordovil, Ilha do Governador, Jardim América, Manguinhos, Maré, Olaria, Parada de Lucas, Penha Circular, Penha, Ramos e Vigário Geral.
ÁREA PROGRAMÁTICA 3.2 **CODS (Conselho Distrital de Saúde) 3.2** Rua Ana Barbosa, 21, Méier – 1 sala na Policlínica César Perneta	Abolição, Água Santa, Cachambi, Del Castilho, Encantado, Engenho da Rainha, Engenho de Dentro, Engenho Novo, Higienópolis, Inhaúma, Jacaré, Jacarezinho, Lins de Vasconcelos, Maria da Graça, Méier, Piedade, Pilares, Riachuelo, Rocha, Sampaio, São Francisco Xavier, Todos os Santos e Tomás Coelho.
ÁREA PROGRAMÁTICA 3.3 **CODS (Conselho Distrital de Saúde) 3.3** Rua Ubirajata, 25, sala 19 - no PAM Alice Tibiriçá / Auditório Clementino Fraga	Acari, Anchieta, Barros Filho, Bento Ribeiro, Campinho, Cascadura, Cavalcanti, Coelho Neto, Colégio, Costa Barros, Engenheiro Leal, Guadalupe, Honório Gurgel, Irajá, Madureira, Marechal Hermes, Oswaldo Cruz, Parque Anchieta, Parque Columbia, Pavuna, Quintino Bocaiuva, Ricardo de Albuquerque, Rocha Miranda, Turiaçu, Vaz Lobo, Vicente de Carvalho, Vila da Penha, Vila Kosmos e Vista Alegre.

ÁREA PROGRAMÁTICA 4.0 **CODS (Conselho Distrital de Saúde) 4.0** Av Ayrton Senna, n. 2001, BL C BARRA	Barra da Tijuca, Camorim, Cidade de Deus, Grumari, Itanhangá, Jacarepaguá, Joá, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande e Vargem Pequena.
ÁREA PROGRAMÁTICA 5.1 **CODS (Conselho Distrital de Saúde) 5.1** CMS Waldir Franco, Praça Cecília Pedro – Bangu - Ocupam 2 salas há pelo menos 10 anos no mesmo lugar	Bangu, Campo dos Afonsos, Deodoro, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Padre Miguel, Realengo, Senador Camará e Vila Militar.
ÁREA PROGRAMÁTICA 5.2 **CODS (Conselho Distrital de Saúde) 5.2** Praça Vieira de Melo, s/n, Comari – Campo Grande	Barra de Guaratiba, Campo Grande, Cosmos, Guaratiba, Inhoaíba, Santíssimo, Senador Vasconcelos e Pedra de Guaratiba.
ÁREA PROGRAMÁTICA 5.3 **CODS (Conselho Distrital de Saúde) 5.3** Rua Senador Camará, 372, SANTA CRUZ	Paciência, Santa Cruz e Sepetiba.

Fonte : Base própria de dados da pesquisa de tese, Faria (2014).

Obviamente, esse processo encontrou resistências. O Regimento Interno proposto e a lista de integrantes eleitos do conselho demorou um ano (até fevereiro de 1995) para ser publicada no Diário Oficial do Município, após ter sido encaminhada para o CMS. O CODS 3.1 teve que voltar atrás em relação à lista tríplice, pois a prefeitura sinalizou que entraria com Ação de Inconstitucionalidade por vicio do Poder Legislativo, caso a Câmara, em apoio ao Conselho Distrital, aprovasse a medida.

O processo que se seguiu torna bastante plausível afirmar que a relação com o Poder Legislativo contribuiu decisivamente para a institucionalização da eleição nos CODS em toda a cidade do Rio de Janeiro. Note-se também o momento de convergência entre participação e representação, cujo desdobramento foi a consecução de instrumento legal que garantiria alguma autonomia nos distritais, visto a possibilidade de eleição interna para as presidências. Embora fosse antiga a relação de alguns conselheiros com os vereadores que, na Câmara, apoiaram a tramitação da legislação de interesse dos conselhos distritais, a presença do Presidente da Comissão de Saúde da Câmara Municipal nas reuniões distritais tornou possível o encaminhamento legislativo de algumas posições assumidas pelo Conselho Distrital da AP 3.1. A mais importante delas foi a alteração da Lei 2011 pela Lei 2.289 de 9 de janeiro de 1995, proposta pelo vereador Milton Nahon depois de participar de debate no Conselho da AP 3.1[34].

Ou seja, o padrão de proximidade municipal ao Poder Legislativo, a vinculação ao partido de esquerda e o histórico de trajetória pessoal de militância pela saúde mais uma vez pode ser observado nos atores políticos que lutaram historicamente pela saúde na cidade, reivindicando demandas das bases sociais organizadas. A nova Lei 2289 formalizou a eleição do presidente pelos próprios conselheiros distritais e estendeu a prática do CODS 3.1 aos demais distritais. O CODS 3.1 foi pioneiro no reconhecimento legal enquanto instância de participação. A proposta inédita na cidade de seu Regimento Interno, com eleições próprias para a presidência do Conselho, concretizaria um novo dispositivo legal. Tal processo propiciou a prática política na cidade de alguma autonomia dos conselhos distritais vinculada à faculdade de eleger usuárias (os) como presidentes; lógica política distinta e inversa à da trajetória do controle social no âmbito municipal, como visto anteriormente. A possibilidade de eleição para presidência dos conselhos distritais antecedeu em mais de 10 anos a primeira eleição para o mesmo cargo no Conselho Municipal da Saúde. Dados obtidos junto aos conselhos confirmam que em 2009/2010 todos os distritais eram presididos por representantes do segmento usuários e pelo menos a metade deles por usuárias mulheres. Mais do que permitir a rotatividade de cargos, a eleição para a presidência dos conselhos distritais abriu espaço em instâncias de decisão, para o segmento usuários. A análise do perfil dos conselheiros marca também as distinções possíveis quanto às esferas municipal e distrital[35].

34 (Teixeira, 1996: 95-96).

35 Tal análise não foi alongada no presente trabalho, mas é amplamente discutida em Faria (2014).

5. Observações Finais

O que é possível sugerir a partir dessa tradição verificada de eleição interna para a presidência dos CODS, diferentemente do CMS? É um problema para o analista tratar os sentidos atribuídos ao passado na sociedade, e localizar mudanças e transformações. Nesse sentido, a avaliação da experiência de institucionalização da eleição e a luta política do CODS 3.1 permite contextualizar dimensões do terreno das expectativas políticas em relação a esses espaços. Isso permite matizar formas que a participação institucional assume, para os atores estatais e societários, no complexo processo de luta pela afirmação e defesa dos seus interesses[36].

No plano mais geral, essa discussão apresenta traços da dinâmica e combinação possível e desejável entre democracia representativa e participativa, em diferentes projetos de reforma do estado. Se tomado o nível micro, o que está em jogo é a compreensão dos resultados esperados da participação institucional e até que ponto ela se combina, na perspectiva dos agentes, «com estratégias mais tradicionais de encaminhamentos de demandas, via sistema representativo e mobilização de redes pessoais»[37]. A participação modifica a representação e se combina com ela, ao adicionar práticas de representação coexistindo de forma tensa, mas por vezes também convergente nos espaços participativos.

A atuação de vereadores identificados com a perspectiva de participação social junto aos movimentos sociais de base foi observada no processo de institucionalização do CMS e dos CODS. A participação social observada no âmbito distrital em relação ao municipal permite sugerir a possibilidade de impactos no processo de estabelecimento da instituição de eleições para presidência nos conselhos distritais. Tal tendência se observa a partir da experiência dos conselheiros no espaço participativo e de deliberação das conferências – nos distritos e nacional.

A eleição interna da presidência dos CODS antecedeu, seja na prática, seja do ponto de vista legal, em torno de 15 anos, a primeira eleição para o mesmo cargo no CMS. Mais do que permitir a rotatividade de cargos, a eleição para a presidência dos conselhos, é plausível afirmar a partir dos dados obtidos pela pesquisa, abriu espaço para ao menos a nível distrital, a alternância da representação do controle social e a não vinculação direta aos representantes do executivo.

De acordo com a literatura, um dos maiores desafios para a gestão pública local se trava na democratização dos processos decisórios na formulação de políticas públicas no sentido de torná-las mais efetivas. Se isso não pode ser considerado enquanto um resultado de um «localismo mágico»[38], a consecução do instrumento legal que permitiu a instituição de eleições internas aos CODS certamente foi uma característica institucional que dinamizou os espaços de participação. Se as eleições permitiram maior objetividade na formulação das demandas e críticas, quando transpostas para os níveis municipal e estadual, tais demandas encontram desafios em sua articulação frente aos outros atores que por lá encontram.

Bibliografia

AVRITZER, L. (2009), Participatory Institutions in Democratic Brazil. Washington: Woodrow Wilson Center Press; Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

BAIOCCHI, G. (2002/2003), 'Synergizing Civil Society: State Civil Society Regimes in Porto Alegre, Brazil.' Political Power and Social Theory 15:3-86.

BRASIL (2005), Reorganizando o SUS no Município do Rio de Janeiro. Brasília: Editora do Ministério da Saúde.

36 Em consonância com observações de Tatagiba & Teixeira (2006).

37 (Tatagiba & Teixeira 2006: 224).

38 (Milani, 2008: 576).

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO (1991), Lei Orgânica Municipal n.º 1.746, de 23 de julho.

CARVALHO, H. T. (1996), Conselhos de Saúde e Práticas de Comunicação: Ação pelo Controle Público e Invisibilidade Social. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz.

CITTADINO, G. (1999), Pluralismo, Direito e Justiça Distributiva, Elementos da Filosofia Constitucional Contemporânea. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

D'ÁVILA, P. M. (2000), Democracia, clientelismo e cidadania: a experiência do orçamento participativo no modelo de gestão pública da cidade de Porto Alegre. Tese de Doutoramento, Rio de Janeiro: Iuperj/Ucam.

FARIA, A. M. T. (2014), Participação e representação: as políticas públicas de saúde no Rio de Janeiro. Tese de doutoramento, Rio de Janeiro: Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

FARIA, A. M. T. (2010), On the Social and the Political: Theories of Political Representation - Beyond the universal suffrage. Trad. Renato Rezende, Saarbrücken: LAP LAMBERT Academic Publishing AG & Co. KG.

FARIA, A. M. T. (2009), "O trabalho da representação e Pierre Rosanvallon." Desigualdade & Diversidade (PUCRJ), v. 5, p. 33-62.

FARIA, A. M. T. & DURAN, P. (2013), "A participação estadual e municipal em questão: os conselhos de saúde no Rio de Janeiro." In: 37o Encontro da Anpocs, Aguas de Lindoia: Anais do 37º Encontro Anual da Anpocs.

FOUCAULT, M. (2004), Sécurité, Territoire, Population. Cours au Collège de France. 1977-1978. Paris: Seuil/ Gallimard.

GERSCHMAN, S. (2004), A Democracia Inconclusa. Um estudo sobre a Reforma Sanitária brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fiocruz.

HABERLE, P. (1997), Hermenêutica Constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista a procedimental da Constituição. (Trad.). Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris.

HABERLE, P. (2011), Constituição como Cultura. Entrevista concedida a Rodrigo Aidar e Marília Scriboni. Revista Consultor Jurídico, 29 de maio. Disponível em: http://www.conjur.com.br/2011-mai-29/entrevista-peter-haberle-constitucionalista-alemao [consultado em 20-01-2014]

HAMILTON, A., MADISON, J, JAY, J. (2003[1787]), The Federalist Papers. 2ª. ed., New York: Bantam Classic.

HARVEY, D. (2005), A condição Pós-Moderna. 14ª ed. São Paulo: Loyola.

LAVALLE, A. G. (2011), "Após a Participação: Nota Introdutória", Lua Nova, 84: 13-23.

LAVALLE, A. G. & ARAUJO, C. (2008), "O debate sobre a representação política no Brasil: nota introdutória". Cad. CRH, v. 21, n.52, pp. 9-12.

LAVALLE, A. G. & ISUNZA, E. (2011), "A Trama da crítica Democrática: Da participação à representação e à accountability", Lua Nova, 84: 95-139.

LEAL, V. N. (2012), Coronelismo, enxada e voto : o muncípio e o regime representativo no Brasil. 4a ed. São Paulo : Companhia das Letras.

MENDES, E. V. et al. (1993), "Território: conceitos chave." In: MENDES, E. V. (Org.). *Distrito Sanitário*: o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ABRASCO.

MILANI, C. R. S. (2008), "O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias". Revista de Administração Pública – RAP: Rio de Janeiro, n 42 (3), p. 55-79.

PAIM, J. S. (1993), "Marco de Referência para um Programa de Educação Continuada em Saúde Coletiva". Rev. Bras. Educ. Médica 17(3): 7-13.

TARROW, S. (2009), O poder em movimento. Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes.

TATAGIBA, L. & TEIXEIRA, A. C. (2006), "Participação e democracia: Velhos e novos desafios". Civitas, Porto Alegre, v. 6 n. 1 , p. 223-240.

TILLY, C. (2004), Contention and Democracy in Europe, 1650-2000. Cambridge: Cambridge University Press.

TILLY, C. (2005), Trust and Rule. Cambridge: Cambridge University Press.

TILLY, C. (2006), Regimes and Repertories. Chicago: University of Chicago Press.

TILLY, C. (2013), Democracia. Trad. Raquel Weiss. Petrópolis: Vozes.

VIANNA, L. W. et al. (1999), A judicialização da política e das relações sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan.

A luta das mulheres pela *cidadania da imagem*: organização e articulação da Rede Mulher e Mídia por políticas públicas

Vera Fátima Gasparetto (PPGSP-UFSC)
Ilse Scherer-Warren (UFSC)

Resumo: Este trabalho é um estudo de caso sobre a Rede Mulher e Mídia (RMM), formada por ativistas dos mais variados movimentos de mulheres e feministas, de diversas áreas profissionais e de militância, como blogueiras, acadêmicas, jornalistas, professoras universitárias, pesquisadoras, integrantes de ONGs, movimentos LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros), movimento negro e indígena. As ativistas estão organizadas em rede e na rede (Internet), utilizando-se de lista de discussão (redemulheremidia@googlegroups.com) e redes sociais virtuais, para articular suas ações, demandas e intervenções a respeito do tema, transversalizadas nas demais áreas de militância e em nos demais movimentos de lutas por direitos onde atuam. Em relação ao Estado em âmbito federal (esferas do executivo, legislativo e judiciário) o movimento é de contestação e de negociação, com vistas a formular políticas públicas sobre a imagem da mulher na mídia e democratizar a comunicação no Brasil na era digital. O objetivo da RMM é a criação de mecanismos de regulação pública junto ao Estado, que incidam sobre a produção e a veiculação de conteúdos do mercado midiático que se utiliza de imagens de mulheres para a promoção e a venda de mercadorias e bens simbólicos, que disseminam padrões e modos de vida.
Para o trabalho de campo nos utilizamos da troca de e-mails pelas ativistas na lista de discussão, com uma metodologia de pesquisa sobre o ativismo em rede na internet e as relações *online/offline*. Isso levou a uma gama de possibilidade de acesso a dados praticamente ilimitado, devido ao potencial de ser feito em tempo real. Uma metodologia que requer uma atenção permanente e foco da pesquisadora em realizar o rastreamento de um ativismo que está se fazendo.
Nossa intencionalidade é de contribuir com reflexões e proposições que compreendam as novas formas de organização e resistências de ativistas, de movimentos e redes pelas mudanças culturais e que possam reverberar no espaço acadêmico e nas políticas públicas, de modo a produzir avaliações e novas perspectivas que avancem para um novo posicionamento político e a regulação pública que proporcione o exercício da cidadania sobre a imagem da mulher na mídia.
Palavras-chaves: redes de movimentos, imagem da mulher na mídia, políticas públicas, democratização da comunicação, cidadania da imagem.

1. Introdução: a história da Rede Mulher e Mídia

A RMM formou-se para ser um espaço de diálogo das várias frentes de denúncias, até então fragmentadas e com ações isoladas e pontuais. Sua origem se deu da organização da Articulação Mulher e Mídia (AMM), que se organizou nacionalmente a partir da realização de seis edições do Seminário "Mulher e Mídia"[1] e após a realização das duas primeiras Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres (CNPM), que resultaram em Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM).
Algumas conquistas resultaram desse processo de contestação e fortalecerem a constituição da RMM como arena para articular a disputa de hegemonia no sistema de comunicação no que diz respeito à luta pela disseminação de outra imagem da mulher na mídia e pela construção de mecanismos de acompanhamento, pesquisa e fiscalização para que o Estado e a sociedade disponham de instrumentos para incidir sobre o mercado midiático (AMM, 2009). O documento datado de 13 de agosto de 2009, intitulado "Organização e objetivos da rede", é uma espécie de manifesto de fundação que trata da composição, objetivos, atuação, estratégias, alianças e ações permanentes para o movimento[2].

---

1 Organizadas pelo Instituto Patrícia Galvão com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM).

2 Outro documento que marca a virada da organização para RMM é o vídeo "O Controle Social da Mídia" (março de 2009), que analisa a representação das Mulheres na Televisão Brasileira e demonstra a importância do monitoramento

A RMM "tenta contribuir para o fortalecimento do movimento de mulheres como sujeito político na luta pela democratização da comunicação numa perspectiva feminista, atuando pela capilarização da ideia de controle social" (Ibid.). As formas de ativismo cabem a cada militante da rede, a partir de atuações em seus espaços de militância, o que contribui para reforçar "a ação política, a expressão pública, os conteúdos técnicos e a estética feminista" (Ibid), num padrão de autonomia e horizontalidade, chamado por Castells (2013) de autocomunicação, que se utiliza da internet e das redes sem fio como plataforma de comunicação.

As estratégias de rede são parte da ação e da agenda política das organizações e de redes de mulheres e feministas, onde destacam-se dois objetivos (AMM, 2009): incidir sobre o Executivo e o Legislativo de modo a aprovar um marco regulatório das comunicações e acompanhar as políticas públicas do setor; e desenvolver ações de formação para o controle social da mídia, confrontando propagandas depreciativas e promovendo a diversidade sexual, de gênero, raça/etnia nos meios de comunicação.

As ativistas estimulam a formação de alianças com outras redes e outras ativistas, fomentando a participação de mulheres na produção e multiplicação de conteúdos midiáticos junto a outros movimentos sociais e setores da sociedade civil, como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). A intenção é ampliar o alcance dos conteúdos sobre democratização da mídia numa perspectiva feminista, debater e mobilizar em estados e municípios, enfatizar os espaços de debates virtuais e divulgar as atividades presenciais, realizadas por diferentes movimentos em todo o país:

> Trabalharemos levando em conta que somos produtoras de conteúdo a partir de várias mídias e articulando esta produção à nossa ação como movimento de mulheres, valorizando a estética feminista de expressão pública e ação direta. Consideramos que não poderemos difundir nossa luta na mídia comercial e que cada vez mais precisamos fortalecer os nossos meios de comunicação (Ibid.).

A RMM propõe a criação de um canal de denúncias sobre violações da imagem da mulher em todas as mídias (não apenas na televisão) e sobre a criminalização dos movimentos sociais e prevê a atuação sobre o judiciário, especialmente junto ao Ministério Público Federal e ações sobre o Observatório Brasil de Igualdade de Gênero[3].

No que ser refere à produção de conteúdo, a RMM apresenta três aspectos: 1) estimular e valorizar as produções de comunicação feitas pelas mulheres; 2) fortalecer grupos e lideranças do movimento de mulheres que estão produzindo comunicação e articulando políticas de comunicação; 3) utilizar espaços alternativos para pautar as questões de gênero e atuar sobre as mídias alternativas que invisibilizam as mulheres[4] (Ibid.).

Ativistas da Rede atuaram na Conferência Nacional de Comunicação (Confecom)[5], realizada no ano de 2009, com a "Plataforma Política para a Conferência e para a luta das mulheres", levando sua pauta sobre controle social e participação popular, concessões e políticas públicas. A RMM apresentou um conjunto de proposições no intuito de que o Estado brasileiro crie um espaço de debates que permita controle social dos meios de comunicação e mecanismos que garantam que a imagem da mulher será veiculada com pluralidade, diversidade e sem reprodução de estereótipos, inclusive na promoção do combate ao racismo e à violência contra a mulher (Ibid.).

A busca por políticas reguladoras se referencia na 4ª Conferência Mundial da Mulher[6], que no capítulo "A mulher e os meios de comunicação" aponta para necessidade de aumento da participação da mulher e de suas ideias e a promoção de uma imagem equilibrada e não estereotipada da mulher nos meios de comunicação.

---

de conteúdo e das políticas públicas de comunicação. Produção da AMM com o apoio da SPM. Disponível em: <http://vimeo.com/13125905>. Acesso em 30 jan. 2011.

3 Criado em 8 de março de 2009 por iniciativa da SPM/PR. Suas atividades são realizadas em parceria com outras instituições públicas, organizações da sociedade civil e organismos internacionais.

4 As ativistas entendem que o sexismo está presente também na mídia alternativa, citando como exemplo no texto, as publicações do movimento sindical.

5 A Confecom foi um espaço importante de formulação de políticas públicas sobre a imagem da mulher na mídia, ainda que as resoluções não tenham sido implementadas.

6 A IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, organizada pelas Nações Unidas em 1995, Pequim, China. Participaram do evento mais de 5.000 representantes de 189 governos.

2. A articulação em redes por uma *cidadania da imagem* da mulher

A primeira conquista da luta sobre a "imagem da mulher na mídia" foi na Conferência de Políticas para as Mulheres (CNPM), realizada em 2004 e reafirmada nos Planos seguintes. O II PNPM assumiu explicitamente o compromisso de executar as deliberações para o controle social sobre a imagem da mulher na mídia, inclusive no que tange ao novo marco regulatório da comunicação:

> (...) estabelecer mecanismo não só de efetiva fiscalização das concessionárias de meios de comunicação em razão de eventuais abordagens sexistas, racistas e discriminatórias, como também conferir e relacionar às concessões de veículos de comunicação, especialmente a TV, maior compromisso com a responsabilidade social e com o combate a todas as formas de disseminação de conteúdos estereotipados e discriminatórios (BRASIL, 2008, p. 155).

A atualidade da questão torna pertinente verificar os resultados da atuação da RMM, tanto na luta política e na relação com outros movimentos pela democratização da comunicação, como pela via institucional junto ao Estado. Nesse campo pode-se incluir a participação em conferências (resoluções específicas aprovadas na Confecom e resoluções aprovada nas conferências de políticas para as mulheres), a presença de ativistas da rede na participação em conselhos. No Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) a RMM garantiu a representação de três ativistas e na eleição do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 2014, elegeu uma representante.

As relações de dominação no mundo moderno demandam uma qualificação das ativistas para disputar o poder de modo a que o feminismo cumpra seu projeto histórico de transformação, que implica ampliar as vozes das mulheres para disputar subjetividades por dentro dos meios de comunicação, bem como garantir conquistas nos espaços de proposição de políticas públicas:

> (...) a produção de um discurso e de uma ação política propositiva junto ao Estado que possa colaborar com desmantelamento dos sistemas de dominação/opressão que alicerçam a sociedade global. Sistemas estes que contam com as lógicas mercantis globais de produção das indústrias culturais para a sua legitimação e reprodução (VELOSO E REBOUÇAS, 2011, p. 9).

Uma pesquisa realizada com 1501 pessoas verificou as "Representações das mulheres nas propagandas na TV" (INSTITUTO DATA POPULAR E INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2013). O resultado revela que 56% da população entrevistada não acredita que as propagandas de TV mostram a mulher da vida real. Para 65% das pessoas entrevistadas, o padrão de beleza nas propagandas é muito distante da realidade da população, assim como 60% consideram que as mulheres ficam frustradas quando não conseguem ter o corpo e a beleza das mulheres mostradas nos comerciais.

Existem aspectos da pesquisa que revelam a preocupação da população com conteúdos abusivos, como o caso de 70% das respostas defenderem "a punição aos responsáveis por propagandas que mostram as mulheres de modo ofensivo" (Ibid., 2013, p. 10). Esse dado justifica a luta da RMM por mecanismos de regulação de conteúdos, colocando em xeque o modelo de autorregulação praticado no Brasil pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), considerado insuficiente para coibir as formas de representações das mulheres na publicidade.

Para exemplificar uma ação de regulação do Estado acerca da imagem da mulher na mídia trazemos uma ação da SPM, que no ano de 2011 recebeu um conjunto de manifestações públicas, inclusive da RMM, a respeito da campanha publicitária "Hope Ensina" (GIOVANNI DRAFTFCB, 2011, 2011a; BLOG DA HOPE, 2011). Veiculada na mídia a partir de setembro de 2011, teve como protagonista a modelo Gisele Bündchen, interpretando uma personagem que ensina jogos de sedução, substituindo argumentos (considerados como a forma "errada") pela utilização do corpo e da vestimenta de lingerie Hope (considerada o "certo").

Figura 1 - Campanha da Hope protagonizada por Gisele Bündchen. Foto: reprodução

Siqueira e Ribeiro (2012) destacam nos comerciais três apelos persuasivos recorrentes na publicidade: o corpo feminino, o apelo sexual e a celebridade como garota-propaganda, reforçando as representações da brasileira como mulher sensual e dotada de beleza natural. Mobilizações nas redes sociais, articuladas também pela RMM e caracterizadas como ciberinsurgência (DIZARD JR., 2000), levaram a dezenas de denúncias de consumidoras/es, bem como à representação da SPM junto ao Conar.

Na avaliação da RMM, expressa na lista de discussão, os filmes são sexistas e desrespeitosos para com a condição feminina. A discordância a essa forma de representação da mulher deve-se ao fato de que as abordagens da publicidade reforçam o estereótipo da mulher como objeto sexual do homem, o sexismo, e recorrem a uma ética duvidosa, que se utiliza do corpo para obter vantagens pessoais (SIQUEIRA E RIBEIRO, 2012).

A então Ministra da SPM, Iriny Lopes, foi acusada de prática de censura por ter encaminhado representação (BRASIL, 2011) contra a propaganda, a partir de reclamações recebidas pela Ouvidoria da SPM a respeito da campanha da Hope. Os documentos foram enviados ao Conar, pedindo a suspensão da propaganda, com base nos artigos 19 a 21 do CBAP, e do art. 30, II, do Rice, e ao diretor da Hope Lingerie, Sylvio Korytowski, manifestando repúdio à campanha:

> A Ouvidoria argumenta que a propaganda promove o reforço do estereótipo equivocado da mulher como objeto sexual de seu marido e ignora os grandes avanços que as mulheres têm alcançado para desconstruir práticas e pensamentos sexistas. Também apresenta conteúdo discriminatório contra a mulher, infringindo os artigos 1° e 5° da Constituição Federal (SPM, 2011b).

Cabendo à SPM ser a mediadora dos interesses antagônicos posto nesse caso, observamos que a Ministra Iriny Lopes não tomou uma decisão pessoal, mas baseada em documentos que consolidaram uma construção social do movimento de mulheres, que se transformou no PNPM, que no seu eixo 8 trata de "Mídias não discriminatórias". Um dos objetivos é "Contribuir para a construção de uma cultura igualitária, democrática e não reprodutora de estereótipos de gênero, raça/etnia, orientação sexual e geração" (BRASIL, 2008), a partir da pauta dos movimentos de mulheres e feministas de combate ao sexismo, à objetificação e à coisificação. Na nossa avaliação não caracteriza prática de censura, pois não houve uma imposição e sim um questionamento.

A relatora do processo movido contra a Hope e a agência Giovanni+Draftfcb sugeriu o arquivamento do mesmo[7], o que foi aceito por unanimidade pelos demais conselheiros do órgão, fazendo com que a propaganda permanecesse sendo veiculada sem sofrer restrição:

> O que chama a atenção nesse caso é o parecer da relatora, que apresenta várias contradições acerca do teor da propaganda, pois considera o caso "uma bela manifestação do processo de amadurecimento da democracia brasileira, onde os cidadãos saem a campo para manifestar sua indignação, seja pela campanha em si, seja pelas iniciativas pelo seu banimento"[8]. Mas, contraditoriamente, para ela a campanha "busca reter a atenção de um consumidor diariamente bombardeado por uma avalanche de informações e, para atingir esse objetivo de forma eficiente, vale-

7 O parecer foi fundamentado no Artigo 27, nº 1, letra "a" do Rice.

8 A íntegra do parecer está disponível no Anexo IV.

se do lúdico, da licença poética, brincando com estereótipos" (CONAR, 2011).

Aqui se observa o reconhecimento do uso de estereótipos e do preconceito, mas a relatora justifica que está "enraizado" na mentalidade e na cultura, o que justifica sua apropriação pela publicidade, que é uma instância de reforço de representações, mesmo sendo essas ofensivas às mulheres, como percebe Siqueira e Ribeiro (2012).

Ainda que a relatora identifique os estereótipos da mulher objeto e do homem paspalho, facilmente manipulável por uma mulher sensual, questiona: "Mas será que esses clichês - ou a forma como foram retratados - fogem ou destoam do que o brasileiro rotineiramente vê na mídia em geral?" Sua resposta é "não" e continua argumentando que as pessoas têm discernimento para perceber que os anúncios são caricaturais e pautados "pelo bom humor, pela irreverência, são leves e sem qualquer ofensa à mulher ou ao homem brasileiro" (CONAR, 2011).

Siqueira e Ribeiro (2012) avaliam que é um risco alto considerar uma campanha publicitária "engraçadinha", pois esta tende a tornar-se um desserviço público devido à propagação de comportamentos polêmicos num ambiente social onde permanece um profundo ranço machista, "em que a violência contra a mulher ainda é uma tônica em que o acesso a outros meios de informação que os meios de comunicação de massa ainda são uma realidade distante para classes sociais menos abastadas" (Ibid., p. 184).

Esse limiar do papel do Estado em garantir direitos reivindicados por setores do movimento de mulheres e a chamada "liberdade de expressão" é o vetor de conflitos a respeito das questões de regulação, regulamentação, controle social, controle público e direito humano à comunicação, observando o pluralismo midiático, onde a questão de gênero é fundamental para o pluralismo midiático, segundo relatório da Unesco (2014).

3. O conteúdo da agenda: estratégia política, gestão, articulação e lutas da RMM

A pesquisa é resultado da análise da troca de *e-mails* entre as ativistas da RMM na lista de discussão redemulheremidia@googlegroups.com. Para analisar os temas de maior relevância, optamos em verificar ações políticas da RMM e suas ativistas que tenham como ponto de partida "a imagem da mulher na mídia". A análise detalhada dos temas debatidos na lista de discussão foi feita a partir da leitura atenta dos *e-mails* trocados no período entre novembro de 2012 e novembro de 2013[9]. Para efeitos metodológicos organizamos o material em quatro eixos.

A pesquisa no levou à constatação da multiplicidade de conteúdos tratados, que vão além do tema articulador da RMM, que é "imagem da mulher na mídia", atuando sobre o Executivo e o Legislativo (e também no Judiciário), buscando um novo marco regulatório das comunicações, debatendo políticas, desenvolvendo ações de formação para o controle social da mídia, confrontando propagandas depreciativas e promovendo as ideias do movimento, bem como a diversidade sexual, e a interseccionalidade de classe, gênero e raça (SAFFIOTI, 2003) nos meios de comunicação.

Os temas debatidos têm uma relação transversal com o tema central da lista, que articula um conjunto de interfaces que ajuda a entender a ampla dimensão das discussões em pauta e suas implicações nos aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e ideológicos. Observa-se principalmente um imbricamento, uma interface de iniciativas pela agenda que tem como tema articulador a democratização da comunicação e a luta das mulheres, com ações organizadas na rede, consideradas por Rifiotis (2010) como *online* e as atividades presenciais consideradas *offline*. A formação de opinião, contrainformação, produção e distribuição de notícias e conteúdos que estão fora da grande mídia caracterizam o ciberativismo, chamado por Dizard JR. (2000) de ciberinsurgência. Castells (2013) chama esse fenômeno de contrapoder, pois dá visibilidade a uma reivindicação até então ausente da luta das mulheres na esfera pública.

As atividades organizadas buscam dar visibilidade aos temas demandados e empoderar a ação da rede, operadas pelas ativistas, que atuam em várias frentes, que também, é segundo Scherer-Warren (2012), uma marca das novas formas de ativismo: a transversalidade[10]. O movimento se desloca para o campo *offline*, realizando ações

---

9 Não verificamos o impacto dessas trocas nas redes sociais, blogs, sites, seminários e nos meios de comunicação de entidades e outras redes onde as ativistas realizam sua a militância, o que implica uma ampliação da rede nos seus espaços de atuação e na relação com outras redes, criando a chamada rede de redes (BUNN, 2012).

10Essa transversalidade na demanda por direitos implica o alargamento da concepção de direitos humanos e a ampliação da base das mobilizações (SCHERER-WARREN, 2006).

face-a-face, dando corpo às Marchas (Marcha Mundial de Mulheres, Marcha das Vadias e Marcha contra a Mídia Machista), às lutas pela democratização da comunicação (FNDC), protestos, atos públicos, pautando o Estado, atuando em conselhos e conferências de políticas públicas, realizando negociações junto aos parlamentos e ao judiciário, organizando denúncias e representações junto ao Conar e promovendo encontros e seminários de debates e capacitação das ativistas, bem como a relação com redes internacionais.

Resumo do levantamento dos conteúdos tratados pela RMM

Período entre 27/11/2012 e 27/11/2013

EIXOS	TEMAS
1. Articulação em Redes de Movimentos	✓ Gestão da RMM ✓ Mobilizações ✓ Movimentos sociais e outras redes do movimento de mulheres ✓ Relações internacionais
2. Gênero/mulheres, Direitos Humanos e diversidades	✓ Diversidades (diferentes setores e populações), orientação sexual ✓ Políticas relacionadas às questões de classe/gênero/sexo, raça/etnia. ✓ Política e Corpo (aborto, estatuto do nascituro) ✓ Violências contra mulheres e meninas ✓ Saúde da mulher e suas diversidades ✓ Aspectos culturais ✓ Aspectos educativos ✓ Pesquisas
3.Estado, Democracia e Políticas Públicas	✓ Democracia e representação política ✓ Ações feministas em municípios e Estados do país ✓ Conferências de políticas públicas em várias áreas ✓ Conselhos de políticas públicas em várias áreas e em diferentes âmbitos ✓ Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) ✓ Políticas públicas afirmativas, compensatórias e estruturais ✓ Lei Maria da Penha ✓ Legislação
4. Mídia e Comunicação	✓ Ciberativismo ✓ Matérias e artigos em televisão, jornais, revistas, sites, blogs ✓ Marco civil da Internet ✓ Programas de Televisão ✓ Publicidade e Propaganda em geral ✓ Anúncios ✓ Telenovelas – discussão sobre abordagem e tratamento à imagem das mulheres ✓ Mídia Alternativa ✓ Democratização da Comunicação ✓ Pesquisas

3.1. Articulação em Redes de Movimentos

Em relação à organização da RMM, o que a pesquisa revela é que o ciberativismo é realizado de forma livre, autônoma, horizontal, não institucional, descentralizada e sem hierarquia, caracterizando o que Bunn (2013) chama de *tribo eletrônica*. Notamos nas trocas de *e-mails* a predominância do que Dizard (2000) considera *mídia eletrônica pessoal*, com o destaque de algumas ativistas que publicam opiniões ou sugerem ações políticas, formulam, convocam para ações coletivas, mas isso ocorre sem a eleição ou indicação de uma coordenação.

O autor (Ibid) enxerga nessa horizontalidade de produção e disseminação de conteúdos uma espetacular formação de redes sociais e tecnológicas em massa, de grande *potencial democrático.* O cenário interativo e descentralizado da internet traz uma nova arena política para os movimentos sociais, envolvendo um conjunto de ativistas "que pensa a internet como ferramenta para outros pontos de vista fora da visão hegemônica", como analisa Bunn (Ibid., p. 43).

Há momentos na lista de discussão em que uma determinada proposta é aceita de forma consensual, em outras

vezes o debate das divergências é intenso e as diferentes posições são explicitadas. Nesses debates percebe-se a busca pelo encaminhamento coletivo e a construção do que Castells (2013) denomina de cultura da autonomia, tanto individual (na forma de expressar a opinião), como coletiva, na identificação do que Scherer-Warren (2012) conceitua como adversários políticos, culturais ou sistêmicos, articulando-se com redes internacionais.

A RMM se caracteriza por ser uma rede de movimentos sociais, pelo fato de conectar pessoas e coletivos, além de articular com outras frentes de atuação, as chamadas redes de redes, além de se caracterizar como uma rede interorganizacional em busca da transversalidade de direitos na luta pela cidadania, como analisa Scherer-Warren (2012). Para sua articulação e organização prioriza o uso do que Antoun e Malini (2013) veem como *guerrilha midiática* ou *ciberativismo*, que Castells (2013) caracteriza como de difusão rápida, capacidade de contágio e de se tornar viral, alcançando grandes públicos nas visualizações/leituras dos conteúdos.

Verificamos a pluralidade da composição da lista de discussão. Na assinatura dos *e-mails* das ativistas uma das características é a transversalidade de ação das atrizes políticas, o que certamente contribui para a pauta multidimensional e de interesses heterogêneos, na linha já apontada por Scherer-Warren (2012). As participantes assinam suas falas respaldadas por uma série de entidades, ONGS, blogs, demonstrando o pluralismo de suas ações e a capacidade de capilarização de ideias, que pode ter marcado a fase inicial de organização da RMM.

Nessa situação percebe-se que elas entrelaçam os temas debatidos na Rede com seus diferentes espaços de atuação política, promovendo ações de impacto sociocultural em todo o país, pelo fato de viverem em diferentes regiões. Essa dimensão de conectar os temas desde uma agenda mundial do movimento feminista, percebendo o diálogo com as necessidades e peculiaridade do local é uma característica de vários movimentos de mulheres desde o século XX, que perdura na atualidade favorecida pela transnacionalização do feminismo e sua atuação em rede mundial, conforme observa Fraser (2007a, 2007b).

Essa heterogeneidade de composição da RMM certamente reflete na multiplicidade temática revelada no quadro acima, evidenciando que a lista de discussão da RMM é um espaço de luta pela democracia e pelos direitos das mulheres, onde se articulam as agendas e as práticas de *advocacy*, como analisa Urbinati (2010) e a busca pelo *reconhecimento, redistribuição e representação*, apontados por Fraser (Ibid.).

A lista de discussão é uma "arena pública" onde são tratados um conjunto de temas, alguns divergentes, alguns recorrentes na agenda do movimento de mulheres desde a primeira e segunda onda do feminismo, segundo Pedro (2011). Albertina de Oliveira Costa considera que "o desafio atual do feminismo são as questões que impulsionaram o surgimento do feminismo no século passado"[11], como a legalização do aborto e a distribuição justa do tempo para o trabalho doméstico, o combate à violência contra a mulher, os direitos das populações LGBTs, creche, educação, saúde, seguridade, autonomia econômica etc. O próprio espaço de articulação política da RMM é caracterizado pelo *antagonismo* e pelo *modelo agonístico de democracia* desenvolvido por Mouffe (2005), que favorece o debate democrático das diferenças.

3.2. Gênero/mulheres, direitos humanos e diversidades

Observamos na base das narrativas das escritas das ativistas sobre este eixo o combate ao fundamentalismo religioso, a resistência ao controle sobre o corpo das mulheres, a defesa dos segmentos que lutam pela livre orientação sexual, a ruptura com a heteronormatividade, um discurso antipatriarcal, o descentramento do masculino como sujeito universal e o combate ao sexismo e à misoginia. Nas suas expressões, as ativistas fazem críticas às propagandas que consideram negativas[12], por promoverem representações e imagens estereotipadas no campo da imagem da mulher e por veicularem na mídia símbolos e fatos que levam cotidianamente ao que Foucault (1987) chama de *disciplina* e *adestramento dos corpos* e reafirmam o que Pateman (1993) chama de *contrato sexual*. Essa fala de uma ativista revela uma das preocupações mencionada acima:

> No próximo encontro da Rede Mulher e Mídia podemos unir forças com representantes de todos os estados, das cinco regiões que compõem a rede, para uma

11 Comunicação Oral de Albertina de Oliveira Costa, Fundação Carlos Chagas, 2013. Fazendo Gênero 10.

12 A RMM valoriza o que considera de raras iniciativas positivas do Estado e do Mercado nos campos da produção e veiculação de conteúdos.

> articulação séria resultando num documento de desagravo em nível nacional, contra a repressão e sobre laicidade, política, religião e liberdade de expressão. Claro que a Rede já deve ter trabalhado inúmeras vezes o tema (...), uma luta constante pela democratização da comunicação.[13]

O tema da violência contra a mulher em suas diferentes formas é preponderante na lista de discussão, pois tem interface com um conjunto de pautas que se relacionam com o tema da imagem da mulher na mídia. Esse fator revela que as ativistas da RMM priorizam o combate à violência e percebem o papel da mídia na construção de estereótipos e na banalização dessa violência. Isso se evidencia nas mobilizações articuladas pela lista de discussão, que contribuem para diminuir o que Femenías (2008) denomina *umbrais de tolerância* e denunciam o que Saffioti (2003) identifica como a *interseccionalidade* entre os fatores de classe, gênero e raça, que contribuem para perdurar as violências. A fala da ativista abaixo ilustra essa argumentação:

> Isso mesmo, "espetacularização da violência"! Só não compreendo, quais medidas são tomadas de verdade verdadeira! Não é o primeiro episódio dessa natureza que muitas TVs brasileiras exibem naturalmente, como gente sangrando até a morte assistidas pelas câmeras... Multas e retiradas de vídeos do ar, não trazem conforto às vítimas, pois já foram sacrificadas e expostas! Estou careca de ouvir o tal termo: Ajustamento de conduta, só que apenas na especulação! Desculpem minha indignação, mas, a luta pelo controle social na mídia, a mídia e os direitos humanos, responsabilidade factual etc, não é muito o fraco das autoridades né? [14]

Nos debates da lista de discussão se expressam várias posições das ativistas acerca deste eixo. É um espaço de defesa da liberdade sobre o corpo e este como uma fonte de prazer o que leva a uma identificação com a teoria de Lipovetski (2000) sobre *a terceira mulher*, onde se organizam marchas de protesto público que colocam a liberdade sobre o próprio corpo como centro da busca por direitos. Nesse sentido grande parte dos *e-mails* trocados é de notícias, denúncias, realização de atividades sobre os temas, protestos, marchas, resistências e articulação de políticas públicas e de leis que contribuam para ampliar os direitos das mulheres sobre o próprio corpo, incluindo nesse campo o direito ao que Fraser (2007a, 2007b) chama de *reconhecimento*, que inclui as mulheres lésbicas e a aliança com outros grupos de lutas pela livre orientação sexual, na busca de superar o que Bourdieu (2010) chama de arbitrárias divisões entre os sexos, provocadas pelo *habitus* e pelo *poder simbólico*. Na maioria das falas das ativistas se expressa um discurso de resistência ao chamado padrão de comportamento das mulheres na vida privada e na vida pública e aos estereótipos sobre o corpo: o belo, do normal, o ideal sexual (WOLF, 1992; FOUCAULT, 1987, 1988). As narrativas identificam a mídia como um espaço onde se criam o que Foucault (1987) identifica como "estratégias de poder sobre a vida" das mulheres, sobre as quais se deslocam "mecanismos de poder para as disciplinas dos corpos e as regulações das populações" (Ibid.).

3.3. Estado, democracia e políticas públicas

A lista de discussão é um espaço de troca de informações, formulações e exercício da alteridade (respeito às diferenças) que dialoga as diferentes demandas a serem negociadas com instâncias do movimento social e de mulheres e espaços do Estado, num processo que Urbinati (2010) chama de *deliberação*. Isso significa que para além do espaço de eleição, a democracia necessita de participação direta e de liberdade, que reconheça os conflitos presentes no processo de *agonismo democrático*, conforme Mouffe (2005)

A RMM busca a institucionalização de suas pautas e se organiza para transformar suas lutas em leis e políticas

---

13 Re: Artigo de opinião: As mulheres, a igreja, os políticos e o estado laico. 15 de Jul. 2013 às 18:3. Disponível em: <redemulheremidia@googlegroups.com>. Acesso em: 20 dez. 2013.

14 Assunto: Re: Emissora cearense retira do ar vídeo de estupro de menina de 9 anos. Enviada em: sexta-feira, 10 de janeiro de 2014 03:11. Disponível em: <redemulheremidia@googlegroups.com>. Acesso em: 08 set. 2014.

efetivas, atuando com prioridade junto ao legislativo e ao executivo, de modo a construir uma legislação que resguarde os direitos individuais e coletivos perante o Estado, estipulando obrigações e responsabilidades. As tensões junto ao Estado podem ser situações de mediação e negociação ou de tensão, como denúncias e protestos.

À medida que as políticas públicas são dialogadas ocorre uma distensão que permite que a formulação de políticas passe a ser feita de forma coletiva. Nessa direção, segundo Rodrigues (2010) "nas sociedades democráticas, os poderes da sociedade civil estão sempre a 'animar' os poderes do Estado, e estes a referenciar-se aos poderes da sociedade civil".

Diferente da institucionalização junto ao Estado de suas reivindicações, A RMM decidiu politicamente, desde sua a criação e planejamento pela não institucionalidade da sua organização, de modo a manter uma relação horizontal entre as ativistas.

Na movimentação das ativistas percebem-se ações voltadas para a participação e representação efetivas em espaços de formulação, monitoramento e fiscalização de políticas públicas, tanto no âmbito federal, como estadual e local. A forma de participação se dá em conselhos, reuniões, seminários, fóruns, conferências, articulações para nomes que representem a RMM em conselhos nacionais (EBC, CNDM), incentivo à participação de mulheres na política (candidaturas femininas nos processos eleitorais). A fala a seguir reflete a visão de uma ativista sobre o Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP), que revela a interface das pautas:

> Tivemos uma plenária, em SP, ainda em abril, para discutir a redação do PLIP (...). Entre outros destaques que foram discutidos, fiz um encaminhamento criticando o espaço que se abria para as religiões, apontando as nossas contradições (projeto do nascituro, proposta de CPI contra entidades feministas, "cura" gay, declarações racistas do Feliciano). A esta lista agora se acrescenta a interferência deles na área da saúde (tendo como consequência a polêmica referente à campanha focando as prostitutas e a exoneração do Greco, seguida das duas demissões em solidariedade), além da interferência na área de educação, quando terminaram tirando de circulação cartilha(s) relacionadas à educação sexual nas escolas. E, hoje somos novamente levadas a batalhar pela reafirmação do Estado laico[15].

A RMM articula com outros movimentos a criação de mecanismos reguladores (como a proposta de lei da mídia democrática) e a implementação das leis aprovadas, em especial a Lei Maria da Penha, que é tema recorrente nos diálogos, tanto nas denúncias, como monitoramento de julgamentos bem sucedidos no judiciário e a garantia de sua efetiva implantação. A RMM cobra do Estado a implementação do PNPM no que diz respeito às interfaces com a questão da imagem das mulheres e os direitos humanos, com políticas públicas afirmativas, compensatórias e estruturais.

3.4. Mídia e Comunicação

Estudos da RMM e do Instituto Patrícia Galvão indicam que a inserção de ativistas nos debates sobre as políticas públicas de comunicação no Brasil é relevante, pois organiza-se com as redes interorganizacionais e as redes de redes. Segundo Scherer-Warren (2012), essas relacionam-se entre si e buscam o empoderamento da sociedade civil para o enfrentamento de lutas comuns, além de levar as especificidades do debate sobre a imagem da mulher e questionar a autorregulamentação da publicidade, visivelmente vinculada aos interesses da indústria cultural.

No caso dos objetivos da RMM, a lista de discussão é uma arena que prioriza o debate sobre "imagem da mulher na mídia" e a produção e distribuição de conteúdos midiáticos, de modo a romper com o que Bourdieu (2010) chama de *poder hipnótico*, e a forma como as mulheres são representadas nas diferentes plataformas de mídia: telejornais, telenovelas, noticiários, documentários, filmes, músicas, propagandas,

---

15 Assunto: PLIP, igrejas e mulheres. Enviada em: 18 de jun. de 2013, 17:15. Disponível em: <redemulheremidia@googlegroups.com>. Acesso em: 08 set. 2014.

revistas, textos, artigos, fotografias, internet etc. Abaixo reproduzimos a reflexão de uma ativista a respeito de uma telenovela:

> Assisto a novela eventualmente - por questões de tempo, de crítica e porque, pessoalmente, não gosto da maneira que a autora "glamuriza" (sic) questões dramáticas como o tráfico de pessoas, a violência contra a mulher e outras. Ocorre que mesmo que nós, da Rede Mulher e Mídia, tenhamos clareza de que se trata de ficção, não foram poucas as vezes que atores e atrizes foram agredidos nas ruas por maldades cometidas pelos personagens representados por eles/elas nas novelas. Sabemos do impacto das mensagens passadas nas entrelinhas e muitas vezes de forma explícita nos folhetins. A linha que separa novela da realidade no Brasil é muito tênue. Ficamos numa posição muito delicada, pois não nos cabe censurar a criação, muito menos acreditar que por se tratar de ficção, não trará impactos na vida real de milhões de espectadores. Entendo que cabe a nós, sim, debater em nossos programas, escrever nos nossos jornais, blogs ou nas redes sociais para além da Rede Mulher e Mídia. Destacar que existem homens e mulheres com e sem caráter. Que, ao defender os direitos das mulheres, não estaremos advogando em favor de atitudes de umas ou outras que desconsideram, por exemplo, o direito de TODAS a uma vida sem violência.[16]

Como verificamos no levantamento dos debates da lista, a RMM entende que predomina nessa representação das mulheres os estereótipos que impactam na vida cotidiana, o que a leva a uma articulação para atuar na mudança da estrutura do sistema de comunicação, aliando-se às lutas do FNDC, apoiando iniciativas de mudanças pontuais na legislação, além de questões específicas sobre publicidade e propaganda, denunciando junto Conar, ao Procon e ao judiciário. A fala da ativista retrata aspectos do debate da RMM sobre a Lei do Marco Civil da Internet, aprovado em 2014 com a pressão dos movimentos sociais pela democratização da mídia:

> Em relação à criação de novas regulações para a internet, acho que devemos ter muito cuidado, porque a porta para o cerceamento à liberdade de expressão nas redes sempre se abre com isso. Vimos de perto esse processo se manifestar na tramitação do Marco Civil. Enquanto defendíamos o artigo 19, para evitar que conteúdos fossem unilateralmente retirados do ar por provedores, havia setores defendendo um cerceamento mais intenso e imediato de manifestações de opinião nas redes. (...) temos que nos utilizar do que já existe e reafirmar o que foi dito e redito por inúmeros atores (governos, sociedade civil, a própria Dilma, o Frank la Rue etc.) no Net Mundial: os direitos dos cidadãos garantidos *offline* devem ser os mesmos garantidos *online*. Ou seja, racismo é crime no mundo real e virtual; violência contra a mulher, idem.[17]

A lista de discussão se caracteriza, assim, como um espaço de circulação de informação e contrainformação de produções da mídia alternativa, de crítica à mídia tradicional e denúncias às representações estereotipadas, bem como a ausência de mecanismos de regulação. Coerente com o documento da Unesco (2014), essa percepção constata que na digitalização mais pessoas participam da produção e dos fluxos de notícias, dando visibilidade à pequena mídia e contribuindo para o pluralismo midiático.

As ativistas da RMM contribuem com suas denúncias para a percepção da necessidade de criar (Ibid.) um

---

16 Assunto: Aplicação da lei. Enviada em: 18 de abr. de 2013, 07:46. Disponível em: <redemulheremidia@googlegroups.com>. Acesso em: 08 set. 2014.

17 Assunto: Nós e o Marco Civil. Enviada em: 01 de maio de 2014, 16:03. Disponível em: <redemulheremidia@googlegroups.com>. Acesso em: 08 set. 2014.

cenário pluralista da mídia, especialmente no que diz respeito à representação das mulheres, assim como produzem conteúdos postados em diversos veículos alternativos (blogs, sites, rádios comunitárias, redes sociais etc) e em espaços, ainda que raros, da mídia tradicional. Parte da agenda local trafega na mídia alternativa mundial, articulando transnacionalmente (Fraser 2010) a pauta do movimento de mulheres e feminista. A lista de discussão é um espaço de protagonismo que dá voz e liberdade de expressão às atrizes políticas (UNESCO, 2014).

4. Considerações finais: a potência das redes, a RMM e a luta pela cidadania da imagem

A pesquisa revela que o ciberespaço tornou-se palco para o antagonismo, onde convive lado a lado a produção de novos discursos que apontam para a transformação social, que se confronta com o ideário conservador, que continua seu trabalho de adestramento (FOUCAULT, 1987) e manutenção dos processos hegemônicos e os conteúdos da política e da cultura patriarcal e misógina. A internet e seu ambiente colaborativo é uma plataforma que permite a emergência do contraditório, do qual a Unesco (2014) aponta como pluralismo com diferentes visões e opiniões, como um lugar de potência e de possibilidades, por onde circulam novos conteúdos, protagonizados pelas *tribos eletrônicas* (BUNN, 2013), que são forças sociais que atuam e provocam choques de interesses, e que proporcionam a visibilidade às lutas das mulheres.

Observa-se na pesquisa a busca de uma capacitação das mulheres da RMM para atuarem nas políticas públicas e incidirem no cotidiano. Tanto no que se refere às práticas de enfrentamento como de negociação, dependendo do contexto e da estratégia e tática necessárias. Percebe-se o protagonismo da Rede, com ativistas ocupando postos de poder, com o entendimento da importância da presença na institucionalidade, ocupando conselhos, o que resulta em reivindicações incorporadas em documentos, leis, planos e prestações de contas.

Essa capacidade de articulação, sobretudo com outros campos dos movimentos sociais e redes, na busca transversalidade, rompem o isolamento e potencializam suas pautas. Nesse espaço a RMM se organiza e amplia a articulação com outras redes para enfrentar a mídia conservadora e seu poder disciplinar, que reforça padrões para modelar os corpos, auxiliando na produção do que Foucault (1987) chama de corpos dóceis, adestrados, a partir de uma vigilância constante que perpassa o conjunto da sociedade e busca incessantemente a *normalização* das mulheres.

A RMM combate as normas da cultura e as leis disciplinares que não condizem mais com a realidade das mulheres e busca a criação de novas leis, que reflitam as mudanças culturais e garantam a diversidade e a emergências de outras normalidades, que supere o mau gosto, a piada denotativa e o humor grotesco. Uma nova narrativa se constitui, gerando outros conhecimentos que ainda precisam ser aprofundados e pelo fato de estarem se fazendo em tempo real, ainda não conclusivos, permitindo novos protagonismos, a ampliação e a amplificação de vozes.

As novas tecnologias potencializam a voz de grupos sociais até então marginalizados em termos de expressão pública pela força coercitiva do Estado, legitimada pela mídia, que no Brasil é monopolizada por grupos de interesses privados. Os movimentos feministas e de mulheres, assim como outros movimentos sociais, careciam até então de um lugar de mediação para colocar em debate público sua agenda, de modo a criar uma correlação de forças que favorecesse o espaço de negociação. A internet passa a ser essa "Ágora", que permite o empoderamento para a organização e luta por direitos, articulando as demandas locais com as lutas globais das mulheres.

Ainda que o levantamento da lista de discussão revela uma aparente fragmentação da pauta de reivindicações da RMM, a "imagem da mulher na mídia" é o tema articulador para onde convergem as demandas de vários segmentos dos movimentos feministas e de mulheres, dentro das suas tradições de luta específica, mas que veem na mídia a manutenção de padrões culturais que impedem o avanço de seus direitos.

A RMM propõe um novo padrão de produção e distribuição de conteúdos, capazes de promover novos valores éticos e estéticos que contribuam para a superação dos estereótipos e com a mudança cultural necessária para transformar a realidade de mulheres em todos os âmbitos da vida, seja no espaço público ou no espaço privado,

especialmente para quebrar o papel da mídia na manutenção de estruturas institucionais e simbólicas e na ruptura das correntes pelas quais circulam as violências, como analisa Femenías (2008).

Nesse sentido, identificamos que a RMM atua para desvelar o *habitus*, dar visibilidade aos *umbrais* e reduzir os níveis de tolerância e banalização da violência. Segatto (2003) analisa que os meios de comunicação e seu trabalho de investigação e formulação são indispensáveis para ajudar a compreender as causas da violência, pois a linguagem é estruturante do pensamento e da ideologia, e a mídia um espaço de veiculação de múltiplas linguagens (simbólicas, escritas e faladas) pode tanto fortalecer o senso comum, valores, estereótipos, crenças e discursos, como transformá-los. Esses elementos são muito bem disseminados no Brasil pelas mensagens publicitárias e outras mídias, onde uma das matérias primas são as imagens que favorecem o exercício da violência simbólica sobre a mulher, fortalecendo as estruturas elementares da violência, o controle da consciência e a governamentalidade.

Assim, a mídia se confira como uma instituição da heteronormatividade, é discriminatória, cria modelos e normas, contribuindo para a manutenção dos papéis sociais:

> o movimento feminista brasileiro é enfático ao defender como a mídia reproduz o discurso e a ideologia dominante, uma vez que é constituída por uma elite empresarial e política detentora dos meios de produção. As ativistas desse campo apresentam seus opositores na disputa. Denunciam que o poder tem gênero, raça, classe e orientação sexual: é exercido por homens, brancos, ricos e heterossexuais (VELOSO E REBOUÇAS, 2011).

Outro aspecto é que por um lado perdura um conjunto de estereótipos e formatos, considerados pela RMM como atrasados e conservadores, por outro, alguns casos de iniciativas na área da publicidade, cinema, músicas, pesquisas, estudos e produções que vem sendo difundidos em termos de ampliar e promover a imagem da mulher de forma positiva na mídia, mas que será objeto de aprofundamento em estudos que pretendemos realizar posteriormente.

Na pesquisa verificamos um aspecto positivo na produção de conteúdos, um deslocamento da forma de abordagem, um conjunto de propagandas inovadoras e diferenciadas, com representações das diversidades de classe, raça/etnia, sexo/orientação sexual, verificada em produções de propagandas, sobretudo nas governamentais, que nos apontam para mudanças de paradigmas que podem contribuir para o aumento da autoestima, ainda que sejam raras exceções. Também há um aumento da produção de vídeos e documentários no Brasil e no exterior falando sobre a necessidade de transformar a representação positivamente das mulheres na mídia. Entretanto não houve avanço nos espaços de distribuição da grande mídia, ainda monopolizado pelos concessionários que definem a programação de acordo com seus critérios.

O governo federal tem realizado campanhas educativas dos seus ministérios e de marketing das empresas estatais[18] que denotam uma mudança de orientação, que inclui nas representações o cuidado com as questões de gênero, geração, raça, etnia, classe social, na busca de promover a multiplicidade do povo brasileiro e a promoção de uma nova estética. Esse cuidado fica evidente no projeto Aquarela, desenvolvido pelo Ministério do Turismo. Esse direcionamento está presente nas demandas dos movimentos de mulheres e está incorporado nos textos dos PNPMs e leva a acreditar que o programa resulta da construção de políticas públicas entre o Estado e as redes de movimentos sociais nas arenas de debate, como as conferências de políticas para as mulheres.

Entretanto, no mercado são raras as exceções, prevalecendo a manutenção de pactos e poderes instituídos que se utilizam de metanarrativas onde a imensa maioria recorre à imagem da mulher para tudo. Observamos na pesquisa que a RMM vem debatendo a necessidade de mudar o padrão estético e discursivo utilizado em especial nas propagandas, incluindo os cuidados da casa, nas peças de lingeries, enfim a vida reprodutiva, onde as mulheres são as protagonistas e consumidoras dos produtos de limpeza, utensílios domésticos, cuidado para com as crianças, produtos alimentícios, reproduzindo o ideário de mulheres cuidadoras da cama, mesa e banho.

---

18 As empresas estatais Petrobrás, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

As ativistas da RMM percebem o papel do Mercado de se utilizar de tecnologias de poder, dedicado a alimentar o capitalismo e suas fundações: o patriarcado, o preconceito, a heteronormatividade compulsória, um clima de favorecimento à violência, objetificação (pedaços cortados, desmembrados), a mulher coisificada, seu corpo disciplinado para normalização e o comportamento dentro da norma. Grande parte emoldurada pela indústria do *photoshop.* Quando o público alvo é o masculino, mulheres são utilizadas como acessórios complementos de mercadorias (carros, bebidas etc), caracterizando a ideia de mulheres objetos, coisificadas e relacionadas como troféus ao poder do másculo.

A análise revela que a RMM se organiza num contexto de mudanças culturais que vão se consolidando na sociedade com novas narrativas e visões de ativismo *online* e *offline*: saiaço na USP, Toplessaço no Rio de Janeiro, Marchas, reações em tempo real nas redes sociais, *petition on line*[19], políticas públicas direcionadas ao combate à violência e no último período uma ênfase no combate à exploração sexual, em função da copa do mundo. Um hipertexto do cotidiano por onde circula a construção de um contrapoder, a partir de tensões e de discordâncias dos modelos estereotipados de ser mulher, buscando o pluralismo, a diversidade e a construção de uma cidadania da imagem.

BIBLIOGRAFIA

ANTOUN, H. e MALINI, F. **A internet e a rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013a. 278 p.

ARTICULAÇÃO MULHER E MÍDIA. Seminário Nacional: O controle da imagem da mulher na mídia. São Paulo, 12 a 15 mar. 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. Tradução de Maria Helena Kühner.

BUNN, Maria Cristina. **Rede como lugar de Potência:** o CFEMEA e as Práticas Políticas Mediáticas. São Luiz: FAPEMA: 2012.

CASTELLS, Manuel.**Redes de Indignação e Esperança:** movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COSTA, Albertina. **A Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) e a construção das Políticas Públicas para as Mulheres.** Florianópolis: UFSC, 2013. (Comunicação oral).

DIZARD JR, W. **A Nova Mídia**: a comunicação de massa na era da informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FEMENÍAS, Maria Luísa. **Conferência de Abertura do Seminário Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis: UFSC, 2008. (Comunicação oral).

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
_____. Disciplina. In: _____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

LIPOVETSKY , Gilles. **A Terceira Mulher:** permanência e revolução do feminino. Companhia das Letras, 2000.

MOUFE, Chantal. **Por um modelo agonístico de democracia**. *Revista de Sociologia e Política*. n. 25, p. 11-23, 2005.

19 Abaixo-assinados virtuais.

MORENO, Raquel. **A imagem da mulher na mídia** – controle social comparado. São Paulo: Publisher, 2012.

RIFIOTIS, Teophilos...[et al.] (org.). Antropologia do Ciberespaço: questões teórico-metodológicas sobre pesquisa de campo e modelos de sociabilidade. *In* RIFIOTIS, Teophilos. **Antropologia no Ciberespaço**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência estrutural e de gênero: Mulher gosta de apanhar? *In* BRASIL. **Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher** – Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília: SPM, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos**. Curitiba: Editora Appris, 2012.

URBINATI, Nadia. **Representação como advocacy:** um estudo sobre deliberação democrática. *Política & Sociedade*, v. 9, n. 16, 2010.

WOLF, Naomi. **O Mito da Beleza:** como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1992.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

ANTOUN, H. e MALINI, F. **Mobilização Nas Redes Sociais:** a narratividade do #15M e a democracia na cibercultura. XXII Encontro Anual da Compós, Universidade Federal da Bahia, 04 a 07 de junho de 2013. Disponível em: <http://compos.org.br/data/biblioteca_1971.pdf>. Acesso em: 08 set. 2013.

ARTICULAÇÃO MULHER E MÍDIA. **Nasce a Rede Mulher e Mídia**. Boletim nº 5 da Articulação Mulher e Mídia, [S.l], 22 out. 2009. Disponível em: <http://dialogico.blogspot.com.br/2009/10/nasce-rede-mulher-e-midia.html>. Acesso em: 20 fev. 2013.

_____. **Mulher e Mídia**. [S.l.], 2007. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=OnEYypxBdm8>. Acesso em: 30 nov. 2008.

BLOG DA HOPE. **Hope Ensina - Vídeo** 1. [s.l.], 2011. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=nk5H_BdxMz8>. Acesso em: 21 abr. 2014.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html>. Acesso em: 10 jun. 2013.

_____. **Projeto de Lei Nº 7378, de 2014a**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=C0311E43DBBB52C9801B28C4103282DD.proposicoesWeb1?codteor=1245093&filename=PL+7378/2014>. Acesso em: 30 maio 2014.

_____. Secretaria de Política para as Mulheres. [S.l.], [2004?]. Disponível em: <www.spm.gov.br>. Acesso em: 09 jun. 2014.

_____. Secretaria de Política para as Mulheres. **Conar instaura processo ético para investigar campanha "Bündchen - Hope Ensina"**. Brasília, 2011b. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2011/09/30-09-2013-conar-instaura-processo-etico-para-investigar-campanha-201cbundchen-hope-ensina>. Acesso em: 02 maio 2014.

_____. Secretaria de Política para as Mulheres. **I Plano Nacional de Política para as Mulheres**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://spm.gov.br/pnpm/plano-nacional-politicas-mulheres.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2013.

_____. Secretaria de Política para as Mulheres. **II Plano Nacional de Política para as Mulheres**. Brasília, 2008. Disponível em <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/pnpm/comite-de-monitoramento-do-ii-pnpm/II%20PNPM%20-%20versao%20compacta.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2013.

_____. Secretaria de Política para as Mulheres. **Plano Nacional de Política para as Mulheres 2013**

– 2015. Brasília, 2013. Disponível em: <http://spm.gov.br/pnpm/publicacoes/plano-nacional-de-politicas-para-as-mulheres-2013>. Acesso em: 30 jun. 2013.

_____. Secretaria de Política para as Mulheres. **Política para as Mulheres. Plano Mais Brasil. PPA 2012-2015**. Brasília, 2012b. Disponível em: <http://mulheres.gov.br/pnpm/publicacoes/sumario-executivo-siop-mulheres-2012.pdf>. Acesso em: 18 maio 2014.

_____. Secretaria de Política para as Mulheres. **SPM pede suspensão da propaganda da Hope ao CONAR**. Brasília, 2011a. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2011/09/spm-pede-suspensao-da-propaganda-da-hope-ao-conar>. Acesso em: 28 nov. 2011.

CONAR. **"Gisele Bündchen – Hope Ensina"**. [s.l.], 2011. Disponível em: <http://www.conar.org.br/processos/detcaso.php?id=335>. Acesso em: 05 abr. 2014.

FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO. **Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica.** [s.l.], 2012. Disponível em: <http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/arquivos-nocms/plip_versao_final.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2013.

FRASER, Nancy. **A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação**. *New School for Social Research in New York, Jan. 2010.* Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1537:a-justica-social-na-globalizacao-redistribuicao-reconhecimento-e-participacao&catid=209:artigos-e-textos&Itemid=143>. Acesso em: 12 ago. 2013.

_____. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição para o reconhecimento da representação. Rev. Estud. Fem. vol.15 no. 02 Florianópolis maio-ago, 2007a. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 nov. 2013.

_____. Reconhecimento sem ética? Lua Nova, São Paulo, 70: 101-138, 2007b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf>. Acesso em: 10/04/2012.

GIOVANNI DRAFTFCB. **Hope ensina – Bati o Carro**. [s.l.], 2011. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=RekIsfOkZC8>. Acesso em: 21 abr. 2014.

GIOVANNI DRAFTFCB. **HOPE Ensina - Estourei o cartão**. [s.l.], 2011a. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=BLWxYQeh88w>. Acesso em: 21 abr. 2014.

INSTITUTO DATA POPULAR E INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Representações das mulheres nas propagandas na TV. [S.l.], 2013. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/agenda/Representacoes_das_mulheres_nas_propagandas_na_TV.pdf>. Acesso em: 30 set. 2013.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **Nota de Repúdio à publicidade sexista da Prudence**. São Paulo, 30 jul. 2012. Disponível em: https://br.groups.yahoo.com/neo/groups/mulheres-a/conversations/messages/6819. Acesso em 19 jun. 2014.

MARCHA NACIONAL CONTRA A MÍDIA MACHISTA**. Cidades.** [s.l.], 2012. Disponível em: <http://marchanacionalcontramidiamachista.wordpress.com/cidades/>. Acesso em: 20 mar. 2014.

_____. Manifesto da Marcha Nacional contra a mídia machista. [s.l.], 2012. Disponível em: <http://marchanacionalcontramidiamachista.wordpress.com/manifesto/>. Acesso em: 20 abr. 2013.

MÍDIA E MULHER. **Nilceia Freire: Abertura do seminário A Mulher e a Mídia**. Rio de Janeiro, 1º e 2 nov. 2008. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=YDRadUF9EY8>. Acesso em: 20 maio 2012

PEDRO, Joana Maria**. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea.** TOPOI, v. 12, n. 22, jan-jun, 2011, p. 270-283. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numero_atual/topoi22/topoi%2022%20-%20artigo%2015.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2012.

REDE MULHER E MÍDIA. Lista de discussão mantida pelas ativistas da Rede Mulher e Mídia. [S.l.], 2009. Grupo virtual sobre imagem da mulher na mídia. Disponível em: <http://groups.google.com.br/> ou <redemulheremidia@googlegroups.com.br>. Acesso em: 19 jun. 2014.

RODRIGUES, Almira. **Construindo a perspectiva de gênero na legislação e nas políticas públicas.** Reflexões sobre o processo de afirmação da cidadania das mulheres e da igualdade de gênero no âmbito da legislação e das políticas públicas. CFEMEA, 01 de Janeiro de 2010. Disponível em: <ttp://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1559:construindo-a-perspectiva-de-genero-na-legislacao-e-nas-politicas-publicas&catid=212:artigos-e-textos&Itemid=146>. Acesso em: 20 mar. 2012.

SIQUEIRA, Denise da C., RIBEIRO, Vanessa de M. ***Hope ensina* e reforça representações: estratégias da publicidade para o corpo feminino.** Revista de Estudos da Comunicação, Curitiba, v. 14, no. 32., p. 181-188, set./dez. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Vera/Downloads/comunicacao-7422.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2014.

UNESCO. **Tendências mundiais sobre liberdade de expressão e desenvolvimento de mídia**. Brasil, 2014. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002276/227647por.pdf>. Acesso em: 17 maio 2014.

VELOSO, A. e REBOUÇAS Edgard. **As políticas e estratégias do feminismo brasileiro junto aos meios de comunicação no Brasil em tempos de Conferência Nacional de Comunicação** (CONFECOM). REDES.COM - Revista de Estudios para el Desarrollo Social de la Comunicación, nº 6, 2011. Disponível em: <http://revista-redes.com/index.php/revista-redes/issue/view/7/showToc>. Acesso em: 28 jun. 2012.

A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO MERCOSUL

Renata da Silva Gonçalves[1]
Mestranda – PPGCPol/UFPEL
renatagoncalvesadv@hotmail.com

Resumo: O objetivo do trabalho é compreender como se dá a atuação da sociedade civil dentro da Cúpula Social do MERCOSUL considerando: o formato associativo, a escala de atuação e as demandas e interesses que ela apresenta. A Cúpula proporcionou a abertura de novos participantes da sociedade civil no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a inserção de demandas oriundas dessa na agenda do bloco. Demandas, que se relacionam principalmente com questões de trabalho e economia. Isso se dá pela heterogeneidade das associações e porque aquelas que têm seus interesses atendidos estão ligadas ao mercado e/ou interesses privados

Embora a atuação da sociedade civil na Cúpula ainda ocorre no âmbito nacional ou local, o MERCOSUL propicia uma estrutura de oportunidades que estimula a interconexão transnacional dessa sociedade civil. Será utilizada como metodologia a análise qualitativa e mapeamento analítico, a partir da Observação da Cúpula Social do MERCOSUL, in locus, para entender como se dá seu funcionamento e como são realizados os debates dentro dos grupos de trabalho, análise dos documentos oficiais e revisão bibliográfica do conceito de Sociedade Civil após os anos de 1970.

Palavras-Chaves: Participação social, MERCOSUL, Sociedade civil

INTRODUÇÃO

A partir de 2003, foram introduzidas ao processo de integração do MERCOSUL uma série de medidas com ênfase em questões sociais e culturais. Um deles é projeto Somos MERCOSUL que se caracteriza como um conjunto de medidas que englobam atividades e debates que buscam criar canais de diálogo e cooperação entre a Sociedade Civil e representante dos governos. Entre Eles está a Cúpula Social do MERCOSUL objeto desse trabalho. A Cúpula é um mecanismo de diálogo que tem como objetivo, além de ampliar o número de atores da sociedade civil dentro do bloco, sistematizar e propor uma agenda social ao MERCOSUL. Foi criada em 2006 e desde então é realizada a cada seis meses, antecedendo as Cúpulas presidenciais e participam todos os países da União de Nações Sul-Americanas: Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela, exceto as Guianas (MARTINS, 2011).

No Brasil, uma larga agenda de pesquisa sobre a atuação da sociedade civil e sua relação com Estado já existe, contudo ainda há poucos trabalhos que ofereçam ferramentas teóricas capazes de lidar com esse tipo de arranjo além do Estado. Assim o objetivo do trabalho é realizar um mapeamento sobre a atuação da sociedade civil dentro da Cúpula Social do MERCOSUL buscando conhecer quem são os atores que fazem parte do debate, de que forma se associam, qual sua escala de atuação e as demandas e interesses que apresentam. Para isso se realizará, primeiramente, uma breve analise do conceito de Cohen e Arato sobre sociedade civil e, como meio alternativo, o conceito de ecologia das associações de Warren, o qual entende-se mais adequado para a situação da participação no MERCOSUL. Posteriormente, se tecerão algumas considerações sobre a participação social na America latina em no bloco e por fim, a analise das declarações feitas pelas Cúpulas Sociais a fim de identificar seus participantes, sua escala de atuação e a forma como se associam, além da demandas que apresentam.

---

1 Advogada, formada na Universidade Federal de Pelotas e mestranda em Ciência Política também na Universidade Federal de Pelotas

1. A IDEIA HEGEMÔNICA DE SOCIEDADE CIVIL[

Muitas são as definições que o termo sociedade civil carrega, logo ela pode ser vista como "(...) uma esfera não-estatal, anti-estatal, pós-estatal e até supra-estatal" (GOMEZ, 2003, p. 11). Encontramos todas essa diversidade porque todo conceito depende das posições teóricas e do contexto histórico no qual é escrito, além da forma de autoridade política do período em questão. Fora toda a complexidade que o termo já possui, nos últimos anos, em virtude da globalização, alguns autores têm teorizado sobre a existência de sociedade civil internacional ou global.

Certo é que nenhuma das definições de sociedade civil é neutra, como já visto anteriormente, por ser reflexo do momento histórico, ambiente cultural, localização geográfica, status social, personalidade individual e, por fim, de um comprometimento político. Várias classificações acerca da sociedade civil foram feitas ao longo do tempo, segundo Lavalle (1999) existiriam três famílias de argumentação sobre a sociedade civil: a jusnaturalista, a ligada a Hegel, a ligada ao associativismo e desde a recuperação do conceito, no período medieval, ele foi reformulado por quase todos os filósofos políticos ocidentais significativos.

Inicialmente, o conceito de sociedade civil era visto como sinônimo de Estado, logo, até o século XVIII, a preocupação comum dos teóricos – como Hobbes, Locke, Rousseau, Ferguson, Smith e Montesquieu, por exemplo – era identificar as condições necessárias para o homem escapar do Estado de natureza e adentrar a sociedade civil, ou seja, uma forma contratual de governo (RAMOS, 2005). Provavelmente, Thomas Hobbes foi o primeiro filósofo político moderno a se dedicar à questão das origens da sociedade de uma forma sistemática e seu conceito de sociedade civil influenciou a outros pensadores, como Locke e Rousseau. Mesmo chegando a conclusões diferentes, eles concordam que o conceito de sociedade civil deve se basear na figura do indivíduo abstrato e o estado de natureza imaginário, entretanto diferem quanto ao papel da propriedade privada.

Locke é um pensador que incorpora em seu pensamento as mudanças que a sociedade começa a sofrer no século XIX pelo capitalismo agrário, o que reflete na sua concepção de propriedade privada. Tal transformação social estimulou a identificação da sociedade civil como categoria analítica e prática da economia nas décadas seguintes, como farão Adam Ferguson, Adam Smith e Karl Marx (RAMOS, 2005).

Outro autor de grande relevância para a teoria da sociedade civil é Hegel. Para ele a sociedade civil seria "constituída por associações, comunidades e corporações que teriam um papel normativo e sociológico fundamental na relação entre os indivíduos e o Estado" (RAMOS, 2005, p. 79), logo um espaço de interação social entre os indivíduos condicionados por três elementos e entre eles estava à economia ou, como ele chama, o "sistema de necessidades". Em sua teoria da sociedade civil Hegel inova ao reconhecer a importância das associações, por desempenharem o papel mediador entre o Estado e a família, e por romper com as concepções jusnaturalistas. Para ele a sociedade civil seria a sociedade pré-política (BOBBIO, 1987). Embora não tenha feito uso do termo sociedade civil, Tocqueville contribui para o tema ao observar a democracia norte-americana. Ele argumenta que dentro dos vários meios democráticos que garantiam as liberdades individuais na América estava a "vida associacional", assim era necessário um setor voluntário e ativo para fazer frente ao poder estatal e econômico (GROPPO, 2008).

Já para Karl Marx a sociedade civil é uma arena de luta de classes entre burguesia e proletariado. Ela é um espaço que se desvinculou do âmbito familiar e estatal, se associando a esfera de produção, a partir do triunfo das relações capitalistas na Europa, e se desenvolve de forma casuística e não organizada (BOBBIO, 1987). Ainda num contexto marxista, Gramsci, certamente, foi um dos principais teóricos na renovação do pensamento sobre a sociedade civil. Ele a entende como "o conjunto de organismos designados vulgarmente como 'privados' (...)" (GRAMSCI 2001 apud RAMOS, 2005, p. 93), formada por organizações que se responsabilizam por elaborar e difundir ideologias, como escolas, sindicatos, partidos, igrejas, jornais entre outros. A sociedade civil, para ele, é uma das principais esferas do Estado, num sentido amplo, a outra é a sociedade política, ou seja, o conjunto de mecanismos com os quais a classe dominante detém o monopólio da força e possui o controle das burocracias executivas (BOBBIO, 1987**).**

O próprio autor coloca que essa divisão é conceitual e não prática, mas essa separação se sustenta porque, mesmo servindo para conservar e promover a base econômica, cada esfera possui uma função diferente. Por meio da sociedade civil as classes buscam exercer sua hegemonia através de direção política e consenso, já na

sociedade política as classes exercem dominação através da coerção (RAMOS, 2005). Dessa forma, a grande contribuição de Gramsci é "percepção dos níveis de dominação ao plano cultural/ideológico, igualando-o em importância estratégica ao material/econômico" (BALLESTRIN, 2010, p. 54). Nessa perspectiva, o autor deixou um grande legado quanto ao caráter relacional entre sociedade civil e Estado, porque mesmo sendo conceitos distintos, eles acabam se entrelaçando e exercendo influência mútua.

O conceito cai em desuso e retorna a partir dos anos 70 e 80 do século XX, principalmente pelos acontecimentos no Leste Europeu e na América Latina, houve um revigoramento no debate sobre a sociedade civil, que se baseava na contraposição ao Estado. Assim nas democracias emergentes a ideia de sociedade civil perde o caráter revolucionário e adquire o significado de transformação. A grande variedade de significados que o termo traz possibilitou muitas interpretações regionais: na América do Sul se identificava a oposição ao militarismo, na África subsaariana e na América Central a sociedade civil era sinônimo aos atores da Guerra, no Leste Europeu, significou algo não estatal, nos Estados Unidos ganhou o sentido da virtude pública, enquanto nas democracias européias tornou-se oposição a burocrático, desvitalizado e inflexível (COSTA, 2003).

Apesar de não trabalhar, especificamente, com uma teoria da sociedade civil, o pensamento de Habermas influenciou a composição do conceito de sociedade civil de Cohen e Arato (ARATO & COHEN, 2000. p.151). Os estudos de Habermas se apresentam como uma correção as teorias marxistas que entendiam o trabalho como a força motriz da evolução humana. Tal lógica estreitou a visão das dinâmicas sociais e exclui o "mundo da vida", que através da comunicação seria capaz de transformar, de geração em geração, o mundo interno (social e cultural), assim como o trabalho transformaria, na concepção marxista, o mundo externo .

O pano de fundo das interações sociais, para Habermas, é o mundo da vida, pois ela "contém as interpretações acumuladas das gerações passadas" (RAMOS, 2005, p. 88), logo ela é o significado que determinada sociedade dá a realidade baseada na linguagem e na cultura, que é transmitida e reproduzida através da comunicação (ARATO & COHEN, 2000). Na teoria de Habermas é possível perceber, então, a atuação de diferentes esferas: a sociedade economia, a política e a civil. E a diferenciação entre elas se dá a partir da exclusão do mundo das necessidades (Hegel), ou o sistema, e o mundo da vida:

> Não se inclui a economia regida através do mercado de trabalho, do capital, de bens, constituída em termos do direito privado. O enredo associativo não estatal e não econômico, baseado no voluntarismo, que ancoram as estruturas de comunicação do espaço público na componente do mundo da vida, que (junto com a cultura e personalidade) é a sociedade. A sociedade civil se compõe dessas associações, organizações e movimentos que surgem de forma mais ou menos espontânea que coletam a constelação de problemas que se encontram na sociedade nos âmbitos da vida privada, a fim de condensar e elevar, por assim dizer, o volume da voz para ser transmitido ao espaço da opinião pública-política. O núcleo da sociedade civil constitui um quadro associativo que institucionaliza os discursos que resolvem problemas, sobre questões de interesse geral, no contexto do espaço público mais ou menos organizado.
> (HABERMAS, 1998, p.447) tradução livre.

Cohen e Arato se apropriam da análise dual da sociedade que Habermas faz, onde ele diferencia o sistema e o mundo da vida e a usam de suporte para o seu desenvolvimento teórico a fim de estabelecer uma identidade entre o processo de defesa do mundo da vida e a idéia de movimentos da sociedade civil (ARATO & COHEN, 1999). Assim, com esses dois "mundos", a racionalidade aparece de duas formas: no mundo da vida como uma racionalidade substantiva, interna dos sujeitos, e no sistema como uma racionalidade formal, instrumental que visa a conquista do poder, controle e dominação:

> Sob o mundo da vida, tematizamos numa sociedade estruturas normativas. Analisamos eventos e estados em sua dependência de recursos de integração social (...), enquanto que os componentes não-normativas do sistema são consideradas

> condições limitantes.Sob o aspecto sistêmico, tematizamos em uma sociedade de mecanismos de auto-governo e ampliar o campo de contingência (...). Quando pensamos em um sistema social como mundo da vida, ignoramos o aspecto de auto-governo, se entendermos a sociedade como um sistema, não considerar a validade aspecto, ou seja, o fato de que a realidade é a faticidade de pretensões de validade aceito, muitas vezes contra factualmente. (HABERMAS, 1991, p. 20)

Dessa forma, o mundo da vida e o sistema são duas faces da mesma sociedade, sendo o sistema onde se localiza os mecanismos de auto-governo enquanto no mundo da vida reside os elementos necessários para legitimar o auto-governo e validar as normas vigentes na sociedade. Para Cohen e Arato fica claro que Habermas percebe dois subsistemas que se diferem do mundo da vida, ou seja, o Estado e a economia, o que corresponde à lógica tripartite de Gramsci. (ARATO & COHEN, 1999).

O mundo da vida, para Habermas, "se refiere a la reserva de tradiciones implícitamente conocidas, y de suposiciones de fondo socialmente aceptadas, que están integradas al lenguaje y a la cultura, y que los individuos usan en su vida diaria" (ARATO; COHEN, 1999, p. 86). E essa possui três estruturas fundamentais: a cultura, a sociedade e a personalidade, logo a reprodução dessas duas dimensões do mundo da vida implicam em processos comunicativos onde ocorre transmissão de cultura, integração social e socialização. A cultura corresponde à ação, sendo a comunicação a ferramenta que permite a circulação do conhecimento dos indivíduos, logo "se entende mutuamente a partir de uma tradição cultural" (HABERMAS, 1998, p.48).

> Na medida em que os atores se entendem e concordam com sua situação, compartilham uma tradição cultural. Enquanto eles coordenam a sua ação através de normas intersubjetivamente reconhecidas, atuam como membros de um grupo social solidário. Como indivíduos evoluem em uma tradição cultural e participam da vida em grupo, orientação de valor internalizado, adquirir em competências de ação e desenvolvem identidades individuais e sociais (HABERMAS, 1998, pp.428-429).

Quanto à ação comunicativa, Habermas identifica alguns elementos que devem constituí-la, como: a confiança na boa intenção dos participantes do dialogo, a igualdade de oportunidades entre os interlocutores, o reconhecimento da capacidade que cada sujeito possui de se expressar e compreender o que está sendo exposto. Os princípios que tornam possível a argumentação racional e o consenso correspondem à garantia que cada indivíduo tem de agir e participar do discurso, seja concordando ou problematizando, para que assim possa expressar seus desejos e necessidades (RAMOS, 2005). A sociedade econômica e política não possibilitam as condições de igualdade e confiança necessária para uma situação ideal de fala.

Para Cohen e Arato o mundo da vida habermasiano pode facilmente ser transladado para o conceito de sociedade civil, uma vez que sua noção de mundo da vida possui duas dimensões distintas. Essa diferenciação se dá com o surgimento de instituições especializadas em reproduzir tradições, identidades e solidariedade e nesse ponto que o mundo da vida se caracteriza perfeitamente com o conceito de sociedade civil de Cohen e Arato (ARATO & COHEN, 1999).

Dessa forma, a sociedade civil deve se constituir por uma estrutura jurídica, seja lá qual for, com princípios que baseiem sua organização interna e a garantia jurídica, a fim de preservar direitos que se referem à reprodução cultural, como os de liberdade de expressão, pensamento, imprensa; direitos à integração social, liberdade de reunião e associação; e de socialização, como a proteção a intimidade**.** Direitos esses que:

> surgem como demandas reivindicadas por grupos sociais e indivíduos em espaços públicos de uma sociedade civil emergente. Que são garantidos pela lei positivada, mas não se equivalem, nem derivam dela, no campo dos direitos, a lei assegura e estabiliza o que de maneira autônoma os atores sociais da sociedade conseguiram. (COHEN& ARATO, 1999, p. 89).

O conceito desenvolvido pelos autores, a partir da noção Habermasiana de mundo da vida, supera versões tradicionais de sociedade civil de Hegel, Marx, entre outros, uma vez que ela substitui o consenso normativo baseado na convenção por um consenso reflexivo, fundamentando em processos abertos de comunicação. Sendo possível o surgimento de identidades coletivas racionais e solidarias e não apenas individuais. Além da já mencionada separação com a esfera econômica, a qual não se identifica com a sociedade civil nem a constitui, diferentemente do que pensava Hegel (MENDES, 2007).

Apesar das inovações, os autores ao reformularem o modelo tripartido de Gramsci entendendo essas três esferas de maneira autônoma integram algumas premissas de Tocqueville – o que Habermas também faz - argumentando que seu conceito de sociedade civil, corresponde a "um modelo centrado na sociedade" (COHEN & ARATO,2000, p. 456) e que tem papel fundamental nas lutas por democracia como na manutenção e qualidade da mesma. E convergem os quatro autores quando compreendem que as associações voluntárias e a esfera pública são as instituições centrais da sociedade civil. Cohen e Arato a conceituam como sendo:

> uma esfera de interação social entre a economia e o Estado, composta, sobretudo, da íntima esfera (especialmente a família), a esfera de associações (especialmente associações voluntárias), movimentos sociais e formas de comunicação pública. Sociedade civil moderna é criada através de formas de auto-constituição e auto-mobilização. Ele é institucionalizada e generalizada por meio de leis, em particular os direitos objetivos, que estabilizam a diferenciação social. Enquanto as dimensões de auto-criação e institucionalização pode existir separadamente, a longo prazo é necessário a ação independente como a institucionalização para a reprodução da sociedade (COHEN & ARATO, 2000, p. 8-9).

Dessa forma, a sociedade civil é composta por uma esfera privada, uma pública, associações voluntárias e movimentos sociais, todos autônomos, independentes e emanados das bases sociais. Para alguns autores, tais características demonstram a superação do conceito de Cohen e Arato ao de Gramsci quanto à manipulação e hegemonia da sociedade civil por parte dos intelectuais orgânicos (MENDES, 2007).

Numa perspectiva hegeliana, os autores também vêm a autoridade das comunidades locais e das corporações – guildas ou associações - como proteção, barreiras, que a sociedade civil possui contra a 'intrusão de caprichos subjetivos no poder confiado ao servo civil" (RAMOS, 2005, p. 90). A sociedade civil era vista como o local onde o individuo se socializaria e tomaria consciência dos "fins universais" :

> como Montesquieu antes dele e Tocqueville depois, (Hegel) buscou um nível intermediário de poder entre o indivíduo e o Estado: ele temia a impotência de sujeitos atomizados e procurou um controle da arbitrariedade potencial da burocracia estatal" (COHEN & ARATO, 2000:135).

A sociedade civil, para os autores, representa a participação social autônoma e solidária, que enfrenta as instituições do Estado e do mercado, funcionando como um espaço de associativismo e ação cidadã a fim de defender, proteger e expandir direitos que surjam do mundo da vida (COHEN & ARATO, 1999). Logo há na teoria da sociedade civil de Cohen e Arato um caráter emancipatório, onde o processo de deliberação - dentro da forma de ação comunicativa habermasiana – entre os indivíduos validaria as reivindicações morais. Dessa forma, a sociedade civil seria o mecanismo capaz de refrear o que Habermas chama de "colonização do mundo da vida". E nesse ponto reside a principal diferença entre Habermas e Cohen e Arato:

> Habermas na Teoria da Ação Comunicativa só consegue pensar em táticas defensivas do mundo da vida em relação ao sistema, ao passo que Cohen e Arato tentam constituir a sociedade política e econômica enquanto um instrumento ofensivo da sociedade civil contra a sua própria colonização pelo sistema(AVRITIZER, 1994, p.39).

Com o fato de a política ter perdido seu sentido original, Cohen e Arato vêem a sociedade civil se constituir como uma categoria de premência absoluta para o mundo contemporâneo, pois no mundo da vida a sociedade civil pode ser situar como uma categoria autônoma, que influencia o poder sem buscá-lo, logo se torna o meio mais adequado para que os sujeitos reivindiquem seus interesses e necessidades (ARATO & COHEN, 2000)

2. ALTERNATIVA CONTRA-HEGEMÔNICA

Apesar da difusão e importância do conceito de sociedade civil de Cohen e Arato, uma quantidade considerável de trabalhos surgiram nos últimos anos apontados insuficiências analíticas do conceito. Alguns autores argumentam que o conceito de sociedade civil apresenta contornos analiticos frouxos e características ambíguas quanto a sua contribuição ao aprofundamento da democracia ao ser o conceito transposto para países emergentes. Além do fato de subestimarem o potencial democrático da sociedade civil, sendo esse espaço carregado também de atitudes "incivis", agregado ao fato da incapacidade de adaptação das elites politicas do Leste Europeu e América Latina (COSTA, 1997; COSTA, 2003; WARREN, 2001)

Dessa forma, por entender o conceito de sociedade civil inoperante, Warren (2001) traz a noção de associativismo como uma abordagem alternativa, problematizando pontos que as teorias existentes superestimaram principalmente no que se refere ao potencial democrático dos atores inseridos na noção de sociedade civil. O autor ao relacionar a democracia e as associações inclui associações primárias, como a familiar, por considerá-los essenciais na formação cívica dos indivíduos, além das associações terceárias, que se caracterizam por sua abrangência, impessoalidade e hierarquização como sindicatos e partidos políticos. Dentro desse universo associativista é necessário buscar quais associações realmente são atores que se relacionam ao seu potencial democratizante.

Ainda sobre o conceito de associativismo, Warren identifica três eixos distintos que movem as associações, podem produzir efeitos democráticos e pelos quais é possível identificar os grupos que produzem ou não efeitos democráticos, nacionais ou "cosmopolitas" (2001) são eles: sobre os indivíduos, sobre a esfera pública e a sobre as instituições. A primeira se detém na importância que a ação individual tem a partir da: informação, autonomia individual, habilidade política, critica, virtudes cívicas e inserção social. Enquanto os efeitos sobre a esfera pública são entendidos pelo autor como as possibilidades de deliberação e comunicação pública, e representação de 'comunalidades' e diferenças. E por último, os efeitos sobre as instituições que, segundo o autor, estariam relacionadas à representação, resistência, cooperação e coordenação, legitimação democrática. A fim de avaliar os impactos da atuação associativa em instituições do Executivo, Legislativo, Judiciário e de representação política não parlamentar como Conselhos Gestores.

Para examinar esses efeitos é necessária a análise de outros fatores como: grau de voluntarismo das associações; os valores que as orientam - relações sociais, dinheiro ou poder - e seus objetivos (WARREN, 2001). Dessa forma, o autor a partir desses três critérios, e por combinações, chega à sua tipologia. O grau de voluntarismo das associações busca avaliar as pressões que impedem ou dificultam a saída ou permanência do associado. Na visão tradicional, associações não voluntárias, como por exemplo, a família, pois teriam um comprometimento democrático menor em virtude de seu caráter coercitivo, entretanto Warren discorda desse posicionamento.

Já os recursos e orientações para o meio envolvente são critérios ligados as normas e valores: sociais, do poder de Estado ou do mercado. As associações orientadas por valores sociais tendem a ser socialmente mais homogêneas facilitando assim a cooperação e a ação coletiva, entretanto costuma a lidar mal com os conflitos internos. As associações de origem religiosa ou étnica são um bom exemplo desse tipo. Democraticamente sua implicação é menor em termos de democracia interna. As associações relacionadas com o poder têm um papel democrático importante, pois desde desenvolvem competências simbólicas, dentro, muitas vezes, do próprio campo político, intensificando as ações coletivas. E por fim, as associações direcionadas ao mercado que, apesar de desenvolverem um alto nível de cooperação e competências profissionais, possuem uma presença pequena na esfera pública, exceto quando seus interesses são afetados.

Quanto aos objetivos é essencial saber se esses objetivos perseguidos são em favor dos membros ou da comunidade a que pertencem os associados. Tal critério é importante para dimensionar a contribuição da associação para o a esfera pública. À medida que as associações buscam objetivos que excedam os interesses estritos dos associados, mais ganhos democráticos são gerados no campo deliberativo, contribuindo para o desenvolvimento de virtudes cívicas. Entretanto, as associações por vezes, possuem mais de um objetivo, logo é necessário analisar a compatibilidade e a prioridade estabelecida entre eles para de para poder ajuizar suas implicações democráticas.

Assim, Mark Warren desenvolveu seu conceito de ecologia das associações onde ele busca identificar uma "teoria das associações no interior da teoria democrática que permite distinguir as diferentes funções democráticas das associações, por meio de combinações mais ou menos efetivas que desenham um quadro plural" (LÜCHMANN, 2011, p.03).

3. A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA AMERICA LATINA E NO MERCOSUL

Apesar da contribuição, o conceito acabou gerando dois problemas: a divisão rígida entre Estado e Sociedade Civil e a desconsideração de grupos sociais que estejam fora dos modelos europeus, exemplo disso é o Brasil, o qual desde sua fundação, Estado, sociedade civil e mercado são extremamente entrelaçados (BALLESTRIN & LOSEKANN, 2013). Aliado ao fato histórico que o país possuiu, até o processo de redemocratização, uma "cidadania regulada" (SANTOS, 1979) que limitou a autonomia da sociedade civil e regulou o acesso aos direitos. Quadro que só foi, de certa forma, rompido com a transição de regime e o advento da Constituição de 1988, que incorporou vários mecanismos de participação.

De modo geral, os países da América Latina possuem uma realidade heterogênea (DAGNINO, 2006), marcada por vários projetos políticos: autoritários, neoliberais a participativos, instituições institucionais fragmentadas e uma sociedade civil que abarca um grande número de atores com diferenças políticas, sócias e culturais.

O processo de "democratização" na América Latina evidenciou os problemas da teoria universal proposta por Cohen Arato, que tem como características principais: a autonomia e a autolimitação e sua dependência, ou seja, só haveria autonomia se houvesse autolimitação e a ideia de que a sociedade civil estaria afastada do mercado e do sistema político, sendo possível apenas influenciá-los, sem ocupar posições efetivas nas outras esferas, tendo em vista a heterogeneidade do Estado e da Sociedade Civil (BALLESTRIN, 2010).

Nessa perspectiva, a sociedade civil latina tem apresentado uma ressignificação para o conceito, por meio de manifestações contestatórias e participativas, como: Conselhos Comunais venezuelanos e os Orçamentos Participativos no Brasil, tendo seus personagens principais ligação com partidos de esquerda que representam uma crítica moderada ao neoliberalismo e à democracia representativa. Portanto entendem a relação entre sociedade civil e Estado em termos de parceria, cooperação, substituição e pressão, onde a iniciativa pode partir tanto de um como do outro (BALLESTRIN, 2010). Vários arranjos de Democracia participativa foram criados dentro dos novos regimes democráticos dando um papel importante para associações cívicas, ONGs e movimentos sociais para que aja fiscalização das autoridades e se possa reformular a relação dos eleitores com seus representados, a fim de "rebalancear a articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa" (AVRITZER, 2004, p. 14).

Desde sua criação, com o Tratado de Assunção (MERCOSUL, 1991), o MERCOSUL tem como objetivo de constituir a "ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração, constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social", entretanto, desde seu início, o bloco tem se focado na criação de um mercado comum deixando aspectos sociais de lado. Isso se deu, principalmente, pelo conjunto de medidas neoliberais adotadas pelos presidentes do Brasil e Argentina, principais países do bloco.

Contudo, no fim nos anos 90, tais medidas originaram uma forte crise econômica nos países do bloco, pondo fim ao período de crescimento econômico, o que teve reflexos econômico-financeiros e políticos, mostrando que uma integração meramente econômica era um vincula muito fraco. Sobre a necessidade de o bloco buscar novas prioridades, afirma Luiz Eduardo Wanderley:

> A formação de blocos, como o MERCOSUL, almejando a integração latino-americana sob a impulsão dos Estados e iniciativas privadas envolvidos, que podem alargar mercados, articular esforços conjuntos no campo cientifico e tecnológico, não serão suficientes senão houver uma reversão de prioridades e mudanças de estratégias no campo social (WANDERLEY, 1997, p. 68).

Assim, foi introduzida no MERCOSUL a partir de 2003, quando chegaram ao poder partidos que por muito tempo foram oposição nos países mercosulinos, como por exemplo o PT no Brasil e a Frente Ampla no Uruguai, uma série de medidas com ênfase a questões sociais e culturais foram introduzidas ao processo de integração do MERCOSUL.

Durante a 28ª Cúpula Presidencial do MERCOSUL, que aconteceu no Paraguai no ano de 2005, Tabaré Vázquez, presidente uruguaio, lançou a iniciativa Somos MERCOSUL que buscava uma "concepção de uma cidadania regional, a fim de obter-se a legitimidade necessária para o bom funcionamento do novo quadro institucional do MERCOSUL" (PARLAMENTO JUVENIL DO MERCOSUL, 2010, p. 1), iniciativa que foi continuada pela Presidência Pro Tempore da Argentina, ou seja, presidência temporária do bloco exercida em 2006 pela Argentina. O Somos MERCOSUL é um conjunto de medidas que engloba atividades e debates que busca criar um novo espaço regional de cooperação e de diálogo entre a Sociedade Civil e os representantes dos governos, caracterizado por uma ampla base de participantes euma agenda de discussões que abarca diversos temas.

A partir do Somos MERCOSUL mecanismos de diálogo que possibilitaram a participação da Sociedade Civil e o acompanhamento das atividades do MERCOSUL pela mesma foram postos ao seu alcance, entre elas está a Cúpula Social do MERCOSUL, mecanismo objeto desse trabalho. Desse modo, percebe-se que os governos procuraram interagir com os movimentos sociais e não encará-los como um ponto negativo. Como bem destaca Nunes:

> A Cúpula Social do MERCOSUL não é uma 'contra-cúpula', mas uma reunião durante a qual se deve construir uma critica construtiva... Uma de suas peculiaridades é que, apesar de contar com a participação do governo, ela não é uma cimeira oficial. Ela sustenta a ideia de criar um espaço de convergência entre governos, sociedades e instituições do MERCOSUL (NUNES, 2010, p. 62).

A cúpula é uma atividade do programa Somos MERCOSUL e dos seus parceiros institucionais: a Comissão Permanente de Representantes do MERCOSUL, Comissão Parlamentar Conjunta e o Foro Consultivo Econômico e Social (FCES). Criada em 2006, com o objetivo de ampliar a participação da sociedade civil nos debates do bloco, promover a perspectiva política e cultural, influir na agenda política regional e aprofundar o programa Somos MERCOSUL (SANTOS, 2007). Elas correm de seis em seis meses e antecedem as cúpulas presidenciais do bloco. Durante a Cúpula são realizados Grupos de Trabalhos (Gts) temáticos, compostos por representantes dos governos, órgãos do MERCOSUL e organizações sociais. Eles têm como objetivo sistematizar e propor uma agenda social ao MERCOSUL.

Como cada edição ocorre em um país diferente, cada um dos membros do bloco possue um órgão ou departamento que se responsabiliza de sua realização. Assim, no Brasil compete à Secretaria Geral da Presidência da República, juntamente com o Departamento do MERCOSUL do Ministério das Relações Exteriores, já no Uruguai, o Centro de Formação da Integração Regional – CEFIR – ligado ao Ministério das Relações Exteriores, é o órgão responsável pelas Cúpulas. Na Argentina, o Conselho Consultivo da Sociedade Civil do Ministério das Relações Exteriores é quem exerce esse papel e no Paraguai, é a própria Presidência da República (MARTINS, 2011).

A Cúpula não se presta ao papel de uma esfera pública regional ou transnacional, mas sim uma estrutura de oportunidades, ou seja, um novo canal, dentro do âmbito do politico, para as reivindicações dos grupos sociais de fora da polity (ALONSO, 2009), o que transforma o MERCOSUL numa estrutura de oportunidades para articulação de associações transnacionais e redes.

O conceito de estrutura de oportunidades foi criado por Charles Tilly dentro da sua teoria sobre os movimentos sociais: a Teoria do Processo Político. Que tinha como objetivo identificar os mecanismos que organizam os macroprocessos políticos no Ocidente, por meio de um método comparativo. Conforme Tarrow (1994 apud CAMMAERTS, 2013, p. 15), são as dimensões do ambiente político, formal ou informal, "que oferecerem incentivos às pessoas para tomar ação coletiva ao afetar suas expectativas de sucesso ou falha", ou seja, quais os aspectos do mundo externo podem afetar o desenvolvimento dos movimentos sociais. De forma simples, segundo Cammaerts (2013), o que eles pretendiam era estudar era o impulso político. Tarrow (1988 apud ALONSO, 2009) argumenta que, quando há mudanças nas Estruturas de Oportunidades se criam novos canais para as reivindicações dos grupos sociais de fora da polity e isso pode acontecer pelo:

> (...) aumento de permeabilidade das instituições políticas e administrativas às reivindicações da sociedade civil, provocadas por crises na coalizão política no poder; por mudanças na interação política entre o Estado e a sociedade, especialmente a redução da repressão a protestos; e pela presença de aliados potenciais (KRIESI, 1995 apud ALONSO, 2009, p.55).

Apesar da relevância do conceito, muitas críticas foram feitas a ele por ser pouco explicativo e muito abrangente (ALONSO, 2009). Contudo ele se encaixa bem dentro da realidade de transnacionalidade que a Cúpula traz para o MERCOSUL.

4. ATORES E DEMANDAS

Esse novo canal tem ampliado o número de participantes - organizações de mulheres, imigrantes, juventude, trabalhadores, pequenos empresários, cooperativas, entre outros (por ser um artigo, a tabela de participantes,em anexo, constará apenas os participantes da Cúpula Social do MERCOSUL de Dezembro de 2006 e 2008).

A partir das entrevistas realizadas com os lideres de alguns movimentos sociais, realizada pela pesquisa da professora Deysi Ventura para a publicação 45 do Projeto do Ministério da Justiça Pensando Direito, e a entrevista informal feita com o Chefe da Assessoria Internacional da Secretaria Geral da Presidência da República Fabio Prado, foi possível identificar alguns aspectos sobre essa tal "sociedade civil".

O MERCOSUL entende sociedade civil de forma muito mais ampla que o conceito criado por Cohen e Arato ou mesmo os autores latino-americanos, não só na sua conceituação, mas principalmente quanto aos critérios de pertencimento. Quanto a convocação, até então não critérios definidos, vindo a participar qualquer um que se entenda como parte da sociedade civil a partir de convocatórias disponibilizadas no site da Secretaria Geral da Presidência da Republica brasileira, dessa forma a delegação brasileira acaba sendo os participantes do Programa Mercosul Social e Participativo (PMSP). A secretaria do MERCOSUL está providenciando a criação de uma Unidade de Participação Social a fim de definir critérios para a participação e que essa seja seguida por todos os países do bloco.

Conforme as entrevistas obtidas no Programa Pensando Direito participam, atualmente, do PMSP 30 organizações haveria mais, mas como elas não compareciam, ou compareciam de forma intercalada, o próprio governo, a fim de diminuir os custos das reuniões, resolveu convocar somente as organizações que tem uma presença constante. Apesar de haver uma constância nas entidades que comparecem as Cúpulas o mesmo não acontecem com os membros, logo não há continuidade nos temas propostos, esse problema é identificado pelos membros da sociedade civil e também pelo governo que tenta solucioná-lo com a criação de um Grupo Focal que se reuniria com mais freqüência e que tentaria organizar uma agenda comum entre todas as organizações e o governo.

Outro ponto que deve ser ressaltado é que não se percebe, até então, associações de escala transnacional e sim de atuação nacional que interagem transnacionalmente nas cúpulas para propor ações sociais no âmbito do MERCOSUL e troca de experiências.

Com o aumento de participantes há, consequentemente, o alargamento dos assuntos que serão tratados, a fim de se formular reinvindicações e colocá-las na agenda do bloco. Como ocorreu com a criação do Instituto Social do MERCOSUL, o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias, Departamentos do MERCOSUL, o Comitê de Municípios, a realização de reuniões especializadas da juventude do Mercosul, entre outros.

Menos institucionais, assuntos como saúde, educação, agricultura familiar e projetos para micro e pequenos empresários também tem sido levado a discussão. Assim, houveram avanços quanto a circulação de produtos de assistência à saúde e desde 2007, grupos de trabalho entre Brasil e Uruguai foram criados nas zonas de fronteira a fim de garantir o acesso à saúde pública as populações dessas áreas.

Dessa forma, cidadãos brasileiros e uruguaios que residam nas cidades brasileiras: Chuí, Santa Vitória do Palmar, Balneário Hermenegildo, Barra do Chuí, Jaguarão, Aceguá, Santana do Livramento e Quaraí e nas cidades uruguaias: Chuy, 18 de Julio, Barra do Chuy, La Coronilla, Río Branco, Aceguá, Rivera, Artigas e BellaUnión terão a possibilidade de, quando necessário, serem atendidos na cidade vizinha evitando deslocamentos até unidades de referências nacionais mais distantes, por exemplo, os pacientes brasileiros que moram em Quaraí que necessitam de procedimentos de hemodiálise podem ser atendidos em Artigas, no Uruguai. Já no setor da educação os temas centrais são: o ensino obrigatório dos idiomas espanhol e português, o reconhecimento dos diplomas universitários, a mobilidade de alunos e professores, o estímulo à pesquisa, o incentivo à leitura, a criação de bibliotecas, o intercâmbio entre cursos de pós-graduação e a capacitação de funcionários públicos para atuação no MERCOSUL, resultados de tais propostas é a obrigatoriedade do ensino da língua esponhala nas escolas brasileiras desde 2010 e a criação, pelo governo brasileiro, em 2009 Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), onde em seu quadro de docentes e discentes a metade são brasileiros e a outra, é composta por nacionais de outros países latinos. A UNILA se localiza em Foz do Iguaçu (PR) e tem como alvo os estudantes das cidades fronteiriças do Brasil, da Argentina e do Paraguai.

Outro avanço na educação foi o desenvolvimento do Mecanismo Experimental de Credenciamento de Cursos de Graduação (MEXA), que pretende implementar critérios de qualidade para os cursos universitários. Já foram credenciados, até 2006, 18 cursos de agronomia, 35 de engenharia e 15 de medicina do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Bolívia. No que se refere a agricultura familiar, registros nacionais da agricultura familiar estão sendo implantados em todos os países do MERCOSUL, instrumento que apenas o Brasil e o Chile possuíam até o surgimento da Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF), contudo até 2010 40% universo da agricultura familiar do MERCOSUL já haviam sido registrados e já se beneficiavam de políticas públicas específicas.

Quanto a percepção dos participantes sobre os assuntos debatidos eles vem na Cúpula um lugar propicio para fomentar: "discussões no campo político, social, cultural, econômico, financeiro e comercial que envolvam aspectos relacionados ao MERCOSUL", entretanto: " como boa parte dos integrantes fazem parte de grupos políticos similares, às vezes não há muito contraditório nas discussões". Já sobre a influência social sobre o processo de elaboração de normas do MERCOSUL os participantes vêem que a pressão popular sempre ajuda no processo: "embora não se tenha visto resultado que esteja diretamente relacionado ao Programa, ele teria até potencial, mas ainda não chegou nesse ponto". Quando questionado sober quais os temas tratados os entrevistados alegam que os temas são em geral: "sócio-políticos como educação, saúde, agricultura familiar, pequenas e médias empresas, mulheres, integração regional, etc.".

A resposta é especialmente interessante, porque o MERCOSUL já produziu centenas de normas sobre os temas mencionados pelo Entrevistado. Para o Chefe da Assessoria Internacional da Secretaria Geral da Presidência da República as discussões na Cúpula acabam sendo de cunho muito mais político, por isso, talvez, a impressão de ineficácia das Cúpulas perante a "sociedade civil". Outro ponto que chama a atenção é que todos os entrevistados tem certeza que os assuntos tratados nas Cúpulas não tem fundo econômico, mas os setores que apresentam propostas mais bem elaboradas são justamente os sindicatos, os profissionais da saúde e da educação.

As atividades propostas pelas Cúpulas Sociais colocaram ao alcance da sociedade civil a possibilidade de não terem suas demandas apenas ouvidas, mas também reconhecidas como legitimas e, até mesmo, incorporadas nos planos do MERCOSUL. Várias demandas sociais já foram incorporadas ao Plano Estratégico de Ação

Social do MERCOSUL (RAZAN, 2011; MARTINS, 2011).
Apesar dos avanços, os espaços, assim como aconteceram nas tentativas de democracia participativa no Brasil, seguem sendo organizado de cima para baixo: do governo para a sociedade civil, além do fato de mesmo tendo aumentado o número de participantes, os atores sociais ficam em um grupo restrito, o que conforme Alemany e Leandro (2006), seria por causa do alto grau de elitização na representação da sociedade civil. Outros três problemas podem ser percebidos: o primeiro é que mesmo que haja a participação do governo ela ainda é pequena, sendo poucos os funcionários que se interessam por ela; o outro é quanto ao seu calendário, reuniões semestrais acabam se tornando muito caras e desgastantes (RAZAN, 2011). Para esse último ponto abordado Alemany e Leandro (2006) sugerem, como solução, que os atores sociais sejam financiados pelo Mercosul e não pelos Estados, a fim de garantir a independência e autonomia desses movimentos, contudo tal proposta foi realizada com a criação da Unidade de Apoio a Participação Social, que além de outras funções, também apoia os atores da sociedade civil a participar das reuniões oficiais do bloco (RAZAN, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades propostas pelas Cúpulas Sociais colocaram ao alcance da sociedade civil a possibilidade de não terem suas demandas apenas ouvidas, mas também reconhecidas como legitimas e, até mesmo, incorporadas nos planos do MERCOSUL. Várias demandas sociais já foram incorporadas ao Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (RAZAN, 2011; MARTINS, 2011).
Até o momento é possível constatar que, apesar da abertura para novas demandas, elas ainda são extremamente relacionadas a questões de trabalho e economia. Isso se dá pela heterogeneidade das associações da sociedade civil e porque as que têm seus interesses ais atendidos estão ligadas ao mercado e/ou interesses privados, como por exemplo: associação de trabalhadores, pequenos e médios empresários, setores da saúde e educação.
Outro ponto que deve ser ressaltado é que o MERCOSUL entende sociedade civil de forma muito mais ampla que o conceito criado por Cohen e Arato ou mesmo os autores latino-americanos, não só na sua conceituação, mas principalmente quanto aos critérios de pertencimento. Englobando de fato organizações da sociedade, desde partidos políticos, sindicatos, associações de empregadores, meios de comunicação até ONG's e Movimentos Sociais. E essa "sociedade civil" que atua no bloco tem sua atuação no âmbito nacional ou local, contudo o MERCOSUL acaba propiciando a criação de uma estrutura de oportunidades, o que estimula uma interconexão transnacional da mesma.

REFERÊNCIAS BIBIOGRÁFICAS

ALEMANY, C; LEANDRO, B. (2006), *Analisys e propuestas para la participación ciudadanaen MERCOSUR*. Montevidéu: Friedrich ElbertStiftung,

ALONSO, A. (2009), As teorias dos movimentos socias: um balanço do debate. *Lua Nova, 76.* pp.49-86, Disponível em www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf [Consultado em 20-05-2014]

ARATO, A. COHEN, J. (1999), La sociedad civil y la teoría social. In: OLVERA, A. (ORG) *La Sociedad civil: de la teoría a la realidad.* México: El colegio de México - Centro de Estudios Sociológicos

_____. (2000 [1992]), *Sociedad Civil y Teoría Política.* México: FCE

AVRITZER, L. (1994), *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Livraria Del Rey Editora

_____. (2004), *A participação em São Paulo.* São Paulo: Editora UNESP
_____. (2010), *Com quantas armas se faz uma sociedade —civil? Controles sobre armas de fogo na governança global, Brasil e Portugal (1995-2010),* Tese de doutoramento, Belo Horizonte: UFMG.

_____. LOSEKANN, (2013) C Uma apertura del concepto de sociedad civil: desajustes y contribuciones teóricas desde el Sur Global.**Colomb.int**, 78, pP. 181-210. Disponível em http://colombiainternacional.uniandes.edu.co/view.php/9143/index.php?id=9143 [Consultado em 19-07-2014]

BOBBIO, N. (1987) *O conceito de sociedade civil.* 2° ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987

CAMMAERTS, B. (2013) Lógicas de protesto e a estrutura de oportunidade de mediação. **Revista Matrizes**, 7 (2) pp. 13-36 Disponível em www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/69404/71970 [Consultado em 21-05-2014]

_____. (2003) Democracia cosmopolita: déficits conceituais e equívocos políticos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18 (53) Disponível em www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n53/18076.pdf [Consultado em 21-05-2013]

DAGNINO,E. (2006), A. *A disputa pela construção democrática na América Latina.* São Paulo: Paz e Terra.

GÓMEZ, J. (2003), Entre potencialidades e limites, temores e esperanças – notas sobre a sociedade civil e a globalização. In: GARCIA, Joana. et al. *Sociedade e políticas: novos debates entre ONGs e universidade*. Rio de Janeiro: Revan,

GROPPO, L. (2008), Tocqueville, o associativismo e alguns apontamentos sobre o terceiro setor. *Rev. Filos*., Aurora, 20 (26), pp. 55-74, Disponível em www2.pucpr.br/reol/index.php/RF?dd1=1992&dd99=view [Consultado em 07-07-2014]

HABERMAS, J. (1998 [1992]), *Facticidad y validez.* Ed. Trotta, Madrid.

_____. (1991 [1975]), *Problemas de legitimación en el capitalismo tardio.* Buenos Aires: Amorrortu.

LAVALLE, A. (1999) A Crítica ao modelo da nova sociedade civil.*Lua nova,* 44, pp. 121-135,.Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-4451999000200007&script=sci_arttext [Consultado em 10-07-2013]

MARTINS, R. (2011), Mercosul social e participativo: a ampliação da esfera publica regional. In: GERALDO, C. (Coord.). *Mercosur 20 anos.* Montevidéu: CEFIR,

MENDES,V. (2007), O despotismo democrático e a redução do homem em Tocqueville, *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 4 (1), pp. 50-80 https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13475 [Consultado em 30-07-2014]

MERCOSUL. (1991), *Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federtiva do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai* – (Tratado de Assunção), Disponível em http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/tratado-de-assuncao-1 [Consultado em 17-03-2013]

NUNES, I. (2010), *A cooperação internacional de política e desenvolvimento do governo alemão em parceria com os países da América Latina. Como exemplo: O desempenho da "Iniciativa Somos Mercosul"***.** Monografia de Curso de Especialização em Relações Internacionais. Brasília: UNB

PARLAMENTO JUVENIL MERCOSUR. (2010), **Documento De Trabalho Para Representantes**, Disponível em http://parlamentojuvenil.educ.ar/wp-content/uploads/2010/03/Documento-de-trabalho-para-representantes.pdf [Consultado em 13-03-2014]

RAMOS, L. (2005), *A Sociedade Civil em tempos de globalização: Uma perspectiva neogramsciana.* Monografia do Curso de Relações Internacionais. Rio de Janeiro: PUC – Rio, Instituto de Relações Internacionais

RANZAN, E. (2011), *O MERCOSUL no século XXI: combatendo assimetrias e ampliando o dialogo.* Monografia de Curso de Relações Internacioans, Porto Alegre: Ufrgs

SANTOS, W. (1979)*Cidadania e Justiça: a Política Social na ordem brasileira.* Rio de Janeiro: Editora Campus.

SANTOS, M. (2007), Democracia y participación de la sociedad civil en los procesos de integración. *ASC* – Alianza Social Continental, Disponível em
http://www.alternative-regionalisms.org/wp-content/uploads/2012/03/2007-11-mercosul.pdf
[Consultado em 30-07-2013]

WANDERLEY, L. (1997) *A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e caribenho.* São Paulo: Ed. da PUC-SP

WARREN, E (2001), *Democracy and Association.* Princeton: Princeton University

ANEXO

Cúpulas Sociais do MERCOSUL que ocorreram em Dezembro de 2006 e 2008. (CEFIR, 2011)

Agricultura Familiar

Asociación de Colonos de Uruguay
Asociación de Mujeres Rurales de Uruguay
Central de Integración de las Organizaciones Campesinas – Bolivia
Conf. Nac. dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – Brasil
Comisión Nacional de Fomento Rural – Argentina
Confederación Campesina e Indígena de Chile
Confederación Campesina de Perú
Conf.de Produtores da Agricultura Familiar do MERCOSUL
Federación Agraria Argentina
Foro de la Agricultura Familiar de Argentina
Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF Brasil
Intergremial de Produtores de Leche – Uruguai
Movimiento Unitario Campesino y Etnias de Chile
Organización Nacional Campesina – Paraguai
União Nac.das Coop. Agricultura Familiar e Economia Solidária – Brasil
Unión Agrícola Nacional – Paraguai

Cidadania e Desenvolvimento

Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida - Brasil
Associação Brasileira de ONGs
Asociación Nacional de ONGs de Uruguai
ConcienciaSinBarreras - argentina
ColectivoRebeldía – peru
FASE Brasil

Foro Social Mundial/Argentina
Fórum Municipal em Defesa da Cidadania – Brasil
Instituto Nacional de Estudos Socioeconômicos – Brasil
Instituto Polis – brasil
Instituto Solidariedade Brasil
Instituto Terceiro Setor – Brasil
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE- Brasil
União dos Escoteiros do Brasil

Cidadania e Formação

Centro de Formação da Integração Regional – CEFIR – Uruguai

Comunicação

Associação Emissoras Públicas, Educativas e Culturais - Brasil
Radio Mundo Real – Brasil
TELESUR – regional
Cooperativas e Economia Solidária
Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – Brasil
Conectas Direitos Humanos regional
El Abrojo Uruguai
Fórum Brasileiro de Economia Solidária

Cultura e Cidadania

Centro de Cultura Luiz Freire Brasil
Comissão Nacional dos Pontos de Cultura Brasil
Fábrica do Futuro Brasil
Fórum Cultural Mundial Brasil
Grupo CRIA Brasil
Pontão de Cultura Teatro do Oprimido Brasil
Ponto de Cultura Cinema de Animação Brasil
Ponto de Cultura Rede Comunitária Brasil
Ponto de Cultura Cachoeira Brasil
Ponto de Cultura Circo Voador Brasil
Ponto de Cultura Vila Buarque Brasil
Ponto de Cultura Acartes Brasil
Ponto de Cultura Memória e Identidade Brasil
Ponto de Cultura Tá na Rua Brasil
Ponto de Cultura Projeto Mocambos (Campinas) Brasil
Movimento Organizado Hip-Hop Brasil
Ponto de Cultura nos Trilhos do Teatro (RJ) Brasil
Projeto Ponto no Xingu (PA) Brasil
Pontão de Cultura do Circuito Universitário Cultura e Arte (RJ) Brasil

Direitos Humanos

CEBRAPAZ – brasil
Movimiento por la Paz y la Solidariedad y Derechos Humanos - Argentina
Observatorio de Políticas Públicas de DDHH del MERCOSUR – Uruguai
RedNo a la Trata de Personas argentina
Red Provincial de Monitoreo de la Ley de Violencia argentina

Direitos Sexuais

Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais

Educação

Ação Educativa- Brasil
Associação de Educadores da América Latina e Caribe regional
Campanha Nacional pelo Direito à Educação – Brasil
Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação - regional
Conselho de Educação de Adultos da América Latina regional
Escola de Gente Comunicação e Inclusão Brasil
Escola de Gente Brasil
Fed. Bolivariana de Asociaciones de Estudiantes Universitarios Venezuela
Fórum Mundial de Educação Brasil
Fe y Alegria- Paraguai
Fórum Universitário do MERCOSUL regional
Fundación SES – Sustentabilidad ,Educación e Solidariedad – argentina
Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil – Brasil
União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação Brasil
Universidad Bolivariana - Venezuela
Universidad Latinoamericana y del Caribe - Venezuela
União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo – Brasil
União Nacional dos Estudantes
Esportes
Foro Latino americano del Deporte, Educación Física y Recreación – Argentina

Gênero

Articulação de Mulheres Brasileira
Articulación Feminista MARCOSUR - Uruguai
CFEMEA - Brasil
Confederação das Mulheres do Brasil
Feministas enAcción argentina
Gênero, Economia e Cidadania Global Brasil
INAMUJER Venezuela
Instituto Eqüit Brasil
União de Mulheres da Argentina
União de Mulheres do Uruguai
União de Mulheres Paraguaias
União Popular de Mulheres Peruanas
União Brasileira de Mulheres

Gênero / Igualdade Racial

Geledés – Instituto da Mulher Negra – Brasil

Igrejas/Comissões Pastorais

Cáritas Brasileira - Brasil
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Brasil
Comissão Brasileira Justiça e Paz – Brasil
Secretaría Ejecutiva del Comité de Iglesias – Paraguai

Igualdade racial

Aliança Estratégica Afro-Latina – regional
Igualdade racial e de gênero
Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras
Idas y vueltas - Red Diáspora – Uruguai
Projeto Axé – Brasil
Red de Organizaciones Afrovenezolanas – Venezuela

Indígena
Associação dos Estudantes Indígenas - Brasil
Red de Entidades Privadas al Servicio de los Pueblos Indígenas – Paraguai

Infância e Adolescência

Derechos de laInfancia y laAdolescencia Paraguai
Fundação Abrinq – Brasil

Integração, Comércio, Desenvolvimento e relações internacionais

Aliança Social Continental – regional
Campanha Global contra a Fome e a Pobreza - Paraguai
ALOP – regional
Associação Latino-Americana de Organizações de Promoção - regional
Attac – mundial
Comité para la Soberanía Alimentaria de A. Latina y el Caribe Chile
Encuentro Latino americano por la Soberanía y la Integración Argentina
Inst. de Desenvolvimento da Cooperação e Relações Internacionais – Brasil
Movimiento Bolivariano para La Unidad Latinoamericana – Venezuela
Programa MERCOSUL Social e Solidário brasil
Rede Brasileira pela Integração dos Povos – REBRIP Brasil
Social Watch/ Instituto Tercer Mundo Uruguai

Juventude

Geo Juvenil para América Latina y el Caribe – argentina
Instituto Nacional de La Juventud - Venezuela
Organização Brasileira de Juventude – Brasil
Rede de Jovens do Nordeste – Brasil
Associação de Juventude pelo Resgate da Cultura e da Cidadania – Brasil

Meio Ambiente

Amigos de la Tierra – Uruguai
Asociación Civil Red Ambiental – argentina
Centro de Estudos Ambientais – Brasil
Fed. Brasileira de ONGs Meio Ambiente e Desenvolvimento – Brasil
Gente, Ambiente y Territorio – Paraguai
GeoJuvenil MERCOSUR – argentina
Grupo de Trabalho Amazônico – Brasil
Instituto Terra Azul – Brasil

Micro, Pequena e Média Empresa

Asociación Latino americana de Instituciones de Garantías - argentina
Asociación Nacional de Micro y Pequeña Empresa - Uruguay
Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania - Brasil
Associação Latino-Americana da Pequena e Média Empresa - regional
Asociación Nacional de ONGs Desarrollo de Uruguay – Uruguai
Fedecámaras – argentina
Fedeindustria – Venezuela

Migrações

Centro de Apoio ao Migrante – CAMI – Brasil

Organização Empresarial

Confederación General Económica de la República Argentina

Pesquisa

Centro de Estudios Del Sur – argentina
Centro Int. Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento Brasil
Centro de Estudos Estratégicos Sul-Americanos Brasil
Centro de Innovación Tecnológica y Cooperación Internacional Brasil

Sindical

Central de losTrabajadores de Argentina
Central General de Trabajadores del Paraguay
Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
Central Obrera Boliviana
Central Unitaria de Trabajadores de Venezuela
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação Brasil
Confederación Campesina e Indígena de Chile
Conf.General de Profesionales de la República Argentina
CUT Auténtica – Paraguai
Confederación de TrabajadoresdelEcuador
Confederación General de Trabajadores del Perú
Confederación General del Trabajo argentina

Confederación Latino americana de Profesionales Universitarios Argentina
Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul regional
Força Sindical brasil
Instituto Observatório Social – brasil
PIT-CNT – Plenario Intersindical/Congreso Nac. Trabajadores – Uruguai
União Geral dos Trabalhadores – Brasil

Redes sociais e Resiliência na luta pelo direito à cidade: o Movimento Ocupe Estelita, Recife, Brasil

Edinéa Alcântara
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), edinealcantara@gmail.com

Fátima Furtado
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), fgfurtado@hotmail.com
Rubenilda Rosinha Barbosa, UFPE, rosinha.barbosa@uol.com.br

Resumo: As redes sociais têm desempenhado importante papel na luta pelo direito à cidade ao fortalecer a participação cidadã, os protestos, o empoderamento da sociedade, diante da crise de democracia representativa. No Brasil, esse movimento é recente e surgiu frente a desastres, crises e ameaças aos direitos e à qualidade de vida urbana. O Movimento Ocupe Estelita, com visibilidade (inter)nacional, luta contra a cidade planejada preponderantemente para atender os interesse do capital, simbolizada pelo Projeto Novo Recife, megaempreendimento imobiliário, no Cais Estelita. O movimento tem mais de dois anos de luta e mostra sinais de resistência e resiliência renovando-se a cada adversidade enfrentada. Vamos identificar as bases teóricas e empíricas dessa resiliência e resistência para servir de reflexão em outras situações. A pesquisa baseou-se em observação participante *online/offline,* entrevistas e grupos focais com os acampados.

Palavras-chave: resiliência, redes sociais, Movimento Ocupe Estelita, direito à cidade

Introdução

As redes sociais têm desempenhado importante papel na luta pelo direito à cidade ao fortalecer a participação cidadã, os protestos, o empoderamento da sociedade, diante da crise de democracia representativa. No Brasil, esse movimento é recente e surgiu frente a crises e ameaças aos direitos e à qualidade de vida urbana.

No Recife, capital de Pernambuco, Nordeste do Brasil, a luta pelo direito à cidade vem sendo protagonizada por um dos movimentos políticos, entre as lutas urbanas travadas na cidade, de maior expressão nos últimos tempos no Brasil – o Movimento Ocupe Estelita. Sua importância reside no fato de simbolizar a luta dos moradores de uma cidade contra grandes empreiteiras que financiam campanhas políticas de candidatos e insistem em definir os grandes empreendimentos da cidade sem a participação das pessoas.

O Movimento, com visibilidade (inter)nacional, luta contra a cidade planejada preponderantemente para atender aos interesses do capital, simbolizada pelo Projeto Novo Recife, um megaempreendimento imobiliário, com 15 torres de cerca de 40 pavimentos, localizado no Cais José Estelita, no coração da cidade – o bairro de São José –, que abriga grande quantidade de imóveis tombados e onde caracterizou-se o início da cidade, com quase 500 anos de existência. Tal empreendimento é emblemático do urbanismo segregador que vem sendo implantado em toda a cidade, esvaziando os espaços públicos e levando nos horários de pico ao colapso da mobilidade urbana, fazendo da Região Metropolitana do Recife, em 2009, a 2ª pior região do país no índice de bem-estar urbano (IBEU)[1] (Ribeiro, 2010).

Movidos pela maximização do lucro, a arquitetura e o urbanismo praticados no Recife têm priorizado o esgotamento do potencial construtivo, levando à proliferação de enclaves fortificados (Caldeira, 2000), torres e condomínios verticais cercados por altos muros. Tal modelo supostamente pretende garantir segurança aos moradores, mas, ao contrário, leva ao esvaziamento das ruas e à sensação de insegurança, que somado à carência de espaços públicos impacta na qualidade de vida urbana. Tudo isso contribui cada vez mais para a morte das cidades, como preconizou Jane Jacobs nos anos sessenta (Jacobs, 1993).

---

1 O Observatório das Metróples desenvolveu o índice de bem estar urbano (IBEU), baseado em três indicadores: i) a qualidade dos serviços públicos; ii) as condições de habitação; e iii) a mobilidade urbana. (Ribeiro, 2010).

Harvey, em entrevista à Carta Capital[2], salienta o descontentamento no mundo em relação à vida nas cidades: "O capital está indo bem, mas as pessoas estão indo mal. E essa diferença é vista de forma mais clara na qualidade da vida urbana." Os recentes movimentos mundiais revelam que mesmo de diferentes formas, há uma insatisfação com a qualidade de vida urbana, construída pelo capitalismo. Segundo o autor, essa crise que as cidades vêm enfrentando está fazendo emergir uma nova forma de fazer política para poder lidar com os problemas urbanos crescentes.

> Somente quando a política se concentrar na produção e reprodução da vida urbana como processo de trabalho essencial que dê origem a impulsos revolucionários será possível concretizar lutas anticapitalistas capazes de transformar radicalmente a vida cotidiana. Somente quando se entender que os que constroem e mantém a vida urbana têm uma exigência fundamental de criar uma cidade mais em conformidade com seus verdadeiros desejos, chegaremos a uma política do urbano que venha fazer sentido. 'A cidade pode estar morta', Lefebvre parece dizer, mas 'longa vida à cidade!' (Harvey, 2014, p. 21).

No Recife, esse contexto de crise da cidade, na mobilidade, na crescente verticalização sem controle e na implementação de projetos de impacto, que agravam mais os problemas de mobilidade e a qualidade de vida, criou as condições favoráveis para as mobilizações das pessoas nas redes sociais na busca por cidades mais sustentáveis que tragam mais qualidade de vida aos seus moradores. A reação a esse modelo, no nível local propiciou a emergência de movimentos sociais, como o Grupo Direitos Urbanos|Recife (DU)[3] e o Movimento#OcupeEstelita (MOE)[4], exemplos emblemáticos da luta contra a cidade planejada preponderantemente para atender os interesses do capital. Entender o surgimento, a capacidade de resiliência e de resistência desses movimentos diante de adversidades e ameaças pode contribuir com a compreensão do próprio movimento em si, em lutas futuras e servir de inspiração para outras localidades.

1. O papel das redes sociais na luta pelo direito à cidade

As redes sociais têm sido um catalisador importante de indignação e esperança (Castells, 2013) na luta pelo direito à cidade (Harvey, 2014), aqui entendendo o direito à cidade como:

> O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é mais um direito coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades, como pretendo argumentar, é um dos nossos direitos humanos mais preciosos, ainda que um dos mais menosprezados. Qual seria, então, a melhor maneira de exercê-lo? (Harvey, 2014: 28)

Essa noção de direito à cidade é importante para entender a mobilização do Grupo Direitos Urbanos e do Movimento#OcupeEstelita. Harvey (2014, p. 30) argumenta que: "Reivindicar o direito à cidade no sentido que

---

2 Disponível em http://www.cartacapital.com.br/sociedade/201co-capital-esta-indo-bem-mas-as-pessoas-estao-indo-mal201d-5940.html, [Consultado em 30-01-2014].

3 Detalhes em: https://direitosurbanos.wordpress.com/, https://www.facebook.com/groups/direitosurbanos/ e https://www.facebook.com/DireitosUrbanos, [Consultado em 14-12-2014].

4 Detalhes em: https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita, [Consultado em 14-12-2014].

aqui proponho equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental." (Harvey, 2014, p. 28)

Em várias cidades ao redor do mundo, as redes sociais *online* têm desempenhado importante papel na luta por direitos e por cidades menos desiguais e mais sustentáveis. Têm sido também instrumento para fortalecer a participação cidadã e, nos protestos, vêm ganhando importância mundial, diante da crise da democracia representativa, pelo potencial de comunicação, (re)organização, mobilização, enfrentamento, aprendizado e adaptação, bem como por ser uma ferramenta poderosa para o controle e empoderamento das pessoas, de comunidades e da sociedade.

No Brasil, esse movimento tem crescido diante das ameaças e crises que têm afetado os direitos, o bem-estar, a vida de moradores ou o interesse público. As jornadas de junho de 2013, a partir de um grito de indignação contra o aumento da passagem de ônibus, difundiram-se pelas redes sociais em várias cidades brasileiras e transformaram-se em um projeto de esperança de vida melhor, em manifestações que ocuparam as ruas em mais de 350 cidades. Esse movimento cresceu a partir da crise de mobilidade das cidades brasileiras, motivado por um modelo de crescimento urbano a partir da especulação imobiliária e da corrupção municipal. (Castells, 2013, p. 178)

Para a compreensão dos movimentos sociais que se desenvolve nessa interface entre o mundo *online* e *offline,* Castells (2009 *apud* Castells, 2013, pp. 10-11) desenvolve uma teoria do poder, abordada no livro *Communication Power.* Essa forma de comunicação de massa, baseada em redes horizontais de comunicação interativa tem difícil controle por parte de empresas e de governos e permite a autonomia do ator social, por meio de uma plataforma tecnológica. Na sociedade em rede, a autonomia na comunicação é construída nas redes de internet e plataformas de comunicação sem fio, oferecendo a possibilidade de deliberar, sem controle, sobre as ações. (Castells, 2013, p. 12, 14)

Um aspecto propulsor importante na motivação dos indivíduos são as aspirações humanas por justiça, que vai embasar a luta por direitos humanos, direitos urbanos, defesa de minorias, luta contra abusos, desigualdades e autoritarismos. (Castells, 2013, p. 16)

No plano individual, Castells (2013, p. 18-19) aponta o aspecto emocional na base dos movimentos sociais, que o faz surgir quando a emoção se transforma em ação. Baseado na teoria da inteligência afetiva, aponta o medo e o entusiasmo como as emoções mais relevantes para a mobilização social. Por meio da superação do medo e da ansiedade surge o entusiasmo e a esperança. A superação da ansiedade resulta em raiva e indignação. Se muitos sofrem com os problemas da cidade, podem transformar essa raiva em ação, por meio da comunicação, a partir do momento que superem o medo.

Essa indignação associada a esperança tem motivado o Grupo Direitos Urbanos|Recife e o Movimento#OcupeEstelita na luta pelo direito à cidade e por cidade mais sustentáveis e inclusivas.

Para Bustamante (2010, p. 15) as redes não se limitam apenas a ser instrumento de controle social ou a aumentar a eficácia da comunicação, as redes digitais são o campo de batalha onde se travam lutas significativas pelos direitos humanos. Esse poder de disseminação da informação é fundamental em situações que necessitam de mobilização e de comunicação na luta por direitos e por qualidade de vida. No entanto, não se pode falar de direito à informação, sem considerar as possibilidades de acesso dessas redes para os cidadãos menos favorecidos. No Brasil, apenas 46,5% da população têm acesso à internet em casa (PNAD, 2011 *apud* IBGE, 2011), ou seja, mais da metade dos brasileiros está excluída do mundo virtual, limitando a democratização da comunicação.

2. Resiliência como chave de leitura para compreensão da resistência do Movimento Ocupe Estelita

O relatório do Painel de Alto Nível do Secretário Geral das Nações Unidas sobre Sustentabilidade Global "Povos Resilientes Planeta Resiliente: Um Futuro Digno de Escolha", trazer o termo no título, evidenciando seu uso, de forma ampliada, associado não apenas às localidades, mas também aos seres humanos e suas coletividades.

O conceito de *resiliência* tem sido bastante discutido nas últimas décadas. Tradicionalmente está associado à capacidade de um sistema em absorver perturbações e se reorganizar quando sujeito a mudanças, sendo capaz de manter o essencial de suas funções, estrutura, identidade e mecanismos (Walker et al., 2004).
As ciências sociais vêm ampliando o uso do conceito para o campo das relações humanas no meio social. Neste sentido, tem sido aplicado para descrever a capacidade adaptativa tanto de indivíduos (BONANNO, 2004; BUTLER et al., 2007), como comunidades (ADGER, 2000; BROWN; KULIG, 1996, 1997; SONN; FISHER, 1998; GODSCHALK, 2003).
Walsh (2003, p. 4 apud LANDAU, 2002) define resiliência "[...] como a capacidade de reagir à adversidade, ficar mais forte e com mais recursos. É um processo ativo de resistência, auto-recuperação, e crescimento em resposta à crise e ao desafio."
A emergência de determinadas condições psicossociais, culturais e ambientais possibilita, em indivíduos, grupos e comunidades, o desenvolvimento de resistências e capacidades de enfrentar as adversidades que se apresentam, saindo mais fortalecidos do embate.
Grotberg (2005, p. 16-17) sintetiza as bases da resiliência individual nas afirmações: "eu tenho" (apoio de pessoas em quem confio); "eu sou" e "eu estou" (associadas ao desenvolvimento da força intrapsíquica, ser amado, amar e respeitar o outro, ter responsabilidade pelos seus atos, ter confiança no futuro); e "eu posso" (adquirir habilidades interpessoais e resolver conflitos, enfrentar os problemas e encontrar apoio nos outros). Um indivíduo que estiver com essas condições tem grande potencial para ter uma conduta resiliente e buscar viver e aprender com as experiências adversas.
A partir de um estudo feito por Kotliarenco (1997) sobre resiliência, Melillo (2005, p. 60-61) faz uma síntese das características do sujeito resiliente:

- habilidade para enfrentar as adversidades, adaptar-se, recuperar-se e ter uma vida produtiva;
- histórico de adaptações exitosas de exposição ao risco ou eventos estressantes, mantendo baixa suscetibilidade a estresses posteriores;
- enfrentamento efetivo de eventos e circunstâncias estressantes;
- capacidade humana universal de enfrentar as adversidades, superá-las ou ser transformado por elas, sendo a resiliência parte do processo evolutivo, que deve ser promovida desde a infância;
- resistência a destruição e capacidade de reproduzir condutas vitais positivas;
- conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilita ter uma vida sadia, mesmo em um meio insano;
- combinação de fatores que permitem enfrentar e superar os problemas;
- produto entre fatores ambientais, temperamento e habilidades cognitivas.

Encontramos tais caraterísticas em vários sujeitos do Grupo Direitos Urbanos e do Movimento#OcupeEstelita.
Melillo (2005, p. 61) destaca "[...] a resiliência se produz em função de processos sociais e intrapsíquicos. Não se nasce resiliente, nem se adquire a resiliência "naturalmente" no desenvolvimento: depende de certas qualidades do processo interativo do sujeito com outros seres humanos, responsável pela construção do sistema psíquico humano."
Líderes com conduta resiliente terminam por propagar tais condutas nas comunidades em que atuam e contribuem com a resiliência dessas comunidades ao estresse cotidiano e a situações extremas, como observado por Alcântara *et al*. (2014), ao analisarem duas comunidades no Recife, que convivem com alagamentos frequentes (Beco do Óleo) e deslizamento de barreiras (UR-12).
Portanto, comunidades resilientes seriam aquelas capazes de desenvolver formas efetivas de lidar com os desafios que se apresentam. Como os indivíduos resilientes, essas comunidades buscam recursos para enfrentar positivamente as adversidades: recursos internos ou externos, materiais ou imateriais.
A resiliência traz consigo a ideia de que há determinadas condições que permitem resistências e capacidades de enfrentar as adversidades que se apresentam. Essa abordagem enfatiza a necessidade de se tomar em consideração o contexto sociocultural e as relações entre as pessoas e com o ambiente em que elas vivem, para que se possa melhor compreendê-la.
Ao analisarem a resiliência comunitária, Brown e Kulig (1996 apud Norris et al., 2008, p. 129) a definem como

"a habilidade de se recuperar ou ajustar-se facilmente de adversidades ou uma vida continuamente estressante". Ganor (2003 apud ibidem) a conceitua como "a habilidade de indivíduos e comunidades de lidarem com um estado de *stress* contínuo e de longa duração".

A resiliência de comunidades é o resultado de um arranjo complexo de condições, atitudes e ações que gera resultados positivos e resulta no enfrentamento das dificuldades pela comunidade.

Ojeda (2005, p. 50) identifica alguns pilares fundamentais da resiliência comunitária:

i. autoestima coletiva – atitudes e sentimento de orgulho pelo lugar em que se vive;
ii. identidade cultural – incorporação de costumes, valores, expressões idiomáticas, danças, canções que se transformam em componentes inerentes ao grupo;
iii. humor social – capacidade de alguns grupos ou coletividades de "encontrar comédia na própria tragédia";
iv. adequada gestão governamental e honestidade coletiva ou estatal – manejo decente e transparente da função pública;

O humor tem sido um grande aliado, especialmente na cultura brasileira, na criatividade e superação da adversidade. Vanistendael (1994 apud Ojeda; Autler, 2006, p. 276) destaca a importância que a piada política desempenha, ela tem ajudado a população a enfrentar as dificuldades das ditaduras. Wuerfelle, DeFrain & Stinnett, 1990 *apud* Walsh, 2005, p. 64) salienta o valor benéfico do humor ao apontar os aspectos incongruentes de alguma situação angustiante, inconsistente, bizarra, tola ou ilógica. Muitos foram os exemplos de brincadeiras do Movimento Ocupe Estelita e Direitos Urbanos.

Figura 1 Sátira com simulações do Projeto Novo Recife em outras cidades do mundo.

Fonte: montagem a partir de http://projetonovorecife.tumblr.com/. [Consultado em 15-12-2014].

A própria Troça Empatando tua Vista, uma sátira irreverente ao processo de verticalização do Recife que surgiu no carnaval de 2014, com pessoas vestidas de torres, teve grande empatia da população.[5] Foi criada por moradores do Recife e militantes do Grupo Direitos Urbanos para expressar indignação e tristeza, com os rumos que o capital imobiliário tem-se reproduzido na cidade. Vestidos de prismas de tecido, simulando arranha-céus com projeto repetitivo, foliões buscam imitar o que vem acontecendo no Recife, onde a altura das torres é cada vez maior nos espaços de visão mais privilegiada. (Alcântara, 2014)

Figura 2 Empatando a vista das Torres Gêmeas. Foto: Ana Lira

Figura 3 Empatando a rua, poço da Panela. Foto: Manu Ubertino

Fonte figura 2 https://www.facebook.com/empatandoatuavista/photos/pb.410103215801160.-2207520000.1418611468./412335228911292/?type=3&theater, [Consultado em 15-12-2014].

Fonte figura 3: https://www.facebook.com/empatandoatuavista/photos/pb.410103215801160.-2207520000.1418611470./410146509130164/?type=3&theater, [Consultado em 15-12-2014].

O elemento do humor na sociedade brasileira, como resposta a adversidades, precisa ser mais estudado, pelo potencial de contribuir na busca de soluções apesar das dificuldades.
Froma Walsh (1998 apud Ravazzola, 2005, p. 81) defende que para haver resiliência é importante ser capaz de:

i. reconhecer problemas e limitações a enfrentar;
ii. comunicá-los franca e claramente;
iii. registrar os recursos pessoais e coletivos existentes;
iv. (re)organizar as estratégias e metodologias, quando necessário; e
v. revisar e avaliar perdas e ganhos.

Para reforçar as qualidades presentes nos sujeitos sociais, ressalta a necessidade das relações serem permeadas pelas práticas de: atitudes que demonstram apoio emocional; diálogos que estabeleçam acordos entre prêmios e castigos; conversações que permitam construir significados compartilhados sobre os acontecimentos prejudiciais, com narrativa que dignifique os protagonistas.

2.1 Metodologia adotada e estudo empírico realizado

As análises e reflexões tomaram por base uma pesquisa exploratória em duas esferas de observação participante: o mundo *online* e o mundo *offline* para investigar o potencial de resiliência social no nível da cidade diante

5 Video da Troça Empatando tua Vista: http://www.youtube.com/watch?v=P2RgkZkw2AE; https://www.facebook.com/empatandoatuavista. [Consultado em 14-12-2014].

de adversidades, ameaças e crises, mais particularmente no *facebook*, do Grupo Direitos Urbanos|Recife e do Movimento#OcupeEstelita.

A base documental no mundo virtual constou na leitura e análise das postagens e comentários, arquivos de texto, fotos, gravações em áudio e vídeo de eventos e audiências públicas, eventos criados, material de publicidade e campanhas postados nas páginas da internet e do *facebook* dos dois grupos estudados, como da participação em grupos de discussão *online* com objetivos de articulação, mobilização e de desenvolver estratégias de comunicação e de ocupes. A participação nos eventos do mundo *offline* contemplou a observação participante: em vários Ocupes; audiências públicas; reuniões do Conselho de Desenvolvimento Urbano; participação na Conferência Municipal das Cidades, como delegada; reuniões de trabalho; visitas regulares durante a ocupação do Cais José Estelita e do Viaduto Capitão Temudo (de duas a três vezes/semana) e presença nas assembleias de deliberação; presença no eventos de final de semana que possuía outro caráter de atrair visitantes para o Estelita e de explicar a luta do movimento; participação em aulões e rodas de diálogos, tanto apresentando os conceitos e princípios de resiliência social e comunitária, como expectadora na apresentação de outros; presença na ação de reintegração de posse no dia 17 de junho de 2014 durante todo o dia.

Para entender a resiliência do grupo de acampados, que sofreram o choque da reintegração de posse ilegal[6], quando estavam no terreno, e posteriormente a perseguições de grupos não fascistas mascarados, quando estavam no Viaduto Capitão Temudo, foram realizadas entrevistas individuais e um grupo focal gravado em vídeo e em áudio com os acampados, a partir do qual foi produzido um vídeo para fortalecer o Movimento e expressar a luta e o aprendizado que os militantes tiveram em todo esse processo.[7] Os depoimentos foram transcritos para compreender as bases que estruturam tanto a resiliência de grupos que vivenciaram choques, ameaças e adversidades, como os acampados, como do potencial deflagrador de resiliência no âmbito mais abrangente da cidade.

3. O Movimento Ocupe Estelita

A movimentação em defesa do Estelita surge em 2012 com o Grupo Direitos Urbanos|Recife (DU), com quase 30.000 membros, e tem seu crescimento a partir da reação ao Projeto Novo Recife, empreendimento empresarial e habitacional, em um terreno de 10ha, cuja base é a crise da cidade e a insatisfação da população com a qualidade de vida. O DU tem potencializado discussões *online* e *offline* de um projeto de cidade que coloca o cidadão no centro da política de planejamento em reação à insustentabilidade do modelo de desenvolvimento urbano implantado e que vem tendo impacto concreto na cidade.

Em oposição a esse projeto ocorreram vários Ocupe#Estelita nos domingos, envolvendo atividades culturais e políticas, iniciativas inspiradas nos movimentos "*Occupy*", como estratégia de luta para protestar contra arbitrariedades e projetos públicos e privados que pouco atendem o interesse público[8].

No entanto, a mobilização contra esse projeto se ampliou e ganhou visibilidade nacional e internacional quando, no dia 21 de maio de 2014, ativistas e militantes acamparam para protestar após a destruição de galpões históricos no Cais José Estelita. O nome Movimento#OcupeEstelita passou a firmar a identidade do Movimento,

---

6 O dia que o Recife foi traído, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=azBBxQwLROg&feature=youtu.be. Acesso em: 17.out.2014; Braço armado das empreiteiras, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-cw67cCuni0. [Consultado em 14-12-2014]; Ação e Reação, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=8gFeKTTCTMc&feature=youtu.be, [Consultado em 14-12-2014];

7 Vida Estelita, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bbvKuKutH9w, [Consultado em 14-12-2014].

8 Essa estratégia de ocupação também foi usada outras vezes: #OcupePrefeitura para pressionar contra o Projeto Novo Recife; #OcupeEspaçoPúblico para protestar contra a privatização de uma praça, lateral às torres gêmeas; #OcupeAgamenon para pressionar contra viadutos que cruzariam a Av. Agamenon Magalhães, importante avenida da cidade que liga Olinda ao Recife; #OcupeMinistérioPúblico para protestar contra o afastamento da promotora que investigava ilegalidades desse e de outros projetos e impacto; #CoqueResiste, com um dia de atividade políticas e culturais no Coque – comunidade de baixa renda com mais de 100 anos de existência, localizada próxima ao Estelita e que vive sob constante ameaça, tendo perdido metade do seu território –, que atraiu milhares de pessoas.

que envolve o Direitos Urbanos e outros grupos e coletivos. No dia 17 de junho, foram expulsos violentamente, pela Polícia Militar de Pernambuco, em uma ação ilegal de reintegração de posse.
Durante o período que estiveram dentro do terreno, ocorreram atividades culturais aos sábados e domingos que atraíram milhares de pessoas, chegando a contar com cerca de 10.000 pessoas em um dos dias[9]. O movimento cresce e ganha aliados, pois apesar de ser uma luta local, reflete uma problemática global – a luta pelo direito à cidade, para participar na definição dos rumos da cidade. Seu fortalecimento se expressou com a adesão de atores, cantores[10], figuras públicas, instituições locais, nacionais[11] e internacionais[12], bem como por captar a atenção da mídia nacional e internacional, principalmente devido à ação truculenta da polícia, com gás lacrimogêneo, spray de pimenta e balas de efeito moral, objeto de várias notas e postagens de repúdio.

Figura 4 Apoio ao movimento na Alemanha

Figura 5 Apoio ao movimento na Itália.

Figura 4 Foto Sabrina Tenório. Fonte: Movimento internacional de apoio à ocupação do Cais Estelita
Figura 5 Eric Gomes. Fonte: https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita/photos /a.320104821469838.1073741828.320033178143669/335349419945378/?type=1&theater.

---

9 O dia que o Otto cantou no Estelita, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XdyucY0gaJI. [Consultado em 14-12-2014].

10 Criolo Ocupa Estelita – Sangue no Cais, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GQ8xl_BGSWQ. [Consultado em 14-12-2014]; Karina Buhr no Ocupe Estelita – Som na Rural, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wUCPNqVs6d4, [Consultado em 14-12-2014]; Lirinha no Ocupe Estelita - Som na Rural (música: Memória), disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mNm6ZLSDXOw. [Consultado em 14-12-2014]; Nesse vídeo Lirinha relembra Canudos em uma alusão ao massacre sofrido no passado e à resistência deles, comparando com o que o massacre que ocorreu no Cais Estelita: Lirinha no Ocupe Estelita - Som na Rural (Matadeira), disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4NS0t7pz9MQ. [Consultado em 14-12-2014]; Arquitetura de Vertigem – China, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=T_DEREQNgnk. [Consultado em 14-12-2014];

11 Caso Estelita: Sabe quem vai ganhar as eleições? Empreiteiras, como sempre. Por Leonardo Sakamoto: http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2014/06/21/caso-estelita-sabe-quem-vai-ganhar-as-eleicoes-empreiteiras-como-sempre/, http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/06/anistia-internacional-condena-desocupacao-do-cais-jose-estelita#.U6DVoCNYVPw.facebook, http://oglobo.globo.com/brasil/reintegracao-de-posse-acaba-em-confusao-em-recife-12895696. [Consultado em 14-12-2014].

12 David Harvey: http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/temos-que-nos-tornar-anti-capitalistas-diz-david-harvey-no-ocupe-estelita-906.html?utm_content=bufferd719d&utm_medium=social&utm_source=twitter.com&utm_campaign=buffer; https://www.youtube.com/watch?v=DxW-lnT8XH; Benjamin Moser: http://oglobo.globo.com/cultura/livros/biografo-de-clarice-lispector-vai-doar-renda-de-novo-livro-para-movimento-ocupe-estelita-14634954; http://www.theguardian.com/world/2014/jun/18/brazil-police-raid-protest-camp-recife; http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/06/140617_ocupa_estelita_acao_policial_rs.shtml; http://www.liberamottola.it/component/content/article/2-non-categorizzato/227-cais-estelita-la-demolizione-dei-diritti.html, https://www.oximity.com/article/Les-occupants-du-mouvement-Ocupe-Estel-1. [Consultado em 14-12-2014].

Na mesma noite de 17 de junho, após o ataque da polícia, os ativistas começaram a montar as barracas embaixo do Viaduto do Capitão Temudo, em frente ao terreno, como demonstração de resistência e de resiliência após o choque. No dia 30 de junho, o movimento ocupou a sede da prefeitura para exigir participar das negociações para refazer o projeto, a partir de um plano urbanístico inexistente no projeto original. Essa ocupação forçou a prefeitura a dialogar novamente com o movimento, voltando este a participar da mesa de negociações. No dia 17 de julho foi realizada uma audiência pública na qual a prefeitura apresentou as diretrizes para ouvir sugestões para o redesenho do projeto. Um mês depois foi mostrado à imprensa, e não à sociedade e instituições que pressionaram tais mudanças, as diretrizes que pouco mudam a concepção original do projeto continuando praticamente com o mesmo gabarito e o mesmo urbanismo segregador.

O Ocupe mais recente, realizado em 16 de novembro de 2014[13], contou com a presença de David Harvey[14], que falou ao movimento: "Eu escrevo sobre o Direito à Cidade, vocês fazem o Direito à Cidade." (Figura 6 e Figura 7)

Figura 6 e 7 Harvey no Ocupe Estelita. Foto: Leonardo Cisneiros.

Fonte Figura 6: https://www.facebook.com/photo.php?fbid=757645614306118&set=o.233491833415070&type=3&theater, [Consultado em 15-12-2014]
Fonte Figura 7: https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita/photos/a.320104821469838.1073741828.320033178143669/419895064824146/?type=1, [Consultado em 15-12-2014].

Em 17 de julho, a prefeitura realizou uma audiência pública com as diretrizes para ouvir sugestões ao redesenho do projeto. Um mês depois foi mostrado à imprensa, e não às instituições que pressionaram tais mudanças, as diretrizes que pouco mudam a concepção original do projeto, permanecendo gabarito semelhante e o urbanismo segregador. (Figura 8)

13 A Batalha pelo Cais José Estelita. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-batalha-pelo-cais-jose-estelita-8652.html?utm_content=buffer95d51&utm_medium=social&utm_source=twitter.com&utm_campaign=buffer, [Consultado em 14-12-2014].

14 David Harvey @ #OcupeEstelita. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DxW-lnT8XHk, [Consultado em 14-12-2014]. David Harvey participa de evento no Ocupe Estelita. Disponível em: http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/11/david-harvey-participa-de-evento-ocupe-estelita/, [Consultado em 14-12-2014].

Figura 8 Simulação da proposta de redesenho da Prefeitura do Recife.

Montagem: Imagem Theo Araújo. Disponível em https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita/photos/a.320104821469838.1073741828.320033178143669/374181602728826/?type=1, [Consultado em 16-09-2013].

Os preceitos de democracia participativa assegurados pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Cidade e pelo Plano Diretor do Recife ainda não são cumpridos ou o são por ordem judicial, pois em 14 de novembro foi marcada uma audiência pública sem o prazo regulamentar previsto, que foi suspensa por liminar judicial movida por militantes.

No dia 27 de novembro houve outra audiência pública, meramente para cumprir uma formalidade protocolar. Todavia, os militantes aproveitaram para expressar toda a sua indignação com o processo participativo de fachada, que não tem por objetivo de fato escutar as sugestões apresentadas. Uma das cobranças foi saber quais sugestões haviam sido incorporadas da audiência anterior. Foram também apontadas pela representante do Ministério Público Federal várias ilegalidades, impeditivas de construções em pátios ferroviários, e portanto, a impossibilidade legal de executar a proposta de redesenho apresentada.

Independente das conquistas futuras, o movimento já pode ser considerado vitorioso, pelo recuo dos gestores públicos e dos empreendedores, cujo projeto encontra-se não iniciado e paralisado, quando o previsto era a inauguração de algumas torres empresariais já em 2014. O movimento defende uma total mudança nos rumos do projeto, tendo lançado no Ocupe de 16 de novembro o vídeo Recife, cidade roubada, que já conta com dezenas de milhares de visualizações.[15]

Muitos foram os resultados alcançados no mundo *off-line* (Alcântara et al., 2013):

- suspender a construção dos viadutos na Av. Agamenon Magalhães;
- paralisar o Projeto Novo Recife, que se encontra *sub judice,* e a destruição parcial de galpões históricos e pressionar a prefeitura para que fizesse audiências públicas, que culminou com o redesenho do projeto, trazendo alguns ganhos, mesmo que pequenos;

15 Recife, cidade roubada. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dJY1XE2S9Pk&feature=youtu.be, [Consultado em 14-12-2014]. Disponível em https://www.facebook.com/video.php?v=844546918900057&set=vb.229151370439618&type=2&theater, https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita/photos/a.326536767493310.1073741829.320033178143669/406689676144685/?type=1&theater. [Consultado em 14-12-2014]

- articular ajustes em projetos específicos com desenho urbano, que priorize o pedestre, o ciclista e espaços públicos mais integrados, a exemplo da Av. Beira Rio;
- manter o Clube Líbano e o edifício Caiçara ainda em pé, edificações que representam a arquitetura de uma época, por meio de ações populares, na busca de preservar a memória urbana do Recife;
- impedir a remoção de 58 famílias do Coque, comunidade de baixa renda com mais de 100 anos de existência;
- defender o direito das famílias expulsas pelas obras da Copa;
- contribuir na formulação de leis que melhoram o funcionamento da cidade, como no bairro da Boa Vista;
- impedir que o dinheiro dos impostos fosse utilizado para os camarotes da Prefeitura e do Governo do Estado no Carnaval de 2014;
- fazer parte do Conselho das Cidades e ser reconhecido pela nova gestão desde 2013 como um interlocutor qualificado, possibilitando uma participação mais ativa na discussão para contribuir na formulação de uma nova visão de cidade;
- deflagrar o Movimento#OcupeEstelita, hoje conhecido (inter)nacionalmente como um dos movimentos políticos de maior expressão nos últimos tempos, entre as lutas urbanas travadas na cidade, por simbolizar a luta dos moradores de uma cidade contra grandes empreiteiras que, por financiarem campanhas políticas de candidatos, insistem em definir os grandes empreendimentos da cidade sem a participação das pessoas.

De maneira mais ampla, a mobilização *online* obteve impactos concretos no mundo *offline* no que se refere a (Alcântara et al., 2013):

- Governança da sociedade civil para mobilizações, petições, ações populares, investigação de ilegalidades, articulações com o ministério público;
- Pleitos e luta por planejamento integrado, cidade mais humana, mais espaço público, preservando a memória urbana e o meio ambiente, melhoria na mobilidade, transparência e controle social;
- Organização *online* para mobilização para eventos *offline* e discussões on-line de problemas urbanos e grandes projetos;
- Luta contra a gentrificação; e principalmente
- Consolidar-se com uma força política formada por militantes, que pode se caracterizar como um "exército de reserva", cuja experiência aglutina a expertise de militantes *seniors*, associados com a disposição para a luta no território de militantes jovens aguerridos, que está preparada para enfrentar outras arbitrariedades no que refere a abusos e violação de direitos, bem como na luta pelo direito à cidade.

Nos debates no Grupo Direitos Urbanos, a discussão sobre possibilidades de se ter uma visão mais sustentável da cidade, pensando a cidade como um todo, abrangeu vários temas de discussão: projetos de impacto; uso e ocupação do solo, particularmente a crescente verticalização; memória urbana; mecanismos de fortalecimento de participação e democracia; controle e denúncias de irregularidades e práticas que contrariam o interesse público; mobilidade, ciclofaixas, condição de ruas e calçadas, carros e infrações pelos motoristas; melhoria da qualidade do transporte público; planejamento de projetos; educação, conscientização, comunicação e mídia; mobilização para eventos *offline* (audiências públicas, ocupes etc). (Alcântara et al., 2013)

A composição dos membros envolve um amplo leque de áreas do conhecimento (arquitetura, planejamento, artes, comunicação e mídia, ciências sociais, cultura, direito, engenharia, filosofia) que junta o saber técnico com preocupações éticas e sociais. Tal *background* se complementa e motiva as pessoas a expressarem seus talentos para qualificar o nível da discussão. Já o grupo de acampados foi formado na sua maioria por jovens estudantes de graduação e pós-graduação, contando também com a participação de moradores de comunidades locais de baixa renda.

Os atributos dos líderes são fundamentais para a motivação e a continuidade e incluem: compromisso com a cidade; obstinação, coragem e determinação para lutar com os poderes público e privado; doação de mais tempo do que a media; habilidades em comunicação *online*; habilidade de articular pessoas em grupos que se multiplicam em questões específicas relacionadas com a melhoria da qualidade de vida urbana; criatividade,

capacidade crítica, inteligência e conhecimento dos problemas da cidade. (Alcântara et al., 2013)
A Figura 9 foi uma postagem realizada após a reintegração de posse por militantes do movimento. Alguns deles já conheciam o conceito de resiliência, outros descobriram quando foram entrevistados individualmente, mas o mais importante é que eles se reconheceram como resilientes. Essa postagem aconteceu antes de uma aula sobre resiliência ministrada por uma das autoras embaixo do viaduto. Participaram da aula cerca de 30 pessoas, e diante dos conceitos, características, dimensões e aspectos apresentados, muitos se identificaram e identificaram o Movimento#OcupeEstelita com tais características.

Figura 9 Infográfico produzido pelos militantes. Fotos: a de cima de Chico

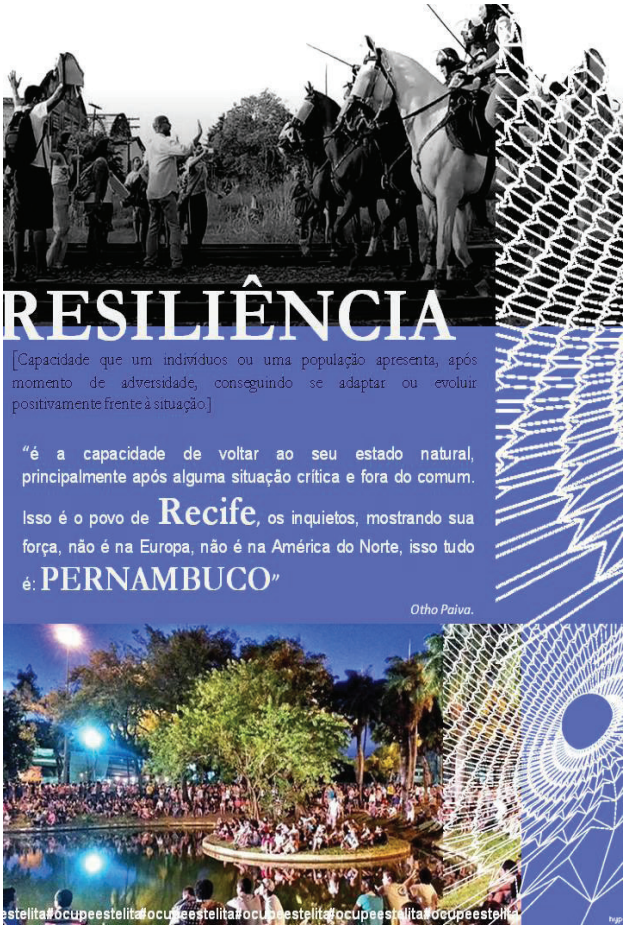

Ludermir e a de baixo Zezão Nóbrega: Fonte: https://fbcdn-sphotos-h-a.akamaihd.net/hphotos-ak-xpf1/v/t34.0-12/10841336_891493397529423_783510672_n.jpg?oh=effbf7d6bb17c028bf17a816e373ed5d&oe=54904B50&__gda__=1418737101_f64d2c8ed1d38ef80692506e41367b09

No Movimento#OcupeEstelita, tanto no âmbito mais ampliado como entre os acampados, foram identificadas características atribuídas aos grupos e à família por Walsh (2005), a exemplo de:

i. perspectiva positiva na superação da adversidade, buscando extrair sentido dela;
ii. enfrentamento da crise como um desafio compreensível e administrável;
iii. avaliação da crise, da angústia e da recuperação;
iv. iniciativa ativa e perseverança;
v. coragem e encorajamento;
vi. manutenção da esperança e visão otimista;
vii. confiança na superação dos obstáculos, foco na força e no potencial;

viii. vislumbre de novas possibilidades de inspiração, pela criatividade e por modelos de papéis e heróis;
ix. transformação com aprendizado e saída da crise com reavaliação, afirmação e alteração de prioridades;
x. compromisso de ajudar os outros;
xi. responsabilidade social;
xii. flexibilidade como um padrão amortecedor de choques;
xiii. respeito por necessidades, diferenças e limites individuais;
xiv. conexão por intermédio do apoio mútuo, da colaboração e do compromisso – recuperação, reorganização e adaptação para se adequar aos desafios ao longo do tempo;
xv. resolução colaborativa de problemas e conflitos; e
xvi. capacidade de mobilizar recursos sociais e econômicos.

No que se refere aos padrões de comunicação que facilitam o funcionamento familiar, Walsh (2005) aponta a clareza das mensagens, evitando a ambiguidade; expressão emocional aberta, com o compartilhamento de uma série ampla de sentimentos (alegria e sofrimento; esperanças e medo), esclarecendo informações ambíguas e buscando a verdade, por meio de interações agradáveis e com humor.

A emergência de vários grupos com objetivos específicos, mas com o objetivo comum de melhorar a qualidade de vida na cidade e a luta por direitos é uma evidência do poder de mobilização e do potencial para *networking* e do desejo da população de falar sobre os problemas da cidade.

Considerações Finais

O Movimento Ocupe#Estelita consolida-se como uma força política, como um "exército de resistência", cuja experiência aglutina a expertise de militantes *seniors*, com a disposição para a luta no território de militantes jovens aguerridos, preparados para enfrentar outras arbitrariedades de abusos e violação de direitos, na luta pelo direito à cidade.

Mesmo que esses movimentos surjam a partir de questões urbanas locais, mostram uma conexão com outras lutas mais ampliadas por participação e democracia, em outras cidades no mundo. As atividades nas redes sociais *online* têm contribuído para uma participação mais efetiva na discussão dos problemas urbanos locais e contribuído para a construção de cidades mais sustentáveis. Essa consolidação da esfera pública parece contribuir para o fortalecimento da governança. Nota-se características de uma agora virtual para debater a cidade, com impacto no mundo real, na luta para construir uma visão mais sustentável da cidade, com foco nas pessoas, nos pedestres e nos ciclistas.

Acima de tudo, as atividades nas redes sociais passam a tomar a atenção dos gestores, que se põem em alerta e muito mais preocupados com a prestação de contas dos seus atos e atividades. A ação de indivíduos e grupos em blogs e outros grupos do *facebook* têm desempenhado importante papel no controle da atuação pública e na democratização da informação, com impactos positivos no controle social e na governança. Esse novo padrão de ativismo oferece uma alternativa à crise na democracia representativa, abrindo-se a novos espaços de participação que podem servir na luta por cidades mais justas, mais inclusivas e mais sustentáveis.

O papel de difusão da informação e de mobilização de pessoas e de grupos para resistirem é uma característica que tem favorecido a resiliência comunitária e social. Os entrevistados revelaram grande aprendizado e crescimento com a experiência do acampamento do Ocupe Estelita na luta por uma cidade mais inclusiva, justa e com mais qualidade de vida.

O Movimento tem mais de dois anos de luta e mostra sinais de resistência e resiliência renovando-se a cada adversidade enfrentada. O ciberativismo mostrou-se uma grande e poderosa forma de comunicação e de mobilização, podendo potencializar a resiliência no nível da cidade.

No entanto, alguns grandes desafios se põem na pauta, pois a correlação de forças após as eleições vai demandar muito mais do movimento, pois o governador eleito, pelo PSB, foi apoiado pelo ex-governador Eduardo Campos, candidato a presidente da república e vítima, junto com assessores, do acidente aéreo em 13 de agos-

to de 2014. A campanha política dessa coligação foi das mais caras do estado. Os compromissos assumidos com as grandes construtoras locais serão oportunamente cobrados, trazendo mais pressão para a aprovação de outros empreendimentos de impacto. O cenário não é dos melhores, pois no nível local apenas dois parlamentares de oposição, e mais à esquerda, foram eleitos deputados estaduais. A pressão do capital vai crescer e vai demandar uma rebeldia muito maior da cidade.

Mesmo após a violenta ação de reintegração de posse, a expulsão do viaduto, o movimento resistiu e mostrou resiliência. A participação na última audiência pública, 27/11/2014, é uma evidência do seu crescimento enquanto movimento, que protagoniza um novo formato de resistência, sem territorialização, mas espalhado em toda a cidade. As adversidades enfrentadas em 2014 fortaleceram o movimento, que pode ser considerado uma força política de expressão significativa de luta no combate ao poder instituído – capital e poder público – quando este buscar prioritariamente atender os interesses privados em detrimento dos interesses públicos.

Referências

ADGER, W. (2000) Social and ecological resilience: Are they related? *Progress in Human Geography*, 24, 347–364.

ALCÂNTARA, E.; BEECH, T.; FURTADO, F.; LANCELLOTTI, A.; CAZUZA, L. (2013) Cyberactivsm in the struggle for more sustainable cities – a resource for urban social resilience? In: *Anais*. Joint AESOP/ACSP (Association of European Schools of Planning) e Congress Dublin 2013 – Planning for Resilient Cities and Regions, Dublin, Irlanda.

ALCÂNTARA, E.; BARBOSA, R. R. FURTADO, F; LANCELLOTTI. (2014) Vulnerabilities and resilience of communities living in circumstances of risk. In: MIRA, R.G.; DUMITRU, A. (org.) *Urban Sustainability: Innovative spaces, vulnerabilities and opportunities*. Xoan Vicente Viqueira Institute for Psychosocial Studies and Research. Deputación da Coruña, IAPS International Association People-Environment Studies, 2014.

ALCÂNTARA, E. (2014). EMPATANDO TUA VISTA: HUMOR E IRREVERÊNCIA PARA CRITICAR A VERTICALIZAÇÃO EXCESSIVA NAS CIDADES. DISPONÍVEL EM https://direitosurbanos.wordpress.com/2014/02/27/empatando-tua-vista-humor-e-irreverencia-para-criticar-a-verticalizacao-excessiva-nas-cidades/, [CONSULTADO EM 14-12-2014].

BONANNO, G. (2004) Loss, trauma, and human resilience: Have we underestimated the human capacity to thrive after extremely aversive events? *American Psychologist*, 59. pp. 20–28.

BROWN, D., & KULIG, (1996/97) J. The concept of resiliency: Theoretical lessons from community research. *Health and Canadian Society*, 4. p. 29–52.

BUSTAMANTE, J. (2010) Communicative power, digital ecosystems and digital citizenship. In: Silveira, S. A., (2010). *Cidadania e redes digitais – Citizenship and digital networks* (org.). 1a ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, Maracá – Educação e Tecnologias, 2010. pp. 11-36. [on line] Disponível em http://www.readbag.com/cidadaniaeredesdigitais-br-files-livro, [Consultado em 09-06-2013].

BUTLER L.; MORLAND L.; LESKIN, G. (2007) Psychological resilience in the face of terrorism. In B. Bongar, L. Brown, L. Beutler, J. Breckenridge, & P. Zimbardo (Eds.), *Psychology of terrorism*. NY: Oxford University Press. pp. 400–417.

CALDEIRA, T. (2000) *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP.

CASTELLS, M. (2013) *Redes de Indignação e Esperança – Movimentos Sociais na Era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar.

GANOR, M., & BEN-LAVY, Y. (2003) Community resilience: Lessons derived from Gilo under fire. *Journal of Jewish Communal Service*, Winter/Spring. p. 105–108.

GODSCHALK, D. (2003) Urban hazard mitigation: Creating resilient cities. *Natural Hazards Review*, 4. 136–143.

GROTBERG, E. (2005) Introdução: novas tendências em resiliência. In: Melillo, A.; Ojeda, E. S. (org). *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. Porto Alegre: Artmed.

HARVEY, D. (2014) *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2011) MUNIC Perfil dos municípios brasileiros, [*online*] Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2260&id_pagina=1, [Consultado em 02-06-2012].

JACOBS, J. (1993) *The Death and Life of Great American Cities*. Nova York: Tne Modern Library Edition.

KOTLIARENCO, M. A. et al. (1997) *Estado de arte em resiliência*. Washington DC, OPS/OMS, Fundacion Kellog, CEANIM.

LANDAU, J.; SAUL, J. (2002) Facilitando a Resiliência da Família e da Comunidade em Resposta a Grandes Desastres. *Pensando Famílias* nº4, ano 4. pp. 56-78.

LEFEBVRE, H. (1973) *El Derecho a la Ciudad*. Prologo de Mario Gaviria. Barcelona: Edicions 62, s/a.

MELILLO, A.; OJEDA, E. S. (org). (2005) *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. Artmed.

MELILLO, A. (2005) Prefácio. In: MELILLO, A.; OJEDA, E. S. (org.). *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. Porto Alegre: Artmed.

NORRIS, F. H.; Stevens, S. P; PFEFFERBAUM, B.; WYCHE, K. F.; PFEFFERBAUM, R. L. (2008) Community Resilience as a Metaphor, Theory, Set of Capacities, and Strategy for Disaster Readiness. *American Journal of Community Psychology*. Volume 41. N.1-2. 127–150.

OJEDA, E. S. (2005) Uma Concepção Latino-americana: a resiliência comunitária. In: MELILLO, A.; OJEDA, E. S. (org). *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. Porto Alegre: Artmed.

OJEDA, E. N.; AUTLER, L. (2006) La resiliencia em la comunidad: um enfoque social. In: GROTBERG, E. H. (comp.) *La resiliencia em el mundo de hoy: cómo superar las adversidades*. Gedisa editorial: Barcelona.

RAVAZZOLA, M. C. (2005) Resiliências Familiares. In: MELLILO, A.; OJEDA, E. S. (org). *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. Porto Alegre: Artmed.

RIBEIRO, L. C. Q. (coord.). (2010) Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT), FINEP, UFPE, MDU. IBEU – Índice de Bem-Estar Urbano. Rio de Janeiro: INCT, CNPq/FAPERJ/CAPES, Observatório das Metrópoles. Disponível em http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CDEQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.observatoriodasmetropoles.net%2Fdownload%2Findice_bem_estar_urbano.pdf&ei=t_Q2Upe6NY7Y8gTXiYHoDw&usg=AFQjCNHtw9nadrxOKVsP9rH3DL0aC09Lhw&bvm=bv.52164340,d.eWU, [Consultado em 16-09-2013].

RODRIGUEZ, D. (2005) O humor como indicador de resiliência. In: Melillo, A.; Ojeda, E. S. (org). *Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas*. Porto Alegre: Artmed.

SONN, C.; FISHER, A. (1998) Sense of community: Community resilient responses to oppression and change. *Journal of Community Psychology*, 26. pp. 457–472.

VANISTENDAEL, S. (1995) *Cómo crecer superando los percances, resiliencia: capitalizar las fuerzas del individuo*. Ginebra: BICE.

VANISTENDAEL, S; ELCOMTE, J. (2003) Resiliencia y sentido de vida. In MELLILO, SUAREZ -OJEDA e RODRIGUEZ (comps.) *Resiliencia y Subjetividad: los ciclos de la vida*. Buenos Aires: Paidós Tramas sociales 30.

WALKER, B.; HOLLING, C.; CARPENTER, S. e KINZIG, A. (2004) Resilience, adaptability and transformability in social–ecological systems. *Ecology and Society*, 9 (2), 5.

WALSH, F. (2005) *Fortalecendo a Resiliência Familiar*. São Paulo: Roca.

A classe médica: análise da trajetória da classe médica como indicativo do desenvolvimento dos modelos de assistência à saúde na Inglaterra e no Brasil.

Nittina Anna Araújo Bianchi Botaro
Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil,
email: nittina.bianchi@hotmail.com

Resumo: O trabalho em questão propõe analisar a trajetória da classe médica na Inglaterra e no Brasil com intuito de apresentar indicativos de como esse ator mobilizou-se durante o processo de gênese e desenvolvimento do modelo de Bem Estar Social nos dois países em questão. A fim de esclarecer com foi o protagonismo dos médicos na afirmação do modelo de assistência à saúde. Para tanto, vamos percorrer pela trajetória do Welfare State nos dois países através de uma análise, sobretudo neo-institucionalista.

Palavras chaves: Brasil, Inglaterra, Classe Médica, Estado de Bem Estar Social.

1.1 Welfare State

É comum o entendimento de que, em 1946, com a assinatura do Plano Berevidge pela Inglaterra, o cenário mundial foi apresentado ao moderno Estado de Bem Estar Social. O novo padrão de Estado concedeu direitos e garantias a sua população, diferentemente de modelos estatais anteriores. Os quais, na maior parte das vezes, desvinculavam a proteção social da concessão de direitos, quando não os colocavam em campos opostos. O Welfare State tem como diferencial a forma como as atividades estatais se entrelaçam com o papel do mercado e da família em termos de provisão social.(ESPING ANDERSEN)

O Estado de Bem Estar Social aparece como uma resposta a todas as transformações que Polanyi designou como a "grande transformação" e que instauram a ordem capitalista moderna, incluindo no circuito do dinheiro, de três elementos que sempre havia ficado fora dele: a força de trabalho humana, a terra e os meios de produção. Neste cenário, desenvolve-se o entendimento de que a situação dos trabalhadores era um problema que deveria ser enfrentado coletivamente, *"*ou seja, emerge uma questão social que requer resposta social e institucional, sob pena de rompimento das estruturas sociais." (POLANIY, 1980: 54) Surge, portanto, a necessidade de desenvolver formas compensatórias de coesão social, que auxiliem a reprodução da força de trabalho necessária ao progresso capitalista.

Conforme Abram de Swaan (1988), o Estado de Bem Estar Social foi um processo de mudança e rearranjo nos elos da interdependência humana e de seus impactos. Os elos de interdependência fundariam a necessidade dos cuidados com os destituídos que sofriam adversidades temporárias ou permanentes. Neste processo, temos a gênese da chamada consciência social, fundamental na formação de uma identidade coletiva e nacional, definida como "consciência do crescimento intensivo e extensivo dos laços de interdependência, junto com a disposição de contribuir com os remédios para as adversidades e deficiências que afetam os outros" (POLANIY, 1980: 94)

O Estado, por isso, torna-se uma organização legítima, devido à formação dessa consciência social, e capaz, devido às suas características específicas, de regular os efeitos negativos das interdependências sociais, que, ao longo do tempo, tendem a ser reduzidas a soluções legais e administrativas sob a responsabilidade de uma burocracia. Segundo Swaan, a complexidade crescente das configurações sociais forçou a formação de uma autoridade pública capaz de extrair compulsoriamente recursos da sociedade e produzir políticas de largo alcance para solucionar ou remediar os efeitos da interdependência social, como também formar uma "consciência" sobre essa interdependência e sobre a necessidade de contribuir para remediar os seus efeitos negativos**.**

Esping Andersen acrescenta que o Estado de Bem Estar Social é muito mais complexo que todas as práticas de concessão de garantias e direitos que o antecederam. As formas como as atividades estatais se relacionam com

o mercado e com a família em termos de provisão social são determinantes para que se faça a caracterização do Estado de Bem Estar Social. Assim, a grande preocupação de Andersen foi formular uma teoria da social-democracia que se reporte a três componentes: a estrutura, a formação e as alianças de classe, procurando perceber as relações entre a classe, o Estado e o poder (ESPING-ANDERSEN)

R. Mishra (1980) assinala que o modelo do Welfare State não só redefine a base com a qual se dá o reconhecimento de direitos dos cidadãos, como também tem como característica a regulamentação da economia de mercado e a afirmação de políticas econômicas de viés keynysiano.

Para, além disso, conforme Ignacio Delgado (2001), o aparecimento das políticas sociais remete não só ao processo de interdependência fruto da vida moderna, mas também à "interação, o conflito, o entendimento entre determinados atores da sociedade capitalista". Esses atores seriam o pessoal do Estado, os trabalhadores assalariados, os empresários capitalistas e os trabalhadores autônomos (pequenos proprietários e outros).

De modo geral, as décadas de 1950 a 1970 foram marcadas pelos limites do programa do Welfare State e pela implantação de sistemas de saúde, ainda que o seguro saúde tenha prevalecido[1]. O leque de benefícios e serviços se abriu, devido, entre outros motivos, às reivindicações dos trabalhadores e à prosperidade econômica, como, também, uma movimentação internacional em prol desses valores.

Por fim, Eduardo Condé (2008), defende a vitalidade do modelo e discorda da aproximação das economias europeias ao modelo inglês ou americano. Ao analisar as relações entre o processo de unificação europeia e os estados de bem-estar no continente, conclui que os países europeus não viveram/vivem uma crise terminal, esperada desde os anos de 1970. O modelo do Estado de Bem Estar Social enfrentou pressões a nível nacional e internacional, contudo, reagiu a elas com uma dinâmica pragmática e adaptativa, preservando seu núcleo de proteção.

O aparecimento dos Welfare State está, pois, relacionado aos movimentos de autodefesa da sociedade com a emergência da ordem capitalista. São favorecidos pelo desenvolvimento de uma consciência social que emerge com a percepção de fenômenos de interdependência associados ao domínio de tal ordem. Mas seus padrões diferenciam-se conforme determinadas condições, que veremos abaixo, notadamente as coalizões que participam em sua implantação. Por fim, cabe destacar o papel cumprindo pelas agências internacionais no pós Segunda Guerra, para difusão dos preceitos relativos à proteção social.

1.2 Modelos do Welfare State e Sistemas de Saúde

Esping Andersen considera que existiram três modelos padrões de Welfare State, influenciados diretamente pelas coalizões formadas entre as classes sociais.

O primeiro modelo trata-se do corporativista ou conservador. Neste formato, os benefícios são garantidos aos trabalhadores formais e além disso, a proporcionalidade dos auxílios está diretamente relacionada ao cargo formal desempenhado pelo empregado. O financiamento e a gestão do sistema são predominantemente divididos entre empregados e empregadores e também entre o Estado. Neste caso, o impacto redistributivo das políticas é pequeno e o modelo de seguros prevaleceu. O exemplo clássico é o alemão.

Social democrata ou público universalista corresponde a um segundo modelo do Welfare State. O universalismo e a desmercantilização atingem amplamente a classe média e os trabalhadores, assim, todos os segmentos sociais são incorporados a um sistema universal de políticas sociais. Diferentemente do modelo corporativista, neste formato, os valores das aposentadorias e pensões são baseados em maior grau no mínimo vital, com padrões de repartição simples. Sua administração é feita pela gestão estatal e é basicamente burocrática, ao menos nos momentos iniciais. Os exemplos clássicos são os países escandinavos.

Por fim, no formato liberal-residual predomina a assistência aos comprovadamente pobres, reduzidas transferências universais ou planos modestos de previdência. Neste modelo, prevalece o consenso de que o mercado

1 Seguro Social tem como característica central a cobertura de grupos ocupacionais por uma relação contratual. Por seu turno, o modelo de seguridade social garante a todos os cidadãos o direito a um mínimo vital.

garantiria aos cidadãos todos os recursos e serviços necessários, por isso, trata-se de um sistema mais sensível ao peso da iniciativa privada. Por fim, a política social possui o caráter temporal e limitado. O exemplo clássico é os Estados Unidos da América.

Os sistemas de saúde são componentes dos diferentes Estados de Bem Estar Social e sua caracterização tem sido efetuada a partir, principalmente dos mecanismos de acesso e da propriedade dos "fatores médicos de produção". De um lado, temos situações em que predomina a rede hospitalar pública, garantida por impostos, associada ao acesso universal de todos os cidadãos aos serviços. Noutro extremo, temos a prevalência da medicina liberal e dos seguros privados, associados ao predomínio da rede hospitalar privada. Numa posição intermediária, é possível apontar a presença de sistemas com acesso universal, porém associados ao predomínio da rede hospitalar privada. Por fim, sistemas corporativos são marcados pelo acesso aos serviços de saúde por via de mecanismos ocupacionais, combinados à participação, maior ou menor, de provedores privados.

Conforme Ignacio Delgado (2001), existem pelo menos três fatores que explicam as diferentes trajetórias dos formatos do Estado de Bem-Estar Social. Primeiro, o modelo econômico e político daqueles países – economia aberta ou fechada, sistema político autoritário ou democrático –; segundo, a participação dos trabalhadores[2] e, finalmente, as configurações de mercado.

Primeiramente, países com economias abertas tendem a ter grupo de empresários industriais mais resistentes à adoção de políticas sociais, sobretudo se essas práticas forem financiadas por tributos que afetem o preço dos produtos. Dessa forma, o empresariado prefere o financiamento do Welfare State a partir de impostos gerais e diretos. Por outro lado, países com economia fechada revelam um empresariado favorável ao financiamento por tributos que incidem direto no produto.

Por seu turno, regimes democráticos são mais sensíveis as pressões da sociedade, o que pode afetar o desenvolvimento do Welfare State. As democracias favorecem o surgimento da organização de trabalhadores, a constituição de partidos que representam os trabalhadores com maior capacidade de atuar na arena política e liderar coalizões que instauram políticas de proteção social atuantes na arena política[3]. Todavia, como é o caso dos EUA, na ausência de organizações políticas que canalizem as demandas dos trabalhadores para o Estado, esta possibilidade pode ser mitigada, favorecendo pressões fragmentárias que dificultam a edificação de formas públicas mais abrangentes. Regimes autoritários podem dispor de maior capacidade para implantar políticas sociais do que democracias, entre outros motivos, por impedir ao máximo a participação da sociedade. Conforme Delgado (2001), as coalizões presentes durante os regimes autoritários na Alemanha e nos países comunistas foram contundentes para a determinação do modelo de política social implantada.

No que diz respeito à participação dos trabalhadores, num primeiro momento, seu peso específico está, primariamente, radicado na sua participação na sociedade e na proporção de indústrias que um país detém. Contudo, caso esses empregados sejam desarticulados e não formem uma identidade política, os resultados de suas demandas não serão tão bem atendidos, visto que os problemas sociais causados pela operação capitalista tendem atingir o status de agenda com menos intensidade para o Estado. Um bom indicativo da força política desse ator é o grau de sindicalização dos trabalhadores, entretanto, o sucesso de suas demandas está sujeito à participação dos trabalhadores industriais na arena política. Os movimentos trabalhistas podem ser autônomos ou tutelados. No primeiro caso há mais possibilidade de independência política e inserção de demandas nas arenas, diferentemente do segundo caso.

> "importa salientar que o poder dos trabalhadores industriais dispõe de um caráter inescapavelmente relacional, com o que as coalizões efetuadas, o peso especifico de outros atores e as configurações de mercado têm papel crucial na determinação de sua influencia". (DELGADO, 2001:60)

---

2 Interessa a nossa pesquisa, o tipo de mobilização dos trabalhadores, a maneira como eles respondem aos desafios da ação coletivo, as formas de organização e as relações entre o partido operário e os sindicatos.

3 Idem.

Por fim, as configurações de mercado também podem afetar a dinâmica dos atores em torno das políticas sociais modernas. O desenvolvimento acelerado industrial e do trabalho assalariado podem acarretar, por um lado, lutas por salários melhores, diminuição da jornada de trabalho; e por outro lado, indenização por acidentes, doenças e as aposentadorias.

A arquitetura dos sistemas de saúde apresenta ligações com os modelos de Welfare State dos países correlatos, contudo em algumas regiões essa conexão entre o modelo do Estado de Bem Estar Social e o sistema de saúde não se realiza. Na Inglaterra, por exemplo, a política de saúde se desenvolveu sob um viés universal, entretanto, o Welfare State inglês é tomado em algumas análises como residual. Por outro lado, Suécia, Alemanha e EUA apresentam, respectivamente, modelos universal, universal / corporativo e residual, tanto na saúde quanto no modelo de Estado de Bem Estar Social.

A parcela da população coberta por planos e seguros de saúde na Suécia era desprezível no ano de 2003. Este serviço era desfrutado por famílias de maior renda, via contrato individual ou empresarial com as operadoras. No ano de 2003, aproximadamente 10% da população do Reino Unido era coberta por planos ou seguros de saúde, sendo essa parcela da sociedade formada pela população de maior renda. Por sua vez, o seguro social alemão cobria em meados de 1995, 86.6% da população da Alemanha, 10,67% eram assegurados por seguros privados, 0,14% da população não tinham nenhum seguro e 2,60% eram cobertos por outros planos. No ano de 2006, aproximadamente 86% da população norte americana era coberta por planos de saúde; sendo que parte desses contratos era voluntário[4] e outra porção obrigatório. Ou seja, aproximadamente 47 milhões de estadunidenses não eram cobertos por nenhum tipo de operadora de saúde.[5] Desta forma, países onde o sistema de saúde foi fortemente estimulado pelo Estado, inclusive com a incorporação da categoria médica ao serviço público, a introdução e a expansão de planos e seguros de saúde foram dificultadas ou impedidas como no caso sueco. (BAHIA e SCHEFFER, 2010)

Na próxima seção vamos acompanhar a participação de atores sociais no desenvolvimento dos modelos de Welfare State e do sistema de saúde na Alemanha, EUA, Suécia e Inglaterra.

1.3 O legado histórico

No início do século XX, a Alemanha vivia um regime autoritário e tinha como prática a defesa de sua indústria frente à indústria inglesa. Ademais, a grande indústria favorecia o aumento da força dos trabalhadores, os quais associados à social-democracia formavam uma identidade política forte. Assim, as políticas sociais modernas alemãs foram fruto do desejo do empresariado – preocupado com o movimento operário[6]; do Estado – temendo um possível avanço de programas socialistas[7] - e do próprio trabalhador – que também teve algumas demandas atendidas e ocupou espaço nos organismo de direção tripartite que acompanharam o estabelecimento do Estado de Bem Estar Social.(DELGADO, 2001)

O início do século XX na Suécia foi marcado pela prática do livre comércio, adesão ao sufrágio universal, garantia de direitos dos sindicatos, da formação de um forte movimento de trabalhadores industriais e de um marco definitivo para a trajetória deste país: a passagem para a democracia. As instituições que anteriormente garantiam uma série de vetos para as agendas políticas passaram a ser preenchidas por sociais democratas, devido ao sistema de representação proporcional e à eleição indireta da primeira Câmara. Assim, com maioria no parlamento, o Executivo tinha suas deliberações automaticamente sancionadas nas votações.(IMMERGUT, 1996) No limite, o sucesso do Estado de Bem Estar Social sueco foi resultado de uma combinação de forças

---

4 Trata-se de contratos entre empresas empregadoras ou indivíduos/familiares e operadoras de saúde.

5 Este contrato é feito entre governos federais/estaduais e operadoras de saúde.

6 Além do temor da força trabalhista, os empresários alemães foram favorecidos quando trocaram tributos por políticas sociais modernas.

7 O objetivo do Estado ao implantar as políticas sociais foi, entre outros fins, consolidar o Estado Nacional, diminuir a influencia do congresso e construir um modelo coorporativo de intermediação.

entre os pequenos proprietários e um forte movimento de trabalhadores industriais, cuja identidade política já estava construída; atrelado à força de um executivo pronto a aprovar suas demandas.

Predominou nos EUA, até meados do século XX, um isolamento relativo da economia mundial e um olhar voltado para o mercado interno, com a prática de medidas protecionistas, só revisto no início do século XXI com um impulso de um grupo de empresários que desejava comercializar com outros países. A mesma aliança entre os social-democratas com a classe rural presenciada na Suécia, também ocorreu nos Estados Unidos, assegurada pelo Partido Democrata, mas mitigada pelo veto dos sulistas norte americanos ao mínimo vital da previdência. Por sua vez, a classe média protagonizou uma forte participação nas coalizões políticas, sobretudo porque o Estado teve que equilibrar suas demandas com a dos trabalhadores. Todavia, prevaleceu no EUA a participação dos trabalhadores White-Collar, os quais foram bastante eficientes ao garantir suas demandas previdenciárias e decisivos para o fortalecimento do Estado de Bem Estar Social, uma vez que garantiram um apoio importante à social-democracia, devido aos benefícios alcançados. Por fim, os trabalhadores industriais americanos não eram organizados ou tinham uma identidade política já consolidada. (DELGADO, 2001)

Por sua vez, a ausência de um setor aristocrático não foi capaz de consolidar uma democracia, já que, mesmo hegemônica, uma burguesia pode ser antidemocrática dependendo de determinada situação econômica, ou mesmo, devido à postura de um segmento dessa classe. Além disso, Rueschemeyer, Stephens e Stephens (1992) alertam que a burguesia não adotou "naturalmente" uma política democrática, na falta da classe latifundiária forte.

O caso inglês corrobora a assertiva defendida no parágrafo anterior, pois se trata de um país com uma economia aberta, que não possuía uma grande classe de proprietários rurais, mas onde a democracia se estabeleceu, não por influência da burguesia – já que a classe média era fraca e os pequenos proprietários não eram uma classe expressiva. Contudo, entre outros fatores, pela ação da classe trabalhadora urbana juntamente com o movimento tradeunista dentro do Labour Party; formou-se, assim, no século XIX, uma identidade política autônoma dos trabalhadores. Embora, certamente fosse um movimento mais lento se comparado à Alemanha, e, menos articulado com a sociedade, se comparado com a organização trabalhista sueca.

Suécia, Inglaterra e EUA implantaram políticas sociais modernas em pleno regime democrático. Contudo, a ausência de uma identidade dos trabalhadores industriais norte-americanos foi decisiva para que as políticas sociais naquele país se afastassem dos contornos universalistas. Além disso, a presença de industriais voltados para o mercado externo assumiu papel importante nesta conjuntura, juntamente com os produtores do sul que impediram o avanço do Welfare State. Assim, neste país não se registrou um aliança entre pequenos agricultores e trabalhadores, tal como na Suécia, minimizando a capacidade de articulação da massa trabalhadora. Conforme Delgado, em momentos de formação das políticas sociais modernas, países com economias abertas e em regimes democráticos só são favoráveis a modelos de Estado de Bem Estar Social com contornos universalistas, quando existe a força dos trabalhadores capaz de se impor aos empresários.

Na Inglaterra, os trabalhadores estavam organizados em sindicatos tradicionais e descentralizados em critérios diferentes de organização. Ademais, eram poucas as chances de coalizões entre trabalhadores e os setores agrários, por isso, o poder de negociação desses empregados industriais foi menor, por exemplo, do que o verificado na Suécia com a social-democracia - líder de um movimento operário organizado e sindicatos abrangentes e enraizados em ramos diversificados. Além disso, a aliança firmada na Suécia entre pequenos proprietários e a social-democracia garantiu estabilidade e hegemonia.

Por fim, a Alemanha no século XX tratava-se de um país em pleno regime autoritário e de economia fechada. Nesta conjuntura, os custos das políticas sociais modernas foram transferidos para os consumidores, minimizando a resistência dos empresários. Por sua vez, o contorno universalista é definido, mais uma vez, pela participação dos trabalhadores industriais. No caso alemão, existia uma organização trabalhista com pouco peso e tutelado; por isso o modelo alemão tem contorno meritocrático.

A análise das políticas sociais como resultado das coalizões firmadas por diferentes atores sociais foi efetuada por Abraham de Swaan (1998) num trabalho clássico, em que focaliza o papel desempenhado por empresários, trabalhadores, pequenos proprietários e o Estado na determinação das diferentes configurações em que se estruturou o Estado de Bem Estar Social. Neste mesmo trabalho, Swaan assinala que a saúde contou, ainda, com um componente especial: a forma como o Estado circunscreveu o trabalho dos médicos nos momentos iniciais

de afirmação da categoria e de definição do monopólio desta sobre os serviços de saúde, com a expansão do conhecimento científico sobre as doenças e sua cura. Assim, quando o Estado absorveu o trabalho médico nas instituições públicas, deixando espaço limitado para a medicina liberal, prosperaram os sistemas públicos, com apoio, inclusive, dos médicos.

O "poder da profissão" é, também, utilizado como categoria explicativa do curso dos sistemas de saúde. Ao exercerem o monopólio da profissão, os médicos dispõem de uma condição especial para a avaliação dos programas de saúde e para sua operacionalização, pois programa algum pode subsistir sem sua cooperação. No limite, seriam capazes até de bloquear a implementação de qualquer iniciativa contrária aos seus interesses.

Ellen Immergut (1996) chamou a atenção para os limites de tais explicações, observando que em países onde, sob quaisquer critérios, o "poder da profissão" dos médicos é equivalente, o resultado no processo de implantação de políticas públicas de saúde é diverso. Analisando os casos da Suécia, da França e da Suíça, conclui, pois, que o êxito na implantação das políticas de saúde depende das características do sistema decisório. Assim, quando há maior concentração de poder no Executivo, maiores são as chances de sucesso na implantação de políticas abrangentes, ao passo que processos decisórios descentralizados, marcados pela presença de múltiplos "pontos de veto", tendem a favorecer a obstrução de atores contrários à sua efetivação.

Inglaterra e Suécia foram países que incorporaram a categoria médica no momento de implantação de políticas sociais mais abrangentes e tinham um executivo favorável às reformas sociais, por isso, possuem atualmente grandes sistemas públicos de saúde.

Na Suécia, por exemplo, o ano de 1969 ficou marcado pela criação do Sistema Nacional de Saúde. Nesta ocasião a medicina liberal foi extinta na maioria dos hospitais públicos e todos os médicos dos hospitais passaram a ser enquadrados no funcionalismo público em tempo integral. Neste país, o acesso ao sistema de saúde é universal, o financiamento é, na sua maioria, fiscal e a maior parte das unidades de saúde é estatal.

Como vimos, a parcela da população coberta por planos e seguros de saúde na Suécia era desprezível no ano de 2003. Este serviço é desfrutado por famílias de maior renda, via contrato individual ou empresarial com as operadoras. Aos que optam por serem cobertos pela assistência à saúde particular lhe é garantido o dobro habitual dos serviços oferecidos pelo Estado a sociedade.(BAHIA,2010)

A trajetória, por assim dizer, paradigmática na montagem de um sistema público universal de saúde ocorreu na Inglaterra, a partir de 1946, com a assinatura do Plano Berevidge pela Inglaterra. Naquela ocasião, a Inglaterra criou um sistema nacional, universal e gratuito de assistência à saúde, financiado com recursos públicos provenientes de impostos gerais, dissociando-se da relação contratual que havia caracterizado até então, a essência das políticas sociais governamentais. Neste sistema universal de saúde, a porta de entrada do usuário se faz até hoje pelo médico da saúde primária – General Practitioner (GB). Os GPs são remunerados por um sistema de pagamentos per capita e são eles os responsáveis por encaminhar o paciente a um médico especialista; sendo estes últimos servidores públicos.

Como vimos, no ano de 2003, aproximadamente 10% da população do Reino Unido era coberta por planos ou seguros de saúde, sendo essa parcela da sociedade formada pela população de maior renda. Tratava-se de convênios voluntários realizados entre empresas ou indivíduos com operadoras de saúde. (GIOVANELLA, ESCOREL, NORONHA e CARVALHO, 2008)

O estudo de Rigen sobre os modelos de Welfare State é válido para explicar como dois países que adotaram o mesmo formato de políticas sociais modernas apresentam atualmente algumas disparidades. Conforme este autor, os modelos de Estado de Bem Estar Social poderiam ser divididos em pequeno, médio ou grande, sempre de acordo com quantidade de volume gasto com políticas sociais em relação ao PIB. Assim, a Inglaterra, que originalmente se encaixaria no padrão universalista, passaria a compor o Welfare State pequeno, uma vez que nos anos de 1970, o Estado inglês investiu 18,2% do Produto Interno Bruto (PIB) em gastos sociais, enquanto a Suécia investiu 23,7% do PIB em igual período. Mais uma vez, os suecos saíram à frente, quando gastaram 7,3% do PIB em saúde, em contra partida os ingleses investiram 4,9% (GOUCHIAN ,1979). Para além desses números apresentados, o grande diferencial sueco foi ter uma social democracia, à frente da organização de trabalhadores, com identidade política forte, atuante e em diferentes ramos de atividade. Dessa forma, esses dados confirmam as palavras de Ignacio Delgado, quando afirma que o "Estado de Bem Estar So-

cial (inglês) tenderia a uma erosão muito rápida (...) enquanto o modelo sueco demonstraria enorme resistência e afirmar-se-ia como um dos mais extensos do mundo capitalista".

O caso alemão difere dos dois exemplos a cima, uma vez que o modelo adotado foi o seguro social e o exercício da medicina liberal não foi limitado nos momentos iniciais das políticas sociais modernas. Neste formato, os serviços são garantidos mediante um sistema de contratação compulsória, gerido por representantes dos trabalhadores e empregadores e, em alguns momentos, pelo Estado. O modelo de seguro social foi implantado durante um período ditatorial, o que facilitou a eliminação de pontos de vetos. E sem uma forte participação dos trabalhadores em sua implantação, ainda que significativa na determinação da entrada da política social na agenda governamental fez-se sobressair um modelo conservador e permeável à categoria médica.

O seguro social alemão, como assinalado acima, cobria em meados de 1995, 86.6% da população da Alemanha, 10,67% eram assegurados por seguros privados, 0,14% da população não tinham nenhum seguro e 2,60% eram cobertos por outros planos.(GIOVANELLA, ESCOREL, NORONHA e CARVALHO, 2008)

Por fim, o modelo norte americano foi implantado sob um sistema político marcado por diversos pontos de vetos e favorável à prática da medicina liberal. Neste país, a obrigatoriedade governamental restringiu-se à assistência à saúde para idosos, portadores de patologias especiais e famílias de baixa renda[8]. De forma que, os planos e seguros de saúde tornaram-se a principal forma de cobertura e financiamento de redes e serviços de atenção a saúde, institucionalizada pelo governo. (GIOVANELLA, ESCOREL, NORONHA e CARVALHO, 2008)

Tal como indicado acima, no ano de 2006, aproximadamente 86% da população norte americana era coberta por planos de saúde; sendo que parte desses contratos era voluntário[9] e outra porção obrigatório. Ou seja, aproximadamente 47 milhões de estadunidenses não eram cobertos por nenhum tipo de operadora de saúde. (GIOVANELLA, ESCOREL, NORONHA e CARVALHO, 2008)

Já o caso brasileiro aproxima-se da trajetória alemã pela presença de um regime autoritário em seu momento fundador, também orientado para os objetivos de construção de um Estado Nacional e incorporação nele dos trabalhadores assalariados. [10]Contudo, de forma diversa da Alemanha, o Welfare State foi adotado à margem da participação trabalhista efetiva: na década de 1930 era reduzida a participação dos trabalhadores na estrutura industrial e pouco definida a constituição de uma identidade política nacional que lhes conferisse grande influência na cena política, o que se soma à feroz repressão do Estado.(DELGADO)

Desta forma, predominou a participação do Estado e da classe empresarial na montagem das políticas sociais modernas brasileiras. Desta coalizão criou-se um Estado de Bem Estar Social contencionista, cujo financiamento foi gerado pela transferência direta à coletividade, a fim de favorecer a indústria doméstica. Por último, os critérios de concessão de benefícios estavam diretamente relacionados à participação formal do indivíduo na economia. Motivada pelos movimentos populares, sobretudo pelo Movimento Sanitarista, a Carta de 1988 garantiu a criação do Sistema Único de Saúde, acompanhado dos princípios básicos da universalidade e gratuidade. No entanto, permitiu também a atividade das empresas privadas como suplementar ao sistema público de saúde e, ainda, o exercício liberal da medicina.

***

Na primeira do texto acompanhamos as trajetórias paradigmáticas de três modelos do Estado de Bem Estar Social e o perfil do Welfare State brasileiro. Na próxima parte do texto nos deteremos a seguir a trajetória da

---

8 Devido à ineficiência do mercado em garantir a todos o acesso aos serviços de saúde, o Estado precisou intervir criando mecanismos para que os excluídos usufruíssem da assistência à saúde. No caso estadunidense, criou-se em 1965, o Medicare e o Medicaid, respectivamente, responsáveis pela cobertura de idosos e comprovadamente pobres.

9 Trata-se de contratos entre empresas empregadoras ou indivíduos/familiares e operadoras de saúde.

10 O marco de adoção de políticas sociais modernas foi um momento importante para a construção do Estado brasileiro. Diante de toda trajetória histórica brasileira, em meados de 1930, ainda era muito frágil o conceito de nacionalismo no Brasil, por isso, o Estado ao delinear as primeiras leis trabalhistas e de importação estava também trazendo esses atores envolvidos para dentro do Estado e fazendo–os reconhecê-lo como tal.

Inglaterra e do Brasil, uma vez que o sistema público de saúde brasileiro foi nitidamente inspirado no modelo inglês, no entanto desenvolveu contornos diversos no padrão britânico.

2.0 A influência das instituições nas trajetórias dos modelos de Estado de Bem Estar Social

No texto "The Historical Logic of National Health Insurance: Structure and Sequence in the Development of British, Canadian, and U.S. Medical Policy", Jacob Hacker analisa o desenvolvimento do sistema de saúde da Inglaterra, do Canadá e do EUA. Três países com uma base cultural, política e econômica parecidas, no entanto, com sistemas públicos de saúde bastante distintos; respectivamente: um sistema universal e gratuito, um sistema universal baseado em provincias predominantemente servido por instituições privadas, e, finalmente, um sistema público destinado aos grupos residuais. Conforme Hacher três fatores serão determinantes para o desabrochar da assistência a saúde, quais sejam: Setor Médico, Instituições governamentais/políticas e Empresas de saúde (planos, seguros).

A justificada encontrada pelo autor para o desenvolvimento de três diferentes sistemas de saúde são as instituições políticas encontradas em cada país. Estes modelos de saúde refletem tanto as diferenças institucionais e a altera caminhos que essas nações tiveram em momentos críticos,quanto sugere que esta descoberta tem implicações maiores para o estudo das políticas comparativas de política social.

Para tentar explicar as diferentes trajetórias o autor elenca 7 caracteristicas chaves de cada país. Quais sejam: estrutura governamental, capacidade do estado, se o sistema é federativo ou não, cobertura inicial, as medidas de expansão, acesso e capacidade e a força das empresas privadas de saúde. Inglaterra: Parlamentarismo, forte capacidade do Estado, não é federativo, cobertura inicial destinado a assalariados, o acesso cresceu antes da capacidade de expansão; e baixo poder das empresas de planos/seguro de saúde. Resultado: Sistema público universal de saúde com a estatização dos Hospitais – NHS.

De acordo com os pressupostos do autor, nos paises em que os médicos foram incorporados ao setor público juntamente com a criação dos sistemas público de saúde a resistência dessa categoria ao sistema público de saúde foi menor. Ademais, paises com maior capacidade do Estado também tiverem mais chances de prosperar um sistema publico universal de saúde, pelo possibilidade de investir no sistema público. Por fim, a ausência de empresas de saúde foi um diferencial para a garantia de sistemas de saúde, uma vez que não houve pressão desse setor para o predominio de um sistema de saúde privado. Canadá: Parlamentarismo, média capacidade do Estado, federativo, cobertura inicial universal de hospitais, o acesso cresceu juntamente com a capacidade de expansão, médio poder das empresas de planos/seguro de saúde. Resultado: Sistema Nacional de saúde baseado em provincias predominantemente servido por instituições privadas – Medicare. EUA: República, baixa capacidade do Estado, federativo, cobertura inicial para idosos e miseráveis, acesso após a expansão da capacidade, alto poder das empresas de planos/seguros de saúde. Resultado: incompleto mix de cobertura público / privado.

Conforme o autor, podemos dividir o século XX em três momentos decisivos: Momento que prevaleceu a implantação dos seguros sociais (1910-1940). Momento dos sistemas universais (1940-1970). Momento de cerceamento de direitos (1970 -1995) – Crise do petróleo. 1)Inglaterra: A)Primeiro momento: 1910. Cobertura médica aos assalariados sem cobrir dependentes e rede hospitalar. B) Segundo momento: 1950. Implantação do sistema público de saúde universal. NHS 2)Canadá: A) Primeiro momento: 1930. Proposta para constituir um modelo de saúde descarta pelo Conselho Privado. B) Segundo momento: Saskatchewan Hospital. (1946). Trata-se da primeira província do Canadá a implantar uma rede hospitais e assistência a saúde gratuita. C) Terceiro momento: Em 1957 é criado um Plano Nacional de Hospitais. Em 1961 é criado o ato Saskatchewan Medical Insaure e, finalmente, em 1966, é criado o Nacional Medicare, universal seguro de saúde com base provincial fundamentado principalmente em privado instituições; todas as províncias adotaram o modelo. 3) EUA: A)Primeiro momento: década de 1910/1920 . Fracassada tentativa de implantar seguros obrigatórios.

B)Segundo momento: 1940/1950: Fracassada campanha para um sistema nacional de saúde. C) Terceiro momento: 1965. Criação do Medicare e o Medicaid. D)Quarto momento: 1970: Planos para um sistema universal. (Durante a crise do petróleo.) E)Quinto momento: 1990. Fracasso da reforma de Clinton.

A construção de Sistemas de saúde não é simples reflexos de uma cultura ou do desenvolvimento do complexo

da saúde ou da classe médica. Seu efeito depende fundamentalmente da organização das instituições políticas através dos quais as políticas nacionais de saúde devem passar.Oportunidades de mudanças na política de saúde chegam raramente e momentaneamente, freqüentemente por causa de grandes mudanças partidárias ou significativo choques externos. As perspectivas para a mudança de política durante esses momentos críticos dependem de dois fatores: 1)os incentivos e as restrições criadas pela política instituições e 2) os legados herdados de políticas passadas. Três questões são importantes para decidir a trajetória dos países quanto à assistencia a saúde. 1)se os governos não conseguem promulgar seguro nacional de saúde antes de uma parcela considerável do público está inscrito em planos de seguros privados, 2) se os programas de seguro público iniciais estão focados em populações residuais, como os idosos e os muito pobres, 3)se os esforços para construir a indústria médica precedeu a universalização do acesso.

2.1 O caso brasileiro e o caso inglês

Ao analisar esses três casos podemos apresentar algumas reflexões sobre a trajetória do sistema de saúde pública no Brasil. Considerando as ressalvas devidas, visto que o texto de Hacker em nenhum momento cita o caso brasileiro, podemos nos debruchar sobre o panorama da saúde pública no Brasil devido a complexa contribuição do texto citado.

O caso inglês é paradigmatico. A assinatura do Plano Berevidge em 1946 ocorre durante uma abertura de uma janela de oportunidade. Naquele período, pós segunda guerra mundial, existia o consenso de que os países deveriam investir em políticas sociais como uma forma de amenizar as perdas causadas pela Grande Guerra e como, também, um estimulo a economia. Foi nesse contexto que a Inglaterra aprovou a concessão de direitos aos seus cidadãos. O sistema de saúde foi criado como universal e gratuito. Os médicos foram incorporados ao serviço público. Naquele momento não existia na Inglaterra fortes empresas de planos ou seguros privados de saúde ou uma classe médica organizada capaz de impedir ou desestabilizar a aprovação do projeto.

No Brasil, diferentemente, a assinatura do sistema de saúde público foi feito durante a década de 1980, movido por pressões de movimentos sociais, no entanto, durante um período de crise econômica mundial ocasionada pelo Petróleo. Adicionalmente, devido à resistência das grandes empresas de planos e seguros de saúde e a já estabelecida da classe médica, ficou garantido na Constituição a permissão para a medicina liberal e o sistema privado como complementar ao SUS.

3.0 Referências Bibliográficas

DELGADO, Ignacio**.** (2001) *Previdência Social e Mercado no Brasil a presença empresarial na trajetória da política social brasileira.* São Paulo: LTr.

ESPING ANDERSEN. G.1991. "As três Economias Políticas do Welfare State**".** *Revista Lua Nova*, n 24.

EM. Immergut.1996. "As regras do jogo: A lógica da política de saúde na França, na Suíça e na Suécia." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, (30):139-1651.

HACKER, Jacob. 2010. *The Historical Logic of National Health Insurance: Structure and Sequence in the Development of British, Canadian, and U.S. Medical Policy*.

SWAAN . A. 1996. *In Care of the State*. Cambridge. Polity Press.

AS INTERVENÇÕES E AVALIAÇÕES DAS POLÍTIC AS PÚBLICAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Luiz Felipe Barboza Lacerda

Docente da Universidade do Estado do Amazonas
Doutorando em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – CES
Bolsista CAPES
Coordenador do Grupo de Pesquisa Educação e Diversidade Amazônica
luizpsico@hotmail.com

1. Breves e gerais considerações sobre as políticas públicas

Nos dias atuais as Politicas Públicas (PPs) apresentam-se enquanto principal ferramenta de intervenção estatal sobre o território. Tornam-se pauta obrigatória na discussão do desempenho do Estado e propagam-se em suas possibilidades de libertar ou alienar um povo.

Refletindo sobre o nascimento das PPs no Brasil, Praça e Noronha (2012) datam seu surgimento na Constituinte de 1988, afirmando que se analisarmos as formas estruturais deste processo encontraremos fragilidades nas afirmativas que defendem seu caráter extremamente democrático.

Ao longo da Assembleia Constituinte, com uma estruturação em 8 comissões e 24 sub comissões –temáticas, eram debatidos os mais diversos temas, posteriormente encaminhados para uma comissão de sistematização e, finalmente, levadas a grande plenária para a votação. Contudo, a maioria dos parlamentares relatores e presidentes das mesas de debates, pertencendo ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), imprimiram conotações direitistas às propostas, levantando isto a oposição de 319 parlamentares e a votação de um novo regimento interno de cunho centro- esquerdo. (PRAÇA e NORONHA, 2012).

Mesmo com as alterações não houve mudanças significativas nas votações indicando por fim, uma desproporcionalidade nas etapas deliberativas. Daí surge desmistificação do caráter ultrademocrático da Constituinte de 1988, pois algumas propostas sugeridas por pequenos grupos de parlamentares necessitavam, posteriormente, de 280 votos contra na plenária geral, para serem vetadas. Como resultado disto apenas em 32% dos casos a palavra final foi da grande plenária.

Nascidas, portanto, de um processo de diversidade política em plena redemocratização do país, ao longo dos tempos pode-se observar uma ampla gama de enfoques nas análises sobre PPs; desde enfoques que partem do estudo do aparelho estatal, passando pelas formas de governo e tendências partidárias, ou análises que recorrem exclusivamente às ações e as demandas populares, até enfoques que prezam pela compreensão das escolhas dos atores, suas posturas e tomadas de decisões. (SOUZA, 2006).

A escolha pelo foco de análise dentro deste gradiente remete a diferentes interpretações das PPs e articulam variáveis interdependentes que encontram-se divididas em quatro dimensões: Estado, Politica, Economia e Sociedade.

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer". A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, porquê e que diferença faz. (Souza, 2006: 5).

Mostra-se, portanto, imperativo tornar a participação pública realmente ativa na construção das PPs, pois o histórico posicionamento unilateral de um Estado que age sobre um povo passivo cristalizou na cultura bra-

sileira um circuito de assistencialismo-corrupção - exploração cruel à dinâmica social. Cabe aqueles que se dedicam ao estudo e a produção do conhecimento, juntamente com os demais considerados invisíveis, propor alternativas ao imperativo estatal que se mostra guiado por uma Razão Indolente sem a maior condição de diálogo com a alteridade popular.

Souza (2003) busca mapear a contribuição acadêmica ao tema apontando ser necessária a superação dos estudos de caso setoriais que pecam em seu aprofundamento analítico e assinalando a necessária desvinculação das PPs ligadas a enfoques político-partidários e a superação das análises pautadas em experiências fracassadas ou em tipologias extremamente rígidas, para a observância dos elementos centrais que de fato geram impactos positivos nas políticas.

Complementando, Cruz (2009) evidencia que as PPs são a materialização do Princípio Republicano no âmbito prático e devem ter por objetivo o interesse nos desejos e demandas representadas no Interesse da Maioria. Para que a ação pública seja legítima faz-se necessário que reflita tal Interesse nos limites dos Direitos Humanos e dos princípios que sustentam o Princípio Republicano, como o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e o Estado Democrático de Direito.

Em vista disto, concluímos a existência de uma generalizada incongruência entre os três elementos analisados ao longo destes estudos (princípios republicanos, democracia e políticas públicas). A democracia, assumindo de maneira hegemônica sua estrita forma representativa, encontra dificuldades em observar o imperativo republicano do desejo da maioria nos diversos aspectos da esfera pública, restringindo-se a obrigatoriedade do voto e ao direito de escolha dos representantes.

O reflexo destas dificuldades encontra-se na construção de politicas públicas e sociais que ainda não alcançam constituir espaço popular cidadão participativo/deliberativo. Embasadas em uma tradição neoliberal de cunho economicista, assim como em concepções tuteladas de cidadania, tais políticas pecam no discernimento do que de fato é primordial ao Estado Republicano Democrático: o princípio da participação.

Não se deve perder de vista que a República não é por excelência democrática, assim como a democracia não é por excelência prática participativa e deliberativa, e sendo assim, torna-se primordial a concepção de uma esfera pública em constante construção.

A atual situação nos remete a determinada concepção de Taylor (2000) sobre a política liberal e a esfera popular, onde afirma que "a esfera pública é o *lucus* de uma discussão que engaja potencialmente todos, de modo que a sociedade possa chegar a uma ideia comum acerca das questões importantes. Essa ideia comum é uma visão reflexiva que emerge do debate público." (p.281). Estaria posto, portanto, como desafio, conquistarmos uma esfera pública de cunho extrapartidária e supra mercadológica onde as pessoas mesmo, organizadas de maneira dispersa, se compreendam enquanto pertencentes de determinada unidade, onde os diversos grupos e categorias fossem verdadeiramente ouvidos em pé de igualdade e que, onde, por fim, as decisões acatassem o desejo da maioria.

Ao término de seu estudo Taylor (2000), apresentando a constituição de uma sociedade centralizada de cunho liberal-desequilibrado e burocrático, utiliza - para o que aqui assumimos enquanto incongruência - o termo *fragmentação*.

> Vimos que a fragmentação aumenta quando as pessoas já não se identificam com sua comunidade política, quando seu sentido de pertinência cooperativa se transfere para outras instancias ou se atrofia por inteiro. Alimenta-a também a experiência de impotência política. Uma identidade politica em declínio dificulta a mobilização efetiva e o sentimento de impotência é a mãe da alienação. (TAYLOR, 2000: 302).

Como veremos a seguir, exemplos estes são vastos na história da Amazônia que, ao sofrer tamanha fragmentação provocada por intervenções estatais hegemônicas de cunho indolente, passa a caracterizar-se enquanto território de ausência.

2. Histórico de intervenções na Amazônia e a produção das Ausências

O Brasil possui cerca de 3,6 milhões de Km² de florestas, ocupando o terceiro lugar entre as nações com maior área florestal. Segundo as Nações Unidas (2013), dos pouco mais de seis milhões de quilômetros quadrados que se estima ter a floresta amazônica, nada menos do que 59% estão em território brasileiro. Neste território moram aproximadamente 18,1 milhões de pessoas, correspondendo a 12,4% da população do Brasil.
Em vista desta tamanha diversidade, Nogueira (2007) questiona como poderíamos entender a relação entre o Estado e o espaço, em uma região como a Amazônia brasileira:

> Em âmbito mais geral, o que liga o Estado ao Espaço são as ações empreendidas por aquele para reproduzir-se enquanto tal e assegurar o controle do território e da sociedade por ele envolvida. Num plano secundário, podemos afirmar que o Estado privilegia determinadas ações, cujo fim é manter suas estruturas produtiva e social. Se no primeiro caso, podemos perceber suas manifestações a partir da construção de um corpo de legislação que regula e submete a sociedade inteira ao território do Estado, do ordenamento territorial definido pelo Estado, da divisão ou não dos poderes distribuídos pelo Estado, pela forma como ele atua nas fronteiras do Estado, enfim, como ele define o relacionamento com o exterior, no segundo caso, penso que estamos diante de um Estado, cuja relação com o espaço rebate-se na paisagem, a partir das mudanças efetuadas por ele. (NOGUEIRA, 2007: 27).

Na relação estabelecida por parte do Estado, através destas caracterizações normativas de primeira ordem elencadas na citação, a Amazônia é continuamente pautada por sua dimensão ambiental, principalmente sobre o enfoque extrativista. Por uma emblemática falácia que lhe atribui o adjetivo de *vazio demográfico*, em paralelo a concepção estritamente desenvolvimentalistas, aplica-se um processo de desumanização, promovendo a invisibilidade no conjunto deste espaço, das populações e grupos sociais que aí vivem. (STEMBRENER, 2009).
A produção da ausência, através das intervenções hegemônicas, como veremos, dá-se principalmente sobre as populações indígenas e ribeirinhas que ao sofrerem determinada invisibilidade reduzem, aos olhos externos, a Amazônia a um simples espaço físico e assim, abrem precedentes para ações de cunho exploratório e mercantil através dos mecanismos de apropriação e de violência. Moreira (2000: 10) sobre isto afirmar que:

> O homem não é um elemento acrescido à paisagem, uma sorte de acessório destinado a ordena-la ou completa-la, pois se assim fosse, seria apenas uma expressão decorativa na superfície do Planeta. Na realidade, ele é o fator geográfico por excelência, e isso tanto pelas suas atividades quanto por sua própria condição, tanto pelo que realiza quanto pelo que é: no primeiro caso pode ser um modelador da paisagem, no segundo pode ser um elemento necessário a sua significação. Daí porque, mesmo quando não figura na paisagem, ele está implícito nela. Sem o homem, o espaço é uma noção física, não uma noção geográfica e assim sujeito a toda a sorte de intervenção.

2.1- A formação da República e a cristalização das Ausências

O final do século XIX caracterizou-se pela exploração mercantil das riquezas da selva onde as vias fluviais tornavam-se verdadeiras estradas reais de mantimento para Portugal e Espanha. Não é porque a exploração estava agora tributada pela República e a presença do militarismo mantinha visíveis as divisas territoriais, que as explorações aos povos locais haveria de terminar.
Em 1922 as disputas territoriais e comerciais na Amazônia, em especial na região fronteiriça do Alto Solimões, estabeleciam-se entre os recém-criados Estados – nação do Brasil, Colômbia, Peru e Equador, intermediados pelos Estados Unidos. O Tratado de Salomon Lozano entra em vigor em 1922 reconhecendo como uma parte do trapézio amazônico também território colombiano. O fato marcante desta época é o descontentamento de alguns peruanos frente a este Tratado, pela perda de território e a ameaça latente de invasão à atual cidade colombiana de Letícia, território que na época, pertencia ao Peru. (FERRARINI, 2013).

As conturbações locais representavam, em diferentes dimensões, os conflitos espalhados por todo o continente nos anos que se precedem e se efetivam as independências. São disputas territoriais guiadas por motivações geopolíticas e financeiras para alguns, por busca de direitos e reconhecimento para outros. Apesar da máxima imposta pela Revolução Francesa de igualdade, liberdade e fraternidade, as revoluções de independência na América Latina, salvo algumas exceções, não eram movimentos democráticos, pois representavam apenas o desejo das elites americanas em despojar de direitos iguais aos dos colonizadores. Buscavam assim, legitimar uma classe dominante local. Neste ínterim a exploração da selva obteve lugar marcante. (RINKE, 2012).

> O início do século XX marca, para a Amazônia, a consolidação de uma nova Era: a Era da Borracha, riqueza vegetal que fazia das cidades a beira do rio, especialmente Manaus, o centro da produção e comercialização deste novo ouro. Nesta década a economia brasileira sofria com a crise econômica deflagrada pela lucratividade dos plantios de hevea (espécie de borracha) realizados no Oriente obrigando o governo do Marechal Hermes da Fonseca a elaborar o Decreto 2543-A de 1912, que decretou o que poderia ter sido a primeira politica concreta de desenvolvimento regional do Brasil. Plano que tinha como medidas facilitar e desenvolver a cultura da seringueira, do caucho, da maniçoba e da mangabeira e da colheita e beneficiamento da borracha extraída destas árvores. (OLIVEIRA, 2009: 42).

O Brasil, na tentativa de deixar para traz suas épocas de colônia, fascinava-se pelo ideário do progresso desenvolvimentista e transformava as regiões da borracha, do café e do açúcar seu passaporte para nova era. A ferrovia Madeira – Mamoré era símbolo desta conquista que, atravessando o imenso solo verde amazônico, transportava o ouro branco para as centrais de comercialização do Brasil.

A crise do sistema da borracha aparece justamente em seu auge econômico, na segunda década do século XX, quando o produto amazônico perde espaço para a borracha asiática. Pois, a forma amazônica de realizar a extração era custosa e embasada no padrão tecnológico extrativista desordenado que não oferecia ao produto qualidade e sistematicidade. (OLIVEIRA, 2009).

A crise da borracha e suas consequências espalhavam-se por toda a Amazônia brasileira. Neste contexto de pobreza extrema Ferrarini (2013: 122) apresenta a carta do prefeito apostólico do Alto Solimões enviado às autoridades do centro do país:

> As causas da pobreza no Alto Solimões e a crise econômica são várias. A última delas, além da politica partidária e pessoal do governo brasileiro que abandona os interesses vitais do país e pouco a pouco o leva a ruina total. A causa principal é a refinada astúcia dos ingleses. Eles souberam tirar proveito da plácida sonolência do governo brasileiro. Enquanto este dormia eles vigiavam e enquanto transportavam a preciosa goma, transportavam para a Ásia também quantidades enormes de sementes. O governo percebeu isto, mas achou que não devia se incomodar e, de um preço máximo reduziram a goma a um preço mínimo. Com isto o comércio sofreu um golpe mortal e com isto o falecimento das casas comerciais. Com isto os patrões não mais tiveram recursos para pagar os funcionários e extratores e uma miséria total se abateu sobre a Amazônia. Pelo interior, muitos morrem de fome.

Apenas na Constituição de 1946 que pela primeira vez a Amazônia vira pauta constitucional das preocupações da Nação, determinando-se que durante 20 anos 3% dos impostos federais fossem destinados a Ela. De fato, mesmo contando com 3% das verbas da União, o Banco de Fomento serviu exclusivamente para o financiamento de obras rodoviárias como a Belém-Brasília, realizando a ligação do território amazônico ao planalto central e estimulando a pecuária e mineração regional em uma fase geralmente denominada de integrativa, sob o slogan *integrar para não entregar.*

Becker (2005) concluiu com elementos detalhados desta história, afirmando que foi com a formação do moderno aparelho do Estado, associada à sua crescente intervenção na economia e no território, que se acelerou e tornou contínuo o processo de ocupação da Amazônia, com base na dominância absoluta da visão externa,

gerando assim, na primeira metade do século XX o agravamento da invisibilidade das populações e das culturas que aí existiam.

2.2 – As décadas de 50 e 60.

A fase inicial do planejamento regional (1930-1960) correspondeu à implantação do *Estado Novo* por Getúlio Vargas e foi muito mais discursiva do que ativa. Foi à necessidade de unificar o mercado nacional, associada ao avanço da industrialização, que desencadeou a abertura da região amazônica na segunda metade do século XX. Na exposição denominada Discurso do Rio Amazonas, Vargas (1941: 227) afirma:

> Nosso objetivo deve ser o de adensar o povoamento, acrescer o rendimento das culturas, aparelhar os transportes com o objetivo de retomar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado. Vim para ver e observar, de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto de seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros, também os estrangeiros, técnicos e homens de negócio, virão colaborar nesta obra, aplicando-lhe a sua experiência e seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não, como acontecia antes, visando formar latifúndios e a posse de terra do caboclo brasileiro. Nada nos deterá nesta arrancada que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar os valores das grandes torrentes equatoriais, transformando sua força cega e sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob nossa vontade, deixara de ser um simples capítulo da história da terra e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capitulo da história da civilização.

Nesta linha, no governo de Juscelino Kubitschek ações efetivas afetaram a região pela implantação das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre. A partir daí, acentuou- se a migração que já se efetuava em direção a Amazônia, crescendo a população regional de um para cinco milhões entre 1950 e 1960. Em 1953 criou-se a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA), com sede em Belém e o objetivo de desenvolver a produção agrícola, mineral, industrial e de bem-estar-social. (MEIRELLES, 2012).
Becker (2005) então pergunta: Que lições podem ser extraídas desse processo? O privilégio atribuído aos grupos econômicos e partidários, assim como a violência da implantação da malha técno-política, que tratou o espaço como isotrópico e homogêneo, com profundo desrespeito pelas diferenças sociais e ecológicas, tiveram efeitos extremamente perversos nas áreas onde foi implantado, destruindo, inclusive, gêneros de vida e saberes locais historicamente construídos.
Ao término, a experiência da SPVEA era analisada como um processo meramente técnico, burocrático, que desfocava os problemas sociais para os problemas geográficos ao colocar a Amazônia, a floresta e seus rios como principal entrave a ser combatido em favor do desenvolvimento. (Oliveira, 2009).
Com o golpe militar em 1964 assume o poder o Marechal Castelo Branco, implementando o Programa de Ação Econômica do Governo – Paeg, onde os objetivos eram: conter a inflação, retomar o crescimento e equilibrar os preços. Após leve recuperação do quadro financeiro através de uma política de choque bancário e fiscal o governo estrutura um plano de longo prazo, denominado Plano Decenal (1967-1976) com três grandes enfoques: Educação como fator de desenvolvimento econômico e social, Agricultura como forma de combater a inflação e Aumento das exportações para gerar equilíbrio do balanço de pagamentos. Tal programa não foi completamente implementado, mas, aprimorou a forma administrativa do governo planejar Políticas Públicas de cunho economicista. (MEIRELLES, 2012).
Em relação à Amazônia o Paeg representava o desejo militar de integração econômica e ocupação territorial com vistas à defesa das fronteiras, o que se concretizou com a *Operação Amazônia* que propunha a implementação de Polos de Desenvolvimento, industrialização e incentivos fiscais ao capital privado que desejasse se instalar na região. Tais ações foram geradas por uma série de reformas de cunho administrativo no território

amazônico, a saber: a transformação da SPVEA em SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia; o Banco de Crédito da Borracha em Banco da Amazônia (Basa) e a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). (MEIRELLES, 2012).

Batista (2007), analisando com detalhe os primeiros dez anos de funcionamento do Basa, ressalta que o banco serviu como um álibi financeiro para beneficiar outras ações em diversas regiões do Brasil, uma jogada administrativa do próprio governo para arrecadar fundos de interesses diversos que não a Amazônia.

A função do Basa colocava-se na agroindústria e na agropecuária e a partir de 1988 passa a compor seus fundos principalmente do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo Vegetal (Prodex). Em 2008 possuía 104 agências e 106 postos de atendimento e neste ano, através de 2,053 bilhões de reais foram financiadas 46.259 operações na agroindústria e pecuária, demostrando a continuidade, ao longo das décadas, das ações de incentivo exploratório realizadas pelo governo no território amazônico. (MEIRELLES, 2012).

O estímulo à migração ao norte e a criação de diversas rodovias, assim como a criação da Zona Franca de Manaus, representam políticas hegemônicas que buscavam apenas a integração mercantil, o livre fluxo de capitais estrangeiros em terras brasileiras e o incentivo da urbanização desfilhada dos aspectos ambientais e culturais.

A Zona Franca idealizada em 1950, posta em prática em 1960 e assegurada pelo Decreto de Lei 288 de 1967, começou sua primeira fase em 1970. Na segunda fase, a partir de 1976 o governo Geisel estabelece o índice mínimo de nacionalização dos produtos industrializados na Zona e o estabelecimento de cotas máximas globais anuais para importação, o que acabou por beneficiar grande parte dos produtores do Centro- Sul. Por fim, a terceira fase, iniciada em 1990 reflete a abertura nacional ao capital estrangeiro. (MEIRELLES, 2012).

Os indícios apontam para a contribuição da Zona Franca de Manaus no processo desordenado de urbanização do Estado do Amazonas, assim como para o fortalecimento da concentração da renda em toda a região da Amazônia Legal. O Estado do Amazonas detêm a maior concentração na arrecadação de toda a Amazônia na medida em que Manaus concentra 81% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, abrigando 52% da população em menos de 1% do território. Os demais 61 municípios que abrangem 48% da população representam 99% do território e respondem por 19% do PIB. (MEIRELLES, 2012).

Nogueira (2007) avalia este período amazônico como de intensificação da articulação da região com o resto do território nacional através da estimulação do minério, do pastoril, da colonização, da infraestrutura e da defesa e em muitos destes casos, florestas cederam lugares a pastos.

Obviamente, tais perspectivas nacionais eram amplamente apoiadas pelos governos locais como ao longo da gestão iniciada por Plinio Coelho em 1960 e terminada por Gilberto Maestrinho, no Amazonas, antes da ditadura militar. Tal governo pretendia introduzir maquinas para aumentar o setor agropecuário no interior do Estado. Esta perspectiva manteve-se no período inicial da ditadura com governo de Arthur Reis aderindo ao Paeg e potencializou-se através do Plano Quinquenal do Estado do Amazonas (Planal) entre 1961 e 1971, sob a regência do governador Danilo de Mattos. Tal plano objetivou a construção de exponencial malha tecnológica no interior do Estado com a criação de aeroportos, estradas, portos em um detalhado orçamento para investimentos na saúde, na pecuária, na educação e na agricultura de larga escala. (MEIRELLES, 2012).

Ao longo destas duas décadas dá-se inicio da industrialização do território amazônico que por sua vez, sofre com o deslocamento de suas riquezas postas a serviço de outras localidades e outros interesses no Brasil e fora dele. Confirma-se a política de intervenção no território amazônica em visitas a exploração mercantil e a ocupação territorial. Um erro crucial de estabelecer a Amazônia em relação de serventia com outro alguém que não Ela mesma e seu povo.

2.3- As décadas de 70 e 80

O início da década de 70 é marcado pelo *milagre econômico*[1] e como consequência o alto grau de endividamento externo do país. A economia aparentemente, mesmo frente à crise internacional do petróleo, ia bem e o povo, por sua vez, visivelmente ia mal. Foi no governo Médici que a repressão politica atingiu seu auge com Ato Institucional n. 5[2].

No início, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) entre 1970 e 1973, implementado por Médici sob a coordenação de Delfin Netto, pretendia gerar insumos mais baratos para reduzir custos da indústria. Através do Plano foi instalado o Programa de Integração Nacional (PIN), primeira tentativa de equilíbrio na distribuição de rendas e tributos dentro do território nacional. Este Programa, de acordo com Meirelles (2012: 63) incidiria efetivamente na região amazônica ao propor: "Aumento da fronteira agrícola na Amazônia, Ocupação econômica da Amazônia, Incorporação das economias periféricas às economias de mercado, Orientação do fluxo migratório nordestino para nova fronteira agrícola da Amazônia por meio da construção das rodovias BR-230 (Transamazônica), BR – 165 (Santarém – Cuiabá) e a BR- 364 (Cuiabá – Rondônia)" e Instauração do Programa de Distribuição de Terras (Proterra) coordenado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para estimular as formações agroindustriais.

Na segunda metade da década o governo de Geisel lança a segunda edição do PND, adaptado a região amazônica pela SUDAM através do II Programa de Desenvolvimento da Amazônia, o que ocasionou a criação do Polamazônica.

O Polamazônica deu continuidade aos processos de povoamento, ampliação dos projetos agropecuários e de infraestrutura física e social. Os fluxos migratórios estimulados pela política federal foram fortalecidos pela efetivação das estruturas básicas como estradas e geração de postos de trabalho em obras de conotação faraônica. Romperam-se os princípios federalistas quando as politicas estaduais passaram a ser postas em segundo plano pelo Governo Federal que via no Polo um braço prático e independente dos governantes locais. (MEIRELLES, 2012).

Batista (2007) afirma que foi por causa destas relações extrativistas descontroladas principalmente em relação à madeira, que em 1971 o patrimônio do Banco da Amazônia (Basa) foi ampliado em 200 milhões de dólares, mas, curiosamente, nunca conseguiu gerar lucratividade maior que 6% para seus acionistas. Em maio deste mesmo ano o Banco foi considerado em crise porque 56% do se patrimônio encontrava-se empenhado em empréstimos considerados de difícil recuperação. Frente a isto, o Banco restringe os incentivos de crédito na Amazônia, os seringais terminam por se extinguir e a extração de madeira toma rumos incontroláveis do ponto de vista econômico, legal, fiscal e ambiental.

Por parte do governo estadual de José Lindoso (1979-1983), o Amazonas assume como modelo padrão ao desenvolvimento do III PND e o Plano Global que se focava na independência energética de Manaus, através da criação da usina hidroelétrica de Balbina, no município de Presidente Figueiredo. O Plano Global também produziu amplo diagnóstico sobre a realidade amazônica e em suas linhas gerais apresenta:

> O crescimento econômico do Estado nos últimos anos têm-se traduzido em ganhos sociais diminutos para a população, havendo um processo gradativo de concentração da renda e centralização dos benefícios recorrentes desses crescimentos na cidade de Manaus. Somente os principais centros urbanos oferecem serviços sociais básicos, sendo ainda insuficiente para atender as necessidades locais. As áreas rurais do interior são desprovidas de infraestrutura que possibilite a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, problema agravado pela dispersão da população e condições naturais da região, que dificultam investimentos públicos. (GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, 1980: 30; In MEIRELLES, 2012: 115).

A conjuntura politica, econômica e social começa a transformar-se com a queda da ditadura militar e a ascensão de governantes civis na segunda metade da década de 80. Após o *Movimento das Diretas Já* e a morte de Tancredo Neves, chega ao poder José Sarney, como presidente eleito pelo povo, em um período intitulado de Nova República. Sem dúvida, o objetivo maior encontrava-se na preparação politica e administrativa para a convocatória da Assembleia Constituinte de 1988 e sendo assim, uma série de fusões e criações de novos aparatos administrativos foi desencadeada.

Contudo, o Cruzado, plano econômico de Sarney, baseado na reforma tributária, na desindexação dos valores e no congelamento dos preços, causou impacto negativo na economia e teve que ser emergencialmente substituído pelo Plano Bresser em 1987, que tratava de reverter o quadro de crise interna com políticas fiscais e políticas monetárias restritivas. O resultado, ao revés, foi à acentuação da crise que chamou em 1989 um terceiro

Plano denominado Verão, também ineficiente. Ao término da década o quadro era de extrema instabilidade econômica, com a hiperinflação em média de 164% ao mês e o congelamento dos salários. (MEIRELLES, 2012).

No Amazonas a transição governamental mudava de nome, passando para o então elegido governador Gilberto Raposos, contudo não mudava de diretriz, pois seguia na implementação do Plano Global desenvolvido pelo governo anterior.

Por sua vez, o atual governo viu-se surpreendido com o aumento exacerbado da migração do interior em direção à Manaus. Primeiramente pelas péssimas condições encontradas nas regiões mais distantes da capital. Segundo, porque não havia como frear o êxodo rural em direção a capital, frente à tamanha crise da economia nacional, pois enquanto naqueles anos a média de crescimento do Brasil estava em 2%, Manaus, pelas politicas anteriores de incentivo a Zona Franca, chegava a 4% de crescimento ao ano. (MEIRELLES, 2012).

Raposo esgotou-se na tentativa de encontrar saídas para a explosão demográfica de Manaus e o aparecimento de regiões periféricas que demandavam ações estatais básicas, naquele momento, impossíveis de serem contempladas pela administração pública.

Apenas no governo de Amazonino Mendes (1987 – 1991) que se institucionalizou uma resposta efetiva para o êxodo rural: o Programa de Interiorização para o Desenvolvimento (PID) que objetivava criar politicas de fixação do homem em suas terras através de ações específicas, municipalizadas e de alto valor monetário, como a restauração e criação de mais escolas, postos de saúde, calçamento, espaços culturais, incentivos ao plantio familiar, etc. (MEIRELES, 2012).

Ferrarini (2013) reflete que as ações governamentais frente à crise migratória foram elementos de impulsão e consolidação institucional para a região do Alto Solimões. Como reflexos da politica de interiorização inaugura-se na região a Educação para Jovens e Adultos (EJA), a construção de novas escolas, a rede de telefonia pública, o Centro de Treinamento Profissional (CETAM) sob a coordenação de o Comando Militar da Amazônia, a sede da SUFRAMA, a inauguração da agência bancária do Bradesco, a Inspetoria da Receita Federal, a Agência da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas, a presença da Fundação Nacional da Saúde (FUNASA), Agência da Justiça do Trabalho, o 9° Distrito Naval da Marinha, o Aeroporto Internacional de Tabatinga, a COSAMA enquanto rede municipal de tratamento e distribuição de água que interligava 30% dos domicílios de Tabatinga, a sede da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), além da Associação dos Pescadores de Tabatinga e a Colônia dos Pescadores.

Estes emergentes atores institucionais aplicaram nova dinâmica à região da tríplice fronteira principalmente através dos incentivos migratórios rumo ao interior, buscando quadros qualificados de outras regiões do país para o serviço público. O intuito último era de aquecer a economia local, como de fato mostrou-se nas décadas subsequentes. Este elemento é também importante para a compreensão sobre a criação de uma elite local no Alto Solimões e o aumento da concentração de renda e da desigualdade social, na medida em que a população local, em grande parte, não possuía as necessárias qualificações escolares e laborais exigidas pelo governo para tais cargos públicos.

O Plano de Interiorização também não se desvincula da ideia protecionista do governo frente a estratégias ofensivas dos governos estrangeiros em direção a Amazônia. Nascimento (2009) chama a atenção para a abertura da Amazônia ao capital estrangeiro e o papel das universidades nacionais neste processo: Primeiro à presença do Instituto Nacional do Câncer dos Estados Unidos que desde 1986, apoiado em uma série de parcerias farmacêuticas, realiza coletas vegetais no território amazônico em busca de elementos que possam curar o câncer e a AIDS. Tal acordo possui como parceira nacional a Universidade Paulistana (Unip), com investimento avaliado em um milhão de dólares por quatro anos. O projeto não é claro sobre a geração de royalties para o estado brasileiro.

Outra simbólica presença estrangeira na Amazônia brasileira, para ficarmos apenas nestes exemplos, refere-se à Glaxo Group Reserarch criado em 1988 e filiado ao poderoso grupo multinacional de cosméticos e farmacêuticos P&D. O projeto em parceria com uma empresa brasileira chamada Extracta, busca através do estudo de 10 mil bactérias e fungos, desenvolver produtos a partir de aproximadamente 30 mil substâncias diferentes. Tal ação que encontra parceria científica nas Universidades Federais do Rio de Janeiro e do Pará, possui orçamento detalhado em 3,2 milhões de dólares por dois anos e meio e o ponto polêmico é que as patentes pertencem a Extracta, empresa com 10% de capital estrangeiro.

Parece estar claro que o advento das Políticas Públicas desenvolvimentistas nas décadas de 60, 70, 80, com sua faceta neoliberal nos 90, representou para a Amazônia a abertura de suas riquezas a serviço do capital. Tal fato evidencia-se quando comparamos estes exemplos com o que Santos (2002) indica enquanto consequência das politicas neoliberais nas economias nacionais: exigência da abertura comercial, adequação dos preços domésticos aos internacionais quando o segundo coloca-se mais baixo que o primeiro, prioridade na economia de exportação, direitos de propriedade privada sobre bens públicos ou naturais, regulação estatal mínima e a garantia de novos direitos de propriedade intelectual para investidores estrangeiros.

No contra fluxo deste processo se estabelece, em 1978, o Tratado de Cooperação Amazônica que "reflete uma visão geopolítica defensiva e pragmática da integração regional e fortalecimento da soberania por parte dos países amazônicos." (SILVA, 2009: 222). Este acordo, que apesar de assinado por ministros das relações exteriores de oito países sul-americanos, ficou no papel até a metade da década de 90, quando pressões internacionais em defesa da Amazônia, a morte de militantes ambientalistas como Chico Mendes, os estudos consolidados sobre os impactos ambientais dos meios hegemônicos de produção, assim como a Conferencia Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio – 92), retomaram este tratado, elevando-o, por determinação da Agenda 21, ao status de Organização e que hoje têm sede em Brasília e apresenta uma agenda de desenvolvimento endógeno e proteção ambiental para a Amazônia. (SILVA, 2009).

Por fim, parece que Becker (2005) tem razão ao afirmar que dois processos opostos têm como marco inicial a década de 80 estendendo-se até os anos 90: Por um lado, o inicio do esgotamento do sonho nacional-desenvolvimentismo protagonizado pelo Estado potente, agora totalmente endividado, abrindo margem para entrada de capitais externos. Por outro lado, neste mesmo tempo, um novo processo simbólico tem início com a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, representando, assim como outros muitos que emergem de diversos lugares na Amazônia, um primeiro movimento organizado de resistência das populações nativas frente à expropriação da terra e do povo.

2.4 – As décadas de 90 e 2000

Os primeiros anos da década de 90 pela primeira vez mostram com clareza o ápice e a generalização da globalização mundial mercantil entre as nações (representada pela alta volatilidade do dinheiro e o fortalecimento das empresas multinacionais).

Os brasileiros, com a crise econômica que perdurava das décadas passadas, através do governo de Fernando Collor de Mello, viram confiscadas suas aplicações e as cadernetas de poupança a fim de inibir a especulação financeira para controlar a hiperinflação e regular a liquidez monetária do mercado. O resultado foi um desastre que gerou holocausto político, econômico e social, um amplo programa de privatizações e o enxugamento das estruturas administrativas, que acabaram por gerar o impeachment do presidente dois anos após sua posse.

A gestão do sucessor Itamar Franco, nos anos que restavam ao cumprimento do mandato tratou de estabilizar o caótico quadro do país através de uma brusca mudança de rumo ao lançar o Plano Real que foi efetivamente posto em ação no posterior governo de Fernando H. Cardoso (1995-2002). Neste último ampliam-se os processos de privatizações com destaque para Vale do Rio Doce e as companhias estaduais de telefonia, assim como o fim do monopólio estatal sobre o petróleo. Sobre a infraestrutura realizou forte investimento para a implementação do gasoduto Brasil -Bolívia e sobre os aspectos sociais criou-se o Fundo de Ensino Fundamental (Fundef) e a Bolsa Escola. (MEIRELLES, 2012).

No Amazonas, a abertura econômica de 90 reflete-se, durante a volta do governador Gilberto Raposo ao poder (1991-1995), com a criação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Amazonas (Planamazonas).

> A estratégia de crescimento do Planamazonas baseia-se em impulsos às exportações, a partir da diversidade dos mercados, tanto interna quanto externamente, condição para a própria estabilidade da expansão econômica. Esse desígnio somente será alcançado quando as atividades produtivas tornarem-se internacionalmente competitivas, o que demanda transformação econômica (reestruturação industrial, base produtiva diversificada e atrelada aos recursos naturais, turismo e desconcentração espacial da produção. (SEPLAN, 1994: 23-24).

Forças atuantes em diferentes escalas geográficas influem no novo contexto. Ao nível global tornam-se mais acentuadas as feições da globalização mercantil com a interconexão não só das finanças, como das arenas políticas nacionais e internacionais, a redefinição do papel do Estado, a mercantilização global da natureza, os financiamentos descentralizados e a aceleração das atividades e dos territórios por efeito das redes técnicas. (BECKER, 2005).

De acordo com os estudos de Becker (2005), as PPs para a Amazônia refletem o interesse nacional em seus valores históricos atualizados pela incorporação das demandas da cidadania, e essa transição se expressa hoje nas PPs desarticuladas, por partirem de conceituações homogeneizantes, não compreendendo a existência de muitas formas de cidadanias que nascem e se articulam com cada território.

Suas análises reforçam nossas concepções apontando que as intervenções hegemônicas, por um histórico de incapacidades em lidar com as peculiaridades de cada região dentro do contexto amazônico, aplicam como regra geral determinado repertório pré-estipulado de conceitos e ações. Características típicas de uma racionalidade metonímica e proléptica.

Becker (2005) afirma que existem dois caminhos possíveis para não incorrermos nos erros típicos desta racionalidade indolente: Ou partimos para a produção de modelos radicalmente endógenos de desenvolvimento ou devemos realizar certa apropriação sobre as intervenções hegemônicas, sob a égide do protagonismo comunitário, para redimensioná-las às necessidades locais.

Ao nosso entender, grupos locais articulados apropriarem-se das politicas públicas hegemônicas, para que, quando estas cheguem aos seus territórios sejam hibridizadas com os variados e específicos elementos da cultura local, tornando-se assim adequadas, parece ser a opção viável. Neste sentido, pensamos que uma intervenção adequada só pode ser também uma intervenção de respeito cultural e que o Estado, enquanto entidade responsável sobre a totalidade de um território, produz politicas homogeneizantes e planificadoras incapazes de abarcar a diversidade no que tange as culturas.

Para exemplificarmos esta tese vejamos o que Becker evoca sobre o caso do Plano para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG-7).

Tal Programa, negociado em Genebra em 1991 e colocado em prática em 1994 é financiado pela União Europeia, Canadá, Japão e Estados Unidos, administrado pelo Banco Mundial com investimentos previstos em 250 milhões de dólares. É um dos maiores programas ambientais implantados em um só país até hoje. Além de atribuir as ONGs papel importante na efetivação de suas atividades, busca proteger os recursos genéticos e conter o desmatamento, porém implicitamente projeta-se na aquisição de reservas de mercado para estudos bioquímicos e desenvolvimento de novas tecnologias de combustível oriundo da selva amazônica.

Mesmo com estas implícitas motivações exógenas, após detalhada análise Becker (2005) afirma que foi o PP-G7 que se transformou no grande indutor dos projetos endógenos, através de uma estratégia descentralizada que envolveu as principais reivindicações sociais, onde se destacam as áreas protegidas e os projetos comunitários alternativos "que transformaram a Amazônia em verdadeira fronteira experimental de um novo padrão de desenvolvimento" (p:25).

Se por um lado as pressões de privatização e exploração do mercado neoliberal cercam a Amazônia de interesses mercantis, a década de 90 também inaugura um tempo de importantes conquistas aos movimentos rurais de resistência indígenas e ribeirinhos. Como fruto da pressão realizada por estes movimentos em conjunto com segmentos indigenistas da sociedade, em Janeiro de 1996 Fernando Henrique lança o decreto 1.775 detalhando como se daria a demarcação das terras indígenas, algo que se esperava desde a aprovação da Constituição Brasileira (1988).

Portanto, a década de 90 representa a contradição das ações do governo, hora pressionado pelos movimentos indígenas, indigenistas e ambientalistas, hora pelo mercado econômico mundial, as empresas multinacionais e as politicas públicas neoliberais. Sobre este contexto, exemplifica Becker (2005: 33):

> Nestes anos, o projeto ambientalista propõe a formação de imensos corredores ecológicos para proteção ambiental. Mas no mesmo ano, o governo federal, após uma década de omissão, retoma o planejamento com o Programa Brasil em Ação, resgatando e fortalecendo o modelo exógeno e propondo a implantação de igualmente

> grandes corredores de desenvolvimento. Corredores de transporte e corredores de conservação implementam, respectivamente, os modelos exógeno e endógeno, orientados por políticas públicas paralelas e conflitantes. Políticas que expressam o embate de interesses econômicos e político-ideológicos diversos – em parcerias externas/domésticas – e influem na alteração do conteúdo do interesse nacional e da apropriação e uso do território. A coexistência conflitiva dos modelos endógeno e exógeno marca hoje a região.

Mesmo ocorrendo avanços no sentido de proteger as terras indígenas, de maneira geral o interior do estado do Amazonas continuava a mercê do abandono e da precariedade estrutural e social. A abertura aos mercados internacionais enquanto tendência nacional e regional e as ações de interiorização que se tornaram específicas e sem continuidade, não obtiveram êxito em melhorar a qualidade de vida no interior do estado. Fizeram foi fortalecer a concentração de renda em Manaus e aumentar a desigualdade social entre interior e capital.

Neste contexto que o governador Amazonino Mendes, em seu segundo mandato (1995-2002) lança o programa III Ciclo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas que destinava suas ações primordialmente ao interior, ao prever: Implantação dos polos madeireiros e moveleiros, Implantação do terminal pesqueiro de Manaus, Implantação da Cooperativa de Pesca, Implantação do terminal de exportação da soja, Desenvolvimento Turístico na reserva ecológica de Anavinhanas, área de proteção ambiental do Rio Negro, Parque Estadual do Rio Negro, área de prática ambiental em Presidente Figueiredo e o Festival Folclórico de Parintins. (MEIRELLES, 2012).

Contudo, estudos comprovam (Pontes Filho, 1997) que o Terceiro Ciclo ficou muito abaixo de suas expectativas em relação ao interior do Amazonas e principalmente, por um erro em substituir a Secretaria de Agricultura pela Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Ciama) – sociedade de direito privado, automaticamente perdendo os recursos da União.

O interior continuava sem um olhar específico que compreendesse e propusesse Políticas Públicas a partir da realidade de cada região. Como exemplo disto, evidencia-se a criação da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) feita sem a devida articulação com a própria Universidade Federal do Amazonas, duplicando esforços com a instalação de cursos similares em lugares onde ambas existiam, ou construindo grades curriculares totalmente desvinculadas das necessidades específicas de cada região.

Ao contexto nacional a virada do milênio trouxe também mudanças significativas para a politica brasileira. Pela primeira vez na história da República foi eleito um partido político de cunho social e popular, representado na figura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2010). A ênfase foi posta sobre os programas sociais de transferência de renda, o mais conhecido destes, Bolsa Família, representou uma junção entre Bolsa Escola de Fernando Henrique e outros diversos programas sociais, inicialmente tendo como base o Programa Renda Mínima implementado no governo paulista de Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores (PT), anos antes. O programa Bolsa Família em 2010 atendeu 12 milhões de famílias tornando-se o programa social de maior abrangência já operacionalizado no país. Tal gestão foi também marcada pelo aumento substancial do salário mínimo que em 2003 era de 200,00 reais, chegando em 2010 ao patamar de 510,00 reais, provocando em quatro anos uma redução de 10% dos índices de pobreza. (MEIRELLES, 2012).

A politica econômica nacional com o PT no comando seguiu a linha ortodoxa que já vinha sustentando o Plano Real nos últimos anos, porém sem o foco nas privatizações. Direcionando as verbas para infraestrutura e energia criou o Programa de Fontes Alternativas de Energia, o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), Programa de Racionalização e uso de derivados de Petróleo e Gás Natural (Compet), Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e a Política de Produção do Pré- Sal.

> A infraestrutura foi um dos gargalos do governo Lula. A pressão por demandas e a baixa competitividade das concessionárias do setor de telecomunicações, aliada à precariedade dos portos, aeroportos, estradas e falta de mão de obra qualificada contribuíram para a alta do chamado 'custo Brasil' e baixo crescimento econômico do país. O Programa de Aceleração Econômica do Crescimento (PAC I) em 2007 possuía investimentos da ordem de 500 bilhões de reais, entretanto problemas com

> atrasos e dificuldades orçamentárias, licitatórias e de operacionalização das obras alteraram seu cronograma de execução. Em 2010 foi lançado o PAC II englobando algumas obras do PAC I e acrescentando novos investimentos, inclusive para a Copa do Mundo e as Olimpíadas do Rio de Janeiro, totalizando 1,59 trilhões de reais. (MEIRELLES, 2012: 75).

Cabe frisar também que é neste contexto da primeira gestão do governo Lula que as práticas associativas, solidárias e cooperativas de trabalho assumem grande relevância e visibilidade no cenário nacional, surgindo como alternativa subsequente aos projetos de redistribuição de renda, na busca por desenvolvimento social e a geração de trabalho e renda. Este cenário institucionaliza-se com a criação da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES) ligada ao Ministério do Trabalho em 2003, projetando o Brasil, a respeito das práticas associativas, como referencia no cenário internacional.

No contexto da Amazônia Legal vale salientar o Plano Amazônia Sustentável de Aquicultura e Pesca, elaborado em 2009 com vigência até 2011, desenvolvido pelo Gabinete da República em parceria com Ministérios da Pesca, Agricultura, Integração e Desenvolvimento Social:

Tal projeto apresenta como objetivo geral "*Integrar programas, projetos e ações nos estados da região amazônica, voltados para a promoção do desenvolvimento sustentável do setor pesqueiro e aquícola, visando fortalecer as cadeias produtivas e melhorar a qualidade de vida de todos os envolvidos com a pesca e aquicultura.*" (PASAP, 2009).

Levando em consideração, em seus objetivos específicos, as mudanças climáticas e a crise financeira internacional de 2008, as diretrizes de tal projeto indicam ser necessário trabalhar junto às populações locais ações que promovam à "*prevenção e a mitigação dos impactos causados as comunidades pesqueiras, apresentando o Estado como figura central nesta relação". (p.5)*.

Percebe-se com clareza que no texto do Projeto a figura estatal, apesar de construir discursos viáveis de desenvolvimento junto à população, mantem-se a apresentar-se como protetora patriarcal de um processo supostamente inevitável e não facultativo de desenvolvimento mercantil que invariavelmente gera malefícios a serem sanados por suas intervenções.

Percebemos assim, que as políticas hegemônicas apropriam-se de determinado discurso de valorização local no sentido de justificar suas intervenções, mas no fundo, permanecem a defender uma postura comunitária passiva frente à implantação de sua ideia de progresso e desenvolvimento. Típico da Razão Impotente.

> O objetivo da Política Territorial é a superação da pobreza e das desigualdades sociais junto às comunidades aquícolas e pesqueiras pelo aprimoramento das capacidades de autogestão dos interesses coletivos, favorecendo a inserção do segmento nas cadeias produtivas do setor e a gestão sustentável dos recursos aquícolas e pesqueiros através da sua participação nos colegiados territoriais. (PASAP, 2009: 5).

Os resultados oficiais do PASAP ainda não foram divulgados pelo governo, contudo o principal índice de avaliação do projeto, referente à sua atuação na melhoria da qualidade de vida da população pescadora, é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das regiões participantes, que segundo as informações do Plano, em seu marco inicial (2009) apresentavam uma média de 0,757 pontos. Após quatro anos de intervenções, pelos dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010), a média destas mesmas localidades **é de 0,705, não apresentando as repercussões positivas desejadas.**

Após intensa busca por resultados parciais de tal programa encontramos apenas no trabalho de conclusão de curso de Locatelli (2009), avaliações pertinentes e detalhadas sobre o desenvolvimento do PASAP. O autor, seguindo as nossas impressões, conclui:

> Na prática, foi ignorada a concepção teórica do PAS, demonstrando uma enorme contradição advinda dos conflitos de interesse existentes entre as tendências ideológicas que compunham a cúpula de direção do governo brasileiro, como pode ser constatado nos principais programas orçamentários de desenvolvimento regional, os PPA's 2004-2007 e 2008-2011, já que ambos não previam os recursos

> exigidos pelo PAS, e o segundo (2008-2011), especificadamente, dividiu o Brasil em duas regiões - norte e sul - para a atuação dos seus programas finalísticos, tais como: Agenda Social; Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PAS é inserido na dinâmica do PAC sendo restringido à obsessão por obras em infra- estrutura que representam a insistência num modelo econômico desenvolvimentista industrial. {...} A continuidade nesta concepção desenvolvimentista com foco em infra- estrutura demonstra que na realidade o PAS não passou de um discurso de sustentabilidade exigido do Brasil tanto nacionalmente, quanto internacionalmente. (LOCATELLI, 2009:90).

Estes indícios nos levam a crer que ou o discurso estatal relatado acima foi operacionalizado de maneira equivocada, ou após o processo de intervenção estatal, as comunidades não conseguiram, por elas mesmas, dar continuidade ao processo.

Mesmo ainda não estando de posse dos relatórios finais do PASP, temos a tendência a concordar com Sanches (2010) ao apontar que as explicações usuais de falta de conhecimento, apoio técnico, auto interesse dos atores e desvios das politicas públicas não explicam o fracasso das intervenções de desenvolvimento na Amazônia, mas sim a subordinação de peculiaridades locais a uma lógica macroeconômica que não garante os micro-processos necessários para o êxito destas intervenções.

Segundo o autor, por trás deste cenário encontram-se duas correntes que disputam espaço: uma primeira ligada à produção de subsistência, sem geração de excedentes e acumulação, baseando a estrutura social em vínculos de parentesco, elaborando mecanismos de redistribuição das sobras, garantindo certa estabilidade nos fluxos produtivos. Por outro lado, posiciona-se a corrente que busca gerar o maior excedente possível, equipando a produtividade a partir de técnicas exógenas e mecanismos mercantis de remuneração.

Temos aí caracterizadas, respectivamente as práticas endógenas e exógenas no território amazônico.

Esta última corrente, analisada por Sanches (2010), representa as lógicas capitalistas convencionais que trazem para realidade amazônica uma racionalidade diferenciada, embasada na competição, que traz como resultados a degradação ambiental, o individualismo e a exclusão. Instalado este quadro, "justifica-se" a intervenção e o controle Estatal sobre a localidade onde, por fim, o discurso técnico-científico acaba por aliar-se com a politica partidária e as praticas tradicionais de assistencialismo para produzirem a ausência ou a não –existência.

> Os mercados locais e regionais tendem a serem autossuficientes os mercados nacionais e internacionais exibem um comportamento de expansão e contração que esvazia os mercados locais em beneficio dos internacionais, empobrecendo as populações com vínculos locais, dada sua procura por integração. A maioria dos programas de desenvolvimento da Amazônia coloca a necessidade de ligar a região com os mercados nacionais. Sendo a justificativa inicial para a construção de infra-estrutura de energia e transporte que ligaria a região com o mundo. Somente que este plano beneficia aqueles com capacidade de integrar-se como os agricultores que produzem produtos com demanda externa, que possuem valor suficiente para pagar o transporte na exportação de grande escala. Isto obriga ao restante de produtores a adequar-se e iniciarem práticas de uso da terra que degradam e exaurem os recursos materiais e ambientais, os articulam desigualmente e levam a importação e ao consumo de produtos caros. (SANCHES, 2010: 23).

Para tais populações, suas ações parecem partir de uma micropolítica embasada na cosmovisão de vida partilhada, ações de solidariedade e compartilhamento dos recursos existentes, que diferentemente de comércio e lucro, visam compor outros elementos de existência, fundamentais a vida cotidiana, como a cooperação para aquisição dos alimentos e manutenção do espaço comunitário.

Parece-nos ser este o equivoco oportuno e consciente que comete a Razão Indolente ao intervir e avaliar intervenções nos territórios de ausência: submeter lógicas cultuais específicas aos diagnósticos com indicadores

hegemônicos, realizar avaliações comparativas desproporcionais, sobrepondo determinada racionalidade imperativa a todos os espaços e experiências.

Neder (2010), através de análise de cunho jurídico dos processos estatais, refletindo sobre este contexto, acaba ao final de sua reflexão por chegar a território similar ao dos demais autores utilizados ao longo deste texto ao observarem a Amazônia:

> Como pode uma sociedade sob um Estado republicano centralizado e nacional emergente a partir do século XX, reconhecer a si própria, dada a existência de sujeitos *diferentes* tão excluídos? Daí ser um pensamento político institucional, jurídico e sociológico que se debate entre romper o dever de proteger os princípios comunitários das corporações e privilégios de ofício - ainda presentes na maioria das nossas atividades econômicas herdadas do antigo regime do Estado desenvolvimentista autoritárias das segundas metades do século XX e as dificuldades em definir uma nova *economia política* cujo pleno desenvolvimento depende da ação política ativa de uma parte da sociedade civil e do campo estatal. (p. 3).

Para Neder (2010), as ações do Estado geralmente colocam-se em sentido reparador dos interesses gerais, mas enfraquece sua própria legitimidade por não dar conta de tamanha multiplicidade e daí, entra em crise de regime. Tal crise acaba por encontrar a mesma caracterização a que nos referimos nos estudos de Taylor (2000) sob o rótulo de *fragmentação* no início deste texto*,* ou ainda sob aquilo que nós mesmos denominamos de Incongruência Estatal, fazendo menção a histórica incapacidade do Estado moderno brasileiro em desenvolver Políticas Públicas realmente voltadas as especificidades de seus múltiplos povos e culturas. Um Estado que, rotineiramente guiado pela Razão Indolente, acaba por gerar múltiplas formas de ausência e invisibilidade.

3- Considerações parciais

A Razão Indolente[3] caracteriza-se pela própria racionalidade moderna que através de suas diversas facetas como Impotente, Arrogante, Metonímica e Proléptica, operacionaliza nas ações do Estado lógicas monoculturais na produção do saber, no manejo com o tempo, na naturalização das diferenças, na sobreposição da escala universal sobre as escalas locais e nos critérios produtivos, gerando assim a ausência. Existe a produção da ausência toda vez que uma dada realidade, população, cultura, saber ou experiência é colocado no outro lado de uma linha abissal que divide o mundo social em visível ou invisível. Identificamos a produção da ausência toda vez que algum destes elementos é taxado de ignorante, residual, arcaico, inferior, local ou improdutivo. (SANTOS, 2007).

Como deixamos claro ao longo do texto, é justamente esta operacionalização da ausência, guaiada sob a Razão Indolente, que caracteriza as intervenções do Estado brasileiro no tocante as populações e culturas existentes na Amazônia. Como consequência, instala-se hoje uma crise de regime, de fidedignidade deste Estado que, através de Politicas Públicas incongruentes acaba por fragmentar sua relação com a população.

Não há alternativa senão uma profunda reavaliação dos métodos de planejar, intervir e avaliar as ações estatais nos territórios, uma reavaliação que leve a cabo a impossibilidade de construção de uma teoria geral e, portanto, que assuma como imperativo fundante destes processos os saberes, os atores e as dinâmicas de cada realidade em que se pretende a Política Pública. Como, avaliando a atual conjuntura, nos custa muito acreditar na possibilidade de uma alteração profunda na indolente racionalidade estatal brasileira, defendemos a ideia que estas transformações só são possíveis através do fortalecimento dos grupos comunitários; e o caminho para isto parece-nos encontrar-se no aprofundamento dos princípios e práticas da dialogicidade[4], cooperação, solidariedade e autogestão[5]. Estas alternativas que desejamos colocar em debate durante a apresentação deste trabalho.

Referências Bibliográficas:

BATISTA, Djalma (2007), *O complexo da Amazônia: Análise do Processo de Desenvolvimento.* Manaus – AM: EDUA.

BECKER, Bertha, (2005), *A Amazônia nos Cenários para o Planejamento Ambiental.* In Atlas: Os Ecossistemas Brasileiros e os Principais Macrovetores de desenvolvimento. Brasília: MMA, 15-45 .

CRUZ, Paulo Márcio, (2009), *O princípio republicano: aportes para um entendimento sobre o interesse da maioria.* Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD), São Leopoldo: Unisinos, 1, 87-96.

FERRARINI, Sebastião Antônio, (2013), *Encontro de civilizações: O Alto Solimões e as origens de Tabatinga.* Manaus: Valer.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS, (1991), *Diagnóstico do setor industrial e de serviços dos municípios do interior amazonense.* Manaus: SEBRAE.

LOCATELLI, Selecina, (2014), *Plano Amazônia Sustentável: Um nova concepção de desenvolvimento estatal para Amazônia?* Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: http://bdtd.bce.unb.br/tedesimplificado/tde acessado em 24 de setembro de 2014.

MEIRELLES, Wallace, (2012), *Políticas Públicas e Sustentabilidade na Amazônia***.** Manaus: VALER.

MOREIRA, PAULO (2000), *Unidades de conservação da Amazônia: Ecoturismo no parque estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas (PA).* In: Coelho Nunes, Maria Célia et.al. (Org.) Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais, Belém:Cejup:UFPA-NAEA, 55-70.

NEDER, Ricardo Toledo, (2010), *Estado e sociedade civil diante da nova Economia Solidária no brasil (qual governança e controlabilidade?).* Rio de Janeiro: Revista do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. 1. 3-18.

NOGUEIRA, Ricardo, (2007), *Amazonas: A divisão da Monstruosidade Geográfica*. Manaus: EDUA.

OLIVEIRA, José Ademir e ARAGÓN, Luís (org), (2009), *Amazônia: no cenário sul-americano.* Manaus: EDUA.

PASAP, Presidência da República, (2009), *Plano Amazônia Sustentável de Aquicultura e Pesca.* Brasília: Gabinete da Presidência.

PRAÇA, Sérgio. NORONHA, Lincoln, (2012), *Políticas públicas e a descentralização legislativa da Assembleia Constituinte brasileira1987-1988.* São Paulo: Revista brasileira de ciências sociais. 27 (78).

RINKE, Stefan. (2010), *História da América Latina: das culturas pré-colombianas até o presente.* Porto Alegre: ediPUCRS.

SANCHES, Camilo Torres (2010), *O PENSAMENTO DISCIPLINAR E O DESENVOLVIMENTO: uma analise das políticas públicas ambientais para o uso da terra na amazonia brasileira.*VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural. Porto de Galinhas: SLOC

SANTOS, Boaventura de Sousa (2002), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista***.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SANTOS, Boaventura (2007), *A Crítica da Razão Indolente: Contra a lógica do desperdício da experiência.* São Paulo: Cortez.

SILVA, Alberto. *Integração e governança na América do Sul: O caso da OTCA*. In: OLIVEIRA, José Ademir e ARAGÓN, Luís (org). Amazônia: no cenário sul-americano (2009). Manaus: EDUA. 200-242.

SIMONI, Jane (2010), *Economia Solidária e políticas públicas a revitalização do extrativismo: práticas de*

Economia Solidária e sustentabilidade. São Paulo: Revista Mercado de trabalho – IPEA. 42 (2). 54-78.

SOUZA, Celina (2006), *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. Porto Alegre: Revista Sociologias. 8 (16). 20-45.

TAYLOR, Charles (2000), *Argumentos Filosóficos*. São Paulo: Loyola.

VARGAS, Getúlio (1941) *Discurso do Rio Amanozas*. Cultura Política. Rio de Janeiro: Revista Mensal de Estudos Brasileiros, XII, (56).65 - 82.

www.ibge-censo2010.gov.br acessado em julho de 2013.

www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1775.htm acessado em maio de 2007.

Notas:

1- Milagre Econômico é a denominação dada à época de excepcional crescimento econômico durante o Regime Militar no Brasil, entre 1968 e 1973, também conhecida pelos oposicionistas como Anos de Chumbo. Nesse período do desenvolvimento brasileiro, a taxa de crescimento do PIB saltou de 9,8% a.a. em 1968 para 14% a.a em 1973, e a inflação passou de 19,46% em 1968, para 34,55% em 19741 2 . Paradoxalmente, houve aumento da concentração de renda e da pobreza.

2- O Ato Institucional Nº 5, ou AI-5, foi o quinto de uma série de decretos emitidos pelo regime militar brasileiro nos anos seguintes ao Golpe Civil-Militar de 1964 no Brasil. O AI-5, sobrepondo-se à Constituição de 24 de janeiro de 1967, bem como às constituições estaduais, dava poderes extraordinários ao Presidente da República e suspendia várias garantias constitucionais.

3- Razão Indolente: Para saber mais veja: SANTOS, Boaventura de Sousa. A Crítica da Razão Indolente: Contra a lógica do desperdício da experiência. Cortez, São Paulo – SP, 2007 e FERRARINI, Adriane, Vieira. POBREZA: Possibilidades de construção de políticas emancipatória. Óikos, São Leopoldo, 2008.

4- Técnica ou postura metodológica desenvolvida por Paulo Freire em trabalhos comunitários, no intuito de promover a valorização dos hábitos, conhecimentos, vocabulários e práticas locais.

5- Para aprofundar, ver: LACERDA, Luiz Felipe (2013), *Governar-se para quê? As práticas de gestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários.* Porto Alegre: ediPUCRS.

Resumo: Através dos estudos teóricos comprovamos que as intervenções públicas no território amazônico ao longo da história limitam-se aos interesses de incorporação econômica e ocupação territorial e buscamos, através da tese *Por uma Sociologia das Emergências: perspectivas de emancipação nos territórios de produção das ausências amazônicas,* perceber se intervenções guiadas pelos princípios da solidariedade, cooperação intercomunitária, sustentabilidade ecológica e autogestão podem gerar empoderamento destes coletivos na busca de emancipação social, cidadania e qualidade de vida. Partimos do estudo da realidade de 25 comunidades indígenas e ribeirinhas da região do Alto Solimões, na Amazônia brasileira. Área localizada na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, com grande quantidade de fauna e flora preservada, que abriga ampla gama de etnias e povos bosquesinos[1].

Palavras – Chave: Amazônia, Políticas Públicas, Participação, Razão Indolente, Intervenção Estatal.

[1] GACHÈ. Jorge. Sociedade Bosquesina: Tomo I. Instituto de Investigaciones de la Amazonia Peruana, Iquitos- Perú, 2011.

AS REDES SOCIAIS E SUA ATUAÇÃO NA RESPOSTA A DESASTRES NATURAIS

Julia Bellia Margoto
Universidade Federal do Espírito Santo e UFES/ Universidade de Brasília – UnB
julia.margoto@gmail.com

Jorge Henrique Cabral Fernandes
Universidade de Brasília – UnB
jhcf@unb.br

Resumo: O objetivo da pesquisa é a análise da atuação das redes sociais nas ações de resposta a desastres naturais no Brasil. Será realizado um estudo de caso, com enfoque nas enchentes ocorridas no Estado do Espírito Santo em dezembro de 2013, quando 55 dos seus 78 municípios decretaram estado de emergência. Uma grande ação coletiva da sociedade civil arrecadou e encaminhou toneladas de donativos às vítimas. A base teórica tem foco em aspectos como inteligência coletiva, participação social, capital social e redes sociais. Configura-se como um estudo exploratório em que será utilizada entrevista, questionários e extração de dados de mídias sociais para coleta de dados, visando à aplicação do método de Análise de Redes Sociais (ARS). Acredita-se que o detalhamento das características estruturais das redes envolvidas na resposta a desastres naturais possa conduzir a melhores formas de comunicação e tomada de decisão, reduzindo perdas materiais e humanas nestes cenários.

Palavras chave: Análise de redes sociais. Capital Social. Gestão de desastres. Inteligência coletiva. Redes.

1. INTRODUÇÃO

O engajamento em diversas atividades coletivas e a utilização de determinadas capacidades interpessoais anteriormente pouco exploradas puderam ser ampliados e fortalecidos a partir da era digital e já se tornaram parte da vida cotidiana de milhões de pessoas. A participação em comunidades virtuais é usualmente propiciada aos indivíduos por meio da interconexão, permitindo a criação de benefícios aos seus integrantes e a consecução de determinados objetivos coletivos (Rheingold, 2012).

Além de possuir a informação como seu principal fio condutor, a sociedade da informação caracteriza-se predominantemente pela materialização da lógica das redes, que, graças ao aporte tecnológico disponível, pode ser cada vez mais facilmente reconhecida nos mais diferentes processos (Castells, 1999; Werthein, 2000).

Neste sentido, as redes sociais apresentam-se como um fenômeno de considerável importância neste cenário, onde novos dispositivos de comunicação e programas de computador configuram-se como objetos materiais em torno dos quais existem grupos humanos em uma ação coletiva complexa. Esta configuração leva em consideração a ação das redes sociais em torno de uma infraestrutura informacional, evidenciando o advento de um social tecnológico (Di Felice, 2007; Lévy, 1999).

A Análise de Redes Sociais - ARS torna-se assim uma perspectiva bastante importante dentro do campo das ciências sociais e comportamentais. Seu arcabouço compreende uma série de teorias, modelos e aplicações que são expressos em termos de conceitos e processos relacionais. As relações definidas como ligações entre diferentes unidades denominadas atores são seus componentes fundamentais (Carrington; Scott; Wasserman, 2012; Wasserman; Faust, 2009).

Entre outras aplicações, a ARS vem sendo apontada e discutida como uma opção importante para melhorar a resiliência das comunidades em situações de desastres naturais. De acordo com o Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa, (Houaiss; Villar, 2001: 382), a resiliência é a «propriedade de retornar à forma original

após ter sido submetido a uma deformação; capacidade de se recobrar ou de se adaptar à má sorte, às mudanças».
Assim, a utilização da perspectiva da ARS poderia ser capaz de auxiliar na compreensão da forma de funcionamento geral de organizações e de comunidades, como também a maneira com que se preparam e respondem a desastres, especificamente (National Research Council, 2009).
Pressupõe-se que a ação de redes sociais na resposta a desastres naturais possua uma natureza essencialmente emergente. Nesse sentido apresenta-se a seguir a estruturação básica de uma pesquisa ainda em desenvolvimento que possui como principal objetivo a análise da atuação das redes sociais emergentes nas ações de resposta a desastres naturais, especificamente no contexto brasileiro.
Para isso, estão apresentadas a seguir, as principais bases teóricas que estão sendo utilizadas para o desenvolvimento do estudo, bem como o percurso metodológico pretendido, além dos principais resultados esperados a partir da conclusão da pesquisa.

2 O SOCIAL EM REDE E A INTELIGÊNCIA COLETIVA

O ambiente dinâmico característico da sociedade da informação é visto por Takahashi (2000) como possuidor de um potencial social indiscutível em sua capacidade de reduzir distâncias e aumentar o nível de informação das pessoas. Organizando-se a partir de constantes transformações, não apenas propicia novas formas de interconexão, como também possibilidades de diferentes experimentações capazes de transformar a natureza da própria estrutura e da ação social que passam a se ressignificar continuamente.
A característica extremamente complexa das novas interações parece fazer da estruturação em rede o formato ideal para este nova dinâmica de interconexões cada vez mais rápidas e imprevisíveis. As redes são capazes de ao mesmo tempo conferir estrutura e manter a flexibilidade tão necessária aos processos criativos e inovadores em curso (Castells, 1999).
Assim, tais avanços permitem a construção de um social em rede que tem como consequência, profundas transformações em vários aspectos do convívio humano. Nele, as práticas e as interações sociais são transformadas a partir de sua inserção em circuitos informativos interativos. O significado do próprio contexto social torna-se modificado a partir da introdução de novas tecnologias comunicativas (Benkler, 2006; Di Felice, 2007; Castells, 1999).
Neste contexto, Braga (2009) e Rheingold (2012) apresentam a inteligência coletiva como um fenômeno emergente possibilitado em grande medida pelas novas tecnologias digitais que permitem o surgimento de maneiras diferenciadas de organização social.
Pode-se dizer que o conceito de inteligência coletiva é bastante difuso, possuindo abordagens diferenciadas, porém muitas vezes complementares, conforme o campo de estudo e os autores em análise (Heylighen, 2013; Jenkins, 2006; Lévy, 2011; Noubel, 2006; Rheingold, 2012; Solachidis et al., 2010; Woolley et al., 2010).
A linha de análise mais comum para o fenômeno da inteligência coletiva é a que o localiza onde um grupo de agentes inicialmente independentes, desenvolve uma abordagem coletiva para a solução de um determinado problema de uma maneira compartilhada, que é mais poderosa do que a abordagem que qualquer um deles poderia ter desenvolvido de forma individual (Heylighen, 2013; Lévy, 2011; Noubel, 2006; Rheingold, 2012).
Um dos autores que mais tem se destacado nos estudos e propostas sobre a inteligência coletiva é Lévy (2011). Para ele, a inteligência coletiva possui caráter participativo, socializante, descompartimentalizante e emancipador.

> A inteligência coletiva é uma inteligência variada, distribuída por todos os lugares, constantemente valorizada, colocada em sinergia em tempo real, que engendra uma mobilização otimizada das competências. Assim como a entendo, a função da inteligência coletiva é colocar os recursos de grandes coletividades a serviço das pessoas e dos pequenos grupos e não o contrário. É, portanto, um projeto fundamentalmente humanístico, que retoma para si, com os instrumentos atuais, os grandes ideais de emancipação da filosofia das luzes (LÉVY, 2011:183).

A essência desta definição encontra-se na afirmação de que ninguém é detentor de todos os conhecimentos, mas todos sabem alguma coisa e, assim, cai por terra a lógica da ignorância. Ao mesmo tempo, os conhecimentos individuais são acessíveis a todos os demais membros de certa coletividade, por meio de diferentes mecanismos, atualmente representados, em grande medida, pelas novas TIC´s.
Outro aspecto essencial a esta definição é que a coordenação das inteligências em tempo real evidencia a importância da intervenção de tecnologias digitais de informação, objetivando a efetivação da comunicação entre os agentes.
Percebe-se que esta abordagem da inteligência coletiva foge a um contexto exclusivamente cognitivo e extrapola seu alcance para uma lógica colaborativa, de trabalho conjunto, típica da realidade proporcionada pelas interações realizadas em rede.

3 A ANÁLISE DE REDES SOCIAIS

Embora para algumas áreas da sociologia possa parecer estranho, tendo em vista a sua familiaridade histórica com os estudos sobre redes sociais, a denominação "Nova Ciência das Redes" tem sido utilizada para refletir um momento de rápido e amplo crescimento do estudo das redes em diversos campos científicos. Tais estudos têm sido marcados por uma constante reformulação de ideias, pela introdução de novas técnicas de pesquisa e pela descoberta de conexões entre problemas que pareciam possuir naturezas completamente distintas (Watts, 2004).
Um das questões centrais ao pensamento de rede é o seu foco muito mais nas relações existentes entre os seus componentes, do que nas características individuais de cada um destes componentes (Barabási, 2009; Carrington; Scott; Wasserman, 2012; Mitchell, 2009; Wasserman; Faust, 2009). A existência de determinados padrões regulares nestas relações é compreendida como a estrutura da rede (Wasserman; Faust, 2009).
A Teoria dos Grafos configura-se como componente essencial ao desenvolvimento do estudo das redes. Tal teoria acabou por se consolidar como a mais importante técnica matemática para representação das relações estruturais existentes entre os elementos dos sistemas naturais e sociais. Os grafos são utilizados para a representação dos diferentes nós, e das conexões existentes entre estes nós (Barabási, 2009; Érdi, 2008; Wasserman; Faust, 2009).
A ARS configura-se em essência, como um campo interdisciplinar. Para Otte e Rousseau (2002), a ARS não é um arcabouço teórico formal, mas sim uma estratégia abrangente para o estudo das estruturais sociais. De acordo com Marin e Wellman (2010) a ARS é muito mais uma perspectiva, do que propriamente uma teoria ou uma metodologia.
Os pioneiros da ARS são oriundos de disciplinas como a sociologia, a psicologia social e a antropologia. Ao longo de seu desenvolvimento a ARS veio sendo objeto de estudo por parte destas diferentes ciências sociais, que, na década de 70 reuniram seus esforços e transformaram as ações isoladas em um campo de pesquisa único, a partir de uma perspectiva estrutural (Wasserman; Faust, 2009).
A mensuração das relações existentes entre indivíduos em pequenos grupos encontra suas raízes na sociometria, uma abordagem metodológica surgida na década de 1930 e que tem em Moreno (1953) sua principal referência.
Conforme apontam Marteleto e Silva (2004), a sociometria associa o comportamento do indivíduo à estrutura social à qual ele pertence e possui como instrumento de análise o chamado sociograma. O tamanho dos grupos estudados inicialmente era reduzido em função da ausência de instrumentos, ferramentas e métodos automatizados para análise de redes.
Com a descoberta de que a representação dos dados sobre redes sociais poderia ser também realizada por meio de matrizes, ocorreu uma maior aproximação da ARS com a matemática. A teoria dos grafos, as teorias estatísticas e os estudos de probabilidade são importantes aplicações matemáticas à ARS (Izquierdo; Hanneman, 2006; Wasserman; Faust, 2009).
Da mesma forma que a matemática, pesquisadores de outras áreas como a física e a computação, com o tempo passaram a considerar a ARS uma disciplina essencial na busca de soluções para suas questões de pesquisa (Freeman, 2011).

A ARS possui uma vasta gama de conceitos e definições. A seguir estão apresentadas algumas destas conceituações, mais diretamente relacionadas ao alcance dos objetivos da pesquisa.

O grafo é o que representa a estrutura de uma rede e pode ser definido como um conjunto de vértices e um conjunto de linhas entre pares de vértices. A rede configura-se como o grafo e as demais informações adicionais acerca de vértices e de linhas (De Nooy; Mrvar; Batagelj, 2005).

Uma rede social pode ser definida como um conjunto ou conjuntos finitos de atores e os laços existentes entre eles (Marin; Wellman, 2010; Wasserman; Faust, 2009). Ao se ocupar essencialmente do estudo das relações existentes entre estes atores, a ARS busca a identificação dos padrões e implicações destas relações estabelecidas na rede. É, então, nessa descoberta, que se desvenda a estrutura da rede (Wasserman; Faust, 2009).

Atores são as entidades sociais relacionadas na rede. Podem ser individuais, corporativas ou coletivas. Assim, um ator pode ser uma pessoa em um determinado grupo, um departamento de uma empresa, ou até mesmo um país, se o foco da análise for um determinado sistema mundial (Wasserman; Faust, 2009).

Em um grafo representativo de uma rede social, os nós representam os atores e as linhas representam os laços existentes entre esses atores. Na teoria dos grafos, um nó pode também ser referenciado como vértice ou ponto e as linhas são também chamadas de arcos ou arestas. O vértice é a menor unidade em uma rede. Uma linha é definida a partir dos dois vértices que são incidentes a ela. Uma linha que conecta um vértice a ele mesmo é denominada *loop* (De Nooy; Mrvar; Batagelj, 2005).

O laço relacional é o que estabelece a ligação entre dois atores. Os laços podem possuir variadas características e tipos. Wasserman e Faust (2009) citam vários exemplos de laços relacionais como: associação ou afiliação, avaliação de uma pessoa por outra, transferência de bens materiais ou não materiais, conexão física (como uma ponte conectando duas faixas de terra, uma estrada ou um rio), relações formais, por exemplo, autoridade, dentre vários outros.

Numa relação direcionada, o laço existente entre determinado par de atores possui uma origem e um destino, como numa relação entre países, onde um é o exportador de produtos manufaturados para o outro. Uma linha direcionada é denominada arco. Já na relação não direcionada o laço não possui direção determinada, como a existente entre dois países que fazem fronteira entre si. Uma linha não direcionada é denominada aresta (De Nooy; Mrvar; Batagelj, 2005; Wasserman; Faust, 2009)

As redes também possuem determinadas propriedades que são fundamentais para a ARS, as quais passam a ser mais bem detalhadas a seguir.

O grau de conexão (*degree*) é a quantidade de conexões que um determinado nó possui. Dois nós conectados entre si são chamados nós adjacentes (Freeman, 1979). Os nós aos quais um determinado nó é adjacente são denominados vizinhança. Assim, o grau de conexão pode ser entendido como a descrição de quantos nós compõem a vizinhança de um determinado nó. Como consequência, quanto maior é o grau de conexão de um nó, mais popular e mais central será este nó na rede. Um nó com grau de conexão igual a zero é, portanto, considerado um nó isolado (Wasserman; Faust, 2009).

De acordo com Recuero (2009), nos grafos chamados direcionados (digrafos), ou seja, naqueles em que são identificadas de maneira distinta as conexões que um nó recebe (*indegree*) das conexões que ele faz com outros (*outdegree*), o grau de conexão pode ser explicado a partir destas duas formas de relação. Segundo a autora, estas distinções são fundamentais para que se analise especificamente um determinado nó em relação à rede e também a rede como um todo.

Assim, os chamados *outdegrees* podem ser de grande importância na identificação da expansividade dos atores, enquanto os *indegrees* relacionam-se às medidas de receptividade e popularidade (Wasserman; Faust, 2009). Assim, um grafo direcionado é aquele que contem um ou mais arcos, enquanto nos grafos não direcionados existem apenas arestas (De Nooy; Mrvar; Batagelj, 2005).

A centralidade e o prestígio são outras importantes propriedades relacionadas aos atores de uma rede social, podendo ser compreendidas a partir de relações direcionadas e não direcionadas e evidenciando, inclusive, relações de poder existentes na rede (Hanneman; Ridle, 2009). Em grafos não direcionados, um ator é considerado central se está envolvido em muitas relações na rede. Assim, esta medida de centralidade se relaciona aos graus de conexão de cada nó. Se um nó possui então um alto grau de conexão em relação aos demais, torna-se importante para as distâncias sociais na rede, sendo, portanto, um nó central (Recuero, 2009; Wasserman; Faust, 2009).

O prestígio, entretanto, é uma medida realizada a partir da análise de grafos direcionados que permitem a distinção entre o grau de entrada e o grau de saída do ator. Neste sentido, um ator de prestígio é aquele que possui muitas conexões de entrada (Wasserman; Faust, 2009).
A densidade, por sua vez, relaciona-se à medida do grau de conexão de uma determinada rede. Trata da proporção do número de conexões de um grafo em relação ao número máximo de conexões que o mesmo grafo suporta. Quando todas as linhas estão presentes, então todos os nós são considerados adjacentes e tem-se assim um grafo completo (Hanneman; Ridle, 2009; Wasserman; Faust, 2009).
A ARS vem sendo em muito facilitada pela utilização de programas de computador específicos para a finalidade. De acordo com Scott (2012), uma série de programas desta natureza está agora disponível de forma bastante fácil e barata, permitindo mesmo àqueles pouco familiarizados com a ARS, a realização de análises relativamente sofisticadas sobre os dados acerca de redes.
Dentre os programas disponíveis, alguns tem se destacado, como o UCINET e o Pajek, conforme aponta Scott (2012). Entretanto, muitos outros estão disponíveis de forma livre ou a baixo custo. Dentre eles estão: NetMiner3, MultiNet, Gephi e o ORA (Huisman; Van Duijn, 2012).

4 REDES SOCIAIS E CAPITAL SOCIAL

As redes sociais de forma geral, quando ampliadas por redes de comunicação e de informação permitem uma coordenação de atividades mais barata, mais ampla e mais rápida (Rheingold, 2012). Compreende-se que esta última característica das mídias participativas amplia o seu potencial de utilização em diversas situações onde exista a necessidade de coordenação de atividades entre um grande contingente de pessoas.
Neste contexto, torna-se importante mencionar e discutir a relação do conceito de redes sociais com o de capital social. Conforme destacam Williams e Durrance (2008) a literatura acerca do conceito de capital social é distinta, porém bastante convergente com a teoria sobre redes sociais.
Além disso, de acordo com Moody e Paxton (2009) quando se combinam redes sociais e capital social, têm-se teorias mais ricas e também melhores predições. Segundo os autores uma especificação ampla da teoria acerca do capital social necessita de atenção à estrutura das redes sociais. Da mesma forma, uma abordagem completa sobre a teoria de redes sociais requer também o foco sobre o capital social.
O conceito de capital social é variado e, como consequência, não existe unanimidade entre os estudiosos acerca de qual vertente deve ser seguida. Entretanto, há uma sensível concordância sobre a ideia de que o conceito está diretamente relacionado a um valor constituído a partir das interações entre os atores sociais.
Assim, não se pretende aqui apresentar os inúmeros conceitos de capital social, mas sim discutir as possíveis conexões deste com a perspectiva das redes sociais, partindo-se do pressuposto de que o capital social relaciona-se fortemente a um determinado valor construído a partir das interações existentes entre os atores sociais, conforme já mencionado.
Diversas pesquisas tem demonstrado que o capital social é capaz de facilitar o compartilhamento de informações necessário a uma condição de entendimento mútuo imprescindível em situações como as de resolução de conflitos, coordenação de atividades e tomadas de decisão em grupo. Mas o capital social não é apenas considerado como um precursor da ação coletiva, sendo visto também como uma consequência desta (Mandarano; Meenar; Steins, 2010).
Os valores relacionados a determinados aspectos da estrutura social que são utilizados como recursos para que os atores sociais possam atingir determinados interesses, são funções do conceito de capital social. Burt (2000) considera que a estrutura social se constitui como um tipo de capital que pode ser capaz de criar para determinados indivíduos ou grupos certa vantagem competitiva na consecução de seus objetivos. Desta maneira, pessoas melhor conectadas teriam a possibilidade de conseguir melhores resultados.
Da mesma forma, Grootaert (1998) ao tratar do conceito de capital social associado a Putnam considera que este é algo que facilita a coordenação e a cooperação para o benefício mútuo dos membros de um determinado grupo social.

A visão grupal do capital social lança seu olhar sobre a conectividade da rede como um todo e compreende que uma maior conectividade é também um sinal de maior confiança, reciprocidade e ou uma condição de maior bem estar para a rede inteira. Neste contexto, um indivíduo pode ser visualizado como beneficiário destas características existentes na rede à qual pertence, mas ainda assim, a ênfase permanece sobre a qualidade da rede como um todo (Borgatti; Jones; Everett, 1998; Prell, 2003).
Por outro lado, a visão individualista do capital social volta sua atenção para a estrutura de relações em torno de um determinado ator da rede. Pretende-se com isso, identificar quem na rede possui mais capital social (Borgatti; Jones; Everett, 1998; Burt, 2000; Prell, 2003).
Várias pesquisas mostram importantes resultados acerca da relação entre capital social e redes sociais, evidenciando correlações elevadas entre a centralidade do grau de entrada do ator com aspectos como confiança e capacidade de troca de recursos. A centralidade de grau de entrada (*indegree)* configura-se como uma das mais importantes medidas para se estudar as redes em comunidades e também o capital social. Entretanto, evidenciam-se resultados também muito surpreendentes em relação à chamada centralidade de intermediação *(betweennes)* (Prell, 2003).
Assim, na perspectiva individualista, um alto valor de centralidade relacionado ao grau de conexão de um determinado ator pode levar, por exemplo, à conclusão de que este possui um maior capital social. Da mesma maneira, a centralidade de intermediação (*betweenness*) também atua como um indicador de capital social. Se dois determinados atores em uma rede social só podem alcançar um ao outro por intermédio de um terceiro, estes terceiro ator possui um maior capital social na medida em que se posiciona como um manipulador dos recursos que fluem para ambos os lados (Borgatti; Jones; Everett, 1998; Burt, 2000; Prell, 2003).
Na análise de Araújo (2008), existem três características das relações em rede que podem reforçar o capital social, segundo Coleman (1988). A primeira é a ideia de fechamento, ou *closure* e a segunda, a densidade. Estas duas características da rede seriam fios condutores para o surgimento de normas e para a construção de relações de confiança. A terceira característica trata da estabilidade e da continuidade. Tal característica evita rupturas, na medida em que colabora com a manutenção das relações sociais já estabelecidas.

5 OS DESASTRES NATURAIS E AS REDES SOCIAIS

De acordo com o que estabelece a Política Nacional de Defesa Civil do Brasil o desastre é considerado o «resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais, e consequentes prejuízos econômicos e sociais» (Brasil, 2007:8).
De forma mais específica, um desastre natural pode ser entendido como a consequência da ação de um evento natural extremo sobre um sistema social, causando sérios danos e prejuízos que normalmente excedem a capacidade da população afetada em conviver com o seu impacto (Tobin; Montz, 1997).
Importante observar que o conceito de desastre está sempre ligado à consequência ou ao resultado de um evento extremo ou fenômeno, e não ao evento propriamente dito. Este é normalmente configurado como evento adverso, aquele que é o causador do desastre. Assim, o evento adverso pode ou não se transformar num desastre, dependendo da intensidade de danos humanos, materiais e ambientais e prejuízos econômicos e sociais que tenha causado (Oliveira, 2009).
Observa-se que cada comunidade, cada área específica, possui determinadas características que fazem com que ela sofra mais ou menos os impactos de um desastre, e que também influenciam em sua capacidade de recuperação, conhecida como resiliência, conforme já mencionado. Quando atua aumentando os danos, numa influência negativa à comunidade, tem-se como característica a vulnerabilidade. Quando atua positivamente, diminuindo os danos e facilitando a recuperação da área atingida, tem-se a chamada capacidade (Oliveira, 2009).
A vulnerabilidade se relaciona a determinado contexto consequente de fatores físicos, sociais, econômicos e ambientais, que acabam por elevar a possibilidade de uma determinada área sentir mais fortemente os danos e prejuízos em consequência de um evento adverso. Por sua vez, a capacidade se relaciona à forma com que as comunidades atingidas utilizam os recursos que possuem visando à redução dos danos ou ao aumento da

velocidade de sua recuperação, após um fenômeno natural desastroso (Oliveira, 2009).
Segundo o Centro de Estudos e Pesquisas em Desastres Naturais da Universidade Federal de Santa Catarina – CEPED/UFSC, a década de 2000 registrou um aumento da frequência dos desastres naturais no Brasil, considerando-se eventos como estiagem e seca, inundação brusca e alagamento, inundação gradual, vendaval ou ciclone, tornado, granizo e geada (Universidade Federal de Santa Catarina, 2012).
O Atlas Brasileiro de Desastres Naturais traz um mapeamento completo dos desastres naturais ocorridos no Brasil nas décadas de 90 e 2000. Neste período, o maior número de registros (16.944) está relacionado às secas e estiagens. Os eventos que provocam o maior número de impactos na população, considerando número de pessoas afetadas e óbitos são as inundações, enxurradas e deslizamentos. Nos últimos anos, o país tem sido testemunha de inúmeras tragédias desta natureza (Universidade Federal de Santa Catarina, 2012).
Em se tratando especificamente dos danos humanos causados por inundações bruscas e alagamentos nas décadas de 90 e 2000, por região, tem-se que Sudeste, Sul e Nordeste, respectivamente, registram os maiores números de afetados. Este tipo de desastre é responsável também por um grande número de pessoas desalojadas. As 1.069 mortes ocasionadas neste período por este tipo de desastre natural, estão assim distribuídas por região: Norte, 5%. Nordeste, 21%. Centro-Oeste, 1%. Sudeste, 51% e Sul, 22% (Universidade Federal de Santa Catarina, 2012).
Entretanto, o maior desastre natural do país em número de mortos ocorreu no ano de 2011. Os deslizamentos e enxurradas na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro deixaram novecentas e doze pessoas mortas, além de trezentos e cinquenta desaparecidas e quarenta e cinco mil desabrigadas e desalojadas. Considerado como um megadesastre este foi um evento de dimensões catastróficas na história do Brasil (Bertone; Marinho, 2013; Brasil, 2012b).
Este desastre natural somou-se a muitos outros ocorridos no ano de 2011, trazendo impactos significativos para a sociedade brasileira de maneira geral. Neste ano, ocorreram 795 desastres naturais no país, que causaram 1.094 mortes e afetaram 12.535.401 pessoas. A região sudeste foi a que sofreu o maior impacto pelo poder de destruição destes desastres em 2011, sendo que a quantidade de óbitos que foi identificada nessa região é 7,29 vezes maior do que a que foi verificada nas outras quatro regiões juntas. Muito dessa situação deve-se ao ocorrido na Região Serrana do Rio de Janeiro, conforme já mencionado (Brasil, 2012b).
A Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012 é a que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil no Brasil – PNPDEC e dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC (Espírito Santo, 2013).
O chamado Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) é a estrutura institucional governamental que organiza as ações de defesa civil no Brasil. Possui como seu órgão central a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), vinculada ao Ministério da Integração Nacional (Oliveira, 2009).
Em nível estadual são as Coordenadorias Estaduais de Defesa Civil (CEDECs) os principais componentes do Sistema Nacional de Defesa Civil, sendo as responsáveis pelo acompanhamento dos órgãos de Defesa Civil dos municípios. Nestes, existem as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDECs). De acordo com dados da Fundação Getúlio Vargas - FGV, 70% dos municípios brasileiros possuem COMDECs formalizadas (Brasil, 2012a).
As atividades da defesa civil são voltadas para a redução de desastres e são baseadas em quatro tipos de ações ou fases distintas: ações de prevenção, ações de preparação para emergências, ações de resposta aos desastres e ações de reconstrução. Essas últimas costumam ser desencadeadas em âmbito multissetorial, envolvendo os três níveis de governo (federal, estadual e municipal), além de contarem com uma forte participação comunitária (Oliveira, 2009).
A prevenção se configura como o conjunto de ações que visam a evitar que o desastre aconteça ou mesmo diminuir a intensidade de suas consequências. Representa, portanto, a primeira fase da administração de um desastre.
A preparação se relaciona às ações voltadas para a melhoria da capacidade da comunidade, o que inclui indivíduos, organizações governamentais e organizações não governamentais, para atuação diante de situações de desastre natural. É a segunda fase da administração do desastre.
A resposta constitui uma série de ações com o objetivo de prestar socorro e auxílio às pessoas atingidas,

reduzir os danos e prejuízos e garantir o funcionamento dos sistemas essenciais da comunidade (Oliveira, 2009). Trata-se da situação mais imediata ao impacto, onde se dá o desenvolvimento de atividades de assistência à população vitimada, por meio de atividades logísticas, assistenciais, e de promoção da saúde. Busca-se também promover a estabilização do quadro geral para que se evite um agravamento da situação (Espírito Santo, 2013).

A reconstrução é a última fase da gestão do desastre e consiste em ações voltadas para reconstruir a comunidade atingida, com vistas ao retorno a uma condição de normalidade, buscando continuamente a minimização de novos desastres.

Especificamente sobre as ações de resposta, objeto do presente estudo, é preciso que se reconheça a importância dos planos de contingência. Tais planos necessitam prever a composição geral do grupo de organizações envolvidas na resposta aos desastres naturais, bem como as respectivas responsabilidades de cada uma delas. O Estado do Espírito Santo foi um dos pioneiros no Brasil na construção de seu Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil (Espírito Santo, 2013).

Entretanto, apesar da existência deste planejamento, muitos problemas ainda ocorrem no momento da execução das ações de resposta propostas nos planos, sendo que questões relacionadas a comando e controle são pontos bastante centrais e muitas vezes deficientes, nestes contextos (Oliveira, 2009).

Neste sentido, tem sido bastante utilizada pelos órgãos governamentais responsáveis, uma ferramenta gerencial padronizada para responder aos desastres, denominada Sistema de Comando em Operações – SCO. O SCO possui, entre outros objetivos, permitir que as esferas federal, estadual e municipal atuem de maneira integrada com o setor privado e também com organizações não governamentais.

Este modelo tradicional e hierárquico de comando e controle, baseado no SCO é preconizado pelas instituições governamentais envolvidas nas atividades de resposta a desastres naturais no Brasil.

Quarantelli (1993) destaca que este reconhecimento dos padrões burocráticos de ação, parte de um pressuposto que considera que as respostas organizacionais aos desastres necessitam de tomadas de decisão centralizadas no topo das estruturas hierárquicas das instituições envolvidas.

Entretanto, inúmeras pesquisas têm demonstrado que, na prática, as ações desenvolvidas no período mais imediato após o desastre raramente seguem tais padrões. As decisões acabam por envolver muito mais coordenação que controle e, além disso, são variadas, pluralísticas e tendem a ser descentralizadas aos níveis hierárquicos mais baixos das cadeias de comando organizacionais (Beagrie, 2009).

Acredita-se assim, que incerteza, diversidade, baixa formalidade e descentralização são características estruturais típicas dos cenários de tomada de decisão pós-desastres. A improvisação é, por conseguinte, uma característica presente nas formas de respostas nestes contextos, em especial pelas condições sempre atípicas e diferenciadas de cada um deles.

É preciso considerar a emergência tanto de novas formas de ação pelas organizações formais, quanto de novos grupos de atuação, como um processo natural num cenário pós-desastre. Sendo assim, é necessário incluir as possibilidades de surgimento de padrões emergentes de atuação, quando do planejamento da gestão de desastres (Quarantelli, 1993).

Considerando esses contextos dinâmicos e turbulentos dos cenários de desastres, o formato em rede tem sido apontado como uma estrutura adequada para se atuar nos processos de resposta. São necessárias respostas rápidas e ao mesmo tempo flexíveis, além da execução de tarefas complexas em um curtíssimo espaço de tempo, condicionada ainda a inúmeros fatores adversos.

Neste sentido, de acordo com os estudos realizados por Quarantelli (1993), desde o aparecimento da literatura específica no final da década de 50, os desastres vêm sendo caracterizados como fenômenos emergentes. Além disso, parece haver certos padrões de comportamentos sociais emergentes nos contextos pós-desastre, conforme já mencionado.

Nesta linha de percepção do fenômeno, Quarantelli e Dynes (1977) há algum tempo, vem chamando bastante atenção para a ideia de que os grupos, e não os indivíduos têm sido a unidade básica de análise nos estudos sobre desastres, o que pode conduzir a questões bastante importantes e até mesmo fundamentais tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico.

É neste ponto que os argumentos de Quarantelli (1993, 1995) e Pan, Pan e Leidner (2012) encontram

grande convergência. Segundo estes últimos, a informação, nos contextos de desastres, necessita mover-se rapidamente e através de uma variada gama de fontes. Entretanto, os canais de informação existentes nas estruturas formais de atuação são, não raro, muito lentos, desconectados e até mesmo inadequados para dar conta das necessidades existentes. Então, como resultado desta realidade, outras formas de redes de resposta necessitam ser consideradas para que o fluxo de informações possa ser melhorado (Pan; Pan; Leidner, 2012).

Nesta vertente é que se localizam os chamados grupos emergentes nas ações de resposta a desastres. Tais grupos caracterizam-se como coletividades que não existiam antes do desastre. Trata-se de entidades sociais que desenvolvem uma nova estrutura para dar condições à execução de novas atividades. Um time informal de busca e resgate é um exemplo bastante típico deste formato emergente de grupo social em situações de pós-desastre. Os grupos emergentes, mesmo sendo de existência transitória, podem ser considerados cruciais, pois se responsabilizam pela execução de tarefas e o desenvolvimento de determinadas estruturas que os grupos ou organizações já estabelecidos poderiam não ser capazes de realizar naquele momento, mesmo se conseguissem ampliar suas estruturas de atuação (Beagrie, 2009; Quarantelli, 1993, 1995).

Os grupos emergentes são efêmeros e também informais. Assim, muitas de suas características permanecem em constante transformação durante toda sua existência, como seus limites, seus membros, sua liderança, a natureza das tarefas e a divisão do trabalho. Isso torna bastante desafiadora a tarefa de sua investigação e compreensão (Beagrie, 2009).

6 PERCURSO METODOLÓGICO PRETENDIDO

A pesquisa possui natureza exploratória. Este tipo de abordagem em ARS considera que o padrão de laços em uma rede social tem a capacidade de revelar estruturas e comportamentos sociais, sendo, portanto, algo bastante significativo para a investigação proposta (DE NOOY; MRVAR; BATAGELJ, 2005).

Trata-se de um estudo de caso único que terá como unidade de análise uma rede social denominada Apoiadores, que atuou durante as ações de resposta às fortes chuvas ocorridas no Estado do Espírito Santo – ES em dezembro de 2013.

De acordo com dados do Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo (2014) este desastre foi o maior da história do Estado. Na ocasião, 90% da população do ES foi afetada por inundações, alagamentos, enxurradas e deslizamentos de terra que levaram à decretação de estado de emergência em 55 do total de seus 78 municípios. Mais de 60.000 pessoas ficaram desabrigadas ou desalojadas e ocorreram 24 mortes. Somente para a agricultura, estima-se um prejuízo de mais de 300 milhões reais.

Durante o desastre natural ocorrido em dezembro de 2013 no ES, a rede interorganizacional já estabelecida no ES formada por instituições como Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Cruz Vermelha, Governo Estadual e Prefeituras Municipais, contou com o apoio da sociedade civil que se organizou em torno de uma rede social denominada Apoiadores - Rede de Apoio Social às Vítimas das Chuvas no ES. A descrição contida na página do Facebook relativa à rede aponta como sua finalidade "articular as demandas das vítimas das chuvas no Espírito Santo com as iniciativas de ONGs, empresas, grupos e pessoas interessadas em ajudar" (Apoiadores, 2013).

Os dados mais específicos para levantamento da estrutura da rede serão coletados por meio de questionários, a serem aplicados aos atores da rede, por meio da técnica conhecida como Bola de Neve (s*nowball*). Como destacam Varda e outros (2008), trata-se de uma técnica bastante comum na coleta de dados sobre redes. Nela, um respondente inicial é questionado acerca de seus contatos. Estes, por sua vez, são abordados para que respondam sobre seus próprios contatos e assim, sucessivamente, até que se consiga mapear as linhas de conexão e os atores participantes da rede inteira.

Os dados obtidos por meio dos questionários serão tabulados e organizados no formato necessário para darem origem à estrutura da rede a ser analisada. O formato dos dados será o adequado à utilização do software Pajek, específico para ARS.

O Pajek permitirá o delineamento das principais características estruturais da rede em questão, necessárias ao alcance dos objetivos da pesquisa, como: grau de conexão dos atores *(indegree e outdegree);* centralidade de

grau; centralidade de intermediação (*betweenness*); centralidade de proximidade (*closeness*); e densidade da rede. Além das medidas quantitativas que serão realizadas por meio da utilização do Pajek, a abordagem qualitativa também será aplicada continuamente aos dados, à luz das reflexões teóricas já apresentadas, e de outras que possam vir a ser incorporadas em função da natureza dos dados coletados.

7 RESULTADOS ESPERADOS

Entre os principais resultados esperados da pesquisa encontram-se: a) a identificação das relações, dos atores envolvidos, bem como seus respectivos papéis nas redes sociais emergentes atuantes na resposta a desastres naturais no Brasil; b) a descrição do fluxo de informações existente entre os atores destas redes sociais, no contexto de resposta a desastres e c) a identificação de como se relacionam tais redes emergentes, com as organizações já estabelecidas nos contextos de desastres.

Desta forma busca-se o mapeamento da estrutura das redes sociais envolvidas na resposta a desastres naturais com vistas a permitir uma melhor compreensão deste fenômeno. Num contexto dinâmico e mutável como o pós-desastre, é necessário criar mecanismos para subsidiar os tomadores de decisão, com informações rápidas, atualizadas e precisas. A utilização da perspectiva da ARS nestes contextos poderia proporcionar melhores formas de comunicação e o reconhecimento mais assertivo das intervenções necessárias.

BIBLIOGRAFIA

APOIADORES. (2013), *Rede de apoio social às vítimas da chuva no Espírito Santo*, Disponível em: https://www.facebook.com/pages/Apoiadores-Rede-de-Apoio-Social-%C3%A0s-V%C3%ADtimas-das-Chuvas-no-Esp%C3%ADrito-Santo/5, [consultado em 19-12-2013].

ARAÚJO, U. P. (2008), *Capital social na rede colaborativa de pesquisa do café no Brasil.* Tese de Doutoramento, São Carlos: Programa de Pós-Graduaçao em Engenharia de Produção, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

BARABÁSI, A.-L.(2009), *Linked: a nova ciência dos networks*, Rio de Janeiro: Leopardo.

BEAGRIE, A. (2009), *Emergent Groups in Disaster Response*, Brisbane: University of Queensland, Australian Red Cross, Disponível em:http://www.yarraranges.vic.gov.au/files/72b35eb5-9301-41f8-8fee-9e52011387fe/Emergent_groups_in_disaster_response.pdf , [consultado em 14-03-2014]

BENKLER, Y. (2006), *The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom*. Disponível em: http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.5/, [consultado em 14-04-2013].

BERTONE, P.& MARINHO, C. (2013), "Gestão de riscos e resposta a desastres naturais: a visão do planejamento". In: VI CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, Brasília. *Anais eletrônicos*..., Disponível em: http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/2013/V_CONSAD/VI_CONSAD/069.pdf, [consultado em 20-03-2014].

BORGATTI, S. P.& JONES, C.& EVERETT, M. G. (1998), "Network measures of social capital". *Connections*, 21. Disponível em:http://www.analytictech.com/borgatti/borg_social_capital_measures.htm, [consultado em 19-10-2013].

BRAGA, E. C. (2009), "As redes sociais e suas propriedades emergentes como a inteligência coletiva: a criação do comum e da subjetividade". *Revista Digital de Tecnologias Cognitivas*, 2, pp. 48–59. Disponível em:http://www4.pucsp.br/pos/tidd/teccogs/artigos/2009/edicao_2/3-as_redes_sociais_e_suas_propriedades_emergentes_como_a_inteligencia_coletiva-a_criacao_do_comum_e_da_subjetividade-eduardo_cardoso_braga.pdf, [consultado em 19-10-2013].

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. (2007), *Política*

Nacional de Defesa Civil. Disponível em: http://www.defesacivil.gov.br/publicacoes/publicacoes/pndc.asp, [consultado em 10-09-2013].

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. (2012a), *Diagnóstico do Plano Nacional de Gestão de Risco e Resposta a Desastre*. Brasília: FGV Projetos.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD). (2012b), *Anuário brasileiro de desastres naturais 2011*, Disponível em:http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=e3cab906-c3fb-49fa-945d-649626acf790&groupId=185960, [consultado em 14-02-2013].

BURT, R. S. (2000) "The network structure of social capital". *Research in Organizational Behavior*, 22, pp. 345–423.

CARRINGTON, P. J.& SCOTT, J.& WASSERMAN, S. (eds.) (2012), *Models and methods in social network analysis*, Londres: Cambridge University Press.

CASTELLS, M. (1999), *A sociedade em rede*, 8. ed. São Paulo: Paz e Terra.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESPÍRITO SANTO. Defesa Civil do Espírito Santo. (2014), *Relatório Operacional Chuvas no ES: dezembro de 2013*, Disponível em: http://en.calameo.com/read/0000230949c2662aa9b85, [consultado em 15-02-2014].

DE NOOY, W.& MRVAR, A.& BATAGELJ, V. (2005), *Exploratory social network analysis with Pajek*, Cambridge: Cambridge University Press.

DI FELICE, M. (2007) "As formas digitais do social e os novos dinamismos da sociabilidade contemporânea". In: I ABRAPCORP - I CONGRESSO BRASILEIRO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇAO ORGANIZACIONAL E DE RELAÇOES PÚBLICAS, *Anais eletrônicos*..., Disponível em:http://www.abrapcorp.org.br/anais2007/trabalhos/gt3/gt3_felice.pdf, [consultado em 22-12-2013].

ÉRDI, P. (2008), *Complexity Explained*, Berlim: Springer-Verlag.

ESPÍRITO SANTO (Estado).Corpo de Bombeiros Militar do ES. Coordenadoria Estadual de Proteçao e Defesa Civil. (2013), *Plano Estadual de proteção e defesa civil*, Disponível em:http://www.defesacivil.es.gov.br/files/pdf/PEPDEC_10-13.pdf, [consultado em 26-07-2013].

FREEMAN, L. C. (1979), "Centrality in social networks: conceptual clarification". *Social Networks,* 1, pp. 215–239.

FREEMAN, L. C. (2011), "The development of social network analysis — with an emphasis on recent events". In: J. Scott & P. Carrington (eds.), *Sage Handbook of Social Network Analysis*, London: Sage Publications Inc., pp. 26-39.

GROOTAERT, C. (1998), "Social Capital: the missing link?". *Social Capital Initiative*. Washington, DC: The World Bank.

HANNEMAN, R. A.& RIDDLE, M. (2009) *Introduction to social network methods*. Disponível em: http://faculty.ucr.edu/~hanneman/ , [consultado em 25-03-2012].

HEYLIGHEN, F. (2013), "Self-organization in communicating groups : the emergence of coordination, shared references and collective intelligence". In: À, Massip-Bonet & A. Bastardas-Boada (eds.), *Complexity perspectives on language, communication and society: understanding complex systems,* Berlim: Springer-Verlag, pp. 117-149.

HOUAISS, A. & VILLAR, M. de S. (2001), *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro: Objetiva.

HUISMAN, M. & VAN DUIJN, M.A.J. (2012), "Software for social network analysis". In: P. J, Carrington & J. Scott & S.Wasserman (eds.), *Models and methods in social network analysis*, 9th. Ed, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 270 - 316.

IZQUIERDO, L. R. & HANNEMAN, R. A. (2006), *Introduction to the formal analysis of social networks using mathematica.* Disponível em: http://faculty.ucr.edu/~hanneman/mathematica_networks.pdf , [consultado em 22-03-2014].

JENKINS, B. H. (2006), *Collective Intelligence vs The Wisdom of Crowds,* Disponível em: http://henryjenkins.org/?s=Collective+Intelligence+vs.+The+Wisdom+of+Crowds+By, [consultado em 15-12-2013].

LÉVY, P. (1999), *Cibercultura*, 3ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34.

LÉVY, P. (2011), *A inteligência coletiva*: *por uma antropologia do ciberespaço*, 8. ed., São Paulo: Edições Loyola.

MANDARANO, L. & MEENAR, M. & STEINS, C. (2010), "Building social capital in the digital age of civic engagement". *Journal of Planning Literature*, 25 (2), pp. 123–135.

MARIN, A. & WELLMAN, B. (2010), "Social network analysis: an introduction". In: P. Carrington & J. Scott (eds.), *Handbook of social network analysis,* London: Sage Publications Inc., pp. 11 – 25.

MARTELETO, R. M. & SILVA, A. B. DE O. (2004), "Redes e capital social : o enfoque da informação para o desenvolvimento local". *Ci. Inf.*, 33 (3), pp. 41–49.

MITCHELL, M. (2009), *Complexity: a guide tour*, New York: Oxford University Press.

MOODY,J. & PAXTON, P. (2009), "Building bridges: linking social capital and social networks to improve theory and research". *American Behavioral Scientist*, 52 (11), pp. 1491-1506.

MORENO, J. L. (1953 [1934]), *Who shall survive?*, Nova York: Beacon House, Inc.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL. (2009), *Aplications of social network analysis for building community disaster resilience - Workshop Summary*, Washington, D. C: The National Academies Press.

NOUBEL, J.F. (2006), *Collective Intelligence: the invisible revolution*, Disponível em: http://www.TheTransitioner.org/ic, [consultado em 15-10-2013].

OLIVEIRA, M. (2009), *Livro texto do projeto Gerenciamento de desastres - Sistema de Comando de Operações*, Florianópolis: Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Universitário de Estudos e Pesquisas Sobre Desastres, Disponível em: http://www.defesacivil.mg.gov.br/conteudo/arquivos/manuais/apostila/Manual.SCO.UFSC.pdf, [consultado em 22-09-2014].

OTTE, E. & ROUSSEAU, R. (2002), "Social network analysis: a powerful strategy, also for the Information Sciences". *Journal of Information Science*, 28 (6), pp. 441–453.

PAN, S. L. & PAN, G. & LEIDNER, D. E. (2012), "Crisis response information networks". *Journal of the Association for Information Systems*, 13(1), pp. 31–56.

PRELL, C. L. (2003), "Community networking and social capital". *Journal of Computer-Mediated Communication*, 8 (3), Disponível em: http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1083-6101.2003.tb00214.x/full [consultado em 24-06-2014].

QUARANTELLI, E. L. (1993), "Organizational response to the Mexico City earthquake of 1985: characteristics and implications". *Natural Hazards*, 8 (1), pp. 19–38.

QUARANTELLI, E. L. (1995), *Emergent behaviors and groups in the crisis time of disasters*. Newark: Disaster Research Center, University of Delaware, Disponível em:< http://udspace.udel.edu/handle/19716/634>, [consultado em 24-06-2014].

QUARANTELLI, E. L. & DYNES, R. R. (1977), "Response to social crisis and disaster". *Annual Review of Sociology*, 3 (1), pp. 23–49.

RECUERO, R. DA C. (2009), *Redes sociais na internet*, Porto Alegre: Editora Sulina.

RHEINGOLD, H. (2012), *Net Smart*: *how to thrive online*, Massachusetts: Mit Press.

SCOTT, J. (2012), *What is social network analysis?,* London: Bloomsbury Academic.

SOLACHIDIS, V. et.al. (2010), "Collective intelligence generation from user contributed content". In: A. Fink, et.al. (eds.), *Advances in data analysis, data handling and business intelligence,* Berlim: Springer-Verlag, pp. 765 - 774.

TAKAHASHI, T. (Org**.**). (2000), *Livro verde da Sociedade da Informação no Brasil*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Disponível em:http://www.mct.gov.br/upd_blob/0004/4795.pdf, [consultado em 15-03-2013].

TOBIN, G.A & MONTZ, B. E. (1997), *Natural hazards: explanation and integration,* Nova York: The Gilford Press.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Estudos e Pesquisas em Desastres Naturais. (2012), *Atlas brasileiro de desastres naturais***:** *1991 a 2010***,** Disponível em: http://150.162.127.14:8080/atlas/Brasil Rev.pdf, [consultado em 18-07-2013].

VARDA, D. M. et. al. (2008), "Social network methodology in the study of disasters: issues and insights prompted by post-Katrina research". *Population Research and Policy Review*, 28 (1), pp. 11–29.

WASSERMAN, S. & FAUST, K. (2009), *Social network analysis: methods and aplications,* 19th.ed, Nova York: Cambridge University Press.

WATTS, D. J. (2004), "The new science of networks". *Annual Review of Sociology*, 30(1), pp. 243–270.

WERTHEIN, J. (2000), "A sociedade da informação e seus desafios". *Ci. Inf***.**, 29 (2), pp. 71–77.

WILLIAMS, K. & DURRANCE, J. C. (2008), "Social networks and social capital : rethinking theory in community informatics". *The Journal of Community Informatics*, 4 (3), pp. 1–20.

WOOLLEY, A. W. et. al. (2010), "Evidence for a collective intelligence factor in the performance of human groups". *Science*, 330 (6004), pp. 686–8.

A voz popular e a voz do governo: um estudo sobre o conselho do orçamento participativo de campina grande – pb, Brasil

Demetrio Gabriel Gamboa Marques[1]
Tiago Fernandes Alves[2]

Resumo: Este trabalho é um estudo de caso sobre o Conselho do Orçamento Participativo (OP) de Campina Grande – PB, Brasil. Procuramos realizar uma reflexão a partir dos conceitos de Espaço Público, Sociedade Civil e o modelo de democracia deliberativa entendendo como se constitui numa possibilidade de construção de novas sociabilidades. Averiguamos em que medida esse Conselho se constitui como lugar público autônomo funcionando como espaço de deliberação e negociação de assuntos de interesses públicos. Observamos a presença do Governo enquanto práticas de cooptação e apadrinhamento que dificultam as possibilidades de ampliação democrática. As organizações conselhistas são observadas como possibilidade de ampliar e resgatar espaços do mundo da vida impedindo que os mecanismos sistêmicos o colonizem, estabelecendo uma lógica burocrática que limita sua autonomia. Entretanto, observamos a possibilidade de expansão da influência dos cidadãos nos processos de decisão e conquista de políticas públicas, constituindo-se como espaços de aprendizagem política e de democratização.

Palavras–chave: Participação Popular, Esfera Pública, Sociedade Civil, Deliberação.

1. Introdução

O debate sobre a ampliação da democracia através da participação popular nos processos decisórios, em nível local, tem suscitado na atualidade um amplo debate nas ciências sociais. Esse debate recebeu novos elementos para a discussão, com as experiências de modelos de gestões locais participativos, no Brasil.

Essas experiências, para vários autores, surgem como possibilidade efetiva de potencializar as reformas democráticas no sentido de contribuir para uma democracia mais substantiva, que vá além de um arranjo institucional para produzir governos.

A discussão sobre a participação popular provocou grande entusiasmo em alguns setores da sociedade e da academia, ganhou força nos discursos de vários atores políticos e sociais contra as limitações da democracia representativa. Entretanto, esse entusiasmo não é consenso entre os estudiosos da democracia, tanto no que diz respeito à qualidade dessa participação quanto ao próprio fato de o povo participar em processos decisórios.

Para muitos estudiosos do assunto, como os defensores da democracia participativa, a participação política em espaços públicos funciona como um importante exercício pedagógico para construção de uma nova cultura política, mais politizada, "livre" de vícios clientelistas, com mais senso de responsabilidade, fiscalizadora dos recursos públicos, cidadã e podendo contribuir para um "aperfeiçoamento" ou criação de outro modelo de democracia. Já para outros autores, como alguns liberais, a participação popular deve se restringir ao momento eleitoral, periódico, no qual a sociedade escolha seus representantes dentro do sistema representativo, pois, para essa corrente, a participação popular na política, de forma mais ampla, provoca distorções. Segundo essa linha de interpretação, mais participação causa o enfraquecimento das instituições democráticas interferindo no bom andamento das regras do jogo democrático. Além disso, segundo a mesma corrente, o povo é fortemente influenciável, com baixa capacidade de organização e movido pelas paixões, não pela racionalidade.

---

1 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande -UFCG. Email: demetrofks@ig.com.br

2 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba-UFPB.Email: fernalvestiago.@gmail.com

No Brasil, o Orçamento Participativo e novos espaços de participação, tais como os conselhos, surgem como possibilidade de ampliação democrática e de se tornar mais uma ferramenta para conquista de políticas públicas.

Para Avritzer (2003), o Orçamento Participativo (OP) é resultado das propostas feitas pelos atores sociais e pelos movimentos organizados, no caso de Porto Alegre – tida como referência para outras cidades junto com alguns grupos políticos identificados com o tema, gerando intersecção entre sociedade civil e administração estatal do Partido dos Trabalhadores (PT), transformando-se em uma proposta de participação na elaboração do orçamento.

O Orçamento Participativo é entendido como um instrumento político de planejamento e que retoma a idéia de participação popular na gestão pública. Constitui-se em processos de decisão que têm como objetivo encaminhar as demandas e prioridades das comunidades para serem negociadas com o Executivo. Sua proposta inicial é de descentralização administrativa, dinamizando as estruturas de poder em direção à cidadania, com possibilidade de canalizar os interesses da sociedade e fiscalizar as verbas públicas. Além disso, possibilita ampliar a esfera pública política para o exercício de debates, negociações e deliberações nas assembléias regionais e locais, buscando o entendimento das necessidades sociais e políticas da sociedade civil.

Para muitos estudiosos do assunto, esses espaços funcionam como instrumento pedagógico para construção de uma nova cultura política, mais ativa, cidadã e deliberativa. Mas, o que significa realmente um Conselho do Orçamento Participativo numa realidade marcada por uma cultura política de clientelismo e de heranças autoritárias?

Nessa perspectiva, buscamos realizar uma reflexão e discussão sobre o Conselho do Orçamento Participativo (OP) de Campina Grande, a partir dos conceitos de Esfera Pública, Sociedade civil e o modelo da democracia deliberativa de Jürgen Habermas. Procuramos verificar em que medida esse Conselho no referido município vem se constituindo em um espaço público autônomo, no sentido de Habermas, funcionando com um espaço de deliberação e negociação de assuntos de interesses públicos.

Utilizamos as contribuições teóricas de Habermas, especificamente o *modelo de democracia deliberativa e os conceitos de esfera pública, sociedade civil* que, no nosso entendimento, ajudam a analisar limites e possibilidades da construção de espaços públicos, tais como o Conselho do Orçamento Participativo, apontado nos debates e na literatura pertinente como uma das promissoras modalidades no processo de construção da democrática da sociedade brasileira.

A Opção que fizemos pelo marco teórico de Jürgen Habermas, justifica-se pelo fato de ele dispor um longo e fecundo trabalho expresso por sua Teoria da Ação Comunicativa, além de uma teoria do direito e da democracia que, a nosso ver, destaca-se como ferramenta de estudo para compreendermos os fenômenos organizacionais. Como apresenta Habermas (1997), o estabelecimento de instituições, de espaços públicos, onde os indivíduos buscam-se capacitar e se educar para deliberar sobre questões de interesse coletivo e apresentam suas demandas e reivindicações, onde existe a possibilidade de contestação pública e ampliação da participação, fortalece o mundo da vida e recupera lugares que lhe foram usurpados pelo sistema.

As experiências de Orçamento Participativo podem ser citadas como exemplo de objeto de estudo, algumas delas referenciados pelas contribuições de Habermas. São exemplos: Avritzer (2003) e Costa (2004) que desenvolvem suas análises sobre novas experiências participativas, tais como o Orçamento Participativo da cidade de Porto Alegre e sobre a democracia na moderna sociedade brasileira, tendo em vista o ressurgimento de novos paradigmas. Nessa direção, estudamos o Conselho do Orçamento Participativo de Campina Grande, buscando verificar se ele se constitui numa possibilidade de construção de novas sociabilidades.

Estruturamos nosso trabalho em dois aspectos. Primeiro, abordarmos três correntes que se avaliam como fundamentais para a discussão sobre a democracia: o modelo do "elitismo democrático", o modelo de democracia Participativa e o modelo de democracia deliberativa, além dos conceitos de esfera pública e sociedade civil proposto por Habermas. Segundo, enfocamos a experiência do Conselho do Orçamento Participativo de Campina Grande, o seu funcionamento, as suas atribuições e as suas possibilidades de agir com autonomia demarcando os limites do Conselho na inclusão de diferentes segmentos no processo decisório.

2.Percursos teóricos da Democracia contemporânea e da Participação Política

Dentro das teorias democráticas contemporâneas, existem diversas formas de se entender a participação popular. Para algumas linhas de interpretação da ciência política e da sociologia política, a participação popular assume um papel de destaque, já, para outras correntes, apresenta um significado menor. A participação numa teoria democrática depende do entendimento sobre o próprio conceito de democracia, ou seja, se ela é entendida apenas como um arranjo institucional para constituir governos, ou como uma relação mais substantiva, que reconhece o mérito superior da democracia diante de outras formas de regime político, que esperam através dela democratizar o Estado, os governos e a própria sociedade.
Nesse sentido, uns dos elementos de centralidade nos debates teóricos sobre democracia é a relevância ou não da participação popular nos processos de tomada de decisão.
Para avançar nessa perspectiva apresentaremos de forma sucinta as três correntes fundamentais para discussão sobre democracia: o modelo do "elitismo democrático", o modelo de democracia Participativa e o modelo de democracia deliberativa, proposto por Habermas.

2.1 A construção do modelo teórico da democracia Elitista

Ao longo do século XX, a democracia tornou-se a forma de governo passível de legitimidade, com a capacidade de gerir as disputas políticas entre diferentes percepções de mundo dentro de uma determinada comunidade. Esse entendimento decorre da percepção de que a democracia se tornou a "única" forma capaz de garantir o exercício legítimo do poder político. Entretanto, o fato de termos quase uma unanimidade em relação à democracia não nos leva diretamente a apenas um modelo possível. A teoria liberal representativa é a corrente teórica que se tornou hegemônica no século XX, baseada na representação e na agregação de interesses através do sistema eleitoral. Essa corrente sustenta o "dogma" da ausência de alternativas, atribuindo, assim, uma legitimidade ao modelo liberal representativo como o único capaz de lidar com as nossas sociedades de alta complexidade. (PEREIRA, 2007, p.422)
Max Weber, autor de *Ciência e Política: duas vocações,* juntamente com Joseph Schumpeter, autor de *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, são considerados como os precursores de uma versão elitista da democracia: o "elitismo democrático".
Ambos autores adotam como pressuposto metodológico o realismo político, isto é, a perspectiva de que a faticidade do ideal socialista- democrático poderia ser avaliada através da análise de compatibilidade entre o ideal da soberania popular e certos processos objetivos cada vez mais evidentes nas sociedades do começo do século XX. (AVRITZER, 1998,p. 6) O conceito de participação nessas linhas de interpretação assume um papel menor, devido à suspeita dos perigos decorrentes da participação popular na política.
Tanto Weber como Schumpeter percebiam a democracia como um meio de escolher pessoas encarregadas de tomar decisões e de impor alguns limites a seus excessos. Se para Weber a democracia representava um antídoto contra o avanço totalitário da burocracia, para Schumpeter, significava uma proteção contra a tirania. Schumpeter comparava a competição política por votos à operação do mercado (econômico): à maneira dos consumidores, os eleitores escolhem, entre as políticas (produtos) oferecidas, por empresários políticos rivais, e os partidos regulam a competição do mesmo modo que as associações de comércio na esfera econômica. (PETEMAN, 1992, p.13)
Joseph Schumpeter se notabilizou com o livro "Capitalismo, socialismo e Democracia", publicado em 1942. Neste livro, deixa bem claro sua visão sobre o tema:

> Democracia é um método político, ou seja, um certo tipo de arranjo institucional para se alcançarem decisões políticas – legislativas e administrativas e, portanto, não podem ser um fim em si mesma, não importando as decisões que produza sob condições históricas dadas... "A democracia não significa e não pode significar que o povo governe em qualquer dos sentidos óbvios de "povo" e de governo". Democracia

> significa apenas que o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que devem governá-lo (...) Assim um aspecto disto pode ser expresso dizendo-se que a democracia é o governo dos políticos. (SCHUMPETER, 1984, p.304) "

Outro aspecto que merece destaque no pensamento de Schumpeter é sua visão sobre o eleitorado. Segundo ele, o eleitorado é fraco, sujeito a impulsos emocionais, incapaz intelectualmente de agir por conta própria e altamente suscetível a influências externas. Para o autor, a participação excessiva produziria a mobilização do "*demos",* com consequências negativas; o envolvimento político deve ser mínimo, o suficiente apenas para possibilitar a competição entre as elites.

O "método democrático" e a concepção realista, influenciaram diversos autores na elaboração de suas teorias democráticas nos trabalhos mais recentes: podemos destacar Antony Downs, Robert Nozick e Fredrich Hayek. Esses autores estavam preocupados com o fortalecimento do modelo de democracia *neoliberal,* a partir de uma engenharia institucional que limitava a participação mais ampliada da população.

A visão desses autores estava pautada no principio majoritário como método decisório capaz de proteger o individuo da ação governamental arbitrária, aliado à liberdade e iniciativa individuais no mercado. Para essa corrente, um governo só é democrático sob a prevalência de algumas condições, dentre as quais se destaca a realização de eleições em intervalos periódicos, a existência de dois ou mais partidos competindo pelo controle do governo, a escolha de um único partido para gerenciá-lo e o direito de qualquer partido que receba o apoio da maioria dos eleitores de assumir os poderes do governo até a próxima eleição. A função do Estado, nessa linha de raciocínio, é sustentar a estrutura da liberdade, contribuindo para manutenção da autonomia e os direitos individuais.

De maneira geral, os pressupostos dessa corrente teórica podem ser assim resumidos: primeiro, eles enfatizam que a ampla participação popular em política é perigosa – o povo participativo poderia ser atraído pelas ideologias extremista, colocando a democracia em perigo, em razão da construção de alternativas totalitárias; segundo, democracia rima com apatia e não com participação e esta se relacionaria melhor com totalitarismo; e, terceiro, pesquisas empíricas, ao revelar a baixa participação política nas sociedades democráticas contemporâneas, concluem que a tentativa de se estabelecer o modelo de democracia participativa nessas sociedades atuais é utopia.

A corrente liberal representativa acaba por promover uma visão mais restrita ou minimalista da democracia. Esse modelo, que se tornou hegemônico e que é adotado pelas democracias atuais, tem sido alvo constante de críticas, tanto nos países onde o sistema já se encontra consolidado quanto nos países de democracias recentes.

2.2 A visão do modelo de Democracia Participativa

Para os teóricos da democracia participativa, ao contrário dos defensores do modelo liberal minimalista, questões referentes às desigualdades econômicas, sociais e raciais são fundamentais para uma análise completa da natureza da democracia e da liberdade, em uma sociedade moderna, à medida que elas são geradoras de assimetrias de poder e de recursos, e obviamente, põem em xeque o sentido da liberdade e da igualdade no cotidiano. Não é difícil constatar, por conta das evidências empíricas, que um grande número de indivíduos é impedido sistematicamente, por falta de recursos e oportunidades, de participar ativamente da vida política civil. Nesse sentido, a proposta dos defensores da democracia participativa busca desenvolver um modelo maximalista da democracia, procurando levar a idéia de participação para além do voto eleitoral periódico, buscando encontrar novos espaços, institucionalizados ou não, de participação política, além da busca por maior controle das decisões estatais através de mecanismos de prestação de contas.

De acordo com Held (1987), a corrente de teóricos da democracia participativa se desenvolve, em um primeiro momento, nas décadas de 1970 e 1980, com autores como Carole Pateman, C.B. Macpherson e Nicos Poulantzas. Esses autores foram fundamentais para desenvolver as idéias básicas do modelo participativo em contextos contemporâneos, apesar de estarem pensando basicamente sobre as democracias em países desenvolvidos. Entre esses autores, sem dúvida, Carole Pateman é uma das autoras que traz contribuições extremamente re-

levantes para essa perspectiva teórica. O seu livro *Participação e Teoria Democrática,* publicado em 1970, é considerado uma obra seminal, pela crítica realizada a toda uma onda elitista da democracia, que se desenvolveu desde "*Capitalismo, Socialismo e Democracia",* (1943) de Joseph Schumpeter.

Embora Carole Pateman dialogue com a tradição liberal e discuta experiências marxistas sobre a democracia participativa, ela o faz tendo em vista os novos movimentos sociais. Em *Participação e Teoria Democrática*, a autora pretende demonstrar a possibilidade de efetivação da democracia participativa nas sociedades modernas. Ela não está preocupada em esboçar um modelo institucional de governo, mas em discutir o lugar da participação numa teoria democrática contemporânea e em saber se ela tem possibilidades de ser exercida efetivamente pelos cidadãos cotidianamente.

A teoria de Carole Pateman sobre participação assenta-se sobre os pressupostos de Rousseau, ou seja, à vontade, e não a força é à base da organização política. Os homens precisam cooperar em associações para satisfazer suas necessidades e alcançarem uma ampla liberdade. Para transformar a sua vontade em ação de um modo que não afete sua liberdade individual, Corole sustenta que os homens devem participar na organização e na regulamentação de suas associações.

Pateman propôs, já na sua época, a criação de uma série de instrumentos de participação em âmbito local, tais como cooperativas de consumidores, conselhos de utilidades (para o abastecimento de gás, por exemplo), guildas[3] (auto-governo das oficinas) cívicas, para cuidar da educação, saúde etc. (GOHN, 2001,p. 23 e 24)

Essa participação, segundo a autora, capacita o indivíduo a avaliar melhor a conexão entre as esferas públicas e privadas. Cabe transcrever, a respeito, as palavras da autora:

> [...] a existência de uma sociedade participativa significa que ele [o homem comum] estaria mais capacitado para intervir no desempenho dos representantes em nível local, estaria em melhores condições para tomar decisões de alcance nacional [...] e estaria mais apto para avaliar o impacto das decisões tomadas pelos representantes nacionais sobre sua vida e o meio que o cerca (Idem)

Já Macpherson desenvolve uma proposta de democracia participativa na qual teríamos uma combinação entre partidos competitivos e mecanismos de democracia direta. Ele se mostra favorável à democracia participativa, combinada com a representativa:

> [...] um sistema piramidal com democracia direta na base e democracia por delegação em cada nível depois dessa base [...] [Trata-se de um] sistema de delegação seqüenciado para cima, com a organização de conselhos de cidades, de região, até o topo da pirâmide, com a organização de um conselho nacional (MACPHERSON, 1978,p.110)

Outro elemento importante no pensamento de Macpherson é a diminuição das desigualdades sociais e econômicas, que acabam por inviabilizar as mudanças necessárias. Ele admite que a participação por si não afasta todas as iniquidades sociais, mas nem por isso deixa de atribuir um caráter ético à democracia participativa, ao perceber uma correlação positiva entre participação e igualdade. Por outro lado, a liberdade e o desenvolvimento individual só podem ser plenamente atingidos com o envolvimento direto e contínuo dos cidadãos na regulação da sociedade e do Estado.

Em suma, os dois autores que teorizaram sobre a democracia participativa levantaram questões relevantes para o debate sobre o aumento da participação política, tais como a participação direta, para além do mero voto eleitoral, em nível local e em outros espaços, como o ambiente de trabalho; a importância da diminuição das

---

3 As guildas, corporação artesanal ou corporações de ofício, eram associações de artesões de um mesmo ramo, isto é, pessoas que desenvolviam a mesma atividade profissional que procuravam garantir os interesses de classe e regulamentar a profissão.

desigualdades socioeconômicas para viabilizar uma participação efetiva dos indivíduos; o caráter didático da participação política.
Observamos, também, o reconhecimento, por parte dos autores, da impossibilidade de abrirmos mão de alguns elementos da democracia liberal representativa, tais como partidos políticos, representantes políticos e eleições periódicas. Por fim, as concepções dos teóricos da democracia participativa buscam o reconhecimento da participação como elemento fundamental para ampliação da democracia e para a qualidade de suas instituições.

2.3 Democracia deliberativa e os conceitos de esfera pública e sociedade civil de Jürgen Habermas

Jürgen Habermas é tratado como o principal representante da chamada "segunda geração" da Teoria Crítica[4] da sociedade. Vale dizer que o filósofo, por um lado, dedica-se à recepção da herança deixada pela primeira geração do Instituto de Pesquisa Social, por outro, funda novas bases para essa tradição de pensamento.
No livro, Direito e Democracia entre facticidade e validade II (1997), a esfera pública, aparece como uma estrutura intermediária que serve como mediadora das relações entre sistema político de um lado e os setores privados do mundo da vida[5] do outro. Representa uma rede de estrutura complexa que se ramifica em outras cadeias deliberativas. É uma rede de comunicação[6] que aborda as tomadas de posição e opiniões. Nela, os dados comunicativos são filtrados e resumidos, chegando a reduzir as opiniões públicas em temas mais específicos para um melhor processo de deliberação no âmbito decisório. São três os tipos de esfera pública, segundo Habermas: a *Episódica*, que encontramos nos bares, nos cafés, em encontros na rua, etc; a de *Presença organizada*, que representa grupos organizados como os encontros de pais, público que freqüenta o teatro, reuniões de partidos ou congressos de estudantes; e uma terceira, conhecida como *Abstrata,* produzida pela mídia, são os leitores, ouvintes e espectadores singulares espalhados no globo. (HABERMAS apud LIMA 2000, p. 145)_
O conceito de esfera pública é definido da seguinte forma por Habermas:

> "a esfera pública constitui principalmente uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo".
> (HABERMAS, 1997,p.92)

Para o autor, a esfera pública pode ser também descrita como:

> uma rede adequada para comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos cominicacionais são filtrados e sintetizados; a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfaixadas em termos específicos (HABERMAS, 1997, 92)

Conforme Habermas, a esfera pública não pode ser entendida como sistema, instituição ou uma organização, por não possuir características regulatórias das organizações. É vista como espaço onde se alimenta a liberdade comunicativa, através da linguagem, para a tomada de decisões.
Assim, a esfera pública consiste em captar e tematizar os problemas da sociedade como um todo, buscando a revitalização da sociedade civil, na qual a disputa e a negociação são elementos essenciais para a busca do entendimento e para alcançar uma cultura política e uma democracia mais substantiva. (HABERMAS, 1997,p.97)

---

4 A Teoria Crítica ficou conhecida por buscar compreender um conjunto de análises sobre a sociedade capitalista, realizadas pelo Instituto de Pesquisa Social, que a partir da década de cinquenta ficou conhecida como Escola de Frankfurt

5 Esfera regulada pela busca de entendimento através de procedimentos comunicativos em detrimento do Sistema (esfera regida por mecanismos diretores auto-regulados como mercado e a administração).

6 Ver Barbara Freitag e Sergio Paulo Rouanet, coleção Grandes Cientistas Sociais.

Outro conceito extremamente importante é o de *sociedade civil*, que na concepção de Habermas é tratado como um núcleo institucional formado por associações livres, não-estatais e não-econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. (HABERMAS,1997,p.99)

Segundo o autor, a sociedade civil é composta de organizações, associações e movimentos sociais que ressoam nas esferas privadas, para serem transmitidas para a esfera pública (ibidem). Ela é responsável pelo agir comunicativo. Tal agir é formado pelas já mencionadas associações no mundo da vida, que capturam as problemáticas da esfera privada transferindo-as para a esfera pública, fazendo com que surjam temas de interesse geral, no intuito de que ocorra deliberação que sirva como pressão para o mundo sistêmico.

Na perspectiva de Habermas, a sociedade civil

> está apoiada em direitos fundamentais, que fornecem referências acerca de sua estrutura social. A liberdade de opinião e de reunião, bem como o direito de fundar sociedades e associações livres que interferem na formação da opinião, tratam de temas de interesse geral, representam interesses e grupos de difícil organização, perseguem fins culturais, religiosos ou humanitários, formam comunidades confessionais etc. (HABERMA, ibdem, p.101)

A opinião pública formada no mundo da vida pelos diversos agentes da sociedade civil é o ponto principal na discussão do agir comunicativo na esfera pública. Para a formação livre de empecilhos internos e externos dessa opinião, é relevante a garantia de certas liberdades, sobretudo a liberdade de imprensa. (ARATO; COHEN; HABERMAS, 1997).

O sistema político deve ser sensível à influência da opinião pública, conectando-se com a esfera pública e com a sociedade civil, através da atividade dos atores sociais, dos partidos e através da atividade deliberativa e eleitorais dos cidadãos.

Um aspecto importante ressaltado por Habermas é que, para que a sociedade civil e suas associações possam se afirmar como autônomas, elas devem conservar sua espontaneidade, na medida em que protejam os direitos fundamentais e vitais privados; os direitos da personalidade, as liberdades de crença e de consciência, a integridade pessoal e a formação de juízo e da consciência autônoma. (HABERMAS, 1997, p.101) A ação comunicativa necessita dessas garantias para que as diversas formas de consciência possam efetivar um processo livre de deformações e manipulações.

Dessa maneira, a esfera pública e a sociedade civil são, para Habermas, ferramentas que possibilitam a construção e a reprodução de novos valores democráticos com a possibilidade de contribuir para a formação de cidadãos mais participativos na sociedade. A esfera pública é vista como âmbito na qual se alimenta a liberdade comunicativa através da linguagem para a tomada de decisões, e a sociedade civil, como "ponte" que liga a esfera pública ao sistema político.

Nesse sentido, esses conceitos são fundamentais para o desenvolvimento da teoria da ação comunicativa e seu modelo deliberativo de democracia. A teoria da ação comunicativa, elemento base da democracia deliberativa, é definida por Habermas da seguinte forma:

> Chamo ação comunicativa àquela forma de interação social em que os planos de ação dos diversos atores ficam coordenados pelo intercâmbio de atos comunicativos, fazendo, para isso, uma utilização da linguagem (ou das correspondentes manifestações extraverbais) orientada ao entendimento. À medida que a comunicação serve ao entendimento (e não só ao exercício das influências recíprocas) pode adotar para as interações o papel de um mecanismo de coordenação da ação e com isso fazer possível a ação comunicativa. (HABERMAS, 1997, p. 418)

A partir da teoria da ação comunicativa, Habermas (1998) busca dar outra resposta para o avanço da burocracia, diagnosticado por Max Weber. Tal fenômeno, apontado por Weber como limitador da autonomia in-

dividual, recebeu, por parte de sua teoria democrática, segundo Habermas (1998), uma resposta inadequada, pois, para essa vertente de teóricos da democracia, existe uma inviabilidade das formas de participação diretas provocadas pelo aumento da complexidade da administração estatal. (AVRITZER, 1998, p.26)
Nesse sentido, o conceito de democracia no pensamento de Habermas é construído a partir de uma dimensão procedimental, fundamentada no discurso e na deliberação. A legitimidade democrática exige que o processo de tomada de decisões políticas ocorra a partir de uma ampla discussão pública, em que os participantes possam cuidadosamente e racionalmente debater a respeito dos diversos argumentos apresentados, para somente então decidir.

3. Orçamento Participativo : uma via para o aperfeiçoamento democrático?

A experiência de implementação do Orçamento Participativo é vivenciada por diversos municípios em nosso país. Cada OP apresenta suas particularidades e formas diversas de lidar com os desafios que surgem diante dessa possibilidade democratizante.
O Orçamento Participativo em Campina Grande constituiu-se, inicialmente, de uma proposta apresentada à Câmara Municipal pela oposição, representada pelo Partido dos Trabalhadores[7] (PT), a qual foi rejeitada contundentemente pela bancada governista do município, que apoiava o então prefeito Cássio Cunha Lima. Mais tarde, porém, através do decreto n° 2.621, em 1997, o Executivo Municipal instituiu de forma centralizada o orçamento participativo, como programa de participação popular na gestão municipal. O projeto retomava o símbolo do desenvolvimento "agora" com participação e diálogo com as comunidades. O programa inicia-se coordenado pela Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAN), que se encarregou da divisão geográfica, sendo a cidade dividida em sete Regiões Orçamentárias, constituindo-se em espaços geopolíticos. O processo foi iniciado em fevereiro de 1997 para discutir a LOA[8] de 1998, que se desenvolveu a partir dessas sete regiões orçamentárias.
O OP de Campina Grande procurou guiar-se pelos mesmos critérios adotados por outras experiências desenvolvidas no país, quais sejam: todos os cidadãos com mais de dezesseis anos e moradores da região ou do município, no caso das plenárias temáticas, têm o direito de participar, sendo que os representantes de entidades da sociedade civil não têm prerrogativas especiais; mesmo assim, sabe-se que esses se destacam no processo; e a participação ocorre a partir da combinação das regras da democracia representativa e da democracia participativa.
A participação se dava através das seguintes instâncias: a) as plenárias Preparatórias; b) as Assembléias Populares Regionais[9] ; c) as Assembléias Populares Setoriais; Fóruns de delegados[10], as Conferências Municipais e o Conselho Municipal do Orçamento Participativo – (COMOP).
O Conselho do Orçamento Participativo é uma instância que funciona durante todo o ano através das reuniões mensais, onde se dão embates políticos nos quais a população, através de seus representantes, busca avançar na propositura de políticas públicas e consolidar mecanismos participativos.
De acordo como o Regulamento do OP de 2008, é através do Conselho do OP que surgem as comissões de tra-

---

7 O projeto do Orçamento Participativo foi apresentado pela vereadora Cozete Barbosa, buscando tornar o OP obrigatório para Campina Grande. Antes mesmo que ela pudesse votar no ato da Câmara esse projeto, Cássio o instituiu por decreto em junho de 1997.

8 A Lei Orçamentária Anual (LOA), apresenta discriminação exata da receita e da despesa que evidencia a política econômico-financeira do governo local, bem como seu programa de trabalho.

9 As Plenárias Preparatórias têm como objetivos segundo o seu Regulamento Interno: sensibilizar a sociedade sobre a importância política do Orçamento Participativo e estimular a participação na gestão pública municipal; apresentar e esclarecer a metodologia do processo; explicar os critérios para a definição das demandas

10 As assembléias Populares regionais e Setoriais têm como objetivos: levantar as ações prioritárias em eixo que servirá de subsídio para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias; e eleger os membros dos Fóruns de Delegados.

balho que terão o papel de analisar, emitir opinião e acompanhar e o controle da execução orçamentária, como também buscar efetivar as propostas do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, da Lei Orçamentária Anual – LOA, antes que sejam encaminhadas à Câmara de Vereadores. Essas comissões buscam "exercer" um controle social sobre a Máquina pública, acompanhando todas as etapas da execução de investimentos, desde a licitação até conclusão.

Em Campina Grande o Conselho do OP é composto de dezoito membros titulares e três conselheiros por região, igual número de suplentes e também três representantes indicados pelo Executivo.

Em relação às Plenárias Temáticas[11], estas eram realizadas no início do programa em sete regiões da cidade. Atualmente as Regiões Orçamentárias, 13 urbanas e três rurais. Paralelamente às assembléias populares regionais e setoriais, as Plenárias Temáticas, formadas por Conselheiros e Delegados, reúnem-se com o Secretário de Governo para discutir os aspectos gerais da proposta de Lei LDO.

Em cada uma dessas regiões há as assembléias setoriais. Nessas assembléias populares são eleitos os temas e as demandas da comunidade além dos próprios delegados que iriam compor a Conferência Municipal. No ano de 2007 e 2008, distribuía-se um formulário de sistematização, no qual as pessoas colocavam nas cédulas as prioridades para serem aprovadas, caso não tivessem alcançado um consenso.

Na Conferência Municipal – COMU, instância deliberativa do processo, são sistematizados as discussões orçamentárias, na qual são votadas as prioridades que serão incluídas na Lei de Diretrizes – LDO e da Leio Orçamentária Anual – LOA.

Após a entrega dos projetos de leis orçamentárias, a Câmara de Vereadores, o Conselho do Orçamento Participativo e os delegados são incumbidos de acompanhar toda a tramitação e votação, com a tarefa de defender a aprovação das prioridades escolhidas pela comunidade.

4. Participação e Autonomia do Conselho OP

Neste tópico, apresentaremos a avaliação dos limites e possibilidades do Conselho do OP. Buscaremos identificar até que ponto o Conselho do OP consegue ser um mecanismo de desburacratização e contribuir para a efetivação dos novos espaços públicos, bem como se realmente fornece elementos para o fortalecimento do mundo em detrimento do sistema.

As informações tiveram como técnica de tratamento a análise de conteúdo e foram obtidas através de instrumentos de coleta do material empírico: a) entrevista estruturada em formulário próprio, realizada com os conselheiros governamentais e não – governamentais; b) atas das reuniões ordinárias e extraordinárias; c) relatórios das comissões temáticas; e d) relatórios dos fóruns temáticos, além do Regulamento do Conselho.

As entrevistas forneceram elementos significativos para registrar o desempenho do Conselho no cumprimento de suas atribuições, com ênfase na deliberação da política e na fiscalização do financiamento. Registra-se, contudo, um grande limite na interpretação do material empírico. Embora as atas contenham os relatos das reuniões e das comissões e os demais documentos descrevam os objetivos e propostas deliberativas, a transcrição se mostra tênue e fragilizada, não permitindo demonstrar os conflitos de interesse e as correlações de força que comparecem na arena do Conselho, posto que não consegue traduzir, com precisão, a riqueza do debate e do embate.

Da análise dos depoimentos, constata-se o aparecimento de respostas bastante diversas. De um lado, o corpo de conselheiros e delegados eleitos pela comunidade e pelo Executivo demonstra ter em alguns momentos uma visão positiva sobre o Conselho do OP, ao mesmo tempo, apresenta uma visão extremamente negativa sobre outros aspectos do seu funcionamento.

Para alguns conselheiros, o conselho é visto como portador de uma autonomia limitada, como afirma o conselheiro Moab Severino, em sua entrevista:

---

11 As Plenárias Temáticas são instâncias de participação e direcionamento da discussão de temas relevantes para o conjunto do município, compreendendo os seguintes temas: saúde, criança e adolescente, geração de emprego e renda, cultura e habitação.

> (..._) é realmente é um instrumento do povo benéfico ao povo, onde o povo pode fazer reivindicações e tentar junto ao governo conseguir melhorias para sua localidade e o município como um todo, né. Mas ainda, infelizmente hoje eu ainda vejo que tem muita influência do governo,. (Moab, conselheiro, 42 anos)

O depoimento do conselheiro Moab demonstra a interferência do governo e o não comprimento do regimento estabelecido em Lei. Na mesma linha, é o depoimento de José:

> (...) as ações são feitas não como demanda própria, porque já impõe, já vem aquelas demandas prontas para que nós dizemos sim ou não, se aprovamos ou não aquilo que eles já trazem e não com uma conversação, realmente com o povo, realmente com os que fazem o OP, delegados e conselheiros. (José, conselheiro do OP, 46 anos)

Outro ponto aparece na fala de Luciano, que destaca certa imposição do conselho em detrimento das decisões das comunidades. Para ele:

> Tem umas palavras bem bonitas no regimento interno, mas no geral, eles fazem a seleção entre eles sobre as demandas nas regiões, ou seja, quando tem embate entre as regiões, o conselho é quem define, para onde vai os recursos, se não tiver consenso no fórum de delegados, então o conselho define! também é o conselho que delibera sobre as normas, a metodologia é feita pelo conselho, existe uma equipe para metodologia, os quais fazem as normas. (Luciano, representante da sociedade civil, 51 anos)

Tais depoimentos apresentam um problema bastante grave, no que diz respeito à qualidade da participação nas tomadas de decisões dentro do conselho, pois mostram que em boa parte das deliberações quem define são os técnicos da prefeitura e que os conselheiros que discutem e elaboram sugestões e apresentam suas reivindicações, quase sempre não têm suas demandas atendidas, prevalecendo sempre a decisão do "soberano".
Entretanto, essa opinião não é consenso entre todos os conselheiros, pois algumas lideranças comunitárias, notadamente os presidentes de SABs, que tiveram participação mais ativa dentro do conselho, apontam significativos avanços para a população.
Como exemplo, temos João Batista, que participa do movimento comunitário desde 1986, foi diretor da sabe do bairro Monte Castelo, também dirigente da UCES (União Campinense de Equipes Sociais), que é a entidade que coordena as SABES e associações de moradores de Campina Grande, e hoje é um dos membros da atual executiva do COMOP. Ele observa importantes avanços na participação popular:

> Essa é uma política do governo municipal que eu acho que avançou, no nosso ponte de vista tem como avançar mais ainda, mas pelo menos existe, existe o processo de ampliação democrática e eu acho hoje em dia que ele é muito participativo(....) Hoje o temos um Conselho, que avançou, pois antes quem dirigia o Conselho era um representante da sociedade civil indicado pelo governo ou dirigido por um representante municipal. Hoje agente avançou, porque quem dirige o COMOP é uma executiva, com quatro membros da sociedade civil e um membro do governo municipal, mas a diferença mesmo é até onde o Conselho pode ir. (João Batista, 48)

Joabe delegado do OP, afirma:

> Na minha opinião, ele é um espaço democrático, acho que ele serve pra resolver os problemas mais urgentes da comunidade. Como nós fomos convocados agora dia 28, para resolver o problema de saneamento do bairro. (Joabe, 35 anos)

Um depoimento que aponta na mesma direção é o do conselheiro Antônio:

> O orçamento participativo e o conselho é um meio importante de se conhecer as necessidades dos bairros, além de incentivar a participação da população que mais precisa. (Antônio, 43 anos)

Podemos observar, nesses últimos depoimentos, uma visão positiva do papel do conselho, ressaltando a atuação e ampliação de atores da sociedade civil dentro desse espaço, além do reconhecimento do espaço como meio importante de reivindicação.

O grau de construção da legitimidade obtida por esses "espaços públicos ampliados" proporciona, segundo nosso ponto de vista, uma valorização das relações sociais estabelecidas nos mecanismos de participação em nível do Poder Local, mesmo sendo bastante evidente que, por mais democrática que se apresente, a estrutura do Poder Local não revela uma total transparência para a sociedade.

Um dado importante na análise do COMOP está relacionado à escolaridade dos conselheiros. Alguns possuem uma formação que varia do Ensino Fundamental ao Médio. Essa escolaridade se reflete no nível das discussões e debates, dificultando muito o alcance de entendimento sobre determinados temas. Já os representantes indicados pelo governo, na sua maioria, têm curso superior, sendo mais articulados nas suas falas, possuindo o domínio técnico e formal da fala, levando vantagem sobre os conselheiros com pouco nível de escolaridade, o que prejudica a comunicação mediada pela reciprocidade linguística[56].

As falas dos conselheiros revela que há pouca capacitação para o processo de negociação com os técnicos do governo; e que a limitada habilidade argumentativa de boa parte dos conselheiros dificulta o consenso. Assim, muitas das "decisões acontecem no grito".

Entretanto, um dado que mais chamou a atenção sobre a escolaridade foi revelado por Marcelo, atual técnico do sistema de informações do Orçamento Participativo de Campina Grande. Ele aponta o nível baixo de escolaridade como elemento comprometedor para alguns entendimentos, debates e ações, mas chama a atenção para um aspecto "interessante". Mesmo algumas pessoas tendo um grau de escolaridade superior, sendo bem articuladas nas suas falas, com um "bom grau de conhecimento", as suas reivindicações e demandas, em boa parte, giram em torno de problemas localizados e pontuais, como calçamento de ruas e buracos. Isso fica claro em um trecho do depoimento de Marcelo:

> por exemplo, no bairro do Mirante, que um bairro de classe média alta e da elite de Campina Grande, mas que tem esse problema de calçamento. Nesse bairro participam alguns moradores que são médicos, advogados, odontólogos, e que pelo fato de ter um grau de instrução maior, com superior completo, não estão preocupados com uma visão mais ampla do projeto OP, não conhecem a proposta do OP, não querem discutir questões de longo prazo, suas reivindicações são sobre a estrutura da rua onde ele mora (Marcelo Batista, 29 anos)

Esse depoimento mostra pontualmente o desinteresse de uma parte da população sobre questões mais abrangentes de interesse geral do município. Uma vez que a participação no OP não implica qualquer beneficio particular, significando antes de mais nada, um ônus para os seus integrantes, o interesse de pertencer ao Conselho é pequeno. Esse processo, como vimos ,decorre da colonização do mundo da vida pelos meios diretores dinheiro e poder. Essa colonização, na esfera da vida privada, traz como conseqüência o desenvolvimento do

individualismo e, na esfera pública, resulta no esvaziamento do papel de cidadão, gerando a alienação e o desinteresse em participar da resolução dos problemas coletivos.
Já outra parte da população assume o papel de empregado do sistema produtivo, o qual, ante a dificuldade de sobrevivência, possui pouco tempo para assumir um papel de cidadão mais ativo.
Da análise dos depoimentos de modo geral, o que se constata é, em primeiro lugar, uma postura mais crítica frente ao COMOP por parte dos conselheiros. Aponta-se a necessidade de uma capacidade técnica para intervir nas decisões. Percebe-se também que boa parte dos conselheiros tem uma visão limitada das reais atribuições do COMOP nos termos que constam no seu Regulamento Interno.
A conseqüência desse fato é que, como veremos, em virtude de seu maior conhecimento das atribuições do COMOP, os segmentos mais articulados, em especial os técnicos indicados pelo governo, irão valer-se do conselho para atender suas demandas especificas indicadas pelo Executivo, instrumentalizando-o, de certa forma, em função do governo.
Concluindo, podemos então dizer que, quando analisamos as atribuições do COMOP definidas pelo Regulamento Interno e as cotejamos com aquelas que surgem nos depoimentos, percebemos uma grande dispersão nas respostas e, particularmente, um descontentamento, além do desconhecimento da amplitude do poder do COMOP por parte dos representantes de conselheiros e delegados.
Vejamos agora de que forma esses dados podem ser analisados à luz do modelo analítico adotado. Como apresentamos no ponto 2.2, a teoria democrática deliberativa sustenta-se no princípio de que a validade das normas e das ações decorre de procedimentos de deliberação e decisão coletivas, dos quais participam as pessoas possivelmente afetadas, que interagem por meio de um discurso racional (Habermas, 1997). Esse princípio recoloca, no debate democrático, a noção de "um procedimentalismo societário e participativo" (Santos; Avritzer, 2003), revigorando a idéia de vincular participação e legitimidade nas decisões coletivas. A qualidade da democracia, portanto, estaria relacionada à ampliação das possibilidades de participação e deliberação políticas pelos cidadãos.
Esse seria, para Habermas (1997) uma das condições para que os espaços públicos, enquanto lugar privilegiado do mundo da vida, recuperem ou fortaleçam os mecanismos de ação comunicativa que são fundamentais para uma emancipação social, os quais foram "depauperados" pela racionalidade meramente burocrática de coordenação da ação.
Ora, quando analisamos o rol de atribuições, assim como a composição e a forma de decisão do COMOP, e também o seu Regimento Interno, fica claro que este último se aproxima da direção apontada por Habermas. Assim, em primeiro lugar, pela sua composição, nenhum segmento tem o controle automático da maioria dos votos do COMOP. Devemos, contudo, ressaltar que, o corpo de atores do conselho geralmente assume posições comuns de paridade, e é composto por diversos segmentos, onde é possível manter uma disputa democrática dentro do conselho. O segundo ponto refere-se ao rol de atribuições do COMOP, que define as condições necessárias para a participação e fiscalização dos recursos públicos (Art. 1°/2°). O COMOP pode deliberar sobre os principais assuntos que dizem respeito à vida na comunidade e ao funcionamento do projeto OP. Por fim, como as decisões do COMOP, nos termos do Regimento Interno, são tomadas através do debate, da escolha das prioridades, da votação, os mecanismos de se alcançar o entendimento através do uso do melhor argumento, e a busca do convencimento racionalmente motivado que caracterizam a ação comunicativa assumem grande importância e minimizam os processos burocráticos de tomada de decisão.
Assim, se do ponto de vista do projeto OP e do Regimento do Conselho, o COMOP pode ser visto como um esforço de fortalecimento do mundo da vida e busca de ampliação democrática diante dos constrangimentos sistêmicos no sentido apontado por Habermas, quando analisamos os depoimentos dos seus integrantes, constatamos empecilhos poderosos à ocorrência deste fortalecimento da esfera do mundo da vida.
Durante a pesquisa, constatamos, e isso fica evidenciado nos depoimentos, que uma parte significativa dos conselheiros da comunidade observa que o conselho constitui-se como "apenas" um instrumento auxiliar para atender a questões imediatas ou a simples exacerbação imediata das carências sociais. Dessa forma, a "miséria" é um fator limitador, para pensar questões e temas de médio e longo prazo, a exemplo da educação. Com isso, fica limitado todo o potencial transformador contido na proposta do Conselho.

Verificamos que, dentro do conselho do OP, existem alguns aspectos que se aproximam ao modelo de democracia deliberativa. Por exemplo, notamos: orientações para soluções de problemas; deliberações para descobrir soluções e programas para implementá-los; "redução da distância" entre as comunidades e o governo; e o engajamento de grupos diversificados no diálogo na busca de soluções comuns, o que é extremamente positivo. Entretanto, verificamos, também, uma baixa capacidade inovação das políticas públicas a partir da participação da sociedade no conselho e no OP, devido a sua fragilidade deliberativa e de negociação, como também ao se depararem com problemas sérios para o seu fortalecimento, tais como: cooptação das lideranças; debilidade da sociedade civil e de suas representações políticas; autonomia limitada; permanência de práticas clientelistas, inibindo iniciativas e individualizando as ações; dependência de iniciativas governamentais em detrimento do fortalecimento das associações e dos movimentos sociais, e, por último, uma cultura cívica com uma tradição política de pouca participação popular.

As denuncias de corrupção e escândalos também contribuem para uma visão negativa da própria atividade política, contribuindo para declarações de decepção, cansaço e desinteresse em relação à política. Para alguns atores sociais, há um vazio de valores éticos, de referências e utopias que parece estar ruindo o terreno próprio da política. O desinteresse advém também, como aponta Habermas, "do esvaziamento burocrático dos processos de opinião espontâneos e de formação da vontade, o qual abre caminho para a manipulação da opinião pública". (HABERMAS, 1997, p.325)

Em uma leitura a partir de Habermas, o conselho surge por mecanismos burocráticos e por meios de coordenação do sistema, mesclando desde o início o sistema ao mundo da vida. Esse fator compromete "um pouco" a autonomia do conselho e o fortalecimento do mundo da vida. Assim, desde o momento em que um projeto de participação popular surge "apenas" da movimentação dos segmentos do governo, uma participação outorgada e não conquistada, as tentativas de descentralização, de desburocratização e de fortalecimento do mundo da vida encontram sérias limitações na sua consistência e na qualidade da participação dentro desses novos espaços.

Por seu turno, a tentativa do governo de buscar dar a formação completa para esse público compromete a autonomia desses atores da sociedade diante das posições do governo. Essa "formação" seria feita aos moldes do interesse do governo, provocando desconfiança sobre alguns procedimentos. Se a formação parte apenas do governo, se cria também uma relação de monitoramento, de amarração e dependência, na qual as ações e decisões seriam tuteladas pelo governo, fator esse extremamente negativo para os atores da comunidade e para esses novos espaços de participação.

Entretanto, observamos fatores positivos dos quais destacamos: a possibilidade de maior transparência nas ações do governo; chances de inibir a corrupção; oferecer uma mais justa alocação do fundo público; e contribuir para menor desperdício e mais eficiência nos serviços prestados.

Outro ponto que salta aos olhos é o potencial de aprovação que o Conselho do OP adquiriu. Há um consenso quanto à superioridade do COMOP, frente às formas burocráticas de gestão apenas representativas. As críticas que surgem ao seu funcionamento decorrem, não da sua existência, mas sim por ele não atingir, na prática, suas potencialidades plenas.

As ações do COMOP, de um modo geral, buscaram ser pautadas em razão dos interesses públicos e, dessa maneira, pode-se afirmar que houve uma promoção da cidadania. A possibilidade dos movimentos sociais e de bairros intervirem como interlocutores contribuiu para a formação de novas sociabilidades e socialização da política.

Entre os conselheiros, percebemos um interesse significativo em seu interesse por política após a participação no Conselho. Ou seja, para esse grupo, o Conselho desempenhou o papel de agência de ampliação da política, alterando as suas atitudes políticas.

Dessa maneira, em sua dimensão cognitiva, esse manifesto interesse por política, potencializado ainda mais pela experiência no Conselho, sinaliza como possibilidade de ampliar o modelo tradicional de governo e de publicizar suas demandas para intervir nas decisões do governo municipal.

5.Considerações finais

Em relação aos dados obtidos pela pesquisa, constatamos a existência de alguns aspectos da democracia deliberativa. Basicamente, essa pesquisa buscava investigar se havia elementos de deliberação, participação popular e autonomia no conselho do OP de Campina Grande. Verificamos que sim. Existem características e elementos significativos tanto de participação popular como de deliberação, embora muito incipientes. O Conselho delibera vários assuntos, o debate público contempla alguns temas fundamentais para a melhoria da qualidade de vida do município, mas também constatamos que as demandas apresentadas giram em torno de problemas mais emergenciais e básicos, tais como esgotamento sanitário, pavimentação e o calçamento de ruas e buracos. Os debates sobre questões de médio e longo prazo ainda ocorrem em menor grau.

A partir da perspectiva do modelo de Habermas, a análise dos dados de campo mostrou que, de fato, o OP e o COMOP encontram-se sitiados pelos meios sistêmicos de tomada de decisão. Em particular, no caso do conselho do OP de Campina Grande, o Conselho surge dos imperativos sistêmicos deixando pouco espaço para mudanças significativas nas tomadas de decisão.

Outro aspecto importante é que a participação nesses novos espaços, como observamos, não foi fruto de mobilizações sociais, de movimentos e associações, mas foi outorgada e "estimulada" pelo Estado. Assim, os processos de colonização do mundo da vida que, segundo Habermas, marcam as sociedades capitalistas contemporâneas, apresentam-se com todo o seu vigor no projeto do OP, e o COMOP, que poderia fortalecer o mundo da vida, atuando enquanto legítimo espaço autônomo, reintroduzindo mecanismos de busca do entendimento e desburocratização, acaba sofrendo também os efeitos desta colonização e não consegue se consolidar enquanto instância autônoma de poder.

Nesse sentido, o que se observa, na maioria das iniciativas que partem apenas do Estado e tendo os movimentos sociais, as organizações e as associações sociais fragmentados ou como coadjuvantes, é que há uma "tendência" maior a um processo de cooptação das lideranças e da construção de espaços públicos com uma autonomia limitada perante as ações e decisões do governo.

No estudo do COMOP, por meio dos depoimentos, observamos que a estrutura administrativa do Estado procura controlar, através de normas e resoluções advindas dos técnicos do governo, limitar a sua autonomia e o seu alcance. Assim, no que se refere à metodologia, às demandas e às ações, há uma prevalência das demandas apresentadas pelo governo e uma condução no processo decisório, minimizando a capacidade de intervenção nas decisões pela população.

Dessa maneira, podemos dizer que, a exemplo do que acontece na sociedade como um todo, várias instâncias com o potencial de fortalecer o mundo vida, como o conselho do OP, são colonizados pelos imperativos sistêmicos ou já nascem atrelados a sua lógica.

No que concerne à cultura política, podemos observar que traços culturais característicos da forma de pensar e de fazer política no país e nos municípios, ainda se mostram resistentes a propostas de caráter democratizante. Observamos ainda ações e relações híbridas, que mesclam heranças autoritárias com discursos democráticos.

Entretanto, devemos destacar a construção desses espaços como possibilidade de contribuir para superar determinados vícios políticos, como o clientelismo, falta de transparência e a corrupção. Observamos também os conselhos e os OPs como espaços que podem contribuir para socializar a própria política, minimizar a apatia e, exercer uma função de educação política para os indivíduos. O exercício do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades na consolidação do espaço público, como dizemos, são altamente politizadores.

Em uma sociedade marcada por inúmeros processos de exclusão social e de baixos níveis de participação política do conjunto da população, os conselhos e OPs assinalam para possibilidades concretas de desenvolvimento de espaços públicos, com capacidades de contribuir para avanços significativos em aspectos políticos e na renovação da cultura política dos municípios.

Os conselhos aparecem então como fóruns capazes de canalizar reivindicações populares. Entretanto, vimos que uma simples existência da estrutura não garante sua efetividade. De qualquer modo, e não obstante as vicissitudes e adversidades, o Conselho do OP vem apontando como importante possibilidade de expandir a influência dos cidadãos nos processos de decisão e na conquista de políticas públicas. Além do mais, essas experiências de participação popular ainda são bastante recentes em nosso país e estão dando seus primeiros passos. No entanto,

no nosso entendimento, experiências como o OP e os conselhos representam avanços importantes, tanto na tentativa de ampliação da democracia, na transparência no trato da coisa pública, como também na possibilidade de desenvolver uma participação mais substantiva e de melhor qualidade que a participação tradicional.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, L & NAVARRO, Z. (2003) *.A inovação democrática no Brasil:* orçamento participativo. São Paulo: Cortez

AVRITZER, L. & COSTA, S. (2004), *Teoria Crítica*, *Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina*. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol.47, n°4, PP.703 a 728.

AVRITZER, L.. (1998). *Teoria Democrática, Racionalidade e Participação: uma crítica habermasiana ao elitismo democrático.* Trabalho apresentado na XIX reunião da ANPOCS em Caxumbu.

ARAUJO, L**. (**2000). *Gestão pública do poder local*: O caso do Orçamento Participativo de Campina Grande-PB. Dissertação de Mestrado UFPB,

FREITAG &; SERGIO, P. (1993.) Coordenado: FERNANDES, Florestan. Habermas. São Paulo: Editora Ática

GOHN, M da G. (2001). *Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica***.** São Paulo: Cortez,

HABERMAS, J. 1997. *Direito e Democracia entre facticidade e validade II***.** Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

HABERMAS, J**. (**1988).*Teoria de la Acción Comunicativa*: Racionalidade de La acción y racionalización social. vol.I. Editora Taurus.

HELD, D. 1987. *Modelos de Democracia*. Belo Horizonte: Editora Paidéia.

LYRA, R. P. (2006). *Estado e cidadania: de Maquiavel à democracia Participativa (Org.).* João Pessoa: Editora Universitária da UFPB

LIMA, S. (2000). *Educação política e Movimentos Sociais agrários no Nordeste Brasileiro.* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro

MACPHERSON, C. B**. (**1978). *A democracia liberal Origens e evolução*. Rio de Janeiro: Zahar Editores,

MACHADO, F. R. (2002).*Governo Local e participação política*: A experiência do programa "Prefeitura na Comunidade" em Campina Grande – PB. Dissertação de Mestrado, UFPE.

PINTO, J. M de R. (1996). *Administração e Liberdade***:** um estudo do Conselho escolar à luz da Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro.

PIRES, V. (1999). *Orçamento Participativo: o que é, para que serve, como se faz.* Piracicaba: Edição do autor.

PATEMAN, C. 1992.*Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

PEREIRA, M A. G 2007. Modelos democráticos deliberativos e participativos – similitudes, diferenças e desafios. In: DAGNINO, E.; TABAGIBA, L. (Org.). *Democracia, Sociedade Civil e Participação*. Chapecó: Argos.

SANTOS, B. S. (2002). *Democratizar a Democracia:* Os caminhos da democracia Participativa. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira,. (Coleção Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos).

SCHUMPETER, J. A. (1984). *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores

WEBER, M. (2001).*Ciência e Política duas Vocações.* São Paulo: Editora Martin Claret.

WEBER, M. (1991*). Economia e Sociedade.* vol.1. Brasília, DF.: Editora Universitária de Brasília.

A experiência portuguesa na profissionalização de ongds

Marina Félix de Melo[1]
Profa. Doutora da Universidade Federal de Alagoas, Brasil
melomarina@msn.com

Resumo: O presente trabalho realiza um apanhado sobre as discussões do Terceiro Sector em Portugal e seu processo de profissionalização. A partir de uma investigação sobre as publicações de trabalhos realizados no País, dedicamo-nos ao entendimento das ONGs portuguesas contemporaneamente em um cenário global. As seguintes páginas apoiam-se no estudo de campo que realizamos na cidade de Braga, norte do País, no qual analisamos duas ONGs a fim de percebermos suas interações com o Estado, com o Mercado e com a sociedade civil como um todo.

Palavras-chave: Terceiro Sector; Organizações; ONGDs; Profissionalização; Portugal.

1. Introdução[2]

O seguinte texto estrutura-se como parte argumentativa da tese de doutorado "Profissionalização nas Organizações Não-Governamentais" (2013). Na referida tese, objetivamos perceber as consequências do atual fluxo de profissionalização institucional das ONGs para estas organizações. Realizamos um estudo com subsídios comparativos entre Brasil e Portugal que estudou, sob a perspectiva qualitativa de investigação e com os instrumentos da análise de conteúdo, quatro organizações com diferentes tipos de profissionalização institucional. Nestas páginas, dedicamo-nos especificamente a mostrar os resultados da investigação realizada em Portugal (2010-2012), a fazer um panorama destas organizações no País por um suporte empírico (a partir da observação de duas ONGs na região do Minho), bem como estabelecer um diálogo a partir da bibliografia de produção local sobre a temática.

Apresentamos como problemática central *as consequências do atual fluxo de profissionalização institucional das ONGs*. Profissionalização aqui diz respeito, sumariamente, a estratégias de planejamento e especialização. Em cumprimento a nossa questão de partida, analisamos aspectos como: divisão de trabalho; existência de diferentes tipos de ONGs; visão dos agentes que nas instituições trabalham diante do atual fluxo de profissionalização; missão das organizações face exigências de profissionalização por parte dos órgãos financiadores; relação entre a missão e a sustentabilidade financeira das entidades; bem como a relação que as ONGs têm com o Estado, com o Mercado e com o próprio terceiro setor, a considerar a extensão interveniente que diz respeito à questão da autonomia das instituições. Propusemos uma investigação - com subsídios comparativos - no Brasil e em Portugal por considerar, via estudos preliminares e exploratórios, que as questões pertinentes à profissionalização institucional ocorriam nos dois países, ainda que de maneiras e escalas distintas. A pesquisa apoiou-se na Sociologia das Organizações, bem como adotamos métodos e técnicas de trabalho numa perspec-

---

1 Professora Adjunta I do Instituto de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Brasil. Doutora em Sociologia pelo PPGS da Universidade Federal de Pernambuco, em co-tutela com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Portugal. Desenvolveu tese de doutorado e dissertação de mestrado na temática do Terceiro Sector. Atua na Linha de Pesquisa "Sociedade, Cultura e Políticas Públicas" do PPGS UFAL, com dedicação especifica às áreas de metodologia científica.
CV: http://lattes.cnpq.br/6339192834297594
Contacto: melomarina@msn.com

2 O presente texto é parte estruturante da tese de doutorado "Profissionalização das ONGs", defendida no PPGS da Universidade Federal de Pernambuco, Brasil, em fev. de 2013, em regime de co-tutela com a Universidade do Minho, Portugal. Delineamentos deste escopo fora publicado sobre o "Panorama da Profissionalização do Terceiro Sector em Portugal" na Revista *RICOT – Working Conditions Research Network*, nº 5, jun. 2013.

tiva qualitativa, por estudos de caso em quatro organizações, que utilizou a análise de conteúdo no tratamento das informações. O trabalho revela como e porque ONGs que não se adequam minimamente às exigências de profissionalização esmaecem diante das fontes de financiamento. A busca por sustentabilidade e, consequentemente, por complexidade organizacional dentro de alguns perfis de ONGs no trabalho discutidos, gera um ciclo de problemas que só podem ser solucionados com mais profissionalização. Concatenada a este cenário, a agência do terceiro setor apresenta-se relativamente frágil ao processo amplo de profissionalização, habitando uma "nuvem" de insegurança sobre a missão institucional para a qual se dedica. Apresentaremos igualmente, em um plano mais específico, parte de nossa pesquisa de campo realizada em Portugal (2010-2013) no que diz respeito à divisão de trabalho, especialização, voluntariado, sustentabilidade financeira e autonomia de ONGDs no Norte do País.

2. Breve Histórico das Associações Portuguesas

Para versarmos sobre as organizações portuguesas calha percebermos as diferenças entre as denominações ONG e ONGD[3], esta última, muito utilizada no País praticamente como sinônimo do que no Brasil entende-se por ONG. Enquanto as ONGs em Portugal são Organizações Não-Governamentais sem fins lucrativos, independentes dos Estados, as Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento, ONGDs, somam a essas características as atividades de solidariedade e cooperação.

De acordo com a Plataforma Portuguesa das ONGDs, estas são "associações da sociedade civil, sem fins lucrativos, que acolhem no seu interior especificidades que as diferenciam do Estado e de outras organizações e/ou instituições privadas". (Rebola, 2004: 35). Logo, as ONGDs são regidas por relações organizadas e formais, privadas, não-lucrativas, autogovernadas e voluntaristas (Ribeiro apud Rebola, 2004: 36). Por analogia, podemos dizer grosso modo que as ONGDs estão para Portugal assim como a FASFIL[4] estão para o IBGE no Brasil, especialmente as ONGDs consideradas como IPSSs (Instituições Particulares de Solidariedade Social)[5], que veremos a seguir. Ou seja, os termos FASFIL e ONGD são alternativas para destacar da imensidão de organizações as que não têm caráter mercantil, tampouco estatal, instituições que prestam bens sociais de acordo com as definições de ONGs já referidas.

Estas instituições possuem uma localização histórica. Na Europa do século XIX viu-se um largo movimento associativo, liberal e pluralista, que denunciava a precarização de um sistema social falho. Tal movimento

---

3 "O desenvolvimento do projecto Comparative Non-Profit Sector (CNP) em Portugal, pelas mãos da Universidade Católica Portuguesa (Centro Regional do Porto) e pela Universidade Johns Hopkins permitiu apurar (em 2002) que o terceiro sector tem um peso de 4,2% no PIB, o que representa já uma força económica significativa. Em termos de trabalhadores, o sector emprega 159 950 pessoas, numa medida de equivalência a tempo inteiro (ETI). O número de voluntários, apurados através de um inquérito nacional sobre o voluntariado e as doações, também no âmbito do projecto CNP, foi de 67 342. Relativamente a este número será ainda mais relevante sublinhar que se trata de uma medida de ETI: uma vez que o voluntariado se realiza quase invariavelmente num número de horas inferiores às oito horas diárias, o número de voluntários propriamente dito será significativamente maior. - Fonte: Projecto Comparativo do Sector Não Lucrativo da Johns Hopkins". (Andrade; Franco, 2007: 31).

4 Instituições que não incluem: Serviço Notarial e Registral (Cartório); Serviço Social Autônomo; Condomínio em Edifícios; Unidade Executora (Programa Dinheiro Direto na Escola); Comissão de Conciliação Prévia; Entidade de Mediação e Arbitragem; Partido Político; Entidade Sindical; tampouco Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior. (IBGE, 2008, p. 13).

5 "Segundo os cálculos do Tribunal de Contas, em 1999, das 3095 IPSS registadas, 85,7% possuíam acordos de cooperação com a Segurança Social, os quais absorviam 71,6% do orçamento público nesta área". (Ferreira, 2009: 6). (grifos nossos). Em 1996, 73% das IPSS tinham formato associatiavo e, o restante, fundacional. Das associativas, 120 eram de Mutualidade (empregando 1.078 pessoas) e 387 de Misericórdias (empregando 17.331 pessoas). (Nunes; Reto; Carneiro, 2001: 82).

associativo tinha, para além de preocupações de nível macro como a redução de estratificações, finalidades assistenciais emergenciais para casos de calamidades, guerras etc. França, Inglaterra e Alemanha foram expoentes com suas associações que buscavam independência face ao Estado ao passo que vitalizavam as perspectivas de sociedade civil. Concomitantemente, instituições religiosas cristãs expandiam suas acções de ajuda humanitária e ganhavam visibilidade. Este cenário foi montado numa conjuntura em que a ocupação colonial em África chamava às atenções, quando a ajuda privada assistencialista estendeu-se a formar instituições de cariz social e objetivos humanitários de inspiração cristã que atuavam fora das jurisdições religiosas. Como exemplo, a Cruz Vermelha, criada em 1863 em Genebra; a Cáritas, alemã, de 1897; a Exército de Salvação, em 1855, inglesa e o Conselho Ecumênico das Igrejas, de 1848, holandesa. Nesta altura formaram-se as primeiras ONGDs num formato institucional mais próximo de como hoje as conhecemos, especialmente quando referimo-nos à história destas entidades na Europa. No século XX, sobretudo após a II Guerra Mundial, essas associações ganharam novos espaços na necessidade de reconstrução europeia, em que atuavam como parceiras essenciais ao desenvolvimento em questões delicadas como a situação de refugiados de guerra, pacificação etc. Eis quando surge a Oxfam (1942); a Catholic Relief Service (1943); a American Co-operative Agency for Relief Everywhere (CARE) (1945); etc. Tendencialmente baseadas na perspectiva de gerar autonomia aos cidadãos face ao Estado, essas organizações ampliaram os públicos de atendimento e passaram a atuar fora da Europa. Já a partir da década de 1950 evidenciam-se alterações no cenário: a Europa preocupa-se com o interesse dos EUA pelo velho continente e a lógica das ONGs difunde-se pelo mundo, estando muitas organizações a quebrarem fronteiras, atuando nos mais diferentes continentes simultaneamente. (Rebola, 2004: 41-43).

Especialmente em Portugal, até a criação das misericórdias do século XV e desde o princípio da nacionalidade que muitas iniciativas são observadas no sentido de amenizar problemas sociais. Algumas destas instituições nasceram ligadas a ordens religiosas, militares, aos municípios e confrarias de mestres ou, muitas vezes, nasceram em função da devoção de reis, rainhas ou demais indivíduos procedentes do alto clero ou da nobreza. (Jacob, 2007). Versa Jacob que no final do século XV havia quatro tipos de estabelecimentos assistenciais no País, a saber, as albergarias, os hospitais, as gafarias/leprosarias e as mercearias. É no século XVII que a solidariedade começa a esboçar alguma separação do sentido estritamente religioso para apresentar-se ao Estado como um dever social "(...) no transcurso da evolução observada (1700-1830) o que ressalta é o triunfo gradual do modelo filantrópico sobre o velho paradigma da caridade piedosa, entendida, desde a longínqua Idade Média, como tesouro de salvação pessoal." (Araújo apud Jacob, 2007 [1997]: 449). A Casa Pia, do fim do século XVIII, é considerada como uma referência deste lançamento da assistência social.

Já a vermos uma história mais recente, nota-se que o fim da década de 1950 marca o término de muitos processos de colonização em que era envolvido Portugal. Os problemas com os países em vias de desenvolvimento faz terreno às atividades das ONGDs lusitanas e figuram, segundo Rebola, o início de importantes etapas da história destas instituições. A década de 1960 é marcada pelas acções caritativas assistenciais e pela ajuda de emergência que apostava no crescimento económico como saída aos problemas sociais. Em 1963, é criada a Lei 2120 que estabeleceu as Instituições Particulares de Assistência, consideradas como Pessoas Colectivas de Utilidade Pública Administrativa, que assumiam os moldes de pessoas beneficentes, institutos de assistência (religiosos ou não) ou institutos de utilidade local (fundações). (Jacob, 2007: 1). Na década de 1970 tem-se o surgimento dos "movimentos alternativos" na tentativa de atuação e auxílio em países ex-colônias. Foi quando surgiu o termo IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) com a Constituição de 1976 (art. 63), ainda muito usado para referir-se às ONGDs (nomeadamente as que estão possibilitadas formalmente a receber recursos do Estado)[6]. A década de 1980 é tocada pela emergência da tese do desenvolvimento auto-sustentado que objetivava dar maior relevância aos aspectos culturais das sociedades auxiliadas do que ao desenvolvimento financeiro *per se*: "No `Decénio das ONGD`, os Governos, Organizações Internacionais e opinião pública passaram a atribuir especial importância ao impacto das suas acções e ao seu potencial, registando-se um crescimento, quer em número, dimensão e complexidade (...)" (Rebola, 2004: 38). Na altura, surgem

6 As IPSSs podem assumir diversas formas jurídicas como associações de solidariedade social, associações de voluntários de ação social (inclui as cáritas diocesanas) e as irmandades de misericórdia. (Nunes; Reto; Carneiro, 2001: 82).

expressivas campanhas de educação e saúde e é quando, em 1985, ocorre a primeira reunião da Plataforma Nacional, formada por treze ONGDs e, neste mesmo ano, são eleitos os primeiros representantes das instituições portuguesas para órgãos europeus. Já a década de 1990 pode ser lembrada pelo facto de as relações do Estado português com as ONGDs passarem a contar com parcerias para o desenvolvimento melhor acabadas, em projetos e programas mais complexos. É nesta altura que uma lei da Assembléia da República (Lei 19/94) reconhece o estatuto das ONGDs, delimitando seus princípios e formas de criação.

Evidente que a história portuguesa das ONGDs possui elementos distintivos da história das ONGs como um todo. Todavia, e a grosso modo, essa história nacional caminha coerentemente aos acontecimentos do terceiro sector pelo mundo e, especialmente, pela Europa. O percurso destas organizações passa, ao correr dos decênios, pelo mutualismo, pelas misericórdias e pelo associativismo de base alongados desde o século XIX. Salienta-se que o movimento das ONGDs em Portugal ganha voz no pós 25 de abril, quando da quebra do regime salazarista em 1974. Aponta-se que o nascimento da primeira ONGD formalizada no País foi do Centro de Informação e Documentação Amilcar Cabral (CIDAC), instituição formada por militantes políticos ligados à luta anti-colonial de efervercência na década de 1970. O projeto político aí subjacente era o de reconhecimento da independência das colônias e de solidariedade aos movimentos de libertação destas, bem como a realização de programas de cooperação e educação para o desenvolvimento. A entrada do País na Comunidade Europeia também viabilizou discussões competentes às ONGDs nas décadas de 1980 e 1990, colocando questões como a participação cívica, a debater sobre temas como ambiente, transporte, segurança, saúde etc. (Rebola, 2004: 60).

Atualmente, as principais formas jurídicas de IPSS são: Primeiro, as já mencionadas Santas Casas de Misericórdias, fundadas em 1498, quando da criação da Sé de Lisboa. Antigas, em 1500 já contabilizavam 23 instituições em Portugal[7]. Muitas com origem na Igreja e nas Confrarias, vinham a "(...) organizar os homens bons da terra numa organização que pugnava pela prática de actos de misericórdia para com os pobres: A Misericórdia. Estabelecia-se assim uma relação entre a propriedade e o capital com a equidade e a justiça social". (Barros apud Jacob, 2004 [2000]). As Misericórdias espalharam-se pelo mundo com as navegações e, atualmente, têm empreendidas um vasto patrimônio imobiliário[8]. Segundo, os Centros Sociais Paroquiais, também fortemente ligados à Igreja Católica, considerados como as segundas IPSS mais antigas. Terceiro, as Associações de Socorro Mútuo (ou Mutualidades), muitas delas associadas a movimentos sindicais, radicam por recursos aos associados, especialmente no que diz respeito às prestações da previdência social e saúde[9]. Quarto, as Associações de Solidariedade Social, nascidas depois de 1974 como busca de participação democrática portuguesa. Estas Associações tendem a ter missões focadas em problemas sociais menos tradicionais, a exemplo da taxicodependência. Ainda sobre elas, tem-se dados de 2004 que contabilizavam 438.556 indivíduos atendidos por estas entidades, em que trabalhavam cerca de 20 mil voluntários e 45 mil empregados (Jacob, 2004: 3). São, atualmente, o modelo mais presente de ONGD no País.

Desde 2003, a política de Cooperação Portuguesa vem sendo dirigida pelo IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento), no que se tenta integrar a política externa portuguesa às acções das instituições, sobretudo, nos demais países de língua oficial portuguesa. Ao IPAD cabe, dentre outras tarefas, supervisionar a execução e a avaliação de resultados de projetos, bem como garantir a participação do Estado português nas atividades das organizações internacionais. O enquadramento jurídico dessas organizações atualmente é confe-

---

7 "383 misericórdias existentes (1995) (...) Dados indicam que, em 1997, as misericórdias associadas na União das Misericórdias Portuguesas empregam 17.331 pessoas, representando um crescimento de 25,5% face a 1993. (...) No final de 1998, 310 misericórdias geriam 761 equipamentos sociais no território continental". (Nunes, Reto, Carneiro, 2001:90).

8 "A Misericórdia do Porto, considerada `a maior do Mundo`, possui 80 milhões de activos imobiliários dentro e fora do País, em 1993 empregava mais de 800 pessoas e movimentava anualmente mais de 25 milhões de euros" (Jacob, 2004: 2-3).

9 "Mutualidades são IPSS com seu próprio código (DL nº 72/90) e têm como missão assegurar regimes de segurança social complementar a prestação de serviços de saúde. Estima-se que (...) agrupem 700 mil associadas e que cerca de 1 milhão de utentes beneficiem de seus serviços. (...) Em 1996 empregavam 1.078 trabalhadores, sendo 65% mulheres" (Nunes, Reto, Carneiro, 2001: 89).

rido à Lei das ONGDs (Lei 66/98) e ao Estatuto de Mecenato. Ademais, a política de Cooperação Portuguesa é consubstanciada aos documentos do Programa de Cooperação Portuguesa no Estrangeiro; do PIC - Programas Indicativos de Cooperação e do PAC - Programas Anuais de Cooperação. Vale salientar que os 17 Ministérios do Estado português possuem departamentos ou núcleos de cooperação com competências próprias dirigidos pelo IPAD. Argumenta Rebola que, neste formato, há pouca descentralização das acções dos governos para com as instituições: "tradicionalmente existe uma grande centralização das competências, dos financiamentos e do poder de decisão sobre a implementação de projectos de cooperação". (Rebola, 2004).

Henriques relata o resultado da observação longitudinal de estudo realizado pela Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN) e pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE) em 1995 e replicado depois de 13 anos (2008) sobre a caracterização do tecido sócio-institucional português. Os principais achados do cenário lusitano foram que, primeiro, este período que cobriu o fim dos anos 1990 foi rico no tocante aos instrumentos de política social acessados, o que facilitou a prossecução de trabalhos das ONGDs, a exemplo de programas de redes sociais locais. Depois, percebe-se um aumento das exigências no domínio da qualidade dos serviços prestados pelas associações, fenômeno que associamos ao fio condutor da profissionalização institucional. Também, vive-se em um contexto de velocidade das mudanças econômicas, gerando novas formas de pobreza e a aproximação a problemas relativamente imponderáveis ao mesmo tempo em que a exigência por transparência nas acções salta-se aos processos mais formais de ação, a exemplo da supervisão intensiva de financiadores como a União Européia, algo que, todavia, pode ser correlacionado à emergência de profissionais formados academicamente no terceiro sector. Por fim, sustenta o autor que a mediatização dos problemas sociais conduziu a um aumento do protagonismo por parte do Terceiro Sector em Portugal.

Estas percepções de crescimento relatadas por Henriques são importantes notadamente quando vistas em termos históricos locais. Entrementes, Rego (2008) demonstra[10] como no âmbito internacional (sobretudo quando consideradas sociedades ocidentais) a participação social portuguesa é fraca, embora Nunes, Reto e Carneiro sustentem que um declínio da economia solidária é um fantasma do passado português (2001: 11). O argumento de Rego dá-se pela análise de dados como o envolvimento dos cidadãos em entidades, acções de protesto etc. Estes quadros, todavia, não são perenes.

Rego chama a atenção de que investigações sobre o associativismo não protagonizam as pesquisas científicas locais, o que podemos estender esse facto ao caso brasileiro, no qual temos uma literatura sobre o associativismo local tímida face ao impacto do Sector na estrutura social. Ribeiro e Marques (2002) corroboram com Rego consoante ao impacto associativo de Portugal frente a outros países europeus, alegando que entre os anos de 1990 e 1999 o País teve o mais baixo nível de adesão a associações no conjunto europeu. Evidenciam os autores que este fenômeno é tendencial aos países da Europa mediterrânica católica (Espanha, Itália, França). Em Portugal, os dois únicos tipos de entidades que salvam-se deste declínio associativo são as dedicadas aos movimentos de paz (que subiu de 0,5 para 0,6 na década de 1990) e à cooperação para o desenvolvimento (de 0,6 para 0,8 no mesmo decênio). "Esta fraca expressão do associativismo em Portugal pode ser explicada pela tardia aquisição do direito de livre associação e as fragilidades da democratização do sistema político, e constitui um elemento indicador da debilidade da sociedade portuguesa em termos de *capital social"*. Paralelamente, o País demonstra baixos índices de confiança interpessoal. Apenas 10% dos interrogados portugueses consideram ser possível confiar na maioria das pessoas, contra 34,4% verificados na média europeia. Estes dados formam uma cena relativamente pessimista no que confere ao impacto do capital social no País, que dificulta, por conseguinte, a disponibilidade de recursos humanos para as ONGDs, limitando-as, grosso modo, a financiamentos públicos. (*Ibid*: 137). No tópico subsequente verificamos, brevemente, algumas caracterizações do Sector no País, a considerar estas dimensões apontadas por Rego e Ribeiro & Marques como essenciais na compreensão de elementos distintivos ao fenômeno do terceiro sector português.

---

10 Baseada em estudos como os de Capucha (1990); Freire (1996); Benavente (1997); Estanque (1999); Ferreira (2006), dentre outros.

3. Caracterização de um Terceiro Sector Luso

Interessante considerar que a localização do terceiro sector português em um universo mais amplo tem diferente sentido quando pensada juntamente a demais países. Não estamos a falar, meramente, de um quadro de comparação numérico sobre as atuações de cada país europeu, ainda que para isso nos fossem precisas devidas relativizações de interpretação dos dados, a ver das demandas pontuais de cada contexto. O que sustentamos é a necessidade de atenção ao papel que cumpre o terceiro sector na Europa, mas antes disso, e por agora, na sociedade portuguesa especialmente, numa abordagem política local.

Baseado em Kriese (1995), Ferreira entende que a reação das autoridades políticas à pressão dos movimentos sociais varia consoante à área de interesse político e que a estrutura de oportunidades é limitada pela força de grupos determinados, bem como pela configuração de negociações políticas entre a administração pública e as associações de interesse privado (*Ibid*: 5). De acordo com Boaventura de Sousa Santos, co-existem uma sociedade civil íntima e uma sociedade civil estranha em Portugal, "distintas quanto à sua capacidade de acesso ao Estado e à sua administração e ao processo político" (Santos apud Ferreira, 2004 [1990]). Completa Pedro Hespanha que "a possibilidade de iniciativas sociais efectivamente se desenvolverem depende da sua inserção em estruturas que são dominadas por certos sectores sociais a quem o Estado delegou, formal ou tacitamente, certas funções de controle". (Hespanha apud Ferreira, 2004 [1999]). Isso explica-se, em parte, pelo facto da construção do Estado Providência Português, e da relação Estado-Sociedade Civil, terem erguido-se numa conjuntura contraditória, misturando antigas e novas estruturas, instituições e projetos políticos.

Embora quase 86% das 3.095 IPSSs registradas em Portugal tivessem acordos de cooperação com a Segurança Social e absorvessem 71,6% do orçamento público na área em 1999, não sabemos ao certo a dimensão dos apoios do Estado para tais instituições haja vista que estes dados excluem, por exemplo, transferências relativas a programas sociais como o PILAR e o PAII, subsídios do Fundo de Socorro Social, dentre outros. Ainda no que refere-se ao papel dos governos junto às IPSS, problematiza Ferreira que o Estado finda por preterir intervenções mais inovadoras como as de organizações voltadas a problemas menos ortodoxos como o combate à taxodependência e à aids/sida em prol de iniciativas mais tradicionais. (*Ibid*: 6). Aqui, salta-se uma contradição do sistema do terceiro sector, igualmente verificado no Brasil, porque as entidades mais recentes tendem a ter maior desenvoltura no que compete à profissionalização institucional e, com tal desenvoltura, tenderiam a ter menos problemas em angariar fundos estatais. Isto mostra-nos como existem outras dimensões analíticas para compreendermos determinados fenômenos nas ONGDs, ou seja, a profissionalização por si só não explica toda a movimentação do sector e nem o inverso poderia ser instrumento de generalização. Como demonstra Ferreira, há também de se considerar neste espectro a elevada centralização administrativa do Estado Português. Estes, todavia, são sinais de que não há contornos definidos exclusivos ao terceiro sector português, principalmente quando na inexistência de consensos sobre a concepção teórica e/ou política dessas organizações. A isso, soma-se a questão de visibilidade/reconhecimento do Sector.

Nota-se que Portugal, ao que tece Quintão (2004), é localizado a um grau de desenvolvimento intermediário consoante às ligações internas entre organizações do terceiro sector, visibilidade nos média e ao nível do reconhecimento pelas autoridades públicas. Igualmente, nesta fase de "gerúndio", em que as coisas parecem desenvolver-se no sentido indicado por Quintão e Ferreira, há um aumento expressivo da literatura no Sector português, haja vista o interesse acadêmico com produções de teses sobre estas organizações nas diferentes áreas do conhecimento e, mais expressivamente, nas ciências sociais, em que parece haver um campo de problemática teórica e política em construção mais acelerada: "O conceito de terceiro sector permanece como um conceito aberto e integrador da referida diversidade teórica e empírica surgindo como o mais adequado ao conceito nacional onde esta problemática se encontra em emergência". (*Ibid*, p. 1).

A relevância do terceiro sector em Portugal é salientada pelo lado econômico, do emprego, da luta contra a exclusão social, da busca pelo desenvolvimento local na construção de um modelo social europeu mais amplo. O facto do terceiro sector no País ainda estar em fase "gerúndica", como dissemos, cria questões como a de saber o que leva o então "subdesenvolvimento do sector da sociedade civil em Portugal" (Andrade; Franco, 2007: 30). Para Andrade e Franco, as principais razões são a presença de instituições paternalistas e os quarenta anos de governo ditatorial que suprimiram o movimento mutualista e a participação pública (*Ibid*). Logo, su-

gerem os autores, que um quadro de comparação mais prudente sobre a lógica das ONGDs seria a de comparar Portugal não a Europa como um todo, mas a países do sul europeu, como Espanha e Itália, que compartilham conjunturas semelhantes, especialmente no que se refere à relação das instituições com a Igreja.

Se partirmos para as especificidades do Sector, como sua característica voluntária, temos em Portugal 29% de força de trabalho voluntário dentro das ONGDs. Deste número, consideremos grande parte de diretoria obrigatoriamente voluntária nas organizações. Caso esta informação fosse comparável com os dados europeus, à revelia do que propõem Andrade e Franco, Portugal estaria com um percentual baixo face aos 37% apresentados na média destes países. Entrementes, esse baixo percentual pode ter facetas plurais, ou seja, ser um aspecto interessante ou não à lógica do Sector. O voluntariado, embora estimulado como dimensão-chave para o desenvolvimento das ONGDs, é uma saída que carrega elementos contraditórios, notadamente quando permite que alguns profissionais sejam remurados pelos seus serviços enquanto outros, ao serviço do voluntário, não.

Ainda por falarmos em Europa, e ao pensarmos sobre a sustentabilidade destas instituições no Continente, temos que a política de cooperação europeia é regida bilateralmente pelos Estados Membros e pela via multilateral (Comissão Europeia) da Direção Geral de Desenvolvimento, do Humanitarian Aid Office, bem como do Europe Aid. (Rebola, 2004: 46).

Em 1992 (altura das discussões da ECO 92 no Brasil), é criado um departamento da Comissão Europeia encarregado de conduzir a ajuda humanitária da União Europeia, a quem são atribuídas funções como a identificação e instrução de projetos e programas. Especificamente ao caso português, em 1999 os fundos privados (isto é, todos os recursos das ONGDs extuando-se os oriundos do Estado Português ou da União Europeia) somaram um percentual de apenas 30,3%. Em um Sector com pouca intervenção do sector privado, como no Brasil, e com um voluntariado frágil, ficam as entidades a depender de recursos, massivamente, estatais e/ou de planos supranacionais. (Ribeiro; Marques, 2002: 137). Este quadro ilustra uma deficiência na mobilização de recursos, principalmente quando considera-se ao fenômeno português das ONGDs aspectos especialmente "personalizados" nas organizações, ou seja, a mobilização passa a depender de elementos como carisma e da motivação de determinados agentes do que, necessariamente, de uma cena estruturada para atuação dessas entidades. Isso que Ribeiro e Marques apresentam como fraqueza do capital social em Portugal é vivido também nas relações inter-ONGDs. "O estabelecimento de parcerias e consórcios não é muito frequente – bem ao contrário – (...) Tal forma de `individualismo` acaba por ser mais um elemento de enfraquecimento das organizações não-governamentais, enquanto movimento na sociedade portuguesa". (*Ibid*). Outra fragilidade apontada ao plano da sustentabilidade é que as atividades das Plataformas são mobilizadoras de facto apenas quando discutem-se assuntos relacionados à sobrevivência mais imediatistas das organizações, pertinentes a financiamentos (*Ibid*). Este, apontamos, é um espaço de deficiência em longo prazo porque discussões sobre políticas públicas e educação, por exemplo, são formas de antecipar os problemas mais objetivos de sustentabilidade financeira, posto que a realidade na qual inserem-se as organizações é mais complexa do que o mero recebimento de verbas, diz respeito ao próprio reconhecimento e manutenção do sistema que, por consequência, alimenta estas possibilidades financeiras.

O Sector das ONGDs em Portugal já é uma realidade inevitável, aí está a trazer questões de identidade, diversidade e, ao carregar oportunidades de flexibilização social, traz igualmente desafios como os de capacidade organizacional, gerencial e de sustentabilidade. Faz-se interessante perceber a movimentação do Sector no País consoante às principais valências desenvolvidas pelas instituições. Infância e juventude, velhice, família, invalidez e reabilitação têm sido temas de grande repercussão nas ONGDs, como dissertam Nunes, Reto e Carneiro (2001) sobre as áreas prioritárias de intervenção. Todavia, abordagens como migração e género ganham terreno no Sector, a ver de publicações sobre os assuntos e de estudos que enquadram as organizações que com estas temáticas trabalham como entidades de missões em ascenção. Para um Portugal rural, têm-se Associações de Desenvolvimento Local (ADL) trabalhando com temas mais específicos como os de produção. Especialmente no concelho de Braga (em que 82,9% das instituições são registradas como IPSSs), em 2003, 40% das organizações dedicavam-se a crianças/jovens; 16,8% a idosos. Instituições com serviços similares a creches ensejam o valor dos 40%. Por outro lado, no mesmo concelho, instituições que trabalham com temas de migração e sida possuem menor ênfase numérica: 1,3% e 0,7, respectivamente. Adiciona-se a essas linhas de interesse que, na pesquisa EAPN, investigou-se os temas considerados pelas instituições como os de

maior relevância e, foram eles: taxodependência, alcoolismo e pobreza/exclusão e a vulnerabilidade de idosos. (EAPN; 2012 [2003]).

Já quando comparados a demais países europeus (ainda que voltemos a salientar que possíveis comparações dão-se apenas aos quadros ilustrativos introdutórios haja vista as diferenças que saltam entre as realidades de cada país) Portugal, Espanha e Itália são os que menos gastam nas linhas de apoio à família, infância e velhice. (Ferreira, 2004: 6). Mas como o poderia ser se são as áreas mais salientadas no exemplo do concelho de Braga? Responde Andreotti que isso gera-se a partir de uma "caracterização efectuada a respeito do princípio de subsidiaridade existente nos países da Europa do Sul, onde não existe um papel activo do Estado no apoio às funções da família (Andreotti *et al.*, 2001)" (*Ibid*, p. 6). Estas "bolhas de gás", aparentemente contraditórias ao próprio fazer das IPSSs portuguesas, podem ser entendidas pela missão das organizações que tendem a consistir na resolução de um dado problema que existe na comunidade mas que carrega como elemento distintivo em Portugal, segundo Nunes, Reto e Carneiro, um ranço, uma dimensão anti-Estado, especialmente quando fala-se de ADLs (Associações de Desenvolvimento Local). Tal perspectiva pode ser visualizada na lógica de separação que algumas destas IPSS têm das cooperativas, que possuem um formato mercantil mais próximo, ao entenderem que "se nós não nos considerarmos parte de sistema empresarial livre, então o que somos nós?" (Nunes; Reto; Carneiro, 2001: 168). Para estas entidades, ao que muito se passou no Brasil quando do período militar e supostamente posterior (com traços expressivos em algumas organizações brasileiras mais antigas), tem-se um forte problema de identidade face aos demais sectores na medida em que renegar ser Estado e Mercado finda, sob determinadas circunstâncias, na quebra de possibilidades/diálogos com estes Sectores, gerando problemas como os de sustentabilidade financeira. Vejamos no tópico seguinte alguns movimentos e possíveis tendências diante destas conjunturas históricas aqui brevemente mencionadas.

4. Movimentos e Perspectivas

Ribeiro e Marques, apoiados em Boaventura (1994), sinalizam que em Portugal há uma espécie de projeto inacabado de modernidade que gera desarticulação e provoca ambiguidades na relação da sociedade civil com os princípios reguladores do Estado e do Mercado. (*Ibid*, 2002: 138). "Esta incompletude da passagem para a modernidade apresenta dificuldades adicionais ao funcionamento de dinâmicas da modernidade tardia, associadas aos processos de globalização (...)". (Giddens apud Ribeiro; Marques, 2002 [1998]: 138). Os autores endossam que há uma insuficiência legislativa no Sector que abarque situações conjunturais mais específicas às instituições e aos que a elas dedicam-se. Ao mesmo tempo, reconhecem que a cultura de individualização das ONGs portuguesas tem sido modificada com os estímulos à internacionalização via projetos da União Europeia.

Pressões estruturais da sociedade portuguesa marcam o território das ONGDs na medida em que quanto mais tardio for o processo de modernidade, mais importância deveria ter o Estado em tal processo. Ainda que diante de uma cena de politização na mudança destes quadros, existe uma "natureza flutuante das políticas e a `personalização` das orientações nesta área, associada a uma conjuntura de incerteza que marca o actual momento político português, que aconselham alguma moderação nas expectativas relativamente ao futuro." (*Ibid*: 141). Isso que dizem os autores é parte das consequências de ter-se em Portugal um campo das ONGDs ainda muito fragmentado e frágil consoante, sobretudo, aos recursos e à capacidade de mobilização. "Perante estas fragilidades, desenham-se tempos conturbados para as ONGD portuguesas (...) transformação dos modelos organizacionais existentes e das `estratégias de sobrevivência`, sem que se possam desenhar ainda linhas prospectivas." (*Ibid*).

Rebola (2004) sistematiza um quadro de limitações para as ONGDs portuguesas baseada nos seguintes pontos: 1. Ser uma realidade nova em nível nacional, acarretando baixa reflexão coletiva, reconhecimento e pouca visibilidade de opinião pública; 2. Escassez de financiamentos; 3. Insolidez sobre as equipes de trabalho, haja vista a instabilidade da sustentabilidade financeira; 4. Insuficiente profissionalização dos recursos humanos, especialmente quando da falta de cursos específicos voltados para o trabalho no terceiro sector; 5. A contradição das missões face aos campos em que limitam-se a trabalhar de acordo com os financiamentos;

dentre outros de caráter mais gerais ao terceiro sector como um todo consoantes aos níveis político, legislativo e financeiro. (*Ibid*, p. 113-115).

Em meio a tantos "poréns" do Sector, reconhecidos aqui pelos autores portugueses que utilizamos e pelo nosso próprio trabalho de campo realizado no norte do País, existem perspectivas mais otimistas das ONGDs em Portugal. Numa destas abordagens, está a de José Portela (2008), que trata do microempreendedorismo como um conceito plural, que toca em novas tendências e em alternativas com as quais as associações podem lidar atualmente, noções que não devem ser restritas ao plano do mercado e que têm tido atenção especial na produção bibliográfica portuguesa. Também, nota-se uma preocupação em balancear estas colocações por ora "otimismas" ou "pessimistas" com relação às organizações portuguesas, como passa à produção de Raquel Rego (2010) que, ainda que sob o olhar crítico já mencionado, percebe o Sector e sua profissionalização associativa como um conceito heurístico, ainda que veja os dados sobre a profissionalização das ONGDs portuguesas, especificamente, escassos e limitados.

Numa comparação brusca, o Brasil com uma população de cerca de 194 milhões de habitantes (censo 2012) tem aproximadamente 338 mil FASFIL consideradas pelo IBGE. Portugal por sua vez, tem uma população média de 10,5 milhões (censo 2011) e cerca de mais de 3 mil ONGDs. O Brasil possui um número proporcional mais expressivo de organizações, numa relação de quase uma associação para cada 1000 brasileiros, enquanto em Portugal essa relação seria, grosso modo, de uma instituição para cada 3.333 indivíduos no País, sem considerar que muitas das entidades portuguesas trabalham com intervenções no exterior. Vale salientar que os contextos de necessidades sociais diferenciam-se entre países, sobretudo, quando olhamos para dados gerais, a exemplo dos resultados do Índice de Desenvolvimento Humano de cada sítio, a ver que o Brasil encontra-se com um IDH de 0,718 (84º lugar mundial), enquanto Portugal com 0,809 (41º lugar mundial) (2011), separando realidades sociais principalmente no que se refere a índices educacionais, prezados pelas pesquisas de IDH.

Deste apanhado, perguntamo-nos: quais são os pontos característicos distintivos das ONGDs portuguesas com relação às brasileiras? Quando versamos, por exemplo, sobre a falta de cursos acadêmicos específicos em Portugal voltados ao terceiro sector, não muito diferente dá-se a realidade brasileira, na qual uma graduação/licenciatura em Administração/Gestão muitas vezes nada mais é que uma carreira de administração empresarial de mercado, tampouco quando falamos sobre as dificuldades de financiamento. Desta pergunta fala um campo de realidades, no que antecipamos uma resposta à indagação de forma avessa, em que as características gerais dos problemas do terceiro sector dão-se de maneira superficialmente semelhante nos dois locais. O que substancialmente importa é considerar cada aspecto falho deste sistema maior como um elemento que, embora inserido na lógica macro do terceiro sector, está em observação micro porque é uma fatia de determinado ponto daquela realidade na qual encenam aspectos culturais, conjunturas políticas e econômicas.

5. Panorama à Profissionalização de ONGs Portuguesas

"O terceiro sector é crescentemente referenciado como agente operacional das políticas de ação social do Estado, parecendo ser esse o único papel que este lhe atribui." (Martinho; Parente, 2012). Estamos aqui a falar de representações tais que em Portugal, bem como noutros sítios, dizem respeito à busca de manutenção de atividades via profissionalização. Ou àquela por via desta.

Realizamos em Portugal (Braga) estudo de caso em duas organizações. A Primeira, que aqui nomeamos como ONG 01, é formada por uma entidade com poucos profissionais e com expressiva complexidade de profissionalização institucional. A ONG 02, por sua vez, é composta por um extenso grupo de profissionais e voluntários e, sobretudo por ser parte de um movimento Internacional maior, apresenta também complexidade expressiva de profissionalização institucional. Nota-se que quando dizemos de profissionaliação institucional remetemo-nos a lógica de estrutura das organização e não, diretamente, à formação profissional de seus agentes.

Na ONG 01, a imagem criada pelas agentes sobre a profissionalização não dissocia-se da figura que criam sobre o terceiro sector como um todo. "Acho que as organizações nascem e crescem, mas chegam um momento em que têm de morrer." (Entrevistada, 2012). A profissionalização institucional do terceiro sector na

ONG 01 é entendida pela responsabilidade de manutenção das atividades propostas até o momento em que sejam justificáveis por dada metodologia. É, então, a maneira pela qual se pode gerir uma ONG de forma não amadora.

> Se calhar, muitas são assim e à medida em que crescem acabam percebendo que para sustentarem seu trabalho terão que buscar nos modelos de gestão... faz sentido (aqui a falar do sector lucrativo) buscar inspirar nessas práticas... Sendo que, faz tempo, por exemplo, que o objeto do sector privado e do terceiro sector é diferente e isso, se calhar, revela-se a outros níveis, no modo como nós lidamos com outras organizações. (2012).

Entendem as agentes que a instituição pode ser considerada como profissionalizada porque percebem um fio condutor articulado ao sentido das acções. Já na ONG 02, estas visões foram mais contraditórias entre as falas, a exemplo de agentes que percebem a organização como profissionalizada e outros não. Todavia, essas contradições não se perdem na justificativa e análise das respostas porque guiam um retrato relativamente comum que fazem os agentes da organização certa vez que tais indivíduos têm canais de comunicação interessantes no cotidiano de trabalho a compartilhar cosmovisões. Sendo assim, ponto que mais marcou nossa busca no entendimento do fator profissionalização foi a grande associação da profissionalização institucional à profissionalização individual dos agentes, esta, por sua vez, conectada às formações acadêmicas.

> Profissionalização de Terceiro Sector é ter *pessoas qualificadas* para o trabalho efetivo que estão a fazer. (2012).
> *Conjunto de técnicos* que são vocacionados a trabalhar no sector.
>
> Investigadora: E a profissionalização da instituição... o que entendes por profissionalização do terceiro sector?
> Entrevistada: Ter mais pessoas especializadas em determinadas áreas e que por isso seriam melhor remuneradas (...) Acho a ONG 02 profissionalizada, tem muitos profissionais...
> (2012).

Uma possibilidade de resposta a tal fenômeno pode ser esboçada pela cultura teórica acadêmica, especialmente na cidade de Braga em que localiza-se um dos campus da Universidade do Minho, que muitas produções têm sobre o fenômeno da profissionalização individual, bem como às questões pertinentes ao profissionalismo. Isso dizemos porque, dentro de um recorte geral, é desta universidade e de meios acadêmicos que a ela aproximam-se que muitos dos agentes foram formados e que hoje, consequentemente, carregam uma profissão pontuada ao terceiro sector. Todavia, este factor não interfere às nossas análises diretamente, mas calha como uma informação de campo a mais que suscita-nos a futuros questionamentos sobre a realidade profissional portuguesa do terceiro sector. Logo, voltando ao foco de análise, a perspectiva da profissionalização mistura-se em cenários que fomentam e limitam tal profissionalização, simultaneamente. Explicamos: os agentes observam a manutenção de padrões assistencialistas na organização ao mesmo tempo em que, e por tais razões, os querem transformar em acções relacionadas ao empoderamento. Eis quando a voz do "não sejamos assistencialistas" prende-se a acções práticas do gênero.

Estas contradições são imprescindíveis à investigação porque, em termos gerais, podemos apontar a ONG 02 como um modelo de organização portadora de uma complexa lógica de profissionalização institucional. Mas, é nela também que localizamos elementos que caracterizam seu inverso, a exemplo de que têm acções relacionadas à distribuição da sopa ao mesmo tempo que uma série de discussões sobre como emponderar e capacitar jovens via educação. Mais uma vez, temos as respostas de dimensões analíticas observadas como elementos não exaustivos no que tais elementos "tendem a", porém, isolados, não "são" explicações a nossa pergunta de partida sobre as consequências do atual processo de profissionalização institucional. Deste ponto,

temos mais uma vez a complexidade da leitura das acções que justificam nossas preocupações iniciais, a exemplo do receio que têm alguns agentes de que a ONG 02 feche por falta de financiamento, quando paralelamente possuem uma estabilidade relativamente diferenciada ao cenário do terceiro sector como um todo no País.

Salientamos ainda ao palco português que estas instituições estão marcadas a um campo em que muitas criações filantrópicas estão ligadas à Igreja Católica (entidades geridas por padres ou freiras). Embora não tenhamos pesquisado estas organizações especificamente, reforçamos que a elas são "cobradas", por parte dos agentes das ONGs, profissionais qualificados em áreas não restritas ao ensino religioso. Igualmente, reconhecem os agentes da ONG 02 que o contexto militarizado da organização que gestionam deve ser revisto e reflexionado nas gerações mais atuais da entidade. Outros problemas, que não fizeram parte de nosso recorte específico de investigação, também são apontados, sobretudo, a corrupção em Portugal que, acreditam os agentes, é um limitador para a circulação e utilização adequada das verbas públicas às missões das ONGs e do Estado.

> Entrevistada: Olha menina, um dos problemas que temos cá em Portugal, de uma forma geral, é a corrupção. E tem de começar por aí porque isso mexe com tudo. É do mais alto nível ao mais baixo. E acho que isso é óbvio, isso aqui não está como está por acaso. A troca de favores, o jogo de interesses, essa coisa toda que tem a influência que não está só no terceiro sector, é em tudo. Tem um impacto direto em tudo, na sociedade... O terceiro sector está assim por causa da corrupção. Muita corrupção (...)
> Investigadora: Isso seria, talvez, uma mazela da prestação de serviços em geral?
> Entrevistada: Sim. Completamente. (...) Porque a mentalidade de formal geral de que quando há oportunidades, contornos, "tens de aproveitar!" (2012).

Sinteticamente, aferimos dos dois casos portugueses considerados que o leque de características de ambas entidades se completam no campo em que atuam de Braga e região. Se a ONG 02, por exemplo, só consegue executar os trabalhos a partir da captação de voluntariado que nem sempre chega onde precisa a instituição, a ONG 01 tem um planejamento mais longo. A análise das ONGs 01 e 02 conseguiu perceber a existência de diferentes tipos de ONG, o que era tão patente na literatura com que tratamos ao longo do trabalho, a confirmar nossa hipótese de que seria superficial reduzirmos a realidade da profissionalização institucional do terceiro sector a padrões de alto e baixo graus de profissionalização, o que seria "engessar" padrões de gestão demasiadamente flexíveis em prática. Isso conseguimos aferir com melhor materialização de campo em Portugal do que no Brasil porque aqui tratamos não apenas com duas organizações complexas ao que refere-se à profissionalização, mas porque estas localizam-se em um perímetro de terceiro sector mais homogêneo quando comparado ao recifense pelos contextos históricos já apresentados. Ainda no contexto da crise financeira europeia, a visibilidade que ocorre ao Estado na região é de um Estado que começa a falhar mas que existe como instituição de obrigações em prática e que tais obrigações solidificam-se nos financiamentos que sustentam estas duas e outras organizações locais. Acrescentamos, esta tendência à "homogeneização" de aspectos à profissionalização mostra-nos que, ao fim e ao cabo, falamos de diferentes tipos de ONGs, 01 e 02, justamente por terem profissionais com gamas semelhantes de acesso a informações, capazes de profissionalizar as instituições de que fazem parte de acordo com as conjunturas em que localizam-se. Eis quando as noções da profissionalização em caracterização institucional fundem-se com as perspectivas dos agentes que lhes podem atribuir movimento.

6. Consequências da Profissionalização Institucional das ONGs Portuguesas

A pertinência de nossa investigação a partir do objeto de estudo das ONGs recaiu sobre o facto do terceiro sector ser reconhecidamente entendido como uma realidade actual, concreta e em transformação. Logo, *quais as consequências do atual fluxo de profissionalização institucional para as ONGs portuguesas?* As consequências são que com as atuais demandas, cada vez mais similares aos modelos de mercado, *as instituições*

que não se adéquam a um cumprimento que articule minimamente as dimensões analíticas de que tratamos ao longo desta investigação[11]*, esmaecem e/ou ficam à mercê de mecanismos paralelos. Tais mecanismos, em vez de resolverem parte do problema social (da Missão) a que se propõem, findam por criar outros problemas igualmente sociais,* aparentemente fora do terceiro sector, como a questão do emprego dos agentes que ficam instáveis mediante os problemas de financiamento. Isto que reflete, por suposto, no *cumprimento da Missão* ao mesmo passo em que *a exigência de profissionalização do sistema cria problemas que só podem ser resolvidos com mais profissionalização e burocratização*. Tal consequência, disposta a um efeito dominó, chega às pedras de que grande parte das ONGs atingida por esta lógica, *em vez de dedicarem-se aos problemas originais que lhes dão sentido, findam por dedicarem-se abundantemente aos problemas de sustentabilidade financeira*, a criar nos agentes uma *nuvem de insegurança* às perspectivas de trabalho individuais em vez de ali enxergarem um apoio institucional por um sistema que tenderia a ser racionalmente coerente com a realidade de expansão do terceiro sector. Ou seja, a profissionalização, ainda que portadora de méritos organizacionais, não consegue dar conta dos problemas que ela mesma traz face ao crescimento do número de organizações. *Cria problemas que ela mesma não pode resolver no enquadramento em que se coloca*.

As consequências da profissionalização também dizem respeito ao abismo de *expertise* e oferta de competências entre algumas entidades que estariam aparentemente ligadas à unidade comum do terceiro sector mas que, na prática, criam mundos completamente diferentes. Estas instituições, com oportunidades e margens de manobra distintas, tentam habitar problemas comuns. Também como consequência destes processos, a profissionalização, naquilo que separa as diferentes organizações, une-as nos problemas mais gerais que as identificam ao Sector, este, instável e frágil ao que compete a sua própria manutenção, sobretudo quando percebidos problemas como "voluntariado x profissionais", tratados não como conceitos analíticos ao longo do trabalho, mas como categorias nativas, geradas em campo e só problematizadas a partir das caracterizações particulares de cada instituição analisada.

Os aspectos gerais que caracterizam a profissionalização são elementares à gestão das organizações. Entretanto, e sobretudo com o apoio dos estudos de caso, vimos que os impactos destas consequências não são uma unidade engessada num grande modelo protegido. À partida, são vulneráveis aos contextos apresentados. Quando existe um Estado financeiramente presente a um conjunto de organizações, a profissionalização passa a ser um elemento coadjuvante, mas em parte. Em parte porque como lidamos com um elemento cíclico, ela é capaz de chamar ao terceiro sector essa participação estatal, quando pressiona este último, promove visibilidade e gestão dentro de estatutos burocráticos legítimos à causa perseguida. Por isso, sustentamos que ainda que reconheçamos a possibilidade de maneiras alternativas ao sistema de profissionalização institucional em voga, ela é de um todo elemento determinante para o funcionamento das ONGs e para o trabalho dos que lá estão porque, sem uma profissionalização adequada às demandas conjunturais, as organizações e os postos de ocupação dissolvem-se nestes contextos.

Concluímos paralelamente que o peso da importância da profissionalização institucional não pode ser reduzido à questão de ser "mais" ou "menos" profissionalizada a entidade. Todavia, mais do que um cuidado com o objeto que se movimenta, é prudente perceber a forma como essa profissionalização tem sido feita, ou seja, não somente a resposta sobre as consequências da profissionalização interessa, mas o andar até esta, os pressupostos que a envolvem a partir das dimensões analíticas demonstradas empiricamente para que possamos perspectivar as transformações dos processos. Por isso, refrisamos que não somente o tipo de profissionalização, mas a instância em que este ocorre, é transversal ao que refere-se ao terceiro sector. Este passo da profissionalização enverga-se a perspectivas futuras é à pré-elaboração daquilo que pode servir de contributo às ONGs em estágio ulterior, posto que, como reforça uma entrevistada de nosso estudo exploratório (2011), as exigências de profissionalização chocar-se-ão em um "breve futuro já atual" com a mudança de perfil dos atendidos pelas ONGs. Uma ONG que hoje trabalha com prestação de serviços a idosos, daqui 20 anos, terá

---

11 *Percurso escolar e grau de escolaridade dos agentes que na organização trabalham; Nível de especialização nas atividades desenvolvidas; Forma como ocorre a divisão de tarefas administrativas; Interação entre as relações primárias e secundárias de sociabilidade no trabalho; Capacidade de articulação das entidades em redes de cooperação; Estratégias e planejamento institucionais e dinâmica de avaliação do trabalho interno; dentre outras articuladas.*

um perfil de idosos completamente diferente e essa preparação a mudanças pode ser apoiada naquilo que a profissionalização institucional tenta responder pela promoção de competências.

O ponto tenso do que versamos está em propor que, se consideramos um sistema articulado entre os três setores, acentuado na relação Estado-ONGs, temos de relevar que neste sistema há renovação, esta que o faz possível. Agora, *que tipo de sistema tem-se renovado no terceiro setor?* Qual a crítica necessária ao que sustenta a profissionalização? Voltamos, pelo modelo cíclico de que falamos, à consequência de que a profissionalização tem fomentado problemas somente resolvíveis com mais profissionalização. Por isso, tanto nos preocupamos com esta certa vez que são suas contradições e incompletudes (porque se não as tivesse, não teriam as ONGs tantos problemas) que enrijecem a lógica do profissionalizar para sobreviver. As ONGs chegam atualmente a um ponto que não possuem autonomia para criar modelos externos à lógica da profissionalização institucional vigente e, consequentemente, passam a ter problemas de sustentabilidade. Eis quando o problema sociológico que propusemos à análise transforma-se num problema social que bloqueia instituições da sociedade civil e seus agentes. Adicionamos, não estamos a desconsiderar uma readaptação criativa dos sistemas, tampouco a dizer que a profissionalização é um fenômeno perene ou sem readaptações conjunturais. Entretanto, chamamos à atenção que sem um modelo autônomo mínimo da atual sociedade civil, e consequentemente das ONGs, o sistema a ser renovado tende a ficar restrito ao pé do que versamos nas ilustrações de campo.

Por fim, detectamos na unanimidade das 34 entrevistas analisadas um pessimismo coletivo dos agentes com relação ao futuro das organizações, o que notadamente saltou-se quando posta a última questão sobre como enxergavam o futuro da organização de que faziam parte. Isso traz uma contradição atual do terceiro sector que, ao mesmo tempo em que propõe motivações aos problemas sociais diversos cobertos por suas missões, tem uma agência que, embora empenhada, está desmotivada e desestimulada, sobretudo porque os aspectos das vidas pessoais destes indivíduos ficam igualmente vulneráveis face às incertezas do Sector. Percebemos, pois, uma *agência frágil relativamente ao processo amplo de profissionalização institucional*, ainda quando envolvida em processos de emponderamento pessoal acadêmico. Perceber tais conclusões pareceu-nos importante, mas a relevância do que versamos está no processo que sustenta e gera este trabalho, que questiona a maneira como tem se dado e renovado o atual processo de profissionalização institucional, carente de uma regulamentação prática e embutida às reflexões que alimentem não apenas a manutenção de um sistema de terceiro setor, mas a coerência entre este e os que dele fazem parte.

7. Referências Bibliográficas

Andrade, António; Franco, Raquel. (2007). *Economia do Conhecimento e Organizações Sem Fins Lucrativos.* Porto: SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação.

EAPN. Rede Europeia Anti Pobreza / Portugal. (2012). *A dinâmicas das ONGs de Solidariedade Social de Braga.* Estudo do Núcleo de Braga da EAPN.
Disponível em: http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=5900
Acesso em: fev. 2012.

Ferreira, Sílvia. (2009). *O papel de movimento social das organizações do terceiro sector em Portugal.* V Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (2008). *FASFIL: As fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos no Brasil: 2005.* IBGE, Gerência do Cadastro Central de Empresas. Rio de Janeiro: IBGE. (Estudos e Pesquisas. Informação econômica).

Jacob, Luís. (2007). *A História das IPSS´s em Portugal : Instituições Particulares de Solidariedade Social*, 2007.

Disponível em:
http://jornalpartilha.blogspot.com/2007/10/histria-das-ipsss-em-portugal.html

Martinho, Ana Luisa; Parente, Cristina. (2012). *Pistas de reflexão sobre a dimensão interna da cultura organizacional das OTS em Portugal.* M3S. 6. ed.
Disponível em: http://a-3s.org/m3s/boletim1.html
Acesso em: Nov. 2012.

Nunes, Francisco; Reto, Luís; CARNEIRO, Miguel. (2001). *O terceiro sector em Portugal: delimitação, caracterização e potencialidades.* Lisboa: INSCOOP.

Portela, José (coord.); Hespanha, Pedro; Nogueira, Claudia; et al. (2008). *Microempreendedorismo em Portugal: experiências e perspectivas.* Lisboa: INSCOOP – Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo.

Quintão, Carlota. (2004). *Terceiro Sector: Elementos para Referenciação Teórica e Conceptual.* V Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção.

Rebola, Elisabete. (2004). *Funcionamento e Sustentabilidade das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento, em Portugal.* Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa / Instituto Superior de Economia e Gestão.

Rego. Raquel. (2008). *Dirigentes associativos: envolvimento e profissionalização.* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Departamento de Sociologia / Universite de Sciences et de Technologies de Lille. Tese de Doutoramento.

_____. (2010). "A Profissionalização do Terceiro Sector: o caso do associativismo". In: Almeida, Paulo P.; Freire, João. *Trabalho Moderno, Tecnologia e Organizações.* Porto: Afrontamento.

Ribeiro, Mário; Marques, Sofia. (2002). "Uma leitura das ONGD portuguesas no início do século XXI : trajectória e dinâmicas". In: *Revista Lusotopie*, n. 1.

A Participação como Variável: A Importância dos Conselhos na Atual Política de Desenvolvimento Territorial No Brasil[1]

William Melo
Doutorando em Ciência Política (UNICAMP); Mestre em Administração Pública (FGV);
Graduado em Ciências Sociais (UFF) e Professor da FGV; UFRJ e CEDERJ
william_santos_melo@yahoo.com.br

Pedro Gomes Andrade
Bacharel em Estatística (ENCE) e Mestrando em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais (ENCE)
pedrogandrade@yahoo.com.br

Paula Azem
Graduada em Ciências Sociais (PUC-RJ) e Pós-Graduada em Administração Pública (FGV)
pazem@globo.com

RESUMO: Atualmente as políticas públicas brasileiras – principalmente as de corte social – apresentam uma nova característica no que concerne ao seu plano normativo. Ou seja, atualmente, qualquer política ou ação governamental que interfira ou tenha potencial para alterar a vida de uma determinada parcela da população, inevitavelmente necessitará da construção institucionalizada que represente um espaço público para deliberação ou consulta. É neste contexto, que se inscreve, por exemplo, a importância dos conselhos na atual política de desenvolvimento territorial do Brasil – Programa Territórios da Cidadania (PTC) –, já que estes espaços configuram-se como um canal de atendimento as demandas da população, permitindo por sua vez, o exigido processo de participação da sociedade. Considerando assim a atual importância dos conselhos, este *paper* visa analisar suas características e efetividade em possibilitar ações de *accountability* e governança, tendo como exemplo, o atual papel destes espaços em uma das mais importantes políticas brasileiras em execução.

PALAVRAS-CHAVES: Conselhos; Participação; Política de Desenvolvimento Territorial.

1. INTRODUÇÃO.

Em meados da década de 1990, na América Latina, surge a necessidade, em caráter emergencial, de vincular a abordagem territorial no desenvolvimento de área rurais, sobretudo no que se refere à superação da pobreza. No entanto, estas iniciativas nem sempre tiveram resultado satisfatório ou consistente (VEIGA *et.al.*, 2001; ABRAMOVAY, 2003; RÜCKERT, 2007; FAVARETO, 2009; FAVARETO, 2010; DELGADO e LEITE, 2011). Neste novo desenho de políticas públicas sociais foi dado ênfase na criação de iniciativas institucionais atreladas a um novo conceito: o da gestão social; inserindo assim, a participação como uma variável integrante no processo decisório dos gestores públicos.

No contexto brasileiro, a nova modalidade de gestão pública, pós 1988, possibilitou uma maior participação da sociedade civil nos processos decisórios do Estado. Novos instrumentos de participação, relacionados ao controle e gestão das políticas sociais foram estabelecidos, sobretudo, através de canais que propiciaram o exercício da democracia participativa em políticas públicas de desenvolvimento territorial em áreas rurais. Um exemplo desta abordagem é observado na evolução das ações adotadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a saber: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) e, contemporaneamente; o Progra-

1 Trabalho apresentado no XII Congresso de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, realizado em Portugal/Lisboa no período de 1 a 5 de fevereiro – GT07B (Participação Pública).

ma Territórios da Cidadania (PTC) (OLIVEIRA *et al.*, 2011); demonstrando assim a importância de políticas direcionadas as regiões rurais, com a existência de canais/espaços participativos entre a sociedade e a atuação do Estado.

Neste contexto, este *paper* analisará as características e a efetividade das políticas públicas brasileiras de desenvolvimento territorial, em possibilitar ações de *accountability* e governança para regiões rurais, tendo como exemplo, o atual papel destes espaços no Programa Territórios da Cidadania (PTC). Para isto foram desenvolvidas três seções: 1) A cronologia das políticas de desenvolvimento territorial brasileiras; 2) O desenho participativo das políticas brasileiras de desenvolvimento territorial e; 3) A análise crítica da construção da participação por meio do conceito de gestão social, planeando seus pressupostos, limitações e os principais teóricos que reivindicam essa construção teórica como o caminho do aumento do controle social e ampliação da participação da sociedade civil nas decisões de ações do poder público.

2. AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL COMO FOCO.

As políticas sociais no Brasil emergiram no final da República Velha, especialmente nos anos 20, e começaram a conquistar espaço no período getulista, relacionada diretamente às condições vivenciadas pelo país em níveis econômico, político e social. A Constituição de 1946 passou a estabelecer uma série de diretos e garantias, contudo, ainda na década de 60, predominava uma intervenção estatal bastante residual.

Nos anos 70 o país passou apresentar, pela primeira vez, a maioria de sua população em áreas urbanas, esta característica trouxe profundas transformações econômicas na estrutura social e na organização das famílias, o que acarretou por sua vez a necessidade de adotar medidas para estender benefícios a maiores segmentos da população e tentar conter o crescimento acelerado da desigualdade social. Estas novas conformações fizeram por sua vez, que as políticas sociais passassem a ganhar, então, um pouco mais de densidade, ainda que de forma discreta e restrita.

As políticas sociais tiveram, nos anos 80, formulações mais impactantes na vida dos trabalhadores e ganharam mais força, após o processo de transição política em uma conjuntura de agravamento das questões sociais e escassez de recursos. A Constituição Federal, promulgada em 1988, chamada Constituição Cidadã, pautou-se em parâmetros de equidade e direitos sociais universais. Sendo assim, esta passou a consolidar conquistas, ampliar os direitos nos campos da educação, da saúde, da assistência, da previdência social, do trabalho, dentre outros, definindo direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, da associação profissional e sindical, de greve, da participação de trabalhadores e empregadores em colegiados dos órgãos públicos. (Artigos 6 a 11, do Capítulo II, do Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais).

Uma das maiores conquistas da Constituição Federal de 1988 foi, por exemplo, a definição de instrumentos de participação da sociedade civil no controle da gestão das políticas sociais, estabelecendo assim canais para o exercício da democracia participativa, por meio de decisões diretas, tais como: plebiscito, referendo e projetos de iniciativa popular. Nesta perspectiva, a Carta Constitucional instituiu a criação de conselhos integrados por representantes dos diversos segmentos da sociedade civil para colaborar na implementação, execução e controle das políticas sociais. Esses conselhos passaram assim a expressar uma das principais inovações democráticas no campo das políticas sociais, organizando-se por sua vez, em diferentes setores, assumindo a partir daí uma representatividade nas diferentes esferas governamentais.

A década de 90 reforçou ainda mais a tendência acima quando o Estado Brasileiro passou a se reestruturar politicamente, a partir da realização da descentralização administrativa. Neste sentido, houve clara ampliação das instituições e funções governamentais, melhorando a capacidade de formular, implementar e avaliar as políticas públicas.

Por fim, podemos analisar os recentes anos 2000 indicando que as políticas sociais se apresentaram, em grande parte, na formulação e implementação de programas de transferência de renda, focada na redução da pobreza e das desigualdades sociais no Brasil.

Nesta conjuntura do final do século XX, retoma-se também uma preocupação referente a políticas de desenvolvimento, principalmente no que se refere a setores agrícolas. É importante ressaltar, todavia, que o conceito

de desenvolvimento se redefiniu nas últimas décadas e, atualmente está associado à noção de sustentabilidade (mesmo que este conceito ainda se caracterize como vago e de difícil avaliação), sofrendo assim, mudanças em termos de escala, isto é, o nível local – municipal, regional ou territorial – adquiriu relevância para promover transformações qualitativas nas condições de vida da população ali residente.

A política social de desenvolvimento territorial, por exemplo, possibilitou a ampliação da esfera democrático -participativa, numa nova significação do conceito de políticas públicas e de desenvolvimento regional, repactuando assim, a relação entre Estado e sociedade civil, já que passou a configurar um novo arranjo institucional na gestão pública. Em meio a essa dinâmica constata-se a presença de uma estratégia de desenvolvimento territorial no Brasil, onde a tônica tem sido o retorno da participação popular na construção das políticas.

Com os pressupostos acima evidenciados, é possível fazer algumas inferências de que essa estratégia de desenvolvimento territorial, com algum avanço qualitativo na formulação e implementação de políticas públicas, vacila entre ser uma proposta concreta garantidora da qualidade de vida das pessoas ou localizar-se como uma forma de assegurar a qualidade de vida da sociedade, portanto com uma proposta societária de transformação (CRUZ, 2013).

O processo de desconcentração industrial iniciado nos anos 70, a Constituição de 1988 e a descentralização administrativa nos anos 90, permitiram assim, um maior leque de possibilidades de modalidades de governanças para o desenvolvimento territorial. A criação de organizações civis e instituições locais sob a forma de câmaras setoriais, conselhos, comitês, agências e consórcios espalhados no país ultrapassam limites municipais e regionais, vindo demonstrar diferentes modalidades locais e regionais às mudanças econômicas e sociais de integração nacional e global.

Sendo assim, a localidade ganhou prevalência, tornando-se necessário, por sua vez, que a estratégia de desenvolvimento territorial passasse a se fundamentar de forma central no processo de transformação gradual da estrutura política e social de populações inteiras, de forma a racionalizar o espaço-tempo-natureza com o modo de vida de suas populações, na perspectiva de associar as políticas públicas a uma identidade/comunidade territorial. Esse processo de desenvolvimento tem como princípio político o alargamento do cânone democrático, transitando entre a democracia representativa e a participativa (COELHO e NOBRE, 2004).

Esta nova conformação societária, oriunda de um amadurecimento das instituições brasileiras e de seu cânone democrático levam consequentemente o Governo Federal – no que se refere às políticas de desenvolvimento territorial – a assumir de forma coordenada as ações referentes ao território nacional, remontando algumas ações pontuais estabelecidas no final da década de 1980.

No final da década de 90, estas ações ganham impulso, em 1996, é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), através do Decreto 1.946, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Entre 1996 a 2000, os municípios beneficiados com recursos do Pronaf eram escolhidos tendo por base o baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A partir de 2001, o programa passa a apoiar projetos de caráter intermunicipal, agora escolhidos a partir de processo seletivo. Porém, na seleção dos projetos, pesa também o fato de se tratar ou não de projeto originário dos territórios considerados como prioritários pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (surgido nos anos 2000), esses, por sua vez, escolhidos a partir de uma combinação de critérios que envolvem a presença de agricultores familiares e assentados da reforma agrária e, novamente, a ocorrência de baixo IDH.

O Pronaf, por sua vez, sempre esteve vinculado às rubricas orçamentárias e aos fluxos da hierarquia administrativa federal relativos aos programas de combate à pobreza. Com isso, nunca foi alçado à categoria de política permanente, nem nunca dispôs de uma maior articulação com outras políticas estruturais do governo federal, contudo, foi a partir da implantação do Pronaf, que se exigiu a constituição dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRS), sendo estimulado por sua vez, o conceito de gestão social para os territórios (na terceira seção deste *paper* será pormenorizadamente debatida a importância deste conceito).

Em 2003, a Lei 10.683/03, que estabeleceu as atribuições de cada Ministério, conferiu a responsabilidade sobre o ordenamento territorial ao Ministério da Integração Nacional (MI) e ao Ministério da Defesa (MD). Desse modo, em 2004, o MI, fazendo valer o que determina a Constituição Federal, e em cumprimento às suas atribuições, decidiu elaborar uma proposta de Política Nacional de Ordenamento Territorial.

Anteriormente em 2003, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que se incumbiu de elaborar estratégias para a política de desenvolvimento rural, principalmente através do Programa Nacional de Territórios Rurais (Pronat), focados na dinamização de conjuntos municipais (territórios) considerados deprimidos, tendo no conselho gestor bipartite o principal espaço para a construção de propostas e definição das prioridades de investimento dos recursos do Programa.

Em 2008, o Governo Federal lança o Programa Territórios da Cidadania (PTC), ampliação do Pronat, que tem como objetivos, promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A gestão do Programa prevê três instâncias: a) o Comitê Gestor Nacional, constituído pelos ministérios que participam do Programa e responsável por definir os territórios abrangidos nacionalmente, aprovar diretrizes e organizar as ações federais; b) o Comitê de Articulação Estadual, composto pelos órgãos federais e estaduais de cada unidade federada, assim como por representantes das prefeituras dos territórios ali existentes, cujas atribuições referem-se à articulação e integração de políticas públicas, acompanhando a execução das diretrizes estabelecidas; c) o Colegiado Territorial, com formação paritária entre os membros da sociedade e poder público, formulador do plano de desenvolvimento do território e pelo controle social, como será visto mais detalhadamente na próxima sessão.

3. O DESENHO PARTICIPATIVO DA POLÍTICA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.

Como pontualmente esboçado na seção anterior, todo o processo moderno e evolutivo das políticas de desenvolvimento territorial, remontam as ações ocorridas em meados da década de 90. A primeira ação foi o Pronaf, criado como linha de crédito para agricultores familiares. O repasse de verbas era feito pelos municípios elegíveis a partir da elaboração de planos de desenvolvimento rural, que eram aprovados pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRS). Nesse sentido, o CMDRS passa a se consubstanciar como umas das primeiras iniciativas de criação de espaços participativos entre o estado e a sociedade, conforme ressalta Abramovay (2001).

No final da década de 90 é criado por decreto da presidência, nº 3200, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural (CNDR), integrante do Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária, tendo por finalidade deliberar sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR), que tinha por objetivo constituir diretrizes para os objetivos e metas do Programa Nacional de Reforma Agrária e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O órgão era constituído por membros do governo, em sua maioria e representantes da sociedade civil. Em 2000 o órgão colegiado, passou a se chamar Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), passando a ser integrante da estrutura regimental do MDA, tendo por finalidade elaborar e propor o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PNDRS), com base nos objetivos e nas metas dos programas que promovem o acesso a terra, o fortalecimento da agricultura familiar e a diversificação das economias rurais. No ano de 2003 o CNDRS sofre nova reformulação, passando a se chamar Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), órgão colegiado integrante da estrutura básica do MDA, que tem por finalidade propor diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas ativas, constituindo-se em espaço de concertação e articulação entre os diferentes níveis de governo e as organizações da sociedade civil, em prol do desenvolvimento rural sustentável, a reforma agrária e a agricultura familiar.

> O CONDRAF é órgão colegiado e integra a estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Foi instituído pelo Decreto Presidencial no 4.854, de 8 de outubro de 2003, como uma reestruturação do antigo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS). Seu campo de ação gira em torno de três pilares: desenvolvimento rural sustentável; reforma agrária; e agricultura familiar. (IPEA, 2012: 12)

Deste modo, a escolha de execução de política de desenvolvimento territorial realizada pelo MDA teve e tem por objetivo, privilegiar a participação da sociedade e dos demais atores de um território. A opção escolhida levou por sua vez a materialização dos Colegiados Territoriais, que tem como pressuposto serem espaços:

> [...] [*que*] oportunizam o diálogo, a negociação, a aprendizagem, a transparência e a democracia necessária à construção de um ambiente favorável à integração e ao estabelecimento de consensos, de acordos, ações e compromissos coletivos fundamentais ao processo de desenvolvimento. (BRASIL, 2009: 04, *grifos dos autores*).

Este modelo teórico adotado pelo MDA demonstra claramente a importância das modernas diretrizes conceituais, onde a participação da sociedade é interpretada como ferramenta administrativa para o alcance do desenvolvimento territorial. A captura deste conceito principalmente pela SDT e pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) inicia no planejamento do Pronaf, sendo também realizada posteriormente no Pronat e herdada pelo PTC.

No caso especificamente dos Colegiados Territoriais dos Territórios da Cidadania, estes são formados por representantes das três esferas de governo e da sociedade civil. A formação dos colegiados segue recomendações de que se tenham representantes de diversas áreas, a saber: governo federal, governos estaduais, prefeituras municipais, representação dos conselhos (saúde, educação, assistência, Consad`s, cultura, meio ambiente, desenvolvimento econômico, desenvolvimento rural, fórum das mesoregiões), representação de agricultores familiares, pescadores, indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais; atores econômicos (associações comerciais, industriais, da agricultura, cooperativas, sistema S) e instituições de ensino (universidades e escolas técnicas). A gestão do programa é dividida entre três atores, conforme é apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Gestão do Programa Territórios da Cidadania

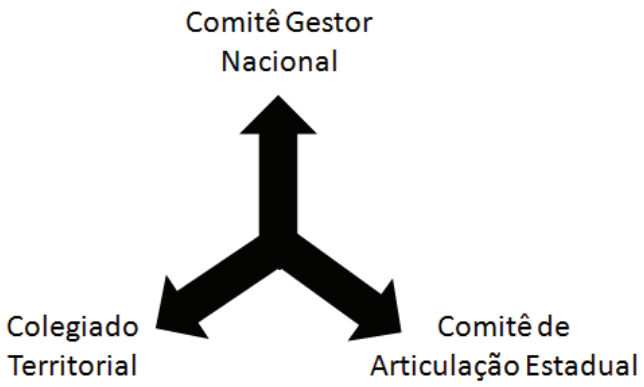

Fonte: Adaptação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e decreto de implantação do Programa Territórios da Cidadania, de 25 de fevereiro de 2008.

Já o Comitê Gestor Nacional, é composto por Secretários Executivos ou Secretários Nacionais de todos os Ministérios/Secretarias que compõem o Programa. Suas atribuições são: aprovar diretrizes, adotar medidas para execução do programa, avaliá-lo, aprovar relatórios de gestão e estabelecer definição de novos territórios.

No caso do Comitê de Articulação Estadual, este é composto por representantes de órgãos federais, estaduais e das prefeituras. Suas atribuições são: apoiar a organização e mobilização dos colegiados; fomentar a articulação e integração das diversas ações nos territórios; acompanhar a execução do Programa; auxiliar em sua divulgação no Estado e apresentar sugestões de novos territórios e de novas ações.

As atribuições dos Colegiados Territoriais são: dar ampla divulgação sobre as ações do PTC; identificar demandas locais para o órgão gestor, ajudando a priorizar o atendimento; promover a interação entre gestores públicos e conselhos setoriais; contribuir com sugestões para qualificação e integração de ações; sistematizar

as contribuições para o Plano Territorial de Ações Integradas e exercer o controle social do Programa. Os colegiados também podem definir prioridades na Matriz de Ações que fortalecem os projetos estratégicos.
Neste sentido, verifica-se de modo evidente, a conformação e o desenho em prol de estruturas participativas. Abramovay (2001), por exemplo, considera que a profusão de conselhos gestores é a mais importante inovação institucional das políticas públicas brasileiras. Entretanto, demais estudos (ABRAMOVAY, 2001; DELGADO E LEITE, 2011) salientam que ainda há uma precariedade da participação social nestas novas organizações oriundas da submissão a poderes locais dominantes. Ou seja, diversos problemas ainda devem ser superados.

> [...] os conselheiros podem ser mal informados, pouco representativos, indicados pelos que controlam a vida social da organização ou localidade em questão, mal preparados para o exercício de suas funções ou, o que parece tão freqüente, uma mistura de cada um destes elementos. (ABRAMOVAY, 2001:121)
> O problema é que, na maior parte das vezes, a forma de criação destes conselhos, seus modos de funcionamento e o alcance de suas ações, ao que tudo indica, não estimulam o preenchimento das funções básicas para as quais foram organizados. (*Ibid.*, 2001:122).
> Os conselhos são formados estritamente como contrapartida à exigência legal para a obtenção de recursos públicos por parte dos municípios e não expressam uma dinâmica local significativa. (*Ibid.*, 2001:122).
> Isso significa que o risco de existir apenas como formalidade necessária à obtenção de recursos públicos é inerente ao próprio processo de descentralização, contra o qual não existe uma proteção administrativa genérica. (*Ibid.*, 2001:124).
> A participação da comunidade nas reuniões do Conselho é muito minoritária. (*Ibid.*, 2001:124).
> [...] constata-se que os estudos examinados convergiram para o fato de que: a) a interação entre os diversos atores sociais nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs) ainda era bastante baixa; b) a definição das linhas de atuação (centradas em atividades agrícolas) e a gestão dos planos de trabalho ficava a cargo da equipe técnica dos órgãos públicos envolvidos; c) a interação observada entre osmunicípios de uma determinada região dava-se mais pela competição do que pelo estabelecimento de parcerias, como também eram precárias as articulações entre os entes públicos das esferas municipal, estadual e federal de governo. (BRASIL, MDA/CONDRAF, 2005, *apud* DELGADO *et al*., 2011:440)
> As convergências sistematizadas apontavam para o fato de que os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDRs) possuíam mais uma "lista de compras" do que propriamente um projeto de desenvolvimento, além de que a atuação dos conselhos estava primordialmente direcionada à resolução de problemas pontuais, perdendo visão estratégica de médio e longo prazos e impedindo diagnóstico mais profundo sobre os impactos da política nas economias locais. (BRASIL, MDA/CONDRAF, 2005, *apud* DELGADO *et al*., 2011:440)

Deste modo, pode-se observar que nesta trajetória de quase pouco mais de 20 anos de experimentação dos conselhos participativos, na política de desenvolvimento territorial, a participação de fato se apresenta como uma variável estratégica importante. Entretanto, é deveras necessário, observar também o alcance das metas estabelecidas pelo PTC agora em seu momento de execução, para assim, atentar da distância entre o planejado e o executado. Evitando por sua vez, que a defesa em prol da participação, não venha a se tornar um argumento vazio e sem resultados práticos na vida das famílias rurais, já que como verificado e explicitado acima, alguns desvios ainda se fazem presentes, desvirtuando em si as verdadeiras intenções desta nova abordagem estatal.
De uma forma geral, o canal de participação nos marcos normativo dos programas de desenvolvimento territo-

rial, tem além do mais, um triplo objetivo, a de: 1) serem mecanismos de gestão para as novas políticas territoriais; 2) efetivarem-se como medidas saneadoras dos problemas advindos das políticas de desenvolvimento territorial; e 3) permitir o fortalecimento do conceito de intersetorialidade. Cabe verificar, até que ponto o poder e a capacidade de atuação dos espaços participativos estão sendo efetivados e se os arcabouços conceituais utilizados estão adequados aos resultados emancipativos e participativos que se pretende alcançar.

4. CONSTRUINDO PARTICIPAÇÃO: A GESTÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTO.

Como ressaltado nas seções acima, a conformação da atual política de desenvolvimento territorial – o Programa Territórios da Cidadania (PTC) – pode ser explicada, pelo fato do país, durante e após a Constituição de 1988 e das primeiras eleições democráticas, ter tido avanços significativos em políticas sociais e na estabilização de sua economia. Ou seja, a conjuntura brasileira – de estabilização monetária, investimentos em políticas sociais e maior presença de movimentos sociais – acrescidos da perspectiva responsável que as gestões tiveram em dar prosseguimento às últimas políticas agrícolas – Pronaf, Pronat e atualmente PTC – iniciadas em 1996, são motivos mais que suficientes para explicar todo o processo político correlacionado ao desenvolvimento territorial no país.

Logicamente, que ao ressaltar as variáveis explicativas deste processo, é necessário levar em consideração que durante esses quase vinte anos de execução, houve diferenças entre as políticas de desenvolvimento territorial, havendo avanços e retrocessos em toda a execução dos três programas.

Entretanto, há uma característica intrínseca aos últimos programas de desenvolvimento territorial – iniciado no Pronaf, a partir dos conselhos municipais, ampliado no Pronat e muito presente no PTC[2], como herança advinda das políticas anteriores –, que é a importância dada à criação de espaços de discussão, sendo estas interpretadas como uma variável importante e estratégica, a ponto de incorporar em alguns de seus documentos institucionais uma nova expressão conceitual a fim de ressaltar a tentativa de erigir participação, tentando assim:

> [...] induzir, apoiar, fomentar processos de desenvolvimento territorial [*que sugerem a*] concertação social em torno das formas de produção, distribuição e utilização dos ativos de uma região [...] [*tendo por*] movimento [...] favorecer a construção de modelos sustentáveis de geração de riquezas com melhoria da qualidade de vida do conjunto da população (MDA, 2005: 8).

No que se refere às políticas sociais e no caso especificamente deste estudo, das políticas territoriais, é notório a importância dada aos vários canais de abertura entre o Estado e a sociedade civil. A renovação ocorrida na gestão pública brasileira, principalmente nos marcos normativo das políticas de desenvolvimento territorial, fez com que houvesse uma crescente evolução de espaços com características deliberativas e consultivas.

Esta nova modalidade de gestão pública possibilitou que a sociedade civil pudesse – ao menos no plano teórico – acreditar que suas prioridades seriam levadas em consideração e que conjuntamente com atores públicos viriam a controlar e gerir os recursos estatais.

Sendo assim, as medidas realizadas pela SDT em consonância com o MDA tiveram e ainda continuam a ter

---

2 A política Territórios da Cidadania parece apresentar-se como uma política territorial com maior aparato institucional. Por ser uma política de prioridade da Casa Civil e ter a participação de vinte e um ministérios (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Cidades; Ciência e Tecnologia; Comunicações; Cultura; Desenvolvimento Agrário; Desenvolvimento Social e Combate a Fome; Educação; Fazenda; Integração Nacional; Justiça; Meio Ambiente; Minas e Energia; Planejamento, Orçamento e Gestão; Saúde; Trabalho e Emprego; Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca; Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial; Secretaria Especial de Política para as Mulheres; Secretaria Geral da Presidência da República e Secretaria de Relações Institucionais) inicialmente pode ser considerada a política – pelo menos em âmbito teórico – a mais consistente e vigorosa para enfrentar os problemas existentes na esfera territorial rural.

o objetivo, a partir da criação de novos espaços de participação social, que esta iniciativa se reverta em prol da transparência na gestão dos recursos públicos, constituindo-se em espaços reconhecidamente privilegiados para planejar o desenvolvimento rural nos municípios ligado a atual política territorial (FAVARETO *et al*, 2004).

Essa escolha realizada pelo MDA necessitou e fez surgir contemporaneamente um novo formato institucional para que fosse possível ampliar e fortalecer esta nova concepção na execução das políticas territoriais. A opção escolhida foi a de materializar esta nova abordagem conceitual a partir da criação dos Colegiados Territoriais[3].

O respaldo teórico, por sua vez, de toda a evolução das políticas públicas adotadas pelo MDA demonstra claramente também, a importância de uma nova diretriz conceitual: a gestão social[4], esta servindo como ferramenta conceitual para o alcance do desenvolvimento territorial. A captura deste conceito principalmente pela SDT inicia-se não no PTC, mas sim, desde o momento de planejamento do Pronat[5], já que este programa anterior e em parte ainda em vigência; vincula a necessidade:

> [...] [*da*] existência de atores sociais e de gestores públicos capazes de levar adiante as estratégias de concentração dos agentes públicos e privados em torno de um projeto comum de futuro baseado na promoção dos trunfos de um território e na eliminação das barreiras e constrangimentos a que esse futuro se concretize (MDA/SDT; 2005a: 03, *grifos meus*).

A gestão social ao ser inserido nos marcos normativo dos programas de desenvolvimento territorial desenvolvido pelo MDA apresenta, por assim dizer, uma tripla função: 1) serem mecanismos de gestão para as novas políticas territoriais implementadas; 2) efetivarem-se como medidas saneadoras dos problemas advindos das políticas de desenvolvimento territorial e; 3) permitir o fortalecimento do conceito de intersetorialidade –, principalmente quando se analisa a atual política pública de desenvolvimento territorial (como já verificado na seção anterior).

Sendo assim, a apreensão do conceito (gestão social) para as políticas públicas territoriais apresenta-se então como um sinônimo de uma gestão inclusiva, é compreendido pelos elaboradores das políticas territoriais rurais, como uma ação que trará inequivocamente a certeza de sucesso perante as ações estimuladas pelo ministério, ou seja, parece haver por parte da equipe envolvida nas políticas públicas territoriais uma grande aposta na efetiva resposta desta nova abordagem conceitual.

Neste caso, a concepção de participação da população passa a se inserir exclusivamente em um contexto imerso no conceito estipulado pelo MDA, o da gestão social. Esta nova abordagem, que na esfera acadêmica não é nada nova, não apresenta um caráter uníssono, já que de acordo com próprios especialistas do tema, a "gestão social" ganha contornos muito divergentes.

Singer (1999), por exemplo, afirma que gestão social diz respeito às ações que intervêm nas diferentes áreas da vida social para a satisfação das necessidades da população. Ele parte do pressuposto que a gestão social é

---

3 Os Colegiados Territoriais se traduzem por uma Rede Nacional de Órgãos Colegiados – formados pelos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável assim como pelas instâncias de gestão do desenvolvimento territorial (SDT/MDA, 2005a), ganham essa dimensão a partir da então política vigente dos Territórios da Cidadania.

4 Por gestão social o MDA/SDT entende ser: "[...] o processo através do qual o conjunto de atores sociais de um território se envolve não só nos espaços de deliberação e consulta das políticas para o desenvolvimento, mas sim, e mais amplamente, no conjunto de iniciativas que vão desde a mobilização desses agentes e fatores locais até a implementação e avaliação das ações planejadas, passando pelas etapas de diagnóstico, de elaboração de planos, de negociação de políticas e projetos. Gestão social implica, assim, um constante compartilhamento da responsabilidade pelos destinos do território". (MDA/SDT, 2005a: 10).

5 Esta sigla corresponde ao antigo Programa Nacional de Apoio aos Territórios Rurais. Alguns autores preferem a sigla PDSTR, pois denominava mais claramente o Programa desenvolvido pelo MDA/SDT.

viabilizada através de políticas e práticas sociais articuladas e articuladoras das diversas demandas. Já Tânia Fischer (2002) aborda a mesma perspectiva conceitual como um ato relacional que se estabelece entre pessoas, em espaços e tempos relativamente delimitados, objetivando realizações e expressando interesses de indivíduos, grupos e coletividade. Para esta autora (FISCHER *et al*., 2006) a gestão social é praticada tanto no âmbito público quanto na esfera privada, tendo como objetivo fundamental sempre o desenvolvimento social, seja em nível micro ou macro, uma vez que a perspectiva precípua do conceito, atrelada a palavra "gestão" sempre se orienta para a mudança e para o desenvolvimento.

Já demais autores (TENÓRIO, 1998; FRANÇA FILHO, 2003), estabelecem uma perspectiva conceitual para a gestão social com base no paradigma habermasiano, exaltando e idealizando o processo "gerencial" dialógico onde a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação. Assim, compreendem que gestão social, é a melhor abordagem no que se refere a gerir assuntos públicos, baseando-se em princípios de participação e maior fluidez de informações, buscando estabelecer formas de articulação social entre os diversos agentes locais, públicos e privados, de forma a compartilhar o poder e as responsabilidades com todos.

França Filho (2003) considera ainda que a gestão social é uma inovação na disciplina administrativa, pois para este autor, a gestão social é uma maneira de gerir que não se orienta por fins econômicos, o que por sua vez, contraria a tradição de desenvolvimento das técnicas e metodologias gerenciais em administração. Nos seus pressupostos, a gestão social permite ir além da definição clássica da administração, e ainda vigorosa nos dias atuais, que introduzida por H. Fayol no início do século (1916) encerra a gestão a partir de quatro processos gerenciais básicos: 1) o planejamento; 2) a organização; 3) a direção e; 4) o controle (neste caso, não se verifica esta contradição nos marcos normativos da atual política de desenvolvimento territorial, como abaixo ficará exposto).

Ou seja, a gestão social, parece pelo menos no âmbito teórico ser uma tratativa que coloca os agentes públicos em parceria com parte de uma sociedade civil organizada. Partindo do pressuposto colocado pelos autores acima, parece que há a constatação imediata de que as ações estatais tiveram uma evolução considerável em sua relação com as demandas e interesses da sociedade, o que visto mais de perto, não necessariamente é uma verdade.

O aspecto dialógico, pró-desenvolvimentista e novo que se tenta ligar ao conceito de gestão social é algo – de acordo com alguns estudos[6] – que não reflete a realidade da execução do Programa Territórios da Cidadania.

Sendo assim, nesta seção a preocupação mais importante é a de dissociar a lógica de participação como sinônima de gestão social, já que esta última imagina que se pode construir participação ao invés de estimulá-la. As perspectivas colocadas pelos autores acima, não se consubstanciam na realidade cotidiana dos territórios – que estão mais imersos no conflito do que atrelados ao consenso outrora imaginado por Habermas –, a receita de aumentar a participação via a construção de espaços propostos para esta finalidade, pode trazer resultados ruins, tais como legitimar ações verticalizadas e concentradoras que apresentam aparências de inclusivas e dialógicas. Ou seja, participação não se constrói, esta deve ser um capital social acumulado e no máximo o papel do estado deve ser o de estimular a sociedade civil.

Nesse sentido, ao contrário do imaginado por alguns autores, a gestão social não contraria a gestão estratégica, esta passa sim, a fazer parte de uma nova forma de gerir. A gestão social, na verdade já demonstra claramente na acepção de sua palavra que esta tem como pressuposto administrar o social, estabelecendo metas, organizando-a, pautando-a e principalmente controlando-a. O MDA explicita essa assertiva quando propõem, por exemplo, o ciclo de gestão social do desenvolvimento territorial, que é na verdade, o mesmo modelo estratégico tradicional estabelecido por Fayol que outrora foi aqui exposto que a gestão social expunha e fragilizava.

6 Ver: FREITAS, 2010; OLIVEIRA, 2011; ZANI, 2010, 2012.

Figura 2 – Ciclo da Gestão Social

Fonte: MDA, 2005:16.

Sendo assim, ao verificar a abordagem do conceito de gestão social, há na verdade a preocupação de demonstrar, que a participação outrora imaginada e colocada como variável estratégica erra em sua principal finalidade, já que inclusão, pluralismo e ativismo social não se estabelecem exclusivamente via mecanismos e por criações institucionais. É necessário na verdade, empoderar, melhorar a mobilidade social dos territórios, estimular ações que possibilitem aumento da autonomia e do associativismo, só assim, torna-se possível à construção de capital social (PUTNAM, 2000), conceito sem dúvida alguma, mais factível e possível de ser erigido em busca de se obter a participação como uma variável não apenas estratégica, mas principalmente emancipatória.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo das considerações estabelecidas nas seções acima, verifica-se que o atual programa de desenvolvimento territorial – Programa Territórios da Cidadania (PTC) – ao ser o desiderato das atividades provenientes de políticas territoriais anteriores (Pronaf e Pronat), apresenta logo por definição ser uma das políticas públicas vinculadas ao MDA de caráter mais robusta e institucionalmente fortalecidas. Sendo assim, esta ação por si só já apresenta uma relevância necessária para considerá-la como objeto de estudo, principalmente ao se constatar a sua escala de abrangência e alguns de seus pressupostos, tais como o conceito de participação social (pela via da gestão social) e o de interterritorialidade[7].

Neste sentido, a questão que este *paper*, teve o objetivo de abordar, na verdade não foca na questão da importância da atual política de desenvolvimento territorial – que para os presentes autores já é algo evidente –, mas sim, na relevância de um de seus importantes aspectos conceituais: o da gestão social e seu viés participativo

7 Sobre o tema ver: MELO, W; VIEIRA, C; ANDRADE, P, G. Por um "novo" conceito de território: O protagonismo do Programa Territórios da Cidadania. **EGAL**. Cuba, 2015. (No Prelo).

e inclusivo.
Sendo assim, esta reflexão é proveniente da ciência por parte dos autores de que a participação e seu respectivo conceito (a gestão social) caracteriza-se como uma importante variável estratégica no desenvolvimento da atual política, o que consequentemente, coloca o PTC numa posição delicada, pois se a arquitetura institucional não conseguir alcançar os resultados esperados ou ainda, vir a degenerar-se em tratativas cooptadas e relacionadas exclusivamente a repasses de recursos orçamentários – como parece apontar alguns estudos –, toda a política pode ficar comprometida.
Nesta tentativa, de reacender o debate e de problematizar a questão do desenvolvimento territorial de viés participativo – pressuposto válido e de extrema relevância – é que aqui concluímos que o conceito de gestão social, não parece adequado e nem muito menos exequível para as expectativas (por parte das comunidades locais) e metas (por parte do poder público) planejadas pelo MDA.
Tal assertiva aqui realizada vai ao encontro, por exemplo, dos estudos de Guerra (2006) que demonstra que em Portugal, as formas de participação cidadã nos processos de tomada de decisão no que se refere ao planejamento urbano e territorial, revelavam um *modus operandi* na qual esta se transformava em um processo de controle social organizado de cima para baixo (*top down*), onde atores hegemônicos encontravam uma nova forma de continuar a fazer prevalecer seus interesses, subordinando assim, os demais atores com menor capital político e organizativo. Neste sentido, o que se tem aqui no Brasil – como no caso português – é um novo arranjo organizativo realizado de cima, sendo o ativismo social e o ideal da participação da sociedade civil – pelo acalento de uma democracia de caráter mais direto e inclusivo – cooptados por estes setores (empresários; técnicos e poder público), que passam a estabelecer o desmonte da política pública mais inclusiva, sem a criticá-la, pelo contrário, aproveitando-se dela ainda para realizar uma bela operação de "marketing social" (PAOLI, 1998), o que possibilita por sua vez, a legitimação de todas as ações tomadas pelo véu da deliberação e pela escuta a sociedade, mesmo que esta continue exclusivista e concentradora de renda.
É neste sentido, que a compreensão deste *paper*, deslegitima o conceito de gestão social como salutar para o ideal de participação, já que temos como pressuposto – baseado em demais trabalhos sobre o assunto e apresentados ao longo do texto – que este tende a estabelecer mais a concertação e o consenso do que a emancipação e o conflito, o que por sua vez, tende a manter os privilegiados com seus privilégios e os desfavorecidos em uma permanente posição de submissão, o que nos leva a rejeitar esta possibilidade como a única opção para o desenvolvimento rural brasileiro e principalmente a da utilização da participação como "variável" meramente estratégica.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. (2003), Representatividade e inovação. *Paper* apresentando no *Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.* Brasília: CNDRS.

_____. (2001), Conselhos além dos limites. *Estudos Avançados*, vol.15, n.43, p. 121-140.

BRASIL. (2009), Orientação para a constituição e funcionamento dos colegiados territoriais. *Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Departamento de gestão territorial*.

_____. (2008), Decreto não numerado de 25 de fevereiro de 2008. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. *Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos*.

_____. (2008), Decreto não numerado de 25 de fevereiro de 2008. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. *Brasília.*

_____. (2005), *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável:* Guia para o Planejamento. Brasília, *MDA/SDT* (Documentos de Apoio, 2).

_____. (1999), Decreto nº 3.200, de 6 de outubro de 1999. Dispõe sobre o Conselho Nacional de

Desenvolvimento Rural (CNDR) e sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e dá outras providências. *Brasília*.

COELHO, V. S. P. & NOBRE, M. (Orgs.). (2004), *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. 34.

CRUZ, Danilo Uzêda. (2013), *Um Estudo das políticas públicas de Desenvolvimento Territorial na Bahia: Democracia e Participação*.

DELGADO, G., N., LEITE, S., P. (2011), Políticas de Desenvolvimento Territorial no Meio Rural Brasileiro: Novas Institucionalidades e Protagonismo dos Atores. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro.

FAVARETO, A; DEMARCO, D. (2004), Entre o capital social e o bloqueio institucional: uma análise dos CMDR em cincos estados brasileiros. *In:* SCHNEIDER, Sergio *et al.* (Orgs.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre: UFRGS (Série estudos rurais).

FAVARETO, A. (2009), Retrato das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil. Working paper. *Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural*, Santiago, Chile.

_____. (2010), A abordagem territorial do desenvolvimento rural-mudança institucional ou "inovação por adição"? *Estudos Avançados* 24.68, p. 299-319.

FISCHER, T. (2002), Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma agenda. *In:* FISCHER, T. (org.). *Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais*: marcos teóricos e avaliação. Salvador: CASA DA QUALIDADE, p. 12-32.

_____. *et al*. (2006), Perfis visíveis na gestão social do desenvolvimento. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro.

FRANÇA FILHO, G. C. (2003), Gestão social: um conceito em construção. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, Salvador, Bahia. *Anais,* UFBA, Salvador.

FREITAS, A.; FREITAS, A.; DIAS, M. (2010), Desafios da gestão social dos territórios rurais. *In: SOBER***.** Minas Gerais.

GUERRA Isabel. (2006), *Participação e ação coletiva.* Portugal: Principia.

IPEA. (2012), O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável na Visão de seus Conselheiros. Relatório de Pesquisa. Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros. *IPEA*.

MDA. (2005), Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais. *Documento Institucional Nº 3*. Brasília: Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT.

_____. (2005), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT). *Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais.* Brasília: SDT/MDA.

OLIVEIRA, J. R.; ALLEBRANDT, S. L.; SAUSEN, J. O.; TENÓRIO, F. G. (2011), A gestão social no contexto do programa territórios da cidadania: Os casos dos municípios de Braga, Campo Novo e Coronel Bicaco – RS. In: *APGS*, Viçosa.

PAOLI, M. C. P. M. (1998), Direitos humanos e cidadania: Um comentário. *In:* PAOLI, M. C. P. M. (Org.). *Direitos Humanos*. 1ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense.

PUTNAM, R. D. (2000), *Comunidade e democracia:* a experiência da Itália moderna. 2º ed. Rio de Janeiro: FGV.

RÜCKERT, A A. (2007), A política nacional de ordenamento territorial - Brasil: uma política territorial contemporânea em construção. *IX Colóquio Internacional de Geocrítica*, Porto Alegre.

SINGER, P. (1999), Alternativas da gestão social diante da crise do trabalho. In: RICO, E. M.; RAICHELIS, R. (Orgs.). *Gestão Social:* uma questão em debate. São Paulo: Educ/IEE/PUCSP, p. 55-66.

TENÓRIO, F. G. (1998), Gestão social: uma perspectiva conceitual. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro.

VEIGA, J. E. (2004), "Destinos da ruralidade no processo de globalização". *Estudos Avançados*, nº 51, maio-agosto, p. 51-67.

ZANI, Felipe Barbosa. (2010), Gestão social do desenvolvimento: a exclusão dos representantes dos empresários? O caso do Programa Territórios da Cidadania Norte-RJ. 2010. *Dissertação de mestrado.* Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

_____; TENÓRIO, F. G. (2012), Gestão social do desenvolvimento: O desafio da articulação de atores sociais no Programa Territórios da Cidadania. *ENAPG*, Salvador: Anpad.

A rede social de proteção de crianças e adolescentes, um espaço pedagógico de resistência

Prof. Dr. João Clemente de Souza Neto [1]
Profa. Dra. Márcia Mello Costa de Liberal[2]

O objetivo deste trabalho é descrever a dinâmica das redes de proteção de crianças e adolescentes no município e o modo pelo qual esse processo se transforma numa ferramenta pedagógica, capaz de despertar a autonomia, a criatividade, a capacidade de fazer escolhas e de formular políticas públicas nos sujeitos e organizações. Apesar de não haver uma teoria sobre as redes sociais, indicativos delas podem ser localizados nos clássicos da sociologia e da filosofia, uma vez que seus princípios estão presentes no cotidiano, a exemplo da anatomia humana, das relações de classe, geração e etnia, e dos sistemas natural e político. As redes de proteção não constituem um fim em si. Podem ser meios de resistir ao processo de exploração e ao impacto nocivo da globalização. Por esse aspecto, defendemos sua compreensão no cerne das relações sociais, politicas e econômicas.
Nesse cenário, emerge uma nova concepção de homem público e de cidadania, uma forma de competência politizada. Outras intenções são compreender as redes sociais de proteção como base de um paradigma que interfere na forma de planejar e de fazer política no município, e repensar a cidade e as organizações, para que sejam espaços de proteção, realização e educação. As redes sociais de proteção a que nos referimos têm sua base no *Estatuto da Criança e do Adolescente* - ECA, artigo 86. São ferramentas pedagógicas que contribuem para a formação do sujeito capaz alterar os padrões sociais, de resistir e encontrar linhas de fuga, ou de responder a uma realidade social e cultural cotidiana em mudança.

Palavras-chave: protagonismo, transgressão, direitos humanos, rede de proteção

Este artigo é produto de pesquisas que desenvolvo desde 1987. De lá para cá, temos entrevistado e coletado depoimentos de centenas de lideranças comunitárias, educadores sociais e gestores de políticas públicas que atuam no campo das redes sociais de proteção à criança e ao adolescente, especialmente nos programas de acolhimento. Nos últimos trinta anos, no Brasil, observa-se um esforço para reverter o quadro de mal-estar em que vivem a criança e o adolescente. Meu primeiro trabalho sistematizado sobre essa questão foi publicado em 1992. Nele, procuramos evidenciar a dubiedade da politicas sociais, os avanços e recuos das conquistas de direitos, que tanto podem emancipar quanto reproduzir as violações de direitos. No fundo dessa sistematização estão as falas e depoimentos das pessoas entrevistadas. As lutas por direitos humanos, especialmente da população infanto-juvenil, são recorrentes e sempre recomeçam em campos de dor, tristeza e deseperança. Em movimentos de morte e renascimento dos sonhos. Paulo Freire aprofunda em suas obras uma antropologia dos sonhos e da esperança, e nos ajuda a compreender essa história.
Num contexto em que o reino da necessidade interfere brutalmente na consciência e na ação, milhares de pessoas se perguntam sobre como organizar suas vidas e se comportar, para não serem tragadas pela rede de opressão que perpassa as relações mercadológicas, políticas e religiosas: - "O que para enfrentar o caráter corrosivo da indiferença e da falta de confiança? Como demonstrar nosso compromisso com o outro? Afinal, quem de fato precisa de nós, e de quem nós precisamos? Como ter uma postura ética emancipadora?" A pergunta norteadora desta reflexão é se as políticas públicas têm ajudado as famílias a garantir os direitos essenciais à vida ou, ao contrário, promovido os interesses do mercado e das políticas partidárias. Acredito que as políticas públicas no Brasil sempre tiveram a dubiedade em suas matrizes. Neste jogo, o mercado e os interesses partidários sempre retêm a maior fatia do bolo. A cada passo, porém, configuram-se diferentes direitos e possibilidades.
No cenário globalizado, comunicações em tempo real criam impactos sobre a cultura, a economia, a política, as ciências, a educação, a religião e a ética. Milhões de pessoas se veem interpeladas pelas novas linguagens do domínio técnico, pela necessidade de se informar e de encontrar um sentido na vida. Por esse olhar, novos ingredientes e diferentes mecanismos se estruturam na relação entre oprimidos e opressores.

1. As redes como meio de fortalecer o sentido da coisa pública

Refletir sobre as redes de proteção nos coloca diante da tarefa de compreender a tramalidade das relações entre Estado e sociedade, governantes e governados, oprimidos e opressores. Para quem se governa? Com que intenção se cuida da coisa pública? Em prol da vida ou do mercado? Quais são os jogos de forças que constituem o tecido social? Continuaremos a reforçar a dominação e a exploração como base da sociedade ou buscaremos romper com esse desenho social para tecer uma realidade que leve em conta o desenvolvimento da sociedade, do Estado, do mercado e do sujeito? Essas perguntas emergem no campo do contraditório e da consciência de que vivemos numa época em que os princípios da ética se desvaneceram ou se tornaram um tanto nebulosos, ou foram instrumentalizados a serviço de um mercado absorvente e feroz. Não se trata de discutir o bem ou o mal, mas de avaliar os compromissos e a práxis do poder político e econômico.

De antemão, devemos ter clareza de que o fenômeno jurídico compõe a perspectiva do devir do ser social, que se materializa nas políticas públicas e nos direitos humanos. Estes são resultado de lutas entre capital e o trabalho, sociedade civil e política, governantes e governados, oprimidos e opressores. São como um cavalo de Tróia, capazes de transpor os limites entre riqueza e pobreza, autoritarismo e democracia, e de reduzir a desigualdade social e as violações de direitos humanos. As redes sociais de proteção a que nos referimos têm sua base no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, artigo 86. Nossa perspectiva, contudo, procura ir além, uma vez que vemos essas redes como um conjunto de ações justapostas, sobrepostas e articuladas, que abrangem as políticas, a construção da subjetividade e as relações intersubjetivas. Nessa correlação, as pessoas se apropriam dos diferentes territórios no cotidiano, assimilam e modificam conteúdos e encontram formas de reagir à dominação e à opressão, de satisfazer suas necessidades e carecimentos radicais. Elas se firmam no pragmático, no desejo e no imaginário, muito mais do que numa racionalidade científica.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA é um canal jurídico que confere exigibilidade às organizações e à população para cobrar do poder público a implantação e o implemento das políticas de atendimento à criança e ao adolescente. Conforme descrito no ECA, é responsável, em cada município, pela articulação e formulação das redes de proteção. Dá certa visibilidade às lutas políticas, pois sua natureza é influir nas decisões do Estado, por meio de reivindicações ou de indicação de caminhos. É um espaço público diferenciado, de caráter deliberativo e controlador das ações "[...] em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária, por meio de organizações representativas" (ECA, Artigo 88, Inciso II). O CMDCA constitui arenas de negociação que podem ser compreendidas e assimiladas pela sociedade como instrumentos de conquista e implantação de novos programas sociais que respondam as suas necessidades efetivas. Os ordenamentos jurídicos fundados na doutrina de proteção integral trazem possibilidades de respostas.

A cada conquista social, novos campos de ação emergem, apesar da desigualdade das lutas por direitos, uma vez que o mercado e o Governo buscam continuamente reduzir seres humanos a produtores e consumidores. Nas últimas décadas, essa contradição mais e mais se evidencia no desenho das políticas públicas, em que prevalece a lógica do mercado predador, em detrimento de outros aspectos da vida, que abrange desde a proteção da criança até o cuidado do planeta. Todas as coisas se transformam em mercadoria lucrativa. A práxis de um compromisso com a construção de experiências humanas marcadas pela solidariedade é uma estratégia importante na superação das adversidades humanas. Nesse sentido, concebemos o sujeito como aquele que é capaz de produzir uma reação que altera os padrões sociais ou que busca resistir e encontrar linhas de fuga, ou, ainda, que consegue responder a uma realidade social e cultural cotidiana em mudança.

No território brasileiro, existem aproximadamente quatro mil e trezentos CMDCAs e mais de três mil conselhos tutelares. Se somarmos todos os tipos de conselhos vinculados às políticas públicas, seu número ultrapassa 30 mil, distribuídos em mais de 5.600 cidades, perfazendo uma média de seis conselhos por município. O fato de serem espaços públicos não significa que os conselhos resolverão todos os problemas do processo de democratização ou impedirão as violações de direitos, ainda mais quando pesa na balança o autoritarismo tradicional da cultura política brasileira, que traz certas fragilidades e limites a sua atuação. Eles se apresentam como ferramentas para construção de uma sociedade mais equitativa, num processo participativo de avanços e recuos, de continuidade e descontinuidade, de ruptura e retrocesso. Uma conselheira da Região Oeste da Grande São Paulo assim descreve sua percepção dos conselhos:

> Um dos maiores limites é que nem o poder público e nem a sociedade conseguiram assimilar a proposta do conselho. O conselho não é uma coisa privada, um espaço de amigos. É um espaço que concretiza as lutas em favor dos excluídos. As autoridades não respeitam os conselhos, nem mesmo a sociedade. [...] as conquistas dos conselhos são também dos trabalhadores e excluídos. Como quem está no poder só pensa em si, não vai aceitar as propostas do conselho. Mas, aos poucos, vamos mudando esta visão. (Dep. Conceição, 10/05/2003.)

A proposta da rede de proteção é pedagógica no sentido de propiciar uma alternativa alterativa de conquista e construção de um espaço de cidadania. Mas o depoimento mostra que uma concepção de dominação autoritária presente nas políticas municipais trava o avanço da democracia. Ter consciência e vclareza de ocupar um espaço tenso de lutas entre os interesses dos oprimidos e dos opressores já é uma fase da dimensão educativa. No Brasil, as redes sociais de proteção nasceram de lutas populares pela democratização do Estado e instituições, por uma doutrina de proteção integral. Elas traduzem as alternativas entre democracia e barbárie, civilização e abismo, horror e direitos, com a intencionalidade de garantir a vida, ao passo que outros projetos visam formar produtores e consumidores. No quadro da pedagogia social, das bases teóricas de Freire, Gramsci e Dussel, entendemos que as redes podem ser meios de educar e humanizar as relações politicas e econômicas. São estratégias para melhorar a qualidade de vida, desde que os movimentos e organizações sociais assumam os canais democráticos.

Como cenário de visibilidade das lutas de classes e das diferenças de gênero, idade e raça, a esfera pública opera no espaço de diálogo permanente e tenso das forças sociais, para defender a vocação democrática do Estado. Ela não apenas o pressiona, busca também orientá-lo e exigir dele respostas coerentes com políticas sociais democráticas. Esta novidade despertou a atenção de Castoriadis, numa assembléia de cerca de 1.300 pessoas, em Porto Alegre: "Eu sempre vi as organizações e as lideranças populares se mobilizarem contra o Estado. Nunca tinha visto elas se mobilizarem para orientá-lo. Foi a primeira vez que vi este fato." (Genro, 1995:165.) Por uma perspectiva fundada em Freire e Gramsci, é preciso educar o Estado e as instituições, de modo a se tranformarem em educadores comprometidos com a ética. Centrar a categoria sujeito nos partidos, nas lutas de classes, nas estruturas, pode levar à exclusão da ação humana e dar margem à apreensão da cidadania restrita à relação do indivíduo com as instituições. O dilema que se apresenta à sociedade brasileira envolve a democratização dos serviços públicos e a participação, como aparece na Constituição e nos demais ordenamentos jurídicos. Quando o debate e o processo de participação resultam numa intervenção na esfera pública, fortalecendo a ética na vida social, podemos dizer: aí ocorre a democracia. O contrário acontece quando a relação entre sociedade e Estado se expressa mediante instrumentos burocráticos, com a finalidade de controlar ou de desarticular a sociedade civil, uma forma de escamotear o autoritarismo na democracia.

Depois de muitos anos de participação e de reivindicação, de construção de um ordenamento jurídico que alterasse as práticas sociais, a Prefeitura abriu editais para se fazer parceria. Entre nós, surgiu um impasse, se deveríamos fazê-la ou não. Fizemos um longo debate, e avaliamos que não poderíamos entregar o resultado de nossas lutas nas mãos de qualquer grupo ou pessoa. Acreditávamos que estávamos mais habilitados para implantar certos programas decorrentes do ECA. À medida que começamos a desenvolver os trabalhos de atendimento, deixamos um pouco de lado a militância e, sem perceber, o aparato burocrático do Estado foi nos engolindo. A sociedade foi ficando mais frágil e desmobilizada, porque não se produz liderança de um dia para o outro. São necessários vários acontecimentos e tempo para se produzir uma liderança. O Estado da globalização e do neoliberalismo soube se apropriar de um desejo nosso, que era de dar segurança e proteção às crianças, e usou o mesmo discurso para nos atrair. Só que, por trás das palavras, estava a desmobilização da sociedade civil, o fortalecimento do mercado e a corrupção com o dinheiro público. Sem saber, muitas vezes, estamos mais ajudando os políticos e os corruptos e até a nós mesmos, do que as crianças. Mais do que nunca, as palavras de Jesus fazem eco. "Aquele que acolhe uma criança é a mim que acolhe." No caso dos políticos, aquele que acolhe uma criança aumenta suas riquezas materiais. Mas não podemos perder a esperança, porque nesse emaranhado é que a vida acontece. Só precisamos compreender melhor esse jogo, para jogarmos em favor da vida. Dom Luciano dizia que o menor é um profeta. No sentido que ele dizia, ainda continua a ser,

porque, se nós deixarmos clara a situação em que as crianças estão envolvidas, vamos descobrir os erros e enganos. O Estado, que é o produtor e que garante os direitos, é também o que financia a violação dos direitos, para servir à corrupção e ao mercado. (Depoimento de Pedro, militante da Pastoral do Menor.)

O depoimento traz o desafio de buscar meios para estabelecer princípios éticos na ação do mercado e garantir um pacto fundado na justiça social. Ou seja, civilizar a sociedade e limitar o mercado, para fortalecer as práticas e organizações democráticas (cf. Giddens, 2001). A subjetividade ou o sentido emergem na fina lâmina das circunstâncias, entre a palavra, o mundo e as pessoas. Um elemento mobilizador é a capacidade de sonhar, que oferece as razões para a participação das redes sociais. O sonho pode motivar a acolher o novo, sem o esquecimento das marcas da história. Podemos dizer que o sentido não está dado, está em construção, por meio dos acontecimentos, que tocam, afetam, desorganizam o sujeito e acabam repercutindo na sua prática de humanização, ou de desumanização. Esse drama se desenha no depoimento de um educador nordestino:
Lutar, neste contexto, significa sentir saudade daquilo que foi tirado de mim. Uns lutam por aquilo que estão esperando. Outros lutam por aquilo que já se foi, e não virá mais. No meu caso, perdi tudo o que tinha. E acho que não consigo mais recuperar. É como descreve o poeta Chico Buarque de Holanda: "Ó metade tirada de mim, ó metade arrancada de mim." Os meus sonhos, o que eu amava, tudo foi tirado de mim. Agora, tenho somente a energia de lutar, para que a saudade não bata com tanta força. Só resta a mortalha do sonho, para que possa ter saudade de um sonho que não tenha mortalha, mas que tenha sinal de vida. Vida que busco em Deus e no encontro no outro. Tenho saudade da vida que me foi tirada. E luto para que a vida seja retomada. Talvez, por isso, posso cantar: "Tenho saudade de Deus, do rio Jordão, da pátria justa, da pátria que nosso Deus nos ofereceu." Saudade daqueles que não viram o sonho se realizar. O sonho se realiza levado pela saudade de quem se foi e que não viu o sonho se realizar. Saudade daqueles que irão realizar seu sonho, mas que a vida colocou longe da gente. São misturas que estão em minha alma, e delas não tenho muita clareza. Mas tenho uma convicção: temos que lutar para construir uma sociedade em que possam "correr o leite e o mel". O maior mal é a cultura de opressão que existe entre nós.
A relação entre sociedade civil e Estado é tensa, como vemos nos depoimentos. Cabe às políticas públicas propiciar uma dinâmica que rompa com a perspectiva opressora.

2. As tensões emergentes no interior das redes sociais de proteção

A lógica da desigualdade social, que permeia a realidade brasileira desde o período da colonização, deixa marcas nas formas de ser, sentir, pensar e agir. Decorre daí uma cultura de favorecimentos, que interpreta a pobreza como natural e não histórica, presente no discurso dominante. Os pobres e excluídos assimilam essa visão preconceituosa e estigmatizante e assumem a culpa pela própria tragédia e fragilidade. Quando prevalecem a desigualdade e a exploração, os direitos sociais aparecem no discurso e nas leis, sem realizar as transformações sociais. Os conselhos surgem com o papel de aglutinar forças para reverter a dinâmica das políticas sociais que acabam por reproduzir a desigualdade. No município, os conselhos são organismos que buscam agregar as forças sociais e canalizá-las para mudanças sociais.

> Estamos vivendo numa época em que os políticos e os que detêm o poder econômico falam daquilo que não vão fazer como se já o tivessem realizado. Falam da ética, para esconder sua ganância, que destrói todas as pessoas e a própria natureza. Estamos vivendo um desastre social nos últimos dez anos. Agora, a história nos coloca numa situação de encontro de dois rios. Um, trazendo as águas da corrupção e da ditadura; o outro, da emancipação e da democracia. Eles se misturaram e agora não sabemos mais quais são as águas da democracia, quais são as da ditadura. Quando nos reunimos no Conselho, o lado governamental só deixa acontecer o que é de seu interesse; não respeita a sociedade civil. Por outro lado, a sociedade civil se deixa encantar pelas migalhas dos governos; é cúmplice da corrupção; não enfrenta o governo. De vez em quando, como se fosse um raio, um dos dois setores mais

> comprometidos com a democracia reage, criam-se conflitos, e aí se percebem as águas da democracia. Apesar dos limites do Conselho, aqui no Norte e Nordeste, é a única ferramenta, a única escola que temos para construir a democracia. As grandes conquistas e garantias de direitos para as crianças, os adolescentes e as mulheres vêm deste espaço. As organizações do campo democrático, teimosas como um riacho, sempre influenciam os rios e os mares; são aqueles grupos que não deixam o sonho da democracia e da cultura da vida morrer. Os Conselhos são o campo propício para escutar os clamores do nosso povo. Temos que utilizar o Conselho para destruir a "besta fera" da exploração e da corrupção, que toma o leite dos inocentes, tira a terra do trabalhador e a casa das famílias, produz uma multidão de andarilhos desenraizados e que força o ser humano a destruir os seus próprios, não respeitando nem os filhos, nem as esposas e nem as mães. É uma sociedade fundada na maldade e na destruição. Mas temos o sonho de um dia cada pessoa ter o seu cantinho, não como um presente dos políticos, mas como um resultado das nossas lutas. (Depoimento da conselheira Fernanda, no encontro de formuladores de políticas sociais, no Rio Branco, Acre, em julho de 2006.)

Na fala da conselheira, percebe-se que o novo está entre nós, mas que o velho suga suas energias, ancorado no tradicionalismo que perpetua a corrupção e a exploração. Mas sua fala revela também o otimismo e o reencantamento de quem acredita nas mudanças sociais. O que devemos perseguir é a promoção da justiça distributiva, na linha do que Oliveira (1988) denominou de antivalor. No contexto das redes, o CMDCA aparece como ferramenta pedagógica para a construção de uma cultura de direitos. Talvez seu principal desafio seja elaborar políticas públicas que possam de fato romper com o ciclo da marginalização social das crianças, adolescentes e famílias.

> Faz mais de dez anos que eu milito na área da criança e do adolescente. Às vezes, a gente perde a esperança. Os políticos, deputados, vereadores, prefeitos, governadores, não respeitam a criança e nem a legislação. Qualquer acordo feito no conselho só vale se se transformar em voto. Por outro lado, a sociedade também está desanimada. Os representantes só querem ganhar espaço. Mas tem também várias pessoas que acreditam na luta. Algumas reuniões os representantes do governo não participam, porque vão contra a vontade do prefeito. Outra hora, faltam os representantes da sociedade civil, que estão sobrecarregados em suas atividades. Em outros momentos, conseguimos influenciar e até determinar mudanças na política. Ressalto que minha participação no conselho mudou minha própria vida. A formulação das políticas sociais não pode ser pensada apenas pela perspectiva de um grupo ou de um conselho. Na nossa Região, os municípios estão muito próximos, as crianças, os adolescentes e os problemas migram de um espaço para o outro e, na própria cidade, as questões sociais estão interligadas, o que requer uma rede local e intermunicipal. As políticas sociais devem ser pensadas na linha intersetorial. A saúde não deve se preocupar apenas com a condição física e mental dos pacientes, mas com todo o seu desenvolvimento, no sentido cultural e educacional também. Assim, a educação, a assistência... Essas políticas têm interfaces e precisam ser pensadas e organizadas com foco nas famílias. O ECA propõe a rede de proteção integral da criança e do adolescente. A rede tem que ter por base esta perspectiva. (Depoimento da conselheira Marlene, da Região Oeste da Grande São Paulo, em 2008.)

O depoimento permite avaliar a fragilidade das redes sociais de proteção na formulação de políticas sociais e na geração de novas representações sociais. Os conselhos e os movimentos que lutam pelos direitos sociais devem sempre se conservar numa dinâmica criadora. Quando se burocratizam, perdem a força. No campo das redes de proteção, por exemplo, coexistem múltiplos interesses conflitantes, e isto torna difícil clarear um

único deles, a não ser que compreendamos essas redes no conjunto das correlações de forças, como síntese de múltiplas determinações. Uma vez que a sociedade e o mercado necessitam de princípios éticos e democráticos para sobreviver, as redes de proteção precisam mudar seu modo operacional. Comprometidas com as mudanças sociais, elas devem aprender a problematizar e a despertar a participação de todos. Melhor do que oferecer soluções, é envolver as pessoas e prepará-las para administrar conflitos, norteadas por princípios éticos, sem se deixar capturar por esquemas de opressão. (Cf. BECK, 1999, p. 268.)

O protagonismo das redes sociais de proteção amplia os espaços de consciência do poder de programar e implantar políticas sociais que revertam a situação de exclusão. Envolve lutas ininterruptas para afastar as práticas de corrupção, de exploração e opressão presentes no tratamento das coisas públicas.

> Durante muitos anos, nós lutamos por políticas de direitos e que os pobres não fossem atendidos como um favor. Reivindicamos e pressionamos o Estado a atender as demandas da sociedade organizada, a favor dos necessitados, e que as nossas experiências de atendimento bem sucedidas se transformassem em políticas ou programas sociais. Em 1988, a Constituição brasileira consagrou o direito à participação da sociedade civil na formulação das políticas sociais. Isto significava que todo cidadão brasileiro pode participar da formulação dessas políticas. As organizações da sociedade civil poderiam estabelecer convênios com o Estado para garantir os direitos e, ao mesmo tempo, criar metodologias e práticas diferenciadas de atendimento. Porque o Estado tem que pensar a gestão da cidade como um todo. A aprovação das novas leis parecia ser um ganho para a sociedade civil, mas o que percebemos hoje é que o Estado quer controlar a sociedade e vigiá-la a favor de alguns. Os convênios têm editais fechados que impossibilitam qualquer inovação. As organizações se tornam prisioneiras do Estado. Criam grupos de funcionários, o que o Estado exige, e afastam a comunidade. Os programas ficam isolados. Os técnicos da prefeitura que supervisionam as atividades transferem um pouco de sua responsabilidade para os educadores e outros profissionais, decidem tudo com eles, esvaziando por completo a organização. As diretorias dessas organizações se tornam apenas burocratas que cumprem as ordens dos funcionários do Estado, assinam cheques e documentos que não podem alterar, nem uma vírgula. E ainda são ameaçados pelos funcionários públicos, pois, sem a assinatura, não terão a verba. Os dirigentes se angustiam por causa dos compromissos com os usuários e os funcionários. Os convênios, pela forma com que estão estabelecidos, desmobilizam as comunidades, pois tratam as organizações como empresas ou órgãos públicos. O Estado, por outro lado, se exime da responsabilidade e joga todo o peso na organização que não tem nem mesmo o direito de escolher seus funcionários. Não basta ter competência técnica, é necessário ter um pouco o espírito da organização. Na seleção dos candidatos, os técnicos da Prefeitura escolhem e exigem a contratação de pessoas alheias aos princípios da organização. Se a Constituição estabeleceu a participação como uma das manifestações concretas da democracia, por outro lado, ao estabelecer as parcerias com os grupos organizados, desmobiliza quase completamente a sociedade civil. Os espaços públicos de participação são preenchidos por lideranças que se profissionalizaram por meio de cursos e que se veem obrigadas a defender seu emprego, financiado pelo próprio poder público. (Depoimento de Bernardo, educador social.)

O depoimento contém um alerta sobre os riscos inerentes às redes de proteção social e revela a tensão entre planejamento, normas, leis e cultura, assim como o limite entre as utopias da municipalização e sua concretização efetiva. Os avanços do ordenamento jurídico não conseguiram se traduzir em formas de pensar, sentir e agir dos gestores das políticas sociais e daqueles que detêm o poder político e econômico. As redes de proteção têm, por natureza, compromisso com a *res publica*, com o fortalecimento da opinião pública, a participação na

vida pública e o bem comum. Uma cultura do bem-estar social depende do equilíbrio dinâmico entre a política e a economia, para garantir a qualidade de vida. A participação e a descentralização são condicionantes da mudança da concepção de políticas sociais, de uma perspectiva de favores para direitos de cidadania, funda-se na Constituição Brasileira de 1988. A municipalização das políticas sociais deve ter em vista a concretização dos direitos de cidadania.

3. A dinâmica dos usuários das redes sociais de proteção

As redes sociais de proteção abrem brechas para que o sujeito possa se apropriar das diferentes oportunidades. A questão que emerge é como potencializar o sujeito para apropriar-se dessas oportunidades a seu favor e da coletividade. Não há mudanças no cotidiano e na história sem a participação do sujeito que, nesse processo, produz sentidos. Isto se destaca no depoimento de um migrante nordestino. É nas brechas das lutas por melhores condições que pessoas como Raimundo encontram estratégias para alterar seu cotidiano:

> Graças à ajuda do Estado, eu pude estudar. Tenho dentro de mim uma força que luta para superar toda dificuldade. Tem dia que não tenho dinheiro para pagar o ônibus para vir à escola. Ando duas horas a pé. Gasto todo meu dinheiro pra estudar. Às vezes, não tenho nem tempo de sair com minha mulher. [...] Mas espero terminar o curso e voltar pra minha terra, e lá ajudar as pessoas a descobrirem o gosto e o prazer de conhecer o mundo. [...] Meu pai e meus primos, quando vou lá, ficam me perguntando o que é a universidade. Eu falo das amizades. (Dep., pedagogo Raimundo, 2002.)

A construção de redes sociais de proteção pressupõe: a) vontade política para formulação de políticas sociais quegarantam o bem-estar, superando concepções clientelistas e populistas que constituem umatradição na política brasileira; b) articulação interinstitucional e propostas de trabalho integrado, em vista da superação de paralelismos e superposições de programas (cf. Costa, 1995:46); c) prioridade das ações voltadas à criança e ao adolescente, frente à impossibilidade de atendimento de toda a demanda reprimida da população; d) capacitação de agentes, profissionais, políticos e educadores da área das políticas sociais dirigidas à população infanto-juvenil; e) disponibilidade de recursos físicos e materiais, prédios e equipamentos; f) mecanismos de acompanhamento e critérios de avaliação da ação estabelecidos com objetividade; g) definição de quem controla e acompanha os programas; h) criar espaços de escuta e diálogo.

A rede de proteção à criança e ao adolescente em municípios do Grande ABC, no Estado de São Paulo, nasceu antes da aprovação do ECA, como fruto de múltiplas lutas, dos sindicatos, dos movimentos populares, de organizações sociais e entidades, dos partidos políticos, das igrejas. Foi uma série de bons encontros de cidadania, que resultou na constituição de CMDCAs, na região, e na formulação e criação de programas sociais de atendimento, tais como abrigos, creches e medidas socioeducativas, e de programas culturais. Entre 1978 e 1981, um conjunto de mazelas sociais tinha como maiores vítimas as crianças e adolescentes. Essa realidade sensibilizou e forçou a comunidade a buscar a ajuda de empresários, autoridades e outros segmentos sociais. O cenário social do país exigia respostas criativas para garantir a sobrevivência dessa população. A líder comunitária Lázara Silveira Pacheco assim descrevia este período (*Diário*, 1980:7):

> Uma crise de desemprego muito grande, por causa de uma mudança de tecnologia nas empresas automobilísticas, que não absorviam a mão de obra, especialmente da cidade de Diadema. Isso, pelo seu alto índice dedesqualificação, de gente oriunda da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, que tinha sido expulsa de sua terra de origem e que, não tendo nenhuma raiz em São Paulo, ficava [...] desnorteada e perdida e acabava abandonando seus filhos. [...] É o desinteresse total pelos homens. (Cf. Relatório do Departamento de Promoção Humana da Cidade de Diadema - 1984, e o Relatório e Parecer Final da CEI, constituída pelo Decreto-Legislativo nº 03/84, p. 10).

Nesse quadro de mal-estar, vários movimentos sociais de luta pela melhoria de qualidade de vida emergiram na cidade. O que mais se destacou foi o da habitação, diante da precariedade das moradias, pois um terço da população morava em favelas. Havia casos de até dez pessoas num só quarto, em locais insalubres. Aos poucos, a administração pública foi revertendo esse quadro, principalmente desde 1982, quando a gestão foi assumida pelos prefeitos Gílson Menezes, José Augusto e José de Filippi, ligados ao PT. A partir de 1983, "[...] Diadema começou a ganhar jeito de cidade e suapopulação sentiu o gosto da cidadania. Dez anos depois [...], somos referência para o país e até para setores da oposição", dizia o Prefeito José de Filippi Jr. (*Diadema Jornal*, 08/12/1993:23). Em publicações de 1993 e 2002, descrevo a realidade de Diadema nesse período, pelo imperativo filosófico da participação, uma vez que já havia um tecido político e diversas organizações na cidade. A concretização desse princípio, fundada na qualidade ambiental e na equidade social, teve como resultado a qualidade na prestação dos serviços públicos (cf. SouzaNeto, 1993; 2002). A fala de D. Maria revela satisfação diante dos melhoramentos:

> Vivo nesta cidade faz 40 anos. Meus filhos nasceram aqui. [...] Ninguém respeitava a gente. Agora, [...] até o médico conversa com a gente. A gente aqui tem direito, agora. A gente lutou muito, andamos na lama, tínhamos vergonha de ir pra São Paulo, porque o sapato estava sempre sujo de lama. Hoje, gosto da minha cidade, tudo asfaltado. (Dep., D. Maria, 55 anos, dona de casa,1994.)

O bom encontro entre os atores sociais que constituíam a rede social de proteção em Diadema permitiu a urbanização da cidade, a criação de UBSs, algumas funcionando como pronto-socorro, mais hospitais públicos, escolas, centros de cultura, esporte e lazer, creches. Para ampliar o atendimento à criança, o poder público estabeleceu convênios com entidades assistenciais, igrejas de vários credos e associações populares. No que se refere a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social, a prefeitura e o CMDCAD firmaram convênio com um abrigo.

A municipalização das políticas sociais extravasa os reducionismos jurídicos e burocráticos, que a definem no limite das atribuições, competências e responsabilidades. Ela vai além desses trâmites, por ser uma estratégia de democratização das coisas públicas. A democracia possui um caráter subversivo, porque evidencia os conflitos sociais epossibilita a construção de canais para equacioná-los.

Os atores do processo defendiam os seguintes critérios de negociação: 1) Que as crianças não percam o vínculo com a comunidade. 2) Que sejam tratadas com dignidade. 3) Que não se destrua nelas o sonho de ser crianças. 4) Que a solidariedade, a articulação entre o poder público e a sociedade, e a comunhão não estejam presas a ideologias políticas ou religiosas, mas que a criança esteja acima de tudo e de qualquer interesse. 5) Que as ações voltadas para as crianças priorizem a qualidade do atendimento dessas. (Cf. Souza Neto, 1992.)

Esses cinco princípios norteavam as negociações entre as ONGs, o poder público e os políticos, para articulação de uma rede de proteção, constituída por ações governamentais e não governamentais, que incluem as esferas locais, regionais, estaduais e federais. Essas ações são interligadas com a finalidade de garantir a proteção integral da criança e do adolescente, para superar a doutrina de situação irregular que faz parte do complexo da doutrina de segurança da época da ditadura militar na América Latina. Dois movimentos foram organizados para responder a essa realidade, um a partir do poder público e outro liderado pelas entidades assistenciais dedicadas à criança e ao adolescente. O objetivo era pressionar o governo municipal e estadual na formulação de políticas sociais e no estabelecimento de convênios, para melhorar a qualidade de atendimento.

Três elementos destacam-se nesse depoimento: a participação é construída, não é dada, e, às vezes, machuca os próprios protagonistas, mas é necessária para a consolidação do novo; o município é o local por excelência para se construir a *res publica*, pois nele todos podem participar. Mas pode ser também o *locus* da tirania, que os munícipes são convidados a exorcizar. Finalmente, a democracia é o espaço da desreificação e de estabelecimento de umarede de proteção. Mesmo os defensores das mudanças podem se equivocar num universo impregnado de cultura autoritária avessa às ações de garantia de direitos. É nesse sentido que se defende que o cotidiano é o espaço próprio das transformações, território dos movimentos que necessitam de interlocutores, no quala prática vai apontando os caminhos para a novidade. Um caráter dialogal, de entendimentos e convencimentos perpassa a democracia.

A práxis pedagógica é portadora de esperança e acredita na criatividade dos homens que se superam e atraem o futuro. Ela subsidia a criança e o adolescente para aprenderem a dialogar, interagir e "negociar" com o cotidiano. É uma "[...] espécie de psicanálise histórica, social, cultural e política" (Freire, 1994:106) que ajuda o sujeito a desenvolver a capacidade de escolher dentro dos limites históricos pessoais e coletivos.

> A história de nossas lutas não foi fácil, pois o poder público tem certo receio de nossa participação, mesmo a gestão sendo do PT, os técnicos tiveram muita dificuldade, no início, para entender nossas reivindicações, principalmente na área da assistência. Eles tinham medo, porque achavam que a assistência social era a base de toda a alienação. [...] Às vezes, quando um técnico tinha que redigir um texto-lei para ser um decreto municipal, redigia errado e a lei se voltava contra nós. Mas tudo isso conseguimos superar nessa história. (Dep., assistente social do LMSJ, 1994.)

A realidade não é monolítica e nem a soma de todos os elementos que a constituem. Depende de como esses elementos se articulam, em diferentes colorações e formas. Na democracia, há melhores condições de se equacionar a satisfação das necessidades, estabelecendo prioridades, uma vez que nem todas possam ser atendidas. O processo democrático é sempre subversivo e, quando fundado na ética, produz mudanças na conduta do sujeito, do poder público e da cidade como um todo.

5. A construção do sujeito no abrigo

Ressalte-se a impossibilidade de se compreender o sujeito de maneira isolada, sem estabelecer suas relações numa perspectiva de transversalidade. A confiança gerada no cotidiano é significativa para pôr limites à ansiedade, perspectiva que é importante em qualquer tipo de administração, seja no próprio cotidiano, nas empresas ou nos governos. A rede de proteção como espaço de construção da subjetividade, de segurança e orientação para a criança e o adolescente não nega as lutas de classes e nem as implicações que perpassam as relações entre o oprimido e o opressor. A contrário, qualifica-as com maior transparência. O sujeito maduro consegue abrir caminhos, através das dificuldades, elaborar estratagemas de sobrevivência dentro de contextos e situações definidas.

> Quando eu vim morar no Lar, eu tinha muito medo de tudo [...] eu não pedia, eu não falava. O que eu queria eu pegava. Eu batia nas pessoas. As pessoas ameaçavam falar com os comissários e o juizado de menores. [...] Eu morria de medo de apanhar [...] Depois de um tempo, comecei a falar o que eu queria, desde o dia que eu briguei com os educadores [...] Hoje falo o que quero, faço o que tenho vontade. A gente paga pela decisão [...] dói a barriga, mas assumo, porque luto pelo que quero. [...] Sei que não é fácil, quando a gente é pobre, conseguir as coisas. [...] aprendi que devo lutar até conseguir as coisas. (Dep., Mariclara. Viveu cinco anos no LMSJ. 1993.)

Quando o peso da exterioridade frustra à interioridade o espaço de manobra no exterior, tudo confirma o fracasso pessoal e reforça o medo de se abrir ao novo e de repetir o ocorrido. Um depoimento pode explicitar essa idéia:

> Meu pai foi morto pelo irmão dele, na minha frente e dos meus irmãos. Meu tio enfiou um garfo de jardim no peito dele. Eu fui morar com uma família que tinha um centro espírita e que usava pessoas e animais para sacrifícios [...] Eu sofria bastante lá [...], até que um dia o vizinho que era da polícia me ouviu chorando e eles batendo em mim e denunciou pra uma assistente social ver o caso. Ela [...] me tirou de lá. Antes de vir para cá, fui levado a outra instituição que só tinha garotos, que era cuidada por travestis. Uma das pessoas não gostava de mim e judiava muito de mim. [...] A pastoral do menor me encaminhou pra cá [...] junto com meus irmãos. [...] No início, passei mal e me levaram para o hospital. Com o tempo, me adaptei. (Dep., Kleiton, 1995.)

A dor do sofrimento pode provocar reações psicossomáticas, nos aparelhos respiratório e no digestivo. Alguns abrigados deixavam de comer ou comiam exageradamente, outros se tornavam agressivos ou apáticos. Eram sinais de pedidos de socorro daqueles que não haviam aprendido a lidar com o luto, jogar para fora sua dor e aproveitar-se dela para retroalimentar um projeto de vida. No abrigo, Kleiton precisou de internação hospitalar. Os educadores e profissionais da área da saúde iniciaram uma estratégia pedagógica de visitas sistemáticas, para resgatar sua autoestima e confiança. Com o passar do tempo, o menino começou a se adaptar e a aprender a lidar com o luto. Daí, a importância de um ambiente que reúna condições para ajudar a superar a tragédia vivida no espaço anterior. Kleiton foi buscar forças no sonho de rever o irmão ausente:

> Este sonho me segurou aqui no Lar, porque esperava reencontrar meu irmão e aqui foi o lugar que a gente se viu pela última vez. Eu espero que meu irmão apareça um dia aqui pra gente se ver. Mas hoje, já faz catorze anos, acho que meu irmão não vem mais, pois não sei se ele está vivo ou morto. Ele só falou pra ficar aqui, que ele preferia viver na rua, que as pessoas maltratam muito quem não pertence a sua família. (Dep., Kleiton, 1995.)

O medo de Kleiton foi tratado com terapias e apoio dos educadores, para ajudá-lo a se integrar e vivenciar uma nova experiência. Os sonhos desse adolescente eram estudar para ter um bom emprego, encontrar o irmão e ser advogado para punir o tio e a madrasta. Estes sonhos foram se modificando com a ampliação de suas relações sociais. Da idéia inicial de ser advogado, conseguiu uma profissão de auxiliar de escritório; da expectativa de encontrar o irmão desaparecido, chegou à decisão de formar uma família. Se as marcas de sua história não se apagaram, estar aberto ao novo já é uma conquista.

> É preciso valorizar os pequenos sonhos, para um dia realizarmos os grandes. E estes não se constroem sem o pequeno. Nós esperamos que as crianças recuperem a dignidade pessoal, [...] o que já significa um grande feito, independentemente da projeção social ou profissional. Acredito que a reconstrução de valores [...] passa por várias gerações. A preocupação é despertar nas crianças a valorização dos pequenos sucessos. (Dep., D. Lázara, 1994.)

O sonho é uma força mobilizadora da vida. Mas não basta ter sonhos, é preciso possuir condições para implantá-los. É necessário derrubar as barreiras que se interpõem entre eles e a realidade. Mas, para concretizar-se, necessita das formas de navegar e das variáveis de manobras da exterioridade. Cada sujeito inventa e cria sua história. Quem não consegue sonhar e esperar, mesmo com ajuda de outras pessoas, talvez não supere suas tragédias. Nessa perspectiva, as redes sociais de proteção têm como objetivo ajudar a criança e o adolescente a ser sujeitos autônomos, capazes de agir e de "ser agidos", de comandar e de ser comandados, de "[...] aprender a aprender, aprender a descobrir, aprender a inventar" (Castoriadis, 1992:156) e aprender a extrair energias das adversidades. Essa visão extravasa a simples interiorização dasnormas, regras e instituições. É também transformá-las. Este é o papel do sujeito.

Bibliografia

Aronson, Elliot; Wilson, Timothy D. & Akert, Robin M. (2008): Sozialpsychologie. München: Pearson.

CASTORIADIS, Cornelius. *O mundo fragmentado.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

____. *A instituição imaginária da sociedade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

COSTA, A. C. G. da. *De menor a cidadão*. Governo do Brasil: 1995.

____ e MENDEZ, E. G. *Das necessidades aos direitos*. São Paulo: Malheiros, 1994.

DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: 34, 2000.

____. Notas de Deleuze. In *Cadernos de Subjetividade*. São Paulo: PUC-SP, 1993, págs. 13-32.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GRAMSCI, A. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

HELLER, A. *Para mudar a vida, felicidade, liberdade, democracia.* São Paulo: Brasiliense, 1982.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania.* São Paulo: Brasiliense, 1996.

MARX, Karl. In Coleção *Os Pensadores*. São Paulo: Abril, 1978.

OLIVEIRA, Francisco. O Surgimento do Antivalor. In: Revista *Novos estudos*, nº 27, São Paulo: Cebrap, 1988.

POCHMANN et alii. *Atlas da exclusão social no Brasil*. Vols. 1 e 2. São Paulo: Cortez, 2003.

SOUZA NETO, João Clemente de. e SCHRAMM, Yara. *Cristo Mestre, Único e Sumo Bem*. São Paulo: Expressão & Arte, 2005.

BECK, Ulrich (1999). *O que é globalização?* São Paulo: Paz e Terra.

BARBER, B. R. (2007). Como civilizar a sociedade e fortalecer a democracia. In GIDDENS, Anthony (2007). *O debate global sobre a terceira via*. São Paulo: Unesp.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; Nuria Cunill Grau, orgs. (1999). *O público não-estatal na*

reforma do Estado. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

CABRAL, Eloísa Helena de Souza (2007). *Terceiro setor*. São Paulo: Saraiva.

FREIRE, Silene de Moraes (2007). *Direitos humanos*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

MENDONÇA, R. Fabrino (2007). Movimentos sociais como acontecimentos: linguagem e espaço público. In *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, nº. 72, São Paulo: Cedec.

MUCHAIL, S. T. (1985). *O lugar das instituições na sociedade disciplinar*. In Ribeiro, J. R. *Recordar Foucault*. São Paulo. Brasiliense.

SOUZA NETO, João Clemente de (1993). *De menor a cidadão*. São Paulo: Nuestra América

SOUZA NETO, J. C. (2003). *A trajetória do menor a cidadão.* São Paulo: Expressão & Arte.

SOUZA NETO, J. C. (2003). *Crianças e Adolescentes Abandonados, estratégias de Sobrevivência*. São Paulo: Expressão & Arte.

SOUZA NETO, J. C., org. (2007). *ONGs, filantropia, ética e gestão.* São Paulo: Expressão & Arte.

(Endnotes)

1 Universidade Presbiteriana Mackenzie; Sociólogo e Doutor em Sociologia; j.clemente@uol.com.br; É pós-doutor em Sociologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). É professor adjunto no Curso de Pedagogia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, membro do SOCIUS – ISEG/UTL. Integra o Instituto Catequético Secular São José; a Pastoral do Menor da Região Episcopal Lapa e a Associação Civil Gaudium et Spes. Tem experiência na área de Ciências Sociais atuando, principalmente, nos seguintes temas: construção e circulação do conhecimento, cultura, subjetividade, pedagogia social, cidadania, sujeito, assistência, direitos sociais, municipalização, educação, organizações públicas não estatais e exclusão social. É autor de vários artigos e livros sobre os temas pesquisados

2 Universidade Federal de São Paulo; Economista e Doutora em Sociologia Econômica e das Organizações; deliberal@uol.com.br; é pós-doutora em Ciência Política pelo CEIL-PIETTE/Universidad de Buenos Aires e em Ciências Sociais pela PUC-SP. É docente no GRIDES/EPM/Unifesp. Tem vários artigos publicados nas áreas de economia, educação, ética, gestão, religião, trabalho e sociedade. É organizadora dos livros: Um Olhar Sobre Ética e Cidadania (volumes I e II), Ética - Reflexões Contemporâneas, Educar para o Trabalho - estudos sobre os novos paradigmas, O Impacto da Práxis Religiosa na Construção de Vínculos Sociais, A Ética a Serviço da Comunicação. É autora dos livros O Trabalhador Adolescente no Brasil e A Metamorfose do Trabalho na Era da Globalização.

Street-Level Bureaucracy: Atuação e impactos sobre a implementação de Políticas Públicas

Débora Corrêa de Siqueira
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais.
debora.siqueira@ufabc.edu.br dheborah.siqueira@gmail.com

José Blanes Sala
Professor adjunto de Relações Internacionais e Políticas Públicas na UFABC.
blanes@ufbac.edu.br

O artigo apresenta a S*treet-Level Bureaucracy*, conceito desenvolvido por Michael Lipsky (1980), para designar os agentes governamentais que atuam diretamente junto ao público-alvo das políticas sociais. Seriam estes atores - exemplificados por assistentes sociais, agentes de saúde, bombeiros, policiais, professores, entre outros - capazes de afetar as políticas públicas alterando seus programas na fase da implementação? Segundo Lipsky, os representantes da *street-level bureaucracy* possuem crenças, ideias, opiniões e valores que interferem no atendimento aos usuários dos diversos programas públicos, podendo resultar em julgamentos e tomadas de decisões que podem afetar os resultados das políticas públicas. Quais os impactos para a sociedade civil e para o Estado dessa dinâmica empreendida por tais atores sociais? De forma a elucidar o conceito, foram utilizados como aportes teóricos o estudo *Street-Level-Bureaucracy: Dillemas of the Individual Public Services*, bem como o modelo de implementação de políticas públicas *Bottom-up*, dentro do qual tal conceito se insere.

Palavras-Chave: S*treet-Level-Bureaucracy;* Implementação; Políticas Públicas*; Michael Lipsky.*

Introdução

Os cidadãos, usuários e beneficiários de programas públicos, podem ter suas vidas influenciadas significativamente por meio da atuação de burocracias públicas, responsáveis por atendimentos em educação, saúde, segurança, assistência social e demais serviços prestados pelos governos.

Tais burocracias e seus agentes, situados nos níveis inferiores das estruturas estatais, têm tido suas práticas ainda pouco analisadas pelos estudiosos de políticas públicas e sociais. A relevância destes atores em seu entorno começou a ser observada, a partir dos estudos de Lipsky, em 1980 e de outros teóricos americanos, nas décadas seguintes.

No entanto, a literatura produzida a respeito de tais burocracias, desde os estudos de Lipsky, ainda é escassa, e é neste sentido que o *paper* em questão se orienta, ao apresentar o conceito s*treet-level bureaucracy*, originalmente formulado por este autor. Adicionalmente, o texto irá abordar possíveis impactos para a sociedade civil e para o Estado, da dinâmica empreendida pelas estruturas de serviços públicos e seus funcionários, atores denominados pelo autor, respectivamente, como burocracias e burocratas de nível de rua.

De modo a atender a esta orientação, o texto está segmentado em três sessões, sendo que na primeira, o leitor encontrará um breve panorama conceitual das relações entre os governos, as políticas públicas e a sociedade, a partir de definições, interesses, atores e modelos de análises, o que evidencia a complexidade existente neste campo de estudos.

Na segunda sessão, as formulações de Michael Lipsky, pertinentes à s*treet-level bureaucracy* (burocracias e burocratas de nível de rua) serão apresentadas, no contexto da experiência dos cidadãos com programas e políticas públicas, procurando incorporar novos elementos à análise da implementação.

Finalmente, na terceira e última sessão, serão considerados aspectos relativos aos efeitos da atuação da burocracia de nível de rua sobre a vida dos cidadãos, em uma reflexão pragmática na arena das políticas públicas.

1. Políticas Públicas e Sociedade

Quando se pensa em políticas públicas, emergem atores, instituições, circunstâncias históricas e situações empíricas diversificadas que demandam, em quaisquer análises empreendidas neste campo, incursões em saberes como a ciência política, as ciências sociais e econômicas, bem como a administração, somente para citar os mais evidentes. Dessa maneira, políticas públicas constituem-se, por consequência, em um campo de conhecimento que reúne temas pertinentes a diversas áreas do conhecimento, embora seus processos reais se desenvolvam na esfera da política: «o conjunto de atividades que se relacionam à capacidade e à autoridade para tomar decisões sobre os diversos problemas que afetam a coletividade» (Blanes & Siqueira, 2014).
As políticas públicas afetam a coletividade e seu potencial para influir na vida dos cidadãos é significativo:

> As políticas públicas **repercutem** na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas - partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos (Souza, 2006, p. 25, grifo nosso).

Definir política pública, neste contexto, não é esforço intelectual dos mais fáceis. Estudiosos dos mais variados matizes teóricos têm se dedicado a pensar a respeito do tema desde a década de 1930, considerada como marco nos estudos sobre políticas públicas, caudatários de programas inseridos no contexto do *Welfare State*, demandante de intensas ações governamentais.

> La eclosión del Welfare State (el término aparece en 1941 en la Gran Bretaña en guerra, por oposición al Warfare nazi) se produce, en realidad, al día siguiente de la segunda guerra mundial, con el desarrollo y la generalización de las intervenciones del Estado. La gama y la amplitud de las políticas manejadas por los Estados, los modos de intervención que requieren y la importancia de los recursos en juego, modifican la naturaleza del Estado y de las relaciones sociales […] No es sorprendente que un fenómeno de tal amplitud haya constituido el campo por excelencia de las investigaciones de los analistas de las políticas públicas. **En cierto modo, el análisis de estas políticas está históricamente ligado al desarrollo del Welfare State** (Mény & Thoenig, 1992, pp 19-20, grifos nossos).

.
Harold Lasswell (1902-1978), cientista político americano e um dos precursores nos estudos das *policies*, formulou o conceito *policy analysis* (análise de política pública), quando se deparou com a necessidade de integrar os conhecimentos sobre a atuação dos governos produzidos na academia, na sociedade civil e no interior do próprio governo (Lasswell, 1951).
Pensando na atuação dos governos e também nos outros grupos que participam dos processos decisórios em dada sociedade, o professor e pesquisador Enrique Saravia ressalta nas políticas públicas um caráter sistêmico:

> [...] as políticas públicas são um sistema de decisões políticas, que visa a ações e omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade social de um ou mais setores da vida social por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e alocação de recursos necessários para alcançar os objetivos estabelecidos (Saravia, 2006, p. 29).

Para Lasswell e Kaplan, «Policy is a projected program of goal values and practices: the policy process is the formulation, promulgation, and application of identifications, demands, and expectations concerning the future interpersonal relations of the self» (Lasswell & Kaplan, 1950, p. 71).

Jenkins considera que as políticas públicas se relacionam à escolha de objetivos, em como atingi-los e a partir daí, quais seriam as decisões necessárias para alcançá-los (Page & Jenkins, 2006).
Políticas públicas podem ainda referir-se a diversos objetos como um campo de atividade governamental no setor agrícola, uma situação desejada, uma política de igualdade de gênero ou até mesmo um conjunto amplo de programas e projetos definidos por uma política de combate à pobreza, entre outros (Souza, 2006).
De modo geral, é possível pensar em políticas públicas como o conjunto de ações e decisões do governo destinadas ao atendimento de demandas coletivas. As omissões, nesta esfera, também se fazem presentes, de acordo com Thomas Dye, que as incluiu no processo das *policies* como «tudo o que um governo decide fazer **ou deixar de fazer**» (Dye, 2005, p. 1, grifos nossos).
Mény e Thoenig (1992) descreveram a omissão das autoridades do governo por meio do uso de estratégias sutilmente camufladas que lhes permitam encerrar iniciativas ou postergá-las até que sejam esquecidas (Mény & Thoenig, 1992, p.138).
Outro conceito relacionado às políticas públicas diz respeito às políticas sociais. Há autores que enfatizam a distinção, dentro das políticas públicas, das políticas sociais, uma vez que estas, ao atenderem às demandas coletivas, pautam suas ações orientadas por objetivos de proteção, estando, dessa maneira, dirigidas a públicos em situação de maior vulnerabilidade (Vianna, 2002). Neste sentido, programas que garantam uma renda mínima às famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza estariam situados no conceito de políticas sociais, embora outra vertente de estudos possa considerar tais programas dimensionados em políticas públicas de direitos humanos.
Os interesses coletivos, ao menos em tese, constituem-se no vetor determinante para a decisão dos governos em estabelecer políticas e programas destinados a atender diversas demandas e interesses em dada sociedade.
Demandas e preferências coletivas dividem os debates a respeito da influência do papel dos atores interessados e atuantes no processo de elaboração das políticas públicas. Tais debates se alinham em torno de dois modelos teóricos que se contrapõem: os modelos centrados no Estado e os modelos centrados na sociedade (Grindle & Thomas, 1991).
O modelo que confere maior relevância ao papel do Estado, como protagonista na condução dos processos que compõem o ciclo das políticas públicas, por sua vez, reúne duas interpretações: o modelo dos interesses burocráticos e o modelo dos interesses do Estado (Sutton, 1999).
Em síntese, podemos caracterizar o modelo dos interesses burocráticos como a concepção que compreende nas burocracias, organizações burocráticas do Estado e em seus membros, um grupo de atores interessados em implementar políticas que lhes favoreçam, em consonância com ideias e necessidades de suas carreiras e organizações. Isso não quer dizer que tais burocratas ignorem outros interesses sociais, sendo não raro que busquem compatibilizar seus interesses com estes últimos (Skocpol, 1995).
A concepção intitulada como modelo dos interesses do Estado se vincula à corrente teórica que entende sua similaridade com o corporativismo, ao perceber nesta instância, uma heterogeneidade de atores em constante interação e competição: grupos sociais com interesses distintos, como trabalhadores e empresários, partidos políticos, entidades, organizações, etc. Nesta arena, o Estado atuaria como um elemento relativamente neutro e independente, conciliando os interesses e disputas de poder entre os grupos, incluindo, porém, na pauta das políticas públicas, projetos e interesses próprios (Schmitter, 1974).
No entanto, para uma das vertentes teóricas francesa, a análise sequencial com ênfase na ciência política, o Estado é o ator determinante e exerce uma poderosa influência que merece ser estudada com profundidade, por sua capacidade de orientar a dinâmica das mudanças sociais (Tinoco, 2010).
Os modelos centrados na sociedade, por sua vez, conferem maior peso às forças sociais nos processos e nas dinâmicas que envolvem as políticas públicas. Tais modelos subdividem-se nas concepções pluralista, elitista e marxista.
O pluralismo fundamenta sua tese na percepção de múltiplos atores em ação para o alcance de seus objetivos, enquanto o elitismo assume a perspectiva de que uma elite tem o papel preponderante na defesa de seus interesses em relação aos demais atores na sociedade.
De acordo com o pluralismo, o elemento dinâmico na obtenção de consenso quanto às políticas públicas seria a própria sociedade, representada por diversos atores sociais, que se unem em torno de acordos transitórios

e afinidades circunstanciais ao longo do tempo. Atores formais e informais, públicos e privados se unem por compartilhar valores, crenças, ideias e opiniões, e acabam se agrupando na defesa de interesses e preferências emanadas de convicções em comum. Tais interesses não se restringem a reivindicações de caráter econômico, e podem ser muito mais amplos. Podem se constituir em questões morais, étnicas, de gênero ou lutas por interesses mais específicos. Para o pluralismo, as políticas públicas são o resultado do equilíbrio entre as interações, os conflitos e as cooperações entre os diversos atores atuando na sociedade, e neste processo, o Estado é visto como elemento neutro (Dahl, in Mény & Thoenig, 1992).

Mény e Thoenig descrevem na prática, como o poder se distribui entre os atores segundo estudo de Dahl em New Haven:

> Dahl estudia el caso de New Haven (Dahl, 1961). Examina, especialmente, la manera como se toman importantes decisiones municipales (urbanismo, etc.). A este respecto, observa que múltiples actores intervienen a lo largo de procesos diluidos en el tiempo. Sin duda, el alcalde dispone de un papel importante. Sin embargo, dentro o fuera del municipio, entran en juego otros individuos o grupos cuyos deseos y negativas debe tener en cuenta el alcalde. La persona que decide no está sola ni es omnipotente; lejos de ello. Em su sustancia, el poder se reparte entre numerosos jugadores, cuyo peso varía según las apuestas que les atañen. Hay un juego en la sociedad política, y el decisor formal no es libre. Más aún, los hilos de la decisión no los manipulan los mismos jugadores. El poder es difuso y el juego, **pluralista**. La decisión pública es un compromiso entre múltiples actores interdependientes (Dahl, R. In: Mény & Thoenig, 1992, p.130, grifo nosso).

O elitismo considera as políticas públicas como resultantes dos interesses e valores da elite dirigente, que governa a maioria composta por cidadãos pouco informados e não orientados na defesa de suas próprias necessidades.

A elite detém numerosos recursos de poder - riquezas, conhecimento técnico, reputação de família - entre outros. No processo de dominação política, utiliza-se de diversas estratégias e recursos de poder para minimizar os conflitos sociais e perpetuar sua dominação, fazendo, neste percurso, pequenas concessões aos interesses da maioria da população e impedindo a inclusão na agenda de políticas públicas, de questões que lhes sejam desfavoráveis. Elites, no entanto, não são monolíticas, competindo pelo controle de recursos e de poder político. Além disto, operam em áreas diferentes e seus poderes não são cumulativos (D'Agnino, 2002).

O marxismo, como vertente teórica situada no modelo de análises centrado na sociedade, e que, portanto, percebe nesta o elo de maior peso no processo de políticas públicas, vê o Estado como um ator social passivo a serviço dos interesses da burguesia, a classe economicamente dominante no modo de produção capitalista. De acordo com os marxistas, o Estado, no contexto do capitalismo, atua de forma predominante em favor destas classes, diversificadas em variados segmentos nas sociedades contemporâneas (Mény & Thoenig, 1992, p. 63).

Para além dos atores envolvidos, as políticas públicas são constituídas por estágios, cuja natureza é complexa e multifacetada. Para efeito didático, é possível dividi-los nas fases de elaboração/formulação, implementação, avaliação e controle [1].

Quando um problema coletivo consegue ultrapassar as barreiras políticas, entrar na agenda decisória, transformar-se em uma política pública e ser implementado, surgem novas dificuldades. É nesta etapa, a da implementação das políticas públicas, que entram em ação os agentes públicos do governo, que atuam na ponta do sistema, e que possuem uma capacidade de influenciar o resultado dos programas determinados pelas *policies*.

---

1 Braud destaca que tais etapas dificilmente seguem uma ordem e na realidade prática a lógica dos acontecimentos em politicas públicas não permite uma sequência linear (Braud, 2006 in Tinoco, 2010, p. 192).

2. *Street-Level Bureaucracy*

O estudo das burocracias guarda, nos estudos de Max Weber (1864-1920), o seu principal marco teórico. Weber identificou e descreveu as especificidades das burocracias modernas, conceituando-as como organizações hierárquicas, nas quais são definidas responsabilidades estritas para cada posição na estrutura, por meio de documentos e normas objetivas. Seu corpo funcional é permanente e deve seguir as regras estabelecidas, dirigindo suas atividades para fins racionais (Weber, 1982 [1946]).
Ao elucidarmos a atuação da *street-level bureaucracy*, adentramos na dimensão do Estado que, aparentemente, apenas executa e segue normas, procedimentos e regimentos. Neste sentido, interessante questão é formulada pelos autores Mény e Thoenig (1992):

> Por qué interesarse en la ejecución? En las políticas públicas ocurre como en muchos otros actos. La decisión ha sido tomada en el centro; aparentemente, ya se ha hecho lo esencial. El resto se reduce a un asunto de ejecución en la periferia. En condiciones normales, la ejecución es un arte menor (Mény & Thoenig, 1992, p.158).

Entretanto, nas sociedades contemporâneas, complexas e diferenciadas, marcadas por intensa desigualdade social e heterogeneidade de economias, as burocracias se transformaram, refletindo as características que assumiram em cada país, os processos de desenvolvimento econômico.
Ao estudar as modernas democracias, teóricos têm contribuído para evidenciar as múltiplas facetas das burocracias, privilegiando a análise de níveis burocráticos situados nos médios e altos escalões estatais. De acordo com Silberman, «*The primary emphasis in this area has been on how either central or local bureaucracies and bureaucrats work, with special concern for decision making and makers*» (Silberman, 1993, p. 1).
As burocracias situadas nos escalões inferiores, e que não participam do processo de decisão e tampouco da elaboração das políticas públicas, começaram a merecer atenção específica a partir dos estudos do Professor Eric Nordlinger (1981) e de Michael Lipsky (1980), Professor e Pesquisador do Instituto de Políticas Públicas de *Georgetown*, e ex-professor das Universidades de *Wisconsin, Washington* e da Escola Superior de Educação da Universidade de *Harvard* (Mény & Thoenig, 1992, p. 56).
A análise deste autor, ao formular o conceito *Street-Level Bureaucracy*, ancorou-se na realidade da burocracia americana. Portanto, é preciso considerar que algumas de suas postulações vinculam-se a recortes específicos da sociedade em questão, bem como de sua cultura e valores.
No entanto, ao abordar a análise das estruturas das burocracias dos escalões inferiores de governo, responsáveis pela implementação das políticas públicas nos Estados Unidos, Lipsky conseguiu evidenciar elementos, caraterísticas e procedimentos adotados por aqueles atores públicos, que comumente são observados nas burocracias ocidentais contemporâneas, especialmente no estágio de implementação das *policies*.
De acordo com Lipsky (2010), a *street-level bureaucracy* é composta por servidores públicos que interagem diretamente com os indivíduos no ambiente de seus trabalhos, e que possuem considerável discricionariedade na execução de seus serviços. O termo s*treet level* ou nível de rua é utilizado para caracterizar o servidor público que atende **diretamente** ou **pessoalmente** o usuário do serviço público. Da mesma maneira, são consideradas também como s*treet-level bureaucracy,* as agências de serviço público que empregam uma quantidade significativa de burocratas de nível de rua em suas atividades principais. Servidores públicos considerados como típicos burocratas de nível de rua exercem suas atividades de trabalho no serviço público como professores, policiais, bombeiros, assistentes sociais, juízes, advogados públicos, oficiais de justiça, técnicos, trabalhadores da saúde e muitos outros empregados públicos que garantem o acesso a programas governamentais e executam serviços no interior de órgãos públicos.
O eixo da formulação presente no conceito s*treet-level bureaucracy*, é a **capacidade que possuem**, ao atuarem na implementação das políticas de governo - as quais já foram decididas e elaboradas nos escalões superiores - de alterar tais políticas, durante o exercício profissional de suas atividades, no contato direto e contínuo com os usuários/beneficiários de programas definidos nas políticas públicas em questão.
Embora estejam alocados na parte inferior da estrutura organizacional do poder público, estes trabalhadores

representam, segundo o autor, o verdadeiro encontro da população com o governo. São nestes encontros, que os usuários dos serviços públicos percebem o governo de forma concreta: na forma que seus filhos estão sendo educados, se sua família tem acompanhamentos médicos suficientes, se podem receber a tempo seus benefícios de aposentadoria, etc.

No campo da segurança, burocratas de nível de rua, representados por policiais, criminalizam ou inocentam, influenciando os destinos dos indivíduos. No Poder Judiciário, juízes, defensores públicos e outros agentes da lei, usualmente avaliam processos e pessoas segundo critérios subjetivos, antes de formularem suas decisões.

Professores encorajam alunos que consideram mais aptos e desencorajam outros, e uma escola cujo ensino seja considerado de baixa qualidade pode determinar um *status* inferior aos alunos por ela certificados.

A literatura demonstra que a repercussão de um tratamento inadequado ou injusto em uma burocracia de nível de rua tem potencial de gerar maiores índices de reprovação para os governos do que o anúncio de uma elevação de impostos ou redução de investimentos públicos.

> […] people experience deprivation and oppression within a concrete setting, not as the end product of large and abstract processes, and it is the concrete experience that molds their discontent into specific grievances against specific targets….People on relief [for example] experience the shabby waiting rooms, the overseer or the caseworker, and the dole. They do not experience American social welfare policy…. In other words, it is the daily experience of people that shapes their grievances, establishes the measure of their demands, and points out the targets of their anger (Piven; Clodward, in Lipsky, 2010, p. 23).

No entanto, melhorar o atendimento aos usuários dos programas públicos ou as condições de trabalho das burocracias de nível de rua pode aumentar a demanda por seus serviços, o que é altamente inconveniente para os governos. Assim, a tendência é manter o nível dos serviços em qualidades insatisfatórias, de modo a não incentivar seu uso além do estritamente necessário, considerando que a população mais pobre é a que mais demanda os serviços públicos, e numericamente, é a mais expressiva.

Funcionários de nível de rua trabalham muito e partilham visões de mundo comum em razão de vivenciarem condições de trabalho semelhantes: «*People who work in these jobs tend to have much* in common because they *experience analytically similar work conditions*» (Lipsky,2010, p. 18).

As interações destes trabalhadores com as pessoas são imediatas e às vezes, eles precisam tomar decisões não previstas durante o atendimento. As reações dos usuários aos atendimentos são variadas; eles aprendem a desenvolver estratégias diversificadas, seja para serem vistos com bons olhos, seja para serem avaliados como injustiçados ou infelizes; podem agir educada ou agressivamente, tentam negociar, enfim, os usuários igualmente se comportam como atores políticos, ao estabelecerem relações e tentarem obter serviços - por vezes não previstos nas regras - junto aos funcionários que os atendem, trazendo elementos estressores aos ambientes das burocracias de nível de rua.

Porém, Lipsky não percebe nos usuários uma capacidade de influência importante enquanto grupo social em suas relações com os burocratas que os atendem:

> Clients are *not* a primary reference group of street-level bureaucrats. They do not count among the groups that primarily define street-level bureaucrats' roles. This is not to say that children are unimportant to teachers or that litigants and defendants are unimportant to judges. But these people do not primarily or even secondarily determine bureaucratic role expectations. Work-related peer groups, work-related or professionally related standards, and public expectations generally are much more significant in determining role behavior (Lipsky, 2010, p. 49).

Estes burocratas precisam, de todo modo, tomar as decisões pertinentes ao serviço, o que inclui obedecer às regras da agência e ao mesmo tempo considerar o indivíduo, abrindo assim, um espaço ambíguo, uma espécie

de lacuna entre a regra e a necessidade do usuário. Este espaço é definido como discricionariedade, que consiste em uma certa liberdade concedida aos agentes públicos para agirem de acordo com sua opinião a respeito do que é o mais correto em determinada circunstância, considerando as regras da organização e o direito do usuário.

A discricionariedade pode ser considerada indissociável à atuação dos burocratas de nível de rua, bem como das próprias circunstâncias de seus trabalhos, que os levam a efetuar escolhas orientadas por julgamentos e opiniões pessoais, considerando que o ser humano é incapaz de agir de forma completamente imparcial.

> But street-level bureaucrats are constantly confronted with the apparent unfairness of treating people alike (just as they recognize the obvious inequities of unequal treatment). Since individuals are so much more than their bureaucratically relevant characteristics—age, sex, place of residence, income level, etc.—a failure to recognize these differences sometimes seems unfair in itself. The public housing manager believes that there are degrees of need for public housing not circumscribed by the categories of eligibility. The teacher recognizes that all children deserve her or his attention but thinks some require more attention than others. Not only are the standards of fairness insufficient to dictate levels of concern, but also street-level bureaucrats, like everyone else, have personal standards of whether or not someone is deserving. The public housing manager may be more sympathetic to the elderly than to other eligibles. Housing inspectors may be sympathetic to the plight of the landlord although nothing in the formal structure of the agency encourages such a bias (Lipsky, 2010, pp. 31-32).

Lipsky considera ainda que, junto com a discricionariedade, a escassez de recursos também é determinante na conduta destes servidores de nível de rua, que, premidos por demandas crescentes, acabam por aplicar seu próprio julgamento a respeito de como distribuir os recursos de que dispõem da melhor maneira possível, o que nem sempre condiz com os objetivos esperados pelos programas públicos propostos inicialmente.

Neste sentido, o autor afirma que o burocrata de nível de rua é um profissional que possui muita responsabilidade quanto à alocação de recursos sociais, mas sua orientação muitas vezes o impede de alcançar seus objetivos.

Esta orientação - dada pela escassez de recursos - pode resultar em tratamentos inadequados e não esperados pelos usuários dos serviços. Em uma perspectiva mais ampla, estes tratamentos geram altos níveis de insatisfação que poderiam ser evitados se as políticas públicas considerassem estes aspectos.

É preciso ressaltar, neste contexto, que decisões singulares e focalizadas em indivíduos são muito diferentes de políticas públicas voltadas a alterações coletivas, como por exemplo, uma política de renovação urbana que pode destruir um bairro, realocar e substituir casas e a população do local. Ou de outro programa cujo planejamento resulte em uma nova malha viária interligando duas ou mais cidades vizinhas. Estes exemplos de políticas prolongadas, que passam por vários estágios, e que foram desenvolvidas em gabinetes distantes da vida cotidiana das pessoas, não suscitam uma resposta tão imediata quanto as decisões tomadas por um burocrata de nível de rua. Decisões deste último tipo, embora não transformem visivelmente o ambiente comunitário, têm alguns efeitos para a sociedade. De acordo com Lipsky (2010), ao alocarem serviços ou benefícios para segmentos mais pobres da população, as burocracias de nível de rua afetam o grau de redistribuição de renda entre os contribuintes.

3. *Street-Level Bureaucracy*: impactos para a sociedade civil e para o Estado

As políticas públicas *per se*, possuem caráter transformador do ambiente social e influenciam a política. Ao inverter a análise tradicional, que compreende na política o vetor determinante das políticas públicas, a perspectiva em destaque foi proposta pela abordagem da ciência política, em especial pela sociologia política,

questionando: «As políticas públicas determinam a política? Até então, as políticas públicas eram vistas como dependentes das políticas» (Tinoco, 2010, p. 186).

A natureza da implementação das políticas públicas, cuja execução depende da atuação de múltiplos atores, produzindo *outcomes*[2], e influenciando, por seu turno, as políticas públicas, fazem sentido para a análise da força da s*treet-level bureaucracy,* com relação à execução das políticas e programas públicos.

Políticas públicas pensadas no contexto da *street-level bureaucracy*, adicionam, portanto, a perspectiva de participação ativa destes atores sociais, constituindo-se, para efeito de análise, inseridas nas teorias *Bottom -Up*, cuja concepção parte do princípio de que os implementadores que atuam na base da sociedade são seus principais agentes.

Perspectivas *Bottom-Up* contrapõem-se aos modelos analíticos teorizados em *Top-Down:* «o sea, la idea de que quienes deciden controlan o pueden controlar a los ejecutores. Hjern propone un enfoque *bottom up,* que vaya de abajo arriba. Partiendo de las situaciones concretas de los interesados prescribe un proceso ascendente de la ejecución» (Mény & Thoenig, 1992, pp. 166-167).

D 'Agnino elucida o caráter relativamente imprevisto e sujeito a alterações contínuas preconizado em *Bottom -up*:

> o enfoque *bottom-up* parte da ideia de que existe sempre um controle imperfeito em todo o processo de elaboração da política, o que condiciona o momento da implementação. Esta é entendida como o resultado de um processo interativo através do qual uma politica que se mantém em formulação durante um tempo considerável se relaciona com seu contexto e com as organizações responsáveis por sua implementação (D' Agnino, 2002, p. 24).

Na perspectiva em análise, a implementação é de responsabilidade das burocracias de nível de rua e os burocratas são os executores das políticas, cujos efeitos transformam o tecido social:

> Ejecutar es aplicar un programa de acción a un problema, a una situación o a un comportamiento. Ello implica modificaciones y perturbaciones en relación al «estado natural» de la gente y de las cosas inducidas, suscitadas o solicitadas. Un cierto número de ciudadanos, de interesados, verán su ámbito de comportamiento convertido en blanco de los ejecutores. Se trata de obtener que, en los contextos así perturbados, los individuos y los grupos cambien a partir de deseos y de incitaciones más o menos directas procedentes de los actores públicos. Por ejemplo: los policías y los gendarmes controlan la velocidad de los vehículos, se dejan ver en las carreteras, informan al público a través de campañas llamadas educativas, para que los conductores no sobrepasen los 90 km/h. Si, como ha sido demostrado anteriormente, **toda política pública encubre una teoría del cambio social, la ejecución constituye, en este aspecto, su prueba de la verdad** (Mény & Thoenig, 1992, p.168, grifos nossos).

Funcionários que atuam nas burocracias de nível de rua representam o Estado nas políticas e programas sociais, usualmente de longa durabilidade. Ao interagirem entregando serviços, burocratas de nível de rua mediam aspectos da relação constitucional entre indivíduos e Estado, constituindo-se em uma das chaves para a percepção da cidadania pelos usuários finais das políticas (Lipsky, 2010).

---

2 Outcomes com sentido de impactos ou efeitos, segundo a abordagem do *Management*, sub-área do modelo de análise sequencial de políticas públicas. Cf. em: (Tinoco, 2010, pp. 189-190).

Aspectos da cidadania são aprendidos pelos usuários com os burocratas de nível de rua durante o atendimento, o que contribui para a avaliação crítica dos serviços. Na medida em que buscam resolver questões e problemas relativos às suas demandas, os usuários adquirem maior conhecimento sobre o funcionamento dos governos bem como sobre seus direitos, exercitando efetivamente suas cidadanias. Usuários, cidadania e suas relações com os burocratas de nível de rua podem ser observada na figura 1.

Figura 1: **Cidadania aprendida: usuários e burocratas de nível de rua em interação**

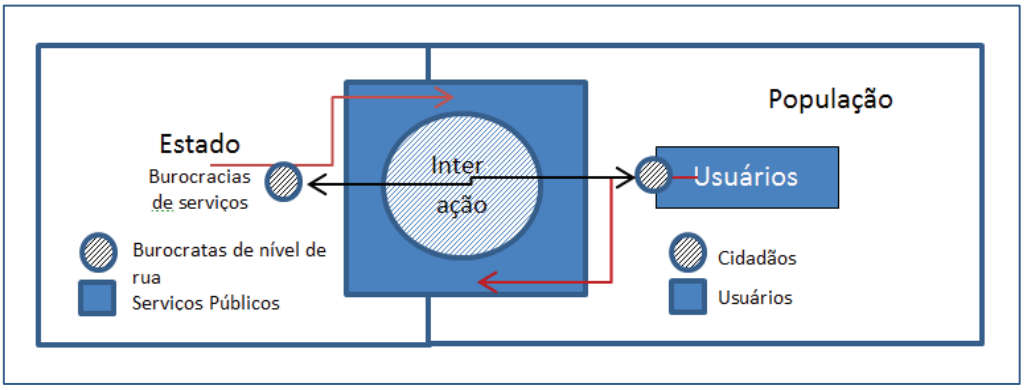

Fonte: Lipsky (2010) Elaborada pelos autores a partir da interpretação das relações entre burocratas de nível de rua e os usuários dos sistemas públicos de serviços (2014).

Vistos de maneira segmentada – professores, agentes de saúde, policiais, bombeiros, médicos, juízes, defensores públicos – os burocratas de nível de rua representam apenas uma força de trabalho que executa normas e atende as populações nas dimensões públicas das políticas de serviços e assistência social. Vistos como pertencentes à burocracia de nível de rua, com atuação e visões de mundo semelhantes, constituem-se numa força política com capacidades de manter o *status quo* na sociedade em questão, ou, em outras palavras, ao servir as populações em suas necessidades cotidianas, a burocracia de nível de rua consegue conter a insatisfação das populações mais pobres, mais dependentes dos serviços e programas oferecidos pelos poderes públicos.
Pensando nas demandas das populações mais pobres, os governos consideravam, entre os anos 60 e início dos 70, que formular políticas e programas sociais, criando agências e empregando funcionários públicos (burocracias e burocratas de nível de rua), que atendessem às populações mais pobres, era uma maneira mais fácil de amenizar a desigualdade do que atuar diretamente nas suas origens:

> In the 1960s and early 1970s the modal governmental response to social problems was to commission a corps of street-level bureaucrats to attend to them. Are poor people deprived of equal access to the courts? Provide them with lawyers. Equal access to health care? Establish neighborhood clinics. Educational opportunity? Develop preschool enrichment programs. It is far easier and less disruptive to develop employment for street-level bureaucrats than to reduce income inequalities (Lipsky, 2010, p. 20).

Em alguns países, como o Brasil, políticas que amenizam a desigualdade social e/ou que atuam de alguma forma na redistribuição de renda persistem sendo usadas em política econômica como elementos de diminuição da desigualdade social, até porque não contrariam [fortemente] os interesses elitistas de longa data estabelecidos. Contratação de mais funcionários públicos ainda é uma prática adotada pelos governos, como medida para melhorar os serviços. Como exemplo, no estado de São Paulo, em 2013, a Secretaria de Educação do Estado realizou concurso público para contratação de 59 mil professores. O total de profissionais que atuam na edu-

cação neste estado brasileiro é de 270 mil funcionários, com salário médio de R$ 2.415,00[3] por uma jornada de 40 horas semanais.[4]

Estes profissionais atendem a uma população estimada em 10 milhões de alunos[5], o que significa, em média, 37 alunos em sala de aula para cada professor. Não há garantias de que uma maior quantidade de professores poderá elevar a qualidade do ensino, quando outros elementos interagem de maneira importante na dinâmica do ensino-aprendizagem, como a valorização dos professores, a estrutura da escola, sua orientação pedagógica, a participação da comunidade, etc.

Pensando na educação pública, a ampliação do número de burocratas de nível de rua (professores) propicia que um maior número crianças e jovens, cujos pais não podem pagar o ensino privado, possam frequentar a escola, ainda que de lá saiam sem uma educação capaz de lhes facultar acesso a melhores empregos e salários ao final de suas formações. Nas burocracias de nível de rua é comum que novos atores venham sendo constantemente adicionados na dinâmica das políticas públicas, tendo em vista, inclusive que seus salários são reduzidos, em especial nos setores da educação e da segurança pública.

No campo da saúde, a necessidade de profissionais médicos - em especial nas regiões mais distantes dos grandes centros urbanos - levou o Governo brasileiro a formular o programa "Mais Médicos":

> O Programa Mais Médicos faz parte de um amplo pacto de melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, que prevê mais investimentos em infraestrutura dos hospitais e unidades de saúde, além de levar mais médicos para regiões onde há escassez e ausência de profissionais (BRASIL. Portal da Saúde, 2013).

No Programa "Mais Médicos", profissionais de outros países[6] vêm compor a burocracia de nível de rua na área da Saúde Pública, o que adiciona novos elementos culturais no campo da implementação deste programa.

A adoção destes mecanismos redistributivos têm alocado mais funcionários públicos na ponta do sistema, aumentando a presença do Estado na vida dos indivíduos. Esta é uma das razões pelas quais o desempenho dos burocratas de nível de rua é crítico para a avaliação dos poderes instituídos, embora os governantes e as forças políticas da sociedade possam não considerar este fator quando da formulação/elaboração de políticas públicas.

Políticas públicas deveriam considerar o perfil de seus usuários, notadamente em áreas tão sensíveis como saúde, educação e segurança, o que consideramos um grande desafio, dado que as regiões e as pessoas possuem dinâmicas muito próprias, nem sempre possíveis de mensurar.

No entanto, o ambiente político e as oportunidades para o desenvolvimento econômico equânime podem ser beneficiados se cada vez mais as expectativas dos cidadãos estiverem em sintonia com os serviços ofertados pelos governos e, neste sentido, burocracias de nível de rua estruturadas em conformidade com o estilo de vida de seus usuários, tendem a apresentar melhoria na qualidade dos serviços e na vida destes cidadãos.

Alternativas para o alcance destes objetivos apontam para formulações de políticas públicas em conjunto [poderes públicos – sociedade], de maneira regionalizada e participativa, com base, entre outros elementos, em diagnósticos socioeconômicos que traduzam as reais necessidades das populações a serem atendidas.

---

3 Equivalente a US$ 909,33 em 12/12/2014. Fonte: Banco Central do Brasil, 2014.

4 Cf em: http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/governador-aprova-aumento-salarial-de-servidores-da-educacao Fonte: Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, 2013.

5 Cf. em: http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/670.pdf Fonte: Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, 2013.

6 Médicos estrangeiros podem participar do programa como intercambistas. Cf. em: http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/acoes-e-programas/mais-medicos/mais-sobre-mais-medicos/5965-medicos-intercambista Fonte: BRASIL. Portal da Saúde, 2013.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Câmbio e Capitais Internacionais. Taxas de Câmbio. Disponível em http://www.bcb.gov.br/?txcambio, [consultado em: 12-12-2014].

BLANES SALA, José & SIQUEIRA, Débora C. (2014), Ser cientista social: a ciência política e a interpretação do poder político. In: MENEZES, Marilda & OLIVEIRA, Adriana C. (eds.) *O que é ser cientista social*. No prelo.

BRASIL. Portal da Saúde. *Programa Mais Médicos*. Disponível em http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/acoes-e-programas/mais-medicos, [consultado em: 01-12-2014].

D'AGNINO, Renato. (2002), Metodologia de Análise de Políticas Públicas. In: D'AGNINO, Renato et. al. *Gestão Estratégica da Inovação*: metodologias para análise e implementação. Taubaté: Editora Cabral Universitária.

DYE, Thomas R. (2005), *Understanding Public Policy.* Upper Saddle River, N.J.: Pearson Prentice Hall.

GRINDLE, Merille S. & THOMAS John W. (1991), *Public Choices and Policy Charge*: the political economy of reform in developing countries. Baltimore, London: The Johns Hopkins University Press.

LASWELL, Harold D. & KAPLAN, Abraham (1950), *Power and Society*: a Framework for Political Inquiry. New Haven: Yale University Press.

LASWELL, Harold D. (1951), "The Policy Orientation". In: LERNER, Daniel & LASWELL, Harold D. (eds.), *The Policy Sciences:* Recent Developments in Scope and Method. Stanford, C.A: Stanford University Press, pp. 3-15.

LIPSKY, Michael. (2010), *Street-level Bureaucracy*: dilemmas of the individual in public services. New York: Russell Sage Fondation.

MENY, Yves & THOENIG, Jean Claude. (1992), *Las Políticas Públicas.* Barcelona: Ariel Ciencia Política.

PAGE, Edward C. & JENKINS, Bill. (2006), "Policy Bureaucracy: Government with a Cast of Thousands". *Journal of Public Policy*, 26 (2), pp. 191-192.

SARAVIA, Enrique. (2006), "Introdução à Teoria da Política Pública". In: SARAVIA, Enrique & FERRAREZI, Elisabete (eds.). *Políticas Públicas*: Brasília, Enap, pp. 21-42.

SCHMITTER, Phillipe. (1974), Still a Century of Corporatism? *Review of Politics*, 36, (1), pp. 85-131.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013. *Governador aprova aumento salarial para 415 mil professores e servidores da Educação.* Disponível em http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/governador-aprova-aumento-salarial-de-servidores-da-educacao [consultado em: 09-12-2014].

_____, 2013. *Matrículas por Rede de Ensino segundo Nível de Ensino*. Disponível em http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/670.pdf [consultado em: 09-12-2014].

SILBERMAN, Bernard. (1993), *Cages of Reason*. The Rise of the Rational State in France, Japan, The United States and Great Britain. Chicago: Chicago University Press.

SKOCPOL, Theda. (1995), *Protecting soldiers and mothers:* the political origins of social policy in the United States. Cambridge: Harvard University Press.

SOUZA, Celina. (2006), "Políticas Públicas: uma revisão de literatura". *Sociologias*, 8 (16), pp. 20-45.

SUTTON, Rebeca. (1999), "The Policy Process: an overview", *Overseas Development Institute*, London: Chameleon Press, pp. 1-35.

TINOCO, Dinah S. (2010), Análise Sequencial de Políticas Públicas nas abordagens da Ciência Política e da Gestão (Management). *Cadernos EBAPE*: 8 (1), pp. 185-197.

VIANNA, Maria L. Teixeira Werneck. (2002), "Em torno do conceito de política social: notas introdutórias". Disponível em www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fArtigoCoppead.pdf [consultado em: 09-11-2014].

WEBER, Max. (1982 [1946]) *Ensaios de Sociologia* (trad. Valtensir Dutra), Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

Proteção às pessoas idosas: análise das políticas públicas como alternativas de efetivação de direitos

Janaína Machado Sturza
UNIJUI. Email: janaina.sturza@unijui.edu.br. GT7-B.

Juliana Bedin Grando
UNIJUI. Email: juliana.bedin@yahoo.com.br. GT7-B.

Resumo: O presente texto analisa a questão dos idosos na sociedade contemporânea. O foco do trabalho, no entanto, refere-se a análise dos idosos no cenário brasileiro. Analisa-se a temática da cidadania dos idosos, discutindo-se a construção desta e refletindo-se como ocorre o vínculo de proteção do Estado para com estes sujeitos de direitos. Discute-se os marcos protetivos existentes no ordenamento jurídico brasileiro, tais como a Constituição Federal e o Estatuto do Idoso, e sua real efetividade como instrumentos protetivos. Verifica-se se as políticas públicas podem ser postas como uma alternativa para a concretização dos direitos destes sujeitos de direito e, em sendo esta plausível, como podem ser efetivadas. Nesse contexto, destaca-se, ainda, como a participação da sociedade civil pode influenciar e aumentar a capacidade de alcance das políticas públicas, para, desta forma, garantir os pressupostos de cidadania e vida digna aos idosos.

Palavras-chave: Idosos. Proteção. Políticas públicas.

1. Considerações iniciais

O início do século XXI traz consigo a necessidade de repensar o Estado a partir da nova concepção societária. Os dados atuais demonstram que a população mundial está passando por diversas modificações, sendo uma delas relativas à questão etária. Atualmente, a população dos países desenvolvidos e em desenvolvimento tem invertido seus quadros etários, com a diminuição do número de nascimentos, aumento da expectativa de vida e, consequentemente, a população está envelhecendo.

Assim, a partir dessa nova configuração o Estado precisa adaptar-se e ressurgir com uma nova formatação que alcance esses novos sujeitos, com direitos inerentes. Nesse aspecto, a partir da formação do Estado Social – *Welfare State* – muitos novos direitos foram alcançados, constituindo-se essencialmente, em prestações positivas que podem ser requeridas pelos cidadãos.

Desse modo, a partir dessa primeira etapa, pode-se dizer, de reformatação do Estado, a cidadania passa a ser a essência dos sujeitos que formam o Estado e, portanto, este deve pautar-se de medidas que assegurem a efetivação das garantias essenciais da constituição de seus cidadãos.

Nesse patamar, muitas legislações já foram editadas a fim de que se tutelasse os direitos dos idosos. Porém, a controversa se encontra na efetividade desses direitos já reconhecidos.

O presente texto busca analisar, nesse viés, as alternativas encontradas para que ocorra essa efetividade, demonstrando-se que as políticas públicas, atualmente, tem-se demonstrado como uma das poucas possibilidades de se alcançar essa efetividade. Insere-se com o presente ensaio a situação das políticas públicas no cenário atual do Brasil e a necessidade cada vez maior de fomentar a existência de novas políticas públicas que dêem essa efetivadade requerida, mas que vão além com a participação da sociedade civil, e que possam ser fomentadoras de novas buscas por novos direitos.

2. A construção da cidadania dos idosos

A cidadania é um marco fundante de qualquer Estado Democrático de Direito. É uma conquista alcançada pelos homens, pode-se dizer, desde o período grego, em que efetivamente estabeleceu-se o início da democracia e, com ela, a questão da cidadania dos homens.

Neste período, porém a cidadania era apenas destinada aos homens brancos, com poder e patrimônio que poderiam exercer a cidadania despendida à época, sendo que

> se quisermos definir o cidadão dos tempos antigos pelos seus atributos mais essenciais, devemos dizer ser o cidadão todo homem que segue a religião da cidade, que honra os mesmos deuses da cidade, aquele para quem o arconte ou o prítane oferece, em cada dia, o sacrifício, o que tem o direito de aproximar-se dos altares e, podendo penetrar no recinto sagrado onde se realizam as assembléias, assiste às festas, segue as procissões e participa nos paragíricos, participa nas refeições sagradas e recebe sua parte das vítimas. Também, no dia em que se inscreveu no registro dos cidadãos, jurou praticar o culto dos deuses da cidade e por eles combater. (COULANGES apud ZEIFERT, 2004: 83-84).

Assim, nesse período a questão da cidadania estava interligada com a questão da participação social e, principalmente, com a religião. Sendo que aqueles que não preenchessem tais requisitos não poderiam ser reconhecidos como cidadãos gregos.

A concepção de cidadania compreendida com mais proximidade ao que atualmente se conceitua é, porém, a cidadania dos romanos, em especial, com relação a cidadania estar vinculada a possibilidade de se ter direitos (ZEIFERT, 2004).

Nesse aspecto, no período moderno, a cidadania além de estar vinculada a possibilidade de serem os humanos detentores de direitos, perpassa essencialmente com as condições de vida, para que esta se constitua como uma vida digna. Assim, "A razão principal de a vida ser considerada o princípio por excelência para que se possa falar em vivência da cidadania reside no fato de o ser humano trazer em si valores éticos insuprimíveis, como dignidade, autonomia e liberdade." (CÔRREA, 2010: 35).

Com a ascensão dos Estados Democráticos de Direito, a cidadania recebe um novo s*tatus* passando a ser peça fundamental da própria existência do Estado. E,

> O Estado moderno, e não mais a religião, torna-se o organizador da vida social, por meio de normas que educam o indivíduo na construção de si mesmo, estabelecendo as regras de um jogo que articula a produção econômica e social com a produção do sujeito de direitos e deveres. Assim, não há sujeito de direitos e deveres sem Estado, não há contexto sem sujeitos [...] (FALEIROS, 2007: 03- 04).

Logo, se estabelece uma relação de interdependência entre sujeitos e Estado, um necessitando do outro para coexistirem.

No Brasil, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 a cidadania, incorporando as novas formulações do Estado moderno, recebe uma nova concepção, passando o Estado, além de ser prestador dos direitos considerados "normais" ao Estado Democrático, também detentor da obrigação de prestações positivas, como os direitos sociais, trazendo consigo uma das emergências do século XXI: a construção da cidadania com o viés da dignidade da pessoa humana.

Nesse sentido,

> Podemos, então, entender cidadania como o ato de comprometer-se com os valores universais da Liberdade e da Vida condicionados pela Igualdade. Este compromisso implica em reconhecer a humanidade como grupo social e considerar as relações humanas como relações de reciprocidade. [...] A cidadania pressupõe o desenvolvimento de valores éticos que se objetivam nas seguintes virtudes cívicas: solidariedade, tolerância, justiça e valentia cívica, engendradas na relação da vida pública e vida privada. (BRAGA, 2001:02).

Por conseguinte, a cidadania além de estar ligada a ideia fundante de participação na sociedade também está relacionada com a questão de existência com os meios essenciais, fundamentais de constituição de um ser humano dotado de dignidade.
Não é fato diverso a cidadania para as pessoas idosas. O que se tem normalmente é a retirada da autonomia da pessoa idosa, o que lhe fere gravemente a cidadania e, consequentemente, lhe restringe as possibilidades de vida digna. Ademais,

> No caso específico do idoso a dimensão da liberdade e consequentemente, o exercício da cidadania, depende da criação de condições favoráveis à manutenção do seu poder de decisão, escolha e deliberação. Tais condições serão efetivadas quando a sociedade perceber que precisa mudar seu comportamento em relação ao envelhecimento... (BRAGA, 2001: 03).

Desse modo, a cidadania dos idosos necessita de uma maior atenção, pois deve-se levar em consideração que o simples fato de alcançar certa idade não retira do ser humano os direitos conquistados durante toda uma trajetória, mas sim, devem-se lhe ser incorporados novos direitos que cada vez mais realcem a vida humana e a dignidade.

3. A proteção dos idosos no direito brasileiro

Hodiernamente, vive-se em uma sociedade que está envelhecendo, deixando-se de ser apenas uma sociedade formada por um grande número de crianças e adultos em idade produtiva, para compor-se com um grupo em ascensão formado por pessoas com idade superior a sessenta anos, os chamados idosos. Desse modo, passa-se nos dias atuais por uma grande transformação social, com a introdução cada vez maior de pessoas com mais idade e que possuem diversas especificidades inerentes.
Essa possibilidade de uma maior longevidade pode-se dizer que ocorre por diversos motivos, entre os quais pode-se citar, por exemplo, a melhora das condições sanitárias, que possibilitaram que todos os seres humanos sobrevivessem por um tempo mais elevado.
Como parte da modernidade, temos que uma das maiores transformações dá-se com a possibilidade de se viver por mais tempo, ou seja, com a longevidade alcançada. Outro marco que auxilia nessa modificação é a alteração cultural quanto ao nascimento de filhos, no qual se deixou de ter como regra um número elevado de filhos para ter-se apenas, em média, dois a três filhos por casal.
As pesquisas realizadas pelo IBGE[1] nos anos de 2000 e 2010 demonstram que o número de nascimentos nos últimos dez anos caiu em um percentual acima de 1%, enquanto que o número de pessoas acima de 60 anos elevou-se consideravelmente.
Face a essa nova configuração, a sociedade atual precisa adaptar-se para que possa fazer frente a essas novas possibilidades, bem como para que os direitos dessa "classe" cada vez mais sejam conquistados e, especialmente, efetivados.
No ordenamento jurídico brasileiro, a Constituição Federal de 1988 constitui-se no principal instrumento a serviço de efetivar os direitos dos idosos e, consequentemente, de sua cidadania. Dispõe em seu artigo 230 (grifo nosso) que "Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o **dever de amparar as pessoas idosas**, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.", ou seja, a todos de forma conjunta é imbuído o dever de zelar e proteger aos idosos.

---

1 O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realiza a cada dez ano um senso populacional em que são averiguadas diversas situações dos brasileiros. Dentre estas situações é realizada a análise da contagem populacional, com a realização de quadros em que observam as taxas de nascimento, óbito, bem como das percentagens em cada faixa etária.

Nesse sentido, pode-se ressaltar que

> As Constituições contemporâneas, entre as quais se insere a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, passaram a trazer em seu bojo os princípios fundamentais que traduzem os valores ético-jurídicos fornecidos pela democracia. Os princípios constitucionais têm suma importância para a concretização dos valores democráticos, e a sua presença nos textos constitucionais leva a uma releitura de todo o sistema jurídico, direcionada à defesa da dignidade da pessoa humana, em substituição à tutela da liberdade individual. (MORAES apud PERES, 2011: 27).

Ademais,

> [...] neste cenário, de renovado humanismo, passaram a ser tutelados, com prioridade, as pessoas das crianças, dos adolescentes, **dos idosos**, dos portadores de deficiências físicas e mentais (hoje chamados de portadores de necessidades especiais), dos consumidores, dos não-proprietários, dos contratantes em situação de inferioridade, dos membros da família, das vítimas de acidentes anônimos etc. (MORAES apud PERES, 2011: 29, grifo do autor).

Assim, percebe-se que a sociedade brasileira a partir da nova Constituição, também denominada de "Constituição Cidadã" traz como um de seus princípios norteadores a proteção aos idosos. E, nesse patamar, seguindo a disposição constitucional, é editada a lei 10.741/2003, denominada de "Estatuto do Idoso", com a missão de salvaguardar todos os direitos dos idosos.

Ressalte-se que tal legislação é uma das mais completas quando trata-se de positivação dos direitos das minorias, pois insere-se em seu bojo desde a conceituação de que é considerado um cidadão idoso (art. 1º), perpassando-se por direitos essenciais na vida prática, como atendimento preferencial (art. 3º, § único, inciso I), até o resguardo de direitos maiores como a proteção do direito à vida (art. 9º).

Ademais, tal legislação enfatiza a disposição constitucional da obrigatoriedade do trabalho conjunto entre a família, o Estado – Poder Público e a sociedade de uma maneira geral de prestar as garantias essenciais de dignidade às pessoas idosas. Nesse sentido, dispõe o artigo 3º da referida legislação:

> Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Por conseguinte, pode-se dizer que a legislação específica permeia-se de diversas formas de garantir um existir digno às pessoas que atingem a longevidade. Porém, com relação a este aspecto, pode-se fazer uma crítica, visto que inúmeros países com um número maior de pessoas idosas não precisam de uma legislação específica para que se efetivem seus direitos fundamentais. Nesse contexto, poder-se-ia ver que a criação do Estatuto do Idoso seria a demonstração da incapacidade do Estado em prover os direitos essenciais dos idosos para que estes desempenhem a sua cidadania na plenitude, sem a necessidade da edição de uma legislação tão específica e tão ampla.

No entanto, olhando-se de dentro do ordenamento jurídico brasileiro, pode-se dizer que a edição do Estatuto configurou-se num ganho para toda a sociedade, em especial, para o grupo dos idosos, que tem com essa legislação específica vê possibilidade de efetivar os seus direitos. Ademais, no atual cenário nacional a edição de uma legislação específica serviu como uma das poucas possibilidades de dar-se efetividade aos direitos amplamente garantidos na Constituição Federal, bem como de especializar tais direitos de modo a de fato atingir ao público alvo: os idosos.

Ademais, Simone de Beauvoir (1990: 265) nos ensina que

> Todo mundo sabe: a condição das pessoas idosas é hoje escandalosa. Antes de examiná-la em detalhe, é preciso tentar entender por que a sociedade se acomoda tão facilmente a essa situação. De maneira geral, ela fecha os olhos para os abusos, os escândalos e os dramas que não abalam se equilíbrio; não se preocupa mais com a sorte das crianças abandonadas, dos jovens delinqüentes, dos deficientes, do que com a dos velhos. Nesse último caso, entretanto, sua indiferença parece, *a priori,* mais surpreendente; cada membro da coletividade deveria saber que seu futuro está em questão; e quase todos têm relações individuais e estreitas com certos velhos. Como explicar sua atitude? É a classe dominante que impõe às pessoas idosas seu estatuto; mas o conjunto da população ativa não se esforçam para abrandar o destino de seus ascendentes [...]

Assim, embora a ideia de necessidade de uma legislação específica demonstram o fracasso da sociedade e, ainda, uma imposição da classe dominante, a edição de uma legislação específica apenas reforça a ideia de que necessitamos de algum modo tentar realizar um resgate dos idosos, de modo a protegê-los através de legislações, visto que a sociedade está deixando de exercê-la de modo voluntário.
Em conseguinte, tem-se que

> [...] as ações afirmativas e os direitos específicos das minorias são medidas justificáveis enquanto forma de proteção e de combate à discriminação, uma vez que têm por objetivo alçar as minorias a uma igualdade real, afirmando a ideia de não supremacia entre os indivíduos e de respeito às diferenças, combatendo, com isso, os efeitos retrógrados da discriminação. (BESTER in GUERRA, 2008: 177).

Nesse sentido, a proteção aos idosos constitui-se em uma forma de lhes preservar a cidadania e os preceitos de uma vida digna, pois

> A construção da cidadania do idoso é fundamental para o desenvolvimento de um país mais justo. A ética, como já discutimos anteriormente, tem que agregar o princípio do respeito à autonomia dos que envelhecem. A sociedade deve mudar seu comportamento em relação ao idoso, pois só uma sociedade consciente dos direitos daqueles que envelhecem será capaz de mobilizar o Estado para regulamentar e garantir o espaço social reservado aos envelhescentes. (BRAGA, 2011: 58).

Assim, a proteção dos idosos demonstra-se fundamental para que toda a sociedade possa perceber que todos poderão ser idosos e, portanto, a perquerir por tais direitos se demonstra cada vez mais essencial. Ademais, precisamos deixar de pensar o Brasil ainda como um país do futuro, pois pensando assim apenas estar-se-á voltando os olhos para os jovens, deixando-se de lado um grupo social que em pouco tempo constituirá a maior parte da população brasileira (BRAGA, 2001).
Outrossim, deve-se ressaltar que a proteção aos idosos não é para lhes tirar a sua identidade ou sua capacidade de gerir-se, mas sim frise-se que

> [...] Seus direitos básicos não devem ser diferenciados, pois esta é uma das maiores formas de discriminação que pode ocorrer. Assim, se os direitos de uma pessoa não se modificam a medida que ela envelhece, a questão é de preservação da identidade, independente da idade que esta pessoa tenha. Vale dizer que não se trata de paternalismo ou protecionismo, ao contrário, trata-se da manutenção de direitos, direitos estes que não devem ser expropriados de ninguém com base num critério

> etário, pois como se sabe velhice não é sinônimo de incapacidade civil! (BRAGA, 2001: 01).

No entanto, o que se tem percebido da realidade brasileira é justamente o oposto. Ao se alcançar uma idade avançada, os idosos são excluídos da sociedade e lhes são retirados os direitos já anteriormente conquistados, sendo necessária uma nova conquista desses direitos, bem como a conquista de novos direitos que lhes são inerentes.

Desse modo, a edição do Estatuto do Idoso deve ser visto como uma grande conquista dos idosos em termos de legislação. Contudo, embora diversos sejam os direitos alcançados durante o decorrer dos anos, atualmente, vive-se com uma nova problemática: a efetivação desses direitos.

Face ao exposto, pode-se dizer que o Brasil conta com uma das melhores legislações quando fala-se em proteção aos idosos, com a Constituição Federal, Estatuto do Idoso, Lei da Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/94), além de outras, porém a problemática se encontra na efetivação desses direitos já conquistados e que se encontram positivados.

4. Políticas públicas como alternativa para efetivação de direitos

A partir da construção do Estado Social[2], muitos direitos foram reconhecidos e tutelados aos cidadãos que compõe os Estados. E, nesse sentido, com a ascensão do Estado Democrático de Direito, este argüiu para si o dever de tutelar e proteger a todos os cidadãos. Isto é o que deveria acontecer no Brasil, que com a promulgação da Constituição Federal de 1988, novamente assumiu para si o papel de garantidor de direitos.

Ocorre que, por diversas vezes verifica-se a ineficiência do Estado em prestar os direitos fundamentais, que se constituem em prestação positiva deste para com os seus cidadãos.

Um dos casos que se pode facilmente perceber a ineficácia do Estado é com relação ao direito à saúde, elencado nos artigo 6º[3] e 196[4] da Constituição Federal como um direito fundamental, que deveria ser ofertado a todos de modo igualitário. O que se depreende da realidade fática é a ineficácia quase que total da prestação de tal direito aos cidadãos. Quando fala-se na questão dos idosos relacionado ao direito à saúde, a situação, por vezes, se encontra em um estado de maior inefetividade.

Assim, uma das alternativas que surgem ao Estado, e porque não à sociedade, de dar efetividade aos direitos reconhecidos no direito positivo é a criação de políticas públicas.

Nesse aspecto, primeiramente, pode-se conceituar políticas públicas como

> [...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006: 07)

---

2 O Estado social representa efetivamente uma transformação superestrutural por que passou o antigo Estado liberal. Seus matizes são riquíssimos e diversos. Mas algo, no Ocidente, o distingue, desde as bases, do Estado proletário, que o socialismo marxista intenta implantar: é que ele conserva sua adesão à ordem capitalista, principal cardeal a que não renuncia. (BONAVIDES, 1996, p. 184).

3 Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

4 Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Desse modo, as políticas públicas são aquelas ações que fazem com que o governa aja colocando em prática políticas e direitos que possam efetivamente produzir resultados na prática. Ademais, João Pedro Schimidt (2008) afirma que a questão da análise da fundamentalidade das políticas públicas depende muito da análise da cultura política (seu peso), das atitudes e dos valores que orientam os cidadãos que irão requerer e ser os destinatários de tais políticas.
E, nesse sentido, Fernandes e Santos (2007: 03) asseveram que

> Nos Estados democráticos modernos, o conceito de política pública tem íntima ligação com o de cidadania, pensada como o conjunto das liberdades individuais expressas pelos direitos civis (Neri, 2005). A concretização da cidadania ocorre através do espaço político, como o direito a ter direitos.

Assim,

> As políticas públicas são aqui compreendidas como as de *responsabilidade* do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais. (HÖFLING, 2001: 02).

Por conseguinte, as políticas públicas podem ser resumidas como aquelas ações que exteriorizam os direitos/ os colocam em prática por meio de atitudes do governo que levam em consideração o contexto no qual vão ser desenvolvidas e, principalmente, que reflitam a busca pela cidadania do povo.
Diante disso, precisa-se pensar sobre a possibilidade de se utilizar as políticas públicas como uma alternativa para dar efetividade aos direitos já reconhecidos dos idosos e, ainda, se se pode constituir em um meio hábil para a busca de novos direitos.
Preliminarmente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos assegura que

> Artigo XXV - 1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle. 2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

Assim, a todos deve ser garantida uma vida digna. Partindo-se desse pressuposto, as políticas públicas podem ser consideradas como uma alternativa viável a implementação dos direitos, possibilitando que se cumpra o disposto na Declaração Universal, bem como das legislações internas, ou seja, que se efetive os direitos básicos e fundamentais de qualquer cidadão e, consequentemnte, do cidadão idoso.
Nesse sentido, as políticas públicas se constituem como uma boa alternativa de se efetivarem os direitos dos idosos. Pois,

> [...] é preciso promover ações conscientes e responsáveis de inclusão das pessoas idosas no contexto social. Neste quadro, fundamental é o papel das ações afirmativas, que visam a neutralizar os efeitos da discriminação e a incutir em cada cidadão (enquanto partícipe social) a utilidade e a necessidade de se observar os princípios do pluralismo e da diversidade em todos os segmentos sociais. (BESTER in GUERRA, 2008: 210).

Consoante dados extraídos do sítio do Governo Federal, atualmente, o Brasil é reconhecido mundialmente como um dos países que utilizam-se das políticas públicas quando trata-se da questão dos idosos. Informa-se que o Brasil constitui-se no 12º lugar entre os países que oferecem maior renda aos idosos e em 31º lugar entre os países que oferecem as melhores condições em qualidade de vida e bem estar para os idosos (PORTAL BRASIL, 2014).

Assim, pode-se perceber que as políticas públicas já se demonstram um caminho eficaz na promoção dos direitos dos idosos e, além disso, contando-se com a participação da sociedade civil, conjuntamente com o Estado, poder-se-á dar cada vez mais efetividade aos muitos direitos já reconhecidos no ordenamento jurídico brasileiro, com a utilização de um mecanismo que possibilita essa interação: as políticas públicas. Nesse contexto, as políticas públicas podem ser um efetivador dos direitos já alcançados, bem como um fomentador de novos direitos para esse grupo social que cresce a cada ano e que logo constituir-se-á na maior parcela da população brasileira.

5. Considerações finais

É de notório conhecimento que a população mundial vem sofrendo intensas modificações no decorrer dos últimos anos. Deixou-se de ser uma sociedade essencialmente jovem para constituir-se cada vez mais em uma sociedade de pessoas mais idosas. Muitos são os fatores que levaram a tal fato, como melhores condições sanitárias, por exemplo.

Mas a questão surge com o enfrentamento dessa nova realidade, pois a sociedade atual não está preparada para recepcionar a essa nova formatação e, consequentemente, muitos direitos estão sendo retirados dos cidadãos.

A conquista da cidadania pode ser considerada como uma grande construção do ser humano, que ao longo de muitos séculos conseguiu alcançar o *status* de cidadão e, a partir disto, ter seus direitos fundamentais assegurados e a preservação de uma vida com qualidade e com dignidade.

Nesse aspecto, os idosos não podem ter retirados os direitos já conquistados ao longo de toda a sua trajetória, mas sim devem-se agregar a estes outros direitos inerentes ao estágio de vida em que se encontram. Assim, com vias a dar maiores garantias a esse grupo social, diversas legislações são elaboradas, mas o problema insurge-se com a ineficácia do Estado de prestar tais direitos.

A ineficiência do Estado em prestar as condições essenciais de subsistência aos idosos abre a necessidade de se pensar em meios alternativos para se alcançar esses direitos. Uma via que tem se mostrado eficaz é a utilização de políticas públicas, que ao mesmo tempo que atestam as ações governamentais, tem-se demonstrado com um maior alcance prático.

Desse modo, a utilização de políticas públicas, com a participação conjunta entre o Poder Público (Estado) e a sociedade civil, agrega cada vez mais a possibilidade de efetivação de todos os direitos já reconhecidos no ordenamento jurídico brasileiro, bem como fomenta a possibilidade de buscar novas possibilidades de se alcançar os objetivos das legislações protetivas já existentes e novas formas de se proteger cada vez a esse grupo social que logo será a maior parte da composição da sociedade mundial e do Brasil.

6. Referências

BEAUVOIR, S.(1990), *A velhice.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BESTER, G. M. (2008), "*Principiologia constitucional e ações afirmativas em prol da inclusão das pessoas idosas no Brasil*: de *Chronos* a *Kairos.*" In: S. Guerra & L. B. Emerique (Org.). *Direitos das minorias e grupos vulneráveis.* Ijuí: Unijuí, pp. 161-223.

BONAVIDES, P. (1996), *Do estado liberal ao estado social.* 6. ed. São Paulo: Malheiros.

BRAGA, P. M. V. (2011) *Curso de direito do idoso.* São Paulo: Atlas.

BRAGA, P. M. V. (2001), *Envelhecimento, ética e cidadania.* Disponível em http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_artigos/3.pdf, [consultado em 24-5-2014].

BRASIL (2013), *Constituição da República.* 11. ed. São Paulo: Saraiva.

BRASIL. *Lei nº 8.842/94.* Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l884 2.htm, [consultado em 07-01-2014].

BRASIL. *Lei nº 10.741/2003.* 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CORRÊA, D. (2010), *Estado, cidadania e espaço público: as contradições da trajetória humana.* Ijuí: Unijuí.

DECLARAÇÃO universal de direitos humanos. Disponível em http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm, [consultado em 07-1-2014].

FALEIROS, V. P. (2007), *Cidadania e direitos da pessoa idosa.* Ser Social: Brasília, pp. 35-61. Disponível em http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/250/1622, [consultado em 24-5-2014].

FERNANDES, M. G. M., SANTOS, S. R. (2007), *Políticas públicas e direitos do idoso: desafios da agenda social do Brasil contemporâneo.* Disponível em http://www.ucg.br/ucg/unati/ArquivosUpload/1/file/Artigos%20e%20Cap%C3%ADtulos%20de%20Livros/Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20e%20Direitos%20do%20Idoso.pdf, [consultado em 16-6-2014].

HÖFLING, E. M. (2001), *Estado e políticas (públicas) sociais.* Disponível em http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf, [consultado em 24-5-2014].

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/, [consultado em 06-1-2014].

PERES, A. P. A. B. (2011), *Proteção aos idosos.* Curitiba: Juruá.

PORTAL BRASIL. Disponível em http://www.brasil.gov.br/saude/2014/01/brasil-e-reconhecido-por-politicas-publicas-em-favor-de-idosos, [consultado em 17-6-2014].

SOUZA, C. (2006), *Políticas públicas: uma revisão da literatura.* Disponível em http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16, [consultado em 16-6-2014].

SCHMIDT, J. P.(2008), "*Para entender as políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos"*. In: J. R. Reis, R. G. Leal (eds). *Direitos Sociais e Políticas Públicas – desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: Edunisc.

ZEIFERT, L. P. (2004), *A exclusão social na Grécia Clássica e a postura dos sofistas: repercussões nos processos emancipatórios contemporâneos.* Ijuí: Unijuí.

GT 8
Dimensões Políticas e Sociais da Economia – Debates e Problemas

Vínculos sociais, felicidade e economia solidária

Marilene Liége Darós
Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS/ Centro de Estudos Sociais – CES
necadaros@hotmail.com

Resumo: Em setembro de 2011, a ONU reconheceu a busca pela felicidade como um direito humano fundamental e sugere que seus Estados membros incluam, em suas propostas de desenvolvimento, a importância da felicidade e do bem-estar. Desde o século XX e início do século XXI, as pesquisas têm demostrado que os empreendimentos solidários inscrevem-se em uma nova racionalidade que favorece seus integrantes a encontrarem alternativas para a melhora da atividade produtiva e da qualidade de vida, potencializando-os para o enfrentamento das dificuldades que o contexto lhes proporciona. Este trabalho se fundamenta em um estudo bibliográfico sobre a teoria da dádiva de Marcel Mauss para a compreensão da felicidade e dessa nova racionalidade em Economia Solidária.

Palavras-chave: Felicidade. Vínculos Sociais. Economia Solidária.

1. INTRODUÇÃO

A questão da felicidade está presente no contexto de elaboração dos projetos de vida das pessoas e nas avaliações dos caminhos percorridos. O assunto extrapolou a vida privada, tornando-se agenda política e midiática. Até este momento em que se extrapola o campo individual, felicidade, desenvolvimento econômico e garantia de direitos sociais são palavras interligadas. No início do século XXI, estamos colocando em questão esses paradigmas ao avaliarmos, enquanto sociedade, quanto de felicidade o crescimento econômico de um país traz consigo para todos, constituindo-se essa a premissa maior do sistema de organização social que escolhemos. Nas últimas décadas, enquanto nação, crescemos economicamente e diminuímos os índices de desigualdades sociais, o que não inibiu o aumento das expressões de insatisfações com o sistema de governo e as formas de organizações privadas, que estão materializadas nas reivindicações dos movimentos sociais, evidenciando, indiretamente, que o tema felicidade está para além das conquistas materiais.

O artigo aqui proposto faz parte de um projeto de pesquisa que se concentra na Linha de Pesquisa III: *Sociedade, Economia e Emancipação*, desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa em Economia Solidária deste Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Os pesquisadores do Grupo têm desenvolvido estudos sobre temas relativos à emancipação, construção de subjetividades, reconhecimento e relações sociais vinculantes, entre outros. Nesse contexto, um estudo sobre felicidade e economia solidária vem ampliar esse conhecimento.

Este ensaio enfoca o referencial de análise da tese intitulada "Vínculos Sociais e Felicidade: Um estudo sobre as relações humanas em Economia Solidária". Para este estudo, considera-se importante compreender ao tema da felicidade para além da economia tradicional, que tem como medida a renda dos habitantes de uma nação para avaliar a felicidade de seus cidadãos. Compreendemos que o conceito de felicidade, a partir das constatações empíricas, necessita de uma amplitude maior que considere o econômico como parte de um contexto onde as relações se inserem. Para isso, procuraram-se referências que articulem diferentes modelos econômicos nas relações sociais. Encontramos, nas teorias do Polanyi e no referencial da Dádiva, a partir

de Mauss, a economia de mercado como parte de um processo produzido pelos laços estabelecidos entre as pessoas. Esses laços são abordados por Gaiger por meio de uma sistematização teórica sobre a qualidade das relações vinculantes.

2 FELICIDADE E O INTERESSE PELO TEMA

Em setembro de 2011, a ONU[1] passou a considerar a busca pela felicidade como um direito humano fundamental. A partir dessa perspectiva, sugere-se que se compreenda o conceito de desenvolvimento de forma mais inclusiva e que o tema felicidade faça parte da construção de políticas públicas. Essa resolução da ONU tem aumentado o interesse de pesquisas sobre o tema. A máxima dos utilitaristas de que a felicidade maior para todos surgiria a partir do desenvolvimento econômico e tecnológico se cumpriu apenas em parte, evidenciando que, para o entendimento e a promoção da felicidade, faz-se necessário considerar, além do crescimento econômico, outras variáveis, como as diferenças culturais, as desigualdades de acesso aos bens produzidos e a compreensão de como esses benefícios são internalizados nos cotidianos das pessoas de uma nação. Esse processo de internalização muda de acordo com o lugar social e histórico que as pessoas ocupam e depende das condições objetivas e subjetivas.

Com essa da resolução que reconhece a busca de felicidade como um objetivo humano fundamental, a ONU sugere que seus Estados membros incluam, em suas propostas de desenvolvimento, a importância da felicidade e do bem estar. Felicidade, nessa perspectiva, não é apenas uma questão de escolha, mas uma questão de direito humano fundamental, que implica reconhecer "a necessidade de que se aplique ao crescimento econômico um enfoque mais inclusivo, equitativo e equilibrado, que promova o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza, a felicidade e o bem estar de todos os povos". Autoridades butanesas (representantes do Butão, país que apresentou a proposta de resolução sobre a felicidade na ONU) ressaltam que "o desenvolvimento e a prosperidade medidos só como acumulação de bens materiais não são suficientes para a felicidade, mas, sim, o germe de todos os males que estão levando a humanidade e a Terra à sua autodestruição"[2]. No Butão, mediante a proposta de seu gestor, aplica-se uma nova medida de desenvolvimento: a Felicidade Interna Bruta.

O termo Felicidade Interna Bruta (FIB) surgiu no Butão, em 1972, um pequeno país localizado no Himalaia, entre a Índia e a China. O Rei do local, Jigme Singye Wangchuk, assumiu o trono ainda muito jovem. Idealista, ele desenvolveu esse indicador para medir a qualidade de vida de seu país. Suas premissas consideram o pensamento budista, segundo o qual essa qualidade deveria surgir de uma sinergia entre o econômico e o espiritual, tendo em vista o desenvolvimento econômico sustentável. O FIB, conforme os butaneses, é expressão de um sistema de valores que definiram, por anos, a cultura do país. Segundo Vanícola (2008), para esse índice, as variáveis que mais se relacionam com a satisfação na vida das pessoas são: bem estar material, saúde, estabilidade política, vida em família, vida em comunidade, clima e geografia, liberdade política e igualdade entre os sexos e, como acréscimo da autora, índice de educação. A medição desses conceitos não é estanque e, sim, difere de pessoa para pessoa, ou mesmo, em uma mesma pessoa, pois depende do contexto em que os indivíduos se encontram: geográfico, político, econômico ou emocional. Em outras palavras, o nível de satisfação de uma pessoa está condicionado ao meio em que ela se encontra e ao seu estado de espírito, que tem relação com as interações que se estabelecem com o outro e com o coletivo.

Segundo Lustosa e Melo (2012), para Joseph Stiglitz, o PIB - Produto Interno Bruto é uma ferramenta limitada para medir o progresso das sociedades, já que não consegue avaliar o índice de satisfação e bem estar dos cidadãos de uma nação e não faz distinção entre o que são custos e benefícios. Para os idealizadores do

---

1 A Organização das Nações Unidas é uma entidade internacional, cujo objetivo é facilitar a cooperação em matéria de direito internacional, segurança nacional, desenvolvimento econômico, progresso social, direitos humanos e a realização da paz mundial.

2 Disponível em: <http://noticias.r7.com/internacional/noticias/onu-aprova-resolucao-classifica-a-felicidade-como-objetivo-humano-fundamental-20110719.html>. [Consultado em maio de 2014].

FIB - Felicidade Interna Bruta, felicidade é um bem público, e o sucesso de uma governabilidade está na satisfação dos cidadãos. Essas críticas ao PIB, que sugerem novas medidas de desenvolvimento, trazem um debate acadêmico sobre os conceitos de felicidade: discute-se o que é felicidade e se é possível medi-la.

O sucesso desta proposta tem elevado o interesse pelo assunto. Nos espaços acadêmicos, o tema felicidade é abordado: no estudo da história filosófica do pensamento e da ética; nas pesquisas da psicologia positiva, que se denomina ciência da felicidade; na economia, que questiona o desenvolvimento econômico sem a melhora na expectativa de vida da maioria da população do planeta. Nos espaços políticos, a abordagem coletiva do tema tem sido o diferencial do que se manifestava até o momento, pois tínhamos a opinião de que a felicidade era alcançada mediante nossas escolhas e como consequência de nossas ações, não como um bem público (LUSTOSA e MELLO, 2012), como um direito social e humano, que, visto por este prisma, é violado há muitos anos.

O prêmio Nobel de Economia em 2002, Daniel Kanhneman, anunciou um novo campo de pesquisa que articula diferentes áreas do conhecimento: Psicologia, Neurologia, Ciências Sociais, Economia, etc. Seu objetivo é o estudo científico de felicidade: a *Ciência Hedônica*. (ANDREWS, 2011, p. 11). Esse campo de estudo de pesquisas tem derrubado mitos com relação ao entendimento que conservamos sobre felicidade, como a hipótese de que felicidade e dinheiro estão intimamente ligados. Segundo Susan Andrews, embaixadora da Felicidade da ONU no Brasil, as pesquisas evidenciam que a felicidade duradoura seria proporcionada por fortes laços afetivos com amigos e familiares e a sensação de significado na vida.

3 As controvérsias entre desenvolvimento econômico e a ética

A existência de grupos e culturas que desenvolvem novas racionalidades destaca a importância de rever conceitos no que diz respeito a desenvolvimento, qualidade de vida e, consequentemente, sobre a felicidade. Com relação às diferenças conceituais sobre felicidade, Bent Greve (2013) distingue três formas de nos referirmos a felicidade, que implicam como medi-las: (a) A primeira, a felicidade instantânea, pode ser definida a partir de nossas sensações corporais, como sentir um cheiro que traz lembranças agradáveis, comer algo que nos apetece momentaneamente, ouvir uma música agradável, ou por situações não habituais da vida, como a sorte; (b) A segunda forma diz respeito às avaliações que fizemos da vida, a partir de valores com os quais julgamos as experiências positivas e negativas que vivenciamos; (c) e a terceira forma estaria relacionada à qualidade de vida que remeteria às metas e aos objetivos alcançados na vida. Tanto a primeira modalidade, medida pelas satisfações momentâneas, como a terceira remetem a uma compreensão de desenvolvimento que visa medi-las por meio do PIB, enquanto que a segunda forma remete a uma compreensão de medida de desenvolvimento mais dinâmica que considere o protagonismo dos envolvidos.

Os conceitos de desenvolvimento e felicidade se entrelaçam desde o início da Modernidade, em que retomamos alguns princípios da Antiguidade, rompendo com a lógica da Idade Média, na qual esses conceitos dependeriam de uma ordem divina. Esses laços conceituais encontram controvérsias desde seu nascimento no que diz respeito às categorias envolvidas em seu conceito: seres humanos, tecnologia e natureza. Destaco algumas dessas diferenças conceituais. Para uma melhor compreensão dessas diferenças, discorrerei sobre a articulação entre felicidade, qualidade de vida e satisfação.

3.1 Modelo Utilitarista x Comunitarista

No dicionário do Pensamento do Século XX (1996), segundo John A. Hall, o termo "desenvolvimento" indica a conquista do progresso econômico e social, sendo o crescimento econômico a condição necessária, ainda que insuficiente, para o progresso social. A ideia de progresso surge no século XVII, por intermédio de Francis Bacon, e tem como princípio a garantia de que a humanidade ganharia seu próprio rumo e independência com relação à natureza, a partir do poder e domínio absolutos da humanidade em geral sobre o universo inteiro. Nessa lógica, a hipótese do desenvolvimento e progresso ganha força e se faz presente durante os

séculos nas invenções inovadoras e revolucionárias que transformam as categorias de convivência sociais - como tempo, espaço, intimidade, distância, identidade - e contribuem para consolidar desigualdades sociais.

Desenvolvimento econômico se definiu historicamente como o crescimento econômico de uma nação, acompanhado pelo aumento da qualidade de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura econômica. Acreditava-se que esse progresso era possível ser medido mediante o desenvolvimento econômico de um povo que seria como um espelho desse crescimento, pois estariam nele incluídos os avanços científicos, a produção e o mercado. Desde então, essa medida é realizada por meio do PIB (Produto Interno Bruto). Nessa concepção, o crescimento econômico, mensurado pelo Produto Interno Bruto (PIB) de uma nação que colabora para a medida do nível de renda *per capita* de seus cidadãos não é suficiente para alcançar o desenvolvimento econômico, mas seu principal fator. Por intermédio deste, desenvolvem-se outras áreas da vida de uma pessoa, aumentando sua qualidade de vida.

No Brasil, o processo de desenvolvimento esteve articulado ao processo de industrialização que se implantaria a partir da articulação de agentes sociais, entre esses e o Estado. Esperava-se que, com a industrialização do país, diminuiria a situação de pobreza e os efeitos das desigualdades características de um país subdesenvolvido ou não industrializado. (SAES, 2010).

No que diz respeito à felicidade, a modernidade tem ascensão com a premissa de que, com o avanço da ciência, da tecnologia e do domínio da razão sobre a natureza, progrediríamos enquanto sociedade, alcançando a meta de maior felicidade para todos. A máxima de que uma sociedade justa é uma sociedade feliz advém de um paradigma que, em seu surgimento, teve características antifeudais revolucionárias. (GAIGER, 2012, p. 2). O paradigma utilitarista partia do pressuposto de que a felicidade era encontrada em ações que possibilitavam o aumento do prazer e a diminuição da dor. Felicidade seria a meta de toda ação humana. Para Stuart Mill (2011), uma ação somente deve ser considerada útil quando não interferir na individualidade alheia, ou seja, a ação individual somente é útil quando visa ao bem comum. O princípio da utilidade deve ser o de maior felicidade para a maioria das pessoas. Dessa maneira, articulam-se os conceitos de felicidade, economia e desenvolvimento econômico e humano.

Apesar das críticas que temos a esse modelo, para Gaiger, a modernidade, que surge com o pensamento iluminista, trouxe, em seu surgimento, importantes contribuições para a sociedade: nasce de um movimento de ideias libertário, emancipador para sua época. Como consequência das transformações políticas e ideológicas ocorridas, surgem o estabelecimento dos direitos individuais e o estado democrático, alicerçados em princípios libertários, que tinham como lema 'liberdade, igualdade e fraternidade'. (GAIGER, 2013, p. 7). Destaca o autor o fato de que o Iluminismo, alicerçado no uso do cálculo, da razão e na subjugação da natureza em nome do progresso científico, aliou-se ao sistema industrial e às novas classes produtoras, constituindo-se como o pensamento que mais se desenvolveu na sociedade, haja vista que estamos passando pela terceira revolução industrial. Essa aliança abalou estruturas sociais, normas e valores, colocando nesse lugar uma lógica econômica orientada pelo ciclo de acumulação de capital, pela livre concorrência e pelo interesse individual. (GAIGER, 2013, p. 7).

Como contraponto ao referencial utilitarista, Taylor (2005) afirma que, desde o início desse processo de modernização, houve críticas a esse sistema de organização da sociedade, que não conseguiram frear essa lógica de pensamento utilitarista. Entre os críticos, encontram-se os comunitaristas, que compreendem a importância da cultura e dos valores morais que formam pessoas, comunidades e sociedade. Para essa corrente de pensamento, nossa capacidade para fazer escolhas tem como pano de fundo os valores morais: fazemos escolhas de acordo com nossas responsabilidades, e essas podem, ou não, ser favoráveis aos nossos prazeres.

Na concepção de Taylor (2005), a lógica da modernidade subjuga esses valores ao seu sistema de ideias, produzindo uma sensação de estranhamento e falta de referência nas pessoas. Para este autor, faz-se necessária uma política de desenvolvimento que almeje a valorização dos valores locais e comunitários. A busca da felicidade seria o motor da constituição desses valores morais apoiados nas interações entre as pessoas. Ainda segundo o mesmo autor, esse processo de constituição de valores sobre a felicidade pode ser conhecido na história do pensamento humano. Segundo Godbout (1998), neste paradigma, os valores morais tendem a ser vistos, pelos agentes envolvidos, como uma obrigação que constrange a ação dos atores, o que fragiliza o argumento, pois leva uma grande maioria a rejeitá-lo, visto que restringe a liberdade de ação.

Apresentamos, até o momento, dois paradigmas de compreensão da sociedade: o utilitarista, compreen-

dendo a sociedade como constituída de indivíduos que fazem escolhas, as quais movimentam a sociedade; e o comunitarista, que parte do princípio de que essas escolhas estão ancoradas em valores morais que, mesmo sendo próprios do indivíduo, são constituídos e internalizados a partir das relações sociais. O comunitarismo possui uma visão holística da sociedade. Ambos deixam lacunas para a compreensão de felicidade, necessitando de um terceiro paradigma que articule essas diferentes ideias.

3.2 Desenvolvimento e Satisfação

Os conflitos entre o novo e o tradicional, o moderno e o comunitário refletem-se no cotidiano das pessoas, causando uma sensação de estranheza pela vida que pode ser explicitado como uma tensão entre o crescimento econômico e a ética. Para Amartya Sen (1999), resolve-se esta equação a partir do protagonismo dos cidadãos de uma nação, algo fundamental para o seu desenvolvimento. Este autor defende a ideia de que a lógica utilitarista, que é referência para a economia preditiva, se afastou da ética em nome do progresso e dos avanços tecnológicos. Os efeitos desse hiato são as más condições da maioria da população do planeta que não tem acesso às conquistas que o desenvolvimento econômico traz. As políticas de bem estar social surgem com o objetivo de diminuir essa distância, mas seu efeito é o contrário, pois aumentam mais as desigualdades sociais, criando uma espécie de buraco negro, ali onde as coisas podem entrar, mas de lá nada pode escapar, ou seja, um fosso sem fundo de problemas sociais (SEN, 1999, p. 45). Desenvolvimento, para Sen, não se restringe apenas ao aumento de riquezas e de progresso tecnológico. Este precisa estar acompanhado também pelo aumento das condições de ação de um agente em superar suas dificuldades. A satisfação seria encontrada na superação de privações por meio das condições que possui. Uma política de desenvolvimento visaria aumentar as condições de ação dos seus cidadãos por intermédio da saúde e da educação. Esse autor entende que, nesta ótica, é possível aproximar a ética do pensamento econômico.

Concordando com Sen (2010), Giannetti, em seu livro intitulado "Felicidade", afirma que a liberdade não existe apenas como um valor intrínseco do ponto de vista da autonomia e dignidade humana, mas também como valor instrumental, no que representa em ganhos de eficiência e criatividade no uso do conhecimento para a geração de riqueza material (GIANETTI, 2002, p. 94). No que diz respeito à felicidade, articulada ao crescimento econômico e à ética, Giannetti (2002) entende que existe um descompasso entre os indicadores objetivos e subjetivos de bem-estar. Para esse autor, a felicidade depende das condições objetivas e subjetivas; contudo, uma vez que as condições objetivas estejam correspondidas, a felicidade passa a existir conforme a imaginação de cada um, tornando-se uma questão não apenas econômica, mas também de ética, de preferências. Compreende-se que o conceito de felicidade será fragmentado se compreendido apenas pelo valor objetivo ou pelo seu valor subjetivo. O sucesso da experiência butanesa, antes mencionada, está em conceber a felicidade como produto de uma sinergia entre o espiritual e o material, aliando a ética às relações de produção.

3.3 Felicidade e Conflito Civilizatório

Para uma compreensão dialética dos valores objetivos e subjetivos que contribuem para a felicidade, é importante fazer uma volta ao passado e conhecer como a felicidade foi concebida nas diferentes fases do pensamento do ocidente. Ser feliz é um valor de importância para o ocidente, e seu conceito mudou durante a história do pensamento humano ocidental. Com a modernidade, compreende-se que poderíamos encontrar a felicidade no uso do cálculo e da razão, vivendo o que é útil para si e para toda a sociedade e visando ao bem comum. Porém as relações vividas, no início desse período da história da humanidade, se constituíram de desigualdades que suscitaram lutas por direitos e disputas intelectuais sobre o conceito do que é ser feliz. Compreende-se então que uma das marcas da modernidade é a luta por ideias, espaços e capital, que se materializam no cotidiano das pessoas que vivenciam essas lutas.

Na antiguidade, a ideia de felicidade advinha da contemplação da natureza, dos amigos, das relações. Com as reflexões que surgiriam dessas contemplações, aconteciam as vidas nas cidades e a vida política. Ser feliz,

nessa época, também era viver uma vida em harmonia com a natureza, transformando a dor em prazer. Na Idade Média, ser feliz era viver uma vida plena com Deus. (CAILLÉ, 2006). A felicidade provinha de uma escolha entre a satisfação mundana e uma vida santificada em Deus. Essa escolha surgiria de uma luta internalizada em nossas mentes e corações ou, em outras palavras, de uma voz interior. (TAYLOR, 1994).

A modernidade surge do rompimento com a ordem divina e com a valorização da razão para a organização social, mas mantém resquícios da Antiguidade e da Idade Média. Estes se evidenciam nas diferenças de concepções sobre ser feliz e na vivência dos efeitos do progresso e desenvolvimento econômico, mesmo que vivendo o dia a dia com uma sensação de mal-estar e de estranhamento com a organização da vida. A modernidade se caracteriza por disputas e pela internalização dessas disputas no jeito de ser de cada pessoa.

4 Vínculos sociais, dádiva e felicidade

A premissa de que somos seres de relações envolve também o conceito de economia para Polanyi. Para este autor, esta lógica de que a economia determina a qualidade de vida das pessoas não é natural do ser humano, mas um processo instituído historicamente. O pensamento econômico tradicional subjuga o ser humano e a natureza às suas leis, internalizando nas pessoas a compreensão de que é a economia que garante a própria existência social, negando o processo histórico de sua constituição mediante as relações sociais. Segundo Machado (2011), Polanyi divide a economia em formal e substantiva. Define a economia formal como um processo instituído de interação entre o homem e o ambiente natural e social que o rodeia (MACHADO, 2011, p. 166). A economia formal seria um processo institucionalizado por um aparelho regulador que visa controlar os seres humanos em suas atividades cotidianas, assim como pretende o controle do meio ambiente. (MACHADO, 2011, p. 174).

Por outro lado, a economia substantiva "pode ser brevemente definida como o processo instituído de interação entre o homem e seu ambiente, que resulta numa contínua oferta de meios materiais para satisfazer suas necessidades". (MACHADO, 2011, p. 179). É um processo constituído de dois níveis, referindo-se: em primeiro lugar, à interação do homem com o ambiente natural e social que o rodeia; em segundo lugar, à institucionalização desse processo. Esse processo de interação sugere uma análise em termos de movimento, que pode se dividir em: (a) movimentos locacionais, que alteram a posição e o lugar; e (b) movimentos apropriados, nos quais os elementos materiais mudam de mão (MACHADO, 2011, p. 179). A interação e a reciprocidade são conceitos importantes para a compreensão econômica tanto formal como substantiva.

Compreender a felicidade a partir dos vínculos sociais remete a uma corrente de estudo que entende a economia como um processo resultante das relações sociais. A compreensão de que importa conhecer como se organizam as diferentes culturas faz alusão aos questionamentos sobre o paradigma dominante que submete as culturas ao seu pensamento, negando a qualidade de seus processos. O paradigma da dádiva pretende ser uma alternativa que se diferencia das teorias que visam ao interesse individual, bem como é uma alternativa às teorias que têm como referência os valores morais para amparar nossas escolhas. O paradigma da dádiva visa à compreensão dos movimentos da sociedade, em decorrência da dialética entre indivíduo e sociedade. A partir desse prisma, pode-se fazer uma nova leitura do lugar da economia e da felicidade na sociedade. Segundo Caillé, "a dádiva pode ser definida como o oferecimento aos outros de um bem ou serviço, sem a garantia de que haverá retribuição, mas com a esperança de que haverá correspondência, situação que pode estabelecer relações de aliança e de amizade". (CAILLÉ, 2006, p. 103).

O pensamento dominante ao qual a teoria da dádiva pretende ser uma alternativa diz respeito ao utilitarismo, paradigma constituído de uma teoria filosófica, econômica e política que tem como centralidade o indivíduo e a máxima de que toda ação do indivíduo tem como objetivo a felicidade. Para Godbout (1998), este paradigma utilitarista foi bem sucedido devido ao realismo da noção de interesse para o ser humano, a sedução da utopia de que os interesses individuais conduzem ao bem público, ou seja, sendo a natureza egoística produzida pelo mercado. Ao fazerem-se escolhas egoístas, cumpre-se o dever com o Estado. Aprecia-se a ideia de fazer escolhas, ficando com o que nos interessa e abandonando o que não nos interessa. A lógica de mercado garante ao indivíduo ter a possibilidade de ficar isento de dívidas e não estar ligado a alguém, permanecendo,

portanto, livre de laços, ou seja, autônomo.

O limite dessa proposta está na compreensão de que os fins (felicidade) justificam os meios (escolhas individuais). Visa à centralidade do indivíduo, generalizando suas ações como um bem maior, deixando o legado de invisibilidade à diversidade de ações que escapam desse olhar do centro generalizador. Essa diversidade desconhecida pelo modelo hegemônico leva a um engano de que podemos calcular a efetividade geral das ações humanas com vistas ao mesmo fim, a felicidade. Nesse contexto econômico, a liberdade individual está atrelada ao crescimento econômico. O mercado deve contribuir para o aumento do PIB. Com este limite, tudo passa a ter um valor de mercado, inclusive os laços sociais que, por vezes, ficam comprometidos com os bens e patrimônios, o que se expressa, no cotidiano das pessoas, como uma inversão de valores. O produto que antes era um meio, nesta lógica, torna-se um fim, um sonho.

A partir da teoria da dádiva, compreende-se que existe um movimento entre os nossos interesses e a cultura na qual nos inserimos. Para Caillé, a descoberta essencial de Mauss, em seu "Ensaio sobre a dádiva", foi que, na sociedade primeva, o laço social não se construía a partir do contrato ou das trocas mercantis, mas obedecia à imposição de rivalizar em generosidade manifesta (CAILLÉ, 2006, p. 4). Ao conhecer outros povos que se organizam de maneiras distintas, Mauss pesquisa sobre a importância do "presente" e observa que a tripla obrigação de dar-receber-retribuir coloca em questão a noção de progresso e evolução que temos no Ocidente e, a partir dessa constatação, ampliam-se os conhecimentos sobre uma vida comunitária e social.

Entende-se que a noção de útil e os valores morais são resultados de uma dinâmica que movimenta o indivíduo e a sociedade por meio das relações de confiança que formam os vínculos, e que esses são imprescindíveis para a sobrevivência de uma vida em sociedade. Conhecer novas culturas colocou em questão dogmas como a centralidade da razão, a naturalidade dos valores morais e a economia de livre mercado, evidenciando que são construções sociais e culturais, bem como ampliou nossos olhares para o estudo da formação dos valores e sobre as formações das relações de poder a partir da construção de vínculos.

Segundo Mauss (2011), a dialética da dádiva entre a obrigação de dar e receber e a liberdade de retribuir algo recebido são importantes para a sobrevivência de sociedades. As trocas, estudadas por Mauss, ocorridas entre os indígenas das ilhas Trobriand (Polinésia, Malásia) e entre os índios da América do Norte, não são necessariamente somente de objetos úteis, mas também de afetos, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, etc. As alianças entre as tribos se firmavam por meio de presentes e prendas. Mauss denomina esse modelo de organização da sociedade a partir da dádiva de sistema de prestações totais, pois movimenta indivíduos e sociedades em todas as áreas: pessoais, sociais, religiosas, econômicas e políticas, ou seja, um paradigma de compreensão da sociedade que tem como premissa os laços sociais que formam os vínculos de confiança e mantêm a sobrevivência e o desenvolvimento dos povos. Por este prisma, a sociedade não pode ser concebida como ausente de dívidas, pois só retribuímos algo se nos sentimos em dívida para com o outro. A dívida demonstra o interesse em formar o vínculo para quem oferece e para quem recebe; ela colabora para que possamos ampliar o olhar de observação sobre os processos de desenvolvimento ao invés de nos focarmos nos resultados.

5 A QUALIDADE DAS RELAÇÕES VINCULANTES

O que garante a sobrevivência da vida humana é o fato de que somos seres sociais que, para existirmos, precisamos estabelecer vínculos recíprocos. Essa necessidade advém da nossa condição humana de sermos seres incompletos. (GAIGER,2012). Desde o nascimento, precisamos do outro para nos alimentar, e essa importância do outro em nossas vidas segue durante toda a nossa existência. Desde as primeiras relações, nos deparamos com um conflito decorrente da importância dos vínculos: a escolha entre confiar ou não confiar, estabelecer aliança de certa gratuidade ou não. Esta aposta tem como resultado a própria vida, já que a escolha pela desconfiança leva à não sobrevivência, enquanto que a escolha pela confiança cria um vínculo para além do material, um laço que une vidas e constrói histórias. Por sua vez, a formação dos laços transforma indivíduos em sujeitos. (GAIGER,2012)

A qualidade do vínculo, segundo Gaiger (2012), varia dialeticamente de acordo com os contextos históricos ou as situações particulares. Ele propõe uma tipologia dos vínculos que se ampara nas variantes relativas à

natureza e às extensões dos vínculos sociais. Para este autor, as relações sociais vinculantes são a base para o desenvolvimento de uma pessoa, podendo, ou não, ampliarem-se para o desenvolvimento da família, de sua comunidade e sociedade. O vínculo pode se expandir ou se estreitar de acordo com o objetivo esperado a ser alcançado. Vínculos sociais (BAJOIT), relações sociais (RAZETO), formas de solidariedade e princípios do agir econômico (POLANYI), segundo um esquema ascendente quadrangular, são os tipos descritos por Gaiger (2012, p. 16).

A tipologia para compreender os vínculos sociais, proposta pelo autor, não pretende ser única, mas princípios do agir humano que podem ser mesclados e híbridos. Coexistindo mais de um princípio de agir em uma mesma pessoa, na mesma época a vida. A partir desse quadro teórico, o autor evidencia a importância dos vínculos para a constituição de uma economia como a conhecemos hoje. Com este estudo elaborado por Gaiger (2012), constatamos que as reflexões sobre indivíduo e sociedade, vínculos e economia não precisam ser estanques e isoladas, até porque não é possível a compreensão de um sem o outro. A teoria da dádiva colabora para que possamos conhecer essa dialética de uma maneira dinâmica. Mediante uma relação significativa de troca, as pessoas se modificam e se enlaçam em redes de intimidade e interação que, dependendo da qualidade desses enlaces, formam vínculos que movimentam pessoas, grupos e/ou instituições. Mesmo que essas lógicas não sejam evidenciadas em um pensamento reflexivo dominante, elas permanecem no cotidiano e na vivência dessas pessoas, grupos e/ou instituições, pois, segundo os autores estudados até aqui, criar laços é vital para a sobrevivência humana. Em uma lógica utilitarista, devedores não são pessoas de confiança. Para uma lógica dos vínculos, ser devedor é a esperança de uma ajuda futura, pois o alicerce das relações está na ajuda mútua. Quando estou bem, ajudo quem está mal, pois posso ficar mal em algum dia e receber ajuda de quem está bem.

Para esta teoria dos vínculos, a teoria da dádiva seria o conceito basilar, enquanto que reciprocidade seria um dos princípios do agir econômico que aponta para a presença de agrupamentos simétricos, nutrindo formas mútuas que se institucionalizam. Essa conceituação permite que se associe a dádiva a outros princípios do agir econômico, como a domesticidade, redistribuição e intercâmbio, evidenciando que existem outros tipos de economia que coexistem com o modelo econômico dominante e que este não é natural ao ser humano, mas o produto de um processo histórico de laços sociais. Essa tipologia é caracterizada pela qualidade do vínculo em questão. Podem coexistir, na história da vida de uma pessoa, diferentes tipos de vínculos e diferentes princípios de ações e tipos de economia. Essa teoria será mais bem explicitada na tabela explicitada no ponto

5.1 Relações entre os princípios do agir humano, vínculos e economia

Os princípios de ação humana que mantém a lógica do sistema de mercado tal qual o conhecemos hoje, nessa teoria de análise dos princípios de ação humana surgem a partir da formação de laços sociais, anteriores o agir de intercâmbio. Esses laços vivenciados caracterizam nossas formas de vínculos e relações econômicas. Um ser humano não nasce aprendendo a estabelecer relações de trocas contratuais momentâneos e sem compromisso, ele aprende a vivenciar a economia dessa maneira através dos vínculos que estabelece durante sua existência

5.1.1 Princípio de domesticidade

O princípio da domesticidade é o primeiro a ser aprendido e internalizado em nossa história de vida, por estar relacionado as primeiras relações sociais que estabelecemos. Os vínculos são legados da sociabilidade primária onde o tipo de economia está relacionado as relações de subsistência e das necessidades individuais. Nesses processos vinculantes desenvolvemos nossa identidade pessoal e de grupo, senso de justiça e respeito mútuo. As formas de subsistência visão a reprodução familiar.

Tabela1 Princípio de Domesticidade

Princípio	Forma de vínculo	Tipo de vínculo	Tipos de economia	Características econômicas
Domesticidade	Vínculos sociais são legados - sociabilidade primária: Constituídos modernamente pela família nuclear. Mais que escolhidos, se estabelecem segundo critério de precedência e de autoridade preexistente em contextos simultâneos de intimidade e assimetria. Funcionam mediante relações interpessoais diretas, promovendo a partilha de comunhão de histórias, memórias, cosmovisões e identidades.	**Vínculos condicionais ou vínculos seriais:** Em tais contextos, o grupo depende de uma condição social comum prévia de pertencimento (família, clã, etnia, lugar dentro de uma organização, etc.). As atividades econômicas e a divisão de trabalho subordinam-se aos ciclos geracionais e às formas habituais e tradicionais de reprodução social.	**Comensalidade**: No interior de um grupo fechado, constituídos por vínculos, além do econômico, os fluxos de bens e serviços – no tocante a produzir, distribuir, utilizar e consumir – atendem a necessidades individuais compartilhadas ou sancionadas em comum, num contexto cujo alto grau de integração fusiona as individualidades no coletivo.	Condições para a comensalidade funcionar: a) Um núcleo precursor, imerso na memória e identidade grupal; b) Noções de justiça e de equidade que dependem dos padrões desempenhados pelos indivíduos, sem implicarem princípios igualitaristas ou correspondência com as contribuições individuais; c) Um processo lento de agregação de novos indivíduos por consanguinidade ou por entrada no círculo restrito das afinidades de parentesco; d) A subordinação das estratégias econômicas aos ciclos geracionais de reprodução familiar.

Fonte: GAIGER, Luís Inácio. (2012), **Economia Solidária e Metautilitarismo:** Apontamentos. São Leopoldo: UNISINOS, p. 16-27.

5.1.2 Princípio de reciprocidade

No princípio do agir humano da reciprocidade as relações de comensalidade se alargam para além da família de origem, para as relações entre famílias em uma comunidade. A partir desse princípio de reconhece as singularidades individuais e associativas das relações expandindo os vínculos e as formas de economia para as inciativas de trocas e cooperação.

Tabela 2 Princípio de Reciprocidade

Princípio	Forma de vínculo	Tipo de vínculo	Tipos de economia	Características econômicas
Reciprocidade	Vínculos sociais se alargam em círculos de interação; transição entre sociabilidade primária e secundária. Constituição de redes sociais maiores que as de parentesco.	Fusionais – Os indivíduos ligam-se mutuamente por uma comunidade de convicções. As condutas se traduzem em modalidades de associação entre indivíduos e grupos.	Relações de cooperação: As iniciativas econômicas funcionam expandem seu quadro social com base em relações de cooperação	e) A transição da comensalidade para a cooperação implica: (a) Reconhecer a legitimidade e as singularidades próprias das formas familiares de economia e das formas associativas; (b) propiciar a ascensão das relações de cooperação à posição central dominante; (c) canalizar os ativos humanos, econômicos e relacionais, representados pela comensalidade, para o fortalecimento da cooperação. Fala-se em mercado de reciprocidade onde o intercâmbio se vale dos valores humanos produzidos pela reciprocidade, como a paz, a confiança e a compreensão mútua, mas os toma instrumentalmente e inverte o movimento em direção ao outro para movimentos em direção a si.

Fonte: GAIGER, Luís Inácio. (2012), **Economia Solidária e Metautilitarismo:** Apontamentos. São Leopoldo: UNISINOS, p. 16-27.

5.1.3 Princípio de redistribuição

No princípio de agir humano da redistribuição as relações familiares e comunitárias se alargam para a formações de relações políticas. A partir dessa ação os indivíduos se reconhecem para além de suas relações primárias. Ou seja, se reconhecem como integrados a um sistema social a partir de uma vinculação de funcionalidade. As formas de economia começam a ser pautadas pela obrigação, formas de tributos que pressupõe a formação de um pacto social.

Tabela 3 Princípio de Redistribuição

Princípio	Forma de vínculo	Tipo de vínculo	Tipos de economia	Características econômicas
Redistribuição	Formação de unidades políticas mais amplas do que comunidades e agrupamentos locais, originando estados nacionais e impérios. Denota-se que os vínculos sociais seguem se estendendo além das fronteiras das interações face a face e dos ambientes sociais compartilhados. Princípios de unidade e de autoridade centralizadas.	Vínculos funcionais: Os indivíduos e seus agrupamentos primários se reconhecem no seio de um sistema social, nele estando integrados a partir das funções que desempenham. Controle normativo pela delegação de poder a uma autoridade central.	Redistribuição: relações econômicas pautadas pela obrigação, expressando-se em formas de tributação ou de atribuição hierárquica	A lógica da redistribuição supõe um pacto social que retraduz o princípio da dádiva em uma escala temporal e espacial ainda mais ampla. Seu conteúdo virá a depender dos tônus da reciprocidade que prevalece ou organiza a vida social [...] ao espírito de cidadania. Em caso negativo, será mais provável que o princípio de redistribuição assuma um sinal regressivo, concentrando poder e riqueza e promovendo maior desequilíbrio.

Fonte: GAIGER, Luís Inácio. (2012), **Economia Solidária e Metautilitarismo:** Apontamentos. São Leopoldo: UNISINOS, p. 16-27.

5.1.4 Princípio de intercâmbio

Nesse princípio de ação expandem-se as relações de pacto social para a formação de vínculos contratuais, temporários, em que os indivíduos necessitam temporariamente uns dos outros sem necessariamente criar vínculos duradouros. Nesse princípio, o indivíduo deseja laços passageiros e circunstanciais. O tipo de economia presente aqui é a economia de mercado.

Tabela 4 Princípio de Intercâmbio

Princípio	Forma de vínculo	Tipo de vínculo	Tipos de economia	Características econômicas
Intercâmbio	Surge de situações em que indivíduos necessitam momentaneamente uns dos outros sem precisar ou sem almejar criar vínculos, ou melhor, desejando apenas laços passageiros, em circunstâncias específicas, em que se compatibilizam e se pactuam de comum acordo as bases da transação. Nas sociedades modernas, vínculos interpessoais, com frequência, devem ser afastados do trato dos assuntos coletivos, sobretudo da esfera política. Esse critério, republicano, só faz sentido quando a sociabilidade primária e a secundária se separam em dois universos estanques.	Com enfoque instrumental que se destina a evitar compromissos que ultrapassem o interesse imediato, firmam-se *vínculos contratuais*.	Mercado ou economia de mercado moderno: O princípio do intercâmbio tem a finalidade de estabelecer movimentos recíprocos *entre mãos*, facilitando a permuta e a circulação de bens. O Intercâmbio é identificado com o mercado ou com a economia de mercado moderna.	O mercado é onipresente nas sociedades: consiste em um sistema que serve a transações voluntárias, decorrentes de interesses. O Comércio consiste em uma forma pacífica de adquirir bens que normalmente se adquiriam a distância, em troca de outros bens ou moedas. A política funciona como um princípio organizador do mercado. Cabe ao Estado tornar inteligíveis as relações econômicas (institui um sistema monetário, um sistema tributário, um sistema educacional e, ainda, promove a integração social e territorial). f) Para Braudel, o mercado cumpre um papel civilizador. Para Sen, o mercado funciona como provedor de interesses para os desfavorecidos. Para Singer, a economia solidária exige o mercado, que é sinônimo de autonomia e combina com democracia; torna-se imperativo inventar um novo mercado.

Fonte: GAIGER, Luís Inácio. (2012), **Economia Solidária e Metautilitarismo:** Apontamentos. São Leopoldo: UNISINOS, p. 16-27.

6 FELICIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária pode contribuir para o estudo como espaço empírico de estudo da importância dos vínculos para a compreensão da Felicidade, pois, desde seus primórdios, nos anos 1980, induz a uma reflexão sobre os hábitos socialmente adquiridos por meio do encontro entre pessoas com objetivos comuns que se reúnem em torno do trabalho. Esse fazer constrói novos laços e hábitos entre eles e em seu entorno comunitário e social. Essas atividades reúnem diferentes setores da sociedade, compondo, mediante essas ações, uma rede social que tem como efeito, além das mudanças subjetivas, mudanças objetivas, como a construção de políticas públicas. Estudos em economia solidária procuram compreender como as pessoas que se encontram em situação de pobreza definem sua organização e vida, inovam, criam e se alegram a partir de ações que desencadeiam desenvolvimento humano, social, comunitário e econômico.

Desde o final do século XX e início do século XXI, as pesquisas em economia solidária apontam para a importância de uma nova racionalidade e compreensão de desenvolvimento que considere as relações entre as pessoas e a natureza. Amparados em uma rede de apoio que compreende instituições privadas e estatais, instituições de ensino e pesquisa nacional e internacional, entre outros movimentos sociais, os empreendimentos solidários estão compostos por pessoas que se organizam em uma proposta de economia diferenciada da hegemônica e por meio da qual desenvolvem princípios de convivência que podem ou não se transformar em princípios de vida. Segundo pesquisadores, existe certa satisfação nas pessoas envolvidas nos empreendimentos solidários. Isso faz com que, mesmo em condições adversas, continuem participando dos empreendimentos, mantendo-os vivos.

Para Gaiger (2013), os adjetivos usados pelos entrevistadores que participaram da pesquisa nacional de sócios em economia solidária, realizada pelo Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativas da UNISINOS, ao se referirem às pessoas dos empreendimentos de economia solidária como: alegres, amáveis, gentis e acolhedoras, nos oferecem pistas pelas quais a economia solidária favoreceria a constituição de laços sociais que importam para a compreensão da felicidade. Segundo esse autor, seria possível compreender a felicidade a partir da premissa dos vínculos sociais. Por meio da economia solidária, as pessoas vivenciam relações sociais que produzem laços vinculantes, os quais promovem desenvolvimento pessoal e grupal. Com essa linha de entendimento e de análise em vista, este trabalho de tese doutoral busca examinar em que medida tais relações sociais vinculantes produzem felicidade, dando continuidade às suas práticas solidárias e cooperativas, apesar das adversidades encontradas e do fato de se colocarem na contracorrente do modelo cultural hegemônico.

Os empreendimentos solidários inscrevem-se em uma nova racionalidade produtiva que favorece seus integrantes, conferindo a noção de eficiência não apenas na produção, como também numa conotação mais ampla, que inclui a qualidade de vida de seus trabalhadores e a satisfação de objetivos culturais e ético-morais. Essa racionalidade, para ele, distingue-se da racionalidade capitalista e da solidariedade comunitária, porque as pessoas desses empreendimentos encontram na solidariedade um princípio de sustentabilidade produtiva que gera a elas resultados materiais efetivos e ganhos extra econômicos. Organizam-se em rede de instituições, articulando os empreendimentos solidários com organizações e agentes mediadores, buscando criar mecanismos de articulação, representação e intercâmbio econômico e político (GAIGER, 2009, p. 181).

Permanece nessas organizações a cresça na felicidade que se percebe nas estratégias de sustentação que ocorrem mesmo que em lógicas diferenciadas do utilitarismo. A potência que mantém essa espera é a camaradagem, amizade, responsabilidade, reciprocidade. No aguardo da prometida felicidade, os grupos de economia solidária, em meio às dificuldades, têm construído laços sociais que se percebem, segundo seus pesquisadores, nas relações afetivas, solidárias, de aconchego, expressões de carinho e de alegria, as quais evidenciam, na convivência entre os pares, a existência de felicidade. Ainda segundo o referido autor, essa realidade somente é possível ser compreendida se partimos da premissa de que somos seres de relações, ofertantes e demandantes de vínculos e laços sociais (GAIGER, 2013, p. 3).

Segundo as leituras realizadas até aqui, felicidade pode ser compreendida como um sentimento de paz e bem estar que emana de um equilíbrio entre as condições materiais e os valores éticos de uma pessoa. Lembrando que os valores éticos são constituídos por meio da internalização, desde tenra idade, de uma pessoa, de princípios que aprendemos a partir dos vínculos sociais que estabelecemos. Nas palavras dos butaneses, o sucesso do FIB ocorre porque este traz, em seus conceitos, valores reconhecidos por eles há milênios. Para desenvolver indicadores em nosso país sobre felicidade, que se traduza em políticas públicas futuras, fazem-se necessárias pesquisas sobre como vivem os brasileiros e sobre os valores que carregam como princípios de vida.

REFERÊNCIAS

ANDREWS, Susan. (2ed) (2013), **A ciência de ser feliz**. Versão para o Português: Niels Gudme. São Paulo: Editora Ágora;

CAILLÉ, Alain & LAZZERI, Christian, & SENELLART, Michel (Organizadores). (12) Coleção Ideias. (2006), História Argumentada da filosofia política: A felicidade e o útil. São Leopoldo: Editora UNISINOS;

GAIGER, Luiz Inácio. (2009), "Empreendimento Econômico Solidário" IN: CATTANI, Antônio David & LAVILLE, Jean-Louis & GAIGER, Luiz Inácio & HESPANHA, Pedro Dicionário internacional da outra economia. Portugal, Coimbra: CES, p. 181 à 187;

GAIGER, Luiz Inácio. (2012), Economia solidária e metautilitarismo. São Leopoldo: UNISINOS, p.1-44;

GIANNETTI, Eduardo. (2002), Felicidade**.** Diálogos sobre o bem-estar na civilização. São Paulo: Companhia das Letras;

GODBOUT, Jacques. (1998), "Introdução à dádiva" - Revista Brasileira de Ciências Sociais: 13(38) p. 39-51;

GREVE, Bent. (2013), Felicidade. Tradução de Pedro Barros. São Paulo, Edit. UNESP;

HALL, John A. "Desenvolvimento e subdesenvolvimento". (1996), IN: DICIONÁRIO DO PENSAMENTO SOCIAL DO SÉCULO XX. Editado por Willian Outhwaite, Tom Bottomore, com consultoria de Ernest Gellner, Robert Nisbet e Alain Tauraine. Editora da versão brasileria Renato Lessa, Wanderley Guilherme dos Santos. Tradução de Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p.187 à 201;

LUSTOSA, Alberto Elias e MELO, Lucelena Fátima de. (S/D) Felicidade Interna Bruta (FIB) – Índice de Desenvolvimento Sustentável. Online: disponível em: http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj14/artigo05.pdf [Consultado em: 17 de junho de 2012]

MACHADO, Nuno Miguel Cardoso. (2012), "Karl Polanyi e o Grande Debate entre substantivistas e formalistas na antropologia econômica" - Revista Economia e Sociedade:21(1) (44) Campinas, p.165 à 195;

MAUSS, Marcel. (2011[1950]), Ensaio sobre a dádiva. Introdução de Claude Lévi-Strauss. Tradução de Antônio Felipe Marques. Revisão de Marcelina Amaral. Lisboa: Edições 70;

MILL, John Stuart. (2011[1859]), Sobre a Liberdade. Tradução de Pedro Madeira. Rio de janeiro: Nova Fronteira;

R7 NOTÍCIAS. (2011) ONU aprova resolução que classifica a felicidade como "objetivo humano fundamental". Online: Disponível em: http://noticias.r7.com/internacional/noticias/onu-aprova-resolucao-classifica-a-felicidade-como-objetivo-humano-fundamental-20110719.html [Consultado em: maio de 2014]

SAES, Flávio Azevedo Marques de. , (2010), "Subdesenvolvimento e desenvolvimento na obra de Celso Furtado". IN: CORSI, Francisco Luiz & CAMARGO, José Marangoni(Organizadores). Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária. Online: disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/celso%20furtado%20book.pdf Consultado em: 17 de junho de 2014]

SEN, Amartya. (2010), Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras;

SEN, Amartya. (1999) Sobre Ética e Economia. São Paulo: Companhia das Letras;

TAYLOR, Charles. (1994), As fontes do self: A construção da identidade moderna. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Loyola;

TAYLOR, Charles. (2005), Hegel e a sociedade moderna. Tradução de: Luciana Pudenzi. São Paulo: Edit. Loyola;

VANÍCOLA, Cassia Regina. (2008), Índice de felicidade interna, o Produto Interno Bruto das nações e outros indicadores qualitativos: um estudo sobre as suas relações. Pontifícia Universidade Católica – SP. Online: disponível em: http://ww.aedb.br/seget/artigos08/323_Indice%20de%20Felicidade%20Interna_SEGeT.pdf [Consultado em: 17 de junho de 2012]

Por um novo posicionamento epistemológico para o desenvolvimento da teoria econômica: A economia solidária e a pluralidade de racionalidades

Claudia Lucia Bisaggio Soares
Univer. Fed. da Integração Latino-Amreicana – UNILA / Brasil
claudia.soares@unila.edu.br

Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (1989), Mestre em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa/UTL (1998) e Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC (2006). É Professora Adjunta da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA desde 2011 e coordenadora do GIRA - Grupo Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras. Desenvolve pesquisa em teoria econômica e epistemologia das ciências sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento, racionalidades, ecodesenvolvimento, economia solidária, moeda social, finanças solidárias, indicadores socio-econômicos e ambientais, análise em socioeconomia e planejamento em saúde pública.

RESUMO

Por um novo posicionamento epistemológico para o desenvolvimento da teoria econômica: A economia solidária e a pluralidade de racionalidades

O objetivo do trabalho é mostrar como a necessidade de elaboração de uma nova teoria econômica capaz de dar conta não só do objeto da economia de mercado como também de outros fenômenos, tais como as experiências da economia solidária, implica numa retomada da discussão epistemológica, uma vez que a incorporação de diversas racionalidades econômicas parece ser indispensável para que se possa dar conta desse novo objeto "expandido" para a economia. Remete-se a perspectiva desenvolvida por Karl Polanyi da economia enquanto o estudo do sustento do homem, ou se preferirmos, enquanto o estudo das relações sociais que permitem compreender a produção e reprodução biológica e psicológica da espécie humana. Ainda nesse sentido sugerimos a retomada e atualização do pensamento de G. F. List, T. Veblen e de J. Galbraith, entre outros.

Palavras chave: Economia Solidária, Epistemologia, Teoria Econômica.

> "*Tal ciência econômica* (aquela que não tem em conta o poder em suas análises) *não é neutra. É um aliado influente e extremamente valioso daqueles cujo exercício de poder depende da concordância pública"*.[1] (GALBRAITH)

INTRODUÇÃO

Parece bastante claro para muitos estudiosos que o desenvolvimento teórico tomado pela ciência econômica não tem vindo a dar o resultado que se esperava, principalmente no que tange a dar conta de objetos com graus diferentes de distanciamento do sistema capitalista/industrial contemporâneo. É verdade que tal preocupação, de fato, não está nas pretensões da maioria dos economistas. Desde sua fundação, com Adam Smith, a partir de uma ramificação da filosofia moral, os homens que dedicaram seu tempo à Economia tenderam a compreender o seu momento histórico como passível de universalização, sem maiores questionamentos a esse respeito.

1 Tradução livre da autora.

Seguindo a tradição Ricardiana, e buscando aprofundar ainda mais a semelhança de seu método e descrição de objeto com os cientistas naturais, os teóricos neoclássicos mergulharam no paradigma universalista da ciência natural e abandonaram de vez a "experiência irreproduzível" proveniente da vivência histórica como fazendo parte da realidade do sistema econômico. Este passou a ser visto, fundamentalmente, como um momento de troca/produção, ao qual se acrescenta (ainda na perspectiva neoclássica) a abordagem do individualismo metodológico, definindo-se assim um quadro estático, composto por um somatório de peças, onde a relação entre as partes nada acrescenta ao todo.

Pode-se dizer que um primeiro divisor de águas vai surgir quando alguns autores começarem a se questionar sobre a validade de leis universais no mundo da Economia. Precursores dessa perspectiva são List (1789-1846) e Veblen (1857-1929), que apesar de décadas separando a parcela produtiva e suas vidas compartilharam o terreno da experiência da economia norte-americana em momentos de pleno desenvolvimento. E parece certo que tal vivência ajudou que ambos desertassem de vez das idéias/teorias tendencialmente universalistas de Smith e Ricardo.

É evidente que perspectivas alternativas (porém não tão radicalmente distintas como as citadas anteriormente) se mantiveram presentes, embora de forma minoritária, como o caso da própria tradição clássica que apesar de responsável pelo recorte inicial do objeto da Economia, nunca chegou a caracterizá-lo de forma completamente independente do restante dos objetos sociais, incorporando em seus estudos a parte das relações de poder e das influências culturais que atuavam na ordem econômica.

Com base no descrito acima, o objetivo desse ensaio é mostrar como a necessidade de elaboração de uma nova teoria econômica, capaz de responder não só ao objeto da teoria neoclássica (alocação de recursos escassos entre necessidades infinitas) como também de outros fenômenos referenciados ao subsistema econômico, tais como as experiências da chamada economia solidária e mesmo da economia social, implica numa retomada da discussão epistemológica, uma vez que a incorporação de diversas racionalidades econômicas parece ser indispensável para que se possa dar conta desse novo objeto "expandido" para a economia.

Se inicialmente podemos nos referir a um retorno aos economistas clássicos, uma vez que, como já comentado seu objeto era mais amplo que o referenciado pelos neoclássicos, entretanto a questão parece nos remeter a um objeto mais extenso, mais relacionado com a perspectiva desenvolvida por Karl Polanyi (1980 e 1994), da economia enquanto o estudo do sustento do homem, ou se preferirmos, enquanto o estudo das relações sociais que permitem compreender a produção e reprodução biológica e psicológica (ou espiritual, como diria a tradição alemã) da espécie humana.

E para responder a esse desafio é necessário procedermos a uma avaliação a cerca da suposta validade dos pressupostos epistemológicos que até então vêm norteando a evolução do pensamento econômico (nomeadamente a validade universal de suas leis, a atuação exclusiva do princípio da racionalidade econômica, a prevalência da tendência à ordem e ao equilíbrio e etc...).

Acreditamos que esse repensar sobre como se faz a ciência econômica é indispensável para a elaboração teórica que ainda precisa ser desenvolvida para podermos, efetivamente, compreender e avaliar as experiências da Economia solidária, da Economia social e também de todas as "outras" economias.

Nesse sentido iniciaremos nosso percurso pela construção de um desvio ao caminho principal, partindo das críticas epistemológicas surgidas dentro da própria disciplina, passando pela retomada do pensamento do próprio Karl Polanyi, de Georg Friedrich List e Thorstein B. Veblen, revalorizando a contribuição da crítica de base fundamentalmente institucionalista e historicista, encerrando com um balanço e uma proposta de continuidade de pesquisa.

1. EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA

A opção metodológica desse trabalho parte da hipótese de que os objetos das ciências humanas (ou *ciência inatural*, como as chama Peter Medawar (1998), expondo claramente a necessária distinção) necessitam de modos próprios de observação e investigação, até porque qualquer mensuração, mesmo no campo econômico,

requer sempre uma dose muito grande de valores normativos pré-incorporados. Mesmo dados "naturais" podem exprimir realidades diferentes em contextos ambientais/sociais diversos, uma vez que a cultura funciona como filtro da própria herança cultural e institucional.

Se a evolução "orgânica" se processa via seleção, na evolução do mundo social ela se dá através do exercício da intenção, de instruções que são escolhidas para ser ou não retransmitidas às próximas gerações. Isso implica que as mudanças humanas genéticas se dão, não só em função das necessidades orgânicas, como podem até ir contra elas, demandando novas adaptações do próprio organismo às próprias necessidades/instruções sociais/emocionais.

Nesse sentido a compreensão da natureza humana adotada no presente estudo passa também pela perspectiva adotada por Edgar Morin (1991) que vê a cultura como constituindo um sistema generativo de alta complexidade, sem o qual a própria complexidade social não se sustenta, de forma que cultura precisa ser reproduzida para se manter. Dentro dessa abordagem, a economia enquanto sistema se refere à extração, produção/transformação, distribuição e consumo dos recursos necessários à existência e reprodução humana (organizada socialmente) e a organização econômica (que não é apenas produção de recursos, pois essa pode ser vista como pré–econômica, sendo verdadeiramente econômica a organização da relação ecológica-social) emerge então como *cultura* no sentido forte do termo.

Morin chama atenção para o caráter negaentrópico que a cultura transporta, pois o desenvolvimento do subsistema cultural, revelando relações cada vez mais intensas e complexas com o subsistema natural, não o nega, apenas favorece a complexidade crescente de ambos. Essa atuação conjunta, gerando variações e diversidade, dispõe o sistema humano de uma auto-organização complexa que usa as forças de desorganização para manter e desenvolver a própria organização: a vida. Para ele, o cérebro humano é débil sem o aparelho cultural, entretanto o homem é também mais que esse conjunto. É também a incerteza e a ambigüidade da relação entre o cérebro e o ambiente, e essa zona de incerteza que propicia o aumento do erro, esse erro que permanentemente permeia a relação do homem consigo próprio e dele com os outros; e entre grupos e sociedades.

E é, portanto, nessa brecha que se desenvolve a instabilidade, que também se instala o êxtase, a emotividade, a intencionalidade. Se por um lado geram-se assim desregramentos, o próprio desenvolvimento da sociedade e da cultura traz consigo a ordem. E é esse lugar da "falha de informação" que o homem procura constantemente preencher com a ideologia e a mitologia (para o autor, ideologia é qualquer teoria fechada que encontra em si mesma a sua prova). Entretanto, constantemente alguém volta a descobrir a *falha* e isso instaura a dúvida, onde nasce a possibilidade do conhecimento, sempre limitado (pelo repertório individual da ideologia e dos mitos) e paradoxalmente, potencialmente infinito (pelo cruzamento das variáveis em escalas progressivas). A consciência, a intencionalidade, vai formar-se exatamente onde nasceram o mito e a magia: na franja de interferência entre o imaginário e o real, no reconhecer dessa situação. Mas, se não se pode eliminar a dúvida ou o erro, pode-se compreendê-lo como mais complexo do que parecia a primeira vista, bem mais profundo e crucial.

A aceitação desse diagnóstico implica na impossibilidade de exercícios de maximização dessa "máquina hipercomplexa" que é o homem e suas relações, uma vez que "*o "melhor" contém como ingrediente aquilo que comporta continuamente o risco de a degradar e de a corromper"* (MORIN, 1991), em que o melhor deve ser compreendido como a hipercomplexidade resultante da falha de informação. Assim sendo, o homem não pode ser compreendido separado da natureza, nem de sua natureza.

Uma outra forma de expressar algumas particularidades da perspectiva que está sendo aqui adotada é através da análise dos modos de pensamento (entendidos como forma de construir argumentos e se aproximar das teorias) que Sheila Dow[2] detecta na história do conhecimento Ocidental. A autora, normalmente conotada com o pensamento pós-keyneisano, trabalha com a tipificação de basicamente dois modos: o modo de pensamento Cartesiano/Euclidiano e o Babilônico/Estóico, embora admita que possam existir outros e que mesmo esses dois não sejam excludentes.

---

2 A apresentação das idéias de Dow é baseada no trabalho de Arias (2003).

O Cartesiano/Euclidiano pressupõe o estabelecimento de axiomas básicos e a partir deles, por dedução lógica, são derivados os teoremas. Além do que, tem também a propriedade de induzir à formalização da teoria produzida. Entretanto os métodos constituídos sob essa orientação compartilham de uma dificuldade (mas não impossibilidade) vinculada à questão de reproduzir o método axiomático fora das matemáticas: a construção de axiomas incontestáveis (evidentes e certos por definição), independentemente de observações da realidade (os "melhores", mais "puros" que se podem imaginar). Essa dificuldade reflete o fato que quando o objeto de teorização é da área das ciências humanas ou sociais, fica ainda mais difícil definir o quanto eles devem ou podem se distanciar da realidade sem comprometer os resultados do modelo em relação ao entendimento dos fatos. De certa forma é um modo de pensar que se adapta melhor às análises atomísticas típicas do individualismo metodológico e a análise de sistemas fechados, além de tender para um certo dualismo.

Entretanto, refletindo especificamente sobre o caminho da formalização é sempre bom ter em conta que *"(...) como os conceitos matemáticos têm significado preciso, a matemática é útil principalmente quando aplicada a campos nos quais os conceitos têm igualmente significado mais ou menos preciso."* (SOKAL; BRICMONT, 1999, p. 23). Ou seja, também ficam dificultadas as formalizações de modelos em função do grau de complexidade com que o sistema social opera.

Já a forma Babilônica/Estóica de pensar antevê a impossibilidade de se estabelecerem axiomas fixos. Os que dela se utilizam preferem empregar várias linhas argumentativas partindo de pontos diferentes, os quais devem se reforçar se pretenderem se constituir em uma teoria respeitável. É pelo emprego das diversas teorias como exemplo, que se constrói o próprio conhecimento teórico ou aplicado. Argumentos de origem disciplinar diferente, análises históricas e utilização de metodologias também diferentes (mas não incompatíveis) podem gerar resultados que se retroalimentem, possibilitando a compreensão do fenômeno. Pode ser uma boa aproximação para sistemas abertos e uma metodologia sistêmica ou orgânica.

Nesse momento é bom ressaltar que um sistema aberto embora possa, abstratamente, ser segmentado em sistemas fechados ou mesmo ser analisado parcialmente enquanto tal tem, dessa maneira, a sua característica essencial rejeitada já na construção das hipóteses de trabalho. Ou Seja, os resultados desse tipo de construção são sempre mutilados, uma vez que as influências que recebe de outros sistemas e com as quais interage constante e cumulativamente ficam de fora do modelo explicativo.

Podemos então retomar o desafio de construção da abordagem que consideramos que precisa ser desenvolvida, reconhecendo com Dow que é verdade que a assunção da ocorrência de interdependências dinâmicas ou complexas dificulta - ou mesmo impede - a escolha do conjunto de axiomas (aqueles que serão identificados como causas universais), entretanto tais ocorrências não impossibilitam que disciplinas compartimentadas analisem os sistemas abertos a partir de suas teorias, desde que seus pressupostos estejam abertos e relacionados. Embora o primeiro modo seja universal em termos de sua estrutura, o segundo só o é na medida de sua adaptabilidade a diferentes problemas. E deve-se ter em conta ainda que em um sistema cartesiano, quando a quantidade de informação aumenta, diminui a incerteza, no outro, pode aumentar ou diminuir (ARIAS, 2003); o que nos coloca novas questões mas não pode ser menosprezado, como a teoria econômica tradicional insiste em fazer.

Também nem todas as teorias se inscrevem em uma escala cósmica de raciocínio. Segundo Prigogine (1996) pode-se pensar em termos de quatro níveis ou escalas – cosmológica, geológica, biológica e social. Tentativas de generalizar alguns conceitos nascidos das ciências naturais ou o contrário, nascidos nas ciências sociais e utilizados posteriormente nas naturais, geraram um aumento no grau de confusão entre os próprios estudiosos. Para os mecanismos que atuam na escala social (como o mercado ou o direito) já é difícil internalizar os acontecimentos dos tempos biológicos e geológicos, imaginem os cósmicos (como os princípios da termodinâmica, por exemplo). O inverso também se faz verdadeiro.

Por outro lado, os desdobramentos mais recentes de tentativas de axiomatizar o social apontam para o uso (e abuso) da teoria do caos, que é bem desenvolvida matematicamente e tende a ser confundida com as emergentes teorias da complexidade e auto-organização, estimulando "aplicações" delas à estudos históricos e sociais, quando "*falar do caos para esses sistemas não nos leva muito mais longe que'1a intuição já contida*

na sabedoria popular" (SOKAL; BRICMONT, 1999, p. 145-146).

As conclusões que se obtém até aqui não incitam a negar a possibilidade de uma ciência que se percebe unificada, desde que essa união não seja hierarquizada e, sim, obtida nos encontros entre os diversos olhares possíveis. Muito provavelmente esse corpo científico unificado nunca poderá ter seus "modelos" axiomatizados, mas nem por isso será menos útil. Será, sim, bastante diferente daquilo que se está habituado a chamar de ciência, como recorda Morin:

> "A ciência não está nos seus últimos desenvolvimentos, mas sim no começo. Ela não traz a verdade em relação aos dogmas religiosos, metafísicos ou políticos; ainda não resolveu seus problemas elementares de verdade, de ética, de ligação com as finalidades sociais. Ela gagueja e balbucia, logo que sai das suas equações que manipulam poderes formidáveis." (MORIN, 1991, p. 212).

Em certa medida a história do desenvolvimento do pensamento econômico tem refletido a disputa entre essas duas formas de construir o conhecimento, tendo o cartesiano/euclidiano predominado nas escolas sob a influência neoclássica e o babilônico/estóico representado tanto na construção historicista como nas de caráter institucionalista.

Thorstein B. Veblen foi um cientista social do início do século XX que adotou uma perspectiva interdisciplinar para os seus estudos sobre o sistema econômico moderno, através de uma análise fundamentalmente qualitativa, descritiva, a partir de estudos de caso e de uma visão de mundo evolutiva e coletiva, em oposição à individualista. Para ele a multiplicidade pode ser captada quando se leva em conta o ambiente institucional no qual a função econômica está submergida e do qual é também parte constituinte.

Veblen é corretamente citado como economista, embora tenha em sua formação, além de matérias próprias da área, disciplinas como a filosofia, a filologia clássica e a antropologia. É considerado o antecessor da escola institucionalista e seus textos se caracterizaram por antagonizar tanto as posições da escola liberal clássica, como as adotadas por Marx, o que lhe propiciou uma abordagem eminentemente pessoal. Tal perspectiva comporta diferenças que dizem respeito tanto a visão do que é o universo da ciência, e da economia em particular, como do método a ser utilizado para abordá-lo. Essa diferença metodológica pode ser justificada, em parte, pela perspectiva de natureza humana completamente distinta com que essas escolas trabalham e, em parte, pela própria maneira de fazer ciência explícita ou implicitamente utilizada por elas.

Os primeiros pesquisadores que seguiram seus passos atualmente são comumente referenciados como "velhos" institucionalistas e basicamente são caracterizados por contemplar a análise das matérias sociais e econômicas baseados nos estudos das estruturas, regras e comportamentos das instituições. Os velhos ou "institucionalistas clássicos" desde sempre se colocaram em conflito com os economistas "ortodoxos" por acharem que esses tinham uma visão distorcida da realidade, procurando enquadrá-la em um modelo puramente teórico e formal, e não contemplando em sua análise a polifonia que caracteriza os acontecimentos econômicos. Para eles essa multiplicidade pode ser captada quando se leva em conta o ambiente institucional no qual a função econômica está submergida e do qual é também parte constituinte. Em outras palavras, para se entender qualquer fenômeno econômico, seriam indispensáveis diversas abordagens, como a antropológica, a sociológica, a política etc. Essa é uma perspectiva bastante diferente da dos economistas ortodoxos também em relação ao mote das ações econômicas, uma vez que esses o vêem no princípio da racionalidade, enquanto os velhos institucionalistas acreditam mais nos instintos e costumes como promotores do comportamento econômico, ou seja, na ação de uma multiplicidade de racionalidades em simultâneo.

Modernamente, uma nova corrente tem sido associada aos clássicos institucionalistas, são os "novos institucionalistas". Sua diferença maior em relação aos "velhos" talvez resida justamente na força que dão em suas análises a racionalidade instrumental como *o* comportamento esperado das pessoas enquanto agentes econômicos. Uma variação de grau nessa característica e algumas outras diferenças têm gerado divisões internas

entre esse grupo de cientistas sociais que tem priorizado as instituições nos seus esquemas teóricos. De qualquer forma parece ser muito difícil se referir a uma "escola institucionalista" ou aos "novos institucionalistas" em geral, principalmente quando se retorna aos clássicos. O mais correto talvez seja considerar esse conjunto de idéias como um tipo de abordagem.

Por tudo o que foi comentado nos parágrafos anteriores, parece que podemos partir da abordagem institucionalista como base para se trabalhar o desafio de construir uma teoria econômica capaz de incorporar as "outras economias". Mas ainda nessa perspectiva, visando manter a coerência com nossa perspectiva, atualmente se faz necessário filtrar a influência da abordagem universalista. As próximas seções serão então dedicadas a esmiuçar os diversos "institucionalismos".

Cumpre prudente ressaltar que a classificação adotada não é de aceitação geral, inclusive pelos próprios autores referenciados. Ela está sendo utilizada mais como um instrumento de esclarecimento de pontos de atrito entre os pesquisadores, para trazer à tona seus argumentos, e assim evidenciar suas posições em antagonismo à interpretação tradicional do sistema econômico.

Contudo, ainda antes de trabalharmos os institucionalismos, cabe lembrar um livre pensador que construiu uma forma de aproximação às questões econômicas muito próxima (e anterior) à deles e que, normalmente, é pouco reconhecido pelos historiadores do pensamento econômico (apesar de sua grande influência no desenvolvimento alemão). Estamos falando de Georg Friedrich List.

List é considerado um precursor da Escola Historicista e conhecido por inspirar o "Zollverein", ou seja, a política de união aduaneira adotada pelos estados alemães em 1834. Ele fundou a cátedra de Economia na Universidade de Tübingen e após anos trabalhando pela unificação alemã acabou por se exilar nos Estados Unidos. No que nos diz respeito mais aproximadamente, List se insurgiu contra a forma unificada de analisar as economias nacionais. Ele acreditava que regiões diferentes necessitavam de estratégias específicas. Nem todos os países estavam nas mesmas condições e atuações específicas eram necessárias para objetivos também específicos. Sua analise se desenvolveu sempre baseada na vivência de seu tempo, na experiência que compartilhava com seus contemporâneos e nos estudos históricos que utilizava.

2. O INSTITUCIONALISMO DE VEBLEN

Na concepção de Veblen a análise econômica deve partir de uma teoria do processo, uma vez que a economia está em constante transformação. O sistema econômico é visto como dinâmico e não tendendo, necessariamente, a uma posição de equilíbrio ou a qualquer outro ponto possível de ser pré-determinado. Ele não acredita que uma abordagem mecanicista e individualista seja adequada, uma vez que reconhece o homem como um ser social, em constante interação com outros homens, com o ambiente, a tecnologia e a cultura, o que faz com que o comportamento coletivo seja a base da compreensão do próprio indivíduo. Este é um portador de hábitos e instintos que se concretizam em diversas atividades determinadas e direcionadas, como as econômicas, entre outras.

Para ele o comportamento humano é formado de hábitos de pensamento e de instintos (que podem ser entendidos como hábitos tão antigos que podem responder por adaptações biológicas), em parte em transformação, e que estão na raiz das instituições. Hodgson resume a perspectiva de Veblen definindo as instituições como *"fruto de processos de pensamento rotinizados e partilhados por um conjunto de pessoas numa dada sociedade"*. (HODGSON, 1997, p. 135).

Esses hábitos expressam valores diferentes em épocas diferentes, entretanto essas mudanças de padrão se processam de forma gradual, mantendo no presente elementos de pontos de vista constituídos no passado. Como exemplo dessa permanência, ele ressalta o conteúdo "antigo" na discriminação moderna entre ocupações industriais e não industriais ainda influenciada pela valorização da atitude que representa o extraordinário (as atividades não industriais). Esse descompasso entre a efetivação em instituições e os incentivos ambientais ao seu estabelecimento, mantém a interação social em constante conflito/pressão. O reflexo epistemológico dessa constatação é que é importante buscar perceber as implicações que a adoção de certos axiomas trarão para a

posterior análise dos fatos.

Essa é justamente a percepção que está na base da sua crítica ao agente econômico racional, o *homo economicus*, maximizador de satisfação, capaz de calcular custos e benefícios atuando isoladamente em um mundo estático (e portanto, previsível) sobre o qual toda a teoria neoclássica está construída. Ele considera essa premissa/abstração tão equivocada que não poderia favorecer à elaboração de deduções lógicas sobre assuntos socioeconômicos.

Veblen não podia, portanto, acreditar nas prescrições da ciência econômica predominante em sua época, que assegurava que a concorrência fosse capaz de garantir o comportamento ótimo da economia, alocando adequadamente os recursos e levando a uma taxa de lucros de equilíbrio. Reafirmando a sua perspectiva, ele identificava o diferencial de lucros inicial como capaz de propiciar um efeito acumulativo, que levaria a desaparição das pequenas unidades em detrimento das maiores; que assim, cumulativamente ganhariam peso no mercado. Logo, o monopólio e seu interesse pecuniário tenderia a se impor em detrimento dos interesses da sociedade em geral, identificados por ele, com os da produção. A criatividade (curiosidade útil), apesar de levar ao avanço técnico e de gestão, elevando muito a produtividade, acabava gerando um volume de produção que faria os preços e a taxa de lucros cair, expulsando as pequenas indústrias, elevando a instabilidade e propiciando a sobrevivência das maiores (as únicas que têm capacidade de resistir). Essas acabariam saindo reforçadas dessa rodada na sua capacidade de controlar os custos da produção, a quantidade de produto e os preços de venda, ou seja, em condições de maximizar os seus lucros (mesmo que em detrimento da produtividade global do sistema econômico).

Para ele o "negócio" era o reino do proprietário rentista, da classe ociosa que só buscava o lucro; já a indústria era o setor da produção de bens, e quando o sistema econômico estava sob controle dos primeiros, estava subordinando, ilegitimamente, os interesses da produção/população aos objetivos pecuniários. Ele identificava um conflito entre fazer dinheiro e fazer bens, entre o interesse coletivo e o individual.

Via conflito onde os ortodoxos enxergavam tendência ao equilíbrio. Entretanto diagnosticava o conflito de forma distinta da de Marx, pois achava que sua antítese capitalista *vs* proletários era excessivamente simplista. Hodgson chama a atenção para o fato de que Veblen carrega os hábitos de pensamento de qualidades quase genéticas, o que só aumenta o fosso entre suas idéias e as marxianas.

Pode-se dizer que a tensão básica, aquela que verdadeiramente Veblen identificava como a origem das transformações e mudanças que procurava explicar com sua teoria social, era a resultante da defasagem de "hábitos" que as instituições existentes apresentavam em relação aos processos do momento. É exatamente esse conflito entre a criatividade individual e sua força para frente e a natureza conservadora das instituições que ele configura como o motor do processo dinâmico que levará ao desenvolvimento econômico sempre em movimento, uma vez que *"as instituições são o produto de processos passados, adaptados a circunstâncias passadas, e por conseguinte nunca estão de pleno acordo com as exigências do presente "* (VEBLEN, 1987, p. 88).

Nesse sentido, o desenvolvimento econômico é um processo histórico, num sentido muito próximo ao do marxista, entretanto é na dinâmica tecnológica e social que Veblen acredita estar a essência desse desenvolvimento e não na luta de classes. Resumidamente agora se pode citar uma passagem do próprio autor como apresentação de sua hipótese:

> "As instituições são elas próprias o resultado de um processo seletivo e adaptativo que modela os tipos prevalecentes ou dominantes, de atitudes e aptidões espirituais; são, ao mesmo tempo, métodos especiais de vida e de relações humanas, e constituem, por sua vez, fatores eficientes de seleção. De modo que as instituições em mudança levam por seu turno a uma ulterior adaptação do temperamento individual e seus hábitos ao ambiente mutável, mediante a formação de novas instituições." (VEBLEN, 1987, p. 87).

3. O VELHO INSTITUCIONALISMO

Das correntes de pensamento inspiradas no trabalho de Veblen, o institucionalismo clássico é o que mais se manteve fiel ao espírito do autor. John Commons e Wesley Mitchell são unanimemente associados à abordagem vebleriana, fundamentalmente pelos métodos que utilizaram, corroborando com a idéia de que os hábitos e os instintos dos agrupamentos humanos, cristalizados nas instituições, são as peças fundamentais para se entender os processos econômicos e sociais; são também conhecidos como "institucionalistas americanos". Já simplesmente como "institucionalistas", nesse agrupamento também estão incluídos os trabalhos de Clarence Ayres, Gunnar K. Myrdal, além de John K. Galbraith e Karl Polanyi, entre outros.

Especificamente sobre os institucionalistas americanos, Commons apresentou uma opinião mais positiva do papel das instituições que Veblen, reconhecendo que muitas vezes elas facilitam as ações coletivas que irão resultar em desenvolvimento, acreditando que o conflito se apresenta na própria aplicação da criatividade à construção institucional (ARIAS, 2003). A partir de seus estudos sobre economia do trabalho e o papel do Estado propôs uma "economia institucional" que acolhesse a economia política, o direito e a ética. Mitchell influenciou mais os sistemas de contabilidade nacional e a teoria dos ciclos econômicos, chegando a ser plenamente reconhecido como um dos precursores da econometria. Após morte de ambos, na década de 40, Ayres se tornou a figura mais eminente da escola. Ele se preocupou com o papel da tecnologia enquanto motor do desenvolvimento, mas enxergava as instituições como um entrave para esse avanço. Apesar da influência que suas pesquisas alcançaram enquanto "escola"[3], acabaram por perder espaço para o recém surgido keynesianismo e seu debate com os neoclássicos no período que se seguiu ao final da segunda guerra.

Apesar disso, continuaram a exercer influência sobre vários economistas que, como eles, reconhecem que o homem tem motivações variadas, que permutam de acordo com o cenário e a época em questão, podendo mais corretamente ser referido como um "homo sociocultural", em oposição ao "homo economicus" ortodoxo. Entendem que o mercado engloba diferentes instituições que coordenam a atividade econômica e as interações que ocorrem entre essas instituições econômicas e outras (culturais, legais etc.) e se interessam primordialmente pelos temas relacionados à organização e ao controle do sistema econômico, uma vez que admitem que as relações de poder têm mais influência sobre o andamento do sistema econômico que o sistema de mercado. De resto, o próprio mercado é compreendido como instituição que atua, fundamentalmente, como transmissor da estrutura de poder existente, sendo necessário ir além dele para se compreender a alocação de recursos e a distribuição dos rendimentos e da riqueza.

De forma geral suas análises valorizam uma abordagem holística, utilizando muitas vezes descrições e análises históricas, uma vez que desconfiam da utilidade da formalização matemática e do recurso a técnicas estatísticas (que requerem a medição de fatores muitas vezes inquantificáveis, mas nem por isso menos importantes para os resultados).

Galbraith é conhecido por suas analises sobre a distribuição do poder nas organizações econômicas e pela assunção da hipótese de assimetria de poder e sua influência sobre o funcionamento do sistema econômico em geral. Já Myrdal desenvolveu esclarecedoras análises sobre o mecanismo de causação circular cumulativo e suas conseqüências desequilibrantes para o desenvolvimento dos sistemas econômicos.

4. OS NOVOS INSTITUCIONALISMOS

Recentemente novas correntes derivaram dos clássicos institucionalistas, de tal forma que se pode referir a elas de maneira generalizada, como "novos institucionalistas". Como não foi de todo inesperado, a influência

---

3 Myrdal apresenta uma versão diferente da tradicional para essa passagem em seu prefácio à edição inglesa do "Contra a corrente" (1977).

institucionalista não se fez notar apenas na economia, tendo a ciência política, a sociologia e em alguma medida a história; absorvido alguns dos elementos dessa abordagem. Conforme já assinalado na introdução, um dos grandes divisores de águas é o *status* que os pesquisadores conferem ao comportamento individual enquanto determinado pela racionalidade maximizadora, outra é o próprio grau de individualismo metodológico que está na raiz das análises. A partir dessa inspiração e cortes acima comentados, surgiram várias escolas e linhas nessas diferentes áreas.

O bloco que está mais próximo, epistemologicamente falando, da postura vebleriana entre outros sentidos com sua relação de condicionamento mútuo entre a dimensão coletiva e a individual, é o compreendido na sociologia pela Sociologia Histórica e Cultural, na ciência política pelo chamado Institucionalismo Histórico e na economia pela Teoria da Regulação, pelo Neo-institucionalismo e pela Economia Evolucionista; uma vez que a presença do individualismo metodológico é em geral contrabalançada por um apelo sistêmico das suas abordagens, variando de grau em cada uma das perspectivas mencionadas.

Também é comum, entre os economistas aqui nomeados, o sentimento de se constituírem uma alternativa ao pensamento neoclássico dominante na disciplina. Outro crivo interno importante na economia é entre os regulacionistas[4] e os outros economistas (evolucionistas e neo-intitucionalistas)[5]. A escola da regulação tem uma origem fortemente vinculada ao pensamento de Marx e vê as instituições como resultado de inovações sociais que regulam e normatizam as novidades, dando sustentação ao sistema. Não contemplam uma teoria das instituições e sim "*as formas assumidas pelas relações sociais fundamentais num dado momento histórico ou numa dada sociedade*" (BOYER, 1990) e é, então, a forma estrutural ou institucional que vai mediar o regime de acumulação (instância mais agregada das regularidades do sistema) e o modo de regulação (instância mais desagregada desse mesmo sistema - sanciona as normas e regras de conduta do indivíduo), permitindo o surgimento de formas sociais em conformidade com o modo de produção dominante, de maneira a promover uma "regulação" dos conflitos, não o seu desaparecimento (BOYER, 1990). Entretanto, a evolucionista e os neo-institucionalistas, embora também reconheçam o caráter fundamentalmente dinâmico do sistema econômico, da importância das relações de poder e do papel desempenhado pelas instituições nessa repartição desigual; não consideram ser possível prever o que essas interações podem dar, uma vez que presumem o sistema econômico aberto (logo instável) em que qualquer variação (por menor que seja) nas condições iniciais gera alterações imprevisíveis. O futuro é, portanto, indeterminado e não conhecível, a priori (HODGSON, 1994 e ARIAS, 2003). Entretanto os três aportes têm em comum a visão do conflito como inerente às interações humanas, contudo, mesmo essa perspectiva é menos presente nos evolucionistas.

Os adeptos da Nova Economia Institucionalista (NEI)[6], diferentemente dos anteriores, tendem a deixar fora de suas análises os impactos distributivos derivados da adoção de um ou outro marco institucional, e seus conseqüentes conflitos de poder. Vêem as instituições mais como "*regras do jogo*" (NORTH, 1991) e a mudança institucional como uma busca de eficiência, via redução dos custos de transação, sejam econômicos ou políticos. É relativamente simples associar as três linhas em que comumente se subdivide a NEI às respectivas "afilhadas": na ciência política, o Institucionalismo da Escolha Racional e, na sociologia, a Teoria da Ação Racional.

São bem mais próximos da economia do *mainstream*, tendendo a utilizar a análise institucional mais como um complemento às "falhas de mercado". De certa maneira, tentam "internalizar", no modelo ortodoxo as instituições enquanto portadoras de uma racionalidade mais variada (em objetivo), porém determinável e operacionalizável, compatível com o individualismo metodológico. Nos trabalhos de Schotter (1986), por exemplo, são gerados vários equilíbrios, de acordo com as diferentes estratégias adotadas pelos agentes,

---

4 Como, por exemplo, os trabalhos de Aglietta, Coriat e Boyer.

5 Como, por exemplo, os trabalhos de Dosi, Alchian, Hodgson, Foster e Lawson (que podem ser considerados também próximos da escola pós-keynesiana e da neo-shumpeteriana).

6 Tendo como marco o trabalho de Coase, seguido por Williamson, Posner, Axelrod, Schotter, Sugden, Penrose, Olson, North, e Kildleberger (estão próximos do liberalismo clássico e dos neo-austríacos).

que basicamente reproduzem as regras nascidas espontaneamente. Certos valores costumam ser aceitos como inatos, presumindo um "estado de natureza", anterior ao aparecimento das primeiras instituições, que justamente existem para facilitar a realização desses mesmos valores e acabam por limitar as possibilidades de comportamento dos agentes (que são egoístas, possuem uma racionalidade limitada e um comportamento oportunista).

Entretanto, apesar da proximidade epistemológica, seus trabalhos costumam resultar em um receituário bastante diferente dos oriundos da ortodoxia. Em parte porque a preocupação com a organização e a mudança institucional, por si só já orientam a análise para caminhos diferentes daqueles trilhados pelos ortodoxos,mais preocupados com os estados de equilíbrio. Por outro lado, em função da própria contradição dos objetivos com o método (TOBOSO, 1997), uma vez que a análise individualista não suporta o recurso a qualquer força social ou entidade supraindividual, a não ser que se resuma essa participação a *um* representante dessas forças.

Seus resultados são, então, o ponto comum entre as decisões individuais, o resultado do agregado de cálculos custo/benefício e dos resultados dos contratos entre os agentes (DUTRAIVE in THÉRET, 2003, p. 6). Nas tentativas de chegarem mais próximos de uma certa coerência interna, os modelos assim gerados acabam muito criticados pelo elevado grau de reducionismo. Recentemente Douglas North tem sido um dos autores que tem tentado superar essa tendência.

Em uma posição extrema, seguindo o princípio do individualismo metodológico, estão a Economia das Convenções, o Institucionalismo Sociológico e o Institucionalismo Sociológico Interpretativo ou Sociologia Convencionalista, em que as convenções correspondem às instituições, com sua dimensão cognitiva sendo realçada, pois são entendidas como *"não só regras, procedimentos ou normas, mas também os sistemas de símbolos, os esquemas cognitivos e os modelos morais que fornecem "padrões de significação" que guiam a ação humana"* (HALL; TAYLOR, 2003, p. 209).

E são capazes de atuar como dispositivos cognitivos de grupo, de gerar regras de organização, entendendo essas convenções como exteriores ao agente, e funcionando em lugar dos contratos e da racionalidade da NEI. Nessa perspectiva a visão de mundo própria do indivíduo limita a adoção pelo agente de um comportamento estratégico pleno, já que a interpretação da situação atuará mais do que um cálculo meramente utilitário, uma vez que as instituições fornecem os modelos morais e cognitivos que permitem a interpretação e a ação. *"A identidade e a imagem de si dos atores sociais são elas mesmas vistas como sendo constituídas a partir das formas, imagens e signos institucionais fornecidos pela vida social"* (HALL ; TAYLOR, 2003, p. 210).

De qualquer forma é importante ressaltar que a categorização sucintamente expressa no Quadro 1[7], a seguir, tem mais um cunho didático, não devendo ser considerada de forma rigorosa, pois diversos autores mencionados podem ser identificados (ao longo de suas obras) em mais de uma corrente, além do próprio marco divisor entre elas ser mais tênue do que pode transparecer. De fato, a função do quadro é muito mais esclarecer as questões que são relevantes para reforçar o ponto de vista adotado nesse trabalho[8], do que para realizar uma análise conclusiva sobre as correntes apresentadas.

---

7 A trilogia que está na base do quadro é corroborada por Théret (2003). Entretanto outros autores também foram consultados e o quadro estendido.

8 Seguindo a prescrição de Myrdal de que devemos apresentar o mais explicitamente possível as premissas de valor assumidas na pesquisa(1976).

Quadro 1 – Quadro resumo: Novas Escolas Institucionalistas

	Disciplinas	**Escolas**		
	Economia	Teoria da regulação (*) Neo-institucionalismo Economia Evolucionista	Nova Economia Institucional	Economia das Convenções
	Ciência Política	Institucionalismo Histórico	Institucionalismo da Escolha Racional	Institucionalismo Sociológico
	Sociologia	Sociologia Histórica e Cultural	Teoria da Ação Racional	Institucionalismo Sociológico-Interpretativo ou Sociologia Convencionalista
	Origem metodológica	**Estruturalismo**	**Instrumentalismo/ Funcionalismo**	**Construtivismo**
Metodologia	Individualismo	**X**	**X**	**X**(***)
	Coletivismo	**X**		
Gênese institucional	Coordenação		**X**(**)	**X**
	Conflito	**X**		
Comportamento dos atores	Calculista	**X**	**X**	
	Culturalista	**XX**		**X**
Ação das instituições sobre o ator	Cognitiva		_	**X**
	Normativa	**X**	_	
	Racionalidade	Maximização não só utilitária, incorporando outros valores. Racionalidades alternativas.	Maximização egoísta de utilidades com informação limitada ou completa. Comportamento estratégico.	Maximização de satisfação com informação limitada
	Mudança institucional	Pelo indivíduo, fortalecido ou não pelas assimetrias de poder.	Pelo indivíduo, via otimização de utilidades. Critério de eficiência	Pelo indivíduo, via atuação em instituições. Critério de legitimidade social.
	Função das instituições	Socialização do indivíduo	Reduzir as incertezas, criar estruturas estáveis e complementares a informação.	Referência p/ a ação individual, via modelos, categorias e esquemas. Legitimar-se.
	Mercado	Regulado por macro-agentes (Estado, oligopólios etc..), "guia da economia".	Imperfeito, entretanto é mais eficiente que o Estado.	É mais uma convenção.

Fontes: THÉRET, 2003; HALL; TAYLOR, 2003; TOBOSO, 1997; ARIAS, 2003, BOYER, 1990; CONCEIÇÃO, 2002; NORTH, 1991 e HODGSON, 1994.
Notas: (*) Estruturalismo marxista; (**) Quase contratual, com comportamento instrumental e estratégico; (***) "Expandido"

5. RESGATANDO O VELHO NO NOVO INSTITUCIONALISMO

Apesar de ser conotado com a Nova Economia institucional, o que faria pensar que Douglas North estaria distante do ponto de vista assumido nesse trabalho, acredita-se que a sua investigação esteja levando a caminhos bastante profícuos, pois, como se pode observar, para ele a especulação no terreno das ciências sociais também se debruça explícita ou implicitamente em conceitos da conduta humana (NORTH, 1991), uma vez que reconhece que acreditando no pressuposto tradicional da economia neoclássica, ou seja, a racionalidade do agente, universalmente reconhecida, como igual à maximização de lucros - não se justificaria à existência de instituições, uma vez que muitas delas não se explicam por esse princípio.

Ainda segundo North, elaborar uma teoria das instituições implica, basicamente, pensar sobre uma teoria da conduta humana a qual deve-se adicionar uma teoria dos custos de transação, isso porque a produção envolve custos de transformação (recursos: terra, trabalho e capital) + custos de transação (direitos), sendo os custos de informação a chave para os custos de transação, pois eles se compõem dos custos de medir os atributos valiosos do que está sendo negociado e dos custos de proteger e de se fazer cumprir os acordos (policiamento). Sendo assim, a necessidade destas medições e repressões gera custos, custos estes que pelo esforço empreendido na redução acabam sendo a fonte do surgimento de instituições sociais, políticas e econômicas. Entretanto, as mercadorias, os serviços e o desempenho dos agentes têm muitos atributos e seus níveis podem variar de um modelo ou agente/ator para outro, basta que possuam ideologias, visões de mundo diferentes.

Dessa forma, as instituições existem como forma de reduzir as incertezas intrínsecas à interação humana, mas elas não são, necessariamente eficientes. Ou seja, elas podem subsistir independente de permitirem um maior crescimento econômico. Na perspectiva de North, organização eficiente é aquela que estabelece arranjos institucionais e direitos de propriedade que estimulem as atividades econômicas, que aproximem a taxa de retorno privado da taxa de retorno nacional, ou seja, nas quais os benefícios gerados e os custos produzidos recaiam sobre mesmo ator, de tal forma que se estimule à diversificação.

Sendo assim, para ele, a existência de direitos de propriedade mal definidos se configura como um limite para os investimentos e conseqüentemente para a diversificação/crescimento. Entretanto, como os direitos de propriedade são sempre imperfeitamente definidos, o conflito é permanente (FIANI, 2003).

Segundo Hodgson (2001, p. 101), instituições podem ser definidas como:

> "...sistemas duradouros de regras sociais estabelecidas e embutidas que estruturam as interações sociais. Linguagem, moeda, leis, sistemas de pesos e medidas, convenções de trânsito, maneiras à mesa, empresas (e outras organizações) são todas instituições (...) Elas limitam as possibilidades de comportamento humano, logo, em termos de teoria dos jogos, definem payoffs."

Nessa perspectiva algumas podem ser classificadas como espontâneas (ex. linguagens naturais), e outras como não espontâneas, isto é, constituídas, artificiais. As não espontâneas ainda podem ser divididas em planejadas (ex. Estado) e em não planejadas. A moeda e o contrato são exemplos de instituições sobre as quais vários autores discordam sobre como classificá-las, se como espontâneas ou como constituídaS. Outra forma de as considerar é como resultando de uma interação a partir do indivíduo (de baixo para cima) ou como surgindo do conjunto de indivíduos, da sociedade para o indivíduo (de cima para baixo).

Retomando a perspectiva de North (que procura ser individualista, de baixo para cima), pode-se então dizer que organismos ou organizações são grupos de indivíduos reunidos por alguma identidade comum frente a certos objetivos (políticos, econômicos, educativos etc.) e, sendo assim, instituições são as normas subjacentes do "jogo", enquanto as organizações são os agentes da mudança institucional; e que da interação entre organizações e instituições (essas limitações que o homem impõe a si mesmo) é que surge a mudança institucional.

Ampliando um pouco mais a definição, ainda de acordo com North (2001, p. 13), *"As instituições são as regras do jogo em uma sociedade, ou mais formalmente, são as limitações idealizadas pelo homem que dão forma a interação humana."* E, dessa maneira, podem ser vistas como forma de reduzir a incerteza

inerente à condição sistêmica porque proporcionam uma estrutura para a vida cotidiana. Funcionam como o marco, em cujo interior acontece a interação humana; constituem-se de normas escritas e formas e códigos de conduta geralmente não escritos e que subjazem e complementam as regras formais. No entanto, quando normas e códigos informais são quebrados, algum castigo visando gerar um comportamento corretivo deve, e é, aplicado de alguma forma. Daí que uma parte fundamental das instituições passa a ser assumida como para dar a conhecer o preço que se paga por violações e aplicações de castigos corretivos. Sendo assim, as normas formais e informais e o tipo de efeito de sua obrigatoriedade (capacidade de autopunição), acabam por definir se o "jogo" é tendencialmente autocorretivo ou não. Em outras palavras, se a instituição pende para uma caracterização como espontânea ou para instituída, dependerá de quão coerente serão seus objetivos com a sua capacidade de autopunição.

Para o autor, a estabilidade observada nas instituições não é contraditória com o fato de que estão em permanente mudança (como também não era para Veblen). Entretanto a mudança institucional é complicada porque as mudanças ocorridas à margem podem ser conseqüência das mudanças de normas, limitações informais e outras classes de efetividade coercitiva, e elas se alteram normalmente, de modo incremental e não descontínuo.

De qualquer forma, o marco institucional, como uma estrutura de interação humana, acaba por limitar as eleições que são oferecidas aos atores/indivíduos. Como o ator tem uma capacidade limitada de processar o meio, e esse meio é bastante complexo, para North estão justificadas as percepções subjetivas que caracterizam a compreensão humana. Devido a essa capacidade limitada de processamento que o ator exibe diante da complexidade do ambiente, uma percepção subjetiva da realidade é o único tipo de compreensão que a humanidade é capaz, ou seja, uma compreensão ideológica[9], em que até o sentido de justiça ou injustiça que o indivíduo percebe depende do ambiente institucional que ele partilha com os outros indivíduos.

Para ele também é como se acima do critério tradicional de eficiência estivesse um critério de "comodidade" o qual seria a verdadeira justificativa da instituição. Esse novo critério corresponde, então, ao melhor resultado da relação custo/benefício (entre os custos de se fazer valer certos valores partilhados coletivamente e os benefícios daí percebidos pelos agentes) que responderia pela sobrevivência de certas instituições e não de outras, por vezes mais eficientes.

Cabe alertar para uma condição de sobrevivência das instituições que, embora não tenha sido abordada por North é perfeitamente compatível com sua análise: a capacidade de criar liames para adiante com outras instituições que se mostrem cômodas. Essa "conectividade" (SOARES, 2006) embora esteja relacionada com o grau de comodidade não se confunde com ele, uma vez que se define como um critério de integração entre instituições e não do indivíduo para a instituição, como são os apresentados pelo autor.

A se continuar no caminho proposto por North, pensar sobre uma teoria das instituições supõe, como já citado anteriormente, refletir sobre uma teoria da conduta humana adicionada de uma teoria dos custos de transação e, de qualquer modo, nessa teorização não caberá uma mudança institucional via equilíbrio paretiano, uma vez que qualquer mudança institucional necessariamente gera perda para uns e ganho para outros, nunca deixando a distribuição de fatores inalterada. De fato, a idéia de Pareto foi livrar a economia daquilo que era político - redistribuição de renda e riqueza - porém, segundo a visão institucionalista de North, ao se referir a uma "mudança institucional Pareto eficiente" se está diante de uma contradição em termos, uma vez que, ele define a mudança eficiente como sendo, justamente, a que permite o crescimento econômico.

O que se pode concluir até aqui é que não é possível se libertar de todo dos elementos de conflito na modelação econômica. De certa forma, pode se dizer que a maioria dos novos institucionalistas tenta domesticar essa noção, ora buscando *a* racionalidade implícita nela, ora dando atenção às formas de coordenação que operam com critérios "racionais" de segundo grau (racionalização via processo social).

---

9 North define ideologia da seguinte maneira: "*Por ideologia entendo as percepções subjetivas (modelos, teorias) tudo o que as pessoas têm para explicar o mundo que nos rodeia, tanto no micronível das relações individuais como no macronível das ideologias organizadas que oferecem explicações integradas do passado e do presente, tais como o comunismo ou as religiões, as teorias que os indivíduos constroem estão coloridas por opiniões normativas de como devia estar organizado o mundo"* (NORTH, 2001, p. 38 e 39, nota 7).

Por outro lado, não existiria mercado sem a garantia de não existirem fraudes e o uso da força para se fazer cumprir a "honestidade". E, uma vez que se admita que existe potencialmente a fraude e a violência, o mercado passa a necessitar de regras básicas anteriores a ele e, portanto, o mercado não pode, por si só, justificar o mundo econômico. Existem instituições anteriores a ele que podem ser tão econômicas ou sociais como ele, e que o precederam no tempo e no pensamento humano.

Já Field (in Hodgson, 2001, p. 102), na sua tentativa de explicar a origem das instituições através da teoria dos jogos mostrou que certas normas e regras precisam ser assumidas desde o início. Ou seja, que a teoria dos jogos pode ser utilizada para explicar o surgimento de algumas instituições, mas nunca das próprias regras elementares. Mesmo tentativas de tratar a história como uma sucessão de jogos sobre jogos necessita sempre de um jogo inicial a ser explicado.

6. CONCLUSÕES: REVISITANDO O VELHO INSTITUCIONALISMO E REDESENHANDO O PONTO DE PARTIDA

Após esse longo percurso devemos, agora, retomar as idéias institucionalistas clássicas com ânimo redobrado e mais esclarecido e compartilhar seu amplo projeto de pesquisa.

Devemos recuperar a análise da economia embebida no comportamento sócio-econômico-cultural, como faz Polanyi, a partindo das experiências - num sentido thonpsoniano (THOMPSON, 1981 e 1987) - específicas que sua utilização propicia, em um mundo no qual o mercado e o sistema de preços não têm qualquer primazia natural sobre outras instituições econômicas, sociais ou culturais, uma vez que se derivam da cultura, da política e dos valores de cada sociedade, estando sempre sujeitas a uma vigilância social, política e legal (ADAMS, 1998). Ou seja, busquemos caracterizar uma perspectiva onde a mudança institucional possa ser interpretada como um conflito de interesses e, portanto, intencionalmente direcionada.

> "Os homens não nascem livres nem não-livres, nem iguais nem não iguais. Nós os queremos (nós nos queremos) livres e iguais numa sociedade justa e autônoma – sabendo que o sentido desses termos jamais poderá ser definitivamente definido e que o socorro que a teoria poderia trazer a essa tarefa é sempre radicalmente limitado e essencialmente negativo." (CASTORIADIS, 1997, p. 417).

Ou seja, a multiplicidade de intencionalidades que recheia as diversas racionalidades que modulam a ação humana (socialmente embebida) não precisa ser percebida como um ponto fora da curava de normalidade, como uma externalidade que "suja" a paisagem claramente apresentada pelo "modelo", para poder ser encaixada na análise econômica. As outras racionalidades que perpassam as "outras" economias fazem parte da Economia e devem estar espelhadas nas teorias que buscam compreendê-la.

Assim sendo deve-se enquadrar mais claramente o presente trabalho em uma abordagem epistemológica que contempla, resumidamente:

(a) A negação da possibilidade de se descobrir axiomas/pressupostos absolutos,
(b) A caracterização do homem como "homo socioeconomicus" e
(c) A adoção de uma abordagem interdisciplinar.

Temos agora fundamentos para encarar o desafio de elaborar elementos analíticos apropriados para alimentar uma nova teoria econômica, capaz conter as experiê0ncias (cheias de intenções) da Economia Social e da Economia Solidária. Resta-nos aceitar estímulo e trabalhar as possibilidades abertas por nossos predecessores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, John (1998), Economía institucional y economía de la elección social: aspectos comunes y conflictos. *Cuadernos de Economía*, Bogota, v. XVII, n. 29.

ARIAS, Jorge G. (2003), Modos de pensamento em economia: pensamento único *vs* pensamento em Dow. *Documentos de Trabajo del Departamento de Economia*, Universidad de León, n. 1.

AXELROD, Robert (1997), *The complexit of cooperation:* agent-based models of competition and colaboration. Princeton University Press.

BOYER, R (1990), *A teoria da regulação.* São Paulo: Nobel.

CASTORIADIS, Cornelius (1997), As *encruzilhadas do labirinto I.* Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1997.

_____ (1980), Reflexiones sobre el "desarrollo" y la "racionalidad" in *El mito del desarrollo*. Barcelona: Ed. Kairós.

CONCEIÇÃO, Otávio (2002), O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. *Revista de Economia Contemporânea,* 6(2), jul./dez.

FIANI, Ronaldo (2003), A natureza multidimensional dos direitos de propriedade e os custos de transação. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 21.

GALBRAITH, John Kenneth. *El poder y el economista útil*. Disponível em: <http://eumnet/cursecon/textos>. Acesso em: 11 abr. 2004.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary C. (2003), As três versões do Neo-institucionalismo. *Lua Nova*, São Paulo, n. 58.

HODGSON, Geoffrey (1997), *Economia e evolução:* o regresso da vida à teoria econômica. Oeiras: Celta.

_____ (1994), *Economia e instituições.* Oeiras: Celta, 1994.

_____(2001), A evolução das instituições: Uma agenda para a pesquisa teórica futura. *Econômica*, Niterói, v. 3, n. 1, jun.

MEDAWAR, Peter (1998), Ciencia innatural.*Cuadernos de Economía*, Bogotá, v. XVII, n. 29.

MORIN, Edgar (1980), El desarrollo de las crisis del desarrollo In: ATTALI J. e outros, *El mito del desarrollo.* Barcelona: Kairós.

_____ (1991), *O paradigma perdido:* a natureza humana. Mem Martins: Publicações Europa-América.

MYRDAL, Gunnar (1984), *Aspectos políticos da teoria econômica.* São Paulo: Abril Cultural.

_____ (1976), *A objectividade nas ciências sociais.* Lisboa: Assírio e Alvim.

_____ (1977), *Contra a corrente.* Rio de Janeiro: Campus.

NORTH, Douglass C. (2001), *Instituiciones, cambio institucional y desempeño económico.* México: Fondo de Cultura Económica.

POLANYI, Karl (1980), *A grande transformação* - As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus.

_____ (1994), *El sustento del hombre.* Barcelona: Biblioteca Mondadori.

PRIGOGINE, Ilya (1996), *O fim das certezas.* Lisboa: Gradiva.

PRIGOGINE, Ilya; PRIGOGINE Isabelle (1991), *A Nova Aliança. Metamorfose da Ciência*. Brasília: Universidade de Brasília.

SCHELLING, Thomas (1989), *Micromotivos y macroconducta.* México: Fondo de Cultura Económica.

SOARES, Claudia L. B. (2006), *Moeda social : uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo.*Tese (Doutorado), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SCHOTTER, Andrew (1986), The evolution of rules. In: LANGOIS, Richard N. *Economics as a process.* Cambridge: Cambridge University Press.

SOKAL, A. e BRICMONT, J (1999), *Imposturas intelectuais.* Rio de Janeiro: Record.

THÉRET, Bruno (2003), As instituições entre as estruturas e as ações. *Lua Nova,* São Paulo, n. 58.

THOMPSON, Edward (1981), *A miséria da teoria ou um planetário de erros.* Rio de Janeiro: Zahar.

_____ (1987), *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

TOBOSO, Fernando (1997), Em que se diferencian los enfoques de análisis de la vieja y la nueva economia institucional? *Hacienda Pública Española*, n. 143, 4.

VEBLEN, Thorstein (1987), *A teoria da classe ociosa.* São Paulo: Abril Cultural.

_____ (1980), *A Alemanha industrial e a revolução industrial.* São Paulo: Abril Cultural.

_____ (1966), *Teoria da empresa industrial.* Porto Alegre: Ed. Globo.

Um decenal balanço empírico e político da economia solidária

André Ricardo de Souza
(Universidade Federal de São Carlos), anrisouza@uol.com.br

Fábio José Bechara Sanchez
(Universidade Federal de São Carlos), sanchez.fabio@uol.com.br

Resumo: O conjunto de empreendimentos econômicos guiados, ao menos idealmente, por princípios autogestionários vem sendo chamado no Brasil de economia solidária desde meados da década de 1990. Surgiu como proposta de resgate do cooperativismo original europeu do século XIX, assim como uma forma de reação ao então desemprego massivo. Tal movimento é composto por entidades sindicais, eclesiais e universitárias, além de representantes de outros movimentos sociais. Sua articulação propiciou a criação em 2003 da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Desde o ano seguinte, a economia brasileira vem tendo crescimento, embora de modo instável, fazendo chamar a atenção a permanecência de pessoas nesses empreendimentos associativos, mesmo em contextos de ampliação da oferta de empregos. A partir dos dados oficiais disponíveis e também de outros resultados investigativos, este trabalho esboça um balanço decenal do universo empírico da economia solidária e sua relação com políticas públicas federais.

Palavras-chave: economia solidária, cooperativismo, autogestão, SENAES, políticas públicas,

Introdução

Iniciativas econômicas orientadas por princípios igualitários e democráticos vêm sendo articuladas no Brasil desde meados dos anos 1990, de modo a compor um movimento chamado economia solidária. Surgiram a partir de dois processos concomitantes. Por um lado, como uma forma de resposta ao elevado grau de desemprego e precarização do trabalho vigente naquela década. Por outro, em decorrência da reorganização da sociedade civil brasileira, do fortalecimento e da ampliação de movimentos sociais desde a década anterior, muitos deles passando a apoiar e fomentar a economia solidária . A partir desta dupla condicionante, a economia solidária se caracterizou ainda como um tipo de política pública desenvolvida inicialmente no âmbito de algumas prefeituras municipais administradas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), sobremaneira a gaúcha Porto Alegre e a paulista Santo André. Seria implementada também pelo governo estadual do Rio Grande do Sul entre 1999 e 2002, durante a gestão de Olívio Dutra e desde 2003, pelo também petista governo federal, já no primeiro ano do mandado de Luiz Inácio Lula da Silva.

As experiências de economia solidária envolvem atividades de produção, comércio, consumo e poupança, abrangendo: cooperativas, fábricas recuperadas ou em reabilitação de processos falimentares, pequenos empreendimentos comunitários, associações locais de troca de mercadorias e serviços através do uso de uma moeda própria (moeda social) e práticas de venda, de produtos desses empreendimentos alternativos em algo chamado "comércio justo". Esse universo, às vezes denominado na literatura de ciências sociais como trabalho associado ou "novo cooperativismo" decorre de diferentes fatores, entre eles da dinâmica atual de acumulação flexível do capitalismo mundial, marcado pela redução de custos, bem como pela precarização das relações e condições de trabalho (Lima, 2004; Leite, 2009).

Nos anos 1980, houve algumas iniciativas coletivistas de produção, mas foi somente em meados da década posterior, mediante a existência de empresas industriais com inspiração autogestionária, no contexto de elevado desemprego, que a expressão *economia solidária* se difundiu no país[1]. Uma articulação envolvendo

1 O termo economia solidária surgiu na França no início da década de 1990 (França Filho; Laville, 2004:109) e começou a se disseminar no Brasil a partir do programa de campanha do PT nas eleições municipais em São Paulo em 1996 (Costa, 2008).

lideranças da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), contando com o incentivo de Betinho e seu Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) deu início em 1994 à primeira entidade no Brasil de apoio a fábricas recuperadas: a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG[2] (Nakano, 2000; Valle, 2002).

Betinho seria incentivador também de outra experiência marcante de economia solidária: a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Seria a primeira entre dezenas que se formariam em outras universidades, sobremaneira públicas, de modo a constituírem uma rede, contando com recursos do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), ligada ao Ministério de Ciência e Tecnologia (Guimarães, 2000).

Os grupos comunitários de produção econômica surgidos na década de 80, a partir de camponeses e moradores de periferias urbanas, através do apoio da Cáritas Brasileira, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foram a sementes católicas do movimento de economia solidária[3] Tais grupos constituiriam na também cidade gaúcha de Santa Maria um projeto ligado à diocese local que viria abranger mais de duzentas unidades (em maioria rural) e cerca de quatro mil trabalhadores, organizando desde 1993 uma feira anual que se tornou referência internacional desse movimento (Bertucci & Silva, 2003; Sarria & Freitas, 2006; Souza, 2013).

A economia solidária vem se desenvolvendo no Brasil em grande medida com o apoio de parte do movimento sindical. Em 1998, A CUT passou a aprofundar o debate a respeito de cooperativas e autogestão. Com o apoio da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO), do DIEESE e da holandesa Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO), a central sindical veio a instituir em 1999 a Agência de Desenvolvimento Solidário - ADS, dedicando-se à formação de complexos cooperativos (ADS, 2005). No mesmo ano, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista concluiu seu terceiro congresso com a criação da União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (Oda, 2000), que passou a se chamar Unisol Brasil – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários, tornando-se em 2004 uma entidade nacional, vindo a congregar 25 fábricas recuperadas em 2014. Esse engajamento cutista ainda não significa o término do debate entre grande parte dos sindicalistas sobre o cooperativismo como legítima opção ou mera precarização de trabalho. Mas inegavelmente fez do movimento sindical um dos pilares do movimento da economia solidária.

Uma das características da economia solidária no Brasil é que ela, paulatinamente, vem sendo assumida por organizações da esquerda, como partidos políticos e sindicatos e parte dos movimentos sociais combativos, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST). De fato, o MST foi um ator pioneiro na organização da economia solidária no Brasil. Em meados dos anos de 1980, a partir de intensa luta pela reforma agrária, seus militantes conseguiram conquistar terras, passando a discutir como produzir nelas. Optaram por formar cooperativas e empresas coletivas, preferencialmente cooperativas integrais chamadas de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA). A partir delas criaram a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), que aglutina hoje algumas dezenas de empreendimentos econômicos solidários (Sanchez, 2012).

Depois do MST, diversos outros movimentos sociais também colocaram t a economia solidária em sua pauta, como o ambientalista, ao articular o tema do desenvolvimento sustentável com a produção autogestionária, o movimento negro, ao debater as comunidades quilombolas, organizações indígenas, que passaram a propor ações de produção coletivista alguns movimentos por moradia, que criaram bancos comunitários em seus mutirões e o movimento feminista, que possui uma frente de debate sobre economia feminista e tem colocado a economia solidária como um dos centros de sua agenda.

---

2 O modelo seguido foi o norte-americano Employee Stock Ownership Plans (ESOPs), plano criado nos anos 80 para transferir parte do capital das empresas para seus empregados. Em 2011, a ANTEAG viria enfrentar grande escassez de recursos praticamente eliminando suas atividades.

3 Em 1954, já havia surgido no âmbito católico, na cidade de São Paulo, uma fábrica de móveis no formato de cooperativa autogestionária chamada Unilabor, que envolveu até cem trabalhadores e durou trezes (Claro, 2004).

Além, da organização de fábricas recuperadas, do sindicalismo cutista, da rede de incubadoras universitárias de cooperativas populares, de diferentes movimentos sociais, da católica Cáritas, da articulação de gestores públicos, há outras importantes matrizes dos empreendimentos econômicos solidários (EES) no Brasil. Entre elas estão algumas organizações não governamentais (ONGs) que dão apoio aos processos de formação de tais empreendimentos, mas principalmente atuam articulando-se politicamente com os demais atores sociais e também com técnicos de órgãos públicos reunidos em algo chamado rede de gestores, em prol da organização nacional do movimento de economia solidária.

Tal organização vem se dando através de plenárias e encontros de modo a constituir o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) em 2003. O processo de organização desse fórum foi decisiva para a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego em julho daquele ano, ainda no início do mandado do presidente Lula.

Uma das atividades da SENAES, em parceria com o FBES, tem sido levantar informações sobre EES existentes no país. Com bastante esforço, busca-se identificar em meio à realidade complexa os empreendimentos movidos por ideais igualitários e democráticos, embora com grandes deficiências e dificuldades para sua permanência nos mercados em que atuam. Este texto aborda tais iniciativas consideradas células do movimento de economia solidária, discutindo dois formatos de legalização formal, sendo o prevalente o de associação e o outro, bastante secundário ainda, a cooperativa.

O campo da economia solidária

Desde a consolidação do termo economia solidária em meados dos anos 1990 e a ampliação e fortalecimento dos EES no Brasil, os mesmos vem politicamente se constituindo em sujeitos coletivos com identidade própria e buscando estabelecer fronteiras com outras experiências e práticas.

O primeiro campo em relação ao qual a economia solidária busca demarcar sua diferença é o das cooperativas tradicionais e de grande porte, presentes sobremaneira nos setor agrícola e também de serviços urbanos, sendo articulado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Em termos de cooperativismo no Brasil, destaca-se o fato de ser predominante desde a década de 1970 a vertente agrícola, ligada à OCB. Tal cooperativismo, que tem sua origem no período da ditadura militar no Brasil e seu projeto de "modernização conservadora" do campo brasileiro, é dominado por uma elite conservadora e dedicada à produção agroexportadora, o chamado *agrobusiness*. Também de grande porte e vinculadas à mesma organização nacional, estão as cooperativas urbanas de serviços, igualmente empregadoras de razoável contingente de trabalhadores assalariados.

Os ativistas da economia solidária buscam diferenciá-la também do cooperativismo oriundo dos processos de terceirização e subcontratação de mão-de-obra, cujas unidades são marcadas pela precarização das relações de trabalho e muitas vezes chamadas de "cooperfraudes", por isso mesmo alvo de denúncias judiciais. Embora tenham diminuído bastante devido à ação do Ministério Público do Trabalho, ainda há cooperativas oriundas dos processos de terceirização, flexibilização de contratos e precarização das relações de trabalho (Lima, 2007).

Desta maneira, os integrantes do movimento de economia solidária procuram permanentemente evidenciar a diferença entre o conjunto de empreendimentos econômicos supostamente balizados por princípios igualitários e democráticos e outros mais identificados com outras facetas cooperativistas. Contrapõem-se, de um lado, ao chamado cooperativismo tradicional, constituído por emprestas decorrentes da articulação de outras menores, principalmente nas formas de grandes cooperativas agrícolas e de serviços urbanos. E do outro lado, às cooperativas formadas a partir do Estado ou de processos de terceirização de mão-de-obra para a redução de custos trabalhistas, sendo portanto despreocupadas com aspectos ideológicos e voltadas exclusivamente para a atividade econômica, de modo pragmático (Lima, 2007). Estas cooperativas são alvo de denúncias e ações por parte do Ministério Público do Trabalho[4]. Em contraposição a essas duas vertentes cooperativistas, estaria

4 Embora haja também cooperativas de economia solidária, sobremaneira formadas por incubadoras universitárias, enfrentando problemas com o Ministério Público, daí o debate entre os militantes desse movimento sobre a criação de um "novo marco legal".

aquela do campo da economia solidária, tida como autêntica por procurar efetivar os princípios da autogestão próprios do cooperativismo pioneiro europeu do século XIX (Singer, 1998).

O terceiro conjunto de experiências do qual a economia solidária tem proximidade, mas busca se distinguir é aquele amplo e heterogêneo das entidades integrantes do chamado terceiro setor. Algumas ONGs dão suporte direto a empreendimentos econômicos solidários e participam muito ativamente nas redes e fóruns desse movimento, de modo que há em muitos casos um gradiente ou contínuo entre terceiro setor e economia solidária.

Grande parte das cooperativas e demais formas de EES surge e prossegue com apoio financeiro, técnico e político de órgãos públicos, igrejas, universidades, sindicatos e organizações não governamentais. Embora este último segmento seja visto por muitos militantes da autogestão como algo funcional ou paliativo à exploração capitalista, o fato é que muitos empreendimentos solidários são formados e se mantêm com o apoio do terceiro setor. Em parte da Europa, economia solidária e terceiro setor são tratados como um só fenômeno, chamado economia social, algo que abrange um universo empírico bem mais amplo e heterogêneo que o da economia solidária, composta apenas por iniciativas econômicas coletivistas de produção, consumo e crédito (Defourny et al, 1997; Chaves, 1998; Wautier, 2003; Monzón 2006). Na América Latina, autores vinculados à Rede de Investigadores Latino-americanos de Economia Social e Solidária (RILESS), empregam a expressão "economia social e solidária". Contudo, no continente latino-americano a economia solidária vem assumindo características peculiares em relação àquelas assumidas no europeu em termos das fronteiras entre os campos do terceiro setor e da economia solidária.

Os ativistas do movimento de economia solidária vêm constituindo discursiva, simbólica, política e institucionalmente aquilo que o sociólogo Pierre Bourdieu (1974) denominou *campo social*. Isso implica delimitar o que é distinto e mesmo contrário ao conjunto que vem sendo incentivado, apoiado e aos poucos edificado. O "campo solidário" é, portanto, apontado como algo distinto e autônomo, tanto do cooperativismo corporativo e tradicional, quanto do cooperativismo dito fraudulento, assim como do universo chamado terceiro setor.

Há de fato uma forte dimensão, a um só tempo cultural e política, da economia solidária. Trata-se de um movimento que tem como bandeira a busca árdua e permanente da autogestão em termos de atividade econômica. Tal movimento vem sendo construído através de reuniões, feiras e demais eventos que afirmam valores para além da atividade econômica em si, ligados à ideia de democratização da sociedade. Por outro lado, a economia solidária também vem denominando departamentos, secretarias e órgãos de governos municipais, estaduais e até federal, tornando-se uma política pública nacional existente há mais de uma década.

Olhar sobre a variação empírica a partir dos dados levados a público

Uma grande tarefa colocada para o órgão de política pública federal de economia solidária, SENAES, foi levantar dados a respeito desse universo empírico, algo para qual ela realizou dois mapeamentos nacionais cujos resultados compõem o Sistema Nacional de informações em Economia Solidária (SIES). O primeiro levantamento se deu entre 2005 e 2007 enquanto o segundo ocorreu entre 2010 e 2012. As informações deste último começaram a ser analisadas em abril de 2013 e ainda não estão devidamente contempladas em publicações científicas. Contou com parceria do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e também o trabalho de entidades e militantes do FBES[5]. Embora sem caráter censitário ou de pesquisa amostral, tratou-se de uma ampla coleta de dados referentes a 2.275 municípios de 27 unidades federativas. Essa ação de identificar e registrar junto com os próprios ativistas do movimento, por outro lado, implicou também certas dificuldades, sobremaneira a definição de critérios nacionalmente homogêneos, do que compõe ou não a economia solidária.

---

5 O mapeamento envolveu mais de 230 entidades de apoio, entre universidades e ONGs, e cerca de 600 técnicos e entrevistadores. Os dados reunidos fazem parte do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) e estão disponíveis em www.sies.mte.gov.br.

O levantamento feito entre 2005 e 2007 mostrou que havia 1.687.496 pessoas engajadas em empreendimentos definidos como de economia solidária. A grande maioria das 21.859 unidades produtivas encontradas praticamente se enquadrava naquilo que a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD-IBGE) designa como "trabalho por conta própria informal"[6]. Ou seja, estavam distribuídos em 52% de associações, 36% de grupos informais, sendo o restante 9,7% de cooperativas e 2,3% de outra maneira de organização formal (microempresas coletivamente geridas). Chamou atenção a prevalência rural e o número bastante reduzido de cooperativas formalmente instituídas: menos de 10%.

Entre os empreendimentos econômicos levantados no primeiro mapeamento, a proporção dos pequenos, com até 10 integrantes, era igual a dos maiores, com mais de 50 membros: 25%. Na questão sobre a remuneração dos sócios, apenas 12.965 empreendimentos (59%) informaram o valor. Desses, nada menos que 68% geravam renda individual mensal de até um salário mínimo nacional (SMN) e apenas 10% acima de dois SMNs[7]. Outra informação reveladora: a maioria das unidades econômicas mapeadas (56%) não propiciava benefícios, garantias e direitos para seus sócios que são também trabalhadores membros (SIES, 2007)[8]. Tais dados ressaltam a fragilidade dessas iniciativas, se comparadas às empresas formalizadas, nas quais os trabalhadores contam com registro em carteira de trabalho e decorrentes direitos trabalhistas assegurados. Embora os empregos formais venham aumentando gradativamente no Brasil desde 2004, há ainda um grande contingente de pessoas engajadas em empregos informais, portanto, desprovidas de amparo legal.

Em termos de coerência de proposta, um aspecto favorável do primeiro mapeamento oficial feito pela SENAES era o fato de apenas 2% dos trabalhadores envolvidos nos empreendimentos designados de economia solidária serem empregados, em vez de sócios. Ao menos por esse ângulo, o princípio da autogestão não pode ser questionado, dado que a esmagadora maioria dos integrantes é composta por associados gozando de uma condição paritária. Nas fábricas recuperadas em que há muitos trabalhadores empregados sem acesso formal e concreto aos processos de tomada de decisão, a autogestão é de fato limitada (Pires, 2014).

Os dados do segundo mapeamento, feito entre 2010 e 2012, vêm sendo analisados por pesquisadores da gaúcha Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) mediante o convênio nº 75.2598/2010, firmado entre a SENAES aquela instituição. Alguns de seus dados já vieram a público (SENAES, 2013). Em relação ao levantamento anterior, cujo total era de 21.859 empreendimentos solidários, houve uma redução de 10%, chegando a 19.708 unidades. Algo a ponderar em face da diminuição devido aos empreendimentos sabidamente encerrados, assim como aos não localizados e também aos que deixaram de ser classificados de economia solidária, é o fato de ter surgido 11.663 novos empreendimentos solidários. Em termos da total quantidade de trabalhadores engados, que antes era de 1.687.496, a diminuição foi de 15%, totalizando 1.423.631 indivíduos.

No primeiro mapeamento, havia sido notória a participação feminina nos empreendimentos de economia solidária. De toda a mão-de-obra envolvida, 37% era composta por mulheres, mas enquanto 9% das unidades produtivas eram formadas exclusivamente por homens, tal proporção era dobrada (18%) no caso das mulheres. Em relação ao segundo levantamento, tornou-se e de amplo conhecimento ao menos a informação de que a proporção de mulheres e todos os empreendimentos subiu para 43,6%.

As experiências de economia solidária se dão sobremaneira ainda na informalidade, sendo portanto parte do universo mais amplo chamado de economia popular. Foi nesse contexto informal, caracterizado por pessoas de baixas: escolaridade e renda que surgiram no Brasil e outros países latino-americanos grupos econômicos organizados coletivamente (Bell Lara, 1997; Kraychete; Lara; Costa, 2000; Coraggio, 1999; Carpio; Klein; Novacovsky, 2000). No primeiro mapeamento nacional, finalizado em 2007, verificou-se

---

6 Conforme o IBGE, o trabalhador por contra própria informal é aquele que trabalha individualmente ou contando com até cinco empregados. Embora sem a figura do empregador, muitos empreendimentos solidários são pequenos, aproximando-se dessa definição de trabalho por conta informal.

7 O valor de referência é 380 reais, correspondente ao SMN de 2007.

8 Embora as cooperativas de trabalhadores não garantam os direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), seus membros são obrigados a recolher a contribuição individual junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e deveriam fazer uso de fundos cooperativos internos adequados ao gozo de férias e retiradas adicionais (em substituição ao 13º salário), entre outros benefícios.

que os empreendimentos econômicos coletivistas (ou solidários) informais compunham 36,5% do total de unidades levantadas. Eram prevalentemente da Região Nordeste e do setor agrícola. A predominância nessa região, marcada historicamente pelo coronelismo político, chamou atenção, pois se imaginava que o Sul, caracterizado pela influência da imigração europeia, seria mais permeado por tais experiências coletivistas[9].
O Nordeste prossegue na dianteira em termos da presença de empreendimentos econômicos solidários, agora com 40,8%. Mas cabe destacar que a proporção de cooperativas nordestinas (4,6%) é quase um quarto das sulistas (18,4%), o que denota a fragilidade econômica daquela região em face desta.
Em termos de formato jurídico, o prevalente entre os empreendimentos levantados e classificados como de economia solidária, em vez de cooperativa, é a *associação*. No primeiro levantamento feito, 52% das unidades eram associações enquanto apenas 9,7% eram cooperativas. Já no segundo mapeamento, 59,9% eram associações enquanto a proporção de cooperativas se reduziu um pouco mais, passando para 8,8% (Gaiger, 2013: 14). Verificou-se assim uma ampliação da adesão ao formato jurídico de associação em detrimento da cooperativa, algo enfocado neste texto.
Associação é um status amplo, consistindo na reunião de pessoas em uma agremiação diferente de entidades específicas como, igrejas, sindicatos, fundações e partidos políticos. O formato de associação é algo que confere a muitos empreendimentos solidários certo reconhecimento jurídico, permitindo-lhes um funcionamento na semiformalidade e também recebimento de subvenções (Gaiger, 2013:16).
Conforme os dados oficiais disponíveis até o momento, sabe-se que entre o primeiro e o segundo mapeamento nacional, a proporção de cooperativas declinou de 9,7% para 8,8%, algo que vale ser frisado. Esse dado ressalta a dificuldade que ainda existe para a formação de cooperativas, algo diretamente ligado à Lei do Cooperativismo **(**nº 5764, de 1971**)** que prescreve o número mínimo de 20 sócios cooperados, embora haja questionamento sobre tal número mínimo, com base no Novo Código Civil que supostamente permitiria a existência de cooperativas com menos integrantes. Em termos de legislação cooperativista, uma conquista político-jurídica que a SENAES obteve foi ter formulado e conseguido no Congresso Nacional em 2012 a aprovação da Lei 12.690, estabelecendo normas especificas para as cooperativas de trabalho e possibilitando, por um lado, a impossibilidade da utilização de falsas cooperativas para burlar a legislação trabalhista e por outro, dar segurança jurídica e desburocratizar a formação de novas cooperativas, inclusive diminuindo o número de cooperados para formalizar uma cooperativa para sete.

O movimento de economia solidária e a política pública federal de economia solidária

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foi criada em junho de 2003. Ela é parte da história de mobilização e articulação do movimento da economia solidária existente no país.
Nos final da década de 1990, com o surgimento nos anos anteriores de várias cooperativas, empresas de autogestão e outros empreendimentos solidários, o espaço de discussão e articulação nacional começou a ser formado durante as atividades da economia solidária no I Fórum Social Mundial (FSM), quando as entidades nacionais desse campo articularam-se em torno de um coletivo chamado de Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária.
Este GT Brasileiro de Economia Solidária fortaleceu-se durante na organização dos FSMs seguintes até a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Nessa conjuntura, tal grupo programou a realização de uma reunião nacional para discutir o papel esperado para a economia solidária no governo que estaria por vir. Essa reunião foi realizada em novembro de 2002 e a partir dela se decidiu convocar uma plenária nacional para deliberar e encaminhar as propostas para o futuro governo federal e a própria organização desse movimento específico.

---

9 Vale destacar o papel exercido pela Cáritas em ambas as regiões, sendo que foi no Nordeste que ela formou seus primeiros projetos comunitários na década de 80, unidades que seriam articulados formando uma rede católicas designada de economia popular solidária (Bertucci & Silva, 2003)

Em dezembro do mesmo ano, na 1ª Plenária Nacional de Economia Solidária, que contou com a participação de mais de 200 pessoas de todo o Brasil, representando dezenas de entidades e empreendimentos, foi debatido o avanço nacional da economia solidária a partir de duas frentes. Uma primeira seria a organização e fortalecimento das iniciativas na sociedade civil, com a proposta de criação de um Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A segunda seria a criação de um espaço governamental de apoio e fomento no governo federal. Para dar conta destas duas frentes foi, por um lado, redigida e encaminhada uma carta ao presidente Lula propondo a criação de uma secretaria nacional no (MTE). Por outro, definiu-se pela realização da 2ª Plenária Nacional durante a realização do III FSM, em janeiro de 2003, tendo como um dos objetivos prioritários a discussão da criação do FBES.

Na 2ª Plenária, que contou com a participação de mais de 1000 pessoas, foi delineado o processo de criação do FBES através da realização de encontros estaduais que prepararíam a discussão nacional e elegeriam os delegados para a plenária nacional que seria realizada em junho de 2003. Assim, o FBES foi criado naquele mês e ano, ao mesmo período em que surgia a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, uma articulação de técnicos de órgãos públicos sendo que ambos se constituíram como os dois grandes interlocutores do governo na construção e acompanhamento das políticas públicas, apresentando demandas e propondo ações.

No mesmo mês, foi também instituída a SSENAES como resposta do governo federal à carta encaminhada pelo movimento de economia solidária. Este, na época, entendia como fundamental, tanto a garantia do trabalho associado como o acesso destes aos fundos públicos, dos quais até então estavam apartados.

De fato, apesar da importância que vêm adquirindo, os empreendimentos econômicos solidários apresentavam (assim como hoje ainda) grande fragilidade e dificuldade para a conquista da viabilidade econômica e a sustentabilidade que confira condições para a conquista da autonomia e emancipação de seus trabalhadores. Muitas dessas dificuldades e contradições decorrem do próprio desenvolvimento dessas iniciativas no interior do capitalismo. Obrigados a se realizarem no âmbito do sistema produtor de mercadorias e apartadas até então de qualquer interlocução com o Estado, a conquista da viabilidade e sustentabilidade dos empreendimentos acabam por encontrar obstáculos que se erguem nos processos de comercialização dos produtos (mercado), no acesso a crédito e financiamento (capital) e na possibilidade de contarem com assistência técnica e formação continuada (conhecimento). O movimento da economia solidária no Brasil estava então consciente de que para a superação de tais obstáculos seria necessário disputar e acessar fundos e recursos públicos.

Desta forma, a criação da SENAES no âmbito do MTE, proposta por este movimento e aceita pelo governo, foi uma decisão importante por situar as ações de economia solidária enquanto uma *política de trabalho*, voltada especialmente para seu caráter associado, coletivo e autogestionário. Tal decisão foi relevante também para o próprio MTE, uma vez que este passou a elaborar e implementar políticas de apoio e fomento a formas de trabalho que diferem do trabalho assalariado, do emprego com carteira assinada, se contrapondo a ele.

Para o economista da Universidade de São Paulo, Paul Singer, que dirige a SENAES desde sua criação em 2003, o posicionamento de uma política de economia solidária no âmbito do MTE significou também a ampliação da responsabilidade desse ministério:

> Com a eleição de Lula à presidência, entidades e empreendimentos do campo da economia solidária resolveram solicitar ao futuro mandatário a criação de uma secretaria nacional de economia solidária no MTE. Explica-se a opção pelo MTE pelos estreitos laços políticos e ideológicos que ligam a economia solidária ao movimento operário. A demanda dos movimentos foi bem acolhida pelo então ministro Jacques Wagner, que muito contribuiu para que a Senaes pudesse se instalar e entrosar com as outras secretarias que compõem o MTE.
>
> Convém lembrar que o MTE desde sua criação tem tido por missão proteger os direitos dos assalariados. Os interesses dos trabalhadores não formalmente assalariados não figuravam com destaque na agenda do ministério. Por isso, o surgimento da Senaes representou uma ampliação significativa do âmbito de responsabilidades do MTE, que passa a incluir o cooperativismo e associativismo urbano (já que pelo rural continua responsável o Ministério da Agricultura (Singer, 2004).

Tal decisão pela implantação da política no âmbito do TEM foi importante, entre outros fatores, pelo fato de afastar desde logo qualquer possibilidade de que o campo da economia solidária ficasse circunscrito às ações de corte assistencial, como medidas contingenciais resultantes da crise do sistema. Pelo contrário, situá-la nesse ministério significou o reconhecimento de formas de trabalho e renda diferenciadas, cuja natureza exige políticas específicas que podem e devem dialogar com as outras mais do campo social, sem se confundir ou subsumir às demais. Nesse sentido, não se trata de compreender a economia solidária como conjunto de políticas contingenciais e compensatórias de enfrentamento em momentos de aguçamento das crises do capital, pois ela representa um projeto que coloca em questão o modelo de desenvolvimento hegemônico e demanda a construção de um novo projeto societal.

Desde a I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), ocorrida em 2006, os atores desse campo já vinham afirmando sua compreensão de que, ante à incapacidade estrutural do capitalismo de retomar de forma sustentável o processo de crescimento, com a preservação do meio ambiente e a construção de uma perspectiva de futuro para a humanidade, a economia solidária deveria ser afirmada como estratégia de desenvolvimento e suas políticas deveriam estar voltadas para o fortalecimento dessa nova forma de organizar a economia, envolvendo comercialização, consumo e crédito baseados na cooperação, na autogestão e na solidariedade. Nessa perspectiva, a II CONAES (2010: 14) foi explícita ao gerar a afirmação de que:

> Nos momentos de crise econômica aumenta o interesse pela economia solidária, suscitando o debate sobre o tema. No entanto, a economia solidária não deve ser considerada apenas como um conjunto de políticas sociais ou medidas compensatórias aos danos causados pelo capitalismo, nem como responsabilidade social empresarial. Seu desafio é o de projetar-se como paradigma e modelo de desenvolvimento que tem por fundamento um novo modo de produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futuras, construindo um nova forma de inclusão social com a participação de todos. Neste sentido, as políticas públicas de economia solidária podem ser medidas anticíclicas efetivas, estruturais e emancipatórias que possibilitam um conjunto de microrrevoluções.

Sendo assim, a compreensão de políticas públicas de economia solidária do governo federal, através da SENAES, encontrava sua definição enquanto estratégia de enfrentamento da exclusão e da precarização do trabalho. Tal estratégia deveria ser sustentada em formas coletivas de geração de trabalho e renda, assim como articulada aos processos participativos e sustentáveis de desenvolvimento local que apontassem para a emancipação social dos seus trabalhadores e trabalhadoras.

A partir da criação da SENAES, novos sujeitos passaram a interagir com as políticas públicas de trabalho e novas funções foram assumidas peloMTE. Segundo estes sujeitos, conforme pôde ser observado nas plenárias do movimento de economia solidária. Ela deveria, como política pública federal, estar abrigada nesse ministério por dois motivos principais: um de ordem estratégica e outro de ordem tática. Do ponto de vista estratégico, entendia-se a economia solidária como parte de uma luta histórica dos trabalhadores por novos modelos de produção e de organização do trabalho. Neste sentido, sua política pública deveria dialogar com as de trabalho e com a perspectiva de transformação institucional do MTE para além de um ministério apenas do emprego. Do ponto de vista tático, o MTE já possuía instrumentos (políticas de qualificação sócio-profissional e de crédito desenvolvidas a partir do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT) e estrutura (delegacias regionais do trabalho, descentralizadas em todo o território nacional) que poderiam fortalecer a economia solidária e consolidar a sua política pública no Brasil.

A partir da criação da SENAES, a construção da política de economia solidária em âmbito federal foi sendo realizada em conjunto com as organizações do movimento nacional que, no mesmo período, estavam criando e consolidando o FBES.

Neste processo de construção conjunta, se foram acordando os principais objetivos da SENAES:

1. Desenvolver ações diretas de apoio e fomento à Economia Solidária no Brasil,
2. Propiciar a articulação com outras áreas de governo e com outras políticas como: desenvolvimento territorial, reforma agrária, sistema público de emprego, assistência social, segurança alimentar etc.
3. Pautar-se pelo intenso diálogo com a sociedade civil organizada, sendo um exemplo de construção de política pública com participação social.

A interação e o diálogo com a sociedade civil organizada e com os novos sujeitos que emergiram no mundo do trabalho, a partir dos anos de 1980, foram fundamentais na construção dessa política pública específica no MTE. Tal diálogo teve continuidade através das CONAES em que delegados da sociedade civil das 27 unidades da Federação se reuniram em três oportunidades (2006, 2010 e 2014) para dialogar e apontar diretrizes. Entre as resoluções dessas conferências, o que mais chama a atenção é a ênfase na necessidade de consolidação institucional das políticas públicas de economia solidária e do reconhecimento pelo Estado desse setor da sociedade.

Analisando as resoluções das conferências, pode-se destacar ainda que a sociedade civil organizada aponta que:

1-as políticas públicas para o setor devem ser compreendidas como uma estratégia de desenvolvimento considerado justo e solidário, diferenciado do modelo predominante;

2- estas políticas devem garantir o reconhecimento dos sujeitos sociais envolvidos, apontando para a consolidação dos direitos do trabalho associado;

3- deve-se garantir que a economia solidária tenha acesso aos fundos públicos dos quais tradicionalmente esteve excluída.

Contudo, para a efetivação dessas resoluções, é necessária, além da transformação institucional do MTE, a presença de novos sujeitos políticos que alavanquem estas transformações.

Avanços (e carências) da política pública federal de economia solidária

Coube à SENAES desenvolver políticas que resultassem no fortalecimento, apoio, fomento e reconhecimento a esses empreendimentos, tanto diretamente, através dos instrumentos próprios do governo federal, como por meio de articulações institucionais com outros ministérios e órgãos públicos em diferentes esferas governamentais.

Em suas diferentes ações e compromissos assumidos, a SENAES buscou avançar em três direções: 1) criando mecanismos e instrumentos de apoio público para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários; 2) agindo para criar reconhecimento jurídico e avanços institucionais, tanto na formalização dos empreendimentos, como no avanço e consolidação das políticas públicas, e 3) realizar ações contando com a participação da sociedade civil organizada.

Ações e programas para o apoio aos empreendimentos econômicos solidários

Em relação ao primeiro de seus objetivos - criar mecanismos e instrumentos para o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários - as ações da SENAES estiveram voltadas para garantir o acesso a capital (crédito, financiamento, finanças solidárias etc.), a conhecimentos (educação, formação e assessoria técnica adequadas) e a comercialização dos produtos (acesso a mercados, comércio justo etc.) para os EES.

Foram diversas ações e programas que visavam cumprir estes objetivos. Não vem ao caso no espaço deste texto aprofundar cada uma destas ações e destes programas, mas se faz necessário realizar um balanço crítico de seu conjunto.

Pode-se destacar que, se por um lado, as ações que visavam possibilitar aos empreendimentos econômicos solidários acesso ao conhecimento (formação, tecnologias, qualificação profissional, assessoria técnica etc.) foi o que mais avançou e abarcou uma fatia considerável das ações e orçamento da SENAES, por outro, pouco ou nada avançaram neste período as ações que visam propiciar aos empreendimentos econômicos solidários financiamento e apoio direto para incrementar seu processo produtivo..

Desta maneira, no eixo da formação e do acesso ao conhecimento, a SENAES construiu uma série de políticas, entre as quais podemos citar: o apoio as incubadoras universitárias através do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC), que vem apoiando algumas dezenas de universidades, que por sua vez assessoram e apoiam empreendimentos solidários; sustentação à formação da rede de formadores em economia solidária; parcerias com órgãos e agências de apoio ao desenvolvimento cientifico e tecnológico, tais como a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em prol de tecnologias sociais para a economia solidária; apoio para assessoria a empresas recuperadas e às cooperativas de catadores de material reciclável; criação do Plano Setorial de Qualificação Profissional em Economia Solidária; a formação de agentes de desenvolvimento solidário; entre outros.

Estas ações, se por motivos orçamentários, não atingem o conjunto dos empreendimentos econômicos solidários, por outro lado, representam o desenho de uma política pública que vem se ampliando e paulatinamente avançando em estratégias formativas. De fato, se observarmos os balanços e documentos da SENAES, parece ser neste quesito que a política pública de economia soliDária mais avançou.

Em relação às ações que visam o acesso dos EES ao mercado, ou seja, a possibilidade de comercializarem seus produtos e serviços, algumas ações foram realizadas, tais como: Criação do Sistema Nacional de Comercio Justo e Solidário; apoio ao programa de comercialização solidária; apoio a feiras de economia solidária, compras públicas deEES, particularmente aqueles relacionados a agricultura familiar, entre outros.

Contudo, apesar destes avanços, o problema central de comercialização dos EES está longe de ser resolvido. Se instrumentos foram criados, particularmente para os EES que desenvolvem atividades relacionadas à agricultura familiar, por outro, particularmente os grupos informais urbanos, ainda carecem de instrumentos que resolvam seus problemas crônicos de comercialização. Não é à toa que no primeiro mapeamento da economia solidária, o chamado "gargalo" da comercialização foi aquele apontado como o principal pelos EES. É claro que o problema da "comercialização" é gerado por uma série de fatores que não podem ser tratados isoladamente. Por exemplo, parte dos problemas de comercialização derivam de problemas de formalização. Os empreendimentos informais não conseguem vender seus produtos e serviços para além de seus pequenos circuitos informais de comercialização, por não emitirem nota fiscal. Outro fator que dificulta a comercialização é a precariedade produtiva dos empreendimentos, com meios de produção inexistentes ou inadequados. Desta maneira, o "gargalo" da comercialização é apenas a ponta do *iceberg* de um problema que também se encontra em outras esferas.

Se as políticas que visam propiciar acesso à formação e assessoria aos empreendimentos foram as que mais se desenvolveram nestes últimos anos e as políticas de comercialização avançaram, no conjunto, essas conquistas não dão conta de equacionar as dificuldades dos EES. Em relação ao terceiro eixo de políticas, a de propiciar aos empreendimentos econômicos solidários acesso a capital através de financiamento e crédito (ou mesmo com recursos a fundos perdidos) tem sido, ao nosso ver, o grande problema e a grande carência da política pública de economia solidária. A estratégia de SENAES neste se efetivou em duas frentes. Em primeiro lugar, buscando abrir linhas de crédito e financiamento nas instituições financeiras públicas e privadas que os empreendimentos econômicos solidários pudessem acessar. Desta maneira, houve várias articulações com: Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), visando abrir linhas de crédito específicas aosEES. Onde mais se avançou, nesta ação, foi junto ao BNDES, que abriu uma linha de credito de duzentos milhões de reais para as empresas recuperadas e outra linha para as cooperativas de catadores de material reciclável.

Contudo, mesmo estas linhas tiveram muitas dificuldades para serem acessadas pelos EES e poucas operações foram de fato concretizadas. Isto porque o sistema financeiro, mesmo público, tem muita dificuldade e restrições jurídicas para "emprestar" recursos aos EES. Por um lado, as regulações do mercado financeiro exigem um grau de garantias reais aos empréstimos que os EES não conseguem cumprir; por outro, devido a um "pré-conceito" em emprestar para empreendimentos coletivos e autogestionários, pois a impressão é que "se todos são responsáveis, ninguém é responsável".

Buscou-se, mesmo sem conseguir, abrir linhas de credito reais via bancos públicos sendo que a SENAES também buscou apoiar os empreendimentos a fundo perdido. De 2003 a 2007, conseguiu timidamente fazer

isso via parceria com a Fundação Banco do Brasil, onde a SENAES comprava equipamentos necessários para os empreendimentos e os emprestava para uso dos mesmos (a posse era da SENAES, mas a uso era concedido aos empreendimentos). Porém, além de não ser ampla esta possibilidade por dificuldades orçamentárias, em 2007, com o endurecimento da legislação de convênios, ela veio a se esgotar.

Nos anos seguintes ainda, a SENAES buscou mudanças na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para dar possibilidade de investir nos EES a fundo perdido com recursos diretos do Tesouro. Depois de anos de embates, conseguiu incluir na LDO um parágrafo que permite o Tesouro passar recursos de investimentos especificamente para as cooperativas e associações de catadores de material reciclável. Desta maneira, o acesso ao capital permanece o ponto mais carente das políticas públicas de economia solidária. Acontece que, sem avanço nesse quesito, provavelmente a precariedade econômica dos empreendimentos vai permanecer ainda por longo tempo.

A segunda frente da SENAES para buscar enfrentar este desafio foi o de apoiar as instituições financeiras da economia solidária, também chamada de *finanças solidárias*. Ela apoiou junto com o BNB os chamados fundos rotativos solidários; assim como vem estimulando a ampliação e proliferação dos bancos comunitários, que passaram a mais de cem no Brasil. A SENAES realiza também trabalho junto às cooperativas de crédito e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPS) de microcrédito solidário. Contudo, novamente, o apoio que a SENAES pode dar a estas instituições está no campo da formação e assessoria, faltando recursos para que elas possam apoiar diretamente os demais EES.

Reconhecimento Jurídico e avanços institucionais

O SIES indica, a partir de dados coletados entre os anos de 2005 e 2007, como mostramos, que grande parte dos EES mapeados não possui uma forma jurídica adequada para desenvolver suas atividades econômicas. Mais da metade deles estão formalizados como associação. Como desde 2002, o Código Civil, em seu artigo 53, define associação como "a união de pessoas que se organizam para fins *não econômicos*", esses empreendimentos passam a ter uma série de restrições para o desenvolvimento de suas atividades. Outros 36% dos EES são informais e apenas aproximadamente 10% deles estão formalizados como cooperativas que, supostamente, seria a forma jurídica apropriada para a grande maioria dos EES devido a suas características organizacionais e políticas[10].

As consequências dessa realidade são significativas para os EES e seus trabalhadores. Podemos citar, entre elas, a impossibilidade de emitir notas fiscais, fazendo com que a circulação de seus serviços e produtos fique restrita a pequenos circuitos de consumo e dificultando a comercialização. A falta de cadastro nacional da pessoa jurídica (CNPJ) torna impossível acessar as já difíceis linhas de financiamento e crédito, dificultando ainda mais o acesso a investimento nos empreendimentos, sendo que a informalidade dificulta até mesmo, em alguns casos, o acesso às políticas públicas. Dessa maneira, a dificuldade enfrentada pelos empreendimentos econômicos solidários aprofunda e amplia os problemas concretos apresentados pelos EES como seus três principais gargalos para se desenvolverem: comercialização, crédito e formação.

Diante essa realidade e como propostas para enfrentá-la se constituirão dois grandes campos de discussão entre os sujeitos da economia solidária. Por um lado, propostas relativas à necessidade de constituição de uma forma jurídica própria e específica para os EES. Por outro, a percepção de que, mesmo que não atingisse a totalidade deles, devido a sua diversidade, a forma jurídica mais apropriada para se formalizarem, e que abarcaria a grande maioria deles, seria as cooperativas, devido a seu histórico e ao conjunto de princípios e características. Foi nesse contexto que entidades da economia solidária e a SENAES, reunidas entre os anos de 2005 e 2006,

---

10 Se desagregarmos esses dados conforme as regiões nacionais, veremos que as regiões com o maior número de empreendimentos informais são o sudeste (58%) e o sul (46%). Uma hipótese explicativa para esse fato, que precisaria ser explorada, é que os empreendimentos solidários informais são mais comuns nas regiões urbanas do que nos territórios rurais. Consequentemente, as associações são mais frequentes nas atividades ligadas com a agricultura familiar que nas demais. Por outro lado, o número de cooperativas não se altera significativamente entre as grandes regiões, com exceção da região sul, que possui a maior porcentagem de cooperativas formalizadas (18%), e região norte, com o menor número (6%). As causas para isso devem ser mais bem exploradas.

tomaram a decisão de não abdicar de sua identidade de cooperativas, ou seja, de não abrir mão de se nomear como tais e, portanto, reivindicar que as leis do cooperativismo fossem transformadas de modo a contemplar a realidade de fato do cooperativismo no Brasil. Isso propicia que os EES sem forma jurídica possam se formalizar como cooperativas.

Verifica-se que se faz necessário desenvolver instrumentos que busquem ultrapassar esses desafios dificultantes da formalização dos EES, realizando não apenas uma reformulação da chamada lei geral do cooperativismo, mas também a criação de um marco jurídico amplo que dê conta da atual realidade das experiências, trazendo para o campo do direito aquilo que já se apresenta como uma realidade social e econômica. A SENAES, em parceria com outros órgãos do governo Federal, encaminhou ao Congresso Nacional minuta de projeto de lei no sentido de subsidiar os senadores para a construção de uma nova lei geral do cooperativismo, assim como dois projetos de lei do Poder Executivo que propõem um novo tratamento tributário para o cooperativismo brasileiro. Apesar desta iniciativa em tramitação no Congresso Nacional e das propostas de reformulação de uma nova lei geral do cooperativismo, nenhuma mudança deverá ser efetivada tão cedo.

Por outro lado, a SENAES obteve um avanço em termos de marco regulatório com a aprovação, em 2012, de uma Lei para as Cooperativas de Trabalho. Esta lei tem três grandes eixos: o primeiro, assegurar, por um lado, que a forma jurídica das cooperativas não seja utilizada para burlar a legislação trabalhista e, por outro, dar segurança jurídica às cooperativas e aos seus cooperados. Para isso, a lei prevê que as cooperativas de trabalho garantam direitos aos seus trabalhadores. O segundo eixo é do de facilitar e desburocratizar estas cooperativas, diminuindo o número mínimo de pessoas para formá-la de 20 para 7, facilitando o chamamento das assembleias e garantindo maior regularidade e participação nelas. Por fim, o terceiro eixo é a criação de um programa de fomento ao cooperativismo de trabalho, com linhas de crédito e formação específica para estas cooperativas. Apesar dos significativos avanços desta nova legislação, ainda não é possível ter dimensão de seus efeitos concretos.

Outro campo de discussão e atuação da SENAES se deu na regulação do próprio Estado para que desenvolva ações e políticas que garantam o direito ao trabalho associado. Desde que essas políticas começaram a ser desenvolvidas, um tema permanente tem sido como institucionalizá-las, ou seja, como fazer com que essas políticas sejam incorporadas pela estrutura do Estado para que, ao invés de transitórias, sejam perenes. Nesse sentido, a SENAES elaborou a proposta de Lei da Economia Solidária que pretende ser uma síntese do que os diferentes sujeitos sociais esperam da ação do Estado em relação a essa realidade empírica. Foi apresentada uma agenda para que o Estado brasileiro atue no apoio a ela e reconheça os EES como sujeitos de direitos que devem ser respaldado por políticas públicas. Tal proposta de lei foi construída pela SENAES em conjunto com o Conselho Nacional de Economia Solidária e enviada ao Congresso Nacional, onde se encontra em tramitação.

Participação social e intersetorialidade

A implantação das ações e políticas da SENAES se deu em constante articulação com entidades da sociedade civil, organizadas nacionalmente no FBES e nas 27 unidades federativas a partir de fóruns estaduais que articulam os sujeitos que atuam nesse campo. Este é composto principalmente por três grandes segmentos: 1) os empreendimentos de economia solidária dos mais variados ramos e atividades econômicas; 2) entidades de fomento e assessoria, tais como: ONGs, universidades, sindicatos etc e 3) gestores públicos de economia solidária (atuantes em prefeituras, das delegacias regionais do trabalho - DRTs e governos estaduais).

Pode-se dizer que, uma das características das políticas implementadas pela SENAES nesse período foi a construção de espaços de participação e controle social das políticas. Essa perspectiva, que teve início com as comissões gestoras: nacional e estaduais do SIES, foi incorporada em praticamente todas as ações desenvolvidas pela Secretaria, ficando como uma considerável experimentação de gestão democrática do Estado, algo que demanda ser devidamente recuperado e estudado.

Além da participação social, as políticas da SENAES interagiram e construíram ações efetivas com vários ministérios e órgãos públicos, além do diálogo constante com as outras secretarias do MTE. Em vários casos, essa cooperação com outros órgãos de governo resultaram em parcerias efetivas através da construção de ações conjuntas e/ou a integração de políticas em andamento. Em outras situações, a interação com a SENAES resultou no estímulo para que outras pastas incorporassem efetivamente nas suas ações e políticas a perspectiva da economia solidária.

Considerações finais

Apesar de os dados do SIES levados a público não nos permitirem fazer comparações substantivas entre o primeiro e o segundo mapeamento, podemos afirmar que o número de empreendimentos e de pessoas vinculadas a eles não é desprezível, assim como os avanços qualitativos quando comparados com a década anterior. No entanto, estes mesmos empreendimentos econômicos ainda permanecem extremamente frágeis do ponto de vista econômico, assim como precários juridicamente quando observamos o que poderia ser chamado de informalidade econômica deles(Sanchez, 2011; Souza, 2011).

Provavelmente os motivos para esta realidade são diversos e necessitariam de aprofundamento maior. Contudo, algumas hipóteses podem ser levantadas, tais como: precariedade produtiva, com meios de produção inadequados ou defasados, falta de recursos para investimento e extrema dificuldade de acessá-los; impossibilidade de adentrar mercados mais amplos que não os pequenos circuitos de circulação, aos quais estão condenados inclusive pela sua informalidade jurídica; legislação impeditiva para que se formalizem; isolamento dos empreendimentos; falta de assessoria e apoio públicos, e privados; entre outros.

Não sendo possível neste texto aprofundar estas questões, o importante neste momento é pensar do ponto de vista das políticas públicas para o setor o que elas têm possibilitado em termos de avanços nas dinâmicas dos EES no Brasil e o que, por outro lado, não se conseguiu avançar.

A economia solidária efetivamente se apresenta como uma alternativa de trabalho para segmentos bastante marginalizados na sociedade: ex-detentos, portadores de deficiências físicas e mentais (integrantes de cooperativas sociais), coletores de lixo reciclável, pessoas consideradas idosas para o mercado de trabalho, com baixa escolaridade ou limitada qualificação profissional. Embora ainda vista como atividade provisória pela maioria dos trabalhadores envolvidos, para alguns integrantes tais empreendimentos significam rejeição da arbitrariedade de empresas convencionais, sobretudo o desemprego injustificável. Em vez de lucro individual ou restritamente usufruído, ela representa ênfase no trabalho e na socialização de seus resultados.

Como visto, a economia solidária compreende um conjunto crescente de iniciativas orientadas ou ao menos inspiradas por princípios igualitários e democráticos. É, portanto, uma designação ideológica na qual o conceito de autogestão é central. O fato de um empreendimento fazer parte da economia solidária ou ser classificado como tal é uma *questão política*, traduzida em opção por outra maneira de organizar a economia, um "novo cooperativismo". Há de fato, ao menos ainda, uma fragilidade da SENAES em face da robustez cooperativista tradicional, capitaneada pela OCB, que conta com um braço próprio do Sistema S[11] e grande apoio político no Congresso Nacional, através da bancada cooperativista, estritamente ligada aos ruralistas.

As cooperativas e demais empreendimentos de economia solidária apresentam certo potencial de mudança cultural e socioeconômica dos indivíduos envolvidos. Com dificuldades objetivas e substanciais, apontam para a possibilidade de relações sociais mais equilibradas. O movimento da economia solidária como um todo parece professar princípios que vão além da questão econômica propriamente dita, referentes à democratização da sociedade. Por esse motivo vem ganhando e mantendo adeptos de sua causa, além dos trabalhadores em si, dada sua lógica inclusiva, sobretudo das pessoas com mais dificuldade de se inserirem no mercado formal de trabalho. A despeito das dificuldades enfrentadas, a preservação de EES, mesmo no contexto de oferta de empregos, assim como a proliferação de entidades da sociedade civil e de órgãos públicos voltados para eles, inegavelmente, indicam, não só a resistência, mas o potencial de crescimento da economia solidária.

Referências bibliográficas

ADS. (2005), *Prospecção, diagnóstico e sensibilização de empreendimentos econômicos solidários*. São Paulo: CUT e MTE.

BELL LARA, J. (1997), "Informalisation et nouveaux agents économiques: les cas de l´Amérique Latine". *Alternatives Sud*. v. 4, nº 2, pp. 19-93.

11 Trata-se do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), que atua de modo semelhante a seus congêneres da indústria e do comércio, as conhecidas siglas: SENAI e SENAC.

BERTUCCI, A. A. & SILVA, R. M. A. (2003), *20 anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS*. Brasília: Cáritas Brasileira.

BURDIEU, P. (1974), *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.

CARPIO, J. & KLEIN, E.; NOVACOVSKY, I. (Orgs). (2000). *Informalidad y exclusión social*. OIT y FCEA.

CORAGGIO, J. (1999), *Política social e economia del trabajo.* Madrid: Miño y Dávila Editores.

COSTA, M. (2008), *Formação da agenda governamental: as políticas públicas de economia solidária no Brasil e na Venezuela*. Dissertação de mestrado em administração. Brasília: UnB.

DEFOURNY, Jacques; FAVREAU, Louis, LAVILLE, Jean-Louis (Orgs.). "Inserción y nueva economía social". CIRIEC - Espanha. Valência: IUDESCOOP, 1997.

FRANÇA FILHO, G. & LAVILLE, J.L. (2004), *Economia solidária: uma abordagem internacional.* Porto Alegre: Editora da UFRGS.

GAIGER, L. I. (2013), "O mapeamento nacional e o conhecimento da economia solidária". *Revista da ABET*, v. 12, pp. 7-24.

GUIMARÃES, G (2000), Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. *In:* SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.* São Paulo: Contexto.

KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Orgs.). (2000), *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes.

LEITE, M. P. (2009), "A economia solidária e o trabalho associado: teorias e realidades". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, nº 69, pp. 31-51.

LIMA, J. C. (2004), "O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, nº 56, pp. 45-62.

_____ (Org.) (2007), *Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado*. São Paulo: Annablume.

MONZÓN, J. L. (2006), "Economía Social y conceptos afines: fronteras borrosas y ambigüedades conceptuales del tercer sector". *CIRIEC - Espanha*, nº. 56, pp. 9-24.

ODA, N. T. (2000), "Sindicato e cooperativismo: os metalúrgicos do ABC e a Unisol Cooperativas". *In*: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.

NAKANO, M. (2000). "Anteag: a autogestão como marca". *In*: SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

PIRES, A. S. (2014), *Fábricas recuperadas e os trabalhadores: a autogestão entre a teoria e a prática*. Tese de doutorado em sociologia. São Carlos: UFSCar.

SANCHEZ, F. J. B. "Autogestione e economia solidale in Brasile. Un Nuovo Ciclo di participazione dei lavoratori all´organizzazione del lavoro". *Sociologia Del Lavoro*, v. 123.

_____ (2012). "A luta pelo direito ao trabalho associado: apontamentos sobre o marco jurídico da Economia Solidária. In: Édi A. Benini; Mauricio Sardá de Faria; Henrique T. Novaes; Renato Dagnino. (Org.). *Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. 1ed.São Paulo: Outras Expressões, 2012.

_____ ; Faria, M. S. "Políticas públicas para el trabajo autogestionado en Brasil: Participación e intersectorialidad". Osera- *Observatorio social sobre empresas recuperadas autogestionadas*, v. 9.

SARRIA ICAZA, A. M. & FREITAS, Ma. (Orgs.). (2006), *O Projeto Esperança/Cooesperança e a construção da economia solidária no Brasil: relato de uma experiência*. Porto Alegre: Cáritas Brasileira.

SENAES. (2013), *Acontece: boletim informativo – edição especial*, sem data.

SIES, (2007). *Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária, Secretaria Nacional de Economia Solidária*. Ministério do Trabalho e Emprego, disponível em http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp, 2007 acessado em 01/03/2008.

SINGER, P. (1998), *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis, Vozes.

_____. (2004), "A Economia Solidária no Governo Federal. *Revista Mercado de Trabalho*. IPEA. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2004.

SOUZA, A. R. (2013), *Os laços entre igreja, governo e economia solidária*. São Carlos: UFSCar e FAPESP.

_____. (2011), "Um exame da economia solidária". *Otra Economía*, v. 5, pp. 173-184, 2011.

VALLE, R. (2002), *Autogestão: o que fazer quando as fábricas fecham?* Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

WAUTIER, A. M. (2003), "Economia social na França". *In*: CATTANI, Antonio David (Org). *A outra economia.* Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

Responsabilidade social das empresas

Ilza Maria dos Santos Amado Vaz
António do Rosário Amado Vaz e de Maria Luísa dos Santos Amado Vaz

Resumo: O presente artigo pretende, de um lado, mostrar a evolução e a prática da Responsabilidade Social das Empresas (RSE) nos Países desenvolvidos europeus e americanos, e de outro lado, analisar em que medida a RSE é exercida ao nível dos Países em desenvolvimento. A RSE enquanto participação ativa e voluntária das empresas na vida social e ambiental e na sustentabilidade da economia, revela-se como uma nova perspetiva de exercício da cidadania com grande evolução nos países desenvolvidos europeus e americanos. A visão voluntarista que envolve o respeito da ética nos negócios, o respeito do meio ambiente onde a empresas esta inserida, e o respeito dos direitos humanos, enquanto princípios basilares e intrínsecos da RSE, contrasta-se ao nível doutrinal e na prática com a realidade nos Países em desenvolvimento onde RSE traduz se em intenções. Esse facto aponta para a necessidade de inclusão da SER, ao nível dos Países em desenvolvimento, na estratégia política dos governos e das empresas, numa lógica de visão obrigacionista implicando a adopção de comportamentos éticos e desenvolvimento de ações que concorram para a criação de um contexto social e de um ambiental saudável, possibilitando o desenvolvimento sustentável dos Estados.

Palavras-chaves: Responsabilidade das empresas, empresas cidadã, desenvolvimento sustentável

1. Introdução

A Responsabilidade Social das Empresas (RSE), enquanto participação ativa e voluntária das empresas na vida social e ambiental e na sustentabilidade da economia, tem conhecido grande evolução nos países desenvolvidos europeus e americanos.

A preocupação com a ética e com a RSE encontra-se resolutamente inscrita na agenda das discussões dos Estados modernos e desenvolvidos. Os governos encaram a RSE como uma oportunidade de maximizar os benefícios resultantes da atividade económica, reduzindo os consequentes impactos negativos no meio ambiente e na vida social.

Acompanhando as transformações ocorridas na história mundial, as empresas tornaram-se os principais atores sociais do século XXI e, em consequência deste incremento de responsabilidades e de poder, elas têm vindo a incorporar no seu perfil, valores, preceitos éticos e morais que, anteriormente, não faziam parte das suas funções**.**

A pressão das organizações internacionais, dos trabalhadores e da sociedade civil tem impulsionado as empresas a equacionarem nas suas estratégias as preocupações sociais ambientais tendentes a um desenvolvimento sustentável. Os governantes encontram na RSE uma plataforma de diálogo e de parceria publico - privada, e, nesta ótica, incluem, nas suas políticas, estratégias para assegurar, na base de uma visão voluntarista, a comparticipação das empresas na resolução dos problemas sociais ambientais e de desenvolvimento sustentável.

O presente artigo procura traçar a recente evolução histórica dos períodos e dos atos que definiram o conceito de RSE, entender em que medida a RSE pode ser apreciada enquanto exercício de participação cidadã das empresas e a sua principal manifestação. Igualmente apreciar o aspeto voluntarista da RSE, e entender, se a mesma produziria efeitos iguais no Norte e no Sul. Propomo-nos ainda espelhar uma experiência de RSE em São Tomé e Príncipe, referenciando o caso específico e pioneiro, na Região Autónoma do Príncipe onde a assunção de responsabilidade social por uma empresa foi através da consignação desta responsabilidade nas cláusulas contratuais.

Para analisar a RSE, conforme o acima exposto, começaremos por apresentar os diversos conceitos da RSE procurando encontrar um conceito centrado nos elementos comuns. De seguida, será feita a abordagem da RSE enquanto manifestação de cidadania, após o que será analisada a RSE na esfera da governação, destacando

a diferença entre RSE na visão dos países desenvolvidos e a dos países em desenvolvimento. Concluiremos com um estudo analítico sobre RSE em São Tomé e Príncipe, tomando como referência o mencionado caso na Região Autónoma do Príncipe.

2. Conceito

A nova dinâmica mundial decorrente da globalização, dos novos desafios e exigências das sociedades hodiernas, impulsionou as empresas a posicionarem-se no mercado não unicamente com uma estratégia direcionada para os seus objetivos primeiros, especificamente, a obtenção de lucros, o retorno de investimento e a satisfação dos interesses dos seus acionistas, mas também a empresa orienta-se na definição de medidas e atividades que concorram para atingir os objetivos sociais ambientais e económicos.
A percepção da RSE nas sociedades desenvolvidas centra-se na participação voluntária das empresas na esfera pública assumindo algumas das funções do Estado. A empresa assume o compromisso de corrigir o disfuncionamento social e ambiental provocado pela sua atuação na sociedade, bem como medir os riscos inerentes a mundialização e a utilização excessiva dos recursos naturais.
É nesta ótica que Almeida (2003), considera a RSE como:

> Compromisso das empresas em contribuir para o desenvolvimento económico sustentável, trabalhando seus funcionários e suas famílias, a comunidade local e a sociedade para melhorar sua qualidade de vida. A responsabilidade social corporativa inclui direitos humanos, direitos trabalhistas, proteção ambiental, e assenta-se em relações com os fornecedores, o monitoramento dos direitos dos sindicatos, entidades de classe, associações de consumidores, organizações não-governamentais de toda a natureza e até a comunidade local em que as empresas operam, o que integram os chamados dos *stakeholders.*

A Comissão das Comunidades Europeias (2001) considera a responsabilidade social das Empresas como sendo «a integração voluntária das preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas (…) A responsabilidade social das Empresas é, essencialmente, um conceito, segundo o qual, as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo, numa altura em que a União Europeia procura identificar os seus valores comuns (…) a RSE é a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas».
Um outro conceito da RSE, sustentado pelo Instituto Ethos (2001), relaciona-se com a capacidade das empresas de atender, simultaneamente, os interesses dos diferentes públicos com os quais se inter-relaciona, sendo capaz de incorporá-los ao planeamento das suas atividades. As empresas é socialmente responsável quando consegue gerar valor não apenas para os seus proprietários e acionistas, mas também para todos os demais públicos com os quais ela se relaciona, nomeadamente empregados, fornecedores, clientes, governo, meio ambiente e comunidade. Na definição da sua estratégia, as empresas devem incorporar e assumir compromissos que garantam o respeito dos direitos humanos.
A noção de RSE, fundamenta-se essencialmente na assunção, por parte das empresas, de alguns compromissos com os trabalhadores, instituições, meio ambiente, sindicatos, associações de consumidores, organizações não-governamentais, fornecedores, comunidade local, os denominados *stakeholders*, elementos estes que constituem e integram a cadeia das relações internas e externas à volta da qual a empresas se articula, se organiza e funciona, pautando-se por uma conduta ética consentânea com os direitos fundamentais do homem, o bem-estar social, ambiente e a sustentabilidade económica.

3. Enquadramento da RSE e os marcos importantes

A temática da responsabilidade social e da real participação das empresas na resolução dos problemas sociais remonta aos anos 50 do século XX, com a reflexão feita em 1953, baseada na ideia da necessidade das empresas integrarem na sua gestão os valores globalmente protegidos da sociedade. Em 1958, na sequência de algumas manifestações e protestos das mulheres e dos trabalhadores, as empresas sentiram -se forçadas a incluir, nas suas atividades, práticas que pudessem motivar os trabalhadores. Nos anos 60, nos Estados Unidos da América, devido ao descrédito de algumas empresas que colaboravam no financiamento da guerra no Vietnam, as empresas viram-se compelidas a agir com transparência, divulgando as suas atuações e incluindo na sua estratégia alguns aspetos que pudessem melhorar a sua imagem e contribuir para o bem-estar da sociedade. Segundo a abordagem feita por Neves (2013); a RSE tem origem nos problemas com que o mundo se confronta ao nível dos direitos humanos, do trabalho e os riscos resultantes da degradação do ambiente e dos recursos naturais em comparação com o aumento do poder económico das empresas. Resulta daqui a consciência de que não basta os Governos desenvolverem políticas adequadas, mas é fundamental o papel dos agentes económicos na resolução desses problemas e nos novos desafios.

O surgimento dos pilares da RSE encontram a sua raiz e o seu marco nos engajamentos assumidos pelos Estados no seio das organizações internacionais, como é o caso da Declaração Universal dos Direitos Humanos, reconhecida pelos Estados membros da Organização das Nações Unidas (ONU), a Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os princípios e direitos fundamentais do trabalho, e os direitos reconhecidos como ideais de todos os povos, particularmente os direitos económicos, sociais e culturais. Os conteúdos das referenciadas declarações enunciam alguns princípios que garantem o respeito da dignidade humana, direitos básicos do homem enquanto membro da sociedade e do trabalhador no relacionamento jurídico-laboral com as empresas. Esses princípios, que devem ser assumidos enquanto compromissos e, como tal, aplicados pelas empresas ao nível mundial, são necessários para garantir uma convivência equilibrada entre as empresas e os outros atores ultrapassando a esfera lucrativa e as obrigações tributárias.

Da implementação das duas declarações acima mencionadas, decorrem iniciativas mais focalizadas na participação e implicação das empresas nos aspetos sociais, económicos ambientais, desenvolvendo a visão das empresas no contexto e na política dos Governos no desenvolvimento sustentável dos Estados no âmbito da globalização. Evidenciam-se assim três iniciativas, sendo a primeira ao nível das organizações internacionais direcionadas para as esferas empresarial, económica e laboral, corporizadas na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, (OCDE), a OIT; a segunda iniciativa está focalizada nos princípios das Nações Unidas e a terceira ao nível da União Europeia.

Entre as iniciativas direcionadas para as multinacionais, destacam-se a Declaração Tripartite de Princípios sobre empresas Multinacionais formulada em 1997 e revista em 2000 da OIT e as Diretrizes para as empresas Multinacionais da OCDE, datada de 1976.

Tomando como referência estas duas diretrizes, depreende-se que o objetivo comum seja o estabelecimento de princípios éticos e sociais, a definição de objetivos relativos **à** atuação das empresas multinacionais nos Estados assinantes das Convenções, bem como o respeito e a observância desses princípios nos Estados onde essas empresas se implantam, independentemente dos referidos Estados serem ou não assinantes da Convenção, determinando assim o papel das empresas no desenvolvimento sustentável dos Estados, através de comportamentos e condutas eticamente recomendáveis em relação ao homem, ao ambiente, **à**s necessidades sociais da população, à corrupção, ao respeito das regras de proteção do consumidor, à concorrência e à tributação.

No âmbito da ONU, salientam-se alguns instrumentos jurídicos, particularmente a Convenção sobre o Clima e a Convenção sobre a Biodiversidade, a Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração de Princípios sobre Florestas e a Agenda 21, sendo este último um plano analítico de ação, orientado para a realização do desenvolvimento sustentável no Século XXI. Esses instrumentos visam solidificar a relação entre empresas, trabalhadores, sindicatos, ambiente, saúde e, igualmente, incentivar a filosofia de empresa amiga do ambiente, motivando a responsabilidade e a solidariedade das empresas. Destaca-se, por outro lado, a iniciativa intitulada Pacto Global, "*Global Compact*", que determina que o empresário,

o sindicato, as Organizações não-governamentais e outros atores civis se mobilizem para impulsionar e desenvolver uma estratégia integradora, capaz de contribuir para a garantia de um desenvolvimento sustentável dos Estados. Impulsionada e patrocinada pelo então Secretário-geral das Nações Unidas, Koffi Annan, em 1999, O Pacto Global[1] marca definitivamente uma nova era na matéria de Responsabilidade Social das empresas. Esta iniciativa conta com o envolvimento das agências das Nações Unidas Alto Comissariado para Direitos Humanos, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Organização Internacional do Trabalho, Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial e o Programa de ONU para o Desenvolvimento e centenas de empresas. Integram ainda o Pacto Global os oito pilares da agenda de desenvolvimento do milénio das ONU. Ao nível mundial, o Pacto Global é considerado como uma alavanca ativa, capaz de promover uma visão globalizante da responsabilidade social**,** com ênfase no diálogo e na cooperação entre os diversos intervenientes da vida de uma empresas *multi-stakeholder*.

No ano 2000, a ONU desenvolveu a iniciativa *United National Global Compact n*a qual foi introduzida o aspeto cidadania na visão empresarial, vinculando as partes interessadas num leque alargado de princípios fundamentais, incluindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração da OIT a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento. Em 2011, a ONU adotou o Programa Quadro sobre "Empresas e Direitos Humanos o qual estabeleceu os princípios orientadores designados por "*Protect, Respect and Remedy*", criando princípios e diretrizes focalizados sobre a relação entre RSE e os Direitos Humanos, circunscrevendo o dever do Estado, a responsabilidade por parte das empresas e organizações, incluindo a reparação de danos e impactos aos cidadãos. O Programa Ambiental das Nações Unidas (*UNEP*), *Coalition of Environmentally Responsible Economies* (*CERES),* adota, em 1997 a *Global Reporting Iniciative*[2] com o objetivo essencial de criar um modelo que permita aos Estados fazerem o acompanhamento do impacto e do real contributo das empresas no âmbito da SER.

No sentido de se caminhar para a harmonização e a globalização da RSE, a Organização Internacional de Normalização aprovou, em 2010, a Norma ISO 26000 – Norma Guia sobre Responsabilidade Social. Ao nível africano, existe uma rede francófona de Responsabilidade Social para o Desenvolvimento Sustentável (RSDD rede), que participa ativamente nos trabalhos da ISO 26000, sendo Senegal uma peça - chave.

Relativamente às iniciativas sobre a égide da União Europeia, ressalte-se que, em 2000, foi definida a Estratégia de Lisboa para a Europa, visando incentivar as empresas a se engajarem na responsabilidade social. Como suporte, foram definidas as melhores práticas em matéria de aprendizagem ao longo da vida, organização do trabalho, igualdade de oportunidades, inclusão social e desenvolvimento sustentável. A União Europeia institucionalizou dois importantes instrumentos. O primeiro é o Livro Branco de Responsabilidade Ambiental da Comissão Europeia, publicado em Fevereiro de 2000, que trata da relação entre o poluidor-pagador, abrindo caminho à instalação, em Julho de 2002, de um regime comunitário de responsabilidade ambiental. Essas diretrizes determinam o nível de intervenção das empresas poluidoras na prevenção e reparação dos danos causado ao ambiente pelo exercício da sua atividade empresarial. O segundo instrumento aprovado pela União Europeia e publicado em Julho de 2001 é o Livro Verde da Comissão Europeia, visando incentivar a criação de um enquadramento ao nível comunitário, para a responsabilidade social das empresas. O Livro Verde fixa os princípios orientadores básicos da responsabilidade social e ambiental para as empresas europeias e oferece elementos que proporcionam o debate e a reflexão sobre o melhor modelo de RSE.

Outras iniciativas contribuíram para a evolução e a consolidação da abordagem da RSE ao nível do espaço comunitário europeu, especificamente a **á** respeito da responsabilidade social das empresas, a adoção de uma nova estratégia da União Europeia para o período de 2011-2014, o reforço dos impactos da ação das empresas

---

1 O Pacto global na sua génese compreendia nove ***Princípios*** assentes em direitos humanos, direitos do trabalho e proteção ambiental e outros princípios que decorrem da Declaração Universal de Direitos Humanos, Declaração da Organização Internacional de Trabalho sobre os Princípios Fundamentais e Direitos no Trabalho e Declaração do Rio sobre Meio Ambiente. Posteriormente foi incluído a luta contra a corrupção, estando o Pacto Global atualmente assente em *10 Princípios*.

2 Conjunto de regras e orientações visando a criação e a implementação de modelos de relatórios para reportar as atuações das empresas, bem como o seu contributo para o desenvolvimento sustentável.

na sociedade, a Comunicação da Comissão, sobre a "Agenda Social renovada em favor das oportunidades, do acesso e da solidariedade" e uma nova Estratégia - Europa 2020 - "Estratégia Europeia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo."

4. A RSE enquanto exercício da cidadania

Nas sociedades hodiernas, a administração pública tende a incluir o cidadão na gestão do seu bem-estar, sendo esta cidadania manifestada através da participação ativa do cidadão na vida social, económica e política do país. O exercício da cidadania reforça as estruturas democráticas e contribuem para o desenvolvimento económico e social de um Estado. Nesse âmbito, entende-se que a empresa deve ter uma participação ativa na sociedade, o que pressupõe mecanismos que a influenciam na consolidação dos direitos e na melhoria de condições de vida dos trabalhadores, oferecendo à sociedade um meio ambiente propício a uma vida sã. Assim sendo a responsabilidade das empresas pode tanto ser a resposta a alguns males que decorrem do exercício da atividade da própria empresa, como também uma ação preventiva, visando evitar a degradação da vida dos trabalhadores e da sociedade. É implicar a empresas na reparação dos danos que ela própria criou e responsabiliza-la para uma realidade da qual é parte integrante.
Partindo do novo conceito da cidadania, vai ganhando força a noção de cidadão ativo, não só na vida política mas também na vida social e económica, incluindo as vertentes cidadania civil, cidadania política e cidadania económica. O cidadão pode participar ativamente na vida do Estado não somente como pessoa singular, mas também através de pessoa colectiva com fins lucrativos ou não, sendo nesta ótica chamado a participar ativamente todos aqueles que podem influenciar a vida coletiva, ou seja, no desenvolvimento sustentável do Estado e da democracia.
A percepção da RSE, enquanto exercício de cidadania, enfatiza a ideia de que os problemas sociais, económicos e ambientais não podem ser confinados à exclusiva responsabilidade do Governo, mas sim devem ser assumidos por todos os atores sociais. Facto é que muitas soluções para os males do século XX e XXI poderiam e podem ser evitados e solucionados se os atores se consciencializarem de que a mudança de comportamentos, a adoção de práticas eticamente corretas e amigas do ambiente e a melhoria da vida dos trabalhadores são fatores que contribuirão para o desenvolvimento do próprio autor social e, consequentemente, para o engrandecimento do Estado, tornando-os mais sustentáveis.

5. A inclusão da RSE na governação pública nos Países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento

Os Governos, no âmbito das suas competências, desempenham funções tendentes a assegurar o bem-estar da coletividade, destacando-se a função económica e a função social. Decorrem da Constituição política, das Leis e das atuações do Estado, o papel de intervenção ao nível económico para garantir que as empresas operem com segurança, tendo como meta os seus objetivos, particularmente a obtenção do lucro e a criação de riquezas, permitindo a inovação e uma concorrência saudável.
Ao nível da função social, incumbe ao Estado definir politicas que garantam emprego, saúde, formação, educação, ensino, segurança social, igualdade de oportunidades, inclusão social, interculturalidade e direitos das minorais, políticas de proximidade e desenvolvimento local, (Agenda XXI), justiça e equidade social bem como a proteção do ambiente. Assim a definição da política do Governo deve ter o objetivo principal de assegurar o desenvolvimento sustentável. Contrariamente, as teorias e doutrinas que vigoraram até aos anos 80, as quais defendiam que o desenvolvimento era crescimento económico medido ao nível dos indicies de crescimento do PIB e *per capita,* a partir do inicio dos anos 90 começa a nascer uma nova visão de desenvolvimento baseada num equilíbrio empresas/homem/ambiente.

A noção de desenvolvimento sustentável deve ser portadora de um novo projeto para

> a sociedade, capaz de garantir, no presente e no futuro, a sobrevivência dos grupos sociais e da natureza Transforma-se gradativamente, em uma categoria-chave, amplamente divulgada (até mesmo um modismo), inaugurando uma via alternativa onde transitam diferentes grupos sociais e de interesse como, por exemplo, políticos, profissionais dos setores público e privado, ecologistas, economistas, agências financeiras multilaterais, grandes empresas, etc. Becker et al. (2002, p.24 citado em Guarani 2013)

Decorrente da atuação das empresas e dos atores políticos, tornam-se visíveis as consequências sociais negativas, particularmente a falta de emprego, a violência domestica, baixo nível de escolaridade e tensão social, o que, por sua vez, também produz repercussões negativas no desenvolvimento das empresas. Face a esse cenário e perante a inevitável globalização caracterizada pela interferência, comunicação, trocas e integração de culturas, aspetos sociais, económicos, financeiros e empresariais; as novas expectativas e exigências dos consumidores, a deterioração da camada de ozono e o nível crescente do desencanto da sociedade pela atuação e a ineficiência das políticas sociais, levam ao surgimento do espírito solidário e a uma pressão da sociedade civil para a resolução dos problemas sociais. Estimulando assim as empresas a chamarem a si e assumirem algumas áreas naturalmente da competência do Estado - providência. Facto que impõe o questionamento sobre a urgência e a necessidade de se repensar, reorganizar e reinventar o papel do Estado moderno, tal como enfatizado no pensamento do Dreifus sobre as incompatibilidades dos Estados em resolver os problemas de produção e da globalização, o que apela uma intervenção e rearticulação em diversos níveis nos diversos sistemas societários e estatais, assim como à alteração dos comportamentos.

Sob o impulso dos instrumentos internacionais que definem as diretrizes tendentes a uma atuação global, as empresas devem adotar e promover a implementação das melhores práticas de RSE e incluir nas suas estratégias o compromisso com o interesse público. Alguns instrumentos (relatórios e prémios) foram criados para medir o impacto da RSE e motivar as empresas a terem comportamentos consentâneos com a RSE. Porém, para melhor aplicabilidade e seguimento do respeito das diretrizes ditadas pelos instrumentos internacionais que regulam a RSE, os Estados desenvolvidos têm incluído a RSE na sua política de governação, enquanto novo paradigma de responsabilidade empresarial no *triple bottom line* (tríplice conta de resultados), criando valores económico, social e ambiental.

Algumas práticas demonstram que certos Estados deixam ao critério discricional das empresas a implementação de medidas ou adoção de comportamentos socialmente responsáveis, promovendo-os e motivando-os com incentivos ou prémios. Outros Estados criam instituições vocacionadas para o acompanhamento da RSE, sendo disso exemplos a Dinamarca e o Reino Unido da Grã-Bretanha. O ministério dinamarquês dos Assuntos Sociais lançou, em 1994, a campanha "*Our Common Concern - the social responsibility of the corporate sector*" e, em 1998, instituiu o Centro de Copenhaga, enquanto no Reino Unido, em Março de 2000, foi nomeado um ministro para a RSE e criado um grupo interministerial para melhorar a coordenação entre as ações governamentais neste domínio.[3]

Oliveira al. (2012), considera que, ao nível da governação pública se pode conceber um modelo de Instrumentos de Política Pública em matéria de RSE, cujos eixos principais assentem-se no crescimento económico inteligente, sustentável e inclusive, na assistência económica e financeira, na competitividade, crescimento e emprego, numa Estratégia Nacional de Desenvolvimento sustentável, num programa de relançamento do serviço público e emprego, no estímulo às empresas, plano Estratégico de Iniciativas de Promoção de Empregabilidade Jovem e Apoio às Pequenas e Médias empresas — «Impulso Jovem». Também na promoção e captação de investimentos estrangeiros e de cooperação, programas Estratégicos para o Empreendedorismo, Inovação, segurança, saúde, trabalho e energia; princípios de Bom Governo das empresas do Sector Empresarial do Estado; economia social; sistema de indústria responsável; direitos Humanos; violência Doméstica; normalização em ética e responsabilização social, cultura, responsabilização social, associações, iniciativas sociais junto a

3 (Livro Verde, Comissão da Comunidade Europeia 2001:6).

comunidade, ações de formação m RSE e estudos de apoio a política RSE, e a Promoção, concursos e prémios de incentivo as empresas por ações de RSE, Certificação em RSE, Plano nacional de empresariado iniciativa de administração local.

A visão acima descrita e assumida ao nível dos Países desenvolvidos, demonstra que a RSE tem sido devidamente apreendida pelas empresas multinacionais e pelas pequenas e medias empresas, e equacionada como estratégia numa política transversal e integradora. A RSE é baseada na colaboração voluntária das empresas na área económica, social e ambiental, desenhada numa estratégia na qual as sinergias dos diversos intervenientes ou colaboradores na atividade comercial – os *stakeholders* (empresário, trabalhador, fornecedor, Estado, comunidade e o ambiente), se harmonizam. Trata-se de uma real parceria público- privada, entendida pelas empresas como condição para a sua própria sustentabilidade, e, simultaneamente, como uma oportunidade para os Estados compartilharem com os atores empresariais, a responsabilidade na área social, ambiental e sustentabilidade de economia.

A abordagem e a situação de RSE nos Países desenvolvidos é contraria a realidade de RSE nos Países em desenvolvimento onde, de uma maneira generalizada, a atividade empresarial cumpre especificamente três objetivos principais: gerar riqueza, criar emprego e pagar as imposições tributárias. Excetuando alguns países africanos anglófonos (África do Sul, Gana e Nigéria), os países da África subsaariana não alinharam na perspetiva da RSE, evidenciando-se, inclusive, um desconhecimento da nova dinâmica de envolvimento e de participação das empresas na prevenção e resolução dos problemas sociais e ambientes e de desenvolvimento sustentável.

As diretrizes internacionais como as da União Europeia e OCDE incentivaram as multinacionais a praticarem a RSE fora dos Países membros das organizações originárias de onde emanaram tais diretrizes, no sentido de evitar grandes disparidades e de dar resposta às consequências da globalização. De outro lado o Banco Mundial defende que a RSE é o compromisso empresarial em participar e contribuir para o desenvolvimento económico sustentável, trabalhando em conjunto com os empregados, suas famílias, a comunidade local e a sociedade em geral para melhorar sua qualidade de vida, de maneiras que sejam boas tanto para as empresas como para o desenvolvimento.

> Os governos signatários das diretrizes devem colaborar e incentivar a contribuição ativa e benéfica das empresas multinacionais para o desenvolvimento económico, ambiental e social, e implicar essas empresas na resolução dos problemas e na redução dos prejuízos ou danos que as suas atividades podem originar. Para a concretização deste objetivo, o governo deve trabalhar em parceria com empresas e organizações. Espera-se que as empresas multinacionais que operam nos territórios dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento, observem as diretrizes e adotem comportamentos éticos de acordo com os ideais sustentados pela RSE, tendo em conta a situação particular de cada país. OCDE (2011)

Decorrem também das diretrizes que balizam a responsabilidade social que as empresas devem participar com os Estados onde desenvolvem as atividades para a implementação da agenda de desenvolvimento do milénio, particularmente na erradicação da pobreza extrema e da fome, atingir a educação básica universal, promover a igualdade de género e o *empoderamento* das mulheres, reduzir a mortalidade infantil, combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças, assegurar a sustentabilidade ambiental, em resumo, desenvolver uma parceria global para o Desenvolvimento.

A descrição generalizada dos Países em desenvolvimento, assente na baixa renda, fracos recursos humanos, indicadores negativos nas áreas da saúde, educação, empregabilidade, proteção social e com grande vulnerabilidade na área económica e ambiental, segundo os critérios definidos pela ONU, acrescida da fragilidade das instituições, fazem com que os princípios de direito humano, as diretrizes, as convenções e acordos sobre a RSE, mesmo quando ratificadas pela maioria dos Estados africanos, se tornam letras mortas, sem que os órgãos competentes dos Estados definam estratégias que garantam a sua aplicabilidade e exijam o seu respeito.

É de constatar que, por falta de assunção pelos Estados africanos desta nova dinâmica e devido à ausência de medidas tendentes a definir uma estratégia política incluindo a RSE, somado à ausência da cultura de prática

de cidadania ativa, não é possível falar-se de impacto real e positivo da RSE. Os aspetos culturais, o desenvolvimento da agricultura de subsistência, sem se acautelar com o desgaste do solo, o alto nível de procriação, o nível de exploração mineral selvagem e a extração desmedida de matérias-primas contribuem para a manutenção da pobreza e a insatisfação das necessidades básicas.

Não obstante os países em desenvolvimento defenderem os princípios fundamentais dos direitos humanos, a proteção do ambiente e os princípios basilares da democracia através dos instrumentos jurídicos proferindo discursos teóricos, a realidade e a prática revelam que esses princípios são protelados pelos mesmos governantes e, geralmente, as instituições públicas operam no desrespeito dos princípios democráticos *"à moda africana*", registando-se um défice do princípio da separação de poderes. Desta realidade decorre que muitas vezes, o comportamento e o distanciamento dos detentores do poder político no que toca ao cumprimento das suas missões de representação e satisfação dos interesses do cidadão, suscita o não reconhecimento coletivo da legitimidade, utilidade e credibilidades dos governantes. Realidades que conduzem a um desapego dos cidadãos pela vida política e social do país, e, consequentemente, à falência da cidadania. Neste contexto, de acordo com as palavras de Neves (2013), «o exercício de cidadania pressupõe o exercício cívico, uma presença pública e política, pela manifestação de uma vontade objetivada e por uma intervenção social direta, sem a qual não encontra o ambiente para se desenvolver».

Ao nível das empresas, a realidade institucional e funcional e o comportamento dos titulares do poder político dos Estados em desenvolvimento proporcionam um clima que favorece a interferência e a sua participação política nas empresas, influenciando o seu posicionamento no mercado, não numa lógica de assegurar o interesse coletivo, mas sim de alavancar e proteger interesses individuais e difusos, o que cria um espaço de relacionamentos complexo, direcionado mais para a obtenção de lucros e retorno dos investimentos a curto ou médio prazo, com custos diminuídos ou baixos. Nesta senda, as preocupações sociais tendentes à promoção do bem-estar da comunidade, melhoria das condições da força de trabalho, sustentabilidade económica das empresas, a defesa dos direitos dos trabalhadores e dos direitos humanos, o estreitamento das relações entre empresários e colaboradores, e as preocupações relativas aos impactos relacionados com a preservação da qualidade do ar, da água, do solo ou da biodiversidade em geral, não obstante constarem tradicionalmente nos programas dos Governos africanos, não são concebidas numa estratégia transversal voluntarista com a inclusão da RSE.

Reportando-se a situação dos empresários portugueses com atividades nos países africanos de língua oficial portuguesa, Miranda assume que:

> Salvo raras exceções os empresários portugueses com atividades em África tem estado pouco atentos a suas responsabilidade sociais, nomeadamente no plano comunitário, iniciativas de relativamente baixo custo e grande impacto social como escolas, clinicas, campos de jogos são rejeitadas sem uma adequada análise da relação custo/beneficio…."

Diversos estudos apontam que não obstante as diretrizes internacionais e europeias que deveriam conduzir a uma atuação mais inclusiva ao nível mundial, e as pressões a que estão sujeitas as empresas multinacionais no sentido de adotarem as melhores praticas na matéria de RSE nos países em desenvolvimento, ainda são escassos os casos de compromisso e de responsabilização efetiva das empresas no desenvolvimento económico sustentável, social e ambiental dos Estados em desenvolvimento.

Ironicamente, em África, onde a RSE seria um elemento de estratégia política e semente para a integração da vertente social económica e ambiental capaz de alavancar a participação das empresas no desenvolvimento sustentável, não existem indicadores expressivos sobre estratégias das empresas multinacionais e pequenas e medias empresas, desconhecendo-se por conseguinte o impacto de RSE, o que indicia a não percepção desta realidade pelos principais atores. Os princípios e práticos considerados como consolidados nos países desenvolvidos, de maneira generalizada, são pouco ou completamente desconhecidos nos países em desenvolvimento.

Perante essa caracterização, surge o questionamento:

Como equacionar a responsabilidade social no contexto de Estado em desenvolvimento?

A maioria das doutrinas sustentam uma visão voluntarista da RSE, segundo a qual as empresas devem assumir compromissos voluntários com a sociedade, incluindo na sua gestão interna a ideia de cidadania, com mudança de comportamentos e de atuações na área social e ambiental, excluindo liminarmente a visão obrigacionista, como demostra um extrato de uma análise refletida na Comunicação da União Europeia (2011) sobre a estratégia de RSE

> Um novo paradigma de relações, em "ecossistema", em cadeia de valor global, em parceria, boa vontade, cooperação, auto regulação, flexibilidade, adaptação, cidadania, virtude e solidariedade. Tudo isto será destruído pela rigidez e cegueira das leis, das sanções e das decorrentes corrupções e fugas. O caminho ético, suportado em códigos, normas e declarações (soft law) parece mais difícil e lento do que o caminho legal (hard law) mas é muito mais eficaz, duradouro e, o que também é de considerar, muito mais barato. Assim o Estado seja estimulador e coordenador e saiba abster-se de RSE chefe, polícia e (mau) juiz.

A análise das condicionantes e da realidade da maioria dos países em desenvolvimento orienta-nos a considerar que se os países africanos em desenvolvimento encararem a RSE como dependente da única vontade da empresas, esta como é prática, não incorrerá em custos adicionais e dificilmente adotará uma conduta ou comportamento diferente da que se habituou a praticar.

As especificidades dos países em desenvolvimento clamam por uma intervenção mais direcionada para a definição de uma política, baseada nos critérios adotados pelos países desenvolvidos, mais reforçadas com a criação e implementação de regras imperativas e de cumprimento obrigatório pelas empresas. Essas regras deverão basear-se nas diretrizes da ONU, OIT, OCDE e Pacto global, prevendo consequências jurídicas, em caso de não efetivação, por parte de uma empresas, da sua obrigação social e ambiental.

Julgamos merecer o devido destaque dois casos: o da Nigéria, cuja lei prevê a alocação de uma percentagem de lucro bruto de cada empresa para ser afeta a iniciativa de responsabilidade social, e outro caso é o de África do Sul, que o Estado obriga as empresas cotadas nas bolsas de Joanesburgo a elaborarem um relatório anual que deverá espelhar os resultados financeiros e também dados sobre o seu desempenho social e ambiental. São iniciativas interessantes de carácter coercivas, que indiretamente obrigam as empresas a adotarem condutas e ações tendentes a contribuir positivamente para a melhoria da qualidade de vida social dos trabalhadores, da comunidade e da sociedade, também ao nível ambiental.

Ainda ao nível da África subsaariana, regista-se algumas iniciativas pioneiras desenvolvidas para impulsionar a RSE, concebida enquanto matéria que precisa ser codificada ou regulamentada pelo Estado. Por exemplo, a Associação senegaleses Standards, membro pleno da ISSO, organizou, em julho de 2007, um Workshop, em com colaboração com a Associação Internacional de Voluntários Leigos tendo contado com as presenças da Costa do Marfim, Burkina Faso, Mali e Mauritânia, cujo objetivo foi incentivar os Países africanos a criarem códigos que regulem a atuação responsável das empresas. O *workshop* foi uma oportunidade para sensibilizar os atores políticos, econômicos e sociais sobre a importância da normalização como uma forma de responder às questões de RSE e também de se avaliar de que modo pode a mesma constituir uma forma para melhorar o desempenho dos negócios.

A adoção de uma conexão mais legalista, aparenta ser a via que poderá permitir aos países africanos em desenvolvimento atingirem os objetivos preconizados pelas organizações internacionais ao nível da RSE e implicar as empresas no desenvolvimento sustentável, incluindo nas suas estratégias as preocupações sociais, económicas e ambientais. Isto, sem descurar a possibilidade de em algumas áreas poderem, posteriormente, dependendo da evolução do sentido de cidadania das empresas e da *Governança*, reassentar sobre o carácter voluntarista da RSE.

Tendo em conta as fragilidades próprias dos Estados em desenvolvimento, não deve ser deixado ao livre arbítrio das empresas a sua responsabilidade na área social, ambiental e na sustentabilidade económica, pelo que RSE deve ter um carácter obrigacional. Alguns instrumentos ou mecanismos devem ser equacionados para garantir o seguimento das melhores práticas que têm sido desenvolvidas, implementar os modelos de

relatórios e meios de fiscalização para apurar o nível de respeito do RSE e incentivar a participação ativa dos cidadãos, como força impulsionadora na tomada de decisões e respeito dos princípios de RSE pelas empresas e Governantes.
Na vertente contractual, para que as políticas dos Governos tendentes a incentivar o investimento estrangeiro e os contratos administrativos de implementação dos investimentos assinados entre Estados e empresas atinjam os objetivos preconizados na esfera social, ambiental e económica, imperioso se torna que sejam criadas garantias para assegurar o respeito das obrigações por parte das empresas, introduzindo uma estratégias baseada na RSE, assente nas preocupações sociais e ambientais, vinculando todos os intervenientes, incluindo a comunidade, numa autentica parceria para o desenvolvimento sustentável. Assim sendo, as cláusulas contratuais devem ser claras com e obrigações definidas, cabendo à empresas encontrarem, através da sua estratégia interna, a melhor maneira de as cumprir. O contrato também deve prever sanções traduzidas em coimas, perca de benefícios ou resolução do contrato se a conduta da empresas não respeitar os termos acordados e surgirem situações de danos ou prejuízos para a vida dos trabalhadores ou da comunidade ou danos ambientais.
Os *Mídias*, (TV, rádio, internet, jornais, redes sociais, etc.) devem estar atentos às práticas das empresas que contrariam o comportamento ético e respeitoso dos direitos humanos, da sociedade e do ambiente. Espera-se também uma pressão das multinacionais para que os próprios Estados criem condições legais que garantam a proteção dos Direitos humanos e a proteção do meio ambiente.

6. RSE na política publica em São Tome e Príncipe

S.Tomé e Príncipe é um Estado em desenvolvimento, definido como vulnerável devido a fatores como a exiguidade territorial, a insularidade, a fragilidade dos ecossistemas e a forte pressão humana sobre os recursos naturais. O quadro da situação social é característico dos países africanos subsaarianos com nível de desemprego superior a 20%, ausência de um sistema de proteção social, e com cerca de 67% da população vivendo abaixo do limiar da pobreza.[4]. Acresce-se a esse quadro a vulnerabilidade às mudanças climáticas, perda da biodiversidade, poluição, aumento da erosão costeira, expansão desordenada das áreas urbanas, desflorestação e degradação florestal, utilização de áreas com potencial agrícola para outros fins e a consequente degradação dos solos que constituem um rol de problemas que preocupam a sociedade e o Governo santomense.
O Governo Santomense ratificou as principais convenções ambientais, em 1999 e determinou as regras e os procedimentos aplicáveis aos estudos de impacto ambiental nos projetos de desenvolvimento. Assim, a partir de 2000, os operadores económicos passaram a submeter obrigatoriamente os estudos de impacto ambiental dos projetos antes da sua realização, obrigando as empresas a assumirem comportamentos que protejam o ambiente. De outro lado a Lei-quadro das operações petrolíferas Lei 16/2009 impõe as empresas petrolíferas a obrigação de preverem nos contratos petrolíferos a responsabilidades social.
As empresas consideradas grandes e as multinacionais que operam em S. Tomé e Príncipe, que por força dos instrumentos internacionais, deveriam adotar comportamentos e condutas que contribuiriam para a implementação dos engajamentos decorrentes desta adesão, particularmente no que cinge ao respeito dos direitos humanos, não a cumprem, e o balanço da atuação na área social demonstram-nos que os feitos são pouco relevantes para a melhoria da vida social ou ambiental do país, por conseguinte não se regista condutas ou praticas nos termos da RSE.
A preocupação em introduzir condutas e ética ao nível das empresas Europeias, quando deslocalizadas para S. Tomé e Príncipe, está patente na resolução sobre Normas da União Europeia para as empresas europeias que operam nos países em desenvolvimento, aprovada pelo Parlamento Europeu em 1999. Trata-se de um código de conduta europeu que contribuiria para uma maior normalização dos códigos de conduta voluntários, com base nas normas internacionais, cuja aplicabilidade estende-se para além das fronteiras europeias, bem como

4 Fonte: Relatório Nacional - preparação à terceira conferência internacional sobre o desenvolvimento sustentável dos pequenos estados insulares em desenvolvimento, **Ápia**, Samoa 2014

a institucionalização de uma Plataforma Europeia de acompanhamento, com disposições referentes aos procedimentos de queixa e formas de reparação dos danos. Não obstante existirem mensagens, ações, diretrizes ao nível mundial para que a RSE tenha o mesmo sucesso no Norte e no Sul, constata-se que as grandes empresas sediadas ou que operam em S. Tomé e Príncipe não adotam comportamentos e condutas baseadas nas normas que incentivam o comportamento responsável.

Existem algumas empresas que nos seus *sites* ou nos relatórios anunciam a RSE, mas na prática são algumas ações isoladas (apoios a atividades desportivas, atividades culturais e literárias, apoio as famílias em caso de sinistro, reparação de jardins e escolas, patrocínio, etc…) sem previamente serem apreciadas ao nível de uma estratégia global, e não decorrendo de um diálogo ou parceria publico - privado, podendo momentaneamente, solucionar um problema, mas não estando inseridas numa estratégia orientada para o desenvolvimento sustentável.

O advento do petróleo, a situação geoestratégica do país e a exuberante paisagem natural fazem de São Tomé e Príncipe, num futuro próximo, um destino para investimentos estrangeiros nas diversas áreas. Para acautelar os riscos sociais e ambientais e um desenvolvimento sustentável é imprescindível que o governo encontre nas diretrizes e nas orientações dos instrumentos jurídicos que regulam a RSE, uma base para definição de uma política virada para o desenvolvimento sustentável.

A definição, pelo governo de uma estratégia baseada na visão de RSE, deveria ter um carácter obrigacional, tendo em conta que, devido às fragilidades das instituições, a pouca prática de cidadania e as vulnerabilidades sociais e ambientais, não será factível a iniciativa voluntária por parte das empresas.

7. Caso RSE na Região Autónoma do Príncipe

A apreciação analítica do contrato de concessão e do contrato administrativo de um mega projeto de investimento assinado entre o Governo da Região Autónoma do Príncipe [5] Assinado com a empresa HBD Vida Boa em 2011, especificamente nas áreas do turismo e da agricultura, permite-nos considerar que é o primeiro exemplo em São Tomé e Príncipe de uma empresa que introduziu na sua estratégia os aspetos que extrapolam a implementação da componente económica do objeto do projeto, retorno do investimento e obtenção do lucro, tendo por conseguinte incorporado as preocupações e as expectativas sociais, ambientais e aquelas que possam proporcionar à Região Autónoma do Príncipe um desenvolvimento sustentável e equilibrado entre o homem e a natureza.

Os contratos assinados entre o Governo da Região Autónoma do Príncipe e a HBD Boa Vida revelam uma nova maneira de abordar o investimento estrangeiro num projeto integrado, onde o homem trabalhador encontra garantidos os seus direitos a condições e segurança no trabalho, um tratamento condigno, à formação, melhoria das condições de vida dos trabalhadores e da comunidade. A implementação do projeto incluiu a proteção da fauna e da flora, integrando a ideia de um turismo comprometido com a natureza na qual as empresas se desenvolvem.

Os articulados dos referidos contratos concorrem para o respeito dos direitos e princípios consignados nos instrumentos internacionais produzidos e das diretrizes da RSE assumidas pela ONU, OIT, OCDE, EU, UNIDO, PNUMA e Pacto Global, decorrendo do diálogo e parceria publico- privada.

Através das cláusulas contratuais, a empresas HBD Boa Vida Boa assumiu, ao nível da participação social das empresas, 3 áreas de atuação: a) Área social: Formação e aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores nacionais contratados para prestarem serviços nos empreendimentos turísticos e demais atividades afetas ao funcionamento dos mesmos; favorecer o emprego dos trabalhadores santomenses e ocupar-se da formação no plano técnico e administrativo da mão-de-obra local e garantir a segurança dos trabalhadores; b) Área de sustentabilidade económica: Requalificar as vias de acessos terrestres às áreas objeto do contrato de concessão, realizar os investimentos que visem a promoção e o desenvolvimento do turismo como uma atividade

5 Região Autónoma do Príncipe é a segunda ilha que integra a República Democrática de São Tomé e Príncipe

económica sustentável; c) Área ambiental: Remover, tratar e destruir os lixos gerados pelos projetos, sendo interdito o lançamento de esgotos para as praias; respeitar as normas em vigor em matéria de engenharia civil, de segurança, de salubridade e de meio ambiente, promovendo a agricultura biológica e a criação de viveiros que permitam o desenvolvimento da mesma; incentivar e contribuir para a manutenção e limpeza das praias incluídas na concessão; ter em atenção a preservação do mundo subaquático, nos termos da legislação em vigor; manter a preocupação em relação à preservação de algumas espécies de aves migratórias, que se avistam na Ilha do Príncipe, capazes de se tornarem num atracão turísticas.

Após o balanço do impacto da RSE, constata-se que o mesmo é positivo e são recenseadas as seguintes realizações: conclusão da carpintaria; inicio as obras de construção das casas do aeroporto, início da construção de casas para os pescadores, tendo o Governo Regional facultado o terreno para a sua construção, até Julho de 2013 foram criados cerca de 572 postos de trabalho no Príncipe, trabalhadores por conta de outrem, no sector privado, sendo mais de 300 postos de trabalho criados pela HBD; implementação do projeto de eliminação de plásticos "Water & Recycle", início da construção da estrada do Picão, início da reparação e ampliaçao do aeroporto disponibilização de professores de inglês, português e matemática para a população de todas as idades.[6]

A definição das obrigações sociais e ambientais e a integração na estratégia global de desenvolvimento da Região Autónoma do Príncipe decorreu de uma estratégia definida pelo Governo Regional e a empresa. A realização das ações definidas nas áreas social e ambiental eram inicialmente asseguradas pela Fundação Essentia e posteriormente passaram a ser executadas e financiadas diretamente pelo investidor HBD Vida Boa.

Para garantir o respeito dos compromissos assumidos e velar pelo respeito das obrigações sociais, ambientais e as tendentes à sustentabilidade económica, foram criados alguns instrumentos que permitem ao Governo Regional fazer o seguimento do impacto, através dos canais de comunicação e reuniões constantes, e criação de uma equipa para o seguimento das cláusulas contratuais.

A prova do empenho no sentido de responsabilização social, foi a atribuição em Fevereiro de 2014, à referida empresas, do 1º premio de turismo responsável e respeitador do ambiente ao nível da África.

8. CONCLUSÃO

A RSE deve ser encarada pelos governos como um instrumento sobre o qual deverá assentar uma estratégia económica, social e de desenvolvimento sustentável, por via da adopção de uma visão inclusiva, tendo sempre em conta o estádio de desenvolvimento e as especificidades ao nível de envolvimento político social e civil dos cidadãos.

A empresa deve ser como um membro da sociedade e deverá assumir os seus compromissos perante a sociedade e o espaço onde ela está insere, numa sinergia transversal com todos *stakeholdes.* O novo modelo de governação deve permitir a melhoraria da eficácia da ação pública, garantir uma melhor integração das políticas, reforçar a relação com a sociedade e assegurar a adaptação aos novos desafios

Considerando que o capital social de muitas multinacionais são superiores aos Orçamentos Gerais dos Estados, e perante a ineficiência dos governos em assegurar a satisfação das necessidades dos cidadãos e o seu bem-estar, os Estados em desenvolvimento, devem, à semelhança do que tem vindo a ser feito pelos Estados desenvolvidos, encontrar através da RSE, fundada nos instrumentos internacionais, uma plataforma para definir a sua estratégia para o desenvolvimento sustentável, prevenir e superar os problemas sociais e ambientais.

As empresas devem ser encaradas, não somente como fontes de receitas através do pagamento dos impostos, mais sim como um parceiro que, conjuntamente com os governos, deverão participar na melhoria da vida das populações e na preservação do ambiente, o que garantirá melhor aceitação ao nível da sociedade e ajudará a criar condições para a sustentabilidade do seu negócio e a sustentabilidade do desenvolvimento de Estado onde se encontra inserida.

Trata-se de uma questão de opção política como via incontornável para um equilíbrio social, ambiente saudável e que leve a proporcionar o desenvolvimento sustentável, e para a mudança da tradicional governação para *governança*.

---

6 Fonte: Secretaria da Economia e das Finanças da Região Autónoma do Príncipe

Bibliografia

Almeida (2003) Revista Electrónica de Ciência Administrativa (RECADM) - ISSN 1677-7387

Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria. "Responsabilidade Social Empresarial nas Organizações de Varejo. Setor de Panificação" (GUIA Conceitual e Prático) Ethos/ABIP [consultado em Junho 2014]

Comissão das Comunidades Europeia (2001) Livro Verde "Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas"

Indicadores Ethos para negócios sustentáveis [consultado em Agosto 2014]. http://www3.ethos.org.br .

Les principes directeurs de l'OCDE à l'intention des entreprises multinationales ÉDITION 2011.

Livro Branco de Responsabilidade Ambiental da Comissão Europeia -Uma estratégia europeia renovada para a Responsabilidade Social empresarial 2011-2014 IPAI Auditoria Interna Out/Dez 2011),

Guarani, M. V. e Caron, A (2009) – "O novo papel do Estado como autor do processo de desenvolvimento sustentável" UNIFAE – Centro Universitário.

Neves, A. (2000), *A Responsabilidade Social das empresas (R.S.E.): Contributo para a qualidade de vida no trabalho*, 4º Congresso RH Magazine: Competitividade através das Pessoas.

Neves, A. (2004), A *Responsabilidade Social das empresas*, INIA, Livro Verde- Comissão Europeia 2001:Uma *estratégia europeia renovada para a Responsabilidade Social empresarial 2011-2014 | IPAI* http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sustainable-business/corporatesocial-responsibility/index_en.htm.

Revista Electrónica de Ciência Administrativa (RECADM) - ISSN 1677-7387

Faculdade Ciência de Campo Largo - Coordenação do Curso de Administração Responsabilidade Social Corporativa: *uma contribuição das empresas para o desenvolvimento sustentável.*

Relatório Nacional - preparação à terceira conferência internacional sobre o desenvolvimento sustentável dos pequenos estados insulares em desenvolvimento, **Ápia**, Samoa 2014

Relatório sobre a Competitividade Europeia (2002) Comunicação da Comissão da União Europeia.

Santos. M. J. (2005), "*Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social Empresaria",* Celta Editora.

Soares, Barroso; Miranda Agostinho - *As empresas estrangeiras têm obrigação de investir nas comunidades e em projetos locais*- Responsabilidade Social em África- www.mirandalawfirma.com

Oliveira e Neves (2012) *Atualidade e Desafios Futuros- Análise e Propostas de Atuação*, DGAE ACT :12 Relatório sobre a Responsabilidade Social das empresas

Potencial Democratizante dos Fóruns de Economia Solidária *e seus Limites: Exemplos do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul*

Ana Margarida Esteves[1]
Centro de Estudos Internacionais – ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Email: anamargarida.esteves@gmail.com

1. Introdução

Os Fóruns de Economia Solidária do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul são exemplos de uma tipologia emergente e inovadora de espaço institucional de participação política, definida no projeto de pesquisa em que se insere esta comunicação como "espaços públicos integrativos".[2] Tais espaços baseiam-se numa abordagem multidimensional da mobilização popular e do aprofundamento da democracia, que considera a democratização da economia, na forma da promoção de redes de empreendimentos autogestionados de forma democrática e interligados por relações de reciprocidade, como elemento chave para a promoção da democracia participativa. Tal abordagem preconiza o envolvimento de participantes de empreendimentos solidários no debate e tomada de decisão sobre políticas públicas para o setor, assim como na implementação das mesmas, promovendo assim o controle social do Estado. Tais propósitos têm em si implícita a promoção de subjetividades económica e politicamente emancipadas. O Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul foram os primeiros estados brasileiros a criar fóruns de economia solidária, lançando as bases para a criação da rede de "espaços públicos integrativos" que até agora atingiu o nível mais profundo de capilaridade, institucionalização e participação na elaboração de políticas públicas no mundo ocidental. Esta comunicação analisa a forma como a natureza institucional dos fóruns, assim como das iniciativas públicas para o setor, influencia a autonomia dos representantes dos empreendimentos no âmbito dos seus processos deliberativos internos. A análise é baseada no trabalho de campo para a minha tese de doutoramento em Sociologia, realizado junto dos fóruns de economia solidária dos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul entre Julho de 2008 e Julho de 2009.

As principais conclusões a retirar desta análise são que, à data do trabalho de campo, não obstante a capacidade mobilizadora dos fóruns de economia solidária e a sua importância no envolvimento do movimento em tomadas de decisão relativamente a políticas públicas, o seu potencial democratizante estava limitado por dois fatores:

1) A fragilidade dos empreendimentos solidários e a sua dependência em relação a financiamento e oportunidades de comercialização, promovidas por ONGs e pelo Estado;
2) A natureza informal dos fóruns e a conseqüente ausência de mecanismos institucionais que lhes permitissem quebrar ou diminuir essa dependência, nomeadamente através de recursos endógenos que levassem à oferta de apoio financeiro, comercial e técnico de forma autónoma das ONGs e do Estado e autogerida pelos participantes dos fóruns, assim como à promoção de redes de apoio recíproco e autogestionado entre em-

---

1 Ana Margarida Esteves é investigadora e ativista. É doutourada em Sociologia pela Brown University e trabalhou no Centro de Estudos sobre a América Latina da Tulane University. Faz pesquisa e ensina na área de economia social e solidária, comunidades intencionais, educação cidadã, alter-globalização e democracia participativa. É autora de diversos artigos sobre estes temas, publicados em revistas académicas e livros editados. É co-fundadora e membro da equipa editorial de Interface: uma revista sobre e para movimentos sociais (www.interfacejournal.net). É também co-fundadora da Associação Academia Cidadã, um coletivo de pesquisa e educação para a cidadania ativa, sediado em Portugal.

2 Este conceito está sendo desenvolvido no projeto de pós-doutouramento intitulado "The Emerging Action Fields of Solidarity Economy", financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (Portugal). Embora esta comunicação seja baseada em trabalho de campo desenvolvido anteriormente, está previsto que volte a fazer trabalho de campo junto dos fóruns de economia solidária no Brasil.

preendimentos solidários, na forma de cadeias de produção, iniciativas de comercialização coletiva e troca direta de saberes e tecnologias.

2. A fragilidade e informalidade que caracteriza o setor

O setor de economia solidária do Brasil é caracterizado por uma acentuada fragilidade e dependência institucional, resultante de fatores sistêmicos que o movimento, os fóruns e o Estado pretendem modificar, na forma de políticas públicas adequadas. Em 2007[3], o Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (SIES) tinha identificado 22 000 empreendimentos solidários em todo o pais. Cerca de 2 000, ou 9%, estavam localizados no Rio de Janeiro, e cerca de 1 300, ou 6%, no Rio Grande do Sul. Apenas cerca de 49% desses empreendimentos faziam parte da economia formal (22% no Rio de Janeiro e 36% no Rio Grande do Sul). Quase 30% não tinha um rendimento regular, e mais de 60% era incapaz de pagar salários mínimos mensais de 380 Reais. A principal causa da fragilidade dos empreendimentos solidários é a dificuldade que estes encontram em aceder a oportunidades de comercialização, crédito, tecnologia e formação. Tais dificuldades resultam de fatores estruturais e institucionais, que beneficiam a produção capitalista em termos de acesso ao crédito e comercializacão, criando obstáculos para o estabelecimento de unidades de produção que não fornecem garantias apriori de sustentabilidade financeira.

As políticas públicas para a economia solidária promovidas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e por municípios como os do Rio Grande do Sul promovem o acesso ao conhecimento necessário para a criação e gestão de empreendimentos solidários. Eles também criam oportunidades para o acesso ao crédito e comercialização na forma de mecanismos de microcrédito de base comunitária, assim como feiras de economia solidária, e outras iniciativas de comercialização. Estas iniciativas são particularmente importantes para os empreendimentos solidários pois, devido ao seu estatuto maioritariamente informal, não são capazes de ter acesso ao crédito e a oportunidades de comercialização para além do que é proporcionado pelas de apoio institucional proporcionadas pelas ONG e os programas públicos de apoio à economia solidária.

3. Contexto institucional

O fato de a Economia Solidária ser objeto de políticas públicas no Brasil é resultado da criação, desde a primeira metade da década de 90 e a partir das bases, de uma rede nacional de Fóruns de Economia Solidária. Esta rede, que está atualmente presente em 27 estados do país, inclui Fóruns locais, municipais e regionais e é coordenada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). O FBES foi criado em 2003, após a eleição do primeiro governo nacional encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

A eleição, em 2002, do primeiro governo brasileiro liderado pelo PT- Partido dos Trabalhadores, deu ao movimento brasileiro de economia solidária um enorme impulso, uma vez que levou à criação das primeiras políticas nacionais para o setor, coordenadas pela SENAES. Tal processo também resultou na criação do FBES, assim como na criação de uma série de novos Fóruns, verticalmente integrados numa rede de âmbito nacional. Os fóruns de economia solidária são uma tipologia institucional recente, de caráter informal, que ainda não está legalmente constituída ou regulada. Os fóruns estaduais são um espaço para a deliberação entre os representantes dos fóruns regionais, municipais e locais. O FBES é um espaço para a deliberação entre os representantes dos fóruns estaduais. Cada estado envia para o FBES três representantes, escolhidos em fóruns de nível estadual: Um dos empreendimentos solidários, outro de organizações da sociedade civil que lhes proporcionam apoio, e um funcionário público que trabalhe com políticas públicas para o setor. Não existe uma regra formal que obrigue os fóruns estaduais a cumprir as decisões que são feitas durante as reuniões da Coordenação Nacional do FBES.

---

3 Optei por não colocar os dados de 2013 nesta comunicação, de forma a dar uma ideia da dimensão e características do setor na época imediatamente anterior ao início do trabalho de campo.

Os fóruns de economia solidária têm os seguintes objetivos económicos e políticos (Icaza, 2008):

- Apoiar os empreendimentos solidários participantes, facilitando o seu acesso à formação e assistência técnica, apoiando e coordenando iniciativas auto-geridas de comercialização, finanças solidárias e promoção de economias de escala, nomeadamente através de compras coletivas e da formação de redes de produção entre os empreendimentos participantes. Alem disso, os Fóruns pretendem ;
- Envolver os empreendimentos solidários participantes no debate, tomada de decisão e implementação de leis e políticas públicas para o setor, assim como na promoção do controlo social do estado por parte dos membros do movimento. O propósito é apoiar a emancipação dessas unidades da lógica competitiva do mercado capitalista, bem como sua dependência de patrocinadores institucionais no seio da sociedade civil e do Estado;
- Apoiar a construção de subjetividades económica e politicamente emancipadas e socialmente intervenientes, assim como de projetos de vida coletivos baseados nos princípios da reciprocidade e autogestão democrática. Tal acontece não só através de iniciativas e educação não formal promovidas pelas ONGs participantes nos Fóruns, mas também através da aprendizagem informal quotidiana que resulta dos processos internos dos mesmos, da gestão dos empreendimentos solidários e da participação em iniciativas de comercialização e finanças solidárias, nomeadamente o microcrédito.

4. Os primeiros Fóruns como "espaços abertos" de participação cívica

Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul foram os primeiros estados do Brasil a criar Fóruns de Economia Solidária durante a década de 90. A evolução dos fóruns em ambos os estados seguiu trajetórias diferentes. No Rio de Janeiro, a introdução do fórum estadual precedeu a formação de fóruns ao nível municipal e local. O FCP - Fórum de Desenvolvimento do Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro foi inaugurado em Novembro de 1996, sem o apoio do Estado e, como resultado da colaboração entre ONGs de base e movimentos sociais que remontam à transição democrática do final da década de '80 e início da de '90. Não houve políticas estaduais específicas sobre o setor até à introdução da Lei de Apoio à Economia Solidária em Novembro 2008.

No Rio Grande do Sul, os fóruns regionais e municipais foram estabelecidos antes do fórum estadual, que só foi criado em 2006. Os primeiros fóruns foram estabelecidos em resposta a programas de governo para a economia solidária, levados a cabo por administrações lideradas pelo PT. Em 1989, após a eleição do primeiro governo municipal liderado pelo PT, Porto Alegre tornou-se o primeiro município a adotar programas para o setor. Estes programas tiveram como propósito apoiar a criação, formalização e desenvolvimento de empreendimentos solidários, assim como promover a comercialização dos seus produtos.

Em 1996, esses programas receberam um impulso quando o município de Porto Alegre os integrou numa estratégia de desenvolvimento local intitulada "Economia Popular Solidária". Esta estratégia acabou por não ser aprovado em forma de lei, o que teria assegurado a sua continuidade em caso de uma derrota PT nas urnas. Um dos principais objetivos deste programa era organizar os beneficiários em fóruns de economia solidária de nível local. O propósito era auxiliar o estado na identificação das necessidades do setor e envolver os beneficiários na tomada de decisão e implementação de políticas públicas. Este propósito levou à criação de um fórum de economia solidária para a região metropolitana do Rio Grande do Sul, conhecido como o Fórum Metropolitano. Embora este fórum tivesse logo de início sido definido como um "espaço aberto", a participação tornou-se obrigatória para os empreendimentos solidários da região metropolitana de Porto Alegre que tivessem interesse em aceder à assistência técnica, crédito e oportunidades de comercialização promovida por estes programas.

Não obstante o fato de o Fórum Metropolitano congregar empreendimentos solidários de toda a região, as cidades suburbanas de Viamão e Canoas criaram fóruns municipais de economia solidária em 1997, seguidas de Pelotas e Caxias, em 1998, e Cachoeirinha, Alvorada e Gravataí em 2000 e 2001. O cidade de Porto Alegre também criou um fórum municipal em 2000. Estes fóruns foram criados em seguimento à adoção de programas públicos de apoio à economia solidária nessas cidades. Cada um destes fóruns passou a eleger representantes para o Fórum Metropolitano.

Apesar das diferenças, o FCP e os fóruns de nível local (e, inicialmente, o regional) da região metropolitana

de Porto Alegre assumiram a forma que Juris (2004) descreveu como "espaços abertos" de participação democrática direta. Não obstante a obrigatoriedade inicial de participação no Fórum Metropolitano para aceder a políticas públicas, não existe estrutura formal de "pertença" a este fórum. O mesmo se passa com os fóruns de nível local, que, à data do trabalho de campo, realizavam reuniões mensais abertas onde os participantes podiam representar-se diretamente e tomar decisões por consenso. No entanto, enquanto no Rio Grande do Sul as ONGs só tinham o estatuto de observadoras e coordenadoras administrativas dos fóruns, no Rio de Janeiro estas tinham, além de uma função administrativa e de coordenação, o mesmo direito a voto e poder de decisão que os representantes dos empreendimentos solidários.

5. GT Brasileiro: Do Fórum Social Mundial ao compromisso em torno da SENAES

O primeiro grande ponto de viragem na dinâmica institucional do movimento de economia solidária no Brasil ocorreu em 2002, com a eleição do primeiro governo nacional liderado pelo PT. Dadas as afinidades existentes entre vários ativistas e organizações do movimento de economia solidária e quadros centrais do PT, a eleição de Lula da Silva criou oportunidades para o movimento se engajar em um diálogo político com o governo central que visa promover políticas públicas para a economia solidária em nível nacional (Icaza 2008: 219-20). No entanto, a mobilização de base, a nível nacional, que levou a tal processo antecedeu as eleições de 2002, tendo sido levada a cabo através das mobilizações para o primeiro e segundo Fórum Social Mundial (FSM), que teve lugar em Porto Alegre em Janeiro de 2001 e Janeiro de 2002, respectivamente. Tais mobilizações foram incorporadas no Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária do FSM, vulgarmente conhecido como GT Brasileiro, que foi formado para promover uma convergência nacional entre as ONGs, as organizações de movimentos sociais, e as administrações públicas lideradas pelo PT que prestavam apoio a empreendimentos de economia solidária. [4]

A 9 e 10 de Dezembro de 2002, o GT Brasileiro organizou a Primeira Plenária Nacional de Economia Solidária. Os participantes chegaram ao consenso de que o GT Brasileiro pediria ao novo governo para estabelecer um Ministério da Economia Solidária. Este ministério seria responsável pelo desenvolvimento de políticas para o setor, em um diálogo direto com o movimento. Os participantes também decidiram estabelecer o FBES, cuja função seria desenvolver propostas de políticas públicas e colaborar com as estruturas do Estado na sua formulação e implementação. A estrutura do FBES foi definida durante a Segunda e Terceira Plenária Nacional de Economia Solidária, que tiveram lugar respectivamente durante o terceiro Fórum Social Mundial, em Janeiro de 2003, e em Junho do mesmo ano (GT Brasileiro, 2003: 61). O resultado da Primeira Plenária Nacional foi a "Carta ao Governo Lula", uma carta coletiva pedindo que o próximo governo definisse a sua política económica com base nos princípios da economia solidária como o núcleo de sua política económica. Isso implicaria a promoção de um modelo de desenvolvimento baseado na construção e fortalecimento de cadeias de produção, de nível local e regional, baseadas nos princípios da autogestão coletiva e democrática e da sustentabilidade social e ambiental. Segundo a carta, este modelo deveria remover os obstáculos jurídicos e fiscais para a formalização dos empreendimentos solidários existentes, bem como o apoio à criação de novos empreendimentos, nomeadamente através da promoção:

- de mecanismos de finanças solidárias, de base comunitária;
- da pesquisa e disponibilização de tecnologias apropriadas para empreendimentos solidários;
- do apoio à democratização do conhecimento económico, técnico e de gestão.

---

4 O GT Brasileiro foi incialmente composto pelas seguintes organizações: PACS (www.pacs.org.br), Cáritas Brasileira, FASE, IBase, MST-CONCRAB, ABCRED – Associação Brasileira de Institutições de Microcrédito (http://www.abcred.org.br/); RBSES – Rede Brasileira de Socio-economia Solidária; ITCP – Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas em Autogestão (http://www.anteag.org.br/); UNITRABALHO; ADS-CUT – Agência Para of Desenvolvimento Solidário (http://www.ads.org.br/). O GT Brasileiro também incluia, na época da sua fundação, representantes do governo do estado do Rio Grande do Sul e do Secretariado para o Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da prefeitura de São Paulo (GT Brasileiro, 2002).

A carta também pediu ao novo governo para mapear as unidades de produção de solidariedade baseada em economia por meio de um censo nacional, a fim de avaliar adequadamente as suas necessidades de crédito, assistência técnica, comercialização e parcerias económicas (GT Brasileiro, 2003: 35-51).
O novo governo resistiu à adoção da economia solidária como eixo central da sua política económica, visto ter adotado uma estratégia desenvolvimentista, como base no apoio ao agronegócio e grande indústria, com vista ao mercado nacional e à exportação. Em consequência, também resistiu à proposta, contida na "Carta a Lula", de criação de um ministério para a economia solidária. O acordo alcançado entre o movimento e o governo levou à criação da SENAES como um departamento no âmbito do Ministério do Trabalho. O seu papel seria o de desenvolver políticas públicas para o desenvolvimento da capacidade produtiva dos empreendimentos de economia solidária, facilitando o acesso à assistência técnica e à formação profissional, além de apoiar iniciativas comunitárias de comercialização. As competências da SENAES seriam complementadas por um novo órgão consultivo, o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), ou Conselho Nacional da Economia Solidária, concebido pelo Ministério do Trabalho como um veículo para o diálogo político entre o Estado, o movimento economia solidária e as organizações da sociedade civil que lhe prestam apoio. O CNES é composto por um número igual de representantes do Estado, de empreendimentos solidários e de ONGs. Este órgão reúne-se duas vezes por ano para formular propostas de políticas públicas e legislação.[5]
A criação da SENAES e a adoção de programas nacionais para a promoção da economia solidária pode ser vista como parte de uma estratégia do PT para melhorar seu desempenho eleitoral e estabelecer alianças que reforçassem a sua legitimidade junto das bases. O PT e o movimento de economia solidária têm origens comuns na resistência contra o regime autoritário promovida pelas comunidades eclesiais de base, bem como em organizações leigas progressistas dentro da Igreja Católica, como a Ação Católica e a Comissão Pastoral da Terra. Estas organizações serviram como campo de treinamento para os ativistas que fundaram o PT e da CUT - Central Única dos Trabalhadores no início da década de 1980, bem como para os fundadores e membros de ONGs que foram fundamentais para a emergência do movimento de economia solidária, tal como a FASE, o IBASE, o CEDAC ou a Cáritas Brasil. Muitas destas pessoas também eram militantes, ou colaboradoras próximas do PT. No entanto, ao longo dos anos 1980 e 1990, o PT foi diminuindo gradualmente o seu envolvimento com organizações de base, exceto no período anterior e durante campanhas eleitorais. Nesse período, o PT passou de uma tendência marxista de esquerda para uma abordagem desenvolvimentista e de "terceira via" da política económica e de desenvolvimento social. Segundo Petras e Veltmeyer, "o setor eleitoral do PT ganhou o controle do partido e redefiniu o seu papel como um aparato eleitoral, passando a ter uma abordagem instrumentalista da luta social e concentrando os seus esforços no interior do aparelho e das instituições do Estado, assim como na formação de alianças com partidos burgueses "(Petras & Veltmeyer, 2005: 61-2). A coligação eleitoral, liderada pelo PT, que venceu as eleições gerais de 2002 incluiu, entre outros, o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ou o Movimento Democrático Brasileiro; e o Partido Republicano Brasileiro (PRB), de natureza neoliberal e conservadora.
Antes da eleição presidencial em Outubro de 2002, o PT e seus aliados eleitorais emitiram um manifesto que afirma que o principal objetivo do governo seria o de enfrentar as desigualdades estruturais, promovendo o rápido crescimento económico e a competitividade internacional. Para este fim, o manifesto listou seis objetivos políticos fundamentais: estabilizar os preços, criar um sistema tributário mais eficiente, proporcionar o financiamento do desenvolvimento a longo prazo, o investimento em pesquisa e desenvolvimento, e investir em infra-estrutura, bem como na educação e formação profissional da classe trabalhadora (Baer, 2008: 152 -3). O crescimento económico seria impulsionado pelo estimulo da oferta e da procura e do reforço das relações comerciais e de investimento com parceiros económicos com o mesmo nível de desenvolvimento, diminuindo assim a dependência do Brasil em relação aos países industrializados. A escolha de uma "terceira via" desenvolvimentista por parte do governo Lula foi o resultado de um compromisso feito por líderes do PT com as elites económicas nacionais e internacionais, com o objetivo de assegurar a governabilidade e promover o crescimento económico necessário para apoiar medidas redistributivas. No cerne deste compromisso estava

5 As competências da SENAES e do CNES foram definidas pelo decreto governamental nr. 4.764 de 24 de Junho de 2003.

o objetivo de manter uma reputação de "pais seguro para investimentos", de modo a evitar a fuga de capitais nacionais e internacionais (Baer, 2008: 152). A agenda adotada pelo governo Lula impediu rupturas radicais na política económica estabelecida. Para mudar essa situação, o movimento de economia solidária precisaria de, nessa época, já estar suficientemente articulado com outros setores da sociedade civil que tivessem propósitos semelhantes, assim como com facções dentro do PT que colocassem a auto-gestão económica no centro do seu programa político.

6. O papel da SENAES

Apesar da relutância do novo governo em adotar a economia solidária como eixo central da sua política económica, o movimento e a nova administração chegaram a um compromisso, no qual a economia solidária se tornou um eixo secundário de formulação de políticas públicas. A SENAES foi encarregada de elaborar um programa de políticas públicas para o setor, intitulado Programa de Desenvolvimento da Economia Solidária, que incluiria medidas nas áreas de comercialização, assistência técnica, desenvolvimento de competências, e finanças comunitárias. O programa baseados também previu o "Brasil Local", um projeto de financiamento de agentes de desenvolvimento local escolhidos pelas próprias comunidades. O papel principal destes agentes seria o de identificar as necessidades dos empreendimentos de economia solidária, promovendo o seu acesso aos recursos disponibilizados pelas ONGs e o Estado. O programa também estabeleceu o Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (SIES), um banco de dados on-line sobre as características e necessidades dos empreendimentos solidários em todo o país. Esta base de dados tem sido construída e atualizada por meio de pesquisas regulares a nível nacional regulares, conhecidas como processos de mapeamento. Dois levantamentos foram realizados até agora. Os resultados da primeira pesquisa foram publicados em 2007 e os segundos em 2013.[6]

Todas estas medidas foram criadas sob a forma de programas de apoio ao setor. Visto que ainda não foram codificados na forma de uma lei nacional de economia solidária, a sua continuidade depende da reeleição de governos nacionais liderados pelo PT, ou outra força política favorável à economia solidária. De modo a quebrar essa dependência, o movimento está a promover a recolha de assinaturas de apoio a uma lei de iniciativa popular para a economia solidária, cujo projeto circula atualmente pelo Congresso.[7]

7. O FBES e os fóruns de economia solidária

Durante a Terceira Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada em Junho de 2003, foi decidido que o órgão decisório principal do FBES seria a Coordenação Nacional, uma entidade representativa que se reúne duas vezes por ano para discutir as estratégias do movimento para o semestre seguinte. A Coordenação Nacional inclui os representantes das organizações que participam no GT Brasileiro, assim como três representantes eleitos de cada fórum estadual. Dois deles são membros de cooperativas populares, e o terceiro um funcionário público que trabalhe com programas para o setor, ou um técnico de uma ONG, organização de movimento social (SMO), ou programa de extensão universitária. O FBES estabeleceu um Secretariado Nacional, que inclui quatro técnicos, para lidar com a comunicação entre os membros durante todo o ano. O Secretariado é assistido pela Coordenação Executiva Nacional, composta por representantes das organizações participantes no GT Brasileiro.[8] FBES também inclui sete representantes de empreendimentos solidários, eleitos pelos seus

6 http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/

7 A campanha de apoio a este projeto de lei pode ser acompanhada em http://cirandas.net/leidaecosol .

8 Aos membros iniciais do GT Brasileiro juntaram-se a UNISOL - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (www.unisolbrasil.org.br) e a UNICAFES - União Nacional de Co-operativas da Agricultura Familiar (www.unicafes.org.br). A CUT criou a UNISOL em 2004 com vista a disponibilizar apoio financeiro e assistência técnicas a cooperativas

pares. Dois desses representantes são eleitos pelos estados da região norte, outros dois pela região nordeste, um pelo centro, outro pelo sudeste e outro pelo sul.
A criação do FBES levou a uma mudança gradual da estrutura dos fóruns de economia solidária, nomeadamente através da integração dos "espaços abertos" de nível local em redes piramidais de decisão política, coordenadas por fóruns estaduais para os quais casa fórum local deveria eleger representantes. Esta rede culmina com o FBES. Tal processo teve um impacto significativo sobre os fóruns do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. No Rio de Janeiro, marcou o início da descentralização do FCP e a sua transformação gradual de "espaço aberto" numa estrutura representativa. Isto ocorreu com a criação, entre 2004 e 2008, e fóruns municipais de economia solidária nas cidades da periferia norte e oeste de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Campo Grande, Mesquita e São Gonçalo. Os fóruns de Mesquita e São Gonçalo foram estabelecidos no âmbito das políticas públicas adotadas pelos governos locais. No Rio Grande do Sul, a criação do FBES levou à criação de um fórum estadual conhecido como Fórum Gaúcho de Economia Popular Solidária (FGEPS). O FGEPS é composto por representantes de cada fórum municipal e regional no Rio Grande do Sul. Estas delegações são compostas por representantes eleitos de três empreendimentos solidários e de uma ONG, movimento social ou incubadora universitária, ou um funcionário público que trabalhe com programas para o setor.
Durante a Quarta Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada em Brasília em Abril de 2008, decidiu-se que todos os fóruns estaduais se tornaria organizações representativas semelhantes à Coordenação Nacional do FBES. Eles seriam compostos por uma coordenação estadual, constituída por três representantes eleitos de cada fórum municipal, e um órgão consultivo, sem poder de voto, constituído por representantes de organizações da sociedade civil que operem a nível estadual. Dois dos três representantes eleitos de cada fórum municipal seriam de empreendimentos solidários, e o terceiro seria um funcionário público, representante de uma ONG ou assessor técnico de uma incubadora universitária. Decidiu-se também que, a partir de então, as decisões nos fóruns estaduais seriam tomadas por maioria simples.

8. Da horizontalidade à lógica hierárquica da burocracia e competição eleitoral

8.1 Rio de Janeiro: um aumento da dependência de ONGs

A adoção de políticas nacionais sobre a economia solidária, acompanhada pela integração dos fóruns abertos de nível local em estruturas representativas verticais, levou ao crescente domínio da lógica hierárquica decisão hierárquica e competitiva da burocracia estatal e das ONGs, assim como da competição eleitoral, sobre a lógica horizontal e dialógica que define os espaços abertos. Tal levou a uma mudança significativa na dinâmica dos fóruns que tinham sido estabelecidos antes da criação da SENAES e do FBES, quer os que resultaram da mobilização de bases, quer os que foram engendrados em resposta a políticas públicas para o setor. No entanto, essas tendências já estavam presentes, de forma latente, nos fóruns locais estabelecidos no âmbito de políticas municipais.
Uma análise dos relatórios das reuniões dos fóruns estaduais, regionais e municipais no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul mostra que, desde 2002, o seu foco principal foi, em detrimentos dos assuntos internos e locais, a preparação para reuniões e conferências nacionais, assim como a organização de eventos de comercialização a nível nacional e estadual. Na opinião de uma pessoa, parte da equipe técnica de uma ONG com sede no Rio de Janeiro, as Dinâmicas "de cima para baixo" promovidas pela SENAES e FBES interferiram com os planos do FCP para promover colaboração e trocas não-mediadas entre unidades de produção, assim como facilitar o acesso ao crédito e oportunidades de comercialização a nível local:

---

de trabalhadores. A UNICAFES foi criada no mesmo ano como órgão representativo de empreendimentos de agricultura familiar. A CONCRAB decidiu não participar no FBES, tendo se retirado do GT Brasileiro. À data do trabalho de campo, a participação do MST no movimento de economia solidária limitava-se à presença em eventos de comercialização de nível municipal, estadual e nacional, nomeadamente a Feira Nacional de Economia Solidária, organizada anualmente pelo projeto Esperança/Cooesperança na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

> *Você vê, o nosso plano inicial foi a de criar um coletivo, de modo a dar uma identidade legal para as unidades de produção, para que eles pudessem comprar materiais de produção no mercado de forma coletiva e se organizarem coletivamente para vender em feiras públicas e ter acesso direto a consumidores. Mas todas essas articulações começaram a tomar muita energia e muito tempo, e começaram a criar muito conflito. Muitas pessoas que estavam inicialmente muito envolvidas e deram muito apoio ao projeto começaram a desmobilizar, porque sentiram que o* fórum foi *perdendo o seu foco inicial.* [9]

Outra pessoa, parte de um empreendimento solidário do Rio de Janeiro, forneceu mais detalhes sobre o impacto negativo das dinâmicas de nível nacional, promovidas pelo FBES e a SENAES, nas dinâmicas internas do FCP:

> *As reuniões mensais [do FCP] têm um monte de participantes quando há uma viagem* à vista, uma viagem para participar da Coordenação Nacional, *da feira de Santa Maria, ou de outro evento nacional. Há recursos limitados para financiar essas viagens, e há lugares limitados para as pessoas poderem ir. Segundo [X][10],* o pré-*requisito para a participação nesses eventos é a participação regular no fórum, e nas atividades organizadas pelas ONGs, para que as pessoas recebam a educação e o treinamento que dizem que precisamos para participar nesses eventos. Por isso, as pessoas vêm porque querem ir para lá. E elas querem ir, porque nesses eventos elas sempre têm a oportunidade de vender os seus produtos. Por isso, eles querem de bem com eles, porque no final são eles que escolhem quem vai a esses eventos.*

Estes testemunhos mostram que o foco na mobilização a nível nacional, em detrimento da promoção de relações colaborativas entre os participantes dos fóruns locais ou regionais, levou a uma instrumentalização da participação no FCP para a promoção de objetivos individuais, em detrimento da promoção de dinâmicas e objetivos económicos e políticos comuns. Tal processo acabou por ter um impacto negativo sobre a autonomia dos representantes dos representantes de empreendimentos solidários no âmbito do fórum. Vários informantes do FCP deram a entender que o acesso às oportunidades de comercialização ficou dependente do estar ou não "em bons termos" com membros de equipes de ONGs, funcionários públicos ou representantes eleitos, em detrimento da solidariedade e promoção de Dinâmicas coletivas com outras unidades de produção que participam no mesmo fórum. De acordo com uma pessoa que participa regularmente no FCP,

> *... Se você falar dentro do fórum e trabalhar para uma ONG ou for apoiado por uma, você é bem tratado. Eles vão ouvir você. Se não, eles acham que você não tem uma "base", eles perguntam "de onde é que você vem? '(...)* Não há razão para *discriminar contra nós só porque a gente entrou no fórum mais recentemente e não temos esse tipo de apoio.*

Dos testemunhos citados, pode-se concluir que um aspecto adverso do tipo de dinâmica desenvolvida entre empreendimentos solidários e as ONGs foi a perca de autonomia dos seus representantes no âmbito dos fóruns. Durante a observação de reuniões mensais do FCP, testemunhei incidentes que mostravam como a dependência de representantes de unidades de produção em relação às ONGs comprometia a autonomia e transparência das suas contribuições. Em 2008, numa reunião do FCP que precedeu a feira

---

9 Ficou acordado entre mim e @s informantes que, de forma a garantir a sua privacidade, não iria referir o nome ou género da pessoa citada, nem sequer a data da entrevista ou do evento referente à citação.

10 Referência a outra pessoa, parte da equipe técnica de uma ONG, sediada no Rio de Janeiro, que fazia parte da Coordenação do FCP durante o trabalho de campo.

nacional de economia solidária, que tem lugar todos os anos na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, uma pessoa representante de um empreendimento solidário teve uma discussão acalorada, sobre despesas de viagem e respectivo financiamento, com uma pessoa que faz parte da equipe técnica de uma ONG. Durante um intervalo, uma pessoa representante de outro empreendimento solidário, participante de longa data no FCP e que já várias vezes tinha representado este fórum a nível nacional, contextualizou a discussão argumentando que

> *... As pessoas t*êm suas próprias opiniões e *as suas próprias críticas à forma que eles*[11] *têm de fazer as coisas, mas não expressam as suas preocupações, porque dependem deles para participar nas feiras e para saber o que está acontecendo, para poderem vender. É por isso que se mantêm caladas, pois não querem correr o risco de perder seu apoio, não querem ser excluídos da participação nas feiras.*

Alguns meses mais tarde, esta mesma pessoa teve, no âmbito do fórum, uma altercação com outra pessoa, parte da equipe técnica de uma ONG, sobre a organização de um evento de comercialização de nível estadual. A pessoa representante de um empreendimento solidário justificou os seus argumentos com exemplos concretos de incidentes semelhantes que se tinham passado durante a década anterior. Quando a pessoa representante da ONG, que à data era participante recente do FCP, se recusou a dar crédito ao argumento da pessoa representante do empreendimento solidário, alegando que não tinha conhecimento técnico suficiente, a pessoa em questão retirou-se da reunião, afirmando que

> *... é um desperdício de tempo percorrer uma distância tão grande*[12] *e perder um dia de produção para ser tratad@*[13] *de forma tão condescendente.*

8.2 Rio Grande do Sul: Influência da lógica da competição eleitoral

No Rio Grande do Sul, a introdução, a partir do final da década de ’80, de políticas públicas de nível municipal e estadual para a promoção da economia solidária ajudou a reduzir a dependência económica dos empreendimentos solidários em relação a ONGs.

Tal foi possível graças à facilitação do acesso à assistência técnica e à prestação de apoio público à comercialização, na forma de eventos e disponibilização de instalações permanentes. No entanto, houve o volte-face de os empreendimentos solidários se terem tornados mais dependente de funcionários públicos, representantes eleitos e elites do PT. Tal aconteceu pois, na época do trabalho de campo, essas políticas tinham sido formuladas no âmbito de programas de governo, não sendo por isso institucionalizadas, na forma de lei, como políticas de Estado, garantindo por isso a sua continuidade independentemente das mudanças de governo.[14] Tal situação expôs os fóruns de economia solidária a interferências de formações internas do PT que procuravam construir uma base popular para ganharem hegemonia política dentro do partido, assim como dentro do estado. Uma pessoa representante de um empreendimento solidário indicou que os fóruns se tornaram um local de recrutamento eleitoral por parte das elites do partido:

---

11 Referência à ONG que na altura dirigia a coordenação do FCP.

12 A pessoa em questão reside e trabalha num município da região suburbana do Rio de Janeiro.

13 A grafia da palavra foi modificada do original da transcrição das notas de campo, de forma a não revelar o género da pessoa em questão, e assim garantir a sua privacidade.

14 A data de 01/11/14 marcou um ponto de viragem neste processo, pois foi a data de aprovação, pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, do projeto de lei que deu origem à Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária para o estado: http://portal.mte.gov.br/delegacias/rs/aprovada-lei-que-cria-a-política-de-fomento-a-economia-solidaria-no-rs.htm .

> *Há ex-funcionários públicos que estavam trabalhando com políticas públicas de economia solidária no governo de Dutra, ou no município, quando "era" PT, que depois criaram ONGs com o objetivo de agregar pessoas, de agregar unidades de produção numa cadeia de influência, com a finalidade de capturar o seu voto. Essas pessoas começaram a interferir nos fóruns de tal forma que eles fazem uma grande confusão quando tomamos decisões que iam contra o seu ponto de vista ... Eles vêm e se impõem, impõem as pessoas que querem ver nos fóruns de coordenação e nos representando* nível nacional. É claro, que *isso criou um monte de conflito .... Eles têm essa estratégia: quando eles não podem assumir os espaços públicos, querem dividi-los.*

Os preparativos para a Quarta Plenária Nacional, que teve lugar, de 26 a 30 de Março de 2007, em Luziânia, Goiás, levou a um aumento da interferência das elites do partido nos fóruns de nível local e estadual. Em resultado desses conflitos, o FGEPS – Fórum Gaúcho de Economia Popular Solidária, esteve praticamente paralisado no período anterior e posterior à Plenária, ao ponto de só se ter reunido uma vez durante o período de trabalho de campo.[15] O FCP experienciou interferências semelhantes durante os preparativos para a Plenária, embora tal não tivesse comprometido suas reuniões mensais. De acordo com fontes dentro do FCP, a interferência veio da parte de participantes que eram militantes ativos do PT. Estas pessoas se apresentaram na Plenária como representantes do FCP, embora o fórum não os tivesse escolhido para tal. O FCP acabou por repudiar formalmente a sua participação na Plenária, em forma de carta.

9. Terão sido a SENAES e o FBES criados antes do tempo?

O contexto político que levou à criação da SENAES e do FBES teve dois efeitos importantes. Em primeiro lugar, o fato de o governo Lula ter seguido uma política económica de base desenvolvimentista, baseada numa perspectiva de "terceira via" que combina aspectos sociais democratas e neoliberais, levou a que a economia solidária se tornasse uma área periférica da política económica.[16] Em segundo lugar, o acesso ao apoio institucional disponibilizado pelas ONGs e pelos programas públicos, por parte dos empreendimentos solidários, ficou dependente do acesso a mediadores institucionais na sociedade civil e no Estado. O reforço desta relação "vertical" aconteceu em detrimento da autonomia dos empreendimentos solidários em processos de tomada de decisão nos fóruns, assim como do estabelecimento de laços de colaboração horizontal e não-mediada entre eles. Segundo um intelectual do movimento de economia solidária, isto não resultou do estabelecimento de SENAES e FBES como tal:

> *Essas foram oportunidades históricas que não poderíamos deixar passar. Precisamos de recursos públicos para ajudar a resolver os problemas enfrentados pelos empreendimentos de economia solidária, nomeadamente no que diz respeito ao acesso ao crédito, à assistência técnica e a oportunidades para a comercialização. No entanto, isso deve ser feito de uma maneira que promova a sua autonomia em relação ao Estado, e fortaleça a autonomia dos fóruns. Deve ser feito de uma forma que fortaleça a educação popular, a promoção de uma consciência de solidariedade e de cooperação económica com base na solidariedade, e não a reprodução da lógica neoliberal de produtividade, lucro e do individualismo. ... Toda decisão estratégica implica riscos e compromisso.*

---

15 Tal reunião teve lugar em Dezembro de 2008 e teve como foco a preparação de um evento de comercializacão.

16 Segundo dados do *Tribunal de Contas da União*, (http://portal2.tcu.gov.br/TCU), entre 2004 e 2008, a SENAES esteve dotada de um orçamento de apenas 21.4 milhões de *Reais*, que corresponde a menos de 0,25 do orçamento do Ministério do Trabalho, que durante esse periodo alcançou os 20 532.2 milhões de Reais.

No entanto, segundo o intelectual em questão, a SENAES e o FBES foram estabelecidos muito cedo, antes que o movimento fosse forte o suficiente para transformar a economia solidária na base da política económica do governo, ou, pelo menos, numa área central de política económica. Também foram estabelecidos antes que o movimento tivesse conseguido criar uma rede colaborativa entre empreendimentos solidários que fosse suficientemente forte para quebrar, ou pelo menos diminuir a dependência em relação às ONGs e a mediadores políticos no Estado, e assim impedir que os fóruns fossem cooptados pela sua lógica hierárquica, burocrática e competitiva.

10. Conclusões

Da análise levada a cabo nesta comunicação, pode-se concluir que o potencial de aprofundamento democrático dos fóruns de economia solidária é limitado quando estes não estão dotados dos mecanismos institucionais e recursos endógenos de que necessitam para quebrar ou diminuir a dependência direta de seus participantes em relação a ONGs ou mediadores políticos no Estado. Os fóruns de economia solidária são instituições informais, sem personalidade jurídica. Tal impede que possam criar seus próprios mecanismos de apoio à colaboração económica não mediada entre unidades de produção, impedindo assim a quebra da dependência em relação a ONGs, funcionários públicos ou representantes eleitos para o acesso à assistência técnica, crédito e oportunidades de comercialização . No entanto, estas limitações não são fatais, visto que fornecem um claro incentivo para a reflexão sobre quais serão as melhores estratégias para dotar os fóruns com mecanismos institucionais e legais que lhes permitam apoiar os empreendimentos solidários de forma autónoma e regular a sua relação com parceiros institucionais de uma forma que promova a sua sustentabilidade económica e autodeterminação política.

A criação da SENAES e FBES foi um compromisso político que levou a que a economia solidária fosse incluída no programa do governo Lula como uma área periférica da política económica. Tal processo não quebrou os laços de dependência dos empreendimentos solidários em relação a mediadores institucionais da sociedade civil e no Estado, contribuindo para que a lógica horizontal de deliberação e de colaboração que caracteriza a democracia direta em fóruns de espaço aberto se tornasse subalterna em relação à lógica hierárquica e competitiva da burocracia do Estado e das ONGs, assim como da concorrência eleitoral. Este desenvolvimento teve duas causas principais: A fragilidade da maioria dos empreendimentos solidários, aliada ao fato de os fóruns de economia solidária não terem, à data do trabalho de campo, meios institucionais para a promoção de colaboração horizontal e não mediada entre eles. Além disso, em Julho de 2009, quando foi concluído o trabalho de campo, o apoio do governo central à economia solidária ainda não havia sido consolidado na forma de lei, o que significava que a sua continuidade continuou a depender da reeleição de governos do PT.

Bibliografia

BAER, W. (2008), *The Brazilian Economy: Growth and Development*, Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers.

GT BRASILEIRO. (2003), *Do Forum Social Mundial ao Forum Brasileiro de Economia Solidária*, Rio de Janeiro: FASE.

ICAZA, A.M.S. (2008), *Economía Solidaria, acción coletiva y espacio publico en el sur de Brasil*, Tese de doutouramento, Louvaina: Catholic University of Leuven.

JURIS, J. S. (2004), "Networked social movements: global movements for global justice". In M. Castells (ed.), *The Network Society: A Cross-Cultural Perspective*, edited by M. Castells. Cheltenham: Edward Elgar, pp. 341-361.

PETRAS, J. & H. VELTMEYER. (2005), *Social Movements and State Power: Argentina, Brazil, Bolivia, Ecuador*, Ann Arbor, MI: Pluto Press.

Vínculos sociais e Economia Solidária

Luiz Inácio Gaiger[1]
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
E-mail: gaiger@unisinos.br

Esse trabalho focaliza o lugar social e o sentido histórico da Economia Solidária, a partir de uma abordagem escalonada em quatro linhas de argumentação: a) uma análise crítica do Utilitarismo vigente nas sociedades ocidentais modernas; b) a proposição alternativa de um paradigma socialmente vinculante, fundamentado e apropriado ao entendimento da vida humana e ao papel constitutivo das relações entre os indivíduos, das suas interações diretas às formas coletivas de solidariedade; c) a integração entre autores e abordagens de referência do campo paradigmático em questão, no sentido de ampliar a sua base fundacional e delinear seus desdobramentos, bem como a clarificação de conceitos e categorias oriundos das referidas perspectivas teóricas, visando sua articulação para fins de um constructo tipológico destinado à análise e interpretação de realidades empíricas; d) a aplicação desse quadro de referência à Economia Solidária, considerando suas características peculiares na América Latina, tomada aqui como referência do Sul global.

Palavras-chave: dádiva – reciprocidade – cooperação - solidariedade – metautilitarismo

Introdução

A Economia Solidária passou a ser reconhecida por suas diferentes manifestações e por sua relevância, entre outras razões, porque sinaliza um novo revigoramento do associativismo econômico, um fenômeno com longa trajetória e múltiplos desenlaces. Embora envolva categorias sociais diversas e comporte variadas formas de organização, o que particulariza suas experiências é o fato de neutralizarem o mecanismo estrutural que separa e contrapõe os processos de produção, gestão, produção e apropriação. Nos empreendimentos solidários, capital e trabalho encontram-se objetiva e subjetivamente vinculados às mesmas pessoas, os trabalhadores associados (Gaiger, 2006), destituindo de sentido e de viabilidade prática o enfoque convencional aplicado à força de trabalho, que a vê como um fator de produção, um instrumento. Soa estranho aos integrantes de tais empreendimentos que a racionalidade econômica deva sobrepor-se a considerações sobre pessoas e a preocupações sociais, ou abster-se delas. Mesmo sendo variável e sujeita a reversões, essa unidade indissolúvel entre meios e fins é a qualidade teoricamente definidora da Economia Solidária e não, como se poderia imaginar, a mera proliferação de arranjos formalmente cooperativos e associativos. Sua efetividade do ponto de vista da autogestão e do igualitarismo resta a aferir caso a caso, como expressões das virtudes e também dos impasses encerrados estruturalmente nas distintas experiências concretas.

Um segundo fator propício à ancoragem social de tais experiências reside em sua gênese (Gaiger, 2004; Gaiger *et al*., 2014). À medida que os empreendimentos solidários nascem em setores populares com experiência associativa, comunitária ou classista, essas lutas e mobilizações criam competências relacionais e laços de confiança em seus protagonistas, necessários à defesa de seus interesses e favoráveis a engajamentos sociais mais amplos. Em outras palavras, na órbita interna e externa das suas iniciativas, a Economia Solidária veicula um princípio antropológico, relacionado ao cultivo de vínculos sociais (Gaiger, 2008b), que se contrapõe ao primado utilitarista reinante em nossos dias.

---

1 Doutor em Sociologia, professor titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo, Brasil). Dedica-se a estudos sobre os movimentos sociais e a economia solidária, havendo publicado livros e artigos (cf. GAIGER, Luiz *et al*., *A Economia Solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais*, São Leopoldo, Oikos, 2014). Integra o Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa (www.ecosol.org.br) e coordena, com José Luis Coraggio, a Rede de Investigadores Latino-americanos de Economia Social e Solidária (http://riless.org/pt/). Bolsista de Produtividade do CNPq desde 1999.

A partir de uma revisão crítica do Utilitarismo e do resgate da alternativa legada pelas obras seminais de Marcel Mauss e Karl Polanyi, mediante atualizações da corrente antiutilitarista hoje presente nas ciências sociais e de aportes confluentes de autores como Luis Razeto, esse trabalho apresenta um arcabouço teórico compreensivo sobre o sentido e as forças de impulsão da Economia Solidária: suas experiências põem em cheque a lógica social e econômica dominante e a ela se contrapõem, não propriamente por negá-la por inteiro, mas por transcendê-la, em uma perspectiva designada de *metautilitarista*. A exposição desses argumentos, centrados no plano teórico e conceitual, divide-se em quatro tópicos, iniciando-se pelo Utilitarismo, ponto de partida da argumentação proposta.[2]

1 O Utilitarismo

Amplamente, o termo Utilitarismo designa uma corrente de pensamento e um estilo de conduta que se enquadram no campo da filosofia, da ideologia, da política, da economia e do senso comum. Seu axioma basilar se caracteriza por grande generalidade e simplicidade, alicerçando-se em torno de uma ideia moderna, atrativa e convincente: uma sociedade justa é uma sociedade feliz (Arnsperger & Van Parijs, 2000: 15). Com sua máxima da *maior felicidade do maior número*, pode-se considerar o Utilitarismo, quando do seu surgimento em meados do séc. XVIII, como uma concepção antifeudal, altruísta e humanista. Ele libera o indivíduo e as noções de bem e justiça de qualquer referente supremo superior, da metafísica englobante e também do direito natural. Como filosofia prática, o termo "designa um conceito normativo de fundamentação racional, que julga a ação humana quanto às suas consequências úteis" (Ulrich, 1997: 646). Se uma sociedade justa é uma sociedade feliz, importa o que produz a maior quantidade de bem-estar dos indivíduos afetados (Arnsperger & Van Parijs, 2000: 16). A partir daí, tem-se um individualismo benfazejo, conforme a máxima "provê a tua felicidade, que isto assegurará o maior grau de felicidade para todos os outros, se fizerem o mesmo." Livres de interposições, os indivíduos se portariam espontaneamente buscando maximizar seu bem-estar (seu interesse ou utilidade), racionalmente.

> Para a maior parte dos economistas, e para quase todos os sociólogos, o Utilitarismo estabelece: a) que os homens são ou devem ser considerados como indivíduos, separados e mutuamente indiferentes, não podendo, por natureza, buscar algo além de sua própria felicidade ou de seu próprio interesse; b) que é bom e legítimo que assim o seja, pois esse é o único objetivo racional oferecido aos seres humanos; c) enfim, que os indivíduos buscam essa satisfação de seu próprio interesse ou deveriam buscá-la racionalmente, maximizando seus prazeres (ou ainda, sua utilidade, suas preferências) e minimizando suas dificuldades (ou sua falta de utilidade). (Caillé, 2009a: 17).

Há evidentes afinidades eletivas entre as premissas utilitaristas, com suas considerações individualistas sobre a ética, e os interesses de classe da sociedade burguesa em formação nos séc. XVIII e XIX, marcada pela concorrência, a exploração e a luta de interesses. Mas embora a teoria econômica fundamentada em tais premissas seja entendida como amoral, seu conceito axiomático de utilidade manteria originalmente implicações éticas e seguiria preso a decisões prévias desta ordem. O Utilitarismo apenas toma como premissa que os fins espontaneamente buscados estão previamente definidos e são por si mesmos éticos, dada a natureza elevada do ser humano e o fato de representarem proveitos buscados livremente pelos indivíduos. A ética estando contida como um fim genérico já dado, o Utilitarismo ocupa-se desde então apenas dos meios, da sua maior ou menor capacidade de gerar o fim almejado. Por isso, sua razão é instrumental: consiste em escolher os meios mais eficientes para atingir o fim proposto.

---

2 Tais argumentos sintetizam resultados de pesquisas empíricas desenvolvidas durante duas décadas. Uma visão abrangente desses estudos encontra-se em Gaiger & Corrêa (2010a).

Tal enfoque, com a sua premissa de resguardo da autonomia individual, condizente com a aspiração moderna de "ter liberdade para se liberar", propende a conduzir toda e qualquer relação social a cingir-se à realização dos interesses de parte e doutra. Ele condiciona a ditos interesses a preservação do laço que momentaneamente se estabelece, deixando-o restrito aos termos previstos pelos *contratos* (sejam esses formais ou tácitos), entendidos como modelo de fundo das relações sociais. Em outros termos, o Utilitarismo antecipa o equacionamento da dívida, ao regrar contratualmente tais compromissos, e abomina a dádiva, ou seja, a contração de relações que por sua força própria reproduzam ou extrapolem os laços iniciais. Numa palavra, ele reprime o vínculo social e refuta a nossa condição humana de interdependência.

O Utilitarismo concebe ainda os indivíduos como calculadores racionais, desprezando o fato de que tal racionalidade "é, na melhor das hipóteses, subjetiva e limitada" (Caillé, 2009a: 16); deixa então à mercê do imponderável o desfecho daqueles cálculos individuais. Ademais, como mostra o conhecido *Dilema do Prisioneiro*, a orientação racional da ação individual ao próprio objetivo do agente conduz muitas vezes a um resultado inferior àquele alcançado pela adoção de uma estratégia cooperativa. Mas como a cooperação com frequência é observada em tais situações, malgrado sua menor orientação racional, é de se admitir que os indivíduos levem em consideração os objetivos das outras pessoas. Nas palavras de Amartya Sen, os indivíduos são levados a tomar em conta "a natureza de interdependência mútua das realizações de diferentes pessoas nessas situações", inclinando-se a agir então de acordo com uma estratégia social, e não exclusivamente individual (Sen: 1999a: 101-3). Para esse autor, deve-se por em dúvida o pressuposto da racionalidade instrumental, já que seu entendimento como consistência das escolhas é frágil, devendo-se ademais considerar que a racionalidade comporta distintos comportamentos alternativos, uma pluralidade de motivações, e não apenas a maximização do interesse próprio.

Ao se ter em vista a realidade econômica contemporânea, com sua grande diversidade, sobretudo em áreas menos afetadas pelo domínio da lógica mercantil, a conclusão não seria diferente:

> As atividades econômicas não são motivadas apenas pelo interesse material individual ou corporativista. Muitas delas incluem também a preocupação com a satisfação das necessidades dos outros, ou com a manutenção do *laço social*. Nas sociedades rurais, trata-se da permanência de diversas formas de ajuda mútua agrícola e de associativismo ou das formas de manejo compartilhado de recursos naturais (águas, pastagens, terras, florestas, reservas extrativistas ou biodiversidade) e de bens em propriedade comum (infraestruturas ou equipamentos coletivos). Nos dispositivos partilhados de acesso, produção ou manejo de recursos comuns, não é possível dissociar a satisfação de necessidades econômicas da prioridade dada ao *laço social*, à relação humana de solidariedade e de preocupação com a satisfação das necessidades do conjunto da comunidade. (Sabourin, 2011: 34 - grifos nossos).

Caberia então ingressar em outro horizonte de entendimento, reconhecer outro elemento propulsor da racionalidade humana e do agir social. Essa nova perspectiva, em certo sentido diametralmente oposta, nos é dada pelo circuito vinculante da dádiva. A presença do laço ou do vínculo social, com suas variantes, constitui o cerne do modelo assente na dádiva e destinado a apreender a pluralidade de lógicas que mobilizam as práticas econômicas e a vida social. Embora se expresse mais claramente nas práticas de cooperação, nesse caso o princípio instituinte da dádiva subjaz via-de-regra em práticas orientadas por outros princípios. Ele entende a vida humana precipuamente como um evento de *seres em relação*.

2 Uma perspectiva vinculante

Adotar tal premissa significa reconhecer que a vida humana apenas pode ser concebida como um acontecimento de indivíduos que, para proverem-se dos significados e recursos materiais indispensáveis à sua sobrevivên-

cia, contraem vínculos recíprocos, determinados pela sua condição de interdependência. Em outras palavras, trata-se de aceitar o fato de que, desde nossas experiências primárias, sempre envolvidas em alguma forma de sociabilidade, deparamo-nos com a escolha inevitável entre *confiar* e *não confiar*, entre arriscar-se em uma lógica de aliança e de certa gratuidade, ou não (Caillé, 2009b). Para esse dilema constante, não há solução racional totalmente eficaz e tranquilizadora, mas apenas saídas razoáveis, contingentes. Apostar na segunda opção, de *não confiar*, de forma sistemática, inviabiliza ou restringe acentuadamente a vida, pois descarta a busca hodierna de entendimento e conduz a uma situação destrutiva de beligerância. Apostar na primeira alternativa, em *confiar* ou na aliança, cria um laço de energia espiritual, um *vínculo de almas* no dizer de Marcel Mauss. Como bem demonstrou esse autor, no clássico *Ensaio sobre a Dádiva* (Mauss, 2003), confiar, mesmo expondo as comunidades humanas ao risco de perda da confiança e do fracasso, exclui o conflito e a guerra como formas ordinárias de resolver problemas e impasses – seja no tocante à escassez, seja quanto ao melhor proveito em situações de abundância.

Nesses termos, a vida origina-se de um momento político fundante dos coletivos humanos, constituindo-os como sujeitos. O sentido, duração e extensão dos vínculos variam de acordo com os contextos históricos e as situações particulares. Conforme o teor do vínculo, ou o objetivo visado em sua efetivação, sua amplitude expande-se ou restringe-se, assim como sua vigência. Os vínculos poderiam cumprir um papel apenas instrumental e serem descartados uma vez atingidos seus objetivos, mas viveremos mal se contarmos apenas com vínculos sociais *não vinculantes*, pois não oferecem amparo quando nada temos para imediatamente dar em troca e com isso satisfazer a utilidade alheia (Gaiger, 2008b). Podemos cultivar vínculos de pertença, identidade e confiança com os nossos próximos, ou também nutri-los espiritualmente com uma coletividade maior, à qual nos sintamos pertencer.

Assumindo tais premissas, a linha de entendimento aqui exposta toma como referência central a versão antiutilitarista conferida por Alain Caillé e Jacques Godbout ao paradigma da dádiva, de Marcel Mauss. A dádiva corresponde a uma forma de circulação de bens e serviços presente no mundo moderno. Ela é impulsionada por qualquer prestação efetuada sem garantia de retorno, com o fim de alimentar o bem social, na qual os bens não valem por sua utilidade (valor de uso) ou por seu preço (valor de troca), mas porque criam ou alimentam a relação interpessoal (valor de vínculo). O ambiente social da modernidade renega a dádiva, mas deixa transparecer a sua presença. Como tencionamos deixar claro, por ser a tese central aqui defendida, a Economia Solidária traz à luz um fato histórico mal compreendido: se a dádiva continua sendo o princípio reitor da solidariedade primária (entre familiares, amigos, vizinhos, camaradas), na qual a pessoa ou a personalidade dos indivíduos conta mais do que as funções que cumpre, ela aparece também em formas de solidariedade amplas, relegadas à frieza das instituições. Nesse âmbito, não deixou de sustentar sistemas poderosos, como a previdência social e demais mecanismos de redistribuição dos bens e serviços. Mesmo em ambientes de eficiência funcional calculada, como as empresas de mercado, a dádiva transparece em comportamentos inexplicáveis pelo interesse, como o zelo operário, a dedicação profissional ao exercício de uma vocação e o uso espontâneo da criatividade (Coutrot, 1999).

Esse paradigma propõe-nos, como elemento fundante, o processo de contração e de cultivo de *vínculos* entre indivíduos, grupos e coletividades. Como salienta Eric Sabourin (2008: 137) em relação ao descobridor da presença da dádiva, a contribuição primordial de Marcel Mauss não se resume à "qualificação da dádiva como forma de relação social e de transação econômica, mas, sobretudo, à universalidade da tríplice obrigação 'dar, receber e retribuir' que permite hoje entender o princípio de reciprocidade como essa 'rocha', matriz das relações e das civilizações humanas".

> A esses discursos que difundem uma visão puramente instrumental da existência humana (solapando assim toda possibilidade de felicidade objetiva), pode-se objetar que, como mostra Mauss, em Ensaio sobre a Dádiva (2003), a motivação primeira da ação não é o interesse pessoal, mas a obrigação de dar, de mostrar-se generoso diante dos outros; que a hipótese do *homo donator* é, portanto, tão plausível quanto a do *homo oeconomicus* (Godbout, 2000). O essencial da existência reside sem dúvida nessas premissas, e a visão utilitarista do mundo desconsidera que, antes mesmo

> de os sujeitos poderem satisfazer suas necessidades e calcular seus interesses, é preciso que existam e se constituam enquanto tais, quer se trate dos indivíduos, quer dos coletivos. Essa construção de subjetividade relaciona-se à subordinação da necessidade à exigência de sentido (para o indivíduo ou para o coletivo) e implica a subordinação das considerações utilitárias a um momento antiutilitarista constitutivo (Caillé, 2009a: 19).

O paradigma da dádiva contradiz a tendência a ver as formas modernas de sociabilidade e de economia como resultado de uma evolução de sistemas arcaicos, em relação aos quais seriam superiores. A interpretação antiutilitarista rejeita o primado do Utilitarismo não por simples recusa da lógica individual do interesse próprio, mas por negar sua pretensa exclusividade. Admite que os vínculos derivados do ciclo da dádiva, com suas variantes e desdobramentos, engendram distintas lógicas de agir e diferentes princípios de comportamento, na vida social em geral e na economia.

A dádiva perdeu visibilidade nas sociedades modernas, pois nelas ganhou preponderância um princípio de agir orientado ao intercâmbio (Polanyi, 2000), cuja natureza fragiliza ou suprime os vínculos sociais. Nesse contexto, a supremacia do *homo oeconomicus* acarretou a separação teórica entre economia e solidariedade (Razeto, 1997) no pensamento acadêmico e no senso comum. Provocou o esquecimento de que em sociedades não capitalistas a economia não se apresenta de forma autotélica, não visa a objetivos próprios, separados ou contrapostos à vida social; existem regras e códigos sobre o econômico, externos à economia (Polanyi, 1977; Lechat, 2009). Ao mesmo tempo, essa visão caucionou raciocínios metonímicos introduzidos pelo pensamento econômico dominante, fato que contraiu a percepção da totalidade social e econômica, reduzindo-a a uma de suas manifestações: a) de toda economia à economia de mercado; b) dos mercados ao mercado auto regulado; c) da empresa moderna à empresa capitalista; d) da sociedade à sociedade de mercado (Laville, 2005; 2009).

Essas operações mentais e práticas repercutem profundamente em nossa história e nossa época. Nos últimos dois séculos, os efeitos contraditórios experimentados pela expansão global do mundo ocidental explicam-se em larga medida pela predominância gradativa da racionalidade individual utilitarista, congruente com a lógica de desenvolvimento do capitalismo. O fato conduziu ao refluxo, ao ocultamento e ao esquecimento de outras formas de vida econômica, que persistiram ou emergiram sob a égide do capitalismo, acantonadas, refugiadas, subordinadas ou insurgentes; portanto, de maneira geralmente discreta e quase imperceptível, salvo em seus momentos de expansão e reafirmação, como o que estamos presenciando atualmente na Economia Solidária.

A dádiva mudou, mas não desapareceu. Importa menos a recorrência palpável da tripla obrigação de dar, receber e retribuir, mesmo quando retraduzida nas condições contemporâneas. A dádiva ensina haver muita coisa impura, compósita, entre as antípodas do altruísmo e do utilitarismo, o que afeta a ordem das questões relevantes:

Se a dádiva tiver o estatuto de postulado, a questão a ser colocada a seu respeito não será mais aquela que se costuma fazer: o que é que faz com que demos, apesar de sermos fundamentalmente egoístas, receptores, apesar de sermos basicamente movidos pelo desejo do ganho? A questão seria invertida, e passaria a ser: o que nos impede de dar? (Godbout, 1998: 49).

3 Vínculos sociais e princípios do agir econômico

Segundo Laurent Gardin (2006: 519), Marcel Mauss direciona-se a uma concepção de dádiva igualitária, evitando a esmola (dádiva hierárquica) e a guerra (dádiva agonística entre rivais), de forma que sua definição reencontra aquela de *reciprocidade* de Karl Polanyi (2000). Como é sabido, esse autor situa a reciprocidade no interior de uma tipologia de princípios do agir econômico, distinguindo a reciprocidade, a troca, a redistribuição e a domesticidade.

Dádiva e reciprocidade estão intimamente vinculadas em Marcel Mauss, embora ele pouco tenha citado o segundo termo e não o tenha teorizado em seu *Ensaio sobre a Dádiva* (Sabourin, 2008). A reciprocidade aparece como imanente ao ciclo da dádiva e à sua perpetuação: é preciso *retribuir* - em escalas de tempo variáveis, de formas e por pessoas distintas – para que o ciclo se complete e se renove, o que significa que a reciprocidade não está apenas ao final, mas também no início dos ciclos da dádiva (Sabourin, 2011: 26). Como tais retribui-

ções não separam riquezas materiais e espirituais em universos independentes, não se operam por equivalentes, não se obrigam por um contrato e não são compromissos individuais, mas prestações mútuas de coletividades, a reciprocidade da dádiva opõe-se à troca utilitarista. Mesmo tratando-se de coisas úteis, valores éticos estão em jogo nas transações. Tais valores são reproduzidos, à medida que se institucionalizam os ciclos de reciprocidade.

Quando Marcel Mauss se dedica à análise teórica da reciprocidade e estipula formas de reciprocidade diretas e indiretas - essas últimas mobilizando estruturas ternárias (Sabourin, 2011: 26-7) – ele agrega novos elementos compatíveis com o sentido dado ao termo por Karl Polanyi e com abordagens de práticas correntes, entre elas a Economia Solidária (Gardin, 2006). De outra parte, teorizações posteriores sobre a reciprocidade conduziram a uma apreensão alargada do conceito, dissociando-o das relações de simetria e admitindo modalidades diversas, como a reciprocidade *negativa*, em oposição àquela da dádiva. Contudo, estender o conceito de reciprocidade a ponto de abarcar todas as relações humanas traz o risco de esvaziá-lo de sua especificidade e de perder de vista o que nos recorda a dádiva: de que a vida se realiza conforme se cultivem laços sociais vinculantes.

Por conseguinte, é preferível mantermos a dádiva em uma posição basilar e considerarmos a reciprocidade em uma acepção restrita, identificável com um dos princípios do agir econômico, conforme Karl Polanyi, que alude à presença de agrupamentos simétricos, nutrindo formas de mutualismo que se institucionalizam. Essa alternativa favorece que se diferencie a reciprocidade da domesticidade, algo de vital importância para entender as formas solidárias de economia cujas raízes familiares e comunitárias são inequívocas e decisivas. Deixará mais claro em que consiste a peculiaridade da Economia Solidária, por estar assente na reciprocidade, sem embaralhar a percepção quanto à sua natureza híbrida, de agenciamento simultâneo de outros princípios e de inserção plural na economia, segundo uma lógica que qualificamos como metautilitarista. Para tanto, é necessário abordar os princípios do agir econômico de Karl Polanyi, com alguma autonomia interpretativa, autorizada pela perspectiva vinculante da dádiva.

3.1 A Domesticidade

Os seres humanos convivem em ambientes de sociabilidade primária, destinados a garantir sua sobrevivência e sua reprodução vital, supondo aprendizagem e socialização. Nesse âmbito, constituído modernamente pela família nuclear, os vínculos sociais são legados, mais do que propriamente escolhidos, e se estabelecem segundo critérios de precedência e de autoridade preexistentes, em situações simultaneamente de intimidade e de assimetria. O núcleo social envolvido, por vezes preso a um território, ou a relações familiares, de parentesco ou de afinidade, funciona mediante interações interpessoais diretas, promovendo a partilha e a comunhão de histórias, memórias, cosmovisões e identidades.

As relações sociais caracterizam-se no plano econômico pelo que Luis Razeto denomina de *comensalidade*: no interior de um grupo fechado, constituído por vínculos além do econômico, os fluxos de bens e serviços atendem às necessidades individuais compartilhadas ou sancionadas em comum, num contexto cujo alto grau de integração fusiona as individualidades no coletivo (Razeto, 1990: 65-6). O patrimônio familiar, indivisível, inibe as estratégias utilitaristas e, mesmo em boa lógica pragmática, as subordina à reprodução material e simbólica da entidade englobante. Os vínculos estendem-se com frequência ou se reproduzem em escala mais ampla, o que dilui as fronteiras entre família e comunidade, ou transplanta as relações de comensalidade a outros ambientes de relativa proximidade, como círculos de amizade, grupos de convivência, comunidades confessionais, pequenos empreendimentos econômicos, agrupamentos ligados ao trabalho e outras formas de associação. Conectando Luis Razeto a Karl Polanyi, faz sentido acrescentar que, entre pessoas que se rodeiam e convivem cotidianamente em regime de autarquia, prevalece o princípio da domesticidade, isto é, de produzir para a subsistência e a reprodução social dos membros do grupo.

A domesticidade, contudo, não é algo ancestral, anterior aos demais princípios, em desuso paulatinamente. Ela é ampla na sua aplicação, a natureza do núcleo institucional variando do sexo, como no núcleo familiar, ao poder político, no caso do castelo senhorial. Em todas as sociedades, o princípio da domesticidade vigorou, com base em raízes e matrizes sociais cambiantes (Polanyi, 2000: 73). As relações de comensalidade, vivenciadas

no interior de coletividades restritas, em função de laços de sangue, do pertencimento a um território ou de regras baseadas no costume, originaram a solidariedade familiar ou comunitária. A partilha de valores, crenças e representações peculiares, é a sua base de coesão social. Nas sociedades modernas, a solidariedade oriunda de círculos domésticos integra-se à vida democrática quando não está cingida por elementos autoritários ou despóticos e coaduna-se com a universalidade e isonomia de direitos. Nesse caso, seus princípios de auto-organização favorecem a vida associativa, articulando a ajuda-mútua, a cooperação social e a mobilização reivindicativa. Em conjunturas de abalo do regime democrático, ela funciona como um espaço relativamente protegido, de vivência de laços e valores de mutualidade e reciprocidade, dos quais constitui um gérmen. Em geral, mas em particular nos países do Sul global, ela é fonte e sustentáculo das expressões populares da Economia Solidária.

3.2 A Reciprocidade

A vida não se mantém reclusa em grupos primários, sem agrupamentos mais extensos. "O selvagem individualista, que procura alimentos ou caça para si mesmo ou para sua família, nunca existiu" (Polanyi, 2000: 73). A família nuclear não sobrevive sem redes maiores de parentesco, a produção familiar agrícola sem a ajuda comunitária, as unidades domésticas sem relacionamentos externos, os trabalhadores sem suas organizações de classe. Os vínculos sociais então se alargam em círculos de interação já não tão estreitos e pessoais. O princípio da dádiva estende-se para uma esfera de transição entre a sociabilidade primária e secundária, de tal modo que seu ciclo se amplia no espaço e igualmente no tempo. Para além da reprodução vital, é a reprodução social que está em causa, ensejando a partilha tanto de identidades encompassadoras quanto de fins para a vida coletiva e individual.

Nessa esfera, em que as condutas se traduzem em modalidades de associação entre indivíduos e grupos, as iniciativas econômicas funcionam e expandem seu quadro social principalmente com base em relações de *cooperação*. Nesse caso, há uma associação voluntária e gradativa de pessoas independentes entre si, "com a intenção explícita de realizar em conjunto determinadas atividades econômicas, cujos benefícios se hão de compartilhar equitativamente entre todos os participantes." (Razeto, 1990: 67).

A transição da comensalidade para a cooperação é requerida modernamente para o desenvolvimento de empresas econômicas fundadas na livre associação. O que implicaria nas condições atuais, em particular sob a ótica da Economia Solidária: a) reconhecer a legitimidade e as singularidades próprias das formas familiares de economia e das formas associativas, ou seja, distinguir relações de comensalidade de relações de cooperação; b) propiciar a ascensão das relações de cooperação à posição central determinante; c) canalizar os ativos humanos, econômicos e relacionais, oferecidos pela comensalidade, para o fortalecimento da cooperação (Gaiger, 2008a). De resto, na conexão entre essas duas esferas de sociabilidade, importaria distinguir a entrada em operação do princípio da *reciprocidade*, no sentido que lhe atribui Karl Polanyi: relações instauradas entre grupos ou pessoas graças a prestações mútuas, cujo sentido repousa na vontade de criar ou manter um vínculo social, gerando compromissos voluntários de longo prazo, muito além de obrigações contratuais.

Tampouco se trata de costumes arcaicos, tão somente. A reciprocidade está presente na vida moderna, expandindo os círculos sociais determinados pelo princípio da domesticidade, a exemplo das organizações corporativas, principalmente as ligadas ao universo religioso ou de trabalho, como também em associações tipicamente modernas, de clubes de lazer a condomínios habitacionais. Por seu intermédio, os grupos primários logram estabelecer laços de integração com a sociedade, nelas se reconhecem e encontram suporte. Forma-se uma comunidade de interesses, em torno de estruturas sociais e econômicas que produzem simultaneamente valores de uso e valores humanos, da amizade à responsabilidade entre gerações.

3.3 A Redistribuição

A formação de unidades políticas mais amplas do que as comunidades e agrupamentos locais, originando estados nacionais e impérios, demonstra como os vínculos sociais seguem estendendo-se para além das fronteiras das interações face a face e dos ambientes sociais compartilhados. Indivíduos e grupos formam, inserem-se

ou são inseridos em coletividades que transcendem seus campos de experiência, de vinculações voluntárias ou facilmente reversíveis e, portanto, sob o seu livre arbítrio. Eles se deparam com um princípio de unidade e de autoridade centralizada que, mesmo se imposto, apenas perdura ao ganhar foro legítimo, o que implica que vínculos sociais sejam estabelecidos ou expandidos progressivamente, em nome de uma causa, a pretexto de uma origem ou destino comum, movidos pela necessidade de proteção ou motivados por valores transcendentes.

Nessa totalidade englobante, cada um é reconhecido principalmente por seu papel, seu lugar orgânico, mais do que por sua personalidade. Um controle normativo se exerce, especialmente pela delegação do poder a uma autoridade central, encarregada do cumprimento das regras e da preservação do equilíbrio social. Embora esse tipo de vínculo se apresente em ambientes e em organizações de dimensões variadas, sendo por vezes perceptível já no interior da unidade familiar, seu lugar típico situa-se na esfera da sociabilidade secundária, de coletividades complexas, como os estados nacionais. Do ponto de vista do agir econômico, essas realidades se organizam segundo o princípio da *redistribuição*, quando uma instância central recolhe, administra e redistribui o excedente social, estabelecendo relações duráveis com todos os partícipes, contribuintes e beneficiários, que se alternam nesses papéis conforme as circunstâncias e o passar das gerações.

> La redistribución se produce por muchas razones y en todos los niveles de la civilización, desde las tribus de cazadores primitivas hasta los vastos sistemas de almacenamiento del antiguo Egipto, Sumeria, Babilonia o Perú. En los grandes países, la redistribución se debe, por lo general, a las diferencias del suelo y del clima; en otros casos está causada por desfases en cuanto al tiempo: por ejemplo, el lapso transcurrido entre la cosecha y el consumo. En lo relativo a la caza, cualquier otro método de distribución conduciría a la desintegración de la horda dado que solo la "división del trabajo" garantiza aquí los resultados. La redistribución del poder de compra puede ser valiosa por sí misma, esto es, para alcanzar los fines que demandan los ideales sociales, como en el moderno Estado del bienestar. (Polanyi: 2012: 97).

A lógica da redistribuição supõe um pacto social, retraduz o princípio da dádiva em uma escala temporal e espacial ainda mais ampla. Seu conteúdo virá a depender do tônus da reciprocidade que previamente organiza a vida social, conferindo-lhe ou não uma natureza simétrica e uma perspectiva ligada ao bem comum, que corresponderia hoje ao civismo ou ao *espírito de cidadania*. No evento histórico particular do estado moderno, passou às suas mãos a tarefa de garantir a solidariedade entre todos, como parte de suas funções redistributivas. A função *assistencial* cumprida pelo estado materializou um amplo pacto social em torno de direitos e garantias de caráter universal, sendo isso primordialmente o que preocupa os cidadãos diante do recuo da ação estatal (Fortes, 2011). De outra parte, elementos importantes da solidariedade exercida por e para indivíduos, como a gratuidade e a espontaneidade, ficaram ausentes ou obscurecidos no circuito de circulação estatal de bens (Godbout, 1999: 118).

3.4 O Intercâmbio

Em meio a essas diferentes órbitas em que a instauração de vínculos sociais tem lugar, mantendo relações além dos eventos imediatos e conferindo aos mesmos um sentido transcendente, sem dúvida é previsível a ocorrência de situações em que indivíduos necessitem momentaneamente uns dos outros, sem precisar ou almejar criar vínculos. Ou melhor, desejando apenas laços passageiros, em função de algum objetivo particular e de circunstâncias específicas em que se compatibilizam e se pactuam de comum acordo as bases da transação momentaneamente celebrada. Com esse enfoque instrumental, apropriado para evitar compromissos que ultrapassem os interesses imediatos, firmam-se vínculos contratuais. Ao contrário dos anteriores, não são vínculos para durar, mas para serem suprimidos tão logo os interesses tenham sido satisfeitos ou alguma regra, descumprida (gerando desinteresse). Preservam-se a individualidade e a autonomia das partes, restringindo-se as necessidades de comungar pontos de vista apena quanto aos termos prescritos pelo negócio.

A utilidade do contrato é clara e sua disseminação compreensível nas sociedades modernas, complexas e constituídas de *multidões anônimas*, despojadas de qualquer referente meta social que prescreva de antemão a conduta dos indivíduos, assim como de impedimentos à sua máxima realização. Nessa congruência entre a experiência moderna e a abolição de vínculos duráveis e condicionantes reside uma das principais forças do Utilitarismo.

> Como essa liberdade é possível? Em que se funda? Essa liberdade está fundada na liquidação imediata e permanente da dívida. O modelo mercantil visa à ausência de dívida. Nesse modelo, cada troca é completa. Graças à lei da equivalência, cada relação é pontual, e não compromete o futuro. Não tem futuro e, portanto, não nos insere num sistema de obrigações. (Godbout, 1998: 41).

Nas sociedades modernas, o mercado idealmente é uma instituição neutra, que não alimenta relações sociais. Estratégia de negócios, rentabilidade das empresas, tudo a princípio se afasta de considerações sobre sentimentos pessoais e vínculos. Em tais condições, rompe-se o caminho da dádiva, que se deforma, se transfigura. Correlatamente, aciona-se o princípio de *intercâmbio*, na linguagem de Karl Polanyi, cuja finalidade é estabelecer movimentos recíprocos *entre mãos*, facultando a permuta e a circulação de bens (2012: 94).

Em geral, o intercâmbio é identificado sem maiores considerações com a economia de mercado moderna, nos quais ganhou indiscutível preponderância em sua variante contratual e de mecanismo formador de preços. No entanto, em sentido amplo e na sua acepção mais comum, o mercado é onipresente nas sociedades: ele consiste em um sistema que serve a transações voluntárias, decorrentes de interesses (não necessariamente utilitários), de acordo com a serventia que as partes reconhecem nos objetos da permuta. Trata-se a princípio nada mais do que de um método relativamente pacífico de adquirir bens não disponíveis, que Karl Polanyi prefere denominar de *comércio*, para melhor distingui-lo da sua forma particular de *mercado* (2012: 101) e para enfatizar que o intercâmbio, na sua forma recorrente, encontra-se submetido a regras instituídas, *imerso* ou *encaixado* socialmente.

Já no caso particular do mercado *capitalista*, a lógica determinante das transações responde ao desiderato do ciclo de acumulação do capital, por meio da circulação de mercadorias, sendo esse o elemento propulsor de sua lógica estrutural, que assim estimula perpetuamente os agentes a otimizarem seus respectivos interesses. A predominância capitalista nos mercados modernos produziu o seu *desencaixe* dos sistemas sociais, tornando a economia um campo autônomo, capaz de se reproduzir sem coerções alheias ao econômico. Ponto culminante deste processo, como já pressentia Marcel Mauss e antevia Karl Polanyi, a globalização destrói as relações entre a economia e a sociedade, confere autonomia aos agentes de mercado e esvazia a capacidade de controle coletivo pela via política. Em outros termos, em contraste com os *mercados de reciprocidade* ou o *comércio sem mercado*, o mercado autorregulado tem em seu cerne a supremacia do princípio do intercâmbio, uma supremacia hostil a outros princípios.

Porém, antes do ato econômico, existe alguém. Como recorda Alain Caillé (2009b: 104), Marcel Mauss concluiu do seu estudo sobre a dádiva que "o *homo oeconomicus* não está atrás de nós, mas diante de nós". É por essa razão que se prefere trazer e diferenciar as coisas não propriamente a partir dos princípios econômicos, mas do substrato que os sustenta no âmbito da tessitura dos vínculos sociais, ao qual se subordina "o momento da conveniência, do cálculo e do interesse" (Idem: ibidem). Com esse prisma, podem-se apreender os sentidos latentes, mas essenciais, da Economia Solidária.

4 O metautilitarismo da economia solidária

> Será lícito pensar que a exigência é cada vez mais atual, mesmo que tudo pareça nos afastar disso, e que o desenvolvimento da economia solidária, quaternária, associativa, plural etc., que todos nós desejamos profundamente, e pouco importa aqui sua designação exata, só pode surgir se reconhecer em si mesma um conjunto

> de móveis complexos, os que impelem para a dádiva e para o investimento livre em redes de obrigações, e não apenas por interesse individual isolado ou por obrigação estatal? (Caillé, 1998: 16).

Em vista das considerações precedentes, é o seu caráter de resistência social contra as falhas da economia de mercado ou de defesa de modos de vida tradicional o que melhor definiria o papel histórico da Economia Solidária? Essas hipóteses deixariam o seu futuro atado àquele da economia dominante ou a manteriam cativa de um passado sem porvir, isto é, nada que a qualifique como espaço de alternatividade ou como portadora de um sentido contemporâneo. Mas situando essa discussão na esfera da dádiva e dos vínculos sociais, tais juízos alteram-se diametralmente. Nessa perspectiva, o fato decisivo a fazer constar é que a Economia Solidária nos alerta contra a ilusão utilitarista e nos deixa frente à pluralidade de motivações que impulsam a vida humana. Nossa autonomia não provém de sonhada e ilusória independência individual, mas sim das nossas relações, ensejadas por nossa mútua dependência. O metautilitarismo da Economia Solidária, em primeiro lugar, reside em desmentir a tese da racionalidade única ou da existência de um modelo intrinsecamente superior. Suas práticas atestam a multiplicidade, as constantes composições entre fundamentos e modos de agir, indissociáveis das *coisas* e das *almas*, como dizia Mauss. Atestar a falácia do Utilitarismo, apontar suas insuficiências, é um dos sentidos primordiais da Economia Solidária.

De outra parte, como os valores veiculados pela Economia Solidária invocam preceitos de justiça e igualdade, que se transladam da experiência interna dos empreendimentos para a arena pública, seria tentador preconizar uma espécie de altruísmo generalizado, capaz de banir qualquer sinal de Utilitarismo. Contudo, é mais plausível pensar que a Economia Solidária represente um caso em que a predisposição dos indivíduos a lograrem propósitos não utilitários coincida com um campo de práticas que recompensa tal orientação. Isso, sem supor que os vínculos sociais que os indivíduos nutrem entre si para gerirem suas vidas, na interação com os seus círculos sociais, deixem de serem inexoravelmente híbridos, conforme dosagens variadas de solidarismo, altruísmo, pragmatismo e interesse. O caminho consistiria em reconhecer que a Economia Solidária espelha a presença de princípios historicamente encobertos pelo espírito individualista do interesse próprio, deixando patente que condutas dirigidas ao reconhecimento e à amplificação da reciprocidade, ademais de sua orientação por valores, podem ser racionais.

Propomos um modo de inteligibilidade sensível à pluralidade dos princípios motivadores da ação humana, diferente do paradigma unilateral do Utilitarismo. Em contrapartida, é um prisma igualmente em desacordo com o antiutilitarismo absoluto, pois admite que motivações utilitárias tenham existência legítima e possam resolver problemas comuns, de indivíduos e coletividades. Não obstante as vantagens da colaboração entre os indivíduos nas experiências de Economia Solidária, o caminho para fortalecê-la não residiria exatamente na substituição do interesse próprio e das condutas utilitárias pelo desinteresse e por condutas altruístas; antes, residiria no modo como aqueles interesses podem realizar-se de forma duradoura, enquanto se alcançam objetivos comuns e se estabelecem dispositivos de partilha dos resultados, que por sua vez realimentam vínculos.

Afastado todo o monismo e vencido esses degraus, pode-se imaginar um fundo de interação e de confiança a sustentar as iniciativas associativas e cooperativas concretas, segundo um modelo de "reciprocidade equilibrada" (Sahlins, 1970). Esse modelo enseja transferências de bens e acordos indissociáveis do estabelecimento de vínculos sociais e supõe a presença legítima da racionalidade econômica, como meio de assegurar a equidade das relações. Se no plano imediato a soma é nula, torna-se crescente à medida que sua repetição e validação ao longo do tempo respondam - a custos presumivelmente decrescentes - aos interesses mútuos.

A importância da ação coletiva desponta na Economia Solidária logo que os sujeitos passam a contar com espaços comuns, mesmo se restritos ao empreendimento. Daí em diante, a dimensão política do ato associativo mostra-se mais pujante à medida que os empreendedores solidários conformam "espaços públicos de proximidade" (Laville, 2004). Pela via dos embates da cidadania, a solidariedade vivida no interior dos empreendimentos é externalizada, com chances consideráveis de transferir os princípios já internalizados, de tolerância, confiança e cooperação, para as condutas no espaço público. Nesse sentido, a Economia Solidária seria praticante e difusora de um princípio de *redistribuição* calcado em responsabilidade mútua e participação, revitalizando a dimensão vinculante da solidariedade social, subjacente à Economia Pública. Nos termos

de Karl Polanyi (1977; 2000), ela propende a padrões institucionais mistos, nos quais se entrelaçam vínculos e princípios econômicos.

O mesmo se observa no tocante ao princípio da *domesticidade* e ao seu padrão institucional correlato, exemplificado pela economia familiar e comunitária. A racionalidade econômica dos empreendimentos populares prima pela reprodução material, social e simbólica dos seus integrantes. O escasso provimento de recursos que caracteriza os pequenos negócios requer um elevado senso de adaptação às circunstâncias, induz à cautela e valoriza as redes familiares e suprafamiliares de apoio, de forma que a atividade econômica não possa ser compreendida senão como parte de arranjos sociais em que aportes de muitos agentes são imprescindíveis. Constituindo um primeiro nível de solidariedade, práticas de ajuda mútua e de cooperação produtiva, integradas a sistemas costumeiros de reciprocidade, podem se reproduzir cotidianamente como esteios da economia popular. O agir dos empreendimentos solidários valoriza as relações de comensalidade da economia doméstica, embora intua seus limites quando se trata de estruturar iniciativas fundadas em relações de cooperação mutuamente consentidas e sustentadas em princípios democráticos e de equidade. Ao valorizá-los, a Economia Solidária não prescreve as formas populares de economia, antes se compatibiliza com elas e as potencializa, à medida que reorganiza os fatores produtivos, materiais e humanos (Gaiger, 2009b). Ela conduz a economia popular a horizontes alternativos à sua simples integração subordinada e funcional à economia capitalista, postulando outros princípios de integração e padrões institucionais mistos e plurais. Ademais, a Economia Solidária insere-se em um padrão de experiências em que o trabalho é inseparável das pessoas. Ora, onde o trabalho não existe como uma atividade independente, a troca não existe mediada apenas pelo cálculo, neutra às relações sociais ou, como assinalava Sahlins (1970), separada das considerações não econômicas. O impacto nesse caso se exerce sobre o princípio de *intercâmbio* e sobre o padrão mercantil que lhe corresponde, tanto no âmbito das relações de trabalho quanto das relações entre produtores e consumidores. Por isso, a Economia Solidária inclina-se a trocas econômicas que se constituam como atos coletivos vinculantes, se mostra partidária do seu encaixe social e avessa à sua despersonalização. Voltando a Karl Polanyi (2012), propugna pela suplantação do *mercado* como vetor único de integração econômica e pela instauração de outras formas de *comércio*.

Por fim, a Economia Solidária apresenta-se com uma das forças da solidariedade democrática, cujo teor e importância foram salientados principalmente por Jean-Louis Laville (2005), referindo-se a um estilo de mobilização social, fundamentado em princípios, comportamentos e dispositivos institucionais próprios (Gaiger, 2008b). Ela comporta iniciativas de múltiplas organizações, cientes da insuficiência das formas precedentes de solidariedade social, assentes na comunidade, no Estado e na ação privada. Seu propósito é lograr acordos gerais sobre os compromissos e prioridades sociais. Investe assim sobre a esfera política, no sentido de reivindicar e instituir regras universais que gerem os efeitos visados, comprometendo a institucionalidade pública com a sua implantação, normatização e continuidade. Por via da alocação universal dos recursos, aponta a sistemas de reciprocidade social ampliada, presumindo contrapartidas fáticas de todos os indivíduos e sobrepondo, ao desequilíbrio entre as mesmas, o primado da justiça e da igualdade entre os cidadãos.

Do ponto de vista do seu contexto histórico, a sociedade democrática constitui seu lastro e sua referência de ação. Ou seja, a solidariedade democrática se manifesta em sociedades cujo sistema de regulação e arbitragem tenha incorporado direitos individuais, garantidos por sua estrutura institucional. Supõe a presença de indivíduos moralmente autônomos, de iniciativas de auto-organização e de estratégias de mobilização. Justifica sua adjetivação, portanto, ao apoiar-se nos preceitos e garantias do regime democrático, mas igualmente por visar à sua ampliação, desdobrando a democracia política representativa em mecanismos de participação e estendendo-a para a esfera econômica, como reivindica a Economia Solidária.

A Economia Solidária metaboliza sociabilidades primárias, imersas nas práticas da economia popular e na experiência de classe dos trabalhadores, advindas de sua posição comum no interior das relações de trabalho e de produção. Assumindo essas identidades e suas demandas, a Economia Solidária as alça para a vida democrática, através de sua ação cívica e suas reivindicações na esfera pública. As iniciativas e relações econômicas que lhe são peculiares, fundadas na associação e na cooperação, ficam determinadas por ordenamentos internos não econômicos, ao mesmo tempo em que se inserem no conjunto mais amplo das relações sociais, notadamente por via do debate e das deliberações políticas, no sentido de moralizar, ou de reintroduzir valores na economia (Lechat, 2009).

Em síntese, a Economia Solidária corresponde à promoção do princípio da reciprocidade, no interior de uma axiologia não *anti*, mas *meta*utilitarista, cujas configurações e qualidades específicas devem ser examinadas caso a caso. De um ponto de vista geral, a Economia Solidária valoriza as relações de comensalidade típicas da economia familiar e doméstica, mas aponta seus limites quando se trata de estruturar iniciativas fundadas em relações de cooperação mutuamente consentidas pela via democrática. Não rejeita o cálculo de interesse próprio e as relações de intercâmbio pelo simples fato de serem despojadas de qualquer intenção de criar vínculos - pois tais relações nisso são funcionais, além de preservarem a individualidade das partes que transacionam - mas não os universaliza. O princípio de reciprocidade contido na Economia Solidária reedita o esquema quadrangular de Karl Polanyi, ao mesmo tempo em que incide sobre os demais princípios do comportamento econômico: sobre o costume, ao valorizar a liberdade entre iguais; sobre o interesse próprio, ao pleitear a simetria nas relações de intercâmbio e introduzir princípios de valor vinculantes; sobre a obrigação, ao estimular a implicação consciente e voluntária em prol do bem comum. Desta forma, ela responde à crítica incondicional de Karl Polanyi ao capitalismo, atinente à destruição das relações sociais, à degradação do habitat humano e, mesmo, ao empobrecimento estético da vida cotidiana. Por suas iniciativas, a Economia Solidária volta a suscitar o sentimento essencial de responsabilidade de "*humanos con humanos*" (Polanyi, 2012: 24).

Bibliografia

ARNSPERGER, C., VAN PARIJS, P. (2000), Éthique é*conomique et sociale*, Paris: La Découverte.

BAJOIT, G. (1992), *Pour une sociologie relationnelle*, Paris: PUF.

BAJOIT, G. (2003), *Le changement social;approches sociologiques des sociétés occidentales contemporaines*, Paris: Armand Colin.

BIERVERT, B., WIELAND, J. (1997), "Utilidade". In G. Enderle *et al*., (eds.), *Dicionário de ética econômica*, São Leopoldo: Unisinos, pp. 645-646.

BRAUDEL, F. (1998), *Civilização material, economia e capitalismo*, São Paulo: Martins Fontes.

CAILLÉ, A. (1994), *Don, intérêt et désintéressement*; *Bourdieu, Mauss, Platon et quelques autres*, La Découverte: Paris.

CAILLÉ, A. (1996), « Ni holisme ni individualisme méthodologiques, Marcel Mauss et le paradigme du don », *Revue du MAUSS Semestrielle*, 8, pp. 12-58.

CAILLÉ, A. (1998), "Nem holismo nem individualismo metodológico, Marcel Mauss e o paradigma da dádiva", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13 (38), 36 p. [versão digital consultada: http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000300001]

CAILLÉ, A. (2009a), « Antiutilitarismo ». In A. Cattani *et al*. (eds.), *Dicionário internacional da outra economia*, Coimbra: Almedina, pp. 16-20.

CAILLÉ, A. (2009b), « Dádiva ». In A. Cattani *et al*. (eds.), *Dicionário internacional da outra economia*, Coimbra: Almedina, pp. 103-7.

CATTANI, A., GAIGER, L., HESPANHA, P., LAVILLE, J.-L. (eds.) (2009), *Dicionário internacional da outra economia*, Coimbra: Almedina.

CORAGGIO, J. (2009), "Polanyi y la economía social e solidaria en América Latina". In CORAGGIO, J. (ed.), ¿Qué es lo económico? Materiales para un debate necesario contra el fatalismo, Buenos Aires: CICCUS, pp. 109-168.

COUTROT, T. (1999), *Critique de l'organisation du travail*, Paris: La Découverte.

DEFOURNY, J., DEVELTERE, P., FONTENEAU, B. (eds.) (1999), *L'Economie sociale au Nord et au Sud*,

Paris – Bruxelles: De Boek.

DUPAS, G. (2006), "Terra habitável: o grande desafio para a humanidade", *Cadernos IHU Ideias*, 4 (55), São Leopoldo: Unisinos.

DURAND, J.-P., WEIL, R. (1990), *Sociologie contemporaine*, S. L., Vigot.

ENDERLE, G. (1997), "Auto-regulação". In G. Enderle *et al*. (eds.), *Dicionário de ética econômica*, São Leopoldo: Unisinos, pp. 27-30.

FAIRBAIRN, B. (2004), "La provincia cooperativa de Canadá: individualismo y mutualismo en una sociedad de colonos, 1905-2005", *Revista Cayapa*, 4 (8), pp. 70-101.

FORTES, S. (2011), *Fratura e coesão social em face da crise de solidariedade: a questão social e a reforma previdenciária no Brasil, Argentina e Chile*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, *São Leopoldo:* Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

GAIGER, L. (ed.) (2004), *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*, Porto Alegre: UFRGS.

GAIGER, L. (2006), "A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários", *Revista Sociedade & Estado*, 21 (2), pp. 513-44.

GAIGER, L. (2008a), "A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário", *Otra Economía – Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria*, II (3), pp. 58-72.

GAIGER, L. (2008b), "A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes", *Revista Katálysis*, Florianópolis, UFSC, 11 (1), pp. 11-19.

GAIGER, L. (2009a), "Antecedentes e expressões atuais da Economia Solidária", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, pp. 81-99.

GAIGER, L. (2009b), "A associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades", *Cadernos do CRH*, 22 (57), pp. 563-580.

GAIGER, L. *et al*. (1999), "A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas", *Cadernos CEDOPE*, n.º 15 (Série Movimentos Sociais e Cultura).

GAIGER, L., CORRÊA, A. (2010a), "A História e os sentidos do empreendedorismo associativo", *Otra Economía – Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria*, IV (7), pp. 153-176.

GAIGER, L., CORRÊA, A. (2010b), "O microempreendedorismo em questão; elementos para um modelo alternativo", *Política & Sociedade* – Revista de Sociologia Política, 9 (17), pp. 205-230.

GAIGER, L. *et al*. (2014), *A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais*, São Leopoldo: Oikos.

GARDIN, L. (2006), « Réciprocité ». In J-L. Laville, A. Cattani(eds.), *Dictionnaire de l'autre économie*, Paris: Gallimard, pp. 514-522.

GODBOUT, J. (1998), "Introdução à dádiva", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13 (38), pp. 39-51.

GODBOUT, J. (1999), *O espírito da dádiva*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas,

GODBOUT, J. (2000), *Le don, la dette et l'identité*, Paris: La Découverte.

GODELIER, M. (1981), « D'un mode de production à l'autre: théorie de la transition », *Recherches Sociologiques*, 12 (2), pp. 161-193.

GRAF, F. (1997), "Egoísmo". In G. Enderle *et al*. (eds.), *Dicionário de ética econômica*, São Leopoldo: Unisinos, pp. 233-236.

HULGARD, L., FERRARINI, A. (2010), "Inovação social: rumo a uma mudança experimental na política pública?" *Ciências Sociais Unisinos*, 46 (3), pp. 256-263.

KOSLOWSKI, P. (1997), "Economia ética". In G. Enderle *et al*. (eds.), *Dicionário de ética econômica*, São Leopoldo: Unisinos, pp. 228-229.

KÜLP, B. (1997), "Bem-estar, prosperidade". In G. Enderle *et al*. (eds.), *Dicionário de ética econômica*, São Leopoldo: Unisinos, pp. 38-40.

KURZ, R. (1999), *O colapso da modernização*; *da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*, 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LAUTIER, B. (2005), « Économie informelle ». In J.-L. Laville, A. Cattani (eds.), *Dictionnaire de l'autre économie*, Paris: Desclée de Brouwer, pp. 175-182.

LAVILLE, J.-L. (1997), « Le renouveau de la sociologie économique », *Cahiers Internationaux de Sociologie*, CIII, pp. 229-235.

LAVILLE, J.-L. (ed.) (2004), *Economía social y solidaria*; *una visión europea*, Buenos Aires: Altamira.

LAVILLE, J.-L. (2005), « Solidarité ». In J.-L. Laville, A. Cattani (eds.), *Dictionnaire de l'autre économie*, Paris: Desclée de Brouwer, pp. 491-8.

LAVILLE, J.-L. (2009), "Economia plural". In A. Cattani *et al*. (eds.), *Dicionário internacional da outra economia*, Coimbra: Almedina, pp. 145-49.

LECHAT, N. (2009), "Economia moral". In A. Cattani *et al*. (eds.), *Dicionário internacional da outra economia*, Coimbra: Almedina, pp. 134-138.

LEVINE, A. *et al*. (1989), Marxismo e individualismo metodológico, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 4 (1), pp. 57-70.

LISBOA, A. (2008), "A atualidade de Karl Polanyi para a reconstrução do pensamento econômico", *Otra Economía*, 2 (3), pp. 7-26.

MARTINS, P. (ed.) (2002), *A dádiva entre os modernos; discussão sobre os fundamentos e as regras do social*, Petrópolis: Vozes.

MAUSS, M. (2003), *Sociologia e antropologia*, São Paulo: Cosac Naify.

MORIN, E., KERN, B. (1995), *Terra-Pátria*, Porto Alegre: Sulina.

PETITCLERC, M. (2007), «Nous protégeons l'infortune» Les origines populaires de l'économie sociale au Québec, Montreal: VLB Éditeur.

POLANYI, K. (2000) [1944], *A grande transformação; as origens da nossa época*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Campus.

POLANYI, K. *et al*. (2012), *Textos escogidos*, Buenos Aires: Altamira, 350 p.

POLANYI, K. (1977), *The Livelihood of Man*. New York: Academic Press.

PUTNAM, R. (1996), *Comunidade e democracia; a experiência da Itália Moderna*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

RAUD-MATTEDI, C. (2005), "A construção social do mercado em Durkheim e Weber; análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20 (57), pp. 127-142.

RAZETO, L. (1990), *Las empresas alternativas*, Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad.

RAZETO, L. (1997), *Los caminos de la economía de solidaridad*, Buenos Aires: Editorial Lumen-Hvmanitas.

SABOURIN, E. (2006), "A qualificação das transações econômicas: aportes e limites da contribuição de Karl Polanyi", *30º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu [GT 23 – Sociologia Econômica].

SABOURIN, E. (2008), "Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23 (66), pp. 131-138.

SABOURIN, E. (2011), "Teoria da reciprocidade e sócio antropologia do desenvolvimento", *Sociologias*, 13 (27), pp. 24-51.

SAHLINS, M. (1970), *Sociedades tribais*, Rio de Janeiro: Zahar.

SARTRE, J.-P. (1960), *Critique de la raison dialectique*, Paris: Gallimard.

SEN, A. (1999a), *Sobre ética e economia*, São Paulo: Companhia das Letras.

SEN, A. (1999b), *L'économie est une science morale*, Paris: La Découverte.

SICHANEK, A. (1997), "Escassez". In G. Enderle *et al*. (eds.), *Dicionário de ética econômica*, São Leopoldo: Unisinos, pp. 258-261.

SINGER, P. (1999), *Uma utopia militante*, 2ª ed., Petrópolis: Vozes.

ULRICH, H. (1997), "Utilitarismo". In G. Enderle *et al*. (eds.), *Dicionário de ética econômica*, São Leopoldo: Unisinos, pp. 646-647.

WACQUANT, L., CALHOUN, C. (1991), "Interesse, racionalidade e cultura", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 6 (15), pp. 76-93.

Bancos comunitários de desenvolvimento e crédito para habitação popular. Casos: Banco Bem (Vitória/ES) E Banco União Sampaio (São Paulo/SP)

Regina Gandolfi
regina.gandolfi@gmail.com
Prof. Dr. Ioshiaqui Shimbo
ishimbo50@gmail.com
Callil João
joaocallil@hotmail.com
Hilano Carvalho
hilanocarvalho@gmail.com
Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol)
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

RESUMO: Apesar das políticas públicas vigentes, persistem o déficit e a precariedade habitacionais em territórios pobres no Brasil. Bancos Comunitários de Desenvolvimento têm oferecido condições facilitadoras de acesso ao crédito e à assessoria técnica. Nesse trabalho, objetiva-se apresentar resultados da análise da produção habitacional na perspectiva do Desenvolvimento Territorial e das Políticas Públicas, tendo como objetos empíricos o Banco Bem (Vitória/ES) e o Banco União Sampaio (São Paulo/SP). Utilizamos ferramentas de análise qualitativa e quantitativa para analisar a operação de crédito e as questões administrativas destes Bancos. Resultados obtidos indicam necessidade de maior compreensão de condições oferecidas, dificuldades e limites desta atuação na perspectiva de Politicas Públicas mais perenes.
PALAVRAS CHAVE: Economia Solidária, Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Habitação, Políticas Públicas, Desenvolvimento Territorial.

INTRODUÇÃO

Apesar das políticas públicas habitacionais vigentes no Brasil, persiste o déficit e a precariedade habitacional em territórios onde se concentra a população de menor renda.

Sobre este contexto, têm sido produzidos estudos e pesquisas no intuito de subsidiar políticas públicas mais eficazes para o enfrentamento destes problemas. Diversas são as abordagens propostas embora predominem as análises críticas sobre os resultados obtidos através do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Por outro lado, observa-se uma demanda crescente por crédito habitacional nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento. A principal motivação para este estudo teve origem na pergunta de um morador do território de atuação do Banco Comunitário Nascente em São Carlos – SP, onde somos assessores e que oferece crédito para o consumo e crédito produtivo: *"E o Crédito Habitacional?"*.

Foram encontradas situações análogas em diversos outros Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Alguns já atuam na cadeia de produção de moradias. Dentre estes casos, a opção pelo estudo do Crédito Habitacional no Banco Bem em Vitória – ES e do Crédito *Puxadinho* no Banco União Sampaio em São Paulo – SP, deve-se à sua localização na Região Sudeste do País, mais próximos de São Carlos.

O conteúdo apresentado a seguir é parte integrante de um projeto de extensão universitária denominado *Habitação Popular, Desenvolvimento Urbano e Economia Solidária como estratégia para o Desenvolvimento Territorial e proposição de diretrizes para Políticas Públicas* coordenado pela Prof. Dra. Carolina M. P. Castro e pelo Prof. Dr. Ioshiaqui Shimbo e vinculado ao Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e

Intervenção em Economia Solidária (NuMI – EcoSol) da Universidade Federal de São Carlos UFSCar).
O objetivo deste artigo é divulgar os resultados obtidos, identificar especificidades, semelhanças, condições favorecedoras, dificuldades e limites da atuação dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento na perspectiva do Desenvolvimento Territorial bem como produzir informações que venham contribuir e constituir subsídios para a formulação de estratégias consoantes com a vida destas pessoas na perspectiva de proposição de diretrizes para Políticas Públicas mais eficazes e adequadas à sua realidade social.

Déficit Habitacional no Brasil

Déficit Habitacional é uma denominação que, no Brasil, indica necessidade de reposição de estoque no caso da precariedade das construções (domicílios rústicos, depreciados, com mais de 50 anos) ou incremento de estoque nos casos de coabitação familiar, moradia em locais não apropriados e ônus excessivo com o aluguel (30% ou mais da renda familiar).
Divulgação de censo demográfico empreendido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística estimava que, naquele ano, o déficit habitacional brasileiro era de 6,490 milhões de unidades, o que correspondia a 12,1% dos domicílios do país. (IBGE, 2010). 38% deste total concentrados na região Sudeste, correspondendo a 2,674 milhões de unidades. Mais da metade desse contingente (1,495 milhões) no Estado de São Paulo.
Em termos absolutos, a cidade de São Paulo é a capital brasileira com maior déficit habitacional (474 mil unidades), seguido por Rio de Janeiro (220 mil), Brasília (126 mil), Salvador (106 mil) e Manaus (105 mil unidades). Vitória, com 10,5 mil unidades, é a capital com menor déficit habitacional. A maior parcela do déficit habitacional no Brasil é urbana. Embora com o maior déficit habitacional do país, no ranking do déficit relativo (ao total de domicílios), o município de São Paulo ocupa a 18ª posição, com 13,3%.
O déficit habitacional da Região Metropolitana de São Paulo é da ordem de 793 mil unidades e, em termos relativos, aparece em 11º lugar, dentre as Regiões Metropolitanas de capitais. As Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Fortaleza e Cariri possuem (relativamente) alta participação do componente adensamento de domicílios alugados, superior a 10%, maior que das demais Regiões Metropolitanas.

Inadequação das Moradias

A Inadequação das Moradias indica, por outro lado, a ausência de condições mínimas desejáveis de habitabilidade na zona urbana (carência de infraestrutura – iluminação pública, redes de água, esgoto, fossa séptica e/ou coleta de lixo, adensamento excessivo de moradores, problemas de natureza fundiária, alto grau de depreciação e ausência de unidade sanitária domiciliar exclusiva). Algumas das variáveis de determinam a inadequação de moradias referem-se a características internas à moradia existente que geram problemas relacionados à qualidade de vida de seus moradores.
Ao contrário dos dados referentes ao déficit habitacional, os números referentes à inadequação não podem ser somados, pois uma mesma moradia pode incorrer em mais de um tipo de inadequação. Comparado ao total de domicílios particulares permanentes, a cidade de São Paulo aparece com 6,0% de domicílios urbanos com pelo menos um tipo de inadequação.
A carência de infraestrutura urbana é o critério de inadequação que mais afeta os domicílios das regiões metropolitanas brasileiras. Considerando as regiões metropolitanas de capitais, o maior número de domicílios afetados por pelo menos um componente da infraestrutura urbana é observado nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro (717 mil domicílios), de São Paulo (522 mil), Recife (490 mil) e Fortaleza (355 mil). Em termos relativos, destacam-se as Regiões Metropolitanas de Maceió (80% dos domicílios), Macapá (75%) e Belém (52,2%). Em termos relativos os menores valores são encontrados na Região Metropolitana de São Paulo (8,7%), Curitiba (8,8%) e Belo Horizonte (10,6%). No Estado São Paulo, 7,6% dos domicílios apresenta pelo menos uma carência, ou seja, em termos absolutos, 211 mil domicílios apresentam carência em pelo menos um componente da infraestrutura urbana.
A carência de esgotamento sanitário é a maior nos domicílios das regiões metropolitanas brasileiras, com destaque para as Regiões Metropolitanas de São Paulo (441 mil domicílios afetados), Recife (402 mil), do Rio de Janeiro (352 mil) e de Fortaleza (300 mil domicílios).

Adensamento de Domicílios Alugados e Coabitação Familiar

O critério do *adensamento excessivo de domicílios próprios* afeta três vezes e meia mais os domicílios das regiões metropolitanas que o critério ausência de banheiro exclusivo. Observa-se uma alta concentração de domicílios adensados nas Regiões Metropolitanas de São Paulo (281 mil) e Rio de Janeiro (200 mil), praticamente a metade do que é observado para todas as outras regiões metropolitanas.

Políticas Públicas de Habitação Popular

Apesar dos esforços empreendidos pelo Estado, dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontam para uma concentração do déficit habitacional nas faixas de menor ou nenhuma renda: "O déficit habitacional brasileiro caiu entre os anos 2007 e 2012, e embora, em termos absolutos, tenha recuado em todas as faixas de renda, ficou ainda mais concentrado entre as famílias que ganham até três salários ou R$ 2.034 por mês." Valor Econômico (2013).

Sobre os assentamentos urbanos que concentram a população situada na faixa de menor renda, Sá (2009) assinala:

> *"(...) um olhar mais atento sobre este tipo de assentamento nos revela também que as condições precárias não são consequência apenas da forma como a população constrói, mas também, ou principalmente, do que o Estado deixa de construir, da infraestrutura deficiente ou ausente, das ações e serviços que não podem ser realizados diretamente pela população. (...) Alternativas que não estariam acessíveis (para esse público) no mercado imobiliário formal, nem são viabilizadas pela ação estatal. Lembrando, porém que as famílias de baixa renda não dispõem de muitas alternativas de acesso à moradia digna no contexto atual."*

Apesar de seu caráter social, a Caixa Econômica Federal é banco comercial com interesses no retorno do capital aplicado e no equilíbrio financeiro, tendo dificuldade na proposição de programas habitacionais destinados a baixa renda, e, apesar de ser responsável pela política habitacional, o Ministério das Cidades depende operacionalmente da CAIXA, subordinada ao Ministério da Fazenda e principal agente financeiro dos recursos do FGTS e operador dos programas habitacionais conforme Shimbo (2012).

Para Sachs (1999), antes mesmo do governo Lula, já se identificava o problema da eficiência da promoção pública sobre as questões habitacionais numa dinâmica que acumula benefícios ao setor privado da produção habitacional e deixa a parcela mais pobre da população à margem da política habitacional.

A ineficiência da promoção pública sobre as questões habitacionais para as populações de menor renda fica evidente quando a autoconstrução sem assistência técnica "já é, nos anos 50, a forma predominante de moradia das camadas populares na maioria das grandes cidades do Brasil. A partir dos anos 70, ela predomina na maioria das cidades do país, inclusive em muitas cidades pequenas," de acordo com Villaça (2014).

Para Amorim (2006):

> *"(...) os fabricantes e comerciantes de material de construção já perceberam o peso da autoconstrução nos seus negócios, que superam o consumo relacionado com o setor imobiliário formal. Os dados sobre a informalidade na indústria da construção apontam para algo em torno da metade da produção de habitação construída sem nenhuma regularização técnica ou legal, com grande parte atuando em autoconstrução".*

Em Sá (2009), o autor anota que:

> *"Uma pesquisa encomendada por associação empresarial dos fabricantes de material de construção – ABRAMAT – junto a diversas fontes (PNAD, CAIXA, Banco Central, Ministério das Cidades (MCidades), e empresas do setor) concluiu que a*

autoconstrução representava 77% da produção de novas unidades habitacionais no país (dados de 2001). Além disso, 92% do total produzido era autofinanciado, e apenas 6,8% contava com apoio governamental para ser produzida. Evidentemente que nem todo esses números se referem a autoconstrução promovida pela população de baixa renda, e menos ainda nos assentamentos informais. Mas os números relativos ao peso da autoconstrução de forma geral, parecem bem relevantes sobre a (in) capacidade do setor formal envolver a maior parte da população brasileira."

Devemos considerar ainda, dados indiretos, como os publicados pelo IBGE (2003), em Economia Informal Urbana, onde encontramos, entre mais de 10 milhões de empresas informais, mais de 1,8 milhões de empresas ligadas às atividades de Construção Civil, atuando informalmente no mercado.

Tabela 01 - Empresas não-agrícolas com até 5 empregados, por tipo de empresa, segundo os grupos de atividade. Brasil – 2003 Fonte: IBGE (2003).

Grupos de atividade	Empresas não-agrícolas com até 5 empregados		
	Total	Tipo de empresa	
		Conta própria	Empregador
Total	**10 525 954**	**9 186 103**	**1 339 852**
Indústrias de Transformação e Extrativa	1 652 597	1 450 664	201 933
Construção Civil	1 812 185	1 639 749	172 436
Comércio e Reparação	3 505 441	2 998 000	507 441
Serviços de Alojamento e Alimentação	729 078	611 256	117 822
Transporte, Armazenagem e Comunicações	837 297	779 152	58 145
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas	684 663	568 554	116 108
Educação, Saúde e Serviços Sociais	351 742	255 461	96 281
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	829 776	766 222	63 553
Outras Atividades	35 355	30 236	5 119
Atividades mal definidas	87 821	86 807	1 014

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.

Os processos adotados pelo poder público para atender as necessidades da população de baixa renda por moradia, ao longo da história da Política Habitacional nacional, estão distantes de cumprir com seu papel, e tem contribuído para urbanização com princípios de mercado, segregando áreas do tecido urbano e valorizando-as, fazendo com que as cidades tenham seu desenvolvimento de acordo com o interesse do capital e não das necessidades da maior parcela de seus habitantes, deixando os moradores destes territórios às margens das políticas públicas habitacionais, resultando a autoconstrução sem assessoria técnica como única alternativa para a produção de moradias nestes territórios.

Neste contexto, as experiências de crédito habitacional articulado à assessoria técnica à autoconstrução através de Bancos Comunitários de Desenvolvimento podem representar alternativa viável ao financiamento habitacional e apontar possibilidades diversas no campo da construção de políticas públicas mais adequadas à realidade vivenciada por grande parcela da população no país.

Bancos Comunitários de Desenvolvimento

Criados espontaneamente pela comunidade, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) são uma metodologia de gestão de serviços financeiros solidários que tem como finalidade a democratização de acesso aos recursos financeiros. Os BCDs atuam no sentido de fomentar diferentes formas de produzir, vender, comprar e trocar sem explorar os outros e sem destruir o meio ambiente.

Localizam-se em territórios marginalizados e com alto grau de desigualdade e vulnerabilidade social. Através de ações comunitárias de cooperação e fortalecimento destes grupos sociais, são voltados à geração de trabalho e renda e atuam basicamente com duas moedas, o Real (R$) e a Moeda Social ou circulante local (M$), a serviço das necessidades coletivas.

Nos últimos anos, os BCDs tem promovido inovadoras alternativas a favor da inclusão financeira e social, financiando uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, asso-

ciações, clubes de troca, empresas com autogestão e redes de cooperação, para a produção de bens e prestação de serviços.
A agregação de esforços e recursos pessoais encontram, na oferta de crédito pelos BCDs, condições favorecedoras para a condução, desenvolvimento e consolidação de empreendimentos e iniciativas econômicas solidárias e para a concretização da organização alternativa de produção, comercialização e consumo.
Os princípios da Economia Solidária orientam as atividades dos BCDs no sentido de promover condições de acesso à qualidade de vida e condições de trabalho dignas, aumento de oportunidades para o desenvolvimento de capacidades das pessoas, aumento das relações estabelecidas na comunidade local, ampliação das relações com outros movimentos sociais, aumento na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base e promoção de atividades culturais e políticas locais, regionais e nacionais de caráter emancipatório, melhor distribuição dos resultados do trabalho.
Os resultados econômicos, políticos e culturais das ações empreendidas pelos BCDs são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade ou raça. Tais atividades visam à reversão da lógica capitalista e se opõem à exploração do trabalho e dos recursos naturais através da consideração do ser humano em sua integralidade como sujeito e finalidade das atividades econômicas.
Através da mobilização comunitária, os BCDs tem superado obstáculos impostos pelas políticas públicas habitacionais vigentes, e oferecido crédito habitacional articulado à assessoria técnica gratuita à autoconstrução para reforma, ampliação e até produção de novas habitações. Cooperativas de trabalhadores associados, feiras solidárias, clubes de troca, coletivos de consumo, bancos de horas, entre outros, tem incrementado a geração de trabalho e renda na cadeia de produção de moradias.
Para João (2014), Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) são estratégicos para o Desenvolvimento Territorial.
O autor afirma que, além de organizadores e executores de Políticas Públicas em seus territórios, os BCDs assumem ações de Políticas Públicas habitacionais, culturais, ambientais, educacionais e de saúde, promovendo o desenvolvimento integrado de seu território de atuação, sob os princípios da economia solidária, como a autogestão, democracia e cooperativismo.
E prossegue afirmando que os serviços financeiros oferecidos isoladamente por um banco comercial podem levar o tomador de crédito a uma situação financeira pior do que a que se encontrava antes do crédito. Por essa razão é preciso integrar diversas iniciativas para promover o desenvolvimento consistente de uma comunidade.
Concluindo que, neste sentido, os BCDs desenvolvem ações integradas de serviços financeiros associados a processos educativos, fomento a espaços de comercialização de produtos locais, identificação de demandas e potencialidades do território e uso do circulante local, ou moeda social, organizando e articulando produtores, consumidores e comerciantes locais.
Apesar de os moradores de periferias urbanas e assentamentos precários construírem suas relações sociais no território que ocupam, suas relações econômicas estabelecem-se nos centros econômicos e comerciais da cidade.
Moram em um lugar, trabalham e consomem em outro.
Essa dinâmica gera uma situação insustentável e de definhamento da economia e do meio onde moram.
BCDs surgem como estratégia para romper com essa dinâmica de definhamento econômico local, e, para tanto, buscam estreitar os laços sociais no interior de seus territórios. Antes de se implantar esta iniciativa, é necessário identificar as demandas e potencialidades do território, preparar, sensibilizar e apresentar os princípios da Economia Solidária à comunidade e aos atores de dentro e de fora do território. Após essa fase, ocorrem sua implantação e consolidação. Em todas as etapas, é importante a apropriação e gestão comunitária da iniciativa.
"O crescimento do número de iniciativas dos BCDs indica sua importância para os territórios." João (2014).
Estas iniciativas promovem o desenvolvimento através de diversas ações culturais, ambientais, de saúde e educação, articulando e mobilizando os moradores através de mutirões de limpeza, separação e reciclagem de resíduos, encontros para processamento de questões relacionadas a uso de drogas, oficinas para educação econômica, financeira, de gestão de empreendimentos para os comerciantes, além de ações relacionadas às moradias, viabilizando o acesso ao financiamento e assessoria gratuita à autoconstrução, produzindo adequações, reformas e ampliações destes espaços fortalecendo esta cadeia de produtos e serviços nos territórios.

BCDs promovem o desenvolvimento de seus territórios com a oferta de crédito habitacional e assessoria técnica gratuita à autoconstrução, viabilizando adequações, ampliações, reformas e até mesmo a construção de novas unidades habitacionais, fomentando o comércio de materiais e serviços nesta cadeia produtiva, organizando e mobilizando a comunidade através do Fórum de Desenvolvimento Local e surgem como iniciativas mais adequadas à realidade econômica, social, cultural, política e ambiental destes territórios, representando potencial diretriz/modelo para políticas públicas habitacionais mais adequadas para estas populações.
BCDs normalmente operam com pelo menos duas linhas de crédito: o crédito consumo e o crédito produtivo. Os BCDs União Sampaio e Bem diversificam suas linhas de crédito e oferecem ainda crédito cultural (Banco União Sampaio), crédito emergencial (Banco Bem) e crédito habitacional (ambos).
No caso do crédito habitacional, o BCD proporciona, além do crédito, o auxílio para o tomador de crédito planejar sua utilização quanto a questões orçamentárias, de projeto e da obra propriamente dita, disponibilizando assessoria técnica para evitar que algo não saia como o planejado.
Fenômeno recente, o crédito habitacional oferecido pelos BCDs, de modo diverso do crédito oferecido pelos bancos comerciais, exigem poucos documentos do tomador de crédito e do imóvel em questão. Nesse caso, se estabelece uma relação mais próxima com o cliente. A aprovação de crédito se dá pela comissão de crédito, que averigua as condições do sujeito junto à comunidade e caso este não esteja em condições de honrar seus compromissos, é função do BCD proporcionar estas condições, educando financeiramente o morador, auxiliando-o no que for necessário para que este venha a obter o crédito de que necessita.
Minimizando processos burocráticos, os BCDs ampliam as condições de acesso ao crédito habitacional e orientam a comunidade nas construções e no processamento de problemas de diversas ordens.
Neste sentido, os BCDs, com recursos próprios e estrutura administrativa reduzida, fortalecem a cadeia de produção de moradias, fomentando produção e consumo locais de produtos e serviços nesta cadeia, atuando onde políticas públicas habitacionais não conseguiram atuar. Suprem demandas, viabilizando a adequação e produção de moradias, articulando assessoria técnica gratuita à oferta de crédito.
A incubação de novos empreendimentos econômicos solidários nos territórios é outra atividade desenvolvida pelos BCDs. Como exemplo, podemos indicar o caso do Banco Bem localizado em Vitória – ES que, ao identificar demanda por alvenaria na construção, ampliação e reformas no território, decidiu apoiar empreendimento para a produção de tijolos ecológicos, hoje seu parceiro, para o crédito habitacional.
Esta é uma prática comum dos BCDs que estimulam as compras locais com moedas sociais, ou até mesmo construindo acordos para priorizar o comércio e os serviços no território de alcance da Moeda Social (M$).
Desta forma, os créditos oferecidos pelos BCDs estimulam não só um ciclo virtuoso de contenção e circulação de riquezas no território como também o surgimento de novos empreendimentos demandados pela comunidade.
No caso do crédito habitacional isso pode ocorrer por meio do estímulo a empreendimentos econômicos, solidários ou não, na cadeia de produção de moradias, como associar a aquisição de materiais de construção às lojas e depósitos de materiais de construção locais, ou até mesmo incentivar o surgimento de novos empreendimentos para comercialização de produtos e serviços nesta cadeia.
BCDs vem desempenhando relevantes serviços de natureza pública e promovendo o desenvolvimento em seus territórios de atuação, através da articulação entre oferta e demanda de produtos e serviços, do fomento para a constituição de iniciativas econômicas solidárias e do financiamento habitacional. Atuam, com recursos próprios, nos espaços onde o Estado não se faz presente e/ou não consegue superar obstáculos burocráticos e dificuldades administrativas.
Considerando que parte considerável da população situada na menor faixa de renda sobrevive de trabalho informal e nem sempre é proprietário da terra que ocupa e, considerando ainda que as exigências documentais e os juros praticados pelos bancos comerciais dificultam o acesso dessas pessoas ao crédito e às políticas habitacionais, afirmamos que as condições de oferta, através dos BCDs, de crédito habitacional articulado à assessoria técnica à autoconstrução representam relevante condição facilitadora para a produção de moradias adequadas. Enfrentam, assim, o problema do déficit habitacional e da inadequação de moradias em assentamentos urbanos precários, periferias urbanas e aglomerados subnormais por promoverem condições mais adequadas ao perfil socioeconômico de seus tomadores de crédito.

O objetivo deste artigo é, neste contexto, examinar as relações entre a oferta, através dos BCDs, de crédito habitacional articulado à assessoria técnica à autoconstrução e o desenvolvimento de seus territórios de atuação e os possíveis diálogos com as Políticas Públicas Habitacionais.
Nossa hipótese é que os Bancos Comunitários de Desenvolvimento promovem o desenvolvimento de seus territórios de atuação com recursos próprios e equipe reduzida através de diversas ações, entre elas o financiamento à autoconstrução com assessoria técnica, modalidade de crédito mais adequada ao perfil de assentamentos precários, aglomerados subnormais e periferias urbanas, promovendo melhor qualidade de vida e assegurando direitos fundamentais destas pessoas, prestando, portanto, relevante serviço público, superando obstáculos que as políticas públicas habitacionais encontram no enfrentamento do déficit habitacional e inadequação das moradias.

1. ESTRATÉGIA DE PESQUISA, OBJETOS EMPÍRICOS, UNIDADES DE ANÁLISE, FONTES DE EVIDÊNCIAS, PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS E RESULTADOS.

Foi selecionado, dentre as estratégias de pesquisa existentes para coletar e examinar provas empíricas, o Estudo de Casos.
Apesar de focar em casos específicos, pode se considerar os objetos empíricos deste trabalho casos típicos, ou seja, tê-los como representantes para auxiliar na compreensão de outros BCDs.
Obviamente, todos os casos possuem suas especificidades. Estes casos, no entanto, serão estudados em maior profundidade, o que novamente não exclui qualquer forma de generalização, conforme Laville & Dionne (1999).
Para Yin (2001), o estudo de casos enquanto estratégia de pesquisa é uma investigação empírica de fenômenos contemporâneos em seus contextos reais, principalmente quando não estão claros os limites entre os fenômenos e seus contextos.
O fato de estudar fenômenos inseridos em seus contextos, ao contrário do estudo em condições isoladas em laboratório, é a diversidade das variáveis interferentes bem como as múltiplas fontes de evidências.
Nesses casos, Yin (2001) recomenda a proposição prévia de hipóteses que nortearão a coleta de dados para facilitar o desenvolvimento deste tipo de pesquisa já que a riqueza de variáveis pode dificultar a orientação da pesquisa.
Privilegia-se, desta forma, algumas Unidades de Análise em detrimento de outras. Para este trabalho, as Unidades de Análise são: o crédito habitacional, a gestão e funcionamento dos Bancos e a assessoria técnica à autoconstrução para os tomadores de crédito.
As Unidades de Análise baseiam-se em fontes de evidências diversas e os procedimentos de coleta de dados variam conforme o contexto.
Especificamente, nestes casos, foram utilizadas fontes de evidências tais como: relatos dos trabalhadores dos Bancos, documentos e arquivos por eles disponibilizados, relatos dos tomadores de crédito habitacional e outros fornecidos pelos entrevistados e/ou levantados pelos pesquisadores.
Os dados coletados durante as temporadas de visita aos territórios foram sistematizados com a ajuda de algumas ferramentas: Mapas Cognitivos, Linhas do Tempo, Fluxogramas e tabelas.
Resultados parciais das atividades desenvolvidas, os Mapas Cognitivos são como os mapas em geral, uma representação dos caminhos, obstáculos, condições, pontos de referência e através dos quais se traçam estratégias. Mapas cognitivos fazem tudo isso a partir dos conhecimentos adquiridos nos processos. É um esforço de Sistematização para compreensão da situação existente e para o planejamento de ações futuras. Esta ferramenta, da maneira que é utilizada aqui, organiza os fenômenos em conjuntos.

Figura 01 – Mapa Cognitivo – Relações entre Crédito Habitacional através de BCD, Desenvolvimento Territorial e possíveis diálogos com as Políticas Públicas. Fonte: João (2014).

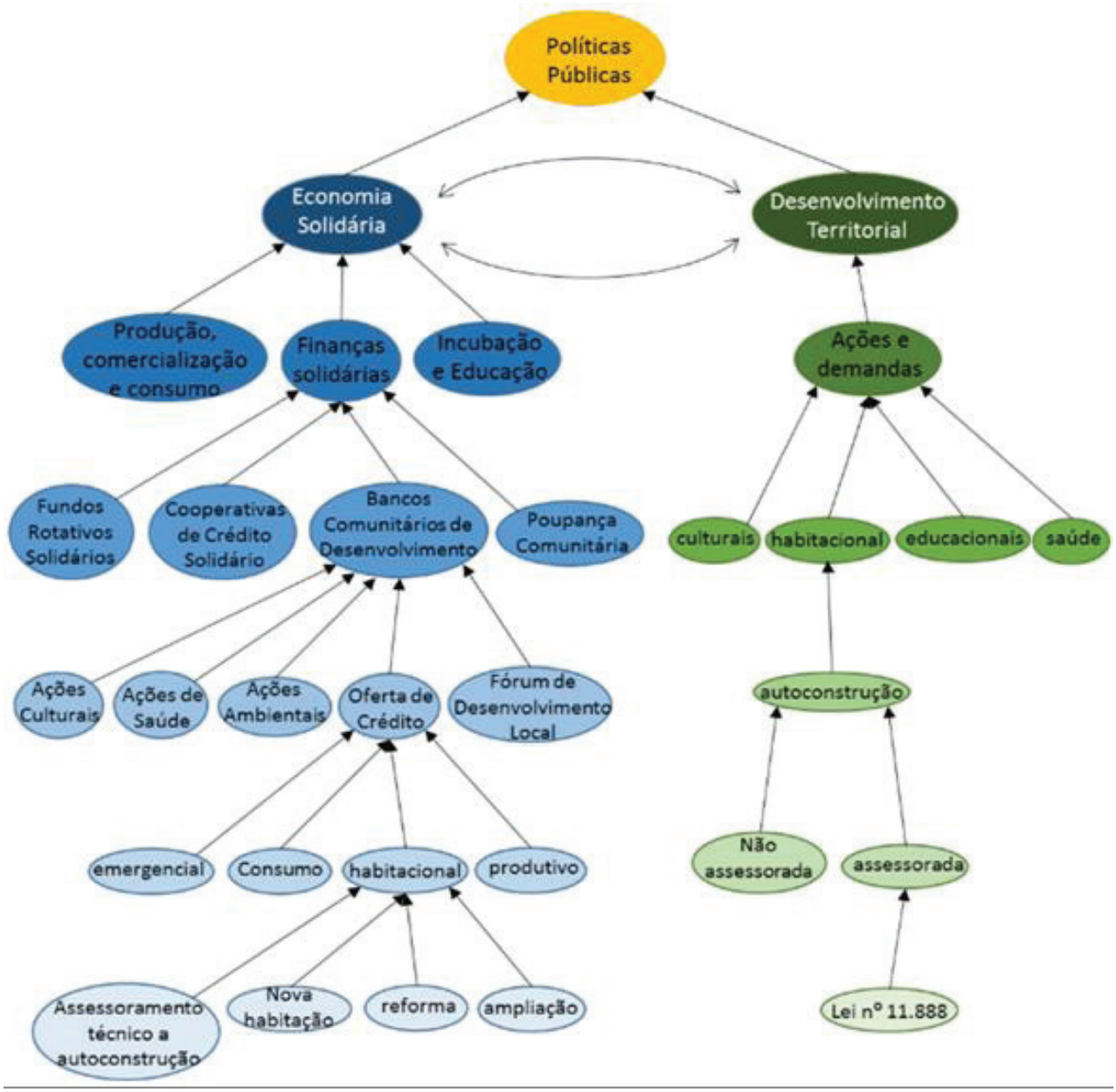

Mapas Cognitivos, Linhas do Tempo, Gráficos e Fluxogramas sobre as operações de crédito habitacional dos Bancos Bem em Vitória – ES e do Banco União Sampaio em São Paulo – SP são alguns dos produtos desenvolvidos coletivamente.

A seguir, apresentamos os resultados obtidos nos casos do Banco Bem em Vitória – ES e do Banco União Sampaio em São Paulo – SP.

2. CRÉDITO HABITACIONAL NO BANCO BEM EM VITÓRIA – ES

O Banco Bem é um Banco Comunitário de Desenvolvimento que promove ações ambientais, educacionais e de articulação política em seu território de atuação. Além disso, possui experiência avançada de oferta de crédito habitacional e assessoria técnica à autoconstrução para seus tomadores de crédito, viabilizando a reforma, ampliação e até mesmo a construção de novas moradias. Surge em 2005 na comunidade de São Benedito em

Vitória – ES a partir das atividades do Ateliê de Ideias, sua entidade gestora. Esta associação atua em diversas frentes: Desenvolvimento Comunitário através de projetos ambientais como Ecos do Bem; Organização Comunitária, como Fórum Bem Maior; Difusão de Tecnologias Sociais que apoia a organização de novos BCDs em outros territórios e de novas redes de comercialização comunitária; Frente Habitacional, com o projeto Bem Morar de assessoria técnica à autoconstrução; e Finanças Solidárias, representada pelo Banco Bem.

Figura 01 – Imagem aérea das oito comunidades do Território do Bem (delimitado com a linha vermelha).

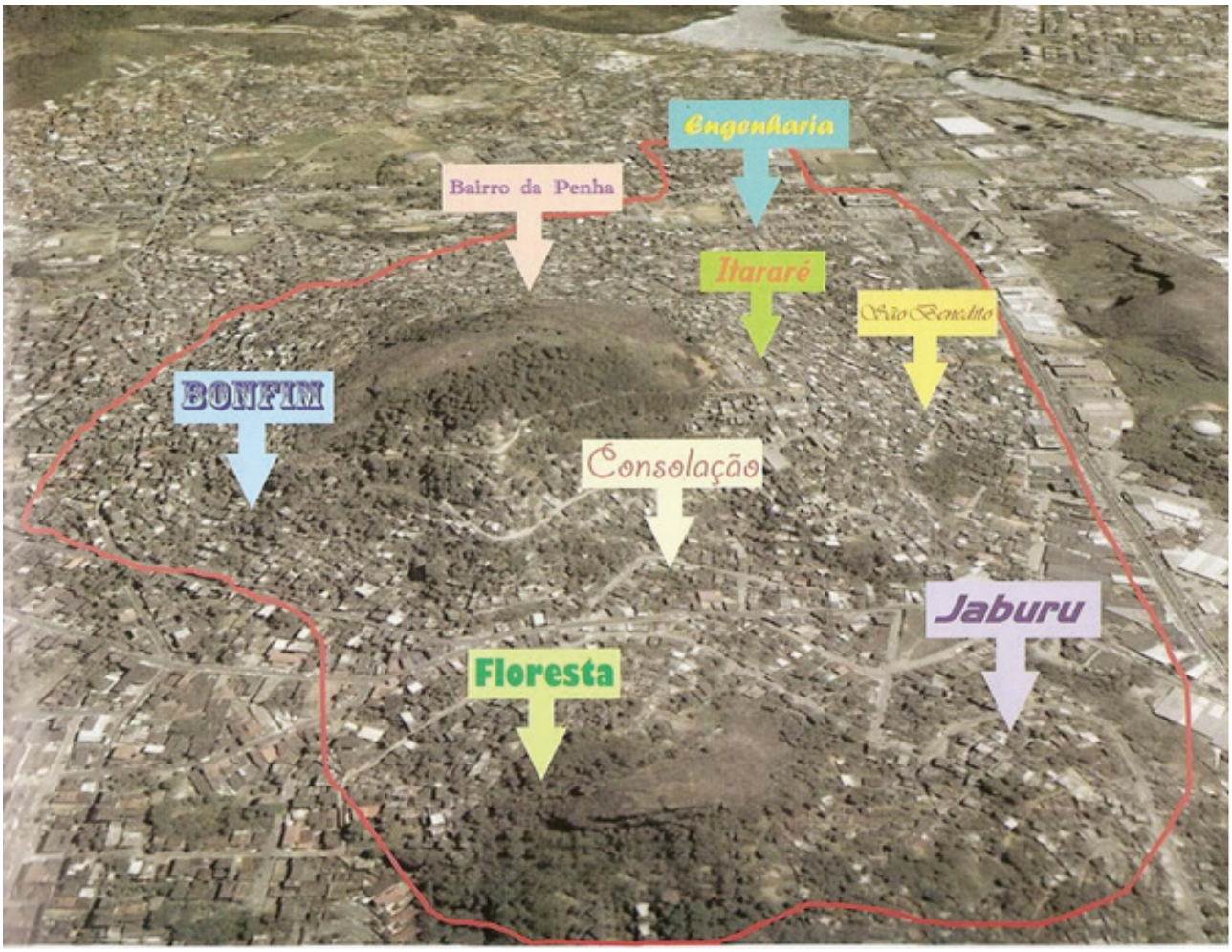

Fonte: Pesquisa: Saberes, Fazeres e Perfil dos Moradores do Território do Bem (2009).

O Banco Bem e o projeto Bem Morar atuam na Poligonal I, também conhecida por Território do Bem, composto por oito comunidades na cidade de Vitória – ES, caracterizadas pela ocupação de um morro, onde a maioria das habitações (autoconstruídas) produz cenário típico de territórios onde predominam as famílias situadas na menor faixa de renda do País, com aproximadamente 31 mil habitantes em situação de vulnerabilidade.

A entidade gestora do Banco Bem, Ateliê de Ideias é uma organização de apoio à comunidade que visa articular diversos atores da comunidade em prol do desenvolvimento local sustentável com a estratégia de fortalecer as estruturas e iniciativas de dentro da comunidade. A Associação nasce de um grupo de mulheres moradoras da comunidade São Benedito, Bairro da Penha e Itararé, que participavam de uma cooperativa de artesanato.

O Banco Bem dispõe atualmente de quatro linhas de crédito: crédito consumo, oferecido apenas em moeda circulante local (M$), com o valor limite de cinquenta reais e sem juros; crédito produtivo e habitacional, ambos com limite de cindo mil reais divididos em até 24 parcelas com juros de 0,75%; e crédito emergencial, em moeda circulante local, sem juros.

Outra atividade desenvolvida pelo Ateliê de Ideias e pelo Banco Bem é o Fórum de Desenvolvimento Local também chamado de Bem Maior. Tem como objetivo contribuir para a organização comunitária do Território do Bem, onde são processadas as demandas e diversas situações da comunidade.

A seguir, o Mapa Cognitivo, a Linha do Tempo, o Gráfico e o Fluxograma do Banco Bem em Vitória – ES apresentam os créditos oferecidos no período de 2005 a 2013, os valores em Reais e em Moeda Social, os créditos em andamento, as parcelas quitadas, o fundo de crédito habitacional, as fontes de recursos, os créditos habitacionais, o número de solicitações de crédito, os créditos finalizados, os créditos em andamento, os créditos negados, o número de clientes em atraso, os clientes em *carteira castigada*, o número de trabalhadores na gestão, os agentes de crédito, os agentes de desenvolvimento local, os atendentes de caixa, os assistentes administrativos, os articuladores, os assessores técnicos, as porcentagens das modalidades de créditos, entre outras informações.

Figura 02 - Mapa Cognitivo - Relações entre os projetos Banco Bem e Bem Morar do Ateliê de Ideias na atuação no Território do Bem. Fonte: João (2014).

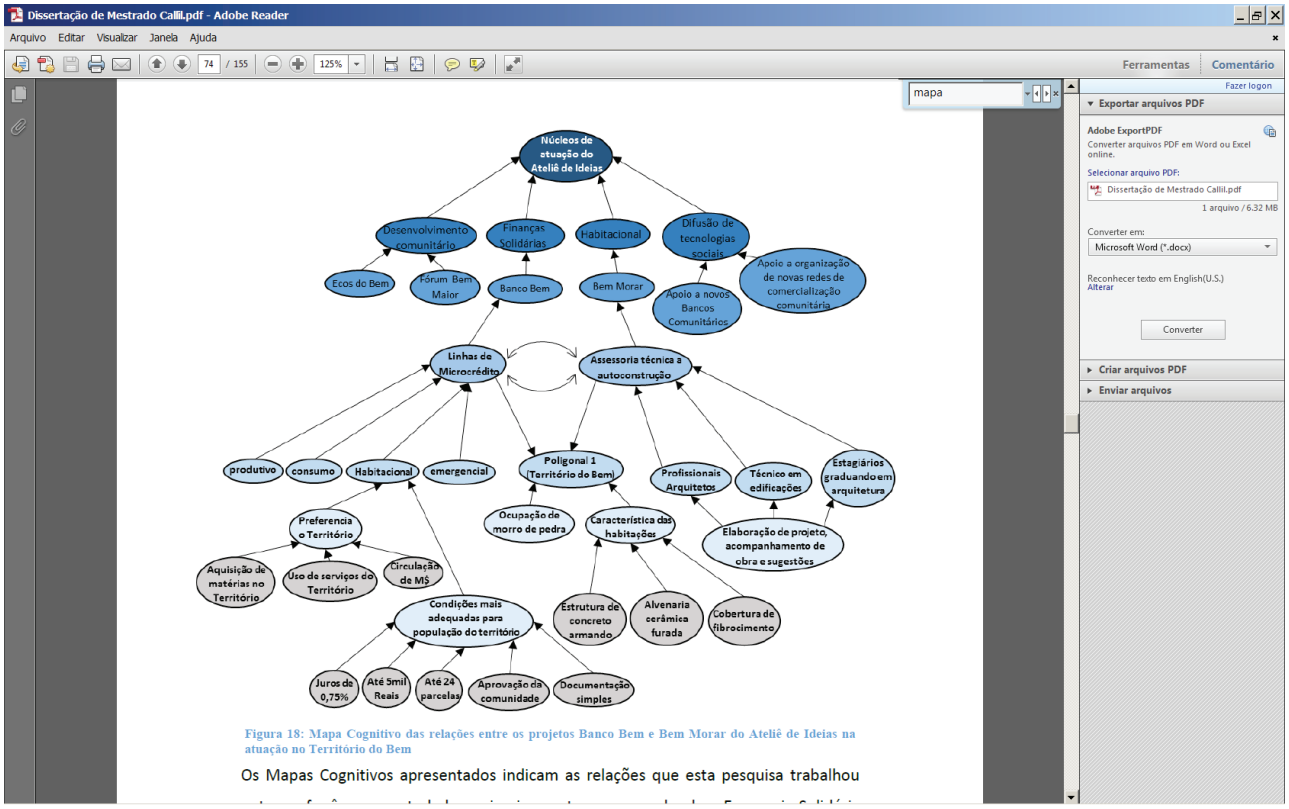

Tabela 02 – Linha do Tempo – Banco Bem em Vitória – ES. Período de 2005 a 2013.

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
VALOR DO CRÉDITO EM R$	R$ 500,00	R$ 2.430,00	R$ 75.291,00	R$ 83.147,00	R$ 66.209,00	R$ 82.390,80	R$ 76.840,00	R$ 135.250,00	R$ 94.400,00	R$ 616.457,80
VALOR DE CREDITO EM M$	R$ 100,00	R$ 400,00	R$ 3.500,00	R$ 2.400,00	R$ 2.500,00	R$ 2.100,00	R$ 1.900,00	R$ 3.400,00	R$ 1.900,00	R$ 18.200,00
CRÉDITO EM ANDAMENTO	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 3.250,00	R$ 9.436,00	R$ 8.600,00	R$ 9.095,00	R$ 34.000,00	R$ 129.000,00	R$ 80.500,00	R$ 273.881,00
PARCELAS QUITADAS	R$ 600,00	R$ 2.830,00	R$ 68.274,55	R$ 55.024,00	R$ 66.433,03	R$ 73.594,05	R$ 44.740,00	R$ 12.150,00	R$ 10.000,00	R$ 333.645,63
FUNTO CRÉDITO HABITACIONAL	R$ 600,00	R$ 3.670,00	R$ 75.010,00	R$ 96.908,00	R$ 96.908,00	R$ 121.908,00	R$ 202.980,00	R$ 202.980,00	R$ 222.980,00	R$ 222.981,00
FONTE DE RECURSOS	PRÓPRIOS	PRÓPRIOS	PMV	PETROBRAS	IAF	Cit/IAF		Inst. Edp		
CRÉDITO HABITACIONAL	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
NUMERO DE SOLICITAÇÕES	8	6	45	36	51	25	19	35	22	
FINALIZADOS	1	4	35	30	46	23	12	4	2	
EM ANDAMENTO	0	0	1	2	3	2	7	30	20	
NEGADOS	7	2	9	4	2	0	0	1	0	
N. CLIENTES ATRASADOS	0	0	1	2	3	2	7	0	0	
CARTEIRA CASTIGADA	0	2	2	1	1					
N DE TRABALHADORES	2	2	6	7	7	7	7	8	7	
GESTÃO GERAL	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
AGENTES DE CRÉDITO	2	2	3	2	2	2	2	3	2	
ADL	0	0	1	2	2	2	2	2	2	
ATENDENTES DE CAIXA	0	0	2	2	2	2	2	2	2	
ASSIST. ADMINISTRATIVO	0	0	1	1	1	1	1	1	1	
ARTICULADORES FORA DO TERRITÓRIO	0	0	1	1	1	1	1	1	1	
ARQUITETO /ENGENHEIRO	0	0	0	2	2	1	1	1	1	
ESTAGIÁRIO GRADUANDO	0	0	0	0	3	3	3	3	3	
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	0	0	1	1	1	0	0	0	0	

Fonte: João (2014).

Gráfico 01 – Valor total de Créditos oferecidos pelo Banco Bem em Vitória – ES no período de 2005 a 2013 por modalidade de crédito. Produzido pelos autores.

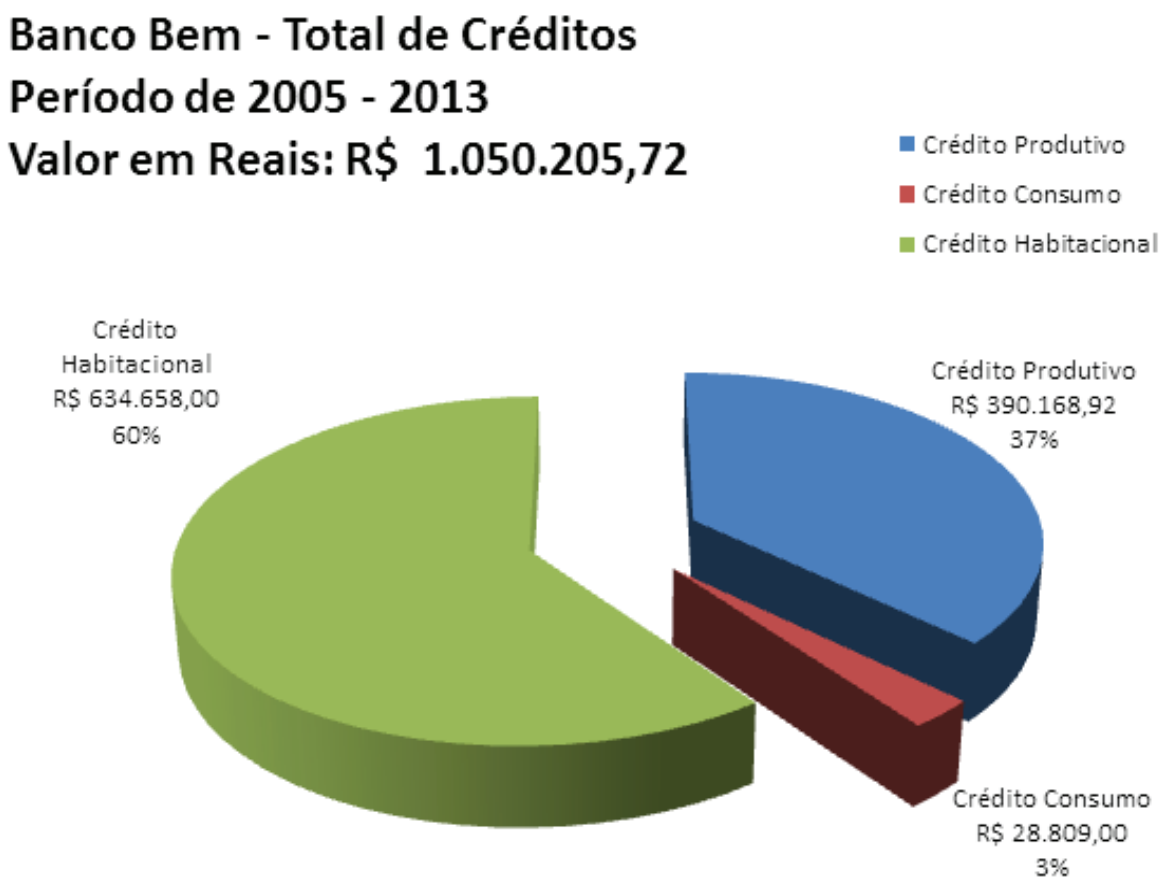

Figura 03 – Fluxograma sobre a operação de crédito habitacional no Banco Bem em Vitória – ES.

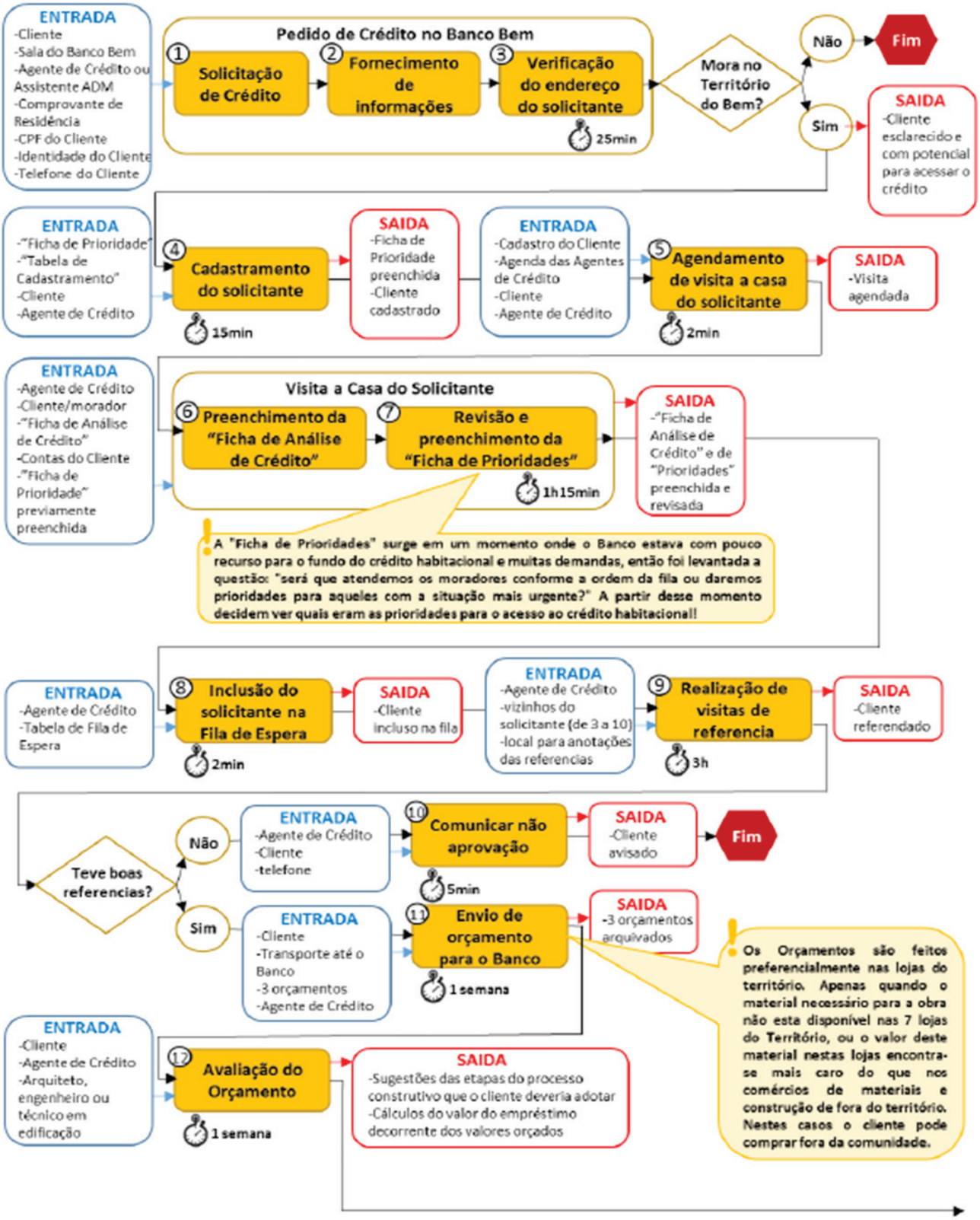

Fonte: João (2014).

Figura 04 – (cont.) Fluxograma sobre a operação de crédito habitacional no Banco Bem em Vitória – ES.

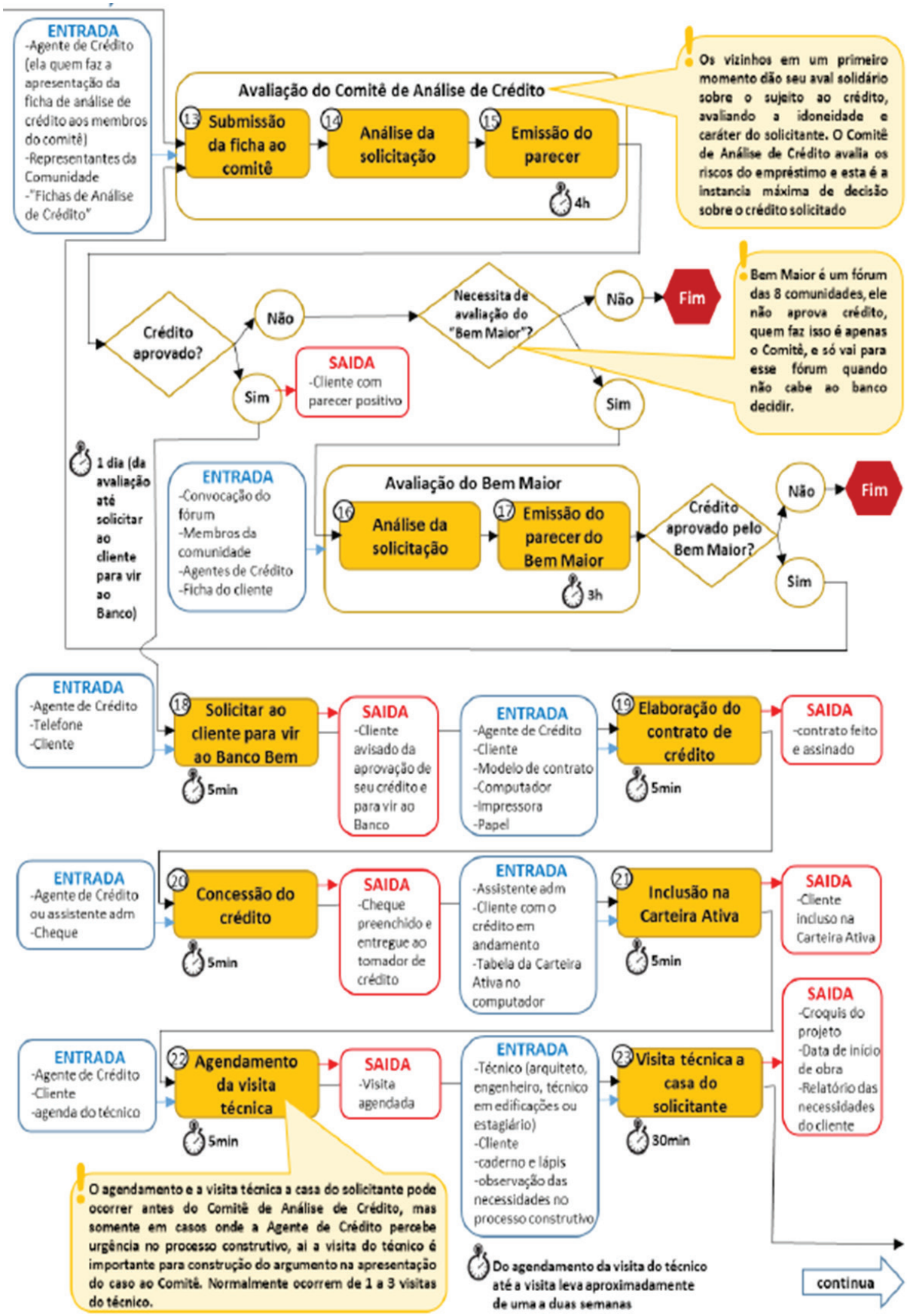

Fonte: João (2014)

Figura 05 – (cont.) Fluxograma sobre a operação de crédito habitacional no Banco Bem em Vitória – ES.

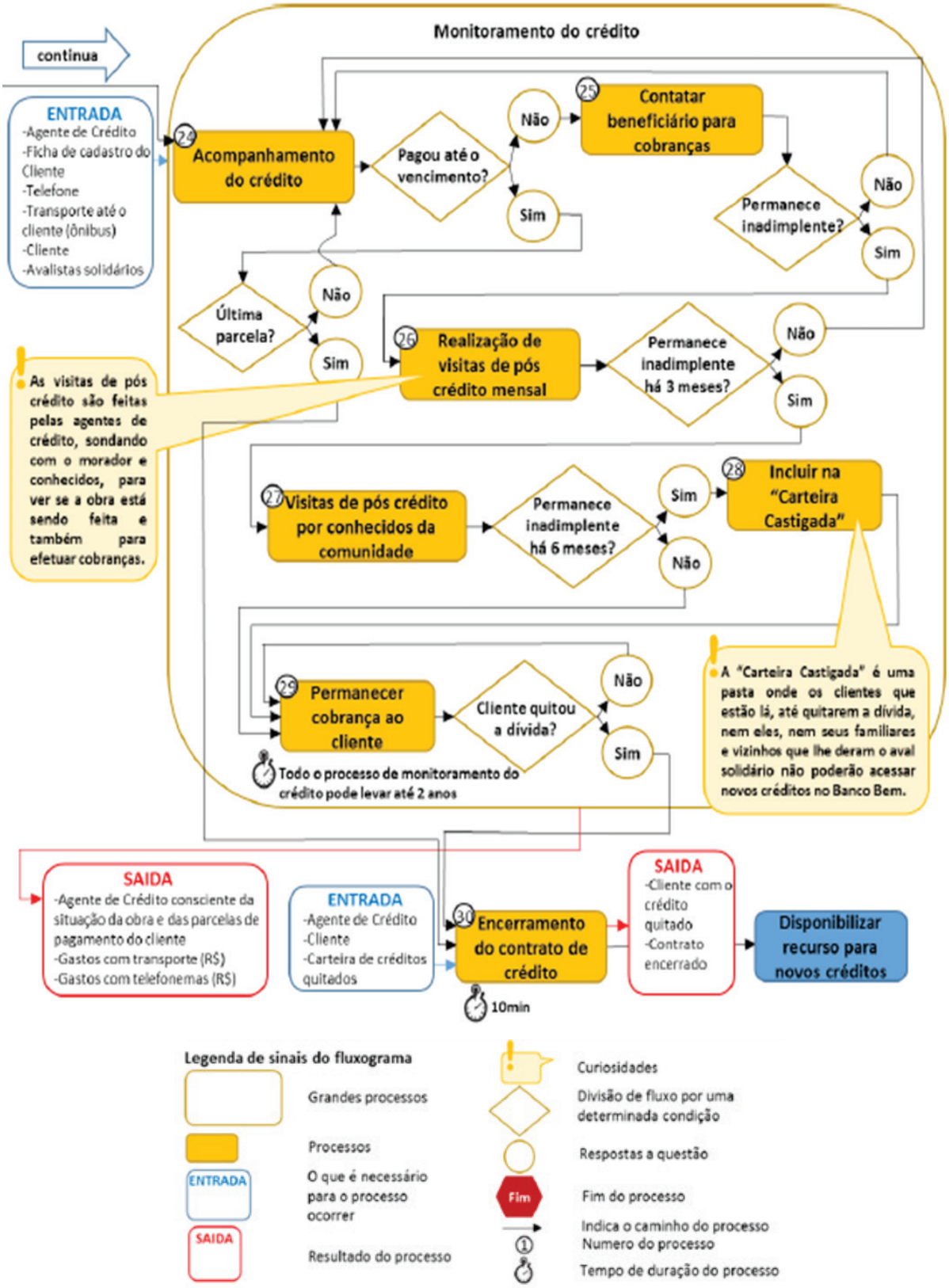

Fonte: João (2014),

3. CRÉDITO PUXADINHO NO BANCO UNIÃO SAMPAIO – SÃO PAULO – SP

Experiência mais recente, a operação de crédito habitacional oferecido pelo Banco União Sampaio em São Paulo – SP, popularmente conhecido como *Crédito Puxadinho*, possui características operacionais específicas, mas basicamente utiliza os mesmos princípios que orientam esta modalidade de crédito no Banco Bem.

A criação deste Banco Comunitário é resultado das atividades culturais, sociais e políticas da União Popular de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências, que desde a década de 60, atua no Campo Limpo, hoje uma das 31 subprefeituras da cidade, composta pelos distritos do Campo Limpo, Capão Redondo e Vila Andrade, habitada por mais de 590 mil pessoas na Zona Sul de São Paulo – SP.

Entre diversas atividades da União Popular de Mulheres, destacam-se: o Núcleo Florescer, com atividades relacionadas à saúde da mulher, ervas medicinais, reaproveitamento de alimentos, DST – AIDS, violências; o Grupo de Mães do Leite, que desenvolve atividades relacionadas à saúde da mulher, gênero, cidadania, além da distribuição de 4 litros de leite por semana para cada família; os Núcleos de Convivência para Idosos tais como o Grupo Vida Ativa; o Grupo Renascer; o Grupo Sorriso que desenvolvem atividades culturais, artesanato, Tai-Chi-Chuang, Liam Kong, caminhadas, cursos de ervas medicinais, horta comunitária, artesanato, cidadania; o Grupo de Idosos do Leite com distribuição de leite aos idosos; a Inclusão Digital da Terceira Idade que promove cursos destinados à iniciação à computação e à inclusão digital do idoso; o Projeto Segundo Tempo que atende 250 crianças entre sete e 14 anos, de ambos os sexos, desenvolvendo atividades relacionadas à educação através do esporte, lazer, recreação e cultura; o Grupo de Crianças da Casa que atende 20 crianças de 5 a 14 anos, de ambos os sexos desenvolvendo atividades relacionadas à educação através do lúdico, lazer, recreação e cultura; e o Grupo de Jovens da Casa que atende 20 jovens de 14 a 25 anos, de ambos os sexos desenvolvendo atividades e cursos de multiplicadores de Sexualidade, Meio Ambiente, Cultura, DSTs, AIDS, ECA e Cidadania.

Além destas atividades, a União Popular de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências promove outras atividades realizadas por diversos agentes sociais, que tem como objetivo tratar de temas como a diversidade cultural. Dentro desta plataforma de construção coletiva, desenvolve ações culturais e sociais junto a vários outros movimentos populares da periferia da cidade de São Paulo. Estas atividades têm como proposta promover um espaço (presencial e virtual) de troca de vivências e experiências entre os movimentos populares, executores das políticas sociais na Cidade de São Paulo, com o Poder Público e com os usuários dos serviços, para a avaliação e reconstrução de políticas públicas. A partir destas demandas lançou o "Observatório Popular de Direitos".

O "Observatório Popular de Direitos" visa ser um espaço de acompanhamento, monitoramento e proposição das políticas sociais executadas nos territórios de alta e altíssima vulnerabilidade social dentro da Cidade de São Paulo. Um espaço de construção permanente entre o poder público (nas três esferas), universidades e movimentos populares como forma de encontrar saídas para as questões fundamentais que marcam o cotidiano da periferia da Cidade, como o genocídio da juventude pobre e periférica, que vem ocorrendo sistematicamente com mais visibilidade, desde 2012.

Na União Popular de Mulheres, diversas ações são promovidas todos os meses, onde se discutem temas de interesse coletivo a fim de propor a construção efetiva de políticas públicas mais adequadas à população da comunidade.

Experiência recente, o Crédito Puxadinho movimenta pequenas quantias em créditos de até mil reais e que são utilizados pelos moradores em pequenas reformas, reparos elétricos e hidráulicos e em serviços de pintura.

Devido os poucos recursos do fundo para o crédito habitacional, o valor dos créditos é menor que o do Banco Bem em Vitória – ES, assim como o número de créditos executados e o valor total dos créditos habitacionais.

Embora o Banco Comunitário União Sampaio contribua para a elaboração de planilhas orçamentárias, projetos e obras e para a indicação de moradores para a prestação de serviços, não há profissionais ligados ao BCD responsáveis pela assessoria técnica à autoconstrução como no caso do Banco Bem em Vitória - ES. Encontra-se em curso a aproximação de estudantes do Escritório Piloto da Escola Politécnica da USP do BCD neste sentido.

Outros fatores limitantes à atuação do Banco União Sampaio nesta cadeia produtiva é a sua intensa atuação na cadeia de produção cultural, para onde são destinados 87% dos fundos disponíveis para crédito, distribuídos

dessa forma: 64% para o crédito produtivo e 23% para o crédito cultural.
Sobre a inadimplência no Banco Comunitário União Sampaio, Cleberson, trabalhador do BCD esclarece:
"A gente não trabalha com esse conceito de inadimplência. Enquanto a pessoa mantiver relacionamento com a União Popular de Mulheres, nós consideramos como atraso. Quem acessa o Crédito Puxadinho atrasa menos porque geralmente as pessoas se programam para fazer suas reformas e ampliações, além do fato de que, em sua maioria são mulheres e aposentados".
A Tabela e o Gráfico a seguir apresentam os créditos oferecidos pelo Banco Comunitário União Sampaio no período de 2009 a 2013, por modalidade de crédito.

Tabela 03 – Créditos no Banco União Sampaio no período de 2009 a 2013. Fonte: Banco União Sampaio.

MODALIDADE	CRÉDITO (R$)	% CRÉDITO	ATRASO (R$)	ATRASO CRÉDITO %
		2009		
Consumo	R$ 2.360,00	100,00%	R$ 958,30	40,61%
TOTAL PARCIAL	R$ 2.360,00	100,00%	R$ 958,30	40,61%
		2010		
Consumo	R$ 6.329,00	24,83%	R$ 616,66	9,74%
Produtivo	R$ 14.638,51	57,43%	R$ 3.440,90	23,51%
Cultural	R$ 3.520,00	13,81%	R$ 2.376,38	67,51%
Puxadinho	R$ 1.000,00	3,92%	R$ 0,00	0,00%
TOTAL PARCIAL	R$ 25.487,51		R$ 6.433,94	25,24%
		2011		
Consumo	R$ 4.340,00	28,93%	R$ 131,66	3,03%
Produtivo	R$ 4.610,95	30,74%	R$ 125,92	2,73%
Cultural	R$ 4.750,00	31,66%	R$ 2.869,69	60,41%
Puxadinho	R$ 1.300,00	8,67%	R$ 565,49	43,50%
TOTAL PARCIAL	R$ 15.000,95		R$ 3.692,76	24,62%
		2012		
Consumo	R$ 2.099,50	5,95%	R$ 30,00	1,43%
Produtivo	R$ 22.431,00	63,58%	R$ 2.868,00	12,79%
Cultural	R$ 3.500,00	9,92%	R$ 270,00	7,71%
Puxadinho	R$ 7.250,00	20,55%	R$ 1.018,00	14,04%
TOTAL PARCIAL	R$ 35.280,50		R$ 4.186,00	11,86%
		2013		
Consumo	R$ 2.680,00	13,48%	R$ 250,00	9,33%
Produtivo	R$ 9.500,00	47,79%	R$ 4.118,00	43,35%
Cultural	R$ 7.050,00	35,46%	R$ 2.213,00	31,39%
Puxadinho	R$ 650,00	3,27%	R$ 18,00	2,77%
TOTAL PARCIAL	R$ 19.880,00		R$ 6.599,00	33,19%
TOTAIS GERAIS	R$ 98.008,96	100,00%	R$ 20.911,70	21,34%

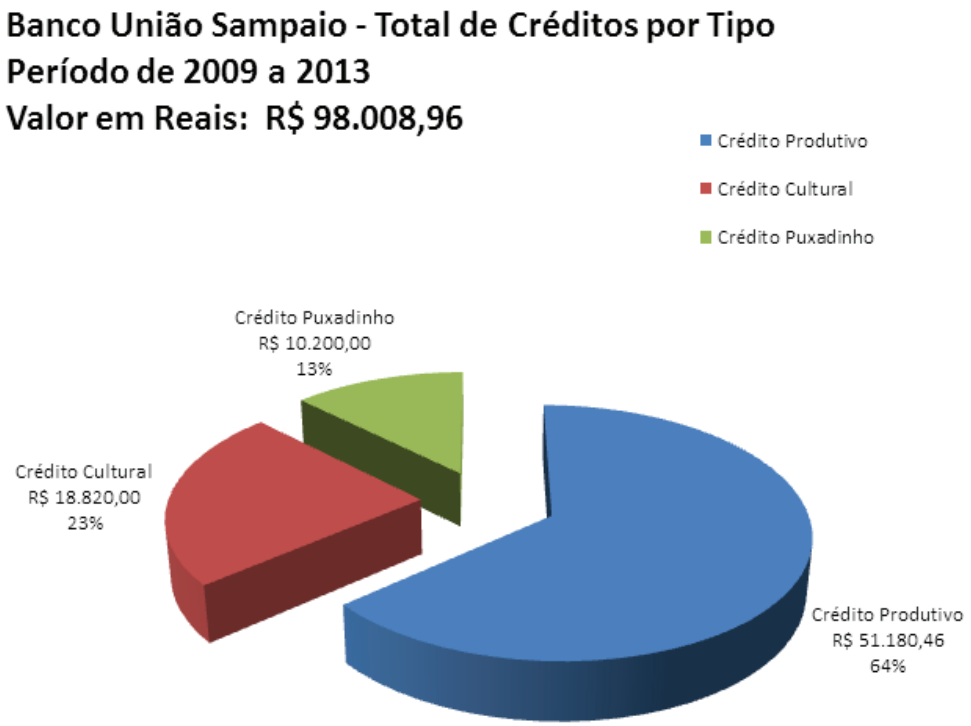

Gráfico 02 – Créditos no Banco União Sampaio em São Paulo – SP no período de 2009 a 2013, por modalidade de crédito. Fonte: Banco União Sampaio.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Todos os tomadores de crédito habitacional dos Bancos Comunitários Bem e União Sampaio souberam do crédito por alguém da comunidade que participa das atividades comunitárias dos Bancos e todos os tomadores de crédito optaram pelo crédito nos BCDs devido ao valor dos juros de 0,75% e porque consideraram favoráveis as exigências documentais menores que as dos bancos comerciais.

Para as agentes de crédito, muitos moradores dos territórios dos BCDs não possuem todos os documentos exigidos pelos bancos comerciais além de terem estarem em dívida ou em atraso no pagamento de outras contas que inviabilizam o acesso ao crédito nestes bancos.

Neste sentido, os BCDs possuem um sistema de crédito adaptado às limitações documentais dos moradores de seu território e não impedem que pessoas com o nome sujo nas instituições de crédito tenham acesso ao crédito.

São poucos os moradores do território que acessam créditos em bancos comerciais. Destes, a maioria se arrepende. As parcelas se prolongaram por muito tempo e os juros foram muito altos.

Devido ao teto dos valores para o crédito habitacional, quando a reforma é grande ou quando a intenção é produzir uma nova moradia, é necessário utilizar vários créditos até a conclusão da obra. Nesse caso, dependendo do comportamento do cliente, antes mesmo da quitação de um crédito, outro crédito já pode ser liberado.

O teto dos créditos habitacionais é estratégico, pois mesmo com toda a metodologia para a análise de crédito antes da concessão, é difícil prever situações adversas que o tomador de crédito pode enfrentar para quitar todas as parcelas.

Limitando estes valores, os BCDs conseguem administrar possíveis atrasos nos pagamentos sem colocar em risco o fundo para a oferta de novos empréstimos.

Quanto aos clientes que não apresentam dificuldades para pagar os valores emprestados torna-se automaticamente um potencial cliente para acessar sem muito tempo de espera os próximos créditos.

Independente do motivo do acesso ao crédito seja para construção de novas habitações ou reforma/ampliação, a aquisição de materiais como cimento, ferragens, brita, areia e lajotas predominam.

Tanto para a construção de nova habitação quanto para a provisão de um banheiro, a estrutura de pilares e vigas de concreto armado é recorrente. Nos casos da cobertura, em geral, inicialmente são feitas com telhas de cimento amianto.

Dentre os casos estudados nos dois BCDs consegue-se levantar as seguintes proporções sobre o que foi construído: cerca 74% dos créditos foram utilizados para aquisição de materiais para construção de estruturas, 60% para pagar mão de obra, 60% também utilizaram para viabilizar o transporte dos materiais até o seu lote, 52% para materiais de construção para vedações verticais, 52% com materiais de instalações elétricas, 47% para instalações hidráulicas, 39% para aquisição de esquadrias, também 39% para materiais de acabamento, 26% para painéis de cobertura de fibrocimento e 13% para construção de escada. Ainda houve casos em que os créditos foram utilizados para o pagamento de aluguéis enquanto os cômodos necessários eram concluídos com recursos próprios.

Dos 14 tomadores de crédito visitados, 11 do território do Banco Bem e três do território do Banco União Sampaio, todos acessaram 29 créditos, sendo que quatro acessaram apenas um crédito, sete acessaram dois créditos, dois acessaram três créditos e um acessou cinco créditos, variando o valor de R$ 800,00 a R$ 5000,00.

Aqueles que acessaram apenas um crédito, variando o valor de R$ 800,00 a R$5000,00 empregaram o dinheiro para reformas e ampliações.

Todos os tomadores que acessaram o crédito para construção de uma nova habitação acessaram mais de um crédito, que somam de R$ 6.000,00 a R$ 15.000,00.

Praticamente todos os casos apresentaram condições de juros de 0,75% e taxa administrativa de 1% sobre o valor total do crédito, com exceção de dois tomadores de crédito, que tiveram condições diferenciadas em um de seus créditos acessados. Um deles devido à condição emergencial que se encontrava após a combustão de sua casa em um incêndio obteve crédito no Banco Bem sem juros. Outro, por estar construindo uma casa nova toda feita com tijolos de solo-cimento produzidos por um empreendimento social incubado pela entidade gestora do Banco Bem (o Ateliê de Ideias) além da dificuldade financeira que enfrentava, teve os juros reduzidos a 0,25%.

Estas peculiaridades evidenciam uma característica dos BCDs que, por pertencerem à comunidade, atuam no sentido de promover condições favoráveis às pessoas e não para obter o lucro, podendo tornar as regras flexíveis de acordo com o caso.

Da mesma forma, os créditos são parcelados em até 24 vezes de acordo com as possibilidades e condições de cada cliente.

Alguns acordos entre os BCDs e os tomadores de crédito são importantes para seus territórios de atuação. A utilização de serviços e o consumo de materiais dos estabelecimentos comerciais conveniados promovem o fortalecimento da economia local.

BCD e cliente acordam a preferência pelo consumo de materiais de construção em estabelecimentos comerciais do território. Caso o cliente não encontre o material desejado nestes ou consiga um orçamento melhor fora do território, possui liberdade para comprar onde decidir.

Em um dos casos, único dentre os 14 visitados, o tomador de crédito comprou materiais de construção fora do território, mas o serviço de pedreiro utilizado, assim como todos os demais, foi prestado por moradores da comunidade, dentre eles familiares, amigos e pedreiros vizinhos.

Assessores técnicos à autoconstrução, quando disponíveis, não conseguem atender a todas as demandas. O número limitado de assessores, o número de demandas e o difícil acesso aos lotes são as principais dificuldades enfrentadas pelo Banco Bem em Vitória – ES. O Banco Comunitário União Sampaio não dispõe destes serviços para os tomadores de crédito, limitando a oferta de crédito a atividades como pequenos reparos hidráulicos e elétricos, pequenas reformas e serviços de pintura em que as decisões técnicas são tomadas por pedreiros, pintores, encanadores, eletricistas, parentes, amigos, vizinhos ou pelo próprio morador.

A contratação de estagiários que atuam nesta função depende de convênios. Muitas vezes, entre um contrato e outro, resultam períodos sem assessores disponíveis para os tomadores de crédito.

Neste intervalo as condições de assessoria são ainda piores e a equipe, insuficiente, fica ainda mais reduzida.

Muitas vezes, o que ocorre é que, por opção do tomador de crédito ou do pedreiro que assume a obra, o assessor é dispensado pelo fato de se acreditar ter uma ideia muito clara do que será feito durante a construção e não se vê a necessidade de assessoria.

Dos 14 tomadores de crédito visitados, sete não tiveram assessoria técnica, outros sete tiveram, sendo que apenas dois com elaboração de projetos e os demais somente orientaram algumas etapas da obra.
A descrição de cada caso, desde o observado durante a visita dos pesquisadores aos lotes de cada tomador de crédito até os dados coletados em entrevista indicam a preferência pelas condições do crédito habitacional através de BCDs em detrimento dos bancos comerciais, a preferência aos serviços e produtos do território e a autoconstrução como processo hegemônico de produção da moradia, seja ela assessorada ou não.
As poucas exigências documentais, os juros acessíveis, a assessoria técnica pública e gratuita à autoconstrução resultam de um complexo processo de aprovação comunitária do crédito que envolve a participação democrática dos moradores da comunidade e que facilitam o acesso ao crédito habitacional.
A maioria dos materiais e serviços utilizados pelos tomadores de crédito é comprada e contratada no próprio território.
A maioria dos créditos habitacionais é utilizada para a produção de novos cômodos, e nos casos de produção de novas moradias, necessitam de mais de um crédito para serem finalizadas.

5. CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

A fim de identificar ações de desenvolvimento territorial e aquelas relacionadas às políticas públicas desenvolvidas pelos Bancos Comunitários de Desenvolvimento construímos as Linhas do Tempo, os Gráficos, as Tabelas e o Fluxograma dos processos de oferta de crédito destes casos.
Concluímos que, apesar das equipes e recursos financeiros limitados, os BCDs realizaram mais de um milhão de Reais em créditos, sendo que grande parte deste valor corresponde a créditos habitacionais, viabilizando a produção habitacional em seus territórios de atuação com baixo índice de inadimplência.
Em muitos dos casos, a utilização dos recursos promoveu a aquisição de pelo menos um banheiro nas moradias.
A produção habitacional através dos BCDs tem juros mais baixos que os praticados pelos bancos comerciais e, em alguns casos, oferecem assessoria técnica à autoconstrução articulada aos créditos habitacionais.
Os trabalhadores dos BCDs executam serviço de natureza pública, acumulam um grande número de atividades em suas funções, tem alto grau de motivação e habilidades para a articulação com os diversos atores de dentro e de fora de seu território.
Os assessores técnicos à autoconstrução constituem equipe reduzida, atuam em territórios com grande demanda pelos seus serviços e tem como objetivo promover a melhoria das condições habitacionais por meio de elaboração de projetos, desenhos técnicos, especificação de materiais, auxilio na elaboração de orçamentos, acompanhamento de obra e/ou sugestões durante as obras.
Pelo exposto, inferimos que BCDs oferecem serviços públicos que as políticas públicas não conseguem oferecer mitigando o problema do déficit e da inadequação de moradias em assentamentos precários, aglomerados subnormais e periferias urbanas.
Com recursos próprios e equipes limitadas, tem conseguido melhorar a condição de vida de pessoas que tem dificuldades para acessar o crédito habitacional comercial.
São poucos os estudos desenvolvidos sobre o crédito habitacional oferecido pelos BCDs e muitas são as questões que ainda permanecem sobre estas operações.
As políticas públicas habitacionais historicamente tem sido de difícil acesso para a população de assentamentos precários, aglomerados subnormais e periferias urbanas no Brasil.
As políticas públicas habitacionais vigentes têm assumido princípios de mercado atualmente beneficiando construtoras e incorporadoras.
Neste contexto os BCDs, através de iniciativas de Finanças Solidárias, alinhados ao movimento e princípios da Economia Solidária, vêm construindo uma experiência notável, indicando melhor adequação à população de seus territórios de atuação.
O Banco Bem, principalmente, é referência entre os BCDs quanto à oferta de crédito habitacional articulado à assessoria técnica à autoconstrução.

Os dados e análises apresentadas neste trabalho evidenciam que os BCDs promovem o desenvolvimento econômico, cultural e social destas populações através da democratização do acesso a recursos financeiros, melhorando a qualidade de vida destas populações.
Além dos serviços financeiros, os BCDs promovem o fortalecimento da economia local através do uso da moeda social e dos acordos construídos com os tomadores de crédito para priorizar o consumo de produtos e serviços locais.
A assessoria técnica à autoconstrução é fundamental para o desenvolvimento do território. Suas ações permitem melhores condições de economia de materiais, desempenho dos ambientes construídos e condições mais salubres e seguras para os moradores.
Todas estas atividades desenvolvidas pelos BCDs são ações de interesse público, pois atendem demandas coletivas. Não tem como finalidade o lucro nem são realizadas para benefício de suas entidades gestoras. São serviços realizados principalmente com recursos captados através de editais e convênios, ou seja, são recursos que a equipe dos BCDs conquista com a elaboração de projetos apresentados a instituições que apoiam estas iniciativas.
Por não terem subsídios de políticas públicas específicas suficientes para remuneração de todos trabalhadores dos BCDs e para a constituição dos fundos de crédito, a equipe de trabalhadores é limitada e acumula diversas funções e atividades.
Com o aumento de recursos para o fundo de crédito seria possível diminuir a fila e o tempo de espera para o acesso ao crédito habitacional, assim como o aumento do número de créditos e de assessoria técnica.
BCDs atuam em espaços que exigem politicas públicas diferenciadas adequadas ao perfil social e econômico de seus moradores. Não faz sentido exigir, *a priori*, títulos de propriedade para a parcela da população que tem sido historicamente excluída do espaço urbano regularizado bem como exigir comprovação de renda de trabalhadores informais. Estas são as principais condições favorecedoras para acessar o crédito habitacional e a assessoria técnica à autoconstrução através dos BCDs e providenciar condições mínimas de habitabilidade para as moradias existentes ou em construção/reforma.
Estas exigências dos bancos comerciais são obstáculos intransponíveis para grande parte da população que vive em assentamentos precários, aglomerados subnormais e periferias urbanas.
Para os BCDs o que é essencial para ao acesso ao crédito são: que o solicitante do crédito seja morador do território de abrangência do BCD ou participe de outras ações desenvolvidas por suas entidades gestoras; que a comunidade o referencie positivamente; que o Comitê de Análise de Crédito (CAC), composto pelas lideranças do território e pelos trabalhadores do BCD emita um parecer positivo sobre sua Ficha de Análise de Crédito; que o tomador de crédito não esteja na *carteira castigada* ou em atraso ou tenha algum parente e/ou algum outro morador da comunidade, em que o sujeito ao crédito tenha dado o aval solidário, na *carteira castigada*; que o tomador de crédito esteja em dia com suas parcelas e/ou tenha quitado seu primeiro crédito para acessar o segundo.
O que fica evidente nestas cinco condições para o acesso ao crédito é a participação da comunidade nos principais processos de decisão da concessão do crédito, ou seja, não são exigências documentais ou de renda que inviabilizam o acesso ao crédito.
Apesar do acesso ao crédito habitacional ser facilitado pelos BCDs há algumas dificuldades para a construção de novas moradias.
O crédito habitacional dos BCDs tem limites: mil Reais no caso do Banco União Sampaio e cinco mil Reais no caso do Banco Bem. Com estes valores não é possível finalizar uma nova habitação. Nestes casos é necessário que o tomador de crédito utilize suas economias para ajudar na produção da moradia ou acessar vários créditos consecutivos, aumentando o trabalho dos agentes de crédito habitacional.
Existem dificuldades relacionadas aos processos para obtenção de recursos para o fundo do crédito habitacional e para o funcionamento dos BCDs que, sempre dependente de editais, doações ou duração de convênios, torna o fundo limitado e insuficiente para suprir todas as demandas por crédito e assessoria técnica nestes territórios.
A localização dos terrenos e a aglomeração resultam em vias estreitas, sinuosas e inclinadas, o que dificulta o acesso aos lotes ou moradias, a locomoção dos trabalhadores dos BCDs assim como o transporte de materiais

de construção, cujo preço pode chegar a 100% do valor do próprio material só para ser entregue no local da obra.
Outra dificuldade limitante é a condição do fundo do crédito habitacional no momento da solicitação. A oferta de novos créditos fica condicionada à liquidação dos créditos anteriores. Quando todo o valor do fundo está circulando em empréstimos e ainda não retornou ao banco outros créditos não são oferecidos. Este limite é causa do tempo de espera da maioria dos casos de crédito habitacional.
Os recursos para contratação de assessores técnicos também depende de convênios e é um fator que dificulta o atendimento das demandas.
Grande parte das dificuldades e limites da produção de moradias através do crédito habitacional dos BCDs está relacionada à escassez e à origem dos recursos para os fundos de crédito e para a contratação e remuneração de seus trabalhadores.
A destinação de recursos públicos para o crédito habitacional oferecido pelos BCDs pode ser estratégica para amplificar os resultados das Políticas Públicas Habitacionais vigentes, mitigando o déficit e a inadequação das moradias que persistem em assentamentos precários, aglomerados subnormais e periferias urbanas.
Bancos Comunitários de Desenvolvimento promovem o desenvolvimento de seus territórios de atuação com recursos próprios e equipe reduzida através de diversas ações, entre elas o financiamento à autoconstrução com assessoria técnica, modalidade de crédito mais adequada ao perfil de assentamentos precários, aglomerados subnormais e periferias urbanas, promovendo melhor qualidade de vida e assegurando direitos fundamentais destas pessoas, prestando, portanto, relevante serviço público, superando obstáculos que as Políticas Públicas Habitacionais encontram no enfrentamento do déficit habitacional e da inadequação das moradias. Caso esta iniciativa seja reconhecida e incorporada às Políticas Públicas Habitacionais estaduais e municipais, e disponham de recursos dos fundos públicos, pode resultar potencial Política Pública de Desenvolvimento Territorial e Urbano se replicada em outros BCDs.

BIBLIOGRAFIA

ATELIÊ DE IDEIAS *Ateliê de Ideias.* Disponível em: http://goo.gl/luKgz0, [consultado em 21-11-2014].

FÓRUM BEM MAIOR (2009) *Saberes, Fazeres e Perfil dos Moradores do Território do Bem.*Vitória – ES.

IBGE (2012) *Censo Demográfico 2010*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro.

IBGE (2005) *Economia Informal Urbana*. Rio de Janeiro, ISBN: 85-240-3806-3 (meio impresso). IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A – Tecnologia de Edificações. São Paulo.

JOÃO, C. (2014) *Bancos Comunitários de Desenvolvimento como Estratégia de Desenvolvimento Territorial, Microcrédito e Autoconstrução. Caso: Banco Bem, Vitória - ES.* Dissertação de Mestrado. São Carlos.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean; adaptado por SIMAN, L. M. (1999) *A Construção do Saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas.* Belo Horizonte: Editora UFMG.

RABELO, P. F.; LYRIO FILHO, A. M.; AMORIM, S. L. (2006) *Ontology, Management of Project Process, and Information Technologies.*: ECPPM 2006. Proceedings. E-business and e-working in architecture, engineering and construction. Valencia.

SÁ, W. L. F. (2009) *AUTOCONSTRUÇÃO NA CIDADE INFORMAL: Relações com a Política Habitacional e Formas de Financiamento.* UFPE, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Dissertação de Mestrado, Recife.

SACHS, C. (1999) *São Paulo – Políticas Públicas e Habitação Popular*. Edusp. São Paulo.

SHIMBO, L. Z. (2010) *Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro.* Tese (Doutorado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos.

SHIMBO, L. Z. (2012) *Habitação Social de Mercado: confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro.* C/Arte. Belo Horizonte.

VALOR ECONÔMICO (2013) *Déficit Habitacional cai no geral, mas cresce na baixa renda.* Disponível em http://goo.gl/uN1uJj, [consultado em 21-11-2014].

VILLAÇA, F. (2014) *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. Disponível em http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/cidadao_habita.pdf, [consultado em 01-05-2014].

YIN, R. K. (2001) *Estudo de Caso: planejamento e método.* Porto Alegre: Goodman.

O Uso dos Instrumentos da Economia Solidária na Prática da Agricultura Urbana

Monique Sanches Marques
Professora adjunta do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto - Brasil
E-mail: monique.sanches@gmail.com

Gustavo Oliveira Campos
Mestrando em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra - Portugal
Email: guoca13@yahoo.com.br

Resumo: O arranjo urbano da cidade de Ouro Preto (MG) se caracteriza pela existência dos chamados «Miolos de Quadra», áreas livres nos fundos dos quintais. Como as edificações desta cidade foram inseridas nas testadas do lote os fundos das casas acabaram vazios.
A agricultura urbana se distingue da agricultura tradicional por ser uma atividade produtiva de pequena escala e com alto potencial de envolvimento populacional. É capaz de auxiliar programas de segurança alimentar voltados para a população de baixa renda, fortalecendo laços de convivência familiar e de vizinhança, garantindo a geração de renda para os trabalhadores envolvidos.
O artigo discutirá o potencial de uso destes espaços ociosos por pela Agricultura Urbana, ressaltando os instrumentos da Economia Solidária. Esta proposta visa estimular uma mudança de postura dos moradores da cidade, o fortalecimento das redes de convívio/contato pressupondo a troca/venda de produtos cultivados nos miolos de quadra.

Palavras-chave: Economia Solidária; Solidariedade; Agricultura Urbana; Ouro Preto.

I – A solidariedade como potencializador das relações sociais

Nossas relações cotidianas estão imersas em jogos de força entre aspectos ambientais, sociais, econômicos, políticos e psíquicos. A velocidade com que realizamos as atividades diárias não favorece a observação/percepção das interações entre nós, cidadãos, e as relações que desenvolvemos com o local onde vivemos. A noção de evento aparece como sendo o marcador da passagem do tempo, muitas vezes esse elemento não é percebido e acaba negligenciado, o que nos permite afirmar que estamos passivos frente às possibilidades de ação/interação e consequente transformação das questões citadas anteriormente: sociais, ambientais, econômicas, políticas e psíquicas.
Posto isto, perguntamos: como se dá a relação entre cidadãos com a cidade? E moradores com suas casas? A relação é a mesma? Nos relacionamos com a cidade em que vivemos da mesma forma como nos relacionamos com o lugar onde moramos?
A relação tempo e espaço aparece como o campo de demonstração de nossas atividades. O geógrafo brasileiro Milton Santos (1996), nos diz que:

> Se considerarmos o mundo como um conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou algumas dessas possibilidades existentes no mundo. Mas o evento também pode ser o vetor das possibilidades existentes numa formação social, isto é, num país, ou numa região, ou num lugar, considerados esse país, essa região, esse lugar como um conjunto circunscrito e mais limitado que o mundo.

Quais eventos são mais ou menos importantes para nós? Como podemos determiná-los? Se é que é possível esta ação. O casamento de um filho, a compra da casa própria ou a morte de um amigo podem ser considerados eventos mais importantes que uma conversa casual com o vizinho na escada do prédio onde moramos? Na sequência de eventos que caracteriza a construção do tempo vivido, essas ações/emoções serão «arquivadas» em algum lugar de nossa memória e, talvez, superadas, esquecidas.

Estamos a dialogar sobre a importância da vivência dos pequenos momentos, da percepção dos pequenos objetos, da valorização do contato social casual, descompromissado.

Ainda segundo Santos (1996), o lugar, enquanto dimensão local, adquire novos significados no mundo atual. Para entendê-lo seria interessante discutir a noção de cotidiano e de suas variáveis: os objetos, as ações, a técnica e o tempo.

Este artigo pretende discutir a primazia que os empreendimentos de Economia Solidária concedem à Solidariedade. Estas são visíveis no envolvimento comunitário, na repartição dos recursos produtivos e na equidade. Esta solidariedade que tem a capacidade de estimular sistemas democráticos de gerência dos meios de produção.

Ao destacarmos a possibilidade do envolvimento comunitário nas estrutras que permeiam a atividade econômica, não podemos deixar de ressaltar que esta ação acontece muito em função das consequências do neoliberalismo capitalista nas ações sociais atuais: o aumento das desigualdades sociais, a exclusão social decorrente das cadeias internacionais de produção, a flexibilização das leis trabalhistas, a degradação ambiental inconsequente, a imposição da cultura do consumo, dentre outros.

Segundo Hespanha (2009), a insatisfação decorrente destas mazelas sociais acabam por dar lugar à busca por soluções alternativas. Ou seja, existem caminhos diferentes que levam a experiências humanistas onde «a separação radical entre a economia e o social seja substituída por modos de ajustar os recursos às necessidades de forma integrada e capaz de maximizar o bem-estar humano e social».

Tradicionalmente o objeto da economia separa os fenômenos econômicos dos fenômenos sociais. A crítica a esta postura neoclássica já pode ser verificada dentro da própria teoria econômica. Ainda de acordo com Hespanha (2009), é possível reconhecer nas sociedades contemporâneas a existência comum de ao menos três formas de economia: a economia de mercado; a economia de distribuição de renda realizada pelo Estado e a economia desmonetarizada, baseada na troca e na reciprocidade.

As formas alternativas de economia podem ser consideradas como uma resposta social às consequências da economia de mercado? Não é possível saber, ainda. Mas são alternativas que crescem e devem ser melhor entendidas.

A ideia da formação de associações de trabalhadores focados na gestão compartilhada e democrática, no estreitamento das relações sociais com as relações econômicas, nos laços de reciprocidade e na solidariedade, pode ser considerada a base para as ações de Economia Solidária.

Mas antes de discutirmos conceitos e práticas de Economia Solidária, faz-se necessário especificar qual é o conceito de solidariedade que permeia nosso trabalho.

Segundo Jean Louis Laville (2009), a discussão sobre o conceito de Solidariedade nos apresenta dois projetos: a chamada «Solidariedade Filantrópica» que nos remete «à visão de uma sociedade ética na qual os cidadãos, motivados pelo altruísmo, cumprem seus deveres uns com os outros voluntariamente». Neste conceito, a solidariedade tem como objetivo o alívio da população pobre por meio de medidas paliativas que acabam por gerar, como contrapartida por parte do beneficiário, a «gratidão sem limites», perpetuando as desigualdades.

A outra forma de solidariedade descrita por Laville (2009) (com o qual compactuamos neste trabalho), é a chamada «Solidariedade Democrática», que se baseia na «ajuda mútua, como na expressão reivindicativa, tangenciando, ao mesmo tempo, à auto-organização e ao movimento social». Este projeto se empenha em consolidar a democracia política através de uma democracia econômica e social.

Atualmente o debate em relação à definição deste conceito deve levar considerar os limites à expansão dos mercados e suas estruturas de apoio, bem como, os desgastes ecológicos relacionados a esta expansão. Ainda segundo Lavillle (2009):

> no projeto da concepção democrática da solidariedade, um desenvolvimento sustentável só pode ser traduzido em avanços constatáveis pela ótica do revigoramento das esferas não-mercantis e não monetárias articuladas a mercados regulados.

Posto isto, podemos concentrar os esforços na apresentação da construção histórica do conceito de Economia Solidária, bem como dos instrumentos utilizados pelas instituições, formais ou não, individuais ou coletivas, que praticam esta forma socioeconômica de relação.

II - Economia Solidária na Europa

Para se traçar os antecedentes da Economia Solidária na Europa é necessário relacioná-la ao surgimento da Economia Social, às bases estruturais existentes pós Revolução Industrial, no século XIX. Data desta época o surgimento do associativismo de operários e camponeses como resposta às turbulências sociais características deste momento histórico.

De acordo com Gaiger (2009), nas iniciativas associativistas as relações de poder e a repartição dos ganhos subordinavam-se ao «primado das pessoas diante do capital e à finalidade principal de garantir benefícios aos membros».

A Economia Social apresenta então, como marca própria, a combinação de recursos monetários advindos da venda e troca de serviços, com recursos não monetários, mas sim, solidários, como a ajuda coletiva.

Durante o século XX, Estado e mercado absorvem a Economia Social. Assim, as mútuas passam a cumprir um papel complementar dentro da estrutura estatal de seguridade social e as cooperativas passam a atuar em uma perspectiva mercadológica. Isto só é possível pois Estado e mercado passam a assumir as ações de geração de riqueza e de assistência social. Ou, nas palavras de Laville & Gaiger (2009):

> O direito de cidadania, outorgado a todos os que vivem do próprio trabalho, conduziu os movimentos sociais a centrarem sua ação estratégica nas relações de classe e na luta pelo Estado. Reconciliados com o assalariamento, a maioria dos trabalhadores perdeu o entusiasmo e o interesse pela autogestão.

Esta situação perdura até meados da década de 1970, com a grande crise econômica mundial, que passa a desestruturar as bases sociais do Estado Providência. As experimentações da chamada «nova economia social» demonstram outras possibilidades de atuação econômica, renovando a Economia Social na Europa.

Concomitante à crise econômica, ou em contrapartida à mesma, impõe-se novas formas de ativismo social que passam a questionar as contradições do capitalismo. Este movimento, ao contrário da forma de agir dos movimentos da Economia Social, não tem tanta dependência das instituições formais de Estado.

Conforme Gaiger (2009) destaca, as bandeiras deste movimento social:

> reclamam o carácter universal irrevogável dos direitos cidadãos e a necessidade de um novo sistema de regulação da economia. Ela refuta a separação entre as esferas social e econômica e a omissão dos seus vínculos recíprocos no debate político em torno dos modelos de sociedade.

O tom crítico deste movimento passa a designar suas ações por Economia Solidária.

III - A Economia Solidária e sua vertente brasileira

Em relação à América latina, a ideia de Economia Solidária refere-se comumente às iniciativas associativas de trabalhadores. Estas associações privilegiam a autogestão, a participação livre e democrática dos membros, com objetivos de ganhos econômicos além de benefícios relacionados à qualidade de vida das pessoas e ao reconhecimento e engajamento cidadão.

Com relação ao Brasil, podemos afirmar que existe um consenso sobre os antecedentes históricos que estimularam o surgimento das práticas de associativismo e de cooperativismo. Segundo Gaiger (2013), os momentos históricos e suas características, seriam:

> as mudanças no modelo de acumulação capitalista, por seus efeitos sobre a reconfiguração mundial dos mercados, as estruturas e cadeias produtivas e a geopolítica. A isto se vincula a crise de grande magnitude que então atingiu o sistema de trabalho assalariado, cujos reflexos têm sido ondas de desemprego em larga escala e de insegurança econômica, impelindo os trabalhadores à busca de alternativas de ocupação e renda.

Para além das questões macroeconômicas, a partir da chegada ao poder de forças políticas de esquerda, verificou-se no Brasil o suporte político (através da criação de instâncias deliberativas específicas) às iniciativas de economia solidária, que já demonstravam seu potencial transformador, e aos atores das ações comunitárias e de seu entorno social imediato.

Mas quais seriam as circunstâncias específicas que servem de estímulo para o surgimento das iniciativas de Economia Solidária? Conforme Gaiger (2013), são:

i) envolvimento de setores populares dotados de referências culturais; ii) presença de lideranças que surgiram a partir da valorização da vida comunitáriado do associativismo ou da mobilização de classes – estas vivências de organização forjam atores com «identidades comuns, laços de confiança e competências para a defesa coletiva de interesses e aspirações». Ou seja, as associações populares que surgem à partir de lutas sociais «exibem melhores indicadores econômicos, maior solidariedade comunitária e maior inserção política na sociedade»; iii) os empreendimentos solidários não substituem integralmente nem preescrevem as formas populares de economia, mas as potencializam, pois reorganizam os fatores produtivos, materiais e humanos e iv) atuação de instituições que filtram e encaminham as demandas dos trabalhadores para as associações autogestionárias. Para tal, é necessário o uso de instrumentos e materiais que estimulam a transição de uma condição já estabelecida de subalternidade para outra de recomposição social e econômica.

Este processo estimula uma «remodelação gradual das aspirações, dos padrões materiais de subsistência e da lógica econômica de reprodução simples da economia popular». Um dos maiores desafios seria impedir imposições autoritárias, internas e externas, que apontem para a tutela dos trabalhadores.

Mas como se daria a aplicação dos preceitos da Economia Solidária no campo real das ações humanas? A racionalidade econômica do sistema capitalista, a crise civilizatória do final do século XX, o tecnicismo excludente vigente e outros elementos estruturantes dos sistemas políticos e econômicos atuais acabam por estimular a aplicação dos instrumentos já conhecidos da Economia Solidária em vários campos econômicos de nosso cotidiano.

São vastos os exemplos de como a Economia Solidária pode subverter a lógica da exploração capitalista selvagem, desenvolvendo estruturas de produção solidárias que envolvem trabalhadores em uma lógica horizontal de gestão.

IV - Ações de Economia Solidária no Desenvolvimento Local

Como abordamos anteriormente, quando da conceitualização do termo «Economia Solidária», seria a crise econômica, política, social e ambiental - a partir década de 1970 – gerada pelos modelos de desenvolvimento econômico impostos aos países periféricos, a responsável pela concepção de novos modelos de desenvolvimento centrados na comunidade local e no território.

Ao definirmos o que entendemos por desenvolvimento local, podemos nos basear em Amaro (2009) onde afirma quais seriam os atributos para esta definição. Segundo o autor, o desenvolvimento local acontece a partir de um processo que busque a melhoria das qualidades de vida da população local, centrado em comunidades territoriais de pequenas dimensões, onde exista uma identidade comum capaz de mobilizar ações colectivas de solidariedade que visem dar respostas às necessidades básicas desta comunidade.

A mobilização das capacidades locais bem como a adoção de metodologias autonomizantes (empowerment) da comunidade local seriam responsáveis em potencializar os resultados das ações locais.
Recursos exógenos são bem-vindos desde que não substitua ou iniba os recursos endógenos. Por fim, a necessidade de trabalho com parcerias entre os vários atores, pessoas ou instituições, locais ou não.
Em conjunto com o que já foi discutido sobre Economia Solidária mais a definição do que seria desenvolvimento local, podemos também introduzir brevemente, um significado ao termo «Empreendedorismo Social», afinal estamos tratando com a possibilidade de incentivo a estas ações empreendedoras: trabalhamos com a ideia de que

> Empreendedorismo social é uma ação individual ou coletiva que procura criar soluções inovadoras para problemas sociais imediatos, bem como mobilizar ideias, capacidades, recursos e arranjos sociais necessários para transformação social sustentável de longo prazo. (Alvord et al, 2002)

Diante dos conceitos e noções discutidos apresentaremos alguns exemplos de ações, coletivas ou individuais, formais ou informais, reestruturando técnicas e processos que resultam em produtos e serviços inovadores e carregados de poder de transformação social, política e econômica. Para tal exposição aprofundaremos a discussão sobre uma área econômica com alto potencial de atuação da Economia Solidária em uma cidade específica: a Agricultura Urbana na cidade de Ouro Preto - MG.

V - Agricultura Urbana – Hortas comunitárias, quintais produtivos.

A partir da década de 1970 o movimento de êxodo rural desloca grandes massas de trabalhadores do campo para as cidades, pessoas que têm em suas trajetórias de vida, o conhecimento e a experiência do lidar com a terra.
De fato, já na década de 70 o quadro começava a se inverter em relação ao processo intensamente dicotômico que caracterizava as décadas anteriores. A substituição de importações, vista da ótica de um tecido urbano industrial que se implantava nas grandes cidades e metrópoles da periferia industrial produziu, segundo olhares dos países industrializados, "cidades de camponeses". Ali, práticas identificadas como rurais se superpunham à economia urbana industrial em formação: economias domésticas de subsistência de fundo de quintal completando o orçamento familiar; grupos de parentesco e compadrio dominando relações; e controles sociais; relações de produção pré-industrial coexistindo com relação (sub)assalariadas marcando uma inserção particular na economia urbana. (Monte-Mór, 1994: 173)

A possibilidade de desenvolver práticas rurais na cidade, aliada à necessidade de produzir alimentos a baixo custo, estimula os moradores a ocupar os espaços internos às suas casas com algum tipo de atividade agrícola ou para criação de animais.
Esta forma de ocupação visa a produção para o auto-consumo por parte dos responsáveis pela área cultivada com possibilidades de comercialização do excedente gerado.
A possibilidade de uso de áreas urbanas para o desenvolvimento de uma prática tradicionalmente rural, como é a agricultura, não pode ser entendida como um empecilho para a sua efetivação.
A discussão sobre a agricultura urbana surgiu na década de 1980 em função da emergência do novo pensamento ambiental, consequência esta, do crescimento da produção industrial mundial na década de 1970 e da quase nula preocupação com medidas mitigadoras do impacto ambiental deste incremento industrial. As discussões sobre agricultura urbana são reestruturadas a partir da década de 1990 como resposta aos desafios de combate à fome mundial, situação, então, alarmante.
Além da questão nutricional, um outro debate sustenta a defesa das ações de agricultura urbana: o direito à cidade. O uso e a percepção das cidades não como o lugar responsável apenas em consumir os recursos naturais e degradar o ambiente natural, mas sim, como o local das trocas, das solidariedade, das relações sociais que podem construir ambientes urbanos com preocupações e soluções de ordem ambiental.

De acordo com um dos trabalhos mais completos realizados no Brasil sobre a agricultura urbana – «Identificação e Caracterização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana em Regiões Metropolitanas Brasileiras» – publicado no ano de 2007[1], existe uma indefinição a respeito do conceito de agricultura urbana. Segundo Coutinho (2010), a agricultura urbana ganha um conceito multidimensional, pois se refere a um

> conjunto de práticas que inclui o ciclo produção-transformação-comercialização-prestação de serviços. Segundo o conceito adotado, são práticas que geram produtos agrícolas e pecuários voltados ao consumo próprio, às trocas, às doações ou à comercialização. São realizadas aproveitando recursos e insumos locais e ocorrem nos espaços intraurbanos ou periurbanos que estejam vinculados às dinâmicas da região metropolitana que integram. Quanto à forma de realização, devem ocorrer em respeito aos saberes locais, à equidade de gênero, através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos. O objetivo é contribuir para a promoção de uma gestão social e ambiental que colabore para melhorar a qualidade de vida da população e promover a sustentabilidade urbana.

Ou seja, não é qualquer tipo de agricultura que aconteça na cidade que pode ser entendido como agricultura urbana. Entretanto esta definição coaduna com a definição de economia solidária por nós apresentado.

A agricultura praticada na cidade por homens e mulheres, alguns que migraram do campo, não revela necessariamente, um conhecimento prático e técnico, por parte destes indivíduos, da lida com o trabalho na terra. A prática empreendedora com a terra pode surgir como resposta à precariedade das estruturas sociais disponíveis na cidade, tais como: desemprego, baixos salários, degradação de áreas verdes e outros.

Mas como implantar empreendimentos sociais de agricultura urbana utilizando os instrumentos da economia solidária?

Já ressaltamos no presente trabalho a importância dada, nos instrumentos de ação da economia solidária, à formação das cooperativas de trabalhadores. Um dos objetivos fundamentais da economia solidária é instrumentalizar o resgate da cidadania das populações historicamente subjugadas. O exercício, teórico e prático, de formação de uma cooperativa de trabalhadores ajuda a recuperar este sentimento de pertencimento à cidade.

Do ponto de vista institucional a relação entre Economia Solidária e agricultura urbana, formulada pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS - do Governo Federal do Brasil é assim entendida:

> se caracteriza por práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular. Esta nova prática de produção e consumo privilegia a autogestão, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras. (MDS, 2008: 5)

O MDS reforça, ainda, que a prática da AU pode ser considerada uma prática de produção e consumo diferenciada, por ser solidária e ter como prerrogativa, dentre outras, a justiça social.

Reforça-se assim a noção de que a Agricultura Urbana possui forte componente de empoderamento das populações, visto que tem como condição essencial, a autogestão das associações por parte dos trabalhadores, possui ainda, um viés de complemento nutricional, pois a forma democrática e solidária de produção e distribuição dos alimentos tende a garantir o acesso da comunidade aos produtos agrícolas de forma direta, sem a necessidade do empenho de grande parte da renda mensal dos trabalhadores e, finalmente, preza a formação de parcerias e redes de cooperação entre fornecedores e consumidores, diminuindo custos e distâncias entre o produtor e o consumidor final.

---

1 SANTANDREU, A. LOVO, I. C. (2007) *Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção - Identificação e Caracterização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana em Regiões Metropolitanas Brasileiras* - publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, Brasília.

VI - A Cidade de Ouro Preto – MG

O município de Ouro Preto está localizado na região central do Estado de Minas Gerais, mais especificamente no Quadrilátero Ferrífero. Com um total de 70.281 habitantes, dos quais 40.214 residindo na sede municipal, possui uma área de 1.245 km². (IBGE, 2010) O perímetro urbano da cidade é representado por uma área de 27.9 km², sendo 14.5 km² distribuídos entre os 38 bairros da cidade e 13.3 km² representados por áreas verdes, localizadas ao redor da cidade, em cinturões verdes. (Lucon, 2011)

O município apresenta-se no imaginário coletivo como uma das maiores representações do que se convencionou chamar «cidade histórica», como se houvesse alguma cidade que não fosse constituída a partir de um processo histórico.

Para entender esta significação, vamos nos sustentar em Aymonino (1984), que nos diz que o «significado das cidades» se dá «por meio de uma análise morfológica do conjunto e uma classificação tipológica dos componentes, a fim de se estabelecer uma relação entre elas».

Ao se examinar o significado da «cidade» se faz necessário uma limitação temporal, por ser a consequência de significações anteriores, entendidos como «tendo existido e não como existentes».

O termo «cidade» nos remete a fenômenos físicos artificiais, não somente por motivos históricos, mas também econômicos, sociais, geográficos, dentre outros. Estes fenómenos, por causa de seus usos frequentes, não são comparáveis entre si. Por essas razões, procurou-se adjetivar o termo «cidade» no sentido de se estabelecer limites para o seu significado, dai o surgimento das «cidades pequenas», «cidades grandes», «cidades metropolitanas», «cidades modernas», «cidades históricas», etc.

Considerada como Patrimônio Mundial da Humanidade pela Unesco, Ouro Preto se estabeleceu como um dos grandes centros de visitação turística do país, em função do seu conjunto artístico e arquitetônico datado do período barroco.

VII - Processo de ocupação e urbanização da cidade

Quando as bandeiras paulistas, no século XVII, ocupam as margens dos rios, em seguida as encostas e morros da serra de Ouro Preto em busca do ouro, delimitam-se ai, as primeiras zonas de mineração de Vila Rica. Os caminhos, as estradas, as encruzilhadas e os cursos de água, utilizados inicialmente para a ocupação e exploração do ouro, dão forma às primeiras estruturas de uma rede urbana.

Já no século XVIII, em alguns pontos dessa rede começam a se estruturar os arraiais, iniciados com a construção de capelas ou vendas ao longo desses caminhos.

As igrejas construídas na cidade de Ouro Preto serviram como pólo adensador urbano. A cidade construída na zona de mineração, em meio às minas e estruturas necessárias para retirada do ouro, aproveita do traçado das montanhas para se edificar. As praças, ruas, becos e caminhos foram construídos em declives irregulares que conformaram, segundo Costa (2011), uma «paisagem de fileiras de casas construídas sobre o alinhamento e os limites dos terrenos, na tentativa de construção de superfícies contínuas» definindo assim, o território das minas.

Esta formação espontânea, com as casas sendo construídas entre estas referências (capelas e pontos comerciais), se tornavam o eixo da rua principal, o caminho-tronco que une os diversos núcleos. Em Ouro Preto este caminho é assim descrito por Vasconcellos (1956):

> Dentre os vários caminhos, um é mais importante, mais transitado, por assim dizer, a estrada tronco. Entra na vila e vai direto à Matriz do Pilar, de onde se endireita para a matriz de Antônio Dias, saindo por Sta. Efigênia. Por isso mesmo, na entrada, designa-se por Cabeças (princípio), entre as matrizes, Rua Direita e, na saída, Vira e Sai. Principia esta estrada no Passa-Dez, subindo para as Cabeças; desce para a Matriz do Pilar, no fundo de Ouro Preto, de onde galga o Morro de Santa Quitéria; decai para Antônio Dias, novamente sobe para o Alto da Cruz, de onde vira e sai para a Vila do Carmo, cidade de Mariana.

O processo de evolução urbana da cidade de Ouro Preto, ainda segundo Costa (2011), citando o Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto, publicado pela Fundação João Pinheiro em 1974, passa por 6 fases, quais sejam: «Fase de Formação (1698 – 1730); Fase de Consolidação (1730 – 1765); Fase do Primeiro Declínio (1765 – 1815); Fase de Estagnação (1815 – 1900); Fase do Segundo Declínio (1900 – 1945); Fase de Recuperação (1945 - ?)».

De forma resumida, podemos assim descrever este período histórico da cidade de Ouro Preto – Até o início do século XVIII, a cidade cresce e se reproduz em função da exploração do ouro. No século XIX, com a decadência desta atividade, a cidade caracteriza-se por um momento de afirmação político administrativa sendo reconhecida como capital do Estado de Minas Gerais. Esta função administrativa tem duração até o ano de 1897, quando a capital é transferida para a cidade de Belo Horizonte. No início do Séc. XX a instalação de vários centros educacionais na cidade, ajuda na manutenção do *status* de antiga capital do Estado. Em 1940, com a chegada da empresa canadense *Aluminium Limited,* fábrica de produção de alumínio, Ouro Preto conhece uma nova fase de prosperidade econômica. Este momento é responsável por um novo movimento migratório populacional que se mantém até a década de 1980. Um novo ordenamento urbano atinge a cidade, redefinindo espaços antes consolidados.

O impacto deste fluxo de pessoas na cidade é percebido na ocupação dos espaços vazios na área central e das encostas da região periférica de Ouro Preto. No caso do centro da cidade, aproveitou-se dos fundos de lotes já ocupados por casas em suas testadas. A periferia teve as encostas íngremes dos morros próximos às entradas e saídas da cidade ocupados. Além da questão do adensamento populacional, este novo momento econômico aprofunda desigualdades sociais e econômicas da cidade.

VIII - Possibilidade de uso dos miolos de quadra da cidade de Ouro Preto para a Agricultura Urbana

Ao propormos a aplicação de práticas de Agricultura Urbana em Ouro Preto temos que pensar em como poderia se dar esta inserção? Quais áreas têm potencial de uso para a Agricultura Urbana e qual a população alvo deste projeto?

No início do processo de desenvolvimento urbano da cidade de Ouro Preto, iniciado no Séc. XVII, as edificações tinham como característica, a construção na testada do lote, ou seja, na parte da frente dos lotes, em contato direto com as ruas, como pode ser verificado na figura I. Como os lotes eram longos e estreitos, acabavam com os fundos não edificados. Estas áreas – os fundos dos lotes - originalmente, eram usadas para o cultivo de alimentos e criação de animais.

Figura I: casas na ladeira de Santa Efigênia

Fonte: Arquivo Pessoal

Em função do crescimento da cidade, ocorrido principalmente a partir da metade do Séc. XX, alguns desses fundos de lote foram desmembrados para venda. Quando esse processo acontecia ao longo de uma rua, isso fazia com que surgisse uma nova via nos fundos dos lotes, paralela à rua original. Assim, estes conjuntos de fundo de lote permaneciam desocupados, mas agora, cercados por ruas, dando origem aos «miolos de quadra» verdes, áreas permeáveis e muitas vezes sem uso nos fundos dos lotes originais.
Como a utilização original destas áreas no fundo dos terrenos, não mais acontece, temos como consequência, o abandono e a degradação destes espaços residuais. (Fig. II):

Figura II: Miolo de Quadra degradado localizado na ladeira Santa Efigênia

Fonte: Arquivo Pessoal

Uma alternativa para a recuperação ambiental e social destes locais pode ser a Agricultura Urbana. Como exemplos de miolos de quadra na cidade de Ouro Preto, temos:

Figura III: Foto aérea da Quadra da Rua Alvarenga, rua pertencente ao Bairro Cabeças

Fonte: Google Earth, 2013

Figura IV: Foto aérea da Quadra da Rua Alagoas, rua pertencente ao Bairro Antônio Dias

Fonte: Google Earth, 2013

Figura V: Miolo de Quadra que compõe o Horto dos Contos

Fonte: Bonduki (2010)

No caso, da foto acima, os miolos de quadra constituem o Parque Horto dos Contos que atravessa o centro histórico da cidade e por isso não encontra-se em processo de degradação.

Figura VI: Ladeira de Santa Efigênia

Fonte: Arquivo Pessoal

Já ressaltamos a importância da Agricultura Urbana como prática indutora do empoderamento das populações mais pobres, além da possibilidade de produção de alimentos a baixo custo. Em nossa pesquisa, trabalhamos com a possibilidade de uso destes espaços – os miolos de quadra – para o desenvolvimento da Agricultura Urbana. A justificativa para utilização destas áreas se deve à proximidade dos moradores com o local a ser utilizado – os quintais das casas. Ou seja, estas áreas poderiam ser cultivadas pelos moradores e vizinhos sem necessidade de grandes deslocamentos. A valorização dos imóveis é outro fator a ser considerado, pois os locais, antes abandonados, agora agregam um valor econômico e estético.

As fotos apresentadas demonstram o potencial que alguns bairros apresentam para o desenvolvimento de práticas agrícolas com interesses sociais e utilização dos instrumentos da Economia Solidária.

A formação de Associações de Trabalhadores pode ser encarada como alternativa de estruturação e organização das empresas gestoras deste empreendimento social. Vale lembrar que o exercício, teórico e prático, de formação de uma cooperativa de trabalhadores ajuda a recuperar o sentimento de pertencimento à cidade.

Nossa proposta vem associada ao caráter da inovação social pois trata, simultaneamente, de três elementos fundamentais para o momento: i) o fortalecimento das ações que tenham a solidariedade como elemento motivador; ii) a sustentabilidade ambiental, no que diz respeito à manutenção e valorização dos espaços verdes do bairro e, iii) a possibilidade de ganhos econômicos e técnicos para uma parcela da população que se encontra à margem do sistema produtivo.

BIBLIOGRAFIA

ALVORD, L. et al (2002), *Social Entrepreneurship and Social Transformation: An Exploratory Study* (November 2002). Hauser Center for Nonprofit Organizations Working Paper No. 15. Disponível em: http://ssrn.com/abstract=354082, [consultado em junho de 2014].

AMARO, R. R. (2009), *Desenvolvimento Local*, In A. CATTANI et al. (eds.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina, pp. 108-113.

AYMONINO, C. (1984), *O Significado das Cidades*, Lisboa: Coleção Dimensões, Presença.

COSTA, E. B. (2011), *Totalidade Urbana e Totalidade-Mundo. As Cidades Coloniais Barrocas face à Patrimonialização Global*, Tese de doutoramento, São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

COUTINHO, M. N. (2010), *Agricultura Urbana: Práticas Populares e sua Inserção em Políticas Públicas,* Tese de doutoramento, Belo Horizonte: Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais.

GAIGER, L. I. (2009) «Antecedentes e Expressões Atuais da Economia Solidária», Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 84, Disponível em http://rccs.revues.org/401 [consultado em Setembro de 2014]. Pp. 81 – 99.

GAIGER, L. I. (2013) «*A Economia Solidária e a Revitalização do Paradigma Cooperativo*». Revista Brasileira de Ciências Sociais, 28 (82), pp. 211 – 228.

HESPANHA, P. (2009) «*Da Expansão dos Mercados à Metamorfose das Economias Populares*», Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 84, Disponível em http://rccs.revues.org/390, [consultado em Outubro de 2014]. pp. 49 – 63.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico (2010). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm? Acessado em Novembro de 2014.

LAVILLE, J. L. (2009), *Solidariedade* In A. CATTANI et al (eds.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina, pp. 310 - 314.

LAVILLE, J. L. & GAIGER, L. I. (2009), *Economia Solidária*, In A. CATTANI et al. (eds.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra, Almedina, pp. 162-168.

LUCON, T. N. (2011), *Análise Espacial das Áreas Verdes do perímetro Urbano de Ouro Preto (MG)*. Tese de Mestrado, Minas Gerais: Instituto de Ciências Exatas e Biológicas, Universidade Federal de Ouro Preto.

MDS (2008). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *Seleção de Propostas para Implantação ou Fortalecimento de Centros de apoios Agricultura Urbana e Periurbana - Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento*. EDITAL MDS/SESAN 05/2008.

MONTE-MÓR, R. L. M. (1994), *Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental*. In: M. SANTOS, M. A. SOUZA, M. L. SILVEIRA. *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, pp. 169-181.

SANTOS, M. (1996). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*, São Paulo: Hucitec.

Políticas públicas de fomento às finanças solidárias no Brasil: instituições e atores sociais

Victoria Régia Arrais de Paiva[1]
Universidade Federal do Ceará - UFC
E-mail: victoriaregia13@yahoo.com.br

Iara Maria de Araújo[2]
Universidade Regional do Cariri (URCA)
E-mail: iara.mar@terra.com.br

Clarício dos Santos Filho[3]
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ)
E-mail: claricios@hotmail.com

RESUMO
A Secretaria Nacional de Economia Solidária do Governo Federal brasileiro criada em 2003 representou um marco na trajetória de constituição e legitimação das finanças solidárias no âmbito das políticas públicas. Desde então, observa-se o crescimento do fomento público por meio de projetos e convênios, envolvendo diferentes instituições ligadas ao Estado, ao mercado e às organizações da sociedade civil. Tomando como base pesquisas empíricas desenvolvidas no Ceará e na Paraíba, notadamente com o banco comunitário Dendê Sol e os fundos solidários apoiados pelo Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários do Banco do Nordeste do Brasil, apresentam-se as seguintes questões: como tais iniciativas podem alargar o alcance das politicas sociais de combate à pobreza conferindo-lhes um caráter sustentável e emancipador? Quais as distinções destas experiências em relação ao microcrédito? Qual a inserção e o papel das mulheres nesses empreendimentos?
Palavras-chave: Finanças Solidárias – Bancos Comunitários – Fundos Solidários – Políticas Públicas – Mulheres.

INTRODUÇÃO

Esta comunicação versa sobre o processo de constituição e legitimação das finanças solidárias no âmbito das políticas públicas no Brasil, a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Governo Federal, em 2003. Desde então, observa-se o crescimento do fomento público por meio de projetos e convênios, envolvendo diferentes instituições ligadas ao Estado, ao mercado e às organizações da sociedade civil.
Nesse sentido, tomando como base pesquisas empíricas desenvolvidas junto às experiências em finanças solidárias no Ceará e na Paraíba, ambos estados situados no semiárido nordestino, conduzidas por distintos públicos, dentre os quais se destacam os agricultores familiares, as mulheres e as juventudes. Tais públicos-sujeitos das políticas públicas de corte social estão organizados principalmente em grupos produtivos informais, associações e cooperativas afiliadas à economia solidária, assumindo a denominação de empreendimentos econômicos de solidários, segundo Gaiger (2000).

---

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará (UFC). Integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Microfinanças e Economia Solidária da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

2 Doutora em Sociologia pela UFC, Professora da Universidade Regional do Cariri (URCA).

3 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ).

Entende-se por "finanças solidárias" pelo menos três tipos de iniciativas criadas com objetivo de apoiar e financiar os pequenos empreendimentos organizados na perspectiva da economia solidária. São elas: os fundos rotativos solidários, as cooperativas de crédito solidário e os bancos comunitários de Desenvolvimento.
Entre as experiências em finanças solidárias existentes no país serão destacadas duas: a do Banco Comunitário Dendê Sol (em Fortaleza, Ceará) e a dos fundos solidários apoiados pelo Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários do Banco do Nordeste do Brasil (PAPPS/BNB). A partir das realidades citadas apresentam-se as seguintes questões: como tais iniciativas podem alargar o alcance das politicas sociais de combate à pobreza conferindo-lhes um caráter sustentável e emancipador? Quais as distinções destas experiências em relação ao microcrédito convencional? Qual a inserção e o papel das mulheres nesses empreendimentos?
O texto está organizado da seguinte maneira: inicialmente, apresenta-se a discussão acerca do contexto de ressurgimento das práticas microfinanceiras no Brasil em meio à expansão das políticas de microcrédito na última década, marcadamente a partir do primeiro edital de chamada pública para apoio às finanças solidárias, lançado em 2005, no ano internacional do microcrédito. Na sequência, serão apresentados os principais aspectos referentes aos eventos formuladores da noção de finanças solidárias e as experiências empíricas dos bancos comunitários e fundos solidários acima mencionados, assinalando suas formas singulares de organização e dinâmicas de funcionamento, destacando o papel das instituições e dos atores sociais envolvidos.
No tocante à noção de finanças solidárias é importante sublinhar que tais experiências fazem parte de um campo de práticas e representações sociais denominado de "economia solidária". A referida expressão abriga práticas socioeconômicas heterogêneas e não há consenso sobre o seu significado. Geralmente, o termo está associado a práticas de produção, comercialização, consumo e serviços em que existem, em graus diferenciados, a autogestão, a participação coletiva nas etapas do processo produtivo; a democracia, o igualitarismo; a cooperação, a auto-sustentação, a promoção do desenvolvimento humano, a responsabilidade social e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas como características ideais (GAIGER, 2004).
No âmbito das políticas públicas, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE), em 2003, o tema das finanças solidárias começa a ser incorporado à agenda pública governamental do país, criando as condições objetivas para a "institucionalidade da política", processo este que denominamos de legitimação, pois o Estado passa a reconhecer a demanda social e os sujeitos da política. A partir de então a Senaes/MTE, juntamente com um conjunto de organizações da sociedade civil passam a coordenar um conjunto de ações cujos resultados indicam o fortalecimento das iniciativas econômicas locais articuladas a processos de desenvolvimento que incorporam outras dimensões para além da inclusão financeira pela via do microcrédito convencional. Observa-se, portanto, a relevância do papel desempenhado por uma política pública que incorpora a participação da sociedade no apoio e fomento às experiências em andamento no país, com possibilidades reais de alargamento do alcance e da efetividade de tais ações.

1. Breve histórico acerca do processo de constituição das finanças solidárias no Brasil

1.1. Antecedentes

Para melhor apreensão do fenômeno trataremos inicialmente do surgimento do termo finanças solidárias com ênfase na apresentação do contexto em que emergem as experiências no Brasil, com ênfase no papel desempenhado pelas organizações da sociedade civil (associações, sindicatos e universidades) gerando conhecimento a partir das práticas existentes. A partir da emergência das iniciativas entram em cena as instituições governamentais (a exemplo da Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes), com a nominação e reconhecimento pelo Estado (mediante fomento pela via dos editais de chamadas públicas); pelas instituições do Mercado (com as ações de incentivo, como o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado e a criação de espaços de discussão como o Fórum Banco Central de Microfinanças e Inclusão Financeira). Portanto, o processo de formulação e legitimação das práticas de finanças solidárias toma como base as experiências organizadas por diferentes grupos sociais tradicionalmente excluídos do sistema financeiro convencional, no sentido de criar possibilidades de acesso a crédito nos meios rurais e urbanos, tendo como

princípios norteadores a solidariedade, a confiança, a autogestão e o desenvolvimento sustentável de base local e territorial.
Em síntese, o processo de organização do campo (ou o "segmento") das finanças solidárias no Brasil foi sendo constituído a partir de um intenso debate pautado por uma diversidade de sujeitos sociais (trabalhadores, gestores de políticas públicas e entidades de apoio e fomento) nos diversos espaços de articulação (fóruns, conferências e plenárias) onde foram sendo gerados o diagnóstico situacional das diferentes experiências em andamento e uma agenda de debates, aproximando-as em torno de objetivos comuns aqueles que tinham como meta a constituição de formas alternativas de acesso ao crédito, fazendo uma crítica aos impactos negativos do neoliberalismo e às limitações concernentes à política de microcrédito nos moldes convencionais (com elevadas taxas de juros, exigência de garantias reais etc.).

1.2. As especificidades da trajetória brasileira das finanças solidárias

Conforme já mencionado, o termo finanças solidárias começa a ser introduzido nas políticas de apoio e fomento desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE) no âmbito dos editais de chamadas públicas e seus respectivos termos de referência lançados desde 2005, passando a constar de documentos específicos do segmento, a exemplo da convocatória para a I Conferência Temática de Finanças Solidárias, realizada em 2010 e a portaria que institui o Comitê Temático de Crédito e Finanças Solidárias, dentro do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).
A conceitualização das finanças solidárias nas políticas de apoio e fomento do Governo Federal está referenciada no acesso ao crédito por parte das populações excluídas do sistema de crédito convencional, trazendo à tona o debate sobre a tênue fronteira entre a inclusão financeira e a democracia econômica:

> As Finanças Solidárias referem-se a um conjunto de iniciativas cuja finalidade é democratizar o acesso a recursos financeiros, fazendo com que as finanças operem a serviço das necessidades coletivas [...] De modo geral, essas iniciativas são constituídas para atender demandas de segmentos populacionais e organizações que estão excluídas do acesso ao crédito nos moldes convencionais, seja para financiar o consumo ou para outros tipos de investimentos na produção ou realização de serviços (SENAES/MTE, p.12 - item 5.3.1, 2010 – grifos não contidos no original).

Configura-se, portanto, em iniciativas que têm perfil assemelhado (objetivos, público prioritário, parceria com os Governos e necessidades comuns), todavia, com estratégias de atuação, modelos de gestão e marco legal distintos. Nesse sentido, embora não seja objetivo prioritário desse texto retratar detalhadamente a realidade de cada uma das modalidades integrantes das finanças solidárias, vale a pena identificar no quadro abaixo as principais características de cada uma das três modalidades citadas no âmbito da política de fomento formulada pela Senaes/MTE.

Quadro 1 – Iniciativas integrantes do Segmento das Finanças Solidárias no Brasil- 2013

INICIATIVAS/ CARACTERÍSTICAS	COOPERATIVAS DE CRÉDITO SOLIDÁRIO	FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS	BANCOS COMUNITÁRIOS
ÁREA DE ATUAÇÃO E PERFIL	Atuação voltada ao meio rural, embora existam cooperativas de crédito urbanas, como a do Sindicato dos Bancários de São Paulo (Bancredi); Possui vários sistemas em funcionamento. Entre eles, o Cresol (Região Sul); Ascoob (BA), Creditag (criado com apoio da Contag), Ecosol (criado com apoio da ADS/ CUT) entre outros.	Atuação principalmente voltada ao meio rural (80% são agricultores familiares), embora existam alguns grupos no meio urbano. O mapeamento nacional realizado pela Fundação Grupo Esquel Brasil, afirma que existem mais de 500 FRS no país (2012).	Atuação voltada aos meios rural e urbano, embora o número de bancos em comunidades urbanas seja maior. Dados da Rede Brasileira de Bancos Comunitários e Instituto Palmas afirmam que existem mais de 100 Bancos criados no país, embora não existam dados disponíveis sobre quantos destes estão em funcionamento.
SUSTENTAÇÃO ECONÔMICA E DIÁLOGOS COM PARCEIROS GOVERNAMENTAIS E DA SOCIEDADE CIVIL	Ocorre por meio das quotas-partes dos sócios e também por intermédio de vários projetos em andamento principalmente com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).	Ocorre por meio de projetos em andamento principalmente com a Senaes e BNB, sendo a execução dos Projetos realizada até então pela Cáritas Brasileira e Fundação Grupo Esquel Brasil, ambas as instituições são vinculadas à igreja Católica.	Ocorre por meio de projetos em andamento principalmente com a Senaes/Ministério do Trabalho e Emprego, BNDES, BNB, Governos municipais e estaduais e internacionalmente, contam com apoio do Comitê Católico contra a Fome para o Desenvolvimento do Mundo (CCFD) e outros parceiros da cooperação internacional.
MARCO LEGAL E INICIATIVAS DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	Seu marco legal está baseado na Lei 5764/71. O fortalecimento institucional se deu com a criação da Ancosol (Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária). Dados do final de 2006 afirmam que essas organizações estavam em 15 Estados, representando 174 cooperativas, mobilizando em torno de 154 mil associados. Cada cooperativa reúne uma média de cem associados.	Fortalecimento institucional recente se deu a partir da criação do Conselho Gestor Nacional do Projeto de apoio aos Projetos Produtivos Solidários (PAPPS); Não possui marco legal instituído, atuando, do mesmo modo que os bancos comunitários, junto a Associações comunitárias, Sindicatos, Igrejas etc porém com maior grau de flexibilidade, pois seu relacionamento com o sistema financeiro é opcional e definido por cada grupo. Pesquisa de mapeamento divulgada pela Fundação Grupo Esquel Brasil (2012) afirma que a maioria dos grupos não possui conta em banco.	Fortalecimento institucional se deu a partir da criação do Instituto Palmas; Não possui marco legal, mas há um projeto de Lei que pretende criar o Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias no país (PLC Nº93/2007), A partir de 2009. O Banco Central do Brasil criou um grupo interno de discussão sobre o tema, tendo realizado vários fóruns sobre o assunto e começou a contribuir para a elaboração de um marco regulatório para o segmento. Há uma orientação metodológica sobre o alcance territorial, cujo teto para abrangência é de até 30 mil pessoas. As iniciativas são empreendidas, por Associações, Sindicatos e ONGs.

Fonte: Elaborado por Victoria PAIVA (2014).

Desde 2003, é possível observar as várias ações desenvolvidas pelos poderes públicos nas três esferas para apoiar as iniciativas, envolvendo também os bancos públicos, e entidades de apoio e fomento, a exemplo das universidades e organizações não governamentais (ONGs) com forte atuação na economia solidária, a exemplo da Cáritas Brasileira, bem como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), como o Instituto Palmas[4].

Diante desse quadro, retomam-se as indagações: em que momento o termo finanças solidárias começa a fazer parte das estratégias do Governo Federal no combate à pobreza? Como o termo "solidário" é incorporado às políticas de fomento às experiências em finanças solidárias desenvolvidas pela Senaes/MTE? Em que medida tais políticas se aproximam e/ou se distanciam das iniciativas convencionais de microcrédito?

Para dar uma noção mais precisa do modo como as finanças solidárias estão sendo organizadas na última década, consideramos oportuno citar algumas iniciativas que contribuíram para a configuração do cenário e para a formação das redes de relações tecidas a partir das experiências existentes nos seus diferentes campos de atuação. Neste sentido, algumas ações públicas e de cunho governamental, principalmente programas e projetos, além de Conferências, Plenárias, atividades de formação, lançamento de publicações etc.

1.3. Os eventos constitutivos das finanças solidárias no Brasil

Pela ênfase conferida ao processo de legitimação das finanças solidárias em geral e dos bancos comunitários e fundos solidários em particular, a trajetória brasileira no âmbito das políticas públicas será demarcada a partir de 2003[5], com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes[6]) junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, tendo como secretário o economista e professor da Universidade de São Paulo (USP), Paul Singer. Nesta direção, observe-se o quadro a seguir, onde estão listados os principais eventos ocorridos na década que compreende o período que compreende a década de 2003 a 2013. No quadro é possível observar as principais entidades atuantes em cada modalidade, configurando um campo que conjuga múltiplas lógicas de ação.

---

4 De acordo com informações contidas na página do instituto na internet o Instituto Palmas é: "[...] uma OSCIP de Microcrédito, fundada em 2003 pela ASMOCONP (Associação de Moradores do Conjunto Palmeira). A principal função do Instituto Palmas é fazer a difusão tecnológica do Banco Palmas, ajudando a criar outros Bancos Comunitários no Brasil (e em outros países), integrando-os em rede. O Instituto Palmas serve como um guarda-chuva para os novos Bancos oferecendo crédito, correspondente bancário e microsseguro. O Banco Palmas se relaciona com o Instituto Palmas do mesmo jeito que os outros Bancos Comunitários: utilizando as linhas de crédito, correspondente bancário e microsseguro do Instituto Palmas". Disponível *on line* pelo endereço: http://www.inovacaoparainclusao.com/ (acesso em 13 de novembro de 2014).

5 É importante sublinhar que há registros de diferentes experiências em finanças solidárias com apoio do fomento público de alguns governos estaduais ou prefeituras bem antes de 2003, principalmente no tocante aos fundos rotativos solidários. Contudo, o processo de legitimação a que nos referimos destaca o papel do governo federal no reconhecimento e fomento ao setor, fato que é uma particularidade do caso brasileiro na última década.

6 A criação da Senaes foi fruto da I Plenária Nacional do movimento de economia solidária, realizada em 2002, evento que indicou a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e da Senaes como suas ações prioritárias para o governo então recém-eleito, de Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Quadro 2 – Eventos estruturantes das Finanças Solidárias no Brasil (2003-2013)

ANO	EVENTO/ANO	ORGANIZADORES
2003	Criação da Senaes e do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES)	Senaes/MTE – Governo Federal
	Criação do Instituto Banco Palmas	Banco Palmas e Associação de Moradores do Conjunto Palmeira
2004	II Plenária Nacional de Economia Solidária e criação do GT de Crédito e Finanças Solidárias	Movimento de economia solidária e entidades parceiras
	I Encontro Nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária, em Brasília/DF	Senaes/MTE – Governo Federal e movimento de economia solidária
2005	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)	Governo Federal
	I Encontro dos Bancos Comunitários, em Caucaia/Ceará, quando foi assinado convênio com o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecop) para criação de 10 bancos, no âmbito do Projeto Bancos Comunitários no Ceará,.	Instituto Palmas e entidades parceiras
	Convênio entre a Senaes e o BNB que deu origem ao Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS), voltado aos fundos rotativos solidários.	Senaes/MTE e BNB
	Parceria entre o Instituto Palmas e o Banco Popular do Brasil, para estruturação dos serviços de correspondência bancária nos mais de 80 bancos criados até então.	Instituto Palmas e o Banco Popular do Brasil
2006	I Conferência Nacional de Economia Solidária, em Brasília, reunindo cerca de 1.300 participantes.	Convocada pela Senaes/MTE – Governo Federal
2007	II Encontro Nacional dos Bancos Comunitários, em Fortaleza	Instituto Palmas e parceiras
	Publicação Mapeamento da Economia Solidária no Brasil	Senaes/TEM
2008	III Plenária Nacional da Economia Solidária	Movimento de economia solidária e entidades parceiras
	Lançamento da pesquisa de avaliação de impacto e imagem do banco, sob a responsabilidade da Universidade Federal do Cariri (UFCA), após dez anos da inauguração do Banco Palmas (1998-2008).	Instituto Palmas e Universidade Federal do Cariri (UFCA)
2009	Fórum Social Mundial na cidade de Belém/Pará, momento em que é lançada a 2ª edição do Dicionário Internacional da Outra Economia, onde constam os verbetes "finanças solidárias" e "bancos comunitários de desenvolvimento".	Várias entidades do governo e sociedade civil, juntamente com os movimentos sociais mundiais.
	Iniciada parceria com a Caixa Econômica Federal para prestação de serviços de correspondência bancária.	Instituto Palmas e Rede Brasileira de Bancos Comunitários
2010	II Conferência Nacional de Economia Solidária, em Brasília/DF	Convocada pela Senaes/MTE
	I Conferência Temática específica das finanças solidárias, no BNB Passaré, em Fortaleza, momento em que foram reunidas as três modalidades de experiências e também foi lançado edital de chamada pública pela Senaes, voltado para fundos solidários e bancos comunitários.	Convocada pela Senaes/ MTE, com parcerias do BNB, entidades de apoio e movimento de Ecosol.
2012	II Plenária Temática das Finanças Solidárias, evento que reuniu mais uma vez as experiências de fundos solidários e bancos comunitários, em Fortaleza/Ce.	Entidades executoras dos projetos voltados às finanças solidárias, (Cáritas, Fundação Esquel Brasil e Instituto Palmas).
	Encontro do Projeto Fundos Solidários do Nordeste, em Fortaleza, para lançamento dos dados do Mapeamento dos FRS na região.	Entidades executoras dos projetos voltados às finanças solidárias com foco em FRS (Cáritas, Fundação Esquel Brasil).
	V Plenária: Economia Solidária, com o tema: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável, na cidade de Luziânia/Goiás.	Movimento de economia solidária e entidades parceiras.
2013	III Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, em Fortaleza. O evento aconteceu juntamente com o Seminário de Avaliação do Projeto de apoio aos Bancos Comunitários, promovido pelo Instituto Palmas.	Entidades executoras dos projetos voltados às finanças solidárias com foco em bancos comunitários.

Fonte: Elaborado por Victoria PAIVA (2014).

Observe-se que tanto os bancos comunitários como os fundos solidários realizaram seus encontros específicos, entre os quais foram citados o III Encontro Nacional da Rede de Bancos Comunitários, articulado pelo Instituto Palmas, em parceria com um conjunto de entidades de apoio (Incubadora Tecnológica de Economia Solidária da Universidade Federal da Bahia, ONG Ateliê de Ideias/Espírito Santo, dentre outras). Em relação aos fundos solidários, destaca-se o Encontro Nordestino dos FRS, articulado pela Cáritas Brasileira, também com as instituições de apoio ao setor (Fundação Grupo Esquel Brasil, Escritório Técnico de Estudos do Nordeste Etene/BNB, Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas para as Comunidades - PATAC), sendo que ambos os eventos citados aconteceram em Fortaleza. Portanto, o estado do Ceará desponta como *locus* estratégico para a compreensão do processo de organização política do segmento.

Ressalte-se, ainda que no contexto recente aconteceu a II Conferência Temática de Finanças Solidárias, sediada na Universidade de São Paulo (USP), em abril de 2014. O evento discutiu o tema: *Economia e Democracia: Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e Ambiente Institucional para a Economia Solidária*. Esta conferência foi uma das etapas preparatórias à III Conferência Nacional de Economia Solidária (Conaes), evento que se realizou de 26 a 30 de novembro de 2014, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília, e que definiu as prioridades do segmento para o Plano Nacional de Economia Solidária.

Dez anos após a criação da Senaes/MTE, os debates seguem em meio a novos ciclos de chamadas públicas com maior aporte de recursos para os segmentos dos bancos comunitários e fundos solidários e num cenário conjuntural de mais uma eleição majoritária. Dessa vez, foi reeleita a presidenta Dilma Roussef (PT), mantendo, até então, a estrutura básica de funcionamento da Senaes/MTE, contudo, fortalecendo o pacto federativo em detrimento do diálogo com as organizações da sociedade civil, fato que pode ser considerado como um componente político determinante do desenho das políticas de fomento desenvolvidas por aquele órgão no último período (correspondente ao PPA 2012-2015). De acordo com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (espaço de articulação política do movimento de economia solidária que declarou apoio à reeleição da Presidenta Dilma Roussef), para o próximo mandato, a expectativa é de ampliação dos canais de interlocução do governo com a sociedade, fortalecendo iniciativas já propostas, tais como o marco regulatório das organizações da sociedade civil e a Lei Nacional da Economia Solidária.

Enfim, estes são alguns dos muitos aspectos que informam a dinâmica do caminho percorrido e os desafios do momento atual, marcado pela necessidade de uma maior articulação entre as modalidades de finanças solidárias, entre estas e o Estado e a interface com as instituições do mercado financeiro, notadamente o Banco do Nordeste do Brasil e a Caixa Econômica Federal, implicando novos posicionamentos e (re)formulações de estratégias de atuação

2. As experiências empíricas dos bancos comunitários e fundos solidários

Neste tópico serão apresentadas as experiências empíricas do banco comunitário Dendê Sol e os fundos rotativos solidários apoiados pelo Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários (PAPPS), com destaque para o percurso de desenvolvimento do programa.

2.1. O Banco Comunitário Dendê Sol

> O Banco Comunitário Dendê Sol funciona num pequeno espaço cedido pela Associação de Mulheres Dendê Sol, situado à Rua do Comércio, nº 159, na comunidade do Dendê, em Fortaleza. O referido empreendimento está vinculado ao Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária e à Rede Brasileira de Bancos Comunitários. O conceito formulado por essas instituições afirma que:

Bancos Comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária. Seu objetivo *é* promover o desenvolvimento de territórios de baixa

renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo [...] (REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS, 2007).

A seguir serão pontuados os aspectos referentes ao processo de criação, seu público, principais atividades desenvolvidas, finalizando com os desafios à gestão.

a) A criação do Banco e suas primeiras movimentações

O Banco iniciou suas atividades no dia 10 de janeiro de 2011, com recursos oriundos de uma emenda parlamentar do Deputado Federal Eudes Xavier[7], no valor de 100 mil reais. O referido projeto previu uma série de ações, dentre elas, a formação/capacitação da equipe para operacionalizar o empreendimento, a impressão das moedas sociais (dendês), a aquisição de equipamentos e mobiliário, como cadeiras, mesas, *notebook* etc. Nesse sentido, outro importante apoiador do banco foi o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mediante projeto desenvolvido pelo Instituto Palmas.

O Banco está inserido numa área que envolve muitas contradições, pois, ao tempo em que a comunidade está localizada nas proximidades de um dos bairros mais nobres da cidade (Água Fria), numa área extremamente valorizada pela existência de um conjunto de equipamentos públicos e privados (o Fórum Clóvis Beviláqua, a Universidade de Fortaleza e o Centro de Eventos do Estado, entre outros); por outro lado, a comunidade do Dendê dispõe de infraestrutura urbana bastante precária, com carências diversas nas áreas de segurança, saúde, geração de renda etc. Fazem parte da área de abrangência do Banco outras duas comunidades ligadas ao Dendê: a Rocinha e a Baixada, sendo esta última é uma área de mangue, uma das regiões de altos índices de criminalidade devido à intensa atuação do tráfico de drogas, uma realidade presente na maioria das periferias urbanas das grandes cidades.

Conforme narraram as coordenadoras do empreendimento, no início, quatro pessoas gerenciavam o Banco, sendo uma coordenadora e três agentes de crédito, todos moradores da própria comunidade. O papel desses profissionais foi de prospectar clientes, com visitas de casa em casa, para levantar as demandas por crédito e sensibilizar os clientes para a utilização da moeda social que leva o mesmo nome da comunidade.

A carteira de crédito, no valor de 30 mil reais, foi colocada à disposição dos clientes mediante processo de concessão de empréstimos operacionalizado da seguinte forma: a) após preenchimento de uma ficha cadastral a solicitação de empréstimo do cliente é submetida ao Comitê de Análise de Crédito (CAC), composto por uma pessoa do Banco, uma da Associação de Mulheres Dendê Sol e outra do Instituto Palmas. Este Comitê avalia o perfil do tomador de crédito, considerando critérios objetivos e morais, tal como declara a coordenadora do Banco: "A gente vai levantar informações sobre quem é aquela pessoa perante a comunidade: se é "bom pagador" (se mora há pelo menos dois anos na comunidade, se a moradia é própria etc.). Aí quando a gente libera o crédito a pessoa recebe o carnê com as prestações. É um carnê pra cada pessoa".

Em relação ao público atendido pelo empreendimento, a coordenação esclarece que tanto atendem a homens como mulheres, contudo, a busca maior, principalmente pelos pequenos empréstimos, é feita pelas mulheres, especialmente, aquelas envolvidas nas atividades de artesanato, confecção e alimentação promovidas pela Associação de Mulheres Dendê Sol, entidade responsável pela gestão do Banco.

Devido ao fato de o Banco Dendê não operar com correspondência bancária todas as informações (cadastro dos clientes, valores de empréstimos, inadimplências etc.) são processadas pelo Instituto Palmas, fato que tem gerado algumas situações conflituosas entre ambas as partes. Em vários trechos da fala da coordenadora do Banco foi demonstrada aflição de quem se vê cotidianamente confrontada com os dilemas da gestão de um empreendimento sem fins lucrativos, mas cujo "produto" ofertado deve gerar receitas mínimas para custeio da infraestrutura física e de pessoal. Instaura-se, portanto, um debate sobre a natureza dos serviços prestados pelo Banco Comunitário e a sua relação com as instituições parceiras, incluindo o próprio Sistema Financeiro.

---

7 O parlamentar petista é comerciário, e presidiu a Central Única dos Trabalhadores (CUT/CE) nos anos 1990. Foi um dos idealizadores do Instituto Florestan Fernandes, tendo construído a sua plataforma política na militância em prol da economia solidária, tendo uma forte atuação na comunidade do Dendê, onde viveu durante longo período.

> O problema é que a gente ainda não aprendeu a fazer certas coisas. [...]. Eu lembro de uma vez que a gente foi lá no Palmas e a [gerente do Banco Palmas] nos deu uma lição: ela disse que banco tem que pensar com a cabeça e não com o coração. Banco não é como casa de mãe. E a gente demorou muito pra entender isso porque a gente achava que trabalhar com economia solidária era trabalhar com o coração também. Mas ela disse: o Palmas é um Banco! (Depoimento da Coordenadora do Banco Dendê Sol).

O discurso da interlocutora ratifica os tensionamentos causados pela intersecção das distintas lógicas de atuação que perpassam as iniciativas que articulam ao mesmo tempo a dimensão "solidária" (ou não-utilitária) com a "financeira"(utilitária), situação que pode ser analisada à luz de diversas perspectivas, dentre elas, a dádiva, desenvolvida por Mauss (2003). Nisto residem as dificuldades do utilitarismo em lidar com elementos subjetivos do campo econômico: a lógica da reciprocidade ou o circuito da dádiva, onde o dar – receber – retribuir são atos econômicos orientados por valores humanos, simbólicos, afetivos, culturais e amálgamas dos laços sociais. Essas relações recíprocas permeadas pelos sistemas de valores são reconhecidas por Mauss como fato social total, cuja ideia é que a dádiva produz alianças, sejam políticas, religiosas, econômicas e jurídicas (MAUSS, 2003).

Esse é um dos principais indícios que motiva a compreensão desse fenômeno, que, devido à natureza dos serviços prestados e pela forma como os recursos são captados articulam diferentes lógicas na sua ação, fato que Genauto França Filho (2007) denomina de hibridação.

Outro aspecto mencionado pela interlocutora é a circulação da moeda social, definida como estratégia prioritária de atuação do Banco Dendê. Conforme narra, alguns comerciantes mais diretamente ligados ao Banco ou com alguma proximidade com a economia solidária aceitam a moeda dendê. No depoimento a seguir a coordenadora do Banco realça as razões que levam os comerciantes a aceitar as moedas: "O próprio comerciante vê que aquilo ali é dinheiro e também pela credibilidade do banco. Eles sabem que na hora que é preciso trocar a moeda por dinheiro é só vir aqui que a gente troca, e sem enrolação. Então, é essa confiança que eles têm no banco, porque cada moeda que a gente solta tem uma aqui com a gente".

Nesse quesito, ela esclarece que há um número limitado de pessoas que o Banco consegue atender com crédito em moeda vigente (o Real) e que o empreendimento está em busca de mais recursos para atender a essas pessoas que estão na espera dos empréstimos convencionais. "A maioria vai pagando um empréstimo e já vai tirando outro. Aí não fica moeda em caixa pra emprestar pra mais gente porque o recurso é pouco", explicou a coordenadora do Banco.

Os aspectos levantados pelos depoimentos das pessoas diretamente envolvidas com a gestão do Banco e pelas observações de campo expressam os desafios das pequenas experiências como as que acabamos de apresentar. Esses desafios são comuns às várias iniciativas organizadas sob o signo das finanças solidárias, principalmente aquelas cuja gestão é feita pelas mulheres, pois, via de regra, elas buscam integrar as lógicas de reprodução com a produção material gerada pelo trabalho, fato que gera tensionamentos entre a racionalidade da dádiva e a racionalidade mercantil, característica da esfera de produção e circulação do capital.

Para seguir no aprofundamento do tema, será abordada outra modalidade de finanças solidárias: os fundos rotativos solidários no estado da Paraíba, local que reúne um número considerável de experiências, desde longa data.

2.2. A experiência dos Fundos Solidários na Paraíba e o papel do Programa de Apoio aos Projetos Produtivos Solidários (PAPPS) no fomento às ações

Os Fundos Solidários podem ser definidos como poupanças comunitárias coletivamente geridas para fortalecer os/as participantes de grupos produtivos existentes nos meios rural e urbano, funcionando de acordo com o circuito da dádiva (dar-receber-retribuir), segundo Mauss (2003).

De acordo com Alícia Gonçalves (2010a), os Fundos Rotativos Solidários (FRS) constituem-se numa modalidade de finanças solidárias, há quem diga que das mais antigas. Tais experiências de "finanças de

proximidade" envolvem relações sociais e práticas de reciprocidade para além da lógica mercantil. Neste sentido, sinalizam para uma economia enraizada socialmente *(embededness)*, no sentido atribuído por Karl Polanyi (2000).

Segundo a pesquisa coordenada pela autora (2010b), os FRS são praticados há mais de 30 anos no estado da Paraíba. Desde então, pequenos agricultores organizados em Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) se associavam para disponibilizar e gerir recursos financeiros visando atender as necessidades imediatas da comunidade que ressarciam tais recursos trocando produtos entre si (como porcos, cabras, galinhas e sementes) configurando, a partir das relações de troca, o circuito da dádiva. Importante lembrar que na origem do movimento das Ligas Camponesas nas décadas de 50 e 60, ali estava um fundo rotativo criado no Sítio Gameleira, na Zona da Mata de Pernambuco, para possibilitar que os sitiantes pudessem ter funeral digno, que foi confundido pelos usineiros como movimento comunista.

No caso dos FRS na Paraíba, a mobilização iniciou-se em 1993 na comunidade de Caiçara, no município de Soledade, em torno da construção de cisternas de placa, para enfrentar a intensa seca. As primeiras cisternas foram construídas pelo PATAC e em sistema de mutirão tomando por base as cisternas de placa projetadas na Bahia:

> O caso das cisternas é o mais generalizado: um grupo de cinco vizinhos ou parentes recebe o dinheiro correspondendo ao material de uma cisterna. Escolhe-se a família do grupo que receberá a primeira cisterna : aquela que está mais afastada de uma fonte de água, ou que tem mais crianças pequenas, etc. Quando nenhum critério distingue uma família, uma é sorteada. O grupo combina também as condições de construção e de pagamento. Por exemplo, cada família cavará ela mesma o buraco onde a cisterna será construída, ou todos farão esse trabalho em conjunto. Geralmente os cinco chefes de família (ou membros dessas famílias) constroem juntos a primeira cisterna, em regime de « mutirão » (prática tradicional de realização de trabalhos em comum). Após um prazo determinado pelo grupo – por exemplo de seis em seis meses, na oportunidade de uma safra ou da venda de um animal – cada família paga, por exemplo, 20% da dívida, o que permite iniciar a construção de uma segunda cisterna em benefício de uma segunda família do grupo. DUQUE E OLIVEIRA (2007, p.03).

A gestão dos Fundos nas comunidades a partir da lógica da reciprocidade e de sua respectiva organização social é baseada no "conselho" formado pelos chefes de família e na unidade básica que é a família do pequeno agricultor composta por pessoas ligadas por laços de sangue, afinidade e compadrio. Ao aderirem aos FRS as pessoas assinam um termo de adesão, elaboram um regimento, convocam reuniões, elaboram a sua ata e fazem o controle contábil. Trata-se de um processo pedagógico, porque pequenos agricultores com baixo nível de escolaridade formal aprendem a elaborar uma ata, por exemplo, ou a fazer um controle contábil básico dos recursos que entram e circulam no grupo.

No final de 2000, no Estado da Paraíba, foi lançado pela Articulação do Semi-Árido (ASA), o Programa de Construção de um Milhão de Cisternas (P1MC) viabilizado pela política dos Fundos. Contudo, se as ações iniciais da ASA/PB e das comunidades foram mobilizadas para a construção das cisternas, a partir de então, os FRS foram utilizados para viabilizar outros empreendimentos como a criação de animais, cercado para aves, a criação de um banco de sementes comunitário, beneficiamento e comercialização de frutas nativas, tanque de pedra e barragens subterrâneas, dentre outros.

Em 2005 teve inicio o Programa de Apoio aos Projetos Produtivos Solidários (PAPPS), por meio de um módulo experimental de 70 projetos implementados na Região Nordeste e Norte de Minas Gerais, com orçamentos em torno de R$ 7 milhões, contemplando aproximadamente 15 mil famílias do meio rural e urbano da Região Nordeste. Os recursos são oriundos do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE).

O PAPPS opera com base na metodologia dos Fundos Rotativos Solidários, que são formas de poupança

coletivas no meio popular, na forma dinheiro e/ou produtos, geridos por entidades da sociedade civil ou organizações comunitárias, e destinados ao apoio de projetos associativos e comunitários de produção e comercialização de bens e serviços.

Com relação ao modelo de gestão, há duas esferas decisórias, sendo uma local e outra nacional. Na matriz institucional do PAPPS, as decisões são compartilhadas por um Comitê Gestor Nacional, composto por representantes governamentais, como o BNB e a Secretaria Nacional de Economia Solidária e organizações da sociedade, como a Cáritas, a Articulação do Semi Árido (ASA), o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), entre outras. No âmbito local, a gestão envolve as organizações comunitárias, entidades governamentais e não governamentais que formam os Conselhos Gestores Locais.

No caso específico dos fundos solidários que serviram de base para política pública a partir de 2005, a sua racionalidade repousa na dimensão comunitária da reciprocidade, da dádiva e da moralidade, que estão presentes nos movimentos associativos. Ou seja, referem-se a práticas econômicas tradicionais presentes há muitos anos nessas comunidades, e que têm assumido historicamente um papel crucial para a sua sobrevivência, tal como demonstra pesquisa realizada por Sabourin (1999, p.41):

> Nas comunidades rurais do Sertão Nordestino, paralelamente às relações de câmbio mercantil, encontram-se prestações econômicas não mercantis que correspondem às permanências de práticas de reciprocidade camponesa, ancestrais ou readaptadas em contexto novo (SABOURIN, 1999, p.41).

Na mesma direção, Alícia Gonçalves (2010a), chama a atenção para as práticas de reciprocidade existentes, conforme a seguir:

> A permanência das práticas de reciprocidade pode ser observada mediante mecanismos de dádiva, de ajuda mútua e convites essenciais à organização social e produtiva dessas comunidades situadas em ambientes rurais de clima semi-árido, onde as condições de vida são marcadas historicamente pela ausência de infra-estrutura tecnológica e produtiva, serviços de saúde, de educação, sem a propriedade da terra e longos períodos de seca (GONÇALVES, 2010a).

Como demonstrado até agora, a emergência do PAPPS ocorre no âmbito de um processo histórico de luta e acúmulo de força política das redes e movimentos sociais pelo acesso ao crédito para apoiar seus empreendimentos produtivos solidários. E, por outro lado, o Programa também resulta da estreita interação de técnicos formuladores e gestores de políticas públicas com as demandas históricas destas redes e movimentos sociais, criando uma ambiência favorável para experimentar o PAPPS como unidade de demonstração de inovações na tecnologia creditícia, com base nas experiências de tecnologias sociais desenvolvidas nessas redes tecidas no meio popular.

Neste sentido, a economia solidária foi mais uma das boas ideias que, a partir de 2003, o BNB incorporou no seu portfólio de políticas públicas de crédito para fomentar o desenvolvimento regional (SANTOS FILHO, 2009). Desde então, o BNB adotou institucionalmente, o apoio à Política Nacional de Economia Solidária, fato que influenciou a implantação da linha "Crediamigo Comunidade", dentro do Programa de Microcrédito CrediAmigo, gerido pelo referido banco.

Por meio dos fundos rotativos solidários, investem-se recursos na comunidade, através de empréstimos com prazos e reembolsos mais flexíveis e mais adaptados às condições socioeconômicas das famílias empobrecidas beneficiadas nos projetos. Com isso, o financiamento é mais barato e mais acessível para os projetos apoiados, favorecendo o acesso mais democrático e solidário ao crédito, e estimulando o desenvolvimento local. Desta forma, o PAPPS disponibiliza recursos financeiros não reembolsáveis para apoiar instituições que desenvolvam projetos associativos e comunitários de produção de bens e serviços, situados na área de atuação do BNB.

Portanto, o BNB abriu canais de interação e articulação com os movimentos sociais, de certa forma represados ou não reconhecidos pelas administrações anteriores, cujo perfil era marcado pela centralização e inexistência de diálogos com os setores populares e seus representantes.

3. Experiências em economia solidária no Brasil: um olhar de gênero

Muito já se discutiu e problematizou sobre as experiências de economia solidária no Brasil e no mundo (SINGER, 2003, SOUSA SANTOS, 2002), no entanto, muitas lacunas são visibilizadas quando questionamos sobre quem são as (os) protagonistas dessas experiências, e o reflexo de suas inserções nas alternativas que atuam. Além da classe social, categoria mais contemplada nos estudos e análises, outros marcadores sociais, tais como gênero, raça/etnia, geração dentre outros, são fundamentais para ampliar o olhar sobre as distintas práticas sociais quando se considera esses aspectos. Os estudos ainda são escassos em relação a inserção das mulheres nos grupos e instituições ligadas a essas experiências. A carência de um olhar de gênero, ao longo do tempo, demonstra certo ocultamento da atuação das mulheres, especialmente quando se trata da origem e fatos históricos sobre a economia solidária. Nobre (2003) destaca que justamente a consciência da invisibilidade, marginalidade e o não reconhecimento do papel do protagonismo feminino na economia solidária, tornou-se um impulsionador para se pensar sobre o papel e atuação das mulheres nesse campo.

Uma abordagem de gênero na economia solidária permite situar a posição das mulheres dentro da sociedade ao considerar a crítica feminista, que lança luzes sobre a forma como as desigualdades de gênero raça/etnia são utilizadas para manutenção e funcionamento da economia capitalista e as possibilidades da construção de outras possibilidades econômicas.

Apesar da invisibilidade dessas práticas, o que chama a atenção nesse processo é a significativa participação das mulheres nos empreendimentos mapeados pela Senaes/MTE. O mapeamento recente, publicado em 2014, afirma que nos últimos dez anos o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) já mapeou mais de 33 mil empreendimentos, sendo que entre 2010 e 2014 aproximadamente 20 mil EES integram a base de dados atual, reiterando a ampla participação feminina em mais de 60% dos empreendimentos de menor porte. No entanto, na distribuição de sócios por sexo os dados demonstram predomínio dos homens (56,4%) em relação às mulheres (43,6%). Nesse sentido, o fato da origem dos recursos que constituem o orçamento da Senaes/MTE advirem do Programa Brasil sem Miséria certamente tem implicações diretas na inserção das mulheres, pois estas são público prioritário nas políticas de redistribuição de renda.

No caso do Banco Comunitário Dendê Sol, pelo papel da Associação de Mulheres local, entidade responsável pela gestão do banco, criada há cerca de dez anos, as mulheres assumem um papel de destaque no exercício da liderança, nas definições em relação ao crédito, na divulgação das ações do banco na comunidade, pois a vivência da participação, juntamente com os vários processos formativos no âmbito do movimento de economia solidária e das finanças solidárias permite um posicionamento diferenciado entre as experiências, pelo próprio debate de gênero já fazer parte do processo político e organizativo do empreendimento.

Em relação aos fundos rotativos solidários destacam-se as experiências no meio rural, com o protagonismo acentuado das mulheres. Algumas experiências são exemplares, como a práticas existentes na região do Polo da Borborema, formadas a partir da articulação de sindicatos e organizações de agricultores e agricultoras no referido Território. Os FRS têm permitido o acesso por parte das famílias a uma série de estruturas que viabilizam a transição agroecológica na região e a sustentabilidade econômica das comunidades de uma maneira autônoma. Desde 2003 a comissão de Saúde e Alimentação tem sido o espaço onde as mulheres têm conseguido reconstruir seu papel e seu trabalho dentro da dinâmica produtiva da família. Conforme informações da Associação AS-PTA[8], atualmente, são mais de 800 mulheres experimentando alguma inovação a partir da participação em fundos rotativos.

As experiências aqui abordadas mostram a importância de se debater sobre as potencialidades, os limites e desafios que envolvem o debate de gênero na economia solidária de modo geral e nas finanças solidárias especificamente. Nesse sentido, Nobre (2003) destaca a necessidade de se problematizar a divisão sexual do trabalho e ampliação da noção de trabalho, aspectos que merecem reflexão quando se está refletindo sobre

---

8 A AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Mais informações estão disponíveis em: http://aspta.org.br.

a criação de formas alternativas de geração de trabalho e renda baseadas na solidariedade, na cooperação e noutro modelo de desenvolvimento.

Considerações Finais

Conforme pode ser observado, nas experiências apresentadas nesta nova concepção de tecnologia creditícia designada pelo termo "finanças solidárias" o princípio norteador é a gestão e o controle social incorporados numa política pública de crédito de âmbito federal, lado a lado com os gestores do setor público, envolvendo os bancos de desenvolvimento, as universidades e também valorizando a organização das redes de cooperação social ligadas aos movimentos populares. Desta forma, se agrega valor ao desenvolvimento das comunidades através da geração de ocupações, renda e poupanças coletivas. Por conseguinte, também é valorizada e apreciada a identidade cultural urbana, camponesa, de gênero, enquanto elementos cruciais do desenvolvimento local. Portanto, a responsabilidade pela condução e sucesso das experiências é tanto da própria comunidade e suas entidades que vão gerir os recursos, quanto das instâncias de controle social criadas, a exemplo do Comitê Gestor Nacional de Finanças Solidárias, que seleciona os projetos a serem apoiados pela Senaes/MTE. Em nível local, no os Comitês Gestores são formados por representantes de associações de moradores, redes de produção, sindicatos, grupos religiosos, enfim, um enorme leque de instituições, dependendo das condições locais. Via de regra, no caso dos fundos solidários, é construído democraticamente um Regimento Interno, onde se define as forma de acesso aos Fundos, as condições de retiradas, e as formas de devolução voluntária, seja em dinheiro ou em produto (os primeiros são considerados "monetários", ao contrário dos demais). Em relação aos bancos comunitários, o Comitê de Avaliação de Crédito (CAC) atuante em cada empreendimento desenvolve um papel similar, tanto na concessão como no acompanhamento das devoluções dos créditos, fato que ocorre aliado a processos de formação em educação financeira, outro diferencial em relação às políticas de microcrédito convencional, que assimilam a noção de "aval solidário" reduzindo-a à transferência dos riscos do crédito dos prestamistas aos prestatários.

Diante do quadro apresentado, conclui-se que quando políticas públicas de desenvolvimento local formuladas pelo governo federal incorporam e (re)significam práticas baseadas em laços de reciprocidade, simultaneamente, atualizam uma espécie de economia da dádiva que tem o potencial de fortalecer a organização social e produtiva das comunidades e, paradoxalmente, promover sua inserção na economia mercantil. Neste sentido, a própria comunidade é responsável pela gestão local dos recursos, resgatando a prática das finanças alternativas enraizadas nas organizações populares, conferindo poder e legitimidade a atores sociais tradicionalmente invisibilizados pelas políticas. Assim, os interesses e a solidariedade tecidos nas relações sociais internas e externas aos grupos produtivos na forma de capital social transformam-se em poderosos meios para a geração de trabalho e renda sob novos moldes, democratizando o acesso ao crédito para além das tradicionais estratégias de combate à pobreza pela via do microcrédito.

Referências

AS-PTA. Fundo Rotativo Solidário: um instrumento de autonomia da agricultura familiar. Disponível em: http://aspta.org.br/2013/04/fundo-rotativo-solidario-um-instrumento-de-autonomia-da-agricultura-familiar/ (acesso em 30 de novembro de 2014).

DUQUE, G. & OLIVEIRA, M.S.L. (2007). Comunidade rural e cooperação entre camponeses: os Fundos Rotativos Solidários na Paraíba. V Congresso Europeu CEISAL de Latino Americanistas, Bruxelas-Bélgica, de 11 a 14/04/2007, 10 p.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários. II Encontro Nacional dos Bancos Comunitários. Iparana/Caucaia/Ce, 2007.

GAIGER, Luiz Inácio. Sentidos e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, G.; LARA,

F.; COSTA, B. (Org.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

_____. (Org.). Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GONÇALVES, Alicia Ferreira (2010a). A história dos fundos rotativos solidários no estado da Paraíba: a construção político-institucional de uma política pública, UFPB; João Pessoa-PB, 2010;

_____. (2010b). Cultura, Gestão Social e Finanças Solidárias. In. III Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, Universidade Federal de Lavras, 2010;

MAUSS, Marcel. O Ensaio sobre a Dádiva. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Edital de Chamada Pública Nº 001/2013 - Apoio e Fomento às Iniciativas de Finanças Solidárias com Base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários. Brasília-DF, 2010.

HIRATA, H e KERGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In MARUANI, M. e HIRATA, H. As novas Fronteiras das desigualdades: homens e mulheres no mercado de trabalho. SENAC, São Paulo, 2003.

NOBRE, Miriam. Mulheres na economia solidária. In. CATTANI, David. A outra economia. Porto Alegre, Veraz Editores, 2003.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação – As Origens de Nossa Época. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. Relatório do II Encontro Nacional. Fortaleza/Ce, 2007.

SABOURIN, Eric (1999). Práticas de reciprocidade e economia da dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. Revista Raízes, Ano XVIII, nº 20, nov/99, Campina Grande-PB.

SANTOS FILHO, Claricio (2009). O Banco do Nordeste e as boas idéias para o desenvolvimento regional. In: Boas Idéias em Comunicação: o que os outros não dizem. Adital/BNB, Fortaleza-CE;

SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.) Produzir para Viver – Os Caminhos da Produção Não-Capitalista. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002 (Vol. 2 da Série Reinventar a Emancipação Social para Novos Manifestos).

SIES-Sistema de Informações em Economia Solidária. Disponível em: http://sies.ecosol.org.br (acesso em 01 de dezembro de 2014).

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

Experiência local de produção planejada e comercialização integrada de grupos produtivos do rural de Vila Pavão, Espírito Santo/Brasil

Samir Seródio Amim Rangel
Incaper/FAPES.
Email: samirserodio@yahoo.com.br

Nilson Maciel de Paula.
UFPR.
Email: nilson.m.paula@gmail.com

Resumo
Uma das principais dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar está situada no âmbito da comercialização, cuja gravidade tem atraído a ação dos governos através de políticas públicas específicas. Neste sentido, este artigo almeja analisar o processo ocorrido no município de Vila Pavão, estado do Espírito Santo, Brasil, conhecido como produção planejada e comercialização integrada de grupos produtivos, evolvendo atores locais e fomento internacional. A organização dos agricultores familiares em grupos destinados à produção e à venda integrada foi uma tentativa de superar a dificuldade relacionada aos canais de comercialização. No entanto, embora tal estratégia tenha enfrentado dificuldades insuperáveis, sua adoção produziu resultados positivos para a organização social dos produtores, para o desenvolvimento local e para a construção de uma identidade em suas relações comerciais.
Palavras-chave: Agricultura familiar, comercialização, planejamento, organização social e produtiva.

Introdução.

A agricultura, desde sua origem, está diretamente ligada à produção de alimentos e consequentemente à existência do ser humano. É no espaço rural que se encontram os bens tangíveis, recursos naturais com os quais o homem interage, e produtos por ele produzidos. No entanto, nesse espaço também estão os bens não tangíveis que remontam as origens e raízes históricas e culturais de um povo, cuja preservação, na forma de um patrimônio sociocultural e ambiental, está diretamente associada à agricultura familiar. Em particular, a produção de alimentos *non-tradables* não exportáveis, comercializados nos mercados locais, envolvendo estruturas institucionais diversas, se constituiu historicamente num dos pilares dos sistemas agroalimentares e da sobrevivência daquele segmento social e produtivo.
Tendo em vista as relações entre esse mercado local e o agricultor familiar e a diversidade socioeconômica e cultural que esses laços contêm os canais de comercialização assim formados são objeto central deste artigo. O foco da análise aqui desenvolvida está, portanto, na existência de mercados caracterizados por uma logica contrária à *commoditização* dos alimentos presente no processo de globalização do sistema agroalimentar. Mas especificamente, devido à relevância da produção de alimentos e sua relação com o mercado, através de uma lógica não apenas econômica, mas também histórica, social e cultural, neste artigo são analisados os resultados de um projeto interinstitucional voltado à organização da produção e comercialização de um grupo de agricultores familiares.
Assim, o objetivo principal dessa pesquisa é compreender as ações e resultados que permeiam a comercialização dos produtos da agricultura familiar do projeto de produção planejada e comercialização integrada, ocorrido no município de Vila Pavão, no Noroeste do Estado do Espírito Santo/Brasil, entre os anos de 2002 e 2007. Esse projeto almejava contribuir para a produção com o suporte da assistência técnica e extensão rural realizadas pelo Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) e Secretaria

Municipal de Agricultura da Prefeitura Municipal de Vila Pavão (PMV), e para planejar a comercialização dos produtos. Além desses órgãos tal projeto contava com a intermediação da Fundação Luterana Sementes além do apoio financeiro do Serviço das Igrejas Evangélicas para o Desenvolvimento (EED).
Para essa pesquisa foram realizadas entrevistas com perguntas semiabertas a profissionais (técnicos extensionistas) do Incaper, do então representante da Fundação Luterana e agricultores, envolvidos no projeto. Além disso, foi realizada uma visita técnica à propriedade de uma das lideranças do principal grupo produtivo. Foram utilizados dados secundários com base nos quais foi possível entender a dinâmica social, econômica e cultural do município, bem como no material bibliográfico respectivo. As entrevistas possibilitaram a obtenção das informações necessárias para a elaboração desse artigo, tendo em vista a inexistência de documentos ou registros escritos referentes às ações realizadas pelo projeto ou mesmo qualquer avaliação de seus resultados. Portanto, o relato dos atores sociais envolvidos acabou sendo de suma importância para dimensionar o Projeto e seus resultados. Da mesma forma, a pesquisa permitiu avaliar a importância da agricultura para o município de Vila Pavão, os motivos para a realização do projeto, seu alcance e a composição da rede institucional envolvida.
A análise aqui desenvolvida parte do princípio de que canais de comercialização para produtos da agricultura familiar nos mercados locais e regionais potencializam as relações sociais e econômicas dos agricultores e sua sobrevivência. Após um período de vigência o projeto entrou numa fase de declínio devido às falhas das estratégias de comercialização e à ausência das instituições que o estruturam, num período em que os agricultores ainda dependiam do apoio institucional. Mesmo assim, a concepção do projeto trouxe experiências que permitiram aos agricultores identificar novos canais de comercialização e o papel das instituições.
Além desta introdução, este artigo está estruturado nas seções relativas à metodologia adotada, análise da produção e mercado agropecuário, tendências indicadas pelos autores do sistema agroalimentar com destaque para a agricultura familiar. Em seguida o município de Vila Pavão é caracterizado, sendo destacadas informações relacionadas ao seu espaço rural. Por fim são apresentadas questões relacionadas ao projeto de produção planejada e comercialização integrada, e as conclusões da análise.

1)- Metodologia de análise.

Para a elaboração da pesquisa foram realizadas oito entrevistas com questões semiabertas. Conforme abaixo descrito, essas entrevistas foram respondidas por agricultores participantes dos grupos produtivos do projeto em análise, e representantes de instituições responsáveis pela execução do Projeto, como os Agentes de Desenvolvimento rural e extensionistas rurais do Incaper, e o gerente da Fundação Luterana Semente, que possuía parceria com o EED, uma instituição importante no planejamento e execução do projeto.
Ao todo haviam 14 grupos produtivos organizados em torno do projeto de produção planejada e comercialização integrada, num total de 200 agricultores. As instituições envolvidas no processo de elaboração e execução do projeto foram a PMV, o Incaper e a EED. O número dos agricultores entrevistados foi identificado pelo Escritório Local do Incaper de Vila Pavão, após ter sido solicitado que fossem representativos, que tivessem participado do projeto e dado alguma continuidade à comercialização para mercados locais e regionais. Um dos entrevistados é presidente de uma Associação de agricultores e liderança na Cooperativa de agricultores que estava sendo mobilizada quando realizamos a pesquisa, e outro era o principal produtor de ovos caipiras, que entre os grupos produtivos ganhou destaque devido às características de marketing e de abertura de comércio aos grupos.
Deve-se destacar que entre as instituições que firmaram parceria no projeto, não foram realizadas entrevistas com representantes da PMV, pois foram substituídos após seu início. Não havia, portanto, pessoas na secretaria municipal de Agricultura para fornecer informações detalhadas ou documentos sobre a evolução do projeto. A EED possuía estreita relação com a Fundação Luterana Sementes. No entanto, mesmo com a ausência de um representante da PMV e da sua Secretaria de Agricultura, deve-se destacar que a entrevista com um dos extensionistas rurais do Incaper, vice-prefeito entre os anos de 2005 a 2009, período em que ocorreram algumas ações do projeto, permitiu superar aquela lacuna.

As entrevistas foram realizadas com uma família de agricultores envolvida no projeto com a produção de aves caipira, quatro agricultores isolados, dois extensionistas rurais que participaram diretamente da elaboração e do desenvolvimento do Projeto e o gerente da Fundação Luterana Semente no período do Projeto.
Com relação às informações necessárias para contextualizar o município de Vila Pavão, foram utilizados dados secundários disponibilizados pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), órgão de pesquisa socioeconômica e geográfica do estado do Espírito Santo, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vinculado ao governo federal, e pelo Incaper, órgão estadual de relevância para o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Proater).
Devido aos métodos participativos e a mobilização utilizados em sua elaboração e gestão, o Proater se tornou um Programa de ação realizado e executado em conjunto com diversos atores sociais, além conter informações sobre o rural do município e sua contextualização. Destaca-se que o Proater foi consolidado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDRS) também envolvido em sua gestão social.

2)- A agricultura familiar e o mercado de alimentos

A crise de soberania alimentar ocorrida no começo do século XXI afetou tanto países desenvolvidos e industrializados, onde tradicionalmente é praticada uma política de defesa da produção de seus alimentos, Page, Kennan & Cantore (2011); quanto, e principalmente, nas nações menos desenvolvidas. Mais ainda tal crise foi agravada por dificuldades que emergiram nas relações internacionais, como observado na falha de organismos multilaterais de concluírem negociações e de formularem uma agenda voltada à segurança alimentar em escala global.
Entre os países menos desenvolvidos, alguns em fase de industrialização, destacam-se aqueles onde, desde o meado do século passado, na esteira da revolução verde, ocorreram profundas transformações estruturais através do que ficou conhecido como modernização e a industrialização da agricultura[1]. O Brasil é um exemplo paradigmático desse processo onde as mudanças do espaço rural envolvendo aspectos financeiros, produtivos, sociais, culturais e ambientais foram intensas. Do ponto de vista produtivo, as consequências mais visíveis se traduziram em aumento da escala de produção e de produtividade, associado a uma intensa concentração da posse da terra, daí ser excludente, traduzindo-se no que ficou conhecido como modernização "conservadora e dolorosa"[2].
No entanto, se a busca pelo aumento da produção e da produtividade teve importância nesse cenário, sua maior repercussão se deu nos mercados de *tradables* e de *commodities*, situados no centro da agroindustrialização e do sistema agroalimentar (Friedmann, 1989; 1993), nos quais são dominantes as tendências globais de homogeneização do alimento. Ambos são produtos negociáveis com certa facilidade, exportáveis, e de importância para a balança comercial e contas nacionais, derivando daí o conceito de *tradables* como produtos que influenciam diretamente a política econômica fiscal e monetária. Apesar de serem suscetíveis às vicissitudes do comércio internacional e das oscilações de preço, esses produtos possuem um mercado consolidado e com acesso orientado, no qual a relação entre oferta e demanda é mais visível.
Por sua vez, nos mercados tradicionais destacam-se os produtos *non-tradables*, marcados por dificuldades relacionadas à falta de produção em escala, logística, pouco incentivo para a formação de redes de apoio e de canais de comercialização. É nesse sentido que o interesse por essa pesquisa surge, especificamente, na inserção dos produtos da agricultura familiar nos mercados que podem ser considerados economicamente mais viáveis. Trata-se, de uma questão recorrente e amplamente discutida na literatura, envolvendo não apenas a sobrevivência da agricultura familiar, mas a formação de vínculos comerciais adequados, num contexto em

1 A modernização e industrialização da agricultura brasileira são temas amplamente discutidos por Gerardi (1980), Delgado (1985), Graziano Neto (1986), Guimarães (1989), Graziano da Silva (1990) e, Balsam (2006), Graziano da Silva (1990, 1996) e Kageyama (1996).

2 Conforme pode ser verificado em Delgado (1985) e Graziano Silva (1996).

que predominam as cadeias produtivas de alcance global e o poder de grandes corporações transnacionais. O conflito entre as dimensões locais e globais da produção e comercialização de alimentos *non-tradables* emerge aqui através da análise de um caso específico no qual são demonstradas iniciativas que contestam o *status quo* dos mercados globais. Os desafios para os produtores, suas organizações e para as instituições a eles articulados buscando fortalecer vínculos alternativos com os consumidores são próprios da agricultura familiar, incapaz de competir através de ganhos de escala e produção de *commodities* globais.
No Brasil, esses produtos são oriundos da agricultura familiar, uma categoria dinâmica na produção de alimentos. Conforme a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a agricultura familiar brasileira produz mais de 80% da ocupação no meio rural, sendo que dos 10 empregos criados no campo, 7 são advindos da agricultura familiar, e 40% de toda a produção agrícola advém dessa categoria (CONAB, 2014). O Censo Agropecuário realizado no ano de 2006, identificou 5 milhões de propriedades no Brasil, 84% das quais de agricultores familiares produzindo cerca de 70% da produção de alimentos. Tal quadro não difere de outros países, mesmo os desenvolvidos, onde é elevada a importância dessa categoria de agricultores para o abastecimento interno de alimentos. Paralelamente ao processo de homogeneização dos produtos alimentares, com a presença de grandes empresas do setor de alimentos, observa-se na atual fase do sistema agroalimentar, um movimento contrário, de valorização da produção local, heterogênea e diversificada, com foco nas práticas agroecológicas que se traduzem em produção com qualidade e engajada socialmente[3]. E segundo Schmitt (2011:7) mesmo nos países desenvolvidos:

> "... como os Estados Unidos, fortemente dominados pela presença dos grandes supermercados, as vendas diretas de alimentos ao consumidor ampliaram-se na última década, passando de US$ 551 milhões em 1997 para U$ 1,2 bilhões em 2007, segundo o Censo Agrícola ... o número de feiras sem intermediários existentes no país passou de 1.755 em 1994 para 5.274 em 2009."

Portanto, é importante compreender os canais de comercialização da produção da agricultura familiar, para a construção dos mercados locais e regionais, tais como feiras, entrega em domicílios ou a grupos de consumidores, programas governamentais, centros ou pontos de vendas locais e regionais, entre outros, refletindo a formação de novos arranjos articulados à agricultura familiar. A importância do mercado local para a agricultura familiar se manifesta tanto em sua dinâmica socioeconômica e cultural, quanto em suas condições de produção com destaque para a diversidade produtiva. Nesses termos, diversas são as dificuldades a serem superadas pelas estratégias de sobrevivência desse segmento social, conforme discutido a partir das evidências obtidas no caso empírico analisado a seguir.

3)- Vila Pavão e o projeto de produção planejada e comercialização integrada.

O município de Vila Pavão, no noroeste do estado do Espírito Santo, teve seu povoamento intensificado na década de 1940, por influência da construção das pontes sobre o Rio Doce – no município de Colatina, também Noroeste do Estado - e, a construção da estrada que liga o município de Vila Pavão ao município de Nova Venécia.

> Os tropeiros e caminhoneiros faziam divulgação 'das terras quentes' aos imigrantes pomeranos e italianos no Sul do estado e nas regiões de limite com Minas Gerais. Foi isso que atraiu grande número de descendentes pomeranos e alguns italianos para o local (IBGE, 2014).

3 Tais questionamentos podem ser verificados em McMichael, P. (2000)

A ponte sobre o Rio Doce dinamizou toda região Noroeste, gerando acessibilidade a regiões centrais do estado, mas a estrada que conectou Vila Pavão a Nova Venécia foi de importância específica, permitindo que seu território, que é relativamente próximo ao estado de Minas Gerais, fosse colocado na rota de viajantes que circulam em ambos os estados, e contribuísse para o escoamento da produção.
Atualmente, a população de Vila Pavão é composta principalmente por descendentes de pomeranos e italianos, com maior influência dos primeiros, e de africanos. Essa ocupação tem gênese na década de 1940, mas já na década de 1920, havia o povoamento por madeireiros, tendo sucedido à expulsão dos índios Botocudos, que já não existem na região. Possui uma população de 8.672 habitantes em 433, 257 km², distribuídos em 1489 homens urbanos, 3004 homens rurais, 1509 mulheres urbanas e 2670 mulheres rurais, o que revela a importância do meio rural para a economia e a sociedade do município. Vila Pavão possui ao todo três distritos, sendo a Sede e os distritos de Vila de Praça Rica e Todos os Santos[4].
Outro indicador relaciona-se aos setores produtivos. A maior parte do Valor Adicionado Bruto (VAB) de R$ 123.160, está concentrada nas atividades agropecuárias com 46,6%, seguido do comércio e serviços com 38,6%, e da indústria com 14,8% (IBGE, 2014). Verifica-se assim a importância da agropecuária para o desenvolvimento socioeconômico do município, o que justifica o projeto de produção planejada e comercialização integrada, conforme nos confirma em entrevista tanto o extensionista rural, quanto uma agricultora. Essa última afirma que:

> "...a diversificação é importante, tendo, por exemplo, a feira livre inaugurada no final do ano de 2013, como ponto para comercialização, e no meu caso que avançamos, com as hortaliças e produtos da agroindústria a polpa de fruta, esses dão um bom retorno."

Outro agricultor, por sua vez afirmou que:

> "...aprendi a produzir hortaliças e a vender entregando aos moradores da cidade, a partir da conscientização da importância de produzir alimentos e do bom retorno, comecei com essa ação aqui na cidade, mas o café é uma tradição e tem liquidez, por isso mantemos, é uma garantia, serve para vender e fazer um investimento, enquanto com as hortaliças serve para cobrir despesas gerais".

A cafeicultura em Vila Pavão é basicamente do tipo *canephora*, ou seja, conilon robusta. Conforme um dos extensionistas rurais entrevistados:

> "...a cafeicultura conilon é a principal geradora de renda e trabalho, encontrando-se presente na maioria das propriedades rurais, seguida pela produção de leite, tendo importância também cultura de grãos, como o feijão, o milho, aves, e outros produtos, pois se considera uma agricultura diversa, típica da agricultura familiar que é predominante no município".

Segundo o Censo Agropecuário do IBGE no ano de 2006, pode ser verificado que o município é composto por um total de 1.163 unidades rurais, com área total de 36.666 hectares, das quais 986 são produtores de café conilon, produzindo 4.267 toneladas, o que ratifica o destaque da produção dessa cultura.
Com relação à pecuária leiteira, considera-se que 883 unidades rurais possuíam áreas de pastagens plantadas e em boas condições, totalizando 22.215 hectares, sendo que uma área de pastagem de 2213 hectares, distribuída entre 190 unidades rurais possui pastagens plantadas degradadas. A produção de leite é vendida principalmente para a Veneza Laticínios, uma cooperativa e agroindústria, localizada no município de Nova Venécia, limite

4 Conforme descrito em INCAPER (2011).

com Vila Pavão, que produz uma gama diversificada de produtos derivados do leite, desde leite processado, iogurtes, manteigas, requeijão, entre outros produtos. Essa cooperativa coleta e processa o leite produzido em diversos municípios da região Norte do estado do Espírito Santo.

Ao ser perguntado sobre os produtos com comercialização já consolidada, um agricultor informou que "o café conilon possui uma rede de compradores que atuam na localidade e a cooperativa de cafeicultores de São Gabriel da Palha (Cooabriel)". A sede desta cooperativa está localizada na estrada que liga Vila Pavão a Nova Venécia. Conforme um dos entrevistados começa a emergir outros atores no município que se dedicarão à compra do café conilon e novas organizações já estão se instalando.

Ao mesmo tempo, a diversificação da produção agropecuária em Vila Pavão, e a necessidade de consolidar um mercado para esses produtos, fizeram surgir uma articulação em rede para uma produção planejada e a comercialização integrada, ou seja, para o projeto em análise.[5] Verifica-se que 436 unidades produtivas utilizam áreas para lavouras temporárias, numa área de 765 hectares, entre as quais 369 unidades rurais possuem tanques, lagos, açudes e/ou áreas públicas destinadas à aquicultura, enquanto 183 produzem milho, 160 produzem feijão de cor, 93 produzem mandioca. Finalmente, cabe citar que 655 unidades rurais produziram ovos de galinha, um número superior às unidades produtoras de leite em 50 unidades. No entanto, apenas 137 unidades comercializavam os ovos (IBGE, 2007).

A produção de ovos reflete tipicamente a diversificação inerente ao agricultor familiar, mas também um aspecto cultural de imigrantes pomeranos. Santa Maria de Jetibá, na região centro-serrana do estado, é reconhecida como a cidade mais "pomerana do Brasil", também considerada como a maior produtora de ovos do estado, sendo essa atividade inclusive a principal atividade desse município, juntamente com a cafeicultura.

Em relação ao aspecto fundiário deve ser destacada a predominância de pequenas unidades rurais, típica da agricultura familiar. Em que pese diversas perspectivas teóricas associadas a essa categoria, baseadas em aspectos sociológicos, antropológicos, socioeconômicos e fundiários, tem-se como referência para sua análise a afirmação de que "A estrutura fundiária de Vila Pavão retrata o predomínio das pequenas propriedades, de base familiar, onde os trabalhos produtivos são feitos pela própria família ou no regime de parcerias agrícolas", (Incaper, 2011:6).

A legislação que considera o agricultor como familiar não permite que o mesmo tenha mais de 4 módulos fiscais[6]. No caso de Vila Pavão o módulo definido ficou em 20 hectares, Incaper (2011). Ainda segundo a metodologia que define os módulos rurais há uma escala de caracterização, na qual, uma propriedade até um módulo é denominada como minifúndio, de 1 a 4 módulos como pequena propriedade, de 4 a 15 como média propriedade, e acima de 15 hectares como grande propriedade. Conforme o Incaper (2011), do total de 1.295 propriedades rurais existentes, 1.245 possuíam até 4 módulos, ou seja, critério relevante para serem considerados agricultores familiares, e apenas 60 propriedades entre médias e grandes, sendo que 809 eram minifúndios e apenas 5 das 60 propriedades eram consideradas grandes. Segundo esse critério há, portanto, uma predominância da agricultura familiar no município.

No tocante à comercialização observa-se, segundo Incaper (2011) a importância do Centro de comercialização em Vila Pavão, construído pelo projeto aqui analisado, no qual há uma ampla diversidade de produtos do meio rural, desde aqueles *in natura,* até pães, doces e biscoitos, e outros produtos processados ou semi processados. Destaca-se ainda a existência de três Colégios Municipais de Educação em Agroecologia (CEMEA), e um Centro Estadual Integrado de Educação Rural (CEIER), que fazem trabalho de extensão rural com as famílias. Esse centro criou no ano de 1989 uma festa étnica denominada POMITRAFO devido o povoamento por pomeranos, italianos e africanos, atualmente considerada a festa principal da cidade. Além disso, o Sindicato dos Trabalhadores de Nova Venécia e Vila Pavão, e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) atuam como entidades de amparo aos camponeses.

---

5 Em Callon (1998) é possível verificar a construção social do mercado, inclusive com relação à comercialização planejada, através do exemplo do mercado de morango na França, com a ação extensionista a favor de melhores condições de preços.

6 Módulo fiscal é definido em cada município, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), segundo metodologia específica que considera o tipo de exploração que predomina no município e a renda obtida com essa exploração.

No ano de 2013 foi organizada a Feira Municipal, que atende a população local com produtos rurais. Em 2014 foi criada a primeira cooperativa de agricultores do município, objetivando o fomento a produção, ao planejamento e à comercialização, para a qual os mercados institucionais, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentos (PNAE) tem se tornado de grande importância.

3.1)- O projeto de produção planejada e comercialização integrada: uma análise de rede.

A economia local de Vila Pavão, a ação dos seus principais atores sociais, incluindo agricultores, e a atuação das instituições do poder executivo municipal e da assistência técnica e extensão rural, são aspectos estruturais da inserção da agricultura familiar nos mercados. Ou seja, como destacado pelos agentes locais as condições de comercialização exercem uma influência decisiva no desenvolvimento rural, de forma que não basta produzir e diversificar a produção, mas dispor de meios eficientes de colocá-los no mercado.
A existência de uma produção agropecuária e sociocultural diversificada com a presença predominante da agricultura familiar, a dificuldade em comercializar essa produção, e a necessidade de realização de novos canais de comercialização para a potencialização das diversidades sociais, culturais e econômicas do município, levaram as instituições – com destaque para a Fundação Sementes como articuladora inicial – a organizarem juntamente com os atores sociais locais e agricultores, o projeto que ficou conhecido como "produção planejada e comercialização integrada". As ações tiveram início em 2002 e transcorram de forma organizada em "grupos produtivos" até o ano de 2007, como destaca um dos extensionistas rurais do Incaper que esteve envolvido com seu planejamento e execução.
Segundo depoimento de um agricultor sobre a comercialização de produtos comercializados localmente,

> "as hortaliças, os ovos, frutas, enfim, diversos produtos da agricultora já em produção e não *commodities* levaram ao planejamento da produção, com a intenção de melhorar a organização do que produzir, do quanto produzir, de forma a conseguir uma comercialização integrada."

3.1.2) – Configuração da rede e análise de funcionamento.

O projeto que incentivava a produção e a comercialização integrada em grupos foi estabelecido através de uma rede sociotécnica[7], na qual se destacam os grupos produtivos de agricultores (as), a equipe de extensionistas e técnicos do Incaper e da Secretaria Municipal de Agricultura, vinculada à Prefeitura Municipal de Vila Pavão. Além dessas instituições, tem-se ainda: a Fundação Luterana Sementes, o EED, o CMDRS, o Centro de Comercialização e Apoio Logístico aos grupos produtivos, estabelecido no centro de Vila Pavão, e a Central Base, situada na região da capital do estado, enquanto fundamentais e estratégicas para o projeto. Quanto a esses dois últimos são destacados a relação de ambos para articulação da comercialização.
Os grupos produtivos eram organizados, tanto para a produção quanto para a comercialização, de acordo com os produtos que os agricultores participantes destinavam ao projeto, a saber: ovos caipiras, quiabo, pepino, jiló, mandioca, inhame, abóbora e milho e alface, as frutas eram, maracujá, laranja, banana, melancia, e coco, manga.
Dessa forma, primeiramente os técnicos e extensionistas realizavam a articulação dos grupos produtivos, cuja produção seria organizada de acordo com o planejamento do que e quanto produzir, à luz dos sinais do mercado. Os grupos produtivos recebiam assistência técnica do Incaper, que contava com uma equipe de três extensionistas rurais e cinco técnicos em agropecuária envolvidos com a produção, cujas atividades eram conduzidas de acordo com os setores produtivos, como hortaliças, fruticultura e pecuária, compreendendo ao fim grupos produtivos.

---

7 Pode-se compreender rede sociotécnica em Latour (2001)

O objetivo era a produção planejada e participativa, evitando excedentes diante da demanda apresentada pelo centro de comercialização e de apoio e a Central Base. Nesse sentido se por um lado, seguindo a orientação do centro de comercialização e da Central Base, o projeto se baseava nos sinais do mercado evitando acumular produção não escoada, por outro, essa estratégia constituía uma barreira à produção. Entretanto, é necessário frisar que o planejamento da produção era feito em conjunto com os atores sociais envolvidos na produção no qual participavam todas as instituições engajadas no projeto.

Conforme destaca o Coordenador Geral da Fundação Luterana Sementes,

> "a distribuição da produção era realizada diretamente do centro de comercialização e de apoio de Vila Pavão, que foi organizado com o apoio da prefeitura e mantinha um articulador que semanalmente organizava um caminhão com destino à "Central Base", que era uma cooperativa organizada para fins da comercialização, e mantinha um *Box* na Companhia Estadual de Abastecimento (CEASA), em Viana, na região metropolitana de capital/Vitória-ES, e dessa eram distribuídos aos supermercados da região metropolitana da capital".

A rede formada entre agricultores e as diversas instituições atuantes na esfera produtiva e na estrutura de comercialização foi o esteio para a concretização do projeto. Nesses termos, destaque deve ser dado ao Centro de comercialização e apoio, gerido pela Prefeitura Municipal de Vila Pavão, como espaço para a comercialização dos produtos do meio rural. Além de ter servido como local de articulação entre vendedores e compradores, tal centro se tornou uma referência para agricultores familiares não envolvidos em grupos produtivos, vendendo produtos naturais, derivados da agroindústria local, com destaque para pães e *brote*, além de produtos artesanais e manufaturados produzidos no campo. Devido a essas características, o centro de comercialização funciona até os dias atuais e é mantido pelo poder público municipal.

Por sua vez, a Central Base, constituída em 1998, juridicamente era uma cooperativa que proporcionava a articulação de cinco outras cooperativas para realizar suas vendas no *Box* CEASA. No caso de Vila Pavão, aquela central não foi utilizada pelo município para a distribuição dos produtos, como era realizado com as cooperativas citadas. Na realidade a Central Base servia como ponto de articulação e de formação do mercado, onde a distribuição já era realizada diretamente a partir do Centro de comercialização e apoio de Vila Pavão.

Como destacada nos parágrafos anteriores, a Central Base foi uma iniciativa da parceria entre a Fundação Luterana Sementes e EED, que mantinha relações comerciais com cooperativas singulares localizadas nos municípios capixabas de Laranja da Terra, Afonso Cláudio, Santa Maria de Jetibá, Baixo Guandu e Vila Valério, totalizando cinco cooperativas de agricultores.

Essa relação de parceria com atores sociais de Vila Pavão e com o centro de comercialização e apoio desse município só ocorre no ano de 2002, de forma diferenciada se a compararmos ao relacionamento entre essa Central e as cooperativas dos outros municípios. No caso de Vila Pavão a Central apenas fazia a articulação entre os fornecedores e compradores e a comercialização, tendo em vista o já desenvolvido conhecimento do mercado e a existência dos pontos para vendas. Mas a entrega dos produtos já não passava pelo *Box,* sendo feita diretamente pelo articulador do centro de comercialização e apoio de Vila Pavão.

Quando do ingresso do centro de comercialização e apoio de Vila Pavão ao processo de comercialização junto à Central Base, as cooperativas que participavam estavam em processo de desligamento, e o desenho organizacional e institucional pensado pelos atores sociais de Vila Pavão era outro. Já não visava depender da estrutura física da Central, devido à criação de um centro de comercialização em Vila Pavão de onde eram despachadas as produções realizadas como parte do projeto de produção planejada e comercialização integrada.

As ações em conjunto com a Central Base ocorreram até o ano de 2005, tendo gerada uma dependência dos agricultores às instituições. No entanto, o referido projeto permitiu certo grau de independência em relação ao centro de comercialização, que centralizava a oferta dos grupos produtivos e à central que articulava os mercados compradores, em particular os super e hipermercados. No entanto, ocorre um distanciamento dos agricultores dos locais de demanda por seus produtos, e também do centro de comercialização em relação à Central Base. Com o fim desta, começam a diminuir as possibilidades de vendas articuladas por aquela.

Nesse contexto, os grupos produtivos se desorganizam na medida em que o projeto também enfrenta dificul-

dades encontradas pelo grupo produtivo de ovos caipira, cuja fragmentação gerou um efeito em cadeia aos demais grupos, uma vez que aquele era considerado o grupo inovador pelos atores da rede. A qualidade dos ovos, por serem ovos caipiras, com forte apelo ao consumidor, implicava numa expectativa de preços diferenciados no mercado, e consequentemente maior renda ao agricultor. No entanto, os super e hipermercados que os compravam começaram a exigir produção em escala, problema esse que aliou a concorrência por preço com outros ovos caipiras e propriamente pelo produto, os quais colocaram em xeque a inovação, típica do sistema agroalimentar, que neutralizam as inovações. Assim, o espaço comercial de um produto diferenciado acaba sendo reduzido pela contestação de produtos similares, reduzindo, portanto, o ganho diferencial resultante de seu caráter monopolista inicial.

Nesse contexto, o produtor passa a enfrentar um dilema entre a produção de produtos diferenciados e homogêneos. No caso dos primeiros a renda obtida deriva de preços elevados e baixo nível de oferta. No caso dos segundos, o retorno é proporcionado pela escala de produção, maior produtividade e preços inferiores. Deve ser lembrado, todavia, que a produção de baixa escala é compatível com um ambiente produtivo de diversificação, enquanto a alta escala implica necessariamente num maior grau de especialização. Isso pode ser ilustrado pelo seguinte depoimento de um agricultor:

> "minha produção é diversificada, produzo principalmente café, leite e ovos com destino ao comércio. Quando o grupo produtivo começou eu possuía 600 aves, era o maior número possível devido o trabalho que demandava e a técnica, ao todo eram 9 produtores, sendo um desses meu irmão, em média cada produtor possuíam de 300 a 600 aves, o destino era mercados da Capital, para os supermercados e hipermercados como o 'Extrabom' e 'Casagrande'."

Atualmente este produtor produz ovos em grande escala, no modo convencional, possui 3.000 aves vermelhas que produzem 7 caixas de ovos vermelhos por dia, enquanto seu irmão possui 6.000 aves brancas que produzem 12 caixas de ovos por dia. Os dois produtores realizam a comercialização em conjunto no mercado local e regional que os próprios articularam e nos programas institucionais (PAA e PNAE). Os ovos brancos são entregues nas padarias e supermercados, enquanto os vermelhos apenas nos supermercados, nas cidades mais próximas.

Essa é uma situação típica de problemas derivados de custos de produção mais elevados do ovo caipira, comprometendo o retorno obtido, uma vez que a escala de produção não era suficiente para compensar preços inferiores e controlados pelos supermercados.

> "os preços articulados com os grandes supermercados da capital, estavam baixos, não havia mais viabilidade, ainda sofria-se com canibalismo entre as aves, foram diversas dificuldades que levaram a extinção das ações com ovos caipiras, o alto custo na produção e o interesse dos mercados são por preços e o preço do convencional é mais em conta".

Este depoimento revela um questionamento sobre os custos e os preços recebidos os quais podem comprometer o desenvolvimento da atividade e colocam os produtores numa condição de dependência dos grandes supermercados da capital, frente a uma concorrência regulada pelo preço e não mais pela qualidade. Portanto, o estreitamento do mercado, ou seja, a comercialização apenas com super e hipermercados levaram à falência o grupo produtivo de ovos caipiras, a qual juntamente com a desarticulação da Central Base e o distanciamento dos grupos produtivos do consumidor final, contribuiu para fragilizar o projeto de produção planejada e comercialização integrada.

No entanto, o fracasso do projeto não é sinônimo de encerramento das atividades produtivas. Resta saber, entretanto, quais canais de comercialização passaram a ser utilizados pela agricultura familiar. Com relação ao ovo caipira houve um aumento da preferência por produzir ovos convencionais vendidos diretamente a pontos varejistas, supermercados e padarias da localidade e região. Em que pese o esvaziamento do projeto e a consequente dispersão dos produtores em suas relações comerciais, tem-se que a experiência vivida durante sua vigência deixou um importante legado para o processo de desenvolvimento rural na região e para eventuais iniciativas de organização dos agricultores frente aos mercados.

4)- Desafios para os atores sociais rurais de Vila Pavão.

Fatores sociais, ambientais e culturais têm forte influência nas questões econômicas, como observado na trajetória descrita acima relacionada ao desenvolvimento rural e às transformações produtivas e comerciais no município de Vila Pavão[8]. Assim é que aspectos relativos à diversificação produtiva agrícola para geração de renda, e às relações sociais no campo, orientaram as ações voltadas à produção planejada e comercialização integrada até o ano de 2007. Atualmente, mesmo não havendo grupos produtivos estruturados, ocorrem novas formas de organização, em grande medida inspiradas nas experiências anteriores, alimentando perspectivas de que diversificação da produção possa contar com mecanismos de comercialização favoráveis à renda dos produtores.

No entanto, a relação comercial de produtores de produtos *non-tradables*, como observado no caso de Vila Pavão, é uma questão carregada de desafios. A atomização da produção e a diversificação de produtos são aspectos que inibem os ganhos de escala e dificultam a comercialização. Assim, a busca de canais e formas alternativas de comercialização representa também uma estratégia de desenvolvimento local, tanto em função de seus efeitos redistributivos de renda a favor dos produtores, reequilibrando a divisão das margens, quanto devido ao fortalecimento dos vínculos com os mercados locais, e aos efeitos organizacionais no meio rural. Essas eram razões implícitas na concepção e implantação do projeto e da rede institucional formada. A declaração de um agricultor a esse respeito ilustra este argumento: "a experiência foi uma tentativa interessante por apoiar e incentivar diversificação, tendo ampliado o processo de diversificação e demais experiências adquiri com o grupo de base do MPA". Atualmente, a venda de hortaliças nas casas dos consumidores e também nas feiras urbanas por alguns produtores, representa mais do que alternativas de comercialização. Na realidade, observa-se a formação de uma rede comercial local, através da qual são criadas as condições para uma identidade local através das relações de compra e venda, ou entre produtor e consumidor. Nesse sentido, há um fortalecimento de cadeias curtas de suprimento, relativizando o processo que articula o produtor às cadeias globais e às grandes empresas situadas na esfera comercial e agroindustrial.

Segundo um agricultor da região, "a construção da feira municipal no final do ano de 2013, com uma agenda semanal e a presença de agricultores locais, tem sido importante, da mesma forma será a criação da primeira cooperativa de agricultores familiares de Vila Pavão". Além disso, há uma expectativa de que os produtores passem a vender ao governo federal através do PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Ambos são mercados institucionais, viabilizando um canal alternativo para os produtos da agricultura familiar, na forma de políticas públicas consideradas de apoio à produção e a comercialização. Essas alternativas são também mecanismos de estímulo à organização dos produtores no meio rural. Como declarado pela presidente da Apacosle – Associação dos Pequenos Agricultores do Córrego São Roque do Estevão, criada com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e com a experiência dos grupos de base do MPA "com a cooperativa a pretensão é atender às 942 famílias que estão cadastradas na Secretaria Municipal de Ação Social e estão aptas a receber alimentos através do PAA. Pois assim, é possível a realização de organização maior entre os agricultores".

A parceria entre o Incaper, a Prefeitura, os agricultores e o Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, foi também fundamental para a formação da cooperativa. Paralelamente, os movimentos sociais do campo têm sido estimulados pela implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e outros instrumentos de política pública, fundamentais para fortalecimento da agricultura familiar, como são os casos dos mercados institucionais do PAA e PNAE.

Portanto, novas estratégias de comercialização que fortaleçam os vínculos dos agricultores familiares de Vila Pavão com os mercados locais estão diretamente ligadas ao surgimento de novas instituições, a novas instân-

8 Principio presente na nova sociologia econômica, como em Swedberg (2004).

cias de comércio, como a feira municipal da agricultura e cooperativa de agricultores familiares, à experiência acumulada no projeto de produção planejada e comercialização integrada, às atividades de extensão, à formação e militância dos agricultores para o desenvolvimento rural, e aos movimentos organizados.

Conclusão.

Considera-se que o êxito do projeto, e da rede sociotécnica, de produção planejada e da comercialização integrada encontrou dificuldades advindas de sua organização estrutural. Ou seja, mesmo com a entrega sendo realizada diretamente pelo centro de comercialização e apoio, diretamente no município de Vila Pavão, havia uma dependência da Central Base e da sua experiência com os mercados varejistas. O fechamento dessa central fragilizou o projeto, agravando os empecilhos surgidos no desenvolvimento do comércio. Como observado no grupo produtivo de "ovos caipiras", as dificuldades criadas pela dependência de mercados varejistas não foram suficientes para a busca de alternativas apropriadas às condições desses agricultores.

Portanto, conforme discutido acima, o esvaziamento do projeto ocorreu em função de sua incapacidade de criar condições para o desenvolvimento rural e para formar uma concepção de mercados que diminuam o peso das intermediações valorizando circuitos alternativos que aproximem o agricultor dos consumidores urbanos. No entanto, o projeto contribui para o reconhecimento da importância dos produtos diversificados produzidos pela agricultura familiar e da capacidade desta se organizar para superar problemas relacionados à comercialização, realizando conjuntamente com o poder público a gestão social de projetos de seu interesse.

A experiência aqui analisa revela a importância de canais de comercialização como feira livre, mercados institucionais e cooperativas, como instâncias comerciais sólidas sintonizadas com a diversificação produtiva da agricultura familiar. Dessa forma para os agricultores envolvidos houve o aumento da experiência adquirida com as atividades agropecuárias específicas, tanto no âmbito da produção quanto da comercialização que repercutiram na possibilidade de fortalecer o processo de diversificação.

Referências Bibliográficas

BALSAN. R. (2006). *Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira*. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, p. 123-151.

CALLON, M. (1998). Introduction: the embeddedness of economic markets in economics. In: CALLON, M. *The laws of the markets*. Oxford: Blackwell.

CONAB. Início produtos e serviços (2014). *Programa de Aquisição de Alimentos – PAA*. Disponível em: http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125. [Acessado em: 17/11/2014].

DELGADO, G. C. (1985). *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo: Ícone/UNICAMP.

FRIEDMAN, H. (1989). *Agriculture and the state system: the rise and decline of national agricultures, 1870 to the present.* Sociologia ruralis, pg. 93-117.

FRIEDMAN, H. (1993). *The political Economy of food: the rise and fall of postwar international food orde*. American Journal of Sociology. pg. 248 – 286.

GILPIN, R. A economia políticas das relações internacionais. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

GERARDI, L. H. de O (1980). Algumas reflexões sobre modernização da agricultura. In: *Geografia,* Rio Claro, p. 19-34.

GRAZIANO DA SILVA, J (1990). *O que é questão agrária*. São Paulo: Brasiliense.

GRAZIANO DA SILVA, J (1996). *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP.

GRAZIANO NETO, F (1986). Modernização da agricultura e questão agrária. In: _____*Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, cap. 1, p. 17-78.

GUIMARÃES, A. P (1989). *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

KAGEYAMA, A. (1996). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G.C; GASQUES, J. G. & VILLA VERDE, C.M. (orgs). *Agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, p. 113-221

IBGE. (2014). *Cidades@. Perfil dos municípios brasileiros*. Disponível: http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=320515.[Acessado em: 25/06/2014].

IBGE (2010). *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: http://censo2010.ibge.gov.br/. [Acessado em: 26/06/2014].

IBGE (2007). *Censo Agropecuário – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.* Rio de Janeiro, 2007.

INCAPER (2011). Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Vila Pavão .Disponível: http://www.incaper.es.gov.br/proater/municipios/Noroeste/Vila_Pavao.pdf. [Acessado em: 28/06/2014.]

LATOUR, B. A. (2001) *esperança de Pandora*. São Paulo: Edusc.

McMICHAEL. P (2000). The power of food, Agriculture and Human Value 17. pg. 21-33.

PAGE, S., KENNAN J., CANTORA, N. (2011). *CAP reform and development - Introduction, reform options and suggestions for further research*. London: ODI.

SCHMITT. C. J (2011). Editora convidada. In: *Agriculturas experiências em agroecologia*, p. 4-8.

SWEDBERG, R. (2004). Sociologia econômica: hoje e amanhã. *Revista de Sociologia da US*P, p. 7-34.

A autogestão numa incubadora de empreendimentos solidários

Adriano da Costa Valadão
IESol, UEPG, adrianocv01@yahoo.com.br Dr. em Sociologia pela UFPR.
Alnary Nunes Rocha Filho
IESol-PPGG-UEPG, alnaryrocha@gmail.com Doutorando em Geografia pela UEPG/PR.
Francisco Salau Brasil
IESol, UEPG, fsbrasil@gmail.com Mestre em Engenharia Ambiental pela FURB.
Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
IESol, PPGG, UEPG, llagc2@yahoo.com.br Professor associado UEPG, Dr. em Ciências Sociais pela UFRRJ.
Manuela Salau Brasil
IESol, UEPG, manu_lela2@hotmail.com. Drª em Sociologia pela UFPR

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar a organização autogestionário da Incubadora de Empreendimentos Solidário da Universidade Estadual de Ponta Grossa -IESol/UEPG. Desde sua fundação, em 2005, a IESol experimenta esta forma de gestão, buscando uma coerência entre os princípios que difunde e sua vivência prática. Por suposto, os desafios impostos pela prática autogestionária tem suas especificidades quando se trata de uma incubadora universitária, o que implica em novas configurações nas relações entre seus participantes – professores, técnicos, alunos, voluntários - e de seus membros com a estrutura da universidade. O trabalho promove uma análise preliminar dos resultados de pesquisa qualitativa envolvendo a equipe da IESOL, na qual se utilizou a aplicação de questionário estruturado com perguntas abertas. A análise dos resultados permitiu identificar que as dificuldades relacionadas ao processo de autogestão são diferenciadas porque relacionadas à inserção institucional da IESOL e a dinâmica interna que se surge com a prática autogestionária.
Palavras-chave: Economia Solidária; Cooperativismo; Autogestão; Incubadoras Universitárias; Extensão Universitária.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar e discutir as contradições da organização autogestionária da Incubadora de Empreendimentos Solidários-IESoL, que faz parte da rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Popular-ITCPs, e corresponde a um programa de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa -UEPG, localizada no Estado do Paraná-Brasil. A despeito da IESol sempre se pautar pela autogestão ao longo de sua história, o tema ganha em complexidade no momento de crescimento da IESol. Este crescimento vem exigindo um esforço criativo para contemplar as expectativas mais militantes com as cobranças mais pragmáticas em torno de um grupo ampliado de pessoas que mantêm a crença de que novas formas de trabalho e relação se fortaleçam também nos espaços universitários.

A reflexão acumulada sobre autogestão de Empreendimentos Econômicos Solidários-EES no Brasil praticamente não aborda os padrões organizacionais das ITCPs universitárias. Dessa forma, a reflexão contida neste texto busca preencher esta lacuna, trazendo à discussão a experiência de organização autogestionária da IESol, programa de extensão criado em 2005.

De 2005 a 2014, a IESol passou por diversas fases, mas não abandonou a proposta de se organizar de forma autogestionária. No entanto, como um programa de extensão universitária está, em termos institucionais, vinculado a uma universidade pública, que mesmo tendo um grau de autonomia significativo e uma dinâmica administrativa marcada pelas possibilidades democráticas de decisões horizontalizadas, materializadas em conselhos e colegiados, precisa atender nas suas ações, acadêmicas e administrativas, a legislação e procedimentos burocráticos-administrativos que se impõem às instituições públicas e universitárias.

Portanto, a autogestão nas incubadoras universitárias, como a IESol, acontece num ambiente institucional que não reconhece os atos que emanam das incubadoras universitárias como de responsabilidade coletiva e os considera como de responsabilidade exclusiva dos coordenadores dos projetos e do programa. Porquanto, o Estado não faz autogestão, mesmo os estados organizados a partir de princípios democráticos. Nesses termos, tem-se uma primeira questão para reflexão: Em que medida a inserção institucional das incubadoras universitárias significa uma limitação das possibilidades advindas das propostas transformadoras ligadas à Economia Solidária-Ecosol?

De qualquer forma, a organização autogestionária é mantida na IESol, independente do ambiente institucional no qual ela está inserida. Nesse contexto, é possível discutir a autogestão nos limites da dinâmica interna que surge da interação entre os participantes da equipe acadêmica e administrativa da incubadora e entre esses sujeitos e os trabalhadores que participam dos EES e os representantes das entidades de apoio relacionadas às atividades do programa. Dessa forma, pode-se identificar outra questão para reflexão: Até que ponto a organização autogestionária na IESol consegue responder as demandas vinculadas as necessidades dos EES, ao mesmo tempo que preserva os princípios da Ecosol?

O texto expõe os resultados de um primeiro esforço de sistematizar informações de uma pesquisa preliminar sobre o tema. A pesquisa preliminar baseia-se nos resultados de um questionário que foi respondido pela equipe de técnicos e acadêmicos da IESol. Os técnicos são profissionais de nível superior, contratados e remunerados com recursos oriundos de diversos projetos que financiam as ações da incubadora. Os acadêmicos bolsistas, assim como os técnicos, são ligados a diversas áreas de conhecimento e têm tempo de experiência diferenciado em projetos e programas vinculados à Ecosol.

Os resultados do questionário foram analisados de forma preliminar são utilizados neste trabalho de forma tênue, mas já apresentam informações suficientes sobre as percepções e representações dos sujeitos, que indicam o padrões contraditórios percebidos pelos envolvidos na construção da proposta de organização autogestionária da IESol.

A reflexão proposta no trabalho indica a necessidade se ter consciência dos limites da autogestão provocada pela inserção da incubadora no seu ambiente institucional, mas, de outra forma, indica avanços no processo interno de construção de uma organização autogestionaria, na qual se preserve os princípios fundamentais da Ecosol, sem, todavia, gerar um imobilismo limitador das possibilidades advindas da própria Ecosol para os EES e a transformação civilizatória que se persegue e que precisa ser sustentada em padrões produtivos e societários bem diferentes dos atuais.

2. AUTOGESTÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Gaiger (2003) aponta como características centrais da Economia Solidária a autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, autosustentação desenvolvimento humano e responsabilidade social. Entre os principais desafios da Economia Solidária está o desenvolvimento de processos da autogestão, que pode ser entendida inicialmente como:

> O termo autogestão significa literalmente administrar, gerir a si mesmo, do grego *autos* [si mesmo] e do latim *gest-o*, [gerir], mas é utilizado para designar grupos que se organizam sem uma chefia. O princípio da autogestão parte então do pressuposto filosófico e político de que os homens são capazes de se organizarem sem dirigentes. Esse pressuposto está na base do movimento anarquista e dos movimentos libertários (LECHAT & BARCELOS. 2008, p. 97)

A autogestão é colocada como um desafio para sua implantação entre os trabalhadores acostumados culturalmente a processos de heterogestão, ou seja, acostumados com uma empresa gerida pelos proprietários ou por pessoas indicadas por este. A autogestão é concebida como um «projeto de organização democrática que privilegia a democracia direta» (MOTHÉ, 2009, p. 26). No seu sentido moderno tem origem nas primeiras

experiências cooperativas promovidas pelos chamados socialistas utópicos desenvolvidas no início de século XIX. A despeito desta influencia, o seu sentido contemporâneo está muito ligado a introdução do termo autogestão a partir da experiência comunista da antiga Iugoslávia, que buscava a modernização do sistema político e econômico independente do modelo soviético e, principalmente, após as manifestações de Maio de 1968, que tiveram origem na França e que buscavam o sentido de uma democracia radical. (MOTHÉ, 2009).

Em relação a dificuldades do desenvolvimento de processos autogestionários Lechat & Barcelos (2008, p. 100) apontam que:

> Não basta querer implantar a autogestão, ainda é preciso criar as condições para sua efetivação. A autogestão não é uma qualidade que um empreendimento possua ou não, é um processo em constante gestação que pode sofrer avanços, mas também retrocessos. Aprende-se o que é autogestão, praticando-a. É um processo que exige vigilância.

Desta forma, destaca-se que a Ecosol, que se materializa como um conjunto de práticas ligadas a diversas categorias sociais que incluem «unidades informais de geração de renda, associações de produtores e consumidores, sistemas locais de troca, comunidades produtivas autóctones e cooperativas dedicadas à produção de bens, à prestação de serviços, à comercialização e ao crédito» (GAIGER, 2013, p.211), liga-se a processo complexo que envolvem contradições nos processos que envolvem sua adoção.

Ainda segundo Gaiger (2013), a promoção da Ecosol articula-se a um campo social composto de quatro grandes segmentos 1) os empreendimentos solidários propriamente ditos; 2) organizações civis de apoio como a ação de ONGs, universidades, sindicatos e igrejas; 3) órgãos de representação e articulação política materializados nos conselhos e fóruns e 4) órgãos estatais de promoção e fomento à Ecosol em diversos níveis governamentais, na qual podemos citar como exemplo a SENAES – Secretária Nacional de Economia Solidária, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego.

A autogestão é um principio da economia solidária, sendo característica central para que os empreendimentos solidários propriamente ditos se configurem enquanto tal, mas não é prática inconteste entre as entidades de apoios, as quais são, em boa parte, caracterizadas pela ausência de organização administrativa democrática. De qualquer forma, a autogestão, na perspectiva da Ecosol, está contida de forma indelével na sua proposta que, para os seus militantes e apoiadores, é uma proposta de redefinição dos rumos civilizatória e não apenas uma mera alternativa de desenvolvimento, muito embora se reconheça que a sustentação produtiva e a organização social precisam também mudar para que se sustente uma nova proposta civilizatória.

Dessa maneira, a Ecosol, como indispensável a um projeto alternativo de desenvolvimento, busca fundamentar políticas públicas de geração de trabalho e renda de natureza emancipatória, que possuam como valores comuns a posse coletiva e gestão democrática dos meios sociais de produção, distribuição, comercialização e crédito, a gestão da economia e das empresas, subordinada às necessidades sociais e econômicas dos trabalhadores e a aproximação entre os setores estatal e privado da economia, com a criação dos fóruns locais de desenvolvimento econômico e social. Pressupõe, sobretudo, uma gestão compartilhada, não hierarquizada, não subalternizada, com decisões coletivas através da prática real da democracia direta. Portanto, baseada numa organização autogestionária que tem o potencial de se integrar de forma decisiva aos princípios da Ecosol.

3. ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E AS ENTIDADES DE APOIO

A Economia Solidária tem se consolidado no Brasil a partir de diversas experiências associativas que, como já apontamos, inclui cooperativas populares, associações, empresas recuperadas pelos próprios trabalhadores, grupos informais e diversas outras formas de organização produtiva que tem como base a cooperação, a solidariedade e a autogestão.

A Economia solidária emerge no Brasil, segundo Gaiger (2004) a partir de um contexto em que inclui a) a existência de setores populares com um histórico de experiências associativas, de classe ou comunitárias; b)

presença de organizações e lideranças populares que emergiriam diretamente dos movimentos populares; c) possibilidades das experiências associativas incluam e se adaptem as práticas individuais, familiares e semi-coletivas; d) mediadores que buscam encaminhar as demandas associativas e comunitárias dos grupos de trabalhadores; e) ambiente de falta de alternativas concretas para os trabalhadores se manterem ou se inserirem no mercado de trabalho ou manterem suas ocupações tradicionais com vistas a sua subsistência e f) cenário político e ideológico propício a aceitar alternativas apontadas pelas demandas destas experiências associativas e que passam também a ser aceitas por diversos movimentos sociais e pelo ambiente político.

O desafio de uma entidade de apoio à consolidação da economia solidária, qualquer que seja a sua institucionalidade, já é enorme, pois essa entidade, além do suporte técnico tem de levar aos grupos de trabalhadores e trabalhadoras que apoiam, uma formação educacional teórica e prática sobre economia solidária e autogestão, capacitação profissional específica relativa ao ramo de atividade do grupo atendido e de alguma forma dar um suporte que viabilize a consolidação do empreendimento solidário.

Esse desafio, no que se refere a formação, consiste, principalmente, na necessidade de quebrar os paradigmas do assalariamento, da vigilância e obediência laboral e da não participação nas decisões sobre produção, comercialização e nas demais atividades administrativas.

Uma incubadora universitária é uma entidade de apoio, apesar de, neste caso, de estar inserida e representar uma instituição (uma universidade, e em maior parte uma universidade pública), mas está próxima do movimento social da economia solidária. Dessa forma, se de um lado assume um papel de estímulo e até de uma militância em prol da economia solidária, de outro lado precisa se manter na institucionalidade da burocracia pública e da universidade. Isso, por si só, já a coloca num terreno complexo, pois a maioria das suas ações é mediada pela instituição a qual ela está hierarquicamente subordinada.

Cada incubadora universitária estabelece ou, para ela é estabelecido, um tipo de relação institucional específica, essas relações institucionais dão maior ou menor liberdade de atuação, bem como é através dessa relação que se estabelece também um maior ou menor suporte da universidade para a incubadora, dependendo, em ultima instância, da forma que ela é criada dentro da instituição, isto é, a que órgão ou órgãos ela está diretamente vinculada.

A IESol foi criada em setembro de 2005 como um Programa de Extensão Universitário, vinculado ao Centro de Estudos e Pesquisas Rouger Miguel Vargas, órgão suplementar da UEPG, mas, em 2010, passou a ser um Programa de Extensão permanente e vinculado diretamente a PROEX – Pró Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais, tendo como objetivos fundamentais:

> (...) fomentar, articular, organizar e consolidar empreendimentos solidários, promovendo nos grupos de trabalhadores incubados os princípios da Economia Solidária. Sendo seus objetivos principais, a autogestão, a geração de trabalho e renda, a organização baseada no associativismo e cooperativismo, a sustentabilidade ambiental dos empreendimentos. Além disso, busca-se a integração destes princípios e objetivos às políticas públicas de desenvolvimento local, regional e de segurança alimentar [1]

Desde o inicio de suas atividades, buscou contemplar a prática da autogestão na sua organização interna, relacionada a uma proposta interdisciplinar, favorecendo a promoção de trocas e saberes entre seus participantes, caracterizando assim a amplitude e a diversificação do seu público interno, que ao mesmo tempo em que trás uma profunda riqueza e diversidade de pensamentos e conhecimentos, trás também um universo de conflitos e contradições, entre eles os relacionadas à organização autogestionária.

Essa proposta de organização resulta em práticas novas e totalmente diferentes daquelas que dominam os padrões hegemônicos de convivência, os quais são relacionadas a uma cultura capitalista, reproduzida em décadas e gerações, onde tem relevo especial a competição, o individualismo, a concorrência, a naturalização

1 Disponível em http://sites.uepg.br/iesol acesso em 15 de novembro de 2014.

das ideias de mercado, de lucro, de acúmulo de riqueza em detrimento de outros valores como a cooperação, a associação, a solidariedade, entre outros.
Na IESol, as equipes que se formam são marcadas pela diversidade, destacando-se grupos de militantes críticos ao consumismo e produtivismo capitalista. No entanto, a IESoL, como programa de extensão, também atrai um público que não tem familiaridade com a Ecosol e outros movimentos sociais de crítica aos elementos fundamentais da cultura capitalista. É contanto com esse conjunto diverso e complexo de pessoas, que formaram as equipes da IESoL durante seus anos de existência, que se buscou organizar a proposta de autogestão, característica que se mantém na atual equipe.

4. AUTOGESTÃO NA IESOL

A IESol, desde a sua criação, encontra-se com o desafio permanente de articular sua organização interna considerando os princípios da Economia Solidária. Em outras palavras, organizar-se da mesma forma como procura defender nos grupos que incuba e assessora. Dessa forma, surge uma problemática relacionada às contradições que se colocam na prática organizativa da Incubadora.
A prática da autogestão na IESol encontra limitações institucionais, pois ela não é uma associação, nem cooperativa e, menos ainda, um grupo informal. Como um programa de extensão tem obrigações acadêmicas e administrativas próprias desta forma institucional. Portanto, em primeiro lugar, os recursos advindos de parcerias com órgãos estatais de fomento a projetos de suporte, tanto para a Incubadora, como para seus grupos, tem sua utilização reguladas pela forma de dispêndio público. Dessa forma, não há uma agilidade compatível com as demandas das ações implementadas pelo programa e demandas pelos grupos. Além disso, a inserção no ambiente público diminui a agilidade na contratação de pessoal, gerando um processo complexo de formação de equipes e continuidade das mesmas. Dessa forma, são um desafio que deve ser enfrentado as grandes dificuldades que a Iesol enfrenta em combinar sua administração que busca ser autogestionária com as relações administrativas e acadêmicas universitárias.
A dificuldade de exercer efetivamente a autogestão é um dos grandes desafios colocados no momento para a IESol. Superar e vencer esse desafio têm sido uma das maiores preocupações dos membros da Incubadora, que estão constantemente construindo esse entendimento, de maneira pioneira e de vanguarda, tentam criar literatura científica sobre o tema ao mesmo tempo em que atuam, executando projetos, em meio a atividades que exigem sempre muito de todos. O desafio é um motivador importante para buscar a reflexão sobre a questão, como propõe neste texto.
Desde sua criação a IESol atuou junto a 21 empreendimentos, englobando trabalhadores dos ramos de artesanato e alimentos (11), reciclagem (4), Agricultura camponesa (3), redes de apoio a movimentos sociais (1), incubação de território (1) além de acompanhamento a uma nascente incubadora (1), situados na área urbana (14) e rural (7), abrangendo a cidade de Ponta Grossa (11) e outras cidades da região no entorno do município de Ponta Grossa (10).
Este trabalho é viabilizado pelo apoio de parcerias e pela sustentação econômica via projetos que financiam sua execução. Durante seus quase 10 anos, a IESol já contou com financiamentos da Fundação Banco do Brasil, Fundação Araucária, Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior/SETI através do Programa Universidade Sem Fronteiras, versões anteriores de PRONINC e PROEXT/MEC e Cáritas.
Para o período de 2014 e 2015 houve um incremento do número de projetos aprovados, que totalizam 5 propostas em execução, financiando a própria IESol e os empreendimentos que ela acompanha:

1 – Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania, com o Projeto: Fortalecimento da Economia Solidária nos Campos Gerais, executado nas cidades de Castro, Curitiba, Irati e Porto Amazonas, todas no Estado do Paraná.
2 – CNPQ/SENAES - PRONINC: Apoio ao fortalecimento de incubadoras tecnológicas de economia solidária. Com o Projeto: Economia solidária, desenvolvimento territorial e tecnologias sociais no território da Incubadora de Empreendimentos Solidários-Iesol da Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR (UEPG)
3 - Ministério da Educação/ PROEXT - Programa de extensão universitária MEC/SESu, no Projeto: Programa

de consolidação da Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESol/UEPG para suporte a empreendimentos econômicos solidários.

4 - Fundo Nacional de Solidariedade - Cáritas Regional, com o Projeto: Viabilização dos meios adequados para o trabalho da Associação dos Recicladores Rei do Pet – ARREP e formação em economia solidária e associativismo.

5 - Fundo Nacional de Solidariedade - Cáritas Regional, com o Projeto: O Fortalecimento da Agricultura Agroecológica em uma horta comunitária no pré-assentamento Emiliano Zapata.

A execução simultânea dos projetos acima contempla, no momento, a incubação ou assessoramento a 13 empreendimentos. Com isso, ocorreu a contratação de 09 técnicos e 19 estagiários. Os projetos permitiram um aumento significativo e importante do número de trabalhadores participantes da economia solidária, potencializando o trabalho já existente e ampliando o próprio movimento da economia solidária no município e região. Ao mesmo tempo, este aumento de demanda causou alterações importantes na dinâmica interna de funcionamento da Incubadora. Um dos impactos diz respeito à prática da autogestão, assunto problematizado neste texto. O acréscimo do número de integrantes da IESol exigiu esforços semelhantes aos enfrentando por empreendimentos que se vêm na mesma situação de crescimento súbito: a difícil arte de conciliar a manutenção de seus princípios com a nova configuração.

No caso da IESol, buscou-se enfrentar o desafio com uma proposta concreta de reorganização administrativa, mantendo-se como central a manutenção da organização autogestionária. Dessa forma, foi criando, discutido e assumido um organograma que mantivesse a autogestão como princípio orientador, incorporando as diferentes atividades e funções. O organograma proposta é exposto na sequencia e ele se propõe a expor visualmente a preocupação com a estruturação horizontalizada da administração da IESOL. Destaca-se uma organização em coordenações, e núcleos que possuem um relativo grau de autonomia, e apenas levando ao conselho de autogestão os relatos mais sucintos das atividades e questões que não puderam ou podem ser apenas de alçada destas coordenações ou núcleos.

FIGURA 1. Organograma da IESol

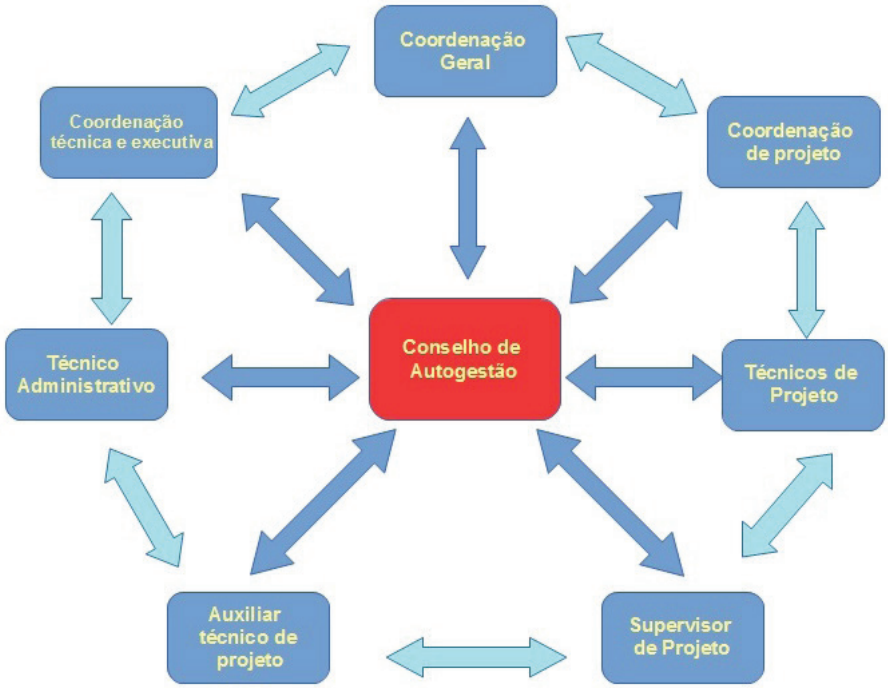

FONTE: Os autores

Atribuições das Funções do Organograma (FIGURA 1)

Conselho de autogestão: instância integradora onde são socializadas as atividades desenvolvidas, encaminhadas e tomadas decisões em relação as ações gerais da IESol. Composta por todas e todos os membros da IESol, que, atualmente, se reúne quinzenalmente.

Coordenação Geral – coordena as atividades do programa de extensão, zelando pelo cumprimento das atribuições institucionais e acadêmicas. Tem poder de veto às decisões que possam trazer ferir o caráter institucional do programa e dos projetos.

Coordenadores de projeto: professores coordenadores de projetos, acompanhando as demandas administrativas e pedagógicas dos projetos (projetos, relatórios), pelo acompanhamento dos estudantes voluntários e bolsistas (auxiliares técnicos). Coordenam as atividades de pesquisa, extensão e ensino relacionados aos projetos.

Supervisores: São professores ou técnicos que apoiam os coordenadores dos projetos e os demais coordenadores no acompanhamento direto das ações, principalmente os técnicos e auxiliares técnicos.

Coordenação técnica: coordenação do acompanhamento e aplicação dos princípios da economia solidária nas ações implementadas pelos projetos e o programa como um todo, coordena ações de formação das equipes e grupos, pesquisas, coordenação dos trabalhos técnicos voltados a produção acadêmica e didática em economia solidária.

Coordenação executiva: coordenação do acompanhamento e andamento das ações relacionadas aos projetos, coordenação da verificação do cumprimento de prazos, objetivos e metas definidos nos projetos, apoio aos coordenadores de projetos e do programa sobre o andamento e cumprimento das demandas especificas e gerais relacionadas à execução das ações e atividades.

Técnicos de projetos: apoio aos supervisores e coordenadores no acompanhamento dos projetos, supervisão dos auxiliares técnicos, encaminhamento de demandas, planejamento e implementação de ações.

Auxiliar técnico de projeto: são os estudantes de graduação ou ensino médio que auxiliam nas ações de planejamento e execução das ações e atividades relacionadas aos projetos e ao programa.

Técnico administra: planejamento e execução de ações e atividades relacionadas as demandas administrativas gerais do programa e dos projetos.

Equipes de incubação: composta de professores, técnicos e auxiliares encarregados de promover ações e encaminhar demandas de incubação e assessoramento nos grupos, tanto na perspectiva do trabalho direto com grupos específicos, como com grupos considerados na perspectiva de territórios e redes, nas modalidades de acompanhamento, incubação e assessoria.

Núcleos de apoio as ações da IESol: equipes encarregadas de auxiliar os grupos e a IESol em demandas específicas transversais aos grupos/territórios ou redes apoiados pela IESol.

A imagem que se procura destacar no organograma é que todos os segmentos que compõe a estrutura da Incubadora devem ser considerados no mesmo nível de participação na organização autogestionária. Portanto, pretende-se superar a verticalidade presente de forma dominante nas empresas capitalistas ou mesmo no poder público, por uma proposta que busca perseguir a horizontalidade na administração da IESol. Nesses termos, o Conselho de Autogestão é a instância que integra as discussões relacionadas às atividades e ações que são

implementadas pela Incubadora. A grande questão é o que se deve ou não levar ao Conselho, tendo em vista o tempo que pode ser reservado as discussões, mas, mais importante ainda, decidir sobre o que é indispensável de ser conhecido e discutido por todos para que se preserve o principio da autogestão. O que se procura é dar o direito de opinião e decisão a todos os assuntos que são decisivos na definição de rumos, objetivos e metas relacionadas aos grandes segmentos administrativos e acadêmicos. No entanto, inventou-se a possibilidade da coordenação geral da IESol e dos coordenadores dos projetos terem o direito a veto e a opção de encaminhar as decisões vetadas de outra forma, porque podem entender que a decisão pode estar contrariando exigências legais, institucionais e acadêmicas que não podem deixar de ser cumpridas. Esse se relaciona a responsabilidade exclusiva que os coordenadores têm frente as instituição na qual o programa está inserido e das quais recebe os financiamentos formalizados contratualmente. Essas responsabilidades não há como deixar de cumprir e prática autogestionária não tem como deixar de considerá-las.

As reuniões do Conselho de Autogestão acontecem quinzenalmente (no ano passado eram realizadas semanalmente), e os encontros de formação com a mesma periodicidade (no ano anterior era mensal). Essas datas podem ser alteradas face alguma necessidade urgente que não possa esperar a próxima reunião do Conselho. Portanto, todas as quintas-feiras estão reservadas para o coletivo, alternadamente para reunião do Conselho de Autogestão e para formação da equipe. Os demais dias estão reservados para os trabalhos de planejamento e ações junto aos grupos incubados e outros espaços de participação da IESol.

Não há ilusão de que apenas tais espaços garantam o exercício da autogestão, mas sem dúvida constituem-se em espaços privilegiados para esta prática. Com o objetivo de avaliar a prática concreta da autogestão na IESol, realizamos uma pesquisa entre seus participantes, totalizando 26 pessoas (8 técnicos e 18 alunos). A qual levantou questões sobre compreensão de autogestão e práticas vivenciadas.

5. A AUTOGESTÃO NA IESOL A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DOS MEMBROS DA EQUIPE DA INCUBADORA

O que se pretende é da voz aos sujeitos que participam da construção da organização autogestionária da IESOL para conhecer as suas percepções e representações relacionadas às práticas autogestionárias que vivenciam no dia a dia da Incubadora. Como já apontado participam da IESol pessoas diferentes áreas do conhecimento e portadoras de experiências diversas em relação à Economia Solidária (Quadro 1), considerando que a ampla maioria conhece a Economia Solidária basicamente a partir da sua inserção neste Programa de Extensão.

Quadro 01: Dados gerais dos participantes

Idade	**Número de pessoas**	**%**
Até 24 anos	16	61,54
25 a 30 anos	5	19,23
Acima de 30 anos	5	19,23
Sexo		
Feminino	16	61,54
Masculino	10	38,46
Tempo na IESol		
Até 1 ano	13	50,00
1 a 2 anos	7	26,92
Mais de 2 anos	6	23,08

Fonte: Autores

Este último dado referenda uma realidade enfrentada pelas ITCPs: a grande rotatividade de pessoas. Isto acaba por dificultar o trabalho, pois exige uma constante preocupação em fazer uma formação inicial com os recém-chegados, bem como esperar que os mesmos se adaptem aos valores da economia solidária e a maneira de trabalhar da IESol, que difere drasticamente de trabalhos tradicionais, que estão dentro da perspectiva capitalista.
Neste sentido, 10 dos entrevistados (38,46%) apontaram o contexto capitalista como um entrave à autogestão na IESol. Conforme uma das respostas, a prática da autogestão «*devia ser a lógica das nossas vidas desde crianças*».
Outros fatores indicados como dificuldades para se exercer a autogestão dentro da incubadora são o fato dela estar dentro de uma universidade (42,3%) e metas a serem cumpridas (30,8%). Além disso, metade dos pesquisados citaram questões relacionadas a conflitos, destacando que pessoas ainda não entendiam o conceito de autogestão. Não obstante, 80,8% mencionaram que a autogestão de IESol é digna de elogios, seja pelo fato desta prática já estar consolidada ou então pela constante busca em aprimorá-la.
Reconhecendo-se os desafios de vivenciar a autogestão em uma incubadora, tendo em vista se tratar de uma racionalidade distinta a da instituição que a abriga, podemos nos apoiar na pouca literatura específica a respeito. Sato (2009) sustenta a concepção de organização cooperativa como processo social, onde se alternam momentos de conflito e harmonia, numa prática que requer habilidades de comunicação e negociação que mesclam cooperação e confrontação; argumentos e silêncios -, expressos na linguagem verbal e corporal. De acordo com ela:

> Parece-me que o grande desafio, certamente já sentido pelos envolvidos no projeto das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, é criar um novo modo de relacionar-se, de ver o trabalho e vida, que opere através de uma outra racionalidade, que não a instrumental, a partir das pessoas que somos, das experiências de vida que temos e da sociedade onde vivemos, tendo, ainda que não como objetivo único e prioritário, a busca de condições materiais de sobrevivência. Um outro desafio, também presente, é o de conseguirmos evitar que a Universidade colonize a população, pois também nós, que a ela estamos vinculados, como somos gente, temos nossas histórias de vida, temos nossas expectativas e temos nossos interesses, nem sempre claros para nós mesmos. Temos ainda nossas próprias concepções sobre o que é um processo organizativo cooperativo. (SATO, 2009, p. 3)

No caminho para vivenciar a autogestão a partir da realidade de uma universidade, é contraproducente minimizar tais desafios, tampouco, desconsiderar os esforços requeridos quando se trata de promover o protagonismo do coletivo. Promovê-lo, no entanto, não é ignorar as contradições e particularidades engendradas durante o processo de experimentação desta outra forma de gestão e convivência.
Podemos destacar, por exemplo, as dificuldades com relação às situações de conflitos, que geralmente são evitados no coletivo, o que não significa que não ocorram. E sendo assim, são tratados em pequenos grupos, em conversas que deixam de fora a resolução das questões e que acabam mascarando as situações problemas, o que não impede a deterioração – mesmo que temporária – das relações. De fato, a mediação dos conflitos na autogestão é um dos aspectos que demanda maior investimento.
O depoimento que segue revela a relação entre autogestão e conflito:

> *é uma prática que gera conflitos quando efetuada, isso porque, faz com que indivíduos que estão envolvidos nela quebrem paradigmas de suas práticas, que até então eram caracterizadas como heterogestionárias - resultado da sociedade que vivemos. Dessa forma, percebo que o trabalho, na IESol está nesse contexto, pois, busca realizar a autogestão, com isso, a IESol acaba sendo um espaço de discussão, de conflito de ideais, o que eu acho ser positivo. Contudo, é necessário que todos os indivíduos envolvidos entendam essas oposições de maneira saudável e não pessoal (entrevista 3.)*

Uma espécie de antídoto, citado recorrentemente nas entrevistas, é o exercício do diálogo. No entanto, ele próprio enfrenta entraves no cotidiano de trabalho, como demonstrado abaixo:

> *o diálogo, que considero como o elemento principal e fundamental para que esta prática seja bem sucedida, ainda não ocorre de forma satisfatória por diversos motivos, como excesso de atividades, prazo dos projetos, entre outros (entrevista 4).*

Com efeito, o acúmulo de atividades quando unido à falta do exercício do diálogo em outras instâncias da vida, dificultam o exercício da autogestão.

Embora de natureza diversa quando comparada com o conflito na heterogestão, é possível considerar:

> A grosso modo, pode-se dizer que onde há pessoas, há também conflitos, por mais liberdade de expressão ou solidariedade que possa ali existir, ou justamente por isso. Sato e Esteves comentam essa questão: ‘ O conflito é a demonstração de que há possibilidade do debate público das questões que permanentemente acometem o empreendimento. O conflito demonstra que há vida política no grupo’.(ANDRADA, 2006, p. 6)

A autora complementa, a respeito das subjetividades e singularidades que formam um coletivo:

> Postas lado a lado, as singularidades aparecem como diferenças de interesses, ora convergentes, ora divergentes. A organização cooperativa de trabalho pressupõe a expressão das diferenças e, assim, elas passam a servir a todos se solidarizadas, se disponibilizadas para o coletivo. Mas essa dinâmica pressupõe debates, embates, conflitos. Há todo um processo de destruição e reconstrução no meio do caminho, do momento da emergência de diferenças acerca de uma questão, até a chegada a uma decisão coletiva que possa ter se servido dessa pluralidade e que, de certa forma, também venha para dar sentido a ela. (ANDRADA, 2006, p.6)

Na prática pode-se perceber, não podemos afirmar se por conta do prefixo, a situação em que a vontade do sujeito e do grupo são tomados como sinônimos. Desejos e escolhas individuais são concebidas, por vezes, como expressão do coletivo, num equívoco que corrompe o significado real de um processo autogestionário (quando a autogestão é travestida de eugestão). Estes foram apontamentos indicados pelos entrevistados, e que pode ser sintetizado na fala abaixo:

> *o princípio da autogestão ainda não está claro para algumas pessoas, que muitas vezes confundem isso com transgressão ou que não há delegação de funções, minimizando certos atores neste contexto. É relevante pensar que o princípio da autogestão considera todos como iguais, onde não há hierarquia de decisões ou superioridade nas falas. Porém, é importante pensar ainda que a ecosol é uma alternativa frente ao contexto capitalista, mas que não pode ser confundida com uma ‘anarquia’, sem regras, prazos, delegações de funções (entrevista 9.)*

Um caminho a ser seguido é o investimento em formações específicas e contínuas, sem a separação entre elas e o cotidiano na IESol e nos empreendimentos econômicos solidários. Para cumprir este pressuposto, novamente percebe-se que o acúmulo de tarefas e a sobreposição de agendas pode ser um empecilho para sua realização. Mesmo assim, sua relevância é destacada quando se pretende mudar uma cultura antagônica.

> *Para um futuro próximo dever-se-ia pensar em um ano inteiro de trabalho intensivo em formações sobre a temática. Isto porque, ao longo deste oito meses que aqui estou, percebi falas reiterando a hierarquização no mundo do trabalho; falas de poder, utilizadas para demarcar o lugar de cada um na incubadora; apelo ao controle burocrático; tomadas de decisões unilaterais, precipitadas, sem levar em consideração demais integrantes de equipes, mormente os ‘estagiários’; e, por fim,*

> *é possível que tenham sido realizadas práticas de silenciamento – que já não é bem vista num capitalismo explorador burocrático, quem dirá em um sistema que se quer alternativo como é a Economia Solidária (entrevista 12.)*

Sobre a realidade da IESol, o depoimento seguinte sintetiza uma impressão geral:

> *Em muitos momentos ela acaba tornando-se conflitante devido a seu grau de relações e dependências institucionais, que exigem nomeações ou graus de responsabilidades diferenciados. Entretanto, no cotidiano interno existe um grande esforço para que a prática se consolide, sendo ponto recorrente das discussões internas. (entrevista 8)*

É importante considerar aspectos que impulsionem e valorizem a autogestão, tomando-a como uma aposta virtuosa. De acordo com Singer (2002, p. 21):

> A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica [necessária em si], mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura.

A participação nas decisões é uma característica central nas práticas autogestionárias, e sobre ela é importante lembrar a afirmação de Gutierrez (1997, p.28): «Participação significa, em termos bem claros, mais trabalho!... E a participação só é possível quando as pessoas estão sinceramente empenhadas nela, num ambiente de segurança e liberdade, confiando uma nas outras».

No que diz respeito a questão de participação, de acordo com os resultados obtidos na pesquisa, observou-se divergência de opiniões sobre os espaços mais adequados para que ela ocorra. É o caso das reuniões gerais que, para alguns, é um dos momentos em que ela ocorre, enquanto para outros, ao contrário, é nas reuniões de equipes (pelo menor número de pessoas e pelo maior periodicidade) onde ela acontece mais facilmente. Sobre o primeiro posicionamento:

> *nas reuniões, formações e atividades gerais da IESol, pois além de opinar sobre determinadas questões, também tenho a capacidade de respeitar a opinião dos demais (entrevista 26.)*

Contrariamente, deve-se considerar depoimentos opostos:

> *falo somente quando acho necessário ou sou solicitado (entrevista 20)*
> *tenho dificuldade em me posicionar em alguns espaços mais amplos, por isso acredito que contribuo mais nos grupos mais cotidianos, como a equipe de incubação, por exemplo, e nos espaços comuns na execução de tarefas (entrevista 19).*

> *muitas vezes não me sinto muito segura para assumir responsabilidade em algum encaminhamento de algum assunto que desconheço ou pouco sei, ou que fico sabendo apenas no momento da reunião (entrevista 4.)*

Novamente recorremos a importância da experiência como lastro para alavancar os princípios e práticas orientadores da economia solidária. Para que a experiência seja exitosa, Gutierrez (1997) destaca a importância em se conceder um período de transição entre uma cultura e outra, além da educação continuada com vistas a proporcionar condições de participação de todos. Ainda sobre as estratégias sobre autogestão, o autor aponta:

> O primeiro passo para o sucesso de uma experiência autogestionária é distinguir entre o engajamento efetivo do coletivo e um envolvimento formal e aparente. O caminho a ser percorrido, neste segundo caso, é tentar desarmar a generalização das desconfianças, falsidades e articulações estratégicas, colocando as relações humanas

> num patamar mais saudável, moralmente mais maduro e politicamente consciente. (1997, p. 31)

O autor advoga contra a substituição da reflexão e do debate pelas decisões via eleições – a não ser em casos específicos, uma vez que isso enfraquece a própria essência da autogestão. Como terceiro fator de alerta, vaticina:

> Outra coisa que não leva ao sucesso é o voluntarismo sem uma postura técnica e profissional. Da mesma forma que não existe autogestão sem um engajamento efetivo, apenas a vontade sincera de um grupo não garante nada. É preciso estar atualizado com relação às questões da produção, administrativas e comerciais, buscando implementar qualquer idéia nova que porventura pareça útil para tornar a empresa mais eficiente e apta a sobreviver no mercado. Neste contexto, cabe ao próprio grupo definir seus limites políticos e éticos (GUTIERREZ, 1997, p.31).

A disposição para o exercício da autogestão requer paciência e crença de que ele vale a pena, reunindo esforços militantes e práticos ainda mais quando se trata do cotidiano de uma incubadora, tendo em vista sua dinâmica própria já mencionada anteriormente. Mais uma vez se trata de ultrapassar antigos hábitos e romper com hábitos adquiridos:

> *não temos muitas experiências de vida que favoreçam o exercício da autogestão, assim, não realizamos pequenas coisas - lavar a louça que usamos, guardar utensílios, preencher documentos - que são fruto de nossa visão fragmentada que não vê que lavar a louça e preparar os utensílios para a próxima pessoa é parte do processo de se alimentar. Logo, a maior parte dos afazeres que nos propomos a realizar de forma mais orgânica é proativa acaba sendo substituído por tabelas arbitrárias, já que as tarefas acabam por não realizar-se nos moldes da primeira proposta. Outro ponto, é que nos acostumamos à figura de um líder, e mesmo que não formalmente, acabamos por gerar pessoas centralizadoras das atividades dentro das equipes de incubação (entrevista 18).*

As condições de possibilidade da prática da autogestão são afetadas por questões subjetivas, objetivas, internas e externas, mas que certamente compõem um caminho que, afastando-se da busca por um modelo ideal, se aproxima de uma forma mais igualitária e democrática de viver e trabalhar, ou seja:

> Teoria e prática nunca coincidem. Isto é natural, pois se referem a diferentes ordens da realidade. A teoria corresponde a uma ordem essencialmente mental, intelectiva, que estabelece os elementos explicativos fundamentais de funcionamento de uma realidade empírica [...] .ou sustenta um corpo de valores e princípios[...]. Acreditar que o movimento real, concreto, da Economia Solidária tende ou deve seguir a ordem das nossas propostas, isto é, nossas ideias, é recair num pensamento idealista. (GAIGER, 2007 p.17)

Na mesma forma, Parra (1999, p. 166) assevera «Assim como não existe Estado com democracia consolidada, mas em contínuo processo de construção democrática, não há cooperativa com autogestão acabada».
Como um dos pressupostos da autogestão é a autonomia, pode-se prever algumas das dificuldades enfrentadas por um programa de extensão de uma universidade, sujeito à diversos graus de dependência com demais órgãos internos e externos à instituição, a exemplo do caso em tela. A este respeito, destacamos:

> *o maior gargalo da autogestão na IESol localiza-se na exigência de um sujeito autônomo para o trabalho no programa que não corresponde ao sujeito gerado pela*

> *Universidade. Assim, muitas vezes, deparamo-nos com sujeitos que permanecem aguardando o recebimento de ordens e não vislumbram a forma para exercitar sua proatividade (entrevista 15).*

Entre o ideal e o possível, a experiência da autogestão transcorre como processo pedagógico e formativo que abrange e exige esforços de todos seus participantes. Dentre a rigidez das esferas e procedimentos burocráticos, há que se forjar espaços onde seja viável praticar e alargar os horizontes da autogestão.

> *Acho que toda prática autogestionária pode acabar passando por situações de contradição, pois além de ser prática organizativa, é uma mudança na forma de nos relacionarmos, vejo que a IESol tem suas contradições, também por ser um espaço institucional que não rompe com o sistema hierárquico e de metas. Acredito que o questionamento diário, aberto e amoroso sobre nossas práticas - individuais e coletivas - é vital para aparar as arestas entre o teórico e a prática (entrevista 19.)*

Focando tanto nas atuações individuais como na do coletivo, as reiteradas avaliações e autoavaliações são essenciais, convertendo-se em exercício de humildade, maturidade e coragem.

> *Ainda acho que estou me acostumado com a ideia, devia ser a lógica da nossa vida desde crianças, mas como disse em outra pergunta, estamos acostumados com o modelo vigente. Percebi que eu acabava centralizando algumas tarefas e não fazendo uma discussão coletiva sobre elas, resolvendo e decidindo sozinha, depois que comecei a perceber que fazia isso comecei a tentar mudar esse jeito de resolver e levar para soluções decididas coletivamente (entrevista 1).*

Trata-se de contemplar questões objetivas - que dizem respeito aos projetos e às instituições -, e subjetivas – onde residem as vontades e disposições pessoais. A este respeito:

> No momento em que nos opomos ao capitalismo e suas formas de sujeição, e nos dispomos a transformá-las, necessitamos incluir como 'campo de transformação' todo esse conjunto de valores que não somente compõem o capitalismo, mas a nós mesmos. Em outras palavras, necessitamos transformar o capitalismo incorporado em nós. Não há transformação [macropolítica] que não seja autotransformação [micropolítica, transformação de si e das relações próximas] e, nesse sentido, o trabalho é terapêutico. Não há um sujeito externo ao processo que nele interfere com o objetivo de mudá-lo. Há o sujeito que se transforma com o processo, porque é parte integrante dele; um sujeito-em-processo. (BARRETO, 2003, p.308)

Singer nos lembra que a autogestão não rivaliza ou exclui a competência científica, mas antes, que se trata de administrar a partir de novas competências. Eis um bom motivo para que, nas incubadoras, a extensão e a pesquisa estejam amalgamadas num espaço multi e interdisciplinar.

O mesmo autor considera que não nascemos designados para autogestão ou heterogestão, mas que a opção por uma delas é cultural. No entanto, ele pontua:

> Tanto a autogestão como a heterogestão apresentam dificuldades e vantagens, mas seria vão tentar compará-las para descobrir qual delas é a melhor. São duas modalidades de gestão econômica que servem a fins diferentes. A heterogestão parece ser eficiente em tornar empresas capitalistas competitivas e lucrativas, que é o que seus donos almejam. A autogestão promete ser eficiente em tornar empresas solidárias, além de economicamente produtivas, centros de interação democráticos e igualitários [em termos], que é o que seus sócios precisam (SINGER, 2002, p. 23).

Com base nesta assertiva, podemos nos interrogar sobre a modalidade preferencial para uma incubadora universitária de empreendimento solidário, aventando a hipótese de se trata de um modelo híbrido que mescla a eficiência cobrada pela instituição heterogestionária que a acolhe, com seu propósito de transmitir e vivenciar outro modelo de organização do trabalho e da vida.
Há questões ainda a serem enfrentadas: tendo em vista a opção pela autogestão, e considerando as amarras institucionais e as barreiras de uma cultura dominante, como avaliar a eficiência de trabalho de uma incubadora? Avaliações sistemáticas podem auxiliar neste propósito, e a construção de um indicador pode torná-lo mais objetivamente verificável.

6. Considerações Finais

O caráter preliminar da análise dos dados não permitiu que se possa falar em conclusões finais sobre a pesquisa, mas tornou viável adiantar considerações finais que dão indicações dos caminhos que se pode seguir para aprofundar as análises e direcionar as discussões.
Uma questão que chamou atenção na análise foi que a formação teórico-conceitual fornecida aos membros da equipe abordada pela pesquisa deu bons resultados, porque as respostas sobre o que é autogestão demonstraram um bom conhecimento sobre as diversas definições sobre o conceito. O problema é não deixar de seguir os princípios durante a vivência que se têm no dia a dia da Incubadora. Portanto, o que se tornou decisivo foi a pesquisa sobre como a prática da autogestão acontecem na própria IESol.
O mais importante foi a constatação que há uma diversidade muito significativa nas percepções e representações sobre como acontece e quais são os resultados do processo de organização autogestionária na IESOL. No entanto, constatou-se que não domina um questionamento sobre a proposta geral, mas são apontadas muito mais dificuldades de como se dá a articulação das ações de coordenadores, técnicos e auxiliares nos processos de discussão e decisão principalmente em face da velocidade que algumas decisões devem ser tomadas e os tempos necessários a prática de um processo autogestinário. Portanto, a questão é mais de gestão do que de principio, demonstrando o papel decisivo que pode ter a formação continuada e as discussões auto avaliativas.

Agradecimento: os autores agradecem ao MTE/SENAES e MCTI/CNPQ pelo apoio ao projeto que originou este trabalho.

Bibliografia

ANDRADA, C. (2006), Onde a autogestão acontece: revelações a partir do cotidiano. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v.9,n.1, pp.1-14

BARRETO, A. V. B. (2003), Cultura da cooperação: subsídios para uma economia solidária. In. A.R. Souza, G.C. Cunha, R.Y. Dakuzaku (Org.), *Uma outra economia é possível*, São Paulo, Contexto, pp.287-314

GAIGER, L.I.G. (2003). A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Caderno CRH* , UFBA - Salvador, v. 39 (39), pp. 181-211.

GAIGER, L.I.G. (2003) A economia solidária e o projeto de outra mundialização. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 47 (4), p. 799-834.

GAIGER, L.I.G. (2007), O caminho de afirmação de uma outra forma de economia. *Cadernos IHU em formação*, ano 3, pp.17-18

GAIGER, L.I.G (2013). A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, p. 211-228.

GUTIERREZ, G.L. (1997), Autogestão de empresas: novas experiências e velhos problemas. In. C,G. Vieitez (Org.). *A empresa sem patrão*, UNESP, Marília, pp.27-32

LECHAT, N. P. & BARCELOS. E. S.(2008), Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. *Katálysis*, v.11 (1), pp.96-104

PARRA, H. (1999), Uma experiência no fio da navalha. In. *Democracia e Autogestão, Temporaes,* Departamento História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, v.1, 1999, pp. 157-170.

MOTHÉ, D. (2009) Autogestão. In: A.D. Cattani et al(coords). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo: Almedina, 2009, pp. 26-30.

SATO, L. (1999) "Djunta-Mon: O processo de construção de organizações cooperativas". *Psicologia USP*, v.10 (2), pp. 219-225.

SINGER, P. (2002). *Introdução à economia solidária*: São Paulo: Perseu Abramo.

Inquirindo as epistemologias do Sul: saberes e práticas sociais entre catadores de material reciclável

Marilia Verissimo Veronese
Docente e pesquisadora na Universidade do vale do Rio dos Sinos
mariliav@unisinos.br
Ari Rocha da Silva
Doutorando em ciências sociais na Universidade do vale do Rio dos Sinos
rsari@ig.com.br

RESUMO
O texto apresenta um estudo qualitativo, teoricamente apoiado no arcabouço teórico-metodológico da sociologia crítica de Boaventura de Sousa Santos, especialmente a sociologia das ausências e emergências e a perspectiva das epistemologias do Sul. O objeto é o saber e as práticas sociais produzidas em contextos de vida coletiva entre trabalhadores pobres que têm no associativismo para catação e tratamento de material reciclável urbano uma alternativa para melhorar suas condições de vida. Partimos da hipótese que as desigualdades cognitivo-expressivas que permeiam a produção, circulação e difusão dos saberes desses sujeitos e grupos os tornam "invisíveis" ou desqualificados socialmente. A pesquisa está em andamento, sendo realizada através do método da Sociopoética, junto a cooperativas e associações de reciclagem na região da grande Porto Alegre-RS, Brasil.
Palavras-chave: Empreendimento econômico solidário, Catadores, Reciclagem, Sociologia das Ausências e Emergências, Sociopoética.

1. Uma teorização para compreender o universo dos catadores de material reciclável

Partimos, neste texto, do arcabouço teórico metodológico da sociologia crítica de Boaventura de Sousa Santos (2006; 2009), especialmente a sociologia das ausências e emergências e o procedimento de tradução, o pensamento abissal e pós-abissal e a perspectiva das epistemologias do Sul. A preocupação da qual partimos foi epistemológica, isto é, o objeto em foco foi definido como o saber e (as práticas que ele gera) produzido em contextos de vida coletiva entre sujeitos muito pobres que têm na associação uma alternativa para melhorar suas condições de vida. O saber não como algo da ordem do cognitivo exclusivamente, mas envolvendo visões de mundo, percepções e representações que abrangem a vida psíquica e simbólica desses sujeitos, expressões identitárias e sócio culturais.
Para Santos e Meneses (2009), toda a experiência social produz e reproduz conhecimento e pressupõe uma epistemologia, um modo de conceber as coisas e os pressupostos sobre o que conta como conhecimento válido. Não há, pois, conhecimento sem prática e sem atores sociais engajados em produzi-las. Interessam-nos os saberes produzidos por esses grupos de pessoas consideradas "inferiores" na lógica hegemônica de hierarquização do conhecimento e do reconhecimento social. Atores que se encontram invisibilizados pela sua condição de "inferioridade" produzida: pobres, com pouca escolarização e pouca chance de ingresso no mercado formal de trabalho, os **catadores de material reciclável urbano**.
A investigação que embasa esse artigo se insere no escopo do projeto proposto pela rede EMES (rede européia de pesquisadores em Economia Social), ***International Comparative Social Enterprise Models (ICSEM) Project.*** O objetivo deste último é comparar modelos e práticas de associativismo ao redor do mundo, trabalhando com diferentes lógicas, saberes e práticas sociais. Segundo a EMES (2013):

> Around ***45 faculty members and researchers*** in economics, management, sociology and psychology from Belgian Universities and around 10 international research

> partners are involved in this Project. They focus on one overall objective, which is defined in the subtitle of the research program, i.e. "***Building interdisciplinary and integrated knowledge on social entrepreneurship and social enterprise***". This whole research program covers various thematic lines, among which a major project of social enterprise models comparative analysis: the ICSEM project[1].

Em pesquisa anterior (Veronese e Ferrarini, 2011) identificamos, em um conjunto de empreendimentos analisados no segmento de coleta e triagem de resíduos recicláveis, que há uma diferenciação clara, para melhor, na condição de vida dos catadores associados, a partir da inserção em associações e cooperativas. Seria um processo de transposição e subversão das linhas abissais, especialmente quando se vinculam a movimentos sociais de expressão como o MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável) e acessam recursos oriundos de projetos públicos e privados. Contudo, o conjunto das pesquisas (estudos de caso) sobre esses sujeitos mostra que a precariedade e a marca da desqualificação social ainda permanecem nas suas percepções e vivências cotidianas; a inserção econômica é limitada e a renda obtida, nem sempre suficiente (Calderoni, 1998; Bhowmik, 2002; Paugam, 2003; Galbiati, 2004; Martins, 2005; Velloso, 2005; Bosi, 2008; Jabobi e Besen, 2011; Miura E Sawaia, 2013).

A participação no projeto da EMES permitirá contribuir com uma espécie de "mapeamento global" de formatos associativos e solidários, porém com diferentes matrizes interpretativas e problemáticas de pesquisa. Pensar a economia social em termos comparativos globais guarda, no fundo, intenção ético-política: pensar sua "descolonização".

Para Meneses (2009: 235),

> Pensar a descolonização da economia requer necessariamente o reconhecimento de que não há justiça social global sem justiça cognitiva global, que assenta na busca de um tratamento igualitário de todas as formas de saberes e daqueles que o possuem e trabalham, abrindo o campo acadêmico à diversidade epistêmica do mundo. Esse apelo à descolonização requer a identificação de processos mediante os quais a epistemologia e a racionalidade hegemônicas produzem a "ausência" de saberes, ao mesmo tempo em que se procura conceptualizar a criação de um novo tipo de relacionamento entre os saberes do mundo."

As sociedades modernas possuem uma característica de serem abissalmente dividas entre os que têm e os que não têm acesso a bens simbólicos e materiais, portanto entre quem é plenamente cidadão e quem não é, ou é de uma categoria "inferior" e desqualificada. Afirma Boaventura Sousa Santos:

> O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo "deste lado da linha" e o universo "do outro lado da linha". A divisão é tal que "o outro lado da linha" desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. (Santos, 2006:56)

As formas epistemológicas (diversos tipos de conhecimento existentes) fundamentam as práticas sociais conduzidas pelos atores, sendo que a ciência moderna, quando se torna hegemônica no ocidente, recebe o

---

1 Cerca de 45 docentes e pesquisadores em economia, gestão, sociologia e psicologia de universidades belgas e cerca de dez parceiros de investigação internacional estão envolvidos neste projeto. Eles se concentram em um objetivo geral, "*produzir um arcabouço interdisciplinar e integrado de conhecimento sobre empreendedorismo social e empreendimento social*". Este programa de investigação abrange diversas linhas temáticas, entre os quais um grande projeto de modelos de empreendimento social para análise comparativa: o projeto ICSEM. (Tradução nossa)

privilégio de ser considerada como o conhecimento válido por excelência, a maneira de acessar a verdade, o "correto", o lúcido e o racional. No campo do conhecimento, o pensamento abissal consiste na concessão à ciência moderna do monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso, em detrimento de dois conhecimentos alternativos: a filosofia e a teologia.

Contudo, esses dois últimos estão do mesmo lado da simbólica linha abissal, gozando também de privilégios epistemológicos e extra epistemológicos, de um *status* positivo, embora eventualmente apenas complementar ou questionável. O que está do "lado de lá" da linha abissal são os conhecimentos produzidos em contextos de grupos sociais tidos como "inferiores" ou "primitivos", tais como indígenas, quilombolas, afro descendentes pobres (mais amplamente a população não-branca), pouco escolarizados, trabalhadores de várias origens étnicas muito pobres ou considerados inaptos para o trabalho, **catadores de material reciclável urbano**, camponeses pobres, portadores de deficiência ou transtornos mentais recorrentes etc; Enfim, conhecimentos populares, leigos, camponeses, indígenas e de outros grupos nessa condição estão do outro lado da linha invisível que a representação do real criou, modernamente.

Eles desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso. É inimaginável aplicar-lhes não só a distinção científica entre verdadeiro e falso, mas também as verdades inverificáveis da filosofia e da teologia (Santos, 2009).

Claro é que se deve ter um diálogo crítico com a teoria; consideramos que a metáfora da linha abissal serve para compreender os processos de exclusão e silenciamento provocados pela expansão colonialista e capitalista. Contudo, não se deve absolutizá-la, pois sempre existiram resistências e superações das linhas abissais; elas não são intransponíveis e os sujeitos sociais marginalizados e subalternizados souberam, por si próprios, ou por vezes com apoio de grupos e organizações progressistas nacionais ou internacionais, gerar alternativas e alguma legitimação para suas práticas e modos de vida. Santos (2003, 2006) chama a isso de *cosmopolitismo subalterno*.

Dedica ao tema uma coleção inteira de livros produzida pela equipe de investigadores do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coleção "Reinventar a Emancipação Social". O tema da coleção é a globalização alternativa. Constitui-se em sete livros, que apresentam os resultados principais de um projeto de investigação intitulado "Reinventar a Emancipação Social: Para Novos Manifestos". Realizado em seis países - África do Sul, Brasil, Colômbia, Índia, Moçambique e Portugal. O referido projeto visou analisar iniciativas e movimentos de resistência e de formulação de alternativas por parte das classes populares e dos grupos sociais subalternos em vários contextos sociais. Foi dirigido por Boaventura de Sousa Santos e envolveu 69 investigadores/as, sendo publicada em vários países: Portugal (Afrontamento), Itália (Città Aperta Edizioni), México (Fondo de Cultura Económica), Brasil (Civilização Brasileira) e Reino Unido (Verso). As contribuições portuguesas deram origem a um número temático da revista South European Society & Politics (Vol.9, No.2, Autumn 2004).

Nela são trabalhados aspectos promissores de valorização e articulação entre as epistemologias do Sul, tais como: modos participativos de democracia, no vol. 1 (Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa. Boaventura de Sousa Santos (Org.), 2003, Porto: Afrontamento); modos de produção e consumo não capitalistas e solidários, no vol. 2 (*Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista*. 2003, Porto: Afrontamento); o reconhecimento de culturas subalternas, no vol. 3 (*Reconhecer para libertar: Os caminhos do cosmopolitismo cultural*. 2004, Porto: Afrontamento); as questões de biodiversidade e conhecimentos indígenas sobre saúde, no vol. 4 (*Semear outras soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. 2004, Porto: Afrontamento); os caminhos de um novo internacionalismo operário ou possibilidades ao movimento sindical alternativo, no vol. 5 (*Trabalhar o mundo: Os caminhos do novo internacionalismo operário*. 2004, Porto: Afrontamento) e os novos atores sociais a construírem a emancipação, no vol. 6 (*As Vozes do Mundo*. 2008, Porto: Afrontamento).

Portanto, não se trata de totalizar a formulação do pensamento abissal; a metáfora apenas ajuda a compreender um processo que é complexo, cheio de contradições e que gerou suas próprias antinomias.

As epistemologias do Sul (este entendido como uma metáfora do sofrimento humano causado pelas relações imperiais e coloniais predatórias, pela exclusão, exploração e ocultação) remetem a existências culturais, que produzem *habitus*, comportamento, valores. Entendemos o processo representacional, de troca de saberes, a

partir de Jovchelovitch (2008), como o processo de semantização que assimila e co-produz o mundo social Trabalha-se na perspectiva dos saberes cotidianamente produzidos e intercambiados como produção de subjetividade, sendo esta entendida enquanto fronteira entre o psicológico e o cultural. Nesse processo, a mediação semiótica desempenha um papel fundamental, pois além de constituir as funções psicológicas superiores, possibilita a socialização e a individuação do sujeito inserido em uma determinada cultura.

2. O campo empírico proposto: realidade atual e indagações

Uma das características mais marcantes das sociedades contemporâneas é o fato de que a desigualdade material ou econômica está, em larga medida, relacionada com a desigualdade não-material; sobretudo com a educação desigual, a desigualdade das capacidades comunicativas e expressivas e ainda de oportunidades para organizar interesses e para participar autonomamente em processos de tomada de decisão significativa na vida política.

Os catadores, ainda hoje, vivenciam condições de vida precárias, nas periferias das grandes cidades. Vivenciam o chamado sofrimento ético-político, que Sawaia (1999) afirma ser provocado por condições sociais, mas que também pode ser gerador de transformações sociais, principalmente quando desencadeia ações coletivas. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (2010) estima que, aproximadamente, 800 mil catadores estejam em atividade no Brasil atualmente. Esse movimento social agrega a categoria para lutar por melhores condições de trabalho e vida e por dignidade. Segundo o site do movimento:

> O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) é um movimento social que há doze anos vem organizando os catadores e catadoras de materiais recicláveis pelo Brasil afora. Buscamos a valorização de nossa categoria de catador que é um trabalhador e tem sua importância. Nosso objetivo é garantir o protagonismo popular de nossa classe, que é oprimida pelas estruturas do sistema social. Temos por princípio garantir a independência de classe, que dispensa a fala de partidos políticos, governos e empresários em nosso nome[2].

O Movimento tem crescido, e potencialmente, diz Lima, "As ações do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR) têm vindo a transformar as relações sociais por meio da ressignificação de sua identidade coletiva, dos novos sentidos atribuídos ao seu trabalho". Nem só de vitimização se faz um/a catador/a, é importante que se ressalte. Mas há uma condição de vida ainda muito aquém do desejável em termos de acesso a direitos fundamentais e cidadania.

Os catadores individuais, como Bhowmik (2002: 375) destaca, são "os mais pobres entre os pobres" urbanos, com mais baixo *status* social, para quem a coleta de lixo nas ruas representa, muitas vezes, a única fonte de sobrevivência, eventualmente de forma precária.

Para Calderoni (1998), o surgimento e o fomento de associações e cooperativas de catadores de material reciclável se apresentam como importante inovação social, pois permite melhorias financeiras para esses trabalhadores, considerando o trabalho de catação solitária no ambiente inóspito das ruas, além de minimizar a vulnerabilidade nas negociações com as indústrias ou com os intermediários que compram o seu material. Segundo Martins (2005:83):

> A recuperação de resíduos assume uma importância considerável como possibilidade de ocupação para populações excluídas em países em desenvolvimento, havendo, dentre outros, estudos e relatos sobre casos de cooperativas e associações de catadores na Índia e na Colômbia, onde cerca de 6.500 trabalhadores se beneficiam dessa atividade.

Segundo Pizzio (2007), ao unirem-se a coletivos grupais que empreendem juntos, os trabalhadores tendem a desenvolver uma identidade de resistência, superando em alguma medida o estigma e a desqualificação social que os marcam amiúde, em função da atividade de catação. Através de uma pesquisa comparativa entre

2 Disponível em: http://www.mncr.org.br/box_1/o-que-e-o-movimento, acesso em 7 de outubro de 2013.

catadores de lixo urbano que atuavam sozinhos e outros que trabalhavam associados em empreendimentos econômicos solidários, concluiu que os últimos tinham um conhecimento sobre o processo de reciclagem bastante superior, além de relatarem maior segurança e auto-estima. Contudo, o estudo adverte para o fato de que, apesar dos ganhos em qualificação social e econômica, ainda havia aspectos de precarização na vida dos catadores associados.

A presença de pessoas que vivem do comércio de materiais refugados data do início do processo de industrialização. No começo do século XX, com o incremento da indústria gráfica, o papel já era reciclado. Desta época também há registros de compradores de sucata no bairro do Brás, em São Paulo, principalmente garrafas e materiais ferrosos. O "garrafeiro", figura respeitada nos bairros e vilas das cidades de então, foi desaparecendo ao longo do tempo e dando lugar ao catador, que, por sua vez, recolhe os resíduos recicláveis de diferentes locais, sem ter que pagar ou trocar algo por isso (Pinhel, 2013).

De acordo com Galbiati (2004), as primeiras experiências municipais de coleta seletiva de lixo surgiram no final da década de 1980 e início de 90, no Brasil. Porto Alegre, Diadema, Belo Horizonte e Campinas são alguns dos municípios pioneiros. A partir dessa época, em algumas cidades brasileiras, foram implantados sistemas integrados de gerenciamento de resíduos, propiciando a expansão das atividades de reciclagem. Por esse motivo, firmaram-se convênios entre as cooperativas e associações de catadores e recicladores formalizadas e os poderes públicos locais. Os acordos geralmente significaram fornecimento de material através da coleta regular da prefeitura e outras formas de apoio, financeiras e técnicas (Martins, 2003).

Em pesquisa anterior (Veronese e Ferrarini, 2011) tivemos elementos para avaliar que o associativismo, no caso dos muito pobres, é um fator que tem potencial para gerar processos de aprendizagem, inserção comunitária e renda mínima para os trabalhadores. O risco de dependência de políticas de indução acompanha as experiências; no entanto, reafirma-se a importância de apoio público às iniciativas, para que possam perseverar e atingir melhores objetivos econômicos, sociais e comunitários.

Mas o que se produz de conhecimento entre os grupos que vivem em situação de associação e eventualmente trabalham nessa condição? Que saberes produzem sobre a vida coletiva e comunitária, liderança e outros temas relevantes? Como esses saberes podem ser "traduzidos" e entrar em diálogo com os saberes acadêmicos sobre economia solidária, contribuindo para sua elaboração? Considerando o saber não como uma instância exclusivamente cognitiva, mas fluida e dinâmica, incluindo os afetos, emoções, todo o processo de semantização do mundo e de assimilação das práticas sociais.

Os saberes "desqualificados", segundo Santos (2006) produzidos para serem ausentes, são invisibilizados e descartados enquanto alternativa credível em função do processo de produção das não-existências. Existem algumas formas de produzir não-existências, que se corporificam em lógicas de pensamento, inerentes ao capitalismo e sua forma de racionalidade.

São cinco as lógicas de produção das não-existências identificadas por Santos (2004), que constituem monoculturas nas dimensões *epistemológica, temporal, de classificação social, escalar e produtiva*. A produção social dessas ausências resulta na subtração do mundo, na contração do presente e no desperdício da experiência. A sociologia das ausências coloca a necessidade de por em questão cada uma dessas lógicas. Nesse questionamento, propõe substituir a monocultura do saber científico por uma **ecologia dos saberes**, que possibilite a disputa epistemológica entre diferentes saberes; Não há ignorância em geral, a não ser relativa a certo saber.

São cinco, conseqüentemente, as principais formas sociais de não-existência que assume aquele sujeito ou grupo social que foi excluído como alternativa credível, como possibilidade de presença reconhecida na esfera pública. Então, o não-existente será o *ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo.*

Essa teorização mostra-se particularmente pertinente no caso da análise da autogestão, tema central no campo do trabalho na economia solidária. Eventualmente, os sujeitos que se inserem nas experiências de associativismo popular na atividade de catação de lixo urbano sofrem todas essas formas de desqualificação, por serem pobres, frequentemente não-brancos, com baixa escolaridade e residirem em periferias. A intenção é o contato com grupos que foram marginalizados pelo pensamento abissal. Trabalhadores pobres, frequentemente de origem não branca, cujos ofícios são mal remunerados e desvalorizados, mas que mesmo assim encontram disposição para a associação laboral e a vivência coletiva.

Segundo Santos (2009), são três as questões que balizam a interpretação dos diferentes tipos de conhecimento e seus efeitos imediatos e mediatos: a identificação dos saberes, os procedimentos que permitem relacioná-los entre si e a natureza e avaliação das intervenções no mundo real que possibilitam. Ou seja, quais são esses saberes, como se articulam com outras formas de conhecimento (nesse caso o conhecimento científico produzido na academia) e como podem contribuir para o processo político do movimento social da economia solidária? Nessa última questão, qual a possibilidade de contribuir na construção de um futuro pessoal e coletivo, através da participação solidária no grupo e na comunidade? Estamos, portanto, lidando com uma indagação fundamental, nessa pesquisa:

- Em uma perspectiva da epistemologia do Sul, quais os saberes sobre a vida coletiva entre grupos "subalternos" que têm na catação de lixo a principal forma de sobrevivência, que sejam significativos para a construção de um saber inteligível para diferentes grupos e sujeitos sociais?

Trata-se de um universo de milhares de pessoas, no Brasil. Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2013) revelou em torno de 400.000 catadores registrados, sendo que 32% destes seriam mulheres; os dados foram questionados pelo MNCR, que afirmou existirem 800.000 catadores e que aproximadamente 70% deles seriam do sexo feminino. Essa discrepância foi explicada em função do alto índice de informalidade que caracteriza o setor: muitos catadores e catadoras são informais, sem qualquer registro, sejam individuais ou associados. Segundo o órgão público: "Historicamente esta atividade é realizada a partir de relações informais, ou seja, sem registro oficial. Além de não permitir aos catadores acesso a uma série de direitos trabalhistas, o alto nível de informalidade dificulta seu reconhecimento pelos órgãos da administração pública e instituições de pesquisa." (IPEA, 2013:6).

Para falar das dificuldades e injustiças presentes na participação dos catadores na cadeia da reciclagem, nada como dar voz aos mesmos, através de uma postagem sua no perfil da rede social Facebook:

> "Uma das primeiras bandeiras de luta é o avanço da cadeia da reciclagem. Nós catadoras e catadores de materiais recicláveis, organizados no coletivo (associação, cooperativa ou grupos de produção) e aqueles que ainda trabalham individualmente (catador individual) somos os **principais agentes da cadeia produtiva dos recicláveis**. Em termos de mão de obra, somos os que realizamos mais de 90% de todo o trabalho no ciclo produtivo, cabendo a nós: realizar a educação ambiental, coletar os materiais (transportar in natura), separar e triar os materiais, organizar os catadores, prensar os materiais, organizar o controle de estoque, administrar as cooperativas, entre tantas outras tarefas. Transportar os materiais (em fardos), são tarefas que ficam em torno de 10% na mão de atravessadores, pré indústria e a indústria. Estes podem: comprar, vender, beneficiar, transformar os materiais. A diferença ainda se encontra nas tecnologias aplicadas, sendo que os catadores utilizam como tecnologia **seus próprios corpos e mentes**, e a indústria, **somente máquinas e equipamentos**. Quanto à geração de postos de trabalho na cadeia, a quantidade de postos gerados na indústria é irrisório perto dos catadores individuais e coletivos. Economicamente falando, nós catadoras e catadores ficamos com apenas 10% dos valores gerados na cadeia produtiva. Principalmente por este desnivelamento econômico, ou seja, quem mais trabalha mais gera postos de trabalho, é quem menos recebe, que **a cadeia produtiva é baseada na exploração**. Assim sendo, ficamos presos economicamente a ferros velhos e sucateiros, que além de dominarem a cadeia querem dominar também a nós. Ambientalmente falando, o papel das catadoras e catadores na atual sociedade é indiscutível, todos reconhecem nossa fundamental participação. É através de nossos corpos que a reciclagem acontece, gerando todos estes milhares de benefícios ambientais, atualmente com pouco preço ou pagamento. Pra acabar de pintar este "quadro de horrores" a maior parte dos municípios brasileiros que têm coleta seletiva, paga às empresas privadas valores

> milionários, elas eventualmente coletam o que estiver na rua e colocam dentro das Cooperativas materiais de péssima qualidade, misturados, gerando mais de 50% de rejeitos, fazendo com que os catadores que trabalham na triagem tenham que trabalhar em dobro e receber somente pela metade que é comercializada. **Precisa ainda de um estudo acadêmico, cientifico, mas a "olhos nus" e do conhecimento popular, aponta que o trabalho que vem depois da coleta seletiva, compete a mais de 70% do trabalho entre a coleta seletiva e destinação, ainda antes de repassar a indústria. O problema é que a valorização esta somente na mão das empresas, que utilizam cada vez mais tecnologia em coleta, que separa o gerador do catador**. Contêineres, caminhões prensa e outras tecnologias são utilizadas a preços milionários, afastando cada vez mais a catadora e o catador do sistema de coleta seletiva, o deixando preso e trancado dentro de um galpão. Comprovadamente, após analises em cidades onde os catadores assumiram a coleta seletiva, se quadruplicou a quantidade de materiais coletados, ainda sem considerar os catadores que trabalham individualmente, ou seja: -NÃO HÁ TECNOLOGIA QUE SUPERE A CATADORA O CATADOR! Organizar, reconhecer e valorizar estes catadores, é preciso, para que realmente possamos de forma coletiva, avançar na cadeia produtiva dos materiais, lutando contra a exploração, tornando a inclusiva e solidária. Lutar, Criar, Reciclagem Popular!" (Disponível em: https://www.facebook.com/mncrrs/posts/982779178405658, acesso em 11 de dezembro de 2014, grifos nossos).

Apesar de ser uma citação bastante extensa, optamos por colocá-la, pois ela mostra como o movimento social dos catadores possui uma visão bastante abrangente – e crítica – dos processos socioeconômicos que envolvem a cadeia da reciclagem no Brasil. E que são fundamentais para compreender esse campo de relações socioeconômicas tão importantes para os destinos da reciclagem e dos que vivem dela.

Houve uma grande evolução recente, no país, em termos de políticas públicas para o campo da reciclagem. Em 2010 foram promulgados dois marcos normativos para o fortalecimento dos catadores e suas organizações associativas: a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e o Programa Pró-Catador.

Na investigação empírica que embasa este artigo, começamos os contatos com o campo empírico através da Incubadora de Empreendimentos Solidários do Centro Universitário La Salle – UNILASALLE (Canoas, RS), a qual se constitui em um programa estimulador de tecnologias sociais, incluindo o fomento a empreendimentos solidários, associado aos processos de pesquisa e extensão. A incubação e o acompanhamento aos empreendimentos solidários, as ações de assessoria pedagógica e técnica para o fortalecimento da economia solidária no município e região orientam a atuação da incubadora.

Atualmente, os empreendimentos incubados são: COOARLAS - Cooperativa de Trabalho Amigas e Amigos Solidários, COOPERMAG – Cooperativa de Coleta Seletiva e Reciclagem União Faz a Força de Canoas, COOPCAMATE – Cooperativa dos Catadores de Material Reciclável de Canoas, Cooperativa de Reciclagem Renascer, COOPERSOL - Cooperativa de Recicladores de Resíduos Sólidos Sol Nascente, COOTRE - Cooperativa de Trabalho de Recicladores de Esteio, e a ATPSCR - Associação dos Trabalhadores Prestadores de Serviço, Catadores e Reciclagem de Nova Santa Rita.

3. Metodologia proposta para inquirir os saberes dos catadores

A metodologia sociopoética foi proposta por Jacques Gauthier (1996, 2001) a partir das pesquisas que realizou junto a comunidades indígenas nas Ilhas do Pacífico e também com grupos negros/quilombolas do nordeste brasileiro. Sua proposta metodológica baseia-se em cinco considerações iniciais:

A primeira delas afirma a construção de um grupo pesquisador, ou seja, não se trata do pesquisador e seus pesquisados, mas sim de um grupo, do qual o pesquisador institucional também faz parte e coletivamente todos

são responsáveis pelos caminhos que a pesquisa encontrará para se desenvolver. Desde a definição do tema de interesse, às formas de socialização do estudo, que NÃO precisa ser necessariamente artigo, livro ou qualquer material estritamente acadêmico. Depende das necessidades do grupo como um todo. Geralmente esse formato atende às necessidades do pesquisador acadêmico, mas não deve se resumir e isso, posto que não seja a figura mais importante do grupo.

Nessa proposta o pesquisador evita o ímpeto de ser o "proprietário" dos discursos, das análises e da divulgação dos resultados, para formar uma pesquisa com o coletivo, o que resulta na elaboração de *confetos* – conceito mais afeto - criados pelo grupo-pesquisador. O grupo é autor de conceitos, os confetos, elaborados a partir de afetos, não somente da ação cognitiva pura. A ação dialógica para a criação do confeto permite problematizar uma temática em torno de situações vivenciadas pelo próprio grupo pesquisador. Permeia a auto-análise para chegar a uma síntese conceitual e buscar soluções para a transformação, aproximando-se da pesquisa ação nessa medida.

O método prevê, numa segunda consideração, a participação das culturas de resistência, que segundo o autor são representadas por aqueles sujeitos excluídos do acesso aos saberes oficiais, tais como os que estão do outro lado da linha abissal para Santos. Esses grupos populares possuem conhecimentos que não só deixam de ser reconhecidos pelo saber científico, como também detém estruturas de organização distintas que devem ser consideradas para apreensão destes saberes. Para tanto, em terceiro lugar, Gauthier propõe que no processo da pesquisa se dê atenção ao corpo inteiro daqueles que integram o grupo pesquisador. O autor expressa que os diferentes grupos sociais possuem formas distintas de organizar e produzir seus saberes, e que nem sempre eles se dão de forma linear e "racional". Certas vezes uma dança ou cântico podem expressar conhecimentos de extrema importância para o grupo que representam, seja em aspectos sociais, emocionais ou mesmo espirituais. Por esse motivo, em um quarto ponto, Gauthier sugere que sejam usadas diferentes técnicas artísticas para produção de dados. Não se trata então apenas de observar e escutar relatos dos grupos observados: "por isso recomendamos que se faça o uso de técnicas variadas de produção de dados, criando assim uma complexidade suficiente para tocar a complexidade da própria vida" (GAUTHIER, 2001: 8)

Neste ponto é interessante pensarmos que se subverte a lógica instituída do saber das ciências sociais que se baseia fortemente sobre o discurso. Ao propor que sejam trabalhadas técnicas de expressão corporal, vocal, de movimentos ou desenhos, o autor está também creditando às demais dimensões do ser humano potencialidade de produzir saberes válidos.

Finalmente, na quinta consideração, Gauthier pondera que o estudo desenvolvido conforme a sociopoética culmine na experimentação de uma forma de saber definida pelo grupo, para sua produção e socialização. Uma vez que o método demonstra sua intenção de romper com as perspectivas que consolidam a posição do pesquisador como detentor de conhecimento válido e inteligível, aquele que se beneficiará com os logros da pesquisa, enquanto seu grupo pesquisado permanecerá onde sempre esteve e da mesma forma como foi encontrado. Nesse caso, o resultado da pesquisa não necessariamente será um livro ou um artigo, mas sim toda e qualquer forma de expressão do saber que o grupo defina.

Diz Gauthier (2001: 6):

> A *pesquisa sociopoética* é um novo método de construção coletiva do conhecimento que tem como pressupostos básicos que todos os saberes são iguais em direito e que é possível fazer da pesquisa um acontecimento poiético (do grego *poiesis* = criação).

O método tem influencias da pedagogia do oprimido (Freire, 1997), teatro do oprimido (Boal, 1988), pesquisa ação participante (Brandão, 1998 e 1999; Fals-Borda, 1999), filosofia da diferença (Deleuze e Guattari, 1980; Guattari, 1992; Guattari e Rolink, 1993) e Análise Institucional (Lourau, 1975; Lapassade, 1979), sendo compatível com a epistemologia do Sul e sua orientação ético estética, por já conter em si uma experiência de tradução Norte-Sul. O pesquisador, chamado de facilitador, animador ou mediador, leva para o grupo as suas propostas e questões, para iniciar o debate; participa do processo de elaboração e análise dos dados, mas o grupo poderá explicitar outras questões, outros processos, ligados a sua realidade e cabíveis enquanto expressão dessa realidade; é um tipo de pesquisa aço participante.

Justamente por essa característica do método, o pesquisador-facilitador precisa de um processo formativo para desenvolver sua sensibilidade de modo a estar apto a criar espaços de acolhimento e de integração entre os diferentes pesquisadores, que em outros métodos e técnicas seriam chamados de informantes ou outro termo correlato. "Cada um traz em si, em seu próprio corpo, saberes de raízes ancestrais, culturais, históricas" (Gauthier et al, 2001). O processo de pesquisa pode favorecer a explicitação desses saberes mediante a "fricção" ou tensionamento com outros saberes.
Durante os encontros, não há a típica entrevista ou observação, mas sim um trabalho grupal participativo, onde após a realização de um relaxamento e sensibilização, o grupo propõe formas (artísticas, verbais ou não verbais, criativas) de expressar sua maneira de compreender, pensar e sentir sobre as temáticas em questão, podendo, assim, extrapolá-las e propor novas questões.

4- A ressignificação do lixo: de algo repugnante a algo com valor

O trabalho realizado por estes sujeitos, de catar, separar, transportar, organizar, acondicionar (em casos mais raros beneficiar) os resíduos recicláveis, recoloca o material numa condição de obter valor de mercado, de gerar renda. Desse modo, o catador opera uma transformação que, além de ajudar em seu sustento e renda, tem valor simbólico: ele mesmo se recicla nesse processo, ou seja, adquire um papel social com sentido e se produz como sujeito. Essas são conclusões parciais de um início de imersão no universo dos catadores/as associados. Foram realizados três encontros de sociopoética com o grupo da cooperativa Coopcamate, além de visitas, observações e entrevistas nas outras cooperativas da central.
A análise parcial dos primeiros dados coletados revela que, embora eventualmente convivam com a vergonha e a humilhação, decorrentes da discriminação e do preconceito que a sociedade ainda manifesta, ser catador pode gerar experiências positivas e agregadoras - especialmente no coletivo construído por eles/as cotidianamente. Esse registro positivo passa por ser reconhecido/a como trabalhador honesto, distinto de mendigos e bandidos, adquirindo a capacidade de organizar-se e mobilizar-se coletivamente na luta por melhores condições de trabalho e vida. É nesse ponto que o grupo, o coletivo, adquire uma significativa importância na vida dos catadores.
Nesse ponto, citamos Sader (1995:55) para (re)significar o coletivo protetor, "[...] uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas."
A combinação do trabalho associado e dos processos formativos proporciona, potencialmente, um processo emancipatório, que se ainda limitado, já parece capaz de mudar a vida dos sujeitos.
Na Coopcamate, o grupo pesquisador formou-se e elegeu um tema gerador que está no seu cotidiano: aprender a cooperar. O mote da pesquisa, já no primeiro encontro, estava então se definindo como a "cooperação verdadeira", que ao final foi traduzida como "cooperação de alta intensidade", pois se discutiu que não há um modelo perfeito, verdadeiro, mas um jeito de cooperar para produzir o grupo e o trabalho que cada um cria.
Mencionaram subtemas como "determinação do grupo pelo próprio grupo e não somente a coordenação" (verificamos aí a presença de autoritarismo por parte da coordenação dessa cooperativa), conscientização do grupo para a ação e a mudança, responsabilidade de cada um/a, autoritarismo (como erradicá-lo? seria possível?), respeito, companheirismo, paciência, união, consideração, coleguismo, ser verdadeiro/ser falso (não ser "duas caras"), organização, compreensão mútua, comunicação, confiança, sinceridade.
Aprofundando a discussão através de técnicas de relaxamento, visualização criativa, desenho e teatro do oprimido, chegamos à identificação de um grande problema: o **silêncio sufocante**, o **amordaçamento**. Novamente veio à tona a temática das relações de poder, da autoridade não compartilhada, da dificuldade de que o poder circule livremente num jogo de papéis dinâmico e criativo. **Como dar voz aos que ficam em silêncio sufocante**?, perguntava-se o grupo. Então concluiram que deveriam saber **acolher**, saber **escutar** e aprender a **conversar sem criticar** de forma mordaz. Chegaram à conclusão de que "não se pode separar vida pessoal do trabalho, o que acontece lá fora interfere ali dentro da cooperativa", assim como o contrário também é verdadeiro.

Interessante para a análise relatar um momento do grupo, durante e vivência da técnica "História a continuar". Um membro do grupo começa a contar uma história, interrompe para passar a palavra ao colega ao lado, e assim até que o último a falar "feche" a história. Nessa atividade, cada um/a dava uma contribuição para a construção da história, dentro de um curto espaço de tempo. Então, a história construída, apesar de um pouco atrapalhada, foi aos poucos atribuindo sentidos àquilo que acontecia com a personagem, construindo um caminho de reflexão compartilhada, de forma lúdica.

Resumindo a história, ela foi mais ou menos assim: Uma pessoa sincera e honesta, chamada João, entra na cooperativa e é julgada e rechaçada, porque o grupo não a conhecia e não entendia o sentido do cooperativismo, que é a acolhida e o ensino generoso das tarefas. Mas João, o personagem, insistiu, continuou na cooperativa e quis conquistar o grupo mostrando seu potencial, que não era pouco. João conseguiu demostrar seu potencial de aprendizado e produtividade, e acabou se integrando ao grupo mostrando seu valor, passando a ajudar a todos e se tornando imprescindível. Seu potencial incluía compreender o grupo, e assim ele conseguiu unir o grupo. Outras pessoas chegaram para ajudar o João, o acolheram. Ele foi desse modo se sentindo a vontade e mais aberto em colocar suas opiniões, mediando as descobertas (ele tinha muitas ideias novas!), e poderia contribuir muito com a melhoria da cooperativa.

Acreditamos que cada um/a deles/as, nesse momento, estava identificado/a com João, desejando catalisar um processo de entendimento. Alguns confessam, a partir dessa identificação, estarem com medo de que, no dia a dia, "esqueçam" esse aprendizado e objetivo tão nobres.

Aos poucos, o grupo pesquisador vai identificando os nós que atravancam a sua tão almejada "cooperação de alta intensidade". O próprio processo de pesquisar é uma forma de superar o sofrimento ético político decorrente da identidade de catador/a (Miúra e Sawaia, 2013). O sujeito antes desqualificado socialmente, com baixa autoestima, acaba se reciclando, como faz, cotidianamente, com o refugo da vida diária da cidade. O lixo vira "material reciclável", vira "renda e dignidade"; e a pessoa do catador vira aquele que realiza essa alquimia, portanto, um alquimista da sua própria realidade social.

O sujeito se requalifica junto com o material que separa, enfarda e vende; torna-se, de potencialmente "repugnante" porque vive no meio do lixo, a uma espécie de "agente ambiental" que transforma em renda e dignidade o próprio refugo, ao agir sobre ele. Agir e aprender, aprender e agir. A frase "precisamos aprender a...", é uma constante nos grupos, que têm fome e sede de aprendizado e ação refletida (construção da práxis, numa linguagem marxista).

Se procurarmos no dicionário on-line de sinônimos, encontraremos a seguinte entrada ao digitar a palavra "lixo" (em: http://www.sinonimos.com.br): "escória, gentalha, plebe, ralé". São palavras pejorativas cuja semântica aponta para o rebotalho da humanidade, para esta vista como desqualificada e excluída. Pessoas que sequer teriam direito a ter direitos, ou seja, desumanizadas. Pois os catadores e catadoras organizados que temos contatado nesse estudo recusam essa pecha, alquimistas que são. Transformam-na e transmutam-na em outro sentido: o da valorização e orgulho de quem suporta nas costas, nos músculos de todo o corpo, na inteligência do cérebro e na potência da subjetividade, a base da cadeia produtiva de reciclagem no Brasil. Por mais que vivenciem dificuldades e precariedades, estão se movendo na direção de um futuro no qual interferem cada vez mais.

Referências bibliográficas

BOAL, A. (1988) *O teatro do oprimido e outras poéticas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BARBIER, R. (1998) *A pesquisa-ação*. Brasília: UNB.

BAREMBLITT, G. (2002) *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes – teoria e prática.* 5ª Ed. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari.

BOAL, A. (1996). *O arco-íris do desejo - Método Boal de Teatro e Terapia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BHOWMIK, S. (2002). As cooperativas e a emancipação dos marginalizados: estudos de caso de duas cidades

na Índia. *In*: B. SANTOS (org.). *Produzir para viver — os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 369-400, 2002.

BOSI, A. de P. (2008) A ORGANIZAÇÃO CAPITALISTA DO TRABALHO "INFORMAL" O caso dos catadores de recicláveis. *RBCS*, 23(67), 101:118, junho.

BRANDÃO, C. R. (Org.) (1998) *Criatividade e novas metodologias*. São Paulo: Brasiliense.

BRANDÃO, C. R. (Org.) (1999). *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense.

CALDERONI, S. 1998. *Os bilhões perdidos no lixo.* São Paulo: Humanitas Publicações/ FFLCH-USP, 348 p.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. (1980) *Mille plateaux*. Paris: Minuit.

EMES (2013). ICSEM Project. Disponível em http://www.emes.net/what-we-do/research-projects/social-enterprise/icsem-project/. Acesso em 13/06/2014.

FALS BORDA, O. (1999). Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o papel da ciência na participação popular. In Brandão, C. R. (Org.) *Pesquisa Participante* (pp. 42-62). São Paulo: Brasiliense.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GAJARDO, M. (1984). *Pesquisa Participante – propostas e projetos*. In BRANDÃO Carlos: (org.) *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.

GALBIATI, A. (2004). *O Gerenciamento integrado de resíduos sólidos e a reciclagem*. Disponível em: http://www.amda.org.br/objeto/arquivos/97.pdf. Acesso em 15 de janeiro de 2010, 1-10.

GUATTARI, F. (1993) *CAOSMOSE: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Editora 34.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. (1996). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.

GAUTHIER, J.; FLEURI, R.; GRANDO, B. (orgs). (2001). *Uma pesquisa sociopoética: o índio, o negro e o branco no imaginário de pesquisadores na área de educação.* Florianópolis: UFSC/NUP/CED.

GAUTHIER, J.; SANTOS, I. (1996). *A Sócio-Poética: fundamentos teóricos, técnicas diferenciadas de pesquisa, vivência*. Rio de Janeiro: UERJ, DEPEXT, NAPE.

IPEA (2013). Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2014.

JACOBI, P. e BESEN, G. (2011). Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. *Estud. av.* [online]. vol.25, n.71.

JOVCHELOVITCH, S. (2008). *Os contextos do saber*. Petrópolis, Vozes.

LAPASSADE, G. (1979). *El analizador y el analista*. Barcelona: Editora Gedisa.

LIMA, C. (2008). Catadores de material reciclável em movimento: trajetória de uma identidade coletiva. In. Anais do *III SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMERICA LATINA*, Londrina. Trabalhadores (as) em movimento: constituição de um novo proletariado?

LOURAU, R. (1975). A análise institucional. Petrópolis: Vozes.

MARTINS, C. H. B. (2005) *Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva de empoderamento*. Tese de Doutorado. Porto Alegre, RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 211 p.

MENESES, M. P. (2009). Justiça cognitiva. In Luiz Inácio Gaiger, Pedro Hespanha, Antônio Cattani e Jean-Louis Laville (Org). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra, Almedina.

MIURA, P.; SAWAIA, B. (2013). Tornar-se catador: sofrimento ético-político e potência de ação. *Psicologia & Sociedade*, 25(2), 331-341.

PAUGAM, S. (2003) A **desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: EDUC Cortez.

PINHEL, J. R. (2013). *DO LIXO À CIDADANIA: Guia para a Formação de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis*. Rio de Janeiro: IPESA.

QUIJANO, A. (2009). Colonialidade do poder e classificação social. In SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina.

SADER, E. (1995). *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SANTOS, B. S. (2002). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.

SANTOS, B. S. (Org.). (2004). *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: "Um Discurso sobre as Ciências" Revisitado*. São Paulo: Cortez.

SANTOS, B. S. (2004). *Do pós-moderno ao pós-colonial*. Conferência de abertura do Congresso Luso-afro-brasileiro de ciências sociais. Coimbra, setembro de 2004.

SANTOS, B. S. (2006). A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (2009). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina.

SANTOS, I.; GAUTHIER, J. (2006). A perspectiva estética no cuidar/educar junto às pessoas: apropriação e contribuição da sociopoética. *Texto & Contexto Enfermagem*, 15(3), pp. 31-38.

SAWAIA, B. (org.). (1999). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da

desigualdade social. Petrópolis, RJ : Vozes.

SILVEIRA, L. C.; ALMEIDA, A. N. S.; MACEDO, S. M.; ALENCAR, M. N.; ARAÚJO, M. A. M. (2008). A sociopoética como dispositivo para produção de conhecimento. *Interface comun. saúde educ*..12(27), pp. 873-881.

VELLOSO, M. (2005). Os catadores de lixo e o processo de emancipação social. *Ciênc. saúde coletiva* [online], 10, pp.49-61.

VERONESE, M. e FERRARINI, A. (2010). Piracema: uma metáfora para o microempreendedorismo associativo no Brasil. *Revista Otra Economía*, 4(7), pp.131-152.

GT 9
Assistência, Estado, Filantropia no Brasil e em Portugal (séc XVIII- XX)

Terreiros de umbanda e candomblé como espaços de tratamento e cura no Brasil: uma revisão sistemática.

Susi Astolfo
Instituto de Saúde Coletiva – UFMT
susi.astolfo@saude.gov.br

Silvia Ângela Gugelmin
Instituto de Saúde Coletiva – UFMT
sigugel@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

As artes não oficiais de cura tinham bastante prestígio no Brasil Império e eram praticadas por vários curandeiros, negros vindos da África na condição de escravos dos engenhos da época. Mantidos aqui sob tortura física e psicológica por mais de quatrocentos anos, construíram seu universo cultural com muita luta e resistência às imposições do hegemônico catolicismo e do preconceito racial e religioso instituído neste país. Tal discriminação foi e ainda continua sendo um desrespeito às diferenças culturais e a liberdade de credo.
CARVALHO (2011, p. 4) descreve a rejeição histórica existente na sociedade brasileira em decorrência do sistema escravagista, das ideias evolucionistas e de branqueamento da população. É comum encontrar atitudes etnocêntricas relacionadas aos ritos das tradições afro-brasileiras, declarando que:

> O pré-conceito às matrizes afro perpassa pelo ato de julgar antes mesmo de conhecer a concepção das afirmações da tradição afro descendente, seu ministério, sua crença politeísta, sua liturgia rica em ritos singulares e plurais, para o culto às divindades da natureza.

No entanto, as práticas religiosas africanas, que já foram consideradas diabólicas, se difundiram na cultura brasileira e representam até hoje uma alternativa de cura não só para a população negra, mas também para uma grande parcela da sociedade brasileira de distintos grupos étnicos, que criaram de alguma forma vínculo com essas práticas (SILVA, 2010). Nesse contexto, os terreiros de umbanda e candomblé recebem milhares de adeptos em todas as regiões do Brasil que buscam em seu *itinerário terapêutico*[1] a compreensão e ressignificação do processo saúde e doença na tentativa de equilibrar corpo e alma por intermédio da medicina popular. Essa medicina por sua vez, definida por Artur Kleinman como sistema *folk* (KLEINMAN, 2008), nos traz a concepção holística de saúde, onde o sujeito precisa restabelecer o seu equilíbrio com as forças da natureza, envolvendo curas seculares ou sagradas, se utilizando principalmente da fitoterapia.

---

1 São os "processos adotados pelos indivíduos e grupos humanos para manter ou recuperar a saúde. Esses processos ou percursos podem implicar em diferentes instâncias em um Sistema de Atenção em Saúde (SAS) como o autocuidado e a autoatenção, os rituais religiosos ou os dispositivos biomédicos (atenção primária, atenção hospitalar etc)" (Martinez, 1976, p. 3).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) na Conferência de Alma Ata, cujo lema foi "Saúde para todos no ano 2000", recomendou em 1978 que todos os países criassem políticas voltadas às práticas integrativas e complementares, denominadas de medicina tradicional[2], alternativa ou complementar. Esta prerrogativa procurou atender às necessidades de saúde das populações carentes do mundo todo, devido especialmente à incapacidade da medicina tecnológica e especializante de resolver os problemas de saúde desse segmento populacional, (LUZ, 2005). Ao mesmo tempo, era uma alternativa de baixo custo para os serviços de saúde. A autora ainda complementa:

> [...] "Levando-se em consideração o grande e continuado desenvolvimento da tecnologia e da ciência no campo da medicina, e sua incapacidade para reverter tal quadro, a busca de outra racionalidade em saúde por parte de distintos grupos sociais que conformam clientelas de cuidados médicos, e mesmo por parte dos profissionais terapeutas, torna-se uma explicação razoável para o sucesso de sistemas terapêuticos regidos por paradigmas distintos daqueles da medicina científica" (LUZ, 2005, p. 152).

Somente em 2006 foi aprovada no Brasil a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), com destaque para a Política Nacional de Plantas Medicinais e *Fitoterápicos*[3], que incentivou a produção desses insumos no país, garantindo acesso seguro e uso racional das plantas medicinais, fortalecendo o uso sustentável da maior biodiversidade do planeta (BRASIL, 2006).
Em 2010 foi instituída a farmácia viva no Sistema Único de Saúde (SUS) no contexto da Política Nacional de Assistência Farmacêutica, que teve como premissa realizar todas as etapas, desde o cultivo, a coleta, o processamento, o armazenamento de plantas medicinais, a manipulação e a dispensação de preparações magistrais e oficinais de plantas medicinais e fitoterápico (BRASIL, 2010). Ainda sobre o assunto, em 2012 foi publicado o Caderno de Práticas Integrativas e Complementares: plantas medicinais e fitoterápicas na Atenção Básica, a fim de estruturar e fortalecer a atenção em fitoterapia, com ênfase na atenção básica/Saúde da Família.
Sobre as plantas medicinais, o caderno de Atenção Básica referente às práticas integrativas e complementares nos traz:

> "As plantas medicinais e seus derivados estão entre os principais recursos terapêuticos da medicina tradicional/medicina complementar e alternativa (MT/MCA) e vêm, há muito, sendo utilizados pela população brasileira nos seus cuidados com a saúde, seja na medicina tradicional/popular ou nos programas públicos de fitoterapia no SUS, alguns com mais de 20 anos de existência" (BRASIL, 2012, p. 9).

Para além das práticas integrativas incorporadas pelo SUS, especialmente no que se refere à utilização de plantas medicinais, observa-se a existência de uma pluralidade de sistemas de atenção a saúde, com seus respectivos processos de cuidado e tratamento. Por exemplo, o sistema de cura das religiões afro-brasileiras é complexo e fortemente baseado na utilização de ervas medicinais, onde o fenômeno do adoecimento tem uma abordagem espiritualista (LUZ, 2005).

---

2 Medicina Tradicional – Segundo a OMS, 2005 - medicina tradicional é definida como práticas, abordagens, conhecimentos e várias crenças de saúde que os medicamentos incorporação de plantas, animais e / ou minerais, terapias espirituais, técnicas manuais e exercícios aplicados isoladamente ou em combinação para manter o bem-estar, além de tratar, diagnosticar e prevenir doenças (BRASIL, 2012, p. 18).

3 Fitoterápicos - Medicamentos cujos constituintes ativos são plantas ou derivados vegetais, e que tem a sua origem no conhecimento e no uso popular.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A AFRICANIDADE BRASILEIRA

A história dos africanos no Brasil se confunde com a própria história deste país. Como escravos traficados de várias regiões da África desde o século XVI, as várias *nações africanas*[4] aqui presentes foram fundamentais na construção pluriétnica do Brasil. Sobre o assunto, PRANDI (2000, p. 52) afirma que:

> Entre os anos de 1525 e 1851, mais de cinco milhões de africanos foram trazidos para o Brasil na condição de escravos, não estando incluídos neste número, que é uma aproximação, aqueles que morreram ainda em solo africano, vitimados pela violência da caça escravista, nem os que pereceram na travessia oceânica.

Juntamente com os escravos africanos, os europeus aportavam no Brasil no período e assim, a identidade nacional foi se delineando com influências de diversas culturas, com suas práticas, representações sociais e concepções religiosas. É nesse processo, também, que se iniciou a diferenciação entre os vários grupos étnicos aqui existentes, onde negros e índios não tinham qualquer privilégio, ou até mesmo reconhecimento, enquanto seres dignos de respeito.

As condições de vida desses grupos, nada favoráveis, somadas às condições sanitárias do Brasil, fizeram emergir nesse período várias doenças. A cura mágica de tais doenças era ofertada por curandeiros africanos e feiticeiros, que realizavam rituais para toda a população, inclusive para a corte imperial portuguesa, em busca de respostas para as doenças do corpo e da alma. A hegemonia das terapêuticas religiosas, dentre elas, a dos curandeiros africanos, era inquestionável perante o pequeno número de médicos e a baixa resolutividade da medicina científica até meados do século XIX (FARIAS 2012).

Tais práticas foram consideradas ilegais e perseguidas no Brasil oitocentista, e apesar de muitos curandeiros terem sido presos ao longo do tempo, tal atividade perdurou e permanece até os dias de hoje. O fato é que benzedeiros, curandeiros, feiticeiros, dentre outras denominações, tem em seus tratamentos reconhecimento da população para a cura das doenças, desde a mais simples até a mais complexa. Não se trata aqui simplesmente de falta de opção na busca pela cura, mas sim de escolhas por práticas que aproximam o sujeito da sua cultura. A escolha por esse tipo de tratamento depende da concepção de saúde e doença que cada indivíduo traz como construção sociocultural. No Brasil essa construção se deu por meio da interação entre ameríndios, europeus e africanos e resultou num conjunto de crenças que são patrimônio cultural da sociedade brasileira. No entanto, ação curativa e o agente de cura não tiveram o mesmo prestígio, enquanto aquela se constituía como patrimônio social, este sempre foi marginalizado e perseguido em nossa sociedade (SÁ, 2009).

Tais crenças e práticas ainda são discriminadas no Brasil. Mais de um século da abolição da escravidão e ao negro ainda é negado o reconhecimento enquanto sujeito sócio culturalmente constituído e detentor de direitos. E os terreiros de umbanda e candomblé, que deixaram de ser religião de negros há muito tempo, ainda são vistos como espaços voltados para prática do mal e não como uma prática tradicional de cura (CARVALHO, 2011).

A medicina tradicional existe desde a antiguidade e vem sendo utilizada de forma complementar à medicina moderna há muitos séculos. A utilização da natureza para fins terapêuticos é tão antiga quanto a civilização humana, conforme destacado em BRASIL (2012, p.13):

> Na história do Brasil, há registros de que os primeiros médicos portugueses que vieram para cá, diante da escassez na colônia de remédios empregados na Europa, muito cedo foram obrigados a perceber a importância dos remédios de origem vegetal utilizados pelos povos indígenas. [...]

---

4 Nação africana – constituída por grupos étnicos de várias regiões da África que têm a mesma cultura, idioma e tradições religiosas (PRANDI, 2000).

A medicina popular com sua grande gama de utilidades como chás, decoctos (líquido proveniente de cozimento), tisanas (medicação caseira onde ervas medicinais são colocadas para ferver em água já com fervura) e tinturas, vem sendo utilizada de maneira cada vez mais frequente na profilaxia e tratamento das doenças de forma complementar à terapêutica convencional e merecem atenção pela sua contribuição à Ciência (FRANÇA et al., 2008).

3 O CANDOMBLÉ E A UMBANDA

Sobre o candomblé JENSEN (2001, p.2) afirma que teve origem na Bahia e é considerada a mais tradicional das religiões africanas. Muitas vezes o termo candomblé é utilizado como sinônimo de tradições religiosas afro-brasileiras.

O candomblé se espalhou rapidamente pelo Brasil no século XIX e teve várias denominações de acordo com as diferentes nações que os fundavam nas várias regiões do país. Dirigidos por uma mãe ou pai de santo, seus templos são construídos para um orixá que será o guardião daquele terreiro.

Cada orixá representa a personificação de um fenômeno da natureza, dentre eles: nascimento e morte, saúde e doença, as chuvas e o orvalho, as árvores e os rios; os quatros elementos: fogo, ar, terra, água, os princípios masculino e feminino. Cada pessoa é regida por um ou mais orixás (protetores), existindo uma hierarquia entre esses, sendo Oxalá a representação da supremacia divina (Deus).

Os rituais são complexos e feitos pelas famílias de santo para os orixás. Os médiuns "viram no orixá", ou seja, não incorporam guias espirituais como na umbanda, mas recebem o seu orixá. Não existem consultas no candomblé, seus rituais são como festas sofisticadas, aonde os orixás vêm para dançar. Nos terreiros, há espaços divididos para cada atividade e o atendimento ocorre por meio do jogo de búzios realizado pelo (a) chefe do terreiro, transmitindo assim a mensagem do orixá para o seu "filho" (PRANDI, 2001).

A umbanda, por sua vez, surgiu no Brasil de forma bastante curiosa na década de 1920. Um rapaz jovem, branco, da classe média do Rio de Janeiro chamado Zélio Fernandino de Moraes, recebeu em um centro espírita kardecista orientações de um espírito para fundar uma nova religião. O espírito se apresentou como caboclo das sete encruzilhadas, um caboclo brasileiro, que teria sido em vida passada, um padre jesuíta queimado pela inquisição por bruxaria (JENSEN, 2001).

Essa nova religião, orientada pelos guias espirituais de caboclos e pretos velhos que se manifestam em "cavalos", médiuns que incorporam tais espíritos, tem influência do espiritismo, do catolicismo e das religiões africanas. Baseada na humildade, na fraternidade e na caridade, a umbanda utiliza de espaços (terreiros ou centros) para cultuar os guias e orixás, que tem autorização do astral superior para baixar na terra e transmitir mensagens aos seus filhos (MENDONÇA JÚNIOR, 2010).

Genuinamente brasileira, a umbanda se tornou a religião afro-brasileira predominante no Brasil urbano, com mais adeptos inclusive que o candomblé, que a inspirou. No Censo Demográfico 2010 havia 407.331 adeptos na umbanda e 167.363 do candomblé. Houve um aumento no número de adeptos na umbanda de 2000 para 2010, representando um crescimento de 2,5%. No caso do candomblé o aumento foi ainda mais significativo, sendo de 31,3% no período (Figura 1).

Figura 1 – População segundo tipo de religião afro-brasileira em 2000 e 2010 no Brasil

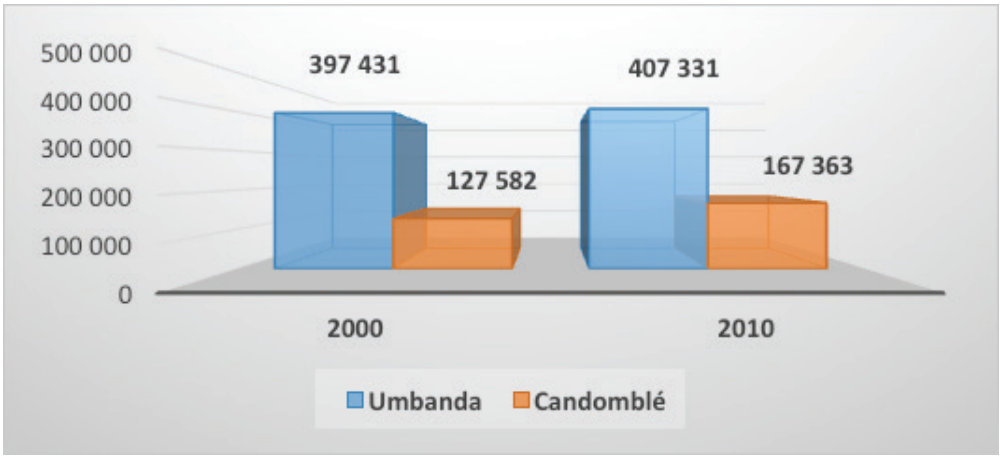

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 e 2010

A umbanda rompeu com algumas tradições das religiões afro-brasileiras, pois, observa-se que seus seguidores são na maioria os brancos (Figura 3). Ela difere do candomblé não apenas no fato de que em seus cultos, o médium incorpora o guia e não o orixá, mas também porque normalmente não ofertam animais sacrificados às suas divindades e sim frutos, folhas, bebidas, comidas e flores. Além disso, os procedimentos realizados nos terreiros, salvo algumas exceções, são feitos por caridade, sem nenhum tipo de cobrança.

Figura 3 – Adeptos da religião afro-brasileira por cor/raça [5]no Brasil em 2010

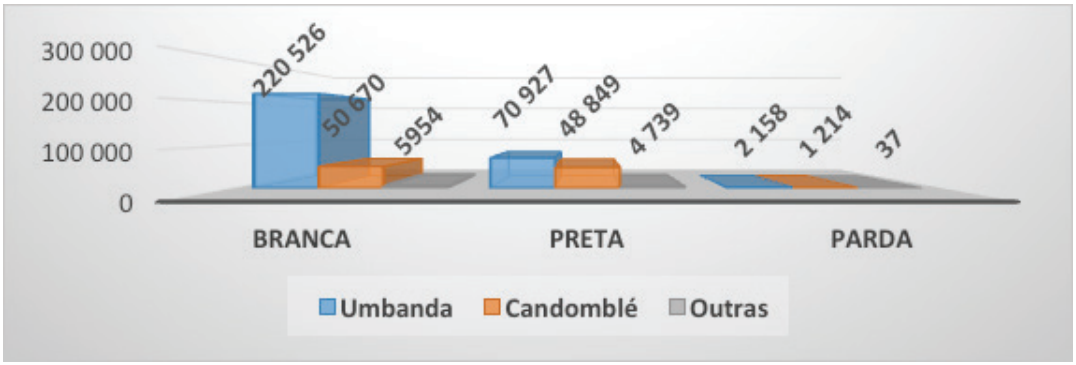

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010.

Consideradas patrimônio desta nação, as religiões afro-brasileiras constituem o universo cultural do negro brasileiro, sequestrados da África e mantidos aqui na condição de escravo sob tortura física e psicológica por mais de 400 anos (CONCEIÇÃO, 1993).

5 CONCEPÇÕES DE SAÚDE E DOENÇA E OS SISTEMAS TERAPÊUTICOS NAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

O modelo biomédico coloca o sujeito como objeto da saúde e se limita a compreender a doença como fenômeno apenas biológico, enquanto a antropologia da saúde busca a compreensão de que a doença tem diferentes concepções e representações para os vários grupos socioculturais constituídos.

5 Cor/raça – definição utilizada pelo IBGE no bloco "condições de vida" para identificar composição da população brasileira neste quesito, conformeautoclassificação em cinco categorias: preta, parda, branca, amarela ou indígena.

Os significados da doença para cada grupo sociocultural são os mais diversificados possíveis. São construções de experiências pessoais sentidas, percebidas e vivenciadas pelos indivíduos e por seu grupo, onde as buscas terapêuticas estão diretamente ligadas a esses significados.

Arthur Kleinman descreveu três alternativas de assistência: alternativa informal, popular e a profissional. A alternativa informal é a primeira instância de busca, começando dentro da própria família, normalmente pelas mulheres, sendo a automedicação o principal recurso. As trocas de prescrição medicamentosa com vizinhos também são experimentadas, alternativas não pagas de assistência. Quando essas alternativas são desenvolvidas por pessoas especialistas em algum tipo de cura, como exemplo, os curandeiros, Kleinman a chamou de alternativa popular e esta modalidade de assistência envolve o conceito de saúde como resultante do equilíbrio entre o ser humano e os meios natural, social e sobrenatural, aproximando da visão holística e sistêmica. Dentre essas modalidades temos como exemplo a fitoterapia. Já a alternativa profissional, corresponde ao setor oficial de assistência à saúde, com profissionais qualificados na perspectiva da ciência com estrutura física e de equipamentos (HELMAN, 1994).

Segundo KLEINMAN (1978) os sistemas de saúde possuem simbolismos, significados, valores, normas comportamentais e articulam o adoecimento com a cultura e com crenças sobre as causas das enfermidades. Nesse contexto apresenta a diferença entre os conceitos de *illness* e *disease*. Para ele, os conceitos representam diferentes aspectos do adoecimento, enquanto *disease* denota um mau funcionamento biológico ou psicológico, *illness* significa a experiência de ficar doente.

As terapêuticas praticadas nas religiões afro-brasileiras se apropriam da concepção do processo saúde e doença a partir da perspectiva do consulente, se aproximando do conceito de *illness*. E acreditam que o *axé*[6] mantém o corpo e o espírito em equilíbrio. Um desequilíbrio entre o mundo material e o espiritual é o responsável pela desordem que causa a doença. Essa pode ser influenciada pelos deuses tanto no desequilíbrio, quanto na restauração da saúde, através de vários procedimentos como: jogo de búzios, *bori*[7] os banhos e chás com ervas medicinais, as oferendas, dentre outros (SILVA, 2007).

No candomblé, o itinerário terapêutico começa com o jogo de búzios, é através dele, que os orixás irão se comunicar com o paciente, informando-os sobre sua enfermidade e qual procedimento o mesmo deverá adotar para se livrar do problema. A partir daí, o tratamento se inicia quando o consulente realiza o que lhe foi designado, sejam banhos e chás com ervas sejam oferendas para os orixás, que se dão através da entrega de comidas, muitas vezes com animais sacrificados, com bebidas, flores e alguns adornos para agradar aos orixás (SANTOS, 1999).

O orixá então, a partir do que lhe foi ofertado, se encarrega de livrar seu filho de todos os males do corpo e da alma. Paralelo a esse processo, normalmente ocorre o tratamento dos "médicos de terra" (medicina oficial), os quais irão cuidar exclusivamente da patologia do paciente, caso esta esteja instalada. Assim, o equilíbrio e a unidade do indivíduo se reestabelecem e ele se sente curado.

Todos os orixás são importantes no contexto da doença e da cura, sendo relacionados com alguns problemas de saúde, entretanto, Omolu ou Obaluaê é a própria representação da doença e da cura. Conta a lenda que ele nasceu com feridas divinas no corpo e, por isso, lhe foi conferido uma dupla polaridade de figura doente com poderes de cura (CAPRARA, 1998).

Outro orixá importante é Ossain, orixá que detém o poder curativo das plantas. Para a umbanda e o candomblé, o poder curativo das ervas medicinais vai além das suas propriedades curativas comprovadas cientificamente. As folhas são sagradas, pois elas liberam *axé* pela intervenção do orixá para seus devotos no processo de reza e encantamento (PRANDI, 2005).

Na umbanda o processo de tratamento inicia-se com a consulta com um dos guias espirituais[8], normalmente caboclos ou preto-velhos que acolherão seus filhos e lhes encaminharão para algum procedimento ritualístico

---

6 Axé – Força vital, energia, princípio da vida, força sagrada dos orixás (PRANDI, 1997).

7 Bori – Ritual de iniciação do candomblé, que significa oferenda para alimentar o Ori (cabeça).

8 Existem diversos guias espirituais /entidades na umbanda como crianças, boiadeiros, pomba giras, exú, marinheiros que também trabalham com cura, noentanto, as entidades mais procuradas para a cura são caboclos (índios) e preto-velhos.

que os levará a cura: orações com velas, banhos e chás com ervas, oferendas aos orixás, dentre outros. Importante ressaltar que o tratamento médico é sempre recomendado tanto na umbanda quanto no candomblé, sendo as terapias religiosas indicadas de forma complementar e nunca de forma substitutiva (MENDONÇA JÚNIOR, 2010).

Vários são motivos que levam as pessoas a buscarem os terreiros de umbanda e candomblé, dentre eles está a necessidade de "feitura de santo" ou iniciação mediúnica, onde sintomas físicos são sentidos como cefaleias, dores difusas, perda do sentido. Segundo IRIART (2003, p. 4) "A iniciação no candomblé e o domínio do idioma da possessão mediúnica, aprendido durante os rituais iniciáticos, levam à remissão dos sintomas e à reconstrução da identidade da nova filha-de-santo".

O objetivo da iniciação é o de selar a aliança do iniciado com o seu orixá, onde o mesmo passa a auxiliar a pessoa frente a seus propósitos individuais no mundo, aumentando o *axé*, que é a força sagrada do orixá para seu filho (SANTOS, 1999).

Enfim, podemos perceber que o sagrado[9], ligado aos arquétipos dos deuses desde os primórdios da civilização, influencia no processo saúde e doença de determinados grupos sociais e que a busca pela cura faz com que tais grupos tracem seu percurso terapêutico através de rituais e crenças religiosas (ELIADE, 1992).

A interface saúde e espiritualidade vêm sendo discutida nos últimos 15 anos e tem influenciado a medicina, principalmente em diagnósticos psiquiátricos. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) de 1994 já mencionava o Problema Religioso ou Espiritual como uma nova categoria diagnóstica (FARIA e SEIDL, 2005).

Contudo, não debatemos as práticas religiosas nos serviços de saúde, mesmo sabendo que estudos antropológicos nos mostram que a dimensão religiosa é importante para a compreensão do processo de adoecimento e cura. Assim, para os profissionais de saúde, não cabe mais o discurso preconceituoso, que ora fora da igreja católica e agora vem sendo utilizado pelos "pentecostais" e "neopentecostais" (PRANDI, 1995).

É necessário conhecer o contexto sociocultural dos pacientes sob a égide da antropologia da saúde, compreendendo a alteridade dessas práticas religiosas, evitando projetar sobre elas conceitos e preconceitos, contribuindo assim para a humanização da prática médica. Como afirma MINAYO (1997, p. 39): "O grande desafio da saúde coletiva é essa concepção mais abrangente que integra as políticas sociais, as condições de vida e também a sensibilidade para a riqueza e a diversidade cultural".

Para o campo da Saúde Coletiva é fundamental a compreensão das experiências e concepções da população em relação ao processo saúde-doença e quais são as suas expectativas sobre os serviços de saúde. Os profissionais, por sua vez, precisam respeitar as práticas religiosas e de saúde, enquanto alternativas de cura, buscando dialogar com as ações desenvolvidas pelo sistema profissional, o Sistema Único de Saúde (SUS).

A pesquisa bibliográfica ocorreu em cinco bases de dados: Scielo, Lilacs, Medline, Scopus e Web of Science de 30/08/13 a 30/04/14, utilizando-se três blocos de conceito:

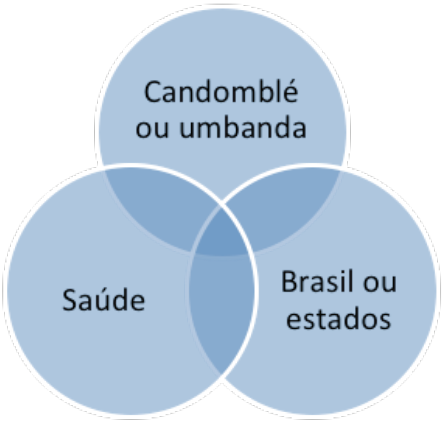

9 Refere-se a algo que merece veneração ou respeito religioso, por ter uma associação com uma divindade ou com objetos considerados divinos.

O operador lógico OR foi utilizado para combinar as palavras chaves dentro de cada bloco e o AND para combinar os blocos entre em si. Recorreu-se também ao recurso "truncagem" dos termos quando necessário.
Todos os estudos identificados foram avaliados quanto à possibilidade de ser selecionado ou não. A amostra de estudos foi composta por aqueles que contemplaram os critérios de elegibilidade: estudos primários realizados no Brasil e que avaliaram os recursos terapêuticos da umbanda e do candomblé. Os critérios de exclusão contemplaram: capítulos de livros, dissertações ou teses; estudos realizados fora do Brasil; texto completo não disponibilizados na internet ou sistema COMUT; e estudos que não tivessem o tema de interesse bem definido.
Os estudos referenciados daqueles incluídos na seleção também foram analisados com base no título e incluídos quando atenderam ao objeto de estudo. Outra estratégia de busca foi investigar o *currículo Lattes* dos autores dos estudos selecionados, a fim de identificar artigos publicados, que não constavam nas bases de dados.

6 RESULTADOS

Foi obtido um total de 62 referências na busca pelas cinco bases. Destas havia 37 duplicadas e 18 eliminadas pelos critérios de exclusão, sendo três teses, dois capítulos de livro, duas referências não encontradas com texto completo, três artigos de revisão e oito porque não contemplava o objeto, restando sete artigos. Três artigos foram obtidos pela leitura das referências e nenhum foi selecionado na plataforma Lattes dos autores dos estudos incluídos, ficando um total de 10 estudos elegíveis para a revisão sistemática.
Os 10 artigos selecionados foram publicados entre 1997 e 2013, sendo apenas dois no idioma inglês. Independente do idioma, todos os estudos foram realizados no Brasil nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, com predominância das duas primeiras regiões. Não foram encontrados estudos nas regiões Centro-oeste e Norte.
No presente estudo os autodeclarados da religião candomblé ou umbanda são em sua grande maioria da cor/raça branca e estão localizados principalmente no Sul e Sudeste do país. No entanto, os estudos identificados na revisão estão distribuídos entre as regiões Sudeste e Nordeste, o Sul contribuiu somente com um estudo.
A região Sudeste é a que mais publica estudos sobre o tema, tendo sete dos dez artigos publicados em revistas dessa região (Quadro 1). Isto pode ser reflexo do maior número de Instituições de Ensino Superior e de distribuição de verba para a pesquisa científica na região Sudeste, com um total de 45,4% de projetos de Iniciação Científica em andamento do total de benefícios distribuídos no país em 2010 (TENÓRIO e BERALDI, 2010).
Ao mesmo tempo observa-se que a região Nordeste possui mais centros de pesquisa e fomento ao estudo das religiões afro-brasileiras. A cidade de Salvador na Bahia teve destaque com dois estudos incluídos, sendo que a maioria não identificou a faixa etária da amostra. Em quatro estudos não foi possível obter o ano da coleta dos dados. Dentre os estudos, quatro abordavam os terreiros de umbanda, enquanto dois descreveram o candomblé e quatro fizeram uma abordagem mista.
Quanto ao método, a pesquisa etnográfica foi realizada em cinco estudos utilizando como técnicas de coleta de dados as entrevistas e observação participante. Dos 10 estudos, dois não tinham métodos definidos, e dois se diferenciaram da maioria, sendo um estudo de caso e um caso-controle.
A população estudada foi na maioria dos estudos os frequentadores de terreiros juntamente com seus líderes religiosos, sendo três estudos dos dois grupos, três apenas com líderes religiosos e outros dois apenas com os frequentadores; as informações sociodemográficas foram pouco mencionadas.
O saber especializado do curador visa à recuperação e ao fortalecimento da saúde do doente, que normalmente desconhece as verdadeiras causas dos seus problemas e sofrimentos. Sendo assim, a *expertise* própria dos curandeiros atua na interpretação do significado da doença e na reorganização da vivência do doente, propondo-lhe alternativas de assistência preventiva ou terapêutica (TESSER e LUZ, 2008).
A construção do significado do processo doença e cura é um aprendizado onde o sofredor aprende a relacionar-se com sofrimento, por meio de um processo cognitivo, onde os sentidos são facilitados pelo contexto mágico dos rituais. Assim, os curadores ajudam os indivíduos a assumirem nova postura frente à aflição, sendo induzidos a construir um novo estoque de concepções e crenças (RABELO, 2010).
Sobre o assunto RABELO (1994, p. 55) nos afirma que: "... a cura consiste em um processo pelo qual o terapeuta confere ordem à experiência caótica do doente...". Essa cura está intimamente ligada às forças sagradas, onde ocorre o fortalecimento espiritual do indivíduo e é nessa cura que a fé exerce seu poder.

Algumas experiências de aflição e distúrbios só os curandeiros conseguem interpretar e dar significado e que, só as práticas terapêuticas dos terreiros sabem lidar. Segundo as falas dos consulentes, médico nenhum consegue descobrir. Como exemplos podemos citar o "*encosto*[10]", mal olhado, espinhela caída, dentre outros. O modelo de atenção e cuidado dos terreiros inclui o acolhimento e a escuta do consulente, práticas estas que, muitas vezes, eles não encontram nos serviços de saúde ofertados pelo setor formal de saúde, apesar da OMS preconizar tal prática (IRIART, 2003; SILVA, 2007).

Assim sendo, vários motivos levaram a pessoa buscar tratamento em terreiros, a saber: iniciação mediúnica, tratamento físico/espiritual, problemas e aflições cotidianas (como desemprego, conflitos amorosos, etc.) e socialização (Quadro 1).

Diversos agravos e doenças foram referidos nos estudos como, dores de cabeça, depressão, ansiedade, insônia, feridas, doenças sexualmente transmissíveis (DST's), desmaios, doenças de pele, problemas amorosos, dentre outras, com destaque para os problemas psicológicos e as doenças mentais, presentes em sete estudos e na maioria dos casos, relacionados a necessidade de iniciação mediúnica (Quadro 1).

Os tipos de tratamento realizados nesses espaços estão diretamente ligados às suas práticas rituais das pessoas. Nos estudos sobre a umbanda os tratamentos realizados estavam direcionados à fitoterapia por meio de banhos, chás, infusões, água fluidificada, além de orações em velas, rituais de oferendas e aconselhamentos. Já os estudos sobre o candomblé evidenciam as oferendas como principal tratamento aplicado (Quadro 1).

Para muitos adeptos, a saúde só é restabelecida depois da feitura de santo conforme relato da ialorixá mãe Hildete em MOTA (2012, p. 669):

Depois que eu fiz o santo foi que eu fui tendo saúde, eu, meus filhos, e ele [esposo] foi ajeitando a vida dele, que na vida tudo que ele ganhava era pra comprar remédios, dentro de casa parecia uma farmácia, tinha uma armário cheio de remédio pra mim e pros meninos, muita gente se afastava de minha casa, pensando que eu tinha uma doença ruim, e eu não tinha, não tinha doença, tinha os exame tudo, tinha raio-X, eu tinha tudo dentro de casa, que eu não dava nada, depois disso eu tive saúde. Então eu to feliz dentro do candomblé porque a riqueza que eu queria era minha saúde, porque a pior coisa do mundo é viver doente. (Mãe Hildete)

Outro estudo traz o relato de mãe Hildete sobre as doenças que mais acometem os filhos de Iemanjá e sobre os cuidados e orientações que a mãe de anto oferece aos consulentes. Assim, o estudo de MOTA e TRAD (2011, p 333) nos esclarecem:

Segundo Mãe Hildete, os filhos de Iemanjá padecem de problemas na vesícula, estômago, intestino e apêndice, sendo constantemente cortados. Por isso, ao saber, através do jogo de búzios, que o orixá de cabeça de um fiel é Iemanjá, ela alerta sobre os perigos das doenças localizadas na região abdominal.

Ainda no mesmo estudo encontramos no depoimento de outra ialorixá que menciona a ligação dos orixás com as doenças:

Uma pessoa de Oxum pode ter problema na mama, no seio, como pode ter problema no colo do útero, pode vir com chaga com Omolu. Uma pessoa de Iansã pode ter problema nas pernas ou na cabeça, problema de loucura e aí vai os orixás. Agora o orixá coligado à luz da cura é Omolu, que é Obaluaiê. A gente recorre a ele, ao dono da cura. É o homem que trouxe a cura e a chaga da cura da AIDS, que a gente tá tentando descobrir a folha, né, tem que vir através desse orixá, ele que vem nos dar o caminho pra que venha descobrir a folha pra nos dá a cura (Mãe Roberta).

Todos os orixás têm poder de cura, e nessa estreita relação entre a mitologia dos orixás, das doenças associadas e do tratamento prescrito, que são revelados o diagnóstico da doença e os cuidados oferecidos de acordo com as razões que desencadeiam as aflições (MOTA e TRAD, 2011; RABELO, 2008).

Os cuidados em relação à saúde oferecidos pela umbanda podem variar de acordo com as causas da enfermidade ou aflição. Assim, são geralmente ofertados em forma de trabalhos de cura, solicitando aos pacientes oferendas às entidades espirituais, orações, banhos e limpeza do corpo e do espírito, além de orientações relativas à alimentação do doente, com vistas ao seu reequilíbrio "energético" (MELO e OLVEIRA, 2013).

---

10 Encosto - Um espírito ou energia que se aproxima da vítima com algum interesse e que normalmente lhe causa mal.

Quadro 1 – Principais características dos estudos incluídos

Nº	Título	Ano coleta de dados	Cidade	Região	Desenho do estudo	Tipo de população	Motivo da busca	Doenças e agravos referidos	Tratamento aplicado	Tipo de cuidado
1	Saúde, religião e cultura: um diálogo a partir das práticas afro-brasileiras.	2009 e 2010	Rio de Janeiro/ RJ	SE	Pesquisa etnográfica com observação participante, entrevistas abertas, conversas informais e materiais pessoais dos frequentadores e dirigentes do centro, bem como pelo registro audiovisual.	Frequentadores e liderança do Centro Espírita São Lázaro – Filhos de Obaluaê.	Iniciação mediúnica, tratamento físico/ espiritual, problemas e aflições cotidianas	Desmaios, dores de cabeça, fraqueza, doença mental.	Oferendas, banhos, e oração	Promoção da saúde, Assistência e Acolhimento.
2	Saúde da população negra: A religiosidade afro-brasileira e a saúde pública.	Não declarado	Juiz de Fora/ MG	SE	Pesquisa etnográfica com entrevistas semi estruturadas e análise do discurso.	Lideranças religiosas de 4 terreiros de umbanda	Tratamento físico/espiritual	Anemia falciforme, DSTs, hanseníase, tuberculose e hepatite viral	Banhos, chás e outros (água fluidificada)	Promoção da saúde e Acolhimento
3	A Gente Vive pra Cuidar da População: Estratégias de cuidado e sentidos para a saúde, doença e cura em terreiros de candomblé.	2007 a 2009	Salvador/ BA	NE	Pesquisa etnográfica com observação participante e entrevistas semi estruturadas.	Lideranças religiosas e adeptos de 6 terreiros de candomblé	Iniciação mediúnica, tratamento físico/ espiritual, problemas e aflições cotidianas e socialização.	Dor de ouvido, doença de chagas, feridas, 'problemas psicológicos", "dor de amor", "problema espiritual"	Oferendas, banhos, chás, oração e outros (aconselhamentos)	Assistência e Acolhimento
4	Práticas de cura místico-religiosas, psicoterapia e subjetividade contemporânea.	Não declarado	São Paulo/SP	SE	Entrevistas com análise estatística e observação participante	Mulheres casadas da classe baixa	Iniciação mediúnica e tratamento físico/ espiritual	Alcoolismo, drogadições, angústia, neuroses graves e outras queixam de sofrimento psíquico	Oferendas, banhos, chás e oração	Assistência
5	Entre a casa e a roça: trajetórias de socialização no candomblé de habitantes de bairros populares de Salvador.	Não declarado	Salvador/ BA	NE	Não declarado	Habitantes de bairros populares de Salvador que se tornaram membros efetivos de casas de candomblé	Iniciação mediúnica, tratamento físico/ espiritual, problemas e aflições cotidianas e socialização.	Ataques regulares, desmaios, aflição, coma, "maluquice".	Oferendas, banhos, e oração	Assistência e Acolhimento

Continua

Continuação

Nº	Referência	Ano coleta de dados	Cidade	Região	Desenho do estudo	Tipo de população	Motivo da busca	Doenças e agravos referidos	Tratamento aplicado	Tipo de cuidado
6	Religious construction of a first episode of psychosis in urban Brazil	Não declarado	São Paulo/SP	SE	Pesquisa etnográfica com entrevistas e observação participante	Jovens estavam experimentando o primeiro episódio de psicose	Tratamento físico/espiritual, problemas e aflições cotidianas	Psicose (esquizofrenia), nervosismo, medo, insônia, desmaios ou ataques de raiva, visões e vozes	Oferendas, oração	Assistência Acolhimento
7	Umbanda healers as effective AIDS educators: case-control study in Brazilian urban slums (favelas)	1994 e 1995	Fortaleza/ CE	NE	Caso controle	Pais de santo da umbanda	Iniciação mediúnica, tratamento físico/espiritual, problemas e aflições cotidianas	DSTs/AIDS	Outros Rituais iniciáticos	Promoção da saúde, Assistência, Acolhimento e Prevenção
8	Religiões e saúde: a experiência da Rede Nacional de religiões afro-brasileiras e saúde.	Não declarado	Rio de Janeiro/RJ e São Luís/MA	SE e NE	Não declarado	Adeptos de terreiros das religiões afro-brasileiras	Tratamento físico/espiritual, problemas e aflições cotidianas, outros (busca espiritual, tradição familiar)	Dor de cabeça, desmaio, depressão, problemas de visão, taquicardia, hipertensão, doença desconhecida pelos médicos, amnésia, doenças de pele, febre reumática, convulsões, alcoolismo, insônia, doença dos nervos e doenças da barriga.	Oferendas, banhos, e chás	Promoção da saúde, Assistência e Acolhimento
9	Atenção à saúde em uma comunidade tradicional de terreiro	2007 e 2008	Porto Alegre/RS	S	Estudo de caso escolhido por conveniência	Comunidade tradicional de terreiro (sacerdote/Babalorixá e seis adeptos do terreiro)	Iniciação mediúnica, tratamento físico/espiritual, problemas e aflições cotidianas.	Ansiedade, insônia, depressão, problemas psicológicos.	Oferendas, banhos, chás e oração	Promoção da saúde, Assistência e Acolhimento
10	Axé, práticas corporais e Aids nas religiões africanistas do Recife, Brasil	2005 a 2008	Recife/PE	NE	Pesquisa etnográfica com entrevistas de diferentes modalidades (informante-chave, em profundidade, história de vida e história oral) e observação participante.	Líderes religiosos afro-brasileiros e técnicos de saúde pública e de ONG.	Iniciação mediúnica	AIDS	Outros (eberés – cortes de rituais de feitura)	Promoção da saúde e Prevenção

7 DISCUSSÃO

A busca por tratamentos religiosos está presente na vida da maioria das pessoas de forma paralela à medicina científica, principalmente no que diz respeito às doenças psiquiátricas (REDKO, 2003), pois as práticas terapêuticas religiosas buscam dar o sentido da doença na vida da pessoa, auxiliando-a na compreensão do processo doença x cura.

A religiosidade está associada ao bem estar das pessoas e de sua qualidade de vida, ela promove o suporte emocional necessário para enfrentar as situações mais adversas da vida, incluindo os agravos e doenças. A religião fornece uma explicação causal para os problemas e oferece suporte para superar as angústias vivenciadas, mesmo que momentaneamente (REDKO, 2003; MELO e OLIVEIRA, 2013; MOTA e TRAD, 2011). Sobre o assunto RABELO (1993, p. 316) nos afirma: "... as terapias religiosas curam ao impor ordem sobre a experiência caótica do sofredor e daqueles diretamente responsáveis por ele".

O ser humano aprende a lidar consigo e com o mundo, por meio da influência do sagrado, que oferece forças que agem nas experiências do cotidiano, gerando um ser integral (SANTOS, 1999).

No Brasil, a maioria das pessoas acredita na ação do sagrado na prevenção e na cura de enfermidades. Cerca de 90% da população brasileira concorda que religião é importante, 50% já utilizaram algum tipo de serviço religioso. Em 2009, apenas 6,72% da população brasileira afirmava não possuir religião[11] (MELO e OLIVEIRA, 2013).

A medicina tradicional, complementar ou alternativa, faz parte do itinerário terapêutico das religiões afro-brasileiras na modalidade de alternativa popular proposta por Kleinman, o que chamou de medicina folk, composto por rezadeiras, curandeiros, pais de santo, raizeiros que atuam numa abordagem holística do ser humano (corpo-mente-ambiente-moral-espiritual) e que têm legitimação e reconhecimento da comunidade praticante.

São práticas que aproximam o sujeito da sua cultura e que vão ao encontro à transformação das práticas de saúde, defendidas por LUZ (2005) e AYRES (2001) valorizando os contextos de intersubjetividade, com o cuidado voltado para a saúde das pessoas e não para as doenças. As práticas realizadas nos terreiros de umbanda e candomblé são orientadas nesse contexto de valorização da intersubjetividade em face ao sujeito simplesmente.

Nestes espaços, com matizes culturais africanas, negros, brancos, pardos e amarelos são acolhidos de maneira equânime, sem discriminação racial, étnica, religiosa ou de gênero, na tentativa de oferecer suporte emocional e espiritual no enfrentamento das mazelas da vida com diversas práticas terapêutico-religiosas, sobretudo por meio do uso de plantas medicinais (SILVA, 2007; NATIONS e SOUZA, 1997).

Nesse sentido, as religiões afro-brasileiras (dentre elas, a umbanda e candomblé), com suas práticas mágicas de cura, se tornaram espaços constituídos de acolhimento, cuidado e atenção integral, onde a pessoa é tratada como ator no seu processo de saúde e doença e não apenas como objeto de investigação (ALVES e SEMINOTTI, 2009; LAGES, 2012; MELO e OLIVEIRA, 2013; SILVA, 2007).

Nesses locais, o sistema de troca e reciprocidade entre os seres humanos e as divindades (orixás), reforça o cuidado com a saúde. Os orixás pedem oferendas em troca de saúde ou transformação da experiência da aflição (MOTA e TRAD, 2011).

Diversos estudos mencionaram que os terreiros de umbanda e candomblé fazem do consulente corresponsável no processo de tratamento e cura e o incentiva a buscar a cura tanto na medicina oficial como na tradicional, na tentativa de equilibrar corpo e alma (REDKO, 2003; RABELO, 2008; COSTA-ROSA, 2008; MOTA e TRAD, 2011; LAGES, 2012; MELO e OLIVEIRA, 2013; SILVA, 2007).

O encaminhamento ao médico é sugerido pelos líderes religiosos e também por guias e orixás, no entanto, esse direcionamento é majoritariamente uma via de mão única, pois raramente o sistema formal encaminha pacientes para o contexto religioso (MOTA e TRAD, 2011; RABELO, 2008).

---

11 Estes dados foram resultados de pesquisa realizada pelo Centro de Politicas Sociais/FGV, que se utilizou da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2009 do IBGE, pois até o momento da escrita deste artigo as estatísticas referentes ao Censo 2010 (tradicionalmente a base de dados usada nos estudos acerca da religiosidade do brasileiro) ainda não tinham sido disponibilizadas pelo órgão.

Existem ainda poucos estudos sobre as práticas terapêuticas das religiões afro-brasileiras, porém, dos artigos analisados seis estudos apontam os terreiros de umbanda e candomblé como espaços da escuta inicial e acolhimento, cuidado, promoção da saúde e assistência complementar à medicina científica (ALVES e SEMINOTTI, 2009; LAGES, 2012; MELO e OLIVEIRA, 2013; MOTA e TRAD, 2011; SILVA, 2007; NATIONS e SOUZA, 1997).

A antropologia da saúde vem discutindo há muito tempo a importância de se compreender a percepção e resposta dos grupos sociais quanto às patologias e o que os move a buscar determinado itinerário terapêutico. Autores importantes dessa corrente nos trazem valiosas contribuições quando afirmam que as concepções de saúde e doença são construções socioculturais e que a busca por recursos terapêuticos alternativos é para as camadas menos favorecidas, uma forma de relativizar o saber médico e resistir ao descaso com seu saber popular sobre sua saúde e doença (QUEIRÓZ e CANESQUI, 1986; MANDARINO et al., 2012; IRIART, 2003; MINAYO, 1997, dentre outros).

O poder curativo das ervas, conhecido milenarmente, sempre esteve presente nas práticas de cura das mais diversas culturas mundiais (Brasil, 2012). O SUS, com políticas avançadas como a PNPIC, PNEPS, PNSIPN, precisa dialogar com esses espaços alternativos de tratamento de forma mais efetiva na tentativa de combater as iniquidades em saúde, garantindo a integralidade da atenção dessa população.

Os profissionais da saúde devem olhar para a medicina tradicional dos terreiros como uma aliada, uma vez que essa desenvolve várias intervenções efetivas, a exemplo da prevenção do HIV/AIDS, conforme os estudos realizados por NATIONS e SOUZA (1997) e RIOS et al. (2013). O estudo de RIOS et al. (2013) também aponta os terreiros como espaços de promoção de saúde.

A educação popular vem tentando fazer a ponte entre os serviços de saúde e a medicina alternativa, constituindo uma estratégia para a construção de uma assistência mais humanizada e resolutiva, principalmente para as classes menos favorecidas, pois são principalmente para estas, que a religiosidade se apresenta como inspiração na busca de uma vida mais digna. Os espaços religiosos são espaços promotores de solidariedade e sociabilidade.

Uma das limitações encontradas neste estudo diz respeito ao reduzido número de referências analisadas. Notou-se que a revisão sistemática, apesar de ser considerada adequada para evidências cientificas, apresentou restrições no momento da busca bibliográfica. Alguns estudos importantes não foram incluídos por não utilizarem palavras-chave e descritores conforme as estratégias de busca adotadas no presente estudo, mesmo ao estabelecer critérios de inclusão amplos e selecionar a estratégia com a melhor capacidade inclusiva, dada a sistematização rigorosa desse método de estudo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que a prática de cura religiosa tem complementado as práticas médicas oficiais, e que com o apoio daquelas, as pessoas se sentem capazes de enfrentar sofrimento e as aflições e de refazer a significação dessa experiência e as relações entre os sujeitos, suas dimensões física, psíquica e espiritual.

Em alguns casos específicos de aflições de ordem espiritual essas práticas são exclusivas, não se dando de forma complementar, pois o indivíduo não consegue um diagnóstico médico e nem resultados em exames que acusem o problema.

Os motivos de busca por recursos terapêuticos nos terreiros incluem a necessidade de feitura de santo ou iniciação mediúnica, tratamento físico/espiritual, problemas amorosos, financeiros, socialização, dentre outros, tanto na umbanda como no candomblé.

Nos terreiros os tratamentos são a base de ervas medicinal por meio de banhos, chás, além de oferendas e orações em velas e com intermédio dos guias espirituais e orixás, que são representações das forças da natureza. Por exemplo, o “dono das folhas”, o orixá Ossain, permite a liberação do axé contido nelas para o restabelecimento da saúde durante um banho de ervas. Omolu, orixá que carrega a dualidade doença e cura, também seria o responsável pelo adoecimento ou cura de seus filhos. Todos os orixás influenciam no processo saúde-doença, principalmente no que tange à cura.

Terreiros de umbanda e candomblé se constituem espaços potenciais de informação e educação em saúde, além de espaços de inclusão, acolhimento, promoção à saúde, produção de conhecimento, prevenção de doenças e agravos e assistência de forma complementar a medicina oficial, bem como a renovação de tradições milenares, sobretudo por meio do uso das plantas medicinais. O terreiro produz saúde, atuando com abordagens terapêuticas tradicionais contempladas na PNPIC e no C*aderno de Práticas Integrativas e Complementares: plantas medicinais e fitoterapicas na Atenção Básica*.

A eficácia terapêutica das práticas de cura religiosa esteve presente na maioria das referências estudadas, seja eficácia apenas simbólica, ou de resultados comprovados, pois é conhecido milenarmente as propriedades curativas das plantas. Para além de suas propriedades curativas, as plantas liberam o axé por intermédio do orixá, assim sendo, a cura se dá também por meio da manipulação das energias liberadas.

A OMS calcula que 80% da população mundial utiliza remédios caseiros e especula que mais de 70% dos medicamentos derivados de plantas, valeram-se dos conhecimentos populares como fortes indícios de reais propriedades medicinais (SANTOS, 2000).

Contudo, o princípio da integralidade do SUS precisa dialogar com esses espaços na tentativa de compreender a visão holística da umbanda e do candomblé sobre a saúde, assim como a PNH deveria ser praticada nos serviços de saúde como são praticadas pelos preto-velhos nos terreiros, com acolhimento e escuta, fazendo do consulente, corresponsável no processo de tratamento.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. C.; SEMINOTTI, N. (2009), "Atenção à saúde em uma comunidade tradicional de terreiro". *Revista de Saúde Pública,* 43 (1), pp. 85-91.

ATALLAH, A. N.; CASTRO, A. A. (1998), "Medicina Baseada em evidências: o elo entre a boa ciência e a boa pratica". *Revista Imagem*, 20 (1), pp. V-X.

AYRES, J. R. De C. M. (2001), "Sujeito, intersubjetividade e práticas de saúde". *Ciência & Saúde Coletiva***,** 6 (1), pp. 63-72.

BRASIL. Ministério da Saúde. (2006a), "Portaria nº 399/GM, de 22 de fevereiro de 2006", Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto. *Diário Oficial da União*, Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prtGM399_20060222.pdf, [consultado em 13-01-2013].

_____. Ministério da Saúde. (2008), "Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: PNPIC: atitude de ampliação de acesso"*., Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica*, (Série B. Textos Básicos de Saúde).

_____. Ministério da Saúde. (2006), "Política Nacional de Plantas Medicinal e Fitoterápico". *Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica*, (Série B. Textos Básicos de Saúde).

_____. Ministério da Saúde. (2010), "Portaria nº 886, de 20 de abril de 2010", Institui a Farmácia Viva no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial da República Federativa do Brasil,* Seção 1, pp. 75.

_____. Ministério da Saúde. (2012), "Práticas integrativas e complementares: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica*". Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica* (Série A. Normas e Manuais Técnicos - Cadernos de Atenção Básica; n. 31).

_____. Ministério da Saúde. (2013), "Política nacional de Saúde integral da População Negra: uma política para o SUS", *Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, departamento de Apoio à Gestão Participativa, Editora do Ministério da Saúde.*

_____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. (2013), "Política Nacional de Educação Popular em Saúde". *Nota Técnica CONASS.*

CAPRARA, A. (1998), *Médico ferido: omolu nos labirintos da doença*. In: ALVES, P. C.; RABELO, M. C. (org.) **A***ntropologia da saúde: traçando identidade e explorando fronteiras* [on line], Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Rio de Janeiro, Editora Relume Dumará.

CARVALHO, B. A. (2013), "O discurso neopentecostal x religiões de matrizes afro descendentes". In: *Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais*, 11, Anais eletrônicos, Disponível em http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1321641412_ARQUIVO_TextoBasilon.pdf, [consultado em 23-10-2013].

CASTRO, A. A. (2001), "Revisão Sistemática e Meta-análise". Disponível em http://metodologia.org/wp-content/uploads/2010/08/meta1.PDF, [consultado em 25-05-2013].

CONCEIÇÃO, F. (1993), "Isto foi um sequestro". *Apresentado no Seminário Nacional de Universitários Negros – SENUN.*

CRUZ, I. C. F. Da. (1994), "As religiões afro-brasileiras: subsídios para o estudo da angústia espiritual". *Revista da Escola de Enfermagem: USP*, 28 (2), pp. 125-136.

COSTA ROSA, A. (2008), "Práticas de cura místico-religiosas, psicoterapia e subjetividade contemporânea". *Psicologia USP*, 19 (4), pp. 561-590.

ELIADE, M. (1992), *O sagrado e o profano,* São Paulo: Martins Fontes.

EPEGA, I. S. M. (2000), "Doenças do corpo e da alma". *O mundo da Saúde*, 24 (6), pp. 488-494.

FARIA, J. B.; SEIDL, E. M. F. (2005), "Religiosidade e enfrentamento em contextos de saúde e doença: revisão da literatura". *Psicologia: Reflexão e Crítica***,** 18 (3), pp. 381-389.

FARIAS, R. G. (2012), "Pai Manoel, o curandeiro africano, e a medicina no Pernambuco imperial". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 19 (1), pp. 215-231.

FRANÇA, I. S. X. et al. (2008), "Medicina popular: benefícios e malefícios das plantas medicinais". *Revista Brasileira de Enfermagem***,** 61 (2), pp. 201-208.

FERRETI, S. F. (1995), *Repensando o sincretismo,* São Paulo/São Luís: EDUSP/FAPEMA.

GOMES, M. C. P. A. (2010), "Projeto Ylê ayié yaya ilera (Saúde plena na casa desta existência): equidade e integralidade em saúde para a comunidade religiosa afro-brasileira". *Interface: Comunicação, Saúde e Educação***,** 14 (34), pp. 663-672.

HELMAN, C. G. (1994), *Cultura, saúde e doença,* Porto Alegre: Artes Médicas.

IRIART, J. A. B. (2003), "Concepções e representações da saúde e da doença: contribuições da antropologia da saúde para a saúde coletiva". *Texto didático*.

JENSEN, T. G. (2001), "Discursos sobre as religiões afro-brasileiras: da desafricanização para a reafricanização". *REVER - Revista de Estudos da Religião***,** 1, pp. 1-21.

KLEINMAN, A. (1978), "Concepts and a model for the comparison of medicals systems as cultural. Systems". *Social Science & Medicine*, 12, pp. 85-93.

LAGES, S. R. C. (2012), "Saúde da população negra: a religiosidade afro-brasileira e a saúde pública". *Psicologia Argumento*, 30 (6), pp. 401-410.

LUZ, M. T. (2005), "Cultura contemporânea e medicinas alternativas: Novos paradigmas em saúde no fim do século XX". *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 15, pp.145-176.

MANDARINO, A. C. De S. De JESUS, N. A.; PASSY, S. R.; GOMBERG, E. (2012), "Percursos e significados terapêuticos na religião afro-brasileira Candomblé". *Fórum Sociológico.* 22, p. 43-51.

MARTINEZ, H. A. (2006), *Os itinerários terapêuticos e a relação médico-paciente*, Belo Horizonte.

MELO, M. L.; OLIVEIRA, S. S. (2013), "Saúde, religião e cultura: um diálogo a partir das práticas afro-brasileiras". *Saúde e Sociedade*, 22 (4), pp. 1024-1035.

MENDONÇA JÚNIOR, A. (2010), "O espiritismo e algumas religiões mediúnicas: candomblé e umbanda". In: *Encontro Nacional de História Oral,* 10, Anais eletrônicos, Disponível em: http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270781165_ARQUIVO_Semelhancasediferencasentrealgumasreligioesmediunicas.pdf, [consultado em: 23-10-2013].

MINAYO, M. C. (1997), *Saúde e doença como expressão cultural*. In: AMANCIO FILHO, A.; MOREIRA, M. C. G. B. (org.) *Saúde, trabalho e formação profissional,* Rio de Janeiro: Fiocruz.

MOTA, C. S; TRAD, L. A. B. (2011), "A Gente Vive pra Cuidar da População: estratégias de cuidado e sentidos para a saúde, doença e cura em terreiros de candomblé". *Saúde Sociedade,* 20 (2), pp. 325-337.

MULROW, C. D. (1994), "Rationale for systematic reviews". *BMJ,* 309, pp. 597-599.

NATIONS, M. K; SOUZA, M. A. (1997), "Umbanda healers as effective AIDS educators: case-control study in Brazilian urban slums (favelas)". *Tropical Doctor*, 27 (1), pp. 60-66.

PORTO, A. (2006), "O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas". *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, 13 (4), pp. 1019-1027.

PRANDI, R. (1995), "Raça e Religião". *Revista Novos Estudos*, 42, pp. 113-129.

PRANDI, R. (1997), *Herdeiras do Axé,* São Paulo: Hucitec.

PRANDI, R. (2000), "De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião'. *Revista USP*, 46, pp. 52-65.

PRANDI, R. (2001), *Os candomblés de São Paulo: A velha magia na metrópole nova,* São Paulo: Hucitec.

PRANDI, R. (2003), "As religiões afro-brasileiras e seus seguidores'. *Civitas – Revista das Ciências Sociais,* 3 (1), pp. 16-32.

PRANDI, R. (2005), *Os orixás e a natureza.* In: *Segredos guardados: orixás na alma brasileir,* São Paulo: Companhia das Letras.

QUEIRÓZ, M. S.; CANESQUI, A. M. (1986), "Contribuições da antropologia à medicina: uma revisão de estudos no Brasil". *Revista de Saúde Pública*, 20 (2), pp. 141-151.

RABELO, M. C. M. *(1994), Religião, ritual e cura.* In: ALVES, P. C. and MINAYO, M. C. S. (orgs). *Saúde e doença: um olhar antropológico [online],* Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

RABELO, M. C. M. (2008), "Entre a casa e a roça: trajetórias de socialização no candomblé de habitantes de bairros populares de Salvador". *Religião e Sociedade,* 28 (1), pp. 176- 205.

RABELO, M. C. M. (2010), "A construção dos sentidos nos tratamentos religiosos". *RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*, 4 (3), pp. 3-11.

REDKO, C. (2003), "Religious construction of a first episode of psychosis in urban Brazil". *Transcultural Psychiatry,* 40 (4), pp. 507-530.

RIOS, L. F.; OLIVEIRA, C.; GARCIA, J.; PARKER, R. (2013), "Axé, práticas corporais e Aids nas religiões africanistas do Recife, Brasil". *Ciência & Saúde Coletiva*, 18 (12), pp. 3653-3662.

SÁ, M. (2009), "O universo mágico das curas: o papel das práticas mágicas e feitiçarias no universo do Mato Grosso setecentista'. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 16 (2), pp.325-344.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. (2007), "Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese Criteriosa da evidência científica". *Revista Brasileira de Fisioterapia*, 11 (1), pp. 83-89.

SANTOS, A. O. Dos. (1999), "Saúde e Sagrado: Representações da Doença e Práticas de atendimento dos Sacerdotes Supremos do Candomblé Jêje-Nagô do Brasil". *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 9 (2), pp. 58-63.

SANTOS, F. S. D. Dos. (2000), "Tradições populares de uso de plantas medicinais na Amazônia". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, VI, pp. 919-939.

SILVA, J. M. (2007), "Religiões e saúde: a experiência da Rede Nacional de religiões afro-brasileiras e saúde". *Saúde e Sociedade,* 16 (2), pp.171-177.

SILVA, V. G. (2010), *Formação e dinâmica das religiões afro-brasileiras.* In: SILVA, E.; BELLOTI, K.; CAMPOS, L (orgs.). *Religião e sociedade na América Latina,* São Bernardo do Campo: UMESP.

TENÓRIO, M. Do P.; BERALDI, G. (2010), "Iniciação científica no Brasil e nos cursos de medicina". *Revista da Associação Médica Brasileira*, 56 (4), pp. 375-393.

TESSER, C. D.; LUZ, M.T. (1998), "Racionalidades médicas e integralidade". *Ciências & Saúde Coletiva,* 13 (1), pp. 195-206.

Mídia, discursos e instituições de saúde: o caso da revista Arquivos da Liga Brasileira de Higiene Mental[1]

Deise Barros Bastos[2]
Universidade Federal de Juiz de Fora
E-mail: deifinha@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho - que se enquadra na série de estudos sobre discursos higienistas da imprensa na República Velha[3] (1889-1930) visa analisar, com base em levantamento bibliográfico, os discursos médicos acerca da Psiquiatria, bem como a sua origem no Brasil e sua posterior consolidação com a criação da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) e seu órgão oficial de imprensa, a revista Archivos Brasileiros de Hygiene Mental[4].

Palavras-chave: Saúde mental; Análise de discurso; Eugenia[5]

1.1 - O desenvolvimento da Psiquiatria enquanto ciência

Segundo Michel Foucault (1978), em sua obra *Microfísica do Poder,* a verdade não existe fora do poder ou sem poder, ela é deste mundo. Cada sociedade tem o seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade, isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiro. É definida em um estatuto daqueles que têm o encargo de dizer que funciona como verdadeiro. Esta verdade é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma incitação econômica e política e é objeto, de várias formas, de uma difusão e de um imenso consumo. Além disso, é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns aparelhos políticos ou econômicos, como, por exemplo, a universidade, exército, escritura, e até mesmo os meios de comunicação. A verdade não seria o verdadeiro tal como o é, mas um conjunto de regras segundo as quais se define o que é verdadeiro e o que é falso, atribuindo efeitos para ambos os sentidos.

---

1 Trabalho apresentado no Congresso Luso-Afro-Brasileiro da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas de Língua Portuguesa, realizado em Lisboa, Portugal, de 01 a 05 de fevereiro de 2015.

2 Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora UFJF), membro do grupo SENSUS "Comunicação e Discurso: Saúde Sensibilidade e Violências" e do Núcleo de Comunicação e Saúde. Graduada em Comunicação Social – Jornalismo e em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

3 Período da História dividido em dois momentos, o primeiro chamado de República da Espada, foi dominado pelos setores mobilizados do Exército apoiados pelos republicanos e vai da Proclamação da República do Brasil até a eleição do primeiro presidente civil, Prudente de Moraes. Já o segundo ficou conhecido como República Oligárquica e se estende de 1894 até a Revolução de 1930. Caracterizou-se por dar maior poder para as elites regionais, em especial do sul e sudeste do país. Ficou conhecido também por política do café com leite, em razão da importância econômica da produção de café paulista e de leite mineiro para a economia brasileira da época.

4 Órgão de imprensa oficial da LBHM, onde eram publicados os artigos médicos, notícias na área da Psiquiatria, bem como produções ligadas aos objetivos da entidade. Seu acervo compreende o período de 1925 a 1947. A maioria deles pode ser encontrada digitalizada no site: < http://www.ppi.uem.br/gephe/biblioteca/>.

5 Termo criado pelo cientista inglês Francis Galton para nomear o estudo dos agentes de controle social utilizados com o objetivo de melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações, física ou mentalmente. Esses agentes consistiam desde exames clínicos para evitar casamentos cujo o cônjuge fosse portador de doenças, até modelos de comportamento que regulavam as formas de pensar e agir dos indivíduos, bem como quais eram normais ou anormais na sociedade. Serviu de embasamento cientifico para povos nazistas e fascistas, que apropriavam-se de suas constatações para impor suas ideologias ao mundo.

Existe um sistema de poder, segundo Foucault, que barra, proíbe, invalida o discurso das massas e destrói esse saber, pois é necessário que as classes dominantes controlem as demais e detenham o poder sobre elas. Porém, este poder não se encontra somente nas instâncias superiores de censura, ele penetra profunda e sutilmente em todo o tecido social. Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular. Ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui.

Com relação ao advento da medicina social, Foucault constata que o capitalismo não se deu na passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, e sim o contrário: o sistema desenvolveu-se no final do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre o indivíduo não se opera somente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, através dele. Foi no biológico que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica[6]. Foucault destaca três etapas na formação da medicina social: Medicina de Estado (Alemanha); Medicina Urbana (França) e Medicina da força de trabalho (Inglaterra). Na Alemanha se desenvolverá uma prática médica centrada na melhoria do nível de saúde da população. Já a medicina social surgiria na França, no final do século XVIII, com o desenvolvimento das estruturas urbanas.

A medicina urbana desenvolveu seus métodos de vigilância, de hospitalização, etc., e não significa mais do que um aperfeiçoamento, na segunda metade do século XVIII, do esquema político-médico da quarentena que tinha sido realizado no final da Idade Média, nos séculos XVI e XVII. A higiene pública é uma variação sofisticada da quarentena e é dessa prática que advém a medicina urbana que aparece e se desenvolve, sobretudo, em território francês. De maneira geral, pode-se dizer que, diferentemente da medicina urbana francesa e do Estado, na Alemanha do século XVIII, aparece, no século XIX, sobretudo na Inglaterra, uma medicina voltada para o controle da saúde e do corpo das classes mais pobres, de forma a torná-los mais aptos ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas. Essa ideia de medicina social inglesa foi a que mais avançou em relação às demais, pois enquanto o sistema alemão da medicina de Estado era pouco flexível e a medicina urbana francesa era um projeto geral de controle sem instrumento de poder, o sistema inglês possibilitava a organização de uma medicina com formas de poder diferentes que, mais tarde, dariam início a um sistema de funcionamento médico extremamente complexo.

Nesse sentido, o hospital foi programado como um instrumento terapêutico, instrumento de intervenção sobre a doença e o doente, suscetível por si mesmo ou por alguns de seus efeitos de produzir cura. Antes do século XVIII, o hospital era essencialmente uma instituição de assistência aos pobres, mas também de separação e exclusão. Permanece com essas características até o começo do século XVIII e o Hospital Geral, lugar de internamento, onde se misturam doentes, loucos, devassos, prostitutas, etc., é ainda, no século XVII, uma espécie de instrumento misto de exclusão, assistência e transformação espiritual, em que a função médica não aparece.

Os primeiros indícios de organização foram vistos nos hospitais marítimos e militares na Europa, por meio da disciplina, que é considerada técnica de exercício de poder, elaborada no século XVIII. Era uma nova maneira de gerir os homens, controlar suas multiplicidades, utilizá-las ao máximo e majorar o efeito útil de seu trabalho e sua atividade, graças a um sistema de poder suscetível de controlá-los. A distribuição espacial dos indivíduos se dá pelo espaço, onde a inserção dos corpos se dá em um espaço individualizado, classificatório, combinatório. A disciplina exerce o controle sobre o desenvolvimento e gestos. A vigilância perpétua e constante dos indivíduos surge de forma a organizar ainda mais a realidade. Fatores como razões econômicas e o desejo de evitar que as epidemias se propaguem na sociedade explicam o comportamento disciplinar a que estão submetidos os hospitais da época.

Sendo assim, o doente mental – não mais rotulado conforme dogmas religiosos – passou a enfrentar tratamentos médicos tidos como inovadores para a época, como o choque por indução (inalação), por injeção medica-

---

6 Os novos objetos de saber, que se criam "a serviço" do novo poder, destinam-se ao controle da própria espécie; e a população é o novo conceito que se constrói para dar conta de uma dimensão coletiva que até então não havia sido uma problemática no campo dos saberes. A população é esse "novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável". A biopolítica vai se ocupar, portanto, com os processos biológicos relacionados ao homem-espécie, estabelecendo sobre os mesmos uma espécie de regulamentação.

mentosa ou ainda por meio de eletricidade (eletrodos ligados a corrente elétrica). O choque por indução foi o primeiro a ser utilizado e era realizado através de inalação por cânfora. Os choques elétricos foram descobertos posteriormente, em substituição à medicação intravenosa. Todas essas ações clínicas provocavam convulsões nos pacientes que, por muito tempo, era considerada terapia em muitos diagnósticos como o de epilepsia, por exemplo. Não havia controle no uso dos eletrochoques, o que, em muitos casos, configurava tortura física e psicológica no atendimento aos pacientes. Com o avanço tecnológico da Medicina, tais procedimentos foram, aos poucos, caindo em desuso nos sanatórios, e muitos doentes mentais com surtos graves conseguiam ser controlados apenas por medicamentos, sendo liberados para tratar da doença em hospitais comuns, podendo socializar-se.

1.2 - O surgimento da Psiquiatria no Brasil: a adaptação da capital federal à construção de hospitais e colônias psiquiátricas

A história da Psiquiatria no Brasil começa com a chegada dos portugueses em 1808, no Rio de Janeiro, onde instalam a capital federal, providenciando inúmeras melhorias para a cidade, que até então era reflexo de um Brasil-colônia. Constroem prédios e estradas, montam uma imprensa local, organizam a estrutura econômica e social nos moldes europeus. E para tal, necessitavam também organizar o espaço da cidade no que tange à divisão social do trabalho.

Ofícios foram designados aos que possuíam plenas condições de trabalho, homens, mulheres, crianças, a todos eram atribuídas funções pela Corte. Escravos já eram importados da África para servi-los, índios eram aproveitados para diversas atividades. Porém, havia um pequeno grupo de indivíduos que perambulava pelo espaço público, não tinham onde morar e não possuíam condições para trabalhar. Eram considerados loucos por não se comportarem como os demais, fugiam às regras, tinham comportamento considerado "anormal".

Na ocasião, já haviam sido construídas algumas unidades da Santa Casa de Misericórdia no Brasil[7], como as Casas de Olinda (1539); Santos (1543); Salvador (1549); Rio de Janeiro (1582); Vitória (1551); São Paulo (1599); João Pessoa (1602); Belém (1619); São Luís (1657), e Campos (1792). Esses locais já abrigavam loucos, juntamente com pacientes portadores de diversas enfermidades. A Corte então decidiu construir um hospital voltado para o tratamento da doença mental, o Hospital psiquiátrico Pedro II, na própria capital. Há quem diga que o interesse específico por essa parcela da população tenha sua origem no estado de saúde de D. Maria I, matriarca da família Real.

A instituição - administrada pela Santa Casa - foi construída na Praia Vermelha, por ser um local relativamente afastado do centro da cidade. O objetivo principal era isolar os doentes recolhidos nas ruas de forma a higienizar o espaço público, dando o tratamento mais adequado em um hospital destinado à Psiquiatria. Com isso, os doentes ficavam excluídos da sociedade, perdendo sua autonomia e identidade. «*...Essa ligação*[8]*explicita-se na articulação das práticas discursivas com um contexto(...)o projeto de medicalização da sociedade(...)ao investir sobre a cidade, disputa um lugar entre as instâncias de controle social, sob a alegação de que possui o saber sobre a doença e a saúde...» (*PORTOCARRERO, 2002: 19)

O poder disciplinar se faz atuante sobre o corpo do indivíduo, no adestramento do gesto e na regulação do comportamento, bem como na normalização do prazer, na interpretação do discurso, com o objetivo de separar,

---

7 Notável e complexa confraria de caridade regida por compromissos de atribuições entre seus membros construídas pela Coroa Portuguesa no Brasil, como em todas as vilas e cidades de Portugal e das regiões ultramarinas por ela colonizadas. Concentrava todas as obras de assistência, abrangendo o atendimento nos hospitais, a assistência aos presos pobres, a coleta de doações de esmolas, a concessão de dotes às órfãs pobres, a criação de crianças abandonadas, os serviços funerários e além de ser igualmente, executora de testamentos. Desde a sua fundação, logo após o descobrimento do Brasil, a Santa Casa da Misericórdia teve como missão acolher e cuidar dos mais carentes. O Hospital Geral foi fundado em 24 de março de 1582, pelo sacerdote espanhol José de Anchieta.

8 Relação entre o discurso sobre a Psiquiatria e a prática psiquiátrica de fato, no início do século XX.

comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar. O corpo é fruto da produção do poder e, ao mesmo tempo, objeto de saber. Para Foucault, todo conhecimento, seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas que são necessárias para que se formem tanto o sujeito quando os domínios de saber. Não há saber neutro. Todo saber é político. Poder e saber se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber.

> Só é, portanto, possível compreender o nascimento da psiquiatria brasileira a partir da medicina que incorpora a sociedade como novo objeto e se impõe como instância de controle social dos indivíduos e das populações. É no seio da medicina social que se constitui a psiquiatria. Do processo de medicalização da sociedade, elaborado e desenvolvido pela medicina que explicitamente se denominou política, surge o projeto – característico da psiquiatria – de patologizar o comportamento do louco, só a partir de então considerado anormal e, portanto, medicalizável. (MACHADO, 1978, pág 376).

Poucos anos após sua inauguração, o hospital[9] – que passou a ser chamado de Hospício Nacional de Alienados sofreu inúmeras irregularidades em sua administração, o que provocou por parte do governo uma investigação e posterior nomeação do Dr. Juliano Moreira como diretor-geral. Juliano acreditava que condições mínimas de saúde e educação eram decisivas para a saúde mental da população brasileira, e não apenas as características biológicas (hereditariedade, raça, etc.) Sendo assim, tinha como meta adquirir maiores recursos financeiros para o Hospício, bem como a qualidade de seu atendimento clínico, de forma a propiciar melhores condições aos pacientes. Juliano, com sua influência, também ajuda a promulgar a Lei Federal de Assistência dos Alienados[10], em 1903, e em 1907, a Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina-Legal[11].

> A Psiquiatria do Rio, durante as três primeiras décadas do século XX, época em que foi fundada a LBHM, era produto do atraso histórico da Psiquiatria no Brasil. Até Juliano Moreira, a Psiquiatria tinha se limitado a reproduzir o discurso teórico da Psiquiatria francesa e a seguir a prática ditada pelo pessoal leigo ou religioso, encarregada da administração dos hospitais. Juliano Moreira e seus discípulos tentaram transformar essa situação, inaugurando uma Psiquiatria cujos fundamentos teóricos, práticos e institucionais constituíram um sistema psiquiátrico coerente. (COSTA, 2006, págs 35 e 36)

Uma colônia para mulheres foi construída no bairro do Andaraí – atual Hospital do Andaraí – sob a direção

---

9 Após a Proclamação da República, em 1890, o Hospital Pedro II que antes estava sob a administração da Santa Casa de Misericórdia passa a ser gerido pelo governo federal, subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Com isso, os doentes passam a ter direito à assistência médica e, além disso, são construídas colônias em terrenos isolados da cidade, como a de São Bento e Conde de Mesquita, responsáveis por abrigar os pacientes do sexo masculino considerados excedentes no hospício por falta de espaço. Por ser uma área agrícola, os doentes poderiam desenvolver atividades de trabalho dentro das colônias.

10 Esta lei faz da Psiquiatria a maior autoridade sobre a loucura no país, e do hospício, o único lugar para receber os considerados loucos, subordinando sua internação ao parecer médico. Foi decretada no governo de Rodrigues Alves, de marcada atuação nas questões de saúde pública.
< http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=47507&norma=63278>

11 Fundada durante uma reunião na Academia de Medicina, no Rio de Janeiro, em 17/11/1907, por um grupo de 40 médicos, dentre os quais destacam-se nomes como os de : Miguel Couto, Juliano Moreira, Fernandes Figueira, Carlos Eiras, Afrânio Peixoto, Miguel Pereira, Carlos Seidl, Ulysses Vianna Filho, Antônio Austregésilo, com o propósito, que segundo seus fundadores, era de trabalhar em prol da maior difusão do estudo dos "ramos do conhecimento médico" que a nomeavam, assim como "fazer uma grande propaganda em favor da melhora da sorte dos alienados" e daqueles que a eles se dedicavam.

do Dr. Braule Pinto[12], visando também a diminuir a superlotação do Hospício dos Alienados. Porém, mesmo com essas colônias em funcionamento, devido à grande demanda de pacientes que ingressavam no Hospital Nacional, outras se fizeram necessárias como as colônias no Engenho de Dentro – hoje Hospital Psiquiátrico Nise da Silveira, antigo Centro Psiquiátrico Pedro II, e a de Jacarepaguá, sem contar com as demais espalhadas pelo Brasil. Com o falecimento do diretor-geral da colônia do Andaraí em 1918, um novo médico é nomeado para o cargo, Dr. Gustavo Riedel[13], que, posteriormente, em 1923, funda a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), juntamente com um grupo de psiquiatras, dentre eles, o colega Juliano Moreira.
Além disso, Riedel cria o primeiro ambulatório psiquiátrico na Colônia de Alienados do Engenho de Dentro, uma escola de Enfermagem, voltada especificamente para a Higiene Mental, além de um laboratório de Psicologia e serviço de assistência voltado ao doente diagnosticado psicopata[14]

1.3 - A Liga e sua estrutura

Riedel a fundou, primeiramente, com a finalidade de reformar a assistência psiquiátrica do país, desenvolvendo a estrutura dos hospitais psiquiátricos e renovando o seu corpo de funcionários. A Liga era uma entidade civil, que funcionava subvencionada ao governo federal, porém, tinha também apoio filantrópico. Em 1925 (dois anos após a sua criação), com a publicação da revista Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, a verba arrecadada significava mais uma fonte de renda direcionada à instituição. Além da cúpula de médicos psiquiatras – considerada elite médica no país - a Liga também possuía em seu núcleo profissionais de diversas áreas de atuação como psicólogos e sociólogos, entre outros.
Após 1926, a entidade sofreu influência da Psicanálise e a teoria Freudiana passa a embasar os discursos sobre a Eugenia. Acreditava-se que a Psicanálise era capaz de fornecer um novo caminho aos valores morais da sociedade. Fazia-se necessário moldar o pensamento social brasileiro conforme os interesses oligárquicos. A prática do Higienismo fazia todo sentido aos olhos dos cientistas por se tratar de um mecanismo de prevenção e controle de doenças e epidemias. Não seria diferente com a Psiquiatria: novos tratamentos com ações terapêuticas visavam prevenir possíveis distúrbios de ordem mental antes mesmo do aparecimento de sintomas. O alvo passou do doente mental ao indivíduo são, o foco da Psiquiatria a partir de então.
Com base nessa nova concepção médica, a Liga começa a reformular os estatutos feitos por ela, ampliando a atuação dos psiquiatras nas esferas social, profissional e pedagógica, introduzindo o conceito do que seria o indivíduo saudável e como cultivá-lo. As práticas eugênicas começavam a ser fazer cada vez mais presentes, os programas de higiene mental eram instituídos socialmente e os primeiros exemplares da revista do órgão difundidos entre a população, formando então a opinião pública sobre o que seria saúde mental e como atingi-la. Era uma espécie de cartilha ideológica da Liga, onde, por meio de artigos e notícias sobre Psiquiatria, eram divulgados os discursos médico-psiquiátricos da época.
Até 1930, a eugenia visava apenas a prevenção de doenças, a questão do aprimoramento de raças era voltada para os indivíduos sãos, e questões étnicas não eram levadas em consideração. Todavia, um pouco mais tarde,

---

12 Psiquiatra de formação, foi o primeiro diretor da Colônia de Alienadas, apenas para pacientes do sexo feminino, que encontravam-se em superlotação no Hospital dos Alienados, no Rio de Janeiro.

13 Gustavo Kohler Riedel era gaúcho, natural de Porto Alegre. Seu pai, Dr. Henrique Riedel, era dentista e professor da Faculdade de Odontologia de Porto Alegre. Sua mãe se chamava Hermínia Kohler. O pai dela, Sr. Hermínio Kohler, era pessoa de posses e muito facilitou a vida do neto que não teve que enfrentar as agruras de ser estudante pobre. Desde pequeno se mostrava um estudante esforçado e inteligente. Entrou para a Faculdade de Medicina de Porto Alegre e lá fez os quatro primeiros anos. Com o patrocínio do avô, em fevereiro de 1907, resolveu ir para o Rio de Janeiro, onde concluiu seus estudos de Medicina. São poucas as referências sobre a vida pessoal. Tornou-se alienista-interino-adjunto do Hospital Nacional de Alienados e logo em seguida, Docente da Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina.

14 Designação atribuída para um indivíduo portador de uma desordem de personalidade, caracterizada em parte por um comportamento antissocial, diminuição da capacidade de empatia/remorso e baixo controle comportamental ou, por outro, pela pertença de uma atitude de dominância desmedida.

psiquiatras racistas apoderaram se dos conceitos eugênicos para embasar o seu preconceito, argumentando a diferença entre raças e a não-miscigenação como forma de garantir a saúde mental da sociedade. O racismo, então, passou a ser legitimado pela Biologia. O doente são ou sadio era classificado conforme a sua genealogia e não à sua base cultural.

A forma de conceber o tratamento psiquiátrico dos profissionais da LBHM era um indicio de anti liberalismo[15], pois desejavam solucionar o que classificavam como um problema de ordem eugênica no Brasil, a doença mental e, para tal, não consideravam a vontade dos indivíduos, impondo-lhes medidas terapêuticas autoritárias (como esterilização, internação, etc.) à força. O corpo e a liberdade individual dos doentes eram ignorados pelos médicos, pois os envergavam como animais que possuíam anormalidades químicas e biológicas em sua formação biológica. Um exemplo disso é o alcoolismo como sendo uma doença hereditária para os psiquiatras da LBHM, devendo ser tratado com medidas eugênicas de forma a preservar a espécie. Conceitos como o moralismo, o racismo e a xenofobia[16] também se fizeram presentes nos discursos médicos da época.

REFERÊNCIAS:

MICHEL, Foucault. (1978), *História da Loucura.* São Paulo: Perspectiva.

_____ (1977), *O nascimento da clínica***.** Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____ (2000) 6ªedição, *Doença mental e psicologia.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

_____ (1979) 18ª edição, *Microfísica do Poder***.** Rio de Janeiro: Graal.

COSTA, Jurandir Freire. (2007), *História da Psiquiatria no Brasil***.** Rio de Janeiro: Garamond.

MOTA, André & Marinho, S.M.C Maria Gabriela (orgs). (2012), Coleção Medicina, Saúde e História Vol II. *História da Psiquiatria: ciência, práticas e tecnologias de uma especialidade médica.* São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina. Universidade federal do ABC paulista. CD. G Casa de Soluções e Editora.

GOFFMAN, Erving. (2001), *Manicômios, prisões e conventos.* São Paulo: Editora Perspectiva.

ORLANDI, Eni. (2009), *Análise de discurso: princípios e procedimentos.* Campinas: Pontes Editores Ltda.

PORTOCARRERO, Vera. (2002), *Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria.* Rio de Janeiro: Fiocruz.

MACHADO, Roberto. (1978), *Danação da Norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil.* Rio de Janeiro: Graal.

OJEDA, Beatriz. Sebben. "A tecedura das relações saber-poder em saúde: matizes de saberes e verdades". Repositório Institucional da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Disponível em <http://meriva.pucrs.br:8080/dspace/bitstream/10923/5005/1/000331934-Texto%2bCompleto-0.pdf> [Consultado em 25-7-2014].

15 Defesa dos valores e moralidade social tradicional e cristã. O antiliberalismo defende a moderação e a cooperação. Em relação à LBHM, significava autoridade e intervenção arbitrária no tratamento dos doentes mentais, não respeitando sua individualidade enquanto seres humanos. Tinha em sua base constitutiva ideias eugênicas.

16 Medo, aversão ou profunda antipatia em relação aos estrangeiros. Desconfiança em relação a pessoas estranhas ao meio daquele que as julga ou que vêm de fora do seu país.

Ouvidoria hospitalar como forma de participação cidadã

Liliany Mara Silva Carvalho
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
lilianymara@bol.com.br

Formada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC – MG), pós-graduada na modalidade *Latu Sensu* em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela Faculdade de Saúde Ibituruna (FASI), cursando pós-graduação *Stricto Sensu* em Saúde, Sociedade e Ambiente na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, onde tem como tema de dissertação "Participação Social: O uso da Ouvidoria em Saúde como parte da construção da democracia brasileira". Atualmente é colaboradora junto ao Ministério da Saúde como referência descentralizada do Programa de Valorização da Atenção Básica (PROVAB) e Programa Mais Médicos para o Brasil, colaboradora junto à Santa Casa de Caridade de Diamantina (MG).

Juanito Niquini Rosa Junior
Silvia Regina Paes

Resumo: O sistema de saúde brasileiro passou por reformas que determinaram o redimensionamento das políticas públicas, resultando na participação cidadã. O presente trabalho tem como objetivo a análise do uso do serviço de ouvidoria de um hospital de referência macrorregional, sendo esse um serviço aberto de escuta a população no âmbito hospitalar. Foi utilizado como instrumento de análise o Livro de Ata da Ouvidoria da instituição, onde evidenciou-se dados referentes ao acesso à ouvidoria. De acordo com o levantamento dos dados, coletados no período de 2009 a 2014, foi observado que o acesso ao serviço de ouvidoria foi inferior a 3%, correlacionando com o número de internações anuais. Os resultados demonstraram que apesar do avanço legislativo, que garante a participação popular, ainda é incipiente a manifestação por parte desta. Neste contexto, evidencia-se um descompasso entre os discursos promotores dessa participação e as práticas implementadas.

Palavras Chave: Ouvidoria em Saúde, Participação Cidadã, Ouvidoria Hospitalar, Democracia em Saúde, Participação Popular.

1. INTRODUÇÃO

A emergência dos movimentos sociais nos anos 70 e 80, associada à mobilização nas Universidades e nas organizações de usuários, gestores e trabalhadores da saúde, gerou, de modo pluralista e supraparitário, as condições sociais e políticas de onde emerge, em meio à luta social, a noção da saúde como direito, assim como os princípios que viriam a servir de base para a criação do Sistema Único de Saúde - SUS (BRASIL, 2007).
No Brasil a participação popular é um dos eixos principais no SUS e está claramente definida dentro do marco legal dentro da Reforma do setor saúde, essa expressão tão forte da população deixou suas marcas registradas em importantes documentos: Constituição Federal, 1988 (BRASIL, 1988); Leis 8.080/90 e 8.142/90 (BRASIL, 1990); Normas Operacionais Básicas (1/91, 1/93 e 1/96) (MS, 1991, 1993, 1996).
Santos Junior (2012) afirma que para que haja democracia deve haver manifestação, por meio de outras formas e modelos que permitam a aproximação entre os que decidem e os que sofrem as consequências das decisões. Segundo o autor esses modelos podem agregar características de ampliação e fortalecimento da participação, buscando criar ligaduras entre a democracia representativa e a democracia participativa. Para isso, as estruturas do aparelho do Estado precisam de ambientes que acolham as manifestações originárias da sociedade.
Neste contexto, programas de humanização da assistência à saúde estão cada vez mais sendo estimulados, sobretudo pelo SUS, com propostas como mapeamento e interação com as demandas sociais, coletivas e subjetivas de saúde, ressaltando indagações, críticas, sugestões e outros pareceres da população em relação

ao encaminhamento da saúde no Brasil. Esta proposta de humanização está intimamente ligada à melhora da qualidade do atendimento e às condições de trabalho.

O Ministério da Saúde do Brasil tem desenvolvido várias iniciativas na busca da implantação e da integração de processos com objetivos visando humanização e consequentemente a participação popular, nesse sentido, convergiram em 2007 para a implantação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa do SUS, conhecida como ParticipaSUS, divulgada por meio da Portaria nº 3.027/2007, através do Departamento de Ouvidoria-Geral do SUS (DOGES), vinculado à Secretaria de Gestão Participativa (SGEP) do Ministério da Saúde (MS) (BRASIL, 2007).

A ParticipaSUS constitui-se em um conjunto de atividades voltadas ao aprimoramento da gestão do SUS, visando maior eficácia, eficiência e efetividade, por meio de ações que incluem o Apoio ao Controle Social (a educação popular, a mobilização social, a busca da equidade), o Monitoramento e a Avaliação da Gestão, a Ouvidoria, a Auditoria e a Gestão da Ética nos serviços públicos de saúde. Neste trabalho daremos especial destaque a Ouvidoria.

O termo Ouvidoria ganha ainda mais força com sua entrada no texto da 12ª Conferência Nacional de Saúde, passa a ser vista como uma política descentralizada, devendo ser levada em conta nas três esferas do governo. Nos alerta Santos Junior (2012) que, inclusive, a esfera federal passou a destinar incentivos financeiros e apoio técnico do Ministério da Saúde para estados e municípios. A partir daí, a cada ano, as Ouvidorias do SUS deveriam ser constituídas nos municípios e nos estados, no âmbito das secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. O tema Ouvidoria, foi abordado tanto na 10ª (Brasília, 6 a 9 de setembro de 1996) quanto 11ª (Brasília, 15 a 19 de dezembro de 2000) Conferência Nacional de Saúde, foi para o relatório final da 12ª Conferência Nacional de Saúde (Brasília, 7 a 11 de dezembro de 2003), no texto consta a necessidade premente da elaboração de uma política descentralizada de Ouvidoria no âmbito do SUS:

> 49. Definir e implementar uma política nacional de Ouvidorias do SUS para as três esferas de governo, submetendo-a aos respectivos Conselhos de Saúde, capacitando recursos humanos e disponibilizando recursos financeiros para implementação nos estados e municípios. Essa política deve ampliar os canais de relação e participação com a população, modificar o caráter, a eficiência e o funcionamento das Ouvidorias. Além de estarem voltadas para a pronta resolução dos problemas denunciados, as Ouvidorias também devem ser geradoras de informações para apoio e qualificação, avaliação e planejamento da gestão em saúde e que os serviços tenham ampla e permanente divulgação à população. Para tanto, devem:
>
> I. dispor de mecanismos interligados de escuta do cidadão usuário nas três esferas do governo;
>
> II. implementar nos meios de comunicação de massa uma ampla divulgação da política nacional de Ouvidoria no SUS ampliando esse tipo de atendimento nas esferas estaduais e municipais;
>
> III. ser realizadas eleições para um (a) ouvidor (a) geral para a esfera estadual e para a esfera municipal, cujo nome deve ser homologado pelos respectivos Conselhos de Saúde. (12ª, 2004, p.111l).

O diferencial da Ouvidoria em Saúde como canal democrático que esta constitui é que a mesma é uma possibilidade que não necessita "atravessador", como por exemplo, nos casos de Conselhos Municipais de Saúde, Associações ou outros tipos de políticas democráticas, mas que, ainda assim tem um representante do povo.

Como nos alerta Santos Junior (2012) os Conselhos Municipais de Saúde trazem em seu bojo extrema importância, no entanto, em uma cidadania que se desenvolve numa civilização contemporânea, que é muito relacionada ao individualismo e que constitui novas identidades e sujeitos, os cidadãos começam a emitir demandas individualizadas.

As ouvidorias são canais democráticos de comunicação, destinados a receber manifestações dos cidadãos, incluindo reclamações, denúncias, sugestões, elogios e solicitação de informações. Por meio da mediação e da busca de equilíbrio entre os entes envolvidos – cidadão, órgãos e serviços do SUS (MINAS GERAIS, 2013).
Pereira (2002) afirmam que a ouvidoria surge como uma estratégia na consolidação desta nova cultura nas instituições de saúde como um dos pontos abordados pela Política Nacional de Humanização – PNH, destacando que a humanização busca a valorização dos diferentes sujeitos implicados no processo de produção de saúde (usuários, trabalhadores e gestores), como eixo estruturante das práticas em saúde (na atenção e na gestão) em todas as instâncias do SUS.
Segundo Pereira (2002) a ouvidoria hospitalar é compreendida como uma nova forma de gerenciamento e argumenta-se que sua implantação foi uma das estratégias utilizadas pelos hospitais para adequar-se às transformações ocorridas na área da saúde. É, portanto, um instrumento para o fortalecimento da cidadania e do trabalho interdisciplinar apoiado num processo pedagógico, educativo e propositivo.
Com vistas a implantação desta Política, ParticiapaSUS, este trabalho tomou como ponto central uma de suas estratégias de fomento a participação popular como seu alicerce para o reconhecimento da efetividade desta medida, a Ouvidoria em Saúde. Acreditamos na necessidade do desenvolvimento deste trabalho por ser a Ouvidoria em Saúde uma ferramenta que se adéqua tanto a gestão quanto a população, já que tem como sua principal função o fortalecimento do SUS por meio do incentivo à participação popular e da inclusão do cidadão no controle social.
Com o surgimento da ouvidoria, no mundo e no Brasil, surge também a figura do Ombudsman (ouvidor) inicialmente na Suécia, no início do século XIX, com função de fiscalizar a aplicação das leis por parte dos funcionários públicos. Ombudsman, expressão de origem nórdica, resulta da junção da palavra *ombud* que significa representante, procurador com a palavra *man* – homem (Vismona, 2005).
Falando especificamente no Brasil a figura do ouvidor existe desde o período colonial, e sua atividade estava inteiramente ligada a representatividade da autoridade governamental, que foi nomeada para a função de juiz. Com o tempo, a concepção de ouvidor vai se transformando de acordo com as transformações sociais, criando a concepção de representar o cidadão e não apenas o gestor ou a administração, ocorrendo então um claro avanço para a cidadania (Pacheco, 2010).
Atualmente, as ouvidorias estão presentes em diversos setores públicos e privados, precisamos vê-la para além da sua configuração burocrática, pressupõe destacá-la como um ente que fortalece o SUS como política pública construída por intensa mobilização social e edificada em diretrizes filosóficas como a universalidade, integralidade e equidade (Maia et al. 2011). Entende-se assim que a ouvidoria constrói-se uma nova cultura no campo da saúde pautada na valorização não só da dimensão biológica, mas das dimensões subjetiva e social, na qual acolher é criar com o outro, fortalecendo o compromisso com os direitos de cidadania e do trabalho interdisciplinar, ou seja, organiza-se o processo de trabalho em saúde pautado no cidadão (Valdes, 2005).
A questão da participação popular não pode ser, portanto, negligenciada, especialmente por se constituir também em direito garantido no texto constitucional, compondo uma das principais diretrizes do atual sistema.
Para Bordenave (1986) a participação é, sobretudo, uma necessidade fundamental do ser humano que se expressa na família, no trabalho, na comunidade ou na luta política. Ela exprimiria uma tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e envolveria a satisfação de outras necessidades não menos básicas, como a interação com outras pessoas, a auto expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros. O que nos leva a crer que a participação pode ser usada com os mais diferentes objetivos.
A participação popular, definida por Valla & Stortz (1989) como uma participação política as entidades representativas da sociedade civil em órgãos, agências ou serviços do Estado responsáveis pelas políticas na área social. A participação popular nesse sentido está diretamente ligada à ideia de controle social, previstos nas normativas brasileiras.

2. OBJETIVO

Este trabalho teve como objetivo a análise da ocorrência de queixas realizadas ao serviço de ouvidoria de uma instituição hospitalar.

3. METODOLOGIA

3.1 Tipo de estudo

Trata-se de um estudo que teve como base pesquisa exploratória-descritiva, com abordagem qualitativa. Optou-se por essa abordagem metodológica por ser considerada como a melhor estratégia para o desenvolvimento desse tipo de investigação.
A pesquisa exploratória é utilizada para casos em que, por falta de familiaridade com o problema de pesquisa, necessite de um estudo que oriente a direção a ser seguida, como em alguns casos específicos dentro de uma organização, embora muitas vezes possam existir teorias e conhecimentos a respeito do tema em questão. Com relação à formulação de hipóteses, estas poderão surgir no decorrer do trabalho, mas não é um elemento fundamental dessa modalidade de pesquisa. (Fernandes et al. 2003).
A pesquisa descritiva, apenas captura e mostra um cenário de uma situação, expressa em números e que a natureza da relação entre variáveis é feita na pesquisa correlacional (Locke et al. 1998: 128).
Neste contexto, entendemos que a pesquisa exploratória-descritiva acaba servindo para proporcionar uma nova visão do problema de maneira descritiva, através da captura de um determinado cenário, expressa em números.

3.2 Cenário de estudo

O cenário de estudo foi um hospital filantrópico de uma pequena cidade dos Vales do Jequitinhonha, Minas Gerais, Brasil, considerado de referência para a região. A sua área de abrangência compreende a Região Ampliada de Saúde Jequitinhonha, com uma população total de 296.334 habitantes, que é composta por duas regiões de saúde: Diamantina, composta por quinze municípios (Alvorada de Minas, Carbonita, Coluna, Congonhas do Norte, Couto de Magalhães de Minas, Datas, Diamantina, Felício dos Santos, Gouveia, Santo Antônio do Itambé, São Gonçalo do Rio Preto, Senador Modestino Gonçalves e Serro) e região de saúde tripolar Minas Novas/Turmalina/Capelinha, que é composta por oito municípios (Aricanduva, Capelinha, Chapada do Norte, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado, Minas Novas, Turmalina, Veredinha) (Malacachias et al. 2011).

3.3 Coleta de dados

Os dados utilizados no estudo são secundários e foram coletados através do Livro de Ata da Ouvidoria do hospital em questão, que é utilizado para registro de informações relacionadas as manifestações dirigidas a ouvidoria. Este livro é preenchido manualmente e fica sob os cuidados do ouvidor da semana, que é designado em escala confeccionada no início do ano envolvendo a todos os membros do Grupo de Trabalho de Humanização.
A Ouvidoria dessa instituição tem como atribuição receber as demandas dos usuários, examinar, encaminhar às áreas competentes e responde-las quanto às questões levantadas, os registros das demandas são descritos no Livro de Ata em questão.
Para a coleta de dados foi necessário minuciosa análise do Livro de Ata da Ouvidoria em que todas as manifestações ali registradas foram catalogadas em planilha separadas por ano. Sobre as internações hospitalares as informações foram obtidas no próprio hospital, no setor de internações através de um programa de computador denominado SPDATA que tem por finalidade o gerenciamento das internações hospitalares e o registro de informações.

A coleta de dados ocorreu no período de agosto a outubro de 2014, orientada pela técnica de análise documental[1], incluindo o manejo de informações e materiais a partir das demandas dos usuários contidas no Livro de Registro, referentes aos anos de 2009 a 2014, computando um total de 99 manifestações, por meio de diversos tipos de contato (e-mail, telefone, carta, pessoalmente).

3.4 Questões éticas

Esta pesquisa procurou atender aos princípios éticos à Resolução 466/12 (BRASIL, 2012), do Conselho Nacional de Saúde, sob Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP de número 798.137, na data de 19/09/2014. Esta aprovação foi efetuada mediante anuência da instituição hospitalar em questão.

3.5 Organização e análise dos dados

Para tabulação e elaboração das planilhas de dados, foram utilizados os programas SPSS e EXCEL. Os dados foram organizados em tabelas, quadros e gráficos com distribuição de frequência absoluta e relativa e analisados por meio de estatística descritiva.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados permitiu correlacionar ao número de internações anuais os acessos ao serviço de ouvidoria hospitalar, no período de agosto de 2009 a agosto de 2014. Observou-se que nestes cinco anos o referido acesso foi inferior a 3%, correlacionando com o número de internações anuais.
Seguem abaixo os dados referentes ao número de internações e ao número de reclamações realizadas:

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Número de Internações	843	3.431	3.496	4.207	4.670
Número de Acessos a Ouvidoria	21	21	18	27	12

Os dados demonstram uma crescente no número de internações, no entanto, percebemos que a variável relativa aos acessos realizados a ouvidora demonstra estabilidade nos dois primeiros anos, queda no terceiro ano, um pequeno aumento no quarto ano e uma queda significativa no último ano.
No Ano 1, que compreendeu o período de agosto de 2009 a julho de 2010 foram realizadas 843 internações hospitalares, destas apenas 21 pessoas procuraram ao serviço de ouvidoria para realizar algum tipo de manifestação. No primeiro ano de funcionamento do serviço de Ouvidoria hospitalar concluímos que houve uma demanda 2,49% de uso da mesma, acreditamos que neste primeiro ano possa ter havido uma maior divulgação e incentivo do uso deste serviço e ainda assim percebemos o baixo número de usuários que procuraram pelo mesmo.

1 A análise documental consiste em identificar, verificar e apreciar os documentos com uma finalidade específica e, nesse caso, preconiza-se a utilização de uma fonte paralela e simultânea de informação para complementar os dados e permitir a contextualização das informações contidas nos documentos. A análise documental deve extrair um reflexo objetivo da fonte original, permitir a localização, identificação, organização e avaliação das informações contidas no documento, além da contextualização dos fatos em determinados momentos (Moreira, 2005).

No Ano 2, que compreende o período de agosto de 2010 a julho de 2011 foram realizadas 3.431 internações hospitalares, percebemos que manteve-se o mesmo número de manifestações no serviço de ouvidoria em relação ao Ano 1, de 21 acessos, o número não variou apesar de o número de internações hospitalares ter aumentado significativamente com um total de 2.388 internações a mais do que o ano anterior. Neste contexto, entendemos que o número de manifestações ao serviço de ouvidoria hospitalar foi incoerente, compreendendo apenas 0.61%% de manifestações, o que reforça nossa hipótese de que no primeiro ano houve maior estímulo à procura deste.

No Ano 3, que compreende o período de agosto de 2011 a julho de 2012 também houve um aumento nas internações, ainda que discreto, obtendo o valor de 3.496 usuários internados, ao passo que o número de manifestações no serviço de ouvidoria hospitalar reduziu substancialmente para 18 sendo agora 3 manifestantes em detrimento dos anos anteriores, compreendendo um valor de 0.51% de manifestações no serviço de Ouvidoria Hospitalar, o que pressupõe que 1% dos internados procuraram por este serviço para se manifestar.

No ano 4, que compreende o período de agosto de 2012 a julho de 2013 persistiu o aumento das internações hospitalares, alcançando um número de 4.207 internados, sendo agora 711 pessoas a mais do que o ano anterior. Em relação as manifestações no serviço de ouvidoria hospitalar foi o ano em que tivemos maior número de pessoas, atingindo um total de 27 pessoas. Observa-se que 0.64% dos internados procuraram pelo serviço de Ouvidoria hospitalar para realizar a sua manifestação.

No ano 5, que compreende o período de agosto de 2013 a julho de 2014 o número de internações hospitalares atingiu 4.670 usuários, com um número de 463 internações a mais que o ano anterior. No entanto, neste último ano percebemos um valor extremamente abaixo relacionado aos acessos dirigidos ao serviço de ouvidoria hospitalar, somando-se apenas 12. Observamos que neste último ano 0.25% dos usuários internados foram aqueles que tiveram acesso ao serviço de ouvidoria.

Percebe-se que em 4 anos de existência do serviço de ouvidoria hospitalar da instituição pesquisada, tivemos um total de 858.804 usuários internados, no entanto, é alarmante perceber que destes apenas 99 pessoas utilizaram do serviço de ouvidoria hospitalar para realizar algum tipo de manifestação. Entendemos que este não é o ideal, uma vez que pressupomos que a participação popular está diretamente ligada a gestão dos serviços de saúde, assim, cabe a população apontar parâmetros que deveriam nortear o planejamento de ações futuras.

A literatura nos mostra que os serviços de saúde brasileiro não atingiram ainda um patamar de excelência e, neste contexto, está em face de críticas, sugestões, elogios, enfim, construções que devem advir da sociedade. O papel dos usuários de saúde na relação cotidiana que estabelecem com a rede de serviços e com os profissionais que nela atuam, longe de significar a mera busca de assistência, inscreve-se numa prática pluridimensional, dentre as quais se pode destacar a dimensão política (Bosi et al. 1998). Mas, teriam estes usuários o conhecimento de que são parte destes serviços e neles podem intervir? Quem os informou sobre isto?

Segundo Valla (1998) a participação popular significa uma força social imprescindível para fazer sair do papel as conquistas e impulsionar as mudanças necessárias. Como se sabe, o interesse de muitos grupos é exatamente o contrário, ou seja, que o serviço público permaneça sempre deficitário, impotente, desacreditado pela própria população que o mantém.

> Um dos efeitos mais percniciosos do mau funcionamento dos serviços públicos no Brasil é o que se chama a culpabilização da vítima. É possível detectar uma imagem construída em torno das condições de vida e de trabalho da população trabalhadora. Pode-se dizer que a precariedade dos serviços públicos para essas parcelas da sociedade tem, em parte, sua justificativa a partir dessa imagem construída. Acusam-se os pais de uma criança desidratada por não se preocuparem com o filho, culpa-se a criança da classe popular que não aprende na escola por não se esforçar ou explica-se o acidente sofrido pelo operário como resultado de sua falta de atenção. Assim, a individualização da culpa é a explicação de uma prática coletiva (Valla, 1998).

Como pode haver participação popular se as pessoas não são informadas sobre tal, é a pergunta que nos fazemos. Além disto é imprescindível supor que os gerentes de serviços não estimulam a referida participação

popular, pois a mesma é uma baliza para a qualidade efetiva dos seus serviços. Não entendem que a participação popular está intimamente ligada a melhoria do seu serviço, pois é através de um mapa que revela o descontentamento dos usuários que se há parâmetros para se entender quais melhorias são necessárias incluir em futuros planejamentos.

Entendemos que os mediadores, profissionais de saúde, tenham dificuldades em aceitar que pessoas humildes, que não fazem parte do labor daquele determinado serviço, sejam capazes de produzir conhecimento, sejam capazes de organizar e sistematizar pensamentos sobre a sociedade, de fazer uma interpretação capaz de contribuir para a avaliação de determinado serviço, ou mais especificamente que sejam aptos a criticar o seu serviço.

É comum em textos que trate de ouvidoria resgatar o significado da palavra ouvir e entendemos que este é o caminho. É um hábito em falta na sociedade, dificultando um diálogo proveitoso para a solução de vários conflitos, seja no âmbito das famílias, das empresas e dos poderes públicos. Saber ouvir, muitas vezes é confundido com fraqueza, mas reflete a paciência e a humanidade dos sábios. Ouvindo-se mais, pode-se errar menos, economizam-se recursos, constituindo-se, pois, numa fonte importante de racionalidade, neste tempo sem que a sobrevivência é ditada pela competitividade. (Vilanova, 2004).

5. CONCLUSÃO

Os resultados demonstraram que apesar do avanço legislativo, que garante a participação popular, ainda é incipiente a manifestação por parte desta. Neste contexto, evidencia-se um descompasso entre os discursos promotores dessa participação e as práticas implementadas.

A participação popular pressupõe o uso de mecanismos institucionais e sociais, disponíveis ou ainda a serem criados, incluindo os de representação que precisam ser reformulados e aperfeiçoados. Neste sentido, busca a efetivação dos direitos já consagrados, mas, vai além, tenta construir novos direitos, fortalecendo a sociedade no exercício de seu papel político.

Conclui-se que a ouvidoria, espaço de participação social, com o objetivo de legitimar-se como um instrumento de cidadania, dignidade, respeito e acessibilidade aos serviços de saúde, ainda não atinge a população, ao contrário disto toma um número insignificante de pessoas que tem a oportunidade de se expressar. A população ainda está desinformada, não sabe que pode se manifestar, que pode realizar intervenções e, mais do que isto, que por direito, pode agir diretamente na gestão dos serviços de saúde.

Fica evidente que o acesso ao serviço de ouvidoria hospitalar, forma de manifestação da sociedade, deve ser estimulado. Observamos que os profissionais não direcionam a população para que se manifestem, os colaboradores precisam, por meio de processo educativo, entender que a democratização é o meio para o qual os serviços prosperem. A ouvidoria em saúde tem, como uma de suas prerrogativas básicas a função de informar, neste contexto, entendemos que basicamente há que se informar que se pode manifestar, antes de todo e qualquer informativo.

6. BIBLIOGRAFIA

BOSI, M. L. M., AFFONSO, K. de C. (1998), "Cidadania, participação popular e saúde, com a palavra os usuários da rede pública de serviços". *Cad. de Saúde Pública*, 14(2), Disponível em www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X19980002000208&cript=sci_arttext, (consultado em 20-08-2014).

BORDENAVE, J.E.D. (1986), *O que é participação*. São Paulo: Ed. Brasiliense.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990a. Publicada no Diário Oficial da União em 20 de setembro de 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Portaria Nº 3.027 de 26 de Novembro de 2007. Aprova a Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS – PARTICIPASUS. Diário Oficial da União 2007; 26 Nov.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466 de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Publicada no Diário Oficial da União, nº 12, seção 1, p. 59, 2012.

FERNANDES, A. L., GOMES, J. M. M. (2003), "Relatórios de Pesquisa nas Ciências Sociais: Características e modalidades de investigação". *ConTexto*, 3(4), Disponível em: http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Relat%C3%B3rios-De-Pesquisa-Nas-Ci%C3%AAncias-Sociais/50414537.html, (consultado em 19-09-2014).

LOCKE, L. F. et al (1998), *Reading and understanding research*. Thousand Oaks: Sage.

MAIA, E. R., CARVALHO, A. S. D., SOUSA, S. M. (2011), "O processo de implantação de ouvidoria hospitalar: análise de uma experiência". *Caderno de Cultura e Ciência*, 10(2), Disponível em: http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/cadernos/article/view/410, (consultado em: 12-11-2014).

MALACHIAS, I., LELES, F. A. G., PINTO, M. A. S. (2010), "Plano Diretor de Regionalização da Saúde de Minas Gerais". *Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais*.

MINAS GERAIS. (2013), "Ouvidoria Geral do Estado de Minas Gerais. Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais". *Curso de Extensão em Ouvidoria de Saúde. Unidade 1: Ouvidoria em Saúde*.

MINAS GERAIS. (2013), "Ouvidoria Geral do Estado de Minas Gerais. Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais". *Curso de Extensão em Ouvidoria de Saúde. Unidade 3: Gestão e Planejamento em Saúde*.

MOREIRA, S. V. (2005), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*, São Paulo: Atlas.

PACHECO, M. V. F. (2004) Ouvidoria e saúde pública. Monografia, Pernambuco: Faculdade de Ciências da Administração da Universidade de Pernambuco.

PEREIRA, L. H. (2002). "A voz do usuário no sistema hospitalar: ouvidorias". Sociologias, 7, Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222002000100004&script=sci_arttext, (consultado em 21-10-2014).

SANTOS JUNIOR, A. F. (2012), Ouvidoria no Sistema Único de Saúde: É um espaço de gestão democrática e participativa. Dissertação, João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

VALDES, D. (2005), "Ouvidorias, participação e cidadania: elementos essenciais, desafios comuns". *2º Encontro de Ouvidoria Públicas do Centro – Oeste*.

VALLA, V. V., STOTZ, E. N. (1989). *Participação popular e saúde*. Petrópolis: CDDH/CEPEL.

VALLA, V. V. (1998), "Sobre participação popular: uma questão de perspectiva". *Cad. Saúde Pública*, 7(18), Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X1998000600002&script=sci_abstract&tlng=pt, (consultado em: 25-10-2014).

VILANOVA, F., MACIEL, R. (2004). Ombudsmen, ouvidores: transparência, mediação e cidadania. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha.

VISMONA, E. L. (2005). A ouvidoria no Brasil. São Paulo: Associação Brasileira de Ouvidores.

12.ª Conferência Nacional de Saúde: Conferência Sergio Arouca: Brasília, 7 a 11 de dezembro de 2003: relatório final / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004, 230 p.

Melhoria da adesão ao tratamento medicamentoso dos usuários hipertensos e/ou diabéticos da usf de são bento, amélia rodrigues/ba

Juliana Invenção Gomes[1]
Denise Silva da Silveira
Marinalva da Invenção Gomes e João Alberto da Costa Gomes
julli.gomes@yahoo.com.br

Resumo: Os vínculos de compromisso e de corresponsabilidade estabelecidos mediante as ações da equipe multidisciplinar na Estratégia de Saúde da Família (ESF) são decisivos para o sucesso do tratamento medicamentoso pelos hipertensos e/ ou diabéticos. Este estudo foi realizado numa USF em Amélia Rodrigues/ BA, com o objetivo de melhorar a adesão ao tratamento medicamentoso do seus usuários hipertensos e/ou diabéticos. Consistiu na avaliação inicial e final da adesão pelo teste *Brief Medication Questionaire* (BMQ) e na realização de atividades educativas com enfoque na orientação ao uso correto do tratamento medicamentoso. Participaram desse estudo 217 hipertensos e/ou diabéticos. A baixa adesão ao tratamento medicamentoso foi de 7,8% e verificou-se mudança de categoria para aderente entre cinco dos sete respondentes ao teste. O estudo proporcionou o fortalecimento dos vínculos de compromisso e de corresponsabilidade até a melhoria da adesão ao tratamento medicamento de alguns usuários.

Palavras-Chaves: Atenção Básica à Saúde. Saúde da Família. Estudos de Intervenção. Doenças Crônicas não Transmissíveis. Tratamento medicamentoso.

Introdução

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), se caracterizam por ter uma etiologia múltipla, longos períodos de latência, curso prolongado, origem não infecciosa, por sua associação a deficiências e incapacidades funcionais e, também, por ser um conjunto de doenças que têm fatores de risco semelhantes. Entre elas encontramos a hipertensão arterial sistêmica (HAS), as neoplasias, as doenças respiratórias crônicas e a diabetes mellitus (DM) (BRASIL, 2008).

No Brasil, as doenças cardiovasculares representam importantes problemas de saúde pública, pois são a primeira causa de morte no país (BRASIL, 2006a; OPAS, 2010). Neste contexto, destacam-se a HAS e a DM como os mais importantes fatores de risco para o desenvolvimento das doenças cardiovasculares. Possuem diversos aspectos em comum tais como etiopatogenia, fatores de risco, facilidade de diagnóstico, necessidade de acompanhamento por equipe multidisciplinar, tratamentos não medicamentoso e medicamentoso e dificuldade de adesão às recomendações prescritas (BRASIL, 2006b, BRASIL, 2006c; BRASIL, 2006d).

---

1 Possuo graduação em Bacharelado em Enfermagem pela Faculdade Nobre de Feira de Santana/ BA (2010), Especialização em Saúde da Família pela Universidade Federal de Pelotas/ RS (2013), Especialização em Saúde da Pessoa Idosa (em andamento) pela Universidade Federal do Ceará/ CE e Especialização em Nefrologia Multidisciplinar (em andamento) pela Universidade Federal do Maranhão/ MA. Durante toda a minha trajetória profissional, tenho tentado contribuir para o desenvolvimento das políticas públicas de saúde e das ações de vigilância, prevenção e controle de doenças. A exemplo disso, posso citar os resultados do meu trabalho de conclusão do curso Especialização em Saúde da Família, uma intervenção que possibilitou melhorar a adesão ao tratamento medicamentoso dos hipertensos e/ ou diabéticos acompanhadas pela USF de São Bento, Amélia Rodrigues/BA, onde atuei como enfermeira por 3 anos e 11 meses: recebimento de duas menções honrosas referentes ao Prêmio Nacional de Inventivo à Promoção do Uso Racional de Medicamentos Lenita Wannmacher e ao Prêmio de Incentivo em Ciência e Tecnologia para o SUS, ambos promovidos pelo Ministério da Saúde (MS), e participação em eventos nacionais e internacionais. Este ano, com o mesmo trabalho, fui finalista à premiação na Mostra Competitiva da 14ª EXPOEPI, também promovido pelo MS, e obtive o 2º lugar na minha categoria.

Diante do agravamento desse cenário em nível nacional, o Ministério da Saúde (MS) em 2001 desenvolveu o Plano de Reorganização da Atenção a Hipertensão e Diabetes na Rede Básica do Sistema Único de Saúde (SUS) para a prevenção e controle da HAS e DM (BRASIL, 2001). Em 2002, novas estratégias foram incorporadas na rotina das unidades ambulatoriais do SUS, através do Programa HIPERDIA (BRASIL, 2002). A partir do cadastramento dos usuários hipertensos e diabéticos em formulário padronizado buscou favorecer sua vinculação e acompanhamento e garantir o recebimento de fármacos para o tratamento medicamentoso. Além disso, através da análise dos indicadores do Programa é possível conhecer o perfil epidemiológico da população assistida (BRASIL, 2012).

Nessa perspectiva, a Estratégia de Saúde da Família (ESF) configura-se como elemento-chave no desenvolvimento das ações de controle da HAS e DM. A ESF, mediante as ações da equipe multidisciplinar, atua na promoção da saúde, na prevenção, recuperação e reabilitação dessas doenças, na manutenção da saúde e no estabelecimento de vínculos de compromisso e de corresponsabilidade. Tais vínculos são decisivos para o sucesso do tratamento não medicamento e medicamentoso pelos hipertensos e diabéticos, pois quanto maior o grau de participação dos usuários como protagonistas no cuidado à saúde, maior será sua adesão ao plano terapêutico proposto (BRASIL, 2006a).

O município de Amélia Rodrigues situa-se no estado da Bahia – BA e possui uma população de 25.193 habitantes. É constituído por três distritos: Amélia Rodrigues, São Bento do Inhatá e Mata de Aliança, sendo o primeiro urbano e demais rurais (IBGE, 2010). Os serviços de saúde disponíveis no município são um hospital de pequeno porte situado na zona urbana, seis USF e um CAPS Tipo I.

A USF de São Bento localiza-se na zona rural do município e possui uma equipe multidisciplinar formada por um médico, uma enfermeira, duas técnicas de enfermagem, um dentista, uma atendente de consultório dentário, 10 ACS, três ACE, uma recepcionista e uma atendente de serviços gerais. Segundo os dados do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) consolidados em dezembro de 2011, a USF possui 1.254 famílias cadastradas, 443 usuários hipertensos e 104 usuários diabéticos, sendo que, aproximadamente, 80% desses usuários são acompanhados pela USF de São Bento (BRASIL, 2011).

Dentre os problemas enfrentados na USF de São Bento na atenção a hipertensos e diabéticos, destaca-se a baixa adesão dos usuários hipertensos e/ou diabéticos ao tratamento medicamentoso. Sabendo que o cumprimento correto do tratamento medicamentoso é uma das atividades essenciais para o adequado controle destas doenças, este trabalho tem como objetivo melhorar a adesão ao tratamento medicamentoso dos usuários com HAS e/ou DM da USF de São Bento.

Objetivos

Objetivo geral: Melhorar a adesão ao tratamento medicamentoso dos usuários hipertensos e/ou diabéticos da Unidade de Saúde da Família (USF) São Bento.

Objetivos específicos: Avaliar a adesão ao tratamento medicamentoso dos usuários hipertensos e/ou diabéticos e monitorar a atenção prestada pela USF aos seus usuários hipertensos e/ou diabéticos.

Metodologia

O estudo teve início a partir da apresentação do projeto de intervenção aos membros da equipe da USF e do instrumento da medida da adesão ao tratamento medicamentoso (*Brief Medication Questionaire* - BMQ). Este encontro objetivou o debate sobre a proposta da pesquisa e esclarecimentos quanto ao questionário, o que abrangeu sua pertinência ao estudo, seu conteúdo e aplicabilidade.

A intervenção iniciou em outubro de 2012 e foi concluída em fevereiro de 2013 e foi proposta para abranger todos os hipertensos e/ou diabéticos residentes na área de abrangência, assim como os profissionais da equipe multidisciplinar da USF. Consistiu na avaliação inicial da adesão ao tratamento pelo teste BMQ nos meses de outubro a dezembro de 2012, na realização de atividades educativas com hipertensos e/ou diabéticos com enfoque na orientação ao uso correto do tratamento medicamentoso após a avaliação inicial e na avaliação final da adesão realizada no mês de fevereiro de 2013. Incluiu ainda as ações de capacitação da equipe multidisciplinar para as atividades educativas que foram desencadeadas na segunda semana da intervenção.

A escolha do BMQ como instrumento de medida da adesão dos usuários hipertensos e/ou diabéticos ao tratamento medicamentoso ocorreu durante a etapa de elaboração do estudo, que incluiu a revisão bibliográfica sobre o tema.
O BMQ é um teste composto por 11 perguntas e que possibilita avaliar a adesão ao tratamento medicamentoso. Os problemas encontrados pelo BMQ são divididos em três domínios: regime, crença e recordação. Esses domínios são obtidos comparando as respostas dos usuários às perguntas com a prescrição médica, pelo registro do prontuário dos usuários acompanhados na USF ou receita médica prescrita por outros médicos ou serviços de saúde apresentada pelos usuários. O usuário que apresentar "nenhuma resposta positiva" no teste é classificado como "aderente", "resposta positiva em um dos três domínios" é classificado como "provável aderente", "resposta positiva em dois dos três domínios" é classificado como "provável baixa adesão" e o usuário que apresentar resposta positiva nos três domínios (regime, crença e recordação) é classificado "como baixa adesão" (BEN; NEUMANN; MENGUE, 2012).
A aplicação do BMQ aos hipertensos e/ou diabéticos ocorreu no domicílio pelos ACS e pela enfermeira da USF ou nos encontros de educação em saúde, mediante consentimento informado do entrevistado.
As estratégias empregadas nas atividades coletivas de educação em saúde incluíram apresentação de slides e vídeos, debates, a utilização de tabelas para organizar a prescrição de medicamentos e o sorteio de exemplares de porta-remédio.

Resultados

De acordo com o cadastro dos ACS, que inclui informações de toda a população da área sob a responsabilidade desta equipe, haviam 498 pessoas identificadas como portadoras de HAS e/ou DM. Quanto ao tipo de morbidade, 79,1% destas pessoas tinham hipertensão, 11,1% eram diabéticos e 9,8% apresentavam as duas doenças. A proporção de hipertensos e/ou diabéticos residentes na área de abrangência da USF com avaliação da adesão ao tratamento medicamentoso pelo BMQ foi de 43,6% ao final do estudo.
Os resultados apresentados a seguir se referem apenas aos hipertensos e diabéticos que responderam ao BMQ durante a intervenção. Dos 217 hipertensos e/ou diabéticos avaliados pelo BMQ até o final do estudo, a maioria eram mulheres (79,7%). As pessoas com 60 ou mais anos de idade representaram 53,5% dos cadastrados para o estudo. Com relação à cor da pele, 59,9% foram avaliados como pardos, 29,0% como negros e os demais como brancos (11,1%). Na investigação da escolaridade, a informação não foi conhecida para quatro respondentes. Entre os demais, 21,6% eram analfabetos e, dos escolarizados, a maioria (87,4%; n = 146) tinha primeiro grau incompleto.
A proporção de hipertensos e/ou diabéticos cadastrados no HIPERDIA foi de 55,8% no 4º mês do estudo e representou um acréscimo de 37,5% na inscrição de usuários no referido programa em relação ao resultado inicial de 40,0%. A análise quanto à verificação de registro dos medicamentos atualizado mostrou que a prevalência média deste indicador foi de 74,6%, com mínimo de 70,2% (segundo mês) e máximo de 77,1% (primeiro mês). Entre os hipertensos e/ou diabéticos 94,3% utilizava medicamentos cadastrados na Farmácia Popular ou no Programa HIPERDIA no primeiro mês do estudo. Este proporção foi de 97,1% no segundo mês, de 98,2% no terceiro e de 98,2% no último.
Quando foi investigado se todos os medicamentos utilizados pelo hipertenso e/ou diabético faziam parte destes cadastros as prevalências foram um pouco menores: 78,6% no primeiro mês do estudo, 83,6% no segundo, 84,8% no terceiro e 85,35 no quarto. Com relação ao recebimento de orientações sobre o cumprimento correto do tratamento medicamentoso foi possível investigar sua frequência apenas nos dois últimos meses da intervenção, pois estas orientações estavam programadas para acontecerem durante os encontros coletivos com os usuários. Assim, do total de hipertensos e/ou diabéticos, 46,5% receberam alguma orientação sobre a utilização correta de medicamentos.
A baixa adesão ao tratamento medicamentoso foi verificada em 7,8% dos 217 respondentes ao BMQ ao terceiro mês do estudo. Foram classificados como aderentes 27,2% dos hipertensos e/ou diabéticos, como de provável aderência 35,5% e como de provável baixa aderência 29,5%. Dos 17 hipertensos e / ou diabéticos com baixa adesão, dez não responderam ao segundo questionário que foi aplicado no último mês do estudo. Entre os sete respondentes, cinco passaram para aderentes e dois para prováveis aderentes.

Conclusão

Após os quatro meses da intervenção, constatou-se que os objetivos inicialmente propostos, de avaliar a adesão e monitorar a atenção prestada aos usuários hipertensos e/ou diabéticos da USF foram cumpridos, mesmo que de forma parcial, e que provavelmente trouxeram melhoria da adesão ao tratamento medicamento.

A avaliação quanto a melhoria da adesão ao tratamento medicamentoso entre os hipertensos e/ou diabéticos ficou comprometida em função do reduzido número de testes BMQ aplicados ao final da intervenção, especialmente aos usuários que foram classificados como de baixa adesão no primeiro questionário. Mas, apesar disso, podemos verificar que os sete usuários de baixa adesão na primeira etapa passaram para aderentes ou prováveis aderentes, o que pode estar refletindo influência positiva da intervenção.

Basta que os usuários hipertensos e/ou diabéticos sejam avaliados pela equipe, e que, a partir do resultado, sejam traçadas estratégias adequadas com este objetivo. Espera-se que seja estabelecida uma rotina de supervisão das atividades compartilhada com a equipe de saúde e voltada às demandas da população, e que a comunidade se aproprie da proposta, contribuindo assim com sua continuidade e aperfeiçoamento.

Referências Bibliográficas

BEN, A.I.; NEUMANN, C. R.; MENGUE, S. S. Teste de Morisky-Green e Brief Medication Questionnaire para avaliar adesão a medicamentos. **Revista de Saúde Pública**, n46(2), p.279-89, mai. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Informações da Atenção Básica – SIAB**. 2011. Disponível em http://www2.datasus.gov.br/SIAB/index.php. Acessado em 11.03.2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Série B: Textos Básicos de Atenção à Saúde. Série Pactos pela Saúde 2006. **Diretrizes e recomendações para o cuidado integral de doenças crônicas não-transmissíveis: promoção da saúde, vigilância, prevenção e assistência**. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Caderno de Atenção Básica, n 14. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Prevenção clínica de doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e renais**. 56 p. Brasília, DF, 2006a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Caderno de Atenção Básica, n 15. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Hipertensão Arterial Sistêmica**. 58 p. Brasília, DF, 2006b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Caderno de Atenção Básica, n 16. Série A. Normas e Manuais Técnicos**. **Diabetes Mellitus**. 64 p. Brasília: DF, 2006c.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Série F. Comunicação e Educação. 2. ed. **O trabalho dos agentes comunitários de saúde na promoção do uso correto de medicamentos**. 69 p. Brasília,DF, 2006d.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 371, de 04 de março de 2002. Instituí o Programa Nacional de Assistência Farmacêutica para Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus, parte integrante do Plano Nacional de Reorganização da Atenção a Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 mar. 2002. p. 88.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Série C. Projetos, Programas e Relatórios. Plano de reorganização da atenção à hipertensão arterial e ao diabetes *mellitus*. **Manual de hipertensão arterial e diabetes *mellitus***. 102 p. Brasília, DF, 2001.

SUS: desigualdade, justiça social e a legitimidade da política[1].

Camila Gonçalves De Mario
Escola de Artes Ciências e Humanidades – USP
Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – UNESP (Franca)
e-mail: camilagdemario@gmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar a discussão teórica de minha pesquisa de pós-doutoramento, cujo propósito é orientar a reflexão sobre as concepções de justiça e noções de saúde sustentadas pelo cidadão brasileiro e sua importância para a análise do SUS (Sistema Único de Saúde) e de sua legitimidade. Considero que tais concepções são orientadoras das relações que se estabelecem entre os diferentes atores envolvidos com a política pública de saúde (e para as políticas públicas de modo geral) e fundamentais para uma análise empírica da política voltada para a justiça de seus resultados e sua legitimidade. As teorias da justiça de Rainer Forst, John Rawls e Jürgen Habermas constituem o parâmetro normativo adotado para a análise. A reflexão desses autores sobre a justiça distributiva e o papel do direito nas sociedades democráticas, somada à compreensão das políticas públicas enquanto um dever do Estado de direito para a garantia dos direitos fundamentais, alinha-se neste artigo a uma análise das políticas públicas focada no papel das ideias e valores sustentados pelos atores sociais, e principalmente, que nos permite reconhecer as concepções de justiça presentes na política pública de saúde, como essas se manifestam, e como são articuladas na esfera pública para a justificação da política. O ponto de partida é a reflexão acerca do *ethos neoliberal* como balizador das relações na sociedade brasileira, buscando pistas que nos permitam refletir sobre seu impacto na ação estatal e sobre as concepções de justiça sustentadas pelas pessoas. As concepções de justiça são aqui entendidas como elemento fundamental para a análise da legitimidade das políticas públicas em uma sociedade democrática, plural e cujos princípios constitucionais definem a igualdade e o direito à participação política como parâmetros fundamentais das relações entre Estado e os cidadãos.

Palavras-chave: teorias da justiça; políticas públicas; concepções de saúde; políticas saúde.

1 - Introdução

Esta pesquisa tem sua origem na constatação de um problema corriqueiro no cotidiano da administração pública brasileira: a falta de efetividade dos direitos sociais e a maneira como os cidadãos lidam com a questão, no que se refere a percepção da injustiça a qual estão expostos.

Muito já foi dito pela sociologia política sobre um *ethos* do brasileiro que perceberia o Estado como "pai dos pobres", entendendo os direitos sociais como benesses, assistência àqueles que não podem pagar por tais bens no mercado. Tal postura seria fruto de uma cultura política coronelista, dos favores, de uma perversa confluência entre os mundos público e privado e, resquício de uma cidadania ainda marcada pela lógica da "cidadania regulada"[2], gramática essa que pautaria as relações em sociedade[3].

---

1 Este artigo é fruto de minha pesquisa de pós-doutoramento realizada no âmbito do programa de pós-graduação de Gestão em Políticas Públicas na EACH – USP (SP), com auxílio pesquisa PNPD – CAPES.

2 Refiro-me ao conceito de Wanderley Guilherme Santos.

3 Essa colonização do público por interesses privados é denunciada pela sociologia política, que percebe nesse movimento uma perversa confluência de valores colocando o público a serviço dos interesses dos mais poderosos e as políticas públicas sociais como apaziguadoras das classes oprimidas. No âmbito do direito administrativo essa confluência entre público e privado também é tida como negativa, por um viés diferente porém com consequências semelhantes, pois um Estado pautado exclusiva ou essencialmente pela orientação do direito público seria antiliberal e autoritário. São discussões distintas mas que se somam no entendimento dos sentidos do agir estatal.

Trabalho com a hipótese de que mais forte do que esse *ethos,* que a partir dos códigos orientadores do privado esvazia o espaço público de sentido, seria o *ethos neoliberal*, fenômeno mais recente para a sociedade brasileira e consonante com a concepção de justiça sustentada pela teoria "libertariana"[4]. *Ethos* fortemente marcado pela crença no mérito, tomando o indivíduo como lócus central, e quase exclusivo, do direito positivo e avesso a uma noção comunitária que se fundamenta na ideia de redistribuição de bens, recursos e riquezas, mais do que benesses os direitos seriam serviços aos quais teriam acesso àqueles que se esforçarem para tal. Porém, trata-se de uma visão de mundo que encontra ecos na anterior, que pensa o público colonizado pelos interesses do privado, mas principalmente na noção de cidadania regulada.

Essas questões remetem diretamente ao problema ao qual estou aqui me referindo: concepções de justiça social. Mais do que perguntar sobre o que é justo, a proposta deste artigo é trazer elementos da filosofia e da sociologia política que nos auxiliem a pensar a formação das concepções intuitivas de justiça e seu impacto sobre as políticas públicas.

Mais do que uma empreitada normativa, o fim da linha é fornecer elementos para pensar nos impactos dessa percepção (intuitiva de justiça) nas políticas públicas, na prática da administração e no direito públicos. Se as políticas públicas encerram valores socialmente sustentados; esses valores são articulados como justificadores não somente da elaboração das leis que a demandam e do desenho da política (o que em uma sociedade democrática requer deliberação e acordo entre as partes), como também para a prática administrativa e legal que confronta *dever* (do Estado) – *direito* (de cidadania) – *demanda* (da sociedade civil) para tomada de decisão, julgamento e justificativas dos atos públicos.

Adoto como ponto de partida a seguinte ideia: a justiça de uma política pública não está dada apenas por sua conformidade com as leis, normas e regulamentos institucionais. Uma política pública pode ser legal e ao mesmo tempo profundamente injusta.

O SUS é um exemplo de política com a qual normativamente poucos divergem, entretanto ela contém em si sérias incongruências, dadas já em seu desenho e que impactam em sua implementação e nos resultados alcançados.[5] Em um primeiro momento podemos aventar que o SUS é injusto, (1) por não garantir a plenitude de um direito, qual seja, o acesso universal à saúde (atenho-me aqui a ideia estreita de não cumprimento da norma); ou (2) sua justiça pode ser definida pela coerência do sistema com as concepções de justiça sustentadas pela sociedade.

É este segundo ponto que pretendo explorar. A pergunta de fundo é: como ações do sistema que percebidas como injustas, e por vezes ilegais de acordo com o primeiro viés de justiça, se reproduzem?

Em minha pesquisa de doutoramento busquei demonstrar que o desenho da política e os objetivos do sistema brasileiro de saúde se baseiam em concepções de justiça que não só são distintas como divergentes entre si, divergência que transparece durante o processo de implementação da política. Trata-se de um paradoxo no qual está imerso o SUS e demais instituições, mais, diria que nossa sociedade como um todo.

Os princípios que norteiam o direito à saúde – universalidade, integralidade, gratuidade e igualdade - no Brasil se justificam perante concepções de justiça próximas ao que é defendido pelas teorias liberais-igualitárias, ao mesmo tempo, também estão em conformidade com os princípios constitucionais norteadores dos deveres e direitos do cidadão, e dos direitos humanos internacionais ratificados pelo Brasil. O mesmo acontece com a noção de saúde, ou seja, com o que se entende por saúde, esse entendimento está orientado por uma concepção específica de direitos de cidadania e de pessoa humana. Tais princípios requerem uma determinada configuração da política e da administração pública para que o direito à saúde se realize, torne-se facto. Entretanto, há em sociedade outros valores, concepções de justiça social, de saúde, e projetos políticos em disputa que interferem nessa organização e em como tais princípios serão sustentados no cotidiano da política.

O que o Estado pode fazer é resultado de uma confluência de diversos fatores determinantes das decisões políticas tomadas pelos governantes e das decisões técnicas a encargo do gestor público, e da burocracia de um modo geral. Tais fatores são dados pelos projetos políticos em disputa na sociedade civil, no Estado e também pela relação que se estabelece entre os usuários e a cidadania, de modo geral, com a política.

---

4 Concepção de justiça sustentada por autores como Robert Nozik e Friedrich Hayek.

5 Apontei tais incongruências e divergências em minha tese de doutorado, "Saúde como questão de Justiça" (2013).

Nesse artigo refletirei sobre o papel das ideias, dos valores morais e as concepções de justiça a que esses se referem, fundamentais para a análise da legitimidade da política.
Não tenho conhecimento de pesquisa que tenha proposto tarefa semelhante, ao menos não quanto a concepções de justiça voltadas para pensar especificamente a justiça de políticas de saúde. Recentemente, enquanto eu desenvolvia esta pesquisa, Lena Lavinas e Barbara Cobo publicaram livro com resultado de um survey nacional que trabalhou com as percepções e concepções de justiça dos brasileiros com foco na desigualdade e nas políticas redistributivas.
Elas também destacam a ausência de trabalhos nesse sentido, chamam atenção para os esforços que vêm sendo empreendidos por pesquisas que buscam explicar o apoio das pessoas às políticas redistributivistas na área da economia normativa e da filosofia política.
Nas ciências políticas e nas pesquisas na área de políticas públicas desconheço pesquisas com esse intuito, o que temos são avaliações de percepção de qualidade dos serviços e dos procedimentos democráticos e suas instituições. A justiça ainda é tema secundário e visto como tarefa da teoria política.
Cobo (2014) ressaltam que conhecer as preferências normativas dos cidadãos é útil para que possamos desenhar políticas mais propensas a terem seu apoio, e acrescento, mais propensas a serem consideradas legítimas, pois muito provavelmente o cidadão típico deve ter concepções de justiça distintas daquelas que nós cientistas sociais tendemos a valorizar, em suas palavras:

> Compreender tal hiato entre concepções teóricas de justiça (e de políticas públicas que dela decorrem) e concepções intuitivas seria importante, portanto, não apenas como uma forma de "diagnóstico de preferências", mas também possivelmente como precondição para qualquer estratégia de reforma progressista (ou de outra natureza). (COBO et al. 2014: 37)

É o que proponho. Conhecer as concepções de justiça e de saúde das pessoas nos permite entender os problemas enfrentados pela política que identifiquei como injustiças perante a dois parâmetros normativos de justiça, um advindo das concepções teóricas e outro retirado do próprio desenho da política e da legislação constitucional e infraconstitucional balizadora da política e dos princípios norteadores da ação do Estado.
O cidadão brasileiro pode ter concepções intuitivas distintas a partir das quais essas situações não sejam consideradas injustas; podem haver desacordos quanto ao entendimento do que é saúde, e consequentemente do que deve ser uma política de saúde; ou, talvez as concepções de justiça – a minha, liberal-igualitária; a sustentada pelo SUS e pela nossa Carta Constitucional – até sejam semelhantes com as concepções intuitivas das pessoas e o problema esteja na distribuição de poder político e no direito à justificação, assim uma distribuição justa do direito à justificação, em sentido forstiano, permitiria as pessoas a reivindicarem uma política de saúde mais justa, de acordo com uma concepção comum de justiça.
Em qualquer dos casos são necessárias ações que levando em consideração essa percepção sobre a justiça social e política de saúde sustentadas pelos cidadãos, visem uma reforma no sistema orientada pelos requisitos da justiça.

2 - Justiça e Legitimidade das políticas públicas: o papel das ideias

Por que as pessoas confiam e apoiam as políticas públicas? O que faz uma política legítima e garante sua manutenção ao longo do tempo?
A recente história brasileira é marcada pela luta da sociedade civil pela efetividade de direitos sociais e democratização das relações políticas em sociedade. Um de seus objetivos era a realização da justiça social, através da construção de um Estado democrático com políticas voltadas para mitigar o fosso social marcado pela desigualdade através da implementação de políticas redistributivas e, que reconhecessem a universalidade dos direitos da cidadania.
A democracia que por aqui se construiu tem traços únicos, e foi forjada na luta, na prática política de atores que através de um amplo debate travado pelos movimentos sociais e pelos partidos de esquerda buscou também a

mudança no padrão de relações entre Estado e Sociedade, construindo-se uma "nova gramática social" e dando uma nova configuração ao Estado.

Esses atores construíram um espaço para a justificação pública de suas demandas em um exercício político orientado por valores morais por eles considerados fundamentais para uma sociedade democrática. Tais valores são, hoje, base de nossas leis e instituições e funcionam como orientadores de nossas ações.

Ideia fundamental que perpassa esse trabalho é a de que esses valores são sustentados por nossas instituições e pelos atores que delas fazem parte. Esses valores são o cerne das políticas públicas.

Dentre as muitas definições que podemos levantar de políticas públicas, certamente a noção de que essas encerram valores sustentados pela sociedade não será objeto de controvérsias acirradas. Trata-se de uma ação do Estado que leva esses valores em consideração e a questão central passa então a ser o que o Estado é ou não capaz de fazer, e como faz uso desses valores para justificar seus atos. Acrescento, nas políticas públicas,

> (...) se a autoridade desempenha um papel central, estamos longe de afirmar que o Estado age só. As políticas recebem intervenções de vários agentes, que com sua lógica e prioridades agem com autonomia, e suas intervenções se refletem no curso das coisas e das escolhas. (Cruz, 2012: 74)

Meu objetivo é jogar luz sobre os usuários, diretos e indiretos da política, que enquanto cidadãos formulam suas concepções morais, agem e julgam as instituições e os demais atores a partir delas.

O debate sobre a relação entre as ideias e as instituições precisa certamente ser mais explorado, mas, a hipótese central é a de que se queremos entender as instituições e seus resultados é preciso uma abordagem normativa que discuta as ideias, valores e motivações que definem as instituições e também serão base para sua avaliação e legitimidade social.

Defendo uma abordagem que conflita com a tradição institucionalista mais dura, para a qual o escrutínio das ideias não permite o desenvolvimento de uma abordagem teórica adequada para a análise das instituições políticas, já que essas são muito mais do que ideias. Alinho-me à abordagem defendida por Rogers Smith. O autor ao expor suas opções teóricas assim formula sua perspectiva:

> I have stressed, like others, that the purposes, rules, roles, and patterns of behavior found in institutions all represent incarnations of the ideas of those who participate in them and that the creation and maintenance of institutions cannot be understood apart from the ideas of the members of the political coalitions that do the creating and maintaining. (Smith, 2006: 93)

A tarefa a que me proponho nesse trabalho é pensar como articular as concepções de justiça sustentadas pelas instituições e pelas pessoas para a análise dos resultados e legitimidade das políticas públicas. Se as políticas públicas são fruto de valores morais definidores de nossas concepções e princípios de justiça socialmente validados e reconhecidos publicamente, o que as justifica perante a sociedade, então a legitimidade da política e a aceitação de seus resultados por parte dos cidadãos é profundamente perpassada por tais valores.

Não se trata de afirmar que as ideias são mais importantes que as instituições mas sim que há uma relação dialética entre instituições e ideias que não pode ser ignorada, por mais que as instituições sejam definidoras de valores, e influenciem comportamentos, o outro lado também é verdadeiro, ou seja, os valores sustentados pela sociedade também influenciam na organização e no cotidiano das instituições que precisam se organizar e reorganizar em torno desses valores para se manterem estáveis.

O terreno da legitimidade, de Estados, governos e instituições é demasiadamente movediço. Como identificar tais ideias e sua influência sobre a legitimidade das instituições é outra questão em aberto e difícil de ser enfrentada. Semanticamente, o termo legitimidade remete à noção de legalidade, bastaria estar de acordo com a lei para uma instituição ser considerada legítima. Mas o que faz de uma lei legítima? Em última instância essa é a pergunta que nos importa.

A resposta a essa questão nos leva a um terreno normativo e substantivo que nos convida a indagar sobre as ideias e sua justificação. É em seu sentido substantivo que a legitimidade se liga à justificação (Morris, 2005:156). De início para a construção do argumento trago a definição de justificação proposta por Morris (2005:158), o autor afirma que «justificar algo é mostrar que é justo ou certo, razoável, ou, ainda, autorizado; é validar ou provar. [...] Justificar um Estado, então, seria mostrar que seus poderes são justos (ou certos) ou razoáveis». Neste ponto Morris adentra a argumentação rawlsiana acerca da justificação, retendo a argumentação de John Rawls sobre a justificação de sua própria teoria.

Nessa passagem, em "Uma Teoria da Justiça", Rawls ressalta que a discordância é central para a justificação. É no conflito de pontos de vista que buscamos argumentos razoáveis a partir dos quais convencer os outros, buscando reconciliar através da razão.

As políticas públicas enquanto instituições que criam regras para o jogo político, intervêm e moldam as vidas dos cidadãos (Pierson, 2006: 114). Precisam, portanto, justificar-se perante esses, para que sejam vistas como legítimas, e para que os cidadãos possam confiar em suas ações, mais, são regras que para serem seguidas é preciso que confiem que os demais também as aceitam e seguem.

As instituições influenciam o comportamento das pessoas e limitam as escolhas dos atores; é comum pensá-las a partir desse ponto de vista, da instituição para os atores, já que essas, dado seu caráter, também são organizações difíceis de se modificar. Entretanto, há momentos históricos, especiais, no qual elas são criadas, e então nos movemos dos atores para as instituições, como coloca Rothstein (1998: 138) «This means that what is rational, socially acceptable, or politically possible is *not* given once and for all by some true, unchanging human nature, but can be influenced through conscious, rational political choice.»

A ideia é a de que no momento da criação das instituições estamos diante de uma escolha racional, consciente de princípios e de valores que darão origem às instituições.

Entretanto, o foco de Rothstein é outro, e o autor prossegue afirmando que um importante papel das instituições políticas é o de estabelecer normas. Em suas palavras:

> The idea is that institutions not only influence what political actors find to be a rational course of action, seen from the standpoint of their self-interest, but also what they consider to be a morally defensible behavior. [...] The morality prevailing in a society is, in other words, a product of the institutions built by that society's citizens and their representatives. My hypothesis, then, is that social norms are not given by any such metaphysical entities as "the gender system", "class consciousness", or "the national character". They are instead a product of the institutional conditions which have been created de facto by political decisions. (Rothstein, 1998: 139)

Ou seja, as instituições cumprem importante papel na formação e promoção dos valores em sociedade o que leva o autor a afirmar que instituições justas incentivariam um comportamento justo. E quando os resultados de uma instituição não são justos, o que a sustenta ao longo do tempo?

No caso brasileiro as políticas públicas e o Estado que se constituiu com a Constituição de 1988 são fruto de um momento histórico, tal como o que Rothstein chama de especial, no qual os atores a partir de escolhas racionais criam as instituições. A premissa aqui é que tais instituições refletem as ideias sustentadas por esses atores e são frutos de um amplo debate para sua justificação no espaço público.

É o processo de construção e avaliação das instituições que se dá a partir da moralidade sustentada pelos atores que delas participam que me interessa.

É na chave de Smith (2006) que vejo um campo aberto à investigação, para a análise de políticas públicas tanto no que se refere a avaliação de seus resultados como à sua legitimidade. Estou supondo que mais do que estarem de acordo com a legalidade e com as normas, para que as instituições sejam legítimas é preciso que sejam coerentes com a moralidade sustentada pela sociedade. Se é verdade que elas influenciam e orientam comportamentos, também é verdade que são feitas por pessoas que imprimem nas instituições seus valores, sua moralidade. Dentre aquilo que se estabeleceu como desenho institucional, com suas normas, princípios e

objetivos, e os resultados alcançados pela instituição há um jogo de forças político que pode ou não garantir que os resultados sejam coerentes com as metas propostas.
Políticas Públicas são o tipo de instituição que estão sob forte influência desse jogo e dos projetos políticos em disputa em seu âmbito e na sociedade de forma mais ampla. Por sua estrutura estão abertas à indeterminação e sujeitas a um constante processo de transformação, seja pelas demandas da sociedade que se alteram em um ritmo mais acelerado do que aquele que a própria instituição é capaz de incorporar, seja através da ação dos atores que fazem parte de seu cotidiano que ou aperfeiçoam ou burlam suas normas para realizar os fins da própria instituição, e os seus em particular.

3 - Brasilidade e o Ethos neoliberal

Em livro recente Jessé Souza (2009) tece uma reflexão que em muito colabora para pensarmos a perspectiva que proponho. O autor inicia nos lembrando de uma premissa básica da cidadania moderna, a ideia de comunidade, constitutiva tanto do imaginário e das identidades nacionais como da cidadania.
A construção da identidade nacional é a construção do mito moderno que como coloca Souza (2009: 31) dota a realidade de sentido moral e espiritual para os indivíduos. É o sentido moral que permite ao indivíduo solidificar relações de identificação social e pertencimento a um grupo, garantindo a criação de laços de solidariedade e, acrescento, a tolerância.
Para Souza (2009) o Brasil se percebe como mercado, seria esse seu "DNA simbólico". Uma identidade nacional precisa sempre se estabelecer em relação/oposição a um outro, e o outro externo do Brasil é o EUA, superior em quase tudo, principalmente para um Brasil que em 1822 sofria de complexo de inferioridade. Portanto, para a construção da identidade nacional primeiro articulou-se o que havia de positivo, que era a grandeza da natureza e sua força, a amalgama para o próximo passo foi fornecida pela obra de Gilberto Freyre, "Casa Grande e Senzala", que possibilitou transformar a miscigenação, até então motivo de vergonha em orgulho: o povo mestiço se transforma em virtude de um povo capaz de articular e unir contrários. É a aversão ao conflito transformada em núcleo da identidade nacional, forjada sobre o mito do homem cordial.
É na ideia de cordialidade e de que havia entre os brasileiros mestiços um todo harmônico que o Estado de Getúlio Vargas encontrou «a energia simbólica para o esforço de integração nacional». (Souza, 2009: 37) Tínhamos de um lado o elogio da unidade e índole pacífica do povo brasileiro e de outro a demonização da crítica e da explicitação do conflito e das diferenças.

> Está criado nosso DNA simbólico, o DNA simbólico do Brasil moderno, um conjunto de ideias que legitimam práticas sociais e institucionais de toda espécie que se destinam, em última instância a tirar toda a legitimidade do diferente e da diferença, do crítico e da crítica. (SOUZA, 2009: 38 [grifos do autor])

Através da metáfora do DNA o autor demonstra o perigo contido na ausência de crítica em uma sociedade como a brasileira que vai naturalizar sua vida social como no caso do DNA genético individual. Soma-se a isso que a sociedade brasileira é uma sociedade que só percebe o dinheiro e suas materializações sem sequer perceber a enorme influência das ideias e dos valores. A realidade assim se apresenta como dada, e não construída. Quando se transforma cultura em natureza não se percebe o principal:

> Que toda a nossa orientação na vida e toda justificação de nossas ações e comportamentos dependem de "ideias" contingentes e fortuitas, formuladas por outros, e que comandam nossas decisões e julgamentos tanto mais quanto menos temos consciência delas. (SOUZA, 2009: 39)

Dessa forma a gênese da identidade nacional é fundamental para a compreensão da forma como a sociedade e seus membros percebem a si próprios, e ajuda a pensar as concepções de justiça sustentadas e o grau de justiça de suas instituições.

De acordo com Souza (2009) os indivíduos precisam de uma definição acerca de quem são, de como devem agir e do que caracteriza uma sociedade justa. A grande maioria busca tais referencias no senso comum.
No que se refere a questões de justiça é ainda mais importante que os indivíduos sejam autônomos e capazes de formular e exercitar seus julgamentos morais, incluindo a capacidade de desenvolver um senso de justiça e a de decidir e de revisar sua concepção de bem. Tal importância é afirmada tanto por John Rawls como por Rainer Forst. Souza (2009) coloca que a existência de indivíduos autônomos e pensantes é importante para a existência de uma esfera pública verdadeiramente democrática, neste ponto as concepções dos três autores se complementam.
Jessé Souza nos remete a uma das questões centrais da teoria da justiça de Rawls, o autor afirma que no mundo moderno o poder não se manifesta abertamente, que as relações e o como a estrutura social determinam as expectativas dos indivíduos não são visíveis: «existiria no mundo moderno uma igualdade de oportunidades falaciosa que justifica a noção de mérito e assim as desigualdades seriam fortuitas e justas» (Souza, 2009: 43)
Para Rawls, uma sociedade justa precisa de uma estrutura básica que garanta a efetividade e o exercício das liberdades fundamentais básicas, que garanta a Igualdade Equitativa de Oportunidades e que as desigualdades existentes funcionem a favor de todos. A noção central desses princípios[6] é a de que a injustiça se constitui de desigualdades que não são vantajosas para todos. Nos termos de Rawls:

> Todos os valores sociais – liberdade e oportunidade, renda e riqueza, e as bases sociais do autorrespeito – devem ser distribuídos de formal igual, a não ser que uma distribuição desigual de um ou de todos esses valores seja vantajosa para todos. (Rawls, 2008: 75)

Os princípios na teoria de Rawls se aplicam às instituições da estrutura básica da sociedade responsáveis pela distribuição dos direitos e deveres fundamentais o que determina a divisão das vantagens decorrentes da cooperação social. Dessa maneira as instituições ao definirem os direitos e deveres das pessoas repercutem em seus projetos de vida, nas suas expectativas e no grau de bem-estar que podem almejar.
O que Souza (2009) está apontando é que a meritocracia que se sustenta no imaginário e na nossa identidade nacional cria uma falsa ideia de justiça social. Uma justiça social que na prática funciona aos moldes das concepções "libertarianas" de justiça mas que se legitima sobre a capa de um pretenso discurso "liberal-igualitário" destorcido em seus conteúdos, perversamente esvaziado de sentido, mas que dificilmente seria diretamente negado na esfera pública.
Dessa forma o ataque à noção de igualdade fundamental dos cidadãos e aos direitos humanos e sociais dela derivados se dá pela manipulação, uma maquinação de seus sentidos que estabelece um campo de luta político entre "esforçados que fizeram por merecer" e "preguiçosos que acharam mais fácil viver das benesses do Estado". Preguiçosos porque afinal as oportunidades estão aí, a disposição de todos.
Esse discurso tem graves consequências não somente no que se refere ao reconhecimento e legitimidade de políticas de cunho mais assistenciais e de políticas compensatórias como o "bolsa família", mas também daquelas que têm como objeto a implementação de serviços que garantam a efetividade dos direitos dos trabalhadores, do direito à saúde, à educação, à habitação, para citar alguns.
Soma-se a isso que o status social do brasileiro está fortemente ligado ao consumo. Voltado para o mercado, o cidadão define-se mais enquanto consumidor que tem o direito à propriedade privada e a consumir ao seu *bel prazer* do que pela igualdade fundante da noção de cidadania.
Dentro dessa perspectiva a noção de mercado e o consumo enquanto marcador central do status social e da brasilidade têm forte impacto sobre as Instituições estatais e sobre a Gestão Pública. No centro de tudo está a Economia e o Mercado, motor do crescimento e do desenvolvimento, às margens o Social, o Cidadão e seus Direitos. Consequentemente o Estado é atacado em seu cerne.

---

6 Os princípios que descrevi são seus dois princípios da Justiça, o primeiro garantidor das liberdades fundamentais básicas e o segundo voltado para a distribuição de renda e riqueza. Ver "Uma Teoria da Justiça" (2008).

Estamos adentrando o terreno do papel das ideias e seu impacto sobre as instituições. E do como essas agem e reagem, como são organizadas, avaliadas, percebidas e legitimadas. Paradoxalmente, ou não, o ideário neoliberal entra no Brasil com força e evidência no mesmo tempo histórico em que a luta por uma Constituição Cidadã também ganhava força e visibilidade política. O Estado a partir de 1989 se forja neoliberal contraditoriamente (ou não) perante a um arcabouço jurídico de pretensões igualitárias. Essa história já conhecemos. A legitimidade desse processo foi garantida pelas ideias, e concepções de justiça já incorporadas pela sociedade.

Cada perspectiva normativa de justiça pensará a distribuição de direitos e deveres, bens e recursos de maneira distinta. O libertarianismo de Robert Nozick, que mencionei anteriormente, entende o Estado como um tirano cujo poder de dominação deve ser minimizado pelo mercado. Para a lógica deontológica fundante do pensamento de Nozick, e também de Hayek, a injustiça não está em uma desigual distribuição de bens e recursos em sociedade, mas sim, em uma ação que infrinja o direito de outrem ou que venha a causar sofrimento a outra pessoa. Para os libertarianos é o indivíduo e não a comunidade que está no centro de tudo. O direito à propriedade funciona como uma maneira de estabilizar a democracia, e não podem de maneira alguma serem restringidos. (DeMario, 2013, p.263)

Nessa esteira o princípio da equidade seria temível e condenável porque deturpa o princípio da *auto-propriedade*, já que as teorias igualitárias permitem direitos de propriedade parciais sobre outras pessoas.

> A redistribuição de renda ou a definição de direitos sociais caracterizam uma violação dos direitos fundamentais da pessoa, cujos bens são frutos diretos de seu trabalho ou das trocas justas no mercado livre. Dessa forma, o Estado, ao buscar igualdade, estaria perpetrando uma violação desses direitos. (DeMario, 2013: 266)

A perspectiva libertariana alinha-se com o ideário neoliberal que deu a tônica das reformas do Estado Brasileiro nos anos 1990 e 2000 e também tem reverberações na maneira como a sociedade brasileira compreende a distribuição de bens e riquezas e o papel dos direitos sociais.

Para Jessé Souza o que colabora para a força que o ideário neoliberal assumiu entre os brasileiros, juntamente a celebração do mérito individual versus a discriminação do fracasso é o *esquecimento do social no individual*. Para o autor há um silenciamento do processo social que constrói indivíduos fadados ao sucesso ou ao fracasso. Para Souza a família cumpre importante papel na transmissão dos valores que ratificam essa ordem e colaboram para reprodução da desigualdade, injustiças e privilégios.

A questão central é a de que o quê as famílias ensinam não é forjado pela própria família, é aprendido diariamente fora dela, em "outro" lugar, como coloca o autor. A classe social a qual as famílias pertencem e sua economia moral é o que dá o tom dos valores que elas reproduzem. É a presença da classe e da economia moral que determina os comportamentos individuais, mesmo que essa determinação seja sistematicamente escondida ou esquecida, esse esquecimento da classe social é para Souza (2009) o mais bem guardado segredo do senso comum.

Nessa esteira os lares de classe média ensinam como valores a autodisciplina, o autocontrole, o pensamento prospectivo, o respeito ao espaço alheio, através da transmissão de regras que impõe horários para comer, ao valorizar o estudo, ao orientar a evitar confrontos direitos com os amigos, chegar em casa nos horários certos. Mas também ensinam algo mais importante ainda para uma sociedade meritocrática e individualizada, suas crianças aprendem desde cedo que são "um fim em si mesmas" (princípio que como vimos é ponto de partida das teorias da justiça e do direito) e a ser autoconfiantes, através da autoconfiança sustentada pela certeza de um amor incondicional que vem dos pais desenvolve-se a certeza do próprio valor, o que permite encarar as derrotas como transitórias e alimentar a esperança. Esse aprendizado só não é tematizado porque é afetivo, emocional.

Dentre as classes mais pobres que Souza (2009: 46) denomina *ralé* esses valores não se sustentam. No que se refere a autodisciplina e a importância do estudo, é difícil para os pais das classes mais pobres sustentarem isso emotivamente, já que sua experiência que vida não se alinha à crença de que o estudo e a vida escolar traz benefícios. Quanto a sustentar seu valor e a autoconfiança, é extremamente difícil fazê-lo entre seres humanos que estão habituados a serem usados, dentro e fora de seus lares. As mulheres são normalmente expostas a uma

sexualização precoce, e sexualmente instrumentalizadas dentro de suas casas e por familiares, como seus pais, padrastos, tios, irmãos.

Em universos tão distintos os valores e crenças transmitidos provavelmente não serão os mesmos. Neste cenário, as crianças da classe média, que têm contato com outras pessoas de seu mesmo universo perceberão suas conquistas na vida adulta como fruto, resultado de seu mérito e esforço próprio. «A *renda* econômica que advém desse sucesso é, portanto, *efeito,* e não *causa* das diferenças entre as classes.» (Souza, 2009: 46)

Chegamos a um ponto fundamental do argumento de Jessé Souza (2009: 47), para o autor é essa *confusão entre causa e efeito* que fazem as determinações oriundas das classes sociais tornarem-se invisíveis, e só por isso o senso comum pode ver o indivíduo e o mérito individual como justificativa dos privilégios. As precondições familiares e sociais do mérito são cuidadosamente deixadas para fora do debate público e a justificação da desigualdade pelo esquecimento do pertencimento de classe é potencializada por uma aliança invisível com o mito da brasilidade que colaborou tanto para construir a noção de homogeneidade entre brasileiros tão desiguais, bem como a ideia de horror ao conflito, que acaba se desenrolando quase sempre se forma escamoteada, ou em explosões de ódio que precisam ser rapidamente controladas.

4 - Justiça: Direito à Justificação

Rainer Forst, formular sua teoria crítica da justiça a partir do debate travado pelo autor com as teorias de Jürgen Habermas e John Rawls acerca dos limites da moralidade e da lei para a aplicabilidade e efetividade dos direitos dos homens e do papel das instituições. O autor propõe uma terceira via e aponta que: «a theory of justice must pay attention to the function and relative autonomy of democratically legislated modern law, and according to Habermas, Rawls neglects this» (Forst, 2012: 101)

Inicio com uma breve apresentação das ideias centrais da teoria de Rainer Forst, seu ponto de partida é o entendimento dos homens enquanto seres justificatórios, que têm a habilidade de justificar-se e esperam o mesmo dos outros, o lugar da justificação, para ele é por excelência o contexto político.

A justiça política e social pode ser entendida a partir do direito de justificação, bem como os princípios para a estrutura básica da sociedade devem ser construídos de acordo com esse direito. Segundo o autor somente considerando a justificação de relações sociais e da distribuição do poder de justificação em contexto político que é possível se aproximar da justiça, esse é o caminho que leva às raízes da injustiça social.

Para o filósofo a justiça deve se voltar para as relações intersubjetivas e para a estrutura básica da sociedade considerando que a vítima da injustiça é aquela que não conta na distribuição de bens em sociedade, e que a demanda por justiça é uma demanda emancipatória.

Sua teoria discursiva da justiça não é puramente procedimental, seu fundamento encontra-se essencialmente em um princípio moral de justificação que requer generalidade e reciprocidade. A noção de reciprocidade contém a ideia de que ninguém recusaria a outrem demandas que faria a si mesmo; a de generalidade que as razões para as normas gerais precisam ser compartilhadas por todos que por elas são afetadas. Soma-se a isso a exigência de que o princípio da justificação precisa estar de acordo com os contextos sociais concretos, com a pluralidade de valores éticos e com as várias esferas sociais e comunidades.

Trata-se de uma teoria monista e deontológica, o primeiro permite que ela esteja aberta para o pluralismo de certos aspectos da justiça e as particularidades das diferentes esferas de distribuição nas quais os bens são distribuídos de acordo com critérios particulares. Quanto ao segundo,

> This deontological character becomes clear not only from reflecting on the ethical pluralism of "comprehensive doctrines", as Rawls would put it, but also from the validity claim made by justice itself to consist in principles and norms that cannot be reciprocally and generally rejected and so can even justify the force of law. (Forst, 2012: 08)

A justiça para ele não encobre todo o mundo normativo, mas que se aplica somente a alguns contextos normativos particulares. A base de sustentação da justificação precisa ser construída através de regras, cuja tarefa de conceitualização cabe a teoria da razão, pela qual se analisa quais falas e reclamos precisam ser

justificados, em quais contextos e a partir de quais critérios. Isso porque uma razão que se distingue por uma ação racional pode ser compreendida por outros mas isso não significa que ela requer a aceitação dos outros para sua validação. Ou seja, fornecer uma razão significa explicar uma ação, mas não justificá-la intersubjetivamente, o que só é possível através de uma justificação ética ou moral.

4.1. Lei e Moralidade

Forst (a partir de Habermas) afirma que junto da autonomia moral tem-se a autonomia legal de pessoas legalmente reconhecidas como o objeto da lei e a autonomia política de cidadãos que são autores de tais leis. Este é o duplo papel que surge no centro da conexão entre o Estado Constitucional e a democracia, ou entre, os direitos humanos e a soberania popular. (Forst, 2012: 102)

De acordo com Habermas, normas legais precisam ser distinguidas de normas morais. As primeiras são legitimadas no discurso político, são legalmente institucionalizadas, não articulam apenas razões morais e possuem um efeito coercivo sobre as pessoas. Lei e moralidade convivem em uma relação complementar e compensatória, «It is this dual status of law, as both a factually binding system of norms (which also can described in a sociological-functional way) and claiming normative validity, that immanently connects the constitutional state and democracy.» (Forst, 2012: 102)

Dessa forma para Habermas uma teoria da justiça que se baseia no princípio da autonomia, precisa considerar a conexão entre facticidade e validade, constitutiva da ordem legal moderna e perguntar quais direitos os cidadãos precisam acordar se desejam regular suas vidas legitimamente pela Lei. Coloca Forst:

> To the initial question of how to justify a 'system of rights', Habermas attempts to provide an answer that goes beyond legal positivism and natural law. On the one hand, normative criteria apply to legitimate law; on the other hand, these criteria are not established by moral principles, but by means of a combination of the discourse principle and the 'legal form'. (Forst, 2012: 102)

O princípio de justificação de Rainer Forst conecta-se com o princípio discursivo de Habermas, a diferença é que Forst busca responder essa mesma pergunta colocada por Habermas – quais direitos os cidadãos precisam para regular sua vida comum através das leis – atribuindo à moral importante papel.

O princípio da justificação situa-se em ambos os terrenos, o da moral e o da política. Assim a questão colocada deve ser vista como moral e política-legal e deve ser respondida com base no princípio discursivo, no seu caso, o da justificação. «Then we get a different co-originality thesis according to which morality can neither be subsumed under law and democracy nor be rigidly opposed to them.» (Forst, 2012:111)

Nesse ponto, chegamos a dois traços importantes da teoria de Forst o construtivismo e a crítica. O construtivismo diferentemente do de John Rawls, é entendido como um construtivismo discursivo, uma prática social, que coloca às pessoas a tarefa de erigir um edifício normativo sobre uma base moralmente imparcial e agir de acordo com os planos que elas podem aceitar e justificar, enquanto designers e produtores dessa base. Construção que se erige sobre a base de uma determinada concepção de pessoa e de um critério particular de uma prática de justificação razoável.

Sobre a base do *construtivismo moral* é possível chegar a uma concepção de direitos humanos que nem estados e nem indivíduos podem negar a uma outra pessoa por razões que são recíprocas e defendidas por todos. Os direitos humanos têm uma natureza moral e uma lista de direitos deve ser pensada e justificada para cada situação social, com suas particularidades que colocam diferentes questões. Por isso, eles não são direitos "naturais" ou antropologicamente justificáveis.

E se as normas para uma vida moralmente legítima e justa precisam ser justificadas de acordo com os contextos de cada sociedade, essa necessidade representa para a Forst o ponto central para toda prática de justificação para uma estrutura básica política e socialmente justa: *o construtivismo político*.

E eis o ponto que nos importa:

> So neither is morality completely taken up into institutionalized legal-political procedures, since these cannot fully absorb the entire content of that which is morally required, nor does it remain external, since procedures of political justification must be organized such that the highest possible degree of participation and justificatory equality is guaranteed. Moral and political autonomy stand in an immanent relation, without blurring the distinction between moral and legal norms. Morally and politically responsible citizens, who recognize one another as such, owe one another a just regulation of their common life within the medium of law, which they can also confront as strategic actors. (Forst, 2012: 112)

Essa formulação de Forst nos permite pensar o nexo entre moral e política e fazer a necessária conexão com a validade dos direitos sociais e o papel das políticas públicas para sua efetividade. Estou entendendo o direito à saúde tanto a partir de sua validade e obrigatoriedade legal, como a partir das construções morais válidas sobre a definição de pessoa e o entendimento da cidadania no Brasil. O que a prática parece revelar é um deslocamento que esvazia de sentido a percepção de pessoa e subsequentemente de direito daquele legalmente expresso, descolando a justificação moral da prática política que parece operar com outra concepção de pessoa e de cidadania, retirando assim da legalidade a sua validade moral.

Embora a definição de pessoa e de direito expressa na letra constitucional não seja publicamente contestada parece haver um acordo mútuo tácito que justifica o seu descumprimento, ou se preferirmos, a ausência de coerção para sua efetividade, coerção a ser exercida tanto sobre o Estado como sobre cidadãos, alvos e sustentáculos e razão desse direito, que deveriam reclamar, representar e sustentar politicamente. Não estou com essa afirmação negando toda a tradição política autoritária presente nas relações sociais e políticas na sociedade brasileira e o processo que forjou nossa subcidadania, ligada à invisibilidade da desigualdade que naturaliza a desigualdade e ao desenvolvimento de um *habitus* (no sentido bourdieusiano) de cidadania precário, nos termos de Jessé Souza, mas sim, tentando olhar para o que permite e ratifica essa ordem moral e politicamente.

A percepção de justiça ou injustiça do sistema de saúde também nos remete a legitimidade da política pública e aceitação por parte dos cidadãos. Neste ponto já é possível introduzir os três aspectos da legitimidade que serão norteadores de minha análise:

> Three aspects of state legitimacy may be distinguished. These concern the extent to which citizens: (a) tolerate the intervention of the state; (b) accept state decisions aimed at influencing the behavior of individuals or of groups; (c) cooperate with the state to achieve the goals it has set. (Rothstein, 1998:104)

Estes aspectos só são possíveis se as pessoas concordam com os princípios e normas do sistema. Entretanto, a aceitação por falta de parâmetros para avaliação da instituição ou por medo, apesar de garantir aparente legitimidade ao sistema, não pode ser considerada como um aspecto de legitimidade da política, mas talvez uma manipulação de crenças e valores que permitem a manutenção da política institucional sem que essa seja verdadeiramente questionada, e aqui entramos no terreno da ideologia.

Por essa razão, a teoria da justiça de Rainer Forst joga luz sobre importante aspecto para a análise das políticas públicas e da prática política: as relações de justificação em sociedade e o poder político, esse último o mais importante bem primário. Para o autor as pessoas são agentes da justiça, não são alvos, recipientes da justiça, são agentes autônomos que co-determinam as estruturas de produção e distribuição que determina suas vidas, dados, claro, os limites que os sistemas sociais desenvolveram nas sociedades modernas. A política é a mais importante dimensão da justiça.

Nos termos de Forst (2014:114),

> Justice, according to this view, is not primarily about *what you have* (or do not have); rather, it is about *how you are treated*. Justice is not a teleological notion, for first, it rests on a deontological duties of what persons owe to one another in a context of

> justice. Second, its critical part is not about persons lacking something that it would be good for them to have; rather, it is about persons being deprived of something they have reciprocally and generally non rejectable reason to claim. Justice is above all about ending domination and unjustifiable, arbitrary rule, whether political or social life, that is, as persons with what I call a *basic right to justification*. (grifos do autor)

A justiça está na capacidade de fala, no poder de elaborar e demandar reclamos que se justificam aos olhos dos outros. Por isso a questão central não é o que se tem, mas sim como se é visto, pois a justiça requer que todos sejam vistos como pessoas racionais capazes de elaborar suas concepções morais, reconhecer que os outros também o são e requer que todos tenham o poder político de justificação.
A demanda por justificação não se deve pelo bem da democracia, mas sim pelo bem dos *fins* relevantes das relações sociais e instituições em questão. É em função da realização desses fins que uma teoria do reconhecimento é fundamental, pois provê as perspectivas para uma definição concreta desses bens e sua distribuição.

> The first question of justice is the question of power. For it is not just a matter of wich goods are to be legitimately distributed for what reasons, in what amount, and to whom; it is also a matter of *how* these goods come into the world in the first place, *who* decides on the distribution, and *how* it is carried out. This is the original, political meaning of *social* justice. Theories of a primarily allocative-distributive nature are accordingly "forgetful of power", insofar as they think only from the "side of the recipient" and only require "*re*-distribution", without posing the political question about the determination of the structures of production and distribution. (Forst, 2012: 195[grifos do autor])

É preciso questionar sobre a determinação das estruturas de produção. Razão pela qual é tarefa da justiça (1) Produzir uma estrutura básica de justificação; (2) Produzir uma estrutura básica plenamente justificada. Os princípios decididos pela primeira – *a minimal justice* - balizam as relações na segunda – *a maximal justice*. Esses princípios são mais do que princípios específicos para a distribuição de bens, «but a *higher-order* principle for justifying potential distributions». (Forst, 2012: 197[grifos do autor])
Para Forst a justiça fundamental se expressa então de forma aparentemente paradoxal, de uma implicação substantiva da justiça procedimental. A partir de um "direito moral de justificação", a estrutura básica é questionada sobre se de fato os indivíduos tem possibilidades, recíprocas e gerais, de determinar quais instituições são relevantes para eles no que se refere a produção e distribuição de bens, a violação da justiça fundamental se dá quando o poder básico de justificação é distribuído igualmente dentre as mais importantes instituições.
Bens como a saúde devem então ser distribuídos considerando primeiro os requerimentos da justiça fundamental, e depois de acordo com os bens que são considerados mais pertinentes e que favorecem um ou outro esquema de distribuição, e esse segundo fator pode sempre mudar conforme o contexto.

5 - Considerações Finais

As teorias da justiça nos fornecem os parâmetros através dos quais pensar a justiça das políticas públicas, como as concepções intuitivas de justiças são elaboradas em sociedade e sua relação com a legitimidade da política. O fio condutor central dessa pesquisa é a ideia de que as concepções de justiça têm especial importância para a elaboração e análise das políticas públicas. Tais concepções são orientadoras da instituição, política pública, e da ação do cidadão quando em relação com essas. Considerando que as políticas públicas são marcadas pela indeterminação, e que estão permanentemente expostas às mudanças sociais e às "novas" necessidades

e demandas trazidas pela sociedade civil, é preciso considerar que as ideias que a movem estão sempre sendo reatualizadas e submetidas à opinião pública e, em particular, dos atores que participam diretamente de seu cotidiano, seja enquanto produtores da política, ou enquanto seus usuários.

Atores esses que ao mesmo tempo que são influenciados pela instituição também exercem influência sobre ela, nesse sentido a legitimidade das políticas públicas depende mais da correspondência da política com os valores sustentados pelas pessoas do que da validade jurídica de seus atos.

De acordo com Jessé de Souza os valores morais do brasileiro estão fortemente relacionados com a crença no mercado, no indivíduo e na meritocracia. Combinação que cria uma falsa ideia de igualdade de oportunidades e se sustenta no *esquecimento do social no individual.*

A moralidade é relevante justamente porque "deveres morais" referem-se fundamentalmente ao outro e são eles mais do que a ética das ações no plano do político que dão sentido aos direitos do homem, aos direitos sociais, e portanto, aos deveres do Estado e, ao final da linha, para as políticas públicas.

A concepção de justiça de Forst dialoga diretamente com sociedades democráticas cujos princípios centrais baseiam-se na liberdade e na igualdade de seus cidadãos, e mais ainda em democracias propensas à participação direta. O caso brasileiro congrega tais características, atualmente nossa questão central não recai mais sobre a necessidade de abertura e criação de espaços de participação, mas sim, sobre a efetividade da participação já institucionalizada nas políticas públicas e sobre a distribuição do poder político e do direito à justificação dentre os participantes desses espaços, nos quais se cruzam burocracia e sua tecnocracia, e as opiniões subjetivas pautadas pelas necessidades reais dos cidadãos.

A política pública é a partir disso pensada como resultante dos valores sustentados em sociedade e que, ao mesmo tempo, precisa ser responsiva aos valores e projetos políticos em disputa que influenciam em sua implementação ao longo do tempo, e são fundamentais para a compreensão de sua legitimidade.

Ou seja, no caso da justiça, é em sua prática diária que a política pública será responsiva as concepções intuitivas de justiça sustentadas pelas pessoas, fundamento de suas demandas e de seus julgamentos.

O pano de fundo dessa discussão é pautado por concepções normativas de justiça que influenciam diretamente nas decisões do gestor sobre a implementação ou não de serviços ou programas específicos, nos diferentes contextos da política de saúde, pois é nesse campo de disputa que se coloca em pauta os limites de atuação do Estado via política pública.

Bibliografia

COBO, B; LAVINAS, L. (2014) "Percepções sobre desigualdade e pobreza. O que pensam os brasileiros da política social". Folio Digital e Centro Celso Furtado.

CRUZ, V. (2012) "Estado regulador e políticas públicas." In: Alejandra Pastorini; Andrea Moraes Alves, Silvina Galizia (eds). Estado e cidadania: reflexões sobre as políticas públicas no Brasil contemporâneo. RJ: Ed. FGV. pp. 73-102

DE MARIO, C. (2013) Saúde como questão de Justiça. Tese de Doutoramento. Campinas, IFCH – UNICAMP.

FORST, R. (2012) The Right to justification. Elements of a construtivist theory of justice. NY: Columbia University Press.

_____. (2014) Justification and Critique. Towards a Critical Theory of Politics. Cambrigde, UK: Polity Press.

HABERMAS, J. (1998) Between facts and norms: contributions to a discourse theory of law and democracy. Massachusetts: The MIT Press.

PIERSON, P. (2006) Public Policies as Institutions. In: Ian Shapiro, Stephen Skowronek, Daniel Galvin. (eds) Rethinking Political Institutions. The art of the state. New York/London: New York University Press. pp.114-134

MORRIS, C. (2005) Um ensaio sobre o Estado Moderno. SP: Landy Editora.

RAWLS, J. (2008) Uma Teoria da Justiça. São Paulo: Ed. Martins Fontes.

_____. (2005) Political Liberalism. Expanded Ed. New York: Columbia University Press.

_____. (2003) Justiça como Equidade. SP: Ed. Martins Fontes.

ROTHSTEIN, B. (1998) Just Instituitions Matter. Cambrigde, United Kingdom: Cambrigde, University Press.

SANTOS, W. (1979) Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira. RJ, Ed. Campus.

SMITH, R. (2006) Which comes first, the ideas or the institutions? In: Ian Shapiro, Stephen Skowronek, Daniel Galvin. (eds) Rethinking Political Institutions. The art of the state. Org. New York/London: New York University Press. pp. 91-113

SOUZA, J. (2009) A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: ED. UFMG.

Educação popular como prática cidadã na formação dos profissionais de saúde

Wellington de Oliveira
Doutor em Educação. Coordenador do Mestrado Profissional Ensino em Saúde da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Diamantina, MG - Brasil. welltha@terra.com.br

Marta Luiza Dias
Graduada em Pedagogia. Estudante do Mestrado Profissional Ensino em Saúde da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Diamantina, MG - Brasil. martaluizadias@yahoo.com.br

Resumo: De acordo com o Ministério da Saúde, a Educação Popular em Saúde (EPS) inserida num plano institucional é uma importante estratégia de consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), pois, contribui para o fortalecimento dos princípios da universalidade, integralidade e equidade. Este estudo visa investigar e compreender como a EPS pode ser incorporada no processo de formação profissional em saúde da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Brasil. A pesquisa é de abordagem qualitativa e os resultados apresentados referem-se ao estudo bibliográfico e pesquisa documental.

Palavras chave: educação popular, saúde, formação, SUS

1. Introdução

Atualmente a formação dos profissionais em saúde está sendo desafiada por novas perspectivas que exigem a procura de novos referenciais, fundamentados em paradigmas que interligam educação, saúde e desenvolvimento. Esses novos paradigmas pretendem dar sustentação e relevância à perspectiva reflexiva, libertadora, emancipatória e autônoma, tanto na formação como na prática profissional.

O modelo hegemônico de formação dos profissionais de saúde baseado principalmente no desenvolvimento de competências e habilidades, centrado em conteúdos, organizado de maneira compartimentada e isolada, fragmentando os indivíduos em especialidades clínicas, mostra-se cada vez mais inadequado, uma vez que permanece alheio à atual organização e expansão do Sistema Único de Saúde (SUS) e demais políticas públicas para o setor. Os graduandos e profissionais de saúde formados nesse modelo apresentam muita dificuldade para abordar a complexidade dos problemas de saúde da população de uma forma integrada. (VASCONCELOS, 2011).

Nesta linha de modelos de formação fragmentada, destaca-se a concepção flexneriana que dá ênfase à formação de especialistas, o que tem significado a exclusão dos fatores sociais, econômicos, culturais, emocionais, entre outros na compreensão do processo de adoecimento. É consenso entre críticos e autores da formação em saúde, (CECCIM & FEUERWERKER, 2004; CARVALHO & CECCIM, 2006; VASCONCELOS, 2011; CRUZ, 2010) que é urgente a busca e implementação de estratégias pedagógicas que tenham como eixo preponderante a busca pela integralidade nos processos formativos, na atenção e cuidados, baseados no conceito ampliado de saúde para além dos aspectos curativos e assistencialistas.

Embora, seja consenso que a concepção flexneriana ainda seja hegemônica, também há atualmente uma tendência de formação baseada no conceito ampliado de saúde. Como consequência, ocorreram reformulações curriculares no ensino e iniciativas de mudanças nas políticas públicas desse campo, gerando assim um abalo no modelo hegemônico de formação, mesmo que tímido ou isoladamente e não tendo sido convertidas, ainda, em inovações significativas nas práticas em saúde (CIUFFO; RIBEIRO, 2008, pg. 128).

Feuerwerker e Sena (1999) destacam alguns princípios norteadores dos processos de mudança na formação profissional em saúde, ressaltando que a reforma dos cursos deve estar sustentada na integração curricular,

na interdisciplinaridade, em modelos pedagógicos mais interativos, na adoção de metodologias de ensino aprendizagem centradas no graduando como sujeito da aprendizagem em detrimento do processo de ensino aprendizagem na centrado na doença.

Na Universidade brasileira a partir do final de 1970 e início de 1980, um movimento que busca novas formas de ensino vem ganhando espaço na experimentação e difusão de alternativas de reorientação do aprendizado e consequentemente da formação. Para além das mudanças curriculares, criou-se um conjunto de estratégias pouco explícitas que vêm conseguindo redirecionar o ensino de muitos estudantes e gerar práticas de atenção à saúde extremamente criativas e inovadoras (VASCONCELOS, 2011). Desta forma, em meio ao contexto hegemônico aqui explicitado, nos mesmos corredores em que encontramos traços de uma formação profissional mecanicista, fragmentada, individualista, acrítica e reprodutiva do trabalho em saúde, também nos deparamos com a emergência de movimentos contrários, marcados pela humanização, pela problematização, respeito e construção do compromisso ético universitário (CRUZ, 2010).

É neste cenário de movimentos emergentes, que a Educação Popular em Saúde (EPS) se apresenta como uma alternativa de superação do modelo hegemônico de formação, reorientando as práticas pedagógicas de formação, de consolidação do SUS e demais políticas públicas de saúde (VASCONCELOS, 2004).

A Educação Popular, sistematizada no Brasil na década de 1960 por Paulo Freire parte da problematização da realidade, das condições de sobrevivência e contribui para uma nova compreensão da realidade e para a luta por melhores condições de vida. A educação baseada na metodologia da problematização, do diálogo como elemento estruturante, gera um processo contínuo de ação e reflexão associadas à realidade objetivando assim, a sua transformação.

A partir de 1970 a Educação Popular esteve ligada a uma série de organizações e movimentos sociais, que foram ocupando progressivamente espaço no cenário político brasileiro, principalmente após o processo de redemocratização política na década de 1980. São exemplos as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as pastorais da Igreja Católica, as associações comunitárias, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), entre tantos outros (VASCONCELOS, 2011).

Uma vez que a Educação Popular está vinculada a uma multiplicidade de ações educativas com diferentes características, o desenvolvimento de trabalhos orientados por suas bases tem se realizado em várias áreas, (PALUDO, 2005), especialmente na área de saúde. Assim, a partir de 2003, os princípios teóricos, políticos e metodológicos da EPS foram reconhecidos e institucionalizados pelo do Ministério da Saúde como essenciais para a consolidação do SUS e políticas públicas de saúde. No campo teórico, o crescente número de pesquisas e trabalhos produzidos e apresentados em eventos científicos tem mostrado a importância e resultados alcançados. No plano político, proporciona o entendimento e busca a efetividade dos princípios do SUS, representando um dispositivo essencial tanto para formulação quanto na implementação das políticas públicas de saúde. Na dimensão metodológica acredita-se ser relevante fortalecer e inserir a educação popular em saúde na formação profissional (PEDROSA, 2007) trazendo principalmente o debate sobre a necessidade de superação das distâncias culturais entre população e profissionais de saúde.

Mais que uma metodologia, pressupõe que a EPS constitui-se num campo de ideias que levam a reflexão e questionamento sobre o papel da universidade na formação para o trabalho em saúde. Numa perspectiva marxista a formação para o trabalho é marcada por relações subjetivas entre profissionais e usuários, sendo as relações objetivas marcadas pelas condições ligadas ao contexto social, político, econômico e a aspectos hegemônicos da conveniência dos grupos envolvidos.

A EPS como alternativa de formação, diferentemente da atual perspectiva hegemônica, traz novas dimensões para o trabalho em saúde. Fomenta a autonomia e formas participativas do processo de ensino aprendizagem, onde o graduando é motivado a problematizar criticamente sua formação, o que leva consequentemente a uma prática transformadora, contribuindo, assim, para a consolidação de um sistema de saúde em que os usuários sejam atuantes, autonômos e críticos (BATISTA, 2012).

Atualmente, há muitos profissionais de saúde reconhecidos por terem construído caminhos próprios de formação para o trabalho baseados na EPS, porém, muitas vezes isso existe de forma pontual e dispersa. Vasconcelos (2007) destaca que um dos grandes desafios do movimento da EPS é o delineamento mais preciso de estratégias educativas para a sua incorporação ampliada em cursos de graduação em saúde.

Considerando então, a necessidade desse delineamento mais preciso e a incorporação ampliada da EPS como uma estratégia e política de formação já reconhecida e institucionalizada pelo Ministério da Saúde, surgem as seguintes indagações: A EPS está incorporada no processo de formação dos profissionais de saúde da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri UFVJM) como uma alternativa de superação do atual modelo hegemônico? Nesta universidade correram inserções significativas da EPS como uma estratégia de consolidação do SUS e demais políticas públicas em saúde? É contemplada como uma política de formação referenciada pelo Ministério da Saúde? Quais fragilidades e potencialidades para sua inserção nos contextos de formação?
Empiricamente, o presente estudo tem por objetivo investigar como a EPS está contemplada nos Projetos Políticos Pedagógicos e estruturas curriculares dos cursos de saúde da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, Odontologia e Educação Física.

2. Relevância do estudo

A Educação Popular em Saúde (EPS), em seu processo histórico de construção e evolução tem sido considerada um referencial teórico-metodológico importante para o desenvolvimento da participação social e democratização das políticas públicas em saúde. Como conseqüência desse processo, desde 2003 vem sendo adotada como "diretriz teórica e metodológica da Política de Educação em Saúde do Ministério da Saúde". Para que esta política se torne uma estratégia prioritária de consolidação do SUS e da adequação de suas práticas em benefício da população, é fundamental a incorporação ampliada e permanente da EPS nos processos de formação profissional.
Discutir EPS como uma estratégia de formação dos profissionais de saúde, significa proporcionar o entendimento de sua convergência e transversalização em torno da formulação e implementação das políticas de saúde no âmbito do SUS. Dessa maneira, é necessário compreender que a EPS não é somente um saber fazer em saúde, mas é uma política integrante do SUS e como tal, requer reflexões a respeito de questões relacionadas à formação e atuação profissional.
De acordo com Paulo Freire, a Educação Popular tem como uma de suas bases a apreensão da realidade de uma maneira crítica, problematizadora, trata-se de aprender a ler o mundo e descobrir qual o lugar de cada um nesse mundo. Neste caso específico, a leitura de mundo será como profissional que busca a compreensão ampliada de saúde, problematizando o que determina a situação de adoecimento, sofrimento e cuidado a partir das concepções, saberes e representações sociais da população. No âmbito das políticas de saúde, a educação popular desenvolve o entendimento do SUS como processo histórico das lutas e conquistas da sociedade.
Baseado em pressupostos metodológicos, políticos e na experiência historicamente pelos educadores populares, a partir de 2003 passa a fazer parte da estrutura do Ministério da Saúde (MS) uma área técnica responsável pela institucionalização dos princípios da EPS, visando orientar as ações, projetos políticos para o setor e especialmente a política de educação em saúde (PEDROSA, 2007).
Atualmente, a EPS no âmbito do MS está institucionalizada na Coordenação Geral de Apoio à Educação Popular e a Mobilização Social. Esta Coordenação faz parte da estrutura organizacional do Departamento de Apoio à Gestão Participativa (DAGEP), que faz parte da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP).
A conquista deste espaço no MS é resultado de movimentos que originaram da criação em 1998 da Rede Nacional de Educação Popular em Saúde (RNEPS), que tem base institucional de apoio na Escola Nacional de Saúde Pública, da Fundação Oswaldo Cruz. A RNEPS integra o Grupo de Trabalho de Educação Popular e Saúde da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO), desde 2000. Entre os objetivos da Rede está a formação ampliada de recursos humanos em saúde na perspectiva da Educação Popular, apuração da metodologia ao atual contexto de saúde, a busca de integração mais intensa entre os diversos profissionais e lideranças populares envolvidos em práticas educativas espalhadas na América Latina. (PEDROSA, 2011).
Assim em 2009, foi constituído o Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde (CNEPS), coordenado pela Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do MS.
Como resultado dos trabalhos do Comitê, em 2013 foi instituída a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS, Portaria 2.761, de 19 de novembro de 2013), que

"reafirma o compromisso com a universalidade, a equidade, a integralidade e efetiva participação no SUS" (BRASIL, 2013).

A esse breve relato do percurso histórico da EPS no Brasil, associa-se aqui seu reconhecimento e institucionalização como uma política de Estado originária das lutas e organização das vontades coletivas da sociedade civil. Em Gramsci, o cerne do conceito de sociedade civil refere-se à organização e à produção de vontades coletivamente organizadas, implicando em visões de mundo calcadas em valores e princípios éticos próprios, em favor da afirmação e consenso de projetos e ações que se tornem hegemônicos (COUTINHO, 1981).

Assim, a EPS deixa de ser uma prática informal, desenvolvida por alguns militantes e passa a ser uma diretriz teórica e metodológica da política de Educação em Saúde do MS. Contudo, segundo Vasconcelos (2011), um dos desafios para que a EPS tenha um delineamento mais preciso e se torne uma estratégia essencial de consolidação do SUS, adequação de suas práticas e técnicas de acordo com a realidade da população, é necessário propor estratégias para sua incorporação nos cursos da área de graduação da área de saúde.

Compreender como a EPS pode ser incorporada de forma ampliada e sistemática nos processos de formação dos cursos de graduação em saúde da UFVJM significa discutir e refletir sobre a dinâmica de superação do modelo hegemônico de formação.

Problematizar a EPS, no atual contexto da política de saúde, caracterizado pela simultaneidade e abertura para políticas transversais como a Política Nacional de Humanização do SUS, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, Política Nacional de Promoção da Saúde e Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa (PEDROSA, 2011), significa a busca pela integralidade da formação.

A relevância deste estudo para a UFVJM é fundamental no sentido de vislumbrar novos cenários para a graduação em saúde, buscando desenvolver propostas coletivas de formação, articulando a universidade, a gestão do SUS, os serviços de saúde e a população. Assim, a transmissão de conhecimentos deixa de ser a protagonista no processo de formação, cedendo lugar para a reflexão e a prática coletiva, para a problematização e transformação da realidade, integrando docentes, discentes, usuários, gestores, trabalhadores e profissionais de saúde no cotidiano dos serviços e da realidade sanitária, visando à consolidação do SUS.

3. Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), com sede na cidade de Diamantina, Minas Gerais, Brasil. A universidade é uma autarquia federal de ensino superior e possui estrutura física composta por cinco *campi* no estado de Minas Gerais, sendo dois em Diamantina, e os outros três *campi* localizam-se nas cidades de Teófilo Otoni, Unaí e Janaúba.

Figura 1: Localização geográfica da UFVJM

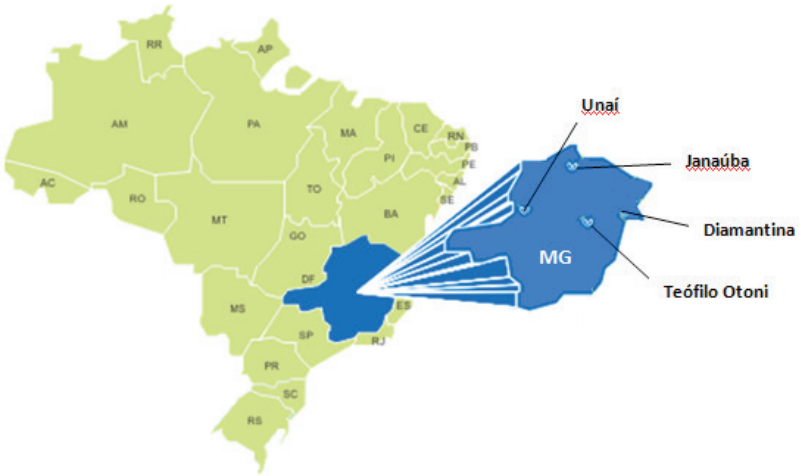

Fonte: Site oficial da UFVJM

Atualmente, dentre os 23 cursos que a Instituição oferece nos campi de Diamantina, 6 são da área da saúde, sendo: Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição, Odontologia e Educação Física.
A pesquisa foi desenvolvida numa abordagem qualitativa e dividiu-se em duas etapas: revisão de literatura e análise documental. Na revisão da literatura foram estudadas as concepções e políticas do SUS, conceitos de hegemonia, sociedade civil, formação para o trabalho em saúde, educação popular em saúde, pedagogia social e pesquisa qualitativa em saúde. Na pesquisa documental foram analisadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição, Odontologia e Educação Física, os Projetos Políticos Pedagógicos e Estruturas Curriculares e planos de ensino destes cursos na UFVJM.

4. Resultados

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação em saúde constituem mudança paradigmática do processo de educação superior, baseado antes num modelo de formação flexneriano, biomédico e curativo para outro generalista, técnico, científico e humanista. A elaboração das DCN para os cursos de saúde tem no Brasil origem nos questionamentos sobre o ensino superior, iniciados na década de 1960, entre os quais se destaca o seu isolamento do mundo do trabalho, formando profissionais com perfil não adequado às necessidades sociais. (SANTOS, 1995). Essa discussão aprofunda-se nas últimas décadas do século XX, principalmente diante da organização de movimentos da sociedade civil que lutavam em prol de uma nova formação profissional em saúde. As discussões eram orientadas, principalmente pelos estudos de Paulo Freire que propunha uma reflexão sobre o antagonismo entre o momento histórico de uma sociedade que se democratiza e necessita formar cidadãos, e o ensino, continuava desvinculado da realidade que deveria representar (STELLA, 2008).
Assim, ancorado na Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988), promulgada em 1988, que institui a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e define a saúde como "direito de todos e dever do Estado"; na promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996; no lançamento do edital nº 4/97, no qual solicita que universidades, cursos, sociedades científicas, ordens e conselhos profissionais, de forma isolada ou conjunta, ofereçam contribuições para a elaboração das diretrizes nacionais dos cursos de graduação (BRASIL, 1997). O documento definia que diretrizes teriam por objetivo servir de referência para as Instituições de Ensino Superior organizarem seus cursos, permitindo flexibilidade na construção dos currículos e privilegiando a indicação de áreas do conhecimento a serem consideradas. Recomendava que as estruturas curriculares fossem orientadas pelos perfis profissionais demandados pela sociedade. Neste contexto, com a contribuição de universidades, cursos, sociedades científicas, ordens e conselhos profissionais, de forma isolada ou conjunta, contribuíram com a elaboração das DCN dos cursos de saúde (STELLA, 2008).
De acordo com a análise das DCN de Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição, Odontologia e Educação Física, um princípio comum a todas é flexibilização curricular como possibilidade de propiciar uma sólida formação, permitindo ao graduado enfrentar as rápidas mudanças do conhecimento e seus reflexos no mundo do trabalho. A estrutura curricular deve ser proposta de modo a contemplar, para cada curso, o perfil acadêmico e profissional, as competências, as habilidades e os conteúdos nelas estabelecidos, a partir de referências nacionais e internacionais.
O perfil é baseado na "formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, com capacidade para atuar, pautado em princípios éticos, no processo de saúde-doença em seus diferentes níveis de atenção, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação à saúde, na perspectiva da integralidade da assistência, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano". De forma geral espera-se que tenha domínio do método terapêutico/clínico, competência técnica e social adequada para atuar no âmbito do SUS.
As diretrizes orientam que a estrutura curricular e a organização dos conteúdos devem estar inseridos em propostas pedagógicas que possibilite ao indivíduo aprender a aprender, estando engajado num processo de

educação permanente. Propõe-se que os cursos de graduação sejam baseados em metodologias ativa, centrada no aluno, como sujeito da aprendizagem e no professor, como facilitador e mediador deste processo de ensino-aprendizagem. As DCN enfocam o aprendizado baseado em competências e habilidades, em evidências científicas, na solução de problemas e orientação para o trabalho com comunidade.
Outra característica das DCN é o seu papel de condutora na elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos cursos de graduação. Nos PPP dos cursos de Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição e Odontologia da UFVJM é salientado que sua elaboração está de acordo com as orientações das DCN. De acordo a análise destes documentos percebemos que o perfil profissional pretendido, as competência e habilidades requeridas e a proposta pedagógica, são de forma geral, comuns a estes cursos.
Levando em consideração as dimensões subjetiva e social de cada pessoa e de cada família o egresso deve estar capacitado a elaborar planos de cuidado contextualizados e voltados para a melhoria da qualidade de saúde, não só do paciente, mas de toda a sociedade.
A formação deverá desenvolver as seguintes competências e habilidades:

- Atenção à saúde: em nível individual E coletivo de forma integrada e ética com as demais instâncias do SUS.
- Tomada de decisões: aproveitar o potencial de trabalho existente, o uso apropriado de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas adequadas e baseadas em evidências científicas.
- Comunicação: acessíveis e adequadas, manter a confidencialidade das informações, saber utilizar tecnologias de comunicação e informação.
- Liderança: trabalhar em equipe multiprofissional e assumir posições de liderança.
- Administração e gerenciamento: tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração do trabalho de profissionais sob sua responsabilidade, dos recursos físicos e materiais.
- Educação permanente: investir na formação continuada, nos aspectos teóricos e práticos.
-

A concepção de currículo prevê a integração entre a formação e o mundo do trabalho, desenvolvimento da cooperação e de atividades em equipe. Deve considerar como espaços de ensino-aprendizagem o cenário acadêmico, comunitário e os vários cenários do sistema de saúde local. Esse deve ser o fundamento para desenvolver, colher, observar e interpretar dados para construção do diagnóstico e propor planos alternativos de tratamento, de acordo com a condição sócio-econômica do paciente
É enfatizado no PPP, que a estrutura curricular prevê um ensino pautado na articulação teoria/prática, devendo favorecer à flexibilização, a integração e contemplar conteúdos essenciais à formação do profissional relacionados com todo o processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade, integrado à realidade epidemiológica e profissional.
De acordo com o proposto no estudo, procedemos à análise da estrutura curricular e dos planos de ensino destes cursos. Para a coleta dos dados das estruturas curriculares categorizamos as disciplinas em três áreas de conhecimento, sendo elas: Ciências Humanas, que englobam disciplinas relacionadas à educação, sociologia e antropologia e no caso da medicina, a disciplina Desenvolvimento Pessoal, que está mais próxima de Ciências Humanas. Saúde Coletiva, que engloba as disciplinas relacionadas à Atenção Primária e conhecimentos do SUS; e a área Técnica, engloba todas as disciplinas relacionadas ao conhecimento Biologicista, Biomédico e procedimentos instrumentais necessários à prática. Para ilustrar melhor os dados coletados na estrutura, optamos por disponibilizá-los em gráficos.

Gráfico1: Relação carga horária do total de disciplinas obrigatórias com Humanas **e Saúde Coletiva**

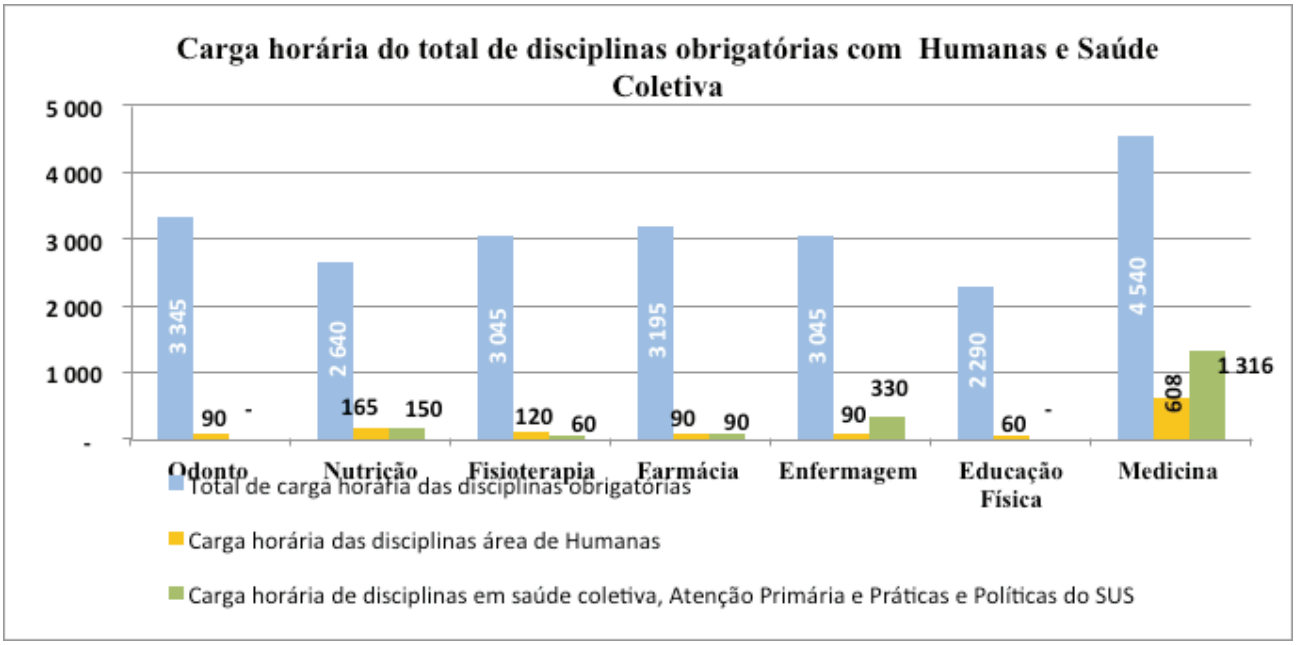

Fonte: Dados do Estudo, 2014.

Com base no gráfico acima, a carga horária das disciplinas relacionadas às Ciências Humanas e Saúde Coletiva é bem menor que a carga horária total. De acordo com análise dos planos de ensino, os conteúdos e a bibliografia básica destas disciplinas categorizadas em Ciências Humanas não apresentam uma relação e integração significativas com a área da saúde. Nesta categoria, Medicina aparece com 608 horas do total de 4.540 horas. Estão incluídas nesta carga horária a Disciplina denominada "Dimensão Pessoal" que está presente nos oito semestres do curso. Esta disciplina traz em suas ementas conteúdos como: Evolução Histórica, Científica e Ética da Medicina; Saúde, Doença, Sociedade; Psicologia; Relação Médico-Paciente; Psicopatologia; Bioética e Medicina Legal. Não há na estrutura disciplinas como sociologia, filosofia ou antropologia. Na análise dos planos de ensino percebeu-se uma fragilidade na integração destes conteúdos com a saúde, pois as ementas sugerem vários objetivos que podem não ser alcançados com a bibliografia básica apresentada. Esta fragilidade entre ementas, conteúdos e bibliografia básica também se repete nos outros cursos. A carga horária relativa à educação é muito baixa, como por exemplo, a Medicina tem 32 horas e nenhuma em odontologia.

Um das orientações das DCN é a formação profissional para atuação no SUS. Na categoria Saúde Coletiva estão agrupadas as disciplinas que têm alguma relação com essa formação, porém a carga horária é também muito baixa. A Medicina aparece com o maior carga horária, sendo 1.316 num total de 4.540 horas. A disciplina responsável por número é nomeada "Medicina Social e Preventiva, Medicina de Família e Comunidade, Legislação do SUS". A disciplina está dividida em 8 módulos, sendo distribuídos nos 8 semestres do curso. Entre seus conteúdos está o estudo das Leis Orgânicas da Saúde (LOAS) 8.080 e 8.142 e a história, princípios e diretrizes do SUS, porém a bibliografia básica não contempla o assunto. 298 horas desta disciplina que está dividida em 4 períodos, trazem em seus planos de ensino ementas e conteúdos diferentes em cada 1 destes 4 módulos, mas a bibliografia básica e complementar é a mesma. Entre os conteúdos desta disciplina, são enfatizados quantitativamente, os procedimentos para exames clínicos, anamnese, conduta diagnóstica e terapêutica e normas operacionais.

Na estrutura curricular dos cursos de Odontologia e Educação Física não há disciplinas na área de educação.

A Educação Popular em Saúde se manifesta como um conteúdo de estudo no curso Nutrição, tendo inclusive referência bibliográfica. Em Medicina seu o estudo está na ementa, porém não aparece na bibliografia básica e complementar. Salvo estas duas referências, não aparece nos outros cursos este conteúdo.

Gráfico 2: Proporção entre carga horária total das disciplinas dos cursos de saúde da UFVJM

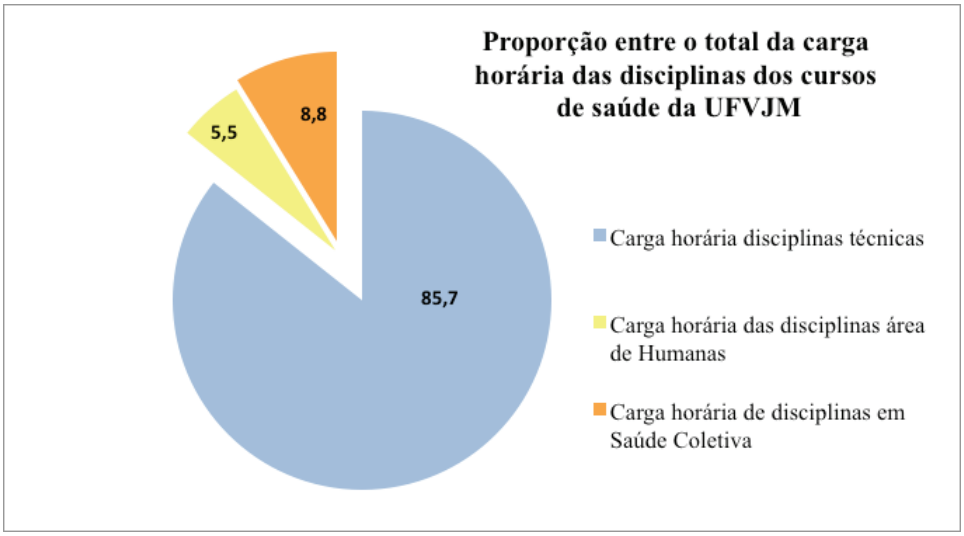

Fonte: Dados do Estudo, 2014

O gráfico acima ilustra a proporção das disciplinas de Ciências Humanas e Saúde Coletiva em relação às disciplinas que denominamos de técnicas. Estas últimas apresentam um significativo desnível proporcional entre as disciplinas da área de Ciências Humanas e Saúde Coletiva.
É importante salientar que todos os esforços foram feitos para considerar o maior número de carga horária das áreas de Ciências Humanas e Saúde Coletiva.

5. Conclusões, perspectivas e desafios

Embora alguns cursos possam ter sido analisados como tendo maior ou menor atenção à formação na área de Ciências Humanas ou Saúde Coletiva, o que chama mais atenção são as semelhanças e não as diferenças observadas. De uma maneira geral, todos os PPP dos cursos analisados têm em comum o discurso baseado na formação generalista, científica e humanista, com capacidade crítica, reflexiva e ética. Porém há um desencontro entre o que está prescrito nestes documentos e o que está materializado nas estruturas curriculares e planos de ensino. As disciplinas definidas nas estruturas curriculares, os conteúdos e bibliografias constantes nos planos de ensino analisados, concentram a maior parte de elementos que direcionam uma formação profissional centrada no diagnóstico e tratamento de doenças. Estes são aspectos relevantes, mas não respondem às reais necessidades do processo saúde-doença, do fortalecimento das políticas públicas e programas de saúde.
No SUS e em toda a sua estrutura de implementação legal e operacional é enfatizado a dimensão da integralidade da assistência, com senso de responsabilidade social, compromisso com a cidadania e participação nas diversas esferas de desenvolvimento e atuação profissional, bem como a formação de usuários conscientes de seus direitos e responsabilidades para com a comunidade e para com o próprio Sistema.
O reconhecimento e adoção da proposta de formação orientada pela Educação Popular em Saúde (EPS) significaram um importante avanço na formação profissional, uma vez que os princípios da proposta estão em consonância com as orientações das DCN e principalmente com o perfil de "profissional social" exigido pelo contexto de políticas públicas democráticas e participativas definidas não só na Constituição Federal, como também na Lei Orgânica de Saúde (Lei 8090/90). Ou seja, de acordo com experiências de outras instituições, como por exemplo, na Universidade Federal da Paraíba, a EPS tem promovido significativas contribuições para a formação daquele perfil profissional definido nas diretrizes: formação generalista, técnica, científica e humanista, com capacidade crítica e reflexiva, preparado para atuar, pautado por princípios éticos, no processo de saúde-doença em seus diferentes níveis de atenção.

De acordo com a análise dos documentos propostos, foi possível responder os questionamentos da pesquisa. Nos processos de formação em saúde da UFVJM definidos e materializados nas estruturas curriculares e planos de ensino, não percebemos inserções significativas da EPS como uma estratégia de consolidação do SUS e demais políticas públicas em saúde.

Entre as fragilidades, podemos inferir que é significativo o desconhecimento por parte dos docentes que elaboraram tanto as estruturas curriculares, como os planos de ensino, de que a EPS é uma alternativa de formação potencial para materialização das propostas das DCN e dos PPP dos cursos de saúde da UFVJM. Por conseguinte, também é relevante a sua contribuição com uma formação autônoma, social e participativa, fim último das políticas de formação propostas pelo Ministério da Saúde.

Entre as potencialidades, acreditamos que as próprias orientações das DCN, a instituição da Política Nacional de Educação Popular em Saúde e a institucionalização da EPS no âmbito do Ministério da Saúde.

No entanto a esta potencialidade é inerente também o desafio de promover um movimento de mudança que caminhe na direção do rompimento das práticas de formação hegemônica, baseadas na visão hospitalocêntrica, tecnicista e biologicista.

6. Referências bibliográficas

Batista, P. S. S. (2012), Ética no cuidado em saúde e na formação universitária na perspectiva da educação popular. João Pessoa. UFPB. 2012. Disponível em: http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2324. Acesso em 10-03-2014.

BRASIL. (1988), Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo S.A., MESP.

BRASIL. (1990), Diário Oficial da União. Lei nº 8080/90. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços de saúde correspondente e dá outras providências. Brasília – DF, 19 de setembro de 1990.

BRASIL. (1990), Diário Oficial da União. Lei nº 8142/90. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais, recursos financeiros na área de saúde e dá outras providências. Brasília – DF, 128 de dezembro de 1990.

BRASIL.(2001), Ministério da Educação (BR). Parecer CNE/CES nº 1.133, de 7 de agosto de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/ces1133.pdf. Acesso em 22-05-2014.

BRASIL. (2001), Ministério da Educação (BR). Parecer CNE/CES nº 1.300, de 6 de novembro de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Farmácia e Odontologia.Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1300.pdf acesso em 22-05-2014

BRASIL. (2009), Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS. 2 ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde.

BRASIL. (2011). Ministério da Educação (BR). Parecer CNE/CES nº 274/2011, aprovado em 6 de julho de 2011 – Indicação referente à revisão do texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para curso de Graduação em Educação Física. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf . acesso em 22-05-2014.

BRASIL. (2013), Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política Nacional de Educação Popular em Saúde. Disponível em: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/11/2013&jornal=1&pagina=62&totalArquivos=168. Acesso em 10-01-2014.

CARVALHO, Y. M., CECCIM, R. B. (2006), Formação e educação em saúde: aprendizados com a saúde coletiva. In: CAMPOS, G. W. S. et al. (Orgs.) Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec. p.149-182.

CECCIM, R. B. , FEUERWERKER, L. C. M. (2004), O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. Physis. vol.14, n.1, pp. 41-65. Disponívem em: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312004000100004. Acesso em 10-05- 2014.

CIUFFO, R. S., RIBEIRO, V. M. B. (2008), Sistema Único de Saúde e a formação dos médicos: um diálogo possível? Interface. vol.12, n.24, pp. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832008000100010. Acesso em 10 de maio de 2014.

COUTINHO, C. N. (1981) Gramsci. Porto Alegre. L & PM.

FEUERWERKER, L. C. M., Sena, R. A. (1999) Construção de novos modelos acadêmicos de atenção à saúde e de participação social. In: ALMEIDA, M.J. (Org.). Educação médica e saúde: possibilidades de mudança. Rio de Janeiro: ABEM,. p.47-83.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia (1996), saberes necessários à prática pedagógica. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PALUDO, C. O. (2005), Debate latino-americano sobre a Educação Popular. In: CEALL. Educação Popular na America Latina: Desafios e Perspectivas. Brasília: UNESCO, MEC, CEALL.

PEDROSA, J I S., Bonetti O. P., Siqueira, T. C. A. (2011), Educação popular em saúde como política do sistema único de saúde. Rev APS. out/dez; 14(4): 397-407. Disponível em: http://aps.ufjf.emnuvens.com.br/aps/article/viewFile/1607/551. Acesso em 16-04-2014.

SANTOS, B. (1995), Pela Mão de Alice. São Paulo, Cortez.

STELLA, R. C. R., Puccini, R. F. (2008), "*A formação profissional no contexto das Diretrizes Curriculares nacionais para o curso de medicina*." In PUCCINI, RF., SAMPAIO, LO., and BATISTA, NA., orgs. *Aformação médica na Unifesp:* excelência e compromisso social. São Paulo: Editora Unifesp. pp. 53-69. Disponível em: http://books.scielo.org/id/q8g25/pdf/puccini-9788561673666-04.pdf. Acesso em 05-01-2014.

VASCONCELOS, E. S. (2004), Educação popular: de uma prática alternativa a uma estratégia de gestão participativa das políticas de saúde. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/physis/v14n1/v14n1a05.pdf. Acesso em 13-01-2014.

VASCONCELOS, E S. (2007), Educação popular: instrumento de gestão participativa dos serviços de saúde. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Caderno de Educação Popular e Saúde. Brasília, DF.. P. 18-29.

VASCONCELOS, E. S., CRUZ J. P. C. (Org.). (2011). Educação Popular e o movimento de transformação da formação universitária no campo da saúde. In: Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária da UFPB. P. 362-397.

Análise comparativa e investigação qualitativa das politicas de atenção à saúde dos povos indígenas e da população negra no contexto intercultural brasileiro

Walmir da Silva Pereira
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
E-mail: walmirpereira2014@gmail.com

Resumo: A comunicação expõe um projeto de investigação de natureza comparativa centrado na problemática da avaliação e descrição do conjunto discursivo, formatado nas e pelas Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASI) e Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), analisando diferenças e congruências dos processos de implementação das suas diretrizes e princípios orientadores junto aos povos e coletividades indígenas e a população negra afrodescendente no Rio Grande do Sul contemporâneo. Trata-se de fomentar o desenvolvimento de estudos e pesquisas de natureza qualitativa a respeito das políticas de atenção à saúde dos povos indígenas e da população negra, a partir da perspectiva interdisciplinar e da utilização do método etnográfico e da técnica de pesquisa da historia oral, focalizando o atual cenário de transição desses modelos de atenção à saúde no contexto intercultural brasileiro.

Palavras-Chave: Políticas de atenção à saúde, povos indígenas, população negra, interculturalidade, interdisciplinaridade,

1.Introdução

Os estudos de natureza multi e interdisciplinar - nos quais é reconhecida a fertilidade da articulação teórico metodológica e de intervenção social concernentes aos eixos cultural, político e sanitário -, vêm recebendo um renovado impulso nas últimas décadas no Brasil. Por um lado, pelo boom editorial com o crescente volume de obras publicadas por autores de procedência e vinculação institucional dos campos da saúde pública, saúde coletiva, direitos humanos e saúde, educação em saúde e promoção da saúde, antropologia da saúde, sociologia da saúde, história e psicologia da saúde. Por outro lado, o espaço recoberto pelas Instituições de Ensino Superior (IES) tem se mantido aquecido com a política de expansão do setor, levada a feito pelo Ministério da Educação em anos recentes, visível no surgimento de novos cursos de graduação e pós graduação (mestrados profissionalizante e acadêmico) no campo das ciências da saúde, em várias IES com reconhecido grau de excelência acadêmica internacional e nacional.

Nos termos descritos acima, a proposta de estudo comparativo que apresentamos almeja desenvolver e potencializar a assertiva geral contida no parágrafo inaugural. Elegemos como foco do trabalho a descrição e a análise, respectivamente, da Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena (PNASI) e da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), distinguindo o contexto presentista brasileiro intercultural, a partir da hipótese heurística de que a articulação dos eixos cultural, político e sanitário constitui caminho profícuo à consecução de investigações de mote interdisciplinar e, virtualmente, da produção de conhecimento transdisciplinar.

Importante considerar que, na experiência brasileira recente, a 8ª Conferencia Nacional de Saúde (CNS), realizada em 1986, constituiu um marco na luta histórica promovida pelos movimento de Reforma Sanitária, movimento Negro Unificado (MNU) e movimento indígena pelo respeito à dignidade humana e por condições virtuosas de saúde para o conjunto da cidadania brasileira. Emerge deste evento singular na história da saúde pública entre nós a determinação social e política de conceber a saúde como direito universal de cidadania e dever do Estado Nacional.

Como corolário da Conferencia Nacional de Saúde e conquista dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, a Assembleia Nacional Constituinte introduziu o sistema de seguridade social na Constituição Federal de 1988, sistema do qual a saúde passou a fazer parte na condição de direito universal da população, independentemente de cor, grupo étnico, raça, credo religioso e orientação sexual, a ser provido pelo Sistema Único de Saúde –SUS - (BRASIL, 1988, art. 194).

A conquista introduzida na Carta Magna brasileira tornou-se um marco, visto que historicamente o projeto universalizante da modernidade ocidental, idealmente homogeneizador das relações entre os grupos sociais e étnicos, para se legitimar esteve alicerçado numa perspectiva monocultural eurocêntrica colonialista, na qual o respeito e a promoção da diversidade e das diferenças culturais jamais foram imaginados como possibilidade real de vigência. Contrariamente, em nome de um universalismo essencialista, o Estado Nacional moderno, longe de reconhecer a gama dos direitos civis, culturais, econômicos e políticos dos grupos sociais e étnicos minoritários, acabou formulando dispositivos ideológicos e mecanismos objetivos de produção e reprodução da exclusão e das desigualdades sociais.

2. Delimitação da Investigação

No cenário internacional do novo milênio, a III Conferencia Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação racial, Xenofobia e as formas conexas de Intolerância, realizada em Durban 2001 na África do Sul, marcou significativamente a participação do Movimento Negro brasileiro junto a governos e organismos internacionais, reivindicando compromissos efetivos com a equidade étnico racial.

Nesse contexto, a Conferência constitui-se num marco relevante nos esforços empreendidos pela ONU, governos e organizações da sociedade civil no caminho da superação do racismo e da discriminação contra os afrodescendentes e os povos indígenas no mundo, de modo geral, e na América Latina e no Brasil, de modo particular. Como uma das heranças da Conferencia coube um papel protagonista às organizações e movimentos indígenas e afrodescendentes mirando o avanço no enfrentamento às formas convencionais de discriminação e racismo, assim como no reconhecimento das formas contemporâneas de mecanismos discricionários. (PEREIRA, 2010)

No caso particular deste estudo, assinalamos que cada povo e/ou coletividade indígena, assim como as coletividades negras afrodescendentes de modo geral, tem suas concepções, valores e formas próprias de vivenciar o processo de saúde e da doença. As ações de prevenção, promoção, proteção e educação da saúde precisam considerar e reconhecer esses aspectos como centrais no diálogo entre profissionais e gestores do campo da saúde com os usuários indígenas e afrodescendentes, observando os contextos interculturais e políticos vigentes, assim como o impacto histórico da relação de contato interétnico vivenciada por cada povo e/ou coletividade específica.

No que respeita a população negras afrodescendentes no Brasil a promoção da saúde passa a ser apreendida em sua especificidade a partir, principalmente, da ação social do movimento negro. Como campo de intervenção social, parte da constatação de que o racismo e a discriminação racial podem ser ultrapassados pela adoção de políticas públicas, capazes de reconhecer os múltiplos fatores que resultam em condições de iniquidade e perda da dignidade humana, às quais estão expostos mulheres e homens negros no país.

Diante deste contexto social histórico é que a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra acaba definindo os objetivos, as diretrizes, as estratégias e responsabilidades de gestão voltados para melhoria das condições sanitárias e de saúde das coletividades de origem afrodescendente brasileira. A política em tela inclui o cuidado, a atenção, a promoção à saúde e prevenção de doenças, bem como os processos de gestão participativa e controle social, produção de conhecimento, formação e educação permanente para trabalhadores de saúde, com vistas à promoção da equidade em saúde da população negra afrodescendente.

Deste modo, a presente proposta de natureza comparativa orienta-se pela diretiva avaliativa das Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena e Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - emanadas das diretrizes e princípios norteadores do Sistema Único de Saúde (SUS) -. Ademais, exibimos a problemática analítica indicada como possibilidade efetiva de articulação entre as áreas da saúde publica, saúde coletiva e promoção da saúde com os campos de conhecimentos antropológicos, históricos e sociológicos, considerando a fertilidade de investir-se numa perspectiva de trabalho dialógica e interdisciplinar.

Justificamos o projeto, também, em razão da relevância sociocultural, educativa e sanitária de mirar para a conjuntura do tempo presente propondo-se a trabalhar com povos e coletividades sociais, étnicas e culturais sociologicamente minoritárias, visando a construção de espaços dialógicos, tanto em termos reflexivos como de intervenção social, de promoção em saúde e desafiadores para os atuais artifícios de implementação, estruturação consolidação das Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena e Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no contexto intercultural brasileiro do século XXI.

No que tange aos povos indígenas, os mesmo têm direitos à conservar suas medicinas tradicionais próprias e a manter suas práticas de saúde, incluindo a conservação de suas plantas, animais e minerais de interesses vital, sob o ponto de vista médico. "As pessoas indígenas também têm direito ao acesso, sem discriminação alguma, a todos os serviços sociais e de saúde." Os indígenas têm direitos a desfrutar igualmente do maior nível de saúde física e mental, sendo que os Estados Nações adotarão as medidas que sejam necessárias a fim de lograr progressivamente a plena realização deste direito. (Assembleia Geral da ONU, Art. 24. 2007).

Em termos da esfera interna, o processo de estruturação da Política Nacional de Atenção a Saúde Indígena deve contar com a participação dos indígenas, representados por suas lideranças e organizações nos Conselhos de Saúde locais e distritais. Juntamente com as diretrizes emanadas no âmbito da PNASI, uma outra ação governamental, de responsabilidade institucional do Ministério da Justiça, através da FUNAI, que assume relevância entre os fatores determinantes de saúde e qualidade de vida dos povos e coletividades indígenas, é a garantia dos territórios tradicionais indígenas, por meio de uma política de demarcação, fiscalização e retirada de invasores de seus territórios. A rigor, a promoção da saúde e da qualidade de vida indígena está diretamente relacionada à garantia da demarcação, desintrusão e vigilância permanente das terras e territórios indígenas.

Partimos do axioma, segundo o qual alteridades indígenas ocupantes ancestrais e contemporâneas da terra brasilis estão com um pé na tradição e outro na modernidade do novo milênio. Assim, a saúde é concebida neste projeto como direito social fundamental das coletividades indígenas e afrodescendentes ao acesso à atenção integral à saúde, mediante a superação dos fatores, tanto de natureza interna como externos ao espaço setorial estricto sensu que tornam essas populações mais vulnerável aos agravos à saúde, respeitando suas peculiaridades linguísticas e etnoculturais, nos termos das legislações constitucionais e dos dispositivos infraconstitucionais vigentes.

Diante deste contexto intercultural, para uma adequada problematização da educação e da promoção da saúde dos sujeitos e alteridades indígenas e da população negra participantes da pesquisa, acreditamos necessário o reconhecimento de que os afrodescendentes os indígenas e seus coletivos se constituem, na conjuntura presente, como sujeitos de direitos e dignos de exercerem a condição de cidadania plena.

Conforme entendemos o processo de superação do racismo, e das formas conexas de intolerância e não reconhecimento, repousa no imperativo de modificação das estruturas e mecanismos políticos, econômicos e socioculturais que tem permitido a reprodução da discriminação e dos efeitos de exclusão e marginalidade em todos os âmbitos da vida das populações negras e indígenas que ocupam espaços territoriais no Rio Grande do Sul. De modo concomitante, para equacionar adequadamente a análise das politicas nacionais de saúde indígena e negra (PNASI e PNSIPN) e a promoção em saúde no espaço social e geográfico sulino, a partir da articulação entre os eixos cultural, sanitário e político, dispomos, como categorias de referência, de dois conceitos-chave: interculturalidade e transversalidade.

Por interculturalidade, em consonância com Raul Fornet-Betancourt (2004), entendemos "uma postura ou disposição pela qual o ser humano se capacita para, e se habitua a viver 'suas' referências identitárias em relação com os chamados "outros", quer dizer, compartindo-as em convivência com eles. Daí que se trata de uma atitude que abre o ser humano e o impulsiona a um processo de reaprendizagem e recolocação cultural e contextual. É uma atitude que, por nos tirar de nossas seguranças teóricas e práticas, permite-nos perceber o analfabetismo cultural do qual nos fazemos culpáveis quando cremos que basta uma cultura, a "própria", para ler e interpretar o mundo.

Por sua vez, a noção categorial de transversalidade, conforme expressa na visão de Felix Guattari (1997), é entendida como uma dimensão que pretende superar os dois impasses, o de uma pura verticalidade e o de uma simples horizontalidade; a mesma tende a agenciar modos reflexivos de relativização das perspectivas de

natureza hierárquicas e de individuação sistêmicas quando uma comunicação máxima se efetua nos diferentes níveis e, sobretudo, nos diferentes sentidos.
Nesse sentido, a problemática circunscrita pela investigação cinge-se à analise das concep(a)ções de saúde expressas e orientativas da Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena e da Política Nacional da População Negra e de suas virtuais efetividades na consolidação de estruturas e processos afirmadores de processos dialógicos e interculturais promotores da saúde junto aos grupos em questão.
Trata-se, ademais, de investir na compreensão da realidade singular experienciada pelos povos e coletividades indígenas e pela população negra afrodescendente, ocupantes do atual espaço geográfico do Rio Grande do Sul, nos seus diversos contextos socioculturais, políticos e econômicos e que, respeitando os diferentes níveis de desenvolvimento e organização dos sistemas locais de saúde e tipos de gestão, possibilitem a potencialização da qualidade de vida das pessoas e grupos sociais pertencentes às coletividades humanas .

3. Objetivos

3.1. Objetivo Geral:

- Avaliação e descrição do conjunto discursivo, formatado na Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASI) e na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, focalizando os processos de implantação e implementação de suas diretrizes e princípios orientadores junto aos povos e coletividades indígenas e a população negra afrodescendente do Rio Grande do Sul na primeira década deste terceiro milênio

3.2. Objetivos específicos:

Desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre as políticas de atenção à saúde indígena e da população negra e o potencial cenário de transição desses modelos - conforme expressa o caso paradigmático da atual Secretaria Especial de Assistência à Saúde Indígena (SESAI) - em âmbito regional do Rio Grande do Sul.

- Descrever e avaliar a criação e o desenvolvimento de mecanismos de participação social, por intermédio de conselhos distritais e locais de saúde, e a prevalência ou não de ações governamentais e práticas efetivas pautadas pelo respeito e reconhecimento aos valores e cosmovisões etno culturais dos povos e coletivos indígenas e população negra afrodescendente, no âmbito regional do Rio Grande do Sul.
- Descrição e avaliação da constituição e organização do subsistema de saúde dos povos e coletividades indígenas, no âmbito do SUS, sob a forma de Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI-, com ênfase para os distritos Interior Sul e Litoral Sul, os quais abarcam os povos e coletividades indígenas Kaingang e Guarani no espaço socioambiental e geográfico recoberto pelo Rio Grande do Sul.
- Mapeamento de itinerários terapêuticos e dos frequentes processos de (des) (re) territorialização dos povos e coletividades indígenas e das populações negras afrodescendentes e as consequências/implicações desses no acesso aos serviços de saúde; estimulo à realização de avaliação dos serviços de saúde na perspectiva dos próprios usuários indígenas e negros afrodescendentes no Rio Grande do Sul.
- Constituir uma Agenda de Pesquisa que contemple a realização de investigações teórico metodológicas e empíricas na área de Saúde Coletiva, nas linhas de pesquisa de Avaliação de Políticas, Programas e Ações em Saúde, com a finalidade precípua de o estabelecimento de processos analíticos comparativos, com vistas à compreensão das formas culturais de organização cosmopolítica dos povos e coletividades indígenas e da população negra afrodescendente e suas interfaces com os processos de adoecimento e terapêuticas de cura.
- Produzir estudos e pesquisas de natureza etnográfica junto aos atores societais indígenas e negros afrodescendentes no espaço delimitado pela investigação, visando apreender as percepções e perspectivas político sanitárias dos povos e coletividades indígenas e da população negra afrodescendente no Rio Grande do Sul sobre os processos de implantação da PNASI e da PNSIPN tendo por base a realização de pesquisa etnográfica e entrevistas abertas com a utilização da técnica de história oral.

4. Procedimentos Metodológicos

A problemática desta investigação articula-se à produção de análises interpretativas e pesquisas empíricas na intersecção dos eixos cultural, político e sanitário, privilegiando uma proposta de cunho interdisciplinar, a qual busca colocar em diálogo campos de conhecimentos das áreas disciplinares das humanidades e das ciências da saúde. Nesses termos, ao eleger como contexto histórico-espacial o tempo presente e o espaço geográfico em que estão situadas os povos e coletividades indígenas e a população negra afrodescendente sujeitos desta investigação no atual Rio Grande do Sul, concebe-se uma perspectiva metodológica interdisciplinar, fomentando, portanto, a possibilidade do conhecimento disciplinar ser pensado e apresentado como temático.
A partir da perspectiva metodológica delineada, a pesquisa configura um esquema de apreensão de dados documentais e etnográficos da seguinte ordem:

- Plano discursivo e representacional dos agentes sociais pesquisados: neste caso, os povos e coletividades indígenas e a população negra afrodescendente no Rio Grande do Sul e suas visões das ações de saúde dirigidas às suas especificidades culturais e étnicas conforme as diretrizes e princípios emanados, respectivamente, da Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena (PNASI - 2002) e da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN - 2007).
- Observações e dados oriundos de trabalho de campo, centrado no uso da história oral e método etnográfico junto aos povos e coletividades indígenas e população negra afrodescendente. Estas observações e registros de campo conformam-se como elemento importante do projeto a ser desenvolvido junto as coletividades alvo desta pesquisa, a partir da observação in loco e da realização de entrevistas com a utilização da técnica de história oral.

Importa destacar que com o uso da história oral temos a possibilidade de apreender a visão dos sujeitos e coletivos indígenas e negros afrodescendentes acerca da realidade de saúde vivida, em particular no âmbito da promoção em saúde e da efetividade da PNASI e da PNSIPN experienciadas por nossos interlocutores no espaço social circunscrito pela investigação, haja vista que, respectivamente no caso das sociedades latino americanas, brasileira e rio-grandense, a documentação existente sobre os povos e coletividades indígenas e sobre a população negra afrodescendente é majoritariamente produzida por representantes do poder colonial e do colonialismo moderno.
A consecução de entrevistas com a utilização da técnica de história oral, elemento importante da metodologia adotada, produzira o recolhimento de dados, informações e percepções advindas do trabalho de campo etnográfico materializado junto aos atores societais pertencentes aos coletivos indígenas e a população negra afrodescendente em espaços sociais e territoriais recoberto pela investigação, neste caso, em espaços urbanos e rurais do Rio Grande do Sul - eventos, reuniões e fóruns políticos-culturais-, a partir da observação in loco.
Em que medida esse conjunto de dados e informações, agenciados enquanto documentos, provenientes do uso diligente da história oral junto aos atores societais, povos e coletivos indígenas, constitui fonte e material válido para as Ciências Humanas e Sociais , assim como para o conjunto das áreas da Saúde, em particular para a Saúde Coletiva? A rigor, os estudos e pesquisas que fazem uso da história oral, tem sua produção hegemônica em grande parte voltada à história oral no universo heurístico de culturas letradas. Contudo, ao trabalhar-se com culturas de matriz dominante ágrafa e que não necessariamente comungam do conjunto das tradições e visões de mundo ocidental, como é o caso da investigação aqui proposta, a problemática da história oral assume especificidades que merecem tematização.
Um dos aspectos importantes para o desenvolvimento destes estudos e pesquisas é a necessidade de quebra de fronteiras acadêmicas e de colaboração entre disciplinas afins dotadas de contiguidades, igualmente de evitações, considerando a potencialidade de a construção de conceitos unificadores entre conhecimentos disciplinares afins.
Outro aspecto relevante é a possibilidade de apreender-se a visão dos povos e coletividades indígenas, assim como da população afrodescendente, sobre a potencial efetividade cotidiana das ações em saúde experienciada por esses atores sociais no espaço socioambiental e territorial circunscrito pela investigação, tendo em vista que no caso das sociedades brasileira e rio-grandense, de modo particular, a documentação existente sobre as coletividades indígenas e a população negra é produzida, em larga medida, por agentes e agências políticas

e educacionais a serviço do mundo colonial euroreferenciado, seja na condição de representantes de um colonialismo de natureza interna como de natureza externa. Colonialismo que, a rigor, tem pautado suas ações pelo princípio do não reconhecimento das alteridades sociologicamente minoritárias, assim como pela negação explícita das diferenças culturais indígenas e negras , atitude configuradora de uma política discriminatória contrária ao reconhecimento, respeito e manutenção da diversidade cultural planetária.
Em síntese, o tratamento teórico-metodológico a ser dispensado à investigação proposta é o de uma abordagem de natureza inter e, potencialmente, transdisciplinar, o que torna necessário termos clareza da importância do reconhecimento das diferenças e especificidades dos campos disciplinares e princípios norteadores da investigação. Nesses termos privilegia-se - como princípio orientador deste projeto de pesquisa, juntamente com a análise das PNASI e PNSIPN no contexto intercultural brasileiro contemporâneo - o sentido atribuído no tempo presente, pelos atores e coletividades indígenas e negros afrodescendentes no Rio Grande do Sul, em suas tradições cosmopolíticas e sociocosmológicas, às ideias ocidentais de atenção à saúde, saúde diferenciada para os povos e comunidades indígenas e população negra afrodescendente.

5 - Campo de Observação e Coleta de Dados

Conforme evidenciado anteriormente, além da apreciação dos dados de natureza bibliográfica e documental, neste caso, concernente a descrição e analise do conteúdo da PNASI e da PNSIPN serão coletadas informações a partir da utilização de registros escritos e imagéticos, da técnica de historia oral, e da observação/trabalho de campo centrada no clássico método etnográfico, nas seguintes localidades do Rio Grande do Sul:
Canoas: coletividade negra afrodescendente da Chácara das Rosas
Mostardas: coletividade negra afrodescendente de Casca
Osório: Coletividade negra afrodescendente de Morro Alto;
Porto Alegre: coletividade negra afrodescendente Quilombo dos Silva;
Porto Alegre: coletividades Charrua, Guarani e Kaingang da Lomba do Pinheiro;
Viamão: coletividades indígenas Guarani do Cantagalo e da Estiva
São Miguel das Missões: coletividade Guarani Mbya do Inhacapetum
Taquara: coletividade indígena Xokleng Zagaua.

6. Resultados Esperados

- Impulsionar a constituição de um espaço crescente de investigação, assentado em estudos e pesquisas de natureza inter e transdisciplinar com vistas à atuação em ensino, pesquisa e extensão, balizada pela interface cultura-saúde, nos campos disciplinares das Saúde Coletiva e da Antropologia da Saúde.
- Desenvolver referenciais analíticos para contribuir no avanço do conhecimento teórico e metodológico dos campos/áreas disciplinares das Ciências Sociais e de Saúde Coletiva, subáreas, Avaliação de Políticas, Programas e Ações em Saúde, e Saúde da população Negra e dos Povos Indígena e Vulnerabilidades em Saúde

7. Referências Bibliográficas

BRASIL. (1988). CONSTITUIÇÃO FEDERAL da República Federativa do Brasil.

COIMBRA JR, Carlos E. A SANTOS, Ricardo Ventura & ESCOBAR, Ana Lucia. (orgs.) (2003). Epidemiologia e saúde dos povoas indígenas no Brasil. Editora FIOCRUZ/ABRASCO.

FRAGINALS, Manuel Moreno. (relator) (2006). África en América Latina. Quarta edição, UNESCO/ Siglo Veintiuno editores.

FORNET-BETANCOURT, Raul. (2004). Interculturalidade: Criticas, diálogos e perspectivas. São Leopoldo, Nova Harmonia.
GUATARRI, Felix. (1997). As três ecologias. São Paulo, Papirus.

FUNASA. Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde. (2002). Política Nacional de Atenção a Saúde Indígena. 2ª edição, Brasília. Texto Completo Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf-
Acesso em 15/12/14.

ONU. (2007). Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos Indígenas. Assembleia Geral, 13 de setembro de 2007.

ORTIZ, Renato. (2006). Mundialização: Saberes e Crenças . São Paulo: Brasiliense, 2006.

PEREIRA, Walmir. (2010). Diversidade cultural, reconhecimento e emergência da educação as relações étnico-culturais e raciais no limiar do século XXI In Gisele Spricigo. (Org.) América Latina, desenvolvimento e sustentabilidade. 1ª edição, São Leopoldo, 2010.

SEGEP/SEPPIR/Ministério da Saúde. (2007). Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Brasília.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. (1998). Reinventar a democracia: ente o pré-contratualismo e o pós-contratualismo in Francisso de Oliveira e Maria Celia Paoli (Eds.) Os sentido da democracia – políticas do dissenso e hegemonia global. São Paulo: Vozes/FAPESP/NEDIC. Pp. 83-129.

_____. (2006). A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política . Porto: Edições Afrontamento.

Accountability e controle social: a participação cidadã nas organizações sociais de saúde no Brasil

Marcelo Nogueira de Souza[1]
Maria Tarcisa Silva Bega[2]

RESUMO: Uma das consequências do processo de redefinição do papel do Estado brasileiro foi a substituição do projeto de uma democracia deliberativa por um projeto que vem retirando, gradativamente, a responsabilidade do Estado para com as políticas sociais, transferindo-a para outras instâncias, dentre as quais, as Organizações Sociais, que passam a se responsabilizar pela prestação de alguns serviços públicos, como a saúde. Tomando como objeto de estudo, o arcabouço legal referente às Organizações Sociais da Saúde e o caso específico do estado de São Paulo, o artigo analisa como se dá o mecanismo de participação social nesse novo arranjo institucional, onde residem algumas das principais críticas ao modelo, uma vez que a, alegada, relativização do conceito de cidadania tende a comprometer o princípio da transparência.

Palavras-chave: Organizações Sociais, Política de Saúde, transparência política, participação social.

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 foi instituída durante o processo de redemocratização3 no Brasil. Após um longo período de regime militar que excluiu a população das discussões referentes aos seus interesses, vislumbrava-se uma possibilidade real de criação de espaços públicos onde a sociedade civil poderia, de fato, participar dos processos de discussão. A então, recém-promulgada, Carta Magna – fruto do compartilhamento de um projeto almejado e construído por inúmeros setores da sociedade civil organizada – é considerada um marco nesse sentido, uma vez que incluiu, entre seus itens, vários mecanismos legais referentes à participação da sociedade civil, como o estabelecimento de Conselhos Gestores – com representação paritária do Estado e da sociedade civil – nos municípios, nos estados e na União4. A participação da população é um tema central nesse processo – sendo que, pelo destaque que dá à questão, a Constituição Federal de 1988 é conhecida como Constituição Cidadã. Dessa maneira, pode se dizer que o processo de redemocratização dará grande destaque à relação entre o Estado e a sociedade civil – fragmentada após décadas de "confronto" – apostando na sua "reconciliação" e na ação conjunta de ambos. E, assim sendo, a constituição dos novos espaços públicos atuaria como uma espécie de "catalisador" dessa reaproximação, um facilitador do diálogo entre Estado e sociedade civil propiciando o compartilhamento do poder deste com aquela.

No entanto, o que ocorreu nos anos seguintes foi a substituição do projeto de compartilhamento e atuação conjunta pelo projeto de um Estado mínimo. Tal projeto retira gradativamente a responsabilidade do Estado para com as políticas sociais transferindo-a para as mais variadas instâncias da sociedade civil, dentre as quais as Organizações Sociais. O Estado – em sintonia com os ideais neoliberais produzidos pelo Consenso de Washington – passa de interventor a gestor-administrador. As políticas sociais deixam de ser vistas como direito para se tornarem benefícios ou, ainda, como mercadorias, após o avanço do processo de privatização.

Mas, a questão das Organizações Sociais ganhará relevo, principalmente, após o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) aprovado em 1995 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e, mais especificamente ainda, após o Programa Nacional de Publicização (PNP), quando então as mesmas se destacarão como um instrumental de mudança na atuação do Estado junto à esfera de atividades de caráter público, mas não exclusivamente estatais. A gestão dos serviços públicos por organizações sociais impacta na definição da estrutura do próprio Estado, uma vez que influencia as decisões administrativas estratégicas, haja vista que, nesse "novo arranjo", inexiste o controle prévio dos atos administrativos que hoje regem a gestão direta.

A referida publicização de serviços não exclusivos consiste na verdade num projeto mais amplo de "descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas que devem ser subsidiados por este, como é o caso do serviço de saúde, objeto do presente trabalho. Nesse sentido, é importante destacar que as OS's representam uma parte dos atores deste processo de publicização, pois são as entidades aptas a executar tais serviços públicos definidos pelo Estado. Para assegurar que o interesse público prevalecerá nas atividades sob a responsabilidade das OS's, são estabelecidas metas de desempenho e qualidade em contrato de gestão, cuja execução deve ser acompanhada pelo Estado e também pela sociedade, pois estão previstos mecanismos que promovam este controle social.
A proposta do presente artigo é, justamente, analisar – tomando como objeto de estudo o arcabouço legal referente às Organizações Sociais da Saúde e o caso específico das OS's da saúde do estado de São Paulo – como se dá o mecanismo de participação social nesse novo arranjo institucional, onde residem algumas das principais críticas ao modelo, uma vez que a, alegada, relativização do conceito de cidadania tende a comprometer o princípio da transparência.

1. REFORMA DO ESTADO DE 1995 E AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA SAÚDE NO BRASIL

Como relatado anteriormente, a questão das Organizações Sociais ganha relevo, principalmente, após o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) de 1995 – e, mais especificamente após o Programa Nacional de Publicização (PNP) – quando então se destacará como um instrumental de mudança na atuação do Estado junto à esfera de atividades de caráter público, mas não exclusivamente estatais. O PDRAE representa, justamente, a expressão concreta do debate, travado há décadas, sobre a necessidade de uma reestruturação do Estado. Embora não tenha havido consenso sobre o tema, serviu como uma espécie de "marco legal" para que as futuras mudanças referentes às relações entre Estado e Sociedade fossem, de fato, implementadas.
De acordo com o documento elaborado pela Presidência da República/Câmara da Reforma do Estado sobre o PDRAE (1995):

> A estratégia de transição para uma administração pública gerencial prevê, ainda na dimensão institucional-legal, a elaboração, que já está adiantada, de projeto de lei que permita a "publicização" dos serviços não-exclusivos do Estado, ou seja, sua transferência do setor estatal para o público não-estatal, onde assumirão a forma de "organizações sociais".
> O Projeto das Organizações Sociais tem como objetivo permitir a descentralização de atividades no setor de prestação de serviços não-exclusivos, nos quais não existe o exercício do poder de Estado, a partir do pressuposto que esses serviços serão mais eficientemente realizados se, mantendo o financiamento do Estado, forem realizados pelo setor público não-estatal.
> Entende-se por "organizações sociais" as entidades de direito privado que, por iniciativa do Poder Executivo, obtêm autorização legislativa para celebrar contrato de gestão com esse poder, e assim ter direito à dotação orçamentária (PDRAE, 1995, p.60).

"Pensar a crise sob o foco do desafio de sua superação, reformar o Estado, de forma a resgatar sua autonomia financeira e sua capacidade de implementar políticas públicas" era o discurso governamental alegado para promover as reformas; na prática "reformar o Estado" significava transferir para o setor privado as atividades que poderiam ser controladas pelo mercado. Para tanto, o Plano Diretor estabeleceu a setorização do Estado – de modo a redimensioná-lo em quatro setores.
O primeiro setor seria o núcleo estratégico (o governo em si), para este setor a proposta era manter as características básicas da administração burocrática com a incorporação de novos instrumentos, como os contratos de gestão. O segundo representaria o setor de atividades exclusivas do Estado; onde se exerce o poder

de regulamentar, fiscalizar e fomentar. Neste setor, o objetivo era introduzir as Agências como novo modelo institucional – Agências Executivas e Agências Reguladoras – assimilando novos instrumentos e mecanismos de gestão – avaliação de desempenho, controle por resultados, entre outros. O terceiro, por sua vez, seria o setor de atuação simultânea do Estado e da sociedade civil, representados por instituições que não possuem o poder do Estado, mas onde este se faz presente porque os serviços envolvem direitos fundamentais – como os da educação e da saúde. Este setor engloba as entidades de utilidade pública, as associações civis sem fins lucrativos, as organizações não-governamentais e as entidades da Administração Indireta que estão envolvidas com as esferas em que o Estado não atua privativamente, mas que têm um caráter essencialmente público. E, finalmente, o quarto e último setor seria o menos característico em termos de intervenção "exclusiva e/ou necessária" do Estado, já que trata da produção de bens para o mercado. Corresponde à área de atuação das empresas estatais do segmento produtivo ou do mercado financeiro cabendo ao Estado um papel regulador e transferidor de recursos.

De acordo com Bresser Pereira (2001), a reforma direcionada no PDRAE perpassa o entendimento que se tem sobre justamente o quão necessária e mesmo eficiente é a atuação estatal em cada um desses setores.

Para os objetivos do presente trabalho, é importante destacar que para o terceiro setor – onde irão atuar as Organizações Sociais de Saúde, objeto do presente estudo – assim como para os demais, o critério eficiência torna-se fundamental, passando a fazer parte do caput do art. 37 como um dos princípios que regem a Administração Pública brasileira. Nesse sentido, a institucionalização das "Organizações Sociais" se dará, justamente, com o objetivo de se gerar essa almejada eficiência na abordagem introduzida pelo PDRAE. Assim, a partir da Lei n.º 9.637/98, os entes da sociedade organizada sem fins lucrativos – tanto os novos quanto os que já eram atuantes no "terceiro setor" – passaram a receber a qualificação jurídica de Organização Social*, em conformidade com o processo de "publicização" previsto na referida lei.

A partir de então, em relação ao setor da saúde, as organizações da área que atendessem aos requisitos da lei poderiam pleitear a qualificação como Organização Social e, com isso, estariam habilitadas a assinar um contrato de gestão com o Estado. Tomando a legislação federal como modelo, vários estados e municípios elaboraram suas próprias leis para poderem se utilizar dos serviços das OS's5, sendo que a área da saúde foi, justamente, onde mais cresceu o número de entidades qualificadas como tal. De acordo com os reformistas, a longo prazo, a reforma do aparelho do Estado produziria as transformações fundamentais que viabilizariam o novo Estado desejado, indutor e promotor do desenvolvimento social e econômico do país. Os resultados esperados, de acordo com Bresser Pereira (2001), incluíam – além da consolidação da cultura gerencial e da efetiva valorização dos servidores, através do resgate da identidade com o serviço público – o surgimento de uma nova sociedade, baseada na participação popular, que recolocaria o Estado como instrumento do exercício pleno da cidadania.

No entanto, o que de fato ocorreu foi que políticas sociais deixam de ser vistas como direito para se tornarem benefícios ou, ainda, como mercadorias, após o avanço do processo de privatização.

Em decorrência, a figura do "cidadão" dará lugar, gradativamente, a de cliente ou consumidor dos serviços prestados. Jürgen Habermas (2003), denominou esse processo – ao se referir ao contexto europeu da década de 60, mais especificamente à Inglaterra, que é considerada pelo autor como modelo para o desenvolvimento da esfera pública – de "degeneração da esfera pública", o que conduziria a um processo de despolitização da esfera pública moderna.

Tanto o projeto democratizante e participativo, construído desde os anos oitenta ao redor da expansão da cidadania e do aprofundamento da democracia – cujo marco formal foi a Constituição Federal de 1988 – quanto o projeto neoliberal – que tem seu marco formal no PDRAE, de 1995 – têm em comum o fato de requererem uma sociedade civil ativa. O que, de acordo com Dagnino (2004):

> Essa identidade de propósitos, no que toca à participação da sociedade civil, é evidentemente aparente. Mas essa aparência é sólida e cuidadosamente construída através da utilização de referências comuns, que tornam seu deciframento uma tarefa difícil, especialmente para os atores da sociedade civil envolvidos, a cuja participação se apela tão veementemente e em termos tão familiares e sedutores. A disputa política entre projetos políticos distintos assume então o caráter de uma disputa

> de significados para referências aparentemente comuns: participação, sociedade civil, cidadania, democracia. Nessa disputa, onde os deslizamentos semânticos, os deslocamentos de sentido, são as armas principais, o terreno da prática política se constitui num terreno minado, onde qualquer passo em falso nos leva ao campo adversário. Aí a perversidade e o dilema que ela coloca, instaurando uma tensão que atravessa hoje a dinâmica do avanço democrático no Brasil. Por um lado, a constituição dos espaços públicos representa o saldo positivo das décadas de luta pela democratização, expresso especialmente – mas não só – pela Constituição de 1988, que foi fundamental na implementação destes espaços de participação da sociedade civil na gestão da sociedade. Por outro lado, o processo de encolhimento do Estado e da progressiva transferência de suas responsabilidades sociais para a sociedade civil, que tem caracterizado os últimos anos, estaria conferindo uma dimensão perversa a essas jovens experiências (DAGNINO, 2004, p.97).

Essa lógica acaba impedindo a consolidação da democracia participativa que é definida por um conjunto de critérios, dentre os quais se insere a participação social em condições de igualdade e onde as decisões são fruto de uma discussão coletiva e pública.

A questão da participação também é elencada no documento elaborado pela Presidência da República/Câmara da Reforma do Estado sobre o PDRAE (1995):

A modernização do aparelho do Estado exige, também, a criação de mecanismos que viabilizem a integração dos cidadãos no processo de definição, implementação e avaliação da ação pública. Através do controle social crescente será possível garantir serviços de qualidade (PDRAE, 1995, p.40).

E, ainda:

> [...] busca-se através das organizações sociais uma maior participação social, na medida em que elas são objeto de um controle direto da sociedade através de seus conselhos de administração recrutado no nível da comunidade à qual a organização serve (PDRAE, 1995, p. 60).

O controle social é descrito como uma das principais metas no Plano Diretor. Mas, na prática, a participação social observada nas Organizações Sociais de saúde pode ser entendida como um eficiente mecanismo de accountability?

2. AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA SAÚDE EM SÃO PAULO: PARTICIPAÇÃO E ACCOUNTABILITY

O Estado de São Paulo contém o maior número de Organizações Sociais qualificadas, sendo a área da saúde a que concentra o maior número de OS's, que – como definido anteriormente – são instituições de direito privado habilitadas a celebrar contratos de gestão com o Estado após a aprovação da Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998.

A lei estadual – que, a exemplo de outros Estados, utilizou a legislação federal como modelo – é mais restritiva quanto às áreas em que as entidades podem ser qualificadas como OS's: saúde e cultura. De acordo com Hironobu Sano (2003a):

> Antes da aprovação da lei das Organizações Sociais paulistas, houve uma ampla discussão sobre o tema em uma audiência pública, realizada no dia 15 de abril de 1998 na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP). Este evento contou com a participação de diversos atores: deputados estaduais, prefeitos e vereadores de diversas cidades, representantes de diferentes setores da sociedade, como do Conselho Estadual de Saúde, de diferentes Conselhos Municipais de Saúde, do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde, de movimentos populares, das Universidades, diretores de hospitais, entre outros.

> Após essa audiência, o projeto de lei foi aprovado na forma da Lei Complementar n. 846, promulgada algumas semanas depois. O caso paulista destaca-se não somente pelo número de Organizações Sociais qualificadas (oito), mas também pelo fato de serem todas da área da saúde. De acordo com o deputado estadual Milton Flavio, o governo escolheu a área da saúde como um projeto piloto e, após esta experiência, o modelo poderia ser replicado em outras áreas. A inclusão da área da cultura foi, ainda de acordo com o deputado, uma concessão que o governo fez durante a tramitação do projeto de lei na ALESP (SANO, 2003a, p.7).

Assim, a cidadania passa a ser dimensionada a partir de um pressuposto excludente, como sinônimo de clientela, o que coloca em xeque a própria base de legitimação social deste Estado, uma vez que, de acordo com Friedrich Muller (1998):

> "onde (...) acima da estrutura textual e legitimatória do Estado ainda se faz valer uma superestrutura consistente de inclusão/exclusão, o 'estado constitucional', que só se pode fundamentar e justificar como Estado universal, ainda não está realizado (MULLER, 1998, p. 99/100).

E, de acordo com Élida Graziane Pinto (2000):

> Em termos de legitimidade das mudanças que têm sido feitas na Constituição de 88 para viabilizar tais mecanismos de redução do aparato estatal, sem assegurar a universalidade na prestação dos serviços sociais que estão envolvidos com o instituto das organizações sociais, é possível questionar também o que MULLER considera como a "degeneração em 'povo'-ícone", já que "a exclusão deslegitima. Na exclusão o povo ativo, o povo como instância de atribuição e o povo-destinatário degeneram em 'povo'-ícone" (PINTO, 2000, p. 12).

Como analisado anteriormente, em São Paulo, a partir da Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998, as entidades da área da saúde, que atendessem aos requisitos da lei, poderiam pleitear a qualificação como OS ficando então habilitadas a assinar um contrato de gestão com o Estado. De acordo com SANO (2003a):

> A qualificação de entidades da área da saúde como organizações sociais foi uma alternativa identificada pelo governador Mário Covas para ampliar a assistência à saúde no estado.
>
> [...]existia uma orientação do governador Mário Covas que restringia a realização de concursos para a contratação de pessoal, devido à escassez de recursos e também às críticas que a administração direta recebia relativas à sua ineficiência. Diante desse cenário e também como uma forma de buscar flexibilidade na gestão, o governo optou por realizar parcerias na prestação de serviços públicos, e, para tanto, regulamentou a figura das OS's (SANO, 2003a, p. 69-70).

É importante ressaltar que, no âmbito da saúde, o controle social é encarado como um direito conquistado que advém do capítulo da saúde na Constituição Federal de 1988. Entretanto, no plano jurídico, ele foi regulamentado apenas em 1990, com a promulgação da Lei nº. 8142/90, em conjunto com a Lei nº 8080/90, que conforma a Lei Orgânica da Saúde. Justamente em relação ao controle social é que reside uma das principais críticas às OS's. De acordo com Karen Santana de Almeida (2004):

> Nas OS, o exercício do controle social pela via formal dá-se unicamente por meio da participação da sociedade civil no conselho de administração que é o órgão máximo de deliberação institucional das mesmas. Isto é, o exercício do controle social pela via formal se materializa somente por meio da participação normatizada da sociedade civil no espaço institucional da OS (ALMEIDA, 2004, p.124).

Em relação à composição dos conselhos – que, no caso de São Paulo segue praticamente as mesmas normas da lei federal – Sano (2003b) destaca que:

> Como membros natos, a lei federal também determina a participação de representantes do Poder Público, com a ressalva que devem constituir no mínimo 20% e no máximo 40% do total de membros. Um segundo grupo de membros natos deve ser formado por representantes da sociedade civil e compor 20 a 30% do conselho. Além disso, essas duas categorias de membros devem corresponder a mais de 50% do conselho. Já na composição do conselho das OS's estaduais, essas duas figuras não fazem parte das especificidades da lei, o que também não impede que sejam previstas em estatuto. As restrições existentes são: o veto à participação de parentes do Governador, Vice-Governador e Secretários de Estado; e a proibição de conselheiros e executivos exercerem cargos de confiança ou de chefia no SUS.
> Outra diferença significativa é a participação, quando a OS qualificada for uma associação civil, de representantes eleitos dentre os membros ou associados: até 10% para as OS's federais, e até 55% para as paulistas. Personalidades de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral devem, no caso paulista, constituir 35% do conselho, enquanto que no caso federal representam uma parcela menor, pois o máximo pode chegar a 30%, enquanto que o mínimo deve ser de 10%. Por fim, a LC nº 846/98 define que 10% dos membros devem ser eleitos pelos empregados da entidade (SANO, 2003b, p. 74).

A participação de membros do governo no conselho de gestão é um dos principais problemas notados no caso paulista, uma vez que entra em choque com o propósito da publicização expresso no PDRAE (1995), uma vez que pode inibir e exercer uma pressão sobre os demais participantes do conselho, prejudicando e, no limite, até anulando a proposta de promover maior autonomia e flexibilidade na gestão. Além do mais, novamente recorrendo a Sano (2003b):

> a composição do conselho, que prevê até 40% de membros natos representantes do Poder Público também poderia confrontar com a proposta do próprio governo de obter "um maior controle social direto desses serviços por parte da sociedade, por meio dos seus conselhos de administração" (BRASIL, 1997, p.11). Poderia se argumentar que os demais membros do conselho é que exerceriam pressão sobre os membros representantes do Estado, neutralizando qualquer viés estatal ou seus eventuais desmandos, mas, nesse caso, sua participação também se tornaria desnecessária (SANO, p. 74-75).

Ou seja, a accountability exercida através de participação social nos Conselhos de Participação das OS's de saúde em São Paulo deixa muito a desejar, uma vez que estas instâncias jamais ultrapassaram a esfera formal do estatuto do controle social que assegurasse uma participação realmente efetiva por parte dos usuários desses serviços. Essa lógica imposta pelo modelo neoliberal impede a consolidação da democracia deliberativa (ou participativa) que é definida por um conjunto de critérios, dentre os quais se insere a participação social em condições de igualdade e onde as decisões são fruto de uma discussão coletiva e pública.

A representatividade se desloca para o tipo de competência que estas novas instâncias de participação alegam possuir (um entendimento particular da noção de representatividade). A espontaneidade das relações sociais é substituída pela formalidade dos sistemas que as regulam (HABERMAS, 2003).

Ou, da perspectiva de Pierre Bourdieu (1996), a sociedade moderna é constituída por campos, sendo que a relação de forças entre estes é cada vez mais desigual o que acarreta o fato de um campo passar a influenciar o outro, impondo a sua lógica de funcionamento. A "tática neoliberal" onde o campo econômico passa a impor a sua lógica aos demais campos é ilustrativa. Para o autor, como citado anteriormente, a estrutura desses campos é dada pelas relações entre as posições que os agentes desses campos ocupam – o que pode levar ao favorecimento dos grupos mais organizados e com maior poder e recursos – e, ainda pelas regras de

funcionamento que estão sempre em jogo, que podem ser quebradas, distorcidas ou mudadas. Acrescenta-se ainda, o capital político – definido por Bourdieu (1996), como uma forma ou recurso que assegura aos detentores uma apropriação privada de bens e de serviços públicos e se tem o que Dagnino (2004) descreveu como redefinição do significado coletivo da participação social. Segundo a autora:

> Portadoras dessa capacidade específica, muitas ONG passam também a se ver como "representantes da sociedade civil", num entendimento particular da noção de representatividade. Consideram ainda que sua representatividade vem do fato de que expressam interesses difusos na sociedade, aos quais "dariam voz". Essa representatividade adviria então muito mais de uma coincidência entre esses interesses e os defendidos pelas ONG do que de uma articulação explícita, ou relação orgânica, entre estas e os portadores destes interesses. Esse deslocamento da noção de representatividade não é obviamente inocente nem em suas intenções nem em suas conseqüências políticas. Seu exemplo mais extremo é a composição do Conselho da Comunidade Solidária, criado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso e centro das políticas sociais durante seu mandato, onde a representação da sociedade civil se dava através de convites a indivíduos com alta "visibilidade" na sociedade, artistas de televisão, pessoas que escrevem com frequência na mídia impressa, etc. Esse entendimento particular da noção de representatividade a reduz à visibilidade social, entendida, por sua vez, como o espaço ocupado nos vários tipos de mídia. Estreitamente ligada a esse processo de deslocamento, a noção de participação, que constituiu o núcleo central do projeto participativo e democratizante, percorre os mesmos caminhos. Por um lado, a re-significação da participação acompanha a mesma direção seguida pela reconfiguração da sociedade civil, com a emergência da chamada "participação solidária" e a ênfase no trabalho voluntário e na "responsabilidade social", tanto de indivíduos como de empresas. O princípio básico aqui parece ser a adoção de uma perspectiva privatista e individualista, capaz de substituir e redefinir o significado coletivo da participação social (DAGNINO, p. 101/102).

1. CONCLUSÃO

Como analisado no trabalho, uma das consequências do processo de redefinição do papel do Estado brasileiro foi a substituição do projeto de uma democracia deliberativa por um projeto que vem retirando, gradativamente, a responsabilidade do Estado para com as políticas sociais, transferindo-a para outras instâncias, dentre as quais, as Organizações Sociais, que passaram a se responsabilizar pela prestação de alguns serviços públicos, como a saúde. Tomando como objeto de estudo, o arcabouço legal referente às Organizações Sociais da Saúde e o caso específico do estado de São Paulo, o artigo buscou analisar como se dá o mecanismo de participação social nesse novo arranjo institucional. A análise permite afirmar que a accountability exercida através da participação social nos Conselhos de Participação das OS's de saúde em São Paulo deixa muito a desejar, uma vez que estas instâncias jamais ultrapassaram a esfera formal do estatuto do controle social que assegurasse uma participação realmente efetiva por parte dos usuários desses serviços. Essa lógica imposta pelo modelo neoliberal impede a consolidação da democracia deliberativa (ou participativa) que é definida por um conjunto de critérios, dentre os quais se insere a participação social em condições de igualdade e onde as decisões são fruto de uma discussão coletiva e pública. O que se constata após a referida análise sobre a participação social nas OS's da saúde em São Paulo é que esta se enquadra num conceito muito restrito de participação – típico do projeto neoliberal – que vai se apoiar nesse anseio por participação justamente para tirar gradualmente do Estado as responsabilidades que outrora lhe eram outorgadas e, com a aprovação do Plano Diretor da Reforma do Estado, em 1995, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, encontrará o amparo legal que necessitava para implementar essas mudanças, dentre as quais a criação ou alteração de leis para amparar a ação do Terceiro Setor.

No entanto, a assunção dos ideais do projeto neoliberal, já no início da década seguinte, como a supremacia da doutrina econômica, a defesa da liberdade de mercado e a restrição à intervenção estatal em vários setores (Estado mínimo) vai colocar em "xeque" todos esses avanços. Um anunciado risco para a efetividade dos processos democráticos de tomada de decisão via entendimento mútuo que, de fato, se concretizou. E o fato desse projeto antagônico requerer, também, uma sociedade civil ativa e participativa encobriu muitos dos riscos anunciados.
A concretização de uma democracia verdadeiramente deliberativa está diretamente relacionada ao reconhecimento da sociedade civil (e suas múltiplas esferas) como um componente indispensável para mudar a lógica de funcionamento das instituições político-estatais. E o Estado, entendido para além de um conjunto de instituições centralizadas e dominadas por uma elite política – perspectiva que se aproxima mais aos pressupostos de Bourdieu – pode desempenhar um papel importante nesse sentido, tal como desempenhou em momentos recentes, como na elaboração da Constituição Federal de 1988. Essa interpretação depende, de acordo com Evelina Dagnino da superação da visão homogeneizadora que entende a sociedade civil como o "pólo de virtudes democratizantes" e o Estado como obstáculo à participação e à democratização. Como Habermas reconhece, a sociedade civil pode, em certas circunstâncias ter opiniões públicas próprias, capazes de influenciar o complexo parlamentar, obrigando o sistema político a modificar o rumo do poder oficial.
No entanto, em relação as OS's da saúde em São Paulo o que se constatou é que a relativização do conceito de cidadania tende a comprometer o princípio da transparência.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Karen Santana de. Organizações sociais: (des)controle social e restrições ao direito à saúde. In: Revista SER Social nº 15, jul à dez. Brasília: UnB . 2004.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.

Bresser Pereira LC. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado. In: Bresser Pereira LC, Spink P, organizadores. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV; 2001.

CODATO, Adriano. Uma história política da transição brasileira: da Ditadura Militar à democracia. Curitiba, Revista de Sociologia e Política, 2005.

DAGNINO, Evelina. "Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?"En Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110. 2004.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de janeiro: Tempo Brasileiro. 2003.

MULLER, Friedrich. Quem é o Povo: A Questão Fundamental da Democracia. Trad. Peter Naumann. São Paulo: Max Limonad, 1998.

PINTO, Élida Graziane. Plano diretor da reforma do aparelho do estado e organizações sociais. Uma discussão dos pressupostos do "modelo" de reforma do Estado Brasileiro. 2000. Disponível em http://jus2.uol.com.br.

Presidência da República/ CÂMARA DA REFORMA DO ESTADO. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, 1995.

SANO, Hironobu. Nova Gestão Pública e accountability: o caso das organizações sociais paulistas. São Paulo: FGV/EAESP. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-graduação na FGV/EAESP, Área de Concentração: Governo e Sociedade Civil no Contexto Local 113 p.). 2003b.

SANO, H. . Reforma do Estado, Organizações Sociais e Accountability: o Caso Paulista. 2003a.

Construindo conhecimento em saúde nas escolas públicas

Autora: Marta Pimenta Velloso.
Instituição: Fundação Oswaldo Cruz.
Doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro/RJ.
Área: Saúde Pública
E-mails: marta.velloso@ensp.fiocruz.br e velloso.marta@gmail.com.
Telefones: 55 (21) 25572789 e 55 (21) 999231883
Coordenadora de Projetos de Pesquisas no Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental. Docente e orientadora (Mestrado e Doutorado) no Programa de Pós Graduação em Saúde Pública da ENSP/FIOCRUZ. Coordenadora do módulo "Comunidades urbanas e saúde" na disciplina Saúde Urbana, para alunos do Mestrado acadêmico e Doutorado.

Co-autora: Maria Lúcia Freitas dos Santos
Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Ensino em Saúde Coletiva, Rio de Janeiro/RJ.

Resumo: O estudo piloto foi realizado em uma escola pública no território de Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro. A metodologia de pesquisa-ação, seguida da problematização, foi desenvolvida em duas etapas. Na etapa do diagnóstico verificamos uma visão assistencialista e higienista sobre a saúde entre os alunos, sendo associada à ausência de doenças e às condições físicas e sanitárias da escola. Na etapa seguinte realizamos uma oficina de audiovisual em saúde coletiva, onde os temas diagnosticados foram problematizados pelos pesquisadores junto aos alunos. A oficina propiciou ao aluno um ambiente apropriado à reflexão e à criação, que o possibilitou expressar sua visão crítica da realidade. Os dados obtidos foram analisados e os fatores de risco nomeados e distribuídos em cinco categorias - Desamparo; Aspectos físicos e emocionais; Violência; Aspecto sanitário e ambiental; Políticas públicas e cidadania – mostrando que os alunos ampliaram seu conhecimento em saúde.

Palavras-chave: Saúde coletiva; Promoção da saúde; Pesquisa qualitativa; Interdisciplinaridade e; Qualidade de vida.

1 - Introdução

As três últimas décadas vêm rompendo com a visão estritamente biológica da saúde, entendendo-a como qualidade de vida. Esse conceito leva em conta os fatores que beneficiam ou prejudicam, condicionam e/ou determinam os estados de saúde e os recursos existentes para sua prevenção, promoção e recuperação. De acordo com a concepção de promoção da saúde, preconizada na Carta de Ottawa, são recursos indispensáveis para ter saúde: paz, renda, habitação, educação, alimentação adequada, ambiente saudável, recursos sustentáveis, equidade e justiça social, com toda a complexidade que implicam alguns desses conceitos. Assim, a promoção da saúde é o resultado de um conjunto de fatores sociais, econômicos, políticos e culturais, coletivos e individuais, que se combinam de forma singular em cada sociedade e em conjunturas específicas, resultando em sociedades mais ou menos saudáveis.

Em tese podemos falar que a busca por um conceito em saúde é um processo em construção. Um efeito algumas vezes almejado e procurado, com o sentido dado por Sartre (1963) ao termo, um vir-a-ser, um devir, um bem a ser conquistado, conforme bem o precisou Cecília Minayo (1991), sinalizando um processo sobre o qual intervêm práticas sociais, estando veiculado tanto às necessidades sociais quanto às práticas de intervenção e controle.

Nesse contexto, a saúde engloba aspectos multidimensionais. Assim, os espaços institucionais - inclusive as escolas - passaram a ser analisados como componentes da interação saúde e ambiente, que constitui um complexo de possibilidades de intervenção e de produção do conhecimento.
Saúde Coletiva demarca uma concepção mais abrangente do que saúde pública. Esta última deveria estar pautada numa perspectiva de saúde coletiva, que se traduz como um movimento, um processo de institucionalização, que permite ver o ser humano na sua multidimensionalidade, só passível de ser compreendido interdisciplinarmente, e cuja ação sobre ele deva ser interprofissional.
O enfoque da interdisciplinaridade reside na tentativa de extrapolar a mera justaposição das contribuições disciplinares, estabelecendo-se um intercâmbio entre especialistas de diversas áreas do conhecimento. Em decorrência das mudanças ocorridas nas últimas décadas no campo da Saúde Coletiva com a inclusão de disciplinas oriundas de diferentes campos científicos - biomédicas, humanas e físicas -, bem como sua complexidade em termos de práticas e formas de intervenção social que se incorporaram ao campo, levam-nos a refletir sobre a irreversibilidade dessa complexidade e sua irredutibilidade a um paradigma mono disciplinar (Luz, 2009).
A literatura, especialmente a sociológica e da psicologia social, vêm apontando a necessária atenção para os espaços institucionais, como mediadores na construção do conhecimento e de práticas inovadoras, com destaque a duas categorias: intersetorialidade e interdisciplinaridade. A primeira tem recebido amplo incentivo por parte dos órgãos de fomento à pesquisa e pela própria Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e tomado corpo através de tematizações nas redes sociais e, a segunda, via conexões e interdependência entre diferentes saberes e práticas. Ou seja, o campo da saúde envolve um diálogo constituído por um amplo leque de disciplinas, abrangendo desde as ciências da vida - sobretudo a medicina -, passando pelas ciências físicas e do meio ambiente, chegando até as humanas e sociais com a complexidade dos sujeitos e suas relações sociais (Luz, 2006). A prática da pesquisa no campo da saúde coletiva se constrói, portanto, de modo interdisciplinar, na medida em que tenta conciliar conceitos e metodologias de diferentes disciplinas.
A complexidade do campo da Saúde Coletiva se deve ao fato de que os cuidados direcionados ao processo saúde-doença são complexos, têm facetas e ângulos distintos e exigem múltiplos olhares para atingir os diferentes ângulos (Luz, 2011). Acresce-se a isto o fato de que o nosso olhar recorta-os de uma maneira que é própria da nossa disciplina (Oliveira, 2012). Outra complexidade reside no fato de que o objeto de estudo são os sujeitos, ou seja, tanto investigador quanto investigado são agentes, com suas crenças, valores, subjetividades e significados (Luz, 2011).
Para compreendermos melhor a interdisciplinaridade é preciso conhecer os diferentes paradigmas disciplinares. O paradigma tradicional (positivista) é composto por uma única disciplina, com a redução da realidade mais complexa a menos complexa. O paradigma multidisciplinar consiste na justaposição do conhecimento de vários especialistas. Já o paradigma interdisciplinar busca extrapolar a mera justaposição de saberes disciplinares, estabelecendo-se um intercâmbio e um diálogo entre especialistas de diversas áreas (Luz, 2009) e uma interdependência entre os diferentes saberes. Ou seja, o que distingue a multidisciplinaridade da interdisciplinaridade é o grau de interação que se estabelece entre as diferentes disciplinas (Oliveira, 2012).
O intuito do estudo consistiu em trabalhar, neste primeiro momento, com uma escola piloto, para depois reproduzir a metodologia em rede nas escolas públicas do território de Manguinhos. A meta do projeto é ser referência para o desenvolvimento de novas tecnologias sociais, incorporando a participação de não-especialistas, que são os atores sociais das situações problematizadas - os alunos moradores da comunidade, neste caso - a fim de tornar o espaço escolar menos estressor, promovendo um ambiente apropriado ao desenvolvimento da criatividade, dessa forma, articulando os diferentes saberes que se encontram dispersos em várias disciplinas e religando-as em sua complexidade na construção do conhecimento em saúde.

2 - O território de Manguinhos

Manguinhos é um território que apresenta o quinto pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Rio de Janeiro. O cadastro realizado pelas Equipes de Saúde da Família totaliza 13.220 famílias residentes, com 36.399 pessoas (dados SIAB, 2012), número que se aproxima da contagem do senso do IBGE em 2010

(36.160). Atualmente possui 14 unidades escolares com cerca de três mil alunos. Portanto é necessário potencializar a visibilidade do Programa de Saúde na Escola (PSE) e refletir sobre os determinantes sociais e de saúde do território[1].

O presente estudo é fruto do projeto *Interdisciplinaridade e intersetorialidade na construção do conhecimento em saúde em escolas públicas do território de Manguinhos na cidade do Rio de Janeiro*, que faz parte da rede Território Integrado em Ações de Saúde (TEIAS) e tem como centro de referência a escola[2]. A rede Teias-Escola Manguinhos possui a meta de implantar um novo modo de organização da gestão e atenção à saúde na comunidade de Manguinhos. O PSE está inserido nesse contexto que objetiva a conformação de um território integrado como espaço de inovação das práticas do cuidado, do ensino e da pesquisa em saúde, visando à melhoria na atual qualidade de vida da população.

3 - Objetivo

O objetivo do estudo consistiu em subsidiar o processo de construção do conhecimento em saúde, no Ensino fundamental de uma escola pública no território de Manguinhos no município do Rio de Janeiro com a participação de professores, alunos, famílias e líderes comunitários, articulando diferentes disciplinas e, instituições – Secretária de Educação, Secretaria de Saúde, Escola pública, Universidade e Fundação Oswaldo Cruz.

4 - Metodologia

O estudo piloto foi desenvolvido em uma escola pública municipal de ensino fundamental, no território de Manguinhos na cidade do Rio de Janeiro. O primeiro contato foi com a direção da escola – uma diretora e duas substitutas. Em reuniões com a direção da escola e com o corpo docente foi decidido trabalhar com alunos do nono ano por apresentarem a maturidade necessária para a realização das atividades propostas pelo projeto. Além disso, por estarem cursando o último ano do ensino fundamental julgou-se oportuno desenvolver o conhecimento sobre saúde com esses jovens, que estão vivenciando uma fase de transição importante em suas vidas.

Após reuniões com a direção e definição de como se daria a pesquisa dentro da escola, foi iniciado o processo de regulamentação da pesquisa junto ao setor de *Convênio de Pesquisas* da Secretaria de Educação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Quando a autorização foi recebida pela direção, os pesquisadores foram à escola e apresentaram o projeto para os alunos do nono ano convidando-os a participarem da pesquisa.

Para alcançar nossos objetivos utilizamos a metodologia da pesquisa-ação proposta por Michel Thiollent (1988) aliada, no campo da Educação, à metodologia da problematização proposta por Charles Maguerez (apud Berbel, 1998).

A metodologia da pesquisa-ação supõe uma ação coletiva orientada em função da resolução de problemas ou de objetivos de transformação. Segundo Thiollent, o tipo de ação ou os procedimentos devem ser escolhidos a partir de um diagnóstico da situação feito com e pelos participantes. Neste sentido, a primeira etapa de elaboração do diagnóstico consistiu em uma redação direcionada aos alunos do nono ano da escola estudada. Já a segunda etapa foi orientada no sentido de problematizar os dados coletados na fase anterior, por meio de uma oficina de audiovisual em saúde coletiva, que conduziu à reflexão capaz de gerar ações com vistas a tentar resolver os problemas identificados (Velloso e Guimarães, 2013). Paralelamente aos encontros realizados com os alunos realizamos dinâmica em grupo e entrevistas com professores, pais de alunos e líderes comunitários. Os dados foram analisados e categorizados por meio da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977). Para então

---

1 www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/31842 - em 17/09/2014.

2 Projeto financiado pela FIOTEC e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP/FIOCRUZ em 12/12/2013/ Parecer: 235 – CAAE: 0251.0.031.000-11.

encaminhar as propostas sugeridas pelos alunos para discussão no conselho político pedagógico da escola, com o intuito de fomentar o processo de transformação da realidade em que estão inseridos.

5 - Percepção do aluno sobre saúde no espaço escolar

A redação foi direcionada aos vinte e quatro alunos do período da manhã e consistiu em duas questões: O que a escola faz para melhorar a saúde dos alunos, e o que a escola poderia fazer para melhorar a saúde dos alunos. Os alunos apontaram, em relação ao tema, aspectos negativos e positivos que foram analisados e distribuídos em três categorias: visão higienista; visão assistencialista e; bem estar.
Na visão higienista, os aspectos negativos foram identificados como condições físicas e sanitárias inadequadas no ambiente escolar – temperatura, alimentação, falta de higiene, barulho, água poluída e lixo.

*"Barulho alto, a gente não consegue ficar feliz porque isso afeta muito nosso bem estar. O barulho é o pior, mas a gente também tem dificuldades em prestar atenç*ão"

"Água parada não pode ficar, por causa da dengue."

*"As salas, os banheiros e o refeitório est*ão sujos, à*s vezes temos que catar o lixo nas salas e no corredor"*

"A comida é ruim, sem sal, *sem tempero e pouca quantidade. Sei que sal não é bom para saúde, mas poderia botar mais gosto na comida. O restaurante é sujo, assim como os banheiros, que estão sempre sujos e sem sabonete líquido ou álcool gel. Os bebedores estão quase sempre entupidos e o calor nas salas é insuportável, necessitando de ar condicionado no verão"*

"No banheiro faltam vasos sanitários e alguns estão quebrados, os ventiladores das salas de aula estão sempre empoeirados. A sala de aula fica muito quente no verão"

Já os aspectos positivos sugeridos foram associados às melhorias das condições físicas e sanitárias, que atendam às necessidades de higiene e segurança – ar condicionado ou ventiladores nas salas de aula; bebedouros; alimentação saudável, e; higiene nos banheiros, nas salas e no refeitório.
Na visão assistencialista, os aspectos negativos apontaram para a falta de medicamentos e de assistência médica – falta de investimento do governo solicitando mais médicos e hospitais; unidade de pronto atendimento próxima à escola; medicamentos; e; profissionais de saúde como psicólogos, nutricionistas e dentistas.

"*Também tem que melhorar o aceleramento no atendimento médico na clínica da família, não tem médico, demora!"*

"*A saúde no Brasil não é boa, o governo gasta milhões com a copa, mostrando a cidade para os gringos pensarem que está tudo bem, mas sinceramente a saúde está precária – faltam médicos e pessoas passam horas em filas. O governo deveria investir mais na saúde – para mim primeiro à saúde, depois o futebol entre outras coisas".*

Quanto aos aspectos positivos eles mencionaram a presença de uma enfermaria na escola, a distribuição de Kit odontológico e as palestras sobre doenças transmissíveis.
Na categoria que diz respeito ao bem-estar, os aspectos negativos foram diagnosticados como falta de acesso às atividades culturais e exercícios físicos. Já o aspecto positivo foi associado ao estado de bem-estar no cotidiano.

6 - Oficina de audiovisual em saúde coletiva

A convocação dos alunos seguiu a segunda etapa do processo investigativo – a problematização, visando à transformação dos problemas diagnosticados. O encontro iniciou com a apresentação, de forma didática, do projeto de pesquisa. Foi exposta a primeira etapa, apresentando alguns resultados sobre o conteúdo das redações elaboradas por discentes da escola.

Utilizamos no processo investigativo, como proposta complementar ao desenvolvimento da pesquisa-ação, a metodologia da problematização, por meio da realização da oficina de audiovisual com os alunos. Interessante observar a semelhança entre as duas metodologias no que se refere à proposta de aliar a reflexão à ação, ou a teoria à prática, a partir do levantamento de problemas, e com a inclusão de diferentes saberes e práticas na construção do conhecimento em saúde.

Foi explicitado o objetivo da convocação para a segunda etapa, na qual constou a participação de alunos nos encontros da Oficina de Audiovisual em Saúde, visando à realização das seguintes atividades: entrevistas, debates, fotografias, desenhos e filmagens. Eles também foram estimulados a refletir sobre a saúde, desde suas casas, no caminho para a escola e dentro desta.

Em seguida, os pesquisadores apresentaram uma visão mais ampliada de saúde, provocando os alunos na busca de uma melhor apreensão na construção do conhecimento. As organizações e seu espaço estressor afetam a saúde psicológica, com repercussões físicas, tal como o *bullying* e outros aspectos mais subjetivos. A baixa ou negligente atenção às potencialidades individuais e grupais é prejudicial à saúde.

O estímulo ao desenvolvimento do potencial da criatividade é importante para o processo de autonomia do sujeito, propiciando melhor escolha na profissão e estilos de vida. A fim de despertar o potencial de criação nos alunos foi explicitada a importância em utilizarem o audiovisual como um instrumento capaz de registrar suas percepções, sendo organizadas e exteriorizadas em formas de expressão (Velloso, 2010).

Inicialmente um grupo de oito alunos se mostrou interessado em participar das atividades que passaram a se realizar semanalmente às quintas-feiras no último horário de aula, já que os alunos estavam sendo liberados nesse horário por conta da greve dos professores. Com o decorrer da pesquisa outros alunos se integraram ao grupo que no total contou com onze jovens, que participaram da Oficina de Audiovisual em Saúde Coletiva.

Ao longo dos meses de maio, junho e agosto de 2014 foram realizados oito encontros com os alunos onde, incluindo diversas atividades, eles foram despertados a refletirem sobre a saúde e os fatores objetivos e subjetivos que podem interferir na saúde individual e coletiva. Por ser uma escola dentro da comunidade de Manguinhos e os alunos habitantes da região, eles foram estimulados também a pensar como este ambiente está relacionado à saúde dos seus moradores.

Os alunos que participaram dos encontros na oficina de audiovisual foram incentivados a produzir um olhar crítico sobre a escola e seu entorno. Durante a oficina, os alunos foram apresentados a três tipos diferentes de câmeras utilizadas pelo mercado de trabalho – uma do modelo DSLR, uma handycam e uma GOPRO. Com auxílio de um profissional da área, eles aprenderam a operar as câmeras e os conceitos básicos de enquadramento e movimento de câmera.

De posse do equipamento e conhecimentos iniciais, os alunos realizaram entrevistas com os colegas e registraram, dentro da escola, o que na percepção deles se relacionava à saúde. Da mesma forma, eles foram estimulados a fazer registros fora do espaço escolar com seus celulares e câmeras pessoais para que produzissem uma visão crítica também da comunidade e do ambiente onde vivem. Assim, eles começaram a fotografar casas em tijolos com aspecto de construção precário; grande quantidade de lixo nas ruelas, recipientes armazenadores de lixo transbordando, mulher na porta em posição contemplativa; ambiente depredado com objetos abandonados; o rio poluído no entorno das moradias inadequadas. Por fim, um aluno apresenta uma foto de uma casa em ruínas, seguida dos dizeres – *"Essa casa, já teve uma história. Dentro dela podem ter acontecido coisas que ninguém imagina. Amor, ódio, amizade. Tudo isso se formou com as paredes de papel amassado, toda essa historio desaparecerá como pó"*.

O mesmo aluno apresenta outra foto da linha do trem, mostrando um poste com placa de sinalização em cruz - Via férrea X Cruzamento - e outra placa – Pare, Olhe, Escute. Abaixo uma mensagem: - *"Na estrada da vida você escolhe em qual direção você seguirá"*.

Durante as atividades na oficina, também foram incentivados para entrevistarem uns aos outros, gravando a ação. Nas entrevistas expressam de forma inibida sentimentos de emoção, saudade, tristeza e depressão. Falam sobre suas expectativas futuras em fazer cursos de formação e seguir uma profissão. Manifestam desejos em conhecer outros espaços, além da escola, que também conduzem ao conhecimento. Começam a perceber a doença como um processo associado à interação de vários e diferentes fatores, presentes tanto no ambiente físico da comunidade como àqueles veiculados às emoções. Identificam a singularidade na preferência dos diferentes estilos musicais. Sugerem que os professores utilizem sua criatividade no ato de ensinar (aulas em forma de teatro), seria uma alternativa para contornar ou solucionar a dificuldade no aprendizado. Assim, através de suas falas podemos constatar suas percepções, anseios, queixas e sugestões:

"A escola não é ruim, estudo aqui desde o jardim de infância. Acho pouco tempo de aula. A gente na hora da prova não sabe mais o que a professora explicou".

"Esse ano só teve um passeio, fomos ao planetário e aprendemos que existem outras formas e lugares para aprendermos coisas".

"A doença não vem somente do lixo, saúde é um tópico muito variado, saúde mental e violência".

"Tem pessoas que perdem parentes e sentem muita saudade. Elas sofrem muitos anos e ficam até doentes, algumas são internadas. Não vivem bem, por causa dessa saudade".

"Eu gosto muito de ler, o livro te leva para outros lugares que você não conhece".

"Quero fazer o curso de fotógrafo no SENAC, fotógrafo não ganha a vida, mas há fotógrafos que começam a vida por baixo e depois todo mundo conhece".

"Eu gosto muito de animais, acho que quero fazer veterinária. Gosto mais dos animais, eles são mais sinceros que as pessoas. Eu tenho três gatos, quando eu fico alegre eles também ficam. Quando eu estou triste eles ficam tristes".

"Eu ia adorar a aula em forma de teatro, o aluno teria mais facilidade em aprender".

"A maioria da comunidade escuta pagode, Aché e funk, mas eu gosto de rock. Rock é vida, alimenta também. Alguns colegas me tratam diferente, estou acostumada. Pagode, Aché e funk ensinam coisas erradas, até os pais colocam palavrões no funk. Eu não posso criticar o gosto deles"

"Os alunos deveriam se juntar para melhorar a situação. Um poderia ajudar ao outro, porque a união vale mais. Se um fizer coisa boa, os outros vão querer fazer. Se um fizer coisa ruim, todos vão querer fazer também"

Participaram de dinâmicas com os pesquisadores da equipe. Nas dinâmicas associam saúde à violência, no território de Manguinhos. Eles falam sobre a presença da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na comunidade, alegando não sentirem diferença no que se refere às ações de confronto entre a polícia e os moradores. A UPP, assim como o tráfico de drogas ilícitas, também ocasiona riscos à saúde - desconforto, medo, ameaças, tiroteio, inseguranças e pânico. As falas, abaixo descritas, traduzem a insegurança, o medo e o pânico vivenciado, com freqüência, pelos jovens:

"Ás vezes acontece alguma coisa na comunidade, que passa na TV com um ponto de vista bem diferente da história que aconteceu na comunidade. Uma vez, estava acontecendo um confronto da polícia com a comunidade e meu pai queria ir buscar minha mãe no trabalho. Aí antes de sair de casa, ele abriu a janela e ouviu o policial avisando para não saírem de casa, assim como uma ameaça"

"Num dia que teve um confronto, da polícia com a população, todo mundo na comunidade ficou sem luz. Muita gente dizia que foram os garotos da própria comunidade, outros diziam que foram os policiais. Naquele dia foi um terror"

Nas atividades com desenhos, os alunos apresentaram aspectos subjetivos veiculados aos fatores de risco à saúde. A princípio, alegaram não saber desenhar, mas explicamos que o importante era manifestar através do desenho, os aspectos individuais ou coletivos que poderiam causar danos à saúde. Então, todos ficaram animados e concentrados na construção dos seus desenhos. Os desenhos mostram tristeza; ambiente poluído; afetividade na convivência com animais domésticos; cenas de suicídio; uso de drogas e depressão; rio poluído repleto de objetos abandonados e; uma casa familiar que traz à memória cenas de aconchego. Alguns alunos aceitaram falar sobre seus desenhos e suas falas foram gravadas e descritas abaixo:

"Tentei fazer um coração como se ele tivesse partido. Tem muita gente que sofre muito, a gente fica desanimada, deprimida e doente, muitas coisas levam ao coração partido e essas coisas acabam afetando tudo e a gente fica doente".

"Desenhei um latão de lixo muito cheio. Quando uma pessoa foi colocar seu saco de lixo não tinha mais lugar, então ela teve que botar o lixo no chão".

"Eu fiz um jovem, um jovem estudante que está muito estressado com a vida. Ele quer se matar, acabar com sua vida. Já vi vários assim, aqui na redondeza, usuários de droga ou coisas parecidas. Ele está na linha do trem, esperando o trem chegar para acabar com a vida dele".

"Quando a gente está num lugar bonito e limpo ficamos felizes. Num lugar feio e sujo até o gato fica triste. Os animais são muito sinceros, por isso gosto mais deles do que das pessoas".

7 - Percepção do professor no campo da saúde coletiva

Paralelamente, à Oficina de Audiovisual com os alunos, foram realizadas Dinâmicas em Grupo e entrevistas com diretoras e professores da escola. As dinâmicas abordaram as seguintes questões: O que é saúde para você. Quais as principais questões que afetam à saúde e qualidade de vida na escola e no entorno. Que lugar a saúde ocupa na sociedade e qual deveria ocupar. Que áreas do conhecimento podem colaborar com a saúde individual e coletiva. Como você trabalha a saúde com seus alunos. De que forma a saúde deveria ser trabalhada na escola e na comunidade. As principais reivindicações dos professores e o motivo que os levaram à greve.
As dinâmicas sempre foram mediadas por pesquisadores da equipe e filmadas pela bolsista de comunicação. Na dinâmica com as diretoras (a diretora e duas substitutas) não foi aceita a filmagem, sendo somente gravada. Já os dez professores, que participaram do estudo, permitiram a filmagem e a gravação. As fitas gravadas foram transcritas e os dados analisados no seu conteúdo.
As diretoras falam da experiência que possuem na escola, começaram a lecionar há mais de 20 anos e já podem ver os filhos dos seus ex-alunos freqüentando o mesmo colégio dos pais. O cotidiano não apresenta uma rotina, cada dia surge uma nova situação para ser resolvida. Construíram o Projeto Político-Pedagógico na escola e a cada ano trabalham com um tema diferente. Ressaltam a importância na orientação da Fiocruz nos trabalhos em saúde com a escola. Percebem a necessidade em trabalhar com os alunos, buscando uma transformação para a comunidade onde residem. A comunidade é carente e a educação é uma prioridade no que se refere à melhoria da qualidade de vida e saúde. A princípio, quando começaram o trabalho na escola, não entendiam o comportamento agressivo dos alunos, mas procuraram entender visitando a comunidade e se surpreenderam ao observarem as precárias condições de vida da população. Essa percepção ocasionou maior aproximação com os alunos - *"observamos que eles ainda moravam em palafitas, faltava esgoto e não havia água encanada".*
Esclarecem a dificuldade em trabalhar com a comunidade, mas ressaltam que muitos professores querem participar de projetos e optam por dar suas aulas, mesmo durante o período da greve.

"Mesmo durante a greve nós trabalhamos, realizando nossas atividades de rotina e também participamos no projeto da escola no carnaval, junto à prefeitura."

"O nosso salário é pouco, por isso saímos de uma escola e corremos para outra. Além disso, temos que corrigir provas, preparar aulas e estudar. Tem professor que opta por dar aulas durante a greve. Apesar de tudo isso, gosto do meu trabalho e tudo isso é esquecido, quando um aluno chega e me abraça e tem um aluno que sempre faz isso quando chega à escola, me sinto gratificada..."

*"O salário está uma vergonha, a gente sai de casa às 7 horas e retorna às 19. Nós também estamos aqui pelas nossas necessidades. A posição de retornar à greve est*á fraca. A*s reivindicações tendem a voltar para os murais da escola..."*

"A COMLURB (Companhia de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro) fez greve no carnaval, isso prejudica toda a sociedade. Mas, nossa greve conta pouco porque atinge somente o pobre, o filho de quem não interessa..."

Comentam as mudanças que vem ocorrendo na escola. A escola cresceu, não é mais período integral, com 15 ou 18 alunos por turma. Atualmente, a escola funciona em dois períodos (manhã e tarde) com 45 alunos por turma e à noite existe curso para jovens e adultos com 150 alunos, perfazendo um total de 1300 alunos e 40 professores. Falam dos casos freqüentes de gravidez na adolescência, identificando o agravamento da situação causado pela ausência da família e desconhecimento dela com relação à educação sexual do adolescente. Também reconhecem que, na sociedade contemporânea, as crianças e os adolescentes são estimulados sexualmente pelas imagens produzidas na mídia, pelas músicas e danças. Apontam para necessidade de outros profissionais como psicólogos, pedagogos e assistentes sociais – que possam atuar na busca de soluções para os problemas de educação e de saúde junto aos alunos e suas famílias.

"*A escola mudou muito, agora nós temos até o nono ano do ensino fundamental. Também existem casos de gravidez na adolescência. Elas têm a informação, mas entre 14 e 15 anos não conseguem assimilar. Temos buscado parceria com as famílias, mas a família se sente tão perdida como os próprios filhos. Dentro da comunidade está havendo um fato cultural, com 12 anos eles não namoram, já partem para relação sexual. A sexualidade est*á chegando *cada vez mais sedo."*

"Tem uma aluna de onze anos que é mulher desde os oito anos de idade. Ela conta tudo para mim. Hoje a mãe veio ver se ela estava na sala de aula. Ela sumiu de casa. A gente além de ensinar tem que participar da educação que deveria ser dada pelos pais. Eu me sinto impotente. A gente tem que trazer outros profissionais para escola. A gente tem que fazer da escola o ponto de referência para comunidade"

"A falta de informação na família impede das coisas acontecerem. O aluno fica desamparado como a própria família. Isso sobrecarrega o nosso trabalho, aqui na escola..."

Recordam que havia uma enfermeira na escola, ligada ao PSE, que realizava uma triagem com encaminhamento para o Programa de Saúde da Família. Quando os pais levavam a criança ao médico, a escola tinha acesso ao laudo médico. Mas com a ausência do PSE na escola, a atenção à saúde dos alunos ficou prejudicada. Essa mudança, somada à falta de conhecimento da família a respeito da educação e da saúde dos filhos, tem ocasionado sérios riscos à saúde, comprometendo o aprendizado da criança na escola.

"Os professores detectam que eles precisam de fonoaudiólogos, oftalmologistas, mas existe a dificuldades de encaminhamento. Qualquer escola da rede privada resolveria este problema. Falta conhecimento na família – uma aluna não tomou a vacina de HPV, porque o pai disse que a vacina produzia a doença."

"Inicialmente, o aluno ficava aqui em tempo integral, mas o município assumiu alguns CIEPs (esse aqui foi municipalizado). Era do primeiro ao quinto ano, mas agora vai até o nono ano. Os índices de aprendizado estão baixos - eles lêem, mas tem dificuldades na escrita."

A violência gerada pelo confronto da polícia (UPP) com a comunidade é identificada como fator de grave risco à saúde dos alunos, dos professores e da comunidade.

"Uma criança que ouve tiros durante a noite inteira não consegue receber carinho, ela tem dificuldade de toque. Eles só falam gritando, acredito na educação e através dela podemos mudar o mundo"

"São anos e anos de violência. Primeiro o tráfico e agora a UPP, a gente escuta os tiroteios e isso também afeta nossa saúde e nosso trabalho. Quando há tiroteio eles choram, eles sabem que aqui estão protegidos, mas temem pelas famílias."

Falta interação das autoridades governamentais competentes e as escolas públicas, ou seja, não existe uma gestão compartilhada entre os órgãos governamentais e suas unidades. As medidas são tomadas verticalmente, enquanto deveriam acontecer no sentido horizontal, partindo de uma gestão participativa entre as partes. Segundo as falas dos professores, as ausências identificadas nas condições de trabalho, saúde e educação no espaço escolar não estão veiculadas pela falta de verba e sim, pela falta de uma gestão participativa:

"O governo implanta, mas não há interligação entre a política e a nossa experiência profissional, ele só implantou, mas é a gente que está lidando com as crianças e com suas famílias. A gente é quem sabe quais são as prioridades na escola."

"*Eles acham que para existir uma escola basta à presença de professor e aluno. Nós que estamos aqui, na escola, sabemos que o corpo de profissionais está escasso. Falta até inspetor. Eu tenho que tomar conta dos alunos, além de dar aulas. Não posso sair da sala e olha a minha saúde, pois ela também é afetada..."*

A doença é um processo causado pela soma e interação de diversos e diferentes fatores. O conhecimento em saúde perpassa pelo saber científico e popular. O saber científico é constituído de várias disciplinas, ou seja, o conceito de saúde é interdisciplinar, envolvendo desde as disciplinas da área biomédica até as da ciência humanas e sociais. Assim sendo, o conceito de saúde está sempre em construção e varia de acordo com a singularidade das sociedades, ou melhor, está veiculado à cultura, à qualidade de vida de determinada população. Neste contexto, a saúde é percebida de forma holística, integrando corpo, mente e espírito. Os professores percebem a saúde de forma integral, como um todo e não de forma fragmentada ou reduzida nas suas especialidades ou de forma mono-disciplinar, limitada às ciências biomédicas.

"*Geralmente a saúde é vista de forma dicotômica - saúde disso e saúde daquilo. Precisamos entender que a saúde é um todo, engloba tudo do ser humano e não deve ser entendida como partes..."*

A saúde também é associada à mudança de mentalidades. A saúde está veiculada às transformações culturais, sociais e econômicas de uma determinada população, partindo de uma transformação do indivíduo para o coletivo.

"A gente precisa mudar para construir uma sociedade melhor com relação à saúde. Mudar para construir uma sociedade melhor, se a gente não mudar, a gente não muda o planeta, nem o mundo e nem a saúde em Manguinhos..."

8 - Percepção em saúde na comunidade

Foram entrevistadas, duas mães de alunos (líderes comunitárias) e a Agente de Assistência Social (AAS) do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), que realiza atividades de Atenção à Família e Proteção Básica relacionadas à distribuição da Bolsa Família na comunidade, além de trabalhar junto aos alunos na escola.
A ausência da família, dos pais ou responsáveis, também é reconhecida como grave fator de risco à educação e à saúde dos adolescentes. Fato que ocasiona sobrecarga de trabalho para os professores e demais profissionais da escola, que se vêem obrigados a suprir a função dos pais, no que se refere à educação dos seus filhos. A escola tem que arcar com a segurança do aluno. Falam da preocupação em inserir o aluno no mercado de trabalho. Comentam que os jovens, na maioria das vezes, não saem da comunidade. Existe o problema da baixa auto-estima, eles não se sentem bem em outro território diferente do deles.

"Muitos nunca saíram daqui, eles fazem tudo aqui – cortam o cabelo, estudam - mas eu digo sempre para eles, que eles também têm direito ao mundo. A escola é o coração da comunidade, que seja aqui o ponto de partida para toda mudança, conscientização mesmo. Caiu para escola uma educação que teria que vir de casa, priorizar àquelas coisas que aprendemos em casa mesmo..."

"A escola tinha que ter segurança, a mãe pensa que a criança está na escola, às vezes, elas pulam o muro, tem criança que fica na escola namorando. Deveria ter aulas sobre sexualidade, alertando a criança para usar camisinha e anticoncepcional."

Também comentam a situação de violência, na comunidade. Antes, os atos violentos eram oriundos do tráfico de drogas. Atualmente, a comunidade de Manguinhos está vivenciando o processo de pacificação, mas os moradores ainda são vitimados pelos tiroteios, ameaças, medo chegando ao pânico. Fatores altamente prejudiciais à saúde. O barulho alto também é motivo de estresse e sentem falta de mais visitas domiciliares – tratamento da tuberculose feito nos domicílios e presença de outros profissionais de saúde, que possibilitem o atendimento do aluno na escola.

"antigamente, aqui, o PSF fazia mais visitas domiciliares, tinha o tratamento para tuberculose. Acho importante esse trabalho que está sendo feito na escola, exame de vista, oftalmologista. A maior dificuldade para saúde é a violência, continua a mesma coisa, mesmo depois da pacificação. Neste mês já morreram dois jovens. Eles falam que foram trocas de tiros, mas a gente sabe que foram tiros de uma única arma."

*"A mulher é mais prejudicada com a violência mental, sexual e moral. A UPP não tem respeito com as pessoas, que são vistas como marginais. Na ONG Mulheres da Paz, a mulher pode procurar ajuda, mas muitas pessoas ainda não sabem disso – melhora a mentalidade da pessoa, trabalha a auto-estima da mulher, ela n*ão deve se sujeitar. Lá faz*em muitas palestras sobre violência, estupro e gravidez que acontecem com meninas novas, com 12 anos de idade."*

Também falam da importância da religião para o bem estar pessoal, na relação com o outro e na aquisição de bens materiais.

"A igreja é um ponto forte, na comunidade. Tem gente que poderia morar fora da comunidade, mas já acostumou aqui. Quando a pessoa está bem, a saúde também fica bem. As igrejas têm sempre projetos legais – mantimentos, roupas, corte de cabelo."

9 - Resultados

Durante o desenvolvimento do estudo verificamos o processo de construção do conhecimento em saúde entre os alunos. A princípio, os alunos apresentam uma visão higienista e assistencialista sobre a saúde. Ela é percebida de forma restrita – falta de higiene, temperatura, alimentação, barulho, lixo, água poluída e, de medidas assistencialistas como necessidade de atendimento médico e de medicamentos na escola.
Já nos encontros, durante a oficina de audiovisual em saúde, eles vão ampliando sua visão – do ambiente escolar ao ambiente da comunidade. Assim, os dados registrados durante as atividades na oficina com alunos (entrevistas, debates, fotografias, desenhos e filmagens) somados àqueles obtidos nas entrevistas e dinâmicas em grupo com professores e líderes comunitários foram analisados no seu conteúdo e nomeados, segundo os fatores de risco à saúde, em cinco categorias:
Aspecto físico e emocional
1) Fatores de risco - prejuízo de aprendizado; falta de concentração; ruídos que prejudicam a compreensão dos conteúdos; depressão; suicídio; desgaste físico; stress; gravidez precoce; falta de medicamento, alimentação ruim, carência; falta de lazer; falta de atividade física orientada; busca pelo prazer; drogas e sexo; busca por objeto de desejo/consumo.

Fatores positivos - visão interdisciplinar da saúde; palestras sobre educação sexual; presença de profissionais de saúde na escola; bem estar.

2) Desamparo:
Fatores de risco - sofrimento; tristeza; perdas; saudade; baixa auto-estima; desvalorização da pessoa; famílias desestruturadas e perdidas; ausência de afeto; ausência de apoio familiar; falta de participação/informação da família; descaso da sociedade.
Fatores positivos - afeto; troca; felicidade; incentivo.

3) Aspecto sanitário e ambiental do entorno da escola:
Fatores de risco - jogar lixo no chão; ambiente inadequado para educação; sujeira; objetos quebrados e abandonados; água e rios poluídos; falta de assistência à saúde.

4) Violência:
Fatores de risco - ameaças; medo; tiros; confrontos; violência sexual; violência moral; violência contra a mulher; abandono; perpetuação da violência pela UPP; mudanças de agentes da violência.
Fatores positivos - projeção na sociedade.

5) Políticas públicas e cidadania:
Fatores de risco - destruição; depredação; pouco tempo de aula; inadequação do ambiente escolar.
Fatores positivos - união para conquistas; mudança de mentalidade para mudar a realidade; a escola como referência; escola como coração da comunidade; educação mais participativa e criativa; melhoria da qualidade do ensino; associação de disciplinas básicas com a saúde; singularidade do gosto (música, artes, teatro, dança, leitura); busca por uma profissão (veterinária e fotografia).
As categorias de análise foram quantificadas de acordo com o número de palavras ou frases, que expressaram os fatores de risco à saúde, identificados em ordem de importância segundo o número de termos citados pelos participantes da pesquisa (alunos, líderes/pais e professores) abordando a percepção de fatores de risco e de fatores positivos à saúde – gráficos elaborados no Programa Excel (gráficos 1 e 2).

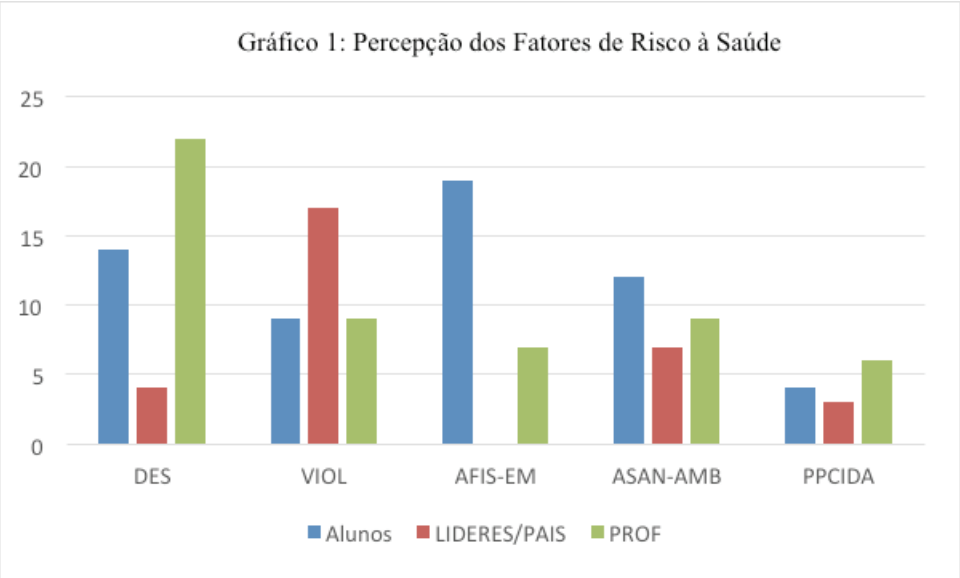

DES (desamparo); VIOL (violência); AFIS-EM (ambiente físico e emocional); ASAN-AMB (ambiente sanitário e ambiental) e PPCIDA (políticas públicas e cidadania).
Fonte: Dados coletados na Escola CIEP JK em Manguinhos, de Março a Setembro de 2014, durante o desenvolvimento do projeto - Interdisciplinaridade e intersetorialidade na construção do conhecimento em saúde em escolas públicas do território de Manguinhos na cidade do Rio de Janeiro – ENSP/FIOCRUZ.

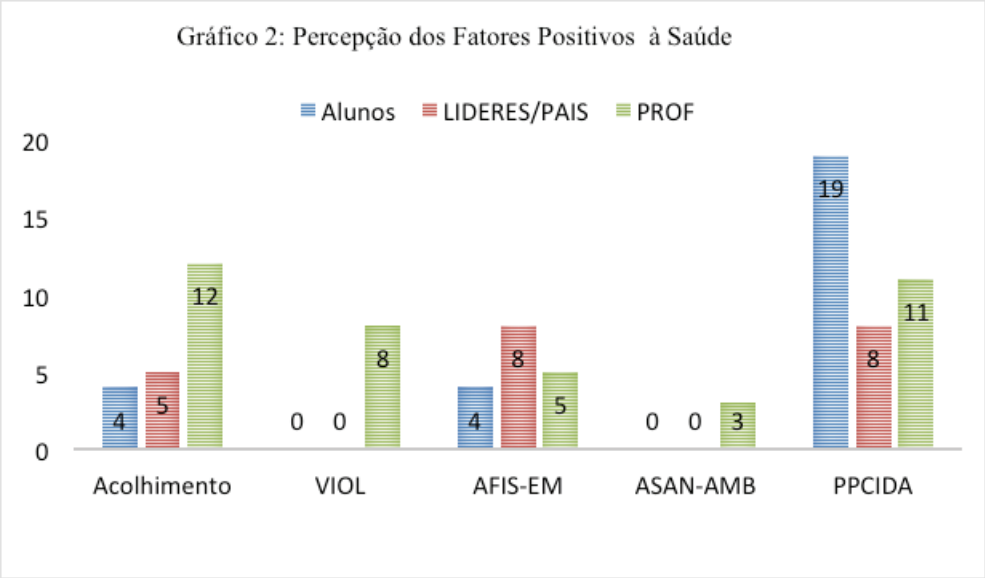

DES (acolhimento); VIOL (violência); AFIS-EM (ambiente físico e emocional); ASAN-AMB (ambiente sanitário e ambiental) e PPCIDA (políticas públicas e cidadania).
Fonte: Dados coletados na Escola CIEP JK em Manguinhos, de Março a Setembro de 2014, durante o desenvolvimento do projeto - Interdisciplinaridade e intersetorialidade na construção do conhecimento em saúde em escolas públicas do território de Manguinhos na cidade do Rio de Janeiro – ENSP/FIOCRUZ.

10 - Conclusão

A categoria sobre Aspectos Físicos e Emocionais (AFIS-EM) apresenta o maior índice nas falas entre os alunos. Eles identificam o barulho excessivo na escola durante as aulas e na comunidade. Fato que prejudica o aprendizado. À noite, na comunidade, a música e os ruídos são intensos, prejudicando o sono e o aprendizado, que por sua vez, também é dificultado pela falta de concentração nas aulas. A gravidez no início da adolescên-

cia também é apontada como fator de risco à saúde. Sentem falta de lazer e de atividades físicas, que deveriam seguir uma orientação profissional. Entendem que a ausência de lazer pode levar a busca pelo prazer de forma ilícita, por meio de sexo, drogas e consumo de objetos inacessíveis aos seus recursos financeiros. A carência no que diz respeito ao desconhecimento dos seus direitos de cidadania leva o jovem ao sentimento de abandono e desvalorização na sociedade, ocasionando baixa auto-estima, tristeza, depressão e suicídio (gráfico 1). Os fatores positivos são atribuídos à visão interdisciplinar em saúde, pois a saúde já é percebida como o somatório e a interação de diversos fatores. Também ressaltam a importância de palestras em educação sexual na escola (gráfico 2).

Em seguida, a categoria Desamparo (DES) representa o sofrimento causado pela ausência de apoio e de afeto da família, que se encontra desestruturada e sem capacidade de orientar seus filhos. Além do descaso da sociedade pelas condições de vida precárias na comunidade (gráfico 1). Os fatores positivos são apontados como necessidade de acolhimento pela família e pela sociedade, que deveriam incentivá-los na busca de um futuro mais promissor (gráfico 2).

Já a categoria Aspectos Sanitários e Ambientais (ASAM) aponta à grande quantidade de lixo na comunidade. Os alunos jogam lixo no chão das salas e nos corredores. Os objetos desprezados são jogados no rio que fica no entorno das residências, causando aparência de abandono e de sujeira no local onde vivem. Falta de informação e de educação por parte da família, pois a escola ensina a não agirem dessa forma. Simultaneamente, focalizam a falta de recipientes armazenadores de lixo e a ausência da freqüência na coleta de resíduos no território (gráfico 1).

A Violência (VIOL) ocupa o quarto lugar na percepção dos alunos. No entanto, cabe ressaltar que durante a oficina foram questionados pelo mediador sobre o processo de pacificação na comunidade. Todos foram unânimes em responder que a violência permanecia a mesma, semelhante àquela ocasionada pelo tráfico ilícito de drogas no local – a troca de tiros, as ameaças dos policiais, o confronto entre população e policiais. Também identificam a violência contra a mulher – sexual e moral (gráfico 1).

Enfim a categoria, Políticas Públicas e Cidadania (PPCIDA) estão associadas à inadequação do ambiente escolar e do seu entorno. Os jovens, revoltados com a qualidade de vida carente, costumam depredar bens públicos na escola e na comunidade onde vivem (gráfico 1). Contudo, identificam fatores positivos importantes para transformar a sociedade. Percebem que é preciso a união entre eles, para reivindicarem possíveis mudanças objetivas e subjetivas. A busca pela profissionalização é enfatizada, além da mudança de mentalidade para mudar a realidade. Apresentam a escola como centro de referência para uma educação mais participativa e criativa, melhoria da qualidade do ensino, interação das disciplinas básicas para a compreensão do conceito de saúde. Direito à singularidade no gosto pela música e na escolha de uma profissão (gráfico 2).

Os professores identificam o Desamparo como fator de maior risco à saúde. Os adolescentes desconhecem regras básicas de convivência. São descrentes, pensando de forma negativa sobre a possibilidade de melhorias da qualidade de vida na comunidade. Falta de convivência afetiva com a família. Os pais ou responsáveis não possuem capacidade para educá-los, sobrecarregando os professores em substituí-los na educação que deveria partir de casa – dos familiares. Falta referência afetiva, existe um distanciamento da cultura de origem causando aos jovens sentimentos de estranhamento, confusão e abandono. Reconhecem como fatores positivos à saúde: a escola como referência de segurança, esperança, informação, conhecimento e comunicação. Eles também percebem a importância em religar o saber popular ao saber científico.

Em segundo lugar, os professores apontam a Violência presente na comunidade que reflete no comportamento dos alunos na escola – falam alto, são agressivos, possuem um comportamento reativo, têm dificuldades em reconhecerem autoridade, desconhecem as regras para o convívio em sociedade. Ressaltam que, os adolescentes percebem como fator positivo à violência à ascensão social - as meninas são valorizadas na comunidade, quando namoram e/ou engravidam de traficantes.

A terceira categoria, Aspectos Físicos e Emocionais, aponta como grave risco à saúde do professor, o seu convívio com as contradições do território – fome, stress, baixo rendimento escolar, fraqueza, abalo emocional, dificuldades de concentração. Como fatores positivos sugerem investir nas conquistas, solidariedade, respeito, segurança, forma de agir e capacidade de mudar para transformar a realidade.

Enfim, os professores identificam na categoria Políticas Públicas e Cidadania, os seguintes fatores de risco: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que foi imposto pelas autoridades governamentais, gerando distorções sociais e culturais no território; a falta de participação da população local nas decisões referentes ao PAC; a depreciação da imagem do território e de seus habitantes; dificuldades em infra-estrutura de apoio para atividades fora da escola e a própria escola não ser reconhecida como espaço de aprendizado. Como fatores positivos sugerem: preparar o aluno para exercer seu direito de cidadania na sociedade; incentivo das autoridades governamentais no desenvolvimento de projetos de sustentabilidade sociais e culturais; compromisso da escola com a realidade dos alunos, contribuindo para a transformação social. Ainda apresentam o ensino da arte como alternativa de mudanças individuais e coletivas, visando à transformação social, cultural e econômica.
Entre os líderes comunitários, a violência é apontada como a categoria causadora de maior dano à saúde. Eles são moradores da comunidade há algumas décadas e já presenciaram situações violentas causadas pelo tráfico de drogas e atualmente pela UPP, que vem desenvolvendo ações na tentativa de alcançar a pacificação no local. Segundo os líderes, tais ações violentas são perpetuadas pelos marginais e pelos policiais, ocasionando confrontos com a população. Além disso, existe a violência à mulher, que é mais vulnerável – vitimada pela violência mental, moral e sexual - citam casos de gravidez em adolescentes gerada por estupro. Os policiais confundem o morador com o marginal, muitas vezes ameaçando-o de morte ou praticando o homicídio. Durante os violentos confrontos há tiroteios, que fecham escolas e creches em Manguinhos. Ainda ressaltam os efeitos estressantes ocasionados pelo barulho, pela música alta e pelos tiros que dificultam o sono à noite.

Em seguida, os líderes focalizam os Aspectos Sanitários e Ambientais da comunidade. Como moradores da comunidade vivenciam sua precária condição, no que diz respeito ao esgoto, lixo, água poluída, presença de insetos e roedores transmissores de doenças infecto contagiosas.
Enfim, os lideres sugerem como Políticas Públicas e Cidadania, incentivar ações que contribuam para mudar o comportamento do aluno para produzir mudança na sociedade. Presença de advogado para resolver direitos de cidadania – vítimas de violência, pensão, paternidade. A escola como referência, priorizando a implantação do PSE com a presença de profissionais de saúde e educação.

Contribuições:

Marta Pimenta Velloso – Coordenação da pesquisa que originou o artigo. Construção do campo da pesquisa. Planejamento e desenvolvimento do estudo. Coleta e análise dos dados. Redação e revisão do artigo.

Maria Lúcia Freitas Santos – Construção do campo da pesquisa. Coleta e análise dos dados.

Maria Luiza Lastres e Natanael dos Santos - coleta de dados durante a pesquisa de campo.

Referências Bibliográficas

BARDIN, L. (1977), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.

BERBEL, N.A.N. (1998) "A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos" *Interface*, 2 (2), pp.139-154.

LUZ, M.T. (2006) "Demanda em saúde: construção social no campo multidisciplinar da saúde coletiva" In: PINHEIRO, Roseni e MATTOS, Rubem Araújo de (orgs.) *Gestão em redes: práticas de avaliação, formação e participação na saúde.* Rio de Janeiro, CEPESC.

LUZ, M.T. (2009) "Complexidade do campo da Saúde Coletiva: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade de saberes e práticas – análise sócio-histórica de uma trajetória paradigmática." *Saúde Sociedade,* 18 (2), pp.304-311.

LUZ, M.T. (2011) "Especificidade da contribuição dos saberes e práticas das ciências sociais e humanas para a saúde". *Saúde e Sociedade*, 20 (1), pp.22-31.

MINAYO, M. C. (1991) "Desafio sociológico para a educação médica." *Revista Brasileira de Educação Médica*, 15(1), pp.25-32.

OLIVEIRA, M.A.C. (2012) "A interdisciplinaridade no ensino e na pesquisa em Enfermagem" *Rev Escol Enferm USP*, 46 (2), pp. 1-2.

SARTRE, J.P.(1963) *Crítica de la razón dialéctica,* Buenos Aires, Lousada.

THIOLLENT, M. (1988) *Metodologia da pesquisa-ação*, São Paulo, Cortez.

VELLOSO, M.P. (2010), "Da produção do lixo à transformação do resto." *Ciência & Saúde Coletiva,*15 (4), pp.2229-2240.

VELLOSO, M.P, GUIMARÃES, M.B.L. (2013). *Interdisciplinaridade na construção do conhecimento em saúde: uma experiência em escola pública.* Recife, Editora Universitária UFPE.

GT 10
Direitos sociais e representação política: para uma história da cidadania em Portugal (1883-1945) e no Brasil (1891-1945)

A Preservação dos documentos da Justiça do Trabalho: o combate à destruição das fontes[1]

Magda Barros Biavaschi
Professora do Programa de Pós graduação em Ciências Sociais da UNICAMP, magdabia@terra.com.br,

Alisson Droppa
Doutorando em História Social do Trabalho pela UNICAMP, alissondroppa@yahoo.com.br

Resumo: O artigo aborda o movimento em curso sobre o processo de conscientização da importância de ser internalizada a ideia de preservação das fontes produzidas pelo Poder Judiciário brasileiro como dever do Estado e direito do cidadão, com avanços e recuos que, de longa data, tem contando com o aval de respeitados pesquisadores. Nesse processo, também, relata a experiência dos seus autores na utilização de documentos judiciais em pesquisas acadêmicas. Na perspectiva adotada pelo texto, com respaldo em estudos acadêmicos e nas Resoluções aprovadas nos Encontros Nacionais da Memória da Justiça do Trabalho, os processos judiciais, além de serem fontes primárias de inegável valor para a construção da história social brasileira, contemplam provas a serem utilizadas em outros pleitos, como é o caso, por exemplo, do tempo de trabalho para fins de aposentadoria, do desenvolvimento de atividades em condições insalubres e o trabalho em condições especiais.

Palavras chave: Documentos judiciais; preservação; acesso a informação

1.INTRODUÇÃO

A presente apresentação descreve o movimento de conscientização da importância e da necessidade de serem preservados os documentos produzidos pelo Poder Judiciário brasileiro, em um cenário de avanços e recuos da necessidade da preservação integral dessas fontes. Sem qualquer pretensão de esgotar essa rica e complexa trajetória, toma como referência estudos e textos produzidos a partir de reflexões acadêmicas consolidadas, partindo do pressuposto de que todos esses documentos têm relevância, pelo que devem ser preservados em séries completas, para que não seja mutilada a história da instituição pública, das lutas e das tensões que os processos judiciais escrevem em suas linhas e entrelinhas e da própria sociedade brasileira. Essa compreensão, porém, não afasta outra, não menos relevante: a de que a eliminação dos processos judiciais impede a concretização da garantia constitucional do amplo acesso ao Judiciário, à informação e à prova, na medida em que nesses processos contém dados que podem ser utilizados como fonte de prova em outros pleitos. Desde já ressaltamos que se trata de um artigo descritivo que busca registrar alguns dos passos de um movimento favorável a preservação dos documentos do poder Judiciário.
O artigo está organizado da seguinte forma: primeiro apresenta-se as discussões envolvendo o tema da

1 Uma versão preliminar do presente texto foi apresentado para Revista História Social da UNICAMP.

preservação das fontes judiciais, partindo dos debates travados em 1973 sobre o artigo 1215 do Código de Processo Civil e o debate acadêmico que cancelou o referido. Debate esse registrado em um texto acadêmico (SLENES, 1985) publicado na Revista Brasileira de História em 1985 e que será examinado mais de perto no segundo item. Para em seguida demonstrar o avanço trazido pela Constituição de 1988, como contraste as frequentes eliminações. Na sequencia são descritas as discussões sobre a necessidade da preservação das fontes judiciais, impulsionadas por uma política da preservação dos acervos em contraste com as constantes tentativas de eliminação.

2. A INTERNALIZAÇÃO DA IDÉIA DE PRESERVAR: uma caminhada difícil

Foi em 1890 que o então Ministro Rui Barbosa mandou queimar documentos referentes a escravos, existentes nos órgãos da Tesouraria da Fazenda, com a justificativa de eliminar a "nódoa da escravidão" e impedir que ex-senhores escravos requeressem do Estado brasileiro o pagamento de indenizações significativas sob argumento de terem com a abolição, sofrido lesão patrimonial[2]. Essa devassa das fontes, segundo destacados historiadores da escravidão (LARA, 2010), foi passível de ser contornada com a utilização de documentos cartoriais protegidos da "pena incendiária". Assim, historiadores sociais puderam ampliar o olhar para esse momento do País e, a partir de fontes preservadas, reescreveram momentos fundamentais para a construção da própria identidade brasileira.

Mas a história não é linear. Até aqueles documentos que conseguiram resistir à "lei" de Rui Barbosa, viriam a sofrer nova tentativa de eliminação indiscriminada no ano de 1973, quando o então Novo Código de Processo Civil foi publicado. Em seu artigo 1215 autorizava a destruição dos processos de autos findos arquivados há mais de cinco anos. Passado esse período, a eliminação era autorizada.

Não foram poucos "os gritos" de repúdio ao famigerado artigo 1215. A comunidade científica lutou de maneira exemplar e exitosa contra esse dispositivo. Robert Slenes registrou a relevância dessa luta:

> Cabe, portanto, às nossas associações – e a outras entidades profissionais interessadas – a tarefa de conscientizar os outros setores da sociedade de que os papéis guardados dentro de um belo fórum antigo também tem um valor histórico, não tão aparente quando o do prédio, mas nem por isso menos importante. Sem esse esforço, é possível que o que Rui Barbosa não queimou – e também documentação valiosa sobre assuntos não ligados à escravidão – ainda seja destruído, pela ação do tempo senão por uma lei mal informada (SLENES, 1985, p.18).

A pressão surtiu efeitos. Os "senhores das armas"[3] entenderam a importância do debate levantado pela comunidade acadêmica. O artigo 1215 acabou suspenso por meio da lei nº 6246[4].

Mas a questão não foi superada. No acender das luzes da democratização brasileira, nova lei – Lei nº 7.627[5], sancionada pelo então presidente da República José Sarney - direcionada especificamente aos documentos da Justiça do Trabalho, passou a viger. O primeiro de seus cinco artigos, a seguir transcrito, adotou o mesmo texto suspenso do Código de Processo Civil e o segundo definiu quem seria competente para autorizar a eliminação, como segue:

---

2 Id.

3 Os "senhores das armas" é tomado aqui como uma referência ao regime militar instituído no Brasil em 1964, a suspensão do artigo 1215 foi assinado ainda em 1975 pelo General Ernesto Geisel

4 BRASIL. **Lei nº 6246 Lei no 6.246**, de 7 de outubro de 1975 Suspende a vigência do artigo 1.215 do Código de Processo Civil. < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6246.htm> Acesso em 12 de jan. de 2012.

5 BRASIL. **Lei nº 7627 de 10 de novembro de 1987.** Dispõe sobre a eliminação de autos findos nos órgãos da Justiça do Trabalho, e dá outras providências. Disponível em http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=131519 Acesso em: 15 jan. 2012.

> **LEI Nº 7.627, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1987**
> **Dispõe sobre a eliminação de autos findos nos órgãos da Justiça do Trabalho, e dá outras providências.**
> **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:
> Art. 1º Fica facilitado aos Tribunais do Trabalho determinar a eliminação, por incineração, destruição mecânica ou por outro meio adequado, de autos findos há mais de 5 (cinco) anos, contado o prazo da data do arquivamento do processo.
> Art. 2º A eliminação de autos findos, nos termos do disposto no artigo anterior, será decidida pelo Tribunal Pleno, mediante proposta circunstanciada do seu Presidente.
> [...]
> JOSÉ SARNEY
> José Fernando Cirne Lima Eichenberg

A partir do que foi registrado pela Lei nº 7.627 o poder Judiciário iniciou uma grande destruição, foram e estão sendo eliminados milhares e milhares de documentos produzidos na Justiça do Trabalho em todo o Brasil. Quando da construção dessa lei e, a seguir, a partir do momento e que começou a ser aplicada, poucas foram as vozes de resistência ao processo de eliminação de fontes que dele decorreu. Cabe frisar que a referida lei não foi revogada, mas dez anos após a sua publicação começou a ser questionada seja do ponto de vista jurídico, entendo que a Constituição de 1988 não a teria recepcionado ou acadêmico, pois esses documentos são amplamente utilizados como fonte de informação histórica como poderá se verá adiante.

2.1 O despertar da consciência

Preservar os processos judiciais é preocupação nova no âmbito da Justiça do Trabalho. Pesquisas em fontes primárias dessa natureza têm esbarrado no fato de que número expressivo e ainda não inventariado de autos, em várias Regiões do País, foi e está sendo eliminado (BIVASCHI, 2011).

Como se sublinhou em outro texto (BIVASCHI, 2010) ao se discutir o tema da preservação dos documentos públicos à luz da Constituição de 1988, o constituinte brasileiro consciente, por um lado, de que o direito à ampla defesa e à produção da prova insere-se no dever do Estado de promover a entrega completa da prestação jurisdicional e, por outro, preocupado em especificar a forma pela qual a proteção ao patrimônio documental brasileiro deve ser realizada, dispôs que cabe à Administração Pública a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta aos que dela necessitarem [art. 23, III e IV da Constituição Federal de 1988, daqui para frente CF]. E, ainda, colocou ao alcance dos cidadãos instrumentos jurídicos aptos a defendê-los. No caso da preservação documental, por exemplo, além das ações penais, disciplinou as ações civis públicas como instrumentos que viabilizam a guarda, dentre outros bens jurídicos, do patrimônio cultural brasileiro[6].

Exemplos de utilização desses instrumentos estão na Ação Direta de Inconstitucionalidade-ADIN, n. 599426905, por meio da qual foram questionados os critérios adotados pela Administração do Judiciário na esfera estadual rio-grandense a respeito da eliminação de algumas espécies de processos criminais, e na ADIN n. 1919/8-SP, movida pelo Procurador-Geral da República, que buscou a declaração de inconstitucionalidade do Provimento n. 556, do Conselho Superior de Magistratura do Estado de São Paulo-CSM, autorizando eliminação de autos de processos findos (TEDESCO, 2012). Em outras palavras os referidos processos judiciais argumentaram que

---

6 Ao Ministério Público, dentre suas tantas atribuições constitucionalmente definidas, cabe assegurar-se de que o Poder Judiciário cumpra as determinações legais vigentes sobre a preservação e o acesso ao patrimônio arquivístico sob sua guarda. Para tanto, pode contar com a expedição de Recomendação, celebrar Termos de Ajustamento de Conduta ou propor Ação Civil Pública.

era um dever do Estado brasileiro preservar os documentos produzidos nas reclamatórias ajuizadas.
No caso da ADIN n. 1919/8-SP, em dezembro de 1998, o plenário do Supremo Tribunal Federal [STF] concedeu, de forma unânime, a suspensão da eliminação, até a decisão final. Vale referir que, depois do ajuizamento da ADIN, a Associação dos Advogados de São Paulo, AASP, impetrou Mandado de Segurança contra a mesma Resolução, junto ao Tribunal de Justiça, que o rejeitou. Em abril de 2003 o STF julgou prejudicada a ADIN. Mesmo assim, a Ministra Relatora Ellen Grace Northfleet, nos autos do processo ADIN 1919/SP, afirmou em seu voto que a matéria era de grande relevância. Esse voto-referência respaldou e respalda a tese de que o Estado tem o dever de preservar os documentos públicos e oportunizar sejam investigados adequadamente, assegurando a observância de todos os padrões técnicos e historiográficos que digam respeito à integridade documental e ao acesso ao acervo, responsabilidade que é permanente.
Recorta-se do voto o que segue (grifos nossos):

> Da mesma forma, a Carta Maior de 1988, nos termos do art. 215, *caput*, impôs **ao Estado o dever de garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes** da cultura nacional. Em seu art. 216, IV, elegeu a Constituição dentre os bens que integram o patrimônio cultural brasileiro, *os documentos dotados de valor histórico*.
> [...] mas inúmeros são os casos em que foram resgatados, por meio de estudos especializados em autos judiciais preservados, dados históricos, sociológicos, culturais, econômicos, criminológicos etc., de uma determinada população num determinado período de tempo.
> [...] que **os autos judiciais arquivados constituem um acervo público que é fonte inesgotável de informação e pesquisa das relações sociais ao longo da história**. Resta claro, ainda, que **os magistrados não possuem a formação acadêmica, técnica e especializada para apurar a existência do valor histórico contida nos autos judiciais**, uma vez que tais conhecimentos são comuns aos historiadores, arquivistas e biblioteconomistas. **Interpretações apressadas e superficiais, mesmo em processos que a princípio, não demonstrem relevância histórica, podem levar à destruição de valiosos dados para o Estado brasileiro.**[7]

Quase dez anos depois da promulgação da famigerada Lei nº 7.627[8], de resto não recepcionada pela Constituição de 1988 como conclui certa interpretação de estudiosos do tema, é que a eliminação dos documentos da Justiça do Trabalho começou ser questionada. Um dos Tribunais Regionais pioneiros, tanto no tema da preservação documental quanto no da constituição de Memorial voltado à pesquisa, é o da 4ª Região, com sede em Porto Alegre, cuja principal característica política é a da integral preservação dos processos judiciais.
A concepção de preservação e organização da memória no âmbito do TRT4, acabou possibilitando que todos os documentos produzidos pela instituição fossem preservados, estimulando a que o Memorial/RS, criado em 2003, passasse, já em 2004, a incluir o tema da pesquisa entre seus objetivos fundamentais:

> Esse trabalho sistemático a que o Memorial se propõe tem como ponto de partida alguns processos antigos, das Juntas de Conciliação e Julgamento de São Jerônimo e Rio Grande, datados do final da década de 30 ou início da década de 40, antes, portanto, da criação da Justiça do Trabalho e da elaboração da Consolidação das Leis do Trabalho. Com uma lente que procura nas linhas e

---

7 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Adin n. 1.919. Disponível em: <http://.www.stf.gov.br>. Acesso em: 12 jan. de 2012.

8 BRASIL. **Lei nº 7627 de 10 de novembro de 1987.** Dispõe sobre a eliminação de autos findos nos órgãos da Justiça do Trabalho, e dá outras providências. Disponível em http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=131519 Acesso em: 15 jan. 2012.

> entrelinhas descortinar a dinâmica dos conflitos do trabalho e as demandas que vão sendo colocadas frente a um Estado em constituição, percebe-se o grau das dificuldades, as precariedades e, a partir delas, os germens de um regramento que se positiva, disciplinando procedimentos, assegurando direitos e dotando as instituições de competência e poder fiscalizador, tudo isso numa sociedade em profunda transformação e que luta para se afirmar como Nação Moderna (BIAVASCHI, 2005).

Aos documentos da antiga Junta de Conciliação e Julgamento de São Jerônimo-RS foram sendo agregados outros, como, por exemplo, processos das antigas Juntas de Conciliação e Julgamento da cidade portuária de Rio Grande de 1938 a 1944 e peças de processos incompletos de Porto Alegre, muitos deles anteriores à elaboração da CLT, de 1943, à criação da Justiça do Trabalho pela Constituição de 1934, à sua regulamentação em 1939 e, por fim, à sua instalação, em 1941, todos lócus fundamental para a criação e a consolidação da legislação trabalhista brasileira, material e processual. Muitas das soluções neles construídas, iluminadas em grande parte pelos pareceres neles exarados e pelos princípios que dão fisionomia ao Direito do Trabalho, influíram nessa positivação (BIAVASCHI, 2005).

Ainda com referência às ações do Memorial/RS, é importante registrar a fundamental participação do historiador Sidney Chalhoub, tanto em curso de multiplicadores quanto em reunião com Desembargadores, que aconteceu na sala Presidencial do TRT4, em que expôs sua compreensão sobre a necessidade de serem preservados os processos judiciais como fontes de grande valor histórico, estimulando, com eficácia que se projeta para os dias de hoje, as ações das sucessivas Administrações desse Tribunal Regional do Trabalho no sentido de dar guarida aos projetos do Memorial/RS. Já no curso referido, o convidado resumiu a importância da preservação da seguinte forma:

> A preservação é uma coisa que fazemos para o futuro, é pensar grande, é pensar com generosidade e pensar na importância de que se tenha a possibilidade de conhecer histórias como essas, das Ações de Liberdade, para sempre, se possível. Por que é isso que nos dá uma dimensão mais clara, mais humana sobre as diversas configurações de uma Nação, ou um grupo social. Vivemos em uma sociedade que é extremamente injusta, coerentemente injusta, durante muitos séculos. Acredito que a única maneira de transformar realmente uma sociedade como essa depende de uma democratização efetiva, e esta depende de um certo direito à memória, o direito ao passado, o direito das pessoas conhecerem o sofrimento que essa sociedade impingiu a si própria durante séculos. Porque nada vai mudar aqui se não houver uma mudança de atitude geral. Essa mudança de atitude só é possível com o conhecimento da História, das diversas histórias. Esse acervo que a Justiça do Trabalho tem hoje em dia será, daqui a dois séculos, tão ou mais valioso para as gerações futuras quanto o material do século XIX que, por acaso, sobreviveu (CHALHOUB, 2005).

No âmbito da Justiça do Trabalho, *par i passu* às ações do Memorial/RS, em uma caminhada reconhecidamente difícil e árdua, cada vez um número maior de Tribunais Regionais passou a dar ênfase a essa questão, com instalação de Memoriais ou Centros de Memória que se têm debruçado no estudo de alternativas que visem a compatibilizar as dificuldades (modos e custos de conservação) com o dever de preservar.

Em meio à recente produção de textos de pesquisadores que discutem os aspectos jurídicos e historiográficos das eliminações dos processos judiciais e apontam para alternativas à gestão de documentos que buscam compatibilizar o problema da carência de espaço físico com o dever de

preservar.[9]Os Encontros Nacionais da Memória da Justiça do Trabalho têm reservado espaços privilegiados para o relato das experiências desses Memoriais ou Centros de Memória.

2.2 Os Encontros Nacionais da Memória da Justiça do Trabalho

Foi em novembro de 2006 que, contando com o apoio da Administração do TRT4, seu Memorial coordenou o I Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho, em Porto Alegre, RS. Nesse evento pioneiro, houve o lançamento da ideia de um carimbo ou etiqueta nos processos históricos, discutiu-se a importância de se repensar a Tabela de Temporalidade para atender os princípios constitucionais antes referidos, bem como foi aprovada a primeira Resolução no sentido de se lutar para que fossem suspensas, no âmbito da Justiça do Trabalho, a eliminação de autos findos, visando à construção de políticas de preservação factíveis e que buscassem conciliar o dever de preservar com as possibilidades de preservar. Foi decidida, ainda, a continuidade dos Encontros.

Esse momento, tal como aquele em que houve participação de Sidney Chalhoub, foi marco, pedra fundamental para o aprofundamento da compreensão da relevância dos processos judiciais na construção do conhecimento histórico. E rendeu frutos.

No II Encontro, em Campinas, 2007, aprofundaram-se as discussões a respeito da necessidade da preservação e da importância da internalização na consciência de todos da ideia de preservar como direito do cidadão, agora com participação fundamental do Conselho Nacional de Arquivos –CONARQ. Houve relato de experiências de Memoriais de várias Regiões. Nesse evento, em que foi reafirmada tanto a importância da luta pela suspensão do processo de eliminação de autos-findos quanto a necessidade de se repensar a Tabela de Temporalidade para além de cinco anos[10], foi criado o FÓRUM NACIONAL PERMANENTE EM DEFESA DA MEMÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO – FÓRUM.

Pensado com a incumbência precípua de buscar efetivar as Resoluções e as Políticas propostas dos Encontros Nacionais da Memória, aprovou-se sua instalação, bem como a proposta de ser realizado inventário de todos os processos de autos findos ajuizados entre 1920 e 2000, ainda existentes no âmbito da Justiça do Trabalho brasileira. Essa Resolução objetivou a obtenção dos elementos necessários à formulação de projetos de preservação, priorizando-se a microfilmagem como forma segura de preservar e universalmente aceita.

Em reunião com o então Corregedor Geral da Justiça do Trabalho, no dia em que foi instalado o FÓRUM, em Brasília, fevereiro de 2008, procedeu-se a entrega da proposta do inventário. Requereu-se, na mesma oportunidade, formalmente, que o FÓRUM tivesse um representante no Grupo de Trabalho, constituído pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho-CSJT, que, por força da Resolução 26 do CONARQ, estava discutindo a Tabela de Temporalidade. Ouviu-se do Corregedor Geral que nas Correições o tema da preservação seria enfatizado. Como decorrência, passou o então Corregedor Geral a sugerir em suas atas de Correição que se respeitasse, no âmbito dos Regionais, prazo de guarda na fase intermediária de 15 anos, a qual, conquanto inferior à proposta pelo FÓRUM, importou em obstáculos significativos aos processos de eliminação no

---

9 Consultar: MEMORIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO RS. Os Memoriais e a Preservação dos Documentos da Justiça do Trabalho: Revisitando a Tabela de Temporalidade dos Documentos e Processos Trabalhistas. In: BIAVASCHI, Magda Barros; LÜBBE, Anita: MIRANDA, Maria Guilhermina (Org). *Memória e preservação de documentos*: direitos do cidadão. São Paulo: LTr, 2007, p. 65-80. Nesse livro ver, ainda, TEIXEIRA DA SILVA, Fernando. Nem Crematório de Fontes Nem Museu de Curiosidades: por que Preservar os Documentos da Justiça do Trabalho, p.30-51. Registram-se como alternativas importantes: estantes apropriadas; técnicas de compactação dos processos, sem destruir sua história, com retirada de documentos repetitivos, mediante certidão nos autos; e, especialmente, a microfilmagem como metodologia aceita universalmente. São sugestões encontradas nos estudos referidos.

10 Atentando-se para a natureza dos processos ajuizados perante a Justiça do Trabalho e para o fato de que, neles, há documentos fundamentais para a prova do tempo de serviço para fins de aposentadoria junto ao INSS, trabalho insalubre para fins de aposentadoria especial, entre outros. Ver: BIAVASCHI, Magda Barros. A Preservação da Memória da Justiça do Trabalho. In: III Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho, LTr, 2010.

âmbito de alguns Regionais. Quanto ao inventário, o Corregedor despachou no sentido de que se encaminhasse essa proposta ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho-CSJT visando a que fosse discutida no Grupo de Trabalho criado para uniformizar as Tabelas de Temporalidade.

Encaminhado esse requerimento ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho-TST, que também preside o CSJT, foi inicialmente indeferido ao argumento de que o FÓRUM se trata de órgão externo à Justiça do Trabalho, não podendo integrar o referido Grupo. Bem mais tarde, como se verá depois neste texto, pedido de reconsideração formulado pelo FÓRUM foi apreciado e deferido, para que o servidor Walter Oliveira, então Secretário Geral do FÓRUM, lotado no Memorial/RS, integrasse o Grupo de Trabalho.

O III Encontro, em Recife, reafirmaram-se as Resoluções aprovadas nos Encontros anteriores, avançando-se em muitos aspectos. O número de participantes e a profundidade das discussões comprovaram a relevância do tema. A troca de experiências entre diversos Memoriais ou Centros de Memória da Justiça do Trabalho e a interação com a Universidade, em painéis e discussões desenvolvidas durante o Encontro, permitiram que se vivenciassem importantes práticas de pesquisa, estimuladas por convênios entre o Tribunal e a Universidade, trazendo, ainda, elementos que contribuem para que se amplie a consciência da preservação dos processos judiciais como direito do cidadão e dever do Estado. Aprovados os pontos do Regimento e do Estatuto em reunião prévia ao Encontro, em sua Plenária definiu-se que a Tabela de Temporalidade não poderia ferir o direito à prova, reconhecido o dever de preservar como integrante do dever de prestar jurisdição.

Em reunião ordinária, realizada em dezembro de 2008, em Brasília/DF, o III Encontro foi avaliado de forma altamente positiva, tendo sido ressaltados seus aspectos inovadores, a importância do diálogo com a Academia e o seu viés extremamente democrático. Nesse encontro, deu-se à importância de se registrar o FÓRUM para que, com personalidade jurídica conquistada, pudesse, com mais ênfase, participar da construção das políticas de preservação para a Justiça do Trabalho, continuando-se na luta para reconhecimento e legitimidade.

Desde então, muitos têm sido os eventos dos quais o FÓRUM participou. Debateu-se, entre outras atividades, sobre a programação do IV Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho. Deu-se apoio ao expediente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas – ABRAT encaminhado ao Ministro de Estado da Justiça pedindo a sustação da eliminação dos documentos produzidos e recebidos no âmbito da Justiça do Trabalho até que se proceda no inventário de processos que ainda não foram eliminados.

Nesse processo, várias Regiões lançaram seus selos distintivos sobre a importância histórica de processos e documentos da Justiça do Trabalho, tais como: TRT9 (Paraná), TRT8 (Pará) e TRT12 (Santa Catarina). Na reunião de lançamento do Selo do TRT8 a preservação foi cunhada como sendo uma "Questão de Justiça", registro que passou a ser incluído nas chamadas do FÓRUM.

No Rio de Janeiro, em 2009, foi lançado o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – PRONAME do CNJ em parceria com o CONARQ. O FÓRUM se fez presente, bem como alguns Memorais ou Centros de Memória da Justiça do Trabalho. Trabalhou-se no sentido de incrementar a representatividade das diversas regiões da Justiça do Trabalho nas reuniões e atividades do FÓRUM. Encaminhou-se pedido de reconsideração ao Presidente do CSJT e do TST para que o FÓRUM passasse a integrar, por meio de representante – Presidente e Secretário Geral – um Grupo de Trabalho instituído pelo CSJT, afirmando-se que seus integrantes são magistrados servidores da Justiça do Trabalho, pedido parcialmente acolhido, limitada a representação ao servidor integrante do quadro da Justiça do Trabalho e Secretário Geral do FÓRUM, Walter Oliveira. Mais tarde, com a eleição no V Encontro, em Belém do Pará, em 2011, da Juíza Cristina Caixeta, de Minas Gerais, para Presidir o FÓRUM.

No processo em relato, e tendo a Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas, ABRAT, encaminhado ao Ministério da Justiça expediente visando a efetivar a ideia de um inventário de todos os processos não eliminados no País, com pleito de suspensão de descarte dos documentos da Justiça do Trabalho, e encaminhado o expediente à Secretaria da Reforma do Poder Judiciário, houve designação de audiência entre o Secretário e o então Corregedor Geral do TST, na sede do TST, em Brasília, para a qual foram convidados, além da então Presidente do FÓRUM, os Presidentes da ABRAT e da ANPUH e o Diretor do CONARQ e representante do Centro de Pesquisa em História Social da Cultura - CECULT. O tema tratado foi a eliminação dos processos

na Justiça do Trabalho. A ABRAT procedeu a uma denúncia ao Ministério Público Federal com o objetivo de estancar a destruição massiva de autos findos em andamento no País. Sem êxito, porém, até o momento, estando esse expediente sem encaminhamento.

O IV Encontro da Memória, realizado em Minas Gerais, em 2009, contou com a presença dos Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho do País e com autoridades locais reforçando a legitimidade e ampliando os espaços de participação e as responsabilidades do FÓRUM. Na conferência de abertura, painéis temáticos, excelentes oficinas de trabalho, uma mesa das experiências regionais dos Memoriais e a presença significativa de pesquisadores e de autoridades no tema da preservação o elevam à condição de lócus fundamental para a defesa da preservação e da memória documental e para sua participação no processo de constituição de políticas públicas correspondentes.

O V Encontro da Memória, realizado em Belém do Pará em 2010, ratificou as demais Resoluções, incluindo ao slogan do FÓRUM, além da preservação como Direito do Cidadão, o dever de preservar como Questão de Justiça. Nesse Encontro, já aprovados os Estatutos do FÓRUM, foi eleita sua nova Diretoria, passando a Presidência, por aclamação, à Juíza do Trabalho da 3ª Região, Minas Gerais, Cristina Caixeta, antes referida. A Presidente na gestão 2007-2010, Magda Biavaschi, passou a integrar o Conselho Consultivo do FÓRUM, criado pela Plenária desse Encontro. Houve redação da Carta de Belém com a síntese das Resoluções, encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça, CNJ, dando ênfase à necessidade de se repensar a Tabela de Temporalidade da Justiça para além dos cinco anos, com pressuposto na concretização do direito de acesso à jurisdição e à prova. Como uma das expressões da luta do FÓRUM, recentemente, por meio de sua atual Presidente, passou recentemente a integrar o Conselho do CONARQ.

Os chamados Encontros da Memória tiveram um papel fundamental no debate da importância da preservação, bem como contribuíram para articular as forças favoráveis a esse ideal. Essa afirmação se mostrou presente em uma recente tentativa de reedição do artigo nº1215 do Código de Processo Civil. No ano de 2009 foi encaminhado ao Senado um projeto de um novo Código do Processo Civil, tendo como autor o presidente do Senado José Sarney e para espanto dos estudiosos que trabalham com documentos judiciais, a proposta reincorporava, no artigo 971, o texto do antigo artigo nº1215.

Tal como acontecera em 1973, a comunidade acadêmica movimentou-se intensamente As instituições se posicionaram de diferentes formas: o Conselho Nacional de Arquivos- CONARQ, emitiu nota técnica em 20 de julho de 2010 afirmando haver a necessidade imediata da publicação de uma lei que regulamentasse a preservação dos autos, destacando ainda que a discussão não poderia se resumir a edição de um artigo retrógrado; o Centro de Pesquisa de História Social da Cultura da UNICAMP/CECULT e o Fórum em Defesa da Memória da Justiça do Trabalho assinaram manifesto chamando a atitude de "uma agressão a história", direcionando a atenção para a importância dos documentos para as pesquisas na área da História e como provas judiciais em futuras lides.

Cabe ainda destacar, a publicação nos principais jornais do país de artigo do jornalista Elio Gaspari "História não é maconha, para ser queimada", o qual recorta-se parcialmente:

> Queimando-se os processos cíveis, virarão cinzas os documentos que contam partilhas de bens, disputas por terras, créditos e litígios familiares. É nessa papelada que estão as batalhas das mulheres pelos seus direitos, dos posseiros pelas suas roças, as queixas dos esbulhados. Ela vale mais que a lista de convidados da ilha de Caras ou dos churrascos da Granja do Torto.
>
> A teoria do congestionamento dos arquivos é inepta. Eles podem ser microfilmados ou preservados digitalmente. Também podem ser remetidos à guarda de instituições universitárias. O que está em questão não é falta de espaço, é excesso de descaso pela história do povo.[11]

11 O artigo foi publicado em jornais de grande circulação no dia 27 de junho de 2010. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cecult/pdf/elio%20gaspari.pdf> Acesso em: 12 de jan. de 2012.

Fruto dessa luta, também, foi a elaboração[12] de Emenda ao projeto do Código de Processo Civil apresentada pelo Senador Eduardo Suplicy e que, no processo, contou com apoio fundamental do Ministro Luiz Fux, então Ministro do Superior Tribunal de Justiça, STJ, Presidente da Comissão responsável pelo exame do projeto.
A emenda, buscou reverter o sentido do artigo 967, a ele se contrapunha, objetivando instituir uma política de preservação dos autos do poder judiciário, no artigo primeiro afirmava:

> Os processos judiciais e os documentos produzidos no âmbito do Poder Judiciário devem ser preservados no suporte original em que constituídos, permitida a substituição por microfilmes e por outros meios introduzidos pelo processo de inovação tecnológica, desde que garantam conservação no tempo, integridade e autenticidade documentais.[13]

Apresentada a Emenda, foi incorporada ao projeto. No entanto, quando de sua votação do Senado, surpreendentemente, apresentava outro texto, totalmente diverso daquele originalmente proposto, ficando da seguinte forma:

> Art. 1005. Findo o prazo de cinco anos, contados da data do arquivamento, os autos poderão ser encaminhados para reciclagem, mediante prévia publicação de edital, com prazo trinta dias, no órgão oficial e em jornal local, para ciência dos interessados. [14]

Tudo indica que forças importantes operaram nos escaninhos do Senado visando a um acordo para mudar o texto anterior. Nesse embate, e por meio de uma ação rápida e eficaz, a solução no momento da votação foi a da retirada, pelo Relator, do artigo 1005, que tratava da eliminação. Perdendo o sentido a Emenda Suplicy, esta igualmente foi retirada, ficando em aberto, para outro texto de lei especifico, o tema da preservação dos documentos produzidos pelo Poder Judiciário.
A avaliação da comunidade acadêmica à retirada do artigo e, em decorrência, da Emenda, foi positiva em face das circunstâncias daquele momento, com o compromisso de se lutar para a construção de uma lei que trate da preservação e não da eliminação de autos judiciais:

> Surpreendentemente, o texto do parecer final do Relator trouxe redação diversa da que havia sido apresentado pelo Senador Suplicy, retomando a eliminação dos autos findos aos cinco e transformando o direito à preservação em uma obrigação individual das partes. Os opositores da preservação alegaram que a Emenda, se aprovada, provocaria despesas inviáveis aos Tribunais. A possibilidade de destruição desses documentos é real!!
> Esta é uma luta dos historiadores! Acompanhe o debate sobre o novo CPC. Participe das audiências públicas! Pressione os deputados de seu estado para que aprovem legislação que possibilite a preservação dos documentos judiciais.[15]

---

12 O texto da Emenda apresentada pelo Senador Suplicy foi sugerido por estudiosos do tema da preservação,professores e pesquisadores,com destaque ao CECULT e à ANPUH, e que contou com aprovação do FORUM em reunião em Brasília, em agosto de 2010

13 GASPARI, Elio. **Maconha não é Maconha Para ser Queimada.** Disponível em: <http://www.unicamp.br/cecult/pdf/elio%20gaspari.pdf> Acesso em 12 de Jan. de 2012.

14 BRASIL. Senado Federal. Projeto 166/2010. http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=83984&tp=1>. Acesso em: 12 de jan. de 2012.

15 ANPUH. Editorial. Disponível em: http://www.anpuh.org/informativo/view?ID_INFORMATIVO=1285. Acesso em 15 de dez. de 2011.

Durante o ano de 2011, porém, diversos Tribunais continuaram com a política de eliminação de autos findos.[16] Ainda que avanços possam ser sublinhados, como, por exemplo, a ampliação da participação de historiadores no CONARQ, o ingresso de Tribunais Regionais, como o TRT6 e o TR4, e do TST no projeto "Memórias Reveladas[17], novamente "os opositores da preservação", termo muito bem elaborado pela ANPUH, voltaram a "atacar" com eficácia, desta vez por meio do Conselho Nacional da Justiça- CNJ[18].

O CNJ publicou a Recomendação 37[19], de 15.8.201, que "sugere" aos Tribunais a observância das normas de funcionamento do Programa Nacional de Gestão e Memória do Poder Judiciário – PRONAME e de seus instrumentos, com as seguintes considerações:

> a)que a Constituição da República dispõe no art. 216, § 2º, caber à administração pública a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem; b) que a Lei 8.159/91 estabelece a política nacional de arquivos públicos e privados, **determina ser dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos** como instrumento de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação; f) a necessidade de assegurar a autenticidade, a integridade, a segurança, a preservação e o acesso de longo prazo dos documentos e processos em face das ameaças de degradação física e de rápida obsolescência tecnológica de hardware, software e formatos; g) **a necessidade de fomentar as atividades de preservação, pesquisa e divulgação da história do Poder Judiciário, bem como das informações de caráter histórico contidas nos acervos judiciais**.

Após toda a fundamentação apresentada no parágrafo anterior, no entanto, dirigindo-se aos órgãos do Poder Judiciário, o CNJ recomendou a observância das normas de funcionamento do PRONAME, evidenciou-se uma assimetria entre essas e as recomendações[20]e o preconizado. A partir de critérios discutíveis do ponto de vista historiográfico e sem ter contado, para sua construção, efetivamente, com profissionais de história como exigem as Recomendações do CONARQ, oferecem sérias dificuldades a recentes pesquisas em andamento, de diferentes campos do conhecimento, que se utilizam como base empírica, de documentos produzidos pela Justiça do Trabalho. Essa produção, de grande interesse científico,[21] deixa claro que a destruição total ou

---

16 Entre esses Tribunais podemos citar o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª e 15ª Regiões.

17 O "Memórias Reveladas" coloca à disposição de todos os brasileiros os arquivos sobre o período entre as décadas de 1960 e 1980 e das lutas de resistência à ditadura militar, quando imperaram no País censura, violação dos direitos políticos, prisões, torturas e mortes. Trata-se de fazer valer o direito à verdade e à memória. Mais informações podem ser acessadas em: < http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1&sid=2>.

18 A Emenda Constitucional n. 45, de 08 de dezembro de 2004, criou e incluiu como órgão do Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ composto de quinze membros, com competência para o controle da atuação administrativa e financeira do Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

19Disponível em http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/322-recomendacoes-do-conselho/15447-recomendacao-n-37-de-15-de-agosto-de-2011.

20 Essa análise está fundamentada em estudo encaminhado pelo MEMORIAL/RS à Comissão Permanente de Avaliação e Gestão Documental do TRT4, e por ela aprovada em reunião de dezembro de 2011.

21Alguns exemplos: MENDES, Alexandre Marques. *Classe trabalhadora e Justiça do Trabalho:* experiência, atitudes e expressões do operário do calçado (Franca-SP, 1968-1988). Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara-SP, 2005. SOUZA, Samuel Fernando de. *Na esteira do conflito: trabalhadores e trabalho na produção de calçados em Franca de 1970 a 1980*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003. VARUSSA, Rinaldo J. *Trabalho e legislação:* experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho (Jundiaí – SP, décadas de 40 a 60). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002. PACHECO, Jairo Queiroz. *Guerra na Fabrica:* cotidiano operário fabril durante a segunda guerra – o caso de Juiz de Fora-MG. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. PRIORI, Ângelo. *O protesto do trabalho:* história das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná: 1954-1964. Maringá: EDUEM, 1996.

parcial dos autos findos impossibilita sejam finalizados os estudos em andamento, bem como inviabiliza novas pesquisas.

Diante dos imperativos da Recomendação 37/2011 do CNJ, reafirma-se que: o Estado tem o dever constitucional de preservar os documentos públicos. O direito à ampla defesa e à produção da prova insere-se no dever do Estado de promover a entrega completa da prestação jurisdicional e a proteção ao patrimônio documental brasileiro, cabendo à Administração Pública a gestão dos documentos governamentais e as providências para franquear sua consulta aos que dela necessitarem. Tal Recomendação, ainda que, em seus "considerandos", se coloque em consonância com o sistema constitucional em vigor, na realidade termina por não recomendar, adotando metodologias questionadas pela historiografia mais recente, consistindo óbice ao cumprimento pelo Estado desse dever.

Outro aspecto da referida Recomendação relaciona-se à opção pela digitalização dos processos (item IV, a), suporte importante para colocar a informação em rede e para disponibilizar o documento em meio papel, preservando-o do desgaste decorrente do manuseio. No entanto, são suportes que precisam ser compatibilizados. Nesse sentido, a Recomendação desconsidera importantes estudos sobre os modos de preservação da informação, abandonando, por exemplo, a microfilmagem, entendida por muitos especialistas e aceita internacionalmente como um meio mais seguro e duradouro de preservação, não dependendo de tecnologias que se tornam obsoletas rapidamente, além de economicamente bem mais barato. Aliás, sobre o tema, o historiador Fernando Teixeira da Silva, da UNICAMP, já havia assinalado que a justificativa da falta de espaço físico para a não preservação dos processos torna-se infundada diante da tecnologia da microfilmagem, que possibilita compactar grandes quantidades de processos em espaços reduzidos, permitindo ampla preservação dos documentos.[22]

Em seu item XIII, a Recomendação faculta aos magistrados apresentar à Comissão Permanente de Avaliação Documental de sua Instituição proposta fundamentada de guarda definitiva de processos em que atuem. Ora, em muitos Regionais, Portarias que instituem o selo "Acervo Histórico" possibilitam que, além de juízes, outros operadores do direito, e mesmo usuários da Justiça do Trabalho, requeira essa aposição do selo, sendo, portanto, mais amplas do que a Recomendação do CNJ, possibilitando um olhar socialmente mais plural relativo à relevância histórica dos processos judiciais.

Ainda, ao contemplar a metodologia da "amostra estatística representativa", ou seja, um seleção estatística que visa organizar uma amostra que representaria o universo dos documentos, é considerada uma via bastante controvertida. Mesmo na área da estatística, há vários modos e procedimentos à seleção de uma amostra representativa de um determinado universo. A seleção de amostra estatística talvez pudesse ser utilizada desde que se tivesse conhecimento do universo da documentação, o que só seria possível se houvesse arquivos judiciais incólumes, o que não é o caso do Judiciário Trabalhista, na medida em que já eliminou e ainda elimina grande número de processos findos e documentos de guarda obrigatória.

A utilização de qualquer método amostral é temerária, pois não se sabe qual a relação entre a amostra e a totalidade,como sublinha a historiadora Beatriz Loner:

> Todas as formas de preservação seletiva levam à destruição das coleções de processos, o que reduz e estreita as possibilidades de utilização do material. Trata-se de documentação ainda inexplorada em suas possibilidades para a pesquisa e qualquer medida que não leve em conta a sua preservação integral inevitavelmente terminará destruindo fontes potenciais de conhecimento histórico sobre os trabalhadores e o trabalho no século XX (LONER, 2010).

A Recomendação 37 acaba por legitimar eliminações massivas. E, ampliando tal possibilidade a outros ramos do Judiciário, confere legalidade a uma prática duramente combatida pelos estudiosos e pesquisadores nacionais e internacionais, em luta pela suspensão do dispositivo do Código de Processo Civil de 1973, que autorizava a

---

22 Ver: TEIXEIRA DA SILVA, Fernando. Nem crematório de fontes nem museu de curiosidades: porque preservar os documentos da Justiça do Trabalho. In: BIAVASCHI, Magda Barros; LÜBBE, Anita: MIRANDA, Maria Guilhermina [Org]. *Memória e preservação de documentos*: direitos do cidadão. São Paulo: LTr, 2007, p. 30-51.

eliminação de autos findos após cinco anos de arquivamento. Sua publicação gerou novas reações. A ANPUH, em Editorial de seu Boletim de dezembro de 2011, afirma que se trata de uma política de eliminação e não de preservação como prevê em seus pressupostos: [23]

> Infelizmente, estamos diante de mais uma investida contra a memória e a história do Poder Judiciário e do País como um todo. Outra vez, sob a sombra de normas legais e sob o comando da própria Justiça, um crime contra a História e a Cidadania está sendo cometido. As altas esferas da República insistem em produzir documentos com o objetivo de eliminar parte significativa do nosso patrimônio histórico. Sem qualquer apelo aqui a teorias conspiratórias, eles expressam uma política cuidadosamente orquestrada para impor práticas de gestão documental que ferem nosso direito constitucional à memória, à informação e à pesquisa. No ano passado, conforme foi noticiado pela ANPUH, enfrentamos a proposta do artigo 967 do projeto de lei 166, referente ao novo Código de Processo Civil brasileiro, que colocava seriamente em risco a preservação dos processos judiciais. Graças à mobilização de historiadores, jornalistas, juristas e políticos, que contaram com o apoio e a participação da ANPUH, o artigo foi retirado do projeto quando de sua votação no Senado. Temporariamente aliviados, mas em permanente vigília, somos agora surpreendidos com a Recomendação n. 37 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicada muito recentemente no Diário de Justiça n. 152 (17/08/2011, p. 3-6), "recomendando" a todos os tribunais do país a observância das normas do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (PRONAME).

Ainda no bojo das reações à Recomendação 37, Moções contrárias à Recomendação foram encaminhadas ao CNJ: uma, da ANPUH; outra da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho-ABET. Mesmo assim, a Recomendação já provocou efeitos nefastos. Como exemplo, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul-TJ/RS, em novembro de 2011 deu início a um processo de eliminação de autos findos, passando a responsabilidade da eliminação para à Companhia Rio Grandense de Artes Gráficas – CORAG "o trabalho de preparar, cadastrar e classificar os processos que poderão ser descartados e os que deverão continuar guardados"[24]. Segundo o Juiz-Assessor da 3ª Vice-Presidência do TJ, um dos objetivos da eliminação "é separar do bolo de processos, os de interesse histórico", além de reduzir os custos com a manutenção do arquivo. Já notícia publicada no site do TJ/RS registra que no processo de eliminação serão gastos R$ 4,3 milhões,enquanto que o custo da preservação integral dessas fontes, segundo o próprio Tribunal, seria de R$ 940 mil. A notícia veiculada fala por si própria.

A insanidade da eliminação dos processos no TJ/RS foi apontada pela comunidade de estudiosos sobre o tema. Houve abaixo assinados, listas de discussões e muita mobilização nas redes sociais que teve, um dos resultados foi o convite à ANPUH/RS para integrar comissão multidisciplinar para reavaliar o processo, sobre o qual essa entidade se posicionara como segue:

> [...] entendemos que a forma com que se está desenvolvendo essa proposta não é adequada, pois impede uma consideração apropriada do significado social desses documentos. Eles são importantes para que se possa interpretar os processos históricos vivenciados no nosso Estado, o que se dá através do contato com tais informações ali coligidas. Além disso, é fundamental destacar que o Judiciário não é o proprietário dessa documentação, sendo somente seu guardião, pois estes

---

23RIO GRANDE SO SUL. TJ. Disponível em:http://www.tjrs.jus.br/site/imprensa/noticias/#../../system/modules/com.br.workroom.tjrs/elements/noticias_controller.jsp?acao=ler&idNoticia=158533. Acesso em 12 de jan. de 2012.

24

> documentos, na verdade, pertencem a toda sociedade. Assim, querer dispor desses processos através de medidas extremas atenta contra essa perspectiva, podendo causar prejuízos irreparáveis a todos os que se interessam pela História e pela cidadania (ANPUH, 2012).

O TJ/RS não é o único a prever a eliminação de seu acervo com respaldo na Recomendação do CNJ. Acaso tal prática não for estancada, causará prejuízo irreparável à História Social brasileira, ao acesso à informação e à prova e à própria memória das instituições.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Efetivamente, trata-se de trajetória difícil, com avanços e recuos. Mas há luzes no final de túnel. Em meio às discussões envolvendo a Recomendação 37, do CNJ, e a eliminação sistemática de documentos levada à efeito por muitos Tribunais do Trabalho brasileiros, as esperanças renovaram-se no final do ano de 2011 com a aprovação das leis Lei Nº12.527 Nº12.528, de 18 de novembro de 2011. Quanto à primeira, por garantir, sem exceção, o acesso às informações aos documentos produzidos pelos três Poderes; quanto à segunda, por possibilitar a investigação das violações aos Direitos humanos no período de 1946 a 1988. A lei de acesso à informação passará a vigorar a partir de maio de 2012. Espera-se que venha a ser marco não somente no acesso à informação, mas, também, garantia de preservação das fontes, na medida em que não adianta a sociedade ter amplo acesso à documentação se esta estiver eliminada.

A luta pela preservação da memória no Brasil e pelo acesso às informações contidas nos documentos produzidos pelo Poder Judiciário brasileiro tem mais de cem anos de história, remetendo às eliminações no século XIX, muitas vezes esquecida por aqueles setores que ainda insiste na em sua eliminação parcial ou total, em desrespeito às conquistas da cidadania que a Carta de 1988 estabelece. Mas como diria o operário-Presidente, "a luta continua"!

4. REFERÊNCIAS

BIAVASCHI, M. B. (2010), *A Preservação da Memória da Justiça do Trabalho: III Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho.* Campinas: LTr.

BIAVASCHI, M. B. (2007), *O Direito do Trabalho no Brasil 1930-1942:* a construção do sujeito de direitos trabalhistas. São Paulo: Ltr.

BIAVASCHI, M. B. (2005), *O Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul e a Pesquisa – Artigos Do Memorial*. Porto Alegre: Memorial do TRT 4ª Região.

BRASIL. (1987), *Lei nº 7627 de 10 de novembro de 1987.* Disponível em http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=131519.

BRASIL. (1975), *Lei nº 6246 Lei no 6.246, de 7 de outubro de 1975*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6246.htm.

BRASIL. (2012), *Supremo Tribunal Federal. Adin n. 1.919.* Disponível em: http://.www.stf.gov.br.

BRASIL. (1987), *Lei nº 7627 de 10 de novembro de 1987***.** Disponível em http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=131519.

BRASIL. (2010), *Senado Federal - Projeto 166/2010.* Disponível em : http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=83984&tp=1.

CHALHOUB, S. (2005), *O Conhecimento da História, o Direito à Memória e os Arquivos Judiciais. In: Curso de formação de multiplicadores em políticas de resgate, preservação, conservação e restauração do patrimônio histórico da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Memorial do TRT 4ª Região.

CORRÊA, L. R., (2011), *A tessitura dos Direitos: patrões e empregados na Justiça do Trabalho*. São Paulo: LTr.

GASPARI, E. (2012), *Maconha não é Maconha Para ser Queimada.* Disponível em: http://www.unicamp.br/cecult/pdf/elio%20gaspari.pdf.

LARA, S. (2010), *Novo Código do Processo Civil: aviso aos reformadores*. Campinas, 2010.

SCHMIDT, B. B. (ed.) (2010), *Trabalho, Justiça e Direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes.* São Leopoldo: Oikos.

MENDES, A. M.. (2005), *Classe trabalhadora e Justiça do Trabalho: experiência, atitudes e expressões do operário do calçado (Franca-SP, 1968-1988)*. Tese de doutoramento, Araraquara: Instituto de Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista.

SLENES, R. (1987), Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou sé destruído agora?, *Revista Brasileira de História*. 5(10), pp.166-196.

SOUZA, S. F. (2003) *Na esteira do conflito: trabalhadores e trabalho na produção de calçados em Franca de 1970 a 1980*. Dissertação de mestrado, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

TEDESCO, J. (2011), *Os arquivos judiciais e o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul.* Disponível em: http://www.tj.rs.gov.br/institu/memorial/RevistaJH/vol3n6/11-Des_Jose_Eugenio_Tedesco.pdf.

VARUSSA, R. J. (2002), *Trabalho e legislação: experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho (Jundiaí – SP, décadas de 40 a 60).* Tese de doutoramento, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

O Empresariado e Formação da Previdência Social Brasileira

Ignacio José Godinho Delgado.
Departamento de História. Instituto de Ciências Humanas (ICH). Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
ignaciogdelgado.ufjf@gmail.com

Professor de História e Ciência Política na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia-Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT-PPED). Doutorou-se em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1999, e foi *Visiting Senior Fellow* na London School of Economics and Political Science (LSE), entre 2011 e 2012. Publicou diversos trabalhos sobre os dilemas da cidadania e do desenvolvimento, bem como sobre o empresariado industrial e a trajetória das políticas sociais e industriais no Brasil. Atualmente dedica-se à *análise histórica comparativa* das políticas industriais contemporâneas.

Resumo: o artigo discorre sobre a participação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) na criação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) na década de 1930, num quadro de crescente fechamento da economia brasileira e de recrudescimento de elementos autoritários no cenário político. Analisa, ainda, as mudanças nas percepções empresariais sobre a política social ao final do Estado Novo, quando ganha destaque a presença política dos trabalhadores numa cena política mais aberta.

Palavras Chave: Empresariado. Política Social. Previdência Social. Brasil.

1) Introdução

A gênese das modernas políticas sociais, enfeixadas em diferentes configurações do Estado de Bem Estar Social, associou-se às coalizões firmadas por três atores decisivos - o Estado, os trabalhadores assalariados e os empresários –, estabelecidas em certas condições contextuais, a saber: a inserção das economias nacionais no mercado mundial, a natureza do regime político, a forma como se apresentam na cena política nacional os trabalhadores assalariados (Delgado, 2001). Na Alemanha de Bismarck, a implantação de um modelo *público-corporativo* de bem estar social associou-se à perspectiva estatal de integrar os assalariados aos esforços de construção do Estado Nacional - e de elevação das receitas capazes de favorecer a montagem da própria máquina burocrática do Estado, através da instalação da previdência social -, num quadro de afirmação expressiva do movimento operário e da Social Democracia. Sob a égide do regime de Bismarck, os trabalhadores assalariados dispunham de peso suficiente para conduzir à ação de resposta do Estado, mas encontram-se ausentes da coalizão que forja a política social alemã, assentada no acerto entre o Estado e os empresários que, conforme Swaan (1988), trocam política social por tarifas protecionistas.

Na origem das modernas políticas sociais no Brasil da década de 1930, há diversos elementos que se aproximam do caso alemão. Do ponto de vista do Estado verifica-se, também, um esforço de integração dos assalariados à ordem e ao Estado Nacional, que se afirma sob a liderança varguista. Do mesmo modo, o crescente fechamento do mercado interno brasileiro reduzia a sensibilidade dos empresários à implantação de políticas sociais, desde que custeadas por contribuições que pudessem ser repassadas ao conjunto dos consumidores. Por fim, a ameaça operária aparecia como um elemento importante no cálculo empresarial, embora na situação brasileira, a reduzida presença dos assalariados na estrutura ocupacional e a ausência de uma força política capaz de conferir-lhes uma identidade nacional e reformista tenha favorecido uma resposta estatal fragmentada e, em boa parte dos casos, de perfil acentuadamente contencionista, ao contrário da Alemanha.

Analisar a participação dos empresários industriais neste processo é o objetivo principal deste artigo. Associado a ele, descrevemos as mudanças que se operam na perspectiva empresarial com a queda do Estado Novo,

instaurando uma cena política mais aberta, na qual emergem com destaque o movimento sindical e correntes políticas que tendem a lhe conferir uma identidade nacional. Por fim, o artigo discorre sobre as percepções empresariais relativas a um dispositivo peculiar da regulação estatal sobre o mercado de trabalho no período, a estabilidade no emprego.

2) A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e o Modelo Público-corporativo da Política Social Brasileira

A formação do sistema público de previdência social no Brasil tem seu início em 1933, a partir da instalação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM). Com ele, inaugura-se a montagem dos diversos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) que iriam progressivamente suplantar as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) (MTIC, 1942). Criadas em 1923 por via da Lei 4.062, do parlamentar paulista Eloy Chaves, e definitivamente superadas em 1953, as CAPs foram instituídas como organismos privados, centrados nas empresas, para assegurar a concessão de aposentadorias, pensões e assistência médica aos ferroviários. Seu financiamento era garantido pela contribuição tríplice de empregadores, empregados e do Estado e a administração efetuada por conselhos de empregadores e empregados (Teixeira & Oliveira, 1986). Em 1926 estendem-se a marítimos e portuários, mantendo seu estatuto privado e a organização por empresa. Após 1930, ao longo dos primeiros anos do Governo Provisório, diversos decretos acentuaram a regulação estatal sobre a CAPs, além de estendê-las a empresas que empregavam outras categorias profissionais. Entretanto, é com a criação dos IAPs que se acelera a incorporação dos trabalhadores brasileiros à previdência social, como ver-se-á adiante.

A montagem dos Institutos de Aposentadoria e Pensões absorveu das CAPs os princípios do financiamento assentado na contribuição tríplice, da concessão de aposentadorias de acordo com a contribuição passada e da gestão paritária, embora esta fosse mitigada pela acentuação da presença do Estado (Teixeira & Oliveira, 1986). Substituiu, entretanto, a organização por empresa pela proteção aos assalariados de uma mesma categoria profissional. Alterou, ainda, a base definida para a contribuição patronal, eliminando a dedução relativa ao faturamento da empresa pela taxação incidente sobre a folha de pagamentos. Por fim, os benefícios oferecidos tendiam a revelar menor prodigalidade do que o verificado nas CAPs, durante a República Velha (Teixeira & Oliveira, 1986). Sua instalação seguiu uma trajetória fragmentada, em geral associada à força das categorias profissionais que cobria, com acentuação crescente do controle estatal, especialmente sobre a aplicação de suas reservas financeiras (Malloy, 1986). Ainda que aposentadorias, pensões, auxílio-funeral e assistência médica aparecessem como atribuições genéricas dos IAPs, as disparidades nos benefícios concedidos eram significativas. O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), por exemplo, além das aposentadorias por invalidez e idade e dos demais benefícios apontados, previa a concessão de auxílio-doença e auxílio-maternidade. Já o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, um dos últimos a ser criado e de orientação extremamente contencionista, sequer previa em seu plano de benefícios inicial a aposentadoria por idade e condicionava a assistência médica à disponibilidade de recursos do Instituto (Teixeira & Oliveira, 1986).

Em linhas gerais, o sistema de previdência social brasileira organizou-se segundo os postulados da capitalização e do seguro social, aproximando-se do modelo público corporativo de política social, com um caráter fortemente segmentado (Teixeira & Oliveira, 1986; Malloy, 1986, Cohn, 1980; Draibe, 1989; Marques, 1995). Associando o direito a determinados benefícios à participação no mercado formal de trabalho e à contribuição passada, configurou um sistema de *cidadania regulada*, da qual estavam excluídos os trabalhadores rurais e uma parcela significativa da força de trabalho urbana (Santos, 1979). De qualquer forma, através dos IAPs verifica-se a incorporação crescente de pessoas ao seguro social. De 1932, último ano em que as CAPs aparecem como instituições exclusivas do seguro-social, ao início do funcionamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), a expansão de número de filiados aos IAPs é de 9,4 vezes, num espaço de 7 anos, conforme publicação do então Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC, 1942). O peso do IAPI no conjunto da população coberta é significativo. Em 1937, quando não se encontrava em operação, o total de

inscritos nas CAPs e IAPs era de 844.801 pessoas. No primeiro ano de funcionamento do IAPI, a população coberta se eleva para 1.787.386 pessoas (MTIC, 1942: 65).

O IAPI é o último dos grandes institutos de previdência a ser montado, num processo que se estende de 1935 a 1938. A relativa lentidão em sua implantação, se comparada à de outros institutos, tem sido atribuída à heterogeneidade e pequena coesão dos trabalhadores industriais (Malloy, 1986). Entretanto, papel significativo na determinação do ritmo de instalação dos institutos de previdência dos trabalhadores da indústria - e mesmo do comércio, naqueles aspectos que afetam o interesse dos industriais - foi desempenhado pelas entidades representativas da indústria, especialmente a FIESP. No contexto em que suas escolhas são efetuadas, têm papel de relevo as disputas em torno da proteção à atividade industrial, a instabilidade de uma cena política pouco competitiva, quando não abertamente autoritária, e a presença do movimento operário que, até 1935, apresentara vigorosa resistência à imposição do formato corporativo pelo Estado.

À medida em que se evidencia a centralidade da produção das políticas sociais modernas no projeto de construção do Estado desenvolvido pelos grupos que ocupam seu topo e se incrustam em seu aparelho no pós-30, os industriais abandonam a postura de recusa, que caracterizara sua atuação na República Velha, para buscar interferir no ritmo de sua implantação e na definição de seu formato. Atenção maior será dispensada às políticas regulatórias, que afetavam o processo de trabalho e de acumulação (Gomes, 1979). A montagem dos institutos de previdência, todavia, não é tratada com indiferença. Já em 1931, em correspondência dirigida a Lindolfo Collor, titular do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a FIESP assinala que

> a lei de proteção ao menor, a que ampara a mulher em trabalho, a que regulariza a atividade do trabalhador, a que em futuro próximo instituirá o seguro social são outros tantos institutos de indisfarçável benemerência, cujo alcance social e econômico deve ser exaltado [1] .

Entre 1931 e 1935, os esforços da FIESP em relação à legislação social circunscrevem-se a iniciativas destinadas a redefinir os termos em que são propostas medidas relativas às férias, à jornada de trabalho, ao trabalho da mulher e do menor, à Justiça do Trabalho, com ganhos e perdas diferenciados, conforme a questão em pauta. A montagem dos institutos de aposentadoria ganha relevo em suas atividades quando, pelo Decreto 183, de 26/12/1934, é proposto o regulamento para operação do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários, criado pela Lei 24.273, de maio do mesmo ano (MTIC, 1942). Em telegrama enviado a Agamenon Magalhães, que ocupava o Ministério do Trabalho, a FIESP louva a finalidade social da iniciativa, mas faz objeções à forma proposta de financiamento do instituto, em especial a criação de uma Taxa do Selo, que poderia "restringir [o] movimento dos negócios" e criar conflitos entre fiscais e "os interessados". Ao lado do pedido de adiamento da aplicação do regulamento, postula a presença, para sua correção, de representantes das "classes atingidas"[2].

Os industriais sentiam-se uma classe "atingida", dentre outros aspectos, porque o projeto não definia com clareza a distinção entre "empregados" e "operários", além de estabelecer a cobrança da *cota da previdência*, responsável pelo financiamento da parcela devida pelo Estado ao novo instituto, nas "vendas mercantis", o que poderia alcançar não só as atividades desenvolvidas pelos comerciantes, como também as dos industriais[3]. A distinção entre empregados e operários tinha importância porque definiria se trabalhadores de escritório, além de viajantes e pracistas vinculados às empresas industriais, deveriam ser objeto de tributação.

Ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 1935 são acentuados os contatos com o Ministério do Trabalho, retardada a imposição do regulamento, conquistada a anistia dos débitos devidos passados, até que em março se fixam os termos definitivos do regulamento do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários

---

1 FIESP, Circular 228, 12/12/1931, p. 12. A ortografia deste documento, e dos demais que serão apresentados neste trabalho, foi convertida para os padrões atuais.

2FIESP, Circular 584, 10/01/1935.

3 FIESP, Circular 590, 01/02/1935.

(IAPC)[4]. Por eles, a indústria ficaria responsável pela arrecadação e pagamento das contribuições devidas por viajantes, pracistas e empregados que atuassem no varejo. A *cota da previdência* seria paga pelos compradores das mercadorias, ficando a indústria responsável pela sua arrecadação. Por "vendas mercantis" seriam compreendidas as trocas realizadas entre comerciantes ou entre o fabricante e o comerciante, apenas quando este último fosse o comprador. No limite, o Estado transferia o ônus da *cota da previdência* para o conjunto da população consumidora e atribuía à indústria um papel que deveria ser cumprido pelos organismos públicos de arrecadação. Por seu turno, retirando da noção de "vendas mercantis" as transações efetuadas entre comerciantes e industriais, quando estes últimos fossem compradores, limitava a elevação dos custos da produção industrial.

Como assinalado, dos institutos de previdência, o IAPI foi o que conheceu o processo de criação mais demorado. Proposto pelo projeto de Lei 347, de 1935, só foi efetivamente instituído em agosto de 1937, quando se define seu regulamento, pelo Decreto 1918 (MTIC, 1942). Em 1938 inicia seu funcionamento (Malloy, 1986). Sua montagem foi precedida do censo das ocupações industriais, levado adiante por uma Comissão Organizadora que aparece como o primeiro locus de afirmação do segmento burocrático que se tornou conhecido como "os cardeais da previdência", de grande importância na evolução do instituto e do conjunto da previdência social no Brasil, reunindo nomes como Plínio Catanhede, João Carlos Vital e Moacyr Cardoso de Oliveira (Hochman, 1992). Uma das novidades instituídas no IAPI foi a definição do concurso público como mecanismo principal de recrutamento de seu pessoal, fator que contribuiu para dotar os *inapiários* de uma auto-imagem extremamente positiva no universo do aparelho administrativo do Estado, fortemente marcado pela presença de práticas clientelistas (Hochman, 1992).

O formato adquirido pelo IAPI, entretanto, não decorreu de iniciativas exclusivas do pessoal do Estado, antes cristalizando-se como resultado da interação efetuada entre esse e outros atores sociais. A FIESP participa dos debates sobre a montagem do instituto desde 1935, quando, em novembro deste ano, convoca os industriais a apresentarem sugestões ao projeto de lei 347, que propunha a criação do IAPI[5]. A partir de junho de 1936, quando se intensificam os debates na Câmara dos Deputados para montagem efetiva do instituto, a entidade também acentua as iniciativas para sua discussão junto aos industriais paulistas[6].

Em julho, a FIESP envia correspondência a Laerte Setúbal (parlamentar paulista, fortemente ligado aos empresários do estado), relator do projeto na Câmara dos Deputados, com diversas sugestões, dentre elas a proposição de que os industriários fossem inscritos no IAPC, evitando-se a criação de um novo instituto, de modo a proporcionar "economia nas despesas administrativas, tanto nos serviços de distribuição da assistência, como no da arrecadação"[7]. Entretanto, o aspecto mais significativo, neste momento, das sugestões efetuadas pela FIESP diz respeito à cota da previdência, correspondente à participação do Estado no financiamento do IAPI. O projeto 347 previa sua composição por via de uma taxa cobrada sobre a produção realizada em cada estabelecimento industrial. A correspondência da FIESP rejeita a proposição, salientando dificuldades técnicas para a definição do valor da produção e para a arrecadação da taxa, colocando também em questão sua constitucionalidade. Observa, ainda, que a taxa sobre a produção coloca "somente sobre os ombros dos industriais a contribuição que compete à União". Admite, entretanto, que sua "incidência, sendo indireta, recairá, em último caso sobre o consumidor", mas alerta para o comportamento inelástico dos preços, pois

> em nosso país, pois ainda não nos livramos da depressão econômica que nos persegue há vários anos, que torna absolutamente impossível qualquer elevação dos preços, sem perigo de diminuição brusca do nível das vendas[8].

---

4 FIESP, Circulares números 392, 594, 598, respectivamente de 03/02, 13/02, 27/02 de 1935.

5 FIESP, Circular 672,06/11/1936.

6 FIESP, Circular 750,17/06/1936.

7 FIESP, Circular 757,27/07/1936.

8 Id. Ibid, p. 3

A taxa sobre o valor da produção prejudicaria ainda a indústria, afirma a correspondência, por tratar-se de um tributo que, dada a divisão do trabalho, pode "recair duas ou mais vezes sobre um mesmo produto", elevando seu custo e configurando-se como "um prêmio concedido ao produto similar estrangeiro, concorrente do nacional"[9]

Tais considerações não implicam, entretanto, uma preferência pela tributação direta em relação à indireta. Na mesma correspondência enviada a Laerte Setúbal afirma-se que

> o Brasil, como país pobre não pode dar-se ao luxo de uma tributação direta intensiva, não só porque o campo para a tributação direta é restrito, como também porque tal política tributária viria afetar a acumulação de riqueza, uma das causas mais evidentes do progresso observado no mundo ocidental. Precisamos lançar mão da tributação indireta para satisfazer as necessidades do Estado, e a produção já se acha sobrecarregada de impostos indiretos[10].

A alternativa proposta pela FIESP é, então, que a cota da previdência fosse composta por via da cobrança de 2% sobre o valor das mercadorias importadas, conforme já previsto no Decreto 591 de 15/01/1936, uma vez tratar-se de "encargo que é bem distribuído pela coletividade em geral"[11].

Em setembro de 1936, a FIESP anuncia a presença de Laerte Setúbal em sua sede e a entrega de novo memorial ao relator do projeto, com outras sugestões. Destacam-se as proposições relativas à aplicação das rendas do novo instituto e sobre sua organização. As primeiras procuram assegurar que 50% das receitas geradas pelo IAPI fossem investidas nos próprios estados em que são arrecadadas, uma vez que "um dos males dos Institutos existentes consiste na aplicação mais ou menos arbitrária de suas rendas, feita quase exclusivamente na Capital Federal"[12].Sugere-se ainda que a aplicação dos recursos seja efetuada através de "empréstimos aos mutuários, sob hipoteca, ou mediante caução de debêntures industriais de notória renda, cotação oficial e garantias suficientes"[13]. As proposições relativas à organização do instituto, além de buscar garantir que os industriais pudessem nele tomar parte, em caráter facultativo, ressaltam a importância da presença dos sindicatos patronais e de trabalhadores nos organismos de direção do IAPI e na Comissão Organizadora prevista para sua implantação, além de medidas como a publicação de balanços anuais e a realização de congressos bienais, que assegurassem às "classes atingidas" maior controle sobre suas atividades.

As *démarches* com Laerte Setúbal resultam na eliminação, em seu relatório, da taxa cobrada sobre a produção e na definição de que a cota da previdência derivaria da taxa incidente sobre as mercadorias importadas. As demandas relativas à organização do IAPI e à utilização de suas receitas não são, entretanto, contempladas pelo relator[14]. De qualquer forma, a discussão do projeto arrasta-se até meados de 1937 e, em sua versão final, diversas proposições efetuadas pelos industriais são asseguradas. Em maio de 1937, a FIESP envia circular aos industriais paulistas com o balanço do que fora conquistado, salientando a eliminação da taxa sobre a produção, a presença de representantes patronais e dos sindicatos operários na administração do instituto, a obrigatoriedade de publicação dos balanços anuais e balancetes mensais relativos à situação financeira do IAPI e a definição de que 50% de sua renda seria aplicada nas regiões onde fosse arrecadada. Observa, ainda, que tal aplicação seria efetuada através de "empréstimos aos Snrs industriais que possam oferecer garantias reais, e aos operários para construção de casa própria"[15].

Os institutos de previdência mantiveram das CAPs, como vimos, o modelo de financiamento baseado na

---

9 Id. Ibid. p 4

10 Id. Ibid. p 3-4

11 Id. Ibid. p 5

12 FIESP, Circular s/n , 21/09/1936, p. 1.

13 Id. Ibid.

14 FIESP, Circular 769, 26/09/1936.

15 FIESP, Circular 822, 5/05/1937, p. 1.

contribuição tríplice de empregadores, empregados e do Estado e a distribuição de benefícios segundo a contribuição passada, especialmente no que tange às aposentadorias e pensões. Tais dispositivos não são objeto de restrição da FIESP, dentro das ações que desenvolve para redefinir o projeto de previdência proposto pelo Estado. A possibilidade de transferir o ônus das contribuições sobre a folha de pagamentos para os consumidores, num quadro de economia fechada, minorava seu impacto sobre os custos da produção industrial, ao passo que a distribuição dos benefícios segundo critérios meritocráticos afinava-se com a perspectiva empresarial que associava as políticas compensatórias aos postulados do seguro social. A FIESP, da mesma forma, não se pronuncia, neste momento, sobre a extensão dos benefícios previstos, compartilhando da orientação contencionista desenvolvida pelo pessoal do Estado, que reforçava os objetivos de tornar a previdência social um instrumento de capitalização poderoso, necessário à formação de capital num "país pobre". O IAPI firmou-se como um dos institutos de previdência em que era mais reduzido o elenco de benefícios previstos para quem nele estivesse inscrito. Os trabalhadores industriais eram, por certo, um contingente extremamente "amorfo", se comparados a categorias profissionais como bancários, ferroviários e marítimos, e a reduzida extensão dos benefícios concedidos pelo IAPI revela o pequeno impacto de sua presença na criação do instituto (Malloy, 1986). Entretanto, este impacto reduzido está também associado ao momento em que se verifica a montagem do IAPI, de acentuação da repressão ao movimento operário a partir de 1935. Com isto, restringe-se severamente a ação do principal ator interessado na mudança da orientação contencionista que o pessoal do Estado empresta à montagem da previdência pública dos trabalhadores industriais, reduzindo, também, as possibilidades de alteração nas disposições do empresariado, no sentido de aceitar um alargamento dos benefícios propostos.

A ação da FIESP concentra-se em três objetivos: alargar os canais que permitissem a presença empresarial na gestão do sistema de previdência, assegurar que operasse como instrumento de financiamento para a produção industrial e transferir parte do ônus de seu custeio para a "coletividade em geral". Proposições como a presença de sindicatos patronais e de trabalhadores nos órgãos dirigentes do sistema previdenciário inscrevem-se no primeiro objetivo, num quadro em que a montagem da previdência pública acentuava a influência dos grupos incrustados no Estado. As demandas relativas à aplicação das receitas do IAPI nas regiões em que eram arrecadadas e as que sugeriam mecanismos de concessão de empréstimos aos industriais vinculam-se ao segundo objetivo apontado. Por fim, a disputa em torno do tributo que deveria sustentar a cota da previdência associa-se ao objetivo de transferir o ônus do financiamento da previdência para o conjunto dos consumidores. A objeção à tributação direta era compartilhada por diversos segmentos das elites brasileiras desde o século XIX. Nos anos 20, no contexto da instituição do imposto de renda no Brasil, o Centro Industrial Brasileiro já salientava sua inadequação para um país em que era exígua a formação de capitais (Pena, 1992). A taxa sobre a produção, inicialmente prevista para sustentar a participação do Estado no financiamento do IAPI, operaria como um tributo indireto. Nas circulares da FIESP, registra-se o dilema que acarretava sua utilização em situações de retração da atividade econômica e na presença da concorrência estrangeira, por tratar-se de um tributo que incide várias vezes na cadeia de produção, isto é, um tributo "em cascata". Entretanto, como apontado, não é sugerida sua substituição por um tributo direto, em virtude de ser o Brasil um "país pobre", o que inviabilizaria a adoção de uma estrutura tributária inibidora da formação de capitais. A solução encontrada, através da taxação aos produtos importados, foi objeto de contestações por parte da Associação Comercial de São Paulo, por prejudicar o comércio importador[16]. No limite, ela associava a pretensão dos industriais de transferir o ônus do financiamento da previdência social para a *coletividade em geral* ao fortalecimento de mais um instrumento para contenção das importações e proteção à indústria, em detrimento do comércio importador, com peso declinante na relação de forças estabelecida no pós-30. Proteção à indústria e produção de políticas sociais, portanto, apareciam como dimensões distintas de uma mesma realidade e se entrelaçavam no âmago dos mecanismos de financiamento da previdência social no Brasil.

Os termos deste arranjo são claramente definidos em correspondência enviada pela FIESP a Vargas em maio de 1937. Nela, depois de assinalar o ônus para os industriais que decorrem da imposição da legislação trabalhista e previdenciária, o documento assinala que "quanto mais onerosas forem as cláusulas desses contratos,

16 "Cópia do Oficio enviado em 5 de Março de 1936 ao Exmo. Snr. Ministro da Fazenda pela Associação Comercial de São Paulo", anexado a FIESP, Circular 757,27/07/1936.

tanto mais difícil será a concorrência dos produtos nacionais com os similares estrangeiros, se não houver compensação suficiente". Isto é, se não se criarem "defesas paralelas de nossa produção" [17].
Com a criação do IAPI estava praticamente definida a estrutura pública, corporativa e segmentada da previdência social brasileira, neste momento fortemente contencionista. A participação dos empresários na definição dessas características é significativa, num quadro marcado pela presença de mecanismos diversos de proteção à indústria, dentro de uma situação política autoritária, na qual a presença operária permanecia latente, em face da repressão política. Ao final do Estado Novo e no processo de redemocratização, entretanto, os industriais vão revelar maior disposição de aceitar a ampliação do alcance da política social, além de buscar constituir organismos semiprivados para conter a influência do Estado e dos comunistas junto aos trabalhadores industriais. As condições que alteram sua disposição são geradas no Estado Novo e preparam o terreno para o primeiro momento, dentro da trajetória brasileira, em que a burguesia industrial busca afirmar um projeto que tem na incorporação dos trabalhadores uma de suas dimensões cruciais.

3) As *Classes Produtoras* e a *Paz Social*

Não obstante o Estado Novo sustentar-se numa parceria entre os militares, a burocracia estatal e os empresários, não estiveram ausentes elementos de tensão na relação destes últimos com o Executivo varguista. A Lei da Economia Popular de 1939, a legislação sobre demissões de 1941, a Lei de Lucros Extraordinários de 1943, a elevação contínua do imposto de renda no período, a lei Malaia em 1945 provocaram reações importantes de descontentamento junto às entidades empresariais (Delgado, 2001; Leopoldi, 2000). No limite, conquanto beneficiários das medidas tomadas pelo Estado em favor da indústria, os empresários temiam que a ação estatal ultrapassasse a margem de autonomia admitida pelos industriais para a sua intervenção, especialmente quando se evidencia o esforço de Vargas em buscar sustentação para o regime na mobilização tutelada do sindicalismo corporativo. Como assinala Offe, a relação entre burguesia e Estado encontra na democracia representativa o seu arranjo mais adequado, por colocar o aparelho de Estado, com sua neutralidade formal e organização burocrática, a "meia distância" dos interesses articulados nas unidades empíricas do capital. Desta forma o Estado, "dependente de impostos", pode "decantar" um interesse comum da classe a partir da "política pluralista de influências" (Offe, 1984:140). Já nos regimes autoritários e fascistas

> a **relativa** autonomia de que o Estado necessita para a formulação e concretização de interesses de **classe** capitalista é destruída. A autonomia ou se tornaria **absoluta** (quando a ação estatal viesse a se submeter ao controle de mitos fascistas e das agressividades liberadas) ou seria dissolvida,

se prevalecessem interesses particularísticos em seu interior (Offe, 1984:173) (grifos no original)

O sinal de alerta para os empresários é dado pela tentativa de Vargas de taxar os "lucros extraordinários", em 1943. Mais à frente, em 1944, sinalizam seu descontentamento com o regime esvaziando encontros com Vargas, eventos frequentemente muito concorridos (Vianna, 1976). Não é possível, de qualquer forma estabelecer de forma cabal a participação empresarial nas ações desenvolvidas pela oposição ao Estado Novo. Não obstante, é saliente a preocupação das elites empresariais, em especial a dos industriais, em acentuar a articulação do setor para definir os termos de sua presença na sociedade brasileira no cenário que seria aberto com o término da Segunda Guerra Mundial. O rumo do desenvolvimento brasileiro, o papel a ser desempenhado pelo Estado e o perfil da política social aparecem como temas da agenda empresarial no I Congresso de Economia, de 1943, e no Congresso da Indústria, de 1944, que reafirmam antigas postulações de proteção à indústria, ao lado do rechaço aos tributos diretos – particularmente o imposto de renda – e da defesa de uma política social ainda marcadamente contencionista (Delgado, 2001).

---

17 "Resposta da Federação das Indústrias de São Paulo ao inquérito promovido pelo Sr presidente da República" (*apud* carone (1977:338-339).

Em 1945, na Conferência das Classes Produtoras de Teresópolis, realizada em maio, evidencia-se uma mudança na posição dos empresários relativa à política social. A retomada de uma arena política aberta e o caráter multi-seCONtorial do conclave exigiam dos industriais uma postura que levasse em conta as perspectivas de outros atores. Ademais, premidos pelo recrudescimento das mobilizações operárias e pela permanência de intentos reguladores do Estado, ensaiam proposições destinadas a garantir uma presença hegemônica na nova ordem, estabelecendo elos com os trabalhadores e definindo os limites da ação estatal.

Ao lado da permanência da orientação protecionista, do rechaço aos tributos diretos e da defesa da ação "supletiva" do Estado no terreno econômico, a Conferência das Classes Produtoras (CONCLAP), de maio de 1945, apresenta sugestões variadas para a política social. Conforme a *Carta de Teresópolis*:

> as classes produtoras aspiram a um regime de justiça social que, eliminando incompreensões e mal entendidos entre empregadores e empregados, permita o trabalho harmônico, a recíproca troca de responsabilidades, a justa divisão de direitos e deveres, e uma crescente participação de todos na riqueza comum (CNI/CONCLAP, 1945:2).

Para consecução deste intento indica-se a necessidade de se garantir um salário real que assegure "existência digna, sã e eficiente", o que exigiria a isenção de impostos sobre as utilidades essenciais e sobre a parte dos lucros das empresas destinada "à melhoria das condições de vida dos trabalhadores". A intervenção estatal na fixação dos salários, entretanto, é admitida apenas no que se refere ao salário mínimo. Propõe-se a extensão da atenção à saúde para as áreas rurais, a adoção do ensino obrigatório até os 14 anos de idade e a ampliação do sistema escolar através de "adequadas e suficientes dotações orçamentárias". Recomenda-se, ainda, que a assistência social seja organizada de modo a reintegrar "no seu próprio meio" os "elementos humanos desajustados, segregados ou revoltados". Propõe-se, por seu turno, o "retalhamento das propriedades latifundiárias incultas ou mal aproveitadas" (CNI/CONCLAP, 1945:14 e 15).

Sobre a previdência social, especificamente, a Carta de Teresópolis ressalta a importância de se verificar seu impacto, bem como da legislação trabalhista, sobre a economia das diversas regiões brasileiras. Sugere, também, a realização de gestões, junto aos demais países, para sua uniformização, de modo a dispor de incidência equivalente nos custos de produção de cada país. Todavia, recomenda "sua extensão a toda a população" e a

> unificação das instituições vigentes : uniformizando-lhes os regimes; revendo-lhes as taxas de contribuição, tendo em vista a justiça social e dentro de seguras bases atuariais; descentralizando-lhes a administração, por meio de órgãos deliberativos municipais; e atribuindo aos próprios contribuintes a direção das entidades, com representação proporcional (CNI/CONCLAP, 1945:15).

Quanto à aplicação dos recursos da previdência, assinala-se que as "classes produtoras"

> pensam ser de justiça destinar a empreendimentos de nítido interesse coletivo as reservas financeiras do seguro social, especialmente à construção de escolas e hospitais, e bem assim, de casas para os segurados, respeitada quanto possível a proporcionalidade da arrecadação das diversas regiões do país. Assim também, julgam devem ser mantidos, oportunamente, no seguro social todos os serviços relativos aos acidentes de trabalho, como de assistência médica, dentária e hospitalar, sem maior ônus para as empresas que organizam esses serviços na forma da lei (CNI/CONCLAP, 1945:15)

Propõe-se, ainda, aos empregadores, que constituam fundos de reservas especiais "para fazerem face aos encargos impostos pelas leis sociais, garantindo-se também aos empregados a melhor execução destas leis". A adoção do sistema de férias coletivas e a instalação de colônias, "com a colaboração dos sindicatos, institutos de seguro social, empresas e outras entidades", é considerado de "grande conveniência", assim como o "entendimento e a íntima cooperação entre empregadores e empregados, para robustecimento da própria empresa e eficiência na produção, e a obtenção de soluções justas relativamente aos problemas sociais e econômicos que os afetam" (CNI/CONCLAP, 1945:15).

Nas "medidas acessórias" a Carta de Teresópolis sugere ainda a instalação de restaurantes populares "preferentemente pela conjugação de iniciativas particulares" (CNI/CONCLAP, 1945: 24). Assinala, por fim, que suas recomendações não se destinam "apenas aos homens do presente, mas às gerações que se hão de suceder na direção dos negócios públicos e particulares". Neste sentido, firma o compromisso das "classes produtoras" de "congregar suas energias no sentido de contribuir para o melhoramento da educação e da saúde do brasileiro", inclusive através de fundações ou sociedades, "sem fim de lucro", onde "educadores, professores e médicos possam exercer, com segurança econômica e independência moral, a missão de preparar o homem para a vida e mitigar suas dores e sofrimentos (CNI/CONCLAP, 1945: 16).

Ainda que restritas, se confrontadas com as reivindicações de diversas categorias profissionais e com proposições de grupos dentro do Estado, as formulações da Carta Econômica de Teresópolis sobre a política social revelam uma crescente aceitação, pelos empresários, da ampliação do sistema público de proteção social. É o que se revela na proposição de absorção dos seguros sobre acidentes de trabalho, mantidos sob controle das seguradoras privadas, pelo seguro social, assim como os serviços relacionados à saúde dos trabalhadores. Além disto, sugere-se que as reservas dos institutos sejam aplicadas exclusivamente em iniciativas ligadas à oferta de *serviços sociais*, sem referência às formulações anteriores que as tomavam como instrumento fundamental para a capitalização das empresas[18]. A Carta de Teresópolis não se pronuncia sobre a aposentadoria por idade e por tempo de serviço, nem faz menção a outras formas de transferência de renda, mas evita a proposição que vinculava a concessão das aposentadorias apenas à inabilitação física para o trabalho, tal como ainda se verifica nas resoluções do Congresso Brasileiro de Economia e no Congresso Brasileiro da Indústria. Por fim, a sugestão de generalização do seguro social e de unificação dos institutos de previdência aproximava-se das formulações universalistas que ganhavam influência com a divulgação do Relatório Beveridge na Inglaterra. Em seu conjunto, portanto, a Carta Econômica de Teresópolis revela um empresariado disposto a aceitar a intensificação da ação protetora do Estado, de modo a superar as "incompreensões e mal entendidos" que haviam marcado as relações entre empregadores e empregados, no sentido de estabelecer as condições para o "trabalho harmônico" necessário ao desenvolvimento da economia brasileira, sob liderança da indústria, na ordem democrática que se avizinhava.

A disposição para o "entendimento e a íntima cooperação" com os trabalhadores é manifesta ainda mais acentuadamente na *Carta da Paz Social*, divulgada pela CNI e a CNC ao final de 1945. O objetivo é que fosse assinada por entidades patronais e dos trabalhadores, de modo estabelecer as bases para uma "obra educativa, através da qual se consiga fraternizar os homens, fortalecendo neles os sentimentos de solidariedade e confiança"[19]. Afirmando a necessidade de

---

18 É importante salientar que o Iº Congresso Brasileiro de Economia, de 1943, ainda num cenário de fechamento da cena política, no Estado Novo, fizera apenas uma indicação genérica sobre a necessidade de revisão do regime financeiro do seguro social , de modo a garantir seu melhor aproveitamento lucrativo e a evitar o aumento das contribuições. Ou seja, ponderava-se sobre a necessidade de tratamento rigoroso das disponibilidades financeiras da previdência, segundo os postulados do regime de capitalização. Já na Conferência de Teresópolis, a aquiescência com a ampliação da rede pública de proteção social alcança a visão sobre os próprios investimentos das *reservas da previdência*, admitindo-se sua utilização para a ampliação dos *serviços sociais* oferecidos pelo Estado, sem que haja referência à exigência de rentabilidade das inversões, nos termos dos postulados do regime de capitalização (Delgado, 2001).

19 A *Carta da Paz Social* tem merecido pouco destaque, nas análises sobre o empresariado brasileiro ligadas à Ciência Política, à Sociologia e à História. Maria Antonieta Leopoldi representa uma exceção e lhe atribui um peso importante dentro dos documentos em que se define o projeto dos empresários para a sociedade brasileira no pós-guerra (Leopoldi, 2000) . Já em trabalhos que têm como objeto a trajetória do Serviço Social no Brasil, a *Carta da Paz Social* é apresentada como documento expressivo das formulações empresariais sobre a "questão social" no país, dentro do processo de redefinição institucional ao fim do Estado Novo. Esta é a perspectiva de Walderez Loureiro Miguel. Esta autora data a *Carta da Paz Social* de 1946, mas encontramos referências a ela já ao final de 1945. A cópia de que nos valemos em nossa pesquisa estava anexada à ata da reunião da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) de 28 de dezembro de 1945 e tem o mesmo texto da edição de que se vale Miguel, presente em publicação comemorativa do jubileu de prata do Serviço Social da Indústria (SESC), em 1971. Ver Miguel (1980) e Delgado, (1997) MIGUEL, W. L., O Serviço Social e a 'Promoção do Homem", São Paulo, Cortez, 1980; LEOPOLDI, M. A. Op.cit e DELGADO, I. G. *A Estratégia de um Revés* – Estado e associações empresariais em Minas. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997.

> assegurar dentro do país um largo período de cooperação para que se possa processar o desenvolvimento de suas forças produtivas e a elevação do padrão de vida do brasileiro [...] o aumento da renda nacional e sua mais vasta distribuição,

o documento assinala que

> nada será conseguido sem o mais estreito entendimento entre empregadores e empregados, o qual permita a aqueles o exercício livre e estável de suas atividades e a estes uma existência digna e a crescente participação na riqueza nacional.

Para tanto, propõe-se que empregados e empregadores assumam

> solenemente [...] o compromisso recíproco de propugnar a consecução desses objetivos, mediante recíproco reconhecimento de direitos e deveres, dentro de um verdadeiro regime de justiça social.

Dentro dos princípios e medidas recomendadas assinala-se que

> a manutenção da democracia política e econômica e o aperfeiçoamento de suas instituições são considerados essenciais aos objetivos da felicidade social e à dignidade humana. A ordem econômica deverá fundar-se no princípio da liberdade e no primado da iniciativa privada, com as limitações impostas pelo interesse nacional.

Depois de esclarecer que o "capital não deve ser considerado apenas instrumento produtor de lucro, mas, principalmente, meio de expansão econômica e bem estar coletivo", anuncia-se que

> propõem-se os empregadores a criar um Fundo Social a ser aplicado em obras e serviços que beneficiem os empregados de todas as categorias [...] repartindo com os Institutos existentes as atribuições assistenciais e de melhoramento físico e cultural da população.

Seguem-se proposições quanto à racionalização do trabalho, "visando a diminuição dos custos de produção, como meio de conseguir a redução dos preços de venda, tendendo assim a melhorar o poder aquisitivo". Indica-se, ainda, o que deveriam ser os deveres dos empregados "como contribuição efetiva à obra de congraçamento e cooperação que se tem em vista", destacando-se a pretensão de se reduzir "ao mínimo possível a instabilidade no emprego e a falta de assiduidade", a cooperação "para que reine a necessária disciplina no exercício do trabalho" e a busca de aperfeiçoamento técnico, através do Serviço Nacional da Indústria (SENAI)), organismo criado em 1943. Finalmente assinala-se que "empregadores e empregados farão sentir ao Estado" a necessidade de combater a inflação através da "extinção dos organismos públicos que concorrem para encarecer a produção", da "redução ao mínimo possível dos impostos cobrados sobre os artigos alimentícios" e da "abolição ou redução substancial dos impostos [...] que incidem a qualquer título sobre a locação e aquisição da casa do trabalhador urbano e do pequeno sítio do trabalhador rural".
Coroando o conjunto de sugestões indicado para o Estado, é proposta a modificação "do atual sistema administrativo dos Institutos de Previdência Social, de modo a assegurar a participação efetiva dos seus contribuintes e o real preenchimento de suas finalidades", e, ainda, que se garantam aos sindicatos "ampla autonomia, quer quanto à escolha e destituição de seus dirigentes, quer [quanto] à administração dos fundos sociais, sem prejuízo da fiscalização do Estado", além da "concretização, de maneira pronta e efetiva, dos direitos que lhes confere a atual legislação trabalhista". Finalmente, observa-se que

> os signatários do presente compromisso propõem-se a cooperar para que os dissídios entre empregadores e empregados sejam resolvidos primeiramente nas comissões mistas sindicais da localidade e, em geral, quaisquer direitos econômicos, sociais e políticos sejam sempre reivindicados por meios pacíficos, condenando-se formalmente todo o recurso à violência, pois somente num clima de cooperação, fraternidade e respeito recíproco e união de todas as forças vivas e conscientes da

> Nação será possível estabelecer as bases de uma verdadeira democracia, assegurar as liberdades públicas, manter o equilíbrio social e conquistar para nossa pátria o respeito e a admiração de todos os povos.

As resoluções da Conferência de Teresópolis e os termos da *Carta da Paz Social* revelam a disposição dos empresários de não deixar apenas sob responsabilidade do Estado o controle sobre os organismos responsáveis pela construção das bases materiais do consentimento junto aos trabalhadores. Numa conjuntura de aceleração da transição democrática e de acentuação das mobilizações operárias, que vêm acompanhadas da afirmação de correntes que buscam radicar nos trabalhadores sua identidade na cena política, os empresários admitem a ampliação dos benefícios e a generalização da política social desenvolvida pelo Estado, incorporando a ela elementos universalistas, que se superpõem ao formato corporativo e meritocrático já instituído. Mais que isto, ao lado de proposições dirigidas à redução do controle do pessoal do Estado sobre os institutos de previdência, tanto a *Carta de Teresópolis* quanto a *Carta da Paz Social* revelam a disposição empresarial de construir organismos privados, imunes à influência do Estado, para desenvolvimento de ações ligadas à assistência social e ao amparo à saúde e educação dos trabalhadores.

Durante o Estado Novo, acentuaram-se o controle estatal sobre os institutos de previdência e a importância dos segmentos tecnoburocráticos que os dirigiam. Assim, nos documentos empresariais, o restabelecimento da representação corporativa na direção da previdência social é destacado como fundamental para aumentar a influência das entidades de classe junto a eles e para reduzir o controle estatal. No limite, as entidades empresariais procuram evitar que os institutos de previdência e a política social do governo transformem-se em veículos para a mobilização dos trabalhadores a partir do Estado, da mesma forma como objetariam sua utilização político-partidária, especialmente nos anos 50 e 60. Mas não se restringem a este objetivo. A construção de organismos privados para desenvolvimento de ações assistenciais aparece como dimensão complementar do projeto de política social que defendem neste momento, com a finalidade de interferir na formação da identidade política dos trabalhadores, afastando-os principalmente dos comunistas, mas também da demagogia que associavam ao discurso trabalhista.

Em maio de 1946 é criado, finalmente, o SESI. Segundo Roberto Simonsen, a realização de sua "missão educativa", "ao lado dos partidos políticos democráticos e liberais", iria permitir que "as massas trabalhadoras brasileiras atravessem, de pés enxutos, o mar vermelho do totalitarismo opressor e inumano"[20]. O SESI é criado em meio a uma série de greves e mobilizações operárias em São Paulo, que centralizam as atenções da FIESP no início de 1946. Em março, é sugerida na entidade a criação de "Comissões de Eficiência e Bem Estar" a serem financiadas por um percentual a ser cobrado sobre a folha de pagamentos das empresas. Sua finalidade era "atender às necessidades fortuitas e involuntárias dos trabalhadores e suas famílias", de modo a "ajustar os desajustados" e "proporcionar-lhes e às suas famílias, melhores condições de habitação, alimentação, tratamento e diversão"[21]. Em abril, propõe-se a criação da Fundação de Assistência ao Trabalhador[22]. O dilema para ação coletiva contido na duas iniciativas é contornado com o apelo ao Estado (Olson, 1999; Leopoldi, 2000). Com o SESI, o organismo privado para realização de ações assistenciais por parte dos empresários passa a dispor de financiamento similar ao da previdência social, com a imposição de um percentual sobre a folha de pagamentos, arrecadado pelos Institutos de Previdência e gerido pelas entidades empresariais, evitando-se as evasões associadas à construção de entidades autônomas e voluntárias.

---

20 SESI – "Discurso de Roberto Simonsen em 25/07/1946 na instalação do Primeiro Conselho Consultivo do SESI".

21 FIESP, Circular 54/46, 08/03/1946.

22 FIESP, Circular 75/46, 23/04/1946.

3) Amparo ao Desempregado e Estabilidade no Emprego

Tal como na Alemanha, o seguro-desemprego não é instituído na primeira leva da legislação brasileira que estabelece as normas de regulação do trabalho e as políticas sociais modernas no Brasil. Não aparece nas proposições do Estado, não há registros de que tenha sido uma reivindicação de relevo na agenda dos trabalhadores urbanos e não é objeto de debates nas entidades patronais. Na documentação que pesquisamos, referências ao "amparo aos desempregados" aparecem apenas nas discussões travadas por comissão de juristas nomeada pela FIESP para estudo da Consolidação das Leis do Trabalho, no âmbito dos debates sobre a rescisão do contrato de trabalho[23]. A Constituição de 1946, por seu turno, enquadra a proteção ao desempregado nos marcos da assistência social, não concebendo-a como uma compensação associada ao seguro social, nem como um direito (Balera, 1993).

Na configuração de mercado em que se processam as interações que definem o formato das políticas sociais brasileiras, o desemprego aparece como um dilema social dotado de pouca saliência. Em primeiro lugar, porque é grande a retenção de força de trabalho nas áreas rurais, dada a presença de relações de trabalho não efetivamente capitalistas. Em segundo lugar, porque o desenvolvimento rudimentar do setor de serviços urbanos, que acompanha a expansão da indústria, assegura a possibilidade de alternativas de sobrevivência fora dos vínculos formais de emprego. Por fim, os ciclos econômicos típicos da economia capitalista, no Brasil só viriam evidenciar-se a partir dos anos 50 e 60, quando a instalação da industrialização pesada consolida uma dinâmica capitalista regida fundamentalmente por suas articulações inter-setoriais[24]. No âmbito da industrialização restringida, eram ainda incipientes tais articulações, o que mitigava a operação do ciclo econômico capitalista e a emergência do desemprego como um fenômeno também cíclico. À exceção dos anos 1939-42, em que o crescimento da produção industrial caiu para 1,6% ao ano, o ritmo de sua expansão, a partir de 1932, é acentuado durante todo o período em que se instalam as políticas sociais modernas no Brasil e, mesmo no ano de 1939, há reclamações dos empresários sobre a "ausência de braços" (Abreu, 1992)[25].

Se a proteção ao desempregado tem pouco destaque na agenda das entidades empresariais, estas buscam restringir as limitações que a legislação trabalhista estabelecia à prerrogativa patronal da demissão e sobre sua autoridade dentro da empresa. Neste sentido, a FIESP reivindica a instituição do contrato de experiência, busca ampliar as possibilidades de demissão por justa causa, faz restrições à obrigatoriedade do aviso prévio na ocorrência de demissão imotivada, e, em 1939, reage às interpretações de Oliveira Viana, consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e de Annibal Freire, Consultor Geral da República, que estabeleciam limitações às demissões por motivo de "força maior", previstas na legislação definida nos anos 30 e incorporada à CLT[26]. A demissão por motivo de "força maior" era facultada às empresas na ocorrência de "acontecimento inevitável, em relação à vontade do empregador, e para a realização do qual este não contribuiu", desde que afetassem "a situação econômica e financeira da empresa", excluídos os casos de "imprevidência do empregador". Conforme parecer de Oliveira Viana, a Constituição de 1937 teria eliminado tal dispositivo da legislação trabalhista, enquanto Annibal Freire associava a demissão por motivo de força

---

23 A referência diz respeito ao tratamento a ser dado àqueles que fossem demitidos por motivo de "força maior", decorrente de situações que ultrapassassem a vontade dos empregadores e empregados. Conforme proposta da Comissão, sugere-se a inclusão na CLT do seguinte artigo: "a legislação da previdência social adotará as medidas de amparo aos empregados que por ocorrência de força maior perderem seus empregos". FIESP, "Ata da 19ª Reunião da Comissão Nomeada para Estudar a Consolidação das Leis de Proteção ao Trabalho, Realizada no Dia 11 de Fevereiro de 1943, na Associação Comercial de São Paulo", p 2.

24José Serra assinala que a crise do início dos anos 60 é a primeira que, no Brasil, pode ser associada à operação do ciclo econômico capitalista (Serra, 1982).

25 Reclamações sobre a ausência de braços para a indústria aparecem em FIESP, "Sessão Solene Realizada em 1º de Dezembro de 1939, na Recepção ao Exmo Snr Dr. Waldemar Falcão, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio".

26 FIESP. "Sessão Solene Realizada em 1º de Dezembro de 1939, na Recepção ao Exmo Snr Dr. Waldemar Falcão, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio".

maior apenas aos casos de rescisão do contrato de trabalho por "justa causa". Nas duas interpretações excluíam-se as possibilidades de demissão decorrentes de flutuações no desempenho das empresas e/ou da adoção de inovações tecnológicas. O aspecto mais criticado pelos empresários, no entanto, era a generalização do direito à indenização em caso de dispensa, que era limitado nos casos de "força maior", e a elevação decorrente dos custos da demissão. Além disto, assinalava-se que a legislação que regulava as relações de trabalho contribuía para acentuar a disposição litigante dos trabalhadores e sua indisciplina dentro da empresa[27].

As críticas à Justiça do Trabalho caminham na mesma direção. Embora na transição do Estado Novo ela seja apresentada como o instrumento adequado para resolver conflitos, evitando-se o confronto aberto entre patrões e empregados, sua atuação no sentido de rever medidas disciplinares tomadas pelos empregadores é motivo de objeções, assim como é criticada pela incerteza que instauraria nas relações dentro das empresas, seja quanto aos custos, seja quanto à disciplina (Delgado, 2001). No Congresso Brasileiro da Indústria, são criticadas, ainda, as restrições que estabelecia para a extensão da jornada de trabalho, num quadro de "escassez de mão de obra". As principais sugestões feitas para sua reforma salientam a necessidade de criação de uma magistratura profissional e a redução de seu poder normativo.

Ciosos de sua autoridade dentro das empresas e reticentes quanto às proposições que apontavam para a restrição das possibilidades de demissão, os empresários, entretanto, não se pronunciam de forma contundente contra o instituto da estabilidade no emprego após 10 anos de serviço. Estabelecida pela Lei Eloy Chaves de 1923, com finalidades atuariais, para operação das Caixas de Aposentadoria e Pensões, a idéia da estabilidade no emprego permaneceu ausente da agenda do movimento operário nos anos 20. Na Lei nº. 62, de 1935, ela deixou de estar referida a suas origens atuariais, passando a ser vista como um direito do trabalhador sobre o emprego (Vianna, 1976). Luis Werneck Vianna sugere que, no momento da promulgação da lei, o mercado de trabalho no Brasil estaria relativamente estagnado, gerando uma situação de estabilidade real, o que retiraria das empresas as vantagens decorrentes da possibilidade de poder fazer uso da rotatividade de pessoal. Não obstante, os industriais são críticos ao dispositivo, receosos de seu impacto sobre a disciplina dentro das empresas e, em 1934, a bancada patronal na Câmara dos Deputados opôs-se à sua aprovação.

Nas discussões travadas com o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1939, os empresários reiteram suas críticas à estabilidade no emprego, mas não colocam sua supressão na agenda tratada com Waldemar Falcão[28]. Na comissão nomeada para discussão da CLT, são feitas proposições para que a estabilidade fosse concedida apenas ao final de 20 anos de emprego ou em 10 anos ininterruptos, ambas recusadas[29]. Nos Congressos e Conferências da Indústria e das Classes Produtoras realizados ao final do Estado Novo, a supressão da estabilidade no emprego não aparece em suas resoluções (Delgado, 2001). Em 1949, na II Conferência Nacional das Classes Produtoras (II CONCLAP) é feita proposição neste sentido, mas não chega a ser objeto de debates no encontro[30]. O predomínio de empresas tradicionais na estrutura industrial brasileira tornava a experiência no próprio emprego o principal mecanismo de treinamento da força de trabalho, num quadro em que as atividades do SENAI, que se tornaria o mais importante organismo de preparação da força de trabalho para a indústria, estavam apenas em seu início. Ademais, fixada num horizonte temporal distante, 10 anos, a concessão da estabilidade não aparecia como uma ameaça incontornável. Neste sentido, para as

---

27 FIESP. Sessão Solene Realizada em 1º de Dezembro de 1939, na Recepção ao Exmo Snr Dr. Waldemar Falcão, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio".

28 FIESP, "Sessão Solene Realizada em 1º de Dezembro de 1939, na Recepção ao Exmo Snr. Dr. Waldemar Falcão, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio".

29 FIESP, Atas da 17ª e 18ª Reuniões da Comissão Nomeada para Estudar a Consolidação das Leis de Proteção ao Trabalho, Realizadas nos Dias 8 e 9 de Fevereiro de 1943, na Associação Comercial de São Paulo.

30 Trata-se de proposição do industrial gaúcho J. A. Renner "Estabilidade e Indenização", que sugeria a substituição da estabilidade por um "seguro-despedida", cujo financiamento seria garantido por via de um fundo constituído pela contribuição mensal de 1/12 do total da folha de pagamentos, creditado nominalmente a cada trabalhador, sistemática assemelhada à do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, criado em 1966. Conferir CNI/II CONCLAP,1949, 259) e Renner (1948)

entidades empresariais pronunciar-se sobre a estabilidade no emprego podia tornar-se mais custoso do que manter o silêncio, especialmente na transição do Estado Novo à ordem democrática, quando se dispõem a estabelecer, com os trabalhadores, um pacto que colocasse a atividade industrial como dimensão central do desenvolvimento brasileiro. Nos termos definidos para este pacto, conforme o texto da *Carta da Paz Social*, além da ampliação dos serviços oferecidos pelo Estado e da criação de organismos privados de assistência aos trabalhadores, estava a "concretização, de maneira pronta e efetiva, dos direitos que lhes confere a atual legislação trabalhista". A estabilidade é tratada, neste momento, portanto, como questão vencida. A alteração de seus dispositivos envolveria uma outra coalizão, firmada em outro estágio do desenvolvimento capitalista brasileiro.

Para os trabalhadores, a estabilidade no emprego não aparecia como um sucedâneo, no âmbito das políticas regulatórias, da proteção ao desempregado, prevista, com o seguro-desemprego, nas políticas compensatórias desenvolvidas pelos Estados de Bem Estar Social contemporâneos. A relação de emprego, em si mesma, não era a única alternativa de sobrevivência para os trabalhadores brasileiros. Entretanto, dentro do universo da cidadania regulada, a estabilidade no emprego era a garantia do acesso permanente aos direitos sociais, negados àqueles que não dispunham dos vínculos formais do mercado de trabalho urbano, dinamizado pela expansão da produção industrial.

4) Considerações Finais

As formulações e iniciativas empresariais para a afirmação de um projeto de hegemonia burguesa no País no processo de transição do Estado Novo à ordem política que se instaura em 1946 tiveram vida efêmera. Sob o governo de Dutra, os industriais aclimatam-se ao ambiente de repressão que se abate sobre os sindicatos e o PCB, e vêem atendidas demandas pontuais de apoio à indústria, especialmente a partir de 1948, com a política de seletividade das importações e de elevação do crédito. Por seu turno, assistem com satisfação a utilização de recursos da previdência para construção de conjuntos habitacionais e para custeio de inversões estatais na infra-estrutura.

Na década de 1950, verão, impotentes, a afirmação da "insólita" coalizão, que, unindo o Ministério do Trabalho e os sindicatos na gestão da Previdência, sob a égide do PTB, promove a ampliação e uniformização dos benefícios previdenciários, limitando a utilização das reservas da previdência para financiamento do investimento industrial. Sua reação a este processo é, entretanto, ainda tímida, uma vez que a elevação das alíquotas da previdência, nos marcos de uma economia fechada, podia ser transferida para a coletividade em geral. Permanecem, pois, no âmbito da tácita "coalizão inflacionária" que, junto aos trabalhadores e ao Estado, transferia os custos da política social para o conjunto dos consumidores - em especial os trabalhadores do setor informal da economia, com menor capacidade de proteção diante da elevação dos preços (Delgado, 2004; Lobo, 2010). De qualquer forma, a crítica à demagogia na gestão da previdência vai inscrever-se entre os elementos do discurso que justifica sua presença na coalizão golpista de 1964.

Referências

Livros e Artigos

ABREU. M. P. (1992) "Crise, Crescimento e Modernização Autoritária" In M.P. Abre (org) *A Ordem do Progresso*, Rio de Janeiro: Campus, pp 73-105.

BALERA, W. (1993) *O Seguro-Desemprego no Brasil*. São Paulo: LTR.

CARONE, E. (1977) *O Pensamento Industrial Brasileiro (1880-1945*. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL.

COHN, A. (1980) *Previdência Social e Processo Político no Brasil*. São Paulo: Editora Moderna.

DELGADO, I. G. (2001) *Previdência Social e Mercado no Brasil – a presença empresarial na trajetória da política social brasileira*. São Paulo: LTr

DRAIBE, S. (1989) "O *Welfare State* no Brasil: Características e Perspectivas". *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo: ANPOCS/Vértice/Editora dos Tribunais, pp 13-62

GOMES, A. M.C. (1979) *Burguesia e Trabalho*. Rio de Janeiro: Campus

HOCHMAN, G. (1992) "Lógica da Ação Burocrática e Políticas Públicas - O Caso dos Cardeais da Previdência Social" *Ciências Sociais Hoje* pp. 102-139.

LEOPOLDI, M.A.(2000) *Política e Interesses.* São Paulo: Paz e Terra

LOBO, V. M. *Fronteiras da Cidadania – sindicatos e (des)mercantilização do trabalho no Brasil.*Belo Horizonte: Argumentum.

MALLOY, J. (1986) *Política de Previdência Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.

MARQUES, R.(1995) "Mudanças do Mundo do Trabalho e Proteção Social" . *São Paulo em Perspectiva / Seguridade, Crise e* Trabalho. Revista da Fundação SEADE. 9 (4), pp. 46-53.

MELLO, M. A. B. C. (1991) "Interesses, Atores, e a Construção da Agenda Social do estado no Brasil". *Ciências Sociais Hoje.*

MIGUEL, W. L. (1980) *O Serviço Social e a 'Promoção do Homem".* São Paulo: Cortez. DELGADO, I. G. (1997) *A Estratégia de um Revés – Estado e associações empresariais em Minas.* Juiz de Fora: EDUFJF.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO (MTIC) (1942) *Aspectos e Evolução dos Seguros sociais no Brasil.* Rio de janeiro: Imprensa Nacional.

OFFE, C. (1984) "Dominação de classe e sistema político. Sobre a seletividade das instituições políticas". In: C. Offe *Problemas Estruturais do Estado Capitalista.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

OLSON, M. (1999) *A Lógica da Ação Coletiva.* São Paulo: EDUSP

PENA, M. V. J. (1992) "O Surgimento do Imposto de Renda: Um Estudo sobre a Relação entre Estado e Mercado no Brasil" *Dados*, 35 (3) pp. 337-371.

RENNER, J. A.(1948) *Socialismo e Legislação Social.* Porto Alegre: Edição do Autor.

SANTOS, V. G. (1979) *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Campus.

SERRA, J. (1982) "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira de Após-Guerra". *Revista de Economia Política.* 2/2 (6)..

SWAAN, A. (1988) *In Care of the State.* Cambridge: Polity Press.

TEIXEIRA, S. M. & OLIVEIRA, J. A. (1986) (*Im)previdência Social - 60 anos de história da Previdência Social no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

VIANNA, L. W. (1976) *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro:Paz e Terra

Fontes Primárias

Biblioteca Roberto Simonsen – FIESP

CNI/CONCLAP (1945) *Conferência das Classes Produtoras do* Brasil - *Carta Econômica de Teresópolis*

CNI/CONCLAP II (1949) *II Conferência Nacional das Classes Produtoras - Recomendações*

FIESP. "Ata da 19ª Reunião da Comissão Nomeada para Estudar a Consolidação das Leis de Proteção ao Trabalho, Realizada no Dia 11 de Fevereiro de 1943, na Associação Comercial de São Paulo".

FIESP. "Sessão Solene Realizada em 1º de Dezembro de 1939, na Recepção ao Exmo Snr Dr. Waldemar Falcão, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio".

FIESP. Atas da 17ª e 18ª Reuniões da Comissão Nomeada para Estudar a Consolidação das Leis de Proteção ao Trabalho, Realizadas nos Dias 8 e 9 de Fevereiro de 1943, na Associação Comercial de São Paulo

FIESP. Circular 228, 12/12/1931

FIESP. Circular 584, 10/01/1935.

FIESP. Circular 590, 01/02/1935.

FIESP. Circular 392, 03/02/1935

FIESP. Circular 594, 13/02/1935

FIESP. Circular 598, 27/02/1935.

FIESP. Circular 750,1 7/06/1936.

FIESP. Circular 757, 27/07/1936.

FIESP. Circular s/n, 21/09/1936.

FIESP. Circular 769, 26/09/1936.

FIESP. Circular 672, 06/11/1936.

FIESP. Circular 822, 5/05/1937.

FIESP. Circular 54/46, 08/03/1946.

FIESP. Circular 75/46, 23/04/1946.

SESI – "Discurso de Roberto Simonsen em 25/07/1946 na instalação do Primeiro Conselho Consultivo do SESI".

598, respectivamente de 03/02, 13/02, 27/02 de 1935.

FIESP. Circular 228, 12/12/

O contexto social do Brasil Republicano e a questão da cidadania

Gerson Constância Duarte
Universidade Vila Velha. UVV-ES. gersoncduarte@hotmail.com. GT10. Bolsista da Capes – Proc. nº BEX 5387/14-0. Estágio de Doutoramento pela Universidade Nova de Lisboa–UNL (2015). Doutorando em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES/Brasil. Professor do Curso de Direito da Universidade Vila Velha. UVV-ES.

RESUMO: O período histórico que marcou a Primeira República Brasileira (1889-1930) nos revela um momento de mudanças no contexto socioeconômico e político do país. Entretanto, no universo sociopolítico, tratando-se da questão da cidadania, verifica-se a difícil trajetória desta conquista no quadro dos direitos sociais e dos direitos civis. Com foco inicial na Proclamação de República (1889) e seu ideário político, nosso artigo aborda aspectos sociais, econômicos e políticos predominantes na Primeira República brasileira, traçando uma reflexão sobre a questão da cidadania e a ação do Estado frente a sua concepção e a sua configuração na sociedade brasileira, até 1930, tendo como principal olhar a educação, seu maior agente transformador.

Palavras-chave: República. Cidadania. Ideário Político. Direitos Sociais. Sociedade Civil.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca desenvolver uma reflexão sobre o contexto social brasileiro na Primeira República e a questão da cidadania, no traçado de uma nova sociedade que se reconstruía a partir das mudanças sociais e políticas ocorridas a partir do final do século XIX. O período histórico que marcou a Primeira República Brasileira (1889-1930) é significativo por revelar um momento de mudanças no contexto socioeconômico e político do país. Entretanto, no universo sociopolítico, tratando-se da questão da cidadania, verifica-se a difícil trajetória desta conquista no quadro dos direitos sociais e civis.

Na trajetória do desenvolvimento brasileiro, marcado por um longo período de escravidão assentada na grande propriedade, foram construídos entraves que impediam a formação de uma sociedade, na qual os direitos sociais se estendessem à população de uma forma que contribuísse para a construção de elementos que evidenciassem a concepção da cidadania na organização social do país. Voltados para esta abordagem, traçamos nossa reflexão tendo como eixo de análise a questão da educação enquanto um indicador de fundamental importância no exercício construtor da cidadania, mediante a natureza de sua função social.

O modelo de organização da sociedade brasileira, historicamente construído desde os tempos coloniais, promoveu um grande distanciamento entre as camadas sociais, movimento este que se intensificou em grande dimensão e se manteve permanente ao longo dos séculos. No âmbito destas questões, entrelaça-se uma interface entre a questão da cidadania e a educação, que vai perseguir a dinâmica da vida social ao longo do projeto de desenvolvimento nacional. Até o final do Império, as preocupações do poder público ainda não se voltavam para a organização de um sistema educacional público com bases significativas que se aproximassem das reais necessidades da sociedade e que apresentassem alguma capacidade de propiciar uma formação mais ampla no caminho da compreensão do exercício da cidadania e de uma sociedade mais justa. Ficando o direito à educação e, consequentemente, o direito à cidadania voltados à nobreza e aos filhos dos grandes proprietários, que se deslocavam para os grandes centros, ou para Portugal, a fim de concluir seus estudos e retornar para o Brasil ou seus locais de origem a fim de perpetuar seu poder.

A República, com seu ideário de modernidade e os direcionamentos no traçado de uma nova sociedade nos paradigmas sociais que se tornaram predominantes a partir do final do século XIX, evidenciou a difícil interação entre Estado e sociedade na construção de novas bases de organização social no contexto das formulações dos direitos sociais e políticos do povo brasileiro. É no sentido destas questões que desenvolvemos os eixos de nossa reflexão neste artigo em abordagem histórico-sociológica, onde situamos a educação como elemento norteador para a compreensão da dinâmica no exercício da cidadania.

1 A SOCIEDADE BRASILEIRA NO FINAL DO SÉCULO XIX: A MANUTENÇÃO DE UMA ESTRUTURA CONSERVADORA

As questões sociopolíticas que envolveram a sociedade brasileira no final do Império transitavam entre o fim da escravidão e o início da formação de um ideário republicano, como elos norteadores de organização de uma nova sociedade. No entanto, a estrutura política e econômica brasileira, tradicionalmente atrelada ao modelo produtivo agroexportador, com bases no trabalho escravo, reafirmava uma relação de poder centrada nos interesses da grande propriedade e em uma dinâmica sociopolítica, que garantia a manutenção deste modelo. Neste cenário, também se fortaleciam entraves na afirmação de elementos formuladores dos princípios da cidadania. Apesar de uma nova concepção de sociedade se construir a partir do ideário republicano, a estrutura política e econômica vigente, atada a laços conservadores, deixava de fora das questões sociais uma grande parcela da população brasileira, formada principalmente por ex-escravos, analfabetos e mulheres.

Quando discorremos sobre a questão da cidadania no inicio do Brasil republicano, não podemos deixar de retroceder um pouco na história e lançar um olhar para os aspectos que vão delinear este entendimento, partindo da constituição política do Império brasileiro, outorgada em 1824. Nesta perspectiva, Este artigo traça uma reflexão sobre a questão da cidadania e como se postulava suas características de forma constitucional, no entendimento dos princípios da dignidade da pessoa humana. Buscamos uma abordagem na direção de uma compreensão mais ampla da noção de cidadania, e nesta direção identificamos o entendimento de Marshall (1967)[1] no sentido de uma cidadania substantiva, relacionada com os direitos civis, políticos e sociais, expressando a extensão destes direitos a toda população de uma nação, em uma contextualidade sócio histórica, na qual

> [...] o elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos validos e o direito a justiça. [...] por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade (MARSHALL, 1967: 63-64).

Tratando-se dos direitos sociais, a educação, enquanto instituição social, inclui-se como um pré-requisito para a liberdade civil e conquista de outros direitos. A educação popular, com o desenvolvimento e expansão da "[...] educação primária pública durante o século XIX constituiu o primeiro passo decisivo em prol do restabelecimento dos direitos sociais da cidadania no século XX" (MARSHALL, 1967: 74).

Neste entendimento, os direitos civis, políticos e sociais compõem um todo interligado em uma articulação de direitos que vão configurar o ideário da cidadania, sendo esta a base de nossa discussão. No Brasil esse ideário apresenta um traçado histórico longo, dissociado e de difícil compreensão, formulação e construção.

No Brasil, mesmo a partir da Constituição de 1824, o sentido da cidadania e da dignidade da pessoa humana perpassava por um ideário dissociado da realidade predominante na sociedade, uma vez em que o modelo escravocrata se mantinha, e os escravos não eram considerados cidadãos, vivendo sem acesso aos direitos sociais básicos e fundamentais, aos direitos civis, além do direito à liberdade. O desrespeito à integridade física se mantinha de forma extrema, uma vez que, legalmente, os escravos pertenciam aos senhores proprietários. Além disso, mesmo fora da relação senhor-escravo, na qual não se incluía noção de direitos, também não alcançavam os princípios básicos de direitos e igualdade, pois prevalecia o poder e a autoridade inerentes aos

---

1 T. H. Marshall desenvolve reflexões com foco na cidadania própria à sociedade contemporânea, referenciado na Inglaterra no contexto da sociedade capitalista. Ver: Marshall T. H.. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

grandes proprietários da época, em uma sociedade eminentemente rural (CARVALHO, 2010). Neste contexto, não se expressava à noção dos princípios de igualdade e dignidade da pessoa humana.
Mesmo com a manutenção do regime escravocrata, o texto constitucional de 1824, considerado moderno e com base liberal, consolidou o cenário político, incluindo inovações importantes no reconhecimento e garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros.
No Titulo 8º Das Disposições Gerais, o art. 179 dispõe sobre a inviolabilidade dos Direitos Civis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, tendo por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade. Dentre os dispositivos nos itens deste titulo, destacamos:

> Art. 179
> [...]
> XIII. A Lei será igual para todos, quer proteja, quer castigue, o recompensará em proporção dos merecimentos de cada um.
> XIX. Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas cruéis.
> [...]
> XXXII. A Instrucção primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.
> XXXIII. Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes.
> [...] (BRASIL, 1824. Acesso em 25 de setembro de 2014).

A regulação constitucional dos direitos políticos inclui uma ampla parcela da população masculina, não condicionando a alfabetização como pré-requisito de direito ao voto, e exclui os escravos que não faziam parte da categoria de cidadãos. Não expressa diretamente à proibição do voto feminino, a restrição que ficava implícita nos próprios princípios do sistema eleitoral, uma vez em que até o final do século XIX esse processo se incluía no universo masculino. No Brasil, somente em 1932, o Código Eleitoral[2] garantiu às mulheres o direito de participar das eleições, reconhecido no Art. 2º, "o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo [...]" sem, contudo, considerar o voto feminino obrigatório, dispositivo que vigora a partir de 1946 (BRASIL, 1932. Acesso em 10 de setembro de 2014).
Tratando-se da educação, o Império vai dar os passos iniciais da estruturação de um projeto nacional de educação quando estabelece, de forma constitucional, "a instrução primária, e gratuita a todos os cidadãos brasileiros", definindo a direta relação entre educação e cidadania. Educação como direito público, que na essência de sua importância se entende como um processo de formação cidadã, fato que conduz a definição da gratuidade e da obrigatoriedade escolar, "[...] entendida como obrigação de frequência à escola primária" (HORTA, 1998: 11).
A importância do ensino elementar obrigatório pelo viés da educação popular como um meio de expandir os benefícios da educação a todos entre sete e quatorze anos de idade se constituiu em tema de grandes debates políticos até o final do Império, não formalizando, entretanto, esse compromisso público de forma abrangente à sociedade como um todo[3].
A institucionalização educacional no império brasileiro não caminhou no sentido de traçar uma relação que aproximasse a educação da noção de construção da cidadania e direitos sociais, evidenciando o campo frágil

---

2 Decreto nº **21.076** de 24 de fevereiro de 1932 O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Decreta o seguinte: C**ódigo Eleitoral. P**arte Primeira. Introdução: Art. 1º Este Código regula em todo o país o alistamento eleitoral e as eleições federais, estaduais e municipais. Art. 2º É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código. Legislação Informatizada - Decreto nº 21.076, de 24 de Fevereiro de 1932 - Publicação Original. www.camara.gov.br.

3 Sobre essa questão veja: HORTA, José Silverio Baia. Direito à educação e obrigatoriedade escolar. Cad. Pesq. Nº. 104. 1998. www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes.

que assentava estas questões e o grande distanciamento entre os pressupostos institucionais e a realidade social e econômica predominante no Brasil.

Os direcionamentos públicos não centravam a educação popular enquanto um instrumento de avanço social e de enfrentamento das desigualdades que se expressavam em amplas dimensões na sociedade. A crença no papel da educação como meio para promover o progresso do homem e do país desponta, no final do Império, com grande ênfase nos discursos e nos pareceres de Rui Barbosa que, no âmbito das desigualdades e do atraso da sociedade brasileira, via "a ignorância popular como a mãe da servilidade e da miséria [...] a grande ameaça contra a existência constitucional e a livre da nação liberdade da nação" (HOLANDA, 1995: 379).

Encontramos neste momento um pensamento mais próximo do sentido da cidadania a qual nos referimos neste artigo. Uma noção que perpassa o final do império e se estende à república no ideário de modernidade e civilidade que deveria conduzir os rumos da nova nação. A República vai encontrar uma sociedade com 82,3 % de pessoas acima de 5 anos de idade, analfabetas e com um agravante de que o analfabetismo ainda não era visto como um problema social. A educação, nos princípios de sua função social e enquanto uma questão social, ainda não estava em pauta (FERRARO & KREIDLOW, 2004).

Nesse sentido, quanto aos direitos civis, em uma sociedade escravagista, fica difícil se falar nesses direitos, uma vez que dois desses direitos fundamentais eram comumente desrespeitados; o direito à liberdade e o direito à vida. A noção do escravagismo estava tão enraizada no seio da sociedade brasileira da época que até mesmo os libertos possuíam escravos e, chegando ao absurdo de escravos possuírem seus próprios escravos. Desta forma, era difícil para aquela sociedade a noção de direitos civis. Tudo indica que os valores da liberdade individual, base dos direitos civis, tão caro à modernidade europeia e aos fundadores da América do Norte, não tinham grande peso no Brasil (CARVALHO, 2012).

Em um panorama no qual os direitos políticos e os direitos civis se desenvolvem de forma tão precária não é de estranhar que os direitos sociais também assim o sejam. Nesse processo, mesmo com a Proclamação da República, verificamos a manutenção dos ideários políticos por parte dos governantes, utilizando-se de instrumentos jurídicos para legitimar sua omissão em setores tão importantes, como a educação.

2 A REPÚBLICA E AS CONTRADIÇÕES NO IDEÁRIO DA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA SOCIEDADE

A passagem para a última década do século XIX no Brasil vai simboliza um marcos de grande representatividade sociopolítica. A libertação dos escravos em 1888, seguida da Proclamação da República, abriam novas perspectivas no processo de desenvolvimento nacional com maior participação democrática e o exercício pleno da cidadania com base em um novo projeto político republicano e democrático[4].

As mudanças que vinham ocorrendo no país, com destaque para o desenvolvimento dos meios de transportes; as migrações; as iniciativas industriais e a urbanização estavam estruturando as bases iniciais de um processo de modernização socioeconômica, sinalizando um novo tempo num ideário mais progressista. Essas mudanças evoluíam para a consolidação das novas bases da realidade nacional, caracterizadas, principalmente, pelo trabalho livre como um exemplo na configuração de uma sociedade que se modernizava (SIQUEIRA, 2010).

Porém, apesar dos discursos e das várias concepções de cidadania apregoadas no início da Primeira República, estas nem sempre eram compatíveis entre si. Conforme Carvalho (1998: 64),

> Se a mudança do regime político despertava em vários setores da população a expectativa de expansão dos direitos políticos, de redefinição de seu papel na sociedade política, razões ideológicas e as próprias condições sociais do país fizeram com que as expectativas se orientassem em direções distintas e afinal se frustrassem.

4 Neste artigo não entramos no mérito da abrangência do projeto político traçado na Constituição de 1891, buscamos o entendimento constitucional nos eixos de abordagem de nosso tema.

A Primeira República, pelo menos sob a ótica da representação política, não significou tanta mudança em relação ao Império, basta lembrar a forma como ficou conhecida, a "república dos coronéis". Havia uma aliança entre os "donos do poder" de certas localidades, denominados coronéis, com os presidentes dos estados e com o presidente da república.

A noção de cidadania e sua relação com os direitos políticos ficam nítidas na Constituição Republicana a partir da exclusão de uma maioria, estendendo os direitos políticos aos cidadãos do sexo masculino, maiores de 21, salvo os indivíduos que vivessem na extrema pobreza e que fossem analfabetos, enfim, a maior parte da população brasileira da época. Para termos uma ideia do pequeno número populacional que tinha acesso aos direitos políticos neste período, utilizamos Carvalho (2012: 40), que lembra que somente,

> Na primeira eleição popular para a presidência da República, em 1894, votaram 2,2% da população. Na última eleição presidencial da Primeira República, em 1930, quando o voto universal, inclusive feminino, já fora adotado pela maioria dos países europeus, votaram no Brasil 5,6% da população.

Desse modo, podemos obter uma ideia sobre a restrita participação dos direitos políticos no início da República, assim também como dos direitos sociais.

Podemos dizer que houve mesmo um retrocesso na Constituição de 1891, quando esta retirou do Estado a obrigação de ofertar a educação primária, presente na Constituição de 1824, deixando clara a minimização do papel do Estado na promoção de assistência social (CARVALHO, 2012).

Na realidade, na Primeira República, o coronelismo existente acabava visualizando, no setor educacional, o mesmo sistema de tempos atrás, proveniente do período imperial, cuja educação restrita e exclusiva a um pequeno grupo social, servia como instrumento legitimador da forma de poder existente.

Assim, a ausência de uma política educacional, como proposta de governo capaz de oferecer à população condição de acesso à escola primária, assim como a possibilidade de avanço no sistema de ensino, pode ser apontada como um dos principais fatores da limitação política em relação à escola. Enfim, esta não era compreendida como um elemento significativo na construção de uma nação forte e independente (FLASCH, 2011).

Desse modo, interessava aos grupos oligárquicos a manutenção do poder, evitando um processo de alfabetização da população, mantendo os direitos políticos entrelaçados à condição de acesso à escola e à consequente capacidade de inclusão social, sendo esta, não mais de responsabilidade do Estado.

Apesar disso, algumas contribuições para ampliação dos direito sociais podem ser apontadas na Primeira República, entre elas aquelas que aconteciam no campo do trabalho e, de modo bastante tímido, no campo da educação. Entre os anos de 1891 a 1930 houve a criação de algumas legislações, ainda que bastantes limitadas quanto à realidade social, que buscavam melhorar as condições de trabalho de algumas categorias profissionais. Assim, alguns avanços no âmbito do trabalho foram possibilitados, entre eles no trato dos acidentes no trabalho, na regulamentação sobre o uso da mão de obra infantil, no trato da aposentadoria, férias e outros avanços que, posteriormente, ganharam nova dimensão a partir da Constituição de 1934. Porém, retificamos a limitação dessas legislações no campo da setorização das categorias profissionais, a área do espaço físico de atuação e até mesmo a região de atuação.

Como mencionado acima, ainda no campo da educação, a Primeira República não representou grandes avanços. Ao contrário, é possível verificar, apesar dos discursos e de alguns movimentos que ganham maior expressão na década de 1920 e de 1930, demonstrando a partir de vários estudos que, a própria Constituição de 1891, marco da vitória do sistema federativo de governo, legitimou o paradoxo do sistema educacional da República proveniente desde os tempos do Império, já que consagra a descentralização do ensino a partir do seu artigo 35, itens 3º e 4º que transferiu para os estados da federação a competência em prover e legislar sobre a educação primária, enquanto à União cabia a responsabilidade de legislar sobre a educação superior e o ensino secundário e acadêmico em todo o país. Conforme Romanelli (1989: 41-42), era, portanto,

> A consagração do sistema dual de ensino que se vinha mantendo desde o Império era também uma forma de oficialização da distância que se mostrava, na prática,

> entre a educação da classe dominante (escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores) e a educação do povo (escola primária e escola profissional). Refletia essa situação uma dualidade que era o próprio retrato da organização social brasileira. [...] A dualidade do sistema educacional brasileiro, se, de um lado, representava a dualidade da própria sociedade escravocrata, de onde acabara de sair à República, de outro, representava ainda, no fundo, a continuação dos antagonismos em torna da centralização e descentralização do poder.

Verificamos que, na prática, a omissão do Estado com a necessidade de garantir ao povo o direito à educação e o acesso à escola é, principalmente, oriunda de uma divisão na estrutura social bastante estratificada à qual permitiu, por muitos séculos, que a condição de cidadania ficasse entrelaçada à condição financeira e política. Grupos de educadores e simpatizantes com os movimentos em prol da educação buscavam, através de alguns modelos provenientes de grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, apontar para algumas novas tendências, voltadas para uma educação laica. Porém, mesmo tais grupos divergiam entre si sobre qual deveria ser o Novo Modelo de educação que o país deveria assumir e, enquanto isso, a maioria do povo, analfabeta, continuava distante das discussões sobre a democratização do ensino.

No século XX, no ano de 1930 é que, após um movimento de luta em prol da educação para todos, foi produzido um documento concreto capaz de influenciar o texto da Constituição de 1934. Tal documento ficou conhecido como "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova".

Os "pioneiros da educação" contribuíram para a construção de vários projetos que apontassem para uma escola nova e mais próxima do povo brasileiro. Mesmo assim, tais integrantes do movimento, também divergiam sobre tais tendências, demonstrando a dificuldade de compreensão e formulação de uma proposta educacional concreta, mesmo dentro do meio em que a questão era refletida.

Algumas tentativas de reformas para solucionar os problemas educacionais podem ser destacadas, dentre elas a de Benjamim Constant, a mais ampla, que buscou a substituição do currículo acadêmico por um currículo enciclopédico, com inclusão de disciplinas científicas, atingindo as escolas primárias, normais, secundárias, de ensino superior e técnico do país. Porém, não chegou a ser implementada, pois precisava do apoio político das elites, que entendiam que, em tal reformulação, havia uma ameaça perigosa à formação da juventude, cujos valores ainda eram provenientes da concepção dos velhos grupos aristocráticos que ainda detinham grande influência e poder (ROMANELLI, 1989).

Ainda podemos destacar outras tentativas de reforma[5], como a Lei Orgânica Rivadávia Corrêa, a reforma Carlos Maximiliano e a reforma Rocha Vaz, todas, a seu modo, buscaram a instituição de normas regulamentares para o ensino. Mas, o que se pode constatar, a partir das análises historiográficas sobre o objeto em questão, no recorte temporal estabelecido, é que todas essas tentativas foram frustradas, nos espaços de discussão onde estavam presentes representantes de interesses contraditórios, desconhecendo a realidade social, incapazes de expressar um todo orgânico, assim como de defender os interesses da maioria que até então estava a mercê dos objetivos políticos dos governantes.

Desse modo, compreendemos que no Brasil Republicano, em várias circunstâncias, alguns direitos sociais ou políticos deixaram de existir e, em outras, existiram de forma parcial. Esse fato pode ser observado na Primeira República, cuja inversão da origem dos direitos pode ser sentido pela existência de um único direito que era o direito político, exercido a partir do voto, que ainda assim se restringia a certa parcela da população, uma vez que os negros, os índios e as mulheres não tinham direito ao voto. Outro fato, segundo Carvalho (2012), que deve ser destacado no que diz respeito a esse direito politico, é que era geralmente violado ou fraudado pela força impingida pelos coronéis à população votante. Havia ainda, de certa forma, alguns diretos sociais, mas esses eram frutos de certa cooperação entre os latifundiários e seus empregados, que como forma de compensação, forneciam-lhe assistência médica em suas fazendas quando os mesmos encontravam-se doentes.

---

5 ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil* (1930/1973). 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

A Primeira República, em cujo um dos marcos principais estavam a abolição da escravatura, caracteriza-se por uma lógica paradoxal relativa aos movimentos sociais e ideais políticos que ocorriam na capital federal, assim como nas principais cidades do país, contrastando com a calmaria vivenciada pela maioria das cidades brasileiras, de característica rural, mansidão esta possibilitada pela continuidade de um sistema que permaneceu com a Proclamação da República. Sobre tal contradição, Neves (2003:15, grifo da autora) informa que,

> Marasmo. E um tempo que parecia transcorrer tão lentamente que sua marcha inexorável mal era percebida. Assim, nas fazendas, nas vilas do interior e nos sertões do país, essa mesma virada do século seria percebida. Ali, nada parecia romper uma rotina secular, firmemente alicerçada no privilégio, no arbítrio, na lógica do favor, na *inviolabilidade da vontade senhorial* dos coronéis e nas rígidas hierarquias assentadas sobre a propriedade, a violência e o medo. Tudo parecia ser igual, e o tempo, ao menos, aparentemente, ainda seguia o ritmo da natureza.

Este período é marcado, principalmente por esse entendimento de contrastes, diferenças entre aspirações e realidades, onde liberdade não expressava capacidade de inclusão pela maioria da população negra, abolida, livre dos grilhões das fazendas de café e presa às amarras de um sistema excludente, marginal, cujas bases econômicas agora se baseavam na mão de obra imigrante e que não via no negro a condição de integração e cidadania, assim também, como da maioria da população brasileira, pobre, colocada como telespectadora de um processo cujas reformulações não propiciavam mudanças estruturais na vida da sociedade, capazes de permitir a condição de participação no pleito político, assim como do processo econômico.

Desse modo, tal período pode ser definido a partir de uma fala de Euclides da Cunha (1966) que associa ao momento, a ideia de improviso, arrebatamento, ascensão, velocidade e principalmente, do inesperado.

A restrição à cidadania política da Primeira República é legitimada, principalmente, pela Constituição Republicana, excluindo os analfabetos não apenas do direito ao voto, mas também, negando o direito social da educação. Tal processo, conduzido sob o poder dos grandes proprietários de terras, os "coronéis", também manipulava a forma com que os "qualificados para o voto" exercessem seu direito político. Canêdo (2003) lembra da listagem exigida para se "colher" eleitores, não existindo uma justiça eleitoral, contribuindo para listas fraudadas, atas adulteradas, contendo muitas vezes, somente a assinatura do candidato político, sendo que a este era permitido assinar, o que limitava o exercício do direito político e a concretização de uma ação pura e plena de cidadania.

O fato de algumas regras jurídicas terem sido modificadas pela nova Constituição Federal Republicana não representou grande avanço, pois mesmo modificada com a abolição do voto, continuou proibindo expressamente o alistamento eleitoral dos analfabetos, excluindo desse modo, a maioria da população do período (ARRUDA, 2007).

A restrita participação popular no exercício dos direitos políticos e na obtenção dos direitos sociais se estendeu por várias décadas, sendo que na Primeira República, o ideal liberal não foi capaz de abrir espaço para a conquista deste direito. Em todo o período, o que se viu, foi uma população marginalizada, incapaz de se opor ao sistema político implementado, no qual o principal instrumento utilizado para a manutenção do distanciamento do povo para com o poder político foi o analfabetismo.

Na realidade do Brasil republicano, entendemos essas questões num contexto sociopolítico estruturado desde o inicio da Primeira República até o seu fim, em 1930, quando ainda não haviam sido criadas condições concretas que possibilitassem mudanças de condições de vida para a maioria da população que, ainda analfabeta, permanecia excluída dos direitos civis e políticos.

A sociedade se mantinha distante do exercício da cidadania, principalmente aquele que poderia conduzir aos princípios traçados por Marshall (1967) no qual nos referenciamos nesta reflexão, para explicar o sentido abrangente da cidadania no âmbito dos direitos sociais para todos. Nesta discussão final, nos reportamos às palavras de Carvalho (2012:83) demonstrando que tanto no Império, quanto na Primeira República, o povo não teve oportunidade de usufruir de direitos políticos e nem sociais, assistindo, não de modo "bestializado", mas sim desconfiado, pois não percebia a ocorrência das grandes tendências às quais gerariam profundas mudanças em sua condição de "cidadania".

Nesse período em questão, a educação primária, elo maior de enfrentamento ao analfabetismo e de inclusão social, era instituída por práticas distantes das necessidades e da realidade do povo, verificando-se as diferenças nas modalidades da educação primária oferecida pelos estados brasileiros, sem sequer gerar uma mudança significativa que pudesse servir como parâmetro nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício da cidadania no Brasil no período da Primeira República não conquistou grandes avanços, assim como não foi tão distinta do período imperial. Apesar da vitória do sistema federativo de governo e dos discursos inflamados sobre a importância da educação como forma de superar os obstáculos da nação, as velhas práticas políticas de controle social e de manutenção do poder por grupos oligárquicos rurais, denominados como coronelistas, continuavam tão fortes que não permitiam, na prática, mudanças capazes de colocar em xeque a manutenção do poder.

O que vimos durante a Primeira República foi uma legitimação de um processo de descentralização do sistema educacional, tirando da União a responsabilidade de prover a educação primária de modo a estabelecer uma política concreta, unificada, capaz de permitir a inclusão da maioria populacional excluída do processo político, marginalizada por seu gênero, etnia e por sua falta de educação, sendo esta última, quando não negada, pelo menos tratada com indiferença pela União.

Talvez o mais significativo, no período em questão, verificando a ausência de uma legislação próxima da realidade social, capaz de propiciar a institucionalização de garantias básicas como a educação primária para todos, seja o fato das discussões e movimentos que ganharam expressão no final do período.

Tomando emprestada a expressão de Carvalho (2012:83), como forma de demonstrar a compreensão da pouca importância do estabelecimento dos Direitos Sociais na Primeira República por parte das elites e dos grupos sociais que detinham o poder, destacamos que "era uma cidadania em negativo, se se pode dizer assim", onde são utilizados instrumentos jurídicos como meio de fortalecer as bases da desigualdade, tão fortemente construídas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, P. F. (2007), "Liberalismo, direito e dominação da burguesia agrária na Primeira República Brasileira (1890-1930)". *Revista on line; ponto e vírgula*, pp. 161-188. Disponível em www.http://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/14323. Acesso em 15 de outubro de 2014.

BRASIL. 1824, *Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824*. Presidência da República. Casa Civil subchefia para assuntos jurídicos. Disponivel em www.planalto.gov.br. Acesso em 31 de out de 2014.

BRASIL. Decreto lei nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Poder Executivo. Publicado originalmente em camara.gov.br. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 10 de set de 2014.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil,* de 24 de fevereiro de 1891. Presidência da República. Casa Civil subchefia para assuntos jurídicos. Disponivel *em* www.planalto.gov.br. Acesso em 31 de outubro de 2014.

CARVALHO, J. M. de. (2012), *Cidadania no Brasil:* O Longo Caminho. São Paulo: Civilização Brasileira, 2012.

CANEDO, L. B. (2008), *Aprendendo a votar*. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). História da Cidadania. 4ª ed. São Paulo: Contexto, pp. 531-535.

CUNHA, E. da. (1966), "Artigo, fragmentos e notas". *In: Obras Completas*, vol. II. Rio de janeiro: Aguilar.

FERRARO A. R. & KREIDLOW, D. (2004), "Analfabetismo no Brasil": configuração e gênese das desigualdades regionais. *Educação e Realidade.* Jul/dez. pp. 179-200. Disponível em www.seer.ufrgs.br. Acesso em 30 de outubro de 2014.

FLACH, S. de F. (2011), "Direito à Educação e Obrigatoriedade Escolar no Brasil": Entre a Previsão Legal e a Realidade. *Revista HISTEDBR on line,* Campinas, pp. 285-303. Disponível em http://dx.doi.org/10.1590/50104-40362009000300006. Acesso em 09 de novembro de 2014.

HOLANDA, S. B. de. (1995), *II História Geral da Civilização Brasileira,* t. II: O Brasil Monárquico. 4º. vol. Declínio e queda do Império. Rio de Janeiro: Bertrant Brasil.

HORTA, J. S. B. (1998), *Direito à educação e obrigatoriedade escolar*. Cad. Pesq. Disponível em www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes. Acesso em 30 em outubro de 2014.

MARSHALL, T. H. (1967), *Cidadania, Classe Social e "Status*". Rio de Janeiro: Zahar Editores.

NEVES, M. de S. (2003), "Os cenários da República". O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.) *O Brasil Republicano*. O tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ROMANELLI, O. de O. (1989), *História da Educação no Brasil*. 11ª ed. Petrópolis: Vozes.

SIQUEIRA, M. da P. S. (2010), "Urbanização desigual e desigualdade nacional: um descaminho no processo do desenvolvimento brasileiro". *Dimensões*, pp. 215-234**.**

Leis trabalhistas e "queremismo": Personificação de Getúlio Vargas e oposição a União Democrática Nacional

Flavia Salles Ferro[1]
Universidade Federal Fluminense
flavia.sferro@gmail.com

Resumo: A comunicação pretende analisar a maneira que as leis trabalhistas, criadas durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934), se inseriram no contexto do "queremismo", em 1945, através da troca orientada por lógica simbólica da reciprocidade. É objetivo compreender que políticos aliados de Getúlio Vargas durante a Revolução de 1930, marginalizados durante o governo provisório ou na instauração do Estado Novo, tiveram papel importante na constituição dessas leis. Eles participaram do "Clube 3 de Outubro" e "Gabinete Negro", grupos estes defensores de melhorias das condições trabalhistas. No entanto, em 1945, esses personagens políticos se aliaram a outros opositores a Vargas, e fundaram a União Democrática Nacional. O partido e os personagens políticos foram considerados, pelos "queremistas", opositores ao trabalhismo. Será compreendido que o queremismo não se orientou por lógica material de recompensa pelas leis trabalhistas, mas por troca simbólica de reciprocidade.

Palavras-chave: Queremismo, União Democrática Nacional, Leis Trabalhistas, Estado Novo, Clube 3 de Outubro, Gabinete Negro

Introdução

Os estudos sobre o Estado Novo no Brasil foram, durante décadas, realizados tendo por base o "populismo", o qual, herdeiro do clientelismo da Primeira República, se constituía em uma relação desigual entre Estado e sociedade, principalmente a classe trabalhadora. O Estado era pensado como portador de mecanismos de manipulação ideológica e práticas demagogas. Enquanto a sociedade não tinha consciência de classe e condições psico-sociais, ou horizonte cultural, para adequado comportamento urbano diante da política.[2]

Como uma fórmula para os problemas do país, era defendido que os males provinham de uma relação desigual, destituída de reciprocidade. Assim, o povo, «satisfeitos com alguns benefícios materiais, a legislação social em particular, eles em troca dedicaram a Vargas submissão e obediência política».[3] Culpavam o Estado e vitimavam a sociedade.

Com o passar dos anos essa tese foi criticada e nasceu, então, uma nova geração a pensar o "populismo". Influenciados pelo conceito de ideologia como falsa consciência, essa nova geração propôs que o populismo impôs-se pela repressão estatal e manipulação política, embora seu sucesso estivesse vinculado principalmente com a satisfação de algumas demandas dos assalariados.

Na década de 1970 houve a proximidade com a antropologia. Novos estudos com novas abordagens foram, então, realizados. Houve a preocupação com o coletivo, mas com o individual também; variedades de fontes e

---

1 **Flavia Salles Ferro** é graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e mestranda dessa disciplina no curso de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde desenvolve pesquisa sobre a trajetória política de Virgílio de Mello Franco. Possui interesse na área de História do Brasil República, com ênfase nos estudos de História Política e História Cultural.

2 Para mais, ver: FERREIRA, Jorge. "O nome e a coisa: o populismo na política brasileira". In: Jorge Ferreira (org.). *O populismo e sua história. Debate e crítica.* Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

3 Idem, p. 61

o transformador – interesse pela cultura. Esse fazer historiográfico foi denominado Nova História. Atentou-se, então, aos costumes, símbolos, tradições. Propôs-se a análise do velho material com novas perguntas, procurando recuperar os costumes perdidos e as crenças que os embasavam. Pretendeu-se estudar as complexidades, as relações produtivas vivenciadas na vida social e cultural, as ideias e os valores humanos, bem como as ações, escolhas e crenças.

É neste modo de fazer e pensar a História que esse trabalho se insere. Aqui, há o objetivo de apresentar outro olhar sobre as trocas entre Estado e sociedade durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, defendendo-as a partir de um viés de reciprocidade. Será analisado o contexto em que as leis trabalhistas foram promulgadas e o sentimento de gratidão e reconhecimento que a população tinha por Vargas, manifestados no Queremismo.

O Clube 3 de Outubro e o Gabinete Negro: propostas sociais

Anteriormente à década de 1930, a política brasileira pautava-se na governação através do *liberalismo oligárquico*, ou seja, na coexistência de uma constituição liberal com práticas políticas oligárquicas. Assim, a Primeira República foi baseada na dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria.[4]

Segundo Boris Fausto (1972),[5] a Revolução de 1930 foi o resultado de conflitos intraoligárquicos. Houve aliança entre as oligarquias dissidentes de São Paulo e os tenentes, com o objetivo de romper a hegemonia da burguesia cafeeira. Para Surama Sá Pinto e Marieta de Moraes Ferreira (2010),[6] a Revolução de 1930 pode ser compreendida pela disputa do poder entre as oligarquias dominantes – Minas Gerais e São Paulo – no que tange as eleições de 1929. Minas esperava, nestas eleições, ocupar o cargo da presidência através da indicação oficial para o cargo, o que não ocorreu, sendo escolhido Júlio Prestes, um paulista.

O Partido Republicano Mineiro discordou da candidatura de Júlio Prestes. A oligarquia mineira propôs para os Partido Republicano e Partido Libertador[7], do Rio Grande do Sul, estado esse que possuía a terceira maior representatividade política, que se aliassem para a indicação de outra candidatura, divergente da indicada pelo governo. Houve também o apoio da Paraíba, com a candidatura de João Pessoa para vice-presidente, formando, assim, a Aliança Liberal.

Esta coligação possuiu suas propostas pautadas em reformas no sistema político, entre as quais estavam a adoção do voto secreto e o fim das fraudes eleitorais. Eles defenderam direitos sociais, como jornada de oito horas de trabalho, férias, salário mínimo, regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores. Propuseram também a diversificação da economia, com a defesa de outros produtos agrícolas além do café, e diminuição das disparidades regionais.[8] Não havia, porém, programa industrializante, mas sim, diversificar a economia, livrando-a da dependência do café.

Júlio Prestes foi vitorioso nas eleições de 1930. Como de costume, a vitória se deu através de fraudes, compras

---

4 RESENDE, Maria Efigênia Lage de Resende. "O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico". In: FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucília de almeida Neves. *O Brasil Republicano: volume 1O tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro,* Editora Civilização Brasileira, 2010.

5 FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história.* São Paulo. Brasiliense,1972.

6 FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v. 1.

7 O Partido Libertador concordou em participar da Aliança Liberal somente se o Partido Republicano do Rio Grande do Sul também aderisse ao programa revoltoso. Para mais, ver: CASTRO, Maria Helena de Magalhães. O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante. In: GOMES, Ângela Maria de Castro (coord.). Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituintes nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

8 PANDOLFI, Dulce**.** "Os anos 1930: as incertezas do regime". In: FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucília de almeida Neves. *O Brasil Republicano: volume 2 O tempo do nacional-estatismo.* Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003.

de votos e ameaças. A Aliança Liberal ficou insatisfeita com o resultado e articulou um movimento armado com o intuito de impedir a posse de Júlio Prestes e tornar Getúlio Vargas chefe do Governo Provisório. Eles foram vitoriosos e o movimento ficou conhecido como Revolução de 1930.

O governo instaurado após a Revolução de 1930 passou a substituir os cargos políticos administrativos que eram ocupados pelas oligarquias tradicionais por aliados reformistas. Assim, grupos de tenentes e de revolucionários civis se reuniram com Getúlio Vargas a fim de discutir sobre os cargos políticos e estratégias de governo. Este grupo foi denominado pela imprensa opositora de "gabinete negro". Entre os participantes deste grupo, destacavam-se: Osvaldo Aranha, José Américo de Almeida, Juarez Távora, Pedro Ernesto Batista, João Alberto Lins de Barros, Plínio Casado, Virgílio de Mello Franco, Ari Parreiras, Pedro Aurélio de Góis Monteiro e José Fernandes Leite de Castro.

A partir destas reuniões foi proposta a criação de partido que representasse as propostas revolucionárias. Assim, foi fundado o Clube 3 de Outubro, o qual Otávio Malta (1969) escreveu que «seria o instrumento vivo, buliçoso, de formulação da política tenentista» (Malta, 1969: 50-51).

O programa se dividiu em duas partes: política e social. Segundo Pandolfi (2003),

> além das críticas ao federalismo oligárquico, do programa do clube contavam a defesa de um governo central forte; a intervenção do Estado na economia; a representação corporativa eleita por associações profissionais reconhecidas pelo governo; a instituição de conselhos técnicos de auxílio ao governo; a eliminação do latifúndio mediante tributação ou simples confisco; a nacionalização de várias atividades econômicas e dos transportes; a exploração estatal dos recursos hídricos e minerais; e a implantação da legislação trabalhista.[9]

Isto acarretaria na minimização do poder incontestável do estado, que era expressão da força das oligarquias.[10]

O programa a ser discutido consistiu, apresenta Carone (1975):

> Trabalhar pelo engrandecimento do Brasil. Propagar a grandeza da brasilidade. Combater sistematicamente as preocupações de regionalismo. Pugnar pela uniformização das leis, justiça e ensino. Obrigatoriedade do ensino primário. Ensino profissional gratuito. Gratuito ensino secundário. Cultura física. Só comprar o que for genuinamente nacional, salvo quando não existir similar no país. Fazer intensa propaganda contra as companhias estrangeiras que exploram oscilações cambiais para aumento de preço. Combater sistematicamente o luxo.[11]

É possível entender que os reformistas almejavam organização centralizadora e intervencionista do Estado. Defendiam modelo de Estado antiliberal, uma vez que a crítica à oligarquia confundia-se com a crítica ao liberalismo, visto como utópico e desvirtuador dos ideais republicanos.[12] Houve também, como é possível perceber na citação acima, preocupação com a economia e com a questão social, vista na defesa da gratuidade do ensino e valorização do produto comercial brasileiro. As oligarquias tradicionais defendiam o federalismo como organização política do país. Insistiam, portanto, na continuidade da autonomia estadual e na limitação dos poderes da União.

Durante o Governo Provisório foram adotadas medidas intervencionistas e centralizadoras, inspiradas nas reivindicações do grupo reformistas, representadas no Clube 3 de Outubro. Na área social foram promulgados

---

9 PANDOLFI, Dulce**.** Op. cit., p. 22.

10 Para mais, ver: CARONE, Edgard. *O Tenentismo*. 1975.

11 A Platéa, 17-12-1931, apud Carone, 1975, p. 381

12 Para mais, ver: GOMES, Ângela de Castro (org). Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituinte nos Anos 30. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

decretos e leis de proteção ao trabalhador: o trabalho da mulher e do menor foi regulamentado; jornada de trabalho no comércio e indústria fixada em oito horas; criação da carteira de trabalho; direito a pensões e aposentadorias. No campo o governo exerceu maior controle sobre a produção e comercialização dos principais produtos agrícolas brasileiros.[13]

Em 1937, iniciaram discussões para a proposta do novo presidente. No entanto, essas cessaram quando Getúlio Vargas deu um golpe e declarou o Estado Novo. Este regime pode ser entendido, segundo Maria Helena Capelato (2003), pelo autoritarismo. Houve intenso controle político, social e cultural, e restrição das liberdades em muitos planos através de repressão e violência. No entanto, o Estado Novo propiciou significativas mudanças, as quais ocorreram em vários níveis: reorganização do Estado, reordenamento da economia, novo direcionamento das esferas pública e privada, nova relação do Estado com a sociedade, do poder com a cultura, das classes sociais com o poder, do líder com as massas.[14]

Com a entrada do Brasil na segunda guerra mundial em 1942, lutando ao lado dos aliados contra o Nazi-fascismo, gerou um clima de contradições políticas no país, baseando na ideia de que o país estava lutando contra governos autoritários, mas tal regime vigorava no Brasil. A oposição aproveitou desse momento para manifestar críticas ao Estado Novo, como é possível observar no Manifesto dos Mineiros, escrito em 1943 pela elite liberal mineira, o qual defendeu:

> um povo reduzido ao silêncio e privado da faculdade de pensar e de opinar é um organismo corroído, incapaz de assumir as imensas responsabilidades de correntes da participação num conflito de proporções quase telúricas, como o que desabou sobre a humanidade. Se lutamos contra o fascismo, ao lado das Nações Unidas, para que a liberdade e a democracia sejam restituídas a todos os povos, certamente não pedimos demais reclamando para nós mesmos os direitos e as garantias que as caracterizam.[15]

O Manifesto foi censurado e os autores foram represados com demissões e afastamentos de empregos. O documento, ainda assim, foi de extrema importância no contexto por ter sido a primeira manifestação aberta contra a ditadura, assinada por indivíduos pertencentes a famílias de grande tradição social e política em Minas Gerais. O Manifesto é relevante também por incentivar novas formas de manifestações, como a Carta aos Brasileiros e a Declaração de Princípios do I Congresso Brasileiro de Escritores.

Em 1944, com o avanço das tropas Aliadas e a derrota do nazifascismo europeu tida como inevitável, o Estado Novo apresentara mostras de seu declínio político. Surgiram, então, no cenário político brasileiro grupos de resistência compostos por liberais, empresários, estudantes, comunistas. Em 1945, João Mangabeira, driblando a censura estatal, deu uma entrevista ao *Correio da Manhã* criticando o Estado Novo. Nela se pronunciou:

> Não sabemos o título do chefe do Governo porque presidente da República não é. Ele o era oriundo do voto, até o dia 10 de novembro de 1937, quando pela calada da noite, desfechou o golpe contra a Nação, surpreendida e desarmada. Desde então, presidente não é porque ninguém lhe deu esse título. Ditador diz que é. *Duce* ou *Fuehrer*, não se animou ainda a se intitular.[16]

---

13 PANDOLFI, Dulce**.** Op. cit.

14 CAPELATO, Maria Helena. "O Estado Novo: o que trouxe de novo." In: FERREIRA, Jorge. & DELGADO, Lucília de almeida Neves. *O Brasil Republicano: volume 2 O tempo do nacional-estatismo.* Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003. p. 113.

15 Cpdoc, Arquivo Virgílio de Melo Franco-7f - nº de reg.: 4.928/80

16 Correio da Manhã, 2 de março de 1945, p. 10.

A partir de então, percebe-se que a ditadura dava sinais de esgotamento. Segundo Otávio Dulcci (1986), «o fim da censura representou, objetivamente, o fim da ditadura»[17]. Porém ocorreu um movimento contraditório. Conforme caía a ditadura, aumentava o prestígio do ditador.

Queremismo: a aclamação do povo pela continuidade de Getúlio Vargas na presidência da República

É percebido que, mesmo com as diversas críticas ao Estado Novo, a popularidade de Getúlio Vargas não seguiu o declínio de seu governo. Em 2 de março de 1945, menos de dez dias após a entrevista de José Américo, estudantes universitários filiados ao Centro Acadêmico Onze de Agosto promoveram comício na Praça da Sé, em São Paulo. Pregavam o fim do Estado Novo e a saída de Getúlio Vargas da presidência da República. No entanto, centenas de pessoas, de aparência humilde, chegaram à praça e começaram a vaiar os manifestantes. Em resposta, Rui Nazareth, presidente do Centro Acadêmico, aumentou os insultos a Vargas. Os trabalhadores, revoltados, gritavam: "Viva os trabalhadores!", "Abaixo o P. R. P." e "Nós queremos Getúlio". A multidão, então, dominou a praça e os estudantes dispersaram.[18]

Foi nesse contexto de críticas ao governo e a personificação de Getúlio Vargas, promovidas através de comícios, que o "Queremismo" surgiu. Ele pode ser entendido, portanto, como resposta dos trabalhadores pela defesa da continuidade de Vargas na presidência da República.

Nos meses seguintes foi notada uma intensificação do movimento pró Getúlio Vargas. Fizeram parte trabalhadores, empresários, políticos, funcionários públicos e, posteriormente, inclusive, o Ministério do Trabalho. No entanto, é preciso compreender que o "Queremismo" não foi um movimento realizado pelo Ministério do Trabalho com financiamento privado. Ele surgiu com os trabalhadores demonstrando e lutando pelos seus interesses – a continuidade de Vargas no governo.

É notável que a população se identificava com Getúlio Vargas e desejava a permanência dele no poder. Através da nota no jornal "A Democracia" é possível compreender o sentimento e ideia da população pró Getulio Vargas:

> Estão aí, como se sabe, dois candidatos a presidência, os senhores Eduardo Gomes e Eurico Dutra, e um terceiro, o senhor Getúlio Vargas, que deve ser candidato de algum grupo político oculto, mas é também, o candidato popular. Porque há dois "queremos": o "queremos" dos que querem ver se continuam nas posições e o "queremos" popular... Afinal o que é que o senhor Getúlio Vargas é?
> É fascista? É comunista? É ateu? É cristão? Quer sair? Quer ficar?
> O povo, entretanto, parece que gosta dele por isso mesmo, porque ele é "a moda da casa. [19]

Ângela de Castro Gomes e Maria Celina D'Araujo (1987) defendem que o queremismo foi resultado do suporte ideológico do trabalhismo[20], podendo ser compreendido pela conquista de direitos dos trabalhadores através da Consolidação das Leis Trabalhistas, e da ampliação das indústrias que gerou crescimento econômico. Outro fator que pode ser compreendido como determinante para que ocorresse o queremismo é a relação direta de Getúlio Vargas com a população, seja em comícios ou através de cartas.

---

17 DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Editora UFMG/PROED, 1986. p. 71

18 Para mais, ver: FERREIRA, Jorge. "Quando os trabalhadores "querem": política e cidadania na transição democrática de 1945". In: *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964.*

19 Jornal "A Democracia", 16 de setembro de 1945, apud Gomes; D'Araujo, 1987,p. 23

20 GOMES, Angela Maria de Castro; D'ARAUJO, Maria Celina Soares. *Getulismo e Trabalhismo: Tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro*. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1987

Jorge Ferreira (2005) corrobora a tese de Ângela de Castro Gomes e Maria Celina D´Araújo (1987). Ele defende que o prestígio de Getúlio Vargas está vinculado a conquista das leis sociais entre os trabalhadores. Segundo Ferreira:

> O impacto das leis sociais entre os assalariados não pode ser minimizado. Sem alguma repercussão em suas vivencias, o governo Vargas não teria alcançado o prestígio que obteve entre os trabalhadores, mesmo com a avassaladora divulgação de sua imagem patrocinada pelo DIP. Como defendi em trabalho anterior, o "mito" Vargas não foi criado simplesmente na esteira da vasta propaganda política, ideológica e doutrinária veiculada pelo Estado. Não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade. O "mito" Vargas – e o movimento que decorre dele, o queremismo – expressava um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores.[21]

As leis trabalhistas, com exceção do salário mínimo, foram promulgadas entre 1931 e 1934, ou seja, no contexto que o "Gabinete Negro" e o "Clube 3 de Outubro" existiram. No entanto, importantes personagens desses grupos políticos se tornaram opositores ao governo de Getúlio Vargas e compuseram a União Democrática Nacional – frente de retaliação ao Estado Novo e ao getulismo.

A oposição ao Estado Novo, conscientes da importância atribuída pelos trabalhadores das leis sociais promulgadas por Vargas, tentou desvincular a imagem do Presidente com os benefícios que eles conquistaram com a legislação trabalhista. Carlos Lacerda, um dos principais líderes da UDN, em comício promovido pela União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro, discursou:

> A demagogia do Estado Novo pensa haver conquistado o apoio do operariado com suas mistificações. Na verdade, a legislação trabalhista não é obra da ditadura, e sim de uma revolução liberal. E suprimiu todas as liberdades do operariado, reduzindo os sindicatos a simples máquina fascista.[22]

É possível notar que Carlos Lacerda defende que a legislação trabalhista não foi obra de Getúlio Vargas, mas sim de uma revolução liberal – a Revolução de 1930 e critica as conquistas trabalhistas ao apresentar que elas suprimiram as liberdades do operariado e reduziram os sindicatos a manobras fascistas. Portanto, é percebido que seu discurso tenta desvincular as leis trabalhistas da personificação de Getúlio Vargas e menospreza-las.

É importante compreender que a Revolução de 1930 tinha como discurso promover conquistas sociais e econômicas, garantindo, assim, melhorias. O "Gabinete Negro" e o Clube 3 de Outubro discursavam o mesmo. No entanto, é preciso se atentar que esses grupos eram contraditórios em suas formações. Compunham reformistas e oligarquias dissidentes, havendo, dessa forma, interesses conflitantes sobre os direitos sociais. Mais importante ainda é reconhecer que Getúlio Vargas, o presidente da República, foi quem concretizou as leis sociais. Assim sendo, ele foi considerado representante legítimo dos interesses dos trabalhadores.

Em abril de 1945, a Federação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro publicou uma nota nos jornais convocando seus filiados a comparecerem nas comemorações do Dia do Trabalho, no estádio de São Januário. Ao concluir a nota, escreveram: «a legislação trabalhista é obra do presidente Vargas» e não passa de atitude ridícula e de má-fé a «oposição democrática» transformar «um velho assalariado do capitalismo internacional» – Eduardo Gomes – «em patrono do operariado»[23]

---

21 "Quando os trabalhadores "querem": política e cidadania na transição democrática de 1945". In: *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964,* Editora Record, 2005.p. 31.

22 *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 8 de março de 1945, p. 3, apud Idem, p. 23.

23 O Radical, Rio de Janeiro, 11 de abril de 1945, 1ª página, apud FERREIRA, Jorge (2005). Op. cit., p. 30.

A UDN compunha em sua formação de intelectuais, liberais, oligarquias. Era um partido que agremiava posições conflitantes, mas, no entanto, era unido pela oposição ao Estado Novo. Diante dessa variedade de seus quadros, que incluía políticos dominantes do período anterior a Revolução de 1930, na qual, como já abordado, foi caracterizado pelo *liberalismo oligárquico*, o partido foi considerado pela população como desejoso de reconquistar o poder que perdeu desde a Revolução.

Assim, a UDN era vista como pretenciosa a voltar ao passado. Ao tempo do voto de cabresto, das longas jornadas de trabalho, dos péssimos salários. Ela não vinha, pois, salvar a população de um governo autoritário, fascista, manipulador, violento – como a UDN se colocava. O partido, com a vitória, poderia levar o Brasil, e os trabalhadores, às condições de vida do passado – do anterior ao governo Vargas.

Dessa forma, pode-se entender o queremismo como manifestação de uma identidade coletiva dos trabalhadores, a qual era orientada por sentimento de liberdade, reconhecimento e gratidão para com Getúlio Vargas. É notável que a relação entre Estado e sociedade no período do Estado Novo foi orientada por uma lógica de reciprocidade e reconhecimento por ganhos materiais e simbólicos que o governo proporcionou. É rejeitada a ideia de falsa consciência das massas. Aqui se reconhece os interesses dos trabalhadores e compreende as razões para considerarem Getúlio Vargas representante legítimo de tais e a União Democrática Nacional como oposição a eles.

REFERENCIAS:

CAPELATO, M. H. (2003), O Estado Novo: o que trouxe de novo. In: FERREIRA, J., DELGADO, L. A. N. *O Brasil Republicano: volume 2 O tempo do nacional-estatismo(ed)* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

CASTRO, M.H.M. (1980), O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante. In: GOMES, A.M.C. *Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituintes nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

DULCI, O.S. (1986), *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG/PROED.

FAUSTO, B. (1972), *A revolução de 1930: historiografia e história.* São Paulo: Brasiliense.

FERREIRA, J.(2001) O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, J. *O populismo e sua história. Debate e crítica.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FERREIRA, J. (2005),"Quando os trabalhadores "querem": política e cidadania na transição democrática de 1945". In: *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964.*Rio de Janeiro: Record.

FERREIRA, M. M.; PINTO, S. C. S. (2010) A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, J; DELGADO, L.A.N. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GOMES, A.C. (1980), *Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

GOMES, A.M.C.; D'ARAUJO, M.C.S.(1987), *Getulismo e Trabalhismo: Tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

MALTA, O. (1969), *Os Tenentes na revolução brasileira: Edição ilustrada*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

PANDOLFI, D.(2003), Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, J. & DELGADO, L. A.N. *O Brasil Republicano: volume 2 O tempo do nacional-estatismo.* Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.

RESENDE, M. E. L. R.(2010), O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, J. & DELGADO, L.A.N., *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

O salário mínimo como demanda e como direito social: trabalho e linguagens sociais no Brasil (1907-1940)

Beatriz Silveira Castro Filgueiras
(PEPGPS/UFF – beatrizfilg@yahoo.com.br)

Marcelo Diana
(DHIST/UFRRJ – marcelo.diana@gmail.com)

RESUMO: Em debate desde a década de 1920, o salário mínimo somente viria a ser fixado como política de proteção ao trabalho, portanto, como um direito social vinculado à figura do trabalhador com o Estado Novo, em 1940. O primeiro ministro do trabalho de Vargas, Lindolfo Collor, ainda em 1930, indicou em diversas ocasiões a importância de fixação de um piso salarial, reivindicada por movimentos operários e sindicatos pelo menos desde a década anterior. Neste artigo, recompomos o debate acerca da criação do salário mínimo, como demanda dos trabalhadores e como direito social regulado pelo Estado, tomando-se como escopo da análise o 'trabalho' enquanto linguagem social em disputa por trabalhadores, pelos agentes do Estado e seus intérpretes, acerca da instituição do salário mínimo enquanto direito social.
Palavras-chave: salário mínimo, direito social, história do trabalho.

1. Introdução

Partimos, aqui, de uma inquietação: em relação ao *boom* da legislação social e trabalhista no Brasil, entre os anos de 1931 e 1934, por que a fixação tardia do salário mínimo, regulamentado pelo Estado apenas em 1940? Quais debates e *linguagens* sobre o trabalho estiveram em disputa acerca da necessidade ou não de sua instituição? Com estas questões em mente, buscamos abordar a trajetória do salário mínimo no país em duas frentes: a sua emergência como *demanda* por parte das classes trabalhadoras e a sua formulação e regulamentação institucionais como *direito* sob garantia e responsabilidade do Estado.

No entanto, logo nos deparamos com um novo problema. A literatura que trata deste período e processo – quais sejam, o período "formativo" da classe operária/trabalhadora brasileira, as lutas e conflitos pela regulação do trabalho e sua culminação na legislação social varguista –, via de regra, tende a privilegiar outros temas, abordando de maneira tácita a questão do salário mínimo, que tende a ganhar relevância, na literatura, a partir da sua fixação em 1940, sendo muitas vezes pressuposta e/ou genericamente somada ao conjunto de demandas formuladas pelos movimentos operários na primeira metade do século XX.

Vejamos, por exemplo, como a questão aparece na interpretação de Wanderley Guilherme dos Santos, no clássico *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira* (1987). Num primeiro momento, retraçando os antecedentes da legislação social no Brasil, o autor comenta o marco inaugurado pela lei que estabeleceu o direito à livre sindicalização, em 1907, e seus impactos na cena política da época (p.19):

> Uma vez admitido o direito de categorias profissionais organizarem-se em sindicatos para a defesa do que considerassem seus interesses comuns [...], fixaram-se, imediatamente, as metas pelas quais passou a lutar a população urbana industrial, a saber, regulamentação da jornada de trabalho, das condições do trabalho (acidentes e higiene), do repouso do trabalho (descanso semanal e direito a férias) e da participação dos menores e mulheres no esforço de acumulação.

Mais adiante, já reportando-se ao avanço da legislação varguista, aparece a primeira - e quase única - referência ao salário mínimo. O autor menciona a entrada em vigor de um novo decreto sobre a sindicalização, às vésperas

da promulgação da Constituição de 1934, que reconhecia aos sindicatos, dentre outros direitos, o de demandar a melhoria dos salários e a fixação de um salário mínimo.[1] E segue:

> Ora, neste momento (julho de 1934), já estavam regulados, sob o patrocínio e fiscalização do Ministério do Trabalho, órgão destinado a uma participação ambígua e controversa em todo o desenvolvimento da tensão entre equidade e acumulação, o trabalho do menor e das mulheres, a duração da jornada de trabalho, bem como sua segurança e higiene, e férias. […] da agenda de demandas do sindicalismo, legalmente organizado em 1907, acrescida de novos itens que a própria dinâmica do processo de acumulação veio a gerar, apenas a fixação do salário mínimo não estava já atendida, ou regulada, quando, em 1934, as relações *jurídicas* entre o movimento sindical, o Estado e os empregadores dão significativo passo à frente. A primeira tabela efetiva fixando o salário mínimo só será estabelecida pelo Decreto-Lei 2.162, em 1° de maio de 1940, mas, já aí, dentro de novo contexto de relações entre o poder estatal e os diversos grupos sociais, inclusive os sindicatos operários. Após o interregno de liberdade sindical garantida pela Constituição de 1934, que consagrava o pluralismo e autonomia dos sindicatos, sucederam-se o golpe e a carta de 1937, instituindo o sindicato único, integrado ao aparelho estatal, e cuja constituição e funcionamento foram regulados pelo Decreto 1.402 de 5 de julho de 1939. As greves ficavam proibidas (Santos, 1987, p.28 – grifo no original).

A citação é interessante pois traz várias pistas soltas, que nos instigaram à discussão que desenvolvemos aqui. O que há nesta lacuna entre o estabelecimento do direito à livre sindicalização e a formulação das demandas "clássicas" do movimento operário, no início do século – dentre as quais não se destaca a fixação de um salário mínimo –, e a sua pressuposição como a "última" das demandas dos trabalhadores a serem atendidas pelo Estado varguista? Supondo que sua origem possa estar entre as demandas por "novos itens que a própria dinâmica do processo de acumulação veio a gerar" (op. cit.), quando e em que contexto ela emerge e como é formulada pelas classes trabalhadoras?

Como no exemplo da citação acima, quase sempre, nesta história, a figura do salário mínimo apenas se explicita na linguagem institucional do Estado, sendo a sua trajetória como demanda por parte das classes trabalhadoras, embora existente, bastante difícil de retraçar. Não obstante estivessem, desde o início do século, constantemente presentes na pauta dos movimentos operários diversas *demandas salariais* – a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, o pagamento de salários atrasados, a garantia de pagamento regular e o aumento de salários –, a demanda específica pela fixação de um salário mínimo não se destaca entre elas.[2]

O que nos conduz a duas hipóteses: a possibilidade dela não ter sido formulada pelas classes trabalhadoras, constituindo uma linguagem e figura institucionais, introduzidas pela legislação; e/ou a sua importância secundária no repertório dos movimentos operários, não tendo sido abraçada e defendida como o foram outras bandeiras de luta, nem no período que antecede o surgimento da legislação social no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, nem no período que se estende entre a sua introdução na pauta da legislação trabalhista pelo Estado, em 1931, e a sua fixação tardia em 1940. Em todo caso, por que? Por que não consta uma mobilização digna de nota, isto é, reconhecida pela literatura que aborda o período, em torno da fixação do

---

1 A Constituição de 1934 é emblemática nesta trajetória, inaugurando o reconhecimento jurídico dos direitos sociais sob responsabilidade do Estado e a instituição da Justiça do Trabalho. É nela também que, pela primeira vez, aparece a figura do salário mínimo como preceito fundamental da legislação trabalhista.

2 Por exemplo, em levantamento, citado por Calsing (1978, p.9-10), das greves realizadas em São Paulo (entre 1901 e 1929) e no Rio de Janeiro (entre 1858 e 1934), muitas delas foram motivadas por demandas salariais, reivindicando, em sua maioria, o aumento salarial. Sobre as pautas dos movimentos operários nas primeiras décadas do século XX, e a relativa ausência do salário mínimo entre elas, ver também Dias, 1977.

salário mínimo? Por que, afinal, o salário mínimo parece não ecoar no repertório que mobilizam as classes trabalhadoras ao longo destas décadas?

De modo a enfrentar este silêncio, investigamos as linguagens em disputa em torno do salário mínimo que antecedem a sua fixação. Argumentamos que a figura do salário mínimo, embora apropriada por diversos grupos sociais, não encontra identidade, na sua genealogia, no seio das classes trabalhadoras. Nesse sentido, se parecia difícil retraçar a sua formulação como uma *linguagem social*, oriunda dos trabalhadores, a sua figura se impunha como uma *linguagem institucional* envolvendo a definição, a normatização e a valoração de *sujeitos mínimos*. Linguagem que, no contexto brasileiro, se inscreveria no projeto de nação disciplinador e os seus modos de inscrição sobre os corpos individualizados, traçando fronteiras e limites do reconhecimento dos direitos de cidadania (Cunha, 2002).

2. O Salário Mínimo: genealogia

As origens dos debates acerca do salário mínimo – isto é, as primeiras formulações gerais em torno da necessidade ou não de sua fixação – podem ser retraçadas praticamente até a emergência e a consolidação do modo de produção capitalista e a discussão sobre seus efeitos, especialmente no que tange à *mercadorização* da força de trabalho e sua remuneração na forma de salários. Embora, em sentido estrito, a figura do salário mínimo apenas apareça quase um século mais tarde, o debate sobre os níveis de remuneração "adequados" aos trabalhadores e sua regulação já ocupavam o pensamento de filósofos, economistas e juristas – particularmente os bretões – desde as primeiras décadas da Revolução Industrial, na segunda metade do século XVIII. Debate que atravessaria todo o século XIX e as primeiras décadas do século XX quando, enfim, começariam a difundir-se as experiências de regulação de *salários mínimos* fixados pelo Estado, para remuneração da mão-de-obra.

Escapa aos nossos objetivos nos aprofundarmos no extenso debate econômico acerca da teoria dos salários e seus determinantes. Porém, nos parece interessante recuperar como aparece e, especialmente, em que linguagens e narrativas sobre o trabalho vai sendo formulada a questão da sua regulação e, principalmente, do seu *valor*.

Num primeiro momento – *grosso modo*, localizado entre as décadas de 1770 e 1840 –, prevaleceriam as doutrinas liberais e a defesa da livre regulação do mercado, incluído o valor/preço do trabalho na forma de salário, cuja dinâmica e flutuações, *livres de regulação*, deveriam responder aos mesmos determinantes que qualquer outra mercadoria. As obras canônicas de Adam Smith (*A Riqueza das Nações*, de 1776), Thomas R. Malthus (*Ensaio sobre o Princípio da População*, de 1798) e David Ricardo (*Princípios de Economia Política e Tributação*, de 1817) inaugurariam de maneira paradigmática o debate sobre a remuneração dos trabalhadores na era do capitalismo industrial. Guardadas suas especificidades, estes autores comungavam da premissa de que o valor da mão-de-obra deveria variar em função da lei da oferta e da procura. Assim, em contextos de abundância de mão-de-obra – como o foram nas áreas da revolução industrial – o valor/preço do trabalho poderia ser, justificadamente, estipulado abaixo do nível de sobrevivência (Silva, 2009).

Dialogando com os postulados de Smith e Malthus, alguns anos mais tarde, em 1817, David Ricardo estabelecia a distinção entre o "preço natural" e o "preço de mercado" da força de trabalho e formulava aquela que ficaria conhecida como a "lei de ferro dos salários", segundo a qual, em função da concorrência entre os trabalhadores, os níveis salariais tenderiam, no longo prazo, ao *mínimo necessário* para a subsistência do trabalhador e sua reprodução (física), isto é, ao seu "preço natural". Deixados à "justa e livre concorrência do mercado", os salários seriam determinados em função i) da oferta e da demanda de trabalhadores e ii) do preço das mercadorias nas quais os salários são gastos, fundamentalmente, alimentos e gêneros de primeira necessidade. Embora seus determinantes sejam "universais", o autor ressalta o caráter sempre relativo dos *mínimos* que compõem, em cada lugar e em diferentes épocas, o "preço natural do trabalho" (1996 [1817], p.70):

> Não se deve entender que o preço natural do trabalho, embora estimado em alimentos e em gêneros de primeira necessidade, seja absolutamente fixo e constante. Varia num

> mesmo país, em épocas distintas, e difere substancialmente em países diferentes, dependendo essencialmente dos hábitos e costumes dos povos. *Um trabalhador inglês consideraria seu salário abaixo do nível normal e demasiadamente reduzido para sustentar uma família, se não lhe permitisse comprar senão batatas, nem viver numa habitação melhor que um casebre de barro* (grifo nosso).

Ora, este nos parece justamente um retrato expressivo das péssimas condições de vida da classe trabalhadora na Inglaterra nas primeiras décadas do século XIX, objeto de crescente preocupação e debate. Apesar da prevalência do liberalismo econômico, é também ao longo destas décadas que a classe operária inglesa se constituiria como identidade de interesses e sujeito de demandas, pressionando o cenário político pela conquista de direitos e pela regulamentação das condições do trabalho. Imbuídos do espírito de época, os trabalhadores se apropriaram do vocabulário e das premissas liberais para a defesa dos seus interesses e a reivindicação de melhores salários. Como nos revela Thompson (2002, p.31) nesta interessante passagem sobre um episódio ocorrido no mesmo ano de publicação dos *Princípios* de Ricardo:

> Aos fatos da economia política, [os trabalhadores] opuseram seus próprios fatos e sua aritmética. Já em 1817, os tecelões nas malharias de Leicester, numa série de resoluções, desenvolveram uma teoria sobre as crises capitalistas baseada no subconsumo: "Que, à medida em que a redução dos salários trouxer miséria e desgraça à grande massa do povo, o consumo de manufaturados terá de decrescer na mesma proporção. Que, se salários maiores fossem pagos aos operários em geral por todo o país, o consumo interno de nossos manufaturados cresceria imediatamente para mais do dobro, e, consequentemente, toda a mão de obra seria empregada. Que reduzir os salários dos operários neste país a um nível tão baixo que eles não possam viver do seu trabalho, para competir com fabricantes estrangeiros no mercado internacional, significa ganhar um cliente fora, e perder dois em casa..." (idem)

No entanto, o próprio autor relativizaria a centralidade da questão salarial, secundária nos conflitos e demandas promovidos pela classe trabalhadora inglesa naquelas décadas. Segundo ele, as questões que mobilizaram os trabalhadores com maior intensidade envolviam a defesa de valores, tais como "justiça", "independência" e "segurança familiar" que, se bem atravessam a problemática dos salários e das condições de vida que proporcionam, ultrapassam em larga medida a "simples questão do 'pão com manteiga'" (op.cit., p.27-28). O que equivale dizer que, na linguagem formulada pela classe operária em sua reivindicação por direitos – e por melhores salários, inclusive – não havia lugar para os *mínimos de subsistência* nos quais as classes dominantes e seus porta-vozes buscavam circunscrever o debate em torno do que seria uma remuneração *digna* para os trabalhadores.

Fato é que, desde o final do século XVIII, com o crescimento da população, a piora nas condições sanitárias das cidades e a disparada no preço dos alimentos, a *imoralidade* do pauperismo das classes trabalhadoras constituiria matéria de crescente preocupação, fomentando as discussões em torno dos salários. Polêmicas em torno do "padrão de vida" dos trabalhadores e as tentativas de se determinar se, comparativamente, os pobres viviam melhor na era do capitalismo industrial, atravessaram todo o período. Embora, ironiza Thompson, havia pouco o que se observar:

> Em cinquenta anos de Revolução Industrial, [...] o trabalhador "médio" permaneceu muito próximo a um nível de mera subsistência, numa época em que se via rodeado por evidências acerca do aumento da riqueza nacional [...]. Sua participação nos "benefícios do progresso econômico" consistiu num maior número de batatas, em algumas roupas de algodão para sua família, sabão e velas, um pouco de chá e açúcar, e numa grande quantidade de artigos na *Economic History Review* (Thompson, 2002 [1963], p.184).

Com o acirramento da questão social e do conflito industrial, as condições de vida da classe trabalhadora se tornariam objeto de inúmeros estudos, denúncias e debates que – apoiados em uma profusão de dados e em descrições detalhadas do cotidiano e dos hábitos das classes populares – subsidiariam o que Thompson define como a "controvérsia do padrão de vida" (p.32 et seq.). Por um lado, a tentativa de se estabelecer, a partir da construção de séries estatísticas, as quantidades *mínimas* dos artigos de consumo *indispensáveis* à sobrevivência do trabalhador – resumidos basicamente em alimentação, vestuário e moradia – para a cotação dos salários. Por outro, a dificuldade de se equacionarem, nesta definição, aquelas informações passíveis de quantificação – salários, preços e consumo – com a satisfação de necessidades "imponderáveis" e sempre relativas. Engels, no clássico *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de 1845, abordava de maneira pungente a questão:

> Ao operário fabril é preciso garantir um salário que lhe permita educar os filhos para um trabalho regular – mas apenas o suficiente para que não possa dispensar o salário dos filhos e não faça deles algo mais que operários. E, também aqui, o limite mínimo do salário é relativo. [...] no pior dos casos, o operário, para subsistir, preferirá renunciar ao grau de civilidade a que estava habituado: preferirá morar numa pocilga a não ter teto, aceitará farrapos para não andar desnudo, comerá batatas para não morrer de fome. Preferirá, na esperança de dias melhores, aceitar metade do salário a sentar-se silenciosamente numa rua e morrer na frente de todo mundo, como já aconteceu com tantos desempregados. *É esse pouco, quase nada, que constitui o mínimo de salário* (Engels, 2008 [1845], p.119 – grifo nosso).

Em meados do século XIX, a questão social estava na ordem do dia e mobilizava escritores, intelectuais e ideólogos de todos os matizes, dando origem a uma extensa literatura dedicada à descrição densa das condições de vida da classe trabalhadora, percebidas como ameaça sanitária, moral e política à nova ordem industrial. É, portanto, no bojo destes debates e controvérsias, da visibilidade e urgência crescentes da questão social e da intensificação dos conflitos na Europa industrial, que as discussões sobre os direitos do trabalho – incluída a regulamentação dos salários – ganhariam força nas décadas seguintes.

Ao final do século XIX já se produziria um certo consenso sobre a necessidade de "retificação" da ordem liberal, surgindo as primeiras experiências legislativas em torno da fixação do salário mínimo. Os primeiros países a adotarem algum tipo de regulação sistemática para o salário mínimo foram Nova Zelândia (1894) e Austrália (1896); a primeira experiência europeia viria apenas no século seguinte, na Inglaterra (1909). Em todos os casos, vale destacar, legislações ainda direcionadas para categorias profissionais específicas que, embora tendessem a tornar-se mais abrangentes, não previam a fixação universal de um piso salarial. Neste sentido, a experiência pioneira seria a Constituição Mexicana que, em 1917, seria a primeira a reconhecer o salário mínimo – "suficiente para satisfazer as necessidades materiais, sociais e culturais normais de um chefe de família e prover educação obrigatória para os filhos" (Silva, 2009, p. 20) – como direito sob responsabilidade do Estado.

Contudo, seria apenas durante a Primeira Guerra Mundial que a crise econômica e a agudização da precariedade das classes trabalhadoras estimulariam o consenso sobre necessidade de intervenção do Estado para conter a superexploração do trabalho e, ao mesmo tempo, estimular a empresa capitalista, regulamentando a competição no mercado internacional. Naquele momento, assistia-se também a intensificação da organização e mobilização operárias e sua radicalização, incendiadas pela Revolução Russa em 1917, impulsionando, assim, a inclusão de cláusulas trabalhistas ao Tratado de Paz de modo a conter a crescente ameaça revolucionária (Silva, 2009).

Com efeito, em 1919, o Tratado de Versalhes estabeleceria a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão que se destinaria a promover a regulação do mercado de trabalho no mundo industrializado instituindo convenções que garantissem, dentro da ordem liberal, condições e direitos *mínimos* aos trabalhadores no marco de um sistema internacional/universal de proteção ao operariado.[3] Estes direitos incluíam um "salário

3 França (1915), Áustria e Noruega (1918), Alemanha (1923) e Espanha (1926) foram outros países que adotaram algum tipo de regulação do salário mínimo neste período; experiências diversas que se generalizariam sobretudo após a 2ª Guerra Mundial (Saboia, 1985).

mínimo existencial", assegurando "ao trabalhador um nível conveniente de vida, tal como seja compreendido em sua época e no seu país" (Silva, 2009, p.18). A partir de então se convencionaria a afirmação de um padrão mínimo de direitos trabalhistas, isto é, o estabelecimento de *mínimos contratuais* que, como aponta Cardoso (2010), devem ser mais bem lidos como *mínimos civilizatórios*, aquém dos quais se colocaria em cheque a própria sociedade industrial. Nas palavras do autor (p.211-212):

> O direito do trabalho, nessa concepção, nasce do reconhecimento da desigualdade de condições de mercado entre capitalistas e trabalhadores, desigualdade que precisa ser *sanada* se o que está no horizonte é a promoção da dignidade do trabalhador, [...] visando dar a este último um poder de barganha *de certo tipo* na contratação com o primeiro, qual seja, o poder de negar as condições oferecidas pelo contratante se estas não estiverem de acordo com parâmetros definidos pelo próprio direito como mínimos civilizatórios, ou, simplesmente, socialmente aceitáveis. O direito do trabalho penetraria a relação contratual privada como um determinante *ex ante* de seu resultado, estabelecendo mínimos contratuais entendidos, propriamente, como mínimos civilizatórios aquém dos quais nenhum contrato é reconhecido como tendo sido firmado entre iguais. O direito definiria *ex ante* o que a sociedade estabelece como os limites de sua própria sustentabilidade (grifos no original).

Na trajetória da emergência da legislação social e trabalhista, a figura do salário mínimo e o debate acerca da sua regulamentação se estabelecem, portanto, como linguagem e resposta *institucionais* que, por um lado, eram provocadas pela visibilidade e urgência da questão social; por outro lado, responderiam – buscando antecipá-las e circunscrevê-las – às demandas e aos conflitos da classe trabalhadora, de modo a conter a sua radicalização; e que, finalmente, se instituíram como demanda da própria acumulação, relacionada à necessidade de fomentar o mercado e consumo internos e promover a regulação da concorrência internacional. A sua articulação em torno da definição de *mínimos* situados sempre no limite da reprodução física do trabalhador, para a determinação do "preço natural" do trabalho, pressupunha também um *sujeito mínimo* que, pela sua própria concepção, encontraria dissenso no repertório mobilizado pelas classes trabalhadoras em suas bandeiras de luta.
Difundindo-se internacionalmente ao longo da década de 1910 e consagrada pelas convenções da OIT em 1919, no Brasil a figura do salário mínimo seria incorporada ao repertório dos movimentos operários, introduzindo-a em suas pautas de luta. Assim, embora conectada com a situação do mercado e da legislação internacionais, é possível detectar algumas singularidades em torno da questão dos mínimos contratuais entre os anos de 1920 e 1930 no Brasil. Nesse caso, é preciso situar historicamente como a figura do salário mínimo circulou de maneira distinta entre diferentes linguagens e grupos sociais, o que impede que se estabeleça um único tipo de síntese analítica. Com isto, queremos enfatizar a razão pela qual optamos por desligar, momentaneamente, o salário mínimo de uma questão puramente econômica, para pensá-lo como uma chave privilegiada de acessar o mundo social, neste caso, o universo do trabalho no Brasil naquele período.

3. A experiência brasileira

Para a análise da experiência brasileira, privilegiamos as falas publicadas no *Jornal do Brasil*, entre os anos 1920 e 1940, em particular, a coluna "O Operariado". Sobre este jornal, Marialva Barbosa (2007) afirma que no começo do século ele corria em tiragem de 60 mil exemplares, significativa para os padrões da época. Neste período, havia um grande número de jornais, não apenas de curta tiragem, como intermitentes. A autora relaciona, nesse sentido, a regularidade do *Jornal do Brasil* ao fato dele ter se mantido independente em meio às acirradas lutas sociais, obtendo seu financiamento não por aliança a esta ou aquela classe, mas por meio de anúncios pagos. Publicava-se além de produtos de consumo, informes e relatórios das reuniões operárias realizadas no momento. Assim, o *Jornal do Brasil* se faz uma fonte profícua para analisar as diferentes linguagens em torno do salário mínimo no Brasil.

Ao pegarmos a figura do salário mínimo mobilizada em meados da década de 1920, observamos que se tratava, ali, de reivindicá-la como certo tipo de resistência ao interesse descontrolado das classes patronais sobre o trabalhador. Em meio a notícias sobre o carnaval de 1920 no Rio de Janeiro, o *Jornal* abria espaço em suas páginas para a coluna "O Operariado", situada logo ao lado das "Notas sociaes" onde eram divulgados os eventos e celebrações das personalidades mais influentes da sociedade carioca. Interessante destacar este lugar ocupado pela coluna, pois nos coloca a pensar sobre a posição do discurso trabalhista no interior do jornal, em conexão com os eventos sociais mais cobiçados publicados ali. Na coluna do "O Operariado" daquele ano de 1920, ficamos sabendo da "muito concorrida" assembléia realizada pela "União dos Operários em Tinturaria e Classes Anexas, para tratar da melhoria da situação de todos os trabalhadores que pertencem a esse ramo da indústria, estabelecendo para isso uma tabela de salários mínimos" (*Jornal do Brasil*, 4 de fevereiro de 1920, página 10).

Em que pese a presença do salário mínimo na assembléia dos operários, assunto que "não é novo no seio da classe, pois muitos têm sido os associados que em reuniões anteriores dela se hão ocupado, alguns até apresentando propostas elucidativas sobre o modo que julgam viável de ser melhorada a situação dos trabalhadores em tinturaria" (idem), é noticiado que o debate foi "agitado na agremiação dos tintureiros" (idem). De igual modo, em nota de 2 de março de 1920, publicada naquela mesma coluna, somos informados da "campanha em prol do salário mínimo" que "foi assunto capital da assembléia" daquela semana, "nada porém ficando resolvido em definitivo" (Jornal do Brasil, 2 de março de 1920, página 11). A provável falta de consenso em torno do que seria um mínimo contratual parece, neste princípio, colocar a total discordância deste debate no conjunto dos operários tintureiros e classes anexas.

Sem definição clara do seu conteúdo, a expressão do salário mínimo no repertório das classes operárias representava certo tipo de oposição à superexploração do trabalho. Na assembleia dos tintureiros, citada acima, a solução encontrada diante da grande divergência entre os trabalhadores daquele setor foi a de, resolutamente, "pleitear o salário mínimo. E para esse fim nomeou uma comissão composta de três membros para elaborar o memorial que deveria ser enviado aos seus proprietários de tinturarias dessa capital" (*Jornal do Brasil*, 4 de fevereiro de 1920, página 10). De quase inexistente no começo dos anos 1910, o salário mínimo parece tomar presença nas assembléias de diversas classes e uniões operárias a partir de fins daquela década, mas sobretudo, ao longo da década de 1920, em consonância com a importância que o tema receberia no mundo industrializado desde a década anterior.

Nesta conjuntura, em 14 de março de 1920, noticiava-se a reivindicação de melhorias feita pelos alfaiates, "agitando a questão do salário mínimo e de outras melhorias para a classe". Segundo o informado pelo *Jornal*,

> "Nas diversas reuniões que na sede da respectiva associação de resistência se têm realizado essa questão, vem merecendo acurado estudo de todos os obreiros de que se compõe a classe. A aspiração dos alfaiates redunda na fixação de ordenados em 300$000 para os oficiais e 250$000 para os ajudantes, além de outras vantagens para a classe que serão também pleiteadas. Hoje, conforme noticiamos numa outra local (sic), a classe se reunirá, às 20 horas, na União dos Alfaiates, para tratar do assunto" (*Jornal do Brasil*, 14 de março de 1920, página 6).

Acompanhar o histórico das reuniões da associação dos alfaiates do Rio de Janeiro nos permite visualizar historicamente a apropriação da figura do salário mínimo pelas classes trabalhadoras, repleta de ambiguidade e polissemia. É importante ressaltar este argumento, já que identificamos uma invisibilidade na literatura dedicada ao tema acerca dos debates do salário mínimo prévios à sua fixação. Privilegia-se, sobremaneira, a sua importância a partir da sua incorporação no rol dos direitos trabalhistas. Reposicionar o salário mínimo na fala dos grupos operários, como no caso dos alfaiates do Rio de Janeiro, consiste em aceitar, primeiro, a necessidade de debate que era identificada pelos operários; e, em segundo lugar, a relativa dificuldade de se conceber o que seria um *mínimo* para a classe dos alfaiates.

Tentando fechar consenso sobre matéria difícil, a União dos Alfaiates parece ter decidido, de vez, a reivindicar o salário mínimo para a sua classe. Assim lemos em letras de destaque, na coluna do dia 14 de março de 1920, a seguinte notícia: "A UNIÃO DOS ALFAIATES VAI PLEITEAR O SALÁRIO MÍNIMO PARA A

SUA CLASSE" (*Jornal do Brasil*, 14 de março de 1920, página 9). O que se segue a este letreiro parece ser a justificativa para tal reivindicação.

> "Há muito tempo que a União dos Alfaiates não tem uma assistência tão movimentada quanto concorridíssima como foi a de ontem à noite. O salão daquela sociedade, talvez um dos maiores das de todas as associações de classe, ficou cheio, apinhando-se circunstantes até na escada. O assunto que a assembléia ia resolver, aliás já muito ventilado nas reuniões anteriores, interessava a todos os alfaiates e mais misteres anexos. Tratava-se do estabelecimento do salário mínimo para os buteiros, ajudantes adiantados e ajudantes" (idem).

Após os informes de apoio e de solidariedade de um punhado de associações de classe em outras cidades, "entrou em discussão o assunto principal da sessão – o salário mínimo". Vamos ao relato do debate, apresentado pelo colunista do *Jornal do Brasil*:

> "Falou em primeiro lugar o redator da comissão pró salário mínimo, que depois de historiar até aqui os trabalhos feitos pela sua classe, apresentou a tabela dos buteiros que estabelece os seguintes ordenados: de 300$000 para os oficiais, de 250$ para os ajudantes adiantados e de 200$ para os ajudantes de 3ª categoria. Quanto aos demais ramos da classe, como sejam oficiais em domicílios, em tailleurs, etc... o referido relator declarou que a comissão não podia de pronto apresentar uma tabela de mão de obra sem que primeiro fossem ouvidos em assembléia todos os interessados. Depois de ter falado o relator muitos outros associados se pronunciaram, todos aprovando o trabalho da comissão "pró salário mínimo", [e] bem assim a assembléia em peso que ao ser interrogada se aprovava ou não a tabela dos buteiros e ajudantes, respondeu que sim. Muitas palmas e vivas a União e à solidariedade dos alfaiates secundaram a deliberação da assembléia" (*Jornal do Brasil*, 16 de março de 1920, página 9).

A cumplicidade das associações operárias, neste período, constituía um fator importante para a organização dos novos repertórios de construção de direitos. Naquela mesma reunião, a União dos Alfaiates redigiu o seguinte telegrama, no qual declarava total apoio à greve dos trabalhadores da Central do Brasil, puxada pela União dos Empregados da Leopoldina: "A União dos Alfaiates do Rio de Janeiro, reunida em assembléia geral, hipoteca a sua inteira solidariedade moral sobre gesto reivindicador dos Empregados da Leopoldina" (*Jornal do Brasil*, 16 de março de 1920, página 9). Em que pese a constante e, ao que tudo indica, acalorada presença da figura do salário mínimo na fala da União dos Alfaiates, a persistência do tema ao longo de outras reuniões permite supor, implicitamente, que o assunto não alcançava ser fechado ou aprovado, de fato, seja pelos trabalhadores, seja pelas classes patronais. Quase um mês após aquela reunião aclamada do dia 14 de março de 1920, viria a convocação de uma nova reunião cujo foco, "dentro outros assuntos que serão discutidos nessa assembléia, está o do salário mínimo", a que se seguiriam ainda outras reuniões iguais ao longo do ano (*Jornal do Brasil*, 10 de abril de 1920, página 10; *Jornal do Brasil*, 11 de maio de 1920, página 12; *Jornal do Brasil*, 01 de junho de 1920, página 10).

Embora, provavelmente, impossibilitada pela falta de consenso entre as classes operárias e patronais ou mesmo pela dificuldade em fechar um mínimo contratual para todos os empregados envolvidos em uma fábrica, o salário mínimo parecia ter a partir da década de 1920 sido apropriado no repertório das classes operárias, pelo menos por parte das suas associações e uniões de classe, como podemos acompanhar nos informes da coluna "O Operariado", do *Jornal do Brasil*. Afinal, em 21 de agosto de 1920 seria a vez, também, do Sindicato dos Caixoteiros de Exportação usar o espaço do jornal para informar a realização de assembléia geral, "para tratar do salário mínimo e das oito horas de trabalho" (*Jornal do Brasil*, 21 de agosto de 1920, página 8). Em 8 de setembro, a União dos Operários em Fábricas de Massas Alimentícias convocava para a reunião os operários seus sócios, a ser realizada no domingo, dia 9 de setembro, "para tratarem sobre a questão do salário mínimo" (*Jornal do Brasil*, 8 de setembro de 1920, página 6). Um outro informe "de aumento do salário mínimo"

aparecia no dia 18 de novembro de 1920, agora a pedido do Sindicato dos Funileiros e Bombeiros Hidráulicos (*Jornal do Brasil*, 18 de novembro de 1920, página 12).

No mesmo ano de 1920, em que foram noticiadas constantemente a pauta do salário mínimo nas associações de classe, o Centro de Assistência Protetora dos Carpinteiros também havia criado uma comissão "encarregada de tratar da questão do salário mínimo" a qual "prestou esclarecimentos sobre o andamento dos seus trabalhos, prometendo apresentar dentro em breve o relatório respectivo" (*Jornal do Brasil*, 20 de maio de 1920, página 8). O trabalho da comissão aparece junto com a nota na qual o Centro dos Carpinteiros propunha a fundação de uma oficina por conta própria, "cujo capital seria obtido por meio de apólices ou cautelas". O assunto seria estudado por uma comissão a "apresentar o mais breve possível o seu parecer" (idem). Naquele mesmo ano, a União dos Operários em Construção Civil convocava os seus sócios para "tratar da tabela do salário que deve ser posta em prática a partir do dia 1º de agosto" (*Jornal do Brasil*, 22 de julho de 1920, página 9). Na edição do dia 16 de julho de 1920, o jornal havia publicado nota daquela União, na qual "nós, operários pintores, associados à União dos Operários em Construção Civil, participamos aos Srs. empreiteiros de pinturas que nós, em diversas reuniões de classe deliberamos pela segunda vez, o nosso salário mínimo de 10$ a começar em 1º de Agosto de 1920" (*Jornal do Brasil*, 16 de julho de 1920, página 8).

Vale ressaltar que a União dos Operários da Construção Civil teria, ainda, ao longo das décadas de 1920 e 1930 papel de destaque na mobilização de greves, boicotes e na reivindicação de direitos trabalhistas, dentre eles, o salário mínimo. Naquele primeiro momento, começo de 1920, o recado era dado em público, por meio do *Jornal*, acompanhado da respectiva ênfase, talvez, ainda ingênua: "Avisamos com bastante tempo para que depois não digam que não foram avisados com tempo preciso. Somos trabalhadores que uma vez cumpridores dos nossos deveres, reclamamos este direito" (*Jornal do Brasil*, 16 de julho de 1920, página 8). Percebemos, por meio desse conjunto de relatos coletados no *Jornal do Brasil*, como o salário mínimo assumiu naquele contexto do começo dos anos 1920 um lugar polissêmico de construção de repertórios de direitos trabalhistas. Interessante perceber ainda que a luta pelos salários mínimos se vinculava, também, a uma leitura das classes operárias ao encarecimento do custo de vida, que se dava naqueles anos de maneira vertiginosa nas cidades, em especial, no Rio de Janeiro. No dia 6 de agosto de 1920, publicava-se uma nota na qual a União dos Operários da Construção Civil,

> "em virtude do constante e progressivo aumento nos preços de todos os artigos indispensáveis à vida e dos alugueis das casas, sem justificativa alguma para que tal se dê visto que o stock de gêneros no país é tal que diariamente se carregam nas embarcações com gêneros apodrecidos nos grandes depósitos e mandados para a Sapucaí criminosamente, enquanto os trabalhadores com suas famílias morrem a fome (sic), vêem-se forçados a exigir dos empreiteiros um aumento de salário capaz de proporcionar-lhes ensejo de fazer face as mais urgentes necessidades" (*Jornal do Brasil*, 6 de agosto de 1920, página 11).

Uma singular leitura do contexto era feita pelos ditos operários, em que o aumento de preços nos serviços diversos acontecia e se impunha sobre eles, assinalando uma certa racionalidade que posicionava o salário mínimo diante do encarecimento da vida, como uma reivindicação legítima, afinal,

> "se um operário antes da guerra comprava um kilo de carne seca por 700 reis, idem de bacalhau 700 reis uma lata de banha com dois kilos por 1$800, uma lata de azeite por 1$500, um kilo de açúcar por 500 reis, aluguel de casa 50$000 e ganhava 7$000 (?) diários; quanto deve ganhar agora, que a carne lhe custa 2$200, bacalhau 2$, banha 4$000, azeite 7$000, açúcar 1$300 e aluguel de um sujo cômodo 70$000? Respondam-nos senhores empreiteiros? É capciosissima a vossa alegação de que o aumento dos salários é a causa dos encarecimentos da vida e se não explicarmos quais os motivos do encarecimento da vida nos anos de 1915 e 1916 quando baixáveis os

> salários a quantias verdadeiramente irrrisórias? Por que motivo não baixarem os preços proporcionalmente ao barateamento da mão de obra?" (idem).

Se os empreiteiros alegavam, de acordo com a fala dos operários, que a União deveria organizar os salários mínimos por classes, a União dos Operários respondia, de volta:

> "pois bem, organiza-os vós, dareis aos 3º o mínimo, aos de 2ª mais e aos de 1ª ainda mais, mas sabeis que não organizamos as tabelas por Sport, mas sim tendo em vista as necessidades imediatas de qualquer trabalhador para poder viver, e nós temos direito à vida. As tabelas dos salários mínimos são as seguintes: pintores 10$000; carpinteiros 12$000; pedreiros 11$000; e ajudantes 7$000. Serão executados a partir de 1º de agosto próximo os estucadores (sic) já conquistaram o seu salário mínimo de 11$000." (*Jornal do Brasil*, 6 de agosto de 1920, página 11).

Este registro demonstra que embora intensa, a figura do salário mínimo expressava critérios e um posicionamento crítico que ampliavam a simples definição de um piso salarial. Neste sentido, como vimos acima, o salário mínimo parecia estar referido inicialmente, na construção da sua demanda, a um contexto de encarecimento das condições da vida dos trabalhadores nas cidades. De outro modo, porém, ele vinha acompanhado de uma série de reivindicações, demonstrando que a questão econômica não aparecia dissociada de uma questão social. Após longo debate, em 01 de junho de 1920 ficamos sabendo que a União dos Alfaiates em "assembléia aprovou dentre outras propostas apresentadas a que pedia a nomeação de uma comissão de classe, para elaborar o memorial que deverá ser encaminhado aos industriais. Esse memorial conterá além do pedido de salário mínimo ou percentagem, a estabilidade de horário, condições higiênicas etc." (*Jornal do Brasil*, 01 de junho de 1920, página 10)

Entre idas e vindas, a causa indicada naquele memorial ganhava adeptos entre as diversas casas de alfaiataria, todas indicadas na reunião da União do dia 11 de junho de 1920 e listadas na coluna "O Operariado". Os próprios trabalhadores se antecipavam às possíveis e previstas reações das classes patronais, pois, ficava aprovada "a decretação e paralisação dos trabalhos nas casas que não responderam ao memorial-circular." (*Jornal do Brasil*, 12 de junho de 1920, página 11). No entanto, uma reportagem intrigante aparece neste momento. Na edição de 17 de junho de 1920, ao lado da demanda do Centro dos Operários Marmoristas pelo estabelecimento do salário mínimo e de "outras melhorias pedidas pelo Centro", aparece a foto de homens detidos pela polícia por se acharem em palestra na União da Construção Civil. O motivo alegado para a prisão de 16 homens deve-se à denúncia, feita há dias às autoridades policiais do 8º distrito da capital, de que na União da Construção Civil, à Rua Barão de São Felix, número 119, "reuniam-se vários indivíduos suspeitos que, além da franca propaganda anarquista que faziam, ainda serviam de sede daquela sociedade para depósito de material de destruição" (*Jornal do Brasil*, 12 de junho de 1920, página 11). A reportagem informa o cenário da invasão e detenção dos suspeitos:

> "O Sr. Dr. J. J. Moraes, Delegado do 8º Distrito, apesar da denúncia ter sido dada com a máxima segurança, não foi precipitado e levou o fato ao conhecimento do Sr. Delegado Auxiliar que se achava de dia, o qual achou prudente adiar para ontem as respectivas diligências. À tarde, o Srs. Octavio Ramos e Figueiredo Rocha, comissários, acompanhados do Sr. Pires Vaz, escrivão, e vários agentes do Corpo de Segurança, dirigiram-se à sede da União da Construção Civil onde encontraram vários indivíduos que conversavam animadamente. Quando as referidas autoridades entraram no recinto social, todos ficaram silenciosos havendo entre eles alguns que empalideceram, o que concorreu para que se formassem sobre eles veementes suspeitas. As perguntas das autoridades foram respondidas com evidente hesitação." (*Jornal do Brasil*, 17 de junho de 1920, página 10).

Após listar o material apreendido, "pólvora inglesa, pedaços de ferro, aço, pavios, estopins, cordas e outros apetrechos para fabricação de bombas de dinamita", além de uma pistola, uma navalha e, escondidas sob o

assoalho, "duas bombas e grande quantidade de lâmpadas servidas e cascas de ovos cheias de pixe e lacradas", o jornal oferecia a público os nomes dos detidos, destacando o fato de serem "todos de nacionalidade portuguesa, e não havia ninguém sem dinheiro" (idem). Segundo ainda a reportagem, todos alegaram não ter conhecimento do material apreendido na sede da União. Negativa irrelevante naquele contexto, pois, detidos no local, foram todos "removidos para a Repartição Central da Polícia, à disposição do 8º Delegado Auxiliar, que vai prosseguir no inquérito". Por fim, sem saber o real paradeiro daqueles detidos que negaram as acusações, a reportagem apresenta o desfecho da batida policial: "As declarações feitas pelos detidos nada adiantaram." (*Jornal do Brasi*l, 17 de junho de 1920, página 10).

As repressões ao movimento trabalhista e as diversas formas de perversão das falas das uniões dos operários, como evidenciam as reportagens do jornal, estão situados em no contexto de recrudescimento da perseguição àquelas associações que, naqueles anos, intensificaram as demandas, dentre as quais ganhava crescente atenção o salário mínimo. A demanda específica por sua fixação parecia ser, com efeito, matéria nova, portanto, possível de ser colocada em argumentos conflitantes, dependendo de quem para o salário mínimo se dirigia. Por isso, diante dos diversos movimentos daquele período em torno da construção dos direitos, a fim de evitar mal entendidos públicos com os leitores do jornal, na edição de 20 de junho de 1920, uma comissão de sócios da União dos Alfaiates do Rio de Janeiro compareceu à redação do *Jornal* para pedir a publicação de uma nota de esclarecimento sobre o tema do salário mínimo. Esta nota vinha como "resposta à entrevista que alguns proprietários de alfaiataria deram a um matutino desta capital". A nota produzida pela União voltava-se contra a entrevista dos proprietários, os quais obviamente se opunham ao contrato de um salário mínimo. Na fala dos operários:

> "Julgamos ser desnecessário fazer relato minucioso de tudo que diz respeito às imprescindíveis necessidades da manutenção da vida na atualidade, cujos meios de subsistência aumentaram 80 a 90%, e muitos deles sem justificação. E como a 'nevrose' da elevação dos preços atingisse quase todos os indivíduos que exploram os vários ramos de atividade, a ela não ficaram indiferentes os proprietários de alfaiataria. Assim é que, em menos de seis meses, os ternos que o público pagava 180$, 200$ e 260$, aumentaram vertiginosamente para 280$, 300$ e 350$000. Foi portanto depois de criteriosa e circunstaciadamente (sic) termos estudado esta situação, que a União dos Alfaiates resolveu patrocinar as aspirações dos seus sócios buteiros e estamos munidos das mais legítimas e irrefutáveis provas de que para sermos plenamente satisfeitos no que pretendemos, não será necessário ameaçar o público com o encarecimento da roupa, conforme se esforçou demonstrar um dos entrevistados pelo tal matutino." (*Jornal do Brasil*, 20 de Junho de 1920, página 8).

O debate sobre o salário mínimo foi intenso ao longo da década de 1920, inclusive, na exposição da novidade da ideia e das dificuldades em estipular este mínimo contratual para o trabalho. Assim, na edição de 15 de julho de 1923, ganha destaque o 1º Congresso Nacional dos Operários em Fábricas de Tecidos, onde foram debatidas as principais pautas do movimento operário têxtil daquele momento. Uma dessas pautas referia-se ao salário mínimo e às dificuldades encontradas na sua construção como um direito social, afinal, o salário mínimo, no repertório operário, não aparecia isolado, mas associado a outros valores de vida da classe trabalhadora. Assim, no entendimento dos operários, o salário mínimo poderia ser entendido diversamente, por hora, dia e mês; e mais:

> "Esta tese destina-se a ventilar princípios tendentes a fixar salários mínimos, a determinar a sua forma e igualdade, quando iguais as condições de local e espécie de trabalho, se bem a entendemos. É de grande necessidade essa fixação, especialmente tendo em vista o estabelecimento do direito da cooparticipação (sic) dos lucros. Sem essa providência, os trabalhadores acabarão recebendo como parte de lucros o seu próprio atual salário, e isso na melhor hipótese, a de ser honesta e bem dirigida a

> empresa onde trabalha, segundo o padrão moderno da honestidade e boa direção industrial. É difícil essa fixação porque a capacidade de trabalho dos indivíduos é infinitamente variavel e o critério para julga-la, muito deficiente, por não ter ainda uma modalidade definida e universalmente aceita. Um dos meios racionais, embora possa dar lugar a erros graves, seria o estabelecimento do valor econômico individual, relativo a sua utilização, por idade e constituição física, determinando porcentagens de salário mínimo, correspondentes ao valor estabelecido e em relação com o custo local das utilidades indispensáveis à vida... *mas essa forma é tão transcendente que só a enunciá-la nos atemorisa*. Mais simples será, tomara (sic) para ponto de partida os salários atuais, de dois anos a esta parte, comparando-os para achar as medias de cada local e espécie de serviço, fazendo do resultado a base inicial para o fim collimado (sic). Nesse sentido, uma das coisas mais urgentes é a uniformização dos salários para cada local e espécie de industria, estabelecimento para o serviço igual, salário idêntico, sem distinguir idades ou sexos, ressalvando apenas os serviços intelectuais ou morais que por sua própria natureza não sao passiveis de uniformização. Em suma – o operário precisa saber com segurança que em tal lugar, exercendo a sua profissão, tem tal rendimento para saber se nesse dito lugar pode viver, sustentando os encargos que tiver" (*Jornal do Brasil*, 15 de junho de 1923, página 11, grifo nosso).

Como vimos anteriormente, a figura do salário mínimo era requisitada quando do reconhecimento da necessidade de regulação do processo de acumulação pelas classes patronais, em particular, das condições de trabalho. Em seu sentido estrito, a figura do salário pressupunha o aceite de um sujeito mínimo do trabalho que, evidentemente, não correspondia à expansão e luta dos sujeitos do trabalho, em sua percepção de dignidade e justiça. Como quantificar um valor mínimo universalmente, quando as condições do trabalho e as próprias experiências particulares de cada trabalhador em cada local eram ressaltadas nas suas reuniões? Essa pergunta remete para a complexidade já vista por eles sobre o assunto, interpretando o salário mínimo para além da mera subsistência.

4. Considerações finais: o trabalhador nacional como solução mínima

No contexto da sua introdução na agenda do Estado brasileiro, o salário mínimo se conectava, de maneira mais ampla, com o projeto nacional de formação e valorização do trabalhador nacional promovido pelo Estado varguista.

> "É certo que o movimento operário havia perdido todo o ímpeto [...], tendo chegado às portas do movimento de 1930 fragmentado e derrotado. [...] Mas a luta sindical prévia à Revolução de 1930 foi tudo menos inexistente, e *todos* os institutos legais aprovados sob Vargas haviam figurado nas pautas de reivindicação das greves gerais de 1917 e 1919, e alguns poucos já haviam sido objeto da ação legislativa da Primeira República [...]. Vargas, desse ponto de vista, incorporou as demandas dos trabalhadores em seu projeto de construção estatal, traduzindo a seu modo o que deve ser encarado como um verdadeiro *espírito de época*" (Cardoso, 2010, p.216)

Segundo Adalberto Cardoso, a política trabalhista de Vargas consistia, propriamente, em deslocar para o interior do Estado os conflitos e as demandas que tinham presença na fala dos movimentos operários e sindicais. Deslocar para o Estado seria o mesmo que centralizar a questão social, transformando-a em linguagem institucional. Cabe destacar que esse processo não se efetiva de uma só vez por decreto; o que verificamos na documentação analisada é que, precisamente por ser uma figura ambígua no universo das causas trabalhistas

e tendo em vista a complexidade na sua definição, a noção de mínimos de sobrevivência parecia ser bastante delicada, se inserida de maneira imprudente na legislação trabalhista.

Ademais, o *sujeito mínimo* aparece nesse contexto, paradoxalmente, de uma maneira alargada. No difícil esforço de se concebê-lo, como vimos, alguns itens seriam considerados como parâmetros; transporte, vestuário, moradia e alimentação forneceram os subsídios para a sua definição. A alimentação, especificamente, e seu custo, teriam peso significativo nestas discussões. Emblemático desse contexto, o livro de Josué de Castro, *O problema da alimentação no Brasil*, publicado em 1934, tinha como propósito explicitar os hábitos sociais, eugênicos e higiênicos, do problema alimentar do brasileiro (Bezerra, 2012). Problema que não era restrito às camadas mais baixas da sociedade brasileira, pois também incluía os péssimos hábitos nutricionais dos grupos mais abastados. Sob o propósito de orientar os brasileiros a alimentarem-se de forma racional e pragmática, *O problema da alimentação no Brasil* se propunha a padronizar "o mínimo de alimentação das classes deserdadas e a alimentação racional dos trabalhadores para utilização proporcional de sua energia produtiva e para que se estabeleça um consumo verdadeiramente científico dos nossos produtos naturais" (Castro 1934, p. 13-14 apud Bezerra 2012, p. 162).

Neste mesmo contexto, um outro autor, José Messias do Carmo, marinheiro, médico e farmacêutico, publicou em 1937 um estudo que, pelo menos sob o tema geral, afinava-se com o trabalho anterior de Josué de Castro. Em *A política alimentar brasileira*, Carmo situava o problema da alimentação

> "como uma questão de sociologia e de economia política, tendo como causas imediatas: trabalhadores com salários incapazes de assegurar sua sobrevivência; custo de vida que sobe em progressão geométrica, ao contrário dos salários que aumentam em progressão aritmética; e ausência de educação alimentar" (Carmo, 1937, apud Bezerra, 2012, p. 163).

Esta tese já aparecia de uma maneira discreta, mas firme, na década de 1920, quando eram colocadas as primeiras teses sobre a questão social como uma questão biológica. Em reunião de 15 de junho de 1926 no Conselho Municipal do Distrito Federal, o Sr. Salles Filho afirmava que, no Brasil, tudo estaria ainda por fazer, constituindo o analfabetismo e a pobreza em grandes empecilhos "para lutas que se travam no terreno das ideias pelo trafico das opiniões"; o argumento chegava até o salário mínimo. Vamos a ele:

> "E é por essa causa principalmente que no Brasil, tudo está por ser feito. Enquanto que outras nações pacificamente já conseguiram resolver os problemas mais importantes, impondo limites ao direito de propriedade, estabelecendo o dia de oito horas de trabalho, e fixando o salário mínimo, fulminando com o imposto progressivo os latifúndios, entre nós se permite, sem regulamentação eficiente, o trabalho das crianças e das mulheres nas fabricas e, sem nenhum exagero, o proletário agrícola ainda é o servo da gleba. Não existe questão social. O espetáculo que se nos depara, no entanto, é o da sociedade dividida em duas classes, uma pouco numerosa, constituída dos ricos e opulentos, que explora a outra, maior, muitíssimo maior, constituída dos pobres, dos que padecem e dos que trabalham. (Apoiados) Certo, para corrigir esta desigualdade só dois caminhos se conhecem: um dentro da lei, dentro da ordem, à qual nos devemos apegar, e outro, oposto, aquele que cumpre evitar, no qual a sociedade se revolve em seus embasamentos. Obra, portanto, de benemerência, de previsão social, obra, se quiserdes, de defesa nacional, será aquela que tenha por objeto resguardar nossas populações pobres desses sofrimentos, que não afetam, apenas, a elas, mas interessam a toda a sociedade. É obra de benemerência, de previsão, porque não é feita em nome da caridade, que seria humilhante, mas nome da própria ciência, sobre a qual deve repousar todo o edifício político: a higiene social, que nos ensina que a inferioridade social procede a inferioridade biológica. (Apoiados)" (*Jornal do Brasil*, 16 de junho de 1926, pagina 16).

Com efeito, se o tema predominante do salário mínimo na década de 1930 voltava-se para a ideia de um mínimo alimentar, esta ideia, contudo, já aparecia lançada na década de 1920. Em realidade, a alimentação como item central para a concepção dos mínimos de subsistência esteve presente no debate da remuneração dos trabalhadores desde o século anterior e, no Brasil, neste período.

Em 1925, os patrões pressionados pela mobilização dos trabalhadores, valeram-se do salário mínimo como uma estratégia de acomodação e negociação no intuito de preservar os seus principais interesses, isto é, o lucro. No relatório de 1925, o patronato, de uma lucidez classista, reconhecia o que estava sendo colocado em risco ao não dialogarem com a classe trabalhadora. Deste entendimento, para evitar um dano maior, apresentavam publicamente o salário mínimo como um mal menor do que outras demandas reivindicadas pelos sindicatos e uniões operárias. Eles argumentavam que

> "Há Códigos de Trabalho em alguns países que consagram princípios avançados, mas que ninguém executa. Que vantagem traria para o Brasil uma lei assim? Cumpre mesmo notar que na Europa há correntes poderosas entre os operários que não são favoráveis à participação de lucros. Preferem as caixas de pensões, o aumento de salários e, principalmente, seja estabelecido o salário mínimo" (*Jornal do Brasil*, 16 de agosto de 1925, página 10).

O clima de disputa entre as classes era mesmo intenso naquela década de 1920, abrindo o cenário para a década seguinte, quando é oferecido lugar constitucional para a questão do salário mínimo em 1934. Neste processo, foi referendada a outras questões, como o custo de vida, a alimentação do trabalhador, a higiene das fábricas, a normatização do trabalho e, até, uma campanha para o uso de sapatos, que "teria pontos de contato com o problema do salário mínimo. Muita gente não usa sapatos por falta de recursos" (*Jornal do Brasil*, 28 de abril de 1934, página 5). A partir de 1930 o salário mínimo se vincularia a um projeto de construção do trabalhador nacional, inclusive, sujeitando-o à produção institucional de um sujeito mínimo. As comissões ministeriais, os decretos governamentais e, por fim, o lançamento do primeiro piso salarial em 1º de maio de 1940, indicam, para nós, que o salário mínimo era também uma solução simbólica para um campo de disputas em torno do trabalho, no qual Estado, patrões, sindicatos e trabalhadores apresentavam diferentes lugares e interpretações sociais.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Marialva (2007). *História cultural da imprensa: Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro: Mauadx, volume 1.

BEZERRA, José Arimatea Barros (2012). Educação alimentar e a constituição de trabalhadores fortes, robustos e produtivos: análise da produção científica em nutrição no Brasil, 1934-1941. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de janeiro, v. 19, n. 1, p. 157-179.

CALSING, E. F. (1978). A Política Salarial no Brasil - um estudo do salário mínimo. *Dissertação (Mestrado).* Rio de Janeiro: IUPERJ. 243f.

CARDOSO, A. (2010). *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades.* Rio de Janeiro: FGV.

CUNHA, O. M. (2002). *Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

DIAS, E. (1977). *História das lutas sociais no Brasil.* São Paulo: Alfa-Ômega.

ENGELS, F. (2008 [1845]). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, segundo as observações do autor e fontes autênticas.* (B. A. Schumann, Trad.) São Paulo: Boitempo.

NUNES, R. (2003). Instituições e Teoria no Pensamento Econômico das Primeiras Décadas do Século XIX. *Anais do XXXI Encontro Nacional de Economia da ANPEC*. 9 a 12 de dezembro, Porto Seguro, Bahia, Brasil. Acesso em 22 de novembro de 2014, disponível em http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/A15.pdf

RICARDO, D. (1996 [1817]). *Princípios de Economia Política e Tributação.* (P. H. Sandroni, Trad.) São Paulo: Editora Nova Cultural.

SABOIA, J. (1985). *Salário Mínimo: a experiência brasileira.* Porto Alegre: L&PM Editores.

SANTOS, W. G. (1987). *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira.* Rio de Janeiro: Campus.

SILVA, E. F. (2009). Salário Mínimo: a desindexação entre a norma, o fato e o valor. *Dissertação (Mestrado)*. Rio de Janeiro: IUPERJ; Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados. 196f.

THOMPSON, E. P. (2002 [1963]). *A formação da classe operária inglesa. Volume II - a maldição de Adão.* (D. Bottman, Trad.) Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Estado e Sociedade na Gênese da Legislação Trabalhista Brasileira

Valéria Marques Lobo
Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História e pesquisadora do Laboratório de História Política e Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.
valerialobo.ufjf@gmail.com

Resumo: O objetivo da comunicação é analisar o processo de formação do Direito do Trabalho no Brasil, compreendido em sua face coletiva e individual, buscando verificar em que medida a iniciativa estatal no sentido de fixar uma legislação sindical e trabalhista resultou da ação e organização dos trabalhadores. Identificando a presença da preocupação com a questão social já nos primórdios do período republicano, argumenta-se que não apenas a forte componente estatal impressa na origem desse conjunto de leis, mas também o fato de que essa legislação refletia largamente as expectativas e interesses dos trabalhadores urbanos, foi fundamental para que se consolidasse uma tradição que tende a inibir a realização de mudanças mais profundas no direito coletivo e individual do trabalho no Brasil, oferecendo estabilidade ao complexo institucional que está na base das relações sociais no país, notadamente legisladas e, por conseguinte, judicializadas.
Palavras-chave: Relação Estado/ Sociedade, Cidadania, Direito do Trabalho, Sindicatos

Nas últimas décadas no século XX, ocorreu uma série uma série de mudanças no mundo do trabalho, em geral associadas a mudanças tecnológicas, gerenciais e nos padrões de concorrência internacional. No plano mundial, embora tenha havido uma reação generalizada dos trabalhadores a essas transformações, seu procedimento não é unívoco. De acordo com Richard Locke e Katherine Thelen (1998), as pressões sobre as configurações institucionais que modelaram as relações de trabalho em diversos países, decorrentes daquelas mudanças, têm sido objeto de reações **diversas** por parte do movimento sindical, porque afetam distintamente as estruturas de incentivos que modelam os *interesses* dos atores envolvidos e os *recursos de poder* de que esses dispõem para enfrentar tais pressões, associados ao ambiente institucional de cada país. Os autores sugerem que o impacto de tais pressões incide não apenas sobre os interesses dos atores, mas também no universo simbólico dentro do qual esses constituem suas identidades. Nesse sentido, não apenas *interesses* e *recursos de poder* diferenciados aparecem como aspectos relevantes para informar a resistência oferecida a determinadas pressões. No caso do movimento sindical, tal resistência pode estar associada à tentativa de preservação de aspectos fundamentais na definição de sua identidade no plano nacional e à forma como se insere na *economia política* de cada país.
No Brasil, dada a configuração do sistema de relações de trabalho, o tema da "desregulamentação" adquire centralidade. Nos anos 90, ganham proeminência as discussões em torno da subtração da presença do Estado nas esferas relacionadas ao Capital e ao Trabalho. Do ponto de vista do movimento sindical, o hiato entre uma retórica em prol da autonomia/liberalização e a efetiva resistência à sua concretização deriva, provavelmente, do fato de situar-se a ação estatal no centro de um dos projetos fundadores do sindicalismo brasileiro. Ao mesmo tempo em que a iniciativa do Estado foi essencial na promoção de certo padrão de bem estar aos trabalhadores, o discurso que revestiu essa prática lhes conferiu identidade, ao frisar que a legislação e a estrutura organizativa forjada por iniciativa estatal os diferenciava daqueles que não estavam incluídos no mercado formal de trabalho.
Assim, entre os anos 30 e a década de 80, o movimento sindical alternou entre a perspectiva da autonomia impressa nos primórdios da organização sindical no país e o apego à estrutura oficial erigida nos anos 30. No âmbito das relações de trabalho, oscilou-se entre a expectativa de preservação do caráter legislado das relações de trabalho e uma ação voltada para a esfera política e a negociação direta entre Capital e Trabalho. No plano mais geral da política social, o sindicalismo oscilou entre o apego à *cidadania regulada* e a expectativa de universalização da política social. Na década de 80, essa disjuntiva estava em vias de ser superada nos meios sindicais. Entretanto, nos anos 90, as iniciativas orientadas para o mercado no plano da economia e das relações de trabalho produziram *efeitos perversos* sobre o movimento sindical. Após uma década de emergência e afirmação, os sindicatos tiveram seu poder de barganha arrefecido em face daquelas transformações.

Não obstante a natureza múltipla de tais mudanças, salta aos olhos a importância atribuída à desregulamentação por parte do Governo e empresários e a reação sindical à mesma. Uma parte importante do movimento sindical, representado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), embora tenha suas origens assentadas justamente na defesa da autonomia sindical e do fortalecimento da Negociação Coletiva, reagiu às iniciativas governamentais no sentido de transferir a definição de certas garantias para a esfera das relações diretas entre Capital e Trabalho, ademais de jamais ter chegado a um consenso quanto à extinção da unicidade e da contribuição sindical compulsória.

O que se observa é, pois, que, para além de implicações materiais da desregulamentação, os aspectos simbólicos que envolve tendem a constituir razão relevante da resistência de uma parcela significativa do movimento sindical à sua efetivação, tendo em vista a importância histórica da ação estatal na fundação da estrutura sindical e na promoção da legislação que atribui aos trabalhadores uma série de benefícios, como aqueles que encontram-se reunidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A força simbólica da regulação estatal é de tal ordem evidente que desregulamentar significava, no âmbito da retórica governamental dos anos 90, romper com a "Era Vargas".

Por outro lado, o peso simbólico da regulação estatal na trajetória do movimento sindical brasileiro evidencia-se no tratamento que a literatura lhe conferiu, ora colocando-lhe um acento positivo – no sentido do rompimento com o suposto amorfismo da sociedade brasileira -, ora sublinhando, em tom de reprovação, a perda de autonomia que a regulação estatal teria produzido. Assim, nos estudos do que vem antes da regulação estatal e do que pretende afirmar-se como sua superação, essa é quase sempre a referência analítica central à compreensão da trajetória do movimento sindical brasileiro. Além disso, tais estudos tendem a ressaltar o caráter de ruptura que estaria impresso na história do movimento sindical brasileiro, bem como da trajetória de constituição da legislação trabalhista e sindical, suposto que busco relativizar neste artigo. Em contraposição a isso, defendo que o sucesso da política getulista para os trabalhadores deriva, inclusive, da forte correspondência entre a legislação trabalhista de Vargas e as demandas irradiadas pelos trabalhadores na Primeira República. Por outro lado, embora sob Vargas a legislação trabalhista tenha recebido um tratamento bem mais sistemático do poder público que nas primeiras décadas da República, a preocupação em regular as relações de trabalho já estava presente naquele período, o que denota uma certa continuidade na fixação das leis trabalhistas, facilitando sua absorção e favorecendo o desenvolvimento de uma *tradição*.

Em geral, a despeito das várias subdivisões, a trajetória do sindicalismo brasileiro é identificada pela presença de três grandes fases: o movimento operário da Primeira República; o movimento sindical constituído sob a égide da regulação estatal, a partir dos anos 30; e o Novo Sindicalismo, nascido em fins dos anos 70[1]. Para todos esses períodos é possível encontrar interpretações que ressaltam o papel ativo do movimento operário. Por outro lado, em alguns estudos, num contraste quase que incidental entre duas fases, o movimento sindical é visto a partir de suas diferenças e de modo desconectado.

Assim, entre os atributos do movimento operário pré-30, destacou-se desde uma forte presença militante de forças bem definidas ideologicamente até sua fragilidade organizativa e baixo poder de mobilização, traços eventualmente situados no contexto de uma industrialização, de uma sociedade urbana e de uma classe operária ainda incipientes, no quadro de uma economia predominantemente agrário-exportadora. Quanto ao movimento sindical do período compreendido entre 1930 e 64, privilegiou-se, até recentemente, o tratamento daqueles traços que oferecem os contornos de um sindicalismo de Estado, quais sejam, burocratização, hiato líderes/bases e, por conseguinte, baixa capacidade de mobilização. Por seu turno, o Novo Sindicalismo foi concebido, pelo menos nos primeiros estudos acerca do tema, como algo inteiramente inovador, diferente dos dois modelos anteriores, tanto por sua ação como por suas proposições.

Esta mesma idéia de ruptura e diversidade estará presente no imaginário dos próprios militantes sindicais, seja por obra de uma bem montada estratégia governamental, seja em decorrência do alcance hegemônico de um discurso que separa duas tradições pela negação de uma delas. Conforme salientou Marco Aurélio Santana, via Hobsbawn, os intelectuais cumprem um papel precípuo no processo de *invenção de tradições* e os historiadores, a despeito de seus objetivos, "*contribuem, conscientemente ou não, para a criação, demolição e reestru-*

1 Outras sugestões de periodização podem ser encontradas, p. ex., em RODRIGUES, 1968; SIMÃO, 1966 e WERNECK VIANNA, 1999.

turação de imagens do passado que pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública onde o homem atua como ser político"[2].

Nesse ponto, cumpre mencionar dois autores que, de uma maneira ou de outra, partindo de motivações diversas, construíram imagens de um passado cuja herança deveria ser rejeitada. Trata-se de Oliveira Vianna e de Francisco Weffort. Longe de pretender atribuir equivalência às duas obras, em sua consistência e importância para a compreensão da formação social brasileira e para a história das ciências sociais no país, cabe mencionar e comparar os dois autores pela sua influência na construção do imaginário sindical em dois momentos distintos da trajetória do sindicalismo brasileiro.

O primeiro, ao atribuir à sociedade brasileira uma natureza *invertebrada, desarticulada*, avessa à luta de classes, postula para o Estado um papel demiúrgico, no sentido de construir uma sociedade coesa, na qual a colaboração de classes seria atingida por meio de uma legislação social que, ao conceber os benefícios trabalhistas como um *direito*, integraria todos os cidadãos num projeto comum. Com base nessa noção, o governo nascido com a revolução de 1930 faz tábula rasa do movimento operário e da legislação sindical das primeiras décadas da República e cria uma legislação social que será apresentada como dádiva de um Estado benevolente aos trabalhadores indefesos e incapazes de organização autônoma. Engendra-se, assim, o mito do Estado protetor e clarividente, capaz de se antecipar a uma sociedade fraca e desarticulada e criar leis em resposta a demandas que nem sempre podem ser verbalizadas, dadas as características dessa sociedade[3].

Por seu turno, a obra de Francisco Weffort, saudada como uma nova maneira de abordar a trajetória do movimento sindical, olhando-a inclusive a partir de sua dinâmica interna, embora procure romper com a noção de *atraso da classe operária brasileira*, acaba por situar-se na origem de uma vertente que tende a ressaltar os aspectos negativos do sindicalismo compreendido entre 1945 e 1964 e que informará e/ou reforçará em determinados setores sindicais dos anos 70 um discurso, subjacente ao qual, a eficácia do movimento sindical supunha a negação de tudo aquilo que de alguma forma se identificasse com aquele movimento. Crítico da estrutura sindical que se afirmara na vigência do Estado Novo, o autor assinala que o Partido Comunista acabou por reforçá-la, atrelando o movimento sindical àquela estrutura e ao Estado que lhe dava suporte. O distanciamento em relação às bases e a opção por uma atuação de cunho político, em detrimento das reivindicações situadas na esfera econômica, dariam os contornos da política dos comunistas (Weffort, 1970).

O sucesso do *golpe de Estado* de 1964 atestaria o caráter efêmero daquela orientação, que deveria ser enterrada junto com o Estado *populista*. Nada, pois, que se vinculasse ao sindicalismo pré-64 poderia ser herdado por um *novo* movimento sindical. Com efeito, o *novo sindicalismo* ganhará expressão a partir da crítica à estrutura corporativa, chegando mesmo a rejeitar a aliança com os herdeiros dos setores sindicais hegemônicos no pré-64, por diversas vezes taxados de *pelegos*, expressão, aliás, que ganhará sentidos diversos nos anais sindicais, significando mais aquele a quem se deseja contrapor, do que propriamente um amortecedor de conflitos[4].

2HOBSBAWN *apud* SANTANA, 1998, pp. 19-35. Santanna retomou as considerações de Hobsbawn acerca do fenômeno da "invenção de tradições" ao atribuir de certa forma a negação postulada em relação ao novo sindicalismo de qualquer vínculo com o movimento sindical anterior. Este hiato entre duas tradições foi também verificado por outros autores a respeito do sindicalismo pré e pós 30. Cf., por exemplo, DIAS, 1977; MORAIS FILHO, 1978.

3 A visão de Oliveira Vianna acerca da formação social e das características da sociedade brasileira aparece em várias de suas obras. É tema principal de "Populações Meridionais" e incidental em "Instituições Políticas Brasileiras" e, mais ainda, em "Direito do Trabalho e Democracia Social", servindo, nesses últimos, para subsidiar os estudos e proposições do autor acerca do Estado e do direito social no país. Cf. VIANNA, 1951 e VIANNA, 1987.

4 Em resenha publicada na "Revista de História", Paoli, Sader e Telles saúdam a obra de Weffort, a qual teria inaugurado "uma funda revisão crítica da natureza e dos limites do sindicalismo populista [e posto] em questão a *imagem do atraso* [da] classe operária". Cf. PAOLI et ali, 1983, pp 129-149. Por seu turno, Santana assinala que a obra de Weffort será fonte fomentadora das divisões do movimento sindical nos anos 70, informadas por uma visão crítica desenvolvida pelo grupo que daria origem ao novo sindicalismo em relação aos sindicalistas vinculados ao movimento pré-64, cujas orientações e práticas teriam atrelado de modo definitivo "os destinos do movimento sindical aos do Estado populista e com ele seria derrotado em 1964". E conclui sugerindo que este sindicalismo e seus herdeiros deveriam "ser esquecidos". Weffort *apud* Santanna, op. cit., p. 24-25).

Dessa forma, é na perspectiva de tradições diversas e desconectadas que a história do sindicalismo brasileiro será contada, e é sobre um discurso que nega o passado que o movimento sindical constituído nos anos 30, bem como aquele que irrompe a cena política no final dos anos 70, vão se afirmar. Nesse ponto, cumpre citar Eder Sader, quando assinala que

> *constitui-se um novo sujeito político quando emerge uma matriz discursiva capaz de reordenar os enunciados, nomear aspirações difusas ou articulá-las de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam nesses novos significados (...) assim, em nosso caso, na emergência dos novos atores sociais, das novas configurações e identidades dos trabalhadores no cenário público, no que parece o início de um novo período na história social de nosso país, nos deparamos com o nascimento de formas discursivas que tematizam de um modo novo os elementos que compõem a existência desses setores sociais.* (Sader, 1988: 60)

A ênfase concedida à regulação estatal nos estudos sobre o movimento sindical brasileiro reitera-se nas análises sobre a origem das modernas políticas sociais no País. É o que se verifica com o tema da outorga, supostamente a forma como se processou o nascimento da legislação social e trabalhista no Brasil[5]. Nas últimas décadas, a hipótese que vincula a implementação dessas leis às demandas operárias da Primeira República tem adquirido relevo. Nesta direção, cumpre destacar, além da obra de Werneck Vianna (1999), os trabalhos de Gomes (1988) e, mais recentemente, de Paranhos (1999). Os autores partem de uma noção, segundo a qual, o Estado nos anos 30 *rouba* a *palavra operária* do início do século, expressa por variadas formas de manifestação, e a transforma em *palavra do Estado*, através da criação da legislação trabalhista, sem que, no entanto, se faça qualquer referência àquela que lhe serve de inspiração. Embora retomada em trabalhos mais recentes, esta hipótese já havia sido sistematizada desde, pelo menos, o início dos anos 50, quando Morais Filho escreveu seu clássico *O Problema do Sindicato Único no Brasil*. Nesse livro, o autor chama a atenção para o nexo existente entre a legislação trabalhista do pré e do pós-30, lembrando, inclusive, que o próprio Oliveira Vianna, cuja obra será marcada pela idéia de desarticulação da sociedade brasileira, confessara, referindo-se ao período anterior a 1930, que "*uma das suas maiores surpresas se constituiu na descoberta desses direitos costumeiros, dessas praxes normativas que regulavam a vida dos trabalhadores, em suas relações com os patrões*" (Morais Filho, 1978: 219). Nos termos de Oliveira Vianna,

> *o nosso maior labor foi antes o de dar uma técnica legislativa e sistematização a esse direito costumeiro encontrado, a este complexo de normas e costumes que nos havia sido revelado e que regulava (...) a atividade dos nossos trabalhadores e as suas relações com o patronato. O mérito dos técnicos do Ministério (...) foi antes de sistematização de um direito já existente do que propriamente da criação de um direito novo* (Vianna, *apud* Morais Filho, 1978: 219).

E, no entanto, a política social *getulista* aparece, na esfera do discurso governamental, como dádiva, já que para obter franca adesão dos trabalhadores era necessário não apenas romper com o passado, mas subtraí-lo da memória operária.

O conflito entre o discurso e as informações que se tem da realidade está presente desde o início do governo Vargas. E é desse conflito que advém a legislação trabalhista dos anos 30. Por conseguinte, é nesse embate entre a realidade sobre a qual se pretende atuar e o discurso que reveste o nascimento do *novo* que se deve buscar a chave para a compreensão acerca das razões que levaram o governo Vargas, desde sua fase *revolucionária*, a adotar uma legislação de amparo ao trabalhador, uma vez que o movimento sindical estava ausente da aliança portadora do projeto de criação do novo Estado e, de resto, segundo a veia que seria posteriormente explorada por esse governo, desmobilizado e ausente da cena nacional. Por outras palavras, considerando o Governo como um agente dotado de *racionalidade*, cumpre indagar acerca das razões que o motivam a ofertar uma

5 Cf., p. ex., WERNECK VIANNA, 1999.

legislação que beneficiaria um setor social que estava desarticulado e era irrelevante no conjunto da sociedade, num contexto em que para legitimar-se o novo governo deveria dar conta de inúmeros interesses dos quais eram portadores setores muito mais expressivos.

As declarações de Juarez Távora e Antônio Carlos em relação às *massas trabalhadoras*, ao mesmo tempo em que indicam que não estava no horizonte dos revolucionários juntar-se ao *populacho* e tampouco empreender reformas sociais, expõem todo o temor quanto à ação subversiva das camadas populares e ajudam a compreender as razões que informam a criação da legislação social nos anos 30. O temor de Juarez Távora expressa-se nas seguintes palavras: "*...e quem entre nós seria capaz de prover às ultimas consequências da subversão social criada pela dominação incontrolável do populacho?*". De sua parte, Antônio Carlos, além da célebre frase a ele atribuída, "*façamos a revolução antes que o povo a faça*", afirmara, logo após a Revolução de 1930, que "*as forças que agiram para o êxito definitivo, não tiveram em vista nenhuma transformação da ordem social*" (Pinheiro, 1977: 59-60).

Tomando por referência tais manifestações, infere-se que a legislação foi criada em função do medo de uma eventual ação diruptiva da classe trabalhadora, e, posteriormente, a idéia de outorga seria difundida para facilitar o apoio e adesão à estrutura sindical, pela qual se atingiria a colaboração de classes *necessária* ao processamento da industrialização substitutiva. No âmbito do discurso oficial, todavia, a defesa da colaboração de classes supunha, ao contrário do potencial diruptivo, a passividade dos trabalhadores brasileiros, que deixados a esmo no moinho satânico das relações liberais, jamais seriam capazes de constituir-se como classe e obter benefícios em forma de *direito*. A reação à exploração do trabalho corresponderia, quando muito, a atitudes individuais de protesto, como a rejeição ao trabalho, impressa em tipos como o *malandro*. Assim, o mito da outorga parece ter sido criado para estabelecer um corte entre duas tradições do movimento sindical, uma vez que, durante toda a década de 30, o Governo insistiu na tese da ausência de organização pretérita do operariado e de iniciativas ligadas à criação de leis trabalhistas, conforme ilustra famoso discurso de Vargas dirigido aos trabalhadores, que passo a transcrever.

> *"tendes uma legislação que vos foi concedida sem nenhuma exigência, imposição ou pressão de qualquer ordem, mas espontaneamente. E isso é exatamente o que constitui o traço predominante que nos coloca, em matéria de legislação social, acima de todos os países. O que se chama de reivindicações trabalhistas não foram jamais obtidas em qualquer país, como estão sendo aqui verificadas. No Brasil, não há reivindicações neste assunto. Há concessões. Concessões do governo aos eficientes colaboradores, que são os trabalhadores, quer braçal, quer intelectual."*

Contudo, conquanto no âmbito do discurso Vargas desconhecesse a presença de qualquer organização em matéria sindical, na prática cooptava ou reprimia antigas lideranças, num duplo movimento de desmobilização e mobilização, conforme assinalou Vianna (1999).

O reconhecimento da questão social por Vargas fica claro já na Plataforma da Aliança Liberal, onde o proletariado é percebido como "*uma classe numerosa, cuja situação é fácil melhorar*" (*Apud* Pinheiro, 1977: 177). Já aí, além do caráter inédito da legislação elaborada nos anos 30, encontra-se presente a idéia de tutela e harmonia de classes, cara ao formato relacional sobre o qual o Estado conduziria o projeto de industrialização nacional. Ainda dentro da Plataforma, Vargas indica que

> *se nosso protecionismo favorece os industriais, em proveito da fortuna privada, corre-nos também o dever de acudir ao proletariado com medidas que lhe assegurem relativo conforto e estabilidade e o amparem nas doenças, como na velhice* (*Apud* Werneck Vianna, 1999: 161).

Ora, a Lei Eloy Chaves[6], que significou o primeiro passo na sistematização do direito previdenciário no Brasil, data de 1923 e, todavia, não mereceu qualquer menção pelo então candidato à Presidência. Mais uma vez, a

6 A Lei Eloy Chaves criava a Caixa de Aposentadorias e Pensões e dava estabilidade após dez anos no emprego aos ferroviários.

recusa em referir-se aos benefícios preexistentes é ilustrativo do caráter de outorga sob o qual a legislação trabalhista será apresentada, e que será útil no sentido de mobilizar um movimento que viesse a estabelecer relação prioritária com o Estado, conforme atesta o formato que mais tarde assumiria a estrutura sindical. Noutra declaração de Vargas, já como chefe de Governo, essa intenção fica clara, ao mesmo tempo em que deixa transparecer sua preocupação com a oposição à estrutura sindical que se buscava edificar: *o melhor meio de garanti-lo* [o capital] *está, justamente, em transformar o proletariado numa força orgânica de cooperação com o Estado, e não o deixar, pelo abandono da lei, entregue à ação dissolvente de elementos perturbadores (*A*pud* LOWY, 1980: 30).

Remontar à trajetória do movimento operário das primeiras décadas da República é, pois, essencial para compreender o temor em relação à classe operária e, assim, subsidiar a discussão acerca dos antecedentes da política social do Governo Vargas, a qual, embora constituída sob o signo da outorga, seguramente buscou inspiração naquele movimento.

A contraface do mito da outorga é a trajetória da política social brasileira antes de Vargas. Desde os primeiros anos da República, os debates acerca das condições de vida dos trabalhadores se fazem presentes nos meios operários e jurídicos, encontrando ressonância no Parlamento. Nomes como Evaristo de Morais, Maurício de Lacerda, Arthur Orlando, Inácio Tosta, Nicanor do Nascimento, Alberto Sarmento, entre outros, são testemunhos da presença da *questão social* já nos primórdios da República. Naturalmente, não se pode perder de vista que a industrialização e a classe operária eram ainda incipientes e, por isso mesmo, os trabalhadores não cumpriam papel central no desenrolar dos acontecimentos. Além disso, qualquer análise acerca da ação operária no Brasil deve levar em conta a natureza periférica do capitalismo no país, que desde o início se faz com base no *capital intensive*, isto é, com investimento em tecnologia poupadora de mão-de-obra. Esse formato, numa sociedade que se urbaniza rapidamente, tende a fragilizar a capacidade associativa dos trabalhadores industriais, em função da presença de uma dilatada *população excedente*. Com efeito, exceto em alguns períodos, a sociedade brasileira em geral apresentou, até os anos 50, índices de urbanização mais elevados que os de geração de vagas no mercado formal de trabalho, com repercussões sobre o movimento operário em todos os períodos. Contudo, se esse fator afeta a capacidade associativa da classe operária, sua presença não chega a impedir a organização daquela. Portanto, não se pode incorrer no erro oposto de desconhecer a presença de um operariado que, embora em fase inicial de formação, já comparecia na cena nacional, portando reivindicações e protestando, em graus diversos de radicalismo, contra as condições de vida e trabalho impostos por um processo de industrialização que se fazia acompanhar de altas taxas de exploração do trabalho, tal como é comum às primeiras fases de qualquer processo de industrialização fixado em princípios liberais. Evaristo de Morais, advogado trabalhista do início do século, presta seu testemunho a respeito da organização operária no período, quando atesta que

> *A organização operária que se vai fazendo nesta cidade trouxe, como principal consequência, a multiplicação das greves. Não é ocasião de aprofundar o assunto, indagando se há aqui, efetivamente, entre as classes trabalhadoras, os meios de resistência necessários para essas manifestações coletivas do direito de não trabalhar. Verdade é que tivemos que assistir, nos últimos anos, ao irrompimento d'umas cinco ou seis greves, quase todas bem sucedidas*. (Morais, 1971: 60, grifo da autora).

Assim, ressalvadas as particularidades da industrialização e da sociedade capitalista no Brasil, sobre as quais muito já se discorreu, as manifestações dos trabalhadores brasileiros do início do século revelam que, mesmo num contexto adverso, a acumulação capitalista desprovida de níveis mínimos de proteção social suscita a reação da sociedade, dando origem à ação reguladora do Estado e às leis sociais[7].

Desse modo, no Brasil, as primeiras leis trabalhistas, contrariamente ao discurso palaciano dos anos 30, fo-

7 Polanyi (1980) concebe o liberalismo como uma *rematada utopia*, pois, em meio ao processo de industrialização e assalariamento, a sociedade desenvolve mecanismos de autodefesa, cuja resposta, a regulação pelo Estado, atentará, inexoravelmente, contra os princípios do liberalismo.

ram, inclusive, bastante precoces. A primeira Constituição republicana já proclamava, ainda que muito genericamente, segundo Morais Filho, o "direito de associação e reunião". Em 1907 regulamenta-se a criação de sindicatos profissionais que, dentro do ideário liberal, eram livres e autônomos, considerados, portanto, pessoa jurídica de direito privado. Ainda em 1891, verifica-se o primeiro decreto regulamentando o trabalho do menor (Munakata, 1981).

Em 1911 e 1917, como resposta a reivindicações operárias, aparecem vários regulamentos sanitários, limitando o trabalho feminino a determinadas condições (Simão, 1966). Também em 1911 é criado em São Paulo o Departamento Estadual do Trabalho, que chega a realizar pesquisas pioneiras e sistemáticas "sobre custo de vida, mercado de trabalho, salários e acidentes de trabalho"[8]. Em 1918, com o objetivo de sistematizar a legislação trabalhista, é instalada na Câmara Federal dos Deputados a Comissão de Legislação Social, que, já no ano seguinte, cria a lei de acidentes de trabalho, posteriormente reformulada.

A partir daí, a ortodoxia liberal começa a ceder lugar de modo mais nítido à intervenção estatal no âmbito das relações de trabalho, o que decorre de uma série de fatores, tais como o aumento e diversificação do parque industrial brasileiro, a partir da Primeira Guerra; o subsequente aumento da população operária; a influência da Revolução Russa nas regiões de maior concentração operária; a Paz de Versalhes, com diretrizes que obrigavam os países signatários a legislar sobre a questão social; e a organização partidária dos comunistas, em 1922.

Nesse período, além da legislação, a preocupação com a questão social pode ser também observada através da fala de alguns presidentes. Delfim Moreira, Epitácio Pessoa e Washington Luis encontram-se entre os que se manifestaram explicitamente sobre o assunto. Em maio de 1919, Delfim Moreira, ocupando interinamente a Presidência da República, envia mensagem ao Congresso nos seguintes termos:

> *As concessões relativas ao Trabalho exigem uma legislação interna adequada e prática, que lhes consubstancie as bases fundamentais, respeitadas as particularidades do nosso meio econômico e social* (...). *Para preparar esta nova legislação social e assentar os fatores das soluções aos graves problemas que nos impõe o momento atual, é imprescindível a coordenação de todas as forças diretoras da Nação, bem como o sistemático esclarecimento da opinião pública, pela influência bem inspirada da imprensa, de modo a ficar assegurada, não a vitória de um partido, ou de uma seita, mas a obra fundamental em que possa repousar o futuro de nossa Pátria (Apud* Morais Filho, 1978: 205)[9]

De sua parte, Epitácio Pessoa revela preocupação em regulamentar as questões relativas ao trabalho, propondo a "*eliminação da autonomia dos estados na regulamentação da organização do trabalho*" (*Apud* Pinheiro, 1977: 102).

Por seu turno, Washington Luis, que entrou para os anais da história política brasileira como autor da frase que associava a *questão social a um caso de polícia*, manifestou-se em 1925 sobre as greves operárias, assinalando que

> "*as paredes operárias se fazem todo o dia; não há como negar a sua existência. Se elas existem, se são fatos a se desdobrarem diuturnamente, deve o Estado cumprir o dever de regulá-las nas suas causas, nos seus efeitos" (Apud* Morais Filho, 1978: 205, grifo da autora)

De modo que, nos anos 20, evolui de forma menos errática o tratamento da questão social no país. A legislação trabalhista começa a ganhar corpo, tornando-se, inclusive, matéria constitucional, com a Reforma de 1926.

---

8 Alem disto, o DET se ocupa da divulgação da legislação trabalhista de outros países e dos termos das convenções internacionais de trabalho, e faz intensa publicidade sobre a questão de acidentes de trabalho. Cf. Munakata, 1981.

9 É de se destacar a adequação dessas palavras à imagem de Vargas. Foram, no entanto, pronunciadas por Delfim Moreira, em 1919.

Em 1923, além da já mencionada lei Eloy Chaves, constitui-se o Conselho Nacional do Trabalho[10]. Em 1925, estabelece-se a lei de férias para os comerciários e, em 1927, é regulamentado o trabalho do menor.
É bastante provável que essas leis refletissem, em alguma medida, a ação operária no período, que, não obstante a precariedade de sua organização, a debilidade estratégica dos anarquistas diante de uma realidade que pouco conheciam[11], e, posteriormente, das dificuldades dos comunistas em se manter dentro da legalidade, bem como das condições adversas impostas na fase inicial de um capitalismo periférico que se desenvolvia ao custo da forte exploração da força-de-trabalho, se fazia sentir e encontrava ressonância mesmo diante de um sistema político excludente[12]. Assim, entre 1892, quando realizou-se congresso operário com o objetivo de elaborar uma carta de reivindicações a ser apresentada por ocasião das discussões sobre o Código Civil, e o III Congresso do Partido Comunista do Brasil, em 1928/29, passando pela fundação, em 1903, da Federação das Associações de Classe, no Rio de Janeiro, a ação operária se fez notar através de diversas formas de organização e manifestação, as quais, de uma maneira ou de outra, informaram não apenas os legisladores do período, mas também o governo que se instala com a Revolução de 30. Isso será também registrado por Azis Simão, que assinala que as primeiras leis trabalhistas do governo Vargas correspondiam exatamente às principais reivindicações dos militantes operários dos anos 20 (Simão, 1966).
Portanto, o *governo revolucionário* assume num contexto marcado pela presença de certo nível de mobilização operária e de uma legislação trabalhista já iniciada[13]. Não se pode desconhecer que no decorrer da Primeira República houve mais proposições do que regulamentos, e que, ainda assim, o recurso à burla foi freqüentemente utilizado pelo empresariado, tornando parte das leis sem efetividade. É fato que a correlação de forças no parlamento e na sociedade dificultava a aprovação de projetos de lei e a regulamentação das relações de trabalho. Contudo, não se pode inferir daí a ausência de eficácia da ação operária ou de preocupação com a questão social nos círculos governamentais, ainda que na maior parte das vezes informada por razões de ordem pública. Há que se reiterar o caráter incipiente da industrialização no país e a presença de diversos obstáculos à efetivação de uma política social mais substantiva, capaz de reverter a trajetória de mercantilização da força-de-trabalho no país (Lobo, 2010).
Nesse ponto, cumpre mencionar, finalizando esta seção, pelo menos três traços que revelam a convergência entre a legislação trabalhista elaborada antes e depois de 30, ademais do fato dessa ter-se inspirado nas reivindicações operárias daquele período. Trata-se da prática da burla da lei pelo empresariado, da relação entre a questão social e a ordem pública e do caráter segmentado da legislação trabalhista, o qual, conquanto associado a Vargas, já se delineava na década de 20, com a Lei Eloy Chaves.[14]

---

10 O qual, todavia, acabaria sendo apropriado pelos empresários, uma vez que, sem conseguir impedir que os parlamentares legislassem sobre as relações de trabalho, põem-se a manobrar as condições de sua aplicação, no momento de elaboração dos Regulamentos organizados pelo CNT. Cf. GOMES, 1979.

11 A estratégia da ação direta e a expectativa muitas vezes alimentada pelos anarquistas em relação à greve geral revolucionária de inspiração soreliana, somadas à origem estrangeira de boa parte desses militantes, foram apontadas como fatores a contribuir para que não se verificasse nas primeiras décadas da República a formulação e implementação sistemática de uma legislação trabalhista. Cf. DIAS, op. cit.

12 Apenas 3% dos trabalhadores votavam, o que denota o caráter excludente do sistema político da Primeira República. Por outro lado, qualquer tentativa de explicar o movimento sindical do período deve levar em conta, quando observa a dispersão da classe operária e sua dificuldade de se apresentar como força nacional, capaz de organização nacional, as características do ambiente político, econômico e da própria sociedade brasileira à época, que, de resto, também não pode ser compreendida como um conjunto integrado atuando em face a um Estado Nacional, dada a forte autonomia dos estados verificada pelo menos até os anos 20.

13 Weffort (1970), bem como Tavares de Almeida (1978), assinala a presença de um hiato de dez anos no movimento operário, que estaria em "recesso" quando do advento do Governo Vargas. Já Werneck Vianna (1999), ao verificar uma forte resistência de setores operários à incorporação corporativa pelo novo governo, opõe-se, em certa medida, à visão dos mencionados autores.

14 Tavares de Almeida (1978) salienta a reação empresarial à legislação trabalhista dos anos 30, a qual teria sido frequentemente burlada, ou reformada em função dos interesses empresariais. O viés corporativo atribuído à Lei Eloy Chaves justifica-se em face do caráter restrito e segmentado da previdência prevista na lei, que assegura benefícios apenas a uma categoria, distinguindo-se, pois, da perspectiva universalista.

O discurso da outorga vincula-se à pretensão de fazer valer a imagem de que o próprio movimento operário constituiu-se como um ator pela ação do Estado. Desconsiderando a legislação e o movimento sindical da Primeira República, o Governo Vargas implementa uma legislação que se apresenta como inteiramente inovadora, através da qual os trabalhadores são integrados a um sistema de direitos que oferece os contornos da cidadania no Brasil. Assim, desde a primeira hora, o novo governo põe-se a legislar sobre a matéria e cria, já em 1931, o Ministério do Trabalho, dando início à concretização de uma intenção que já era explicitada antes mesmo que se desencadeasse o processo revolucionário que conduzira Vargas ao poder, conforme mencionei na referência à plataforma da Aliança Liberal.

Vários estudiosos do período assinalaram que a política social getulista foi implementada com o intuito de promover um quadro de *paz social* que viabilizasse a consecução do projeto de industrialização nacional[15]. Com efeito, num duplo processo de desmobilização da organização sindical remanescente da Primeira República e mobilização de uma nova estrutura sindical, uma série de leis trabalhistas, sindicais e previdenciárias foi criada com o objetivo de incorporar todos os setores urbanos num projeto comum, o que supunha adesão dos trabalhadores ao novo governo. E, no entanto, nem sempre essa adesão foi buscada num clima de tranqüilidade e harmonia. No intuito de viabilizar o sucesso da empreitada, o governo cooptou antigas lideranças, quando possível, e reprimiu, quando necessário. A prática da coerção, largamente utilizada a partir de 1935, supõe a presença, em algum nível, de resistência, que abandonaria sua natureza errática com a criação da ANL (Aliança Nacional Libertadora).

A resistência ao sindicalismo oficial foi aquilatada por Vianna (1999) a partir de dados do Ministério do Trabalho referentes ao registro de sindicatos nos primeiros anos da década, considerados baixos pelo autor. Esses dados indicariam a presença de uma grande resistência por parte dos trabalhadores dos grandes centros em aderir à nova estrutura sindical, ao passo que para os trabalhadores das regiões periféricas o projeto apresentar-se-ia mais palatável, tendo em vista o caráter recente e disperso da indústria e da população urbana nessas áreas. Contudo, se a repressão foi capaz de reduzir ou eliminar a oposição ao formato sindical recém criado, não foi suficiente para garantir a adesão dos trabalhadores. Noutros termos, se o governo foi bem sucedido na estratégia de desmobilização via repressão, fracassou, num primeiro momento, em promover a mobilização, que só será alcançada em fins do Estado Novo.

Assim, para alcançar a *paz social,* paralelamente à criação das leis, o aspecto material do trabalhismo de que fala Ângela de Castro Gomes, o governo buscou persuadir os trabalhadores, por meio de mecanismos simbólicos, da importância de serem parte ativa no processo de industrialização nacional. Isso se evidencia a partir de 1943, quando, em meio ao declínio do Estado Novo, Vargas nomeia Marcondes Filho para o Ministério do Trabalho e ambos passam a discursar sistematicamente, por via de programas radiofônicos e nos comícios das datas cívicas, sobre as benesses da nova legislação e da estrutura sindical corporativa.

É assim que, respondendo tacitamente às reivindicações formuladas pelos trabalhadores nas primeiras décadas da República, o Governo elabora uma legislação que, dentro do ideário da construção de uma nova Nação, um novo Estado e uma nova sociedade, deveria aparecer como dádiva.

De qualquer maneira, a despeito dos objetivos iniciais que inspiraram a criação da legislação trabalhista e da estrutura sindical, dos possíveis efeitos adversos que essa possa ter produzido sobre a militância sindical e das constantes tentativas e proposições no sentido de sua superação, elas se consolidam e oferecem os contornos do que Santos (1979) denominou de *cidadania regulada*. É nos marcos desse novo ordenamento que os trabalhadores se organizam a partir dos anos 40. E, não obstante as ingerências do Ministério do Trabalho nos sindicatos e a repressão que eventualmente se abatia sobre o movimento sindical, cuja intensidade variava de acordo com a configuração governamental[16], os anos 50 são de grande ativismo. Em que pese a forte presen-

---

15 Esse tema é polêmico na literatura a respeito. A hipótese é defendida, entre outros, por Werneck Vianna (1999). Esse constrói seu argumento a partir de Oliveira (1981). Por seu turno, Tavares de Almeida (1978: 180) discorda da associação entre legislação trabalhista e projeto de acumulação nos anos 30, afirmando que o governo impõe esta legislação inclusive aos industriais, os quais, num primeiro momento, a teriam visto como um "estímulo oficial à luta de classes".

16 Cf. Sandoval, 1994.

ça estatal na formação da estrutura sindical, alguns estudos assinalaram que o sindicato corporativo acabou por transformar-se em *locus* de geração da *disposição para agir* dos trabalhadores, os quais, na sua ausência, encontrariam no grande suprimento de força de trabalho gerado pela estrutura econômica brasileira um fator de peso a dificultar a formação de laços de solidariedade no interior da classe[17]. Por outro lado, a estrutura sindical corporativa não foi capaz de encapsular os trabalhadores de modo a impedir a mobilização espontânea das bases, a partir, por exemplo, das Comissões de Fábrica. Por diversas vezes, o sindicato foi responsável por canalizar esta espontaneidade para uma perspectiva mais abrangente, à guisa de luta política, conforme destacou Ricardo Maranhão (1979). Por fim, a presença da estrutura oficial não foi suficiente para inibir a formação de organizações paralelas, que reuniriam múltiplas categorias, distintas, portanto, dos sindicatos de categoria da estrutura oficial.

Assim, a partir de 1945, seja por iniciativa das comissões de fábrica, dos sindicatos ou das entidades intersindicais, as greves eclodem com grande freqüência, revelando a efervescência das massas trabalhadoras até o golpe de 1964[18]. Essas greves configuram tanto movimentos de categoria única, como movimentos de massa, o que no mínimo põe em questão a máxima, segundo a qual, o sindicato corporativo, dada sua estrutura segmentada, inibe a ação coletiva de classe. Foge ao escopo deste trabalho discorrer sobre as mobilizações deste período. É o caso apenas de lembrar que já ficou demonstrado que os trabalhadores não agiram como ator passivo diante de uma estrutura imposta. Lutaram contra ela desde o início e, se perderam a batalha em face de uma instituição notadamente estável, souberam apropriar-se dessa estrutura para empreender ações coletivas tanto de uma perspectiva econômica, quanto política.

Durante muito tempo, contudo, predominaram na abordagem acadêmica referente ao período os traços negativos do movimento sindical, engendrados pela presença da estrutura sindical corporativa e da ação dos comunistas, corrente hegemônica na esfera sindical. Assim, o *peleguismo*, a burocratização e a distância das massas foram freqüentemente retomados para caracterizar o sindicalismo pré-64, ao passo que as mobilizações e as greves foram, em regra, concebidas como processos isolados e obra de uma minoria militante incapaz de perceber os verdadeiros interesses das bases. É precisamente nesse sentido que a obra de Weffort constitui um marco, uma vez que este mesmo autor que denunciara a ruptura entre duas tradições decorrente da forma como a legislação trabalhista foi implantada nos anos 30, contribui de modo ineludível para que um novo corte se estabeleça. Desta vez, entre o movimento que viria a ser chamado de *Novo Sindicalismo* e o sindicalismo pré-64.

Difícil aquilatar o peso do discurso na efetivação de certas práticas. Os dois momentos aqui tratados distinguem-se tanto pelas razões que orientam a retórica da ruptura, como por seus efeitos. Nos anos 30, o Estado cumpriu papel central, ao passo que na origem do *Novo Sindicalismo* são tomados como agentes da ruptura os próprios trabalhadores. Em ambos, no entanto, a postura de negação do passado vem informada por um discurso irradiado dos meios intelectuais acerca da história da classe e da militância operária. Em Oliveira Vianna, ela aparece como incapaz de ação concertada, dadas as características gerais da sociedade e da formação social brasileira. Em Weffort, a estrutura sindical erigida sob o Estado Novo e a prática comunista são tomadas como limites à ação de uma classe cada vez mais complexa. De uma maneira ou de outra e por razões diversas, a trajetória sindical brasileira será marcada por rupturas nos estudos pertinentes, a despeito dos evidentes traços de continuidade que alinhavam essa história e que oferecem os contornos de uma tradição que informa o forte apego dos trabalhadores ao modelo de relações de trabalho engendrado no decorrer da trajetória de formação da sociedade brasileira.

É provável que, nos anos 90, a rejeição da CUT à reforma da CLT, bem como sua reação a diversas medidas direcionadas a flexibilizar a legislação trabalhista (Lobo, 2010), fosse caudatária da percepção acerca das perdas materiais que isso poderia ocasionar para os trabalhadores formais. Num quadro de crise de empregos,

---

17 Cf. Aguiar, 1969; Lobo, 1995.

18 A freqüência e o conteúdo dessas greves variam de acordo com uma série de fatores, tanto de ordem econômica como de natureza política, inclusive dos mecanismos de repressão de que cada o governo revela-se disposto a lançar mão. Sobre as greves ocorridas no período. Cf. Erickson, 1979; Maranhão, 1979; Delgado, 1986; Sandoval, 1994 e Fortes, 1999.

acentua-se o desequilíbrio de poder entre Capital e Trabalho, reduzindo-se as chances de obtenção de conquistas na Negociação Coletiva ou junto ao poder público, o que justifica o apego aos antigos marcos regulatórios das relações de trabalho por parte do movimento sindical.

De modo que o apego informado pela força da tradição revela-se sobretudo nos anos 80. Em meio ao processo de transição democrática e diante de um mercado de força-de-trabalho que, embora marcado por elevada rotatividade, não se caracterizava por expelir mão-de-obra, o movimento sindical adquire grande visibilidade na cena política e força um congresso majoritariamente conservador a aprovar uma série de dispositivos sociais na Constituição de 1988 (Lobo, 2010). Nas negociações coletivas, asseguram-se diversos benefícios aos trabalhadores de determinadas empresas, os quais as teriam transformado em verdadeiras ilhas de *bem estar (*Mota, 1995). No entanto, os sindicatos não revelam o mesmo empenho por ocasião das votações referentes a reformas na estrutura sindical, como a extinção da contribuição sindical compulsória, bandeira de luta cara ao *Novo Sindicalismo*. Por outro lado, a Negociação Coletiva deveria servir apenas à definição de novos benefícios, descartando-se mudanças na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). É nesse contexto que se aprofunda o hiato entre o discurso, em defesa da autonomia, e a prática do movimento sindical, que não revela forte disposição para mobilizar seus membros em favor da redefinição de uma estrutura organizativa que, ao cabo, corresponde a uma das instituições mais longevas da República brasileira[19].

Outro episódio, mais recente, que ajuda a compreender a força dessa tradição, são os debates em torno da Justiça do Trabalho. A instituição tem sido objeto de questionamentos em vários segmentos da sociedade. Na década de 90, setores empresariais e governamentais chegaram a propor sua extinção, ao passo que a supressão do caráter normativo da Justiça do Trabalho é, há muito, reivindicada pelo movimento sindical. No entanto, o Fórum Nacional do Trabalho, recentemente instituído para elaborar uma proposta de reforma trabalhista e sindical, não apenas esquivou-se de propor a extinção da instituição - o que era de se esperar, tendo em vista a forte reação que uma medida dessa natureza fomentaria entre os trabalhadores e magistrados -, como manteve, em parte, seu caráter normativo, mesmo que a extinção do mesmo seja quase um consenso na retórica sindical e da representação patronal[20].

De modo que, a resistência à mudança deriva das perdas materiais que poderia significar para os trabalhadores, mas, em alguns casos, pode estar informada também pelo enraizamento desses institutos que compõem a organização sindical na cultura política dos trabalhadores brasileiros. Portanto, pelo aspecto simbólico, que também é fonte de definição de identidades.

De uma forma ou de outra, o que cumpre marcar é que, não obstante as rupturas e os interregnos autoritários, bem como as oscilações da economia e do mercado de trabalho, durante boa parte do século XX os trabalhadores brasileiros estiveram mobilizados na defesa de seus interesses, posicionando-se, ainda, sobre temas mais abrangentes, que extrapolam o escopo dos assistidos nos marcos da cidadania regulada. Várias conquistas foram obtidas, e a ação sindical possivelmente contribuiu, inclusive, para retardar o alcance hegemônico das tendências neoliberais no país.

A década de 90, entretanto, marcou uma inflexão nas tendências de crescimento econômico e nas disposições estatais na esfera econômica e social. Sob a égide do ideário neoliberal, assistiu-se a uma reversão, sem precedentes na história do país, das políticas sociais e da intervenção estatal no sentido de corrigir as distorções do mercado. Neste contexto, de desregulamentação crescente, acompanhada da precarização das relações de trabalho e aumento do desemprego, a fragilização do movimento sindical aparecia como tendência. Todavia, em que pesem os reveses, os trabalhadores reagiram e, passada a fase inicial de perplexidade e reversão das expectativas engendradas nos anos 80, o movimento sindical buscou influenciar os processos de restruturação produtiva, ao mesmo tempo em que apresentou proposições regulatórias mais gerais, como a redução institucionalizada da jornada de trabalho e a proibição da *hora-extra*, por exemplo, que nesse período passam à condição de medidas de geração de empregos (Lobo, 2010). O desafio era de grandes proporções e a tarefa que se impunha ao movimento sindical consistia em traçar uma dupla estratégia de ação, que possibilitasse interfe-

---

19 A qual, conquanto renovada, mantinha boa parte dos dispositivos legados do Estado Novo.

20 Cf. Uzzo, 2004.

rir no processo de restruturação das empresas, através do fortalecimento e disseminação das organizações por local de trabalho, e, por outro lado, traçar uma linha de ação mais abrangente, que buscasse atingir o conjunto dos setores afetados pelas mudanças em curso.

Nada disso supunha mudanças profundas nos marcos regulatórios das relações de trabalho. No entanto, mais uma vez assistia-se à irradiação de postulados nessa direção, orientados para a desregulamentação, que partiam do poder público, dos meios empresariais, encontrando respaldo na parcela do movimento sindical representado pela Força Sindical. E novamente emanavam dos meios intelectuais proposições que apontavam para uma nova ruptura. Com base na premissa de que a crise *era do Capital*, o qual deveria buscar soluções por seus próprios meios, sugeria-se que os sindicatos deveriam *romper* com a *acomodação social democrática* e com a prática de *negociar dentro da ordem*[21]. Ora, como não pareciam estar presentes no país as condições para uma bem sucedida ruptura revolucionária, proposições dessa natureza só poderiam ficar circunscritas ao âmbito da mera retórica.

Naquele contexto extremamente adverso, em que o desemprego elevava-se rapidamente e o discurso desregulamentador adquiria crescente visibilidade, preservar o *locus* a partir do qual o movimento sindical irradiou demandas e propostas durante seis décadas poderia significar a própria sobrevivência do sindicalismo brasileiro. Por outro lado, em que pese o aumento do desequilíbrio de forças entre Capital e Trabalho naquele cenário de crise de emprego, os trabalhadores lograram aumentar sua representação na esfera institucional, seja nos executivos estaduais, municipais, e mais recentemente, no Executivo Federal, seja nas instâncias legislativas. Ainda que esse crescimento não tenha sido suficiente para deter o avanço das medidas orientadas para o mercado na área econômica, seguramente contribuiu para que o projeto de reforma da CLT, que transferia para a Negociação Coletiva a definição de certos direitos associados ao trabalho formal, jamais chegasse a ser votado no Senado Federal. Tal projeto, que atentava contra a tradição legislada que marca o modelo brasileiro de relações de trabalho desde os anos 30, foi alvo de uma forte reação de setores do movimento sindical, justamente aqueles que, herdeiros do Novo Sindicalismo, ganharam a cena nacional nos anos 80 empunhando a bandeira da liberdade sindical e defendendo a subtração da participação do Estado nas relações entre Capital e Trabalho.

Referências

AGUIAR, N. (1969), *The Mobilization and Bureaucratization of the Brazilian Working Class (1930-1964)*. Washington University, Saint Louis, Missouri.

ANTUNES, R. (1997), *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos*. São Paulo, Boitempo.

DELGADO, L.A.N. (1986), *O Comando geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)*. Petrópolis, Vozes.

DIAS, E. (1977), *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega.

ERICKSON, K.P. (1979), *Sindicalismo no Processo Político no Brasil*. São Paulo, Brasiliense

FORTES, A. et. alli. (1999), *Na Luta por Direitos: Estudos Recentes em História Social do Trabalho*. Campinas, Ed. da UNICAMP.

GOMES, A.M.C. (1979), *Burguesia e Trabalho*. Rio de Janeiro, Campus.

GOMES, A.M.C. (1988), *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo, Vértice.

LOBO, V. M. (1995), *Democracia e Corporativismo no Brasil.* Belo Horizonte, UFMG (dissertação de mestrado).

LOBO, V.M. (2010), *Fronteiras da Cidadania,* Belo Horizonte, Argumentum.

LOCKE, R. e THELEN, K. (1998), "Comparações Contextualizadas: uma abordagem alternativa para a análise

21 Cf. Antunes (1997). O autor defende a necessidade de ruptura com a *acomodação social democrática* no interior da CUT, por meio da qual ganharia força uma perspectiva de *luta contra a ordem*.

da política sindical". *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, Volume 4, Número 8/pp. 109-149.

LOWY, M. (1980), "Do Movimento Operário Independente ao Sindicalismo de Estado", In LOWY, M. et alli. *Introdução a uma História do Movimento Operário Brasileiro no Século XX*, Belo Horizonte, Veja.

MARANHÃO, R. (1979), *Sindicatos e Democratização*. São Paulo, Brasiliense.

MORAIS FILHO, E. (1978), *O Problema do Sindicato Único no Brasil.* São Paulo, Alfa-Ômega.

MORAIS, E. (1971), *Apontamentos de Direito Operário*. São Paulo, LTr.

MOTA, A. E. (1995), *Cultura da Crise e Seguridade Social.* São Paulo, Cortez.

MUNAKATA, K. (1981) *A Legislação Trabalhista no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

OLIVEIRA, F. (1981) *A Economia Brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis, Vozes

PAOLI, M.C. et alli. (1993), "Pensando a Classe Operária: Os Trabalhadores Sujeitos ao Imaginário Acadêmico". Revista Brasileira de História, vol. 3, nº 6, pp 129-149.

PARANHOS, A. (1999), *O Roubo da Fala: Origens da Ideologia do Trabalhismo no Brasil*. São Paulo, Boitempo.

PINHEIRO, P.S. (1977), *Política e Trabalho no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra.

POLANYI, K. (1980), *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro, Campus.

RODRIGUES, J.A. (1968) *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, DIFEL.

SADER, E (1988), *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SANDOVAL, S. (1994), *Os Trabalhadores Param: greves e mudança social no Brasil (1945-1990).* São Paulo, Ática.

SANTANA, M. A. (1998), "O Novo e o Velho Sindicalismo: análise de um debate". *Revista de Sociologia e Política*, nº 10/11, pp. 19-35.

SANTOS, W.G. (1979), *Cidadania e Justiça.* Rio de Janeiro, Campus.

SIMÃO, A. (1966), *Sindicato e Estado*. São Paulo, Dominus.

TAVARES DE ALMEIDA, M.H. (1978), *Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil (1930-1945)*. São Paulo, USP, 1978 (tese de doutorado)

Uzzo, V. (2004), *Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, vol. 18, n. 51.

VIANNA, O. (1951), *Direito do Trabalho e Democracia Social* . Rio, José Olympio.

VIANNA, O. (1987), *Instituições Politicas Brasileiras*. Niterói, EDUFF / Belo Horizonte, Itatiaia / São Paulo, EDUSP.

WEFFORT, F. (1970), *Sindicatos e Política.* São Paulo, USP, Tese de Livre Docência.

WERNECK VIANNA, L. (1999), *Liberalismo e Sindicato no Brasil.* Belo Horizonte, Ed. da UFMG.

Direitos sociais: da propaganda republicana (1870-1889) à constituição brasileira (1891)

Camila Pereira Martins[1]
Cláudia Maria Ribeiro Viscardi[2]

Resumo: No presente trabalho analisamos como as demandas por direitos sociais pleiteados pelo movimento republicano brasileiro nas páginas do jornal *A República* (1870-1874), foram incorporados na Constituição brasileira de 1891 e, também nas Constituições dos Estados da Federação. Ao observar os textos constitucionais estaduais percebemos confluências e nuances que existiram dentro do projeto federalista da Primeira República brasileira, no que diz respeito às responsabilidades do poder público e da iniciativa privada na promoção da educação e da assistência social.

Palavras-chave: republicanismo – cidadania – direitos sociais- Constituição de 1891

Partimos do pressuposto que para compreender o Estado e a sociedade republicanos que se formaram no Brasil a partir da Proclamação da República (1889), necessariamente precisamos entender as reivindicações políticas dos republicanos, entre elas as demandas por direitos sociais. Observar os sistemas de valores, normas e crenças dos políticos e intelectuais, que se empenharam na formulação de um projeto republicano para o Brasil é uma forma de procurar entender não apenas os movimentos políticos, que contribuíram para a derrubada da monarquia, mas também, de vislumbrar o que lhe seguiu, ou seja, o Estado e a sociedade em que vivemos, que foram profundamente modificados não apenas pelos eventos de 1889, mas, sobretudo, pela propaganda republicana que a precedeu. Por isso, no presente trabalho, antes de analisarmos a Constituição brasileira de 1891, observamos nas páginas do jornal *A República* (1870-1874), quais foram os direitos sociais pleiteados pelos republicanos no início do movimento republicano no Rio de Janeiro.

Segundo Thomas H. Marshall (1967: 63) a expansão dos direitos sociais ocorre dentro do processo de construção da cidadania. O sociólogo britânico, em uma conferência realizada em 1949 em Cambridge, dividiu o conceito de cidadania em três tipos de direitos: civil, político e social. Os direitos civis são compostos pelas leis que garantem a liberdade individual, como é o caso da liberdade de imprensa e de pensamento, e têm como principais instituições os tribunais de justiça. Os direitos políticos, entendidos como garantia de participação no exercício do poder político, são exercidos por meio do parlamento ou de conselhos de governo. Os direitos sociais, nos quais nos deteremos no presente artigo, referem-se à participação no patrimônio econômico da sociedade, estando ligados ao sistema de serviços sociais.

Reinhard Bendix (1996: 138) reinterpretou a questão da cidadania formulada por Marshall dentro do quadro da construção nacional. Para o autor, um elemento essencial da construção das nações foi a codificação dos direitos e deveres dos cidadãos. De acordo com esse princípio, todos os cidadãos do Estado possuem direitos iguais, ideia disseminada pelos filósofos do iluminismo e impulsionada pela industrialização.

José Murilo de Carvalho (2007: 10) enfatiza que a concepção que compreende a cidadania como coincidente com a identidade coletiva, ou seja, com a nação, remete a Aristóteles e recebeu contribuições de Jean-Jacques Rousseau e de Augusto Comte. Porém, ressalta que o que define a cidadania é mais do que a referência a uma nacionalidade, pois a cidadania também remete ao campo político, incluindo, assim, todas as modalidades

---

1 Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, com bolsa CAPES-DS. Graduada e licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: camila_pmartins@yahoo.com.br – GT 10.

2 Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Pós-Doutora pela Metropolitan Manchester University – Manchester, Reino Unido. Pesquisadora do CNPq e da Fapemig. Email: claudiaviscardi.ufjf@gmail.com – GT 10.

possíveis de relação entre os cidadãos e as instituições do Estado, além de valores e práticas sociais definidoras da esfera pública.
Cabe ressaltar que a extensão da cidadania a todos os homens, baseada no princípio abstrato da igualdade, que fundamenta o reconhecimento legal do indivíduo independente, foi muitas vezes a causa do aumento das desigualdades (BENDIX, 1996: 138). Mesmo a conquista de direitos sociais não diminuiu as desigualdades econômicas. Como salientou Marshall, a expansão dos serviços sociais de um grupo de renda restrito para a população total, muitas vezes aumentou as desigualdades, pois as classes médias, que costumavam pagar por esses serviços, passaram a acumular esta renda.

> A ampliação de direitos sociais não, é, primordialmente, um meio de igualar as rendas. Em alguns casos pode fazê-lo, em outros não. A questão não é de muita importância; pertence a um setor diferente da política social. O que interessa é que haja um enriquecimento geral da substância concreta da vida civilizada, uma redução geral do risco e insegurança, uma igualação entre os mais e menos favorecidos em todos os níveis (MARSHALL, 1967: 94).

Utilizando a divisão estabelecida por Marshall entre direitos civis, políticos e sociais, para analisar a construção da cidadania no Brasil, José Murilo de Carvalho (2008: 21) ressalta que durante o período colonial a escravidão e a grande propriedade rural foram obstáculos para a formação dos cidadãos brasileiros. Os escravos não eram cidadãos, pois a lei os considerava propriedade do senhor. A população livre dependia dos grandes proprietários e não tinha acesso aos direitos civis. E os senhores não reconheciam a igualdade de todos perante a lei, faltando-lhes o próprio sentido de cidadania. Por fim, não havia um poder que pudesse ser chamado de público, que garantisse a igualdade de todos perante a lei.
Gladys Sabina Ribeiro (2002: 364) salienta que, principalmente logo após a Independência, a adesão à nacionalidade brasileira, juntamente com a renda, eram os fatores primordiais para a definição legal do cidadão participante o Estado. Participação que o povo almejou na época da Abdicação, mas que ao fim do período regencial, arrefeceu. Assim, a nacionalidade e, desta forma, a cidadania, limitava-se aos brancos proprietários ou aos que eram autorizados pelos mesmos.
Para José Murilo de Carvalho (2008: 75) apenas no Segundo Reinado a população livre, apesar de continuar sem poder participar da política oficial, adquiriu noções básicas sobre os direitos dos cidadãos e passou a disputar a esfera pública por meio de revoltas populares. E é neste contexto que surgiu o republicanismo brasileiro. Vejamos então, como se procedeu a disputa por direitos, sobretudo os sociais, na imprensa republicana do Rio de Janeiro, para que posteriormente analisemos como as demandas do republicanismo foram incorporadas na Constituição de 1891.

1. Propaganda republicana

O republicanismo no Brasil começou oficialmente com a fundação do Clube Republicano do Rio de Janeiro em três de novembro de 1870 e com o lançamento, um mês depois, do seu órgão de imprensa, o jornal *A República*. O primeiro número do periódico traz transcrito em suas páginas o *Manifesto Republicano* redigido por Quintino Bocaiuva e Salvador de Mendonça (BOEHRER, 2000:41). A única proposta concreta era a convocação de uma assembleia constituinte com poderes não apenas de alterar a Constituição, mas até mesmo com a autoridade de implantar um novo regime. Segundo Angela Alonso (2002: 282), a plataforma política do *Manifesto,* tinha como principal demanda a implantação do regime republicano, que deveria anular os privilégios estamentais e ampliar a representação política, projeto que ficaria praticamente intacto até a derrubada da monarquia.
Principalmente por ser a monarquia reconhecida como um governo pacífico, o projeto republicano passava menos pela revolução e mais pela reforma (VISCARDI, 2012: 148). Os republicanos advogavam que a possibilidade de reforma era prevista pela própria carta outorgada. Assim, seria "*legítima a aspiração que*

hoje se manifesta para buscar em melhor origem o fundamento dos inauferíveis direitos da nação[3]". Para os republicanos, os direitos do cidadão encontrariam maiores garantias fora da influência da centralização monárquica, pois a democracia moderna, encarnada pela república, seria a única forma de governo que respeitaria os direitos dos povos.

Os redatores de *A República* consideravam que os direitos dos povos não eram respeitados pela simples proclamação do princípio da divisão e harmonia dos poderes feita pela monarquia constitucional. Julgavam que era necessário o estabelecimento de preceitos claros e precisos para tornar os direitos efetivos, pois nem o poder judiciário – que deveria garantir os direitos dos cidadãos – o regime monárquico teria preservado. Contra a justiça, aglomerar-se-iam os arbítrios, os abusos e as violências dos magistrados. Concluíam, assim, que no regime monárquico "*o crime é não ter dinheiro, é não ser grande, é não ter privilégios! Isto de justiça igual para todos é banalidade própria para retóricos republicanos*[4]". A luta dos republicanos ainda era contra os privilégios, que consideravam absurdos e ofensivos aos direitos nacionais.

A pauta principal era a conquista de direitos civis, a busca pela justiça, uma bandeira eminentemente liberal, que era expressa pelas divisas da Revolução Francesa. Fraternidade entre os concidadãos, igualdade perante a lei, mas, principalmente liberdade, que seria o fundamento da democracia, a própria essência da ideia republicana. A liberdade era entendida em um sentido amplo, no âmbito não apenas dos direitos civis, como a liberdade de imprensa e de consciência, mas também como liberdade política.

Dentre os direitos civis requisitados destacamos as demandas por liberdade religiosa e a abolição da escravatura. Segundo o *Manuel Républicain* de Jules Barni, reproduzido por *A República,* a religião deveria ser tratada como matéria da consciência de cada cidadão, desta forma não caberia ao Estado ter uma religião oficial. Por isso, propunham a separação entre a Igreja Católica e o Estado. Separação que seria saudável tanto para as instituições políticas quanto para as religiosas: *Igreja livre, no Estado livre*.

A abolição da escravatura, ou como eufemisticamente referiam-se, a questão do elemento servil, não havia sido mencionada no *Manifesto Republicano*, o que não impediu que posteriormente o assunto fosse amplamente discutido nas páginas de *A República*. Em resumo, propunham que a emancipação dos escravos se firmasse em duas bases: a determinação de um prazo para a extinção da escravidão e uma indenização estipulada segundo o valor relativo dessa propriedade nas varias províncias do país. Neste sentido afirmavam: "*somos republicanos, e tanto basta para que se saiba que somos abolicionistas. Mas somo-lo como o é todo o país, incluindo os próprios fazendeiros. A nossa divergência é quanto ao modo de operar essa grande revolução*[5]". Os republicanos compreendiam que para a implementação de um Estado de direito era preciso à criação do *povo*, e povo, na maior extensão da palavra seria uma nação inteira *sem exclusão de classes*. Portanto, a escravidão era vista como uma barreira para a construção da nação, sendo necessária a abolição da escravatura.

No que se refere à liberdade política, os republicanos pleiteavam o direito de escolher os representantes do país, tanto no parlamento quanto no executivo, mas também reivindicavam o direito a resistência, que seria exercido não apenas contra uma invasão estrangeira, mas, principalmente, contra a pressão da tirania. A resistência era vista pelos republicanos mais do que um direito, um dever, pois como todo princípio tutelar ele não serviria unicamente para resguardar os direitos do indivíduo, mas também das coletividades, pois a soma dos interesses individuais é que formaria os direitos de toda a nação. Para José Murilo de Carvalho (2008: 75) o direito de resistência, exercido pela população durante o segundo reinado sob a forma de revoltas populares, como foi a Revolta do Vintém em 1880, mostrava que o povo tinha alguma noção sobre os direitos dos cidadãos. Para ele, por mais que estes movimentos fossem reativos e não propositivos, demonstravam que esses rebeldes eram esboços de cidadãos.

No entanto, os republicanos consideravam que a única forma de garantir o cumprimento das leis seria implantar a república, a qual seria o reinado do direito e da razão. Os princípios republicanos seriam tão superiores aos monárquicos, que a república teria apenas três adversários: a ignorância, a má fé, e a preocupação. A solução

---

3 MANIFESTO. (1870), *A República,* 1, Rio de Janeiro: Typ. da República, p. 1.

4 O QUE VALE O PODER JUDICIAL? (1871), *A República*, 135, Rio de Janeiro: Typ. da República, p. 2.

5 A QUESTÃO DO ELEMENTO SERVIL. (1871), *A República*, 71, Rio de Janeiro: Typ. da República, p. 1.

destes problemas ocorreria pela expansão da instrução pública. O povo deveria ser educado para que conhecesse seus direitos. Como enfatiza Bendix (1996: 136), o principal direito social refere-se à obrigatoriedade da educação básica, a qual seria um modo de igualar a capacidade de todos os cidadãos, para que eles sejam habilitados a utilizarem os demais direitos.

As propostas educacionais dos redatores de *A República* eram baseadas nos intelectuais franceses, sobretudo aqueles ligados à implantação da III República francesa, os quais tiveram suas palestras reproduzidas na seção "Conferências Populares". Entre elas temos *As bibliotecas populares* e *Da educação dada a nós mesmos,* de Édouard Laboulaye, jurista e maçom francês, que compunha o repertório à disposição dos políticos do Império brasileiro; *As escolas!* de Roussell e *Povo, instrui-te!* de Jules Simon, políticos ligados a terceira república francesa.

Jules Simon advertia que com a criação da máquina a vapor, a mulher passou a trabalhar fora de casa, sendo assim necessária uma lei sobre a instrução obrigatória dos jovens, pois uma vez munidos dos primeiros instrumentos da ciência, eles poderiam desenvolver por seus próprios esforços sua inteligência. Édouard Laboulaye defendia que a única diferença que existiria entre os homens seria a educação. Desigualdade que deveria desaparecer, a partir do momento em que os cidadãos passassem a conhecer seus direitos e deveres. Disto resultava a proposta de Roussel, que era a de conciliar o ensino livre com a instrução pública promovida pelo Estado, de forma que ambas se estimulassem por meio da mútua concorrência.

Tal proposta que era reivindicada pelos republicanos brasileiros, que proclamavam a necessidade do ensino livre, sem dispensar o Estado de sustentar as escolas públicas. Para eles as grandes alavancas das sociedades modernas seriam o ensino, a difusão das luzes e a propagação do alfabeto, sendo, portanto, o primeiro trabalho da democracia a promoção da instrução pública. O ensino do povo seria também uma questão econômica, pois um povo instruído estaria habilitado a produzir mais e melhor, de maneira a aumentar a riqueza do país.

Os republicanos da Corte brasileira utilizaram as contribuições dos políticos e intelectuais franceses, não apenas para formular projetos de ensino como também para avaliar o regime monárquico. Criticaram a projeto de expansão de colégios de Pedro II para todas as províncias e a criação de um conselho superior de instrução pública. Repugnava-os o caráter de uniformidade que o Império queria conferir ao ensino no país. Além disso, advertiam que os professores públicos da instrução primária estavam sendo mal retribuídos pelo governo e o valor que o ministro queria gastar por ano com colégios de Pedro II seria suficiente para manter a instrução primária e secundária em mais de quatro províncias. Afirmavam que pobres e ricos tinham dificuldades para educar seus filhos, pois o ensino primário era exíguo e distante da população, o secundário era inacessível para os pobres e difundiria uma *falsa ciência* para os ricos, e as faculdades do império teriam professores que durante alguns meses eram estipendiados pelo governo.

Outro ponto a respeito do ensino tratado pelos republicanos foi a instrução superior da mulher. Proposta que não era vista como prioritária, pois se de um lado admitiam que as questões referentes aos direitos das mulheres, como era o caso do sufrágio feminino, poderiam ser solucionados por meio da difusão da educação para as mulheres, por outro lado, argumentavam que não se podia fazer tudo ao mesmo tempo, sendo ainda cedo para se cuidar da instrução superior das mulheres, já que nem os homens tinham acesso ao ensino regular.

Além da educação, outro direito social sobre o qual os republicanos se pronunciaram foram os socorros públicos. Defendiam que a república deveria se aproximar o máximo possível da extinção da miséria, mas consideravam que a obrigação principal de combater a pobreza deveria ser do setor privado. Entretanto, quando os esforços das iniciativas individuais se mostrassem insuficientes, o Estado deveria agir no sentido de implementar medidas públicas que visassem a solucionar os problemas causados pelo pauperismo, como a mendicância e a indigência.

Devemos destacar que os republicanos pleiteavam que os direitos sociais fossem primeiramente assumidos pela sociedade civil, pela iniciativa individual ou por meio de associações. A população reunida em associações com diversos objetivos e formas, deveria criar uma caixa de reserva e/ou caixa de socorros, que garantiria serviços básicos a seus associados. Por isso, rejubilavam-se com a renascença do espírito de associação, que teria feito que surgissem muitas companhias e sociedades anônimas nos anos 1870 no Brasil. Desta forma, apelava-se para a generosidade da sociedade civil com vistas à promoção dos direitos sociais.

Os republicanos investiam em várias formas de associações: sociedades abolicionistas, científicas, literárias,

entre outras. Essas associações se organizavam em recintos abertos, de acesso livre. Eram voláteis, ganhando e perdendo membros continuamente, pois eram quase sempre os mesmos indivíduos que as compunham (ALONSO, 2002: 282). Algumas tinham escolas e/ou cursos, outras mantinham caixas de socorros. O próprio Clube Republicano da Corte chegou a ter comitês de educação popular. Henrique Limpo de Abreu, Rangel Pestana, José de Nápoles Teles de Menezes e Miguel Vieira Ferreira chegaram a organizar três cursos gratuitos sobre republicanismo.

Porém, entre as várias modalidades de associativismo do final do século XIX, destacamos o mutualismo e a filantropia, que atendiam a interesses e estratégias de sobrevivência dos setores despossuídos, na ausência de um Estado que promovesse a assistência pública. Estas associações tinham como objetivo principal oferecer aos associados proteção na ausência dos mecanismos formais de previdência pública, a saber: assistência médica, auxílio desemprego, ajuda funerária, entre outros. Portanto, tinham um duplo papel, desempenhavam funções públicas, ao mesmo tempo em que eram organizações de direito privado, o que lhes rendia muitos problemas, mas também, em alguns casos, boas soluções, pois isto lhes permitia recorrer ao Estado à procura de ajuda alegando que cumpriam funções públicas (VISCARDI & JESUS, 2008).

Em suma, os republicanos ligados ao Clube Republicano do Rio de Janeiro, compreendiam que o Estado não deveria arcar com os socorros públicos. Entendiam que a assistência social deveria ser promovida pela sociedade civil organizada em associações. O mesmo pode ser afirmado para a educação. Desta forma, as instituições públicas deveriam apenas subvencionar ou complementar a atuação do setor privado na promoção da educação e da previdência.

Agora procuremos ver como esta visão sobre os direitos sociais repercutiu na Constituição de 1891 e nas Constituições estaduais que lhe seguiram. Ao analisar as Constituições temos que ter em vista que os republicanos históricos, ligados à corrente liberal da Corte carioca, compuseram apenas uma parte dos legisladores que participaram da Constituinte, que foi composta por outros setores republicanos, como os positivistas e também os chamados *republicanos de última hora*.

2. A Constituição federal de 1891 e as constituições dos estados:

Logo após a Proclamação da Republica, o Governo Provisório deu início aos procedimentos para a realização de um Congresso Constituinte. No dia 3 de dezembro de 1889, nomeou uma comissão para elaborar um projeto de Constituição a ser apresentado a Assembleia Constituinte. A comissão era composta por: Joaquim Saldanha Marinho, como presidente; Américo Brasiliense, como vice-presidente; António Luiz dos Santos Werneck, Francisco Rangel Pestana e José Antonio Pedreira de Magalhães Castro, como vogais. Dois membros da comissão haviam sido signatários do *Manifesto Republicano* de 1870, a saber: Saldanha Marinho e Rangel Pestana. O projeto elaborado pela comissão foi modificado pelo Governo Provisório antes de ser posto em votação na Assembleia Constituinte. Na sessão de 18 de fevereiro de 1891, a Constituição foi aprovada definitivamente com várias emendas ao projeto inicial, sendo promulgada no dia 24 do mesmo mês.

A Constituição garantia amplamente os direitos civis, no modelo da *Bill of Rights* dos Estados Unidos da América. O artigo 72[6] assegurava a brasileiros e estrangeiros residentes no país o direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade. O que consistia em garantir a todos os cidadãos a liberdade de ir e vir, de culto, de reunião, de manifestação, de imprensa; entre outros direitos como o casamento civil, o ensino laico, a abolição da pena de morte e a concessão de habeas corpus. Contudo, continuaram em vigor as leis do antigo regime enquanto não fossem revogadas; e manteve-se o serviço militar obrigatório a todo brasileiro.

O sistema político implantado pelo regime republicano deixou de ser governado pelo Imperador e passou a ser administrado por um presidente eleito, por sufrágio. Uma mudança substancial foi o fato que passou a ser responsabilidade privativa do Congresso Nacional regular os procedimentos eleitorais para todos os cargos

---

6 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E AS CONSTITUIÇÕES DOS ESTADOS DA REPUBLICA DO BRAZIL. (1895), *Precedida aquella de uma parte historica e acompanhada de alguns decretos posteriores*. Pelotas: Imprensa a vapor da Livraria Universal de Echemique & Irmão.

da esfera federal. Normas, regras e datas passaram a ser estabelecidas pelo parlamento. Outras modificações importantes foram à eliminação do Poder Moderador e do Conselho de Estado e, ainda o fim da vitaliciedade do Senado.

Estavam habilitados a votar todos os cidadãos maiores de 21 anos, menos os mendigos, os analfabetos, as praças de pré e os religiosos que estavam sujeitos a voto de obediência, regra ou estatuto, que resultava na renúncia da liberdade individual. José Murilo de Carvalho (2005: 45) analisa que o voto era uma função social antes de ser um direito, de maneira que a sociedade concedia esta liberdade apenas àqueles que considerava poder confiar a sua preservação. Desta forma, na república, assim como havia sido no Império, ficava de fora da sociedade política a grande maioria da população. Para ele, a proibição do voto dos analfabetos era discriminatória, pois ao mesmo tempo em que o Estado se eximia de responsabilizar-se pela educação pública, tornava-a requisito para o exercício da cidadania, diferentemente do texto imperial. Por isso, afirma que era uma ordem liberal, mas antidemocrática a que estava se formando no Brasil republicano. Em que pesem as observações de Carvalho, o direito ao voto do analfabeto foi suspenso após a Lei Saraiva, ainda no Império, o que limitou em muito o contingente de participação eleitoral, mesmo antes da República. A eliminação do voto censitário, estabelecida pelo novo regime republicano, contribuiu para o aumento do número de eleitores, mas não garantiu a expansão da cidadania plena, uma vez que os indicadores de letramento eram muito baixos no período, cerca de 30% da população.

De fato, a Constituição brasileira de 1891 delegava ao Congresso Nacional legislar sobre o ensino superior no Distrito Federal, criar instituições de ensino superior e secundário nos estados, e mais genericamente, animar no país o desenvolvimento das letras, artes e ciências, mas não havia menção à criação e/ou manutenção de escolas primárias. Acreditamos que devemos atribuir isso a duas questões principais. Em primeiro lugar, ao entendimento por parte de certos setores republicanos, como é o caso dos que atuavam no jornal *A República*, de que o Estado deveria subvencionar e complementar a ação da iniciativa privada, de maneira a não assumir toda a responsabilidade sobre a promoção da educação. Em segundo lugar, o federalismo de ordem econômica e administrativa implantado na Primeira República, deixava sob incumbência dos estados muitas das funções que anteriormente eram responsabilidades da Coroa.

Para os republicanos a autonomia das províncias era mais do que uma necessidade, era um princípio cardeal do programa republicano, questão que já havia sido reivindicada no *Manifesto* de 1870. Alegavam que os princípios da civilização moderna requisitavam instituições democráticas federativas, onde cada estado deveria eleger o seu chefe e fazer as suas próprias leis. Proposição que foi atendida pela Constituição, que adotava como forma de governo a república federativa, constituindo-se o país pela união perpétua e indissolúvel das suas antigas províncias. A partir de então os estados seriam regidos pela Constituição e pelas leis que adotassem. Desta forma, se faz necessário verificar nas Constituições estaduais os direitos sociais que eram contemplados no Brasil.

O estado de Alagoas tornava gratuito e obrigatório o ensino primário em seus territórios, assim como os estado de Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Sergipe. Outros iam além. A Bahia garantia constitucionalmente o direito ao ensino primário, secundário e profissional. Minas Gerais estabelecia a preferência dos diplomados pelas escolas normais para a investidura do magistério, a instituição do fundo escolar e a fiscalização por parte das instituições estaduais dos estabelecimentos particulares de ensino. O Rio Grande do Norte propunha reformar o ensino, aproveitando para a nova organização da instrução primária, os professores de concurso que tiverem mais de cinco anos de nomeação, ou aposentando-os com os vencimentos correspondentes ao tempo de ensino no magistério público e estabelecendo um curso profissional de três anos anexo ao curso secundário. No Distrito Federal era responsabilidade do Conselho Municipal estabelecer, custear, regular e subvencionar a instrução primária, profissional e artística de qualquer instituto de educação e instrução que as necessidades do município reclamassem.

Outras nuances no sistema educacional brasileiro também têm que ser observadas. O estado do Amazonas ao invés de estabelecer um ensino laico, se propôs a investir na promoção da catequese e da civilização dos índios. Minas Gerais, Pará e Maranhão também se preocupavam com o estabelecimento de colônias e com a civilização dos indígenas, deixando sob incumbência dos seus respectivos legislativos estaduais, proporem leis sobre o assunto.

Algumas Constituições estaduais eram evasivas quanto às responsabilidades do estado na promoção da educação. O Pará delegava o fomento da instrução primária aos municípios. O Rio Grande do Norte também atribuía à administração municipal criar e manter escolas de educação cívica e instrução primária gratuitas. O Paraná e o Rio de Janeiro encarregavam suas assembleias legislativas estaduais de debaterem sobre o ensino público e Santa Catarina apenas garantia a liberdade de ensino em todos os seus graus.

Grandes diferenças regionais também influenciavam nos demais direitos sociais. A Constituição de 1891 garantia a aposentadoria apenas aos funcionários públicos em caso de invalidez no serviço da Nação. A única exceção era os magistrados com mais de 30 anos de serviços prestados na organização judiciária, que seriam aposentados e continuariam a receber seus ordenados pagos pelo governo federal.

Sergipe reproduzia o texto da Constituição nacional, garantindo a aposentadoria apenas aos funcionários públicos no caso de invalidez. São Paulo foi o único estado a ampliar e especificar o direito a aposentadoria. No artigo 62 especifica que os funcionários públicos com 30 anos de serviço prestados, que por motivo de invalidez não pudessem continuar no exercício do cargo, seriam aposentados. Segundo a lei estadual eram considerados inválidos os magistrados que tivessem completado 65 anos de idade e os oficiais da força pública com 25 anos de serviços prestados à pátria. Além disso, garantiam que os demais funcionários públicos que completassem 30 anos de serviço ao estado receberiam desta data em diante mais a quarta parte do seu ordenado.

O Rio de Janeiro deixava a cargo da Assembleia Legislativa propor leis a respeito da aposentadoria. Porém, alguns estados como o Maranhão, não reconheciam o direito de aposentadoria. Minas Gerais aboliu a aposentadoria dos funcionários públicos, menos os militares, que continuariam recebendo o auxílio. Pará e Rio Grande do Norte não concediam a aposentadoria, mas a garantiam aos funcionários que em virtude de resoluções legais, já tinham direitos adquiridos. Além disso, se responsabilizavam por organizar um Montepio em benefício das famílias dos funcionários do estado. Amazonas, Distrito Federal, Mato Grosso e Rio de Janeiro também previam constitucionalmente a organização de Montepios, de forma a garantir benefícios aos funcionários, sem onerar as finanças de seus estados.

A assistência pública era atendida por poucos estados. O Distrito Federal deixava sob incumbência do Conselho Municipal estabelecer e regular o serviço de assistência pública concernente ao Asilo dos Meninos Desvalidos, a Casa de S. José e ao Asilo de Mendicidade. A Bahia, de maneira genérica, garantia a proteção à miséria e à infância. Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, de maneira vaga, deixavam a assistência pública sob responsabilidade dos legislativos estaduais. O último, porém, explicitava que em condições de calamidade o estado deveria prover socorros públicos.

3. Em conclusão...

Marshall (1967: 76) afirma que nas "*sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento foi criada uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida*". Entendemos que para compreender a conquista de direitos no Brasil, devemos partir do contexto local, e não tomarmos os direitos existentes nos Estados Unidos ou na Europa como referências.

Em um quadro de recente abolição da escravatura, a conquista de direitos civis ainda era a principal pauta. Como afirma Gladys (RIBEIRO, 1990: 16) na república o centro das atenções voltava-se para a cidadania, e a questão era quem era o cidadão. Para a historiadora seria o trabalhador que contribuía para a riqueza da nação. Entendemos que ainda havia muitas restrições ao exercício da cidadania e ao acesso a direitos civis, políticos e sociais. Contudo, defendemos que para compreendermos como ocorreram suas conquistas, devemos levar em consideração os valores que tinham os republicanos históricos ligados ao Clube Republicano do Rio de Janeiro, fundado em 1870. É de suma importância perceber, que a principal demanda dos republicanos era pela descentralização, o que consistia em reivindicar uma menor interferência do Estado na economia e, também a transferência de responsabilidades da federação para os estados. Desta forma, se os direitos civis e políticos eram estabelecidos de maneira universal no território brasileiro, os direitos sociais variavam de estado para estado, de acordo com as necessidades e recursos que dispunham as antigas províncias do Império.

Bibliografia

ALONSO, Angela. (2002), *Idéias em Movimento*: *a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BENDIZ, Reinhard. (1996), *Construção nacional e cidadania*: *estudos de nosso ordem social em mudança.* São Paulo: EDUSP.

CARVALHO, José Murilo. (2005), *Os Bestializados*: *O Rio de Janeiro e a República que não foi.* São Paulo: Companhia das Letras.

CARVALHO, José Murilo de. (org.) (2007), *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CARVALHO, José Murilo de. (2008), *Cidadania no Brasi*l: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MARSHALL, Y. H. (1967), *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

RIBEIRO, Gladys Sabina. (1990), Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha. São Paulo: Editora Brasiliense.

RIBEIRO, Gladys Sabina. (2002*), A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ.

VISCARDI, Cláudia M. R. & JESUS, Ronaldo P. de. (2008), "A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil". In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel A. (orgs.). *As Esquerdas no Brasil: A Formação das Tradições (1889-1945)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 21-51.

VISCARDI, Cláudia. M. R. (2012), "Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889)". *Tempo*, 16, (32)**,** Rio de Janeiro, pp. 137-161.

Raça e nação no pensamento comunista: A construção da ideia do cidadão brasileiro no PCB

Edilza Correia Sotero
Universidade de São Paulo
edilzasotero@yahoo.com.bbbr

Resumo: Desde sua fundação, em 1922, o Partido Comunista Brasileiro procurou se constituir como uma alternativa que pudesse atrair a atenção da classe trabalhadora, caracterizada por grupos majoritariamente ligados a atividades manuais nos centros urbanos. Dessa forma, grande parte das demandas políticas do PCB, nas primeiras décadas do século XX, giravam em torno dos direitos dos trabalhadores, que, por vezes, foram considerados como direitos de cidadania, especialmente durante a Era Vargas (1930-1945). O objetivo da comunicação será discutir como a reflexão comunista acerca da nação e do povo brasileiro agiram de forma a tencionar as disputas em termos dos direitos do trabalhador e do cidadão brasileiros. Para tanto, darei atenção especial a atuação do PCB nos sindicatos, em sua inserção na política partidária através do Bloco Operário Camponês (1927-1929) e na produção intelectual de militantes comunistas.

Palavras-chave: raça, nação, comunismo, Brasil, cidadania.

Biografia: Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia e mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia das Relações Raciais, Sociologia da Educação, Sociologia Política e Sociologia Histórica.

1. Introdução

Ao longo do presente texto, investigo a forma como temas relacionados às ideias de raça e nação foram acionados e negociados no interior do Partido Comunista Brasileiro e por intelectuais ligados ao partido. Minha interpretação é de que a partir da discussão dessa temática, o PCB formulou uma concepção de cidadania singular, que compreendia uma articulação entre categorias de classe e raça. Para realizar a análise, darei enfoque na forma como a questão negra foi tratada pelo PCB, no período que vai de sua fundação até o final do Estado Novo, em 1945[1].

Esse é um assunto que recebeu pouca atenção até o momento nos trabalhos que propõem um resgate da história do PCB. A temática é apontada de forma vaga e superficial por brasilianistas como Peter Flyn, Robert Levine e John Dulles, que abordam apenas acontecimentos isolados. Esses autores desenvolveram pesquisas sobre a história política do Brasil e se limitaram a apontar que houve alguma preocupação do PCB em atrair a população negra para suas fileiras, contudo, não situaram a problemática para além da necessidade do Partido de se aproximar das "massas populares"[2].

---

1 Este texto é parte de um capítulo de minha tese de doutorado, "Representação Política Negra no Pós-Segunda Guerra Mundial". O meu interesse em entender melhor como a questão racial era abordada no PCB está relacionado à escassez de informações, que para meu trabalho são cruciais, pois podem me ajudar a significar melhor a forma como o partido se organizou no processo de abertura democrática que sucedeu o fim do Estado Novo no país. Neste período, o partido passou por um momento atípico em sua história: a possibilidade de participar de disputas eleitorais, com chances efetivas de ocupar espaços no legislativo do Estado. Durante as eleições em que participou, entre 1945 e 1948, o PCB apresentou um contingente significativo de candidatos negros, o que chamou minha atenção para buscar dados mais precisos sobre o assunto.

2 Levine, Robert M. The *Vargas Regime: the Critical Years*, *1934-1938*. New York: Columbia University Press, 1970, p 73; Dulles, John W. F. *Anarchists and Communists in Brazil*, *1900-1935*. Austin: University of Texas Press, 1973, p. 473-474; FLYNN, Peter. Brazil: A Political Analysis. Boulder, CO.: Westview Press, 1979, p. 78.

Nos últimos anos, pesquisadores como Anita Prestes e Dainis Karepovs se debruçaram sobre a história do Partido Comunista, fazendo uso de extensa pesquisa documental. Eles pontuaram rapidamente momentos em que a questão negra era abordada por dirigentes do PCB, em reuniões com líderes do comunismo internacional[3]. Prestes, por exemplo, depois de analisar registros de uma conferência em Moscou, afirma que "já em 1934, os comunistas brasileiros estavam preocupados com o problema racial no país e, em particular, com a questão do negro na sociedade brasileira" (Prestes, 2006, p.137).

O trabalho que apresenta investigação mais substancial, até o momento, foi realizado pelo economista Pedro Caldas Chadarevian, que defendeu a tese de doutorado "Des theories du racisme a l'anályse economique actuelle de ses consequences sur le marche du travail au Brésil", em 2006. Na tese, o autor dedica um capítulo ao estudo dos temas Raça, Classe e Revolução no Partido Comunista Brasileiro, entre os anos de 1922 a 1964[4]. Chadarevian fez uso de uma diversificada fonte de dados, passando pela análise de documentos de circulação interna do partido, documentos de divulgação, publicações em jornais e produção de intelectuais comunistas. Em suas conclusões, o autor argumentou que a persistência comunista no uso da concepção etapista da evolução econômica dos países foi responsável por uma análise inadequada da realidade nacional, inclusive em relação a questão racial[5].

Em minha investigação, segui as indicações, mesmo que breves, encontradas nos trabalhos acima citados. Assim, foi necessário realizar uma ampla pesquisa em documentos tanto de circulação interna quanto de divulgação do partido, que abrangeu comitês regionais, o Comitê Nacional, o Secretariado Sul-Americano e a Internacional Comunista[6]. Essas diferentes instâncias de decisão do PCB são importantes e interdependentes. No período abordado, o direcionamento das linhas de ação do partido estava subordinado, em grande parte, ao que era decidido no âmbito da Internacional Comunista. Entretanto, apesar da centralização, existiam conflitos, que só podem ser melhor compreendidos se for feita uma análise do PCB como uma unidade composta por diversas partes, que nem sempre concordavam em opinião sobre diversos assuntos.

2. O PCB nos Congressos da Internacional Comunista de 1922 e 1928

O PCB foi fundado oficialmente durante o seu primeiro Congresso, na cidade de Niterói, no mês de março de 1922, data estratégica para garantir participação no IV Congresso da Internacional Comunista (IC)[7], que aconteceria em Moscou naquele mesmo ano.

---

3 KAREPOVS, Dainis. "A *esquerda e o parlamento* no *Brasil*: o *Bloco Operário* e *Camponês* (*1924-1930*)". (Tese) Doutorado em História, Universidade de São Paulo, 2001, p. 605, 606, 623; PRESTES, Anita Leocádia. A Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe e os levantes de novembro de 1935 no Brasil. Revista *Crítica Marxista*, 2006, n. 22, p. 6-7.

4 Desde a defesa de sua tese, Chadarevian publicou artigos com temas relacionados ao PCB e a questão racial em revistas brasileiras, a exemplo de: CHADAREVIAN, Pedro. Os precursores da interpretação marxista do problema racial, Crítica Marxista, n. 24, 2008; e CHADAREVIAN, Pedro. Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964). *Política & Sociedade* - Florianópolis - Volume 11 - Nº 20 - abril de 2012.

5 O racismo, preocupação central na investigação de Chadarevian, teria sido compreendido no PCB "como uma mera reminiscência de uma estrutura social arcaica, originária da escravidão, da 'ideologia do colonialismo', que impedia a ascensão social do negro, mantendo-os como servos no campo" (CHADAREVIAN, 2012, p. 276)

6 A partir de 1922, o PCB concentrava suas instâncias de decisão no país em comitês regionais e em um comitê nacional. A III Internacional Comunista, fundada em Moscou, no ano de 1919, tinha a função de determinar as diretrizes centrais a serem seguidas por Partido Comunista em todo o mundo. A IC manteve um Secretariado Latino, na França, até 1925. A partir de 1926 é criado o Secretariado Sul-Americano, na Argentina, onde funcionou até 1930, quando foi transferido para Montevidéu. A IC foi dissolvida em 1943.

7 A III Internacional Comunista foi fundada como resultado da Revolução Russa. A direção da Internacional era do Partido Comunista da União Soviética, que tinha Lênin como principal liderança. Esta buscava unificar todas as seções da Internacional, nos vários países que possuíam Partidos Comunistas, por meio de diretrizes formuladas e/ou divulgadas em plenárias e congressos, frequentados por membros indicados pelos partidos nacionais.

Dois dias após a realização do Congresso em Niterói, a direção do recém-fundado partido enviou uma carta endereçada ao Comitê Executivo da Internacional Comunista (IC), apresentando Mario Barrel e Antônio Canellas[8] como delegados do Partido para participar do IV Congresso. A tarefa de Barrel e Canellas consistia em entregar um relatório sobre "os antecedentes e a realização, nos dias 25 a 27 de março, do congresso de delegados dos grupos comunistas do Brasil, de onde surgiu o Partido Comunista, organizado sobre a base das 21 condições[9] de admissão na Internacional Comunista".

Os tópicos gerais dos vários informes apresentados durante o IV Congresso da IC por Canellas, em nome do PCB, giravam em torno dos acontecimentos que possibilitaram a fundação do partido e de uma tentativa de análise histórica da sociedade brasileira. A primeira menção registrada sobre a questão racial no Brasil foi feita em uma das comunicações do delegado, uma descrição da forma como era constituída a população brasileira:

> População heterogênea (negros de África, portugueses e indígenas) continuamente misturada, com a chegada de imigrantes de todos os países. Não há no Brasil uma unidade de pensamento nacional, como se vê nos países do Velho Mundo. A força da tradição é também muito baixa. Sem tradições políticas.
> [...]
> Não há preconceitos de raça ou religião, pessoas de todas as raças e todas as religiões vivem sem que fatores étnicos ou religiosos sejam um obstáculo ao acordo entre elas.
>
> (Rapport presente par les delegues des groupes communistes du Brésil à l'Executif de l'Inteernationale Communiste à Moscou, 1922, tradução minha)

Neste primeiro momento, ainda com o partido recém fundado, a liderança do PCB envolvida na elaboração dos textos para apresentação no IV Congresso da IC foi rápida em afirmar a inexistência de conflitos raciais no Brasil[10].

Ainda que inicie o tópico apontando para os diferentes grupos raciais na base da composição da população, o autor se utiliza do tema, na verdade, para introduzir uma ideia em torno da avaliação da cultura política no Brasil. O tópico é concluído da seguinte forma: "Assim, as instituições políticas não têm no Brasil o mesmo caráter sólido que possuem em alguns países europeus. Nem os partidos políticos. Nem seus programas". A constituição racial do Brasil é apontada como característica de uma cultura política pouco desenvolvida. Os textos apresentados no Congresso da IC abordavam brevemente a questão, por isso é difícil fazer uma análise mais detalhada de quais ideias alimentavam o pensamento presente no PCB da época sobre a formação racial e suas implicações a sociedade brasileira. Do pouco que é apresentado pode-se apontar que a liderança do partido compreendia que a presença de diferentes grupos raciais no Brasil não implicava na existência de conflitos.

---

8 Canellas (1898-1936) e Barrel residiam na França e já tinham proximidade com o PC francês. Somente Canellas compareceu como representante do PCB no IV Congresso da IC. Mesmo residindo fora do país na época de fundação do partido, Canellas integrou a primeira Comissão Central Executiva do Partido (CCE), estrategicamente escolhido para a função de Secretário Internacional.

9 Sobre as 21 condições para participar da Internacional Comunista citadas na carta do PCB ao Comitê Executivo da IC ver: DOMINIQUE Desanti. L'Internationale Communiste. Paris: Payol, p. 73 e CARONE, 1989: 96-97.

10 Um ponto importante sobre o surgimento do PCB, e que pode contribuir para a compreensão das posições dos dirigentes do partido, está relacionado ao fato de que sua formação não foi um acontecimento isolado, como afirma Muniz Ferreira (2012b). Além dos acontecimentos internacionais, que serviram para divulgar o comunismo pelo mundo, e o recrudescimento da luta operária no Brasil, a criação do PCB foi concomitante a dois eventos, de fundo político-cultural: A Semana de Arte Moderna e o Levante do Forte de Copacabana, que marcou o início do Tenentismo. Ainda segundo Ferreira, comunistas e modernistas logo estabeleceram diálogos. Nem todos os modernistas de aproximaram do PCB, os que o fizeram faziam parte de um "segmento minoritário", mas "altamente representativo", estes constituíram "desde aproximações transitórias até relacionamentos orgânicos e duradouros, passando por ligações de duração e importância intermediárias" (FERREIRA, 2012b, p. 20). Os autores citam nomes de modernistas próximos ao PCB como Mario de Andrade, Di Cavalcanti, Djanira, Oswald de Andrade e Patrícia Galvão, a Pagu.

Mas, ao mesmo tempo, a miscigenação era associada à falta de unidade e de tradição política, além de uma deformidade cultural que teria resultado em uma política primitiva.
Outro ponto que ficava subjacente na exposição de Canellas é de que a compreensão de raça no Brasil estava sendo incorporada também por um viés cultural[11]. Ainda que seja usado de forma a demarcar hierarquia, na associação entre ausência de imigração europeia e primitivismo político no Nordeste do país.
Apesar da posição marginal que a formação da nação brasileira, na perspectiva populacional, tinha no pensamento do PCB recém formado, a questão recebia crescente atenção do PC Internacional. Foi justamente no IV Congresso da III Internacional, que a questão racial foi abordada pela primeira vez de forma específica em um documento da IC[12]. De acordo com Jane Degras (1955), a primeira vez que o assunto foi abordado no contexto da III IC, foi durante o debate sobre as teses das questões nacional e colonial no Segundo Congresso, em 1920, por John Reed, delegado dos Estados Unidos. Reed falou sobre a posição dos negros e enfatizou a importância de atraí-los nas organizações junto com trabalhadores brancos. Na sessão final do terceiro Congresso, em 12 de julho de 1921, a delegação sul-africana propôs que a Comissão Central Executiva considerasse a "questão do negro" e a sugestão foi adotada[13].
No IV Congresso da IC, as teses foram introduzidas por Otto Huiswoud[14] e Claude McKay[15], ambos dos Estados Unidos. Em seu discurso, Huiswoud defendeu que o problema negro era principalmente econômico, e com o passar do tempo foi agravado pelas disputas entre trabalhadores negros e brancos. Para ele, a questão racial seria derivada dos preconceitos de classe de alguns grupos sociais. Já McKay, fez críticas à pouca atenção dada pelo Partido Comunista à questão racial e a forma como esta tinha sido formulada até aquele momento. Segundo ele, os próprios comunistas e socialistas dos Estados Unidos praticavam preconceito racial, por isso não se mostravam dispostos a enfrentar com seriedade a questão do negro. Dessa forma, os próprios comunis-

---

11 Esse tipo de abordagem sobre raça não era próprio apenas de comunistas na época. Mariza Veloso (2000) em uma pesquisa sobre a influência modernista na obra de Gilberto Freyre explica que "Em verdade, o modernismo brasileiro, a par de suas múltiplas expressões estéticas, manifestos, publicações e variados subgrupos que o caracterizaram, contém traços comuns de modernidade que abrem novos caminhos analíticos, estéticos e sociopolíticos para o conhecimento da nossa cultura. Entre esses traços pode-se destacar alguns eixos temáticos definitivos rumo à renovação interpretativa da cultura brasileira, tais como a substituição (pelo menos tentativa) do conceito de raça pelo de cultura e a introdução mais avançada da ideia de meio geográfico, antecipando-se, assim, à própria ideia de meio ambiente, uma vez que voltada mais para uma perspectiva ecológica, em detrimento do então dominante e implacável determinismo geográfico. Mais do que isso, a modernidade operada pelos modernistas incide basicamente na alteração que introduzem nos conceitos de história, tradição, memória e tempo" (p. 362).

12 Pedro Chadarevian (2008) chama a atenção para o fato de que desde 1914, Lenin, principal liderança comunista nos primeiros anos após a Revolução Russa, formulava ideias sobre como nacionalidades oprimidas deveriam agir com relação a ameaças a sua autonomia política, defendendo o direito de autodeterminação dos povos. O direito de autodeterminação sempre seria legítimo se houvesse uma desigualdade do poder político ou econômico entre nações. Naquele momento também foi formulada uma tese de apoio a burguesias nacionalistas, que teriam um papel importante em livrar nações oprimidas do poder do "capital financeiro imperialista" (p.83). Dois tipos de opressão nacionais eram distinguidos: em primeiro plano a opressão entre nações no contexto colonial; e em segundo plano a opressão em nível nacional, na qual se compreendia que as minorias eram as mais atingidas. No II Congresso da IC, em 1920, os negros dos Estados Unidos foram apontados, junto a judeus, irlandeses, alsacianos e colônias com os problemas nacionais mais sensíveis, por serem exemplos de povos "dependentes" e subordinados", e que deveriam ter direito a formar sua própria nação. (Idem)

13 Max Shachtman também escreve uma narrativa de como a questão negra foi introduzida nos Congressos da IC, antes de 1928, no livro Communism and the Negro, escrito no início da década de 1930 e publicaddo pela primeira vez em 2003.

14 Otto Huiswoud (1893 - 1961) nasceu no Suriname. Neto de escravos, mudou-se para os Estados Unidos em 1912, onde trabalhou inicialmente no comércio de produtos tropicais e depois na imprensa, no Harlem. Após sua chegada aos Estados Unidos, Huiswoud se envolveu com organizações socialistas que promoviam reinvindicações de cunho racial.

15 Claude Mckay (1889 –1948) tinha origem jamaicana e desempenhou papel de destaque durante a Harlem Renaissance. Escritor e poeta, Mckay, se tornou próximo do comunismo ainda jovem, mas nunca se filiou ao PCUSA.

tas precisariam primeiro se emancipar de ideias preconceituosas sobre os negros, para depois alcançá-los com qualquer tipo de propaganda radical. Ao final da sessão, as teses apresentadas foram aprovadas por unanimidade[16].

No conjunto das resoluções do IV Congresso o tópico recebeu o título de *Teses sobre a questão negra*[17]. A atuação de negros americanos foi fundamental para a formulação das teses introduzidas nas resoluções do IV Congresso da IC. Uma das consequências disso foi que o posicionamento do PC sobre a questão negra ao redor do mundo estava baseado na perspectiva daquele grupo específico. Este episódio inaugura o padrão que se baseava na visão estadunidense, para a forma como a Internacional Comunista iria tratar do tema até sua extinção, em 1943[18].

No texto das *Teses sobre a questão negra*, a IC compromete-se em contribuir para a organização dos negros em todo o mundo. Além deste compromisso, o texto traz quatro pontos de tarefas práticas que deveriam ser desempenhadas pelos partidos da Internacional, a partir daquele momento[19].

As teses sobre a questão do negro foram alteradas somente no VI Congresso da IC, entre julho e setembro de 1928. Este Congresso decretou a mudança de estratégia da IC em sua orientação política, preconizando a máxima de 'classe contra classe'[20]. Estava em processo a "primeira inflexão stalinista" (ANTUNES, 1995), marcada pela lógica de uniformização do modelo de revolução[21]. Com a nova orientação política, a IC passou a recomendar aos PCs em todo o mundo que, ao invés de utilizar a tática de frente única e coalisão, passassem desempenhar papel de liderança na revolução, a qual deveria ser realizada essencialmente por operários. Segundo a avaliação da IC, o Brasil estava entre os países independentes, mas com situação política, econômica e social muito próxima das semicolônias, e tinha necessidade da formação do Governo Operário e Camponês[22]. Assim, o PCB deveria tornar-se o condutor de todas as etapas do processo, baseando sua liderança na aliança entre os operários e os camponeses. A nova orientação também restringia acordos com a pequena-burguesia. Essa nova resolução da IC trouxe muitas dificuldades ao PCB, que culminaram na substituição de quase totalidade de seu quadro dirigente nacional nos anos seguintes.

---

16 A íntegra do discurso foi publicada em: Bulletin of the IV Congress of the Communist International, No. 22 (Dec. 2, 1922), pp. 17-23.

17 O texto integral da tese aprovada no IV Congresso da IC foi publicado na Revista Princípios de outubro de 1984.

18 A literatura que trata da relação do Partido Comunista nos Estados Unidos e da população negra no país é bastante extensa, com pesquisas que abordam aspectos diversos. Sem a menor pretensão de esgotar todos os pontos de análise das pesquisas, aponto a relevância dos seguintes trabalhos: Naison (2005) ao tratar dos comunistas no Harlem durante a depressão, apresenta também um quadro de como se deu a relação entre os comunistas negros e outras organizações negras, principalmente durante a década de 1920. Uma análise documental da relação entre negros e comunismo foi feita no livro editado por Foner e Allen (1987). A trajetória de um negro americano dentro do PC foi abordada em profundidade por Haywood (1978) em sua autobiografia.

19 A Conferência que aparece na proposta nunca chegou a acontecer. (FONER; ALLEN, 1987)

20 A nova posição da IC modificou intensamente as resoluções do V Congresso, realizado em 1924. A posição anterior era do incentivo a formação de uma política de alianças para os países coloniais e semicoloniais, intitulada bloco das quatro classes - formado pelo proletariado, por camponeses, pela intelectualidade pequeno-burguesa e por democratas urbanos - baseada em modelos de alianças que o PC desenvolveu na Inglaterra e na China.

21 Claudin aponta que "A teoria do socialismo num só país se converte em doutrina oficial da IC (uma vez que o trotskismo foi posto para fora da lei na União Soviética e nos partidos comunistas de todos os países) e passa a ser o princípio diretor da concepção da revolução mundial formulada no programa aprovado no VI Congresso". (CLAUDIN apud ANTUNES, 1995).

22 "Nestes países, a luta contra o feudalismo, contra formas de exploração pré-capitalistas, a busca constante da revolução camponesa e a luta contra o imperialismo estrangeiro e independência nacional são de importância decisiva. Aqui, a transição para a ditadura do proletariado será possível somente através de uma série de etapas preparatórias, e como o resultado de todo um período de transformação da democracia-burguesa em revolução socialista" (Programme of the Communist International Adopted at its Sixth Congress).

A grande mudança adotada em 1928 foi a introdução de uma perspectiva relacionada com a diversidade populacional dos negros nos diferentes países. Assim, passou-se a compreender a população negra em alguns países não como uma minoria oprimida, mas como uma nação oprimida. Esta mudança inicia um período em que a reinvindicação por autodeterminação será o principal *slogan* comunista para atrair negros.

No conjunto das resoluções do VI Congresso, a questão negra era parte integrante das *teses sobre o movimento revolucionário em países coloniais e semicoloniais*, entre as tarefas de ordem imediata. A divisão da população negra em regiões, que já tinha sido apontada no Quarto Congresso, foi reelaborada e apresentada com mais detalhes. Além de definir as regiões, a III IC apontou o tratamento específico que deveria ser dado a cada uma delas, vinculando-as sempre à luta contra o imperialismo[23]. Chadarevian (2007) chama a atenção para a mudança de percepção sobre quais condicionantes teriam implicado ao negro uma posição subordinada na sociedade. Antes, os negros eram apontados como vítimas do capitalismo tanto quanto brancos. A partir do VI Congresso, começa a ser enunciada no pensamento comunista a formulação de que existia um mecanismo singular que atingia a população negra em todas as partes do mundo.

Na resolução é depositada grande expectativa nos negros, pelo menos naqueles que estavam nos Estados Unidos, como agentes revolucionários na luta de classe. Os negros teriam dupla função, a libertação negra e a luta proletária.

> A classe operária Negra chegou a um estágio de desenvolvimento que a permite, se devidamente organizada e bem conduzida, cumprir com sucesso uma dupla missão histórica: (a) desempenhar um papel importante na luta de classes contra o imperialismo americano como uma parte significativa da classe trabalhadora americana; e (b) liderar o movimento das massas oprimidas da população negra. (Extracts From an Ecci Resolution on The Negro Question, In DEGRAS, 1959, p.552, tradução minha)

Naquele momento, o principal objetivo do Komintern era atrair para o comunismo lideranças do já existente movimento por autodeterminação dos negros nos Estados Unidos e depois passar ao PCUSA à liderança desse movimento[24].

Diferente do caso do PCUSA, não foi possível localizar qualquer dado sobre o PCB que indicasse a existência de organização específica para a mobilização da população negra, naquele período. Entretanto, a indicação de ausência de registros de mobilização não significa o mesmo que total alienação do debate. Alguns indícios apontam que os representantes do PCB no VI Congresso da III IC estavam presentes no espaço onde se deram os debates sobre a Questão Negra.

Como já apontei, a questão do negro foi debatida durante o VI Congresso em uma subcomissão interna à comissão sobre o Movimento Revolucionário nas Colônias e Semicolônias. Na mesma comissão se deu o fórum de debates sobre o Brasil e outros países da América Latina. Foi exatamente neste Congresso que se elaborou pela primeira vez um conteúdo com resoluções específicas e estratégias para os partidos comunistas da região.

Antes da reunião havia, entre os representantes dos partidos comunistas da América Latina, muito descontenta-

---

23 O texto na íntegra se encontra nos anexos.

24 O grande diferencial do movimento por autodeterminação do PCUSA de outros grupos que defendiam a autodeterminação negra nos Estados Unidos naquele período era a demanda por independência política para negros dentro do território dos Estados Unidos. Segundo o pensamento comunista, a região conhecida como Black Belt, que ia da parte central do Alabama até o norte do Mississípi, poderia ser compreendida como uma nação oprimida. Sobre os envolvidos e o processo de construção da formulação sobre autodeterminação comunista ver Haywood, 1978. O termo black belt surgiu no século XIX nos Estados Unidos, sobre o assunto ver Karen E. Fields, Barbara J. Fields, Racecraft: The Soul of Inequality in American Life. London: Verso Books, 2012, especialmente o capítulo 5: *Origins of the New South and the Negro Question;* e Phillips, Ulrich B. The Origin and Growth of the Southern Black Belts. *American Historical Review,* 11 (July, 1906): 798-816.

mento por esta ter sido "esquecida" pelo Comitê Executivo da IC até aquele momento[25]. Os representantes escolhidos pelo PCB para participar do VI Congresso foram Paulo Lacerda, Leôncio Basbaum e Heitor Ferreira Lima. Dentre a participação dos três representantes, a que gerou mais polêmica foi, sem dúvida, a de Lacerda, com um discurso contundente em que contestava a afirmação de Bukharin, de que somente após o interesse da IC, o movimento comunista passou a se desenvolver na América Latina.

Especificamente sobre a questão racial no Brasil, a delegação do PCB abordou o tema apenas quando tratou da formação da população brasileira, assim como aconteceu durante o IV Congresso da IC.

> A população do Brasil se elevou, em 1926, para 36.870.900 habitantes. As raças que habitam o país são: a raça branca, em torno de 35% da população total; a negra, cerca de 7 a 8% da população; a raça indígena, entre a população de 3 a 4%. O restante da população é formado de uma mistura das raças branca, negra e indígena. Na parte Norte, a população se formou, em grande parte, pela mistura de brancos, negros e indígenas; nas partes leste e central, de Pernambuco ao Rio de Janeiro, se encontra uma grande quantidade de negros. Do Rio ao Sul, a população é quase toda branca. No interior do país, especialmente no norte e no oeste, ainda existem tribos indígenas selvagens, mas elas são pouco importantes.
> (Rapport sur la situation du Brésil au VI Congrès, 1928, tradução minha.)

Desta vez, ao invés de associado à cultura política e com argumentos demográficos - como foi feito no Congresso de 1922 - o tema apareceu vinculado à questão econômica. A associação entre as questões racial e econômica condiz mais com a forma como o assunto era tratado pela IC. Entretanto, a permanência de negros (e índios) entre os mais pobres foi apenas apontada e não articulada no contexto de luta de classes ou de revolução comunista. Chama a atenção o uso recorrente de números precisos para tratar tanto dos percentuais raciais da população quanto da divisão do trabalho no país.

> **Economicamente e politicamente a raça branca tem predominância. A burguesia se compõe de brancos ou de mestiços. Negros e índios são bastante raros entre a burguesia.**
> Do ponto de vista econômico, a população total do Brasil pode ser dividida aproximadamente da seguinte forma: os grandes proprietários: 2-3 mil; burguesia industrial: 20-30 mil; pequenos proprietários: 470 mil - Trabalhadores na Agricultura 10 milhões; pequena burguesia comercial, intelectual e funcionários [públicos]: 7 a 8 milhões; proletariado urbano: 1 milhão e 500 mil dos quais 469 mil são trabalhadores industriais. O resto da população é constituída por pessoas sem ocupação identificada como algumas das mulheres e crianças.
> (Rapport sur la situation du Brésil au VI Congrès, 1928, tradução minha, grifos meus.)

A relativa autonomia na adaptação da linha política da IC para a realidade brasileira que tinha o PCB passou a ser restringida a partir do VI Congresso. O processo de stalinização do comunismo brasileiro, como chama a atenção Quartim (1991), foi marcado por controle político e ideológico. Diferente de outros partidos comu-

---

25 Até o V Congresso da IC os problemas relativos aos países coloniais ou neocoloniais eram determinados pelo que se passava na Ásia (ZAIDAN FILHO, 1991). Até 1925, os assuntos referentes a América Latina eram discutidos no Secretariado Latino da Internacional, com sede na França. O Secretariado ficava incumbido de todos os países de língua latina, países como França, Itália eram os que tinham mais destaque nas discussões. Em 1926 foi formado o Secretariado Sul Americano da Internacional, subordinado ao Secretariado Latino, com sede em Buenos Aires. Mesmo contando com a publicação quinzenal seu imprenso oficial, a revista *La Correspondencia Sudamericana, o Secretariado* teve muitas dificuldades de funciona de forma orgânica, principalmente por conta de instabilidades políticas na Argentina. Em 1930, depois da instauração de uma ditadura militar na Argentina, o Secretariado foi transferido para Montevidéu e passou a se chamar Bureau Sul-Americano.

nistas em países que recebiam maior atenção do Komintern, que sofreram crescente controle "policial-terrorista"[26].

3. A PRESSÃO SOBRE O PCB PARA INTRODUÇÃO DA QUESTÃO NEGRA, A PARTIR DE 1928

Mesmo com o aumento das resoluções direcionadas especificamente aos países da América Latina no VI Congresso, ficou patente que, no que concernia à questão negra, o Comitê Executivo continuava a demonstrar ter mais interesse em concentrar suas atenções nos Estados Unidos. Ainda assim, o PCB precisou responder à resolução sobre a questão negra, que incluía o Brasil, e as outras nações latino-americanas, no conjunto das demandas dos Estados Unidos, por conta de sua configuração racial.

Os Partidos Comunistas da América Latina decidiram construir uma resposta para a resolução sobre a Questão Negra do VI Congresso de forma conjunta, durante a I Conferência Comunista da América Latina, ocorrida de 1 a 12 de junho de 1929, na Argentina.

A Conferência promoveu a discussão de dez pontos, com mais destaque para os seguintes assuntos: a situação internacional da América Latina e o perigo de guerra; a luta anti-imperialista e os problemas táticos dos Partidos Comunista da América Latina; a questão camponesa e o problema das raças na América Latina. Quem deu o tom do debate foi a delegação peruana, que submeteu uma proposta de tese, escrita por José Carlos Mariátegui[27], que reivindicava que fossem formuladas resoluções específicas sobre a questão indígena para a América Latina. Um delegado do PC do Peru ficou responsável pela relatoria das sessões que discutiram o problema das raças na América Latina. Dois representantes, um de Cuba e outro do Brasil, foram indicados como correlatares. O delegado do PCB escolhido foi Leôncio Basbaum, então secretário geral do partido[28].

O pronunciamento de Basbaum é a primeira declaração pública do PCB consistente e específica a respeito das relações raciais no Brasil[29], em que o partido se dedica a relacionar sua posição sobre o assunto a temas centrais para o comunismo. Seguem abaixo alguns dos principais argumentos:

O preconceito de cor

---

26 Quartim usa o termo controle-policial terrorista para tratar da natureza da união Soviética sob a liderança de Stalin. Para o autor, a perseguisão feita aos opositores do governo, baseada em farsas judiciárias seguidas de execuções sumárias ou por assassinatos seletivos, justificam a aplicação da definição. (QUARTIM, 1991, p.70)

27 Nascido em 1894, no Peru, José Carlos Mariátegui trabalhou com jornalismo até 1919. Considerado um dos maiores pensadores da América Latina, Mariátegui participou da fundação do Partido Socialista Peruano, em 1928. O Partido Socialista Peruano passou a integrar a Internacional Comunista. Dentro do movimento comunista, defendia que os povos indígenas da América Latina deveriam passar a ter um papel ativo na luta revolucionária, inclusive de liderança desta (MARIÁTEGUI, José Carlos. *Do sonho às coisas*: Retratos Subversivos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005). Mariátegui faleceu em 1930. Apesar das propostas inovadoras, as ideias de Mariátegui foram perdendo influência após seu desaparecimento.

28 Leôncio Basbaum nasceu em Recife, em 1907, filho de imigrantes judeus da Moldávia. Basbaum ingressou no PCB em 1925. Em 1927 foi indicado como Secretário Geral da recém-funda Juventude Comunista Brasileira (JCB), tornando-se editor do jornal O Jovem Proletário. Antes da participação na I Conferência Comunista da América Latina, Basbaum já havia sido indicado para representar o PCB, junto com outras lideranças, no VI Congresso da Internacional Comunista, em 1928. Além de Basbaum, a delegação brasileira era composta por Cassini e Gubinelli.

29 Naquele período, o PCB não tinha muito sucesso em circular as ideias e análise do partido acerca da realidade brasileira. A única referência teórica para a interpretação comunista da realidade nacional no período era o livro de Octávio Brandão (com o pseudônimo Fritz Mayer), *Agrarismo e Industrialismo: Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil-1924, publicado em* 1926. Outra via de divulgação de ideias, a publicação de instrumentos de imprensa, não vinha sendo feita ocm muito êxito. Publicações comunistas sofriam constante repressão, muitas vezes sendo extintas, como no caso da revista Movimento (1922-1923), ou passavam por proibição como o jornal A Classe Operária, que deixou de circular entre os anos de 1925 e 1928. Quando ressurge, em 1928, A Classe Operária se torna orgão oficial do PCB.

A questão de raças, nos termos como ela se apresenta nos Estados Unidos, não existe entre os latino americanos. O cruzamento de raças tem sido incessante desde que estas se puseram em contato, e por regra geral, a miséria econômica e a opressão política nivelam os trabalhadores brancos e negros.

O negro no Brasil

Grande parte da população do litoral brasileiro é composta por mulatos. O tipo negro puro é muito raro atualmente. O cruzamento se faz cada dia mais intensamente, produzindo tipos cada vez mais claros, já que imigrantes negros não vêm ao país há mais de meio século. **O preconceito contra o negro atinge características de proporções reduzidas**. **No meio do proletariado [o preconceito] não existe em absoluto. Na burguesia e em certas camadas da pequena burguesia, se percebem preconceitos**. Isso se traduz no fato de que essas esferas veem com simpatia a influência do índio nos costumes do país e com má vontade a influência do negro. Tal atitude não provém, sem dúvida, de um verdadeiro ódio de raças, como é o caso dos Estados Unidos, senão que no estrangeiro se referem ao país chamando-o depreciativamente: "país de negros". Isto excita a excita a vaidade patriótica do pequeno burguês que protesta, esforçando-se por demonstrar o contrário. Entretanto, é comum também encontrar esse pequeno burguês exaltando o valor de seus ascendentes africanos. Se deve fazer notar, igualmente, que muitos negros e mulatos ocupam postos elevados no seio da burguesia nacional.
Pode se deduzir pelo que foi dito que no Brasil não se poderá falar do preconceito de cor? É claro que o partido deve combatê-lo no momento que apareça, é necessária uma ação permanente e sistemática, mesmo que ele se manifeste muito raramente.
(Discurso de Leôncio Basbaum, El Movimiento Revolucionario Latino Americano, 1929, p. 294-29, tradução minha, grifos meus.)

Ao afirmar categoricamente que a questão racial na América Latina é diferente da questão racial nos Estados Unidos, Basbaum ataca o pilar central das determinações sobre a questão negra, apresentadas no VI Congresso da IC. Para o líder comunista, no Brasil havia raras ocorrências de preconceito de cor. O fenômeno estaria subsumido à condição de classe dos indivíduos. Assim, ele diferencia preconceito de cor do preconceito racial, ou "ódio racial". Basbaum também sinaliza para uma espécie de racismo cultural ou étnico, que se manifestaria nos brasileiros devido à interação destes com estrangeiros.

Chadarevian (2006) analisa os debates da Conferência sobre o problema racial e aborda a recepção à intervenção de Basbaum pelos demais delegados. Durante os debates, os pontos mais polêmicos estavam relacionados à demanda por autodeterminação dos povos oprimidos e a questão negra, e a forma como os partidos comunistas da América Latina lidariam com as resoluções do VI Congresso da IC sobre estes assuntos. A postura dos delegados do Brasil em negar a existência de um problema racial no Brasil e na América Latina foi a que recebeu mais críticas. As delegações que demonstraram maior incômodo em relação às ideias expostas pelos representantes do PCB foram Cuba e Guatemala.

3.1. A questão negra em debate no Secretariado Latino Americano

Depois do VI Congresso da IC e da I Conferência Comunista Latino Americana, a "Questão brasileira" passou a receber maior atenção da Internacional Comunista. Neste mesmo período, a liderança do PCB começou a ser alvo de duras críticas do Secretariado Latino Americano, pela forma como o partido vinha sendo gerenciado. Logo após o fim da Conferência na Argentina, o Secretariado se reuniu com a delegação brasileira para discutir questões de orientação. A reunião girou em torno da sucessão presidencial brasileira e da indicação de um possível candidato para o pleito, que ocorreria em 1930[30].

Sem gozar de direitos políticos para participar das eleições, o PCB havia criado, em 1927, o Bloco Operário e Camponês (BOC), como uma proposta de coalizão, apenas com vista eleitoral. O BOC era composto por orga-

30 O PCB queria lançar a candidatura de Luiz Carlos Prestes à presidência, mas com sua recusa, o escolhido foi Minervino de Oliveira, líder marmorista e secretário-geral da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), criada em 1929. Minervino era negro e foi o primeiro candidato operário a uma eleição presidencial no Brasil.

nizações sindicais e outras associações, geralmente lideradas por tendências reformistas[31]. O Bloco Operário naquele momento já havia participado de duas eleições, a primeira em fevereiro de 1927 e outra em outubro de 1928. Nesta última, teve sucesso ao eleger dois vereadores, Octávio Brandão e Minervino de Oliveira, no Distrito Federal.

A maior parte das críticas feitas ao PCB residia no fato de que este resistia a seguir algumas resoluções do VI Congresso da IC, especialmente no que concernia a indicação para o rompimento de alianças com grupos que não fossem de orientação exclusivamente operária ou camponesa. Esse tipo de aliança, que reunia setores da burguesia e do operariado, era o fundamento do BOC, que havia se tornado o maior espaço de visibilidade do PCB no país. O sucesso do BOC era visto com apreensão pelo Secretariado Sul Americano, pois este era às vezes confundido com o PCB, o que poderia conduzir a substituição do partido pelo Bloco.

O movimento de crítica ao PCB e as contradições entre a direção do partido no Brasil e a IC teve seu ápice entre 22 de outubro a 5 de novembro de 1929, quando se reuniu em Moscou uma secretaria expandida para tratar de assuntos relacionados ao Brasil. A secretaria era composta de representantes do PCB que estavam em Moscou, como o principal dirigente Astrojildo Pereira; diretores do Secretariado da América Latina da Internacional Comunista, além de simpatizantes como Luiz Carlos Prestes, que na época não era membro do partido[32]. Durante as reuniões, os temas abordados estavam relacionados a assuntos considerados urgentes, como o papel do PCB na organização da classe operária no Brasil, as eleições presidenciais, a atuação do partido em relação à questão agrária e à questão negra no país.

Durante os debates os representantes do PCB foram pressionados para reconhecer especificidades sobre a questão negra. Um dos mais incisivos foi o dirigente do Secretariado Sul Americano da IC, Stepanov[33]. Segue trecho da fala de Stepanov:

> Eu acho que há entre os camaradas brasileiros uma falsa apreciação da realidade e que eles permanecem no campo da democracia formal. Camarada Ledo nos disse que os negros podem até se tornar presidentes da república, que podem ocupar qualquer posição, ainda que vejamos que 7/8 da população no Brasil são analfabetos e a maioria destes analfabetos, se não todos, são negros. Formalmente os analfabetos não têm direitos políticos. Isso é justo? Quando vocês persistem na defesa das ideias que os negros podem se tornar presidentes da república, que não existe questão negra, eu acho que isto é perigoso. Eu nunca estive no Brasil, mas ao olhar para o que tem sido escrito por viajantes burgueses sobre o modo de vida dos diversos segmentos da população, fico impressionado com os relatos que fazem sobre a situação dos negros. A população negra era inicialmente a camada de escravos, após a abolição

---

31 A IC denominava reformistas partidos políticos e grupos identificados como social-democratas ou socialistas. Além disso, nos países da América Latina, caracterizavam as burguesias nacionais como reformistas (HENN, 2012)

32 Dainis Karepovs (1991) analisou atas taquigráficas e conseguiu informações de que as reuniões foram chefiadas pelo Secretariado da América Latina da Internacional Comunista, que tinha como responsável o italiano Ruggero Grieco (Garlandi). Além de Astrojildo Pereira, que estava em Moscou desde abril, ocupando o cargo de membro suplente do Comitê Executivo da IC, outros membros do PCB presentes eram "o metaúrgico russo Hermann Berezin e três estudantes das escolas de formação de quadros da IC e da ISV: o alfaiate Heitor Ferreira Lima, que em 1931 se tornaria secretário geral do PCB, Carlos Augusto da Silva e o trabalhador da construção civil Russildo Magalhães". Secretariado e convidados (entre eles Dimitri Manuilsky, um dos principais dirigentes da IC e porta-voz do Partido Comunista da União Soviética na IC). Apesar de Karepovs apontar a presença de 29 pessoas, uma das atas aponta o nome do Comitê Expandido, responsável pelas reuniões: Garlandi, Ledo (Astrojildo Pereira), Humert-Droz, Stepanov, Guralsky, Stirner, Ramirez, Banderas, Yacobson, Michard, Léo, Martinez (Profint), Prestes, Lesof, Lounin, Griochin, Martinez (Ecole Leniniste), Looris, Silva, Perez, Kraftchinko, Tilge.

33 O nome verdadeiro de Stepanov, também conhecido como o moreno, era Stoian Minev (1891-1959). Stepanov nasceu na Bulgária e foi um dos dirigentes operativos mais importantes do Komintern. Dirigiu o Secretariado dos Países Latinos no Comitê Executivo da IC, também esteve encarregado do trabalho orgânico do partido mundial. (ULIANOVA; RIQUELME, 2009)

> legal da escravidão, vive em condições de extrema pobreza.
> (Intervenção de Stepanov, durante reunião do Secretariado Sul Americano em Moscou, 27 de outubro de 1929, tradução minha.)

Stepanov desafiava os argumentos dos militantes do PCB resistentes em admitir a necessidade de alguma especificidade de propostas para a população negra no país. O dirigente do Secretariado Sul Americano baseou sua argumentação na realidade brasileira e não fez, na ocasião, qualquer comparação com a situação de negros de outros países. O assunto em debate parecia ser exclusivamente o Brasil[34].

Em outro momento, Stepanov apontou o que tornaria a questão negra algo específico, não podendo ser reduzida à experiência da pobreza. A peculiaridade da questão, para ele, estaria ligada ao tratamento dispensado aos negros. O tipo de argumentação desenvolvida por Stepanov permite a compreensão do que ele chama de questão negra como um fenômeno onde é forte a presença de discriminação racial.

Apesar da grande capacidade retórica e argumentativa de Stepanov, os representantes do PCB que estavam nas reuniões realizadas em Moscou não demonstraram estar muito convencidos sobre a pertinência da introdução de uma questão negra no movimento comunista do Brasil. Um exemplo disso foi a intervenção de Ledo[35], durante reunião ocorrida em 5 de novembro de 1929.

> Sobre a questão dos negros, me questionaram se havia negros no partido. Nesta formulação eu acho que encontrei o sentido de toda a questão, uma vez que foi questionado pelos negros no Brasil. Aqui vemos a questão dos negros no Brasil através dos Estados Unidos. Como nos Estados Unidos tem havido e ainda há lutas ferozes entre negros e brancos, como tal, estas lutas são refletidas mais ou menos nos sindicatos e em toda parte. Acredita-se que no Brasil a mesma coisa acontece, acredita-se que, no movimento dos trabalhadores no Brasil, há também uma luta entre trabalhadores negros e brancos. Isso é completamente falso. Eu já respondi que no partido não só há um monte de negros, mas há também no Comitê Central. E se no CC do partido não há negros, não é porque que tentamos colocar os negros por serem negros, mas por serem militantes comunistas ativos.
> (Intervenção de Ledo (Astrojildo Pereira) durante reunião do Secretariado Sul Americano em Moscou, 05 de novembro de 1929, tradução minha.)

Se de um lado Stepanov estava certo da existência de discriminação racial no Brasil, Ledo (Astrojildo Pereira) estava convencido de que esta não existia, exatamente porque, para ele, não haveria conflitos entre trabalhadores brancos e negros no Brasil. O argumento em torno da inexistência de conflitos raciais entre trabalhadores é o centro da argumentação de Astrojildo.

> Nas uninas, nas fábricas, os trabalhadores negros e os trabalhadores brancos fazem o mesmo trabalho, recebem os mesmos salários, têm as mesmas condições de

---

34 Além de Stepanov, outro dirigente do Secretariado Latino Americano que participou intensamente dos debates sobre a questão negra no Brasil foi Jules Humbert-Droz (1891-1971). Humbert-Droz foi pastor, jornalista e ativista do movimento comunista da Suíça e membro da Internacional Comunista. Em 1921 foi eleito Secretário do Comitê Executivo, quando ainda era liderado por Lênin. Sua atividade era a organização e consolidação das seções comunistas dos países latinos. Entre 1921 e 1931 Humbert-Droz viveu em vários países, desempenhando atividades designadas pela IC, por isso foi apelidado de " olho de Moscou".

35 O comunista apresentado durante as reuniões do Secretariado Sul Americano em Moscou como Ledo era, na verdade, a maior liderança do PCB na época, Astrojildo Pereira. Antonio Candido (1982) narra o episódio do encontro de Sergio Buarque de Holanda com Ledo em Moscou, *e uma pequena confusão em torno do uso do pseudônimo por Astrojildo. Candido afirma que* do encontro dos dois em Moscou "nasceu uma boa amizade para toda a vida" (p. 6). Sergio Buarque esteve em Moscou entre 1929 e 1930 como jornalista, na função de correspondente de *O Jornal,* do Rio de Janeiro. Astrojildo morou em Moscou no mesmo período e trabalhava no Secretariado para a América Latina da IC.

trabalho. Também nas plantações, brancos e negros estão sob as mesmas condições econômicas e sociais.
É verdade, sem dúvida, que no exército e na marinha, por exemplo, há muitos negros e mestiços, mas que estes são muito raros entre os oficiais, que são quase todos brancos ou mestiços suficientemente... clarificados.

(Intervenção de Ledo (Astrojildo Pereira) durante reunião do Secretariado Sul Americano em Moscou, 05 de novembro de 1929, tradução minha)

4. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO NEGRA À ESTRATÉGIA POLÍTICA DO PCB

Apesar das divergências nas reuniões de 1929, pouco tempo depois, ações tomadas pelo PCB indicam que houve uma revisão de posicionamento, quer seja para simplesmente atender às exigências da Internacional Comunista ou por convencimento, de fato[36].
Em abril de 1930, o jornal A Classe Operária divulgou a Resolução da Internacional Comunista sobre a Questão Brasileira. Segundo texto publicado no jornal, a resolução foi o "resultado de um sério exame, que se procedeu em Moscou, da situação do Brasil e do PCB". No tópico *As tarefas imediatas do partido comunista do Brasil,* o último parágrafo apontava que "o trabalho sistemático e sério entre os emigrados e, também, entre as raças oprimidas (negros e índios) dará igualmente ao partido a possibilidade de aumentar e de estender sua influência entre as massas" (A Classe Operária, 17/04/1930, p.3).

NO DIA 1º DE AGOSTO as massas provarão que querem lutar contra os perigos da Guerra e por suas reivindicações.
Basta de escravidão ! Viva a luta decidida e corajosa contra todos os exploradores e opressores !
OPERÁRIOS ! – organizai comitês de luta em todas as fábricas ; organizai a frente única de otod o proletariado ; manifestai no dia 1 º de agosto fazendo greves e demonstrações de rua !
TRABALHADORES AGRICOLAS, COLONOS, PEQUENOS LAVRADORES! – organizao comitês de luta em todas as fazendas e localidades do interior ; manifestai no dia 1º de agosto contra os senhores feudais e o governo, contra a polícia e os fazendeiros; TOMAI A TERRA, recusai-vos a pagar impostos; RESISTI A POLÍCIA DOS NEGREIROS!
SOLDADOS E MARINHEIROS! – preparai-vos para aluta; fraternizai com os trabalhadores!
TRABALHADORES NEGROS! a vossa escravidao continua! lutai em conjunto com os demais trabalhadores contra a exploração feudal, por vossa libertação definitiva!
ÍNDIOS – organizai-vos para reconquistar pela luta as terras que vos roubaram e para vossa completa emancipação!
DESEMPREGADOS! – organizai os vossos comitês de luta em todos os bairros e em todas as localidades,

36 O impacto que as reuniões de Moscou teve sobre os dirigentes e demais membros do PCB pode ser percebido no depoimento de Heitor Ferreira Lima, um dos presentes na ocasião: "Fomos acusados de orientar toda a tática e estratégia do PCB na espera da terceira revolta., colocando-nos desse modo a reboque da pequena burguesia; de menosprezarmos as reivindicações específicas do proletariado; de abandonarmos a questão camponesa [...]; de não cuidarmos devidamente da formação de um PCB independente, à altura das necessidades nacionais; de não nos preocuparmos com os problemas dos negros e dos índios, enfim de adotarmos uma política pequeno-burguesa, contrária ao leninismo e às recomendações da IC. Em resumo: fomos totalmente arrasados na ideologia e na ação prática que seguíamos. Tal contestação, em forma tão severa, nos deixou, a nós brasileiros, perplexos, atônitos, quase aniquilados, pois eram esforços, trabalhos e sacrifícios de tantos anos que víamos desmoronar irremediavelmente, ante nosso espanto e inconsciência, como se o mundo viesse abaixo. Foi uma espécie de desilusão. Não podíamos deixar de reconhecer, porém, que naquela análise aguda e forte havia muito de verdadeiro, embora contivesse também muito exagero" (Heitor Ferreira Lima. *Caminhos percorridos. Memórias de militância* apud KAREPOVS, 2011, p. 623-624).

e manifestai juntamente com os demais trabalhadores no dia 1º de agosto
O Bureau Político do PCB
(Jornal A Classe Operária, 19 de julho de 1930. Caps lock no origial, grigos meus)

Na publicação de A Classe Operária, em julho de 1930, percebe-se que a população negra foi inserida entre os grupos focalizados para mobilização do Partido. No artigo intitulado "*Aos trabalhadores da cidade e dos campos, a todos os explorados do Brasil",* o Bureau Político do PCB escreveu um apelo, convocando diversos grupos, chamados por eles de "massas" para uma Jornada Internacional de Mobilização, que seria realizada no dia 1º de agosto.
Pouco mais de um mês após a publicação da convocação para a Jornada Internacional, A Classe Operária voltou a dedicar atenção aos negros brasileiros. A nota divulgada já inicia com a afirmação da existência de uma questão racial no Brasil e demonstra que houve uma mudança de perspectiva radical em relação ao que foi defendido pelo PCB em diversas situações nos anos anteriores[37].

Pelos trabalhadores de cor

No Brasil existe uma questão de raça. Os nossos companheiros de cor continuam oprimidos. Ide as favelas, aos casebres do Leblon e do morro da Mangueira, assisti aos trabalhadores mais penosos no Caes do Porto e no interior, e ecnontrareis principalmente os nossos irmãos negros.
Nos Estados Unidos, os lacaios de Ford, os protectores de Geraldo Rocha, os donos da Standard Oil instigam o linchamento dos negros. O presidente Julio Prestes, cão de fila dos banqueiros de Londres, não aceitou os marinheiros de cor a bordo do navio que o conduziu aos Estados Unidos.
Companheiros trabalhadores negros, entrai para os sindicatos revolucionários e para o Partido Comunista. Combatei os imperialistas, vossos perseguidores nos Estados Unidos, na Africa e no Brasil. Lutai pela revolução das massas oprimidas que vos há de tornar independentes.

Benedicto

(Jornal A Classe Operária, 27 de agosto de 1930. Grifos meus)

O momento promissor no PCB, de inserção da questão negra ao conjunto de questões relevantes para a realidade brasileira, aconteceu ao mesmo tempo em que um ciclo de mudanças imposto pelo Secretariado Sul Americano da IC atingiu tanto a linha política do PCB quanto suas lideranças. Os autores que se dedicam ao estudo do fenômeno denominam o processo de "virada tática" (HENN, 2012) ou "primeira inflexão stalinista" (ANTUNES, 1995) que resultou na proletarização/obrerismo[38].

O processo que resultou na substituição dos dirigentes do PCB foi um dos responsáveis também pelo surgimento de tendências, que passariam a disputar interpretações sobre a realidade brasileira, inclusive sobre como proceder em relação à questão negra. Dentre eles estão os novos dirigentes do partido, os dirigentes afastados

37 Dessa vez, apenas uma pessoa assina o texto, Benedicto. O nome é, provavelmente, uma alcunha utilizada por um membro do Partido, mas até o momento não encontrei qualquer menção ou associação com qualquer militante do PCB no período.

38A proletarização ou obrerismo é uma orientação que prega a constituição essencialmente proletária dos partidos comunistas e o afastamento de lideranças com perfil intelectual, supostamente responsáveis por seu direcionamento conservador (ou contra-revolucionário) (HENN, 2012)

que permaneceram no partido e os dirigentes afastados que optaram por sair do partido ou foram expulsos.
Em novembro de 1930, Astrojildo Pereira (chamado de Ledo durante as reuniões de 1929) foi destituído do cargo de secretário geral do Comitê Central do PCB e substituído por Heitor Ferreira Lima, primeiro brasileiro a participar da Escola Leninista Internacional de Moscou, onde residiu de 1927 a 1930. Na mesma reunião em que foi selada a saída de Astrojildo do Comitê Central do PCB, oficializou-se a saída de todos os dirigentes do partido considerados intelectuais de origem burguesa, ou seja, quase a totalidade foi afastada[39].
Em relação ao grupo de militantes que se manteve no PCB, a movimentação em torno da inserção da questão negra às bandeiras do partido, durante o ano de 1930, parece não ter sido considerada suficiente pelos representantes do Komintern na América Latina. Em 1931, o Bureau Sul-Americano divulgou um conjunto de teses sobre a situação do Brasil e as tarefas do Partido Comunista. Um dos tópicos do texto endereçado ao PCB foi intitulado de *O trabalho entre os negros e índios.* Apesar de endereçada a um grupo de representantes diferentes daqueles que participaram as reuniões em Moscou, no ano de 1929, as críticas no novo documento eram bem semelhantes[40]. No centro do problema continuava a falta de interesse do PCB em atuar na organização de uma reivindicação negra no país.
Naquele momento, os dirigentes do Bureau Sul-Americano (BSA)[41] acreditavam que o contexto brasileiro estava se modificando em função do surgimento de organizações negras que começavam a arregimentar muitos membros, entre as quais, a de maior projeção era Frente Negra Brasileira (FNB), fundada na cidade de São Paulo, em 1931.
A dificuldade de aproximação do PCB com organizações do movimento negro recém-fundadas, são uma demonstração da dificuldade que teve o Partido em se posicionar em meio aos acontecimentos políticos do período. De certa forma, o PCB ficou a reboque das mobilizações deflagradas em 1930. Dulce Pandolfi (1995) chega a afirmar que o Partido ficou "à margem do processo, por considerar uma mera quartelada pequeno-burguesa contra os interesses do proletariado" (p.100).
Seguir a orientação do BSA de aproximação das organizações negras se tornou uma tarefa muito difícil para o PCB naquela conjuntura. Especialmente por causa da stalinização a que foi submetido o Partido, exigindo uma mudança radical em sua estrutura, a substituição de suas lideranças e a desarticulação do Bloco Operário e Camponês[42]. Para o BSA, o Partido deveria ganhar a confiança das "massas negras e indígenas" e, assim, "organizar as lutas pela autodeterminação, pela liquidação dos privilégios dos brancos e a devolução das terras roubadas pelos colonizadores".
De todas as tarefas dadas pelo BSA para o PCB realizar em relação aos negros no Brasil, parece que a única

---

39 Del Roio chama a atenção de que o processo de depuração da direção do PCB associou tanto a adoção de uma nova linha política quanto a modificação na composição social dos quadros dirigentes. Mostra disso é que, dois líderes operários foram também afastados, o metalúrgico José Casini e o gráfico Manoel da Silva. Além desses, outros dirigentes considerados intelectuais foram afastados, como Octávio Brandão, Leôncio Basbaum, Rodolfo Coutinho, Paulo de Lacerda e Fernando de Lacerda.

40 O secretário do Bureau Sul-Americano no momento, Abraham Iakovlevitch Heifetz (Guralsky), fez parte do Comitê Extendido nas reuniões de 1929, em Moscou. Na ocasião, Guralsky teceu críticas aos dirigentes do Partido no Brasil. Para ele, o principal erro dos partidos comunistas latino-americanos, de uma forma geral, e também do PCB era "a falta de uma concepção clara a respeito do que era a revolução democrático-burguesa e do papel dos partidos comunistas nela".

41 Em 1930, o Secretariado Sul Americano da IC foi tranferido de Buenos Aires para Montevidéu, por causa da instauração de uma ditadura militar na Argentina. Com a transferência, o SSA passou a ser denominado de Bureau Sul-Americano (BSA).

42 A dependência do BOC foi uma crítica constante da direção do IC aos dirigentes do PCB após o VI Congresso da entidade, realizado em 1928. Nos anos de sua existência, foi o Bloco Operário a grande ponte entre o Partido e o movimento sindical. Para o IC manter o BOC seria muito arriscado para o PCB, que poderia passar a funcionar apenas em função da política aliancista e partidária. A política de Classe contra Classe, resultante da tese do "terceiro período", que indicava o começo de um período de instabilidade no ocidente, com crescimento das lutas proletárias, com possibilidade de surgimento de contextos revolucionários. Os dirigentes do PCB foram instruídos a abandonar alianças em nome da disputa pela liderança na condução da revolução da classe operária (Karepovs, Dainis – A classe operária vai ao parlamento: O Bloco Operário e Camponês do Brasil, Ed. Alameda, Sp, 2006).

levada a cabo com eficácia foi a defesa pelo direito à autodeterminação. As formulações do PCB em torno da ideia de autodeterminação foram um esforço que o Partido fez para colocar em prática as resoluções sobre a questão negra determinadas pela IC, ainda que no início tivessem sido formuladas especialmente para o contexto dos Estados Unidos. Entretanto, no caso brasileiro, as demandas não passavam de formulações genéricas e bem superficiais.

No pensamento do Partido Comunista estava a concepção de que o comunismo é por natureza antirracista. Este tipo de apelo do PCB não encontrou muito eco entre os grupos negros organizados naquele momento. Parte da explicação reside no fato de que o poder de mobilização do PCB era reduzido até meados da década de 1930. O partido tinha grandes dificuldades na arregimentação de membros, sem contar as constantes dissidências e expulsões[43].

Em 1934, a reivindicação por autodeterminação de negros e índios continuava a ser a proposta central do Partido. Uma novidade apareceu no manifesto da I Conferência Nacional do PCB com o acréscimo do povo nordestino às reivindicações por autodeterminação[44]. Provavelmente, a atenção aos nordestinos era resultado do entusiasmo do PCB com as histórias sobre Lampião e o Cangaço[45].

A questão das "minorias nacionais oprimidas" volta a aparecer pouco tempo depois nas páginas de A Classe Operária. O PCB publicou no jornal a sua plataforma para as eleições para as Assembleias Constituintes estaduais, que seriam realizadas em outubro . O texto é praticamente o mesmo do Manifesto:

> Amplo direito das nacionalidades orpimidas de disporem de si mesmas, inclusive o direito de separação, constituindo seus próprios governos, separados do governo federal e dos estaduais, com território, governo, costumes, religião, lingua e cultura próprios. Igualdade absoluta de direitos econômicos, políticos e sociais, sem nenhuma distinção de cor ou na cionalidade.
> (A Classe Operária, 23/08/1934, p.4)

Em outubro daquele mesmo ano, aconteceu a III Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe, em Moscou[46]. A Conferência marcou o início de uma nova fase no PCB. Os dirigentes da IC concordaram com a mudança de tática do PCB, que abandonou a política sectária que vinha tendo desde 1929, de frente única proletária, e passou a defender a formação de uma ampla "frente popular antifascista e anti-imperialista".

Os esforços do PCB em organizar uma frente popular e a insatisfação de diversos setores com o governo Vargas, além da presença e promessa de Liderança de Luiz Carlos Prestes[47], resultaram na criação da Aliança Na-

---

43Leôncio Rodrigues aponta que o crescimento do PCB foi modesto, durante a década de 1920. Até 1925, o Partido tinha 300 membros registrados, a maioria no Rio de Janeiro. Em 1928 "o número de filiados ao PCB aumentou para 700, dos quais 400 no Rio, 80 em São Paulo, 80 no Rio Grande do Sul, 60 em Pernambuco e o restante espalhado em pequenos grupos na Bahia, Vitória, Campos, Juiz de Fora e outras localidades. Outros 700 membros que se haviam inscrito no período de 1922-1927 abandonaram o Partido. (RODRIGUES, 1991, p.365)

44 Segue trecho do tópico dedicado a questão nordestina: "[...] considerando que as lutas que sustentais contra os "coronéis", contra os grandes proprietários de terras e empresas imperialistas, contra os representantes dos governos centrais – lutas às quais se ligam e têm também idênticas expressões as heroicas guerrilhas dos cangaceiros – possuem rasgos profundos de nacionalidade oprimida, apoiando cada uma das vossas lutas econômicas e políticas, o Partido Comunista apoia decididamente e luta junto convosco pelo direito de dispordes de vós mesmos como nacionalidade em formação, isto é, a lutar para que tenhais o direito de possuir vossos próprios costumes, vossa própria língua e de viver como bem entenderdes e resolverdes, sem dar satisfação a ninguém, inclusive o direito de vos separardes em nacionalidade à parte do governo federal e constituirdes vosso próprio governo" (A Classe Operária, 01/08/1934, p.7).

45 Cf. Prestes, 2005, p. 4-6.

46 A Conferência aconteceu para aproveitar a presença dos delegados latino-americanos que estavam em Moscou para participar do VII Congresso da IC, que foi adiada para o ano seguinte. Representaram o PCB na conferência: Antônio Maciel Bonfim (Miranda ou Queiroz), Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), José Caetano Machado (Alencar ou Almeida), Elias Reinaldo da Silva (André ou Souza) e Valdevino de Oliveira (Márquez). Também estiveram presentes Luiz Carlos Prestes (Fernandez) e Otávio Brandão, ex-dirigente do PCB, exilado em Moscou desde 1931 (Prestes, 1997).

47 A tarefa de apresentar Luiz Carlos Prestes (1898-1990) em poucas linhas é difícil, visto que este teve uma trajetória rica

cional Libertadora (ANL). Fundada oficialmente em março de 1935, a ANL foi inicialmente baseada nas redes remanescentes do movimento tenentista, além de ser apoiada por sindicatos, partidos políticos e associações, todos organizados contra o governo Getúlio Vargas (Almeida, 2005).

No manifesto da ANL *é apontado que "só as grandes massas juntamente com a parte da burguesia nacional, não vendida ao imperialismo, serão capazes de, através de um governo popular revolucionário, acabar com esse regionalismo, com a desigualdade monstruosa que a dominação dos fazendeiros e imperialistas impôs ao país"*[48]. Parte do Manifesto aborda os *Privilégios da Raça, Cor e Nacionalidade.* No documento de Prestes, a questão do negro é entendida como parte da nacionalidade brasileira e não como uma demanda de uma nação oprimida. *Não é feita referência a qualquer reivindicação no sentido de autodeterminação, o que tinha sido a tônica do Partido Comunista nos anos anteriores. É importante perceber que a ANL não era o PCB, mas este foi fundamental para sua articulação (Prestes, 2005, p. 106).* Ainda assim, é possível apontar que no mesmo contexto que a luta pela hegemonia do proletariado na revolução burguesa deixou de ser o foco do Partido Comunista, a bandeira da autodeterminação também foi abandonada como a principal demanda do partido em prol da população negra do Brasil.

Depois do primeiro momento de unificação antifascista, a escalada na tensão entre o governo Vargas e os grupos organizados, principalmente os ligados a Aliança Nacional Libertadora, resultou numa série de levantes militares ocorridos em novembro de 1935 e rapidamente contidos pelo Estado[49]. O período seguinte aos levantes foi de intensa repressão, marcada pela perseguição contra pessoas ligadas a ANL, como membros do Partido Comunista, intelectuais, políticos, sindicalistas, militares, e até mesmo os simpatizantes da organização.

Os acontecimentos de 1935 contribuíram para o endurecimento do regime varguista, que já era muito questionado em seu caráter democrático, o que resultou na instituição de um governo ditatorial em 1937 que só teve fim em 1945.

Em meio a agitação da luta antifascista intensificaram-se as interpretações comunistas sobre a questão negra e nacional no Brasil. Essas interpretações estavam inscritas em diversos campos, em alguns casos com circulação mais restrita ao âmbito partidário e em outros com caráter de produção acadêmica ou literária[50].

Leôncio Basbaum[51] publicou *A caminho da revolução operária e camponesa,* em 1934, sob o pseudônimo

---

em fatos relevantes. É de fundamental importância apontar que Prestes era uma liderança de grande alcance popular desde do movimento conhecido como Coluna Prestes. Mesmo tendo ficado fora do Brasil desde 1927 e aderido ao comunismo, no início dos anos 1930, o prestígio de Prestes e o poder de aglutinação que tinha eram grandes em 1934.

48 Luiz Carlos Prestes. Manifesto da Aliança Nacional Libertadora, 5 de Julho de 1935. Publicado em A *Platéa*, 06/07/1935.

49 Os levantes militares ocorridos em Natal, recife e Rio de Janeiro ficaram conhecidos como "Intentona Comunista". Segundo Prestes (2005), as pesquisas que afirmam que o objetivo da Intentona era a de implantação de um governo comunista no Brasil estão equivocadas. A autora apresenta documentos que apontam o interesse de constituição de um Governo Popular Nacional Revolucionário (GPNR). Este não seria um governo comunista, nem poria fim a propriedade privada. O GNPR surgiu como uma proposta de um governo formado pelo povo de todas classes "em armas" (p. 109-111). Ainda segundo Prestes, desde meados de 1935 "as diretivas do PCB e, sob a sua influência, as da ANL, estavam voltadas para o desencadeamento de lutas armadas parciais, que deveriam permitir às massas populares chegarem a uma insurreição nacional. Essa insurreição derrubaria o Governo Vargas, estabelecendo o GPNR com Prestes à frente, ou seja, o poder da ANL, que realizaria os seus objetivos programáticos. Não se tratava, portanto, de uma insurreição para estabelecer o comunismo no Brasil, conforme a História Oficial sempre difundiu, consagrando a designação de "Intentona Comunista" para os levantes de novembro de 1935 (PRESTES, 2005, p. 114).

50 A primeira interpretação sobre a realidade brasileira que circulou entre os meios comunistas e recebeu destaque foi publicada por Octávio Brandão (1896-1980), alagoano e com formação em Farmácia, pela Universidade do Recife. Brandão converteu-se de militante anarco-sindicalista em um dos maiores líderes do Partido Comunista na década de 1920 e um dos principais redatores do jornal A Classe Operária. Sua obra *Agrarismo e Industrialismo: Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil-1924*, foi publicada em 1926, no Rio de Janeiro. Vários temas foram abordados no livro. O autor fez referência a população negra quando tratou da definição do povo brasileiro, que para ele não constituía um tipo específico, mas uma mistura desordenada de raças e sub-raças.

51 Leôncio Basbaum nasceu em Recife, em 1907, filho de imigrantes judeus da Moldávia. Basbaum ingressou no PCB em 1925 e em 1927 foi indicado como Secretário Geral da recém-fundada Juventude Comunista Brasileira (JCB), tornando-

Augusto Machado. No livro, o autor afirmava haver no país um conflito racial, mas defendia que este estava subsumido ao conflito de classe. Para Basbaum *não havia possibilidade de propor uma revolução operária e camponesa baseando-se apenas na mobilização com base na exploração de classe.* O autor dedicou uma seção do livro para tratar especificamente sobre as relações raciais no país, que recebeu o título: *A questão das raças e nacionalidades*. Nesta seção, Basbaum tratou do problema racial no Brasil que, em sua percepção, estava arraigado no seio da sociedade e era reproduzido por pessoas pertencentes as mais variadas classes sociais. Ou seja, para o trabalhador brasileiro, o preconceito racial se constituía como um obstáculo para a solidariedade de classes.

No mesmo período que Basbaum produziram seus ensaios outros intelectuais comunistas desenvolviam trabalhos que tiveram influência nas formulações do pensamento sobre a nacionalidade brasileira. O escritor baiano Jorge Amado (1912-2001) dedicou boa parte de sua carreira a uma "prática literária visceralmente ajustada aos dilemas associados ao seu engajamento no Partido Comunista Brasileiro"[52] (Rossi, 2009, p. 23). O esforço que Amado fez em sua obra foi o de caracterizar o povo como representante da nacionalidade brasileira, marcado pela "miscigenação, alegria, cordialidade, sensualidade, musicalidade, religiosidade e coragem" (Calixto, 2011, p.8). O próprio escritor trata do assunto em uma avaliação de sua carreira literária e chama a atenção para o seu compromisso com o povo, associado à sua militância política.

> A minha literatura é toda ela, do primeiro livro até o último publicado [...] uma visão do povo brasileiro, colocando-se o autor de acordo com o ponto de vista do povo, contra os seus inimigos. [...] No decorrer do meu amadurecimento como escritor, essa unidade adquiriu esta ou aquela característica mais sensível. Nos meus primeiros livros busquei reforçar a ação através do panfleto político e do discurso doutrinário acentuando a existência dos problemas sociais expondo soluções. (Amado apud Calixto, 2011, p.19)

Édison Carneiro (1912-1972), outro intelectual baiano, ocupava posição de destaque entre intelectuais comunistas, durante a década de 1930. Carneiro abordava temas como povo e nacionalidade por meio de seus estudos sobre cultos afro-brasileiros, folclore e cultura popular, especialmente a baiana[53]. Gustavo Rossi (2011) aponta para a associação entre a militância comunista de Édison e sua atividade intelectual:

> [...] as práticas de Édison como *comunista* e intelectual *interessado* nos destinos da *cultura negra* eram sensivelmente articuladas. Dito de uma melhor maneira: na medida em que passava a justificar as tomadas de posição intelectuais e políticas como efeitos de sua vinculação aos interesses dos *explorados* e do *proletariado*, Édison ajustou também seu olhar ao problema das "raças oprimidas" na Bahia e no Brasil: o qual, "sob o disfarce da luta das culturas desiguais", se afirmava, antes de qualquer coisa, como a expressão das relações de dominação mais abrangentes que

---

se editor do jornal O Jovem Proletário. Foi indicado para representar o PCB, junto com outras lideranças, no VI Congresso da Internacional Comunista, em 1928. Apesar da intensa atuação durante a década de 1920, Basbaum passou a enfrentar resistência dentro do PCB nas décadas seguintes, passando a ocupar uma posição mais marginal dentro do Partido.

52 Segundo Gustavo Rossi, a obra engajada de Jorge Amado, entre os anos de 1933 e 1954, "resultou em páginas da mais alta voltagem ideológica e cujo vigor pode ser atestado pela ampla e volumosa produção no período, distribuída entre biografias, teatro, escritos políticos e, sobretudo, romances: romances: *Cacau*(1933), *Suor* (1934), *Jubiabá* (1935), *Mar morto* (1936), *Capitães da Areia* (1937), *ABC de Castro Alves* (1941), *O Cavaleiro da Esperança: a vida de Luís Carlos Prestes* (1942), *Terras do sem-fim* (1943), *São Jorge dos Ilhéus* (1944), *Bahia de Todos os Santos* (1945), *Seara vermelha* (1946), *O amor do soldado* (1947), *O mundo da paz* (1951) e a trilogia *Subterrâneos da liberdade* (1954), com os volumes *Os ásperos tempos*, *Agonia da noite* e *A luz do túnel"* (Rossi, 2009, p. 23).

53 Durante a década de 1930, Édison Carneiro era contratado primeiro como colaborador e depois como redator do jornal Estado da Bahia, onde escrevia sobre os ritos e festas dos candomblés baianos. Carneiro também colaborava em jornais da imprensa comunista como os periódicos O Momento, Revista Flama, Revista Seiva, Diretrizes, entre outros.

> a sociedade de classes impunha ao negro, assim como do "antagonismo entre os opressores e os oprimidos"[54](Rossi, 2011, p. 143)

Os autores engajados no movimento comunista e sua obra intelectual são expressão da produção de uma parcela da intelectualidade brasileira nas primeiras décadas do século XX, mas também são indicadores do acúmulo do debate a respeito de temas relacionados ao povo brasileiro e a nação dentro do Partido Comunista Brasileiro. Além da produção literária existia a documentação formulada no âmbito do partido, como já foi apontado anteriormente. Em 1945, o PCB tinha 23 anos de existência, nos quais teve pouca possibilidade de atuar no campo da política partidária. Dessa forma, muito do que foi produzido pelo partido foi apresentado em outras esferas, principalmente no meio acadêmico e de movimentos sociais, em especial o movimento de trabalhadores. As eleições de 1945 foram o primeiro grande teste que comprovaria ou não as expectativas de que o PCB conseguiria colocar em prática o conjunto de formulações que produziu. Após a Ditadura Vargas colocou-se a questão de que o PCB seria um partido que teria sucesso em atrair votos dos trabalhadores e da população mais pobre, para quem tinha atenção voltada desde sua fundação.

Referências

ALMEIDA, Miguel Tavares de. (2005), Os Trotskistas Frente à Aliança Nacional Libertadora e aos Levantes Militares de 1935. In. *Cadernos AEL*: trotskismo. Campinas, IFCH-UNICAMP, 12 (22/23), pp. 81-119.

ANTUNES, Ricardo. (1995), Os Comunistas no Brasil: As repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a primeira inflexão stalinista no PCB. In: *Cadernos AEL*, 1 (2).

CALIXTO, Carolina Fernandes. (2011), *Jorge Amado: diálogos político-culturais e identidade nacional*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, UFF.

CANDIDO, Antonio."*Sérgio em Berlim e depois*" (1982). In: *Vários escritos*. pp. 323-35

CARONE, Edgar. (1989), *O PCB*, São Paulo, Difel.

CHADAREVIAN, Pedro Caldas. (2006) *Des théories du racisme à l'analyse économique actuelle de ses conséquences sur le marché du travail au Brésil*, Tese de doutorado em Economia, Université de la Sorbonne, Paris 3.

_____. (2008) Os precursores da interpretação marxista do problema racial, *Crítica Marxista*, n. 24,.

_____. (2012) *Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964). Política & Sociedade* – Florianópolis, 11 (20).

DEGRAS, Jane (ed.) (1959), *The Communist International*, 1919-1943. Documents, Oxford University Press, Londres, Volume II 1923-1928.

DEL ROIO, Marcos. (2007), Os comunistas, a luta social e o marxismo *(1920-1940)*. In: RIDENTE, Marcelo; REIS, Daniel Aarão.(Org.). *História do marxismo no Brasil*: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. 1/1 ed. Campinas - SP: Editora da Unicamp.

FERREIRA, Muniz Gonçalves. (2012), O PCB e a organização do campo intelectual brasileiro. In: ROXO, Marco; Sacramento, Igor (org.). *Intelectuais partidos*: os comunistas e as mídias no Brasil. Rio de Janeiro: E-Papers.

FREDRICKSON, George M. (2005) *Black Liberation: A Comparative History of Black Ideologies in the United States and South Africa*. New York: Oxford University Press.

54 Os trechos que aparecem entre aspas na citação foram retirados do texto: Édison Carneiro, "Santa Simplicidade", *A Bahia*, Salvador, 18 de outubro de 1934.

FONER, P. S., & ALLEN, J. S. (1987) *American communism and Black Americans: a documentary history, 1919-1929*. Philadelphia, Temple University Press.

HENN, Leonardo Guedes. (2012) A virada tática comunista do final da década de 1920: do BOC ao obreirismo. Revista Latino-Americana de História, 1(3).

HAYWOOD, Harry. (1978), *Black Bolshevik: Autobiography of an Afro-American Communist*. Liberator Press,

LEVINE, Robert M. (1980), *O Regime de Vargas: Os Anos Críticos - 1934-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

MACHADO, Augusto. (1934), *A caminho da revolução operaria e camponeza*. Rio de Janeiro: Editora Calvino Filho.

NAISON, Mark. (2005), *Communists in Harlem during the Depression*. Baltimore: University of Illinois Press.

PRESTES, Anita Leocádia. (2006), A Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe e os levantes de novembro de 1935 no Brasil. Revista *Crítica Marxista*, 22, pp. 132-153

ULIANOVA, OLGA, RIQUELME, ALFREDO, ed. (2009), *Chile en los archivos soviéticos: 1922-1991*. Tomo II. Komintern y Chile. 1931-1935. Santiago, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, Lom Ediciones.

ZAIDAN, Filho, Michael. (1991), *O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)*. Vértice, São Paulo.

Um fiel de armazém entre conquistas e perseguições políticas: notas sobre participação política e paternalismo no Recife de fins do século XIX

Felipe Azevedo e Souza

Doutorando em História Social do Trabalho pela UNICAMP e bolsista de doutorado DR-1 pela FAPESP.

E-mail: felipeazv.souza@gmail.com. Trabalho apresentado no GT10 do XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro.

Resumo: Dois momentos diferentes da vida de um fiel de alfândega do porto do Recife revelam a instabilidade profissional e social a que estavam submetidos os trabalhadores que se envolviam com a política partidária em fins do século XIX. Enquanto na primeira parte são enfocados os ganhos de carreira conquistados pelos empregados do porto, a partir de alianças com um parlamentar liberal. Na segunda, que se passa durante o governo conservador, acompanho a perseguição institucional sofrida pelo fiel por ter publicado textos anônimos na imprensa cujo teor desagradou seus superiores. Em ambos os casos, evidencio como a atuação política era permeada essencialmente por relações verticais em torno de estruturas particulares de poder instaladas principalmente no corpo de Estado.
Palavras chave: Representação Política – Império – Trabalhadores - Paternalismo

Abstract: Two different moments of the life of a Recife port customs worker reveal the professional and social instability to which the workers who were involved with party politic in the late nineteenth century were subjected to. While, in the first part, the focus is on career conquered by the port employees due to alliances with a Liberal politician. In the second, which takes place during the Conservative government, I follow the institutional persecution suffered by the worker for publishing anonymous texts, whose content displeased his superiors, in the press. In both cases, the political exertion was permeated essentially by vertical relationships around particular power structures installed mainly in the State.
Keywords: Political Representation – Empire – Workers - Paternalism

Era dia útil, horário de expediente, uma sexta feira às 11 da manhã. No entanto, o porto do Recife, um dos mais movimentados do Império, naquele 16 de novembro de 1886, não inspirava a mínima atmosfera de trabalho. O cais da alfândega foi palco de uma grande festa e os muitos trabalhadores do porto que se apinhavam nas pedras do cais, deixaram de lado as sacas de açúcar, tinham os braços livres para soltar foguetes, segurar ramalhetes de flores e acenar para celebrar a chegada do deputado liberal José Mariano.[1]

Eles estavam em companhia de cerca de duas mil pessoas de "todas as categorias sociais", das quais o *Diário de Pernambuco* destacou comissões do comércio e dos guardas da Alfândega, além de vários amigos do deputado. Os representantes dessas comissões não se contentaram com os festejos em terra, da

1 José Mariano foi uma das figuras mais destacadas da política pernambucana no último quartel do século XIX, nesse sentido, ainda que seja pouco adequado defini-lo em uma nota de rodapé, à título de apresentação cabe dizer que ele se destacou por ser uma "liderança popular" ou um "político das massas". Ainda que descendente de família tradicional, distinguiu-se do comum dos políticos que gastavam a vida pública entre os tinteiros de gabinete e a negociação de bastidores. Mariano se sentia muito a vontade em manifestações de rua, conferências públicas, bem como nas páginas da imprensa, exposição que lhe garantia uma ampla base social de apoio. A imagem de um orador exaltado e ao mesmo tempo garboso, agitando uma vasta cabeleira em meio a palavras de ordem, lhe marcou por sua atuação na campanha abolicionista, nas manifestações da chamada *Questão Religiosa* e mesmo no púlpito da Câmara, onde eventualmente chegava a sair no braço com parlamentares oposicionistas. Acusado de liderar um grupo de capangas, há registros de que podia ser encontrado comendo sarapatel nos botequins populares de Recife, tendo assim uma propalada convivência e empatia com pessoas das camadas mais pobres. Sobre José Mariano, ver, por exemplo: SALES, Tadeu J. Gouveia. *José Mariano e seu tempo (1850-1911)*. CEPE, Recife, 2013. OZANAM, Israel. *Capoeira e capoeiras: entre a guarda negra e a Educação Física.* Dissertação de mestrado em História, UFPE, 2013.

notícia da chegada do paquete que trazia o deputado, trataram de embarcar em um pequeno vapor e foram dar as boas vindas ao deputado com a banda da polícia tocando em pleno mar. Tamanha ansiedade em felicitar José Mariano, é representativa da satisfação que essas categorias tiveram em relação a atuação do político que voltava à província natal em recesso do seu segundo mandato como deputado geral. Na Assembleia, Mariano fora responsável por leis que suspenderam impostos de comércio que há tempos eram reclamados pelas camadas organizadas desta categoria, bem como conseguiu regulamentar um projeto que dava acesso aos guardas da alfandega para se tornarem oficiais de descarga, além de aumentar os vencimentos dos práticos da barra e conseguir regulamentar aumentos salariais de outras categorias de trabalhadores portuários.[2]

A festa estendeu-se no tempo e no espaço. No bairro central, foram feitos discursos na sede da Associação Comercial e libertados onze escravos,[3] a Associação ainda presenteou o deputado com um palacete no coração da cidade. Depois dos mimos, grande número de pessoas se dirigiu ao Poço da Panela em pelo menos 40 carros, "indo na frente o Sr. Dr. José Mariano, em um carro tirado por 6 cavalos". Pegavam o caminho dos arrabaldes com destino a casa do chefe político onde seria servido um *lunch*. Mas, independente da presença física de José Mariano, os recifenses festejaram sua volta em várias partes da cidade.[4]

Ainda que não tenha sido citado nas fontes que consultei, é provável que um funcionário do porto em especial estivesse presente nesses festejos. Falo de Antonio Fernandes de Albuquerque, indivíduo que trabalhava no cargo de fiel do armazém da alfândega. Mesmo que com poucas informações pessoais, encontrei referências sobre ele em alguns episódios e tal qual as atribuições do seu cargo, que consistiam em conservar, ordenar e distribuir os materiais destinados ao armazém, penso que as suas experiências de vida podem me ajudar também a dispor e ordenar apropriadamente algumas das ideias que tenho quanto a relação entre trabalhadores e política partidária naquele período.

Se passaram pouco mais de duas semanas e já estavam os trabalhadores do porto solenizando novas homenagens a José Mariano. Dessa vez, em festa mais reservada e praticamente limitada ao pessoal da capatazia e dos armazéns da alfândega do porto. Nessa ocasião, discur sou Antonio Fernandes de Albuquerque.[5] O discurso do fiel de armazém, que foi publicado na imprensa, afirmava os laços e o "profundo reconhecimento" que as categorias de trabalhadores do porto presentes tinham para com o deputado. Dirigindo suas palavras a José Mariano, justificava a homenagem dizendo: "Não vos limitaste aos interesses gerais da província, descobristes as classes que sofriam injustiças e fizestes que se lhes dessem o que de direito lhes cabia". O direito ao qual o fiel se referia, dizia respeito a ganhos salariais diretos e a possibilidade de maior ascensão na carreira, objetivo conquistado após emenda apresentada por José Mariano ao orçamento do Ministério da Fazenda e que depois foi convertida em lei.[6]

---

2 *Jornal do Recife*, 17/11/1882. "Bonita recepção". *Diário de Pernambuco,* 17/11/1882. "Desembarque e festa".

3 Dos onze escravos alforriados durante os festejos, três eram do próprio deputado homenageado, "que em retribuição ao diploma que acabava de receber, declarava livres a três únicos escravos que possuía, não como tais, mas como companheiros da sua infância, pois haviam sido criados em sua casa". *Jornal do Recife*, 17/11/1882. "Bonita recepção".

4 Durante o dia, o *Diário* registrou que em várias ruas do centro da cidade se processaram manifestações de apreço ao deputado. "À noite iluminou-se o jardim do Campo das Princesas [sede do governo provincial], a pedido dos guardas da alfândega que mandaram por um dístico em letras de fogo na face sul do mesmo jardim. Este foi a noite concorrido, e ali tocou uma banda de música". *Diário de Pernambuco,* 17/11/1882. "Desembarque e festa". O *Jornal do Recife*, destacou que o prédio do Gabinete Português de Leitura e as sedes das sociedades Nova Emancipadora, Club Carlos Gomes e Luzo-Brasileira, estavam "iluminados em regozijo da chegado do Sr. José Mariano". Também fez notar que desde Casa Forte, bairro vizinho ao Poço da Panela, até a casa de Mariano, "estava o caminho ornado de arcos de folhagens com bandeiras" e que foram soltados muitos foguetes no caminho.

5 *Jornal do Recife,* 7/12/1882. "Manifestação". Mas, antes do discurso o ajudante da administração da capatazia e os fieis da alfândega presentearam o deputado com uma escrivaninha de prata com pena de ouro, "uma peça artística primorosamente trabalhada, no gênero a mais rica que aqui tem aparecido".

6 *Idem.* Antes da emenda os fieis da Corte estavam equiparados aos segundos escriturários, conquanto os de Pernambuco e os da Bahia eram compreendidos como terceiros escriturários. Mariano pleiteou equidade e conseguiu que os da Bahia

Cabe observar que todas essas manifestações em favor do deputado liberal foram organizadas por homens reunidos em coletividades em torno de suas categorias profissionais, celebrando conquistas reais no universo político pela agência direta de suas atuações. Sintomático notar, que mesmo nas palavras dos trabalhadores, o protagonismo da classe é desbotado como que em homenagem ao deputado liberal. Os discursos ressaltavam a atuação do tribuno lhe caracterizando como um "ídolo popular" e agradecendo "seus atos de benevolência",[7] por "lembrar-se dos pequenos, dos pobres, dos filhos do povo, daqueles até a quem se negou o sagrado direito do voto e que nem sequer podem lhe retribuir dando-lhe os seus sufrágios".[8] Esse culto à personalidade e toda inflamada retórica que ia pincelando a imagem de um líder redentor, enaltecendo suas ações e o brio de seus sentimentos, fazia parte de um repertório discursivo relativamente comum naquele contexto de época, em que as relações políticas e em torno do Estado eram profundamente demarcadas pelo paternalismo.[9]

Mas, deixando de lado os discursos encomiásticos sobre José Mariano por um momento, pode-se reparar outra perspectiva em torno da sua celebrada atuação no parlamento naquela legislatura. Ainda que o deputado tenha sido decisivo para implementar ganhos reais em benefício das classes laboriosas, suas ações se restringiram a algumas categorias específicas de trabalhadores que tinham em comum a característica de já se mostrarem coesas e atuando de certa maneira em coletividades políticas.

O aumento salarial para os práticos da barra, por exemplo, foi apresentado por ele na Câmara a partir de uma petição escrita pela Associação dos Práticos da Barra, organização que já atuava no Recife há quase vinte anos.[10] Os guardas da alfândega que tiveram acesso a progressão salarial e na carreira, como os fieis de armazém, apresentaram-se naquela recepção ao deputado em comissões, demonstrando determinado potencial de atuação de grupo na organização de festejos que tomaram toda a cidade. A partir do discurso do fiel Antonio Fernandes, que se referia aos práticos como classe e traduzia os ganhos na carreira como direitos, creio não ser desmedido supor que essas comissões agrupavam profissionais que compartilhavam de uma identidade coletiva comum, onde a aliança com o político liberal fosse talvez a principal característica de integração do grupo.

Nesse sentido, sobre a atuação de José Mariano, antes de relevar seus benevolentes sentimentos quanto aos mais pobres, vale mais salientar sua pertinente compreensão dos dispositivos do sistema representativo enquanto chefe político. Tudo indica que as pautas que defendia no parlamento eram na verdade negociadas com os setores interessados, pois se foi ao púlpito com a petição dos práticos da barra em mãos, de maneira semelhante também leu na Assembleia representações e ofícios escritas por associações comerciais de Pernambuco.[11]

---

e Pernambuco conseguissem alçar a categoria e os vencimentos dos segundos.

7 *Idem.*

8 *Jornal do Recife*, 17 de junho de 1882. "O deputado José Mariano II".

9 O conceito de paternalismo, como problematiza E. P. Thompson, tem um sentido extremamente elástico, de modo que pode servir a análises de diversas realidades históricas como a da Rússia czarista ou a do Japão do período Meiji. Ainda que seu generalismo inerente seja insatisfatório quanto a uma certa rigidez em relação a análises de especificidades históricas. Seu uso pode ser proveitoso quanto a compreensão de relações de poder em torno de coletividades formadas por filiação a uma personalidade que detêm características de proeminência a partir de seu *status* social, econômico ou político. Ou seja, em coletividades muitas vezes formadas a partir de laços verticais de dependência e interdependência. Mais a frente, essa coletividade em torno de José Mariano ficará mais clara, seja tanto pela adoção de um reconhecimento social em torno dos termos que classificavam seus correligionários enquanto *marianistas*, seja em oposição a outros grupos formados por políticos do partido conservador, principalmente em torno do Conselheiro João Alfredo. THOMPSON, E. P. (2008), *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 27-28.

10 Ver: *Jornal do Recife*, 21/3/1868. "Capitania do Porto".

11 Ver, por exemplo, a leitura que José Mariano fez de representações da *Associação Comercial Agrícola* e *Associação Comercial Beneficente* tratando de obras de melhoramento do porto e sobre construção de pontes no Recife em 31 de maio de 1882. Em 1° de maio do mesmo ano foi aprovado um projeto de aumento salarial em dois terços dos empregados civis do Arsenal de Recife, a causa apresentada pelo deputado foi encaminhada via petição dos "empregados civis do arsenal de guerra de Pernambuco". As referência à Câmara foram consultas nos Anais da Câmara dos Deputados, disponível online em 11/08/2014, no site http://imagem.camara.gov.br. Sobre a petição dos práticos, ver: *Jornal do Recife*, 17/6/1882. "Parlamento".

Além do mais, a especificidade das causas trabalhistas advogadas por Mariano requeria um profundo conhecimento sobre os problemas internos e de ordem administrativa das profissões de guardas de alfandega, fieis de armazém e práticos, o que endossa ainda mais a hipótese de que foram os próprios representantes dessas categorias que travaram diálogo com o deputado em busca da concretização dessas pautas.[12]

De modo que nessas ocasiões nos encontramos diante de momentos em que a tríade representantes, representados e Estado se fechava. O sistema de representação política imperial, afamado por sua ineficácia, acabava funcionando como um mecanismo institucional legítimo para a conquista de direitos de trabalhadores e pela defesa de interesses de grupos organizados da sociedade civil.[13] Isso acontecia, deve-se salientar, a partir da agência de homens que em muitos casos eram despossuídos inclusive do direito de votar, como se pode inferir de um trecho de uma matéria publicada na ocasião, e já citada anteriormente, que se referia aqueles "a quem se negou o sagrado direito do voto e que nem sequer podem lhe retribuir dando-lhe os seus sufrágios".

O que soa talvez estranho é o fato de um político proeminente procurar amparo político em torno de uma camada da população que tinha cada vez menos poder eleitoral. Pois, se tradicionalmente as eleições no Império envolviam um grande número de votantes, registrando na década de 1870 a participação de mais de 10% da população total, em 1881 esse quadro é drasticamente alterado com uma reforma eleitoral que eliminou os direitos de mais de 90% daqueles que votavam. Em uma guinada pela aristocratização do eleitorado o código passou a privilegiar a participação de alfabetizados e de homens com posses comprovadas.[14]

Acontece que naquela época a participação política, e mais especificamente a eleitoral, se distendia por uma ampla diversidade de práticas. De modo que jogar cédulas nas urnas era uma forma de participação, mas, estava longe de ser a única. Razão pela qual a exclusiva observação do minguado número de eleitores para compreensão da participação política dos brasileiros se torna um ato perigoso, pois, ao invés de auferir o nível de participação política da população, revela antes o índice formal dos que tinham direito ao voto. Antes de mais nada, a busca por participação unicamente em listas eleitorais pode levar o observador a ter a falsa impressão de que as camadas pobres e médias da população estavam alijadas do processo político brasileiro.

---

12 Em 6 de junho de 1882, José Mariano apresentou o projeto que dava ao cargo de guarda de alfândega o acesso para os lugares de oficial de descarga, aumentando seus rendimentos e diminuindo as exigências de concurso para ascensão na carreira, bem como promoções para vigias. Nessa ocasião o deputado teceu uma série de argumentos técnicos e de incumbências particulares das atribuições dos ofícios citados e de alguns congêneres. Em 10 de maio de 1882, o aumento salarial dos ajudantes da capatazia da alfândega e dos fieis de armazém, era feito por meio de uma representação escrita pelos mesmos em uma comissão de "serventuários das capatazias da alfândega de Pernambuco".

13 Ainda que exista extensa bibliografia em torno da ideia de falseamento das instituições representativas no Império, recentemente alguns trabalhos se dispuseram a colocar em questão esse paradigma. A partir da análise das instituições políticas inseridas na realidade de então e em consonância com o ideário político liberal vigente na época. Metodologias comparativas também foram adotadas para demonstrar que o sistema de representação no Brasil perpassava por dificuldades e avanços semelhantes com seus congêneres na Europa e América. Essa discussão é bem desenvolvida por artigos recentemente escritos por Miriam Dolhnikoff. Ver principalmente: DOLHNIKOFF, M. (2008), *Império e Governo Representativo: uma releitura*. Salvador: Caderno CRH, 52 (21). DOLHNIKOFF, M. (2009), *Representação na Monarquia brasileira.* Almanack Braziliense, 9. Essa discussão também perpassa a temática que abordei em minha dissertação, SOUZA, F. A. e. (2012), *Direitos politicos em depuração: A Lei Saraiva e o eleitorado de Recife entre as décadas de 1870 e 1880.* Dissertação de mestrado. Recife: Departamento de História da UFPE. As pesquisas de Miriam Dolhnikoff vêm abrindo interessantes pressupostos, no entanto, sua interpretação do parlamento se volta com mais ênfase para o potencial de um espaço de negociação de elites. Os casos presentes na pesquisa que venho desenvolvendo tendem a trazer a representatividade de grupos sociais que não fazem parte da elite, mas que compreendem o legislativo como um espaço legitimo para pleitear seus interesses. Sobre o apelo de setores da população que não necessariamente se enquadravam entre os da elite, ver a pesquisa de Roberto Saba sobre atividade peticionária: SABA, SABA, R. N. P. F. (2010), *As vozes da Nação: a atividade peticionaria e a política do início do Segundo Reinado.* Dissertação de Mestrado. São Paulo: História Social, USP.

14 Sobre essa reforma eleitoral, conhecida como Lei Saraiva e as vicissitudes no eleitorado, ver: SOUZA, F. A. e. (2012), *Direitos politicos em depuração: A Lei Saraiva e o eleitorado de Recife entre as décadas de 1870 e 1880.* Dissertação de mestrado. Recife: Departamento de História da UFPE.

A partir de estudos e relatos de seus contemporâneos, os parlamentares imperiais construíram um quadro consistente da imagem de inépcia política e falta de civilização das camadas populares.[15] O que foi determinante para que o código eleitoral, baseado nas vertentes menos democratizantes do credo liberal, que tinha por premissa antes compor um eleitorado qualificado por *princípios de distinção* do que por extensão numérica, passasse a considerar a presença dos mais pobres como indesejada no processo de escolha dos representantes da Nação. [16]

Sem direitos políticos, coube a diversos indivíduos das classes trabalhadoras exercitarem seu potencial de articulação para tecer alianças pessoais com políticos importantes com o intuito de fazer valer reivindicações individuais e mesmo coletivas. A partir dessas expressões em moldes paternalistas, forjavam maneiras de participação e de luta por direitos. Nesse sentido, em torno do deputado José Mariano formou-se uma ampla rede de relações do tipo, em que o apoio em manifestações públicas, a atuação em eleições como cabos eleitorais ou capangas e a defesa do nome do tribuno, consolidavam lealdades que, além de criar um canal de diálogo direto com um representante político, também podia render benefícios como nomeações para cargos públicos.

No acervo de correspondências pessoais do líder conservador João Alfredo há um patente descontentamento com a estrutura clientelista montada pelo liberal José Mariano nas repartições públicas. Em um trecho de uma missiva de 1885, um aliado conservador queixava-se que "a alfândega, os melhoramentos do porto e o prolongamento da estrada de ferro são viveiros de eleitores marianistas".[17] Da frase sucinta destaca-se o termo *marianista*, que junto com a expressão "povo de Mariano", compõe as designações amplamente utilizadas pela imprensa da época para se referir a um fenômeno tipicamente paternalista e classificar pejorativamente indivíduos que atuavam politicamente sob a égide de José Mariano, tidos, muitas vezes, como "negros pobres, ignorantes e violentos".[18]

O historiador Luigi Negro já escreveu sobre o quanto os conceitos de *populismo* no século XX e *paternalismo* no XIX induziram a imagem de imobilismo entre os subalternos, com os mais pobres figurando como "uma

---

15 O estudo clássico e mais citado sobre o tema é SOUZA, F. B. S. de. (1979), *O sistema eleitoral no Império.* Brasília: Gráfica do Senado Federal. Dentre as várias frases de efeito que o autor utiliza para descrever os votantes, que chama de "massa ignorante", pode-se destacar a parte em que ele afirma que "a máxima parte dos votantes não tem consciência do direito que exercem, não vão a urna sem solicitação, constrangimento ou paga", na página 148. A imagem do eleitor pobre das cidades como um "celerado" e "saqueador" pode ser encontrada também em BASTOS, Tavares. A. C. (1976), *Os males do presente e as esperanças do futuro*. São Paulo: Editora Nacional. p.172. Nomes como José de Alencar e Louis Couty, também elencam o amplo número de intelectuais que escreveram livros e folhetos nesse mesmo sentido. Além de fontes muito utilizadas pela historiografia do tema como relatos consultados a partir de amplas coleções de missivas de grandes fazendeiros ou de políticos que representavam diretamente os interesses da elite agrária, grupo social que se pronunciou nos Congressos Agrícolas de 1878 em quanto classe a favor da eliminação do direito ao voto da população pobre e analfabeta. Essa visão também é encontrada em obras escritas com o intuito de difundir a ideia de reforma eleitoral mediante corte no eleitorado, como: BANDEIRA, Antonio Herculano de Souza (ed.). *Reforma eleitoral, Eleição Directa: coleção de diversos artigos sobre eleição directa dos quaes são autores os seguintes senhores:...* Recife, Typografia Universal, 1862.

16 Para o conceito de *princípios de distinção,* ver: MANIN, B. (1997), *The principles of representative government.* New York: New York University. Para compreensão da representação do ideário liberal da época, consultar também: DOLHNIKOFF, M. (2009), *Representação na Monarquia brasileira.* Almanack Braziliense, 9.; DOLHNIKOFF, M. (2008), *Império e Governo Representativo: uma releitura*. Salvador: Caderno CRH, 52 (21); SARTORI, G. (1962), *A Teoria da representatividade no Estado representativo Moderno*. Belo Horizonte: Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos, Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais.

17 Coleção João Alfredo, Biblioteca Central da UFPE. Secção de correspondências recebidas. CR_000.148 – 6/12/1885 - José Fernandes da Costa Pereira Junior. Pode-se perceber ainda que a alfândega, o lugar de trabalho do fiel de armazém Antonio Fernandes de Albuquerque, é citado como um dos pontos de influência de José Mariano.

18 Ver: OZANAM, I. (2013), *Capoeira e capoeiras: entre a guarda negra e a Educação Física.* Dissertação de mestrado em História. Recife: UFPE. Ver, em especial o tópico *Produzindo diferenças: duas noções de povo*. pp. 55-90.

massa débil e maleável, ou cúmplices de um jogo cínico e excludente" (NEGRO, 2004, p.17). Essa imagem cristalizada dos conceitos só pode ser demovida dessa aparente essencialização diante do confronto com narrativas de experiências históricas a partir de perspectivas diferentes.
Nesse sentido, compreender a recepção apoteótica à José Mariano, citada no começo do texto, como um grande ato de gratidão do povo ao político, talvez fosse mais interessante aos editores do *Jornal do Recife*, do que registrar a manifestação como a celebração de laços entre comissões de trabalhadores e do comércio com o representante político. Explicar essas alianças poderia ser um tanto embaraçoso.

A expiação do fiel

Neste tópico continuarei a escrever sobre Antonio Fernandes de Albuquerque, no entanto, aqui o texto se bifurca para acompanhar outro ponto das relações políticas no funcionalismo público. Se na primeira parte do texto o fiel de armazém aparece como representante de sua categoria profissional, discursando em um nobre salão da sociedade recifense em favor do Partido Liberal, agora será retratado vivendo o avesso dessa situação – passando pelas inseguranças e instabilidades da vida de empregado oposicionista em uma repartição pública. Em um corte de quatro anos, Antonio ainda permanece trabalhando no mesmo posto da alfândega de Recife, no entanto, nesse momento, ano de 1886, a situação política havia mudado de protagonistas e os conservadores ascendido ao Gabinete Ministerial, detendo assim o controle dos cargos do Executivo em todo Brasil e tendo influência sobre as chefias e os empregos de grande parte do funcionalismo estatal. Ao fim deste artigo Antonio será retratado como "pálido, quase cadavérico", semblante marcado por meses de uma trilha de perseguição política sofrida na repartição que trabalhava e cujo desfecho óbvio foi sua demissão.
A demissão do fiel foi uma entre tantas na história dos desmontes do funcionalismo público que corriqueiramente ocorriam após as mudanças da situação política, quando de tempos em tempos o Imperador movia a estrutura que era conhecida como "gangorra ministerial". No caso específico foi a subida dos conservadores ao poder em meados de 1885. Naquele contexto, as correspondências pessoais de João Alfredo dão conta de quão trabalhoso estava sendo aos seus aliados afastar do serviço público os "bravos" de José Mariano:

> [...] é necessário que José Mariano não continue a sustentar sua clientela a custo dos cofres públicos, e para isso mister que não disponha, como até agora de obras em repartições que mais se prestam a arrumações dos melhoramentos do porto e prolongamento da estrada de ferro. Tem sido desalojados de outras repartições alguns bravos do grande tribuno, e em ato contínuo arrumados com uma das repartições que acima mencionei. Há poucos dias foi demitido da Alfandega um empregado, por má conduta e como era do bando foi logo arrumado no prolongamento. V. Exc. sabe que para conseguir os fins é preciso empregar os meios e é preciso que o séquito de José Mariano se convença que ele não tem a sua disposição empregos para dar-lhes.[19] (grifos do original)

---

19 Coleção João Alfredo, Biblioteca Central da UFPE. Secção de correspondências recebidas. CR_000.192 – 22/10/1885 – Antonio Domingos Pinto. Esse tipo de impressão de que o "bando" de José Mariano agia politicamente por que não temia demissões, pois logo seriam empregados em outro ramo do funcionalismo, pode ser uma chave para compreender um elo que ligava esses homens em uma coletividade em torno do deputado liberal. Segundo Mike Savage, burlar um tipo de "insegurança estrutural" que assolava os mais pobres, era o traço de distinção que influenciava os trabalhadores a atuar politicamente. No caso em questão, ser oposicionista em um empreendimento do governo tornava o funcionário extremamente vulnerável frente as ameaças de demissão, no entanto, a aliança com o político liberal tornava essa instabilidade uma atribuição pouco temida, pois ao que parece cada demissão era sucedida por uma nova admissão. SAVAGE, M. *Classe e História do Trabalho.* In. BATALHA, C. SILVA, F. FORTES, A. (orgs.) (2004), *Culturas de Classe*. Campinas: Editora da UNICAMP. p.33.

O caso de Antonio Fernandes também não foi simples. E, conforme a documentação, não foi motivado simplesmente pela simpatia que o fiel nutria por José Mariano ou pelo Partido Liberal.

Naquele período, em Pernambuco, os administradores da Alfândega vinham tendo seus nomes vinculados a denúncias de mal uso do dinheiro público por um jornal de grei republicana, *O Rebate*.

Essas acusações do órgão de imprensa, ao que parece, vinham incomodando substancialmente as autoridades da repartição, de modo que abriu-se um tipo de investigação interna para apurar se o conteúdo daquelas críticas estava sendo fornecido ao jornal por algum funcionário. Em documentação institucional, o administrador da Capatazia, Paulino Marques, escrevia ao diretor da Alfândega sobre quem poderia estar auxiliando a publicação de "artigos caluniosos contra a alfândega e injuriando o pessoal dessa repartição" no jornal *O Rebate*, que o autor do documento descrevia como "sinónimo do *Corsário* (na Corte)".[20]

Abriu-se, então, um tipo de sindicância interna para investigar o caso, com interrogatório a vários empregados. Entre os funcionários que Paulino Marques sondou em busca de informações, ouviu da boca do arrumador da capatazia, Manoel Catanho,[21] que certa vez viu determinado funcionário "na porta da tipografia onde se imprime o *Rebate*". Era, segundo ele, o fiel Antonio Fernandes de Albuquerque. Sabendo que podia ser Antonio o informante que procurava, Paulino tratou de consultar um outro funcionário que morava perto da casa do fiel, e questionando a Manoel Machado se ele tinha conhecimento de algo, soube por este empregado que Antonio pegava o mesmo *bond* que ele para ir ao trabalho e que, certa vez o viu "em conversa amistosa com o redator de *O Rebate*". O administrador da capatazia ainda pedira a outro funcionário, Claudino Ferreira da Luz, para colher informações com o próprio redator do jornal. Segundo Claudino, o redator, sem citar nomes, falou que quem levava as informações era mesmo um funcionário da alfândega e que por esse serviço "lhe prometera pagar bem".[22]

Os volumes do citado jornal para o ano de 1886 não se encontram pelos arquivos de Recife. Portanto, não se pode saber exatamente o conteúdo das matérias que de fato vieram a motivar as autoridades do Porto a mobilizarem tamanha investigação em busca do informante d'O *Rebate*. Tudo o que se fala é que continham "as mais repugnantes calúnias e injúrias aos seus próprios Chefes e Colegas de Repartição, atribuindo-lhes fatos que degradam e ofendem suas probidades e expõe em escárnio público como de lapidadores das rendas do Estado".[23]

De fato, mesmo desprovida de qualquer isenção, a sucinta descrição que o diretor da alfândega fez das matérias d'*O Rebate*, encontram paralelo na linha editorial do jornal que caracterizava-se por estar sempre no encalço das autoridades da província, denunciando possíveis usos indevidos do dinheiro público, com uma linguagem altamente ofensiva, que nem poupava vulgares apelidos as autoridades, nem economizava no número de

---

20 APEJE, setor de documentos manuscritos. Porto do Recife, v.30. *O Corsário* foi um jornal publicado na Corte entre 1880 e 1883, até o assassinato de seu redator Apulco de Castro. A comparação entre *O Rebate* e o jornal da Corte não foi feita em vão, a folha carioca foi descrita pelo historiador Thomas Holloway como "um pasquim que expunha a ataques verbais figuras públicas, desde o chefe de polícia a membros da família real", Holloway ressalta também a militância republicana e abolicionista do jornal. Todas essas características podiam muito bem ser empregadas ao *Rebate*, que com recorrência evidenciava ser influenciada por este jornal, em 1883, quando do assassinato de Apulco, dedicou diversos artigos ao tema. Sobre *O Corsário*, ver: HOLLOWAY, T. (2009), *Caught in the middle: race and republicanismo in the wrinting of Apulco de Castro, jornalista and 'man of color', 1880-1883*". New York: AHA/CLA. p.3. O trecho citado foi livremente traduzido por mim.

21 A informação que Manoel Catanho era arrumador da capatazia pode ser encontrada no Almanack Administrativo de Peranmbuco. *Almanack Administrativo, Mercantil, Industrial e Agricola da Provincia de Pernambuco para o anno de 1885*. Recife, Tipographia Mercantil, 1885.

22 APEJE, setor de documentos manuscritos. Porto do Recife, v.30. Aqui deve-se ressaltar que Paulino Marques era um funcionário alinhado ao partido Conservador. Sua nomeação para o cargo que ocupava foi pedida diretamente a João Alfredo por meio de uma correspondência. Um correligionário escreveu em 1875 ao Conselheiro solicitando seu nome para a administração da capatazia, a quem se refere como um pardo e que era "um de nossos melhores amigos". Coleção João Alfredo, Biblioteca Central da UFPE. Secção de correspondências recebidas. CR_006.070. 14/5/1875.

23 APEJE, setor de documentos manuscritos. Tesouraria da Fazenda, v.119. fl. 207.

exclamações ao fim de cada frase. Características que levaram o seu redator, Fortunato Coelho Pinheiro, a sofrer constantes ameaças e eventualmente atentados contra sua vida.[24]

A pedido das autoridades do porto, as acusações ao fiel de armazém foram encaminhadas ao vice-presidente da província por intermédio do inspetor da Tesouraria da Fazenda, Antonio Caetano da Silva Kelly. O inspetor da alfândega e o administrador da capatazia pediam para que o governo da província tomasse providências contra a atuação do fiel Antonio, no entanto, no ofício encaminhado, Silva Kelly destacava a irregularidade do pedido em questão, argumentando que:

> A simples alegação dos fatos, feita pelo administrador da Capatazia, ainda quando provadas, o que não consta que estejam, não oferece base para procedimento administrativo. E se nele exista ofensa pessoal, injuria ou calúnia a empregado ou empregados da mesma repartição no exercício de suas atribuições, há o procedimento oficial ex-ofício, afim de ser o autor processado e punido na forma da legislação penal.[25]

O inspetor da Tesouraria da Fazenda, que era responsável pelo pagamento e demissão da maior parte das categorias dos funcionários do porto, arrefecia os impulsos persecutórios das autoridades portuárias em relação ao funcionário do armazém com base em uma argumentação legal. Do ponto de vista administrativo não se podia punir ou demitir um funcionário por este exercer seu direito de livre expressão na imprensa. No entanto, estar amparado por códigos legais não era suficiente para que o fiel Antonio Fernandes se safasse da afronta de expor seus superiores na imprensa.

Dois meses depois, o inspetor da tesouraria mudou de ideia. Para quem, como um pesquisador atual, acompanha o imbróglio por meio da documentação institucional da capatazia, da alfândega e das tesourarias da fazenda e provincial, além das páginas da imprensa cotidiana, a mudança de posição é completamente estranha. Sem demonstrar qualquer tipo de conduta nova ou de argumentação legal que estivesse em oposição aos próprios argumentos do ofício anterior, Silva Kelly escrevia ao vice-presidente da província dizendo que "o empregado não pode continuar no exercício de semelhante emprego". Anexava ao ofício um novo relatório que havia pedido ao inspetor interino da alfândega solicitando "informações a respeito do procedimento do referido fiel".[26]

No ofício reservado, as autoridades do Porto se resumiram a repetir o fato de que Antonio Fernandes era o informante anônimo do jornal *O Rebate*, no entanto, dessa vez, houve grande esforço em caracterizar o fiel como um indivíduo de moral absolutamente reprovável. O diretor da alfândega dizia basear-se em depoimentos do superior de Antonio para afirmar que aquele funcionário "já há muito tempo goza de mau conceito de homem de péssimos precedentes", de modo "que os empregados na Capatazia, só se dirigem a ele

---

24 Fortunato Coelho Pinheiro era um homem de imprensa e dirigiu diversos jornais. Dele pode-se dizer que era uma figura política essencialmente oposicionista, republicano durante a monarquia tornou-se, no entanto, monarquista depois de 1889. Vivia constantemente no palco de confusões públicas por causa de suas publicações. Recebia constantes ameaças de vida e foi espancado pelo menos um par de vezes. Em 1886 teve o jornal empastelado, da ocasião afirmou o chefe de polícia que "a indignação pública contra o redator principal do *Rebate*, que se tem ocupado da vida privada das famílias e das pessoas de consideração, era geral, tanto assim, que após a chegada do Dr. Delegado e das demais autoridades, muitas pessoas do povo se mostraram ansiosas em acabar de inutilizar os materiais que restavam da mesma tipografia". *Jornal do recife*, 3 de outubro de 1886. Os casos de ameaça a sua vida podem ser lidos em diversas edições de *O Rebate* dos anos de 1883 e 1884 que estão microfilmados no setor documental da Fundação Joaquim Nabuco, em Recife.

25 APEJE, setor de documentos manuscritos. Tesouraria da Fazenda, v.119. fl.267.

26 APEJE, setor de documentos manuscritos. Tesouraria da Fazenda, v.119. fl.205. 16/6/1886. A forma como Kelly pedira informações sobre o fiel Antonio Fernandes, já deixava bem sinalizada certa pré-disposição em relação a demissão do empregado, foi escrita nesses termos: "Por portaria reservada de 10 do corrente determina V. Srª. Que com urgência informe esta Inspetoria circunstancialmente do procedimento moral e civil do Fiel de armazém desta alfândega Antonio Fernandes de Albuquerque, podendo propor sua demissão, caso entendesse prejudicial sua continuação no serviço público e aos interesses da Fazenda". APEJE, setor de documentos manuscritos. Tesouraria da Fazenda, v.119. fl.206.12/6/1886.

em objeto de serviço, sendo o dito Fiel assim abandonado". Aparentemente, o fato de Antonio ter uma postura moralmente reprovável e por isso não nutrir empatia entre os companheiros de trabalho, justificava o conteúdo das denúncias que este levava ao redator d'*O Rebate*. Motivo pelo qual, para as autoridades, o fiel merecia o "epiteto de um homem de má índole", o "que o inabilita a exercer cargo que deve ser confiado a homem de critério e honesto".

A partir de uma argumentação eminentemente moral, as autoridades do porto davam suporte para uma sentença de demissão de um fiel de armazém. Sentença que foi aceita pelo inspetor da Tesouraria da Fazenda, em contradição com sua própria posição expressa dias antes. Logo a demissão foi assinada pelo vice-presidente da província.[27]

Em toda essa documentação administrativa, vale lembrar, que em nenhum momento as acusações de Antonio publicadas na imprensa foram relevadas ou se quer citadas. Se houve de fato denúncia de ilicitudes ou abuso do dinheiro público no conteúdo das matérias publicadas em *O Rebate*, como tangencialmente o diretor do porto e o inspetor da alfândega dão a entender em suas trocas de ofícios reservados, não se levantou a menor possibilidade de investigação interna para apurar a veracidade das informações fornecidas pelo fiel do armazém. É importante que se observe também que durante os mais de dois meses em que foram escritos sucessivos relatórios sobre o fiel, com depoimentos de vários empregados da alfândega e mesmo de funcionários da tipografia onde se imprimia *O Rebate*, em nenhuma ocasião o próprio acusado foi chamado a prestar esclarecimentos sobre seu envolvimento com o caso.

Mesmo que aparentemente o processo todo tenha se desenvolvido em segredo, por meio de ofícios reservados, Antonio devia também ter seus informantes e sabia que estava sendo investigado. Ainda que sem direito a meios institucionais com que se defender das acusações de seus superiores, o fiel de armazém conseguiu mobilizar uma forma de afirmar perante a sociedade seu não envolvimento com o caso. Ele utilizou a imprensa, dessa vez a seu favor.

Em uma pequena nota na coluna de *Publicações solicitadas* do *Jornal do Recife*, periódico diário e de grande circulação que, é importante salientar, era vinculado ao Partido Liberal, Antonio Fernandes de Albuquerque assinava seus esclarecimentos sobre o caso em três curtos parágrafos. Sob o título *Alfandega*, escreveu:

> Propalando alguns inimigos meus que sou autor de uns artigos publicados no *Rebate*, a respeito dessa repartição, declaro solenemente que nada tenho a ver com semelhantes publicações.
>
> Provoco a quem quer que seja a provar o contrário e espero que o Sr. Redator do aludido Jornal francamente diga se isto é verdade.
>
> Voto até estima e consideração a muitos Srs. empregados que são atacados pelas aludidas publicações.[28]

Essa não foi a única maneira que Antonio lançou mão para se livrar das acusações sobre a autoria dos artigos. No mesmo período, o fiel de armazém procurou o próprio Fortunato Pinheiro, redator d'*O Rebate*, para que este endossasse sua versão. Nas palavras do redator, o encontro se deu da seguinte maneira:

> Um dia apresentou-se ele [Antonio] nesta redação todo pálido, quase cadavérico, suplicando-nos que lhe respondêssemos a uma carta em que nos fazia várias perguntas, todas referentes ao assunto que tratávamos, isto é: perguntando-nos se o conhecíamos, se tínhamos relações consigo, e se era ele o autor dos artigos que publicávamos sobre os negócios da alfândega, ao que respondemos negativamente, porque nos compadecemos dele que nos dizia ia ser demitido e ficaria assim na miséria, sem ter o que comer.[29]

O relato acima faz parte da matéria em que Fortunato Pinheiro afirma de uma vez por todas que, de fato, Antonio Fernandes de Albuquerque era o autor das cartas anônimas que tanto incomodavam as autoridades da

---

27 APEJE, setor de documentos manuscritos. Tesouraria da Fazenda, v.119. fl.206 / 208. 12/6/1886.

28 *Jornal do Recife,* 13/4/1886. "Alfândega".

29 *Diário de Pernambuco*, 12/6/1886. "Alfandega de Pernambuco".

alfândega. Fortunato dá a entender que o fiel não recebia pelos artigos, ao contrário do que havia informado o funcionário da alfândega em ofício reservado, mas que se propôs a pagar pelas publicações. No entanto, sem cumprir com o pagamento prometido ainda que tivesse sido "chamado por várias vezes para satisfazer seu compromisso", o editor afirmou que sentia-se desobrigado de manter o compromisso de anonimato do fiel e apresentou-lhe "ao público, desmascarado, para ser bem conhecido".[30]

Essa matéria publicada no *Rebate*, e dois dias depois no *Diário de Pernambuco*, selou de uma vez a sorte do fiel de armazém, foi a partir dela que o inspetor da tesouraria pediu esclarecimentos sobre o procedimento moral e civil de Antonio, em um processo que culminou com sua demissão uma semana depois.

Considerações finais

As ameaças, censuras morais e perseguições políticas sofridas pelo fiel compunham uma dimensão do período que apresentava a política como um terreno hostil e perigoso. Os que se propunham a atuar politicamente tinham que enfrentar, antes de tudo, uma vulnerabilidade estrutural, quanto a estabilidade profissional e, em determinados casos, em relação a suas próprias vidas. O peso desses temores e entraves deve ser levado em conta como fator real no sentido de arrefecer a vontade de participação política de muitas pessoas, cuja opção por um cauteloso distanciamento foi tantas vezes julgada de maneira simplista como um traço de inépcia ou desinteresse político.

Essa vulnerabilidade, aliada a fragilidade de mecanismos de representação de um sistema político com escarço eleitorado e partidos formados pela elite, assentavam as bases de uma estrutura em que a atuação política formal e a reivindicação por direitos era, via de regra, acessada pelos trabalhadores pobres a partir da filiação com políticos profissionais e membros da elite. O paternalismo era, portanto, um poderoso mediador das relações sociais, culturais e políticas, o gozo de privilégios e benesses públicas, a proteção física ou a perseguição, o acesso a imprensa ou a execração pública, eram vias tangenciadas aos trabalhadores pobres mediante alianças que se formavam a nível pessoal. Em outras palavras, a atuação política era permeada essencialmente por relações verticais em torno de estruturas particulares de poder, influências de determinadas coletividades instaladas no palácio do governo, nas salas das diretorias das repartições públicas ou mesmo nos birôs de chefes de polícia. O contínuo fluxo entre quedas e ascensões de grupos políticos demarcava a suscetibilidade dessas relações, como demonstrei com o caso do protagonista deste artigo.

Mesmo que tivessem existido impulsos na contra maré, como houve em meados da década de 1870, quando tipógrafos do Recife buscaram encetar a criação de uma associação artística independente, a partir de relações horizontalizadas e em torno de um discurso socialista. Afirmando que negavam "favores do governo, pois toda a sua proteção tem por fim aniquilar" os ideais de fortalecimento dos trabalhadores.[31] Ainda assim, o resultado dessa experiência fugaz, foi o arrefecimento da ideia ainda no plano do projeto. Morrendo enquanto esboço, a *União Artística* existiu apenas nas poucas publicações de sua folha *O Echo Artístico* e nas rodas de discussões de sua diretoria entre os anos de 1875 e 1876.[32]

Em países como EUA e Inglaterra os trabalhadores se viam em situação análoga até meados do século XIX, quando as relações paternalistas começaram a ser enfrentadas principalmente com a disseminação do trabalho assalariado e a regulamentação deste. Ainda que o sentido paternalista muitas vezes resistisse culturalmente a impregnar as relações, a conquista de autonomia econômica dos mais pobres e o progressivo alargamento dos

---

30 *Idem.*

31 *Echo Artístico*. 6 de novembro de 1876. "União Artística".

32 Segundo Marcelo Mac Cord, o fracasso do projeto da *União Artística* deu-se nesse sentido: "[...] como os políticos utilizavam sua influência pública para empregar muitos mestres de ofícios em demandas governamentais, criava-se uma fortíssima rede de compromissos verticais, que acabava inviabilizando solidariedades horizontais mais amplas entre grupos de trabalhadores." MAC CORD, M. *A "União Artística": construção e legitimidade de uma entidade de classe, Recife, década de 1870".* Revista Perseu, 4 (9). p.54.

direitos políticos foram paulatinamente propiciando a criação de associações de trabalhadores horizontalizadas.[33] No Recife de então, a concentração de capital e falta de um mercado de trabalho assalariado, com suas regras e normas para intermediar as relações de classe, davam suporte ao recurso do apadrinhamento como uma maneira de se ganhar a vida (BARBOSA, 2003). Com a intensa politização da cidade, a filiação a esse grupos de poder acabava significando de alguma maneira a infiltração no mundo da política. No entanto, essa filiação não significava deferência, ao atuar politicamente na esfera pública os indivíduos podiam forjar seus interesses pessoais e coletivos, eventualmente logravam êxitos, noutros momentos não. Mas, em ambas situações contrariavam a lógica de uma política autárquica que prescindia de bases sociais.

Bibliografia

BARBOSA, A. F. (2003), *A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento.* Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP.

BASTOS, Tavares. A. C. (1976), *Os males do presente e as esperanças do futuro*. São Paulo: Editora Nacional.

DOLHNIKOFF, M. (2008), *Império e Governo Representativo: uma releitura*. Salvador: Caderno CRH, 52 (21).

_____, M. (2009), *Representação na Monarquia brasileira.* Almanack Braziliense, 9.

HOLLOWAY, T. (2009), *Caught in the middle: race and republicanismo in the wrinting of Apulco de Castro, jornalista and 'man of color', 1880-1883*". New York: AHA/CLA.

MAC CORD, M. *A "União Artística": construção e legitimidade de uma entidade de classe, Recife, década de 1870".* Revista Perseu, 4 (9).

MANIN, B. (1997), *The principles of representative government.* New York: New York University.

MONTGOMERY, D. (1991) *Citzenship and Justice in the Lives and Thoghts of Nineteenth-Century American Workers.* Oxford University.

NEGRO, A. L. (2004), *Paternalismo, populismo e História Social.* Campinas: Cadernos AEL, 11 (20 / 21).

OZANAM, I. (2013), *Capoeira e capoeiras: entre a guarda negra e a Educação Física.* Dissertação de mestrado em História. Recife: UFPE.

SABA, R. N. P. F. (2010), *As vozes da Nação: a atividade peticionaria e a política do início do Segundo Reinado.* Dissertação de Mestrado. São Paulo: História Social, USP.

SALES, T. J. G. (2013), *José Mariano e seu tempo (1850-1911)*. Recife: CEPE.

SARTORI, G. (1962), *A Teoria da representatividade no Estado representativo Moderno*. Belo Horizonte: Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos, Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais.

SAVAGE, M. *Classe e História do Trabalho.* In. BATALHA, C. SILVA, F. FORTES, A. (orgs.) (2004), *Culturas de Classe*. Campinas: Editora da UNICAMP.

SOUZA, F. A. e. (2012), *Direitos politicos em depuração: A Lei Saraiva e o eleitorado de Recife entre as décadas de 1870 e 1880.* Dissertação de mestrado. Recife: Departamento de História da UFPE.

SOUZA, F. B. S. de. (1979), *O sistema eleitoral no Império.* Brasília: Gráfica do Senado Federal.

THOMPSON, E. P. (2008), *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras.

33 Para os EUA, ver: MONTGOMERY, D. (1991) *Citzenship and Justice in the Lives and Thoghts of Nineteenth-Century American Workers.* Oxford University. Para o caso da Inglaterra: THOMPSON, E. P. (2008), *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras. Ver, em especial o capítulo *Patrícios e Plebeus.*

Direitos políticos, direitos sociais: uma análise comparativa entre dois momentos da República Brasileira[1]

Cláudia Maria R. Viscardi[2]

Resumo: O presente artigo pretende comparar estes dois períodos, através da análise da cidadania social nos dois textos constitucionais brasileiros, o de 1891 e o de 1934. Tem por fim relacionar o processo de ampliação destes direitos às mudanças pelas quais passava o aparelho de Estado. Para além dos textos constitucionais, foi pesquisada a reforma de 1926 e as constituições das unidades federadas, no período da Primeira República. Procurou-se destacar que os anos vinte inauguraram uma maior preocupação do estado com o estabelecimento dos direitos sociais, que se concretizou na carta de 1934.

Palavras-chave: cidadania – direitos sociais- Constituição de 1891- Constituição de 1934

No entendimento do teórico R. Bendix (1996:27), a expansão da cidadania se relacionou diretamente à ampliação da autoridade pública no âmbito do processo de modernização ocidental, ou seja, para que fossem assegurados os direitos foi necessário que o Estado garantisse não só a regulamentação jurídica dos mesmos, como também sua efetiva aplicação, o que se fez através do aumento de suas próprias estruturas. Portanto, para o autor, a indissociabilidade entre o aparato legal que garante a cidadania, e a ação do Estado com vistas à sua viabilização, é condição de garantia e funcionalidade de uma sociedade cidadã. Não se efetiva cidadania sem se expandir a autoridade pública. Para o autor, o estudo da cidadania vincula-se necessariamente ao estudo das instituições estatais e a variação das mesmas impacta diretamente sobre o corpo dos direitos da população, não só no estabelecimento jurídico dos mesmos, mas sobretudo na viabilização de garantias de sua execução.
Com base neste pressuposto, pretendemos analisar os direitos políticos e sociais em dois períodos distintos da República brasileira, vinculando-os a dois momentos em que o Estado brasileiro passava por importantes transformações. O primeiro era o de construção do Estado republicano e de montagem do federalismo (1891). O segundo, de consolidação do regime republicano, a partir da desmontagem do próprio federalismo (1934).
O primeiro momento é de fundação de um novo regime, o que se deu entre outras medidas, pelo estabelecimento de novas normas constitucionais e da elaboração de um novo corpo jurídico a regulamentar os direitos de cidadania. Como o regime fora implantado no imediato pós-abolição, havia a necessidade de regulamentar a nova ordem no que tange à escolha de quais atores políticos efetivamente participariam do projeto republicano que se esboçava. A escolha entre cidadãos ativos e passivos passaria pela elaboração de novas leis eleitorais e da implementação de algum tipo de proteção social para os recém-libertos, bem como para ou milhares de imigrantes pobres trazidos ao Brasil no mesmo período. Por outro lado, o processo contínuo do êxodo rural, em curso deste as décadas finais dos Oitocentos, criara uma legião de desempregados e subempregados nas zonas urbanas – na abordagem de Castells (1988), desfiliados – a requerer do Estado medidas de contenção e de proteção social.
O segundo momento é o de consolidação do regime, após ter ele passado por intensas críticas acerca de suas limitações e principalmente por não ter conseguido corresponder às expectativas de novos grupos emergentes, sequiosos por encontrar novos espaços políticos de inserção. Nos referimos neste momento à década de 1920, ocasião em que a República vivenciou uma de suas mais profundas crises, manifesta pela crítica ao regime por parte dos tenentes e demais setores médios, das oligarquias dissidentes, do movimento operário, dos intelectuais modernistas e religiosos e dos teóricos autoritários. A partir da reforma Constitucional de 1926 tentou-se

---

1 Este trabalho só foi possível de ser realizado e apresentado em razão do apoio da Fapemig, a qual agradeço.

2 Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Pós-Doutora pela Metropolitan Manchester University – Manchester, Reino Unido. Pesquisadora do CNPq e da Fapemig. Email: claudiaviscardi.ufjf@gmail.com – GT 10.

responder de alguma forma às demandas propostas, sem que no entanto fosse possível acalmar ânimos por demais acirrados. Mudanças institucionais foram realizadas, as quais concretizaram-se na Constituição de 1934, marcada pela ampliação dos direitos sociais e políticos até então bastante limitados. O período também foi marcado pela fragilização do modelo federalista, posto ao fim com o golpe de 1937.

O presente artigo pretende comparar estes dois períodos, través da análise da cidadania social nos dois textos constitucionais, o de 1891 e o de 1934. Tem por fim relacionar o processo de ampliação destes direitos às mudanças pelas quais passava o aparelho de Estado, remetendo-nos às concepções de Bendix, que embora elaboradas sobre o processo de modernização alemã, tem muito em comum com o processo de modernização pelo qual passava a República brasileira em suas primeiras décadas. Daí se justificar o foco sobre as mudanças constitucionais, que espelham mudanças ocorridas no aparato estatal, uma vez que textos constitucionais são marcos fundadores de novos ordenamentos políticos. A partir da lei magna são elaborados marcos jurídicos complementares. Interessa-nos nestes dois momentos de mudança refletir sobre o tema da cidadania social e de que forma os dois momentos impactaram o processo de ampliação dos direitos.

No primeiro momento buscou-se sedimentar as bases de um novo regime, construído sobre a crítica ao período que lhe antecedeu, o Império, retratado por muitos como um *Antigo Regime*, de caráter absolutista e excessivamente centralizado. Já o segundo momento foi caracterizado pelas tentativas de reconstrução da República, a partir das críticas construídas sobre o seu desenrolar, sobretudo nos anos 20, o que seu através da denúncia de seus vícios e desvios. No primeiro momento o mal era o regime monárquico. No segundo, a própria República. Entender as diferenças entre estes dois períodos é fundamental para a análise dos dois textos jurídicos, no que tange à criação e consolidação dos direitos do cidadão.

Entendemos que os parlamentos constitucionais sejam campos de disputa de ideias, projetos e de poder. Os decretos e leis aprovados resultam de consensos construídos ao longo dos processos de proposição, discussão e votação. Para que tais consensos sejam produzidos, uma série de interesses têm que ser atendidos e/ou rechaçados, sejam eles internos ao próprio Parlamento, sejam derivados de grupos de interesses organizados fora do Estado, de pressões individuais ou de iniciativa do próprio Executivo.

O debate constituinte é diferente do processo legislativo em si. Os processos legislativos ordinários são regidos pelo princípio da proporcionalidade de seus membros. Já os processos constituintes precisam transcender as demandas particulares, uma vez que seu desenho final deve ser mais amplo, de forma a contemplar mais os elementos comuns do que as diferenças entre as partes que constituem a nação. "*A força dominante opera a sintaxe do nacional*". (Cepêda: 214, 216 e 218).

Relevante é levar em conta os dois contextos em suas especificidades, nos primórdios da implantação da República no Brasil e no contexto pós crise oligárquica. No primeiro momento trata-se do processo de construção de um novo regime, que se fundou sob o discurso de ampliação da cidadania e no segundo momento, o período era de refundação do regime, a partir da consolidação e ampliação dos direitos, sobretudo os sociais.

Interessante apontar para as mudanças ocorridas no aparelho de Estado nos dois momentos. O primeiro deles é caracterizado pela introdução do federalismo, o que teve impacto direto sobre as responsabilidades atribuídas às unidades federadas sobre a implantação e fiscalização dos direitos. À medida em que as críticas ao regime republicano se acirraram, ao longo das décadas de 20 e 30, o que se observa foi o recuo do federalismo, em prol de um regime mais centralizado. Naquele momento, a União chamou a si a responsabilidade por propor e estabelecer um conjunto de direitos, sob sua responsabilidade. Entender esta mudança de conjuntura, de um panorama mais descentralizado para um menos nos ajuda a compreender mais o processo de construção da cidadania na República.

No início, afirmamos que em nosso entendimento, a expansão dos direitos de cidadania se relacionava diretamente à capacidade do Estado em instituí-la juridicamente. Embora seja esta a condição primeira de sua realização, não é suficiente. Mecanismos adicionais que garantam a sua real efetivação se fazem necessários. Portanto o processo de regulamentação posterior das decisões precisa ser acompanhado, bem como a criação de órgãos fiscalizadores ou viabilizadores das novas práticas instituídas. Mas este objetivo escapa por ora ao texto proposto para este evento.

Os textos constitucionais, para além de expressarem consensos construídos ao longo de décadas, eventualmente podem refletir interesses da sociedade civil organizada. Por outro lado, servem de base para toda a legislação

posterior, bem como para o exercício da jurisprudência. O estudo das constituintes ganha ainda mais importância por serem elas palco de disputas relevantes, nos quais é possível, a partir da análise de comportamento dos atores, identificar interesses e estratégias de luta, pressões políticas externas e interesses representativos de diferentes corporações.

Levando-se em conta a tríade de direitos proposta por Marshall (1967), segundo o qual a cidadania se define pela aquisição de direitos civis, políticos e sociais, nesta ordem, por quê abrir mão de analisar os direitos civis e políticos, limitando-nos ao estudo dos demais? Os dois períodos a serem analisados foram expressões – mais ou menos canhestras – de um modelo de democracia liberal, inspirado na França, Inglaterra e nos Estados Unidos, e trazidos posteriormente ao Brasil. Tanto nos anos iniciais da república quando nos anos anteriores ao golpe de 1937, o modelo prevaleceu. O corpo de direitos civis e políticos permaneceu praticamente o mesmo, não sofrendo alterações significativas. Já em relação aos direitos sociais percebe-se um progressivo alargamento dos mesmos, o que justifica o aprofundamento sobre estas mudanças.

Como todo conceito, o de cidadania variou ao longo do tempo e do espaço e mesmo nos dias atuais carece de uma definição consensual. Pode se referir a uma categoria, a uma relação, a um regime ou a uma identidade. Nenhuma destas referências obteve consenso entre os estudiosos (Tilly: 7 e 8).

Durante muito tempo as considerações do teórico Marshall (1967:76) acerca da cidadania serviram de inspiração para inúmeros trabalhos sobre o tema, tanto no Brasil como em outros países. Para Marshall cidadania é um status concedido aos membros integrais de uma comunidade através de um conjunto de direitos que unem o Estado a um amplo grupo de pessoas. Consiste assim na incorporação pelos indivíduos de três conjuntos de direitos fundamentais: os civis, os políticos e sociais. Tendo por base a realidade inglesa, cada conjunto de direitos foi adquirido majoritariamente em um século. O século XVII foi palco de obtenção dos direitos civis; o XIX, dos direitos políticos; e o XX, dos direitos sociais.

Sua abordagem, embora facilite a compreensão do fenômeno, passou por várias críticas,[3] que realçaram o caráter por demais esquemático de sua abordagem e ressaltaram os problemas da generalização do fenômeno. A ausência de vinculação entre as lutas e a obtenção dos direitos também foi objeto de crítica. Ao mesmo tempo, Marshall negligenciou as hierarquias de gênero, raça e classe e seus impactos sobre as políticas sociais implantadas. Por fim, ao limitar suas análises ao panorama britânico, omitiu eventuais impactos internacionais sobre a definição das políticas sociais implantadas, a exemplo da I e II Guerras.

Conforme afirmou-se anteriormente, a contribuição trazida por Bendix (1996) para este debate foi sua preocupação em ressaltar que os direitos dos cidadãos devem ser garantidos pelo Estado. Portanto, a ampliação dos direitos é diretamente proporcional à capacidade do Estado em garanti-los, requerendo-se para tal, o aumento de suas estruturas.

Tentando romper com uma visão evolucionista do processo de modernização (que para ele envolve industrialização e urbanização), defende a prerrogativa de que o moderno e o tradicional coexistem em uma mesma nação. É esta a sua maior discordância em relação a Marshall, uma vez que os direitos políticos, em sua visão, resultaram dos protestos sociais, contribuindo para a ruptura das relações paternalistas, que no entanto, continuaram a coexistir com estruturas mais modernas. Tal coexistência colocará em cheque as transições e avanços apontados por Marshall.

Cumpre destacar que este debate, surgido nos anos 60, relaciona-se ao lugar de onde estes teóricos falavam. O primeiro da Inglaterra e o segundo da Alemanha, embora para ambos suas conclusões poderiam ser generalizadas para outros países do Ocidente. Não surpreende a vinculação proposta por Bendix – entre Estado e cidadania -, uma vez que historicamente a implantação dos direitos sociais na Alemanha coincidiu com a construção de um Estado forte e interventor, que formado ao final do século XIX, muito interferiu para que a sociedade civil alemã tivesse acesso aos direitos fundamentais, negados ou reduzidos em algumas das províncias ou reinos que vieram formar a Alemanha. Tal situação era radicalmente distinta na Inglaterra, que desde o século XVII já discutia a conveniência de um Estado mínimo. Tais diferenças relacionam-se ao processo de construção do capitalismo nestas diferentes nações, como nos fala B. Moore (1983).

---

3 Para algumas críticas ao trabalho de Marshall ver: Barbalet (1988), Sommers (1993), Turner (1993) e Tavolaro (2008).

Em trabalho mais recente, Robert Putnam (2000: 103,104,189) analisa a formação da cidadania na Itália. Para o autor, dois modelos distintos dividiram a península: ao sul, um modelo patriarcal e oligárquico; ao norte, um modelo nos moldes liberais, já que a sociedade acumulava mais cultura cívica e seria, por esta razão, mais democrática e mais cidadã. Para ele, o êxito de um governo cidadão está na existência de uma comunidade cívica ativa, na qual haja interesse e devoção à causa pública, fenômeno que teria ocorrido ao norte da Itália. Os cidadãos de uma comunidade cívica consideram o domínio público algo mais do que um campo de batalhas para a afirmação de interesses pessoais. Já o sul da península teria acumulado historicamente menos cultura cívica (cultura política composta de hábitos de cooperação, solidariedade, espírito público e reciprocidades) o que teria resultado em uma sociedade com relações mais verticalizadas, próprias do clientelismo e, portanto, menos cidadãs. De certa forma, ao analisar o caso italiano, relaciona a obtenção de cidadania à organização prévia da sociedade em torno de valores virtuosos. O modelo ideal, ocorrido no norte da Itália não teria sido possível em estruturas oligárquicas da sociedade patriarcal do sul da Itália. Esta correlação entre valores culturais e processos de formação de cidadania inovou o debate, antes prioritariamente limitado à correlação de forças políticas.

As contribuições de Charles Tilly (2000) também ampliaram o debate, uma vez que seu foco esteve sobre o papel da sociedade civil no processo de construção da cidadania nos Estados Unidos. O autor aponta para a necessidade de se ter uma perspectiva mais relacional e cultural acerca da cidadania, levando-se em consideração as conexões entre os indivíduos e grupos, ao invés de pessoas particulares ou populações inteiras. Parte do pressuposto que identidades sociais se encontram em compreensões compartilhadas e nas suas respectivas representações. Para ele, cidadania seria um conjunto de reivindicações mútuas entre agentes de Estado e membros de categorias socialmente construídas, como gênero, raça, nacionalidades, entre outras. (Tilly: 5, 6). Ao levar em conta os aspectos culturais no estudo da cidadania, agrega ao conceito a ideia de identidade de grupos. Ou seja, a luta por direitos se dá, não por ação dos indivíduos ou por nações, mas por grupos que se constituem a partir de suas identidades distintas, lutando cada um por um conjunto de direitos que lhe interessem especificamente.

Sob inspiração de debate dos anos sessenta, os estudos sobre cidadania no Brasil se iniciaram ao final dos anos setenta, quando o regime autoritário já dava sinais de esgotamento e os movimentos sociais ressurgiam. Uma das abordagens sobre o tema, que mais o impactou foi o conceito de "cidadania regulada" de Wanderley G. dos Santos, cunhado em 1979. No período analisado por ele, de 1930 a 1943, o modelo do *laissez-faire* repressivo teria sido substituído pelo da predominância da cidadania regulada. O autor a entende como uma modalidade de cidadania com base em um sistema de estratificação ocupacional, legalmente estabelecido, de forma que sua ampliação depende da regulamentação de novas profissões ou dos direitos associados a estas profissões. Os direitos estariam restritos ao lugar que se ocupa no processo produtivo. Em síntese, a garantia dos direitos estaria na posse de uma carteira de trabalho. (Santos:75 e 76)

O conceito era válido, mas não se aplicava ao período anterior a Vargas. Para estes foram relevantes as contribuições de José Murilo de Carvalho (1987 e 2002). Apontaram para a fragilidade de nossa cidadania, a partir da perspectiva de que nossos direitos foram mais concedidos pelo Estado, do que conquistados pela sociedade civil. Valendo-se da tese de Faoro, o Estado brasileiro teria se formado antes e se antecipado às demandas da sociedade – ainda desorganizada – e desinteressada pela extensão destes direitos. Tornou-se usual dizer que no Brasil ao invés de cidadania, predominara a *estadania* (Carvalho, 1987:146 e 147).

Publicada em 2003 no Brasil, mas defendida quase vinte anos antes, a tese de Marco Pamplona se propôs a comparar a construção do projeto de República e de cidadania no Rio de Janeiro e em Nova York, de forma comparativa. O autor concluiu que em ambos os países a cidadania implantada foi restritiva. Nos Estados Unidos, a permanência da abolição, ao longo de um século após a implantação da República, inviabilizou a extensão da cidadania a todos os setores sociais. Já no Brasil, a implantação da República contribuiu para consolidar a permanência das elites oligárquicas no poder à revelia dos interesses populares da maioria. (Pamplona, 2003)

Estudos mais recentes têm apontado para o lento processo de construção da cidadania no Brasil, iniciado mais remotamente do que pensava Carvalho. As pesquisas sobre as organizações populares revelaram a existência de uma sociedade civil mais organizada e mobilizada do que se supunha, a partir da segunda metade do século XIX. (Ribeiro, 2008, Viscardi, 2009,). Esta população valia-se de inúmeros instrumentos para manifestar sua discordância ou pressionar por seus direitos, tornando-os não uma concessão do Estado, mas uma conquista da

sociedade civil. A crítica ao trabalho de Carvalho voltou-se para a necessidade de romper-se com um modelo de construção de cidadania anglo-saxão, que ao ser aplicado no Brasil levava necessariamente à conclusão de que fracassávamos. No entanto, como afirmava o próprio Bendix, o modelo anglo-saxão era mais exceção do que regra. Para entender o processo de construção da cidadania no Brasil é necessário, para além das experiências de outros países, que levemos em conta as nossas especificidades de forma privilegiada.

No que se refere aos estudos sobre as constituições de 1891 e 1934, percebemos a existência de um debate mais restrito, em geral resultante das contribuições de constitucionalistas que, na maioria das vezes, se limitam a fazer uma análise formal dos textos sem muita preocupação com as relações entre eles, com os grupos políticos que lhes deram origem e nem mesmo com os contextos em que foram gestados.

A Carta de 1891 foi objeto de interesse dos contemporâneos, como Dunshee Abranches (1918), que se dedicou a fazer uma análise de cada um dos componentes da Assembleia. As observações críticas de Rui Barbosa (Lacombe, 1985) sobre o projeto previamente elaborado pela comissão responsável também nos auxilia a entender as principais visões que compartilhavam os diferentes setores de nossa elite política, bem como o nível de sua interferência sobre o texto final aprovado. O mesmo se pode falar das análises feitas por Agenor de Roure (1979), que em dois volumes publicados nos anos vinte, nos propõe uma abordagem acerca dos preceitos constitucionais aprovados, dos grupos envolvidos nos debates com seus respectivos interesses, além de uma análise do contexto em que o texto foi produzido. Interessante notar que, no trabalho de Roure, já se percebe uma pequena crítica à Carta Magna, embora tenha sido ele um defensor do federalismo e dos resultados da Constituinte de maneira geral.

Walter Costa Porto dirigiu uma coleção intitulada "Constituições Brasileiras", na qual o segundo volume é dedicado à Carta de 1891 e escrito por Aliomar Baleeiro (2001). O trabalho do autor é simples e consiste em fazer um resumo analítico dos temas abordados, a título de introdução ao texto que vem reproduzido em seguida. Constrói uma boa análise de contexto e as ilustrações enriquecem muito o trabalho. Neste mesmo sentido foi composto o livro de Cavalcanti (2002), que faz uma ampla análise comentada de cada artigo da Constituição.

Como se pôde perceber, além dos estudos mais aprofundados produzidos pelos contemporâneos, os demais trabalhos produzidos obre a Carta de 1891 são pontuais e se limitam a análise de seus artigos, apontando para as mudanças ocorridas em relação ao período imperial, para as dificuldades de se construir um novo projeto republicano e federalista e em alguns casos tentam estabelecer uma relação com outras experiências constitucionalistas dos Estados Unidos, ou mesmo da Argentina.

Sobre a Carta de 1934, os estudos assumem um caráter mãos comparativo em relação à Constituição anterior. Os trabalhos recentes apontam para uma assembleia composta a partir de forte intervenção do Executivo federal, tanto sobre seu texto como sobre sua composição (Silva, 1969, Gomes, 1978, Bonavides, 1991, Cepêda, 2009). O tema que mais discussões gerou foi o mesmo da Carta anterior, de 1891: a discussão entre a centralização e a descentralização, ou seja, quais os limites e avanços que o federalismo brasileiro poderia conter. Em ambas as ocasiões, as bancadas dos estados menores e mais empobrecidos defenderiam uma maior centralização, na expectativa de que os recursos majoritariamente gerados no eixo sul-sudeste fossem redistribuídos por um poder central, reservando a eles parte da riqueza produzida nacionalmente. Já as bancadas do sul-sudeste defenderiam exatamente o contrário, e muito lutaram, em ambas as ocasiões para garantirem sua autonomia econômica e também política.

Um outro ponto comum entre as duas assembleias esteve na eleição da presidência e vice-presidência da República, ambas ocorridas nas duas assembleias, uma vez que se colocavam como fundadoras de uma nova ordem. Na primeira a ordem republicana e na segunda, uma nova ordem republicana. Em ambas as ocasiões foram eleitos os presidentes em exercício do governo provisório.

Cepêda (2009:227 e 234) destaca que a Carta de 34 tentaria romper com a de 1891 em seu individualismo liberal, passando-se a pensar o Estado a partir da ideia de nação e não de indivíduo. Por outro lado, a visão que se tinha sobre as mazelas que assolavam o Brasil era bem diferente em 1934 em relação aos anos finais de XIX. No segundo, vivíamos a sensação de incompletude em razão da composição racial e dos efeitos da natureza sobre nós. No pós 30, a sensação era de atraso em razão de nossos problemas econômicos.

Por outro lado, são maiores as diferenças, sobretudo no campo dos direitos sociais. A Carta de 1891 assegurou muito pouco deles, a reforma de 1926 os ampliou ligeiramente e a Carta de 34 os ampliou consideravelmente. É o que será visto a seguir.

Cidadania Social na Constituição de 1891

A afirmação de que a cidadania social só foi estabelecida no Brasil a partir da década de 1930 encontra sustentação na análise do primeiro texto constitucional republicano, sumário em suas referências aos direitos sociais. Isto não implica em dizer que que eles inexistiram ao longo da vigência da Carta (1891-1934), uma vez que uma série de benefícios foram implantados durante o período, sob a forma de decretos e leis (Viscardi, 2010). Mas quando se trata de analisar o texto constitucional em si, construído às pressas e de imediato após o golpe civil-militar que implantou o novo regime, percebe-se a fluidez dos direitos e sua delegação de responsabilidades às unidades federadas.

A primeira referência do que falamos pode ser encontrada no artigo quinto da Carta de 1891, que expressa o espírito da descentralização administrativa inaugurada pelos republicanos: os estados deveriam ser autossuficientes, só recorrendo ao poder central em caso de calamidade pública. Através deste artigo tornava-se claro que a responsabilidade pelo amparo social caberia aos estados.

O texto constitucional se eximiu de discutir a questão social, justamente quando os problemas se tornaram mais agudos com o fim da escravidão. O silêncio do texto sobre o destino que seria dado aos recém-libertos e aos milhões de imigrantes pobres que aportavam no Brasil chega a ser desconcertante. Não há se quer uma referência, mesmo que indireta, à proteção dos trabalhadores. Suas únicas alusões ao mundo do trabalho estavam associadas aos funcionários públicos. O artigo 34 estabelecia caber ao Congresso a criação de cargos federais e estabelecer a sua remuneração, bem como legislar sobre a educação superior exclusivamente no Distrito Federal. O artigo 75 tratava do direito dos funcionários públicos à aposentadoria por invalidez, direito este reduzido a um número restrito de privilegiados. A expectativa dos legisladores era que os estados, em suas respectivas constituições, abordassem o problema. Como veremos, a fórmula não deu certo.

A ausência de referências aos direitos sociais na Constituição não implica em dizer que nenhum direito fora conquistado pelos trabalhadores. As sucessivas greves, a imprensa e os partidos operários contribuíram para a mudança do quadro nacional. Algumas conquistas foram obtidas, sobretudo após as ondas grevistas de 1918 e 1919. Foram estabelecidos alguns direitos como a jornada de oito horas, a lei de proteção contra os acidentes de trabalho, a regulamentação do trabalho do menor e da mulher, o direito às férias e a instituição, para algumas categorias, da Caixa de Aposentadorias e Pensões. Esta legislação, reduzida aos setores urbanos, teve sua aplicação dificultada pela falta de fiscalização e pelo consequente não cumprimento da lei por parte dos patrões. Em que pesem tais problemas, as demandas do mundo do trabalho se fizeram presentes, levando os legisladores a incorporar parte destes anseios na reforma Constitucional de 1926.

No texto da reforma, o artigo 31 estabeleceu que caberia ao Congresso legislar sobre o trabalho, as licenças, aposentadorias e reformas. Já era um reconhecimento de alguns direitos, desta vez resguardados pelo texto constitucional e fiscalizados pelo Conselho Nacional do Trabalho, criado três anos antes. De alguma forma, a revisão constitucional incorporou parte das mudanças antes estabelecidas, mas de uma forma sumária e limitada. Como o texto nacional fazia referencia às responsabilidades dos estados, fizemos uma análise de todas as constituições estaduais, com o fim de perceber em que medida contemplavam a situação dos milhares de desfiliados, ao fim do século XIX no Brasil.

Direitos Sociais nos textos constitucionais dos estados

Conforme afirmamos, caberia às unidades federadas legislar sobre a assistência pública e sobre os direitos dos trabalhadores. Na análise que realizamos, percebe-se que nas cartas estaduais há preocupações com a educação infantil, com as aposentadorias dos servidores públicos, com o combate às epidemias e eventualmente, com a assistência aos desvalidos.

No caso de Minas Gerais, então o mais populoso estado da Federação, há referências de que caberia ao estado o desenvolvimento da educação pública (Artigo 30), sem garantir seu monopólio, na medida em que o ensino privado poderia ser exercido livremente, desde que fiscalizado pelo estado. Previa-se, no entanto, a criação de um “fundo escolar” para o fomento do ensino (artigo 117).

Em relação às pensões, a Constituição proibiu a concessão das mesmas (artigo 105), mas previu a organização de um pecúlio para os funcionários públicos, desde que os recursos fossem exclusivamente privados. Omitia-se o estado em participar de qualquer compromisso que envolvesse a subsistência de seus funcionários em períodos de doença, em casos de invalidez ou velhice.
Já a constituição de São Paulo garantia o pagamento de aposentadorias para seus funcionários públicos após cumpridos 30 anos de serviço ou quando se tornassem inválidos (Art. 62). Previa igualmente um pagamento adicional aos aposentados por tempo de serviço de ¼ a mais de salário.
No estado do Rio de Janeiro, a Constituição não reconhecia explicitamente o direito à aposentadoria (Art. 69), mas o garantia nos casos de invalidez dos funcionários então efetivos, para que fossem respeitados direitos previamente adquiridos. Garantia, para o futuro, a criação de um montepio obrigatório para todos os funcionários do estado, sem explicitar o envolvimento das finanças públicas na condução do referido montepio. Estabelecia também o texto constitucional o compromisso com o fomento do ensino público, sem entrar em detalhes acerca de como se daria.
A Constituição gaúcha, mesmo inspirada pelos preceitos positivistas, que de certa forma a diferenciavam das demais, foi também muito sumária no compromisso com o amparo social e mesmo com o investimento na educação. Tornava manifesta a obrigação de se providenciar o ensino público primário de caráter gratuito (artigo 20) e de prover aposentadorias para os servidores públicos, somente nos casos de invalidez.
Os legisladores baianos também se preocuparam em garantir no texto constitucional aprovado a instrução primária pública, secundária e profissional de caráter gratuito (Art. 136). Com o fim de universalizar a alfabetização, condição para o voto, o estado tornou o ensino primário obrigatório (Art. 18). Diferenciando-se dos demais textos até agora vistos, os baianos inseriram no texto constitucional a obrigação do estado em conferir proteção à miséria e à infância desamparada (Art. 136, **§ 30).**
Quanto ao Distrito Federal, ele seria regulado por uma Lei Orgânica e não por uma constituição propriamente dita. Como se sabe, em razão da grande concentração populacional na capital da república, muitos problemas sociais afloraram, além das constantes epidemias. Nota-se por esta razão, um compromisso maior em regulamentar as atividades de higienização e de amparo aos desvalidos. Ficou delegado ao Conselho Municipal a tarefa de estabelecer e regular o serviço de assistência pública para a cidade (Art. 15), o que seria feito, inclusive, através da criação de uma Diretoria para tal fim (Sanglard,2008). Previa também a lei orgânica a subvenção pública às iniciativas ligadas à instrução, mesmo que por parte dos setores privados e/ou confessionais. Caberia também ao Conselho regular o serviço de higiene municipal, bem como os montepios e montes de socorro. Para este fim, era garantido aos servidores do estado o direito de realização de visitas domiciliares com fins de fiscalização das normas de higiene (Art.56), num flagrante desrespeito ao direito de inviolabilidade dos lares. Como o Distrito Federal sofria interferência direta do Executivo nacional, a União se responsabilizaria legalmente pela manutenção do Asilo dos Meninos Desvalidos, da Casa de São José e do Asilo da Mendicidade, instituições sediadas na cidade para amparo das crianças, idosos e mendigos, respectivamente (Art. 58).
Em Pernambuco a preocupação com a educação extrapolava o ensino de nível primário, ao manifestar o compromisso dos novos legisladores com a criação de instituições de ensino técnico, academias e faculdades de ciências (Art. 36). Em relação à assistência à saúde – que na maioria das vezes se confundia com o combate às epidemias - os pernambucanos atribuíram a responsabilidade aos municípios (Art. 95), limitada porém à vacinação.
Na Paraíba o texto constitucional avançava em proibir a redução de salários dos funcionários públicos (Art. 67), prática até então muito comum no país. Garantia o direito de aposentadoria a eles (não somente aos inválidos, como vimos em outras realidades já apresentadas) e preservavam direitos anteriormente adquiridos (Art. 79 e 82).
Nos textos constitucionais do Maranhão, Amazonas e Pará, encontravam-se previstos serviços de amparo aos indígenas, além de sua catequese e "civilização". Em relação aos direitos de aposentadoria, no Pará, só estava prevista para os casos de invalidez, embora apontasse para a criação futura de um montepio para seus servidores públicos. Um montepio também seria organizado no Amazonas, mas sem ônus para as finanças públicas.
No Rio Grande do Norte percebe-se no texto uma preocupação específica com a proteção aos presos, o que não se encontrava em outros textos analisados (Art. 18). Previa também o incentivo à criação de instituições

de ensino, ressaltando a importância da educação cívica (Art. 62). O texto era mais específico ao se referir à educação, chegando a anunciar uma reforma dos serviços de instrução pública, a qual deveria prever a inamovibilidade dos professores, a criação de cursos profissionais com duração de três anos e a aposentadoria para professores (Art.67).

No Ceará havia referências esparsas à regulamentação da instrução pública e à provisão de socorros à população necessitada. O estado deixava claro não reconhecer os direitos de aposentadoria, sem que, no entanto, se abrisse **mão dos direitos previamente existentes (art.103). No Piauí também** havia referências à criação de um montepio obrigatório para os servidores públicos, sem ônus para o estado (Art.112). O mesmo em Goiás (Art. 65)

Na Carta do Espírito Santo havia preocupação manifesta em amparar os presos e subvencionar estabelecimentos literários, científicos, artísticos e industriais (Art.19), não citados em outros textos analisados. Constavam também referências ao amparo aos índios através da catequese e também da "civilização".

Os demais textos são repetitivos e sumários e acabam por consolidar o que já se afirmou anteriormente. Como vimos, às referências à cidadania social eram muito marginais. Um dos poucos setores que tinha alguns direitos reconhecidos era o dos servidores públicos, assim mesmo, a partir da manutenção de direitos previamente adquiridos no período monárquico.

Os textos constitucionais expressavam alguns consensos. O primeiro deles é o da descentralização de responsabilidades. Caberiam aos estados e também aos municípios legislar e manter alguns direitos, limitados ao combate às epidemias, através da higienização e vacinação; a assistência aos excluídos; educação primária e eventualmente secundária e superior e criação de montepios para os servidores públicos. O segundo consenso é o da não intervenção do Estado nos serviços de proteção social, reduzidos ao mínimo. A perspectiva liberal, remontava ao período monárquico. O Estado era mínimo, reduzido na ocasião a cinco ministérios. Permanecia a cargo da sociedade civil o amparo da maior parte dos desvalidos, seja através das associações mutuais, seja através das instituições religiosas. Até então, não havia referências explícitas aos trabalhadores do setor privado, à exceção de referências sumárias na reforma de 1926.

Direitos Sociais na Constituição de 1934

Ao observarmos a limitação dos direitos previstos, o texto de 1934 revela-se bem mais abrangente no campo da contemplação dos direitos sociais. De imediato já se percebe um arrefecimento das iniciativas descentralizadoras, até então, predominantes. Percebe-se que na década de 1930 a União chamou a si a responsabilidade por legislar acerca da educação nacional, do regime penitenciário (tratado como vimos muito marginalmente no período anterior), da assistência social e das normas gerais sobre o trabalho (Art.5). Estes temas eram antes relegados aos estados e, na maior parte das vezes, abandonado.

No artigo 10, explicitavam-se ocasiões em que a União deveria atuar ao lado das unidades federadas: no cuidado com a saúde e a assistência pública; na fiscalização das leis sociais e na instrução pública. O que fica explícito nos dois artigos (5 e 10) é que a partir de 1934 caberia ao governo central traçar as diretrizes gerais atinentes aos direitos sociais e, em parceria com os estados, cuidar diretamente da assistência pública (social e de saúde), das leis sociais e da educação. Ampliara-se de forma significativa a responsabilidade do Estado.

No capítulo II, que tratava dos direitos e garantias individuais, a Constituição deixava patente que cabia ao governo central autorizar as instituições religiosas a atuarem no amparo social, desde que os assistidos não fossem por elas coagidos. O que antes era o único recurso disponível aos necessitados – o socorro das instituições de caridade – agora passava a estar subordinado à autorização prévia do Estado.

Outra inovação inserida foi a assistência judiciária, operacionalizada através da criação de órgãos especiais, isentando de custos os necessitados. Tornava-se também explícito o compromisso do poder público em amparar os indigentes.

Em relação às demandas do mundo do trabalho, a Carta de 1934 reconhecia a existência legal dos sindicatos e das associações profissionais. Estabelecia como responsabilidade do Estado a garantia de proteção social aos

trabalhadores das cidades e também do campo (Artigos 120 e 121). Alguns importantes direitos trabalhistas foram incluídos na Carta Magna, a exemplo da proibição da discriminação de salário por idade, sexo, nacionalidade ou estado civil; a previsão do salário mínimo, a jornada de oito horas diárias; a proibição do trabalho dos menores de 14 anos, do trabalho noturno para os menores de 16, de trabalho insalubre para o menor de 18 anos e para as mulheres menores de 18 anos. O descanso semanal também foi garantido, bem como as férias anuais remuneradas e a indenização por demissão sem justa causa. Eram conquistas já existentes – a maior parte delas pelo menos - mas que, ao serem inseridas no texto constitucional, ganhavam maior garantia de cumprimento.
Destaca-se também o compromisso com a provisão de assistência médica ao trabalhador e à gestante, o direito ao descanso antes e depois do parto e a instituição de pensões por morte, invalidez, acidente de trabalho e maternidade. Reconheciam-se constitucionalmente as convenções coletivas de trabalho.
Tais regulamentações tinham abrangência limitada à cidade, no entanto, o trabalho no campo deveria atender o quanto possível às prerrogativas previstas acima, de forma a fixar o trabalhador na área rural. Destaca-se que os profissionais liberais fariam jus aos mesmos direitos (Art. 123). O corolário final para a consolidação destes direitos se deu através da criação da Justiça do Trabalho (Art. 122) e de seus tribunais de conciliação.
No que diz respeito à assistência aos desvalidos, foram assegurados no Artigo 138 o seu amparo, o direito à educação, o amparo à infância, às famílias numerosas, à juventude e o combate às epidemias.
Quanto à educação, o texto constitucional em seu artigo 139, estabelecia que em qualquer unidade produtiva, com mais de 50 pessoas, entre as quais existissem dez analfabetas, caberia a mesma responsabilizar-se pela alfabetização dessas pessoas, pela via do ensino primário gratuito.
Os artigos 150 a 158 complementavam a questão educacional. Estava previsto a elaboração de um Plano Nacional da Educação, sob responsabilidade da União, tanto em sua elaboração, quanto em sua fiscalização. A União se responsabilizaria pelo ensino secundário e superior do Distrito Federal. Foi criado o Conselho Nacional de Educação, para a elaboração do Plano e para gerenciar a distribuição dos fundos. Tais fundos seriam compostos por no mínimo dez por cento das rendas derivadas dos impostos da União e dos municípios, e nunca menos que 20% das rendas dos estados e do Distrito Federal. Compunham ainda o fundo educacional as rendas eventuais derivadas da venda de terras públicas. Previa-se igualmente a realização de concursos públicos para o provimento de cargos oficiais do magistério, com garantia de estabilidade para os professores.
Em relação à estabilidade, após dez anos, todo funcionário público passava a usufruí-la (Artigo 169). Estavam resguardados seus direitos de aposentadoria (integral após 30 anos de trabalho) e por invalidez.

Considerações finais

Ao compararmos os dois textos constitucionais, as diferenças são muito nítidas. Antes tínhamos um quadro de recusa do Estado Nacional em intervir nas relações entre capital e trabalho e em se responsabilizar pelo amparo dos desvalidos. Já na década de 1930, percebemos um Estado a centralizar mais as ações e interferir sobre as relações do mundo do trabalho, sobre a educação e sobre as próprias instituições de assistência pública privadas.
É preciso destacar que tal mudança não se deu de forma abrupta. Entre os dois textos constitucionais, uma série de decretos e lei foram aprovados, garantindo alguns direitos que passaram a ser posteriormente previstos, tanto na revisão de 1926, quanto no texto constitucional de 34. Por outro lado, é preciso igualmente destacar, que o fato de estarem previstos nos textos os direitos sociais, não significa que de fato tenham sido implantados em sua totalidade. A Constituição apenas garante que existia um consenso em torno do papel do Estado na proteção do trabalhador e do indigente. E que caberia a ele garantir a educação, pelo menos nos níveis básicos de ensino.
Tal consenso também não se construiu abruptamente e nem se deu à revelia dos grupos que dele eram objetos. Boa parte das conquistas elencadas no texto de 1934 resultou de reivindicações dos trabalhadores organizados e das preocupações de juristas, políticos, filantropos e funcionários públicos envolvidos com as discussões sobre os destinos do país.
Textos constitucionais funcionam mais como cartas de intenção do que propriamente ações concretas para resolução de problemas. A maior parte das intenções teria que ser regulamentada a posteriori para que se tor-

nassem realidade. O estudo destes desdobramentos é que permite perceber o real impacto destas decisões, mas que extrapola em muito nossos objetivos com este texto.

Bibliografia referenciada

BARBALET, J.M. (1988), *Citizenship*. Minneapolis University Press.

BENDIX, R. (1996), *Construção Nacional e Cidadania*. São Paulo: EDUSP.

BONAVIDES, P. e ANDRADE, P. de. (1991), *História constitucional do Brasil*. 3.ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CARVALHO, José Murilo. (1989), *Os Bestializados*: *O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras.

CARVALHO, José M.(2002), *Cidadania no Brasil*: *o longo caminho*. 2ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CAVALCANTI, João B. U.(2002), *Constituição federal brasileira (189*1). Brasília: Senado Federal.

CEPÊDA, Vera A.(2009), "Contexto político e crítica à democracia liberal: a proposta de representação classista na Constituinte de 1934". *Revista Perspectivas*, São Paulo, 35.

CAVALCANTI, João Barbalho U.(2002), *Constituição Federal Brasileira (1891) - Comentada*. Brasília: Senado Federal.

GOMES, A. M. de C.(1978), "A representação de classes na Constituinte de 1934". *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, 21, (3) pp.53-116.

Gomes, Angela M. de C. (1979), *Burguesia e trabalho*: *política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Campus.

JOBIM, Nelson e PORTO, Walter Costa (1996), *Legislação eleitoral no Brasil*. Brasília: Senado Federal, vol.2.

KAREPOVS, Dainis.(2006), *A classe operária vai ao parlamento*: *O Bloco Operário Camponês do Brasil (1924-1930)*. São Paulo: Alameda.

LACOMBE, A. J. (1985), "Apresentação" In: ---FUNDAÇÃO casa de Rui Barbosa. *Rui Barbosa e a constituição de 1891*. Rio de Janeiro: FCRB.

LOUZADA, Alfredo J. (1990), Legislação social-trabalhista. 2ed, Brasília: MTPS.

MARSHALL, T.H.(1967), *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MOORE JR., B. (1983), *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes.

PAMPLONA, Marco A.(2003), Revoltas*, repúblicas e cidadania*: *Nova York e Rio de Janeiro na consolidação da ordem republicana*. Rio de Janeiro: Record.

PUTNAM, R.(2000), *Comunidade e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

RIBEIRO, Gladys S. (org.). (2008), *Brasileiros e cidadãos*: *modernidade política*. São Paulo: Alameda.

SANGLARD, Gisele (2008). "A primeira república e a constituição de uma rede hospitalar no Distrito Federal". In: PORTO, Angela et alii (orgs.). *História da saúde no Rio de Janeiro*: *instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958).* Rio de Janeiro: Fiocruz, pp: 60-78.

SANTOS, W. G. dos. (1978), *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades.

SANTOS, V. G. (1979), *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus.

SILVA, H.(1969), *1934: a Constituinte*. São Paulo: Civilização Brasileira.

SOMMERS, Margaret R.(1993), "Citizenship and the place of the public sphere: Law, community and Political Culture in the transition do Democracy. *American Sociological Review*, 58.

STONE, Lawrence.(1991), "O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma nova velha História". *Revista de História*: *Dossiê História Narrativa*, Campinas: IFCH, Unicamp.

TAVOLARO, Sérgio B.(2008). "Quando discursos e oportunidades políticas se encontram. Para repensar a sociologia política da cidadania moderna". *Revista Novos Estudos CEBRAP*, 81, São Paulo.

Tilly, Charles (ed.).(2000), *Citizenship, Identity and Social History*. Cambridge University Press.

TURNER, Bryan S. (ed.). (1993), *Citizenship and Social Theory*. Newbury Park.

VISCARDI, Cláudia M.R.(2009), "Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano", *Revista brasileira de história*, 29, (58), São Paulo, pp. 291-315.

VISCARDI, Cláudia M.R.(2010), "Trabalho, previdência e associativismo: as leis sociais na Primeira República". In: LOBO, Valéria et. alii (orgs.). *Trabalho, proteção e direitos*: *o Brasil além da era Vargas*. Juiz de Fora: EdUFJF.

GT 11
Instituições psiquiátricas nos países lusófonos (séculos XX e XXI): modelos, heranças e reformas

Saúde Mental e Atenção Básica: Análise da implementação de ações de saúde pela perspectiva dos usuários

Maria Inês Badaró-Moreira
e-mail: mibadaro@gmail.com
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP Baixada Santista
Departamento de Politicas Públicas e Saúde Coletiva
Co-autor: Rosana Teresa Onocko-Campos
Filiação institucional: Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Resumo: Dentre tantos desafios no campo da saúde mental no Brasil, o mais expressivo tem sido a efetivação de um plano de cuidados ao sofrimento psíquico nos serviços de atenção básica à saúde. A constituição das redes de atenção psicossocial institui um desenho modelar para o cuidado de pessoas pautadas por ações realizadas prioritariamente em espaços coletivos com ampla inserção dos usuários e seus familiares de forma articulada. Este estudo evidenciou diferentes desafios na implementação de ações de saúde mental na atenção básica e em diferentes pontos da rede de atenção à saúde, pela perspectiva dos usuários. Dentre tantos desafios relatados pelos usuários pode-se perceber a articulação, a efetivação de planos de cuidados ao sofrimento psíquico nos serviços, o planejamento do cuidado, a vida em comunidade, a dificuldade de manutenção de suas redes sociais e também a elaboração de projetos terapêuticos construídos com a participação da equipe, dos usuários e dos familiares.

Palavras-chave: saúde mental, atenção básica, rede de atenção psicossocial, reabilitação psicossocial, saúde coletiva.

1. As transformações na atenção à Saúde Mental no Brasil

A proposta atual da assistência em saúde mental no Brasil é a de produção de plano de cuidados comunitários com a inserção dos portadores de sofrimento psíquico nos diferentes espaços sociais. Vários serviços substitutivos à internação psiquiátrica foram implantados nos municípios brasileiros, resguardando a atenção em saúde mental em liberdade em uma rede loco-regional de atenção à saúde.

O Ministério da Saúde destacou a necessidade de estruturar uma ampla rede de atenção em Saúde Mental: Centros de Atenção Psicossocial – CAPS, os leitos em Hospitais Gerais, as Residências Terapêuticas, os Centros Comunitários e as Cooperativas Sociais (BRASIL, 2004).

Pelos dados do Ministério da Saúde, houve uma sensível retração de leitos hospitalares - de 120 mil para 40 mil nos últimos 10 anos - e de efetiva expansão do tratamento centrado na comunidade - de 180 para mais 1700 CAPS nos últimos 10 anos- (BRASIL, 2010). Esta vertiginosa curva de abertura de novos serviços revela que do ponto de vista da estruturação dos serviços, inverteu-se a direção de aplicação de recursos com a criação de novos serviços abertos. Os serviços substitutivos à internação, os chamados CAPS se tornaram espaços responsáveis por uma região e por integrar as demais ações de saúde, atendendo aos postulados de acessibilidade e qualidade do sistema de saúde implantado. Se em 1990, havia 12 CAPS em funcionamento; cinco anos depois, eram 63; em 2000 havia 208; em 2012 já somavam 1.742 CAPS funcionando no território nacional. A rede de CAPS tem 822 CAPS I, 431 CAPS

II, 63 CAPS III, 149 CAPSi (infantil) e 272 CAPSad (para atendimento de usuários de álcool e drogas), presentes em todos os Estados da Federação.

Além disso, nos últimos anos, há uma evidente preocupação com a integração das ações em saúde mental nas Unidades Básicas de Saúde, com equipes matriciais para dar suporte ao trabalho das equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF), a partir das ações dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), assim como necessidade de abertura de Centros de Convivência (CC). Nesta conjuntura, cada vez mais, o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS III vem se tornando importante articulador do cuidado em saúde mental e não mais um agente absoluto neste cenário (BRASIL, 2005; BRASIL, 2009). Com este novo modo de funcionamento e organização dos serviços da Saúde Mental o usuário é inserido como ponto central e suas necessidades de saúde devem nortear as ações territoriais.

Desde 2001, as discussões sobre um plano nacional de inclusão das ações de saúde mental na atenção básica vêm se avolumando e se constituindo em propostas sobre a articulação/integração das estratégias de saúde da família com as ações de saúde mental. Dentre as propostas pode-se destacar a qualificação da escuta e compreensão da dinâmica familiar no contexto das ESF, a incorporação da promoção em saúde mental nas ações voltadas a grupos específicos, acompanhamento de usuários dos CAPS, construção de intervenções terapêutica de forma personalizada, construir novos espaços de reabilitação psicossocial dentro da comunidade, dentre outras ações que visam a manutenção do sujeito em seu espaço existencial (Brasil, 2011).

No Brasil são consideráveis os movimentos no sentido de construir e consolidar um sistema de saúde que se mostre universal, equânime e integral de fato. Desses movimentos nasceu, nos anos 1980, o Sistema Único de Saúde (SUS), criado a partir da Constituição de 1988. De lá pra cá, os desafios se avolumam, contudo, o SUS vem se expandindo notavelmente ao longo dos anos (Lyra, 2007). Os avanços desse trajeto resultaram na adoção da Estratégia de Saúde da Família (ESF), surgida em 1994, como base estruturante do SUS, possibilitando maior acesso da população aos cuidados de saúde, a composição da rede assistencial de atenção básica, a reafirmação dos princípios e a consolidação destes (Lyra, 2007; Dalla Vecchia e Martins, 2009).

Em 1994, o Brasil instituiu o Programa de Saúde da Família (PSF) e em 2006 adotou um desenho específico para a Política Nacional de Atenção Básica (Brasil, 1994 e Brasil, 2006). Os números revelam o crescimento da Atenção Básica em Saúde no território nacional e com isso o Ministério da Saúde (MS) reafirma a centralidade da atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde, ao definir que a acessibilidade e equidade devem ser ordenadas pela atenção primaria, desde que considerada a avaliação da gravidade do risco individual e coletivo (Brasil, 2011).

Como subsídio para a constituição das redes de atenção à saúde no SUS, a Organização Panamericana de Saúde (OPAS/MS, 2011) reiterou a estratégia de complexas redes de atenção coordenadas pela Atenção Primária como princípio essencial para enfrentar o cenário contemporâneo das necessidades de saúde, e acabar com a fragmentação que enfraquece a maioria dos sistemas de saúde do mundo, incluindo o Brasil. Em consequência disso, o MS instituiu a centralidade para a Atenção Primaria como ordenadora de toda rede de assistência (Brasil, 2011).

Para Mendes (2011) a maior complexidade de atenção em saúde deve recair sobre a Atenção Primária em atender 85% dos problemas de saúde, Este ponto da rede deve empreender maiores esforços e tecnologias de cuidar além de promover mudanças de comportamentos e estilos de vida em relação à saúde. Nesse contexto, o arranjo organizacional para o trabalho em saúde com de equipes de referência e apoio matricial podem produzir uma cultura que estimule compromisso das equipes nos processos de trabalho e nos territórios em que trabalham (Campos & Domitti, 2007). No que diz respeito à assistência em saúde mental esse trabalho tem o intuito de potencializar a atuação das equipes de saúde inseridas na atenção básica, permitindo trocas de saberes entres os trabalhadores e maior articulação da rede de serviços, tendo em vista o cuidado ampliado para as necessidades dos usuários.

Em pesquisa sobre a construção de indicadores para avaliação e monitoramento dos CAPS III do Estado de São Paulo (Onocko-Campos; Furtado, 2011) evidenciou significativa diversidade nas condições e maneiras em que as equipes relatam o cotidiano do processo de trabalho no serviço. A pesquisa revelou pelos relatos dos trabalhadores a dificuldade de articulação entre os pontos da rede. Notou-se também que não há consenso na compreensão das ações que um serviço específico, no caso, o CAPS III deveria realizar, além disso, os

trabalhadores destacaram forte divergência sobre a clínica necessária para os usuários mais graves, uma vez que as situações de crise e urgência dominam o cotidiano do processo de trabalho, não dando tempo necessário para se articular com demais pontos ou planejar o adequado cuidado para os usuários mais graves.
Deste ponto de vista, em seus aspectos técnicos e organizacionais, o processo de desinstitucionalização brasileiro vem avançando consideravelmente. Entretanto, importa neste momento dirigir o olhar para o fluxo desta rede e, sobretudo, para como o usuário percebe a articulação entre as redes de atenção à saúde. Esta pesquisa constituiu um olhar cuidadoso sobre o cotidiano da assistência à saúde mental a partir da remodelagem das RAPS/RAS, para além do encantamento com o aumento de serviços abertos em busca de uma análise necessária do que se tem produzido na atualidade no atendimento ao sofrimento psíquico assistido em liberdade. Em vista disso convocamos os próprios usuários para dizer como as mudanças na política têm incidido sobre suas vidas. Com estes resultados esperamos contribuir com um olhar sobre a direção que a reforma psiquiátrica está seguindo e oferecer subsídios do cotidiano para efetivação de necessárias transformações, por meio de avaliação dos serviços pela perspectiva daqueles que melhor pode falar sobre eles: seus usuários.

2. Método

A noção de participação em pesquisa em saúde é bastante polissêmica e tem se ampliado desde a Constituição de 1988, sobretudo no que concerne ao vínculo entre participação e políticas públicas, destacando-se no setor saúde. Já existe uma tradição e acúmulo em compartilhamento especialista e não especialista nas pesquisas, que ocorrem por meio da pesquisa-ação e pesquisa participante (Brandão e Streck, 2006; Thiollent, 2006). Neste estudo, a análise dos serviços, tem característica de uma pesquisa avaliativa em que se tem acrescido o interesse pela inserção de não especialistas (Minayo et al, 2005; Avritzer, 2011), no nosso caso, o interesse, se voltou especificamente para os usuários dos serviços.
Furtado e Onocko-Campos (2008) destacam a necessidade de constituir novas formas de participação direcionadas aos processos de produção de conhecimento e avaliação das políticas públicas. Neste sentido, a orientação de uma proposta de avaliação participativa deveria propiciar a inclusão de diferentes pontos de vistas e valores dos envolvidos com os serviços; viabilizar e ampliar a utilização dos resultados; considerar o inevitável caráter político da pesquisa em geral e em particular, da pesquisa avaliativa e deveria também prever o trabalho de empoderamento dos grupos/pessoas envolvidas com os serviços avaliados, possibilitando que se apropriem dos conhecimentos gerados durante a realização da avaliação (Guba & Lincol, 2011; Furtado, 2012).
As pesquisas avaliativas com metodologias participativas em pesquisas na área de saúde mental confirmam sua necessidade nas transformações decorrentes da estruturação do SUS e no convite à participação dos movimentos sociais em diversas instâncias no âmbito da saúde pública neste campo específico. Diferentes processos avaliativos com metodologias participativas vêm demonstrando sua importância e é notável a contribuição destes estudos para a constante transformação dos serviços. A avaliação participativa realizada por Laperrière el al (2007) superou processos comuns em que há evidente desnível entre os sujeitos/participantes de pesquisas, ou a utilização dos "colaboradores" apenas como fornecedores de informações e consequentemente ampliou as maneiras de olhar para os participantes de pesquisas de um modo a incluí-los em diferentes momentos do processo.
Avançando ainda mais, nesta perspectiva participativa, a pesquisa qualitativa sobre o a construção de indicadores para avaliação e monitoramento dos CAPS III, realizada no estado de São Paulo, evidenciou importantes questões ligadas ao cotidiano destes serviços tendo os profissionais e gestores como principais informante-participantes (Onocko-Campos, 2010). A equipe envolvida nesta extensa pesquisa produziu um exercício dialógico contínuo com os participantes para compartilhamento de saberes a fim de elaborar um conjunto de possíveis indicadores para avaliação em saúde mental. Desenhou-se um complexo processo de pesquisa-intervenção em que os participantes-trabalhadores foram envolvidos em um processo formativo enquanto participavam da pesquisa e assim se produziu forte massa crítica nos próprios serviços (Furtado et al, 2013).

Este processo formativo em uma pesquisa com metodologia participante chamou a atenção para a possibilidade de também buscar entre os usuários aqueles que pudessem trazer reflexões sobre a saúde pública e que já tivessem olhar crítico sobre a política pública de saúde e que, por conseguinte, apresentavam algum interesse ou curiosidade sobre o desenvolvimento de um processo de pesquisa.

Deste modo, optou-se por contatar possíveis participantes para esta pesquisa em espaços externos aos equipamentos e também aos serviços, a partir de contatos diretos em eventos reivindicatórios e de mobilizações sociais em que usuários de saúde mental estivessem presentes. A partir deste contato, os usuários foram incentivados a convidar outros possíveis participantes a debater esta temática voluntariamente, em sistema de s*nowball*, que é uma técnica em que os participantes iniciais passam a indicar os novos participantes, que por sua vez indicam novos e assim sucessivamente esta prevê uma amostra inicial que utiliza cadeias de referência, em uma rede de indicações (Baldin; Munhoz, 2011).

Com esta construção da amostra constituímos um grupo aberto de debate livre com frequência oscilante de mais de 18 participantes de diferentes Núcleos de Atenção Psicossocial, de duas cidades localizadas no litoral de São Paulo, Brasil. Destes, doze participantes se mantiveram mais frequentes e se reuniram semanalmente durante seis meses em uma sala de aula da Universidade Federal de São Paulo na cidade de Santos.

Após a apresentação da pesquisa, os encontros iniciais serviram para construção de vínculos e levantamento de temáticas do grupo. Neste período de apresentação dos pontos da pesquisa, os temas centrais eram apresentados ao grupo que debatiam livremente sobre cada um deles. A seguir os encontros se constituíram a partir das demandas de assuntos dos próprios usuários que se originaram nos encontros iniciais e permearam diversos assuntos, tais como acolhimento ao usuário, abordagem em situação de crises, hospitalidade, plano terapêutico singular, apoio à família, apoio da família, rede afetiva, apoio social, cotidiano na comunidade, dentre outros assuntos de interesse do grupo.

Todos os encontros foram gravados e transcritos. No início de cada encontro, o relato anterior era apresentado aos participantes para adequação, revisão e validação do seu conteúdo. Esta analítica exigiu a compreensão dos itinerários e das redes pessoais dos usuários tal como indica Ricouer (1988), se afastando claramente do que se pretende em uma interpretação dos dados coletados. Sendo assim a análise dos relatos produzidos nos encontros se constituiu em material fundamental para uma analítica que foi apresentada no inicio da reunião seguinte. Este processo permitiu que os próprios usuários apontassem os temas mais relevantes, assim como o caminho analítico para a sua melhor compreensão.

3. Resultado e análise

O Estado de São Paulo tem o maior número de serviços de saúde mental na modalidade de CAPS III inscritos no Ministério da Saúde. A rede de Caps no Brasil (BRASIL, 2012) evidenciada pelo MS é bastante ampla, nela pode-se observar que, até maio de 2010, havia 62% de cobertura, considerando o parâmetro de 1 CAPS para cada 100.000 habitantes. Pesquisa sobre a construção de indicadores para avaliação e monitoramento dos CAPS III, tendo como colaboradores os gestores e trabalhadores dos serviços, realizada nesse estado evidenciou questões ligadas ao cotidiano destes serviços no estado (Onocko-Campo, 2010) e que foram retomadas agora na perspectiva dos usuários.

A Baixada Santista é uma região litorânea composta por 9 municípios e viveu grande transformação no redirecionamento das ações em saúde mental, decorrentes do fechamento da Casa de Saúde Anchieta, em meados de 1990 (Braga-Campos; Henriques, 1997), uma vez que o fechamento desta instituição estimulou a implantação de uma rede de serviços de saúde mental substitutiva à internação em toda a região. Atualmente as cidades desta região mantém uma rede de serviços de saúde, ainda que enfrentem os mesmos desafios que outras regiões no país. Esta região vem vivendo nos últimos anos, desvalorização e descaracterização dos serviços de saúde mental que foram desviados de seus fins, entretanto as estruturas não foram desmontadas, os serviços continuam funcionando, ainda que não continuem o projeto inicial de saúde mental para o qual foram planejados (Luzio; L'Abbate, 2006).

Os participantes desta pesquisa desenharam **percursos de chegada** bastante diferentes nos serviços de saúde

mental da região. Os mais velhos, como La., por exemplo, relembra que ficou vários períodos internada em "manicômios" de diferentes cidade, antes de ser encaminhada ao serviço de saúde da região. Acrescentou ainda que, quando internada, era por longos períodos, nos quais "ficava trancada, sem ver a rua e mantendo pouco contato com as pessoas". Assim como La., J.A. passou por várias internações em diferentes lugares.

T. e E. tem hoje aproximadamente 50 anos e relatam um longo percurso na saúde mental, desde a juventude. Ambos passaram pelo Hospital Anchieta, no período inicial da intervenção e de lá foram para os recém-inaugurados serviços substitutivos da cidade. Como viveram em momentos distintos nos serviços antes da reforma psiquiátrica e os arranjos da rede pós-reforma trazem ricos relatos com reflexões importantes, resguardando o olhar crítico que lançam ao modelo de clínica que se tem hoje. Além disso, indicam a mudança dos efeitos colaterais na própria medicação que segundo eles "*antes os remédios eram mais fortes, impossibilitando as pessoas de realizarem suas atividades normalmente... antigamente ficava travado com os remédios, possuíam muito mais efeitos colaterais*". Ao apontar as mudanças também relatam que "*o tratamento era diferente, antes era mais rude, pautado na cobrança pela melhora, como se a pessoa deveria ocupar a mente para melhorar, ter força de vontade para sair da crise, enquanto hoje o tratamento busca maior compreensão do sujeito*".

Os mais jovens relatam percursos diferentes apontando para um desenho de rede de serviços tal qual se configura atualmente no indicativo do Ministério da Saúde. D. iniciou tratamento com psiquiatra em um antigo ambulatório de saúde mental e depois foi para o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), com auxilio de seu irmão. Le. e L.F. não tiveram internações em hospitais psiquiátricos, chegando diretamente ao CAPS de sua cidade, quando este foi instalado. C. também iniciou tratamento com psiquiatra particular, que posteriormente, a encaminhou ao serviço. H. e A. migraram do plano de saúde particular para a assistência e atividades no serviço público. AC passou por internação em leito de hospital geral antes de chegar ao CAPS.

Inicialmente, os usuários foram migrando de internações para os serviços que se instalavam pela cidade. Aqueles que vivenciaram modelos distintos do cuidado, o modelo hospitalocêntrico e o modelo atual, evidenciam as diferenças e conseguem destacar os avanços que são visíveis. Além disso, por conhecerem diferentes momentos, estes usuários lançam um olhar crítico para os atuais serviços por entenderem que os CAPS têm tentado trabalhar em parceria com a atenção básica, mas que ainda sentem a necessidade de maior articulação no plano de cuidado que seja de fato construído para os territórios em que eles vivem. Apontam diversos dilemas do fazer clínico atual, e ainda sentem "*existem privilégios para aqueles com maior poder contratual e conhecimento dentro dos serviços e que aqueles que não compreendem seus direitos ficam percorrendo sozinhos, os serviços em busca de atendimento ou qualquer outro tipo de ajuda*". Confirmando e seguindo além, em estudo avaliativo de CAPS em uma cidade de médio porte, Onocko-Campos et al (2009) destacam que no discurso dos usuários transparece solidão e desamparo quando o serviço não oferece respostas para situações em que deles demandam.

A participação e a perspectiva dos usuários são fundamentais quando se prevê uma análise cuidadosa sobre a política pública de saúde no país. Diferentes trabalhos trazem a **participação de usuários** como importante avanço nos debates, para além das assembleias nos serviços. O Comitê cidadão vem demonstrando que existe um efeito que se estende a outros aspectos da vida, em que ao participar na gestão de pesquisa verificou-se a estimulação da cidadania como reconhecimento como sujeito capaz de produzir a si mesmo (Passos et all, 2013). Por outro lado, entendemos que a experiência deste comitê tem sugerido outras aberturas possíveis para a participação em diferentes espaços da vida acadêmica.

O ponto central deste estudo foi trazer a análise do usuário para contribuir com o desvelamento dos desafios enfrentados por eles no cotidiano. O que para estes não era comum, uma vez que relataram jamais terem lhes direcionado perguntas sobre como percebiam o trabalho, os serviços, as redes de atenção psicossocial ou o modo como eles vão construindo seus percursos no plano de cuidados desenhado ou por desenhar.

Nota-se que com a participação real do usuário na pesquisa, tem aumentado seu poder contratual e participativo em geral, uma vez que desafia a ser mais ativo diante da proposta desta pesquisa. Além disso, a presença e participação dos usuários ajudam a induzir mudanças nos métodos tradicionais de intervir e teorizar neste setor. No nosso caso, já o ponto inicial que diferenciou para os usuários foi o fato de eles mesmos convidarem outros participantes, uma vez que este ato de protagonismo de chamar alguém para envolver-se em uma pesquisa inserida no âmbito da Universidade Federal marcou definitivamente a pesquisa desde o ponto inicial.

O desenho desta pesquisa previa duas vias distintas de participação dos usuários, pois enquanto se levantava e produzia informações sobre a temática central deste estudo, no caso: redes psicossociais e ações de saúde mental na atenção básica, também se abriu espaço para produção de novos conhecimentos e formação dos participantes quanto às diferentes temáticas tratadas na pesquisa, em um modelo de metodologia de grupos de formação foi inspirada no modelo de Grupo de Apreciação Partilhada – GAP já realizado em pesquisa anterior (Furtado et al, 2013). A primeira via que pareceu fundamental, foi conhecer os diferentes espaços na vida acadêmica, tais como a função da universidade, os trabalhos realizados, os fluxos para a produção de conhecimento científico entre outros assuntos pertinentes. A partir deste conhecimento deu-se início ao compartilhamento de conhecimentos dos diversos temas por eles sugeridos.

A participação dos usuários nos GAP se deu a partir de temas relevantes do cotidiano, assim partilham seus conhecimentos e são inseridos novos conhecimentos a partir de estudos referentes aos mesmos temas. Deste modo, assim como aprendem novos conhecimentos, ensinam sobre eles também, por meio de suas expertises. Os usuários constroem longas narrativas de vida, com lembranças e histórias vividas de internação, diferentes modos de cuidar, situações que consideram que houve sucesso no modo de funcionamento da rede e aqueles que eles consideram que a rede não funcionou de modo favorável ao bem-estar dos mesmos.

Pode-se notar que para alguns destes participantes, há conhecimento do que é ou foi a Reforma Psiquiátrica e as consequências destas mudanças no seu cotidiano. No entanto para outros, observa-se grande distanciamento sobre o que se espera ou pode-se esperar dos serviços nos quais são atendidos. Como consequência do desconhecimento de do que se deve exigir dos serviços, se posicionam de modo grato a toda e qualquer "ajuda" que obtém dos profissionais. Com os debates nos GAPs percebeu-se que o conhecimento possibilitou maior compreensão de seus direitos e esclarecimentos sobre sua reivindicação ou participação mais ativa no cuidado em liberdade.

Durante todo o processo de produção de informação desta pesquisa, os GAPs também estavam abertos à participação da comunidade acadêmica o que gerou forte intimidade com todos os participantes, usuários de serviços de saúde mental ou não. Quando do início desta pesquisa era notório que usuários-participantes estavam chegando um lugar desconhecidos para eles e que os mesmos aos poucos foram se apropriando do espaço acadêmico lentamente a cada dia de encontro. Assim, foram ficando mais a vontade, circulando no ambiente acadêmico, circulando entre os alunos dos diferentes cursos da graduação e da pós-graduação, convívio mais do que necessário para ambas as partes.

Os usuários também elevaram a reflexão sobre a **ética de pesquisa** ao debaterem sobre a participação dos usuários em pesquisas acadêmicas, com apontamentos que levam a uma série de reflexões, tais como a participação em pesquisas com alunos e professores, sem que os mesmos recebessem um retorno acerca do resultado destas investigações, da mesma forma como não entendem qual a importância de sua participação nas pesquisas que são realizadas.

Acrescentam ainda que, na maioria das vezes, os profissionais os entrevistam e ressaltam em seus trabalhos aquilo que é interessante/pertinente ao mundo acadêmico, esquecendo-se do que é relevante ao sujeito que participou do processo. Na opinião deles, "é um tipo de pesquisa falha", à medida que não envolve, de fato, o usuário, pois a pesquisa não deve ser norteada apenas por relatos "vazios dos usuários" como participantes ou sujeitos de pesquisa.

Por outro lado, a participação de estudantes de graduação e pós-graduação que estão envolvidos em pesquisas cujo tema é saúde mental vem demonstrando que estes jovens pesquisadores se dizem mais comprometidos em retornar aos participantes de seus estudos para que os mesmos tomem conhecimento do que estudaram. Os mesmos relatam que se sentiram surpresos e "empolgados com a maturidade e o grau de compreensão que os usuários tem sobre as pesquisas, principalmente por ser difícil ver encontros entre usuários fora dos equipamentos, em espaços que os mesmos podem se expressar livremente".

Sobre o fluxo da rede, os usuários trazem diferentes itinerários por eles percorridos, uma vez que apenas um dos participantes mantem uma rede com maior circulação, no entanto em sua maioria relatam uma vida contida em parcos espaços de trocas sociais. Curioso pensar que em pesquisa anterior realizada há mais de dez anos atrás em contexto bastante diferente, os usuários de um serviço substitutivo em cidade mineira de médio porte, também relataram experimentar restrições e desafios devido ao estigma do diagnóstico que passaram a

carregar após a vivência de uma internação (Badaró-Moreira; Andrade, 2003). Naquele tempo, ao descrever a rede do SUS, os usuários contavam apenas com percursos entre os equipamentos que costumavam frequentar: serviço de saúde mental, policlínicas, posto de Saúde, pronto socorro, hospital. Neste grupo atual, passados anos, retorna-se o verbo frequentar, remetendo ao modo de quem frequenta uma praia, um restaurante, um clube. Referem-se a um modo de viver, repleto de equipamentos, porém pobre em vida e relações para além de trabalhadores e serviços. Houve grande dificuldade, por parte dos participantes, em dizer onde mais a vida acontecia para além dos equipamentos. O relato abaixo exemplifica este reconhecimento por parte dos usuários:

> "*É só inserção no Serviço de saúde mental. Estamos cronificando, lá. Não é culpa dos profissionais, mas chega uma hora que não faz mais sentido para a pessoa, mas ela não tem outros espaços e fica só ali. Eu penso nisso... eu penso naquilo que faço todo dia. Que é ir para serviço de saúde mental –casa – serviço de saúde mental. Casa-serviço de saúde mental. Serviço de saúde mental–casa. Casa-serviço de saúde mental. Não vou a lugar nenhum*" (T.).

Frente a reflexão que fazem sobre os espaços restritos de trocas sociais e de vida fora dos serviços, S. relata que sua vida também acontece fora do serviço de saúde, enquanto ele cuida de sua mãe, se relaciona com outras pessoas. T. acredita que a vida também acontece muito mais em casa, quando ela está com sua mãe, indica suas trocas sociais na banca de jornal, onde encontra alguns amigos do bairro, inclusive o dono da banca, passa horas conversando com eles. A. afirmou que sua vida acontece entre os serviços de saúde mental e a Sessão de Reabilitação Profissional que também é um setor da secretaria de saúde responsável pela reinserção ao mundo do trabalho.

Este questionamento sobre o cotidiano, no sentido de onde a vida acontece, trouxe também a reflexão sobre as diferentes dimensões da vida, ampliando a compreensão de rede, como a família, as amizades, o trabalho, lazer, educação e tudo mais que compõe esta rede. Tendo em vista que, a vida não deve acontecer apenas dentro dos equipamentos de saúde, cumpre dizer, é de suma importância a garantia de acesso a saúde em liberdade, para que possam se relacionar com a sociedade, a comunidade em que vivem e construir uma rede de relações em suas vidas. L. respondeu que tem compromissos no equipamento todos os dias, e afazeres na casa onde mora (trata-se de um quarto, com banheiro coletivo). Já E. vai à praia com certa frequência e gosta de assistir televisão em casa; D. pratica exercícios físicos em uma academia, frequenta grupos de oração e ginástica funcional; L.F. escreve poesias e as lê no encerramento de cada encontro.

Os itinerários desenhados pelos participantes destacam que para a rede que os envolve ainda restrita aos serviços de saúde, em que muitas vezes, o CAPS se mantem na centralidade de suas trocas. Distante do que seria seu papel como articulador das diversas possibilidades de existir na comunidade a que pertence, não se restringindo como único espaço de trocas sociais de seus usuários e, portanto, a vida destes participantes nos tem se expandido ao território, as ações dos profissionais neles inseridos. Por outro lado, o cotidiano destes serviços é tomado pela imprevisibilidade contida no dia a dia de seus usuários, o que leva a equipe, em sua grande maioria das situações, a trabalhar em situações pontuais com resoluções de tarefas em que tudo passa a ser urgência a ser respondida e o planejamento ou o cumprimento do que se planejou perde importância na dinâmica de "apagar fogo" do serviço.

Assim o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) que deveria ser um articulador estratégico em trabalho conjunto aos demais equipamentos de acesso à diferentes espaços aparecem novamente como único espaço de expressão para estas pessoas. É fundamental que, ao compreender o CAPS como lugar de articulação e de manutenção do indivíduo em seu território, deve-se também trazer o que vem se revelando no cotidiano ao considerar outros tantos desafios na construção de plano de cuidado que evite alguma nova forma de cronicidade.

Podemos sugerir que subjacente às trajetórias relatadas pelos participantes, também devemos considerar que para além da rede de assistência que apontaram, está a concepção e o paradigma clínico assumido nestas equipes. Estamos diante de paradigmas que enclausuram e paradigmas que libertam estendendo a vida a outros espaços. E diante de um debate sobre exclusão e inclusão, estes participantes problematizam esta díade e refletem sobre os desafios pessoais mesclados nos desafios dos serviços, como na fala abaixo:

> *"Eu sinto que preciso andar com caneta e papel, que as vezes vem uma inspiração e*

> *eu esqueço completamente. Por exemplo, isso que estamos falando, tá me lembrando aquela musica, tem no meu celular. É do Arnaldo Antunes e Maria Bethania canta. Fala assim: de baixo d'agua. Mas tinha que respirar.. de baixo d'agua era tudo que há de bom, mas só que precisava respirar. Mas tinha que respirar todo dia... todo dia... Então para mim é assim, que debaixo d'agua para mim é o serviço de saúde mental, onde é tudo legal, debaixo d'agua, lá, mas só que temos que respirar. Tem que sair de lá e respirar [...] Veja bem, não é uma culpa do serviço. E essa musica tem muito a ver, tem que entender essa música, ela é profunda. Debaixo d'agua é como o serviço de saúde, salva, sem pecado, mas tinha que respirar. Eu sinto que lá onde tudo é tão confortável como debaixo d'agua. Eu estou com problema na cabeça agora, que semana que vem é feriado, quinta e sexta é feriado. O que eu vou fazer, sem ir pra lá? Que eu vou fazer? Sem ir? Pois lá há uma proteção. Eu me sinto protegida"* (T).

Relatos como este indicam que há um longo caminho a ser percorrido, pois em diversas falas, os usuários confirmam que a nosologia ainda sustenta o desenho de seu plano e o que mantem ligado unicamente ao Caps. Caso contrário, corremos o risco de vivermos uma nova cronificação na saúde mental em que todas as trocas para os indivíduos se deem no espaço dos serviços, lugares em que há oficinas terapêuticas, oficinas para geração de renda, oficinas de lazer, oficinas de criatividade, oficinas de música, oficinas de tapetes, oficinas de teatro, sessões de cinema etc. Restringindo as trocas possíveis entre humanos aos espaços limitados dos CAPS, para nós seria mais uma maneira de confinamento, seria um novo modelo para encapsular a vida, ou a "capsização" da contratualidade (Kinoshita, 2001) que só se dá nas trocas sociais.

Ao findar a análise dos dados, os usuários trouxeram novos objetos de estudo para que o grupo seguir pesquisando, assim como desenharam uma linha de ações dos usuários nas diferentes frentes de formação universitária: ensino, extensão e pesquisa.

Outro ponto fundamental foi a discussão sobre a produção do conhecimento gerado neste grupo que decidiu que além dos produtos acadêmicos gerados a partir da reflexão no mundo acadêmico, também definiu uma publicação em linguagem mais acessível para que pudessem usar ao falar sobre os dados da pesquisa com outros usuários de diferentes serviços. Com isso decidiu se participar dos debates sobre aspectos éticos das pesquisas em saúde mental, e participação em paineis de tomadas de decisões sobre novos temas a serem pesquisados, além disso, lançaram novas perguntas e objetos de estudo para o grupo.

O trabalho desenvolvido neste estudo indicou que para além de um processo de avaliação participativa, esta pesquisa demonstrou o avanço em uma metodologia emancipatória. Este grupo mostrou que sua experiência é também um conhecimento a ser partilhado, atingindo os preceitos de reciprocidade, ganho e capacitação requeridos por uma pesquisa que se pode considerar emancipatória.

Exemplo disso foi a construção de projetos futuros realizado pelo grupo em que se inseriram em uma proposta bianual de trabalho para além do que já decidiram no campo da pesquisa. Assim, definiram que como participação na pesquisa, querem continuar como informantes, também desejam sugerir temas, coletar os dados discutir os resultados e produzir novos textos. No ensino, definiram que poderiam participar das aulas de saúde mental na universidade, mas que desejariam que estas aulas contemplassem espaços abertos fora da universidade que levassem os alunos para fora das salas de aula também. O modo como planejam participar é levando seus relatos de vida, a historia do sofrimento psíquico. Resgate da historia da cidade, debates temáticos sobre arte, direitos humanos, mercado de trabalho, a existência das vozes continuas que ouvem se isso é um problema, e porque chegaram a este ponto. No âmbito da extensão sugerem estar presentes como participantes e também como oficineiros de atividades nos projetos, poderiam fazer oficinas culturais, artísticas de produção de poesias e textos, sejam culturais e reivindicatórios.

Se o objetivo central desta pesquisa foi desenhar uma metodologia participativa junto aos usuários de diferentes serviços sobre a as perspectivas de rede por eles mesmos, estamos seguindo cada vez mais seguros de que encontramos **um modelo emancipatório** em que os mesmos estão se tornando cada vez mais parceiros em diferentes espaços na vida acadêmica, seja no ensino, nos projetos de extensão e também em novos problemas de pesquisa.

4. Referências

Avritzer, L.(2011). A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate in Pires, R. R. (org.), *Efetividade das instituições participativas no Brasil:* estratégias de avaliação, Brasília: Ipea.

Badaró-Moreira, M. I.; Andrade, A. N. (2001). Ouvindo Loucos: construindo possibilidades de viver com autonomia. *Revista Psicologia Saúde e Doença,* Lisboa, v. 4, n. 2, nov. 2003, Lisboa.

Badaró-Moreira, M. I.; Castro-Silva, C. R. (2011). Residências Terapêuticas e Comunidade: a construção de novas práticas antimanicomiais. *Revista Psicologia & Sociedade;* 23 (3): 545-553..

Brandão C, Streck D.R. (2006). *Pesquisa participante.* Apa- recida: Editora Idéias & Letras.

BRASIL (2004). Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de ações programáticas e estratégicas. *Saúde Mental no SUS: Centro de Atenção Psicossocial*.

Brasil (2006). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Saúde da família no Brasil : uma análise de indicadores selecionados : 1998-2005/2006 /* Ministério da Saúde, Brasília : Ministério da Saúde, 2008. 200 p. : il. – (Série C. Projetos, Programas e Relatórios). [acessado em jun. 2012] disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/saude_familia_no_brasil_uma_analise_indicadores_selecionados_1998_2006.pdf

Brasil (2011). *Portaria 1.473, de 24 de junho de 2011*. Gabinete do Ministro. Ministério da Saúde. Institui os Comitês Gestores, Grupos Executivos, Grupos Transversais e os Comitês de Mobilização Social e de Especialistas dos compromissos prioritários de governo organizados por meio de Redes Temáticas de Atenção à Saúde. Diário Oficial da União, 2011, 27 de jun. [acessado 2012 mar]. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1473_24_06_2011.html

Brasil (2012). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Coordenação de Saúde Mental, Álcool e outras drogas. *Saúde Mental em Dados – 10*. Ano VII, no. 10 de março de 2012. Brasília. Disponível em www.saúde.gov.br/bvs/saudemental. Acesso em 06 de junho de 2012.

Campos, R. O.; Furtado, J. P. (2006). Entre a saúde coletiva e saúde mental: um instrumental metodológico para a avaliação da rede de Centros de Atenção Psicossocial (Caps) do SUS. *Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ),* v. 22, p. 1053-1062.

Campos-Braga, F.; Henriques, C. M. (org.) (1997). *Contra a maré, à beira-mar. A experiência do SUS em Santos.* 2ª. Ed. São Paulo: Hucitec.

Furtado, J. P.; Nakamura, E.; Generoso, C.; Guerra, A.; Braga-Campos, F.; Tugny, A. (2010). Inserção social e habitação: um caminho para a avaliação da situação de moradia de portadores de transtorno mental grave no Brasil. *Interface. Comunicação, Saúde e Educação,* v. 14, p. 389-400.

Furtado, J. P.; Badaró-Moreira, M. I. (2013). Desenvolvimento de questionário dirigido às condições de moradia de usuários de CAPS. *Revista Saúde em Debate.* Rio de Janeiro, 37, n. 96:62-75, jan-mar.

Guba, E. G.; Lincoln, Y.S. (2011). *Avaliação de quarta geração.* Campinas: editora da Unicamp.

Kinoshita, R. T. (2001) Contratualidade e reabilitação Psicossocial. In: Ana Pitta (org.) *Reabilitação Psicossocial no Brasil.* 2ª. Ed. Editora Hucite, São Paulo, 2001. pp. 55-69.

Laperrière, H. & Zúñiga, R. (2007). Cuando la comunidad guía la acción: hacia una evaluación comunitaria alternativa, *Revista Psicologia & Sociedade,* 19(3):39-45.

Luzio, C. A. L'Abbate, S. (2006). A reforma psiquiátrica brasileira: São Paulo, Santos e Campinas. *Revista Interface - Comunic, Saúde, Educ,* v.10, n.20, p.281-98, jul/dez.

Mendes, E. V. (2011). *As redes de atenção à saúde*. Brasilia: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011.

Minayo, M. C. S.; S. G. Assis & E. R. Souza (org.) (2005). *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais.* Rio de Janeiro: Fiocruz.

Onocko Campos, R (Org.) ; Furtado, J. P. (Org.) ; Passos, E. (Org.) ; Benevides, R. (Org.) (2008). *Pesquisa Avaliativa em Saúde Mental - Desenho Participativo e Efeitos da Narratividade.* 1. ed. São Paulo: Hucitec.

Onocko Campos, R.; Furtado, J.P.; Passos, E.; Ferrer, A.L.; Miranda, L.; Gama, C.A.P. (2009). Avaliação da rede de centros de atenção psicossocial: entre a saúde coletiva e a saúde mental, *Revista Saúde Pública 43 (Supl. 1):* 16-22.

Onocko-Campos, R; Campos, GWS; Ferrer, AL; Correa, CR; Madureira, PR; Gama, CAP; Dantas, DV; Nascimento, R. Avaliação de estratégias inovadoras na organização da atenção primária à saúde. Ver. Saude Pública 46(1)43-50, 2012.

Onocko-Campos, R., Furtado, J. P.; Badaró-Moreira, M. I.; Trapé, T. (2013). A elaboração participativa de indicadores para a avaliação em saúde mental. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 29(1):102-110, jan.

Organização Pan-Americana da Saúde (2011). A atenção à saúde coordenada pela APS: construindo as redes de atenção no SUS: contribuições para o debate. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. [acessado 2012 mar]. Disponível em http://www.saude.rs.gov.br/dados/1308159221237APS_Verde_web_final.pdf

Passos, E.; Otanari, T.; Emerich, B.; Guerini, L. (2013). O Comitê Cidadão como estratégia congestiva em uma pesquisa participativa no campo da saúde mental. Ciência e Saúde Coletiva 18 (10) 2019-2028.

Ricoeur, P. (1988). Interpretação e ideologias. 3ª. Ed. Rio de Janeiro, F. Alves, 1988.

Roble, O.; Badaró-Moreira, M. I.; Scagliusi, F. B (2012). A educação física na saúde mental: construindo uma formação na perspectiva interdisciplinar. Revista Interface v.16, n.41, p.567-77, abr-jun.

Thiollent M.(2004) Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez Editora; 2004.

A regulação biotecnológica do sofrimento ou a construção da felicidade? O papel do tratamento farmacológico na percepção dos psiquiatras

Eliane Maria Monteiro da Fonte[1]
Shirley Alves dos Santos[2]

Resumo: A psiquiatria vem passando por uma verdadeira revolução, impulsionada por, pelo menos, quatro fatores: o surgimento dos psicofármacos, nos anos de 1950; a mudança nos paradigmas dos diagnósticos psiquiátricos, realizada em 1980 com a implantação do DSM III; o desenvolvimento das neurociências; e a superação do asilo como espaço privilegiado de prática psiquiátrica. Considerando o esgarçamento paulatino da fronteira entre tratamento e aperfeiçoamento, este trabalho investiga a construção da ideia de uma psiquiatria voltada não apenas para o tratamento de transtornos, mas também para o alívio do sofrimento intrínseco à vida cotidiana, bem como para a produção, por meio da regulação biotecnológica (uso de psicofármacos), de estados de bem-estar e felicidade. A análise tem como base empírica os resultados de uma pesquisa exploratória, cuja técnica utilizada para a coleta dos dados foi a aplicação de entrevistas semiestruturadas a uma amostra não probabilística de psiquiatras que atuam na cidade de Recife.

Palavras–chave: Felicidade; Sofrimento Psíquico, Psiquiatria; Psicofármacos

Introdução

"A ideia de alterar estados da consciência por meio da manipulação química cerebral pode soar moderna, mas, o sonho vem de longe", conforme é afirmado no ensaio "A pílula da felicidade instantânea", contido no livro de autoria de Gianneti (2002: 143-153), intitulado "Felicidade: diálogos sobre o bem-estar na civilização". De acordo com o texto, a farmacopeia psiquiátrica remonta ao ambiente ancestral, desde quando se fantasia e se experimenta em torno de facilitadores químicos e soluções mágicas para vencer o desafio de afastar o sofrimento e ser feliz. Os avanços recentes no campo da bioquímica, da neurociência e da denominada "neurotecnologia", pressagiam a chegada do dia em que os sonhos do passado poderão se tornar realidade. A tecnologia farmacêutica de drogas lícitas e ilícitas seria o braço psiquiátrico do projeto iluminista da conquista da felicidade por meio da crescente dominação da natureza pelo homem. A finalidade das drogas "ofensivas" (*life style*, no jargão farmacêutico) que vem empolgando os mercados, não é fazer com que o paciente volte à normalidade ou se sinta menos mal (como ocorria com os remédios "defensivos" voltados para as deficiências ou anomalias), mas sim levar o usuário a ficar "mais do que bem", isto é, ir além de sua condição normal.
Considerando o esgarçamento paulatino da fronteira entre tratamento e aperfeiçoamento, este trabalho investiga

---

1 É Mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco, doutora em Social Policy and Administration pela LSE (University of London) e realizou estágio pós-doutoral em Sociologia na Universität Hamburg – Alemanha. É Professora Associada do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS/UFPE), do qual foi coordenadora. É investigadora do Núcleo de Cidadania, Exclusão e Processos de Mudança (NUCEM). Tem investigado e publicado sobre políticas sociais, desenvolvimento rural, agricultura familiar e saúde mental.

2 É Graduada em Ciências Sociais - Licenciatura, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Bacharel em Serviço Social pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Tem experiência em apoio administrativo e pedagógico no Projeto intitulado &quot do Centro de Formação em Economia Solidária do Nordeste - CFES/NE&quot, executado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Atualmente atua no Conselho Tutelar de São Lourenço da Mata/PE, como Assistente Social membro da equipe psicossocial.

a construção da ideia de uma psiquiatria voltada não apenas para o tratamento de transtornos, mas também para o alívio do sofrimento intrínseco à vida cotidiana, bem como para a produção, por meio da regulação biotecnológica (uso de psicofármacos), de estados de bem-estar e felicidade. Através de um estudo empírico, busca-se investigar qual o significado atribuído por psiquiatras à terapia com psicofármacos e fazer uma reflexão sobre o uso dos psicofármacos como artefato auxiliar para o alcance da felicidade de seus pacientes. Também foi feita uma comparação da visão que esses profissionais possuem, e em função da organização de saúde nas quais estão inseridos, a fim de entender como o processo de trabalho institucionalizado nos serviços de saúde orienta a percepção sobre a ideia de felicidade associada ou não ao uso de psicofármacos.
Esta comunicação está organizada da seguinte maneira: na primeira seção **é descrita** a metodologia do estudo e proporcionada uma caracterização dos psiquiatras entrevistados e de suas trajetórias profissionais; na segunda seção **é apresentada** uma breve revisão da literatura e discussão conceitual sobre felicidade, sofrimento, psicanálise, psiquiatria e psicofármacos; na terceira seção s**ão discutidos** os resultados da análise das entrevistas buscando-se investigar a construção de uma psiquiatria voltada não apenas para o tratamento de transtornos, mas também para o alívio do sofrimento intrínseco à vida cotidiana, bem como para a produção, por meio da regulação biotecnológica (uso de psicofármacos), de estados de bem-estar e felicidade. Por fim, a título de conclusão, **é apresentada** uma síntese dos principais resultados obtidos.

1. Metodologia de pesquisa

Do ponto de vista metodológico, este trabalho se constituiu de uma pesquisa qualitativa e exploratória, cuja técnica utilizada para a coleta dos dados foi a aplicação de entrevistas semiestruturadas a uma amostra não probabilística de seis psiquiatras, localizados na cidade de Recife. As entrevistas buscaram fornecer elementos sobre o conteúdo de temáticas que serão aqui analisadas, tais como, as percepções e concepções dos psiquiatras sobre felicidade, sofrimento, psiquiatria e psicanálise, as bases do tratamento com o uso de psicofármacos. Para a realização das entrevistas foi utilizado um roteiro semi-estruturado e gravadores de áudio. O material consolidado em formato de áudio foi convertido em formato wav para posterior transcrição. Houve a necessidade de transcrição das falas dos entrevistados para proceder a análise de conteúdo temática dos dados, tal como proposta por Bardin (1998).
Para a seleção da amostra foi utilizada a técnica metodológica "Bola de Neve". Essa técnica é uma forma de amostra utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais indicam novos participantes, que por sua vez indicam outros novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (WHA, 1994). Portanto, a "Bola de Neve" é uma técnica de amostragem que utiliza uma cadeia de referências, uma espécie de rede social. Desta maneira, o primeiro psiquiatra que conseguimos entrevistar nos indicou seis outros psiquiatras que fizemos contanto e conseguimos entrevistar três deles, que nos indicaram mais seis e conseguimos entrevistar dois deles, chegando a um total de seis entrevistas realizadas e analisadas para a concretização desta pesquisa.
Não foi fácil o acesso ao campo de pesquisa, sentimos uma resistência ainda maior das psiquiatras mulheres, pois, dentre as sete psiquiatras que entramos em contato só uma concordou em ser entrevistada. As outras cinco entrevistas realizadas foram com homens psiquiatras. Todos os entrevistados executam suas atividades profissionais e residem na cidade de Recife. A seguir será apresentada uma caracterização dos psiquiatras entrevistado com uma breve descrição de suas trajetórias profissionais:
Psiquiatra 1 – Com idade aproximada de 50 anos, do sexo masculino, médico psiquiatra, mestre e doutor em Sociologia, hoje professor universitário. Não pratica nenhuma religião. Decidiu fazer medicina para corresponder a um desejo da sua avó. Sempre teve interesse nas disciplinas de psicologia, biologia e filosofia, então o tema da loucura era um tema que o interessava, por isso foi fazer medicina já com a ideia de fazer psiquiatria, e desde o primeiro ano já dava plantão em psiquiatria. Não considera ter uma vocação, mas sempre foi regido pelas circunstâncias, e desde o ano 2000 que não tem pacientes, que não atua numa prática clínica, por isso considera-se um psiquiatra convertido à academia.
Psiquiatra 2 – Com idade aproximada de 60 anos, do sexo masculino, médico psiquiatra, mestre e doutor

em Psicologia, atende em hospital e no seu consultório particular, também é professor universitário. É adepto da religião católica. Decidiu fazer medicina por alegar que, na sua época, tinham poucas escolhas e porque simpatizava com a disciplina das ciências biológicas, não se considera um apaixonado pela profissão médica, mas o que chamou a sua maior atenção foram as questões ligadas aos transtornos mentais, e por isso se encantou pela psiquiatria.

Psiquiatra 3 – Com idade aproximada de 32 anos, do sexo masculino, médico psiquiatra, atende em hospital e no seu consultório particular. É adepto da religião cristã – católico. Escolheu ser médico com intuito de ajudar o próximo, e na medicina escolheu a psiquiatria porque sempre teve a curiosidade de compreender os diversos comportamentos do ser humano, e por isso considera-se um psiquiatra feliz.

Psiquiatra 4 – Com idade aproximada de 40 anos, do sexo masculino, médico psiquiatra, mestre e doutorando em Psiquiatria, atende em hospital e no seu consultório particular, e coordena a residência médica. Não pratica nenhuma religião. Sua decisão de ser médico deu-se pela motivação de ter outros médicos na família, e já entrou na medicina pensando em fazer psiquiatria.

Psiquiatra 5 – Com idade aproximada de 27 anos, do sexo masculino, médico psiquiatra, atende em hospital. Não pratica nenhuma religião. Foi um dilema escolher qual a especialidade e só faria depois de concluir a medicina. Acredita que fez a escolha da psiquiatria por questões que envolviam seus familiares e por identificação profissional, que descobriu ainda na faculdade, com os transtornos psicológicos, psicanálise, questões sociais, o comportamento humano e o pensamento humano.

Psiquiatra 6 – Com idade aproximada de 40 anos, do sexo feminino, médica psiquiatra e psicanalista, atende em hospital e no consultório particular. Não prática nenhuma religião. Sempre gostou das disciplinas de ciências e biologia, por isso nunca houve dúvida que queria atuar na área da saúde e em medicina. Escolheu psiquiatria porque foi a disciplina que mais gostou na faculdade.

2. O imperativo da felicidade e a revolução psiquiátrica

O conceito de felicidade é tão indeterminado que, embora todo mundo queira alcançar a felicidade, nunca se consegue dizer de forma definitiva e coerente o que é que realmente se deseja e quer. Há um século, Freud reconheceu que a felicidade é algo essencialmente subjetivo, mas, a felicidade pode ser estudada com bons frutos desde várias perspectivas culturais e históricas diferentes. Talvez a felicidade seja, tenha sido e será sempre o objetivo final da humanidade, em todas as épocas e lugares. No ocidente a felicidade funcionou como uma ideia que, por razões específicas, exerceu uma influência poderosa sobre a imaginação dos povos. E as representações do termo e do conceito se desenvolveram ao longo do tempo, as mudanças foram radicais e a "felicidade" de ontem carrega somente uma vaga semelhança com a felicidade de hoje, mas, ainda assim, existem conexões. E uma história da felicidade não seria apenas uma história da humanidade, mas também uma história do pensamento ético, filosófico e religioso (MCMAHON, 2006).

Foi no mundo antigo da Grécia clássica que teve origem o conceito de felicidade, na Atenas democrática que Sócrates começou a analisar em detalhe aquilo que causaria a "insônia e os trabalhosos esforços" de todos os filósofos subsequentes, a questão das condições necessárias à felicidade. Ele compartilhava da crença de que os seres humanos, através da conduta racional, podem exercer o controle sobre suas vidas, contudo, sua maior conquista foi aplicar esse mesmo espírito à busca da felicidade. Ao fazê-lo criou um desejo que fascinaria as mentes clássicas por séculos, e que persegue os seres humanos até então. Todavia, para os gregos a felicidade não é hedonismo, é a caracterização de uma vida inteira, e só pode ser determinada com a morte. Considerar-se feliz antes disso é prematuro, e provavelmente uma ilusão, já que o mundo é cruel e imprevisível, comandado por forças que estão além de nosso controle. Um capricho dos deuses, o dom de boa fortuna, a determinação do destino: a felicidade na aurora da história ocidental era principalmente uma questão de sorte. Tendemos a pensar que nessa concepção do mundo, no qual o sofrimento é endêmico e a felicidade está fora de nosso controle (MCMAHON, 2006).

A felicidade na tradição judaico-cristã originou-se numa metáfora da narrativa do Êxodo, no qual um povo se formou ao caminho para sua libertação coletiva, seguindo Moisés e a lei do Senhor, deixando para trás o

cativeiro do Egito e tendo como horizonte a felicidade da terra prometida, como também concebida em termos materiais. Então, a libertação coletiva do povo escolhido por Deus era o presságio de uma inovação fundamental na concepção da felicidade humana. Segundo Mcmahon (2006) quando o povo judaico foi expulso da Terra Prometida, vozes proféticas começaram a prover a chegada de um novo líder, Jesus de Nazaré, para revelar uma nova verdade, um novo reino. E sua "Boa-Nova" era a promessa da redenção através do sofrimento e, pelo sofrimento, a passagem para uma felicidade eterna, que foi central para o desenvolvimento da fé. Santo Agostinho diz que o cristianismo tornou-se o caminho para a felicidade e o meio para explicar a futilidade de todas as buscas terrenas. Já São Tomás de Aquino coloca que a felicidade verdadeira é impossível em vida e é só no céu que a alma conhecerá o êxtase de seu descanso final, mas podendo encontrar a felicidade imperfeita na terra, enquanto seguimos na direção da felicidade perfeita do paraíso.

O iluminismo alterou fundamentalmente essa concepção, apresentando a felicidade como algo a que todo ser humano poderia aspirar nesta vida; não sendo um presente de Deus, nem um golpe do destino, ou uma recompensa por um comportamento excepcional, mas sim um direito humano natural atingível, em tese, por qualquer homem, mulher ou criança. Na verdade, quando os seres humanos eram infelizes, argumentavam os pensadores do Iluminismo, alguma coisa devia estar errada ou com suas crenças, ou com sua forma de governo, ou com suas condições de vida, ou com seus costumes. Ao colocar nos ombros dos seres humanos uma responsabilidade que eles nunca concretizariam completamente. O resultado disso era um novo tipo de infelicidade: a culpa e a dor que sentimos por não sermos felizes numa cultura que exige que sejamos (MCMAHON, 2006).

O direito à felicidade passou a poder se inscrever na cena contemporânea ao lado de outros direitos, como o direito à saúde, por exemplo. Se a felicidade se transformou num imperativo efetivamente irrepreensível, isso se deve indubitavelmente à democratização do espaço social. Assim, o que se passa então na contemporaneidade é um desdobramento dos impasses que foram tecidos pelo próprio projeto da modernidade, contudo, o registro da alma perde o seu lugar de autonomia e de superioridade, subsumida que foi ao registro do corpo. Se o hedonismo foi a marca distintiva da modernidade, isso se deve ao lugar primordial concedido ao corpo, de forma que esse foi alçado, agora e neste contexto a condição de bem supremo. A Revolução Francesa foi efetivamente o ponto de chegada e a realização plena deste projeto, na medida em que afirmou em ato que a ordem social poderia ser refundada e erguida sobre novos alicerces, de maneira a promover o dito ideário da felicidade. O povo passou assim a fundar a soberania política, podendo então delinear os destinos da nação. A igualdade do direito dos cidadãos, associada ao exercício pleno da liberdade por estes e da fraternidade entre estes, delineava o campo formal para a busca da felicidade para todos os cidadãos (BIRMAN, 2010).

Desde então, o projeto de construção da felicidade começou a se caracterizar pelo culto do indivíduo, que passou a ser considerado como valor, em si e para si. Além disso, o liberalismo nos registros políticos e econômicos, que se disseminou no século XIX, foi a contrapartida do individualismo triunfante e do projeto de felicidade que este condensava. Birmam (2010) afirma que cada indivíduo passou a se lançar na busca desesperada pela sobrevivência, nascendo a ideia de autonomia como valor central nesta concepção de felicidade, bem como o cultivo da qualidade de vida e da autoestima, delineando o fundamento moral do projeto de produção da felicidade na contemporaneidade.

A depressão passou a se impor decisivamente como uma das modalidades maiores de sofrimento na atualidade. Pelo retraimento subjetivo que sempre provoca, ao lado da diminuição significativa da modalidade psíquica e social do indivíduo, indica claramente a impossibilidade da autonomia e da performance do sujeito, que se conjuga com a baixa da sua autoestima. Sendo a depressão um dos signos maiores da infelicidade na contemporaneidade. Da mesma forma, se o uso de psicofármacos se dissemina também na atualidade, isso se deve inequivocamente ao imperativo do sujeito de manter em alta a sua autoestima e a correlata expansão de si, para que o conduzam ao incremento performático de suas ações. Assim, em face do fracasso retumbante da performance e da ameaça de que isso possa se impor ao sujeito, o uso sistemático e regular de drogas estimulantes seria efetivamente um antídoto para manter em alta a autoestima, pela estimulação farmacológica tudo se tornaria, então, possível para o indivíduo, não existindo mais para ele qualquer obstáculo (BIRMAN, 2010).

O indivíduo torna-se um gestor de si. A felicidade, que era uma aspiração, tornou-se seu dever. Aparentemente

hedonista, esta sociedade acaba impondo aos sujeitos um esforço incessante para se manter à altura de expectativas de performances física, mental e social que não conseguem atender. O discurso da ciência, e o da biologia, em especial, aparece como fonte possível de orientação. Além do consumo e posse de objetos e insígnias de conquistas objetivas, surge uma noção da boa vida que se mede pela fruição de um bem estar superlativo, um sentir-se "mais do que bem", fruto da competência na gestão da vida e no uso dos dispositivos de controle e eliminação do sofrimento e otimização das potencialidades vitais (BEZERRA JR., 2010).

Com este conceito de felicidade que prevalece na contemporaneidade, o indivíduo torna-se um gestor de si e a felicidade um dever que está atrelado aos valores modernos, como exemplo, obter uma boa performance física e mental, ter um padrão de consumo que supra as suas "necessidades", entre outros. O desfecho desse fenômeno acaba gerando um novo tipo de infelicidade que é a possível culpa e a dor que podemos sentir por não conseguirmos ser felizes nesta cultura que dita tais normas da felicidade. E, uma vez, que o sofrimento já não é reconhecido socialmente como algo positivo, a busca pela analgesia no campo da psiquiatria pode ser interpretado como forma de lidar com o sofrimento psíquico, caracterizando o que tem sido denominado como a "patologização do sofrimento" e, possivelmente, com a consequente "banalização dos psicofármacos".

No fim do século XIX, quando a dor estava emancipada de todo referencial metafísico, ocorreu uma grande virada da medicina ocidental rumo à analgesia, que se insere dentro de uma reavaliação ideológica da dor e do sofrimento, a qual se reflete na cultura e em todas as instituições contemporâneas. A dor adquiriu lugar central na angústia do nosso tempo, o progresso na nossa civilização torna-se sinônimo de redução de sofrimento, mediante a tentativa de eliminação ou sedação de dores e sintomas e controle dos riscos e doenças crônicas (TESSER, 2006).

Os avanços dos psicofármacos que se seguem à síntese e uso inovador da clorpromazina não tardam. Ainda na década de 1950, são sintetizados os seguintes psicofármacos: meprobamato (ansiolítico), reserprina (usado em quadros maníacos), do neuroléptico haloperidol e do ansiolítico diazepam. As décadas de 1960 e 1970 viram surgir o valproato e carbamazepina, para o tratamento do transtorno do humor bipolar, a clomipramina, para o tratamento do transtorno obsessivo-compulsivo. Na década de 1980, surgem a fluoxetina, antidepressivo, e a clozapine, para o tratamento da esquizofrenia. Ao todo, contamos hoje com uma centena de fármacos que tratam desde a esquizofrenia, depressão, transtorno bipolar, até a síndrome do pânico. E um acontecimento importante já pode ser associado a esses avanços; sem eles, o que se convencionou chamar de Reforma Psiquiátrica dificilmente teria sido viabilizada (FERREIRA, 2009).

Os medicamentos que surgem a partir da década de 1990, todavia, são muito mais eficientes e específicos, apresentando menor número de efeitos colaterais, além de gravidade reduzida, quando esses efeitos ocorrem. O psiquiatra já não tem que escolher um entre dois grandes males e esse é um passo importante para que pacientes neuróticos possam também ser tratados com antidepressivos, ansiolíticos, etc., dando-se uma enorme passo na desestigmatização do medicamento psicoativo e a ampliação de seu consumo (WHO, 2004). A própria prática psiquiátrica se adequou às oportunidades abertas por medicamentos mais eficazes. O fortalecimento de uma vertente mais biológica na psiquiatria americana, que estivera sob a influência da psicanálise por décadas (LAKOFF, 2005; AGUIAR, 2004), só foi possível a partir da constatação dessa eficácia.

Neste cenário, o papel exercido pela psiquiatria passou por verdadeira revolução, impulsionado por pelo menos quatro fatores: o surgimento dos psicofármacos, nos anos de 1950; a mudança nos paradigmas na organização dos diagnósticos psiquiátricos, realizada em 1980 com a implantação do DSM III (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders); o desenvolvimento das neurociências; e a superação do asilo como lócus privilegiado de prática psiquiátrica. É com este novo perfil que o psiquiatra participa, a seu modo, dos processos de elaboração e agenciamento das novas formas de busca da felicidade (BEZERRA JR., 2010).

Três movimentos presentes na psiquiatria nas últimas décadas ajudam a compreender a maneira como ela participa do cenário atual, que são: 1) expansão dos diagnósticos; 2) o progressivo rebaixamento do limiar de diferenciação entre normalidade e patologia, fazendo com um número cada vez maior de indivíduos se torne elegível para o diagnóstico de algum transtorno conhecido; 3) o borramento paulatino da fronteira entre tratamento e aperfeiçoamento, que vem consolidando a ideia de uma psiquiatria voltada não apenas para o tratamento de transtornos, mas também para o alívio do sofrimento inerente à vida cotidiana e aos limites naturais da vida, bem como para a produção, por meio da regulação biotecnológica, de estados de bem-estar e felicidade (BEZERRA JR., 2010).

O anseio da felicidade, que já não conta mais tanto as referências oferecidas pela ética sacrificial das religiões ou pelos ideais de ação política na vida pública, vê surgir, num horizonte que se expande sem cessar, a intervenção e a regulação biotecnológicas como promessas cada vez mais atraentes. Segundo Bezerra Jr. (2010), não se trata de condenar qualquer uso de biotecnologias, mas considerar os desafios éticos, políticos e clínicos que este movimento já está fazendo surgir. A única maneira da psiquiatria não perder o rumo é retomando a reflexão a partir de sua posição singular de um campo de discursos e práticas em cujo centro está uma incessante interrogação sobre a natureza da experiência humana.

3. Os resultados da análise das entrevistas

3.1. A relação dos psiquiatras com o sofrimento no exercício profissional

Os psiquiatras relatam que o sofrimento no exercício da sua profissão é algo essencialmente recorrente, por isso, falam o significado que tem para cada um e como lidam com ele no cotidiano.
O *psiquiatra 1* explica que a sua reação quando encontra-se diante de uma pessoa que sofre é fazê-la não sofrer. Ele atribuiu que essa é uma atitude típica de um psiquiatra, ser intolerante a dor como em toda a medicina, desta maneira, vai sempre tentar combater, eliminar, minimizar a dor, logo o sofrimento. Para isso, vai utilizar todo o repertório de técnicas, seja psicoterápica ou medicamentosa. Ressalta que, dependendo da linha teórica do profissional, será sempre empreendida uma atitude de combate a dor ou uma atitude de aprendizado à intolerância com a dor.
Especialmente no caso do *psiquiatra 1*, que considera-se um homem tipicamente contemporâneo e questiona-se até que ponto sabe trabalhar a sua própria angústia, a sua própria dor. Neste sentido, este profissional fez a seguinte reflexão:

> *- "Geralmente pensar na felicidade hoje em dia é pensar numa situação de sofrimento porque a gente pensa em felicidade quando está numa situação de sofrimento. Como sair do sofrimento? Esse é um reflexo contemporâneo que para pensar a felicidade teria que sair do sofrimento e não utilizar o sofrimento para buscar a felicidade, como ocorre, por exemplo, na tradição cristã".*

O *psiquiatra 2,* antes de qualquer coisa, reconhece que no exercício da sua profissão é muito difícil lidar com o sofrimento dos outros e que o cotidiano da clínica psiquiátrica é muito duro, porque é lidar com um sofrimento avassalador que é o sofrimento da doença mental. E afirma que um psiquiatra ou psicanalista que lida com esse sofrimento vai ter que suportar e procurar utilizar um instrumento fundamental no exercício da sua profissão que é a sensibilidade, para conseguir ser um bom profissional.
Para complementar a reflexão colocada acima, o *psiquiatra 3* explana que o profissional precisa sofrer pelo paciente, mas não com o paciente, que significa compreender o sofrimento do outro, mas não entrar no sofrimento do outro, porém procurar entender esse sofrimento. Afirma ainda que é necessário procurar separar e não levar esses sofrimentos para a vida pessoal, o que, embora seja difícil, acredita que é possível. E o melhor de entender esse sofrimento e procurar intervir é quando se consegue alguma melhora através do tratamento, "isso é revigorante e nos move e nos faz querer continuar atuando na profissão".
O *psiquiatra 4* explica que quando escolheu ser psiquiatra, escolheu lidar com o sofrimento dos outros. E, nesta medida, acredita que existe certo gosto para poder conseguir ser tolerante a dor e ser inundado de pessoas sofrendo o dia todo. Esse gosto é o que se entende de empatia na medicina, que é exatamente o que o psiquiatra 3 já colocou, significa compreender o sofrimento do outro, que o paciente possa perceber que existe um profissional que está interessado no seu sofrimento. O *psiquiatra 5* reitera o que foi citado e alega que, para conseguir lidar com o sofrimento no exercício da sua profissão, é necessário fazer análise para ter aonde descarregar as suas próprias angústias, que são geradas ao longo da sua atuação.
A *psiquiatra 6* reforça a necessidade do profissional fazer a sua análise pessoal ou a terapia de uma outra escuta

para adquirir cada vez mais a capacidade de não se misturar com o sofrimento dos pacientes, senão jamais conseguirá ajuda-lo. Porém, o profissional deve ter a sensibilidade de perceber, identificar, ter a capacidade de se colocar no lugar do outro, mas não se misturar com o sofrimento do outro. Entretanto, acredita que o sofrimento do paciente muitas vezes até ajuda (o psiquiatra ou o analista) a lidar com os seus próprios sofrimentos, mas para isso é necessário fazer um trabalho interno e ser um bom conhecedor da técnica para evitar possíveis confusões.

3.2. Diferenças entre a psiquiatria e a psicanálise

A psicanálise está mais relacionada às neuroses e a psiquiatria está relacionada às psicoses, segundo explica o *Psiquiatra 1*. Quando o paciente está com psicose, o tratamento deve ser com a medicação, quando o paciente está com neurose, o tratamento deve ser feito com a psicoterapia. Percebe-se aqui que existem essas representações sociais, entre os próprios profissionais, em relação à existência de psiquiatria e psicanálise. Desta maneira, é feita a seguinte associação: a psicanálise é exercida nos consultórios e, algumas vezes, nos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS. A psiquiatra é, fundamentalmente, praticada nos hospitais e CAPS. Porém, um psiquiatra pode ser um psicanalista, como é o caso da *Psiquiatra 6*, que considera impossível fazer essa separação entre psiquiatra e psicanalista uma vez que só funciona na sua atuação profissional com as duas formações.

O *Psiquiatra 1* coloca que a psiquiatria hoje é hegemonizada, pela neuropsiquiatria, pela psiquiatria biologizada, então ela tem uma afinidade eletiva que é bastante influenciada com o uso da medicação. É por isso que ela usa muito o DSM III e já não utiliza mais essa separação da psicose e da neurose, passando a utilizar as classificações, síndrome dos transtornos. Desta forma, acredita que atualmente estejamos numa conjuntura onde existe uma dificuldade de complementariedade entre a psicanálise e a psiquiatria de base biológica. Porém, em uma psiquiatria social ou em uma psiquiatria clínica mais eclética, não existe problema nenhum de ser complementar ou incorporar a psicanálise.

O *Psiquiatra 2* expõe que a psiquiatria tem como base uma formação médica, então vai em busca dos sinais e sintomas psicopatológicos de um transtorno ou doença mental. Já a psicanálise acredita que todo transtorno mental seja ele qual for, não é biológico primariamente, mas é de ordem emocional, é um jogo simbólico, de conflitos e forças mentais, então haveria alteração de toda essa ordem, antes de qualquer outra alteração. Por isso, partem de concepções bem distintas sobre o que é o transtorno mental. O *Psiquiatra 4* traz ainda a seguinte separação entre a psiquiatria e a psicanálise: concebe que a pessoa acometida com doença mental é objeto da psiquiatria e a psicanálise está mais próxima de lidar com as pessoas que estejam com sofrimento psíquico.

O *Psiquiatra 5* completa esse argumento, afirmando que a psiquiatria, enquanto derivada das ciências naturais, tem uma abordagem muito positivista, no sentido de correlacionar os fatos observáveis, procurar as causas e explicar, então, procura intervir no neurotransmissor com o objetivo de aliviar o sofrimento, proteger a vida. Já a psicanálise vem de uma abordagem interpretativa, construtivista e compreensiva que procura, junto com o paciente, fazer um processo de reconstruir a sua história, seu autoconhecimento, sem ter muito claro qual é o seu objetivo. No entanto, o *Psiquiatra 3* acredita que o melhor casamento é quando esses dois profissionais estão ligados em paralelo com atividades conjuntas, onde um pode direcionar quando achar que deve.

A crise psiquiátrica, colocada por Ferreira (2010), pode ser percebida no relato dos entrevistados quando eles discutem sobre a diferença entre a psiquiatria e a psicanálise, uma vez que reconhecem a dificuldade da psiquiatria buscar interpretar o sofrimento na sua terapêutica, ao invés, existe a tendência da procura de realizar o tratamento medicamentoso. Com exceção do caso da psiquiatra e psicanalista, que afirma só funcionar com as duas formações e, por isso, não consegue identificar essa separação.

3.3. Perfil dos pacientes

Os pacientes que são atendidos nos consultórios ou nos hospitais pelos Psiquiatras apresentam um perfil com variações de muitas e diferentes maneiras, por isso os entrevistados consideram que existe certa complexidade para traçar o perfil dos mesmos, devido às diferenças de faixa etária, necessidades individuais, referências culturais e sociais. Porém, eles alegam que atualmente tem crescido muito a demanda de pessoas sofrendo com ansiedade, depressão, além de desintoxicação de álcool e drogas, situação que está particularmente ligado aos jovens. Outro problema frequentemente apresentado pelos pacientes é a frustração, sobretudo financeira, quando não conseguem atender aos padrões de consumo almejados. Também existem as queixas clássicas de dificuldade de relacionamentos, de sofrimentos que trazem da infância relacionados à falta de amor dos pais.
O Psiquiatra 3 cita que a maior demanda que recebe são de pacientes com dificuldades momentâneas, relacionadas a perda de um parente próximo, término de um namoro ou casamento, conflitos familiares e jovens envolvidos com drogas. Porém, os pacientes com transtorno mental são minoria nos consultórios. Afirma que a maior dificuldade dos seus pacientes é de lidar com os problemas sociais, familiares, e relações pessoais, no trabalho e no campo afetivo. Por isso, acredita que chega, em média, uma porcentagem de 80% dos pacientes que atende nos consultórios com esse tipo de sofrimento.
O perfil dos usuários também varia de acordo com a instituição, pois, como o Psiquiatra 4 assinala, no hospital é mais comum atender pacientes com transtornos mentais, como por exemplo a esquizofrenia, pacientes mais gravemente adoecidos com transtornos psicóticos que privam os sujeitos da razão e, eventualmente, é necessário internar. Mas, no consultório é comum atender pacientes com depressão e ansiedade.
A partir das falas dos entrevistados, pode-se depreender que a maioria dos pacientes dos psiquiatras entrevistados apresentam dificuldades momentâneas, chegando a ultrapassar àqueles que apresentam transtornos mentais de média e alta complexidade. Os psiquiatras colocaram a preocupação que existe, no exercício da profissão, em combater, eliminar e minimizar a dor, logo o sofrimento.

3.4. Conceitos de felicidade e sofrimento

Como já sabemos o conceito de felicidade é um pouco indeterminado, sobretudo na atualidade pela sua fluidez e variada compreensão do que seria para cada pessoa. Percebemos que todos os entrevistados sentiram dificuldades de definir felicidade, seja porque ache precária sua própria definição ou porque entenda que não exista uma definição. No entanto, todos colocaram sua percepção e compreensão sobre a felicidade a partir das suas experiências ou mesmo visão de mundo que adquiriram ao longo do tempo.
O *Psiquiatra 1,* juntamente com os psiquiatras 3 e 6, concordam que a felicidade pode ser um estado de bem-estar subjetivo duradouro. O psiquiatra 1 adverte que o problema é quando a felicidade é tida como uma norma, estado ideal, que implica numa realização de si mesmo com a vida pessoal afetiva e profissional, e diversas questões relativas a essa adequação é difícil e sempre tensa entre valores e vida pessoal, e ainda afirma que:

> - N*o mundo de hoje há uma desconexão entre virtude, ou seja, campo de valores e a vida pessoal, uma pessoa pode ser absurdamente corrupta, imbecil, autoritária e ser feliz... Tive prazer? Já que estamos falando do mundo contemporâneo e a questão do prazer é uma questão importante, no sentido psicanalítico. Gozei a vida? Momentos de alegria não define felicidade. (Psiquiatra 1).*

O *Psiquiatra 3* atribui felicidade a ter as coisas mais simples, quem valoriza o amor e a amizade acima dos valores materiais tende a ser mais feliz, por isso, considera que quem consegue equilibrar os aspectos da vida material com a vida pessoal conseguirá ser feliz. A *Psiquiatra 6* acredita que para ser feliz é preciso estar bem dentro da própria pele e só assim será possível ser feliz, por isso o desconforto interno muitas vezes causa um sentimento de infelicidade. Já, os *Psiquiatras 2, 4 e 5* discordam de que felicidade seja um estado de bem estar e alegam que:

> *- Felicidade... são sensações, são sentimentos são ângulos patéticos, emoções e está presente na vida de todas as pessoas, assim como a tristeza, a angústia, e a ansiedade. Ser feliz não é um estado, porque não existe um estado de ser feliz. Ser feliz é apresentar, ter, usufruir momentos de felicidade, misturados com as outras coisas da vida... com os momentos de tristeza, angústia e ansiedade (Psiquiatra 4).*
>
> *- Felicidade é mais aquela coisa da sensação da felicidade, você tem alguns momentos... É simplicidade, mas é também complexidade, é tudo... É uma sensação que sobrevoa tudo isso... (Psiquiatra 2).*
>
> *- Felicidade é um conceito da rotina, do cotidiano (Psiquiatra 5).*

Porém, todos os entrevistados confluem na compreensão de que a felicidade e o sofrimento caminham juntos e, diante disto, obter a capacidade de transitar por esses sentimentos e realidades é importante. O *Psiquiatra 5*, reflete de maneira mais evidente no seu conceito de felicidade os valores modernos vivenciados na contemporaneidade, atribuindo que para ser feliz é necessário ter o autoconhecimento, que as escolhas de cada indivíduo influenciam diretamente na possibilidade de ser feliz ou não, além da responsabilidade que cada pessoa deve exercer diante as suas escolhas, remetendo a construção da autonomia que deve ser exercida e valorizada.

O *Psiquiatra 2* fala sobre a importância de encontrar um sentido na vida, que segundo Viktor Frakl[3], quando você encontra um sentido, isso lhe faz bem, mesmo no sofrimento e identifica que esse sofrimento tem a ver com a sua vida. Existe ainda o sentido dos seus atos cotidianos e o sentido último, que é o sentido da vida, que só vou descobrir perto de morrer, porque enquanto estamos vivos não sabemos o que pode acontecer. Isso converge com o conceito de felicidade pensada pelos gregos que também foi colocada e defendida pelo *Psiquiatra 1*:

> *- Os gregos colocavam que a felicidade implica a totalidade da tua vida. Você só pode ser feliz a partir do momento que você tem uma ideia geral ou total sobre sua vida, e só vai ter no leito de morte quando poderá olhar para trás e, enfim, fizer uma avaliação e dizer, fui feliz ou infeliz (Psiquiatra 1).*

Interessante ainda é observar as colocações que foram feitas pelo *Psiquiatra 2* sobre felicidade, que de certa maneira, não foram colocadas por os outros psiquiatras:

> *- A felicidade é uma coisa de ordem especial, não tem nada a ver com riqueza, ou com sucesso profissional, quebra esses parâmetros, porque existem pessoas ricas e infelizes, pessoas que tem um êxito profissional e são infelizes, enfim, são coisas de ordem mágica... A nossa vida nunca será plena, a fenomenologia vai dizer que há um mistério em nós, no mundo, no universo, no cosmo que ciência humana nunca vai resolver, portanto nós não teremos posse plena de tudo. Isso faz com que demos um sentido a tudo que fazemos (Psiquiatra 2).*

Em relação à infelicidade e sofrimento, todos os entrevistados compreendem que existe de fato uma distinção, onde a infelicidade pode ser gerada pela insatisfação de algo, caracterizando a ausência da felicidade, por isso, colocam que as pessoas podem ser infelizes e não sofrer. Essa separação é bem possível e viável, agora difícil é imaginar o sofrimento ser dor, uma vez que se compreende que o sofrimento é a narrativa da dor, mas, muitas

---

3 Viktor Emil Frankl foi um médico psiquiatra austríaco, fundador da escola da Logoterapia, que explora o sentido existencial do indivíduo e a dimensão espiritual da existência.

vezes pode ser um sofrimento momentâneo, por isso pode-se constatar a possibilidade do indivíduo sofrer e ser feliz.
Sobre a infelicidade, relacionada aos valores modernos nos dias de hoje foi feita a seguinte afirmativa:

> *- No sentido moderno, eu acho que a pessoa consegue se realizar. Essa adequação entre o que você tem e o que você quer ser na vida, essa tensão entre ter e ser, é uma tensão que cria infelicidade, e é muito difícil até do ponto de vista vocacional, você conseguir realizar o que Freud chamaria de seu ideal, o ego, o que você gostaria de ser e ter sido, é muito fácil que nessa concepção que estou colocando você seja infeliz... Mas eu creio que uma boa parte das pessoas não é infeliz, nem feliz. Elas são uma espécie de meio termo, onde essa questão não é problematizada, a não ser em momentos de crise pessoal ou geral, mas geralmente tem sentimento e vai vivendo momentos de alegria e momentos de tristeza. No mundo de hoje a gente relaciona normalidade com felicidade... Então, foi infeliz, sofre, é anormal ou tem um problema patológico (Psiquiatra 1).*

Um fenômeno que está acontecendo na atualidade em nossa sociedade, e que todos os psiquiatras entrevistados concordaram, é a negação da dor e, consequentemente, a busca da felicidade. Eles reconhecem que as pessoas hoje tem mais dificuldade de lidar com a dor e por isso não conseguem aprender com o sofrimento. Nas situações de angústia ou ansiedade tendem a reduzir essas situações a uma dor psíquica e, para eliminar essa dor psíquica, recorrem aos psicofármacos, a medicação. Eles admitem que no passado isso não acontecia, pois as pessoas tinham outro comportamento, como relata o *Psiquiatra 2*:

> *- Eu tenho quase 60 anos, já pude viver muita coisa, então na minha infância e início da adolescência era o contrário do que é hoje, as pessoas não buscavam tanto a felicidade como se busca hoje. A ideia era que, para alcançarmos algo, temos que buscar o sacrifício, então o socialmente valorizado era aquele que se sacrificava. Claro, o sacrifício tinha como objetivo final alcançar algo bom ou a felicidade, se você quiser dizer, mas era uma vida de sacrifício e alguns momentos de felicidade ao final. Hoje, mais ou menos, a mensagem que a sociedade dá é meio oposta: é feio sofrer, você tem que ser feliz... Antes você tinha medo de ser feliz antes da hora, hoje as pessoas querem descaradamente ser feliz sem nenhum sacrifício, então há uma inversão (Psiquiatra 2).*

4. Tratamento do sofrimento psíquico e o uso de psicofármacos

De acordo com todas as questões que já foram abordadas relacionadas ao sofrimento, a negação da dor na contemporaneidade é uma constante. A seguir, será abordado sobre o que os psiquiatras pensam em relação às transformações recentes que ocorreram no exercício de sua profissão, particularmente no que diz respeito ao tratamento do sofrimento e o uso de psicofármacos.
Os *Psiquiatras 2, 4 e 6* esclarecem que não se deve tratar o sofrimento e sim a doença ou transtorno mental. Agora, se por consequência esse transtorno ou doença mental causam algum tipo de sofrimento, certamente a terapêutica servirá para o alívio desse sofrimento, como transparece na fala da *Psiquiatra 6*, que também é psicanalista:

> *- Veja, eu não trato sofrimento, trato transtorno mental, sofrimento, a gente cuida. O transtorno mental pode até causar sofrimento, mas a gente não trata sofrimento. O sofrimento tem uma abordagem completamente diferente, não acho que o sofrimento é para ser tratado, é para ser cuidado. Agora, se o transtorno mental traz sofrimento,*

> *a gente vai tratar o transtorno mental e não o sofrimento, o sofrimento pode ser uma consequência do transtorno mental (Psiquiatra 6).*

Os três psiquiatras mencionados enfatizam que o tratamento do transtorno ou doença mental, que pode também aliviar algum sofrimento, não proporcionará felicidade, então não acreditam na felicidade química. Reconhecem a importância dos psicofármacos quando bem indicados e utilizados, acreditando inclusive que medicalização, a depender do caso, não é o elemento mais importante desse tratamento e que geralmente deve vir acompanhado de uma psicoterapia. Mas, isso não garante a felicidade das pessoas, como é explicado abaixo:

> *- Não há ninguém, a não ser um psicólogo norte-americano que está começando esse trabalho sobre a felicidade, que possa, a partir da psicologia, da psicoterapia, da psiquiatria, ou partir dos psicofármacos, prometer a felicidade. Agora, claro, o próprio processo, quando você ajuda uma pessoa a sair de um processo depressivo, ou pela psicoterapia ou pela psicofarmacologia, ou pela interação dos dois, você está, de certa forma, ajudando a ampliar as possibilidades para buscar a felicidade, porque antes nem isso ela conseguia enxergar no horizonte dela, mas quem oferece isso está mentindo (Psiquiatra 2).*

Entretanto, os *Psiquiatras 1, 3 e 5* estão de acordo que uma das maiores transformações recentes no tratamento do sofrimento psíquico é a medicalização, que está atrelada a patologização do sofrimento e banalização dos psicofármacos acarretadas pela intolerância à dor psíquica, à angústia e à ansiedade, onde o indivíduo sente-se impulsionado a corresponder aos valores da modernidade e por isso acreditam numa psiquiatria que pode gerar felicidade, como está evidenciado abaixo:

> *- A transformação recente é a medicalização, que é baseada numa crença de que boa parte do sofrimento tem uma localização biológica que está no cérebro, de que você modulando, controlando a química do cérebro, você pode trazer prazer, pode retirar e eliminar ansiedade, angústia principalmente, e com isso você pode fazer uma experiência da psiquiatria da felicidade. É uma espécie de psiquiatria parecida com a psicologia positiva, no sentido que não deixa de ser uma psicologia da felicidade (Psiquiatra 1).*

Os psiquiatras elucidam ainda que com a utilização dos psicofármacos a pessoa pode melhorar seu desempenho profissional ou mesmo pessoal, que há um desdobramento na realização das suas atividades e que, de acordo com o que já vimos, essa é uma das questões fundamentais para a felicidade. Para que uma pessoa sinta-se satisfeita precisa de um corpo saudável, com um desempenho satisfatório e com uma boa performance. Além de que, com a biotecnologia no campo da saúde, o papel das medicações se tornou uma base nessa procura da felicidade diante das situações de estresse, de ansiedade, de angústia em relação a vida, por isso lembraram que, nos dias de hoje, o indivíduo não procura mais uma virtude, uma causa, procura um especialista, procura ajuda de uma medicação. A medicação serve como uma mediação entre a pessoa e o mundo.

Outro aspecto importante em relação ao tratamento e a localização da medicação é o papel que tem as diferentes instituições onde é realizado o exercício das atividades desses profissionais. A primeira questão colocada foi a diferença que existe entre as instituições públicas e as privadas. Os entrevistados entendem que nas instituições públicas, espaço que atende principalmente as classes populares, a medicação tem pouca pluralidade e o tempo da consulta é pequeno, ou talvez insuficiente para conseguir se fazer um diagnóstico mais qualificado. Bem como, é um espaço que, normalmente, o trabalho é realizado com uma equipe de profissionais e que pode acontecer, em alguns casos, que o psiquiatra encontre-se impossibilitado a fazer qualquer tratamento além da medicação, como uma psicoterapia por exemplo, porque a instituição restringe essa atribuição apenas para os psicólogos, restando ao psiquiatra apenas diagnosticar e medicar.

Todos os psiquiatras entrevistados colocam que a instituição privada, na qual geralmente o atendimento é realizado para a classe média da sociedade, possibilita um atendimento mais completo, porque têm recursos, o tempo necessário para a escuta que favorece um bom desenvolvimento no processo de decisão referente ao diagnóstico e ao tratamento, que é feito em parceria com o paciente. Porém, os psiquiatras que fazem atendimento nesses dois espaços garantem que a abordagem que é feita em termos da atuação do profissional aos pacientes é igual. Mesmo com as limitações apresentadas na instituição pública, eles atendem com a mesma abordagem como no privado.

Um dado interessante deste trabalho foi verificar que nenhum dos psiquiatras entrevistados afirma fazer uso de psicofármacos para si. De certa maneira, demonstraram nas suas respostas que acreditam que os psicofármacos devem ser usados em casos de necessidade e não para resolver qualquer problema do cotidiano, como bem enfatiza a Psiquiatra 6, conforme exposto a seguir:

> *- Não faço uso de psicofármacos no momento. Até agora não tive necessidade, porque só se vai fazer uso de medicação quando de fato tem necessidade. Mas, que a gente não pode banalizar o uso da medicação, como se fosse panaceia para todos os casos. Como eu disse antes, ela (a medicação) não traz felicidade, ela trata e aí você só deve usar mediante a necessidade (Psiquiatra 6).*

Porém, dois aspectos foram muito discutidos pelos psiquiatras em relação ao uso de psicofármacos por seus pacientes: a automedicação e a dependência química. Eles colocaram que a automedicação, infelizmente, é uma prática muito comum, e que alguns profissionais prescrevem sem, de fato, conversar com os pacientes (geralmente médicos de outras especialidades sem ser da psiquiatria) e acabam tratando um sintoma e não de fato o que o paciente tem. Eles compreendem que isso é muito ruim porque acaba sendo feito um tratamento superficial. Mas, também reconhecem que, cada vez, mais essa medicalização acontece por uma demanda do paciente que não tolera o sofrimento e medicaliza tudo. Muitas vezes os pacientes acabam chegando aos consultórios até dizendo qual a medicação que quer tomar porque em outra situação já tomou e se sentiu bem. No entanto, a medicação tem um papel que pode ser mais importante, ou menos importante, no tratamento do transtorno ou doença mental que, de modo geral, eles reconhecem:

> *- O papel da medicação é parte do tratamento, não é o tratamento todo, mas é uma parte às vezes mais ou menos importante no tratamento... Uma pessoa que está em sofrimento e talvez em um quadro depressivo leve, ela não vai ser o fundamental no tratamento. A medicação vai ser um auxílio, mas não vai ser responsável pela maior parte do tratamento. Numa pessoa com surto psicótico esquizofrênico, com sintomas de agressividade, com perda do juízo da realidade, com risco de agressividade para a mãe ou para avó que more em casa com ele, aquela medicação vai ser uma parte importante do tratamento, embora mesmo assim, não vai ser o tratamento completo, sempre deve ser feito tratamento psicoterápico, tratamento terapêutico ocupacional, reinserção familiar (Psiquiatra 4).*

Em relação à dependência do paciente, os entrevistados entendem que é possível acontecer, principalmente em relação a alguns tipos de psicofármacos. Entretanto, a *Psiquiatra 6* faz algumas ponderações, que são importantes serem levadas em consideração devido a compreensão do que seria essa dependência. Ele aponta que a grande questão não seria a dependência em si, mas como o indivíduo se relaciona com ela.

> *- A questão da dependência do paciente, eu sempre acho que a gente vê o tempo todo. O problema não é a dependência, mas como a gente se relaciona com ela... acho que dependência é outra fantasia em relação a "vou ficar dependente". Vai ficar dependente se não tratar de uma forma adequada, tanto na psicanálise, como também, com o psicofármacos. Tem alguns psicofármacos que geram dependência*

> *e são exatamente esses que são os mais prescritos por não psiquiatras. Todo mundo consegue, inclusive, comprar a medicação sem prescrição médica. No transtorno mental, a pessoa não diz assim: "se levante, ande e dê uma volta e vá tomar um sorvete, você não vai consegui andar". Isso é um problema, uma doença, ela tem que ser tratada... Então, isso não é uma questão de dependência do ponto de vista mais restrito da palavra, é uma questão de necessidade. A gente tem que fazer essa diferença, ver o que é medicação que causa dependência, medicação que é necessária, tratamento que causa dependência e tratamento que é necessário, é diferente (Psiquiatra 6).*

Como pudemos observar a partir do exposto, as concepções de felicidade que os psiquiatras trazem tem uma variação, no entanto, se aproximam nos seguintes aspectos: a felicidade pode ser um estado de bem estar subjetivo duradouro, que implica a totalidade de uma vida ou momentos de alegria, sensações e sentimentos momentâneos, misturados com as outras coisas da vida, como o sofrimento e a tristeza. A felicidade é simplicidade e também complexidade, é saber valorizar o amor e a amizade acima dos valores materiais; é estar bem consigo mesmo, é uma coisa de ordem especial que não tem nada a ver com riqueza ou sucesso profissional. Já a concepção da infelicidade foi citada pela ausência da felicidade, e pode ou não, gerar sofrimento psíquico. Os psiquiatras reconhecem a negação da dor na nossa sociedade atual e por isso a busca das pessoas pela analgesia ou eliminação do sofrimento. Entretanto, admitem que na experiência humana a felicidade e o sofrimento caminham juntos.

CONCLUSÕES

O objetivo deste trabalho foi investigar se está sendo gestada a construção de uma psiquiatria voltada não apenas para o tratamento de transtornos, mas também para o alívio do sofrimento intrínseco à vida cotidiana, bem como para a produção, por meio da regulação biotecnológica (uso de psicofármacos), de estados de bem-estar e felicidade. Com este propósito, aqui foram analisados os discurso de profissionais da psiquiatria buscando-se perceber o lugar dos medicamentos psicoativos no tratamento do sofrimento psíquico, assim como, identificar seu uso como artefato auxiliar para o alcance da felicidade dos seus respectivos pacientes.

De acordo com as informações coletadas, seja através da revisão bibliográfica ou no trabalho de campo de pesquisa, pode-se verificar que, nos dias de hoje, a busca da felicidade vem se intensificando e se tornando cada vez mais uma meta dos indivíduos, moldados pelos valores modernos. A conclusão deste trabalho é permeada de questionamentos e reflexões que estiveram sempre presente ao longo desta pesquisa, como por exemplo, será que os momentos de alegria podem ser considerados momentos de felicidade? Ou só compreenderemos a felicidade no nosso leito de morte porque teremos uma ideia geral sobre a nossa vida? De fato, a definição da felicidade é considerada, na atualidade, um tanto precária ou talvez imbuída de muita fluidez dificultando conceituar, compreender ou mais difícil ainda chegar a um consenso. Mas, se não conseguimos definir o que de fato seria a felicidade, e este não foi nosso propósito, pudemos apreender a ideia de que, se antes a felicidade era uma aspiração, hoje passou a ser um dever, e que dependendo da sua localização pode também se tornar um direito. Aqui também, podemos nos questionar: será que cabe inferirmos que a banalização dos psicofármacos corresponde a "banalização da felicidade"? Afinal, conforme exposto, na busca para ser feliz qualquer alternativa é válida, inclusive "medicar-se".

Segundo Franco (2009), sofremos porque não conseguimos ser felizes de acordo com o que se propaga ser a verdadeira felicidade. Sabendo que na contemporaneidade a ideia de felicidade é marcada por noções hedonistas, as quais consideram que o desconforto e o sofrimento devem ser banidos em nome de uma felicidade a ser alcançada a qualquer preço, cabe analisar o lugar que o sofrimento tem ao pensar na analgesia que os psicofármacos oferecem.

O sofrimento cuja narrativa se apoia na dor, por sua vez, tem grande tendência de ser negada e rejeitada pelos indivíduos na contemporaneidade. Por isso, a patologização do sofrimento é considerável nos dias de hoje,

o que leva por vezes a "banalização dos psicofármacos". A sociedade contemporânea é intolerante à dor e ao sofrimento, especialmente, porque tem pressa para resolver seus problemas de ordem cotidiana, trazendo para o proscênio o psicofármaco como um ator que media a relação entre a pessoa e o mundo.

Foi importante perceber nas falas dos psiquiatras a reflexão que fizeram sobre a felicidade e o sofrimento, quando estas podem nos conduzir para a conclusão de que felicidade e sofrimento caminham juntos, sempre fizeram e farão parte da vida humana, não há como separar um do outro. A percepção dos psiquiatras entrevistados em relação ao uso dos psicofármacos é bem cautelosa. Alguns acreditam que esse uso pode proporcionar felicidade para as pessoas e outros acham que não, o uso dos psicofármacos apenas trata o transtorno ou doença mental, podendo somente aliviar um possível sofrimento, possibilitando a pessoa a buscar a felicidade. Mas, se a busca da felicidade já não conta mais com as referências oferecidas pela ética do sacrifício das religiões ou pelos ideais de ação política na vida pública, se percebe o nascimento de um horizonte que se expande sem cessar, a intervenção e a regulação biotecnológicas do bem estar psíquicos como promessas cada vez mais atraentes, carregados de desafios éticos, políticos e clínicos.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Adriano A. 2004. **A Psiquiatria no Divã: entre as ciências da vida e a medicalização da existência.** Rio de janeiro, Relume-Dumará.

BARDIN, L. (1998). **Análise de Conteúdo**. RJ, Edições 70.

BEZERRA JR., Benilton. A psiquiatria e a gestão tecnológica do bem-estar. IN Freire Filho, João (org.). **Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade**. Rio de Janeiro: FVG, 2010.

BIRMAN, Joel. Muitas felicidades?! O imperativo de ser feliz na contemporaneidade. IN Freire Filho, João (org.). **Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade.** Rio de Janeiro: FVG, 2010.

FERREIRA, Jonatas e Eliane Miranda. 2010. **"Consumo de psicofármacos: entre o cuidado de si e a sintetização da catarse"**. Anais do *II Seminário Nacional de Sociologia Política – Tendências e Desafios Contemporâneos*. Curitiba.

FERREIRA, Jonatas. 2009. A digitalização da vida: uma apreciação de seus aspectos ontológicos e culturais. In: Ana Szapiro. (Org.), **Clínica da Pós-Modernidade: formas de subjetivação, de violência e de dessimbolização**. Rio de Janeiro, Bapera.

FRANCO FILHO, Odilon de Mello. **A civilização do mal-estar pela não-felicidade**. *Rev. bras. psicanál*, São Paulo, v. 43, n. 2, jun. 2009. Disponível em: http//pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2009000200016&lng=pt&nrm=iso. [Consultado em 07/04/2014].

GIANNETTI, E. A pílula da felicidade instantânea In: **Felicidade: Diálogos sobre o bem-estar na civilização**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, Pp.143-153.

LAKOFF, Andrew. **Pharmaceutical Reason: Knowledge and value in global psychiatry**. Cambridge: Cambridge University Press; 2005.

MCMAHON, D. M. (2006). **Felicidade: uma história**. São Paulo, Globo.

TESSER, C. D. Social medicalization (I): the exaggerated success of modern 'epistemicide' in health. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**. V. 10, n19, p.61-76, 2006.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **The rational use of drugs: report of the conference of experts**. Nairobi, 1985 Jul 25-29. Genebra: WHO, 1987.

WORD HEALTH ASSOCIATION (WHA). **Qualitative Research for Health Programmes**. Geneva: WHA - Division of Mental Health, 1994.

A Reabilitação Psicossocial no cenário da atenção aos Usuários de Drogas: novas abordagens no contexto da Reforma Psiquiátrica Brasileira

Cíntia Nasi
Doutora em Enfermagem. Professora Adjunta do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: cintianasi@yahoo.com.br
Gustavo Costa de Oliveira
Mestre em Enfermagem pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFRGS. Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: gustavoenfufrgs@gmail.com
Annie Jeanninne Bisso Lacchini.
Doutora em Enfermagem. Rio Grande do Sul. Professora do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: anniejbl@hotmail.com
Marcio Wagner Camatta.
Doutor em Enfermagem. Professor Adjunto da Escola de Enfermagem da UFRGS. Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: mcamatta@gmail.com
Eduardo Morais Everling
Acadêmico de Medicina da UFCSPA. Bolsista pelo Programa Jovens/CAPES. edu_everling@hotmail.com
Jacó Fernando Schneider
Doutor em Enfermagem. Professor Titular da Escola de Enfermagem e do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFRGS. Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: jaco_schneider@uol.com.br

RESUMO: O estudo teve como objetivo compreender a reabilitação psicossocial enquanto um processo de reconstrução da subjetividade do usuário de drogas na perspectiva da fenomenologia social de Alfred Schutz. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e fenomenológica, realizada com trabalhadores de um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. A coleta das informações deu-se por meio de entrevista e a análise pela interpretação compreensiva. Identificou-se a importância do serviço na consolidação da reabilitação psicossocial enquanto processo de reconstrução da subjetividade do usuário de drogas. O estudo evidenciou que se deve explorar o mundo da vida cotidiana do usuário de drogas e visualizar os contextos, através da visão desse, podendo-se compreender este indivíduo em sua singularidade e, com isso, instituir ações em saúde mental que integrem, potencializem e tornem possível a reinserção social, indo ao encontro dos princípios da reforma psiquiátrica.
Palavras Chaves: Enfermagem; saúde mental; psicossocial; filosofia.

1. INTRODUÇÃO

A atenção em saúde mental, incluindo-se a atenção aos usuários de substâncias psicoativas, vem sendo redirecionada nos últimos anos, para um modelo que privilegie o cenário da comunidade, em substituição aos hospitais psiquiátricos. Essa perspectiva surge com o movimento da reforma psiquiátrica, em que se preconiza uma atenção em saúde mental inserida em uma rede de serviços comunitários. Nessa perspectiva, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) possuem papel estratégico para a promoção de uma saúde mental voltada para o social, em que o tratamento não isola o usuário da sociedade, mas sim, busca atuar em interligação com os demais recursos da rede de saúde, visando a reabilitação psicossocial deste usuário (Dutra & Rocha, 2001; Amarante, 2009).

A reabilitação psicossocial configura-se como um processo que facilita a oportunidade para pessoas em sofrimento psíquico alcançarem um funcionamento com maior autonomia na comunidade. Em virtude de a reabilitação psicossocial apontar para a redução do estigma e preconceito e visar à maximização da saúde, seus proponentes estão empenhados na auto-ajuda, organização e suporte familiar, e promoção de esforços para fortalecer serviços e desenvolver redes e sistemas existentes (Hirdes, 2001).

A reabilitação psicossocial da pessoa em sofrimento psíquico pode se caracterizar como um processo de reconstrução da subjetividade desta pessoa, considerando o seu habitat, rede social e trabalho, necessários para que consiga se (re)adaptar ao mundo (Pitta, 2001).
Na lógica da instituição da reabilitação psicossocial na terapêutica do usuário de drogas, as ações em saúde mental desenvolvidas nos CAPS álcool e drogas (CAPSad) visam fortalecer este sujeito, uma vez o processo terapêutico deve dispor ferramentas para (re)organização individual e (re)inserção na família e na sociedade. Com isso, investigar a reabilitação psicossocial enquanto processo de reconstrução da subjetividade configurou-se como motivo de evidenciar o usuário de drogas no tratamento e suscitar suas necessidades de saúde mental.
Este estudo se justifica pela importância de se compreender a reabilitação psicossocial enquanto processo de reconstrução da subjetividade dos usuários de drogas, dando-se maior visibilidade a estes. Os resultados da investigação podem contribuir para se (re)pensar as ações desenvolvidas pelos profissionais que atuam em instituições voltadas para o tratamento da dependência química, especialmente nos CAPSad.
Nesta pesquisa, por meio da utilização do referencial teórico-metodológico da sociologia fenomenológica de Alfred Schutz, buscou-se dar voz aos trabalhadores de um CAPSad, quanto às suas compreensões sobre o processo de reabilitação psicossocial dos usuários. De acordo com este referencial fenomenológico consegue-se dar voz aos sujeitos, mergulhando-se em suas subjetividades e nas relações sociais, com intuito de desvelar o fenômeno a partir das vivências dos indivíduos (Schutz, 2012).
Esta investigação torna-se relevante, uma vez que poderá proporcionar a instituição de práticas em saúde que considerem o contexto social de cada sujeito, a partir da reflexão sobre como os trabalhadores têm direcionado o seu trabalho na perspectiva da reabilitação psicossocial em um CAPSad.
Deste modo, o estudo teve como objetivo compreender as intenções de trabalhadores quanto à reabilitação psicossocial no tratamento de usuários de um CAPSad na perspectiva da sociologia fenomenológica de Alfred Schutz.

2. REVISÃO DE LITERATURA

No Brasil, a assistência às pessoas em sofrimento psíquico e suas famílias era pautada no modelo hospitalocêntrico, centrado em atendimento na instituição asilar, com tratamento controlador e repressor também executado pela equipe de enfermagem (Almeida Filho & Moraes & Peres, 2009). Na década de 1970, inicia-se um processo de mudança nesse modelo, denominado de reforma psiquiátrica brasileira.
A reforma psiquiátrica configura-se como o processo histórico de formulação crítica e prática que tem como objetivos e estratégias o questionamento e a elaboração de propostas de transformação do modelo clássico e do paradigma da psiquiatria. No Brasil, a reforma surge fundada também na crítica estrutural ao saber e às instituições psiquiátricas clássicas, no bojo de toda a movimentação político-social que caracteriza esta mesma conjuntura de redemocratização (Amarante, 2009).
Os princípios, objetivos e pressupostos da reforma psiquiátrica orientam as ações na rede de saúde (Hirdes, 2011). A Reabilitação Psicossocial dos usuários de álcool e outras drogas pode ser propiciada nos serviços de saúde por meio de oficinas terapêuticas, em atividades externas e ou parcerias estabelecidas pelo serviço, produzindo formas mais sociabilizantes de tratamento e possibilitando a circulação dos usuários pela cidade. Identifica-se que a Reabilitação Psicossocial dos usuários de substâncias psicoativas é um processo ainda complexo que envolve várias dimensões, desde o nível micro (individual/familiar/institucional) até o macro (comunidade, sociedade e políticas de saúde mental) e para esta realmente se efetive os serviços devem estar comprometidos com a transformação das condições de vida desses sujeitos (Pinho et al, 2009).
O conceito de reabilitação psicossocial refere-se não apenas ao apoio ou suporte da rede social do usuário na prevenção e no tratamento, mas implica uma conceituação mais abrangente, relacionado à transformação do sujeito de sua condição de doente para o seu papel de cidadão. No contexto da Reforma Psiquiátrica a reabilitação psicossocial deve procurar restituir a subjetividade do indivíduo, possibilitando a recuperação do seu poder de contratualidade, no sentido de desenvolver estratégias e ações intra-setoriais e intersetoriais efetivas, com o propósito de que estes possam assumir sua condição de sujeito social (Pinho & Oliveira & Almeida, 2008).

No cenário atual, os serviços substitutivos surgem como serviços que buscam consolidar o modo de atenção psicossocial, operando com outra conotação teórica que não somente como a da psiquiatria clínica. Seus pressupostos destacam o atendimento aos sujeitos em sofrimento psíquico, assim como a reabilitação psicossocial, visando promover o exercício da cidadania e a interação social (Nasi & Schneider, 2011).

3. MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de abordagem fenomenológica, no qual se utilizou o referencial teórico-metodológico da sociologia fenomenológica de Alfred Schutz.

O cenário deste estudo foi o CAPSad ligado ao Grupo Hospitalar Conceição (GHC) localizado na Zona Norte do município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Tal modalidade de serviço foi escolhida por possuir potencial para a transformação atenção em saúde mental, de acordo com os princípios da reforma psiquiátrica.

Os sujeitos do estudo constituíram-se em 12 trabalhadores do CAPSad, das diferentes categorias profissionais e dos três turnos de trabalho do serviço. Os critérios de inclusão dos trabalhadores da equipe foram: 1) fazer parte do quadro funcional do serviço; 2) ser maior de idade; 3) estar atuando no serviço há pelo menos três meses. Ressalta-se que o número de sujeitos não foi definido previamente, sendo determinado que fosse convidado pelo menos um trabalhador atuante no CAPS representante de cada categoria profissional existente no serviço.

A coleta das informações foi realizada por meio de entrevista fenomenológica com os participantes do estudo, no período de setembro de 2013 a fevereiro de 2014. As entrevistas ocorreram no espaço do CAPS, em sala que garantisse a privacidade do sujeito e em data e horário previamente agendados com cada participante. As entrevistas tiveram as seguintes questões norteadoras: 1.“Qual a sua concepção sobre a atenção ao usuário de drogas (políticas e serviços.”; 2.“Conte para mim que ações você desenvolve no CAPS”; e 3.“O que você tem em vista com essas ações?”.

As informações obtidas foram submetidas à análise fenomenológica em consonância com o referencial da fenomenologia social de Alfred Schutz. Para desvelar as vivências expressas nas falas dos trabalhadores acerca do significado do atendimento em saúde mental, as falas foram analisadas conforme indicação de pesquisadores da fenomenologia social, por meio dos seguintes passos (Lima & Tocantins, 2009) : 1) realizar leituras e releituras dos conteúdos das falas objetivando obter a essência do significado das ações dos trabalhadores; 2) identificar trechos das falas que apresentem o significado da ação de oferecer atendimento no CAPS AD; 3) agrupar os aspectos em comum das unidades de significado, isto é, as convergências que possibilitam o emergir das categorias concretas acerca das ações estabelecidas entre trabalhadores que atuam no CAPS.

Após a coleta das informações com os trabalhadores do CAPSad, foi realizada análise do material obtido com a gravação das entrevistas. Para isso, buscou-se a convergência das informações presentes nas falas dos entrevistados, submetendo-as à análise fenomenológica, de acordo com o referencial da fenomenologia social de Alfred Schutz.

A fim de garantir o anonimato dos sujeitos entrevistados na pesquisa, os trabalhadores da equipe foram identificados na redação pela sigla E acompanhada do número correspondente à ordem das entrevistas (de E1 a E12).

Para o desenvolvimento da pesquisa foram seguidos os aspectos éticos necessários ao desenvolvimento de pesquisas com seres humanos, conforme a Resolução N. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (Brasil, 2012). Assim, foi distribuído anteriormente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os participantes da pesquisa, em duas vias, ficando uma em poder do participante e outra do pesquisador.

O projeto de pesquisa foi encaminhado à Plataforma Brasil e recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFCSPA, conforme Parecer N. 296.058; e do Comitê de Ética em Pesquisa do GHC, conforme Parecer N. 371.804.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise das falas à luz do referencial da fenomenologia social de Alfred Schutz, apresenta-se a categoria concreta: Reabilitação psicossocial.

4.1 REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL

Nesta categoria, para compreender a reabilitação psicossocial enquanto um processo de reconstrução da subjetividade do usuário de drogas, realizou-se a análise compreensiva das falas dos sujeitos entrevistados. Para isso, tomou-se por base o referencial da sociologia fenomenológica de Alfred Schutz, além da utilização de literatura, especialmente de estudos que abordassem os serviços substitutivos em saúde mental.

Compreender o ser humano é uma tarefa complexa, uma vez que há questões subjetivas, biológicas, psicológicas e sociais[7]. Além disso, compreender configura-se como a forma experiencial do conhecimento que o senso comum tem das coisas (Schutz, 2012). Nessa perspectiva, a compreensão sociológica é o resultado da interpretação subjetiva do pesquisador fenomenológico a respeito do fenômeno que este estuda.

Entretanto, para este pesquisador compreender a ação do outro é necessário conhecer os *motivos para* de seu ato, reconhecendo que uma ação social envolve atitudes e agir de pessoas, orientadas para o ato do outro (Schutz, 2012).

Dessa maneira, os motivos que conduzem à ação do ator social podem ter um significado subjetivo (*motivos para*) e outro objetivo (*motivos porque*)[7], sendo que os *motivos para* delinearam, nesta pesquisa, a interpretação das ações sociais dos sujeitos no mundo da vida cotidiana.

A partir das entrevistas, inicialmente observou-se nos depoimentos dos trabalhadores de saúde do CAPSad, que estes pretendem, com as ações em saúde mental, contribuir para a melhora dos usuários, conforme se visualiza nas falas:

> *O objetivo tu sempre vê que é melhora do paciente.* (E6)
> *Poder colaborar com que ele melhore a vida dele.* (E10)

Os depoimentos evidenciam que o processo terapêutico no CAPSad, ao olhar dos profissionais, constitui-se com o propósito de melhorar a situação de saúde do usuário. Ainda, observou-se que as práticas em saúde mental buscam contribuir com a melhora da vida deste usuário, o que pode significar intervenções em saúde que perpassam os muros do serviço de saúde.

Além disso, outro elemento presente na narrativa dos trabalhadores de saúde é a expectativa pela melhora dos usuários. Nas falas abaixo, os profissionais relatam o seu desejo quanto ao tratamento proporcionar a melhora do estado de saúde destes usuários:

> *A gente espera que o paciente fique bom. [...] a gente fica contente de saber que pacientes nossos que começaram tratamento, agora estão bem.* (E5)
> *Eu espero é que eles, melhorar um pouquinho o dia deles, que eles se sintam bem com essas ações, nessas coisinhas boas que a gente faz.* (E9)
> *Eu espero que o usuário fique bem assim, independente da escolha que ele faça, se vai ser de um uso, ou se vai ser de uma abstinência, da interrupção desse uso. [...] que ele fique bem, e que se dê conta [...] disso.* (E11)
> *[...] Continuo esperando que eles melhorem.* (E12)

Com base nos depoimentos, nota-se a conexão entre as ações em saúde mental desenvolvidas no CAPSad e as expectativas dos trabalhadores de saúde quanto ao prognóstico do usuário. Desse modo, o serviço de saúde pode propiciar um cuidado em saúde voltado ao usuário, valorizando-se as subjetividades, caracterizando este usuário como um sujeito social, dotado de valores e crenças, os quais podem influenciar a terapêutica. Esse cuidado em saúde poderia proporcionar a compreensão do ser humano situado no seu mundo de vida, partindo da realidade concreta, isto é, das suas experiências vivenciadas. O mundo da vida é o mundo social,

que é compartilhado, vivenciado e interpretado por todos os atores, sendo que é nele que coexistem semelhantes com quem se estabelecem diferentes relações sociais, podendo-se produzir sujeitos cidadãos que possam ser responsáveis em gerir suas vidas (Schutz, 2012).

Indo ao encontro disso, alguns trabalhadores de saúde expressaram nas entrevistas, a necessidade de se construir ações em saúde que promovam autonomia aos usuários, como se visualiza nos discursos a seguir:

> *[...] a gente tem que trabalhar autonomia daquele paciente para que ele possa ter a sua vida bem, normal, evitar as recaídas. [...] Trabalhar autonomia para que ele consiga reorganizar a sua vida sem estar dependendo dos serviços e nem do uso abusivo de substâncias.* (E3)
> *Oferecer um cuidado para esse usuário, mas que esse cuidado não seja apenas dentro de um serviço de saúde, mas que esse cuidado também vá para fora.* (E7)
> *Fortalecer essa autonomia deles, fortalecer eles enquanto pessoas. [...] Pensar juntos o que a gente vai fazer, o que ele vai fazer, e [...] tentar fazer que ele construa a saída pra sair dessa.* (E10)

A autonomia dos usuários estabelecida ao longo do processo terapêutico, pode promover a (re)construção da vida destes usuários, fortalecendo-os no mundo da vida cotidiana. A partir das falas, percebe-se que a autonomia está atrelada a ações em saúde que auxiliem os usuários nas próprias escolhas no cotidiano e na organização de suas vidas.

Nessa direção, para a construção de uma abordagem psicossocial voltada para a autonomia dos usuários, implica-se criar instrumentos que potencializem o sujeito para a produção de projetos de vida, no sentido de independência terapêutica. Assim, as práticas em saúde mental devem ser articuladas ao contexto social do indivíduo, em que habilidades podem ser potencializadas e, com isso, também contribuam para o reconhecimento de autonomia do ator social (Alves & Francisco, 2009).

Ainda, outros trabalhadores colocaram, enquanto intenções no tratamento de usuários do CAPSad, a construção da autonomia dos usuários a partir de ações em saúde com propósito de fortalecer habilidades e potencialidades, bem como auxiliar no processo decisório destes indivíduos, conforme os relatos que seguem:

> *[...] ver mais questões de habilidades e potencialidades, [...] e que ele possa ter um potencial de desenvolver. (E11)*
> *[...] tento ocupar esses espaços fazendo com que ele desenvolva [...] habilidades cognitivas, [...] para que depois quando ele retorne para sua casa ou para a sociedade ele possa ocupar alguma coisa. (E1)*
> *Tentar organizar eles para que eles possam viver lá fora, [...] e tentar mostrar para eles que eles podem, sim, fazer escolhas boas, escolhas que vão levar eles a ter uma vida diferente, melhor do que eles vinham tendo. (E2)*

Ao analisar os discursos, nota-se que os trabalhadores de saúde buscam por meio de ações em saúde, apurar habilidades e potencialidades dos usuários, com intuito de desenvolver meios a fim de que a sociedade compreenda estes usuários, e se responsabilize também pelo processo de inserção social.

A autonomia parece identificar-se com as relações sociais, podendo-se inserir socialmente indivíduos segregados, através da minimização dos efeitos do sofrimento psíquico e do incentivo ao usuário para o enfrentamento de seus problemas (Fleury-Teixeira & Vaz & Campos & Álvares & Aguiar & Oliveira, 2008). Isto, porém, com base nas suas condições sociais, econômicas, culturais e resgatando a sua cidadania, para a própria reinserção na comunidade.

Ao se considerar o contexto em que este usuário está inserido, atentando para o mundo de vida cotidiana de cada indivíduo, pode-se favorecer a transcendência de valores, a intersubjetividade e a interação social ao

longo do processo (Schutz, 2012). Dessa forma, a reinserção social do usuário torna-se essencial para que este possa compartilhar o mundo da vida cotidiana com seus semelhantes, reconstruindo vínculos e refletindo sobre o cotidiano para organizar suas escolhas, como observa-se nos depoimentos a seguir:

> *A questão de reinserir ele na sociedade, [...] oferecer esse espaço para que ele possa refletir sobre tudo que ele fez, [...] e o que ele quer da vida dele. (E1)*
> *E eu acho que esse aqui seria um espaço para que as pessoas possam se reciclar, [...] pode reconstruir vínculos [...], tu pode voltar a viver em sociedade. [...] aqui é uma preparação para que a nossa clientela retorne à sociedade. (E2)*
> *O objetivo principal é sempre focando isso, que ele diminua e que ele consiga reintegrar para a sociedade. (E6)*

A partir do conjunto das falas, nota-se que o trabalho em saúde no CAPSad propõe a construção de espaços para a inclusão social dos usuários, nos quais incita-se a reflexão, a educação em saúde e a redução do uso de substâncias psicoativas. Com isso, na visão dos trabalhadores, pode-se preparar estes usuários para a reintegração à sociedade.

O mundo social configura-se como um ambiente intersubjetivo que abrange todas as esferas das vivências e experiências cotidianas, por meio das quais os sujeitos, por suas intenções, relacionam-se com seus semelhantes, projetam ações e concebem planos. É no mundo da vida que se organiza a experiência a partir do presente e se direciona ao passado e ao futuro, e que há o compartilhamento de significados nas interações sociais (Schutz, 2012).

Por essa razão, considera-se crucial a aproximação ao usuário do serviço de saúde, com base em um trabalho em saúde essencialmente interdisciplinar, viabilizando um processo terapêutico que atenda a todos os interesses (Furtado & Nakamura & Generoso & Guerra & Campos & Tugny, 2010). Além disso, este trabalho em saúde poderá permitir que o usuário se readapte ao desenvolvimento de atividades cotidianas como trabalhar, estudar, passear, isto é, que o indivíduo consiga gerenciar sua vida, conforme se visualiza nas falas:

> *Que volte para sua rotina, que volte a trabalhar, volte com seus familiares. (E5)*
> *Ela arrumar um emprego, ter uma boa vida de relação com a família, com a esposa, com os filhos, [...] é bom. (E12)*
> *Eu espero que ele consiga [...] trabalhar, consiga gerenciar o seu dinheiro para poder dar condições para a família. (E6)*
> *Para que ele consiga [...] estar vivendo a vida de um jeito mais humano, de um jeito com um pouco mais de qualidade. (E10)*

É importante compreender que a reinserção social consubstanciada no processo terapêutico e nas relações sociais entre todos os atores, pode fortalecer o lastro social das ações nos serviços de saúde. Dentro dessa compreensão, a inserção social se torna o lócus para a reflexão do mundo da vida cotidiana dos usuários, sendo um dos dispositivos para realização de práticas que possam promover a transformação da realidade social.

Os dispositivos do cuidado em saúde mental se transversalizam no cotidiano do CAPS, principalmente nas interações sociais construídas ao decorrer do processo terapêutico. Nesse cenário, ressalva-se a reabilitação psicossocial, a qual requisita dos atores envolvidos uma maior capacidade de articulação com as possibilidade de atenção em saúde mental do serviço de saúde (Loyola & Pôrto & Rocha, 2009) e com as próprias demandas que constituem o contexto subjetivo de cada usuário, familiar e trabalhador.

Assim, salienta-se que as ações em saúde mental desenvolvidas no CAPSad propõe a construir uma terapêutica voltada para melhora do estado de saúde do usuário; autonomia deste usuário; e reinserção social. Com isso, o trabalho em saúde pode auxiliar na constituição da reabilitação psicossocial dos usuários, em que estes possam participar ativamente do cuidado em saúde mental, e sejam protagonistas do seu mundo de vida cotidiana.

5. CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, observou-se a partir da análise das falas dos trabalhadores de um CAPSad a instituição de ações em saúde mental nesse espaço, que anseiam a reabilitação psicossocial no processo terapêutico. Percebeu-se que neste cuidado torna-se primordial o relacionamento social entre o profissional de saúde e o usuário, o que pode permitir o fortalecimento do vínculo e o entendimento do contexto social do usuário de drogas, trabalhando-se a reabilitação psicossocial enquanto processo de reconstrução da subjetividade deste sujeito.
Os resultados deste estudo demonstraram que o processo terapêutico, apresenta-se com propósito de melhorar a situação de saúde do usuário; de estimular a autonomia dos usuários para propiciar melhores escolhas e organização no cotidiano; de preparar os usuários de drogas para o convívio em sociedade por meio da apuração de habilidades; e conectado às expectativas dos profissionais. No entanto, deve-se refletir sobre estas características da terapêutica no CAPSad, valorizando tais propostas de assistência ao usuário de drogas e, principalmente, avaliando se há dificuldades na estruturação e execução das mesmas.
Soma-se a esta perspectiva, a busca, por parte dos profissionais de saúde do CAPSad, da organização do cuidado em saúde mental com vistas à reabilitação psicossocial, a partir da aproximação ao contexto social de cada usuário de drogas. Para tanto, é essencial explorar o seu mundo da vida cotidiana e visualizar os contextos, através dos seus olhos, podendo-se compreender este indivíduo em sua singularidade e individualidade e, com isso, instituir ações em saúde mental que integrem, potencializem e tornem possível o processo de reconstrução da subjetividade do usuário de droga, isto é, a reabilitação psicossocial.

6. REFERÊNCIAS

1. Dutra VFD, Rocha RM (2011). O processo de desinstitucionalização psiquiátrica: subsídios para o cuidado integral. Rev. enferm. UERJ. 19(3), pp. 386-91.

3. Amarante P (2009). Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz.

4. Hirdes A (2001). Reabilitação psicossocial: dimensões teórico-práticas do processo. Erechim: EdiFAPES.

5. Pitta AMF (2001). O que é reabilitação psicossocial no Brasil, hoje? In: Pitta A. Reabilitação psicossocial no Brasil. São Paulo: Hucitec.

7. Schutz A (2012). Sobre fenomenologia e relações sociais. Rio de Janeiro: Vozes.

8. Almeida Filho AJ, Moraes AEC, Peres MAA (2009). Atuação do enfermeiro nos centros de atenção psicossocial: implicações históricas da enfermagem psiquiátrica. Rev Rene. 10(2), pp. 158-165.

10. Pinho PH, Oliveira MAF, Vargas D, Almeida MM, Machado AL, Silva ALA et al (2009). Reabilitação psicossocial dos usuários de álcool e outras drogas: a concepção de profissionais de saúde. Rev. esc. enferm. USP 43(spe2), pp. 1261-1266.

11. Pinho PH, Oliveira MA, Almeida MM (2008). A reabilitação psicossocial na atenção aos transtornos associados ao consumo de álcool e outras drogas: uma estratégia possível? Rev Psiq Clin. 35 (1), pp.82-8.

12. Nasi C, Schneider JF (2011). O Centro de Atenção Psicossocial no cotidiano dos seus usuários. Rev Esc Enferm USP. 45(5), pp.1157-63.

13. Lima CA, Tocantins FR (2009). Necessidades de saúde do idoso: perspectivas para a enfermagem. Rev Bras Enferm. 62(3), pp. 367-73.

15. Brasil (2012). Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466: diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da Saúde.

16. Alves ES, Francisco AL (2009). Ação psicológica em saúde mental: uma abordagem psicossocial. Psicol

Cienc. 29(4), pp.768-79.

17. Fleury-Teixeira P, Vaz FAC, Campos FCC, Álvares J, Aguiar RAT, Oliveira VA. (2008) Autonomia como categoria central no conceito de promoção da saúde. Cienc Saude Colet. 13(2), pp. 2115-22.

19. Furtado JP, Nakamura E, Generoso C, Guerra A, Campos FB, Tugny A (2010). Inserção social e habitação: um caminho para a avaliação da situação de moradia de portadores de transtorno mental grave no Brasil. Interface Comun Saúde Educ. 14, pp. 389-400.

20. Loyola CMD, Pôrto KF, Rocha KS (2009). Implicações do programa nacional de avaliação do sistema hospitalar psiquiátrico para a enfermagem psiquiátrica. Rev enferm UERJ. 17, pp.9-13.

Fragmentos da vida de Maura Lopes Cançado: ou sobre os modelos e práticas de instituições psiquiátricas no Brasil entre as décadas de 1950 e 1980

Maria Luisa Scaramella
mascavi@gmail.com

Resumo: Este trabalho propõe discutir, a partir de material biográfico relacionado à história de vida de Maura Lopes Cançado, aspectos dos modelos de institucionalização psiquiátrica no Brasil, entre meados da década de 1950 e início da década de 1980. Este período é marcado pela passagem da personagem por inúmeras internações, incluindo suas internações por *medida de segurança*, como inimputável, mas também marca um período de transição do modelo institucional tradicional para os modelos propostos pelas discussões ancoradas nas lutas antimanicomiais, no Brasil. A trajetória de Maura Lopes Cançado torna-se, nesse sentido, reveladora. Em 1965 publica seu livro, *Hospício é Deus*: um misto de relato autobiográfico, memórias e diário, escrito entre 1959 e 1960, durante uma de suas internações no conhecido hospital psiquiátrico do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro. Em seus relatos, a escrita autobiográfica nos dá chaves para a compreensão do social, pois constitui uma espécie particular de memória e arquivo sociais. Seu livro, *Hospício é Deus,* é marcado pelo confronto com a instituição psiquiátrica em sua dimensão mais sombria, pois Maura a denuncia. No ano de 1972, durante outra internação, Maura matou uma interna que estava na mesma clínica. Na condição de paciente psiquiátrica, foi considerada inimputável e passível de medida de segurança. A análise dos laudos psiquiátricos, presentes nos autos processuais, mostra que a alteridade é construída de forma a reafirmar o discurso médico-psiquiátrico. Tal discurso, investido do *status* de "verdade", almeja ser a última palavra possível sobre o *outro,* o paciente. Nessa lógica, os sentidos múltiplos de uma vida se perdem na busca por explicações do crime, sempre de uma perspectiva interna e nunca externa ao sujeito. Ou seja, os laudos não questionam, em nenhum momento, o modelo de instituição psiquiátrica – na qual Maura passou boa parte de sua vida inserida – pautado na violência e, portanto, nas violações constantes de direitos dos pacientes.

O álbum de família

Mamãe estava na janela de seu quarto olhando a estrada por onde chegaria o automóvel, trazendo papai e Didi. Era de tarde. Continuei deitada em sua cama grande, perguntando a todo instante: " – Ainda não vê nada?" Respondia sempre que não.

Esse é o início do livro de Maura Lopes Cançado, *O Hospício é Deus.* Nada melhor para introduzir o leitor à sua intimidade do que o levar, desprevenido, ao quarto da casa grande. Sentar ao seu lado sobre a cama e "folhear" o álbum de família. As imagens vão se formando, as relações familiares aparecem, os personagens ganham vida e o enredo vai sendo tecido...

Didi era uma das irmãs mais velhas de Maura, e sua predileta. Judite era seu nome. Vinha de tempos em tempos ver a família que vivia no interior de Minas, em uma fazenda próxima a Patos de Minas. Judite estudava em Belo Horizonte, no Colégio Sacre-Coeur de Marie, como cabia à filha de uma abastada e tradicional família mineira da época. Segundo Maura:

> *A mais bonita era Didi. (...) rosto de Greta Garbo com cabelos negros, ao chegar usava chapéu e seus vestidos eram diferentes daqueles que eu estava acostumada a ver. Ela só parecia mesmo com as moças estrangeiras das revistas. Gastava rios de dinheiro em roupas e sapatos, possuía uma legião de admiradores. E me amava. Achava-me linda e inteligente.*(CANÇADO, 1965:11)

Maura estava entre as filhas mais novas, daí ser, segundo seus relatos, a mais mimada e festejada dos filhos. Maura descreve-se como uma criança admirada por todos e excessiva:

> *Eu era morna, doce e presente – o que se toma no colo deixando o coração macio e feliz. Sobretudo em mim havia a surpresa: esperavam apenas uma menina, e subitamente me mostrava mais. Creio que em nada desapontei. Ao contrário, como criança fui excessiva.*(CANÇADO, 1965:12-13)

Seu pai tem lugar de destaque no "álbum", assim como sua mãe. O pai era dono de tantas fazendas, "que sequer as conhecia" de acordo com Maura. Respeitado e temido em toda a região, era cercado por jagunços, homens que matariam a um sinal seu ou de qualquer um da família. Maura descreve seu pai como alguém com "personalidade paranóide". Costumava vê-lo gritando com um fuzil na mão, sua mãe e outros o seguravam, enquanto alguém corria, fugindo pelo quintal. Conta que quando uma de suas irmãs casou, contrariando sua vontade, este passou a ignorá-la. Após quinze anos consentiu em recebê-la, mas falou sem olhar seu rosto. Junto dessa personalidade explosiva Maura fala de um homem sensível, generoso, inteligente e honesto.

A família de seu pai, Lopes Cançado, Maura descreve-a como de grande prestígio financeiro, social e político, no Estado de Minas. Sua mãe chamava-se Santa. *Modesta, generosa e quieta* – são os adjetivos que Maura lhe atribui. Sua mãe, segundo ela, vinha de uma família aristocrata. Descendente de Joaquina de Pompéu, mulher que manteve o poder político em Minas durante o império e, de acordo com Maura, deu ao Imperador Dom Pedro II um cacho de bananas feito de ouro.

Conta que na infância surgiram várias doenças, algumas bastante graves. Todos se preocupavam mais do que o normal com ela. Mostra disso foi a promessa que sua mãe fez à Virgem Maria, quando Maura esteve muito doente: só usaria roupas azuis e brancas até os sete anos.

A religiosidade da mãe, atrelada ao medo da morte da filha afetaram sua vida. As memórias de infância são povoadas pelo medo. Temia ser enterrada viva, temia separar-se dos pais, tinha medo da chuva e dos trovões e preferia tomar as refeições em seu quarto, assim evitava ver narizes, pois lhe causavam repugnância. Os hábitos estranhos não eram vistos com bons olhos: *encaravam-me como uma menina caprichosa, mas a verdade é que já era uma forte candidata aos hospícios onde vim parar.*(CANÇADO, 1965:17)

Na fazenda seu pai tinha uma loja. Conta que sempre ia com suas irmãs pedir balas ao rapaz que trabalhava nessa loja, mas o mesmo nunca as dava. Certa vez foi sozinha e pediu as balas:

> *Disse que sim. Sentou-me no balcão e teve relação sexual comigo, nas minhas pernas. Não tive nenhuma reação, creio haver sentido prazer e nojo. Sentindo-me molhada, julguei que ele houvesse feito pipi nas minhas pernas (eu devia ter cinco anos). Deu-me as balas e fui para casa. Era tarde. Todos se achavam sentados na varanda. Mamãe também. Ao ver-me tentou pôr-me no colo. Recusei-me. Achei-a limpa, inocente e bonita.*(CANÇADO, 1965:20)

Maura relata que um dia depois o rapaz foi embora, ninguém entendeu sua atitude, pois Maura não revelou o acontecido. Conta ainda que outros dois empregados fizeram-lhe o mesmo e a sensação se repetiu: um misto de náusea e prazer.

Aos sete anos sofre uma convulsão. Estava dormindo, não lembrava de nada quando acordou, apenas sentia dor de cabeça. A crise convulsiva se repetiu aos 12 anos, quando estudava em um colégio, como interna. Aos 14 anos estava acordada quando teve outra crise. Caiu inconsciente e acordou depois de nove horas, ficando, por um dia, com uma certa amnésia. Já casada, grávida, teve outra crise. A última foi aos 15 anos, quando da morte de seu pai.

Aos 14 anos resolveu que seria aviadora. Entrou para um aeroclube. Queria obter o brevê de piloto. Conheceu um jovem de 18 anos, aviador. Casou-se. Seu pai opôs-se tenazmente ao casamento, assim como toda a família. Maura descreve o pai em prantos, pedindo-lhe que não se casasse. Logo ele, figura tão forte que todos temiam, pedia. Maura não aceito o pedido. Tão logo casou, queria descasar. Decepcionou-se. A diferença de idade (Maura tinha quatorze anos) e de educação os distanciavam. Passou os primeiros cinco meses vivendo com os sogros e acreditando estar apaixonada pelo pai de seu marido. Depois de um ano, separaram-se. Maura estava com 15 anos:

> *(...) vi-me com o casamento desfeito, um filho, e sem papai, sustentáculo de todos os meus erros – meu grande e único amor. Restava-me mamãe: para sofrer com minha insatisfação, meus ideais irrealizáveis, minha busca do "não sei o que é, mas é maravilhoso", minha vaidade e meu tédio pelo que me estava ás mãos.* .(CANÇADO, 1965:24)

Desfeito o casamento, depois de atravessar uma crise, Maura volta ao aeroclube. Na companhia dos aviadores, vestida como um deles, conversando sobre aviões dizia sentir-se melhor. Mas a insegurança não a abandona. Assim como o medo de voar, o qual Maura fingia não existir. Ganhou um avião de sua mãe, um Paulistinha, Cap 4, prefixo PP-RXK. Era a única, entre os colegas, que possuía seu próprio avião. Conta que queria o avião apaixonadamente, mas isso antes de tê-lo. *Tão logo ganhei deixou de interessar-me muito, como não me interessaram muito jamais as coisas possuídas*(CANÇADO, 1965:25). O avião foi quebrado por um colega, numa aterragem de emergência. Maura deixa então a aviação de lado, desinteressando-se.

Nessa época Maura estava com 17 anos, vividos na fazenda em São Gonçalo do Abaeté e nos arredores. Aqui há uma pausa nos relatos autobiográficos, para iniciar uma segunda parte dos escritos, agora no formato de diário.

> *Procurei retratar-me até os 17 anos, embora fatos ocorridos dentro desta idade estejam registrados neste diário, em minhas conversar com o médico. Desde então tudo tomou um caráter mais grave e penoso(...) É, portanto, a metade do meu álbum: apresentei a moça de dezesseis anos, bonita, rica, aviadora; sem futuro – mas uma grande promessa.* (CANÇADO, 1965:26)

A ovelha desgarrada

Maura, que ainda vivia na fazenda, resolve voltar a estudar. Muda-se para Belo horizonte com o apoio de sua mãe. Tudo estava arranjado: Maura estudaria no Colégio Isabela Hendrix, tradicional em Belo Horizonte. Mas lá chegando, não foi aceita. Mesmo com tudo combinado e sua matrícula feita, a diretora recusou-a na última hora, alegando que a vaga havia sido preenchida por uma antiga aluna. Ainda assim permanece em BH, residindo em pensões e estudando com professores particulares.

Descreve esse período de sua vida como um dos mais difíceis. Sofre muito preconceito pela sua condição. É nessa época que se interna pela primeira vez, em um sanatório em Belo Horizonte. Tinha 18 anos. Segundo seus relatos, estava magra, nervosa e não dormia. *Ninguém entendeu o motivo desta internação, a não ser eu mesma: necessitava desesperadamente de amor e proteção. O sanatório parecia-me romântico e belo. Havia certo mistério que me atraia.*(CANÇADO, 1965:64)

Com 22 anos decide mudar-se para o Rio de Janeiro. Gastara toda sua herança e durante o primeiro ano no Rio vive, segundo conta em seu diário, *a custa de um amante rico.* Maura diz ter vivido com muito dinheiro e desequilibrada. Depois de muitas crises de depressão pediu a um psiquiatra que a internasse. Foi para a Casa de Saúde do Alto da Boa Vista, onde seu médico era diretor. Maura descreve o lugar como elegante, com pessoas agradáveis. Jogavam sinuca, pingue-pongue, cartas. No princípio achava divertido, mas depois passou a ficar entediada até tornar-se agressiva. Fala de aplicações de sonifene, que segundo julgava, tornavam seu estado ainda pior. Dormia, mas acordava ainda mais agitada. Seu estado se agravou e foi trancada em uma espécie de quarto forte. Lá ficou sem saber por quanto tempo. Sedada, foi perdendo a força gradativamente, até não poder mais ficar em pé. Foi tirada do quarto por um médico desconhecido.

Sem dinheiro e sem ter onde morar, saiu pelas ruas do Rio de Janeiro fingindo uma amnésia. Diz que teve seu retrato em todos os jornais da época, e que a certa altura entrou em uma bela mansão e jantou com a dona da casa. Esta encontrou a caderneta de Maura e ligou para Belo Horizonte, entrando em contato com sua mãe. Voltou a Belo Horizonte para viver com a família.

Passado algum tempo retornou ao Rio com a ajuda de Hermínio Guerra, um advogado amigo da família. O retorno foi difícil, diz Maura. Pouco dinheiro, o medo de nada dar certo. Depois de um ano no Rio Maura tenta

o suicídio. Fica oito dias no que chama de "tenda de oxigênio" e depois é encaminhada para o hospital do Engenho de Dentro, por uma assistente social para quem contou a vida inútil que levava havia um ano. Foi, ao que consta, a primeira internação no Engenho de Dentro. Conta que, em princípio, não quiseram aceitá-la. O médico perguntou-lhe se já havia sido internada e Maura contou sobre a Casa de Saúde do Alto da Boa Vista. *"Mas, minha filha, aqui é outra coisa. Eu me sentiria constrangido internando-a. É hospital de indigentes, um lugar feio. Você não tem ideia do que vai encontrar". Não tem importância, doutor. Também sou indigente* (CANÇADO, 1965:179).

Maura estava sem emprego e sem lugar para morar. O médico aconselhou-a a tentar outra saída e voltar se não conseguisse um lugar melhor. Maura voltou. Passou sois meses no IP, que fica dentro do Engenho de Dentro.

> *Minha primeira impressão foi de pânico. Abriram-me uma porta, vi-me diretamente no refeitório. As mesas cinzentas de pedra, algumas doentes despenteadas, com os cabelos em pé, fizeram-me recuar. Uma enfermeira segurou-me pelo braço: " –Não pode mais sair." Trocaram meu vestido pelo uniforme, puseram-me no pátio. Só o cinema será capaz de mostrar o que é o IP. É onde são internadas as doentes na sua fase mais aguda. Depois de três meses transferem-nas para outros hospitais.* (CANÇADO, 1965:180)

Maura foi transferida depois de dois meses para a mesma sessão na qual escreveu o diário. O que acontece depois não está relatado. Maura, como já foi dito, volta a uma segunda internação depois de uma tentativa de suicídio. Talvez tenha sido a segunda ou terceira. Nesse período Maura já era colaboradora do Suplemento Dominical do Jornal do Brasil e durante sua internação escreveu um conto que foi publicado no SDJB.

O hospício e Deus

> Era 1959. Maura brigara na redação do Jornal do Brasil.
> *Reynaldo Jardim, Ferreira Gullar, Assis Brasil, e tantos outros, meus protetores. Quase todos os bons intelectuais da nova geração.(...) Destruí tudo agredindo Reynaldo Jardim. Foi uma briga feia. Briguei sozinha. Ele não ousaria ferir-me, pois tem sua própria maneira de demonstrar amor. Consegui escandalizar Carlos Heitor Cony, que já foi quase padre, é facilmente escandalizável. Além de julgar estar ferindo Reynaldo, ao falar coisas inverossímeis e degradantes a meu respeito. Algo em que pensar: se tem alguma afetividade por mim deve ter sofrido. Como me destruí. Falei de mim tantas vilezas (já fiz isto com mamãe. Estou muito cansada). Telefonei antes de vir a dona Dalmatie, enfermeira minha amiga. Levou-me a doutor J., pedi-lhe que me aceitasse no hospital:*
> *__ Por favor, doutor J., não sei que fazer lá fora. Estou destruída. Aceite-me no hospital. Briguei no jornal.* (CANÇADO, 1965:29)

Maura chega a Seção Tillemont Fontes, Hospital Gustavo Riedel, Centro Psiquiátrico Nacional, Engenho de Dentro. Era então a terceira vez que Maura estava neste hospital. Torna-se uma espécie de jornalista de plantão. Jornalista delatora dos maus tratos. Nada passa despercebido pelos seus olhos. A realidade do hospital psiquiátrico vem à tona no diário. Os maus tratos, a relações médico/paciente, enfermeiras/ pacientes, médico/ enfermeiras, etc. Maura dá um panorama rico desse universo social, a hierarquia, os conflitos.

Maura conta sobre Dr. A., personagem constante nos relatos. Era o psiquiatra que a atendia nas sessões de psicoterapia. Há um misto de paciente que projeta seu desejo sobre seu psicanalista, mas também de paciente crítica das atitudes do médico:

> *Durvalina que tinha ido para casa voltou doida varrida. Está presa no quarto-forte. Grita por mim o tempo todo, não sei que fazer. Reclamo com doutor A. Ele não quer soltá-la. Assegura-me que o quarto forte é uma medida de segurança para o doente.*

> *Mas não é verdade. Se fosse como os que se vêem no cinema, paredes acolchoadas e muito confortáveis. Os daqui são abafados, imundos, nem se pode respirar no seu interior. E as baratas. Falei com ele (ou com as baratas, que dá na mesma).* (CANÇADO, 1965:144)

Maura diz ocupar um lugar privilegiado no hospital. Isso se dá em função de sua ligação com o Jornal do Brasil e, principalmente, com as pessoas com quem trabalhava. Contudo, esse "privilégio" nem sempre é evidente. Na maior parte de seus relatos ele não aparece, pois Maura apanha como qualquer outra paciente, vai para o quarto forte, sofre com os maus tratos como qualquer uma de suas colegas. Há algumas passagens em que Maura relata a visita de alguns colegas, principalmente de Reynaldo Jardim, diretor do SDJB. Além de uma ligação na qual Reynaldo teria reclamado pelos maus tratos a Maura.

Esse vínculo com o Jornal está presente no diário. Maura continua escrevendo para o Suplemento Dominical, mesmo internada. No dia 28 de outubro de 1959 Maura relata que havia começado a escrever um conto: *O sofredor do ver.* No dia 12 de dezembro de 1959 Maura diz o seguinte: *Meu conto "O sofredor do ver" foi publicado na primeira página do Suplemento Dominical do Jornal do Brasil. Saiu lindo, ocupou toda a primeira página* (CANÇADO, 1965:93).

Os relatos do diário cobrem um curto período de sua vida. Mas outros materiais (cartas, artigos, etc.) mostram que Maura passa boa parte de sua vida entre idas e vindas de sanatórios. O que, em sua vida, resultou em uma tragédia complexa. Internada, então, na Casa de Saúde Doutor Eiras, Maura envolveu-se em uma briga e, na deficiência de seguranças para impedi-la, matou uma interna. Depois do ocorrido Maura Lopes Cançado foi julgada na 2ª Vara do 1º Tribunal do Júri. No dia 15 de outubro de 1974 foi absolvida, *considerada incapaz de atender ao caráter criminoso do fato que praticou*.

O juiz considerou necessário, por medida de segurança, impor a ré internação em manicômio judiciário pelo período de seis anos. Todavia, o manicômio judiciário não aceitava mulheres. Maura, que tinha medo de matar pediu ao juiz que fosse presa: *Fui então ao juiz e pedi para me prender. Eu pensava que numa cadeia a gente entrava e, desde que ficasse quietinha numa cela, poderia ler, reescrever meu livro.*

Os laudos: ou sobre uma curva de vida defeituosa e pequenos surtos paroxísticos

Debruçada sobre o primeiro laudo de sanidade mental realizado com Maura, datado de cinco de novembro de 1973, tive a impressão de estar novamente lendo trechos de *Hospício é Deus.* O laudo é composto, principalmente, de pareceres médicos de dois hospitais psiquiátricos nos quais Maura esteve internada, dos relatos sobre exames a que foi submetida e, por fim, dos relatos dos psiquiatras ou peritos que realizaram entrevistas com Maura. O que tenho então é a história de Maura contada novamente onde alguns dos trechos se assemelham fortemente a seu livro, publicado em 1965, excetuando-se a parte intitulada *Exame psíquico*, onda inicia-se uma narrativa mais técnica, na qual a história de vida que Maura conta aos peritos é analisada a partir de termos psiquiátricos. Algumas informações novas são acrescentadas, mas de maneira geral, a parte mais longa dele é formada pelo relato que é quase um duplo de *Hospício é Deus,* resumido. Tudo começa assim:

> *Antecedentes Psicossociais: A paciente criou-se no interior de Minas Gerais, na fazenda paterna onde passou toda a infância. O pai era fazendeiro, homem abastado, "podre de rico" e sua riqueza e poderio a atingia a tal ponto, que chegava a julgá-lo "um Deus"; (...). o pai, como próspero fazendeiro do sertão mineiro , possuía àquelas características imperantes à época, onde a lei "era o revolver", e as adotava e as exercia amplamente* (Processo penal, fl. 74).

O desenrolar é muito semelhante ao de seu livro autobiográfico:

Nasci em uma bela fazenda do interior de Minas, onde meu pai era respeitado e temido como o homem mais rico e valente da região (...)Sempre ouvi dizer que muitas de suas fazendas lhe eram desconhecidas por estarem distantes. Filho de família rica, gastou toda sua herança quando jovem,casando-se depois com mamãe e recomeçando a vida nos sertões de Minas Gerais, onde a única lei era a do revolver. Antes de tudo meu pai foi um bravo. (Lopes Cançado, 1991:12-13).

A sequência se repete. Cito alguns trechos do laudo:

(...) sofreu atentados libidinosos por parte de empregados (...) Esses fatos traziam para a periciada grandes "sentimentos de culpa", e passava noites inteiras chorando por causa disso, tinha dificuldade em dormir,(...) achava-se culpada, pecadora e, por certo, iria para o inferno quando morresse.(...) Pagava uma empregada da fazenda para que esta lhe contasse suas intimidades conjugais e suas perversões, sentia-se "muito sensual"e praticava atos libidinosos com outras meninas (Processo penal, fl.75). *De outra parte, a paciente, na infância, sempre foi muito "adulada", por ter nascido sete anos depois do irmão que a antecedera. O pai "apaixonara-se"por ela e concedia-lhe todas as vontades, era muito "bonitinha" e todos tinham-na na conta de ser muito inteligente. Quando no colégio, almejava ter um pai culto, que lhe ensinasse latim, línguas, "bacana". Em contato com outras colegas, filhas de pessoas de cultura, mentia deliberadamente, afirmando ser filha de estrangeiros (russos) e ter um tio chinês, chegando ao ponto de "mentalizar"o tio de rabicho, como se chinês fosse. (...) Não se dava bem nos colégios, não se adaptava às normas exigidas e não sabia competir com as outras colegas, porque em sua casa ela sempre fôra* [sic] *a pessoa mais importante.(...) Aos 14 anos decidiu tirar o "brevet" de aviador, na localidade de Bom Despacho, curso interrompido pelo namoro que iniciou com um dos seus colegas. (...) Quando o pai da periciada soube dos acontecimentos tomou-se de desespero, opoz-se* [sic] *tenazmente ao casamento e mesmo sabendo que a paciente não era mais virgem, não consentiu no matrimônio, circunstância que a levou a casar-se apenas no religioso* (Processo penal, fl.76). *(...) A essa altura dos acontecimentos, a periciada já estava muito arrependida com o casamento e, depois de nove meses de casada, dava à luz a um filho do sexo masculino. Pouco depois do nascimento da criança a paciente separou-se do marido, época que coincidiu com o falecimento do pai. Face ao desaparecimento do chefe da família, a periciada, juntamente com a mãe, mudou-se para uma cidade próxima, onde passaram a residir. Alguns meses depois porem, Maura viajou para Belo-Horizonte* [sic], *com o fito de concluir o curso de aviação, "tirar o brevet", indo morar em um hotel, tendo convencido a mãe, para comprar-lhe um avião, um Teco-Teco, um "Paulistinha". Chegou a voar sozinha, mas não conseguiu tirar o "brevet", pois um amigo seu, aviador, voando em seu avião, ao praticar aterrizagem* [sic] *de emergência, destruindo o aparelho.* (Processo penal, fl.78).

Toda essa narrativa, esse recontar a história, tem no laudo o título de *Anamnese.* A anamnese psiquiátrica consiste na construção do histórico do paciente através da coleta de dados sobre a vida do mesmo, desde seu histórico médico até suas lembranças, reminiscências de família, etc. De modo geral, é a reconstrução de sua história de vida que será analisada e resignificada a partir do saber médico psiquiátrico. É esse parecer que sustenta a sentença do juiz. Essa ressignificação está no trecho do laudo intitulado *exame psiquiátrico.* Nessa parte do laudo, há uma explicação psiquiátrica com termos específicos e técnicos. Ela tem a função de mostrar o traço doentio presente no conteúdo dessa história de vida. Maura estava sob os olhares atentos dos peritos do Manicômio Heitor Carrilho. Mas cada mero detalhe, cada gesto, cada palavra e entonação estavam sendo atentamente analisados. O modo como a história era contada torna-se mais um objeto de avaliação.

> *A avaliação psiquiátrica começa antes mesmo do início da entrevista, com a observação da expressão facial do paciente, seus trajes, movimentos, maneira de se apresentar, etc.*(Zuardi A.W. e Loureiro S.R, 1996:46)

Tudo estava coberto pela aura reveladora dos sentidos subjacentes, prontos a serem desvelados sob os olhos atentos dos peritos. Diz o perito e narrador:

> *A paciente vem ao exame trajando vestes próprias e atuais, com os cabelos penteados, discretamente maquilada, evidenciando alinho e cuidados bem femininos pela sua*

> *aparência pessoal. Apresenta-se em estado de clareza da consciência e está orientada auto e alopsíquicamente. Mostra nas várias entrevistas mantidas com os peritos, um elevado grau de ansiedade, eis que não se mantém sentada tranquilamente à cadeira, de onde levanta-se a todo instante, movimentando-se angustiadamente pela sala, cruzando e descruzando as pernas, e fumando incessantemente. A atitude é vigilante e voluntariamente dirigida* (Processo penal, fl.86).

Um piscar de olhos, um tremilicar de mãos, uma doença de infância ou um pecado confesso, tudo ganhava um sentido profundo e definitivo durante o exame psiquiátrico. Cada pedaço de sua narrativa era interpretado e posteriormente colada a categorias pré-determinadas de sintomas, mostrando uma personalidade desviante. Por fim, chegou-se à conclusão que Maura

> *(...) externa fundamentalmente, uma fachada psicopática, sob a qual se desenvolve, surdamente, um processo esquizofrênico larvado, enxertado com epilepsia, com distúrbios psicopáticos e epiléticos do caracter (...)* (Processo penal, fl.86).

No entanto, para chegarem até essa conclusão – que é também um diagnóstico – a narrativa dos peritos no laudo recai sobre um tipo de desqualificação da conduta de Maura e de sua personalidade, sempre tendo como suporte para essas análises a narrativa de Maura, a história de vida que ela lhes contou. O laudo, à medida que constrói, em sua narrativa, uma personalidade psicopática e esquizofrênica, acaba fazendo-o a partir de descrições e adjetivações que estão muito próximas às concepções em voga no século XIX, tais como a loucura moral ou ainda a monomania sem delírio. Essa comparação não é estranha tendo-se em conta que, ao longo da conceituação da psicopatia, predominou a ideia de desvio de caráter considerado a partir de parâmetros morais e éticos vigentes no meio social (Henriques, 2009).

A questão da patologia era desviada para a da anomalia, relacionada a comportamentos desejados ou não no meio social. De acordo com Isaias Pessotti (2001), muitos dos nomes dados à loucura ao longo da história mudam não porque novas formas de alienação surgem, mas pelo fato de mudar a maneira de interpretar os fenômenos, já que as práticas, as normas e, portanto, o meio sócio-cultural muda com o passar do tempo. Isso pode provocar, muitas vezes, uma reformulação dos agrupamentos de variedades anteriores[1], segundo o autor. Isso significa que muitas das maneiras como se caracterizou a loucura, suas definições e nomes, sempre estiveram, também, vinculadas aos valores, às praticas, às convenções de uma época.[2] Em alguns casos, essas mudanças acontecem, mas podem carregar resquícios de concepções anteriores, envolvidas por valores que ainda estão em voga, apontando o que é correto ou não como comportamento.

No caso de Maura, não era apenas chegar a um diagnóstico. O objetivo dos peritos era explicar um crime que, em sua origem, parecia enigmático, ou como diz Foucault (2002), sem interesse, sem uma motivação explícita. O problema era encontrar esse *interesse-razão* do crime que pudesse torná-lo compreensível e, portanto, punível ou não. Nesse sentido, esse diagnóstico vai sendo tecido na narrativa dos peritos sobre Maura, e essas caracterizações morais presentes nas monomanias ou *moral insanity* vão sendo costuradas às entrelinhas, na tentativa de explicarem o enigma.

---

1 Seguindo esse raciocínio, talvez Maura hoje recebesse o diagnóstico de personalidade *borderline.* De acordo com Paulo Dalgalarrondo**:** *A necessidade de se criar categorias diagnósticas para distúrbios mentais graves, próximos da alienação mental, mas sem sintomas declarados de "loucura", não é nova na tradição psicopatológica (Berrios, 1993). Nesse sentido, entidades como a 'moral insanity' de Prichard (1835), a 'manie sans délire' de Pinel, e as monomanias de Esquirol (1838), poderiam ser tomadas como precursores do conceito de 'borderline'. Para o alienista Chaslin, haveria de fato um território fronteiriço, entre a loucura e a sanidade, uma 'borderland of insanity', como ele sugeriu na virada do século, digna de ser estudada com maior cuidado pelos alienistas* (1999: 53-54). A origem dessa noção vem do desdobramento de outras categorias que lidaram com a questão do frusto como no caso da esquizofrenia latente, que esses autores também definem como precursora da terminologia do transtorno *borderline* e que, no laudo de Maura, também aparece como *esquizofrenia larvada*, ou seja, caracterizada pela ausência de sintomas ou ainda com intervalos de lucidez.

2 Como bem mostrou Foucault em sua *História da loucura.*

Nas entrevistas com os peritos, Maura dizia não se lembrar de nada sobre o momento do crime. A frase que usava era *se lembrar, fico doida* (Processo penal, fl.73). Os peritos tiveram acesso aos detalhes do que aconteceu através dos autos do processo, ao qual consultaram. Nos autos, já havia o parecer do instituto de criminalística, ou *Laudo de exame de local de morte violenta*:

> *Face aos exames realizados e expostos no corpo do presente laudo, são acordes os peritos em afirmar ter ocorrido no local em causa, objeto do presente, uma morte violenta (homicídio), perpetrado por estrangulamento, cujo instrumento utilizado fora uma faixa de tecido extraído de um lençol, nas condições abordadas nos capítulos anteriores.* (Processo penal, fl.57)

Os peritos do exame de sanidade mental estavam, então, diante de uma paciente psiquiátrica que havia matado violentamente outra paciente, mas apresentava-se em condições estáveis. De acordo com a narrativa do laudo de sanidade sobre Maura: *A linguagem verbal é expressada através* [de] *uma atividade discursiva fácil, minuciosa, detalhista e prolixa. No conteúdo do pensamento, muito embora não se encontrem idéias delirantes sistematizadas, organizadas sob a forma de um delírio típico, sua temática está marcada pela fantasia, pela fabulação e pela tendência a autoreferência* (Processo penal, fls. 86).

Nada estava evidente na figura de Maura. O que os peritos psiquiatras tinham? Um crime, descrito nos autos do processo penal, ao qual eles tinham livre acesso. Reviam os depoimentos das testemunhas presentes na noite em que ocorreu e o exame de corpo delito, ambos anexados ao processo; tinham ainda um histórico de inúmeras internações ao longo da vida de Maura, o que apontava para uma personalidade que, de certa forma, já demonstrava sinais de fragilidade. No entanto, a pessoa de Maura não tornava nada disso explícito. Não havia uma razão clara que pudesse explicar os motivos do crime. E não havia também um indício mais evidente de alienação mental, delírio, ou qualquer coisa que pudesse, de imediato, levar os peritos a considerá-la como louca, ou seja, como alguém que estava na condição do artigo 22 do código do processo penal[3], a não ser o fato de que estava internada.

É interessante observar que, se no inquérito o delegado informa imediatamente que o crime foi cometido por *doente mental* – já que este se deu dentro de um hospital psiquiátrico e Maura estava na condição de paciente –, no laudo isso muda. Não quero dizer com isso que essa definição não estivesse moldando a busca e, mais tarde, a narrativa dos peritos, ao contrário, a definição está guiando todas as etapas não só no laudo como no restante do processo, lembrando o que diz Zarias, sobre esse tipo de definição. Mas a evidência imediata que o delegado tinha quando foi até o hospital investigar a situação, na noite do crime, e se deparou com Maura na condição de paciente psiquiátrica, competia no momento dos exames psiquiátricos com pessoa de boa aparência. Não só o tempo havia passado como a mulher que se apresentava aos médicos peritos estava bem trajada, maquiada, era desenvolta, contava sua história de maneira coerente, colaborava com os médicos, apesar de demonstrar certa ansiedade no cruzar e descruzar de pernas e no fumar incessante.

O que era preciso, então? Era preciso reaproximar essas duas figuras de uma terceira: era preciso juntar a homicida e paciente psiquiátrica, com a desenvolta, de QI acima da média e aparência normal. Era preciso trazer à tona o que estava escondido, costurando essas três figuras em uma só. Isso era feito à medida que os peritos retomavam tudo aquilo que já foi citado, ou seja, todos os indícios que compunham os autos do processo penal até aquele momento, mas, principalmente, analisando toda a história de vida de Maura. Se o crime não se revelava na aparência e na inteligência, era preciso desvendá-lo na conduta de uma vida, ou seja, em uma vida doentia. Junto disso, vem uma noção de personalidade psicopática e esquizofrênica que, na narrativa dos peritos, aparece profundamente marcada pelas concepções morais da loucura.

Foucault (1978) fala sobre as *loucuras parciais*, entre as quais estariam aquelas que não podem ser percebidas pela desordem da inteligência, mas apenas observadas pela desordem das ações, das condutas ao longo da vida. A loucura moral (*moral insanity*) era uma delas. Um tipo de noção caracterizada por uma espécie de *perversão*

3Do código de 1941.

das afecções morais, na direção de irritações maníacas, atos inspirados de violência, explosões de furor (Foucault, 1978:517). A monomania marcou também o começo de uma visão da loucura associada ao perigo. Não se tratavam apenas de *estigmas da incapacidade no nível da consciência, mas dos focos de perigo no nível do comportamento,* como disse Foucault ao tentar formular as idéias que perpassavam essa noção (2002:178). Foucault continua:

> *A análise, a investigação, o controle psiquiátrico vão tender a se deslocar do que pensa o doente para o que ele faz, do que ele é capaz de compreender para o que ele é capaz de cometer, do que ele pode conscientemente querer para o que poderia acontecer de involuntário em seu comportamento.(...) Com a monomania, com essa espécie de caso singular, extremo, monstruoso, tínhamos o caso de uma loucura que, em sua singularidade, podia ser terrivelmente perigosa.* (2002:178-179)

Tanto a loucura moral (também denominada monomania raciocinante) quanto a monomania (ou monomania instintiva) descreviam indivíduos que não sofriam de "distúrbios de ideação", ou seja, era um tipo de loucura lúcida.[4] Não se dava na esfera da razão e, nesse sentido, segundo Foucault, estava oculta, como uma *loucura transparente e incolor que existe e circula sub-repticiamente na alma do louco(...)* (1978:517). A monomania instintiva seria aquela que se revela repentinamente, às vezes afetando um único tipo de comportamento, como o do assassino, em alguns casos. Já a monomania raciocinante caracterizava *indivíduos que apesar de lúcidos e inteligentes, apresentavam 'distúrbios de caráter ou do senso moral'(...) Os indivíduos afetados por essa espécie de loucura conservariam durante toda sua vida um caráter indisciplinado, reivindicador, cruel, agressivo, amoral* (Carrara,1998:74). Diz ainda Carrara:

> *A monomania instintiva dava conta de explicar atos considerados excessivos em relação a uma história de vida ou trajetória individual comedida, medíocre, normal. A loucura moral explicava, por seu lado, atos contextualizados por uma história individual percebida como excessiva, extravagante, excêntrica ou acidentada, frente à representação daquilo que seria o homem médio, medíocre ou normal* (1998:75).

De certa forma, essas duas noções estão permeando o laudo sobre Maura, na maneira como este é construído, mas com características descritivas, adjetivos que o aproximam da concepção moral. Os peritos dizem o seguinte:

> *Sobressaem de forma saliente, no contexto da personalidade da paciente, e elementos encontrados à saciedade na sua curva biográfica, as desordens da afetividade, dos instintos, do temperamento e do caráter. Estas desordens da personalidade da periciada estão muito bem caracterizadas e traduzidas na conduta assumida ao longo de sua vida, onde se encontra as mais variadas formas de reação psicopática e onde destaca-se a irresponsabilidade; a mentira e a insinceridade; a ausência de remorso ou de vergonha; o comportamento antisocial* [sic] *sem constrangimento aparente; o senso crítico falho e a deficiência de aprender pela experiência; o egocentrismo patológico e incapacidade de amar; a pobreza geral das reações*

---

4 Pessotti fala sobre a descrição de Maudsley: *Maudsley escreve, depois que muito já se disse, sobre a 'Mania sine delírio', de Pinel, a 'Monomanie raisonnante ou sans délire', de Esquirol, ou 'Moral insanity', de Prichard. É esse o quadro básico para admitir a existência de espécies de loucura sem 'distúrbios de ideação', embora perigosíssima por seus efeitos afetivos devastadores. Os casos que Maudsley aponta, lembram, invariavelmente, a loucura lúcida, e racional, da Medéia de Eurípedes. Alias, desde Homero ou, para não ousar demais, desde a medicina greco-romana, a loucura se define pela perda ou desgoverno da razão ou pela perda do controle da vontade, ou seja, pela submissão, coercitiva, às paixões, ou aos instintos* (2001:107).

> *afetivas; a perda da capacidade de discernimento; a indiferença em relações interpessoais gerais; comportamento extravagante e desagradável; as ameaças e tentativas de suicídio raramente levadas a efeito; a impulsividade; a agressividade; a violência; a sexualidade precoce e as perversões sexuais.* (Processo, fls. 86-87)

Tem-se uma espécie de junção dessas duas monomanias, a instintiva e a raciocinante. As desordens da afetividade – entenda-se, aqui, dos sentimentos e da vontade – são aquelas descritas acima, de acordo com Carrara, que apontam esse indivíduo tomado por um instinto homicida irresistível. Segundo Carrara (1998), alguns crimes enigmáticos encontrariam sua explicação nesse tipo de impulso, que transforma o homicida em uma espécie de autômato. Voltando ao laudo de exame de sanidade mental, dizem os peritos sobre Maura: *Vê-se que sua personalidade é dominada por impulsos incoercíveis básicos e primitivos, a ponto de excluir a conduta racional; sua resposta aos estímulos é caracterizada pela imaturidade emocional pela resposta impulsiva e instantânea* (Processo penal, fl.87). Já as do temperamento e do caráter recairiam naquela concepção moral ou raciocinante. Tomo outro trecho do primeiro laudo:

> *A curva biográfica da periciada eivada de atitudes as mais caprichosas, extravagantes, exdruxulas* [sic]*, amorais, extrapolam já de uma constituição psicopática tão somente, mas alteram o mundo dos valores divorciados da realidade, evidenciando a existência de núcleos psicóticos profundos, capazes de desvirtuar o valor ético ou moral, prenunciadoras de um processo Esquizofrênico* [sic] *larvado, eis que o caráter insólito do comportamento não mostra ressonância na sua proporcionalidade, nem lhe trazem nenhum proveito.* (Processo penal, fl.88)

Seguindo as palavras do perito, é possível perceber os resquícios dessas concepções na maneira como a conduta de Maura é julgada. Tem-se uma figura moral em sua excentricidade, em sua extravagância e mesmo em sua amoralidade, muito distante do que seria, do ponto de vista dos peritos, um indivíduo com um comportamento normal, adequado. Por outro lado, esse processo esquizofrênico que se manifesta *surdamente* é o guia desse comportamento desvirtuado, mas guia de maneira velada, aparecendo ora aqui ora ali, entre uma internação e outra, entre uma atitude extravagante e outra, mas irrompe no momento do crime com toda a sua fúria autômata e incontrolável. No laudo, a esquizofrenia está muito próxima às monomanias. Ou seja, ela está lá, está nessa vida, nessa curva, a questão é mostra-lá:

> *Verifica-se do estudo direto da paciente, do minucioso levantamento biográfico, da pesquisa a todas as fontes de informação, das provas psicológicas aplicadas, tratar-se de uma personalidade com características de onipotência, narcisista, exibicionista e egocêntrica. Incapaz de julgar sua própria conduta, e mesmo quando inadequada ou hostil ao meio social, está satisfeita com ela, carecendo de propósitos, objetivos e de perspectivas; tendo um deficiente sentido de realidade; exigindo a satisfação imediata dos seus desejos; estabelecendo muito escassas relações emocionais ou laços afetivos estáveis; as suas necessidades instintivas não se adaptam as necessidades sociais, só se adaptam aos ambientes que pode dominar, com surpreendentes irregularidades em suas capacidades e inconseqüência na conduta, inclusive na infância, onde demonstrou já, àquela época, sinais de desadaptação emocional e traços nocivos da personalidade. Vê-se que sua personalidade é dominada por impulsos incoercíveis básicos e primitivos, a ponto e excluir a conduta racional; sua resposta aos estímulos, é caracterizada pela imaturidade emocional e pela resposta impulsiva e instantânea. A atuação da paciente, ao longo de sua curva de vida é tão defeituosa, que impediu uma adaptação psicossocial adequada, indo das extravagâncias de comportamento ao crime.* (Processo penal, fl. 87)

O passado em cada detalhe é examinado na busca de sintomas que possam localizar uma origem, a origem do que levaria ao crime. Lá, bem no fundo, o delito já estava previsto, como um devir, ao qual não se escaparia. Seguindo a lógica dos peritos, esses sinais paroxísticos, Maura mostrou tê-los desde sua infância:

> *Aos sete anos fui vítima de um ataque convulsivo que muito preocupou meus pais. Deu-se enquanto eu dormia, e não sofri. Apenas dor de cabeça ao acordar. Aos doze anos, estudando interna, tive outra crise, nas mesmas condições. Também não me preocupou. Ao contrário, vi-me alvo de muitas atenções. Mas aos quatorze anos, estava acordada, tive uma crise e foi horrível. (...) As auras epilépticas me são quase que cotidianamente familiares.* (Lopes Cançado, 1991:21)

Este relato está em seu livro *Hospício é Deus,* como descrito no início do texto. Volto à narrativa do laudo, atendo-me às conclusões:

> *Conclusões – Considerações psiquiátrico-forenses: Da avaliação procedida na indiciada Maura Lopes Cançado, chegou-se a conclusão que externa fundamentalmente, uma fachada psicopática, sob a qual se desenvolve, surdamente, um processo esquizofrênico larvado, enxertado com epilepsia, com distúrbios psicopáticos e epilépticos do caráter. É, assim, uma personalidade mórbida, doente, em todas as suas dimensões.* (Processo penal, fl. 88) *(...) A impulsividade, a agressividade e violência, também fazem parte dos caracteres psicopáticos epileptóides como os da indiciada, e os distúrbios da eletrogênese cerebral, expressivos da epilepsia que padece, devem ter dificultado os mecanismos nervosos inibitórios, formadores dos impulsos, contribuindo todos esses elementos, além dos já mencionados, para facilitar os incoercíveis impulsos que marcaram, não só a vida da periciada, como a ação delituosa.* (Processo penal, fl. 90)

Primeiro, tem-se uma convulsão envolvida pela aura religiosa, mais tarde uma aura médica e, finalmente, por uma aura "psiquiátrica-médico-moral", onde as convulsões[5] marcam distúrbios psicopáticos e epilépticos do caráter. Esses surtos paroxísticos, as crises epilépticas de Maura que começam na infância tornam-se uma espécie de sintoma do que se revelaria uma personalidade criminosa, à moda do final do século XIX e meados do XX, no Brasil, quando a epilepsia era associada, em muitos casos, ao criminoso nato. É interessante observar que nessa explicação do crime sem interesse e por isso mesmo enigmático, os peritos precisam ancorar esse crime a uma curva vital que remonta a infância e que se desenrola tortuosamente, chegando à fase adulta propensa, ou mesmo sem outra possibilidade que a de cometer aquele crime.

Suas ações ao longo de toda a vida são colocadas em xeque no laudo a partir de um discurso que se apresenta como uma verdade de caráter científico. No entanto, muito desse discurso está ancorado em fatores sócio-culturais, sendo então a reprodução de um conjunto de valores, da moral vigente na época. As narrativas que ouvi sobre Maura, em minha estadia na cidade de Patos de Minas, contam que muitos familiares consideravam suas atitudes como excessivas e inadequadas, como foi mostrado no capítulo anterior. A publicação de seu livro autobiográfico, como foi dito, foi considerada uma agressão ao nome Lopes Cançado, a ponto de ser atirado contra parede. A companhia de Maura não era bem vista pelas famílias mineiras, mesmo em de Belo Horizonte. O mesmo se dava no seio de sua família.

---

5 Segundo Foucault, *a convulsão é essa imensa noção-aranha que estende seus fios tanto do lado da religião e do misticismo, como do lado da medicina e da psiquiatria* (Foucault, 2002:270). O autor se refere aos conflitos que envolviam o lugar da convulsão e do convulsionado entre os séculos XVI e XVIII. Mas é preciso ainda levar em conta que, no Brasil, sob influencia das teorias lombrosianas, o vínculo entre epilepsia e crime era muito forte e se estendeu até meados do século XX, mas continuou existindo, até pelo que se lê no laudo de Maura. Afrânio Peixoto, um importante médico que atuou na área da medicina legal foi, no Brasil, o precursor de trabalhos que faziam essa ligação. Publicou, em 1898, sua tese *Epilepsia e crime*, com o prefacio de Nina Rodrigues, de quem fora discípulo. A idéia de que a criminalidade no caso de epilépticos era uma revelação sintomática da epilepsia era central no trabalho de Peixoto.

Como já disse anteriormente, não posso afirmar que os peritos tenham lido *Hospício é Deus*, já que isso não é mencionado em nenhum momento da documentação. Podem tê-lo feito, assim como Maura pode ter-lhes contado as mesmas passagens do livro, ou ambos os casos, já que precisavam recolher material sobre sua vida. O que considero importante ressaltar é a forma como o laudo atualiza esse relato autobiográfico de Maura. Contudo, o laudo atribui à sua vida um sentido definitivo, único. Sendo assim, ao atentar para os sentidos que estão implícitos na narrativa de Maura, lembro-me de Assis Brasil. Quando Brasil (1975) escreveu sobre *Hospício é Deus,* considerou-o um relato de denúncia, um *documento social*. Nas palavras do autor:

> *O Diário nos fornece logo a seguinte idéia: amadurecemos culturalmente, e o depoimento humano no Brasil adquire expressão literária, para retratar aspectos de um grupo social. Robert Kanters, analisando o último volume do 'journal' de François Mauriac –"Le Nouveau Bloc-Notes" – assinala: "Le journal, cela peut être l'histoire d'un homme à la recherche de son âme au celle d'un peuple en train de perdre la sienne." O Diário de Maura Lopes Cançado alcança os dois sentidos da citação de Kanters: a tentativa de situar um drama pessoal em função de um contexto, onde se sobressai o problema maior de uma premente justiça social.* (Brasil, 1975: 101)

Assis Brasil repetiu-me o mesmo quanto estive em sua companhia, no Rio. No livro *O século oculto,* Nelson de Oliveira (2002) pergunta: *onde andará Maura Lopes Cançado?* Refere-se à sua passagem rápida e marcante, a seu ver, pela literatura. Oliveira, nesse livro, retoma nomes que se destacaram em algum momento, mas que foram esquecidos com o tempo, assim como as obras. Ao lembrar Maura, fala principalmente em *Hospício é Deus:*

> *Com 'Hospício é Deus'(...) Maura pretendia denunciar o sistema psiquiátrico brasileiro. E ela de fato o fez da melhor maneira que sabia: estraçalhando-nos, ou seja, transformando em grande literatura o que em mãos menos competentes seria apenas um libelo.* (Oliveira, 2002:67)

Maura falava sobre o cotidiano em uma instituição psiquiátrica. Mostrou as dificuldades que marcavam esse dia a dia, tão cheio de descaso e violência; a hierarquia interna; os tipos de tratamentos empregados; mecanismo de ajustamento, etc.. Em nenhum momento, o universo das instituições psiquiátricas – totais – é mencionado no laudo. Nada do que é levado em conta para justificar o crime é exterior a Maura. No laudo, todos os discursos de reprovação são acionados, transformando essa história e todo o resto que conseguiram juntar em uma curva de vida defeituosa – em todas as suas dimensões. Essa curva mostra a pessoa extravagante, caprichosa, esdrúxula, imoral, divorciada da realidade. Pouco ou nada se salva nessa reconstrução de vida. Todas essas noções reafirmam o delito e, segundo Foucault, constituem-no como um traço individual.[6] Daí a impossibilidade de associar o crime, por exemplo, à conduta falha do hospital psiquiátrico em que Maura estava internada. A dinâmica de um hospital psiquiátrico, como eu disse, não é levada em conta.

No laudo, estão anexados três pareceres sobre a paciente Maura Lopes Cançado, de hospitais psiquiátricos onde esteve internada. São pareceres que descrevem situações relacionadas ao estado da paciente durante as internações, e são anteriores à época do crime. Estes pareceres, cedidos pelas clínicas, serviram de material analítico para os peritos. O primeiro é da Clínica Bela Vista, o segundo da Casa de Saúde Dr. Eiras e o terceiro e do Hospital Gustavo Riedel. Este último tem os seguintes itens: *Ato de internação*, com apontamentos sobre os traumas descritos pela internada, sobre as várias internações anteriores e o apontamento de anomalias em alguns eletroencefalograma (EEG); o segundo é denominado *Atenção,* seguido de uma observação sobre

---

6 No Brasil a psicologização do crime e sua individualização tem como principal idealizador Heitor Carrilho. Defensor do Direito Positivo, Carrilho se opunha ao Direito Punitivo. Segundo Peter Fry (1985), foi devido à sua dedicação à causa positivista que ocorreu a implementação de manicômios judiciários no país. O primeiro foi em 1919, o Manicômio Judiciário, hoje chamado Manicômio Judiciário Heitor Carrilho, no Rio de Janeiro. Nele, Carrilho ocupou o cargo de diretor *ad vitam.*

idéias suicidas da internada; e o terceiro, *Evolução,* mostra algumas observações sobre o quadro evolutivo da paciente desde sua internação, ou seja, desde o primeiro item, *Ato de internação.* Diz a *Evolução:*

> *A paciente mostra-se extremamente revoltada e agressiva, criando casos na enfermaria, culminando por quebrar vidros da janela, pulando para o lado de fora, desacatando-nos e ameaçando de se jogar ao solo, caso alguém dela se aproximasse. Esta atitude ultimamente da paciente, baseia-se em revolta e queixas contra tudo e todos daqui. Suas queixas, se lógicas e justas de um lado mostram entretanto o patológico, pela intensidade de sua reação.* (Processo penal, fl. 84)

As queixas *lógicas e justas* são, contudo, reveladoras da insanidade de quem as faz e, por isso, parecem ser destituídas de validade. Não retomarei aqui todos os detalhes sobre o tratamento inadequado que as pacientes recebem e que estão descritos em seu livro, pois já o fiz de forma esparsa ao longo dos capítulos. No livro, os relatos referem-se, principalmente, ao Engenho de Dentro, com algumas evocações sobre clínicas que haviam ficado no passado. No entanto, aqui chegamos a uma questão importante. O *lógico e justo* parece perder o sentido quando associados a um paciente psiquiátrico. Sergio Carrara fala de uma situação interessante que presenciou durante sua pesquisa no Manicômio Judiciário Heitor Carrilho, no Rio de Janeiro, em 1983. Os internos reivindicavam o direito a um parlatório, ou seja, um lugar onde eles pudessem receber seus parceiros sexuais. Havia, no entanto, grande hesitação da parte dos terapeutas e médicos em implementá-lo. O medo era que alguma violência pudesse ocorrer e, nesse caso, quem seria o responsável? Diz Carrara: *Novamente aqui aparece a atitude paradoxal de reconhecimento dos direitos dos internos e de sua incapacidade de exercê-los* (Carrara, 1998:37). A situação chama à questão posta no parecer médico de Maura, isto é, a do *lógico e justo.* Os casos são diferentes, mas a atitude médica é a mesma. As queixas de Maura são justas, mas sua reação a impede de exercê-la com reconhecimento. A loucura é exatamente aquilo que destitui os internos de seus direitos. Goffman fala sobre os direitos dos internos a partir da ideia de expropriação: *A carreira do pré-paciente pode ser vista através de um modelo de expropriação; começa com relações e direitos e termina, no início de sua estada no hospital, praticamente sem relações ou direitos* (Goffman,1996:116). A loucura também é medida pela reação, no entanto, no laudo não é associada à violência institucionalizada contra as pacientes[7]. Esse tipo de questão não é levantada no laudo pelos peritos.

Nem tudo é relevante nessa história de vida que é contada aos peritos e depois recontada pelos peritos. Logo o que se percebe é que há escolhas. E mais ainda. Quando os peritos colocam o trecho acima citado, é no sentido de reafirmar ao juiz a violência da paciente, mas em nenhum momento associá-la à situação *lógica e justa,* diante das práticas institucionais. A responsabilidade precisa ser atrelada à paciente. Em nenhum momento, no laudo, a responsabilidade do hospital no qual Maura estava internada é questionada. Isso só aconteceu em um dos requerimentos dos advogados de defesa enviado ao delegado, quando do inquérito:

> *(...) 2) A Casa de Saúde Dr. Eiras é notoriamente um estabelecimento especializado para tratamento e alojamento de doentes nas condições da requerente. 3) Como é do conhecimento de V. S. a requerente estrangulou uma companheira de alojamento na Casa de Saúde Dr. Eiras sem que houvesse para prevenir e obstar aquele fato uma enfermeira vigilante e eficiente.(...) O quadro processual, social e humano*

---

7 Um dos muitos exemplos do diário: *30-12-1959 Durvalina tem um olho roxo. Está toda contundida. Não sei como alguém não toma providencias para que as doentes não sejam de tal maneira brutalizadas. Ainda mais que Durvalina se acha completamente inconsciente. Hoje fui ao quarto-forte vê-la. O quarto-forte fica nos fundos da Seção M.B., onde Isabel está. Isabel é considerada "doente de confiança", carrega as chaves da seção, faz ocorrências e tem outras regalias. Abriu-me o quarto para que eu visse Durvalina. Durvalina abraçou-me chorando, pediu-me que a tirasse de lá. O quarto é abafadíssimo e sujo. Fiquei mortificada, perguntei-lhe se sabia quem lhe batera, e ela: 'Não. Alguém me bateu?' Dona Dalmatie disse que o professor Lopes Rodrigues, diretor-geral do Serviço Nacional de Doenças Mentais, proferiu, aqui, um discurso, na porta (nas portas, porque são três)do quarto-forte, dizendo mais ou menos isto: '_Este quarto é apenas simbólico, pois na moderna psiquiatria não o usamos'. Por que então estes quartos nunca estão vagos?* (Cançado, 1991:117).

> *que se apresenta é o seguinte – há um inquérito instaurado nesta delegacia para apurar o fato e ensejar à justiça a definição das responsabilidades criminais. (...) é a presente* [carta] *para requerer a V. S. que determine a imediata distribuição deste inquérito ao Juiz e ao ilustrado representante do M. Público a conveniência social de ser decretada a prisão preventiva da indiciada, Maura Lopes Cançado, a qual não se acha, à evidencia, em condições de retornar ao convívio social, por sua manifesta periculosidade. Outrossim seja lembrada a oportunidade de, por oficio, aquele Juízo advertir à direção da Casa de Saúde Dr. Eiras dos deveres que por lei e por humanidade lhe cabem em relação a requerente. Também que aquele Juízo decida, na sua alta sabedoria e certamente levando em conta os elementos esclarecedores sobre a paisagem real da assistência hospitalar da Guanabara que V.S. lhe facultará (no Manicômio Judiciário não há pavilhão feminino), decida onde deve ficar a requerente, devidamente assistida e tratada, em casa de saúde idônea e que não se confunda com aquelas que se dizem incapazes para outra operação que não seja o faturamento na previdência social. Requer, também, como imperativo da ampla investigação, que V.S. faça ouvir e indiciar neste inquérito os responsáveis, os diretores da Casa de Saúde Dr. Eiras, que se omitiram e, consequentemente, negligenciaram em dotar aquele nosocômio de uma enfermagem e vigilância idôneas e eficazes e se mostraram tão indiferentes a essa elementar previdência administrativa que, como no caso, (...)pretendem solucionar o problema com a remoção de uma doente mental. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1972.* (Processo penal, fls. 28-29)

Frente a essas narrativas, duas questões poderiam ter sido contempladas no laudo: a primeira é relacionada ao ambiente violento das instituições psiquiátricas da época; a segunda, a responsabilidade da clínica em questão, que não apresentava condições de impedir qualquer reação violenta de pacientes, tanto contra si próprios quanto contra outros. De certa forma, no requerimento dos advogados e nos relatos de Maura, como mostrei, essas questões estavam contempladas de alguma forma, contudo, para os peritos, elas não existiam. O tipo de abordagem desses psiquiatras era pautada pela classificação dos indivíduos a partir de seus antecedentes pessoais. O objetivo era saber em que medida o crime fora determinado por essa personalidade individual. Daí as instituições psiquiátricas, seus mecanismos e práticas não influírem nesse olhar sobre Maura, ainda que os peritos soubessem do sistema falho, da violência instituída. Ignorar esse sistema era parte da prática.

No Brasil, o movimento que começa a questionar a violência nos manicômios, as práticas asilares, as consequências dessas práticas sobre os pacientes, e mesmo o saber psiquiátrico, surgiria no horizonte a partir de 1978, mas de forma ainda tímida. A reforma psiquiátrica no Brasil começou a entrar em discussão no final dos anos 70. No âmbito jurídico e político, a discussão foi apresentada em 1989, com o Projeto de Lei 3.657, que falava na substituição progressiva dos manicômios e a criação de novos recursos assistenciais. O projeto foi aprovado em 1991 e voltou a ser discutido, sendo substituído em 1999, o qual dispõe sobre a proteção e diretos das pessoas portadoras de transtornos psíquicos (Gonçalves e Sena, 2001). Atualmente, no plano jurídico e político, segundo Benilton Bezerra Jr.:

> Talvez *a característica mais importante do debate atual seja o deslocamento progressivo do centro de gravidade da discussão, que vem deixando de ser uma defesa dos mecanismos de proteção jurídica a pessoas com déficit ou perturbação (trabalho protegido, pensão protegida), para se constituir numa discussão sobre mecanismos jurídicos que possibilitem a inclusão civil e social de pessoas com características especiais (formas de contratualidade, mecanismos de responsabilização) e ampliação de sua autonomia. Em outras palavras, o debate ultrapassa os limites da argumentação médica e se insere progressivamente no debate político acerca da inserção no campo da cidadania* (Bezerra, 2007: 246).

Mas ainda assim, pensando na reforma psiquiátrica e no movimento de crítica que ela começa a estabelecer sobre essas práticas e saberes nesse campo, quando se trata de um caso onde loucura e crime estão vinculados, o trabalho do psiquiatra, no que concerne ao exame de sanidade mental, não alcança essa crítica. O caso de Maura, que trás o crime atrelado à loucura, faz o olhar dos peritos ficar preso à doença e a nada mais. Essa tendência no Brasil começa com Heitor Carrilho, segundo Peter Fry (1985), com a psicologização do crime, mas perdura até os dias de hoje, como bem mostra o autor. De acordo com a Lei de Execução Penal de 1984 (lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984), tanto condenados quanto internados em regime de medida de segurança, por exemplo, devem passar por um tipo de classificação psiquiátrica que, em linhas gerais, é um exame de sanidade mental capaz de traçar o perfil dessa personalidade.

Considerações finais: ou sobre a intenção biográfica e a busca pela verdade definitiva

No artigo sobre a psicologização do crime no Brasil, Peter Fry atem-se ao caso de Febrônio Índio do Brasil, a partir do qual fala sobre a construção dos laudos psiquiátricos. Febrônio foi preso, após suspeita de ter estrangulado um menor, em agosto de 1927. Segundo Fry, teria confessado o crime em setembro do mesmo mês, mas alegaria depois ter sido torturado para fazê-lo. Seu advogado de defesa, depois de criticas ao procedimento das investigações, admite ser Febrônio responsável por todos os crimes de que era acusado – o número de delitos havia então aumentado. Entretanto, o que o jovem advogado alegava, em defesa de seu cliente, era a insanidade do mesmo. Febrônio era louco. Poderia ir para um manicômio se assim desejasse o juiz, mas não para uma prisão, dizia o jovem magistrado.

Segundo Fry, entre os médicos psiquiatras convocados para os exames psiquiátricos estava Heitor Carrilho. De acordo com Fry, para Carrilho a classificação de seus pacientes seguia dois critérios: *Queria saber se eles tinham 'consciência' na hora do crime, se eram 'temíveis', e qual o seu grau de 'corrigibilidade'*(1985:127). Nesse sentido, o desenrolar do laudo de exame, ou do que seria hoje o exame de sanidade mental, descrito por Fry, se aproxima muito do modelo do laudo de Maura e do modelo de laudo que ainda existe. Entre os pontos destacados no laudo do caso de Febrônio estão o fato de *não se arrepender de sua malandragem e as suas 'extravagantes idéias mysticas'* (Fry, 1985:119). Outro fato interessante relatado por Fry é que Febrônio escreveu um livro, entre 1925 e 1926, um tipo de "evangelho" que mandou publicar por sua própria conta. Chamava-se *As revelações do príncipe do fogo,* e teve todos os exemplares queimados por ordem da Polícia Federal. No entanto, o que sobrou, talvez um único exemplar, foi usado, segundo Fry, como material para análise da vida e, portanto, dos traços de personalidade do autor. Daí a "extravagância mística". Além disso, o fato de haver indícios de que Febrônio era homossexual também ajudavam a compor, no laudo, essa personalidade doente e louca. Diz Fry:

> *Mas a máxima ironia nesse processo de deciframento do enigma de Febrônio é que é, em ultima análise, a sua grande 'lucidez', acoplada a uma recusa de qualquer manifestação de arrependimento, que o condena como 'louco moral'. Ele é considerado, por Carrilho, como perfeitamente orientado 'no meio e no tempo', e dotado de uma 'lucidez intellectual apparente, que lhe permitte ser discutidor, convincente, fraudador com freqüente êxito; sabendo captivar e insinuar-se'(Carrilho, 1930f,91). Dessa forma afirmações e comportamentos absolutamente plausíveis de Febrônio são apenas instâncias a mais de sua condição de louco. Assim, seu 'humor calmo', sua 'vaidade' de 'fraudador' depõem contra ele.* (Fry, 1985:137)

Volto às narrativas do laudo de Maura. O laudo não traz as entrevistas em sua versão integral, ou seja, não é uma reprodução textual do que Maura falou. A anamnese, ou investigação biográfica, que é uma das partes principais do laudo, é construída a partir do relato do médico sobre o que Maura contou durante as entrevistas e não é um relato concomitante aos acontecimentos. Ao contrário, como laudo, os relatos são pareceres conclusivos

baseados nas entrevistas com a paciente, nos exames médicos e mesmo nas informações contidas nos autos do processo, até aquele momento. Não coloco em dúvida o conteúdo do que está relatado na *anamnese*, pois como eu disse é muito semelhante ao conteúdo do diário e das informações que tenho sobre a vida de Maura, com acréscimos. A questão é o uso que os peritos fazem dessa narrativa, o sentido que criam ao interpretá-la. Um discurso divinatório às avessas. Parte-se de um fato atual em direção ao passado, adivinhando em cada cena do passado, indícios desse fato – o crime.

Para cada relato de Maura, há uma conduta desviante associada. A figura adorada e amedrontadora do pai. A vergonha da família diante das amigas do Sacré- Coeur de Marie. O abuso sexual sofrido na infância seguido dos sentimentos, atormentados, de culpa e curiosidade. A criança adulada e mimada. As crises convulsivas. Os sonhos impossíveis, as angústias da adolescência. O imaginário fantasioso povoado pelo tio chinês e os pais russos. A filha rebelde que decide voar aos 14 anos. A iniciação sexual precoce, o casamento precoce e, logo depois, a gravidez. A violência do marido e a separação. O suposto amor pelo sogro. A tentativa de voltar a estudar e a frustração de não ser aceita, seguidas pela vida boemia, luxuosa e desregrada. O distanciamento da família. Seu amante rico no Rio de Janeiro. As internações em hospitais psiquiátricos. As brigas tanto com amigos, familiares e pacientes, durante as internações. Todos esses relatos, que também estão em seu livro, são agora classificados no laudo. O olhar psiquiátrico se desvia do homicídio e volta-se para essa vida, em seu sentido amplo, comportamental, julgando-a a partir de valores preestabelecidos como certos ou errados na sociedade da época, transformando-a em sintomas. Segundo Fry:

> *Os laudos representam justamente esse enorme esforço de atribuição de subjetividade através da concatenação, a partir da constatação do crime, de uma serie de dados "objetivos" que apontam na direção desejada. Como eles necessariamente começam a partir do delito, esta concatenação é construída pelo perito 'ex post facto'. Mas, na sua relação escrita e pública, a narração é 'propter hoc'; a história é apresentada como uma serie de eventos e evidências que, inexorável e linearmente, desembocam na inevitabilidade do delito. É esse truque de escrita que transforma a especulação e a interpretação em "verdade científica", e que empresta ao documento final uma verossimilhança que 'convence'. A arte e a técnica do perito é sobretudo convencer os juízes, e os outros homens do Judiciário e do sistema penitenciário, da correção do deciframento psiquiátrico.* (Fry, 1985: 134)

À medida que o laudo é construído há uma manipulação dos eventos que, como bem disse Peter Fry, transforma a especulação e a interpretação em verdade científica e, principalmente, em *verdade.* Ele é um documento que vai reconstruir não a cena do homicídio, mas uma trajetória de vida. Como citado acima: *A impulsividade, a agressividade e violência, também fazem parte dos caracteres psicopáticos epileptóides como os da indiciada (...),contribuindo todos esses elementos, além dos já mencionados, para facilitar os incoercíveis impulsos que marcaram, não só a vida da periciada, como a ação delituosa.* Foucault (2002) diz que o exame psiquiátrico tem a tendência a *dobrar o delito*, pois traz para o discurso uma série de coisas que não são esse delito, mas que passa a ser sua origem, sua motivação, seu ponto de partida. Essa *personalidade mórbida e doente em todas as suas dimensões* não poderia senão fazer o que fez. O exame, nas palavras de Foucault (2002:20) *permite passar do ato à conduta, do delito à maneira de ser(...).* Repito o que diz o laudo:

> *A curva biográfica da periciada eivada de atitudes as mais caprichosas, extravagantes, exdruxulas* [sic]*, amorais, extrapolam já de uma constituição psicopática tão somente, mas alteram o mundo dos valores divorciados da realidade, evidenciando a existência de núcleos psicóticos profundos, capazes de desviar o valor ético ou moral, pronunciadoras de um processo esquizofrênico larvado, eis que o caráter insólito do comportamento não mostra ressonância na sua proporcionalidade, nem lhe trazem nenhum proveito.* (Processo penal, fl.88)

Em sua dissertação de mestrado intitulada *Os atos e os autos*, publicada em 1983 com o título de *Morte em família*, Mariza Corrêa propõe o estudo da *identidade social atribuída a homens e mulheres em nossa*

sociedade, enquanto figuras complementares de um unidade básica, a família. Para tanto, a autora se debruça sobre autos de processos penais onde figuram casos de homicídios ou tentativas de homicídio entre casais. Diz Corrêa:

> *Em suma, o que estou tentando dizer é que no momento em que os atos se transformam em autos, os fatos em versões, o concreto perde quase toda a sua importância e o debate se dá entre os atores jurídicos, cada um deles usando a parte do 'real' que melhor reforce o seu ponto de vista. Neste sentido, é o real que é processado, moído, até que se possa extrair dele um esquema elementar sobre o qual se construirá um modelo de culpa e um modelo de inocência.* (Corrêa, 1983:40)

Nesse sentido, o trabalho dos peritos sobre o material contido nos autos, as informações retiradas das entrevistas com Maura e, talvez, retiradas de seu livro, está guiado por um modelo de interpretação pré-estabelecido pelo saber médico psiquiátrico. Esse modelo de interpretação busca, nessa história de vida, nos autos e em todo o material que tem, o que mais se adequa à explicação do crime enigmático. Para isso, a vida do acusado é moída, usando o termo de Mariza Corrêa, e ressignificada nessa construção de um modelo de inocência baseado na loucura, na doença. Sua história, na narrativa psiquiátrica dos peritos, deixa de ter qualquer característica positiva: *A atuação da paciente, ao longo da sua curva de vida é tão defeituosa, que impediu uma adaptação psicossocial adequada, indo das extravagâncias de comportamento ao crime.* (Processo penal, fl.87)

A narrativa médica está marcada pela ambigüidade. Ambigüidade que é constitutiva da figura do louco-criminoso. Daquele que é inocente e culpado ao mesmo tempo. Se à época do inquérito, Maura estava suspensa entre as duas definições, o laudo marca o momento do processo onde essas figuras são coladas uma à outra. Essa costura suprime a figura razoável da narradora e uma outra aparece, a verdadeira, em sua completa inadequação e loucura. Nessa construção da inocência do louco, de sua irresponsabilidade, o modelo jurídico busca eximir-lhe a culpa, mas ao invés disso apenas a muda de lugar. Ela não está mais no momento do crime, já que não havia consciência do ato, mas ela é redirecionada para todos os momentos anteriores ao crime, se estendendo até a mais tenra infância do réu. Tiram o foco do crime e o direcionam para a vida.

À medida que o homicídio precisa ser ancorado à história da acusada, no caso de Maura, o crime passa a ser um sintoma dessa esquizofrenia larvada, latente, da epilepsia, e do que mais se encaixar nessa decifração, ainda que o homicídio tenha ocorrido em um momento de surto, o esse surto não seja considerado uma justificativa suficiente para o ato. O que havia de concreto era o crime praticado por uma paciente psiquiátrica, mas no laudo a atenção está sobre a personalidade do criminoso e sua história de vida. Parte-se do presente, da atualidade em direção ao passado, olhando para cada evento como se ele tivesse escondido, até aquele momento, o crime que um dia aconteceria. Nessa costura que os peritos fazem para encaixar a paciente psiquiátrica à homicida, precisam mostrar que essa figura razoável não existe. Ou melhor, se existe, é para esconder outra, a verdadeira, em sua completa inadequação

Essa intenção biográfica que perpassa o laudo – uma vez que os peritos recontam o que lhes foi narrado – não leva em conta os sentidos subjetivos que Maura atribui à sua narrativa. Ao contrário, os peritos encaixam essa narrativa a categorias pré-determinadas e externas a ela. Nesse movimento, sobrepõem à narrativa de Maura uma narrativa própria que se sustenta na suposta objetificação dos sentidos que Maura atribui à sua história. Essa narrativa concatena todos os acontecimentos relevantes dessa vida, de maneira que esse crime torne-se evidente e inevitável nesse trajeto. Esse tipo de construção cria uma ilusão que sustenta o argumento da insanidade e que influi diretamente sobre a sentença do juiz. Mas não seria errado supor que é desde sempre uma sentença, mesmo antes do juiz se pronunciar. Como uma narrativa normativa, o laudo guarda para si o estatuto de verdade e, na maneira como é construído, mostra a intenção de ser a história derradeira, a única narrativa biográfica possível sobre Maura.

Essa intenção de apontar a verdade e fixá-la é constitutiva do laudo, enquanto documento psiquiátrico e jurídico. Passar pelo crivo da lei é, portanto, estar envolta no discurso da verdade, já que a justiça é atribuída dessa prerrogativa. Por um lado, Maura escapa à fixidez desse discurso, como mostram outras narrativas que recolhi sobre ela. Mais do que isso. O crime cometido está longe de ser – como tenta mostrar a história de vida editada e narrada pelos peritos – um devir inevitável, um futuro certo nessa "curva de vida defeituosa". Ao

contrário, poderia ter sido evitado se houvesse o cuidado adequado para com os pacientes. No entanto, ainda que seja possível questionar essa intenção biográfica derradeira, não é possível deixar de lado o peso que essa história teve sobre a vida de Maura.

Bibliografia

BEZERRA JR., Benilton. (2007) Desafios da reforma psiquiátrica no Brasil. *Physis* [online]. 2007, vol.17, n.2 [cited 2009-11-29], pp. 243-250.

BRASIL, Assis.(1973) *A Nova Literatura III: O Conto.* RJ: Pallas.

CANÇADO, Maura Lopes. (1991) *O hospício é Deus.* SP: Círculo do livro.

_____(1968) *O sofredor do ver.* RJ: José Alvaro Editor.

CARRARA, Sérgio.(1998) *Crime e loucura.* SP: Edusp

CORRÊA, Mariza. (1983) *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais.* RJ: Edições Graal.

DALGALARRONDO, Paulo. (1999) Transtorno borderline: história e atualidade, in *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, vol.II, nº2, junho.

FOUCAULT, M.(1972) *História da loucura.* São Paulo: Perspectiva.

_____(1996) *A ordem do discurso.* São Paulo: Edições Loyola.

_____(1997) *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982).*Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____(2002) *Os anormais.* SP: Martins Fontes.

_____(2004) *O nascimento da clínica.* RJ: Forense Universitária.

FRY, Peter. (1985) Direito positivo *versus* direito clássico: a psicologização do crime no Brasil no pensamento de Heitor Carrilho. *in Cultura e psicanalise* Figueira, S. A. (org). SP: Brasiliense.

GONÇALVES A.M., SENA R.R. (2001) A reforma psiquiátrica no Brasil: contextualização e reflexos sobre o cuidado com o doente mental na família. *Rev. Latino-americana de Enfermagem.* março; 9 (2):48-55.

HENRIQUES, Rogério Paes. De H. Cleckley ao DSM-IV-TR: a evolução do conceito de psicopatia rumo à medicalização da delinquência. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.* [online]. 2009, vol.12, n.2, pp. 285-30

LOUREIRO,S.r.; ZUARDI,A. W.(1996) Semiologia psiquiátrica. *Medicina*, Ribeirão Preto, 29: 44-53, jan./mar. 1996

PESSOTI, Isaías. (1994) *A loucura e suas épocas.* Rio de Janeiro: Ed. 34.

_____(1996) *O século dos manicômios.* São Paulo: Ed. 34.

_____(2001) *Os nomes da loucura.* São Paulo: Ed. 34.

ZARIAS, Marcelo (2003) *Negócio público e interesse privado: analise dos processos de interdição.* Dissertação (mestrado em Antropologia Social), Universidade Estadual de Campinas.

Arquivos consultados:

BN – Fundação Biblioteca Nacional – Acervo de Periódicos

(consulta on-line: http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/index.htm)

Documento consultado:

Autos do Processo Penal de Maura Lopes Cançado

Hospital Sobral Cid e Hospital do Lorvão, duas instituições psiquiátricas promovidas por Bissaya Barreto: perspectivas arquitectónicas, políticas e médicas.

Ricardo Jerónimo Azevedo Silva[1]

PALAVRAS-CHAVE: Arquitectura, Bissaya Barreto, Hospitais Psiquiátricos, Sobral Cid, Lorvão

RESUMO: Centrando-nos na construção dos Hospitais Sobral Cid e do Lorvão, nos seus modelos e na vertente político-sanitária que os envolve, será debatida a perspectiva do seu impulsionador, Bissaya Barreto.
Este médico, político e promotor arquitectónico teve, durante o Estado Novo, o mais longo e vincado exercício de poder na região centro de Portugal, concebendo uma rede de dezenas de edifícios hospitalares e assistenciais. Um dos seus eixos de actuação foram as doenças mentais, culminando esse desígnio com a construção de duas instituições psiquiátricas, resultantes de uma organização nacional criada com forte intervenção sua, tanto na concepção, quanto na legislação.
Iremos contextualizar e analisar a estrutura construída destes estabelecimentos, bem como aflorar a abrangência do projecto holístico-regional concebido por Bissaya Barreto, destinado a ser aplicado sistemicamente num contexto geográfico e social perfeitamente controlado e definido, onde o combate à doença e a profilaxia moral e higiénica constituíam vectores fulcrais.

Enquanto médico, político e promotor arquitectónico, Bissaya Barreto empreendeu uma vasta e relevante obra na região Centro do país, durante o Estado Novo, nomeadamente através da construção de diversos estabelecimentos de Saúde[2].
Depois de lançar as bases para a sua acção político-sanitária, entre o final dos anos 1920 e toda a década de 30, estabelecendo como prioridades o combate à tuberculose e o desenvolvimento da puericultura, outras vertentes começaram a ter resultados práticos em campos como a lepra e as doenças mentais. Já neste contexto, o médico tinha iniciado a afirmação de objectivos no campo da "higiene mental" e do combate aos "factores degenerativos da mesma", no I Congresso da União Nacional[3], em 1935, com referências também, a partir de 1933, no jornal *A Saúde*[4], publicado pela Junta Geral de Coimbra, à qual presidia.
A atenção a este problema vinha-se consolidando em Portugal, ao longo do século XIX, como demonstra a publicação, em 1844, do livro *Estabelecimentos de Alienados*, resultante de uma longa viagem de estudo de Bernardino António Gomes[5] à Holanda, Bélgica, Alemanha, Áustria, Itália, França e Reino Unido, onde o autor coligia "as principais questões, que respeitam à construção de edifícios" (GOMES, 1999: 9). Desde logo,

---

1 Doutor, pela Universidade de Coimbra, na área de Teoria e História da Arquitectura, com a Tese "Arquitectura hospitalar e assistencial promovida por Bissaya Barreto". Ao longo do seu trabalho integrou linhas de investigação dedicadas ao tema da arquitectura e território no século XX português, bem como à acção dos seus regimes na política de obras públicas. Publicou vários artigos e participou, com comunicações, em diversas conferências e colóquios internacionais. Actualmente desenvolve investigação de pós-Doutoramento no CES – Centro de Estudos Sociais, em Coimbra, dedicando-se à problemática do impacto das construções hospitalares, em Portugal, no século XX.

2 O presente texto surge no seguimento da nossa investigação de Doutoramento, cuja Tese "Arquitectura hospitalar e assistencial promovida por Bissaya Barreto" foi apresentada à Universidade de Coimbra (SILVA, 2013).

3 Onde apresentou formalmente o seu plano de acção dedicado a esta problemática, intitulado "A assistência aos loucos em Portugal: Solução do problema".

4 Foi na edição de Junho de 1933 desta publicação gratuita que surgiu o primeiro de muitos artigos da autoria de Bissaya Barreto, genericamente intitulados "Quem acode aos nossos Loucos?", com o intuito de divulgar e alertar para essa problemática, bem como de expor o modelo organizativo por si preconizado.

5 Bernardino António Gomes (1806-1877), Doutor em Medicina pela Faculdade de Paris e formado em Matemática pela Universidade de Coimbra, foi professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e fundador da *Gazeta Médica*.

ao alertar para o facto de, em Portugal, estar "tudo por fazer" (GOMES, 1999: 105), o autor preconizava que era urgente a edificação de dois Hospitais com cerca de 150 camas "para alienados curáveis, dos quais um nas vizinhanças de Lisboa, outro nas do Porto" e de um "asilo para incuráveis no centro do Reino", com lotação de 500 a 600 doentes (GOMES, 1999: 118).

Na esfera médica, a Psiquiatria vinha consolidando, neste período, a sua "acção institucional" e, simultaneamente, uma estreita relação de poder "assimétrica e hierarquizadora" (QUINTAIS, 2002: 382-387). Este novo enquadramento do doente, que conduzia à protecção "da maldade do vulgo e das condições terríveis em que era tratado", privilegiava o Estado "como seu tutor". Segundo uma abordagem de visão humanista, reforçada por uma "crescente penetração dos valores da ciência na sociedade ocidental" (BASTOS, 1997: 254), políticos e beneméritos caminhavam no sentido de criar "condições materiais, ambientais e relacionais propícias ao bem-estar e tratamento" dos doentes, indo além das meras "condições de sobrevivência e observação, em reclusão por tempo indefinido" (MENDONÇA, 2006: 43).

Na referida comunicação ao Congresso da U.N., Bissaya Barreto avançava que "as consequências da guerra, as perturbações sociais, as dificuldades da vida moderna" eram factores que não podiam deixar de ter "profunda repercussão no modo de ser da gente de hoje", contribuindo para "multiplicar as causas de perturbações psicopáticas". No sentido de as prevenir e solucionar, elaborou um programa sistémico que era composto por diversos vectores: propunha a fundação de uma "Liga de Higiene Mental" que desenvolvesse o trabalho de propaganda e de coordenação organizativa; pugnava pela criação em Lisboa, Coimbra e Porto, de Dispensários onde se realizasse "profilaxia mental" junto das populações; advogava o funcionamento de "clínicas psiquiátricas", junto das Faculdades de Medicina; defendia o papel indispensável do Estado na construção de um "Hospital-Asilo-Colónia", no centro do País, de modo a ir ao encontro da "grande massa de loucos crónicos e incuráveis ou curáveis a longo prazo". As três componentes do estabelecimento deviam decompor-se da seguinte forma: no Hospital, eram recebidos "os psicopatas que acusem uma crise aguda do seu processo crónico", os alienados que necessitassem de internamento ou que fossem "portadores quaisquer outras doenças"; no Asilo, era feito o internamento dos paralíticos e todos os "inválidos física e mentalmente, incapazes duma vida activa de trabalho"; na Colónia, eram admitidos os doentes com capacidade de trabalho, que pudessem "viver no regime de liberdade quase completa, tendo anexa uma zona extensa para cultura e oficinas diversas" (BARRETO, 1935: 145-149).

Este programa transformou-se na base da Lei nº 2006, de 11 de Abril de 1945, que explanava a concepção territorial[6] do combate às doenças mentais. Nela se enquadrava o estabelecimento previsto para Coimbra e se apontava o Estado como interveniente que contribuísse para a implementação "das modalidades de assistência psiquiátrica, autorizando o funcionamento de novos estabelecimentos adequados e aprovando os respectivos estatutos ou regulamentos"[7]. Para tal, o país era divido em três zonas com sede no Porto (Hospitais Conde Ferreira e Magalhães de Lemos), Lisboa (Hospitais Miguel Bombarda e Júlio de Matos) e Coimbra (Hospital Sobral Cid).

Para possuir esta capacidade de intervenção, Bissaya Barreto apoiou-se fortemente numa importante viagem de 40 dias à França, Bélgica, Áustria e Alemanha[8]. Realizada, em 1933, na companhia de Almeida Dias e António Flores, revestiu-se de grande utilidade: "vi, perguntei, tomei notas, copiei, adquiri plantas, comprei projectos, arranjei bibliografia e voltei, cheio de entusiasmo" (BARRETO, 1959: 411). A estas incursões no terreno, juntava-se o estudo de vasta bibliografia que se debruçava sobre os casos de países como a Suíça, Inglaterra, França e Brasil.

No nosso país, a sua maior referência era José de Matos Sobral Cid[9], um dos críticos da noção antiquada

---

6 Distribuição já avançada na Lei Sena, de 4 de Julho de 1889, inspirada na proposta de lei de 23 de Maio de 1883, de António Maria de Sena, e que defendia a divisão da assistência psiquiátrica no "Continente e Ilhas Adjacentes em quatro círculos" (REDONDO, 2005: 15).

7 *Diário do Governo*, Lei nº 2006, de 11 de Abril de 1945, Base II, alínea b.

8 De onde resultaram notas concretas sobre estabelecimentos de Wielsloch, Richeman, Eglfing, Haar, Alt-Scherbitz, Dosen, Giessen, Frankfurt, Munchen, Bedburg-Hau e Gakhaussen (BARRETO, 1970: 93-112).

9 Médico e professor na Universidade de Coimbra, foi uma rara excepção na nomenclatura dos estabelecimentos criados por Bissaya Barreto que, por regra, homenageavam Salazar ou figuras femininas.

de *manicómio* e apologista da estruturação das valências Hospital, Asilo e Colónia, cada uma direccionada especificamente para diferentes graus ou estados dos doentes. A nova vaga de estruturas deste tipo, construídas no final do século XIX, na Alemanha, criou em Sobral Cid a convicção de que o sistema ideal seria composto por "pequenos pavilhões disseminados, de modo a dar no seu conjunto a ridente impressão de uma aldeia próspera e sadia, entremeados de jardins e rodeados de prados e terras de cultura" (CID, 1934: 6). Assim, este foi o modelo sobre o qual Bissaya Barreto construiu o *seu* estabelecimento, em detrimento das concepções de herança inglesa (edifícios únicos, com mais de três pisos) e francesa (várias construções de apenas um piso)[10]. Contudo, antes da sua construção, foi necessário solucionar a indefinição em que caíra o Manicómio Sena[11], localizado numa zona de expansão da cidade (entre Celas e os Olivais). Enquanto presidente da Comissão Administrativa das Obras do Manicómio Sena, a partir de 1933, onde também se incluíam o engenheiro Pedro Cavalleri e o arquitecto Luís Benavente, Bissaya Barreto ganhou uma luta, personificada no médico Elísio de Moura, mas em geral contra aquilo que considerava uma solução profundamente errada, quer pela "geometria tumular" dos edifícios, quer pelo "árido desconforto" (BARRETO, 1970: 250) originado pela sua localização quase urbana. Enquanto promotor arquitectónico do Hospital Sobral Cid, para Bissaya Barreto tinha absolutamente presente que este programa concreto consubstanciava um modelo de internamento que, para ser eficaz, tinha de possuir uma base arquitectónica planeada de forma a "introduzir novos modelos de assistência" (MENDONÇA, 2006: 44).

A especificidade biotipológica dos doentes a albergar neste estabelecimento foi o elemento decisivo para a estipulação do seu paradigma espacial e funcional. O modelo associado à denominação Hospital-Asilo-Colónia almejava "a cura dos alienados crónicos, pelo trabalho"[12], pelo que, "sendo Portugal um país essencialmente agrícola e devendo ter sido trabalhadores do campo a maior parte dos alienados a tratar" (BARRETO, 1970: 168), era esse que melhor servia tais interesses. Deste modo, privilegiando-se o trabalho agrícola "por ventura o mais são e talvez mais eficaz sob o ponto de vista terapêutico" (BARRETO, 1970: 284), procurava-se a diversificação, no sentido da adaptação aos diferentes estádios da doença. Assim, estavam previstas ocupações como serviços domésticos, trabalhos de oficina (serração, pintura, carpintaria) e pequenas indústrias artesanais (flores artificiais, encadernação, tapeçaria). O papel do trabalho encontrava-se plenamente identificado numa tripla aplicação: "o trabalho-tratamento, o trabalho-rendimento e o trabalho-tranquilidade" (BARRETO, 1970: 286). O primeiro valorizava o seu efeito terapêutico, o segundo a produtividade e o terceiro a manutenção da ordem.

Aplicando este conceito aos internados crónicos e virtualmente incuráveis que permaneciam *ad eternum* neste tipo de estabelecimentos, era-lhes também atribuída uma responsabilidade social, contribuindo estes com o seu trabalho para a manutenção da instituição onde se encontravam ou mesmo para outras pertencentes à *Obra* de Bissaya Barreto. Com efeito, a condição de internado neste Hospital era pensada globalmente, incluindo numa só estratégia, perspectivas médicas, sociais e económicas. Esta ideia de uma vivência ligada à ruralidade e consolidada em comunidade, que privilegiava os processos humanos mais primários e acessíveis, teve inevitável influência na sua arquitectura.

Na sequência do Decreto-Lei nº 25.394, de 23 de Maio de 1935[13], foi escolhida a Quinta da Conraria, numa

---

10 Veja-se o artigo "Quem acode aos nossos loucos?", escrito por Bissaya Barreto n'*A Saúde*, em Novembro de 1934.

11 O projecto aprovado oficialmente para a construção do Manicómio Sena, datado de 31 de Maio de 1917, foi elaborado pelo Arqº Leonel Gaia e pelo Engº Luís de Melo Correia. O primeiro afastou-se dos trabalhos, em Novembro de 1922, por desentendimentos com elementos da Comissão, e o segundo veio a falecer antes do início das obras. Na decorrência destes factos, quem assumiu a direcção técnica das obras foi o Engº Abel Dias Urbano (informações retiradas de ofícios e relatórios presentes em C.D.F.B.B. - FBB/OBRS/MS/CX4.

12 O mesmo se preconizava na referida Lei nº 2006 onde "o método de ocupação e trabalho" era preconizado como o mais indicado.

13 No artigo único deste Decreto-Lei, o Governo era "autorizado a aplicar na construção de uma clínica psiquiátrica e de um asilo-colónia agrícola para alienados, incluindo a aquisição de terrenos e apetrechamentos das novas instalações, as dotações inscritas no orçamento do Ministério das Obras Públicas e Comunicações para a construção do Manicómio Sena, em Coimbra", estabelecendo assim, muito claramente, a definição de uma prioridade que ia ao encontro das pretensões de Bissaya Barreto.

colina da margem sul do rio Mondego, nos arredores da cidade de Coimbra, para a construção deste Hospital Psiquiátrico. A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais designou uma equipa para a elaboração do projecto, na qual figurava o arquitecto Luís Benavente, profissional da confiança de Bissaya Barreto[14], e que ficou encarregue do desenho dos pavilhões. Nela também se incluía Álvaro Machado, arquitecto da Direcção Regional do Centro da D.G.E.M.N., e o engenheiro Raul Maçãs Fernandes[15], responsável pelos projectos de especialidades e pelo traçado dos arruamentos estruturantes. A fase de projectos tomou três anos, entre 1936 e 1939, iniciando-se a construção no ano seguinte. O internamento dos primeiros doentes deu-se a 1 de Junho de 1945, tendo a inauguração oficial acontecido quase um ano depois, a 26 de Maio.

Adoptou-se o modelo pavilhonar, na esteira de outros hospitais para alienados anteriormente construídos[16]. Seguindo uma premissa semelhante, o Hospital Sobral Cid detinha características arquitectónicas conscientemente calculadas e postas em prática. A forma como os edifícios se implantavam "dispersos", cada um deles "rodeado de jardim e de campos de cultura", potenciava nos doentes uma vivência em "semiliberdade, como membros duma Sociedade disciplinada, laboriosa e ordenada", o que visava prevenir "agitação e o tumulto" (BARRETO, 1970: 286). Mas a disposição das construções no terreno não foi aleatória. Todo o complexo era estruturado por uma malha ortogonal, reforçada pelos eixos de circulação, que geria os *cheios* (os edifícios) e os *vazios* (os espaços entre as edificações). Este *tabuleiro*, que intensificava a ideia de ordem e disciplina, era atravessado por uma artéria central que efectuava a separação dos doentes por sexo e onde se localizavam os serviços comuns: Administração, Hospital, Cozinha, Central Térmica, Lavandaria e Campos de Jogos (assim como uma Capela[17] que só foi construída várias décadas depois e em outro local).

Com a inexistência de muros ou vedações pretendia-se inculcar a sensação de liberdade, apesar do isolamento da colina, facultando "largos horizontes, lembrando a Suíça" (BARRETO, 1970: XIII) e originando uma "fisionomia absolutamente individual e única no nosso país"[18] (BARRETO, 1971: 186).

Equilibrando os valores da realidade eminentemente rural associada à maioria dos internados com a vertente de isolamento inerente ao programa, Bissaya Barreto reforçou a defesa de uma traça arquitectónica que partia de um imaginário rústico e tradicional, apresentando um cenário reconhecível e amável aos doentes e visitantes. Assim, em contraponto à dureza intrínseca do programa, Bissaya Barreto procurava estabelecer a amável metáfora da "aldeia", composta por "pavilhões de arquitectura portuguesa" e debruçada, em "anfiteatro" sobre o rio Mondego (BARRETO, 1970: 284). Pretendiam-se edifícios com "linhas modernas" e de uma "beleza sóbria", resultado de "construção barata" que gerasse "verdadeiras casas d'aldeia com higiene, conforto, mas sem qualquer luxo"[19].

No entanto, a escala e disposição rígida das edificações contrastava com o cenário de uma qualquer aldeia portuguesa. Esta formulação não tinha correspondência formal e espacial na sua raiz, antes na validação de um conceito subjacente a um ideal bucólico e de acolhedora ruralidade, reforçada pela forma pontual como surgiam "o celeiro, a granja, a abegoaria, a casa das alfaias agrícolas, tudo isto rodeado de hortas, jardins, matas" (BARRETO, 1970: 32).

Já a vasta e diversificada florestação[20] que foi levada a cabo paralelamente à construção, ajudava a concorrer

---

14 No mesmo período, este mesmo arquitecto desenhou, a pedido do médico, o projecto-tipo das Casas da Criança e o edifício do Ninho dos Pequenitos, tendo igualmente participado com projectos de interiores nos dois Sanatórios de Coimbra.

15 Também membro da equipa do Hospital Júlio de Matos, em Lisboa, e com participação no projecto da Leprosaria Rovisco Pais, também com forte impulso de Bissaya Barreto.

16 Nomeadamente o Hospital de Rilhafoles (posteriormente designado Miguel Bombarda), o Hospital Júlio de Matos e, mais tarde, o Hospital Magalhães Lemos. Ainda no programa hospitalar, o Curry Cabral e, no estrangeiro, o Roosevelt (Nova Iorque), e Edouard Herriot (Lyon) eram tidos como bons exemplos (REDONDO, 2005: 27).

17 Veja-se a foto da maqueta presente no A.N.T.T. e (REDONDO, 2005: 28).

18 A tradução do original, em francês, é da nossa responsabilidade.

19 Acta da Sessão de 2/12/1943 do Conselho Provincial, fl. 86.

20 Que contou com 115 espécies vegetais diferentes, em árvores e arbustos (REDONDO, 2005: 47).

para o imaginário de uma povoação quase perdida no tempo e no território, onde vivia uma comunidade discreta, humilde e trabalhadora. Mas franca relação entre os edifícios e os espaços exteriores potenciava ainda um permanente fim terapêutico. Esta concepção vigorava desde o final do século XVIII no Reino Unido (HICKMAN, 2007), onde se vinham construindo Asilos para Doentes Mentais em que os jardins ou *airing courts* (pátios de arejamento) eram parte integrante dos projectos, resultando da disposição arquitectónica dos volumes construídos. Estes eram espaços de desafogo físico e mental dos doentes, de indução de um sentimento de liberdade. No Sobral Cid não havia pátios com este tipo de configuração espacial, mas esta ideia culminava no *Castelo*, pequena edificação muralhada e com ameias, construída no ponto mais alto do complexo. Tendo por objectivo prático esconder o necessário depósito de água, dotava o estabelecimento de um ponto de encontro e de lazer, ao mesmo tempo que conferia ao conjunto um remate simbólico e altaneiro, tal como acontecia com igrejas ou *verdadeiros* castelos, nas *verdadeiras* aldeias ou vilas. Ficava, assim, aberta a possibilidade de os doentes se envolverem num mundo imaginário, desfrutando deste sem se ausentarem dos terrenos do Hospital, ou seja, podendo vaguear sem sair do mesmo sítio.

Na sua composição original, este Hospital-Asilo-Colónia totalizava 15 pavilhões de linguagem austera. Estes eram desprovidos de quaisquer elementos artísticos, em franco contraste com a esmagadora maioria das instituições criadas por Bissaya Barreto, o que fazia transparecer a convicção de que estes elementos não trariam nada de relevante ao público-alvo deste estabelecimento em concreto.

Na metade feminina da Colónia, a nordeste do referido eixo separador, existiam 4 Pavilhões, todos ligeiramente diferentes entre si, um destinado ao Acolhimento e Clínica (de apenas um piso), outro aos doentes Tranquilos e os dois restantes aos doentes em Vigilância (todos com 2 andares). Ainda na mesma zona mas um pouco mais isolado, surgia o Pavilhão de Crianças, edifício que, apesar de originalmente já ter dois pisos, teve de sofrer obras de ampliação no início da década de 1960. Além da especificidade programática, este pavilhão constituía uma das excepções à grelha organizativa do complexo. Desde logo, tinha acesso automóvel também pela parte traseira, mais recatada e que simultaneamente servia de espaço de recreio, numa área naturalmente formada pela implantação em U da construção. Nos topos do edifício estavam localizadas duas grandes caixas de escadas semi-circulares, servidas por generosos envidraçados, afirmativas pela sua estilização depurada que se mantinha em consonância com a linguagem arquitectónica vigente em todo o conjunto.

No local mais a norte do eixo central do terreno encontrava-se o edifício de Administração e Farmácia. Com apenas um piso na sua fachada de entrada, contava com uma cave no lado oposto que se formava na inclinação do terreno. Precisamente aí destacava-se um corpo semi-hexagonal, que assinalava a sala de reuniões. Em frente a este pavilhão estabelecia-se outro, ocupado pela Cirurgia[21]. Tendo dois andares, mas não sendo particularmente grande, era servido por quatro entradas distintas, necessárias pela especial separação de entradas e saídas, essencial neste tipo de programa.

Ainda na parcela central, imediatamente a sul, o *quarteirão* contíguo estava desprovido de edifícios, albergando o Campo de Jogos, logo seguido pela Lavandaria e a Cozinha, construções-siamesas que partilhavam a Central Térmica. Fincados num talude, formavam um conjunto de três pisos que, pela proximidade quase na cota máxima da encosta, facilitavam o funcionamento logístico daquelas valências.

Atravessando a separação invisível para a metade masculina, encontramos a simetria possível, quebrada também em alguns pontos. Aos pavilhões da Colónia – Acolhimento/Clínica, Vigilância e Tranquilos – somava-se um segundo destinado a estes últimos, localizado no lado oposto ao de Crianças, já referido. Tal como no lado feminino, os pavilhões para os indivíduos "agitados", isto é, os doentes mais problemáticos do ponto de vista clínico e disciplinar, estavam providos de pequenos terraços ao nível térreo, cobertos com uma arcaria, funcionando como áreas de estar exteriores, indo ao encontro da sua menor liberdade de circulação dentro do recinto.

---

21 Originalmente designado por pavilhão *inter-courant* ou inter-correntes, para além de questões ligadas às doenças mentais inerentes ao Hospital, nele se tratavam diversas outras, funcionando este como uma espécie de posto médico de apoio multifuncional.

Por fim, junto à entrada do Hospital-Asilo-Colónia, uma vez mais quebrando a sua primordial esquadria pela necessidade de especial segregação, implantava-se o Pavilhão para Tuberculosos[22], com dois pisos. Já internamente, a simetria fazia-se sentir, transparecendo a correspondente divisão sexual que se estendia ao longo de duas alas, surgindo no topo de cada uma acessos por escadas exteriores. Estas criavam, simultaneamente, um patamar de terraço, funcionando como zona de estar solarenga, complementar às varandas existentes. A eixo do edifício encontravam-se os gabinetes médicos, as salas de visita e efectuava-se a entrada, num corpo de apenas um andar.

Aos 15 pavilhões originalmente construídos acrescentou-se, em 1968, mais um[23]. Apesar das características gerais do complexo quererem afastar o epíteto de "manicómio", visto como "uma sucursal da prisão" (BARRETO, 1970: 308), sabia-se importante a existência de um Hospício Judiciário para albergar os inimputáveis, os "Loucos Criminosos e Criminosos Loucos" (BARRETO, 1971: 1). Estando sob alçada do Ministério da Justiça, esta valência era já desejada e expressa por Bissaya Barreto desde os anos 1930. Implantou-se na encosta sul da colina, oculto do terreno remanescente, um edifício de grande escala, com apenas três andares mas muito longo, comparativamente com os restantes.

Tratava-se de um edifício e programa singular no seio do Hospital Sobral Cid, pelo que, com efeito, a sua arquitectura era necessariamente distinta. É evidente o seu cariz mais securitário, expresso pelo uso de grades nas janelas e em alguns espaços interiores, mas também a época em que foi construído, cerca de 25 anos depois das edificações originais, contribuiu para uma nova linguagem. Assim, a sua expressão já não seguia o desígnio de *casa simples* de *inspiração portuguesa*, defendida no arranque da instituição. O edifício alongado, intensificado pelo ritmo dos vãos e pelas linhas das lajes, em conjunto com beirados mais depurados, ostentava uma tipologia muito mais *colectivista* do que *familiar*. Este facto era justificado não apenas pela especificidade do programa, mas também pelo reconhecimento de Bissaya Barreto relativamente a determinadas virtudes da arquitectura Moderna, nomeadamente as estruturas em bloco, como se mostrou patente também no Sanatório Hélio-Marítimo da Figueira da Foz e na propaganda pelo novo Hospital-Faculdade em Coimbra.

Relativamente aos materiais utilizados na construção dos pavilhões, estes eram de cariz corrente. As paredes de alvenaria eram revestidas com pinturas plásticas, estando reforçadas com réguas de madeira para a protecção ao choque de macas e amparo dos doentes. Os pavimentos eram em tacos de madeira nas enfermarias, corredores e salas comuns, e de marmorite nas cozinhas e instalações sanitárias. Ao longo dos anos foram adicionadas divisórias nos espaços maiores, gerando áreas de controlo mais abrangentes e não direccionadas, como actualmente. Os tectos falsos, também posteriormente colocados, ajudaram a suavizar um pé-direito um pouco alto, assim previsto de raiz para ser mais seguro. No que toca ainda à segurança, a maioria das salas de doentes possuía fechaduras abertas por chaves-mestras detidas por médicos e enfermeiras, o que tornava mais eficaz a vigilância. O próprio mobiliário, geralmente em estrutura de ferro tubular e madeira, era especialmente robusto (para evitar fáceis derrubes e arremessos) e, em alguns casos, fixo ao chão (acautelando arrastamentos), buscava afastar danos físicos decorrentes de eventuais tumultos.

No contexto da análise ao desdobramento do programa Hospital-Asilo-Colónia, torna-se pertinente o conhecimento de uma instituição criada paralelamente ao Sobral Cid, também por iniciativa de Bissaya Barreto: o Hospital Psiquiátrico do Lorvão. A perspectiva de uso daquele antigo Convento, em estado quase devoluto, datava já de 1927, tendo sido reforçada em 1935[24]. À época apontava-se como ideal a possibilidade de aquele imóvel fazer o acolhimento de doentes incuráveis, tendo mesmo sido aventada a hipótese de lá criar uma "gafaria". Com o projecto de uma Leprosaria Nacional a ganhar uma outra importância e escala, resolvida com a criação da Leprosaria Rovisco Pais (alguns anos mais tarde e também com decisiva participação de Bissaya Barreto), aquele edifício ficou à disposição para a criação de um Hospital e Colónia

22 Em 1965, este Pavilhão foi transformado em Hospital, albergando as urgências, as consultas externas e o rastreio.

23 Outros dois foram ainda construídos nos anos 1980 e 90, já após morte de Bissaya Barreto, em 1974, para funcionarem como Pavilhão Polivalente e Auditório e como Centro Alcoológico.

24 Veja-se a Acta da Sessão de 30 de Julho de 1927, da Junta Geral do Distrito de Coimbra, fl. 110 e a Acta da Sessão de 8/08/1935 da J.G.D.C., fl. 12v. (Centro de Documentação da Fundação Bissaya Barreto).

Agrícola destinado a "alienados, crónicos e supostos incuráveis" (BARRETO, 1959: 303). O objectivo era que funcionasse complementarmente ao Hospital Sobral Cid, como uma "formação à retaguarda, para 400 doentes" (BARRETO, 1959: 413).

Porém, a instalação efectiva demorou mais de duas décadas, tendo contribuído para tal as dificuldades burocráticas e patrimoniais intrínsecas ao edifício e também a circunstância de, ao longo dos tempos, 32 famílias se terem nele estabelecido, pelo que houve que as realojar num bairro propositadamente construído nas imediações. Assim, o seu funcionamento oficial iniciou-se apenas em 12 de Maio de 1960 e o projecto esteve a cargo da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Previa-se uma lotação de 200 doentes, pelo que, tratando-se de um edifício único e não em pavilhões, era importante antever o funcionamento de áreas que albergassem as refeições mas também outro tipo de actividades colectivas. Porém, apesar das grandes dimensões do imóvel existente, a sua divisão interna mostrava-se muito compartimentada, principalmente devido às celas do Convento. Deste modo, estas foram unificadas, dando lugar a espaços mais amplos onde funcionavam refeitório, oficinas, enfermaria e dormitórios, cada um deles com instalações sanitárias próprias. Ainda assim, as fotografias da época que mostram, por exemplo, as salas destinadas a *ateliers*, registadas com a presença dos doentes em actividade, remetem para um ambiente familiar contido e não colectivista, ou seja, onde se torna mais fácil a vigilância e a disciplina.

Os interiores, embora necessariamente reabilitados com alguns novos materiais e pinturas, não adquiriram as habituais características dos espaços promovidos por Bissaya Barreto. Não se vê o mármore nem painéis de expressivos azulejos, as peças decorativas são inexistentes e o mobiliário não é de linhas modernas. Este cenário justifica-se em três pontos: a cautela patrimonial dos técnicos da D.G.E.M.N., as restrições orçamentais inerentes a um projecto desta dimensão e, talvez o mais importante, a convicção de Bissaya Barreto de que, neste estabelecimento destinado a doentes mentais, tal como no Hospital Sobral Cid, os aspectos artísticos não eram uma mais-valia na recuperação ou na ambientação dos internados à instituição.

Ainda na fase de projecto ocorreu um significativo desacordo entre a D.G.E.M.N. e o médico-promotor relativamente à vontade dos técnicos em manter, por motivos relacionados com a preservação histórico-artística do edifício, as robustas grades de ferro das suas janelas. Bissaya Barreto mostrava-se preocupado com o carácter intimidatório que estas conferiam ao conjunto e com a influência negativa tanto para os doentes, quanto para a visão da comunidade sobre aquele estabelecimento. Tentando fugir ao cariz estigmatizante das próprias instituições deste tipo, pretendia-se criar um espaço onde os doentes "vivem e convivem com a população local, que os acarinha, assistem na igreja da terra aos actos religiosos, à mistura com toda a gente", vivenciando de forma franca o "ambiente exterior, tão benéfico ao Corpo e ao Espírito" (BARRETO, 1970: 301). Esta batalha pontual seria perdida, por "imposição feroz dos Senhores da Arte", ainda que o médico continuasse a considerar que uma visão funcional[25] "exigia, neste caso, o arrancamento das grades conventuais" (BARRETO, 1970: 308).

Este paradigma, já implementado no Hospital Sobral Cid mas aqui adaptado à inserção social e urbana dos doentes e da instituição, vinha na esteira das concepções herdeiras de Pinel (1745-1826) e Esquirol (1772-1840), conhecidos e estudados por Bissaya Barreto. Embora em medidas diferentes, estávamos perante duas Colónias onde se fazia "recuperação pelo trabalho, para o trabalho!" (BARRETO, 1970: 316), afirmava o médico. Ao instaurar a valorização do trabalho como estratégia de disciplina, como terapia de cura e como caminho de regresso à autonomia e dignidade mínimas, num contexto comunitário, criava-se uma relação muito estreita entre tratamento e produtividade. Pretendia-se que estes dois planos funcionassem como vasos comunicantes: "não há uniformes, quase não há portas fechadas, mas há ordem e disciplina; os doentes trabalham no campo onde, muitas vezes, lhes são levadas as refeições com um extraordinário prazer deles e trabalham nas nossas, por enquanto rudimentares oficinas". Ao mesmo tempo, buscava-se um conjunto de ocupações de ergoterapia e ludoterapia para os doentes, simultaneamente libertadoras e adestradoras: "divertem-se em jogos ao ar livre, têm música, telefonia, televisão, livros, jornais e revistas e tudo o mais que lhes podemos dar para a distração

25 Embora o conceito *funcionalista* não fosse novo no pensamento de Bissaya Barreto, foi nos anos de 1950 e 60 que este argumento entrou no seu discurso com maior frequência e acutilância, associado também às formas arquitectónicas e não apenas aos materiais, ao mobiliário ou à organização espacial.

do seu Espírito". Apesar de tudo, subjazia ao tratamento dos internados uma visão humanista onde "os doentes não são penitenciários, nem se encontram armazenados, em regime de acumulação e sobrelotação, como indesejáveis e inúteis" (BARRETO, 1970: 301).

Este tipo de intervenção directa da classe médica na concepção basilar das instituições, dentro dos seus diversos níveis, decorria da crescente afirmação destes profissionais no desenvolvimento e implementação de mecanismos que abrangiam as esferas da gestão arquitectónica, do controlo individual e da moralização social. Esta é uma das questões identificadas e dissecadas por Michel Foucault, em textos como *Vigiar e Punir*, *O Nascimento da Clínica* e *A Microfísica do Poder* que se focam também no papel do Médico enquanto figura crucial do exercício do Poder.

Com efeito, "o melhoramento da condição humana em toda a sua complexidade físico-psico-social" dependia da firme colocação dos "alicerces científicos e tecnológicos" que pudessem levar à resolução de "problemas sanitários, como a mortalidade infantil, a esperança média de vida, as doenças contagiosas, as desordens familiares e sociais" (PEREIRA, 2005: 442). Ora, médicos como Bissaya Barreto, encontravam-se no âmago desta problemática, sendo que este acumulava ainda a autoridade política e a propensão construtiva. Assim, a busca de resultados concretos, relativos a doenças ou a problemas higiénico-sanitários de fundo, ia além da mera construção de um edifício. Esse era, sim, a consequência construída de uma acção estudada que holisticamente englobava a implantação, a integração na envolvente, a localização estratégica (nas escalas da região ou do País), a influência no desenvolvimento urbano da cidade ou de certas áreas da mesma, e ainda as características topográficas, de exposição solar e eólica dos terrenos.

Foi seguindo esta linha de actuação que Bissaya Barreto concretizou as suas obras, enraizado numa cultura noso-arquitectónica que ganhou força no final do século XIX, período em que os médicos se transformaram em autênticos "administradores do espaço colectivo" (FOUCAULT, 1979: 214), centrando-se em quatro vectores primordiais: o das localizações, o das coexistências, o das moradias e o dos deslocamentos. Indo além da componente física dos edifícios, e criando lastro em questões tão díspares como clima, solos, água, esgotos, ventilação, urbanismo, pedagogia, propaganda, a figura do Médico assumia-se como agregadora da planificação que conduzia à medicalização da Sociedade, atravessando sistemicamente duas escalas: a do território de um país, à do corpo (e até ao espírito) de cada indivíduo. Esta realidade conferia ao "corpo singular" e ao "corpo social" uma "nova materialidade histórica" com a participação da "objectivação científica levada a cabo por várias ciências, desde a microbiologia à higiene pública e privada, passando pelas diversas ciências sociais" (PEREIRA, 2005: 442).

O desejo de resolver globalmente, e da forma mais eficaz possível, uma série de questões relacionadas com esta problemática, levou à criação de soluções como o *Panopticon*, de Jeremy Bentham. Esta era a concretização arquitectónica de um mecanismo, prescrito em 1791, e aplicável a vários programas (prisões, manicómios, hospitais, escolas), desde que nestes se privilegiassem questões como vigilância, punição, enclausuramento, moralidade, saúde e trabalho. Tratava-se de um autêntico edifício-máquina onde a "materialização do olhar disciplinador" se efectivava através de "uma dupla vigilância": por um lado, a "vertical, pela hierarquia" e, por outro, a "horizontal, pela comunidade"[26] (GRADOWICZ-PANCER, 1999: 176).

Analisando, na sua essência, os mecanismos de funcionamento desta estrutura, Michel Foucault apontava as dinâmicas dos processos de vigilância e de exercício do poder, concluindo que estes poderiam ser moldados e implementados independentemente da forma que assumissem ou do contexto em que se inserissem. Ficava assim exposta a transposição entre panoptismos, do arquitectónico ao social, o que possibilitava uma operativa autonomia entre estrutura e espaço, redobrando a posição dominante do Poder e conferindo-lhe uma maior amplitude e versatilidade.

Bissaya Barreto nunca edificou um edifício panóptico, contudo, encetou um plano com fortes traços de panoptismo social. Apoiando-se na génese do desígnio *benthaniano,* o de proporcionar a máxima vigia com mínimo de custos, o médico pôs em prática um conjunto de conceitos complementares decorrentes deste tipo de visão. Desde logo, a ideia de que o Poder se devia exercer de forma mais psicológica, do que física,

26 A tradução do original, em francês, é de nossa responsabilidade.

conduzindo à interiorização da responsabilidade e do dever, em detrimento dos castigos aplicados em espectáculos públicos. Com efeito, perante a noção de que a punição contínua era contraproducente, isto é, de que os indivíduos dificilmente podiam ser subjugados de forma incessante pela força, ficava clara a intenção de implementar processos que induzissem a auto-disciplina e a auto-repressão. Em paralelo, a vigilância era reforçada pelo domínio da inspecção, pelo exame sucessivo, pela sistematização estatística e pelo escrutínio íntimo de cada indivíduo.

Observando estes princípios, convergia-se para a criação de edifícios enquanto estruturas auto-suficientes e eficazes, pensadas, desde o projecto, do ponto de vista da gestão económica, muitas vezes contando com o trabalho efectuado pelos próprios internados. Assim se produziam edifícios-máquina que curavam os corpos e se enraizavam hábitos que moralizavam os espíritos, numa complementaridade profunda e, portanto, não limitada à realidade da instituição.

Como se pressente, Bissaya Barreto percebia que não tinha interesse em colocar-se, hipoteticamente, na *lodge* central de um qualquer edifício panóptico que construísse, vigiando num espaço limitado um número restrito de sujeitos amorfos. Tal estratégia era visivelmente redutora para as ambições político-sanitárias deste médico e promotor arquitectónico, pelo que a sua visão explanava-se numa rede estruturada e estruturante, de dezenas de edifícios dispostos ao longo do território por si controlado. Esta decorria de um pensamento sistémico, sendo as respectivas construções os dispositivos visíveis de um domínio que lhes subjazia. Assim, feita a extrapolação para um panoptismo social, podia-se perseguir de forma abrangente o sonho de Bentham: fazer vigilância quase sem vigilantes, dominando a psicologia da racionalização da culpa e conduzindo cada indivíduo a voluntariamente disciplinar o seu próprio corpo. Deste modo, se para Jeremy Bentham o *panopticon* permitia a transfiguração de uma massa de indivíduos numa multiplicidade de observados[27], para Bissaya Barreto a aplicação destes princípios ia ao encontro das diversas *multidões* da Nação: os tuberculosos, os doentes mentais, os leprosos, os alcoólicos, as grávidas, as crianças.

Como vemos, a sintetização deste leque de vectores panópticos num único e totalizante edifício nunca seduziu Bissaya Barreto, até porque este médico era renitente a estabelecimentos colectivistas, preferindo soluções arquitectónicas de disseminação volumétrica e funcional. Concretamente sobre o Hospital Psiquiátrico Sobral Cid, o promotor advogava a construção de um "verdadeiro familistério onde grandes massas de enfermos e psicopatas" se mostrassem aptas "a viver em semi-liberdade e como membros de uma Sociedade disciplinada" (BARRETO, 1935: 148). No entanto, o conceito de falanstério[28] é cuidadosamente decomposto, já que associação feita a esse tipo de estruturas, na esteira do socialismo utópico do século XIX e do posterior Movimento Moderno, era o de edifícios colectivos de grande escala. Logo, anunciava-se que aquele estabelecimento seria repartido "por diversos pavilhões, rodeados de jardins e campos de cultura" (BARRETO, 1935: 148), funcionando aquele hospital não como uma instituição, mas como um *lugar* que a arquitectura, simultaneamente contextualizava e descontextualizava.

As questões que temos compaginado com a promoção arquitectónica destes edifícios, feita por Bissaya Barreto, confluem na temática da Biopolítica sobre a qual Michel Foucault realizou estudos precursores e que autores como Gilles Deleuze, George Teyssot, Nikolas Rose e Paul Rabinow desenvolveram, analisando e desdobrando conceitos como habitat, corpo, eugenismo e sociedades de controlo. Os seus trabalhos mostram que o corpo se foi transformando no campo privilegiado em que incidia o poder da autoridade, assim como se compreende a transposição dos referidos conceitos no caso da Obra de Bissaya Barreto. A sua aplicação preconizava um curso progressivo, iniciando-se na profilaxia e no auxílio à maternidade, passando depois pela puericultura nas suas diversas fases, indo até à incursão na vida adulta. Evoluindo de estabelecimento em estabelecimento, e de

---

27 Compreenda-se esta expressão no contexto da diferenciação estabelecida por Bentham entre *crowd* e *multitude*, sendo a primeira a massa indeterminada impossível de ser inspeccionada, e a segunda o rebanho do qual se conhece cada ovelha, na sequência da metáfora de *flock* explicada por Foucault em *Estratégia, Poder-Saber* e desenvolvida por Nikolas Rose em *The politics of life itself*.

28 Para uma clarificação dos termos "falanstério" e "familistério", tal como compreendidos respectivamente por Godin e Fourier, veja-se (TEYSSOT, 2010: 76).

forma devidamente articulada, para cada idade, cada sexo, cada doença, existia o edifício certo: o hospital, o sanatório, o preventório, a casa da criança, a leprosaria, o instituto de cegos e surdos-mudos, a maternidade… Assim, era com decisivo suporte na construção que se colocava em marcha um projecto global de sociedade, elaborado por um médico, político e promotor arquitectónico.

Para realizar este "sonho político", convergiam as ideias de "comunidade pura" e de "sociedade disciplinar" (FOUCAULT, 2004: 164) que, sendo moralmente educada e fisicamente fortalecida, podia contar com gerações "sãs e robustas" (BARRETO, 1930: 1). As políticas de saúde pública e de medicina preventiva consolidadas no início do século XX absorveram o cariz eugénico daquele modelo de condução biológica da população, construído no "coração da modernidade" (ROSE, 2001: 2). Neste quadro, a actuação de Bissaya Barreto almejava à "definição do homem modelo", fazendo uma autêntica "gestão da existência humana", através de "uma postura normativa" que autorizava a regência das "relações físicas e morais do indivíduo e da sociedade em que vive" (FOUCAULT, 2011: 37). Para tal, a Arquitectura não era entendida como mero cenário, mas como agente activo na intervenção sobre cada corpo-indivíduo e, consequentemente, no corpo-sociedade. A sua distribuição pelo território, a complementaridade evolutiva, a organização espacial, o mobiliário, os materiais, tudo concorria para um todo arquitectónico que era difusor de uma mensagem político-programática, veiculada em rede.

Mostrando-se, em coerência, reflexo do seu tempo, a acção de Bissaya Barreto, nomeadamente no seio da higiene mental, foi tremendamente efectiva no século XX português. Este promotor acreditava frontalmente que a Arquitectura tinha a capacidade de, bem enquadrada, aplicar o seu poder sobre a saúde dos corpos. E este exercício dominador, que transforma, reabilita, cura, salva, não atingia apenas os indivíduos, antes atravessava-os (FOUCAULT, 1979: 183), tocando, assim, o âmago da sua intimidade. Aquilo em que o médico de Coimbra se destacou foi na capacidade de, para além da clara e completa consciência desta convicção, ter conseguido operacionalizar a passagem entre a idealização e a realidade. O que o distinguiu, em última instância, foi ter compreendido, como poucos, a fisionomia do Poder.

BIBLIOGRAFIA

BARRETO, F. B. (1930), "Hospício da Maternidade". *Diário de Coimbra*, 175, p. 1.

BARRETO, F. B. (1935), "A assistência aos loucos em Portugal: Solução do problema". In *I Congresso da União Nacional*, Lisboa, União Nacional, vol. II, pp. 143-149.

BARRETO, F. B. (1959), *Subsídios para a História (Coimbra precisa de um Hospital-Faculdade, Coimbra precisa de um Hospital-Cidade),* Coimbra, Imprensa de Coimbra.

BARRETO, F. B. (1970), *Uma Obra Social Realizada em Coimbra* (vols. I e II). Coimbra, Imprensa de Coimbra.

BARRETO, F. B. (1971), *Uma Obra Social Realizada em Coimbra* (vol. III). Coimbra, Imprensa de Coimbra.

BASTOS, S. P. (1997), *O Estado Novo e os seus vadios: contribuição para o estudo das identidades marginais e da sua repressão*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Cid, S. (1934), "Modernas orientações da Assistência Psiquiátrica na Europa e na América do Norte". *A Saúde*, 87-88-89-90, p. 6.

FOUCAULT, M. (1979), *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Edições Graal.

FOUCAULT, M. (2004), *Vigiar e Punir*, Petrópolis, Editora Vozes.

FOUCAULT, M. (2011, *O Nascimento da Clínica*, Rio de Janeiro, Forense Universitária.

Gomes, B. A. (1999 [1844]), Dos Estabelecimentos de Alienados nos Estados Principais da Europa, Lisboa, Ulmeiro.

Gradowicz-Pancer, N. (1999), "Le panoptisme monastique". *Revue de l'histoire des religions*, 216, pp. 167-192.

HICKMAN, C. (2007), "Therapeutic Landscapes". *Parks and Garden UK*. Disponível em http://www.parksandgardens.ac.uk/. Parks and Garden UK. [Online] 2007.

MENDONÇA, M. M. (2006), *Hospital Sobral Cid: das origens ao cinquentenário: história, imagens, memórias,* Coimbra, Minerva.

Pereira, A. L., Pita, J. R. (2005), "Público e privado: História ecológico-institucional do corpo. O caso português (1900-1950). Apresentação sumária de um projecto aprovado". *Estudos do Século XX*, 5, pp. 335-345.

Quintais, L. (2002), "O teatro da destruição e da verdade e a psiquiatria portuguesa na transição do século XIX". *Revista de História das Ideias,* 23, pp. 365-387.

REDONDO, J., SEQUEIRA, D. (2005), *Registos para a memória da história do Hospital Sobral Cid - os primeiros anos*, Porto, Multitema.

Rose, N. (2001), "The politics of life itself: theory, culture and society". *Theory, Culture & Society*, 18, pp. 1-30.

Silva, R. J. (2013), *Arquitectura hospitalar e assistencial promovida por Bissaya Barreto*. Tese de Doutoramento, Coimbra, Departamento de Arquitectura da FCTUC, Universidade de Coimbra.

TEYSSOT, G. (2010), *Da Teoria de Arquitectura: Doze Ensaios*, Lisboa, Edições 70.

GT 12
Movimentos Sociais Contemporâneos: diálogos lusófonos e globais

Múltiplos engajamentos de jovens militantes de partidos políticos

Ana Karina Brenner[1]

Resumo: Existe a percepção da existência de processo de transformação da militância política, que se torna visível, especialmente, pela emergência de novas formas de engajamento, notadamente entre jovens. As novas formas deixam de lado práticas dos espaços tradicionais de militância, como os partidos e os sindicatos, e engendram novas estratégias. Apesar da existência dessas novas formas e dos deslocamentos dos jovens para elas, há jovens que persistem no tradicional engajamento em partidos políticos, que continuam sendo as instituições que organizam a disputa eleitoral. Os jovens militantes de partidos políticos retratados neste artigo não se engajam exclusivamente em partidos mas mantém múltiplos engajamentos, de acordo com identidades também múltiplas: movimento estudantil, LGBT, negro, feminista, etc. Busca-se compreender a maneira como esses jovens relacionam os diferentes espaços, formas, conteúdos e sentidos do engajamento nesses diferentes espaços.
Palavras-chave: Jovens – partidos políticos – engajamento – militância política

Os jovens militantes de partidos políticos no Brasil são um grupo numericamente pequeno que, no entanto, tem forte presença na esfera pública, em mobilizações ou nas instâncias institucionais que interagem com os segmentos juvenis. Nos momentos em que jovens são solicitados a opinar, ou que se apresentam publicamente para reivindicar todo tipo de pauta, os jovens de partidos estão sempre presentes e têm voz ativa entre os demais, mesmo que o caráter de sua representatividade política seja, ele mesmo, problemático. As manifestações de junho de 2013, que tomaram ruas de diferentes cidades brasileiras, entre capitais e cidades do interior, mostraram com bastante clareza tal crise de representação, ainda que seu conteúdo, consequências e possibilidades de superação ainda não estejam plenamente reveladas ou compreendidas.

Estudo de Castro e Abramovay (2009) sobre os participantes da 1ª Conferência Nacional de Juventude mostra que, entre os mais de 1500 delegados participantes, representantes de movimento estudantil, movimentos rurais, de negros e indígenas, organizações da sociedade civil com diversos tipos de atividades, juventudes partidárias, entre outros, 50% fazia parte de algum partido político[2]. Esse dado ilustra os múltiplos engajamentos e a forte presença dos partidos nas esferas de participação, decisão e formação de opinião entre jovens.

A socióloga francesa Anne Müxel (2005) afirma que o engajamento partidário da geração anterior aos jovens contemporâneos, se dava sob fortes marcadores ideológicos que definiam *direita* e *esquerda* e estabeleciam claras distinções entre os dois "lados" do espectro político. Atualmente, tais marcadores teriam se diluído, borrando as fronteiras entre as diferentes ideologias políticas. Os jovens de hoje expressam seus interesses e realizam engajamentos políticos através de grupos culturais, em torno de questões pontuais, usam as redes

---

1 Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (1999), mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2006) e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2011). Participa do Observatório Jovem do Rio de Janeiro, grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Juventude, engajamento político, processos educativos e Educação de jovens e adultos.

2 A Conferência Nacional de Juventude foi convocada a fim de debater as políticas nacionais de juventude e recolher sugestões e opiniões dos jovens a respeito de sua execução.

virtuais de comunicação, elaboram outras estratégias além dos protestos de ruas, que foram uma das marcas das gerações anteriores. Os jovens contemporâneos também dedicam seu tempo de maneira distinta ao engajamento em comparação com o que ocorria com os jovens de antigamente. Devido às novas estratégias e formas de mobilização podem ficar menos visíveis para aqueles que esperam ver as conhecidas estratégias em ação, mas nem por isso estão ausentes dos processos de transformação da sociedade.

Os clássicos estudos de juventude no Brasil, especialmente representados pelas investigações de Marialice Foracchi (1972, 1977, 1982), centravam as indagações e campo de pesquisa nos jovens dos movimentos estudantis e os atravessamentos dos partidos nos anos 1960 e 1970. Os estudos mais recentes sobre a juventude brasileira deslocaram suas preocupações de pesquisa para o campo dos estudos sobre as identidades e os grupos juvenis. Assim sendo, o engajamento de jovens em espaços tradicionais de mobilização – partidos políticos, sindicatos, etc – perdeu espaço e visibilidade na academia e entre o senso comum. Mas as mobilizações estudantis e partidárias continuavam ocupando a cena pública e ganharam destaque no ano de 2013.

Sobre os jovens, historicamente, recaem sentidos sociais ambíguos: eles foram historicamente assumidos como força latente de revitalização social cujo sentido progressista ou conservador seria dado pelas forças atuantes em determinadas conjunturas históricas (MANNHEIM, 1968). Para outros foram considerados "ameaça civilizatória" e fonte de instabilidade social. As sociedades projetam as expectativas de continuidade das tradições ou transformações sociais, conforme aquilo que se valoriza no jogo entre conservação e modernização social, cultural e política. Nessa perspectiva os jovens se situam entre a execução de pautas externamente concebidas e a possibilidade de construção de campo de autonomia pessoal e coletiva.

A juventude é uma condição da modernidade. No debate sobre as gerações está suficientemente evidenciado que a institucionalização dos ciclos de vida "inventou" socialmente os conceitos de infância e juventude (ARIÈS, 1978; FEIXA, 1998). Margareth Mead, em seus estudos sobre os jovens de Samoa, foi pioneira, ao evidenciar que a adolescência não era uma determinação universal da cultura (HALL, 2006), porém, uma construção histórica e culturalmente situada. Neste sentido se relativizou e demonstrou a impropriedade de uma noção de adolescência/juventude como transição vivida igualmente por todas as sociedades e culturas.

O surgimento da juventude como categoria social coincide com o surgimento da sociedade industrial e a consequente institucionalização do tempo daqueles sujeitos que deveriam se preparar para a vida adulta e reproduzir as determinações de classe. O descobrimento da adolescência ocorreu nas décadas de 1880 e 1890, a princípio com a elevação dos níveis de escolaridade dos filhos da burguesia. No começo do século XX, teorias psicológicas e sociológicas, fundamentadas nas noções de vulnerabilidade e instabilidade do período de vida juvenil, justificarão leis e procedimentos pedagógicos orientados para a proteção desses instáveis sujeitos. É neste momento que podem ser encontradas as bases justificadoras de um pensamento tutelar e limitador da independência desses sujeitos que, não sendo mais crianças, ainda não são adultos.

Autores como Pais (1993), Sposito (1994), Margulis e Urresti (1998) enfatizam a importância de não se considerar a juventude como uma categoria homogênea e una, mesmo ao se considerar os jovens de um mesmo contexto histórico. Há distintas maneiras de ser jovem na grande heterogeneidade que se observa no plano econômico, cultural e social das sociedades contemporâneas. Nas cidades modernas os jovens se constituem como sujeitos múltiplos, variando de acordo com a origem de classe, o lugar onde vivem e a geração a que pertencem. Juventude é uma condição complexa que contém as múltiplas modalidades de processamento social da condição etária, tendo em consideração as diferenças sociais, a inserção na família e em outras instituições; as questões de gênero, classe, território e os grupos de inserção cultural (MARGULIS e URRESTI, 1998).

Este trabalho é recorte de tese de doutorado para a qual foram entrevistados 21 jovens (11 rapazes e 10 moças) estudantes universitários e militantes de 5 diferentes partidos, todos considerados de esquerda.

As definições sobre o que significa ser de "esquerda" e de "direita" são muitas e baseiam-se em diferentes aspectos da vida política. Segundo Bobbio (1995: 31), *"'direita' e 'esquerda' são termos antitéticos (...) e como tal são excludentes no sentido de que nenhuma doutrina ou nenhum movimento pode ser simultaneamente de direita e de esquerda*". Fazendo referência aos escritos de Cofrancesco[3], Bobbio (1995) afirma que o homem

3 D. Cofrancesco. Per un uso critico dei termini 'destra' e 'sinistra'. In La Cultura, nº 3-4, p.399, 1975.

de direita é aquele que guarda, acima de tudo, as tradições e o de esquerda pretende "*libertar seus semelhantes das cadeias a eles impostas pelos privilégios de raça, casta, classe, etc*" (p. 81).
A partir de longas narrativas dos jovens, que permitiram compreender processos de socialização política e construção de disposições ao engajamento, a transformação das disposições em engajamento efetivo e as práticas militantes, apresenta-se, aqui, as tensões produzidas pelo engajamento no que se refere à dinâmica dos partidos e seus espaços de militância. Na abordagem sobre as dinâmicas internas ao partido, a clivagem de gênero aponta para questões significativas no que se refere ao engajamento partidário. As mulheres se deparam com desafios específicos para a realização de sua militância, se considerada a relação entre jovens e adultos nos partidos, ou seja, jovens encontram dificuldades para ocupar os espaços nos partidos, mas, as jovens mulheres enfrentam dificuldades adicionais para tal. Percebe-se que os partidos absorveram temas das novas formas de engajamento ao criar setoriais de mulheres, jovens, meio ambiente, questões étnicas e raciais, etc, e têm agregado jovens em torno desses temas. Da mesma maneira, os jovens produzem engajamentos múltiplos em movimentos e ações coletivas em torno das temáticas acima apontadas.

1. A experiência militante no partido

Como dito acima, os jovens entrevistados são todos militantes de partidos de esquerda, que estão mais ou menos direcionados para o centro do espectro político. Há, contudo, diferenças de organização desses partidos, modos de agir diversos e formas variadas de incluir os militantes no cotidiano partidário. A relação do *tempo dos jovens* no cotidiano dos partidos, ou seja, as rotinas, atividades, dinâmicas e tensionamentos produzidos pela inserção dos jovens nos partidos nos quais estão engajados é aqui objeto de análise.

1.1 Brevíssimo recorrido sobre os partidos dos jovens militantes

O PT (Partido dos Trabalhadores) surgiu no cenário nacional no contexto da redemocratização brasileira e foi o produto da reunião de dirigentes sindicais, intelectuais de esquerda e católicos ligados à Teologia da Libertação. Sua criação data de fevereiro de 1980, mas o registro oficial do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) foi concedido em fevereiro de 1982. O PT organizou-se internamente em núcleos temáticos, alguns bastante heterogêneos, que formavam as tendências internas do partido. Esses grupos mantinham algumas pautas próprias, que tentavam levar para o conjunto do partido e disputavam o poder internamente. Algumas dessas tendências tiveram tamanho antagonismo com a maioria do partido que acabaram sendo expulsas, dando origem a outros partidos, notadamente o PCO (Partido da Causa Operária), o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) e, mais recentemente, o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).
O PSTU foi fundado em 1994, depois de a corrente Convergência Socialista ter sido expulsa do PT. O ápice da crise entre esta corrente e o campo majoritário petista deu-se na época do *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, quando a CS defendia o movimento Fora Collor e o campo majoritário era contrário a tal tipo de manifestação. A CS foi expulsa do PT em 1992 e o PSTU recebeu seu registro no TSE no início de 1994. O PSTU não adotou a dinâmica de tendências internas institucionalizadas, tal como havia em seu partido de origem.
O PSOL é o mais recente partido no cenário nacional e, assim como o PSTU, surgiu de uma dissidência de correntes do PT. Em 2003, início do governo Lula, alguns parlamentares votaram contra a proposta de Reforma da Previdência encaminhada para votação pelo executivo federal. Os parlamentares dissidentes foram ameaçados de expulsão, caso não se adequassem às orientações dadas pelo partido nas votações do Congresso. A ameaça não surtiu efeito e 4 deputados foram expulsos por indisciplina. Diferentemente do que ocorreu com o PSTU, nesse caso não foi uma corrente a ser expulsa, mas filiados ligados a diferentes correntes. Sua expulsão levou as correntes a abrir processo de debate sobre seus próprios destinos no PT. A CST – Corrente Socialismo e Trabalho – saiu em bloco do PT; a DS – Democracia Socialista – viveu uma cisão interna, com parte de seus militantes saindo e parte ficando no PT. Em 2004, iniciou-se o processo de criação da nova sigla e, em setembro de 2005, o PSOL obteve seu registro oficial junto ao TSE. Ainda em 2005, nova crise se abriu no governo federal – o caso que ficou conhecido como Escândalo do Mensalão –, levando novos grupos

petistas a migrar para o PSOL. Nessa segunda onda de saída do PT, a corrente Ação Popular Socialista migrou em bloco e outras saídas individuais foram registradas.
O PDT (Partido Democrático Trabalhista) surgiu nos anos 1980, também no contexto da redemocratização do país e de seu retorno a um sistema político multipartidário. O grupo político liderado por Leonel Brizola pretendia refundar a sigla PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), partido que representara o trabalhismo na era Vargas. Foram surpreendidos, no entanto, por uma disputa com o grupo liderado por Ivete Vargas – sobrinha-neta de Getúlio Vargas –, que também reivindicava a sigla. A sigla PTB acabou ficando com o grupo de Ivete Vargas e o grupo liderado por Brizola criou o PDT, que obteve registro em 1981. Segundo Schmitt (2005), o grupo capitaneado por Ivete Vargas era moderado e Leonel Brizola representava os reformistas. O resultado da disputa entre os dois grupos teria sido coincidente com as preferências do governo militar, que governou o país até 1985.
O Partido Comunista do Brasil, PCdoB, surgiu em 1962, como dissidência do PCB (Partido Comunista Brasileiro), que, na época, ainda se encontrava na clandestinidade e cuja origem remonta a 1922. Após longos períodos de clandestinidade, ambos foram legalizados em 1985.

1.2 Os jovens e seus partidos

Dos 5 partidos em que militam os jovens entrevistados 4 são mais próximos no que se refere ao modo como tratam a questão da militância e ao posicionamento na escala que situa os partidos da esquerda para a direita: PCdoB, PT, PSTU e PSOL. São partidos de massa e de militantes, ao passo que o PDT se diferencia por ser um partido de massa, mas de eleitores e por estar situado, em todas as escalas de referência, mais à direta do que os partidos acima referidos. As dinâmicas dos militantes do PDT se distinguem significativamente das dos demais partidos contemplados nesta pesquisa.
O **PDT** é um partido de grande adesão, especialmente nos estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro; adesão conquistada, principalmente, pela força de suas lideranças – notadamente Leonel Brizola – e menos pela dinâmica de engajamento militante de seus filiados.
Os jovens pedetistas desta pesquisa guardam características peculiares, que podem não ser comuns a todos os jovens pedetistas no Brasil, mas dizem algo sobre a militância jovem desse partido no estado do Rio de Janeiro. Os 3 jovens militantes deste partido praticamente não tiveram contato com o movimento estudantil, o que os diferencia de todos os outros jovens. Mesmo o jovem que engajou-se no movimento estudantil o fez em busca de suporte para a sua ação no interior do partido e não como uma extensão do partido em espaços externos a ele. Para ele, o movimento estudantil (ME) não foi *estágio* para a chegada ao partido, mas base de apoio à sua militância, que já estava consolidada no PDT – para os outros jovens, o ME era espaço de extensão e ampliação de seu engajamento partidário.
O **PCdoB** é um partido sem correntes internas, mas que contempla *uma juventude,* organizada paralelamente ao partido na UJS. O **PSTU** também não têm correntes internas, mas não têm *uma juventude* partidária, na medida em que a definição de jovens se dá pela condição estudantil dos sujeitos. Ou seja, no PSTU, são jovens aquelas pessoas que se encontram na condição de estudantes; são considerados *trabalhadores* os sujeitos situados na faixa etária definida para a juventude – 15 a 29 anos – e que trabalham. A condição juvenil, com suas peculiaridades e como momento do ciclo de vida, não é contemplada na estrutura desse partido. PCdoB e PSTU operam o centralismo democrático. **PT** e **PSOL** caracterizam-se por se organizarem em correntes internas, que têm relativa autonomia de organização e dinâmicas próprias de reuniões, setoriais etc. O PT havia criado recentemente um setorial de juventude e o PSOL tinha grupos de jovens organizados em algumas de suas correntes. Nesses dois casos, antes da fidelidade ao partido existe a fidelidade à corrente e a seu conteúdo programático e ideológico.
De acordo com o relato dos entrevistados, os jovens não ocupam cargos em espaços institucionais de tomada de decisão na mesma proporção de sua presença no conjunto de militantes do partido, ou seja, não há equilíbrio entre a proporção de militantes jovens no partido e os cargos ocupados por eles nos espaços de decisão. Dos relatos, é possível destacar duas razões principais para este fato: a) a resistência dos adultos em abrir espaço para os seus jovens, pois isso poderia significar a perda de espaços de poder para alguém mais jovem, fato

que seria difícil de ser absorvido pelos mais velhos e, b) a falta de traquejo ou prática política dos jovens para enfrentar em pé de igualdade os debates e disputas com os adultos, fato que seria apontado pelos adultos, mas também percebido pelos próprios jovens, ou seja, os jovens também se dizem inexperientes.

Frases como "*ainda não viveu o que eu vivi*" ou "*não sabe nada da vida, precisa viver muito para saber o que eu sei*" são apontadas como exemplos de falas de adultos que tentam desqualificar a presença dos jovens nos espaços de tomada de decisão do partido. Esse tipo de argumento apareceu nos relatos de jovens de diferentes partidos. Os adultos também invocariam sua própria trajetória e seu investimento militante no partido para dizer aos jovens que eles devem esperar um pouco mais e se dedicar mais ao partido antes de ocupar os espaços de poder.

Por mais que os jovens respeitem e admirem os percursos dos colegas mais antigos de militância eles também valorizam suas próprias histórias e experiências; se reconhecem capazes de participar e opinar, tanto quanto são capazes de executar tarefas. Julião[4], jovem militante petista, resume bem uma percepção comum entre os jovens entrevistados dizendo que é na hora de "fazer coisas" que os jovens são acionados: "*principalmente campanha* [eleitoral]. *Em período de campanha é o período*". Os jovens também podem ser chamados a debater sobre a vida política do partido quando sua presença é tida, pelos adultos, como uma possibilidade de renovação de ideias, "*oxigenação*" nas palavras de Julião. Mas, no momento das decisões importantes os jovens seriam novamente relegados à sua condição de "pouco experientes" e inaptos às decisões.

Os jovens militantes não veem sentido em deixar para depois aquilo que se sentem em condições de fazer agora. A jovem Núbia, militante do PT, afirma: "*Ouve aqui que* 'eu sou mais velho e você tem muito o que aprender comigo, quando chegar sua vez', *como se a nossa vez não fosse agora né*".

Núbia acredita que os jovens estariam conseguindo ocupar mais espaços e ser mais ouvidos dentro do partido. Ainda vê muitos obstáculos à presença dos jovens nos espaços de decisão, mas percebe que a situação atual já é bem melhor do que quando ela iniciou sua militância.

Luciano, do PSOL, acrescenta que, para os partidos de esquerda, o fato de os jovens – em sua maioria ainda estudantes – não terem experiências de trabalho, também os coloca em situação de desigualdade em relação aos adultos trabalhadores. O trabalho seria um dos elementos fundantes da militância de esquerda e a falta de experiências nesse campo deixaria os jovens pouco aptos ao ato de militar. No entanto, é significativo o número de jovens no Brasil que trabalha e estuda, chegando à universidade, portanto, com experiências de trabalho acumuladas. Entre os próprios militantes entrevistados, a maioria trabalha ou já trabalhou.

O tempo de militância parece ser a justificativa mais frequente para se manter os jovens distantes dos espaços de poder do partido, como se o passar do tempo fosse a única maneira de acumular conhecimentos e experiências e como se isso ocorresse inexoravelmente com o passar do tempo.

2. Múltiplos engajamentos: partido e movimentos

Os espaços e as atividades de um militante em partido político são variados. A maioria iniciou o engajamento no movimento estudantil, mas muitos buscaram ou foram levados, por suas experiências, também a outros espaços de militância. As experiências dos 21 jovens pesquisados compõem um mosaico rico de espaços e de possibilidades para os percursos militantes. Há jovens que continuam investindo praticamente apenas no movimento estudantil, mas há aqueles que não militam mais nesse espaço; há jovens que associam o investimento no movimento estudantil com a presença em outros espaços como grupo de mulheres e LGBT, dentro e fora dos partidos, em setoriais de juventude partidárias, em setores sindicais, em comunidades populares. As estruturas dos partidos são também bastante diferentes e, em alguns casos, bastante fragmentadas, especialmente nos partidos que se organizam em correntes, tal como ocorre com PT e PSOL. Na organização por correntes ou tendências, as divisões setoriais de mulheres, jovens, negros, LBGT etc, existentes no partido, em geral, se reproduzem nas correntes. E, por mais que haja setores partidários, o cotidiano do partido se dá pela dinâmica das correntes e tendências.

Dentre os jovens entrevistados há um grupo que não se engaja em várias esferas. Os três jovens do PDT

4 Todos os nomes de jovens aqui referidos são fictícios.

realizam sua militância apenas dentro do partido, em sua Juventude. Há, ainda, aqueles que concentram sua atuação partidária unicamente no movimento estudantil universitário, participam dos diretórios acadêmicos dos seus cursos ou da gestão do DCE. Para esses jovens, a universidade é o espaço privilegiado de atuação e as ações do ME absorvem a maior parte do seu tempo militante. Reuniões do partido são frequentadas para informar sobre temas ou demandas específicas do movimento estudantil, em geral, ou de um curso, em particular, e para levar ao movimento estudantil temas para discussão ou tarefas importantes para o partido.

Cabe aqui um destaque para Ademir (PSOL) que, incluído no grupo dos militantes exclusivos do movimento estudantil, tinha algumas ações externas ao ME. Ele estava exclusivamente voltado ao ME quando realizada a primeira entrevista, em 2008. Na segunda entrevista, em 2009, começava um envolvimento com outros movimentos sociais, mas ainda através do movimento estudantil; estava buscando um novo espaço de inserção partidária, especialmente porque se aproximava a conclusão da graduação e porque, depois de 10 anos de militância no movimento estudantil, sentia necessidade de produzir inovações em seu percurso militante.

Os jovens que realizam sua militância partidária exclusivamente através do ME são tanto jovens de experiência recente na militância quanto jovens de percursos militantes longos. Não se pode dizer, assim, que a militância exclusiva no ME ocorra devido a um engajamento recente, que ainda não tenha produzido as condições necessárias a outras inserções militantes. O peso maior para essa escolha parece residir mesmo na afinidade que desenvolvem com o ME e continuidade de seu interesse nesse espaço de engajamento. A afinidade e a vontade de continuar realizando seu investimento militante nesse espaço se articulam com necessidades do partido, mas, em última análise, é a escolha do militante que tem peso maior na decisão sobre onde militar.

Havia sete jovens que, além da militância estudantil, dedicavam-se também a outro espaço de militância, em grupos ou movimentos sociais. Os diferentes espaços de engajamento se misturam e se complementam; o movimento estudantil foi apresentado como lugar de concretização do engajamento e outros grupos e movimentos sociais representam espaços de continuidade da militância partidária, espaços que retroalimentam o engajamento político, dão base ao partido ao mesmo tempo em que apoiam pautas e temáticas dos referidos grupos e movimentos.

Há duas militantes que se dedicam à causa LGBT: Cíntia e Guinevere, ambas do PT. Cíntia dedica ao ME apenas o tempo necessário para manter o partido na dinâmica estudantil em seu curso de graduação e por isso não é considerada uma militante do ME. Guinevere também não participa sistematicamente de ações do movimento estudantil, mas ambas participam de diferentes ONGs que defendem o direito de lésbicas, gays, travestis e transexuais. Afirmaram que os dois espaços de engajamento são, para elas, complementares. Cíntia disse que traz para o partido demandas ou pautas da ONG para serem debatidas no partido, notadamente no que se refere a mobilizações públicas ou defesa de leis específicas de garantia de direitos a essa população. Guinevere disse considerar a ação da ONG mais dinâmica, com capacidade de oferecer respostas mais rápidas a acontecimentos sociais ao mesmo tempo em que continua achando que o partido é a melhor ferramenta para conquistar direitos e transformação social através da aprovação de leis específicas. Ela descreveu a articulação com vereadores da cidade para elaborar e apresentar, junto com eles, projetos de lei que atenderiam a reivindicações específicas de lésbicas.

Norberto (PSOL) era o único militante que já tinha uma posição consolidada junto a movimentos sociais ao passo que Ademir iniciava aproximações com esses movimentos. Depois do despejo de estudantes da moradia estudantil, Norberto ficou sem morada e acabou alugando uma casa em uma comunidade popular da cidade em que se situa a universidade frequentada. Já fazia sete anos que estava na faculdade – atraso atribuído à militância – e pretendia terminar logo os estudos. Havia planos traçados junto a seu grupo de militância de que se afastaria gradativamente do movimento estudantil e, ao se formar, faria concurso para ser professor da rede municipal ou estadual e, assim, militaria no sindicato da categoria. A mudança de endereço acabou fazendo com que mudasse seus planos. Ele não conseguiu se formar no prazo que havia combinado com o partido porque se envolveu na organização comunitária onde residia. Passou a compor a direção colegiada da associação de moradores e usou sua rede de relacionamentos com gestores da sua universidade para implantar variados projetos de desenvolvimento e atendimento à população local. Constituiu, dessa forma, um tripé de atuação: partido, movimento estudantil e associação comunitária de moradores. Foi uma questão pessoal que levou Norberto a abrir uma nova frente de engajamento e foi por sua iniciativa e por considerar impossível

separar o engajamento partidário de qualquer outro, que reafirma sua atuação na comunidade como uma ação também do partido. Apesar dessa afirmação diz que não faz proselitismo partidário na comunidade pontuando que poucas foram as vezes em que falou do PSOL em reuniões da associação ou para moradores em particular. Segundo o jovem, é a sua atuação comunitária que informa o partido sobre necessidades de atuação deste e não o partido que informa ou induz a comunidade à mobilização.

Os três jovens que atuam em movimentos ou organizações sociais relatam ter no partido ferramentas privilegiadas de conquista de direitos para parcelas específicas da população. O partido teria capacidade de dar suporte a demandas e reivindicações através do apoio a mobilizações populares. Um exemplo disso são as mobilizações e passeatas, ocorridas no ano de 2010 por ocasião das chuvas que assolaram a região metropolitana do Rio de Janeiro, e que voltaram a ocorrer em lembrança à passagem de um ano e à falta de respostas efetivas dos poderes públicos municipal e estadual aos prejuízos produzidos aos cidadãos. Ao mesmo tempo o partido alcançaria uma base social ampliada de atuação através da articulação promovida por seus militantes entre um e outro espaço. As reivindicações dos movimentos sociais também serviriam para "arejar" as pautas partidárias, dando a elas maior proximidade com a realidade da população.

Não foram muitos os jovens entrevistados que militam em mais de um espaço, transitando entre partidos políticos e movimentos sociais. Esses jovens têm, em geral, redes de relacionamento mais amplas, inserção em mais espaços de influência sobre a tomada de decisão e, algumas vezes, maior trânsito no partido e maior participação nos espaços deliberativos do partido. Cíntia tinha um cargo comissionado em uma prefeitura da RMRJ (Região Metropolitana do Rio de Janeiro), era secretária geral do PT de sua cidade além de ser da executiva de mulheres do município.

Os jovens que militam em mais de um espaço, além do espaço partidário, parecem reunir maiores repertórios de ação política, participam de eventos ainda mais variados que os jovens que estão envolvidos exclusivamente em espaços partidários ou apenas no movimento estudantil.

Muitos jovens que militaram intensamente no movimento estudantil estavam, no momento das entrevistas, ocupando cargos consultivos nos partidos ou cargos comissionados em administrações municipais ou legislativos. Esses jovens se aproximam daqueles de múltiplas militâncias pela ampliação dos repertórios de ação. Cada espaço de militância propicia experiências diferentes, contato com pessoas e com temas igualmente distintos. Assim, os jovens de múltiplas militâncias e aqueles que circulam mais pelas instâncias internas do partido constroem um mosaico de situações sociais e experimentam o diálogo com diversos atores sociais. Com isso acumulam repertórios de ação e ferramentas discursivas mais amplas.

Os jovens que apresentam engajamento único são de diferentes partidos, não há, portanto, uma especificidade partidária que defina engajamentos únicos ou múltiplos.

Trabalho de Fillieulle (2001) mostra que militantes que foram de partido, ao militar no movimento de Direitos Humanos na França, apagavam seu passado de militante. Antes de ser uma vantagem, o engajamento anterior era um dado desabonador. No caso dos jovens militantes de partido aqui investigados, a militância em um espaço não se encerra para que se criem novos espaços de investimento militante; ao contrário, os diversos espaços são simultâneos e complementares.

3. As clivagens entre homens e mulheres em um espaço tradicionalmente masculino

A presença dos jovens nos partidos produz tensões numa instituição que é, tradicionalmente, de domínio adulto e masculino, mas essas tensões, na percepção dos jovens, provocam alterações a partir da busca cotidiana por ampliar seu espaço de participação e deliberação no partido. Núbia, já citada anteriormente, disse que "*a política ainda é muito masculinizada e é muito velha ainda*". A presença de mulheres também traz desafios para a militância. As organizações partidárias demonstram, a partir da formação de grupos temáticos, que a diversidade tem sido cada vez mais contemplada no interior dos partidos, através de grupos de negros – que também podem ganhar a denominação de diversidade racial ou combate ao racismo; de mulheres – que pode estar associada ao público LGBT ou formar dois setores ou secretarias distintos; de jovens; grupos sobre o meio ambiente, entre outros. As questões de gênero, no entanto, parecem ser as mais candentes entre esse grupo de jovens. Entre os 21 jovens entrevistados nenhum revelou envolvimento em setoriais de meio ambiente ou

de igualdade racial, por exemplo. Os envolvimentos deles sempre se referiram à juventude, às mulheres e à temática LGBT.

A presença das mulheres, contudo, produziu um número considerável de narrativas sobre dificuldades e tensões na relação entre homens e mulheres nos partidos. A participação feminina no mundo da política brasileira é relativamente recente. Foi em 1932 que as mulheres conquistaram o direito de participar das eleições como eleitoras e como candidatas. Em 1933 foi eleita a primeira deputada federal brasileira, mas o cenário da presença feminina nos espaços de realização da vida política pouco se alterou até os anos 1970. O processo de industrialização levou um enorme contingente de mulheres ao mercado de trabalho, a redemocratização, em meados dos anos 1980, estimulou a mobilização social de diferentes maneiras e as mulheres começaram a construir novos caminhos para sua participação na vida política. Apenas em 1979 elegeu-se uma senadora mulher e só depois disso veio a primeira ministra mulher, a primeira candidata a presidente, primeira governadora, primeira presidente etc. O número de mulheres candidatas, entretanto, ainda é muito pequeno se comparado ao número de homens e menor ainda é o número de mulheres que de fato se elegem mostrando que ainda há muitas barreiras a serem superadas para uma presença feminina equitativa à presença masculina na política.

A pesquisadora Pipa Norris (2007), motivada pela presença de poucas mulheres no executivo, legislativo e judiciário, mesmo em países de democracias duradouras, buscou compreender as razões para isso. Norris considera que a grande diferença entre o engajamento masculino e feminino continua sendo um quebra-cabeça intrigante, dadas as grandes mudanças ocorridas nos estilos de vida de homens e mulheres ao longo das últimas décadas – notadamente no campo educacional, da força de trabalho e na organização das famílias. (NORRIS, 2007: 725)

> Mulheres ocuparam as universidades e o mercado de trabalho em números recordes, fizeram significativos avanços nas profissões e negócios, e há evidências substanciais de que atitudes sociais que favorecem a equidade de gênero se generalizaram em sociedades emergentes. No entanto, a evolução na política, especialmente no topo do poder, parece ficar atrás dessas tendências. (NORRIS, 2007: 728, tradução nossa)

Analisando um conjunto de pesquisas realizadas desde os anos 1920 até início dos anos 1980, Norris observou que as mulheres são muito menos engajadas que os homens e que, apesar da crescente participação delas na política, as diferenças persistem ao longo dos anos.

Pesquisa conduzida por Ingelhart e Norris no ano de 2003, na qual analisaram oitenta nações contempladas na World Values Survey, observou-se que as diferenças de gênero na participação política eram generalizadas, homens são a presença predominante em formas tradicionais de ativismo, como membros voluntários de organizações, em associações comunitárias e outras formas de protesto político. As diferenças eram maiores em países pobres ou naqueles considerados em desenvolvimento e menores em sociedades pós-industriais, a ponto de considerarem que, em longo prazo, dados os processos de desenvolvimento social, as distâncias entre o ativismo feminino e masculino reduzirão gradativamente (NORRIS, 2007: 729).

Sobre o tema do engajamento masculino e feminino, Filleule (2009), analisou várias pesquisas realizadas ao longo dos anos 1990 e 2000 e afirma que, apesar de todas as mudanças no cenário social no que se refere à questão de gênero, permanece, nos espaços de engajamento, uma divisão de trabalho entre tarefas referidas ao masculino e tarefas referidas ao feminino. Teria se consolidado, historicamente, uma divisão de trabalho que se baseia em dois princípios distintos: um princípio de separação (que atribui diferentes funções para homens e mulheres) e um princípio de hierarquização (que dá maior valor ao trabalho dos homens que ao trabalho das mulheres) (Fillieule, 2009: 51). Tal divisão do trabalho estaria reproduzida entre os mais diversos grupos de engajamento.

Para Fillieule (2009) a constatação da divisão de gênero das tarefas militantes, demonstrada em pesquisas realizadas com diferentes grupos e tipos de engajamento, significa um avanço, tanto no que se refere ao senso comum quanto à sociologia dos movimentos sociais, pois os militantes seriam, em geral, vistos como figuras abstratas que existem fora do contexto das desigualdades de gênero. Tais constatações colocariam os militantes como figuras que, como o resto da sociedade, também reproduzem as desigualdades de gênero.

A pesquisa com os jovens engajados mostra justamente que as questões ligadas às desigualdades de gênero são muito significativas para as militantes de partidos. Suas dificuldades em serem ouvidas, a busca por espaços específicos de organização exclusivamente femininas, a elaboração de estratégias de intervenção junto aos homens do partido, mostra que as desigualdades estão postas, mas sendo combatidas por mulheres, que ganham a simpatia de homens que muitas vezes têm dificuldades para saber o quê fazer e como agir.

As jovens militantes relataram melhoras significativas na relação entre homens e mulheres no cotidiano intra-partidário, afirmaram que consideram a situação entre os jovens melhor resolvida que entre adultos, mas ainda assim foram muitos os relatos de situações de preconceito de gênero e de posturas diferenciadas que as mulheres precisam adotar para se fazer ouvir no universo masculino dos partidos. Os jovens e as jovens foram unânimes em considerar que nas juventudes partidárias as tensões de gênero são menores e que nesse grupo a igualdade estaria mais próxima de ser atingida que no conjunto do partido.

Nesse ponto, as observações de Norris (2007) e as narrativas dos jovens confluem. A pesquisadora afirmou que, observadas as grandes diferenças entre a presença masculina e feminina na política, elas são significativamente menores entre os grupos de jovens "o que é um importante indicativo de mudanças geracionais de longo prazo" (p. 729).

Rapazes e moças entrevistadas concordam – nesse caso sem unanimidade – que há sim discriminações e desigualdades no acesso das mulheres à vida política no partido. Roberto (PSOL) disse que as desigualdades estão na sociedade e se refletem no partido e que há espaços mais e menos machistas: "*eu acho que é uma questão da sociedade que reflete. Historicamente o movimento operário é conservador (...). A ética burguesa dentro da vida do operário, né?*" Ao dizer isso, reafirmou o que muitos outros jovens também disseram: na juventude a situação é menos desigual, mas também há problemas. O jovem afirmou que ele próprio só passou a refletir sobre suas próprias práticas em relação às mulheres depois de se tornar militante do partido: "*eu inclusive, não tinha esse debate, eu fui aprender isso no movimento estudantil. Essa questão de gênero".*

Marina, que é do mesmo partido, mas de corrente distinta daquela a qual Roberto pertence, disse que ser militante mulher na juventude do partido é mais fácil do que de outros setores. *"Eu acho que no movimento sindical a opressão é muito maior. Acho que na juventude as pessoas estão mais dispostas a novas dinâmicas*". Ela disse que todos os casos registrados no partido de desrespeito ou discriminação contra mulheres que levaram a debates e atitudes disciplinares do partido não ocorreram entre o grupo de jovens do partido.

> Todos os casos que a gente teve assim, casos ruins de violência, casos de desrespeito e que se tornaram debate e até a gente tratou de forma específica, comissão de ética dentro do Partido, não aconteceram na juventude ... não, acho que teve um fato que aconteceu na juventude, mas geralmente acontecem fora da juventude. (Marina, PSOL)

Homens e mulheres opinaram sobre essa relação nos partidos, porém, se as mulheres relataram inúmeras histórias de preconceitos de seus colegas de militância, esses colegas identificaram muito menos situações desse tipo. As mulheres disseram que são preteridas na hora da divisão de tarefas do partido e que os homens têm sempre a preferência nesses casos. Disseram, também, que para serem ouvidas ou terem suas ideias consideradas precisam assumir comportamentos, definidos por homens e mulheres, como masculinizados – engrossar a voz, se portar de maneira mais grosseira, usar gestos largos e pouco delicados.

Os partidos abordam o tema de maneiras distintas, mas a maioria adota medidas de contenção ou cerceamento aos militantes que adotam comportamentos discriminatórios contra as mulheres militantes. Também varia, em cada partido, a maneira como as mulheres se organizam – existência ou não de espaços exclusivamente femininos. A avaliação dos jovens sobre esses espaços é, em alguns momentos, divergente. Há jovens que veem positividade na possibilidade de as mulheres se reunirem sem a presença de homens para pensarem em suas demandas, elaborarem suas propostas e se prepararem para "enfrentar" o debate com os homens em plenárias gerais dos partidos; outros acreditam que o espaço exclusivo das mulheres acaba por reforçar comportamentos discriminatórios dos homens, pois acreditam que apenas a convivência dos homens com as mulheres pode transformar essa relação. Os jovens homens entrevistados, além de se reconhecerem discriminadores, se

sentem desconfortáveis nessa situação, mas reconhecem que é difícil mudar comportamentos produzidos pela internalização de valores machistas transmitidos pela sociedade – a família, reconhecem, seria o principal agente de transmissão desses valores.

Mariano, do PSOL, ao ser questionado sobre as possíveis dificuldades vividas devido à presença feminina num espaço predominantemente masculino afirmou que compreendia que ainda deveria haver muitas dificuldades para a militância de mulheres, mas não no seu grupo. Disse que na juventude da sua corrente não havia dificuldades ou tensões nessa relação e que não percebia situações de preconceito com as mulheres colegas de militância. Ele ficou surpreso com a informação de que todas as mulheres entrevistadas – incluindo-se, portanto, mulheres de sua corrente – referiram atos de discriminação: "*mas da CST? Não acredito nisso, só se for do movimento* [sindical]*, porque aqui* [no movimento estudantil] *é impossível isso*". Acrescentou que "*nenhum militante tem um privilégio por ser homem e não tem nenhuma mulher que sofre injustiça por ser mulher*".

Para Mariano, os partidos de esquerda, que já fariam o debate sobre a igualdade de gênero há muito tempo, teriam essa questão melhor resolvida. Concorda, contudo, que fora da alçada do partido, nas ações cotidianas que não se relacionam com o partido, o machismo ainda se apresenta entre os militantes.

> Você tem razão de que a mulher tem conseguido entrar na esfera da sociedade há muito tempo, mas não tem muito tempo que tem conseguido êxito. Aliás, cada vez mais tem conseguido êxito, da gente conseguir igualdade no tratamento, mas eu acho que pelo fato dos partidos de esquerda fazerem esse debate há muito tempo, eu já não percebo mais essa dificuldade. (…) Talvez nosso machismo se manifeste fora do partido, se manifeste mais nas mesas de bar, nas brincadeiras, aí eu tenho completo acordo, nisso sim continua se manifestando. (Mariano, PSOL)

Mariano expressa algo que as mulheres experimentam no cotidiano de sua militância mas que os homens, em geral, têm dificuldade de perceber: a socialização que ocorre no partido, que altera padrões de valores a partir de debates, leituras, práticas conjuntas com mulheres, não se dissemina, automaticamente para outras esferas da vida.

Vários jovens relataram que foram criados em famílias conservadoras que, mesmo sem muitas vezes ter a consciência sobre isso, transmitiram-lhes valores machistas, homofóbicos e racistas. A tríade dos preconceitos foi especialmente citada por Roberto, Ademir e Luciano, mas apareceu também na fala de outros jovens de maneira mais diluída. Todos se referem a reflexões e debates feitos entre o grupo de militantes que os ajudaram a perceber seus comportamentos preconceituosos, falam de um esforço para mudar comportamentos preconceituosos e discriminadores, mas nenhum deles considera que tenha conseguido se livrar por completo de algum tipo de preconceito. A socialização ocorrida no âmbito do partido modificou, mas não teria sido forte o suficiente para transformar por completo os valores internalizados na socialização familiar.

Ademir reforça que os debates, estudos, leituras realizadas no interior de sua corrente – quando ele ainda era militante do PT – o fizeram refletir e tomar consciência de comportamentos que ele considerava não ter. Ele se considerava livre de preconceitos e comportamentos discriminatórios ou opressores por ser de uma família politizada, com pai militante, mas acabou percebendo, ao longo da militância, que não era bem assim.

> Mas acho que, acho assim, já falei inclusive em reunião do partido (...) eu seria racista, machista e homofóbico. Não que eu não seja, eu sou, mas assim eu não tinha dimensão de quanto eu era, entendeu? Se você perguntar aqui, 'você é machista?' 'Eu não'. 'E você?' 'Não, imagina'. Mas eu... a formação feminista da DS era um troço muito violento, muito violento mesmo, tomava esporro, escovada, era um troço que ali funcionava, entendeu? (...) Eu seria uma pessoa... eu seria muito mais machista, racista e homofóbico do que eu sou hoje e eu só entendi isso quando eu... na militância e no debate da militância.. (Ademir, PSOL)

A consciência suscitada nos jovens homens militantes parece tomar duas direções. A primeira de que esses não eram tão legais quanto imaginavam ser, afinal descobriram-se machistas, racistas e homofóbicos – "*você vai percebendo coisas que você faz que simplesmente você não percebia, você passa a perceber*"; a segunda de que, apesar de muitas mudanças em seu modo de agir, continuam sendo isso tudo – em menor grau e em combate constante contra tais comportamentos, mas ainda machistas, racistas e homofóbicos. "*Eu vim de uma tradição muito machista. A política me ajudou muito e estou cada vez menos machista*" (Mariano, PSOL)
Fillieule (2009), afirma que, apesar de todos os obstáculos descritos para a presença de mulheres nos grupos de engajamento militante, pode-se argumentar que, de fato, os movimentos de protesto, progressistas ou não, se constituem em espaços de "trabalho" sobre a questão de gênero. O autor, assim, dá razão a Bourdieu, quando este afirma que as lutas ideológicas entre grupos (grupos de idade ou de sexo) ou classes sociais obriga os grupos dominantes a reconhecer a presença do *outro*, perdendo, assim, parte de seu poder simbólico e "abolindo a ignorância" (FILLIEULE, 2009: 64)

3.1 A experiência de mulheres na vida militante partidária

Fernanda, do PSOL, disse que já esteve em situação de ser preterida para uma tarefa para que um homem fosse indicado para a ação; ela só seria a indicada para alguma tarefa na inexistência de um homem para assumi-la.
Guinevere, do PT, falou sobre a mesma questão: "*quando tem algum trabalho importante pra fazer ele vai e dá pra um cara, sabe? Ele não vai dá pra mulher que pode ter capacidade, que de repente se ela tiver uma preparação legal, ela consegue fazer... não vai*".
Não foram encontradas estatísticas sobre a quantidade de militantes homens e mulheres nos partidos, mas os jovens afirmaram que há um relativo equilíbrio, no conjunto. As desigualdades numéricas aparecem quando homens e mulheres usam a palavra em reuniões e assembleias bem como na ocupação dos cargos de direção dos partidos.
Cíntia, do PT, disse que o uso da palavra por parte de mulheres deve representar 10% daquilo que é dito em uma reunião: "*em quinze intervenções, três são de mulheres, duas pra dar informe e uma pra fazer uma análise conjuntural, uma análise mais de fundo. Assim, a gente sente que existe uma dificuldade das mulheres se colocarem, das mulheres se emponderarem*". A jovem disse, ainda, que os ouvintes ou interlocutores em uma reunião ou assembleia de partido prestam sempre mais atenção ao que a mulher diz, não que isso signifique maior apoio ou interesse. Para Cíntia isso ocorre no intuito de ter elementos para criticar ou mesmo desqualificar as intervenções de mulheres. "*Quando uma mulher fala, as pessoas ou prestam [atenção] pra te criticar ou pra dizer: 'não, a intervenção não foi boa. Essa intervenção não é tão de fundo assim'*". (Cíntia, PT)
Segundo Julião, ocupar um cargo no diretório ou executiva não significa, necessariamente, ter sua opinião ouvida e considerada: "*tem um percentual nas esferas de direção partidária para as mulheres, pras companheiras, mas, no limite às vezes quem fala pelas forças políticas, toma decisões pelas correntes políticas, são homens*".
Segundo ele, as desigualdades se manifestam mais claramente em números – são menos mulheres que homens no partido, são menos mulheres em cargos de direção e são menos mulheres identificadas como intelectuais do partidos. "*É, é ínfimo o número de mulheres que falam em nome do PT ou das correntes do PT. São uma em cada, na realidade é uma em cada dez, né?*" (Julião)
Cíntia não foi a única a dizer que sente maior pressão sobre a atuação das mulheres do que aquela que seria exercida sobre os homens. Segundo ela, os deslizes femininos porventura cometidos em análises de conjuntura ou de elaboração política são vistas com lentes de aumento e os deslizes masculinos são minimizados, como se fizessem parte da dinâmica normal da vida política. Cíntia concorda que deslizes ou equívocos sejam normais e não aceita que as mulheres sejam mais cobradas por eles do que os homens. Para as jovens, os homens são "naturalmente" mais preparados do que as mulheres para a vida política. Dizem "naturalmente", marcando a necessidade das aspas, porque entendem que é a cultura e o modo de socialização que acaba preparando os homens, ao longo de toda a sua vida, para a atividade pública, o debate, o uso da palavra e a defesa de opiniões. As mulheres seriam muito menos preparadas para isso, pois a socialização da mulher estaria voltada para o cumprimento de atividades privadas – o cuidado com a casa, a família, atividades profissionais "de mulheres".

Mesmo para as jovens militantes que já acumulam mais de 10 anos de engajamento, debater e defender opiniões junto aos homens ainda é algo que produz tensionamentos.
Marina (PSOL) repara que, em determinadas ocasiões, notadamente em congressos e assembleias os homens podem ter a mesma experiência militante de algumas mulheres presentes, mas somente eles falam. Ela afirma que as mulheres "simplesmente não falam" e, segundo a jovem, isso ocorreria porque muitas vezes essas mulheres internalizaram que é o homem quem deve falar e naturalizaram tal fato, sem problematizá-lo.

4. À guisa de conclusão

Os jovens que participaram da pesquisa estão filiados em cinco diferentes partidos, todos situados à esquerda do espectro político dos partidos brasileiros.
As experimentações, segundo Müxel (2002) são a marca dos novos modos de fazer política; a ausência de nítidos marcadores ideológicos, em oposição à sua presença nas gerações anteriores, seria a razão de tal experimentação. Também concorreria para a experimentação a mudança dos modos de se engajar. Se para as gerações anteriores o engajamento significava permanência e devoção (CICCHELLI, 2009) para as atuais gerações o engajamento seria algo mais fluido, que não implicaria adotar todas as obrigações e objetivos políticos da organização, onde haveria espaço para negociar posições intermediárias entre as consolidadas do partido e as dos jovens. "*Eles provavelmente querem se manter mais livres, inclusive para participar de acordo com suas próprias visões, ideias e métodos*" (MÜXEL, RIOU e LEHAY, 2005: 36, tradução nossa). Essa situação se apresenta claramente quando os jovens transitam por diferentes espaços de engajamento, concomitantes com o espaço partidário e, ainda, quando negociam ao invés de aceitar sem questionar, possibilidades de novos investimentos militantes com o partido.
Os jovens disseram que, apesar de conflitos, continuavam vendo no partido um importante instrumento de conquista de mudanças sociais – instrumento não do ponto de vista utilitário, como se fizesse uso do partido para angariar benefícios particulares, mas ferramenta aglutinadora de forças e com capacidade de negociação e disputa no campo político.
As diferentes inserções partidárias produzem "camadas de experiências" simultâneas e sucessivas, que têm importâncias distintas. A relação com os diferentes espaços, normas e lógicas de ação, os conflitos e as diversas valorações atribuídas pelos sujeitos a essas experiências configuram um repertório de esquemas de ação e atitudes que os ajudam a lidar com tais tensões.
No que se refere à presença das mulheres nos partidos, pode-se perceber dois eixos claros de mobilização delas em relação às questões de gênero: a denúncia do machismo dentro dos partidos e sua mobilização, em espaços próprios ou junto ao todo partidário, a fim de minimizar as desigualdades que ainda se perpetuam nesse espaço político apesar do discurso amplamente difundido da igualdade de gênero. Os jovens homens, em geral, reconheceram práticas machistas em si mesmos afirmando que antes do engajamento eram mais machistas, mas que a militância ainda não tinha sido capaz de desfazer práticas tão internalizadas por nossa cultura. As autocríticas e estudos realizados, especialmente por ocasião de atos machistas, são relatados como as principais ações partidárias que fizeram com que esses jovens começassem a mudar suas práticas. Para as mulheres, a possibilidade de reunir-se e debater as questões relacionadas às desigualdades de gênero, aprofundar questões e elaborar estratégias de ação, somente entre mulheres, tem sido apoiada pela maioria delas. Contudo, são unânimes em considerar que, além do espaço exclusivamente feminino, é preciso criar espaços de integração e debate entre homens e mulheres a fim de incidir sobre os valores e práticas masculinas.
O cenário dos engajamentos é de transformação e o engajamento dos jovens em partidos políticos mostra que ao menos algumas características forjadas nos novos movimentos sociais e nas novas formas de associativismo estão sendo absorvidas pelos partidos. A existência de setoriais temáticos demonstra a permeabilidade dos partidos aos temas que emergiram nessas novas práticas – mulheres, negros, meio ambiente etc. A não adesão absoluta aos valores e práticas partidárias também denota a adesão dos partidos a novas práticas de engajamento.

Referências Bibliográficas

ARIÈS, P. (1978), *História Social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara.

BOBBIO, N. (1995), *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

CASTRO, M. e ABRAMOVAY, M. (2009), *Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para a juventude*. Brasília: RITLA.

CICCHELLI, V. (2009), "The Contemporary Engagement of young people in France: normative injunctions, institutional programas and the multiplying forms of grouping". *Italian Journal of Sociology of Education*, 2.

FEIXA, C. (1998), "La cuidad invisible. Territorios de las culturas juveniles". In: *Viviendo a toda: jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores. pp. 83 -109.

FILLIEULE, O. (2001), "Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel". *Revue française de science politique*. Volume 51, Numéro 1. pp. 199 – 215.

_____. (2009), "Travail militant, action collective et rapports de genre". In: FILLIEULE, O e ROUX, P. *Le sexe du militantisme*. Paris: Presses de Sciences Po.

FORACCHI, M. (1972) *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira.

_____. (1977) *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

_____. (1982), *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec.

HALL, G. S. *Adolescence*. Disponível em www.dominiopublico.com.br [consultado em 08.08.2006]

MANNHEIM, K. (1968), "O problema da juventude na sociedade moderna". IN: *Sociologia da Juventude, I.* Da Europa de Marx à América Latina de Hoje. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MARGULIS, M. e URRESTI, M. (1998), "La construcción social de la condición de juventud". IN: *Viviendo a toda.* Jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades. Santafé del Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Departamento de Investigaciones Universidad Central.

MÜXEL, A. (2002), "La participation politique des jeunes: soubresauts, fractures et ajustements". *Revue française de science politique*. Volume 52 (5). pp. 521 – 544

_____; RIOU, C; LEHAY, V. (2005), *Political Participation of Young People in Europe* – Development of Indicators for Comparative Research in the European Union (EUYOUPART) WP8/ D15. National Report: France. FNSP (Fondation Nationale des Sciences Politiques) - CEVIPOF, March.

NORRIS, P. (2007), "New feminist Challenges to the study or political engagement". In: DALTON, R. and KLINGEMANN, H-D. *Oxford handbook of political behavior.* Oxford: University Press.

PAIS, J. M. (1993), *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional.

SCHMITT, R. (2005), *Partidos políticos no Brasil: 1945-2000*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

SPOSITO, M. P. (1994), "A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade". *Tempo Social*, São Paulo, v.5, n. 1-2, p.161-178.

Ativismo e Ação Direta no Brasil do Século XXI – Desvio, Violência ou Contraviolência?

Claudio Augusto Lima da Costa[1]
Cristina Cordeiro Alves[2]

RESUMO: Este artigo apresenta análises e interpretações preliminares das manifestações populares brasileiras, sobretudo a partir do mês de junho de 2013, no que tange ao processo de formação da identidade do ativista e suas táticas de ação direta. Notou-se que os desfechos de tais manifestações se deram, em grande parte, envoltos em conflitos violentos quase sempre rivalizando manifestantes e força pública, diga-se policiais militares. Através de constatações recolhidas no campo de conflito, observou-se que tais manifestantes não atendiam a uma pauta unificada de reivindicações, mostravam um movimento polissêmico, exacerbavam uma crise de representatividade, além de um distanciamento de ideologias e partidos políticos. Trata-se de pesquisa etnográfica e bibliográfica, utilizando-se de entrevistas e análise de documentos e imagens como técnicas de coleta de dados. Buscou-se estabelecer como conceito-chave o ativismo de ação direta, tendo a violência, a identidade e o desvio social como conceitos operacionais da pesquisa. Os resultados demonstraram que as relações de poder, muitas vezes dispostas em mecanismos estruturais intimamente ligados à condição de empoderamento de um grupo em relação a outro, estabelecem um distanciamento entre estabelecidos e *outsiders*, além do fato de que o ódio e a intolerância não devem prescindir ao diálogo fraterno e democrático, contudo, em extremíssimas situações, compreende-se que ações políticas diretas são, ainda que não recomendadas, justificáveis como instrumento de calibre do poder popular objetivando o restabelecimento da paridade na relação com o estado, todavia esta ação deve sempre preservar o ser vivo humano e não humano.

Palavras-chave: ação direta; ativismo; violência; identidade; desvio social.

ABSTRACT: This paper presents analysis and preliminary interpretations of Brazilian popular protests, especially from the month of June, 2013, with respect to the process of identity formation and their activist tactics of direct action. It was noted that the outcome of such events is given, largely shrouded in violent conflicts often rivaling protesters and security forces, by the military police. Through observations gathered in the field of conflict, it was observed that these protesters did not meet a unified list of demands, showed a polysemic movement, exacerbated a crisis of representation, beyond a distance of ideologies and political parties. It is ethnographic and literature search, using interviews and analysis of documents and images as data collection techniques. Sought to establish themselves as key concept the direct action activism, and violence, identity and social deviance as operational research concept. The results showed that the power relations, often arranged in closely linked to the structural mechanisms condition empowerment of one group over another, establish a gap between established and outsiders, beyond the fact that hatred and intolerance should not ignore the fraternal and democratic dialogue, however, in extream situations, it is understandable that political actions are direct, though not recommended, as justifiable instrument gauge of popular power aiming at the restoration of parity in relation to the state, however this action should always preserve the human and non-human living being.

Keywords: direct action; activism; violence; identity; social deviance.

---

1 Doutorando em Sociologia PPGS/UFRGS. Mestre em Sociologia PPGS/UFRGS. Especialista em Direito Penal e Processo Penal ULBRA/Canoas-RS. Especialista em Ciências Penais UNISUL/Tubarão-SC. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais UNISINOS/São Leopoldo-RS.

2 Mestre em Sociologia PPGS/UFRGS. Bacharel em Ciências Sociais/UFRGS.

1 Apresentação

Notou-se nas manifestações populares, sobretudo a partir do mês de junho de 2013, que seus desfechos se deram, em grande parte, envoltos em conflitos violentos quase sempre rivalizando manifestantes e força pública, diga-se policiais militares. Através de constatações recolhidas no campo de conflito, observou-se que tais manifestantes não atendiam a uma pauta unificada de reivindicações, mostravam um movimento polissêmico, exacerbavam uma crise de representatividade, além de um distanciamento de ideologias e partidos políticos.
As ruas transformaram-se num palco de manifestações múltiplas onde o simples interesse em objetivar uma insatisfação já servia de razão para apropriar-se legitimamente do espaço público para verbalizar as razões e contradições de um novo Brasil do terceiro milênio. A organização horizontal, sem líderes ou cargos hierarquizados demarcava a tônica de uma nova forma de mobilização, onde a vontade individual e a liberdade de atuação e expressão mostravam-se como a lógica dessa nova ordem social. As redes de poder tornaram-se diversificadas e ao mesmo tempo particularizavam-se em novos referenciais. "As redes de poder, em vários domínios da atividade humana, constituem redes entre elas próprias" (CASTELLS, 2013, p. 12).
Algo de novo surpreendeu as autoridades e os pesquisadores. Havia um receio de dar-se uma explicação precoce ao advento das ações diretas como ferramenta de mobilização. Contudo, passado o período mais agudo (muito embora ainda tenha havido muitas manifestações cujos enfrentamentos físicos e danos materiais são certos e esperados pela sociedade civil e pelo poder público), urge uma necessidade de aprofundar-se nas causas e possíveis consequências desse novo *modus operandi* de fazer manifestação, ao menos em *terra brasilis*. O contrato social impõe as medidas que a lógica positivista exige, qual seja, o controle social a partir da normatividade. Como referia Weber (1979, p. 551-558) em relação à "dominação legal ou burocrática" como instrumento perfeito para o controle das sociedades ditas complexas. Far-se-á, assim, esta incursão na temática proposta com a responsabilidade e imparcialidade devidas ao pesquisador, buscando na explicação sociológica, as causas racionais para o fenômeno social apresentado.

2 Construção do Problema de Pesquisa, Identificação de Referenciais Teóricos e Revisionais da Investigação

Segundo Castells (2013), uma análise mais criteriosa dos aspectos que caracterizam a Era Pós-Industrial sugere que as drásticas transformações na economia e nas tendências sociais, ocorridas nos anos 90, apontam para o surgimento de uma nova configuração histórica que pode ser denominada de informacional. Segundo este autor, tal momento informacional tem na internet a principal ferramenta de alteração da lógica por trás das relações sociais e políticas no mundo inteiro e não somente no Brasil. Compreende-se, daí, que não há uma lógica linear e que os fatos ocorrem em rede, cujos resultados dependem da interação de diversas forças.
Depreende-se da compreensão de Castells (2013) certa revisão da concepção durkheiminana de fato social, mas não no sentido de propor uma ab-rogação do pensamento clássico, mas apenas uma readaptação de um conceito de fato social, cujos elementos de coercitividade, generalidade e exterioridade eram a tônica das relações daquela época (DURKHEIM, 2011). Ainda vislumbram-se tais elementos, porém a metodologia de disseminação das ideias e a imperatividade de tais fatos, modernizaram-se a ponto de mostrarem-se imediatas, não apenas num espectro simbólico, mas, principalmente, real. É a revolução das redes sociais e de seus instrumentos de conexão que não passam mais por *personal computers*, mas pelos *smarthphones* e *tablets* sofisticados e de última geração.
Daí justificar-se o fato de que nas manifestações londrinas de 2011 os alvos da violência terem sido lojas e *shoppings centers*, e cujas preferências se davam em artigos de consumo como os eletrônicos acima citados, numa clara demonstração de que a ausência de políticas públicas que oportunizem a geração de emprego e renda e a contenção de investimento público em áreas de interesse social levam às manifestações populares de insatisfação, em especial entre jovens. Eis o resultado de uma fórmula clara do capitalismo moderno: o consumo gera interesse de consumo e quando não há fomento para isso, a população debela-se. Daí, a violência institucional passa a ser reafirmada através dos mecanismos de repressão do estado e por decisões

de cunho ideológico, discurso do medo e impunidade para os abusos (COSTA, 2012). Não se tratava de objetivos políticos claros ou uma pauta específica de queixas sociais e muito menos de um anarquismo de sentido político de contestação do estado, do sistema ou da ordem estabelecida, mas única e exclusivamente para satisfação de um consumismo que o sistema estimula, mas a renda de muitos não permite, especialmente quando se trata de jovens de minorias em bairros sócio economicamente vulneráveis.

Não se nega com isso a velha retórica da relação capital-trabalho, até porque essa relação persiste, mas dentro de uma ótica moderna onde nem o capital e nem o trabalho são os mesmos. A ótica da divisão do mundo do trabalho entre antes e depois da Revolução Industrial torna-se ineficiente, eis que há uma parcela da população que hoje é entendida como supérflua e que são destituídos da própria existência (BAUMAN, 2005b) e para que o Estado possa executar seus mecanismos de dominação, controle social e barbárie, deve haver um processo de naturalização de uma ruptura ética de uns com os outros, finalizando num não reconhecimento da própria existência humana.

Neste cenário, enuncia-se como temática de estudo deste projeto, o **ativismo** e a **ação direta** enquanto categorias da ação individual. Para tanto, utilizar-se-á da compreensão de violência, identidade e de desvio social enquanto conceitos operacionais da presente pesquisa. Objetivando dar a devida indução à investigação, pretende-se utilizar como objeto empírico, os grupos de ação direta que se utilizam de táticas *black blocs* como iniciativa direta de militância, buscando similitudes e diferenças nos seus discursos e ações. Tais grupos, numa primeira iniciativa de campo constituída de entrevistas informais - eis que a conquista da confiança é algo inegável dentro do processo de afirmação do trabalho junto a grupos *outsiders* (BECKER, 2008), demonstraram características comuns entre seus componentes, tanto no aspecto objetivo quanto subjetivo.

São (entre os entrevistados e em sua maioria) jovens que dizem não fazer parte da "classe social mais economicamente privilegiada do país e são os que mais sofrem com o abandono do estado e sua prática mais nefasta que é o processo de violência real e simbólica" (entrevistado informal A). Talvez esse contexto socioeconômico seja um dado importante a ser analisado e aprofundado como uma forma de conhecer e entender melhor tais grupos. Têm em comum, ainda, alguns discursos que elegem a violência como um elemento central em nosso sistema e, também, estruturante em nossa sociedade. Utilizam-se da violência e do enfrentamento aos mecanismos de coerção do estado, como é o caso da polícia, além de depredação de símbolos do capitalismo como um elemento de "contra espetáculo" (uma espécie de performance simbólica) à lógica tirânica destes e de seus mecanismos de dominação e alienação, como é o caso de bancos privados e grandes redes de *fast food*. Entendem, ainda, que propõem um resignificado do termo "violência" e não têm preocupação com o fato de serem ou não aceitos pela sociedade, pois "compreendem que aqueles que recriminam o seu papel de ativista, compactuam com a ordem social imposta pelo sistema" (entrevistado informal B), em especial a mídia que tira o foco dos principais elementos da manifestação para criar uma noção "imagética" da violência.

Além disso, negam qualquer espécie de verticalização hierárquica ou linha de comando, assim como a existência de qualquer definição de funções, visto que não se reconhecem como uma organização de nenhuma espécie, mas pessoas que possuem os mesmos objetivos e entendem como a mesma causa de agir, os que os faz assim agir (entrevistado informal A). Comunicam-se através de redes sociais, não reconhecem a mídia corporativa como um interlocutor válido e costumam tapar os rostos como forma de defesa aos mecanismos de coerção da polícia de segurança ostensiva (como gás lacrimogênio ou de pimenta) e evitando, também a identificação individual de sua condição de ativista. Neste último caso deixa-se claro que não se trata de medo, "mas apenas de ausência de confiança no sistema de justiça criminal em caso de indiciamento por parte da polícia civil" (entrevistado C).

2.1 Da Violência e da Contraviolência

Fundamental trabalhar os conceitos operacionais abordados no texto acima. O conceito de violência perpassa diversos autores e diversas compreensões, porém ganhou força e espaço nos meios acadêmicos no Brasil a partir da década de 1980 para cá (BARREIRA, 2008). Ao certo esse referencial genérico do conceito de violência é muito mais específico que imaginamos, afinal de contas temos diversas formas de violência (gênero,

doméstica, psicológica, física, moral, objetiva, urbana, rural, etc.). Tentar-se-á demonstrar o significado (dentro de uma ótica de interpretação extensiva) da violência, numa ordem genérica no sentido real ou fático e no sentido simbólico.

No que tange à compreensão do referido conceito, Tavares dos Santos (1996) entende que a violência seria a relação social, caracterizada pelo uso real ou virtual da coerção, que impede o reconhecimento do outro (pessoa, classe, gênero ou raça) mediante o uso da força ou da coerção, provocando algum tipo de dano, configurando o oposto das possibilidades da sociedade democrática contemporânea. O autor, numa ótica sociológica, sugere que uma sociologia das conflitualidades, no tempo atual, deve ser situada no contexto dos efeitos do processo de globalização da sociedade e da economia, os quais produzem transformações na estrutura e no espaço social das diversas regiões do planeta, desencadeando novos conflitos sociais e novas formas de conflitualidades (TAVARES DOS SANTOS, 1999, p.10-13).

Tavares dos Santos (1999) afirma que o aumento dos processos estruturais de exclusão social pode vir a gerar a expansão das práticas de violência como norma social particular, vigente em vários grupos sociais enquanto estratégia de resolução de conflitos, ou meio de aquisição de bens materiais e de obtenção de prestígio social, significados esses presentes em múltiplas dimensões da violência social e política contemporânea. Conforme mencionado, o referido sociólogo afirma que sempre uma violência é antecedida, ou justificada, prévia ou posteriormente, por uma violência simbólica, que se exerce mediante uma subjetivação pelos agentes sociais envolvidos na relação (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 42). A violência configura-se como linguagem e norma social para algumas categorias sociais, contrapondo-se àquelas denominadas de normas civilizadas, marcadas pelo autocontrole e pelo controle social institucionalizado (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 13).

Estabelecido em uma normatividade foucaultiana, Tavares dos Santos (2009) estabelece bases para uma microfísica da violência que define como uma rede de exercício de poder marcada pela força, pela coerção e pelo dano, em relação ao outro; não deixando de considerar as composições macrossociais de tais relações de excesso de poder, pois a violência também alicerça uma sociedade dividida.

Numa ótica de violência simbólica, pode-se mencionar que tal conceito foi estabelecido por Pierre Bourdieu (1989) que a define como uma forma de coação que se apoia no reconhecimento de uma imposição determinada seja esta econômica, social ou simbólica. A violência simbólica se funda na fabricação contínua de crenças no processo de socialização, que induzem o indivíduo a se posicionar no espaço social seguindo critérios e padrões do discurso dominante. Devido a este conhecimento do discurso dominante, a violência simbólica é manifestação deste conhecimento através do reconhecimento da legitimidade deste discurso dominante.

Para Bourdieu (1989, p. 7-15), a violência simbólica é o meio de exercício do poder simbólico que objetiva a elucidação das relações de dominação que não pressupõe a coerção física ocorrida entre as pessoas e entre os grupos presentes no mundo social. A raiz da violência simbólica estaria deste modo presente nos símbolos e signos culturais, especialmente no reconhecimento tácito da autoridade exercida por certas pessoas e grupos de pessoas. Deste modo, a violência simbólica nem é percebida como violência, mas sim como uma espécie de interdição desenvolvida com base em um respeito que "naturalmente" se exerce de um para o outro.

No que se refere à construção da noção de microfísica da violência, Tavares dos Santos (2002, p. 22-24) define a violência como um dispositivo de poder, composto por diversas linhas de realização, que perfaz uma relação específica com outro, utilizando para isso, a força e a coerção, produzindo-se assim, um prejuízo social. Estes conflitos sociais fazem surgir e crescer fenômenos de violência difusa e, por consequência, as naturais dificuldades em solucioná-las. Os meios de comunicação de massa auxiliam na distribuição dessa ideia de violência. Ao certo, tais meios de comunicação são o principal instrumento de uma cartilha neoliberal, onde a alienação e massificação da ideia são os fatores principais do desenvolvimento e da formulação de novas diretrizes mundiais em torno de aspectos relacionados à violência, dramatizando-as e interpretando-as como bem entendem, depositando, assim, uma carga de importância a determinado tema, enquanto outras formas de violência, muitas vezes praticadas pelo próprio Estado, são deixadas de lado pela grande mídia. Tavares dos Santos e Machado consideram a microfísica da violência:

> [...] como um dispositivo de poder-saber que consiste em um ato de excesso presente nas relações de poder, no qual se exerce uma relação específica com o outro. Em

> face da configuração da violência difusa como uma questão social mundial, na vida cotidiana aparece um novo mal-estar civilizatório, gerando um dano social. (TAVARES DOS SANTOS e MACHADO, 2010, p. 238-251)

Essa violência, conforme já mencionado, ganha contornos de algo natural, visto que os meios de comunicação de massa ao mesmo tempo em que dão a necessária transparência e visibilidade ao fenômeno, o banalizam. Em muitos casos a violência ganha seu termo com a simples denúncia e não com a respectiva e legal punição. Sendo assim, a impressão é que a sociedade deve conviver com um lado democrático e outro relacionado à selvageria Hobbesiana. Ou concorda com as práticas institucionais ou estará conivente com a barbárie. Ao certo nas sociedades e nos estados contemporâneas, democracia e barbárie não estão (em tese) do mesmo lado, mas são faces da mesma moeda. Citando Foucault, Tavares dos Santos (2002, p.22-24) esclarece que:

> o que existe de mais perigoso na violência é a sua racionalidade. Certamente a violência em si é terrível. Mas a violência encontra seu fundamento mais profundo na forma de racionalidade que nos utilizamos... Entre a violência e a racionalidade não há incompatibilidade. (TAVARES DOS SANTOS, 2002, p.22-24)

Octavio Ianni (1998) esclarece que as formas e as técnicas de violência estão adquirindo características novas, insuspeitadas e crescentemente brutais. Completa o autor que a violência é um acontecimento excepcional que transborda através das ciências sociais; revela dimensões insuspeitadas da realidade social, ou da história, em suas implicações político-econômicas, socioculturais, objetivas e subjetivas.

Zaluar (1993) observa que chamar de violência qualquer forma de hegemonia ou poder igualando-as às novas formas de terror que observamos cada vez mais entre nós, tem o efeito de nos deixar sem saídas, mergulhados na paralisia das ações sem eficácia social.

Não somente a violência real e institucionalizada está presente no campo de discussão, mas também a violência simbólica, muitas vezes muda e surda, mas exercida de forma impiedosa, quase sempre no seio estatal, e que, em muitos casos, não permite ao cidadão e cidadã a ofensiva necessária para desalinhar-se da retórica governamental em torno do trinômio atuação/aceitação/alienação. Na vida cotidiana, realiza-se uma interrelação entre mal-estar, violência simbólica e sentimento de insegurança (BAUMAN, 2005b). Notamos, como já mencionamos, que a violência apresenta uma visibilidade, porém vem acompanhada sempre de uma violência antecedida ou justificada, prévia ou posteriormente, por essa chamada violência simbólica exercida mediante uma subjetivação dos agentes sociais envolvidos na relação.

> [...] a violência simbólica impõe uma coerção que se institui por intermédio do reconhecimento extorquido que o dominado não pode deixar de outorgar ao dominante quando somente dispõe, para pensá-lo e para pensar a si mesmo, de instrumentos de conhecimento que tem em comum com o dominante e que constituem a forma incorporada da relação de dominação.
> [...]
> Trabalhamos com a noção de 'cidadania dilacerada', pois evoca o dilaceramento do corpo, da carne, a crescente manifestação da violência física na sociedade contemporânea, que ameaça as próprias possibilidades da participação social. Força, coerção e dano, em relação ao outro, como ato de excesso presente nas relações de poder – do nível macro, do Estado, ao nível micro, entre os grupos sociais – vêm configurar a violência social contemporânea. (TAVARES DOS SANTOS, 2002, p.22-24).

Segundo Lallement (2005), quando é abordado o tema da violência, há uma premente noção da importância que o tema ganhou nos debates acadêmicos, políticos e sociais. O tema está presente em nossos lares, locais

de trabalho e faz parte do nosso dia a dia como se fosse algo extremamente natural. Essa conjunção da violência como fato social investido de normalidade e objetividade faz com que se remeta ao segundo conceito operacional que é o de desvio social.

Vive-se um período em que facilmente comprova-se a normalidade do crime enquanto fato social, assunto brilhantemente desenvolvido por Émile Durkheim. Este sempre afirmou que o fato social é um ente pertencente às sociedades e que, a partir do estudo de cada fato social, individualmente, é que poderíamos estabelecer algumas ideias e conceitos sobre determinada sociedade.

A coercitividade é fundante da sociedade e do comportamento social e permite a convivência pacífica entre os homens. Assim, ela não deve ser compreendida como simplesmente arbitrária: coerção e exterioridade não são necessariamente sinônimos de imposição e violência. O que se espera é que os indivíduos dirijam seus comportamentos para uma média correspondente aos valores, regras e normas da consciência coletiva (DURKHEIM, 1983). Isso não significa que não exista a possibilidade de aceitação de comportamentos um pouco diferentes do comportamento normal típico da média geral. O que a sociedade não aceita é que uma consciência individual extrapole os limites da coercitividade ou do comportamento esperado. Mas qual seria esse limite? Cada grupo social educa os indivíduos para que saibam, pela consciência coletiva até que ponto cada um pode ser diferente dentro do que ainda é considerado normal. Se tais limites forem ultrapassados, o comportamento normal passa a ser patológico (DURKHEIM, 2011).

O fato de um indivíduo executar um comportamento sozinho, isoladamente, não significa que ele não esteja subordinado à consciência coletiva de seu grupo. A consciência coletiva age sempre que suficientemente se torna aceita e parte do ser individual. Para Durkheim (2011), a noção de normalidade é definida de forma diferente do que pelo senso comum. Para ele, é normal todo comportamento que esteja dentro dos limites da coercitividade institucionalizada pela consciência coletiva e que tenha repercussão significativa. Pode ser que dentro desses limites existam atos e comportamentos gerais indesejáveis e condenáveis pelo grupo social. Segundo Morris (1978, p. 50):

> "pode dizer-se que Durkheim, e também Robert Merton, o qual adotou algumas de suas ideias, supunha uma homogeneidade na sociedade, uma forma de comunidade moral unificada com sentimentos coletivos e que se expressavam vigorosamente no controle do comportamento anormal" (MORRIS, 1978, p.50).

O conceito de anomia para Durkheim se refere ao estado da falta relativa de normas de uma sociedade ou um grupo (DURKHEIM, 2011). O conceito se referia a uma propriedade da estrutura social e cultural e não a uma propriedade dos indivíduos. Mas, posteriormente, o conceito foi ampliado para atender as diferentes formas de conduta divergente passando a referir-se a um estado dos indivíduos. Para o autor, a anomia é a quebra da estrutura cultural que ocorre quando existe uma distorção aguda entre as normas e os objetivos culturais e as capacidades socialmente estruturadas dos indivíduos do grupo para trabalhar de acordo com aqueles. Neste sentido, os valores culturais podem ajudar a produzir uma conduta que se contrapõe a eles mesmos. Quando a estrutura cultural exige uma conduta e a estrutura social a impede de realizar-se ocorre uma tendência à quebra de normas. Esta é uma das causas da anomia, mas não a única.

Merton (1949) adotou o conceito de anomia de Durkheim, mas reestruturou-o, referindo que toda a humanidade partilha a estrutura social. O *American Dream* é prometido a todos, porém a estrutura social vai distribuir diferenciadamente os recursos para atingir esses objetivos. Merton afirma que é mais provável que vá ocorrer o desvio social quando há objetivos, mas não os meios para atingi-los. Quando uma determinada população partilha os mesmos objetivos, porém os meios de alcançá-los são diferenciados, é bem mais provável que exploda um processo de violência, visto que os anseios e aspirações são de ordem infinita e antecedem a desregulação social. Sendo assim, Merton (1949) entende que uma conduta desviante é passível de ocorrer quando a combinação da importância cultural e da estrutura social produz uma pressão intensa para o desvio de conduta. A cultura tem exigências incompatíveis para aqueles que se situam nos postos mais baixos da estrutura social. Esta incoerência ou incongruência estrutural é quem provoca o desvio de conduta.

2.2 Do Desvio Social

Em sua obra "Os Estabelecidos e os *Outsiders*", em que retrata essa Sociologia das relações de poder, Norbert Elias discorre em sua introdução um ensaio teórico desta Sociologia do Desvio, correlacionando-a com o choque de poderes que comumente existe na sociedade e que dita as regras dos conflitos sociais ancorados na desigualdade oriunda do sistema socioeconômico vigente. Não é diferente do mencionado ao longo da exposição desta problemática, visto que temos claramente uma dicotomia social fincada na órbita daqueles que de um lado são tutelados pelo estado no que tange aos seus interesses diretos e que desconsideram qualquer motivação e natureza dos protestos de rua, e aqueles que de outro lado possuem uma maior vulnerabilidade social e econômica e consideram-se à mercê do destino. Segundo Elias (2000, p. 19), "os membros dos grupos mais poderosos que outros grupos independentes se pensam a si mesmos (se auto representam) como humanamente superiores". São os estabelecidos enquanto os outros são os *outsiders*. Além disso, merece atenção a sociodinâmica deste processo de estigmatização de um grupo pelo outro (ELIAS, 2000), visto que frequentemente esses manifestantes são alcunhados de vândalos, baderneiros ou arruaceiros.

> "Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído... consequentemente, a capacidade de estigmatizar diminui ou até se inverte, quando um grupo deixa de estar em condições de manter seu monopólio das principais fontes de poder existentes numa sociedade e de excluir da participação nessas fontes outros grupos interdependentes" (ELIAS, 2000, p. 23).

> "No entanto, o 'preconceito social', as barreiras emocionais erguidas pelo sentimento de sua virtude superior, especialmente por parte dos descendentes dos senhores de escravos, e o sentimento de um valor humano inferior, de uma desordem grupal dos descendentes de escravos, não têm acompanhado o ritmo dos ajustes jurídicos. Daí tornar-se visivelmente mais forte a onda de contra estigmatização em uma batalha de poder na qual o equilíbrio entre os diferenciais de poder vai se reduzindo aos poucos" (ELIAS, 2000, p. 25).

Dentro desta ótica, estes agrupamentos de ativistas que utilizam de táticas *black blocs* são considerados *outsiders* e são vistos em qualquer situação como anômicos e qualquer contato com eles faz com que os "estabelecidos" sejam acometidos de uma "infecção anômica" (ELIAS, 2000, p. 26) e o processo de estigmatização "pode surtir um efeito paralisante nos grupos de menor poder" (ELIAS, 2000, p.27). Nota-se aqui que a relação de poder é nítida neste conflito de interesses. Além do mais, se o foco de combate se dá a partir da luta contra um *status quo* definido como preponderante no meio social, a avaliação é que "quando o diferencial de poder é muito grande, os grupos na posição de *outsiders* avaliam-se pela bitola de seus opressores" (ELIAS, 2000, p. 28). Completa Elias (2000, p. 28):

> "Em termos de normas de seus opressores, eles se consideram deficientes, se veem como tendo menos valor. Assim como, costumeiramente, os grupos estabelecidos veem seu poder superior como um sinal de valor humano mais elevado, os grupos *outsiders*, quando o diferencial de poder é grande e a submissão inelutável, vivenciam afetivamente sua inferioridade de poder com um sinal de inferioridade da raça humana" (ELIAS, 2000, p. 28).

Importante salientar que numa das entrevistas formuladas, alguns dos entrevistados assim mencionaram:

> "Eles pensam que nós não somos ninguém, que não temos moral, que não temos vontades e que não existimos. Seria melhor pra eles que nós não existíssemos. Eles

> pensam que nós não sabemos que eles pensam isso. Tudo bem que em alguns pontos somos inferiores a eles, mas juntos somos maiores e vamos fazer a 'chapa tremer'" (Entrevistado informal C).
>
> "Nós até podemos ser pobres e meio 'pé rapado', mas não somos burros" (Entrevistado informal B).
>
> "Nós não somos playboys nem coxinhas, somos da periferia. Nosso som é o rap e nossa cultura é a do gueto. Aqui não tem chinelão e nem dondoca. Aqui é sofrimento. Aqui é PF (prato feito). Lá é sobremesa chique. Eles não nos conhecem e não estão preparados pra nossa revolta. É 100% veneno!" (Entrevistado informal A).

Elias (2000, p. 30) narra uma experiência descrita por Ben Whitaker com um antigo grupo de *outsiders* do Japão conhecidos como Barakumin:

> "Essas identidades pessoais minoritárias podem implicar um retraimento social em enclaves como guetos ou, quando o contato com a maioria é necessário ou conveniente, a assunção de papéis sociais desviantes em relação ao grupo majoritário... Verifica-se que as crianças marginalizadas são mais propensas à agressividade e, em certo sentido, materializam os estereótipos que lhes são atribuídos, pelo menos até certo ponto". (WHITAKER apud ELIAS, 2000, p. 30).

Becker (2008) define como comportamento desviante tudo que varia excessivamente com relação à média; uma falha em obedecer a regras do grupo. As manifestações ocorridas desde junho de 2013 apresentam essa polissemia que não vincula os diversos segmentos a uma pauta única de luta, o que o difere, inclusive, de movimentos sociais organizados na sua conceituação clássica (GHON, 1997; GHON, 2001; SCHERER-WARREN, 2006; SCHERER-WARREN & KRISCHKE, 1987; ZANETTI, 2001). Misturam-se grupos cujo interesse maior é a busca do caos pelo caos com grupos que verdadeiramente pregam ideologias anarco-revolucionárias cujo objetivo, conforme dito anteriormente, não é o saque, mas sim o repúdio a símbolos do capitalismo a favor de um estado auto regulamentado, cujo norte é a democracia direta e sem a intermediação de partidos políticos ou políticos profissionais, vendo na internet um facilitador para organizar a mobilização. Cabe mencionar que nem todos os anarquistas adotam a violência como tática de luta política. Alguns grupos adotam até um perfil anarco-pacifista (CASTELLS, 2013).

Contudo, aqueles grupos que atuam com táticas de ação direta insistem em argumentar que não são arruaceiros ou baderneiros, mas utilizam um mecanismo de contra violência em face de uma violência institucional praticada pelo estado contra o cidadão, seja através das políticas econômicas que criam diferenças e desigualdades ou porque veem no capitalismo e nas leis, "as ferramentas que uma classe dominante utiliza como forma de controle social e dominação da classe dominada, dita proletária" (Entrevistado informal E – estudante universitário carioca).

O problema é que a opinião pública não consegue mais separar o saque e a desordem da manifestação ideológica e cai numa vala comum de violência sem distinção do motivo. O cidadão comum não consegue distinguir saque e depredação de um gesto revolucionário, acabando por generalizar a violência como caos e, "num conceito atual da moda tupiniquim, vandalismo" (Entrevistado informal F – estudante universitário paulista).

A consciência individual voltada para um processo de desgaste da figura do estado através de um ativismo de ação direta tem as fronteiras da consciência coletiva esgarçadas, transformando a intenção de um comportamento dentro do senso durkheimiano de normalidade num mecanismo patológico de concepção social. Começa a transmutar-se um processo de rotulagem e estigmatização, transformando estes grupos em desviantes sociais. Passam, assim, esses grupos de ação direta a serem encarados como *outsiders*; verdadeiros foras da lei.

No entender de Gilberto Velho (1985, p. 11-12):

> "Tradicionalmente, o indivíduo desviante tem sido encarado a partir de uma perspectiva médica preocupada em distinguir o 'são' do 'não são' ou do insano. Assim, certas pessoas apresentariam características de comportamentos 'anormais', sintomas ou expressões de desequilíbrios e doenças. Tratar-se-ia, então, de diagnosticar o mal e tratá-lo. Evidentemente existiriam males mais controláveis do que outros, havendo, portanto, desviantes "incuráveis" e outros passíveis de recuperação mais ou menos rápida. Enfim, o mal estaria localizado no indivíduo, geralmente definido como fenômeno endógeno ou mesmo hereditário... No entanto, desviar o foco do problema para a sociedade ou a cultura não resolve magicamente as dificuldades. É preciso verificar como a vida sociocultural é representada e percebida" (VELHO, 1985, p. 11-12).

O desviante é um indivíduo que não está fora de sua cultura, mas faz uma leitura divergente daquilo que lhe é posto na sociedade, podendo estar sozinho (inclusive como um desviante secreto) como fazer parte de uma minoria organizada, mesmo que minimamente (VELHO, 1985, p. 27). Afinal de contas, o homem sempre utiliza formas de representação para se mostrar a seus semelhantes (GOFFMAN, 1999).

2.3 Do Ativismo e da Identidade

Para avançarmos na análise do conceito de identidade, parte-se de um conceito operacional de ativismo. A definição de ativismo ainda encontra diversas variantes na sua formulação acadêmica. Boa parte da literatura sequer utiliza a expressão "ativismo" ou "ativista" (DOWNING, 2001; GOHN, 1997 e 2003; HOLLOWAY, 2002; MATTELART, 1999; PERUZZO, 1999; ZANETTI, 2001). Porém, tais conceitos surgem em pesquisas mais recentes (DUDUS, 2003; PIMENTA, 2004; PIMENTA E FRANCO, 2004; PIMENTA E SOARES, 2004; ORTELLADO E RYOKI, 2004). SCHERER-WARREN (2006, p. 120-121) entende que:

> "o ativismo de hoje tende a protagonizar um conjunto de ações orientadas aos mais excluídos, mais discriminados, mais carentes e mais dominados... essa é a nova utopia do ativismo: mudanças com engajamento com as causas sociais dos excluídos e discriminados e com defesa da democracia na diversidade" SCHERER-WARREN (2006, p. 120-121).

Tim Jordan propõe um conceito mais preciso acerca de ativismo político, ressaltando que:

> Ativismo é essencialmente algo feito em conjunto por muitas pessoas, mas devemos ser cuidadosos com o sentido de grupo ou coletividade empregado aqui. O que é essencial ao ativismo não é simplesmente haver mais do que uma pessoa, como em um cinema, mas um sentido de solidariedade em busca da transgressão. Deve haver um sentido de identidade compartilhada, que pode ser entendido nesta etapa como pessoas reconhecendo, umas nas outras a raiva, o medo, a esperança ou outras emoções que sintam quanto a uma transgressão (JORDAN, 2002, p. 11-12).

Segundo Jordan (2002, p. 14), numa tentativa de construção conceitual assim delineia:

> O ativista político é um "radical" envolvido em ações políticas diretas e indiretas sempre fora do âmbito institucional. É "mais" que um militante – participa de um grupo, segue seus ideais, mas também vai às ruas e cria situações de confronto com seus alvos – e "menos" que um revolucionário – suas ações não buscam remodelar o sistema de poder vigente de forma impositiva. O ativista é um agente engajado,

> movido por sua ideologia e práticas concretas – de força física ou criativa – que visam desafiar mentalidades e práticas do sistema sócio-político-econômico, construindo uma revolução a passos pequenos (2002, p. 14).

Investido num certo conhecimento do que se trata de ativismo, busca-se compreender o processo de construção da identidade desses agentes. Para tanto, partimos da ideia de que a identidade é relacional (BAUMAN, 2005a; DUBAR, 2005; GIDDENS, 2002; HALL, 2006; JENKINS, 2005; WOODWARD, 2013) e para a sua existência depende de algo fora dela, ou seja, a outra identidade, mas que, por outro lado, fornece as condições para que ela exista. Sendo assim, a identidade é marcada pela diferença. Tal diferença é sustentada pela exclusão e o produto da experiência vivida e das coisas da vida cotidiana que se tem em comum (WOODWARD, 2013). A construção da identidade é tanto simbólica quanto social e a sua afirmação envolve necessariamente o apelo a alguma qualidade essencial. A simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e relações sociais e é por meio da diferenciação social que as diferenças são vivenciadas nas relações sociais (WOODWARD, 2013). As pessoas investem nas posições que os discursos de identidade lhes oferecem e assumem as suas posições de identidade e se identificam com elas.

Segundo Hall (2006, p. 10-11), há três concepções de identidade, a do "sujeito do iluminismo", baseado numa concepção de pessoa humana como um indivíduo centrado, unificado, consciente, de ação e racional; a do "sujeito sociológico" que reflete a crescente complexidade do mundo moderno e sujeitos totalmente relacionais, cujo núcleo não é autônomo e muito menos autossuficiente, eis que necessita de interações (Mead e Cooley – além dos demais interacionistas simbólicos - são expoentes desta concepção); e do "sujeito pós-moderno, cujo caráter de modernidade varia mais para um aspecto de "modernidade tardia" (HALL, 2006; GIDDENS, 2002), visto não ter uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade é definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em momentos diferentes, cuja coerência do "eu" aponta campos contraditórios e deslocados, daí a compreensão que diante do quadro de modernidade tardia, seus efeitos acabam por tornar as identidades variáveis, atingindo valores e princípios tornando as relações sociais mais fragilizadas e líquidas (BAUMAN, 2005b). Para uma análise da construção dessas identidades, é fundamental a compreensão e verificação do processo de socialização por que passam esses ativistas, tanto na sua dimensão primária quanto na sua dimensão secundária (BERGER E LUCKMANN, 2009).

3 Conclusões

As conclusões, a seguir enumeradas, foram elaboradas a partir das entrevistas formuladas e constituídas de observações, análises de textos teóricos e jornalísticos e imagens, tanto filmadas como fotografadas. Sendo assim, relaciona-se:

A - O ódio e a intolerância não devem prescindir ao diálogo fraterno e democrático, contudo, em extremíssimas situações, no caso específico o evidente e atual processo de violência institucional (COSTA, 2012), onde o cidadão é alijado pelo estado de direitos básicos advindos de um consenso socioeconômico mundial protagonizado pelo capital excludente, etnocêntrico, individualista, antropocêntrico e fomentador da competição desigual e desumana, compreende-se que ações políticas diretas são, ainda que não recomendadas, justificáveis como instrumento de calibre do poder popular objetivando o restabelecimento da paridade na relação com o estado, todavia esta ação deve sempre preservar o ser vivo humano e não humano, estabelecendo um constante conflito entre a consciência individual libertária e revolucionária, e a consciência coletiva institucionalmente prescrita, mesmo que comumente conservadora, alimentando a eterna rivalidade entre o socialmente normal e o socialmente patológico.

B - As relações de poder, muitas vezes dispostas em mecanismos estruturais intimamente ligados à condição socioeconômica topograficamente superior de um grupo em relação a outro, estabelecem um distanciamento entre estabelecidos e *outsiders*. Contudo quando estas diferenças de poder são muito grandes e distorcidas, os próprios grupos ditos desviantes são responsáveis pelo processo de avaliação e auto avaliação, sendo que neste caso, o fazem de acordo com as impressões externadas pelos grupos opressores. Ou seja, os padrões

sintomáticos de inferioridade que são atribuídos aos desviantes e que servem de razão para o comportamento de superioridade dos grupos dominantes, são com o tempo gerados, alimentados e reproduzidos dentro dos grupos desviantes e por eles próprios, criando por necessidade ou conveniência representações sociais desviantes em relação ao grupo dominante, incluindo, aí, a grande mídia corporativa (ELIAS, 2000).

Referências

BARREIRA, César. **Cotidiano Despedaçado. Cenas de uma Violência Difusa**. Campinas, SP : Pontes Editores, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidad**. 1. Ed. Buenos Aires: Losada, 2005a.

_____. Vidas Desperdiçadas. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005b.

BECKER, Howard S.. **Outsiders – Estudos de Sociologia do Desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BERGER, P. e LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 15 edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. "Sobre o poder simbólico". In: **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989. p.7-15.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COSTA, Claudio Augusto Lima da. **Policiamento Comunitário na Cidade de Lages – Violência, Participação e Reconhecimento**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2012.

DOWNING, John D. H. **Mídia Radical**. São Paulo: SENAC, 2002 [original: 2001].

DUBAR, Claude. **A Socialização. Construção das Identidades Sociais e Profissionais**. Tradução de Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUDUS, Gerson. Anunciação: o tempo dos novos anjos. Biblioteca on-line de ciências da comunicação, Covilhã, 2003. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/dudus-gerson-anunciacao-tempo-novos-anjos.html>. Acesso em: 02 dez. 2005.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2011.

_____. Da Divisão do Trabalho Social. **Os Pensadores** – 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. pág. 69.

ELIAS, Norbert. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP& A Editora, 2006.

HOLLOWAY, John. **Mudar o Mundo sem Tomar o Poder**. São Paulo: Viramundo, 2003 [original: 2002].

IANNI, Octavio. **A Sociedade Global**. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

JENKINS, Richard**. Social Identity**. New York, NY: Routledg, 2004.

JORDAN, Tim. **Activism!**. London: Reaktion Books, 2002.

LALLEMENT, Michel. **História das Idéias Sociológicas – Das Origens a Max Weber**. 3.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

MATTELART, Armand. História da Sociedade da Informação. Porto Alegre: Sulina, 2002 [original: 1999].

MERTON, Robert. **Social Theory and Social Structure**. Glencoe, Illinois. Free Press, 1949.

MORRIS, Terence. **Desvio e Controle – A Heresia Secular**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

ORTELLADO, Pablo e RYOKI, André. **Estamos vencendo! Resistência global no Brasil**. São Paulo: Conrad, 2004.

PERUZZO, Cicília K. **Comunicação nos Movimentos Populares**. Petrópolis: Vozes, 1999.

PIMENTA, Francisco José Paoliello. Redes Multicódigos: Possibilidades Semióticas para o Ativismo Global. In: **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS)**, 13., 2004, São Bernardo do Campo. Anais... São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2004 [em mídia digital].

PIMENTA, Francisco José Paoliello e FRANCO, Joana Magalhães. Mumbai 2004, Ativismo Político e Signo Genuíno. In: **ENCONTRO DO NÚCLEO DE PESQUISAS DA INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO**, 4., 2004, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004 [em mídia digital].

PIMENTA, Francisco José Paoliello e SOARES, Letícia Perani. "EuroMayday 2004 e o Ativismo Político na Rede". In: **ENCONTRO DO NÚCLEO DE PESQUISAS DA INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO**, 4., 2004, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004 [em mídia digital].

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (orgs.) **Uma revolução no cotidiano: os novos movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 214-245.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A Violência como Dispositivo de Excesso de Poder. **Sociedade e Estado**. v.10, n.2. Brasília, 1996, p.281-298.

_____. As Conflitualidades como um problema sociológico contemporâneo. In: **Revista Sociologias - Dossiê "Conflitualidades"**. Porto Alegre, PPG-Sociologia do IFCH - UFRGS, Porto Alegre: UFRGS, ano 1, n. 1, janeiro-junho de 1999, p. 10-13.

_____. Microfísica da violência, uma questão social mundial. **Cienc. Cult**.[online]. 2002, v. 54, n. 1, pp. 22-24.

_____. **Violências e Conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editoria, 2009.

TAVARES DOS SANTOS e MACHADO, Elizabeth Mazeron. Violência e juventude e reconstrução dos laços sociais. **Revista Brasileira de Psicoterapia.** v.12, n. 2 e 3 p.238-251, 2010.

VELHO, Gilberto (org.). **Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

WEBER, M. "Die drei reinen Typpen der legitimem Herrschaft." In: Wirtschaft und Gesellschaft, 4ª edição, organizada e revisada por Johannes Winkelmann. Tubingen, J.C.B. Mohr (Paul Siebeck), 1956. v. II, p.551-58. Trd. Por Gabriel Cohn. In WEBER, Max. **Sociologia**. Coleção grandes cientistas sociais, n. 13. São Paulo: Ática, 1979.

WHITAKER, Ben. "Japan's Outcasts: The Problem of the Burakumin", in Ben Whitahker (org.), **The Fourth World: Victims of Group Oppression**. Londres: Sidgwick & Jackson, 1972, p. 316.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual, in Tomaz Tadeu da Silva (org.), **Identidade e Diferença**. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 7-72.

ZALUAR, Alba Maria. Quando o Malandro Dança. **Natureza, História e Cultura. Número Especial de Cadernos de Sociologia**. PPG-Sociologia UFRGS, Porto Alegre: UFRGS, v.4, 1993.

ZANETTI, Hermes. **Juventude e Revolução no Brasil**. Brasília: UNB, 2001.

Movimentos Sociais no Brasil a Partir de Junho de 2013: Comparações e Impactos na Sociedade e no Governo

Maria da Glória Gohn[1]

Resumo: Os protestos e as manifestações no Brasil, em Junho de 2013, partiram de demandas específicas (aumento da tarifa dos transportes), depois abarcaram outros problemas sociais da vida cotidiana. Num primeiro momento teve-se grande adesão da população e impacto na conjuntura nacional. Depois refluíram para protestos focalizados, o movimento de massa desapareceu. Cresceram atos de protestos com uso da violência e a repressão policial. O Estado de Direito aclamado em Junho de 2013, como liberdade de expressão etc., foi sendo substituído por um Estado Penal, que passou a criminalizar os ativistas. Este trabalho levanta hipóteses e busca explicações, no plano empírico e teórico, para esta mudança no cenário brasileiro após Junho de 2013, que passou de um momento com legitimidade da sociedade para outro, de grupos e protestos específicos, sem apoios. Registre-se também que inúmeros movimentos sociais voltaram a ter visibilidade na cena pública a exemplo da luta pela moradia popular.
Palavras Chaves: Manifestações no Brasil, protestos-movimentos sociais

As manifestações de 2013 levaram milhares de pessoas às ruas e praças, em inúmeras capitais e cidades de porte médio brasileiras tendo como foco a demanda contra o aumento das tarifas nos transportes. Outras demandas foram agregadas tais como serviços públicos de qualidade nas áreas da educação, saúde e segurança pública etc. Várias manifestações ocorreram paralelamente ao ciclo das jornadas de protestos de Junho tais como Marchas das Vadias; Marchas da Maconha; greves; ocupações em Universidades; mobilizações de populações atingidas pelas obras da Copa do Mundo; Marcha da Família com Deus; Paradas Livres/Gays; entre outras. É importante destacar que embora haja grandes diferenças e especificidades históricas em relação a manifestações dos indignados em outros países do mundo, as manifestações de Junho de 2013 no Brasil alteraram a pauta das demandas até então predominantes no país, as quais tinham, até então, cunho mais específicos e identitárias (Touraine, 2005). Os protestos de Junho demarcaram a inclusão de novas formas de ativismo, transnacionais (vide DELLA PORTA e TARROW, 2005), atuando em questões locais, nacionais; além de retomarem com força demandas focadas em problemas da vida cotidiana-mobilidade urbana, emprego, finanças/salário, dívidas, serviços sociais como educação e saúde, moradia popular, terra para viver e plantar (demanda já secular, agora em confronto com o agronegócio e outros) etc.

Por que as manifestações refluíram para protestos localizados? Foi uma estratégia de resistência da maioria em face aos atos de violência de uma minoria? Negri e Hardt (2004) falam de "resistências não "marginais", porém, ativas no interior de uma sociedade aberta em rede, havendo nela assim um potencial de insubordinação e revolta". (NEGRI; HARDT, 2004: 44).

O fato histórico a constatar é: s manifestações de Junho de 2013 não tiveram continuidade em termos de mobilização de massa, nos atos de protestos. As manifestações continuaram tópicas, com focos específicos (# Não vai ter Copa, Ocupações urbanas, etc.). Novos atores (que já estavam em cena em Junho de 2013) entraram em cena com protagonismo mais visível, a exemplo dos Black Blocs (DEPUIS-DÉRI, 2014); as antigas formas de protestos reformularam-se e ganharam força e manchetes cotidianas, a exemplo da luta dos sem-teto/casa urbanos, exemplificados pelo MTST-Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Greves do setor

---

1 Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, e Pós-doutorado em Sociologia pela New School of University, N.York. Professora titular da UNICAMP. Pesquisadora I do CNPq. Membro do Board RC 47 da ISA. Visiting Scholar da Fundação Rockfeller Belágio/Itália (2000), Oxford (1994), Universidad de Córdoba/Argentina (2009) e Complutense de Madri (2010). Tem 18 livros publicados destacando-se *História dos Movimentos e Lutas Sociais* (,2012, 8ª ed); *Teoria dos Movimentos Sociais* (2014, 11ª ed); *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civis no Brasil Contemporâneo (2013, 7ª* ed) ; *Sociologia dos Movimentos Sociais* (2014, 2ª ed) e *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo (*Vozes, 2014).

da educação ampliaram-se em todos os níveis e graus de ensino. Quais as principais diferenças entre Junho de 2013 e os protestos a partir de então? Quais as diferenças básicas entre Junho de 2013 e Junho de 2014, sob o ângulo da participação dos jovens nos protestos? Por que os protestos contra a Copa do Mundial de Futebol não atraíram as massas? Eram os mesmos jovens que estavam em cena? Sabe-se que o MPL, acima caracterizado, esteve também nos protestos de Junho de 2014, em São Paulo, em ato contra a Copa. Mas não teve o mesmo impacto ou ressonância junto à sociedade. Talvez porque o futebol faça parte da cultura brasileira como um valor, um bem cultural, e apesar dos protestos contra os gastos feitos terem sido considerados exorbitantes, na construção dos estádios e outros preparativos para a Copa, a não realização da Copa, no país do futebol, era algo inaceitável para a grande maioria da população.

Quais as fontes de motivação daqueles que se manifestaram em Junho de 2013? Encontramos em Calhoun e Wieviorka indicações valiosas para responder, do ponto de vista das Ciências Sociais, a uma das indagações central deste texto: porque as massas aderiram em Junho de 2013 às manifestações nas ruas. Calhoun e Wieviorka em um manifesto disseram: "Dentre as mudanças que obrigam as Ciências Sociais a transformar seus modos de aproximação, as mais espetaculares podem ser resumidas a duas expressões: a globalização e o individualismo. São duas lógicas que, em conjunto, balizam o espaço no interior do qual a pesquisa cada vez mais é chamada a se mover." Para os autores, a palavra 'globalização', em sentido amplo, inclui dimensões econômicas, mas também culturais, religiosas, jurídicas etc. Hoje, numerosos fenômenos abordados pelas Ciências Sociais são 'globais', ou suscetíveis de serem observados sob esse ângulo". Quanto ao individualismo, o manifesto o caracteriza como "um segundo fenômeno, não menor, porém mais difuso". E afirma: "Seu impulso traduziu-se desde cedo na pesquisa por um interesse sustentado pelas teorias da escolha racional, mas também, e principalmente, em tempos mais recentes, pela consideração, cada vez mais frequente, da subjetividade dos indivíduos." (Craig Calhoun, O papel das Ciências Sociais em um mundo em mudança acelerada. Boletim da Agência de Notícias FAPESP, 12/08/2014 (relativo **à** palestra de Craig na FAPESP, em 30/07/2014). Em resumo: as massas aderiram aos protestos para manifestar sua indignação com os rumos das políticas - econômicas, ditadas pelo capital e requisitos da globalização. Mas aderiram também porque foram 'tomadas' por forte comoção-emoção, em resposta ao apelo individual de cada um, em face ao contexto mais amplo e a fragilidade dos indivíduos para contestar este cenário, do ponto de vista institucional. A indignação, o protesto, a explosão da ira nas ruas, foi o caminho encontrado (ver Castells, 2013, 1999).

Quais as fontes de referências ideológicas das poucas lideranças ou grupos que se identificaram em Junho de 2013? Inspiram-se em variadas fontes, segundo o grupo de pertencimento de cada um. Como rejeitam lideranças verticalizadas, centralizadoras, não há hegemonia de apenas uma ideologia, utopia ou esperança que os motivam. Alguns retiram da esquerda ensinamentos sobre a luta contra o capital e as formas de controle e dominação do capitalismo contemporâneo, na busca da emancipação (ALI, DAVIS et alli, 2012). Do anarquismo e socialismo libertário, grupos ressuscitam e renovam leituras sobre a solidariedade, a liberdade dos indivíduos, a autogestão, e a esquecida fraternidade-retomada nas ações de enfrentamento à repressão policial. Há também um novo humanismo na ação de alguns, expresso em visões holísticas e comunitaristas, que critica a sociedade de consumo, o egoísmo, a violência cotidiana - real ou monitorada pelo medo nas manchetes diárias sobre assaltos, roubos, mortes etc., a destruição que o consumo de drogas está causando na juventude e outros (Hessel, 2012). Busca-se reumanizar os indivíduos, a paz, o combate à violência. Muitos não têm formação alguma, estão aprendendo na luta do dia-a-dia, formatando seus valores conforme o calor da hora. D. Cohn-Bendit observou a respeito das manifestações no Brasil; "Nos anos 60 prevalecia à defesa dos ideais, socialismo, anarquismo, alguns lutavam em nome de Cuba, da China. Hoje não há a questão ideológica. Isso é bom: lutar por escola melhor, transporte melhor" (D.Cohn-Bendit. 'Violência em protesto reduz influencia, diz líder de Maio de 68' em entrevista a Fabio Brisolla. *Folha de São Paulo*, 6/11/2013, p C7).

A violência e a repressão policial.

A questão da violência entrou na pauta dos movimentos e manifestações no Brasil em 2013 de forma multifacetada e deve ser examinada para na análise. Esclareça-se- a violência sempre esteve presente na história dos movimentos sociais no Brasil, quer seja na forma como muitos foram tratados pelas forças policiais, quer

como forma de resistência pelos próprios movimentos, especialmente na área rural, onde as relações sociais historicamente têm sido pautadas por formas de violência. A novidade em 2013 é que a violência entra em cena nas manifestações de ruas por duas vias- a policial, várias vezes de forma brutal, tratando os manifestantes tais como enfrentam uma ocupação de marginais em uma favela, com todo aparato da repressão; e a violência no comportamento de alas dos manifestantes, apresentada como violência simbólica, como tática do movimento (Blac Bloks), uma ala pequena e ativa no conjunto mais geral dos manifestantes. Embora os Black Blocs não se denominem movimento mas tática, sua visibilidade performática domina a cena quando ocorre. Nas manifestações de 2013 pode-se indagar se ela ressurge como nova forma de luta social ou internacionalização de formas de protesto. O fato novo é a violência ser apresentada e justificada por estas alas dos manifestantes como forma predominante da ação no protesto, este fato reforça a hipótese de mudança na composição e caráter dos movimentos nas ruas. A violência performática como norma de conduta **é um registro** de formas de movimentos de protestos internacionais deste novo século. As manifestações iniciadas em Junho em São Paulo foram caracterizadas inicialmente, na mídia e por muitos políticos, como atos de "vândalos". Uma manifestante revoltada com este tratamento saiu no dia 13 de Junho com um cartaz "Não sou vândalo mídia". Neste dia, a 4ª manifestação do movimento em São Paulo, a policia tratou a todos como inimigos, houve centenas de feridos, muitas prisões e muita indignação. Este dia marcou a virada do olhar da sociedade, que passou a apoiar o movimento e ir às ruas para se manifestar também. A partir de então se pode observar melhor o que foi denominado como as 'tribos' que compunham o núcleo permanente dos manifestantes. Em São Paulo, participaram das manifestações, junto com o MPL, integrantes de partidos de esquerda PSOL, PSTU, PCO e alguns militantes do PT. Todas as bandeiras partidárias foram rejeitadas nas manifestações, gerando inclusive tumultos entre os que insistiram em desfraldá-las. Grupos anarquistas :Black Block, Anonymous, Kaos- (vide Danet e Bardeau, 2011) estiveram presentes, com máscaras ou não. Teve-se também a presença de alguns punks. Os novíssimos movimentos sociais dos indignados das praças, ruas e avenidas, em várias partes do mundo, contam com a presença de grupos anarquistas e alguns reagem com violência a violência policial, em dadas circunstâncias. Eles são parte das novas formas de movimentos. Representam a 'resistência' - expressão usada nos países da Primavera Árabe e outros para indicar os que não desistem, os que enfrentam e afrontam o poder constituído. Muitos são presos, feridos ou mortos, pois são alvos prediletos das ações de repressão da polícia. Quando ocorrem ações violentas, os confrontos são desiguais porque a maioria dos manifestantes porta apenas equipamento de autoproteção - máscaras, água, vinagre, bolinhas de gude para atrapalhar a cavalaria etc. O fato dos movimentos serem constituídos por coletivos diversificados e diferenciados causa problemas internos quando um dos grupos aciona ações próprias, ou quer se destacar - mostrando suas bandeiras partidárias, por exemplo, ou usando a violência depredando bens públicos e privados. Acrescentem-se às dificuldades nas ações dos coletivos fatos como os ocorridos em algumas das manifestações, quando grupos de populares aproveitaram a confusão e saquearam lojas e edifícios públicos.

O que se pode observar nas manifestações de 2013 e nas outras que seguiram é que a sociedade, 0s movimentos sociais, (novos e antigos), e autoridades, não sabem como lidar com esta nova forma de expressão do protesto social que destrói, não tem nome, não se assume como grupo ou movimento.

Para Esther Solano, professora da UNIFESP que desenvolve pesquisa sobre os Black Blocs, a violência funciona para eles como uma forma de se expressar socialmente. Caracteriza-os como de 'classe média baixa, a maioria trabalha, alguns são formados ou estão se formando em universidades particulares'. Esther diz: "Muitos Black Blocs já me disseram que, para eles, a violência é a única forma de expressão pela qual, de fato, são ouvidos. É difícil contestar esse raciocínio. Se a imprensa só dá voz às formas de protesto violentas, se o governo reage com mais força diante do fator violência, como impedir que a violência se tornasse uma forma de protesto generalizada? A violência como forma de protesto não estaria sendo legitimada e reforçada por toda a sociedade que joga o jogo da espetacularização?" (Esther Solano e Rafael Alcadipani. Violência 'black bloc' visa chamar atenção de um Estado ausente' *Folha de São Paulo*, 17/10/2013, C7; e Esther Solano, entrevista citada por Bruno P Manso, Violência em atos ofusca movimentos pacíficos. *Estado de São Paulo*, 3/11/2013, p. A27).

A prática sistemática da violência nas diferentes manifestações ocorridas ao longo de 2013, após Junho de 2013, ofuscou a legitimidade das ações, afastou as grandes massas das manifestações, contribuiu para o

isolamento e segmentação dos ativistas. Vários analistas concordam com estas ponderações. D.Cohn-Bendit, na entrevista acima citada disse "O emprego da violência é algo que reduz a influência de uma manifestação sobre a sociedade". O poder das ruas construído em Junho passou a ser desconstruído, pois, como alerta H Arendt, poder e violência não se confundem, a violência não cria poder, o destrói.

A Questão da Democracia e as Manifestações

Uma das questões profundas que está em causa nas manifestações de Junho é a discussão da democracia. Denota-se que a democracia representativa está em crise, à democracia direta é um ideal, viável apenas em pequenos grupos ou comunidades; a democracia deliberativa poderia unir as duas anteriores, mas ainda é um modelo frágil, que padece de arranjos clientelistas nos poucos casos onde ocorre. Mas, apesar da democracia estar em crise, há certo consenso de que ela é necessária. Sendo assim, podem-se buscar, nas atuais manifestações, os indícios de novas formas de organização política, nos marcos de uma nova forma- a democracia analógica, aquela que tenta dialogar com a geração digital, que poderá combinar a democracia representativa com a democracia direta via On Line. Os novos movimentos sociais dos jovens são movimentos sociais e só poderão ser considerados como em transição para movimentos políticos, desde que se entenda a política de forma diferente da atualidade. A política como arte de construção do bem comum. O movimento expressa uma profunda falta de confiança em toda forma de política e categoria de políticos. Por isso sua mensagem foi respondida por milhares que se uniram a eles, indo às ruas. Eles querem outro país onde a ética e a política andem juntas. Querem uma revolução na forma de operar a política e não uma reforma ou remendo no que existe. Não confiam na política atual e nem nos políticos. Negam a política atual e isso também é uma forma de propor outra coisa. A exemplo do MPL, que se declara apartidário, mas não antipartidário, eles querem renovar a política e o tipo de partidos e políticos atuais. Por isto o tema de uma reforma política inicialmente não lhes atraiu - a reforma seria feita pelos políticos que estão aí, que eles estão contestando. Não se sentem representados no quadro político institucional existente, eles não têm canais de expressão. Com isso detecta-se também uma crise de representação social destes grupos e uma crise de legitimidade das instituições públicas. A linguagem política dos manifestantes é outra. Seus códigos não se enquadram em planilhas, organogramas, planejamentos, siglas de planos e projetos.

Querem mudanças na política via atuação diferenciada do Estado no atendimento à sociedade. Não negam o Estado, querem um Estado mais eficiente. Apresentam-se como apartidários, mas não anti-partidários.

Resta, portanto, buscar nos atuais movimentos os indícios de novas formas de organização política, nos marcos da democracia. Seriam eles movimentos sociais em transição para movimentos políticos, que construiriam novas formas de representação? Talvez sim, desde que se entenda a política de forma diferente da atualidade. A política como arte da negociação para a construção do bem comum. Aqueles que decretaram a morte das utopias precisam rever suas ideias. A nova geração de jovens que se organizou e foi às ruas em Junho de 2013 não se identifica com as formas organizativas existentes, e estão atentas ao modelo de sociedade que vivem. Muito consumo, mas qualidade de vida sofrível.

Não se pode esquecer a capacidade de aprendizagem e resistência dos ativistas. Sabem o que não querem, e buscam definir o que querem nos parâmetros dos valores que acreditam. Os coletivos e as manifestações são grandes laboratórios de experimentação sobre novas formas de operar a política.

Conclusão

As 'vozes' que ecoaram nas ruas em Junho não negavam o estado, mas reivindicou um estado menos dependente dos bancos, de multinacionais, empresários etc. Um Estado com pauta social efetiva e não apenas focado nas metas e índices de crescimento e oferta de bens. Clamaram por mais cidadania social. A cidadania vigente no país nos últimos anos melhorou índices de pobreza e promoveu a inclusão social, mas reduziu o cidadão a um consumidor, reduziu a questão dos direitos a uma pauta de consumo. Ou seja, a questão central: porque uma grande massa da população aderiu aos protestos em Junho de 2013 tem múltiplas respostas que podem ser resumidas num grande foco- aderiram porque se identificaram com os manifestantes da primeira hora. Aderiram porque estavam atentos ao cenário nacional, sentiam-se não representados ('não nos representam' foi os dizeres de um dos cartazes bastante comum), sem canais de expressão e nestes momentos o protesto

explode. Sentiam-se detentores de direitos no papel, na lei, mas não na prática (tais como ser bem atendido e na hora que necessita pelo sistema público de saúde como um cidadão segundo preconiza a lei; ter uma escola com ensino de qualidade etc.). Com as manifestações, estes cidadãos/consumidores constituíram-se como sujeitos de direitos no espaço público como forma de expressar suas exigências e existências (ver HOLSTON, 2013)..

Na nossa interpretação, as manifestações são movimentos que construíram significados novos às lutas sociais. Certamente que seus protestos vão além do ativismo digital, que é um meio para um fim-a manifestação propriamente dita. Há múltiplos processos de subjetivação na construção dos sujeitos em ação - os acontecimentos no calor da hora provocam reações que geram novas frentes da ação coletiva. A composição das mesmas é complexa, diversificada, com múltiplos atores, propostas e concepções sobre a política, a sociedade, o governo. As emoções-dos indivíduos e coletivos ganham destaque nos protestos políticos, um dos grandes legados de Junho de 2013, porque os protestos políticos podem assumir papel ativo da construção do social.

Depois de Junho de 2013 as manifestações não tiveram continuidade em termos de mobilização de massa, nos atos de protestos. As manifestações continuaram tópicas, com focos específicos (# Não vai ter Copa, Ocupações urbanas, etc.). Novos atores (que já estavam em cena em Junho de 2013) entraram em cena com protagonismo mais visível, a exemplo dos Black Blocs; as antigas formas de protestos reformularam-se e ganharam força e manchetes cotidianas, a exemplo da luta dos sem-teto/casa urbanos, exemplificados pelo MTST-Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Greves do setor da educação ampliaram-se em todos os níveis e graus de ensino. Mas as manifestações continuaram nas redes sociais, *On Line*, na intensa mobilização das redes durante o período eleitoral. As raízes da revolta e dos protestos continuam - prestes a explodirem a qualquer momento. Buscar resultados imediatos das manifestações é não entender que se trata de um processo histórico-cultural. As transformações, no curto prazo, são mais culturais do que propriamente políticas. Concluímos relembrando as lições de Melucci - um movimento social é fruto de uma construção social e não algo dado a priori, fruto apenas de contradições. Importa mais a forma do que a presença de atores políticos nas ruas. "Movimentos são um sinal; eles não são meramente o resultado de uma crise. Assinalam uma profunda transformação na lógica e no processo que guiam as sociedades complexas. Como os profetas, eles falam antes: anunciam o que está tomando forma mesmo antes de sua direção e conteúdo tornarem-se claros. Os movimentos contemporâneos são os profetas do presente" (Melucci, 1996:1).

Referências

ALI, Tariq; ALVES, Giovanni; DAVIS, Mike; HARVEY, David; SADER, Emir; SAFATLE, Vladimir; PESCHANSKI, João Alexandre;; ŽIŽEK, Slavoj; ; TELES, Edson; e WALLERSTEIN, Immanuel. *Occupy. Movimentos de protestos que tomaram as ruas.* São Paulo, Boitempo, 2012

ALVAREZ, Klaudia; GALLEGO, Pablo; GÁNDARA, Fábio y RIVAS, Oscar. *Nosotros, los indignados. –Las voces comprometidas del #15*-M.Barcelona, Ed.Destinos, 2011.

CALHOUN, Craig. O papel das Ciências Sociais em um mundo em mudança acelerada. *Boletim da Agência de Notícias* FAPESP, 12/08/2014

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____*Redes de Indignação e Esperança*. São Paulo, Zahar, 2013.

COHN-BENDIT, Daniel. 'Violência em protesto reduz influencia, diz líder de Maio de 68'. Entrevista à Fabio Brisolla. *Folha de São Paulo*, 6/11/2013, p C7.

DANET, Nicolas; BARDEAU Frédéric. *Anonymous: Peuvent-ils Changer le Monde?*.FYP,Editions, Paris, 2011.

DEPUIS-DÉRI, Francis. *Black Blocs.* São Paulo, Ed Veneta, 2014.

DELLA PORTA, Donatella. e TARROW, Sidney. *Transnational protest and global activism* (Orgs). London, Rowman& Littlefield Publi., 2005.

GOHN, Maria da Glória. *Sociologia dos Movimentos Sociais*. 2ª ed. São Paulo, Cortez Ed, 2014

_____ *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo.* Petrópolis, Vozes, 2014

_____Após atos governo não tem interlocutores. *Estado de São Paulo,* Caderno Política Nacional, A14, 14/07/2013.(tb www.Portal do Estadão.com.br)

_____*Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos.* 11º ed. São Paulo, Loyola Edições, 2014.

_____*Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo*. 7ª ed, Petrópolis, Vozes, 2013

_____. *Movimentos sociais e educação*. 8a ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 4ª Ed.São Paulo: Loyola, 2012.

____*História dos movimentos e lutas sociais*. 8ª ed, São Paulo, 2013

HESSEL, Stéphane. *Indignai-vos*! 3ª ed. Lisboa, Ed Objectiva, 2011

HOLLOWAY, J. *Cambiar el mundo sin tomar el poder*. Madrid: El viejo topo, 2002.

HOLSTON, John. *Cidadania Insurgente* . S. Paulo, Comp. das Letras, 2013.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003

JURIS, Jeffrey S. Violencia Representada e Imaginada. Jóvenes Activistas, el Black Bloc y Los Medios de Comunicación em Génova in: FERRÁNDIZ, Francisco; FEIXA, Carles (eds). *Jóvenes Sin Tregua: Culturas y Politicas de la Violencia*. Anthropos, 2005. pp.185-208.

MOORE JR,Barrington. *Injustiça: as bases Sociais da obediencia e da revolta*. São Paulo, Brasiliense, 1987

MELUCCI, Alberto. *Challeging codes.* Cambridge, Cambridge Press, 1996.

NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe. *GlobAL: Biopoder e luta em uma América Latina Globalizada.* São Paulo: Record, 2004.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As ruas e a democracia. Ensaios sobre o Brasil contemporâneo.* São Paulo, Contraponto, 2013.

PLEYERS, Geoffrey, *Alter-Globalization. Becoming Actors in the Global Age*. Cambridge: Polity, 2010.

ROSENMANN, M.R. *Los indignados. El resgate de la politica*. Madri, Akal, 2012.

SEOANE, José; TADDEI, Emilio (Orgs) *Resistências mundiais*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOLANO, Ester;MANSO, Bruno P ; NOVAES, Willian. *M@scarados-A verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc.* **São Paulo, Geração, 2014**

TOURAINE, Alain. *Un nouveau paradigme*. Paris: Fayard, 2005.

Ao Sul do Equador: Os Protestos de Junho de 2013 no Brasil

Linda M. P. Gondim[1]
Universidade Federal do Ceará
lindagondim@uol.com.br

As manifestações que irromperam em centenas de cidades brasileiras em junho de 2013 são, ao mesmo tempo, divergentes e convergentes em relação a movimentos sociais de anos anteriores. Em que pesem as especificidades dessas formas de ação coletiva, acredita-se que a comparação entre elas lança luz sobre as formas do fazer político não institucionalizado, na nova conjuntura marcada pela hegemonia do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, desde 2002.

O que se pretende aqui é buscar ferramentas analíticas para entender como nascem – ou renascem – formas de ação coletiva que estariam adormecidas ou que se julgava extintas. Espera-se contribuir para instigar a imaginação sociológica dos pesquisadores, ou seja, a capacidade de relacionar o cotidiano microssocial com o processo histórico, e vice-versa (Mills, 2009). Assim fazendo, pode-se identificar a força da memória e da aprendizagem social na criação de acontecimentos surpreendentes[2].

1. Aproximações conceituais

O ponto de partida para a presente discussão dos protestos de junho é definir os fenômenos considerados: "ciclos de protestos" e "movimentos sociais" (MS), subsumidos na categoria mais ampla "ação coletiva". Outras categorias têm sido utilizadas pelos estudiosos (e.g., Gohn, 2011), mas são desnecessárias para os fins do presente artigo. Consideram-se como "ciclos de protestos" mobilizações massivas, com formas variadas de expressão, duração limitada (alguns dias ou semanas), fluidez e informalidade (Burke, 2002). Correspondem à intensificação dos conflitos, à confrontação com oponentes e à incorporação acelerada de novos participantes (Bringel, 2011), que com frequência recorrem à ação direta, ignorando mediações institucionais. Marchas e ocupações, saques e quebra-quebras reiterados são exemplos desse fenômeno.

Os MS são mais duradouros e articulados que os ciclos de protestos: seus participantes encontram-se com mais frequência, planejam ações e definem estratégias de mais longo prazo. Os modos como os MS são organizados têm caráter variado, podendo ser formais ou informais, hierárquicos ou horizontais. Contudo, dizer que um movimento social pode ser organizado não significa igualá-lo a uma organização institucionalizada, como sindicato ou associação de moradores. Tal distinção é crucial, pois organizações formalizadas, em geral, têm um efeito paralisante, tornando-se burocráticas e sujeitas à cooptação (Burke, 2002; Gondim, 1991; Michels, 1984; Piven & Cloward, 1979). A rejeição a organizações preexistentes frequentemente ocorre na fase inicial das mobilizações, como foi o caso do "novo sindicalismo" na região do ABC em São Paulo[3] nos anos 1970,

---

1 A autora é socióloga e doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade de Cornell (EUA); é professora associada do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, onde coordena o Laboratório de Estudos da Cidade (LEC). Principais publicações: O Dragão do Mar e a Fortaleza Pós-Moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade; Uma dama da Belle Époque de Fortaleza; Clientelismo e modernidade nas políticas públicas: os "governos das mudanças" no Ceará; A pesquisa em Ciências Sociais: o projeto de dissertação de mestrado (organizadora); A pesquisa como artesanato intelectual: considerações sobre método e bom senso (coautora).

2 Devido à imprevisibilidade dos protestos de junho de 2013, a pesquisa para o presente artigo foi feita de forma *ad hoc*, mediante contatos com participantes, diretamente ou por meio de redes sociais. A maior parte da análise é baseada em levantamento bibliográfico e informações publicadas na mídia convencional ou digital.

3 Região formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano, onde se concentrava a indústria metalúrgica.

que, liderado por Luiz Inácio da Silva (Lula), insurgiu-se contra a estrutura sindical existente (Sader, 1988).
Ciclos de protestos e movimentos sociais são categorias que têm valor heurístico: direcionam o olhar do pesquisador para discernir, na realidade caótica dos fatos, aqueles que fazem sentido, a partir de suas variações em relação à tipologia previamente definida (Weber, 1991). É preciso tomar cuidado, porém, para não engessar a pesquisa mediante definições apriorísticas que mais atrapalham do que ajudam a entender as manifestações coletivas. Certamente, é importante distingui-las em termos dos tipos de participantes, motivos, formas de ação e possíveis consequências, mas as distinções devem ser consideradas como tipos ideais, que servem não para encaixar a realidade, mas para mostrar o quanto e como esta se aproxima ou se distancia dos modelos, podendo levar à reformulação das categorias.
A definição de movimentos sociais aqui formulada não tem como elemento essencial seu impacto transformador da estrutura social. Essa visão teleológica, comum entre os estudiosos (Alexander, 1998; Castells, 2011; Souza, 2009; Touraine, 1989), torna o objeto de pesquisa limitado às lutas bem sucedidas em seu objetivo de "mudança radical". A dependência de avaliações *ex-post-facto* deixa os pesquisadores de MS contemporâneos desamparados em termos teórico-metodológicos, já que a radicalidade das mudanças só pode ser avaliada com um distanciamento histórico considerável. A avalição fica sujeita ao ponto de vista do observador, pois não há critérios consensuais sobre quais os fenômenos que contam como "mudança radical". Para além de exemplos notórios como as grandes revoluções ocorridas no passado, mesmo MS que lograram transformações em práticas institucionais e na legislação, como o movimento pelos direitos civis nos EUA, têm seu impacto contestado (Piven & Cloward, 1979). O *Occupy Wall Street* é apontado como fracassado, porque os manifestantes foram retirados do espaço público sem obter nenhuma alteração no capitalismo financeiro; mas também é avaliado como exitoso, por ter fomentado a difusão de novos valores democráticos (Castells, 2013). Algumas mobilizações resultam em mudanças políticas visíveis, como o movimento "Fora Collor" no Brasil, em 1992, o qual provocou o *impeachment* do presidente da República, acusado de corrupção. Foi o caso, também, da "Primavera Árabe", que logrou a derrubada de regimes ditatoriais. Por um lado, esses movimentos podem ser apontados como fracassos, na medida em que não foram capazes de impedir retrocessos; por outro lado, eles são vistos como exitosos se considerados como um fim em si mesmos, na medida em que constituem práticas orientadas por e para produzir uma nova cultura política.
A questão se torna algo intratável quando se trata de analisar o alcance de mobilizações que emergiram no século XXI. Supondo, para fins de argumentação, que tais mobilizações tenham alcance restrito em termos de mudanças da sociedade e da cultura contemporâneas, isto significa que devem ser descartadas como objeto de estudo? Tal postura empobreceria a compreensão da vida social, a exemplo da visão reducionista que prevaleceu na década de 1970 e que considerava os MS como um subproduto das contradições do capitalismo, reduzindo os sujeitos sociais à condição de "atores-suportes" (Castells, 2011:376). A perspectiva aqui adotada é que tanto estrutura como ação são constitutivas da realidade social, que se expressa simultaneamente na dimensão material das condições de vida, e na dimensão das práticas simbólicas. (Giddens, 1984).
A ação coletiva ecoa e produz mudanças – não necessariamente radicais – no contexto político, nas condições socioeconômicas e nos modelos culturais. Estes últimos incluem novos valores e significados, dos quais são exemplos o respeito ao meio ambiente, a afirmação do direito à diferença e a insatisfação com as formas de representação política.

2. Movimentos sociais e ciclos de protestos: visibilidade e invisibilidade

A hipótese deste artigo é que as jornadas de junho de 2013 não surgiram de repente, como sugeria o slogan "o Brasil despertou". Boa parte dos intelectuais assumiam que, antes dos protestos, o panorama político era um campo com poucas fissuras, onde grupos hegemônicos teriam fabricado um consenso, rompido nas ruas: no dizer de Schwarz (2013, s/p), "o espírito crítico, que esteve fora de moda, para não dizer excluído da pauta, teve agora [nas manifestações] a oportunidade de renascer"
Sem dúvida, as jornadas de junho de 2013 surpreenderam pela rápida massificação e a disseminação, bem como pela ausência de centros decisórios, substituídos por articulações na pela Internet. Mas movimentos sociais

com características de descentralização e horizontalidade já existiam antes mesmo do governo Lula, com um perfil diverso daqueles existentes na época da formação do PT (Zibechi, 2013). Os que usam a metáfora do "terremoto" para caracterizar os protestos de junho parecem ignorar que tremores de terra não ocorrem sem o prévio deslocamento de placas tectônicas: a invisibilidade de um fenômeno não equivale à sua inexistência.

A surpresa dos analistas em relação à irrupção de ações coletivas no espaço público tem sido recorrente. Tal surpresa, em geral, decorre das lentes teóricas de pesquisadores, que acentuam, ao invés de corrigir, sua miopia em relação aos processos menos visíveis. Na raiz destes, encontra-se um fator difuso: a indignação ou, como diz Bringel (2013:45), um "estado de ânimo" decorrente da transformação do medo ou da apatia em raiva e sua canalização para a revolta contra injustiças (Castells, 2013). A indignação tem formas diversas de se expressar, variando desde atos individuais e por vezes desesperados (como a imolação de monges budistas contra a guerra do Vietnã), a ações de massa violentas, pontuais (quebra-quebras, invasões e destruição de propriedades) ou continuadas (movimentos sociais, revoltas, ciclos de protestos ou revoluções). As raízes do sentimento por trás desses processos devem ser buscadas nas transformações ocorridas na estrutura social e na conjuntura política.

A experiência histórica deveria nos acautelar contra diagnósticos pessimistas que apontam a apatia dos jovens ou da classe trabalhadora e a fragilidade das contestações à ordem vigente. Assim, entre as décadas de 1930 e 1960, na Europa e nos EUA, teorias sobre a desmobilização política, cujo tom pessimista ecoava os avanços de regimes totalitários, tomaram o lugar das discussões sobre revoluções. A argumentação apontava a desmobilização política como fruto de um individualismo exacerbado, produzido pela sociedade de massa (Alonso, 2009). Contudo, a década de 1960 foi de grande efervescência contestatória, cujos protagonistas não eram nem o proletariado que se insurgia contra o sistema capitalista, nem multidões com comportamento irracional, sem objetivos claros. Os novos sujeitos não se identificavam pela pertença a uma classe social, ainda que majoritariamente se situassem em estratos médios da sociedade (estudantes, profissionais liberais, artistas e outros). Suas demandas não expressavam interesses materiais ou políticos, no sentido de buscar o poder estatal. Reivindicavam, por meio de ação direta, externa a partidos e a organizações preexistentes (sindicatos, partidos, associações institucionalizadas etc.), mudanças nas formas de vida, combatendo o consumismo e respeitando o meio ambiente, e reconhecimento dos direitos de mulheres, negros, homossexuais e outros grupos em situação subordinada. (Alonso, 2009).

As décadas de 1960 e 1970 também foram momentos de intensa mobilização na América Latina, malgrado a repressão exercida por regimes autoritários. Durante a ditadura instaurada no Brasil em 1964, predominava entre os estudiosos a visão de que os trabalhadores eram subordinados aos ditames do Estado e da acumulação de capital, alienados e massificados pela mídia. Como notou Sader (1988), essas representações só foram reconhecidas como inadequadas quando irromperam greves fomentadas pelo "novo sindicalismo" e movimentos de bairros clamando por habitação, saneamento básico, creches, escolas, postos de saúde etc. Dessas mobilizações nasceria, sob a liderança do metalúrgico Lula, o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980.

A sociologia demorou um pouco a explicar esses MS, cujas origens estavam relacionadas a práticas pouco visíveis, que se davam na esfera do cotidiano. No contexto do autoritarismo, tratava-se de um fenômeno novo, cuja própria percepção demandava a formulação de novas categorias e novos métodos de investigação nas Ciências Sociais (Durham, 1984; Sader, 1988).

Outro marco da década de 1980 foi o ciclo de mobilizações reivindicando eleições diretas para presidente da República. Essa reivindicação levou às ruas uma massa heterogênea de milhares de pessoas, com a presença de partidos de oposição, sindicatos, associações profissionais e movimentos sociais. Ainda que o Congresso não tenha aprovado a emenda constitucional que permitiria o pleito, elegeu indiretamente um candidato não apoiado pelos militares, Tancredo Neves. Este morreu antes de assumir a presidência, que foi ocupada pelo vice-presidente José Sarney, político conservador com vínculos com a ditadura. Em 1986, o então presidente adquiriu grande popularidade devido ao sucesso momentâneo do Plano Cruzado no combate à inflação. Sucederam-se outros planos econômicos, igualmente fracassados. Essa foi uma época de grande efervescência política, relacionada aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, iniciados em 1987, com intensa participação tanto de lobbies conservadores, como de movimentos sociais.

A Constituição de 1988 trouxe muitos avanços para os direitos sociais e políticos, inclusive a criação de espaços

para políticas públicas participativas. Paradoxalmente, esses avanços coincidiram com perdas econômicas decorrentes da estagnação da economia e do crescimento da inflação.

A década de 1980 encerrou-se com a derrota do projeto do PT para assegurar os direitos sociais reivindicados pelos MS e prometidos pela Constituição de 1988. Na primeira eleição presidencial direta, em 1989, Lula foi derrotado por Fernando Collor, candidato populista cuja principal bandeira era a promessa demagógica de moralizar o Estado e a política. Num aparente paradoxo, foi acusado de uso de recursos públicos em benefício próprio, o que motivou o seu *impeachment* em 1992. Essa medida foi precedida por amplas manifestações, protagonizadas principalmente por jovens, os "carapintadas"[4]. O vice-presidente Itamar Franco assumiu o restante do mandato, ao fim do qual foi elaborado o Plano Real, associado ao então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Este, como candidato do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), derrotou Lula nas eleições de 1994, em grande medida devido ao sucesso daquele plano de estabilização financeira. Nova vitória ocorreu em 1998, o que significou oito anos de hegemonia de um projeto neoliberal que promoveu privatizações de toda ordem e reprimiu greves e movimentos sociais. A inflação foi controlada, mas a economia estagnou e o desemprego permaneceu alto.

Na mesma época, diminuíram os embates provocados pelos movimentos sociais, o que foi identificado como enfraquecimento ou mesmo fracasso. Tal avaliação, entretanto, descarta a relevância da atuação de redes e articulações sociais, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e outros atores, como universidades e centros de pesquisa, no sentido de fortalecer demandas ao Estado por políticas públicas e efetivação de direitos (Bringel, 2013). Por um lado, a adoção de mecanismos de participação por governos locais de esquerda, inclusive do PT (fóruns, conselhos, orçamento participativo etc.), incentivou os atores de MS a buscar capacitação técnica e político-institucional com a colaboração de ONGs, assessorias populares, associações profissionais, universidades etc. Por outro lado, o retorno dos mecanismos da democracia representativa, como eleições e busca de maiorias parlamentares, criou oportunidades para a disseminação de práticas clientelistas e a cooptação de lideranças de movimentos sociais, que assumiram cargos no Executivo. Outras características do contexto social dos anos 1990 também tiveram um impacto amortecedor nos MS: a expansão das igrejas evangélicas, com perfil conservador, e a presença de traficantes de drogas ou milícias, que passaram a exercer um poder despótico sobre moradores de comunidades pobres, particularmente no Rio de Janeiro.

O perfil menos aguerrido dos MS nessa década deveu-se também à dificuldade de manter altos níveis de ativismo quando não há ameaças imediatas ou depois de vitórias, mesmo pontuais (Santos, 1981). O próprio sucesso dos movimentos tende a estimular a formação de organizações burocratizadas, que contêm o ímpeto da contestação inicial, como foi mencionado. A experiência histórica mostra que, malgrado essa tendência, ações coletivas e manifestações de massa ressurgem: pode-se dizer que alternam períodos de latência e visibilidade (Merlucci, 1989). Durante a latência, os sujeitos sociais articulam-se, elaboram e vivenciam novos códigos culturais, criam laços de solidariedade e seguem cursos de ação que os tornam visíveis. Por sua vez, "a mobilização pública que flui da rede submersa" atrai novos militantes, fortalece a solidariedade e facilita a criação de novos grupos (Melucci, 1989:62).

No caso do Brasil, a década de 1990 pode ter sido um momento de "hibernação" para os movimentos sociais, mas não significou sua paralisação. Não havia mais o ímpeto dos anos 1970 e 1980, inclusive porque o quadro político-institucional pós-redemocratização estimulou novos canais de representação popular, como foi dito. Ao mesmo tempo, no âmbito da política nacional, controlada por setores de centro-direita representados pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, prevalecia o desmonte das políticas públicas e a repressão aos MS.

Contudo, ações de maior visibilidade persistiram, como o Movimento dos Sem Terra (MST), que se consolidou em nível nacional e continuou promovendo marchas e ocupações (Campos, 2014). Outros grupos manifestavam-se por reivindicações pautadas por direitos sociais ou perdas salariais: greves de funcionários públicos, técnicos de estatais e professores universitários; ação direta, como ocupações de terras urbanas por famílias sem acesso à habitação digna; marchas pela demarcação de terras indígenas; e eventos onde o protesto combinava-se a uma dimensão festiva, como as Paradas *Gay*. Assim, os MS não saíram propriamente da cena

4 Assim chamados em alusão à pintura de seus rostos em verde e amarelo, as cores da bandeira nacional.

pública, mas novas categorias de análise, como "sociedade civil" e "esfera pública" passaram a prevalecer nas pesquisas sobre cultura política. (Lavalle & Castello& Bichir, 2004).

3. Transformações no contexto político-institucional brasileiro nas últimas décadas

A eleição do candidato petista em 2002 significou o início de um novo projeto político e social. Sem modificar a política monetária anterior, Lula e sua sucessora, Dilma Rousseff, levaram a efeito políticas socioeconômicas que melhoraram significativamente as condições de vida dos pobres, como o Bolsa-Família (complementação de renda familiar) e o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar. O salário-mínimo tem aumentado a níveis mais altos que a inflação e o emprego no setor formal tem se expandido, propiciando maior acesso a bens de consumo e fortalecimento do mercado interno. Ressalve-se que os 17 milhões de empregos criados entre 2004 e 2012 são, em sua maioria, de baixa qualidade: em 80% deles, a remuneração é de dois salários mínimos, no máximo, e a rotatividade é intensa (Cardoso, 2013: 28).

Os governos do PT têm investido em grandes obras de infraestrutura, sobretudo no segundo mandato de Lula, iniciado em 2007, quando foi lançado o Programa de Crescimento Acelerado (PAC). Para fazer frente à crise mundial de 2008, o PAC e o Programa Minha Casa, Minha Vida foram elaborados para "aquecer" a economia, favorecendo os setores imobiliário e da construção civil – com consequências desastrosas para as cidades.

A qualidade de vida não depende apenas de bons salários, mas também da provisão de bens e serviços cujo acesso deve ser universal, como educação, saúde e transporte público. A má qualidade desses serviços tem levado a uma procura crescente por aqueles ofertados pelo setor privado, com o consequente endividamento das famílias de renda média-baixa. Nas cidades, a situação é crítica, porque a urbanidade depende dos chamados bens de consumo coletivo (habitação popular, saneamento básico, iluminação pública, segurança, transportes etc.), cuja oferta cabe principalmente ao Poder Público estadual e municipal, diretamente ou por meio de concessões a empresas privadas. O governo federal é importante parceiro dos outros níveis de governo, pois dispõe de mais recursos para financiamento.

A opção por um modelo de desenvolvimento baseado em grandes obras tem tido sérias consequências para o meio ambiente e as condições de vida urbana. Tal modelo, de fato, incrementou o emprego (precarizado) na construção civil, mas também acarretou o aumento dos preços dos imóveis. O financiamento massivo para a produção habitacional fez com que piorasse a já desordenada ocupação do espaço urbano (Maricato, 2013). Verifica-se o surgimento e a expansão de novos bairros de classe média e conjuntos habitacionais de baixa renda, em geral de baixa qualidade e sem obedecer a diretrizes de planejamento urbano. Grande parte da população pobre tem sido expulsa para periferias sem condições adequadas de saneamento básico, iluminação pública, transportes, lazer etc. Àqueles sem acesso ao mercado formal de habitação, muitas vezes, só resta a alternativa de ocupar os terrenos que "sobram", localizados em áreas de preservação ambiental, sem saneamento básico e sujeitas a riscos de inundações e deslizamentos. (Gondim, 2012).

Nesse contexto, a questão da mobilidade urbana merece ser considerada em mais detalhes, já que foi a motivação inicial dos protestos de junho de 2013. Os usuários de transportes públicos, caros e de má qualidade, têm sido particularmente prejudicados. As três metrópoles situadas no Nordeste, região mais pobre do País, todas com população superior a 2,5 milhões de habitantes, sequer têm sistemas de transporte de massa em operação. Segundo dados de Pereira & Schwagen (2014), em todas as regiões metropolitanas, durante o período de 1992 a 2009, a proporção de deslocamentos casa-trabalho com duração superior a uma hora (considerando somente o trajeto de ida) tem aumentado, sobretudo a partir da metade da década de 2000. No Rio de Janeiro e em São Paulo, o percentual desses deslocamentos é superior de 20% do total. Mesmo em Curitiba e Porto Alegre, que têm sistemas de transporte mais eficientes, a situação não melhorou, pois a proporção de deslocamentos longos permaneceu constante. Essa situação reflete o aumento considerável da frota de veículos automotores e dos consequentes congestionamentos. Entre 2001 e 2011, o incremento da frota de automóveis chegou a quase 80% nas metrópoles brasileiras, o que significou um acréscimo de 8,9 milhões de automóveis na década, ou, em média, mais de 890 mil veículos por ano. (Rodrigues, 2012). Para tanto contribuiu a prioridade conferida pelo governo federal ao transporte individual, mediante isenção fiscal para aquisição de automóveis

e o financiamento, no âmbito do PAC, para a construção de obras de infraestrutura viária: viadutos, túneis, ampliação de avenidas etc. (Maricato, 2013).

Por ironia, o agravamento da crise das cidades ocorreu durante governos de um partido que nasceu comprometido com o movimento pela reforma urbana. Nesse sentido, o governo Lula foi responsável por grandes avanços institucionais, como a criação do Ministério das Cidades (MC) e a promoção de programas de capacitação e financiamento para a elaboração, pelos governos locais, de planos diretores participativos. Estes adotaram, mas não efetivaram, instrumentos destinados ao ordenamento do uso e da ocupação do solo urbano, estabelecidos no Estatuto das Cidades, aprovado em 2001 (Santos Jr. & Montandon, 2011). O montante de recursos destinados à habitação aumentou consideravelmente (Bonduki, 2010).

A atuação MC começou a ser minada com a substituição do Ministro Olivio Dutra – político petista historicamente ligado ao movimento pela reforma urbana – por Marcio Fortes, indicado por um partido conservador, como parte da reforma ministerial promovida pelo presidente Lula para enfrentar a crise política decorrente do escândalo do "mensalão"[5]. Essa substituição é emblemática da adesão do governo petista ao modelo "pemedebista"[6] (Nobre, 2013), baseado na construção de alianças com representantes de forças políticas díspares, a fim de garantir ampla maioria suprapartidária no legislativo, em troca de cargos e benesses. Esse pacto cobra seu preço em tolerância à corrupção: políticos de direita, como os senadores Sarney e Renan Calheiros, malgrado sérias acusações de corrupção, foram conduzidos à presidência do Senado, com o apoio de Lula.

Se os princípios éticos e ideológicos foram corroídos, as políticas sociais mais equitativas têm contribuído para manter o apoio popular ao PT, garantindo-lhe sucessivas vitórias eleitorais, principalmente na região Nordeste. O PSDB tem sido competitivo nas urnas – tanto é que as últimas eleições (2002, 2006, 2010 e 2014) têm sido decididas no segundo turno. Sua atuação no Congresso, porém, até o momento não tem ameaçado a hegemonia do PT. As alternativas à esquerda – o PSTU e o Psol, este formado por uma dissidência do PT, em 2004 – tampouco constituem ameaça, quer parlamentar, quer eleitoral.

Os últimos pleitos, porém, sinalizaram o esgotamento do modelo petista de governança. Em 2010, Marina da Silva, candidata do pequeno Partido Verde, teve surpreendente votação (19 milhões de votos) no primeiro turno, em que pesem o reduzido tempo disponível na propaganda eleitoral televisiva, a escassez de recursos e a falta de apoio de outros partidos. No segundo turno, concorrendo com José Serra, do PSDB, saiu vitoriosa a candidata do PT, Dilma Rousseff, que deu continuidade ao modelo desenvolvimentista, aliado à expansão das políticas sociais. Apesar do perfil mais tecnocrático, a nova presidente aderiu ao "pemedebismo", fazendo concessões a aliados de diversos partidos, a fim de garantir a vitória de projetos governamentais. Se na esfera da política institucional os críticos à esquerda e à direita pareciam subjugados, setores da sociedade usavam outros canais de oposição. A mídia escrita e televisiva, controlada por oligopólios, passou a fazer críticas insistentes ao governo federal. O julgamento dos acusados do "mensalão" e sua condenação pelo Supremo Tribunal Federal, com base em argumentos jurídicos discutíveis, tornou-se um espetáculo midiático. A oposição à esquerda, por sua vez, permanecia criticando – sem grande repercussão – as alianças espúrias do PT, as consequências ambientais e urbanísticas das políticas desenvolvimentistas e o afastamento, quando não antagonismo, do governo em relação aos MS.

Olhando-se as práticas políticas visíveis na sociedade e nas instituições políticas na era Lula, é tentador afirmar que o país "parecia viver uma espécie de vertigem de prosperidade e paz" (Rolnik, 2013, s/p.). Dentre os MS surgidos antes da era Lula, o MST era provavelmente o único que subsistia com postura crítica em relação ao governo e com visibilidade na mídia. Alguns movimentos urbanos agiam de forma dispersa, ocasionalmente promovendo ações públicas pontuais e intermitentes, como nos casos Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Central de Lutas Populares e Movimento Nacional de Luta pela Moradia. Nos interstícios desse tecido social com poucas fissuras, formavam-se redes entre ONGs, coletivos e comitês com perfil heterogêneo, com militantes anarquistas ou com posturas independentes da filiação partidária.

O primeiro movimento de âmbito nacional a se articular nos governos do PT foi o Movimento pelo Passe Livre

---

5 Esquema de pagamento mensal a deputados para votarem a favor de projetos do governo.

6 Alusão à sigla do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), caracterizado por um governismo oportunista.

(MPL) (Romão, 2013). O foco no transporte público evidencia a importância desse serviço para a vida urbana, para a qual os deslocamentos frequentes são condição *sine qua non*, com destaque para as viagens casa-trabalho. Não por acaso, movimentos contra aumentos de tarifas e má qualidade dos transportes têm sido recorrentes ao longo da história, desde a Revolta do Vintém no Rio de Janeiro em 1879, às depredações de bondes e ônibus nesta e em outras cidades ao longo do século XX (Pessoa, 2014). Em 1975, em plena ditadura militar, a duração e intensidade de quebra-quebras de trens suburbanos no Rio de Janeiro e em São Paulo fizeram com que estudiosos enxergassem neles um potencial transformador, a exemplo dos movimentos sociais que então ressurgiam (Moisés; Martinez-Allier, 1978).

A origem do MPL está ligada a manifestações ocorridas a partir de 2003 em várias cidades brasileiras contra o aumento das tarifas de ônibus. A primeira delas foi a "Revolta do Buzu" (ônibus) em Salvador, Bahia, que durou cinco semanas e reuniu milhares de estudantes universitários e secundaristas, muitos pertencentes a famílias de trabalhadores pobres (Zibechi, 2013). Em dez anos, ocorreram outros movimentos desse tipo: "revoltas da Catraca" em Florianópolis (2004 e 2005); mobilizações em Vitória (2005), Brasília (2009), São Paulo (2009, 2011) Teresina (2011) e Porto Alegre (abril de 2013), culminando com a revolta de junho de 2013 (Movimento Passe Livre, 2013). Por trás dessa face visível, estavam sendo criados comitês e coletivos, com destaque para Florianópolis e São Paulo. Durante o V Fórum Mundial de Porto Alegre, em 2005, ocorreu a Plenária de fundação do MPL; no ano seguinte, foi realizado o Encontro Nacional do movimento, por iniciativa do MPL de Florianópolis e do Centro de Mídia Independente (CMI), cujo papel foi crucial para a organização e divulgação do evento (Zibechi, 2013).

A Carta de Princípios do MPL o define como "um movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário". A independência do MPL diz respeito também a ONGs, instituições religiosas ou financeiras, sendo a via parlamentar descartada como "sustentáculo do movimento", cuja força "deve vir das ruas." O foco é a transformação radical do sistema de transporte coletivo vigente, "retirando-o da iniciativa privada, sem indenização, colocando-o sob o controle dos trabalhadores e da população". (Carta de Princípios do Movimento Passe Livre, 2007, s/p). Essa pauta é vinculada a questões mais amplas: "crescimento desordenado das metrópoles, relação cidade e meio ambiente, especulação imobiliária e a relação entre drogas, violência e desigualdade social [...]; defesa da liberdade de manifestação, contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais". (ibid.)

Outro movimento social relevante para as jornadas de junho foram os Comitês Populares da Copa, integrados por movimentos sociais, ONGs, intelectuais, estudantes e moradores de comunidades pobres, organizados nas cidades que sediariam Copa das Confederações de 2013 (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Salvador, Recife e Fortaleza), a Copa do Mundo de 2014 (mesmas cidades e também Porto Alegre, São Paulo, Curitiba, Goiânia, Manaus e Natal) e as Olimpíadas de 2016 (Rio de Janeiro). A articulação desses comitês ocorreu durante o Fórum Social Urbano de 2011, quando se formou uma rede nacional, com representantes das cidades onde ocorreriam megaeventos. Tanto quando no MPL, prevaleceu uma organização horizontal, sem lideranças formais e com intensa articulação pela internet.

A Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa publicou documentos e promoveu eventos acadêmicos e manifestações, denunciando a falta de transparência das ações do Poder Público relativas a planos, projetos, orçamentos e contratos relacionados aos megaeventos; o desperdício de recursos públicos com obras de prioridade discutível, com reformas ou construção de novos estádios; o desrespeito aos direitos trabalhistas nas obras contratadas. Uma das violações de direitos humanos enfatizada eram os despejos e remoções de comunidades pobres para dar lugar a obras de infraestrutura viária ou para a construção de equipamentos esportivos. (Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, 2012).

Outro ponto muito criticado eram os privilégios concedidos à Fédération Internationale de Football Association (FIFA) pelo governo brasileiro por meio da Lei Geral da Copa, aprovada em maio de 2012. Por exemplo, a venda de alimentos, bebidas e outras mercadorias nos locais dos jogos, em sua vizinhança e nas principais vias de acesso dependeria de permissão daquela entidade privada e internacional, à qual foi concedido, também, o poder de determinar os preços dos ingressos e de controlar sua venda. Um dos motivos de maior indignação contra a lei da Copa foi a permissão para a interferência da FIFA na soberania nacional, chegando ao ponto de alterar a própria legislação do País. Exemplos disto foram a permissão para criar juizados especiais e varas

para decidir sobre demandas relativas aos jogos, e a concessão de vistos de entrada e permissões de trabalho a qualquer pessoa indicada pela FIFA, dentre seus parceiros comerciais e indivíduos portadores de ingressos para os jogos. (Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. 2012).

Ainda que a crítica aos grandes eventos tenha sido uma das bandeiras dos protestos de junho de 2013, estes, como se sabe, tiveram como estopim o aumento de passagens de ônibus e de metrô. Muitas das características do MLP estariam presentes nos protestos (apartidarismo, uso da internet como meio de articulação e propaganda, pautas diversificadas etc.), mas estas assumiram feições inusitadas, a começar pela sua dimensão e pela rapidez com que se multiplicaram pelo País, atingindo centenas de cidades, várias delas no exterior.

4. 13 de junho de 2013

As manifestações de junho de 2013 foram um evento inédito na história do País. Em número de participantes, só têm paralelo com a campanha por eleições diretas em 1984 e o movimento pelo impeachment do presidente Fernando Collor em 1992, mas ambos eram direcionados para um único e amplo objetivo e sua organização contou com a presença de partidos políticos, associações profissionais, ONGs e outros setores organizados da sociedade. Antes de identificar as características distintivas dos protestos de junho, deve-se ressaltar que eles não constituíram um único evento, devido às especificidades que assumiram em diferentes cidades e às modificações ocorridas ao longo do tempo.

Recapitulando: as manifestações lideradas pelo MPL começaram em São Paulo, depois do anúncio do aumento de R$ 3,00 para R$ 3,20 nas tarifas de ônibus e de metrô, de responsabilidade, respectivamente, do governo municipal (ocupado pelo PT) e do governo estadual (do PSDB). Os primeiros atos públicos, realizados nos dias 3, 7 e 11 de junho, atraíram um número relativamente reduzido de pessoas, em geral estudantes, e não despertaram a atenção da mídia nacional. Novo protesto, realizado no dia 13, teve grande repercussão, devido à violência com que a polícia reprimiu o ato, atingindo, inclusive, vários profissionais da imprensa. A partir daí, as manifestações começaram a ser multiplicar, ramificando-se por centenas de cidades nos 27 Estados do Brasil e atraindo milhares de pessoas.

A essa altura, o aumento das tarifas tornou-se apenas uma entre múltiplas pautas ("não é apenas por 20 centavos"). Os manifestantes denunciavam a insuficiência de recursos para educação e saúde, os elevados recursos públicos destinados a grandes eventos esportivos ("queremos educação padrão FIFA") e o cerceamento à liberdade de expressão. A corrupção tornou-se um tema onipresente. Note-se, porém, que os protestos não eram contra uma administração específica – exceto por alguns poucos cartazes com o slogan "fora Dilma", os manifestantes criticavam mais a política do que os políticos.

Temas mais específicos também eram destacados, como a presença de um pastor evangélico homofóbico na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e a proposta de emenda constitucional para retirar o Ministério Público de investigações policiais (PEC 37), o que dificultaria a apuração de denúncias de corrupção e violações de direitos humanos. Em suma, foi "um momento epifânio de explosão de muitas pautas" (Vitagliano, 2013).

Não houve centros decisórios nem no início, nem durante as manifestações. A informalidade dos protestos ficou evidente na ausência de carros de som, no caráter artesanal dos cartazes e nas poucas faixas que se destacavam. Quem se manifestou não o fez atendendo ao chamado de partidos políticos, sindicatos ou associações de bairro; a divulgação dos protestos foi feita por meio das redes sociais – fenômeno, de resto, comum a outros movimentos, tais como os Indignados na Espanha ou o *Occupy Wall Street* nos EUA[7]. O próprio percurso das marchas não seguia um direcionamento único, e via de regra os participantes se dividiam quanto ao uso de táticas violentas como resposta à violência da polícia.

---

7 Vale ressaltar que os protestos no Brasil têm especificidades em relação aos seus congêneres em outros países. Não há espaço, aqui, para uma comparação aprofundada entre eles, mas, de saída, pode-se mencionar que o Brasil não apresenta altos índices de desemprego nem foi afetado pela crise de 2008 com a mesma intensidade que os países da Europa e os Estados Unidos. No caso destes, a luta era para não perder direitos já conquistados; no Brasil, lutava-se para conseguir ou efetivar direitos (Bringel, 2013).

O acirramento da repressão não é específico ao Brasil, nem é um fenômeno inédito no tratamento dado aos MS pelo braço armado do Estado (Bringel, 2013). No entanto, no século XXI a criminalização dos protestos tem assumido novos contornos a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001, quando atos terroristas de movimentos fundamentalistas ganharam maior visibilidade e passaram a ser usados para justificar leis de exceção. Antes apanágio de ditaduras, essas leis começam a se tornar regra em Estados ditos democráticos, como é o caso do Ato Patriótico nos Estados Unidos. Na Europa, em abril de 2010 o Conselho Europeu de Assuntos Gerais aprovou o Documento 8570/10, onde se prevê a vigilância de pessoas com comportamento radical, sejam de direita ou de esquerda, nacionalistas ou antiglobalização (Bringel, 2011). No caso dos protestos de junho no Brasil, a violência não se fez sentir apenas pela ação direta de policiais durante os protestos, mas também pelas posturas do sistema judiciário: houve prisões arbitrárias e cerceamento do direito à defesa, com impedimento ou restrições do acesso de advogados aos acusados de "vandalismo".

Nos confrontos ocorridos nas ruas, a polícia usava balas de borracha, gás lacrimogêneo, agressões físicas a manifestantes e a profissionais da imprensa, indiscriminadamente, sobretudo nas proximidades de prédios públicos, como parlamentos e sedes de governos, e no entorno dos estádios onde se realizavam jogos da Copa das Confederações. A reação violenta dos manifestantes também passou a ser uma constante, com o uso de pedras, garrafas e rojões, construindo barricadas com lixo e pedaços de madeira, destruindo mobiliário urbano, quebrando lojas e agências bancárias, queimando ou danificando veículos.

Pelas próprias características do movimento, as atitudes com relação ao uso da violência diferiam: para muitos, tratava-se de uma resposta necessária para garantir o direito à livre manifestação, face à truculência policial. Alguns grupos, dos quais o mais visível eram os *Black Blocs,* colocaram-se publicamente a favor de tomar a iniciativa do ataque; outros eram contrários a qualquer ato dessa natureza. Registraram-se, ainda, casos de agentes das próprias forças de segurança infiltrados, bem como a realização de saques por oportunistas, nem sempre reprimidos pela polícia. A grande mídia tendia a ignorar a complexidade da situação, insistindo numa postura maniqueísta que dividia os manifestantes entre "pacíficos" ou "vândalos".

Segundo pesquisa realizada no dia 21 de junho com uma amostra de manifestantes em oito capitais (Fantástico, 2013), a maioria dos participantes era constituída por jovens (63%), dos quais 43% tinham menos de 25 anos, ou seja, eram crianças ou não haviam sequer nascido quando ocorreu o último ciclo de protestos massivos no Brasil, o "fora Collor" em 1992. Se em junho de 2013 muitos participavam de manifestações pela primeira vez, os 19% com mais de 40 anos provavelmente tinham experiência prévia ou pelo menos memórias.

A diversidade profissional e socioeconômica indica que não se tratavam de manifestações tipicamente estudantis, nem predominantemente de classe média. Ainda que o número de estudantes correspondesse a 52%, a grande maioria (76%) dos manifestantes trabalhava[8]. Quanto à renda familiar, 56% situavam-se no estrato entre dois e dez salários mínimos[9], havendo participantes no estrato superior (26% ganham mais de dez salários mínimos) e inferior (15% ganhavam menos de dois salários mínimos).

O perfil heterogêneo é consistente com a participação de moradores de periferias e favelas – jovens, adultos e idosos, muitos dos quais negros – que conhecem a violência policial em seu cotidiano. Que essa questão tenha sido tematizada nas ruas tornou visível para a classe média "a brutalidade policial, que os pobres e negros nunca ignoraram" (Soares, 2013).

A rejeição à política institucional e à corrupção, muitas vezes associadas à exaltação de valores nacionalistas, eram temas de identidade ideológica evasiva, pois tanto podiam ser adotados por aqueles que não conseguiam expressar sua indignação de forma mais específica ("todos unidos por um Brasil melhor"), como por pessoas conservadoras, que atribuíam as mazelas denunciadas aos governos do PT. A direita, que não mostrava sua cara nas ruas desde a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 1964, "pegou carona", por assim dizer, nos protestos de junho de 2013. De um modo geral, estes transbordaram para a sociedade, ultrapassando as intenções e as motivações dos grupos que os iniciaram (Bringel, 2013).

Esse transbordamento foi favorecido pela existência de um descontentamento difuso, que até então não tinha

8 Neste percentual estão incluídos aqueles que trabalham e estudam, e os que só trabalham.

9 O salário mínimo da época era de 678 reais por mês, correspondendo a cerca de 300 dólares.

encontrado canais para se transformar em revolta. O descrédito dos Poderes Constituídos e dos mecanismos de representação (parlamentos, partidos, sindicatos, associações etc.), que aparentemente provocava apatia ou aceitação do *status quo*, transformou-se em indignação, uma vez divisada uma janela que, afinal, escancarou-se para todos os descontentes. Daí a pluralidade ideológica dos protestos, reunindo nas ruas, pela primeira vez, setores de esquerda, de direita e indefinidos, com a convicção comum que os canais institucionais eram incapazes de responder às denúncias e reivindicações apresentadas.

Alguns analistas identificaram no repúdio às instituições da democracia representativa tendências autoritárias, quando não fascistas (e.g. Santos, 2013; Chauí, 2013). Santos (2013) considera que os manifestantes endossaram a visão conservadora, disseminada pela grande mídia, que atribui a falta de legitimidade dos partidos e dos políticos a condutas individuais moralmente condenáveis, ao invés de denunciar o sistema político que favorece tais práticas – as quais também vicejam na sociedade. Entretanto, a "crise de representatividade" não é uma criação da mídia, nem da direita. Trata-se de uma situação real, decorrente, em grande parte, da transformação dos partidos em amálgamas de interesses, prontos para coligações sem consistência ideológica, motivadas pela busca ou manutenção do poder. Essa situação, que também se verifica em países europeus (Romão, 2013), é agravada pelo fato de que em todas as democracias vigentes, as eleições se transformaram em espetáculos midiáticos e atraem cada vez menos cidadãos, como indicam as altas taxas de abstenção, sobretudo nos Estados Unidos. No Brasil, essa situação é exacerbada pela persistência do "pemedebismo", já mencionada, em governos encabeçados por um partido que, no seu nascedouro, propugnava a ética na política.

A mídia alternativa, sobretudo as redes sociais, cumpriu um papel crucial para promover adesões massivas às manifestações. A internet permite o livre acesso e a articulação de um enorme número de pessoas, de forma horizontal, descentralizada e rápida. Viabiliza a participação imediata dos usuários na produção de informações e permite, ainda, a formação e manutenção de vínculos entre as pessoas, mesmo sem contatos face-a-face. Assim, o espaço deixa de ser elemento de fricção para as relações sociais e barreira para contatos entre pessoas de diferentes culturas. O uso de celulares e a realização de vídeos *in loco* possibilitou o registro de cenas não divulgadas pela imprensa escrita e televisiva, que há muito renunciou ao papel de intermediadora para a formação de uma opinião pública esclarecida (Habermas, 1984).

Entretanto, a comunicação mediada por computador (CMC) não deve ser superestimada, pois seu papel foi potencializar, e não criar mobilizações, como se fosse um *deus ex maquina*. É um exagero identificar nessa mídia uma "cultura da autonomia" (Castells, 2013: 167) e considerá-la como uma superação dos meios de comunicação de massa convencionais, dentre os quais se destacam a imprensa e a televisão. Vale lembrar que a comunicação mediada por computador (CMC) é controlada por corporações lucrativas, como a *Microsoft* e a *Apple*, e utilizada pelas grandes empresas de comunicação. Via de regra, os usuários não empresariais ou institucionais não detêm o controle técnico e econômico da ferramenta, à semelhança do que ocorre com o público dos meios de comunicação massivos (Chauí, 2013).

Pela sua rapidez e flexibilidade, a CMC pode ser utilizada, simultaneamente ou não, para os mais diversos fins: ouvir música enquanto se lê ou se verificam as mensagens do correio eletrônico; ler um texto acadêmico, interromper brevemente sua leitura para postar um comentário numa rede social, compartilhar uma foto, um fato ou uma anedota. O conteúdo assim produzido ou compartilhado pode ser o mais variado: um show de rock, mensagens entre amigos, abaixo-assinados ou convite para um evento político ou recreativo, por exemplo. Isso não significa, necessariamente, democratização da cultura ou da política, pois a quantidade de informações não é equivalente à qualidade. A CMC multiplicou exponencialmente a divulgação de trivialidades, dados inverídicos e pornografia, bem como a invasão da vida privada e a espionagem para fins políticos e econômicos. Sem falar que a internet pode ser usada indiscriminadamente para favorecer todo tipo de interesses e grupos, inclusive os adeptos de práticas autoritárias, como os neonazistas. Em suma, é um fato óbvio, mas por vezes ignorado, que a possibilidade de livre acesso a uma rede de comunicação não significa que ela será usada para fins políticos emancipadores.

Entretanto, é preciso não subestimar o impacto transformador da CMC na política, em particular nos MS. Pesquisa realizada no Facebook durante as manifestações ocorridas em junho de 2013, com foco em São Paulo, identificou que o compartilhamento de material postado nos sites ou perfis de grandes jornais diminuiu, à medida que aumentava o compartilhamento de textos e vídeos em sites e perfis da mídia alternativa

(AnonymusBrasil, Movimento Contra a Corrupção, Itima Hora e Isso é Brasil). E, mais importante: o papel da grande imprensa é praticamente unilateral, limitando-se a prover informações, sendo incapaz de articular e mobilizar outros atores: "[...] usam as redes à maneira do *broadcast,* não interagem com outros atores, citam apenas a si mesmos, não ecoam outras narrativas» (Pimental & Silveira, 2013, s/p).
Mesmo como fonte de informação, a mídia convencional ficou devendo à mídia alternativa, pois o material feito pelos próprios manifestantes acabou se tornando uma fonte maior de difusão de notícias. Os vídeos produzidos no calor da hora e divulgados no *Youtube*, por exemplo, superaram as notícias divulgadas nos portais dos grandes jornais. E além da ampla cobertura, as imagens repercutiram na prática dos manifestantes, na medida em que contribuíram para aprofundar a indignação e para despertar solidariedade. Pode-se dizer que as manifestações terminaram por pautar a mídia, e não o contrário (Pimentel & Silveira, 2013).

5. Considerações finais

É difícil chegar a conclusões definitivas quando se analisa uma ação coletiva inédita, que rápida e inesperadamente tornou-se massiva, como foram as jornadas de junho de 2013 no Brasil. O ineditismo do fenômeno fica ainda mais acentuado quando comparado a movimentos sociais e protestos de épocas diversas (a ditadura, o período da redemocratização e os governos neoliberais). A conjuntura atual também é inédita: trata-se da hegemonia de um partido que ascendeu ao poder com o apoio da esquerda e dos movimentos sociais, mas cuja atuação é ambivalente. Lula e Dilma Rousseff têm realizado políticas sociais de largo alcance para minorar a pobreza, permitindo a integração de largos contingentes da população no consumo; contudo, foi pífia sua contribuição para melhorar o acesso a bens e serviços públicos de qualidade, como educação, saúde, transportes, segurança, habitação e saneamento. O modelo desenvolvimentista adotado favorece os setores imobiliário, automobilístico e da construção civil, com consequências negativas para o meio ambiente e a qualidade de vida nas cidades. No plano político-institucional, os governos petistas abriram mão de convicções ideológicas, que incluíam posturas éticas na política, para aderir a velhas práticas na linha do pemedebismo (Nobre, 2013), a fim de assegurar maiorias parlamentares. É indispensável levar em conta esse contexto socioeconômico e político, reconhecendo, porém, que ele é apenas um dos elementos para interpretar as ações coletivas que se articularam na sociedade.
A análise das jornadas de junho de 2013, aqui apresentada, buscou contribuir para oferecer uma abordagem teórico-metodológica não para prever, mas para compreender a emergência de protestos massivos e repentinos. Acentuou-se a necessidade de buscar o seu lado "invisível", que se constrói nas entrelinhas da cultura política, a partir do compartilhamento de valores e práticas divergentes da ordem instituída. Assim, movimentos como o MPL e a Articulação dos Comitês Populares da Copa foram além de suas demandas específicas e mostraram a relação destas com a democratização da esfera pública e efetivação de direitos sociais, particularmente o direito à cidade.
Há também outro elemento, ainda menos visível, na ação coletiva: o descontentamento que a precede, e que tem relação direta com a conjuntura política e socioeconômica. Os protestos de junho de 2013 propiciaram uma oportunidade para que esse descontentamento se transformasse em indignação, a qual, por sua vez, foi potencializada pela falta de legitimidade ou incapacidade dos canais institucionais para dar vazão a esse sentimento, até então difuso. Isso explica, em grande parte, a multiplicidade de pautas e a heterogeneidade, inclusive ideológica, dos participantes.
A indignação encontrou duas alternativas para se expressar: a Internet e as ruas. Já os movimentos sociais foram, em grande parte, o fermento dos protestos massivos, inéditos em seu formato horizontal e na multiplicidade de pautas. O uso intenso da rede de computadores permitiu articular os participantes das manifestações e divulgar denúncias instantâneas, transformando-se num contraponto à grande mídia. Entretanto, a CMC não foi um *deus ex machina* das jornadas de junho de 2013; na verdade, ações *online* e *off line* se retroalimentaram para fomentar os protestos: como dizia um cartaz, "Saímos do *Facebook*".
As grandes manifestações não se repetiram durante a Copa de 2014. As obras previstas para o evento, muitas das quais inconclusas, continuaram, assim como a corrupção e a má qualidade dos serviços públicos. Não

há como prever se a indignação explodirá de novo nas ruas, mas os movimentos sociais continuam, em sua relativa invisibilidade.

Referências

ALEXANDER, J. C. (1998), "Ação coletiva, cultura e sociedade civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e desdobramento do modelo clássico dos movimentos sociais". *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* 13 (37), pp. 5-31.

ALONSO, A. (2009), "As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate". *Lua Nova,* 76, pp. 49-86.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA (2012), *Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil.* Disponível em http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=663:dossi%C3%AA-nacional-2014, [consultado em 24-7- 2014].

BONDUKI, N. (2010), "O desafio de uma produção massiva de habitação com qualidade e inserção urbana", In *I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (ANPARQ)*, CD-Rom.

BRINGEL, B. (2011), "A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow", *Política e Sociedade,* 10 (18), pp. 51-73.

BRINGEL, B (2013), "Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013", In *Insight Inteligencia*, 16 (62), Disponível em http://www.insightinteligencia.com.br/62/PDFs/pdf3.pdf, [consultado em 15-7- 2014].

BURKE, P. (2002), *História e teoria social*, São Paulo, Unesp.

CARDOSO, A. (2013), "As jornadas de junho e a mercantilização da vida coletiva", In *Insight Inteligência,* 16 (62), pp. 23-30, Disponível em http://www.insightinteligencia.com.br/62/PDFs/pdf1.pdf , [consultado em 15-7- 2014].

CASTELLS, M. (2013), *Redes de indignação e esperança***:** *movimentos sociais na era da Internet*, Zahar, Rio de Janeiro.

CASTELLS, M. (2011), *A questão urbana*, São Paulo: Paz e Terra.

CHAUÍ, M. (2013), "As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo", *Mídiafazmal: Análise crítica da mídia,* Disponível em http://midiafazmal.wordpress.com/2013/06/27/marilena-chaui-sobre-manifestacoes-2013-2/, [consultado em 29-6- 2013].

DURHAM, E. (1984), "Movimentos sociais: a construção da cidadania", *Novos Estudos Cebrap,* (10), pp. 24-30.

FANTÁSTICO (2013), *Pesquisa de opinião pública sobre os manifestantes*. Disponível em especial.g1.globo.com/fantastico/pesquisa-de-opiniao-publica-sobre-os-manifestantes/, [consultado em 29-6- 2013].

GIDDENS, Anthony. (1984). *The constitution of society,* Berkeley, University of California Press.

GOHN, Maria da Glória. (2011), *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos,* São Paulo, Loyola.

GONDIM, L. (1991), "Os movimentos sociais urbanos: organização e democracia interna", *Sociedade e Estado*, 6 (2), pp. 129-149.

GONDIM, L. (2012), "Meio ambiente urbano e questão social", *Caderno CRH*, 25 (4), pp.115-130.

HABERMAS, J. (1984), *Mudança estrutural na esfera pública*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

LAVALLE, Castello & BICHIR (2004), "Quando novos atores saem de cena. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais", *Política & Sociedade*, 5, pp. 37-55.

MARICATO, E. (2013), "É a questão urbana, estúpido", In Vainer, C. et. al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil,* Boitempo Editorial, Disponível em http://ujceara.files.wordpress.com/2014/01/cidadesrebeldes-passelivreeasmanifestac3a7c3b5esquetomaramasruasdobrasil.pdf**,** [consultado em 20-7- 2014].

MELUCCI, A. (1989), "Um objetivo para os movimentos sociais?", In *Lua Nova*, 17, p.49-66, Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php>script=sci_pdf&pid=S0102-64451989000200004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt, [consultado em 31-7- 2013].

MICHELS, R. "Oligarchy" (1984), In F. Fisher, & C. Siriani, (eds.), *Organization and Bureaucracy,* Filadelfia: Temple University Press.

MILLS, C. W. (2009), "Sobre o artesanato intelectual". In C. W. Mills, *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*, Rio de Janeiro: Zahar, p. 21-58.

MOISÉS, J. A; MARTINEZ-ALLIER, V. (1978), "A revolta dos suburbanos ou "Patrão, o trem atrasou". In J. A. Moisés *et al.*, *Contradições urbanas e movimentos sociais,* Rio de janeiro: Paz e Terra, p. 13-63

MOVIMENTO PASSE LIVRE (2007), *Carta de Princípios do Movimento Passe Livre*, Disponível em www.mpl.org.br/>q=node/2, [consultado em 20-7- 2014].

MOVIMENTO PASSE LIVRE (2013), In C. Vainer, et. al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil,* Boitempo Editorial, Disponível em http://ujceara.files.wordpress.com/2014/01/cidadesrebeldes-passelivreeasmanifestac3a7c3b5esquetomaramasruasdobrasil.pdf, [consultado em 20-7- 2014].

NOBRE, M. (2013), *Choque de democracia: razões da revolta*, São Paulo: Companhia das Letras.

PEREIRA, R. H. M. & SCHWANEN, T. (2014), *Tempo de deslocamento casa-trabalho no Brasil (1992-2009): diferenças entre regiões metropolitanas, níveis de renda e sexo*, Brasília: IPEA.

PESSOA, I. (2014), Democracia urbana: a gênese metropolitana dos protestos de 2013 no Brasil. *2014 Congress of the Latin American Studies Association*, Chicago, Disponível em https://lasa-4.lasa.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2014/files/pdf, [consultado em 27-6- 2014].

PIMENTEL, T. & SILVEIRA, S. (2013), "Cartografia de espaços híbridos: as manifestações de junho de 2013", *#Interagentas – Comunicação digital e Ações em Rede*, Disponível em http://interagentes.net/?p=62, [consultado em 30-6- 2014].

PIVEN, F. & CLOWARD, R. (1979), *Poor people's movements: why they succeed, how they fail,* New York: Vintage Books.

RODRIGUES, J. M. (2012), *Metrópoles em números: crescimento da frota de automóveis e motocicletas nas metrópoles brasileiras 2001/2011*, Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles.

ROLNIK, R. (2013), "Apresentação – As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações", In C. Vainer (ed.), *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil,* Boitempo Editorial, Disponível em: http://ujceara.files.wordpress.com/2014/01/cidadesrebeldes-passelivreeasmanifestac3a7c3b5esquetomaramasruasdobrasil.pdf**,** [consultado em 20-7- 2014].

ROMÃO, W. (2013), "As manifestações de junho e os desafios à participação institucional", In *Boletim de Análise Político-Institucional*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), (4), p. 11-17.

SADER, E. (1988), *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo,* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SANTOS, C. N. F. (1981), *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro,* Rio de Janeiro: Zahar.

SANTOS, F. (2013), "Primavera brasileira ou outono democrático?", In *Insight Inteligência*. n. 16 (62) 2º trimestre, pp. 33-38, Disponível em http://www.insightinteligencia.com.br/62/PDFs/pdf3.pdf , [consultado em 15-7- 2014].

SANTOS Jr., O. & MONTANDON, D. (2011), *Os Planos Diretores Municipais Pós-Estatuto das Cidades: balanço e perspectivas,* Rio de Janeiro: Letra Capital.

SCHWARZ, R. (2013), "Sobre Cidades rebeldes", In C. Vainer et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil,* Disponível em http://ujceara.files.wordpress.com/2014/01/cidadesrebeldes-passelivreeasmanifestac3a7c3b5esquetomaramasruasdobrasil.pdf, [consultado em 20-7- 2014].

SOARES, L. E. (2013), *A classe média descobriu a brutalidade policial, que os pobres e negros nunca ignoraram. Polícia tornou-se um dos temas chave nas ruas,* Disponível em http://www.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questao-racial/violencia-racial/19596-a-classe-media-descobriu-a-brutalidade-policial-que-os-pobres-e-negros-nunca-ignoraram, [consultado em 30-7- 2014].

SOUZA, M. (2009), "Introdução: a nova geração de movimentos sociais urbanos – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto", In *Cidades,* Presidente Prudente-SP, 6 (9), pp. 9-26.

TOURAINE, A. (1989), *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*, Campinas: Unicamp.

VITAGLIANO, L. F. (2013), "Jornadas de junho: três enganos e uma hipótese", In *Outras Palavras*, Disponível em http://outraspalavras.net/brasil/jornadas-de-junho-tres-enganos-e-uma-hipotese/, [consultado em 29-6- 2014].

WEBER, M. (1991), "A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais", In: Cohn, G. (Org.). *Weber,* p. 79-141, São Paulo: Ática.

WILSON, S. M. & PETERSON, L. C. (2002), "The anthropology of online communities", In: *Annual Review of Anthropology,* 31, pp. 449-467.

ZIBECHI, R. (2013), "Debajo y detrás de las grandes movilizaciones", In: *Observatório Social da América Latina (OSAL),* Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 19(34), pp. 16-35.

O Grito dos Excluídos: reflexões sobre os protestos políticos no Brasil e em Portugal[1]

Jorgeanny de Fátima Rodrigues Moreira[2]
Universidade Federal de Goiás
jorgeannyf@gmail.com

Carlos Eduardo Santos Maia[3]
Universidade Federal de Juiz de Fora
carlmaia@uol.com.br

José Manuel R. Lúcio[4]
Universidade Nova de Lisboa
jmrl@fcsh.unl.pt

Resumo: A proposta nesse texto é tecer algumas reflexões acerca das manifestações sociais contemporâneas que visam, sobretudo, a igualdade e justiça social. Tais movimentos surgem de reivindicações por moradia, saúde, educação e emprego. São protestos insurgentes que ganham notoriedade na mídia, tendo em vista as novas perspectivas para o cenário econômico e cultural nos países lusófonos. Ao contrário do noticiado sobre a atual realidade econômica e social brasileira, grupos revoltosos apoiam-se em discursos desfavoráveis aos mecanismos de inclusão social. Em sentido análogo, grupos insurgentes em Portugal também protestam por direitos à moradia, a geração de emprego e contra a medida de austeridade imposta diante à crise econômica europeia. Com base em revisão de literatura sobre o tema, tecemos argumentos que colaboram com a compreensão desses movimentos insurgentes. Além disso, a observação e a participação em alguns protestos possibilitaram uma reflexão mais ampla e realista das reivindicações sociais nos casos estudados.
Palavras-Chaves: Espaço Público, Movimentos Sociais, Protestos, Cidadania.

1. Introdução

Os movimentos sociais convergem para estruturas com vínculos institucionais e políticos, que contribuem para a construção da democracia e da cidadania. Por meio de ações coletivas, os partícipes das manifestações cujos aspectos políticos, sociais e culturais não necessariamente possuem afinidades, clamam por justiça, igualdade social, a distribuição da riqueza, geração de emprego e renda, e por melhores condições dos serviços públicos. Esses protestos, na maioria dos casos, são organizados por grupos de cidadãos sem nenhuma relação com partidos políticos e que visam, sobretudo, reivindicações e objetivos compartilhados de transformação e emancipação social. Santos (2011) afirma que a valorização de experiência de luta contra as forças hegemônicas do capitalismo na era da globalização vem promovendo « a convergência dos olhares sobre os movimentos

---

1 Reflexões que compõem o Projeto de Pesquisa de Doutoramento: O corpo em transgressão: as microterritorialidades dos movimentos sociais na metrópole.

2 Bolsita Capes – Processo Nº 99999.003977/2014-05 referente ao estágio de doutoramento na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Doutorado Sanduíche).

3 Professor Doutor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora.

4 Professor Doutor do Departamento de Licenciatura em Geografia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

sociais e a afirmação do espaço enquanto dimensão fundamental da experiência social » (Santos, 2011:26).
Consideramos que esses grupos, durante as atividades ligadas às manifestações, projetam suas ações e experiências em determinado espaço, ao manifestar ideologias e saberes, muitas vezes adquiridos em fontes alternativas de conhecimento « contextualizados e úteis ao serviço de práticas transformadoras » (Santos, 2010: 168). Esses saberes referem-se aqueles adquiridos em noticiários, discussões entre grupos que compartilham de ideologias políticas, e principalmente a partir de novas modalidades de comunicação e dispersão da informação. Ou seja, conhecimento advindo da educação não formal.
Santos (2010) afirma ainda, que essas práticas e discussões são possíveis em ambientes propícios à ação social e ao reconhecimento. Tendo em vista esses argumentos somados as experiências em campo, observamos que os espaços públicos apropriados na metrópole, durante esses eventos, são os ambientes em que é possível a mediação entre protestantes, sociedade civil e organizações políticas. Gomes (2012) explica que na perspectiva política, espaços públicos tratam-se de lugares onde tensões e conflitos da vida social são problematizados, são espaços onde podem ocorrer ações voltadas para a transformação social.
Considerando essas leituras, refletimos sobre manifestações em duas metrópoles distintas: Goiânia no Brasil e Lisboa em Portugal, e sua relação com as manifestações sociais e as ações que objetivam a transformação política e social. Assim sendo, tecemos a questão norteadora e problemática para tais reflexões: quais as reivindicações e objetivos dos protestos e como elas mediaram à discussão entre a sociedade e a esfera pública e política? Além disso, observamos como esses protestos agem e transformam o espaço público, tornando-o o ambiente propício ao debate, às tensões e ao conflito.
Para o desenvolvimento do artigo, utilizamos como percurso teórico-metodológico a revisão bibliográfica, a leitura e análise de textos jornalísticos sobre o tema e a observação em campo em dois protestos na cidade Goiânia e as experiências ligadas ao estágio de doutoramento em Lisboa na linha de pesquisa Geografia e Ordenamento Territorial do Curso de Doutoramento em Geografia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
O texto baseia-se principalmente em revisão de literatura, uma vez que a proposta das reflexões postas é prioritariamente teórica, porém o confronto com as informações adquiridas em campo faz-se necessário tendo em vista, que é em campo que alcançamos as noções ligadas à diversidade dos assuntos e temas debatidos durante as manifestações, as ideologias e objetivos dos vários grupos partícipes e também a compreensão sobre as redes (informação, comunicação, políticas, sociais e culturais) que propiciaram a aglutinação de centenas de cidadãos motivados pela transformação política e social.

2. O espaço público na contemporaneidade: espaço de tensões e conflitos?

O espaço público caracteriza-se por abrigar diversas ações que dinamizam a vida urbana. Gomes (2013), explica que o espaço público pode apresentar duas referências, uma relaciona-se a uma área física e a outra refere-se a um espaço abstrato. Este último, o autor afirma se tratar do aspecto político e do campo ideológico do espaço público. Ainda, pode ser considerado como o espaço social, isto é, uma interpretação do espaço físico como um produto social, onde acontece a articulação das relações sociais.
O que nos interessa, no entanto, é identificar e analisar as formas contemporâneas de apropriação do espaço público na metrópole, como uma área tanto física, na figura de praças, parques, ruas e avenidas, como em uma perspectiva teórica, ligada à ideologia e à reivindicação de direitos políticos.
Habermas (1984) afirma que é no espaço público em que ocorrem as relações comunitárias, é o espaço onde as reivindicações sociais se exteriorizam em diversas formas de manifestações, que podem evidenciar-se sob várias maneiras, entre elas, os movimentos sociais de teor político e ideológico. Alcântara, sob a perspectiva política de Habermas, explica que

> A discussão do espaço público passa, sobretudo pelo campo político e, num panorama mais atual, nas proposições que põem em evidência os debates sobre os direitos de cidadania: o direito de ir e vir, de circular livremente pelos espaços e, principalmente, o direito de adquirir novos direitos. Pesquisadores

> consideram fundamental e urgente que o sistema internacional dos direitos humanos incorpore o direito à cidade, vinculando-o aos demais direitos humanos (Alcântara, 2009: 37).

Portanto, explicar o sentido do espaço público contemporâneo é, ao mesmo tempo, refletir sobre o direito de apropriação da cidade e as formas de projetar nela as ações que buscam pelos direitos sociais, que está imbricado aos significados simbólicos, ou seja, ao caráter político e social. É no espaço público que surgem as ações coletivas, é nele que o homem se faz um sujeito social e atua como cidadão, a partir dos debates em razão de direitos e de justiça social.

Arendt (2004) argumenta que existe uma relação entre o espaço público e as necessidades e sentimentos humanos. No espaço privado, o ser humano manifesta as suas necessidades íntimas e vitais, e como exemplo a filósofa cita os ambientes residenciais e certos lugares de trabalho. Mas é no espaço público que há a conexão do homem com o mundo, com o outro e com as necessidades sociais e políticas. Todavia, apesar do espaço público estar associado aos assuntos sociais e políticos, Arendt avalia uma diferença entre o espaço político e o espaço social. O espaço político associa-se a apropriação coletiva para a atividade política. O espaço social é socialmente construído, e além de abrigar as ações políticas e de exercício da cidadania está ligado às atividades de lazer, recreação e ócio. Porém, é certo de que o espaço social e político imbricam-se na representação do que é público e coletivo.

É inevitável que esses debates mobilizem campos de forças representadas pelos atores sociais e políticos. Guedes, concorda com essa proposição, ao afirmar que o espaço público pode ser compreendido como

> [...] a fragmentação da esfera pública em arenas de representação de interesses legítimos, orientadas pela relação entre necessidades e recursos disponíveis e permeadas por relações de poder. São lugares especializados de interlocução social e de negociação que se organizam na sociedade civil – e, ao mesmo tempo, organizam-na -, movimentam-se pelos interesses coletivos e buscam influenciar e pressionar o poder público (Guedes, 2010:10).

Para a autora, a sociedade civil refuncionaliza o espaço público na metrópole para a tematização e discussão sobre as políticas públicas e a reivindicação dos direitos coletivos, e só por meio de aglomerações e da disputa pelo espaço que a sociedade consegue receber a visibilidade necessária sobre os debates sociais e políticos.

Albet *et. al*. (2006) explica que a « refeudalização » e a ordenação da esfera pública no espaço motivam manifestações que buscam romper com a hegemonia e normatização de políticas para o espaço urbano. Os autores salientam que mobilizações sociais são conflitos necessários para abrir diálogo para a compreensão e a tolerância sociocultural.

Portanto, o espaço público é o espaço de tensões e conflitos, onde debates e reflexões devem surgir. Além disso, tensões como a opressão e a violência são inevitáveis. Guedes (2010) sugere ainda que há, além dos conflitos inerentes aos espaços públicos, a característica de negociação. Esse termo pode tanto significar negociações entre sociedade civil e o poder público, como deste último com o privado.

Em outras palavras, as negociações não significam apenas abrandar ou romper o debate político e ideológico no espaço público, mas também para evitá-lo. E isso pode ser facilmente identificado nas construções ou preservação de áreas públicas para o uso coletivo e de exercício da cidadania. São ações que « maquiam » a realidade social e política com o intuito de conferir uma representação do que seja a justiça e a igualdade de direitos no espaço público contemporâneo.

Para Abrahão, os espaços públicos na cidade contemporânea são

> [...] imprescindíveis ao exercício da cidadania e à manifestação da vida pública, lugares onde deviam estar assegurados os direitos do cidadão ao uso da cidade, à acessibilidade e à memória, segurança, informação, conforto, circulação, além do acesso a arquitetura e à estrutura urbana (Abrahão, 2008: 16).

O autor nos lembra sobre muitas funções do espaço público, que oferecem conteúdo ao debate, tensões ou conflitos, e que favorecem o exercício da cidadania, como o direito à acessibilidade e à circulação, e que permitem o uso da cidade, uma vez que o termo público nos fornece a ideia de acesso coletivo e sem objeções a quem se apropria deste espaço.

Serpa (2007) salienta que o adjetivo público deve significar acesso irrestrito por todos os cidadãos. Todavia, muitos relatos denunciam que a apropriação social de alguns espaços públicos na cidade é seletiva e diferenciada em suas dimensões socioculturais e políticas. Alguns noticiários televisionados e escritos divulgaram no segundo semestre de 2013 e início do primeiro semestre de 2014 no Brasil, os problemas ocasionados pelos ditos « rolezinhos », que se trata de um evento promovido por grupos de jovens da periferia para apropriação dos *shoppings* paulistanos.

O *shopping* é um espaço privado, mas que exerce a função de espaço público, em virtude das condições de acesso e de apropriação por diferentes grupos sociais (GOMES, 2013). No entanto, a apropriação desse espaço pelos grupos, considerados subalternizados ou marginalizados, é coagida ou impedida, por ser compreendida como atos de vandalismo ou comprometimento da ordem.

Esses eventos passaram a ocorrer também em outras áreas públicas como os parques. Mas, a coerção exercida pela segurança pública tenta impedir ou dificultar tais manifestações. Para Gomes (2013), nesses casos, o espaço público deixa de ser o lugar da isonomia da cidadania, e passa a representar o lugar da exclusão. Além desses, outras manifestações sociais que preveem o debate político, por meio da apropriação coletiva do espaço público, sofrem com o impedimento coercivo da autoridade policial.

Mas além dessas, acima elencadas, há outras maneiras de controlar ou de restringir a apropriação de espaços públicos. O termo público sugere uso coletivo e irrestrito, mas existem formas simbólicas que restringem comportamentos considerados inaceitáveis ou imorais. São normas e códigos culturais tidas como morais pela sociedade, e que Gomes (2013: 29) conceitua como « ser no espaço público ». O autor explica que

> afinidades particulares, estatutos sociais, identidades grupais ou qualquer outra preferência devem se submeter às regras de coabitação, ou, em uma palavra, à civilidade. Civilidade é o comportamento esperado nesse tipo de espaço, é a maneira de ser nesse espaço.

Ainda, é o espaço físico que delimita essas condutas, que configuram esses comportamentos e que qualifica os lugares. Concordamos com o autor, mas existem redefinições e há a refuncionalização do espaço, em virtude de eventos que promovam a mobilização e a aglutinação de atores sociais por meio de relações, entre elas a de poder.

Os eventos aglutinadores de multidões sejam em forma de protestos, eventos festivos ou cívicos, promovem a apropriação do espaço público pelos diferentes grupos sociais, por meio da projeção de ideologias e dos códigos culturais. Tais aspectos possibilitam a territorialização desses espaços, tendo em vista as relações sociais que neles se dão e que marcam o surgimento de novos códigos e condutas no espaço público.

3. O grito dos excluídos: os movimentos sociais, protestos e exclusão

Conforme já explicitado, o ambiente propício para o debate político e ações ligadas à transformação social é o espaço público. Não obstante, é nele em que se dão conflitos e tensões de ordem política e cultural, e é nele em que o sujeito ou ator social apropria-se e projeta suas ideologias e insatisfações. O espaço púbico é onde o ser social pode exercer o seu papel de cidadão, uma vez que este associa-se à ação social.

No dicionário Aurélio, cidadão é aquele indivíduo com gozo dos direitos civis e políticos de um estado livre, isto é, o sujeito cujos direitos não devem ser ignorados, mas atendidos. Gentilli (2002) concorda com essa definição, e complementa ao afirmar que os direitos civis e políticos próprios de todos os cidadãos são emancipatórios, são possibilidades que se abrem para o indivíduo que pode decidir sobre a melhor forma de uso. O autor explica ainda, a relação entre cidadania e democracia. Se na Grécia antiga, a democracia significava liberdade, agora ela significa o pleno exercício dos direitos civis, entendendo o direito de ir e vir, de escolher, e principalmente de se expressar.

Rezende Filho & Câmara Neto explicam que o legado das lutas sociais observadas na Europa e alguns países da América ao longo dos séculos XIX e XX foi responsável pelo caráter reivindicatório da cidadania. Para os autores, existem várias ações que caracterizam a cidadania, « cidadão deve atuar em benefício da sociedade, bem como esta última deve garantir-lhe os direitos básicos à vida, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, trabalho, entre outros » (Rezende Filho & Câmara Neto, 2001:20).

Nessa perspectiva, compreendemos que a cidadania também está relacionada a integração social, ao discurso de uma luta para o bem comum. Para Lavalle (2003), a cidadania como ação social possui caráter duplo, de um lado refere-se à integração social frente aos conflitos e tensões, como forma de tentar reduzir a desigualdade. Do outro lado, relaciona-se com a homogeneização forçada das diferenças.

Concordamos com os autores, mas acrescentamos ainda o caráter de reflexão, de discussão e de debate político, social e cultural que perpassa a ideia de cidadania. Ser cidadão é gozar dos direitos políticos, aos direitos básicos à vida, e também aos direitos de expressão, mas antes de tudo é ser partícipe da transformação da sociedade. É o «ser no espaço público» como coloca Gomes (2013), envolto em ações pertinentes ao sujeito social, que busca entre outras coisas a emancipação. O conceito de cidadania deve imbricar-se ao discurso emancipatório e de transformação da sociedade e do ser. E isso refere-se a liberdade, a justiça e a igualdade no que tange os direitos básicos, principalmente moradia, educação, saúde e segurança.

E esse debate é proposta por movimentos sociais que tem como objetivo a transformação e a emancipação do sujeito e dos grupos sociais. De acordo com os autores Cohen e Rai (2000) existem quatro tipos de movimentos sociais, a saber: transformador, reformador, redentor e alternativo. O primeiro busca mudar a estrutura social, algumas vezes por meio de atos violentos. Esse movimento inclui os de esquerda política. O segundo refere-se aos movimentos que buscam compensar as injustiças e desigualdades sociais como, por exemplo, o Movimento da Paz mundial e o Movimento das Mulheres. O terceiro trata-se da redefinição do próprio individuo, que por meio de empatia redefine sua personalidade e aperfeiçoamento pessoal. O quarto movimento aludem aos valores da contracultura, a rejeição do materialismo e do desenvolvimento de estilos de vida não convencionais característicos de alguns jovens que não necessariamente querem mudar o sistema. Gonh (2011: 335) explica que,

> Nós os encaramos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas.

A despeito do exposto, tomamos como exemplo protestos com temas diferentes em duas metrópoles bastante distintas: Goiânia no Brasil e Lisboa em Portugal. Os protestos que tomaram conta das ruas de Goiânia em junho de 2013 tiveram como motivação principal as manifestações que aconteciam em todo o país, e que se originaram em virtude do aumento do valor do transporte público. À medida que as discussões entre os manifestantes avançavam, outros temas surgiam como pauta para os protestos como: saúde, educação, transporte público, segurança e corrupção.

Nessas manifestações (em junho de 2013 ocorriam em todas as capitais brasileiras) havia diversos movimentos sociais que reivindicavam por seus interesses. Nestes estavam incluídos o Movimento dos Sem Terra, o Movimento dos Sem Teto, a Marcha das Vadias, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação, a Pastoral da Juventude e outros. Todavia, aqueles eventos não se destacavam como um movimento social organizado ou com um tema específico, mas como protestos em que se uniram diversos segmentos e movimentos, o que o tornava plural. Em determinadas discussões, principalmente pela imprensa e por políticos contrários às manifestações, eles tornavam-se movimentos sem « foco » e sem um objetivo.

Em oposição ao que era posto, víamos as manifestações com muitos objetivos. O que o caracterizava como sem « foco » eram as grandes carências em segmentos distintos da sociedade brasileira, ou seja, as necessidades em diversas áreas do serviço público. Em setembro do mesmo ano, os manifestantes voltaram

as ruas organizados pelo Grito dos Excluídos, um movimento político e que possui grande repercussão no Brasil. Esse evento é organizado pela Igreja Católica e teve sua primeira edição em 1993 na Semana Social Brasileira que realizou-se em todas as capitais brasileiras. As Semanas Sociais fazem parte de uma ação evangelizadora da Igreja Católica e iniciou-se na França. Atualmente essa semana é marcada pelo Grito dos Excluídos, sempre realizando-se no dia 07 de setembro. Segundo os organizadores do evento, essa data foi escolhida porque a ideia era aproveitar o Dia da Pátria (07 de setembro comemora-se a Independência do Brasil) para mostrar que não basta uma independência politicamente formal. A verdadeira independência passa pela soberania da nação. Um país soberano costura laços internacionais e implementa políticas públicas de forma autônoma e livre, não sob o constrangimento da dívida externa, por exemplo. Relações economicamente solidárias e justiça social são dois requisitos indispensáveis para uma verdadeira independência (GRITO DOS EXCLUÍDOS, 2014).

Em Goiânia, este evento já está em sua 20º edição. Nele, participam o Movimento dos Sem Terra, grupos feministas, de diversidade étnica (indígenas e afrodescendentes), homossexuais, alguns partidos políticos como PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) e PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e o Sintego (Sindicado dos Trabalhadores em Educação no Estado de Goiás) (Figura I).

Figura I: Manifestantes encenam o velório da saúde, educação, transporte e segurança pública do estado de Goiás.

Foto: Carlos Eduardo S. Maia, set. 2012.

Em 2013, o Grito dos Excluídos foi acompanhado por jovens que participaram das manifestações do mês de junho do mesmo ano. Esses jovens tinham entre 15 e 30 anos de idade estavam motivados pelas manifestações que foram noticiadas internacionalmente. Com eles, havia faixas e cartazes que expressavam as reivindicações e contestações sobre a corrupção e injustiça social no país (Figura II).

Figura II. Cartaz expressa indignação sobre a educação brasileira.

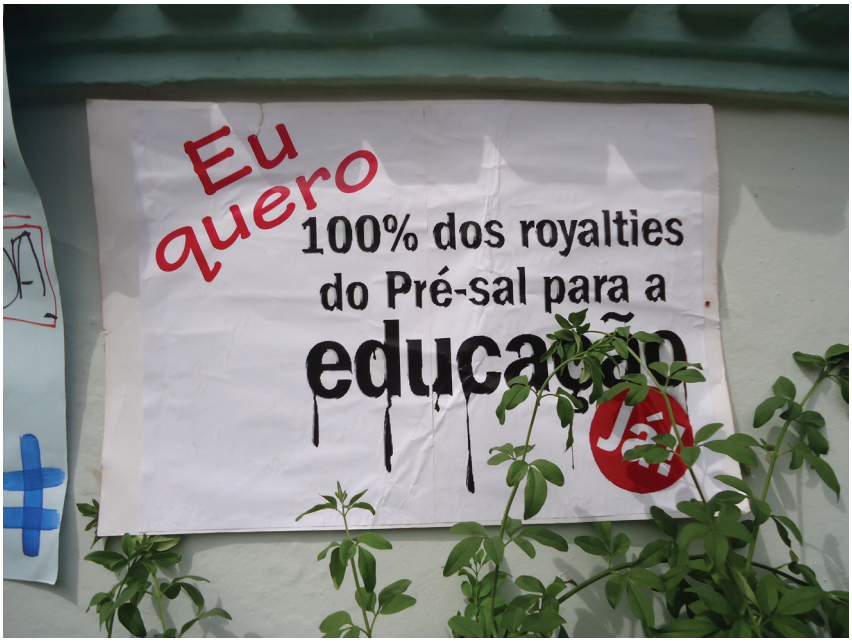

Foto: Jorgeanny de Fátima R. Moreira, set., 2013.

Alguns indivíduos vestiam-se de roupas pretas e maquiagens escuras integrando grupos *punks* ou góticos, enquanto outros maquiavam seus rostos representando palhaços com narizes vermelhos de plástico. Estes últimos pertenciam ao grupo dos trabalhadores sindicalizados ou estudantes. A maioria carregava cartazes anunciando a insatisfação com o governo atual e a luta por uma transformação política e social no Brasil.

É possível identificar a associação de pessoas com afinidades ideológicas e culturais, de forma que havia no evento, o grupo das feministas, dos sindicalistas, dos Sem Terra e dos jovens manifestantes que representavam os protestos do mês de junho do ano de 2013. Dessa forma, entendemos que a manifestação apresenta como ideologia a coletividade, o bem comum, mas as emoções e afinidades que emergem nesses protestos podem representar a integração de diferentes grupos sociais por um discurso de transformação e emancipação política e social.

As manifestações no Brasil seguiu exemplo entre tantos outros países europeus em que indivíduos foram às ruas protestar contra o desemprego e os baixos salários, mas que por vezes abriram espaço para outros temas e para a discussão de novas reivindicações. Em maio de 2012, os chamados « indignados » organizaram a Primavera Global, em que cidadãos em mais de 250 cidades do mundo foram às ruas protestar contra as medidas de austeridade ensejada pela crise econômica na Europa.

Em Portugal o movimento que foi intitulado « Geração à Rasca » mobilizou mais de oitocentos ativistas em Lisboa. A marcha de protesto foi integrada por jovens que contestavam a dívida ao Fundo Monetário Internacional (FMI), o desemprego, o Governo e a medida de austeridade. Assim como ocorrido no Brasil, na Primavera Global, dezenas de movimentos sociais participaram dos protestos com questões diversas àquelas propostas inicialmente e que foram acima mencionadas. Entre elas, a democracia real, justiça social, distribuição da riqueza e ética pública (no Brasil o protesto se referia ao fim da corrupção).

Importante salientar, que em ambos os casos observados, a comunicação e a organização desses eventos iniciou-se pela *internet.* Gohn (2011) afirma que na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por novas modalidades de comunicação e informação. Essa é uma das principais características dos movimentos sociais na contemporaneidade, que entre outras coisas dinamizam as redes de discussões e reivindicações formando novas redes locais, regionais e até internacionais.

Ao analisar o movimento em Portugal, Soeiro (2014) enfatizou que a comunicação em rede difundida pela Internet eles produziu certo sentido de comunidade global (Aldeia Global), uma vez que as experiências de diferentes países se contaminaram e inspiraram tantos outros. Para o autor apesar de se tratarem de fenômenos

com motivações diversificadas existem elementos comuns a saber « um discurso centrado na denúncia do sistema econômico; a exigência de uma verdadeira democracia; a ocupação transgressiva do espaço público » (Soeiro, 2014:57).

Apesar, de esses debates surgirem e serem mediados pela comunicação nas redes sociais pela *internet* e por apresentarem oposições e temas diversos, convergiu para os protestos. Estanque (2012) contesta a organização e a ideologia nessas manifestações tendo em vista a diversidade dos temas, o adversário tratar-se de algo mais abstrato (mercado e políticas econômicas globais) e pela utopia alternativa (lutar por um mundo melhor). Para o autor, os protestos insurgentes no século XXI não se caracterizam por uma ideologia.

A diversidade das reivindicações e as oposições de temas que eram postos como lutas caracterizaram os protestos, tanto em 2011 na Europa quanto em 2013 no Brasil, enquanto eventos utópicos e carentes de um discurso ideológico. Todavia, a diversidade de grupos e movimentos sociais aglomeraram os protestos também de uma variedade ideológico. Posto isso, concordamos com Soeiro (2014) de que essas manifestações marcam um novo ciclo internacional de protestos. Segundo o autor, os protestos que eclodiram em diversos países compartilham a luta contra os agentes políticos, a crise econômica e a precarização laboral. Acrescentamos a essas reivindicações observadas por Soeiro, as lutas contra a improbidade administrativa e a corrupção. A ética na política envolve todos esses debates colocados pelo autor.

A diversidade de reivindicações e a oposição entre as classes sociais que participavam dos protestos a legitimaram como uma ação social integradora. Não houve um movimento social hegemônico ou que homogeneizasse os grupos sociais que também protestavam por causas que consideravam latentes. As ideologias das manifestações eram, assim como os diversos grupos que as integravam, distintas tanto do ponto de vista social e econômico como cultural.

4. Considerações Finais

A maneira em que as manifestações foram analisadas ao longo do texto corrobora para pensá-las como multiplicidades de movimentos, ideologias e anseios. No interior dos protestos em 2012 em Portugal e em 2013 no Brasil, havia diversos movimentos sociais que viam na eclosão e euforia da população, o ensejo de vislumbrarem suas propostas.

O caráter plural, e muitas vezes divergente, dos protestos demonstrou a possibilidade de integração da sociedade a favor de uma ação coletiva, cujos objetivos visavam o bem comum e não necessariamente de uma determinada classe, como ocorre nas marchas dos movimentos sociais (Movimentos dos Sem Terra, Marcha das Vadias, Movimento dos Sem Teto, Sindicatos, Parada LGBT).

Nas manifestações estudadas, a apropriação dos espaços públicos se deu em função de uma ação coletiva com finalidade social, caracterizada pelo anseio de uma transformação e emancipação política. Como posto por Arendt (2004), o espaço público é o lócus das necessidades sociais e políticas e deve ser apropriado para a ação política. Acrescentamos a estas, o lugar para se exercer a cidadania por meio da ação política e social.

A ocupação desses espaços se deu mediados pelas novas modalidades de comunicação, tendo em vista que as redes sociais possibilitaram e facilitaram o acontecimento concomitante de protestos em várias cidades europeias em 2012 e brasileiras em 2013, além de intensificaram o entendimento e afinidades, dos cidadãos envolvidos, sobre as ações políticas e sociais que iriam deliberar nas manifestações.

5. Referências

ABRAHÃO, Sérgio Luís (2008). *Espaço Público, do urbano ao político.* São Paulo: Annablume/ Fapesp.

ALBET, Abel; CLUA, Anna; DÍAZ CORTÉS, Fabiá (2006). “Resistencias urbanas y conflicto creativo: lo público como espacio de reconocimiento”. In: NOGUÉ, Joan; ROMERO, Joan (Eds.). *Las Otras Geografias*. Colección Crónica. Valencia: Tirant lo Blanch.

ALCÂNTARA, Alex Sander (2009). *Sentidos da Metrópole:* Série São Paulo de perfil na mediação do espaço público. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Escola de Comunicação e Artes. Departamento de Jornalismo e Editoração. Universidade de São Paulo.

ARENDT, Hannah (2004). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

COHEN, Robin; RAI, Shirin M (2000). *Global Social Movements*: towards a cosmopolitan politics. New Jersey: Contniuum.

ESTANQUE, Elísio (2012). Movimentos Sociais: a nova rebelião da classe média. *Revista Ensino Superior* (Sindicato Nacional do Ensino Superior). 43, pp. 28-37.

GENTILLI, Victor (2002). O conceito de cidadania, origens históricas e bases conceituais: os vínculos com a comunicação. In: *Revista Famecos*. (1) 19, pp. 1-38.

GOHN, Maria da Gloria (2011). "Movimentos Sociais na Contemporaneidade". *Revista Brasileira de Educação.* (16) 47, pp. 333-513.

GOMES, Paulo César da Costa (2013). "Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço". In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Olhares Geográficos*. Rio de Janeiro: Bertrand.

GUEDES, Éllida Neiva (2010). "Espaço público contemporâneo: pluralidade de vozes e interesses". Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/guedes-ellida-espaco-publico-contemporaneo.pdf. [Consultado em 03-05-2014].

HABERMAS, Jurgen (1984). *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

LAVALLE, Adrián Gurza (2003). Cidadania, Igualdade e diferença. *Revista Lua Nova*. 59, pp. 75-94.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros & CÂMARA NETO, Isnard de Albuquerque (2001). A evolução do conceito de cidadania. *Revista Ciências Humanas*. 7 (2), pp. 17-23.

SERPA, Ângelo (2007). *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto.

SOEIRO, José (2014). Da Geração à Rasca ao Que se Lixe a Troika: Portugal no novo ciclo internacional de protesto. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Porto*. 28, pp. 55-79.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2010). *A Gramática do Mundo*. São Paulo: Cortez.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento (2011). *Movimentos Sociais e Geografia*: sobre a(s) espacialidade (s) da ação social. Rio de Janeiro: Consequência.

A advocacia nas manifestações de rua no Brasil em 2013[1]

Luiz Otávio Ribas[2]

Diogo Justino[3]

Maíra Neurauter[4]

RESUMO: O presente trabalho tem como tema a advocacia de rua nas manifestações de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro, e é resultado do estudo de caso denominado "Os usos do direito e as ações do Estado no tratamento das manifestações de rua", realizado entre agosto de 2013 e junho de 2014, pelo Grupo de Estudos e Práticas em Advocacia Popular – GEAP Miguel Pressburguer. Foi feita uma pesquisa sociológica por meio de aplicação de dois tipos de questionários, um direcionado a profissionais individuais e outro a coletivos de advogados. Dentre os resultados apresentados, pode-se identificar que a maioria dos advogados que atuaram nas ruas eram jovens e tiveram sua primeira experiência de advocacia popular nas manifestações de 2013. Aponta-se como novidade, o apoio expressivo de grupos de advogados voluntários no contexto da democratização no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: advocacia popular; advocacia de rua; manifestações; sociologia das profissões; coletivos.

Introdução

Este artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa coletiva realizada entre agosto de 2013 e junho de 2014, pelo Grupo de Estudos e Práticas em Advocacia Popular – GEAP Miguel Pressburguer. Essa pesquisa teve como objeto de estudo os usos do direito e as ações do Estado no tratamento das manifestações de 2013 na cidade do Rio de Janeiro. Nesse cenário, fizemos uma pesquisa empírica sobre o papel da advocacia e sua atuação na defesa dos manifestantes.

Utilizamos como metodologia a pesquisa sociológica, através da aplicação de dois questionários, um para os coletivos e outro para os advogados responderem individualmente. O questionário com os grupos de advogados foi respondido presencialmente, com informantes-chave, indicados pelo próprio grupo. Os questionários individuais foram respondidos por correspondência eletrônica, através da plataforma "Monkey Survey", por profissionais indicados pelos grupos de advogados e outros que atuaram de forma autônoma. As respostas não foram identificadas com os nomes dos que responderam, garantindo o anonimato.

Realizamos também o levantamento de uma coletânea de reportagens e notícias veiculadas em diversos meios de comunicação como jornais, revistas, blogs, sites da internet, tanto da mídia tradicional, como da mídia independente. Esse levantamento se deu no período de junho a novembro de 2013, pois foi o corte temporal selecionado para a pesquisa, tendo em vista que concentramos nosso objeto na cidade do Rio de

---

1 Neste artigo são apresentados dados do Relatório de Pesquisa-ação do GEAP Miguel Pressburguer, sobre o "Estudo de caso 3: Os usos do Direito e as ações do Estado no tratamento das manifestações de rua na cidade do Rio de Janeiro, jun.-nov. 2013". Aquele foi confeccionado por Diogo Justino, Géssica dos Santos Oliveira, Luis Antonio Fasson de Oliveira e Silva, Luiz Otávio Ribas e Maíra Neurauter.

2 Doutorando no Programa de Pós-graduação em Filosofia e Teoria do Direito da UERJ e professor.

3 Doutorando no Programa de Pós-graduação em Filosofia e Teoria do Direito da UERJ e professor.

4 Mestranda no Programa de Pós-graduação em Direito Constitucional da UFF e advogada.

Janeiro, e os eventos de antes de junho ocorreram preponderantemente em Natal, Porto Alegre, Goiânia e São Paulo.[5]

O objetivo desse exame foi nos contextualizar nos acontecimentos e nas abordagens produzidas a partir deles, para que pudéssemos entender o cenário que estava se formando naquele momento e a conjuntura da atuação dos advogados. Assim, o objeto da nossa pesquisa não foi realizar a análise detalhada da construção dos discursos da mídia, mas sim identificar os acontecimentos e os enfoques dados a eles.[6]

Nesse levantamento, foram coletados, ao todo, 57 notícias; 20 vídeos; e 31 relatos de advogados e juristas.

Em relação às notícias, utilizamos como fonte jornais, impressos e online, e sites da internet. Foram consultadas fontes como os jornais Folha de São Paulo, O Globo, O Dia, Destak, Brasil de fato, Expresso, Folha Universal; e sites como G1 (SP e RJ), A Nova Democracia, Conjur, Agência Brasil, Revista Fórum, Revista Veja.

No que se refere aos vídeos, foram coletados todos na internet, tendo como fonte: Jornal A Nova Democracia, 202 Filmes, TV Bandeirantes, Globonews, Mídia Ninja e vídeos dos próprios manifestantes.

Por fim, os relatos de advogados e juristas foram coletados em sites que entrevistaram ou registraram o seus depoimentos sobre determinados eventos. As fontes foram: Site da OAB-RJ, Portal da UOL, Estado de São Paulo, Jornal do Brasil, Portal IG, DDH, Agência Câmara (Câmara dos Deputados), Jornal GGN, Pulsar Brasil, O Globo, Gazeta do Povo.

Importante mencionar que há um clima de perseguição à própria atividade de pesquisa sobre as manifestações, sobretudo após a menção da Polícia Civil à pesquisa de mestrado de Arthur Willian vinculada à UERJ. Parte da pesquisa se traduz em projeto chamado "rebaixada", que foi citado no inquérito da operação firewall[7].

Este mesmo inquérito resultou na prisão da professora Camila Jourdan, que coordena o programa de pós graduação em filosofia da UERJ. Recentemente Jordan foi proibida pelo juiz do caso de viajar para o Mato Grosso do Sul, onde proferiria uma palestra, o que é essencial ao exercício de sua função de pesquisadora e professora.[8]

---

5 No relatório de pesquisa do grupo de pesquisa PROLUTA, já citado anteriormente, é apresentada uma interessante crítica a um discurso "sudestocêntrico" adotado pelas autoridades, mídia e intelectuais, no sentido de centralizar os acontecimentos de 2013 no sudeste, conferindo grande protagonismo à cidade de São Paulo. Nas suas palavras: "Não é necessária significativa sofisticação metodológica ou escavação empírica para se concluir que os protestos de 2013 seguiram de Natal a Porto Alegre, de Porto Alegre a Goiânia e de Goiânia a São Paulo, em um encadeamento no qual as manifestações de uma localidade influenciaram, via redes sociais (como Facebook) e páginas de ativistas (a exemplo do sítio "Passa Palavra"), umas às outras" (TAVARES, RORIZ, 2014: 18).

6 Para o leitor que tenha interesse em se aprofundar no tema da construção dos discursos pela mídia, recomendamos um excelente texto de Antonio Engelke, Sem controle: Mídia, Vandalismo e Crise de Representação. 2013. Disponível em: http://revistapittacos.org/2013/09/02/sem-controle-midia-vandalismo-e-crise-de-representacao-2/.

7 Mais informações no sítio do projeto: http://rebaixada.com.br/pesquisa-de-mestrado-no-inquerito-da-policia/.

8 O uso de dados coletados em pesquisas acadêmicas por investigações policiais, não é fato que ocorreu apenas no Rio de Janeiro. Em Goiânia, integrantes do grupo de pesquisa PROLUTA – Projeto de Pesquisas sobre Ativismo Social e Lutas Antirregime – vinculado ao Núcleo de Pesquisas em América Latina e Política Comparada da Universidade Federal de Goiás, que realizavam uma pesquisa sobre o ativismo político e as manifestações de rua, foram investigados pela polícia e o material coletado foi apreendido. Segundo o relatório de pesquisa, apresentado no IX Encontro da ABCP, em 04 a 07 de agosto de 2014, *"uma operação policial conduzida conjuntamente pelo Serviço de Inteligência e pela Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (DRACO) da Polícia Civil do estado de Goiás surpreendeu, a um só tempo, fontes e pesquisadores envolvidos no trabalho acadêmico aqui relatado. A operação, denominada '2,80', nome associado ao valor majorado das tarifas do serviço público de transporte urbano na cidade de Goiânia, cumpriu, na madrugada do dia 23 de maio de 2014, mandados de prisão preventiva e de busca e apreensão contra militantes da FLTP. (...) O impacto dessa ação junto aos integrantes da FLTP foi expressivo e produziu desdobramentos sobre esta pesquisa científica. O fato é que as autoridades policiais, sob o pretexto de investigarem ilícitos penais, voltaram-se a procurar panfletos, atas de reuniões, declarações políticas, textos programáticos, artigos acadêmicos e todo tipo de material que permitisse uma compreensão pormenorizada quanto ao funcionamento, à causa motivadora e ao perfil dos aderentes de protestos em favor do cumprimento do mandamento legal da modicidade das tarifas de transporte urbano na cidade de Goiânia. Sob essa conjuntura, tornou-se eticamente inadequada a manutenção de bases de dados com gravações que continham falas ou depoimentos de ativistas. A publicização ou o simples armazenamento de tal acervo significaria um risco à segurança das fontes pesquisadas e das/dos pesquisadores, que poderiam ter os respectivos materiais apreendidos no contexto do inquérito policial".*

Assim, decidimos não publicar os números e porcentagens exatas, mas somente as nossas interpretações sobre os resultados, correlacionando-os com os outros dados coletados em outras fontes de pesquisa, como a bibliografia, notícias de jornal, revistas e sites da internet, casos concretos, entre outros.

Acreditamos que somente o fato de termos receio na publicação de uma pesquisa empírica sobre o tema, já é um dado de pesquisa relevante para demonstrar o cenário de repressão e tensão que temos vivido no Rio de Janeiro desde de junho de 2013.

Tendo feito essa primeira ressalva, vamos apresentar, no primeiro tópico, algumas narrativas produzidas a partir das manifestações, que permitem identificar determinados usos do Direito e ações do Estado no seu tratamento e as abordagens que foram produzidas sobre os fatos de forma a privilegiar a criminalização das manifestações.

No segundo tópico relatamos alguns apontamentos sobre os coletivos de advogados e sua atuação nas manifestações de 2013, inspirados na pesquisa sociológica citada anteriormente, realizada através de questionários.

Por fim, apresentamos algumas considerações sobre a criminalização das manifestações por parte do Estado, que não reconhece o direito ao protesto como legítima forma de manifestação democrática da população.

1. Narrativas produzidas sobre as manifestações populares

A análise do material coletado teve como princípio norteador identificar as principais ações do Estado e os principais usos do Direito no tratamento das manifestações de rua na cidade do Rio de Janeiro. Dessa forma, foi possível listar algumas ações estatais e alguns usos do Direito, narrados nas notícias coletadas, que poderiam representar estratégias de controle dos movimentos de rua.

Dentre as ações do Estado, merecem destaque, em primeiro lugar, as relacionadas com a atuação policial. A polícia militar é a instituição constitucionalmente responsável por garantir a ordem pública.[9] Para isso, o Decreto-lei n° 667/69 prevê ser de competência das polícias militares estaduais "atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presuma ser possível a perturbação da ordem" (art. 3°, b) e "atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas" (art. 3°, c).

Em nome dessa atribuição – formulada nesses termos por uma lei publicada no auge da ditadura militar – vimos um forte aparato policial atuar nas manifestações de 2013. Esse forte aparato foi composto tanto por um grande número de policiais deslocados para acompanhamento das manifestações (uma notícia inclusive relaciona o aumento dos índices de criminalidade em regiões da cidade com o remanejamento de policiais para as manifestações) (ROCHA, 2013: 14), como pelo largo uso de "armas não letais" (como apontavam as notícias) ou "armas de menor lesividade" (como denominavam os advogados),[10] tais como balas de borracha, gás lacrimogêneo, spray de pimenta e teaser. Ressalta-se que alguns atos tiveram também a presença de cães e da cavalaria, e em alguns casos também o uso de armas letais.

As notícias, em geral, apontaram que os "confrontos" com a polícia ocorriam ao final das manifestações, e que o uso dessas armas pelos policiais tinha a intenção de dispersar os manifestantes e acabar com o evento. Mas, ao mesmo tempo em que reconheciam a intenção da polícia de dissolver os atos, tentavam justificar a violência policial pela finalidade de "conter" ou "evitar" depredações (SOUZA & BULCÃO, 2013). Assim, a desproporcionalidade da atuação dos agentes de Estado não foi problematizada como se esperaria, mas pelo contrário, foi legitimada.

Por outro lado, a atuação e o comportamento dos manifestantes foi objeto de constante problematização por parte dos meios de comunicação tradicionais. A análise da coletânea permitiu perceber a construção de um discurso que se modificou na medida em que as manifestações foram ganhando adesão da população.

---

9 Art.144, § 5º - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

10 Chamamos atenção para o fato de que a utilização da expressão "armas não letais" gera controvérsia, tendo em vista o seu alto potencial lesivo. Ressaltamos que advogados preferiram utilizar expressões como "armas de menor letalidade" no questionário.

No início, a reação da mídia, das autoridades governamentais e de comentaristas foi no sentido de criticar duramente as manifestações, chamar os manifestantes de "revoltosos sem causa",[11] sem demonstrar interesse em abrir espaço para o diálogo, classificando as manifestações em geral como atos de vandalismo (MOURA: 74).

Porém, em um segundo momento, percebendo a adesão em massa da população aos movimentos de rua, essas figuras mudaram de postura, e de discurso, afirmando a beleza que existe no exercício do direito de liberdade de expressão, mas sempre ressaltando que o uso da violência não é apoiado e deve que ser coibido.[12]

O ato do dia 17 de junho de 2013, em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ, que culminou com a sua ocupação, após a passeata na Rio Branco, que reuniu cerca de 100 mil pessoas, foi significativo para identificação dessa mudança de discurso.

A partir desse dia se consolidou um discurso de separação de dois momentos nas manifestações e de duas figuras de manifestantes: um primeiro momento em que a manifestação é pacífica, composta de "cidadãos de bem" que estão exercendo seu direito de liberdade de expressão; um segundo momento em que a manifestação se torna violenta, com "quebra-quebra", em que "vândalos mascarados" depredam bens públicos e particulares, atacam policiais e provocam confronto com a polícia. Assim, foi gravada no imaginário da população a figura do manifestante pacífico e do vândalo (não-manifestante).

Uma das reportagens selecionadas (BULCÃO, SOUZA & MACHADO, 2013) repete insistentemente expressões como "minoria", "grupo pequeno", "pequeno grupo", para indicar os manifestantes que ocuparam a Assembleia, mesmo as imagens de fotos e vídeos mostrarem um grande número de pessoas no referido ato.[13]

A construção da distinção entre esses dois momentos das manifestações foi fortalecida com a referência recorrente a esse discurso tanto na mídia como nas notas oficiais dos governos federal e estadual. Depoimentos de autoridades, como Ministros de Estado, governadores e senadores são no sentido de que a manifestação pacífica é legítima, mas não se pode tolerar a violência (LOPES, 2013: 02).

Essa versão construída acabou por conquistar também intelectuais que se propuseram a pensar e refletir sobre as manifestações e suas características. Maria da Glória Gohn (2014), em livro dedicado a essa análise, credita nos manifestantes que adotam a tática black bloc a responsabilidade pelo esvaziamento das ruas e a virada da opinião pública.

Segundo a autora, com a participação dos black blocs, aconteceram "atos de violência, depredações e prisões, deslegitimando as manifestações face à opinião pública, reduzindo-as a atos de grupos esparsos" (GOHN, 2014: 10). Ela induz que a violência e a depredação de patrimônio público e privado gerou a violenta repressão policial e o "retorno" à criminalização do movimento.[14] Nas suas palavras, «progressivamente descaracterizaram-se reivindicações legítimas geradas nas jornadas de junho, gerando dúvidas e apreensão no público receptor das imagens transmitidas especialmente pela TV nos noticiários noturnos » (GOHN, 2014: 35-36).

Porém, a nosso ver, as ações dos black blocs tiveram tal repercussão por um intencional e exagerado destaque da mídia, que deu muito mais ênfase a eles do que a outros elementos dos movimentos. A repulsa e o medo que a população passou a exprimir contra os black blocs foram reações produzidas pela edição de imagem,

---

11 Arnaldo Jabor fala sobre onda de protestos contra aumento nas tarifas de ônibus. 12 de junho de 2013. Disponível em <http://globotv.globo.com/rede-globo/jornal-da-globo/v/arnaldo-jabor-fala-sobre-onda-de-protestos-contra-aumento-nas-tarifas-de-onibus/2631566/> Acesso em 25 de novembro de 2013.

12 Brasil 247. Jabor, que atacou manifestações, admite que errou. 17 de junho de 2013. Disponível em <http://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/105579/Jabor-que-atacou-manifesta%C3%A7%C3%B5es-admite-que-errou.htm> Acesso em 25 de novembro de 2013.

13 "Nas capas de jornais e na boca dos âncoras televisivos, eram [os black blocs] 'a minoria baderneira' em meio a 'protestos que começaram pacíficos e ordeiros'. Uma abordagem simplista diante de um fenômeno complexo". (LOCATELLI, P & VIEIRA, W. 2013: 22).

14 A autora afirma "retorno" tendo como base a concepção de que em um primeiro momento a mídia criticou as manifestações; em um segundo momento, diante da grande adesão popular, ela apoiou; e por fim voltou a criminalizar, diante da atuação dos black blocs (GOHN, 2014).

narração tendenciosa e reportagens alarmantes produzidas pela mídia tradicional (seja em revista, jornal ou TV).

Como muito bem aponta Antonio Engelke (2013)

> a narrativa das manifestações produzida pela grande mídia foi desde o início, e permanece até hoje, estruturada sobretudo em torno dos problemas da violência (depredação, vandalismo) e do transtorno (caos no trânsito, prejuízo do direito de ir e vir), tendo a figura do "mascarado" como ator principal e a polícia como coadjuvante. Esta narrativa, no entanto, não era inescapável ou obrigatória; os eventos não "falam" por si mesmos, ao contrário, "são falados".

A cobertura da grande mídia se concentrou muito mais no discurso criminalizante, do que no fortalecimento das manifestações. Em junho, quando as manifestações apresentaram maior adesão popular, a manipulação midiática foi reconhecida pelos manifestantes, que não reconheciam nas narrativas produzidas pela TV e pelos jornais, os acontecimentos vividos e presenciados. As redes sociais, principalmente o facebook e o twitter, passaram a ser os principais meios de circulação das informações vivenciadas e das versões mais legítimas do que estava acontecendo naquele momento. Tanto que os repórteres das grandes emissoras, que tentavam gravar programas ao vivo, muitas vezes foram impedidos pelos manifestantes com palavras de ordem e cartazes.

Porém, com o esvaziamento dos movimentos de massa, as pessoas passaram a ter como narrativa hegemônica exatamente essa produzida pela grande mídia. Assim, o discurso do senso comum passou a reproduzir essa lógica adversativa de que o direito de manifestação é legítimo, *mas* nenhuma forma de violência pode ser tolerada; ou de que existem dois tipos de manifestante: aquele pacífico, que deseja exercer sua liberdade de expressão, e aquele baderneiro, que promove arruaça e quebra-quebra.

Em virtude disso, acreditamos que esse protagonismo dos black blocs no segundo semestre de 2013 foi produzido por aqueles tinham o interesse econômico de lucrar com o sensacionalismo, e o interesse político de esvaziar as manifestações, justificar a violência policial contra os manifestantes e virar a opinião pública contra os movimentos. Por mais que possamos não concordar com a tática adotada, temos que reconhecer que a sua presença foi destacada por um processo criminalizante, sendo necessária a desconstrução dessa narrativa, que generaliza a "violência" e concentra o foco na ação direta, como se ela fosse a principal forma de expressão das manifestações.

Outra ação estatal que merece destaque é a criação da CEIV (Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas), pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, em conjunto com o Ministério Público Estadual e as policias civil e militar. Com amplos poderes de investigação e poder de instauração de procedimentos criminais para punir fatos ocorridos em âmbito das manifestações populares, essa comissão foi fortemente criticada por juristas, que a consideraram inconstitucional por violar o devido processo legal e garantias constitucionais, como o direito a intimidade.

Em um primeiro momento, o decreto de criação dessa comissão permitiu a quebra de sigilo de dados telefônicos e de informática sem autorização judicial, estabelecendo o prazo de 24 horas para as operadoras de telefonia e provedores de internet atenderem os pedidos de informação da CEIV. Tal permissão violaria o art. 5°, inciso XII da Constituição Federal que autoriza a quebra do sigilo apenas por ordem judicial.

Posteriormente esse decreto foi reeditado, passando a constar a necessidade de autorização judicial para quebra de sigilo de dados, (SOUZA & THUM, 2013) mas ainda assim continuou a apresentar constitucionalidade duvidosa, já que a Constituição Federal determina ser de competência de lei federal a criação de órgão com poderes investigatórios e com prioridade na investigação criminal, como determinava o decreto (WERNECK & TOSTA, 2013).

Outro movimento do Estado foi no sentido de promover a federalização das investigações sobre "atos de vandalismo". Essa federalização permitiu a atuação em conjunto dos serviços de inteligência da polícia federal e das polícias militares e civis dos estados de SP e RJ. Além disso, trouxe também a proposta de unificar o tratamento a atos de vandalismo em todo o Brasil (CARVALHO, 2013).

Dentre os principais usos do Direito no tratamento das manifestações, foi marcante uma narrativa que

permitiu o tratamento dos manifestantes como "inimigos do Estado", na tentativa de justificar a utilização de procedimentos e leis de épocas ditatoriais ou excepcionais. A prisão para averiguação e o "sarqueamento", procedimentos amplamente utilizados pelos policiais, como demonstrado nos altos números de detidos noticiados pelas reportagens (ALENCAR, 2013); a utilização da Lei de Segurança Nacional (que é destinada a atos lesivos à integridade territorial, à soberania nacional, ao regime político vigente e aos chefes dos Poderes da União) para enquadramento de atos praticados por manifestantes, demonstrando a percepção estatal de que as manifestações são atos atentatórios às estruturas democráticas do país; o enquadramento de atos em manifestação como crime (corrupção de menores, associação criminosa, por exemplo) e como ato de terrorismo (G1, 2013), são alguns exemplos de procedimentos, enquadramentos e leis que evidenciam a categorização do manifestante como "inimigo do Estado".

Aliado a isso, houve recorrente uso de leis penais especiais para o enquadramento e investigação de atos praticados por manifestantes, como a aplicação da Lei de Organizações Criminosas, que trata de forma mais grave, com penas mais altas, crimes cometidos em associação de 4 ou mais pessoas. A utilização dessa lei foi narrada principalmente a partir do dia 15 de outubro, em que houve a prisão coletiva de mais de 200 pessoas nas escadarias da Câmara Municipal (O GLOBO, 2013). Além disso, houve a aprovação da Lei Estadual n° 6.528/13, conhecida como Lei das Máscaras, que também pode ser apontada como uma lei especial para o tratamento das manifestações, já que trata da proibição da utilização de máscaras em manifestações, permitindo que a pessoa seja conduzida à delegacia se a máscara dificultar a sua identificação (VIRISSIMO, 2013: 04).

O governo chegou também a sugerir a criação de um Pronto Atendimento Judicial para apurar os crimes cometidos em manifestações de forma mais célere, para "evitar impunidade", nos moldes em que existe a atuação de juizados nos estádios de futebol. Na prática ocorreria um atendimento expresso, tanto pela polícia como pelo Judiciário, no local do acontecimento (CARVALHO, 2013b). Depois da divulgação dessa proposta, foram recebidas muitas críticas, no sentido de que apenas os manifestantes seriam detidos e submetidos a esse procedimento expresso por parte da Justiça Criminal, e não os policiais, porém o governo esclareceu que também seriam apurados os abusos policiais (AMORIM, 2013: 12).

No âmbito do Poder Legislativo, houve apresentação de projeto de lei para aumentar a pena dos crimes de dano e de agressão a policiais (FERNANDES, CASTRO & AMORIM, 2013: 03). Essas iniciativas demonstram claramente a estratégia de criminalização das manifestações e a intenção de enquadrar os manifestantes em crimes mais graves, com penas mais altas, para mantê-los detidos nas prisões e, com isso, desestimular que mais pessoas participem dos protestos.

Assim, as notícias sintetizaram os eventos, as abordagens produzidas a partir do encadeamento dos acontecimentos entre junho a novembro de 2013, auxiliando na construção de uma visão geral das estratégias do Estado no tratamento das manifestações, externadas pelas suas ações e pelos usos que fez do Direito.

2. Sobre a criminalização das manifestações de rua

Para Eugênio Zaffaroni (2012), sobre o contexto da Argentina, o protesto social não se confunde com o direito a resistência, ou direito a revolução, tampouco tem pretensão de derrubar nenhum governo. Também não se identifica propriamente com a desobediência civil, com práticas de não violência em que protagonistas enfrentam o Estado desobedecendo e aceitando as consequências. Assim, os protestos sociais "persiguen soluciones a los conflictos mediante la intervención de las propias autoridades" (2012, p. 15), tem o objetivo de chamar a atenção das autoridades para satisfação daquilo que se reclama.

Desta forma, os protestos afastam-se da resistência e caminham para a desobediência. Neste sentido, tem avançado muito pouco o reconhecimento estatal do direito ao protesto. Se no direito constitucional e internacional está presente este direito, este não habilita a pessoa a exercê-lo sempre de modo igual nem na mesma medida. Por outro lado, "jamás un derecho constitucional e internacional ejercido regularmente puede configurar un ilícito" (2012, p. 19). Um Estado de direito precisa reconhecer casos de protestos por vias não institucionais como um direito, portanto não tipificáveis. Por fim, a melhor contribuição para a solução de conflitos de natureza social que pode fazer o direito penal é "extremar sus médios de reducción y contención

del poder punitivo, reservándolo solo para situaciones muy extremas de violencia intolerable y para quienes solo aprovechan la ocasión de la protesta para cometer delitos" (2012, p. 29).

Existem muitas semelhanças com o contexto brasileiro de 2013, em que o direito ao protesto foi sistematicamente desrespeitado, através da utilização do direito penal como principal instrumento de reação do Estado. Vide as inúmeras tipificações utilizadas pelos agentes estatais, desde resistência (Art. 329, Código Penal de 1940) a organização criminosa (Art. 2º, Lei 12.850/2013). Mas ainda cabe a reflexão se o conjunto das manifestações, especialmente de junho a novembro, foram simplesmente protestos pela via não institucional; ou então insurgências. Isto porque em alguns casos houve intenção de derrubada do governo (Governador Sérgio Cabral) e ocupação da sede dos parlamentos municipal e estadual (Câmara de Vereadores e Assembléia Legislativa).

Paulo Arantes ressalta que "a palavra insurgência nem de longe é frequente no vocabulário brasileiro" (2014, p. 377). Assim, como não a encontramos nos movimentos de protestos que tomaram as ruas e praças do mundo a partir de 2011, mas os indignados. Tampouco os *blac blocks* reconheceram-se insurgentes. Na experiência mexicana, de 1994, seu significado foi de insurgência contra o governo federal, mas que em nenhum momento envolveu a tomada do poder, por não acreditarem ser a via real da transformação. No junho brasileiro, foram entre 10 a 15 milhões de manifestantes em mais de quinhentas cidades, para conquista do direito a livre circulação na cidade pela bizarra insurgência da autoconstrução. Arantes conclui sobre o sentido desta insurgência, já que "nunca fomos tão governados", "simplesmente não queremos mais ser governados, ou não mais assim" (2014, p. 424).

Arantes escreveu este texto ainda no calor dos acontecimentos, em dezembro de 2013. É necessário, portanto, ter mais cautela na comemoração de um novo tempo do mundo, da interrupção de mais de vinte anos sem mobilizações massivas. Mas é preciso responder esta questão que parece ser central: qual o sentido das manifestações em relação ao poder?

Mais do que um ciclo de protestos, ou então uma insurgência, o que ocorreu em 2013 no Brasil é muito próximo do que Antonio Gramsci (1999) denomina como subversivismo esporádico. Na contextualização da história italiana, sobre as origens nacionais do historicismo de Benedetto Croce, Gramsci (1999) trata da revolução passiva, inclui que o subversivismo esporádico seria elementar, não orgânico, das massas populares, e teria como resposta reações das classes dominantes através de restaurações que acolheriam certas exigências que venham de baixo (1999, p. 393).

Nota-se que no contexto brasileiro não foram muitas as exigências que foram acolhidas pelas classes dominantes, ou pelos governos. No caso do Rio de Janeiro, a principal reivindicação pelo não-aumento da tarifa do transporte público rodoviário municipal foi conquistada momentaneamente, até dezembro de 2013. A nível federal, o governo anunciou um Plano Nacional de Mobilidade Urbana com destaque para o transporte coletivo. Restou o aprendizado de participação para milhões de jovens que tiveram sua primeira experiência pela via não institucional.

3. Apontamentos sobre a pesquisa junto aos advogados

O trabalho de advocacia nas manifestações de junho a novembro de 2013, no Rio de Janeiro, foi compartilhado por grupos formados quase totalmente por voluntários, que deram conta de praticamente todos os casos. Isto é, sem a cobrança de honorários advocatícios, e muitas vezes sem nenhuma remuneração. Necessário refletir os motivos deste protagonismo, do que pode ser visto como um movimento de advocacia de rua.

Algo que colaborou neste sentido foi a disponibilidade de atendimento de qualquer manifestante, sem ou com poucas reservas. Os grupos se dividiram nesta questão, enquanto alguns membros de um grupo não fizeram nenhuma reserva, outros foram mais cautelosos. Esta cautela ocorre em relação a profissionais da segurança pública, policiais e pessoas que ofenderam moral ou fisicamente outro manifestante, por exemplo. Longe de significar uma negação ao direito a defesa, trata-se de uma preferência pela defesa de manifestantes de maneira voluntária, portanto com critérios de exclusão de acordo com um corte ideológico.

A advocacia nas manifestações exigiu conhecimentos específicos da área criminal e direitos humanos, tanto que um grande número dos entrevistados trabalha com o direito penal.[15] Um dado importante é que a maioria dos advogados começou a atuar em manifestações somente em 2013.

Outro componente é a disposição de atuar nas ruas. Trata-se de uma advocacia preventiva de rua, em que alguns preferiram atuar em duplas ou pequenos grupos no meio das marchas, outros em fileiras ao final. Com isto, muitos enfrentaram as mesmas arbitrariedades da polícia, que os manifestantes sofreram.

Talvez, por estarem presentes no momento em que os conflitos eclodiram, a questão da violência foi vista, pelos entrevistados, de forma diferente da retratada na mídia. Em geral, não foi identificada correspondência entre o que foi visto nas ruas e o que foi reproduzido pelos grandes veículos de comunicação. Tanto que, a maioria dos entrevistados apontaram, à época, os *governantes*, a *polícia* e a *mídia*, como principais responsáveis pela violência nas manifestações.

Um destaque importante é que no contexto de mediação entre os manifestantes e os agentes policiais, a invocação de leis e prerrogativas se mostrou uma medida praticamente inócua na assessoria aos manifestantes. Por diversas vezes, o esforço empregado pelo advogado não é suficiente para evitar que um manifestante venha a ser detido. Por outro lado, a presença do mesmo no momento da prisão se configura de extrema importância, uma vez que o acompanhamento das revistas pode garantir a legalidade da abordagem e reduzir desvios de conduta por parte de agentes estatais.

Além disso, se mostrou de extrema valia a atuação em conjunto com pessoas que registraram - através de vídeo, gravação ou foto - a abordagem policial e os instantes que a precederam, no intuito de coletar provas que acabaram por ser úteis na delegacia ou em eventuais processos judiciais. Quanto ao registro de imagens, a apreciação de publicações divulgadas pela imprensa e a interlocução com os coletivos independentes que cobriam os protestos se revelou medida igualmente eficaz na produção probatória.

Um fenômeno curioso, que afetou diretamente a atuação dos advogados, foi a condução dos detidos para diversas delegacias, estas muitas vezes distantes do local dos protestos. A justificativa apresentada pela polícia apontou para questões de logística e estrutura, porém a distribuição por delegacias distantes acabou dificultando o trabalho dos advogados por exigir meios de deslocamento.

Por fim, notou-se, no contexto das manifestações, uma série de violações de prerrogativas de advogados e advogadas. Os casos passavam por intimidações, violências física e verbal, proibição de acesso aos autos de procedimentos, aos assistidos e às repartições públicas, escutas de conversas telefônicas e até prisões. Todos os atos desrespeitam a legislação que regula o exercício da advocacia.

Considerações finais

As grandes manifestações de 2013 no Brasil nos colocaram em um novo cenário para as lutas sociais e para as teorias sobre democracia, participação e movimentos sociais. O movimento de massa que se formou, e que pode ser tratado como a maior mobilização social desde a redemocratização, ainda se mostra de difícil compreensão. Muitos analistas divergem quanto aos motivos, métodos e resultados apresentados pelos manifestantes.

De nossa parte, conforme apresentado no capítulo primeiro, percebemos uma resposta muito violenta por parte do Estado, que utilizou seu aparato policial para dissolver manifestações. Amplos setores da mídia apoiaram essa resposta truculenta, em um primeiro momento condenando todos os manifestantes e, posteriormente, se dirigindo aos Black Blocs.

Em relação à advocacia igualmente percebemos um cenário novo. Uma grande quantidade de advogados, organizados ou não, foram às ruas para defender o direito de manifestação. A advocacia para movimentos sociais não havia visualizado este tipo de atuação com tão grande proporção.

A advocacia de rua apresentou muitas dificuldades e peculiaridades. Primeiramente uma visão compartilhada

15 Foi grande a incidência de advogados que atuam em questões cíveis e de direitos humanos também, além de outras áreas.

por alguns advogados e agentes de segurança pública de que a rua não é lugar para advogados. Sendo assim, o trabalho do advogado deve ser realizado nas repartições públicas, neste caso, na delegacia. Por outro lado, os advogados que foram às ruas perceberam a importância de fiscalizar a atuação da polícia e mediar os conflitos antes que estes fossem levados à delegacia. Em muitos casos os advogados evitaram prisões e violações de direitos.

Segundo, os advogados em muitos momentos tiveram que lidar com a truculência policial diretamente; ou seja, por estarem nas ruas eram tratados como os manifestantes, mesmo quando informavam que estavam em exercício da atividade de advogado. Dessa forma, muitos sofreram agressões da polícia.

Terceiro, as estratégias utilizadas eram diferentes e não habituais na prática advocatícia, como por exemplo, a mediação com policiais no momento do conflito; a reunião de provas, como fotos e vídeos e a identificação dos policiais agressores.

Quarto, a própria relação com os manifestantes era mais intensa, sendo que muitos advogados são ativistas em diversas áreas. Isso gerou uma discussão na advocacia de rua, sobre o comportamento do advogado durante a manifestação. Por exemplo, se os advogados deveriam participar ativamente das manifestações, sendo manifestantes e advogados ao mesmo tempo. Ou se não era melhor adotar uma posição de neutralidade, inclusive usando as vestimentas da advocacia, como forma de se diferenciar.

Por fim, verificamos que, em geral, o tratamento dado pelo Estado às manifestações foi no sentido de sua criminalização, sendo o direito penal o principal instrumento utilizado como "resposta" do Estado às reivindicações e contestações apresentadas nas ruas. Essa criminalização foi direcionada tanto aos manifestantes quando aos advogados, que também foram objeto de investigação por parte da polícia.

Este cenário mostra como é importante ainda, no Brasil, o debate sobre democracia, participação e liberdade de expressão, pois, apesar de termos uma Constituição conhecida como "Cidadã", situações de arbitrariedade, como essas descritas no presente trabalho, acontecem e são legitimadas pelo Estado e por grande parte da população sem maiores questionamentos.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. "*No* Rio, menos de 3% dos detidos continuam presos". O Globo. Rio de Janeiro, 1 de novembro de 2013. p. 4.

AMORIM, S. "Juizados móveis também vão apurar violência policial". O Globo. Rio de Janeiro, 9 de novembro de 2013. p. 12

ARANTES, P. (2014), *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo.

BULCÃO, L. SOUZA, P. & MACHADO, M. (2013). "Ato no Rio reúne 100 mil, começa em paz, mas minoria provoca confusão". Disponível em http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/ato-reune-100-mil-pessoas-comeca-em-paz-e-termina-em-confusao-no-rio.html. [consultado em 25-09-2013].

CARVALHO, J. (2013), "PF e polícias do Rio e de São Paulo se unem para monitorar vandalismo em manifestações." O Globo. Rio de Janeiro. 31 de outubro de 2013. Disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/pf-policias-do-rio-de-sao-paulo-se-unem-para-monitorar-vandalismo-em-manifestacoes-10635356> Acesso em 25 de novembro de 2013.

CARVALHO, J. (2013), *Um juizado para as ruas*. O Globo, Rio de Janeiro. p. 3.

ENGELKE, A. *Sem controle: Mídia, Vandalismo e Crise de Representação*. 2013. Dis-ponível em http://revistapittacos.org/2013/09/02/sem-controle-midia-vandalismo-e-crise-de-representacao-2/. [consultado em 04-12-2014].

FALS BORDA, O. (1978), *Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformala*.

Bogotá: Ediciones Tercer Mundo.

FERNANDES, L. CASTRO & J. AMORIM, S. (2013), *Sem solução fácil*. O Globo. Rio de Janeiro. p. 3.

G1. (2013) "'Ato de terrorismo', diz presidente da Alerj, onde PM confrontou protesto". 17 de junho de 2013. Disponível em http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/ato-de-terrorismo-diz-presidente-da-alerj-onde-pm-confrontou-protesto.html. [consultado em 25-06-2013].

GOHN, M. (2014), *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo.* Petrópolis, RJ: Vozes.

GOHN, M & BRINGEL, B (orgs.). (2013), *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis, RJ: Vozes.

GUSTIN, M & DIAS, M. (2010), *(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática*. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey.

GRAMSCI, A. (1999), *Caderno 10 (1932-1935): a filosofia de Benedetto Croce*. Em: _____. Cadernos do cárcere. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 1, p. 277-430.

JUNQUEIRA, E. (1998) *Os Advogados Populares: em busca de uma identidade*. Rio de Janeiro: Departamento de Direito PUC-RJ. Cadernos PIBIC, ano IV, n. 2.

LOCATELLI, Piero; VIEIRA, Willian. O Black Bloc está na rua. Carta Capital. São Paulo, 7 de agosto de 2013. p. 22.

LOPES, E. (2013), *Manifestação ou vandalismo?* Folha Universal. Edição nacional. p. 2.

MOURA, P. (2013) *Eles não sabem para onde ir*. Isto É. São Paulo. p. 74.

O GLOBO. (2013) *Lei mais dura leva 70 vândalos para presídio*. Rio de Janeiro.

ROCHA, C. (2013), *Crimes em alta*. O Globo. Rio de Janeiro. p. 14.

SOUZA, P. & BULCÃO, L. (2013). "Após 4 horas, manifestação contra aumento da tarifa de ônibus termina". Disponível em http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/apos-4-horas-manifestacao-contra-aumento-da-tarifa-de-onibus-termina.html. [consultado em 25-11-2013].

SOUZA, P &THUM, T. (2013). "Decreto do RJ que prevê quebra de sigilo causa polêmica". Disponível em http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/decreto-de-cabral-que-cria-comissao-para-apurar-vandalismo-cria-polemica.html. [consultado em 25-11-2013].

TAVARES, Francisco Mata Machado; RORIZ, João Henrique Ribeiro. Antes de junho, as ruas de maio: apreensões de ativistas goianienses sobre o Estado e a política institucional. IX Encontro da ABCP - Área Temática Participação Política, Brasília, DF 04 a 07 de agosto de 2014.

VIRISSIMO, V. (2013) *Policia Militar viola direito à manifestação*. Brasil de Fato. Rio de Janeiro. p. 4.

WERNECK, F & TOSTA, W. (2013) "OAB ainda questiona decreto sobre quebra de sigilo no RJ". Estadão. 24 de julho de 2013. Disponível em http://www.estadao.com.br/noticias/geral,oab-ainda-questiona-decreto-sobre-quebra-de-sigilo-no-rj,1056920. [consultado em 01-11-2013].

YIN, Robert K. (2010) *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. (2012) "Derecho penal y protesta social". In SANTAMARÍA, Ramiro Ávila (Org.). Protesta social, libertad de expresión y derecho penal. Quito: Corporación Editora Nacional; Universidad Andina Simón Bolívar, 2012, p. 13-30.

Democracia e criminalização dos movimentos sociais no Brasil: as manifestações de junho de 2013

Autora: Profa. Dra. Ilse Gomes Silva[1]
Universidade Federal do Maranhão.
ilse@terra.com.br.

Resumo: O artigo tem como objetivo levantar elementos para a análise da ação do Estado brasileiro diante das manifestações de junho de 2013 e compreender o processo de criminalização dos movimentos sociais. As manifestações de junho de 2013, em todo o território brasileiro, denunciaram a precarização das condições de vida da população e a forma violenta do Estado tratar a classe trabalhadora quando ousa reivindicar seus direitos. Desde o início do século XXI que observamos um processo crescente de revitalização das forças populares em luta contra o autoritarismo e as políticas neoliberais em todo o mundo. Diversos movimentos sociais estão nas ruas exercendo o direito à participação política e pressionando as instituições da democracia. A reação violenta do Estado brasileiro a estas manifestações indicam que direitos duramente conquistados, como a liberdade de expressão e organização, estão ameaçados, o que coloca em risco a participação política da classe trabalhadora e, consequentemente, a democracia.
Palavras chaves: poder político, autoritarismo, movimentos sociais, democracia.

Introdução

Em junho de 2013 o Brasil foi tomado por grandes manifestações populares que percorreram todo o território brasileiro, surpreenderam os dirigentes políticos e marcaram definitivamente o cenário político. Essas manifestações chamaram atenção pelo número de pessoas envolvidas, pela diversidade da faixa etária e estratos sociais que ocuparam as ruas, por portarem uma pauta de reivindicação diversa e heterogênea, pelo uso das redes sociais nos processos de mobilização e organização e pela ação violenta do aparato estatal nos atos de repressão às manifestações. Há um certo consenso de que estas manifestações apresentaram um caráter espontâneo, sem uma liderança política identificada e um projeto político claro.
Segundo o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística - IBOPE[2] as principais motivações para a participação nas manifestações de junho de 2013, em ordem de importância, foram as insatisfações com o ambiente político, principalmente a corrupção, as péssimas condições e as tarifas altas do transporte público, a falta de investimento em saúde e educação, os altos gastos com a estrutura da copa do mundo e contra a Proposta de Emenda Constitucional número 37 - PEC 37[3].

1Ilse Gomes Silva - professora de Ciência Política da Universidade Federal do Maranhão, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, coordenadora do GEPOLIS - Grupo de Estudos de Política, Lutas Sociais e Ideologia, pesquisadora do NEILS/PUC/SP – Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais. Concentra os estudos e pesquisas na área de Estado e Movimentos Sociais, Estado e Lutas de Classes, Estado e Cultura, Estado e Ideologia. Publicou os livros: Democracia e participação na reforma do Estado. São Paulo: Cortez, 2003 e Estado, saúde e participação política. São Paulo: Xamã, 2011. ilse@terra.com.br.

2 Pesquisa do IBOPE encomendada pela Rede Globo e divulgada no G1.globo.com em 24/06/2013. Disponível em http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html. [Acesso em 15/10/2014].

3 Os manifestantes de junho de 2013 reivindicavam o arquivamento da PEC 37. A PEC 37 foi apresentada ao Congresso Nacional pelo deputado Lourival Mendes do PT do B/MA e propunha a inclusão de um novo parágrafo ao Artigo 144 da Constituição Federal que teria a seguinte redação: "A apuração das infrações penais de que tratam os §§ 1º e 4º deste artigo, incumbem privativamente às polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente". Em termos políticos significava retirar poder de investigação do Ministério Público e abrir caminho para a impunidade. A PEC 37 foi rejeitada em votação pelo plenário da Câmara dos Deputados em 25 de junho de 2013.

Quanto ao perfil social dos manifestantes, o IBOPE identificou que a maioria tinha entre 14 a 29 anos e uma escolaridade de nível médio e superior, 30% tinha renda familiar entre 2 a 5 salários mínimos, 76% não trabalhavam e 62% disseram que souberam das manifestações pelo facebook. No aspecto da participação política, 96% dos manifestantes não eram filiados a nenhum partido, 86% não eram filiados a nenhuma entidade de classe ou de movimento estudantil e 89% disseram que não se sentiam representado por nenhum partido.
Quanto ao aparato policial utilizado para reprimir as manifestações, 57% consideraram que a polícia agiu com violência exagerada e denunciavam a violência contra os moradores da periferia.
As manifestações de junho de 2013 se destacaram também pelas questões colocadas ao movimento de esquerda de modo explícito ou implícito. Destas questões destaco a presença da direita e suas respectivas bandeiras como o nacionalismo, o anti-partidarismo e a ausência da defesa da reforma agrária.
Vários autores[4] chamaram a atenção para a forte presença da direita nas manifestações de junho de 2013, que apoiados pela grande mídia, tentaram definir a pauta das reivindicações em torno da corrupção e do anti-partidarismo e na violência contra as entidades e representantes tradicionalmente identificados com o histórico movimento da classe trabalhadora. A direita organizou sua ofensiva contra o movimento de esquerda, inclusive contra o Movimento Passe Livre - MPL[5] que iniciou os protestos, e cunhou o slogan "o gigante acordou" e ao som do Hino Nacional entoava suas bandeiras fascistas como "chega de corrupção, intervenção militar já", "o ato é do povo brasileiro e não dos partidos" enquanto agredia manifestantes que portavam bandeiras do seus partidos e cerceava o direito à liberdade de expressão.
A presença da direita disputando a direção política no Brasil não é novidade, entretanto o que surpreende atualmente é sua ação ofensiva, ancorada na confiança de sua força e capacidade de conquistar o apoio da população para temas conservadores e autoritários. Discutir com profundidade suas causas foge do objetivo desse artigo, entretanto cabe elencar alguns aspectos que permitem uma clareza maior do contexto político que possibilitou a reorganização da direita.
O primeiro aspecto é a falta de representatividade dos partidos políticos no Brasil e as denúncias de corrupção nos governos e no parlamento que minam a confiança nas instituições da democracia burguesa. A direita, que é uma das protagonistas dos processos de corrupção, usa como estratégia reforçar o sentimento de descrédito aos partidos políticos enquanto apresenta à população suas opções autoritárias como a militarização da questão urbana e a criminalização dos movimentos sociais. Esse cenário é favorecido pela atuação do governo do Partido dos Trabalhadores - PT[6], principalmente no nível federal. O PT, embora tenha se empenhado no combate a corrupção incentivando as investigações, tem sido alvo das denúncias e não conseguiu estabelecer com a população um debate sobre os aspectos estruturais da corrupção no Estado brasileiro, muito menos avançar na investigação de outros casos de corrupção envolvendo seus adversários.
O PT que surgiu, no início dos anos 1980, a partir da luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida e pela democracia, abandonou o seu projeto de esquerda e deu espaço para a reorganização da direita. Os investimentos na área social do governo federal não disputaram com o apoio ao capital e a ação violenta contra os trabalhadores em suas lutas sociais.

---

4 Dentre esses autores destaco: FIGUEIREDO, OLIVEIRA, SOUZA, SCHINCARIOL. (2013), ALMEIDA (2014), RIDENTE (2013),

5 O Movimento Passe Livre (MPL) – em seu site se define como um movimento democrático, horizontal, independente e apartidário, mas não anti-partidário, que luta "por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada" e está presente em várias cidades do Brasil. As mobilizações contra o aumento das tarifas sempre fizeram parte da pauta do movimento popular, mas desde 2003 que a organização foi se fortalecendo e em 2005 o MPL foi criado durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre/BR. Identificado como um movimento de esquerda, o MPL organizou mobilizações em 2006, 2010 e 2011 que alcançavam em torno de 5 mil manifestantes. Informações disponibilizadas em http://www.mpl.org.br/. [Consultado em 10/11/2014]

6 O PT assumiu o governo federal em 2002 com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, que governou por dois mandatos. Desde então tem se mantido no poder com a recente reeleição de Dilma Rousseff. Entretanto, em 2005 três de seus principais dirigentes foram denunciados e posteriormente condenados por corrupção, afetando significativamente a imagem do PT como defensor da ética na política.

Nesse contexto de insatisfação, a direita furtou uma das pautas do PT na década de 90, e agora lidera a "luta contra a corrupção". Sem dúvida, há cinismo, hipocrisia e oportunismo nessa luta, porque ela é direcionada unicamente à corrupção do PT. Não se debate o fato de que os partidos que contêm o maior número de "fichas-sujas" e cassações são os de direita, e muito menos os grandes esquemas de corrupção do governo Fernando Henrique Cardoso.

> Assim, o PT, ao não cumprir suas promessas de realizar profundas mudanças na democracia brasileira, terminou por alimentar a insatisfação e a desilusão com os partidos políticos e com a estrutura democrática formal e representativa. (FIGUEIREDO, OLIVEIRA, SOUZA, SCHINCARIOL, 2013, p. 07)

Atílio Boron (2013) acrescenta que as insatisfações com os partidos políticos no Brasil se deve ao distanciamento entre a população e os partidos políticos e o descontentamento com a prática partidária que não respeita a vontade do eleitorado enquanto prioriza as alianças inescrupulosas e sacrifica o projeto ideológico.

Almeida (2014), ao analisar o avanço da direita nas eleições de 2014, identifica que esse processo pode ser observado nos últimos anos através da repressão aos movimentos sociais da classe trabalhadora.

> No caso do Brasil, este avanço se expressou, por exemplo, mais recentemente na bárbara agressão ao povo do Pinheirinho; na política de pacificação implementada no Rio de Janeiro; na matança sistemática de jovens das periferias das grandes cidades; no extermínio de populações indígenas; na ofensiva das frações burguesas mais vinculadas ao rentismo, ofensiva que impõe sérias capitulações ao governo Dilma e desnorteia importantes segmentos da burguesia interna; no abandono do barco por grandes centrais sindicais com apurada sensibilidade para a direção dos ventos; em rachaduras na base aliada. (ALMEIDA, 2014).

Outro aspecto que merece uma atenção da esquerda foi praticamente a ausência nas manifestações de junho de 2013 da bandeira em defesa da reforma agrária. Os conflitos agrários no Brasil e o avanço do agronegócio têm tornando a vida do trabalhador rural um constante risco. Conflitos como o massacre de Eldorado do Carajás, os assassinatos de Chico Mendes, Padre Josimo, de Dorathy Stang projetam para o mundo uma imagem do Brasil de impunidade. Enquanto os meios de comunicação de massa elaboram uma imagem negativa do MST e escondem as denúncias de assassinatos e de crime ambiental do agronegócio, o MST não tem conseguido que sua principal bandeira tenha um alcance massivo e nacional.

A manifestação que ascendeu o pavio dos diversos protestos ocorreu em 03 de junho de 2013, em São Paulo, reunindo na Av. Paulista cerca de 2.000 pessoas, motivadas pelo aumento das tarifas dos transportes coletivos e coordenadas pelo Movimento do Passe Livre. Dez dias depois essas manifestações tinham se expandido para 12 capitais e alcançaram 230 mil manifestantes. Em 20 de junho, as ruas de mais de 388 cidades do território brasileiro, incluindo 22 capitais, foram tomadas por cerca de 1400 milhão de pessoas[7], com uma maioria de jovens, que pela primeira vez estava tendo uma experiência de ativa participação política.

A reação das classes dominantes e de seus representantes nos governos federal, estadual e municipal, e na grande mídia, foi de imediata criminalização dessas manifestações. A imprensa se apressou em eleger a corrupção como a principal bandeira dos manifestantes e em identificá-los como jovens de classe média, baderneiros e vândalos e apresentou como explicação para a formação das manifestações o uso massivo das redes sociais pelos jovens. Os governantes fizeram coro com a imprensa e colocaram um expressivo aparato repressivo para intimidar e impedir que crescesse o número de manifestantes. Mas o "tiro saiu pela culatra" e na mesma proporção que cresceu a repressão, cresceu a indignação da população, de modo que os manifestantes se espalharam por todo o território brasileiro, pressionando os governos a abrirem uma mesa de negociação e apresentarem respostas para as suas reivindicações.

---

7 Dados disponíveis em http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/em-dia-de-maior-mobilizacao-protestos-levam-centenas-de-milhares-as-ruas-no-brasil.htm. [Consultado em 10/11/2014]

A expansão territorial e a radicalização das manifestações obrigaram a grande mídia e os governos a mudarem o discurso. De vândalos e baderneiros os manifestaram passaram a ser identificados como agentes da mudança e da democracia. Por um lado, a grande impressa engrossou as fileiras da direita que encontrou nas manifestações um espaço para desgastar o governo federal e pautar suas bandeiras conservadoras. Por outro, o governo federal reagiu com um pronunciamento, em 21 de junho, da presidente Dilma Rousseff afirmando que como governante tinha "a obrigação tanto de ouvir a voz das ruas, como dialogar com todos os segmentos, mas tudo dentro dos primados da lei e da ordem, indispensáveis para a democracia"[8].

Os governos dos partidos de oposição identificaram no governo federal o responsável pelos problemas apontados pelos manifestantes e se eximiram da responsabilidade de contribuírem para o sucateamento dos serviços públicos e do aumento da violência policial. Nesse processo, os governos unificaram o discurso da importância da participação da juventude nas ruas, desde que fosse pacífica, ou seja, dentro da ordem e controlada pelo Estado.

Compreender as múltiplas determinações que contribuíram para esse cenário não é uma tarefa simples, apesar de se contar com a produção de muitos intelectuais. Minha intenção nesse artigo é voltar o olhar para a ação do Estado, em especial do aparato repressor que foi mobilizado contra os manifestantes. Entendo que os estudos sobre o Estado capitalista e as diversas estruturas que reproduzem e garantem a manutenção do poder da burguesia e do modo de produção capitalista são fundamentais para a compreensão desse momento político no Brasil. Nos permitem perceber os mecanismos, principalmente ideológicos, utilizados pelo Estado, os limites de acesso da classe trabalhadora aos centros de poder do Estado e o discurso de autonomia do Estado com o campo da luta de classes.

Democracia e autoritarismo na cena política das manifestações de junho de 2013 no Brasil

Desde o início do século XXI que observamos um processo crescente de revitalização das forças populares em luta contra o autoritarismo e as políticas neoliberais em todo o mundo. Diversos movimentos sociais estão nas ruas exercendo o direito à participação política e pressionando as instituições da democracia burguesa por mudanças na política econômica e social dos países. Embora ainda não tenham força política suficiente para impor mudanças estruturais nas relações de reprodução do capital, o número de pessoas que se reuniu em torno de movimentos como o *Occupy Wall Street* (OWS) nos EUA, os *indignados* na Espanha, *a primavera árabe*, nos países árabes e as manifestações de junho de 2013, no Brasil, dentre outros, foi suficiente para chamar atenção de estudiosos e governantes de que milhões de pessoas estão dispostas a lutarem contra o modelo econômico que os submete a uma vida degradante.

Esses movimentos apresentaram muitas novidades, dentre elas vale destacar: as novas formas de organização e mobilização[9], a utilização das redes sociais, a base social, majoritariamente formado pela juventude, e as novas formas de ação política. Também expuseram os seus limites diante da contra ofensiva das forças repressoras do Estado capitalista e da intervenção da direita pela hegemonia política.

Quanto aos limites, Bihr (2014), ao analisar os movimentos *Occupy Wall Street* (OWS) e os *indignados* na Espanha, chama atenção para o conteúdo político das bandeiras que os identificavam. Ficaram restritos ao exigir políticas antineoliberais e reformas na democracia representativa de modo a garantir maior participação política e controle da economia. Considera que esses movimentos protagonizaram "uma revolta anti-neoliberal, mas não anti-capitalista, na mesma linha dos movimentos anti-globalização ou altermundialistas que se desenvolveram ao longo da última década (BIHR, 2014, p. 77/78).

---

8 Disponível em http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv. [Consultado em 10/09/2014].

9 Muitos artigos foram publicados sobre esses movimentos, dentre eles destaco: Bihr (2014), Pinheiro (2014), Pleyers (2014) e recomendo o dossiê organizado pelo marxismo21.

Em que pese as novidades e os limites desses movimentos, um ponto que merece destaque foi a reação violenta do Estado burguês diante das mobilizações. De norte a sul do planeta os Estados reagiram de modo excessivamente violento para uma democracia burguesa e deixaram claro que não tolerariam qualquer questionamento à política econômica, mesmo que isso custasse o respeito a um dos principais pilares da democracia liberal, a liberdade de expressão.

As contribuições de Poulantzas são importantes para compreender esse momento político, especialmente as experiências do Brasil, objeto específico desse artigo. Poulantzas (1986) afirma que o Estado assume funções políticas e ideológicas que se expressam no processo de organização do poder político da classe dominante e de desorganização da ação política da classe trabalhadora. E por conta da ideologia jurídico-política burguesa, o Estado não pode estabelecer limites, de princípio ou de direito, na esfera individual-privada que possa impedir os "cidadãos" de participarem dos aparelhos de Estado. Caso contrário colocaria em risco sua função de coesão e representante da unidade política do "povo-nação" e a garantia de organização e realização dos interesses das classes dominantes.

Os movimentos que protagonizam grandes mobilizações, especialmente as manifestações de junho de 2013 no Brasil, nos fazem crer que a relação de "dominação-subordinação", pela qual as classes trabalhadoras participam do Estado, foi questionada. A crise atual do capital, e consequentemente a expropriação cada vez maior da classe trabalhadora, tem dificultado o papel do Estado enquanto "fator de coesão dos níveis de formação social" e manutenção da unidade do sistema capitalista, uma vez que o "equilíbrio jamais é realizado enquanto tal pelo econômico, antes é mantido pelo Estado". O Estado reage à ação política da classe trabalhadora aprimorando o aparelho repressor, considerando que a situação de precariedade das condições de vida, a qual tem sido submetido o trabalhador, dificulta o consenso em torno das políticas neoliberais.

> Na verdade, os aparelhos de Estado consagram e reproduzem a dominação de classe exercendo a repressão, a violência física com relação às massas populares, mas organizam igualmente a hegemonia de classe fazendo funcionar um certo jogo (variável) de compromissos provisórios entre o bloco no poder e certas classes dominadas, e instaurando um 'consenso' ideológico destas com relação ao poder político das classes dominantes. (POULANTZAS, 1977, p. 26)

Para garantir o consenso em torno das políticas neoliberais, o Estado lança mão dos recursos ideológicos e apresenta os trabalhadores, em sua luta de resistência, como baderneiros, formadores de quadrilha, que insistem em perturbar a "ordem" ou não colaboram com os esforços da "nação" para superar a crise econômica. Apesar da regularidade dos pleitos eleitorais, os governos, em geral, tem aumentado a violência contra os trabalhadores e tratado suas mobilizações como "casos de polícia" e enquadrado os manifestantes no crime de formação de quadrilha, de acordo com a Lei 12850, sancionada pela presidente Dilma Rousseff em 02 de agosto de 2013.

Embora o enquadramento de manifestantes e grevistas na Lei 12850 e na Lei de Segurança Nacional tenha sido amplamente repudiado, o Estado manteve o discurso de manutenção da ordem e proteção do patrimônio público, afirmando que somente toleraria manifestações pacíficas. E os abusos continuaram, conforme denúncias de várias entidades de proteção dos direitos humanos desde junho de 2013 foram realizadas cerca de 200 prisões arbitrárias e mais de 10 mortos pela polícia em ação contra as manifestações populares.

> A *Justiça Global*, o Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH) e o Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola são contrários e denunciam o uso da Lei de Segurança Nacional e da Lei de Organização Criminosa em repressão aos movimentos sociais e qualquer pessoa que lute por direitos. Entendemos que a utilização de legislação penal específica para manifestações e organizações políticas é medida de exceção e enfraquece a democracia[10].

---

10 Processar manifestantes com Lei de Segurança Nacional e Lei de Organização Criminosa é uma violência contra a democracia brasileira, de 13/10/2013. Disponível em http://global.org.br/programas/processar-manifestantes-com-lei-de-seguranca-nacional-e-lei-de-organizacao-criminosa-e-uma-violencia-contra-a-democracia-brasileira/ [Consultado em 10/09/2014].

Poulantzas ao discutir a crise do Estado em 1977 apresentava novos elementos que indicavam as transformações dos Estados diante da então crise econômica. Dentre esses elementos destaco:

> A acentuação no exercício da violência de Estado (tanto no sentido da violência física como no sentido da 'violência simbólica'), o que caminha lado a lado com a acentuação do papel ideológico direto do Estado (imprensa, aparelho cultural, meios de comunicação de massa etc, em suma, aparelhos de 'interiorização da repressão'), mas também com os deslocamentos deste papel dos aparelhos ideológicos (ensino, família, etc) no sentido dos aparelhos repressivos (o exército, ou a polícia, por exemplo) implicando uma reorganização dos aparelhos repressivos. (POULANTZAS, 1977, p. 40)

Observamos que em momento de crise ou de avanço das lutas sociais as classes dominantes abrem mão das instituições da democracia burguesa, como diria Marx no 18 Brumário

> Assim, desde que o nome da liberdade seja respeitado e impedida apenas a sua realização efetiva – de acordo com a lei, naturalmente -, a existência constitucional da liberdade permanece intacta, inviolada, por mais mortais que sejam os golpes assestados contra sua existência na vida real. (MARX, 1974, p. 345)

Para legitimar o uso da violência, o discurso da lei e da ordem e da proteção da propriedade é institucionalizado através de legislação arbitrária e apresentado à população como medida de "proteção" não apenas ao patrimônio público e privado, mas àqueles que realizarem manifestações pacíficas. Entretanto a violência do aparato repressor do Estado expõe a face autoritária da democracia brasileira e como diria Poulantzas "O autoritarismo, quer dizer, o novo discurso da lei e da ordem, da segurança dos cidadãos, das necessárias restrições aos abusos das liberdades democráticas" é reeditado com ares de democrático (POULANTZAS,1974, p.78).

Poulantzas, que final dos anos 1970, alertava para a tendência das democracias burguesas caminharem em direção a um autoritarismo de novo tipo, o "estatismo autoritário", diria que no contexto atual o que era tendência se tornou regra geral. No "estatismo autoritário" se mantém o sistema eleitoral ao mesmo tempo em que se sufocam os mecanismos de participação, gerando um processo de criminalização da utopia.

O "estatismo autoritário" surgiu em um momento de crise "de transformações de classes sociais, de lutas políticas, de relações de forças" que marcaram a fase do capitalismo monopolista e representou a "nova forma 'democrática' da república burguesa". Tem como características:

> A monopolização acentuada, pelo Estado, do conjunto de domínios de vida econômico-social articulado ao declínio decisivo das instituições da democracia política e à draconiana restrição, e multiforme, dessas liberdades ditas 'formais' de que se percebe, agora, que elas vão por água abaixo, na realidade (POULANTZAS,1985, p. 234).

O autoritarismo no mundo e em especial no Brasil vem crescendo paulatinamente seja através do aprimoramento do aparelho repressor do Estado, seja através do aumento do conservadorismo, com suas respectivas expressões homofóbicas, racistas e fundamentalistas. Petras (1999) alertava, no final da década de 1990, que o processo de transição para a democracia na América Latina podia ser identificado como uma espécie de neoautoritarismo em que se convivia com um regime híbrido de democracia eleitoral com estruturas de autoritarismo. Esse regime híbrido assumia formas mais autoritárias devido a manutenção de estruturas e de grupos políticos da época da ditadura militar e se expressava pela concentração de poder no Executivo e pela criminalização dos movimentos sociais. A democracia é instrumentalizada para a realização da autonomia do mercado e os movimentos sociais que reagem são considerados ameaças ao regime.

A contribuição de Petras (1999) é importante por destacar que o autoritarismo não é conjuntural, mas estrutural. Está enraizado nas instituições e o processo de democratização que ocorreu a partir do fim das ditaduras militares não rompeu com essa prática, pelo contrário a manteve e segue funcionando e se aprimorando.

O Brasil tem uma história política marcada pelo autoritarismo e pela presença dos militares no governo. A ditadura civil-militar (1964 a 1985), foi uma reação das classes dominantes e do setor militar ao crescimento da organização política das classes trabalhadoras. Impetraram a ideologia do medo e do combate ao inimigo interno, naquele momento identificado como comunismo, para justificarem e legitimarem a repressão. Essa ideologia do medo é constantemente resgatada e instrumentalizada para ameaçar os sujeitos sociais que ousam questionar a ordem.

A ampliação dos direitos civis, políticos e sociais que se conquistou com as intensas mobilizações da década de 1980 e que ficou registrada na Constituição Federal de 1988 tem convivido com os assassinatos de lideranças dos movimentos sociais, ameaças e prisões de manifestantes. Essa situação, aparentemente contraditória, expressa o caráter autoritário da democracia brasileira.

A marca do Estado brasileiro continua sendo a repressão aos movimentos sociais e/ou seletivamente aos membros das classes populares. Conforme ocorreu com as Ligas Camponesas em 1960, duramente reprimida por reivindicar reforma agrária, as lutas sociais dirigidas, por exemplo, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, pelo Movimento dos Sem Teto, pelo Movimento dos Atingidos por Barragens ou pelo Movimento do Passe Livre, recebem do Estado o mesmo tratamento autoritário. As mobilizações e as lutas sociais contra as políticas neoliberais são identificadas como ameaça ao Estado Democrático de Direito.

No Brasil, o debate sobre a democracia atingiu a centralidade da pauta política na década de 1980, com o surgimento de grandes movimentos sociais tanto no campo popular como no campo sindical. Esse debate e as mobilizações foram fundamentais para orientar os discursos sobre o processo de transição da ditadura civil-militar para a democracia no país. Entretanto esse também é um momento de ascensão do neoliberalismo no Brasil, em que se ensaiavam as primeiras medidas dos chamados ajustes estruturais, dentre elas a adequação do Estado às necessidades do neoliberalismo, através da reforma do Estado. Embora muitas das demandas sociais, principalmente a participação no processo decisório das políticas públicas, tenham sido contemplados no texto Constitucional, o exercício desses direitos foi negado. De modo que em menos de uma década se assistiu ao desmantelamento de parte significativa do que foi conquistado nos anos 1980.

As reformas neoliberais, encaminhadas, sobretudo pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, provocaram mudanças nas políticas estatais afetando sensivelmente a sua natureza. Na prática, a "reforma" do Estado, cujo marco institucional foi o Plano Diretor da Reforma do Estado brasileiro, rompeu com a perspectiva universalizante, pública e estatal, que inscreve as políticas estatais[11] nos direitos sociais integrantes da noção de cidadania, bem como restringiu a perspectiva de participação das classes populares no processo decisório dessas políticas.

Nas manifestações de junho de 2013, grande parte da população brasileira, de diferentes estratos sociais, deixou claro que não suporta mais as políticas econômicas do Estado e o sucateamento dos serviços públicos. Exigiu mudanças que contemplassem suas necessidades imediatas e se politizou na medida em que cresceu a repressão. Teve vitórias importantes, principalmente ao impor uma pauta de discussão, mas também expôs que a falta de um projeto anti-sistêmico e de entidades enraizadas nas classes populares coloca sérios limites de organização e politização desses movimentos. É importante compreender que:

> Essas funções econômicas do Estado são de fato expressões de seu papel político total na exploração e dominação de classe: elas se articulam constitutivamente ao seu papel repressivo e ideológico no campo da luta de classe de uma formação social."(POULANTZAS, 1978, p. 87).

---

11 Para Escorel o padrão de proteção social do Brasil assume as seguintes características: 1. "o padrão autoritário e conservador de proteção social e o caráter segmentador, estratificador e discriminatório da proteção social promovido através de políticas de 'incorporação controlada' com base na concepção de 'cidadania regulada'; 2. a natureza patrimonialista da gestão das políticas sociais e as práticas clientelistas e corporativistas-meritocráticas de sua implementação; 3. a alta densidade da modalidade de assistencialismo no âmbito da modalidade de proteção social; 4. a precária institucionalidade dos direitos sociais e a conseqüente autonomia da burocracia; 5. a organização institucional pautada por centralização, fragmentação institucional, exclusão da participação e um financiamento regressivo anti-redistributivo" (Escorel, 1993, p. 42). Ver, também, Draibe (1990, 1993).

Em situações de crises as lutas de classes se acirram e se alargam, principalmente pela organização política da classe trabalhadora que reage contra o aumento dos processos de exploração e dominação e a cortina que dificulta a visibilidade da relação simbiótica entre o Estado e as classes dominantes tende a se romper. Embora a luta de classes seja constitutiva da formação social das sociedades, como já foi dito por Marx "a história de toda sociedade até hoje é a história de lutas de classes" (MARX e ENGLES, 1996, p. 66) a cada contexto histórico novas ferramentas são forjadas.

No Brasil, a relação capital/Estado tem exigido do aparelho repressor e do aparato jurídico político uma intervenção violenta para garantir os interesses do capital e impedir as formas de contestação e denúncia da miséria em que a classe trabalhadora, seja do campo ou da cidade, está submetida. A relativa autonomia do Estado em relação a economia se estreita e o uso da força tem sido a alternativa principal para manter o processo de acumulação nos trilhos.

Na prática política dos movimentos sociais são criadas tensões que dificultam a tarefa do Estado de garantir ao mesmo tempo sua legitimidade e a manutenção dos processos de acumulação longe do questionamento popular. As políticas estatais e a ação repressora do Estado não estão dando conta de ocultar o caráter classista do chamado Estado Democrático de Direito e que a sociedade capitalista não consegue garantir a liberdade e a igualdade, tão necessárias à emancipação humana.

Indicações para uma conclusão

O desenvolvimento do capitalismo em suas mais diversas expressões tem colocado em questão a própria democracia burguesa. O neoliberalismo apresenta a fase mais dramática da democracia.

Os movimentos sociais, caso queiram pautar suas ações políticas com vistas à transformação social, devem estar atentos aos limites estruturais da participação política no sistema capitalista e lutar para a ampliação, organização e politização de suas bases sociais, algo que o Estado burguês sempre procurará frustrar.

As lutas sociais e o incremento da participação política encaminhadas pelos movimentos populares podem, em tese, figurar como um processo, no sentido de apontar os limites estruturais do Estado capitalista. Obviamente, em termos concretos, isso passa pela composição social do movimento, suas formas de organização e luta, seu perfil político-ideológico e pela correlação de forças em cada conjuntura.

BOBBIO (1987) admite que mesmo nas sociedades capitalistas avançadas, apesar do sufrágio universal, dos partidos políticos e da mobilização política, a democracia não conseguiu manter suas promessas principais como: "participação (...), controle a partir de baixo (...), e liberdade de dissenso. Nos estados onde as instituições democráticas são formalmente mais aperfeiçoadas, verificam-se dois fenômenos contrastantes com o princípio proclamado da participação difusa: de um lado, a apatia política, que é falta de participação (e é interpretada, erradamente, como expressão do máximo grau de consenso do sistema), do outro, a participação distorcida, deformada ou manipulada pelos organismos de massa que têm o monopólio de poder ideológico. O controle torna-se sempre menos eficaz na medida em que se desloca o centro de poder e em conseqüência, os organismos que o cidadão consegue controlar são centros de poder sempre fictícios. Além disso, os vários centros de poder de um estado moderno — como a grande empresa ou os maiores instrumentos de poder real (como o exército e a burocracia) — não são submetidos a nenhum controle democrático (...). Quanto ao dissenso, este é limitado a uma área bem circunscrita, que é aquela do sistema econômica dominante, e não oferece nunca a possibilidade de uma alternativa radical " (BOBBIO, 1987, p. 32/3).

As políticas neoliberais estão na contramão das expectativas de participação popular e controle social das políticas públicas presentes nas lutas das últimas décadas do século XX. A participação popular conforme reivindicada nas décadas de 1979 e 1980 encontrou seu algoz nas reformas neoliberais, de modo que o controle social hegemônico continua a ser o do capital.

Esse processo ficou mais dramático com o resultado das eleições presidenciais de 2014 e o crescimento dos setores conservadores. A diferença entre os dois candidatos no segundo turno foi muito pequena, com Dilma Rousseff alcançando 51,54% e Aécio Neves 48,16%. Esse resultado mostra que o Brasil ficou polarizado e os setores à direita estão se sentindo fortes ao ponto de empreenderem uma ação ofensiva e agressiva aos movimentos sociais e ao governo.

Um exemplo significativo diz respeito à rejeição, no plenário da Câmara dos Deputados, do decreto presidencial 8.243[12] de 23 de maio de 2014, no dia 28 de outubro[13], que instituiu a Política Nacional de Participação Social. Os deputados, principalmente do DEM (Democratas), PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), PSD (Partido Social Democrático), PP (Partido Progressista) e PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), consideraram que a Política Nacional de Participação Social fere a competência do parlamento e empreenderam uma campanha contra o decreto com argumentos de extrema direita. Reforçaram a política do medo ao afirmarem que a Política Nacional de Participação Social seria a reedição dos *sovietes* no Brasil, consequentemente do comunismo da época da União Soviética e um ataque a democracia representativa.

A proposta da Política Nacional de Participação Social não institui nenhum outro conselho, apenas tem a intenção de reforçar a participação social no processo decisório das políticas públicas, portanto, não vai além do que está instituído na Constituição Federal. Os ataques da extrema direita ao decreto presidencial provocaram juristas, militantes de movimentos sociais e acadêmicos a lançarem um manifesto em defesa da democracia, entendo que o "decreto contribui para a ampliação da cidadania de todos os atores sociais, sem restrição ou privilégios de qualquer ordem, reconhecendo, inclusive, novas formas de participação social em rede[14].

Acredito que o desafio colocado nesse momento para o movimento social da classe trabalhadora, em nível mundial, é romper com a ofensiva ideológica que ao mesmo tempo em que desqualifica e criminaliza as manifestações de resistência dos trabalhadores, recompõe em bases autoritárias e conservadoras os ideais burgueses de manutenção da ordem como garantia para se manter a acumulação do capital (Silva, 2014).

E para fazer frente a agressividade da classe dominante aos direitos dos trabalhadores e a liberdade de organização, tão duramente conquistadas, cabe a classe trabalhadora "romper a unidade baseada na ideologia tradicional, sem cuja ruptura a força nova não poderia adquirir consciência da própria personalidade independente" (GRAMSCI, 1991: 11). Considero que construir uma contra-hegemonia implica reacender as utopias por um "outro mundo é possível".

Bibliografia Citada

ALMEIDA, L. F. R. de. (2014), "Tentar negociar sem submissão." Disponível em https://espacoacademico.wordpress.com/2014/10/08/tentar-negociar-sem-submissao/comment-page-1/. [Consultado em 20/10/2014].

ALTHUSSER, L. (1996), *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. In: ZIZEK, Slavoj. (Org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro, Contraponto.

BOBBIO, N. (1987). *Qual socialismo? Discussão de uma alternativa*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

DRAIBE, S. (1990). *As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas*. Brasília, IPEA/IPLAN.

_____. (1993). *O Welfare State no Brasil: características e perspectivas*. Campinas, Unicamp/Núcleo de Estudos de Políticas Públicas.

ESCOREL, S. (1993). *Elementos para análise da configuração do padrão brasileiro de proteção social. O Brasil tem um Welfare State?* Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz/ENSP.

BIHR, A. (2014), "Da Puerta Del Sol à Wall Street". *Lutas Sociais*, 31. São Paulo, pp. 75-86.

12 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm. [Consultado em 13/11/2014]

13 Câmara derruba decreto de Dilma que cria plano de participação social, 29/10/2014. Disponível em http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2014/10/camara-derruba-decreto-de-dilma-que-cria-plano-de-participacao-social-6753.html. [Consultado em 17/11/2014]

14 Manifesto em Juristas e Acadêmicos em favor da Política Nacional de Participação Social, 21/07/2014, disponível em http://www.oab.org.br/publicacoes/detartigo/62. [consultado em 14/11/2014]

BORON, Atílio. ¿Un nuevo ciclo de luchas populares? Disponível em http://www.atilioboron.com.ar/2013/06/brasil-un-nuevo-ciclo-de-luchas.html. [Consultado em 20/10/2014].

GRAMSCI, A. (1991), *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 8ª. Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

FIGUEIREDO, C. F., OLIVEIRA, L. A. de, SOUZA, R. de e SCHINCARIOL, R. (2013) "O aviso de incêndio soou: a esquerda diante do gigante verde amarelo". Disponível em http://www.viomundo.com.br/politica/o-aviso-de-incendio-soou-a-esquerda-diante-do-gigante-verde-amarelo.html. [Consultado em 20 de outubro de 2013].

MARX, K. e ENGELS, F. (1996), *Manifesto do partido comunista*. 6ª. Ed. Petropolis, Vozes.

_____. (1974), *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. In Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural.

PETRAS, J. (1999**).** Democracia y capitalismo. Transición democrática o neoautoritarismo. **http://www.herramienta.com.ar/print/revista-herramienta-n-11/democracia-y-capitalismo-transicion-democratica-o-neoautoritarismo. [**Consultado em 13/11/2014]

PINHEIRO, J. (2014), "Manifestações de junho fechando o outono". *Lutas Sociais*, 31. São Paulo, pp. 153-165.

PLEYES, G. (2014), "Ativismo nas ruas e on line dos movimentos pós-2011". *Lutas Sociais*, 31. São Paulo, pp. 87-96.

POULANTZAS, N. (1985), *O Estado, o poder, o socialismo*. 2ª. ed. Rio de Janeiro, Graal.

POULANTZAS, N. (1986), *Poder Político e Classes Sociais*. 2ªed. São Paulo, Martins Fontes.

POULANTZAS, N. (1977)*, As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado*. In POULANTZAS, Nicos. (Org.) O Estado em crise. Rio de Janeiro, Edições Graal.

Poulantzas, N. (1978), *As classes sociais no capitalismo de Hoje*. RJ. Zahar editores.

RIDENTE, M. (2013) "Que juventude é essa?. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1299690-marcelo-ridenti-que-juventude-e-essa.shtml. [Consultado em 20/10/2013].

SILVA, L. F. da e COSTA, G. C. (2014), OS PROTESTOS SOCIAIS DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL E SEUS DESDOBRAMENTOS NO ATUAL QUADRO POLÍTICO NACIONAL. Lamericas.org.

SILVA, I. G. (2014), "Estado, ideologia e criminalização dos movimentos sociais no Brasil". *Revista de Políticas Públicas*, Número Especial. São Luis: EDUFMA, pp. 189-194.

A ciranda social em torno da política de salário mínimo

Saulo Aristides
Doutorando em Sociologia- Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo da Faculdade de Economia e do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
sauloaristides@ces.uc.pt

Resumo: A negociação coletiva e a concertação social são os espaços de definição de políticas salariais e dos direitos constituídos pelos atores institucionais (representantes do governo, empresários e sindicatos) nas relações de trabalho. O salário mínimo é fruto desta construção social e de políticas redistributivas na coesão dessa interlocução nesses processos decisórios que culminam em políticas como a de sua valorização. Propusermos explorar e comparar a temática do salário mínimo nas sociedades brasileira e portuguesa. No caso brasileiro o consenso que permitiu a política de valorização do salário mínimo, mesmo encontrando nessa sociedade indício de conflitualidade. Já no português, o posicionamento destes atores da face a constrangimento do congelamento dos reajustes e aumentos reais do salário mínimo travou o processo de evolução do mínimo.

Palavras-chaves: conflito, diálogo e coesão social, negociação coletiva salário mínimo.

Introdução

A pesquisa que teve como objeto de estudo o salário mínimo e situou-se no campo de trabalho. A abordagem sustentou a compreensão das lógicas de negociação inseridas no contexto do conflito, diálogo e coesão social entre os atores institucionais que formularam as políticas de elevação do salário mínimo.

A reflexão proposta tem o escopo a construção social através da organização social através da estrutura social, institucionalismo e legitimação. Principalmente no sistema de relações de trabalho, onde o salário mínimo é resultado do grau de conflitualidade de uma sociedade e da capacidade de diálogo e coesão social dos diferentes atores institucionais. Deste conjunto dependem famílias de trabalhadores que utilizam do salário mínimo para suportar o custo de vida em uma sociedade.

A vida em sociedade é regida pelo conflito de interesse das classes sociais. A definição do necessário à sobrevivência e a busca do ordenamento social é um aspecto importante da análise sociológica. O conflito de interesses existentes em uma sociedade demonstra o antagonismo das relações sociais, onde o ponto de ebulição das relações laborais passa pelo conflito da interação social. Mas no diálogo social, buscar-se resgatar a cidadania, além do fortalecimento dos atores sociais no esforço para atender os grupos de trabalhadores menos qualificados e vulneráveis, para essa via a negociação e os meios de concertação fundem os caminhos para o desenvolvimento econômico como liberdade.

O movimento sindical é uma organização institucionalizada e pode, desta maneira negociar e propor políticas na estrutura política e social que elevem o salário, e principalmente através do salário mínimo proteger e regulação os direitos dos trabalhadores. Assim, o contrato social é o resultado do diálogo entre os diversos atores. Esse fundamento indica uma antiga lógica da formação do Estado na busca da ordem social, teorizadas por Thomas Hobbes (2008), John Locke (2001) e Jean- Jacques Rousseau (2001). Os atores renunciam a certos direitos e interesses e obtém alguma vantagem nessa matriz. A ausência do ordenamento da estruturada (estado da natureza) provoca a apreciação da condição humana. Deste modo, cada um se beneficia racionalmente da ordem política, e simultaneamente passam a existir "obrigações" políticas dos governos e dos atores.

O salário mínimo e os outros benefícios sociais demandam um esforço das sociedades em compreender a sua importância para o meio social e concertação social. Ambos os instrumentos permitem combater a pobreza e a fome, mas em sociedades e economias mais desenvolvidas, o salário mínimo regula a base salarial e é indexante de apoio sociais. Já os benefícios sociais procuram prover a subsistência das pessoas e suas famílias.

Em países em desenvolvimento, cumpre a dupla função, de dar condições a vida através do enfrentamento do custo de vida, e também regula a base salarial, além de ser um importante indexador para os indivíduos que estão fora do mercado de trabalho.
Por isso, o salário mínimo é um relevante objeto de discussão em instâncias tripartite. As sociedades buscam a resolução constante do conflito. Isso se reverte em diálogo e coesão, além de um certo grau de institucionalização e normatização. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) tem essa função e assume esse papel na figura das suas convenções e recomendações com posteriores instrumentos de fiscalização. Seu alcance e influência compreendem as diversas legislações na esfera nacional.
Sobre essa perspectiva, organizamos nossa investigação em duas partes. Na primeira iniciamos a compreensão das lógicas de negociação e coesão social através da determinação do valor monetário do salário mínimo no espaço negocial brasileiro e português. Para isso realizamos a revisão bibliográfica expondo e discutindo a ótica do salário mínimo em torno da sua relevância econômica e sociológica. Na segunda parte, pretendeu-se expor procedimentos metodológicos que orientaram a pesquisa, como o estudo exploratório e comparativo. Por fim, os resultados da pesquisa, em primeiro lugar em Portugal no contexto de crise e austeridade e depois no Brasil (contexto de crescimento econômico).

O salário mínimo na sociedade contemporânea como construção social

O estudo da construção social da realidade tem sido utilizado como referência por diversos trabalhos no campo da sociologia do conhecimento. Nesse tema discute-se os alicerces do conhecimento a partir da vida cotidiana, onde a objetividade e a subjetividade se apresentam de forma complementares na sociedade Berger & Luckmann (2004).
A sociologia aufere um caráter interdisciplinar (envolvendo a filosofia, história e muitas vezes a economia e etc.), porém interessa-nos propiciar uma reflexão nos limites das relações de trabalho (relações industriais) que é um campo multidisciplinar.
O sistema de relações industriais é compreendido em uma visão parsoniana como "um conjunto de instituições, práticas e procedimentos destinados à produção das regras que regem as relações de trabalho". Compõe o raciocínio, a ação de certos atores em certos contextos que seguem uma ideologia que unifica o sistema como um todo, um corpo de regras cuja finalidade é reger os atores em seu lugar de trabalho e em sua vida no trabalho (Dunlop *apud* Galvão, 2004: 38).
Para Hyman (2002) o sistema de relações de trabalho é um campo de luta ideológica expresso no conflito e antagonismo de classes (perspectiva marxista) e destinado a encobrir as tensões existentes na relação entre o capital e o trabalho. O "resultado desta luta normativa pode contribuir para moldar tanto a lei como a negociação colectiva". Esse sistema "é um campo de tensão entre, por um lado, as pressões exercidas pelo mercado no sentido da mercadorização da força de trabalho, e, por outro, as normas sociais e institucionais que asseguram a sua (relativa) 'desmercadorização' – um termo que tomo emprestado de Esping-Andersen (1990) ". Em outras palavras, é o ringue onde há disputas entre uma "sociedade de mercado" e a resistência dos princípios da "economia moral" (Hyman, 2002: 15).
O diálogo social é excessivamente custoso e moroso, despende demasiada energia na busca de uma "substância mínima". Esse processo difere muito da "verdadeira" negociação coletiva por não ser dinâmico e além disso, deixa os sindicatos aprisionados "por orientações estratégicas que anteriormente foram eficazes, mas que perderam força perante os novos desafios", suas manifestações frequentemente apresentam um estado inercial do ponto de vista organizativo, e não possui objetivos práticos. A fraca componente ideológica que irrompe a organização e a investida do "impacto destrutivo do liberalismo económico nas vidas das pessoas vulgares é muitas vezes amargamente ressentido" (Hyman, 2002: 26-27). Do ponto de vista organizacional, a necessidade de indivíduos politizados e preparados para os embates do cotidiano faz-se presente na maioria das instituições cujas ações políticas sobreviveram ao ataque neoliberal dos anos 1990.
A visão de Hymann (2002) e o entendimento das investidas do liberalismo contra a ação social (particularmente a organização sindical) são análogas as ideias de Polanyi (2000), "o liberalismo econômico interpretou mal a

história da Revolução Industrial porque insistiu em julgar os acontecimentos sociais a partir de um ponto de vista econômico" (Polanyi, 2000: 51). Para justificar tal afirmação, o autor exemplifica com as consequências dos cercamentos dos campos abertos e as conversões de terra produtiva em pasto (primeiro período Tudorna na Inglaterra- pelos senhores), tais como a desgraça do povo que culminou na Revolução Industrial.

A vida em uma sociedade complexa é percebida e explorada pelas pessoas no momento em que elas vivenciam o problema da pobreza. Certamente, os saltos de qualidade no processo produtivo e os ganhos de escala na produção geram desigualdades.

A perdição do pobre, os caminhos opostos entre as classes sociais, e consequentemente os sistemas econômicos constituídos são formas de construção social. Conforme dissemos, o salário mínimo é resultado de uma construção social. Por isso, é objeto de disputa e consenso entre os diversos atores de uma sociedade em um campo discussão que manifesta a dimensão moral e de justiça.

O conceito de salário é oriundo de uma relação de troca, seja pelo preço do trabalho que é determinado por uma quantia de dinheiro, e por sua vez, paga por uma quantidade trabalho (Marx, 1992: 607). Este é um dos elementos importantes da divisão social do trabalho que se afigurou como o cerne dos debates sociais e políticos, e a base do pensamento sociológico clássico presente em Marx (1992), Weber (2004) e Durkheim (1977), onde muito se ensinou sobre as relações de trabalho e o mercado de trabalho.

O "*consensus* espontâneo das partes" nos ajuda a entender como as "sociedades superiores" buscam a coesão e equilíbrio na própria divisão do trabalho, e assinalam o caráter moral e conflituante dessa ação. A organização dos "aparelhos institucionais" sustenta sua plena regulamentação e ordem. Permite a estabilidade da sociedade mesmo quando nela exista a desigualdade. Isto é, a diferença acentuada entre ricos e pobres. A sociedade se esforça a reduzi-las pelo intermédio da assistência ao menos desfavorecidos em laços de solidariedade. Da mesma maneira, a normatização é o principal "elo" das condições fundamentais da solidariedade social. As normas morais ligam-se aos sentimentos coletivos que sustentam a sociedade (Durkheim, 1977: 153- 195).

O consenso e a coesão na sociedade são alcançados através da promoção do diálogo social. É o exercício de cidadania necessário, e cimento fundamental da sociedade para a promoção de um contrato social que consolide a democracia (Estanque & Costa, 2012: 5). Na divisão social do trabalho, sua importância está entre a intensificação e a redução das desigualdades que muitas vezes é objeto de discussão nas comissões tripartite, ou em negociações existentes no mundo do trabalho. O salário mínimo é uns dos objetos de debate destas forças coletivas. Também é um instrumento mais reconhecido como elemento regulador da parcela de trabalhadores que negociam individualmente suas condições de trabalho, e de remuneração. De fato, ele sinaliza para a sociedade qual o patamar que dita a base salarial na negociação entre trabalhadores e empregadores (Montagner, 2005: 49).

O salário mínimo existe para atender muitos problemas sociais. É produto das políticas redistributivas conduzidas no Estado Social, como vem revelando uma vasta literatura neste domínio, pelo que importa suprir o debate sobre a coesão social e a negociação entre os diversos "parceiros sociais". Em vista disso, pretendemos promover uma reflexão inicial, contudo fundamental para entender os contornos do contrato social através do trabalho, do tempo de trabalho, dos mínimos sociais e salariais.

Os protagonistas dessa ação são imprescindíveis. Conforme argumentou Castel (1998), quando corroborou com a ideia do diálogo e da negociação entre os parceiros. Isso permite conceber leis e obrigações em matéria do trabalho. Entretanto, e mais importante, "nas situações de crise que a coesão social de uma nação é particularmente indispensável". A coesão social tem um custo dispendioso, da mesma maneira a guerra resguarda o seu preço elevado, nesses momentos danosos, e de desastres (como o da Segunda Guerra Mundial), a política social serviu aos interesses dos cidadãos da Grã- Bretanha promovendo o seu bem-estar (Castel, 1998: 585; 587).

A crise no trabalho é a crise do Estado, pois ele regula os conflitos e as relações entre o capital e o trabalho. O cuidado ao trabalho assalariado é entendido pela junção e ampliação dos diretos sociais e dos contratos de trabalho. Desta forma configura-se o seguro do bem – estar social das sociedades capitalistas. Mas este processo inicia e também se finda, na grande maioria dos países, em negociações políticas nos parlamentos, nos gabinetes executivos, nas reuniões e discussões travadas entre capital e trabalho, ou mesmo em comissões e espaços tripartite (Cardoso, 2010: 29).

O salário mínimo é um exemplo político dessas negociações. É o mínimo socialmente definido como necessário à sobrevivência material dos membros de uma sociedade e absorvido na produção do ordenamento da social que produz regras. Este movimento social alavanca nos "gabinetes executivos" a necessidade de produzir um salário mínimo. Além disso, há outras formas e acordos sociais a respeito do "mínimo" nos quais abrange quem não têm trabalho, como o seguro- desemprego e as políticas de renda mínima (Bolsa Família no Brasil). Estes benefícios "traçam fronteiras objetivas da necessidade, ou do mínimo civilizatório quem do qual a vida em sociedade não é considerada digna" (Cardoso, 2010: 29).

A vida em sociedade é regida pelo conflito de interesse das classes sociais. A definição do necessário à sobrevivência e a busca do ordenamento social é um aspecto importante da análise sociológica. Estanque (2003) ao estudar as "*O efeito classe média*" deixou pistas relevantes acerca dos fenômenos estruturais no qual essa classe está inserida enquanto categoria subjetiva ou como "referência simbólica propiciadora de ilusões de oportunidade, criadora de atitudes adaptativas e de aceitação, que funciona como mecanismo de integração do sistema social, assegurando assim a reprodução das próprias desigualdades sociais". Estas "novas e velhas formas de desigualdade" são criadas e recriadas conforme o avanço das sociedades democráticas e o anúncio de oportunidades com a premissa da igualdade reconstituindo "novas injustiças sociais" Estanque, 2003: 2-6).

A coesão social é o centro da esfera do trabalho. O ponto de ebulição das relações laborais atravessa a fase do conflito até a integração social. No diálogo social, buscar-se resgatar a cidadania, além do fortalecimento dos atores sociais no esforço para atender os grupos de trabalhadores menos qualificados e vulneráveis, para essa via a negociação e os meios de concertação fundem os caminhos para o desenvolvimento econômico como liberdade (Todeschini, 2005: 226).

As lutas sociais não são possíveis sem a retomada do fortalecimento dos sindicatos. Nos dias de hoje, o quadro se expõem com o intenso grau de institucionalização e distanciamento do movimento classista e *anticapitalista* demonstrando elevada subordinação a favor da ordem, "o mundo do trabalho não encontra, em suas tendências dominantes, especialmente nos seus órgãos de representações sindicais, disposição de luta com traços anticapitalista" (Antunes, 2008: 41). Reforça esta argumentação, a ideia que o Estado, no "livre mercado" não tem força para interferir na fixação dos níveis reais do salário mínimo, pois sua função é "institucionalizar" as regras do jogo, porém no plano liberal, e nas regras de instituição do salário mínimo no mercado, ele sempre será apenas o necessário para a subsistência (Oliveira, 2003: 7-10).

Neste ambiente o movimento sindical institucionalizado pode iniciar uma "luta no interior da ordem". Ao negociar e propor políticas na estrutura política e social que elevem o salário, e proteja através da regulação os direitos dos trabalhadores.

O salário mínimo, em contexto de crise econômica é uma das saídas possíveis. É fonte de justiça e também é útil no "apoio pecuniário indispensável à sobrevivência de muitas famílias" (Estanque & Costa, 2012: 6-9). Do ponto de vista sociológico são inúmeros os constrangimentos causados aos trabalhadores no âmbito do "novo capitalismo" e na lógica da expansão da acumulação do capital. Um deles são as desigualdades salariais reproduzidas na estagnação da remuneração das classes médias e baixas em relação as elites. O outro, os percalços de um sistema cujas variadas formas moldam os valores pessoais e sociais. Mas o contra fluxo desse embaraço encontra-se em uma sociedade civil que permite aos seus indivíduos florescer para a vida coletiva, através do desenvolvimento da sua capacidade de transcender a ânsia de posse e ao consumo. Fortalecer as instituições coletivas, e despertar para o sentido social da existência, dialoga com a questão do combate à pobreza (Sennett, 2007: 55; 117-124).

Entendemos que o problema tem o seu leito na formação de um Estado Social, e em uma designada política redistributiva. Digo isso, porque sobre esse enquadramento teórico, diversos autores se debruçaram a estudar (Cardoso, 2010; Giddens, 1997; Sennett, 2007; Standing, 2012; Parijs & Vanderborght, 2012; Rosanvallon, 1984; Suplicy, 2003; Wernner, 2008). Sendo esse Estado Social, forte ou fraco, sustentado por uma sociedade centrada em suas bases, ou não, a medida que ela o ampara, é indispensável para a sua coesão social e concepção, a negociação entre os diversos "parceiros" para ajustar e adaptar as obrigações referentes as matérias do trabalho frente as investidas do mercado (Santos, 1985; 1992).

O contrato social é o resultado do diálogo entre os diversos atores. Esse fundamento indica uma antiga lógica da formação do Estado na busca da ordem social, teorizadas por Thomas Hobbes (2008), John Locke (2001)

e Jean- Jacques Rousseau (2001). Os atores enunciam a certos direitos e interesses e obtém alguma vantagem nessa matriz. A ausência do ordenamento da estruturada (estado da natureza) provoca a apreciação da condição humana. Deste modo, cada um se beneficia racionalmente da ordem política, e simultaneamente há obrigações políticas dos governos e dos atores.

No espaço negocial, os atores institucionais, isto é os representantes de governo, empresários e sindicatos, em uma rede complexa de interações, juntamente com outros atores participantes do processo atingem um denominador comum que é o valor monetário do salário mínimo. É importante saber o que motiva esses atores à associação e os contornos dessas relações (as configuração das instituições e organizações e os modos e dinâmicas de natureza econômica).

Por razões óbvias qualificamos a pobreza como um problema social. Suas características denotam desarranjo e falta de solidariedade entre os indivíduos de uma sociedade. Nela não pode haver pessoas cuja condição de rendimento seja abaixo da linha do padrão de consumo. Esta situação constrange os demais membros, eleva os custos coletivos prejudicando o funcionamento das estruturas sociais. Desta maneira, a miséria dos pobres afeta o bem-estar dos ricos (Sen, 1981: 9-10).

A pobreza e a fome são consequências da falta de alimentos, das desigualdades constituídas através dos mecanismos criados para a distribuição, da elevação do preço e por conseguinte do aumento do custo de vida e também da incapacidade dos salários em atender a essas mudanças. Estes arranjos são as bases dos estudos de Sen (1981) quando observou os acontecimentos no caso de Bengala, onde o êxodo rural provocou explosão econômica no centro urbano, condenando a morte milhares de trabalhadores por falta de alimentos.

No *Relatório do Desenvolvimento Humano,* Amartya Sen foi um dos principais consultores do *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)*, e estabeleceu uma relação interessante entre os nomeados "rendimentos relativos" e a "capacidade humanas absolutas". O conceito de pobreza humana está intimamente ligado aos fenômenos culturais de uma sociedade. Por exemplo, o indivíduo pobre em Portugal (desenvolvimento intermédio) é conceitualmente diferente do pobre no Brasil (em desenvolvimento), pois ser relativamente pobre de rendimento de uma sociedade intermédia, como a portuguesa, pode gerar "pobreza absoluta". Isso depende da incapacidade de um indivíduo adquirir as mercadorias consonantes ao estilo de vida estabelecido naquela sociedade (PNUD, 2004: 13-14).

Nesse cenário, o salário mínimo destaca-se por ser meio de diminuir as desigualdades sociais e ser um elemento eficaz na elaboração de políticas públicas que visem a diminuição da pobreza e a distribuição de renda. O seu efeito multiplicador e rebatimento nos outros instrumentos de distribuição permitem a apreciação dos valores mínimos oferecidos nesses programas.

A elevação do valor do salário mínimo impacta diretamente nas aposentadorias e consequentemente no consumo das famílias pobres. O benefício vinculado aos programas sociais, e a extensão para a remuneração dos trabalhadores rurais permite a remuneração atender a regiões mais remotas e distantes dos grandes centros urbanos, onde o aumento do padrão de consumo dessas populações depende de transferências socias (Medeiros C. A., 2005: 24). Por isso é motivo de disputa ideológica, onde suas configurações são produzidas a partir de interesses antagônicos. No sistema de relações de trabalho é o campo de luta ideológica expresso no conflito de classes, onde são revelados as tensões existentes na relação entre o capital e o trabalho.

No momento em que a sociedade vivencia o problema da pobreza e os caminhos opostos entre as classes social é possível a busca do diálogo como solução destes problemas e construção de uma nova sociedade. O salário mínimo é um dos objetos do debate da construção de um novo contrato social, uma vez que existente para resolver muitos problemas sociais e é produto das políticas redistributivas conduzidas no Estado Social.

Configurações de um objeto de estudos: Brasil e Portugal

O ambiente negocial foi o espaço onde os atores institucionais (representantes de governo, sindicato e empregadores) negociaram as políticas elevação do valor monetário do salário mínimo. Em Portugal esses espaços são denominados: Comissão Permanente de Concertação Social do Conselho Econômico e Social. No Brasil: Comissão Tripartite.

A Concertação Social portuguesa fixou a evolução do salário mínimo no período de 2006 a 2011. No entanto, com o agravamento da crise político econômica, o governo recentemente descumpriu o acordo firmado, intensificando o conflito entre os atores institucionais. No caso brasileiro, mesmo com posições antagônicas presentes na sociedade, a Comissão tripartite determinou sucessivos reajustes a partir de 2005, culminando, mais tarde, na aprovação da Lei n° 12.382, de 25 de fevereiro de 2011 – que estabeleceu o valor do salário mínimo em 2011 e a sua política de valorização de longo prazo até 2019. Seus parâmetros consideram o reajuste a partir da inflação, e o aumento real baseado na produtividade condicionado ao cálculo do PIB (Produto Interno Bruto). Porém há o compromisso de revisão desses critérios em 2015 que recoloca o debate de maneira contundente e polêmica na sociedade brasileira (DIEESE, 2010: 14; Governo Federal Brasil, 2013) Isto posto, afigurou-se a necessidade de adquirir uma compreensão do ambiente negocial (ausência de consenso) que influiu na valorização do salário mínimo. No caso português, e no caso brasileiro, e assim entender o que permitiu o consenso em uma sociedade com interesses antagônicos, no caso brasileiro. Tais questões pretenderam orientar a nossa procura pelo saber, a elucidação e compreensão do objeto (Quivy & Campenhoudt, 1998: 32).

No Brasil a elevação do salario mínimo resultou de esforço e mérito da sociedade em permitir uma política nesse sentido. O contexto de crescimento econômico e consecutivamente a escolha pelo desenvolvimento, que teve como consequência a estabilidade monetária, a melhora no mercado de trabalho. Coube compreender qual os impactos dessa política de valorização nos últimos anos no país. Em Portugal foi necessário abordar e compreender os efeitos da interrupção do processo de valorização do salário mínimo e as consequências. Os resultados dessa configuração foram necessariamente importantes para o debate sobre o salário mínimo no Brasil, uma vez que o formato e características do Estado Social e das políticas sociais portuguesas permitiram estabelecer vínculos interpretativos importantes para refletir a realidade brasileira.

A negociação do salário mínimo no espaço tripartite tanto na concertação social portuguesa, como no caso da política de valorização do salário mínimo brasileira é fruto de uma construção social antagônica entre os atores institucionais. Nessa conflitualidade interessou-nos identificar os obstáculos presentes no ambiente negocial (ausência de consensos) que influenciaram na valorização do salário mínimo, no caso português e de modo contrário, o consenso que permitiu a política de valorização do salário mínimo, no caso Brasileiro. Tendo isso presente definimos que era importante: a) iniciar uma discussão teórica sobre conflito, diálogo e coesão social (tendo como "pano de fundo" o Estado Social); b) delimitar o seu papel na definição do salário mínimo (valor monetário) no Brasil e em Portugal; c) analisar os impactos do valor monetário do salário mínimo nos dois países.

A partir desse momento julgamos necessária uma estratégia metodológica que permitisse maior aproximação do objeto. Desta forma, o estudo exploratório permitiu alargar a perspectiva de análise, tanto no Brasil, como em Portugal (Quivy & Campenhoudt, 1998: 109). De modo simultâneo, o estudo comparativo pretendeu refletir sobre a negociação do salário mínimo e as políticas de valorização salarial (ambos os países possuem políticas de valorização do salarial), focando no processo de negociação coletiva dos atores institucionais brasileiros e portugueses expressos nas estratégias de determinação do salário mínimo (valor monetário). E também pesquisar os impactos (dos resultados dessas negociações do salário mínimo) nessas sociedades.

A escolha privilegiou o estudo exploratório, e o método comparativo que se justificou pela existência de semelhança entre os fatos sociais, pois ambos os países possuem políticas que intencionam elevar o salário mínimo, além da aproximação cultural, e os diferentes níveis de avanço no caso das políticas sociais e do Estado Social (Fideli, 1998: 44). Existem fatores contextuais que influenciam no objeto de estudo. Por exemplo, a conjuntura economia. O país europeu vive um momento de crise política econômica e o país sul-americano vivencia o crescimento econômico.

A escolha pelo estudo comparativo binário (Brasil e Portugal) possibilitou uma análise mais focada. Caso contrário, um estudo abrangendo muitos países, aumentaria o grau de complexidade e também traria dificuldade para a percepção das variáveis e dos fatos (Dogan e Pelassy, 1983: 356).

Diante dessa perspectiva foi imprescindível o uso da análise de documentos "universais", em outras palavras este material foi útil para o estudo dos dois países, como o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2004, a Convenção nº 131 – *Minimum Wage Fixing Convention, 1970*a e a Recomendação nº 135 – *Minimum Wage*

Fixing Recommendation, 1970b, e a Carta Social Europeia do Conselho Europeu de 1996. Empregamos e examinamos documentos específicos de cada país. Como foi o caso da "Lei da Renda Básica de Cidadania- nº 10.835 de 2004" e da Lei nº 12.385 de 2011 – estabeleceu a política de valorização do salário mínimo, no Brasil; Constituição Portuguesa – Art. 59 (Salário Mínimo), Decreto- Lei nº 143 de 2010 – que fixou a evolução do salário mínimo em 2006 a 2011.

Para realizar a análise empírica e assim o entendimento do espaço negocial, optamos pela recolha de posicionamento dos atores institucionais nos principais meios de comunicações de cada país, a coleta variou pelo assunto "salário mínimo" e "reajuste /valorização do salário mínimo".

Não recorrente, mas encontramos opinião, políticos, empresários, sindicalistas e especialistas. Em Portugal, receptamos os posicionamentos desse atores no Jornal Público e da Antena 1 no período de 2007 a 2013 que se justifica por ter sido o início do processo de valorização do salário mínimo. Porém esse assunto voltou a pauta de discussões nos meses finais do ano de 2013, de onde retiramos a maioria dos posicionamentos.

No Brasil, concentramos nosso levantamento no Jornal Valor Econômico, no intervalo de 2005 a 2013, o que se fundamenta no começo da mobilização sindical que trouxe o debate a sociedade e culminou na política de valorização, onde a consolidação da apreciação salário mínimo já continha elementos suficientes para perceber seus impactos. Isso permitiu uma dimensão descritiva (com base nas narrativas dos atores) e interpretativa da análise do objeto de estudo (Guerra, 2012: 62; Quivy & Campenhoudt, 1998: 226-227; Bardin, 1995).

Enfim, analisamos os impactos do valor monetário do salário mínimo nos dois países, com o auxílio dos dados primários e secundários conhecidos. No Brasil, as referências seguiram o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), a PNAD (Pesquisa por Amostra de Domicílio – IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Ministério de Desenvolvimento Social. Em Portugal, o Observatório das Desigualdades, o EUROSAT, o INE (Instituto Nacional de Estatística), GEE- Ministério da Economia e Segurança Social.

O salário mínimo em Portugal no contexto de crise e austeridade

O Estado Social em Portugal se instaurou pós- revolução de 25 de abril de 1974, em um ambiente emergido no pacto social, no qual surgiu uma forte sociedade-previdência, em um processo de renegociação social, atendendo a uma grande aceleração e transformações com as rupturas originadas desse processo. De tal forma, culminou na perda do império colonial remanescente até a época, instituição de um regime democrático tendo como característica a centralidade do Estado nos sucessivos saltos qualitativos do sistema produtivo. Contudo os indicadores sociais posicionaram a sociedade portuguesa como intermédia, ou semiperiférica (Santos, 1985: 869-877; 1992: 10).

O passado de império colonial ofereceu ao país conexões políticas e culturais que se permanecem até os dias de hoje com as antigas colônias. Por ser periférico (em relação aos países Europeus e América do Norte considerado centro do capitalismo), essa colocação credencia Portugal como um país capaz intermediar os dois polos, centro e periferia (Santos, 1992: 10). O dinamismo econômico e os fundamentos organizativos no interior da União Europeia denotam o seu estágio de desenvolvimento intermédio (Reis, 2009: 143).

A sociedade e a economia portuguesa seguem o percurso do intermédio, semiperiférico e da intermediação do centro e periferia. Esta classificação teórica cingiu o conceito emergente do sistema- mundo que traça as características do centro e da periferia e o posicionamento das funções de intermediação da posição do país (Wallerstein, 2013: 93-94).

O país detém um modelo social com défices estruturais "com todas as pressões acrescidas sobre o sistema que, em simultâneo os seus défices provocam", neste caso são fortemente dependente e compensatório de uma sociedade previdência (Ribeiro, 2009: 147- 151).

Não é à toa a particularidade do modelo de Estado Social, adotado, na ansia das transformações sociais. O "modelo escandinavo e anglo-saxónico" referenciado por Portugal, de manira peculiar fortaleceu uma sociedade providência. As consequências desse arranjo "legitimam" a ausência do Estado no âmbito das políticas sociais, e talvez do seu funcionamento nos dias de hoje, como se segue: *"O estado português é um*

semi- Estado- providência ou um lum-pen- Estado- providência. Porém, o défice da providência estatal é parcialmente coberto por uma sociedade-providência forte" (Rosavalon, Lipietz, Aglietta e Brender apud Boaventura, 1992: 9).

Atualmente avivou-se o debate de finais do século passado, sobre a eficiência do estado- providência português. O desarranjo do discurso oficial e a prática, ao descrever as políticas de ativação, ou de recolocação profissional com base na experiência com desempregados, conclui-se que "embora as medidas existentes em Portugal não se afastem muito das existentes em outros países, sua aplicação prática – retraída e seletiva – contrasta com um discurso de activação bastante avançado". Essas políticas não cumpriram a função de instrumento decisivo de "inserção social continuando a sociedade- providência a preencher as lacunas de proteção deixadas em aberto pelas políticas públicas." (Hespanha, 1999: 75-76).

A crise no quadro europeu impôs aos diversos atores sociais (entre eles, as famílias, os trabalhadores, as comunidades) os efeitos do endividamento, a redução no tempo de lazer, a precariedade e o desemprego. Desta maneira, o nível de confianças nas instituições públicas, nas pessoas, diminuiu consideravelmente, com isso, os laços de solidariedade e de cooperação enfraqueceram (Carmo & Rodrigues, 2009: 15). Isso desarticula sociedade providência portuguesa, consequentemente o seu estado providência.

Em Portugal, as medidas de austeridade findou na ausência de um projeto de desenvolvimento assentado em compromissos assumidos pelos principais parceiros sociais (em sede de concertação). Neste contexto, o bloqueio do processo de negociação e consolidação de uma política consistente de valorização do salário mínimo terá como consequência à coesão social no país e do seu potencial de desenvolvimento futuro.

Enquanto o espetáculo da austeridade avançou na sociedade do trabalho. Houve a intensificação do desmantelamento das relações laborais. No sentido precarizante em Portugal e na Europa, o aumento dos falsos recibos verdes, dos contratos a prazos ou temporário, do trabalho informal (Estanque & Costa, 2012: 2-3). Em termos globais, a perda do significado do trabalho dá face à "morfologia do trabalho" cujas consequências são os desenhos multifacetados e flexíveis nas relações de trabalho, no entanto dá maior sentido a lutas sociais globais na configuração de uma "nova morfologia do trabalho" (Antunes, 2013).

A austeridade das políticas anticíclicas convergem com esses efeitos desastrosos e é vinculada a problemas sistêmicos financeiros que subitamente perturba o indivíduo, sua família, e as organizações. Em um processo interpretado por Ferreira (2012) como "requisição civil" que manifesta a indiferença governamental aos percalços causadores do mal-estar social. A esta ideia, também presente em Carmo & Rodrigues (2009), soma-se o aumento da desconfiança nos políticos, nas instituições públicas e no enfraquecimento dos laços de solidariedade e cooperação.

Há também aspectos importantes no campo da economia, como ressalta Reis (2009) quando atribui o défice do trabalho no cenário de crise "a capacidade empresarial, da sabedoria na gestão e da imaginação organizacional e competitiva – porventura o da própria justiça social presente na relação salarial", firmando uma maneira diferente da maioria de discutir a crise nesse novo contexto (Reis, 2009: 11;12).

Atualmente em Portugal, 15% dos trabalhadores por conta de outrem (escalão de remuneração base) auferiram o salário mínimo nacional, em 2011, do total de 4,5 milhões de trabalhadores. Esse percentual representa aumento de 7 pontos percentuais em relação aos 8% apurados em 2006 (GEE et al., 2013). Se o quadro político econômico perpetuar ou mesmo agravar, estaremos sentenciados a observar um número ainda maior de trabalhadores dependentes do salário mínimo (OIT, 2013 c: 3). Entre 2006 e 2011 o valor monetário foi reajustado 25,68%. No mesmo período se observou o aumento real de 16,36%. Entretanto, durante os anos seguintes (2011 a 2012) as sucessivas perdas inflacionárias (-3,49%, - 1,88%) reduziram o aumento real acumulado para 10,19%. Em 2013, até outubro, o período de recessão e consequentemente deflação acumulou -0,24%. Isso rebateu positivamente no aumento real em 2,47% elevando o valor monetário - 475,87 euros para 487,62 euros (Tabela 1).

Tabela 1
Salário Mínimo Mensal e Aumento Real
Portugal
2006 - 2013

Ano	Valor Real	Aumento real/ Perda
2006	385,90 €	-0,10%
2007	403,00 €	1,90%
2008	426,00 €	3,10%
2009	450,00 €	6,40%
2010	475,00 €	4,20%
2011	485,00 €	-3,49%
2012	475,87 €	-1,88%
2013	487,62 €	2,47%

Fonte: Observatório das Desigualdades;
INE -IPC, calculado até outubro de 2013.

Entre os países da União Europeia e outros selecionados que adotaram o sistema de salários mínimos, o valor pago em Portugal figura-se na décima segunda posição entre os demais. O salário mínimo mais baixo é auferido na Romênia (157,50 euros), e Bulgária (158,50 euros), enquanto os mais altos pertencem a Luxemburgo (1.874,19 euros), Bélgica (1.501,82 euros), Holanda (1.469,40 euros), Irlanda (1.461,85 euros), França (1.430,22 euros), Reino Unido (1.264,25 euros) e Estados Unidos (952,46 euros) consecutivamente.
Estes dados denotam a imprecisão das informações empregadas no Decreto- Lei nº 143/2010 enquanto a "qualidade dos reajustes" apurados em Portugal. Ora, uma das noções do documento enquadra a valorização do salário mínimo (em 2011) como uma aproximação do "padrão da União Europeia" e a importância do valor face ao custo de vida. A prática padrão do valor do salário mínimo na UE conforme vimos varia entre os 157,50 euros pagos na Romênia e os 1.874,19 euros em Luxemburgo, ou seja, um intervalo que difere mais de dez vezes entre o menor e o maior, sendo difícil qualificar um padrão. Outra informação relevante reside no fato de não existir indicadores que apuraram o impacto do salário mínimo no custo de vida de uma família de trabalhadores em Portugal.
No entanto, durante mais um ano não haverá reajuste do salário mínimo em Portugal. O ministro do Emprego e da Solidariedade, Pedro Mota Soares fez declarações nesse sentido, e justificou com o fato do Programa de Assistência Financeira vigorar (junho de 2014), e causar constrangimento ao orçamento (Público, 2013).
A posição contrária do governo frente ao reajuste do salário mínimo é evidente nessa passagem. É visível a posição política na dianteira desta questão. No argumento apresentado o "governo anterior" fechou o acordo por isso quase se "isenta" da responsabilidade atual. Desta maneira acrescenta a necessidade de discussão na concertação social, ou seja na relação enfraquecida entre os parceiros. Nesta conjuntura é difícil o consenso, logo o interesse do não reajustes se perpetua. Obviamente, o projeto neoliberal se fortalece.
Por outro lado, a represente da oposição (Mariana Aiveca- deputada do Bloco de Esquerda) contra argumenta, com a seguinte manifestação: *"Quem define as políticas são os governos eleitos. O Governo de Portugal tem uma palavra a dizer sobre política e não podemos estar permanentemente a invocar os constrangimentos da troika."* (Público, 2013). As declarações se deram no espaço onde foi apresentado o relatório "Enfrentar a crise do Emprego em Portugal" (2013 c) produzido pelo Grupo de Ação interdepartamental da OIT sobre os países em crise.
O Relatório avalia o impacto da crise no mercado de trabalho português, declara que o país perdeu um em cada sete postos de trabalho depois do programa de assistência financeira (2011), em consequência o desemprego jovem atingiu 37% em julho de 2013, o salário mínimo ficou congelado, houve o estreitamento do sistema de prestações de desemprego, o agravamento da pobreza (em especial para nas famílias com crianças de pouca

idade), e emigração da população residente. Neste ínterim, o salário mínimo, diminuiu em termos reais e duplicou a proporção de trabalhadores que o recebem. Além disso, "o valor absoluto do salário mínimo em Portugal é relativamente baixo para os padrões da UE" (OIT, 2013: 11; 27).

A reflexão com base no Relatório da OIT é importante para este trabalho pois trata-se de opiniões técnicas e consolida toda a argumentação desenvolvida até esta etapa. Não obstante, as Centrais Sindicais portuguesas e as lideranças dos partidos de oposição, também manifestaram suas posições ao redor do salário mínimo. Em reunião com a cúpula política do Partido Socialista (PS) e do Bloco de Esquerda (BE), que abordou o tema, o secretário-geral Arménio Carlos da CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses) declarou: *"Houve um reconhecimento que, neste momento, é preciso lançar um movimento nacional de exigência pelo aumento imediato do salário mínimo nacional.* […] *O primeiro-ministro está a tentar fazer da concertação social a câmara das corporações. E não parece que esteja interessado em negociar, está interessado em impor",* (Público, 2013 a).

As lideranças, nesta oportunidade pretenderam lançar um movimento nacional para reivindicar o reajuste do salário mínimo dos atuais 485 euros para 515 euros. Do PS, o dirigente Miguel Laranjeiro espera do governo o anúncio do aumento do salário mínimo e a necessidade de parar com "uma política de empobrecimento". Na mesma linha de articulação política (pró-reajuste), a coordenadora do BE, Catarina Martins acredita que o aumento do salário mínimo não teria "nenhum impacto no défice do país", e sim "um impacto muito positivo na economia" (Público, 2013 b).

Por fim, o secretário-geral da UGT (União Geral de Trabalhadores), Carlos Silva, diz: *"A UGT não concebe a existência de um programa cautelar. Se houver programa cautelar, a central sindical não assina nenhum acordo.* […] *está disposto a aceitar que o salário mínimo entre em vigor apenas em julho de 2014, mas tem de existir um compromisso do governo, porque a UGT não pode ceder mais…"* (Antena 1, 2013).

Neste caso, a posição política da UGT concede mais flexibilidade para a negociação do salário mínimo, aceitando a discussão do reajuste em julho de 2014. Entretanto, conforme afirmamos, os efeitos do não-reajuste do salário impacta diretamente no arranjo salário da sociedade portuguesa, causando desigualdades.

O que foi exposto até aqui traduz a necessidade de auferir os verdadeiros impactos do valor monetário do salário mínimo para uma família de trabalhadores. No ambiente de crise político econômica, essa lacuna torna-se imprescindível, pois encontra-se nesta conjuntura obrigação de cobertura dos mais desfavorecidos nessa sociedade.

O salário mínimo no Brasil no contexto de crescimento econômico

A construção do Estado Social brasileiro segue o roteiro de uma complexa sociedade, onde os setores do trabalho (mais ou menos organizados) e os baixos salários explicam o beneficiamento de uma classe social face a outra. Esse fato reforça a discussão ideológica em torno do salário mínimo no Brasil. Sabe-se que o processo de industrialização, na primeira metade do século XX culminou na modernização da indústria e no fortalecimento de setores como o agrário- exportador. Isso marcou a forte presença do Estado na promoção de bens de capital e infraestrutura para esses setores, uma vez que a preocupação secundária concentrava no estímulo ao consumo em massa. Os efeitos desta estrutura e a decisão autárquica de caráter político levaram o aparecimento das organizações de trabalhadores assalariados (Andersen, 1994; e Cardoso A., 2010; Gomes, 2006; Kerstenetzky, 2011).

As reivindicações e o descompasso dessa nova classe em desarticulação com os meios de produção também foram elementos que formaram o Estado Social brasileiro. Isto é, os conflitos nas relações de trabalho são o espelho desse Estado, muito embora, os gastos sociais da época tivessem o intuito do fortalecimento do mercado interno, por via do consumo das famílias (Medeiros M., 2001: 8-21).

Nos dias de hoje, a polêmica existente sobre a política do salário mínimo muito pode ser explicada pelos reflexos do Estado Social brasileiro nas políticas sociais. Na polarização entre os representantes do capital e do trabalho, uma vez que os detentores dos meios de produção são protetores do lucro e se assustam com o rebatimento do aumento do salário mínimo nos seus custos. Nesta linha de pensamento, o setor agrário- expor-

tador (com forte presença no parlamento) paga os menores salários e receberiam os impactos de uma política como essa. A classe média e sua preocupação com aumento do custo dos serviços. Por isso é difícil reversão desse modelo altamente concentrador de renda e como resultado há pressão pela sua elevação pelos setores da sociedade de desejam a distribuição de renda, "na estrutura do trabalho e no combate a fome", mas também há os setores conservadores centrados na discussão sobre o impacto do salário mínimo nas contas públicas em especial da previdência social e nos efeitos dos custos salariais e no possível desemprego que causaria (Krein, 2007: 285).

O signo do salário mínimo esteve de maneira assídua nas incontáveis manifestações, mobilizações, congressos e greves na ação sindical. Todavia o pleito específico a respeito de uma política de longo prazo designada à elevação monetária não esteve efetivamente na agenda sindical nos anos 1990 e 2000. Salvo algumas poucas vezes, mas sem efeito concreto. Mas na realidade durante um longo período a questão do salário mínimo não adquiriu maior relevância nas mobilizações sindicais e populares, muito embora a bandeira de reivindicações sempre estiveram presente nessas ações (Krein, 2005: 5-6)

Nas Centrais Sindicais brasileiras são decididos um conjunto amplo das questões do trabalho, geralmente as de carater universal é dedicado ao poder central da ação coletiva dos trabalhadores. Dessa forma, o salário mínimo ficou reservado a pauta das reivindicações anuais nas comemorações do dia do trabalhador (entre abril e 1º de maio) de cada ano. Mas havia um distanciamento entre as mobilizações e o plano efetivo. A representação sindical, nos últimos anos adotou como estratégia conduzir as discussões para o campo ideológico. A crise e os constrangimentos causados nas décadas de 1990 e 2000, não favoreceu a pauta sobre o tema que era subordinado as políticas de Estado, e também "não houve um movimento estratégico de envolver a sociedade em torno dele. Outros temas – entre os quais a reforma agrária – foram colocados na agenda nacional por meio de mobilização social. O debate não conseguiu ir para as ruas e praças, apesar de atingir um número significativo de pessoas." (Krein, 2005: 5-6).

Na esfera sindical rege-se a prioridade ao salário base (piso). De modo singular, no ambiente de crise as categorias tendem a garantir nas negociações a proteção aos pisos, pois as reivindicações dos seus associados e representados urgem a demanda da defesa dos direitos locais. Por isso, "a luta pelo piso que não deixa de ser importante, foi e continua sendo a estratégia privilegiada dos sindicatos brasileiros". No caso do salário mínimo, a estrutura sindical serve as categorias de "menos tradição sindical" e com pouca capacidade de mobilização (na maior parte das vezes, isso ocorre quando a representação patronal é muito mais forte do que a sindical). Mas também serve de apoio as negociações dos pisos salariais (na maioria da vezes são bem próximos do salário mínimo) (Krein, 2005: 5).

No geral os conservadores consideram os pobres remunerados pelo salário mínimo "muito caros" e variadas vezes defendem o Programa Bolsa Família como mais "barato" e eficiente no combate a pobreza. Torna claro a confusão entre combater a desigualdades e "amparar a pobreza". O programa foi amplamente positivo na exclusão da fome. Em uma entrevista em janeiro de 2012, Marcelo Neri (então chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas –FGV – RJ) afirmou: *"O efeito do salário mínimo é pequeno no combate as desigualdades. Sou mais fã do Bolsa Família. E critico do salário mínimo"* (Cintra, 2012: 33).

Nesses cometários acerca do salário mínimo fica evidente a preferência pelas contas públicas, ajuste macroenconômicos e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Neste caso, a questão das desigualdades aparece como um fator secundário e confuso com relação a erradicação da pobreza. O crescimento econômico e o equilíbrio das contas públicas inúmeras vezes maquiam os resultados de políticas sociais.

Recentemente o jornal Valor Econômico colheu diversas opiniões ao respeito da política de valorização do salário mínimo, entre elas destaca-se a do professor Erik Figueiredo, professor da Universidade Federal da Paraíba e coordenador do Núcleo de Estudos em Economia Social (NEES): *"Os aumentos salariais acima da produtividade têm como efeito colateral uma forte pressão inflacionária [...], política pode acarretar perda da competitividade das empresas, aumento do desemprego e da inadimplência, além de perda de poder de compra da população mais pobre* […] *Se você faz uma política de redistribuição que não cuida, ou que destrói de certa forma, os fundamentos macroeconômicos, o ganho de hoje pode ser a perda de amanhã*" (Valor Econômico, 2013).

A passagem ilustra o maior significado as condições macroeconômicas, ao aumento de produtividade, ao lado

da oferta, das empresas e justifica as melhores condições sociais como consequência do crescimento. Transfere para o "amanhã" os avanços sociais.

Na avaliação do Professor Sérgio Firpo (Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas -FGV) "as transferências de renda que impõem certas condicionalidades, como a frequência escolar, fazem muito mais sentido", a esse argumento soma-se "a política do salário mínimo não deve ser encarada como uma política de combate à redução da desigualdade" (Valor Econômico, 2013). As transferências de renda, nessa visão, não estão atreladas ao direito dos cidadãos e sim a um condicionante que torna obrigação o ajustamento do pobre as regra impostas pelas classes sociais mais abastadas.

Segundo os dados da PNAD, 8. 870 mil famílias possuíam rendimento mensal até 1 salário mínimo, esse número representava 13,46% do total de 65.894 mil famílias em 2012. Em 2006, esse número somava 6.653 mil famílias do total de 50.833 mil. Ao comparar os dois períodos, o número de famílias com rendimento de até 1 salário mínimo cresceu, 33,32%, mais de 1 até 2 salários mínimos, 55,24%, mais de 2 a 3 salários mínimos, 50,83%, mais de 3 a 5 salários mínimos, 40,96%, mais de 5 a 10 salários mínimos, 8,72%. No intervalo de 10 a 20 salários mínimos houve queda de 20,61%, e mais de 20 salários mínimos, queda de 44,71%. Em suma, aumento substancialmente o número de famílias com rendimento de até 5 salários mínimos e de modo inverso, queda do número de famílias com remuneração média de mais de 10 salários mínimos. É interessante ressaltar que a propensão das famílias sem rendimento diminuiu 27,09% (Tabela 2).

Tabela 2
Famílias residentes em domicílios particulares e
Valor do rendimento médio mensal
Brasil
2001 - 2012

(Em mil)

Classes de rendimento mensal familiar	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Até 1 salário mínimo	**6.653**	**7.105**	**7.802**	**7.460**	**8.534**	**8.682**	**8.450**	**8.243**	**8.765**	**8.294**	**8.870**
Mais de 1 a 2 salários mínimos	**9.791**	**10.491**	**11.018**	**12.120**	**12.909**	**13.723**	**13.310**	**13.598**	**14.326**	**14.372**	**15.200**
Mais de 2 a 3 salários mínimos	7.452	7.975	8.527	8.635	9.117	9.943	10.018	10.305	10.523	11.092	11.240
Mais de 3 a 5 salários mínimos	9.221	9.306	9.739	10.654	10.409	10.300	11.068	11.674	11.946	12.270	12.998
Mais de 5 a 10 salários mínimos	8.391	8.318	7.907	8.468	8.449	8.401	8.434	8.859	8.634	9.029	9.123
Mais de 10 a 20 salários mínimos	4.100	3.953	3.822	3.855	3.561	3.436	3.608	3.661	3.420	3.374	3.255
Mais de 20 salários mínimos	2.261	2.221	1.906	1.844	1.699	1.554	1.482	1.528	1.366	1.340	1.250
Sem rendimento	1.923	1.676	1.788	1.615	1.570	1.457	1.613	1.345	1.461	1.429	1.402
Sem declaração	1.042	979	1.051	1.229	940	1.161	1.496	1.721	1.843	3.158	2.556
Total	50.833	52.025	53.561	55.879	57.188	58.656	59.479	60.934	62.284	64.358	65.894

Fonte: IBGE - PNAD

Os dados sugerem os efeitos da política de valorização do salário mínimo, conjugado com o aumento do emprego com proteção de contrato de trabalho e seu rebatimento direto nas famílias.

O rendimento médio mensal das famílias de até 1 salário mínimo, no período 2001 a 2012, passou de R$ 137,00 para R$ 471,00, crescimento de 3,44 vezes. As famílias com mais de 1 a 2 salários mínimos elevou 3,47 vezes seus rendimentos (R$ 976,00), com mais de 2 a 3 salários mínimos, 3,45 vezes (R$ 1.554,00), com

mais de 3 a 5 salários mínimos, 3,41 vezes (R$ 2.413,00), com mais 5 a 10 salários mínimos, 3,39 vezes (R$ 4.291,00), com mais de 10 a 20 salários mínimos, 3,38 vezes (R$ 8.469,00), com mais 20 salários mínimos, 3,30 vezes (R$ 21.911,00). O rendimento total médio das famílias foi de R$ 2.557,00 em 2012 (Tabela 3).

Tabela 3
Valor do rendimento médio mensal das famílias residentes em domicílios particulares
Brasil
2001 - 2012
(Em Reais)

Classes de rendimento mensal familiar	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Até 1 salário mínimo	**137**	**155**	**180**	**193**	**229**	**257**	**284**	**313**	**343**	**406**	**471**
Mais de 1 a 2 salários mínimos	**281**	**322**	**372**	**405**	**478**	**544**	**582**	**648**	**717**	**844**	**976**
Mais de 2 a 3 salários mínimos	451	514	598	648	766	882	938	1.039	1.150	1.358	1.554
Mais de 3 a 5 salários mínimos	708	799	942	1.012	1.181	1.359	1.471	1.614	1.790	2.108	2.413
Mais de 5 a 10 salários mínimos	1.266	1.428	1.683	1.826	2.118	2.431	2.619	2.875	3.195	3.741	4.291
Mais de 10 a 20 salários mínimos	2.503	2.812	3.304	3.605	4.198	4.856	5.168	5.687	6.285	7.333	8.469
Mais de 20 salários mínimos	6.628	7.332	8.361	9.078	10.550	12.202	12.945	14.054	15.431	17.964	21.911
Sem rendimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	993	1.083	1.174	1.259	1.390	1.540	1.651	1.836	1.935	2.272	2.557

Fonte: IBGE - PNAD

Os dados acima nos revelam um importante impacto positivo da política de valorização do salário mínimo, na vida trabalhadores. A sua construção, no contexto brasileiro é para ser caracterizado por um mérito da sociedade. Soma-se a esse ponto, o caráter estruturante dessa política pública que conjuga o padrão de desenvolvimento econômico com algumas dimensões possíveis dessa ação. Os sucessivos aumentos reais do salário mínimo não tribularam o mercado de trabalho, pois o sistema econômico permitiu "o aumento do nível geral das ocupações, da formalização dos contratos de trabalho e da redução da desigualdade de rendimentos evidenciando a não-inexorabilidade das teorias que advogam em favor de um *trade- offine* vitável entre aumentos reais de salários e queda do nível de emprego ou informalização dos contratos" (JR., 2013: 373).

O crescimento econômico combinado com estabilidade monetária (com a redução do patamar de inflação), consolidado a partir de 2004, contribuiu com a formalização dos contratos no mercado de trabalho, e com as conquistas dos trabalhadores com elevado nível de organização e de seus sindicatos nas negociações salarias. Essa melhora no quadro do trabalho conduziu para a recuperação das remunerações e com a redução das desigualdades das remunerações (GLU, 2010: 16).

A apreciação das remunerações, em especial o aumento real do salário mínimo não se converteu em inflação dos setores econômicos, principalmente aqueles "afetados" com esse impacto dos salários na economia. A razão que se atenta compreende a premissa do nível da capacidade instalada, pois nos últimos anos, esses setores operaram com a sua condição plena ou quase plena no que diz a este indicador econômico. Isso convergiu com aumento da lucratividade das empresas. Consequentemente, a apreciação do salário mínimo está associada

também com o aumento do bem-estar social dos trabalhadores no mercado formal de trabalho ou fora dele (JR., 2013: 374).
Por fim, analisando a política de valorização do salário mínimo no contexto do crescimento econômico, e seus possíveis impactos aos trabalhadores com rendimentos próximo ao piso mínimo, conclui-se: "ainda que sob a égide do neoliberalismo e a manutenção de uma política econômica restritiva, a retomada do crescimento econômico sustentado, impulsionando o emprego e a renda, num cenário de estabilidade monetária, e fortalecimento das organizações dos trabalhadores e suas centrais sindicais foi fundamental para as mudanças na condução da questão do salário mínimo". Contundo, esse modelo está atrelado com o debate da capacidade de pagamento das empresas e governo, e aos determinantes do quadro político e econômico, adicionado a continuidade da estabilidade monetária e do crescimento econômico, com investimento público- infraestrutura, políticas industriais, tecnológico e de comércio exterior, desenvolvimento produtivo, e níveis de produtividade e da renda per capita (Souen, 2013: 153-156).

Reflexões finais

Procurei com esta pesquisa, em primeiro lugar, compreender os obstáculos presentes no ambiente negocial (ausência de consensos) que influenciaram na valorização do salário mínimo, no caso português e de modo contrário, o consenso que permitiu a política de valorização do salário mínimo, no caso Brasileiro. Para tal realizamos a revisão da bibliografia e um estudo exploratório que nos indicou a necessidade do aprofundamento dos conhecimentos acerca dos atores institucionais, por intermédio da análise qualitativa e na realização de entrevista para entender as lógicas de ação desses atores na negociação coletiva. Encontramos indício destas conflitualidades, no posicionamento destes atores da face a constrangimento do congelamento dos reajustes e aumentos reais do salário mínimo no processo de crise e austeridade em Portugal. No Brasil percebemos esse conflito nas posições ideológicas em torno da aceitação da política de valorização do salário mínimo por parte dos atores (especialistas e formadores de opinião) que pautam a discussão do objeto no Brasil.
Estes posicionamentos são consonante com a discussão teórica, onde observado o salário mínimo a luz dos sistemas de relações de trabalho, da sociedade de mercado, do liberalismo e da austeridade os diversos atores se posicionam e organizam em instituições e movimentos para revindicar e determinar os mínimos aceitáveis no mercado de trabalho. Para isso foi preciso refletir sobre a diferença de atribuição do salário mínimo em comparação aos outros rendimentos sociais, nomeadamente o Rendimento Social de Inserção em Portugal, o Programa Bolsa Família. O salário mínimo cumpre funções diferentes de acordo com a capacidade de promoção dos apoios sociais de cada sociedade. Em Portugal foi verificado que o Rendimento Social de Inserção promove o combate a pobreza, muito embora o valor monetário seja insuficiente, e não provem a razão da sua existência. No Brasil, o salário mínimo figura-se como principal política social em comparação aos benefícios sociais, desta forma seus efeitos na sociedade e economia foram determinante na ampliação dos diretos sociais no país.
Em segundo um segundo momento, através da análise quantitativa verificamos a função salário mínimo nas sociedades nacionais Portugal e Brasil. Essa reflexão realçou a necessidade de criar um indicador em Portugal que constitua a real necessidade de uma família de trabalhadores.
O salário mínimo é resultado de uma lógica de determinação conflituante na sociedade, pois é a expressão do custo do trabalho no mercado de trabalho. Por ser designado desta maneria seu intuito é dar, em primeiro lugar condições para o enfrentamento do custo de vida de uma família de trabalhadores. Porém, a sua apreciação, valoriza a mão-de-obra e tem efeitos replicantes na economia, onde muito representantes do capital (empresários) compreende este fato socioeconômico como ameaça a acumulação.
A sociedade e a economia portuguesa seguem o percurso do intermédio, semiperiférico e da intermediação do centro e periferia. O país detém um modelo social com défices estruturais e dependentes e compensatório de uma sociedade previdência que ainda resiste aos ataques da agenda neoliberal no contexto da austeridade. Não obstante, seu Estado Social, débil, ainda mantém formas de prover algum tipo de rendimento aos mais necessitados. O processo de crise do quadro europeu retomou a discussão a respeito das fragilidades do desenvolvimento do estado-providência em Portugal. Porém o bloqueio do processo de negociação e

consolidação de uma política consistente de valorização do salário mínimo já apresenta consequências que põe em causa do desenvolvimento futuro.

No Brasil, a construção do Estado Social segue um roteiro de baixos salários e o beneficiamento de uma classe face a outra. As políticas sociais são instrumentos de legitimação de uma ordem política e social marcada por um modelo altamente concentrador de renda. As tensões e conflitos gerados na sociedade são resultados entre os representantes do capital e do trabalho. Por isso, a força de mobilização do salário mínimo permeia a criação de políticas públicas. A negociação da política de valorização do salário mínimo é um exemplo de formulação tripartite única no mundo.

Cabe salientar que os dois países possuem características próximas que facilitam um estudo comparativo. Portugal, a partir da concertação social estabeleceu metas de elevação do salário mínimo que foram interrompidas no contexto de crise e de políticas de austeridade. Porém as condições socioeconômicas de sua população supera a brasileira mas se distância dos países com forte tradição do Estado Social. Por outro lado, a sociedade brasileira, mesmo com grandes dificuldades sociais foi capaz de promover uma política de valorização singular.

Referências bibliográficas

Andersen, G. E. (1994). O futuro do welfare state na nova ordem mundial. *Lua Nova*, 73-204.

Antena 1. (5 de Dezembro de 2013). *RTP*. Fonte: Antena 1: http://www.rtp.pt/antena1/?t=Entrevista-a-Carlos-Silva.rtp&article=7131&visual=11&tm=16&headline=13

Antunes, R. (2013). *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho.* Coimbra: Ed. Almedina SA.

Assembleia Constituinte. (06 de Setembro de 2013). *Constituição da República Portuguesa*. Fonte: Assembleia da República Web site: http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx

Baltar: (2005). Salário Mínimo e Mercado de Trabalho. Em P. Baltar, C. Dedecca, & J. D. Krein, *Salário Mínimo e Desenvolvimento* (pp. 41-49). Campinas: IE. UNICAMP.

Bardin, L. (1995). *Análise de conteúdo* (Edições 70 ed.). Lisboa.

Berger, P. L., & Luckmann, T. (2004). *A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE - Tratado de Sociologia do Conhecimento.* Petrópolis: Editora Vozes.

Cardoso, A. (2010). *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades.* Rio de Janeiro: Editora FGV.

Carmo, R. M., & Rodrigues, J. (2009). Da ficção do mercado livre à realidade do Estado. Em R. M. Carmo, & J. Rodrigues, *Onde Pára o Estado?* (pp. 13-18). Lisboa: Nelson de Matos.

Carmo, R. M., & Rodrigues, J. (2009). *Onde pára o Estado?: Políticas públicas em tempos de crise* (1ª ed.). Lisboa, Portugal: Nelson de Matos.

Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.* Petrópolis, RJ: Vozes.

Cintra, A. L. (2012). Resgate Histórico. *Carta Capital* , 33.

Departamento de Estudos, Prospectiva e Planejamento (DEPP)/ MTS. (2001). *Trabalho e Relações Laborais.* Lisboa: CELTA EDITORA.

DIEESE. (2010). *Salário Mínimo: instrumento de combate a desigualdade.* São Paulo, São Paulo, Brasil: Biblioteca DIEESE.

Dogan, M., & Pelassy, D. (Março de 1983). La scelta dei paesi nella comparazione internazionale. *Rivista Italiana di Scienza Politica*: 351-378.

Dornelas, A., Ministro, A., Lopes, F. R., Albuquerque, J. L., Paixão, M. M., & Santos, N. C. (2011). *Emprego, Contratação Coletiva de Trabalho e Proteccão da Mobilidade Profissional em Portugal.* Lisboa: Centro de Informação e Documentação (CID/GEP).

Estanque, E. (2003). O 'efeito classe média' – desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI. Em M. V. Cabral, J. Vala, & A. (. Freire, *Desigualdades Sociais e Percepções de Justiça* (pp. 69-105). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Estanque, E. (2012). O Estado social em causa: instituições, políticas sociais e movimentos sociolaborais no contexto europeu. Em F. C. (org.), *Os portugueses e o Estado Providência.* Lisboa: ICS.

European Union. (2012). *Eurostat-OECD Methodological Manual on Purchasing Power Parities.* Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Ferreira, A. C. (2012). *Sociedade da Austeridade e direito do trabalho de exceção.* Porto: Uniarte Gráfica, S.A.

Fideli, R. (1998). *La comparazione* (1nd ed., Vol. I). Milão: Angeli.

GEE; DSE; EMEE. (06 de Agosto de 2013). *Boletim Estatístico - Agostode 2013*. Acesso em 4 de Agosto de 2013, disponível em Gabinete Estatégico e Estudos - Ministério da Economia: www.gee.min-economia.pt

GLU. (2010). *Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira* . Campinas: GLOBAL LABOUR UNIVERSITY WORKING PAPERS.

Guerra, I. C. (2012). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo - Sentidos e formas de uso.* Princípia, Cascais: Princípia Editora Lda.

Hespanha, P. (1999). Novas desigualdades, novas solidariedades e reforma do Estado: Enquandramento do tema e síntese das comunicações. *Revista Crítica de Ciências Sociais* , 68-78.

Hespanha, P., & Carapinheiro, G. (2001). *Risco Social e incerteza: Pode o Estado social recuar mais?* Porto: Edições Afrontamento.

Hobbes, T. (2008). *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil.* São Paulo: Ícone Editora.

ILO. (10 de Abril de 2013a). *International Labour Organization*. Fonte: Convention C131 - Minimum Wage Fixing Convention, 1970 (a) (No. 131): http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID:312276:NO

JR., J. C. (2013). *MUNDO DO TRABALHO E (DES)PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL: ENSAIOS DE INTERPRETAÇÃO DA HISTÓRIA RECENTE* (1nd ed., Vol. I). (UNICAMP, Ed.) Campinas: IE.

Krein, J. D. (maio/agosto de 2005). Movimento sindical e salário mínimo. *Carta Social e do Trabalho*: 5-7.

Krein, J. D. (2007). *TENDÊNCIAS RECENTES NAS RELAÇÕES DE EMPREGO NO BRASIL 1990-2005* (1nd ed., Vol. I). (UNICAMP, Ed.) Campinas: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - Instituto de Economia.

LOCKE, J. (2001). *SEGUNDO TRATADO SOBRE O GOVERNO CIVIL E OUTROS ESCRITOS.* Petrópolis: Editora Vozes.

Medeiros, C. A. (2005). Salário Mínimo e Desenvolvimento. Em P. Baltar, C. Dedeca, & J. D. Krein, *Salário Mínimo e Desenvolvimento* (pp. 13-26). Campinas: Instituto de Economia - UNICAMP.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. (2010). *Decreto-Lei n.º 143/2010 de 31 de Dezembro.* Lisboa: Diário da República, 1.ª série — N.º 253.

Montagner, P. (2005). O Salário Mínimo e a Dinâmica Social. Em P. Baltar, C. Dedecca, & J. D. Krein, *Salário Mínimo e Desenvolvimento* (pp. 49-58). Campinas: IE-UNICAMP.

Nascimento, A. M. (2008). *Salário: conceito e proteção.* São Paulo: LTr.

OIT. (04 de 12 de 2013). *ENFRENTAR A CRISE DO EMPREGO EM PORTUGAL.* Fonte: OIT - Organização Internacional do Trabalho: http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/versaofinal_oit_relat_enfrentarcriseemprego_20131101_pt.pdf

Oliveira, F. d. (2003). *A economia brasileira: crítica à razão dualista* (1nd ed.). (I. Jinkings, Ed.) São Paulo: BOITEMPO EDITORIAL.

Oliveira, R. V. (2007). *Novo momento para as comissões de emprego no Brasil?: Sobre as condições da*

participação e controle sociais no Sistema Público de Emprego em construção. São Paulo: A+ Comunicação.

Parijs, P. V., & Vanderborght, Y. (2012). Basic Income in a Globalized Economy. Em C. H. University of Louvain, *Does the European Social Model Have a Future?* (pp. 31-60). Dublin, Ireland: Brigid Reynolds & Sean Healy eds.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (2004). *RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2004 - Liberdade Cultural num Mundo Diversificado.* New York: SIG – Sociedade Industrial Gráfica, Lda.

Público. (01 de 12 de 2013 a). *Aumento do salário mínimo só depois da saída da troika*. Fonte: Jornal Público Web site - Público Comunicação Social SA: http://www.publico.pt/economia/noticia/aumento-do-salario-minimo-so-depois-da-saida-da--1611352

Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais.* Lisboa: Manuel Barbosa & Filhos.

Reis, J. (2009). *Ensaios de Economia Impura.* Coimbra: G.C. Gráfica de Coimbra LDA.

Ribeiro, T. B. (2009). Socialismo Democrático, Estado e Liberdade Individual. Em R. M. Carmo, & J. Rodrigues, *Onde Pára o Estado* (pp. 143-172). Lisboa: Edições Nelson de Matos.

Rosanvallon, P. (1984). *A crise do Estado Providência* (2ª Edição ed.). (I. M. Aubyn, Trad.) Lisboa, Portugal: Inquérito.

RTP. (4 de Novembro de 2013). *CGTP e UGT defendem que relatório da OIT demonstra que Governo deve inverter caminho*. Fonte: RTP Notícias: http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=693053&tm=6&layout=123&visual=61

Santos, B. d. (1985). Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português. *Análise Social, XXI (87-88-89)*, 869-901.

Santos, B. d., & Meneses, M. P. (2010). *Epistemologias do Sul* (2 ed.). Coimbra: Edições Almedina. SA.

Sen, A. (1981). *Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation.* New York: Oxford University Press Inc.

Sennett, R. (2007). *A Cultura do Novo Capitalismo.* Viseu: Relógio D´Água Editores.

Social, D. C. (2001). *Jean- Jacques Rousseau.* São Paulo: Ed. Ridendo Castigat Mores.

Souen, J. A. (2013). *A Política do Salário Mínimo no Governo Lula.* Campinas: IE. UNICAMP.

Standing, G. (2012). Basic Income Pilot Schemes: Seventeen Design and Evaluation. Em D. Jacobi, & W. Strengniann-kuhn, *Wege zum Grundeinkommen* (pp. 133-152). Berlin: Bildungswerk Berlin der Heinrich-Böll-Stiftung.

Suplicy, E. M. (1 de Abril-junho de 2003). Renda Básica: A Resposta Está Sendo Soprada pelo Vento. *Revista de Economia Política*: 47-62.

Todeschini, R. (2005). Salário Mínimo e Atores Sociais: Por que a Gestão Participativa na Discussão do Salário Mínimo? Em P. Baltar, C. Dedecca, & J. D. Krein, *Salário Mínimo e Desenvolvimento* (pp. 212-219). Campinas: IE. UNICAMP.

Valor Econômico. (08 de Novembro de 2013). *Analistas discordam em relação à política do mínimo*.

Wallerstein, I. (20 de Janeiro de 2013). *Immanuel Wallerstein*. Acesso em 20 de Janeiro de 2013, disponível em Immanuel Wallerstein: http://www.iwallerstein.com/wp-content/uploads/docs/NLREURAV.PDF

Weber, M. (2004). *Economia e Sociedade - Fundamentos da sociologia compreensiva* (Vol. II). São Paulo: Editora UnB.

Wernner, G. W. (2008). *EINKOMMEN FÜR ALLE: DER DM-CHEF ÜBER DIE MACHBARKEIT DES BEDINGUNGSLOSEN GRUNDEINKOMMENS.* Köln: Verlag Kiepenhever & Witsch.

Práticas Sociais e Políticas das ONGs em Angola. Metodologias e Relações de Poder. O Caso da ADRA e da Visão Mundial

Joaquim Assis[1]

Palavras-Chave: desenvolvimento, mediação, legitimidade, intervenção social

Em Angola, os processos de desenvolvimento rural nas duas últimas décadas foram marcados pela presença e actuação das ONGs. Neste artigo, procura-se analisar as práticas sociais e políticas destas ONGs, bem como algumas questões ligadas aos diferentes contextos do país no âmbito da intervenção socioeconómica ligada ao meio rural, nomeadamente, quais são as práticas políticas e sociais das ONGs em Angola? De que maneira ocorrem as relações de poder nos espaços de intervenção? Como são percebidas as questões ligadas à participação popular? Qual tem sido a contribuição das ciências sociais em relação às dinâmicas rurais do país? Partindo da contribuição de diferentes autores e perspectivas teóricas, nomeadamente a análise processualista, a perspectiva orientada ao actor (POA) entre outras, buscam-se respostas às questões levantadas acima e a outras questões relevantes ligadas à mediação das ONGs, com destaque para o período emergencial, a fase pós-conflito e a fase de reconciliação nacional, até por volta de 2010.

Contexto de surgimento das ONGs em Angola

Em África, a década de 1990 ficou marcada por importantes transformações socio-politicas que culminaram com a abertura ao multipartidarismo. Em Angola, a transição de um sistema de partido único para um sistema multipartidário que ocorreu em 1991 com a assinatura dos Acordos de Bicesse, aumentando deste modo, o leque de forças políticas e sociais e possibilitando o surgimento de Organizações não-Governamentais (ONGs), respaldadas pela lei que passou a vigorar.

Neste periodo, as expectativas dos angolanos em geral estavam voltadas para os processos de reconstrução nacional, uma vez que, em 1992, terminava o conflito armado que durava desde a altura da independência nacional, em 1975.

Numa perspectiva mais ampla, a realização de eleições multipartidárias de 1992 e os discursos relativos à necessidade de realização de esforços em prol da superação das "feridas" da guerra, animavam a actuação governamental e dos demais actores que se propunham superar os graves problemas infra-estruturais e a precariedade social em que se encontravam amplos estratos da sociedade angolana. A recomposição do tecido socioeconomico do país, ocupava lugar de destaque no contexto político e social da época.

No entanto, o retomar da guerra em finais de 1992, logo a pós a realização das primeiras eleições multipartidárias da história do país, frustrou as expectativas de reconstrução nacional e acelerou a actuação e a entrada de novos actores na vida socio-económica e política de Angola, dentre eles, as ONGs – todos alçados ao exercício da mediação social. Entendemos aqui por mediação, um conjunto de acções sociais nas quais um agente, o mediador, articula outros, os mediados, a universos sociais que se lhes apresentam relativamente inacessíveis.

O movimento que conduziu a chegada à Angola de diversas agências internacionais, organizações sociais ligadas às igrejas e organizações não-governamentais internacionais era internamente completado com o surgimento das primeiras ONGs nacionais, cujos primeiros passos de estruturação tiveram início antes da abertura democrática. Tornando o contexto de mediação mais denso, as primeiras ONGs nacionais e locais mostraram-se ávidas pelo estabelecimento de relações de parceria com as organizações estrangeiras recém-chegadas, cujo apoio financeiro, institucional e técnico era condição indispensável para a concepção e

1 Sociólogo, professor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, Luanda, Angola

implementação de projectos sociais que viessem a atenuar os efeitos da guerra prolongada, recém terminada com a implantação do multipartidarismo em Angola.
Com o recrudescimento da guerra em 1992, em tempo relativamente curto, crescia o número de ONGs nacionais e internacionais em actividade no território angolano, procurando, quase na totalidade delas, centrar as suas acções de intervenção social, em projectos de ajuda humanitária emergencial.
As ajudas humanitárias cresceram rapidamente, na medida em que a intensidade da guerra degradava cada vez mais o quadro económico e social e, em muitas regiões do país, as doações de bens alimentares, o apoio médico-sanitário emergencial e a criação provisória de condições de habitabilidade constituíram a base da sobrevivência de muitas famílias rurais e urbanas afectadas pelo retorno da guerra.
Anos depois, numa fase mais avançada da intervenção emergencial, muitas ONGs, igrejas, agências humanitárias internacionais e organizações especializadas do sistema das Nações Unidas, como o Programa Alimentar Mundial (PAM), o Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), passaram a adoptar uma perspectiva de trabalho que requeria algum tipo de contribuição por parte dos beneficiários[2] dos programas e projectos implementados por estas diferentes organizações.
Nesta fase adiantada da intervenção, uma das caraterísticas relativas ao discurso de muitas ONGs dizia respeito à ideia segundo a qual era premente estabelecer parâmetros organizativos e operacionais que viessem a contemplar o envolvimento e a co-responsabilidade dos beneficiários das ajudas nas decisões das iniciativas implementadas.

As ONGs: período pós-eleitoral e anos recentes

O crescente número de ONGs no período referido estendia as suas acções aos mais diversos locais do país. Diante das insuficiências do trabalho social dos orgãos governamentais, várias igrejas, ONGs nacionais e internacionais e agências internacionais continuaram a oferecer o seu apoio à população mais afetada pela guerra, em diferentes domínios como ajuda alimentar, educação, saúde, saneamento básico, entre outros.
Em várias regiões do país, a intensificação da guerra afectava cada vez mais, tanto a população urbana como a rural, muita da qual passava a condição de "deslocada de guerra". Nessas regiões, como foi o caso do Planalto Central de Angola, o acesso às áreas rurais tornava-se cada vez mais difícil mas, algumas ONGs conseguiam alcançar e apoiar uma parcela da população rural que não havia migrado para as cidades e dependia, quase exclusivamente desses apoios para sobreviver.
Dada a complexidade do momento, em termos de rumos e perspectivas políticas a seguir pelo país, o governo angolano definiu um conjunto de prioridades para adequação de demandas ao contexto de guerra generalizada que ameaçava crescentemente as grandes áreas urbanas de Angola, particularmente, aquelas situadas fora das regiões litorâneas, menos propensas à dominação e controle pelos avanços da guerrilha da UNITA em diferentes direcções do território nacional.
À época, as prioridades estabelecidas para os gastos governamentais, situavam-se no domínio da defesa e segurança, levando a que a cooperação internacional, através de várias agências nacionais e internacionais (ONGs, agências, igrejas), deixasse o seu papel complementar no apoio social, passando a ocupar um lugar central na implementação de projectos para apoio à população .
Nas dinâmicas de intervenção social no meio rural, nas quais muitas ONGs e agências humanitárias se inseriram, os mecanismos de controle adoptados pelo governo tinham como uma de suas preocupações centrais a definição de prioridades em termos de tipos de projectos e potenciais áreas geográficas aptas à intervenção humanitária, dado o interesse da UNITA em usufruir também desse apoio e a possibilidade de que o mesmo viesse a garantir a esta organização, a obtenção de dividendos políticos junto à população residente nas áreas sob seu controle e influência reconhecidamente visível.

---

2 A perspectiva de "food for work", ou seja, "comida por trabalho", surge em Angola neste contexto em que se requeria a contribuição das comunidades nas acções de intervenção implementadas por diferentes agentes ligados aos problemas socio-económicos da época.

Em meados dos anos 90, no contexto da intensificação das acções de guerra, uma medida governamental relevante adoptada, foi a criação de mecanismos de coordenação das ajudas humanitárias. Na altura, a comunidade internacional preferia canalizar as "ajudas" através de organizações do sistema das Nações Unidas, bem como de ONGs nacionais e internacionais, ao invés de a fornecer directamente ao governo angolano.
Em termos de discurso (maioritariamente velado, mas generalizado), este procedimento era justificado, por um lado, pela reputação dessas organizações resultante de experiências acumuladas de intervenção social bem-sucedidas e, por outro, pelos receios quanto à possibilidade de utilização das ajudas para fins políticos.
A medida que estas organizações se foram consolidando no cenário nacional e capitalizando os ganhos de legitimidade adquiridos, muitas delas passaram também a apresentarem-se como vozes críticas contra aquilo que consideravam pouco empenho do governo em relação à situação social da população, em particular, das comunidades rurais deslocadas devido à guerra[3]. Muitas ONGs dedicaram-se à tarefa de documentar e publicar situações de pobreza extrema e a indignação passou a ecoar além-fronteiras, levando a comunidade internacional a exigir maior envolvimento e maiores iniciativas por parte do governo na esfera social[4].
A criação, por parte do governo angolano, de agências como o Fundo de Apoio Social (FAS), foi percebida, entre vários grupos sócio-profissionais em Angola, como uma resposta às críticas em relação ao desempenho social do governo, na época.
Incialmente, o FAS baseou suas práticas intervencionistas em métodos e procedimentos similares aos das ONGs mais experimentadas nas acções de intervenção social e, gradualmente, adquiriu vida própria, assegurada por fundos provenientes do governo angolano. No final da década de 90, era perceptível o contraste entre a situação financeira do FAS em relação à situação financeira de muitas ONGs, sobretudo as nacionais.
A dependência de muitas ONGs em relação aos recursos financeiros externos abalou, pela primeira vez, no fim da década de 90, a sua capacidade de intervenção social, quando os doadores – ONGs e agências internacionais ligadas ao desenvolvimento – começaram a adoptar uma postura de questionamento sobre os destinos das receitas petrolíferas angolanas, num contexto caracterizado, por um lado, pela alta dos preços internacionais do crude[5] e, por outro lado, pela crise humanitária aguda.
O fim da guerra, em 2002, e o contexto energético internacional favoreceram o fortalecimento do governo angolano diante das pressões vindas do exterior, relativamente aos quadros sócio-económicos que Angola apresentava, dado o interesse de várias empresas e países nos recursos energéticos de Angola, particularmente o petróleo. Os novos e mais favoráveis empréstimos da China, sem imposição de condicionalidades como boa governação, transparência e direitos humanos, geralmente apresentados pelos países do ocidente, permitiram ao governo angolano, de modo soberano, traçar os seus próprios planos e as agendas de desenvolvimento do país (Vidal, 2009).
Com o alcance da paz, diversas organizações estrangeiras que actuavam em Angola (ONGs e agências de cooperação) passaram a adoptar um discurso mais brando em relação às atitudes do governo frente aos problemas sociais em Angola. Presume-se que tal mudança de discurso, em parte, esteja associada à mudança de contexto político e, em parte também, aos interesses económicos dos membros mais influentes da comunidade internacional em Angola, fossem eles países, organizações ou empresas.
No novo contexto de paz, o aumento da capacidade do governo angolano em exercer soberania sobre a vida política, económica, social e territorial no país, coincidiu com o pensamento desenvolvimentista internacional que agora, ao contrário dos anos 1980-90, passava a considerar a necessidade de reforçar as instituições do Estado, apoiando projectos e parcerias com as estruturas governamentais e procedendo à canalização de fundos através dessas estrutras.

---

3 Segundo dados do Relatório de Progresso MDG/NEPAD (ANGOLA/MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO, 2003), o número de deslocados de suas áreas de residência e de exercício de actividades económicas, em razão da guerra, em Angola atingiu a cifra de quatro milhões de pessoas.

4 Vidal (2009) refere que, em resposta às pressões de organizações sociais angolanas e da opinião pública internacional, o governo angolano adoptou uma postura selectiva de fornecimento de serviços sociais, baseada em conveniências políticas.

5 Crude é o termo utlizado no mercado internacional para se referir ao petróleo bruto, antes da refinação.

Nesta nova perspectiva de desenvolvimento, várias ONGs, organizações sociais ligadas às igrejas, agências nacionais e internacionais de desenvolvimento, passaram a actuar, muitas vezes, como parceiras ou como organizações subcontratadas pelo governo para intervirem como implementadoras de programas e projectos de reabilitação, reconstrução e desenvolvimento voltados para a população em geral. Igualmente, a inclusão de sectores e orgãos governamentais em programas e projectos das ONGs, ou o estabelecimento das mais variadas relações institucionais com orgãos e sectores governamentais que, desde os primeiros momentos da paz, passaram a avançar e a agir soberanamente sobre populaçòes e territórios até então fora do seu controle, devido a guerra.

A ONG angolana ADRA- história, práticas sociais e políticas

A ADRA é uma ONG angolana fundada em 1990 e legalizada em 1993, estando o seu surgimento ligado às dinâmicas que conduziram ao processo de abertura multipartidária. A percepção entre grupos de intelectuais angolanos, de que os efeitos da guerra no meio rural tardariam a ser superados e seus questionamentos quanto à real capacidade de intervenção dos orgãos governamentais na vida socioeconómica no meio rural representam algumas das principais inquietações que conduziram à criação desta instituição.

Baseada em estruturas e sistemas organizativos e de gestão flexíveis, a ADRA estruturou-se em diferentes escritórios provinciais, sob a designação de Antenas[6] e, nas várias provincias onde passou a actuar, criou igualmente escritórios locais em regiões onde as acções de intervenção mostraram-se mais promissoras para continuidade ao longo do tempo.

Em seu documento de proclamação, em 1991, a ADRA, definiu inicialmente, como objectivos principais, dentre outros, a actuação compartilhada e inclusiva das comunidades nos seus processos de trabalho , levando em conta as necessidades e objectivos dessas, tendo em atenção a diversidade étnica e plural das referidas comunidades rurais, a implementação e apoio de acções baseadas no conhecimento das realidades e práticas locais, a busca e o reforço de melhorias de vida da população, visando contribuir para os processos de democratização em Angola

A visão de sociedade em que se baseou a criação da ADRA estava assente num conjunto de princípios, como o resgate de valores culturais, valorização dos activos comunitários e respeito pelos recursos naturais, partilha de conhecimentos e vivências, respeito à diversidade e ao pluralismo social, defesa dos direitos humanos e da cidadania e luta pela democracia.

Em termos contextuais, a ADRA surge a partir de processos nos quais várias das principais figuras[7] que estiveram na origem de sua criação eram conhecidas pelo governo angolano e suas iniciativas não eram percebidas como " possíveis ameaças" oposicionistas a interesses políticos e partidários do partido no poder, o MPLA.

Desde o começo de sua actuação, a ADRA conferiu ênfase ao desenvolvimento agrário, aproveitando a vaga e o potencial de um conjunto de quadros qualificados em diferentes dominios das ciências rurais, sobretudo, que migravam do aparelho público para diversas ONGs, dentre outras razões, em busca de melhorias salariais[8].

Apesar do empenho da ADRA, nos anos 1990, estar voltado para o atendimento à população rural, sobretudo

---

6 As Antenas são os orgãos autónomos de coordenação provincial da ADRA, que possuem uma ligação directa com a sede desta organização em Luanda (capital do país) e com os projectos de terreno na sua circunscrição, para além de servirem de elo de apoio para intervenções em províncias próximas, onde esta organização não possua um escritório. As Antenas da ADRA têm por objectivo a gestão e a implementação de políticas, decisões e recomendações dos orgãos sociais e de direcção desta organização. Em termos de expansão provincial, a ADRA possui Antenas no Huambo, Benguela, Huila e Malange, todas ligadas à sua sede nacional em Luanda.

7 Vários dos fundadores da ADRA tinham desempenhado cargos nos altos escalões de governação ou no âmbito das estruturas partidárias do MPLA.

8 Nos anos de 1990, Angola chegou a atingir elevadíssimos índices de inflação e o poder de compra do pessoal das ONGs era nitidamente superior ao do funcionalismo público.

aquela deslocada pela guerra e desprovida de bens para enfrentar os desafios da vida no ambiente urbano, levantavam-se vozes que se recusavam a considerar a ADRA como uma organização não-governamental, por esta ter sido fundada e por integrar na sua estrutura várias pessoas que haviam participado com o governo angolano. Este facto sugeria poucas chances desta organização vir a assumir algum posicionamento crítico em relação à governação, atendendo às expectativas em relação às práticas das ONGs, que prevaleciam no decorrer da maior parte daquela década.

No contexto emergencial, o apoio alimentar à população, através de doações, constituia uma das principais políticas assistencialistas das entidades que intervinham junto da população necessitada. No entanto, nem a ADRA, nem as demais organizações não-governamentais angolanas que foram surgindo detinham, então, suficientes recursos e conhecimentos para a operacionalização de processos de apoio humanitário tão intensos e prolongados, como exigia a proliferação da crise angolana devido à guerra e sua intensidade. De acordo com Pain (2007), em Angola, a ausência de anteriores experiências de apoio, em magnitude semelhante aquelas em estavam a ocorrer, colocava as ONGs angolanas na necessidade de procurar soluções externas, quer para questões organizativas e institucionais, quer para aquelas relativas às metodologias a aplicar nas acções de "terreno" que estavam sendo desenvolvidas.

Apesar de a ADRA e várias outras ONGs terem definido o meio rural como foco geográfico de sua actuação, a evolução da situação social e política, a penúria urbana e o êxodo rural acabaram por justificar as mais diversas acções de intervenção nas periferias urbanas e nas cidades, buscando minimizar, buscando atenuar, conjuntamente com os respectivos beneficiários, as carências nos domínios alimentar, de água potável e saneamento, educação infantil e agricultura, dentre outras.

Em seu histórico, a ADRA enfrentou diferentes tipos de obstáculos. Em meados dos anos 1990, por exemplo, esta organização experimentou uma crise relacionada com o seu rápido crescimento, em razão da dificuldade em assegurar a manutenção das equipas em algumas províncias[9]. O crescimento da estrutura da ADRA em termos de recursos humanos, ameaçava a canalização dos recursos financeiros para as acções de intervenção directamente ligadas aos beneficiários, devido ao peso dos salários nos orçamentos de projectos e programas desta ONG angolana.

A persistência de um conturbano contexto de guerra que apontava para um maior envolvimento de agentes e a crise associada ao peso excessivo dos recursos humanos no orçamento da ADRA, impuseram a esta organização, urgentes reajustamentos, os quais culminaram com a criação de um Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI). Desde meados dos anos de 1990, até ao final da primeira década dos anos 2000, o PDI[10] procurou alcançar a meta de ter na ADRA uma organização mais estruturada, mais profissionalizada, mais interactiva e com um leque maior de conhecimentos acumulados.

Do ponto de vista das práticas de intervenção social, logo após a sua fundação, a ADRA passou a beneficiar de apoio técnico e metodológico de agentes internacionais como a ONG britânica OCORD e a ONG portuguesa OIKOS, através de processos de permanente adequação e adaptação aos diferentes momentos do contexto angolano, bem como da adequação dos conhecimentos adquiridos junto aos parceiros[11] às exigências práticas do quotidiano.

Uma das dimensões importantes das actividades de intervenção social da ADRA ao longo dos anos de guerra, foi o estabelecimento de parcerias com as instituições religiosas (basicamente com as igrejas Católica e Protestante). Tais parcerias proporcionavam ganhos à ADRA, em decorrência da lisura com que eram vistas as denominações religiosas e da sua credibilidade junto das comunidades socioeconomicamente carentes, não obstante a ADRA divergir destes parceiros quanto ao pendor marcadamente assistencialista das acções destas organizações religiosas.

Uma tensão básica que aflorou nas diversas parcerias entre a ADRA e os orgãos governamentais durante o

---

9 No contexto dos anos 90, na maioria das provincias sob tensão provocada pela guerra, a administração pública e as ONGs eram praticamente os únicos empregadores oficiais de jovens ávidos pela obtenção de um emprego.

10 Parte do PDI da ADRA teve o apoio da organização holandesa NOVIB que, além de apoiar financeiramente esta iniciativa, dedicou-se também a acções de capacitação desta e de várias outras ONGs.

11 Em 1991, a ADRA procedeu a alguns contactos e visitas de estudo a organizações africanas do Senegal, guiné-Bissau e Moçambique, para conhecer filosofias, experiências e métodos de actuação.

período emergencial – cujos reflexos se estenderam aos períodos de reabilitação e reconstrução nacional – está relacionada com a visão discordante da ADRA, em relação ao governo, quanto à adopção de soluções paliativas que caracterizaram os acordos de parceria. Para a ADRA, o envolvimento comunitário e o desenvolvimento de acções que viessem a conduzir, cada vez mais, ao auto-sustento das comunidades, contrastava com o apoio pontual, circunstancial e efêmero de várias acções de intervenção em que esta ONG actuava conjuntamente com o governo, no enfrentamento de problemas como a seca, assistência social, fornecimento de insumos e em actividades geradoras de renda e emprego agrícola duradouros, no âmbito de políticas de Estado.

Próximo da virada do milênio, ainda num contexto dominado pela guerra, a ADRA iniciou, em algumas localidades, processos de intervenção socioeconómica que procuravam romper com as práticas assistencialistas predominantes na maior parte dos projectos sociais implementados por esta mesma organização, por outras ONGs e pela maioria dos demais agentes envolvidos em tais processos de intervenção. Os programas de micro-crédito da ADRA, inseridos ainda num contexto socioeconómico desfavorável, marcado pela guerra e pela elevada inflação, são mencionados por esta ONG como uma das primeiras tentativas de romper com as lógicas assistencialistas e estimular a responsabilização dos beneficiários, de modo a contribuir para a sua auto-realização, dentro de uma perspectiva emancipatória.

No seu percurso de intervenção social ao longo dos anos, a ADRA orgulha-se das iniciativas de crédito que implementa junto das comunidades rurais e do apoio que recebe de doadores internacionais, visando a composição de fundos para operar junto dessas mesmas comunidades. De acordo com o discurso desta organização, tais fundos contribuem para romper com a perspectiva assistencialista, ao serem operacionalizados como empréstimos com previsão de devolução, o que contribui crescentemente para o abandono do "espírito de doações" vigente entre muitos agentes de desenvolvimento rural. Para Pain (2007), o crédito passou a ser assumido como uma estratégia central dos projectos de apoio às comunidades, implementados pela ADRA, desde a fase final do conflito angolano.

No âmbito das mudanças de contexto político e social que começavam a desenhar-se no país, em 2001, a ADRA passou a adoptar um pensamento estratégico de longo prazo, baseado nos anos de experiência e nas suas propostas de acção futura[12].

Por volta de 2004-2006, no momento da reabilitação socioeconómica de Angola, a ADRA colaborou activamente com os orgãos governamentais e com os demais agentes de desenvolvimento, em particular, com os bancos comerciais, no sentido do alargamento das iniciativas de crédito, buscando através desta e de outras parcerias, influenciar e ajudar na criação do Programa de Extensão Rural do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MINADER).

Mais recentemente, no âmbito dos processos de reconstrução nacional, além da participação em parcerias com orgãos governamentais e com os demais agentes de desenvolvimento, a ADRA vem mantendo programas e projectos ligados a diferentes vertentes do desenvolvimento rural, combinando acções no terreno, com a busca e a reafirmação de suas ideias políticas sobre o rural angolano.

A ONG internacional Visão Mundial/Angola- história, práticas sociais e políticas

A Visão Mundial (World Vision) é uma ONG internacional de origem norte-americana, fundada em 1950. Esta organização actua em mais de 70 países da África, Ásia e América Latina. Em Angola, a Visão Mundial está presente desde o período 1989/90, através de uma iniciativa humanitária da igreja protestante[13].

A intervenção social da Visão Mundial em Angola está ligada à acção humanitária na região mineira da

12 O Plano Estratégico da ADRA, para o período de 2005-2009, definiu a re-centragem desta organização em acções de desenvolvimento rural apenas, abandonando algumas acções de intervenção residuais voltadas para os centros urbanos e periurbanos.

13 Algumas informações em relação ao surgimento da Visão Mundial destacam que o aparecimento desta ONG está ligado especificamente à igreja Baptista, e não a igreja protestante, em sentido genêrico.

Jamba, na província da Huila, por causa da severidade das catástrofes naturais que atingiram o sul de Angola, particularmente, a estiagem prolongada[14] ocorrida nos anos de 1989/90.

À época da sua chegada a Angola, a Visão Mundial tinha como foco de intervenção acções de assistência social. Contudo, ao longo de sua experiência com a realidade nacional, esta ONGs passou a incorporar no seu trabalho, questões ligadas ao desenvolvimento socioeconómico da população, com ênfase para a mediação junto de camponeses e em outras tarefas de desenvolvimento rural.

Em meados dos anos 90, e no âmbito das acções de intervenção humanitária, as tarefas de intervenção social consistiam, entre outras, no fornecimento de milhares de toneladas de alimentos, principalmente destinados à população carente, com destaque, entre a população rural. Nesse período, a Visão Mundial, por exemplo, além das tarefas distributivas, passou também a desenvolver actividades de treinamento no domínio agropecuário, junto às familias do meio rural e, mais tarde, junto às associações e grupos de camponeses.

Muitas das associações e grupos foram criados com o apoio da Visão Mundial, na perspectiva de facilitar a intervenção da organização junto das comunidades, em conformidade com os princípios defendidos por esta organização, muitos deles de cariz religioso.

Dentre as caracteristicas mais marcantes da Visão Mundial em Angola, pode-se mencionar a sua reduzida, embora sólida, base de grandes doadores e, também, as pequenas doações provenientes dos membros da igreja protestante espalhados pelo mundo. Dada a sua actuação nos mais variados contextos, a Visão Mundial possui características organizativas e de gestão bastante próprias.

De acordo com Commins (1997), desde o início dos anos 1980, a Visão Mundial internacional estabeleceu-se no mundo como uma base de parcerias internacionais cujos gestores são provenientes de mais de 70 países do mundo. Em Angola, a Visão Mundial actua em diferentes províncias[15], de norte à sul do país, mas mantém, ininterruptamente, apenas dois escritórios, designadamente, a Sede desta ONG em Luanda e o escritório do Huambo. Além disso, a Visão Mundial, em muitos casos, tem mantido representações locais nos municípios em que opera.

Outra caracteristica visível da Visão Mundial em Angola tem sido a presença, nos cargos de gestão e direccção desta ONG, de um conjunto de cidadãos expatriados, provenientes das mais diversas nacionalidades[16].

Dentre os técnicos e coordenadores de projectos da Visão Mundial, raramente se encontra pessoal expatriado, cabendo, geralmente, estes postos de trabalho, ao pessoal nacional. No nível de técnicos de "terreno", a Visão Mundial em Angola opta geralmente por técnicos locais de cada província, mas exibe um grande poder de mobilidade dos seus quadros intermediários, como coordenadores de programas e projectos, por exemplo.

Entre o pessoal expatriado e nacional, não obstante as diferenças condicionadas pela posição laboral na hierarquia desta ONG, os salários pagos pela Visão Mundial em Angola sempre se mostraram superiores à média das ONGs e têm servido como factor de atractividade na busca de empregos melhor remunerados[17].

---

14 Em Angola, a seca é um fenómeno cíclico mas, em determinados anos, chega a atingir níveis de severidade elevados, causando fortes danos sobre a vida humana e sobre a pecuária, principalmente nas províncias da Huila, Cunene e Namibe, onde se concentra a maioria do gado bovino do país.

15 Apesar de restringir os seus escritórios a apenas duas províncias, ao longo dos anos de intervenção socioeconómica, a ONG Visão Mundial tem desenvolvido programas e projectos, no âmbito de parcerias com orgãos governamentais e outros agentes de desenvolvimento rural nas províncias de Malange, Kwanza Norte, Uíge, Kwanza Sul, Moxico, Luanda, Benguela, Bié, Huambo e Kuando Kubango.

16 Contrariamente à abordagem de Commins (1997), em Angola, as lideranças desta ONG, nas diferentes épocas, têm sido assumidas por representantes expatriados entre os principais gestores do escritório e dos programas a serem implementados. Existem referências verbais de agentes nacionais desta ONG inclusive, mencionando que, o surgimento de um dado programa ou projecto, vem acompanhado da colocação de um gestor expatriado no "topo" desse mesmo programa ou projecto.

17 Para além dos salários relativamente melhores do que a maioria das ONGs que operavam em Angola, a Visão Mundial garantia um conjunto de direitos aos seus funcionários. Por exemplo, entre os expatriados, as possibilidades de férias

Uma outra caracteristica importante ligada a actuação da Visão Mundial em Angola, tem sido o seu distanciamento em relação a programas e abordagens de temáticas como advocacia e defesa de direitos das comunidades rurais com quem trabalha, mediando, primordialmente, "questões técnicas" do trabalho rural, tais como o provimento de bens e serviços e as intervenções nos diferentes domínios da agrotecnia. Esta caracteristica contrasta com o perfil desta ONG em outros países do mundo e contrasta também com as referências feitas ao foco de actuação internacional desta organização, no qual se destacam "as acções da Visão Mundial de promoção e defesa de direitos das comunidades" em vários outros países. Do ponto de vista temático, esta organização parece apresentar um deslocamento de foco, em termos de sua agenda de mediação social em Angola.

Diferentemente daquilo que Commins (1997) assinala relativamente a outros países do mundo, em Angola, as parcerias da Visão Mundial com o governo, raramente envolvem a utilização de fundos governamentais na implementação de programas e projectos tutelados por esta organização[18] não-governamental.

A captação de fundos para as actividades próprias desta organização e para as suas parcerias tem ocorrido, de um modo geral, no exterior de Angola e, quando ocorre internamente, os fundos provêm, normalmente, de empresas petrolíferas[19] norte-americanas ou da representação da USAID[20] em Angola.

Um olhar retrospectivo sobre a actuação desta ONG em Angola permite assinalar que, longo dos anos de 1990, no contexto emergencial, grande parte das políticas assistenciais da Visão Mundial traduziam-se, na prática, através da combinação de doações de bens alimentares com a entrega de kits para a produção agrícola e o fornecimento de outros bens de utilização imediata, por parte da população carente, como água potável, materiais de construção para alojamentos provisórios e medicamentos.

No final dos anos de 1990, a Visão Mundial foi uma das organizações decisivas no apoio às populações rurais deslocadas e em situação de graves carências alimentares face a agressividade da guerra, graças à considerável capacidade logística mostrada por esta organização, na fase final do conflito angolano. Na virada do milênio e, em vista da sua respeitável disponibilidade financeira para apoio às acções do período de recuperação pós-bélica, uma vez mais, a Visão Mundial em Angola, mostrou-se uma organização activa e parceira do governo angolano, tanto no apoio alimentar como na criação de condições iniciais de transporte e de (re)alojamento para os deslocados que pretendiam abandonar as miseráveis condições das periferias urbanas e regressar à vida incerta nas suas áreas de origem.

Por volta de 2002-2005, durante o período de reabilitação socioeconómica do país, entre os programas e projectos da Visão Mundial, sobressaíam basicamente duas vertentes na mediação em prol do desenvolvimento rural.

Em primeiro lugar, no meio rural, a Visão Mundial procurou um maior envolvimento da população beneficiária na implementação das acções de terreno, através da interacção com as cooperativas e associações existentes localmente ou em criação sob sua influência organizativa. Em segundo lugar, no âmbito da busca de influência no plano político-institucional, a Visão Mundial, ao mesmo tempo em que procurava estabelecer parcerias

---

bianuais, o repatriamento de salários de acordo com o interesse do funcionário, as despesas de representação do pessoal em viagem, o avultado seguro pessoal e familiar, o aluguel de residência pago por esta organização e o pagamento do oneroso ensino privado dos filhos de funcionários expatriados em Luanda, constituem algumas das consdições atractivas proporcionadas por esta ONG. Entre os funcionários nacionais, o aluguel de residencias para funcionários vindos de outras provincias e o salário, constituiam os principais factores de atractividade.

18 No âmbito do processo de reabilitação pós-bélica, uma situação excepcional em relação à utilização de fundos governamentais pela Visão Mundial na província do Huambo, foi o Programa de reinserção Social de Ex-militares, do qual participaram esta e várias outras ONGs, na província, entre 2005-2006.

19 Não obstante a ambiguidade existente nos discursos dos agentes desta ONG em relação à captação de fundos, há indícios de que muitas ONGs internacionais têm procurado disputar e obter, internamente, fundos petrolíferos, com possíveis vantagens sobre os demais concorrentes, quando a ONG e a empresa petrolífera são do mesmo país ou quando a disputa se dá entre ONGs nacionais e estrangeiras, em razão das desvantagens das ONGs nacionais, com relação às exigências dos termos de referência, como por exemplo, o idioma exigido nas propostas dos projectos apresentados, a oportunidade de captação e as exigências burocráticas de prestação de contas.

20 USAID é a sigla que significa United States Agency for International Development e constitui uma das principais agências internacionais dos Estados Unidos da América a actuar em Angola, no domínio da ajuda ao desenvolvimento.

técnicas com as fragilizadas instituições governamentais, chegou também a desempenhar acções de reforço da capacidade logística e operacional dos orgãos estatais, inclusive através da doação de viaturas e equipamentos diversos para o funcionamento de orgãos locais voltados para a agricultura e o desenvolvimento rural, como aconteceu no Huambo.
Por volta de 2006, como consequência das mudanças no contexto socioeconómico angolano e da retracção de fundos financeiros entre muitas ONGs nacionais e internacionais, a Visão Mundial também procurou adequar-se à passagem da fase de reabilitação para o novo momento de reconstrução nacional.
Foi visível a diminuição do número de programas e projectos implementados, o início da cessação acentuada de contratos de trabalho do pessoal angolano, e, principalmente, a concentração, em um único projecto, de várias componentes e temas de trabalho, até então vigentes em programas e acções individualizadas.

Metodologias e relações de poder

O impacto das mudanças socioeconómicas decorrentes do alcance da paz, em 2002, repercutiu-se, no meio urbano, no meio rural e também, entre os próprios agentes de mediação social.
O aumento da presença do Estado nas áreas rurais, a retração das acções de intervenção por parte de algumas ONGs, a mudança de foco por parte de outras, a cessação de operações de diversas ONGs e entidades nacionais e internacionais ligadas à acção humanitária, bem como a "morte" de diversas ONGs nacionais, incapazes de sobreviver e adaptar-se às mudanças exigidas pelo novo contexto, exemplificam esse conjunto de transformações.
Apesar dessas transformaçòes, vigora a tendência, nos discursos de vários mediadores de desenvolvimento rural (estatais e não-governamentais), em considerarem que o uso de metodologias participativas, constitui uma caracteristica constante da sua actuação nas tarefas de "terreno".
A alusão à processos de intervenção baseados em metodologias participativas tem sido associada à questão da legitimação dos processos e formas de actuar junto das comunidades com quem trabalham. No entanto, conforme se verificou, repetidamente, durante uma pesquisa de campo na província do Huambo, na acção prática de vários mediadores de desenvolvimento ficou evidentes as dificuldades desses agentes em discorrer sobre metodologias participativas[21].
Por exemplo, entre os técnicos da ADRA/Huambo questionados sobre noções relativamente à participação, observou-se que a maioria deles apresentava argumentos plausíveis sobre o assunto; entre os técnicos desta organização não-governamental, foi unânime a opinião segundo a qual, a ADRA actua com base no chamado Método de Desenvolvimento Comunitário (D.C.).
Na Visão Mundial/Huambo, as respostas sobre as metodologias de trabalho utilizadas por esta organização, variaram entre referências às "escolas de campo", o Método de Desenvolvimento Comunitário (D.C.), e o método designado "dias de campo".
No geral, fica visível que a percepção dos vários mediadores quanto às ideias sobre participação popular exibe importantes diferenças, entre os significados, discursos e práticas dos agentes.
Uma questão igualmente importante, ligada à maneira como os mediadores de desenvolvimento rural se relacionam com os destinatários e os demais agentes inseridos nos contextos de actuação, são as relações de poder e a maneira como estas ocorrem nas dinâmicas de intervenção social. De acordo com Neves (2007), nos processos de mediação social, as práticas adotadas pressupõem a interligação de mundos diferenciados por saberes e por formas de poder distintas, implicando em lutas sociais e a emergência de conflitos de interesses distintos.
Um conhecimento mais aprofundado sobre as acções dos diferentes agentes externos ajuda a compreender os processos que envolvem as relações de poder existentes entre os camponeses e os mediadores; implicam em

21 O trabalho de campo realizado na Caàla que serve de suporte a este artigo demonstrou a dificuldade dos tècnicos da EDA e do IDA em explicitarem as diversas vertentes e o sentido prático das metodologias participativas, em seu trabalho.

entender, por um lado, a maneira como se dá a complementação entre os vários agentes de desenvolvimento (público e privados) e, por outro lado, a maneira como as lutas e interesses em jogo ajudam a conformar as realidades dos processos de desenvolvimento rural e saber em que medida a participação e o controle social aludidos pelos mediadores dos processos sociais no meio rural, são efectivos.

Para explicitar a questão das relações de poder existentes entre os mediadores e, entre estes e os mediados, apresentamos aqui três iniciativas de desenvolvimento rural implementadas no município da Caàla, entre 2008 e 2012, nomeadamente o projecto Meios de Vida implementado pela ADRA, o projecto PRORENDA, implementado pela Visão Mundial e o Programa de Crédito Agrícola de Campanha, implementado pelo governo angolano. A apresentação de três iniciativas resulta da indissociabilidade de processos que decorriam num mesmo momento, no município da Caàla.

Na Caàla, em 2010, a consolidação e o avanço dos órgãos do Estado aos locais e territórios mais recônditos, vinha ocorrendo de maneira visível, situação que contribuia para somar a expansão dos orgãos de desenvolvimento rural estatais, à acção de outros mediadores sociais, como era o caso das ONGs.

A vigência do programa de Crédito Agrícola de Campanha entre as associações de camponeses legalmente constituídas, ajudou a revitalizar o interesse organizativo destes e elevou as suas expectativas em relação ao apoio público.

Vários camponeses da Caála, outrora marginalizados do apoio público e até mesmo do apoio privado das ONGs, viram neste programa de crédito estatal, um incentivo à auto-organização, à semelhança de outros camponeses já organizados em cooperativas, associações e grupos solidários locais em outras localidades.

No município da Caála, apesar do interesse e das expectativas geradas pelo programa de Crédito de Campanha, a articulação dos camponeses situa-se, geralmente, aquém das expectativas criadas por estes.

A organização dos camponeses marginalizados em cooperativas, associações e grupos tem sido reduzida, quando comparada com a expansão e o avanço dos órgãos estatais sobre os territórios e as populações até então inacessíveis, devido à guerra. De igual modo, no âmbito das associações e cooperativas já legalizadas, a participação dos camponeses na tomada de decisão, no âmbito das parcerias com os agentes estatais, como aconteceu no Programa de Crédito de Campanha, foi nitidamente menor do que a expressão da vontade dos órgãos do Estado, acerca daquilo que deve ser feito em nome dos camponeses.

Nesta relação, em que o crescimento dos mediadores do desenvolvimento rural ocorre em muito maior grau do que o crescimento da participação dos camponeses, percebe-se que a vontade destes últimos não tem sido, necessariamente, incorporada ou ao menos considerada nas acções e decisões dos sectores afins que dominam os processos de desenvolvimento rural. Os padrões de dominação são determinados por lutas sociais disseminadas por múltiplas arenas existentes na sociedade (Migdal, et, al.1997). Nos dias actuais, algumas das arenas de luta social mais sensíveis, no que tange a interacção entre camponeses e agentes externos, estão relacionadas com a capacidade de prestação de assistência técnica, suporte financeiro e organizativo por parte dos agentes externos diante de demandas que ultrapassam as competências específicas de cada órgão ou entidades voltados para a intervenção rural junto dos camponeses.

Os mecanismos institucionais criados para dar suporte às decisões colegiadas ao nível de municípios, tais como os Conselhos de Concertação e auscultação social (CACs) são ainda ineficazes em relação à garantia do "exercício regular, irrestrito e efectivo da participação" relativamente às políticas governamentais e, também, em relação às formas de intervenção pública por parte de outros agentes de desenvolvimento. A vigência do Crédito de Campanha e de outros programas e projetos tutelados por ONGs tem mostrado que o exercício da mediação reproduz distanciamentos sociais entre os actores locais e os agentes de mediação.

Os mecanismos e as metodologias de cunho participativo constituem formas de acção política. Rowlands (2003) sublinha que, as abordagens de desenvolvimento têm em si imbutidas a questão do poder. A escolha de engajar-se ou desengajar-se das acções políticas e as possibilidades de sucesso de tais iniciativas são condicionadas pelo acesso dos actores aos recursos de poder (BRATTON, 1997). A probabilidade de sucesso da participação dos camponeses nas iniciativas tuteladas pelos diferentes sectores ligados ao desenvolvimento rural tem estado muito dependente do contexto político, dos interesses dos actores que dominam os processos de desenvolvimento e do tipo de questões que estiverem em jogo. Dificilmente se tem configurado uma relação horizontalizada entre as partes envolvidas nesses processos.

Lutas das ONGs pela Legitimidade do Processos e das Acções

As formas e os mecanismos de legitimação constituem uma das bases da acção política. O envolvimento dos camponeses nos projectos e a busca pelo envolvimento destes nas acções dos programas e projectos, por exemplo, tem sido apontada pelos mediadores como um importante factor para o sucesso da intervenção planeada. Deste modo, têm sido várias as escolhas.

De acordo com Bratton (1997), a escolha em engajar-se ou desengajar-se das acções e as possibilidades de sucesso de tais iniciativas são condicionadas pelo acessodos actores aos recursos de poder.

Na Caàla, a probabilidade de sucesso do engajamento dos camponeses nas iniciativas tuteladas pelos diferentes mediadores ligados aos processos de desenvolvimento rural tem estado dependente do contexto político, dos interesses dos actores que dominam os processos de desenvolvimento e do tipo de questões que estiverem em jogo. Dificilmente se tem configurado uma relação horizontalizada entre as partes envolvidas nesses processos rurais, independentemente do agente de mediação (público ou privado).

No caso, várias ONGs que actuam na província do Huambo, uma das caracteristicas pela qual estes mediadores têm procurado definir o seu trabalho tem sido o carácter alternativo por si atribuído a sua própria actuação. Pelo menos no plano discursivo, as ONGs ressaltam aspectos como o aumento da conscientização, a organização, apropriação e acção colectiva de grupos e comunidades por si impulsionados e a satisfação de interesses individuais e colectivos através do exercício de direitos de participação política na sociedade em geral.

No contexto rural angolano, várias ONGs têm afirmado o seu estímulo à livre expressão de ideias e a busca pela pluralidade de expressões em relação aos problemas e realidades vividas, particularmente nos projectos tutelados por essas organizações, junto dos camponeses. A ideia de terem assegurada a legitimidade da sua intervenção, por via da pluralidade de expressões, tem estado presente no domínio discursivo dos vários mediadores.

No entanto, no projecto PRORENDA, por exemplo, a maioria dos camponeses referiu que se sente à vontade em exprimir suas ideias, apenas quando se encontra junto dos membros das respectivas comunidades, sejam eles líderes comunitários ou os demais camponeses.

Contrariamente, os coordenadores do projecto PRORENDA, mencionaram que as discussões e decisões que ocorreram nesse projecto são obtidas legitimamente, pois contemplaram a participação e a opinião "irrestrita, equitativa e livre" seja dos camponeses, seja das lideranças ou ainda dos técnicos envolvidos neste projecto rural. De acordo com Chambers (1995), as vozes dos pobres podem não ser ouvidas em reuniões públicas da comunidade, nas quais é costume serem apenas as personalidades (locais e de fora) a apresentarem os seus pontos de vista. Para a legimitimaçao de suas acções, a maioria dos mediadores tende a privilegiar a interacção com as lideranças locais e a manter um diálogo reduzido com o resto das comunidades.

Existem também casos em que a legitimação da intervenção dos mediadores tem estado sujeita à interferência e ao questionamento por parte dos camponeses, transformando a luta pela legitimação de acções, em processos mais complexos. Este foi o caso da disponibilização de crédito em dinheiro (cash), no projecto PRORENDA, tutelado pela Visão Mundial.

A maioria dos programas e acções de crédito implementados pela Visão Mundial na Caàla tende a fornecer os empréstimos em espécie, e não em dinheiro. No entanto, após debates intensos, a Visão Mundial foi pressionada pelos camponeses a mudar de posição, sob pena de ver a sua intervenção fracassada por rejeição e abandono dos beneficiários do projecto.

No decorrer na intervenção, a Visão Mundial mudou de opinião, prevalecendo a posição dos camponeses, e por isso, procedeu-se então a concessão de crédito, subdividindo-o em crédito espécie e crédito em dinheiro, conforme o interesse dos camponeses. De acordo com Long (2007), os grupos locais (neste caso, os camponeses) formulam e perseguem activamente os seus próprios "projectos de desenvolvimento", os quais podem chocar com os interesses dos agentes externos, ou seja, os mediadores. A interferência dos camponeses, neste caso, não apenas mudou o rumo da acção planeada pela Visão Mundial, mas tornou mais complexo o processo de legitimaçao da intervenção desta ONG, enquanto mediador social.

Neste caso, o processo de diálogo entre a Visão Mundial e os camponeses em relação aos novos rumos seguidos pela questão creditícia acima referida, emergiram como uma preocupação central que passou a

cobrir a satisfação e o interesse dos camponeses, embora, em muitos contextos de intervenção, vários factores, inclusive a competição entre mediadores, coloca num plano secundário, as demandas dos camponeses.
Nos diferentes cenários de intervenção, vários mediadores (organizações públicas e privadas) parecem apresentar preocupações em torno da defesa da sua imagem diante do público e, deste modo, têm procurado também apresentar-se como actores cujo trabalho desfruta inquestionavelmente de legitimidade. Elas são organizações externas que trabalham com população desfavorecida, mas não são membros das organizaçòes de base da população (Haan, 2009).
Em maior ou menor grau, os interesses dos mediadores, muitas vezes, parecem sobrepor-se aos reais desafios do desenvolvimento e a dominação do "outro" parece estar no cerne de muitos processos de legitimação. A análise de mais programas e projectos de intervenção protagonizados por diversos mediadores, pode contribuir para compreender como estes mediadores têm construido a sua legitimidade e qual as relações e implicações dessas construções no exercício de poder e nas tramas de desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

Bratton, Michael. Peasant-State Relations in Postcolonial Africa: patterns of engagement and disengagement, In Migdal; Kohli; Shue (Eds.) State Power and Social Forces. Domination and Transformation in the Third World. Cambridge University Press, 1997

Chambers, Robert. Desenvolvimento Rural. Fazer dos Últimos os Primeiros. Luanda: ADRA Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente, 1995

Commins, Steven. World Vision International and Donors: To Close For Comfort?. In: Hulme; Edwards (Eds.). NGOs, Sates and Donors. New York: Saint Martin's Press/Save the Children, 1997

Haan, Arjan de. How the Aid Industry Works. An Introduction to International Development. USA: Kumarian Press. USA, 2009

Long, N. Long, A. Battlefields of Knowledge. The interlocking of theory and practice in social research and development. London & New York: Routledge, 1992

Migdal, Joel; Kholi, Atul; Shue, Vivienne. State Power and Social Forces. Domination and Transformation in the Third World. Cambridge University Press, 1997

Rowlands, Jo. Beyond the Comfort Zone: somw issues, questions and challenges in thinking about development approaches and methods. In: Eade, D. (Ed.) Development and Methods Approaches. Critical reflections. Oxford (UK): OXFAM, GB.2003

Vidal, N; Andrade, J. O Processo de transição Para o Multipartidarismo em Angola. Lisboa: Firmamento & Livraria Nobel, 2008

Movimento social e a categoria experiência como perspectiva analítica

Carmen Verônica dos Santos Castro - FEUC
carmencastrorj@gmail.com

Resumo: O objetivo desta comunicação é refletir a categoria experiência como um instrumento analítico importante para reconstruir o movimento social e a ação coletiva de grupos sociais populares. As lutas sociais arrastam processos sociais coletivos do passado e vivenciam um presente em pautas da luta por direitos que reatualizam e entrelaçam temporalidades distintas e podem apontar futuros. Os sujeitos sociais herdam e compartilham experiências sociais através de práticas organizativas, formativas e educativas.

Palavras chaves: movimento social – experiência – dimensão social

1. Introdução

Esta reflexão faz parte da tese de doutoramento "A dimensão da experiência social entre o Movimento Sem Terra e a Universidade: o caso do Curso de Teoria Social e Produção do Conhecimento (UFRJ)", defendida em 2013 no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR – da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, sob a orientação dos professores doutores Ana Clara Torres Ribeiro, Breno Bringel e Frederico Bandeira de Araujo.

Buscou-se reconstituir o prisma da experiência como um processo prático e político, de mediação entre os eventos e acontecimentos e de constituição da consciência de sujeitos sociais. Isto tem como fundamentação teórica as reflexões de Thompson (1981; 1988; 1989; 1997; 1998) sobre a experiência social como ação política "dos debaixo" de combaterem a sua descontinuidade sociopolítica imposta por interrupções relativas às contradições históricas que envolvem conflitos reais e luta entre classes sociais antagônicas. A consciência política da classe trabalhadora vai sendo modificada no seu processo de luta. No caso, de um movimento social com o porte da estrutura organizativa do MST, consolidada durante três décadas de intensas atividades. A práxis social e política – no sentido que Karl Marx (1978, p. 51) definiu em seu texto "Teses contra Feuerbach" como "atividade humana sensível", "atividade objetiva", "atividade revolucionária", "prático-crítica" – vai dando conta da ação, a elaboração, a orientação da próxima ação e a perspectiva de um projeto político, agregando assim experiências herdadas e compartilhadas.

Na construção do estudo do movimento social foram descartados os caminhos analíticos que privilegiam determinantes das estruturas formais, a funcionalidade das relações entre o MST e a universidade, a eficácia pedagógica ou a "correção" dos seus conteúdos. Pelo contrário, nos interessou compreender a dinâmica das condições e circunstâncias da ação do sujeito social, os conteúdos e as avaliações do Movimento que interferiram na trajetória da realização das experiências formativas e educativas, até a proposição de cursos junto à universidades públicas. O aspecto da conjuntura política foi fundamental para compreender as decisões do sujeito social. O suporte teórico para seguir as pistas da experiência, as marcas e os sinais da prática social, veio através das elaborações de autores empenhados na valorização do *fazer* social – discurso e ação – como produtor de sentidos para as pessoas que atuam e se sujeitam na vida social (THOMPSON, 1981, 1988, 1989, 1997, 1998; HOGGART, 1973).

Vale a pena ressaltar que a pesquisa de doutorado foi montada tendo em vista o interesse de reconstruir os fios das práticas educativas e formativas do MST, desembocando nos porquês das experiências com as universidades. Desta forma, abriu-se a discussão deste estudo com as condições materiais que geraram o MST, através da discussão da questão agrária, da aparição do Movimento, as suas experiências especificamente formativas e educativas, o encontro com a universidade, a proposta do curso Teorias Sociais... e a terceira turma como trabalho de campo.

2. Caminhos teóricas

Buscamos apreender a experiência social como acontecimento prático e teórico no fazer e na concepção da ação. Em Thompson, a compreensão de prática e teoria não corresponde a duas dimensões apartadas do real; ao contrário, estão relacionadas à dimensão experimental das relações sociais entre indivíduos e grupos sociais. A categoria experiência permitiu reconstituir a dinâmica do MST no seu caráter contínuo de ações políticas. Vinculamos a ideia de "experiência" à configuração do "social", focando nas relações entre os sujeitos que atuam. A orientação teórica de Thompson abriu a possibilidade de compreensão mais íntegra do fazer social, enraizada em reconstruções históricas, margeadas por questões que modificam o próprio sujeito social. Nesta análise, a problemática agrária, de luta por terra e por educação, por exemplo, foi dando a tônica na formação do MST.

> Fazer-se, porque é um estudo sobre processo ativo que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos. A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se. [...] Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. [...] A mais fina rede sociológica não consegue nos oferecer um exemplar puro de classe, como tampouco um do amor ou da submissão. A relação sempre precisa estar encarnada em pessoas e contextos reais [...] Não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou compartilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. [...] A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias [*sic*] e formas institucionais [...] "Ela" – a classe operária – não existe, nem para ter um interesse ou uma consciência ideal, nem para se estender como um paciente na mesa de operações de ajuste (THOMPSON, 1997, p. 9-11).

Thompson desenvolveu o "fazer-se" da classe social como "um fenômeno histórico" que "ocorre efetivamente", tanto nos aspectos objetivos quanto subjetivos. Este autor estimulou a compreensão de que a experiência social vivenciada por pessoas se encontra, simultaneamente, no fazer e nas ideias, nos valores, termos culturais, que conduzem o fazer. A experiência de classe se encontra em "relação", ainda que condicionada, e não como condição fixa, "uma coisa", e a expressão de uma "formação social e cultural".

A condução teórica deu-se através da categoria experiência, no que ela oferece de possibilidade de arcabouço para a reconstituição das condições político-organizativas e da dinâmica das ações formativas do sujeito. A ideia de "fazer-se", desenvolvida e aprofundada por Thompson, traz consigo a ação política das classes subalternizadas (GRAMSCI, 2005) e a ideia de *continuidade histórica* produzida nos momentos e espaço da atuação política (BENJAMIN, 2010). Assim, como sujeito presente na ação e na construção da consciência, o MST *se fez* – na ideia de experiência desenvolvida por Thompson (1981, 1988, 1989, 1997, 1998) – nas relações sociais, nos conflitos enfrentados na luta pela terra, nas disputas com as classes sociais do campo e nas elaborações e leituras sobre o processo vivido cotidianamente nos diferentes espaços de atuação.

Num confronto teórico-metodológico com Louis Althusser sobre a teoria presente na disciplina da história e os equívocos epistemológicos do filósofo francês, Thompson (1981, p. 16), em *A Miséria da teoria*, desenvolveu, com o apoio de questões do materialismo histórico, o arcabouço da categoria experiência social:

> Mas a questão que temos imediatamente à nossa frente não é a dos limites da experiência, mas a maneira de alcançá-la, ou produzi-la. A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens

> e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. Se tivermos de empregar a (difícil) noção de que o ser social determina a consciência social, como iremos supor que isto se dá? Certamente não iremos supor que o "ser" está aqui, como uma materialidade grosseira da qual toda idealidade foi abstraída, e que a 'consciência' (como idealidade abstrata) está ali. Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem pensamento. O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a *experiência* modificada; e essa experiência é *determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. A experiência, ao que se supõe, constitui uma parte da matéria-prima oferecida aos processos do discurso científico da demonstração. E mesmo alguns intelectuais atuantes sofreram, eles próprios, experiências. [grifo no original]

Este autor propôs metodologicamente a experiência social tanto como matéria-prima quanto como resultado da investigação científica. O "ser social" e a "consciência social" compõem a experiência nas dimensões da vida coletiva; a ação do sujeito, não fechada em si, compõe e retroalimenta a dinâmica social que o refaz constantemente frente às circunstâncias. O "ser social" corresponde, assim, ao *fazer-se* limitado pelas condições materiais e pelo mundo produzido por elas (THOMPSON, *ibidem*; MARX, 1978; GRAMSCI, 1979).
Especificamente quanto à experiência em educação e com as universidades, se constitui como processo de luta, não somente em si como também se articula com a experiência política mais ampla de projeto do MST – da ação pela reforma agrária e da consciência de classe trabalhadora com papel revolucionário de acesso, por setores subalternizados, à educação como direito universal que venha a contemplar suas necessidades e interesses específicos de população do campo. Neste sentido, vejamos o que nos diz Thompson (*ibidem*, p. 15) sobre o tratamento do objeto de análise ser um sujeito dinâmico:

> Nossa observação raramente é singular: esse objeto do conhecimento, esse fato, esse conceito complexo. Nossa preocupação, mais comumente, é com múltiplas evidências, cuja inter-relação é, inclusive, objeto de nossa investigação. ou se isolamos a como a mesa, ao interrogatório: agita-se, nesse meio tempo, ante nossos olhos. Essa agitação, esses acontecimentos, se estão dentro do "ser social" com frequência parecem chocar-se, lançar-se sobre, romper-se contra consciência social existente. Propõem novos problemas e, acima de tudo, dão origem continuadamente à experiência – uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento.

A noção de "resposta mental e emocional a acontecimentos inter-relacionados" (THOMPSON, 1981) nos pareceu um caminho para a compreensão de agência social e brechas sociais existentes e encontradas pelo sujeito na sua atuação. Isto se apresentou como chave para se perceber o percurso "dos debaixo", organizados no MST e, especificamente, nos corredores que têm que transitar para alcançarem a sala de aula universitária. O encontro movimentos sociais-universidades para desembocar na realização de cursos requer dos agentes envolvidos refazer caminhos, os trâmites burocráticos, descobrir lacunas em uma estrutura burocrática e nos fazeres cotidianos.
Sobre a importância do conceito de luta de classes na obra de Thompson, Marcelo Badaró Mattos (2012) ressalta de seu livro, *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*, um trecho da obra deste autor que nos pareceu importante. Na elaboração sobre a formação da consciência de classe, no seu processo de luta, Thompson, em artigo de 1960, recorre a Karl Marx:

> 'Para Marx, uma classe define a si mesma em termos históricos não porque foi feita por pessoas com relações comuns com os meios de produção e uma experiência de vida comum, mas porque essas pessoas *tornam-se conscientes* dos seus interesses comuns e desenvolvem formas apropriadas de organização e ação comuns' (THOMPSON[1], *apud* MATTOS, *ibidem*, p. 27). [grifos em THOMPSON, reproduzidos por MATTOS]

A dimensão da agência humana e o processo histórico, o caráter relacional da consciência de classe se realiza no processo de luta de classes. Nesta perspectiva, há espaço para a atuação consciente do sujeito, calcada na forma como homens e mulheres experimentam as condições de vida e as relações sociais a partir de suas necessidades e interesses concretos. A forma de suas respostas se constitui dos valores, referências morais e culturais, que estão disponíveis em suas vivências reais. Segundo Mattos (*ibidem*, p. 85):

> Por meio do conceito de experiência, sua análise buscava um nexo entre o modo de produção e a consciência: "o que muda, assim que o modo de produção e as relações produtivas mudam, é a experiência de homens e mulheres existentes (THOMPSON[2], *apud* MATTOS, *ibidem*, p. 85). "Experiência" seria o termo ausente nas teses em que a teoria autoproclamada marxista assumia tons mais próximos do idealismo e do determinismo. Por isso, tais teses seriam incapazes de apreender que forma os homens "fazem sua própria história", embora em condições que não são as por eles escolhidas.

Mattos destaca a junção "cultura-não cultura" compondo o ser social e a consciência social na orientação das ações do sujeito coletivo, em luta contra outra classe social. A experiência trata-se da mediação entre a determinação nas relações de produção e a abertura para agência histórica. A consciência social encontra-se circunstanciada pelas condições materiais e de dominação, porém, dialeticamente, no processo de luta, relações sociais vigentes são confrontadas e podem promover uma certa abertura, possibilidades de mudança. Desta maneira, o que se coloca à frente das ações são possíveis brechas para o sujeito.
O conceito de cultura tem relevância na abordagem das classes subordinadas, dos "debaixo", como dimensão produtora, reprodutora e de recomposição de valores, significados e sentidos. Em estudo dedicado à cultura das classes trabalhadoras da Inglaterra, no século XVIII, Thompson (1998, p. 17) chamou a atenção para os riscos existentes nas generalizações excessivas:

> Essa é uma razão pela qual precisamos ter cuidado quanto a generalizações como "cultura popular". Esta pode sugerir, numa inflexão antropológica influente no âmbito dos historiadores sociais, uma perspectiva ultraconsensual [*sic*] dessa cultura entendida como "sistema de atitudes, valores e significados compartilhados, e as formas simbólicas (desempenhos e artefatos) em que se acham incorporados". [...] E na verdade o próprio termo "cultura", com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto.

A dimensão da cultura faz parte do ser social e dos conflitos vividos em uma sociedade de classe. O processo ativo de mudança social produz o que Thompson chamou de "interação dialética" entre os valores apreendidos na sociedade e os conflitos com estes valores nas relações sociais. Thompson (*ibidem*, p. 22) tratou do

---

1 THOMPSON, Edward Palmer. Revolution again! Or shut your ears and run, *New Left Review*, London, n. 6, nov.-dec., 1960, p. 24.

2 THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos, Campinas,* Unicamp, 2001.

movimento da cultura dos "debaixo" frente a "oportunidades" conjunturais e da produção da "consciência de classe":

> Critiquei antes o termo "cultura", por tender a nos empurrar no sentido de uma noção holística ou ultraconsensual [*sic*]. Contudo, fui levado a retomar uma descrição de "cultura plebéia [*sic*]" que pode estar sujeita às mesmas críticas. O que não terá grande importância, se usarmos a palavra "cultura" como um termo descritivo vago [...] Mesmo assim, não podemos esquecer que 'cultura' é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. [...] Se fosse discriminar os componentes constitutivos da "cultura popular" que mais requerem a nossa atenção nos dias de hoje, citaria as "necessidades" e as "expectativas".

O estudo de Richard Hoggart, realizado na década de 1950, descreveu densamente a solidariedade de indivíduos que compartilharam e herdaram experiências compartilhadas por uma classe social. As relações sociais decorreram das condições de trabalho, da manutenção da vida cotidiana, com base em valores, superstições, crenças e racionalizações que conformaram o espaço da família, das refeições, das relações de vizinhança que surgiram em pertencimentos e hábitos socialmente reproduzidos. Conforme (HOGGART, 1973, p. 99), a seguir:

> Este sentido de comunidade é inconsciente; está muito longe da camaradagem cultivada pelos movimentos com propósitos de reforma social. Não deriva – pois é algo de mais elementar, algo de mais antigo – da convicção de que a união se torna necessária caso se pretenda melhorar as condições de vida, convicção essa que está na origem dos movimentos cooperativos. É antes fruto do saber de experiência feito, que ensina no grupo; o indivíduo sabe que está integrado num grupo, porque experimenta o calor humano e a sensação de segurança que lhe são facultados pelo próprio facto [*sic*] de pertencer ao grupo, porque o grupo se mantém sempre igual a si mesmo, e porque se vê freqüentemente [*sic*] obrigado a recorrer à ajuda dos vizinhos, uma vez que não pode geralmente pagar os serviços de outrem. Os membros do proletariado sentem a necessidade de formar um grupo, porque a vida é dura e 'a eles sempre lhes cai em sorte tudo o que é mau'. A maioria deles não raciocina porém esse conhecimento intuitivo de modo a tirar as conseqüências [*sic*] lógicas do mesmo, ainda hoje encontramos muito poucas cooperativas nos bairros populares, predominando as mercearias de bairro, de propriedade privada, que servem uma ou duas ruas.

Hoggart (*ibidem*) destacou nestes seus estudos sobre aspectos culturais da classe trabalhadora na Inglaterra, para as "reações vigorosamente manifestadas" pelos sujeitos frente a pressões oriundas de mudanças nos modos de vida, reações que encontraram apoio nos conceitos de "dignidade", "independência" e "comunidade". No caso das relações socioculturais entre MST e universidade foram mulheres e homens, como militantes e dirigentes da organização, que promoveram as experiências formativas a partir das necessidades materiais e dos valores compartilhados na luta vivenciada pela terra, pela escola, entre outras questões.

A experiência do MST tem tempo e espaço, ou espaços sociais – sejam as primeiras experiências de ocupação de terra que, sobretudo no sul do país, conseguiram estruturar inicialmente o MST; sejam as experiências dos cursos universitários que se realizaram a partir de um período de institucionalização do Movimento. A ideia de espaço social se faz relevante no sentido da compreensão das experiências que se realizam a partir das atividades de agentes que ocupam posições nos lugares de ação, negociação e realização das propostas apresentadas pelos atores sociais (BOURDIEU, 2000; 2007) – no caso dos cursos, no encontro entre movimento social e universidade.

Ainda que haja uma crítica profunda de Bourdieu à tradição marxista que, a seu ver, trata das diferenças sociais a partir de uma leitura determinista da realidade social, por este prisma "as classes sociais não existem" (2007, p. 26) e isto representa um obstáculo ao conhecimento científico do mundo social. Por outro lado, nos pareceu importante visitar a elaboração sobre "espaço social" na perspectiva de que a experiência se realiza em um espaço que envolve um "ponto de vista". Segundo este autor (*idem*, p. 27), espaço social seria:

> [...] princípio de uma visão assumida a partir de um ponto situado no espaço social, de uma perspectiva definida em sua forma e em seu conteúdo pela posição objetiva a partir da qual é assumida. O espaço social é a realidade primeira e última já que comanda até as representações que os agentes sociais podem ter dele.

Os sujeitos ocupam posições nos lugares de definições das ações e atividades e em determinados períodos sociais, culturais, políticos e econômicos favoráveis. Desta maneira, ao se analisar as relações concretas da experiência MST-universidades compreendemos que o espaço social dos cursos, ainda que contando com estruturas estatais, se tratava do espaço de relações em movimento, com "brechas" para experimentações sociais "novas".

Quanto às propostas junto às instituições de educação, entre outras arenas de negociações com órgãos do Estado e instâncias de governos, há uma mediação entre os acontecimentos da luta pela terra e os possíveis cursos. O que pudemos observar foi que o diálogo se realiza pontilhado pela perspectiva de acesso a direitos por parte da classe trabalhadora. Uma noção de classe social é acionada pela representação organizativa do MST e pela atuação de sujeitos com afinidades políticas e ideológicas. Há um discurso compartilhado que cruza fronteiras, possibilitando uma ponte entre os espaços da universidade e do Movimento – os sentidos das lutas travadas nos acampamentos, assentamentos e nos espaços da educação universitária se encontram.

As experiências entre movimento social e universidades possuem diversas dimensões: cultural – do encontro de valores sociais distintos; pedagógica – na troca/ não troca de saberes; política – no sentido da negociação com uma instituição com o Estado para realização, reconhecimento e financiamento. Percebemos, na reconstituição do fazer do sujeito, que a dimensão social se dá através da práxis do qual se realiza a ação, que ativa a representação do sujeito, sua experiência prática e seu projeto político.

Os cursos propostos pelo MST são ações educativas e formativas e formas de apropriação do espaço universitário pela ação popular de luta pela terra. A possibilidade de tornar esta ação uma recorrência projeta uma "nova" prática social educativa de agentes dos movimentos sociais no espaço social da produção rural e da vida no campo. Por isto nos remetemos ao Movimento como organização social de luta por terra e por reforma agrária.

Por outro lado, o outro eixo teórico da presente tese com relação ao debate dos movimentos sociais está associado ao fato de retomarmos o sujeito, como parte de uma questão estrutural – a problemática agrária –, sendo elemento de contradição de uma sociedade capitalista periférica e dependente. Foi necessário analisar as ações sociais de um movimento social como o MST não encerrado em suas questões e demandas, mas, sim, de uma luta social articulada a aspectos mais gerais do corpo social.

Tratamos de reconstituir experiências sociais que geraram o MST; para tanto foi necessário retomar o debate sobre movimentos sociais como categoria analítica de ações sociais e políticas de grupos de trabalhadores organizados. Todavia, o ponto de partida é o fato do MST ser um movimento de trabalhadores do campo que realiza ações diretas de organização de famílias sem-terra visando a resolver problemas imediatos relativos às condições de vida, trabalho, existência humana.

A organização da luta pela terra estabeleceu diálogo com o conjunto da sociedade, em determinados momentos políticos, quando reapareceram as questões dos trabalhadores do campo, sobretudo os limites da expulsão da terra e da violência física. Por outro lado, alternaram-se com momentos de invisibilidade, de não diálogo, em relação à questão agrária – os valores culturais, os interesses políticos e econômicos, as carências, as necessidades sociais e as expectativas dos "debaixo" (MARTINS, 2000) –; de certa forma houve um certo desprezo da sociedade com estes setores do campo.

Foi no uso desta categoria – "movimento social" – que desenvolvemos a nossa análise; contudo, não como

uma categoria que se encerra em si mesma. As mudanças ocorridas nas ações sociais a partir dos anos de 1960 fizeram com que pesquisadores se debruçassem sobre as diferenciações entre os cenários do século XIX e do início do século XX e as distinções entre as experiências dos movimentos sociais operários e revolucionários dos anos de 1960 e as reivindicações por direitos civis, feminismo, demandas estudantis, contra guerra, entre outras. Boa parte dos debates teóricos[3] (TOURAINE, 1999, 2006; MELUCCI, 1989) tomaram espaço sobre as demandas, reivindicações, carências, necessidades e expectativas oriundas das especificidades das condições de vida de negros, mulheres, jovens, questões ambientais, entre outros temas.

Houve uma diversificação de questões sociológicas sobre situações heterogêneas de grupos sociais populares e trabalhadores – como a categorização de identidade, memória, entre outras. Portanto, reconhecemos a existência dos debates acerca das questões específicas constitutivas dos movimentos sociais, das suas ações sociais, das lutas políticas junto ao Estado e da diversidade de práticas que atravessaram o tecido social. Inclusive, estamos tratando aqui de um movimento social com experiências singulares, mas articuladas a outras experiências sociais.

Pareceu-nos que faria sentido compreender as práticas sociais no conjunto das relações em que se realizaram num processo de totalização. Para tanto, o instrumental teórico da categoria "movimento social" fez sentido para se compreender a combinação entre estruturas e ações sociais, produtoras de dinâmicas que modificaram as suas próprias experiências, que se refazem sujeitos atuantes na sociedade – por exemplo, quando, ao analisarmos o MST, percebemos o processo de experiências que se modificaram e a permanência do sujeito coletivo.

As elaborações que nos interessaram foram as que abordaram os movimentos sociais em movimento, em relação com o conjunto da sociedade – sejam "velhos", ou clássicos, na forma de organização em sindicatos e partidos políticos; sejam "novos", organizados a partir de especificidades, de questões e reivindicações particulares. Algumas apreensões possibilitaram o cruzamento das ações sociais em resposta às realidades sociais concretas, na fronteira e no desafio das conjunturas políticas e em confronto com as condições materiais de existência. Consideramos também a discussão de estudos (SCHERER-WARREN, 1987; TELLES, 1987; KRISCHKE, 1987; CAMACHO, 1987; PAIVA, 1985) que trataram da diferenciação dos movimentos sociais gerados a partir do final dos anos 1970, algo central para entender o surgimento do próprio MST.

A compreensão de movimento social nos serviu não apenas para fixar a ideia, mas também entender as ações sociais recorrentes de um sujeito que veio atuando na sociedade brasileira e seu processo de experiências "herdadas" e "compartilhadas" (THOMPSON, 1997). Assim, identificar os sujeitos – indivíduos-coletivos – que tocaram a formação do MST e foram sendo formados através de práticas e espaços como, inicialmente, o da Igreja: as CEBs e Pastorais sociais.

A análise da diferenciação dos movimentos sociais se colocou sobre as ações e experiências de identidades coletivas, formas de ação, repertório de atividades e discursos, delimitando o campo de atuação do movimento social e suas particularidades.

> A preocupação com a teorização sobre os movimentos sociais ocorre porque, por um lado, eles ganharam visibilidade na própria sociedade na qualidade de fenômenos históricos concretos. Por outro, o desenvolvimento das teorias sobre o social colocou as ações coletivas num outro patamar, num universo mais amplo, reconstruindo e construindo novas teorias sobre a sociedade civil (GOHN, 2008, p. 11).

No Brasil, assim como em boa parte da América Latina, os movimentos sociais, urbanos ou rurais, do período

---

3 No Brasil, os estudos de Maria da Glória Gohn (2008) se destacaram por tratarem de teorias dos movimentos sociais, retomando formulações sobre as ações sociais de grupos de trabalhadores. Gohn retomou uma gama de autores, desde Karl Marx e Frederich Engels – em suas formulações sobre ação e organização dos trabalhadores, numa perspectiva clássica –, passando por Antonio Gramsci e Edward P. Thompson – na perspectiva marxista da formação da classe trabalhadora –, até aqueles que, segundo Gohn, constituiriam paradigmas contemporâneos, como por exemplo, Alain Touraine, Alberto Mellucci, Charles Tilly, Sidney Tarrow.

1970-1980 foram tratados como novidade nas suas múltiplas identidades, auto denominadas, nas suas formas organizativas, nas pautas reivindicativas, no seu repertório discursivo e de atuação. As Ciências Sociais precisaram de "novas" categorias analíticas para compreender a realidade social que se formou no pós-Guerra Fria e com o fim dos regimes ditatoriais na América Latina. Segundo Hobsbawm (1996, p. 438):

> O fim da década de 1970 viu a onda de revolução lançar seus salpicos sobre os EUA quando a América Latina e o Caribe, inquestionável área de dominação de Washington, pareceram inclinar-se para a esquerda. Nem a Revolução Nicaraguense de 1979, que derrubou a família Somoza, peões do controle americano nas pequenas repúblicas da região; nem o crescente movimento de guerrilha em El Salvador; nem mesmo o criador de casos Osmar Torrijos, postado no canal do Panamá, enfraqueceram seriamente o domínio dos EUA, não mais que a Revolução Cubana; [...] foram sem dúvida fenômenos revolucionários, embora de um tipo latino-americano conhecido; a grande novidade, ao mesmo tempo intrigante e perturbadora para os da velha tradição esquerdista, basicamente seculares e anticlericais, foi o surgimento de padres católico-marxistas [*sic*] que apoiavam, e mesmo participavam e lideravam, insurreições.

Por outro lado, a tensão de delimitar a particularidade foi tensionada pelo diálogo com a conjuntura política e questões universalistas dos direitos sociais e políticos; de modo que os movimentos sociais necessitam de compreensão por dentro da dinâmica societária e de articulação com os aspectos políticos. Com frequência a referência a movimentos sociais novos traz uma referência ao popular e aponta para movimentos fora do sindicato. Uma forma "espontânea" e "independente" sem organizações "prévias", ou já existentes, que realiza ações de protesto, reivindicatórias, de pressão sobre o Estado e de expressão para o conjunto da sociedade (GOHN, 2008). Alguns desafios são propostos pela dinâmica dos sujeitos sociais contemporâneos e, como destaca Breno Bringel, alguns desafios para uma "agenda renovada no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais", como: *espacializar as ações* e produzir uma análise de longo prazo, para além dos "ciclos de protesto" imediatos; possibilitar uma abertura disciplinar que leve em consideração *os novos repertórios de ação coletiva*; viabilizar uma abertura epistemológica, tendo em vista a pluralização dos atores e espaços de conhecimento, para interações da teoria crítica com as contestações sociais (BRINGEL, 2012, p. 53-58).
Desse modo, o diálogo que retomamos com a temática dos "novos" movimentos sociais trata-se de uma tentativa de aproximação com o fazer concreto dos movimentos sociais através de uma perspectiva teórica relacional que possibilitasse a busca das continuidades e descontinuidades dos movimentos sociais – isto apontou para os aspectos conjunturais com os quais os sujeitos coletivos tiveram que se confrontar. Pela análise de Scherer-Warren (1987, p. 41):

> Sem dúvida, esta separação entre o "tradicional" e o "novo" é uma construção que atende a fins heurísticos. Os movimentos sociais concretos expressam de forma variada, e em maior ou menor grau, a continuidade e a descontinuidade em relação à cultura política tradicional. Todavia, a partir do período mencionado, juntamente com a proliferação dos movimentos sociais, muitos dentre esses lutam contra as formas tradicionais de se fazer política neste país e propõem novas formas de ação política, ainda que às vezes com uma dificuldade inicial em ultrapassar o nível do discurso.

O fazer político das organizações "dos debaixo" retomou práticas políticas e produziu experiências como resposta às necessidades e expectativas do período. As questões imediatas, locais, específicas e materiais conectaram-se com questões amplas e gerais relativas à projeto político e atuação nacional.
Vera da Silva Telles (1987, p. 58) faz crítica a uma tradição de pensamento político brasileiro que produziu formas de interpretação e análise sobre os trabalhadores na sociedade brasileira, em que a percepção foi de "amorfismo" e dependência em relação ao Estado:

> Essa 'descoberta' dos trabalhadores me parece ser o ponto central pelo qual se elaborou a certeza' de uma novidade histórica nos movimentos populares recentes. 'E é uma 'descoberta' construída junto com (ou através da) a elaboração de uma nova percepção da assim chamada sociedade civil.

O surgimento de movimentos sociais entre o final dos anos de 1970 e início dos de 1980 fora das instituições do Estado – e contra o Estado – lançou novas questões aos analistas da sociedade civil, que se aperceberam de uma "classe atuante". Houve, a partir dos anos de 1980, o reconhecimento de que existem dimensões da vida social que não estão totalmente amarradas pela estrutura do Estado, de que os trabalhadores podem se auto-organizar; e a possibilidade de revitalização democrática da sociedade e do Estado através de um processo de "democracia de base". Assim, conforme Telles (*ibidem*, p. 60):

> A novidade parece estar nos significados que esses movimentos assumiram no momento de seu aparecimento em meado dos anos 70. Significados que por sua vez, trazem os sinais dos tempos. É possível dizer que trazem as marcas de uma época que vivia o signo de uma ruptura com a Histórica [*sic*] passada.

O momento político produziu as condições para o surgimento dos "novos" movimentos sociais. A experiência dos movimentos sociais de 1970-1980 se apresenta como uma possibilidade de romper com a desconstrução que se impôs sobre os trabalhadores a partir de 1964. Ainda que o período fosse outro e parte dos sujeitos sociais "novos", parte das pessoas eram as mesmas, com histórias anteriores de luta social. De alguma forma trata-se também da continuidade de uma alternativa política frente ao projeto das classes sociais dominantes.
A "novidade" também se deu porque ganhou força o lugar de organização fora do partido e do sindicato. Na Igreja, no lugar de moradia, através das CEBs, como novas formas em "novos" espaços. A ideia de autonomia organizativa em relação ao Estado e ao partido se difundia entre setores de trabalhadores; por outro lado, no período em que emergem os movimentos sociais, emerge também a proposta de partido e de projeto para o Estado – na avaliação de Camacho (1987, p. 235):

> Em outra situação, com a do Brasil, o processo de democratização facilitou uma relação intensa entre movimento e partido. Os últimos cumpriram o papel de unificadores, em escala nacional, da visão mais localizada, própria dos movimentos sociais, logrando articular e representar no âmbito institucional, um conjunto de forças sociais heterogêneas (Noé).

Daniel Camacho (*idem*) debate a conceituação dos movimentos sociais e nos traz a reflexão para além da distinção destes com o partido político e o afastamento do Estado, mas a relação existente entre estes elementos. Parte importante da luta dos movimentos é para acessar o Estado no sentido da realização de direitos sociais[4], algo que tem sido fortemente contrastado no Brasil na última década.
As atividades de educação política buscavam dar conta das necessidades imediatas das lutas sociais. Os sindicatos rurais disponibilizaram práticas de atuação com instrumentos legais para as reivindicações e demandas corporativas (MST, 1986; 1987; 1995). Ainda que se tenha destacado no movimento sindical a renovação das direções políticas, pelo que ficou conhecido como "sindicalismo autêntico" mudando a ação política no processo de democratização, houve um acúmulo destas formas organizativas durante a Ditadura, sobre o uso

---

4 Na atualidade, o interesse de muitos pesquisadores pelas ações na "sociedade civil" pode estar relacionado com a ideia do Estado que perdeu "importância como agente regulador", como difundido pelas ideologias denominadas neoliberais. Não partimos desta perspectiva. O Estado é um agente político de importância, tendo em vista que os movimentos sociais buscam acessar o atendimento de suas necessidades e demandas nas suas instituições e não no mercado. E as recentes crises financeiras, por sua vez, demonstraram o vigor do poder público na economia (CASTELLO, 2010).

dos canais legais, os limites e as brechas, para as conquistas sociais (MEDEIROS, 1989). A formação política foi desenvolvida pelas organizações de trabalhadores, como os cursos de formação, que desempenharam um importante papel na produção de uma consciência de classe e na busca de construir um projeto social. A assessoria aos cursos de formação veio da Igreja, das Pastorais, dos sindicatos, das universidades, da militância de esquerda, dos partidos.

O MST é um movimento social que resultou da convergência de forças políticas da sociedade civil, na conjuntura política no final dos anos de 1970; trata-se também de um sujeito social que surgiu de um longo processo histórico da formação social brasileira que se configurou na questão agrária em um capitalismo periférico – ainda que, conforme a trajetória das organizações sociais e políticas criadas no Brasil, este período demonstre como se tornou complexa a relação movimentos sociais-partidos políticos no Brasil, encontramos um movimento social como o MST empenhado em construir um projeto popular (BENJAMIN *et al*., 1998; MST, 2001c) e a trajetória de afastamento do Partido dos Trabalhadores das lutas sociais (IASI, 2006).

Entretanto, Gohn (2008) relacionou uma série de trabalhos sobre questões relativas aos movimentos sociais, com temas ligados às periferias urbanas – abordagens alinhadas às teorias norte-americanas, que privilegiam a "mobilização política" como elemento determinante do movimento social. Em contraposição, as abordagens teóricas marxistas e críticas se dedicaram a refletir as "novas formas de dependência", a relação da autonomia dos grupos sociais e os sistemas políticos – governos, políticas sociais, Estado. Esta autora demonstrou uma concentração das pesquisas sobre movimentos sociais em 1980 e um declínio a partir dos anos de 1990, tornando-se uma área de pouco interesse dos pesquisadores. Há, entre outros elementos, uma abordagem sobre os pressupostos teóricos de análise sobre movimentos sociais e distinções sobre os movimentos sociais contemporâneos, conforme Gohn (*ibidem* p. 60).

> As análises fundadas nas narrativas que estabeleciam uma clara conexão entre classes sociais e movimentos sociais e a centralidade da classe operária como sujeito fundamental das transformações sociais, reduziram-se em toda a América Latina neste novo milênio.

A discussão acerca dos novos movimentos sociais e das questões que os caracterizam precisou ser recolocada, relacionando suas práticas sociais e a institucionalização de "governos populares" na América Latina e a produção de políticas sociais. Houve uma preocupação com o fortalecimento ou o enfraquecimento das "organizações" populares" (GOHN, *ibidem*); o seu processo de autonomia frente a matrizes totalizantes (SADER, 1988), como o Estado, as esquerdas, a Igreja e com o que os caracterizou como autênticos "movimentos sociais de base".

Quanto ao MST, no período mais recente as suas ações recolocaram a necessidade e a expectativa de constituição de um projeto de poder social. Ao retomarmos no capítulo 3 o período de experiências que geraram este movimento social percebemos que estes elementos já haviam sido postos no início da década de 1980 com a reabertura política no país, quando *novos personagens entraram na cena política*; conforme Sader (*ibidem*, p. 35-36):

> Ao final da década vários textos passaram a se referir à irrupção de movimentos operários e populares que emergiam com a marca da autonomia e da contestação à ordem estabelecida. Era o 'novo sindicalismo', que se pretendeu independente do Estado e dos partidos; eram os 'novos movimentos de bairro', que se constituíram num processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores como os do passado; era o surgimento de uma 'nova sociabilidade' em associações comunitárias onde a solidariedade e a auto-ajuda se contrapunham aos valores da sociedade inclusiva; eram os 'novos movimentos sociais', que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada. De onde ninguém esperava, pareciam emergir novos sujeitos coletivos, que criavam seu próprio espaço e requeriam novas categorias para sua inteligibilidade.

Os sujeitos sociais que surgiam compunham questões específicas e um projeto voltado ao conjunto da sociedade. As demandas e reivindicações em processo de luta produziram mediações e diálogos entre diferentes sujeitos da sociedade na busca de um projeto político. As organizações de trabalhadores puderam, em determinadas conjunturas, interpelar a sociedade com questões que o geraram como sujeitos sociais.

Em pesquisas recentes de outra geração de pesquisadores a definição conceitual vem sendo revista: "A 'novidade' presente em movimentos sociais consistiria no modo de construí-los, de desenvolvê-los. E não em elementos de caráter essencialista, ligados temáticas ou a grupos sociais" (PERRUSSO, 2009, p. 22). Neste sentido, a ideia de "novo" encontra-se na "forma de organização" e na "práxis dos movimentos".

A abordagem das demandas dos movimentos sociais, aparentemente específicas, singulares, particulares, precisa articulá-las à conjuntura política e problematizar até que ponto a sociedade é interpelada por questões "dos debaixo" na sua dinâmica, no seu movimento de organização societária, nas concepções de mundo e da vida humana e nos valores e sentidos socioculturais. Os movimentos sociais como prática política da sociedade civil enseja a perspectiva de direitos, de consciência social, de projeto de sociedade, de "novo sujeito coletivo", a partir de experiências sociais cotidianas. As ações sociais podem tomar "roupagens diversas", "novas" caracterizações para questões "velhas" que, no processo de luta, evidenciam o seu caráter em confronto com interesses antagônicos. Nas palavras de Gohn (2008, p. 14)

> Um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Usualmente ele tem os seguintes elementos constituintes: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e assessorias – que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações.

Todavia, o esforço teórico de definição do que seja movimento social foi tomado no sentido de dialogar com a realidade concreta, mas, mais do que aferir se o MST cumpriu com todos os requisitos a ser considerado um movimento social, a proposta foi reconstituir a dinâmica social que possibilitou o seu surgimento, quais práticas e questões sociais – como a problemática agrária, não resolvida, e que interpela a sociedade brasileira de tempos em tempos. Buscamos entender o movimento social através de experiências anteriores, "herdadas", e desenvolvidas; e das experiências compartilhadas que foram produzidas a partir de uma organização contínua de ações de trabalhadores, ou seja, o movimento em movimento.

A questão, a princípio, não seria em saber o que seria novidade ou não, pois a dinâmica social está em movimento num processo dialético de re-produção e, ao mesmo tempo, de possíveis tensões de renovação das ações sociais. As recorrências – no sentido encontrado em Thompson (1981; 1988; 1997) – em resposta à conjuntura política e às condições sociais constroem o ser social. Interessaram-nos as experiências anteriores criando experiências renovadas na medida em que se enfrentaram as condições de luta concreta (podendo tomar diversas roupagens/expressões), bem como sua reinvenção contínua. A perspectiva foi tentar compreender a experiência histórica no fazer dos sujeitos sociais, nas relações sociais condicionadas pelas contradições sociais, políticas, econômicas, culturais; e nos desejos, expectativas e projetos da ação coletiva organizada a partir das necessidades do período político.

A conjuntura política de transição possibilitou o impacto entre a consciência e o ser social no conjunto da sociedade, fazendo com que esta se deslocasse, se movimentasse e favorecesse o surgimento de movimentos sociais de contestação e contrários ao projeto político em curso. Grupos políticos se organizaram e refletiram, em graus diferentes, as possibilidades de mediações sociais e representação política das reivindicações sociais.

O MST faz parte de uma práxis de luta por emancipação política, pautada por uma organização de base, por autonomia, libertação social, anticapitalista, anti-dominação de classes.

A estrutura do Movimento foi parte da ação das classes subalternas em se unificar por não ter se convertido em

Estado, em poder de transformação da sociedade. O MST foi parte das respostas da classe trabalhadora no campo, em luta, para uma questão agrária que permaneceu na estrutura social, se atualizando no projeto capitalista de uma economia periférica no capitalismo mundial. Contudo, o processo de derrotas dos trabalhadores no Brasil desfez a composição do bloco de forças, iniciado no início da década de 1980, e o Movimento prosseguiu construindo estratégias de permanência na terra e pela reforma agrária através de experiências sociais. Entre estas experiências estão as de luta pela escola, pela educação popular e pela formação política, através das quais procurou se melhorar a atuação política, ocupar posições e espaços políticos (como a escola) e promover alianças com setores (como os que estão nas universidades) que possibilitassem avançar em direção de um projeto de transformação social. Neste sentido, as experiências formativas junto às universidades passaram a fazer parte da trajetória do sujeito da luta pela terra.

Autores como Roseli Caldart (2000), Bernardo Mançano Fernandes (2000) e Miguel Carter (2010) chamam a atenção para o aspecto duradouro do MST. A durabilidade do Movimento como forma organizativa dos trabalhadores e movimento social no campo faz sentido se a sua ação política estiver ligada aos elementos da conjuntura política, de modo que a trajetória do sujeito coletivo se relacione aos enfrentamentos políticos do período. O MST tem cerca de trinta anos – considerando-se as primeiras ocupações no final dos anos de 1970, que agregaram experiências para a fundação da estrutura política dos sem terra –, e o que se destaca é o dinamismo da sua atuação, no sentido prático e teórico, presente ainda na sua atuação mais recente.

3. Considerações finais

O Movimento desenvolveu, no seu fazer, uma espécie de experiências políticas reflexivas que passaram a compor a práxis social do sujeito e do projeto político de classe no fazer do Movimento. Na medida em que o MST manteve suas ações educativas e formativas, sistematicamente produziu sínteses orientadoras, podendo readequar as atividades educativas e formativas às suas necessidades organizativas da luta social e enfrentamentos políticos.

Há uma tendência política e de estudos em abordar os grupos sociais do campo isolando-os de suas circunstâncias, condições sociais e conjuntura política (MARTINS, 1982). São importantes as sistematizações sobre as vivências políticas "dos debaixo" no campo, historicamente alijados das interpretações sociais, fazendo-se necessárias, ainda, apreensões históricas que possam demonstrar a complexidade da formação dos sujeitos sociais e sua consciência política que articula as questões específicas às questões mais gerais do conjunto da sociedade.

Diferentes demandas sociais – de trabalho, alimentação, moradia, saúde, educação, entre outras – que se inseriram na luta político-social por terra e reforma agrária, são re-atualizadas nos enfrentamentos com o projeto do agronegócio (STÉDILE, 2007). A organização e manutenção do MST tiveram um importante aspecto de continuidade da ação trabalhadora, não só no campo como na cidade, nos âmbito nacional e internacional (BRINGEL, 2008).

A experiência do MST corresponde ao fazer-se da classe em si e em exercício experimental de classe para si. O MST não só faz parte de um longo processo da problemática agrária, mas, como sujeito, reivindica a herança política de outras lutas pela terra e por reforma agrária e de outros setores sociais por direitos, bem como, revoluções, revoltas, ações nacionais e internacionais. Trata-se de um processo de totalidade com suas contradições em dar continuidade a um processo organizativo e enfrentar novos conflitos por terra, seja com as classes em oposição e a intermediação do Estado e governos.

O fato de um movimento social de luta pela terra voltar-se para a realização de cursos universitários e quais os resultados esperados e obtidos destas ações junto às universidades nos levou a buscar a ação condicionada do sujeito (MARX, 1979; THOMPSON, 1981, 1997) no seu fazer prático. As atividades dos cursos universitários são aparentemente novas, distintas do que justificou a origem do MST: um movimento social reivindicativo de áreas de terra desapropriadas para fins de reforma agrária O que levou o Movimento a trilhar este caminho de pautar cursos com as universidades encontrou respostas nas atividades sociais desenvolvidas ao longo de sua trajetória e que sustentam este esforço de realização.

Os cursos de formação junto às universidades se tornaram práticas geradoras de uma experiência que vem ganhando justificativa na estrutura organizativa, mobilizando seus militantes e dirigentes. As primeiras iniciativas de cursos universitários visaram a formar professores para as escolas de assentamentos e acampamentos. Já o curso Teorias Sociais e Produção do Conhecimento, concebido entre 2002 e 2004, foi um curso de formação teórica e política marxista que não resultava em titulação, direcionando-se a questões que envolviam a construção de um projeto político, tendo em vista os debates sobre sujeito revolucionário, transformação social, entre outros. Por outro lado, ao nos debruçarmos sobre a análise da terceira turma deste curso, 2008-2011, podemos perceber questões que envolveram tanto o projeto político como a formação de indivíduos entrelaçada na trajetória coletiva deste Movimento Social.

A "experiência" desenvolvida entre o MST e a universidade apontou para a caracterização da relação surgida a partir do curso Teorias Sociais... – tanto objetivamente, ao se reconstruir a proposta formal deste curso, quanto subjetivamente, ao se retomar os significados da participação das pessoas envolvidas nas diferentes posições de dirigentes do Movimento, da universidade, professores, coordenadores e estudantes. Destacamos a prática social conduzida por sujeitos e atores sociais nos seus fazeres, crenças e valores nas negociações da proposta do curso. A teoria teceu os sentidos da ação do sujeito no confronto com o vivido-conhecido-experimentado com a sociedade vigente nas instituições e suas "brechas" identificadas (MARX, 1978; LÉFÈBVRE, 1995).

A representatividade da experiência do curso Teorias Sociais... ocorre por meio do papel atribuído à proposta de formação e educação na qualificação de quadros políticos. Ao ser analisado, o curso foi apreendido como uma experiência integral concebida pelo Setor de Formação do MST e pela ENFF em diálogo com professores universitários. O curso não foi analisado como evento isolado, mas como resultado da trajetória formativa do Movimento. Neste sentido, algumas questões se fizeram presentes no exame da atividade, o que gerou os acontecimentos formativos e educativos do MST; quais contradições e circunstâncias condicionaram os atores e agentes sociais; quais os valores, interesses e concepções que orientaram os envolvidos.

4. Bibliografia

BENJAMIN, Walter. (1995) *Rua de mão única*. Tradução: Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. 5. ed. São Paulo: Brasiliense. (Obras escolhidas, 2). [3. ed. reimp. 2000.]

_____. (1994) *Charles Baudelaire*: um lírico no auge do capitalismo. Tradução: José Carlos Martins Barbosa e Hemerson[*sic*] Alves Baptista. 3. ed. São Paulo: Brasiliense. (Obras escolhidas, 3). [2. ed. reimp. 2000.]

_____. (1995) *Rua de mão única*. Tradução: Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. 5. ed. São Paulo: Brasiliense. (Obras escolhidas, 2). [3. ed. reimp. 2000.]

BOURDIEU, Pierre. (2005) *Razões práticas:* sobre a teoria da ação. 6. ed. Campinas: Papirus.

_____. (2000) *O Poder simbólico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. (1983) Uma Ciência que perturba. In: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.

BRINGEL, Breno Marques. (2012) The MST Agenda for Emancipation: Interfaces between National Politics and Global Contestation. In: PIETERSE, Jan Nederveen & CARDOSO, Adalberto (Eds.). *Development, Inequality and Emancipation in Brazil.* London/New York: Routledge, 2013.

_____. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 43-67, jun.

CALDART, Roseli Salete. (2000) *Pedagogia do Movimento Sem Terra*: escola é mais do que escola. 2. ed. Petrópolis: Vozes.

CAMACHO, Daniel. (1987) Movimentos sociais: algumas discussões conceituais. In: SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKER, Paulo José. *Uma Revolução no cotidiano?*: os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense. p. 214-245.

CARTER, Miguel. (2010) Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. In: _____. *Combatendo a desigualdade social*: o MST e a reforma agrária no Brasil. Tradução: Cristina Yamagami. São Paulo: UNESP. p. 27-78.

CASTELO, Rodrigo (Org.). (2010) *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas.

FERNANDES, Bernardo Mançano. (2000) *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes,.

GRAMSCI, Antonio. (2009) Notas sobre Maquiavel. In: SADER, Emir (Org.). *Gramsci, poder política e partido*. São Paulo: Expressão Popular. [4. ed. reimp.]

_____. (1979) *Os Intelectuais e a civilização da cultura*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. (1995) *História dos movimentos e lutas sociais*. São Paulo: Loyola.

_____. (1997)*Teoria dos movimentos sociais*: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola.

_____. (2008) *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola.

HOBSBAWM, Eric. (1995) *Era dos extremos*: o breve século XX, 1914-1991. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Cia. das Letras.

HOGGART, Richard. (1973ª) Uma Ordem "mais antiga". In: *As Utilizações da cultura*. Lisboa: Editorial Presença. (Coleção Questões, 1).

_____. (1973b) Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. In: _____. _____, (Coleção Questões, 2).

IASI, Mauro. (2006) *As Metamorfoses da consciência de classe*: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular.

LÉFÈBVRE, Henri. (2001) *O Direito à cidade*. 3. ed. Tradução: Rubens Eduardo Faria. São Paulo: Centauro.

MARTINS, José de Souza. (2000) *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: USP.

_____. (1982) *Os Camponeses e a política no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes.

MARX, Karl. (2008) O Processo de produção do capital.. In: _____. *O Capital*: crítica da economia política. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (livro 1, v.1)

_____. (1983) Teorias da mais-valia: a história crítica do pensamento econômico. In: _____. _____. _____. São Paulo: Difel. (livro 4, v. 2).

_____. (1978) O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: _____. _____. _____. p. 329-404. (Os Pensadores).

_____. (1978) Teses contra Feuerbach. In: _____. _____. _____. p. 55-60. (Os Pensadores)

_____. (1976) *A Ideologia alemã*. 3. ed. Lisboa: Presença. (volume 1 e 2).

MATTOS, Marcelo Badaró. (2012) *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: UFRJ.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. (1989) *A História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE.

MELLUCCI, Alberto. (1989) Um Objetivo para os movimentos sociais. *Lua Nova*, São Paulo, n. 17, p. 49-66, jun.

MST. (2001) *Projeto pedagógico*. Veranópolis: MST.. (Cadernos do ITERRA, 2)

_____.(1995) *Programa de reforma agrária*. São Paulo: MST. (Caderno de formação, 23).

_____. (1987) *Nossas prioridades:* organização da base; formação dos companheiros; articulação com a cidade; organização dos assentados. São Paulo: MST. (Caderno de formação, 12).

_____. (1986)*Terra não se ganha, se conquista.* São Paulo: MST. (Caderno de formação, 9).

PERRUSSO, Marco Antônio. (2009) *Intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970-80*. São Paulo: Annablume.

SADER, Eder. (1988) *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SADER, Eder & PAOLI, Maria Célia. (1986) Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro: notas de leitura sobre acontecimentos recentes. In: CARDOSO, Ruth Vilaça Correia Leite [Ruth Cardoso]. (Org.). *A Aventura antropológica*: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 39-68.

SCHERER-WARREN, Ilse. (1987) O Caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKER, Paulo José. *Uma Revolução no cotidiano?*: os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense. p. 35-53.

TELLES, Vera Silva. (1987) Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70. In: SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKER, Paulo José. *Uma Revolução no cotidiano?*: os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense. p. 54-85.

THOMPSON, Edward Palmer. (1998) *Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras.

_____. (1997) *A Árvore da liberdade.* 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (A Formação da Classe Operária Inglesa, 1)

_____. (1989a)*A Força dos trabalhadores*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (A Formação da classe operária inglesa, 3)

_____. (1989b) *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. 3. ed. Barcelona: Grjalbo,.

_____. (1988) *A Maldição de Adão*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (A Formação da classe operária inglesa, 2)

_____. (1981) *A Miséria da teoria, ou um planetário de erros*: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar.

TOURAINE, Alain (2006). Na Fronteira dos movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, abr.

_____. (1999) *Poderemos viver juntos?*: iguais e diferentes. Tradução: Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes. p. 17-28.

Black Bloc Nas Ruas Brasileiras: Violência Comunicativa E Raiva Contra A Polícia Militar

Esther Solano Gallego
Professora Dra., Universidade Federal de São Paulo, prof.esther.solano@gmail.com

Paulo Rogério Lugoboni Filho
Aluno de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo, paulo.lugoboni@gmail.com

Resumo: O presente artigo apresenta a história e as características da tática anarquista de ação direta, o Black Bloc. Com base em um trabalho etnográfico nas manifestações paulistanas do ciclo 2013-2014, os autores expõem a dinâmica da tática, sua identidade e como esta é apresentada pelos adeptos, em especial, sua identificação com a violência performática, espetacular, utilizada como instrumento para provocar um debate social, e sua intensa raiva contra a Polícia Militar que, sob a ausência total de diálogo com outros atores do Estado, define muitas de suas ações.

Palavras-chave: Black Bloc, violência, manifestações

Introdução

Sob a ótica da análise desenvolvida por Deusen e Massot (2010), a tática Black Bloc não se desenvolveu no vácuo, mas tomou parte singular como "braço armado da contracultura" (FIUZA, 2014, p. 39). O surgimento e crescimento da tática foram aqui tratados de maneira a direcionar a pesquisa. Como próprio Bruno Fiuza argumenta "Para responder a essa pergunta [Do surgimento Black Bloc] é preciso fazer uma viagem à cidade onde a geopolítica da Guerra Fria não apenas era uma abstração: Berlin dos anos 1960." (FIUZA, 2014, p. 39). Dentro desse âmbito de estruturação, o artigo apresenta o papel do movimento *Autonomen* na construção identitária da tática, sua chegada aos Estados Unidos, onde encontra seu pico difusor nas mobilizações do fim dos anos noventa, e sua presença e relação com os protestos ocorridos no período pós-crise de 2008, com foco na presença, controversa, do Black Bloc em dois momentos distintos – No Occupy Wall Street e nas Jornadas de Junho.

Origem Histórica

"Os Black Blocs são compostos por agrupamentos pontuais de indivíduos ou grupos de pessoas formados durante uma marcha ou manifestação." (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 10). Tal afirmativa reflete a necessidade em se analisar este fenômeno de maneira oposta à de estruturas tradicionais de representação da sociedade civil. O autor Bruno Fiuza (2014) pondera frente à explanação de Massot e Van Deusen (2010), que a tentativa de se determinar a fundação do BB parte de uma premissa errônea. "O Black bloc não é, ele mesmo, uma organização política, mas sim "um grupo informal que atua como uma ala de ação radical de um movimento de protesto mais amplo" (MASSOT e VAN DEUSEN, 2010 apud FIUZA, 2014, p. 35). O Black Bloc se apresenta como meio, como forma de ação tática[1], ampla e irrestrita. Sintetizando não uma instituição, "mas sim um instrumento de uma luta social mais ampla." (FIUZA, 2014, p. 35).

---

1 Partindo da perspectiva tática, o BB se define junto à característica trazida dos estudos de segurança internacional para esse conceito, onde tática se refere ao plano de ação em determinado momento específico. "Neuman define estratégia como a ciência (...) de empregar todos os recursos de uma nação (...) a fim de atingir um objetivo específico da guerra. Tática é relativa aos planos e ações que têm como fim a vitória de uma específica batalha ou campanha." (NEUMAN apud RUDZIT; NOGAMI, 2010).

Francis Dupuis-Déri (2014) trata essa perspectiva, da presença de uma organização formal capaz de atuar em diversas frentes do globo e contra diversas pautas, como fantasiosa. "Segundo um mito muito difundido, só existiria um Black Bloc, uma única organização permanente com múltiplas ramificações internacionais" (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.10) da mesma forma, o autor analisa essa experiência anarquista como um elemento propulsor da capacidade de conquista de novos participantes na formação de diversos blocos negros. "A tática dos Black Blocs possibilita que eles expressem uma visão de mundo e uma rejeição radical ao sistema político e econômico" (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.11).

De maneira paralela à formação de Black Blocs na Europa e nos Estados Unidos, grupos de ativistas com os rostos cobertos e combatendo a repressão policial também estão presentes em outros países. "Jovens palestinos, com os rostos envolvidos nos tradicionais keffiyeh (...) confrontam soldados há anos. Na América hispânica, jovens encapuchados lutam contra a polícia há muito tempo, como durante mobilizações estudantis no Chile." (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.18).

A acepção do que seria o Black Bloc não passa por essas características – uso de violência e constante combate – mas sim pela construção de uma identidade, onde a questão visual toma ponto central tanto no âmbito da indumentária, quanto no aspecto da violência. De maneira apresentada no início deste trabalho, o mote visual e imagético se configura de maneira basilar na compreensão da tática Black Bloc como instrumento de atuação da sociedade civil frente aos seus líderes. Tal questão se reflete em dois pontos, na caracterização do Black Bloc e, no uso da violência performática (*performative violence*) e sua relação midiática.

O encontro dessa raiz histórica da tática Black Bloc se dá na Europa dos anos oitenta, como ponderam Massot e Van Deusen (2010), com o movimento autônomo na Alemanha. "Especificamente, a tática do Bloco, a estética e os métodos mais refinados de confrontação ao Estado começaram a emergir, de maneira concreta, no movimento Autônomo alemão dos anos 1980[2]." (MASSOT e VAN DEUSEN, 2010, p. 10, tradução nossa). Os autores fazem uso do exemplo que foi marcante na difusão dos protestos da época, as manifestações ambientalistas contra criação de usinas nucleares, onde, manifestantes promoviam ocupações das áreas onde se iniciariam as obras, construindo acampamentos.

Fiuza (2014) considera que o sucesso desse meio de protesto, colocando os manifestantes no epicentro da questão políticoenergética alemã de maneira que eles não pudessem ser ignorados durante o processo de decisão, fez com que a tática se tornasse um modelo, tomando proporção e crescimento encontrando seu ápice na mobilização na região de Wendland, onde seria construído um depósito de lixo nuclear, em 1980. "No dia três de maio daquele ano, cerca de cinco mil ativistas começaram a construir um acampamento no local onde o depósito estava sendo construído. (...) a área foi transformada na 'República Livre de Wendland[3]'." (FIUZA, 2014, p.43).

A repressão policial para com os grupos que formaram a república na cidade de Gorleben foi massiva. "Cerca de oito mil policiais atacaram violentamente ativistas que resistiam sentados pacificamente no canteiro de obras do depósito de lixo atômico." (KATSIAFICAS, 1997 apud FIUZA, 2014, p. 44). A república foi dissolvida, mas o impacto das imagens da violência policial de encontro aos manifestantes pacíficos foi um elemento catalisador para levantar novas mobilizações na Alemanha Ocidental. "A partir de então, esses diferentes grupos passaram a se identificar como o movimento autônomo. Assim surgiram os *autonomen* (autônomos em alemão)." (FIUZA, 2014, p. 45).

O surgimento do movimento *autonomen*, citado por Bruno Fiuza (2014) vai ao encontro da análise de Francis Dupuis-Déri (2014) em sua tentativa de retratar a primeira aparição do termo Black Bloc. Para Dupuis-Déri,

---

2 Specifically, the Bloc's tactical aesthetic and more refined methods of State confrontation first began to concretely emerge in the 1980s Autonome movement in Germany. (MASSOT E VAN DEUSEN, 2010, p.10).

3 Mais emblemática dentre estas manifestações, a República Livre de Wendland se coloca como um marco por representar uma experiência, em larga escala, da luta contra o sistema na Alemanha Ocidental. Local que reuniu uma grande comunidade descolada da base governamental do país, com caráter representativo próprio, autônomo. "(...) uma comunidade alternativa que durante um mês aboliu qualquer sistema de governo ou troca monetária." (FIUZA, 2014, p.43) "Os wendlanders viviam juntos não só para construir uma forma de confrontação, mas também para criar um espaço autônomo de autogoverno por meio da discussão política." (KATSIAFICAS, 1997 apud FIUZA, 2014, p. 44).

após o violento desmembramento da República de Wendland, nas manifestações que eclodiram em apoio aos manifestantes e em repúdio à ação do braço armado do Estado, "(...) as pessoas estavam vestidas com jaquetas de couro preto e um capacete de moto, com os rostos cobertos por bandanas pretas. As reportagens sobre o evento faziam referência ao *Schwarzer Block* (isto é, Black Bloc)." (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 43).
Podemos afirmar, diante dessa constatação, que o desenvolvimento da tática, projetada no movimento *autonomen,* se da com a importância da ação não somente marcada pela defesa dos próprios manifestantes contra a violência do Estado, mas também de confronto com essas forças. "Eles não esperariam mais sentados a policia avançar com seus cassetetes. Daquele momento em diante, dariam o troco." (FIUZA, 2014, p.45). O que nos leva ao segundo pilar de estudo no que se refere à análise da tática como um instrumento global de atuação da sociedade civil, o uso da violência e seu aspecto performático.
"Embora os Black Blocs por vezes recorram à força para exprimir sua crítica radical, eles costumam se contentar em desfilar calmamente. O principal objetivo de um Black Bloc é indicar a presença de uma crítica radical ao sistema econômico e político." (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 10). Diante disso, podemos afirmar que o uso da violência também passa por amplo debate dentre os manifestantes. Discutindo o peso das ações da tática, Dupuis-Déri (2014) se baseia em outro sociólogo e ativista canadense. "Lesley J Wood e outras pessoas que observam as ações diretas explicam que o alvo é a mensagem. Em outras palavras, o que torna esse tipo de ação inteligível é seu alvo". (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.66). Em suma, a ação protagonizada, principalmente, pelos adeptos da tática Black Bloc, baseada na destruição e depredação, não tem caráter aleatório e, como argumentam Massot e Van Deusen (2010), também não tem caráter violento. Existe uma definição dos alvos a serem atacadas de maneira a ampliar o impacto do ato.
Ante tal concepção, emerge a discussão do papel imagético e teatral da tática Black Bloc no uso do que pode ser caracterizado como *Performative Violence*[4]. Para melhor exemplificar e discutir esta temática, presente dentro dos movimentos sociais, faremos uso do exemplo que se tornou uma baliza para tática Black Bloc, o dia 30 de novembro de 1999 (N30) – A Batalha de Seattle[5].

1.1 Seattle, 1999

A expansão e a difusão da tática Black Bloc no plano internacional estão diretamente atreladas a sua efetividade na Alemanha Ocidental, durante os anos oitenta. Dupuis-Déri (2014) atribui esse processo ao contato disseminado entre os próprios movimentos sociais e seus ativistas por meio do compartilhamento de experiências dos mesmos e da publicação de folhetos e revistas independentes. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 50).
É questão fundamental apresentar que, durante os protestos organizados contra a chamada Rodada do Milênio[6], a tática enfrentou um grande debate no que se refere a sua atuação diante das mobilizações que vinham sendo constantemente reprimidas, nos anos noventa. "A polícia dos Estados Unidos vinha usando spray de pimenta e fazendo prisões em massa ao longo dos anos 1990 contra manifestantes não violentos, durante ações de desobediência civil (...)" (DEPUIS-DÉRI, 2014, p. 51). Frente a esse cenário de constante ataque "Um grupo optou por romper com a tática de bloquear ruas e praticar resistência passiva, na tradição da desobediência civil

---

4"*Performative Violence* aquela cuja ênfase está na comunicação, na dramatização de ideias e valores" (JEFFREY apud SILVEIRA e SOLANO, 2014, p.57) "Aquela que, além de elementos prático-instrumentais, possui efeito simbólico, expressivo, como parte da estratégia de interação social do grupo." (RICHES apud SILVEIRA e SOLANO, 2014, p.57).

5 Termo que caracterizou os protestos e mobilizações contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), no ano de 1999. Apresentado no livro de Janet Thomas *"The Battle in Seattle" (2000).*

6 A rodada de negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1999, carregava consigo um grande peso político frente às perspectivas do comércio internacional e seu formado global. Em discurso realizado antes do início da chamada Rodada do Milênio, o então diretor geral da instituição, Mike Moore, reconheceu a expectativa existente para com o papel da OMC. "Todos os olhos estão voltados agora para a Reunião Ministerial de Seattle - as esperanças são elevadas. (...) É tempo, agora, para mim, para os colegas em Genebra, e em capitais de arregaçar as mangas e começar a trabalhar." (MOORE, 1999).

não violenta (...). O motivo, (...) a desobediência civil não tinha como funcionar sem a cobertura da violência policial pela imprensa" (ORTELLADO, 2014, s/p).

Dupuis-Déri (2014) aponta o papel da mídia como meio catalisador. O autor assinala que membros do protesto tomaram conhecimento da tática após acompanharem os relatos midiáticos. "A iniciativa privada ou a mídia pública deram importante atenção para os militantes Black Bloc, assim contribuindo na disseminação e popularização dos seus métodos.[7]" (DUPUIS-DÉRI, 2011, p. 52). O N30 configura-se como um divisor no alcance da tática Black Bloc, a partir desse cenário cada evento internacional se torna um potencial alvo de protestos e conflitos[8].

Novamente a questão visual se mostra no cerne da discussão tática Black Bloc, a violência performática empregada, naquele momento, contra símbolos do capitalismo internacional, foi capaz de voltar à atenção da mídia para os manifestantes, até então apenas refreados pelo aparato militar estatal. Dessa maneira, a característica visual, marcante, nos anos 80, na vestimenta dos manifestantes, mostra, aqui, também sua proporção em relação às ações do Black Block. Após os protestos, em Seattle (1999), mesmo diante de uma longa repressão policial e midiática, a difusão do arquétipo tático Black Bloc se reproduziu em protestos ao redor do mundo, principalmente em manifestações "Alterglobalização" – presentes em encontros políticos como os do Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI).

Protestos pós-crise 2008

Os anos 2000, como já demonstrado, acompanharam o crescimento dos movimentos antiglobalização da mesma forma que a tática Black Bloc se tornou cada vez mais presente dentro deste cenário. Da mesma maneira, no início da segunda década do milênio, a sociedade civil, em grande mobilização, retoma sua atuação no cenário internacional. Aqui podemos fazer uma alusão à explanação dada por Massot e Van Deusen sobre a formação das batalhas em Seattle. "[os protestos] não se materializaram do nada. Pelo contrário, foram como uma flor de uma década de organização, batalhada mobilização e crescimento. Ainda assim, Seattle marcou o tempo onde tudo isso se encontrou[9]." (MASSOT e VAN DEUSEN, 2010, p.40, tradução nossa). Na visão de Mark Bray (2013), o ano de 2011, especialmente, representou esse novo marco para a sociedade civil. "Pela primeira vez em muito tempo, as pessoas em todo o mundo disseram: 'este é o ano'[10]". (BRAY, 2013, p.1, tradução nossa).

2.1 Occupy Wall Street e a tática Black Bloc

Os protestos, impulsionados pela crise-econômica de 2008, contam com presença massiva e questionadora de manifestantes adeptos da tática. O Occupy Wall Street sintetiza a ambiguidade no que tange o a ação tática e sua eficiência. A leitura feita pelos analistas do OWS, quanto ao contexto de inserção da mobilização, é

---

7 Privately owned or public media devoted particular attention to the Black Bloc militants, thereby contributing to the dissemination and popularity of their methods. (DUPUIS-DÉRI, 2011, p. 52)

8 Em 2001 a OMC deu início ao Public Symposium – atual Public Forum – dando espaço para distintos setores da sociedade se aproximarem da organização. "The World Trade Organization was the venue of a symposium on critical issues confronting the world trading. (…) Representatives from governments, non-governmental organizations, the media and members of the academic community were invited to participate" (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, 2001). Não é possível constatar que a criação de um organismo amplo, que permite a participação social em qualquer escala, seja uma resposta direta aos protestos enfrentados pela organização no final do século XX. Porém, o surgimento desse espaço, em uma organização voltada para o comércio internacional, mostra o crescimento da preocupação das instituições para com a sociedade civil e suas demandas, pós 1999.

9 It did not materialize out of nowhere. Rather it was the flower of a decade of domestic organizing and hard won movement and growth. But still, Seattle marked the time when it all came together. (MASSOT e VAN DEUSEN, 2010, p. 40).

10 For the first time in a long time people across the world said, 'this is the year.' (BRAY, 2013, p. 1).

semelhante à do momento internacional de 1999 "Nós vemos a história do OWC como um arco histórico, onde a ocupação do Zuccotti Park está no pico[11]" (MILKMAN *et all*, 2013, p. 1, tradução nossa).
Mais de dez anos após os protestos contra a OMC, em Seattle, a representação tática, de ação direta baseada na violência performática, já não tem consigo o caráter surpreendente, enfrentando, assim, longo debate por parte dos manifestantes. É perceptível um questionamento entre manifestantes do OWS para com a tática BB. Mark Bray (2013) contesta essa conexão direta entre a essência do Occupy Wall Street e o uso do arquétipo Black Bloc. "Só porque alguns anarquistas formam Black Bloc, não significa que sempre, ou alguma vez, essa é a melhor coisa a fazer.[12]" (BRAY, 2013, p. 227, tradução nossa). A proposição vai além, demonstrando que existe um debate no centro da mobilização quanto à diversidade tática. "(…) Se nós vamos fazer avanços na formação de um novo mundo, nós precisamos desafiar uns aos outros no que se refere à eficiência de nossas táticas e aprender com seus sucessos e falhas.[13]" (BRAY, 2013, p. 227, tradução nossa).
É essencial realçar que, o surgimento desses questionamentos e a existência de um debate frente à possibilidade tática se da, diretamente, por duas razões: Primeira, pelo caráter de construção do movimento, horizontal, amplo – nos moldes dos movimentos autônomos alemães. Segunda, que se refere ao que este trabalho retrata como o cerne da tática Black Bloc, a questão imagética. O OWS, mesmo diante de um início tímido conseguiu, impulsionado pela presença de novas mídias, ampliar seu espectro de alcance na sociedade e na pauta internacional. "Ainda que a ocupação, inicialmente, tenha atraído pouca atenção, matérias sobre a mesma logo se proliferaram na internet, nas mídias sociais, e, uma semana depois, nas manchetes internacionais.[14]" (MILKMAN *et all*, 2013, p.1, tradução nossa).
A avaliação feita por Ruth Milkman (2013), referente à capacidade midiática presente nessa mobilização, ressalta o pretexto do surgimento de um debate quanto à utilização da tática Black Bloc nesse período. "O que iria definir o Occupy além dos esforços anteriores foi seu espetacular sucesso em atrair a atenção da mídia e sua capacidade de ganhar força com público mais amplo.[15]" (MILKMAN *ET all*, 2013, p.6, tradução nossa).
Frente a esse diagnóstico, é possível avaliar que os impactos trazidos pela tática Black Bloc nos protestos, em Seattle, fundamentais na retomada da atenção da mídia por meio da depredação de grandes símbolos do capital privado, não eram imprescindíveis no cenário estabelecido pelo Occupy Wall Street.

Jornadas de Junho no Brasil frente aos questionamentos Black Bloc

A chegada do Black Bloc ao Brasil não se mostra como um fenômeno totalmente recente, na visão de Fiuza (2013), a Batalha de Seattle produziu eco nos movimentos brasileiros na articulação de coletivos de combate à globalização e seu viés neoliberal. "Surgiram os núcleos brasileiros da Ação Global dos povos [em 1998] (...) que criou os Dias de Ação Global, articulações mundiais para organizar protestos simultâneos (...) contra as reuniões das instituições internacionais" (FIUZA, 2014, p. 48). Para referenciar esse processo de catarse da presença Black Bloc no início dos anos 2000 e seu retorno, em peso, nas manifestações ocorridas no ano de 2013, Fiuza (2014) traça um paralelo entre o momento, social e cultural, vivido pelo Brasil, no final do século XX, e pela Alemanha Ocidental, analisando que ainda existia uma perspectiva da população em

---

11 We view the history of OWS as an historical arc, with the Zuccotti Park occupation at its peak (MILKMAN *et all*, 2013, p.1).

12 Just because some anarchists form black blocs doesn't mean that it's always, or ever, the most useful thing to do (…) (BRAY, 2013, p. 227).

13 (…) If we are going to make strides toward building a new world, we need to challenge each other on the efficacy of our tactics and learn from our successes and failures. (BRAY, 2013, p. 227).

14 Although the occupation initially attracted little attention, reports on it soon proliferated on the Internet and through social media, and after a week it made worldwide headlines. (MILKMAN et all, 2013, p.1).

15 What would set Occupy apart from earlier such efforts was its spectacular success in attracting media attention and its ability to gain traction with the broader public. (MILKMAN *et all, 2013, p.6)*.

relação à transformação da realidade nacional pela via democrática tradicional, simbolizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Seria necessário que o PT tivesse uma atitude análoga à do Partido Socialdemocrata (SPD) alemão teve no meio dos anos 60.[16] Seria necessária uma nova geração "que já cresceu com o PT no poder (...) e que não conhece os estragos sociais causados pelo neoliberalismo do governo FHC" (FIUZA, 2014, p.51).
Dessa maneira, é possível afirmar que o fenômeno das Jornadas de Junho, em 2013, é – assim como a Batalha de Seattle e o Occupy Wall Street – o ápice de um processo de construção política e social. Onde, no cerne desse desenvolvimento, está o Movimento Passe Livre (MPL). A participação da tática Black Bloc neste cenário pode ser qualificada em dois momentos: O primeiro, nos protestos organizados pelo MPL – ainda no processo que culminaria nas Jornadas de Junho – sendo o segundo o período caracterizado pelas próprias jornadas.
Levando-se em conta tais fatores, a formação de Black Blocs, no primeiro cenário, é sintetizada como a tática responsável pela proteção e manutenção dos protestos que lutavam pela revogação do aumento da tarifa de ônibus. "Essas estrat**égias [autodefesa do movimento],** alemãs, foram muito utilizados na luta contra o aumento. O Black Bloc é extremamente importante para o sucesso dessa campanha." (ORTELLADO, 2014, s/p).
Em um segundo momento, durante as Jornadas de Junho, emergiu um grande questionamento quanto à legitimidade do uso da "violência" naquelas passeatas pacíficas. "Se para o BB sua ação direta é argumentada em termos de ser a única alternativa de comunicação sociopolítica, para a maioria do conjunto social esta violência é continuamente deslegitimada e designada como 'vandalismo'." (SILVEIRA e SOLANO, 2014, p. 58).
Faz-se necessário compreender que a dissonância entre os manifestantes, o esvaziamentos das pautas, e falta de uma aproximação que fosse capaz de instrumentalizar as demandas que foram as ruas – da forma que o MPL foi capaz, no primeiro momento – revela onde se encontra uma grande fenda nas Jornadas de Junho. A ação Black Bloc nos protestos dos últimos anos ainda ecoa como forma marginal de performance. Seu impacto é indiscutível, mas – diferentemente do exemplo de horizontalidade dos manifestantes do Occupy Wall Street, para com a diversidade tática – o campo político-social brasileiro se ausenta deste debate, criminalizando a atuação dos blocos sob o argumento da falta de legitimidade dos que recorrem à "violência".
Passamos a expor as principais características do Black Bloc paulistano, de acordo com as pesquisas de campo realizadas nas manifestações 2013-2014, levando em consideração diferentes aspectos levantados nas entrevistas com os adeptos aliado à observação das ações diretas por eles realizadas (Solano, 2014):

- Black Bloc não é um grupo, é uma tática.

Esta talvez seja a frase que com mais insistência se repete quando os jovens adeptos são questionados sobre o significado do Black Bloc:
"Parem de dizer que Black Bloc é um grupo. É uma tática, uma estratégia. Não somos um grupo, não temos líderes. Estão pensando que Black Bloc é um sindicato... A polícia tem aquela mania de dizer que Black Bloc é um grupo para nos enquadrar como associação criminosa, mas não é" (07-09-2013).
Mesmo tendo pessoas que organizam as manifestações, previamente, as aquelas, convocam os eventos na rede social e os divulgam. Uma vez na manifestação, é visível a rejeição a uma liderança, a uma organização, ou a estratégias fechadas que imponham como e quando atuar, e que tipo de violência realizar.

- Da inspiração anarquista aos problemas específicos do país

Ponto controverso, este tem se visto como uma incoerência por parte do Black Bloc brasileiro. O certo é que eles têm aderido a várias bandeiras ao longo de sua trajetória. Desde o "*Cadê o Amarildo"* (pedreiro desaparecido, *vítima de tortura pela Polícia Militar* na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro), até o*" Geraldo Alckmin, vai se foder e leva o Cabral com você"* (em referência aos governadores dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro), ou ainda o famoso *"Não vai ter Copa",* todos discursos altamente identificados com as realidades e contextos específicos do Brasil.

---

16 Em 1966, o SPD encontrou para o governo, formando uma 'grande coalizão' com a União Democrata-Cristã (CDU) que praticamente acabou com o dissenso no interior do Parlamento. Dali em diante, qualquer voz dissonante só poderia vir das ruas. (KATSIAFICAS, 1997 apud in FIUZA, 2014, p. 41).

Não é um caso isolado o do Black Bloc brasileiro. Durante os meses que durou a pesquisa, este fenômeno aconteceu em diversos países. O Black Bloc do Egito tinha saído às ruas durante as manifestações da Praza Tahrir, o Black Bloc do Chile nos protestos contra a privatização da educação, na Grécia ou na Itália contra as imposições de Troika (Banco Central Europeu, FMI e Comissão Europeia) e da política de austeridade.
Vários dos jovens adeptos afirmavam a compatibilidade entre a inspiração anarquista para com a luta destinada a melhorias dentro do próprio país.

- Ação direta e violência simbólica

O uso da violência é continuamente legitimado pelo fato de que os protestos pacíficos, fundamentalmente, os de junho, não tiveram o eco esperado nem produziram as mudanças políticas aneladas.
"Protesto pacífico não adianta, o Governo não está nem ai. Saem milhões de pessoas ás ruas em junho e tivemos alguma mudança importante? Nenhuma" (15-11-2013).
A violência é enxergada como a única forma possível de comunicação com as instituições, com o poder nos seus diversos níveis. Chamar a atenção, tanto dos governantes como da sociedade, sobre a urgência de mudan*ças estruturais*, é o sentido desta violência-comunicativa. Uma violência simbólica, performativa, contra o que eles denominam símbolos do capital, do sistema, do poder como forma de dialogar com a sociedade e provocar o debate:
"É uma forma de chamar a atenção, de provocar o debate. O governo não enxerga nossa revolta, nossa frustração, então, só pela violência somos escutados" (12-06-2014).

- A dimensão espetacular

A violência ou a *ação direta Black Bloc são* do tipo performático, dramático. A ideia central é a provocação. Esta dinâmica tem sido jogada em duas dimensões. Por um lado, eles, conscientes de seu poder teatral, por outro, a imprensa que espetaculariza cada protesto, transformando essa violência dramatizada numa violência-mercadoria. Tem sido recorrente estar em manifestações com um número similar de adeptos à *tática Black* Bloc e de jornalistas, entre meios de grande circulação e a denominada "mídia alternativa".
"A gente faz como um teatro. Queremos chamar a atenção. A imprensa joga ao jogo da violência também... Olha quantos jornalistas, mais do que manifestantes!" (12-06-2014).

- Polarização Black Bloc, Polícia Militar

Além do exposto anteriormente, o sentimento de aversão à polícia, especificamente *à* Polícia Militar, é uma das motivações destes jovens para sair às ruas. Frases do tipo *"A polícia mata todo dia", "PM assassina", "Sinto ódio contra a PM", "O policial não é um homem, só sabe disparar",* são contínuas durante os protestos.
O clima de tensão nas ruas, entre os dois bandos considerados antagônicos, chegava a ser enorme. De um lado, os policiais, em uma situação de cansaço, pressão e estresse, considerando os adeptos como vândalos, criminosos cujo lugar é a cadeia e, de outro, os jovens, desumanizando o policial, considerando que por trás da farda não existe um homem, só um assassino. Um processo de mútua estigmatização.
Depois de cada protesto, dezenas de vídeos são postados nas redes sociais, especificamente no Facebook. Dentre estes, os que mais repercussão alcançam são os que mostram cenas de ações policiais contra manifestantes, consideradas "truculentas", assim como armações de flagrantes, agressões contra jornalistas e manifestantes, e policiais sacando suas armas em momentos de tensão dos protestos. Estes vídeos e imagens geram centenas de comentários alimentando, reproduzindo o sentimento de repulsa.

- A rede social

O Facebook joga um papel essencial na organização dos protestos e na constância do Black Bloc. Os eventos são lançados na rede social e conseguem, rapidamente, uma grande difusão. *Páginas como Black Bloc SP (com*

mais de 55.000 likes, no momento), Black Bloc SP Fase II, Black Bloc SP- Difusão de Táticas, Black Bloc RJ (com mais de 78.000), colocam tanto material formativo, como os mais diversos comentários sobre a atuação policial e incentivos à continuidade da ação. Por outro lado, a rede social aumenta o contato entre os adeptos à tática, favorecendo a troca de mensagens, intercâmbios, tanto ideológicos como emocionais, cumprindo *vários papéis: organização, formação, comunicação e coesão entre os adeptos, difusão, motivação,* reprodução e continuidade.

Conclusão

Principalmente após 2011, se tornou crescente o número de levantes sociais ao redor do mundo, retratando uma possível retomada do espaço público em diversos países. Da mesma maneira, muitos dos protestos demonstram características comuns aos manifestantes, como o presente, e difuso, descontentamento geral, aliado a uma sensação constante de ausência de representatividade. O caso brasileiro, como demonstrado por Fiuza (2013) e Solano (2014), também se manifesta como a síntese de um processo de desilusão política, onde as forças que representavam esse procedimento de ruptura com as amarras estruturais são, agora, questionadas. Aqui podemos avaliar o espaço para o crescimento de adeptos da tática Black Bloc, sua expansão global vai ao encontro de um período de diminuição de perspectivas, impulsionando a procura por uma reestruturação do sistema financeiro internacional ou pela melhora nos acessos aos bens públicos de serviço. É nesse sítio que a tática encontra, na violência espetacular, uma forma de comunicar, política e coletivamente, sua rejeição ao sistema vigente e às forças de segurança de um Estado considerado como repressor.

Bibliografia

BRAY, Mark. (2013), Translating Anarchy, The Anarchism of Occupy Wall Street. Winchester: Zero Books.

COLETIVO DAR; DESINFORMÉMONOS. (2014) "Pablo Ortellado: experiência do MPL é 'aprendizado para movimento autônomo não só do Brasil como do mundo'. Disponível em: <http://coletivodar.org/2013/09/pablo-ortellado-experiencia-do-mpl-e-aprendizado-para-o-movimento-autonomo-nao-so-do-brasil-como-do-mundo/>. [Consultado em: 13-11-2014].

DUPUIS-DÉRI, Francis. (2014), Black Blocs. São Paulo: Editora Veneta.

DUPUIS-DÉRI, Francis. (2011), "The Black Blocs Ten Years after Seattle: Anarchism, Direct Action, and Deliberative Practices." Journal for the Study of Radicalism, 4 (2) Disponível em http://www.academia.edu/2399689/The_Black_Blocs_Ten_Years_after_Seattle_Anarchism_Direct_Action_and_Deliberative_Practices [Consultado em: 26-5-2014].

FIUZA, Bruno (2014), "Black Blocs, uma história". In ALVES, Amanda (ed.), Não é Por Centavos: um retrato das manifestações no Brasil, Rio de Janeiro: Editora Liga, pp. 29-50.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Moore spells out priorities for Seattle Ministerial Conference. Genebra: Press Release, 1999. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min99_e/english/press_e/pres135_e.htm>. [Consultado em: 13-11-2014].

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Public Forum. Genebra: Public Forum, (2014). Disponível em: http://www.wto.org/english/forums_e/public_forum_e/public_forum_e.htm>. [Consultado em: 13-11-2014].

ORTELLADO, Pablo. (2014), "Os Black Blocs e a Violência." Le Monde Diplomatic, 1(1), Disponível em: http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1603.
[Consultado em: 13-11-2014].

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO TV. A urgência das ruas (2014) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y0F4xv8D7OE>. [Consultado em: 13-11-2014].

SILVEIRA, Rafael; SOLANO, Esther. (2014), "Legitimação de Violência Performativa no Black Bloc paulistano" In ALVES, Amanda (ed.), Não é Por Centavos: um retrato das manifestações no Brasil. Rio de janeiro: Editora Liga, pp. 51-58.

SOLANO, Esther. (2014) "Parte 1: A pesquisadora – Esther Solano Gallego" in MANSO, Bruno Paes et all (eds.), Mascarados: A verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc. São Paulo: Geração Editorial, pp. 13-133.

THE OPEN EMPOWERMENT INITIATIVE. (2013), "Black Bloc Rising: Social Networks in Brazil." Instituto Igarapé e Sec Dev Analytics. Disponível em: http://pt.igarape.org.br/wp-content/uploads/2013/10/Black-Bloc-Rising-Social-Networks-in-Brazil.pdf [Consultado em: 26-5-2014].

VAN DEUSEN, David; MASSOT, Xavier (ed). (2010), Black Bloc Papers, An Anthology of Primary Texts from the North American Anarchist Black Bloc, Overland Park: Breaking Glass Press.

Movimentos Indígenas e as Redes de Mobilização na Amazônia Brasileira – O contexto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte

Lucas Milhomens
Doutorando em Educação na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
milhomenslucas@yahoo.com.br
Orientadora Profa. Dra. Maria da Glória Gohn

Resumo: O presente trabalho é fruto de pesquisa doutoral desenvolvida na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e tem como objeto central analisar o protagonismo dos movimentos indígenas nas redes de mobilização da Amazônia brasileira. Nossa análise está focada nos movimentos indígenas que atuam na luta contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no município de Altamira, estado do Pará, o maior projeto financiado com dinheiro público em curso hoje no Brasil (cerca de 22,5 bilhões de reais). A magnitude desse megaempreendimento está relacionada diretamente às contradições e polêmicas de sua construção. A previsão oficial é que a obra afete direta e indiretamente 24 etnias indígenas, distribuídas em 30 territórios diferentes, além de outros povos, como ribeirinhos e quilombolas, em uma região de enorme biodiversidade ecossistêmica. Nesse sentido, além de destacar e enumerar os movimentos que atuam em Belo Monte, nosso trabalho visa a compreender quem são os principais sujeitos (movimentos) envolvidos, além de analisar seus repertórios de mobilização e articulação em rede – sejam eles digitais, comunicacionais ou educacionais –, destacando-os como elementos centrais no processo de embate político, jurídico, social e midiático.

Palavras-Chave: Amazônia; Movimentos Indígenas; Hidrelétrica de Belo Monte; Redes de Mobilização

1 - América Latina indígena e seus movimentos

Segundo dados do documento *Los Pueblos Indígenas em América Latina*, produzido pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal, 2013)[1], existem hoje cerca de 826 etnias (povos) indígenas na região, totalizando aproximadamente 45 milhões de pessoas, 8% dos habitantes da América Latina. O Brasil detém a maior quantidade de povos indígenas existentes (305), seguido por Colômbia (102), Peru (85) e México (78). Segundo o relatório, esses povos indígenas estão entre as populações mais desfavorecidas do mundo, tendo a perda sistemática de seus territórios – realizada ao longo de séculos de colonização europeia –, a perseguição constante a seus modos de vida e culturas e o contínuo extermínio de suas populações como alguns dos elementos que mais ameaçam esses povos originários da América Latina.

Em setembro de 2014 foi realizada, pela Organização das Nações Unidas (ONU), a I Conferência Mundial dos Povos Indígenas, um evento que congregou, na cidade de Nova Iorque (EUA), quase mil delegados (a maioria indígenas) de vários países diferentes para discutir as temáticas relacionadas a essas populações. Uma questão de destaque durante a conferência – levantada por seus participantes – foi o relato das lutas dos indígenas da América Latina para preservarem suas identidades, autonomia e seus territórios, muitos deles atacados sistematicamente pelo grande capital transnacional (seja ele mediado pelo Estado ou em parceria com corporações multinacionais) que, entre outras coisas, visa a extrair os recursos naturais (abundantes) existentes nesses territórios. São recursos os mais variados, mas se concentram principalmente nos de ordem mineral, biológica, hídrica e energética.

Mas, antes dessa questão – crucial para entender os movimentos sociais indígenas e suas lutas hoje –, é necessário um apanhado histórico sobre a perspectiva das resistências indígenas na complexa e heterogênea

1 Disponível em http://www.cepal.org/cgibin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/1/53771/P53771.xml&xsl=/publicaciones/ficha.xsl&base=/publicaciones/top_publicaciones.xsl, [consultado em 21-11-2014].

macrorregião conhecida como América Latina. Nesse sentido, a contribuição do sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005) vai ao encontro de uma reflexão preocupada em compreender as nuances do processo colonial europeu e seus impactos nos diversos povos que foram denominados por essas civilizações ocidentais de «índios».

Para que possamos entender tal problemática, é necessário um movimento contrário a uma força hegemônica de constituição do pensamento social latino-americano – e sobre a questão indígena – denominada por Quijano (2005: 2) de «colonialidade do poder», uma «racionalização das relações entre colonizadores e colonizados [...] um constructo mental moderno, sem nenhuma relação com a prévia realidade, gerado para racionalizar as relações sociais de dominação». Essa perspectiva ideológica do colonizador europeu respaldou algumas barbaridades cometidas contra os indígenas ao longo dos séculos na América Latina, e nos dois últimos tornou essas populações as mais pobres e exploradas do mundo.

> A escravidão quase universal de "índios" deveu-se à desapropriação de suas terras desde o início da própria era republicana. Durante o período colonial, juntamente com a retirada formal do sistema de encomenda, e como uma forma de controlar os povos 'indígenas', a Coroa ordenou que fosse dada terra para plantar e viver, como áreas de propriedade exclusiva e de residência "indiana". A extensão dessas terras variava dependendo da região [...] No Peru elas eram extensas e na Bolívia ainda mais. Após a derrota dos espanhóis, Bolívar decretou para todo o ex - Vice-Reino do Peru, que as terras das comunidades indígenas fossem privatizadas e mercantizadas. No entanto, na maior parte do sec.XIX, as comunidades indígenas das republicas andinas mantiveram o controle da maior parte das terras que foram distribuídas durante o vice-reinado. A remoção retomada mais tarde naquele século, como consequência da apropriação de minas, plantações e quintas pela capital dos EUA [...] reprimindo e derrotando sangrentamente a resistência do campesinato indígena, forçando a maior parte das populações dos "índios" sujeitos à servidão. O que tem sido chamado de o Estado oligárquico, baseado nas relações de dominação inerente ao poder colonial foi reforçado nestes processos [...] (Quijano, 2005: 7).

Essa relação de dominação foi sistematicamente aplicada ao longo do tempo pelos colonizadores e mais tarde adaptou-se à lógica de exploração capitalista moderna, ao ponto de a maioria dos «intérpretes» da América Latina não levarem em consideração a multiplicidade e heterogeneidade de povos tradicionais existentes para sua compreensão e, quiçá, emancipação. Nessa leva, uma das primeiras exceções à regra no início do século 20 foi empreendida por Mariátegui (1928), que incorporou a uma reflexão materialista-dialética anti-imperialista da história a questão da formação cultural e étnica dos povos da América Latina. Ou seja, a principal tese desse autor é que a emancipação da região sob as condições do socialismo só poderiam acontecer se fosse levada em consideração a questão «indígena» de sua formação, o que ele denominou originalmente de «Socialismo Indo-Americano» (1928).

> Não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque e cópia. Deve ser criação heróica. Temos que dar vida, com nossa própria realidade, em nossa própria linguagem, ao socialismo indo-americano. Eis aqui uma missão digna de uma geração nova [...] O socialismo, enfim, está na tradição americana. A mais avançada organização comunista, primitiva, que a história registra é a Inca (Mariátegui, 1928: 109).

Outras reflexões sobre a história da formação indígena e de seus movimentos na América Latina vêm sendo feitas ao longo das últimas décadas de forma bastante intensa, não necessariamente sob uma perspectiva marxista, mas, sobretudo, pelo viés da autonomia e por uma elaboração do reconhecimeto identitário desses povos. A diversidade e as experiências existentes são uma forma de entender a dimensão de suas atuações, que

vão desde a luta por reconhecimento de seus territórios, preservação de suas culturas, ineditismo de suas ações coletivas, mediações e espaços de representatividade tradicionais ou jurídico-institucionais, até a elaboração de novos repertórios de resistência.

Assim, os movimentos sociais indíginas aproximam-se do que Melucci (1999) chama de «sistemas de ação, redes complexas de distintos níveis e significados da ação social». É o que Bello (2004: 34) apresenta como «diferentes níveis que expressam uma pluralidade de planos de ação, em distintos momentos, com diversas formas de organização e liderança, assim como estratégias e discursos». Para esse autor, «os movimentos sociais indígenas são um produto dos intercâmbios, conflitos e negociações que os sujeitos estabelecem através de redes de solidariedade e produção de significados culturais» (2004: 34).

Para ilustrar melhor o argumento anterior e mostrar o quão diversa é a região e as lutas de seus povos originários, apresentamos três exemplos latinoamericanos que recortam e sintetizam a heterogeneidade das ações coletivas dos movimentos sociais indígenas. O primeiro diz respeito ao que ficou conhecido mundialmente como Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN),[2] grupo de inspiração zapatista,[3] anticolonial e anticapitalista. Formado por indígenas e descendentes de indígenas do estado mexicano de Chiapas, em 1994, ao lutarem por autonomia e reconhecimento de seu território junto ao Estado e a autoridades mexicanas, desenvolveram novas metodologias de organização e luta (inspiradas, entre outras coisas, nas táticas de guerrilha e na expertise territorial indígena) e inovaram ao se apropriar de uma nova ferramenta que se popularizou com o advento da rede mundial de computadores, capitaneadas pela Internet.[4]

Tudo isso só foi possível com a colaboração de vários simpatizantes do movimento espalhados pelo mundo. A partir desse momento, as ações coletivas dos zapatistas ganharam visibilidade planetária, o que foi considerado um marco das lutas dos povos tradicionais e indígenas e exemplo de militância a ser seguido em outros países. Hoje Chiapas é um território autônomo do Estado mexicano, o que o torna um símbolo único nos processos de embate por reconhecimento territorial.

Outro caso emblemático de protagonismo dos povos originários aconteceu na cidade de Cochabamba, na Bolívia (que tem cerca de 55% de sua população formada por indígenas), no conflito que ficou conhecido no mundo como «Guerra da Água». No ano de 2000, a Bolívia era conhecida no cenário mundial como um dos países mais pobres do mundo,[5] local propício para as experiências (e laboratório) da globalização econômica transnacional, articulados por organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Essas entidades empreenderam uma grande privatização generalizada das estatais bolivianas, através de empréstimos que não tinham condições reais de serem pagos pelos governos (federal, estaduais e municipais) daquele país.

O que aconteceu com a prefeitura de Cochabamba (terceira maior cidade da Bolívia) foi que, ao fazer um empréstimo de 14 milhões de dólares para uma possível expansão do serviço de água do município, não teve condições materiais e organizacionais de quitar a dívida, o que era sabido pelo FMI e pelo Banco Mundial desde o início do processo (na verdade uma articulação escusa entre governo, congresso e iniciativa privada internacional). Com isso, houve o arrendamento do serviço de água de Cochabamba para uma empresa privada desconhecida chamada «Águas del Tunari», uma subsidiária da multinacional Califórnia Bechtel,[6] contrato que valeria por 40 anos (até 2039). O resultado concreto dessa negociata foi o aumento imediato de 200% nas contas de água das famílias de Cochabamba.

---

2 Disponível em http://enlacezapatista.ezln.org.mx/, [consultado em 22-11-2014].

3 Libertador mexicano Emiliano Zapata.

4 A Internet foi criada no final dos anos 1950 como recurso militar norte-americano, mas só se popularizou de fato a partir dos anos 1990, com a criação da rede mundial de computadores.

5 Ainda o é, mas, segundo dados do próprio FMI de hoje (novembro de 2014), a Bolívia é um dos países que mais crescem economicamente na América Latina, reduzindo também suas desigualdades sociais. Disponível em http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/10/bolivia-e-o-pais-que-mais-crescera-na-america-latina-elogia-fmi/, [consultado em 23-11-2014].

6 Disponível em http://www.bechtel.com/, [consultado em 23-11-2014].

Tal situação levou os moradores dessa cidade (de todas as classes sociais urbanas e rurais) a se organizarem em uma Coordenadoria para a Defesa da Água e da Vida, fundamental para a articulação de uma revolta sem precedentes na história boliviana, a qual resultou, depois, em greves gerais, bloqueios de estradas e enfrentamentos violentos por parte do Estado contra a população, no cancelamento do contrato e arrendamento do serviço de água e expulsão da multinacional norte-americana do País.

O terceiro e último exemplo que visa a enumerar a diversidade de ações coletivas dos indígenas da América Latina vem do Equador, não coincidentemente provocado pela necessidade econômica (do governo e do mercado internacional) de exploração dos recursos naturais – neste caso, o petróleo. Referimo-nos ao processo de resistência dos índios Quíchua, no Parque Nacional de Yasuní, na Amazônia equatoriana, uma das reservas florestais mais ricas em biodiversidade do mundo. Ao saberem do interesse do governo em explorar a região (que possui um potencial de cerca de 846 milhões de barris) para a extração desse combustível fóssil, esses indígenas literalmente se «prepararam para a guerra»: começaram a fabricar lanças, armas artesanais, e proveram-se com arcos e flechas.

Com a repercussão negativa da iniciativa governamental na comunidade internacional, o presidente do Equador Rafael Correa anunciou uma contraproposta à exploração do petróleo na reserva ambiental, que ficou conhecida como Iniciativa Yasuní ITT.[7] Em agosto de 2013, o governo equatoriano anunciou o fracasso do projeto alternativo à exploração do petróleo, que consistia, grosso modo, em doações financeiras internacionais para a preservação da referida reserva ambiental. O cenário atual é de incerteza para os Quíchua e sua população, que já anunciaram que não irão assistir passivos ao retorno das ameaças de exploração de suas terras – ou seja, essa história não se encerra com esses fatos, haverá outros capítulos.

A questão indígena na América Latina continua sendo um tema crucial. Nela se concentram debates substantivos sobre o futuro não somente desses povos, mas, principalmente, sobre qual modelo de «desenvolvimento» os Estados que compõe a região pretendem adotar e em que medida as consequências dessas «opções» atingem esses povos. O que se tem visto, até agora – e há uma vasta literatura sobre a temática (principalmente nas ciências sociais) –, é o histórico de uma incessante e secular expropriação e massacre dos povos indígenas na região, datada de tempos coloniais, como mencionado anteriormente, algo que não é nada novo. O que pretendemos apontar de diferente nesta breve análise do processo de exploração indígena na América Latina são seus «efeitos colaterais», ou melhor, como esse processo de exploração está fazendo com que vários povos indígenas de diferentes lugares e recortes étnico-sociais ampliem sua organização, resistência e mecanismos de luta.

Elementos como o da construção identitária e dos atores e sujeitos coletivos já foram exaustivamente trabalhados desde os anos 1960 por autores como Touraine (1989) e Melucci (1999) e são uma base importante de análise dos processos de fortalecimento identitário, não somente para a temática indígena, mas para movimentos sociais diversos, como os de recorte de gênero, orientação sexual e de reconhecimento cultural. Nossa tese, que pretendemos defender ao longo deste artigo, é de que uma das questões que fortalecem o movimento indígena hoje na América Latina – e mais especificamente na Amazônia brasileira – é paradoxalmente a que mais o ameaça. A saber, a complexa ação do capital transnacional na região (mediada pelo Estado e sua jurisprudência articulada junto às corporações multinacionais) e uma incessante busca por recursos naturais e os métodos políticos, econômicos e sociais empreendidos para sua extração, a qual acontece, em sua grande maioria, em territórios indígenas ou de povos tradicionais, geralmente ricos espaços onde proliferam biodiversidade ecossistêmica.

Um de nossos argumentos é de que a resistência à invasão dos territórios indígenas – por seus próprios moradores, mas, também, por outros atores sociais que os apoiam – gera um fortalecimento identitário, uma resistência que se materializa em lutas e ações coletivas, construindo novos processos e repertórios transdisciplinares de emancipação. É o que Stavenhagem (1997) chama de «novos atores políticos e sociais», os indígenas.

---

7 Disponível em http://yasuni-itt.gob.ec/quees.aspx, [consultado em 23-11-2014].

> Os povos indígenas têm surgido como novos atores políticos e sociais na América Latina. Com isto queremos dizer que os índios estão se tornando sujeitos ativos em vez de continuar sendo objetos passivos da mudança histórica. Algo mudou nas circustâncias das populações indígenas, algo está mudando na relação entre estado e povos indígenas, antigas reivindicações e novas demandas estão se juntando para forjar novas identidades, novas ideologias estão competindo com velhos paradigmas estabelecidos, as teorias de mudança social, da modernização e da construção nacional estão sendo reexaminadas à luz da chamada "questão étnica", tão ignorada e desprezada durante tanto tempo, e por último, a mudança da maneira de fazer política em torno da problemática indígena (Stavenhagem, 1997: 407).

Essa mudança de perspectiva e protagonismo histórico não se deu ao acaso: foi o resultado de um longo processo de conflitos que se acirraram nas últimas décadas. A ascensão e queda dos regimes militares na região, a orientação neoliberal dos governos pós-ditaduras e uma incompreensão dos movimentos tradicionais com recorte na luta de classes precipitou uma necessária (re)organização do movimento indígena e seus interlocutores. Como veremos no caso brasileiro, não foi uma mudança fácil, porém, de extrema necessidade e com resultados positivos e negativos em todos os âmbitos, com destaque significativo para a visibilidade internacional que a temática conquistou.

2 - Movimentos (Sociais) Indígenas do Brasil, breve histórico

Os povos indígenas no Brasil, não diferentemente do restante da América Latina, passaram por um sistemático processo de destruição (em alguns casos genocídio explícito) de suas culturas, terras e meios de vida ao longo de séculos desde a presença europeia/portuguesa na Colônia. Novamente, uma vasta literatura no campo das ciências sociais destaca com riqueza de detalhes essa complexa relação entre o homem branco junto às inúmeras etnias existentes no que viria a ser um dos elementos fundantes do Brasil. Nossa abordagem nesse tópico diz respeito, sobretudo, às formas encontradas por esses povos na atualidade para resistirem ao que inicialmente foi um violento e nocivo processo de colonização (que dizimou milhões de indígenas) e, posteriormente, um mecanismo de tutela e paternalismo institucionalizados pelo Estado e por entidades religiosas e internacionais. Nosso ponto de vista, defendido também por Bicalho (2010; 2011) é de que o «Movimento Indígena Brasileiro (MIB)» só se apresentou efetivamente como movimento organizado e articulado nacionalmente a partir dos anos 1970. O principal argumento de sua tese – subsidiada por uma vasta pesquisa bibliográfica[8] – é de que uma série de processos históricos e conjunturais no campo político, econômico e social no Brasil e na América Latina resultou no que hoje denominamos de movimentos sociais indígenas organizados.

Antes, destacamos que esse recorte histórico não ignora as importantes lutas e revoltas acontecidas no País antes do período mencionado, como as sublevações da Confederação dos Tamoios[9] no início do processo de colonização portuguesa, e, alguns séculos adiante, da Cabanagem na Amazônia,[10] só para mencionar dois dos importantes episódios da história indígena brasileira. Além dessas, várias outras revoltas e processos de luta perpassaram os anos que se seguiram na formação da história social de nosso país, envolvendo, além

8 Disponível em http://repositorio.unb.br/handle/10482/6959, [consultado em 24-11-2014].

9 Disponível em http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/confederacao-dos-tamoios/, [consultado em 24-11-2014].

10 A Cabanagem foi uma grande rebelião popular que eclodiu na província do Pará, em 1835. Foi assim denominada porque dela participou a população pobre que vivia em cabanas à beira dos rios, e que eram chamados de cabanos. Essa população era composta de negros, mestiços e índios que se dedicavam às atividades de extração de produtos da floresta, e que se revoltaram diante da situação de miséria a que estavam submetidos. Disponível em http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/cabanagem-1835-1840-rebeliao-tem-fim-sangrento-no-periodo-regencial.htm, [consultado em 24-11-2014].

dos indígenas, outros grupos étnicos, como os afrodescendentes, ambos encontrando fórmulas próprias e inovadoras de resistência.

Segundo Florestan (1989: 84-85), havia pelo menos três formas de resistir ao processo de colonização executado com vigor pelos brancos: «a preservação da autonomia tribal por meios violentos [...] a submissão, em que os indígenas assumiam a condição de aliados ou escravos e a preservação da autonomia tribal por meios passivos através de constantes migrações para o interior». Essas características, apesar da relevância histórica e processual dos povos originários no Brasil, ainda não poderia se caracterizar como movimento social. Isso porque, justamente, não possuía a característica que fundamentam suas bases, entre elas uma «organicidade» e «articulação social».

Esse elemento da constituição dos grupos indígenas como movimentos sociais apareceu, segundo Bicalho (2011), a partir dos anos 1970 por uma série de influências que vão desde a conjuntura ditatorial dos militares (e leis criadas por estes no sentido de «emancipar»[11] e «integrar» os indígenas à sociedade urbana, desobrigando o Estado de suas responsabilidades para com esses povos e, principalmente, tornando seus territórios «economicamente ativos») até a presença maciça de entidades ligadas à Igreja Católica, como o Conselho Missionário Indigenista (Cimi),[12] responsável direto por ajudar na organização das primeiras «assembleias indígenas multiétnicas», consideradas como um dos marcos iniciais do Movimento Indígena Brasileiro.

> [...] o processo de sistematização da consciência étnica entre os diferentes povos indígenas do Brasil começou na década de 1970, na perspectiva de um Movimento organizado e de uma identidade indígena coletiva. A diversidade de povos e línguas; as dimensões geográficas; as rivalidades e diferenças étnicas e culturais; e os obstáculos impostos por diferentes políticas indigenistas são algumas das explicações possíveis para que a tomada de consciência, essencial à luta social dos povos indígenas no Brasil, tenha ocorrido, sistematicamente, apenas nesse momento [...] As relações intersubjetivas impessoais que começaram a ser estabelecidas entre povos e lideranças indígenas diversas, entidades da sociedade civil e o Estado na década de 1970 – mais precisamente a partir de 1974, quando aconteceu a primeira Assembleia Indígena – no âmbito do direito e da autoestima, viabilizaram o surgimento de um protagonismo indígena atuante e consciente da necessidade da luta social para fins de reconhecimento dos direitos indígenas no Brasil, na perspectiva da legalidade e da legitimidade (Bicalho, 2011: 8-9).

É um cenário novo de efervescência que começa a se (re)organizar a partir de uma plataforma que congregava outros atores sociais no processo: eram os mais diversos personagens, como a Igreja Católica progressista já mencionada, entidades e ativistas internacionais e uma intelectualidade militante ligada à universidade brasileira. Outro marco histórico do movimento indígena no País se deu a partir da Constituição da República de 1988, com leis que consolidavam vários direitos dos indígenas no Brasil, entre eles o direito a «organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens» (Constituição Federal, 1988, Cap. VIII, Art. 231).

Obviamente, a lei promulgada só se faz efetiva com muita luta. E essa luta está se dando em várias frentes dos movimentos indígenas da atualidade. Um dos resultados mais concretos são seus territórios reconhecidos e/ou em processo de reconhecimento no Brasil hoje. Para se ter uma ideia, até outubro de 2014, 30 reservas indígenas

---

11 Informe da Comissão Pró-Índio de São Paulo que critica o Decreto de 1978, o qual visava a "emancipar" os indígenas do Brasil pelo Governo Militar. Disponível em http://www.cpisp.org.br/indios/upload/editor/files/ Cadernos%20da%20Comiss%C3%A3o%20Pr%C3%B3%20%C3%8Dndio%20n%C2%B01.pdf, [consultado em 24-11-2014].

12 Disponível em http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=paginas&conteudo_id=5685&action=read, [consultado em 24-11-2014].

foram regularizadas, sendo que no País existem, segundo dados recentes, 544 territórios «tradicionalmente ocupados», esperando a efetivação do processo de regularização.[13]
Mas é na Amazônia legal[14] que está localizada a maioria dos povos e territórios indígenas do Brasil. Segundo o último Censo realizado em 2010, o País conta com mais de 430 mil indígenas morando na região, acomodados em zonas urbanas e rurais, sendo que mais de 70% desse número vivem em territórios oficiais.[15]
Não é de se estranhar, pelos dados apresentados até aqui, que seja na Amazônia o palco dos principais conflitos envolvendo os movimentos indígenas contemporâneos e questões relacionadas à defesa de seus direitos, cosmologia, territórios, diversidade e culturas. Não é de se estranhar, também, que essa região seja a maior fonte de recursos naturais do planeta e que a presença do grande capital transnacional tenha se acentuado nas últimas décadas, sob vários aspectos e formatos, com a condescendência (e parceria) do Estado e de outros atores, acentuando conflitos, contradições e embates, questões essas que analisaremos nos tópicos que se seguem neste artigo.

3 - O contexto socioeconômico do Brasil e Amazônia hoje: desenvolvimento, grandes projetos e movimentos sociais

Geograficamente, a Amazônia cobre quase 50% do território nacional, com mais de cinco milhões de km², percorre nove estados brasileiros, passando pelas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Seu gigantismo está expresso na impressionante fonte de biodiversidade e recursos naturais, que é considerada por inúmeros especialistas a maior do planeta. São milhares de espécies de animais, vegetais e minerais espalhados ao longo de suas florestas e rios.
Uma leitura crítica necessária para compreender a região são seus ciclos econômicos e de desenvolvimento promovidos pelo Estado brasileiro. A eles são atribuídos um processo migratório intenso entre as regiões Sul e Nordeste do Brasil, visando a «povoar» e integrar economicamente a região Norte, esta com imensas porções de terra «desabitadas», situação que ocorreu largamente como política de Estado a partir dos anos 1970 em nosso país.[16] Como apontou Cardoso e Muller (1977) na obra *Amazônia: Expansão do Capitalismo*,

> A perspectiva que permite entender o devassamento do mundo entre o mágico e o cruel da Amazônia está à vista de todos: o afã do progresso, a busca de integração nacional e o crescimento econômico acabaram por atingir os espaços amazônicos. A região começou a incorporar-se ao processo geral da expansão capitalista no Brasil [...] como, entretanto, o capital nada mais é do que uma relação social, a expansão do capitalismo na Amazônia depende da forma concreta que aquela relação social assume [...] talvez mais do que qualquer outra região do país, o conceito de superexploração do trabalho e a extração da mais-valia absoluta constituem parte integrante da expansão do grande capital [...] (Cardoso, Muller, 1977: 7-8).

Atualmente é perceptível uma retomada de diversos investimentos na região amazônica pensando em suas características *sui generis* elencadas anteriormente. O Brasil, através de seu atual modelo de desenvolvimento econômico, integrado ao modo de produção capitalista internacional, tem incentivado a exploração de recursos naturais os mais diversos, como: água, energia, petróleo, gás, biomassa, minério, madeira e produtos agrícolas.

---

13 Dados obtidos no site da Fundação Nacional do Índio (Funai). Disponível em http://mapas2.funai.gov.br/portal_mapas/pdf/terra_indigena.pdf, [consultado em 25-11-2014].

14 Compreendida entre os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão.

15 Disponível em http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/o-brasil-indigena-ibge, [consultado em 25-11-2014].

16 Uma das diretrizes do Plano de Integração Nacional promovido pelo Governo Militar da época. Disponível em http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/governo-de-emilio-medici/, [consultado em 25-11-2014].

A extração mineral, a expansão da produção de energia hidrelétrica acompanhadas da implementação de redes de infraestrutura têm gerado profundos impactos socioambientais.

A região, que há mais de 40 anos é tratada como potencial – e lucrativo – espaço para grandes projetos, continua em evidência. Na verdade, possui hoje uma posição estratégica na produção de *commodities* para o mercado internacional, com matérias-primas essenciais para «girar as engrenagens» do capitalismo planetário e suprir a necessidade de grandes potências econômicas de todo o mundo, principalmente dos países da Ásia. É o caso do Projeto Carajás,[17] controlado pela multinacional Vale (ex-estatal Vale do Rio Doce, privatizada nos anos 1990), tendo como seu maior consumidor hoje a China.

Segundo Pinto (2013), «Carajás consolidará a posição da Vale de maior vendedora interoceânica de minério de ferro do mundo e será a principal mina de atendimento internacional que existe».[18] Essa relação comercial está longe de ser um exemplo isolado: faz parte, segundo Garzon (2007: 7),[19] de um conjunto de enclaves e um «novo ciclo de grandes projetos de infraestrutura que pretende submeter a Amazônia a um novo reordenamento territorial, diretamente vinculado às instituições financeiras internacionais e aos setores primário-exportadores».

No «olho do furacão» desses impactos e desse contexto geopolítico estão as «populações atingidas», uma gama heterogênea de grupos que vão desde o meio urbano e suas grandes cidades e regiões periféricas até a zona rural da Amazônia, compreendendo segmentos como as populações tradicionais (extrativistas, ribeirinhos etc.) e os indígenas. Estes últimos, de muitas formas, são os que mais sentem os impactos dos grandes projetos, já que passam por ameaças constantes não somente relacionadas às suas moradias e territórios, mas também a seus modos de vida e existência futura. Nesse sentido, os projetos hidrelétricos para a região são a iniciativa que mais ameaça os povos indígenas hoje, fazendo com que os movimentos sociais ligados a esse segmento precise constantemente se (re)organizar e resistir.

Para Zibechi (2012), só é possível entender esse fenômeno de exploração de recursos naturais e o maciço aporte de investimentos em obras de infraestrutura se fizermos uma análise macropolítica das características do capitalismo transnacional na América Latina hoje. E o Brasil nesse contexto é peça fundamental do que Marini (1977) denomina de «subimperialismo» – entre algumas características, a da «tendência expansionista das firmas de capital brasileiro na América do Sul, a partir da hipótese de uma reconfiguração territorial e da divisão regional do trabalho que atendem a interesses da burguesia brasileira integrada ao imperialismo dominante» (Luce, 2007: 4).

Um exemplo concreto são as empreiteiras brasileiras multinacionais que atuam na área de construção,[20] todas com presença garantida não somente na América Latina, mas em inúmeras regiões ao redor do mundo, principalmente nos países considerados em «desenvolvimento». A região amazônica nessa configuração é essencial para a extração e o escoamento das *commodities* já mencionadas anteriormente, além da geração e distribuição de energia, um dos pontos centrais do atual governo brasileiro, capitaneado, sobretudo, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES)[21] no bojo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).[22] Tais projetos são uma ameaça constante a inúmeras populações tradicionais, com destaque para os indígenas

---

17 Disponível em http://www.vale.com/PT/aboutvale/initiatives/s11d/Paginas/default.aspx, [consultado em 25-11-2014].

18 *Cartas da Amazônia*, de Lúcio Flávio Pinto. Disponível em https://br.noticias.yahoo.com/blogs/lucio_flavio/caraj%C3%A1s-%C3%A9-da-china-222733451.html, [consultado em 25-11-2014].

19 *Jornal dos Economistas*, 215, jun. 2007. Disponível em http://www.corecon-rj.org.br/pdf/je_junho_2007.pdf, [consultado em 25-11-2014].

20 As dez principais construtoras do Brasil são: Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, OAS, Galvão Engenharia, MRV Engenharia, Construcap, A.R.G. e Egesa.

21 Principal banco público brasileiro que financia as obras de infraestrutura no País. Disponível em http://www.bndes.gov.br/, [consultado em 26-11-2014].

22 Principal programa do Governo Federal que visa a fazer o "planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do País". Disponível em http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=61&ler=s881, [consultado em 26-11-2014].

que vivem nessas áreas. É o que observa Verdum (2012) no relatório *As Obras de Infraestrutura do PAC e os Povos Indígenas da Amazônia Brasileira*:[23]

> [...] várias obras de infraestrutura contidas no PAC provocarão transformações nos modos de vida e nos territórios onde vivem grupos étnicos que se reconhecem e são reconhecidos pela população no seu entorno e pelo Estado brasileiro como Povos Indígenas. As medidas recentes de fortalecimento das estratégias estatais e privadas de "aceleração do crescimento" – o PAC e o Plano Nacional de Logística Integrada, particularmente – aceleram também os impactos e transformações nas dinâmicas territoriais. Ao menos 43 obras [...] programadas para a Amazônia brasileira afetam uma ou mais de uma Terra Indígena, direta ou indiretamente, seja ao território, seja à população que vive nela(s) [...] as expectativas em relação ao futuro, na atual conjuntura de correlação de forças, não são e não podem ser de otimismo e esperança, e isso não é nada bom [...] (Verdum, 2012: 23).

Essa perspectiva também é compartilhada pelo Instituto Socioambiental (ISA), através da publicação de seu *Atlas de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira* (2009),[24] no qual é elencado um conjunto de medidas governamentais – envolvendo vários países e organismos multilaterais – que acentuam ainda mais as ameaças a essas populações. Um exemplo é a Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), criada em 2000 pelos doze países da América do Sul. É um robusto programa que visa a interconectar a América do Sul através da construção e integração de «hidrelétricas, ferrovias, oleodutos, gasodutos, telecomunicações e principalmente rodovias já desenvolvidas no subcontinente» (2009: 16).
Como os dividendos dos grandes empreendimentos de construção são quase exclusivamente para o lucro do capital transnacional e para uma pequena fração da burguesia nacional e regional, o que sobram são os impactos das obras e a contrapartida ineficiente da política de "mitigação e compensação" dos governos, visando a «amenizar» os problemas gerados para as populações indesejadas que vivem nos locais e no entorno dos grandes projetos.

> Os impactos socioambientais de grandes empreendimentos de infraestrutura perduram no tempo e espalham-se pelo território. Na Amazônia, os canteiros de obras muitas vezes levam à criação de núcleos urbanos precários, que, em geral, não conseguem atender a demanda por saneamento, saúde e educação [...] (ISA, 2009: 16).

Além disso, há um conjunto de pressões que não necessariamente estão ligadas aos projetos de infraestrutura mencionados acima: são ações de grupos diversos (nacionais e internacionais), que atuam incentivados pela ineficiência do Governo brasileiro e de seus órgãos de fiscalização. São atividades ilícitas como a biopirataria, desmatamento florestal para extração ilegal de madeira e práticas de garimpagem.

---

23 Disponível em http://www.inesc.org.br/biblioteca/noticias/biblioteca/textos/obras-do-pac-e-povos-indigenas/, [consultado em 26-11-2014].

24 Disponível em http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Atlas.pdf.pdf, [consultado em 26-11-2014].

Imagem 1 – Mapa do Conjunto de Ameaças e Pressões contra TI.

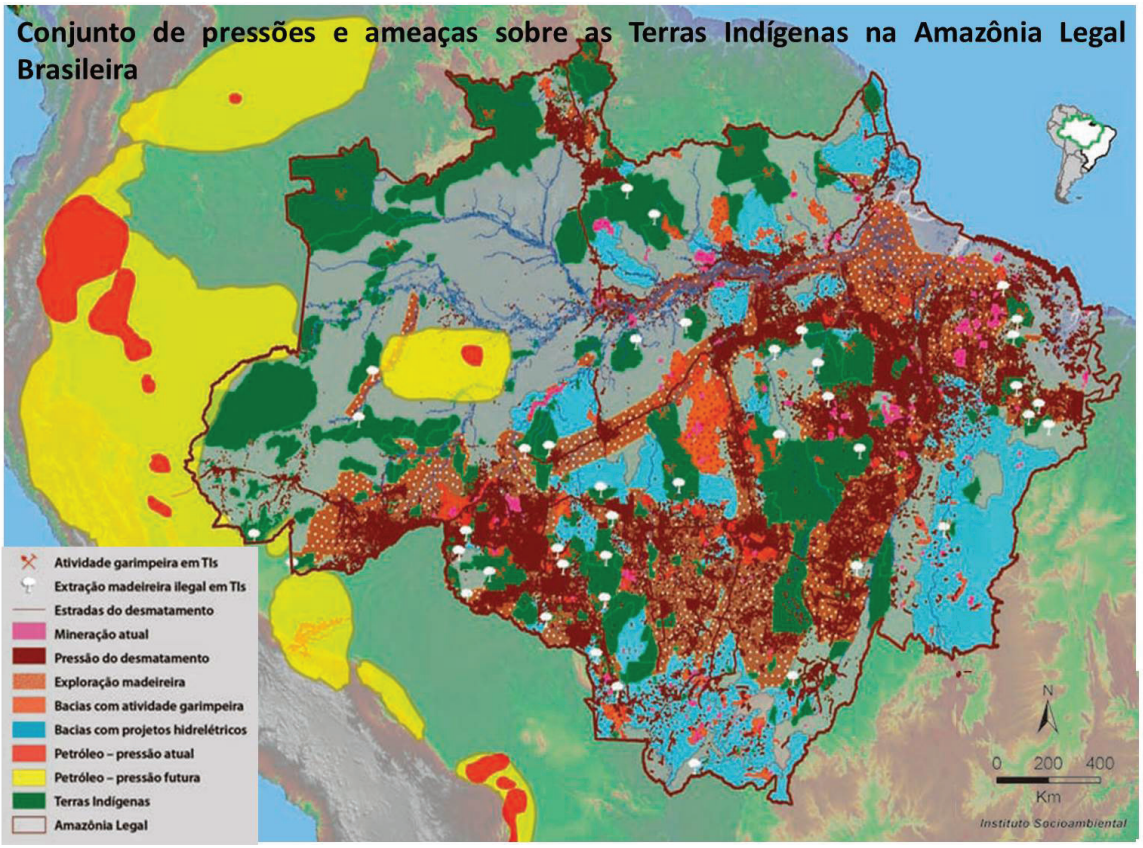

Fonte: ISA. Disponível em: http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Atlas.pdf.pdf.

E, no meio de toda essa conjuntura, encontram-se centenas de grupos de indígenas em movimentos organizados (ou não), sofrendo as consequências de viverem no centro da maior fonte de biodiversidade do mundo – o que, retornando ao início desse artigo, está relacionado às ameaças que vários povos tradicionais e indígenas, em diferentes lugares da América Latina, vêm sofrendo para defender seus territórios da exploração predatória de seus recursos naturais. Essas ameaças são feitas, principalmente, pelas grandes corporações ligadas ao capital transnacional – ou seja, como nos apontam Bringel e Falero (2014),[25] esse enfrentamento dos movimentos sociais contra governos e grupos multinacionais da América Latina é um «possível recorte transversal e metodológico de análise, que atribui similaridades, interpretações e ações conjuntas de luta e resistência na região». Nesse sentido, Zibechi (2012) continua a reflexão enunciando a necessidade de aproximação desses atores sociais, ampliando suas discussões conjuntamente, mapeando seus problemas e, na medida do possível, criando uma articulação solidária de enfrentamento regional e internacional.

> A necessidade de parcerias entre os povos da América Latina, movimentos organizados e setores populares do Brasil que estão sendo deslocados e afetados pela expansão brasileira. A rejeição de Belo Monte (Brasil) baseia-se nas mesmas razões pelas quais a população se opõe a Inambari (Peru). Além das barragens a serem construídas nos rios amazônicos brasileiros, a Eletrobras tem planejado a construção de onze barragens na Argentina, Peru, Bolívia, Colômbia e Uruguai [...] É possível que um conjunto de ações, tais como a marcha em defesa do TIPNIS em 2011 na

25 Reflexões feitas durante o curso ministrado pelos professores Breno Bringel e Alfredo Falero sobre *América Latina: Movimentos Sociais e Transformações Regionais*, realizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP - RJ), no segundo semestre de 2014.

> Bolívia, marcha pela água e contra a mineração no Peru e no Equador em 2012, a resistência à barragem Belo Monte, as assembléias dos cidadãos na Argentina e revoltas no sul do Chile contra Hidroaysén, estão apontando o nascimento de um novo ciclo de lutas que dão vida também para novos movimentos antissistêmicos [...] (Zibechi, 2012: 13-14).

No Brasil, uma parte considerável desses enfrentamentos tendo os indígenas como protagonistas está localizada no processo de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no município de Altamira, estado do Pará, sendo o maior projeto financiado com dinheiro público em curso hoje no Brasil (cerca de 22,5 bilhões de reais). A magnitude do megaempreendimento está relacionada diretamente às contradições e polêmicas de sua construção. Segundo dados do Movimento Xingu Vivo para Sempre[26], a previsão é que a obra afete direta e indiretamente 24 etnias indígenas, distribuídas em 30 territórios diferentes, além de outros povos, como ribeirinhos e quilombolas.

4 - Movimentos indígenas no contexto de Belo Monte – enfrentamentos, estratégias e redes de mobilização

> "Ouçam todos! Eu vou contar do meu conhecimento. Água, a água não pode ser barrada! Eu não quero mesmo! Se o chefe de vocês, Sarney, continuar com o plano de vocês de fazer barragens, eu vou fazer guerra com ele!"
> *(*Cacique Raoni Kayapó, 1989)
> (Trecho extraído do filme *Belo Monte: anúncio de uma guerra)*[27]

A história da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte se confunde com a história da resistência e da organização indígena no Brasil contemporâneo. Os questionamentos com relação à obra datam desde o período de idealização do seu projeto nos anos 1970 pelo Governo Militar, quando ainda era denominada de Hidrelétrica de Kararaô.[28] Em 1988, um fato importante nesse sentido foi a participação de lideranças indígenas da região em um evento sobre manejo adequado de florestas tropicais na Universidade da Flórida, nos Estados Unidos. «Naquele momento os representantes indígenas relataram que o Banco Mundial iria financiar um projeto de hidrelétricas no Rio Xingu que inundaria aproximadamente sete milhões de hectares, desalojando 13 grupos indígenas», conforme relata Barroso & Milhomens (2013: 9).

Em 1989, no auge das discussões sobre a referida hidrelétrica, foi realizado o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira (PA), com a participação de cerca de três mil pessoas, entre autoridades governamentais, entidades internacionais e lideranças indígenas de todo o País, como Raoni Kayapó, Paulo Paiakan, Marcos Terena e Ailton Krenak. O objetivo central do evento era protestar contra as decisões tomadas sobre a Amazônia e a construção da Hidrelétrica do Xingu. A reunião tornou-se um marco da luta pelos direitos dos povos indígenas no Brasil, encerrada com o lançamento da Campanha Nacional em Defesa dos Povos e da Floresta Amazônica, exigindo a revisão dos projetos de desenvolvimento na região e publicizando um documento que ficou conhecido como a Declaração Indígena de Altamira.

Durante o encontro, uma cena inusitada ganhou os noticiários em todo o mundo: uma índia chamada Tuíra, da etnia Kayapó, levantou-se da plateia e encostou a lâmina de seu facão no rosto do então presidente da Eletronorte,[29] em sinal de indignação e advertência contra o que viria a ser anos mais tarde renomeada como Hidrelétrica de Belo Monte.

---

26 Disponível em http://www.xinguvivo.org.br/2010/10/14/perguntas-frequentes/. [consultado em 10-12-14].

27 Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=091GM9g2jGk, [consultado em 27-11-2014].

28 Grito de guerra na língua Kayapó.

29 Principal empresa pública que fornece energia para a Amazônia Legal.

Com a retomada a partir do início dos anos 2000 dos grandes projetos de infraestrutura na região amazônica, a atual construção de Belo Monte é considerada prioridade do governo, além de ser a maior obra do PAC. Tendo em vista um «inimigo» tão poderoso, articulado ao capital nacional e transnacional que precisa de energia elétrica para manter um padrão de infraestrutura e crescimento econômico nos centros urbanos e abastecer as grandes mineradoras (que em sua maioria também atuam na própria região amazônica), os indígenas de Belo Monte precisaram se (re)organizar em movimentos sociais diferentes do processo de resistência que havia sido feito até então.

Das etnias que vivem na região do Xingu – e mais diretamente atingidas –, as principais são os Kayapó, Arara, Arareute, Apidereula, Juruna e Maracanã. E são esses grupos que mais se manifestaram publicamente contra o grande empreendimento, com destaque para os Kayapó (em um processo contínuo de mobilização desde os anos 1980). Segundo Gohn (2013: 18), o «elemento novo [do movimento indígena] está na forma e caráter que as lutas têm assumido – não apenas de resistência, mas também de lutas por direitos». Essas «lutas» ganham considerável visibilidade através das redes de mobilização. Tais redes fazem parte de uma ampla e complexa relação de apoio estabelecida entre os indígenas e vários outros públicos, que podem ser também indígenas, mas, em sua maioria, não o são. Fazem parte de um diverso grupo de atores sociais solidários à causa. Podemos identificá-los em quatro grandes eixos da sociedade civil organizada:

1 – O primeiro é o de grupos religiosos, católico-progressistas, que possuem uma perspectiva e ação sistemática de incentivo à autonomia e à emancipação dos povos indígenas, tendo como atores centrais a Comissão Pastoral da Terra (CPT)[30] e o já mencionado Cimi. Estão envolvidos com as questões dos povos originários no Brasil desde o final dos anos 1960;

2 – O segundo grupo é o acadêmico-universitário: são pesquisadores e intelectuais ligados à universidade brasileira comprometidos com a questão indígena e o meio ambiente, promovendo estudos sobre a temática, principalmente com relação a seus impactos. No caso específico de Belo Monte, têm contribuído com importantes pesquisas que mobilizam a opinião pública e subsidiam questionamentos de ordem política, social e jurídica;

3 – O terceiro eixo está relacionado a entidades (a maioria organizações não governamentais e outras figuras jurídicas) que apoiam os movimentos indígenas e suas ações, além de atuar conjuntamente na formulação de documentos e estudos (muitos feitos em parceria com o segundo eixo mencionado). A maioria dessas entidades possui financiamento internacional e, em alguns casos, parcerias governamentais;

4 – O último eixo diz respeito a outros movimentos sociais que atuam contra os grandes projetos, podendo ser grupos locais ou mesmo movimentos de abrangência nacional e/ou internacional (também articulados em outras redes de mobilização similares), organizados por diretrizes e princípios que os aproximam da causa indígena. São os maiores responsáveis pela visibilidade e organicidade das lutas conjuntas, promovendo reuniões, debates, encontros, registros e divulgações midiáticas e ações jurídicas contestatórias. São os responsáveis em grande medida por articular todos os eixos das redes de mobilização citados anteriormente.

A relação dos indígenas de Belo Monte com esses outros atores não necessariamente é harmônica e estável. Como todas as relações e práticas sociais, são passíveis de conflitos e contradições. Mas o que nos interessa nesse artigo é compreender os mecanismos que ampliam a visibilidade dos movimentos indígenas, e em que o atual cenário difere de outros processos de resistências acontecidos anteriormente no país. Para Verdum (2011),[31]

> É necessário um trabalho permanente muito forte de discussão, informação e articulação. O próprio movimento indígena tem de ser fortalecido em suas formas tradicionais e nas mais modernas de organização para que coloquem em destaque seu ponto de vista, o desenvolvimento que querem para aquela região ou, pelo menos, para seus territórios.

---

30 Disponível em http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/-historico, [consultado em 27-11-2014].

31 Disponível em http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/40735-belo-monte-e-seus-impactos-sobre-os-povos-indigenas-entrevista-especial-com-ricardo-verdum, [consultado em 27-11-2014].

Uma característica que consideramos relevante nas redes de mobilização que apoiam os movimentos indígenas de Belo Monte está relacionada aos mecanismos de sociabilidade contemporâneos. Ou melhor, das redes sociais e políticas de colaboração e interação mútua que reverberam no campo digital e conectado, através dos recursos disponibilizados pela rede mundial de computadores. Estamos falando do que Castells (2013) assinala como papel fundamental dos processos de mobilização dos movimentos sociais hoje, ou seja, a presença «basilar da Comunicação e da Internet».

> As redes sociais digitais baseadas na internet e nas plataformas sem fio são ferramentas decisivas para mobilizar, organizar, deliberar, coordenar e decidir. Mas o papel da internet ultrapassa a instrumentalidade: ela cria as condições para uma forma prática comum que permite a um movimento sem liderança sobreviver, deliberar, coordenar e expandir-se. Ela protege o movimento da repressão de seus espaços físicos liberados, mantendo a comunicação entre as pessoas do movimento e com a sociedade em geral [...] além disso, há uma conexão fundamental, mais profunda, entre a internet e os movimentos sociais em rede: eles comungam de uma cultura específica, a cultura da autonomia [...] (Castells, 2013: 167).

Podemos observar essas características de atuação em rede – e em conexões com outras redes –, em maior ou menor escala, em vários movimentos que atuam contra a construção da referida usina hidrelétrica, não só na região de Altamira, mas em todo o estado do Pará, Amazônia e Brasil.[32] Atores como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)[33] e o Movimento Xingu Vivo para Sempre são exemplos concretos de atuação e mobilização reticular em prol de temáticas que envolvem a região.

Outro exemplo que está historicamente imbricado ao processo de resistência contra a construção de Belo Monte é a atuação dos índios Kayapó e o engajamento do cacique Raoni Metuktire, uma importante liderança indígena que, através de uma ampla rede de apoio (como explicado nos eixos de mobilização anteriores), vem dando, há quase 30 anos, visibilidade internacional para a temática das hidrelétricas e uma gama de ameaças que circundam os indígenas da Amazônia, como o desmatamento e a mineração ilegal. Sua atuação começou com a participação em reuniões com autoridades políticas (principalmente da esfera federal), congressos nacionais, internacionais, até uma parceria inusitada com o cantor e ativista inglês Sting.[34]

Alguns anos mais tarde, a rede de apoio em torno de Raoni se ampliou materializada na criação do Instituto Raoni[35] (com ações dirigidas e implementadas por indígenas) e em parcerias com organizações não governamentais nacionais e internacionais, como a associação francesa *Planete Amazone*,[36] tendo como uma de suas diretrizes «apoiar os povos indígenas, especialmente aqueles da Amazônia, em seu combate internacional contra o desmatamento, e em seus direitos territoriais, bem como seu patrimônio, seus conhecimentos culturais e recursos alimentícios». Nos últimos anos, Raoni vem se destacando ao divulgar em todo mundo uma petição internacional[37] contra a Usina de Belo Monte, onde denuncia – com a ajuda da articulação e expertise midiático-digital de seus apoiadores brasileiros e estrangeiros – as ameaças iminentes para o futuro dos índios na Amazônia.

---

32 A região amazônica e o estado do Pará especificamente possuem hoje o maior número de hidrelétricas a serem construídas nos próximos anos.

33 Disponível em http://www.mabnacional.org.br/, [consultado em 28-11-2014].

34 Em 1989, Sting e Raoni realizaram uma turnê em 17 países para divulgar as ameaças contra a Amazônia.

35 Disponível em http://www.institutoraoni.com.br/, [consultado em 28-11-2014].

36 Disponível em http://raoni.com/planete-amazone.php, [consultado em 28-11-2014].

37 Disponível em http://raoni.com/signature-petition-contre-belo-monte.php, [consultado em 28-11-2014].

5 - Considerações sobre um tema em andamento

O resultado da mobilização dos movimentos indígenas (em conjunto com outros movimentos) para barrar a construção do complexo de Belo Monte ainda é uma incógnita. Apesar da mobilização intensa contra o projeto nos últimos anos (feita por vários atores sociais), é ainda maior a aceleração da obra, que, apesar do atraso, tem previsão de funcionamento de suas primeiras turbinas entre 2015 e 2016.

A conjuntura dada hoje não é nada favorável aos movimentos indígenas. Essa avaliação negativa se acentua ainda mais com o resultado pós-eleitoral de 2014 no Brasil, com uma perspectiva bastante conservadora (que, entre outras coisas, teve como alguns de seus maiores vitoriosos a ampliação da bancada ruralista[38]). Ou seja, o ataque constante e sistemático aos povos originários e suas terras continuará, agudizando ainda mais as contradições do projeto de «desenvolvimento» para o País, priorizado a todo custo pelo atual governo brasileiro, no poder há mais de uma década. A burguesia nacional nunca esteve tão representada em seus interesses junto ao capitalismo transnacional, principalmente no que tange à exploração de recursos naturais e *commodities*, enfim, a argamassa central dos grandes projetos no Brasil.

Como este tema está em «andamento», não podemos descartar a possibilidade de novos elementos de embate no decorrer dos próximos meses e até anos, como também a ratificação e/ou negação de outros. O que fica claro neste estudo diz respeito à centralidade e ao protagonismo do movimento indígena nesse processo, suas redes de articulação e colaboração, seus repertórios de luta e recorte macrorregional. Nesse sentido, os movimentos indígenas que atuam contra a Hidrelétrica de Belo Monte é o mais forte e tradicional exemplo de que lutar por seu território é também lutar por suas vidas e culturas.

Bibliografia

BARROSO, M., MILHOMENS, L. (2013), "Ciberativismo na Amazônia versus Grandes Projetos Desenvolvimentistas: A experiência do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB na Hidrelétrica de Belo Monte (PA)". *Anpocs*. Disponível em http://www.anpocs.org/portal/index.php?option= com_docman &task=cat_view&gid= 1173&limit =20 &limitstart=0&order=date&dir=ASC&Itemid=288, [consultado em 20-10-2014].

BELLO, A. (2004), *Etnicidad y Ciudadanía em América Latina: La acción colectiva de los pueblos indígenas*, Santiago de Chile: Cepal.

BICALHO, P. S. S. (2011), *Protagonismo Indígena nos Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009),* São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.

BICALHO, P. S. S. (2010), *Protagonismo Indígena nos Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009)*. Tese de doutoramento, Brasília: Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de Brasília (UnB).

BRASIL (1988), *Constituição da República Federativa do Brasil*, Brasília: Senado Federal.

BRINGEL, B., FALERO, A. (2014), *Movimientos sociales y gobiernos en América Latina: nuevos escenarios y tipologia de relaciones*, Rio de Janeiro: IESP-UERJ.

CARDOSO, F. H., MÜLLER, G. (1977), *Amazônia: expansão do capitalismo*, São Paulo: Brasiliense.

CASTELLS, M. (2013), *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet*, Rio de Janeiro: Zahar.

38 Parlamentares historicamente ligados às forças conservadoras do meio rural brasileiro, como o agronegócio, desmatamento da florestal e retirada de direitos dos indígenas e outras populações rurais e urbanas.

DEL POPOLO, F. J. D. (2014), *Los Pueblos Indígenas em América Latina: Avances en el último decênio y retos pendientes para la garantía de sus derechos*. Comisión Económica para América Latina y el Caribe – Cepal. Disponível em http:// http://www.cepal.org/es/publicaciones/los-pueblos-indigenas-en-america-latina-vances-en-el-ultimo-decenio-y-retos [consultado em 10-11-2014].

FERNANDES, F. (1989). *Antecedentes Indígenas: Organização Social das Tribos Tupis*. In S. Buarque de Holanda (dir.), *História Geral da Civilização Brasileira. A Época Colonial*. Do descobrimento à expansão territorial, tomo I, v. 1, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

FILHO, A. C., SOUZA, O. B. (2009), *Atlas de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira*. Instituto Socioambiental, Disponível em http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Atlas.pdf.pdf, [consultado em 26-11-2014].

GARZON, L. F. N. (2007), "A quem serve o projeto de Rio Madeira?". *Jornal dos Economistas*, 215, pp.7-10.

GOHN, M. G. M. (2013), *Movimentos sociais e redes de movilizações civis no Brasil contemporâneo*, São Paulo: Vozes.

LUCE, M. S. (2007), *O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)*. Dissertação de mestrado, Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

MARIÁTEGUI, J. C. (1928), *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*, Lima: Editorial Minerva.

MARINI, R. M. (1977), "La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo", *Cuadernos Políticos*, 12, ERA, México, abril-junio. Marini, Ruy Mauro, Subdesarrollo y revolución, México, Siglo XXI.

MELUCCI, A. (1999), *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*, El Colégio de México.

PINTO, L. F. (2013), "Carajás é da China". *Cartas da Amazônia*. Disponível em https://br.noticias.yahoo.com/blogs/lucio_flavio/caraj%C3%A1s-%C3%A9-da-china-222733 451.html, [consultado em 25-11-2014].

QUIJANO, A. (2005), El "movimiento indígena" y las cuestiones pendientes en América Latina. *Revista Tareas,* 119, enero-abril. CELA, Centro de Estudios Latinoamericanos, Justo Arosemena, Panamá, R. de Panamá, 2005, pp. 31-62. Disponível em http://biblioteca virtual. clacso. org.ar/ ar/libros /tar119/quijano.rtf. [consultado em 10-10-14].

STAVENHAGEM, R. (1997), "Las organizaciones indígenas: actores emergentes en América Latina". *Revista CEPAL*, 62.

TOURAINE, A. (1989), *Palavra e Sangue: Política e Sociedade na América Latina*, São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas.

VERDUM, R. (2012), "As obras de infraestrutura do PAC e os povos indígenas na Amazônia Brasileira", *Observatórios de Investimentos na Amazônia*, Inesc. Disponível em http://www.inesc.org.br/biblioteca/noticias/biblioteca/textos/obras-do-pac-e-povos-indigenas/, [consultado em 26-11-2014].

VERDUM, R. (2011), *Belo Monte e seus impactos sobre os povos indígenas*, Brasília: UnB, Disponível em http://www.unb.br/noticias/unbagencia/cpmod.php?id=84852, [consultado em 20-11-2014].

ZIBECHI, R. (2012), *Brasil potencia entre la integración regional y un nuevo imperialismo*, Bogotá: Ediciones Desde Abajo.

Internacionalização Sindical brasileira nos setores metalúrgico e de telecomunicações

Maurício Rombaldi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
mauricio.rombaldi@gmail.com

Biografia: Professor credenciado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS). Atualmente, realiza pós-doutoramento na mesma universidade. Doutor e mestre em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), é graduado em bacharelado e licenciatura em ciências sociais pela UFRGS. Tem como eixos de pesquisa estudos comparados relativos à internacionalização de movimentos sociais, bem como sua relação com megaeventos esportivos - ambos sob o enfoque da intersecção entre cultura e política. Como experiência profissional, destaca-se a coordenação de projetos voltados a organismos internacionais e à promoção de convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Resumo simples: No Brasil e no exterior, o setor de telecomunicações e o metalúrgico experimentaram processos de reestruturação com a proliferação de empresas transnacionais. Para os sindicatos, intensificaram-se desafios em uma arena internacional. A partir disto, este estudo analisa a internacionalização sindicatos brasileiros e suas lideranças desde os anos 1980 até os 2000. De um lado o foco reside no Sindicato metalúrgico do ABC, na CNM e na CUT. De outro, no Sindicato das Telecomunicações de São Paulo. Constatou-se que deles na arena global desenvolveu-se em diferentes ritmos e características, na passagem de uma etapa em que, nos anos 1980, *consumiam* relações internacionais para outra, nos anos 2000, em que passaram a ter um papel mais *protagônico*. Enquanto que para os metalúrgicos este processo é orgânico e paulatino, para as telecomunicações intensificou-se como reação às privatizações.

Palavras-chave: internacionalização sindical, sindicatos, metalúrgicos, telecomunicações, globalização, empresas transnacionais.

Antes de se considerar processo de internacionalização do sindicalismo contemporâneo como algo novo, acredita-se, aqui, que ele é uma potencialidade desenvolvida gradualmente ao longo dos ciclos político-econômicos da história que nas últimas décadas atravessa um momento especial. As transformações promovidas pela crescente mobilidade do capital trazem dificuldades à organização dos trabalhadores, mas estabelecem vínculos existentes entre aqueles situados em diferentes países. Passam a se desenvolver, a partir de então, estruturas sindicais que visam, cada vez mais, estabelecer estratégias voltadas à esfera internacional.

A origem deste estudo surgiu no interesse de se compreender aspectos referentes à transformação dos sindicatos em termos de sua estruturação e composição de estratégias estabelecidas nacionalmente e influência cada vez maior das mudanças na ordem econômica internacional[1]. Nestes quesitos, o setor de telecomunicações e o metalúrgico se mostram bastante ilustrativos. Nos anos 1990, destacam-se duas situações: a privatização das telecomunicações brasileiras, em que empresas estatais passaram ao controle de estrangeiras e, no caso dos metalúrgicos, a percepção de que ocorria em São Bernardo do Campo um movimento semelhante àquele que ocorrera em Detroit em anos anteriores, em que empresas automotivas deixaram a região. Estas circunstâncias tornaram-se um impulso para que sindicalistas repensassem as suas posições e a dos seus sindicatos frente a um novo contexto que se apresentava.

1 Este trabalho tem como referência os resultados apresentados na tese de doutorado em sociologia defendida pelo presente pesquisador no departamento de sociologia da Universidade de São Paulo (USP), no ano de 2012.

Ainda que estejamos longe de poder afirmar um caráter inédito no desenvolvimento de relações econômicas internacionais no Brasil, a década de 1990 foi marcada por profundas transformações quanto a sua inserção numa economia global. Durante este período, vivenciou-se uma significativa redução da intervenção estatal como regulador econômico, quando empresas estatais passaram ao domínio privado (ANDERSON, 1995; CARDOSO, 2003). Da mesma forma, no âmbito do Estado, foram promovidas estratégias liberalizantes que visavam à abertura do mercado brasileiro à concorrência estrangeira. Com isto, diversos setores da economia nacional vivenciaram a intensificação de dinâmicas econômicas integradas ao mercado internacional. Nas entrelinhas dos sindicatos, indagava-se sobre em que medida o fenômeno da globalização estaria enfraquecendo-os, ou, em que medida ele poderia servir como potencialidade para a construção de novas formas de ação.

A expansão de empresas transnacionais nos mais distintos países ao redor do planeta permite, não apenas a concentração de estruturas produtivas por parte das empresas, mas, do lado sindical, possibilitam restabelecer a forma com que sindicatos reconhecem seus alvos e oportunidades de negociação. Evans (2010) observa, justamente, que a emergência de corporações transnacionais também significa a emergência de possibilidades estruturais. Entre elas, estariam mapas corporativos que facilitariam a criação de campanhas globais, de ações que estão vinculadas , antes, ao sonho de uma classe trabalhadora que atue de modo globalmente unificado, do que ao declínio dos sindicatos enquanto formas organizativas que não souberam se reposicionar diante de novos desafios.

De modo a evitar que se superestimem tais oportunidades estruturais, destaca-se a importância de se observar que a internacionalização de práticas e percepções nas organizações sindicais é o resultado da confluência entre aspectos estruturantes, tais como: o contexto sindical, a posição do sindicato dentro do campo de disputas e posicionamentos políticos, o contexto econômico e aspectos vinculados àquilo que há de incerto nas estruturas sociais e que se consolidam nas lideranças sindicais, com seus perfis e distintas trajetórias sociais.

A partir disto, este estudo se propõe a analisar a dinâmica da internacionalização sindical brasileira ou, mais especificamente, a inserção de organizações sindicais nacionais em espaços de atuação internacional desde a década de 1980 até os anos 2000. Do lado do setor metalúrgico o foco reside inicialmente no caso do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC), mas se amplia à Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) e, em certa medida, à central sindical a que ambos estão filiados, a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em essência, seguimos este trajeto em função de que a participação de lideranças metalúrgicas em espaços internacionais se mostrou significativa a partir das experiências vivenciadas concomitantemente entre o SMABC e a central nas três décadas estudadas, mas que ganham impulso significativo por meio da CNM a partir dos anos 1990. Do lado das telecomunicações, o estudo está centrado no caso do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado de São Paulo (SINTETEL), filiado à Força Sindical (FS), e que, enquanto único sindicato de base a estar diretamente filiado à federação internacional do setor no Brasil, demonstra proeminência no desenvolvimento de atividades internacionais observadas principalmente por ser a única organização a ter lideranças ascendendo a cargos em estruturas sindicais internacionais.

A despeito das particularidades dos contextos econômicos na metalurgia e nas telecomunicações, existem de pontos em comum entre estes setores no que se refere aos processos de sua internacionalização desde os anos 1980 até os anos 2000. Entre eles, observa-se que em ambos os casos as transformações econômicas vivenciadas serviram como impulso à renovação dos padrões de ação sindical usualmente direcionada ao plano nacional. Neste caso, as novidades na organização da produção no Brasil durante os anos 1990 influenciaram – mesmo que em velocidades distintas – na transição entre dois períodos classificados por meio do antagonismo entre as ideias de recepção e de ação, e que são expressos por meio dos conceitos de *consumo* e *protagonismo* sindical internacional.

Por *consumo de relações internacionais*, entende-se um momento em que sindicatos nacionalmente estabelecidos recebem mais ações de solidariedade internacional do que as executam com relação a organizações de outros países. Tais ações se realizam por meio de cartas de apoio, visitas de lideranças de outros países, apoio financeiro internacional para atividades locais ou para que possam realizar visitas junto a organizações em outros países. A ideia de *protagonismo* refere-se, então, a um momento em que sindicatos passam a realizar tais ações junto a organizações de outros países, e a intervir em políticas estabelecidas por organizações sindicais internacionais.

A análise que segue se desenvolve no sentido de observar que a década de 1980 foi caracterizada como um

período em que o sindicalismo brasileiro encontrou-se em fase de reconstituição pós-repressão militar, em que o apoio internacional surgiu no sentido de ajudar o fortalecimento das estruturas sindicais. A década de 1990 foi, então, um momento de transição para o segundo estágio, em que foram constituídas as bases para que, no final deste período, emergissem processos de adaptação à lógica da militância internacional, o que implicou na busca de lideranças nacionais por ocuparem cargos nas FSI´s.

A partir dos anos 1990, portanto, os metalúrgicos se voltam para a esfera internacional, quando passam a confluir o acúmulo de relações internacionais experimentadas por meio do estabelecimento de relações bilaterais, as transformações produtivas do setor e a institucionalização das relações sindicais internacionais via filiação dos metalúrgicos brasileiros à FITIM, e à ORIT, por parte da CUT. Nas telecomunicações, sem uma forte tradição de intercâmbio sindical internacional anterior, é somente após a privatização do setor no Brasil e o surgimento de ETN´s em substituição às estatais que o sindicato passa a orientar-se para a esfera transnacional. Os anos 2000 correspondem à consolidação da militância internacional para os sindicatos nos dois setores, durante os quais passam a buscar um papel protagônico dentro das organizações sindicais internacionais a que estão afiliados.

Deste modo, portanto, o estudo a seguir busca que observar que, para os sindicatos estudados nos dois setores, no entanto, a chegada aos anos 2000 ocorre de modo distinto. Da mesma forma que o processo de entrada na arena internacional é uma consequência das transformações em seus contextos econômicos, ela também é o resultado da conjunção de tais mudanças com o acúmulo de relações internacionais estabelecidas anteriormente e as características da configuração do campo sindical nacional. A partir disto é que, a despeito das semelhanças entre os sindicatos estudados no que se refere à passagem de um status de *consumidor* ao de *protagonista* no desenvolvimento de relações internacionais, observa-se que a internacionalização das organizações estudadas tem nos metalúrgicos uma característica mais orgânica do que aquela observada no caso das telecomunicações.

I - Quando a Internacionalização sindical está na pauta do dia

Se, por um lado, o fenômeno da internacionalização das organizações de trabalhadores não é restrito à contemporaneidade, por outro, a atualidade mostra o expressivo crescimento de empresas de caráter transnacional. Se na Europa, na segunda metade do século XIX e início do XX, foram estabelecidas as Internacionais Comunistas que já visavam à articulação transnacional de trabalhadores, poder-se-ia dizer que a atual organização capitalista tem intensificado como nunca as condições para a criação de possíveis elos de articulação entre as políticas sindicais entre países. No mesmo sentido em que o surgimento das *empresas transnacionais* (ETN´s) é uma das principais manifestações da atual intensificação da mobilidade do capital, não se pode desconsiderar as implicações da chamada *desterritorialização* produtiva que tais empresas estariam promovendo, em que suas decisões estratégicas estariam crescentemente concentradas nas matrizes. Uma consequência disto seria que, em certa medida, se poderia esperar que a ação transnacional dos sindicatos passasse a orientar-se com cada vez mais ênfase junto a estes agentes transnacionais. Tal argumento ganharia ainda mais força quando o ambiente político nacional-local é desfavorável à ação sindical (ANNER, 2003: 81).

A expansão dos sistemas produtivos no sentido de sua transnacionalização e as possibilidades de o capital mover-se com rapidez seria um elemento chave da dinâmica capitalista contemporânea. Chesnais (1996) observa que esta mobilidade teria possibilitado o paulatino desenvolvimento do capital rumo a um processo de liberalização e mundialização da economia. Com isto, em grande medida, o capital teria se sobreposto à autoridade política do Estado nacional, que teria a sua capacidade de intervenção reduzida. Para o autor, a expansão internacional da produção se desenvolveu ao longo da história principalmente por meio do comércio exterior e, a partir dos anos 80, pelo aumento do Investimento Externo Direto (IED) e da colaboração interempresas. Com isto, as estratégias internacionais do passado, baseadas nas exportações, passaram a dar lugar a novas estratégias que combinaram diversas atividades transfronteiras: as exportações, o intercâmbio de suprimentos externos, os investimentos estrangeiros e as alianças internacionais (CHESNAIS, 1996: 27).

O atual estado das relações sindicais internacionais tem, portanto, um profundo vínculo com as atuais formas assumidas pelo sistema capitalista e que passam a impor à militância nacional um alvo transnacional. Se, como

avaliou Chesnais, o IED tende a ser acompanhado pela globalização das instituições bancárias e financeiras que facilitam as fusões e aquisições transnacionais, o grau de liberalização das economias nacionais é um fator determinante na conformação de um cenário composto por ETN´s nos espaços nacionais. Sindicatos de distintos países passam a estar vinculados, então, não apenas pelo intuito de barrar ou impor limites à movimentação do capital, mas, também, no sentido de tentarem se antecipar ao seu deslocamento.

No Brasil, observa-se que é principalmente a partir da década de 1990 que se estrutura um contexto de abertura à entrada das ETN´s no país e, desta forma, é neste período que se estabelecem condições para uma reconfiguração das lógicas de ação sindicais voltadas à esfera internacional. Neste sentido, para um balanço deste novo momento do sindicalismo, cabe avaliar como se desenvolveu a sua relação com entrada do capital estrangeiro no país. De fato, para Castro & Wachendorfer (1998: 131), um condicionante decisivo para a constituição de uma visão sindical essencialmente nacionalista dos sindicatos latino-americanos corresponderia à vigência de modelos econômicos marcados pela baixa inserção internacional da produção. Eles sublinham, ainda, que, nos anos 60, quando algumas ETN´s do setor automobilístico começaram a se instalar em países como Argentina e Brasil é que se registra, na melhor das hipóteses, uma etapa inicial no que se refere aos contatos entre lideranças sindicais nacionais e outros dirigentes dos países de origem dessas empresas.

Nonnenberg (2003) compara dois períodos da história brasileira, em que os investimentos externos cresceram acima da média, a dizer as décadas de 1970 e 1990, e com isso avaliar a influência das ETN´s sobre a economia nacional. Basicamente chega à conclusão de que, apesar de ocorrer um significativo aumento dos investimentos externos no país nestes períodos, é nos anos 1990 que podemos ver um incremento significativo de empresas estrangeiras no país.

Com relação à abertura econômica dos anos 1990, Galvão (2007: 35) observa que, uma das razões para o desenvolvimento do pensamento neoliberal no Brasil, durante na década anterior, residiu no fato de que os pressupostos liberais encontraram um terreno fértil no contexto da crise do Estado, que via suas finanças públicas debilitadas ao ponto de enfraquecer a sua capacidade de investimento. Neste contexto, na passagem dos anos 1980 para os 1990, Collor surge para a presidência da república após uma campanha eleitoral que acusava a ineficiência dos serviços públicos e a necessidade de uma "caça os marajás" – neste caso sugerindo uma analogia explícita aos funcionários de empresas estatais.

Neste contexto, desde o final dos anos 1980, no Brasil, estavam sendo implementadas políticas de importação que visavam a competição externa e o direcionamento de recursos para áreas específicas da economia. Como continuidade deste processo, na década seguinte, foram estabelecidos programas de reduções tarifárias que aprofundaram as mudanças no regime de importações brasileiras, por meio da eliminação das barreiras não tarifárias e a redução de alíquotas de importação (KUME & SOUZA, 2003; PAULA & MAZZETTO, 2011). É neste cenário que, durante a década de 1990, pode-se observar não apenas o crescimento de IDE que rumava ao país, mas também o crescimento substancial da participação de ETN´s na economia nacional. Considerando-se a participação de ETN´s na economia nacional, Nonnemberg (2003) observa que ela aumentou de 43% em 1993 para 54% em 2000, o período de maior ingresso de IEd no país.

Tal argumento ganha força no relatório da UNCTAD (2011), entre o período de 2005 a 2010, o Brasil passou a ocupar lugar de destaque mundial entre aqueles países que mais recebem investimentos estrangeiros diretos (IED). Com isto, em termos macro-econômicos, se estabeleciam os pilares que poderiam justificar a entrada sindical na esfera internacional.

A abertura da econômica brasileira, portanto, traria um duplo fenômeno à realidade dos sindicatos no país. Se, por um lado, a abertura significaria a intensificação da presença de novos atores no panorama das relações de trabalho, de outro, a internacionalização de empresas nacionais emergiria como um ponto de inflexão o alcance das negociações estabelecidas entre sindicatos e empresas no nível local. De um modo geral, tanto para os sindicatos brasileiros, como para organizações sindicais estrangeiras que representam trabalhadores de ETN´s situadas no país, a questão da produção e da utilização de mão de obra em outras regiões ganham força, o que, portanto, deixam latentes possíveis vínculos e adoção de novas estratégias de articulação sindical.

II - Internacionalização Metalúrgica

A década de 1980 foi de suma importância para o desenvolvimento do sindicalismo internacional metalúrgico no ABC por permitir a constituição daquelas bases sindicais vinculadas a alianças estratégicas, contatos e experiências de intercâmbio que permitiram o desenvolvimento do sindicalismo internacional metalúrgico como um todo nas duas décadas seguintes. Como vimos anteriormente, as duas décadas seguintes foram marcadas pela abertura, desregulamentação e estabilização da economia brasileira. Tais ajustes na economia do país influenciaram na expansão de empresas nacionais rumo ao exterior por meio da busca de novos mercados ou investimentos, os quais foram acompanhados por processos de internacionalização da produção vivenciados principalmente no setor automotivo. Como veremos, este contexto também foi marcado pela redefinição da inserção sindical internacional metalúrgica no país, em que o histórico de relações internacionais dos metalúrgicos da década de 1980 permitiu a passagem de um sindicalismo caracterizado pela recepção de diversas formas de apoio internacional para outro, marcado por uma postura mais ativa na promoção de estratégias articuladas entre sindicatos de diferentes países.

A transição entre estes dois momentos, esteve vinculada, não apenas às transformações nas dinâmicas econômicas e produtivas experimentadas no país, mas, também, a um duplo processo em que os relacionamentos internacionais estabelecidos pela CUT influenciaram e foram influenciados pelo intercâmbio internacional estabelecido de maneira bilateral pelo SMABC nos anos 1980. No mesmo sentido, sob significativa influência dos metalúrgicos do ABC, a criação Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM) e a sua entrada na esfera internacional via filiação à FITIM no início dos anos 1990 serviu para que ela se tornasse um espaço relevante na canalização das relações internacionais do setor.

A década de 1980 serviu à ampliação de perspectivas sindicais, no sentido de que se passou a perceber cada vez mais as ações internacionais enquanto oportunidades à ampliação de estratégias metalúrgicas costumeiramente desenvolvidas no plano nacional, se não, local. Nos anos 1990, tais oportunidades foram exacerbadas, na medida em que crescia a mobilidade de empresas entre distintas regiões e países e se desenvolviam processos de reorganização produtiva que se tornavam uma realidade ameaçadora à manutenção de postos de trabalho. Neste mesmo período, no Brasil, ocorre a intensificação da internacionalização de empresas brasileiras por meio da busca por investimentos ou mercados em diferentes países. É neste contexto que a internacionalização dos metalúrgicos se desenvolve, embasada nos contatos iniciais estabelecidos no ABC na década anterior.

A influência das lideranças metalúrgicas provenientes da região do ABC na CNM e na CUT – que, em grande parte, se caracteriza na existente articulação entre elas –, pode ser observada de diversas formas, como, por exemplo, por meio do trânsito de dirigentes sindicais entre tais organizações. Principalmente, chama a atenção a ocupação de posições estratégicas de lideranças provenientes do ABC nos seus quadros[2]. Igualmente, a partir dos anos 1990, pode-se observar que tanto a CNM como CUT passaram a estar formalmente filiadas de modo quase simultâneo junto a organizações sindicais internacionais. Em 1992, no mesmo ano em que a CUT se filiou a ORIT, o 2º Congresso da categoria metalúrgica cutista transformou-se, não apenas no evento fundador da confederação[3], mas também na reunião que deliberaria pela filiação à Federação Internacional dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, a FITIM.

A passagem dos anos 1990 aos 2000 pode ser caracterizada como um período de institucionalização da participação dos metalúrgicos em espaços internacionais como os promovidos pela FITIM, além dos comitês mundiais de empresa. Ao mesmo tempo em que cargos são ocupados por lideranças do ABC nestes espaços, são estabelecidas diversas ações articuladas, bem como AMI´s junto a empresas do setor metalúrgico. Enfim,

---

2 Heiguiberto Guiba Della Bella Navarro, Carlos Grana, Paulo Cayres são ex-metalúrgicos do ABC que também atuaram como presidentes da CNM. Sobre a influência das lideranças do ABC na CUT, isto pode ser observado a partir dos quadros de ex-presidentes da central, como os ex-metalúrgicos do ABC: Jair Meneguelli, Vicente Paulo da Silva, e Luiz Marinho.

3 Os metalúrgicos foram a primeira categoria a organizar-se, enquanto ramo, no interior da CUT. Inicialmente em um congresso em 1989, fundou-se o Departamento Nacional dos Metalúrgicos da CUT que posteriormente, no segundo congresso, se transformou em Confederação Nacional.

durante a década de 1990 a internacionalização dos sindicatos passa a torna-se parte de uma agenda que se consolida nos anos 2000.

Diversos contatos e iniciativas que foram estabelecidas nos anos 1980 tiveram reflexos diretos nas negociações sindicais a partir dos anos 1990. Um exemplo deste processo foi a criação do "Grupo de Trabalho para a Solidariedade Internacional" na fábrica de Wolfsburg da Volkswagen (VW) em que, a partir de então, foram organizados seminários e intercâmbios para as lideranças brasileiras fossem para a Alemanha. Tais contatos viriam ajudar posteriormente, pois os sindicalistas deste país iriam auxiliar os brasileiros em negociações como naquela realizada na mesma cidade alemã com os gerentes da empresa em função de demissões planejadas no Brasil (Anner 2004: 193).

No caso dos metalúrgicos, embora as empresas de automóveis estejam tradicionalmente dispersas em distintos países, em função da organização da produção estabelecida entre suas fábricas e montadoras, é a partir das transformações produtivas ocorridas na década de 1990 com as novas estratégias adotadas por no setor – entre elas os contratos de fornecimento global e não apenas nacional[4]–, que ocorreram implicações na composição de um cenário em que os contextos sindicais passaram a estar cada vez mais internacionalmente conectados.

Conceição (2001) observa que na história da indústria automobilística mundial, as décadas de 1980 e 1990 foram significativas quanto à busca por competitividade perdida pelas grandes empresas automobilísticas estadunidenses e europeias nas décadas anteriores, quando o empresas japonesas ampliaram sua participação na produção mundial de veículos. Basicamente, segundo ele, as companhias ocidentais trataram de reproduzir as práticas e métodos implementados[5] por empresas orientais, ainda que houvesse adaptações em função das especificidades nacionais. Segundo o autor, do lado brasileiro, se os anos 1980 representaram a década da inserção da indústria automotiva nacional no mercado internacional através do aumento das exportações, a década seguinte expôs esta indústria à concorrência com produtos importados.

O receio do deslocamento da indústria automobilística do ABC para outras regiões do país em função da política de incentivos fiscais, pela possibilidade de oferecimento de menores salários[6] e pelo suposto baixo nível de competitividade dos sindicatos existentes poderia tornar a região uma *Detroit brasileira*[7] exigiu, não apenas uma transformação nas formas de negociação desenvolvidas pelos dirigentes sindicais metalúrgicos [8], mas, também, implicou em que eles tivessem que negociar soluções diretamente nas sedes das montadoras no exterior, como pode ser observado na criação dos comitês e redes da Mercedes-Benz, Volks, Bosch, entre outras.

Segundo lideranças entrevistadas, as grandes greves ocorridas no ABC no final dos anos 1970 levaram a que diversos sindicatos metalúrgicos europeus, bem como as centrais sindicais deste continente, manifestassem solidariedade aos sindicatos brasileiros por meio de visitas ou declarações de apoio. Naquele momento, segundo uma liderança cutista: "o debate que estava ocorrendo sobre a redemocratização que ocorria em todo o mundo ajudava a sensibilizar para o que estava acontecendo aqui", muito embora a militância sindical internacional naquele período ainda fosse muito incipiente. Conforme observa Kjeld Jakobsen, ex-secretário de relações internacionais da CUT, as relações internacionais eram fortes com as organizações sindicais

---

4 CONCEIÇÃO (2001: 193).

5 Entre eles, os métodos do tipo *just-in-time*, *kanban*, as células de produção e os grupos de trabalho semiautônomo.

6 Os trabalhadores do sul fluminense, novo polo da indústria automobilística que emergiu neste contexto de deslocamento do setor, recebem em média 43% da remuneração dos operários da região do ABC. Por um lado, isto permite observar a força das conquistas por melhores condições de vida no ABC, realizadas pelos trabalhadores e sindicalistas no Estado de São Paulo. Por outro, permite observar que os sindicalistas recém ingressantes no sindicato de São Paulo se inserem em um contexto em que já há um certo conjunto de reivindicações bem sucedidas e que contribuíram para formar os caracteres da categoria metalúrgica no Estado.

7 Referência ao êxodo de empresas que ocorreu nos anos 1980 na cidade americana em função da crise do setor automobilístico.

8 Avaliada por Rodrigues (1997) como uma transformação nas estratégias de negociação de tipo mais conflitivo para outra, denominada por Confrontação Negociada.

europeias, mas, também, junto a organizações vinculadas à igreja católica. Conforme ele observa, alguns destes relacionamentos foram se estabelecendo mesmo antes da existência da própria CUT, já que antes da sua fundação havia sido estabelecida uma série de debates sobre os processos de redemocratização no Brasil.
Nesta conjuntura Anner (2003), avalia que os anos 1990 representaram um momento de transição para o sindicalismo internacional cutista, o qual, por meio de visitas de contato passou a ter acesso às transformações ocorridas em outros países. Mais especificamente, refere-se à visita de sindicalistas brasileiros aos Estados Unidos em junho de 1991, em um momento em que a Ford havia comunicado sobre a sua intenção de fechar uma divisão da fábrica de São Bernardo, o que deixava incertezas quanto às possibilidades de a empresa também viesse a deixar o país. Segundo ele, a resposta imediata do sindicato estava vinculada àquelas características da década anterior: uma greve, que contou com o apoio dos governos locais. No entanto, passados 23 dias de mobilizações, chegou-se à conclusão de que elas haviam falhado em reverter a decisão da empresa.
No Brasil, o então o presidente do sindicato tomou uma decisão inédita para os padrões estratégicos do sindicalismo no país, quando decidiu viajar diretamente aos Estados Unidos, na tentativa de negociar diretamente com a matriz da Ford. Ainda que naquela época as relações com o sindicato estadunidense *United Autoworkers* (UAW) não fossem fortes, a entidade auxiliou no estabelecimento da reunião. Segundo Anner (2003: 620), neste encontro, a empresa afirmara estar priorizando empregos nos EUA, e considerava a economia Brasileira uma nebulosa, o que tornava o desenvolvimento da produção em países como o Canadá e o México mais interessantes. Assim, tal tentativa de negociação também falhou no sentido de reverter a decisão da empresa. Após o encontro, os dirigentes do UAW levaram os sindicalistas brasileiros para um *tour* pela cidade de Detroit, em que os brasileiros, mais do que a frustração de não terem conseguido sucesso nas negociações com a Ford, se deparassem com uma "cidade fantasma", repleta de fábricas fechadas, em uma região que anteriormente tivera grande capacidade industrial. Principalmente, ficaram com medo de que isso também pudesse ocorrer em São Bernardo.
Sobre o Comitê Mundial de Trabalhadores da Mercedes, pode-se observar que o início da internacionalização sindical brasileira na montadora é datado do ano de 1985, quando ocorre a criação da comissão de fábrica da Mercedes no Brasil. Ainda em 1985, uma época de intensos conflitos entre sindicatos e empresas na região do ABC, ocorre o chamado "ato de solidariedade dos trabalhadores da fábrica alemã" que implicou na visita de sindicalistas estrangeiros às lideranças brasileiras do SMABC e à montadora brasileira. Naquele período, tais manifestações de apoio eram, conforme observa um ex-secretário de relações internacionais da CNM *"muito mais atos de solidariedade por conta de greves que aconteciam do que uma coisa de organizar, de tentar buscar outros níveis de negociação"*.
Muito embora não sejam observados resultados substantivos quanto às negociações internacionais com a Mercedes até o final dos anos 1990, a internacionalização sindical foi ativa, mas resumiu-se a cursos de formação sindical e congressos que, no ano 2000, culminou em um grupo de trabalho internacional, o qual dois anos depois, reconhecido como o comitê sindical mundial, passando a, formalmente, realizar negociações junto à companhia. Para Gray (2009: 72) as relações estabelecidas junto ao sindicato dos metalúrgicos alemão, o IG Metall, foram especialmente importantes para os metalúrgicos brasileiros, principalmente em se tratando de empresas como a Volkswagen e a Mercedes-Benz. Neste intercâmbio, o sistema alemão de conselhos de empresa e de representação de fábrica foram referências para as estratégias que seriam adotadas no Brasil e, em especial, a formação das comissões de fábrica.
Na passagem dos anos 1990 para os anos 2000, avaliando a necessidade de que suas lideranças estivessem mais integradas a um contexto internacional e aos projetos de cooperação internacional que eram estabelecidos, o SMABC e a CNM passam a fomentar a aquisição de experiências e capacidades internacionais por parte de suas lideranças. A necessidade de integrar lideranças nacionais junto a um contexto internacional já era expressa no ano de 1995, quando a negociação entre o SMABC e a Mercedes-Benz incluiu, não apenas viagens de sindicalistas brasileiros à matriz na Alemanha, mas que, com o intuito de permitir a melhora no acesso a informações da empresa, ela também financiasse o aprendizado de alemão por parte de um deles.
No mesmo sentido, neste período, com o apoio de organizações de outros países, a CNM financiou viagens de intercâmbio de sindicalistas que, recebidos pelos sindicatos anfitriões, tinham aulas de línguas e vivenciavam as experiências sindicais locais. Neste processo, dirigentes brasileiros foram para Canadá, Alemanha e Espanha

ampliando não apenas o domínio de idiomas, mas também suas redes de contatos e experiências internacionais. Como veremos posteriormente, tais viagens implicaram em certo tipo de capital cultural, entendido como um *capital internacional* que possibilitou a ocupação de posições tais como: a secretaria geral da FITIM; o departamento de formação desta FSI para a América Latina; a participação de lideranças em comitês mundiais de empresa; e a participação no Conselho de Administração da Daimler.

Observa-se que a CNM e seus contatos internacionais serviram então para a própria *sociabilização internacional* de lideranças nacionais, já que possibilitou não apenas o trânsito internacional de sindicalistas, mas promoveu a captação e execução de projetos internacionais, fazendo a sua mediação junto à esfera nacional. Nos anos 2000 além de participar dos espaços promovidos pela FITIM, a CNM também desenvolveu projetos de cooperação nas áreas de organização e política sindical, juventude, raça, gênero, construção de redes, por meio de relações estabelecidas junto ao IF Metall da Suécia, CAW do Canadá, FM/CCOO da Espanha, USW dos EUA/Canadá, Centro de Solidariedade da AFL-CIO dos EUA, FES da Alemanha, TIE Brasil. Mais que isto, segundo depoimento de lideranças já existe uma definição política interna à confederação em que se determina o uso de parte do seu orçamento para o desenvolvimento de projetos junto à América Latina.

Ainda que no ano 2000, o caso da internacionalização dos metalúrgicos tenha ganhado destaque com o estabelecimento do *Comitê Mundial de Trabalhadores* da empresa e a subsequente assinatura do Marco Internacional de Princípios de Responsabilidade Social em 2002, as tratativas internacionais dos sindicalistas não se resumiram ao caso da empresa. Entre as experiências vivenciadas, destaca-se as negociações do SMABC em Detroit para negociar com a Ford para a manutenção de postos de trabalho em São Bernardo, as negociações com a Volks em sua matriz e com o apoio do sindicato alemão, o *acordo marco internacional de princípios de responsabilidade social* junto na Mercedes e as ações sindicais internacionais junto às ETN´s brasileiras como a Gerdau.

No caso brasileiro, o aumento no pagamento de cotas de filiação foi paulatino ao longo dos anos 2000 e esteve vinculado, tanto ao próprio aumento das receitas das duas confederações filiadas, como por uma mudança estatutária na FITIM que reviu o pagamento de cotas por parte de suas organizações filiadas. Tal participação das confederações brasileiras no pagamento de recursos à federação internacional pôde ser observada por meio da multiplicação em cerca de dez vezes nos valores pagos em 2011, em comparação aos valores pagos no início da década. A partir disto é que as entrevistas junto a lideranças metalúrgicas que ocupam cargos internacionais destacaram um novo *status* da CNM no âmbito das relações internacionais ao longo dos anos 2000, quando, em termos financeiros, houve uma profunda transição na relação de um momento em que se recebiam diversos projetos ou financiamentos internacionais para outro, em que passam a ser grandes contribuintes em termos de cotas e, em termos políticos, sindicalistas brasileiros passam a ocupar cargos internacionais como a posição de membro do Conselho Mundial de Administração da Daimler[9], ou na FITIM no seu escritório regional em Montevidéu[10], e mundial, em Genebra[11].

Desta forma constou-se que a internacionalização das organizações cutistas analisadas aqui mostrou-se como o resultado do desenvolvimento de práticas internacionais mais ou menos concomitantes, implementadas por sindicato, confederação e central. Primeiramente, isto pôde ser visualizado por meio dos significados possíveis advindos do fato de que lideranças metalúrgicas provenientes do ABC ocuparam posições de destaque tanto na CNM como na CUT, mas, também, pela simultaneidade ocorrida nas filiações da confederação e da central junto a organizações internacionais. Em segundo lugar, significou um acúmulo paulatino de intercâmbios internacionais expressos sob o domínio de informações, relações e estratégias sindicais, que se consolidou, mais como uma internacionalização orgânica, do que uma simples reação espontânea que poderia emergir em função de variáveis meramente contextuais. Por fim, deve-se assumir que a velocidade da expansão das

9 Cargo ocupado desde 2008 pelo sindicalista metalúrgico do ABC Valter Sanchez.

10 Cargo de assistente do Representante Regional para a América Latina, ocupado desde 2008 pelo sindicalista metalúrgico Marino Vani.

11 Cargo de Secretário Geral Adjunto na FITIM, ocupado desde 2007 pelo sindicalista metalúrgico Fernando Lopes.

atividades metalúrgicas para além das fronteiras nacionais foi processual, também em função de que a própria novidade apresentada pelo movimento sindical do início dos anos 1980 por meio de movimentos tais quais as grandes greves no ABC e a formação da CUT coexistiram com a crescente internacionalização de empresas metalúrgicas.

Se os anos 1980, portanto, podem ser considerados como uma etapa inicial à internacionalização sindical metalúrgica no Brasil, já que as ações internacionais eram mais passivas do que ativas, nos anos 1990 elas passam a ganhar outro caráter. Durante esta década, a formalização de filiações internacionais, visitas de contato às matrizes das empresas em países estrangeiros, tendo em vista estabelecer estratégias nacionais com base em experiências de sindicatos de outros países e a preparação de lideranças que mais tarde viriam a ocupar cargos internacionais, constituiu-se num desenvolvimento processual, de amadurecimento das práticas e perspectivas orientadas à esfera internacional. Tal ciclo se completa a partir dos anos 2000, baixo uma inserção ativa dos metalúrgicos em espaços internacionais, que se efetivou por meio da promoção de uma série de práticas sindicais internacionais.

III - Internacionalização sindical nas telecomunicações

Ao contrário da experiência vivenciada no ABC paulista, as relações internacionais desempenhadas pelo SINTETEL na década de 1980 não se desenvolveram de modo que viessem a servir de base consistente às estratégias desenvolvidas nas décadas seguintes. Inicialmente, isto pode ser entendido pelo fato de que o próprio contexto econômico das telecomunicações, controlado pelo monopólio estatal até o final dos anos 1990, tornou quase inexistente a presença de ETN´s do setor no país. Em segundo lugar, o fato de não ter sido encontrada uma influência significativa das práticas internacionais das centrais sindicais a que o SINTETEL esteve filiado no desempenho de suas práticas internacionais, bem como a ausência de relações bilaterais substantivas desenvolvidas por ele, tornaram pouco provável que o sindicato, na chegada dos anos 1990, estivesse previamente direcionado para a promoção de estratégias diferentes daquelas voltadas à negociação e à articulação de caráter local.

Nesta etapa inicial da internacionalização sindical nas telecomunicações, ainda que se possam verificar casos em que houve troca de experiências sindicais entre lideranças em espaços internacionais vinculados ao setor no período anterior às privatizações, elas ocorreram em uma escala bastante reduzida, quando comparadas às ocorridas junto aos metalúrgicos do ABC. Nas telecomunicações, a reduzida experiência em espaços internacionais implicou no desenvolvimento de uma internacionalização sindical baseada principalmente na perspectiva de que era necessário reagir às novas imposições provenientes da privatização das telecomunicações.

Sendo assim, no sindicalismo voltado às telecomunicações brasileiras, a partir do caso do SINTETEL, não se verifica de modo significativo uma passagem paulatina entre as duas décadas em termos de construção de alianças estratégicas e contatos internacionais que implicariam em ações articuladas posteriores. Pode-se dizer, portanto, que este sindicato teve até o final dos anos 1990 um papel distante daquele que se espera de um protagonista na arena internacional: uma atuação propositiva, em que se ocupe dos espaços disponíveis e se utilize de ferramentas internacionais para influenciar em negociações de caráter local. Pelo contrário, as lideranças do sindicato "consumiram" ações de solidariedade internacional assim como no SMABC, mas em uma escala bastante inferior e insuficiente para o desenvolvimento de um ciclo de internacionalização interno à organização, com contornos próprios, mais ou menos independentes de variáveis contextuais. Até os anos finais da década de 1990, as práticas sindicais internacionais eram essencialmente embrionárias nas telecomunicações brasileiras.

Até este período, os contatos junto à FSI do setor e a outros sindicatos europeus, por meio de cooperações bilaterais, ocorria em função de convites para reuniões ou para a participação em cursos de formação sindical que costumeiramente estavam restritos ao presidente da organização, ou a esporádicos convites a lideranças que se destacavam no interior do sindicato. Tradicionalmente, este envolvimento do SINTETEL junto a

organizações sindicais internacionais ocorreu por meio da filiação[12] junto ao IPCTT / IC que, posteriormente, passou a se chamar de IC (Internacional das Comunicações) e, após a fusão com outros setores no ano de 2000, ganhou o nome de UNI (*Union Network International*).

Referiu-se ao fato de que as transformações de natureza econômica por si só não se mostram suficientes para a transformação imediata das práticas sindicais. Isto porque existem variáveis relacionadas ao contexto intra-organizacional e às trajetórias experimentadas por sindicatos e suas lideranças, as quais impactam na em como tais oportunidades são percebidas. No caso das telecomunicações, a crescente inserção de corporações transnacionais que substituíram as estatais monopólicas do setor alterou um contexto em que, até então, servia como referência relativamente estável para os sindicalistas do SINTETEL, que focavam as suas negociações em um interlocutor bem conhecido, tal o caso da Telesp. O advento das privatizações ocorridas a partir de 1998 foi significativo para que o sindicato passasse por mudanças, ocorridas na mesma velocidade em que se desenvolviam os processos de reestruturação do setor. Neste processo, renovaram-se os quadros sindicais, o perfil das lideranças, e as estratégias sindicais para o setor. Principalmente, produziram-se distintos olhares e práticas frente às novas dinâmicas das telecomunicações.

Ainda que não seja o único fator de explicação, a variável econômica, portanto, foi o elemento motor na promoção da passagem de um sindicalismo nacionalmente estabelecido para outro, em que os olhares se voltaram, também, para a concretização de práticas articuladas internacionalmente. Os anos 2000, dessa forma, se caracterizaram pela a emergência de uma ação internacional tardia, com uma militância sindical que não experimentara um passado de atuação para além das fronteiras nacionais. Tal ação se realizou na participação do SINTETEL na criação de grupos internacionais que visavam aglutinar os sindicatos de ETN´s de telecomunicações, na adoção do pagamento de valores expressivos nas cotas sindicais para a UNI, na inserção de lideranças de seus quadros locais em cargos na federação internacional e na participação do monitoramento de Códigos de Conduta internacionais estabelecidos por ETN´s, tal o caso da *Telefónica*.

No mesmo sentido, quanto à diferença entre a inserção internacional observada anteriormente nos metalúrgicos e a observada, aqui, nas telecomunicações, em termos das influências das centrais sindicais em tais espaços, Anner (2003) observa que a FS, não desenvolvera até o final dos anos 1990, negociações diretas junto às matrizes de empresas estrangeiras, bem como não vivenciara experiências como a da construção de comissões de fábrica na indústria automobilística brasileira, a exemplo de experiências em experiências alemãs.

O vínculo entre SINTETEL e FENATTEL não se resume à filiação deste sindicato à federação nacional. Os seus laços históricos também estão expressos na composição de cargos, costumeiramente ocupados de modo concomitante entre as duas organizações, e que podem ser observados, atualmente, no fato de que o presidente do sindicato também ocupa o posto mais alto da hierarquia na federação[13]. Ao contrário do que ocorre com os metalúrgicos, em que as relações internacionais do SMABC se dão essencialmente via contatos bilaterais, sendo as filiações junto a organizações internacionais deixadas sob a batuta da CNM e da CUT, nas telecomunicações, tanto o sindicato como a federação são filiadas à UNI.

Conforme indicam as entrevistas realizadas, ainda que a FS tenha proporcionado aos SINTETEL relações junto a centrais sindicais de diversos países como na França, na Itália e em Israel, este intervalo entre filiação/ desfiliação/ filiação do sindicato à central, bem como o próprio nascimento da FS ocorrido em 1991, ou seja, apenas cerca de dez anos depois da CUT levam a reduzir o peso da participação da FS na internacionalização no SINTETEL e FENATTEL.

Historicamente, o setor de telecomunicações se caracterizou pelo controle monopólico de natureza estatal ou

---

12 A data da filiação do sindicato à federação internacional do setor é tão antiga que não foi possível encontrar documentos com o registro com a data exata do início do vínculo. A informação não foi conseguida com exatidão mesmo com as entrevistas realizadas junto a presidente e ex-presidentes do SINTETEL, que estiveram no comando da entidade de 1981 até os dias atuais.

13 O sentido de uma "federação nacional", aqui, é o mesmo de uma confederação. A razão da existência de uma federação nacional é que no caso das telecomunicações há diversos exemplos de sindicatos de base estaduais que impedem assim, a formação de federações estaduais. Neste caso, os sindicatos estaduais, ao se unirem nacionalmente estariam fundando uma federação nacional, e não uma confederação, que para se constituir deveria contar com federações estaduais.

privada, bem como pelas intensas transformações em função de processos de reestruturação produtiva que estiveram atrelados à liberalização de mercados e privatização de empresas (LARANGEIRA, 1998). A retirada do Estado, como agente de controle e gerenciamento direto do setor por meio de empresas estatais, propiciou um contexto econômico que tornava a tendência à internacionalização dos sindicatos do setor mais provável do que em períodos anteriores.

No momento em que se iniciava o desenvolvimento das privatizações no Brasil, sindicatos do setor expressavam de maneira explícita a sua resistência em aceitar tais mudanças em função de críticas existentes quanto às consequências experimentadas em outros países[14]. Fato consumado, com a entrada de inúmeras empresas estrangeiras[15] em processos licitatórios para a compra de empresas estatais – na busca por concessões de serviços de telecomunicações –, a partir dos anos 2000, no desenvolvimento de fusões e aquisições, a internacionalização sindical passou a vigorar com maior força na perspectiva das organizações sindicais nacionais. Vivenciava-se a transição de uma economia estatal/nacional para uma privatizada/internacional, de um sindicalismo voltado essencialmente a temáticas de caráter nacional para um sindicalismo que se abriria a questões vinculadas a uma economia internacionalmente integrada.

A abertura econômica que se desenvolveu no país por meio do incentivo a processos de desregulamentação, privatização e liberalização de setores econômicos implicaram em uma série de desafios relacionados aos quantidade de postos de trabalho, níveis de qualidade do emprego e às formas organizativas do trabalho para as quais, de forma geral, trabalhadores e sindicatos não estavam preparados para enfrentar (LEITE, 1997).

No que se refere ao modo com que se estabeleceram as negociações com as empresas do setor de telecomunicações pós 1998, a nova composição do setor passou a estar caracterizada por novas lógicas de ação. Enquanto as estatais de telecomunicações serviam como eixo estável às negociações, no período posterior à privatização, as negociações passaram a estruturar-se por meio dos referenciais que seguiam a especificidade das dinâmicas empresariais. O sindicato conta atualmente com mais de cento e trinta acordos coletivos firmados somente no Estado de São Paulo, e ele passa, nos anos 2000, a negociar com empresas com matrizes situadas em outros países.

Neste momento observa-se, também, um fato curioso: apesar de as lideranças sindicais das distintas federações de telecomunicações passarem a partilhar a mesa de negociações com os representantes da matriz da empresa transnacional espanhola *Telefônica*, entre a centena de acordos firmados estadualmente com empresas presentes em diversos Estados brasileiros, poucas negociações foram realizadas em conjunto, nacionalmente. Neste contexto, observa-se um significativo poder de influência da *Telefônica* sobre os parâmetros de negociação entre as empresas subcontratadas, o que passa a se constituir como tema nas mesas de negociação entre ela e os sindicatos. A ETN, portanto, surge no cenário de negociações como um ator-chave para a unificação de determinadas demandas junto a uma diversa gama de empresas contratadas por ela.

Com relação à entrada da espanhola *Telefónica* no Brasil, via participação no processo de privatizações, lideranças do SINTETEL apontam para o fato de que a primeira reunião em que eles participaram junto à empresa, para debater sobre os impactos para os trabalhadores pela ampliação de sua participação em países externos à Espanha, foi realizada em 1997 no mesmo país. No ano seguinte, no Brasil, houve a primeira reunião formal entre sindicalistas do país e o presidente mundial da *Telefónica*. Segundo o depoimento do presidente do SINTETEL naquele período, a empresa, recém estabelecida no país, se negava recebê-lo para abertura de canais de diálogo. No entanto, em função da vinda do presidente mundial da empresa e de um acerto internacional feito entre sindicalistas brasileiros e espanhóis por meio das reuniões do grupo internacional de sindicatos da empresa que se formava, a gerência nacional mudou seu comportamento aceitando a realização de uma reunião.

Em 1999, seria criado o primeiro grupo internacional de sindicatos de uma mesma empresa, do qual o

---

14 Na época das privatizações o SINTETEL apresentou uma proposta de plataforma pública que fazia críticas aos modelo de privatizações que estaria sendo implementado no Brasil.

15 A entrada de empresas estrangeiras nas telecomunicações brasileiras após as privatizações pôde ser observado por meio de empresas tais como a *Telefónica* (Espanha), Telecom Itália, Portugal Telecom, Telmex (México) e outras.

SINTETEL participaria, abrindo um novo período para o sindicato em termos de relações internacionais. Mais especificamente, neste ano, criou-se o *Grupo Ibero-americano de Trabalhadores da Telefónica* (GITT), que reúne anualmente os sindicatos espanhóis junto aos sindicatos que representam os trabalhadores da empresa em suas subsidiárias espalhadas ao redor do mundo, proporcionando um canal de intercâmbio institucionalizado com relação às práticas adotadas pela empresa nos diversos países.

Na segunda metade dos anos 2000, com a expansão da empresa para fora da América Latina, este grupo passou a compreender sindicatos de mais de 20 países, entre eles Inglaterra, Suécia e a República Tcheca. A partir disto, passou-se a questionar a denominação do grupo, o que culminou na mudança de GITT para *Grupo Aliança*. Nas reuniões do Grupo, em que os sindicatos se reúnem junto ao presidente mundial da *Telefónica*, as organizações com maiores dificuldades de financiamento de viagens, como os sindicatos peruanos e chilenos, são custeadas pela empresa. Também, sob as expensas da empresa, estariam certos os custos de logística, como traduções e parte da alimentação durante os encontros. Tal apoio oferecido pela empresa indica, não apenas o seu interesse em manter um relacionamento com grupo de organizações sindicais, como também a relativa dependência que elas têm com relação a ela.

O primeiro Código de Conduta internacional firmado entre a empresa e sindicatos ocorreu em março de 2001 e, desde então, tem sido objeto de controvérsias entre dirigentes sindicais de diferentes países. Enquanto que no Brasil, lideranças afirmam que o acordo teria servido para melhorar o relacionamento com a empresa, para outros, como os mexicanos, veem o código de conduta como um acordo insuficiente para atender as demandas dos trabalhadores da *Telefónica*. Segundo o depoimento de uma liderança do SINTETEL que ocupara uma posição dentro da UNI, a própria federação internacional não era recebida pela gerência da empresa, fato que mudaria após a implementação do Código de Conduta e das reuniões do GITT / Grupo Aliança. Atualmente, o sindicato participa de organismos tais como a FSI do setor, a UNI, e, deste modo, das respectivas ramificações para as Américas chamadas de UNI-Américas e UNI-Américas Telecom.

O processo de ascensão a espaços internacionais a partir de 1998 foi significativo. Se, antes das privatizações, os cargos e as participações internacionais restringiam-se quase que exclusivamente à figura do presidente da organização, depois disso, lideranças do SINTETEL passaram a se inserir de modo mais proeminente nos espaços sindicais internacionais, como no cargo de coordenação regional para o setor de telecomunicações, postal e logística ocupado na escritório regional da UNI no Panamá[16]. De um lado, pode-se observar a ascensão internacional do presidente do sindicato, que passa a acumular posições internacionais a partir dos anos 2000, ocupando diversos cargos, entre eles os mandatos de vice-presidente para o setor de telecomunicações da UNI-Américas entre 2004 e 2008, e de presidente e vice-presidente do comitê regional executivo da UNI-Américas, respectivamente entre 2005 e 2007, e entre 2007 a 2012. Ainda, cabe notar que, atualmente, ele é membro titular executivo do comitê mundial da UNI, com mandato previsto para o intervalo entre 2010 e 2014. De outro lado, observa-se que a responsável pelo departamento de mulheres do SINTETEL passou a ocupar, no ano de 2006, o cargo de Diretora Regional para o Setor de Telecom, Postal e Logística, no escritório regional da UNI, situado no Panamá.

IV - CONSIDERACOES FINAIS

A globalização dos setores de telecomunicações e metalúrgico não significou a entrada sindical em uma arena de militância global de modo imediato, homogêneo e sincrônico. Pelo contrário, o processo desenvolveu-se tendo como base as transformações econômicas, mas ocorreu em diferentes ritmos e características. Se identificou a passagem entre uma etapa em que, nos anos 1980, os sindicatos *consumiam* relações internacionais para outra, nos anos 2000, em que os sindicatos passaram a ter um papel mais ativo, de *protagonismo*, em que passam a intervir em políticas estabelecidas por organizações sindicais internacionais, contribuir de modo significativo nas cotas de filiação bem como a apoiar sindicatos nacionais em problemas enfrentados em outros países. Entre

16 Cargo ocupado pela sindicalista do SINTETEL Cenise Monteiro.

as principais razões que explicam a diversidade na forma e na velocidade com que as organizações sindicais se internacionalizaram estão: a de origem econômica, que reside nas diferentes formas com que os dois setores estavam estruturados e a que tem origem nas configurações internas da organização sindical nos dois setores, as quais resultam no modo como estas entidades sindicais se relacionaram com sindicatos de outros países.

Para ambas as organizações estudadas, os anos 1990 significaram o momento de *transição* entre um período marcado por certa passividade com relação à arena sindical internacional, para outro, mais ativo. No entanto, por um lado, para as organizações metalúrgicas, esta década foi caracterizada como o início da consolidação de aproximações e alianças internacionais que se iniciaram nos anos 1980. Por outro, nas telecomunicações, sem uma forte tradição de intercâmbio sindical internacional na década anterior, é somente após as privatizações do final dos anos 1990 e a subsequente entrada de empresas transnacionais que o sindicato passa a se orientar ativamente para a esfera transnacional.

No mesmo sentido, observou-se que, para os metalúrgicos, entre os anos 1980 e 2000, a expansão das atividades sindicais nacionais para fora do Brasil ocorreu de modo paulatino, em que a internacionalização do SMABC, da CNM e da CUT estiveram relacionadas entre si, processo no qual se destaca o papel significativo da CNM no desenvolvimento de relações internacionais após a sua filiação à FITIM no início dos anos 1990. A organicidade da internacionalização das entidades cutistas, no entanto, não foi experimentada nas telecomunicações, na qual a internacionalização do SINTETEL se desenvolveu mais abruptamente, como reação à privatização das telecomunicações no país, e desvinculada da influência da FS. Os anos 2000 correspondem, então, à consolidação da militância internacional para as organizações estudadas em ambos os setores. Elas passam a ver suas lideranças ocupando cargos internacionais, a estabelecer redes sindicais e a participar nas tentativas de construção de acordos internacionais. Em ambos os setores, demonstra-se a concretização de mudanças naqueles referenciais sindicais que estavam voltados à esfera nacional.

V- BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry (1995). *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 9-23.

ANNER, Mark (2003). Industrial Structure, the State, and ideology: Shaping Labor Transnationalism in the Brazilian Auto Industry. In: Social Science History vol. 27, no. 4, 603-634.

CARDOSO, Adalberto (2003). M. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil.* São Paulo: Boitempo.

CASTRO, Maria S. Portela de. & WACHENDORFER, Achim (1998). *O sindicalismo do MERCOSUL trajetória e perspectivas na ampliação comercial hemisférica*.

CHESNAIS, François (1996). *A mundialização do Capital.* São Paulo, Xamã.

CONCEIÇÃO, Jefferson (2001). *As fábricas do ABC no olho do furacão:a indústria de autopeças e a reestruturação da cadeia automotive nos anos 1990.* Dissertação de mestrado IMES, São Caetano do Sul.

GALVÃO, Andréia (2007). *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro, Co-edição Revan, Fapesp.

GRAY, Chad W (2009). *Metalúrgicos sem fronteiras: building a global union at Gerdau.* Tese de doutorado, Cornell University, Agosto.

KEIDA, Mark S. (2006). *Globalizing Solidarity: explaining differences in U.S. Labor Union Transnationalism*. Dissertation, Miami University, Oxford, OH.

LEITE, Márcia Paula (1997). *O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil.* Campinas, Papirus.

TARROW, Sidney (2005). *The New Transnational Activism.* Cambridge University Press, New York.

UNCTAD, 2011. *World Investment Report 2011: Non-equity modes of international production and development.*

Os movimentos sociais em angola: do contexto global à autodefinição[1]

Victorino Roque[2]
mestrando em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais/UAN, Licenciado em Ensino da História pelo Instituto Superior de Ciências da Educação; Docente e Investigador social pelo Instituto Superior Politécnico Maravilha; Sócio efectivo da AILPcsh.
victorinoroque09@hotmail.com

Resumo: O período entre os finais do século XX aos nossos dias tem sido considerado por muitos cientistas socias como *a era das massas*. As razões para a referida rotulagem assentam-se sobre a onda generalizada das acções de massa que se vão registando pelo mundo. Angola, a semelhança de outros países do continente e não só, tem vindo a grafar nos anais da história várias acções reivindicativas que a conectam ao contexto global (porém, a ordem global em si denuncia o sistema de relação entre os movimentos de massa, da qual Angola não deixa de fazer parte). Entretanto, não obstante ao facto de os movimentos sociais assumirem uma certa relação na ordem global, os mesmos não podem ser tomados se não nos termos de sua autodefinição, dado ao facto de grande parte de suas causas encontrarem apenas argumentos em situações ligadas ao contexto sociopolítico do país.

Palavras-chave: autodefinição; culturocracia; movimentos sociais; ordem global

> "Diz-me que reuniões e manifestações se realizam no teu país dir-te-ei que democracia alcançaste [*Sic*] ".
>
> António Francisco de Sousa
> In Manuel Monteiro G. Valente (Coord.)
> [2009: 108].

Considerações iniciais

O presente artigo subordinado ao tema "Movimentos sociais em Angola: do contexto global à auto definição" longe de significar uma "crítica da razão indolente" a semelhança da epistemologia Boaventura santista (Santos 2002), o mesmo afigura-se apenas como mero contributo a razão indolente a fim de tornar o saber, no domínio dos movimentos sociais, mais actuante, estruturante e expressivo. O trabalho, a partir de uma autêntica e cautelosa *ecologia do saber*, apela a necessidade de um reconhecimento imediato do "saber endógeno"[3] a fim de tornar o saber mais próximo das realidades estudadas, quebrando qualquer tendência a monoculturalidade do saber. Nestes termos, a lógica aqui defendida realça que os movimentos sociais não podem ser estudados senão nos termos de sua autodefinição. Esta autodefinição, por sua vez, centra-se precisamente naquilo que rotulamos, neste trabalho, por *culturocracia* para significar poder que a cultura ou as culturas construídas exercem sobre os fenómenos políticos. A monoculturalidade do saber desperdiçaria, em nosso entender,

1 Artigo a apresentar no XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro da AILPcsh

2 Mestrando em Sociologia pela FCS/UAN; Docente e Investigador social pelo ISPM

3 Nos termos de que dois importantes nomes da academia angolana o aplicam, nomeadamente Victor Kajibanga (2008) e Luís Kandjimbo (sd), mas que remonta em Paulin Houtondji (*apud* Kandjimbo), significa 'um conhecimento vivido pela sociedade como parte integrante da sua herança, por oposição aos saberes exógenos que são ainda percebidos, pelo menos nesta fase, como elementos de um outro sistema de valores'.

valiosas experiências e orientaria o saber sob horizonte unidireccional a semelhança do *mito das cavernas*[4] de Platão, produzindo uma imagem pouco expressiva ou mesmo intangível quando aplicada sob contextos distintos.

No trabalho são explicitados os eixos comunicacionais entre os movimentos sociais, são comensurados no tempo, sobre uma régua ideológica que as conclui estarem num tempo linear, e é reforçada a singularidade dos movimentos sociais emergentes em Angola a partir de suas características peculiares. Portanto, a ideia de não ser uma crítica e sim um apelo ao reconhecimento pela razão indolente fundamenta-se pelo facto de o fenómeno ser ainda novo a realidade angolana a semelhança de seu estudo. O período entre 2011 e 2014 marca, acima de tudo, a idade de ouro dos movimentos sociais em Angola, contrário das veteranas democracias. Entretanto, diante de um fenómeno novo, os saberes construídos em volta do mesmo não podem, já, ser considerados *saberes subalternizados*, mas sim saberes que clamam pela não subalternização e por um reconhecimento imediato, com vista a não influenciar, negativamente, outros estudos em construção que hão-de girar em volta deste fenómeno.

1. Os movimentos sociais em Angola ante as contestações globais

O advento da modernidade abriu ala para uma intensa discussão profética sobre aquilo que viria a ser, de facto, a característica da modernidade. O discurso dicotómico entre "Sociedade do indivíduo" e "sociedade das massas" animou a intensidade desta discussão. Assim, para José Ortega y Gasset (2001: 24), Alain Touraine (1984) e Manuel Castells (2007a), este ultimo modelo de sociedade agiganta-se diante da sociedade do indivíduo. "Vivemos sob o brutal império das massas" (Gasset 2001). "No decurso da história moderna, a autoridade da igreja foi substituída pelo Estado, esta pela da consciência, e, na nossa era, esta foi substituída pela autoridade anónima do senso comum e da opinião pública, como instrumentos de conformidade" (Suordem 1995: 16). O triunfo da solidariedade orgânica sobre a solidariedade mecânica não fez do homem um ser auto-suficiente, pois, na contenda de o sujeito ver seus interesses lesados por um terceiro superior (governo, organizações ou pessoas singulares) a solução possível passa pela união de forças contestatórias através de sujeitos com identidade partilhada. Porém, é sob esta perspectiva que a modernidade se define, de um lado está o individuo ávido pela sua realização pessoal (fazendo-o ignorar o mundo que o circunda em inúmeras circunstancias), de outro lado está o indivíduo carente de uma mão socializadora na eventualidade de seus interesses virem-se atropelados pelos administradores dos destinos organizacionais (a multiplicação de sujeitos activos ajuda na intimidação do adversário e garante aos sujeitos representados maior segurança).

No império das massas a grande marca é o esvaziamento da crença sobre o Estado democrático de direito. Segundo Gasset (2001), a transição do absolutismo ao Estado liberal-democrático trouxe consigo enormes expectativas às populações. Estas expectativas viram-se quebradas com a demorada resposta do sistema face a avidez das massas. Porém, os ideais liberais e os discursos democráticos de igualização e de garante do bem-estar social passaram a ser percebidos pelas massas como mera falácia dos sistemas que nada mais assegurava senão, mesmo, os interesses da elite dominante. Esse panorama resultaria naquilo que o autor intitula por "Rebelião das massas" (Gasset 2001).

> Quando a lealdade desaparece, o sentido do dever desaparece com ela. Ao descurar os seus deveres, muita gente presume que os outros fazem o mesmo. O resultado é a multiplicação generalizada de reivindicações (…) as pessoas optam por repudia-los, na esperança de que um novo tipo de pertença, diferente e mais aceitável, se erga das cinzas da negação (Scruton 2006: 70).

---

4 O mito das cavernas é uma alegoria formulada por Platão para elucidar a situação de indivíduos que lhes é vedado o convívio com outros seres humanos e que a única coisa que estes podem observar é a sombra de indivíduos que caminham por detrás de um fogo. Para Platão a imagem de mundo destes indivíduos estaria reduzido apenas a este pequeno cenário, porém, todo aquele que contradissesse o pensar destes indivíduos seria tomado como estranho e anormal.

Todavia, as sociedades hodiernas parecem terem interpretado correctamente o viés da modernidade. É visível em quase todos os cantos do globo a emergência de movimentos sociais, com diferentes e convergentes ideologias. Se no período pós segunda guerra mundial, até pelo menos a queda do muro de Berlim, os serviços noticiais diários informavam inescusavelmente as marcas da *guerra fria*, entre as duas superpotências (EUA vs URSS) sob territórios neutros (Friedemann 2009; Castells 2007b), hoje o enfoque gira em volta dos *movimentos sociais*. Curiosamente, desde o período em que demos início a presente investigação, registaram-se acções de massa, estrepitosas, em todos os continentes e em incontáveis Estados. A primeira acção de massas que convergiu com o advento da presente investigação teve seu início em África, é a rotulada *primavera* árabe, com início no norte de África, este movimento social estendeu-se pelo mundo árabe, destituiu vários chefes de Estado e o seu fim parece nebuloso (Estanque 2012; Castells 2013; Mukuta & Fortuna 2013). Seguiram-se outros movimentos sociais noutros pontos do globo como a de Junho de 2013 no Brasil (América), nas vésperas da taça das confederações; 2014 na Ucrânia (Europa), que desembocou num caos político sem precedente; Na Austrália (Oceânia) micro e macro movimentos ergueram-se com vista a reivindicar a preservação do mundo verde reclamando políticas voltadas ao garante do desenvolvimento sustentável e a reivindicação do exército de desempregados; em Setembro de 2014 a busca pela Democracia efectiva e justiça social mobilizou um número considerável de sujeitos no Estado de Hong Kong (Ásia). Porém, como se pode observar entre os factos apontados, no que concerne as acções de massa tem-se a representação de todos os continentes ou seja, os exemplos mostram que em todos os continentes são visíveis a emergência dos movimentos sociais.

Entretanto, Angola, como parte desta arena global, não deixa de estar por dentro da ordem global de contestação, seu sistema político ratificado pelo artigo 2º da Constituição privilegia o exercício do poder pelo povo (democracia). Não obstante a abertura do próprio sistema político em si, a Constituição da República emana no seu artigo 47º o direito de reunião e manifestações (Assembleia Constituinte 2010). Porém, estão abertos, do ponto de vista legal, todos os caminhos para o exercício da cidadania. No âmbito destas aberturas uma vaga de cidadãos angolanos, dotados de algum grau de esclarecimento e de insatisfação desgastante tem vindo de forma embrionária levado às ruas suas ideologias, clamando por uma vida político-social digna e por uma gestão de Estado legalista, conforme as indicações dos diplomas legais ratificados. Os estímulos, para efeito derivam, normalmente, de experiências transfronteiriças (os movimentos sociais de outros pontos do globo, noticiados por canais televisivos ou pelos novos *media* de consumo interno) bem como de activismos transnacionais que vitalizam o embrião de um conflito latente existente no seio dos angolanos dando origem a uma acção contestatória significativa.

Segundo Ficher (*apud* Thomas Friedman 2009), "um bom exemplo vale mil teorias". Friedman reforça a premissa de Ficher afirmando que "as pessoas não mudam somente quando precisam: também mudam quando vêem que outros – como elas – mudaram e prosperam (sic)". Porém, os movimentos sociais em Angola surgem numa primeira etapa como consequência de um diálogo global apelativo. As crescentes contestações globais, a força expressiva dos resultados da primavera árabe e os diálogos lusófonos embrionários, tomando as palavras de Friedman (op. Cit) serviram de "um bom exemplo" para uma vaga de jovens que sonham com a possibilidade de uma nova configuração do cenário político angolano. Uma rede de indignação e esperança instaurou-se no país, grupos de pressão, partidos políticos, pessoas singulares, passaram a envolver-se nesse projecto, de diferentes formas, alguns apoiando outros contrapondo as iniciativas contestatórias.

2. Diálogos lusófonos embrionários

Os movimentos sociais partilham um símbolo de intercomunicação de todas as escalas, símbolo, este, que pode ser analisado de nível macro, meso e micro. Em cada nível é possível identificar um certo diálogo resultante do grau de influência entre realidades conversantes. Assim, o diálogo referido no ponto anterior pode ser alocado no nível *macro* (diálogo global); O nível *meso* representa a estrutura intermédia de diálogo, que pode ter como coeficientes (indicadores) o grau de pertença regional ou comunitária, isto é, países do mesmo continente, mesma comunidade linguística, semelhanças culturais e/ou pertença em organizações regionais semelhantes; finalmente, o nível micro representa o diálogo interno, isto é, as influências interestaduais no caso dos Estados federais e interprovinciais nos casos de Estados unitários. O diálogo lusófono pode ser avaliado a partir do nível

meso, censurando a intercomunicação entre os movimentos sociais dos países de língua oficial portuguesa, suas identidades e influências.

Os movimentos sociais no mundo lusófono têm sido um facto. Portugal, Brasil, Moçambique e Angola (sem desprimor a outros países da comunidade) há um tempo para cá, têm dado mostra da necessidade de articulação de uma acção contestatória a fim de salvaguardar os interesses pessoais com reflexos no grupo. Portugal e Brasil de forma destemida e atendendo suas realidades político-administrativas têm encontrado nas formas não convencionais de participação política o mais adequado ambiente para fazer fluir suas ideologias. Porém, para efeito, mecanismos de mobilização vêm sendo articulados a fim de garantir uma participação expressiva. Angola, a semelhança destes países do mundo lusófono, não tem estado a parte desta dinâmica, cientes de seus direitos e necessidades, uma vaga de angolanos tem manifestado através dos movimentos sociais necessidade de uma justiça social efectiva de modo a contribuir para a resolução de alguns problemas, que se julga, fundamentais.

Para os actores, por nós, entrevistados, o diálogo lusófono é embrionário pelo facto de seu impacto não ser muito sentido entre os movimentos sociais endógenos, isto é, as contestações nos demais países de expressão portuguesa não exerceram forte influência nos movimentos sociais em Angola, muito pouco se fez constar no vocabulário das massas, tanto na fase latente, quanto na fase visível. Todavia, a pouca expressão não implica expressão nula, ainda entre os entrevistados, sublinha-se que os movimentos sociais de Junho de 2013, no Brasil, terão servido como uma mola propulsora para a manifestação de Novembro do mesmo ano em Angola (com evidência nas cidades de Luanda e Benguela). No âmbito das relações partido/movimentos sociais importa salientar que nos dias de hoje onde os movimentos sociais ganham cada vez mais expressão, torna-se necessário refinar incessantemente os laços entre as massas e os partidos, no caso de emergirem movimentos antagónicos, todo apoio é necessário a fim de conquistar a confiança das massas. Ainda no que sucede aos partidos na oposição sua relação com os movimentos sociais pode apresentar-se tanto do ponto de vista ideológico como prático. Deste modo, do ponto de vista ideológico as criticas apresentadas pelos partidos na oposição às formas de governação podem constituir ideologia de partida das massas e do ponto de vista prático pode assistir-se a um movimento de massas protagonizados essencialmente por militantes de partidos na oposição no sentido de exercer pressão sobre o poder político. Em Angola a relação movimentos sociais e partidos políticos não difere do já exposto, temos inicialmente uma massa necessitando de ideologias para fazer desencadear suas reivindicações, uma oposição atenta aos deslises do partido no poder e um governo ciente da necessidade do alargamento da confiança das massas para a sua eternização no poder. Entretanto, a extensão das relações movimentos sociais em Angola é vista sobre estes prismas. Afigura-se de capital importância realçar que mais do que evidente a relação movimentos sociais e partidos deve ser estritamente estratégica sob pena de se ver confundido com uma atitude subversiva ou tentativa de subversão (que é uma acção democraticamente condenável). Não obstante ao facto de os partidos políticos terem assumido protagonismo, na acção de contestação massificadora de Novembro de 2013[5], pode-se afirmar que o êxito dos movimentos sociais no Brasil animou a esperança dos actores envolvidos no referido projecto reivindicador.

---

5 Neste domínio importa destacar que o envolvimento dos partidos políticos nos movimentos sociais em Angola é bastante questionado pelos nossos entrevistados. José Patrocínio (Coordenador da ONG Omunga) refere que a participação dos partidos políticos retira o carácter informal que distingue os movimentos sociais, dá lugar a interpretações pouco abonatórias. A espontaneidade e a ausência de uma estrutura parcial tornariam o teor dos movimentos sociais mais significativo. Para efeito, é necessário que os movimentos sociais sejam, acima de tudo, imparciais e com características artístico-culturais. Todavia, a participação dos partidos políticos não estaria, de todo, descartada, mas estaria, a partida, legitimada na eventualidade de as evidências apontarem para uma clara violação dos direitos do cidadão pelo grupo que representa o *adversário*. Em concordância com o posicionamento de Patrocínio, Pedro Vintém e Cravid Santos (ambos juristas) defendem que os militantes dos partidos políticos, enquanto cidadãos, não estão proibidos de participar nos movimentos sociais, desde que o façam nos termos da lei, porém, o que se tem registado, de facto, é uma espécie de aproveitamento político por parte dos partidos políticos afins, para oposição a participação nesses movimentos de massa dá-los protagonismo e os torna visíveis perante as massas representadas e não só, ao passo que para o partido no poder é mais uma oportunidade para a demonstração de forças e de sua popularidade, principalmente na senda das contramanifestações.

3. A autodefinição nos movimentos sociais em Angola

De acordo com os estudos por nós realizado, sobre os conceitos de "cultura política", "cultura democrática" e "cultura de insegurança" reside a autodefinição dos movimentos sociais em Angola. É notória a influência dessas variáveis na conduta dos cidadãos. Ao exercício desta influência designamos, neste trabalho, por *culturocracia*[6]. A participação política em Angola é um fenómeno que deve ser encarado de forma especial pelas suas características singulares. A mesma processa-se de forma tímida em função de factores histórico-culturais.

A presente reflexão parte do princípio de que o estudo sobre os movimentos sociais deve obedecer os fundamentos da teoria do processo político, isto é, uma multiplicidade de factores políticos devem ser tidos em conta de modo a não se incorrer sobre uma análise reducionista. Porém, a cultura política é dos tais factores essenciais que, de seu jeito, explica o comportamento político dos cidadãos. De acordo com José Álvaro Moisés (2008: 16) a cultura política refere-se a "uma variedade de atitudes, crenças e valores políticos – como orgulho nacional, respeito pela lei, participação e interesse por política, tolerância, confiança interpessoal e institucional – que afecta o envolvimento das pessoas com a vida pública". Nestes termos, a política de Estado quando moldada de tal modo que os cidadãos venerem ou temam o líder e/ou o partido, é provável que os cidadãos deste Estado participem de forma tímida ou mesmo deixam de participar sobre qualquer assunto ligado a vida política. Todavia, para que haja uma participação política considerável é necessário que as crenças e os valores políticos estejam orientados para efeito.

Em Angola desde os reinos pré-coloniais que a participação política constitui obra dos escolhidos, portanto, a atribuição de competências no tratamento das questões políticas sempre foi um facto. Neste processo de delegação de *competências estatutárias*[7], somente à aristocracia competia tratar dos assuntos políticos (o povo em geral e as mulheres em particular, sempre estiveram excluídos dessa missão), como se pode observar nas palavras do Pe. Altuna [2006: 98] "é o mais velho, com os outros velhos conselheiros, quem delibera para o bem do grupo". A transição das organizações políticas pré-coloniais à colonial não trouxe fortes alterações ao cenário político angolano, a participação política continuou a ser obra de uma minoria, desta feita, ligada à administração colonial. Nem mesmo a proclamação da independência, a 11 de Novembro de 1975, traria abertura ao cenário político, o sistema político escolhido continuava fechado ao ponto de vedar a participação política ao povo em geral. Como refere Guedes [2005],

> apesar da independência, guerra civil, e da instauração de uma segunda República, as modalidades de intervenção do actual 'Estado' na 'sociedade' mudaram pouco, pelo menos nos domínios que levam à eventual coagulação de formas organizacionais eficazes de uma 'sociedade civil' activa e participante.

Porém, este panorama vem acima de tudo justificar as razões da tímida participação política dos angolanos nos nossos dias. A *cultura política* desde os primórdios que assim está configurada, a abertura do sistema político (a implementação da Democracia) não revirou de imediato o cenário político, com isto, diga-se que a cultura política em função dos factores históricos revelados nas linhas anteriores vai aos poucos observando o seu sentido de reconfiguração, claramente, aliado ao facto de o mundo ser hoje uma aldeia global em que são de facto visíveis as influências socioculturais entre os povos.

Segundo José Álvaro Moisés (2008: 12), o resultado do processo de democratização das últimas décadas mostrou que os novos regimes são bastante diferentes entre si e que não existe uma única via para a institucionalização da democracia. Por certo, a análise da democratização tem de levar isso em consideração. Como avançado nos parágrafos anteriores, Angola é um dos países que durante o seu percurso histórico experimentou vários

---

6 Tomada na sua tradução original, isto é, sua etimologia, para significar o poder da cultura nas formas de manifestações políticas.

7 Terminologia adoptada pelo sociólogo e antropólogo francês, Pierre Bourdieu, na obra *A distinção: crítica social do julgamento*, para designar o estatuto atribuído à terceiros para o tratamento de determinadas questões fora do ângulo de domínio dos indivíduos que atribuem.

modelos de Estado, desde o absolutismo ao Estado liberal-democrático. Com a derrocada do muro de Berlim e a dissociação do bloco socialista, muitos países assumiram a democracia como sistema político alternativo. Porém, o processo de democratização do país não teve o mesmo efeito nos diferentes Estados, o que implica não haver métodos universais para a explicação dos fenómenos políticos.

Em Maio de 1991 Angola dava, assim, um passo significativo ao processo político, após o histórico acordo de Bicesse, a flexibilização do sistema político foi um facto através da queda do sistema marxista-leninista, assumido pelo governo no poder após a proclamação da independência (Carvalho 2002; Hodges 2003; Guedes 2005; Lazaro 2011; Neto 2012), e a assunção da "democracia" como sistema político que nortearia o destino dos angolanos. A cultura democrática, outrora, inimaginável entre os angolanos passou a ser a maior esperança, principalmente porque já estavam criadas condições legais para que a mesma fosse um facto. Mas, "nenhum sistema político pode de maneira convincente invocar características democráticas se não se implantar sobre a base sólida de uma rede de ligações mínimas de boa-fé e confiança recíprocas entre o Estado e a sociedade civil" [Guedes 2005]. "Um Estado de direito deve ser para todos ou não será um Estado de direito, mas sim apenas arremedo que pretende sustentar o que apenas pode ser tolerado por queles que não são vitimados pelas diversas formas de violência que resultam da violação de direitos fundamentais" [Cunha & Borges 2010: 216]. Para Fátima Roque [2005: 44-45], a fraqueza da cultura democrática e da sociedade civil contribuem, de forma decisiva para as dificuldades que se verificam na democratização e simultâneo desenvolvimento do continente africano.

A participação política, vista nos termos da lei (constitucional) deixa de ser obra de minorias e passa a ser condição *sine qua non* para a efectivação da própria democracia. O primeiro grande ensaio, democrático, já na 2ª República, foram as eleições de 1992 (Neto 2012) que permitiram a que uma vasta gama de angolanos participasse no processo político exercendo seu direito de voto pela primeira vez (Guedes 2005). O fracasso do referido processo eleitoral intensificou a guerra civil que se arrastava desde 1975 e que encontra sua trégua com a cimeira de Bicesse. O conflito civil retirou o sentido de tolerância necessário aos contextos democráticos, instalou o ódio e a resignação, o ambiente não era propício para a efectivação da cultura democrática. "A democracia não se afirma da noite para o dia, é preciso tempo, investimento, trabalho, dedicação" (França 2010: 40). Todavia, segundo Aléxis de Tocqueville (2001), para que a democracia seja efectiva é necessário tempo e uma educação orientada para efeito. Nos termos do autor, a Europa atrasou-se na corrida para a efectivação da cultura democrática, comparativamente aos Estados Unidos da América, pelo facto de os regimes anteriores exercerem, na altura, influência muito grande sobre o processo político. Porém, se para Angola já é um dado assente de que o modelo de Estado anterior exerceria influência, que atrasaria a efectivação da cultura democrática, a *cultura de insegurança* introduzida pela guerra civil atrasaria muito mais o processo de democratização.

Entretanto, é frequente ver-se reduzida a democracia ao simples acto eleitoral,

> A vigência de eleições não impediu, nalguns casos, que, mesmo evoluindo no sentido da ampliação dos direitos civis e políticos, democracias eleitorais não atendessem necessariamente a todos os critérios segundo os quais um sistema político autoritário se transforma em democrático… Instituições como o parlamento, o judiciário ou a polícia podem funcionar de forma deficitária ou incompatível com a doutrina da separação de poderes, mesmo convivendo com um regime de regras eleitorais [sic] (Moisés 2008: 13-14).

Portanto, ainda de acordo com este autor,

> O estabelecimento de um regime democrático implicaria basicamente as seguintes condições: 1) direito dos cidadãos escolherem governos por meio de eleições com a participação de todos os membros adultos da comunidade política; 2) eleições regulares, livres, competitivas e abertas; 3) liberdade de expressão, reunião e organização, em especial, de partidos políticos para competir pelo poder; e 4) acesso a fontes alternativas de informação sobre a acção de governos e a política em geral. Essa definição tem a vantagem de deixar claro que qualquer sistema político que não

> se baseie em processos competitivos de escolha de autoridades, capazes de torná-las dependentes do voto da massa de cidadãos – isto é, do mecanismo por excelência de *accountability* vertical –, não pode ser definido como uma democracia (Ibidem: 13-14).

Raúl Tati (1999), numa disposição não linear, mas aproximada, reforça a existência de seis princípios fundamentais de uma democracia sólida: "pluralismo, participação, representação, alternância, separação de poderes e eleições".

Em suma, todo este panorama procura evidenciar que o acto eleitoral não explica de forma unilateral a qualidade da democracia, muito menos explica a existência de uma cultura democrática sólida, existem outros factores que de forma conjuntural realçam a existência de uma cultura democrática. Desta feita, assim como o acto eleitoral, as participações não convencionais, como são os movimentos sociais, constituem condição *sine qua non* das democracias contemporâneas, neles o povo tem a oportunidade de sair da simples representação e agir directamente levando ao público suas preocupações e aguardando por uma resposta positiva dos adversários.

No que concerne ao caso angolano, a democratização não estimulou de imediato a participação política pelo facto de uma corrente negativa (*cultura de insegurança*) resultante do conflito civil exercer influência sobre a conduta dos cidadãos, inibindo o exercício da cidadania.

Por *cultura de insegurança* entenda-se o medo introduzido pelo conflito civil angolano e que se fez norma entre os angolanos, fazendo-os ver tudo que é político como uma faca em que num dos lados estaria o gume e todo cuidado no manuseio do mesmo fosse necessário[8]. A insegurança passou a ser tomada não como uma mera covardia política, mas como uma arma para a salvaguarda da integridade física (Cruz 2008). A insegurança introduzia isenção a tudo que era político: filiações partidárias, diálogo sobre o político, menção de nomes ligados a política (positiva ou negativamente), uso de marchandaises (chapéus, panos, camisolas, rádios, esferográficas e outros) e assistência a comícios partidários. Era gritante a desconfiança entre os angolanos, a solidariedade mecânica que sempre caracterizou as sociedades africanas se foi esvaziando no período referente aos conflitos, tudo porque os bairros passaram a experimentar um novo estilo de convivência, indivíduos de diferentes origens passaram a partilhar os mesmos bairros, e essa origem do recém-chegado era produto de uma enorme censura e agudizava o clima de insegurança que se fazia *práxis* entre os angolanos. O conceito de *lado* no vocabulário angolano, no contexto da guerra civil, passou a tomar um significado diferente do habitual, *lado* passou a substituir a palavra partido Y ou Z (entre os diálogos temidos era frequente ouvir-se frases como "esse deve ser do outro lado!" para significar que esse deve ser do partido Y ou Z). Portanto, o maior perigo era não necessariamente pertencer a um partido político, mas sim dar a entender que o indivíduo não era do partido que avalia (vigorava a máxima "se não é por nós é contra nós"), todo cuidado era necessário no manuseio do discurso e na afirmação política (mas é importante salientar que o ambiente que descrevemos é normal a qualquer Estado que se encontre em situações conflituosas, principalmente com as características

---

8 Talvez seja pertinente destacar que a cultura de insegurança longe de ser compreendida apenas como um fenómeno partilhado pelas massas, não deixa de ser um fenómeno comum entre as elites (africanas) no poder. É cada vez mais comum encontrar-se em África, governos com elevados índices de insegurança pelo facto de o continente, no seu percurso histórico, ter-se deparado com inúmeros factores precipitantes. O continente africano é desde o período das independências uma região marcada por comportamentos anti governos. Subversões, golpes de Estado e/ou rebeliões são, geralmente, as terminologias mais usadas do vocabulário político para descrever o cenário político africano. Entre as regiões férteis nestes acontecimentos destacam-se a África Ocidental e a região dos grandes lagos, estão localizados nestas regiões Estados de histórias intermináveis no que diz respeito a eclosão dos conflitos. São várias as razões apontadas para o evoluir destes acontecimentos desde a afirmação de governos ditatoriais (algumas vezes democraticamente eleitos mais convertidos em ditadores no exercício de seus mandatos), o baixo nível socioeconómico das populações e o enriquecimento ilícito da elite no poder, factores étnicos e religiosos (motivados pelas decisões saídas da conferência de Berlim, tendo unido povos de diferentes grupos étnicos e separado povos pertencentes ao mesmo grupo) e por último a forte ingerência política dos Estados hegemónicos nos assuntos políticos internos a estes Estados (Roque 2012). Entretanto, o conjunto destes factores acentua a insegurança das elites no poder, porque em seu entender qualquer acto de massas pode dar vazão a que um daqueles vícios políticos supra citados tenha espaço.

do conflito angolano, em que o dualismo, Norte *vs* Sul ou mesmo *Mbundu vs Ovimbundu*, era, quase, a sua principal marca [Carvalho 2002; Hodges 2003; Cruz 2008]).

Porém como se pode observar, a *culturocracia* é de facto um elemento que não se pode afastar de qualquer descrição que se pode fazer de qualquer fenómeno político contemporâneo como é o caso dos movimentos sociais em Angola. A autodefinição desses movimentos reside particularmente sobre as culturas estabelecidas em Angola ao longo dos tempos. Hoje, independentemente de a acção massificadora ser legitimada desde a lei constitucional, aprovada pela lei n.º 23/92, de 16 de Setembro, mais precisamente no número 1 do artigo 32º (Assembleia do povo 2009) e legitimada na recente Constituição no seu 47º artigo (Assembleia Constituinte 2010), são visíveis os receios na adesão aos movimentos sociais, principalmente aqueles que se apresentam com carácter antagónico as ideologias do partido no poder. Parafraseando Pepetela [*apud* França 2010: 40], 'as massas… pobres massas, sempre amassadas. Massas de tomate! Manipuladas por todos. Como sempre na história' [sic]. Tomamos a presente frase para destacar que do subjectivismo do poeta reside o destino das massas. Não é menos verdade que em quase todos movimentos sociais grafados na História a reacção dos adversários tenha sido sempre um facto. A fraca participação nestes movimentos encontram respaldo na falta de hábito no envolvimento em assuntos de carácter político e no não reconhecimento, se não mesmo desconhecimento, do sistema democrático que faz o novo modelo de Estado[9]. Com isto, a geração da era dos conflitos associa a cultura de insegurança como factor inibidor. Mesmo após anos do término dos conflitos, a insegurança continua a ser um facto, a imagem da guerra instalada no subconsciente desta geração, tende a atingir a exterioridade quando são criadas, na sociedade, tumultos de possíveis tendências reivindicativas, longe de se entender a permissibilidade da lei, a experiência amarga dessa vaga de angolanos soa mais alto ao ponto, mesmo, de influenciar a nova geração, enfraquecendo assim os movimentos de massa contra ideológicos, como afirma Lívia França [2010: 40], "os velhos fantasmas da lógica da guerra são muito resistentes. Tais vestígios não sairão da cena de forma garantida; são precisos esforços diários e consistentes para afastá-los". Obviamente que o envolvimento dos partidos políticos na oposição nesses movimentos torna expressiva essa imagem, tudo porque, para muitos, é assim que o conflito armado teve lugar, foram os mesmos actores que deram início àquele que viria a ser o pior momento dos angolanos no pós-independência (que é a guerra civil). É neste domínio que José Patrocínio (em entrevista a este trabalho) refere ser todo necessário que os movimentos sociais em Angola sejam, fundamentalmente de carácter cultural e artístico, e não de carácter partidário, sob pena de a mesma se ver acarretar de significados incaracterísticos, perdendo seu real significado e sua razão de ser. Entretanto, os estragos provocados pela guerra levaram a que uma vaga, considerável, de angolanos visse a "paz" como um tesouro a ser escondido aos malfeitores e ser altamente protegido pelos indivíduos de consciência sã. A tão desejada "paz" foi conquistada a 4 de Abril de 2002 após uma cerimónia que envolveu as

---

9 O desconhecimento do actual modelo de Estado e das suas normas, como referem Paulo de Carvalho (apud Silva 2010), Reginaldo Silva (2010) e Divaldo Martins (2010) não é um problema que somente diz respeito aos cidadãos, os oficiais da ordem são outros actores que, inesperadamente, se vêem afectados por este dilema. E como consequência desta ausência de conhecimentos muitos agentes vão agindo a margem do legalmente estatuído comprometendo a imagem da polícia e consequentemente do governo. Tal como refere Reginaldo Silva (2010: 73) "a imagem negativa é, obviamente, consequência do exercício menos adequado da função policial por parte da instituição e dos seus quadros e agentes ao longo de várias décadas em condições particularmente violentas". Paulo de Carvalho (*apud* Silva 2010: 85) em jeito de recomendação afirmou que 'alguma coisa tem de mudar. Não falo necessariamente em mudança de pessoas, mas a mentalidade dos oficiais deve mudar' (*sic*). Na sequência das recomendações, Divaldo Martins (2010: 69) sublinha que "mais do que alterar estruturas, leis, ou normas, requer uma mudança de cultura, requer recursos humanos e materiais, implica uma aposta na formação das pessoas, requer uma nova cultura de valores, que exige um renovado sistema de formação, como factor fundamental do processo de mudança que se pretende desenvolver na instituição, que deve ser encarada como um todo". Entretanto, "a obrigação da polícia e de cada agente não é apenas garantir a segurança pública mas respeitar e promover o Estado de direito e os direitos humanos" obviamente, para tal é necessário que os mesmos conheçam tais direitos. Jorge Bengue (2010) advoga que os excessos na acção da polícia teriam sido evitados se de facto os normativos fossem de domínio dos agentes, por exemplo o regulamento interno da polícia postula o princípio da actuação preventiva que de alguma forma quando bem interpretado dispensaria todo dispositivo repressivo que se tem mobilizado para contenção das manifestações.

duas forças anteriormente conflituantes. Desde então, a luta entre os angolanos deixou de ter um outro sentido, passou a residir sobre a "preservação" da referida "paz". Inimigo do povo passou a ser todo o indivíduo ou grupo de indivíduos que atentassem sobre o bem mais precioso entre os angolanos. Consequentemente, a defesa da "paz" uniu angolanos, inclusive as partes anteriormente desavindas, trouxe a chamada "identidade legitimadora" nos movimentos sociais em Angola.

4. O *frame* "preservação da paz" como construtor da identidade legitimadora

No processo de formação dos movimentos sociais estão presentes vários factores que se resumem no conceito de "*frame*"[10], como refere a teoria com o mesmo nome. Os fundadores desta teoria identificaram três estágios ou dimensões do *frame*: diagnóstico, prognóstico e motivação (Carlos 2011: 161). O *frame* diagnóstico representa a fase em que os sujeitos identificam os problemas sociais e seus possíveis causadores e reconhece seus aliados. Esta etapa é fundamental ao processo porque é nela onde são desenhados os mapas de um activismo forte, a construção deficiente de significados e a sua fraca representação simbólica implicaria o fracasso do movimento; Quanto ao *frame prognóstico*, esta etapa representa a visão de futuro do movimento, nela os sujeitos identificam os meios e as estratégias a adoptar para o êxito da iniciativa, aqui prescinde-se das diferentes visões dos sujeitos de modo a tornar mais expressiva a acção de massas; Finalmente, o *frame* motivação consiste na produção de incentivos necessários para a acção, como a apresentação de vocabulários apropriados de urgência, apresentação de factos contra os adversários e a criação de condições logísticas para efeito.

Na sequência do conceito de frame, "a preservação da paz" representa em Angola, em nosso entender e no entender dos entrevistados a esse trabalho, um *frame* construtor de identidade legitimadora. Tal *frame* processa-se da seguinte forma: o diagnóstico regista o clima de guerra que assolou o país e que deixou recordações amargas entre as famílias angolanas, regista também os causadores do referido conflito, bem como a insegurança que representa qualquer acto precipitante. O prognóstico assenta-se sobre a visão de futuro do país, a necessidade de preservação do clima de estabilidade e o estudo dos meios necessários para o desenvolvimento de uma campanha sensibilizadora. A motivação consiste no resultado da campanha sensibilizadora, nos discursos e apoio do partido no poder, no reforço da ideologia pelos órgãos de comunicação social e organizações da sociedade civil e nos meios logísticos disponibilizados pelo governo para a condução da acção massificadora (maratonas, com músicos e outras figuras convidadas, distribuição de camisolas, chapéus e outras *marchandaises*).

O *frame* "preservação da paz" gera aquilo que Castells rotula por "identidade legitimadora"[11] (2007) pelos factos que descreveremos adiante. No que concerne ao cenário político angolano, a defesa da paz e da reconciliação nacional representam principais propósitos do povo angolano, dada a questão, tem sido estratégia do partido no poder a articulação de um discurso pacifista, não só com vista a manter a convivência pacífica entre os angolanos, mas também com o objectivo de salvaguardar os interesses e/ou projectos do grupo dominante que somente teriam espaço com a garantia de um Estado com estabilidade política assegurada. Porém, a guerra pouco tem a legar, na visão do partido no poder (também do povo) se não mesmo destruição, mortes, pobreza e outros problemas sociais. Neste âmbito, a iniciava do partido no poder leva a que uma vaga considerável de angolanos apoie e legitime a acção do referido partido e encontre aliados para esta campanha. O apoio logístico, geralmente concedido pelo partido, revitaliza, ainda mais, a campanha, conquanto que muitos actores integram as marchas como uma questão de mera diversão e/ou, acima de tudo, com finalidade de adquirir as *marchandaises* da campanha.

---

10 O conceito de *frame* de acção colectiva foi originalmente formulado por Snow *et al.* (1986) a partir da teoria de Goffman e tem sido definido como um esquema de interpretação de uma dada realidade que habilita indivíduos a "localizar, perceber, identificar e rotular os acontecimentos em seu próprio espaço de vida e no mundo em geral". De acordo com essa perspectiva, os militantes dos movimentos são agentes activamente envolvidos na produção e manutenção de significados e símbolos que dão suporte à mobilização dos membros e os legitima perante seus protagonistas, adversários e o público em geral. Os activistas do movimento orientam-se por um conjunto de crenças e significados que dá sentido aos eventos que lhes ocorrem e inspira e legitima suas actividades e práticas de mobilização [Carlos 2011: 166].

11 Introduzida pelas instituições dominantes, com fim de salvaguardar suas ideias dominadoras.

Entretanto, face a necessidade do povo, estrategicamente, intensificam-se as campanhas sensibilizadoras por parte do partido no poder através dos trabalhos desenvolvidos pelos seus militantes nos gabinetes de apoio e nas instituições públicas em que os chefes das mesmas estão, geralmente, vinculados ao partido, facilitando assim a difusão de qualquer campanha de apoio promovido pelo partido no poder (Mukuta & Fortuna 2013). Esta campanha produz, em inúmeros casos, os chamados movimentos sociais, não de caracter antagónico, mas de apoio a causa nacional (transformada em causa do partido) e desenvolvem-se em jeito de *contramanifestações*[12]. É bem verdade que Alain Touraine questiona estes tipos de movimentos sociais, desprestigiando-os, pelo facto de os mesmos não contribuírem, em sua opinião, para a transformação social do mundo e sim na manutenção do *status quo* (1984), mas, como refere Castells, não é de todo perspicaz que tomemos os movimentos de forma unidimensional, eles devem ser avaliados e descritos com base sua autodefinição e não nestes termos "como se, para vir ao mundo, tivessem necessariamente de transportar essas contradições, da mesma forma que levam as suas armas e bandeiras" (2007: 87). Em nosso entender, aliás em concordância com Castells, os mesmos não deixam de encontrar respaldo nas ideias de Alain Touraine se partirmos do pressuposto de que os mesmos congregam elementos que o autor diz caracterizarem os movimentos sociais que são *identidade, adversário e objectivo*. A identidade passa a residir sobre os sujeitos que partilham a mesma visão de futuro, o necessário para Angola; o objectivo passa a ser a necessidade de "preservação da paz"; e quanto ao adversário, constituem todos aqueles que atentem contra este bem precioso "paz" ou que não comunguem dos ideais do grupo. Porém, nestes termos nascem os movimentos sociais formados através de uma identidade legitimadora, com objectivo de contrapor as iniciativas dos movimentos sociais de caracter antagónico formados de uma "identidade de projecto".

Neste confronto de identidades, olhando particularmente para as representações numéricas dos movimentos sociais em Angola, é visível o triunfo da identidade legitimadora sobre a identidade de projecto. A *culturocracia*, como descrita nos parágrafos anteriores é um factor que joga um importante papel neste domínio. Os movimentos sociais de identidade legitimadora são, geralmente, mais expressivos do ponto de vista numérico, surgem, em grande parte, como contramanifestação, isto é, com objectivo de desprestigiar os movimentos sociais contra ideológicos (que se apresentam contra a acção do governo), são apoiados pelo governo e seus parceiros, tanto do ponto de vista material (meios logísticos), como imaterial (ideias), são resultados da acção reflexiva (não existem independentes de factores precipitantes), suas ideologias assumem a preservação da paz e da reconciliação nacional como prioridades. A manutenção da actual liderança é outro aspecto defendido por estes movimentos sociais. Independentemente da visível participação do Estado, os movimentos sociais não deixam de assumir características informais, muito menos passam a assumir estruturas fixas e organizadas, continuam a encaixar-se na definição de movimentos sociais apresentada pela teoria da rede dos movimentos sociais (RMS)[13].

Na análise e abordagem informais sobre os movimentos sociais em Angola por parte de diversas individualidades (desde políticos, académicos e o povo em geral) a questão ética tem sido um facto avaliado. São frequentes as

---

12 As contramanifestações são geralmente manifestações promovidas pelo partido no poder com objectivo de contrapor os desígnios dos actores das manifestações de carácter antagónico anunciadas previamente. Para se desencadear uma contramanifestação basta que sejam marcadas e anunciadas as datas para a realização de manifestações de carácter antagónico e que haja fortes indícios de sua generalização. Ela por ser um outro fenómeno de massa exige também a difusão massiva de informações que visem galvanizar toda moldura humana possível para se assegurar do êxito desta (construindo identidades legitimadoras) e do fracasso das manifestações programadas pela sociedade civil (grupos de pressão e redes informais).

13 Os movimentos são redes não-hierárquicas e formas de organização com fronteira fluida definida pela identidade colectiva [Carlos 2011: 157]. Não há nos movimentos sociais uma estrutura fixa e um sistema de relações burocrático, as massas surgem – por vezes no princípio obedecendo uma ordem formal, mas é a informalidade sua principal característica – e de forma espontânea vão demonstrando sua força e os seus propósitos, é neste domínio que os movimentos sociais se diferem de outras formas de manifestação como os grupos de pressão e os partidos políticos, estes têm uma estrutura fixa, não são espontâneos e os seus propósitos divergem aos das massas em vários domínios (como a sede pelo poder, o caso dos partidos políticos, e a natureza fixa do âmbito das organizações, o caso dos grupos de pressão).

tentativas de adjectivação das acções de massa observadas pelos cantos do país, assim, para muitos, bons são os movimentos sociais que surgem em defesa da preservação da paz e da reconciliação nacional (caracterizados por uma *identidade legitimadora*) e maus são aqueles que reivindicam o sistema de dominação da ordem secular, propondo novos sistemas de relação baseados na equalização dos direitos (formam-se a partir de uma *identidade de projecto*), ou seja, são maus, todos os movimentos sociais contragoverno e que reivindicam um novo cenário político caracterizado pela mudança dos personagens[14]. Castells defende a não existência de movimentos sociais 'bons' e 'maus' {grifo do autor}, "todos eles são sintomas das nossas sociedades, e todos causam impacto nas estruturas sociais, em diferentes graus de intensidade e com resultados distintos que devem ser determinados por meio de pesquisas" (2007: 88). Esta dialéctica pode ser percebida naquilo que Gaston Bouthoul designou por influência semântica das massas (1976: 95). Este autor, citando Vico, refere que com o tempo, talvez numa acção pouco candente, o povo acaba por impor as suas concepções aos dirigentes. Pois, pelo uso contínuo de certas palavras, sempre consegue imprimir-lhe um sentido que corresponde à sua maneira de pensar, às suas opiniões e tendências (*apud* 1976: 95).

> A influência dos movimentos sociais vai muito além dos efeitos políticos produzidos por eles, pois suas acções determinam a modificação de comportamentos e de regras por parte do sistema político… Hoje, a partir dessas novas mobilizações, os cidadãos e as sociedades conjugam a gramática da igualdade de género, preocupações ecológicas, conservação do meio ambiente, direitos dos nascituros, impensáveis antes da emergência de movimentos sociais com essas novas agendas (Azevedo 2010: 215).

Considerações Finais

Após uma longa e aturada reflexão em volta dos movimentos sociais em Angola, podemos de forma sucinta concluir que estamos diante da "era das massas", concordando com a profecia de Ortega y Gasset. As razões de tamanha afirmação residem sobre o facto de os movimentos sociais atingirem um nível de generalização sem precedente, "em momento algum, na história da humanidade, as massas tiveram tamanho protagonismo como nos nossos dias", mudam o cenário político pressionando ou destituindo governos. A aldeia global a que se transformou o mundo coloca realidades outrora distantes sobre o mesmo eixo comunicacional, tornando-as realidades conversantes e estabelecendo um grau de influência paralelo. Nesta ordem, Angola como parte desta aldeia global não escapa as influências do meio, os movimentos sociais em Angola denunciam a existência de um diálogo global e de um conflito social latente. No período compreendido entre 2011 e 2013 o mundo registou um número significativo de acções de massa que de forma directa e indirecta contribuíram para o emergir dos movimentos sociais em Angola. O destaque recai sobre os movimentos sociais do norte de África (primavera árabe) e a manifestação de Junho de 2013 que teve lugar no Brasil. Estes e outros factores internos

---

14 Segundo Marcolino Moco, os movimentos sociais (de identidade de projecto) são fortemente apoiados por alguns grupos de pressão vocacionados a defesa dos direitos humanos, como é o caso da *Open Society*, organização que mesmo sem uma representação formalmente reconhecida continua a prestar um serviço importante neste esforço de construção de uma sociedade aberta; A *Omunga*, com sede em Benguela, tem vindo a contribuir de forma inestimável na defesa dos direitos fundamentais do cidadão, principalmente no domínio da habitação, isto é, na defesa das populações face aos programas do governo de destruição de habitações situadas em zonas perfeitamente marcada para a consumação dos projectos da elite política; outras organizações como a Associação Criando Comunidades (ACC) com sede na Huila, tutelada pelo Padre Pio; a SOS Habitat de Luis Araújo e companheiros; a ADRA; A Associação Mãos Livres de David Mendes; a e AJPD têm-se notabilizado na defesa de causas sociais contra toda a corrente inibitória protagonizada pelo governo. As duas últimas associações citadas destacam-se preponderantemente na defesa dos direitos humanos junto das instâncias da justiça nacional e internacional. É importante realçar ainda que grande parte dos movimentos sociais emergidos em Luanda e não só foram impulsionadas por estas organizações, assim como parte dos julgamentos aplicados aos actores dos movimentos sociais contaram com a defesa de advogados afectos a estas associações (2012: 58-59).

serviram de antecâmera para a eclosão dos movimentos sociais em Angola, produziu a sensação do "se lá aconteceu e a causa venceu, aqui também é possível acontecer" e moveu um número de actores a questionar o sistema de dominação e reivindicar a causa nacional.
Contudo, independentemente do grau de influência existente entre os movimentos, o diálogo global ou lusófono não explica de forma isolada a natureza dos movimentos sociais em Angola, nem mesmo descreve suas características, para uma abordagem concisa é fundamental tomar como ponto de partida a natureza do processo político e, neste, reconhecer o poder daquilo que rotulamos neste trabalho por "culturocracia". O estudo sobre os movimentos sociais em Angola deve ter em conta a configuração das culturas política, democrática e de insegurança. A primeira explica a exclusividade da participação nos assuntos políticos que encontra raízes na historicidade; a segunda explica a tímida participação política, o desenfreado exercício da cidadania e a acção do governo na maior parte dos casos caracterizada por uma tolerância repressiva a semelhança da descrição de Herbert Marcuse (2010). O *modus* de gestão da embrionária democracia em Angola fragiliza a acção dos movimentos sociais colocando-os sobre um clima de profunda pressão, inibindo-os e descaracterizando-os; por último a cultura de insegurança construída nas hostis da luta independentista e fundamentalmente na efervescente guerra civil que assolou o país exercem de alguma forma influências sobre os movimentos sociais, desde a representação numérica como nas suas formas de manifestação, para muitos angolanos a adesão a estes movimentos representa enormes riscos a integridade pessoal, nesta ordem, todo cuidado é pouco (este receio leva a que muitos se apartem das acções de massa), por outro lado, a semelhança do que referia Noam Chomsk (2003), os efeitos da propaganda política do partido no poder convertem cérebros outrora desavindos a serviço do Estado, é neste âmbito que as identidades legitimadoras se vão formando pelo país, em contra resposta aos movimentos revolucionários, a força da mobilização arrasta muitos actores tornando-os mais expressivos que as manifestações antagónicas, a preservação da paz e a defesa da actual liderança são, geralmente, as ideologias destes movimentos.

Referências Bibliográficas

ALTUNA, Raúl Ruiz de Asúa (2006), *Cultura tradicional bantu*, Prior Velho, Paulinas

ASSEMBLEIA do povo (2009), *Lei constitucional da República de Angola*, Luanda, Plural editores

ASSEMBLEIA Constituinte (2010), *Constituição*, Luanda, Imprensa nacional.

AZEVEDO, Daviane Aparecida de (2010), "movimentos sociais, sociedade civil e transformação social no Brasil", Rio Grande do Sul, Revista Multidisciplinar da UNIESP, n º 09, pp 214-223.

BENGUE, Jorge (2010), "Uso da força e das armas de fogo e a protecção dos direitos humanos em Angola", in VENTURA, António (org.) et al. (coord), *Acção policial e direitos humanos em Angola*: colectânea de temas de reflexão, Luanda, AJPD, pp. 97-109.

BOUTHOL, Gaston (1976), *Sociologia Política*. Lisboa. Livraria Bertrand.

CARLOS, Euzeneia (2011), "contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais", Revista de Sociologia e Política V. 19, Nº 39: 153-166.

CARVALHO, Paulo de (2002), *Angola. Quanto tempo falta para amanhã?: Reflexões sobre as crises política, económica e social*, Oeiras, Celta Editora.

CASTELLS, Manuel (2007), *A era da informação: economia, sociedade e cultura: o poder da identidade*, Vol. II, ed. 2ª, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

_____ (2007), *A era da informação: economia, sociedade e cultura: O fim do milénio*, Vol. III, ed. 2ª, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

_____ (2013), *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*, Rio de

Janeiro, Zahar.

CHOMSKY, Noam (2003), *Os efeitos extraordinários da propaganda*, Sintra, Editorial Inquérito.

CRUZ, Domingos da (2008), *Para onde vai Angola? A selvajaria apocalíptica onde toda perversidade é real*, Luanda, Mulemba.

CUNHA, José Ricardo & BORGES, Nadine (2010), "A prática da violência e exclusão social nos países em desenvolvimento e sua relação com os direitos humanos", in VENTURA, António (org.) et al. (coord), *Acção policial e direitos humanos em Angola*: colectânea de temas de reflexão, Luanda, AJPD, pp. 213-253.

ESTANQUE, Elísio (2012), "Movimentos sociais: a nova rebelião da classe média". Revista Ensino Superior – Revista do SNESup – Sindicato Nacional do Ensino Superior, nº 43, jan/fev de 2012, pp 28-37.

FRANÇA, Lívia (2010), "Vestígios da lógica da guerra numa democracia em construção: o militarismo e o confidencialismo", in VENTURA, António (org.) et al. (coord), *Acção policial e direitos humanos em Angola*: colectânea de temas de reflexão, Luanda, AJPD, pp. 27-40.

FRIEDMAN, Thomas L. (2009), *o mundo é plano: o mundo globalizado no século XXI*, Rio de Janeiro, Objectiva.

GASSET, José Ortega y (2001), *A rebelião das massas*, Ridendo Castigat Mores.

GUEDES, Armando Marques (2005), *Sociedade civil e Estado em Angola: o Estado e a sociedade civil sobreviverão um ou outro?* Coimbra, Almedina.

KAJIBANGA, Victor (2008), "saberes endógenos, ciências sociais e desafios dos países africanos", Revista Angolana de Sociologia, n.º 2, pp. 7-14.

KANDJIMBO, Luís (sd) "o endógeno e o universal na literatura angolana", Paris, Comunicação apresentada no painel cultural do Seminário sobre *a Realidade Política, Económica e Cultural de Angola*, Paris 6-9 de Novembro, realizado pela Embaixada de Angola em França por ocasião da Festa Nacional.

LÁZARO, Gilson (2011), "A cobertura dos direitos humanos pela imprensa angolana: os casos dos jornais de Angola e Semanário Angolense", Rabat, CODESRIA.

MARCUSE, Herbert (2010), *La tolerancia represiva y otros ensayos*. Madrid, Catarata.

MARTINS, Divaldo Júlio (2010), "O trabalho policial nas sociedades democráticas: o caso de Angola", in VENTURA, António (org.) et al. (coord), *Acção policial e direitos humanos em Angola*: colectânea de temas de reflexão, Luanda, AJPD, pp.71-92.

MOCO, Marcolino (2012), *Angola: a terceira alternativa*. Luanda. Marmoco Criações.

MOISÉS, José Álvaro (2008), "Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira", Revista Brasileira de Ciências Sociais - vol. 23 nº. 66, pp 11-43

MUKUTA, Coque & Cláudio Fortuna (2013), *Os meandros das manifestações em Angola,* Brasília.

NETO, Pedro André Santos (2012), *Governação e direitos humanos em Angola.* Dissertação de Mestrado, Aveiro, Universidade de Aveiro.

ROQUE, Fátima Moura (2012), África, a NEPAD e o futuro, Ed. 2ª, Luanda, Texto editores.

SANTOS, Boaventura de Souza (2002), *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*, Ed. 4ª, Vol. I, São Paulo, Cortez.

SCRUTON, Roger (2006), *O ocidente e o resto: globalização e ameaça terrorista*, Lisboa, Guerra e Paz.

SILVA, Reginaldo Telmo Augusto (2010) "Para uma compreensão social do trabalho policial nas comunidades angolanas", in VENTURA, António (org.) et al. (coord), *Acção policial e direitos humanos em Angola*: colectânea de temas de reflexão, Luanda, AJPD, pp.71-92.

SOUSA, António Francisco (2009), "Direito de reunião e de manifestação no Estado de direito: fundamento, significado e carácter pacífico", in VALENTE, Manuel Monteiro Guedes (Coord.), *Reuniões e manifestações: actuação policial*, Coimbra, Almedina, pp. 105-115.

SUORDEM, Fernando Paulo da Silva (1995), *O princípio da separação de poderes e os novos movimentos sociais:* a administração pública no Estado moderno: entre as exigências de liberdade e organização. Coimbra. Almedina.

TATI, Raúl (1999), *Crise africana e processo de democratização em áfrica: pertinência e implicações ético-antropológicas*, Leiria, Colorestúdio.

TOCQUEVILLE, Alexis (2001), *Da democracia na América*, Rés-Editora.

TOURAINE, Alain (1984), *O retorno do actor: ensaio sobre sociologia*, Lisboa, Instituto Piaget.

Dilemas do ativismo feminista/feminino transnacional

Rosangela Schulz
Doutora em Ciência Política
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
rosangelaschulz@gmail.com

Cláudia Tirelli
Doutora em Sociologia
Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)
cla.tirelli@gmail.com

Rosangela Schulz - Possui graduação em História (1988), Mestrado em Ciência Política (1996) e doutorado em Ciência Política (2003) concluídos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é professora adjunta no Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Coordenadora Adjunta do Mestrado em Ciência Política. Ênfase nas áreas de Teoria Política e Democracia e Representação, atuando principalmente nos seguintes temas: democracia, participação e representação política, sociedade civil, conselhos municipais, mídia e política, gênero.

Cláudia Tirelli - É doutora e mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), concluídos, respectivamente, em 2013 e 1996. Graduada em Bacharelado (1988) e Licenciatura(1987) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é professora assistente da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Possui experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Violência. Nos últimos anos vem se dedicando a pesquisar os seguintes temas: filantropia empresarial, terceiro setor, sociedade civil, políticas públicas, ações coletivas e associativismo.

Resumo: O artigo tem como proposta discutir o ativismo transnacional através da análise de diferentes repertórios de ação das mulheres em mobilizações e movimentos sociais feministas. A transnacionalidade não é uma novidade para o movimento feminista. Porém, as mobilizações recentes que tomaram as ruas em diferentes países ampliaram a complexidade da investigação, na medida em que apresentaram novos repertórios de ação e novas performances femininas, contrastando com o modelo hegemônico de atuação feminista. A ideia é debater a temática do ativismo feminista transnacional em dois momentos: (a) a noção de transnacionalidade e seus efeitos para o movimento feminista; (b) a importância das categorias repertório de ação e performance para discutir o ativismo feminino. Para exemplificar serão trabalhados dois movimentos: a Marcha Mundial de Mulheres e a Marcha das Vadias. Por fim, as considerações finais (ou seja, novos questionamentos).

Palavras-chave: ativismo transnacional; feminismo; Marcha Mundial de Mulheres; Marcha das Vadias; repertório de ação; performance.

Introdução

O movimento feminista tem mais de um século de existência e ao longo desse período passou por modificações significativas. A primeira onda do feminismo, focada na luta pela cidadania e pela igualdade de direitos, iniciou na Inglaterra ainda no século XIX, se expandindo pelo Norte e depois para os continentes do hemisfério Sul. Naquele momento, o feminismo centrava-se na construção de uma rede que articulasse uma base comum de reivindicações, como demonstrou a luta pelo sufrágio feminino. A segunda onda, iniciada no pós-guerra,

resultou da percepção de que, apesar dos avanços, as mulheres continuavam alijadas das decisões políticas. Visando fazer frente à esse quadro, o movimento projetou novos questionamentos focados nos valores culturais que dominavam as relações de poder, ou seja, no patriarcalismo, modelo que mantinha as mulheres isoladas do espaço público e das decisões, mesmo quando incluídas no sistema de produção capitalista. A igualdade de condições não era mais a única pauta, à luta pela diferença se apresentou nas reivindicações do movimento. Nesta segunda onda, o movimento já havia ampliado de forma significativa as suas redes de comunicação internacional. A terceira onda nasceu da crise do capitalismo que levou à hegemonia do modelo neoliberal. Este processo resultou na fragmentação do sujeito único, possibilitando a eclosão de "novos feminismos", coletivos com múltiplas bandeiras, práticas e performances. Nesta terceira face a multiplicidade de sujeitos e ações se refletiu numa multiplicidade de redes nacionais e internacionais, mais e mais facilitadas pela expansão das comunicações, principalmente pela disseminação da internet.

Ao longo do período de construção do feminismo, o movimento produziu sua própria reflexão crítica, ou seja, desenvolveu a teoria feminista. A construção de uma teoria própria, obviamente, não fez com que o feminista não fosse objeto de outros olhares teóricos, particularmente daqueles que se dedicaram a compreender os movimentos sociais. Porém, ao longo dos anos de 1990, a teoria dos novos movimentos sociais é ofuscada por dois modelos explicativos das ações coletivas, um deles tem a categoria *sociedade civil* como central, perspectiva que ganhou força com estudos de Habermas , aprofundados por Cohen & Arato no já clássico "Civil Society and Political Theory", publicado em 1992. O modelo foi amplamente debatido e fortemente criticado, inclusive por importantes teóricas feministas como Young (2000), Benhabib (1996) e Fraser (2007).

O segundo modelo apresenta como categoria central o confronto político (a partir da introdução da categoria de *contentious politics*). Assim como o modelo baseado na sociedade civil, o confronto político não é um conceito novo, mas (re)atualizado. Buscando construir uma síntese téorica e empírica de suas pesquisas sobre as ações coletivas de confronto, McAdam, Tarrow & Tilly lançaram, em 1996, um artigo intitulado "Para mapear o confronto político" (*To map contentious politics*), lançando as bases, naquele momento, do que viria a se constituir como a Teoria do Confronto Político. Esta perspectiva de análise partia de conceitos desenvolvidos dentro da Teoria do Processo Político (TPP) e da Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) nos Estados Unidos, acrescida de elementos de ordem cultural que permitissem a compreensão dos processos de mobilização (conceitos de repertório e de *frames*). Segundo Alonso (2009), tanto a TMR quanto a TPP haviam sofrido muitas críticas por subestimarem os aspectos culturais na explicação das ações de confronto político. Um dos elementos centrais dessa síntese teórica é a indissociabilidade entre as ações coletivas de confronto e a institucionalidade política. Ou seja, nessa abordagem a busca pela compreensão das diversas formas de mobilização social, as quais podem se constituir ou não em movimentos sociais, deve atentar para as interrelações entre desafiantes e desafiados, em geral tendo como uma das partes envolvidas o Estado e suas forças repressivas. A percepção dos desafiantes acerca das mudanças nas Estrutura do Oportunidades Políticas (EOP) é que possibilitaria entender a emergência das ações coletivas de confronto em determinadas conjunturas e as formas que essas adotam (cooperativas ou violentas e disruptivas).

A perspectiva do Confronto Político também tem sido amplamente discutida. Porém, acreditamos que os conceitos de repertório da ação coletiva e de performance desenvolvidos dentro dessa abordagem podem ser profícuos para se refletir sobre os dilemas do ativismo feminista transnacional, particularmente em relação a dois movimentos contemporâneos: a Marcha Mundial das Mulheres e a Marcha das Vadias.

Uma década separa a criação da Marcha Mundial da Mulheres (MMM) da *Slutwalk* (chamada Marcha das Vadias no Brasil). Neste período o movimento feminista passou por modificações importantes que não permitem mais tratá-lo no singular. Os avanços em termos de direitos das mulheres e direitos humanos foram significativos, com a inclusão das reivindicações feministas em organismos internacionais como o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas (ONU), a forte presença e atuação de organizações não-governamentais (ONGs) nacionais e internacionais, bem como a presença de organizações feministas e de mulheres na implantação de políticas públicas nas novas democracias que emergiram na América Latina.

As duas marchas nasceram no Canadá, a MMM foi organizada em Quebec no ano de 2000, enquanto a MV nasceu em Toronto no ano 2011. As marchas têm muito mais em comum do que a origem nacional: se organizaram em torno de um mesmo tema geral, a violência contra a mulher; nos dois casos, a mobilização nacional

foi internacionalizada ao ser rapidamente absorvida por mulheres de diferentes países, que fizeram acontecer manifestações em muitos lugares, utilizando as redes sociais para difusão, comunicação e organização; as duas marchas se concebem como movimentos feministas transnacionais. Por outro lado, possuem diferenças significativas que permitem questionar se fazem parte do mesmo campo de atuação, ou seja, de um mesmo modelo de ação coletiva.

A ideia é debater a temática do ativismo feminista transnacional em dois momentos: (a) a noção de transnacionalidade e seus efeitos para o movimento feminista; (b) a importância das categorias repertório de ação e performance para discutir o ativismo das mulheres. Para exemplificar serão trabalhados dois movimentos: a Marcha Mundial de Mulheres e a Marcha das Vadias. Por fim, algumas considerações.

1. A noção de transnacionalidade e seus efeitos para o movimento feminista

Tarrow define movimentos sociais transnacionais "como interações sustentadas com opositores - nacionais e não-nacionais - através de redes de desafiantes organizados e que ultrapassam fronteiras nacionais" (2009: 231). O autor destaca que é importante que os

> desafiantes estejam inseridos em redes sociais domésticas e conectados entre si, de forma a ultrapassar o episódio, seja através de maneiras comuns de ver o mundo ou através de laços informais ou organizacionais, e que seus desafios sejam tão contenciosos na ação quanto na palavra (Tarrow, 2009: 231).

Dois pontos são centrais em seu entendimento do que conforma um movimento social transnacional: espaço e tempo. Para um movimento social ser transnacional ele necessita ir além das fronteiras nacionais, porém sem perder de vista a manutenção de bases capilares locais. Precisa, ainda, de continuidade temporal, ou seja, sobreviver para além das ações pontuais que lhe deram sentido. Sem esquecer que esta dinâmica tempo e espaço requer uma complexa rede social de comunicação, difusão e recrutamento. Segundo o autor:

> É difícil preencher as condições necessárias para produzir um movimento social sustentado que seja, a um só tempo, integrado em diversas sociedades, unificado em relação a seus objetivos e organização e capaz de organizar o confronto contra uma grande quantidade de alvos (Tarrow, 2009: 233).

O autor apresenta três exemplos: (a) o Greenpeace, movimento social ambiental, nasceu com a internacionalização de muitos movimentos locais que tinham objetivos comuns, possui vasta rede social de comunicação, difusão e recrutamento, fatores que geram repertórios e performances diversificadas que sobrevivem no tempo; (b) os movimentos pela paz europeus e americanos de 1980, reação à posição internacional beligerante dos Estados Unidos, com um oponente claro, embora faltasse, segundo o autor, uma "única organização hierárquica"; (c) o fundamentalismo islâmico, movimento que se apresenta de forma diversa em diferentes regiões, tendo em comum o fato de desafiar ou minar governos (Idem: 231).

Enfim, na perspectiva do autor, para um movimento social ser trasnacional necessita cumprir alguns requisitos: i) difusão através das fronteiras, ou seja, comunicação de ideias, formas de organização ou desafios "à alvos semelhantes de um centro de confronto para outro" (Idem: 233); ii) troca política transnacional, cooperação temporária entre atores "essencialmente nacionais que identificam um interesse comum ou um conjunto de valores numa configuração política particular" (Idem: 235); e iii) redes transnacionais de ativismo, as quais remetem às crescentes organizações não-governamentais que tecem redes ambientais, pelos direitos humanos, pelos direitos das mulheres, mas que, segundo o autor, não cabem no conceito de movimentos sociais transnacionais (Idem: 236). As características não podem apresentar-se de forma isolada. O terceiro fator, nos interessa particularmente: as redes de ativismo transnacional.

Os movimentos que lutam por direitos das mulheres, mesmo aqueles que não se constituem como feministas, tem suas bases assentadas no movimento feminista. Em seu conjunto (englobando as diferentes ações coletivas que lutam por direitos das mulheres), o movimento feminista é temático, tem opositores claros, bases nacionais

sólidas e apresenta, ao longo do tempo, complexas redes de interação nacionais e internacionais, com diversidade de repertórios e performances de atuação política. Muitos coletivos se constituíram em organizações não-governamentais e se relacionam com governos, Estados e organismos multilaterais. Estes movimentos, segundo Tarrow (2009: 236) são redes transnacionais de ativismo (conceito desenvolvido por Margaret Keck & Katryn Sikkink em 1982) e não movimentos sociais transnacionais. A distinção está no conceito de redes. Para Tarrow, existem redes de ativismo que "são estruturas conectivas que ultrapassam as fronteiras nacionais" e redes sociais que "são as bases para o confronto político no interior de sociedades domésticas" (Tarrow, 2009: 236). Apesar da diferenciação estar no campo da escala espacial, o que nos parece o foco central é a relação de conflito dos atores sociais com o Estado, ou seja, limita o movimento social a atuação nacional, pois percebe o mesmo como agente do confronto com o Estado Nacional.

Se nossa percepção está correta, para além da complexidade do movimento feminista que não permite mais tratá-lo no singular, outra questão faz com que Tarrow não conceba os movimentos que lutam por direitos das mulheres como movimentos sociais. Com o processo de institucionalização dos movimentos, muitos se transformam em organizações não-governamentais e compartilham amplas e complexas relações com governos, Estados e organismos multilaterais, em muitos casos atuando nos vários espaços. Rebecca Abers & Marisa Bülow (2011) já haviam chamado atenção para a dificuldade da perspectiva teórica do confronto político em trabalhar o ativismo através das fronteiras entre Estado e sociedade. No caso do Movimento Feminista, por exemplo, várias militantes de organizações não-governamentais de defesa de direitos das mulheres foram convidadas a ocupar cargos em secretarias estaduais e ministérios para participarem da construção de políticas públicas voltadas às mulheres (programas de combate à violência doméstica, direitos humanos).

Como não é nosso objetivo neste artigo discutir se os movimentos feministas e de mulheres são movimentos sociais (isto tomaria todo o texto), vamos considerar as lutas por direitos das mulheres (e, por consequência, o movimentos feminista em sua variedade de atuações) como redes transnacionais de ativismo, assim definido:

> Uma rede transnacional de ativismo inclui aqueles atores relevantes que trabalham internacionalmente por uma questão, que estão ligados por valores compartilhados, por um discurso comum e por densas trocas de informações e serviços (Keck & Sikkink, 1982: 2).

Além disso, as autoras afirmam que as redes centram a atenção em áreas temáticas e envolvem atores de organizações não-governamentais, governamentais e intergovernamentais, mobilizam informações e as tratam de forma estratégica buscando ganhar poder sobre organizações e governos mais fortes (Idem: 172). Tarrow utiliza o conceito, porém impõe um limite ao destacar de forma excessiva a presença das organizações não-governamentais internacionais e do aporte financeiro que recebem dos governos do Norte. Se a interferência de ONGS internacionais sediadas em países ricos do hemisfério norte sobre comunidades e populações pobres de países do sul foi uma verdade, a algum tempo este quadro está mudando e a mudança pode ser fruto da densa relação entre as redes de ativismo transnacional e as redes sociais nacionais, para usar os termos do autor. Retomamos assim a questão proposta: quais os efeitos da transnacionalidade para o movimento feminista?

Dominique Masson, ao analisar a categoria escala na transnacionalidade dos movimentos sociais e de mulheres, contribui para o debate sobre os efeitos do ativismo transnacional. Para a autora, uma organização para ser transnacional necessita da "institucionalização de estruturas organizacionais que reúnem os participantes através de fronteiras nacionais em torno de uma agenda comum" (Masson, 2006: 449) . Porém, salienta que ao adotar uma abordagem de escala significa que

> a dimensão transnacional não pode ser considerada por analistas como preexistente à ação de movimento. A escala transnacional não está aí disposta apenas para ser usada: como qualquer outra escala de ação coletiva (…), ela tem de ser construída, material e discursivamente, para possibilitar a ação dos movimentos sociais e dos movimentos de mulheres (Idem: 448).

Masson destaca que "ao se tornarem transnacionais, os movimentos "sobem na escala", e, ao fazê-lo, encontram novos desafios" que podem gerar mudanças qualitativas (Idem: 449).

Os dois movimentos selecionados como exemplos podem ser compreendidos como redes transnacionais de ativismo que, embora partam de um tema geral comum - a violência contra as mulheres (a Marcha inclui ainda a pobreza feminina como central)-, adotam práticas distintas.

No primeiro momento, nossa proposta foi a de buscar, como o fizeram Bringel e Falero (2008: 276), o traço distintivo no transnacionalismo das marchas selecionadas como exemplos, buscando "as convergências de identidades e solidariedades, as novas formas de organização, a construção de subjetividades coletivas que transcendam o marco referencial local ou nacional". Todavia, o empírico tornou necessário contemplar também os discursos em disputa, conflitivos em muitos momentos, que dão sentido às duas Marchas.

A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) nasceu no Canadá, em 2000[1], a partir de uma manifestação do movimento feminista com o lema "pão e rosas", ou seja, como resistência à violência e à pobreza enfrentadas pelas mulheres. Propôs como marca a constância da atuação pontual simbolizada pela frase "Estaremos em marcha até que todas sejamos livre" e um grande evento internacional a cada cinco anos[2]: a Marcha mundial de 2000, quando o movimento se expandiu para vários países do mundo e passou a globalizar as suas ações, obtendo a adesão de 167 países; a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, em 2005, que circulou da América em direção à Africa, passando pela Europa e que incluiu em seu texto demandas em cada um dos países; o seminário de 2010 junto com Via Campesina e os Amigos da Terra, com a participação das mulheres africanas e asiáticas[3] (Tornquist & Fleischer, 2012: 300).

Ao longo de mais de uma década e meia de existência, o movimento passou por muita modificações em função da diversidade de colaboradores e de demandas. A inclusão de coletivos de mulheres que não se constituem como sujeitos do feminismo faz parte do processo de construção da MMM, conforme a fala de Nalú Faria:

> Temos uma visão de que existe um movimento de mulheres que incorpora vários setores e grupos, e não existe uma separação entre um movimento de mulheres e um movimento de feministas. Temos um movimento de mulheres com um setor feminista, e é a partir do processo de participação, de formação e de radicalização que o conjunto das mulheres vai incorporando de forma mais consciente e explícita o feminismo (Idem: 303).

Pode-se dizer que a MMM apresenta as seguintes características gerais:

a) Identidade - o discurso retrata um sujeito único, a mulher. Porém, a bandeira de luta inicial já qualifica este sujeito: o combate à pobreza inclui demandas por terra, trabalho e direitos sociais; o combate à injustiça, abrange desde temas de violência doméstica, exploração do trabalho, até discussões sobre endividamentos dos países pobres. Há forte crítica ao modelo capitalista que explora as mulheres urbanas e rurais. A Carta é um exemplo emblemático, pois a pauta multidimensional foi

> se construindo à medida que passava pelos vários países: por moradia, pela reforma agrária, por salário justo, saúde, direito ao aborto, pela paz, contra a violência, o racismo, a guerra, etc. – agenda essa que vai caracterizando uma face multi-identitária de um feminismo em movimento, latino-americano e mundial (Scherer-Warren, 2006:117).

b) Autonomia - a autonomia da mulher na perspectiva da MMM passa pela igualdade de condições dos homens na esfera privada e na vida social. Em relação ao corpo, tem como bandeira os temas clássicos do feminismo na luta por políticas públicas, ou seja, violência sexual, planejamento familiar, saúde da mulher. A diversidade de realidades sociais, de atores e de organizações não permite que determinados temas caros ao feminismo, como o aborto, sejam pautas gerais, pois muitos coletivos que participam da Marcha não se constituem como feministas, mas como organizações de mulheres.

c) Institucionalização - É organizada em cada um dos países por um coletivo nacional. Possui uma coorde-

---

1 O movimento de organização inicia em 1999, mas a primeira marcha acontece no ano de 2000.

2 Está organizando o próximo evento para 2015, com ações em cada um dos três continentes: América, África e Europa.

3 O lançamento da ação ocorreu no Brasil com uma marcha de 30 mil mulheres na cidade de Sao Paulo.

nação geral e coordenações nacionais[4] e grupos de contatos, pois há diferentes formas de pertencimento à Marcha (adesão como dinâmica permanente, adesão como campanha pontual, mobilização por chamadas internacionais). Segundo Nalú Faria ex coordenadora geral, no caso do Brasil, a Marcha "serviu como forma de articulação do movimento" de mulheres (Tornquist & Fleischer, 2012: 294).

d) Rede transnacional - ao articular-se em rede, propicia ampla difusão de debates sobre diversos direitos (civis, políticos, ecológicos, econômicos, direitos à diferença) e, assim, consegue mobilizar diferentes grupos como ONGs, movimentos populares de mulheres, associações de mulheres do campo, partidos políticos, possibilitando tanto ações de âmbito global, como locais. Porém, a mudança de escala da MMM, trouxe desafios e um repensar nas chamadas "ações internacionais". Nádia de Mond (2003: 640) destacou uma divergência entre as feministas do Oriente Médio e da África a respeito da luta pelo reconhecimento dos direitos das lésbicas dentro da Marcha. Quase uma década depois, Nalú Faria comenta que a MMM busca a construção

> de consensos a partir de realidades muito diferentes, tanto econômicas quanto culturais, mas também de processos do movimento de mulheres no país. […] em função dessas realidades tão distintas e das formas de opressão que há em cada país. Muitas vezes em alguns países certos temas são mais difíceis de serem assumidos por todas, em particular o tema do aborto e da sexualidade lésbica (Idem: 294).

A Slutwalk também nasceu no Canadá, em Toronto no ano de 2011, como protesto a fala de um policial sobre segurança no campus universitário da York University que declarou que "mulheres não devem se vestir como sluts para não serem vitimizadas", ou seja, que as mulheres poderiam evitar o estupro ao não se vestirem como sluts (vagabundas, putas ou vadias) (Helene, 2013: 69). A fala expressa a culpa das mulheres nos atos de violência a que estão historicamente submetidas. Duas alunas iniciaram uma campanha via internet e em apenas seis semanas (03 de abril de 2011) acontece a primeira Slutwalk, "que sob o lema "O que quer que eu vista, onde quer que eu vá, sim significa sim, e não significa não" agregou 4 mil pessoas" (Idem, p. 70).

A manifestação que tomou as ruas de Toronto tinha como bandeiras de luta o fim da violência sexual e da culpabilização das vítimas, bem como a liberdade e autonomia das mulheres sobre seus corpus[5] (Gomes e Sorj, 2014). A partir da internet, a manifestação se difundiu por vários países inclusive o Brasil onde se chama Marcha das Vadias[6].

A Marcha das Vadias é muito mais recente e muito menos estudada. Sua marca até o momento parece ser a utilização do próprio corpo das ativistas como objeto de reivindicação e como instrumento de protesto. As jovens feministas utilizam seus corpos como artifícios de provocação para questionar as normas vigentes e como bandeiras de luta ou artefatos para expressar mensagens. As diferentes manifestações mostram corpos cobertos de dizeres, como objetos discursivos. A exposição do corpo por jovens já faz parte do repertório feminista, como retratado pela "queima de sutians" movimento do final dos anos 60.

A Marcha das Vadias é um exemplo da dinâmica do movimento feminista, pois apresenta características contrastantes com outras manifestações, inclusive com a Marcha Mundial das Mulheres.

a) Identidade - na MV sujeito político do feminismo é mais diversificado, identidades não hegemônicas estão presentes e disputam legitimidade, bem como espaços de poder no movimento feminista. Além das "jovens feministas" que têm reivindicado uma identidade específica no feminismo, como um novo sujeito político, há as feministas negras, as lésbicas, as transexuais.

b) Autonomia - a noção de autonomia da mulher sofre uma modificação geracional[7] e está fortemente ligada ao corpo. Ter autonomia sobre o próprio corpo "passa a se referir principalmente a um modelo de experi-

---

4 Conforme entrevista da Nalú Faria, coordenadora geral por um longo período, no ano de 2012 a MMM contava com 60 países e grupos de contato em outros 90. Atualmente a coordenação geral está na África.

5 Site da Slutwalk Toronto: www.slutwalktoronto.com/about/how.

6 A primeira marcha no Brasil aconteceu em Sao Paulo em 04 de junho de 2011. Logo se disseminou por várias cidades de grande e médio porto do país.

7 A noção geração foi utilizada por Gomes e Sorj para questionar a teoria das ondas do movimento feminista (2014).

mentação que embora não prescinda de transformação política, cultural de relações interpessoais, é vivenciada como subjetividade" pelas jovens ativistas (Gomes & Sorj, 2014: 438).

c) Institucionalização - a Marcha das Vadias não é institucionalizada, funciona a partir de coletivos que se organizam internamente de forma horizontal e descentralizada, "sem funções específicas definidas e a internet é uma ferramenta essencial para o debate e organização interna" (Helene, 2013: 70). Inclusive, não há uma página geral do movimento na internet, mas páginas que retratam cada uma das ações pontuais nas diversas edições e cidades onde aconteceram marchas.
d) Rede transnacional - a MV é uma rede de ativismo que utiliza de forma emblemática as redes sociais de internet como ferramentas de organização e mobilização. A divulgação das marchas "se inicia pelo *facebook*, seguida da criação de materiais específicos […]: blogs, cartazes digitais, banners, vídeos, entre outros exemplos" (Idem: 70).

As duas Marchas partem de um sujeito reivindicador - a mulher. Porém, este sujeito único logo se abre numa pluralidade: no caso da MMM, a pluralidade se mostra nos diferentes papéis ocupados pelas mulheres (mãe, esposa, trabalhadora, desempregada, rural, urbana, pobre, indígena, negra); no caso do MV, a diversidade está marcada pela *transfeminismo,* com presença de temas étnicos. Os dois exemplos demonstram que o feminismo, longe de estar esgotado, mantém capacidade de assimilar novos atores, novas práticas e gerar polêmicas. Os novos sentidos do feminismo, seja na perspectiva de ondas ou de movimentos geracionais, expressam relações de colaboração e de conflito.

A Marcha das Vadias está longe de ser um movimento consensual. As feministas marxistas ou radicais o percebem como despolitizado, inclusive em relação a forma como as ativistas utilizam o corpo. Porém, é indiscutível que tem capacidade de mobilizar um público (jovens com alta escolarização) que, possivelmente, não se sentia contemplado em outros espaços de mobilização, menos afeitos a diversidade. Além disso, a MV é inclusiva num sentido distinto daquele efetivado pela MMM, pois amplia o sujeito de luta feminista para além da mulher presente na divisão sexual binaria e restrita da biologia macho/fêmea. Por fim, e não menos importante, tem ampliado de forma significativa os quadros feministas. Por exemplo, as ativistas lésbicas, negras, embora atuem em outros coletivos, se percebem como feministas.

A Marcha Mundial de Mulheres contrasta com o jovem ativismo do MV, ao abarcar coletivos de mulheres urbanos e rurais que não se constituem como sujeitos do feminismo, muitos deles atravessados por preceitos morais e religiosos que não permitem o debate de temas controversos como sexualidade ou aborto. Além disso, a MMM não vê com bons olhos a regulamentação da prostituição, nem a utilização de estereótipos (vadias, putas, vagabundas) como objeto de reivindicação pelas jovens ativistas, pois estes simbolizariam a exploração cultural e econômica (patriarcalismo e capitalismo) que as mulheres vêm sofrendo ao longo dos tempos.

Por outro lado, a Marcha das Vadias critica a institucionalização dos movimentos como a MMM, seu comprometimento com partidos, governos, ONGs internacionais e nacionais, organizações multilaterais, que resultaria impossível abordar temas "delicados" como a diversidade sexual.

Porém, temos de retomar a pergunta que deu sentido a investigação neste momento: quais os efeitos da transnacionalidade para o movimento feminista?

Acordamos que as duas Marchas se tratam de redes transnacionais de ativismo feminista (ou de mulheres), porém, suas redes domésticas e internacionais não são as mesmas, embora possamos encontrar algumas referências comuns.

Uma referência comum é que a atuação das duas Marchas como redes transnacionais de ativismo possibilita, por um lado, a ressignificação da agenda política discursiva do movimento feminista a partir de um clamor comum, ou seja, "basta de violência contra as mulheres". Como bem coloca Masson, a mudança de escala necessita ser construída discursivamente. O tema da violência que tem sido pauta permanente das lutas feministas e de mulheres é ressignificado através do alargamento do sujeito mulher, trazendo para o campo de luta coletivos que estavam organizados com outras bandeiras (como lésbicas, negras, transexuais) no caso da MV ou construindo o sujeito mulher em movimentos já consolidados sob outros temas (os coletivos de mulheres do MST são um exemplo) como acontece na MMM.

Porém, a mudança de escala projeta efeitos inesperados ou impasses que geram modificações no formato do movimento, como demonstram as dificuldades enfrentadas pela MMM em funções de particularidades morais e

culturais de coletivos que se juntam a marcha, bem como projeta conflitos e disputas pelo significado de feminismo e pela hegemonia no movimento (as provocações entre a MMM e MV demonstram a disputa discursiva).

2. A importância das categorias *repertório* e *performance* para discutir o ativismo feminista.

O feminismo, ao longo de mais de um século de existência, desenvolveu um cardápio variado de repertórios de ação que marcaram as mobilizações subsequentes, tanto das feministas quanto dos diversos movimentos de mulheres que surgiram reproduzindo ou contestando os repertórios utilizados comumente nas mobilizações em seus países. Cremos que o mesmo pode ser dito em relação as performances do movimento feminista, as quais em muitos momentos romperam padrões morais fortemente arraigados na sociedade ocidental, todos lembram das feministas queimando os sutians nos anos 60.

Ao longo de mais de um século as mulheres tomaram as ruas e mudaram as relações públicas e privadas. Algumas vezes as manifestações acabaram em conflito, muitas outras aconteceram de forma pacífica. Embora estas afirmações sejam inquestionáveis, nelas as categorias repertório e performance estão desprovidas de um significado acadêmico. A proposta neste momento é pensá-las enquanto conceitos, ou seja, como ferramentas que contribuem para a compreensão do ativismo feminista contemporâneo. Assim, os conceitos serão apresentados e debatidos considerando os exemplos das Marchas.

Os repertórios de confronto, segundo a definição de Tilly & Tarrow em seu livro Contentious Politics (2007) constituem formas rotineiras de fazer reivindicações levando-se em consideração um determinado local e período. Os repertórios podem variar, mas sempre dentro dos limites dados por um cardápio de repertórios previamente estabelecidos para seu lugar, tempo e antagonistas. Tarrow vai dizer que,

> O repertório é um conceito ao mesmo tempo estrutural e cultural, envolvendo não apenas o que as pessoas fazem quando estão engajadas num conflito com outros, mas o que elas sabem sobre como fazer e o que os outros esperam que façam (Tarrow, 2009: 51).

Tilly vai demonstrar em seu livro *Regimes and Repertoires* (2006), como se estabelecem as relações entre os diferentes regimes políticos e os repertórios de ação coletiva, os quais podem ser proibidos, tolerados ou estimulados pelos diferentes regimes. Dependendo de como são considerados os repertórios dentro de um determinado regime político, seus custos e riscos serão avaliados de forma distinta, facilitando ou dificultando – e no limite obstaculizando - a sua ocorrência. Ou seja, a adoção de certos repertórios de ação está relacionada às tradições culturais de uma sociedade, mas também à uma leitura dos insurgentes acerca das oportunidades e restrições políticas existentes e dos custos da ação.

A partir disso, perguntamos: os conceitos de repertório e de performance padecem de um engessamento por estarem limitados a um cardápio previamente estabelecido? São conceitos estanques e, em consequência, pouco explicativos? A Marcha Mundial das Mulheres e a Marcha das Vadias pertencem ao mesmo repertório de ação coletiva? São variações do mesmo cardápio? As distinções correspondem às diferenças estruturais e/ou culturais das ativistas?

Não compreendemos o conceito de repertório como estanque, embora ele delimite as opções existentes, para um dado tempo e local, das formas aceitáveis de se promover ações coletivas. Apesar da limitação, ele permite, por exemplo, explicarmos porque, no Brasil, não protestamos através da imolação.

A inscrição cultural dos repertórios de ação é um aspecto muito interessante. Por exemplo, os autores do confronto político falam que alguns repertórios se tornaram modulares com o passar do tempo: as marchas em espaços públicos, os movimentos sociais nacionais, etc. No entanto, o sentido que vai ser dado a essas marchas ou movimentos são os desafiantes e seus líderes que estabelecem no processo contencioso. Não é dado a priori. Além disso, os desafiantes tendem a inovar dentro de um leque de formas de ação previamente conhecidas, incorporando símbolos novos, etc, que ressaltem certas questões das suas lutas. Nesse sentido, a noção de performance é complementar a de repertório, pois nessas ações pontuais é que são feitas as inovações, as quais podem vir a fazer parte dos repertórios (do cardápio de formas conhecidas de realizar mobilizações) na medida

em que passarem a ser recorrentes.
A noção de performance é complementar aquela de repertório, porém nos parece menos estática. Para os autores, performances são improvisações em circunstâncias particulares de *scripts* compartilhados. Os autores complementam dizendo que "inovações ocorrem incessantemente em pequena escala, mas para se tornarem reivindicações efetivas precisam ser reconhecíveis pelos envolvidos na relação de confronto" (Tilly & Tarrow, 2007: 12, tradução nossa).
As duas Marchas têm em comum o sujeito inicial que dá sentido ao coletivo (mesmo que diversificado como vimos), a forma de ação (marcha), o local (espaço público, as ruas), o público (a imensa maioria dos participantes são mulheres, embora de distintas classes, etnias, escolaridades, idades, opções sexuais) utilizam as mesmas ferramentas para apresentar suas reivindicações (panfletos, cartazes com *slogans,* muitos deles tradicionais no "repertório" do movimento feminista). Será o repertório o mesmo e as diferenças retratam apenas uma nova onda do feminismo ou apenas uma mudança geracional?
Pensamos que o repertório modular é o mesmo (demonstrações, passeatas), mas as inovações presentes em cada um dão sentidos diferentes às marchas. Os ativistas inovaram sobre um repertório conhecido, trazendo elementos simbólicos vinculados a defesa de certos aspectos mais pontuais de suas lutas. No caso da Marcha das Vadias, elas retomaram e inovaram sobre um repertório próprio das lutas feministas, a já mencionada queima dos sutians, para bradar por liberdade de uso do próprio corpo e da sexualidade. As manifestantes se apresentam nuas ou seminuas e utilizam inscrições no corpo para defender a autonomia em relação ao uso de seu corpo e questionar a culpabilização das mulheres vítimas de violência pelos atos cometidos contra elas.
A Marcha Mundial da Mulheres também utiliza repertórios conhecidos dos movimentos sociais de trabalhadores rurais e urbanos, inovando ao relacionar bandeiras tradicionais do movimento operário ou campesino às bandeiras feministas. Além disso, ao longo das marchas incorporam de forma coletiva algumas performances locais, como e o caso da "batucada".
No entanto, as duas marchas são muito diferentes no que se refere aos seus participantes e aos seus propósitos, embora se coloquem debaixo do mesmo guarda-chuva do feminismo. A MMM se vincula mais às grandes lutas sociais (pela terra, pelo fim da exploração capitalista, etc.), enquanto que a MV é um movimento formado por pessoas de maior escolarização, ligadas às classes médias, que buscam questões mais pontuais ligadas à diversidade e à autonomia do corpo.

Considerações finais

A proposta do artigo foi pensar a temática do ativismo feminista transnacional a partir da discussão da noção de transnacionalidade e das categorias repertório de ação e performance, focando em dois exemplos contemporâneos de ação coletiva de luta por direitos das mulheres: a Marcha Mundial de Mulheres e a Marcha das Vadias.
Acordamos que as duas Marchas se tratam de redes transnacionais de ativismo feminista (ou de mulheres), que têm práticas distintas embora atuem sob o mesmo guarda-chuva (feminismo) e têm contribuído para a ressignificar a agenda política discursiva do movimento feminista. Por outro lado, a atuação transacional com a incorporação de coletivos tão diversos, gera impasses e conflitos.
Constatamos que os conceitos de repertório de ação e de performance contribuem para pensar o ativismo feminista contemporâneo. A utilização por parte das duas Marchas do mesmo repertório modular parece confirmar a afirmação de que existe um limite de opções existentes, para um dado tempo e local, das formas aceitáveis de se promover ações coletivas. As distintas performances presentes nas ações das Marchas, também levam a crer que as ativistas inovam sobre um repertório já conhecido.
Por fim, acreditamos que o diálogo entre nossos olhares distintos (uma cientista política e uma socióloga) sobre os mesmos objetos e a conseqüente necessidade de elasticidade para acordos demonstra o quanto o trabalho conjunto é instigante em termos acadêmicos, resultando em questões para uma nova agenda de pesquisa:

- ✓ Como apontado no artigo, as dinâmicas de confronto envolvem, cada vez mais outras organizações além dos Estados Nacionais. No entanto, este ainda possui, pelo menos nos países democráticos, a prerrogativa de monopólio do uso legítimo da força dentro de um território para a manutenção da ordem social. Como

pensar as ações coletivas de confronto que ultrapassam as fronteiras nacionais? O que há de comum e de múltiplo entre elas? Como explicar as manifestações (jornadas de jovens) que estão acontecendo em países distintos?

- ✓ Em que medida as Tecnologias de Informação Comunicação (TICs), que possibilitaram o surgimento da internet e das redes sociais, têm propiciado a construção de novos espaços de socialização e de produção de referências culturais, interferindo diretamente nos processos de confronto político (na arregimentação de participantes, na difusão de repertórios, nos enquadramentos interpretativos)?
- ✓ Como pensar o feminismo neste novo contexto? As diversas manifestações feministas (e de mulheres) com a inclusão de novos sujeitos representam uma nova onda do feminismo? A teoria feminista consegue dar conta do papel das mulheres nas jornadas de jovens que estão acontecendo?

Referências bibliográficas:

ABERS, Rebecca & BÜLOW, Marisa (2011), "Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?", *Sociologias*, 28 (3), pp. 52-84.

ALONSO, Ângela (2009), "As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate", Lua Nova, 76, pp. 49-86.

BENHABIB, Seyla (1996), Democracy and Difference, Princeton: Univ. Press.

BRINGEL, Breno & FALERO, Alfredo (2008), "Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial". *Caderno CRH*, 53 (21), pp. 269-288.

COHEN, Jean & ARATO, Andrew, *Civil Society and Political Theory,* Cambridge: Mit Press, 1992.

FRASER, Nancy (2009), "O feminismo, O capitalismo e a astúcia da história", *Revista mediações,*14 (2), pp. 11-33.

FRASER, Nancy (2007), "Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação", *Revista Estudos Feministas*, 15 (2), pp. 295-307.

GOMES, Carla & SORJ, Bila (2014), "Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil", *Revista Sociedade e Estado*, 29, (2), p. 443-447.HELENE, Diana (2013), "A Marcha das Vadias: o corpo da mulher e a cidade", *Redobra11,* 4, (1), pp. 68 -79.

McAdam, Doug, Tarrow, Sidney & Tilly, Charles (1996), To Map Contentious Politics", *Mobilization: An International Quarterly*, (1) 1, pp. 17-34.

MASSON, Dominique (2006), "Escala geográfica e transnacionalização: análise sobre movimentos sociais e de mulheres", 48 (19), pp. 445-459.

MOND, Nadia de (2003), "Construindo espaços transnacionais a partir dos feminismos", *Revista Estudos Feministas,* 11 (2), p. 637-643.

PINT0, Céli (2010), "Feminismo, História e Poder", *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, 36 (18), pp. 15-23.

SCHERER-WARREN, Ilse (2006), "Das mobilizações às redes de movimentos sociais", *Sociedade e Estado,* 21 (1), pp. 109-130.

TARROW, Sidney (2009), *O poder em movimento,* Petrópolis: Vozes.

TILLY, Charles & TARROW, Sidney (2007), *Contentious Politics,* Boulder: Paradigm Publischers.

TILLY, Charles (2006), Regimes and Repertoires, Chicago: The University Chicago.

TORNQUIST, Carmen & FLEISCHER, Soraya (2012), "Sobre a Marcha Mundial das Mulheres: entrevista com Nalu Faria", *Estudos Feministas*, 20 (1), pp. 291-312.

YOUNG, Íris (2000), *Inclusion and Democracy,* Oxford: University Press.

GT 13
Desigualdade Social, Política Pública e Inovação Social

Política nacional de educação permanente do SUAS: um dos caminhos que materializam a área da Gestão do Trabalho no SUAS

Miriam de Souza Leão Albuquerque
Assistente social, mestre em educação pela Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP/SP (2003) e doutora em serviço social pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (2008). Professora adjunto em serviço social – SER da
Universidade de Brasília - UNB
miriamsla@unb.br

Eliana Teles do Carmo
Especialista em Gestão de Políticas Públicas de
Proteção e Desenvolvimento Social
eliana.teles@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre a necessidade de consolidar a Gestão do Trabalho no âmbito do Sistema Único da Assistência Social- SUAS como área estratégica, visando o aperfeiçoamento da gestão e a potencialização dos serviços e benefícios socioassistenciais da Política Nacional de Assistência Social- PNAS/2004, implica consolidar o pacto federativo afirmando a cooperação entre os entes federados.

É grande o desafio imposto à atual realidade brasileira mediante a ofensiva neoliberal (contrarreforma do Estado) pós anos de 1990 com o fenômeno da reestruturação produtiva do mundo do trabalho. As metamorfoses do trabalho implicaram na necessidade da PNAS romper com padrões historicamente estabelecidos de práticas assistencialistas, demandando a necessidade de se profissionalizar o SUAS, contudo, observa-se em pleno século XXI, registros consideráveis de vínculos e relações de trabalho precarizados e instáveis com indefinições de papéis, baixos salários, altas rotatividades, terceirizações, entre outros.

Dessa forma, a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS-PNEP/SUAS- 2013 institui um novo tempo na relação de educação e trabalho para os profissionais que fazem o SUAS, valorizando-os com princípios orientadores da interdisciplinaridade, aprendizagem significativa, historicidade. Fundamentados na crítica reflexiva dos próprios trabalhadores no exercício profissional cotidiano. Os Núcleos de Educação Permanente, os Observatórios e a Supervisão Técnica são ferramentas da Política que desafia a implementação dos percursos formativos (Formação Técnica de Nível Médio; Aperfeiçoamento; Especialização; Mestrado), juntamente com a Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS para fortalecer os processos de trabalho e as equipes de referência contemplados na NOB/RH/SUAS-2006.

2. GESTÃO DO TRABALHO NO SUAS

Gestão do Trabalho: a busca pelos sentidos do trabalho no âmbito do SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL-SUAS

A instituição da Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS como área estratégica, objetiva contribuir com o aprimoramento da gestão e com a qualidade dos serviços e benefícios socioassistenciais, além de contribuir para o rompimento de marcas constantes de descontinuidade, fragmentações e ações pontuais combinadas com o assistencialismo e à cultura política do primeiro-damismo:

> Para a implementação do SUAS e para se alcançar os objetivos previstos na Política Nacional de Assistência Social-PNAS/2004, é necessário tratar a gestão do trabalho como uma questão estratégica. A qualidade dos serviços socioassistenciais disponibilizados à sociedade depende da estruturação do trabalho, da qualificação e valorização dos trabalhadores no SUAS (NOB-RH/SUAS, 2009, p.15).

A busca pela profissionalização do SUAS sinaliza que o Sistema avançou e, hoje, requer novos saberes profissionais dos seus trabalhadores. Dessa forma, algumas reflexões merecem destaques: quais os sentidos do trabalho desenvolvidos pelos profissionais? Que trabalho é esse? Quais as mediações necessárias nas relações sociais que perpassam os sujeitos envolvidos no SUAS?

Objetivando responder ao novo momento do SUAS, faz-se relevante trazer para o debate a centralização do trabalho como categoria fundante do ser social (ANTUNES, 1999). A temática do trabalho vem a cada ano ocupando sua centralidade no Sistema.

> O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza {...} A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeças e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, K. 2013, p. 255)

É pelo trabalho, em sua realização cotidiana, que os seres humanos se distinguem dos animais. A definição de trabalho elaborada pelo MARX considera que não se trata de uma atividade instintiva animal. *"O que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade"* (MARX, 2013, p. 255). Os seres humanos por possuírem o caráter teleológico, ou seja, o pensamento (a consciência) e a vontade de realização são as condicionantes que determinam a diferença entre o trabalho humano do animal.

No modo de produção capitalista, a corrente histórico-dialética representada por Karl Marx, define o sistema como um modo de produção que iniciou no século XVI e consolidou-se no ocidente com a Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII e hoje predomina no cenário mundial. Por modo de produção entende-se a forma como são produzidos e apropriados os meios de produção e as relações que se estabelecem entre os homens a partir da sua vinculação com a estrutura de produção (MARX, 2013); tratando-se, assim, de um sistema de produção de mercadorias.

A produção e reprodução social são inseparáveis. A produção é para Marx um processo que se constitui o ser social, o momento da passagem ontológica entre o ser meramente natural para o ser social (MARX, 2013). É o momento em que o homem cria sua própria história. E na base dessa história social se encontra o trabalho. Nas sociedades capitalistas a dimensão do trabalho faz com que a produção da subsistência (valor-de-uso) perca espaço diante da supervalorização do valor-de-troca (mercadoria), pois o que importa agora não é o conteúdo do trabalho, mas a sua quantidade, ou seja, só se considera criador de valor o tempo de trabalho socialmente necessário.

> Sabe-se que, no universo da sociabilidade produtora de mercadorias, cuja finalidade básica é a criação de valores de troca, o valor de uso das coisas é minimizado, reduzido e subsumido ao seu valor de troca. Mantém-se somente enquanto condição necessária para a integralização do processo de valorização do capital, do sistema produtor de mercadorias. (ANTUNES, 1999, p. 76-77)

Diante do exposto e com as transformações do mundo do trabalho na sociedade capitalista, cabem as seguintes indagações: existem possibilidades de práticas profissionais que garantam alguma satisfação para os trabalhadores do SUAS como possibilidade de criação? Ou o trabalho no SUAS existe a predominância da precarização e aviltamento das condições de trabalho?

HELLER (1987) ilustra afirmando duas dimensões do trabalho: a primeira como *work* e a segunda, *labour*. *Work* quando cria valores úteis e *labour* como atividade cotidiana constituída de princípios negativos, penoso.

> Se um produto não satisfaz nenhuma necessidade social ou é fabricado em um tempo de trabalho superior ao socialmente necessário, não se pode falar de work e sim de labour" (HELLER, 1987, p. 120).

O advento da reestruturação produtiva consolidada no Brasil a partir dos anos 1990 provocou mudanças na forma dos homens produzirem e acumularem riquezas, como também nos padrões de controle e distribuição da mesma. Essa nova forma ofensiva do capital, sob a era neoliberal, proporciona um mercado de trabalho flexível, perverso, pautado na precarização do trabalho e do salário.

Desse modo, é fundamental repensar a racionalidade dos processos de trabalho no SUAS e o reconhecimento, como a valorização dos profissionais que fazem o próprio Sistema e são partícipes das relações de trabalho no contexto da atual sociedade salarial.

> Os profissionais e gestores tem que estar atentos a isso, caso contrário, estarão dando respostas velhas para problemas novos, ou ainda, insistindo em procedimentos e processos de trabalho ultrapassados para atender demandas incompatíveis com esses processos {...} não apenas pela dominação da gestão do trabalho como um dos seus eixos basilares, mas também, pelo aumento expressivo da força de trabalho nessa área (PAULA, R. 2014, p. 227 e 230).

No âmbito da Política Pública da Assistência Social, existem 259.887 trabalhadores nas gestões municipais e estaduais (considerando os trabalhadores lotados nas unidades públicas que ofertam serviços socioassistenciais) (MDS/DGSUAS/CGSVS-2012). Quando analisamos os dados dos trabalhadores nos equipamentos públicos e entidades socioassistenciais fica evidente a predominância da precarização das condições de trabalho, neste contexto, amplos contingentes de trabalhadores flexibilizados, informalizados, precarizados, pauperizados, desprovidos de direitos e desprovidos de organização coletiva (ANTUNES, 2005).

Segundo os dados do CensoSUAS/2012 referentes a Gestão Municipal, revelam uma predominância da precarização dos vínculos trabalhistas na PNAS com 51,1% de trabalhadores com "vínculos comissionados" e "outros vínculos", o que confirma o exposto acima sobre a existência da flexibilização do campo de trabalho com elevado percentual de pessoas comissionadas e terceirizadas.

Os dados do CensoSUAS/2012, ainda revelam o baixo nível de escolaridade dos trabalhadores da Assistência Social, observamos a predominância de trabalhadores do Ensino Médio com 49,0% (quarenta e nove por cento), em seguida os trabalhadores de nível superior com 32,6% (trinta e dois, seis por cento), e, finalmente os de nível fundamental, perfazendo um percentual de 17,7% deles.

Assim, torna-se relevante discutir as questões presentes no debate atual entre educação e trabalho, salientando a qualificação sócio-profissional neste contexto de competitividade, desemprego rotatividade entre os trabalhadores do Sistema.

Segnini (2000), ao discutir a relação entre educação e trabalho, chama a atenção sobre os discursos e as políticas presentes na sociedade em diferentes esferas e os elementos contraditórios que os envolvem. Assim, propõe:

> [...] chamar atenção para a relação educação, trabalho e desenvolvimento percorrendo caminhos contra-corrente dos discursos e políticas observados neste momento, formulados com freqüência pelos organismos internacionais reguladores (Banco Mundial, FMI e outros), pelo Estado, instituições representantes de interesses patronais, instituições representantes de trabalhadores, empresas, imprensa e um grande número de pesquisas científicas. Parece haver uma névoa que encobre essa

> relação, ou melhor, não é possível enxergá-la bem porque é portadora de excesso de luminosidade e forma um dos elementos que constroem o consenso, no interior de conflitos antagônicos (SEGNINI, 2000, p. 72).

Essas questões têm implicações concretas na esfera da relação entre educação e trabalho. As novas formas de emprego conduzem o trabalhador à flexibilidade, devendo estar preparado não para uma tarefa pontual, mas para adaptar-se às flutuações de demanda.

Estas análises podem ser comprovadas observando-se dados citados acima do Censo SUAS/2012 na Gestão Municipal quando se observa um percentual elevado de trabalhadores de nível médio 49,0% (quarenta e nove por cento), no âmbito da execução da PNAS, considerando, inclusive os trabalhadores que estão lotados nos equipamentos públicos da Assistência Social (CRAS, CREAS, CENTRO POP) nos quais são ofertados serviços e benefícios socioassistenciais.

Esse contexto de escolaridade e vínculos precarizados (traduzidos em vínculos instáveis, indefinições de papéis, remuneração aviltante, alta rotatividade, entre outros) praticados historicamente na área da assistência social, cria tensões que devem ser consideradas já que se pretende consolidar a Gestão do Trabalho traduzida na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos- NOB-RH-SUAS/2006 que tem como uma das suas estratégias a desprecarização do trabalho a partir da introdução pelo Conselho Nacional da Assistência Social- CNAS da Política Nacional de Educação Permanente – PNEP/SUAS com a educação permanente, os observatórios de boas práticas, a supervisão técnica, os planos de cargo, carreira e salários, as mesas de negociação. Tudo isso para fortalecer os processos de trabalho e as equipes de referência contemplados na NOB-RH-SUAS/2006.

Dessa forma, um olhar mais determinado para a Gestão do Trabalho credenciam os profissionais como sujeitos centrais para o desenvolvimento qualitativo dos serviços e benefícios prestados no âmbito da assistência social.

3. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO SUAS

O reconhecimento da necessidade da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS- PNEP/SUAS para o SUAS advém desde o primeiro momento dos debates e deliberações das conferencias de Assistência Social, mas com muitos desafios históricos e conquistas a serem perseguidas.

A Política Nacional de Educação Permanente do SUAS- PNEP, aprovada pela Resolução do CNAS, nº 04 de 13 de março de 2013, tem por objetivo mais geral institucionalizar, no âmbito do SUAS, a cultura de Educação Permanente, contribuindo para sua profissionalização no que diz respeito à gestão, ao provimento dos serviços sociassistenciais e ao controle social. É uma perspectiva inovadora, concebida no contexto democrático e participativo do próprio Sistema que envolveu amplo debate com gestores das três esferas federativas, trabalhadores, conselheiros e usuários ao longo de toda trajetória da Política Nacional de Assistência Social- PNAS/2004.

A PNEP ressalta duas grandes dimensões: a dimensão Trabalho e a dimensão Pedagógica.

Para a materialização da PNEP, os processos de trabalho e as práticas cotidianas dos trabalhadores do SUAS assumem papel fundamental, constituem pois, a *dimensão trabalho*, explicitando uma visão de educação atrelada a prática. Planejar, ofertar e programar ações em consonância com as questões sociais e no dia-a-dia procurar perceber os problemas e dificuldades que surgem no próprio processo de trabalho, são atribuições que só podem ser "sentidas/captadas" pelos próprios trabalhadores.

Na perspectiva da PNEP, a *dimensão pedagógica* deve induzir um estágio de permanente reflexão dos seus processos de trabalho e práticas profissionais quanto ao reconhecimento dos usuários como sujeitos capazes de agir para transformação das realidades. A ação educativa orientada exige de todos os envolvidos uma postura crítica, investigativa acerca do cotidiano profissional.

Quanto aos seus princípios orientadores, a PNEP possui três: a *interdisciplinaridade*, a *aprendizagem significativa* e a *historicidade*. O princípio da i*nterdisciplinaridade* afirma que nenhum conhecimento é superior ao outro e nem substitui o outro. O mundo do trabalho exige cada vez mais a integração dos seus membros no processo de trabalho. Reconhece-se o saber específico de cada área e espera-se que eles se complementem e criem novos saberes.

O princípio da *aprendizagem significativa* é fruto de um debate atualizado e ao mesmo tempo antigo (no sentido do tempo cronológico) das práticas pedagógicas. O conhecimento, habilidades e atitudes representam competências institucionais a partir das experiências prévias do educando. Por isso, para ter bons resultados é necessário, antes de tudo ser significativo para os próprios trabalhadores (estudantes) do processo de ensino e aprendizagem.

A adoção do princípio da *historicidade* permite ao SUAS e a PNEP constituir-se nos marcos de uma data de sociedade (forma) e uma forma de relação social no campo produtivo e quais os limites dessa forma de sociedade. Que sociedade é essa? Compreensão que permite observar a lógica de funcionamento da nossa sociedade que é hoje uma lógica que produz concentração de renda e riqueza, além da expansão da pobreza. Nessa lógica poderemos reafirmar a lógica posta ou romper afirmando os princípios do SUAS e da LOAS.

Habilidade (técnica), Atitude (postura ético-política) e Conhecimento (poder), constituem o tripé de capacidade almejada para o trabalhador do SUAS. A PNEP materializa a oportunidade de oferecer aos trabalhadores do SUAS a formação para o desempenho qualificado de suas práticas profissionais e novos conhecimentos adquiridos e construídos. O Mundo do trabalho exige postura ética e a Educação Permanente do SUAS almeja isso. Desse modo, abrem-se possibilidade de construção de um futuro cada vez melhor para todos os trabalhadores (as) que compõem a Rede SUAS.

A Política Nacional de Educação Permanente está fundamentada na crítica reflexiva dos trabalhadores para a construção de novos processos de trabalho. Espera-se que o SUAS induza o debate para o surgimento de novas ocupações que o mundo do trabalho exige hoje.

Uma perspectiva relevante para dar vida a PNEP são os Núcleos de Educação Permanente do SUAS que se estabelecem como parte da configuração organizacional estratégica à implementação da PNEP/SUAS (itens 9.1 e 9.2 do Anexo à Resolução CNAS nº 04 de 2013) e se constituem como instâncias de consulta e assessoramento dos órgãos gestores do SUAS na esfera federal, estadual, distrital e municipal de governo no que diz respeito à implementação da Educação Permanente em suas respectivas jurisdições. Esses espaços são chamados a pensar a escuta de todos os sujeitos envolvidos. Qual a pauta de formação e capacitação, qual o cardápio necessário para aquela realidade profissional em determinadas regiões e suas especificidades.

Compete aos Núcleos de Educação Permanente do SUAS, segundo as Orientações Técnicas do MDS/SNAS/SAGI de maio/2014:

- Apreciar e formular propostas relativas à gestão e implementação da PNEP/SUAS no âmbito estadual ou distrital;
- Contribuir na elaboração dos respectivos planos de educação permanente, com vistas a sua aprovação pelo respectivo Conselho de Assistência Social;
- Estabelecer relações cooperativas com o Núcleo Nacional de Educação Permanente do SUAS (NUEP/SUAS) e com outros núcleos instituídos em âmbito estadual, distrital ou municipal, contribuindo para a unidade nacional e estadual no processo de implantação da PNEP/SUAS;
- Apoiar, acompanhar e avaliar o processo de implementação da PNEP/SUAS no âmbito dos respectivos estados ou do DF;
- Coordenar, em âmbito estadual ou distrital, as ações relativas à implantação do modelo ascendente de diagnóstico de necessidades e de planejamento das atividades de formação e capacitação;
-

Outro desafio à implementação da PNEP/SUAS é a estruturação da Rede Nacional de Educação Permanente do SUAS como ponto de apoio aos estados e municípios que é formada por Instituições de Ensino Superior-IES, públicas e privadas, às quais caberá colaborar com os órgãos gestores do SUAS e demais envolvidos desta política quanto:

- ✓ Elaboração e diagnóstico de necessidades de qualificação;
- ✓ Ao planejamento instrucional de ações de formação e capacitação;
- ✓ À estruturação de observatórios de práticas;
- ✓ À oferta e execução, em parceria ou sob a forma de relação contratural com órgãos gestores do SUAS, nos três níveis federativos, os tipos de ação de formação e capacitação compreendidos nos Percursos Formativos da PNEP.

A constituição da Rede Nacional de Educação Permanente do SUAS representa uma decisão inovadora para o aprimoramento dos processos formativos dos trabalhadores do Sistema, que amplia as possibilidades de parcerias junto às Instituições de Ensino Superior, não somente nas ações de capacitação dos seus trabalhadores, mas na discussão da assistência social, na consolidação do SUAS, a partir da troca de saberes que envolvam planejamento, pesquisas, extensão, definições de conteúdos, metodologias de trabalho, sistemas de avaliação, dentre tantas outras possibilidades que surgirão da decisão de desenvolver ações compartilhadas.

Nos últimos anos, a União, os estados, o DF e os municípios envidaram esforços significativos visando à qualificação dos trabalhadores no SUAS, mas as ações foram executadas sob um formato que contribuía para o caráter fragmentado e descontínuo das capacitações, como também a ausência da perspectiva político-pedagógica que servisse de orientações às ações realizadas, assim como a fragilidade ou ausência de estudos sobre necessidades de formações e capacitações visando à qualificação da gestão, do provimento dos serviços e benefícios e do controle social e, finalmente com cursos executados via processos licitatórios onde o critério preço era determinante, com implicações graves à qualidade do serviço contratado.

Desse modo, a criação da Rede Nacional de Educação Permanente objetivou a ruptura com toda essa trajetória instituída no Sistema e buscou um novo formato que ofertasse: a perspectiva político-pedagógica da educação permanente; a oferta sistemática e continuada de ações de formações e capacitações; o desenvolvimento de capacidades e competências essenciais à melhoria do SUAS, a inclusão do conjunto de trabalhadores no processo de gestão descentralizado e participativo do SUAS, além da necessidade do monitoramento e avaliação permanente das ações implementadas pelos entes envolvidos.

Importante registrar que todas as ações de formação e capacitação pelas quais tenham passado o público dessa política devem gerar a respectiva certificação fornecida pelas IES da Rede Nacional de Educação Permanente/ SUAS com os percursos formativos trilhados pelos envolvidos que deverá ser considerado na progressão funcional da carreira do SUAS.

A PNEP contempla Percursos Formativos e Atividades de Formação e capacitação que corresponde a gestão do SUAS, Provimento de Serviços e Benefícios Socioassistenciais e do Controle Social do SUAS. Seus tipos de Ações são: I- Formação Técnica de Nível Médio; II- Aperfeiçoamento, III- Especialização e IV- Mestrado. Todos com carga horária e projeto pedagógico definido previamente.

Desse modo, instituir a PNEP no SUAS é investir e consolidar práticas de estudos, pesquisas e formação profissional com a capacitação analítica para o pensar crítico e o agir qualificado e contextualizado em sua totalidade.

O refletir sobre a formação profissional no SUAS, em SUAS distintas dimensões, exige priorizar os trabalhadores, na perspectiva da sua valorização {...} implica que os trabalhadores alcancem sua dignidade no trabalho, superando a precarização, em SUAS diferentes nuances nas metamorfoses do mundo do trabalho (CARVALHO, A e SILVEIRA, I. 2011, p. 166).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecer e consolidar a Gestão do Trabalho no SUAS como área estratégica requer trabalhadores sujeito do processo de trabalho capazes de pensar, refletir e criar condições objetivas e materiais que orientam suas intervenções profissionais.

Para isto, é necessário romper com o ranço na assistência social como política subalterna, que poderia ser feita de “qualquer jeito” e “por qualquer um”, já que era vista de forma pontual, com características de benevolência, caridade, benesse, favor e não como direito do cidadão. A PNEP instituída no SUAS vem para induzir novos processos que o mundo do trabalho exige na atualidade, com vistas à melhoria de suas condições de trabalho , bem como da melhoria da qualidade dos serviços e benefícios socioassistenciais.

Qualificar e valorizar os trabalhadores da assistência foi um tema por muito tempo deixado embaixo do tapete e que agora se mostra como imprescindível para a gestão e execução dessa política pública social, fundamental para a consolidação do Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. (1999). **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 6ª edição. Campinas: Cortez, Ed. Unicamp.

_____, (2000). **Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho.** 3ª edição. São Paulo: Boitempo.

_____, (2005). **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do Trabalho**. São Paulo: Boitempo.

ARENDT, H., (1987), **A condição humana**. RJ: Forense Universitária.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília (2004).

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social** – Lei 8.742/1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **GESTÃO DO TRABALHO NO ÃMBITO DO SUAS: uma contribuição necessária**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social (2011).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **SUAS: Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS-NOB-RH/SUAS**. Brasília (2006).

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Capacitação e Educação Permanente- PNEP** (2013).

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS 2012.** Brasília. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social (2012).

CARVALHO, Alba Maria Pinho de, e SILVEIRA, Irma Martins Moroni da. A consolidação da assistência social como política pública no século XXI: o desafio da educação permanente como princípio estratégico na gestão do trabalho. In: **GESTÃO DO TRABALHO NO ÃMBITO DO SUAS: uma contribuição necessária**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social (2011).

MARX, K. (2013), **O Capital**, Livro I, v.1, RJ: Bertrand Brasil.

SANTOS PAULA, Renato Francisco dos. **O Sistema Único de Assistência Social no contexto da gestão pública brasileira: desenvolvimento e "questão social":** volume 2/ Renato Francisco dos Santos Paula- São Paulo: Livros Negócios Editoriais (2014).

SEGNINI, L. (2000). Educação e Trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. In: **Revista São Paulo em Perspectiva,** 14 (2).

SPOSATI, A. (2012). Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva o Brasil.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO.

TAVARES, M.C.; FIORI, J. L. **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes (1997).

Tranferência de renda como suporte para redução das desigualdades sociais?

Ana Cristina Brito Arcoverde
Universidade Federal de Pernambuco ana.arcoverde@gmail.com
Professora Titular do Departamento e da Pós-Graduação em Serviço Social,
Mestre em Serviço Social, Doutora em Sociologia pela Université de Paris III, La Sorbonne Nouvelle, Pesquisadora 1 A do CNPq , e Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas ARCUS/UFPE.

Helena Lúcia Augusto Chaves
Universidade Federal de Pernambuco
helena.chaves@gmail.com
Professora Associada do Departamento e da Pós-Graduação em Serviço Social, Mestre em Serviço Social e Doutora em Sociologia, líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Política pública e Sociedade – GEPPS/UFPE.

RESUMO: Pretende-se refletir sobre a importância das políticas de transferência de renda para o enfrentamento das desigualdades sociais no Brasil e estratégias de inovação social implementadas no contexto da globalização. A concepção de desigualdade social focalizada na renda é um pensamento reducionista em relação à complexidade que essa questão envolve. O fator econômico, relacionado ao aumento do poder aquisitivo e da condição de consumidor, não pode ser considerado como único aspecto na questão do enfrentamento da pobreza. O acesso a uma renda mínima de sobrevivência proveniente de programas assistenciais não capacita o cidadão ao exercício e usufruto de bens e serviços como direito. As desigualdades não são naturais, mas determinadas socialmente no modo de produção e reprodução social. Essas determinações desencadeiam uma resposta do Estado por meio de políticas públicas de corte social. Estratégias públicas e inovações sociais reduzem as desigualdades, porém não as eliminam, nem interferem na raiz do problema.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdades Sociais; Transferência de Renda; Políticas Públicas; Inovação Social; Cidadania.

1. INTRODUÇÃO:

As desigualdades sociais e o enfrentamento dessa questão é uma preocupação que afeta as nações, as sociedades, as nacionalidades e as cidadanias de todos os povos. Essa constatação se expressa nas mais diversas formas de pobreza, miséria, fome, exploração e riscos a que populações vulneráveis estão expostas, tanto nos países de origem como em outros países para onde migram.

A abundância conquistada com a produção do excedente no capitalismo resulta em escassez para uma grande maioria que se encontra excluída do mercado de trabalho e do acesso às condições de vida dignas providas pelo trabalho. A escassez no mundo atual configura-se de forma abrangente significando não apenas a falta de condições de sobrevivência por parte da humanidade, que se encontra em situação de vulnerabilidade social. Mas, também a falta de recursos naturais, necessários à sobrevivência no planeta nos padrões constituídos pela humanidade em seu processo civilizatório. A condição de pobreza da população, que num passado remoto caracterizava a realidade dos países do Sul, atualmente é vivenciada também pelos países do Norte, instalando

uma crise duradoura e de difícil resolução. O agravamento dessa crise mundial torna-se visível nas proporções tomadas pelas desigualdades sociais, as quais cresceram em intensidade e em complexidade.
No âmbito do processo de globalização, desencadeado como solução para os problemas da sociabilidade em curso, ainda não foi possível encontrar alternativas que resolvam a equação de equalização entre abundância e escassez. Diante das proporções e da natureza do problema, o enfrentamento dessa questão só é possível de ser realizado através do Estado em ações conjuntas com a sociedade. Ações governamentais precisam ser empreendidas e ações sociais tornam-se necessárias. Essas ações por parte do governo e da sociedade não solucionam o problema em suas raízes, mas possibilitam uma melhoria nas condições de vida dessas populações.
Seriam os programas sociais de transferência de renda a saída para possibilitar a redução das desigualdades sociais? Que outras estratégias de ação poderiam ser adotadas pelos governos? Essa reflexão é o objeto de discussão desse trabalho, enfocando a particularidade da experiência brasileira no combate a pobreza.
Portanto, o debate sobre as desigualdades sociais no Brasil inicia essa discussão, enfocando diferentes pontos de vista e apresentando dados oficiais indicativos dessa questão. Em seguida são destacadas as políticas públicas e os programas de transferência de renda, implementados como estratégias de enfrentamento a esse problema, no âmbito governamental e social brasileiro. E, por fim, é feito um balanço das principais constatações desse problema e das alternativas mais exitosas para o enfrentamento da questão das desigualdades sociais.

2. Desigualdades sociais no Brasil:

Desigualdades sociais no Brasil é fenômeno histórico complexo e inconsensual dentre estudos e seus estudiosos, sejam eles de orientação liberal, social liberal ou neoliberal, socialdemocrata ou materialista histórico e, ou dialético. No passado longínquo, quanto na atualidade, a divergência persiste quanto à sua origem (natural ou física, moral ou política, ou inerente à natureza da sociedade fundada na propriedade e no modo de produção capitalista) e, mais ainda, quanto à sua reprodução, e à responsabilidade pelo seu enfrentamento .
As explicações sobre a origem das desigualdades sociais (físicas, econômicas, políticas) em geral, informam e sustentam responsabilidades, bem como a construção das soluções para sua redução e, ou extinção. A despeito de seu entendimento e orientação de ações nessas direções o fenômeno persiste e desafia líderes e gestores públicos de todos os países, particularmente países com desigualdades sociais extremas, como é o caso brasileiro.
Do ponto de vista liberal ou neoliberal as desigualdades sociais seriam uma condição produzida individualmente e, portanto, sua superação seria de responsabilidade do próprio sujeito que lhe deu causa, e resolvida no âmbito do mercado. Para sociais democratas, as desigualdades sociais seriam resultantes da opção política por um determinado modelo econômico e político cuja solução em nível local, nacional ou global, dependeria da adoção de um outro modelo econômico e político, sendo o Estado seu grande protagonista. Os críticos desses pontos de vista, que enfatizam ora a dimensão econômica, ora a política, ou ambas os consideram reducionistas, e defendem que as desigualdades sociais são estruturais ao modo de produção e reprodução capitalista, mas também à inserção subordinada do Brasil no mercado mundial (Castelo, 2008, p.30), sem condição de superação no e pelo mercado, ou pelo Estado que protege em última instância os interesses do capital.
Seguindo tendência que enfatiza a dimensão mais econômica do fenômeno a concepção de desigualdade social focaliza a renda e nela a reduz em detrimento da complexidade que possui ou está envolvida. O fator econômico ou de renda, relacionado ao aumento do poder aquisitivo e da condição de consumidor, não pode ser considerado como único aspecto na questão do enfrentamento e solução das desigualdades sociais. As desigualdades sociais que sustentam a pauperização absoluta, conforme afirma NETTO (2006),

> podem ocorrer mesmo quando as condições de vida dos trabalhadores melhoram, com padrões de alimentação e moradia mais elevados; ela se caracteriza pela redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas. (NETTO, 2006:135)

Assim, o acesso a uma renda mínima de sobrevivência proveniente de programas assistenciais igualmente não capacita o cidadão ao exercício e usufruto de bens e serviços como direito. Ainda que a renda mínima possa se constituir um direito a sua natureza compensatória apenas impacta na melhoria imediata e restrita do acesso e usufruto que ela permite, mas ela não permite autonomização do sujeito em relação à sua sobrevivência. Permanecendo, portanto, dependente de sua oferta. Nesse trabalho, defendemos, portanto, que as desigualdades sociais não são naturais, mas determinadas socialmente pelos modos de produção e reprodução social, e ainda mais pela natureza apenas compensatória das políticas e programas sociais públicos. As desigualdes sociais, implicam, portanto, além da dimensão econômica as dimensões social e política, e o exercício de cidadania.

As particularidades brasileiras no que se referem às históricas e persistentes desigualdades sociais são atribuídas ao seu passado colonial, estrutura da terra assentada no latifúndio e na escravidão, mas também ao processo de modernização, aos projetos de industrialização, aos modelos de desenvolvimento, e ao processo redistributivo assimétrico e irregular, além do atraso na incorporação da questão social em sua múltipla dimensionalidade e complexidade na agenda pública. (CARDOSO JR. E POCHMANN, 2001). De um lado o Brasil é considerado um país rico, mas é o quarto país mais desigual da América Latina e ocupa a 11ª posição em nível mundial. «Ou melhor, o Brasil não é um país pobre, mas um país extremamente injusto e desigual, com muitos pobres». (BARROS et al, 2001, p.23.)

Apesar da melhora dos últimos resultados divulgados pelo Atlas de Desenvolvimento Humano – IDH, em 25 de novembro passado, PNAD/2013, segundo o qual as desigualdades sociais entre norte e sul no Brasil diminuiram nos últimos 10 anos em 11,8 pontos percentuais, passando de 22,1% para 10,3%, e atribuído principalmente ao indicador educação, elas permanecem significativas nos municípios brasileiros. O IDH sintetiza os indicadores de saúde - oportunidade de levar uma vida longa e saudável, de educação – ter acesso ao conhecimento e de renda – poder desfrutar de um padão de vida digno. (PNAD, 2013)

Conforme indica o PNAD/2013 «entre 2000 e 2010, as 16 Regiões Metropolitanas (RMs) pesquisadas registraram avanços no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), e em todos os outros 200 indicadores socioeconômicos levantados». Os dados apresentados, no referido documento, demonstra que «atualmente, todas as regiões metropolitanas pesquisadas se encontram na faixa de alto desenvolvimento humano, com IDHM acima de 0,700». As regiões metropolitanas brasileiras são: Belém, Belo Horizonte, Cuiabá, Curitiba, Distrito Federal, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Luis, São Paulo e Vitória. Mas, o próprio PNADM referenciado esclarece que mesmo com o avanço generalizado, o ritmo de crescimento entre elas não foi o mesmo. «As Regiões Metropolitanas – RMs , que possuíam os menores indicadores, tiveram um ritmo de crescimento mais acelerado do que as que já estavam em patamares mais altos de desenvolvimento humano, o que contribuiu para a redução do hiato entre elas». Mas o ritmo de crescimento, mais ou menos acelerado, não eliminou as desigualdades sociais.

Consultando os últimos resultados sobre O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH que sintetiza dados sobre a renda, longevidade e educação, e o índice de Gini dos estados brasileiros podemos verificar que eles apresentaram desempenho satisfatório significativo, nos últimos dez anos. O melhor IDH do país pode ser encontrado em São Paulo que afixa 0,794, enquanto o menor está em Manaus com 0,720. Segundo o PNAD/2013, a menor renda encontrada no país é de R$ 326,91, e está em São Luis, capital do estado do Maranhão, situado na Região Norte, enquanto a maior renda apresentada chega a R$ 7.713,42 e está em São Paulo. Ou seja, apesar de IDH municipal acima de 0,700 no país, e que pode ser considerado elevado, levando em conta apenas a renda, e de dois municípios limítrofes, constata-se que em São Paulo ela é 23.59 vezes maior do que a renda em São Luiz, sinalizando entre essas duas regiões metropolitanas desigualdade abissal. É preciso lembrar ainda que esses resultados não significam a existência de desigualdades somente entre as regiões do país, mas elas estão presentes no interior de cada região metropolitana. Assim, as desigualdades sociais «surpreendem tanto por sua intensidade como, sobretudo, por sua estabilidade. Desigualdade extrema que se mantém inerte, resistindo às mudanças estruturais e conjunturais das últimas décadas» (BARROS et al, 2001, p.13.).

Outro indicador que pode expressar e confirmar as desigualdades sociais num país como o Brasil que não é pobre, mas mantém historicamente, em detrimento de medidas e intervenções públicas distributivas de bens e serviços, parte significativa de sua população em condição de pobreza absoluta ou relativa tendo como raiz a desigualdade social entre quem trabalha e quem acumula riquezas é o indicador de gini.

O coeficiente de gini (PNAD/IBGE, 2013) calcula a desigualdade de distribuição de renda, sendo zero a completa igualdade de renda e um corresponde à completa desigualdade, ou seja: uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada tem. Dentre os 27 estados da federação brasileira o que apresenta a menor desigualdade na distribuição de renda é Santa Catarina com 0,436, na região sul, e a maior desigualdade de distribuição de renda é encontrada no estado da região norte, o Piauí, que afixa 0,566 de coeficiente de gini. Portanto, se ainda é um desafio chegar à completa igualdade de renda nos demais estados brasileiros para se aproximarem de um coeficiente de gini de soma zero, para o Piauí, que apresenta 0,130 pontos de diferença em relação ao estado com menor desigualdade de distribuição de renda, torna-se tarefa hercúlea.

Merece destaque confirmando a observação acima de que as desigualdades sociais não estão presentes apenas entre as regiões Norte e Sul, pois São Paulo ocupa a 14ª posição em relação a desigual distribuição de renda com 0,474 de coeficiente de gini e o Maranhão a 23ª posição com 0,545, ou ainda: o estado de Rondônia ocupa a 2ª e o Acre a 3ª posição de menor desigualdade na distribição de renda com coeficientes de gini de 0,442 e 0,452 respectivamente e, no entanto, esses dois últimos são estados da Região Norte do país.

As desigualdades sociais, portanto, diminuíram no último decênio no Brasil, mas continuam presentes e renitentes em todos os municípios e estados brasileiros. Esse caráter persistente das desigualdades sociais comprova o traço constitutivo do nosso modo de produção/reprodução e da intervenção pública no seu enfrentamento. Em outros termos, sugerem que os esforços e as estratégias em termos de políticas públicas de corte social que garantem direitos são limitados sinalizando acesso, usufruto de bens socialmente produzidos e de serviços, e o exercíco da cidadania, ainda, restritos no país.

Diante das evidentes desigualdades, que compõem a realidade brasileira, a política pública vem sendo alvo de ação governamental de forma contínua desde janeiro de 2004, quando foi criado o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com a missão de «promover a inclusão social, a segurança alimentar, a assistência integral e uma renda mínima de cidadania às famílias que vivem em situação de pobreza». A estratégia utilizada de enfrentamento as questões relacionadas à pobreza apresenta uma programática, fundada em ações de transferência de renda com condicionalidades, gerando impactos positivos nos índices, que medem as condições de sobrevivência e a qualidade de vida da população. Essas políticas e esses programas serão objeto de reflexão no próximo item.

3. Políticas Públicas e Programas de Transferência de Renda no Brasil

O status de cidadania e a condição de usufruir de bens e serviços como direito são aspectos fundamentais para compreender os limites e o alcance das políticas públicas e dos programas de transferência de renda. As políticas públicas concebidas em seu sentido restrito que se refere às ações desenvolvidas pela intervenção do Estado para fazer frente às reivindicações e necessidades sociais, demandadas pela sociedade. E os programas de transferência de renda entendidos como programas da política social setorial que se destinam a promoção da cidadania e inclusão social a partir da transferência de recursos monetários na forma de bolsa ou auxílios financeiros para pessoas em situação de pobreza e pobreza extrema, as chamadas pobrezas relativa e absoluta.

A modalidade de bolsa ou auxílio adotada na implementação da política social brasileira foi uma estratégia utilizada para possibilitar a ampliação da escala de oferta dos benefícios, considerando o tamanho da população brasileira, que se encontra na condição de pobreza. Outro fator que interfere na adoção do modelo refere-se ao princípio da «irredutibilidade do valor do benefício», que de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil/1988 e da Lei Orgânica da Seguridade Social (Lei Nº 8.212, de 24 de julho de 1991), fundamentos da Política de Seguridade Social brasileira em vigor, não pode ser de valor inferior ao salário mínimo instituído.

Nesse sentido, no Brasil é mantido um único programa componente da Política de Assistência Social e gerido pela Previdência Social, que atende a essa exigência. É o «Benefício de Prestação Continuada», que consiste no pagamento de um salário mínimo aos beneficiários, constituídos por pessoas idosas a partir de 65 anos e por pessoas com deficiência, que não tenham condição de prover sua sobrevivência, nem de tê-la provida pela família.

Os demais programas componentes da política social brasileira são implementados na modalidade bolsa ou auxílio, cujos valores são variáveis em cada programa e isoladamente não representam valor significativo para fazer frente às necessidades de sobrevivência. O que possibilita o impacto positivo atribuído a esses programas como a redução da pobreza e a melhoria em alguns indicadores de desenvolvimento social é a inserção da pessoa ou família beneficiária em vários programas interligados e complementares. Essa estratégia presente na concepção e implementação da política constitui-se atributo de grande relevância no enfrentamento da pobreza. O acesso a uma renda mínima de sobrevivência proveniente de programas assistenciais possibilita a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da condição de vulnerabilidade social, a que está submetida grande parcela da população brasileira.

O instrumento de coleta e gestão dos dados para identificação de todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil é informatizado e denomina-se Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. As informações são registradas pelos municípios e com base nesses dados o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome seleciona as famílias que serão beneficiadas, pois nem todas as famílias em situação de pobreza tornam-se beneficiárias.

A experiência mais exitosa de implementação de programas interligados e complementares no âmbito da política pública brasileira é o Programa Bolsa Família, cuja gestão, descentralizada e compartilhada entre União, estados, Distrito Federal e municípios, é instituída pela Lei Nº 10.836/04 e regulamentada pelo Decreto Nº 5.209/04. Esse é um programa de transferência direta de renda, dimensionado em uma escala de grandes proporções, abrangendo todo território nacional e atendendo aproximadamente 14 milhões de famílias, que se encontram em situação de pobreza e de extrema pobreza com renda familiar per capita inferior a R$ 77,00 mensais.

O Programa atua com benefícios variados de acordo com as necessidades familiares. O valor repassado se diferencia nas diversas modalidades de benefício, incluindo o valor básico e os valores variáveis, os quais abrangem segmentos familiares diferentes. Para os jovens adolescentes é concedido o benefício variável adolescente/jovem (BVJ); para gestantes, o benefício variável gestante (BVG) e para mães que estão amamentando, o benefício variável nutriz (BVN). O valor do benefício varia de acordo com a renda mensal da família por pessoa, com o número de crianças e adolescentes de até 17 anos e com o número de gestantes e nutrizes componentes da família.

A transferência de renda constitui um dos eixos estruturadores desse programa, composto também pelas condicionalidades e pelas ações e programas complementares. As condicionalidades referem-se a compromissos a serem cumpridos pela família relacionados à educação e saúde para permanecer como beneficiária do programa. E as ações e programas complementares buscam promover o desenvolvimento das famílias para que elas consigam sair da situação de pobreza e vulnerabilidade social.

As condicionalidades na área de educação referem-se à manutenção de matrícula das crianças e adolescentes em estabelecimento regular de ensino; à garantia de manutenção de no mínimo 85% da carga horária mensal do ano letivo de frequência escolar e à informação ao órgão gestor do Programa Bolsa Família no município sobre a ocorrência de mudança de escola ou de série dos dependentes de 06 a 15 anos para possibilitar o acompanhamento da frequência escolar.

As condicionalidades na área de saúde abrangem duas categorias. Para os responsáveis por crianças menores de 07 anos é exigido que conduzam a criança às unidades de saúde e aos locais de vacinação para manter atualizado o calendário de imunização, e para a realização do acompanhamento do estado nutricional e do desenvolvimento da criança, além da realização de outras ações constantes no calendário mínimo do Ministério da Saúde. O cartão de saúde da criança é exigido para o atendimento. Para as gestantes e nutrizes é exigido a inscrição no pré-natal e o comparecimento às consultas na unidade de saúde mais próximas da residência, portando o cartão da gestante. Também é exigida a participação em atividades educativas referentes ao aleitamento materno e à alimentação saudável.

Para o Benefício Variável Jovem as condicionalidades referem-se à matrícula na escola e à frequência mensal igual ou maior que 75%. Em caso de descumprimento o jovem recebe advertência no primeiro registro, suspensão no segundo registro e cancelamento do benefício no terceiro registro de descumprimento das condicionalidades. Os demais benefícios recebidos pela família não são afetados.

A família que descumpre as condicionalidades sofre advertência na primeira ocorrência e a partir da segunda fica sujeita às sanções de bloqueio do benefício por um mês no segundo registro; suspensão do benefício por dois meses a partir da terceira notificação, e cancelamento do benefício após registro no Sistema de Condicionalidades – SICON.

As ações e programas complementares ao programa bolsa família são ofertados pelas três esferas do governo e pela sociedade civil, abrangendo diferentes áreas e têm como objetivos potencializar os impactos proporcionados pelo programa; contribuir para combater as desigualdades e promover a inclusão social. As áreas de educação, trabalho, cultura, microcrédito, capacitação e melhoria das condições habitacionais são as que possuem mais programas em execução.

Embora a implementação dessa política represente uma mudança de concepção em relação ao enfrentamento das desigualdades sociais ainda não há inclusão da totalidade das famílias que vivem em condição miserável no Brasil e, portanto, não atende a demanda existente. A institucionalização das ações referentes à implementação do programa e a gestão dos recursos e do programa são alvo de reflexão.

As críticas recaem sobre as estratégias de intervenção governamental, dentre elas a tutela estatal e a desarticulação desse instrumento com políticas voltadas para o aumento de postos de trabalho e de empregabilidade. Essas críticas consideram que o acesso aos programas está delineado no âmbito administrativo e político, mas não há desenho definido para a saída do programa pela inserção em atividade laboral capaz de garantir a sobrevivência digna nos parâmetros da sociedade.

Esse enfoque crítico aponta como falha do programa o que não se constitui como sua atribuição, pois não é possível a um programa social, de forma isolada, tanto garantir o benefício ao necessitado como ampliar vagas em postos de trabalho para a população, sem que essa tarefa seja de sua competência.

Outra crítica considera que esses mecanismos tendem a ser instrumentos eleitoreiros administrados pelos governantes, desperdiçando o potencial de conscientização das pessoas beneficiárias em relação aos seus direitos de cidadania. Essa é uma constatação presente na realidade brasileira, cuja cultura ainda carrega uma herança de compreensão de ações governamentais como dádivas e favores, possibilitando assim a proliferação dessa cultura eleitoreira não apenas como uma prática da sociedade, mas também como uma prática dos governantes na gestão pública que lhe compete.

4. CONCLUSÕES:

A erradicação das desigualdades sociais, embora se constitua meta das diversas políticas públicas setoriais não é de fácil execução pelo Estado. A dinâmica em que se processa o fenômeno é de intensidade superior à capacidade do Estado de apresentar respostas satisfatórias, e as contradições sociais geradas no modo de produção/reprodução capitalista se proliferam em capacidade maior do que o alcance da política.

A realidade brasileira, embora contemple alternativas exitosas para o enfrentamento da questão das desigualdades sociais, via execução de políticas públicas de corte social, ainda não vislumbra a perspectiva redistributiva da riqueza social. O Estado permanece como um instrumento importante para garantia do *status quo*, estabelecido no âmbito do capitalismo, ora administrando questões que não interessam à iniciativa privada; ora organizando serviços e subsidiando ações para a execução pela sociedade, através de entidades filantrópicas ou do mercado. Portanto, a transferência de renda é entendida, no âmbito dessa discussão, como suporte para redução das desigualdades sociais. Nesse sentido, a política pública não é capaz de desenvolver soluções definitivas para a erradicação da pobreza, que assola o país. Os programas de política social não possibilitam a emancipação das populações beneficiárias da tutela do Estado, através da inserção imediata em atividade produtiva capaz de garantir a satisfação das próprias necessidades de sobrevivência. Estratégias públicas e inovações sociais reduzem as desigualdades, porém não as eliminam, nem interferem na raiz do problema. Estratégias de longo prazo, direcionadas para a educação profissional, promoção da saúde e segurança alimentar podem possibilitar a absorção pelo mercado de trabalho de parte dessa população. Mas, no âmbito da sociabilidade capitalista, parece que as desigualdades sociais se renovam e se reconfiguram permanentemente.

REFERÊNCIAS:

BARROS, R. P. de, HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. (2001), *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil.* Rio de Janeiro: Ipea, (Texto para discussão 800).

BRASIL, (1988), *Constituição da República Federativa do Brasil*.

_____. (1991), *Lei Orgânica da Seguridade Social* (Lei 8.212, de 24 de julho de 1991)

_____. (2004), *Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004*. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

_____. (2013), *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio* – PNAD/2013.

_____. (2013), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, Dez. 2013. (96 páginas) Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

CASTELO, R. (2008), A questão social e o social-liberalismo brasileiro: contribuição à crítica a nocão do desenvolvimento econômico com equidade, pp.21-35. In: *Revista Emancipação*, Editora UEPG, Ponta Grossa/PR, 8,1.

CARDOSO JR., J. C.; POCHMANN, M. (2001), *Raízes da Concentração de Renda no Brasil: 1930/2000.* Brasília; Campinas: IPEA; CESIT.

GARCIA, A. V.; TUMOLO, P.S. (2009), Pobreza: Reflexõs acerca do fenômeno, pp.111-124. In: *Revista ABET* (Associação Brasileira de Estudos do trabalho), VIII, 01.

NETTO, J. P. e BRAZ, M. (2006). *Economia Política: uma introdução crítica*. Biblioteca básica de Serviço Social, São Paulo: Cortez.

As políticas públicas de apoio à agricultura familiar frente aos desafios da inclusão socioprodutiva: análise da experiência brasileira recente

Ademir Antonio Cazella
Professor e coordenador do programa de Pós-graduação em Agroecossistemas – Universidade Federal de Santa Catarina, ademir.cazella@ufsc.br

Adinor José Capellesso
Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), doutorando em Agroecossistemas com bolsa UNIEDU, adinor.capellesso@ifsc.edu.br

Resumo: A partir de meados dos anos 1990, o governo brasileiro iniciou a construção de um aparato institucional de apoio à agricultura familiar. A forte mobilização de organizações sociais do campo e o apoio, a partir de 2003, do governo do então presidente Lula explicam o fato do Brasil ser, na atualidade, um dos raros países que contam com dois ministérios para gerir políticas públicas de desenvolvimento rural e agrícola: um voltado para o chamado agronegócio e o mercado de *commodoties* e outro que prioriza a agricultura familiar e a produção de alimentos para o mercado interno. Após quase duas décadas de implementação de políticas públicas específicas para a agricultura familiar começam a ficar evidentes as dificuldades de integrar nos mercados as unidades produtivas que apresentam menor dinamismo econômico. Este artigo tem por objetivo analisar esse processo de exclusão social e identificar os principais motivos que explicam essa situação.
Palavras chave: exclusão, ação pública, referencial, análise cognitiva, agricultura familiar.

Apresentação

A exclusão dos agricultores familiares das políticas públicas representou a regra histórica no caso brasileiro até a década de 1990, reflexo do recorte social em prol dos "grandes produtores" e dos complexos agroindustriais (Delgado, 1985). Opondo-se a essa tendência, os movimentos sociais do campo aproveitaram-se do processo de redemocratização dos anos 1980 e passaram a demandar políticas públicas específicas para a agricultura familiar. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criados, respectivamente, em 1996 e 1999, representam as principais conquistas dessa mobilização social. Com a posse do Governo Lula em 2003, o Estado fortaleceu o apoio ao setor primário, ampliando a disponibilidade de recursos tanto para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) quanto para o MDA. A maior pare dos agricultores familiares acessa prioritariamente políticas públicas geridas pelo MDA, voltadas a promover a produção de alimentos para o mercado interno. Enquanto isso, uma parte reduzida de estabelecimentos familiares ligados às cadeias de maior valor econômico (suínos, aves, soja) beneficia-se de algumas ações do MAPA – ministério que dispõe de maior montante de recursos e que se volta ao mercado de *commodities*.

Entre as principais inovações promovidas pelo MDA após 2003 pode-se apontar a expansão do Pronaf e as criações do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Analisando esse período, verifica-se que essas políticas públicas contribuíram para a consolidação de uma parcela dos 4.367.902 de estabelecimentos agropecuários classificados como familiares pelo Censo Agropecuário de 2006. Contudo a exclusão social da ação pública direcionada ao setor agrícola persiste e a maior parte desse contingente não acessa essas políticas públicas.

Com o objetivo de aprofundar essa análise adotou-se a abordagem cognitiva de políticas públicas, que nos permite questionar em que medida a exclusão social representa um resultado insatisfatório da ação pública ou uma consequência premeditada do referencial que orientou sua elaboração. Os estudos pioneiros elaborados no início da década de 1990 pelo grupo de trabalho FAO/Incra deixam explícita essa segunda concepção, segundo

a qual o Estado deveria buscar incluir os agricultores "aptos" ao processo de modernização. Logo, subentende-se que a exclusão social dos "inaptos" seria algo premeditado. Os questionamentos às concepções neoliberais que alicerçaram a eleição do Governo Lula em 2003 permitem formular a hipótese de que uma alteração de rumo nas políticas públicas seria implementada no sentido de incluir a maior parte dos agricultores familiares.

1. Referenciais de política pública: exclusão premeditada ou efetividade limitada?

As abordagens cognitivas de política pública se propõem a analisar em que medida a estrutura social global impõe constrangimentos aos atores, tendo suas margens de possibilidades e liberdades limitadas na definição da ação pública. Esse constrangimento tem origem nos quadros de interpretação do mundo, que condicionam as ideias, crenças e representações portadas por grupos setoriais. Mais que elementos cognitivos e de conhecimentos, os quadros mentais globais alimentam mecanismos coletivos de decisão/aceitação, definem os campos de visão de mundo, a identidade, os princípios de ação e pressupostos metodológicos, bem como as ações e as práticas dos atores (Surel, 1998).

Desenvolvidas em paralelo, três abordagens mobilizam os quadros cognitivos e normativos de interpretação do mundo: referencial, quadro de coalizão de causa e paradigma[1]. O conceito de referencial mobilizado nesta análise busca evidenciar as representações que cada sociedade faz para compreender e agir nas situações reais. A partir do referencial mobilizado pelos atores para compreender a realidade se constrói o "referencial de uma política pública": identificação do problema, confrontação de possíveis soluções e orientação da ação. Os valores são a representação mais ampla e fundamental do que é bom ou mau; a ação é definida pela diferença entre o real observado e o real desejado; se orientando por relações causais segundo os resultados esperados; imagens simplificadas de valores e normas (Surel, 1998; Muller, 2013).

O referencial é dividido em global – interpretação de mundo da sociedade em um determinado momento – e setorial – representação do setor segundo normas, valores, regras de funcionamento, papeis sociais e estrutura. De forma geral, a representação setorial mais coerente com a global seria a adotada como referencial na elaboração de políticas públicas para o setor. A formulação e articulação dessas ideias ficariam a cargo dos *mediadores*, que podem ser representantes do Estado, academia ou dos atores sociais interessados – desempenhando papel muito semelhante à formulação gramsciana de intelectuais orgânicos[2]. As políticas públicas são construídas e transformadas segundo essa relação global/setorial, no sentido de ajustar o setorial ao global toda vez que esse sofra mudanças, o que seria feito pelos *mediadores* administrativos (Muller, 2013).

Em complemento, as análises de políticas públicas conduzidas na ciência política adotam como grade de leitura, geralmente, o ciclo de políticas públicas, que divide as dinâmicas em quatro fases: a) transformação do estado de coisas em problema político; b) inclusão do problema político nas agendas de debate e de formulação da política pública; c) implementação; e d) avaliação que pode retroalimentar a formulação de melhorias, embora não seja uma regra (Jones, 1970). Essas fases não são necessariamente ordenadas e a extinção de uma dada política pública é recorrente. A mobilização social pode transformar um 'estado de coisas' considerado insatisfatório em um 'problema político', situação em que a sociedade passa a demandar e/ou apoiar soluções via ação pública.

Além de considerar a transformação do 'estado de coisas' em 'problema político', que pode ser seguido pela formulação das políticas públicas, a análise das políticas públicas deve avaliar a implantação enquanto uma 'formulação em processo', buscando identificar quem procura influenciar "a que", "a quem", "como" e "por quê" (Rua, 1997). Assim, mesmo quando criadas, as políticas públicas podem não resultar em ações efetivas como defendido pelos demandantes e/ou proposto pelos mediadores administrativos (formuladores).

---

1 Para uma comparação entre as três abordagens cognitivas ver Surel (1998).

2 Para Gramsci, o intelectual orgânico é o indivíduo ("funcionário") que contribui com a superestrutura da sociedade e do Estado a partir dos interesses de um grupo social, podendo ser da classe dominante (burguesia) ou do proletariado e campesinato etc..

Entre os vários motivos que explicam essa dificuldade de tirar do papel as propostas estão as especificidades do público alvo, deficiências na estrutura institucional, falta de recursos e/ou conflitos de referenciais[3]. No caso da agricultura familiar, um dos grandes desafios consiste em dar conta da diversidade social, que por definição não é contemplada por ações padronizadas e normatizadas próprias das políticas públicas de caráter mais abrangente. De forma não menos importante, existe um conflito de referenciais sobre o papel dos estabelecimentos familiares no processo de desenvolvimento rural.

Ao longo da história, a agricultura familiar brasileira teve dificuldades para converter sua situação socioeconômica em problema político, sendo tratada como uma categoria social cujo desaparecimento se explicava como uma consequência inevitável da penetração do capitalismo no campo. A suposta inviabilidade econômica desse tipo de agricultura fora mobilizada para justificar o destino dos recursos públicos em favor dos grandes proprietários rurais, restringindo o crédito a poucos agricultores familiares (Delgado, 1985). Para resistir diante desse contexto, a maior parte desses agricultores mobilizou em suas estratégias de reprodução social a chamada autonomia camponesa, adaptando sua racionalidade técnico-produtiva para garantir a sobrevivência da família.

Esse quadro se perpetuou até a década de 1990, momento em que passa a ocorrer a abertura comercial brasileira de orientação neoliberal. A ausência de medidas protecionistas frente às importações, muitas delas subsidiadas nos países de origem, fez com que as principais atividades destinadas à venda pelas famílias fossem impactadas com a queda nos preços. Se, por um lado, a inviabilidade econômica de muitos empreendimentos forçou o êxodo rural de contingente expressivo de famílias. Por outro, o acesso precário à terra, a eminente descapitalização e o endividamento suscitaram a mobilização social na busca de políticas públicas de reforma agrária e de crédito rural. No caso específico dessa segunda reivindicação, a pressão popular articulada, especialmente, pelo "Grito da Terra Brasil"[4] transformou esse "estado de coisas" em um "problema político".

Em complemento e resposta à mobilização social, nessa mesma década, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) elaborou um projeto de cooperação técnica com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Os estudos realizados sobre a reforma agrária e formas de produção agrícola existentes no país permitiram chegar ao referencial adotado para classificar e quantificar o que se passou a chamar agricultura familiar. O relatório resumido desse projeto, publicado em 1994, apontava para a necessidade de se adotar uma política de crédito rural específica e focada nos agricultores familiares considerados "aptos" ao processo de modernização (Fao/Incra, 1994). Em 1994 foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), reformulado em 1996 com o nome de Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Essa política pública repassa crédito rural aos agricultores com juros inferiores aos praticados no mercado, o que gerou novo alento a segmentos da agricultura familiar (Leite, 2001; Schneider et al, 2004).

Após ter assumido a condição de principal política pública para a agricultura familiar, os estudos sobre o Pronaf destacam a desigualdade regional na alocação dos recursos, o recorte social, a concentração dos recursos no financiamento de commodities (principalmente milho, soja e café) e a orientação técnica produtivista baseada nos moldes da "modernização conservadora" (Grisa et al, 2014). Esses resultados refletem o dualismo incorporado à ação pública para a agricultura familiar, que diferencia os agricultores em duas categorias principais: a) aptos: os consolidados e aqueles passíveis de empreender uma transição modernizante; e b) inaptos: os periféricos sobre os quais pouco se formulou em termos de estratégias de ações, salvo a criação de uma modalidade de microcrédito. Concebido para beneficiar agricultores "mais afeitos" ao produtivismo,

---

3 Na execução de políticas públicas, os resultados esperados podem ser afetados pela adoção de referenciais distintos entre os mediadores administrativos (elaboradores da política) e os mediadores profissionais (executores nos espaços locais). A construção desses referenciais pode estar permeada por interesses contraditórios no quadro dinâmico da sociedade, surgindo conflitos de referenciais que perduram por algum período até que um se torne hegemônico (Muller, 2000).

4 O Grito da Terra Brasil organiza mobilizações com frequência anual desde os anos 1990. As mesmas foram puxadas inicialmente pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Central Única dos Trabalhadores (CUT Rural) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as quais se somavam outros movimentos sociais rurais.

o crédito rural não consegue incluir entre seus beneficiários o grande número de agricultores de baixa renda, favorecendo a concentração de terra e renda (Tonneau et al., 2005; Alves et al., 2010; Petersen, 2013).
Enquanto a modernização dos grandes empreendimentos agropecuários foi viabilizada com a liberação de vultosas quantias de recursos públicos sem reembolso (Delgado, 1985), a agricultura familiar não conta com o aporte de volume semelhante de recursos. A exclusão dos "inaptos" na operacionalização de políticas públicas agrícolas e/ou rurais retira dessa ação pública o potencial de contribuir com a superação da pobreza. Logo, não se trata de um resultado insatisfatório, mas sim de uma consequência premeditada desde sua elaboração. Em termos explicativos, deve-se levar em consideração que o reconhecimento da categoria familiar ocorre nos anos 1990, período de avanço do neoliberalismo (Estado mínimo) como "referencial global". O que se busca analisar nos próximos tópicos é se tal referencial setorial mudou em 2003, quando o referencial geral adotado pelo Governo Lula recuperou o papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico e conferiu centralidade às ações de combate à pobreza.

2. Agricultura Familiar após 2003: o caso do Pronaf

A experiência do Governo Lula reforça o argumento que a ação pública não pode ser analisada exclusivamente pelo debate eleitoral, sendo especialmente necessário considerar a lógica da agregação. Em síntese, essa lógica consiste na hibridação de propostas e ideias divergentes, as quais se articulam para alcançar a maioria tanto na aprovação de temas pontuais como para a chamada governabilidade. Nesse caso, a maioria no Congresso Nacional tende a representar um importante freio às mudanças às propostas apresentadas durante a eleição para o executivo. Esse tema fica evidente no setor agropecuário, em que há um conflito de "referenciais setoriais" (Muller, 2000). Embora o Governo Lula tenha proposto e ampliado a disponibilidade de recursos à agricultura familiar, os montantes de recursos liberados pelo Plano Agrícola e Pecuário (PAP) coordenado pelo MAPA continuam a ser cerca de seis vezes maiores que aqueles do Plano Safra da Agricultura Familiar sob a tutela do MDA (Tabela 1). Se alguns agricultores familiares se beneficiam direta ou indiretamente de recursos do Plano Agrícola e Pecuário, esses casos configuram-se mais em exceção do que como regra.

Tabela 1 – Crédito rural disponibilizado e recursos executados em valor nominal, bem como participação relativa do montante total executado pelo Plano Safra da Agricultura Familiar (PSAF) e pelo Plano Agrícola e Pecuário (PAP).

	PSAF			PAP		
	R$ (bilhões)		% do li-	R$ (bilhões)		% do li-
	Previsto	Executado	berado	Previsto	Executado	berado
*Safra 2002/03**	*4,5*	*2,4*	*8,5*	*21,7*	*25,9*	*91,5*
Safra 2003/04	5,4	4,4	11,1	27,2	35,2	88,9
Safra 2004/05	7,0	5,1	10,9	39,5	41,9	89,1
Safra 2005/06	9,0	7,6	15,1	44,4	42,6	84,9
Safra 2006/07	10,0	8,4	15,4	50,0	46,0	84,6
Safra 2007/08	12,0	9,1	12,1	58,0	65,9	87,9
Safra 2008/09	13,0	10,8	14,2	65,0	65,0	85,8
Safra 2009/10	15,0	11,2	11,4	93,0	86,8	88,6
Safra 2010/11	16,0	11,4	10,8	100,0	94,5	89,2
Safra 2011/12	16,0	12,9	12,1	107,2	93,5	87,9
Safra 2012/13	18,0	18,6	12,0	115,3	122,7	88,0
Safra 2013/14	21,0	20,7**		136,0	127,0**	
Safra 2014/15	24,1			156,1		

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos Plano Safra da Agricultura Familiar e Plano Agrícola e Pecuário.

Notas: * lançado no último ano do Governo Fernando Henrique Cardoso; ** dados não finalizados.

A lógica da agregação oferece uma explicação para a continuidade de dois ministérios para gerir políticas

públicas de desenvolvimento rural e agrícola: um voltado para o chamado agronegócio e o mercado de *commodoties* e outro que prioriza a agricultura familiar e a produção de alimentos para o mercado interno. Mais do que a impossibilidade para gerir ambas as políticas em uma mesma estrutura, a divisão mantém-se pela necessidade de contemplar atores com distintos referenciais sem gerar maiores conflitos políticos. Na sequência desta análise, pretende-se verificar se o referencial de política pública para a agricultura familiar altera ou mantém a exclusão premeditada de grande parte dessa categoria social (os "inaptos").

O crescimento constante de recursos públicos destinados ao financiamento do setor agropecuário após 2003 está associado à adoção de um referencial global que orienta as ações do Estado com vistas a fomentar a economia. O destino desses recursos setoriais não promoveu uma inversão no sentido de priorizar os agricultores familiares em relação aos não familiares. Por um lado, mesmo com a expansão absoluta dos recursos vinculados ao crédito rural pelo MDA (Pronaf), mantém-se a diferença relativa em termos de recursos quando comparado com o MAPA. Por outro, observa-se que os recursos aplicados pela agricultura familiar expandiram-se gradativamente e contemplaram novos segmentos, mas em nenhum ano atingiu o teto disponibilizado. Ou seja, pode-se argumentar que tal resultado não decorre da falta de opção do Estado, mas de particularidades associadas à operacionalização financeira e da necessidade de políticas que vão além do crédito[5].

Analisando o crédito rural direcionado a agricultores familiares no período 1999-2010, Souza et al. (2013) verificaram a estagnação no número e valor dos contratos de Pronaf entre 1999 e 2003. Na sequência ocorreu forte crescimento no número de contratos até 2006 (chegando a 2,5 milhões), seguida de significativa queda nos anos de 2007 e 2008 – redução para aproximadamente 1,5 milhões em 2010. Enquanto isso, o valor total de recursos liberados apresenta uma dinâmica crescente durante todo o período analisado. Até 2006, esse crescimento se deve, sobretudo, à ampliação do número de contratos. A partir daquele ano, há queda no número de contratos acompanhado da elevação no montante de recursos liberados. A explicação dos autores é que os contratos de investimento de maior valor foram utilizados para a aquisição de máquinas, equipamentos e veículos entre os segmentos familiares mais capitalizados[6].

Ao concentrar contratos de maior valor, a região Sul continua a ser o principal destino dos recursos aplicados – 49% no ano de 2010 –, enquanto a região Nordeste detém maior número de contratos após 2004. Entre as atividades financiadas pela modalidade do Pronaf custeio, destaca-se a redução da importância do fumo após 2002 – devido à proibição no acesso para agricultores integrados às fumageiras –, ano em que o milho assume maior importância. A partir de 2004 registra-se forte crescimento da alocação de recursos para criação animal, alcançando a primeira posição em 2010, seguido por milho, soja e café. Essas quatro atividades absorvem cerca de ¾ dos recursos na modalidade custeio (Souza et al., 2013; Grisa et al, 2014).

Destaca-se que a ampliação no número de contratos de investimento nos anos 2005 e 2006 tem relação com as aprovações de contratos que estavam contingenciados pela falta de garantias na região Nordeste (Souza et al., 2013). Nesse caso, pode-se apontar uma maior abertura do Governo Federal para contemplar segmentos menos capitalizados, aumentando o grupo potencial de agricultores "aptos" ao processo de modernização. Como se observa no Gráfico 1, essa expansão ocorre no mesmo período em que cresce o número de contratos do Pronaf

---

5 Cabe destacar que o montante de recursos disponibilizados para a agricultura familiar expandiu-se recentemente por novas políticas públicas que vão além do financiamento. Como exemplo, em 2013/14 foram alocados R$ 39 bilhões para o PSAF, sendo R$ 21 bilhões para o Pronaf e R$ 18 bilhões para o Programa de Aquisição de Alimentos (R$ 1,2 bilhões), Seguro da Agricultura Familiar (R$ 400 milhões), Programa Nacional de Alimentação Escolar (R$ 1 bilhão) e Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (R$ 33 milhões), Assistência Técnica e Extensão Rural (R$ 830 milhões), Programa de Garantia-Safra (R$ 980,3 milhões), Programa de Garantia de Preços Mínimos (R$ 200 milhões) e outras ações (R$ 13,3 bilhões).

6 Deve-se destacar a forte contribuição da linha de investimentos denominada Pronaf Mais Alimentos, criada em 2008 com a finalidade de promover investimentos, sobretudo, em mecanização, infraestrutura, compra de animais etc.. Essa linha conta com taxas de juros favoráveis (1% a. a. até R$ 10 mil e 2% a. a. para valores maiores), carência de até três anos e longo prazo para pagamento (até 15 anos para estruturas de armazenagem e 10 anos para os demais casos). Os limites de financiamento chegam a R$ 300 mil para suinocultura, avicultura e fruticultura, ficando em R$ 150 mil para as demais atividades.

B, modalidade de microcrédito criada com foco para os estabelecimentos familiares de baixa renda. Segundo classificação do Censo Agropecuário de 2006, esse grupo representava 59,18% do total de estabelecimentos familiares enquadrados no Pronaf (Tabela 2).

Gráfico 1 – Número de contratos e montante de recursos da modalidade de microcrédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf B), Brasil (1999-2011).

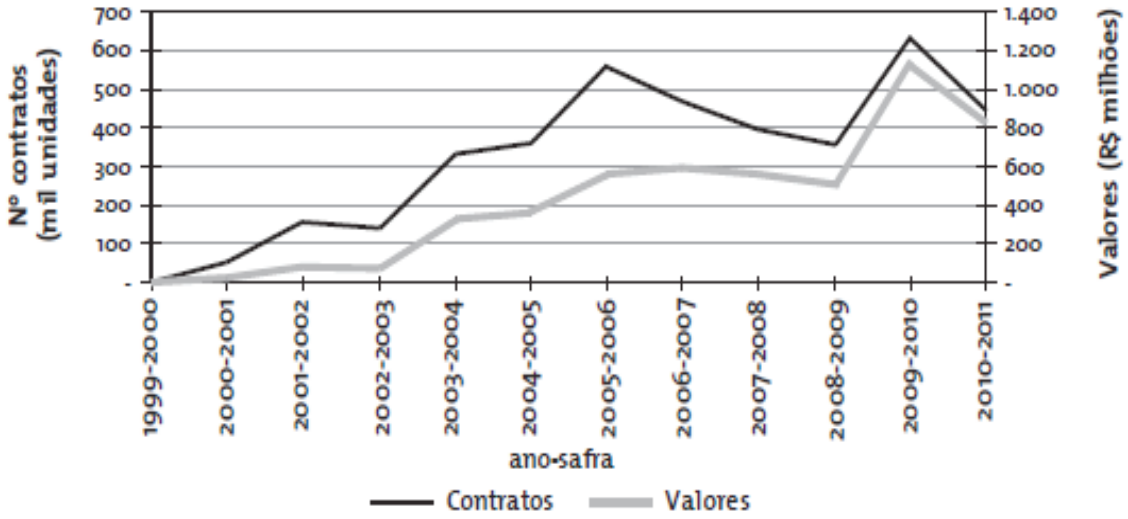

Fonte: Base de dados do Crédito Pronaf – SAF/MDA. Adaptado por: BNDES (2012).
Nota: Os dados relativos ao ano-safra 2009-2010 estão sob revisão e devem ser considerados com reservas.

Tabela 2 - Número de estabelecimentos agrícolas familiares segundo grupos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar em 2006.

Grupos do Pronaf	Número de estabelecimentos	% dos familiares
A	533.454	13,06
B	2.416.127	59,18
C	782.982	19,18
D	287.464	7,04
E	62.899	1,54
TOTAL	4.082.926	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009). Adaptado por Projeto IPEA/PGDR (2010/2011).

Analisando o período 1996-2013, Grisa et al (2014) corroboram a importância do Pronaf B na incorporação de agricultores de baixa renda ao crédito rural. Contudo, os autores ponderam que sua participação relativa entre os potenciais beneficiários é bem inferior ao verificado entre os agricultores mais capitalizados – esses últimos mais concentrados nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país. Por sua vez, entendem que a expansão no número de contratos nas regiões Norte e Nordeste representa uma aproximação do Pronaf em relação às especificidades e diversidades de formas de produção da agricultura familiar brasileira. Por fim, destacam que o aprofundamento desse processo precisa contar com importantes avanços operacionais e institucionais para contemplar os agricultores de baixa renda em projetos não convencionais.
As análises acima apresentadas são realizadas com base no número de contratos, indicador que é relativamente impreciso para evidenciar o número de famílias contempladas pelo crédito rural devido à sobreposição. Ou

seja, situações em que um mesmo estabelecimento acessa vários contratos de Pronaf no mesmo ano (custeio agrícola, custeio pecuário, investimento agrícola, investimento pecuário). Estudos conduzidos no Extremo Oeste de Santa Catarina, estado de agricultura familiar dinâmica no Sul do Brasil, evidenciam uma média de 1,59 contratos por estabelecimento familiar. Algumas famílias chegam a realizar cinco contratos de Pronaf no ano. Com variações entre municípios, a situação de sobreposição mais comum refere-se aos agricultores que firmam contratos de custeio (agrícola e/ou pecuário) e de investimento no mesmo ano, bem como dois contratos dentro da mesma linha. Para evidenciar a sobreposição em escala nacional são apresentados os resultados do cruzamento dos Cadastros de Pessoa Física (CPF) dentro das linhas e entre elas, conforme disponibilizado pelo Banco Central do Brasil (Tabela 3).

Se somarmos o número de CPF que acessaram ao Pronaf, verifica-se que esse número atingiu 1.476.807 em 2006. No mesmo ano o Censo Agropecuário de 2006 dimensionou um contingente de 4.367.902 estabelecimentos familiares. Se realizarmos a correlação dos dados pela soma simples do número de contratos (2.828.853), erroneamente estimaríamos o acesso em 57,83% dos estabelecimentos familiares. Contudo, ao descontarmos a sobreposição de contratos adotando por base o número de CPF[7], os dados indicam que 33,8 % desses estabelecimentos teriam acessado o Pronaf em 2006, percentual que cai para 26,4% em 2013. A isso se soma a redução de 43% no número de beneficiários do custeio agrícola no período 2004-2013, representando 7,81% das famílias em 2013. Como se verá mais adiante, essa linha é a única que permite acesso ao seguro agrícola, constituindo-se em um indicador do número de estabelecimentos beneficiários por essa política pública.

Tabela 3 – Número de contratos e de Cadastros de Pessoa Física (CPF) como indicadores de acesso nas quatro linhas do Pronaf e no total do programa para o período 2004- 2013.

		2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Custeio agrícola	Contrato	770.923	740.429	718.753	699.679	643.481	659.633	543.837	484.726	469.697	439.628
	CPF	675.967	660.889	646.315	615.500	557.499	528.696	461.747	396.489	376.492	341.406
	% CPF[1]	87,68	89,26	89,92	87,97	86,64	80,15	84,91	81,80	80,16	77,66
Custeio pecuário	Contrato	127.391	155.178	166.660	176.152	158.028	183.013	172.488	175.376	189.214	203.856
	CPF	112.473	145.103	155.214	164.110	147.725	164.250	156.059	156.459	164.054	172.146
	% CPF[1]	88,29	93,51	93,13	93,16	93,48	89,75	90,48	89,21	86,7	84,44
Investimento agrícola	Contrato	76.308	196.394	296.078	256.265	220.680	246.970	230.192	220.127	410.458	676.229
	CPF	69.100	132.340	195.237	178.362	168.335	188.948	169.810	166.449	254.035	472.354
	% CPF[1]	90,55	67,38	65,94	69,60	76,28	76,51	73,77	75,61	61,89	69,85
Investimento Pecuário	Contrato	363.632	1.097.689	1.344.899	789.580	538.052	623.302	645.804	662.326	756.880	779.588
	CPF	190.780	549.438	661.162	412.315	361.554	419.886	428.482	450.284	487.198	463.625
	% CPF[1]	52,47	50,05	49,16	52,22	67,20	67,36	66,35	67,99	64,37	59,47
Total	Contrato	1.342.460	2.191.401	2.528.853	1.925.888	1.564.475	1.718.630	1.601.768	1.558.625	1.847.089	2.099.279
	CPF	964.964	1.348.474	1.476.807	1.223.908	1.093.773	1.118.927	1.054.540	1.005.084	1.035.087	1.154.613
	% CPF[1]	71,88	61,53	58,39	63,55	69,91	65,10	65,84	64,49	56,03	55,00
	CPF/EF[2] %	**22,09**	**30,87**	**33,81**	**28,02**	**25,04**	**25,62**	**24,14**	**23,01**	**23,7**	**26,43**

Fonte: Banco Central do Brasil, 2014. **Notas**: 1) % de CPF em relação ao número de contratos, que permite estimar a sobreposição. 2) relação entre número de CPF com contrato de Pronaf e estabelecimentos familiares levantados pelo Censo Agropecuário de 2006.

Se as análises com base no número de contrato superestimam o público atendido, cabe fazer uma ponderação para evitar o erro da subestimação. Ou seja, deve-se considerar que há agricultores familiares que acessam

7 Embora o número de CPF permita contornar as sobreposições de contratos por um mesmo indivíduo, o mesmo também possui algumas sobreposições internas. Ou seja, estabelecimentos familiares em que mais de um integrante (CPF) acessando ao Pronaf, como verificado na região de estudo.

o Pronaf somente na modalidade investimento, o que geralmente não ocorre em todos os anos. Nesse caso, embora não esteja contabilizado no número de CPF do ano, o agricultor se beneficia de um contrato de anos anteriores – visto que o pagamento geralmente é em 10 anos, podendo ter até três anos de carência. Contudo, esse não parece ser o caso de 2006, ano em que foi liberado um grande número de contratos que estavam contingenciados por falta de garantias.

Tendo por base o Censo Agropecuário de 2006, Alves & Rocha (2010) demonstram que 3.775.826 estabelecimentos (72,96% do total, sem diferenciar pela condição familiar) obtinham renda bruta (valor da produção) média mensal entre zero e dois salários mínimos, com uma média de 0,43 salários mínimos mensais por estabelecimento (R$ 128,13 de um salário mínimo de R$ 300,00). Como as unidades agrícolas que obtém maior renda bruta são as mais tecnificadas, os autores apontam que a principal causa da pobreza não é a falta de acesso à terra, mas à falta de tecnologia. Em termos de ação pública, haveria um ciclo vicioso em que as famílias de baixa renda não conseguem acessar ao Pronaf, situação que restringe o acesso à tecnologia – entendido pelos autores como caminho para a superação da pobreza. Nessa condição, atribuem à maior parte desse público de agricultores a condição de "inapta" ao processo modernizante e defendem a aplicação de políticas sociais com vistas a garantir condições mínimas de vida, retardar o êxodo rural e atenuar impactos sociais.

Um posicionamento distinto pode apontar a existência de um referencial setorial que busca ampliar as soluções no próprio espaço rural – a exemplo do mobilizado no Pronaf B. Deve-se considerar que o alívio à pobreza junto a esse público (11,3 milhões de pessoas se for considerado somente três membros por estabelecimento) não pode se restringir à elaboração de políticas públicas de mercado específicas (restrita ao crédito rural). Frente à migração para as cidades, grande parte desse público pode encontrar opções no espaço rural por meio de políticas públicas agrícolas e não-agrícolas articuladas, ampliando sua consistência e profundidade (Vila Verde, 2004; Schneider, 2005; Cazella et al., 2011; Cazella et al., 2014). A isso se somam possibilidades de auferir rendas não-agrícolas (pluriatividade) e de remunerar os agricultores familiares por funções não valorizadas no mercado, como a prestação de serviços socioambientais e a preservação dos recursos naturais (Picoloto et al., 2013).

No caso específico do Pronaf, os recortes sociais e regionais têm relações com as limitações operacionais das instituições financeiras oficiais, visto que os bancos (mesmo que de caráter público) demonstram pouco interesse no atendimento de projetos de pequeno valor e ao tratamento das especificidades de cada estabelecimento. A maioria dos gestores de agências financeiras prefere projetos de maior valor e a adoção de pacotes tecnológicos (projetos padrões), condição que permite reduzir os custos gerenciais e aumentar a lucratividade. No Nordeste brasileiro, a principal inovação operacional foi a criação do Programa Agroamigo[8], experiência microfinanceira que valoriza as relações de proximidade e está na base dos avanços no Pronaf B. No Sul do Brasil, esse problema institucional foi parcialmente contornado com a criação de cooperativas de crédito, as quais são geridas pelo próprio público beneficiário – inicialmente considerado clientes não preferenciais pelos bancos (Búrigo, 2010). Por um lado, pode-se apontar que a inclusão ao Pronaf propiciada pelas cooperativas de crédito rural afetou a estrutura de poder na escala local, contribuindo para o "empoderamento" (Romano, 2008) de grupos sociais antes marginalizados. Por outro, verifica-se que mesmo tais organizações conseguem somente inclusões pontuais de agricultores com baixa renda. Isso porque o enfrentamento da pobreza exige maior tempo para se alcançar os resultados e deve contemplar dimensões que perpassam o crédito, atacando as "armadilhas da pobreza e, sobretudo, as armadilhas da desigualdade" (p. 9, tradução livre), que limitam o desenvolvimento de certos territórios (Berdegué et al., 2012)[9].

A exclusão ao Pronaf torna-se mais grave quando se constata que outras políticas públicas são operacionalizadas de forma associada ao crédito rural, como o seguro agrícola e a política de preços mínimos. Como se verá a

---

8 O Agroamigo é um Programa de Microfinanças Rural concebido pelo Banco do Nordeste com vistas a enfrentar os elevados índices de inadimplência do Pronaf B. A sua principal inovação está em repassar a um agente de crédito externo à agencia financeira a operacionalização do acesso (da própria comunidade), sendo a remuneração desse operador vinculada aos índices de adimplência.

9 Deve-se considerar que o Estado brasileiro adotou um programa voltado a tratar de forma mais abrangente regiões consideradas mais pobres por meio dos territórios da cidadania. Estudos direcionados a avaliar tais resultados podem ser interessantes para analisar a capacidade de superar o que Berdegué et al (2012) chamam de "armadilhas da pobreza", que reproduzem o *status quo* e limitam a inclusão no desenvolvimento de certos territórios.

seguir, a operacionalização do SEAF ocorre de forma articulada com o Pronaf, sendo cobrado do agricultor 2% do valor segurado. Nos casos de frustrações de safra, a cobertura das perdas se dá por descontos no pagamento do financiamento aplicado (comprovado com notas ou projeto com itens especificados). As críticas iniciais a essa política pública – considerada um seguro dos bancos e não do agricultor – foram amenizadas com a garantia de até 65% da renda líquida esperada. Ou seja, a garantia de parte da renda esperada que não se destina ao pagamento do financiamento. Contudo, sua articulação com o Pronaf faz com que os agricultores que não acessam o crédito de custeio agrícola fiquem excluídos do SEAF. Ou seja, a grande maioria dos agricultores mais descapitalizados não se beneficia do seguro agrícola.

3. O "Proagro Mais" ou Seguro da Agricultura Familiar (SEAF)

Os agricultores familiares beneficiários da ação pública modernizante, muitas vezes, enfrentam limitações para viabilizar os empreendimentos contemplados pelo crédito rural. A possibilidade de acesso ao financiamento se choca com a incerteza de retorno dos recursos aplicados em decorrência de variáveis ambientais, com maior destaque para a escassez hídrica. Esse "estado de coisas" ganhou status de "problema político", reflexo da maior receptividade do governo federal às demandas da agricultura familiar ocorrida a partir de 2003. Para seu enfrentamento foi criado o "Proagro Mais", conhecido como Seguro da Agricultura Familiar (SEAF[10]). Trata-se de uma política pública de apoio aos agricultores para enfrentar adversidades climáticas e doenças/pragas sem métodos de controle, que geram perdas produtivas e afetam a viabilidade econômica do setor (Vasconcelos, 2012; Capellesso et al., 2014).

A proposta de criação de um seguro especial para amparar os agricultores familiares diante de perdas nas lavouras ganhou força em um seminário ocorrido em Brasília em 2004. O evento contou com a participação de representantes de movimentos sociais, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, universidades, bancos e cooperativas de crédito. A essa demanda se somavam os impactos no tesouro nacional das recorrentes liberações de recursos em caráter emergencial para enfrentar prejuízos de catástrofes naturais e secas. O SEAF assumiu caráter de política estrutural na garantia da renda dos agricultores familiares a partir da Safra 2004/05, sistematizando a liberação de recursos que antes ocorria de forma emergencial (Vasconcelos, 2012).

Essa política é operacionalizada segundo os princípios do seguro agrícola, não se constituindo em política de renda mínima nem de seguro de emergência. Segundo um de seus formuladores, a criação dessa política pública tem os seguintes objetivos: a) reduzir a exposição da produção aos riscos, com efeitos sobre a estabilização da renda do agricultor – que deve ser proveniente sempre que possível da produção; b) redução dos impactos abruptos sobre as contas governamentais; c) organizar o tratamento dos sinistros agroclimáticos com vistas a induzir medidas preventivas e mitigatórias; d) contribuir com a sustentabilidade financeira ao evitar o endividamento por frustração de safras. Nessa direção, cumpre o papel de favorecer a permanência do agricultor no campo, auxiliando a viabilização socioeconômica dos empreendimentos (Zukowski, 2005).

O funcionamento dessa política pública parte do princípio que a soma dos prêmios pagos pelos agricultores mais a subvenção do governo deve ser suficiente para cobrir as despesas com indenizações. As duas primeiras safras (2004/05; e 2005/06) foram marcadas por duas grandes estiagens, especialmente, no Sul do Brasil, que resultaram em elevados números de indenizações e déficit no SEAF. Após esses anos iniciais, o SEAF passou a operar com superávit. Destaque-se que, enquanto no mercado internacional o prêmio (custo para o agricultor) do seguro rural gira entre 6 a 10%, o agricultor familiar brasileiro paga 2 % do valor enquadrado total pelo SEAF. O Estado subvenciona com o "adicional" de 6 % (75 % dos ingressos), totalizando 8 % do valor segurado. Para evitar o acúmulo de déficits que levem à insolvência do programa, os técnicos do MDA destacam a importância das sinergias com o sistema de assistência técnica e extensão rural e de estudos locais

10 Em virtude de fraudes operacionais amplamente disseminadas no auge da modernização da agricultura brasileira nos anos 1970, a ponto de originar expressões como "Plantar para dar Proagro" para se referir à perda premeditada para acessar o seguro, o MDA optou por operacionalizar o "Proagro Mais" com outro nome.

sobre a gestão dos riscos. Ao adotar os procedimentos adequados na condução da lavoura, a demanda de cobertura tende a ser menor (Zukowski, 2005; 2012). Porém, como se verá no próximo tópico, a ATER está longe de cumprir esse papel junto ao conjunto dos produtores.

Com base nos dados do Banco Central do Brasil para o período 1998-2010, é possível verificar que a criação do "Proagro Mais" (SEAF) na Safra 2004/05 alterou o quadro do seguro agrícola no Brasil, pois ampliou o montante de beneficiários e do valor enquadrado para mais que o dobro do período anterior (Após seis safras de sua implantação, o SEAF atinge um número reduzido de agricultores familiares quando comparado com o número de estabelecimentos familiares apontados pelo Censo Agropecuário de 2006. A partir de 2008/09 se verifica o crescimento do valor enquadrado médio associado à queda no número de adesões em ambas as modalidades, o que permite apontar a inversão da curva na direção da exclusão concentradora. Essa constatação é corroborada por novos dados do Proagro Mais informados pelo Banco Central do Brasil, que apontam 423.891 adesões para o ano de 2013, número que representa 9,7 % dos estabelecimentos familiares recenseados.4). A queda do número de contratos e a elevação do valor enquadrado médio no Proagro Tradicional na Safra 2004/05 traz indícios da migração de muitos agricultores familiares para a modalidade do Proagro Mais. A esses se somaram novos beneficiários, resultado da melhoria nas condições de contratação do seguro, mas também pela adesão obrigatória do SEAF entre os contratantes do Pronaf custeio agrícola.

Tabela 4 – Proagro: adesões, valor enquadrado total e médio por modalidade entre as safras 1998/1999 e 2009/2010 (em R$ mil e %).

Safra	Proagro Tradicional			Proagro Mais			Total			Quantidade adesões %	
	Quantidade adesões	Valor Enquadrado	Valor enquadrado médio	Quantidade adesões	Valor Enquadrado	Valor enquadrado médio	Quantidade adesões	Valor Enquadrado	Valor enquadrado médio	Proagro Tradicional	Proagro Mais
1998-1999	128.108	492.279	3,843	-	-	-	128.108	492.279	3,843	100,00	-
1999-2000	149.602	445.864	2,980	-	-	-	149.602	445.864	2,980	100,00	-
2000-2001	412.680	866.863	2,101	-	-	-	412.680	866.863	2,101	100,00	-
2001-2002	193.626	638.768	3,299	-	-	-	193.626	638.768	3,299	100,00	-
2002-2003	299.354	946.142	3,161	-	-	-	299.354	946.142	3,161	100,00	-
2003-2004	395.498	1.288.556	3,249	-	-	-	395.498	1.288.556	3,258	100,00	-
2004-2005	67.952	704.578	10,369	554.096	2.540.317	4,585	622.048	3.244.896	5,216	10,92	89,08
2005-2006	155.138	2.207.898	14,232	581.116	2.514.270	4,327	736.254	4.722.168	6,414	21,07	78,93
2006-2007	132.755	2.254.357	16,981	614.307	2.866.531	4,666	747.062	5.120.888	6,855	17,77	82,23
2007-2008	103.618	2.694.826	26,007	630.171	3.714.839	5,895	733.789	6.409.665	8,735	14,12	85,88
2008-2009	69.285	2.525.736	36,454	589.932	4.842.283	8,208	659.217	7.368.019	11,177	10,51	89,49
2009-2010	61.973	2.272.638	36,671	529.919	4.620.959	8,720	591.892	6.893.597	11,647	10,47	89,53
Total	**2.169.589**	**17.338.506**	**7,992**	**3.499.541**	**21.099.198**	**6,029**	**5.669.130**	**38.437.704**	**6,780**	**38,27**	**61,73**

Fonte: Adaptado de Bacen (2010).

Após seis safras de sua implantação, o SEAF atinge um número reduzido de agricultores familiares quando comparado com o número de estabelecimentos familiares apontados pelo Censo Agropecuário de 2006. A partir de 2008/09 se verifica o crescimento do valor enquadrado médio associado à queda no número de adesões em ambas as modalidades, o que permite apontar a inversão da curva na direção da exclusão concentradora. Essa constatação é corroborada por novos dados do Proagro Mais informados pelo Banco Central do Brasil, que apontam 423.891 adesões para o ano de 2013, número que representa 9,7 % dos estabelecimentos familiares recenseados.

Em termos de coberturas para os beneficiários, o Programa gradativamente passou por adequações com vistas a melhor cumprir sua função. Ao "valor financiado" estabeleceu-se um *plus* de até 65% da Receita Líquida Esperada (RLE). Esse valor destina-se a indenizar os custos com "recursos próprios" aplicados (sem necessidade de comprovação) e manter a família no empreendimento para plantar a próxima safra. Essa cobertura de 65 % da RLE é limitada pelo menor valor entre 100 % do total financiado e um teto por CPF,

reajustado a cada novo plano safra (Figura 1)[11]. No cálculo do prêmio (2 % do valor enquadrado) incluem-se o valor do financiamento e demais coberturas (manutenção familiar e investimentos). O Valor Enquadrado de Custeio (VEC) é composto pelo "valor financiado no custeio" e pela "manutenção familiar" (Vasconcelos, 2012; Zukowski, 2012).

Figura 1 – Normas do Seguro da Agricultura Familiar quando às possibilidades de enquadramento de cobertura considerando um contrato de custeio. **Fonte:** adaptado de Zukowski (2012).

A partir da Safra 2010/11, o SEAF abriu a possibilidade de segurar as parcelas de investimentos – Proagro Mais Investimento –, cobrindo *até* 95 % da Renda Bruta Esperada (RBE) pela operação de custeio agrícola. Caso o agricultor opte pela cobertura de investimento, no cálculo do "valor enquadrado" soma-se ao VEC o valor da parcela passível de cobertura (Margem para cobertura de investimento = 95 % da RBE – VEC, limitada a um teto por CPF). A parcela de investimento deve vencer após a contratação do custeio, situar-se entre 180 dias antes e pelo mesmo período após seu vencimento e após a colheita da cultura financiada.

Em se tratando de "formulação em processo", as políticas surgem com uma série de limitações que restringem seus resultados – passando por adequações como as registradas acima. Analisando o caso do Oeste paranaense, Vasconcelos (2012) verificou que os principais motivos de redução no valor da indenização (glosas) ou perdas de cobertura do SEAF entre agricultores familiares são a redução da área; região não enquadrada (não foi considerada impactada); falta de notas fiscais para comprovação dos gastos; colheita aferida pelo perito como superior à declaração do produtor; falta de carta de anuência do arrendatário; demora na resposta do pedido (aguardando resposta há mais de um ano) e não aplicação dos recursos corretamente. Entrevistados do MDA informaram a autora que tais motivos decorrem do desconhecimento pelos agricultores das instituições normativas que regem o funcionamento dessa política pública. Nesse sentido, mediadores administrativos desse Ministério entendem que os agricultores mais engajados às cooperativas, sindicatos e associações têm maior acesso à informação, resultando em facilidades diferenciadas para se beneficiarem pelas políticas públicas.

Enquanto a maior parte dos agricultores com produção convencional apresenta avaliação positiva do SEAF e se sente protegida pelo Programa, Vasconcelos (2012) constatou que agricultores orgânicos, que trabalha com produção diversificada de hortifrutigrangeiros, não conseguem acessar o seguro por incompatibilidades com as normas dessa política pública. Com base nos indícios de exclusão da produção orgânica e priorização da agricultura convencional, entende-se que o Pronaf e o SEAF fortalecem formas de agricultura que não atendem os preceitos da sustentabilidade (Capellesso et al., 2014). Como a política inicialmente cobria somente os itens financiados com nota fiscal, muitos agricultores deixam de fazer ou reduzem as práticas conservacionistas e a coprodução camponesa (produção de insumos pelo próprio agricultor para uso no ciclo subsequente), tais

11 O novo Seguro Agrícola lançado no Plano Safra 2014/15 passou a oferecer a proteção com base na renda esperada e não mais no custo de produção. Os valores de garantia são de 80% da receita bruta esperada, sendo o adicional sobre o custo de produção limitado a R$ 20.000,00.

como o uso de plantas de cobertura e leguminosas fixadoras de nitrogênio, rotação de culturas, preparo de biofertilizantes, aplicação de esterco animal com valorização da ciclagem de nutrientes, sementes próprias, uso intensivo de trabalho etc.. Essas são substituídas por insumos industriais adquiridos no mercado (com nota fiscal), como agrotóxicos, fertilizantes solúveis e serviços mecanizados.

Nessa direção, os agricultores familiares orientados pela agroecologia continuam enfrentando dificuldades para viabilizar seus sistemas de produção. Ao produzir a maior parte dos insumos na unidade produtiva e/ou substituí-los por práticas agrícolas, não possuem notas para comprovar suas despesas. Na safra 2012/13, as normas do seguro foram alteradas passando-se a permitir a inclusão de insumos próprios especificados no contrato de financiamento, o que exige a elaboração de projetos específicos e detalhados. Primeiramente, essa informação é recente e desconhecida pela maior parte dos agricultores familiares. A sua operacionalização reflete na elevação dos custos gerenciais das instituições financeiras relacionados à elaboração dos projetos, sendo repassadas ao agricultor e dificultando sua efetivação. Vale destacar ainda os limites normativos do Pronaf e SEAF para a diversificação de orientação camponesa valorizada pela agroecologia, visto que os projetos são elaborados por cultura e não de forma integrada. Ao reproduzir normas criadas com base no referencial da modernização conservadora ("dependência de trajetória"), não surpreende sua limitação em contemplar a agroecologia (Capellesso et al, 2014). Contudo, como se destaca a seguir, mesmo ações públicas focadas no publico mais descapitalizado têm dificuldades para contemplar o público potencialmente beneficiário.

4. A exclusão não restrita ao crédito rural e políticas públicas a ele articuladas

O recorte social no interior da agricultura familiar também se expressa nas ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), decorrentes de carências de investimentos públicos e descontinuidades. Com a adoção do referencial neoliberal no final da década de 1980, o órgão público nacional de Ater foi extinto em 1990, ficando esse serviço restrito aos estados federados e à iniciativa privada. Com o baixo número de técnicos atuando em Ater pública associado à grande demanda burocrática, falta tempo para orientar a estruturação produtiva da maioria dos estabelecimentos. Para atender as demandas por resultados que lhe são impostos, os técnicos acabam selecionando os "mais aptos" – só conseguindo contemplar de forma pontual os agricultores mais pobres ("menos aptos" ou "inaptos"). Tal condição ocorre inclusive em projetos desenvolvidos por organizações não governamentais (ONG), pois os financiadores geralmente cobram resultados no curto prazo. De forma igualmente importante, a exclusão de segmentos mais pobres dos serviços de Ater reflete uma "dependência de trajetória". Os agentes de Ater têm sua formação concebida segundo instrumentos e métodos de políticas modernizantes, sendo extremamente raro o domínio de alternativas metodológicas que permitam compreender as armadilhas da pobreza e da desigualdade social, as quais restringem a inclusão social nos processos de desenvolvimento. Já em relação à Ater privada, os agricultores mais pobres não dispõem de recursos para contratação de projetos particulares e, no caso de "técnicos de vendas", o recorte social decorre da busca pelo lucro. Ao vincular a remuneração aos produtos comercializados, não dedicam o tempo necessário para planejamento das unidades produtivas, pois esse tipo de ação representa perda de tempo e menor comercialização decorrente da organização técnico-produtiva. Algo semelhante ocorre com o projeto técnico exigido no Pronaf investimento, figurando geralmente como um "papel" para o banco.

A partir de 2003, o Governo Federal passou a investir em projetos de Ater para os públicos de baixa renda e com orientação agroecológica, mas os mesmos atendem número reduzido e há descontinuidades (projetos curtos com rotatividade de técnicos), o que compromete seus resultados. Com o propósito de avançar nessa área, em 2013 ocorreu a criação da Agência Nacional de Ater, mas a sua implementação na esfera nacional depende de vários condicionantes para alcançar sua efetividade. Em que pese o orçamento previsto de R$ 1,3 bilhão para 2014, essa nova instituição está ainda em fase de formulação. Complementarmente, sua criação foi marcada pela disputa ideológica e de referenciais, o que explica o fato de um órgão direcionado de forma predominante à agricultura familiar estar vinculado ao MAPA via a Empresa brasileira de pesquisa agropecuária Embrapa e não ao MDA.

Na correlação da ação pública com a atuação do sindicalismo rural do campo, destaca-se que a ação

reivindicatória ganha força quando possui sentido defensivo. Ou seja, há uma maior disposição individual para a ação coletiva quando se vivencia um contexto de perdas nas condições para viver – comparada à comodidade quando a situação estiver estável. Como já destacado, as mobilizações dos anos 1990 foram marcadas pela reação ao contexto de crise, resultando na criação do Pronaf. Contudo, quando essa política pública foi implementada contemplando os segmentos familiares de maior poder aquisitivo, a mobilização social não fez o enfrentamento para avançar no sentido da universalização. Como aponta Grisa (2012), suas organizações também tenderiam a priorizar os agricultores "mais aptos". Essa temática merece ser aprofundada, o que foge aos propósitos deste artigo. Em todos os casos, fica evidente que a disponibilização de crédito rural específico para a agricultura familiar, embora necessária, não é suficiente para o enfrentamento da pobreza rural (Cazella et al., 2014).

Analisando o caso brasileiro, Cazella et al. (2011) apontam três ações prioritárias para o enfrentamento da pobreza rural: a) expansão de experiências microfinanceiras de sucesso, para o conjunto dos bancos públicos; b) descentralização e articulação de políticas públicas via abordagens territoriais; e c) iniciativas voltadas a garantir o acesso à terra a mais de um milhão de agricultores sem propriedade dos estabelecimentos. No primeiro caso, experiências microfinanceiras de sucesso em outras partes do mundo permitem afirmar que a efetividade do crédito rural junto à população de baixa renda passa pela adoção de metodologias específicas que vincule o agente de crédito aos beneficiários (Yunus et al., 2000). Já a descentralização refere-se ao repasse das decisões sobre a aplicação dos recursos à esfera local, escala onde os atores podem buscar sinergias entre projetos por meio da territorialização da ação pública. Na terceira ação, o acesso à terra se desdobra na prestação de assistência jurídica com vistas a garantir o acesso à titulação para posseiros (usucapião) e dirimir dúvidas sobre contratos de arrendamento, atualmente estabelecidos de forma precária. Para evitar um suposto risco de usucapião, muitos proprietários restringem o tempo de permanência de arrendatários nas suas terras, criando-se um contexto de insegurança decorrente do constante deslocamento. Em complemento, os autores apontam a necessidade de políticas públicas para ampliar o acesso à terra aos proprietários de pequenas áreas ou sem área. Representando grande parte dos estabelecimentos do país, esse público é obrigado a vender sua força de trabalho de forma precária e sazonal para sobreviver. Em síntese, persistem múltiplas causas que levam à exclusão de agricultores familiares do acesso às políticas públicas setoriais.

5. Considerações finais

Analisando os processos de mudanças de paradigma nas políticas públicas, Surel (1998) aponta que a penetração de um novo referencial pode não ocorrer de forma revolucionária, dependendo de dois filtros pré-existentes: a) a importância e características próprias do paradigma anterior que, em vez de ser substituído, pode ser adaptado ao novo, ocorrendo a associação e hierarquização de novos elementos com os anteriores; e b) as configurações institucionais específicas, como a capacidade dos interesses dos atores, das configurações institucionais e suas relações de poder, alteram a nova matriz normativa e cognitiva.

Após analisarmos algumas políticas públicas para a agricultura familiar, evidencia-se uma disposição do Governo Federal em ampliar o público beneficiário após 2003. O slogan "Brasil, um país de todos" traz implicações para uma mudança de referencial setorial, no sentido de contemplar com políticas públicas o conjunto dos estabelecimentos agropecuários. A expansão verificada no Pronaf B pode ser classificada como expressão dessa mudança. Nesse entendimento, o baixo acesso ao Pronaf reflete mais uma incapacidade das políticas públicas do que uma exclusão premeditada. Por sua vez, o questionamento que persiste é se o propósito de beneficiar "todos" seria alcançado com políticas agrícolas ou por meio de políticas sociais. Por um lado, a ampliação do grupo de agricultores "aptos" ao crédito rural e a criação de políticas públicas com novas orientações apontam para a inclusão de muitos estabelecimentos familiares. Por outro, a forte persistência de agricultores sem acesso à ação pública setorial indica ao menos sua incapacidade de incluir a grande maioria, restando políticas sociais como alternativas.

A persistente exclusão do crédito rural não pode ser tratada como inevitável, pois inúmeros estudos sobre microfinanças demonstram seu potencial de contribuir com a estruturação das unidades produtivas e superação

da pobreza. Sua maior expressão entre as políticas públicas para a agricultura familiar foi mobilizada como caminho para difundir outras ações públicas, como o seguro agrícola e o preço mínimo. Se, por um lado, tal medida apressa o avanço das novas políticas, por outro, restringe o acesso aos beneficiários tradicionais. A isso se soma o fato de muitos agricultores não conseguirem acesso a tais políticas por estarem inadimplentes junto a alguma instituição financeira. Nesse caso, cria-se um circulo vicioso que restringe o potencial da ação pública em contribuir para sua recuperação econômica.

Por fim, questiona-se a possibilidade das ações de combate à miséria romper com as armadilhas da pobreza rural. Sobre essa perspectiva, é extremamente relevante articular iniciativas inclusivas com ações de capacitação que orientem para o exercício da cidadania. Nesse caso, a Ater assume caráter central e deve ser pensada a partir dos distintos contextos e perspectivas, não se restringido ao agrícola. A criação de equipes multidisciplinares com projetos de longa duração e elevado número de profissionais pode ser o caminho inicial para desenvolver inovações metodológicas, identificar demandas e aprimorar as novas políticas públicas no sentido de criar novas oportunidades no espaço rural.

Referências

ALVES. E.; ROCHA. D. P. (2010), "Ganhar tempo é possível?" In GASQUES. J. G; VIEIRA FILHO. J. E.; NAVARRO. Z. (orgs.), *A agricultura brasileira*: *desempenho, desafios e perspectivas.* Brasília, IPEA. pp. 275-290.

BACEN (2010), "Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO)." *Relatório Circunstanciado 1999 a 2010*. BACEN – DIORF – GEROP, Brasília (DF). Disponível em http://www.bcb.gov.br/htms/proagro/PROAGRO_Relatorio_Circunstanciado_1999-2010.pdf, [consultado em 24-10-2013].

BERDEGUÉ, J. A. et al (2012). "Territorios em movimento: dinâmicas territoriales rurales em América Latina." *Documento de trabajo nº 110*: Rimisp. Disponível em http://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1372087263136623 3526N1102012TerritoriosenMovimientoBerdegueBebbingtonEscobalFavaretoetal.pdf, [consultado em 10-08-2013].

BNDES (2012), "Pronaf B: evolução e metodologias", *Informativo técnico AGRIS,* n. 2, p. 1-16.

BÚRIGO, F. L. (2010), *Finanças e Solidariedade*: *cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil,* Chapecó, Argos.

CAPELLESSO, A. J.; CAZELLA, A. A.; ROVER, O. J. (2014), "Estratégias técnico-econômicas divergentes entre agricultores familiares e políticas públicas: qual desenvolvimento é sustentável?", *Anais do IX Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia Rural,* México DF.

CAZELLA, A. A.; SENCÉBÉ, Y.; RÉMY, J. (2014), "Transformações no modelo francês de agricultura familiar: lições para o caso brasileiro?" *Anais do VI Encontro da Rede de Estudos Rurais: Desigualdade, exclusão e conflitos nos espaços rurais*. Campinas, UNICAP.

CAZELLA, A. A.; BÚRIGO, F. L. (2011), "O Plano Brasil Sem Miséria não contempla as especificidades da pobreza rural". *Carta Maior*. Disponível em http://www.cartamaior.com.br/?/Opiniao/O-Plano-Brasil-Sem-Miseria-nao-contempla-as-especificidades-da-pobreza-rural/22473, [consultado em 20-03-2013].

DELGADO, G. C. (1985) *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo: Editora da Unicamp.

FAO/INCRA (1994), "Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável", In GUANZIROLI, C. E. (Coord.) *Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036*, Brasília.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V. J.; BUCHWEITZ, V. D. (2014), "Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações", *RESR,* 52(02), p. 323-345. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000200007. Acesso em: 10 de outubro de 2014.

IBGE (2009), *Censo Agropecuário 2006: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação*. Rio de Janeiro: IBGE.

JONES, C. O. (1970), *An introduction to the Study of Public Policy*. Belmont: Duxbury Press.

LEITE, S. P. (2001), "Análise do financiamento da política de crédito rural no Brasil (1980-1996)", *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, 16, pp. 129-163.

MULLER, P. (2010), "L'analyse cognitive de politiques publiques: vers une sociologie politique de l'acion publique", *Revue française de science politique*, 50 (2), pp. 189-208.

MULLER, P. (2013), *Les politiques publiques.* 10e édition, Paris, PUF.

PETERSEN, P. (2013), "Agroecologia e a superação do paradigma da modernização", In NIEDERLE, P. A. et al. *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*, Curitiba, Kairós, p. 69-103.

PICOLOTTO, E. L.; BRANDENBURG, A. (2013), "Sindicalismo da agricultura familiar, modelos de desenvolvimento e o tema ambiental", In NIEDERLE, P. A. et al. *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*, Curitiba, Kairós, pp. 105-136.

ROMANO, J. O. (2008), "'Empoderamento' e poder no enfrentamento da pobreza", In COSTA, L.F.C; FLEXOR, G; SANTOS, R. (orgs.), *Mundo Rural Brasileiro. Ensaios interdisciplinares,* Mauad X-EDUR, Rio de Janeiro - Seropédica, pp.239-254.

RUA, M. d. G. (1997), *Análise de políticas públicas*: *conceitos básicos*. Programa de Apoio a Gerência Social no Brasil, Brasília: BID.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. (2004), "Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar", In SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.), *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural,* Porto Alegre, pp. 21-50.

SCHNEIDER, S. (2005), "A pluriatividade e o desenvolvimento brasileiro", *Cadernos do Ceam*, Brasília: UnB/Ceam/Neagri, 17, pp.23-42.

SOUZA, P. M. et al. (2013), "Análise da Evolução do Valor dos Financiamentos do Pronaf-Crédito (1999-2010): número, valor médio e localização geográfica dos contratos", *RESR*, 51 (2), p. 237-254.

SUREL, Y. 1998, "Chronique - Idées, intérêts, institutions dans l'analyse des politiques publiques", *Pouvoirs, revue française d'études constitutionnelles et politiques*, n°87 - L'extrême droite en Europe, p.161-178, Disponível em http://www.revue-pouvoirs.fr/Chronique-Idees-interets.html, [consultado em 04-11-2013].

TONNEAU, J. P.; AQUINO, J. R.; TEIXEIRA, O. A. (2005), "Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas agrícolas", *Cadernos de Ciência & Tecnologia,* 22 (1), p. 67-82.

VASCONCELOS, J. M. M. (2012) *Seguro da agricultura familiar (SEAF):* História, implementação e desafios em Francisco Beltrão (PR). Dissertação de mestrado, Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília.

VILLA VERDE, V. (2004), *Territórios, Ruralidade e Desenvolvimento*, Curitiba, IPAREDES 01.

YUNUS, M.; JOLIS, A. E. (2000) *O banqueiro dos Pobres*, Ed. Ática.

ZUKOWSKI, J. C. (2005), *Gestão de Riscos na agricultura familiar* – Integração entre o SEAF e o Sistema de ATER. Disponível em http://www.territoriosdacidadania.gov.br/portal/saf/arquivos/view/seaf/ater_gestao_e_riscos.pdf, [consultado em 10-09- 2013].

ZUKOWSKI, J. C. (2012) Seguro da Agricultura Familiar. Palestra com apresentação eletrônica do Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Reunião técnica sobre o Seguro da Agricultura Familiar*. Chapecó.

Crescimento Econômico, distribuição da renda e movimentos sociais no Brasil: (2003 – 2013)

Francisco Luiz Corsi
(Universidade Estadual Paulista. flcorsi@ul.com.br

José Marangoni Camargo
(Universidade Estadual Paulista. jmaraga@uol.com.br

Resumo: O presente artigo discute o crescimento econômico e a distribuição da renda nos governos Lula e Dilma Roussef, abarcando o período que vai de 2003 e 2013. Procuramos mostrar as linhas de continuidade e as rupturas desses governos com as políticas do governo Fernando Henrique Cardoso. Em uma conjuntura mundial favorável, observa-se a adoção de medidas voltadas para o crescimento do emprego, a melhoria da distribuição da renda e o enfrentamento da miséria, apesar da política macroeconômica neoliberal ter sido mantida praticamente intocada. Os resultados foram níveis mais elevados de crescimento e melhora em vários indicadores sociais. Não obstante o pequeno avanço verificado no período, em uma conjuntura marcada pelos impactos da crise mundial na economia brasileira e pelo processo eleitoral, desencadeou-se uma onda de movimentos sociais no Brasil, reivindicando melhorias nos transportes urbanos, na educação e na saúde. Também clamava pelo fim da corrupção generalizada que afeta o setor público e da impunidade. As respostas do governo foram tímidas. Após a reeleição com base em um discurso à esquerda, Dilma propõe um ajuste ortodoxo, na direção oposta das expectativas populares, o que poderá corroer sua base de sustentação social e política. O enfrentamento das questões colocadas pelos movimentos sociais, somados as deficiências de infraestrutura, a crise no setor industrial e aos crescentes desequilíbrios externos, exigirá a ruptura com a política macroeconômica neoliberal. Mas o governo parece não ter força ou disposição para fazê-lo.

Palavras-Chaves: Distribuição de Renda, Crescimento Econômico, Desigualdade, Movimentos Sociais.

1. Introdução

O crescimento econômico e as suas consequências sociais na última década no Brasil só podem ser compreendidos em perspectiva histórica, pois as políticas econômicas adotadas pelos governos Lula e Dilma se, de um lado, romperam em vários aspectos com o projeto neoliberal implantado nos anos de 1990, de outro lado, guardam também importantes pontos de continuidade. A crise da dívida externa, a crise inflacionária e a crise fiscal, que colocaram em xeque o modelo desenvolvimentista na década de 1980, associada a possibilidade de vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 1989, unificou os diferentes setores das classes dominantes em torno da candidatura Collor e de seu projeto neoliberal. A adoção de políticas neoliberais implicou em uma reacomodação das frações das classes dominantes. Observou-se o fortalecimento dos setores rentistas, que são favoráveis a uma maior abertura da economia brasileira. As frações do capital mais vinculados ao mercado interno perderam terreno nesse novo contexto.

O projeto neoliberal, inspirado no chamado Consenso de Washington, ganhou consistência no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que adotou uma política de estabilização baseada no câmbio valorizado, na abertura e desregulamentação da economia nacional e na redução do papel do Estado na economia, por meio de amplo programa de privatização das empresas estatais. Esta política controlou o processo inflacionário, mas ao implicar em deterioração das contas externas, exigia, em um contexto de instabilidade da economia mundial, a constante majoração das taxas de juros com o objetivo de atrair um fluxo crescente de capitais externos, necessários para fechar o balanço de pagamentos. Essa política resultou, entre outros pontos, em

baixo crescimento econômico, desemprego, queda dos salários, piora da distribuição da renda, expansão da dívida pública e vulnerabilidade externa[1]. Esse processo desembocou na crise cambial do final dos anos 1990. O câmbio fixo foi abandonado. Em seu lugar foram introduzidas as metas de inflação, o câmbio flexível e as metas para o superávit primário. O câmbio flexível, associado à introdução de metas de inflação e metas de superávit primário, continuaram a garantir os interesses do capital financeiro. Qualquer pressão inflacionária, que ameasse as metas, obriga a elevação dos juros e a obtenção de superávits primários robustos. O resultado tende a ser crescimento medíocre, polpuda remuneração ao capital financeiro e a submissão da política econômica aos seus interesses, que implicam inflação sobre controle, câmbio estável e valorizado e capacidade do Estado pagar suas dívidas, dado que a dívida pública consiste em principal sustentáculo da valorização do capital financeiro.

Entretanto, essas medidas, sozinhas, não resolviam o problema da vulnerabilidade externa, em particular em um contexto de redução dos fluxos de capital para a periferia em virtude das crises asiática, russa, brasileira e argentina, que foram seguidas pela crise da bolsa de valores das empresas de alta tecnologia nos EUA, a chamada Nasdaq. A redução das importações decorrente da desvalorização da moeda e da retração da atividade econômica não era suficiente para reequilibrar as contas externas e garantir o crescente retorno do capital estrangeiro aqui valorizado a esfera de circulação internacional do capital, ainda mais que parte não desprezível do capital que entrou no Brasil nos anos 1990 estava invertido em setores que não geravam divisas. Daí a necessidade imperiosa de incrementar as exportações, que foram impulsionadas pela desvalorização da moeda. As exportações de commodities agrícolas e minerais, por apresentarem maior competitividade, teriam melhor desempenho que as exportações de manufaturados, que se mostrariam cada vez menos competitivas.

Revertendo prioridades dos anos 1990, quando o governo abandonou a política de obtenção de superávits comerciais, o governo FHC, sem muitas alternativas para estimular as exportações, adotou uma série de medidas para favorecer o agronegócio, embora àquela altura não fosse previsível o boom de commodities que se desencadearia a partir de 2003. No caso do agronegócio, cabe destacar sobretudo a ampliação de crédito subsidiado, as políticas de desenvolvimento tecnológico, o incremento dos investimentos em infraestrutura e a desvalorização da moeda. Medidas que visavam dotar o setor de maior competitividade no mercado mundial. Dessa forma, o governo FHC preparou o terreno para Brasil adequar-se as tendências de reorganização da divisão internacional do trabalho, que derivavam da ascensão do Leste asiático como centro dinâmico da acumulação de capital, que começava a se consolidar a partir da superação da crise asiática[2].

2. O Governo Lula e o projeto neoliberal: ruptura e continuidade

O governo Lula aprofundaria esse caminho, apesar de ter flexibilizado a política de seu antecessor em muitos aspectos. O governo Lula manteve os pilares centrais da política macroeconômica de FHC, a saber: 1- política fiscal apertada, voltada para a obtenção de superávits primários com o objetivo de reduzir a dívida pública; 2- metas de inflação; 3- Câmbio flexível; 4- Taxas de juros elevadas. Também deu continuidade à política de

---

1 A economia brasileira cresceu em média apenas 2,2% ao ano no período 1991-2002, com fortes impactos negativos sobre o mercado de trabalho. As taxas de desemprego alcançaram quase 10% da PEA no final desta década, o dobro do verificado no final da década anterior. Ademais, com o rebaixamento da capacidade de crescimento da economia, ocorreu um expressivo aumento da precarização das condições e das relações de trabalho, com a proliferação dos postos de trabalho por conta própria ou sem registro formal, com rendimentos mais baixos em média. Dessa forma, com o aumento do grau de precarização da força de trabalho e das taxas de desemprego nos anos 90, os indicadores de distribuição de renda no país apontavam a permanência de um quadro de extrema desigualdade, apesar da estabilização monetária a partir do Plano Real. Em 2000, a participação dos 50% mais pobres na renda pessoal era de apenas 12,7% do total, enquanto o segmento representado pelos 10% mais ricos abocanhava 51,3% do total. A participação dos salários na renda, por sua vez, reduziu-se de 45% do PIB em 1990 para 39,1% em 2003.

2 Ver a respeito da ascensão do Leste asiático, entre outros, Corsi (2011).

estimulo as exportações de commodities. Essas medidas respondiam aos interesses do capital financeiro, pois eram a garantia de valorização a alta taxas em um mundo onde as taxas de juros tendiam a ser baixas. Também beneficiou o agronegócio, que está articulado, como os outros setores, ao capital financeiro.

Contudo, sem confrontar o capital e dentro da ordem, o governo Lula adotou, em especial em seu segundo mandato, uma série de medidas expansivas, voltadas para dinamizar o mercado interno e enfrentar o problema da miséria e da desigualdade social. Dentre elas cabe destacar o programa bolsa família, que é uma forma de garantir uma renda mínima para as famílias mais pobres; a política de majoração do salário mínimo; a política de aumento de gastos com a educação; ampliação do crédito, sobretudo para o setor habitacional e para pequenas e médias empresas; o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); o Programa "Minha Casa Minha Vida" e a utilização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social como instrumento de política industrial partir dos aumentos do crédito a juros baixos para fomentar setores da economia considerados estratégicos e a infraestrutura do país. Essas medidas foram fundamentais para Lula articular ampla base de sustentação política e social para o seu governo e para garantir a eleição de sua sucessora (Singer, 2012).

No caso do salário mínimo, o poder de compra real em 2009 quase dobrou em relação a 1995, quando ele atingiu o seu patamar mais baixo historicamente, desde que foi criado em 1940. Essa recuperação do valor real do salário mínimo tem um forte impacto sobre a renda, na medida em que, segundo o Departamento Intersindical Estatística e Estudos Sócio Econômicos (DIEESE), mais de 50 milhões de pessoas são beneficiadas pelos seus reajustes, incluindo 19 milhões de aposentados e pensionistas que ganham em torno deste piso. Em 2009, o poder de compra do salário mínimo possibilitava adquirir duas cestas básicas, contra apenas uma em 1995. Os programas de transferência de renda como a expansão da bolsa família, que alcançava 12,3 milhões de famílias atendidas em 2009, beneficiando em torno de 40 milhões de pessoas, em que pese os baixos valores pagos, também garantiu um acréscimo de renda para os segmentos mais pobres. A expansão do crédito, especialmente para os financiamentos imobiliários e para a compra de bens de consumo duráveis, como automóveis e eletrodomésticos, foi outro fator que contribuiu para impulsionar o mercado interno. A relação crédito/PIB passou de 24,6% em 2002 para 44,4% em 2009, refletindo a expansão do consumo e do nível de endividamento das famílias. No caso do Programa "Minha Casa, Minha Vida" em 2010, após um ano de atividade, atingiu a meta inicial de um milhão de contratações de novas moradias para a população de baixa renda.

A política econômica, que ao mesmo tempo preservava e rompia com o projeto neoliberal, em um contexto de expansão da economia mundial, caracterizado entre outros aspectos por um boom de commodities, acarretou forte crescimento econômico até a crise de 2008. Entre 2003 e 2008, o PIB do Brasil cresceu em média ao ano 4,2% e com melhora dos indicadores sociais como veremos adiante. Número superior ao do período FHC, quando o crescimento médio do PIB foi de 2,3% ao ano. A fase de acelerado crescimento iniciou-se a partir do incremento no saldo comercial devido ao boom de commodities e as políticas de estimulo ao setor exportador. Entre 2002 e 2007, o superávit comercial saltou de US$ 13, 03 bilhões para US$ 40,03 bilhões (ipea/data). As exportações de produtos agroindustriais passaram de US$ 32,43 bilhões, em 2003 para US$ 61,84 bilhões, em 2007, atingindo US$ 99,7 bilhões, em 2013[3] (Camargo e Leutwiler, 2013: 9-12; mdci, 2013).

A melhora das contas externas, em parte decorrência do bom desempenho das exportações, contribuiu para reduzir a vulnerabilidade externa e, dessa maneira, abriu espaço para a série de medidas expansivas citadas acima. Também contribuiu para essa melhora a crescente entrada de capitais externos[4]. O resultado foi um crescimento sustentado pelo aumento do consumo, do investimento e das exportações, acompanhado de melhorias nos salários e no emprego. O forte incremento do consumo passou a puxar o crescimento econômico. Os investimentos, embora tenham crescido, continuaram a apresentar números relativamente modestos. Os dados apresentados a seguir sintetizam evolução do PIB entre 2002 e 2013.

---

3 Esse desempenho está concentrado em poucos produtos, quais sejam: Cereais/leguminosas/oleaginosas, carnes e produtos do complexo sucroalcooleiro. O saldo comercial positivo deve-se, fundamentalmente, as exportações primárias. (Camargo e Leutwiler, 2013: 9-12; mdci, 2013).

4 A entrada líquida de investimento Direto Estrangeiro, por exemplo, passou de US$16,5 bilhões em 2002 para Mais de US$36 bilhões em 2009 (bcb, 2013).

Tabela 1

Contribuições para o crescimento do PIB

Brasil, 2002 – 2013 (dados em % anual)

	Estoques	CT	FBCF	X	M	PIB
2002	1,32	2,16	-3,28	0,90	1,60	2,7
2003	0,83	-0,24	-1,66	1,97	0,20	1,1
2004	1,32	3,16	0,54	2,29	-1,61	5,7
2005	1,41	3,11	-1,79	1,53	-1,06	3,2
2006	1,47	3,65	0,25	0,76	-2,13	4,0
2007	1,48	4,69	1,32	0,89	-2,28	6,1
2008	1,29	4,04	1,62	0,07	-1,82	5,2
2009	-6,26	3,25	4,56	-1,25	1,02	-0,3
2010	1,3	5,15	3,90	1,26	-3,99	7,5
2011	-1,2	2,8	0,9	0,5	-0,4	2,7
2012	-0,9	2,5	-0,8	O,1	0,0	0,9
2013	-0,32	2,02	1,45	0,32	-1,17	2,3

CT – Consumo (Consumo das Famílias e do Governo)
FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo
X – Exportações
M - Importações
Fonte: IPEA/DATA

O crescimento econômico mais expressivo da economia brasileira entre 2003 e 2008 teve impactos positivos sobre o mercado de trabalho, com indicadores mais favoráveis sobre o emprego e a distribuição de renda. O mercado de trabalho registrou forte dinamismo no período, com a criação de 7,7 milhões de novos postos de trabalho com carteira de trabalho assinada, o que possibilitou ampliar o grau de formalização do trabalho de 43,1% do total de ocupados no país em 2003 para 54,1% em 2008. Apesar de 90% das novas vagas assalariadas criadas serem de até dois salários mínimos, o rendimento médio real do trabalho principal cresceu, passando de R$ 986 em 2004 para R$1.210 em 2009. O bom desempenho do mercado de trabalho no período contribuiu para uma redução da desigualdade de renda da população. O Índice de Gini diminuiu de 0,5957 em 2001 para 0,5448 em 2009 e a participação dos 50% mais pobres na renda total cresceu de 14% em 1999 para 17,7% em 2009, enquanto que a fatia dos 10% mais ricos passou de 46,8% para 42,9% nesse período. A evolução da participação da renda do trabalho na renda nacional também cresceu, de 39,1% em 2003 para 43,6% em 2010, depois de quatro décadas seguidas de contínuo declínio. O desemprego por sua vez, diminuiu de 10,5% do total da PEA para 7,8% em 2008. O comportamento mais favorável do mercado de trabalho, com expansão considerável do emprego formal e dos rendimentos do trabalho, conjugado a uma política de valorização do salário mínimo e de outras políticas sociais como o bolsa família, e a expansão do crédito foram fundamentais para alavancar o padrão de acumulação sustentados sobretudo na ampliação do consumo.

Foi neste contexto de acelerado crescimento que a economia brasileira foi atingida pela crise estrutural do capitalismo global aberta em 2007 e aprofundada a partir de setembro de 2008. O Brasil, de imediato, foi atingido pela crise por meio da retração do comércio, da diminuição do crédito e da saída de capitais, o que acarretou a desvalorização da moeda. O clima de incerteza induziu a redução dos investimentos e do consumo. Em 2009, o PIB encolheu 0,6%. O governo Lula reagiu a crise adotando amplas medidas anticíclicas. As

principais medidas foram o incremento do crédito, da emissão de moeda e do gasto público e a redução gradual dos juros, que continuaram, no entanto, bem acima da média mundial. O governo utilizou as reservas para financiar exportações, empresas e bancos com dificuldades no exterior. Cabe também destacar a expansão da atuação do BNDES no financiamento a longo prazo dos investimentos a juros reduzidos. O resultado desse conjunto de medidas foi a rápida recuperação da economia, que cresceu 7,5% em 2010, puxada pelo incremento do consumo e do investimento. A rápida recuperação, contudo, deixou mais evidente os limites do padrão de acumulação que vinha sendo implementado desde 2003 (Sicsú, 2013; Barbosa, 2013).

Os efeitos negativos da política econômica adotada desde 2003 não tardaram a perecer. Um dos resultados foi a reprimarização da pauta de exportações. Em 1980, a composição das exportações era a seguinte: produtos básicos 42,2% do total, produtos semimanufaturados 11,7% e manufaturados 44,8%. Em 2002, esses números eram respectivamente os seguintes: 25,5%, 15,3% e 56,8%. Em 2010, os produtos básicos representavam, 38,5%, os semimanufaturados 13,7% e os manufaturados 45,6% Em 2013, os básicos alcançaram 46,7%, semimanufaturados 12,6% e os manufaturados 38,4%. Este processo está intimamente vinculado a expansão das exportações para a China, que desde a década de 1990, mas sobretudo a partir de 2003, tornou-se em um polo dinâmico de acumulação do capitalismo global. Este país, carente de matérias-primas, vem reorganizando a divisão internacional do trabalho ao tender criar uma periferia fornecedora de bens primários. A América Latina está cada vez mais sendo atraída pela força gravitacional das economias do Leste asiático (Corsi, 2011; Gonçalves, 2013: 93; mdci, 2014: 8).

A partir de 2009, a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil, que exporta para ela sobretudo produtos básicos. Em 2001, estes produtos representavam 68% das exportações para a China. Em 2013, representaram 88%. Para este último ano, quatro produtos (minério de ferro, soja, petróleo e celulose) perfizeram 84,0% do total exportado para a China, que absorveu 19,0% das nossas exportações. A Ásia foi o principal destino das exportações brasileiras, representando 32,1%, do total exportado, em 2013 (Camargo e Leutwiler, 2013: 9-12; mdci, 2013)

Outro resultado foi a tendência a apreciação cambial, que teve forte influência negativa sobre o setor industrial e sobre as contas externas. Os superávits comerciais elevados e a atração de grande volume de capital, graças manutenção de altas taxas de juros em um contexto de relativa abundância de liquidez no mercado mundial, levou à continua valorização do real[5]. O agronegócio pode absorver a tendência a valorização da moeda a partir de 2003 graças ao grande incremento dos preços internacionais das commodities, o que não aconteceria com a indústria. Entre 2002 e 2008, o PIB agrícola cresceu em média por ano 4,4%. Para o período 2008-2013, este número foi de 2,3%. Enquanto o PIB da indústria de transformação, nestas duas fases, cresceu respectivamente 3,2% e 0,0% (Cano, 2014: 18-19).

Observa-se também a deterioração das contas externas. Depois de um período de grave crise, decorrente do Plano Real, a situação começou a melhorar a partir de 2003 no contexto de auge cíclico da economia mundial, quando, até 2007, o Brasil apresentou superávits nas transações correntes, graças sobretudo as exportações de bens primários[6]. Porém, a elevação das importações decorrente do próprio crescimento mais acelerado e da perda de competitividade do setor industrial, o incremento dos gastos com o turismo e a forte majoração das remessas ao exterior geraram déficits nas contas correntes, agravados pela crise mundial, que foi acompanhada de queda nos termos de intercâmbio e da demanda chinesa por matérias-primas e alimentos. Em 2007, o saldo de transações correntes foi positivo em 1,5 bilhões de dólares. No ano seguinte, a situação deteriorou-se e o déficit foi de 28 bilhões, chegando a 54 bilhões de dólares em 2012, e atingiu 81,37 bilhões de dólares, em 2013, que teve que ser coberto, em parte, por investimentos em carteira, dado que os investimentos diretos foram

---

5 Em 2003, taxa nominal média de câmbio foi de R$ 3,5 por dólar, quando tendeu a valorizar-se até a crise de 2008. A taxa de câmbio nominal média em 2007 foi de R$ 1,8 por dólar, depois de ter atingido a cifra de R$ 2,1 no ano anterior, Em dezembro de 2008, a cotação média do real foi de R$ 2,34 por dólar. Passou R$ 1,66 por dólar um ano mais tarde. Voltou a desvalorizar-se desde essa data, chegando a situar-se em torno R$ 2,50 em novembro de 2014, patamar considerado por muitos analistas ainda valorizado (Barbosa, 2013: 84; ipea/data).

6 O saldo nas transações correntes, em 2002, tinha sido negativo em US$ 7,63 bilhões. Em 2003, o superávit foi de US$ 4,18 bilhões, atingindo US$ 13,64 bilhões, em 2006 (ipea/data).

da ordem de 64 bilhões de dólares. Esses dados sugerem os limites da política de incentivo as exportações de commodities como saída para enfrentar a crônica vulnerabilidade externa, pois ela não mais consegue estabilizar as contas externas[7]. O balanço de pagamentos tem sido fechado graças aos investimentos externos diretos e aos voláteis investimentos em carteira. Apesar do acumulo significativo de reservas, que alcançaram a cifra de 380 bilhões de dólares em 2013, a situação não é tranquila e esses déficits não poderão perdurar indefinidamente. A vulnerabilidade externa não foi superada, embora a crise mundial não tenha se desdobrado, como nos anos 1990, em crise financeira interna. (Gonçalves, 2013: 102-104, 124-125).

Não obstante a continua deterioração das contas externas a partir de 2007, a moeda continuou valorizada, sobretudo devido a entrada de capitais especulativos, atraídos pelas taxas de juros situadas bem acima da média internacional. Em um contexto de valorização cambial, elevadas taxas de juros, pesada carga tributária e infraestrutura precária, a indústria brasileira sofreu forte impacto da concorrência de produtos importados. Concorrência que se acirrou com a crise mundial. Muitos países, como por exemplo a China, levaram a cabo uma política de rebaixamento dos preços de seus produtos manufaturados e desvalorização cambial. Embora a economia tenha crescido, parte da demanda tem vasado para o exterior. A indústria tem perdido terreno nos mercados internos e externos. Não por acaso as importações têm crescido nos últimos anos a um ritmo superior que o das exportações, em que pese este comportamento também estar determinado pela crise mundial. O coeficiente de exportação da indústria cresceu de 12,7% em 1996 para 15,6%, em 2012, depois de ter atingido a cifra de 21,6%, em 2004. O coeficiente de penetração de importações passou de 14,1%, em 1996 (quando as importações já tinham apresentado forte crescimento desde 1994), para 19,3%, em 2012, alcançando cerca de 21% em 2014 (Cano, 2014: 22)

Esta situação de juros cronicamente acima das taxas internacionais e de valorização da moeda se reflete no nível de investimentos. A taxa de investimentos em relação ao PIB tem se mantido relativamente baixa ao longo da última década. Em 2003, a taxa de investimento era de 15,28% do PIB em valores correntes. Esta taxa subiu até 2008, quando atingiu a cifra de 19,11% do PIB. Caiu no ano seguinte e subiu em 2010 e 2011, para voltar a cair em 2012, atingindo 18,16% do PIB. Em 2013, foi de 18,40% do PIB. A taxa de investimento nunca ultrapassou os 20% do PIB, taxa baixa para sustentar o crescimento por um longo período (ipea/data).

Não por acaso observam-se fortes indícios de desindustrialização no Brasil. Embora não seja um indicador preciso, a queda da participação da indústria de transformação no PIB é ilustrativa. Em 1980, a participação deste setor no PIB era de 25,8%. Este número caiu para 17,9% em 2010. O ritmo de crescimento do PIB per capita da indústria de transformação tem apresentado tendência a queda. Na última década cresceu em média 1,0% ao ano, enquanto que para o largo período 1900-2010 o crescimento dessa variável foi de 3,1% ao ano. Entre 2003 e 2010, a taxa média anual real de crescimento do valor adicionado da indústria de transformação foi de 2,7%, enquanto que para a mineração foi de 5,5% e para agropecuária foi de 3,2%. Neste período, o crescimento médio anual do PIB foi de 4% (Gonçalves, 2013: 82-87, 90-9**2).**

Ao termino do governo Lula, em um contexto de grave crise internacional, a economia brasileira crescia e com melhora nos indicadores sociais. Mas uma série de problemas se acumulavam, quais sejam: deterioração das contas externas, valorização da moeda, taxas de juros elevadas, perda de terreno do setor industrial, reprimarização das exportações, baixa produtividade do trabalho, gargalos importantes na infraestrutura, perda de competitividade no setor industrial e taxa de investimento insuficiente para sustentar o crescimento. Parte considerável desses problemas derivava da manutenção do arcabouço macroeconômico neoliberal.

---

7 Os saldos na balança comercial tenderam a declinar a partir de 2006. Em 2003, o superávit comercial foi de US$ 24,79 bilhões, atingindo US$ 46,45 bilhões em 2006 e caindo par US$ 24,83 bilhões, em 2008. Em 2010 o superávit foi de US$ 20,14 bilhões. A balança comercial no ano passado teve um superávit de US$ 2,55 bilhões, contra US$ 19 bilhões em 2012 (ipea/data).

3. O governo Dilma: baixo crescimento e os limites do padrão de acumulação

O governo Dilma manteve no fundamental a política econômica de Lula, Ou seja, a política macroeconômica neoliberal, os incentivos as exportações de bens primários, o programa de investimento em infraestrutura e as medidas voltadas ao enfrentamento da miséria e da desigualdade social. A adoção de medidas restritivas para conter os desequilíbrios caudados pelo forte crescimento de 2010, em um contexto de recrudescimento da crise internacional, decorrente da deterioração da situação de vários países da zona do euro, da fraca recuperação dos EUA e da desaceleração da China, teve como resultado uma queda significativa do PIB em 2011 e 2012. Quando ficou claro que a desaceleração da economia seria maior do que a esperada, o governo reagiu e esboçou uma flexibilização da política de juros elevados, câmbio apreciado e meta de inflação. Mas essa reação durou pouco tempo. Diante das pressões o governo retrocedeu (Sicsú, 2013; Barbosa, 2013).

Esta linha de atuação não seria nada fácil. A partir de agosto de 2011 o governo começou uma lenta redução dos juros básicos, que em outubro de 2012 atingiu a cifra de 7,25%, gerando forte descontentamento dos setores rentistas, que passaram a fazer acirrada oposição ao governo. Esta taxa era mais próxima dos níveis internacionais. Paralelamente o governo reduziu o compulsório e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre o crédito pessoal. Também incrementou o gasto público tanto na rubrica de custeio quanto na de investimento. O salário mínimo sofreu forte aumento. Da mesma forma, os auxílios relativos à bolsa família também foram majorados. O governo aprofundou a política de desoneração fiscal de setores considerados importantes para estimular a economia. Também buscou proteger setores em dificuldade devido a acirrada concorrência externa por meio de várias medidas, a saber: medidas antidumping, maior rigor na fiscalização das importações, aumento de imposto sobre produtos industrializados importados, preferência por produtos nacionais nas licitações púbicas, aumento de tarifas, etc. (Sicsú, 2013; Barbosa, 2013).

Não obstante essas medidas, a economia não reagiu e a inflação continuou próxima do teto da meta. Em 2011, o PIB cresceu 2,73% e no ano seguinte cresceu ainda menos, 0,9% e 2,49%, em 2013. Isso se deveu aparentemente a um conjunto de fatores, dentro os quais: o cenário internacional adverso; os efeitos defasados das medidas restritivas adotadas até o início do segundo semestre de 2011; a deterioração das expectativas dos empresários e a dificuldade do Estado deslanchar os investimentos no setor de infraestrutura para enfrentar os pontos de estrangulamento da economia. Mas a razão principal parece residir no fato da combinação de juros altos e câmbio apreciado inibir o investimento. Em 2011, a taxa de investimento foi de 19,3% do PIB. Em 2012, foi de 18,17% do PIB. Esta queda deveu-se sobretudo a redução na produção de maquinas e equipamentos. Em 2013, a taxa de investimento cresceu 5,18%, situando se em 18,18% do PIB. Nos dois primeiros trimestres de 2014, o investimento caiu cerca de 14,0% (Cano, 2014; Gonçalves, 2013; ipea/data). É na sofrível performance dos investimentos que reside a causa principal do baixo crescimento, dado que o aumento do consumo, que tem sido a principal força a estimular o crescimento, perdeu força em virtude do crescente endividamento das famílias e do incremento mais lento da renda.

Apesar do cenário econômico mais adverso a partir de 2009, os indicadores do mercado de trabalho apresentaram ainda uma evolução relativamente favorável até 2013. A taxa de desocupação passou de 9,1% em 2009 para 7,8% em 2013, explicada em parte por um menor crescimento da PEA, e o rendimento médio real de R$1.210 para R$1.573 no período. Foram criados quase oito milhões de novos postos de trabalho com carteira de trabalho assinada e o grau de formalização do trabalho passou de 53,8% em 2009 para 59,1% do total dos ocupados em 2013. Observou-se também uma continuidade da redução da desigualdade dos rendimentos, com um novo declínio do Índice de Gini, de 0,545 em 2009 para 0,527 em 2013 e a fatia da metade mais pobre passando para 18,6% em 2012 (17,7% em 2009). A renda dos 10% mais ricos, que era mais de 22 vezes superior aos dos 40% mais pobres, passou para 15 vezes em 2013.

Os dados disponíveis sobre a distribuição de renda indicam, portanto, um processo de redução das desigualdades de renda, puxados pelo crescimento econômico mais significativo, especialmente até 2008, e pelas políticas de transferência de renda aos segmentos mais vulneráveis da sociedade brasileira. Apesar dos avanços recentes, os dados sobre a distribuição de renda no Brasil devem ser vistos com cautela. As pesquisas sobre renda realizadas pelo IBGE, como a Pnad e os Censos Demográficos, captam com mais precisão os rendimentos do trabalho, mas tendem a subestimar a renda dos segmentos de maior renda, provindos sobretudo de outras

fontes como lucros, juros e aluguéis (Medeiros, Souza e Castro, 2014; Barbosa e Amorim, 2014). Em trabalho recente, Medeiros, Souza e Castro (2014), mostram, a partir de indicadores construídos com base nas declarações do Imposto de Renda, que a concentração de renda entre os mais ricos é substancialmente maior que a estimada pelos levantamentos domiciliares, além de estável. Apesar da necessidade, segundo os autores, de aperfeiçoamentos em sua metodologia, os resultados são eloquentes no sentido de apontar a permanência de um quadro de extrema desigualdade de renda no país, onde em média, os 1% mais rico se apropriou de quase 25% da renda no período 2006-2012. Estes dados são corroborados pela elevada concentração da propriedade, pela estrutura tributária regressiva do país e pelo ainda elevado grau de informalidade do mercado de trabalho, de maneira que as disparidades de renda continuam muito altas, além da permanência das disparidades no tocante ao acesso ao emprego, educação e saúde, transporte público e habitação de melhor qualidade (Barbosa e Amorim, 2014).

Paralelamente, a deterioração das contas externas reduziu as margens de manobra do governo. Para agravar a situação a inflação permaneceu relativamente alta em virtude de uma série de choques, apesar do declínio acentuado do crescimento. O elevado nível de emprego e o crescimento dos salários pressionaram os preços no setor de serviços. O preço dos produtos agrícolas subiu por problemas de quebra de safras (Sicsú, 2013; Barbosa, 2013).

Neste contexto, a imprensa intensificou as críticas a incapacidade do governo em conter o processo inflacionário, que teria fugido ao controle, quando, na verdade, os preços continuavam dentro da meta estabelecida, embora alguns preços, em particular o dos alimentos, tenham subido de maneira um pouco mais intensa. A grande imprensa vocalizando os interesses do capital financeiro passou a clamar por medidas duras contra o incremento dos preços por meio da elevação dos juros e do superávit primário nas contas públicas.

Um pouco depois desencadeou-se por todo o país uma série de movimentos sociais reivindicando melhorias nos transportes urbanos, na educação e na saúde. Também clamavam pelo fim da corrupção generalizada que afeta o setor público e da impunidade. Manifestações que tiveram um início tímido, voltadas contra a majoração das passagens de ônibus, mas que rapidamente se espalharam pelo país, sobretudo nas regiões metropolitanas. No auge, elas abarcaram cerca de 1,5 milhão de pessoas. Estes movimentos adquiriram uma dimensão que chegou a assustar os governantes e setores das classes dominantes em virtude do potencial que essas manifestações apresentavam, embora não tivessem um programa claro e nem de longe visassem a subversão do sistema. Dimensão amplificada pela imprensa, que buscava criar um clima de caos. Todavia, essas manifestações tocavam em questões potencialmente explosivas, a saber: a precariedade dos serviços públicos de educação e de saúde e da mobilidade urbana. Apesar de melhora no emprego e no salário, grandes parcelas da classe trabalhadora vivem em situação precária nas cidades (dificuldade de acesso à moradia, ao transporte urbano, a segurança, ao saneamento básico etc.) e enfrentam insegurança e falta de perspectiva em relação ao emprego (Singer, 2013).

Movimentos bastante heterogêneos, compostos por vários setores de classe com interesses e reivindicações distintas. As manifestações de junho de 2013 abarcaram por diferentes razões as classes médias tradicionais e parcela da classe trabalhadora, formada sobretudo por jovens trabalhadores de baixa renda e sem emprego fixo. Ou seja, em situação mais precária de trabalho. As classes médias protestavam contra a corrupção e a impunidade e contra a ascensão de parte da classe trabalhadora. Ascensão considerada insuportável pelas classes médias, pois as massas populares passaram a disputar o espaço e os precários serviços urbanos com ela. Esses setores com proposições de direita, insuflados pela grande imprensa, chegaram a dar, em certos momentos, o tom do movimento. Os trabalhadores lutavam para ampliar suas conquistas e por melhores condições de vida.

Seja como for, esses movimentos acuaram o governo, que foi pego de surpresa, sobretudo pela abrangência das manifestações. Anunciou algumas medidas para enfrentar a situação bastante precária dos serviços públicos, mas esses problemas exigirão tempo e muito mais empenho e gastos para serem enfrentados. Estes movimentos evidenciaram os limites das políticas focalizadas e de caráter compensatório que o governo vem levando a cabo e apontam para a necessidade de políticas mais universais. Os necessários investimentos maciços a partir de políticas públicas universais nestas áreas poderiam representar uma nova frente de expansão que poderia contribuir para a retomada mais vigorosa e em longo prazo do crescimento econômico.

O governo Dilma ante essas pressões e a perda de popularidade recuou. Indícios sugerem que Dilma optará por um ajuste de cunho ortodoxo, para acalmar o mercado. Indicativo dessa posição foi a retomada da elevação dos juros. O Banco Central retomou o processo de majoração dos juros em abril de 2013, advogando a necessidade de fazê-lo para conter a inflação dentro das metas, embora as taxas internacionais continuem bastante baixas. A taxa básica de juros subiu de 7,25% em março de 2013, depois de não ser majorada desde outubro do ano anterior, para 9% em agosto de 2013 e não parou de subir, atingindo 11,25%, em outubro de 2014. Depois da reeleição, em outubro, o governo fala da necessidade de severo corte nas contas públicas e o Banco Central parece disposto a continuar elevando a taxa básica de juros e segurar a desvalorização da moeda. Seguir essa opção manterá o crescimento medíocre dos últimos anos.

4. Considerações finais

Dilma foi reeleita a partir de um discurso à esquerda, indicando a retomada do crescimento com elevação do emprego e melhora na distribuição da renda como saída para o país. Porém, o ajuste ortodoxo sugerido após a vitória vai na direção oposta das expectativas populares, o que poderá corroer sua base de sustentação social e política. Outras questões chave consistem na necessidade de pesados investimentos nas áreas de educação, saúde e infraestrutura, na crise no setor industrial, nos crescentes desequilíbrios das transações correntes e na incapacidade da política de fomento as exportações primárias resolver o problema das contas externas. Responder a essas complexas questões implicará, entre outros aspectos, em ampla política industrial e de comércio exterior, capaz modificar a tendência de inserção do Brasil na economia mundial cada vez mais como exportador de bens primários, que parece estar se configurando na divisão internacional do trabalho delineada com a ascensão do Leste asiático como espaço mais dinâmico da acumulação no capitalismo global. Mas isso exigirá medidas incompatíveis com a manutenção da política macroeconômica neoliberal. Parecer ser no enfrentamento dessas contradições que será jogada a sorte do governo Dilma.

Bibliografia

BANCO CENTRAL do, BRASIL, Indicadores econômicos. http://www.bcb.gov.br/?INDECO . [Consultado em 26-09-2013].

BARBOSA, N. (2013), Dez anos de política econômica". In E. Sader, (ed.) *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, pp. 69-102.

BARBOSA, A. F., AMORIN, R.L.C. (2014) "Desafios para o enfrentamento da desigualdade no Brasil". In R. Fagnani, A. Fonseca (eds.), A. *Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, pp. 29-50.

BELLUZZO, L. G. M. (2013), "Os anos do povo". In E. Sader, (ed.) *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, pp. 103-110.

CAMARGO, J. M. LEUTWILER, J. (2013) Evolução das Exportações Agroindustriais do Brasil e Argentina para a China. Marília: FFC.

CANO, W. (2014), *(Des)industrialização e subdesenvolvimento*. Campinas: IE-UNICAMP.

CARNEIRO, R. MATJASCIC, M. (eds.) (2011), *Desafios do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA.

CORSI, F. L. (2010), "Las crisis estructural del capitalismo e sus repercusiones". Íconos, v. 36, pp. 29-39.

_____ (2011) "Crise e reconfiguração espacial do capitalismo global: a ascensão do Leste asiático". In M. C. Pires L. A. Paulino (eds.) *As Relações entre a China e América Latina*. São Paulo: LCTE, pp. 109-130.

DELGADO, G. (2010), "Especialização primária como limite ao desenvolvimento". Desenvolvimento em Debate, v. 1, n.2, pp. 111-125.

FUNDO MOMETARIO INTERNACIONA (FMI) (2013), "Perspectivas da economia mundial". http://www.imf.org/external/ns/loe/cs.aspx?id=28 . [Consultado em 26-09-2013].

FONSECA, P. C. D. (2012), "O Brasil na era Lula: retorno ao desenvolvimentismo". http://www.reded.net.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=419&view=viewcategory&catid=14&lang=en . [Consultado em 20-09-2013].

GONÇALVES, R. (2013), *Desenvolvimento às avessas*. Rio de Janeiro: LTC.

HARVEY, D. (2011) *O Enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA/DATA) Macroeconomia. http://www.ipeadata.gov.br/ [Consultado em 26-10-2014].

MEDEIROS, M. SOUZA, P.H.F CASTRO, F.A. (2014) "*O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparaç*ão com pesquisas domici*liares, 2006-2012"*.Brasília, UNB. http//ssm.com/asbtract=2479685

[Consultado em 09-06-2014]

MINISTÉRIO DO COMÈRCIO, INDÚSTRIA e DESENVOLVIMENTO (MCID). Estatísticas. http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/ .[Consultado em 20-09-014].

PRADO, A. (2012) "El desarrollo en América Latina despues de la crisis financeira de 2008". http://www.reded.net.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=419&view=viewcategory&catid=14&lang=en . [Consultado em 20-09-2013].

SADER, E. (ed..) (2013) *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo.

SICSÚ, J. (2013) *Dez anos que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Geração.

SINGER, A. (2012) "*Os sentidos do lulismo*. Reforma gradual e pacto conservador". São Paulo: Cia. Das Letras, 2012.

_____ (2013) "Brasil, junho de 2013: classes, protestos e revoluções". Novos Estudos CEBRAP, n.97, nov, pp. 23-40.

Francisco Luiz Corsi; Professor de Economia da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestre em Economia e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Trabalha na área de História Econômica, com ênfase em desenvolvimento e política econômica.

José Marangoni Camargo: Professor de Economia da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestre em Economia pela USP e doutor em Economia Social e do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Trabalha na área de economia agrícola e distribuição de renda, com ênfase em emprego agrícola e modernização tecnológica.

Saindo da pobreza? O caso das beneficiárias do Programa Bolsa Família em Santo Antonio do Pinhal/SP e as atuais iniciativas de inclusão produtiva no Brasil [1]

Luciana Ramirez da Cruz[2]

Resumo: Esta proposta de trabalho parte dapesquisa qualitativa realizada com beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) – Programa de transferência de renda brasileiro – em uma cidade do interior de São Paulo[3]. Pretendoabordar, de maneira interseccional, como o PBF realocou papéis sociais entre os gêneros e impulsionou uma incipiente reconfiguração social no cotidiano das entrevistadas.
Versando sobre as alternativas atuais do governo federal de enfrentamento à pobreza, abordarei as iniciativas do Programa Brasil Sem Miséria e seu eixo de Inclusão Produtiva, que propõem auxiliar famílias beneficiárias do PBF a encontrarem a possibilidade de saída da pobreza. Com a oferta de cursos de qualificação técnica e profissional através do Pronatec, no momento atual encontramos os esforços de qualificar indivíduos vulneráveis socialmente para que se incluam em postos de trabalho que favoreçam a mudança de sua situação de vida, no intento de diminuir desigualdades e estimular o acesso e o exercício da cidadania.

Palavras-chave: pobreza; inclusão produtiva; políticas sociais; transferência de renda.

Introdução ao debate

As atuais estratégias de enfrentamento a pobreza no Brasil têm como marco histórico o processo de redemocratização iniciado com a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, que sinalizava uma nova possibilidade de política nacional, em que as demandas advindas de diversos setores populares, organizados emmovimentos sociais desde a década de 1970, denunciavam os problemas acentuados de exclusão[4] e desigualdade social.
Na história da participação política brasileira, a transformação substancial que vivenciamos se refere ao período de efervescência dos*novos movimentos sociais*[5], pois davam voz às diversas forças sociais e "se mantiveram como formas autônomas de expressão de diversas coletividades, não redutíveis a alguma forma 'superior e 'sintetizadora'" (SADER, 1988, p.198). Ou seja, os movimentos sociais que emergiramna década de 70 eram diversos, tinham bandeiras de lutas que se cruzavam, porém já não estavam mais suscetíveis às formas de organização vindas de uma 'força maior' externa à realidade dos sujeitos, configurando seu caráter autônomo. Segundo Eder Sader "os agentes dos movimentos sociais expressam uma insistente preocupação na elaboração

---

1 Trabalho apresentado no XII Congresso Luso- Afro- Brasileiro – CONLAB, ocorrido em Lisboa entre os dias 01 e 05 de fevereiro de 2015, no GT 13A – Desigualdades e Políticas Públicas.

2 Doutoranda do programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – IFCH/UNICAMP. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Mestra em Sociologia pela UNICAMP. E-mail: luciana.ramirez84@gmail.com.

3 "As portas do Programa Bolsa Família: vozes das mulheres beneficiárias do município de Santo Antonio do Pinhal", dissertação de mestrado em Sociologia defendida em março de 2013. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

4 Sobre o conceito de exclusão social, o compreendo a partir de Sonia Fleury (2005, p.461): "A exclusão se refere à não-incorporação de uma parte significativa da população à comunidade social e política, negando sistematicamente seus direitos de cidadania — envolvendo a igualdade de tratamento ante a lei e as instituições públicas — e impedindo seu acesso à riqueza produzida no país".

5 Sobre os novos movimentos sociais brasileiros, ver mais em: SADER, E. Quando Novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

de identidades coletivas, como forma de exercício de suas autonomias"[6] e a relação entre a concepção de novos sujeitos se relaciona com "a ideia de *autonomia*, como elaboração da própria identidade e de projetos coletivos de mudança social a partir das próprias experiências"[7]. A importância das noções de *sujeito* e *autonomia* se destaca nessa nova concepção de movimentos sociais, pois é essa conjunção que favorece expandir as vozes dos novos atores sociais: aqueles que refletem a sua experiência particular de vida e decidem, coletivamente, expressar sua voz, objetivando transformar a realidade social em que vivem sua cotidianidade. Segundo Sader:

> Os movimentos sociais tiveram de construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque elas eram ignoradas nos cenários públicos instituídos. Por isso mesmo o tema da autonomia esteve tão presente em seus discursos. E por isso também a diversidade foi afirmada como manifestação de uma identidade singular e não como sinal de carência. (1988, p. 199).

Nesse sentido, foram diversos os movimentos sociais que buscaram incluir suas reivindicações e demandas no Estado que se desenhava, representando uma nova forma de atuação política partindo das dificuldades da realidade vivida e chamando a responsabilidade para o Estado em ofertar serviços públicos de saúde, educação, moradias populares, transporte público e infraestrutura para as cidades em processo deurbanização desordenada. No bojo dessas reivindicações, a constatação de que a pobreza se alastrava entre a população brasileira foi mais um elemento para a reformulação do campo das políticas sociais de modo a amenizar as tensões e as disputas presentes na sociedade, em que o processo de promulgação da Constituição e dos princípios sociais expressos em suas linhas apontava para uma tentativa de estabelecer direitos sociais, direitos políticos e princípios de cidadania e universalidade na abordagem das novas questões sociais, conforme aponta Sonia Fleury:

> O novo padrão constitucional da política social caracteriza-se pela universalidade na cobertura, o reconhecimento dos direitos sociais, a afirmação do dever do Estado, a subordinação das práticas privadas à regulação em função da relevância pública das ações e serviços nestas áreas, uma perspectiva publicista de co-gestão governo/sociedade, um arranjo organizacional descentralizado. (2005, p.453).

Porém, as tensões internas brasileiras foram confrontadas com as tensões externas globais, e a implementação da Constituição encontrou resistências, principalmente pela resposta à crise econômica que desafiava o Brasil na década de 80: com o neoliberalismo.

Segundo Perry Anderson (1995) o *neoliberalismo* surgiu como uma reação teórica e política ao Estado de bem-estar existente na Europa e como resposta à grande crise do modelo econômico em 1973, que levou à recessão, a baixas taxas de crescimento combinadas com alta taxa inflacionária. Sendo assim, o que poderia remediar a crise econômica, na visão neoliberal, seria um sistema que deveria:

> [...] manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas **parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas** (grifo meu). A estabilidade monetária deveria ser meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa "natural" de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava redução dos impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. (ANDERSON, 1995, p.11).

Este sistema recupera o velho ideal liberal de não intervenção do Estado na economia e no mercado de trabalho, traduzindo-se, portanto, em uma forte oposição ao Estado Social. É baseando-se em suas propostas que o FMI, em uma reunião realizada em 1989, intitulada *Consenso de Washington*, desenhou as recomendações de políticas de ajustes econômicos que deveriam ser aplicadas nos países da América Latina.

---

6 SADER, 1988, p. 51.

7 Idem, *op. cit.*, p. 53.

No Brasil, a escolha do *neoliberalismo* como sistema econômico foi ponto chave para a desarticulação e desmobilização dos movimentos sociais e de todo sistema de políticas sociais presentes na CF/88. A máxima do Estado mínimo reduziu a função do Estado como provedor do bem-estar social, assim como inibiu sua participação em gastos sociais voltados a promoção de direitos sociais universais. O que se apresentou foi um quadro dramático, onde o que deveria ser garantido como direito se transformou em serviço, ou seja, os gastos sociais e as funções do Estado em relação à sociedade civil se transferiram para os setores privados, como nos casos mais emblemáticos da saúde e da educação.

Nesse processo de ajuste estrutural, com a reorganização da produção e do Estado capitalista, temos outro direcionamento das políticas sociais no Brasil, pois o caráter universal presente no texto constituinte é redimensionado pela concepção neoliberal dos organismos internacionais, que passam a substituir o conceito de *universalização* pelo de *focalização*; isto quer dizer,

> Surge uma nova visão hegemônica no cenário nacional e internacional sobre as políticas sociais [...] prestigiando uma ideologia de proteção só para os desprotegidos, ou seja, as ações de proteção social advindas de recursos do Estado só focalizarão uma parte da população, logicamente aquela que se encontra abaixo da linha de pobreza, enquanto que o resto da população encontrará sua proteção nas prateleiras e vitrines do livre mercado [...] (PEREIRA *et al*, 2006, p.11).

No período de 1990-1992, com o governo do então presidente Fernando Collor, a ala conservadora rearticulada buscou minar os escritos constitucionais com vistas para a área social, pois o texto constituinte deixou em aberto pontos cruciais da regulamentação das políticas de seguridade social. Nesse contexto, o que se seguiu foi a Lei Maior sendo aplicada por meio de emendas constitucionais, em que as brechas, por exemplo, sobre o financiamento das políticas sociais, só começaram a ser reguladas através da promulgação das Leis Orgânicas[8] frente às três áreas que compunham a Seguridade Social: Previdência, Saúde e Assistência Social. Cabe sinalizar que a promulgação dessas leis favoreceu o que Maria Lucia Vianna chamou de *O silencioso desmonte da Seguridade Social no Brasil* (2008), em que afirma que a Seguridade Social se resumiu à previdência:

> A destruição da seguridade social – destruição *subjetiva* porque a discussão girou em torno da previdência, jogando ao limbo a seguridade, e *objetiva* porque sedimentou-se a fórmula da vinculação de receitas específicas (e separadas) para a previdência, saúde e assistência social – propiciou ao governo (a todos, desde 1990) uma situação confortável para lidar com suas verdadeiras urgências. A saber: apresentar às agências multilaterais de crédito (em especial ao Fundo Monetário Internacional) uma prova de bom comportamento; oferecer à indústria da previdência (e aos planos privados de saúde) mais incentivos; e desmantelar boa parte do aparato administrativo público, atribuindo aos funcionários a culpa pelos males do Estado. (VIANNA, 2008, p.191).

Do conjunto de reformas neoliberais iniciadas na década de 1990 podemos constatar também um forte impacto no mundo do trabalho e seus desdobramentos sobre grupos vulneráveis e seus lugares nessa nova configuração social. Os processos de globalização e reestruturação produtiva apresentaram novas questões e novos lócus de tensão social, principalmente no que tange à pobreza. A escolha por adotar um sistema econômico como o *neoliberalismo* juntamente com a inserção da economia brasileira num ostensivo mercado internacional aprofundaram as desigualdades de renda e teve como consequências:

> a estagnação do crescimento econômico, a precarização e a instabilidade do trabalho, o desemprego e o rebaixamento do valor da renda do trabalho, com consequente ampliação e aprofundamento da pobreza [...] aumento do desemprego estrutural associado à precarização do trabalho e as mutações no perfil do trabalhador requerido pelo mercado capitalista globalizado e competitivo. [...] Acrescenta-se a esse processo de flexibilização das relações de trabalho, o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas. (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2011,p. 27-28).

---

8 Lei Orgânica da Saúde, Lei 8.080 de 1990; Lei do custeio da Previdência, Lei 8212 e Lei dos Planos de Benefícios da Previdência, Lei 8213 – ambas de 1991 e a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei 8742 de 1993.

Dessa forma, aqueles que não apresentassem um conjunto de características exigidas pela nova configuração das formas de trabalho não encontravam lugar nem possibilidades de um trabalho regulamentado com acesso a direitos a ele vinculados. Assim, milhares de trabalhadores brasileiros foram empurrados para diferentes formas de trabalho remunerado, sem quaisquer garantias de direitos ou mesmo salários plausíveis para uma vida digna.

O que seguiu na construção histórica das políticas sociais brasileiras no decorrer da década de 90 foi o debate que conferia a aplicabilidade às políticas sociais para combate da pobreza e assim tivemos importantes experiências nos âmbitos municipais de programas de transferência de renda, com a finalidade de erradicar o trabalho infantil e manter as crianças nas escolas e distribuição de cupons/vales para alimentação e gás de cozinha, com a finalidade de auxiliar no combate à fome. Com os bons resultados dessas políticas sociais municipais, timidamente o governo federal iniciou alguns programas no âmbitonacional através dos:Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação – o "Bolsa-Escola" (2001); o programa Bolsa-Alimentação (2001); o Auxílio-gás (2002) e o Cartão Alimentação (2003). Porém esses primeiros programas limitavam as possibilidades da população pobre atendida no que diz respeito aouso destes recursos, já quepossuíam um fim: a alimentação, restringindo inclusive a liberdade de escolha dos atendidos sobre o que gostariam de comer.

O programa Bolsa Família(PBF)

As tímidas iniciativas de políticas sociais do início dos anos 2000 foram substituídas, ampliadas e reestruturadas a partir da mudança da conjuntura política brasileira com a eleição de Lula para presidente em 2003, e com a chegada ao poder de grupos políticos que se opunham às políticas neoliberais. Nesse sentido, a equipe de transição entre os governos responsável pela área das políticas sociais decidiu unificar todos os programas federais que existiam de maneira a melhor gerenciá-los, realizando um Cadastro Único que auxiliasse no planejamento e mapeamento das especificidades regionais brasileiras, a criação de um padrão para definir a renda familiar do público-alvo a ser atendido e assim realizar a articulação e comunicação entre as políticas em desenvolvimento no país. É neste contexto que o Programa Bolsa Família é criado, como uma política social de enfrentamento à fome e à pobreza através da transferência de renda condicionada e centrada na família.

A escolha em centrar nas famílias para a transferência de renda faz parte de um conjunto de constatações de que é nela que a pobreza se reproduz, ou seja, as carências apresentadas pelas gerações adultas continuam percorrendo a família e vinculando as crianças a um possível futuro na pobreza, portanto, transferir renda incluindo uma condição possibilitará, em longo prazo, que a produção e reprodução da pobreza nestas famílias não se perpetuem. As condicionalidades do Programa Bolsa Família a serem cumpridas pelas famílias estão localizadas nas áreas da educação, da saúde e da assistência social. Segundo as diretrizes do programa, essas condicionalidades:

> [...] são os compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família quanto pelo poder público para ampliar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos. Por um lado, as famílias devem assumir e cumprir esses compromissos para continuar recebendo o benefício. Por outro, as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social.[9].

No que diz respeito a área da saúde,as famílias beneficiárias, ao fazerem parte do programa assumem a responsabilidade de realizar a vacinação de crianças menores de 7 anos e realizar acompanhamento sobre o crescimento e desenvolvimento dessas crianças. As mulheres entre 14 e 44 anos tem a responsabilidade, se gestantes ou nutrizes, de realizar o pré-natal e o acompanhamento pós-parto, para monitorarsua saúde e de seu bebê.

Na área da educação, as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar matriculados e ter frequência mínima mensal de 85%. Os adolescentes com idade entre 16 e 17 anos devem ter frequência mínima de 75% da carga horária mensal a ser atestada pelas escolas.

Na assistência social, as crianças e adolescentes com até 15 anos em situação de risco social ou em situação de trabalho infantil devem ser inseridas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, juntamente com a

9 Disponível em: «http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades». Acesso em 10 ago. 2011.

obrigatoriedade de estarem matriculadas na escola e com frequência mínima de 85%.
No caso dos programas de transferência de renda condicionada podemos entender que ao elencar condições ou corresponsabilidades mencionadas na tentativa de enfrentar a pobreza e a fome, tem por objetivo ainda que as famílias pobres acessem os serviços públicos a fim de desenvolverem potenciais para conquistarem seus direitos sociais o que podemos entender como uma retomada da tentativa de uma política universalizante, apesar de focar ainda nos mais pobres, quando se deveria expandir o acessoaosserviços públicos a todas as camadas sociais.
O PBF é coordenado em nível nacional pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), mas sua implementação se dá de forma descentralizada, através da gestão dosestados e dos municípios. Nos munícipios os gestores são os responsáveis pela identificação (busca ativa) e cadastramento das famílias, pela oferta de serviços e pelo acompanhamento das famílias nas áreas de saúde, educação e assistência social e os gestores estaduais são responsáveis pelo apoio aos municípios na implementação do PBF através de recurso financeiro complementar. A gestão descentralizada é firmada através de um pacto entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a fim de articular os diversos agentes políticos em torno da promoção e inclusão social das famílias beneficiárias. Para tanto, o MDS criou o Índice de Gestão Descentralizada (IGD), que é um mecanismo utilizado para medir a qualidade de gestão nas esferas estaduais e municipais. Através das informações obtidas com o índice, o MDS realiza repasses de recursos para aperfeiçoar as ações de gestão dos estados e dos municípios.
O critério que define o perfil de família que pode receber o benefício é prioritariamente de renda, abarcando famílias com renda per capita de até R$ 154[10]. As famílias com renda per capita de até R$ 77 recebem um benefício básico, além dos benefícios variáveis (associados à existênciade crianças e adolescentes). Famílias com renda per capita acima de R$ 77 até R$ 154 recebem apenas benefícios variáveis. Nas tabelas 1 e 2 apresento as possibilidades de composição do benefício:

Tabela 1: Composição do benefício do PBF para famílias extremamente pobres

Número de gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos	Número de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício
0	0	Básico	**R$ 77,00**
1	0	Básico + 1 variável	R$ 112,00
2	0	Básico + 2 variáveis	R$ 147,00
3	0	Básico + 3 variáveis	R$ 182,00
4	0	Básico + 4 variáveis	R$ 217,00
5	0	Básico + 5 variáveis	R$ 252,00
0	1	Básico + 1 BVJ*	R$ 119,00
1	1	Básico + 1 variável + 1 BVJ	R$ 154,00
2	1	Básico + 2 variáveis + 1 BVJ	R$ 189,00
3	1	Básico + 3 variáveis + 1 BVJ	R$ 224,00
4	1	Básico + 4 variáveis + 1 BVJ	R$ 259,00
5	1	Básico + 5 variáveis + 1 BVJ	R$ 294,00
0	2	Básico + 2 BVJ	R$ 161,00
1	2	Básico + 1 variável + 2 BVJ	R$ 196,00
2	2	Básico + 2 variáveis + 2 BVJ	R$ 231,00
3	2	Básico + 3 variáveis + 2 BVJ	R$ 266,00
4	2	Básico + 4 variáveis + 2 BVJ	R$ 301,00
5	2	Básico + 5 variáveis + 2 BVJ	**R$ 336,00**

Fonte: MDS, 2014.
*BVJ é o benefício variável vinculado ao adolescente.

10 De modo a auxiliar na compreensão da dimensão de renda para o Bolsa Família, o valor de até 154 reais per capita mensal corresponderia a aproximadamente 45 euros mensais, ou um valor diário de 1,5 euros por pessoa.

Tabela 2: Composição do benefício do PBF para famílias pobres

Número de gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos	Número de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício
0	0	Não recebe benefício básico	-
1	0	1 variável	**R$ 35,00**
2	0	2 variáveis	R$ 70,00
3	0	3 variáveis	R$ 105,00
4	0	4 variáveis	R$ 140,00
5	0	5 variáveis	R$ 175,00
0	1	1 BVJ	R$ 42,00
1	1	1 variável + 1 BVJ	R$ 77,00
2	1	2 variáveis + 1 BVJ	R$ 112,00
3	1	3 variáveis + 1 BVJ	R$ 147,00
4	1	4 variáveis + 1 BVJ	R$ 182,00
5	1	5 variáveis + 1 BVJ	R$ 217,00
0	2	2 BVJ	R$ 84,00
1	2	1 variável + 2 BVJ	R$ 119,00
2	2	2 variáveis + 2 BVJ	R$ 154,00
3	2	3 variáveis + 2 BVJ	R$ 189,00
4	2	4 variáveis + 2 BVJ	R$ 224,00
5	2	5 variáveis + 2 BVJ	**R$ 259,00**

Fonte: MDS, 2014.
*BVJ é o benefício variável vinculado ao adolescente.

Uma das linhas de ação do PBF é a articulação do programa com ações complementares, com a finalidade de proporcionar às famílias beneficiárias oportunidades e condições para superar a pobreza e também visualizarem alternativas ao Programa. São programas complementares, idealizados principalmente pelos municípios, por ter a gestão municipal um melhor conhecimento das necessidades de sua localidade. Esses programas abrangem diferentes áreas como educação, trabalho, cultura, microcrédito, capacitação e melhoria das condições habitacionais.
Quando encontramos no Programa Bolsa Família a eleição da família como instituição central para o início da tentativa de romper com os estigmas gerados a partir da pobreza, a pessoa recomendada, estrategicamente, como responsável para receber o benefício é a mulher[11]. Temos 93%[12]entre as 14 milhões de famílias que recebem os benefícios do programa com a titularidade nas mãos das mulheres. Mas ao elegê-las para tal, é para elas que as recomendações e as regras do jogo são aplicadas. A mulher, portanto, se torna a principal responsável pelo programa frente à família e aos gestores do programa. Essa escolha pode reafirmar o lugar destas mulheres no espaço privado do lar, das responsabilidades domésticas, dos cuidados femininos e da estruturação familiar. Portanto centrar na família como estratégia de combate à pobreza pode esconder aqueles que operacionalizam apolítica social no âmbito familiar, como é o caso das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família.

A experiência do PBF na cidade de Santo Antonio do Pinhal/SP
Como parte do trabalho investigativo que desenvolvi entre 2010 e 2013 sobre os limites e potencialidades do Programa Bolsa Família, realizei pesquisa empírica na cidade de Santo Antonio do Pinhal,localizada a 172

11 Essa preferência se encontra no texto da Lei nº 10.836 que cria o PBF, circunscrito no parágrafo 14: "O pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento".

12 Disponível em: «http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/», acessado em 28 de setembro de 2013.

quilômetros de distância da capital do Estado de São Paulo, de maneira a perceber como a política social estava sendo gerenciada pelas gestoras municipais e também para inferir sobre os possíveis impactos da política na vida daquelas que são o público-alvo: as mulheres das famílias beneficiárias.

Com a pesquisa empírica, realizada no mês de março de 2012, por meio de entrevistas semi-estruturadase em profundidade houve a intenção de realizar uma análise qualitativa, privilegiando compreender e apreender parte da realidade social das mulheres beneficiárias. Segundo Heloísa Martins (2004), "a pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de micro processos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais" (p. 289). A autora afirma ainda que a pesquisa qualitativa "trabalha sempre com unidades sociais, ela privilegia os estudos de caso — entendendo-se como caso, o indivíduo, a comunidade, o grupo, a instituição" (p. 293)[13].

A escolha pelo uso da perspectiva qualitativa como ferramenta metodológica também está ancorada nos estudos de Agustín Escobar e Mercedes González (2001), que ao analisarem o então programa de transferência de renda mexicano *PROGRESA – Programa de Educación, Salud y Alimentación*, onde apontam para a escolha de estar de frente com os atores sociais, o que permite conhecer o cotidiano e a vida dos sujeitos em estudo e conhecer suas vidas representa uma maior possibilidade de compreender os problemas e as dificuldades que vivenciam. Como afirmam os autores, o uso da metodologia qualitativa:

> *implica una mayor profundización en los procesos sociales, es decir, concibe lo que pasa en la sociedad no como externo o previamente dado a los sujetos, sino que se va configurando de manera constante y dependiente entre, con y para los individuos y sus circunstancias.* (ESCOBAR e GONZÁLEZ, 2001, p.04).

Escobar e González (2001) justificam ainda a importância da escolha por esta metodologia, apontando três principais razões: a primeira versa sobre considerar a utilidade de *"abordar los significados y las acciones de los individuos y la manera en que éstos se vinculan con otras conductas"*; a segunda razão justificada para o uso dessa ferramenta analítica é possibilidade de explicar os fenômenos sociais e percebê-los de formas diferenciadas, que dependem de *"factores sociales, percepciones y diferentes formas y niveles de información."*A terceira razão principal para a escolha dessa metodologia refere-se à possibilidade de descrever, analisar, explorar e encontrar elementos desconhecidos e que só através do contato direto com os sujeitos é que surgem, ou mesmo descobrir o modo de vida e as realidades existentes nas comunidades selecionadas como lugar do estudo. Mas a escolha por uma análise qualitativa tem suas limitações, principalmente por referir-se a um universo de casos que não podem ser considerados sem o contexto próprio, portanto serve como um modelo analítico, mas talvez não caiba em outros contextos nem como uma regra aplicável a qualquer outra realidade.

A escolha por este tipo de metodologia permite, através da observação empírica, conhecer as diversas realidades existentes e perceber que as realidades são diferentes e dependem do contexto em que ocorrem. Permite também confrontar o universo da pesquisa de campo e a verificação das hipóteses levantadas.

As entrevistas foram realizadas individualmente com 25mulheres beneficiárias do PBF, com as funcionárias municipais responsáveis pela gestão do programa e com uma das professoras dos cursos de artesanato oferecidos em alguns bairros da cidade. Ocorreram no espaço das Reuniões Sócio Educativas, reuniões estas obrigatórias para as beneficiárias do PBF que acontecem na segunda quinzena de cada mês e tem oobjetivode abordar temas que perpassam a vida dessas mulheres, além de ser um espaço que possibilite a troca e a sociabilidade entre elas. As entrevistas também ocorreram nos espaços onde acontecem as oficinas e cursos organizados pela Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS) e pelo Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). Essas oficinas e cursos são oferecidos em alguns bairros da cidade, onde as beneficiárias são mais organizadas enquanto comunidade, pois é através da reivindicação e organização das mesmas em conseguirem um espaço físico para as atividades que a SDS e o CRAS levam os cursos para seus bairros. Cabe assinalar que essas oficinas e cursos compõem parte das ações complementares recomendadas pelo desenho do PBF, pois na formulação do programa é obrigatórioque a gestão municipal realizem e incentivem ações que visem fortalecer e incluir produtivamente as beneficiárias do programa, oferecendo uma opção para essas beneficiárias visualizarem a possibilidade de uma porta de saída do programa.

---

13 MARTINS, Heloisa H. Metodologia qualitativa de pesquisa. In: **Revista Educação e Pesquisa,** São Paulo, v.30, n. 2 p. 289-300, maio/ago. 2004. Disponível em: «http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf». Acesso em: 10 set. 2011.

Nesse sentido, cabe apontar que a cidade de Santo Antonio do Pinhal/SP tem como principal atividade econômica o setor de serviços, ou seja, por ser uma cidade considerada estância climática[14], vive quase que exclusivamente do turismo, restringindo as possibilidades de trabalho formal para grande de sua população. Segundo dados do IBGE, a cidade tem 6.516 habitantes, segundo o relatório de informações sociais[15] 394 famílias fazem parte do Programa Bolsa Família e o número de pessoas que recebem o benefício é de 2152, o que representa o total de 33% dos habitantes da cidade.

Como consequência do arranjo econômico da cidade, grande parte das famílias beneficiárias não tem um ingresso de renda regular e, nesse sentido, as gestoras municipais da área social ofertam cursos e oficinas como uma opçãopara que essas mulheres pobres consigam gerar algum tipo de renda para suas famílias. Os cursos e oficinas que tem como público alvo as beneficiárias do Bolsa Família e dos outros programas municipais são voltados para atividades manuais/artesanais socialmente femininas, como:

- atividades de artesanato com material reciclável
- corte e costura
- pintura em vidro e pano de prato
- patchwork
- esculturas e utensílios em papel maché
- técnica de biscuit
- crochê

Essas oficinas foram oferecidas nos últimos quatro anos para as beneficiárias principalmente, mas também são cursos abertos aos interessados em aprender e trocar seu conhecimento, sendo desenvolvidos tanto no espaço da Secretaria de Desenvolvimento Social como nos bairros mais ativos. Quando os cursos ocorrem nos bairros, as moradoras se organizam para conseguir o espaço físico, sendo todo o material da oficina cedido pela secretaria, assim como o pagamento de meio salário mínimo no valor de R$ 362,00 para a pessoa que vai dar o curso.

No período que realizei a pesquisa empírica tive a oportunidade de acompanhar as Reuniões Sócio Educativas e também as oficinas de artesanato nos três bairros da cidade que concentram a maior quantidade de famílias beneficiárias do programa e foram nestes espaços que conversei com minhas interlocutoras.

Nas conversas com as beneficiárias busquei compreender, através de suas vozes, se há mudanças em suas vidas a partir do recebimento do PBF. Em comum, todas afirmaram que agora podiam comprar suprimentos para os filhos e para elas. Zínia, de 26 anos, contou que usa o dinheiro para os filhos: “Eu compro as coisas pros meus filhos, material escolar, roupa, fruta, alimentação deles né, eu uso o dinheiro com eles”. Bonina de 33 anos também afirmou gastar o dinheiro com os filhos:

> Então eu compro as coisas pras menina né, que nem agora mesmo tem que comprar camiseta do uniforme,foi comprado com o dinheiro do Bolsa Família, as vezes o material que precisa na escola, as vezes um par de sapato,ajuda bem.

Gérberade32anosrespondeuqueusaodinheirodoprogramacomosfilhosecoma alimentação:

> Ah, pra comprar roupa, sapato pras criança né, alimentos que falta em casa né, porque meu marido assim, ele faz bico, tem vezes que pega serviço bom né de seis, sete meses de serviço direto, tem mês que é bico, aí o dinheiro que a gente pega ajuda em casa também.

De maneira geral os exemplos que vocalizam ao serem questionadas sobre o uso do dinheiro refere-se à compra de comida, material escolar, gás para cozinha, pagamento da conta de luz e a compra medicações.

---

14 “As Estâncias Climáticas Paulistas são cidades que possuem atrativos naturais como o clima ameno, montanhas, cachoeiras e muita área verde, além de inúmeros esportes de aventura.” Disponível em: «http://www.turismo.sp.gov.br/dade/estancias.html». Acesso em: 26 ago. 2012.

15 Disponível em: «http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#Estimativas». Acesso em 14 de dezembro de 2014.

Algumas beneficiárias compartilharam a importância da regularidade de uma renda para o planejamento dos gastos com a família, compartilharam também que muitas das mudanças que percebem em suas vidas estão relacionadas com a entrada desse benefício e como aumento do poder de compra. Como é o caso de uma das beneficiárias que conseguiu comprar um computador para a filha, através da abertura de um crediário com parcelas pagas no período de um ano.

Ao perguntar se alguma coisa tinha mudado em suas casas depois que começaram a receber o PBF muitas responderam que a alimentação mudou, como relatou Gardênia de 36anos: "Ah,mudou assim na alimentação né, porque daí a gente tem dinheiro a mais a gente compra mais as coisas". Nessa direção Beladona de 25 anos afirmou: "Ah, mudou pra melhor, dá pra comprar mais coisa". Tulipa também compartilhou que com o benefício pode realizar mais compras: "Ai eu quase num comprava, era difícil eu comprar as coisas pras crianças agora não, agora eu posso comprar".

Em relação à possibilidade de planejamento ou mesmo em relação à certeza de uma renda fixa, Violeta de 39anos disse: "Ah assim, o que mudou em casa é que daí a gente conta com aquele dinheiro, que é um dinheiro a mais pra gente comer".

Girassol de 28 anos apontou em sua fala sobre a cobrança e a responsabilidade que tem em ofertar as coisas que o marido quer:

> Ah mudou, porque às vezes como o meu marido ele não é registrado, trabalha por dia que ele é pedreiro, então geralmente ele pedia as coisas e não tinha. Tinha, mas quando no meu limite, agora não, agora eu sei que posso comprar que eu sei que vai ter, então mudou bastante, eu posso agora dar garantia pra ele que NE eu tenho aquilo né. Realmente ajudou bastante, porque agora eu sei, tipo se ele quer alguma coisa eu sei que naquele tal dia eu posso ir lá que ta lá garantido,então eu conto bastante com esse dinheiro.

Gérbera de32 anos sinalizou sobre acerteza darenda:

> Ah mudou né, porque é um dinheiro que você sabe que todo mês tem aquele dinheiro né. É uma certeza, vai que o outro não entra, esse você tem certeza que você pode comprar uma fruta e pagar no final do mês, que lá tem o dinheiro pra pagar.

Outras duas entrevistadas sinalizaram outras mudanças através do benefício. Bonina, 33 anos,compartilhou em sua fala um pouco da mudança que ocorreu na sua casa em relação ao marido, em que ela não tem mais que pedir dinheiro pra ele pra realizar os gastos com os filhos. Apontou ainda sobre o que ela tem percebido em outras casas, com outras beneficiárias:

> Mudou, é tão ruim a gente depender de marido[risos]. Tudo a gente pedia né, então tendo a gente já não precisa. 'Ah preciso pra comprar um caderno, ah preciso comprar um sapato' então hoje em dia tendo aquele dinheiro não preciso ficar lá pedindo. Tem muitas mulheres que não trabalham fora, as vezes o marido não deixa ou num pode porque tem o filho que é pequeno também. Acontece na maioria das famílias ficar pedindo dinheiro pro marido que não gosta, então é uma grande ajuda. Se fala 'ah que é pouco', pode até ser pouco, mas que ajuda bem, ajuda sim,acho que todas famílias que recebe já tem aquela confiança naquele dia que ta lá retirando dinheiro, as vezes tá faltando um arroz um feijão, até mesmo uma mistura, uma fruta e já sabe que todo mês pode contar com aquela quantia pra ta fazendo alguma coisa, pra ela mesma, pras criança né."

Já Mimosa de 40 anos compartilhou, ao ser questionada se havia mudado alguma coisa na sua casa, que a mudança ocorreu nela mesma apartir do benefício:

> Eu era triste, eu era briguenta, agora eu num incomodo muito com as coisas, eu saio junto com a menina e converso com todo mundo. Eu saía de casa com a cabeça baixa, num conversava com ninguém, importava só cuidando da minha vida, hoje não, hoje eu paro, converso, acredito que mudou sim.

A partir dos diversos relatos compartilhados podemos perceber as dimensões do dinheiro que entra nessas famílias a partir do PBF. A transferência direta de renda para as famílias proporciona sua autonomia para escolher com o que gastá-lo. Assim como apontam as pesquisas[16] sobre os gastos realizados pelas famílias beneficiárias, em Santo Antonio do Pinhal/SP as beneficiárias entrevistadas utilizam o dinheiro com alimentação e roupas principalmente. Afirmam que sua preocupação principal é com as necessidades dos filhos e algumas também apontaram para as necessidades dos cônjuges. O dinheiro e a possibilidade de uma renda fixa parecem representar para essas mulheres uma segurança, uma garantia que poderá ter comida na mesa, que seus filhos poderão ter os sapatos, cadernos e as roupas de que necessitam. A possibilidade que essas mulheres encontram através do dinheiro, um poder de gerir, mesmo que ainda esse poder não seja para elas, mas sim para o conjunto da família. Para muitas, é a primeira experiência de uma renda própria e fixa, e ouvir isso delas, o alívio em não depender mais do cônjuge para comprar coisas para os filhos e para o lar é ainda surpreendente. Por esse lado, as portas realmente se abriram para essas mulheres. O frequentar o banco, ter seu primeiro cartão magnético, circular no posto de saúde, nos cursos e nas reuniões sinaliza para outras possíveis potencialidades em dar agência a essas mulheres, além de estabelecer certos traços de solidariedade feminina entre elas, no compartilhar os problemas, o cuidado dos filhos e as inúmeras trocas que se dão nestes espaços de circulação mediada pelas agentes do Estado.

As questionei também sobre os cursos e oficinas ofertados pela gestão municipal, bem como sobre as possibilidades de torna-los geradores de renda. De maneira geral, as entrevistadas apontaram que os cursos são espaços de aprendizagem e também de fazer amizades, mas encontram dificuldades para fazer daqueles ensinamentos um oficio, por não terem capital inicial para investir em material, de modo a produzirem para vender. Compondo ainda esta questão, as interroguei sobre as possibilidades de trabalho e grande parte delas afirmou que não trabalham por não ter com quem deixar os filhos, como podemos perceber na fala de Acácia, 31 anos e seis filhos:

> Eu tava trabalhando, mas só que aí é muito longe eu tinha que leva ele [o filho] e agora eu não to mais. É que nem, se a gente for pagar pra uma pessoa pra olhar, a pessoa cobra muito caro né, e o que você ganha também dependendo do serviço que você arrumar não compensa pagar né. Ai eu vou o que,eu vou sair da minha casa trabalhar NE pra ganhar mas ai eu vou ficar mais cansada do que tava em casa, porque aí eu vou trabalhar em vez de comprar as coisas pra eles, poder dar coisa melhor pra eles vou ter que tá pagando pra uma pessoa olhar o neném né.

Assim como Açucena, 26anos, quando indagada justificou: “Não, por enquanto não tem como fazer nada com essa criançada”. Outras dizem que gostariam de trabalhar, mas a distância de seus bairros para o centro da cidade, onde tem mais oportunidade de trabalho, é grande e a cidade não possui transporte público, o que dificulta conseguir um trabalho mais regular, como disse Orquídea, 26anos: “No momento não, aqui na cidade até que tem serviço, só que é ruim a condução de lá até aqui, então é meio difícil né. Agora pra lá é difícil a gente arrumar serviço”.

Na resposta de muitas entrevistadas que são casadas e não trabalham o rendimento da família é composto pelo benefício do programa e pelo trabalho informal e precário de seus cônjuges, como a fala de Girassol, 28anos: “o meu marido ele não é registrado, trabalha por dia que ele é pedreiro”.

As beneficiárias que trabalham declaram que fazem ‘bicos’ como faxineiras ou empregadas domésticas que trabalham por dia (diarista), conforme compartilhou Zínia, 26 anos: “eu faço alguns bicos, eu sou diarista, então eu faço algumas diárias, duas vezes por semana só”. No mesmo sentido Camélia, 30anos disse: “De vez

16 IBASE,2008;CEDEPLAR,2007.

em quando a gente faz uns bicos". Gérbera, 32 anos também afirma que: "De vez em quando eu faço bico de faxina". Begônia, 34 anos que mora na região urbana da cidade compartilhou: "Tem uma faxina que eu faço toda semana, quinta e sexta".

Entre as beneficiárias que entrevistei todas tinham intenção de estarem inseridas em algum tipo de trabalho, porém a distância de onde vivem dos locais onde há oferta de serviço e o cuidado com os filhos pequenos se mostraram como principais adversidades para trabalharem frente à falta de infraestrutura da cidade com o transporte coletivo e creches.

A dimensão do trabalho como porta de saída da pobreza é clara para todas as mulheres com quem conversei, porém as dificuldades delas ou de seus cônjuges de ingressarem no mercado de trabalho formal,com a segurança da carteira de trabalho assinada e o ingresso de renda fixa os mantém dependentes do Programa Bolsa Família.

O Plano Brasil Sem Miséria: nova agenda de combate à pobreza

O Plano Brasil Sem Miséria representa um aprimoramento e uma intensificação do combate à extrema pobreza no Brasil. Em 2011, com a divulgação dos dados do Censo 2010[17], revelou-se a existência de 16,2 milhões de pessoas situadas na extrema pobreza – pessoas vivendo com renda per capita mensal inferior a R$ 70,00 - e que não faziam parte do Bolsa Família ou recebiam qualquer auxílio para sobreviver. Com o Plano, um conjunto de ações foram lançadas para que não hajam mais pessoas em situação de miséria extrema. Dessa forma, o Plano Brasil sem Miséria está organizado em quatro eixos de ação estratégica.

O primeiro eixo constitui a busca ativa que visa identificar as pessoas e famílias que se encontram em situação de miséria e cadastrá-las para que recebam a transferência de renda e que sejam estimuladas a acessar os serviços de saúde e educação.

O segundo eixo do Plano é a garantia de renda, com a ampliação das possibilidades de repasse para as famílias beneficiárias do Bolsa Família, de três para até cinco benefícios variáveis correspondentes ao número de filhos até 15 anos. Duas ações compõem ainda este eixo: a pactuação entre governo federal e os estados, para que os últimos complementem a renda de famílias que mesmo recebendo o Bolsa Família não consigam ultrapassar a condição de extremamente pobres; a outra é o Brasil Carinhoso, onde há complementação da renda de famílias que tenham crianças em idade de 0 a 6 anos.

O terceiro eixo do Plano é o acesso a serviços públicos, que visa ampliar as redes básicas de atendimento à população. Podemos encontrar como exemplo na área da saúde, com as unidades básicas de saúde, e na área da educação, a escola em tempo integral; na área da assistência social, a construção dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS); na área da habitação, com a construção de moradias populares e o acesso à habitação por meio do Programa Minha Casa Minha Vida[18]; na área da segurança alimentar, com a construção de cozinhas comunitárias e os bancos dealimentos; na área da cidadania com a organização de mutirões para gerar documentos à população pobre e assim proporcionar mais e melhores serviços públicos àqueles que os desconhecem como direitos.

O quarto eixo do Plano é a Inclusão Produtiva Rural e Urbana, pois o Plano Brasil Sem Miséria considera necessárias ações específicas para as distintas formas e meios em que a extrema pobreza se manifesta e pela constatação de que quase metade das famílias, em situação de extrema pobreza, está situada no campo, que abriga apenas 20% da população brasileira. As ações na área rural visam fortalecer as atividades de agricultura familiar, auxiliando na estruturação e aumento da capacidade produtiva, oferecendo assistência técnica ao agricultor(a), fornecendo sementes de qualidade e recursos para que a agricultura familiar possa adquirir qualidade e aumento da produção, juntamente aos Programas Luz e Água para Todos[19]. Já as ações na área urbana visam a promover a qualificação profissional, auxiliando no melhoramento da inserção no

17 O **censo demográfico** é uma operação censitária realizada a cada dez anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A população é contada em todo o território do Brasil e os resultados são usados pelo governo no desenvolvimento de políticas públicas e na destinação dos fundos governamentais para as unidades federativas.

18 Ver mais sobre o Programa Minha Casa Minha Vida em: «http://www.pac.gov.br/minha-casa-minha-vida»

19 Ver mais sobre o Programa Luz e Água Para Todos em: « http://www.pac.gov.br/agua-e-luz-para-todos/luz-para-todos»

mercado de trabalho e também na melhora da renda dos beneficiários, estimulando a ocupação e geração de renda nas cidades. São várias as iniciativas nessa área, não só na colocação do beneficiário no mercado de trabalho, como também no incentivo aos microempreendedores e às cooperativas de economia solidária. Os principais programas vinculados à inclusão produtiva urbana são: o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) Brasil Sem Miséria[20] e o Programa Mulheres Mil[21], a fim de realizar a qualificação profissional das famílias beneficiárias do PBF.

Nesse sentido, o Estado brasileiro tem demonstrado grande esforço para que as situações de miséria e fome sejam superadas frente à sociedade como um todo considerando o Brasil com toda a sua diversidade e diferenças regionais. Que nos levam a questionar queinstrumentos serão capazes de romper com a desigualdade social enraizada nas cidades, nos corpos e mentes dos indivíduos? Quais ações poderãodespertar o interesse de participarem politicamente, mas também a criação de espaços para que suas demandas ressoem socialmente, para que a pobreza seja reconhecida como um problema social parte da distribuição desigualde renda?

O Plano Brasil Sem Miséria aponta para a superação da pobreza através de um conjunto de ações que envolvem a busca ativa, que descortinaa miséria e seu lócus; o acesso aos serviços públicos para que os pobres conheçam a gratuidade de seus direitos sociais; a inclusão produtiva para que as pessoas pobres comecem a fazer parte da sociedade e consigam trabalhos que garantam a renda fixa. Olhando por este lado, esta parece ser a fórmula para superarmos a pobreza. Mas por outro lado, podemos compreender também, a luz do sistema capitalista, que a existência da pobreza é parte deste sistema e necessária para que o mesmo se mantenha e que essas iniciativas de superação da pobreza correspondem somente na transferência da responsabilidade para os indivíduos que se encontram neste limite da dignidade humana e transferir dinheiro seria uma maneira de apaziguar os conflitos sociais que a fome e a miséria podem gerar.

Referências

ANDERSON, P. (1995),"Balanço do neoliberalismo". In: SADER, Emir; GENTILI, P. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, Senado Federal. Disponível em:«http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm». Acesso em: 29 jul. 2011.

CRUZ, Luciana Ramirez da. (2013), *As portas do Programa Bolsa Família: vozes das mulheres beneficiárias do município de Santo Antonio do Pinhal/SP.* Dissertação de mestrado, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Disponível em: «http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000903379».

FLEURY, S. (2005), "A seguridade social e os dilemas da Inclusão Social". *RAP*, Rio de Janeiro, v. 39 n.3 pp. 449-69, Maio/Junho. Disponível em:«http://peep.ebape.fgv.br/sites/peep.ebape.fgv.br/files/a_Seguridade_Social_e_os_Dilemas_da_Inclusao_Social.pdf». Acesso em: 15 jan.2013.

GONZÁLEZ DE LA ROCHA, M.; ESCOBAR, A. (2001), *Resultados de la Evaluación cualitativa basal del Programa de Educación, Salud, y Alimentación (PROGRESA) semi-urbano*. CIESAS Occidente, Guadalajara.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse do Censo Demográfico de 2010*, Brasil. Disponível em: «http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=27&uf=35». Acesso em: 26 ago. 2012.

20 Ver mais sobreo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) Brasil Sem Miséria: « http://www.brasilsemmiseria.gov.br/inclusao-produtiva/pronatec-brasil-sem-miseria»

21 Ver mais sobre o Programa Mulheres Mil em: « http://mulheresmil.mec.gov.br/»

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. (2004),"Metodologia qualitativa de pesquisa".*Revista Educação e Pesquisa.* São Paulo, v. 30, n. 2.Disponível em: « http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf».

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. ; SILVA, Cláudia Maria. (2006), "Nem só de pão vive o homem". *Sociedade e Estado,* Brasília, v.21, n.3, p.667-680, set/dez.

SADER, Eder. (1988),*Quando Novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80).* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SILVA, Maria O. S.; YAZBEK, Maria; GIOVANNI, Geraldo di.(2011), *A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.* 5ª edição. São Paulo: Cortez.

VIANNA, Maria Lucia T. W.(2008),"O silencioso desmonte da Seguridade Social no Brasil". In: BRAVO, M.I.S.; PEREIRA, Potyara A.P. (eds.) *Política Social e democracia.* São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ.

Sites consultados

BRASIL. (2010), Governo Federal, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010, portal MSD. Disponível em: «www.mds.gov.br».

BOLSA FAMÍLIA. In: BRASIL. Governo Federal, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010, portal MSD. Disponível em: www.mds.gov.br/bolsafamilia

BRASIL. Governo Federal, **Plano Brasil Sem Miséria.** Disponível em: www.brasilsemmiseria.gov.br

RELATÓRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. In: BRASIL. Governo Federal, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010, portal MSD. Disponível em: «http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php»

GESTÃO DA INFORMAÇÃO. In: BRASIL. Governo Federal, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010, portal MSD. Disponível em:«http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI_menu/internet.php»

Políticas públicas para permanência do homem no campo: resultados do pronaf rv no município de glaucilândia/mg.

Mônica Nascimento e Feitosa[1]
Carla Jociane de Souza[2]
Sandra Melo dos Reis[3]
Wagner de Paulo Santiago[4]

Resumo: O Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF RV) instituído pelo governo brasileiro como Política Pública para incentivo à cidadania e igualdade de oportunidades sociais tem como propósitos: aumento da capacidade produtiva e da renda, melhoria da qualidade de vida, manutenção do homem no campo e desenvolvimento. Este trabalho objetivou analisar impactos e resultados deste programa em Glaucilândia, norte de Minas Gerais. A estratégia de pesquisa foi estudo de múltiplos casos, visitas in loco, entrevistas semiestruturadas, observação, análise dos dados da EMATER/MG. No estudo concluiu-se que: recursos são efetivamente aplicados na atividade rural; tem mantido homem no campo; proporcionam aumento da renda e mudanças consideráveis nas propriedades, conduzem ao engajamento em ações de cidadania; incentivam participação em outras Políticas Públicas, como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Fome Zero, dentre outros.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Agricultura Familiar. PRONAF. Homem no Campo. Glaucilândia.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a agricultura se fortalece como meio econômico por volta do século XVI, com a criação das capitanias hereditárias e sesmarias, baseado na monocultura da cana-de-açúcar, no regime escravocrata e nos grandes latifundiários. Na região do sertão, em que a área não era apropriada ao cultivo canavieiro, desenvolveu-se a pecuária de corte (praticada em pastos naturais afastados do litoral) e também o abastecimento dos pequenos centros urbanos para o fornecimento de animais de tração às áreas canavieiras. Em meio a essas culturas, já desenvolvidas de forma concomitante, a agricultura de subsistência é praticada e abastece moradores e trabalhadores dos grandes engenhos e fazendas de gado (AMBIENTE BRASIL, 2014).

Por volta do século XVIII, com a iniciação da atividade mineradora, houve um abandono de grande parte da mão de obra dos engenhos açucareiros. Essa nova atividade promoveu a interiorização do país no século XIX, e culminou no surgimento de propriedades com menores dimensões voltadas para a agricultura de subsistência e pequenos comércios. Com a crise de abastecimento, no século XX, ocasionada devido ao predomínio do café e da cana-de-açúcar - produtos voltados ao mercado externo - é que houve o aparecimento de pequenas e médias propriedades voltadas para o cultivo de produtos alimentícios básicos (AMBIENTE BRASIL, 2014).

Na década de 40, com o crescimento no processo de urbanização do Brasil e o desenvolvimento industrial, surgiram áreas agrícolas destinadas à produção de matérias-primas industriais, de produtos hortifrutigranjeiros

---

1 Mestre em Desenvolvimento Social pelo PPGDS/UNIMONTES, Advogada, Contadora e Professora do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). «monfeitosa@yahoo.com.br»

2 Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). «carla-jociane@hotmail.com»

3 Doutora em Economia pelo Cedeplar/UFMG, Professora efetiva do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). «sandramrmoc@hotmail.com»

4 Doutor em Administração pelo Cepead/UFMG, Professor efetivo do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). «wapasan@gmail.com»

e de uma pecuária leiteira desenvolvida em planaltos. A atividade pecuária foi responsável por grandes transformações verificadas nos uso e emprego de técnicas na agricultura, acelerando a ocupação do Brasil e ocasionando modificações na natureza (FARIA, 2006).

Neste contexto é que surgiu o termo "agricultura familiar" que enfrentou e enfrenta até a atualidade muitos desafios no campo; as dificuldades são adversas, quando se analisa o cenário, observa-se que os problemas apresentam-se diferentes em cada região ou microrregião, Estado ou Município:

a) no Norte do Brasil ocorrem dificuldades de comercialização pela distância dos mercados consumidores e esgotamento da terra nas áreas de produção;
b) no Nordeste são minifúndios (pequenas propriedades rurais) inviáveis economicamente muitas vezes por conta das dificuldades climáticas;
c) no Sudeste é alta a exigência em qualidade e saudabilidade dos produtos por parte dos consumidores;
d) no Sul é a concorrência externa de produtos do Mercosul (PORTUGAL, 2002).

Para Abramovay (1999), o trabalho rural possui baixo custo de oportunidade, o que possibilita que projetos modestos consigam elevar o nível de vida de populações agrícolas que vivem em condições de miséria. Mas além dos projetos é necessário que sejam construídas novas relações entre produtores rurais e mercado, uma vez que, os mercados agrícolas atuais não são propícios à ascensão social dessa classe.

Amartya Sen (2000) defende a ideia de que a pobreza deve ser encarada como privação de potencialidades básicas e vai mais além quando escreve que um rendimento insuficiente é uma forte condição que predispõe para uma vida empobrecida.

Até os anos 90 ainda não existia nenhuma política pública voltada para o atendimento das necessidades específicas do segmento social de produtores rurais familiares, assim é que, pensando na permanência do homem no campo e na importância que tem a agricultura familiar para a economia do país é que foram criadas políticas voltadas para esses pequenos e médios produtores rurais (SOUZA, 2011).

Esse cenário começou a mudar com a promulgação da Constituição de 1988 (CF/88), a partir da qual ocorreu um reordenamento do Estado brasileiro, privilegiando a descentralização das ações estatais, introduziram-se novos mecanismos de gestão social das Políticas Públicas, visando democratizar o acesso dos beneficiários aos recursos públicos. Em grande medida, esse movimento conduziu a um aumento crescente dos conselhos gestores, tanto de políticas setoriais como das políticas gerais de desenvolvimento nas esferas federal, estadual e municipal (MATTEI, 2005).

Diante das dificuldades enfrentadas, o Governo Federal tem buscado promover o desenvolvimento rural sustentável, a partir da implementação de Políticas Públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar. Os programas governamentais buscam atender antigas reivindicações das organizações dos trabalhadores rurais, as quais demandavam a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o maior segmento da agricultura brasileira, porém, o mais fragilizado em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários (BRASIL, MDS, 2014).

A partir do contexto apresentado, definiu-se por objetivo geral deste estudo demonstrar os principais resultados e mudanças e/ou impactos nas finanças pessoais e locais que o PRONAF RV proporcionou aos pequenos produtores rurais familiares do Município de Glaucilândia/MG, no período de 2009 a 2013. De modo específico, buscou-se: realizar estudo conceitual das Políticas Públicas do PRONAF e dos termos governamentais relacionados à importância do programa em âmbito social; identificar aspectos de cadastramento e acesso ao PRONAF RV no município de Glaucilândia/MG; relacionar quantitativos que evidenciam momentos de ingresso, permanência e exclusão dos produtores rurais no cadastro do PRONAF RV no município de Glaucilândia/MG; correlacionar aspectos operacionais do PRONAF RV, quanto à reincidência da tomada do empréstimo, dados de inadimplência, os tipos de investimentos que podem ser realizados; obter depoimentos, relatos, dados e fotos que demonstram se houve melhoria da vida pessoal e local em decorrência do PRONAF RV.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Apesar dos diversos conceitos para o termo "agricultura familiar", Carneiro (2000:131, *apud* GRANÁ, 2005:82) apresenta uma definição ampla e global: "por agricultura familiar entende-se, em termos gerais, uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados".

Perfil da Agricultura Familiar e as Políticas Públicas

Guanziroli *et all* (2001), assim como Carneiro (2000), entendem que o universo dos produtores rurais familiares não é homogêneo, pode ser distinguido em três diferentes tipos de produtores familiares, conforme o nível de capitalização:

a) Primeiro tipo: os produtores familiares capitalizados, que são aqueles que puderam acumular algum capital maquinário, benfeitorias e terras, e também que dispõe de recursos para a produção. Geralmente, esses produtores possuem uma renda agrícola confortável, que os protegem do risco de descapitalização e de eliminação do processo produtivo. Alguns podem até transformar-se em produtos patronais, na medida em que aumentam a área de produção ou que introduzem sistemas de produção que exigem muita mão de obra.

b) No segundo tipo, os produtores familiares detêm uma renda cujo nível está em uma situação favorável, em que pode permitir alguma acumulação de capital, mas essa renda não garante nenhuma segurança e sustentabilidade para as unidades produtivas. O que o autor demonstra nesta categoria de produtor é que, alguns produtores poderão, eventualmente, completar a implantação de sistemas capitalizados, gerando elevados níveis de renda, enquanto que outros, em condições adversas, podem seguir a direção contrária da descapitalização.

c) E como terceiro tipo, apresenta os produtores familiares descapitalizados, cujo nível de renda não é suficiente para assegurar a reprodução da unidade de produção e nem a permanência da família na atividade; nesta categoria os produtores são obrigados a recorrerem a rendas externas ao estabelecimento para sobreviverem. (GUANZIROLI *et all,* 2001)

O Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO[5] estabelece que o perfil da agricultura familiar caracteriza-se de acordo com três quesitos principais: o primeiro quesito é que a gestão da unidade produtiva e todos os investimentos nela realizados sejam feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; o segundo, é que a maior parte do trabalho seja fornecida, igualmente, pelos membros da família, e, em terceiro, que a propriedade de meios de produção pertença à família, pois, é em seu interior que se realiza a transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (EMBRAPA, 2000).

Com o intuito de delimitar o enquadramento na agricultura familiar, foi criada a Lei nº 11.326 de 24/07/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais:

> Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:
> I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
> II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
> III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
> IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, LEI

5 **INCRA** (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e **FAO** (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação).

Nº 11.326/2006).

Sobre propriedade familiar, a Lei nº 4.504 de 30/11/1964, estabelece em seu artigo 4º, inciso II, que é o imóvel explorado pelo agricultor ou produtor rural, juntamente, com sua família de forma direta e pessoal e que absorve toda a força de trabalho da unidade familiar, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, sendo que o trabalho de terceiros seja eventual.

Para assegurar o direito das diversas necessidades da vida em sociedade, inclusive nas funções alocativas, estabilizadoras e distributivas do Estado, em que existe o olhar atento para as classes menos favorecidas, para diminuir o distanciamento entre as classes o Estado age através das Políticas Públicas. Na concepção de Teixeira (2002:2), Políticas Públicas são "as diretrizes e princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado".

Nesse sentido, para garantir os direitos do agricultor foi sancionada pelo Presidente da República em 17/01/1991 a Lei nº 8.171, que dispõe sobre a Política Agrícola: esta lei fixa os fundamentos, define os objetivos e as competências institucionais, prevendo recursos e estabelecendo ações e instrumentos da Política Agrícola às atividades agropecuárias, agroindustriais e planejamento das atividades pesqueira e florestal. Dentre os objetivos da Lei nº 8.171/1991, destacam-se:

a) Promover, regular, fiscalizar, controlar, avaliar atividade e suprir necessidades, assegurando o incremento da produção e da produtividade agrícolas;
b) Proteger o meio ambiente, garantir uso racional e estimular a recuperação;
c) Prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família;
d) E melhorar a renda e a qualidade de vida no meio rural.

Das diversas políticas existentes para o segmento da agricultura familiar pode-se exemplificar os seguintes, conforme MDA e EMATER/MG:

a) Projeto de Combate à Pobreza Rural, criado em 1993;
b) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996;
c) Garantia Safra, criado em 2002;
d) Luz Para Todos, criado em 2003;
e) Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003;
f) Programa Minas Leite, criado em 2005;
g) Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste (AGROAMIGO), criado em 2005;
h) Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal (SUASA), criado em 2006;
i) Programa Minas Sem Fome, criado em 2007;
j) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado em 2009;
k) Programa Bolsa Verde, criado em 2011;
l) Programa Brasil sem Miséria (BSM), criado em 2011;
m) Programa Cultivar, Nutrir e Educar, criado em 2012.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

O PRONAF foi criado pelo Decreto nº 1.946, de 28/06/1996, com a finalidade de estabelecer diversas ações como a geração de renda e a melhoria do uso da mão de obra familiar, garantir os recursos para o apoio às atividades produtivas e os serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos pela agricultura familiar em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

Conforme expressa o artigo 1º do Decreto, o PRONAF busca "promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores e produtores rurais familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda" (BRASIL, DECRETO Nº 1.946/96).

O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do país. O PRONAF pode ser usado para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários. As condições de acesso ao crédito do PRONAF, formas de pagamento e taxas de juros correspondentes a cada linha são definidas, anualmente, a cada Plano Safra da Agricultura Familiar, divulgado entre os meses de junho e julho (BRASIL, PORTAL MDA, 2014).

Para que o agricultor ou produtor rural familiar tenha acesso ao programa deve procurar o Sindicato Rural ou a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), para obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito. A única exigência para a emissão da DAP é que o agricultor ou produtor rural deva estar com o CPF regularizado e livre de dívidas (BRASIL, PORTAL MDS, 2014).

Para fomentar a Política Pública do PRONAF o governo utiliza das agências financeiras do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste como intermediários na elaboração de projetos e liberação dos créditos; estes também podem ser elaborados pela EMATER/MG.

São beneficiários do PRONAF agricultores e produtores rurais familiares que comprovem seu enquadramento no programa, por meio da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) válida e que atendam aos critérios do Manual do Crédito Rural.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) juntamente com a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) disponibilizam o Manual do Crédito Rural sobre os possíveis enquadramentos dos produtores rurais familiares:

> São beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) as pessoas que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da "Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) válida, [...] Resolução 3.559; Resolução 3.570 art. 4º; Resolução 3.928 art. 1º" (BRASIL, PORTAL MDA, 2014).

O Manual do Crédito Rural estabelece os critérios para que o agricultor ou produtor rural familiar se enquadre como beneficiário do PRONAF:

1) Explorar parte da terra, na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), ou permissionário de áreas públicas;
2) Residir no estabelecimento ou em local próximo;
3) Não possuir área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, exceto quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração por proprietário não ultrapasse os 4 (quatro) módulos fiscais;
4) Que, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da renda bruta familiar seja originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
5) Que o trabalho familiar tenha predominância no estabelecimento, podendo empregar mão de obra de terceiros, no entanto, a quantidade de empregados não pode ser superior ao número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar;
6) Que tenha obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção de até R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), incluindo toda a soma do valor bruto de produção e do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele – recebida por qualquer componente familiar – excluindo dessa soma os benefícios sociais e proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais;
7) E, caso a renda bruta anual proveniente das atividades desenvolvidas no estabelecimento rural seja superior a R$ 1.000,00 (um mil reais), é admitido a exclusão de até R$ 10.000,00 (dez mil reais) da renda anual proveniente de atividades desenvolvidas por membros da família fora do estabelecimento rural. Isso, exclusivamente para efeito do cômputo da renda bruta anual utilizada para o cálculo de que tratam o item 4 e 6, nos termos da Resolução 4.107; Resolução 4.164 art 1º; Resolução 4.228 art 2º.(BRASIL, PORTAL MDA, 2014)

São também beneficiários desse programa os pescadores artesanais, aquicultores (produção de organismos com *habitat* predominantemente aquático, em cativeiro, em qualquer um de seus estágios de desenvolvimento), silvicultores (ciência que se dedica ao estudo de métodos naturais e artificiais para que seja possível realizar uma regeneração e melhoramento dos povoamentos florestais), extrativistas, integrantes das Comunidades Quilombolas, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais. (BRASIL, PORTAL MDA, 2014)
Os beneficiários do PRONAF podem ser enquadrados em grupos especiais conforme apresentação de DAP válida, de acordo com as seguintes condições:

a) Grupo A: Agricultores assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e reassentados em função da construção de barragens, produtores rurais familiares adimplentes (Participantes do Programa de Recuperação de Assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou do Programa de Crédito Fundiário da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) do MDA (MDA);
b) Grupo A/C: Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF);
c) Grupo B: Agricultores familiares com renda bruta anual familiar de até R$ 10.000,00 e mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares enquadradas nos Grupos A, AC e B do PRONAF;
d) Grupo RENDA VARIÁVEL (PRONAF - Comum): Agricultores familiares com renda bruta anual até R$ 360.000,00;
e) PRONAF Agroindústria: Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B, Renda Variável (PRONAF - Comum) e suas cooperativas e associações;
f) PRONAF Mulher: Mulheres agricultoras, independente de estado civil, integrantes de unidades familiares enquadradas no Renda Variável (PRONAF – Comum);
g) PRONAF Jovem: Jovens produtores rurais e agricultoras familiares maiores de 16 anos e com até 29 anos, pertencentes a famílias enquadradas nos Grupos A, A/C, B e Renda Variável, que atendam as condições previstas no Manual de Crédito Rural. (BRASIL, PORTAL DO MDA, 2014).

Pelo PRONAF, os agricultores e produtores rurais familiares podem realizar diversos financiamentos para incrementar suas atividades agrícolas; são financiáveis os bens e serviços necessários ao empreendimento, desde que diretamente relacionados com a atividade produtiva e de serviços, destinados a promover o aumento da produtividade e da renda da família produtora rural ou economia dos custos de produção. São exemplos de itens financiáveis: aquisição de máquinas e equipamentos novos ou usados; Construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações permanentes; obras de irrigação, proteção e recuperação do solo; formação de lavouras permanentes, formação ou recuperação de pastagem, aquisição de veículos, dentre outros. (BNDES, 2014).
O Portal MDA disponibiliza a relação da destinação do crédito do PRONAF, prevendo o custeio em que poderá financiar atividades agropecuárias e não agropecuárias, de beneficiamento ou de industrialização da produção própria ou de terceiros enquadrados no PRONAF, de acordo com projetos específicos ou propostas de financiamento. Os créditos de custeio sujeitam-se às seguintes condições com taxas efetivas de juros de 1,5%, 3% e 3,5% ao ano (BRASIL, PORTAL MDA, 2014).
O crédito também pode ser destinado ao investimento, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos, financiar atividades agropecuárias ou não agropecuárias, de acordo com projetos específicos.
O tipo de crédito acima tem como limite até R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por beneficiário a cada ano agrícola, podendo chegar até R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para atividades de suinocultura, avicultura e fruticultura. Tem como taxas efetivas de juros: 1% ao ano para operações de até R$10.000,00 (dez mil reais) e 2% ao ano para operações com valor superior a R$10.000,00 (dez mil reais), dentre outras situações. (BRASIL, PORTAL MDA, 2014).

2.4 Evolução do PRONAF segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Secretaria de Agricultura Familiar (SAF)

Por meio dos dados disponibilizados no site no MDA e SAF, pode-se verificar a evolução das contratações do crédito do PRONAF com o passar dos anos. Em 1999/2000, o programa continha 3.403 municípios cadastrados, passando para 4.539 no ano seguinte, representando, segundo o MDA, um aumento de 33% na cobertura de municípios. A ampliação dos municípios abrangidos continuou em cada ano agrícola: entre 2005/2006 houve a introdução de quase 1.960 municípios, em 2007/2008 foram 5.379 municípios atendidos. O montante de valor financeiro aos produtores rurais também cresceu, conforme a Figura 1:

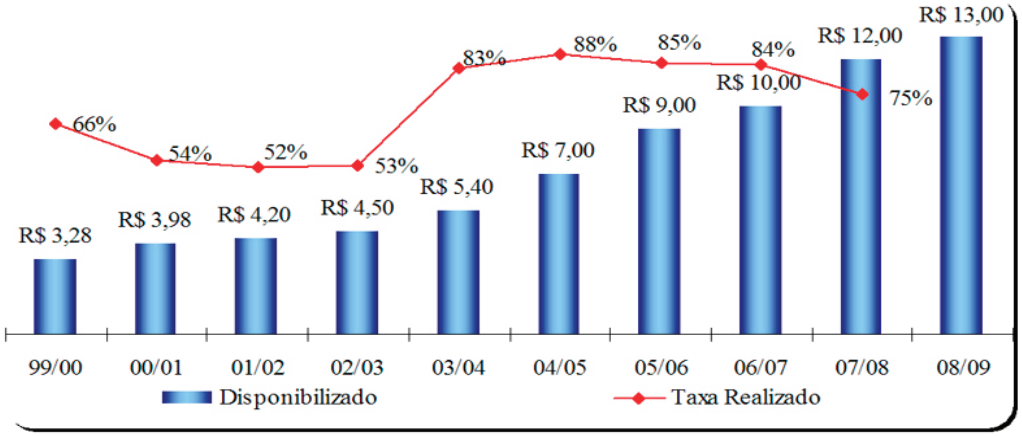

Figura 1 – Montante disponibilizado ao PRONAF - 1999 a 2009

* Valor disponibilizado refere-se a bilhões de reais.

*Fonte: BRASIL, PORTAL MDA (2014)

Através da Figura 2 observa-se que a grande evolução no montante financiado pelos agricultores e produtores rurais familiares foi em 2003/2004, chegando a fechar uma contratação de R$ 4,49 bilhões. E nos anos seguintes, o crescimento manteve-se sustentado.

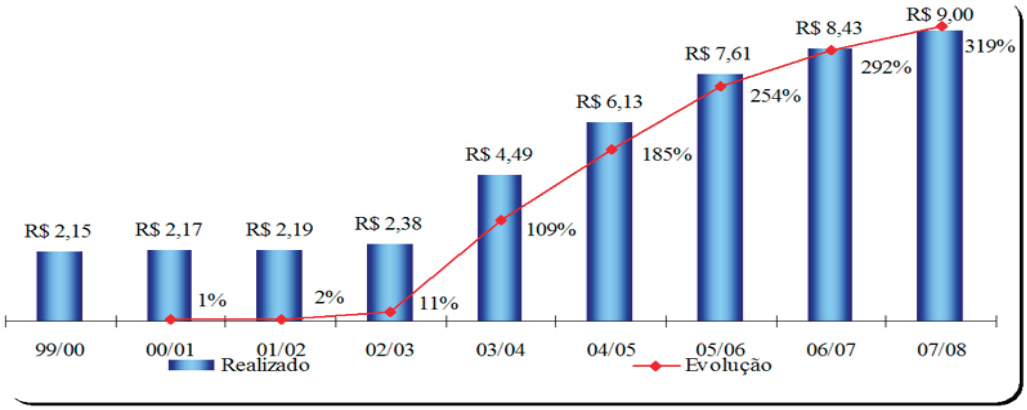

Figura 2 – Evolução dos montantes disponibilizado ao PRONAF – 1999 a 2008

* Valor disponibilizado refere-se a bilhões de reais.

*Fonte: BRASIL, PORTAL MDA (2014)

As Figuras 1 e 2 comprovam que o PRONAF vem evoluindo com o passar dos anos, a cada ano agrícola, conforme especifica a SAF e o MDA, abrangendo mais municípios, aumentando as disponibilidades de crédito,

proporcionando, com isso, um maior giro financeiro nas famílias de agricultores e produtores rurais, famílias quilombolas[6], famílias de assentados agrários[7] e todas aquelas famílias que o programa se disponibiliza a atender em todo o território brasileiro.

2.5 O Desenvolvimento Social como forma de liberdade na visão de Amartya Sen[8] (2000)

Sen (2000:18) em seu livro "Desenvolvimento como forma de liberdade" declara que "o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais", mas, para que haja o desenvolvimento é necessário que sejam removidas as principais fontes de privação da liberdade que são: a pobreza, a carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.
E antevendo que esse pensamento pudesse desenvolver críticas quanto a relação da ligação da liberdade com essas fontes de privações, Sen (2000) pontua então, para esclarecimento do elo existente entre os mesmos, a seguinte frase sobre liberdade e pobreza econômica:

> Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico.(SEN, 2000:18)

Da mesma forma, aponta que a privação de liberdade está também vinculada à carência de serviços públicos e assistência social. Cita como exemplo a ausência dos programas epidemiológicos, de um sistema mais planejado de assistência médica e educação, com instituições eficazes que mantivessem a ordem e paz locais. (SEN, 2000)
O Prêmio Nobel Sen (2000) chama atenção para as questões políticas, destaca que há violação da liberdade quando se restringe a participação do cidadão na vida social, política e econômica da comunidade. O desrespeito à liberdade, "resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas..." (SEN, 2000: 18). E o que se percebe, é que a liberdade elementar está sendo negada a um grande número de pessoas.

---

6 Quilombolas é um termo que já foi ressemantizado diversas vezes na estrutura social brasileira, significando de forma negativa aqueles grupos de indivíduos negros escravos que não possuíam alforria ou eram fugitivos. Em 1988 o termo voltou na CF passando a ter um sentido positivo para garantir o direito às terras para aquelas comunidades negras que mesmo depois da abolição tivessem permanecido em suas terras, apesar destas em geral nunca terem sido legalizadas, podem ter comprado suas terras, herdado, ocupado terras abandonadas por antigos proprietários falidos com a abolição etc., desde que tais grupos formem comunidades em um sentido sociológico, por serem compostas de um número limitado de participantes e por estes estarem ligados por complexos laços de parentesco e aliança, assim como por usarem suas terras em regime de uso comum, quase sempre sem terem a devida documentação delas.

7 Famílias de assentados agrários são unidades populacionais, acampamento ou Movimento dos Sem Terra (MST) que reúne um determinado número de pessoas numa dada extensão de terra, na qual passam a desenvolver as atividades necessárias à sua reprodução vinculadas à agricultura e à pecuária e que aguardam regularização da posse e propriedade. (SILVA, 2004, p. 42)

8 Amartya Sen (Nascido em 03 de novembro de 1933, Santiniketan, Índia), economista indiano que foi agraciado com o Prêmio Nobel 1998 em Ciências Econômicas por suas contribuições à economia do bem estar (*welfare state)* e da teoria da escolha social e por seu interesse pelos problemas dos membros mais pobres da sociedade. Sen era mais conhecido por seu trabalho sobre as causas da fome, o que levou ao desenvolvimento de soluções práticas para prevenir ou limitar os efeitos da escassez real ou percebida de alimentos. A economia do bem estar procura avaliar as políticas econômicas em termos de seus efeitos sobre o bem-estar da comunidade. (ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA, 2014)

Entende-se então, a partir do pensamento de Sen (2000), que as liberdades substantivas, de receber educação básica, assistência à saúde, assistência social e participação política estão entre os componentes constitutivos do desenvolvimento. E, não somente para o desenvolvimento social, como também contribuem, de forma eficaz, para o progresso econômico, uma vez que, essas liberdades e direitos, acabam refletindo no crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) e na promoção da industrialização.
A rejeição da liberdade de participar do mercado de trabalho é uma das maneiras de manter a mão-de-obra barata; aponta também os desafios que os países enfrentam, atualmente, sobre a necessidade de libertar os trabalhadores de um cativeiro explícito ou implícito que nega o acesso ao mercado de trabalho aberto. E que a participação do intercâmbio econômico – papel básico na vida social – se caracteriza em liberdade. (SEN, 2000). Mesmo com todas essas considerações, aparentemente, negativas, Sen (2000) não nega a importância do mecanismo do mercado no processo de desenvolvimento substancial.
Na visão de Sen (2000), a liberdade ajuda a promover a capacidade geral de uma pessoa em cinco tipos distintos:
a) Primeiro, liberdades políticas – com direito de expressão e eleições livres;
b) Segundo, facilidades econômicas – oportunidade de participar do comércio;
c) Terceiro, oportunidades sociais – acesso a bons serviços de saúde e educação;
d) Quarto, garantias de transparência; e
e) Quinto, segurança protetora.

Após exposição das ideias de Sen (2000), observa-se que as políticas públicas que atendem aos elementos contributivos ao "Estado de Bem estar" ou "*Welfare State*", apontados por Sen (2000) tem o sentindo de buscar o desenvolvimento como forma de liberdade.
Políticas públicas têm como objetivos reduzir problemas sociais, atender de forma diferenciada os que estão em situação desigual ou de impedimento de exercer sua cidadania. Nesta pesquisa os pequenos agricultores e produtores rurais, através da política pública federal do PRONAF RV tem a possibilidade de ver a elevação da capacidade produtiva dos mesmos, gerando emprego e aumento da renda para atender as necessidades, possibilidades e capacidades do ser humano, inserido em seu contexto social.

3 METODOLOGIA

Neste estudo, após referencial teórico formalizado, na pesquisa documental efetivou-se busca manual nos contratos e formulários dos arquivos do escritório local da EMATER/MG. Também foram coletadas informações dos técnicos da EMATER/MG. Após levantamento de dados foi definida a população onde seriam realizadas as entrevistas semiestruturadas, e por seleção através de contato telefônico e acessibilidade foram realizadas visitas *in loco* e observação dos fenômenos.
Por meio da pesquisa documental realizada no escritório e por meio do levantamento de dados que foram coletados junto a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/MG) no escritório local do Município de Glaucilândia, foram identificados 96 (noventa e seis) contratos de beneficiários do PRONAF RV nos quais puderam ser verificados todos os tipos de financiamentos realizados.
Identificado os beneficiários do PRONAF RV, a princípio, pretendia-se entrevistar todos os 96 (noventa e seis) produtores rurais familiares, no entanto, devido à recusa em responder a entrevista por parte deles e a ausência de alguns por falecimento, o questionário só pôde ser aplicado a 37 desses produtores rurais.
Com a aplicação das entrevistas *in loco* teve-se a intenção de verificar as principais mudanças, resultados e/ou impactos ocasionado nas finanças pessoais e benefícios locais. Entrevista é uma técnica de pesquisa "para coleta de informações, dados e evidências cujo objetivo básico é entender e compreender o significado que entrevistados atribui a questões e situações, em contextos que não foram estruturados anteriormente" (MARTINS E THEÓPHILO, 2007: 86).
E para que pudesse ser realizada verificação do uso do recurso, foi realizado estudo de campo e pesquisa exploratória com visitas in loco as propriedades dos beneficiários do programa estudado e registros fotográficos.

A pesquisadora obteve total apoio dos técnicos extensionistas da EMATER/MG, tanto no levantamento dos dados quanto na aplicação das entrevistas semiestruturadas e na oportunidade de efetivar observação dos fenômenos, efetivando-se o estudo de múltiplos casos. Conforme Gil (2002), o estudo de campo procura aprofundar uma realidade específica, é basicamente realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações do ocorre naquela realidade.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O município pesquisado é Glaucilândia, situado na Bacia do Alto Médio São Francisco, no norte do estado de Minas Gerais (Brasil), constituído por distrito sede e 13 comunidades rurais, com população de quase 3 mil habitantes distribuídos em 525 famílias domiciliadas na área rural. Apresenta clima tipo tropical semiárido, quente e seco, típico do nordeste brasileiro, com período de chuvas concentradas entre os meses de outubro a março, a precipitação média anual é de 1.060 mm. A vegetação é formada por cerrado e caatinga, com temperaturas médias anuais de 24,20ºC (IBGE, 2014).

O município encontra-se a 30 Km de Montes Claros, que é o município-sede do pólo da microrregião, tendo como entorno os municípios de Juramento e Bocaiúva. Segundo dados do IBGE (2014), o IDHM em 1991 era de 0,340 e evoluiu para 0,679 em 2010, apresenta índice de pobreza de 59,03% e índice de GINI de 0,50.

Com o apoio das formas de financiamento e comercialização através do PRONAF desde 2009 no município, as famílias de produtores rurais puderam aumentar a produtividade, o que gerou a possibilidade de alteração positiva da renda familiar e satisfação pessoal dos produtores de agricultura familiar.

Além do PRONAF RV percebe-se uma amarração com outros programas de politicas públicas de todas as esferas (federal, estadual e municipal) visando apoiar, incentivar e manter a atividade rural e a comercialização e escoamento dos produtos agrícolas para a localidade e o entorno, como por exemplo: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA/CONAB); Programa Garantia Safra; Programa Minas Sem Fome; Programa Minas Leite e a Programa da Feira Livre de Agricultura que acontece nos fins de semana, conforme Gráfico 1.

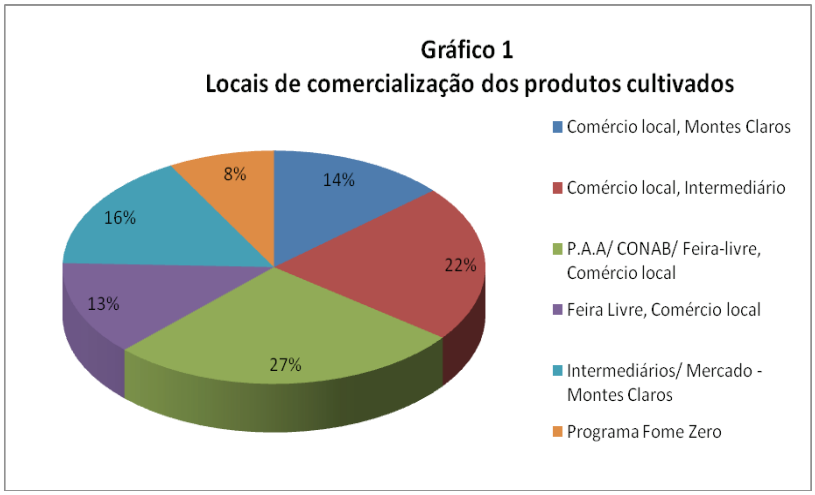

Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

De acordo com arquivos do EMATER/MG, de 2009 até 2014, o PRONAF RV já beneficiou 96 (noventa e seis) produtores rurais familiares de Glaucilândia (MG) classificados no Grupo RENDA VARIÁVEL. Pretendia-se nesta pesquisa efetivar entrevistas com toda a população local beneficiada, no entanto, devido às limitações enfrentadas, a amostra foi composta pela visita in loco e entrevista com 37 (trinta e sete) desses produtores rurais familiares beneficiários, sendo 14% dos entrevistados do gênero feminino e 86% masculino.

O nível de escolaridade dos beneficiários do PRONAF RV é baixo: 27% concluíram até no máximo o 1º Grau e 73% interromperam os estudos no Ensino Médio; a falta de escolaridade pode ser um fator que limita as áreas de atuação profissional, o que exigiu a manutenção nas atividades rurais. A interrupção nos estudos foi originada pelas dificuldades de acesso a escola, falta de transporte e obrigatoriedade de trabalho ainda muito jovens, segundo as entrevistas.

A maioria dos beneficiários soube, teve acesso e formalizou o processo do pedido do PRONAF RV através da EMATER/MG, cujo processo tem ciclo médio de 21 dias para liberação do crédito. Esse contato entre o órgão e o beneficiário denota a importância da entidade para a assistência e o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil, fazendo a interligação e levando a informação aos que não tem acesso direto aos meios de divulgação tradicional via formação escolar:

A EMATER/MG promove Seminários, Oficinas, Dias de Campo e Excursões com o objetivo de reeducar, habilitar e capacitar os produtores rurais para uma vida melhor no campo; também efetivam ações com os jovens rurais, por meio do Projeto "Transformar Mirim", tendo como intenção o incentivo à continuidade dos investimentos realizados pelas famílias. Também realiza intermediação em premiações da área rural que visam valorizar as ações no campo.

Conforme enumeração abaixo, segundo os entrevistados:

a) Quanto aos valores financiados, 41% opta, por contrato entre R$ 10mil a R$ 15mil - não arriscando captação maior por questões climáticas (escassez de chuva, seca) que afetam, todo ano, a região, conforme Gráfico 2:

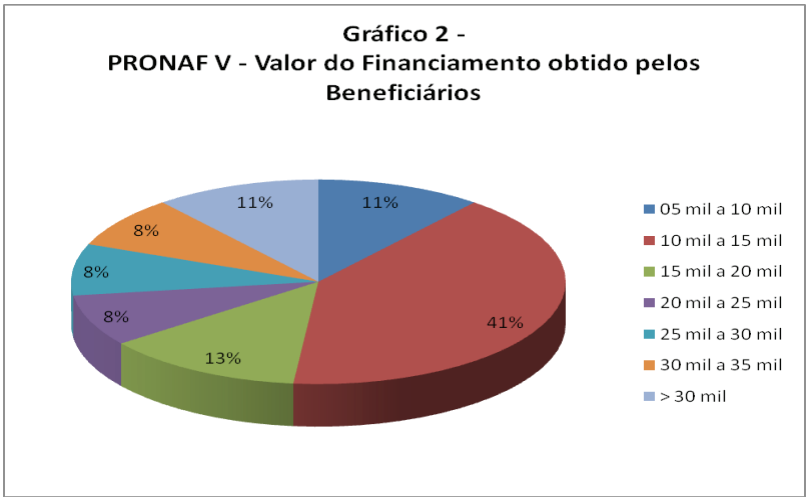

Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

b) O tipo de empréstimo predominante é com objetivo de investimento; e dentre as atividades financiadas, destaca-se a bovinocultura (uns somente na compra de gado e outros com atividades que complementam a bovinocultura ou a estrutura física local), conforme Tabela 1:

TABELA 1 - PRONAF RV**– Tipo de Financiamento e Atividade Financiada**

Tipo de Financiamento	Atividade Financiada	Percentual
Investimento	Bovinocultura	8%
Investimento	Bovinocultura e Implantação de cana-de-açúcar	19%
Investimento	Pastagem, Bovinocultura, Construção/reforma de cerca e curral, implantação cana-de-acúcar	35%
Investimento	Construção/Reforma de cerca e curral, bovinocultura Pastagem, Implantação de cana-de-açucar, construção Bebedouro, tanque e aquisição de máquina	35%
Investimento	Veículo Utilitário	3%

Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

c) A produção local é manual para confecção de queijo e requeijão – produtos bastante valorizados na região – ou vendem o próprio leite *in natura*; outros plantam hortaliças, milho, feijão e frutas; além das atividades de avicultura de corte/postura, suinocultura e apicultura.

d) A maioria dos entrevistados aprova os juros de 2% ao ano, entendendo que são adequados e bastante acessíveis comparando-se com outros financiamentos existentes no mercado. Oportuno informar que os que concordam com os juros do programa são aqueles que, por meio dos trabalhos realizados pela EMATER/MG – Oficinas, Seminários e Cursos - obtiveram conhecimentos para disciplinarem suas finanças pessoais, e que realizam acompanhamento, por meio de anotações em cadernos, das entradas e saídas de suas receitas e despesas.

e) Devido às condições climáticas, sendo decretado "Estado de Emergência ou Calamidade", seja pela seca (que é o caso do município em questão), enchentes, geadas, o governo federal concede perdão de até 80% do saldo devedor atualizado para liquidação das operações de crédito rural de investimento e custeio, bem como outras formas de perdão da dívida o que incentiva novas aquisições de contratos PRONAF RV e outros. Dos beneficiários entrevistados, 62% obtiveram a concessão do perdão de 80% sobre a dívida do financiamento obtido no PRONAF RV; os demais só não obtiveram esse beneficio do perdão do empréstimo porque ou já haviam pago a parcela do financiamento total neste ano de 2014 antes de sair o Decreto ou ainda estavam no período de carência do programa.

f) Verificou-se, por meio da Tabela 2, que 32% dos entrevistados adquiriram novos financiamentos junto ao PRONAF RV, os outros 68% que não são readquirentes no programa, não o fizeram por terem adquirido seus financiamentos recentemente e 24% adquiriram outros empréstimos diferenciados. A reaquisição na contratação do PRONAF RV comprova que o programa foi satisfatório e que, com a experiência os beneficiários sentiram confiança para aumentar investimentos.

TABELA 2 - Readquirentes PRONAF RV **e outros empréstimos**

Reaquisição PRONAF	Percentual	Realizou outros empréstimos	Percentual
Sim	32%	Sim	24%
Não	68%	Não	76%

Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

O Sr. Joaquim José dos Santos, morador da comunidade do Caiçara/Glaucilândia/MG é um exemplo de produtor rural beneficiário do PRONAF RV que é readquirente na tomada do financiamento, esclarece:

1º) Com o primeiro financiamento adquiriu gado, fez pastagem, reformou curral e cerca, plantou cana-de-açúcar forrageira, construiu bebedouro para o gado, tanque de terra batida e caixa d'água, adquiriu uma carroça

e construiu um depósito. Com o retorno financeiro obtido com a venda do queijo e do próprio gado abatido, implantou o cultivo de hortaliças, quiabo, abóbora, milho verde, tomate e maracujá; investiu na produção de doces de frutas e biscoitos caseiros.

2º) Com o aumento da produção, as entregas passaram a ficar mais caras, porque pagava o transporte dos produtos fornecidos ao Ceanorte e Mercado Municipal para a cidade vizinha Montes Claros (situação esta que é a realidade de muitos outros produtores ao fornecerem os produtos ao comércio local e para cidades vizinhas, como indica o Gráfico 5).

3º) Então, Senhor Joaquim resolveu fazer um novo empréstimo para investir na compra de um veículo utilitário a fim de realizar o transporte próprio das entregas, esta ação proporcionou uma economia satisfatória, transferindo o dinheiro que era gasto no transporte para investimento em outras áreas da sua propriedade. Essas atitudes gerenciais levaram a um maior retorno financeiro e operacionalidade satisfatória. Os registros fotográficos abaixo e o relato a seguir, demonstram os investimentos realizados pelo Sr. Joaquim José dos Santos, produtor rural familiar da comunidade Caiçara/Glaucilândia.

> *Melhorei a irrigação das minhas plantações com o investimento na caixa d'água. Com a compra do meu carro faço minhas entregas no horário certo e economizo mais também [...] Além do doce de leite, queijo e requeijão, consegui investir em plantação de milho verde, maracujá, quiabo, abóbora, tomate e hortaliças. E tudo isso com o dinheirinho do retorno dos investimentos do PRONAF. Só tenho a agradecer aos agentes do Banco e aos extensionistas da EMATER por terem me incentivado a entrar no programa.*

Fonte: Arquivos da EMATER/MG

Por meio da pesquisa, notou-se que os beneficiários do PRONAF RV no Município de Glaucilândia/MG não viviam em condições de extrema pobreza antes do financiamento do programa, no entanto, não conseguiam obter mais do que uma renda para a manutenção da casa e da propriedade. Não havia, segundo os relatos, uma sobra da renda familiar para ser usada em outras atividades, como compras de vestuário, móveis e nem mesmo para o lazer da família, ou seja, não existia liberdade pessoal e integração social da renda proveniente do trabalho.

A política pública do PRONAF RV proporcionou a esses produtores rurais familiares a possibilidade de, por meio dos seus investimentos, extrair uma renda maior que lhes garantisse a liberdade do uso da renda obtida, o atendimento aos seus desejos de lazer e a possibilidade de se sentir inserido na sociedade.

Sen (2000) em sua obra defende exatamente essa liberdade de decisão, expondo que o desenvolvimento deve estar relacionado com a melhoria de vida que se leva e à melhoria das liberdades desfrutadas: "Liberdade diz respeito aos processos de tomada de decisão e às oportunidades de obter resultados considerados valiosos [...]" (SEN, 2000:329).

A Tabela 3 demonstra que o objetivo do programa está sendo alcançado, na visão dos entrevistados, já que os produtores rurais familiares estão conseguindo melhorar e atender suas necessidades, capacidades e possibilidades, mesmo inseridos na vida do campo, através da satisfação pessoal e da melhoria das finanças do produtor rural familiar.

TABELA 3 - PRONAF V – Melhoria da Vida no Campo segundo beneficiário

Melhorou de vida	Percentual
Sim	86%
Não	------
Ainda não aplicou todo o recurso	14%

Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Com o aumento da renda familiar em até 80%, na maioria dos casos, muitos dos entrevistados relataram que puderam fazer reformas em suas propriedades, comprar móveis novos, televisores, além de ter havido um melhoramento no abastecimento de água – devido aos investimentos em tanques e caixas d'água, nas atividades agropecuárias e que puderam realizar viagens. O entrevistado Sr. Jackson Lucas Araújo Santos, da Comunidade do Laranjão/Glaucilândia/MG, relata que a possibilidade de viajar uma vez por ano para a Cidade de Bom Jesus da Lapa, viagem organizada pelas associações rurais, traz bastante satisfação. Abaixo registros fotográficos dos seus investimentos:

> Você não sabe como foi bom pra gente fazer o PRONAF. Eu e Marly (esposa) já produzíamos bala de mel, mas depois do investimento em bovinocultura a produção de leite aumentou. Então a gente passou a produzir mais balas. A renda da casa melhorou muito. E também, porque, quando o dinheiro começou a sobrar, fizemos plantação de abóbora, feijão, milho, hortaliças que vendemos na feirinha. Tenho que falar também, que com a assistência técnica da EMATER, nossas vidas melhoraram muito. Porque eles promovem capacitações para nós e excursões (...) tem a romaria para a cidade de Bom Jesus da Lapa que a gente começou a participar já tem dois anos. Isso faz muito bem. (RELATO DO SR. JACKSON LUCAS ARAÚJO SANTOS, PRODUTOR RURAL, COMUNIDADE LARANJÃO, 2014)

Fonte: Arquivos da EMATER/MG

Mais um produtor rural entrevistado o Sr. Tarcísio Veloso de Oliveira, morador da comunidade do Caiçara/ Glaucilândia/MG, demonstrou satisfação e obteve retorno positivo e melhoramento de vida no campo, como demonstrado nos registros fotográficos.

> É só dá uma olhadinha na minha propriedade para ver a diferença. Melhorou demais o manejo com o gado depois que investi no tanque e no pasto. A produção de leite aumentou e passei a produzir mais queijo. Recebi até premiações depois do PRONAF [risos]. Só quando está no tempo da seca é que fica um pouco difícil, mas não perdi nenhum animal depois dos meus investimentos. (RELATO DO SR. TARCÍSIO VELOSO DE OLIVEIRA, PRODUTOR RURAL, COMUNIDADE CAIÇARA/MG, 2014)

Fonte: Arquivos da EMATER/MG

Os registros fotográficos abaixo ilustram mais resultados dos financiamentos do PRONAF RV na região pesquisada.

Investimentos do Sr. Antônio Herculano e Simone Rodrigues – na Comunidade de Curral Queimado/ Glaucilândia/MG.

Esse ganho de liberdade, manutenção das capacidades e possibilidades mediante o trabalho no campo e utilização da renda familiar é necessário porque funciona como um incentivo para que o indivíduo continue se desenvolvendo e, o mais importante, com elevada autoestima. Acreditando no valor dessa autoestima, os órgãos governamentais responsáveis pela agropecuária em Minas Gerais elaboram premiações, destacamos como exemplo: Sindicato dos Trabalhadores Rurais Destaque; Sindicato dos Produtores Rurais Destaque; Empresa Parceira Destaque; Veículo de Comunicação Destaque; Agricultor Destaque; Agricultora Destaque; Jovem Rural Destaque; Associação Comunitária Destaque; e Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável Destaque.

Numa seleção em 2013 realizada pela EMATER/MG, que envolveu análise de 17 municípios, o Senhor Joaquim José dos Santos da Comunidade do Caiçara/Glaucilândia/MG, recebeu a premiação do "Agricultor Destaque" devido ao trabalho desenvolvido em sua propriedade e pela prosperidade dos seus investimentos; e o Sr. Wesley Rodrigues da Comunidade de Laranjão/Glaucilândia/MG foi premiado como "Jovem Destaque".

A EMATER/MG e os produtores rurais familiares do município de Glaucilândia já receberam também premiações reconhecidas e renomadas do Estado de Minas Gerais:

a) O "Prêmio Furnas Ouro Azul" – que premia e incentiva a criação de soluções viáveis para revitalização e conservação dos recursos hídricos;

b) O "Prêmio ODM Brasil" que incentiva ações, programas e projetos que contribuem efetivamente para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;

c) E estão concorrendo neste ano de 2014 ao Prêmio "Hugo Werneck" de "Sustentabilidade & Amor à Natureza" – que visa reconhecer e destacar as principais iniciativas socioambientais de indivíduos, empresas privadas e públicas, instituições de ensino e do terceiro setor nacionais que, por meio de atitudes, projetos, campanhas e desenvolvimento de atividades, contribuem para a proteção do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida das populações.

Essas premiações elevam e incentivam as ações dos produtores rurais que sentem a importância da sua atuação, em consonância com os discursos de Sen (2000) no sentido de que valorização do ser humano em seu ambiente, com oportunidade de exercer suas capacidades e possibilidades.

Pela análise dos dados, entende-se que não são somente os produtores rurais familiares que ganham com os empréstimos do PRONAF RV, o município pesquisado e os do entorno, também tendem a se beneficiar com o retorno positivo obtido através da movimentação das ações e econômico-financeira geradas, uma vez que, influenciam no giro da economia local. Observou-se que esses produtores rurais analisados estão obtendo maior fonte de renda, adquirindo produtos do comércio local e abastecendo o mercado local e do entorno (cidades vizinhas) com produtos orgânicos saudáveis.

Premiações recebidas pelos produtores rurais familiares e a EMATER/MG

EMATER/MG Agricultor Destaque
Sr. Joaquim José dos Santos

EMATER/MG – Jovem Rural Destaque
Sr.Wesley Rodrigues

Prêmio Furnas Ouro Azul - Belo Horizonte/MG
Antônio Dumont Machado do Nascimento
Técnico Extensionista – EMATER/MG

Prêmio ODM Brasil – Brasília/DF
Antônio Dumont Machado do Nascimento
Técnico Extensionista – EMATER/MG

1º Torneio Leiteiro – Glaucilândia/MG
1º lugar – Tarcísio Veloso Oliveira
Fonte: Arquivos da EMATER/MG

Concurso: Pratos Típicos da Região
Glaucilândia/MG

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) representou um marco nas políticas públicas voltadas para as atividades rurais, visto ter sido a primeira política de incentivo financeiro e social aos pequenos agricultores e produtores rurais familiares, com grande importância no âmbito socioeconômico. Tendo em vista a relevância dessa política pública é que, procurou-se, com essa pesquisa, demonstrar quais os principais resultados e mudanças e/ou impactos nas finanças pessoais e locais que o PRONAF RV proporcionou aos pequenos produtores rurais familiares do Município de Glaucilândia/MG no período de 2009 a 2013.

Por meio do levantamento realizado na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/MG) no escritório local de Glaucilândia pôde-se verificar através dos arquivos documentais de cadastro o ingresso dos produtores rurais ao PRONAF desde o ano de 2009, sendo que a EMATER/MG como órgão parceiro e intermediador entre o produtor rural e o agente financeiro, atuou na facilitação do acesso ao crédito financeiro. De posse do cadastro partiu-se para a pesquisa de campo em que foram efetivadas 37 entrevistas semiestruturadas com visitas in loco.

Ficou constatado, através das entrevistas, relatos e depoimentos dos beneficiários do PRONAF RV, que, grande parte, obteve retornos positivos dos financiamentos e investimentos realizados, transformando esses retornos em novos investimentos em suas propriedades. Ou seja, os produtores obtiveram melhoria da renda familiar, e como consequência, obteve-se melhoria da vida no contexto local em que estão inseridos.

Os benefícios advindos do programa na localidade conforme estudos e resultados demonstraram que ocorreram um maior volume de movimentações financeiras, uma vez que os produtores rurais passaram a obter uma renda maior e, consequentemente, passaram a gastar mais, provocando giro e aumento da economia local, bem como das cidades circunvizinhas do entorno.

Pelos dados coletados, ficou evidenciado que o nível de satisfação com o PRONAF é elevado: não houve nenhum relato e nenhum dado que comprovasse a insatisfação dos produtores rurais pesquisados. Por ter a aprovação satisfatória é que muitos reincidiram na tomada do financiamento para completar os investimentos realizados. A existência no município de outras políticas públicas governamentais das esferas federal, estadual e municipal auxiliam na comercialização dos produtos.

Outra constatação que pôde ser feita foi a de que a EMATER/MG é imprescindível na operacionalidade do programa, funciona como intermediária no acesso ao crédito e realiza atividades de capacitação no gerenciamento dos recursos e nas tomadas de decisão dos produtores rurais, ocupando um papel importantíssimo na reeducação dos produtores que vivem no campo. Através dos cursos foram repassados novos conhecimentos e técnicas de lidar com a plantação, a terra, os recursos hídricos e os animais. Todas essas atividades conduziram ao reconhecimento e a premiações dos produtores rurais locais pelos trabalhos e investimentos realizados no meio rural. Essas premiações e a possibilidade do auferir maior rentabilidade eleva a autoestima dos pesquisados.

Portanto, pode-se inferir dos resultados, que os objetivos dessa pesquisa foram atingidos, apesar das limitações encontradas quanto à recusa de alguns produtores rurais em responderem o questionário demonstrando receio a uma possível fiscalização por motivações diferenciadas.

Foram demonstradas as mudanças ocorridas na vida dos beneficiários com os financiamentos realizados: a elevação da condição de vida e da contribuição à autoestima do homem do campo e os benefícios trazidos para o Município que residem.

E, como forma de afirmação da importância dos estudos realizados, torna-se oportuno reportar, novamente, aos pensamentos do autor Amartya Sen (2000) no qual afirma que "[...] precisamos examinar em adição às liberdades envolvidas nos processos políticos, sociais e econômicos - em que grau as pessoas têm a oportunidade de obter resultados que elas valorizam e que têm razão valorizar" (SEN, 2000:230).

E, para finalizar, parafraseando os pensamentos de Sen (2000): o desenvolvimento passa por respeitar as liberdades (de se escolher onde e como viver), as capacidades (de ser um homem do campo) e as possibilidades (de suprir suas necessidades vitais e de cidadão integrado). Assim na pesquisa empírica a politíca pública do PRONAF RV integrada a outras políticas permite esse objetivo e isso pôde ser verificado nos dados expostos, na percepção da análise dos documentos e nas entrevistas/relatos e registros fotográficos das modificações ocorridas nas propriedades e no campo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo e VEIGA, José Eli. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural:** o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Convênio FIPE/IPEA 07/97. 1999

AGROAMIGO BANCO DO NORDESTE. **Apresentação.** Disponível em: «https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/produtos_e_servicos/agroamigo/gerados/apresentacao.asp» Acesso em 22 de Março de 2014.

AMBIENTE BRASIL. **História da Agricultura Brasileira.** Disponível em: http://ambientes.ambientebrasil.com.br/agropecuario/historico_da_agricultura/historico_da_agricultura_brasileira.html» Acesso em 23 de Março 2014.

AQUINO, Joacir Rufino de. **Avanços e limites da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008):** uma reflexão crítica. UERN, 2008. Disponível em «http://www.sober.org.br/palestra/13/817.pdf» Acesso em 03 de Junho de 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).** Disponível em: «http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atend e/port/pronaf.asp#1http://portal.mda.gov.br/ portal/saf/programas/pronaf» Acesso em 06 de Abril de 2014.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF Investimento.** Disponível em: «http://www.bndes.gov.br/apoio/pronaf.html» Acesso em 21 de Junho de 2014.

CARNEIRO, Maria José. **Agricultores familiares no desenvolvimento rural**. Jaguariúna: Embrapa, 2000.

BRASIL. CASA CIVIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: «http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm» Acesso em 06 de Abril de 2014.

BRASIL. CASA CIVIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 8.177/2013.** Disponível em: «http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8177.htm» Acesso em: 25 de Outubro de 2014.

BRASIL. CASA CIVIL.PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Dispõe sobre a Política Agrícola**. Disponível em « http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8171.htm» Acesso em 14 de Junho de 2104.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Desenvolvimento sustentável.** Disponível em: «http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel» Acesso em 23 de Junho de 2014.

BRASIL. PORTAL DO MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO (MDA) **Evolução do PRONAF**. Disponível em: «http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2259286» Acesso em 25 de junho 2014**.**

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Definição de mutuário**. Disponível em: «http://www.dicio.com.br/mutuario/» Acesso em 28 de Junho de 2014.

EMBRAPA. **Projeto de Cooperação Técnica INCRA / FAO.** Disponível em: «http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/novoretratoID-3iTs4E7R59.pdf». Acesso em 24 de Março de 2014.

EMATER. **Manual de Crédito Rural.** Disponível em: «http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&ved=0CDoQFjAE&url=http%3A%2F%2Fwww.emater.go.gov.br%2Fintra%2Fwp-content%2Fuploads%2Fdownloads%2F2013%2F09%2FMCR-COMPLETO-2013-2014.docx&ei=YA80VJ3nEc3CsATW54G4Aw&usg=AFQjCNFAqY7yuv-oreUXocHS2mpZ9JTv3Q&bvm=bv.76943099,d.cWc» Acesso em 06 de Outubro de 2014.

EMPAER. **História da extensão rural no Brasil**. Disponível em: «http://pt.slideshare.net/DeyvidBueno/histria-da-extenso-rural-no-brasil» Acesso em 22 de Março de 2014.

FAQ. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Disponível em «http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ» Acesso em 25 de Junho de 2014.

ENCICLOPEDIA BRITÂNICA. Disponível em: «http://global.britannica.com/EBchecked/topic/534266/Amartya-Sen» Acesso em junho/2014

FARIA, Caroline. **Agricultura Brasileira.** Disponível em: «http:/www.infoescola.com/agricultura/agricultura-brasileira/» Acesso em 28 de Março de 2014.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 1838 p.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIRARD, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira.** Disponível em:«http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas_socioeconomicas_b.htm» Acesso em 29 de Março 2014.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil:** Política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. - Ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRANÁ, Luciana. **Agricultura Familiar:** origens, dificuldades e perspectivas. Disponível em: «http://www.mackenzie.br/dhtm/seer/índex.php/jovenspesquisadores/article/view/842/366» Acesso em 05 de Abril de 2014.

GUANZIROLI, Carlos Enrique *et all*. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; SABBATO, Alberto Di; VIDAL, Maria de Fátima. **Agricultura familiar no nordeste:** uma análise comparativa entre dois censos agropecuários. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

IBGE. Histórico dos Municípios. Disponível em: «http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php» Acesso em: 20 de Outubro de 2014.

MARTINS, Gilberto de Andrade e THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** São Paulo: Atlas, 2007.

MATTEI, L. **Impactos do PRONAF:** análise de indicadores. Brasília: MDA/NEAD Estudos, 11.

PLANO SAFRA 2013/2014. **Linhas de Financiamento e Enquadramento de Crédito Rural**. Disponível em «http://www.idam.am.gov.br/wp-content/uploads/2013/06/Linhas-e-Enquadramento-de-Cr%C3%A9dito-Rural-Quadros.pdf» Acesso em 24 de Maio de 2014.

PLANO SAFRA 2013/2014. **Cartilha de Orientação do Pronaf.** Disponível em: «http://pt.slideshare.net/fetaep/cartilha-de-orientao-do-pronaf-20132014» Acesso em 16 de Outubro de 2014.

PORTUGAL, Alberto Duque. **O Desafio da Agricultura Familiar**. Embrapa, mar/2002. Disponível em: «http://www23.sede.embrapa.br:8080/aplic/rumos.nsf/f7c8b9aeabc42c8583256800005cfec7/2d87a4a32603718003256c2300631e48?OpenDocument» Acesso em 28 de Março de 2014.

RUAS, Elma Dias *et all.* **Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável – MEXPAR.** Belo Horizonte: [s.n], 2006.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**; tradução de Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA. Ducilene Melo. **Significados do Pronaf "A" para Famílias Beneficiadas do Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia, Pará – 2000 A 2002.** Disponível em: «http://mafds.websimples.info/files/arquivo/34/DUCILENE_MELO_DA_SILVA.pdf» Acesso em 05 de Outubro de 2014.

SOUZA, Paulo Marcelo de; NEY, Marlon Gomes; PONCIANO, Niraldo José. Evolução da Distribuição dos Financiamentos do PRONAF entre as Unidades da Federação, no Período de 1999 a 2009. **RBE** Rio de Janeiro, v. 65, n. 3/p. 303-313, jul-set 2011.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O papel das políticas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Dissertação. Montes Claros: [s.n.], 2002.

VALENTI, W. C. 2002. **Aquicultura sustentável.** In: Congresso de Zootecnia, 12o, Vila Real, Portugal, 2002, Vila Real: Associação Portuguesa dos Engenheiros Zootécnicos. Anais...p.111-118. Disponível em: «http://ucbweb2.castelobranco.br/webcaf/arquivos/23503/9291/Aquicultura_Sustentavel.PDF» Acesso em: 18 de Outubro de 2014.

Bairros negros, cidades negras e população negra

Henrique Cunha Juniior
Universidade Federal do Ceara – Professor Titular – Programa de Pós-graduação em Educação.
hcunha@ufc.br - CONLAB 2015 –GT 13 A

Resumo: Os problemas conceituais para estudo da realidade das populações de origem africana, no Brasil, em seus diversos aspectos: social, cultural, político, econômico, geográfico e urbano, enfrentam obstáculos de ordens epistemológica, política e acadêmica. O pensamento acadêmico eurocêntrico tende a considerar a história brasileira como universal, semelhante ao modelo europeu, trabalhando com as ideias de capitalismo dependente, atrasado, ou periférico. Noutro sentido, a influência do conceito de raça social produz problemas ligados ao fenótipo e à cor de pele dos grupos sociais. Deságua em abordagens preocupadas com mestiçagem e hibridismo cultural, que dificultam a compreensão da especificidade da realidade social dessa população afrodescendente. E dificultam o entendimento do racismo como um problema social e, derivando desta, a explicação das desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais vivenciadas pelas populações afrodescendentes. O paradigma de africanidade e afrodescendência, fundamentado na história social, resolve em parte os problemas conceituais, com aplicabilidade para o estudo do espaço urbano e das políticas do estado. Neste artigo, são apresentadas a discussão conceitual e a exemplificação da aplicação nas cidades do Recife/PE e de Salvador/BA.

Palavras-chaves: Bairros negros; Cidades negras; População negra; Desigualdades sociais.

1 INTRODUÇÃO AO PROBLEMA CONCEITUAL

As lutas e os movimentos sociais das populações negras são inerentes à história do Brasil. Na esfera da produção acadêmica, o reconhecimento dessas manifestações surgiu a partir das abordagens de Guerreiro Ramos, nas décadas de 1940-1950 (Oliveira, 1995), e de Clóvis de Moura, nas décadas de 1960-1970 (Moura, 1990), ambos intelectuais com ampla inserção nos movimentos negros.

Guerreiro participou do Teatro Experimental do Negro, no Rio de Janeiro - em São Paulo, havia lugar semelhante, mas com dinâmica cultural muito distinta -, e foi colaborador do jornal *Quilombo*. Já Clóvis frequentou uma série de entidades de São Paulo, dentre elas, o Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan) e a Associação Afro-brasileira da Educação, Cultura e Preservação da Vida (Abrevida) (Cunha Junior, 1992).

O primeiro desenvolveu estudos no campo da sociologia e preocupou-se com a renovação da sociologia brasileira, focada em problemática específica, cujo ponto foi a redefinição do negro como parte majoritária do povo brasileiro. Propôs, como questão à parte, o estudo do branco no Brasil e suas patologias como grupo dominante (Oliveira, 1995).

Clóvis de Moura, por sua vez, tratou da história e da sociologia do Brasil, na perspectiva da análise marxista, adaptada à historiografia brasileira. Enfatizou a contradição fundamental do negro escravizado em oposição ao branco escravizador e integrou a perspectiva capitalista ao racismo como forma de dominação.

Os movimentos sociais da população negra, no período pós-abolição, possuem destacados marcadores de época. Sobressaem, por exemplo, os movimentos dos intelectuais negros de Pelotas/RS, desde 1902 (Santos, 2003); a série de jornais negros, ativos desde 1904, com destaque para o jornal *O Clarim da Alvorada*, em São Paulo; pela renovação do pensamento introduzido no período (Bastides,1973); a existência de uma centena de clubes negros no País (Batista, 2012); e o movimento nacional da Frente Negra, proposto como partido político e extinto pela repressão da ditadura da era Vargas (Domingues, 2008).

Na produção científica acadêmica, os movimentos negros servem de referência importante para vários autores de renome nacional, dentre os quais se destacam Florestan Fernandes (Fernandes, 1978) e Otavio Ianni (Ianni,

1972; 1961); e, nas décadas de 1950 e 1960, Kabengele Munanga (Munanga, 2006) e Petronilha Beatriz e Silva (Silva, 1987; Gonçalvez; Silva, 2000).

Na esfera internacional, a renovação do pensamento sobre a história da humanidade e do combate às desigualdades sociais insere-se nos capítulos do combate ao colonialismo, escravismo e racismo, realizado por africanos e afrodescendentes. A escrita, por africanos, da história geral da África, resulta em sólida contribuição à renovação do pensamento da atualidade, com destaque para trabalhos como a produção de Walter Hodney, Francis Fanon, Amilcar Cabral, Agustinho Neto, NuKruma, Samora Machel, ativistas que, no campo da política, provocaram rupturas com o pensamento ocidental e abriram novos caminhos de reflexão sobre a construção e autonomia das nações no mundo capitalista (Gomes, 2014).

Entretanto, mesmo com essa ampla bibliografia de referência, permanece o debate conceitual sobre a existência e a natureza do racismo antinegro no cenário nacional. Exemplo marcante desse conflito ideológico-acadêmico, com influência na discussão sobre as políticas nacionais de ações afirmativas, é o episódio ocorrido no Supremo Tribunal Federal, em que Kabengele Munanga responde às críticas de Demétrio Magnoli. No debate, setores conservadores, nos campos político e econômico, alinham-se respaldados pela formulação teórica de *Casa Grande e Senzala*, de Freyre (2000), que deu origem à hipótese de existir democracia racial no Brasil, e setores dos movimentos sociais, que exemplificam a realidade das desigualdades sociais entre a população, com base em dados do senso nacional.

Embora o trabalho *Casa Grande e Senzala* (Freyre, 2000) esteja repleto de contradições, com erros acentuados de interpretação da realidade nacional e não contenha nada de inovação sobre as questões sociais brasileiras, como mostram as análises feitas em diversos artigos (Silva, 2010; Leite, 1969; Cunha Junior, 2013), essas não são consideradas, no debate em curso, mostrando o caráter ideológico da pesquisa acadêmica e evidenciando a inexistência da neutralidade na produção da ciência, materializando as propostas de Thomas Kuhn sobre a formação de grupos de manutenção dos paradigmas científicos em oposição aos novos paradigmas (Kuhn, 2009).

O movimento pan-africanista, oficializado em 1900, perpassa o conjunto de ideias e transformações do pensamento entre intelectuais africanos e da diáspora africana (Gomes, 2013). No Brasil, como síntese do legado dos movimentos negros e da pesquisa acadêmica, inseridos no pan-africanismo, é possível indicar vertentes importantes, como Narcimaria Luz, em relação à descolonização do conhecimento (Luz, 2013); Elisa Larkin Nascimento, com o pensamento sobre racismo (Nascimento, 2009); Kabengele Munanga, na relação da identidade negra e política nacional (Munanga, 2006); Henrique Cunha Junior, sobre a estrutura social e dominação ocidental relacionada à população negra (Cunha Junior, 2008). Essas e outras vertentes dialogam entre si com um feixe de ideias tratadas como temas de interesse das populações negras no Brasil.

A vertente de Henrique Cunha, denominada de Africanidades e Afrodescendência, focada em grupo étnico e transcrita num conjunto de 30 trabalhos de doutoramento e mais de 40 de mestrado (Martins da Silva, 2011), iniciou-se na década de 1990, no programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, e influencia os demais grupos de pesquisa sobre o enfoque de Afrodescendência. Maria Auxiliadora Martins da Silva fez, em seu trabalho de doutoramento, um balanço das influências e da expansão do enfoque em epígrafe, na produção em educação no Brasil (Martins da Silva, 2011). Dentro desse enfoque conceitual de Africanidades e Afrodescendências, é que se desenvolve este artigo.

As relações sociais entre a população de origem africana e a europeia, no Brasil, ainda enfrentam problemas epistemológicos e conceituais, que abrangem a classificação de negro e explicam a natureza do racismo. Ainda operacionalizam, em um melhor entendimento, a produção das desigualdades sociais, indo além das explicações clássicas, baseadas apenas na posse dos meios de produção.

Neste sentido, postulamos que, sobre o espaço urbano, sedimentam-se as características do racismo antinegro no Brasil. Os bairros e as cidades negras, entendidos como territórios de maioria de população afrodescendente, são lugares da história nacional onde é constatada a existência de profundas desigualdades sociais, o que acarreta a reflexão sobre a persistência de processos de dominação que impedem o acesso pleno dessa população aos direitos da cidadania e da sua representação tanto na história e cultura nacionais quanto no âmbito das políticas públicas.

Neste artigo, é feito um balanço do uso das Africanidades e da Afrodescendência, dos conceitos produzidos e resultados de pesquisas no campo da educação.

2 A DESQUALIFICAÇÃO SOCIAL DAS POPULAÇÕES NEGRAS

Na formação social do Brasil Colônia (1500-1822), as formas de trabalho, na maioria, eram realizadas pelas populações africanas e por seus descendentes, na condição de trabalho escravizado, semilivre e livre. As populações livres, de origem europeia, sempre mantiveram condições distintas dos modos de vida das populações livres de origem africana. O trabalho, no Brasil, sempre foi sinônimo de atividade escravizada, exercida por negros e mestiços.

A população brasileira do período colonial é majoritariamente negra. Embora a independência não tenha ocorrido com a abolição do escravismo, logo na origem do Império, configura-se uma discussão sobre a futura formação da população brasileira, fortemente influenciada pelo racismo científico tratado na Europa, segundo o qual as características cognitivas e culturais de africanos e descendentes eram consideradas inferiores à dos europeus. Estabelece-se, já em 1825, a ideia da colonização europeia, com predileção pela população alemã.

As políticas imigratórias realizadas desde então proíbem a vinda de populações africanas. A imigração é regida por uma política de ações afirmativas em que os colonos europeus recebem amplo apoio do estado. Política que foi continuada e fortalecida pelos governos da Primeira República (1889-1930). O fluxo imigratório torna-se intenso, trazendo mais de 5 milhões de europeus para o Brasil.

Os imigrantes europeus foram sempre vistos como promotores da cultura civilizada, do progresso e da ordem social. Em contrapartida, as populações de africanos e descendentes estiveram sempre estigmatizadas como indolentes, atrasadas culturamente, e incivilizadas. Por esse motivo, predominava, tanto no Império quanto na República, a desqualificação social da população negra para o trabalho na sociedade em industrialização e sociólogos referem-se à ideia de que a população negra não estava preparada para o trabalho livre.

Também historiadores, como Caio Prado Junior (Prado Junior, 1996), afirmam que a contribuição do negro para a sociedade brasileira não ia além do trabalho braçal. Desvalorizam a participação política nas lutas sociais das grandes rebeliões, na epopeia dos quilombos, no mundo do trabalho, e na importação das tecnologias africanas, formas fundamentais da economia colonial (Cunha Junior,2010).

O reconhecimento da importância das lutas da população negra ocorre somente a partir de 1959, com a publicação do livro *Rebeliões na Senzala*, de Clovis Moura (Moura, 1959). Em suma, a população e a cultura negras sofrem persistente ataque, num processo de desqualificação social. Esse configura-se como a base da produção das desigualdades sociais que envolvem essa população.

Na história do Brasil, o acesso à terra, pelas populações pobres, é questão que se perpetua. As lutas entre o campesinato e o latifúndio estão presentes em todo o processo. Com a lei de 1850, as terras devolutas passam a ser propriedade do estado, e o ingresso à terra fica condicionado à compra ou doação, o que dificulta a entrada das populações saídas do escravismo.

O problema do acesso amplo à terra poderia ter sido resolvido com a aplicação da Constituição de 1988, que garante às populações negras rurais e de quilombos o direito de propriedade. Mas a materialização desse direito passa pelo reconhecimento e pela titulação das terras pelo estado, por isso, num universo de mais de 4 mil quilombos distribuídos por todo o País, apenas 400 foram titulados em todos esses anos. A terra tornou-se acessível às populações brancas, de origem europeia, por serem regularizadas pelas políticas públicas de imigração, mas não ocorreu o mesmo para as populações negras de origem africana. As ações sobre o espaço geográfico e a territorialidade concentram as características das políticas étnicas, relacionadas à população negra, sob o manto de políticas de desenvolvimento e imigração.

Algumas teorias racialistas, que embasaram, em certos momentos da transição do escravismo criminoso e trabalho capitalista, o processo de construção da identidade nacional e o estado moderno brasileiro, são devidas a Oliveira Viana e Silvio Romero. Da autoria de Oliveira Viana, dois livros, *Raça e Assimilação* e *Evolução do Povo Brasileiro*, permitem compreender a concepção racialista da República, visto que o autor desenvolve a ideia de "raça" como fator de "atraso" ou "prosperidade nacional".

Vianna explica a evolução do povo brasileiro a partir de parâmetros como o determinismo biológico e o mesológico. A estrutura social de um povo seria influenciada pela geografia, pelo clima e pelos grupos étnicos. A influência recíproca entre meio e raça produziram as características do povo brasileiro e moldaram a sociedade. Vianna defende a inferioridade da raça negra, e projeta a ideia de "arianização" para solucionar os problemas raciais e sociais. Para o autor, o negro puro é portador de fisionomia repulsiva, comportamentos amorais e deve ser exterminado.

Autores de importância para o debate acadêmico sobre a população negra na atualidade, como Renato Ortiz (Ortiz, 1985) e Lilia M. Schwarcz (Schwarz, 1995), responsabilizam os trabalhos de Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha pela defesa das teorias raciais e ambientais no Brasil. Meio e raça são apresentados como parâmetros no quadro interpretativo da realidade brasileira. Silvio Romero, dentro da sua geração, foi um dos intelectuais a encabeçar o movimento político-intelectual a partir das ideias científicas incontestáveis e pensou o Brasil do ponto de vista dos princípios da biologia, segundo os quais os conceitos de evolução e transformação explicariam todo o organismo social. A nação brasileira foi pensada tendo por base um organismo vivo e a questão racial, aspectos considerados como variantes inquestionáveis para compreender o novo Brasil de sistema político republicano e liberal que estava surgindo em sua época.

Nas áreas urbanas, o primeiro fenômeno é que as relações do mundo agrário se refletem nas cidades, com bairros compostos por populações de proprietários latifundiários e de funcionários e comerciantes ligados a setor de exportação. Portanto, os bairros têm, na sua origem, a partição entre bairros de maioria negra, ou branca, de pobres e ricos. Entretanto, os centros urbanos das cidades antigas brasileiras possuíam, no início do século, uma população de comerciantes e pequenos proprietários negros. As reformas urbanas que ocorrem em todas as cidades brasileiras levam à expulsão da população negra dos centros urbanos, com a consequente instalação nos morros e nas periferias.

A cidade do Rio de Janeiro caracteriza muito bem esse processo, com a Reforma Passos e a transferência das populações pobres e pretas para os morros. As localidades de maioria negra, nas cidades brasileiras, caracterizam-se por áreas sem os serviços essenciais, ou com a prestação desses em tempo tardio. Logo, bairros negros configuram-se numa representação singular das relações sociais entre negros e brancos, com operações, tanto sobre o espaço urbano quanto na geografia rural, produtoras de desigualdades sociais entre a população negra.

Por outro lado, paira sobre a ideologia das relações sociais entre as populações negras e brancas, no Brasil, as questões propostas pela ideia de mestiçagem, na perspectiva de Eduard Glisant, que enfatiza que o problema não é esse, mas o conteúdo ideológico da questão (Glisant, 2006; 2005). Ou seja, pensá-la não como processo biológico, mas como forma que eliminaria a população negra. Para compreender esse pensamento, pode-se trabalhar com os autores que, nos fins do século XIX e início do século XX, prediziam quanto tempo duraria a população negra.

A mestiçagem não produziu a democratização dos poderes econômico, cultural, político e social. Os grupos dominantes denominam-se como brancos de origem europeia, mesmo que assim não o sejam. Nessa seara da mestiçagem, aparece sempre a questão de quem é negro e como classificar os negros brasileiros. As políticas públicas atuais de ações afirmativas têm utilizado o critério de autodeclaração dos atores, o que sempre é motivo de críticas. A linha acadêmica utiliza, contraditoriamente, o recurso de raça social para definir os negros, além da categoria biológica. Tais conceitos confundem-se e esbarram na dificuldade conceitual da existência ou não das raças humanas, exatamente num período em que a biologia abandona essa ideia e a trata como diversidade da espécie.

Também a pesquisa universitária passa pelas crises de como definir e classificar a população como negra. A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como forte operacionalização dos referenciais da geografia humana, trabalha com o conceito de população. Entretanto, utiliza em suas pesquisas para o censo nacional o critério de autodeclaração para as categorias de branco, preto e pardo. Os grupos de movimento negro e os pesquisadores negros trabalham com a classificação de " negro" como a soma de declarados pretos e pardos.

Em nossa proposição do conceito de afrodescendente, ou de negro, visto os dois termos como sinônimos, são populações resultantes dos processos de imigração forçada durante o escravismos criminoso e que sofreram

as desqualificações sociais do capitalismo racista. Trata-se de uma definição de negro baseada na história social brasileira. Da definição, independem os conceitos de raça biológica e social, uma vez que o racismo antinegro é definido como um processo do campo estrutural da história brasileira, que produz desigualdade entre os grupos populacionais negros e brancos. Ou seja, o racismo antinegro é parte de um processo de dominação e existe sem a existência de raças, tanto social como biológica. É uma forma histórica de caráter, de estabelecimento e cristalização de hierarquias sociais. Portanto, o conceito de racismo antinegro independe do termo raça.

Na construção conceitual de Africanidade e Afrodescendência, retomamos o conceito de unidade cultural africana na diversidade de Diop (Diop, 1979). Assim, a Afrodescendência faz parte do processo diaspórico da diversidade africana, que tem como origem uma história e uma cultura comuns, africanas, na sua remota origem das civilizações dos vale do Nilo, passando pelas diversas migrações e transformações, dentro do próprio continente africano e fora dele, na diáspora, conversando, portanto, nos vetores da matriz africana, resultando sempre na manifestação de fenômenos diacríticos distintivos das demais culturas indígenas, asiáticas e europeias.

Nesse processo conceitual, cabe retomar os conceitos de ocidente, "civilização ocidental", e de eurocentrismo. Respectivamente, o ocidente é visto por Bernal (Bernal, 1991) como um processo também ideológico e de dominação no campo da geopolítica, produzido nos séculos XVII e XVII. Esse, como produto greco-romano, é submetido ao forte questionamento, no livro *Black Atena*, de Martin Bernal (Bernal, 1991). Para Bernal, a Grécia como povo, o grego como língua, resultam do entrecruzamento de povos, línguas e culturas. A construção do conceito de ocidente é dependente do artefato de civilização ou cultura grega como nascedouro das ideias.

Essa formulação é também fortemente desconstruída no livro *Stolen Legancy*, de autoria de George G. M. James (James, 2009), em que o autor demonstra a ancestralidade da cultura egípcia e a importação dos seus conceitos gregos. As afirmações deste último autor são referendadas com mais informações no livro de Theophile Obenga (Obenga, 2005; 1990). Essas são fundamentais para a compreensão das formulações do eurocentrismo como ideologia de dominação e do racismo como parte desse programa geopolítico, cuja visão parte da ideia do corpo científico da Europa como centro da produção do conhecimento da humanidade.

A formação dos pesquisadores e da pesquisa brasileira é eurocêntrica e a compreensão desse pensamento favorece uma autocrítica do pensamento brasileiro sobre as relações históricas entre as populações africana e europeia, nas Américas, e abre a possibilidade de um compreensão ampliada do lugar do racismo antinegro na produção das desigualdades sociais.

Outrossim, a formação de bairros negros, pensados como territórios da maioria da população, e de cidades negras, introduz nova perspectiva no sentido do estudo e da compreensão das relações sociais dessas massas e do entendimento da operação do racismo antinegro como processos estruturais da sociedade brasileira e formatadores das desigualdades sociais vividas pela populações negras no Brasil.

Cabe ainda ampliar o entendimento histórico da formação das cidades brasileiras. Em muitas delas, há comunidades negras rurais, em quilombos, ao longo dos cursos d'água e estradas. As origens em populações negras são ampliações do conceito de bairros negros. As estruturas tanto de um quanto de outro traduzem as relações sociais brasileiras, decodificam o racismo antinegro e permitem uma interpretação nova sobre a produção da desigualdade social entre populações negras e brancas na sociedade brasileira.

3 A PESQUISA NO TERRENO DA AFRICANIDADE E AFRODESCENDÊNCIA

Nesta esteira de pensamento, os movimentos sociais da população negra brasileira datam do início do século e fixaram o protesto em torno dos preconceitos, discriminações e racismo, sem precisar os conceitos de maneira adequada.

As populações negras, ao longo da história brasileira, sempre formaram bairros negros, pois, em decorrência do escravismo, as populações trabalhadoras eram compostas de africanos e descendentes (Gomes, 2006). Esses bairros sempre foram fatores de políticas públicas de desestabilização das condições de vida dessas

populações, como são os exemplos da Colônia Africana, em Porto Alegre/RS (Sommer, 2005), e da formação do Bairro Negro do Laguinho, em Macapá/AP (Videira, 2005). Entretanto, nem os movimentos negros e nem a teoria social, até 1970, se deu conta da importância dos bairros e das cidades negras para a compreensão das relações sociais.

Na pesquisa acadêmica, muito se discutiu sobre a existência ou não do racismo no Brasil, nas décadas de 1950 a 1970 (Maio, 1998; 1999). Os trabalhos desenvolvidos pelo grupo da Universidade de São Paulo (USP) e de Costa Pinto, no Rio de Janeiro, constataram a existência do racismo, entretanto, o pensaram como parte do capitalismo tardio (Florestan, 1964; Pinto, 1998). Pensavam que o racismo, como herança do sistema escravista, desapareceria, com o aperfeiçoamento da força capitalista, e seriam mantidas apenas as relações de produção puras.

No campo da teoria crítica, Clovis Moura (Moura, 1959; Moura, 1990; Oliveira, 1995) inaugura as proposições da relação entra lutas de classe e a especificidade de população negra. Pensando o escravismo como a oposição entre escravizados negros e escravizadores brancos, esse consegue articular o racismo antinegro à questão da produção. Nessa esfera acadêmica, foram ignorados os trabalhos de Guerreiro Ramos, pioneiros com relação ao seu tempo. A pesquisa acadêmica somente em 1990 passa a reconhecer e revisar a produção de Guerreiro nas décadas de 1940 e 1950.

As teorias marxistas no Brasil começam a se preocupar com a família operária em 1970. Carmem Macedo (Macedo, 1979) introduz a reprodução das desigualdades sociais tendo a família como fonte. A família operária é tratada como mecanismo estrutural responsável pela inserção das pessoas na totalidade sociocultural. Essa abordagem abre espaço para o estudo das condições de moradia e dos bairros operários. Entretanto, a cultura acadêmica marxista deixa de apreciar os notáveis trabalhos da escritora autodidata, Carolina de Jesus (Jesus,1960) , com seu famoso livro *Quarto de Despejo*. Essa negra, vinda da sociedade rural de Minas Gerais, migra para São Paulo, local em que trabalha como empregada doméstica, como moradora de favela e catadora de papel para revenda. Narrando a própria vida, faz ampla análise dos processos de reprodução das desigualdades sociais, tendo como foco os bairros favelados e de população negra pobre.

A ausência da preocupação dos teóricos contemporâneos do marxismo com a população negra e com os racismos sofridos por essa população, pode ser considerada tema de debate antigo. Um dos momentos importantes desse debate refere-se ao período das independências africanas, nas décadas de 1960 e 1970. Verifica-se o teor do debate em artigo de Martin e Cohen (Martin, Cohen, 1980) quando consideram a discussão de "raça negra" como descontinuidade na teoria marxista. Uma ausência que produzia reflexos importantes nas políticas públicas e compreensão do racismo, com reflexo na discussão do colonialismo africano e dos processos de descolonização. A relação entre colonizados e colonizadores não é apenas a de posse dos meios de produção, mas envolve a subjetividade da cultura africana em relação à europeia. Conclui-se, portanto, que o marxismo é necessário, mas não suficiente para a compreensão das relações sociais, econômicas, políticas e culturais estabelecidas entre os grupos sociais de africanos e descendentes na diáspora com relação aos grupos sociais eurodescendentes.

As referências teóricas e metodológicas dos estudos de história passaram por renovação devido à influência da Escola dos Annales (Burke, 1992) e de Thompson, quanto à escrita de micro histórias particulares dos grupos subalternos na sociedade (Martins, 2006). Abriu-se, assim, um universo importante para o estudo da história dos grupos da população negra. Por outro lado, a história geral da África produziu a inovação da escrita pelos membros dos grupos sociais de interesse e com novas metodologias, incluindo novas formas documentais, como o depoimento oral (Unesco, 2010).

As noções de cidadania e de direitos sociais consolidam-se na sociedade brasileira com a Constituição de 1988. Na Carta Magna, é pensada a existência de movimentos sociais com base nos movimentos urbanos surgidos a partir dos anos 1960. O conceito de movimento social é fundamental para a compreensão do processo de luta pelos direitos sociais. Todavia, na história do Brasil, os movimentos sociais da população negra existem desde a abolição do escravismo criminoso no País e não se ajustam à formulação de movimentos sociais dada por Gloria Gohn (Gohn, 2011), que tem servido de base para o pensamento sobre as relações sociais no Brasil contemporâneo. Uma lacuna do pensamento social brasileiro é desconsiderar a história dos movimentos negros e suas especificidades dentro do conjunto dos movimentos sociais.

O reconhecimento oficial da existência de problemas estruturais nas relações sociais entre a população negra e branca surge apenas em 1995. Como resultado de um movimento de mobilização social sobre as relações raciais que culmina com grande marcha sobre Brasília/DF, em 20 de novembro de 1995, em que se reuniram mais de vinte mil pessoas na Esplanada dos Ministérios. O governo brasileiro, então, reconhece a existência de racismo no Brasil e desenvolve estudos com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para obter comprovações quantitativa e qualitativa. Mesmo assim, essa declaração oficial não é assimilada pela pesquisa universitária e permanecem os pontos ideológicos de conflito até os dias atuais. Nesse amplo conjunto de mudanças epistemológicas e teórico-metodológicas sobre as possibilidades de inserção da população negra na história do Brasil, de forma específica, e considerando existência do racismo antinegro, é que se desenvolve a abordagem da Africanidade e Afrodescendência.

O conceito de Africanidade é fundamentado no trabalho de Cheika Anta Diop (Diop, 1979), um dos teóricos do Pan-africanismo, que retrata a "unidade cultural africana na diversidade", o que pode ser pensado no Brasil. Existe imensa diversidade africana, mas tem pontos de generalizações referenciais que partem da história do Egito antigo na constituição das nações negras modernas. A unidade possui também a diáspora africana, como parte impulsionadora da diversidade. Assim, as populações negras nas Américas produzem história e cultura que fazem parte da diversidade histórica africana.

O espaço geográfico, na concepção de Milton Santos (Santos, 1965; 2003; 19885), é parte estrutural da formação nacional e resulta das relações sociais estabelecidas entre os grupos sociais, ao longo da formação histórica. Pensando o dado geográfico com os dados históricos e culturais da Africanidade, e lhe dando um caráter de população negra, é que se obtém a referência teórico-metodológica da Africanidade e Afrodescendência. Nesse sentido, propõe-se pensar os afrodescendentes como coletivos, abstraindo o caráter individual de como era visto "o negro" e as denominadas relações raciais. Define-se a população negra como grupo social específico quanto à cultura e às relações socais, todavia, não homogêneo, com variações de lugar para lugar, resultantes das imigrações forçadas. Os africanos sofreram a experiência do escravismo criminoso e do capitalismo racista, sistemas de dominação que contêm as particularidades da formação histórica do Brasil. Nessa perspectiva, a população negra tem o sentido histórico geográfico, fugindo da categoria de raça.

Trabalha-se o conceito de racismo antinegro como mecanismo da sociedade capitalista, das sociedades de origem escravista, de formulação que ocasiona distribuição desigual de bens sociais, poder político, uso da cultura e participação na economia. O racismo antinegro forma uma simbiose com as categorias econômicas no sentido de determinar o lugar da população negra na sociedade brasileira. O racismo antinegro é uma categoria estrutural da formação histórica brasileira, que permite compreender a especificidade das relações sociais vividas pela população negra, que se insere num processo universal da dominação ocidental sobre a África e as populações africanas na diáspora. Sobre formulação do conceito de dominação ocidental, é seguida a formulação dada por Martin Bernal (Bernal, 1991).

A maturação dos conceitos de bairros negros, Afrodescendência e territórios de maioria negra ocorre numa sequência de trabalhos que se inicia em 1987, em estudo financiado pela Fundação Ford sobre Velhos Urbanos de Cidade de São Carlos/SP (Cunha Junior, 1987).

Nesse estudo inicial, foi comparado o desempenho educacional das famílias negras, que permaneceram no centro branco da cidade e as que migraram, em decorrência das políticas urbanas, para as periferias. Embora não existissem diferenças de renda entre as famílias, os velhos urbanos obtinham melhor desempenho educacional chegando ao ensino superior. O diferencial de desempenho educacional se explica, no estudo, devido à qualidade de escola para quem permaneceu nas áreas centrais, que se tornaram de maioria de população branca.

O desenvolvimento dos conceitos ocorre em cinco trabalhos de dissertação de mestrado. Quatro deles realizados em programas de mestrado na cidade do Recife/PE (Ballestero, 1998; Raimundo, 2003; Josefa, 2000; Cunha, 1999), em finais da década de 1990, e o de maior importância quanto à sistematização teórico-metodológica, foi realizado na cidade de Fortaleza/CE e concluído em 2005 (Videira, 2005).

Para o desenvolvimento do conceito de Afrodescendência, foi importante o estágio no Centro de Africana Studies na Universidade de Cornell (EUA), em 1992, onde foi possível estudar os conceitos de raça em profundidade e desconstruir a sua validade como fonte de racismo antinegro. Nos trabalhos do Recife, devido

ao envolvimento com áreas de Serviço Social, é que se desenvolveu o estudo da desigualdade e do racismo antinegro como um problema estrutural da sociedade brasileira.
Os conceitos de cidade e bairro são formulações que constituem unidades espaciais político-administrativas que demarcam a existência do poder público e das relações estabelecidas por esse. As unidades ordenam, disciplinam e racionalizam o espaço urbano. No entanto, o conceito de bairro também pode ser trabalhado com suporte no conceito de território demarcado por fronteiras simbólicas, sujeito da disputa entre os diferentes grupos sociais e o poder público.
Os lugares e os tempos históricos dos bairros e das cidades são fundamentais na formação das identidades coletiva e individual dos habitantes. São parte do patrimônio cultural dessas pessoas, condicionando de forma significativa as expectativas e possibilidades de vida. Quando tratados como bairros ou cidades de maioria negra, permitem preencher, de certa maneira, a descontinuidade na teoria marxista apontada por Martin e Cohen (Martin, Cohen, 1980).

4 A PRODUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL PELO ESPAÇO HABITADO

Com base na pesquisa empírica, nos últimos 5 anos, estudamos bairros da cidade de Salvador/BA (Barros, 2014). Uma cidade negra, que no censo do IBGE consta com 70% da população composta de negros e focalizamos quatro bairros de maioria negra: Bom Juá (Barreto, 2012), Mata Escura (Damião, 2007), Plataforma (Barreto, 2013), Itapuã (Divino, Luz, 2015). Os trabalhos de pesquisa abrangeram a área de Educação, com os três primeiros realizados na Universidade Federal do Ceará (UFC) e o quarto na Universidade Estadual da Bahia (Uneb).
O bairro do Bom Juá situa-se no quilômetro 2 da BR-324, ladeado pelos bairros da Fazenda Grande e de São Caetano, distando 20 km do centro da cidade. Bairro distante da orla marítima, tem os limites demarcados por seu posicionamento no interior de um pequeno vale, de ríspidos declives. Sua mais antiga invasão é datada de 1940, quando parte da Rua Direta e seus arredores eram utilizados como horta e havia poucas e precárias habitações.
Na década de 1950, com o início da construção de maneira mais sistemática, é dividido em lotes por um proprietário, mas o outro espaço é invadido e são construídas cabanas de palha. Em 1960, outra área é colocada à disposição da prefeitura para a construção de dois edifícios de utilidade pública: a Escola e a sede da Sociedade do Bairro, que serviu de abrigo para os sem-teto vítimas do incêndio do antigo Mercado de Água de Menino. O bairro apresenta alta densidade populacional e 90% de população negra, caracterizada pela organização importante de movimentos sociais sob influência do sistema de educação; dentre os bairros pesquisados, é o de maior identidade cultural negra.
Mata Escura recebe esse nome por ter se originado em lugar distante e de cerrada Mata Atlântica. Em início do século XX, ali foram instalados importantes terreiros de Candomblé - o Terreiro Bate-Folha e Casa de Oxumaré, hoje tombado como Patrimônio Histórico Nacional, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Na década de 1930, constatava-se a formação de núcleos de povoamento com vários casebres, e foi o primeiro bairro a iniciar a expansão interiorana de Salvador. Ainda na década de 1930, foram construídas, para o abastecimento da cidade, as represas do Prata e da Mata Escura, no Rio Camurujipe, que o corta. Na década de 1950, foi ali erguida a penitenciária Lemos de Brito, ainda hoje o maior presídio do estado. Com o intenso crescimento populacional de Salvador, a Mata Escura foi objeto do avanço urbanizador, recebendo diversos conjuntos habitacionais nos anos 80, e também foi local de muitas invasões.
O bairro de Plataforma é de povoamento inicial muito antigo e está situado no Subúrbio Ferroviário. Banhado pelas águas da Enseada do Cabrito e da Baía de Todos os Santos, o bairro possui visão privilegiada da Cidade Alta, Ilha de Itaparica, Ilha de Maré e Ribeira. O nome Plataforma surgiu por causa de uma fortificação do século XVI que existia onde, hoje, está a fábrica São Braz. Outra fábrica que compõe a história de Plataforma é a União Fabril, que contribuiu para o povoamento do local, até o século XX. A organização operária é muito importante e, ao longo dos anos, houve empobrecimento do bairro devido às crises econômicas.

Itapuã é bairro de praias distante do centro da cidade cerca de 25 km. Situado após o bairro de Piatã, faz limite com o Bairro da Paz, antiga invasão denominada Malvinas e que apresenta muitos problemas sociais. Faz ainda divisa com os bairros de Stella Maris e São Francisco, áreas de grandes condomínios modernos, de maioria eurodescendente. No bairro se localiza um ponto turístico, a Lagoa do Abaeté, que é símbolo da cidade. Ao redor da lagoa, foi criado, em 1993, um parque metropolitano de preservação ambiental. Trata-se de um bairro de pouca densidade populacional, se comparado aos outros bairros estudados e, portanto, com menor índice de problemas sociais e violência urbana. Apenas 60% da população é negra e apresenta muito estrangeiros, devido ao fluxo turístico.

São todos lugares de maioria negra, mas com características muito diversas, com praia interior, áreas industriais e de turismo, fato que a análise baseada no espaço urbano permite observar. Na comparação das pesquisas, todos os quatros bairros apresentam dados relativos ao desempenho dos alunos inferiores à média dos bairros de maioria eurodescendente. Nos bairros de maioria negra, os problemas do ensino de matemática são mais agudos do que nos de maioria branca. Um dos aspectos recorrentes é a falta acentuada de professores dessa especialidade, mais preocupante na região de Plataforma. A renda média dos bairros negros é 50% inferior à dos bairros brancos e todos os quatro apresentam forte adesão à cultura negra, entretanto com acentuadas nuances.

O Candomblé e a Umbanda estão mais presentes em Bom Juá e Mata Escura e menos em Plataforma e Itapuã. As festas religiosas do Catolicismo de Preto predominam em Itapuã. Os sambas e as festas de origem africana tem forte manifestação nos três bairros, Bom Juá, Plataforma e Itapuã, e menos na Mata Escura. A densidade demográfica é bem maior em Plataforma e no Bom Juá do que em Mata Escura e Itapuã, existindo uma correlação entre os problemas sociais e a demografia, visto que, quanto maior a densidade, maiores os problemas, e menor é a ação do estado. A origem dos bairros também apresenta significativas diferenças temporais. Itapuã originou-se em comunidades pesqueiras, apresenta desenvolvimento recente e com muita influência do turismo. Está situado distante do centro da cidade quase 25 km; é o bairro que apresenta menos problemas sociais. Plataforma é um bairro antigo e teve período de crescimento forte entre 1960 e 1970, visto que possuía melhor infraestrutura urbana, mas que sofreu grande deterioração nas duas últimas décadas. Possui acentuada atividade comercial dentre os demais bairros estudados. Com exceção de Itapuã, todos os três bairros têm dificuldades de equipamentos urbanos, esgoto sanitário, coleta de lixo, e postos médicos. Em todos os bairros, a rede pública escolar é insuficiente, apresenta grande número de pequenas escolas particulares, sem adequada infraestrutura de prédio, funcionando em residências adaptadas.

Com exceção de Itapuã , todos os bairros apresentam marcas da ocupação fundiária. Muitos imóveis com documentação irregular têm dificultado o acesso a benefícios de desenvolvimento urbano. Também não existe firme propósito do poder público em regularizar essa situação. Sempre o investimento público é insuficiente para o número de habitantes. Desta forma, a análise baseada no modelo de bairros negros permite um mapeamento histórico da produção da desigualdade social como também da organização da cultura e dos movimentos sociais.

Verificada a dinâmica urbana dos bairros negros, é importante observar que a cidade está em constante reconfiguração, pela transformação dos bairros (Soster, 2005). Ou seja, o racismo antinegro é dinâmico, dialoga com os movimentos sociais e com os diversos interesses. Os bairros negros estão em constante modificação, sem, contudo, alterar as estruturas de dominação e poder político.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Trabalhar com o conceito de população negra permite qualificar a desigualdade social sofrida por essa parcela da população brasileira, traduzida nos censos nacionais do IBGE, e propicia um acompanhamento através dos anos e décadas. Também demonstra que os problemas específicos da população negra são de natureza estrutural, e não factuais ou de relações sociais determinadas apenas por preconceitos ou discriminações esporádicas. Ao tratar o conceito de população negra com enfoque histórico, fica superada em parte a dificuldade em definir negro como raça biológica ou social. Delimita a característica estrutural das relações sociais brasileiras quanto

às populações denominadas como negras e brancas. Permite pensar essas relações sociais como um problema de natureza estrutural da formação histórica brasileira, advindo das relações entre africanos, afrodescendentes, europeus e eurodescendentes, ao longo de toda a história brasileira.

Pensar o racismo antinegro como uma forma de dominação, na sociedade brasileira, produz um argumento plausível para compreender a forma como foi produzida e mantida a desigualdade social entre as populações denominadas negras e brancas na sociedade brasileira. No entanto, ao adentrar na aparente contradição de racismo antinegro, não se tem a relação com o conceito de raça e sim com as ideologias de dominação.

O pensamento do marxismo contemporâneo e as relações sociais brasileiras, nos termos propostos em Africanidades e Afrodescendência, levam a retomar um debate da *Revista Presenç̧e Africaine*, na qual as questões tidas como raciais são apresentadas como descontinuidade na teoria marxista.

As populações vivem em bairros e cidades, neles constituem suas identidades sociais e histórias de vida. Pensar as relações sociais com base no espaço geográfico, considerado consequência da história e da forma como os grupos sociais se relacionam, permite traduzir com nomes de rua e número de casas as relações sociais entre populações tidas como negras e brancas na sociedade brasileira.

Fica retratada, na concretude dos bairros das cidades, a desigualdade entre os grupos sociais. O espaço urbano possibilita nova leitura das relações socais e também nova compreensão das operações do racismo antinegro na produção das desigualdades sociais. No entanto, possibilita outra hipótese sobre o capitalismo racista. Talvez esse tipo de capitalismo não aperfeiçoe necessariamente apenas o capital mas as relações de dominação entre a população considerada negra e branca da cidade.

Tanto do ponto de vista epistemológico, quanto do conceitual e metodológico, a abordagem das relações sociais, a partir do espaço urbano, caracterizado como bairros negros e cidades negras, e das inscrições, nesses, de populações negras, traduz-se num caminho alternativo e inovador, tanto para entender a dinâmica das cultura negras , como também da relações sociais, políticas e econômicas. Pode-se pensar como ferramenta conceitual para um mapeamento quantitativo e qualitativo da produção das desigualdades sociais e contextos específicos.

6 BIBLIOGRAFIA

BASTIDE, Roger (1973), "A imprensa negra do Estado de São Paulo". In *Estudos Afro-brasileiros*, São Paulo: Perspectiva, pp. 129-156.

BALLESTEROS, Gloria Patricia Lerma (1998), *Lei dos 70*: *Análise dos Resultados Político- Ideológicos do Processo de Negociação entre o Estado e o Movimento Social Afrodescendente da Colômbia*. Dissertação de mestrado em Serviço Social, Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

BARRETO, Rosivalda dos Santos (2012), *Patrimônio Cultural, Infância e Identidade no Bairro de Bom Juá*: *Salvador/Bahia*. Dissertação de mestrado em Educação, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Henrique Antunes Cunha Junior.

_____. (2013), *Bairros Negros, Educação e Cultura – Plataforma e Bom Juá*. Qualificação de doutoramento, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Henrique Antunes Cunha Junior.

BARROS, Fernanda Lícia de Santana (2014), *Salvador e suas Influências Bantu*: *As Fusões Culturais que se Aprende e Ensina no Registro da História e da Memória*. Dissertação de mestrado em Educação, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Henrique Antunes Cunha Junior.

BATISTA, Rita de Cássia Souza Feliz (2012), *Clube Social Elite da Raça Negra - Juiz de Fora 1900-1970. Espaço Urbano, Memória e História da População Negra*. Qualificação de doutoramento, Fortaleza:

Universidade Federal do Ceará, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Henrique Antunes Cunha Junior.

BERNAL, Martin (1991), *Black Athena*. New Jersey: Rutgers University Press.

BURKE, Peter (1992), *A revolução francesa da historiografia*: *a Escola dos Annales (1929-1989)* (trad. Nilo Odália), São Paulo: Unesp.

COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. (1998 [1953]), *O Negro no Rio de Janeiro*: *Relações de Raças numa Sociedade em Mudança*. Rio de Janeiro: UFRJ.

CUNHA JUNIOR, Henrique (1987), "Velhos urbanos de São Carlos: um estudo de famílias negras, espaço urbano e educação". *Relatório de Pesquisa*, São Carlos: Fundação Ford.

_____. (2003), "Críticas ao pensamento das senzalas e da casa grande". *Revista Espaço Acadêmico*, 150, nov., p.1.

_____(2008), "Racismo antinegro, um problema estrutural e ideológico das relações sociais brasileiras". In *Política Democrática*. *Revista de Política e Cultura*, Brasília/DF: Fundação Astrogildo Pereira.

_____ (2013-2), "Educação, afrodescendência e territórios de maioria negra". In A. F. Garcia, A. Garcia Junior (org.), *Relações de Gênero, Raça, Classe e Identidade Social no Brasil e na França*, Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 1, pp. 208-220.

_____(2010), *Tecnologia Africana na Formação Brasileira*. Rio de Janeiro: Ceap.

CUNHA, Lidia Nunes (1999), *Educação, Modernização e Afrodescendentes*: 1920-1936. O Estado de Pernambuco. Mestrado em educação, Recife.

DAMIÃO, Flávia de Jesus (2007), *Pés no Chão, Olho no Horizonte*: *Primeira Infância, Afrodescendência e Educação no Arraial do Retiro*. Dissertação de mestrado em Educação, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Fundação Ford. Orientador: Henrique Antunes Cunha Junior.

DIOP, Cheikh Anta (1979), *Nations nègres e culture*. Paris: Editions Présence Africaine.

DIVINO, Jackeline Pinto do Amor, LUZ, Narcimaria (2015), "Itapuã - histórias e memórias de uma territorialidade negra na Bahia". In H. Cunha Junior (org.). *Bairros Negros e Cidades Negras*. Fortaleza: UFC, (no prelo).

DOMINGUES, Petronio (2008), "Um 'templo de luz': frente negra brasileira (1931-1937) e a questão da educação". *Rev. Bras. Educ*. 13 (39), **Rio de Janeiro**, sept./dec.

«http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782008000300008».

FLORESTAN, Fernandes (1964), *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. Tese de livre-docência, São Paulo: Universidade de São Paulo (USP).

FREYRE, Gilberto (2000), *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record.

GLISSANT, Édouard (2006), *Não Há Fronteira que Não se Possa Atravessar* (trad. Wanda Caldeira Brant), Le Monde Diplomatique, out.

_____ (2005), *Introdução a uma Poética da Diversidade* (trad. Enilce Albergaria Rocha), Juiz de Fora: UFJF.

GOMES, Fábio Florenço (2013), *Pensando as Propostas Político-Pedagógicas da Coleção História da África (Unesco) e as Ações Atuais de Ensino em Cabo Verde e Brasil*. Dissertação de mestrado em Educação, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Henrique Antunes Cunha Junior.

GOHN, Maria da Glória (2011), "Movimentos sociais na contemporaneidade.universidade". *Revista Brasileira de Educação*, 16 (47), maio-ago.

GOMES, Flavio dos Santos et. al. (2006), *Cidades Negras. Africanos e Criolos e Espaços Urbanos no Brasil Escravista – Século XIX*, São Paulo: Campanhia das letras.

GONÇALVEZ, Luiz Alberto, SILVA, Petronilha (2000), "Movimento negro e educação". *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, 15 (15), pp. 134-158.

IANNI, Otavio (1972), *Raças e Classes no Brasil*.

JAMES, George G. M. (2009 [1954]), "Stolen Legacy: the egyptian origins do western philosophy. University of Arkansas". *The Journal of Pan African Studies*.

«http://www.jpanafrican.com/ebooks/eBook%20Stolen%20Legacy.pdf».

JESUS, Carolina (1960), *Quarto de Despejo*.

IANNI, O (1961), *O Negro na Sociedade de Castas*. Tese de doutoramento, São Paulo: Universidade de São Paulo (USP) - Localização CAPH: 16A.

KUHN, Thomas (2009), *A Estrutura das Revoluções Científicas* (trad. Carlos Marques), Lisboa: Guerra & Paz, 2009, 288pp.

LEITE, Dante Moreira (1969), *O Caráter Nacional Brasileiro*. História de uma Ideologia, São Paulo: Pioneira.

LUZ, Narcimaria Correia do Patrocínio (2013), *Descolonizaç*ão e Educação: *Por uma Epistemologia Africano Brasileira*. Curitiba: CRV.

MACEDO, Carmem Cinira (1979), *A Reprodução da Desigualdade*. São Paulo: Humanismo, Ciência e Tecnologia (Hucitec).

MAIO, Marcos Chor (1998 [1953]), "Costa Pinto e a crítica ao negro como espetáculo". In L. de A. Costa Pinto, *O negro no Rio de Janeiro*: relações de raças numa sociedade em mudança, Rio de Janeiro: UFRJ.

_____(1999), "O projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 14 (41).

MARTIN, Michael, COHEN, Howard (1980), "Late capitalism and race and neo – colonial domination: discontinuities en marxist theory". *Revista Presence Africaine*, 115, Paris, pp. 29-60.

MARTINS DA SILVA, Auxiliadora Maria (2011), *Sociogênese do conceito de etnia negra na educação brasileira*. Tese de doutoramento em Educação, Recife.

MARTINS, Suely Aparecida (2006), "As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson: experiência e cultura". *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2, 2 (4), ago.-dez., pp. 113-126. Disponível em http://www.emtese.ufsc.br, [consultado em 20-11- 2014].

MOURA, Clovis (1990), *As Injustiças de Clio - o Negro na Historiografia Brasileira*. Belo Horizonte: Oficina de Livros.

MOURA, Clovis (1988 [1959]), *Rebeliões na Senzala*. Porto Alegre: Mercado Aberto.

MUNANGA, Kabengele (2006), *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil*: *Identidade Nacional Versus Identidade Negra*. Belo Horizonte: Autêntica.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (2009), *Afrocentricidade. Uma Abordagem Epistemológica Inovadora*. São Paulo: Selo Negro.

OBENGA, Theophile (1990), *African Philosophy – The Pharaonic Period: 2780-330 BC*, Dakar, Per Ankh, 2004 (trad. de l'ouvrage *La Philosophie africaine de la période pharaonique 2780-330 avant notre ère)*, Paris: L'Harmattan.

OBENGA, Theophile (2005), *L'Égypte, la Grèce et l'école d'Alexandrie – Histoire interculturelle dans l'Antiquité – Aux sources égyptiennes de la philosophie grecque*. Paris, Khepera: L'Harmattan.

OLIVEIRA, L. L. (1995), *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: UFRJ.

PRADO JUNIOR, Caio (1996 [1942]), *Formação Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense.

ROCHA, Luiz Carlos (2005), "Salvador, espaço de reprodução da 'globalização perversa': plataforma no centro do debate da cidade (in)visível". In *Diálogos Possíveis*, Salvador, 4 (1), pp. 51-64, jan./jul. 14p. Disponível em http://boletimef.org/biblioteca/1283/Salvador-espaco-de-reproducao-da-globalizacao-perversa-plataforma-no-centro-do-debate-da-cidade-in-visivel, [consultado em: 19- 10-2014].

SANTOS, Milton (1965), *A Cidade nos Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A.

_____ (1980), *A Urbanização Desigual*. Petrópolis: Vozes.

SANTOS, José Antônio dos (2003), *Raiou a Alvorada: Intelectuais Negros e Imprensa - Pelotas (1907- 1957)*. Pelotas: Universitária.

_____ (1985), *Espaço e M*étodo. São Paulo: Nobel.

SILVA, Silvia Cortez (2010), *Tempos de Casa-Grande* (1930–1940). São Paulo: Perspectiva. ISBN: 8527308835

SILVA, Petronuilha Beatriz (1987), *Educação e Identidade dos Negros Trabalhadores Rurais do Limoeiro*. Tese de doutoramento em Educação, Porto Alegre: UFRGRS.

SOMMER, Michelle Farias (2005), *Territorialidade Negra Urbana*: *a Morfologia Socioespacial dos Núcleos Negros Urbanos Segundo a Herança Histórica Comum*. Dissertação de mestrado em Planejamento Urbano, Rio Grande do Sul: Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal.

SOSTER, Ana (2007), *A Cidade se Reconfigura com as Transformações nos Bairros*. Dissertação de mestrado em Geografia, Porto Alegre: PUCRS.

TRINDADE, Liana Silva (2004), "O negro em São Paulo no período pós-abolicionista". In *História da Cidade de São Paulo*: *a Cidade na Primeira Metade do Século 20* (1890-1954), 3, São Paulo: Paz e terra, p. 106.

Henrique Cunha Junior

Formação em Sociologia, Engenharia, História e Economia. Doutoramento em 1983, na França. Pós-doutoramento pela Universidade Técnica de Berlim, em 1985. Diploma de livre-docente pela Universidade de São Paulo (USP), em 1993. Concurso de professor titular na Universidade Federal do Ceará (UFC), em 1994. Professor da USP, entre 1985-1994. Pesquisador sênior e chefe de departamento no Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), entre 1987 e 1994. Especialista em Planejamento Energético, História Africana e População Negra no Brasil. Escritor contista com dois livros publicados. Atualmente, é coordenador do curso de graduação em Engenharia Elétrica, na UFC. Concluiu formação técnica em acupuntura coreana nas mãos pela Escola de Terapias Orientais de São Paulo (Etosp), em 2014.

Gênero e políticas públicas de esporte e lazer no Brasil[1]

Ludmila Mourão[2]
ludmila.mourao@terra.com.br

Aline Laila Gomes[3]
alailagomes@yahoo.com.br

João Paulo Fernandes Soares[4]
joaopaulosoaresufjf@gmail.com

Faculdade de Educação Física e Desportos (FAEFID), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Minas Gerais, Brasil.

Resumo: Este estudo busca identificar e compreender como os discursos relacionados a gênero são materializados nas intervenções pedagógicas, e seus desdobramentos e possíveis reflexos na adesão e permanência dos sujeitos no Programa Segundo Tempo na cidade de Ubá, Minas Gerais. A pesquisa foi de caráter qualitativo, do tipo exploratória. A coleta de dados contou com entrevistas individuais aplicados a um grupo de quinze coordenadores de núcleo. Dos quinze núcleos, quatorze deles tem mais meninos do que meninas envolvidas nas atividades. Os discursos ressaltaram que as tarefas domésticas, a falta de incentivo dos pais e o tipo de atividades interferem na participação das meninas no Programa. Destaca-se a necessidade de aprofundar as discussões do tema.

Palavras-chave: Políticas públicas, Esporte, Lazer, Gênero e Segundo Tempo.

1. Introdução

A desigualdade de oportunidade nas relações de gênero é uma questão que, muitas vezes, não é contemplada nas políticas públicas voltadas para o esporte e o lazer no Brasil o que muitas vezes se reflete nos índices de participação e na adesão da sociedade. O esporte e o lazer, bem como diversas práticas humanas, são espaços generificados e generificadores, em que se produzem e reproduzem representações de feminilidade e masculinidade. (GOELLNER *et al*, 2009). A discussão de gênero é relevante no contexto das políticas públicas, pela força com que interfere na adesão e permanência de crianças e jovens nas atividades de esporte e lazer e pelos desafios e demandas que provoca no interior dos programas. (GOELLNER *et al*, 2010).

---

1 Agradecemos o apoio da CAPES para apresentação deste trabalho no Congresso Luso-Afro-Brasileiro, XII CONLAB, o 1º da AILPcsh, que irá ocorrer na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal, entre os dias 1 a 5 de Fevereiro de 2015.

2 Doutora em Educação Física. Professora Adjunta da Faculdade de Educação Física e Desportos do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Física Associação - UFV/UFJF. Coordenadora do GEFSS/CNPq – Gênero, Educação Física, Saúde e Sociedade.

3 Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação Física, associação Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF / Universidade Federal de Viçosa – UFV. Membro do GEFSS/CNPq – Gênero, Educação Física, Saúde e Sociedade.

4Mestre em Educação Física pelo Programa de Pós Graduação em Educação Física, associação Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF / Universidade Federal de Viçosa – UFV. Professor do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF / Campus Avançado Governador Valadares. Membro do GEFSS/CNPq – Gênero, Educação Física, Saúde e Sociedade.

Com base em uma experiência profissional no Projeto Esporte e Lazer da Cidade, que tem como característica atender todos os segmentos etários, pude observar nas aulas e atividades desenvolvidas com idosos que havia uma predominância absoluta da participação de mulheres. Entretanto quando se tratava das aulas para crianças e jovens, este fenômeno se invertia, os meninos e os rapazes estavam sempre em maioria. As meninas e as moças sempre em minoria me chamavam a atenção. Embora alguns estudos no âmbito das políticas públicas de esporte e lazer, indiquem alguns fatores que possam estar implicados neste contexto, como obrigação com tarefas domésticas, falta de incentivo dos pais, violência urbana e o fato de algumas atividades e conteúdos serem pouco atrativos, observei também que havia muita dificuldade do professor de fazer com que as atividades fossem realizadas em conjunto, independente do gênero.

O Programa Segundo Tempo (PST), que será o foco de nossa pesquisa, é uma parceria do Ministério do Esporte com o Ministério da Educação promovido pela Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEE). Tem como finalidade possibilitar o acesso à prática esportiva e de lazer às crianças e jovens entre 06 e 17 anos matriculados no ensino fundamental e médio dos estabelecimentos públicos de educação do Brasil, principalmente aqueles situados em áreas de vulnerabilidade social.

A partir da relevância desse Programa em nível nacional e especificamente no município de Ubá, no estado de Minas Gerais (MG), no Brasil; em que se desenvolveu a pesquisa, corroboramos com as idéias de Goellner *et al*, (2010) no sentido de ampliar o debate na literatura sobre as tensões presentes para a inserção e permanência das crianças e jovens nas atividades de esporte e lazer contribuindo para aprofundar a compreensão desse processo, os desafios impostos e as alternativas para superar possíveis dificuldades de inclusão de segmentos sociais marginalizados por questões de gênero nas políticas públicas de esporte e lazer.

Desta forma este artigo tem como objetivo identificar e compreender como os discursos relacionados a gênero são materializados nas intervenções pedagógicas, e seus desdobramentos e possíveis reflexos na adesão e permanência dos sujeitos no Programa Segundo Tempo na cidade de Ubá, Minas Gerais (PST/Ubá/MG).

2. Percurso Metodológico

A pesquisa que desenvolvemos é de cunho qualitativo e do tipo exploratória. (BAUER e GASKELL, 2002).

Neste sentido a primeira ação do estudo de campo foi uma aproximação com a coordenadora geral[5] do Programa, que está ligado a Prefeitura Municipal de Ubá/ MG através da Divisão de Esportes da cidade, que integra a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer. Esta declarou interesse em participar da pesquisa assinando a declaração de concordância. A partir da aprovação do projeto no Comitê de Ética da Universidade Federal de Juiz de Fora sob o número 33015514.0.0000.5147, deu-se início a pesquisa.

Os participantes do estudo foram 15 (quinze) coordenadores que são os executores do Programa, representando cada núcleo do PST na cidade de Ubá. Todos os coordenadores atendem as diretrizes do PST, ou seja, tem formação na área de Educação Física. Entre outras atribuições esses coordenadores devem "planejar, semanal e mensalmente, juntamente com os monitores[6], as atividades que estão sob sua responsabilidade e supervisão, levando em consideração a proposta pedagógica aprovada para o projeto". (BRASIL, 2011, p. 20). Além disso, deve "submeter e articular, com o coordenador pedagógico[7], o planejamento feito, com vistas à melhor adequação das atividades ao processo de ensino-aprendizagem dos participantes". (BRASIL, 2011, p. 20).

A coleta de dados se deu através de *entrevista no formato semiestruturado* realizada com cada um dos

5 É o profissional responsável por gerenciar a implementação e a execução das ações. É quem define: objetivo geral do projeto, cronograma de atividades, responsabilidades e recursos, entre outras atividades. Participa de todo o processo de decisão.

6 Preferencialmente, estudante de graduação regularmente matriculado em cursos de Educação Física ou esporte, que já tenha cursado o correspondente à primeira metade do curso.

7 É o responsável por elaborar a proposta de trabalho, definindo objetivos, estratégias e metas de acordo com os fundamentos pedagógicos do PST.

15 coordenadores de núcleos. Estas foram agendadas em locais adequados e horários indicados pelos coordenadores. Os participantes foram esclarecidos sobre os propósitos da pesquisa e autorizaram a gravação, além de assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Aos participantes da pesquisa foi garantido o anonimato e suas identificações serão feitas no decorrer do texto a partir de números de 1 a 15.
Como técnica para tratamento dos dados, utilizamos a análise de conteúdo proposta por Bardin (2009). Realizamos a categorização com o agrupamento dos depoimentos dos coordenadores em categorias a partir de suas semelhanças permitindo assim a análise e discussão dos resultados.
A seguir faremos uma apresentação das características principais do PST e teceremos algumas reflexões sobre Gênero como uma construção social das diferenças**,** que é categoria central de análise da pesquisa e as relações de Gênero e os Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo.

Algumas notas sobre o campo: Programa Segundo Tempo

É um programa estratégico do governo federal, criado em 2003, destinado a democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional, tem como público-alvo crianças, adolescentes e jovens, entre 06 e 17 anos, prioritariamente matriculados em escolas públicas e/ou em áreas de vulnerabilidade social. (BRASIL, 2011).
Os princípios do programa são da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social; do esporte e do lazer como direito de cada um e dever do Estado; da universalização e inclusão social; da democratização da gestão e da participação. (BRASIL, 2011).
Tem como estratégia a implantação de núcleos, por meio do estabelecimento de alianças e parcerias institucionais com entidade públicas e privadas sem fins lucrativos que tenham, comprovadamente, mais de três anos de atuação na área de abrangência do Programa e que disponham de condições técnicas para executá-lo. (BRASIL, 2011). "O núcleo é caracterizado pela composição de um grupo de 100 crianças, adolescentes e jovens que, sob orientação de coordenadores e monitores, prioritariamente de Educação Física e/ou esporte desenvolvem atividades esportivas e complementares". (BRASIL, 2011, p.13).
Essas atividades são ofertadas no contraturno escolar para os beneficiados, em espaços físicos específicos para as práticas esportivas. Podendo estas desenvolverem-se no ambiente da escola ou espaços em comunitários (públicos ou privados); cada beneficiado tem a oferta de, no mínimo, 3 modalidades esportivas (2 coletivas e 1individual) até os 15 anos completos e a partir desta idade, existe a possibilidade de se ofertar apenas uma modalidade esportiva, de acordo com o interesse do beneficiado; a frequência mínima é de 2 vezes na semana, e de 3 horas diárias ou 3 vezes na semana, e de 2 horas diárias. (BRASIL, 2011).
O objetivo geral do programa é democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens em situaçãode vulnerabilidade social. E os objetivos específicos, são:· oferecer práticas esportivas educacionais, estimulando crianças, adolescentes e jovens, prioritariamente matriculadas na rede pública de ensino, a manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral; oferecer condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade; desenvolver valores sociais; contribuir para a melhoria das capacidades físicas e habilidades motoras; contribuir para a melhoria da qualidade de vida (autoestima, convívio, integração social e saúde); e contribuir para a diminuição da exposição aos riscos sociais (drogas, prostituição, gravidez precoce, criminalidade, trabalho infantil e a conscientização da prática esportiva, assegurando o exercício da cidadania). (BRASIL, 2011).
Assim os resultados esperados são divididos em impactos diretos e impactos indiretos. Os impactos diretos são a melhoria no convívio e na integração social; da autoestima; das capacidades e habilidades motoras e melhoria das condições de saúde dos praticantes; aumento do número de praticantes de atividades esportivas educacionais; e melhoria da qualificação dos profissionais envolvidos. E os impactos indiretos são diminuição da exposição dos participantes a riscos sociais; melhoria no rendimento escolar dos alunos envolvidos; diminuição da evasão escolar nas escolas atendidas; geração de novos empregos no setor de educação física e esporte nos locais de abrangência do programa e melhoria da infraestrutura esportiva no sistema de ensino público do País e nas comunidades em geral. (BRASIL, 2011).

Gênero: uma construção social das diferenças

Historicamente o conceito de gênero desestabilizou a afirmação de que homens e mulheres são masculinos e femininos somente pelas diferenças corporais e que estas poderiam justificar desigualdades e lhes atribuir funções e papéis na sociedade.
Autoras como Guacira Louro (1997), Joan Scott (1995) e Silvana Goellner (2009) colocam o gênero como uma construção cultural, isso significa que este está relacionado a diferentes discursos em determinado contexto social e tempo, ou seja, está em constante mudança e não está acabado.
Para Scott (1995. p. 75) "[...] 'gênero' tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens".
Desta forma "gênero" melhor explica o que a sociedade representa sobre masculino e/ou feminino, não se nega a biologia, mas se coloca que o conceito tem referência direta com a cultura não com a anatomia, ou seja, em que pese às diferenças biológicas existentes entre homens e mulheres estão postas outras social e culturalmente construídas.
Nesse sentido, o conceito de gênero é definido como:

> Condição social através da qual nos identificamos como masculinos e femininos. Não é algo natural que está dado, mas é construído social e culturalmente e envolve um conjunto de processos que vão marcando os sujeitos a partir daquilo que se identifica como masculino e feminino. (GOELLNER et al., 2009, p: 11).

A construção do gênero e da sexualidade é um procedimento circunstanciado, sutil e inacabado que acontece ao longo de toda a vida por meio de diversas aprendizagens e práticas escancaradas ou mascaradas que são incentivadas por diversas instâncias e espaços sociais, que têm também o poder de decidir e inscrever em nossos corpos marcas e normas que devem ser seguidas. (LOURO, 2008a).
Louro (1996) lembra que, entendendo gênero fundamentalmente como uma construção social– e, portanto, histórica –, teríamos de supor que esse conceito é plural, ou seja, haveria conceitos de feminino e de masculino, social e historicamente diversos. Essa ideia remete a uma pluralidade o que implicaria admitir não apenas que sociedades diferentes teriam diferentes concepções de homem e de mulher, como também que no interior de uma sociedade tais concepções seriam diversificadas, conforme a classe, a religião, a raça, a idade, etc.; além disso, implicaria admitir que os conceitos de masculino e feminino se transformam ao longo do tempo.
Muitas vezes o não reconhecimento dessa pluralidade leva a reprodução de padrões estereotipados e práticas excludentes em diversas instâncias como na prática do esporte a na vivência do lazer. Com esse cuidado e essa preocupação o PST representa uma inovação, pois, entre outros, discute o tema do Gênero como Fundamento Pedagógico. Neste sentido, construímos nosso interesse em investigar como os discursos relacionados a gênero são materializados nas intervenções pedagógicas, e seus desdobramentos e possíveis reflexos na adesão e permanência dos sujeitos no Programa.

Relações de Gênero e os Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo

Devido a magnitude do PST como política pública nacional de esporte e lazer e o fato de ser um programa estratégico, desde a sua criação este valorizou a formação continuada de seus profissionais, em formato de capacitações. Estas discussões formativas contribuíram fortemente ao longo destes 10 anos para rearticular e realinhar muitos aspectos do Programa. Neste sentido, entre várias ações de capacitação, destaca-se o 1º Ciclo Nacional de Capacitação dos Coordenadores de Núcleo que resultou em 2008 no livro "Fundamentos Pedagógicos para o Programa Segundo Tempo".
Durante o 1º Ciclo de capacitações do PST, foram identificadas algumas lacunas no processo de formação dos profissionais envolvidos no Programa, entre as quais destacou-se a necessidade de revisão e aprofundamento dos fundamentos pedagógicos estabelecidos inicialmente. (OLIVEIRA e PERIM, 2009).
Esse entendimento ficou fortalecido pelas avaliações realizadas nos núcleos pelos membros das equipes

colaboradoras[8] do Programa. Os avaliadores retrataram a diversidade encontrada no PST, seja em relação às condições estruturais, à atuação dos recursos humanos envolvidos, ao conteúdo e às estratégias do trabalho realizado, às características e ao envolvimento dos participantes e, principalmente, em relação aos resultados obtidos junto à comunidade atendida. (OLIVEIRA e PERIM, 2009).

Foi identificada a necessidade de múltiplos olhares para esta realidade ser compreendida e de diferentes estratégias de atuação para dar conta de sua complexidade. Então os pesquisadores envolvidos na rede de universidades do PST foram motivados a promover uma reflexão coletiva acerca dos fundamentos que embasavam a proposta pedagógica do Programa. Essa reflexão ocorreu a partir de um debate sobre os fundamentos da própria Educação Física e do Esporte e sobre o papel que exercem na formação de crianças, adolescentes e jovens. (OLIVEIRA e PERIM, 2009, p. 16).

Na segunda edição do material pedagógico do Programa, foi desenvolvida a nova proposta pedagógica com alguns dos autores iniciais e a participação de outros que se somaram durante o processo. Não foi apenas uma revisão da edição anterior, com a reorganização e/ou atualização dos conteúdos, optou-se pela publicação de um novo material que avançasse em relação à concepção inicial da proposta pedagógica, de forma a adequá-la à realidade do Programa, como também permitisse o aprofundamento de algumas temáticas que se mostraram essenciais no desenvolvimento das ações pedagógicas.

O novo material pedagógico manteve todos os temas trabalhados que eram: Gestão de Projetos Esportivos Sociais; Educação para o Desenvolvimento Humano pelo Esporte; A Cultura Corporal do Movimento Humano e o Esporte Educacional; Aquisição e Desenvolvimento de Habilidades Esportivas: considerações para a prática; A Metodologia de Ensino dos Esportes no Marco do Programa Segundo Tempo; Percepções de Competência, Autoconceito e Motivação: considerações para a prática esportiva; Inclusão, Gênero e Deficiência; Planejamento e Organização para o Programa Segundo Tempo. E trouxe um novo tema "Gênero e Sexualidade" que recebeu um espaço próprio, aprofundando os conceitos e oferecendo possibilidades reais de acolhimento das diferenças. (OLIVEIRA e PERIM, 2009).

A partir de nossas experiências anteriores descritas neste trabalho e da nova proposta do Programa, buscamos identificar e compreender os discursos relacionados a gênero e sua materialização nas intervenções pedagógicas bem como os desdobramentos e possíveis reflexos na adesão e permanência dos sujeitos no PST/Ubá/MG.

3. Resultados e discussão

A análise dos dados será apresentada a partir das *entrevistas* e sua articulação e discussão com o referencial teórico do Programa. A categoria central de análise foi as relações de gênero no Programa Segundo Tempo. Os subtemas foram divididos em: i) fatores que interferem na adesão e permanência das meninas no PST; ii) participação das crianças e jovens nas atividades do núcleo e; iii) dificuldades encontradas pelos coordenadores para inclusão de gênero bem como as estratégias utilizadas para este fim.

Adesão e permanência no PST

Quanto aos fatores que interferem na adesão e permanência das meninas nos núcleos do Programa, os coordenadores na sua maioria, declararam que o gênero do professor não interfere, mas quatro deles ressaltaram que o trabalho em conjunto da professora e do professor ajudou e fez um contraponto.

> [...] eu já trabalhei no (Patronato) e os meninos tiveram resistência e só tinha meninas, mas aqui todos os meninos dançam, apresentam... por que o meu monitor também

8 A equipe colaboradora é uma rede de profissionais composta por professores(as) universitários(as) e acadêmicos(as) de programas de pós-graduação em nível lato e *stricto-sensu*. Possuem a função de contribuir pedagógica e administrativamente com o desenvolvimento do PST em sua totalidade. As ações das equipes colaboradoras vão desde o processo de pensar a filosofia do PST até a avaliação efetiva das ações no cotidiano dos núcleos.

> dança. Então... assim é importante ter um professor e uma professora juntos... e no futsal é a mesma coisa... quando ele não tá... eu dou a aula... me respeitam... às vezes eu que apito o jogo e tem a uma aceitação bem legal. (Coordenador 3).

Já sobre a interferência de fatores externos a aula na adesão e permanência das meninas nos núcleos do PST, a grande maioria, onze coordenadores, apontaram que tarefas domésticas atrapalham no acesso e na permanência das meninas no programa. Além destes, dois coordenadores relataram que muitas vezes os pais não incentivam as filhas a participar do Programa. E ainda dois coordenadores destacaram que a violência nos bairros com alta vulnerabilidade social onde foi incentivado o desenvolvimento dos núcleos do PST, é um fator que atrapalha a participação não só das meninas, mas também dos meninos no Programa.

Goellner et al (2010) em estudos sobre gênero e lazer, observaram que mais da metade das mulheres adultas não realizam qualquer tipo de atividade física, seja para lazer ou para cuidado com a saúde. Neste estudo as mulheres atribuem aos afazeres domésticos o principal motivo que as impede de ter uma atividade física regular, pois com as demandas exigidas no lar não sobra tempo para cuidarem de si e da própria saúde. No nosso caso é perceptível que as meninas desde bem cedo já carregam uma responsabilidade muito grande em relação a estas tarefas domésticas e os pais, ainda corroboram para restringir a participação da meninas, seja pelo excesso de responsabilidades destinado a elas ou pela falta de incentivo a prática de atividades físicas e esportivas no caso do PST.

Outro fator que chama a atenção na fala dos coordenadores é a questão da violência nas comunidades interferir na participação dos beneficiados, sejam meninas ou meninos. Trazemos aqui depoimentos de coordenadores que retratam este problema:

> [...] o que acontecia lá na minha quadra é que ficavam uns adolescentes usando droga e mexendo com as meninas... incomodando as meninas...até comigo também tive problemas, foi até o que me levou a abandonar o projeto antes da hora... por que a gente não tinha policiamento eram adolescentes indo armado pra quadra...se eu falava que hoje é handebol e não ia dar futsal eles me ameaçavam... então com certeza aí as próprias mães ouviam esses acontecimentos que estavam tendo na quadra e começavam também a proibir os filhos de participarem do projeto. (Coordenador 9).

Outro coordenador nos relata o problema das drogas:

> [...]quando a gente começava a aula alguém da rua chamava algum aluno para usar droga e ele queria sair de qualquer maneira e eu não pude ficar retendo ali tive que deixar ir. (Coordenador 15)

Não é nosso objetivo discutir a categoria violência; iremos apenas fazer alguns apontamentos visto que essa categoria emergiu na fala de dois coordenadores como sendo um dos problemas enfrentados para a inclusão dos beneficiados no Programa.

Para pensar políticas públicas de esporte e lazer para as crianças e jovens se faz necessário também ter consciência que estamos lidando com uma multiplicidade de fatores de natureza social, econômica, histórica e cultural. Não podemos deixar de levar em consideração os mais diversos contextos sociais nos quais estão inseridos os jovens.

Daí a necessidade de apresentar políticas públicas que possibilitem práticas socioeducativas, esportivas e de lazer que promovam a cidadania dessas crianças e jovens. Um exemplo dessas políticas é o próprio PST que foi pensado para atender a esta parcela importante da população que na maioria das regiões brasileiras estão em vulnerabilidade social e pessoal.

Em seus estudos sobre como os pais percebem a participação dos filhos no PST Mendes et al (2007) demonstrou que para os pais o PST foi uma ação bastante significativa para os seus filhos, já que constituía ao mesmo tempo possibilidade de acesso a atividades de esporte e lazer e afastamento da "rua". Entretanto, ainda assim, no nosso estudo temos evidências de que a violência está atravessando o Programa e interferindo nas suas ações e finalidades, e fragilizando o mesmo junto aos seus objetivos e a adesão do público alvo.

A violência é um problema social de grande dimensão, que afeta a todos, em todas as faixas etárias. Salum (2009) chama a atenção para a crise no trabalho e a presença da morte na forma da violência urbana, que são duas características presentes no mundo contemporâneo e, especificamente, no contexto da sociedade brasileira, ambas tem dificultado a emancipação dos jovens, principalmente daqueles em vulnerabilidade social.

Para ter um desenvolvimento integral o jovem depende não somente de suas próprias condições, mas, sobretudo, das que sua família, seu grupo e a sociedade, de uma forma mais ampla, lhe proporcionam. E de fato, percebemos que nem todos os jovens terão acesso às mesmas oportunidades que irão conduzir a esse desenvolvimento.

Participação nas atividades do núcleo

A outra temática analisada diz respeito à participação de crianças e jovens nos núcleos e nas atividades do Programa. Entre os quinze núcleos pesquisados, quatorze tem mais meninos e apenas um tem mais meninas. Quatro coordenadores relataram que começaram com turmas cheias de meninas e que no decorrer do Programa as meninas se evadiram. Um desses coordenadores aponta algumas possíveis causas desta evasão.

> [...] o meu núcleo é muito competitivo, os alunos já vem de uma escola, que inclusive era ministrada por mim as aulas, de escolinha de futsal de handebol, um projeto voltado para o esporte, próximo do rendimento, então eles já estão inseridos nesse meio. Fica às vezes monótono, chato para as meninas que não gostam de esporte. O outro problema é as atividades extras da escola que tem atividades voltadas para dança, teatro, artesanato que teoricamente são coisas mais de meninas então por isso esse choque de horário deixou o núcleo mais vulnerável por esse fato. (Coordenador 1)

O esporte ainda é visto como um campo naturalmente masculino e não são feitas reflexões sobre suas desigualdades para a efetiva participação de todos os sujeitos.

Alguns discursos que comumente circulam por várias instâncias sociais, inclusive pedagógicas, justificam as dificuldades de inserção de meninas e mulheres no esporte, porque este seria uma prática mais adequada para homens e como pontuado na fala acima "*as meninas não gostam de esporte*". O esporte é tido como algo viril, que pode colocar em perigo a feminilidade. Essa representação tem promovido consequências prejudiciais, se pensarmos na possibilidade de o esporte ser vivenciado como uma prática educativa, de lazer, saúde e sociabilidade para todos.

A visão de que existem práticas corporais próprias de meninos e de meninas fica evidente nessa fala, percebemos o quanto ainda as atividades são classificadas como de meninas ou de meninos o que impossibilita a diversificação de vivência dos dois grupos, de acordo com o depoimento do professor.

As turmas com mais meninas, geralmente são aquelas com meninas mais novas. De acordo com as falas dos três coordenadores, as meninas quando mais novas se inserem no Programa e quando vão ficando mais velhas elas vão se desinteressando, se afastando e saindo. Essa prática é colocada como sendo um "desinteresse natural", vale ressaltar que muitas vezes os coordenadores de núcleo colaboram para isso, pois alteram a proposta do Programa que é educacional e trabalham com o esporte rendimento o que também estimula a exclusão não só das meninas como também dos meninos com menor habilidade.

Perguntamos também quais os conteúdos/atividades são trabalhadas no núcleo e todos os quinze núcleos trabalham o futsal. Dez trabalham também o handebol, três basquetebol, treze trabalharam com o atletismo como esporte individual, um com a natação e três com dança.

Cinco coordenadores de núcleo deixaram claro que não trabalharam somente as modalidades que foram escolhidas no início do Programa, diversificando o rol de atividades. Um relata a dificuldade de manter dois anos com as três modalidades escolhidas a priori.

> [...] no segundo tempo a gente foi orientado a escolher duas modalidades de esporte coletivo que no meu caso foi handebol e futsal e uma de esporte individual que no

> meu caso foi atletismo, mas no decorrer do projeto, são quase dois anos de projeto ... então se percebe que vai ficando maçante. [...] então além desses que eu citei foi dado *ping-poing* ... foi dado tênis de quadra...a gente baixava rede de vôlei e ... e fazia ... ensinamos pra eles; um pouco de tênis de quadra...foi dado voleibol, xadrez...é tinha muito lá na escola, os meninos gostam muito dessa parte de cybercultura, esses joguinhos de computador e tal...então assim... a gente tentou misturar isso tudo até pra não ficar aquela coisa também cansativo de dois anos futsal... handebol... e atletismo. (Coordenador13).

Um outro coordenador que nos relatou só trabalhar com o futsal, no momento da entrevista, vale ressaltar, que só tinha meninos em seu núcleo.

> É... a gente trabalha com futsal. Com handebol e o atletismo, muito pouco, mais adaptado mesmo... brincadeiras porque como eu mencionei os meninos aqui, os alunos meus, são voltados pro rendimento então a gente acaba também tendo que... entrando no meio que é só futsal só futebol porque se não se perde aluno, porque eles não querem as outras atividades. (Coordenador 1).

Chan-Vianna e Mourão (2009 p.152) ressaltam que "é preciso compreender os fenômenos que vinculam os esportes coletivos de confronto à identidade masculina e, assim, superar o tal *fato cultural* que nos impede de perceber diferentes escolhas das mulheres no mundo do esporte".

O esporte reflete a quem e de que jeito os significados culturais de feminilidade e masculinidade são atribuídos. Ao identificar a masculinidade e a feminilidade, podemos observar como elas operam em polos diferentes e contrapostos. Por um lado, temos aquelas atribuições do corpo feminino como a fragilidade, a beleza e a delicadeza. Por outro lado, temos a virilidade, a força e a agressividade atribuídas ao corpo masculino. Ao identificar o tensionamento das fronteiras de gênero, percebemos que apesar dessas classificações, das restrições e dos cerceamentos, ao longo da história, as mulheres há muito estão presentes no universo cultural do esporte se adequando e resistindo a esse processo e representações.

Perguntamos aos coordenadores se existia predominância de meninos ou meninas em alguma atividade em específico? Dos quinze coordenadores apenas quatro apontaram não haver predominância em determinadas atividades, seja de meninos ou meninas. No futsal a predominância é dos meninos. Na dança já é as meninas. Em modalidades como o voleibol, handebol, e atletismo é bem heterogêneo e até existe uma maior aceitação das meninas.

Goellner (2009) chama a atenção para o fato de que o esporte é identificado como uma prática viril e quando as meninas apresentam um perfil de habilidade e comportamento mais agressivo para o jogo, muitas vezes, sua feminilidade é colocada

em suspeição. Da mesma forma, o menino que não se adapta ao esporte, sobretudo às práticas coletivas, também tem colocada em dúvida a sua masculinidade.

Essas formas de representar os papéis e suas atitudes precisam ser repensadas e questionadas, pois acabam por restringir a experimentação, a inserção e permanência de meninas e meninos nas mais diferentes possibilidades de vivencias corporais e esportivas.

Dificuldades e estratégias para inclusão de gênero

Para análise da nossa terceira categoria que diz respeito às dificuldades encontradas pelos coordenadores para inclusão de gênero bem como as estratégias utilizadas por eles para incluir todos. Perguntamos aos coordenadores se são enfrentadas dificuldades para a inclusão de gênero em seu núcleo e em caso afirmativo, quais dificuldades.

Entre os coordenadores, sete declararam que sim, tinham dificuldades para inclusão de gênero em seus núcleos, as dificuldades apontadas foram: atividades extras na escola, predominância dos meninos e o alto nível de

competição deles; resistência dos meninos para praticarem determinadas modalidades junto com as meninas e vice versa; falta de interesse das meninas e até mesmo dos meninos por determinas modalidades; e as barreiras que os pais colocam para as meninas participarem do Programa.
Seis coordenadores disseram não ter problemas de inclusão de gênero nos seus núcleos. E dois coordenadores disseram que as dificuldades para inclusão nos seus núcleos estão mais relacionadas a habilidade dos alunos do que a gênero.
Neste sentido Sousa e Altmann (1999) ressaltam que:

> Não se pode concluir que as meninas são excluídas de jogos apenas por questões de gênero, pois o critério de exclusão não é exatamente o fato de elas serem mulheres, mas por serem consideradas mais fracas e menos habilidosas que seus colegas ou mesmo que outras colegas. Ademais, meninas não são as únicas excluídas, pois os meninos mais novos e os considerados fracos ou maus jogadores frequentam bancos de reserva durante aulas e recreios, e em quadra recebem a bola com menor frequência até mesmo do que algumas meninas. (p: 56).

O papel que as práticas esportivas assumem em nossa sociedade, ainda constrói, forja e educa identidades a partir de aptidão física e de habilidade motora, promovendo exclusões nas práticas esportivas, fato que é presente no PST. Exemplo disto é a dificuldade que alguns coordenadores encontram para promoverem as atividades em conjunto e a representação classificatória destas mesmas atividades.
É neste contexto que as representações de feminilidade e masculinidade como construções culturais se reproduzem socialmente.
Quanto à falta de incentivo dos pais e as barreiras por estes impostas para a participação das meninas, Goellner (2009) coloca que isso se dá por questões culturais e não naturais. O coordenador que iniciou no programa com seu núcleo cheio de meninas que no decorrer do programa se evadiram, nos fala das dificuldades com os pais das meninas:

> [...] quando começou o projeto eu tinha muitas meninas estava muito legal foi uma coisa diferente porque eu nunca tive tantas meninas fazendo o projeto... o problema foi a continuidade porque os próprios pais colocam barreiras para as meninas fazerem meu projeto e isso é uma questão muito ruim às vezes você quer conversar com o pai e o pai não quer nem conversar com você...é uma questão muito chata às vezes uma menina tá fazendo o projeto, gostando muito e depois a menina até chora porque o pai não quer deixar mais ela fazer, porque isso não é coisa de menina fazer... mesmo ela não fazendo nada demais,estava indo se divertir junto com outras meninas. (Coordenador 11)

Por essa razão acreditamos na importância de incentivar as meninas a participarem do esporte, o que pode ser feito por meio da oferta de atividades, da valorização de sua participação, do reforço positivo às suas performances, enfim, criando estratégias para que elas se sintam desafiadas e motivadas a permanecer nesse espaço e nele desenvolver suas potencialidades. Conversar com os pais/responsáveis também é uma das possibilidades de intervenção para reversão dessa situação em que a discriminação de gênero é negativa para a permanência delas.
Dois coordenadores usam estratégias de flexibilização dos horários para facilitar a participação das meninas nas atividades. O coordenador acima coloca as aulas em horários mais cedo para as meninas poderem participar e depois irem para casa fazer as tarefas domésticas, e, o outro, deixa as meninas chegarem um pouco mais tarde.

> [...] tipo assim... as meninas ajudam a mãe arrumar cozinha... a aula é uma hora aí eu deixo chegar uma e meia, entendeu... porque eu criei regras aqui de horários, de uniforme mas mesmo assim eu falo...que com bilhete pode chegar... então assim permito o atraso das meninas por causa de ajudarem em casa... os meninos não. (Coordenador 3).

Entendemos gênero como a construção social das diferenças sexuais e reconhecemos que são inúmeros os conflitos e as dificuldades dos professores no enfrentamento das questões de gênero presentes na cultura do

esporte e do lazer, pois se trata de valores e normas culturais que se transformam muito lentamente.
As aulas nos núcleos do PST eram em turmas mistas, segundo os coordenadores isso é uma recomendação feita nas capacitações para o trabalho, que os conteúdos sejam trabalhados da mesma forma com meninos e meninas, mas logo adiante veremos que alguns coordenadores separam as turmas e usam estratégias diferenciadas nas aulas com turma mistas.
Quando perguntamos aos coordenadores como trabalhavam os conteúdos com os meninos e meninas, perguntamos também se faziam alguma diferenciação e em caso afirmativo, em que se baseavam essas diferenciações?
Dez coordenadores relataram que trabalham os conteúdos em turmas mistas, todos participando juntos. Um coordenador relata que não separa as turmas por gênero, mas por nível de dificuldade, ou seja, aqueles que tem mais dificuldade recebem uma atenção diferenciada e não participam com os mais habilidosos para não se sentirem constrangidos desestimulados. E dois coordenadores disserem que separam por faixa etária. Para os alunos mais novos as turmas são mistas e para os mais velhos as turmas são separadas. Outro relata que a separação no futsal, mas no handebol todos fazem juntos.
Em seu estudo sobre gênero e lazer Goellner et al (2010) identificaram que o grau de habilidade motora, por vezes associada a gênero, também contribui para a ausência e evasão das pessoas em algumas atividades desenvolvidas nos núcleos do programa.
Eles verificaram que segundo os próprios beneficiados do programa, este fato contribui para o afastamento de interessados menos habilidosos. No estudo citado o professor justifica dizendo que é muito difícil mesclar turmas de voleibol quando os meninos possuem habilidades e força física maior que as meninas. No nosso caso trazemos a fala de um coordenador que justifica a separação das turmas por grau de habilidade:

> Eu não fazia nenhuma diferenciação com relação aos meninos e as meninas, a forma que eu achei mais correta pra incluir esses alunos nas minhas atividades, foi como eu falei antes, era dividir a turma em duas para que os que tinham mais dificuldade não ficassem tão constrangidos com aqueles que tinham mais facilidades nas atividades que eu propunha; eu não separava por menino e menina separava por... como que eu vou explicar... por dificuldade...grau de dificuldade pra execução das tarefas. (Coordenador 6)

Devemos ter muita atenção e cuidado ao fazermos qualquer tipo de diferenciação, às vezes, na intenção de incluir as meninas podemos na verdade estar excluindo- as ou até mesmo os meninos. Conforme afirma Louro (1997), modificar as regras do jogo pode representar uma forma de ajustar o jogo à "debilidade" feminina, mais uma vez consagrando-se a ideia de que o feminino é inferior com base no masculino. Além disso, a exclusão é aí tratada como unicamente de gênero, e aqueles meninos ou meninas excluídos com as regras oficiais continuam a enfrentar o mesmo problema quando as regras são modificadas.
De acordo com Goellner (2009) é necessário pensar que também existam diferenças de habilidade entre os meninos e entre as meninas. Essas diferenças resultam não de uma anatomia distinta, mas, sobretudo, de vivências e experiências de movimento diferenciadas desde o nascimento. Por isso devem ser elaboradas estratégias, a fim de incrementar a participação daqueles(as) considerados(as) menos habilidosos(as) nas atividades.
Ressaltamos aqui que consideramos a discriminação feita pelos dois coordenadores como positiva uma vez se preocupa em ensinar os menos habilidosos, seja meninas ou não, evitando que se sintam constrangidos praticando com aqueles mais habilidosos.
Historicamente a educação das meninas é mais direcionada ao espaço privado do que ao público, diferente dos meninos que desde bem cedo são incentivados a brincar na rua. Por essa razão é necessário pensar em atividades diferenciadas, experiências variadas e em horários flexíveis que estejam adequados ao tempo livre de meninos e meninas.

4. Considerações finais

Cabe ressaltar que as reflexões acadêmicas sobre gênero e políticas públicas de esporte e lazer no Brasil vêm aumentando e se qualificando substancialmente. Tal configuração emerge de um processo histórico de reinvindicações populares pela universalização e concretização dos direitos sociais de acesso às práticas corporais esportivas e de lazer na sociedade brasileira.

Neste sentido, repensar os mecanismos de implementação destes direitos, bem como refletir as possíveis "barreiras culturais" ao acesso dos sujeitos à estas experiências se faz necessário, a partir da constatação que tais oportunidades são balizadas pelo atravessamento de inúmeros marcadores identitários como gênero, classe social, geração, orientação sexual dentre outros.

Nesse aspecto, na atualidade brasileira, o Programa Segundo Tempo (PST) se faz relevante na consolidação do esporte e do lazer como direitos sociais. Os resultados alcançados pelo Programa vão nessa direção, porém o investimento na qualificação e capacitação dos profissionais envolvidos, bem como em ações de monitoramento e na avaliação se fazem necessários, com atenção para as diferentes realidades dos muitos municípios em que o Programa ocorre.

O PST/Ubá corrobora com tal processo, na medida em que o conjunto das ações e os resultados quantitativos e qualitativos revelam um avanço no que se refere à disponibilização de vivência do esporte e do lazer a crianças e jovens. É pertinente ressaltar a existência de desvios didáticos metodológicos das diretrizes do Programa uma vez que em alguns núcleos o esporte de rendimento é priorizado enfraquecendo a possibilidade de participação de meninas e meninos menos habilidosos.

Nesse sentido, este estudo traz reflexões sobre as relações de gênero no PST e ressalta a importância do respeito à diversidade, a aceitação das diferenças e o reconhecimento de cada sujeito, independentemente de marcadores de cor, raça, gênero classe social, entre outros.

Cabe ensejar novas pesquisas para ampliar e qualificar o debate sobre tão relevante e atual temática.

5. Referências Bibliográficas

ALTMANN, H; SOUSA, E. (1999), "Meninos e meninas: Expectativas corporais e implicações na educação física escolar", *Cadernos Cedes*, ano XIX, nº 48.

BARDIN, L. (2009), *Análise de conteúdo*, Lisboa, Edições 70.

BAUER, M. W. ; GASKELL, G. (2002), *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático*, Petrópolis, RJ, Vozes.

BRASIL. Ministério do Esporte (2011), *Diretrizes do Programa Segundo Tempo*, Brasília, DF, Ministério do Esporte.

CHAN-VIANNA, A. J. ; MOURÃO, L. (2009), "A próxima fronteira: notas para uma compreensão das distinções do feminino no esporte", *Revista Gênero*, Niterói, v.10, n.1. p.p.147-168.

GOELLNER, S. V. (2009), "Corpo, Gênero e Sexualidade: educando para a diversidade". In: OLIVEIRA, A. A. B.; PERIM, G. L. (Org.). *Fundamentos pedagógicos do programa Segundo Tempo: da reflexão à prática*, Maringá, Eduem, p.p 75-90.

GOELLNER, S. V.; VOTRE, S. J; MOURÃO, L.; FIGUEIRA, M. L. M. (2010), "Lazer e Gênero nos Programas de Esporte e lazer das Cidades", *Licere*, Belo Horizonte, Editora UFMG, v.13, n.2.

GOELLNER, S. V.; VOTRE, S. J; MOURÃO, L.; FIGUEIRA, M. L. M. (2009), *Gênero e Raça: inclusão no esporte e lazer*, Porto Alegre, Ministério do Esporte, Gráfica da UFRGS.

LOURO, G. L. (2008a), Gênero e Sexualidade: pedagogias contemporâneas, *Pro-Posições*, v. 19, n. 2 (56).

LOURO, G. L. (1996), "Nas redes do conceito de gênero". In: LOPES, M. (org.). *Gênero e saúde*, Porto Alegre, Artes Médicas, p.p 7-18.

LOURO, G. L.(1997), *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*, Petrópolis, Vozes.

MENDES, V. R. et al. (2007), *"Como os pais percebem a participação dos filhos no Programa Segundo Tempo*". In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 15., Pernambuco,anais, Recife, CBCE, Disponível em: http://www.cbce.org.br/cd/resumos/265. pdf»,[Consultado em: 25 out. 2014].

OLIVEIRA, A. A. B. de e PERIM, G. L. (Orgs.). (2009), *Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática*, Maringá, Eduem.

SALUM, M. J. C. (2009), "Juventude, subjetividade e violência". In: NORANHA, V. (org.). *Pensando sobre políticas públicas de lazer para juventudes em contextos de vulnerabilidade social: contribuições a partir de pesquisa em Ribeirão das Neves – Minas Gerais*, Belo Horizonte, Editora, p.p. 13-19.

SCOTT, J. (1995), "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.p. 71-99.

Estado da arte sobre a produção discente sobre imagem do negro no livro didático (2003 -2013)

Tânia Mara Pedrosos Müller
Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense - UFF
Professora do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Relações Étnico-raciais do CEFET/RIO
Pós-doutoranda em Antropologia Social na Universidade de São Paulo - DA/FFLCH – USP
Coordenadora da Equipe editorial da Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros - ABPN
taniamuller@id.uff.br

Resumo: Este estudo apresenta os resultados de um mapeamento da produção acadêmica brasileira, referente as pesquisas acadêmicas sobre Imagem do Negro no Livro Didático, expressas nas Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado produzidas entre os anos de 2003 e de 2013, disponibilizadas nos bancos de dados da Capes, da BDTD, do Domínio Público. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, sobre a qual são empregadas análises de natureza quanti-qualitativa denominada "Estado da Arte". Esta pressupõe a realização de um levantamento bibliográfico da produção e sua seleção, sistematização de informações, definições de categorias analíticas, organização e classificação dos resultados com bases nas técnicas definidas para esta metodologia. O estudo mapeou a produção acadêmica entre os anos de 2003 a2013 para produzir uma cartografia e um panorama histórico sobre o tema ao apreciar essas publicações. Constatamos ao final que o Livro Didático ainda é um importante objeto de investigação e que ao ser colocado como tema de estudo e de pauta de pesquisas acadêmicas evidenciam-no ainda como instrumento pedagógico ideológico e de poder que marca e organiza a cultura material escolar.
Palavras-chave: estado da arte – livro didático – imagem – negro – cultura material escolar – relações étnico-raciais

1. Trajetórias e sentidos de uma pesquisa

Este texto propõe-se a apresentar alguns resultados da pesquisa de Pós-Doutorado, junto ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo (USP), sob a supervisão do Dr. Kabengele Munanga. A pesquisa teve como objetivo realizar o Estado da Arte da produção acadêmica sobre Imagem do Negro no Livro Didático no Brasil nos últimos dez anos (2003-2013).

Entendemos que as pesquisas científicas sobre o negro no Brasil, não considerando as crônicas de viajantes ocidentais dos séculos XVII e XVIII, começaram no final do século XIX com os trabalhos pioneiros de Raimundo Nina Rodrigues. Nos últimos mais de cem anos de produção bibliográfica a temática do negro (Munanga, 2001), invadiu diversas áreas de um conhecimento outrora reservado principalmente à História (tráfico, escravidão, abolição) e à Antropologia (estudo da cultura). As áreas de pesquisa antigamente indiferentes ao tema como a Sociologia, a Psicologia, a Filosofia, a Geografia, o Direito, a Educação e a Pedagogia, entre outras, entraram em cena nos últimos 10 anos, impulsionadas pela demanda social da população negra através de seus movimentos sociais.

Duas leis específicas para atender a essa demanda foram sancionadas respectivamente em 2003 e 2008. Tratam-se das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08. Essas duas leis alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9394/1996, introduzindo nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, com caráter obrigatório, o ensino de História e Cultura do Negro no Brasil, incluindo a história e a cultura da África, o ensino da cultura e da história dos povos indígenas.

Ora, a produção científica de qualidade indiscutível sobre o negro no Brasil existe, e é resultante da pesquisa acadêmica e dos trabalhos de alguns pesquisadores e estudiosos isolados. No entanto, de modo geral, essa produção não repercute imediatamente nas práticas pedagógicas e nas orientações curriculares da educação

básica, na formação docente e sobre os discentes negros brasileiros. Lidamos então, com dois problemas de extrema gravidade no processo de funcionamento das leis citadas: por um lado, a quase inexistência de livros e outros materiais didáticos não contaminados pelos preconceitos raciais e que possam atender às Leis; e por outro lado, a falta de professores e educadores formados numa educação não eurocêntrica e que saibam lidar com a diversidade e a diferença (Munanga, 2005:15-20).

Ambas as dificuldades, ou seja, a extrema escassez de livros didáticos com conteúdo divorciado da historiografia colonial preconceituosa, infelizmente ainda presente no imaginário coletivo das pessoas, associada à falta de preparo dos educadores para lidar, ora com as manifestações preconceituosas entre alunos de origem étnico-racial diferente, ora com a desconstrução do conteúdo de um livro que carrega os preconceitos, devem ser atribuídas à inércia do mito de democracia racial e não aos educadores que também são vítimas da educação eurocêntrica.

Produzir livros didáticos numa perspectiva epistemológica diferente e (re)educar os professores numa visão plural são condições *sine qua non* inseparáveis para fazer funcionar as leis referidas. Outro entrave ao funcionamento das leis vem da resistência dos professores e responsáveis das escolas que ainda presos ao mito de democracia racial se recusam a observar as leis, alegando que não há preconceitos em suas escolas. O que Florestan Fernandes (1957) qualificou como "preconceito de ter preconceitos", que nada é mais do que uma das características do racismo à brasileira. As dificuldades acima apresentadas nos ajudam a pensar em nosso objeto de pesquisa, embora compreendemos ser importante analisar a formação docente, e as resistências preconceituosas que entravam o funcionamento das leis, bem como a produção e análise de livros didáticos.

No entanto, foi nosso objetivo fazer um levantamento e um mapeamento da produção acadêmica sobre Imagem do Negro no Livro didático, visando apreender tanto a quantidade desta produção, como a qualidade e críticas apresentadas pelos pesquisadores sobre os livros didáticos distribuídos pelo governo a estudantes das escolas públicas brasileiras.

Partimos da constatação de que a imagem do negro produzida na historiografia colonial e que ainda persiste no imaginário coletivo, é a mesma imagem negativa e estereotipada veiculada nos livros didáticos brasileiros, ela coloca a questão de saber se essa imagem foi modificada nos últimos dez anos de vigência das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. (Brasil, 2003).

Nos últimos dez anos, o Ministério da Educação Nacional através de sua Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) em colaboração e parceria com a Representação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no Brasil, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR) e a Fundação Cultural Palmares não economizaram esforços para produzir, editar e publicado o "desejado" livro didático. Esforços coletivos e individuais dos Núcleos de Estudos Afrobrasileiros (NEABS) e dos Centros de Estudos Africanos (CEA) e do Estudo do Negro no Brasil e dos trabalhos isolados dos pesquisadores de diversas áreas se somaram à ação dos órgãos oficiais citados para preencher a grande lacuna em questão. Não faltaram francos atiradores e oportunistas do momento que se fizeram passar de "especialistas" para produzir livros didáticos para atender à demanda.

Duas questões inseparáveis se colocam a respeito dessa produção tanto organizada quanto caótica: Primeiro: quantitativamente, a produção desses livros e sua respectiva distribuição atendem suficientemente todas as escolas pública do ensino fundamental e médio do país? Segundo: qualitativamente, essa produção contempla e cobre a diversidade temática do negro no Brasil: história, cultura (religiões, artes, esportes, literaturas, línguas, música, dança, etc.), relações raciais (preconceito, discriminação, racismo, processos identitários, políticas afirmativas, mulher negra, questões psicológicas, etc.), história e cultura da África, etc.? E ainda: o conteúdo transmitido nesses livros didáticos é qualitativamente superior aos livros anteriores às Leis e, consequentemente, capazes de operar uma ruptura epistemológica radical em sua representação da diáspora negra e da África e da história e cultura negra?

Para responder, ou melhor, analisar as questões referentes à quantidade e distribuição, devemos nos remeter ao Programa nacional do Livro Didático (PNLD) sob a responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento em Educação (FNDE) do Ministério da Educação. O FNDE dispõe de um orçamento milionário previsto para a compra de livros didáticos para os anos iniciais do ensino fundamental e ao ensino médio. O processo de

avaliação das obras inscritas no PNDE é realizado por professores e pesquisadores das universidades públicas e de ensino básico, que elaboram um guia indicando as publicações avaliadas, a partir de critérios previamente estabelecidos e divulgados em edital público, embora as escolhas fiquem a critério de cada equipe da unidade escolar. Tanto a parte do orçamento reservado no PNLD para compra de livros didáticos no espírito das Leis 10.639/03 e 11.645/08 e os critérios de avaliação dos mesmos pela equipe nacional de professores e pesquisadores indicados passaram pelo crivo das análises nas pesquisas apuradas por nós, conforme constatamos.

A análise do conteúdo desses livros foi um caminho encontrado pelos pesquisadores para oferecerem informações sobre sua qualidade didática em termos de transmissão de conhecimentos capaz de descontruir o universo preconceituoso em que alguns alunos foram formados e aquele que se encontra nos livros anteriores às Leis.

Eis o grande desafio da nossa proposta de pesquisa, pois a produção acadêmica abarca diversas áreas de conhecimento e, consequentemente, exigiria uma busca em bancos de dados que contemplassem este grande universo. Para minimizar este problema, elegemos, como fonte de dados da pesquisa, fazer todo um levantamento e um inventário da produção acadêmica (dissertações e teses) num mergulho crítico sobre os produtos das duas leis e suas produções disponíveis no banco de teses e dissertações da Capes e do Domínio Público. Posteriormente, realizamos um refinamento da pesquisa de forma a apurar apenas aquelas que se restringiram a nossa temática.

Sabe-se que dissertações e tese em si não são documentos didáticos, mas elas se debruçaram sobre o conteúdo didático, apontando ora dificuldades para produzi-lo, ora sobre a qualidade do conteúdo daqueles que já se encontram no mercado e nas bibliotecas escolares. Ao investigarmos e analisarmos esta produção acadêmica sobre o tema, conjugamos as reflexões sobre os livros por elas analisadas, destacando as os estudos sobre imagem (fotografias, quadrinhos, desenhos, mapas, croquis, ilustrações), sempre em estreita confrontação com o texto e o conteúdo (Müller, 2011).

Quem já leu, por exemplo, o livro Casa Grande e Senzala em quadrinhos de Gilberto Freyre ou o livro "Tronco, Banzo e Senzala", já retirado da circulação, pode se deparar com as contradições apresentadas entre a iconografia e o texto, entre a iconografia e o conteúdo. Por isso, a relevância desses estudos.

Antes da análise das Teses e dissertações realizamos um resgate dos estudos que ao longo dos anos tiveram como objetivo denunciar o livro didático como construtor dr ideologias. A partir de uma importante escavação bibliográfica, que começa com os trabalhos pioneiros de Dante Moreira Leite (1959), passando pelos trabalhos realizados pelo Centro de Pesquisas Educativas, em cooperação com a UNESCO (1956-1957); pelos estudos de Waldemiro Bazzanella sobre "Valores e estereótipos em livros de leitura" (1957); pelos estudos produzidos nos anos 70 e início dos anos 80, sob a influência de Umberto Eco e Marisa Bonazzi em "Mentiras que parecem verdades" (1980) e Marc Ferro em "Manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação" (1983), conseguimos demonstrar como foi construído o conteúdo ideológico do livro didático brasileiro, conteúdo esse que perpassa não somente pelos textos, mas também pela imagem estereotipada do negro e do índio que as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 pretendem desconstruir e substituir por uma nova imagem que lhes devolva sua autenticidade e identidade positiva, histórica e culturalmente.

Para compreender o uso da imagem do negro no livro didático nos últimos dez anos (2003-2013) da vigência das leis citadas, é preciso saber antes o que era essa imagem para enfim descobrir o que mudou. Neste sentido, começamos por historiar o processo de formação do livro didático a partir da proclamação da independência do Brasil e do fim da escravidão e tenta descobrir e mostrar como a iconografia sobre o negro foi construída nesse processo da formação do livro didático no Brasil.

O processo inicia-se com as editoras incluindo no corpo dos livros, além dos textos, as estampas que ilustravam os momentos mais emocionantes da história; o uso de gravuras em preto e branco a partir do século XIX. Mais tarde, introduziram os desenhos coloridos produzidos no exterior por causa das condições precárias das tipologias nacionais; desenhos esses que se limitavam aos retratos de grandes vultos nacionais e do índio brasileiro, por seu exotismo. Com o crescimento tecnológico da tipologia brasileira no início do século XX, começa-se a ampliar o uso de diferentes tipos de imagens, tais como desenhos e fotografias em complemento aos textos. Citando Eduardo Paiva (2002), as imagens utilizadas nos livros didáticos têm um caráter relevante na construção da narrativa para sensibilizar, comover ou ilustrar o texto, podendo com isso despertar a consciência

ou consolidar conceitos se, e principalmente, encontrar um contexto de sentimentos e atitudes propícios (p.59). Foi nesse contexto que as imagens sobre o negro principiaram a aparecer no livro didático brasileiro de uma maneira depreciativa e preconceituosa, apresentando-o ocupando sempre posições de subserviência e subalternidade como retratado na análise das iconografias de negros realizada por Boris Kossoy e Maria Luiza Tucci Carneiro em "O olhar europeu sobre o negro na iconografia brasileira do século XIX" (2002). Esse estudo revela as "leituras" que os artistas europeus fizeram do Brasil e particularmente da escravidão, mostrando como estavam impregnadas de juízos de valor preconcebidos acerca do país, e que apresentavam o negro tanto embelezado quanto animalizado, por vezes romanceado em meio à paisagem tropical e em outros abominados por suas manifestações culturais. O contraponto entre imagens e textos produzidos pelos viajantes permitem mostrar que subjaz uma concepção profundamente etnocêntrica, ou seja, uma visão europeia de civilização calcada no ideário político, social, religioso, científico, moral e estético do seu tempo.

É a partir desse fundo histórico-cultural que tentamos colocar a questão central ou o problema de sua pesquisa. Ou seja, o que de fato mudou nessas imagens sobre o negro veiculadas no livro didático. Mas em vez de analisar diretamente esses livros em si, optamos por enxergá-los indiretamente através dos debates e análises feitos pelos pesquisadores brasileiros negros e brancos, no espírito das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/08, nos últimos dez anos.

A análise da produção acadêmica foi efetuada a partir da leitura das dissertações e teses integrantes do banco de dados da Capes defendidas entre o período de 2003 a 2013, utilizando a proposta metodológica determinada para os estudos denominados "Estado da Arte ou "Estado do Conhecimento" (Romanoski e Ens, 2006: 39). De acordo com as autoras as pesquisas recebem esta "denominação quando abrangem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções".

A proposta demanda o estabelecimento de algumas etapas, tais como: levantamento dos bancos de dados; revisão e levantamento bibliográfico; seleção das pesquisas a serem analisadas; leitura do material; elaboração de categorias de análises; organização do relatório do estudo compondo a sistematização das sínteses, identificando as tendências dos temas abordados e as relações indicadas nas teses e dissertações; e por fim, a análise e elaboração das conclusões finais.

O roteiro empregado nos estudos de Issac e Michael (1976) e Nunes et alii (2003) eram adequados aos nossos interesses e por , após adaptação, nortearam a leitura e análise dos dados dessa pesquisa.

Para tanto, estabelecemos as seguintes categorias para observação: 1. Identificação da Pesquisa (Título; Autor; Universidade; Ano de defesa; Área); 2. Resumo; 3. Análise Descritiva da Pesquisa (Tema principal - Indicação do tema específico da pesquisa nas categorias: **Racismo** (todos os temas trabalhados sobre Racismo e análises que tenham por objetivo a sua denúncia ou superação); **Escravidão** (estudos, avanços ou controvérsias sobre a Escravidão no Livro Didático), **Representações do Negro** (todos os estudos relacionados ou que tenham por referência as representações do negro no LD), e **Imagem** (estudos que tenham foco específico na imagem – ilustração, figura, fotografia, desenho – do negro no LD); 4.Tema secundário (Indicação de outros temas compatíveis; 5. Objetivo (s) geral (ais) da pesquisa; 6. Objetivo (s) específico (s) da pesquisa; 7. Referencial teórico: Listagem dos autores mais frequentemente citados na seção de revisão da literatura, assim como o ano da publicação dessas obras, e apresentação, ao lado de cada autor, de um breve resumo dos seus pressupostos teóricos, os quais serviram de base para a pesquisa. 8. Objetos de estudo: Caracterização dos objetos do estudo em termos de área e ano escolar. Listagem das fontes consultadas pelo autor; 9. Local de coleta do material do estudo:- Indicação da instituição fornecedora do material analisado no estudo; 10. Metodologia: Categorização do tipo de pesquisa (experimental, descritiva, histórica, etc.) de acordo com a classificação proposta pelo próprio autor. Inclusão de breve sumário dos passos/procedimentos usados pelo autor para coletar e analisar os dados. 11. Resultados e conclusões: Descrição sucinta dos resultados alcançados e as conclusões. 12. Principais referências bibliográficas. Inclusão das referências completas das principais obras consultadas e listadas no corpo do trabalho. 13. Implicações teóricas e práticas do estudo. Apresentação das recomendações feitas pelo autor para futuras investigações.

As pesquisas realizadas até então sobre o estado da arte da imagem do negro no livro didático em geral revelam que a produção brasileira a respeito do tema é reduzida e incipiente (Rosemberg; Bazilli; Silva, 2003). Entre 114 títulos sobre o tema do livro didático, encontraram apenas 4 títulos relacionados com o preconceito,

discriminação e racismo (Negrão, 1987). Entre os livros didáticos publicados no período de 1987-2000, foram encontradas apenas 44 referências sobre o racismo (Silva, 2005). Lívia Almeida apurou a produção de apenas quatro dissertações e uma tese que tratam do preconceito na área de língua portuguesa no banco de dados da Capes, no período de 1987-2009 (Almeida, 2012).

Nossa pesquisa constatou a existência de 15 teses e dissertações sobre a temática, produzidas no Brasil no período de 2002 a 2013. Verificamos ao final que o Livro Didático ainda é um importante objeto de investigação e que ao ser colocado como tema de estudo e de pauta de pesquisas acadêmicas evidenciam-no ainda como instrumento pedagógico ideológico e de poder que marca e organiza a cultura material escolar.

Apesar do livro didático ser um dos principais instrumentos de trabalho utilizados por docentes nas escolas e a determinação da lei com a inclusão de conteúdos que visem à superação do racismo e preconceito na escola, e o grande vulto orçamentário governamental com sua aquisição, o livro didático ainda é visto como uma questão menor para reflexões políticas, como também, a despeito de vasta discussão, tais como as realizadas pela historiografia francesa, não é tomado como parte da cultura material escolar como destacam Roger Chartier, Alain Choppin e André Chervel (Bittencourt,2008, 1997; Melo, 1998; Silva, 2000; Oliveira, 2000; Julia, 2001). E, portanto, fundamental referência para a reflexão do cotidiano escolar e das políticas públicas voltadas para a organização e o sistema de ensino.

E como lembra Biesiegel, "os indicadores de uma cultura democrática são expressos nos conteúdos dos livros didáticos" (2001: 14). Para o autor uma cultura para a democracia, consagrados na Constituição Federal de 1988, não pode comportar "preconceitos, discriminações de classe, crença, gênero e etnia (ou raça)". Complementa seu pensamento, alertando que do mesmo modo não pode ser marcada por "desrespeito às minorias ou à diversidade cultural".

Apesar dos indicadores apontarem para maior acesso e permanência das crianças nas escolas, revertendo no caso das mulheres e dos negros antigas e profundas desigualdades, elas ainda prevalecem nos conteúdos escolares. Entendemos, assim, que uma análise crítica dessa produção poderá subsidiar novos projetos e definir trajetórias para uma maior reflexão sobre as ações afirmativas.

2. Alguns apontamentos finais

Os resultados desta pesquisa propiciaram uma visão da produção do conhecimento sobre a Imagem do Negro no Livro Didático e o cumprimento da legislação vigente. Os dados obtidos apontaram as tendências e lacunas no conhecimento da área, paradigmas epistemológicos dos estudos, necessidade de revisão dos modelos teóricos e/ou dos procedimentos metodológicos em uso, novos temas e/ou áreas a serem investigados. Em outros termos, a grande maioria dos livros didáticos analisados pelos pesquisadores ainda não atendem às duas leis bem como apresentam um divórcio entre o texto, o conteúdo e a imagem.

A imagem representa uma cultura e é resultado das visões de mundo dos autores. Ela tanto pode possibilitar que as pessoas reflitam sobre uma dada realidade e sobre um dado cotidiano, e que se perguntem sobre eles, como propõe outros olhares e questionamentos àquilo que lhes parecem familiar. Pode estar propagando críticas aos modelos de vivência, manipulando ideias, questionando comportamentos e até mesmo ocultando ou amenizando realidades.

Constatamos que, apesar de uma sensível mudança, em muitos livros as pesquisas revelaram que os negros ainda são colocados em livros didáticos em posição de subserviência ou relacionados apenas ao período escravocrata, além de silenciar sua rica participação na construção do Brasil. A visão eurocêntrica presente na imagem do negro no livro didático afeta a autoestima do aluno negros, e reforça o ideário de branqueamento ou de um Brasil miscigenado, não permitindo perceber a importância da contribuição da cultura negra para a formação de nossa própria identidade.

Assim, entendemos que os dados e fatos apurados apontam para algumas questões de extrema relevância para o cumprimento efetivo da legislação. É preciso oferecer as professoras conhecimentos que lhes possibilitem compreender e agir para a inclusão da história e cultura negra no sistema educacional, através de uma prática

pedagógica e de uma pedagogia progressista que promova a real democratização do ensino, rompendo com os estereótipos existentes.

Devemos considerar ainda a importância da formação continuada de professoras que o permitam observar e analisar criticamente textos e imagens contidos nos livros didáticos e ajudando-os a selecionar criteriosamente os livros a serem adotados na escola pública. Somente deste modo, entendemos ser possível o estabelecimento de uma práxis pedagógica que contribua significativamente para eliminar o silêncio da escola diante da realidade social de discriminação e exclusão a que estão submetidos historicamente os negros e a superação eurocêntrica de uma História da África ainda presente nos livros didáticos e no saber docente.

A despeito do intenso investimento no uso de imagem no livro didático e das expectativas legais na superação do racismo na escola, nem sempre seus objetivos são atingidos, uma vez que falta arcabouço teórico e instrumental que permitam aos professores a superação de práticas descontextualizadas, discriminatórias e a apropriação de novos saberes que a ajudem a romper com o modelo dominante.

Na maior parte das escolas públicas do Brasil o livro didático é um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelas professoras, tornando-se, muitas vezes, a única fonte de leitura dos alunos.

As pesquisas demostraram que as coleções analisadas mostraram que a lei citada é cumprida com ressalvas. Algumas coleções não atendem à determinação de trabalhar a História da África e somente são aprovadas por conter texto e imagem de negros em condições mínimas aceitáveis (calçados e com roupas limpas), mas totalmente fora de contexto e muitas vezes as ilustrações aparecem sem legenda alguma permitindo que os leitores (crianças de 8 a 11 anos de idade) façam as inferências que convier.

Os autores das pesquisas observam que são poucas as coleções que representam os negros em condições de destaque ou em situações cotidianas positivas. Não aparecem fotografias de médicos negros, juízes, dentistas ou engenheiros. Estas imagens são necessárias para que haja uma identificação das/os alunas/os negros com referenciais positivos fazendo-os crer que aquela realidade também é possível para eles.

A partir deste estudo, podemos afirmar a urgência de que as pesquisas analisadas atravessem os muros da academia e sejam validadas pelos docentes demais pesquisadores, além de objetos de reflexão sobre as práticas escolares cotidianas. E talvez até mais importante, devem servir de referência para mudanças e subsídios para novas propostas de intervenções nas Políticas Públicas, particularmente no que tange ao Livro Didático e a superação do racismo.

Referências texto Tania Muller

ALMEIDA, L. J. M. (2013), "*Velhos problemas, novas questões": uma análise dos discursos raciais na política nacional do livro didático.* Dissertação de Mestrado, Feira de Santana, BA: Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana.

BAZZANELLA, W. (1957), "Valores e estereótipos em livros de leitura". *Boletim do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais***.** Série Educação e Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 2 (4), mar.de57.

BEISIEGEL, C. de R. et alii. (2001).*Cultura e democracia*. Rio de Janeiro: Funarte, 2.

BITTENCOURT, C. (2008), *Livro didático e saber escolar (1810-1910).* Belo Horizonte: Autêntica Editora.

BRASIL. (2003) *Lei 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003.* Altera a lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira", e dá outras providências. DOU. Brasília, DF, 10 de janeiro de 2003.

ECO, U. & BONAZZI, M. (1980), *Mentiras que parecem verdades*. São Paulo: Summus.

FERNANDES, F. (1957), *A integração do negro na sociedade de classes*. SP: Editora Global.

FERRO, M. (*1983), A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação.* São Paulo: IBRASA.

JULIA, D. (2001), *A cultura escolar como objeto histórico*. Revista Brasileira de História da Educação,

Campinas,1, p. 9-44.

ISAAC, S. e MICHAEL, N. (1971), *Handbook in research and evolution***.** San Diego: R. Knopp.

KOSSOY, B. & CARNEIRO, M. L. T. (2002), *O olhar europeu: o negro na iconografia brasileira do século XIX.* São Paulo: EdUSP.

LEITE, D. M. (1950), "Preconceito racial e patriotismo em seis livros didáticos primários brasileiros". *Boletim CXIX* (Psicologia 5) FFLCH/USP.

MELO, C. F. C. B. (1997), *Senhores da história: a construção do Brasil em dois manuais de história na segunda metade do século XIX.* Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo.

NUNES, L. et alii. (2003), *Pesquisa em Educação Especial na Pós-Graduação*. Rio de Janeiro: Sette Letras.

MÜLLER, T. M. P.(2011), *As aparências enganam? Fotografia e pesquisa*. Petrópolis: DP et alii.

MUNANGA, K. (2001), *100 anos de Bibliografia sobre o negro no Brasil* – 2V. Brasília: Fundação Cultural Palmares, Ministério da Cultura.

_____. (2005), *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.* BH: Autentica.

PAIVA, E. F. (2002), *História e imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

NEGRÃO, E. V. (1987), "A discriminação racial em livros didáticos e infanto-juvenis". Cadernos de Pesquisa, São Paulo, p. 86-97, nov.

OLIVEIRA, M. A. de. (2000), *O negro no ensino de história: temas e representações*. 2000. Dissertação de Mestrado**,** São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

ROMANOSKI, J. P. & ENS, R. T.(2006), "As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação". *Diálogo Educ*., Curitiba, 6 (19), p.37-50.

ROSEMBERG, F., BAZILLI, C., SILVA, P. V. B. (2003), "Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura". *Educação e Pesquisa*. São Paulo: 29 (1), p. 125-146, jan.-jun.

SILVA, P. V. B. da. (2008), *Racismo em livros didáticos*. Belo Horizonte: Autêntica.

SILVA, Ana Célia da. *Versões didáticas da história indígena.* (2000), Dissertação de Mestrado, São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Transferências monetárias na América Latina e na África Subsaariana: uma análise dos pontos de contacto e de divergência

Maria Clara Oliveira[1]

Resumo: A virada do século traz aos países da América Latina e da África Subsaariana grandes progressos na área da assistência social. Entre esses avanços encontramos as políticas de transferência monetária, que consistem na atribuição de certo montante a famílias em situação de pobreza, e que se difundiram rapidamente nos dois continentes. Apesar de cada programa de transferência monetária ter um desenho, um modo de implementação e, consequentemente, resultados que lhe são únicos, é possível distinguir características que são transversais a cada um dos continentes. Este trabalho tem por objetivo identificar as características e as recentes tendências observadas na América Latina e na África Subsaariana, respectivamente, e compará-las, diferenciando pontos de convergência entre os dois continentes de pontos de divergência. A finalidade deste trabalho é entender quais são as tendências regionais e quais são as tendências mais globais em matéria de transferências monetárias.

Palavras-chave: Transferências monetárias; América Latina; África Subsaariana.

Introdução

A erradicação da pobreza e a melhoria das condições de vida da população, não sendo questões novas, assumem-se, contudo, como um dos objectivos centrais do século XXI, como o demonstram os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. A novidade está no surgimento de um instrumento original, agora à disposição de governos e outro tipo de instituições formais dispostos a assumir a luta em apreço: as transferências monetárias. Ao longo das últimas duas décadas assistimos a uma mudança de paradigma relativamente à assistência social nos países do Sul Global: esta deixa de ser vista como algo totalmente fora do alcance destes países, uma vez que eles teriam outras questões mais urgentes a ter em conta, para passar a ser vista como um instrumento a ser mobilizado para a melhoria das condições de vida da população em situação de pobreza e da população em geral e como um passo importante a ser dado para o desenvolvimento social e económico destes países (Hanlon, J. *et al.*, 2010). Uma das novidades trazidas por esta recente alteração de visão relativamente à assistência social é a emergência de programas de transferência monetária. No seu trabalho sobre transferências monetárias em África, Garcia e Moore (2012:3) apresentam a definição: " (…) *noncontributory transfers of cash from formal institutions to targeted individuals or households*…". Sob formas muito diferenciadas e em adequação ao contexto em que se inserem, estes programas difundiram-se rapidamente no Sul Global, estando agora presentes na quase totalidade da América Latina, num número muito significativo de países africanos, em alguns países do Sudeste Asiático e do Médio Oriente, chegando mesmo a inspirar políticas postas em prática nos Estados Unidos da América.

Partindo do princípio que apesar de cada programa ser único no seu desenho, modo de implementação e resultados, é possível identificar pontos que são transversais aos continentes em que eles são adoptados, o presente trabalho identifica as principais características e tendências dos programas de transferência monetária presentes na América Latina e na África Subsaaariana e compara-as de forma a entender quais dentre elas são particulares a cada uma das regiões e quais são mais globais. Pelo facto as transferências monetárias se tratarem de uma proposição de acção que rompe com as tendências anteriores e por serem um instrumento de combate à pobreza, além de permitirem perseguir outros objectivos, a melhor compreensão destes programas é de grande interesse académico e também é de utilidade para aqueles que com eles trabalham.

---

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo e pesquisadora júnior no Centro de Estudos da Metrópole. E-mail para contacto: mariaclaraoliveira@usp.br

Além da presente introdução, o trabalho conta com quatro outras partes. Na primeira parte traça-se um panorama das transferências monetárias na América Latina, enquanto a segunda parte é dedicada àquelas adoptadas por países da África Subsaariana. Já na terceira parte é feita uma comparação das características e das tendências verificadas nos dois continentes, com o intuito de definir quais delas são internas a cada um dos continentes e quais são mais difusas. Por último, são apresentadas algumas considerações finais e pistas para futura pesquisa.

1. Programas de transferência monetária América Latina

Recentemente, a generalidade dos países latino-americanos tem conhecido grandes desenvolvimentos em matéria de protecção social e, mais concretamente, de assistência social. Entre as décadas de 30 e 50, vemos desenvolverem-se na América Latina sistemas de protecção social com um enfoque quase total na parte de segurança social, sendo as medidas na área de assistência social muito limitadas (Ferreira e Robalino, 2010). Ou seja, apenas eram tidos em consideração alguns grupos pertencentes ao mercado formal de trabalho, enquanto os mais pobres e sem acesso ao mercado de trabalho formal, justamente os que se encontram numa situação de maior vulnerabilidade, eram quase ignorados.

Na década de 80, a pobreza e a desigualdade conhecem aumentos importantes, em decorrência das crises financeiras que assolam o continente e dos planos de ajustamento estrutural colocados em prática. Mas, os anos 90, encerram uma série de mudanças: o regresso à democracia em alguns países, o renascer da crise e um novo olhar para a assistência social. Entre os diversos avanços nesta área, destaca-se o surgimento das transferências monetárias. Entre as primeiras experiências contam-se os programas brasileiros a nível local, criados em 1995 em Campinas e no Distrito Federal, que se caracterizavam por ser uma espécie de Bolsa Escola, na medida em que previam a transferência de um certo montante para famílias em situação de pobreza com crianças em idade escolar exigindo, em contrapartida, que essas mesmas crianças frequentassem a escola (Soares e Sátyro, 2009). Estas políticas foram rapidamente emuladas por municípios e estados federados e num instante se fizeram presentes numa parte significativa do território brasileiro (Sugiyama, 2011a). Em 2001, face ao sucesso que estas políticas granjearam a nível local, o governo federal criou o seu próprio programa – o Bolsa Escola. Em 2003, o governo Lula recém-chegado ao poder, funde o Bolsa Escola com outras políticas de transferências monetárias em vigor a nível federal e cria o Programa Bolsa Família, que prevê uma transferência monetária para famílias em situação de extrema pobreza e uma transferência monetária condicionada para famílias em situação de pobreza e com crianças na sua composição (Bichir, 2010). Este torna-se rapidamente o maior programa de transferência monetária do mundo, abrangendo em 2013 cerca de 13,5 milhões de indivíduos. Paralelamente às experiências brasileiras, o México também adopta uma transferência a nível federal, em 1997, sob a égide do Presidente Zedillo. O Progresa, cujo nome é alterado para Oportunidades em 2002 com a subida de Fox ao poder, é um programa de transferência monetária condicionada, dirigido a famílias em situação de pobreza e que exige o cumprimento de uma série de contrapartidas nas áreas da saúde, nutrição e educação (Feitosa de Brito, 2010). O Programa Bolsa Família brasileiro e o Progresa/Oportunidades mexicano são as experiências mais emblemáticas, tendo sido consideradas *best practice* pelo Banco Mundial e suscitando bastante interesse por parte da media, da academia e da comunidade internacional em geral. Estes dois programas são frequentemente citados como referência para a colocação em prática de novas políticas deste tipo (Garcia e Moore, 2012). A presença de transferências monetárias condicionadas no continente não se resume, contudo, a estes dois países. A difusão destes programas ocorreu de forma muito rápida, atingindo praticamente todos os países latino-americanos (Sugiyama, 2011b). A excepção é o Bono de Desarollo Humano do Equador, um programa que, por motivos de financeiros, não condiciona a transferência do benefício ao cumprimento de condicionalidades, embora no começo tenha sido apresentado à população como sendo uma transferência monetária condicionada (Schady e Araujo, N/D).

Mas em que consiste afinal uma transferência monetária condicionada? A definição apresentada por Barrientos e Hulme (2010: xx-xxi) é a seguinte: "*cash distributed to vulnerable individuals or households in condition that they undertake specified activities, for example, that children attend school, or that mothers attends primary health centres*". Efectivamente é uma característica dos programas latino-americanos exigir que certas

condições sejam observadas em troca dos benefícios monetários repassados às famílias. Cada programa prevê condições diferentes a serem cumpridas, mas elas podem ser agrupadas em três grandes áreas:

1. educação – as crianças devem ser matriculadas na escola e/ou devem ter um nível de frequência mínimo;
2. saúde – o boletim de vacinação deve ser mantido em dia e as crianças e/ou grávidas e mães recentes devem apresentar-se nos centros de saúde para realizar consultas de rotina com uma certa frequência;
3. nutrição – indivíduos devem participar de formações nesta área.

Alguns programas exigem o cumprimento e condições nas três áreas (Progresa/Oportunidades do México), mas a maioria centra-se apenas na área da saúde e educação (Familias en Acción da Colômbia e Bolsa Família do Brasil, por exemplo).

A aplicação de condicionalidades é um ponto que tem gerado bastante discussão. Os motivos geralmente apresentados para a aplicação destas prendem-se com a necessidade de justificação da continuidade do programa perante a classe média; com a ideia de que elas ajudam as famílias em situação de pobreza a aumentar o seu capital humano e consequentemente a terem mais meios de se içarem da situação em que se encontram (Barrientos, 2011); e com a ideia de que estas ajudariam a população a fazer uma melhor e mais frequente utilização dos serviços públicos (Barrientos, 2011). No entanto, alguns autores posicionam-se claramente contra elas por considerarem que estas são um acto de paternalismo do Estado e/ou porque a sua aplicação e monitoramento representam um peso financeiro importante (Barrientos, 2011).

É, desde já, possível apresentar alguns resultados da implementação destes programas. Além de permitirem aliviar a pobreza e de contribuírem para uma diminuição da desigualdade, as transferências monetárias conduzem a um aumento da frequência escolar, especialmente das meninas (Son, 2008), a melhorias na alimentação (Son, 2008) e a um empoderamento da mulher (Maldonado Valera, 2012). Note-se, no entanto, que alguns resultados apresentam ligeiras variações de país para país.

As transferências monetárias condicionadas são, neste momento, um importante instrumento de luta contra a pobreza e construção de capital humano na América Latina, atingindo um número muito significativo de indivíduos, quer em termos absolutos, quer em termos percentuais. Um novo desafio que se lhes coloca é a sua integração em estratégias amplas, que permitiria, à partida, potencializar os feitos benéficos das transferências monetárias.

2. Programas de transferência monetária na África Subsaariana

O continente africano enfrenta diversos problemas que, não sendo exclusivos à região, assumem nela uma amplitude muito grande. Com efeito, a generalidade dos países africanos tem uma percentagem muito considerável da população vive em situação de pobreza ou de extrema pobreza, um número de pessoas em situação de insegurança alimentar é extremamente elevado, e é confrontada aos graves efeitos do HIV/SIDA, entre outras dificuldades (Garcia e Moore, 2012). A maior parte das intervenções dirigidas a estas questões tinha até recentemente carácter de emergência e, por conseguinte, limitava-se a um certo período de tempo, não permitindo resolver os problemas, que são estruturais (Niño-Zarazúa, 2012). Neste difícil contexto, as transferências monetárias assumem-se como um novo fôlego, permitindo passar de acções pontuais a acções mais prolongadas e constituindo-se como um novo instrumento para lidar com diversos destes problemas que assolam o continente.

Os sistemas de protecção social são praticamente inexistentes na região, mas o novo posicionamento adoptado tanto por alguns governos, quanto por doadores internacionais (agências de cooperação, instituições financeiras e algumas organizações não-governamentais), tem dado alguma margem para o seu desenvolvimento. O continente é marcado por três divisões: os países do sul, com sistemas de protecção social mais robustos, muitos deles com raízes na época colonial (África do Sul e Namíbia); o centro e o oeste do continente, onde há claros esforços no sentido de construir sistemas de protecção social, embora eles se apresentem ainda de forma muito insípida; e, por último, a África Ocidental, que apresentaria o mais baixo nível de desenvolvimento em matéria de protecção social do continente.

As transferências monetárias, instrumento na área de assistência social, que é um dos pilares da protecção social, conhecem actualmente uma forte expansão em África. Seguindo a divisão proposta por Niño–Zarazúa (2012), observamos que existe uma grande diferença entre os programas adoptados por países da África Austral e aqueles adoptados por países do centro e oeste africano. No primeiro caso, trata-se de transferências monetárias que têm uma duração mais longa, que estão mais institucionalizadas, que são geridas pelos governos locais e que frequentemente dirigidas aos idosos e, em menor escala, às crianças (a África do Sul tem um programa do tipo para cada um deles) [Niño-Zarazúa, 2012]. Já no caso do segundo grupo, as transferências monetárias são menos ambiciosas, atingindo um número francamente menor de indivíduos, são muitas vezes limitadas no tempo, assumindo a forma de pilotos e dispõem de orçamentos reduzidos (Niño-Zarazúa, 2012). A participação de actores externos no desenho e gestão e/ou no financiamento das transferências monetárias é visível nos dois modelos, mas no sul os governos nacionais gerem os programas e financiam-nos na totalidade ou quase totalmente, enquanto nos outros países os actores externos assumem um papel muito importante, por vezes, o papel principal.

Sendo os objectivos por detrás das transferências monetárias muito variados, os grupos a quem elas se dirigem são também diversos: idosos, crianças vulneráveis, crianças órfãs, portadores de deficiência e habitantes de regiões caracterizadas pela insegurança alimentar, entre outros, todos eles em situação de pobreza.

Contrariamente ao observado na América Latina, as transferências monetárias no continente africano caracterizam-se por ser incondicionais. O primeiro motivo é que não se procura fazer investimentos no desenvolvimento de capital humano, mas sim responder a outro tipo de questões, pelo que a exigência de certas condições não contribuiria expressivamente para o atingir das metas. O segundo motivo prende-se com a incapacidade de prover serviços públicos em quantidade suficiente e com qualidade para atender as necessidades da população. Essa incapacidade acentuar-se-ia com o aumento da procura derivado da necessidade de cumprimento das condicionalidades, podendo ter efeitos bastante nefastos para uma parte da população. Foi tendo em conta este último ponto que a África do Sul deu um passo atrás relativamente às exigências que estavam previstas inicialmente (Garcia e Moore, 2012) e é por este motivo que o *Livelihood Empowerment Against Poverty* do Gana (LEAP) não verifica o cumprimento das condicionalidades, nem pune em caso de falha (Garcia e Moore, 2012).

Tendo em conta que a generalidade dos países africanos têm capacidades institucionais e financeiras limitadas, salvo excepções como a África do Sul, além de se verem confrontados com uma série de problemas como a falta de infraestrutura e de informação, um número importante de limites é colocado ao desenvolvimento das tramsferências monetárias. Mas esses limites são também oportunidades para pensar novos desenhos e modos de implementação. Com efeito, diversas adaptações foram feitas no sentido de possibilitar a implementação em contextos adversos: uso de dados biométricos para identificação de beneficiários quando não existem outros tipos de registo e utilização de tecnologia avançada para registar informações e realizar os pagamentos (Garcia e Moore, 2012).

3. Experiências latino-americanas e africanas: uma comparação

Ao longo das duas secções anteriores observámos as características intrínsecas aos programas de transferência monetária da América Latina e da África Subsaariana, respectivamente. Esta parte do texto será dedicada a uma comparação entre as características mencionadas, procurando evidenciar quais são os pontos de convergência e quais são os pontos de divergência entre os dois continentes em matéria de transferência monetária.

O primeiro ponto a ter em consideração é a questão da temporalidade. Notamos que os programas latino-americanos datam da década de 90 ou do começo do novo século, o que demonstra uma rápida difusão destes dentro do mesmo espaço geográfico. Com efeito, as primeiras experiências ocorreram no Brasil, a partir de 1995, a nível local, mas olhando para o território latino-americano actualmente verificamos que a maioria dos países possui, pelo menos, uma transferência monetária. Já na África Subsaariana, existem algumas experiências de transferência monetária em um punhado de países que têm longa-duração (o Programa de Subsídio de Alimentos moçambicano, por exemplo, foi criado em 1990, tendo-se mantido bastante incipiente

até 2007/2008, altura em que volta a ganhar novo fôlego graças à participação de actores exteriores, que permitiram a sua expansão [Oliveira, 2012]), mas a maioria dos programas foi adoptado no decorrer da última década. Por conseguinte, de um modo geral as experiências latino-americanas estão mais consolidadas do que as do continente africano, que têm ainda um certo carácter de novidade.

Um segundo ponto de comparação são as motivações para a adopção de uma transferência monetária. A generalidade dos países da América Latina utiliza os programas de transferência com o intuito de reduzir os efeitos da pobreza, tanto no plano imediato (através do aumento do nível de rendimento disponível), quanto futuro (servindo-se de condicionalidades para fomentar o desenvolvimento de capacidades), e de minimizar as desigualdades. Como já foi mencionado, África contém também um número extremamente elevado de indivíduos em situação de pobreza, mas há ainda outros problemas que exigem forte atenção. Assim sendo, encontramos diversas razões para a utilização das transferências monetárias em África: redução dos efeitos da pobreza (Child Support Grant da África do Sul dirigido às famílias em situação pobreza com crianças na sua composição); diminuição da insegurança alimentar (o Programa de Subsídio de Alimentos de Moçambique foi criado com o intuito de garantir que indivíduos em situação de pobreza pudessem ingerir um nível de calorias considerado correcto para permitir a sua sobrevivência [Garcia e Moore, 2012], enquanto o Hunger Safety Net Programme do Quénia foi criado para responder à questão da insegurança alimentar crónica observada em quatro distritos da região ária e semi-árida da região norte do país [Garcia e Moore, 2012]); minimização dos efeitos negativos do HIV/SIDA (também no Quénia, o programa CT-OVC é dirigido a crianças órfãs e vulneráveis, muitas delas pertencentes a famílias onde a ausência de, pelo menos, uma geração devido à contracção do HIV/SIDA torna ainda mais severa a situação em que se encontram [Garcia e Moore, 2012]); controlo das doenças sexualmente transmissíveis (o programa piloto RESPECT – Rewarding STI Prevention and Control in Tanzania visa avaliar se as transferências monetárias têm algum tipo de impacto na redução de doenças sexualmente transmissíveis [Garcia e Moore, 2012:321-322]); apoio pósconflito (o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados [ACNUR] colocou em prática o programa Cash Transfers for Repatriation com o objectivo de apoiar refugiados do Burundi a regressar ao seu país [Garcia e Moore, 2012:231]), entre outras. Podemos, então, concluir que os programas em apreço permitem responder a um grande leque de questões, mas que há uma diferença grande entre os objectivos a que eles respondem na América Latina e aqueles a que respondem em África, podendo a luta contra a pobreza ser considerada um objectivo geral, por oposição à construção de capacidades, que é algo específico da América Latina, e ao combate da insegurança alimentar, que é uma tendência mais presente em África.

É também possível comparar os actores envolvidos no desenho e na gestão do programa. Este ponto é bastante relevante, pois a sustentabilidade de um programa e a sua articulação com outras políticas complementares com vista à maximização dos resultados que se procura obter depende, em grande medida, do envolvimento do governo e da existência de um posicionamento favorável ao programa. Por um lado, temos os países latino-americanos, com programas alojados nos governos nacionais, embora seja possível identificar a participação de alguns actores externos ao governo no desenho das transferências monetárias e nas avaliações. O Progresa/Oportunidades do México é gerido pelo governo nacional mexicano, mas previa desde o início a condução de avaliações por entidades externas ao programa (Feitosa de Brito, 2010). Por outro lado, temos os países africanos, cujos programas contam frequentemente com a participação de actores externos no seu desenho e gestão (Garcia e Moore, 2012). O caso do programa *Hunger Safety Net Programme* do Quénia é bastante flagrante a este nível, pois um número considerável de actores estão envolvidos no desenho e na gestão do programa (*Department for International Development* [DFID], HelpAge International, Food and Agriculture Organization (FAO), entre outros [Garcia e Moore, 2012]), além do governo nacional, que se espera que venha a assumir uma posição mais activa do que aquela que tem tomado até recentemente.

Uma vez que as transferências monetárias latino-americanas procuram reduzir a pobreza e as desigualdades, bem como contrariar a falta de investimento em capital humano, o seu desenho prevê a exigência de cumprimento de algumas condicionalidades. Em oposição, encontramos uma esmagadora maioria de transferência monetária sem qualquer tipo de condições associadas nos países africanos. Esta tendência para a ausência de condições prende-se com os objectivos não serem necessariamente ligados à construção de capital humano e com o

facto de haver um défice na oferta de bens e serviços públicos que permitam responder de forma adequada a um aumento da procura gerado pelo cumprimento das condicionalidades. Contudo, o Gana nada contra a corrente africana, possivelmente por influência do Brasil, que provê ajuda técnica através do Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS). O *Livelihood Empowerment Against Poverty* (LEAP) prevê a aplicação de condicionalidades na área da saúde e da educação, além de intimar a população a registar-se, mas por falta de uma oferta de serviços públicos adequada, o cumprimento destas não é exigido em todos os casos e muito menos verificado (Garcia e Moore, 2012). Podemos então afirmar que as TM condicionadas são marcadamente típicas da América Latina, enquanto os países africanos seguem a tendência de optar por transferências monetárias sem condições associadas.

A questão do financiamento do programa deve também ser objecto de comparação. À excepção do Brasil e do México, cujos programas foram inteiramente financiados no começo pelos governos nacionais, passando apenas mais tarde a receber ajudas financeiras do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), os programas latino-americanos contam com empréstimos para o financiamento dos seus programas de transferências monetárias. Também os países africanos são contemplados com ajudas financeiras de agências de cooperação (DFID, por exemplo) e de organizações internacionais destinadas a permitir o melhor funcionamento dos programas. Ajudas de financiamento são, então, uma questão que não se limita a uma só região. Não obstante, o que pode ser objecto de diferenciação é a percentagem que essa ajuda financeira externa representa no volume total destinado ao programa, a forma que ela toma e o número de actores envolvidos nesse financiamento. Tendo estes pontos em consideração, é possível observar que a generalidade das transferências monetárias em vigor nos países africanos é mais dependente desse financiamento externo do que as transferências monetárias latino-americanas.

É ainda importante mencionar que diversos países da África Subsaariana procuram contornar os problemas que se colocam à implementação das transferências monetárias (inexistência de registos de nascimento e de documentos de identidade, isolamento quase total de algumas comunidades, falta de infraestrutura de comunicação e de redes bancárias dificultando as comunicações e o pagamento dos benefícios, entre outros) através do uso de novas tecnologias. O *Hunger Safety Net Programme* queniano utiliza sistemas de recolha de dados que permitem guardá-los e mais tarde descarregá-los para o sistema de informação (Garcia e Moore, 2012), enquanto na Namíbia as transferências no quadro do Old Age and Disability Pensions são feitas por intermédio de unidades móveis (Garcia e Moore, 2012). A grande abertura ao uso de tecnologias inovadoras é própria aos países africanos e contrasta com a América Latina, onde a existência de infraestrutura mais desenvolvida e de um conhecimento maior da população faz com que não haja necessidade de recorrer a estes meios.

Por último, mas não menos importante, há que considerar os impactos da aplicação destes programas. Se alguns países dispõem de um enorme manancial de informações no que concerne aos diferentes impactos das transferências monetárias, como é o caso da África do Sul, do México e do Brasil, outros dispõem ainda de muito poucas informações e, em alguns casos, ainda não existem avaliações disponíveis. Desde logo é possível antever que desenhos, modos de implementação e capacidades locais diferenciadas levam a que os resultados sejam também bastante variados. No entanto, alguns resultados parecem ser partilhados pela grande maioria dos programas. De um modo geral, elas contribuem para o alívio imediato dos efeitos da pobreza e, por conseguinte, para uma melhoria das condições de vida. Além disso, estudos apontam para uma alimentação mais adequada, para um aumento da frequência escolar e para um aumento do acesso a certos bens, como sapatos e material escolar. Conclui-se, então, que evidências de sucesso trespassam os programas de transferência, o que explica, em parte, o apoio que têm granjeado e o porquê de se replicarem rapidamente.

Considerações finais

Debaixo da definição guarda-chuva de transferências monetárias cabem programas com variações muito significantes. Num primeiro momento, este trabalho procurou demonstrar que, apesar das importantes

diferenças entre os programas, é possível identificar algumas características que são transversais à generalidade dos programas observados e que é também possível reconhecer alguns pontos que são específicos a cada um dos dois continentes analisados**.** Transferências monetárias latino-americanas caracterizam-se por serem geralmente melhor consolidados do que os africanos, procurarem responder à necessidade de investimento no desenvolvimento de capital humano, terem condições associadas (frequentemente na área da saúde e da educação) e cobrirem um número muito significativo da população. Já os programas de transferência monetária africanos têm as seguintes particularidades: são geralmente mais recentes e menos consolidados, são dirigidos a questões como a insegurança alimentar e a diminuição da vulnerabilidade das crianças órfãs, têm um número grande de actores envolvidos no seu financiamento e gestão, atingem grupos muito restritos da população, não prevêem o cumprimento de certas condições como contrapartida para o repasse do benefício e são um terreno fértil para o uso de novas tecnologias.

O trabalho procurou também averiguar que características são exclusivas de uma determinada região e quais são comuns aos dois continentes em análise. Identificámos os seguintes pontos divergentes: os objectivos a serem perseguidos, a aplicação de condicionalidades, os actores envolvidos no desenho, na gestão e no financiamento do programa, os grupos a quem são dirigidas as transferências monetárias e o número de beneficiários abrangidos. Não obstante, é possível verificar que existem certas tendências mais globais. Há que destacar que apesar de se dirigirem a diferentes grupos e de poderem ter objectivos diversos, as transferências monetárias constituem-se como um instrumento de luta contra a pobreza, sendo o combate desta uma razão constante para sua utilização e à qual se podem somar outros motivos. Um outro ponto comum são as evidências impactos positivos na redução da pobreza imediata, além de evidências de outros sucessos que denotam o seu contributo para a melhoria das condições de vida em geral, tais como melhorias na alimentação, aumento da frequência escolar, entre outras. Conclui-se então que há alguns pontos de contacto entre as transferências monetárias colocadas em prática nos dois continentes, mas que elas divergem de forma significativa num número considerável de questões.

Um passo a dar no sentido de compreender melhor quais são as tendências regionais e quais são as tendências globais, e que pode ser objecto de pesquisa futura, passaria por isolar as características de tranaferências monetárias adoptados por países do Sudeste Asiático e compará-las com as das transferências monetárias da América Latina e da África Subsaariana. Um ponto de reflexão a considerar é se o facto de os programas brasileiro e mexicano servirem de modelo conduzirá a uma aproximação cada vez maior dos restantes programas a este modelo, diluindo-se as características regionais, ou se seguimos um caminho oposto, no qual as características regionais e locais assumem um papel cada vez mais importante, visto que um maior conhecimento sobre as transferências monetárias e os seus efeitos pode permitir uma melhor adaptação aos contextos e necessidades locais.

Bibliografia

Barrientos, A., (2011), "Conditions in antipoverty programmes", *The Journal of Poverty and Social Justice*, vol. 19, number 1. PP. 15-26.

Barrientos, A., Hulme, D. (2010), "Social Protection for the Poor and the Poorest: an introduction", *Social protection for the poor and the poorest. Concepts, policies and politics*, UK, Palgrave Macmillan. PP. 3-26.

Bichir, R. (2010), "O Programa Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda", *Novos Estudos*, 87, São Paulo. Pp 115-129.

Feitosa de Britto, T. (2010), "The emergence and popularity of conditional cash transfers in Latin America", *Social protection for the poor and the poorest. Concepts, policies and politics,* UK, Palgrave Macmillan. PP. 181-193.

Ferreira, F., Robalino, D. (2010), "Social protection in Latin America. Achievements and limitations", Policy research working paper 5305, World Bank.

Garcia, M., Moore, C. (2012), *The cash dividend. The rise of cash transfers programs in Sub-Saharan Africa*, Washington, World Bank.

Hanlon, J. *et al.* (2010), *Just give money to the poor. The development revolution from the Global South*, USA, Kumarian Press.

Maldonado Valera, C. (2012), *Clientélisme, démocratisation et l'émergence des mécanismes de redevabilité au niveau fédéral des politiques sociales du gouvernement fédéral au Mexique (1995-2008). De l'invention du programme PROGRESA à la mise en œuvre de la Loi Générale de Développement Social*, tese apresentada para a obtenção do grau de Doutor em Ciência Política, no Institut d'Etudes Politiques de Paris/Centre d'Etudes et de Recherches Internationales, França.

Niño-Zarazúa, Miguel *et al.* (2012), "Social protection in sub-Saharan Africa: Getting the politics right". Disponível em http://erd.eui.eu/media/2010/Hulme.pdf [consultado a 22-05-2013].

Niño-Zarazúa, Miguel *et al.* (2010), "Social protection in sub-Saharan Africa: will the green shoots blossom?", BWPI Working Paper 116, Manchester.

Oliveira, M. C. (2012), *Transferências de rendimento no Brasil e em Moçambique*, disertação apresentada para a obtenção do Mestrado em Relações Internacionais, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal.

Schady, N. e Araújo, M. C. (N/D), "Cash Transfers, conditions and school enrollment in Ecuador". Disponível em

http://www.researchgate.net/publication/227386442_Cash_Transfers_Conditions_and_School_enrollment_in_Ecuador/file/79e4150b112912d83c.pdf [consultado a 15/05/2014].

Soares, S. e Sátyro, N. (2009), "O Programa Bolsa família: desenho, instituições, impactos e possibilidades futuras", IPEA 1424, Brasília.

Son, H. (2008), "Conditional Cash Transfer programs: an efective tool for poverty alleviation?", ERD Policy Brief 51, Asian Development Bank.

Sugiyama, N. B. (2011a), "Bottom-up policy diffusion: national emulation of a conditional cash transfer program in Brazil", *Publius: the journal of federalism*, pp. 1-27.

_____(2011b) "The diffusion of conditional cash transfer programs in the Americas", *Global Social Policy*, 11, pp. 250-278.

Análise da efetividade do programa bolsa família no combate à pobreza: um balanço após 10 anos

Prof. Dra. Suzana Cristina Fernandes de Paiva
Prof. Dr. Adilson Marques Gennari
Prof. Dr. Claudio Cesar Paiva

Resumo: O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa do Governo federal brasileiro, instituído em 2003, pelo então presidente Luis Inácio Lula da Silva, a partir da unificação de diversos benefícios destinados às famílias de baixa renda. Trata-se de um programa de transferência direta de renda, com critérios de elegibilidade e condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza (vivem com menos de 01 dólar/dia). Em uma década o Programa já atendeu um quarto das famílias brasileiras, assumiu centralidade na política social e está entre as ações mais efetivas de combate à pobreza do mundo. O objetivo do artigo é realizar uma análise do PBF, a partir das seguintes perspectivas: a) desenho institucional da política e seus beneficiários; b) avaliação da vertente não contributiva do sistema de proteção social; c) análise da efetividade da política

Palavras-Chave: Programa Bolsa Familia; Programas de transferências condicionadas; Políticas sociais; Pobreza; Desigualdades.

1. Introdução

As recentes informações publicadas no *Global Wealth Report 2014*, do Credit Suisse Research, apontam que 1% mais rico da população detém quase a metade (48%) da riqueza mundial, calculada em US$ 263 trilhões. Além disso, o relatório afirma que o Brasil tem 296 mil pessoas entre o 1% mais rico do mundo e 5,051 milhões entre os 10%.

O fato mais relevante, no entanto, é que, enquanto a desigualdade tem sido ampliada na maior parte do planeta, no Brasil tem ocorrido o oposto, apesar de o país continuar entre os mais desiguais do mundo. De acordo com dados oficiais, a pobreza multidimensional crônica no Brasil passou de 8,3% para 1,1% da população, no período entre 2002 e 2013 . O principal instrumento de política pública responsável por esse comportamento é o Programa Bolsa Família, apontado como o maior programa de transferência de renda condicionada do mundo.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa do Governo Federal brasileiro, criado em 20 de outubro de 2003, através da Medida Provisória 132, que, posteriormente, foi convertida na Lei nº 10.836/04, pelo então presidente Luis Inácio Lula da Silva. Trata-se de um programa de transferência direta de renda, com critérios de elegibilidade e condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza.

A estruturação de um programa dessa natureza envolve significativa complexidade, a começar pela dificuldade de se definir conceitualmente e operacionalizar, em termos de políticas públicas, o significado de pobreza, uma vez que se trata de um fenômeno complexo e multidimensional. Adicionalmente, a dimensão do problema da exclusão no Brasil exige não apenas medidas emergenciais de transferência de renda, mas também medidas estruturais que garantam uma emancipação sócio-econômica sustentada das famílias em condições de vulnerabilidade social.

Nesse sentido, é crível afirmar que somente a composição de mecanismos emergenciais e estruturais poderão de maneira consistente promover a elevação do grau de efetivação dos direitos sociais e romper com o ciclo intergeracional da pobreza.

Em uma década o Programa Bolsa Família já atendeu um quarto das famílias brasileiras, assumiu centralidade na política social e está entre as ações mais efetivas de combate à pobreza do mundo. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em dezembro de 2013 aproximadamente 14,08 milhões de famílias eram atendidas pelo programa.

Diante do exposto, o objetivo do artigo é realizar uma análise do PBF, a partir das seguintes perspectivas: a) desenho institucional da política e seus beneficiários; b) avaliação da vertente não contributiva do sistema de proteção social; c) análise da efetividade da política.

2. O Programa Bolsa Família: desenho institucional e seus beneficiários

O Programa Bolsa Família é o principal instrumento da política federal de transferência direta de renda com condicionalidades, que foi implantado no Brasil no início do Governo Lula (2003-2010). O programa foi estruturado a partir da unificação de outras ações e benefícios existentes à época, quais sejam: Bolsas Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás.

A unificação de ações e benefícios sociais antes dispersos, desarticulados e sem complementaridade num único programa representou um avanço em termos da política pública, pois garantiu no desenho institucional maior racionalidade, organicidade e efetividade para o planejamento e a gestão das ações de transferência de renda. No entanto, preservou-se a natureza focalizada da política - algo controverso entre os pesquisadores de políticas sociais[1] -, e transformou o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) no instrumento para a seleção de beneficiários.

O objetivo fundamental do programa é garantir renda, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos para famílias em situação de pobreza (com renda per capita entre R$ 77,01 e R$ 154,00) e de extrema pobreza (com renda per capita inferior a R$ 77,00) em todo o país.

É relevante salientar que as famílias indígenas e quilombolas têm sido priorizadas, desde 2005, para recebimento do Programa Bolsa Família, enquanto que, a partir de 2013, em razão dos impactos da Lei Nacional de Resíduos Sólidos, que prevê o fechamento dos lixões até o final do ano 2014, os Catadores de Material Reciclável também foram incluídos como grupo prioritário.

O Programa oferece para as famílias que atendem ao critério de elegibilidade quatro tipos de benefícios assistenciais: i) **Benefício Básico:** R$ 77,00 concedidos apenas a famílias extremamente pobres, independentemente da composição e do número de membros do grupo familiar; ii) **Benefício Variável (BV):** a famílias que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição, gestantes, nutrizes (mãe que amamenta), crianças e adolescentes de zero a 16 anos incompletos. Cada família pode acumular até cinco benefícios, ou seja, pode alcançar até R$ 175,00; iii) **Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ):** destinado a famílias que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes entre 16 e 17 anos. O valor do benefício é de R$ 42,00 e cada família pode acumular até dois benefícios, ou seja, R$ 84,00; iv) **Benefício para a Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP)**: trata-se de uma complementação de renda destinada às famílias já beneficiadas pelo PBF que possuem, em sua composição familiar, crianças de 0 a 6 anos de idade e apresentam renda familiar mensal inferior a R$ 77,00 por pessoa (considerado no cálculo os demais benefícios do PBF).

O atendimento aos critérios de elegibilidade é a porta de entrada do Programa Bolsa Família, porém a permanência da família está franqueada ao cumprimento das condicionalidades do Programa nas áreas de saúde, educação e assistência social. Adicionalmente, atribui-se aos municípios acompanhar e registrar nos sistemas informatizados próprios (Ministério da Educação, Ministério da Saúde e Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS) as informações relativas às condicionalidades das famílias beneficiárias.

Ainda que possa parecer contraditório, o que se verificava, até então, era uma realidade em que famílias pobres e de extrema pobreza, alijada de direitos básicos de cidadania, desconheciam o direito de acesso a políticas universais, tais como educação e saúde. Nesse sentido, os condicionantes impostos pelo PBF têm um sentido pedagógico de orientar essas famílias para seus direitos enquanto cidadão brasileiro.

---

1 Segundo KERSTENETZKY "*o estilo de política social, se focalizada ou universal, revela-se pouco clara na ausência de uma decisão prévia sobre princípios de justiça social que se quer implementar, fazendo, por exemplo, com que se associe automaticamente, e erradamente a meu ver, a universalização com a garantia de direitos sociais e a focalização com noções residualistas de justiça*." (KERSTENETZKY, 2006: p.564)

O Programa está estruturado, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em três eixos principais: (i) transferência direta de renda, a fim de promover melhorias imediatas nas condições de vida das famílias; (ii) reforço do acesso das famílias beneficiárias aos serviços básicos de saúde, educação e assistência social, contribuindo para romper a reprodução do ciclo de pobreza entre as gerações; e (iii) integração com outras ações e programas de governo e da sociedade civil, viabilizando o desenvolvimento das famílias mais vulneráveis. (MDS, 2014:15)

A articulação desses eixos é de fundamental importância para a eficiência do Programa, particularmente para o acompanhamento efetivo das condicionalidades e a manutenção do CadÚnico. Isso exige, por um lado, uma coordenação do ente central, no sentido de articular as ações entre os entes federativos para garantir uma gestão compartilhada e, por outro, uma mudança no modelo organizacional do setor público, que tradicionalmente foi pensado para a execução de políticas setoriais (educação, saúde, segurança publica, assistência social, etc), e que necessita de se reinventar para a execução de uma ação intersetorial articulada.

Neste contexto, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) realiza os seguintes apontamentos sobre essas questões:

> "A implementação do Programa Bolsa Família (PBF) apresenta dois desafios: o da coordenação federativa e o da intersetorialidade. Do primeiro decorre a construção de um modelo de gestão compartilhada com estados e municípios, em que as responsabilidades de cada esfera são definidas e acordadas, buscando uma maior efetividade no atendimento das famílias beneficiárias. Já o desafio da intersetorialidade está presente na concepção de condicionalidades adotada pelo Programa e na articulação de outras ações voltadas para a promoção social das famílias beneficiárias. " (BRASIL, 2010: p. 13)

No Gráfico 01 são apresentados os montantes anuais dos gastos com os benefícios concedidos as famílias com elevada vulnerabilidade social, bem como o número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Em 2003, quando o Programa foi criado, os gastos atingiram R$ 4,22 bilhões, beneficiando cerca de 3,6 milhões de famílias, localizadas em 5.461 municípios. Em 2014 os gastos previstos são de R$ 24,7 bilhões, que deverão beneficiar 14,1 milhões de famílias ou cerca de 60 milhões de pessoas. Sem a sombra da dúvida, é possível afirmar que o PBF alcançou dimensões respeitáveis. Para um dimensionamento da política basta dizer que esses números referentes a cobertura da política equivalem aproximadamente ao conjunto da população de Portugal e Espanha.

Gráfico 01 - Montante dos Recursos Gastos com o Programa e o Número de Famílias Beneficiadas

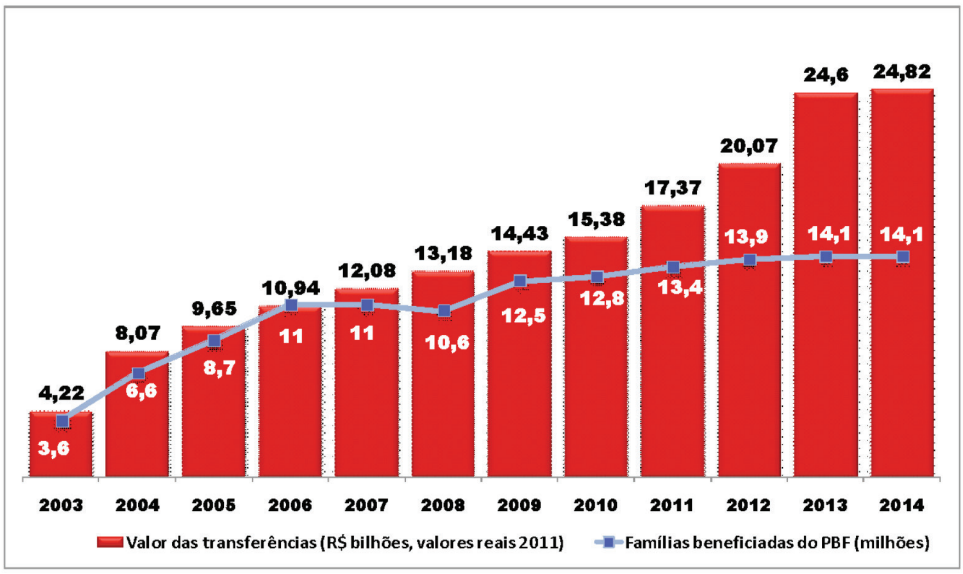

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

É interessante mencionar que nos primeiros dez anos do Programa cerca de R$ 12 bilhões deixaram de ser sacados pelos beneficiários em todo o país, o que equivale aproximadamente 9,5% do total de recursos destinados ao PBF. As razões que explicam esse comportamento são diversas, quais sejam: desistência voluntária, falecimento, bloqueio, acúmulo voluntário, perda de cartão, esquecimento de senha, dentre outros.

O sucesso do Programa Bolsa Família, em termos da relação custo-benefício da política, está diretamente relacionada ao rompimento com a dicotomia historicamente prevalecente entre políticas dos tipos *bottom-up* e *top-down.* As primeiras experiências inspiradoras do Programa referem-se as ações de transferências diretas de renda que foram adotadas em 1995 por governos subnacionais, como o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, em Campinas-SP, a Bolsa Familiar para Educação, em Brasília-DF, o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, de Ribeirão Preto-SP. Em 1996, foi criado o primeiro programa de transferência de renda condicionada federal, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). A despeito de apresentarem baixa efetividade, esses programas apontavam um caminho relevante para o combate a pobreza[2].

O arcabouço conceitual desenvolvido no início dos anos 1990 e que dava sustentação as experiências dos Governos subnacionais era o Programa de Geração de Renda Mínima, cujo o único critério é a renda, enquanto que o Programa Bolsa Família trata-se de um programa de transferência de renda condicionada (PTRC), que exige contrapartida dos beneficiários, em geral, que se engajem em ações em benefício deles mesmos e de suas famílias. (SOARES & SÁTYRO, 2010: p.29)

Todavia, deve-se reconhecer que essas experiências dos governos subnacionais foram bastante relevantes, uma vez que representavam uma alternativa aos modelos de combate a pobreza fortemente centralizados, com políticas fragmentadas e com um orçamento residual. Corrobora para essa assertiva a caracterização do perfil das políticas anteriores ao Bolsa Família realizada por Draibe (2006), como segue:

> "Los programas brasileños dirigidos a los grupos pobres se distinguían, hasta no hace mucho tiempo, por las siguientes características: relativa densidad institucional, pese a la ausencia de una política clara contra la pobreza; la preferencia por la oferta de servicios, y no por transferencias directas (*cash benefits*); fuerte centralización en el gobierno federal; acciones muy fragmentadas y programas discontinuos; ineficacia en términos de resultados para la población necesitada, y sobre todo el acentuado grado de clientelismo con que operaron tradicionalmente." (DRAIBE, 2006: p. 03)

O Gráfico 02 mostra a distribuição das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família por região. Os dados revelam que mais de 50% das famílias beneficiadas pelo Programa residem na região Nordeste do país, seguida pela região Sudeste, com 25,3%, região Norte (11,4%), Sul (7,5%) e Centro-Oeste (5,4%). Os dados mostram que as regiões Nordeste e Sudeste concentram três quartos das famílias beneficiadas pelo PBF.

2 Sobre esses programas ver: SOUSA .& FONSECA (1997); SILVA & YAZBECK & GIOVANNI (2004).

Gráfico 02 - Distribuição de Famílias por Região (dez 2013)

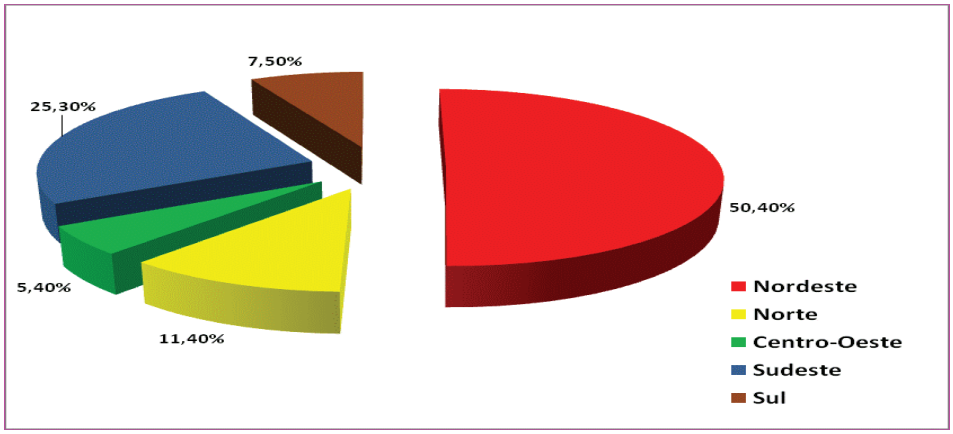

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

A distribuição dos beneficiários do Programa Bolsa Família por idade mostra que as faixas etárias correspondentes as crianças e adolescentes representam praticamente a metade dos benefícios concedidos.

Gráfico 03 - BENEFICIÁRIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA POR IDADE

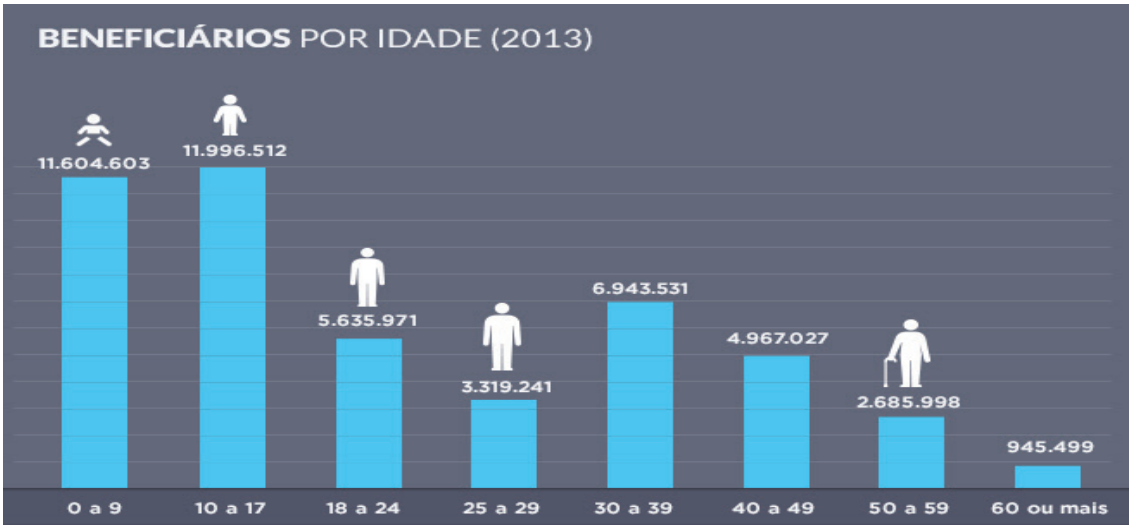

Fonte: Elaborado a partir de informações do MDS

3. O Programa Bolsa Família como Vertente não-contributiva do Sistema de Proteção Social Brasileiro

No Brasil a política pública não contributiva, com caráter de assistência social, é garantida como um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) a todo cidadão brasileiro que atenda aos critérios de elegibilidade da política. Note-se que estão sendo considerados não apenas as políticas públicas de caráter universal como também aquelas focalizadas, como é o caso do Bolsa Família.

Em verdade, o conjunto de programas, serviços e benefícios socioassitenciais ofertados pelo Estado representa, para além de uma obrigação constitucional, um esforço de enfrentamento de um processo histórico e renitente de pobreza e de desigualdades sociais que impede o pleno exercício da cidadania. Em outras palavras, **trata-**

se de um conjunto de direitos civilizatórios, sem os quais a construção da nação brasileira estará permanentemente inconclusa.
Apenas como excesso de zelo científico é necessário diferenciar a política pública contributiva daquela que estamos dando ênfase, que é a política pública não contributiva. Para empreender tal esforço conceitual encontra-se arrimo nas definições propostas por Sposati (2009), quando realiza a seguinte distinção:

> " o sentido é aplicado na proteção social como forma de distinguir a previdência social do seguro social. Os benefícios previdenciários ou do seguro só são acessíveis quando alguém se filia à previdência e recolhe ou paga uma quantia mensal. Portanto, essa proteção é contributiva porque é pré-paga e só se destina aos filiados e não a toda a população. (...)
> A característica de não contributiva quer dizer que não é cxigido pagamento específico para oferecer a atenção de um serviço. O mesmo ocorre no atendimento em uma unidade básica de saúde ou em uma escola. O acesso é custeado pelo financiamento público, cuja receita vem de taxas e impostos. Assim, os custos e o custeio são rateados entre todos os cidadãos. A proteção social não contributiva significa que o acesso aos serviços e benefícios independe de pagamento antecipado ou no ato da atenção. (...)" (SPOSATI, 2009: p. 22).

Neste período de mais de uma década, o Programa Bolsa Família se consolidou como um importante eixo do sistema de proteção social não contributiva do país. Quando o Governo Lula assume politicamente a opção de implementar o Programa Bolsa Família tinha bastante clareza do desafio institucional que deveria enfrentar, já que sua primeira tentativa de implementar um programa dessa natureza, o Programa Fome Zero, foi frustrada e marcada pelo voluntarismo, pela burocracia e pela falta de coordenação federativa.
Dessa forma, era possível antever que o sucesso de uma política de proteção social não contributiva dependeria de uma articulação federativa em torno da proposta de superação da vulnerabilidade social que acometia milhares de famílias brasileiras.
Ao longo de uma década de execução do Programa surgiram inúmeros questionamentos na sociedade brasileira em relação aos possíveis efeitos de uma política, cuja natureza, escopo e alcance eram relativamente singulares no processo histórico das políticas sociais brasileiras. A amplificação de uma política pública não contributiva no Brasil disseminou numa parte da sociedade - a incluída -, a ideia de que havia diversos efeitos negativos associados a uma política dessa natureza. Com efeito apontavam que os benefícios pagos pelo Bolsa Família gerariam distorções no mercado de trabalho e um estímulo à natalidade nas famílias pobres.

4. Análise da Efetividade do Programa Bolsa Família

As mudanças processadas no âmbito da Administração Pública, sobretudo a partir da reforma administrativa de 1995, com a emergência de um padrão de administração por resultados em detrimento de uma gestão burocrática, tornaram exigência sistemática os controles gerenciais e a utilização de mecanismos de análise das políticas públicas, sob critérios de eficiência, eficácia e efetividade.
O **critério de eficácia** avalia se as metas estabelecidas pelo órgão gestor foram atingidas conforme o planejamento realizado. Logo, a avaliação da eficácia de determinado programa está associada apenas a análise do grau de alcance das metas estipuladas, sem a preocupação com os custos envolvidos para a execução da política; o **critério de eficiência** refere-se a um conceito originado nas Ciências Econômicas que significa a melhor relação custo/benefício possível para o alcance dos objetivos estabelecidos no programa, ou seja, trata-se de um critério que analisa não apenas o cumprimento da meta estabelecida, mas considera também a qualidade da execução da política, no que tange as perdas ou desperdícios. Por fim, o **critério de efetividade** enfatiza a avaliação medida pela satisfação do usuário em relação aos produtos e/ou serviços desenvolvidos pelo programa de governo em benefício da sociedade.

A análise da eficácia do Programa Bolsa Família, sob a perspectiva do alcance das metas de cobertura daquelas famílias que atendem os critérios de elegibilidade, deve ser pensada em três momentos, uma vez que o Programa estabeleceu desde a sua implementação três metas de atendimento. A primeira meta previa a inclusão de 11,1 milhões de famílias, definida com base nas informações da PNAD/IBGE 2004, sendo atingida em junho de 2006.

A segunda meta foi proposta em abril de 2009, a partir de informações dos Mapas da Pobreza, tendo previsto o atendimento de 12,9 milhões de famílias. Essa segunda meta foi atingida em fevereiro de 2011. A terceira meta é mais ambiciosa do que as anteriores, lançada em 2011, visa incorporar em conjunto com o Plano Brasil sem Miséria, aproximadamente, 600 mil famílias extremamente pobres, porém analfabetas, desconhecedoras dos seus direitos sociais e espalhadas pelos rincões do país. De acordo com dados oficiais do MDS, 1,35 milhão de famílias extremamente pobres já foram incluídas no Cadastro Único e imediatamente no Bolsa Família no período compreendido entre junho de 2011 a setembro/2014.

Neste contexto, é crível afirmar que pelo critério da eficácia o Programa Bolsa Família atingiu todas as suas metas e que, portanto, trata-se de um programa eficaz.

Já a análise do Programa Bolsa Família pelo critério de eficiência econômica, isto é, análise do custo-benefício, aponta para um programa extremamente eficiente. De acordo com informações do MDS, atualmente 14.047.474 milhões de famílias são beneficiárias do Programa (Gráfico 01), cuja dotação orçamentária prevista para esse ano de 2014 é de R$ 24.820.275.690,00 bilhões. Esse montante, embora insuficiente para as pretensões do Programa de erradicar a pobreza no Brasil e flagrantemente irrisório se comparado em proporção do total da receita da União, dado que representa menos de 1% da arrecadação prevista, se constitui, de fato, uma política de grande alcance social e muito barata para o Governo. Logo, a análise da relação-custo-benefício aponta para uma eficiência da política. Adicionalmente, o mais grave é que o total de recursos orçamentários destinados ao Programa corresponde apenas 3,8% do total de recursos destinados para o pagamento dos serviços e refinanciamento da dívida pública federal, interna e externa, cuja previsão orçamentária para 2014 é de R$ 654,8 bilhões.

Deve-se notar que a gravidade vai além das desproporcionalidades de dotações orçamentárias, uma vez que para o refinanciamento da dívida pública federal é necessário um forte esforço para a geração de superavit primário, que é obtido através de uma tributação altamente regressiva, que afeta diretamente as famílias pobres. Logo, o Estado brasileiro age, no limite, como uma espécie de "Robin Hood às avessas", retirando renda dos pobres e promovendo a transferência de renda para os ricos.

Quanto à efetividade do Programa Bolsa Família, a análise deve ser pautada pela avaliação de algumas das dimensões que impactam diretamente as famílias consideradas pobres e de extrema pobreza. Nesse sentido, a análise estará focalizada em cinco pontos considerados essenciais na avaliação do Programa: a efetividade do desenho da política (articulação federativa e mobilidade social), os condicionantes (educação e saúde) e efeitos colaterais (empoderamento de gênero).

Em relação a articulação federativa nota-se um grande esforço para manter os parâmetros de um federalismo cooperativo, conforme preconizado pela Constituição Federal de 1988. O desenho e o financiamento da política são realizados pelo Governo Central, porém cabe um papel extremamente importante ao menor ente federativo no Brasil - o município -, que é a identificação e atualização das bases de informações (CadÚnico) sobre os beneficiários do Programa. A Caixa Econômica Federal é o Agente Operador do Programa Bolsa Família.

Neste contexto, dois pontos merecem destaque. Primeiro, o Programa cumpre com uma premissa básica das políticas públicas de redistribuição de renda, que devem ser promovidas pelo Governo Central. Entretanto, a articulação federativa e a relevância da ação atribuída ao ente subnacional garante uma gestão descentralizada. Segundo, o cartão cidadão, instrumento utilizado para a transferência direta de recursos para os beneficiários, rompeu com o *efeito flypaper* tão característico nas políticas públicas brasileiras, em que os recursos destinados aos beneficiários vão se perdendo ao longo da burocracia estatal e chegam em montantes irrisórios ao beneficiário dos programas.

A premissa básica na formulação do Programa é a promoção da mobilidade social, isto é, que as famílias que estão na condição de extrema pobreza e na pobreza avancem para uma situação mais digna, por meio de uma

mudança estrutural, daí a exigência dos condicionantes da política. O processo de mobilidade social promovido pelo Programa Bolsa Família tem sido bastante lento. Ainda que a pobreza multidimensional crônica no Brasil tenha caído de 8,3% para 1,1% da população, no período entre 2002 e 2013, apenas 1,7 milhão de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família apresentaram crescimento da renda e deixaram o Programa entre 2004 e 2013. De acordo com dados do MDS, do grupo de 6,6 milhões de famílias beneficiadas em 2004, cerca de 522 mil ainda permanecem dependente do Programa.

No âmbito do Programa Bolsa Família a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza é esperada por meio das condicionalidades, que reforçam o exercício de direitos sociais nas áreas da saúde e da educação.

A contrapartida exigida das famílias beneficiárias na área da saúde está diretamente relacionada ao reconhecimento de que as iniquidades em saúde não podem ser combatidas sem que as iniquidades sociais também o sejam. Daí a lógica de construção de intervenções coordenadas e coerentes entre si, capazes de potencializar a redução da vulnerabilidade e da desigualdade (Brasil, 2008; Magalhães Junior & Jaime & Lima, 2013).

O acompanhamento sistemático do cumprimento das condicionalidades da área de saúde é realizado através do Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde. O indicador geral de efetividade é dado pelo número de famílias com perfil saúde que apresentam informações das condicionalidades de saúde dividido pelo número total de famílias do PBF com perfil saúde.

A análise das informações referentes ao acompanhamento das condicionalidades de saúde do PBF mostra um aumento de 35 pontos percentuais na cobertura de atendimento em saúde das famílias (acompanhamento do calendário de vacinação, do crescimento e do desenvolvimento das crianças menores de 7 anos e do pré-natal de gestantes). Na 1ª vigência/semestre de 2006, do total de 7.338.833 famílias beneficiárias com perfil para acompanhamento das condicionalidades de saúde, 38% foram acompanhadas. O último levantamento mostra que, no 2º semestre de 2013, 73,44% das famílias foram acompanhadas (cerca de 8,7 milhões), em um universo de 11.845.101 famílias beneficiárias com perfil saúde. Além disso, 7 milhões de crianças compuseram o público para acompanhamento de vacinação, peso e altura, sendo que, destas, 73,07% (5,1 milhões) foram acompanhadas. Dessas crianças que foram acompanhadas, 98,6% (5 milhões) ficaram com vacinação em dia. Com relação às gestantes, do total de 198 mil gestantes localizadas, 99 % (196 mil) tiveram pré-natal realizado. Este resultado é o maior da série histórica do acompanhamento. (MDS: Relatório de Gestão, 2014)

As informações mostram que a condicionalidade da saúde, imposta pelo Programa Bolsa Família, apresentam resultados positivos, sobretudo por ampliar o acesso de famílias pobres a um direito universal consagrado na Constituição.

No que tange a transferência monetária direta às famílias, condicionada pela freqüência nas aulas, tem como pressuposto básico que a superação da vulnerabilidade social depende fundamentalmente da elevação do nível de escolaridade, uma vez que a educação proporciona aos indivíduos a ampliação das oportunidades e maiores rendimentos.

Para analisar a efetividade das condicionalidades na área de educação serão observados o comportamento de dois indicadores. i) número de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos de famílias beneficiárias do PBF com frequência escolar registrada acima do mínimo dividido pelo número total de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos de famílias beneficiárias do PBF com frequência escolar acompanhada; ii) número de jovens de 16 e 17 anos de famílias beneficiárias do PBF com frequência escolar registrada acima do mínimo dividido pelo número total de jovens de 16 e 17 anos de famílias beneficiárias do PBF com frequência escolar acompanhada. A base de dados para a pesquisa consta no Sistema de Acompanhamento da Freqüência Escolar do Programa Bolsa Família (Sistema Presença).

De acordo com as informações do Sistema de Presença sobre a frequência escolar dos beneficiários do PBF, referentes ao final de 2013, houve o registro de freqüência de 16,1 milhões de crianças e jovens (de 6 a 17 anos), o que representou 92,2% do público de 17,4 milhões de beneficiários nesta faixa etária do PBF e 38% de todos os estudantes matriculados em escolas públicas no Brasil, de acordo com os dados do Censo Educacional de 2012. Do total de crianças e adolescentes acompanhados, 95,87% cumpriram a condicionalidade de educação, ou seja, tiveram frequência igual ou superior a 85% (crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos) e 75% (jovens de 16 e 17 anos). (BRASIL, 2014)

A análise da efetividade dos condicionantes da área de educação, realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social, aponta que a educação das crianças e jovens beneficiários do PBF melhorou e que o Programa tem impactos positivos sobre a educação dos beneficiários. Os resultados mostraram que os alunos PBF permanecem mais na escola, um dos maiores objetivos do Programa, com uma taxa de abandono, tanto na Educação Fundamental quanto no Ensino Médio, sempre menor para os beneficiários do PBF. Outro aspecto digno de destaque é que a taxa de aprovação dos alunos do Ensino Fundamental do Bolsa Família melhorou e já se aproxima do patamar dos demais da rede pública. No Ensino Médio, os alunos beneficiários possuem aprovação maior do que os demais da rede pública, mesmo no resultado nacional. (BRASIL, 2014: p. 79)

A despeito dos números referentes à educação serem bastante positivos é forçoso o reconhecimento de que as deficiências e a baixa qualidade da educação no Brasil não tem contribuído de maneira efetiva para o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza. Em outras palavras, a transferência de renda condicionada a freqüência escolar se mostra uma condição necessária, porém insuficiente para o definitivo rompimento do ciclo da pobreza.

Por fim, uma outra análise pertinente em relação ao Programa Bolsa Família se refere aos efeitos colaterais, isto é, aqueles não necessariamente objetivados. Para efeito das pretensões do artigo, buscou realçar um fenômeno pouco explorado pelos pesquisadores que é o enfoque de gênero adotado pela política, sobretudo a centralidade da maternidade.

Ao legitimar as mulheres como representantes legais para o recebimento dos benefícios, reconhece, por um lado, a feminização da pobreza, uma vez que as mulheres chefes de família em condições de pobreza sofrem com maior intensidade os impactos das precárias condições econômicas. Por outro lado, a gestão dos recursos pelas mulheres, através da compra dos itens de alimentação e materiais escolares para seus filhos e, ainda, de produtos básicos para a manutenção da casa, garante maior efetividade do Programa. (PEIXOTO, 2010)

Por fim, mas não menos importante, deve ser ressaltado que a transferência direta de renda, substrato do Programa Bolsa Família, tem promovido mudanças nas subjetividades das mulheres, particularmente nos aspectos de empoderamento (*empowerment*) e de possibilidade de libertação da opressão conjugal tão presentes nas regiões pobres e atrasadas do Brasil. (LEÃO REGO & PINZANI, 2013)

Nesta perspectiva, ressalta-se que 93% das famílias beneficiadas têm mulheres como responsáveis, 73% são famílias negras (pretas ou pardas) e 68% das famílias têm mulheres negras como responsáveis.

5. Considerações Finais

A pobreza no Brasil tem gênero, cor e localização. Os dados do CadÚnico e do Programa Bolsa Família revelam que a maioria dos beneficiários são mulheres, da raça negra e estão concentrados na região Nordeste do país.

A avaliação do Programa, no entanto, aponta para certas ambiguidades. Se o foco da análise for o tamanho, avaliado pelo parâmetro de quantidade de famílias atendidas, o Programa surpreende com os 14,1 milhões de famílias beneficiárias, quantidade superior a população de muitos países. Igualmente surpreende a avaliação dos recursos disponibilizados para uma política dessa dimensão, considerando que os gastos médios e total com são modestos, bem menos do que 1% do PIB brasileiro.

O relativo sucesso do Programa Bolsa Família em minorar o sofrimento de milhões de pessoas miseráveis esconde ainda assim, alguns novos problemas que as políticas sociais de tipo focalizadas trazem. Um dos aspectos a considerar é que tais políticas implicam por vezes o abandono relativo ou a mera substituição de políticas universais, consideradas muito dispendiosas e assim, tais políticas podem se transformar em políticas de funcionalização da pobreza. (Gennari & Albuquerque, 2012)

Diante desse quadro e como guisa conclusiva, é importante reconhecer que a redução das desigualdades e a erradicação da pobreza são desafios hercúleos no Brasil e que as ações do Programa Bolsa Família ainda são insuficientes para tais enfrentamentos. A inclusão produtiva, por meio do aumento das oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres ainda é precária. Em 10 anos apenas 1,7 milhão de famílias deixaram o programa porque tiveram aumento de renda, o que mostra uma mobilidade social muito lenta para a erradicação da pobreza.

6. Bibliografia

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (2010) **Guia de Acompanhamento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família**. Brasília-DF.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (2014) **Relatório de Gestão 2013**. Brasília-DF.

DRAIBE, Sonia. (2006) Brasil: Bolsa-Escola y Bolsa Família. **Transferencias con corresponsabilidad. Una mirada latinoamericana**, Cap. III. México D. F., FLACSO sede México.

GENNARI, Adilson & ALBUQUERQUE, Cristina. (2012) **Políticas públicas e desigualdades sociais: debates e práticas no Brasil e em Portugal**. São Paulo: Cultura Acadêmica.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. (2006) **Políticas Sociais: focalização ou universalização**. Revista de Economia Política, v. 26, n. 4, p. 564-574.

MAGALHÃES JUNIOR, Helvécio Miranda & JAIME, Patrícia Constante & LIMA, Ana Maria Cavalcante de. O papel do setor saúde no Programa Bolsa Família: histórico, resultados e desafios para o sistema Único de Saúde. In: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. (Orgs.) (2013) **Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania.** Org.: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. – Brasília : Ipea.

PEIXOTO, F. L. S. (2010) **Os significados do Programa Bolsa Família na Vida das Mulheres: um estudo na comunidade Morro da Vitória**. Tese de Doutorado.

Publicação On-line. SOUSA, A. M.& FONSECA, A. M. M. (1997) O debate sobre renda mínima: a experiência de Campinas. In: **São Paulo em perspectiva**, n. 11, vol. 4. 1997. Disponível em: «http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v11n04/v11n04_03.pdf». (consultado em 12-12-2014).

SILVA, O. M. S. & YAZBECK, M. C. & GIOVANNI, G. (2004) **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez.

SOARES, Sergei & SÁTYRO, Natália. (2010) O Programa Bolsa Família: desenho institucional e possibilidades futuras. in: CASTRO, Jorge Abrahão de & MODESTO, Lúcia (orgs.). **Bolsa família 2003-2010 : avanços e desafios.** Brasília : Ipea.

SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. in: **Concepções e Gestão da Proteção Social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Unesco, 2009.

Desenvolvimento humano e convergência de renda: evidências para a região Nordeste do Brasil no período de 1991 a 2010[1]

Luiz Eduardo Vasconcelos Rocha
Professor Associado do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de São João Del Rei – Brasil. E-mail: levrocha@ufsj.edu.br

Tacyana Carvalho
Graduanda em Ciências Econômicas na Universidade Federal de São João Del Rei – Brasil, bolsista de iniciação científica PIBIC/FAPEMIG e aluna visitante na Universidade de Coimbra – Portugal. E-mail carvalho.tacyana@yahoo.com.br

Resumo: A promulgação da constituição federal brasileira de 1988, juntamente com a estabilização monetária e a consolidação da democracia, alterou a concepção de estado no que diz respeito a sua atuação na área socioeconômica, condicionando as políticas públicas desde então. Dentro deste contexto, o trabalho, primeiramente, a partir dos indicadores do Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e da Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE), analisou comparativamente a dinâmica do desenvolvimento humano na Região Nordeste do Brasil, no período de 1991 a 2010, classificando os municípios em grupos homogêneos e identificando as disparidades regionais. Posteriormente, analisou-se a hipótese de convergência da renda *per capita* municipal, utilizando, para tanto, os testes σ-convergência, Drennan e Lobo e β-convergência absoluta e condicional. Todos os testes demonstraram um lento processo de convergência. No teste β-condicional, que incluiu os subíndices *educação* e *longevidade* do IDH-M como variáveis independentes, observou-se que, além do aumento da velocidade do processo de convergência de renda, os municípios com características socioeconômicas iniciais distintas, convergem também de forma lenta, para estados estacionários diferentes no longo prazo. Concluiu-se que, para existir equalização do nível de renda na região, seria necessário que, através da adoção de políticas públicas, ocorresse uma redução das disparidades socioeconômicas entre os municípios.
Palavras-Chave: Políticas Públicas, Desenvolvimento Humano, Convergência de Renda.

1. INTRODUÇÃO

O tema do presente grupo de trabalho, "Desigualdades e Políticas Públicas", pode ser analisado sob diversos prismas e, no caso da sociedade brasileira, se reveste de grande importância na medida em que, desde o início de sua história republicana, o país não tem conseguido reverter a sua heterogeneidade espacial, social e econômica. No que diz respeito à desigualdade, o trabalho se propõe a analisar, no período das últimas três décadas, as disparidade das condições de vida dos municípios da região Nordeste do Brasil e como essas disparidades sociais poderiam condicionar o possível processo de convergência das rendas per capitas dos municípios neste período. No que se refere às políticas públicas, o trabalho, sem querer aprofundar o tema e a título de contextualização, descreve de forma sucinta o importância da nova constituição de 1988 que, ao promover a descentralização politico-administrativa e financeira entre os entes da federação, condicionou a gestão das políticas sociais desde então.

O Brasil, pais de dimensões continentais constituído por cinco macrorregiões, vinte e sete estados e cinco mil

1 O trabalho foi desenvolvido dentro das atividades do projeto de pesquisa "Abordagem das capacitações, desenvolvimento humano e convergência de renda: uma análise para os municípios do estado de Minas Gerais", coordenado pelo primeiro autor e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais (FAPEMIG), Edital Universal 2012.

e quinhentos e sete municípios, apresenta desigualdades econômicas e sociais inter e intra-regionais. A região sudeste, a mais desenvolvida no ano de 2011, concentrou 55,4% do produto interno bruto do país, seguida pelas regiões Sul, 16,2%, Nordeste, 13,4%, Centro Oeste, 9,6% e, finalmente a região Norte com 5,4%. Quando se observa o produto per capita, para o mesmo período, o Sudeste apresenta o maior valor, R$ 28.350,39, sendo que a ordenação para as demais regiões se altera, com o Centro Oeste apresentando renda equivalente a 0,98% do Sudeste, a região Sul, 0,86%, Norte, 0,48% e, finalmente, o Nordeste com apenas 0,37%. Essas informações das Contas Nacionais (2013) demonstram a desigualdade da sociedade brasileira, que vem persistindo ao longo do tempo, e a posição da Região Nordeste, tema de nosso estudo, como a mais pobre do país. O Nordeste, constituído por nove estados e mil setecentos e noventa e quatro municípios, além da desigualdade inter-regional, apresenta também altas disparidades internas de seus indicadores socioeconômicos. Por exemplo, as rendas per capitas dos estados do Piauí e Maranhão, os mais pobres, representam apenas 0,62% da renda do estado de Sergipe, o mais rico. O tema do presente estudo, como já foi ressaltado, é justamente verificar se, nas últimas décadas, ocorreu um processo de convergência das rendas per capitas dos municípios da região.

As políticas públicas, cada qual com seu propósito e fundamentação ideológica, têm, ao longo da história republicana, norteado as ações para reverter ou minimizar as desigualdades regionais no país. Neste processo, cabe ressaltar as alterações que a constituição de 1988 promoveu nas intervenções dos entes federados na saúde, educação, finanças e demais setores da administração pública. Em síntese, segundo Souza & Carvalho (1999), a constituição de 1988, elaborada em um período de redemocratização política, promoveu a descentralização político-administrativa e financeira, levando ao aumento da autonomia das instâncias subnacionais, estados e municípios, de poder. Se, por um lado, a descentralização proporciona o aumento do espaço de participação da sociedade local na administração e da possibilidade da implementação de inovações nos programas sociais e na sua gestão, por outro lado, a diversidade política, econômica e social dos entes federados, principalmente em relação aos municípios, pode, para muitos, comprometer a capacidade de elaborar e executar as intervenções descentralizadas das políticas públicas. Esse tema tem sido bastante discutido nas ciências sociais brasileiras e, de certa forma, a descentralização em uma estrutura administrativa e financeira dos municípios bastante desigual, em vez de contribuir para a queda da desigualdade pode, na verdade, reforçá-la.

A introdução de aspectos institucionais, geográficos e culturais nos modelos de convergência de renda per capita e o uso da econometria espacial permitiram o aperfeiçoamento dos estudos inerentes a esta temática. No que concerne a este assunto, inúmeros trabalhos são relevantes, no entanto vale destacar os trabalhos de Silva *et. al.* (2005), Azzoni *et. al.* (2001), Ferreira (2000) e Porto Junior & Ribeiro (2003). Tais estudos são importantes uma vez que são instrumentos de referência na área de estudo em questão. Somado a isto, cabe salientar que a econometria espacial exerce um papel crucial, visto que possibilita por meio de ferramentas de análise espacial verificar se os municípios da região Nordeste estão convergindo para um mesmo estado estacionário no longo prazo, sinalizando então uma convergência absoluta e/ou se os municípios cujas economias são distintas convergem para estados estacionários diferentes, indicando, portanto uma convergência condicional.

Em virtude do que foi exposto, o presente trabalho objetiva analisar as condições de vida dos municípios da região Nordeste por intermédio da nova metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M), e identificar o quanto este influencia no processo de convergência condicional da renda per capita da região do Nordeste no período de 1991 a 2010. Tendo como objetivo um aprofundamento do processo da hipótese de convergência da renda per capita municipal, serão realizados também os testes σ-convergência, Drennan e Lobo e β-convergência absoluta e condicional.

Dado o quão heterogêneo é o Brasil, apresentar um trabalho sobre crescimento econômico ou sobre convergência de renda que não contemple tais diferenças é uma forma de representar a realidade de maneira equivocada. Diante disso, esta característica sugere a inclusão de técnicas econométricas espaciais que leve em consideração as questões espaciais (dependência e heterogeneidade) no processo de investigação de convergência de renda entre regiões e municípios. Para tanto, utiliza-se a Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE) que procura descrever a distribuição das características regionais, verificando a existência de regimes espaciais e a formação de padrões de associação espacial (*cluster* espacial). Além da presente introdução, o trabalho é constituído de mais três partes. A próxima seção tratará da metodologia utilizada, a outra irá descrever os resultados e por último serão apresentados alguns comentários a título de conclusão do trabalho.

2. METODOLOGIA

Segundo os objetivos propostos, torna-se recomendável utilizar-se do método da pesquisa analítica, que, segundo Martins (1994), recorre a técnicas de coletas de dados, tratamento estatístico e a sua interpretação buscando caracterizar determinados fenômenos para estabelecer relações entre fatos e variáveis. Nesta perspectiva, serão descritos neste tópico a metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), a justificativa para a utilização da análise exploratória de dados espaciais (AEDE), os modelos de convergência de renda e, finalmente, a fonte dos dados e a divisão do Nordeste.

2.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

Desde sua criação, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), formulado inicialmente para medir o desenvolvimento de países, tem apresentado alterações metodológicas relacionadas à dinâmica do desenvolvimento, à disponibilidade de dados e à análise de unidades administrativas municipais.

Em virtude disso, o Atlas do Desenvolvimento Brasileiro (PNUD, 2013) adaptou a metodologia do IDH para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos municípios brasileiros a partir de dados provenientes do Censo. A partir da metodologia adotada, por meio de uma compatibilização das áreas municipais entre 1991, 2000 e 2013, devido a divisões administrativas ocorridas no período, foi possível recalcular o IDHM, possibilitando uma comparação temporal e espacial do desenvolvimento municipal no Brasil. O IDHM brasileiro, seguindo a mesma composição do IDH global, é composto de três características sintéticas que representam o bem-estar: o padrão de vida, representado pela renda *per capita*; um componente de conhecimento, representado pelo acesso dos indivíduos ao sistema de educação formal; e a longevidade, representada pela expectativa de vida (PNUD, 1990). A partir da definição de limites máximos e mínimos para as três características sintéticas e do cálculo dos índices percentuais dos indicadores é possível obter os índices parciais da renda, da longevidade e da educação.

Para o cálculo do IDHM dos municípios do Nordeste admitem-se as seguintes limitações para os indicadores, utilizadas pelo Atlas de Desenvolvimento Humano do PNUD (PNUD, 2013). Os limites superiores e inferiores associados ao indicador de longevidade I^i_{long} são 85 e 25 anos. Os valores relativos ao indicador do padrão de vida I^i_{rem} ajustados pelas funções logarítmicas apresentam o intervalo entre R$ 8,00 e R$ 4033,00 como *renda per capita* mensal. E o indicador de educação I^i_{edu} , que apresentou a principal alteração metodológica, tem o intervalo de abrangência limitado entre zero e cem e a particularidade de ser dividido em dois componentes: o fluxo escolar da população jovem, ponderada por $2/3$ do peso relativo deste indicador, e a escolaridade da população adulta, ponderada pelo peso restante de $1/3$. O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo. A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com o ensino fundamental completo.

Os índices dos indicadores são definidos da seguinte forma:

$$I^i_j = \frac{O^i_j - l_j}{L_j - l_j} \qquad (1)$$

Onde I^i_j representa o índice do indicador j para a região i, O^i_j refere-se à observação do indicador j para a região i, e, finalmente, L_j e l_j representam, respectivamente, os limites superiores e inferiores definidos para os indicadores.

O IDHM é obtido através da média geométrica dos indicadores de renda, longevidade e educação, representado pela equação:

$$IDHM = \sqrt[3]{I_{ren} \cdot I_{long} \cdot l_{edu}} \qquad (2)$$

2.2. Análise exploratória de dados espaciais

As análises exploratórias de dados espaciais (AEDE) são fundamentais para estudar os diversos fenômenos entre regiões, entre eles os socioeconômicos, levando-se em consideração o relacionamento e a distribuição dos dados no espaço. Essas análises, em geral, podem diagnosticar dois efeitos distintos: dependência e heterogeneidade espaciais. Para implementar a AEDE, serão utilizados a **Autocorrelação Global Univariada**, através do I de Moran que identifica a autocorrelação entre os indicadores de desenvolvimento, e também os **Indicadores Locais de Associação Espacial** (LISA) que buscam identificar agrupamentos espaciais significantes de valores similares em torno da observação (regiões). Tendo em vista o vasto conhecimento na economia regional e pela limitação de espaço, essas metodologias não serão apresentadas no presente trabalho. Esses métodos são descritos detalhadamente em Almeida (2007).

2.3 Modelos de convergência de renda

A presente seção descreve a especificação dos modelos de convergência de renda per capita, proposta por Barro & Sala-I-Martin (1992), discutidos na introdução, quais sejam, β-convergência (absoluta e condicional), s -convergência e o teste de *Drennan e Lobo*.

2.3.1. *β*-convergência e econometria espacial.

Ao trabalhar com modelos econométricos para regiões surge a necessidade de identificar e fornecer a devida atenção aos efeitos da dependência espacial, principalmente da heterogeneidade e a autocorrelação espacial. Afinal, a dependência espacial é uma violação do pressuposto da independência dos termos de erro, uma vez que esta significa que o valor de uma variável de interesse em determinada região, no nosso caso o IDH-M e seus subíndices, dependa do valor dessa mesma variável nas regiões vizinhas.

A hipótese de β-convergência absoluta, para análises de dados *cross-section*, pode ser testado através de um modelo de regressão simples, em que se estima a taxa de crescimento da renda *per capita* em relação ao valor inicial da renda do município pelo método dos mínimos quadrados ordinários. A equação deste teste pode ser expressa por:

$$\frac{1}{T}\ln\left(\frac{Y_{it}}{Y_{i,0}}\right) = \beta_1 + \beta_2 \ln(Y_{i,0}) + \mu_i \qquad (3)$$

em que Y_{it} e $Y_{i,0}$ representam, respectivamente, as rendas *per capita* para os períodos final e inicial; t representa o número de anos entre os períodos inicial e final da amostra; e μ_i é o termo de erro estocástico ou aleatório. O lado esquerdo da equação corresponde à taxa de crescimento da renda e no caso de uma correlação negativa entre essa taxa e a renda inicial, onde μ_i assume valor negativo, observa-se a existência de β-convergência absoluta. Isso significa que existe um único estado estacionário para onde todos os municípios tendem e esse estado será atingido quando ocorrer a igualdade dos indicadores. Sendo assim, quanto menor a renda *per capita* dos municípios maior o seu crescimento, na medida em que a renda inicial é baixa e o estado estacionário é constante para todos. Em outras palavras, a renda per capita das regiões convergem no longo prazo para o mesmo estado estacionário independente de sua condição inicial.

A equação (3), apresentada anteriormente, pode ser alterada para incorporar outras características importantes da dinâmica de crescimento. Neste caso, passa-se a utilizar o modelo de β-condicional, especificado da seguinte forma:

$$\frac{1}{T}\ln\left(\frac{Y_{it}}{Y_{i,0}}\right) = \beta_1 + \beta_2 \ln(Y_{i,0}) + \partial X + \mu_i \qquad (4)$$

em que X representa um vetor de variáveis relativas a outras características relacionadas ao crescimento, onde serão incluídos, na presente pesquisa, os subíndices educação e longevidade do IDHM.

A ocorrência da β-convergência condicional é observada quando há uma relação negativa entre a taxa de crescimento da renda e o seu valor inicial, β_2 negativo, após controlada as diferenças municipais com relação

as demais variáveis incluídas em X, com δ diferente de zero. Neste caso, a ocorrência de β-convergência condicional não significa que as desigualdades estão reduzindo ao longo do tempo. Ao contrário, significa que os municípios tendem para uma situação de equilíbrio de longo prazo em que, por apresentarem diferenças estruturais, irão convergir para estados estacionários também diferentes e, consequentemente, perdurar as disparidades regionais.

Segundo Perobelli et. al. (2007), "modelos que buscam captar questões inerentes a efeitos de *spillover* entre unidades espaciais devem considerar explicitamente componentes espaciais em sua forma funcional". Na medida em que a presente pesquisa pretende justamente captar esses efeitos espaciais, os modelos tradicionais de convergência, descritos pelas equações (3) e (4), não podem ser estimados por intermédio do método dos mínimos quadrados ordinários, correndo o risco das estimativas serem inconsistentes e/ou ineficientes.

Ao se rejeitar a hipótese de ausência de autocorrelação espacial, torna-se recomendável optar pelos procedimentos adotados nas aplicações de econometria espacial para especificar as equações de convergência da renda *per capita*. Entre os modelos mais utilizados, serão utilizados, na presente pesquisa, o *erro espacial* e a *defasagem espacial.*

2.3.1.1. Modelo de Erro Espacial.

O modelo de correção de erro é especificado substituindo o termo de erro das equações (3), β-convergência absoluta, e (4), β-condicional, pelo termo descrito a seguir:

$$\mu_i = \lambda W \mu_i + \varepsilon_i \qquad (5)$$

onde λ represente o coeficiente de erro escalar e ε_i o termo de erro, assumindo a hipótese de distribuição normal, com média zero e variância constante. Substituindo a equação (5) nas equações (3) e (4) temos a forma funcional do modelo de regressão espacial, respectivamente, para as convergências β-absoluta e β-condicional:

$$\frac{1}{T}\ln\left(\frac{Y_{it}}{Y_{i,0}}\right) = \beta_1 + \beta_2 \ln(Y_{i,0}) + \left(I - \lambda W\right)^{-1} \varepsilon_i \qquad (6)$$

$$\frac{1}{T}\ln\left(\frac{Y_{it}}{Y_{i,0}}\right) = \beta_1 + \beta_2 \ln(Y_{i,0}) + \partial X + \left(I - \lambda W\right)^{-1} \varepsilon_i \qquad (7)$$

W é a matriz de contigüidade utilizada na estatística de Moran, descrita anteriormente no tópico de análise espacial. Quando o valor de λ for igual à zero, obviamente não haverá autocorrelação espacial do erro. Por outro lado, segundo Rey & Montouri (1999), quando λ for diferente de zero, um choque em uma unidade geográfica se espalha não só para os vizinhos próximos, mas para todas as outras unidades. Segundo Perobelli et. al. (2007), "esse tipo de dependência espacial poderia ser resultante de efeitos não-modelados que fossem aleatoriamente distribuídos através do espaço".

2.3.1.2. Modelo de Defasagem Espacial.

No modelo de defasagem espacial, acrescenta-se nas variáveis explicativas das equações (3) e (4) o componente $\rho W \ln\left(Y_{it}/Y_{i0}\right)$, que representa a média dos valores da taxa de crescimento das unidades espaciais vizinhas. Neste caso, a forma funcional do modelo de regressão espacial, respectivamente, para as convergências β-absoluta e β-condicional é representada por:

$$\frac{1}{T}\ln\left(\frac{Y_{it}}{Y_{i,0}}\right) = \beta_1 + \beta_2 \ln(Y_{i,0}) + \rho W \ln\left(Y_{it}/Y_{i0}\right) + \mu_i \qquad (8)$$

$$\frac{1}{T}\ln\left(\frac{Y_{it}}{Y_{i,0}}\right) = \beta_1 + \beta_2 \ln(Y_{i,0}) + \partial X + \rho W \ln\left(Y_{it}/Y_{i0}\right) + \mu_i \qquad (9)$$

Espera-se ρ, coeficiente de defasagem espacial, assuma valor positivo, sugerindo a existência de autocorrelação positiva. A justificativa para isso é que o crescimento das regiões vizinhas tenda mais a contribuir para o crescimento econômico do que o contrário.

2.3.2. Teste de σ-convergência.

O teste consiste em verificar a dispersão da renda *per capita* dos municípios de uma dada região, no caso os municípios da região do Nordeste, em sucessivos anos. A condição suficiente de σ-convergência é a ocorrência do decréscimo da dispersão, medida, no presente trabalho, pelo coeficiente de variação (CV), calculado pela razão entre o desvio-padrão e a média aritmética da renda *per capita* das regiões.

2.3.3. Teste de Drennan e *Lobo*.

O teste proposto por Drennan e Lobo (1999) visa verificar a ocorrência de β-convergência absoluta, através da hipótese de independência entre dois eventos A e B, que são definidos em função da renda *per capita* inicial e de sua taxa de crescimento.

Supondo que o evento A represente a razão da renda *per capita* dos municípios, Y_{it}, e a renda *per capita* da região do Nordeste, Y_{NEt}, no período t. O resultado A1 ocorrerá quando a razão for menor que um e A2 quando for maior que um. Neste caso:

$$A1 = \frac{Y_{it}}{Y_{NEt}} \langle\ 1 \qquad (10)$$

$$A2 = \frac{Y_{it}}{Y_{NEt}} \rangle\ 1 \qquad (11)$$

O evento B representa a razão entre a taxa de crescimento da renda do município, G_i, e a taxa de crescimento da renda da região do Nordeste, G_{NE}, entre t e T (T $\rangle$ t). O evento B1 ocorrerá quando essa razão for menor que 1 e B2 quando for maior que 1, representados por:

$$B1 = \frac{G_i}{G_{NE}} \langle\ 1 \qquad (12)$$

$$B2 = \frac{G_i}{G_{NE}} \rangle\ 1 \qquad (13)$$

A partir das notações acima é possível montar uma matriz 2x2 com o evento A na linha e o B nas colunas, permitindo identificar a ocorrência de ambos simultaneamente. As probabilidades conjuntas são obtidas dividindo cada entrada da matriz pelo número total de municípios. A partir desta nova matriz é possível estimar as probabilidades condicionais usadas para testar a hipótese de convergência, comparando o Z com o $Z_{CRÍTICO}$ para determinado nível de significância.

A probabilidade do evento B e representado por:

$$p = P\left(B/A\right) = \frac{P(B \cap A)}{P(A)} \qquad (14)$$

Os eventos A e B são independentes quando $P\left(B/A\right) \neq P(B)$. O teste Z é efetuado sob as seguintes hipóteses em relação aos eventos A e B:

$$H_0: P\left(B/A\right) = P(B) \quad (15)$$

$$H_a: P\left(B/A\right) \neq P(B) \quad (16)$$

A estatística Z do teste é calculada da seguinte forma:

$$Z = \frac{p - \pi}{\sigma} = \frac{P(A/B) - P(B)}{\sigma} \quad (17)$$

Onde p é a probabilidade condicional, e o $\pi = P(B)$ é o erro padrão da proporção representado por:

$$\sigma = \sqrt{\frac{p(1-p)}{n}} \quad (18)$$

onde n é o número de observações.

O teste de probabilidade condicional se aplica a quatro resultados possíveis, representados na matriz:
i) $B_1 A_2$: crescimento da renda do município menor do que o crescimento da renda da região, e renda inicial do município maior do que a renda da região.
ii) $B_2 A_1$: crescimento da renda do município maior do que o crescimento da renda da região, e renda inicial do município menor do que a renda da região.
iii) $B_2 A_2$: crescimento da renda do município maior do que o crescimento da renda da região, e renda inicial do município maior do que a renda da região.
iv) $B_1 A_1$: crescimento da renda do município menor do que o crescimento da renda da região, e renda inicial do município menor do que a renda da região.
A hipótese de convergência absoluta pressupõe que os municípios com renda *per capita* menores que a renda da região, no período inicial, cresceriam a taxas maiores que a verificada para a região do Nordeste, fato este representado por $B_1 A_2$, enquanto municípios com renda *per capita* maiores cresceriam a taxas menores que a região, o que corresponde a $B_2 A_1$. Considerando que a hipótese de independência entre os eventos A e B seja rejeitada, de modo que os eventos A e B são independentes quando P (B/A) ≠ P (B).

2.4 Fonte dos dados e divisão regional da região do Nordeste

As informações dos indicadores de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foram coletadas no Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2013) que possui as informações em nível municipal dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. A Região Nordeste é constituída de nove estados, quais sejam, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão, os quais são compostos de 23 mesorregiões, 187 microrregiões. Em 1991, a região era constituída por 1509 municípios. A partir do processo de criação de novas unidades administrativas, a região alcança, em 2000 a magnitude de 1787 e atualmente conta com 1794 municípios. As mesorregiões geográficas correspondem a áreas que apresentam formas de organização do espaço geográfico que lhes conferem identidade regional, a qual é determinada pelo processo social e pelas características naturais do espaço físico. As microrregiões são áreas territoriais menores que as mesorregiões e agrupam municípios com características físicas, sociais e econômicas de certa homogeneidade dentro de um mesmo Estado (IBGE, 1998).

2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os indicadores do IDH-M da região Nordeste e sua evolução no período de 1991 a 2010. Posteriormente, são estimados os modelos de convergência da renda per capita municipal da região, utilizando para tanto as seguintes metodologias: β-convergência (absoluta e condicional), s -convergência e o teste de *Drennan e Lobo*.

3.1 Índice de Desenvolvimento Humano para a região Nordeste

Conforme já foi mencionado anteriormente, o IDH-M proposto e disponibilizado pelo Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2013) incorporou em seu cálculo importantes alterações, em relação à metodologia do Atlas (PNUD, 2003), entre elas e a mais importante para a presente análise foi o indicador de educação, que passou a incorporar o fluxo educacional da população jovem e o percentual de pessoas com mais de dezoito anos com o ensino fundamental completo. Esta medida foi significativamente importante na medida em que possibilita uma visão mais realista dos níveis de educação, além de retratar com mais clareza a expansão da capacitação dos indivíduos, que pode ser mensurada pelo nível educacional. Outro fator importante do novo índice, devido a divisões administrativas ocorridas a partir da década de 1990, foi a compatibilização das áreas municipais entre os anos censitários de 1991 e 2010 que passou a permitir uma comparação temporal e espacial do desenvolvimento municipal no Brasil nas últimas décadas.

Segundo o gráfico 1, nos últimos vinte anos, os índices de desenvolvimento do Brasil e da região Nordeste apresentaram comportamento promissor. Conforme pode ser observado no gráfico, os índices do IDH-M do Brasil e a média do Nordeste passaram de, respectivamente, 0,49 e 0,39, em 1991, para 0,73 e 0,66 em 2010, verificando-se crescimento absoluto de aproximadamente 0,24 e percentual de 50% para o Brasil e um crescimento absoluto de 0,27 e percentual de aproximadamente 70% para a média do Nordeste.

Gráfico 1 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) e os subíndices de educação, renda e longevidade para o Brasil e a média dos estados do Nordeste, 1991 e 2010.

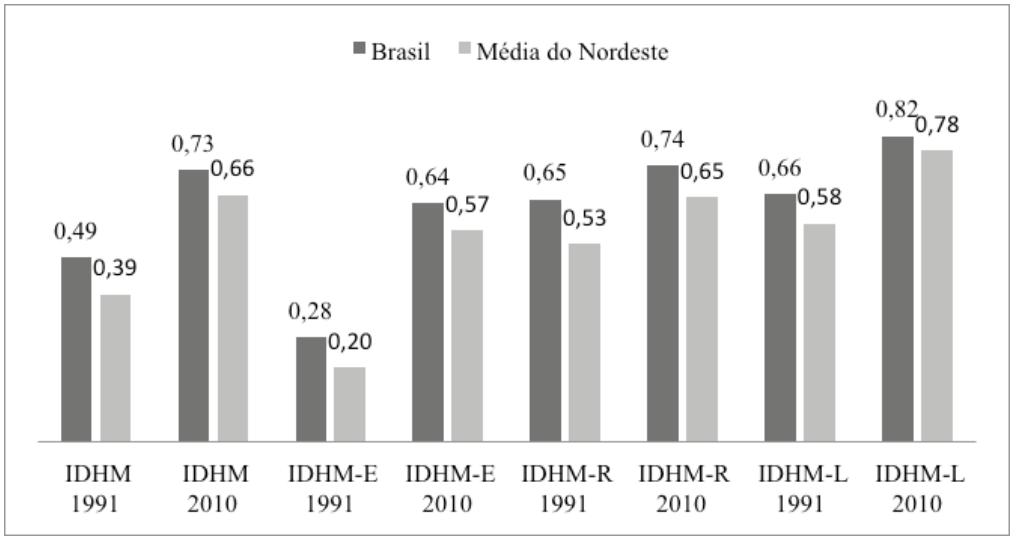

Fonte: elaboração dos autores a partir dos dados do (PNUD, 2013)

Neste período, os subíndices que mais contribuíram para a composição do IDH-M, tanto para o Brasil quanto para a região do Nordeste foram a Longevidade, seguido da renda e, por último, com a menor contribuição, a educação. No entanto, quando analisamos a contribuição para o crescimento do IDH-M no período, foi justamente o indicador de educação que mais colaborou, apresentando, para o Brasil, crescimento de 0,28 para 0,64 e, para o Nordeste de 0,20 para 0,57. Em termos percentuais, esse crescimento foi de aproximadamente 185%, o que é algo bastante expressivo.

A tabela 1 permite uma análise mais detalhada do comportamento do IDH-M para a região Nordeste, objeto de estudo de nosso trabalho. A esperança de vida ao nascer, no período, passou de 59,9 para 71,7 anos, representando, no índice, um crescimento de 32,7% e com o nível atual de 0,77, sendo considerado como de *"alto"* desenvolvimento. No subíndice renda, verifica-se uma elevação da renda per capita mensal na região, em valores de agosto de 2010, de R$ 216,67, em 1991, para R$ 470,74 em 2010, representando aumento de mais de 100%. Entretanto, ao ajustar os valores para o índice, o crescimento passa a ser de apenas 23%, mas

terminando o período com o valor de 0,65, considerado como de "médio" desenvolvimento. O subíndice da educação, que mais contribui para o crescimento do IDH-M da região, no período, com elevação de 185% é composto por dois indicadores.

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) e os subíndices de educação, renda e longevidade para a região Nordeste, 1991 e 2010.

	1991	2010
IDHM	**0,39**	**0,65**
IDHM Longevidade	**0,58**	**0,77**
Esperança de nascer (anos)	59,97	71,73
IDHM Educação	**0,19**	**0,56**
Subíndice: Escolaridade fund. da pop. adulta	0,20	0,44
Pop.18 anos de idade ou + que concluiu o fund. (%)	21,16	45,18
Subíndice: Fluxo escolar da população jovem	0,18	0,62
População de 5 a 6 anos de idade na escola (%)	39,02	93,70
População de 11 a 13 anos nos anos finais do ensino fund.* (%)	19,71	81,65
População de 15 a 17 anos com o ensino fund. completo (%)	10,34	45,93
População de 18 a 20 anos com o ensino médio completo (%)	7,50	31,5
IDHM Renda	**0,52**	**0,65**
Renda mensal per capita (R$)	216,67	470,74

Fonte: elaboração dos autores a partir dos dados do (PNUD, 2013)

O primeiro é a escolaridade da população adulta, com peso 1, que representa a população de mais de dezoito anos que concluiu o ensino fundamental. Essa população, no período, passou de apenas 21% para 45%. Demonstrando que, apesar do aumento, quase que a metade da população adulta do estado ainda não tem o ensino fundamental. Esse indicador demonstra claramente que a educação, ainda se apresenta de maneira precária. O segundo indicador, com peso 2, trata-se do fluxo escolar da população jovem, que acompanha a população em idade escolar em quatro momentos importantes de sua formação. Em todos esses momentos observaram-se melhoras expressivas, sendo que elas foram mais intensas nos períodos iniciais da escolarização. A população de 5 a 6 anos na escola, entre 1991 a 2010, passou de 39% para 93%; a população de 11 a 13 anos nos anos finais do ensino fundamental passou de 19% para 81%; a população de 15 a 17 anos com o fundamental completo passou de apenas 10% para 45% e, finalmente, a população de 18 a 20 anos com o ensino médio de 7% para 31%. A pesar dos avanços expressivos em todas as fases, na medida em que a população aumenta a idade torna-se mais difícil obter a universalização do ensino, devido, em parte, a evasão escolar em função da fuga para o mercado de trabalho com o objetivo de complementar o rendimento familiar. O desenvolvimento humano na região do Nordeste, medido pelo IDH-M, apresentou melhoras substanciais, em todas as dimensões, passando, segundo a hierarquização do PNUD, 2013, de uma situação de "muito baixo" desenvolvimento, em 1991, para a de "médio" desenvolvimento em 2010, porém, vale salientar que as melhoras não foram tão expressivas. Essa importante conquista da sociedade, reconhecida não só no Brasil, mas também pela comunidade internacional, deve ser relativizada quando incorporamos na análise as desigualdades regionais. A sociedade brasileira é marcada por grandes desigualdades em todas as dimensões do desenvolvimento. Na renda, apresenta uma das maiores concentrações do mundo, e o acesso a educação e as condições de vida são condicionados pelas diferenças regionais. A região do Nordeste, assim como diversas partes do Brasil, é marcada também pelas profundas desigualdades no acesso as dimensões do desenvolvimento. Neste sentido, na seção a seguir, é apresentado o desenvolvimento humano na região incorporando na análise as diferenças regionais.

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano para os municípios da região Nordeste

A presente seção tratará da dinâmica do desenvolvimento humano dos municípios do Nordeste, IDH-M, entre os anos de 1991 e 2010. A região conta atualmente com 1794 municípios, divididos em 9 estados. A tabela 2, que apresenta as estatísticas descritivas do IDH-M e dos seus subíndices para os municípios, demonstra que houve uma significativa melhora do desenvolvimento humano. A média do IDH-M, entre 1991 e 2010, passou de 0.29 para 0.59, a amplitude entre o os índices máximo e mínimo decresceu de 0.45 para 0.34 e, mais importante, o desvio padrão passou de 0.067 para 0.04, demonstrando que reduziu as disparidades dos indicadores em relação à média. Esse comportamento é o resultado da dinâmica dos subíndices Renda, Longevidade, que apresentaram aumento da média dos indicadores e queda da amplitude e do desvio padrão. O subíndice educação, entretanto, teve um comportamento distinto dos demais. Apesar do maior aumento da média em relação aos dois outros subíndices, a amplitude entre o máximo e o mínimo aumentou e o desvio também aumentou, sinalizando que a educação dos municípios nordestinos, apesar da melhora substancial, não reduziu, em princípio as disparidades.

Tabela 2 – Estatísticas básicas do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) e dos subíndices de educação, renda e longevid**ade para os municípios do Nordeste, 1991 e 2010**

	Média	Desvio	Mínimo	Máximo	Amplitude
IDH-M 91	0,29	0,067	0,12	0,57	0,45
IDH-M 10	0,59	0,043	0,44	0,78	0,34
IDH-E 91	0,11	0,059	0,01	0,43	0,42
IDH-E 10	0,48	0,065	0,28	0,75	0,46
IDH-L 91	0,55	0,051	0,43	0,76	0,32
IDH-L 10	0,75	0,030	0,67	0,83	0,16
IDH-R 91	0,42	0,059	0,22	0,69	0,46
IDH-R 10	0,56	0,046	0,40	0,79	0,39

Fonte: elaboração dos autores a partir dos dados do (PNUD, 2013)

Para verificar a dinâmica dos ganhos do desenvolvimento humano, a Tabela 3 apresenta o IDH-M dos municípios do Nordeste por faixas de desenvolvimento estabelecidas pelo Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2013). Nessas faixas, o IDH-M e os seu subíndices, que variam entre 0 e 1, assumem os seguintes níveis de desenvolvimento: de 0 a 0,49, muito baixo; de 0,5 a 0,59, baixo; de 0,6 a 0,69, médio; de 0,7 a 0,79, alto; e, finalmente, de 0,8 a 1, muito alto. Em 1991, dos 1794 municípios do Nordeste, 1780 apresentavam o IDH-M muito baixo e 14 nível baixo. Em 2010, ainda que se possa observar uma mudança expressiva no desenvolvimento humano na região muitos municípios continuaram na classificação “baixo”. Conforme pode ser visto na tabela, 14 municípios faziam parte da faixa muito baixo, 1099 baixo, 647 médio e 34 alto, não encontrando, portanto, nenhum município na faixa muito alto.

Tabela 3 – Número de municípios nordestinos segundo os níveis de desenvolvimento, 1991 e 2010

	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto
IDH-M 91	1780	14	0	0	0
IDH-M 10	14	1099	647	34	0
IDH-E 91	1794	0	0	0	0
IDH-E 10	1072	635	78	9	0
IDH-L 91	228	1137	425	4	0
IDH-L 10	0	0	77	1619	98
IDH-R 91	1639	138	17	0	0
IDH-R 10	105	1395	275	19	0

Fonte: elaboração dos autores a partir dos dados do (PNUD, 2013)

Para compreender a dinâmica dessa evolução, considerando que a região ainda tem um longo caminho a trilhar para melhorar ainda mais o nível de vida dos municípios, tendo em vista que a maioria destes ainda se encontra em nível baixo de desenvolvimento, torna-se necessário analisar a contribuição dos subíndices neste processo. O subíndice longevidade que tinha em 1991 quase que a totalidade dos municípios com nível médio e alto, termina o período com 77 municípios na situação de médio, 1619 alto e os 98 restantes em muito alto, demonstrando que a esperança de vida na região chegou próximo ao maior nível proposto pelo indicador e que as melhorias futuras do IDH-M passam a depender quase que exclusivamente dos subíndices renda e educação. No caso da renda, apesar da melhora no período, em 2010, apenas 19 municípios apresentaram nível alto, sendo que a maioria dos municípios, 1395, apresentou nível baixo. Na educação, de forma semelhante, observaram-se melhoras expressivas, mas trata-se do indicador que finaliza o período com os piores níveis de desenvolvimento. Em 1991, todos os 1794 municípios do nordeste apresentavam desenvolvimento muito baixo. Em 2010, 1072 municípios ainda se encontravam nesta situação, com apenas 635 passando para o nível de baixo desenvolvimento e os restantes 78 para o médio.

Figura 1 - IDH-M dos municípios nordestinos por faixas de desenvolvimento, 1991 e 2010

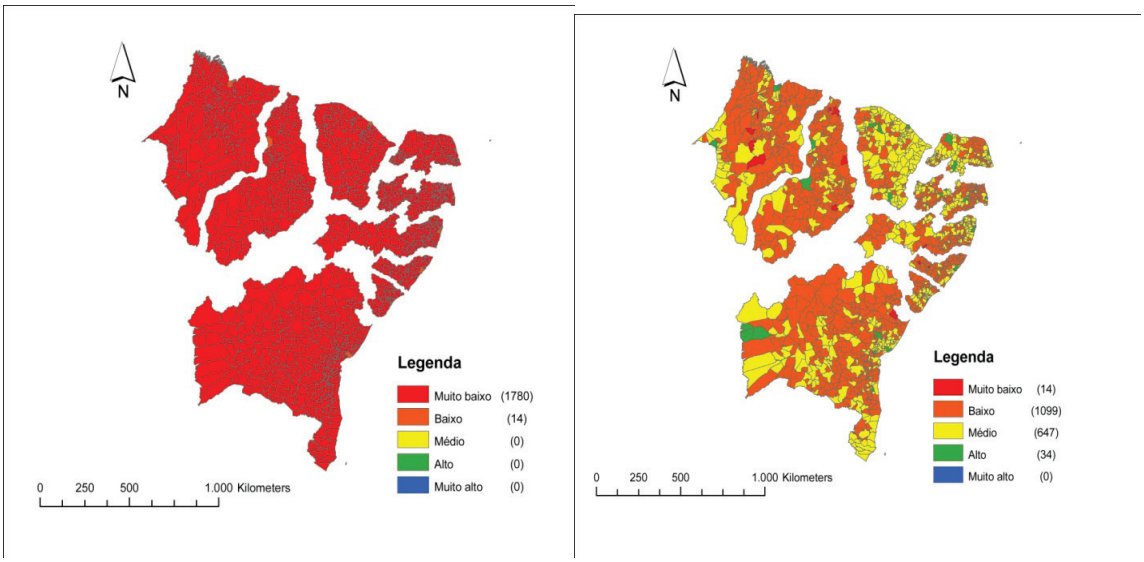

Fonte: elaboração dos autores a partir dos dados do (PNUD, 2013)

A figura 1, apresentada acima, descreve a dinâmica espacial do desenvolvimento dos municípios da região Nordeste. Em 1991, deve-se ressaltar que, na medida em a maioria dos municípios se encontrava no mesmo nível de desenvolvimento, muito baixo, com exceção de apenas 14 com baixo desenvolvimento, o mapa não

demonstra as diferenças regionais. Em 2010, por outro lado, verifica-se que o processo de desenvolvimento se deu de forma desigual, mais vigoroso nos estados Ceará e Rio Grande do Norte, onde se destacam municípios com nível médio de desenvolvimento e menos intenso nos estados do Maranhão, Piauí e Bahia, onde a maioria dos municípios se encontra em situação de baixo desenvolvimento.
Outra forma de descrever a dinâmica espacial, para captar as desigualdades regionais em 1991, representada na figura 2, é apresentar o IDH-M dividido em quatro estratos iguais delimitados entre os indicadores máximo e mínimo. Nesta representação alternativa, verifica-se que, apesar dos ganhos do desenvolvimento humano no período, persistiram as desigualdades entre os municípios.

Figura 2 - IDH-M dos municípios nordestinos por estratos de desenvolvimento, 1991 e 2010

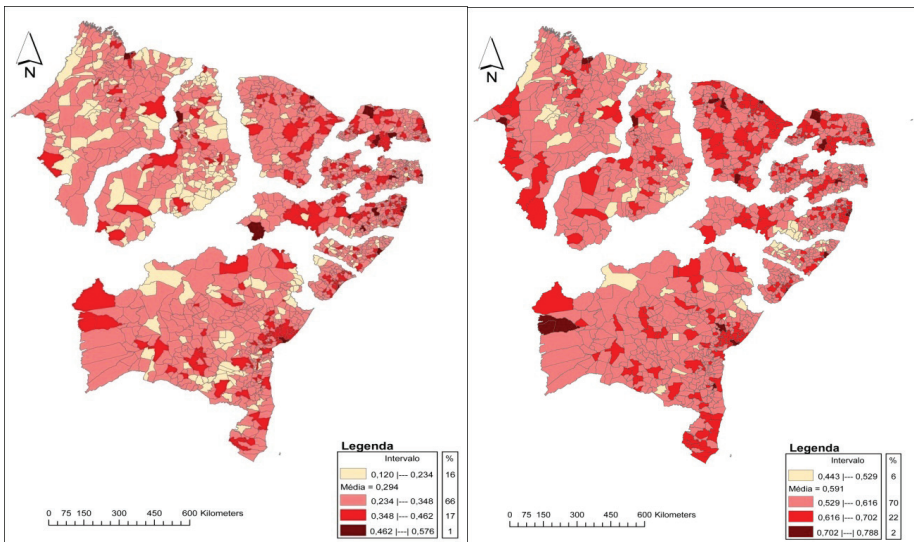

Fonte: elaboração dos autores a partir dos dados do (PNUD, 2013)

As análises das estruturas espaciais do desenvolvimento humano municipal, representado pelo IDH-M, foram feitas de forma visual, sendo que o mais adequado, para tanto, seria a utilização da metodologia da análise exploratória de dados espaciais (AEDA), descrita na próxima seção.

3.2.1 Análise Exploratória de Dados Espaciais para o IDH-M

A dependência espacial ocorre se o valor de uma variável de interesse, no nosso caso o IDH-M e os seus subíndices, dependem do valor dessa mesma variável nos municípios vizinhos. A dependência no espaço é multidirecional e recíproca, ou seja, um município influencia o seu vizinho e é influenciado por ele também. No presente estudo, espera-se que os indicadores municipais apresentem dependência espacial, o que pode ocasionar nas estimações econométricas, a violação dos pressupostos clássicos das regressões lineares. Essa dependência não é observada facilmente na prática e torna-se recomendável utilizar, para tanto, a análise exploratória de dados espaciais.
Segundo os dados da Tabela 4, os sinais positivos da estatística I de Moran para o IDH-M e os seus subíndices, tanto em 1991 quanto em 2010, indicam que, no geral, municípios com altos indicadores de desenvolvimento são vizinhos de municípios também com indicadores elevados, e, de modo semelhante, municípios com baixos indicadores são circundados também por vizinhos com nível baixo de desenvolvimento. No período, a estatística para o IDH-M apresentou um pequeno crescimento, passando de 0,36 para 0,40. Esse comportamento ocorreu basicamente pelo aumento do subíndice renda, que passou de 0,31 para 0,36, e também pelo aumento do subíndice educação que passou de 0,38 para 0,46. Em contrapartida, o subíndice longevidade apresentou um significativo decréscimo de 0,39 para 0,25.

Tabela 4 – Coeficientes I de Moran Global Univariado do IDH-M e dos seus subíndices educação, longevidade e renda.

Dimensão	Ano	I de Moran
IDH - Educação	1991	0,38
	2010	0,46
IDH - Longevidade	1991	0,39
	2010	0,25
IDH - Renda	1991	0,31
	2010	0,36
IDH - M	1991	0,36
	2010	0,40

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

A figura 3 mostra o diagrama de dispersão do IDH-M para os municípios da região Nordeste nos anos de 1991 e 2010.

Figura 3 – Diagrama de dispersão de Moran do IDH-M da região Nordeste, 1991 e 2010

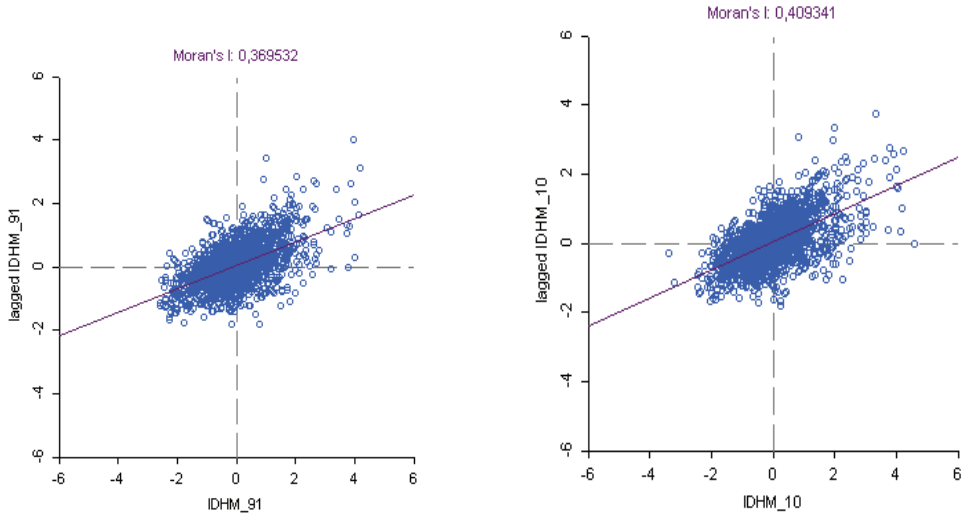

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

O diagrama foi produzido a partir da estatística de I de Moran global univariada, onde, no eixo vertical, está representada a defasagem espacial, W_IDH, ou seja a média dos vizinhos; no eixo horizontal, encontram-se os valores do IDH-M. Em função do melhor ajuste, utilizou-se a matriz de peso espaciais do tipo torre (rook), com ordem de contiguidade 1. O diagrama de dispersão, além da declividade da reta de regressão da variável de interesse, IDH-M, em relação à média dos atributos dos vizinhos, que representa a medida global de associação linear, apresentada na tabela 4, apresenta também a informação de quatro tipos de associação linear espacial, quais sejam, Alto-Alto (AA), Baixo-Baixo (BB), Alto-Baixo (AB) e Baixo-Alto. A maioria das associações lineares dos municípios, tanto em 1991 quanto em 2010, está no quadrante Alto-Alto (AA) ou no Baixo-Baixo (BB). Os mapas de cluster LISA, figura 4, ilustram as quatro categorias de associação espacial, combinando as informações do diagrama de dispersão com o mapa de significância das medidas de associação local.

Entre 1991 e 2010, compreendendo um longo período de 20 anos, não observou-se mudanças consideráveis na estrutura espacial do IDH-M dos municípios. Os clusters Alto-Alto (AA), circundados por alguns Baixo-Alto, para ambos os períodos, localizaram-se nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Em contrapartida, os Baixo-Baixo (BB) concentram-se nos estados do Maranhão e do Piauí.

Figura 4 – Mapas de Cluster para o IDH-M dos municípios da região Nordeste, 1991 e 2010

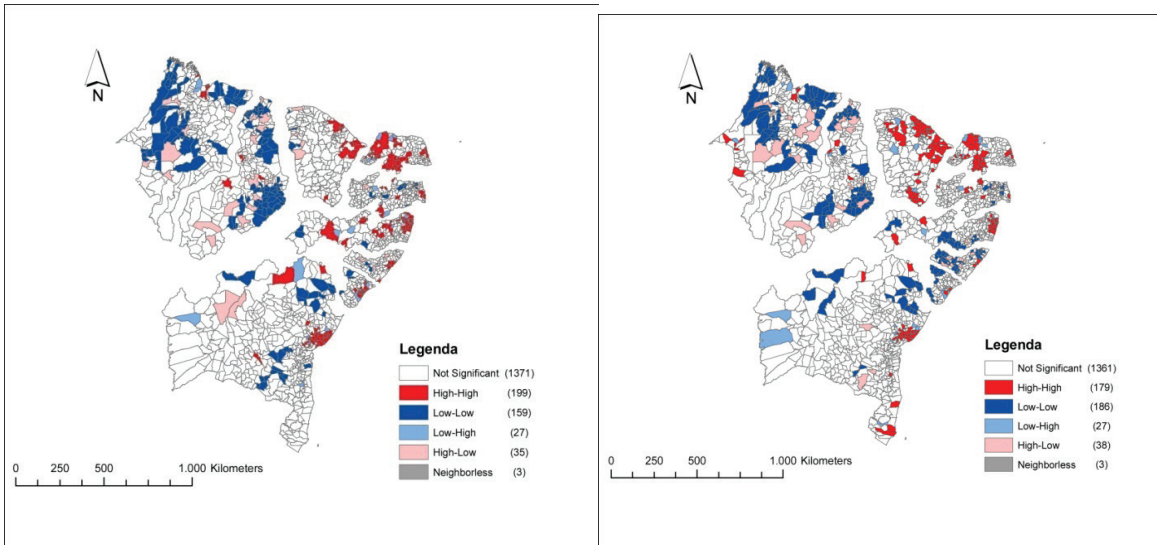

Fonte: elaboração dos autores a partir dos dados do (PNUD, 2013).

3.1 Convergência da renda per capita municipal na região Nordeste

Nesta seção, através das metodologias β-convergência (absoluta e condicional), *β*-convergência e o teste de *Drennan e Lobo,* será testada a hipótese da convergência da renda per capita dos municípios da região Nordeste no período de 1991 a 2010.

3.1.1 Convergências absoluta e condicional

A tabela 5 descreve os resultados das regressões dos modelos de convergência absoluta clássica, erro espacial e defasagem espacial, utilizando, para tanto, as rendas per capitas municipais de 1991 e 2010.

Tabela 5 - Comparação entre Regressões para Convergência Absoluta para os municípios do Nordeste no período de 1991 a 2010

	Clássica	Erro Espacial	Def. Espacial
b1 (constante)	0,141 (0,00)	0,14 (0,00)	0,119 (0,00)
b2 (ln renda 1991)	-0,020 (0,00)	-0,021 (0,00)	-0,018 (0,00)
w.TXCRESC2			0,3042
Lambda		0,4753	
LM- erro	161.014 (0,00)		
LM- lag	14.623 (0,00)		
LMR- erro	338.13 (0,00)		
LMR- lag	191.74 (0,00)		
Log Likelihood	5734,58	5869,27	5804,11
Akaike Inf Criterion	-11465,2	-11734,6	-11602,2
Schwarz Criterion	-11454,2	-11723,6	-11585,7
R2	0,372266	0,487351	0,430639
Hetero-Breusch-Pagan	1,109 (0,292)	14,30 (0,000)	8,675 (0,003)
Hetero- Koenker-Basset	0,8223 (0,364)		
Jarque-Bera	36,57 (0,00)		

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Na regressão clássica, identificou-se uma relação inversa entre a taxa de crescimento da renda per capita e seu valor inicial em 1991, de tal forma que β^2 assumiu o valor -0.0206, porém vale lembrar que este modelo apresenta problema de especificação, uma vez que o LM de erro sugeriu a existência de autocorrelação entre os termos de erro. Visando minimizar este problema foram utilizados os métodos de regressão de defasagem espacial e erro espacial no qual o β^2 apresentou os valores -0.0189 e -0.0218, respectivamente.

Tabela 6 - Comparação entre Regressões para Convergência Condicional para os municípios do Nordeste no período de 1991 a 2010

	Clássica(1)	Erro Esp.(1)	Def. Esp.(1)	Clássica(2)	Erro Esp.(2)	Def. Esp(2).
b1 (constante)	0,1903 (0,00)	0,1990 (0,00)	0,1672 (0,00)	0,2001 (0,00)	0,2075 (0,00)	0,1766 (0,00)
b2 (ln renda 1991)	-0,0275 (0,00)	-0,0291 (0,00)	-0,0254 (0,00)	-0,0285 (0,00)	-0,0299 (0,00)	-0,0264 (0,00)
b3 (ln IDH-E91)	0,0073 (0,00)	0,0078 (0,00)	0,0068 (0,00)			
b 4 (ln IDH-EL91)				0,0152 (0,00)	0,0158 (0,00)	0,0139 (0,00)
w.TXCRESC2			0,2758			0,2655
Lâmbda		0,4845			0,4739	
LM- erro	139.95 (0,00)			130.30 (0,00)		
LM- defasagem	16.26 (0,00)			13.73(0,00)		
LMR- erro	349.48 (0,00)			328.37(0,00)		
LMR- def.	225.79 (0,00)			211.80 (0,00)		
Log Likelihood	5844,26	5984,41	5905,8	5865,95	5998,13	5923,55
Akaike Inf Cri.	-11682,5	-11962,8	-11803,6	-11725,9	-11990,3	-11839,1
Schwarz Crit.	-11666	-11946,4	-11781,6	-11709,4	-11973,8	-11817,1
R2	0,444516	0,550127	0,489765	0,457785	0,555794	0,499136
Hetero-B.-P.	48,00 (0,00)	80,05 (0,00)	65,20 (0,00)	53,76 (0,00)	80,70 (0,00)	67,27 (0,00)
Hetero K. B.	34,19 (0,00)			37,64 (0,00)		
Jarque-Bera	54,41 (0,00)			62,75 (0,00)		

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Diante disso, o mais adequado é a utilização da regressão pelo método do erro espacial, que apresenta o maior coeficiente para o teste e significância estatística. A partir desta especificação, pode-se inferir que a velocidade de convergência é de 2,86% e a meia vida (half-life) é de aproximadamente 32 anos, ou seja, seriam necessários, mantendo as mesmas taxas de crescimento das rendas municipais do período, 32 anos para reduzir à metade as disparidades de renda na regi ão[2].

A tabela 6, apresentada acima, descreve as regressões para convergência condicional com duas especificações distintas. A primeira utiliza o subíndice da educação como parâmetro condicional e, na segunda, utiliza-se a média geométrica dos indicadores não renda, quais sejam, educação e longevidade.

Para calcular a regressão condicional foi utilizado, na primeira especificação, como variável condicional o IDHM-E e, na segunda o IDHM não renda que é média geométrica do IDHM educação e longevidade. Os resultados da regressão clássica sugerem para todas as variáveis uma relação inversa entre a taxa de crescimento e a renda inicial do período e uma relação positiva para os coeficientes β^3 e β^4 , confirmando a hipótese de convergência condicional, ou seja as condições socioeconômicas iniciais contribuem para o crescimento da renda.

[2] A velocidade de convergencia e a meia-vida foram estimadas, respectivamente, a partir das seguintes equações: $vc = \frac{\ln(1+b2.t)}{-t}$ e $meia - vida = \frac{-\ln 2}{\ln(1+b2)}$.

Entretanto, levando em conta o pequeno valor dos coeficientes das variáveis condicionais, na verdade, essa contribuição é muito tímida, isso pode ser explicado, como foi descrito no tópico anterior, pelas baixas condições socioeconômicas no período inicial para os municípios da região Nordeste. Assim, como na regressão absoluta, na condicional o problema de especificação também ocorre, tornando necessário a introdução de métodos de defasagem espacial e erro espacial.

As regressões demonstraram que, no caso da utilização do parâmetro condicional do subíndice educação, a velocidade de convergência aumentaria para 4,36% e a meia vida (half-life) seria de aproximadamente 23,4 anos e, no caso da utilização do subíndice não renda, a velocidade seria de 4,56% a meia vida iria para 22,83 anos. O sinal positivo para os coeficientes b3 e b4, com significância estatística, confirma a hipótese da convergência condicional da renda per capita dos municípios do Nordeste. Neste caso, as áreas com as condições iniciais similares tenderiam a convergir para o mesmo estado estacionário de longo prazo. As desigualdades entre esses grupos persistiriam em função das diferenças entre as condições do desenvolvimento humano entre os municípios.

3.3.2 σ-convergência

O teste σ-convergência que analisa a dispersão da renda per capita municipal é obtido por meio da razão entre o desvio padrão e a média aritmética da renda per capita municipal. No período entre 1991 e 2010 foi possível observar uma queda do coeficiente de variação que passou em 1991, de 0,45 para 0,35 em 2010. Diante disso pode-se afirmar a presença de um processo de convergência absoluta de renda per capita dos municípios da região Nordeste ao longo do período analisado.

3.3 Teste de Drennan e Lobo

O teste proposto por Drennan e Lobo (1999) trata-se de uma forma alternativa de verificar a ocorrência da convergência absoluta, incorporando a análise espacial, através do teste de independência entre dois eventos A e B, apresentados na Tabela 7, definidos em função da renda per capita inicial e de sua taxa de crescimento.

Tabela 7 - Matriz de entrada dos eventos A e B para os municípios do Nordeste, 1991 a 2010

	B1 (Taxa de crescimento da renda *per capita* inferior à média estadual, 1991 a 2010.)	**B2** (Taxa de crescimento da renda *per capita* superior à média estadual, 1991 a 2010.)	Total
A1 (Renda *per capita* inferior à média estadual em 1991.)	339	768	1107
A2 (Renda *per capita* superior à média estadual em 1991)	525	162	687
Total	**864**	**930**	**1794**

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

A matriz de entrada de eventos descreve a quantidade de municípios pertencentes, simultaneamente, a uma das possibilidades do evento A, renda per capita inicial (linhas da matriz) , e do evento B, taxa de crescimento da renda per capita entre 1991 e 2010 (colunas da matriz). Dos 1107 municípios que apresentaram, em 1991, renda per capita inferior à média da região, 768 tiveram crescimento da renda per capita, entre 1991 a 2010, superior à media da região, formando o grupo A1B2, e os 339 municípios restantes, média inferior, constituindo o grupo A1B1. Dos 687 municípios que, em 1991, apresentaram renda per capita superior a média, 525 cresceram menos que a média dos municípios, formando o grupo A2B1, e os que cresceram acima da média compõem o grupo A2B2. Desses grupos, podemos identificar três padrões de comportamento relacionados ao processo de convergência da renda per capita dos municípios. O primeiro refere-se aos municípios que

divergem para baixo em relação à renda média, grupo A1B1, representados por 339 municípios, ou seja, 19% do total. O segundo grupo, A2B2, composto por 162 municípios, 9% do total, referem-se aos que divergem para cima. O terceiro padrão de comportamento, que representa o processo de convergência através do teste de probabilidade, verifica-se a dependência entre a renda inicial e a taxa de crescimento, e é representado pelos grupos A2B1 e A1B2, que juntos representam 72% dos municípios do Nordeste. Para confirmar o processo de convergência desses municípios, a Tabela 8 testa a hipótese de dependência entre os eventos A e B, verificando que, ao refutar a hipótese, há convergência absoluta, tendo em vista que a renda inicial exerce influência no comportamento da taxa de crescimento.

Tabela 8 - Matriz de probabilidade condicional para os municípios do Nordeste, 1991 a 2010

Ho	ρ	π	Σ	z
P(B1/A1)=P(B1)	0,482	0,016	0,306	-11,112
P(B1/A2)=P(B1)	0,482	0,015	0,764	19,442
P(B2/A1)=P(B2)	0,518	0,016	0,694	11,112
P(B2/A2)=P(B2)	0,518	0,015	0,236	-19,442

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

A figura 5 descreve a distribuição espacial dos municípios convergentes e divergentes, segundo o teste de Drennan e Lobo.

Figura 5 – Mapa da distribuição dos municípios do Nordeste segundo o teste de Drennan e Lobo – 1991/2010.

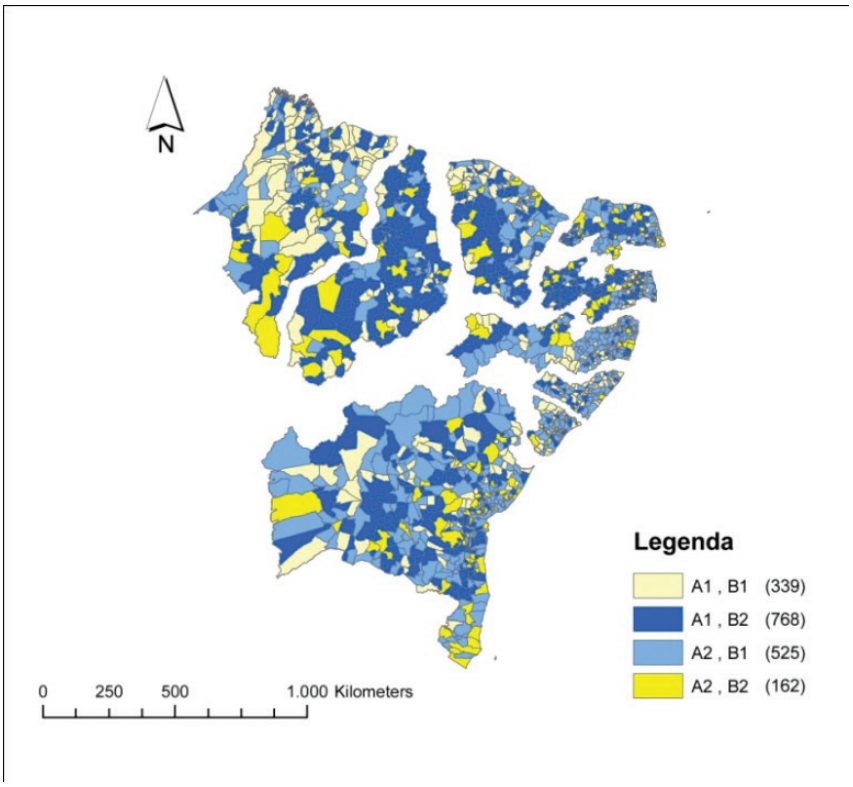

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Vale observar que, juntamente ao nítido processo de convergência, os grupos A1B1 e A2B2, representado 28% dos municípios da região, apresentam comportamento divergente. Isso porque o primeiro grupo, amarelo

escuro, apresentava renda superior à media e, também, crescimento mais elevado, ou seja, a renda per capita municipal vai ficando cada vez maior em relação ao rendimento médio municipal, o que sugere um processo de divergência para cima. O segundo grupo, amarelo claro, localizado na parte mais pobre da região, diverge para baixo, ou seja, a renda per capita vai decrescendo em relação a renda média dos municípios da região. Esse comportamento indica a existência de grupos distintos, mas que podem convergir entre si, reforçando a hipótese da convergência condicional e a perpetuação das desigualdades regionais, marcante na região do Nordeste e descritas na seção anterior.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve, primeiramente, como objetivo relatar a cerca do desenvolvimento da região do Nordeste por intermédio de uma análise minuciosa do IDH-M. O desenvolvimento humano na região apresentou melhoras, no entanto um maior número de municípios se concentrou na classificação de "médio" desenvolvimento. O destaque em termos de classificação pode ser observado na dimensão longevidade, na qual houve um maior percentual de municípios na hierarquização "alto" e alguns no "muito alto", sendo apenas este subíndice o que apresentou municípios na classificação "muito alto". Este avanço que ocorreu em termos de desenvolvimento na região Nordeste representou um êxito para a nação brasileira, no entanto, a questão se torna mais complexa quando é incorporada na análise o problema das desigualdades regionais que afetam negativamente grande parcela da população brasileira, principalmente da região Nordeste, cujo trabalho propõem-se a analisar. A sociedade brasileira desde os primórdios é marcada por uma intensa desigualdade em todas as dimensões do desenvolvimento. Na renda, apresenta uma das maiores concentrações do mundo, e o acesso a educação e as condições de vida são condicionados pelas diferenças regionais que são bastante marcantes e explícitas ao longo das regiões que compõem o Brasil. A região Nordeste conforma descrito ao longo do trabalho é marcada por profundas desigualdades no acesso às dimensões do desenvolvimento, apresentando-se como um desafio aos formuladores de políticas públicas que objetivam uma sociedade mais igualitária.

Cabe salientar que as transformações do desenvolvimento humano no país e, em especial, as analisadas na região Nordeste, foram acompanhadas por transformações políticas e sociais. O primeiro fato a se destacar, o qual condicionou as políticas públicas nos anos seguintes, foi a promulgação da constituição federal de 1988, que alterou a concepção de estado no que diz respeito a sua atuação na área socioeconômica. Outro fato a destacar, apesar de crises momentâneas de governabilidade, foi a consolidação das instituições democráticas, que permitiram, na área econômica, a adoção, por parte de seguidos governos, de políticas de estabilização monetária, revertendo o flagelo das hiperinflações da década de 1980. Deve-se destacar também a abertura da economia ao mercado internacional, aumentando o fluxo de transações de bens e serviços, principalmente, com os países latino americanos. E, por fim, a partir do presente século, o crescimento econômico acompanhado de políticas de transferência de renda que vem promovendo uma expressiva redução da desigualdade de renda e da pobreza. Dado o exposto, é notável que a análise do desenvolvimento humano, no presente trabalho, compreendendo os anos de 1991 e 2010, abrange um período de grandes transformações que, direta ou indiretamente, condicionaram as condições de vida e bem estar da população.

. Em síntese, os testes S -convergência e *Drennan e Lobo*, em princípio, confirmaram a ocorrência do processo de convergência absoluta da renda municipal na região no qual a renda *per capita* das regiões convergem no longo prazo para o mesmo estado estacionário independente de sua condição inicial. No teste β-condicional, que incluiu os subíndices educação e longevidade do IDH-M como variável independente, foi possível observar que os municípios com características socioeconômicas iniciais distintas convergem para estados estacionários diferentes no longo prazo, salientando que as economias com diferenças estruturais tendem a convergir para estados estacionários também diferentes. Para tanto, foram utilizados os métodos de econometria espacial juntamente com a introdução de aspectos institucionais, geográficos e culturais nos modelos de convergência de renda per capita que permitiram que os estudos relativos a esta temática tivessem um impulso. Concluiu-se

então que, para existir equalização do nível de renda na região, a priori, seria necessário que ocorresse redução das disparidades socioeconômicas entre os municípios.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, E. S. (2207). Econometria Espacial Aplicada. Juiz de Fora: FEA/UFJF.

AZZONI, C. R., MENEZES, T., MENEZES, N.; SILVEIRA, R. (2001) "Geografhy and Regional Income Convergence among Brazilian States". Disponível em www.nemesis.org.br (Consultado em 15-05-2014)

BARRO, R., SALA-I-MARTIN, X. (1992), Convergence. *Journal of Political Economy*, 100 (2), pp. 223-251.

CONTAS NACIONAIS (2013). "Indicadores de volume e valores correntes jan./dez. de 2010". IBGE: Rio de Janeiro. Disponível em www.ftp.ibge.gov.br (Consultado em 11-03-2014)

DRENNAN, M. P.; LOBO, J. (1999). A simple test for convergence of metropolitan income in the United States. Journal of Urban Economics, 46 (3) pp. 350-359.

FERREIRA, A.H.B. (2000). Convergence in Brazil: recent trends and long run prospects. **Applied Economics**, 32 (4), pp. 479-489.

IBGE (ed), (1998). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: Censo Agropecuário de 1995/96.

MARTINS, G. A. (1994), *Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações*. 2 ed. São Paulo: Atlas.

PEROBELLI, F. S; FERREIRA, P. G; FARIA, W. R. (2007), Análise de convergência espacial no Estado de Minas Gerais: 1975-2003. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*. 1 (1), pp.85-113.

PORTO JUNIOR, S. S., RIBEIRO, E. P. (2003), Dinâmica espacial da renda per capita e crescimento entre os municípios da Região Nordeste do Brasil – uma análise Markoviana. *Revista Econômica do Nordeste.* 34 ( ) pp. julho .

PNUD (ed) (1990), *Human development report.* Organização das Nações Unidas. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. New York: Oxford University Press.

PNUD (ed) (2003), *Atlas do Desenvolvimento Humano*. Brasília: Organização das Nações Unidas, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento .

PNUD (ed) (2013), *Atlas do Desenvolvimento Humano*. Brasília: Organização das Nações Unidas, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

REY, S. J., MONTOURI, B. D. U. S. (1999). Regional income convergence: a spatial econometric perspective. Regional Studies, United Kingdom, 33 (1), pp. 143-156.

SILVA, E., FONTES, R., ALVES, L.F. (2005), "Crescimento e desigualdade em Minas Gerais". In: FONTES. R; FONTES, M. (Eds) *Crescimento e desigualdade regional em Minas Gerais*. Viçosa: UFV.

SOUZA C., CARVALHO, I. (1999). "Reforma do Estado, Descentralização e Desigualdades". *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, 48 (1), pp. 187-212.

A longa tormenta: construção e desenvolvimento dos trabalhadores canavieiros como sujeitos de direitos no Brasil1

Charles dos Santos
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar).
charlagoano@hotmail.com
Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas (em 2010), Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (2013) e Doutorando em Sociologia nesta última universidade. É bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Atualmente desenvolve estudos sobre trabalho, pobreza e Programas de Transferência de Renda no Brasil.

Rosemeire Aparecida Scopinho
Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPsi) e Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de São Carlos
scopinho@ufscar.br
Graduada em Psicologia pela Universidade de São Paulo (em 1990), Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (1995) e Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atualmente é professora Associada no Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos. Atua nas áreas de Psicologia Social, Psicologia Social do Trabalho, Sociologia Rural e Sociologia do Desenvolvimento. Coordena o NUESTRA - Núcleo de Pesquisa Trabalho, Sociedade e Comunidade (DPsi/UFSCar, cadastrado no CNPq desde 2003).

Resumo: Procuramos abordar nesse trabalho os processos socioeconômicos, políticos e culturais presentes na base da questão social que envolve os trabalhadores canavieiros no Brasil. Por meio de revisão da literatura, lançamos um olhar crítico sobre a história dos canavieiros para tentar entender como ocorreu a passagem da escravidão para o trabalho livre no setor sucroalcooleiro e suas consequências na vida dos trabalhadores. Focalizamos o surgimento de uma pauta de direitos voltada para os canavieiros no século XX e seus desdobramentos no século corrente, sobretudo nos 12 anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Este período, segundo o discurso oficial, é caracterizado pela ênfase no crescimento econômico baseado no agronegócio aliado a uma política de transferência de renda para tratar a questão social, fórmula que parece reproduzir o modo tradicional com que o país tem, historicamente, lidado com os problemas sociais decorrentes do crescimento econômico dependente e voltado para o mercado externo.
Palavras-chave: Escravidão; trabalhadores canavieiros; direitos sociais; neodesenvolvimentismo; Programa Bolsa Família.

1. Introdução

O presente trabalho coloca em discussão os processos socioeconômicos, políticos e culturais que estão na base da questão social canavieira no Brasil. Interessa-nos compreender o processo de transformações que envolveu a gestão dos trabalhadores do setor canavieiro no decorrer dos anos, enfatizando a construção e desenvolvimento de seus direitos trabalhistas e sociais que, de uma forma ou de outra, contou com a regulação do Estado brasileiro, desde a colônia até o presente século.
A imersão histórica permite-nos reconhecer os fundamentos da assimetria de direitos presente na região Nordeste do Brasil, escolhida como espaço da pesquisa empírica de um estudo em andamento sobre os

1 Trabalho apresentado no XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro (CONLAB) com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

impactos do Programa Bolsa Família[2] nas condições de vida dos trabalhadores da canavieiros, por ser a mais antiga e tradicional produtora de cana-de-açúcar e também uma das mais pobres. Partimos de uma análise das condições de vida de escravos e trabalhadores livres no início da colonização até chegar ao século XXI, ressaltando as conquistas, retrocessos e desafios frente à questão social canavieira. Esperamos com este texto contribuir com o debate acerca dos desafios para a construção de uma cidadania verdadeiramente inclusiva no Brasil.

2. O princípio: escravos e trabalhadores livres na lavoura canavieira

Segundo Soares (2003: 28), a cultura da cana-de-açúcar foi introduzida no Brasil no início do século XVI pelas mãos de Martim Afonso de Souza, o qual em sua aventura ultramarina trouxe na bagagem algumas mudas provenientes da Ilha da Madeira. A cana, desse modo, foi a primeira cultura comercial brasileira, num contexto em que o engenho era o "maior e mais complexo" empreendimento econômico no mundo, e o açúcar, o produto de maior valor no comércio mundial (Carvalho, 2000: 9). Ao que parece há uma polêmica entre os historiadores acerca do local de instalação do primeiro engenho no país: enquanto um grupo sustenta que o local foi a Capitania de São Vicente, em São Paulo, tendo o engenho o nome de São Jorge, outro defende que em Olinda, na Capitania de Pernambuco, foi erguido o Engenho Nossa Senhora da Ajuda (Lopes, 1978). O fato é que, por volta de 1590, havia seis engenhos na Capitania de São Vicente, 36 na da Bahia e 66 na de Pernambuco (Lopes, 1978), o que revela a rápida expansão da produção canavieira na colônia.

Um fator foi muito importante para essa expansão, qual seja, a experiência adquirida pelos portugueses na produção de açúcar nas ilhas do Atlântico, que havia se iniciado há algumas dezenas de anos do início da colonização das terras americanas (Furtado, 1986). Essa experiência também foi decisiva por permitir o intercâmbio entre portugueses e flamengos, sendo que estes últimos constituíam a época uma grande potência comercial. Esse intercâmbio fez com que a produção portuguesa de açúcar passasse a ser cada vez mais uma empreitada em comum com os flamengos, representados a princípio pelos interesses de Antuérpia e depois pelos de Amsterdã. Os flamengos recolhiam o açúcar em Lisboa, refinavam-no e faziam a distribuição pela Europa, particularmente no Báltico, na França e na Inglaterra (Furtado, 1986). Tem-se, então, que a experiência técnica dos portugueses na produção do açúcar aliada à capacidade comercial e ao poder financeiro dos holandeses constituem uma das chaves para a viabilização da empresa colonizadora agrícola no Brasil. A outra chave seria a força de trabalho que, segundo o autor, era tida como um problema.

Furtado argumenta que somente pagando salários bem mais elevados do que aqueles pagos na Europa seria possível trazer trabalhadores do Velho Continente para a lida nas lavouras e nos engenhos instalados na colônia. Se a opção fosse retribuir com terras o trabalho realizado pelo colono durante um período de tempo, o fato de as mesmas não terem grandes concentrações de capital e, portanto, serem consideradas de pouca valia econômica não tornava a medida atrativa ou viável. Ademais, a escassez de força de trabalho em Portugal, mormente durante o "magnífico florescimento" da empresa nas Índias Orientais, também constituía um problema para os colonizadores.

Como os portugueses já conheciam por essa época os meandros do mercado africano de escravos – há indícios, inclusive, de que em 1526 já havia escravos na costa nordestina, os quais foram trazidos pelos portugueses para se dedicarem aos trabalhos agrícolas nas chamadas "feitorias" (Andrade, 2005) –, viu-se na utilização de escravos a solução para o problema da falta de braços na colônia. A escravização dos índios, que segundo Andrade (2005) coexistiu com a dos negros africanos desde os primeiros tempos da colonização, esbarrou em várias dificuldades, sendo as principais a não adaptação daqueles à agricultura sedentária – dado que quando da chegada dos exploradores ainda se alimentavam dos produtos da coleta, da caça e da pesca – e o seu vasto conhecimento das matas, para onde fugiam com certa facilidade. Além do mais, havia na época uma série de leis que regulamentavam os casos em que os indígenas poderiam ser escravizados.

---

2 Modalidade de política de transferência de renda instituída pelo governo brasileiro em 2004.

Com isso, o tráfico negreiro acabou se tornando uma atividade altamente lucrativa para portugueses, holandeses e ingleses, que viam nas colônias americanas (tanto do sul quanto do norte) uma ávida busca por este tipo de força de trabalho. A economia colonial era tão dependente da força de trabalho desses escravos, que um cronista da época chegou a afirmar não ser possível um "colono se sustentar na terra" sem contar com o trabalho dos mesmos (Gandavo, 1570 *apud* Furtado, 1986: 42).

Manuel C. de Andrade (1985) é perspicaz ao tratar da situação dos escravos africanos nesse período. Segundo ele, não há dúvida de que os negros estavam na base da pirâmide social e que eles tinham uma imensa carga de deveres a cumprir e quase nenhum direito. Já Celso Furtado denuncia em sua principal obra, "Formação econômica do Brasil", a visão de "coisa" ou mesmo de máquina que os proprietários tinham dos escravos. Ele chega a dizer, inclusive, que "(...) a mão-de-obra escrava pode ser comparada às instalações de uma fábrica: a inversão consiste na compra do escravo, e sua manutenção representa custos fixos" (Furtado, 1986: 49). Caio Prado Jr. (2000: 280) também destaca este aspecto da escravidão na sociedade colonial, lançando luz ainda sobre a situação da mulher escrava naquele contexto; em suas palavras:

> Nada mais se queria dele [do escravo], e nada se pediu e obteve que a sua força bruta, material. Esforço muscular primário, sob a direção e açoite do feitor. Da mulher, mais a passividade da fêmea na cópula. Num e noutro caso, o ato físico apenas, com exclusão de qualquer outro elemento ou concurso moral. A "animalidade" do Homem, não a sua "humanidade". (Grifos nossos).

Mas, a literatura nos mostra que a força de trabalho empregada na produção açucareira durante o período colonial não era formada, exclusivamente, por escravos africanos. Além destes havia os trabalhadores livres que realizavam tarefas mais especializadas e os que moravam nas terras dos grandes proprietários cultivando um pedaço de terra para sustento próprio e prestando a estes alguns dias de serviço.

Alguns desses trabalhadores eram os lavradores e os moradores. Os primeiros, dependendo da sua condição econômica, podiam tanto cultivar terras próprias e abastecer o engenho com a sua cana-de-açúcar, quanto cultivar as terras de um senhor e lhes fornecer a matéria-prima. Os lavradores mais abastados chegavam a contar com o trabalho de escravos em suas plantações; já os mais pobres, eles mesmos e seus familiares realizavam o trabalho. Vale ressaltar que em muitos casos os próprios filhos do senhor de engenho tornavam-se lavradores do pai ou do irmão.

Os moradores, por seu turno, moravam no interior das propriedades: os homens se dedicavam ao cultivo de produtos como o milho e a mandioca; já as mulheres, além dos afazeres domésticos, também se dedicavam a fazer renda. Naqueles anos em que a produção era abundante, os moradores costumavam comercializar os excedentes, o que garantia a aquisição de itens como roupas e calçados. A situação desses homens e mulheres não era nada confortável, pois a qualquer momento o senhor de engenho podia despejá-los de sua propriedade. Mesmo não sendo a primeira opção dos senhores de engenho para a realização do trabalho pesado relacionado à produção de açúcar, os moradores acabaram constituindo uma reserva de força de trabalho barata, a qual seria empregada após a proibição do tráfico negreiro, o que ocorreu em 1850 com a Lei Eusébio de Queirós[3].

3. A modernização (tardia) da produção açucareira, a concorrência do algodão, a abolição da escravatura e as suas consequências

Durante a ocupação holandesa (1630-1654) essa estrutura não sofreu grandes alterações. Os holandeses não estavam interessados em dar fim a tudo o que os portugueses haviam construído no Brasil durante os primeiros

---

3 Essa lei, que surgiu em consequência da pressão da Inglaterra – na época a nação mais poderosa do mundo – sobre o Brasil, não teve efeito imediato. O tráfico internacional, mesmo em menor escala, continuou durante alguns anos. Também o tráfico interno foi constante nesse período que vai da promulgação da lei até a abolição da escravatura em 1888. Como São Paulo e Rio de Janeiro eram os principais produtores de café – o produto que estava em alta naquele momento –, o comércio ilegal concentrou-se principalmente nesse meio.

anos de colonização. Bem pelo contrário: foram, justamente, as possibilidades de lucro advindas da produção açucareira capitaneada pelos filhos de Portugal o que lhes chamou a atenção. É interessante notar que muitos holandeses acabaram tornando-se senhores de engenho, lavradores de cana e até donos de currais (Andrade, 2005), mas com o passar do tempo perderam o interesse por tais atividades e passaram a atuar no comércio, área com a qual estavam mais familiarizados devido ao estilo de vida citadino que cultivavam. O comércio de escravos foi um dos negócios que mais atraíram os novos colonizadores. Tão logo os holandeses perceberam que não iriam adiante no projeto de colonização sem os negros africanos, trataram de conquistar os pontos fornecedores neste continente: os portos da Costa da Mina, Luanda e a Ilha de São Tomé.

A presença holandesa no Brasil, a despeito de ser curta, causou significativos impactos na paisagem de algumas cidades nordestinas. Recife, por exemplo, conheceu um notório desenvolvimento. Sua arquitetura foi incrementada com construções inspiradas naquelas dos Países Baixos; ergueram-se pontes e ruas foram planejadas. No entanto, de forma geral o domínio holandês não avançou muito em termos de aprimoramento da produção açucareira, o que só viria a acontecer alguns anos mais tarde.

Após serem expulsos do Brasil, os holandeses se estabeleceram nas Antilhas, onde continuaram a se dedicar à produção açucareira. Sabe-se que a experiência adquirida no Brasil foi extremamente importante para o desenvolvimento desse negócio nas novas colônias, sendo que dentro de algum tempo o açúcar lá produzido tornou-se um grande concorrente do açúcar brasileiro. Isto porque os holandeses encontraram ali melhores solos e souberam aproveitar uma técnica agrícola e industrial mais desenvolvida para terem uma produção mais econômica. Já no Brasil, as técnicas utilizadas continuaram sendo as mesmas dos primórdios da colonização ou pequenas adaptações destas. Na verdade, até meados do século XIX a produção de açúcar no Brasil esteve a cargo dos chamados "engenhos banguês", unidades caracterizadas pelo uso de escravos em quase todas as etapas do processo produtivo e pelo emprego inflexível de tecnologias antiquadas. Só então é que algumas medidas foram tomadas com o intuito de melhorar a qualidade do açúcar brasileiro e viabilizar a sua exportação, já que além do açúcar antilhano, começou a ganhar destaque também no mercado internacional o açúcar europeu, feito a partir da beterraba.

Uma dessas medidas foi a criação de "engenhos centrais" pelo Governo Imperial em 1875. O objetivo era separar a produção agrícola da produção industrial, o que, segundo os ministros do Império, proporcionaria a inovação tecnológica, tanto no campo quanto na fábrica (Carvalho, 2000). Apesar dos investimentos e da propaganda oficial, os engenhos centrais não vingaram. Muitos donos de engenhos banguês tiveram medo de perder o controle de sua produção e continuaram a moer as canas em suas propriedades. Ocorre que o fracasso dos engenhos centrais deu origem às usinas, potentes unidades produtoras que, diferentemente daqueles, não separavam a produção agrícola da produção industrial. Contudo, é importante destacar que a criação dos engenhos centrais pode ser considerada uma inovação e a primeira tentativa de regulação empreendida pelo Estado na gestão da economia canavieira.

Mas, o século XIX também viu o algodão tornar-se um grande concorrente do açúcar. Alguns senhores de engenho passaram a investir nas duas culturas, tendo em suas propriedades o maquinário próprio da produção do açúcar e outro voltado para o beneficiamento do algodão. Diz-se, porém, que o algodão é uma "cultura democrática". Nela não apenas os ricos senhores investem, mas os pequenos proprietários também. De modo que enquanto as terras próximas ao litoral foram tomadas pela cana e algumas culturas de subsistência, aquelas localizadas na faixa entre o Sertão e a Zona da Mata foram bastante utilizadas para o cultivo do "Ouro Branco". Foram também os escravos os trabalhadores utilizados na lida com o algodão. Isto se a plantação pertencesse a um senhor de posses; no caso dos pequenos proprietários, a família realizava os trabalhos requisitados. O algodão era a matéria-prima por trás de um daqueles "três P" de que trata Antonil (1982), referindo-se ao modo como os escravos deveriam ser tratados pelos seus senhores, a "pão, pau e pano". Como é sabido, o algodão foi largamente utilizado na confecção dos trapos que vestiam os cativos, mormente o algodão de qualidade inferior.

É nesse contexto de concorrência entre a cana e o algodão, desmantelamento dos engenhos centrais, enfraquecimento dos engenhos banguês e criação das primeiras usinas de açúcar do Brasil que se deu a abolição da escravatura. Com um atraso considerável, se feita a comparação com outros países americanos, o fim da escravidão não veio acompanhado por medidas que visassem a integração dos ex-escravos na sociedade. Nos

debates que antecederam a assinatura da Lei Áurea era possível distinguir duas ideias básicas com relação ao destino dos que viriam a ganhar a liberdade: uma era a dos políticos abolicionistas, que além do fim do cativeiro exigiam ainda uma redistribuição de terras para os escravos libertos; e a outra era a dos conservadores, que defendiam a abolição pura e simples. Ao perceberem que o fim da escravidão era algo incontornável, os políticos conservadores trataram de assumir a dianteira do processo que culminou com a assinatura da Lei Áurea em 1888. Ao assegurarem que a abolição não viria acompanhada por nenhuma política compensatória, como a de redistribuição de terras defendida pelos seus adversários, os conservadores estavam garantindo a formação de uma força de trabalho barata, pois por não terem outras opções, os ex-escravos acabariam vendendo a sua força de trabalho aos antigos senhores (Andrade, 1985). Sem terras e sem a possibilidade de encontrarem um trabalho melhor, o destino de muitos ex-escravos foi a morada, esse sistema de dominação que perdurou no Nordeste do Brasil até meados dos anos 1960.

Ser morador significava bem mais do que simplesmente trabalhar para um senhor. O fato de o trabalhador dispor de uma casa e de um pedaço de terra para cultivar na propriedade colocava-o numa posição de "dívida" para com o proprietário. A experiência da dívida era, aliás, uma constante na vida dos moradores. Como muitos destes já chegavam às fazendas de seus "protetores" sem recursos, era comum os proprietários lhes concederem empréstimos que deveriam ser pagos ao longo de sua permanência na propriedade. Os senhores usavam este e outros mecanismos para fixar o morador e seus familiares nas suas terras.

O fim da escravidão e o fortalecimento do sistema de moradas não eliminou completamente algumas práticas tidas como comuns durante o regime escravista. Referimo-nos aqui aos castigos e às atrocidades cometidas pelos senhores aos que viviam na morada. Os moradores que por alguma razão contrariavam o senhor da propriedade estavam sujeitos a uma série de punições. A historiografia revela casos de moradores que, por ordem do patrão, eram besuntados com mel e em seguida colocados em cima de formigueiros; ou de moradores que eram chicoteados à vista de todos para "servir de exemplo", para deixar claro quem é que detinha o uso legítimo da violência física no engenho (Garcia Jr., 1988). No campo político apenas o senhor merecia o nome de eleitor. Era ele quem decidia como cada morador devia votar. Ademais, era o senhor quem participava das reuniões com os políticos e determinava as questões que seriam tratadas pelos candidatos. Destarte, o "voto de cabresto" assentava-se nas barganhas entre o senhor e o político – que bem podia ser também senhor de algum engenho ou muito próximo a um – e ainda nas ameaças feitas pelo senhor aos moradores de suas terras.

As usinas também passaram a utilizar a força de trabalho dos moradores. Os proprietários dessas potentes unidades industriais, as quais, como vimos anteriormente, surgiram das cinzas do projeto governamental que incentivava a criação de engenhos centrais, lançaram mão das mesmas táticas empregadas pelos senhores de engenho para fixar os trabalhadores em seus domínios. Algumas usinas chegaram até a erguer casas para aqueles que faziam parte do seu quadro de funcionários.

A disputa fez com que tanto os senhores de engenho quanto os usineiros adotassem algumas medidas de assistência social para os trabalhadores do campo. Tais medidas nem de longe se comparavam àquelas voltadas para os trabalhadores da planta fabril, a começar pelo fato de os trabalhadores rurais não terem direito às férias nem perceberem o salário mínimo. Essa incipiente preocupação com o social estava fundada, primeiramente, na busca pelo aumento da produtividade e, segundo Andrade (2005), na necessidade de conter o descontentamento e a insatisfação dos trabalhadores, que estavam cada vez mais empobrecidos. As ações paliativas de assistência médica, farmacêutica e odontológica não excluíam as medidas violentas que às vezes eram tomadas para reprimir os trabalhadores.

Para se ter uma ideia dos impactos causados pelas usinas na conformação social e política nordestina, basta notar que algumas dessas unidades produtoras foram construídas em propriedades que equivalem às terras de cinquenta engenhos banguês. Como a expansão das usinas estava a exigir mais e mais terras, houve um intenso processo de apoderação das propriedades de pequenos produtores. A concentração de terras nas mãos de poucos proprietários e a proletarização de um contingente já marcado pela falta de condições de vida dignas são algumas das causas daquela insatisfação popular que tanto os senhores de engenho quanto os usineiros pretendiam combater.

4. A legislação e a questão social canavieira: direitos à vista

As constantes tensões envolvendo usineiros, senhores de engenho e fornecedores de cana, e ainda os conflitos de interesse entre os produtores do Nordeste e do Centro-Sul fizeram surgir em 1933, pelo Decreto de nº 22.789, de 1º de junho daquele ano, o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA). A existência dessa instituição, que na verdade ganhou forma a partir da Comissão de Defesa da Produção Açucareira, que já existia desde 1931, dá provas do quanto o setor açucareiro – que depois passou a ser chamado "sucroalcooleiro" e finalmente "sucroenergético" – sempre caminhou à sombra do Estado no Brasil. Conforme Rezende,

> É a afirmação do modelo intervencionista, no qual o Estado auxilia na solução dos problemas econômicos, ficando o processo produtivo ainda mais determinado pelo protecionismo da instituição governamental. O Estado, através do IAA, exercia influência sobre o mercado interno, fixando preços e monopolizando as compras. Regulamentava, também, o transporte, o manuseio e a armazenagem do açúcar (1993 *apud* Carvalho, 2000: 13).

Faz-se necessário esclarecer, contudo, que com o IAA não apenas as atividades de ordem econômica em que o setor canavieiro estava envolvido passaram a ser regulamentadas e dirigidas pelo Estado. Também a questão social relacionada ao setor passou a ter visibilidade e ser objeto de legislação. Em 1941, em pleno governo ditatorial, foi publicado o Estatuto da Lavoura Canavieira[4] (ELC), o qual tratou pela primeira vez das medidas que deveriam ser tomadas com relação aos trabalhadores da agroindústria canavieira no país. O referido estatuto estabeleceu uma distinção entre lavradores e fornecedores de cana e garantiu aos primeiros o acesso à terra e aos serviços básicos como saúde, educação e moradia.

Apesar de ter vindo à luz tardiamente, o ELC é considerado um marco para os fornecedores e trabalhadores do setor canavieiro do Brasil, pois reconheceu os problemas enfrentados por uns e por outros e propunha algumas ações para melhorar a vida de quem, com muito custo, retirava o sustento do trabalho com a cana. Passados quase três anos da publicação do Estatuto da Lavoura Canavieira, o Governo Getúlio Vargas lançou o Decreto-lei nº 6.969/1944[5], o qual "dispõe sobre os fornecedores de cana que lavram a terra alheia e dá outras providências". Assim como o ELC, este decreto de 1944 trouxe importantes considerações sobre a assistência social aos trabalhadores da cana-de-açúcar.

Ao décimo primeiro dia de outubro de 1965, o Governo Castello Branco lançou o Decreto nº 57.020, o qual se debruçou, principalmente, sobre a concessão de terras aos trabalhadores da lavoura canavieira. O texto tratou da aplicabilidade do artigo 23º da Lei nº 6.969/1944, e entre as determinações do documento estavam: as terras a serem concedidas aos trabalhadores devem ser próximas à sua residência; os trabalhadores poderão explorar a terra individualmente ou agrupados em cooperativas, as quais deverão contar com o aporte financeiro do governo; o acesso às matrizes e sementes necessárias à exploração da terra pelos trabalhadores deverá ser facilitado pelos órgãos governamentais.

Antes, porém, da instauração da ditadura militar no país, o presidente João Goulart sancionou, em 2 de março de 1963, a Lei nº 4.214[6], o "Estatuto do Trabalhador Rural" (ETR). A partir de sua publicação os trabalhadores rurais passariam a gozar, em tese, de direitos que antes eram exclusivos dos trabalhadores urbanos, como a percepção do salário mínimo, férias, repouso semanal remunerado e gratificação natalina. Segundo Andrade (2005: 132), "(...) os proprietários reagiram à aplicação da lei, mas os trabalhadores, organizados em sindicatos, resistiram. Criou-se uma atmosfera de tensão na região e a lei passou a ser aplicada com maior ou menor intensidade"[7].

---

4 Decreto-lei nº 3.855, de 21 de novembro de 1941.

5 A sua publicação deu-se em 19 de outubro de 1944.

6 Essa lei foi revogada pela Lei nº 5.889/1973.

7 O autor refere-se, especificamente, à região canavieira nordestina, mas o ETR, diferentemente das outras leis citadas até agora, contempla não apenas os trabalhadores do setor da cana-de-açúcar, mas também os de outras áreas da agroindústria.

Dando sequência à revisão da legislação referente aos trabalhadores da agroindústria canavieira, outro texto extremamente importante para os mesmos foi publicado no ano de 1965. A Lei nº 4.870, de 1º de dezembro daquele ano, "dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Álcool e sua aplicação, e dá outras providências". É nesta publicação que foi apontada a percentagem dos lucros das usinas, destilarias e fornecedores de cana a ser aplicada nos Programas de Assistência Social (PAS) voltados para os trabalhadores do setor canavieiro e seus familiares; de acordo com o texto, 1% do preço do saco de açúcar sobre o total produzido e comercializado, 2% do total do preço do litro de álcool produzido e comercializado e 1% do valor da tonelada da cana produzida e comercializada deveriam ser empregados nos referidos programas.
Com a Lei Complementar (LC) nº 11, publicada em 25/05/1971, foi criado o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), o qual seria subordinado ao Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), uma entidade jurídica diretamente ligada ao Ministro do Trabalho e Previdência Social. Em linhas gerais, o PRORURAL significou a extensão da previdência social aos trabalhadores rurais.
Embora as leis surgidas antes da Constituição Federal de 1988 tenham fornecido importantes subsídios para os trabalhadores rurais e os movimentos sociais de que estes fizeram parte, foi só a partir da promulgação da Constituição que os trabalhadores do campo alcançaram de fato os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos, além de terem reafirmadas algumas garantias individuais[8].
No que diz respeito especificamente à legislação canavieira, dois documentos acerca da questão social que envolve os trabalhadores do setor merecem ser lembrados: a Portaria nº 304, de 2 de agosto de 1995, e a Portaria nº 199, de 6 de setembro de 1996. A primeira reforça o artigo 36º da Lei 4.870/1965, o qual determina o percentual do lucro dos produtores de cana, açúcar e álcool a ser aplicado em planos de assistência social aos trabalhadores. Esta portaria modifica a lei de 1965 ao indicar que o percentual extraído do preço do saco de açúcar e do litro de álcool deveria ser aplicado diretamente pelas usinas e destilarias, e que o percentual derivado do preço da tonelada de cana deveria ser aplicado pelos fornecedores (Soares, 2003). Já a Portaria nº 199/1996 surgiu no encalço do Acordo Interministerial do mesmo ano, o qual determinou "[...] a implementação de esforços voltados para a erradicação do trabalho infantil nas diversas áreas de atividades econômicas e a proteção ao adolescente trabalhador, inclusive sua profissionalização" (Soares, 2003: 43). Os ministérios que tomaram parte no acordo à época foram o Ministério do Trabalho do Brasil (MTB), o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (MICT) e o Ministério da Justiça (MJ).

5. Os anos noventa e o avanço das políticas neoliberais no Brasil

Os anos de 1990 trouxeram severas mudanças para o setor sucroalcooleiro do país. A desativação do IAA[9] e o fim do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), ocorridas nesse período, são, segundo a literatura especializada, consequências das transformações políticas e econômicas que estavam acontecendo no Brasil e no mundo desde os anos 1970. A extinção do IAA – que inclusive repercutiu nos Programas de Assistência Social das usinas – e a do Proálcool fizeram parte de uma série de medidas que visavam a desregulamentação do setor sucroalcooleiro pelo Estado. Sempre caminhando à sombra deste último, o setor entrou nos anos de 1990 sem as garantias que desde sempre caracterizaram a sua relação com a esfera estatal. Para usar uma expressão que estava e continua na moda nos dias de hoje, os usineiros sofreram um "choque de capitalismo". Tal choque é proveniente das orientações neoliberais que passaram a "nortear" as decisões de grupos políticos no Brasil e na América Latina, os quais foram tutelados pelo governo dos Estados Unidos e por instituições financeiras internacionais. No Brasil, foi o Governo José Sarney (1985-1990), mas principalmente o Governo Fernando Collor de Mello (1990-1992) que deu início a uma rodada de políticas que redefiniram 4 o papel do Estado na economia e na sociedade. As propostas de Collor de Mello visavam o estabelecimento de uma nova

8 Entende-se que essas garantias individuais são aquelas constantes na Lei 5.899/1973.

9 A extinção do IAA deu-se pela Lei 8.029, de 12 de abril de 1990, e pelo Decreto 99.240, de 7 de maio de 1990.

relação entre o Estado e a iniciativa privada, tendo como objetivo maior a modernização da máquina estatal (Porto, 2009). Mas, a chamada modernização do Estado não passou, na verdade, de uma "reforma estatal" com vistas a reduzir o seu papel no direcionamento da economia e na organização da vida social. A ideia do "Estado mínimo" é advogada por teóricos e empresários que acreditam ser nociva a participação do Estado como ente produtivo em alguns setores econômicos, mas também como garantidor de alguns serviços de interesse da sociedade. A mercantilização dos direitos sociais no Brasil ocorre num momento de inquietação e intenso debate sobre as possibilidades de consolidação da cidadania. A Constituição de 1988 é vista como um grande passo nesta direção, mas tão logo governos neoliberais ascenderam ao poder, criaram-se formas para dirimir as garantias constitucionais.

Passados os Governos Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, ambos de curta duração, mas que deixaram marcas profundas na história do país, houve nos dois Governos Fernando Henrique Cardoso (1995-1998, 1999-2002) um aprofundamento das medidas tomadas pelos seus antecessores, sobretudo no que diz respeito ao tratamento dado ao social. Tendo sido Ministro da Fazenda no Governo Itamar Franco, durante o qual implementou o Plano Real, Fernando Henrique Cardoso (FHC) pautou seu governo por políticas continuístas. Apesar de seu passado de militante da esquerda, suas medidas transitaram em torno do arcabouço neoliberal, em que se destacam "(...) acabar com a inflação, privatizar, reformar a Constituição para flexibilizar as relações entre o Estado e a sociedade, assim como as relações entre capital e trabalho" (Teixeira, 1998: 225 *apud* Porto, 2009: 6).

No que se refere às políticas sociais, a obsessão pela contenção dos gastos resultou na diminuição dos fundos repassados aos serviços sociais para os mais pobres. A desresponsabilização do Estado na questão social justifica-se aqui pela necessidade de tornar a máquina estatal cada vez mais enxuta. A focalização das políticas sociais, a refilantropização – ou privatização dos serviços públicos, como escrevem alguns autores – e a insistente redução dos gastos sociais são, segundo Gomes, Pinto e Campos (2004), claras indicações de que o equacionamento da questão social nos Governos FHC seguiu sendo subordinado à política macroeconômica e determinado por esta. Essa visão é compartilhada por José Paulo Netto (1999: 87), para quem

> O projeto conduzido pelo primeiro governo FHC não exclui a política social – mas a situa numa ótica inteiramente diversa daquela que está inscrita na Constituição de 1988. No projeto de FHC, *a política social aparece inteiramente subordinada à orientação macroeconômica* que, por sua vez, é estabelecida segundo os ditames do grande capital. (Grifos originais).

Mas, que análise é possível fazer a partir do que foi colocado acima (reforma do Estado, focalização e refilantropização das políticas sociais, ajuste fiscal etc.), tendo como pano de fundo a relação entre a desregulamentação estatal sobre o setor canavieiro e os direitos dos trabalhadores? É o que veremos a seguir.

6. Os direitos sociais em xeque: a reforma do Estado e o fortalecimento do discurso da responsabilidade social

Conforme dito anteriormente, os anos de 1990 foram "marcantes" para o setor canavieiro; mas também o foram para a economia brasileira como um todo e, consequentemente, para os setores menos favorecidos da sociedade. Apesar de economistas e cientistas políticos próximos aos governos neoliberais sustentarem que houve uma estabilização no período, o que se viu realmente foi um aumento do fosso que separava os mais ricos dos mais pobres. Em outras palavras, a economia pode ter crescido, mas seu crescimento não veio acompanhado por uma justa distribuição renda.

Como mostram Gomes, Pinto e Campos (2004: 5),

> [...] o quadro de estabilidade não é confirmado, pois houve movimentação dentro da estrutura social e tais movimentos aprofundaram a desigualdade no país. Os dados apontam que apenas a elite sócio-ocupacional obteve aumento da participação da

> renda nos anos 90, os setores intermediários praticamente mantêm suas posições, os perdedores localizam-se na massa trabalhadora urbana e na massa rural.

As autoras vão ao cerne da questão quando dizem que os perdedores, os principais afetados por todas essas mudanças são os trabalhadores. No caso dos trabalhadores da agroindústria canavieira, além da intensificação das formas de exploração de sua força de trabalho – via reestruturação produtiva – houve ainda o aceleramento de um processo que desembocou na perda de importantes direitos sociais.

A derrocada dos direitos sociais garantidos pela Lei nº 4.870/1965 e acolhidos pela Constituição Federal de 1988 contou com a intervenção dos proprietários de usinas e destilarias e dos fornecedores de cana. Com o fim do IAA, no início dos anos de 1990, estes empresários entenderam que já não haveria a necessidade de repassar recursos para os Programas de Assistência Social (PASs) aos trabalhadores da agroindústria canavieira e seus familiares. Na interpretação dos mesmos, extinta a agência fiscalizadora dos planos de ação social das empresas, também estaria extinto por tabela o dever de prestar auxílio social aos seus funcionários. Uma das principais queixas dos usineiros era a de que a determinação legal de se criar programas de auxílio social para os trabalhadores feria o princípio da isonomia. Mas, no entendimento de alguns juízes, com destaque para Bruno Takahashi, a obrigatoriedade das empresas de criarem os PASs justifica-se pelo alto grau de insalubridade, periculosidade e penosidade a que estão sujeitos os trabalhadores canavieiros (Takahashi, 2012). Na visão de Takahashi, são essas particularidades do setor que evocam a necessidade de um tratamento diferenciado para os que nele trabalham. Ainda com relação ao descaso dos usineiros para com os PASs, alegando não haver mais imperativo legal para a sua continuidade, Takahashi deixa entrever que se trata de um grande engodo, dado que o fim do IAA não desobrigou as usinas de continuarem a investir na melhoria das condições de vida e trabalho de seus funcionários, nem o Estado de fiscalizar o cumprimento da legislação. Na visão do magistrado,

> [...] a extinção do Instituto do Açúcar e do Álcool – IAA – pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e pelo Decreto nº 99.240, de 7 de maio de 1990, não exime a União de proceder a seu dever de fiscalização, sobretudo em relação à aprovação do plano e à sua execução pelas empresas do setor.
> Isso porque a extinção de determinado órgão da Administração Pública Federal não implica, por si só, a extinção da obrigação legalmente imposta (Takahashi, 2012: 11).

Takahashi afirma também que as responsabilidades antes atribuídas ao IAA foram repassadas para outros órgãos, entre as quais a de acompanhar as ações sociais das usinas e destilarias. Segundo ele:

> [...] a evolução legislativa indica que as atribuições do Instituto do Açúcar e do Álcool foram transferidas para outros órgãos. Assim, é comum a alegação da União no sentido de que após a extinção do IAA, em um primeiro momento (após maio/90), coube ao então Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (hoje Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior – MP 1.795/99) a fiscalização do PAS, celebrando-se Convênio (nº 01/95) com a Secretaria de Estado da Família, da Criança e do Bem-Estar Social, objetivando estabelecer ações voltadas à fiscalização do citado programa. Posteriormente, por força da Medida Provisória nº 1.191/99, a administração e a fiscalização do PAS passaram à esfera de competências do Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento.
> Além disso, tratando-se de norma que afeta o direito dos trabalhadores, o referido plano deverá ser encaminhado também ao Ministério do Trabalho, por meio da Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT. Eventuais modificações nos órgãos internos deverá ser informada pela própria União às empresas objeto de fiscalização (Takahashi, 2012: 11).

Vê-se, então, que a evolução legislativa indicou os órgãos governamentais que deveriam acompanhar a execução dos PASs nos estados. Os usineiros, porém, fizeram "ouvidos de mercador" tanto para as leis quanto para as necessidades dos trabalhadores canavieiros, que ainda hoje seguem engrossando as fileiras da pobreza nas regiões onde a produção sucroenergética está assentada.

É importante salientar que, apesar de rejeitarem a continuidade dos PASs, os usineiros elegeram a responsabilidade para com o social como umas das principais justificativas para o Estado auxiliar as usinas em momentos de crise. A questão social, portanto, ganha um destaque maior apenas quando as usinas, prestes a fecharem as suas portas, recorrem a subsídios e apoio governamentais. O discurso do medo da desordem social causada pelo fim dos empregos renasce a cada crise enfrentada pelo setor que durante os "tempos de bonança" parece não olhar para a relação que há entre a pobreza e a qualidade dos empregos ofertados.

Mas, além disso, as mudanças político-econômicas ocorridas no período fortaleceram os discursos e as práticas relacionadas ao que se convencionou chamar de "responsabilidade social" das empresas. O quadro, pois, é digno de uma pintura de Pablo Picasso: aumenta-se a exploração do trabalhador através das medidas de intensificação da produtividade; os direitos sociais garantidos pela Lei nº 4.870/1965 e reafirmados pela Constituição Federal de 1988 são desrespeitados; e, finalmente, diminui-se a responsabilidade do Estado para com a questão social em prol do fortalecimento da responsabilidade social do setor privado que dela faz uso como forma de sobreviver no mercado.

Um exemplo cabal dessa nova faceta do capitalismo pode ser encontrado no próprio setor sucroenergético. As denúncias de que muitas usinas mantêm trabalhadores em condições de trabalho análogas à escravidão vêm sendo feitas há anos por acadêmicos, religiosos e militantes de movimentos sociais. Esses clamores, ao que parece, chegaram até importantes centros consumidores do açúcar e do etanol produzidos no Brasil, como a Europa e os Estados Unidos, que passaram a comprar tais produtos somente de empresas que evitam práticas abusivas contra os seus trabalhadores e contra a comunidade. Entretanto, até que ponto essa busca pela responsabilidade social pode ser eficiente no combate às mazelas de que são vítimas os trabalhadores e comunidades empobrecidas? A pergunta vem a calhar se olharmos ainda mais uma vez para o setor sucroenergético, que a despeito da pressão nacional e internacional, segue nas páginas dos jornais como um dos que mais deixam a desejar nos compromissos com os seus funcionários (sobretudo os do campo).

Mas o que chama a atenção nessa guinada das empresas do setor sucroenergético para o capitalismo social é o olvidamento de que as medidas ou parte das medidas associadas a sua política de responsabilidade social já eram indicadas pela legislação social, a mesma que muitos usineiros insistiam em atacar. Essa é a conclusão a que também chegou a pesquisadora Rita de Cássia M. R. Soares quando analisou as ações sociais da Usina Coruripe, situada no litoral sul do estado de Alagoas e considerada a maior produtora de açúcar e álcool do Norte-Nordeste. Segundo a autora:

> Se formos em busca da legislação sucroalcooleira, especificamente no que diz respeito ao Plano de Assistência Social (PAS), iremos perceber que várias ações que a usina admite ser de responsabilidade social interna já estavam previstas na legislação, desde 1941, com o Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC), que garantia, entre outros, o direito à moradia, à assistência médica e hospitalar e ensino primário gratuito às crianças. O Decreto-lei n° 6.969, de 19/10/44, complementa o ELC, na medida em que institui, entre outras diretrizes, a assistência dentária, bolsas de estudo e manutenção de instituições de recreação. Ainda com relação ao Decreto-lei n° 6.969, destaca-se a concessão de terras ao trabalhador rural destinadas à plantação e criação necessárias à subsistência, o que não vem sendo feito, pois nos últimos anos várias casas de trabalhadores rurais na área da usina foram destruídas, acabando assim com o direito à terra e à moradia (Soares, 2003: 80).

Vê-se, portanto, que a responsabilidade social, a despeito dos impactos positivos que possa causar numa determinada comunidade, está atrelada à busca de destaque no mercado, logo, à busca de lucro. Interessa encobrir o caráter de direito dos trabalhadores e suas famílias em nome de uma solidariedade empresarial.

Solidariedade esta que é extremamente benéfica para a empresa em termos financeiros, pois como vimos, "fazer o social" é parte da atual estratégia do capitalismo para expandir-se.
Os trabalhadores contemplados pelas iniciativas das usinas são levados a acreditar que o que recebem não é um direito, mas sim um favor que as empresas estão prestando. E por serem entendidas como um favor, com essas iniciativas as usinas ainda conseguem a lealdade e a presteza dos funcionários, já que no entendimento destes os benefícios recebidos são devidos à benevolência de uma empresa ou conjunto de empresas em particular, a ponto de os trabalhadores revelarem em muitas entrevistas as usinas "boas" e as "ruins" para se trabalhar.

7. O fim dos PASs e o equacionamento da questão social canavieira via Bolsa Família: o Partido dos Trabalhadores no poder

O petista Luís Inácio Lula da Silva foi eleito em 2002 com os compromissos de manter as conquistas econômicas do governo de seu antecessor e reduzir as desigualdades sociais. A sua "Carta ao povo brasileiro" serviu para "desarmar" os que temiam a ascensão de um ex-líder sindical à presidência da república. A eleição de Lula foi vista por parcela significativa da população do país como o "retorno da esperança", dado que um operário, um "homem do povo" chegara ao posto mais alto da política nacional, e lá, governaria com uma atenção especial para os mais pobres. Como presidente, Lula destacou-se por sua atuação no combate à fome e na geração de empregos. Uma das marcas de seus dois governos foi a expansão dos programas de inclusão social. Programas sociais que já existiam na gestão de FHC foram ampliados e diversificados, alcançando um grande número de pessoas. O principal programa social do seu governo – que viria a ser continuado pela sua sucessora, a também petista Dilma Rousseff –, o Programa Bolsa Família (PBF), surgiu em 2004 a partir da fusão de quatro programas já existentes: o Auxílio Gás, o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação.
O PBF caracteriza-se por ser um programa focalizado. Sua meta é a transferência de renda para os brasileiros que vivem em situação de pobreza. Podem participar do mesmo as famílias pobres, cuja renda mensal *per capita* é de até R$154 (cento e cinquenta e quatro reais), e que tenham crianças e adolescentes de até 17 anos, gestantes e/ou nutrizes; e as famílias extremamente pobres, as quais possuem uma renda mensal de até R$77 (setenta e sete reais) por pessoa, mesmo não tendo crianças, adolescentes ou jovens.
A região Nordeste do Brasil vem sendo nos últimos anos a região com o maior número de famílias beneficiadas pelo programa. Dados de 2011mostram que 51,1% do total disposto pelo PBF foram para o Nordeste. Naquele ano o Bolsa Família distribuiu R$1,6 bilhão em todo o país. Entre os estados nordestinos que mais receberam benefícios no referido ano estavam a Bahia (com 1.753 milhão de benefícios), Pernambuco (com 1.116 milhão) e Ceará (com 1.077 milhão) (Ipea, 2012). A folha de pagamento de maio de 2013 mostra que o Nordeste recebeu a maior parcela do montante de dinheiro repassado aos beneficiários naquele mês. Foram mais de R$1 bilhão, distribuídos para as quase 7 milhões (6.919.534) de famílias inscritas no programa. Em segundo lugar ficou a região Sudeste, com mais de R$486 milhões repassados para 3.492.026 famílias inscritas (Mds, 2013)[10]. O valor médio, em reais, dos benefícios pagos foram R$156,27 (cento e cinquenta e seis reais e vinte e sete centavos) no Nordeste, e R$139,22 (cento e trinta e nove reais e vinte e dois centavos) para o Sudeste.
Saindo um pouco do tema do Bolsa Família – para o qual voltaremos mais adiante –, faz-se necessário dizer que tanto os dois Governos Lula (2003-2006; 2007-2010) quanto o Governo Dilma Rousseff (2011-2014) deram continuidade às políticas neoliberais que marcaram as gestões de seus antecessores mais recentes. Alguns autores, e aqui citamos o cientista político Armando Boito Jr. (2012), dizem que o neoliberalismo petista caracteriza-se pela sua não-ortodoxia, o qual estaria, inclusive, em constante tensão com o neoliberalismo ortodoxo apregoado pelos políticos de direita e de centro-direita. Boito Jr. afirma ainda que as bases políticas dos Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff compõem uma frente ampla e heterogênea de cariz neodesenvolvimentista. Ampla: por ter em suas fileiras representantes da grande burguesia nacional (vindos das grandes construtoras, da "cúspide do agronegócio", das mineradoras etc.) e trabalhadores excluídos do "bloco

10 Disponível em: http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2013/maio/20052013-bf-%20maio2013.jpg/image_view_fullscreen. Acesso em 18/08/2013.

no poder" (como a baixa classe média, o operariado, o campesinato e os trabalhadores da massa marginal). Heterogênea: por razões um tanto óbvias, já que tais agentes inúmeras vezes podem ter posições contraditórias a respeito das decisões sobre os rumos do país.

Mas, em que todas essas informações nos ajudam a pensar sobre os canavieiros e seus direitos? Bem, se na década de 1990 a ofensiva neoliberal começou a esvaziar a noção de direitos dos trabalhadores e a pôr em evidência a responsabilidade social das empresas capitalistas, o que se vê nos anos 2000 é uma radicalização do desmonte de conquistas essenciais, como foi o caso do desmonte dos PASs. O fato de o agronegócio ser um dos componentes mais fortes da chamada frente neodesenvolvimentista não apenas constituiu uma enorme "pedra no meio do caminho" da reforma agrária como também inviabilizou melhoras realmente significativas para quem sobrevive do trabalho rural, e aqui pensamos especificamente nos trabalhadores da cana-de-açúcar. Dois exemplos ilustram bem essa preferência pelo lado mais abastado e influente do bloco neodesenvolvimentista:

1. Apesar de terem sido feitas operações do Ministério do Trabalho em várias partes do Brasil para conter o avanço do trabalho em condições análogas à escravidão no campo, as modificações necessárias caminham a passos lentos, sendo que muitas vezes os patrões (políticos ou empresários que possuem fortes apadrinhados políticos) contam com a leniência da justiça para seguirem cometendo atos irregulares; no caso dos canavieiros, mudanças pontuais foram feitas, como a obrigatoriedade do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), a distribuição de água gelada durante o expediente e a montagem de barracas no canavial para os momentos das refeições; mas pautas espinhosas como o fim do pagamento por produção – sistema de remuneração que leva o trabalhador a arcar com o ônus dos baixos salários pagos nos canaviais (Alves, 2008), causando enfermidades diversas e até a morte por exaustão – e a redução da jornada de trabalho, dentre outras, nem foram aventadas;
2. O fim da cobrança do PAS, por meio da Lei nº 12.865, de 09/10/2013, revela o quanto o agronegócio é influente no governo do PT. Entendemos que uma postura coerente deste partido seria criar mecanismos de fiscalização dos recursos dos PASs em cada região produtora de cana, dada a importância de tais programas para o desenvolvimento social das mesmas, e não impor o fim das contribuições, alijando os canavieiros e seus familiares do apoio necessários nas áreas da educação, da saúde, da cultura e da habitação. O governo petista, nesse caso, agiu como se fosse uma extensão do agronegócio canavieiro, que entende que o PAS feria o princípio da isonomia e onerava um setor de "comprovado comprometimento social".

É ai, então, que novamente entra em cena o Programa Bolsa Família. O governo, sob a forte influência do agronegócio canavieiro, aboliu os PASs, e assumiu o compromisso de resolver a secular questão canavieira, utilizando para isso o supracitado benefício. O Bolsa Família talvez seja hoje o único ou o principal programa de sustentação social e econômica nas regiões canavieiras do Nordeste do país. Um programa que poderia ser complementado pelos PASs ou servir de complemento a estes é para muitas famílias a única tábua de salvação no mar agitado da pobreza e da miséria causadas pelo latifúndio, desemprego e precariedade dos serviços públicos. O PBF ajuda a reparar as necessidades imediatas, mas ainda parece ser insuficiente para reparar o que anos de injustiça social causou numa das regiões mais pobres do Brasil. Num contexto em que a educação é deficitária, os serviços de saúde não cumprem nem o básico em termos de atendimento e há cada vez menos oportunidades de emprego dignos, o PBF ajuda, mas certamente precisa ser acompanhado por políticas que incentivem o desenvolvimento em todas as suas dimensões: social, econômica, política e cultural.

8. Considerações finais

Conforme vimos nas páginas anteriores, há um processo de construção e desconstrução dos direitos dos trabalhadores do setor canavieiro no Brasil. No período final da escravidão houve um intenso debate sobre os rumos da abolição: de um lado, os que defendiam uma libertação pura e simples; de outro, os que, além disso, ainda advogavam ser necessário dar terras e outras garantias aos ex-escravos. Venceu o primeiro grupo, e o que se viu foi a entrada maciça de ex-escravos na massa de trabalhadores pobres que dependia da venda de sua força de trabalho para sobreviver. Anos e mais anos foram necessários para que os trabalhadores da cana fossem vistos como sujeitos de direito pelo poder público. Somente na década de 40 do século passado houve uma primeira tentativa de estender garantias a um setor da população marcado pela pobreza e falta de perspectivas.

Mas nem tudo são flores. Apesar das leis, muitos trabalhadores viram-se alijados de seus direitos básicos. Empecilhos históricos como o coronelismo e outras práticas abusivas de poder dificultaram o acesso a melhores condições de vida nas áreas nordestinas onde as usinas de açúcar e álcool se estabeleceram. De modo que chegamos ao século XXI com importantes conquistas, mas ainda com grandes desafios pela frente. O fim do PAS no governo da segunda presidente do Partido dos Trabalhadores revela a força do agronegócio no Brasil contemporâneo. Já a estratégia de se reduzir o equacionamento da questão social canavieira apenas (ou principalmente) ao Programa Bolsa Família merece ser mais bem estudada, pois apesar dos discursos oficiais, os níveis de desenvolvimento humano e social no Nordeste canavieiro ainda são preocupantes.

A longa jornada dos canavieiros pela busca de direitos segue. Quebraram-se as correntes da escravidão, mas a tão esperada plenitude da liberdade ainda precisa ser conquistada. É preciso superar uma concepção de cidadania calcada no consumo e fincar de vez as bases de uma cidadania plena, em que os sujeitos se sintam de fato membros da comunidade. E isso passa, inexoravelmente, pela posse dos direitos políticos, civis e sociais, para não citarmos os outros que daí brotaram.

Referências

ALVES, F. (2008), "Processo de trabalho e danos à saúde dos cortadores de cana". *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente (InterfacEHS)*, 3 (2), pp. 1-26.

ANDRADE, M. C. (1985), *Escravidão e trabalho livre no Nordeste açucareiro*, Recife, ASA Pernambuco.

_____. (2005), *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*, São Paulo, Cortez.

ANTONIL, A. J. (1982), *Cultura e opulência do Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

BOITO JR., A. (2012), "As bases políticas do neodesenvolvimentismo". *EESP-FGV*, 1 (1), Disponível em: http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf, [consultado em 02-08-2013].

CARVALHO, C. P. O. (2000), *Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana*, Maceió, EDUFAL.

GARCIA JR., A. (1988), "Sujeitos e Libertos: sobre a transição para trabalhadores livres do Nordeste". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 7 (3), pp. 5-41.

GOMES, D. C., PINTO, G. C. R., CAMPOS, L. S. M. D. (2004), "Desigualdade, pobreza e políticas sociais: discutindo a focalização das políticas sociais no Brasil". *Universidad Complutense de Madrid*, 1 (1), Disponível em: http://pendientedemigracion.ucm.es/info/ec/jec10/ponencias/1002gomesetal.pdf, [consultado em 12-06-2014].

IPEA. (2012), *Comunicados do IPEA – Nº 129: presença do Estado no Brasil*, Brasília, IPEA.

LOPES, J. S. L. (1978), *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social. (2013), "Folha de Pagamento – Bolsa Família – Maio/2013". MDS, Disponível em: http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2013/maio/20052013-bf-%20maio2013.jpg/image_view_fullscreen, [consultado em 18-08-2014].

_____. (2014), "Relatório de acompanhamento da Condicionalidade da Educação - Bolsa Família – OUT e NOV/2013". *MDS*, Disponível em: http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/janeiro/BF-acompEducacao-OUT-NOV-2013.jpg/view, [consultado em 18-08-2014].

NETTO, J. P. (1999), "FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras". In LESBAUPIN, I. (ed.), *O desmonte da nação: balanço do Governo FHC*, Petrópolis, Vozes.

PORTO, M. C. S. (2009), "Estado e neoliberalismo no Brasil contemporâneo: implicações para as políticas sociais". *IV Jornada Internacional de Políticas Públicas*, 1 (1), Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/1_Mundializacao/estado-e-neoliberalismo-no-brasil-contemporaneo.pdf, [consultado em 12-10-2014].

PRADO JR., C. (2000), *Formação do Brasil contemporâneo: colônia,* São Paulo, Brasiliense; Publifolha.

SOARES, R. C. M. R. (2003), *A particularidade da responsabilidade social no setor sucroalcooleiro de Alagoas*. Dissertação de Mestrado, Recife, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco.

TAKAHASHI, B. (2012), "A natureza jurídica da contribuição ao Programa de Assistência Social aos trabalhadores da agroindústria canavieira: direito do trabalhador ou crédito tributário?". *Revista de Doutrina da 4ª Região*, 49, Disponível em: http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao049/bruno_takahashi.html, [consultado em 12-05-2014].

Diagramas na Atenção Primária: a Estratégia de Saúde da Família no Brasil

Sabrina Sinabucro Kanesiro Bizelli[1]

José Luís Bizelli[2]

Elen Rose Lodeiro Castanheira[3]

Resumo: O desenvolvimento da atenção primária dos sistemas nacionais de saúde já vem sendo preconizado pela OMS desde a Declaração de Alma-Ata, 1978. No Brasil, a mudança de modelo da atenção primária acontece a partir da década de 90, quando se adota a Estratégia de Saúde da Família. Há diferenças tanto na forma como cada país organiza suas equipes de saúde para prover os serviços de atenção primária, segundo as condições materiais presentes em cada localidade, quanto na forma como cada unidade de saúde configura seu processo de trabalho, segundo a relação que estabelece com a comunidade atendida e suas demandas. Formam-se arranjos organizacionais peculiares entre as equipes de atendimento à população que, gradativamente, vão institucionalizando práticas e fluxos dentro do sistema, produzindo até mesmo maneiras criativas de atender as demandas dos cidadãos, como vem ocorrendo em alguns municípios pobres do Brasil, em regiões deprimidas economicamente, na tentativa de superar entraves postos pela situação de carência de recursos.

Palavras-chave: Estratégia de Saúde da Família, Atenção Primária, Relações de Poder, Governo, Estado.

Introdução

O intuito do artigo é discutir a Atenção Primária à Saúde (APS) – enquanto política pública brasileira de saúde – e o modo como a APS se articula em territórios heterogêneos, atravessados por fluxos produtivos internacionais que geram pauperização e regiões economicamente deprimidas, nas quais se evidencia a carência de recursos para a promoção da saúde das populações.

---

1 Sabrina Sinabucro Kanesiro BIZELLI faz doutorado em Saúde Coletiva pela Faculdade de Medicina de Botucatu/ Unesp. Em 2013 desenvolveu pesquisa junto à Universidad de Alcalá de la Faculdad de Enfermería (bolsa sanduíche). Possui graduação em Psicologia Bacharelado, Licenciatura Plena (2000), Formação de Psicólogos (2001) pela Faculdade de Ciências e Letras/Campus de Assis - Unesp, especialização em Gestão Pública e Gerência de Cidades (2004) pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara Unesp, aprimoramento em Planejamento e Administração de Serviços de Saúde (2005) pela Faculdade de Ciências Médicas Unicamp e mestrado em Saúde Coletiva (2010) pela Faculdade de Medicina de Botucatu Unesp.

2 José Luís BIZELLI lidera o Grupo de Pesquisa (CNPq) Programa de apoio à Governança e vincula-se aos Programas de Pós-Graduação em Educação Escolar (FCL-Ar) e TV Digital (FAAC-Bauru). É Professor Adjunto do Departamento de Antropologia Política e Filosofia da FCL-Ar e fez seu Pós-Doutorado em Educação na UAH, sendo responsável pelo convênio entre a UAH e a Unesp para ações educativas. É editor da Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação e tem como temas de investigação: educação, inovação tecnológica, políticas públicas e governança.

3 Elen Rose Lodeiro CASTANHEIRA é professora assistente doutor do Departamento de Saúde Pública da Faculdade de Medicina de Botucatu/ UNESP desde 2001. Mestrado (1996) e doutorado (2002) em Medicina Preventiva pela USP. Graduação em Medicina pela UNESP (1981). Integra a coordenação do Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva da FMB/UNESP. Coordenadora do Convênio de Cooperação Internacional UNESP e UNICV (Universidade de Cabo Verde), África. Desenvolve pesquisas na área de Avaliação de Sistemas, Serviços e Programas de Saúde, com ênfase na qualidade da assistência na atenção primária e nas ações de prevenção e assistência às DST e aids.

Para tal discussão partiremos da leitura deleuziana sobre as relações de poder descritas na obra de Michel Foucault, particularmente dos conceitos de diagrama e de dispositivo aplicados como resposta às demandas internacionais por ações na Atenção Primária (AP) como ponto de partida para a organização dos sistemas nacionais. O campo escolhido foi a resposta brasileira através da Estratégia de Saúde da Família (ESF).

O desenvolvimento da AP nos sistemas nacionais de saúde vem sendo preconizado pela OMS e pela Unicef desde Alma-Ata (1978), como resposta à necessidade de uma ação urgente por parte dos governos para proteção e promoção da saúde de todas as pessoas em escala mundial. A Declaração de Alma Ata propunha como meta para o ano 2000 que todos os povos alcançassem um nível de saúde que permitisse levar uma vida social e economicamente produtiva, contribuindo assim para melhor qualidade de vida e para a paz mundial: "la atención primaria de salud es la clave para alcanzar esa meta como parte del desarrollo conforme al espíritu de la justicia social" (OMS, 2002: 22).

Há diferenças tanto na forma como cada país organiza suas equipes de saúde para prover os serviços de atenção primária – enfrentando condições políticas e materiais existentes em cada território –, quanto na forma como cada unidade de saúde configura seu processo de trabalho, segundo a relação que estabelece com a comunidade atendida e suas demandas (Connil, 2008).

Formam-se arranjos organizacionais peculiares entre as equipes de atendimento à população que, gradativamente, vão institucionalizando práticas e fluxos dentro do sistema, ainda que de forma localizada, produzindo até mesmo maneiras criativas de atender às demandas dos cidadãos, como ocorre em alguns municípios brasileiros, em regiões deprimidas economicamente, na tentativa de superar entraves postos pela situação de carência de recursos (Bizelli & Castanheira, 2011).

No Brasil, a mudança de modelo da AP acontece de modo mais extensivo a partir da década de 90 quando se adota a ESF. Várias propostas haviam sido implantadas em diferentes regiões ao longo dos anos 70 e 80 sem que tivessem expressão como política pública de abrangência nacional. A ESF representa a instituição da APS como política de estado dentro dos pressupostos e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), instituído no final dos anos 80 com a nova Constituição. Mudava-se a estratégia do modelo assistencial e assim do próprio sistema de saúde.

O resgate histórico dos diferentes modos de organizar os serviços brasileiros de saúde pública e a incorporação da assistência direta pela integração médico sanitária por meio dos serviços de AP servem de base à análise proposta, apontando sumariamente os contextos e significados assumidos por esses serviços enquanto dispositivos de poder que apresentam, sumariamente, quatro diferentes estratégias e significados sociais. 1. Período de constituição do estado nacional brasileiro, entre a monarquia e o início da república: ações sobre o saneamento do meio; 2 Emergência dos primeiros serviços de APS na década de 20: estratégia de institucionalização de ações de saúde pública para normatização dos comportamentos e controle das doenças infecto contagiosas através de educação sanitária, epidemiologia e administração científica. 3. Institucionalização por meio dos movimentos de reforma iniciados nos anos 60, que ganham expressão nas décadas de 70 e 80: dispositivos de controle sobre os doentes, com ações de controle individual embasadas na medicina científica e na epidemiologia 4. Expansão para além do doente, abrangendo as famílias e a rede social, ampliando os saberes envolvidos e capilarizando ações no cotidiano e na vida doméstica.

A constituição da Atenção Primária no Brasil

Os Centros de Saúde (CS) surgem a partir de mudanças nas práticas políticas e administrativas exercidas anteriormente na saúde pública brasileira. Desde o século XIX tem-se a incorporação, nos Estados modernos, da higiene como técnica para o combate de doenças e o controle dos portos – por meio do isolamento, aquartelamento dos doentes – para não permitir a contaminação do território nacional. Ao mesmo tempo, com o descobrimento de várias cadeias de transmissão de doenças, há o surgimento de soluções de intervenção no meio ambiente.

A organização sanitária no Brasil dessa época, portanto, atuava com o objetivo de controle e isolamento das doenças infectocontagiosas, com seu corpo de funcionários mais voltado ao apoio logístico do que ao

atendimento público. Somente com a chegada de dom João VI que vai haver a evolução do aparelho estatal, a criação do primeiro estabelecimento de saúde em 1852 – o Hospício D. Pedro I – e as leis e reformas posteriores, como a Lei de Municipalização dos Serviços em 1828 – transferindo para as municipalidades a tarefa de fixação de normas sanitárias, do comércio de drogas e o exercício da profissão médica – e a Reforma Carlos Chagas em 1920 em que são ampliadas as ações da saúde pública, incluindo a propaganda e a educação sanitária, o combate à lepra, às doenças venéreas, à tuberculose, o cuidado com a higiene infantil e do trabalho, bem como a fiscalização de gêneros alimentícios (Campos, 2007).

Entretanto somente na segunda metade da década de vinte, com o enfraquecimento do regime oligárquico e o aumento das populações urbanas, foi que houve uma mudança nas práticas em saúde pública, antes localizadas em ações dissipadas e em larga escala, porém com agora concentradas em um território específico, com bases científicas e filosóficas precisas – a epidemiologia, a educação sanitária e a administração sanitária – a saber, o CS:

> À época de sua criação, as teorias administrativas enfatizavam a primazia da racionalização dos métodos e da administração científica. Os Centros de Saúde foram concebidos segundo princípios como profissionalização de tarefas, hierarquias de níveis e definição precisa das normas que deveriam cumprir no gerenciamento de suas atividades. Essa organização ao inspirar-se em diretrizes burocráticas buscava a maior eficiência por meio da agilização dos procedimentos e da redução de erros (Motta, Pereira, 1986). Quanto maior a possiblidade de homogeneizar o seu objeto de trabalho e normalizar procedimentos, tanto melhor para a lógica que buscavam alcançar (Campos, 2007).

Os serviços prestados nessa nova instituição, e mais rigorosamente a partir da Reforma Ministerial de 1937, eram a administração e estatística, o pré-natal e a higiene da criança, a atenção às doenças transmissíveis como a tuberculose, a lepra, as doenças venéreas, além do saneamento e polícia sanitária, a higiene e alimentação, a higiene do trabalho, exames de saúde, laboratório e enfermarias. Ou seja, a atuação dos serviços era exclusivamente nas tarefas de assistência sanitária de caráter puramente profilático (Iyda, 1994 *apud* Campos, 2007).

Assim, as técnicas de educação, prevenção e profilaxia disponíveis eram transmitidas às famílias objetivando novos hábitos de higiene. Acrescentam-se também as atividades das enfermeiras visitadoras, cujo intuito era conhecer sistematicamente a situação dos domicílios, das famílias e dos indivíduos, monitorando e traçando o perfil epidemiológico de cada área. Com esse último podemos fazer aproximações com o trabalho dos agentes comunitários de saúde da ESF, entretanto, marcamos a tese de que são práticas distintas das que observamos no momento atual.

As práticas exercidas nos Centros de Saúde são permeadas pela cientificidade e precisão das ações muito marcadas pelas orientações prescritivas com o principal intuito de disciplinar a vida dos cidadãos de maneira a evitar a propagação de doenças. Essa prática se move muito a partir do diagrama das sociedades disciplinares descritas por Foucault (Foucault, 1984a). O autor denomina, com o fim da formação histórica das sociedades de soberania até o final do século XVIII, a sociedade disciplinar para caracterizar outro modo de funcionamento das relações de poder – com a ascensão da sociedade burguesa –, impressas numa estrutura panóptica em que a disciplina é o principal instrumento técnico e político de controle dos corpos dos indivíduos, diferentemente do suplício das sociedades de soberania.

Com o passar das décadas outras ações, incluindo as atividades de caráter clínico, foram incorporadas aos CS, tomando espaço e importância em congruência ao movimento nacional de junção dos ministérios de Saúde Pública e da Previdência Social, apenas a área encarregada pela assistência médica. No auge da década de 80 os Centros de Saúde eram os principais pontos de atenção primária em todo território nacional, contando com uma equipe base de enfermeiros, auxiliares de enfermagem e médicos – clínico geral, ginecologista e pediatra – para o atendimento assistencial direto da população.

Entretanto, mesmo com todas as mudanças no interior desses serviços ocorridas principalmente no que se refere ao tipo de ações em saúde executadas e ao domínio do caráter clínico assistencialista dessas ações com o declínio da lógica epidemiológica e preventivista (Mendes-Gonçalves, 1994), o modo de funcionamento

do serviço permaneceu ditado pela mesma ordem organizacional dos primórdios: a rigidez dos processos de trabalho, a alta hierarquização das linhas de comando, o peso da estrutura institucional e a relação unidirecionada do serviço com a comunidade.

A municipalização dos serviços de atenção à saúde, no Brasil, impulsionada principalmente nos anos 90 definiu um processo de responsabilização progressiva da esfera local pela gestão da assistência, amparado em mecanismos políticos, legais e de transferência financeira – como o Piso de Atenção Básica (PAB) e os Programas de Agentes Comunitários de Saúde e de Saúde da Família (PACS/PSF).

Esse processo tem propiciado ampliação do acesso da população tanto à rede básica de saúde como aos recursos secundários e terciários, desenhando uma rede pública cuja abrangência não tem precedentes históricos no cenário brasileiro.

Na atenção primária, a implantação de ESF reforça o processo, permitindo o acesso ao sistema para grupos populacionais até então não atingidos pelos serviços tradicionais. Com recursos percentuais constitucionalmente garantidos e com uma rede pública expandida, pode-se dizer que o SUS vem construindo condições políticas e institucionais de avanços concretos em relação à universalização do acesso aos serviços de saúde.

> A expansão e a qualificação da atenção básica, organizadas pela estratégia Saúde da Família, compõem parte do conjunto de prioridades políticas apresentadas pelo Ministério da Saúde e aprovadas pelo Conselho Nacional de Saúde. (...) Os princípios fundamentais da atenção básica no Brasil são: integralidade, qualidade, equidade e participação social. Mediante a adstrição de clientela, as equipes Saúde da Família estabelecem vínculo com a população, possibilitando o compromisso e a corresponsabilidade destes profissionais com os usuários e a comunidade. (MS, 2013).

Criada em 1994, a ESF visa dinamizar e reorientar o modelo de atenção básica do SUS, trazendo consigo o sentido da generalidade e voltando-se à atenção integral da população. Sua estrutura é multiprofissional com o intuito de contemplar e integrar as diferentes visões sobre os fenômenos, minimizando os efeitos da lógica da fragmentação. Operacionalmente, a ESF é responsável por um número determinado de famílias, ou seja, as mesmas famílias são acompanhas pelo mesmo conjunto de profissionais. Além disso, os agentes comunitários de saúde que compõem a equipe são membros do mesmo território que abriga a unidade de saúde da família.

O objetivo é maior penetração no tecido social concreto por parte da equipe multiprofissional e maior permeabilidade das ações afirmativas em saúde na comunidade. Desse encontro, equipe/comunidade, resulta maior absorção dos problemas que atingem a comunidade – com toda a complexidade inerente – nas ações de promoção da saúde, aproximando a comunidade do exercício de práticas saudáveis. Naturalmente, a qualidade da aproximação depende do vínculo estabelecido entre o profissional e a comunidade, bem como de outras questões referentes à própria complexidade do sistema de saúde brasileiro (Viana et al, 2006).

Outra discussão que pode ser feita é sobre a efetiva inovação existente na ESF que, devido a diversos fatores, estaria reproduzindo o mesmo paradigma de atenção dos tradicionais ambulatórios e centros de saúde (Bodstein et al., 2006; Elias et al., 2006; Ibañez et al., 2006). Ibañez et al. (2006) demonstram que na avaliação dos profissionais através das dimensões vínculo, elenco de serviços, enfoque familiar e orientação comunitária, os que trabalham nas unidades de saúde da família (USF) foram mais bem avaliados do que os das unidades básicas tradicionais. Em relação à porta de entrada e acessibilidade não houve diferença avaliativa entre os dois tipos de modelo.

Em trabalho realizado por Capozzolo (2003), há a constatação de que, apesar de propostos novos arranjos tecnológicos na ESF, a organização do trabalho nas USF ainda permanece centrada na oferta de assistência médica individual, com dificuldades em realizar-se uma clínica ampliada nas consultas, ou seja, uma clínica cuja abordagem englobaria aspectos para além da dimensão biológica do corpo doente.

Elias et al. (2006) – buscando avaliar o desempenho da atenção primária no município de São Paulo – observaram índices da Atenção Básica que expressam avaliação dos usuários mais favorável à unidade de saúde da família nos estratos com maior exclusão social, quando comparada à avaliação de unidades básicas tradicionais. Por outro lado, analisando a dimensão riqueza – que compõe o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) – pôde-se observar uma relação inversamente proporcional entre ela e a cobertura da ESF, ou seja:

> quanto maior a porcentagem de cobertura do PSF, menor é o indicador de riqueza do IPRS no município, reforçando a ideia de que nesses municípios a clientela do SUS é proporcionalmente maior (Viana et al., 2006, p.582).

A atenção primária, assim, renova sua importância no cenário nacional, já que tem o papel não apenas de ser "porta de entrada" para os demais níveis do sistema, constituídos por serviços de maior complexidade, mas também de ser nível de atenção primeiro, porque dotado de maior "resolutividade" em relação aos problemas de saúde mais frequentes na população. Sua função é, portanto, "resolver" – ou seja, "dar respostas satisfatórias" em termos individuais e coletivos – à maioria dos problemas colocados para a saúde, por meio de atividades integradas de promoção, prevenção e assistência.

Apesar do aparente consenso construído sobre o papel da atenção primária local e de sua capacidade em responder às necessidades de saúde, a efetivação da missão exposta tem encontrado obstáculos tanto de ordem política e financeira, como tecnológica. Se, de fato, não se trata de "cesta básica" de cuidados "mínimos", ou de simples *gatekeeper* – reprimindo e controlando a demanda – faz-se necessário avançar em termos de priorização política, de investimentos financeiros e de desenvolvimento de novas tecnologias para que a atenção à saúde local se fortaleça.

Como os municípios vêm se preparando para oferecer atendimento de qualidade à atenção básica? A reorganização da atenção à saúde a partir da extensão da rede básica tem se efetivado em ações que renovam as práticas de gestão e de assistência?

Um dos desafios colocados pelo processo de descentralização é a emergência de uma grande diversidade de cenários para a gestão da saúde apoiada em contextos loco-regionais com imensas desigualdades sociais e estruturais (Bodstein, 2002). Com a multiplicidade de cenários, as experiências de gestão municipal reinventam, por assim dizer, a saúde, envolvendo novos atores e novas dinâmicas de interação entre o estado e a sociedade, tanto em relação aos processos decisórios quanto à abertura para instauração de diferentes práticas de atenção à saúde.

Pode-se antever que as interfaces assumam matizes conforme o contexto político estrutural em que ocorrem, considerando-se como indicadores o tamanho da população, a base produtiva da região ou a expressão das forças políticas locais. No entanto, para implantação do SUS, a diversidade deve contemplar medidas que avancem na direção da efetivação de seus princípios e diretrizes, ainda que por meio de diferentes estratégias.

O amplo processo de mudanças – da descentralização da responsabilidade e do poder decisório sobre a saúde à efetivação de novas práticas – pode ser analisado a partir de avaliações que coloquem em foco a atenção básica, sua gestão e organização. É preciso avaliar quais têm sido os obstáculos enfrentados e quais têm sido as inovações tecnológicas implantadas.

A literatura na área da avaliação de programas e serviços de saúde tem por base as pesquisas avaliativas sobre a qualidade da assistência, as quais adotam como eixo analítico a organização tecnológica do trabalho em saúde (NEMES, 2001; 2000; NEMES et al, 2004; 2002; Castanheira, 2002; Melchior, 2003; Alves, 2003). Outro ângulo de análise é o estudo da ação gerencial (Merhy, 1997; Cecílio, 1994), o qual permite traçar intermediação entre a gestão e a micropolítica presente na organização dos serviços.

No quadro descrito, o intuito deste trabalho foi conhecer práticas de um serviço de saúde da família em um município de pequeno porte e baixa riqueza (IPRS), discutindo os desafios e avanços na gestão do sistema local de saúde, principalmente com foco na atenção primária à saúde.

As práticas em saúde desenvolvidas pelos atores envolvidos com o serviço e com a gestão municipal foram o foco de investigação, ou seja, como são realizadas as práticas e em que contexto; quais as dificuldades e os facilitadores de sua execução. Características para a seleção do município foram: porte populacional abaixo de 5 mil habitantes, baixa riqueza (IPRS) e cobertura em 100% do território pela ESF, de acordo com trabalho anterior (Viana et al., 2006), cujos resultados mostraram que em municípios de menor porte populacional há o predomínio de modelo centrado na atenção básica, com ênfase na ESF.

É importante salientar que os dados do senso 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2013) mostram que 45,19% dos municípios brasileiros possuem população menor de 10 mil habitantes e 23,38% têm menos de 5 mil habitantes. Para o estado de São Paulo 43,26% têm menos de 10 mil habitantes e 24,34% menos de 5 mil habitantes. É possível dizer, que o município escolhido é, portanto, bastante ilustrativo no que se refere ao porte populacional brasileiro, de maneira geral.

A variável pobreza – segundo o IPRS – é considerada importante tanto por refletir as condições de vida da população, quanto por incorporar a (in)capacidade de sustentabilidade econômica local e sua dependência de recursos de outros níveis de governo, seja federal ou estadual, naquilo que foi definido anteriormente como regiões "deprimidas" do estado de São Paulo.
Como foi dito, os pequenos municípios em regiões deprimidas se deparam com o desafio da gestão e da organização do sistema de saúde municipal, diretriz nacional que se impõe a todos os municípios, independente das características locais como grandeza populacional, riqueza produzida, índices de desenvolvimento econômico e social. Assim, propicia-se o aparecimento de *formas singulares de práticas de saúde*, ou seja, mesmo com diretrizes e normas gerais, cada município cria uma forma de gerenciar o sistema de saúde local e cada unidade de saúde trabalha com características específicas. Apesar do avanço no processo de construção do SUS, pouco controle há sobre a qualidade dos serviços prestados nos municípios.
A ideia aqui defendida é a de que a ESF, que surge na década de 90 a partir de experiências bem sucedidas com Agentes Comunitários de Saúde que atuavam em regiões com alto índice de mortalidade infantil e desnutrição, configura uma mutação diagramática desestabilizando as relações de poder instituídas nas práticas de atenção primária. Sua composição heterodoxa – inspirada a partir do sucesso prático do trabalho dos ACS em regiões pobres – introduziu a dinamização do trabalho das equipes, maior mobilidade e poder de circulação. Além disso, a lógica territorial de adscrição de população abre a possibilidade de se organizar a atenção em saúde de forma proativa e não passivamente a partir da população que busca o serviço.

Diagramas na Atenção Primária

Na análise proposta, a atuação da AP constitui-se enquanto diagrama de relações de forças. A ESF, por sua vez, assume o agenciamento concreto – ou seja, o papel de dispositivo – que promove a composição específica de formas organizacionais entre os sistemas de saúde instituídos. Assim, a ESF age em dois sentidos: como força de resistência à ação normalizante, mas também como penetração social bem sucedida de controle social, atingindo a casa das pessoas, ou seja, o âmbito da vida privada.
O conceito de diagrama ou "máquina abstrata" foi introduzido por Deleuze, ao fazer uma análise das relações de força ou poder descritas por Foucault, para marcar a ideia do autor de que não há centralidade do poder, ele está em todos os lugares, assim como ele não é algo que se obtenha, mas ele é exercido (Machado, 1984). A imagem do funcionamento diagramático da relação de forças explicita outra forma de leitura do poder:

> "É preciso parar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos: ele 'exclui', ele 'reprime', ele 'recalca', ele 'censura', ele 'abstrai', ele 'mascara', ele 'esconde'. De fato, o poder produz; ele produz real; produz domínios de objetos e rituais de verdade" (Vigiar e Punir, Paris, Gallimard, 1975, p.196). O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é justamente esse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo. (Machado 1984)

O diagrama é a exposição das relações de forças que constituem o poder, melhor dizendo, as relações de forças estão presas nos diagramas, e estes se formam na história, pois cada sociedade representa um diagrama segundo suas categorias específicas de poder (De Toni, 2010). Segundo Deleuze decifrar o diagrama é ver o mapa das relações de forças, de densidade e intensidade que passam por todos os pontos – pois o poder opera um enquadramento de todo campo e se estende até o mínimo detalhe – e tece alianças em rede flexível, transversal, definindo uma prática, um procedimento ou uma estratégia (Deleuze, 2005).
As análises arqueológicas e genealógicas da história das sociedades ocidentais permitiu a Foucault compreender a história não mais a partir das linearidades e continuidades históricas, mas ao contrário, a partir das descontinuidades e rupturas de uma época a outra. É a partir da história que se observa as formações diagramáticas e as mutações que provém das mesmas.

Ao observarmos a história da atenção primária no Brasil, a partir o surgimento e consolidação das práticas nos CS, e em seguida, o aparecimento e a propagação da ESF, vemos uma mudança no diagrama, bem como a configuração de outras relações de forças nesse cenário da modernamente chamada AP.

Alguns acontecimentos importantes marcam o surgimento do novo mecanismo de intervenção – o CS – tais como o aumento da população urbana e o enfraquecimento do regime oligárquico. Essa maneira de se relacionar com a população de maneira intervencionista caracteriza certa formação diagramática regida pela introdução desse novo elemento – população – problema fundamental e organizador das práticas de governo no século XVIII. Mesmo com um descompasso temporal, os processos que distinguiram o governo do soberano para si e o governo para atender à população podem ser identificados na maioria das sociedades concretas.

Foucault em "Segurança, Território, População" procura identificar pontos que dizem respeito à definição de governo do Estado a partir de mudanças das práticas desde o século XVI até o século XVIII com o desaparecimento das estruturas feudais e a instauração dos grandes Estados territoriais, administrativos, coloniais (Foucault, 2008). Suas análises partem de Maquiavel e o tratado de habilidade do príncipe em conservar o seu principado – escrito sob o contexto da unificação territorial da Itália – e em seguida a literatura anti-maquiavel para marcar as mudanças de enfoque e de prática para a arte de governar.

Essa discussão explicita a lógica do exercício de poder nas práticas monárquicas e sua ruptura a partir o surgimento do problema do governo das populações[4]. Se por um lado, o objetivo principal do príncipe é manter seu principado, uma vez que a finalidade da soberania remete ao exercício de si mesma – o que a soberania propõe é que as pessoas obedeçam à soberania – por outro, a finalidade do governo está nas coisas que ele dirige a partir do princípio da diligência: "aquele que governa, só deva governar na medida em que se considere e aja como se estivesse a serviço dos que são governados" (Foucault, 2009).

Entretanto, a arte de governar somente pôde se instaurar na medida em que o aparelho da monarquia administrativa e as formas de saber desse aparelho puderam ser formulados e favorecidos pela ascensão do mercantilismo. Este foi a primeira forma de racionalização do exercício do poder como prática de governamentalidade, a primeira forma de um saber constituído fundamentalmente, por causa da preocupação em conjugar essa arte de governar com a teoria da soberania e com a teoria do contrato. Isso se deveu a diversos fatores, principalmente devido à expansão demográfica do século XVIII, à abundância monetária e ao aumento da produção agrícola. Todos esses acontecimentos favoreceram o desenvolvimento da ciência do governo a partir da economia e da estatística, baseadas na perspectiva do estudo da população e de seus fenômenos próprios, suas regularidades, formas de aumentar suas riquezas, sua duração de vida, sua saúde.

Se num primeiro momento, a arte de governar descritas pela literatura anti-maquiavel tomavam a família como modelo para o exercício do bom governo do Estado, a partir do século XVIII a família surge como elemento no interior da população e instrumento de intervenção da mesma, por meio de campanhas, de técnicas de estimulo ao aumento da taxa de natalidade, ao povoamento desta ou daquela região, ao exercício de determinadas atividades econômicas, aos fluxos de população.

Ao observarmos num primeiro momento o surgimento, no Brasil, de ações em saúde pública e a necessidade do controle e isolamento das doenças infectocontagiosas, podemos identificar o enfoque dado à população, ou melhor, a população como objeto de intervenção do Estado. Num segundo momento vemos a mudança no modo de intervenção das políticas públicas, de ações em saúde pública dissipadas e em larga escala para um aparato montado a partir de um território específico, com bases científicas e técnicas precisas como a epidemiologia, a educação e a administração sanitárias.

Então, o aprimoramento dos dispositivos de segurança é, segundo Foucault, a passagem que marca o aparecimento do governo de populações. Assim, evidencia-se o deslocamento das relações de forças para uma nova conformação diagramática provocando a produção de novas tecnologias humanas e materiais de intervenção – como os CS.

---

4 A ruptura diz respeito ao surgimento de outro modo do exercício do poder a partir do aparecimento da população como foco de problemática e estratégia de governo. Não se relaciona com o enfraquecimento da soberania e contraposição ao processo de disciplinarização, muito pelo contrário, a população como objetivo e instrumento de poder fortalece o fundamento da soberania e requer o aprofundamento das disciplinas (Castro, 2009).

Todas essas tecnologias se voltam para uma técnica política do corpo, ou seja, a construção de um saber do corpo, dado não somente pelo conhecimento de seu funcionamento, mas através do cálculo, da organização, do manejo de suas forças, cujo objetivo consiste na obtenção de corpos uteis e dóceis. "Trata-se, em definitivo, de uma conduta que tem por objeto a conduta de outro indivíduo ou de um grupo. Governar consiste em conduzir condutas" (Castro, 2009).

Nesse sentido, analisar o poder como tecnologia é afastar-se dos termos jurídicos de delineio e abordá-lo enquanto estratégia. A estratégia de poder é o conjunto dos meios utilizados para fazer funcionar ou manter um dispositivo de poder. Assim, a próxima questão que se coloca para caminharmos nesse raciocínio é: a ESF age como um dispositivo? Segundo Foucault,

> dispositivo é um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas (Foucault, 1984b, p.244).

Mas que também estabelece a natureza de nexo entre esses elementos heterogêneos, e, sobretudo, um dispositivo tem uma função estratégica. Nesse sentido, podemos afirmar positivamente, tendo em vista a proporção territorial que a estratégia tomou já descrita anteriormente. Assim como a mudança de estratégia de intervenção que houve do Centro de Saúde para a Estratégia de Saúde da Família ao torna-se um equipamento reduzido, mais dinâmico, utilizando-se do território como base para suas ações, ou seja, a adscrição do território e a distribuição das ações destinadas à população taticamente fatiada tem como efeitos o domínio sobre os acontecimentos e maior controle da população num modo rizomático de penetração social.

Uma diferenciação pertinente a ser feita é o uso do território da ESF o qual nos portamos e o governo do território pelo domínio do rei discutido por Foucault (2008). O autor marca a forte associação do território ao exercício da soberania já que como discutido anteriormente, o objetivo do exercício do poder do príncipe é manter, fortalecer e proteger seu principado, pois o que está em jogo é a relação do príncipe com o que ele possui, com o território e seus habitantes. No caso da ESF, o território não tem um fim em si mesmo, porém é assumido como estratégia para se governar.

Observa-se na história da saúde no Brasil o aprimoramento das táticas de governo: primordialmente as ações em Saúde Pública eram realizadas em grande escala, depois se instalam CS por todo o território – aqui há uma importante mudança de estratégia de intervenção tendo como resultado não somente o aumento do número de pessoas atingidas como também o tipo de atendimento prestado – e finalmente o esquadrinhamento detalhado da população, através da ESF, por meio da forte associação território e população, ao especificar e individualizar a família e seus membros como foco de ação. Esta última, portanto, atua no nível domiciliar, por meio da busca ativa, policiando os hábitos da população em loco.

Nota-se que na ESF estão presentes tanto as técnicas disciplinares, por meio do processo de individuação e adestramento do corpo – técnicas relacionadas a todas as práticas prescritivas e normativas da boa saúde – quanto a preocupação com questões globais que dizem respeito ao equilíbrio da população, ao governo da massa, ou seja, referente à biopolítica: "maneira pela qual, a partir do século XVIII, se buscou racionalizar os problemas colocados à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes enquanto população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raça" (Castro, 2008).

Entretanto, uma colocação importante a ser feita é que os dispositivos de poder não são apenas normalizantes, ou seja, perpassados por atos reiterantes; as medidas de controle são também constituintes. Um exemplo é a composição das equipes de saúde da família formadas por profissionais técnicos – médicos, enfermeiros, dentista e técnicos de enfermagem – como também por profissionais não técnicos – os agentes comunitários de saúde – que possuem papel configurador da estratégia e inovador, se nós compararmos com a organização da atenção primária em países como a Espanha e outros países europeus que trabalham em sua base com a tradicional equipe médico-enfermeiro[5].

---

5 No caso da Espanha, outros profissionais como o dentista e o assistente social aparecem em menor número, cobrindo vários CS o mesmo profissional.

Além disso, essa forma de ação permite a produção inventiva de modalidades de cuidado como casos estudados em cidades de pequeno porte localizadas em regiões de baixo índice de riqueza no estado de São Paulo, Brasil, em que equipes foram acompanhadas e bem avaliadas no quesito qualidade da assistência à saúde, mesmo sob situações de restrição econômica e consequente inviabilidade de recursos materiais de aplicação na produção do cuidado. (Bizelli, Castanheira, 2010; Castanheira et al,)

Nesse estudo verificaram-se os esforços dos profissionais de uma unidade de saúde da família em manter a atenção em saúde para as pessoas das comunidades rurais, seja na complexa organização do transporte sanitário, seja no deslocamento da própria equipe de saúde até locais longínquos onde inexistem políticas públicas de outra natureza. Também existem relatos sobre interessantes relações que se estabelecem a partir do encontro da equipe de saúde com a população, produzindo comprometimento ético que se estende para além das formas convencionais da ética profissional.

Em situações extremas por nós estudadas é possível perceber o impacto que ações governamentais produzem para gerar condições sociais e econômicas que sustentem a vida produtiva da localidade. No caso da saúde, o acesso universal ao sistema foi possível, no Brasil, a partir da propagação da AP e em especial a ESF, em seu modo de atuação, o qual, na maioria das vezes, depende da ação pessoal de cada profissional em suas conexões relacionais.

Conclusão

Podemos considerar, portanto, que a AP é a estratégia de governo que – apoiada no discurso da promoção, prevenção e cura de doenças mais comuns – consegue chegar a toda a população – doentes e sadios – e governar os movimentos, os fluxos e as condutas.

Observa-se, contudo, que o diferencial está na qualidade da ação humana dos atores que promovem a saúde local, fato que pode ser reconhecido por dois fatores produtores do êxito prático do serviço: o comprometimento dos profissionais com as pessoas atendidas e a pessoalidade que rege essa relação.

Apesar da existência de um modelo ideal de qualidade proposto pela ESF, vê-se nas microrrelações processos ativos e dinâmicos não capturáveis e não controláveis pelas regras mais gerais. É nesse âmbito que é produzida a reinvenção criativa de práticas de saúde que atendem as anônimas famílias moradoras de lugares ermos.

Assim, é possível identificar e reconhecer um germe transformador: a lógica que preside a ação de cuidado com a saúde – para além de sua importância como iniciativa e solução local no enfrentamento de dificuldades – provoca avanços no atendimento de âmbito local, reforçando a ideia de que as equipes do poder local podem dar resposta às demandas cidadãs em municípios de pequeno porte e alto índice de pobreza.

A leitura dos diagramas de saúde na AP nos permite acreditar que a lógica das ações de saúde tende a se cristalizar em estruturas que são criticamente, criativamente, lapidadas ou postas de lado por práticas de atores de saúde. Inovações no campo da atuação humana em saúde demonstram os limites e as possibilidades que carregam os diagramas estruturados (BIZELLI, 2013)

Referências

ALVES, M.T.S.B. Avaliação da assistência ambulatorial à pessoas vivendo com HIV e aids no Sistema Único de Saúde: a situação do Maranhão. Tese de doutoramento, São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo; 2003.

BIZELLI, J. L.; BIZELLI, S.S.K.; CASTANHEIRA, E.R.L. Políticas Públicas Municipais de Saúde: fortalecendo a democracia local em pequenos municípios brasileiros. Revista Iberoamericana de Estudios Municipales. Santiago de Chile: Universidad Autonoma de Chile. Año V, n. 09, Julio 2914. P. 149-171.

BIZELLI, J. L. Inovação: limites e possibilidades para aprender na era do conhecimento. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013, v. 1, pp. 195.

BIZELLI, S.S.K.; CASTANHEIRA, E.R.L. A Saúde na Roça: Expressões da qualidade das práticas de atenção primária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, v.1, pp. 152.

BODSTEIN, R Atenção básica na agenda da Saúde. Cienc.Saúde Coletiva. 7(3): 2002.

BODSTEIN, R. et al. Estudos de Linha de Base do Projeto de Expansão e Consolidação do Saúde da Família (ELB/Proesf): considerações sobre seu acompanhamento. Ciênc. Saúde Coletiva, v.11, n.3, p.725-731, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção Básica e a Saúde da Família. Brasília, 2013. Disponível em: http://dab.saude.gov.br/atencaobasica.php. Acesso em: 15 nov. 2013.

CAMPOS, C.E.A. As origens da rede de serviços de atenção básica no Brasil: o Sistema Distrital de Administração Sanitária. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro, v.14, n.3, p.877-906, jul.-set. 2007.

CAPOZZOLO, A.A. No olho do furacão: trabalho medico e o Programa de Saude da Familia. 2003. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciencias Medicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

CASTANHEIRA E.R.L. Avaliação da assistência ambulatorial à pessoas vivendo com HIV/aids em serviços públicos no estado de São Paulo: relações entre qualidade e organização do processo de trabalho. Tese de doutorado, São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo; 2002.

CECILIO, L.C.O. (org.) Inventando a mudança na saúde. Hucitec, São Paulo, 1994.

CONILL E.M. Ensaio histórico-conceitual sobre a Atenção Primária à Saúde: desafios para a organização de serviços básicos e da Estratégia Saúde da Família. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 24 Sup 1:S7-S27, 2008.

DELEUZE, G. Foucault. Tradução Cláudia Sant´Anna Martins; revisão da tradução Renato Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DE TONI, G.J. Leituras Deleuzianas das Relações Foucaultianas de poder. Campinas, SP [s.n.], 2010. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

ELIAS, P.E. et al. Atenção Básica em Saúde: comparação entre PSF e UBS por estrato de exclusão social no município de São Paulo. Ciênc. Saúde Coletiva, v.11, n.3, p. 633-641, 2006.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 3ª ed. Tradução de Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1984a.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984b.

IBAÑEZ, N. et al. Avaliação do desempenho da atenção básica no Estado de São Paulo. Ciênc. Saúde Coletiva, v.11, n.3, p. 577-606, 2006.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. Microfísica do poder. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

MELCHIOR, R. Avaliação da organização da assistência ambulatorial à pessoas vivendo com hiv/aids no Brasil: análise de 322 serviços em 7 estados brasileiros (CE, MA, MS, PA, RJ, RS, SP). Tese de doutorado, São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo; 2003.

MENDES-GONÇALVES, R.B. Tecnologia e organização social das práticas de saúde: características tecnológicas do processo de trabalho na rede estadual de Centros de Saúde de São Paulo. São Paulo: Editora Hucitec Abrasco, 1994.

MERHY, E.E. A rede básica de saúde como uma construção da Saúde Pública e seus dilemas. In: Merhy EE & Onocko (org) Agir em Saúde um desafio para o público. Hucitec, São Paulo, 1997.

NEMES, M.I.B.; MELCHIOR, R.; CASTANHEIRA, E.R.L.; BASSO, C.R.; ALVES, M.T.S.B. Avaliação da qualidade da assistência ambulatorial à pessoas vivendo com aids no Brasil. Relatório final da pesquisa, 2004. http://www.aids.gov.br (acessado em 10/03/04)

NEMES, M.I.B.; MELCHIOR, R.; DONINI, A.A.; BASSO, C.R.; CASTANHEIRA, E.R.L.; ALVES, M.T.S.B. et al. Quality of care assessment in STD/AIDS Health services in São Paulo, Brazil. Proceedings of the: 14TH International Aids Conference, 2002; Barcelona; Espanha.

NEMES, M.I.B. Avaliação em Saúde: Questões para o Programa de DST/ AIDS no Brasil. Fundamentos de Avaliação, N°.1. Rio de Janeiro: Editora Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA); 2001. h ttp://www.abiaids.org.br (acessado em 10/06/04).

NEMES, M.I.B. (org) Avaliação da aderência ao tratamento por antiretrovirais em usuários de ambulatórios do sistema público de assistência à Aids no Estado de São Paulo: Coordenação Nacional DST/Aids, Série Avaliação N°.1. Brasília: Ministério da Saúde; 2000. http://www.aids.gov.br (acessado em 10/6/04)

OMS - Declaración de Alma-Ata. Salud Publica Educ Salud, 2002; 2 (1): 22-24.

VIANA, A.L.d'Á. et al. Modelos de atenção básica nos grandes municípios paulistas: efetividade, eficácia, sustentabilidade e governabilidade. Ciênc. Saúde Coletiva, v.11, n.3, p.577-

PRO PAZ nos Bairros: uma política cidadã para a juventude no Pará

Sônia M. Fonseca Gama
Faculdade Mauricio de Nassau - sgama35@yahoo.com.br

Jadson F. Chaves
Instituto Universitário de Lisboa-ISCTE - jadsonchaves@gmail.com

Resumo: O PRO PAZ nos Bairros é uma política pública de inclusão social voltada para crianças, adolescentes e jovens de Belém do Pará em situação de risco social. O projeto, criado em 2005, reúne uma série de ações que promove a cidadania, com atividades de lazer, cultura e de capacitação, a exemplo de práticas esportivas e cursos profissionalizantes. O foco é estabelecer uma cultura de não violência e interatividade entre sociedade e poder público, com ênfase na inclusão de valores e no diálogo. A implementação do projeto e sua eficiência serão apresentadas e analisadas a partir de dados de uma pesquisa de satisfação, reforçados por uma abordagem teórica de autores que tratam de temas relacionados ao projeto e de uma análise crítica das atividades.

Palavras-chave: Pro Paz. Cidadania. Inclusão social. Jovens. Interatividade. Inovação Social

1 Introdução

O marco legal da consolidação dos direitos da criança e do adolescente foram os anos 80 com a Constituição Federal de 1988, também chamada de constituição cidadã, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na década de 90, legitimando a consolidação da doutrina da proteção integral, quando estes sujeitos passaram a ter seus direitos legalmente reconhecidos (PEREZ; PASSONE, 2010).

A Lei Magna brasileira, no artigo 217, obriga o Estado a fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um. De forma complementar, o artigo 227, considera dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Reafirmando a Constituição, artigo 4º do ECA determina também como dever da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Estas garantias de prioridade compreendem, na preferência da formulação e da execução das políticas públicas sociais destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

No contexto de garantia de direitos e de inovação social, o Governo do Estado do Pará apresenta como estratégia chave para a inclusão com justiça e coesão social a política pública intitulada PRO PAZ nos Bairros que garanti práticas de esporte, lazer, arte e cultura no próprio bairro, geralmente periférico, onde vivem as crianças, adolescentes e jovens, considerando a realidade, fortalezas e as problemáticas específicas locais. Estes espaços físicos foram denominados de polos PRO PAZ.

As oficinas de arte e cultura, bem como as práticas de esporte e lazer implementadas nos polos PRO PAZ são realizadas enfatizando o processo expressivo e criativo da juventude ao priorizar a educação estética possibilitando o acesso aos bens culturais. Destaca-se que os alunos atendidos nos polos convivem com as linguagens artísticas e possuem certo entendimento estético e cultural, fruto da multiplicidade de informações que recebem do contexto em que vivem, o que os permite ter voz e vez no desenvolvimento da ação.

É introduzida, ainda, outros conhecimentos para ampliar as noções em arte com vivências estéticas no variado

campo das artes: visuais, cênicas, musicais, dança e literatura a fim de que os mesmos ampliem seu universo de informação e conhecimento do mundo a partir do que querem e onde vivem. Trata-se de uma proposta de grande qualidade para uma população pobre que não precisa se deslocar para os grandes centros, pois a ação acontece onde a juventude vive, garantindo acesso à cidadania para uma juventude que é, muitas vezes, ameaçada pela violência e pela exclusão social. Política publica baseada na realidade de determinado grupo social.

O PRO PAZ nos Bairros se constitui como inovação social, regenerando espaços físicos para o desenvolvimento humano e buscando consensos no desenho das medidas a adotar, considerando as fortalezas e fraquezas da situação social onde a juventude está inserida. Atua com inovação social quando revisita paradigmas anteriormente traçados nos desenhos de políticas públicas de pobre para pobre, alterando e promovendo o direito a participação com qualidade e justiça social onde os cidadãos passam a fazer parte da geração de novas perspectivas, atuando como membros ativos e passivos a partir de seus territórios, superando a exclusão social e garantindo direitos sociais que asseguram o moderno princípio da dignidade da pessoa humana, fundamental para se pensar a garantia de cidadania a grupos socialmente excluídos que vivem nas periferias das grandes cidades.

O objetivo deste artigo é apresentar em que medida a experiência de política pública com inovação social, vinculada à ideia de direitos humanos, cidadania, inclusão e inovação social, como o Projeto PRO PAZ nos Bairros, contribui para o processo de inclusão social de crianças, adolescentes e jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade no Estado do Pará, fazendo a necessária reflexão sobre o papel das políticas sociais e o quanto elas expressam seu grau de relevância, no sentido de mostrar o papel do Estado como gestor de um desenvolvimento não apenas econômico, mas que também viabilize meios de inclusão social por meio da promoção da cidadania, garantindo o protagonismo a partir do território onde vivem as crianças, adolescentes e jovens; ampliando o debate e inspirando governos locais.

2 O referencial teórico como base da construção de conceitos de inovação social

Neste presente artigo consideram-se como políticas públicas o que sintetiza Dye (1984) "o que o governo escolhe fazer ou não fazer", considerando que quem ganha é a população, com seus direitos garantidos e respeitados. Em adicional, pensar em políticas públicas sociais é, acima de tudo, abordar alternativas governamentais de inclusão social. O acesso aos direitos sociais é parte fundamental do serviço público como instrumentalização da garantia de aplicabilidade governamental destes princípios de garantia de igualdade social.

Quando se fala em políticas públicas, deve-se entender que elas são consequências da ampliação das relações entre estado e sociedade civil e que devem ser avaliadas dentro de uma perspectiva de desenvolvimento como garantia de equidade social e com ações voltadas para a superação da pobreza.

> As reflexões sobre o processo de formação das políticas sociais urbanas perpassam pela análise das ações governamentais com vistas a diminuição das desigualdades estruturais provocadas pelo desenvolvimento econômico. Neste sentido as políticas públicas constituem instrumentos de ação governamental com o objetivo de empregar os meios a disposição e as atividades privadas para a realização de objetivos sociais relevantes determinados politicamente (BUCCI, 2001)

Pode-se pensar, ainda, nos direitos sociais como uma conquista da modernidade, alcançada pela luta dos movimentos sociais, que estabeleceram como meta a prevenção e a erradicação da pobreza na sociedade moderna. Na Constituição Brasileira os direitos sociais estão vinculados aos tratados internacionais de direitos humanos, onde o Brasil tornou-se signatário dos direitos humanos ao longo do desenvolvimento destes princípios jurídicos internacionais:

> Como já se viu, o Brasil é signatário dos mais importantes tratados internacionais de Direitos Humanos, tanto na esfera da Organização das Nações Unidas, na Organização dos Estados Americanos (OEA), entre os quais estão o Pacto

> Internacional dos Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional dos Direitos econômicos, Sociais e Culturais, a Convenção contra a tortura e outros tratamentos Penais Cruéis, Desumanos ou Degradantes e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Todos estes instrumentos foram incorporados sem qualquer reserva pelo Estado Brasileiro. (GOMES; MAZZUOLI, 2006).

É importante refletir de que forma serão traduzidos esses direitos para os diversos segmentos da sociedade, sem desrespeitar suas representações culturais, onde estão presentes valores religiosos e culturais que constroem sua visão de mundo. Talvez o primeiro passo a ser dado será transformar os direitos sociais em uma linguagem acessível aos diferentes atores sociais urbanos, o que denota a necessidade de uma tradução intercultural dos direitos (SANTOS, 2004), ou seja, os direitos humanos podem ser traduzidos e adaptados aos diferentes contextos socioculturais em que os indivíduos estão inseridos.

> Outra discussão que é bastante relevante quando se fala em política pública social urbana é o conceito de proteção social, que se torna fundamental como instrumento de consolidação dos direitos sociais na cidade, pode-se falar em uma garantia caracterizando que tal termo tem haver com medidas de asseguram a inclusão social dos indivíduos atendidos pelos programas apresentados pelo Estado, seja no campo, seja na cidade, falar em medidas de garantia de direitos sociais torna-se importante para assegurar um desenvolvimento vinculado ao respeito pelos direitos sociais. Uma das definições mais conhecidas de proteção social é aquela que a define como sendo um conjunto de medidas que garantem proteção a indivíduos socialmente vulneráveis, contra problemas como desemprego, pobreza, miséria entre outras. (WERNECK VIANNA, 2008).

No que se refere à proteção social a doutrina jurídica fala em proteção integral,
Quando se trata de crianças e adolescentes o nosso sistema jurídico pode ser analisados em duas fases distintas: a primeira que denominamos de situação irregular, no qual a criança e o adolescente só eram percebidos quando estavam em situação irregular, ou seja, não estavam inseridos dentro de uma família, ou teriam atentado contra o ordenamento jurídico, já a segunda fase denominada de Doutrina da Proteção integral, teve como marco definitivo a Constituição Federal de 1988. (VILAS BOAS, 2009)

As medidas de proteção social são instrumentos desenvolvidos pelo Estado, não apenas como garantia de remediar os impactos negativos da economia capitalista, mas também podem ser vistos enquanto estratégias de garantia de direitos sociais, que permitem a elevação da qualidade de vida dos sujeitos, garantindo assim um maior desenvolvimento social de uma sociedade, possibilitado através de uma diminuição ou erradicação das desigualdades estruturais.
Nos centros urbanos, onde a segregação social e pobreza são mais visíveis, as medidas de proteção social são de grande relevância para mostrar que é possível superar ou ao menos minimizar as mazelas sociais existentes na periferia das grandes cidades, são justamente essas medidas que tornam os direitos sociais aplicáveis em termos práticos, tornando a inclusão social um processo que pode ser tangível aos olhos da sociedade civil. O desafio está na execução de políticas públicas eficientes e gestão pública que seja capaz de assegurar a melhoria na qualidade dos serviços visando melhores resultados ao cidadão e satisfazendo o interesse coletivo.
Garantir um desenvolvimento humano, sustentável e equitativo que assegure direitos e liberdade necessária para a legitimidade ao processo democrático, bem com a otimização de recursos humanos e econômicos, com a devida transparência, tem sido buscado pela gestão pública. Neste sentido, tem-se recorrido a formas de Inovação Social como resposta. Ruiz, analisando a Inovação Social (IS) traz a seguinte afirmativa:

> IS não é produto do acaso, mas de ações que se empreendem com uma finalidade explícita e determinada. A IS surge e é posta em andamento por atores que procuram melhorar a qualidade da vida individual e coletiva. (RUIZ, 2012)

Ressalta-se que a inovação social não é um processo autossuficiente ou que se sustente unicamente em decisões políticas com ações unilaterais. Fazem-se necessárias articulações entre programas e atores sociais vindos, além da esfera governamental, da sociedade civil, da família, das instituições de ensino, dentre outros atores. Desta forma, a IS vai ao encontro do que propõe o projeto PRO PAZ nos Bairros.

2.1 O Projeto PRO PAZ nos Bairros e a base teórica de consolidação

Fundamentados nos conceitos gerais estabelecidos no Programa PRO PAZ - Lei 7.773, de 23 de dezembro de 2013, o Governo do Estado do Pará estabeleceu a política pública, PRO PAZ nos Bairros, que desperta na infância, na adolescência e na juventude a mudança de comportamentos violentos, egocêntricos e competitivos para a construção de uma cultura de paz coletiva, especialmente nos bairros periféricos dos municípios do Estado, por meio de ações educativas[1] que possam desconstruir os valores negativos, fortalecidos muitas vezes pela indústria cultural, que vem incutindo atitudes individualistas, competitivas e desleais na vivência cotidiana deste público.

O PRO PAZ nos Bairros atende a população de baixa renda na faixa etária de 08 a 29[2] anos e suas famílias, em sedes físicas intituladas polos e tem como meta inserir várias linguagens artísticas como cênicas, musicais, plásticas, áudio visual, literatura, dança e atividades de educação física, a fim de desenvolver o seu percurso formativo, com uma metodologia de educação integral, tendo como eixos centrais a socialização, a produção e construção de conhecimentos articulados ao contexto social, fundamentada no desenvolvimento de uma consciência histórico-crítica e na participação responsável da construção de sociedade. Este projeto oportuniza que seus beneficiados possam conhecer a diversidade cultural presente no mundo ao proporcionar momentos de construção do conhecimento por meio da arte, cultura, esporte e lazer como um instrumento que trará o prazer e a ludicidade ao momento do aprender.

Dentre as ações desenvolvidas pelo PRO PAZ nos Bairros está à valorização da família como um elemento fundamental na garantia de inclusão social desses jovens, por isso, o diálogo com os pais e parentes, ganha importância fundamental na formação desses sujeitos cidadãos. Parte-se da perspectiva que a família torne-se um coagente de proteção social junto com o Estado e partícipe na garantia de consolidação dos direitos sociais dos seus filhos, assumindo um papel político, ao se tornar-se um dos pilares fundamentais em busca dessa proteção. Dessa forma, o projeto busca o engajamento e a participação de todos os atores sociais envolvidos na formação familiar e nas ações do território em que vivem. Portanto, para Gohn (1997) que explica melhor essa relação a partir da necessidade de articulação entre o Estado e a sociedade Civil através de políticas públicas em conjunto com os atores envolvidos.

Outro ponto importante inserido nesse contexto são atividades ligadas à cidadania, cultura e a discussão sobre temas sociais ligados à infância, adolescência, juventude e a família. A importância do projeto em atender estes segmentos da sociedade se dá justamente pelo fato dos grupos estarem permanente em processo de construção, onde sua personalidade e seu caráter são formados nas relações sociais construídas em seu dia-a-dia, naquilo que Giddens (2002) denomina como a construção do Eu na modernidade.

Contudo, de uma forma ampla, abordar experiências de políticas públicas como o PRO PAZ nos Bairros é entender as ações governamentais de inclusão social, como inovação social numa perspectiva de desenvolvimento que se baseie na elevação da qualidade de vida das pessoas, com o acesso à educação, esporte, lazer, cultura e cidadania no território onde vivem seus sujeitos beneficiados. As experiências de ações desenvolvidas pelo

---

1 Neste artigo considera-se que a Educação, por meio da arte, foi instituída no Brasil desde 1971, tendo como bases norteadoras as ideias do filósofo inglês Herbert Read (1982). O pensamento deste estudioso, apoiado por educadores, artistas e filósofos, defende que a educação, por meio da arte, é um movimento educativo e cultural que busca a constituição de um ser humano completo, valorizando seus aspectos intelectuais, morais e estéticos. Procura despertar sua consciência individual, humanizando-o com o grupo social a que pertence.

2 O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que adolescente é o indivíduo entre 12 e 18 anos incompletos e o jovem está na faixa etária entre 15 e 29 anos, como a tendência internacional.

PRO PAZ nos Bairros, como as oficinas de arte, educação, meio ambiente e cidadania, são ações que visam possibilitar o protagonismo da juventude como um dos atores do processo de emancipação social dos grupos marginalizados. Portanto, protagonismo juvenil entende-se como a

> (...) participação ou atuação dos indivíduos em um determinado espaço, comunidade, região ou país com possibilidade de influir nas decisões e ações que os envolvem. Essa participação se dá de forma coletiva em grupos organizados, e supõe o exercício de responsabilidades e direitos dentro de espaços democráticos, construindo-se a partir das ações e dos papéis assumidos pelos indivíduos. (Barrientos; Lascano, 2000 apud Stamato, 2008).

Pensar o PRO PAZ nos Bairros como uma proposta de protagonismo social é também refletir sobre as alternativas de promoção social construída dentro de um processo em que a emancipação dos sujeitos sai do discurso retórico e se torna uma ação prática, seja através das reivindicações dos direitos sociais, exigidas pelas organizações da sociedade civil, seja pelas ações governamentais através de ações que promovam responsabilidade social.

Dessa forma é possível perceber que a elaboração de políticas sociais perpassa sempre pela percepção das reais demandas dos atores sociais contemporâneos, através de suas organizações sociais e mobilizações que vem permitindo uma maior inclusão de parcela de grupos sociais marginalizados. O PRO PAZ nos Bairros é um reflexo das políticas sociais urbanas destinadas à juventude que os considera como sujeitos de direitos.

Nesse caso a responsabilidade social não é apenas das organizações da sociedade civil, mas também parte do discurso estatal, em que a parceria com parcelas da sociedade civil torna maior a eficácia das políticas de ação social. Deve-se frisar que apesar de segmentos sociais como a juventude passarem a fazer parte das agendas políticas governamentais a contradição entre a teoria e a prática ainda é grande, como pode-se perceber na visão de Carvalho (2006), que diz que o fato da juventude ter entrado na agenda governamental não significa que na prática venha se ampliando o desenvolvimento de políticas públicas para os jovens, mas contrapondo-se a esse raciocínio, essas políticas existem, mas o que de fato precisa ocorrer é uma melhora na qualidade dos serviços prestados aos jovens por essas políticas.

Outra questão que é de fundamental importância quando se trata especificamente das políticas públicas destinadas à juventude em áreas periféricas é o fato de que esses jovens acabam sendo intitulados como delinquentes juvenis em potencial e que por isso de alguma forma as condutas precisam ser controladas para que não entre no mundo do crime (LOPEZ et al., 2006).

3 Procedimento Metodológico

3.1 Indicadores do projeto

Os dados abaixo mostram o número de atendimentos em 2013 no polo PRO PAZ nos Bairros. Observa-se que 35,8% dos atendimentos são de pessoas na faixa etária de 8 a 10 anos e 31,2% de 11 a 13 anos. O Polo de maior atendimento é o do bairro da Sacramenta com 37,3%.

Tabela 1- Atendimento PRO PAZ nos Bairros em 2013

POLO	FAIXA ETÁRIA				TOTAL
	8 a 10 anos	11 a 13 anos	14 a 18 anos	Acima de 19 anos	
UFPA	253	272	139	0	664
UFRA	124	132	94	10	360
MANGUEIRÃO	81	78	61	0	220
IESP	124	132	55	10	321
SACRAMENTA	310	165	80	375	930
TOTAL	**892**	**779**	**429**	**395**	**2.495**

Fonte: Pesquisa PRO PAZ nos Bairros.

3.2 Etapas metodológicas

O objeto deste estudo são os jovens em situação de vulnerabilidade social que são atendidos pelo programa PRO PAZ nos Bairros em Belém do Pará.
A orientação do estudo seguiu as seguintes etapas metodológicas:
Depois de uma avaliação das fontes secundárias através da pesquisa de referencial teórico, iniciamos a pesquisa de campo com o mapeamento das áreas onde se localizam os polos. Este levantamento aproveitou a técnica do georreferênciamento, preparou a base para a realização de uma análise quantitativa por técnica de amostragem, envolvendo 160participantes do projeto PRO PAZ nos Bairros. Os seus resultados foram codificados e sistematizados pelo uso do Software *StatisticalPackage For Social Sciences - SPSS20.0*. O programa foi escolhido por sua segurança.

3.3 Resumo dos resultados da pesquisa de campo

3.3.1 Perfil socioeconômico dos entrevistados

Do universo pesquisado, foram realizadas 160 entrevistas. 32,5% dos alunos pertence ao polo UFPA, seguido de 30% da Sacramenta. Em relação ao local da residência, 25% é morador do bairro da Terra Firme, enquanto que 17,5% da Sacramenta e 13,8% do Guamá. 63,8% dos pesquisados frequenta o projeto PRO PAZ nos Bairros por mais de um ano, sendo que a maioria dos ouvidos mora em Belém é do sexo masculino (68,8%). A faixa etária predominante foi a de 13 a 17 anos com 68,1%, seguida de 8 a 12 anos. Já a maior parte dos entrevistados é formada por alunos solteiros 99,4%. Outro ponto importante a respeito dos ouvidos é em relação aos indicadores do perfil traçado, no que diz respeito à escolaridade dos entrevistados, 98,8% está estudando, e deste 71,3% frequenta o ensino fundamental de 5ª a 9ª série. Já os que frequentam o ensino médio somam 18,1%, seguidos dos que frequentam o ensino fundamental 8,8%. O que chama a atenção é que 1,3% declaram não está estudando, pois ainda não foram matriculados na escola por seus pais. Já em relação à religião que praticam, 45% disseram ser evangélicos, enquanto que 31,3% pertence à igreja católica. Um dado extremamente importante foi que, aproximadamente, 15% disseram não possuir religião.

Tabela 2-Quantidade de pessoas entrevistadas nos polos.

Polos	Frequência	%
Sacramenta	48	30
Mangueirão	34	21,3
UFPA	52	32,5
UFRA	22	13,8
IESP	4	2,6
Total	**160**	**100**

Fonte: Pesquisa PRO PAZ nos Bairros.

4.3.2 Avaliação e monitoramento

O gráfico 1 mostra a satisfação geral dos participantes do projeto PRO PAZ nos Bairros. ***O que chama a atenção é que 48,8% têm "SATISFAÇÃO" péssima/ruim ou regular do projeto como um todo.*** Enquanto a metade aprova com notas que varia de bom/excelente.

Gráfico 1- Satisfação geral/PRO PAZ nos Bairros

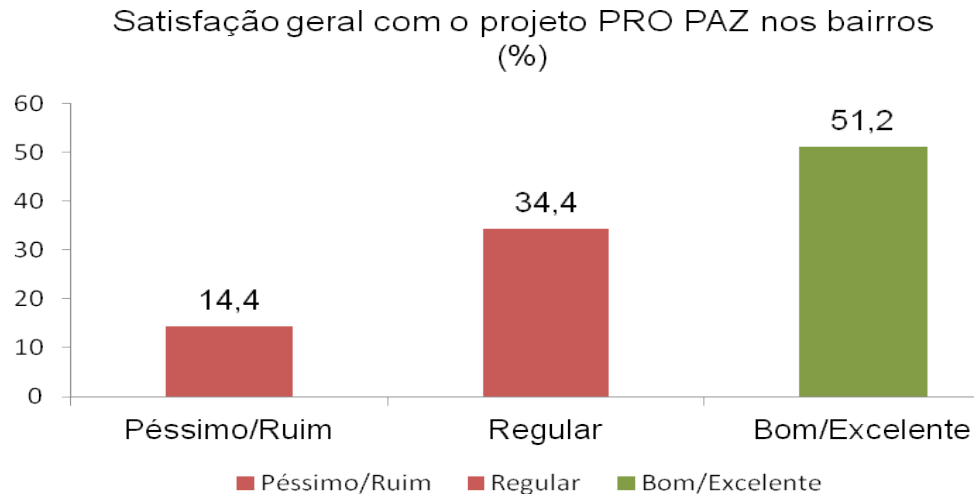

Fonte: Pesquisa PRO PAZ nos Bairros.

3.3.3 Valores adquiridos pelos participantes do PRO PAZ

A tabela abaixo 3 mostra os motivos das mudanças de comportamentos relatadas pelos participantes do projeto. Entre os principais motivos está em passar menos tempo na rua 27,5%, seguidos de, tornou-se uma pessoa mais educada (6,3%), 4,4% melhorou as notas na escola, 4,4% fazer amizades, Novas oportunidades de Interação 4,4%, entre outros.

Tabela 3 - Mudança de vida depois da participação do PRO PAZ nos Bairros?

O que mudou em sua vida depois de ter participado do projeto PRO PAZ nos Bairros?	Frequência	%
Passa menos tempo na rua	44	27,5
Tornou-se mais educada	10	6,25
Não mudou nada/ Continua a mesma coisa	8	5
Melhorou as notas na escola	7	4,375
Fez amigos	7	4,375
Novas oportunidades de interação	7	4,375
Tornou-se mais disposta	7	4,375
Aprendeu novos esportes	5	3,125
Ficou mais obediente	5	3,125
Conhecimento sobre esportes (Pratica)	5	3,125
Pratica mais esporte	5	3,125
Tornou-se mais responsável	4	2,5
Tornou-se mais alegre	4	2,5
Passou a respeitar pais e familiares	4	2,5
Melhorou o comportamento em casa e na escola	4	2,5
Melhorou o Comportamento / Respeita as Pessoas	4	2,5
Outras	30	18,75
Total	**160**	**100**

Fonte: Pesquisa PRO PAZ nos Bairros.

Os indicadores abaixo mostram os valores que foram adquiridos durante a participação do projeto PRO PAZ nos Bairros. Esses valores foram citados pelos participantes como valores empregados no seu dia-a-dia. Destaca-se o respeito ao próximo com 21,3%, seguidos de comportamento social e companheirismo com 16,3%, cada e a tolerância 6,3%.

Tabela 4 - Valores adquiridos durante o projeto PRO PAZ?

Que valores você adquiriu e está aplicando na sua vida?	Frequência	%
Respeito ao próximo	34	21,3
Respeito à vida	32	20,0
Companheirismo	26	16,3
Mudança de comportamento	26	16,3
Direitos e deveres	16	10
Tolerância	10	6,3
Companheirismo e respeito á vida	4	2,5
Não há identificação de valores	3	1,9
Companheirismo e respeito ao próximo	2	1,3
Mudança de comportamento e respeito ao próximo	2	1,3
Direitos e deveres e mudança de comportamento	1	0,6
Tolerância e respeito ao próximo	1	0,6
Companheirismo, Respeito ao próximo e Mudança de comportamento.	1	0,6
Direitos e deveres e tolerância	1	0,6
NS/SR	1	0,6
Total	160	100

Fonte: Pesquisa PRO PAZ nos Bairros.

3.3.4 Avaliação do comportamento dos participantes do projeto

Foi perguntado aos participantes sobre a mudança de seu comportamento na família ou na sua casa. A resposta foi que 75,6% disseram que houve uma mudança comportamental em relação a sua família. Desses que disseram sim, 31,3% afirmaram que agora respeitam pai e mãe e outros familiares, 8,8% melhorou o comportamento dentro de casa, 6,6% tornou-se mais prestativo em casa, ou seja, ajuda nos afazeres domésticos e é obediente e 4,4% tornou-se menos violento com os pais e familiares dentro de casa. Quando as respostas foram negativas, as causas foram que 5% já possuíam um bom relacionamento, anteriormente e 1,3% continuam agindo do jeito, ou seja, não mudaram nada.

Para a mudança de comportamento positivo na escola. 64,4% disseram que sim. Da maioria dos que disseram sim, 23,8%, afirmou que melhorou as notas na escola, 8,8% prestam mais atenção nas aulas e 8,1% não fazem mais bagunça em sala de aula e consequentemente, melhorou o comportamento. Já os que disseram que não houve mudança, os motivos principais foram que 5,6%, sempre estavam atentos aos estudos e 2,5% não mudaram nada, continuam fazendo as mesmas coisas erradas na escola.

No que concerne à mudança de comportamento em relação ao bairro em que vive. 55% confirmaram que houve mudanças em relação ao ambiente no bairro e desses, 8,1% apontaram para uma aproximação com a vizinhança, ou seja, melhorou a amizade entre ambos, 8,1% fica menos tempo na rua e 6,3% melhorou o comportamento com os moradores do bairro.

Tabela 5 - Mudança no comportamento da família

Você acha que houve alguma mudança em relação ao seu comportamento na sua família?	Frequência	%
Sim	121	75,6
Não	35	21,9
NS/ SR	4	2,5
Total	160	100

Fonte: Pesquisa PRO PAZ nos Bairros.

Tabela 6 - Mudança de comportamento na escola?

Você acha que houve alguma mudança em relação ao seu comportamento na escola?	Frequência	%
Sim	103	64,4
Não	51	31,9
NS/ SR	5	3,1
Não informado	1	0,6
Total	160	100

Fonte: Pesquisa PRO PAZ nos Bairros.

Tabela 7 - Mudança de comportamento no seu bairro?

Você acha que houve alguma mudança em relação ao seu comportamento no seu bairro	Frequência	%
Sim	88	55
Não	67	41,9
NS/ SR	5	3,1
Total	160	100

Fonte: Pesquisa PRO PAZ nos Bairros.

4 Considerações Finais

Seguindo o atual cenário social internacional, o contexto local tem desafiado o poder público executivo a buscar inovações sociais no sentido de suprir os desafios criados pela crise de um modelo de desenvolvimento global excludente que exige, em escala territorial local, um grande esforço de gestão no sentido de dar resposta para os diversos contextos da vida social buscando alternativas de participação para a realização da cidadania ativa.

Estimular nos sujeitos a noção de direitos e deveres é um passo fundamental para a realização plena da cidadania que garanta de fato uma emancipação social destes sujeitos de direitos. Para que o discurso se torne efetivo na prática, neste sentido, destaca-se que as ações desenvolvidas pelo PRO PAZ nos Bairros são realizadas a fim de apontar para uma nova concepção de ação social em que o desenvolvimento possibilite a autonomia infanto-juvenil, como um caminho para a superação da exclusão social.

A emancipação social e autonomia do sujeito são duas das principais exigências da modernidade, sendo as políticas públicas de promoção social um reflexo desse processo de luta pelo atendimento das demandas

sociais, onde o Estado assume o papel de provedor das demandas sociais e da emancipação dos atores sociais. O protagonismo dos atores sociais e da família é uma das principais bandeiras defendidas pelo PRO PAZ nos Bairros, visto que as ações governamentais em termos de políticas públicas se dão através da interação com estes segmentos no espaço público. Deve-se deixar claro que esse processo é bastante complexo, pois a ineficiência na aplicação de políticas no Brasil é uma realidade que está longe de ser superada.

As reflexões sobre ações do Projeto PRO PAZ nos Bairros refletem a busca por uma governança que possibilite um desenvolvimento em que os direitos sociais sejam um dos pilares fundamentais da elevação da garantia, elevação da qualidade de vida dos jovens, crianças e adolescentes da periferia.

Para que ocorra de fato a emergência de um processo real de inclusão social, as experiências existentes, sejam elas governamentais ou de organizações da sociedade civil, não podem ser desperdiçadas, mas ao contrário devem ser aproveitadas e ampliadas, é importante pensar isso também no que tange aos projetos sociais, que se destinam a desenvolver ações sociais de atendimento a infância e a juventude, pois tornar estes sujeitos como sujeitos de direitos não é apenas estabelecer o acesso jurídico aos direitos, mas é acima de tudo, torná-los atores de um desenvolvimento efetivamente equitativo.

Referências bibliográficas

BUCCI, Claudia. **Políticas Públicas reflexões sobre o conceito jurídico.** Ed. Saraiva. 2005

CARVALHO Giane Carmem. **Juventude e Políticas Públicas: Mero destaque na agenda ou garantia de direitos?** Revista eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia. Política da UFSC. Vol. 02 n.2(4), agosto-dezembro /2006. p. 163-15. **Disponível em:** www.entese.ufsc.br. Acesso em 12/09/14.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy** .Englewood Cliff, N.J.:Prentice-Hall. 1984.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002

GOHN, Maria Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** Edições Loyola, 1997.

GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **O Brasil e o sistema interamericano de proteção dos direitos humanos**. Novos rumos do direito penal contemporâneo: livro em homenagem ao Prof. Dr. Cezar Roberto Bitencourt, Rio de Janeiro, Lumen Júris Publishing, 2006.

LOPES Roseli, SILVA Carla, MALFITANO & SERRA Ana Paula. **Adolescência e juventude de grupos populares urbanos no Brasil.** Revista HISTEBRED online, Campinas n.23 p.114-130, set. 2006 – ISSN: 1676 -2584.

PEREZ, José Roberto Rus & PASSONE Eric Ferdinando. **Políticas Sociais e atendimento ás crianças e aos adolescentes no Brasil.** Revista Cadernos de pesquisa vol.40, p. 640-673, maio/ago 2010. Disponível em:www.scielo.br/pdf/cp/ v40n140/ a 1740140.pdf

READ, Herbert. **A Educação pela Arte**. Edições 70: Lisboa,1982.

RUIZ, Javier Esguevillas - **Inovação social: desafios e estratégias para o desenvolvimento inclusivo do território** - V Diálogo Regional "Inovação social, ação pública e coesão social: desafios e estratégias" Recife, 24 e 25 de maio de 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa (orgs.) **Reconhecer Para libertar: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural.** Cortez RJ, 2004.

STAMATO, Maria Calil. **Protagonismo juvenil: uma práxis sócio-histórica de ressignificação da juventude,** 2008**.** Disponível em: www.dominiopublico. Acesso em 11 Set. 2014.

WERNECK VIANNA, M. L. T. **A nova política social no Brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica**? Praia Vermelha, Rio de Janeiro: UFRJ. 2008.

VILAS BOAS, Renata Malta. **E os Princípios norteadores do Direito da infância e juventude.** 2009. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?N_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10588&revista_caderno=12. Acesso em 10 Ago. 2014.

Deus criou o mundo e nós construímos o Conjunto Palmeiras. Relatos de cidadania[3].

RESUMO
Palavras Chave: Conjunto Palmeiras; solidariedade; Governo.

Para este GT busco compreender como, no Conjunto Palmeiras, um bairro situado na periferia de Fortaleza-Ceará-Brasil, construiu-se, ao longo do tempo, a imagem de um bairro solidário. Entende-se que tal imagem resultou tanto da mobilização em torno das demandas sociais para o bairro como do desenvolvimento de experiências consideradas inovadoras no campo da economia solidária que o tornaram conhecido e reconhecido internacionalmente, sobretudo ao final da década de 1990, alvo de inúmeros estudos acadêmicos, detentor de visibilidade midiática e premiações. Em meados de 2000, tais iniciativas expandiram-se como política de governo, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Meu intuito é destacar, neste momento, as falas das lideranças por conferirem significado às lutas e conquistas passadas, vinculando, no presente, essas lutas à ideia de bairro solidário.

Introdução

O Conjunto Palmeiras localizado na cidade de Fortaleza região do nordeste brasileiro é consequência de uma política de remanejamento decorrente do reordenamento espacial da cidade de Fortaleza, ocorrido no período de 1973. Eram alvo dessas remoções pessoas provenientes de áreas de risco residentes em terrenos públicos e particulares, localizados no bairro Aldeota, nas favelas Poço da Draga, Arraial Moura Brasil, Morro das Placas e Verdes Mares, além dos desabrigados da favela do Lagamar. Nesse período, foram removidas 143 famílias para a região sul da cidade, próximo à BR 116, onde hoje se situa o Conjunto Palmeiras. A transferência ocorreu em duas fases: a primeira, em 1973, como acima mencionado; e a segunda, em 1975. Contam os primeiros moradores que o lugar destinado à construção do Conjunto Palmeiras era desprovido de infraestrutura, a começar pela falta de moradias, de água potável, energia e transporte público. Além disto, não havia equipamentos públicos como escolas, postos de saúde, praças, dentre outros. Após uma longa mobilização das lideranças e moradores locais, no ano de 2007, o Conjunto Palmeiras, até então considerado favela, passou a ser considerado como bairro pela administração de Luiziane de Oliveira Lins, prefeita de Fortaleza nos períodos 2004 a 2008 e 2009 a 2012.

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base nos dados do Censo Demográfico de 2010, a população residente no Conjunto Palmeiras é de 36.599 pessoas. Deste total, 59,90% concentram-se nas faixas etárias entre 0 a 29 anos, enquanto que apenas 10,9% da população referem-se à faixa etária superior a 50 anos. Já 29,2% estão entre 30 e 49 anos.

Na atualidade, há dois principais caminhos de acesso ao Conjunto Palmeiras: pela BR116, rodovia que liga o Ceará a outros estados do Brasil; ou pela Perimetral, avenida que atravessa bairros localizados na zona oeste e sul de Fortaleza. Ao chegar à BR 116, é possível ingressar no bairro pela Avenida Alberto Craveiro, via que adentra em bairros populosos com habitações de porte médio e onde está localizado o estádio Plácido Aderaldo Castelo, maior instalação para a prática de futebol no Ceará e popularmente conhecido por Castelão.

Na avenida de acesso ao São Cristovão, conjunto habitacional vizinho ao Conjunto Palmeiras, há inúmeras casas remanescentes de áreas de ocupação. Compõem também o cenário: casebres, crianças na rua dividindo espaços com os carros e a circulação de bicicletas, motos, carros, jumentos, cachorros e cavalos que conduzem carroças transportando mercadorias. Mais à direita desta rua, visualiza-se a rampa de lixo do Jangurussu, já

---

3 Autora: Fernanda Rodrigues é Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Linha de pesquisa: cidadania, economia solidária, exclusão social, experiências emancipatórias. Email: fernandarod@uol.com.br

sedimentada pelos longos anos de desativação e que era o principal aterro de lixo da cidade de Fortaleza. Aos pés deste lixão, há inúmeras casas feitas de papelão, que, por meio de suas portas improvisadas, salta aos olhos dos passantes o semblante de crianças seminuas e visivelmente sujas observando a rua. Assim, chega-se ao Conjunto Palmeiras.

Ao entrar o Conjunto Palmeiras, verificam-se, além da avenida principal, a Val Paraíso, inúmeras ruas secundárias, algumas sinalizadas por nome e numeração, outras visivelmente improvisadas. Ainda há becos e vielas, entrecruzados por casebres e lixos, que de tão estreitas tornam impossível o tráfego de veículos. Observado de um determinado ângulo, é possível perceber também no bairro uma intensa vida social, com cenas típicas do cotidiano da periferia de uma metrópole: pessoas conversando nas calçadas, homens nos quiosques e botecos, crianças brincando nas ruas, trabalhadores nas lojas, esperando o próximo freguês. Observam-se, ainda, cenas que mostram sinais de miséria social e representações de violência: jovens visivelmente drogados com o olhar de intimidação, pessoas maltrapilhas dormindo ao relento, comércios gradeados e a mendicância de meninos e adultos que perambulam pelos corredores centrais do bairro.

Em linhas gerais, na atualidade, há no Conjunto Palmeiras escolas, farmácias, posto de saúde, templos religiosos, estabelecimentos comerciais, tais como mercantis, bares, frigoríficos, restaurantes, postos de gasolina, dentre outros. Há também entidades como associações, pastorais e Organizações Não Governamentais (ONGs), dentre outros.

Conjunto Palmeiras e as interfaces com o movimento social.

Pretendo mostrar, no presente tópico, períodos do movimento social, articulando-os aos processos das mobilizações sociais ocorridas na construção do bairro do Conjunto Palmeiras. Para tanto, lanço mão do acervo teórico sobre os movimentos sociais presentes nos estudos de Glória Maria Gohn, Elza Braga e Irlys Barreira, dentre outros. Parte destes estudos privilegia o protagonismo do movimento social, tomando como base a relação deste ator social com o Estado; outros tencionam entender as conjunturas que permeiam as ações simbólicas, ou não incorporadas, no campo das mobilizações sociais, no sentido de melhoria da vida diante das estruturas constituídas.

As mobilizações sociais impetradas pelas lideranças do Conjunto Palmeiras resultaram em um conjunto de benfeitorias para o bairro, as quais passaram a ser incorporadas aos relatos sobre a construção da referida área, a exemplo das construções das moradias, a instalação da energia elétrica, da água potável, da pavimentação, do sistema de esgotamento sanitário. Apesar de não ser intenção deste artigo aprofundar a discussão teórica acerca dos movimentos sociais, quero, contudo, delinear a conjuntura do movimento social observando sua agenda de reivindicações perante o Estado, no esforço de revelar a inserção do Conjunto Palmeiras.

De maneira particular, direciono minha atenção para as mobilizações ocorridas no Conjunto Palmeiras. Faço isto, a partir da interpretação de Braga (1995, p. 63), quando lembra que: "Convém recordar que, no Brasil, os movimentos sociais surgiram, todavia, em um contexto político repressivo, onde as forças populares se expressavam através de autores sociais com suas energias latentes, que os anos da ditadura não conseguiram destruir".

No trecho acima, Braga descreve uma das características marcantes do movimento social das décadas posteriores ao período da Ditadura Militar. Embora, de maneira tímida, é possível, conforme assinala a autora acima, observar que as mobilizações sociais realizadas em praças e ruas pautavam-se em temas reivindicatórios dos movimentos sociais, em geral direcionados ao Estado.

No caso do Conjunto Palmeiras, pude observar, por meio dos depoimentos das lideranças locais, relatos sobre as mobilizações datadas deste período, que versavam em torno das melhorias para o bairro, a exemplo da construção de escolas, da pavimentação, dos postos de saúde, do transporte público, dentre outros. Veja-se o depoimento abaixo:

> Fizemos muitas lutas, já passamos fome, já passamos sete dias ali no CAMBEBA[4]; olhe, companheiros, nesse dias nós apanhamos tanto, mas tanto... Eu levei muita

4 Sede do Governador do Estado do Ceará Tasso Jereissati.

> porrada da polícia entre a época do Tasso Jereissati e Ciro Gomes. Porque o governador Gonzaga Mota, ele também fazia muita repressão, mas não era tanto como Tasso Jereissati. A repressão feita pelo Tasso Jereissati era muito forte. A polícia veio, quis invadir minha casa, aqui tinha uns padres que sempre apoiava a gente, Padre Jacó, Padre Zé Maria, Padre Chico, Padre Luis sempre dava um apoio, claro que a gente contava com ajuda desse pessoal, mas independente deles, a gente ia pra luta. Isso era na década de [19]80.
>
> (Depoimento do Augusto, Presidente da Associação Beneficente de Valorização à Vida – ABVV. Entrevista concedida no dia 30 abril de 2012).
>
> Teve a luta do INAM, que também foi muito grande. Nós lotamo aqui dois ônibus. INAM era um projeto que existia do Governo Federal que distribuía uma cesta básica que vinha o óleo, o açúcar, o arroz. Aí ele [Governador] cortou dos posto, porque aonde tivesse o posto do município não era pra distribuir, só onde tivesse posto do estado. Aí [Prefeito] ele cortou os posto, porque aonde tivesse o posto do município não era pra distribuir, só onde tivesse posto do estado. Mas aí, quando o nosso aqui foi cortado, a gente lotou dois ônibu, a comunidade naquela época lutava [década de 1980], fizemo caldeirão de baião de dois, botamo dentro desse ônibu e, se mandamo de Secretaria e Secretaria. Chegamo lá no Cesar Neto[5], que ele que era o Prefeito daquela época, entrou a comissão, nós sentamo ele, fizemo ele telefonar pra Secretaria de Saúde pra dizer pra nós que não ia tirar o INAM dos posto do município. Aí ele garantiu que não ia tirar porque tinha sido uma conquista nossa.
> (Depoimento de Marinete Brito da Silva, liderança do Conjunto Palmeiras. Entrevista realizada no dia 20 de maio de 2012).

Essa estratégia de organização do movimento social de bairro protagonizado pelas lideranças e entidades locais tinha um propósito de exercer uma solidariedade que funcionava como uma ferramenta para o fortalecimento e a articulação em torno da escassez dos serviços nos bairros, por meio de acampamentos e passeatas em órgãos governamentais. Esse deslocamento das lideranças e dos moradores para determinados órgãos públicos, além de evidenciar as precárias condições de vida na periferia, demonstrava os conflitos entre os movimentos sociais e o Estado. Sobre isto, afirma Braga (1995, p. 68):

> Pode-se dizer que no cenário da sociedade brasileira, até 1982, predominava, nos movimentos sociais, a postura de resistência frente ao Estado, que mantinha seus instrumentos repressivos e, por sua vez, desconhecia os movimentos sociais como legítimos interlocutores das demandas populares. Não obstante, nesse período, o processo de organização alcançou avanços significativos; os conflitos e os enfretamentos com o Estado se expressavam através de lutas, que se concretizaram em distintas formas: passeatas, reivindicações, acampamentos, etc. Todas essas manifestações se concretizam ao nível local e nacional, com intensidade e expressão políticas.

Reforçando a análise da autora sobre a postura dos movimentos sociais no que concerne às suas reivindicações frente ao Estado, trago abaixo duas reportagens que tratam de forma particular de duas ações protagonizadas pelos moradores do Conjunto Palmeiras. A primeira menciona a pressão dos moradores do bairro à Companhia de Esgoto do Ceará (Cagece) para conquistar o direito à água potável, intitulada *Palmeiras pede água e ameaça furar adutoras.* A segunda reportagem trata sobre a transferência de um servidor público solicitada

5 César Cals de Oliveira Neto foi Prefeito de Fortaleza no período de 1983 a 1985.

pelas lideranças locais: *Palmeiras quer o afastamento de assistente*.

> Devido ao término do prazo oferecido à Companhia de Esgoto do Ceará (Cagece), para iniciar os trabalhos de encanamento d'água nas casas do bairro, os moradores do Conjunto Palmeiras realizaram uma nova manifestação na manhã de ontem defronte ao órgão. Na ocasião, conheceram o projeto para a concretização das obras e decidiram prorrogar o período por mais 45 dias.
> Segundo informou Maria Auxiliadora Andrade, Presidente da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras, caso a Cagece não inicie as obras dentro desse prazo, "Nós vamos furar mesmo os canos da tubulação da Cagece que passam em baixo de nosso Conjunto". Disse ainda que a campanha "Não Dá pra Esperar, Água Encanada já", iniciada no dia 15 de setembro, vai continuar com a mesma motivação que vem sendo feita em todo o bairro.
> Por sua vez, o Diretor Técnico da Cagece, Roberto Sérgio, informou que o projeto de encanamento d'água nas casas do Conjunto Palmeiras já está concluído, como também o orçamento de material e serviços. No entanto – prosseguiu – o início das obras só está na dependência da saída do edital de licitação.
> (Matéria veiculada no Jornal O Povo, no dia 17 de outubro de 1987).
> Em correspondência enviada à Superintendente da Fundação do Serviço Social de Fortaleza, Alba Pinho Carvalho, o Movimento Popular do Conjunto Palmeiras, representado por diversas entidades, solicita o afastamento da assistente social Márcia Verônica, lotada na Unidade de Profissionalização e Atendimento ao Menor, e responsável por esse trabalho na comunidade. A servidora municipal é acusada de não comparecer ao trabalho, assiduamente, e de caluniar membros do Movimento Popular e funcionários da Upam. O pedido de desligamento da funcionária feito pelo Movimento Popular, datado de 27 de agosto, afirma que a assistente social, trabalhando há vários anos na Upam, em nada contribuiu para a comunidade e especifica que, no mês de junho, Márcia Verônica compareceu ao trabalho apenas três dias e, no mês de julho, dois. Os representantes das diversas entidades que assinam a correspondência questionam a utilidade do salário pago à assistente social com "o dinheiro do povo".
> (Matéria veiculada no Jornal O Povo, no dia 30 de agosto de 1987).

O conteúdo da primeira reportagem trata da presença do movimento social no bairro, bem como das estratégias utilizadas com o intuito de demonstrar a força que detinha a organização social, ao afirmar nos meios de comunicação a intenção de "[...] furar os canos da tubulação da Cagece". Observando ainda o teor da reportagem, é possível notar que havia um enfretamento: de um lado um movimento social com suas demandas claras e urgentes, do outro, um Estado que timidamente abria canais de comunicação com o movimento.
Nota-se, na segunda reportagem, a ideia de coesão e solidariedade em torno do bairro e de suas lideranças, assim como a identificação das entidades locais que se entrelaçam na construção da imagem de um bairro unido.

2.1 "Deus criou o mundo e nós criamos o Palmeira"[6]: trajetória de lutas

No transcurso da pesquisa de campo, participei de diversos eventos sobre o bairro, ouvi inúmeras vezes mensagens de valoração, pronunciadas, em geral, por lideranças locais. Interessada em aprofundar a dimensão

6 "Deus criou o mundo, e nós construímos o Conjunto Palmeira". Esta frase foi dita por uma liderança local, logo após a criação do Banco Palmas, no ano de 1998. Atualmente ela está inscrita na sala principal da ASMOCONP e na praça principal do Conjunto Palmeiras.

solidária dada ao bairro, passei a observar nuances presentes nos relatos feitos pelas lideranças. Percebi que se tratava de um pronunciamento histórico sobre o bairro, com trechos dos acontecimentos vivenciados pelos moradores. As mesmas seleções de trechos também se faziam presentes nos relatos e em entrevistas, depoimentos e estudos, como Paulino (2008), Rodrigues (2003), Gadelha (2002), Barbosa (2002), Matos (2002), dentre outros. São relatos, que a meu ver, vão se sedimentando no imaginário social pelas constantes repetições.

As mensagens referem-se, em geral, à chegada dos primeiros moradores ao bairro, à luta pela obtenção dos serviços básicos (energia, água potável, saneamento básico, transporte), bem como aos protagonistas e aos cenários dessas lutas.

Percebi que, dentre os episódios citados acima, alguns são selecionados e passam a fazer parte da construção mítica do bairro. O caráter mítico dessas falas é reproduzido nas várias versões dos episódios citados pelas lideranças. Por exemplo: "[...] não conheço outro bairro solidário como o nosso" ou "[...] nenhum bairro foi construído pelos seus próprios moradores como o Palmeira", ou ainda "[...] um bairro que se urbanizou e tem na sua própria gênese a solidariedade".

Por esta razão, tomo suas falas não somente como um dado imprescindível para a apreensão dos processos vivenciados no bairro, mas também como objeto de análise para este capítulo na perspectiva de elucidar a ideia de bairro solidário.

Desse modo, aponto a seguir trechos dos estudos acima citados, assim como do acervo das entidades locais, que denotam, a partir do olhar das lideranças, relatos sobre a construção do bairro, que se iniciam com os episódios que marcaram a chegada dos primeiros moradores e se completam com as descrições das primeiras moradias e das referências aos embriões da organização social local.

Na pesquisa realizada por Rodrigues (2003, p. 31), o trecho relatado por uma liderança aponta a chegada dos primeiros moradores do bairro:

> [...] o Palmeira[7] começou em [19]73 com a desapropriação da terra, com o governo Virgílio Távora. Em seguida a mesma liderança dizem [19]74 começou a vir pessoas das [favelas] Lagamar, Poço da Draga, Arraial Moura Brasil, Morro das Placas, Verdes Mares e [bairro] Aldeota.

Este mesmo trecho também é descrito no estudo etnográfico feito por Paulino (2008, p. 66): "O meu início na comunidade do Conjunto Palmeiras foi a partir de 1977, logo quando cheguei ao Palmeira. Eu cheguei no Palmeira não tinha praticamente nada, o Palmeira foi criado em 1973, na época do Governo Virgílio Távora".

As mensagens sobre a origem do bairro também estão presentes na cartilha produzida pela ASMOCONP[8] (1990, p. 7) sobre as primeiras lutas do bairro: "Em 1974, eu morava no lagamar, aconteceu uma grande enchente, fiquei um mês no estádio Presidente Vargas [...] depois a Prefeitura trouxe a gente pra cá [...] viemos no caminhão. Deram 500 telhas e 06 forquilhas e a gente se virou para o resto". Em outro trecho da Cartilha, o morador afirma: "Aí o Governo começa a construir grandes avenidas retirar as famílias de lá e jogaram no Palmeira".

Em outro trecho citado por Rodrigues (2003, p. 31), o relato expõe as precariedades do local: "Na época cada um recebeu um pedaço de terra. Quando chegamos aqui no Palmeira, esta casa só tinha um compartimento não tinha água, não tinha nada, só tinha mato".

Em Paulino (2008, p. 66), encontram-se depoimentos que mencionam as primeiras lutas ocorridas nas décadas de 1970 e 1980, em que as lideranças relatam a coragem de um conjunto de moradores: "[...] tudo o que nós temos foi através da luta, sofremos, a polícia bateu muito na gente, assim invadiram a nossa casa [...]". E prossegue relatando:

---

7 Em geral, antigos moradores do bairro chamam "Palmeira". Mas, do ponto de vista das instituições, o bairro é denoinado de "Palmeiras".

8 ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO PALMEIRAS. **Cartilha memória de nossas lutas**. Fortaleza: ASMOCONP, 1990. v. 1.

"[...] a gente foi ameaçado de morte várias vezes, mas a gente deixou o medo de lado e a gente teve de avançar".
Em Rodrigues (2003, p. 35), pode-se confirmar um trecho semelhante, que relata cenas de confronto da liderança: "Olhe, companheira, nesse dia nós apanhamos tanto, mas tanto, eu levei uma porrada da polícia [...]". E complementa: "A polícia veio, quis invadir minha casa".
Dessa maneira, os relatos vão construindo e sedimentando a ideia de um bairro de luta e, ao mesmo tempo, fortalecendo um sentido mítico sobre a origem do bairro nesta constante afirmação. Lembro, contudo, que, a partir de 1990, é incorporado aos relatos das lutas vivenciadas no bairro um novo aspecto, o aspecto da solidariedade. Observa-se nesses relatos que luta e solidariedade passam a ter dimensões, senão iguais, claramente próximas.
Com a finalidade de mostrar fragmentos dos acontecimentos históricos, retorno aos relatos em que as lideranças locais elucidam, nos depoimentos, os vínculos entre os moradores no processo de construção do bairro:

> [...] pra gente conseguir o transporte, precisamos quebrar três ônibus, eu o Joaquim a Marinete e a Toinha e outros companheiros ficamos de 4 da manha até meia noite, contando quantas viagens o ônibus dava até o centro. O dono do ônibus dizia que nós tínhamos 16 ônibus e nós dizíamos que só tinha oito e nós comprovamos.

Os episódios narrados por seu Augusto referem-se também à persistência nos embates com as instâncias governamentais. Como quando ele diz: "Levamos uma turma de moradores até a CAGECE, lá as lideranças não comeram. Eram dois ônibus, e a gente preocupado com as mulheres gestantes [...] só elas comeram. Na CAGECE não resolveram o problema". E recorda ainda: "Marcamos uma reunião com o Governador. A gente deu um prazo para o Governador de trinta dias. O Governador aceitou o prazo, com trinta dias ele não fez". No trecho seguinte do depoimento, a liderança menciona êxito da reivindicação "Voltamos lá, a gente disse que a gente não ia se responsabilizar pelo que aconteceu com os canos da água que vai pra Fortaleza, nós vai furar os canos, aí eles disseram: não, não faça isso não, pediu mais quinze dias".
Assim, os fragmentos dos relatos em destaque permitem perceber que a memória, quando acionada, se reporta sempre às origens do bairro. Na perspectiva do seu Augusto, pode-se perceber que o mito de origem do Conjunto Palmeiras é descrito a partir dos empecilhos em relação à escassez de serviços básicos ofertados, como também na determinação em enfrentar estes obstáculos.
O depoimento abaixo, de Joaquim Melo, revela outra dimensão suscitada a partir dos relatos míticos sobre o bairro. Esses relatos, além de reafirmarem a ideia de bairro de lutas, também revelam outras significações dadas ao bairro, como a calcada na solidariedade. Veja-se:

> Eu acho que a própria história do bairro, a maneira como ele constrói sua historia com uma lógica de solidariedade, pautando em nossas grandes lutas, lutas todas muitas coletivas, é um bairro que se urbanizou. Um bairro que se urbanizou tem na sua própria gênese a solidariedade. Então são poucos bairros de Fortaleza, aliás não conheço nenhum, fora o Conjunto Palmeiras, que tenha se autourbanizado. Deve até ter, mas eu não me recordo de cabeça. Qual foi o bairro que criou seu canal de drenagem? Não foi uma ponte, foi um canal de drenagem de 1700 metros! Foi feito em mutirão! Então isto é uma construção coletiva: criou sua praça, criou o asfalto, o esgotamento.
> Quero dizer que fizemos com nossas próprias mãos, coordenado pela Associação de moradores. Então o próprio processo de construção física do bairro remete a uma lógica, ou mais que uma lógica, cria-se uma necessidade de solidariedade. Porque, se não tivesse ali implantado todas as contradições de sermos, da gente se autorrevelar solidário, senão tivesse ali um espírito que movesse um sentimento de unidade muito grande você não teria construído esse bairro. Um bairro de autoconstrução só poderia ter sido feito diante do espírito solidário. Lógico, aqui tinha as lideranças, Frei Beto conta muito isso da época cadeia, né? Eles repartiram um limão, porque só tinha

> um limão para comer, acredito que muitos deles nem amigos eram, devia ter sido conhecido ali na cadeia, mas criou-se ali um ambiente, um espírito de solidariedade. Então a própria autoconstrução do bairro, ela se manifesta como um exercício de solidariedade muito grande. Agora eu diria que, além dessa coisa espontânea da criação do bairro, o Palmeiras trabalhou isso muito fortemente, em vários aspectos. [...] O Palmeiras fez um culto a sua memória muito grande, porque gerenciou conflito. Então o que as pessoas, a gente conta esta história de frente pra trás e trás pra frente, e todo mundo se orgulha dessa história do Conjunto Palmeiras. A gente não mudou o nome do bairro, não mudou o nome da rua, não mudamos o nome de nada. A gente preservou tudo isso e fizemos uma apologia a tudo isso, a essa tragédia urbana que foi a nossa chegada aqui, virou uma apologia e virou um motivo de honra para todos nós. Então a gente criou uma identidade do Palmeiras. Palmeiras virou uma marca, virou uma grife.
> (Depoimento do Joaquim Melo. Entrevista realizada no dia 22 de abril de 2012)

No depoimento acima, observam-se duas percepções sobre o bairro que se complementam. Uma se reporta às lutas passadas; outra vincula essas lutas à imagem atual do bairro. A liderança afirma que está presente, na gênese do bairro, o traço da solidariedade. Desse modo, os relatos "das lutas" não expõem somente acontecimentos passados, mas promovem novos valores ao bairro, que, do ponto de vista dos narradores, estão intrinsecamente vinculados ao passado marcado pela união e que agora é traduzido por solidariedade.

No depoimento do Joaquim, ele menciona a solidariedade que emerge nos momentos das "lutas". Lembra que isto se deve à união dos moradores nos embates ocorridos no bairro. Nesse sentido, a solidariedade para Joaquim é equivalente à união.

Assim, à medida que esses acontecimentos históricos relatados passam a se configurar como formas de fortalecimento da imagem do bairro, as lideranças tecem narrativas que reforçam esta imagem do bairro solidário e o disseminam para outros contingentes populacionais de forma a, segundo o depoimento abaixo, adquirir maior credibilidade local e nacional:

> A gente leva a nossa história para outros lugares, pra gente continuar existindo do jeito que estamos é extremamente renovador, [a organização social do bairro] porque muitas comunidades que não têm nenhuma organização local, não conseguem sobreviver aos grandes desafios locais. Nós fomos construindo tudo isso há mais de 30. Ganha especialmente a comunidade que precisa. Mas é preciso a gente saber o que somos mais ainda, para que a gente tire proveito no sentido de aproveitar a credibilidade que nós temos aqui dentro na cidade, no estado e no Brasil.
> (Socorro Alves, Diretora da ASMOCONP. Entrevista realizada em 24 de março de 2010)

Além do mais, os depoimentos de Socorro e de Joaquim buscam reafirmam a ideia de bairro solidário, a partir do sentimento de pertença, de identidade. Nota-se, desse modo, que os relatos afirmam episódios passados, reafirmam antigos valores e criam novos. As experiências vivenciadas passam a incorporar esses relatos. Da mesma forma, essas afirmações se estendem às entidades[9] e instituições locais. Com isto, já não é mais somente

---

9 Nessa direção, Paulino (2003) comenta: "É interessante ressaltar que mesmo no dia-a-dia, o espaço físico da ASMOCONP e do Banco Palmas permanecem decorados com cartazes e outros veículos de imagem que remetem a eventos consagrados na historicidade local e a projetos já realizados ou que estão em andamento. Assim, o ambiente interno parecer assumir ares de um espaço sagrado. Parece ser uma espécie de *templo* onde se reverencia a memória de uma história local, uma história que se encontra em pleno movimento. Ousando ampliar ainda mais esta metáfora, digo que a decoração do prédio da ASMOCONP parece configurá-lo quase como um *santuário* ou como um centro onde frequentemente são realizados eventos cerimoniais capazes de mobilizar uma intensa força simbólica, materializada na celebração de avanços e conquistas e focada num esforço permanente da atualização da legitimidade da experiência local (PAULINO, 2003, p. 172-173).

o passado, mas o passado reafirmando também o presente, quando os depoimentos narrados estão vinculados a novos valores, intrinsecamente ligados ao mito de origem do bairro, ou seja, a ideia do bairro "lutador".

> O Palmeiras é conhecido como um bairro solidário, porque nós temos a história do Banco Palmas, que por acaso foi criado nessa ideia solidária. E eu acredito que a solidariedade vai muito mais além do que a gente pensa. Pra mim é não só o Palmeiras, tem tanto bairro assim. Pra mim o Palmeira é o pai e mãe da questão da solidariedade em Fortaleza, porque começou da gente , a trajetória nossa , a questão da parceria, a questão do compromisso com a questão solidária.
> (Depoimento de Augusto Barros Filho, liderança do Conjunto Palmeiras. Entrevista realizada no dia 30 de abril de 2012)

Observando o acervo de pesquisa sobre o bairro, nota-se que esses relatos passam a tomar corpo a partir do final da década de 1990, quando lideranças do bairro participam de processos em que se discutia a temática da solidariedade, tanto em Fortaleza como no Brasil. Destaco o Encontro de Socioeconomia Solidária e Cultura, ocorrido na cidade de Mendes, no estado do Rio de Janeiro, em 2000; o I Fórum Mundial, realizado na cidade de Porto Alegre (RS), em 2001; dentre outros eventos.

Conforme os relatos das lideranças locais, as iniciativas solidárias se iniciaram com a ideia de criação, no âmbito local, de mecanismos que gerassem trabalho e renda, se não para todos, ao menos para um expressivo número de moradores.

Dentre as ações estrategicamente elaboradas por lideranças e instituições locais, tem-se, inicialmente, o Banco Palmas e o cartão de crédito *Palmacard*. Se estas ações não proporcionaram de imediato resultados expressivos quanto à geração de trabalho e renda para os habitantes, conferiram maior visibilidade ao bairro, que passou a ser alvo de distintos segmentos sociais como a academia, a mídia, dentre outros, que realizavam menções positivas com relação ao processo de reivindicações protagonizado pelas lideranças daquele bairro.

Vale destacar que o desenvolvimento das iniciativas do Conjunto Palmeiras articulava-se com inúmeras mobilizações (fóruns, seminários) que aconteciam no Brasil e no mundo, quando se discutiam questões sociais relevantes como o desemprego, a miséria e a pobreza, além da questão ambiental. Dentre estas mobilizações, destaca-se o Fórum Social Mundial[10], que se tornou um expressivo evento por congregar movimentos sociais e intelectuais de diversos países que discutiam as questões emergentes.

Já na primeira década do presente século, a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) e o Banco Palmas desenvolveram outras iniciativas de repercussão semelhante às duas primeiras, como, por exemplo: a Palmalimpe (material de limpeza), a Palma *Fashion* (cooperativa de costureiras) e a Companhia de Música Bate Palmas, dentre outras iniciativas, além de uma moeda social (o Palma). Ainda nesse período a coordenação destas experiências fundou o Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, que passou a mediar as relações institucionais, como, por exemplo, assinaturas de convênios com organismos governamentais.

Convém afirmar que, a partir da criação do Instituto Palmas, inaugurou-se um novo ciclo das iniciativas

---

10 É no primeiro Fórum Social Mundial que nasceu o GT brasileiro de Economia Solidária. Além disto, o fato de o Fórum ter iniciado no Brasil e ter-se realizado aqui por três anos consecutivos, coloca os intelectuais brasileiros e suas experiências na mira do mundo. Certo número de entidades internacionais encampou a proposta da economia solidária, e alguns brasileiros estão afiliados a elas. [...] As palavras de ordem para os seminários de economia solidária, a partir do Fórum Social Mundial, se modificaram, expressando essa diversidade de olhar. Assim, no I Fórum Social Mundial, o nome da oficina realizada nos dias 28 e 29 de janeiro de 2001 era "Economia solidária e autogestão: novas formas de geração de trabalho e renda". Já no II Fórum o lema era "Economia popular solidária: alternativa concreta de radicalização da democracia, desenvolvimento humano, solidário e sustentável". Enquanto que no III Fórum, a programação e os cartazes tinham por lema: "Economia solidária como estratégia de desenvolvimento humano". Não vejo esses diversos temas como uma evolução, mas como a expressão da diversidade de olhar e de postura em relação à economia solidária (NOELLE, 2004, p. 233).

solidárias, as quais, como mencionei anteriormente, passaram a ser incorporadas às políticas de governo, em especial o banco e a moeda. Desta forma, além de serem difundidas estas experiências, em especial o banco e a moeda, elas também se estendem a estados brasileiros como Minas Gerais, Maranhão, Amazonas, Rio grande do Sul e Paraíba, dentre outros. Nesse sentido, é importante dizer que esta expansão das iniciativas ocorreu devido ao convênio do Instituto Palmas e a SENAES, denominadas bancos comunitários. Também é correto afirmar que estas experiências estão presentes em outros países, a exemplo da Venezuela, que firmou convênio com o Instituto Palmas.

O Conjunto Palmeiras é uma das primeiras localidades brasileiras em que uma gama de ações, gestadas para encontrar respostas locais à lógica excludente do capitalismo contemporâneo, gradativamente foi sendo incluída no rol das denominadas iniciativas ou experiências solidárias.

Em meados de 2000, tais iniciativas ganharam um novo estatuto ao se tornarem política de Governo com a criação, no ano de 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)[11].

Conforme o último mapeamento[12] realizado pela SENAES, há atualmente no Brasil 21.859 empreendimentos[13] denominados solidários. Deste universo, 9.498 empreendimentos estão localizados na região Nordeste do Brasil, seguida da região Sudeste com 3.912 empreendimentos. Segundo ainda o referido mapeamento, a região do país com menor incidência destes empreendimentos é o Centro-Oeste brasileiro com 2.210 experiências.

Relatar o alcance das iniciativas solidárias no Conjunto Palmeiras é apontar o esforço permanente de lideranças e instituições no sentido de elaborar periodicamente estratégias de converter necessidades em possibilidades e, sobretudo, em ações que minimizem a situação de vulnerabilidade presente no bairro. É evidente que há descompassos entre o aspirado e o concreto, mas também observei que o empenho destes agentes locais ocorre de diversas formas.

Nesse sentido, nota-se um interesse constante dos coordenadores das iniciativas solidárias na elaboração de estratégias para divulgar e instigar os moradores a utilizarem os serviços e os produtos considerados solidários. Este incentivo é organizado e articulado pelo conjunto de instrumentos apresentados aos moradores e veiculados no bairro de distintas maneiras, seja por meio da rádio comunitária, seja através de livretos (fotonovelas, cordel, faixas, *banners*), ou ainda mediante seminários e fóruns, dentre outros.

Assim, parece correto dizer que, ao mostrar e divulgar os serviços ofertados pelas iniciativas solidárias, a coordenação destas experiências vai fomentando outros parâmetros de valorização do bairro e, de certo modo, instigando o envolvimento dos moradores. Talvez, mais que isto, a partir do instante em que os moradores

---

11 A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e instituída pelo Decreto n° 4.764, de 24 de junho de 2003, como resultado da proposição da sociedade civil durante o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Em consonância com a missão do Ministério do Trabalho e Emprego, objetiva viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário. Ver o sítio «www.mte.gov.br». Pesquisa realizada no dia 3 de dezembro de 2012.

12 Mapeamento Nacional dos Empreendimentos de Economia Solidária. Ver: «www.mte.com.br/senaes».

13 A SENAES considera empreendimentos econômicos solidários as organizações coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados, como também empreendimentos que já se encontram implantados, em operação; devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído, definida sua atividade econômica. Quanto a iniciativas com registro legal ou não, o que prevalece, segundo a SENAES, é a organização e a regularidade de reuniões, bem como encontros dos participantes. A SENAES ainda caracteriza como experiência denominada solidária as atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário, considerando-as singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares.

aderem a ideia, como, por exemplo, por intermédio do cordel, eles estão afirmando e legitimando as experiências mencionadas, tanto para dentro como para fora do bairro.
Veja-se o depoimento de Elias, coordenador do Palmalimpe:

> Antes eu tinha um senso comum como todas as pessoas tinham, e muita gente aqui no Palmeira ainda tem; confunde muito o terceiro setor com o segundo ou com outros setores que é Estado. Então tem muita gente que pensa assim, claro que os que são implicados mais diretamente, ou indiretamente pelas as ações desse sistema, eles já começam a pensar de outra forma como é o meu caso.
> (Depoimento de Elias Lino, Coordenador da Palma Limpe. Entrevista realizada no dia 1º março de 2011)

Elias, no depoimento acima, faz alusão aos moradores que, segundo ele, não enxergam diferenças entre as iniciativas solidárias e as ações vinculadas ao terceiro setor, e também menciona outros moradores que estão, de algum modo, ligados a estas experiências. É provável que o desinteresse ou a percepção sobre as experiências ocorra pela ausência de identificação com os acontecimentos vinculados à temática. Já em relação aos que se aproximam, e passam a conviver com os eventos e práticas, além de se identificarem, passam a ser coautores destas iniciativas.
Em um artigo intitulado *Palmeiras: escola de lideranças*, Carvalho (2002) mapeou, no ano de 1995, no referido bairro, a existência de vinte entidades locais entre grupos e associações, algumas criadas a partir da década de 1980. Segundo a autora, essas entidades foram importantes para a configuração socioespacial do bairro, uma vez que atuaram nas reivindicações para a melhoria do bairro.
No referido artigo, Carvalho (2003, p.38) afirma que há, em relação às lideranças, um saber constituído, acumulado a partir da participação destas nos movimentos sociais, nas administrações públicas de âmbito municipal e estadual e nos trabalhos comunitários. A autora ressalta que esses saberes repercutem no cotidiano das ações das entidades das quais essas lideranças participam.

Diante do exposto, o propósito deste artigo foi mostrar ao leitor a rede de atores que participam do processo de construção da imagem do Conjunto Palmeiras como um bairro solidário e as relações existentes entre eles. Ainda foi intuito perceber de que modo as mensagens proferidas por esses diferentes atores sociais contribuem para a legitimação das iniciativas ditas solidárias e que sentidos são dados ao termo solidariedade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO PALMEIRAS. Relatório de atividades II. Fortaleza: ASMOCONP; Banco Palmas, 2000.

BARREIRA, Irlys Alencar Firmo. **O reverso da vitrine**: conflitos urbanos e cultura política em construção. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.

BRAGA, Elza Maria Franco. **Os labirintos da habitação popular** (conjunturas, programas e atores). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de. Palmeiras, novas respostas para velhas questões. A força na política da unidade. A socioeconomia solidária: ensaios de sociabilidade e cidadania no conjunto palmeiras. *In*:

MATTOS, Geísa; MATOS, Kelma Socorro Lopes de; CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. **Palmeiras**: registros de cidadania. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2002. p. 38-55.

LÉVI-STRAUSS, C. A estrutura dos mitos. *In*:. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasiliense, 1975.

RODRIGUES, Fernanda. Banco Palmas: rituais de cidadania. *In*: RODRIGUES, Lea. **Rituais, dramas e perfomance**. Fortaleza: UFC, 2011. p. 257-270.

_____. A socioeconomia solidária: ensaios de sociabilidade e cidadania no Conjunto Palmeiras. *In*: MATTOS, Geísa; MATOS, Kelma Socorro Lopes de; CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. **Palmeiras**: registros de cidadania. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2002. p. 138-151.

_____. **Socioeconomia solidária**: tecendo novas relações sociais no Conjunto Palmeiras. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, 2003a.

_____. Palmacard: no cotidiano do bairro, possibilidades de novas relações sociais. *In*: NETO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. **Bairros pobres, ricas soluções**: Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003b. p. 48-49.

O 3º setor e as redes sociais concelhias face aos desafios colocados no ciclo 2014-2020

Marcos Olímpio G. Santos
Centro de Investig. em Sociologia e Antropologia "Augusto da Silva"
Universidade de Évora
mosantos@uevora.pt

Maria da Saudade Baltazar
Departamento de Sociologia / Universidade de Évora
CESNOVA- UNL
baltazar@uevora.pt

Resumo: A comunicação tem por objetivo contribuir para a identificação de alguns desafios que se colocam às organizações do 3º setor (e às Redes Sociais municipais), numa conjuntura marcada por traços que se agudizam, na perspetiva de quem os enfrenta, (o que requer uma mudança de atitudes individuais e colectivas), apresentando-se em consonância um conjunto de propostas que se encontram em fase de concretização, ou em preparação, para que algumas dessas organizações melhor desempenhem a respetiva missão, e as Redes Sociais municipais cumpram com eficácia acrescida os mandatos que lhes estão cometidos.

Palavras chave: 3º Setor; Estratégia 2020 da União Europeia; Redes Sociais municipais.

1. INTRODUÇÃO

Nesta comunicação os autores propõem-se contribuir para a identificação e apresentação de algumas soluções que respondam a desafios com que organizações do 3º Setor se vão defrontar num contexto mais desfavorável do que favorável, caraterizado por exigências acrescidas por parte de entidades financiadoras e por utentes, e pela vigência de instrumentos já delineados para o atual ciclo de programação 2014-2020 da União Europeia. Assim, é explanada inicialmente a moldura programática onde se descreve brevemente os instrumentos para cada nível de intervenção (desde a União Europeia até ao município de Évora), que visam apoiar respostas a problemas que são também sucintamente enunciados num dos pontos que constam abaixo.
São assim referidos, depois, alguns desafios que se colocam às organizações do 3º setor (e às Redes Sociais concelhias), numa conjuntura marcada por traços que se têm agudizado, na perspetiva de quem os enfrenta, requerendo mudança de atitudes individuais e coletivas.
Tendo em consideração o espírito do tema escolhido para o congresso descreve-se a terminar, um conjunto de propostas que se encontram já em fase de concretização, ou ainda em preparação, para que algumas dessas organizações (e as Redes Sociais concelhias em que se encontram integradas), possam melhorar o respetivo desempenho e assim prestem um serviço mais qualificado a segmentos da população em situações de vulnerabilidade.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

Em todo o mundo há problemas que atingem segmentos populacionais mais ou menos expressivos, e que não (para os quais) têm sido adequadamente resolvidos nem pelo 1º setor (o Estado), nem pelo 2º setor (o Mercado). A organização social revela uma manifesta impotência para fazer face às necessidades básicas de todos os

cidadãos, o que pressupõe a existência de profundas desigualdades e concomitantemente a não possibilidade de todas as pessoas possuírem um padrão de vida digna. A apregoada sustentabilidade do modelo de desenvolvimento atualmente adoptado contrapõe-se à produção insuficiente de bens e serviços para responder a tais necessidades e a uma desequilibrada repartição dos recursos necessários à obtenção desses bens e serviços (Baltazar, 2004). Durante vários séculos esses problemas foram em muito combatidos por organizações filantrópicas geralmente patrocinadas por benfeitores abastados, tendo na década de setenta do século XX, esta situação conhecido uma significativa alteração devido aos desafios que o pós-fordismo colocou aos poderes públicos, tendo então emergido o designado 3º Setor ou setor da Economia Social, que tem vindo a assumir um papel e funções relevantes no combate à pobreza, à exclusão e outras situações de vulnerabilidade.

Em Portugal, depois da adesão do país (em 1986) à então Comunidade Económica Europeia, teve lugar no final do século passado e no início deste século uma mudança significativa que se caraterizou por medidas de âmbito social, acompanhadas por apoios disponibilizados ao abrigo do Quadro Comunitário de Apoio I (1989-1993), do Quadro Comunitário de Apoio II (1994-1999), e do Quadro Comunitário de Apoio III (2000-2006). Verbas significativas foram então canalizadas para Portugal ao abrigo do Fundo Social Europeu (FSE).

Este novo enquadramento contribuiu para o aparecimento de uma multiplicidade de organizações sem fins lucrativos (desde Associações de Desenvolvimento a Associações de apoio a idosos e a pessoas em diversas situações de vulnerabilidade, como pessoas portadoras de deficiência), algumas das quais puderam obter o estatuto de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) conforme legislação aprovada desde 1983. Neste período entrou assim em vigor o Rendimento Mínimo Garantido[1], e foi implementada a Rede Social[2] (ao nível Municipal e ao nível de Freguesia) Portugal (1997).

No caso português, não obstante a existência da Providência social desde 1935, a dimensão de política social só adquire significado nos anos 70. Mas o nosso país, do conjunto dos Estados Membros da União Europeia, é provavelmente o que apresenta uma das economias mais vulneráveis, o que permite compreender a estreita ligação face às políticas comunitárias.

Porque se entende que os problemas sociais, nomeadamente a pobreza e a exclusão social são formas complexas e multidimensionais, as políticas sociais devem ter um caráter intersectorial e transversal com vista a uma multidisciplinariedade de acção. Logo o trabalho em rede constitui uma opção no âmbito das políticas sociais (Baltazar, 2004).

Deste modo a política social europeia, ao pretender criar uma sociedade mais justa e dinâmica, estimula a parceria entre Política Social, Política Económica e Política de Emprego e apela à conjugação dos contributos da União Europeia, dos governos nacionais, parceiros sociais e de quaisquer outros intervenientes. Cooperação entre entidades que se revela de premente importância, pois só desta forma é possível atenuar/solucionar problemas relativos a uma convergência económica difícil, funcionamento deficitário do mercado interno e marginalização de grupos sociais mais vulneráveis.

Apela à formação de redes de parcerias entre diversos grupos, em substituição do uso exclusivo da via legislativa na resolução dos problemas sociais, e à promoção de uma sociedade activa em vez de manter uma sociedade

---

1 Medida de proteção social criada para apoiar as pessoas ou famílias que se encontrem em situação de grave carência económica e em risco de exclusão social.

2 Definida de acordo com a Resolução do Concelho de Ministros nº 197/97 de 18 de Novembro (e Declaração de Rectificação nº 10 – 0798 de 30 de Maio), trata-se de uma política social que pretende "incentivar o surgimento de redes de apoio integrado de âmbito local".

Na primeira e segunda geração do Plano Nacional de Ação para a Inclusão - PNAI (programado para o período de 2001/2003 e 2003/2005 respetivamente), o Programa Rede Social foi escolhido como boa prática.

No início de 2000, este programa começou a ser implementado, como experiência piloto, em 41 concelhos que já tinham revelado a existência de trabalho em parceria, em particular através dos Projetos de Luta Contra a Pobreza e do Rendimento Mínimo Garantido. Implementação faseada, existindo em 2003 já 176 concelhos com Rede Social, encontrando-se nas mais diversas fases de concretização das acções previstas; i) em 2001, aderiram ao Programa Rede Social 31 concelhos; ii) em 2002, juntaram-se mais 45; iii) e em 2003, 60 concelhos. Envolve, de forma dinâmica, uma média de 50/60 parceiros por projeto local (ISSS, 2003), e progressivamente foi-se alargando a todo o território nacional.

passiva ao responsabilizar os cidadãos dos seus direitos mas também dos seus deveres.

No que concerne à Rede Social, e por se tratar de uma forma de operacionalizar o denominado método aberto de cooperação, é uma medida de política social que impulsiona um trabalho de parceria alargada e cuja metodologia de trabalho corresponde à planificação estratégica de intervenção social local.

Intervenção que parte da estreita ligação entre prioridades globais e especificidades locais, com vista à promoção das relações de cooperação e de parceria entre organismos públicos e de iniciativa social privada, rentabilização das práticas e das estruturas de solidariedade já existentes, progressiva territorialização da intervenção social, reconhecimento da importância do sector social, possibilitando que todo o país integre uma verdadeira rede de solidariedade e protecção social. Mais recentemente, conforme estabelecido no Artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho integra também outro tipo de entidades como seja aquelas com fins lucrativos e pessoas dispostas a contribuir de modo relevante para o desenvolvimento social local, nomeadamente através dos seus conhecimentos técnicos, intervenção comunitária ou contributos financeiros.

3. O CONTEXTO ATUAL

Pode-se considerar como mais adverso que favorável, apresentando ameaças e constrangimentos, mas também algumas oportunidades para as organizações do 3º Setor e para as Redes Sociais concelhias.

As mudanças a que temos assistido, especialmente nos últimos quarenta anos, resultantes da conjugação dos aperfeiçoamentos tecnológicos, de uma maior abertura à circulação de capitais, bens, serviços e pessoas, da reorganização do funcionamento das empresas, das alterações demográficas, entre outros traços, conduziram a um panorama de elevada turbulência, mutabilidade e exigência.

Num tal contexto, o percurso que as organizações sem fins lucrativos irão percorrer nos próximos anos encontra-se enquadrado pela Estratégia 2020, pelo Quadro Estratégico Comum (QEC), pelo Acordo de Parceria (Portugal 2020), o qual inclui os Programas Operacionais Temáticos e os Programas Operacionais Regionais, a Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI), a Estratégia gizada pelas Comunidades Intermunicipais (CIM), e a *Estratégia* de Desenvolvimento Local dos Grupos de Ação Local (GAL), (conjunto este "emoldurados" a nível global pela Agenda de Ação para o Desenvolvimento Sustentável).

Refira-se ainda que a União Europeia lançou para o atual ciclo de programação o programa Horizonte 2020 que é o Programa Quadro para a Investigação e a Inovação na União Europeia para o período 2014-2020[3], que se centra em três pilares[4]. O programa completa-se com as seguintes iniciativas: i) As ações do Centro Comum de Investigação (JRC) que é um centro próprio da Comissão Europeia; ii) As ações do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT), e iii) As ações transversais "Difundindo a excelência e ampliando a participação" e "Ciência com e para a sociedade", para que os benefícios de H2020 cheguem a todos os países da União e tenham uma repercussão positiva na sociedade.

A iniciativa "Ciência com e para a Sociedade" será assim fundamental para: i) enfrentar os seguintes desafios

---

3 Este programa surgiu para apoiar a implementação da Estratégia "Europa 2020" **(link is external)** (estratégia centrada no crescimento inteligente, sustentável e inclusivo) e a iniciativa emblemática da União pela Inovação", O objetivo principal do programa consiste em promover a procura de soluções para alguns dos principais obstáculos que os cidadãos europeus enfrentam na sociedade atual (como seja problemas demográficos, instabilidade social e laboral, respeito pelas liberdades individuais e proteção de dados, alterações climáticas e desafios ambientais, fontes de energia renováveis, transportes). O programa procura também estimular a colaboração multidisciplinar entre as várias áreas científicas, nomeadamente o reforço da colaboração crucial com as Ciências Sociais e Humanas.

4 Que são os seguintes: i) Excelência Científica, para reforçar a posição da União Europeia enquanto potência mundial na área da ciência; ii) Liderança Industrial, para acelerar o desenvolvimento das tecnologias essenciais, e iii) Desafios societais, visando contribuir com uma resposta directa às prioridades políticas e aos reptos identificados na Estratégia Europa 2020, tais como a segurança, a energia, o transporte, a mudança climática e o uso eficaz dos recursos, a saúde e o envelhecimento, os métodos de produção que respeitem o meio ambiente e a gestão do território.

societais europeus abordados pelo programa Horizonte 2020, ii) reforçar a apropriação de capacidades e o desenvolvimento de formas inovadoras, e iii) entrosar a ciência com a sociedade. Pretende-se assim que a ciência se torne mais atrativa, que se desperte o interesse da sociedade para com a inovação, e que se inicie uma nova fase nas atividades de investigação e inovação.

A iniciativa coloca uma ênfase especial na viabilidade do trabalho em conjunto de todos os atores da sociedade durante o processo de investigação e inovação, a fim de alinhar melhor o processo e os seus resultados com os valores, necessidades e expectativas da sociedade europeia. Esta abordagem é chamada de Pesquisa Responsável e Inovação (PRI).

Algumas das atividades específicas atribuídas à iniciativa "Ciência com e para a sociedade" são portanto as seguintes: i) Incluir a sociedade em questões de ciência e inovação, a fim de integrar os interesses e valores dos cidadãos e aumentar a qualidade, a relevância e a sustentabilidade dos resultados da investigação e inovação em diversas áreas de atividade, como por exemplo a inovação social, e ii) Incentivar em particular os cidadãos a envolverem-se na educação formal e informal da ciência e a promover a difusão de atividades baseadas na ciência.

O espírito desta iniciativa pode ser adaptada localmente se, por exemplo os Centros de Investigação no caso vertente em Ciências Sociais e mais concretamente em Sociologia propuserem iniciativas e desafiarem organizações do 3º Setor, Redes Sociais concelhias e mesmo organismos públicos incluindo autarquias locais, para abordarem temas relevantes para as sociedades locais.

Um desses temas, que sobressai no contexto em que vivemos, e com o qual se deparam os decisores é como assegurar uma continuidade, pelo menos minimamente salvaguardada das organizações que superintendem, tendo em atenção o contexto atual e futuro (que provavelmente se continuará a manter adverso), questão associada às capacidades e recursos de que dispõe a organização pela qual são responsáveis, para que continue a cumprir com as responsabilidades assumidas.

4. DESAFIOS QUE SE COLOCAM ÀS ORGANIZAÇÕES DO 3º SETOR (E ÀS REDES SOCIAIS CONCELHIAS)

No seguimento do que foi descrito no ponto anterior, acrescente-se que as organizações incluídas no 3º Setor enfrentam outros desafios que afetam o respetivo desempenho e que para Martins (2008) são os seguintes: i) Liderança, ii) Gestão de Recursos Humanos, iii) Gestão Financeira, iv) Financiamento, v) Estratégia, vi) Comunicação Interna e Externa, e vii) Equipamentos e Instalações. Complementarmente Salamon (1997) refere como desafios que se colocam às organizações do 3º Setor são: a legitimidade, a eficiência, a sustentabilidade e a colaboração, a que se junta imposições acrescidas por parte da tutela e exigências por parte dos utentes e famílias.

A resposta a esses desafios pode implicar a implementação dos oito conceitos fundamentais para alcançar a excelência, propostos pela European Foundation for Quality Management (EFQM)

Quadro único - Modelo de Excelência da EFQM

MEIOS	Liderança	Os líderes excelentes desenvolvem e facilitam o cumprimento da missão e da visão da organização.
	Política e Estratégia	As organizações excelentes implementam a sua visão e missão através de uma estratégia focada nos parceiros estratégicos, tendo em conta o mercado e o sector onde operam.
	Pessoas	As organizações excelentes gerem, desenvolvem e libertam todo o potencial dos seus colaboradores ao nível individual, de equipa e organizacional.
	Parcerias e Recursos	As organizações excelentes planeiam e gerem fornecedores, recursos internos e parcerias externas de modo a apoiar os procedimentos, a estratégia e a operação eficaz dos processos.
	Processos	As organizações excelentes planeiam, gerem e melhoram os processos de modo a satisfazer plenamente e a gerar valor acrescentado para os seus clientes e parceiros estratégicos.
RESULTADOS	Resultados dos destinatários	As organizações excelentes medem os seus resultados de modo abrangente e proporcionam elevados níveis de satisfação em relação aos seus destinatários.
	Resultados das pessoas	As organizações excelentes medem os seus resultados de modo abrangente e proporcionam elevados níveis de satisfação em relação aos seus colaboradores.
	Resultados da sociedade.	As organizações excelentes medem os seus resultados de modo abrangente e proporcionam elevados níveis de satisfação em relação à sociedade
	Resultados chave do desempenho	As organizações excelentes medem os seus resultados de modo abrangente e proporcionam elevados níveis de satisfação em relação aos elementos chave da sua estratégia

Fonte: Santos, 2013

A observância deste Modelo de Excelência como uma das respostas aos desafios com que se debatem as organizações implica que evoluam para o patamar de organizações do século XXI que se caracterizam pelos seguintes traços: Proativas, Ágeis, Inovadoras, Sustentáveis, e Qualificadas, preparando-se assim para Horizonte 2020.

No que se refere às Redes Sociais concelhias enfrentam o desafio de responder a situações de agravamento de vários problemas e restrição de recursos, devendo também repensar-se no Horizonte 2020.

5. PROPOSTAS

Face ao descrito nos pontos anteriores, nomeadamente os desafios que coloca o contexto em que vivemos e a sua provável evolução no médio prazo, e tendo em atenção o papel que assume o 3º Setor em geral, e em particular as funções que assumem as organizações incluídas neste Setor, os princípios e objetivos das Redes Sociais concelhias, e a adaptação local da iniciativa "Ciência com e para a Sociedade" (da responsabilidade de Instituições de Ensino Superior e de Centros de Investigação), o leque de propostas que se coloca à consideração dos atores envolvidos num processo de desenvolvimento social é o que se segue.

5.1. Pensar o social até 2020

Exercício que implica a resposta a questões tais como: Que problemas se vão manter ou agravar até 2020? Que novos problemas podem surgir e que têm de ser considerados? De que recursos se dispõe localmente para combater esses problemas? Qual a experiência obtida incluindo as lições aprendidas? Quais as soluções que podem ser consideradas para minimizar ou erradicar os problemas identificados?

Implica que as Redes Sociais concelhias repensem, e reajustem, de acordo com as especificidades locais os mandatos que lhe estão atribuídos de forma a transformarem-se em ecossistemas socialmente empreendedores e inovadores, criando para o efeito uma atmosfera propícia que permita debater e interiorizar os referenciais estratégicos e a dinâmica operativa: Missão, Mandatos, Valores, Visão, Objetivos.

5.2. Portefólio 14-20

Quanto às organizações quando consideradas individualmente, a proposta requer a apreciação do Portefólio 14-20 (conjunto de instrumentos a utilizar por organizações sem fins lucrativos para preparação do ciclo 2014-2020) o qual inclui as seguintes ferramentas: Carta de Compromissos; *Balanced Scorecard* e Mapa estratégico; Análise estratégica (inclui a Análise de *Stakeholders*, a Análise contextual e organizacional, e a Análise SWOT); Carta de Ofertas e Procuras, e Plano plurianual de atividades.

Considera-se no entanto que não é imprescindível a adoção, ou adaptação, de todos os instrumentos, podendo algumas organizações optar por uma dimensão ou amplitude variável, selecionando no momento de partida somente alguns, sendo considerados como os mais adequados os três seguintes: Carta de Compromissos, *Balanced Scorecard* e Plano plurianual.

No que concerne aos restantes (Carta de Ofertas e Procuras; Análise de *stakeholders*; Análise SWOT; Análise contextual, Análise organizacional, e Mapa estratégico), podem ser utilizados todos, ou somente alguns, de acordo com o tempo disponível para reflexão, dimensão da organização, conhecimentos e experiência de dirigentes e do corpo técnico, e outros condicionalismos que podem limitar as escolhas dos intervenientes.

Essas ferramentas são apresentadas nos próximos parágrafos e incluem-se no designado portefólio 14-20

5.1.1. Carta de Compromissos

Trata-se de um documento adaptado da Carta de Missão utilizada no Setor público, e que tem como função sistematizar (dar a conhecer) o essencial da identidade de uma organização.

Trata-se portanto de um documento que deve ser amplamente debatido por todos os membros dessa organização e se possível por alguns *stakeholders* mais próximos.

Na sua versão reduzida este documento inclui os seguintes itens:

- Missão
- Visão
- Valores
- Orientações estratégicas
- Objetivos estratégicos

Já na sua versão alargada este documento engloba os anteriores mais os seguintes itens:

- Missão
- Desígnio
- Visão
- Valores
- Orientações estratégicas
- Objetivos estratégicos
- Atividades (em curso e previstas / em preparação)
- Recursos

Este é o documento que deve ser preenchido em primeiro lugar por ser aquele onde se encontram expressas as opções fundamentais nas quais os membros da organização se devem rever.

5.1.2. Balanced Scorecard

Este documento que acolhe vários itens decalcados da Carta de Compromissos, acrescenta aquela, as seguintes informação: indicadores, metas, objetivos pessoais dos membros dos corpos diretivos, e os resultados estratégicos, pelo que fica assim constituído:

- Missão (*Quem somos? Porque existimos?*)
- Valores (*Em que acreditamos?*)
- Desígnio (*Como queremos vir a ser conhecidos*)
- Visão (*O que queremos ser, ou, onde queremos estar em 2020*)
- Objetivos Estratégicos (*Que resultados queremos alcançar até 2020?*)
- Indicadores (*Que indicadores servem para medir a prossecução dos objetivos?*)
- Metas (*Que metas devemos fixar para os indicadores?*)
- Objetivos pessoais dos membros dos corpos diretivos (*O que EU preciso fazer?*)
- Resultados estratégicos (Sustentabilidade; Destinatários; Organização e funcionamento, e Aprendizagem).

Trata-se de um documento que a nível interno constitui um importante elemento de trabalho para dirigentes, e a nível externo está vocacionado para ser colocado à apreciação de doadores e outros *stakeholders* relevantes.

5.1.3. Mapa Estratégico

Trata-se de um diagrama que descreve a estratégia mediante a identificação das relações de causas e efeitos entre os objetivos incluídos nas quatro perspetivas do *Balanced Scorecard*, aclarando quais as medidas consideradas necessárias para consecução de cada objetivo proposto, bem como os indicadores que serão utilizados para o monitorização da execução destas medidas, e ainda quais as iniciativas de cada um dos setores de uma organização, comprometidos no cumprimento das medidas adotadas num processo estratégico (Passos, 2004). Pode ainda considerar-se como um instrumento que proporciona uma representação visual dos objetivos críticos de uma organização e da sua relações entre eles e a contribuição que dão para o desempenho dessa organização.

Esta é também uma ferramenta com grande capacidade, para sustentar os processos de comunicação e a avaliação da execução da estratégia.

5.1.4. Análise de *Stakeholders*

A Análise de *stakeholders* consiste num processo sistemático de recolha e análise de informação sobre os interesses, objetivos e preferências de organizações ou pessoas interessadas, com a finalidade de se mapear os tipos de relacionamento que se pode estabelecer com esses atores. Resumidamente, as etapas são as seguintes:

- Por cada orientação estratégica identificar os *stakeholders* relevantes
- Explicitar o que a organização pode esperar desses atores
- Explicitar o que esses atores podem esperar da organização
- Gizar medidas / estratégias que decorrem das ilações anteriores

Os resultados desta análise permitem aos dirigentes de uma organização rever os documentos anteriores, elaborar os documentos que se seguem, e assim aprofundar a preparação para o ciclo 2014-202, nomeadamente a Carta de Ofertas e Procuras.

5.1.5. Análise contextual

Neste âmbito de análise aprofunda-se os traços das diferentes envolventes que sejam relevantes para uma organização, tendo em atenção as respetivas opções basilares (Missão, Visão, Opções estratégicas, …). Tal como está gizado, este exercício possibilita que sejam assinalados fatores favoráveis, fatores desfavoráveis, tendências que um observador consiga divisar em cada um dos níveis de análise (concelho, NUTE II e NUTE III, País, União Europeia, e ainda outros âmbitos de observação, como seja os multidimensionais ou transversais), o que deve ser tanto quanto possível inspirado nas dimensões da análise STEP: Político-Legal (legislação, normas, orientações), Económica, Social, Tecnológica, Ambiental.

5.1.6. Análise organizacional

Este tipo de análise tem por finalidade efetuar um levantamento dos aspetos favoráveis e desfavoráveis inerentes à organização (recursos humanos, recursos materiais, e organização e funcionamento), de forma a possibilitar elementos que permitam preencher as dimensões internas da análise SWOT.

5.1.7. Análise SWOT (Em linha)

Este exercício apresenta a particularidade de ser efetuado em linha, ou seja, tem início com o preenchimento de um ponto fraco, sendo seguidamente inseridos em cada dimensão seguinte (um ou mais Pontos fortes, Ameaças, e Oportunidades, caso os haja) os enunciados que tiverem sido identificados nas etapas anteriores, relacionados com esse ponto fraco, para se chegar às indicações conducentes à ação (Estratégias / Objetivos / Medidas).

Esta modalidade da análise SWOT possibilita aos responsáveis por uma organização ficar com uma noção de como cada enunciado ou variável é potenciada (positiva ou negativamente), e/ou contrariada por outra(s) com as quais é alinhada.

Um dos principais problemas que levanta o preenchimento da matriz consiste na formulação adequada das variáveis, pois muitas vezes essas formulações são muito vagas (por exemplo: "Envelhecimento") e/ou formuladas com uma redação que requer soluções que não estão ao alcance da entidade promotora de uma intervenção (exemplo: "Desemprego de longa duração /DLD"). Neste caso o mais correto seria: "Insuficiente preparação e motivação dos DLD para se inserirem no mercado de trabalho" e "Empresas com necessidade de qualificação para criarem mais postos de trabalho, nomeadamente de DLD".

5.1.8. Carta de Ofertas e Procuras (Parcerias e Redes)

Este instrumento que se baseia na análise organizacional tem por finalidade sistematizar as bases atinentes à construção de parceiras e redes (ou alianças temporárias).

No campo das Ofertas constam as competências que a organização pode disponibilizar para: i) realização de iniciativas que através de parcerias podem assumir a forma de candidaturas a projetos de intervenção ou de pesquisa, ou ainda eventos diversos (seminários, encontros, etc.), ii) constituição de redes para troca de experiências, comunidades de práticas temporárias, etc.

No campo das Procuras figuram por sua vez as solicitações que a organização, face a algumas insuficiências internas que identifica, lança também para i) realização de iniciativas que através de parcerias podem assumir a forma de candidaturas a projetos de intervenção ou de pesquisa, ou ainda eventos diversos (seminários, encontros, etc.), ii) constituição de redes para troca de experiências, comunidades de práticas temporárias, etc.

5.1.9. Plano Plurianual

O Plano Plurianual é, essencialmente, um documento de planeamento da vida de uma organização, na medida em que procura organizar respostas adequadas às linhas orientadoras preconizadas para essa mesma organização. Simultaneamente, é o espelho do dinamismo da organização em articulação com os diferentes parceiros sociais. Consistindo numa planificação a médio ou longo prazo, deve assumir um carácter de flexibilidade, em resultado das várias condicionantes que possam surgir.

Envolve portanto o estabelecimento dos objetivos mais gerais da organização e a formulação dos planos que podem variar de dois a dez anos. Através da elaboração de um instrumento deste tipo, a organização intenta definir qual rumo seguir, bem como avaliar preventivamente a evolução das envolventes no qual ela operará (identificando de ameaças e oportunidades), e ainda desenvolver estratégias para alcançar as finalidades descritas nos estatutos e outros documentos de enquadramento (como por exemplo a Carta de Compromissos, e/ou o *Balanced Scorecard*).

Tendo em atenção a informação disponível nos instrumentos anteriores, este instrumento acolhe a distribuição das intenções ao longo do atual ciclo de programação 2014-2020, podendo ser preenchido do fim para o princípio, ou seja numa ótica de *backcasting* ou engenharia reversa, o que para alguns responsáveis possibilita distribuir de uma forma mais ponderada as etapas intermédias.

É ainda possível (e desejável) desagregar e detalhar esta programação em dois períodos (por exemplo 2014-2017 e 2018-2020), ou mesmo três (2014-2015, 2016-2017, e 2018-2020).

Qualquer destes instrumentos de planeamento deverá incluir entre outros, os seguintes tópicos: Introdução, Enquadramento contextual, Linhas orientadoras, Programação plurianual, Notas finais, e Anexos.
Este exercício terá continuidade nos Planos de Ação (ou de Atividades) e nos Orçamentos anuais.
Algumas organizações aprovam Planos anuais mais genéricos, que depois pormenorizam por semestre. Os Planos anuais podem, e se possível devem, incluir entre um e três lemas norteadores[5], e acolher claramente as prioridades para o ano em causa.

6. CONCLUSÕES

Devido aos problemas que continuam a atingir a Humanidade e para os quais o Estado (1º setor) não tem capacidade de resposta, e que não podem ser resolvidos pelo Mercado (2º Setor), constata-se que se mantêm a importância quantitativa e a relevância qualitativa das organizações incluídas no designado 3º Setor, ou setor da Economia Social.
O atual contexto em que atuam essas organizações carateriza-se nomeadamente pelos seguintes traços: avanços na tecnologia, finanças públicas desequilibradas, débil crescimento económico, tendência para a minimização das funções estatais no âmbito social, envelhecimento populacional, desemprego estrutural, persistência de situações de pobreza, exclusão e outras formas de vulnerabilidade, para além das exigências acrescidas por parte de utentes, famílias, e de entidades financiadoras.
Como contributo para combater problemas sociais foram instituídas em Portugal, as Redes Sociais Concelhias, organismos que contam nos diferentes concelhos com a adesão da expressiva maioria das organizações do 3º Setor, incumbindo-lhe de acordo com o enquadramento legislativo elaborar o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social (com periodicidade trianual), como também os Planos de Ação (anuais).
O percurso que essas organizações irão percorrer nos próximos anos encontra-se balizado pela Estratégia 2020, pelo Quadro Estratégico Comum (QEC), pelo Acordo de Parceria (Portugal 2020), o qual inclui os Programas Operacionais Temáticos, os Programas Operacionais Regionais, a Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI), a Estratégia elaborada pelas Comunidades intermunicipais (Diagnóstico e Quadro de Referência), e a *Estratégia* de Desenvolvimento Local dos Grupos de Ação Local para período de 2014-*2020*, os quais como já referido encontram-se enquadrados num âmbito mais vasto pela Agenda de Ação para o Desenvolvimento Sustentável.
De referir ainda a iniciativa "Ciência com e para a Sociedade", desafio lançado pela Comissão Europeia aos Estabelecimentos de Ensino Superior e Centros de Investigação, que podem localmente criar uma profícua dinâmica colaborativa com Redes Sociais concelhias, organizações sem fins lucrativos e mesmo organismos públicos, visando reforçar o interesse pela ciência através da abordagem de questões relevantes.
Perante este panorama é deixada para apreciação a proposta para que as Redes Sociais Concelhias e as organizações do 3º Setor, em articulação com centros de saber e ciência se pensem num horizonte mais alargado, o horizonte 2020.
No que se refere às Redes, que se procurem assumir como ecossistemas socialmente empreendedores e inovadores, criando para o efeito uma atmosfera propícia o que poderá passar pela implementação de instrumentos tais como: Unidades de rede temáticas, Círculos colaborativos, Comunidades de práticas, Grupos de trabalho, Dias abertos, e outros.
Quanto às organizações, deverão por si próprias ou com o incentivo as Redes abalançar-se na respetiva preparação para que se erijam como organizações do século XXI (proativas, inovadoras, sustentáveis, ágeis e qualificadas), podendo recorrer para o efeito a todos ou alguns dos instrumentos incluídos no portefólio 14-20 como sejam a Carta de Compromissos, o Balanced ScoreCard e o Plano plurianual, documentos estes que podem ser complementados com uma Análise de Stakeholders, uma Análise Estratégica (que inclui a Análise

5 Por exemplo "Ano da melhoria das instalações da sede" / "Ano da promoção causa da … / Ano da reapreciação da identidade da associação", etc.

contextual, a Análise organizacional, e a Análise SWOT), a Carta de Ofertas e Procuras, e o Mapa Estratégico. Procurou-se com estas reflexões atender ao espírito do tema do XII Congresso de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa "Imaginar e Repensar o Social: Desafios às Ciências Sociais em Língua Portuguesa, contribuindo para que se possa melhorar a resposta aos problemas de segmentos da população em situação de vulnerabilidade.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, V. (2010). *Governação, Instituições e Terceiro Sector: As Instituições Particulares de Solidariedade Social* (Dissertação de Doutoramento), Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em https://eg.sib.uc.pt/bitstream/10316/13315/1/Tese%20Vasco%20Almeida.pdf. [consultado em 02-10-2014].

BALTAZAR, S. (2004) "Políticas Sociais: solidariedades Planeadas", A Questão Social no Novo Milénio - VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra: Universidade de Coimbra , 16 a 18 set de 2004

FUNDAÇÃO IBEROAMERICANA PARA A GESTÃO DA QUALIDADE. (2013). *Modelo Iberoamericano de Excelência Administrações Públicas*, Madrid: FUNDIBEQ. Disponível em http://www.fundibeq.org/opencms/export/sites/default/PWF/downloads/gallery/pattern/Modelo_Iberoamericano_A_Publicas_V_2013_Portugues.pdf. [consultado em 05-09-2014].

KARPOUZAS, A. (2006). *Análise do processo de formação de estratégias em organizações do Terceiro Setor: Um estudo de caso em duas ONG'S comunitárias* (Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de mestre), Porto Alegre: Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/2/TDE-2006-10-31T171229Z-93/Publico/384255.pdf. [consultado em 31-08-2014].

MARTINS, A. (2008)."Qualificar, um Desafio para a Sustentabilidade do 3º Sector", *Semana da Responsabilidade Social* (3ª edição), Elo Social, Lisboa Centro Cultural de Belém, 10 a 13 de Março.

MEREGE, L. C. (2008). *Programa de formação de gestores para a Rede Social Bela Vista*, São Paulo: Diretoria de Filantropia e Responsabilidade Social – Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio Libanês. Disponível em http://slideplayer.com.br/slide/48513/. [consultado em 16-10-2014].

INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL (2003), Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2003 – 2005, Lisboa: ISSS.

PASSOS, A. (2004). *Balanced Scorecards e Mapas Estratégicos: Proposta de implantação no TCU* (Monografia de conclusão do curso de graduação em Sistemas de Informação), Palmas: Centro Universitário Luterano de Palmas.

PORTUGAL. PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS. (1997). Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97 (Procede ao reconhecimento público da denominada "rede social"). *Diário da República — I Série-B* nº 267 de 18-11-1997.

REDE DE SOLUÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (2013). *Agenda de Ação para o Desenvolvimento Sustentável* (Relatório para o Secretário Geral da ONU), s.l.: SDSN. Disponível em http://unsdsn.org/wp-content/uploads/2014/02/130619-Uma-Agenda-de-A%C3%A7%C3%A3o-Para-o-Desenvolvimento-Sustent%C3%A1vel-US-LETTER.pdf. [consultado em 12-09-2014].

ROSSI Jr., L. R. (s/d). *Responsabilidade Social e Profissionalização do Terceiro Setor*, s.l.: Get's Day.

ROSSI Jr., L. R. (1998). *A gestão para resultados como ferramenta administrativa nas organizações do Terceiro Setor* (Dissertação apresentada como requisito para obtenção de título de Mestre em Administração), São Paulo: Fundação Getúlio Vargas.
Disponível em http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/5714/1199901944.pdf?sequence=1. [consultado em 13-10-2014].

SALAMON, L. (1997). "Estratégias para o fortalecimento do terceiro sector". In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org). *3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 89-111.

SANTOS, G. Q. (2013). *Satisfação dos colaboradores de uma Instituição Particular de Solidariedade Social – IPSS*, Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre, Porto: Universidade Fernando Pessoa. Disponível em http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3876/1/Satisfa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Colaboradores%20de%20uma%20IPSS%20-%20Estudo%20de%20Caso%20-%20Guilherme%20Santos.pdf. [consultado em 23-10-2014].

Marcos Olimpio Gomes dos Santos
Formação académica: Doutoramento em Sociologia
Membro do Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia "Augusto da Silva" / Universidade de Évora (CISA-AS/UE)
Experiência sobre a temática em análise:

- Autor do texto "Empreendedorismo em Territórios de Baixa Densidade Populacional com Problemas de Desenvolvimento. Contributos para o debate sobre o tema";
- Membro da equipa do projeto denominado *As Iniciativas Empresariais das Mulheres da Margem Esquerda do Guadiana*, cujo promotor foi a ADL "Rota do Guadiana", de Serpa.

Outras informações: Autor de textos sobre desenvolvimento local.

Maria da Saudade Baltazar, é Doutora em Sociologia, Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora, e investigadora do CESNOVA da FCSH da UNLisboa.
Leciona a diversas licenciaturas, mestrados e doutoramento em Sociologia, matérias sobre Desenvolvimento, Planeamento e Avaliação de Projetos de intervenção social e estudos da paz e dos conflitos.
Coordenadora e/ou membro de equipa de projetos nacionais e internacionais.
Tem vários trabalhos publicados em livros e revistas sobre os principais domínios de interesse de investigação: i) Desenvolvimento; ii) Planeamento (metodologia e instrumentos de intervenção); iii) Políticas sociais; iv) Segurança e defesa; alguns com incidência nos PALOP.

"Nada Deve Deter a Primavera Carioca": trajetórias de engajamento em uma campanha eleitoral no Rio de Janeiro.

Ana Beatriz Pinheiro e Silva[1]
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro
E-mail: abeatrizpinheiro@gmail.com

Resumo: Durante a campanha eleitoral de 2012 na cidade do Rio de Janeiro, a candidatura do deputado estadual Marcelo Freixo (Partido Socialismo e Liberdade) à prefeitura mobilizou diversos segmentos da juventude em torno de sua campanha. Este artigo, circundado na temática da juventude e engajamento político, visa identificar e analisar o processo de envolvimento e mobilização de jovens que se engajaram em torno dessa eleição. Na primeira parte do artigo, será apresentada uma breve análise da mobilização de jovens na chamada "Primavera Carioca" e das observações realizadas durante o trabalho de campo. Na segunda parte, será analisada a trajetória de dois jovens que se engajaram na militância política a partir da referida campanha.

Palavras-chave: Juventude; Engajamento Político; Eleições; Rio de Janeiro.

1) Introdução

Durante a campanha eleitoral de 2012 na cidade do Rio de Janeiro, a candidatura do deputado estadual Marcelo Freixo (Partido Socialismo e Liberdade – PSOL) à prefeitura mobilizou diversos segmentos da juventude, como estudantes secundaristas, universitários, artistas e jovens ligados a movimentos ecológicos e culturais, em torno de sua campanha. Foram criados diversos comitês nos bairros da cidade, majoritariamente compostos por jovens não filiados a partidos políticos que sequer tinham um histórico de militância, além de várias redes de apoio, principalmente através de ferramentas da internet como *facebook* e *youtube*, ainda contou com o *slogan* "sou jovem e fecho com Freixo", específico para a juventude. Também foi utilizado pela campanha o slogan "Nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar", trecho de um poema de Bertold Brecht, em que podíamos observar pela cidade diversas pessoas usando blusas, bolsas e *bottons* com a frase[2]. Esse fenômeno foi divulgado pela campanha como "Primavera Carioca", em alusão à "Primavera Árabe"[3], pela grande participação de jovens. O episódio mais emblemático dessa grande atuação foi a "Assembleia de Jovens com Freixo", no dia 16 de agosto, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI). O evento tinha como intenção lotar o auditório, no entanto, terminou por reunir cerca de 3 mil jovens, que, não cabendo na ABI,

---

1 Ana Beatriz Pinheiro e Silva, socióloga e pesquisadora na área de políticas de juventude e participação política. Atualmente é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e técnica em assuntos educacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

2 Fonte: http://www.marcelofreixo50.com.br/noticias/514-marcelo-e-a-juventude-um-caso-antigo-de-amor-a-causa.html

3 Na "Primavera Árabe" no Oriente Médio e no Norte da África, no final de 2010 e início de 2011, uma onda de manifestações e protestos contou com grande participação dos jovens desses países e chegou a derrubar três chefes de Estado.

se reuniu em plena Cinelândia, no Centro do Rio de Janeiro[4], palco tradicional de importantes manifestações durante o século XX e início do século XXI[5].

Este artigo[6], circundado na temática da juventude e engajamento político, visa identificar e analisar o processo de envolvimento e mobilização de jovens que se engajaram em torno dessa eleição. Na primeira parte do artigo, será apresentada uma breve análise da mobilização de jovens na chamada "Primavera Carioca" e das observações realizadas durante o trabalho de campo. Na segunda parte, será analisada a experiência de dois jovens que se engajaram na militância política a partir da referida campanha.

A escolha do objeto de estudo se deu a partir da hipótese de que o citado pleito contou com uma participação quantitativamente maior e qualitativamente diferenciada, em comparação às eleições anteriores recentes. O fenômeno de engajamento de jovens durante os meses da campanha eleitoral foi na contramão das teses – tão presentes no senso comum, mas não somente – que afirmam que a juventude se interessa pouco pelas questões políticas da nossa sociedade e não têm participado de campanhas para eleições dos representantes municipais, estaduais e federais.

Cabe destacar ainda que, parte desses jovens, continuou se organizando após as eleições enquanto grupo nas redes sociais e em outras mobilizações, mesmo com a derrota nas urnas, em torno de questões significativas para a cidade do Rio de Janeiro. Alguns comitês foram transformados em núcleos de base do PSOL, que são divididos por regiões ou por temas de atuação; muitos jovens que participaram da campanha eleitoral acabaram se integrado a um desses núcleos, outros se afastaram do espaço partidário, mas continuaram atuando em movimentos sociais.

2) Juventude e engajamento: algumas considerações

Atualmente, existe um emergente campo para pesquisas com o objetivo de compreender a amplitude e as especificidades da atuação e da participação política[7] da juventude. Os estudos apontam que esta é uma categoria histórica e plural, a sua percepção enquanto categoria social ganhou força em meados do século XX (SPOSITO, 1997; BOURDIEU, 1983; CARRANO, 2000). Muitas vezes simbolizando uma categoria sempre disposta a questionar os valores sociais e a sociedade de modo geral, simbolizando o rebelde, o novo e outras características similares. A juventude não é uma categoria estática e está sempre ligada ao contexto histórico e social do seu tempo, está sempre se renovando. Abramo (1994) apresenta uma definição de Juventude que atenta para essas questões:

---

4 Informações disponíveis em: http://odia.ig.com.br/portal/brasil/elei%C3%A7%C3%B5es-2012/freixo-re%C3%BAne-multid%C3%A3o-na-cinel%C3%A2ndia-1.477462 e http://extra.globo.com/noticias/extra-extra/marcelo-freixo-realiza-encontro-de-campanha-na-cinelandia-5811222.html. Acesso em: 15 jan. 2013.

5 No mês de junho de 2013, as manifestações organizadas pelo "Fórum de lutas contra o aumento das passagens", um movimento social composto principalmente por estudantes, teve em diversos momentos a Cinelândia como ponto importante. Essas manifestações ficaram conhecidas como "Jornadas de Junho". A grande repressão da polícia, fez que a cada ato o número de manifestantes aumentasse ainda mais. Até que, finalmente, o valor das passagens abaixou e o movimento teve seu ponto culminante em uma manifestação com aproximadamente de 1 milhão de pessoas na Avenida Presidente Vargas, principal avenida do centro do Rio de Janeiro. Uma mobilização nessa proporção não ocorria há pelo menos 20 anos.

6 O presente artigo faz parte da minha pesquisa de mestrado em curso no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

7 Neste artigo, utilizamos a concepção de "participação política" semelhante à usada por Giacomo Sani em verbete no "Dicionário de Política": "Na terminologia corrente da ciência política, a expressão Participação Política é geralmente usada para designar uma variada série de atividades: o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião de seção, o apoio a um determinado candidato no decorrer de uma campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas e por aí além. É fácil de ver que um tal uso da expressão reflete praxes, orientações e processos típicos das democracias ocidentais" (SANI, 2004: 888/890).

> A noção mais geral e usual do termo juventude se refere a uma faixa de idade, um período de vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo e ocorre uma série de transformações psicológicas e sociais, quando este abandona a infância para processar sua entrada no mundo adulto. No entanto, a noção de juventude é socialmente variável. A definição do tempo de duração, dos conteúdos e significados sociais desses processos se modificam de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através de suas divisões internas. Além disso, é somente em algumas formações sociais que a juventude configura-se como período destacado, ou seja, aparece como categoria com visibilidade social (ABRAMO, 1994).

Existem muitos pontos de partida sobre o debate dos sentidos do termo juventude e para Abramo (2005) um deles se foca nas condições e possibilidades da participação dos jovens na conservação ou transformação da sociedade, como os jovens podem vir a interferir no destino do país e também nas questões singulares que os afetam, examinando seus valores, opiniões e a atuação social e política.

Pesquisas atuais vêm se concentrando nos múltiplos aspectos das culturas juvenis, deixando uma lacuna nos estudos sobre a participação dos jovens na arena política, principalmente nos espaços mais tradicionais (BRENNER, 2011). Sposito (2000) observa certas dificuldades de compreensão da crise de participação estudantil presentes em alguns estudos. Para a autora, é necessário considerar que, paralelamente à ocorrência dessa lacuna teórica, foram criadas múltiplas representações sociais no senso comum.

Nos estudos sobre jovens e participação política (presentes em teses e dissertações defendidas entre 1999 e 2006 nas áreas de Educação, Ciências Sociais e Serviço Social), não havia pesquisas sobre jovens em espaços considerados mais tradicionais de militância política, como partidos políticos e sindicatos, e nem sobre jovens profissionais da política (SPOSITO, BRENNER e MORAES, 2009). Os analistas também concluíram que:

> No entanto, se algo sobre as relações dos jovens com a política pode-se anunciar, a partir desse conjunto da produção discente, fica ainda muito obscura a distinção analítica entre a esfera da participação política nos sistemas institucionais, o campo político em senso estrito e as novas formas da ação coletiva no interior das teorias sobre os movimentos sociais e culturais. Essas práticas emergentes, ao serem estudadas, poderiam alargar a própria noção da política, como afirmamos na introdução, porque interrogariam sobre as possibilidades de construção coletiva de novos conflitos e de formação de dissensos no âmbito da experiência dos jovens brasileiros (SPOSITO, BRENNER e MORAES, 2009: 199).

Um desafio que se apresenta, segundo Carrano (2000), é o de conseguir dialogar e também compartilhar os sentidos culturais das várias redes sociais da juventude. Assim, para ele, podemos reconhecer que existem muitas juventudes e com isso caracterizar as diferentes "experiências, suas amplitudes, limitações e desafios socioculturais que se apresentam para a definição das políticas sociais" (CARRANO, 2000: 26).

No presente artigo, reconhecendo que existem muitas juventudes e diversas formas de engajamento e participação, não tenho a pretensão de falar de toda a juventude, mas de alguns jovens que atuaram especificamente nessa campanha política, jovens da chamada "Primavera Carioca" da eleição de 2012 que participaram de uma mobilização e engajamento específicos dentre as tantas formas possíveis.

O engajamento *"se delineia na disposição dos agentes para tomar posição sobre 'temas' e 'problemas' variados a partir de domínios igualmente diversos"* (REIS, 2007: 10). No caso deste artigo, será analisada a experiência de engajamento de dois jovens no PSOL a partir da referida campanha. O processo de engajamento *"independentemente do lugar e da atividade exercida, há um sentido de intervenção e de inserção na realidade que define suas ações e relações"* (REIS, 2007: 10), nesse sentindo, o objetivo é entender como foi

se delineando a trajetória de inserção na campanha dos jovens entrevistados até sua posterior filiação, além das suas relações, escolhas e sentidos constituídos e transformados nesse processo[8].
Pretende-se demonstrar que o envolvimento de jovens em processos institucionais – como no caso da chamada "Primavera Carioca" – nos trazem novos elementos a serem considerados em análises que sustentam uma suposta "despolitização" e descrédito desses sujeitos frente às formas de institucionalidade tradicionais. Assim, desconstruindo teses tão propagadas pelo senso comum e pela mídia sobre despolitização juvenil, é importante deixar claro que a juventude é uma categoria que não é una e nem homogênea. Desse modo, os jovens que participaram da "Primavera Carioca" são parte de uma juventude específica dentre tantas juventudes e esse fenômeno pode nos ajudar a compreender algumas rupturas e continuidades da participação política juvenil na atualidade.

3) O trabalho de campo na "Primavera Carioca"

No dia 16 de agosto de 2012, jovens faziam fila em frente à Associação Brasileira de Imprensa (ABI) para uma Assembleia de apoio e debate com um dos candidatos à prefeitura do Rio de Janeiro à época, o deputado estadual Marcelo Freixo. O auditório já lotado, a fila aumentado, fez com que todos descessem as escadas da ABI e chegando à rua chamassem os outros jovens para irem todos caminhando para a Cinelândia fazendo um "comício espontâneo". Chegando à Cinelândia, um deles no microfone disse, em tom de emoção: *"Há quanto tempo não vemos um comício espontâneo na Cinelândia?"*. Três mil jovens estavam ali para discutir uma candidatura e as propostas para a juventude da cidade do Rio de Janeiro.
Havia alguma coisa diferente naquela campanha em comparação as últimas eleições recentes e, para pesquisadora, este foi o momento da "entrada", como em "Um jogo absorvente: Notas sobre a Briga de Galos Balinesa" (GEERTZ, 2008) quando uma situação inusitada colocou os pesquisadores em uma nova perspectiva para sua pesquisa, no caso do "comício espontâneo", este evento foi fundamental para a possibilidade de fazer uma pesquisa sobre a mobilização de jovens naquele pleito, "isso colocou-me em contato direto com uma combinação de explosão emocional, (...) de grande significação para a sociedade cuja a natureza eu desejava entender (GEERTZ, 2008:188), assim como, para a mobilização da própria campanha, este também foi um momento decisivo. Por isso, acredito que este seja o momento da minha "entrada" na pesquisa sobre o engajamento de jovens na "Primavera Carioca".
A partir desse evento começou minha curiosidade, que depois se transformou no meu objeto de pesquisa. Além disso, durante a graduação me filiei ao PSOL e militei no partido durante boa parte do tempo que estive na Universidade Federal Fluminense (UFF). No final da faculdade, afastei-me das atividades do partido e isso perdurou por alguns anos. Nas eleições de 2012, eu ainda não havia retornando à militância partidária, mas me interessei pela proporção que tomou a campanha do PSOL à prefeitura do Rio de Janeiro. Como ex-militante do movimento estudantil, eu sabia das dificuldades de mobilização dos jovens, que muitas vezes falavam que não acreditavam mais na militância partidária. O grau de mobilização e debate que o processo em torno de uma campanha política no quadro institucional, tendo no engajamento juvenil seu maior protagonismo, despertou meu interesse enquanto objeto de estudo.
No decorrer da campanha eleitoral, as observações se deram principalmente através do *Facebook*, mídias oficiais do partido e pelas notícias de jornais. No fim da campanha e no momento pós-campanha, comecei a definir a ideia do projeto de pesquisa e a fazer minhas observações participando das atividades do partido e das mobilizações de rua. Com isso, o trabalho de campo teve início no final das eleições e durou até, aproximadamente, junho de 2014.

---

8 É importante destacar que "O engajamento e o militantismo, embora encerrem sentidos ligeiramente diversos, podem ser definidos como a aproximação entre indivíduos e grupos de interesses constituídos. (...) O militantismo, embora englobe a definição de engajamento o amplia, ganhando a dimensão de dedicação sistemática a uma causa ou ação" (BRENNER, 2013:1)

No primeiro momento, ao final das eleições de 2012, participei de atividades como o Comício na Lapa, o Abraço ao Maracanã e a apuração dos votos das Eleições. Depois da "Assembleia de Jovens com Freixo", estes também foram considerados momentos marcantes durante a campanha.

O comício na Lapa, no dia 21 de setembro de 2012, reuniu cerca de 15 mil pessoas debaixo de forte chuva ao lado dos Arcos da Lapa, além do candidato à prefeito Marcelo Freixo e membros do PSOL, muito apoiadores do meio artístico estavam presentes. Nas observações de campo, muitos jovens se referiam a este como o momento mais emocionante da campanha. O Abraço ao Maracanã, também citado como um momento marcante, conseguiu reunir o candidato e seus apoiadores no dia 6 de outubro de 2012, véspera da votação, em um abraço ao Maracanã, Estádio Mario Filho. No dia seguinte, a apuração foi acompanhada na Lapa e, apesar da grande decepção de não ter segundo turno, a avaliação da campanha foi considerada positiva.

No mês de março 2013, foi realizada a plenária "Nada deve deter a Primavera Carioca", que fez uma avaliação do movimento "Primavera Carioca" nas eleições de 2012, apontando novas perspectivas, como os movimentos que estavam atuando no Rio de Janeiro pelo debate e construção de um projeto de cidade e a articulação entre esses diversos movimentos. Essa foi a primeira atividade do conjunto do partido que participei enquanto pesquisadora. Na época, alguns comitês ainda funcionavam e anunciaram suas reuniões e atividades, posteriormente, alguns desses comitês se tornaram núcleos de base do partido. Na ocasião, foi divulgado um calendário de atividades, incluindo plenárias de filiação para os jovens que haviam se aproximado do partido e muitos deles já estavam buscando algum núcleo para participar de forma mais cotidiana do PSOL.

Nos meses de março e abril do mesmo ano, o PSOL realizou as plenárias de filiação coletiva ao partido. Participei de uma dessas plenárias e observei que a maioria dos presentes havia participado da campanha ou tinha simpatia pelo movimento "Primavera Carioca" que viram durante o período eleitoral. O auditório estava lotado com a presença de muitos jovens que participaram dos comitês de campanha ou que já estavam nos núcleos recém-criados e falaram sobre sua escolha por se filiar. Após as considerações finais, foram lidos os nomes de todos os que se filiaram por grupos, comitês, regiões, setoriais de atuação etc. e depois um representante de cada grupo apresentava o motivo da filiação ao PSOL. Percebi um tom comum na maioria das falas, que apontava para atuação do partido nas lutas sociais e avaliaram a importância de construir essa ferramenta partidária. Nessa plenária, cerca de 50 militantes foram filiados. Alguns dos novos filiados já eram militantes de movimentos sociais, movimentos estudantis e direitos humanos.

Nesse período, comecei a participar de um núcleo de base do PSOL ligado à área da Grande Tijuca, pela facilidade da localidade e por já conhecer algumas pessoas que militavam nesse espaço, a fim de fazer uma observação participante após o período eleitoral. A maioria já sabia, ou ficou sabendo, da minha pesquisa, entretanto, nunca houve qualquer constrangimento ou restrição da minha participação nesse espaço. Pelo contrário, como alguns já me conheciam, rapidamente me senti pertencente ao grupo e durante as reuniões algumas tarefas já eram confiadas a mim.

A minha participação nesse espaço foi fundamental para acompanhar as trajetórias dos jovens que entraram para o partido logo após as eleições. No entanto, a observação participante coloca diversos desafios aos pesquisadores, que muitas vezes tem que se deslocar para áreas desconhecidas, como no clássico "A Sociedade de Esquina" (2005). William Foote White analisa um bairro italiano, que chama de Cornerville, passando a viver naquele local para realizar o trabalho de campo, cruzando a fronteira entre o familiar e o desconhecido. Para ele, as respostas sobre a vida naquele bairro necessitavam do mais íntimo contato com a vida local, por isso, mudou-se para Cornerville e passou a participar de suas atividades.

No caso do meu trabalho de campo, o desafio foi diferente, foi deixar-me surpreender pelo que era familiar. Com isso, procurei relativizar as situações que vivenciava, além de fazer uma reflexão mais sistemática. Assim, como Gilberto Velho (2013),

> acredito que seja possível transcender, em determinados momentos, as limitações de origem do antropólogo e chegar a ver o familiar não necessariamente como exótico mas como uma realidade bem mais complexa do que aquela apresentada (...). O processo de estranhar o familiar torna-se possível quando somos capazes de confrontar intelectualmente, e mesmo emocionalmente, diferentes versões e interpretações existentes a respeito de fatos, situações (VELHO, 2013: 78).

Gilberto Velho acrescenta ainda que:

> A 'realidade' (familiar ou exótica) sempre é filtrada por determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada. Mais uma vez não estou proclamando a falência do rigor científico no estudo da sociedade, mas a necessidade de percebê-lo enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa. Esse movimento de relativizar as noções de distância e objetividade, se de um lado nos torna mais modestos quanto à construção do nosso conhecimento em geral, por outro lado permite-nos observar o familiar e estudá-lo sem paranoias sobre a impossibilidade de resultados imparciais, neutros (VELHO, 2013: 75).

Após o período do trabalho de campo, a pesquisa foi desenvolvida adotando a perspectiva de investigação qualitativa, com a realização de entrevistas individuais na forma semiestruturada junto a jovens que participaram ativamente da campanha sem estarem filiados a partido político.

O objetivo principal das entrevistas é compreender o fenômeno de engajamento e mobilização de jovens nesse pleito. Para tanto, busquei investigar a experiência militante anterior desses jovens, como se engajaram nas eleições municipais, se houve seguimento ou não nesse engajamento. As perguntas das entrevistas foram amplas e não diretivas para possibilitar a compreensão de como os jovens se inseriram e se engajaram na campanha, além de permitir reconstruir suas trajetórias após o engajamento, suas escolhas e as mudanças que foram surgindo nesse processo.

Neste artigo, vou apresentar e analisar alguns pontos da entrevista que realizei com dois jovens que se engajaram na campanha, que aqui chamarei de Rita e Leandro[9]. Transcorridos dois anos após o processo eleitoral das eleições municipais do Rio de Janeiro, a referida jovem já havia se consolidado como militante de núcleo de base do partido, inclusive representando o PSOL em alguns espaços de movimentos sociais, Leandro não estava mais no partido e, no momento da entrevista, estava atuando em outra organização política.

Na entrevista, os jovens contam sua própria história de engajamento e militância a partir da pergunta geradora "O que você se lembra da campanha eleitoral de 2012?". A pergunta ampla foi no sentido de deixar os entrevistados contarem a sua própria história e refletir sobre suas atitudes e escolhas. A visão deles sobre os últimos dois anos é o elemento mais importante de interpretação para a pesquisa, como Clifford R. Shaw aponta em seu livro "The Jack-roller: a delinquent boy's own story" quando faz um estudo de caso sobre a carreira de um jovem rapaz delinquente durante 6 anos, demonstra a importância e o valor da "own story". Na pesquisa, o importante não era a veracidade e a objetividade das histórias contadas pelo menino, mas como o jovem delinquente refletia sobre as suas atitudes e interpretações:

> It should be pointed out, also, that the validity and value of the personal document are not dependent upon its objectivity or veracity. Is is not expected that the delinquent will necessarily describe his life-situations objectively. On the contrary, it is desired that his story will reflect his own personal attitudes and interpretations, for it is just these personal factors which are so important in the study and treatment of the case (SHAW, 2000: 2/3).

Dessa maneira, neste artigo, a reflexão também é na perspectiva de que os próprios jovens contem sua história de engajamento; reconstruindo os sentidos, atitudes e escolhas durante esse processo de aproximação da militância até sua decisão por filiação e suas influências no caminho. Nessa perspectiva, é importante também colocar o conceito de "ilusão biográfica" do Bourdieu (1996) em que toda história de vida é uma ilusão biográfica, sempre uma narrativa posterior, uma construção. Os fatos narrados pelos sujeitos levam em conta o momento em que é falado e até mesmo o interlocutor.

Além disso, deve-se levar em conta o novo momento eleitoral de 2014, que estava se aproximando a época da realização das entrevistas. Este momento ajudou os entrevistados a relembrar melhor a eleição de 2012 e a fazer uma reflexão sobre os meses que se passaram e as escolhas que foram tomadas no período.

---

9 O nome dos entrevistados e os nomes por eles citados foram trocados para evitar qualquer possível constrangimento.

No "tempo da política", conceito desenvolvido por Moacir Palmeira e Beatriz Heredia, "os autores chamam a atenção para a política tal como ela é experimentada dentro de um universo cultural e histórico específico" (KUSCHNIR, 2007: 33). Dessa forma, o "tempo da política" ajudou no processo de reavivar a memória, mas não somente no caso dos entrevistados. Durante o trabalho de campo, observei também que, para a organização da eleição de 2014, a eleição de 2012 foi sempre referência para as novas atividades, como um modelo que deu certo e conseguiu uma mobilização para além da esperada.

4) O engajamento de Rita na "Primavera Carioca"

Em uma das plenárias de filiação que ocorreram em 2013, Rita, 17 anos na época, caloura de ciências sociais de uma universidade particular bem conceituada, conheceu um militante do núcleo Grande Tijuca e começou a participar das reuniões e atividades. Ela não tinha nenhuma experiência anterior de militância, participou da campanha e se filiou ao PSOL.

Na época da eleição, Rita estava terminando o terceiro ano do ensino médio em uma escola particular que não tinha espaço para militância. Antes de 2012, não havia nenhuma referência de amigos próximos ou familiares militantes. Nessa época, começou a se interessar por política, através de um amigo que compartilhou em conversas o movimento da campanha do Marcelo Freixo e a convidou para participar de algumas atividades, começando a se informar da campanha. Participando das atividades da campanha, Rita se identificou com as propostas do candidato, com o ambiente de militância política daquele partido e viu que lá também havia jovens da sua idade na organização do processo. Percebeu e confrontou que, o que estava sendo discutido nesse espaço, era bem diferente do que estava acostumada a ouvir e a ler. Para ela, as pessoas que estavam naqueles eventos tinham propostas alternativas e compartilhavam sonhos como o seu, de algum tipo de mudança.

> Aí eu comecei a captar as propostas do Freixo e comecei até a prestar atenção nos termos que ele usava e associar mais ou menos esses termos a todos os problemas que a gente vinha acompanhando na cidade. Eu fui começando a fazer as conexões e começando a entender que as propostas eram bem alternativas de tudo que tava posto e era uma coisa que eu não estava acostumada, meu acompanhamento da política estava se dando a partir do O GLOBO. Eu só tinha essa alternativa. Eu lia o O GLOBO e tentava entender sobre política. Aí, com a campanha do Freixo e com as outras pessoas do PSOL, principalmente, com os jovens do PSOL que eram mais ativos que ficavam me dando material, ficavam me dando adesivo e vendendo camisa e tudo... Eu fui percebendo que tinham pessoas da minha idade lá e inseridas mais até que as pessoas mais velhas, porque os eventos que eu ia eram sempre eles que estavam na frente, eram sempre eles que estavam vendendo as coisas e dando os materiais. Aí, eu fui começando a me interessar e começando a gostar do ambiente mesmo, sabe? Começando a me sentir bem, confortável no ambiente e vendo que ali era o único lugar que as pessoas compartilhavam sonhos como os meus, sabe? Como de algum tipo de mudança.

A participação nas atividades revelou à Rita uma juventude empolgada na qual ela se identificou e começou a se familiarizar com os novos ambientes em que estava se inserindo. A partir disso, pediu que seu amigo a informasse mais dos eventos da campanha. A socialização tem um papel protagonista na escolha do comportamento político (KUSCHNIR, 2007: 19), apesar de a jovem descrever que antes não tivera a oportunidade de estar nesses espaços, ela logo se sentiu confortável e se identificou com os jovens que estavam ali e compartilhavam muitos dos seus sonhos por mudanças sociais. Assim, as suas escolhas também se deram a partir de uma avaliação subjetiva da sua interação com esse *mundo da militância*, como ela chama na entrevista.

Após as eleições, deu continuidade ao seu interesse participando dos momentos pós-campanha e encontrou jovens com quem se identificou e viu que poderia continuar atuando junto nesse espaço político. A decisão de

se filiar é definida pela jovem como bem natural. A experiência das eleições de 2012 a fez perceber que ela poderia também se engajar e atuar na política.
Atualmente, Rita continua militando no núcleo de base, mas pretende se inserir mais em um grupo de juventude do partido. A militância trouxe grandes mudanças na vida da jovem que, ao responder sobre o que permaneceu de antes da campanha na sua vida, diz que na verdade tudo mudou e mesmo pensando por mais alguns segundos ela responde: "*eu não sei, eu diria que nada permaneceu*". A militância é avaliada como estrutural na vida:

> Ah, sim, a militância é um pouco que estrutural na vida, né? Tudo se estrutura a partir dela, ela é estruturante, então, acho que a militância e... todo esse meu interesse pelas questões sociais e políticas estruturaram todo o resto da minha vida, então tudo um pouco gira em torno disso, sabe? Tanto os meus amigos novos, como os lugares que eu frequento, como os papos que eu bato, sabe? As conversas que eu tenho... Tudo gira um pouco em torno disso, sabe? Até nos momentos de diversão, sabe? Não adianta tudo mudou, estrutura de uma outra forma a vida, então, eu diria tudo, nada ficou.

A entrevista de Rita mostra como o engajamento e a militância redefiniram sua vida nos últimos dois anos. Antes ela não tinha qualquer proximidade com a militância política ou com o cotidiano de um partido político, no entanto, através de um amigo, começou a atuar na campanha e se filiou ao PSOL. A sua trajetória de engajamento foi se delineando para a atuação em um Núcleo de Base e nesse processo pode-se observar uma grande mudança nas suas relações e na importância que essa escolha tomou em sua vida.

5) O jovem Leandro: engajamento, filiação e a opção por uma nova organização política.

Conheci Leandro nas primeiras atividades que participei durante a campanha eleitoral ainda em 2012, ele já compunha do Comitê de campanha da Tijuca. Na época, tinha 24 anos e estava se aproximando do PSOL através de um amigo da faculdade de filosofia de uma reconhecida Universidade pública do Rio de Janeiro, onde havia concluído a graduação e agora estava cursando o mestrado.

> Eu lembro que no início, eu atendi um chamado das redes sociais para participar de um comitê de agitação da campanha do Freixo nas redes sociais e eu cheguei a ir a uma reunião desse comitê, mas eu achei muito *nerd*, muito parado e eu acabei não compondo muito, né. Nessa época, e assim, isso foi a minha primeira tentativa de aproximação com a campanha do Freixo, logo no início. Nessa época, eu já estava em diálogo com o A., lembra dele, né? Sobre me organizar, sobre entrar para o PSOL e tal. E aí, o Anderson me encaminhou pra uma reunião do 1° de Maio (nome do núcleo de base da grande Tijuca) e que foi, a partir da relação com o 1° de Maio, que... foi isso? Acho que foi, que eu passei a frequentar o Comitê da Tijuca, Comitê Popular, Comitê Popular não, Comitê do Freixo da Tijuca, né? E foi ali que eu comecei a me organizar pra participar da campanha do Freixo. Então assim, basicamente as atividades eram todas de panfletagem. É... de acompanhar alguns debates e tal.

Leandro procurava um espaço para se organizar politicamente e seu amigo estava apresentando a possibilidade de militância no PSOL e, através dele e das informações recebidas pelas redes sociais, começou a participar das atividades do Comitê do Freixo da Tijuca. Ele havia passado pela experiência de militância durante a graduação no Centro Acadêmico e sentiu a necessidade de se organizar em um grupo político.

> Assim, na verdade, eu já tinha uma ansiedade já há algum tempo, assim, desde o início da minha graduação já militava, mas de uma maneira muito, muito desorganizada e muito próxima de uma galera anarquista, né. Compus um Centro

> Acadêmico autogestionado e depois passei por um momento muito, muito perdido na militância, assim, de não ter orientação de não saber o que fazer. E... A avaliação que se construía naquele momento era, em especial, porque uma das pessoas com quem eu tinha diálogo, e que passava também lá por afinidade pessoal,que era o A., me fazia essa proposta do PSOL de que é um projeto ainda em aberto.

A possibilidade de uma militância organizada em um partido recente e com um projeto ainda em aberto despertou o interesse de Leandro para a campanha, o seu amigo teve papel importante de apresentar o PSOL como opção. A decisão de se filiar se tornou clara, pois se filiando havia a possibilidade de participar de mudanças dentro do partido a partir da militância e das instâncias de decisão.

> Eu achei que, se era aquilo mesmo, tinha chegado na hora de eu ter a capacidade de intervir dentro dessa ferramenta organizativa e me filiar foi esse gesto assim de ter a capacidade de tentar modificar essa ferramenta organizativa pra tentar fazer ela pender mais a esquerda, pra conseguir usar ela pra catalisar a minha militância local e tal...

Leandro se tornou um militante muito engajado no núcleo que eu fazia a observação participante, chegou a compor também para uma "corrente interna" do PSOL, neste partido existe a possibilidade de que seus militantes também se organizem através de grupos com diferentes tipos de teorias e práticas políticas. No entanto, algumas divergências começaram a aparecer a partir de junho e julho de 2013, época das manifestações de junho, onde protestos organizados pelo "Fórum de lutas contra o aumento das passagens", mobilizou milhares de pessoas contra o aumento das passagens e depois foram surgindo diversas pautas, tendo seu ponto culminante numa manifestação de cerca de 1 milhão de pessoas na principal avenida do centro da cidade. As divergências também apareceram quando começou a sua militância em espaços diferentes do partido, da campanha e do centro acadêmico.

> Isso aconteceu depois de uma série de processos, especialmente, depois que eu comecei a fazer militância de terreno, né, ocupar as bases... na Aldeia Maracanã, nas manifestações de junho e julho também. Em primeiro lugar, porque eu vi que aquilo ali não era importante para o partido e que a força do partido estava em disputar instituições reconhecidas pelo Estado, fossem elas o parlamento, fossem elas as direções sindicais ou CAs ou associação de moradores ou o que quisesse. Mas ali onde não havia uma instituição reconhecida ou reconhecível por direito, o partido não tava, né, portanto, ele não conseguia construir um movimento... autogestionado do tipo radical. Ele não conseguia estabelecer as próprias premissas daquilo que ele dizia que ele abolia, né. Isso foi se consolidado para mim cada vez de maneira mais dolorosa, é... até o momento que em junho e julho do ano passado, parece que houve um divisor de águas, né.

A decisão de sair de uma organização não foi fácil inicialmente e, dentre as dificuldades nesse processo de decisão, Leandro aponta as relações pessoais construídas como o grande momento de tensão.

> Você tá dentro de uma organização e vai construindo vínculos pessoais que passam pelo contato com a organização, né, ou que se dá nos espaços da organização e acho que a primeira dificuldade foi sentida nesses relacionamentos pessoais, né. Começaram a haver discussões com amigos, que em grande parte já forma superadas, já passaram, mas no momento da ruptura teve essa questão... (...) mas esse momento foi pessoalmente muito, muito... não muito, mas assim, houve alguma coisa aí de aflição, por conta da ruptura de laços pessoais mesmo.

Nos últimos 2 anos a trajetória de Leandro passou por muitos momentos de escolhas e decisões políticas importantes: a filiação em um partido, a militância nos movimentos sociais, a participação em um núcleo de base, o rompimento com o partido e a escolha de uma nova organização política para militância. Na entrevista

perguntei sobre as mudanças ocorridas nesse período, sobre o que permaneceu Leandro não soube responder: "*muita coisa mudou, assim, em especial, sobre a minha maneira de ver o mundo de lidar com as coisas, (...) agora, o que permaneceu mesmo, cara, eu confesso que eu tenho dificuldade de te dizer, assim*".

6) Considerações Finais

O envolvimento de jovens em processos institucionais – como no caso da Primavera Carioca – nos trazem novos elementos a serem considerados em análises que sustentam uma suposta "despolitização" e descrédito desses sujeitos frente às formas de institucionalidade tradicionais. O engajamento e a participação política da juventude na atualidade ocorrem de diferentes formas e, de certo modo, a chamada "Primavera Carioca" confluiu diferentes redes de jovens para um debate e projeto de cidade.

Atualmente, o debate sobre democracia na sociedade brasileira passa necessariamente pela análise da participação da juventude nas esferas e assuntos públicos. Nesse mesmo sentido, "Sem dúvida, pensar os distintos significados da participação política para as juventudes pode representar um importante aporte para captar não só como reproduzem, mas principalmente, como constroem novas respostas a essa questão" (IBASE, 2005).

Assim, torna-se importante articular as questões em torno da participação da juventude com a análise do Estado e suas instituições, como forma de analisar as dimensões políticas dessa participação na esfera pública e como os jovens vêm mobilizando novos sentidos e discursos na arena política. A juventude tem ocupado nos últimos anos posição de destaque nas políticas governamentais e a sua participação nos espaços e assuntos públicos se coloca como um desafio à sociedade brasileira.

A observação participante no núcleo de base do PSOL da região da Grande Tijuca foi fundamental para conhecer Rita e Leandro, os dois começaram a atuar nesse espaço após a eleição de 2012. A entrevista realizada com Rita mostra que os contextos familiares e escolares não incentivaram o seu engajamento político, mas através de um amigo começou a ter interesse em conhecer e participar dos espaços da campanha eleitoral de 2012. Leandro teve seu momento de militância política no movimento estudantil durante a graduação, mas também através de um amigo começou a considerar o PSOL e a campanha como uma opção de organização política. A socialização teve um papel protagonista na escolha dos dois pelo engajamento político e posteriormente na sua filiação ao PSOL. Nas atividades que participaram houve uma identificação com os outros jovens militantes, que também compartilhavam muitos dos sonhos por mudanças sociais. Dessa forma, suas escolhas se deram também a partir de uma avaliação subjetiva da sua interação com os espaços que estava atuando durante a campanha e depois no partido.

A trajetória de engajamento de Rita foi se delineando para a atuação em um núcleo de base e nesse processo pode-se observar uma grande mudança nas suas relações, escolhas e na importância que a militância tomou em sua vida. A trajetória de Leandro passou pela atuação na campanha e no núcleo, a filiação em um partido, a militância nos movimentos sociais, até a decisão de não fazer mais parte do partido e a escolha de uma nova organização política. As escolhas e os sentidos sobre como atuar politicamente desses jovens foram transformados e constituídos nesse processo de engajamento.

7) Referências Bibliográficas

ABRAMO, Helena W. (1994) *Cenas Juvenis*, São Paulo: Scritta.

_____. (2005) "O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro". IN: FREITAS, Maria Virginia de (org.). *Juventude e Adolescência no Brasil: Referências Conceituais,* São Paulo: Ação Educativa.

_____. "Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo". IN: *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional,* São Paulo: Instituto Cidadania/ Fundação Perseu Abramo, 2005, pp. 37 – 72.

BOURDIEU, Pierre. (1983) "A juventude é apenas uma palavra". In: *Questões de Sociologia,* Rio de Janeiro: Marco Zero.

_____. (1996)"A ilusão biográfica". IN: FERREIRA, M. M. e AMADO, J. (orgs.). *Usos & abusos da história oral,* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

BRENNER, Ana Karina. (2013) "Engajamento de jovens em partidos políticos no Brasil e repercussões da experiência militante em outras esferas da vida". In: *X Reunião de Antropologia do Mercosul*, 2013, Cordoba, AR. X RAM. Situar, actuar e imaginar antropologias desde el Cono Sur. Cordoba: RAM. v. 1. p. 1-15.

_____. (2011) *Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários.* Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. (2000) *Juventudes: as identidades são múltiplas,* Movimento (Niterói), Faculdade de Educação da UFF, v. n. 1, p. 11-27.

GEERTZ, C. (2008 [1973]) *A Interpretação das culturas*, Rio de Janeiro:LTC.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS; INSTITUTO PÓLIS. (2005) *Juventude Brasileira e Democracia: Participação, Esferas e Políticas Públicas,* Rio de Janeiro: Ibase. (Relatório Final de Pesquisa).

KUSCHNIR, Karina. (2007) *Antropologia da política,* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (orgs.). (2004) *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação,* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

REIS, Eliana. (2007) *Contestação, engajamento e militantismo. Da "luta contra a ditadura" à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul entre 1970 e início dos anos 2000.* Tese de doutoramento em Ciência Política, Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SANI, Giacomo. (2004) "Participação Política". In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política.* Tradução de Carmem C. Varriale; Coordenador da tradução João Ferreira; Revisão geral João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 12 ed..

SHAW, Clifford Robe. (2000) *The jack-roller: a delinquent boy's own history.* Chicago: The Chicago University Press.

SPOSITO, Marília Pontes. (2000) "Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação". *Revista Brasileira de Educação.* São Paulo, SP: ANPED, n.13, pp.73- 94.

_____. (1997) "Estudos sobre juventude em educação". *Revista Brasileira de Educação.* Rio de Janeiro, RJ: ANPED, n.5/6, pp.37-52.

_____. (2009) *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006).* Belo Horizonte: Argumentum, 2 v., p. 262.

VELHO, Gilberto. (2013) "Observando o Familiar". IN: *Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana.* Rio de Janeiro: Zahar,.

WHYTE, William Foote. (2005) *Sociedade de esquina.* A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

GT 14
Governança e modos de vida urbanos: intervenções na cidade

A linha de frente da fiscalização de práticas urbanas em Belo Horizonte: entre a discricionariedade e o empreendedorismo moral

Tarcísio Perdigão Araújo Filho
Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).
tarcisioperdigao@gmail.com

Resumo: Este artigo se propõe a descrever e analisar o trabalho dos auxiliares de fiscalização da Prefeitura de Belo Horizonte, funcionários que participam da fase de implementação (LOTTA, 2010) das leis de "posturas" urbanas na capital mineira. Estes agentes de fiscalização estão alocados nas bordas da política pública, atuando com relativa autonomia enquanto integrantes de uma burocracia e pelo contato direto e frequente com os cidadãos, o que lhes aproxima da categoria de análise "burocracia do nível de rua" (LIPSKY, 1976, 1980). Isso significa dizer que sua prática de trabalho diário envolve determinado grau de discricionariedade com relação à aplicação das regras, o que gerará impactos importantes para o resultado da política de controle. A partir do ponto do vista dos próprios sujeitos, típicos «i»empreendedores morais «i», nos termos de Howard Becker (1963), busco compreender em que medida o discernimento destes agentes impacta nos rumos da fiscalização de práticas urbanas, além de discutir como interferem nas referências de formalidade e informalidade, a legalidade e a ilegalidade que permeiam o contexto atual da cidade.

Palavras-chave: discricionariedade, empreendedores morais, fiscalização, burocratas do nível de rua

1. Introdução

O texto que segue propõe reflexões sobre as políticas de fiscalização e regulação dos usos do espaço urbano em Belo Horizonte, tema de pesquisa desde meados de 2012. Desde o início, meu principal interesse foi focar na fase de implementação desse serviço urbano, em sua expressa operacionalização nas ruas da cidade, tendo como aporte empírico a experiência dos agentes públicos da base da cadeia hierárquica. Assim, minha questão de pesquisa atual, desenvolvida no âmbito do mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), é a seguinte: olhando para o trabalho dos auxiliares de fiscalização da Prefeitura de Belo Horizonte, como se constrói a implementação do controle social sobre irregularidades/informalidades nos espaços públicos da cidade?

A proposta do presente texto é analisar meu objeto de pesquisa a partir de duas noções principais: a discricionariedade e o empreendedorismo moral, advindas da Sociologia das Organizações e da Sociologia Interacionista, respectivamente. Já reflito sobre ambas categorias desde meus contatos iniciais com o campo, mas agora pretendo destrinchar suas potencialidades analíticas, tensionando-as a fim de uma reflexão sobre o campo mais adequada.

De início, a fim de situar o leitor sobre o contexto político em que o modelo de fiscalização atual foi desenvolvido, faço uma reconstrução da história recente da gestão urbana em Belo Horizonte.

2. Contexto histórico

Desde o início da década de 1990, Belo Horizonte vem passando por um período de grande intensidade de políticas urbanas que, sob o discurso da modernização, visam a regulação e reordenamento dos espaços públicos e de seus usos, com um foco objetivo na *revitaliza*ção das regiões mais comerciais da cidade, especialmente o Centro. Trata-se de um cenário político em que o Poder Público Municipal volta as suas atenções para projetos bastante interventores na dinâmica da cidade, marcado pelo Projeto Centro Vivo e a elaboração do Código de Posturas de Belo Horizonte que têm objetivos complementares (VILELA, 2006).

Lançado pela Prefeitura de Belo Horizonte em janeiro de 2004, durante a gestão de Fernando Damata Pimentel, do Partido dos Trabalhadores (PT), o Programa Centro Vivo foi designado como uma «marca» das várias intervenções da gestão municipal da cidade por uma requalificação do centro belo-horizontino. O programa teve como objetivo a recuperação do caráter «central» da região, por meio, principalmente, da realização de obras de requalificação dos equipamentos e espaços urbanos. Entre as metas previstas no plano oficial do Centro Vivo, estão: «(1) Reforçar o papel dessa área como centro simbólico da cidade, da Região Metropolitana e do Estado; (2) Valorizar a diversidade de suas atividades e consolidar o Centro como local de encontro; (3) Transformar o Centro de BH em um lugar bom para morar, trabalhar, passear, aprender, conviver»[1]. O programa conta com um leque variado de eixos de atuação: (1) planejamento urbano; (2) segurança; (3) inclusão social e econômica; (4) requalificação urbanística e ambiental[2]. Juntos, convergem em um mesmo sentido.

O Código de Posturas de Belo Horizonte, cunhado como Lei. 8.616, foi aprovado durante a gestão do Prefeito Pimentel, entrando em vigor em julho de 2003. No caso de Belo Horizonte[3], o projeto do Código de Posturas foi pensado como um instrumento que reunisse, em uma única peça jurídica, toda uma trajetória histórica de leis e decretos na área da regulação das condutas nos espaços públicos urbanos que estavam dispersos e pouco divulgados até então. Este compilado regulador das «posturas» e usos dos espaços públicos conta com mais de 300 normas, datadas desde 1930. Há normas relativas a uma variedade de usos dos espaços públicos: utilização das calçadas, a instalação de materiais de publicidade, regularização de obras privadas, atividades comerciais, incluindo direcionamentos sobre solicitações de alvarás e etc.

O discurso institucional por trás desta ação vai de encontro com o ideal da *revitalização* e do reordenamento da vida urbana. Segundo consta no site da Prefeitura, o «Código de Posturas regulamenta a melhor convivência das pessoas em Belo Horizonte. Ele foi criado para organizar a cidade, fazendo com que o interesse de todos prevaleça sobre o interesse individual».[4] Diz também que «Belo Horizonte passou a contar, a partir da aprovação do novo Código de Posturas, com um instrumento mais efetivo e democrático para garantir a qualidade de vida e a boa convivência entre todos os cidadãos, definindo claramente direitos e deveres na utilização do espaço urbano»[5].

O grande objetivo de congregar todas essas regras e transforma-las em um Código (único) de Posturas foi fazê-las mais facilmente operacionalizáveis para o corpo de fiscais da PBH, e mais compreensíveis para o grande público. Para tal, a PBH desenvolveu uma versão em formato de cartilha do CPBH, onde estão explicados, detalhados e ilustrados todos os pontos principais do documento. Além disso, a implantação do Código de

---

1 Disponível em: «http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu_doc/belohorizonte.pdf» acesso em 10 de set. de 2013.

2 Idem.

3 O instrumental «código de posturas» não foi invenção de autoria da Prefeitura de Belo Horizonte, ao passo que existem experiências semelhantes em outras cidades brasileiras, como Betim (MG), Caetés (MG), Florianópolis (SC), Maceió (AL), Goiânia (GO), Petrópolis (RJ).

4 Disponível em: «http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=legislacao&tax=12157&lang=pt_br&pg=6480&taxp=0&» acesso em 10 de set. de 2013.

5 Disponível em: «http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?app=regulacaourbana&evento=portlet&lang=pt_BR&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&pg=5570&tax=23290&taxp=0» acesso em 10/ de set. de 2013.

Posturas contou com significativo apoio de parte da mídia de grande circulação, como demonstra Jesus e Lott (2007), o que impulsionou estas leis para uma melhor divulgação pelos meios de comunicação e uma potencial adesão dos cidadãos aos principais pontos do Código.

O Código de Posturas prevê a possibilidade de licenciamento de várias atividades em logradouro público que são proibidas de serem realizadas espontaneamente: atividades coletivas como feiras e eventos festivos; mas também práticas profissionais como a do engraxate, das bancas de flores e dos tradicionais vendedores de pipoca e etc. Além disso, delimita procedimentos específicos para o licenciamento de cada tipo de atividade comercial em logradouro público. As licenças são concedidas sob determinadas regras e critérios para a sua manutenção, que são específicos para cada tipo de atividade: como quais mercadorias podem ser comercializadas, condições dos equipamentos e uniformes dos vendedores, locais determinados para exercício e etc. Outro detalhe importante é que cada uma dessas atividades autorizáveis têm vagas limitadas de licenciamento, desta forma, a Prefeitura age de modo a manter um controle sobre o efetivo desses trabalhadores de rua.

Entre as atividades comerciais passíveis de serem autorizadas para o exercício em logradouro público estão: engraxate, o quiosque (no local de caminhada), as bancas de jornais e revistas e a de plantas e flores naturais, o sanitário público, os eventos, a atividade desenvolvida pelo deficiente visual, as feiras, o comercio em veiculo automotor e de tração humana. (BELO HORIZONTE, 2003: 16). O texto da legislação deixa claro que «Aquele que vende sem licença no logradouro publico, comumente conhecido como '*torero'* ou camelô, é um infrator, já que esse comercio é proibido por lei. Quando a fiscalização constata tal irregularidade, as mercadorias e apetrechos são imediatamente apreendidos e o infrator autuado em valores que variam de R$ 523,95 a R$ 1.057,90, de acordo com o local em que a atividade ilegal é exercida». (idem)[6]

Atualmente, desde o primeiro mandato de Márcio Lacerda (PSB) iniciado em 2008, o tom da gestão urbana é o da continuidade dessas metas e o da sofisticação dos aparatos de ordenamento. A fiscalização de práticas nos espaços urbanos é uma das dimensões mais divulgadas e debatidas nesse contexto, sendo ela atribuída à Secretaria Municipal Adjunta de Fiscalização (SMAFIS)[7] desde 2011, quando foi inaugurada a nova orientação gestionária da Prefeitura, a Fiscalização Integrada[8].

Importante ressaltar que esses marcos jurídicos têm certa maleabilidade, uma vez que estão em constante

---

6 O Código de Posturas prevê a possibilidade de licenciamento de várias atividades em logradouro público que são proibidas de serem realizadas espontaneamente: atividades coletivas como feiras e eventos festivos; mas também práticas profissionais como a do engraxate, das bancas de flores e dos tradicionais vendedores de pipoca e etc. Além disso, delimita procedimentos específicos para o licenciamento de cada tipo de atividade comercial em logradouro público. As licenças são concedidas sob determinadas regras e critérios para a manutenção dessas licenças que são específicos para cada tipo de atividade: como quais mercadorias podem ser comercializadas, condições dos equipamentos e uniformes, locais determinados para exercício e etc. Outro detalhe importante é que cada uma dessas atividades autorizáveis têm vagas limitadas de licenciamento, desta forma, a Prefeitura age de modo a manter minimamente um controle sobre o efetivo desses trabalhadores de rua.

7 Como consta no site oficial da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH, cabe à SMAFIS: «I - Planejar, coordenar, normatizar, monitorar e avaliar a fiscalização das áreas de controle ambiental, de limpeza urbana, de obras, posturas e vias urbanas no município, inclusive o exercício do respectivo poder de polícia, podendo delegar a execução da fiscalização a outros órgãos e entidades da administração municipal; II - Normatizar a aplicação das sanções legais pelos agentes da fiscalização nos casos de infração; III - Executar as atividades de fiscalização de vigilância sanitária, mediante delegação da Secretaria Municipal de Saúde; IV - Desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.» Disponível em: «http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fiscalizacao&tax=26701&lang=pt_BR&pg=9801&taxp=0&» acesso em 03 de out. de 2014.

8 Como consta no site oficial da PBH, «O modelo belo-horizontino de fiscalização integrada foi instituído em novembro de 2011 pela Lei 10.308, com a proposta de aprimorar o serviço fiscal no município, por meio da integração de cinco áreas distintas – posturas, obras, vias urbanas, limpeza urbana e controle ambiental –, até então observadas separadamente por fiscais específicos. A capital conta com cerca de 400 fiscais integrados que atuam nas nove Regionais e na Secretaria Municipal Adjunta de Fiscalização (Smafis).» Disponível em: «http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fiscalizacao&tax=27894&lang=pt_BR&pg=9801&taxp=0&» acesso em 03 de out. de 2014.

disputa pelos agentes sociais, incluindo o Ministério Público, Defensoria Pública, movimentos sociais e agências da própria Prefeitura. A legislação que embasa a fiscalização sobre posturas e condutas em Belo Horizonte é esporadicamente modificada via emendas judiciais ou portarias do Poder Executivo, fazendo ressalvas com relação ao texto original do Código de Posturas. Por exemplo, em Setembro de 2012, após manifestações contra o abuso das autoridades, um coletivo de «artesãos/nômades», conhecido em Belo Horizonte como «hippies», reivindicou o direito de exporem e venderem seus produtos artesanais (pulseiras, colares, pingentes, enfeites) nos espaços públicos. Os protestos foram ouvidos por advogados da Defensoria Pública de Minas Gerais, o que culminou em uma liminar[9] que visou a autorizar estes artistas a exercer seu direito de expressão artística e cultural no Município de Belo Horizonte, protegendo-os do controle municipal. Entretanto, em Outubro de 2014, «diante da necessidade de definição de regras e critérios objetivos»[10], a PBH expediu a Portaria SMSU Nº 111/2014 em que, entre outros pontos, determina critérios característicos para a identificação do «hippie» e limita as suas atividades a dois únicos espaços da cidade: a Praça Rio Branco e o quarteirão fechado da Rua Carijós. Até então, os conflitos decorrentes desses episódios são correntes e não dão sinais de desfecho próximo.

Mudanças desse tipo, resultantes de processos constantes de tensões políticas (nas ruas e nos gabinetes), influenciam direta e imediatamente na rotina dos próprios trabalhadores informais nas ruas da cidade e também para os implementadores nas linhas de frente da fiscalização, que devem lidar ao mesmo tempo com as categorias imprecisas de seu cotidiano, as mudanças nas legislações e as tensões políticas por trás de seu trabalho. Por isso, é necessário acompanhar cada «atualização» como um fator potencialmente transformador das atividades nas linhas de frente da fiscalização e, por fim, da política de controle do espaço público como um todo.

3. Caracterização do objeto

Como orientação teórico-metodológica, busco compreender a política urbana por suas bordas, suas *margens*, inspirado pela obra de Veena Das (2004), o que nesse caso está expressa na dimensão operacional e cotidiana da fiscalização e da lei, em interface direta com os cidadãos. Para tal, busco principalmente apreender o ponto de vista dos chamados «coletinhos azuis» [11], ou auxiliares de fiscalização, aqueles que participam ativamente nas «linhas de frente» da implementação cotidiana. Desta maneira, é possível captar, de um ângulo privilegiado, as dinâmicas de interação com outros atores, conflitos, limitações operacionais e racionalidades variadas associadas à implementação do controle social nas ruas da cidade.

Afinal, o que fazem os «coletinhos azuis»? Após experiência em trabalho de campo, observando-os em prática de trabalho e ouvindo-os em entrevista, foi possível elencar alguns aspectos que apontam, afinal, o que fazem estes trabalhadores, ainda invisíveis para o grande público belo-horizontino (apesar de estarem todos os dias nas calçadas mais movimentadas da cidade). Dentro da cadeia hierárquica da Prefeitura, eles

---

9 «Conclusão: 4. Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar para determinar aos réus a:a) **permitir** que os artesãos de rua/hippies exerçam seu direito à expressão artística e cultural no Município de elo Horizonte, podendo confeccionar e expor suas peças e objetos artísticos em via pública, podendo receber contribuições pecuniárias sem prévio licenciamento, sob pena de multa diária no valor de R$5.000 (cinco mil reais);b) devolver os objetos indevidamente apreendidos na prazo de 10 (dez) dias, sem qualquer ônus para os interessados, mediante recibo, sob pena da multa supracominada.» (Liminar 1289730-92.2012.813.0024 de Setembro de 2012)

10 Disponível em: «http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1129848» acesso em 20 de Nov. de 2014.

11 Vale ressaltar que existem atualmente várias alcunhas para estes profissionais, inclusive, formalmente. Auxiliares de regionais diferentes têm a carteira assinada com denominações diferentes. Além dos nomes formais, «auxiliar de fiscalização»e «agente de campo», escutei outras denominações como: «agentes de apoio» (ou simplesmente «apoio»), «fiscais», «azuizinhos», «coletinhos azuis», e etc.

estão na base, enquanto trabalhadores subalternos e terceirizados[12]. Como me explicou um dos entrevistados, em sua prática, devem ser os «olhos e ouvidos» da Prefeitura nas ruas da cidade. Num curso regular de rotina, eles ocupam as esquinas mais movimentadas da cidade a fim de inibirem o exercício de práticas proibidas e ocupações irregulares do espaço[13], tendo a obrigação de alertarem os sujeitos infratores sobre as regras de conduta e, se julgarem necessário (normalmente quando o infrator é insistente), relatam (por meio de um rádio comunicador) imediatamente o ocorrido a seus superiores, os chamados «fiscais integrados» ou «fiscais oficiais», responsáveis legais pela aplicação das sanções cabíveis, detentores do real *poder de polícia*[14]. Esta atividade diária nas ruas é denominada como *plantão* (uma categoria nativa), realizada diariamente, e pela qual eles experimentam maior poder discricionário: quando tomam decisões acerca das abordagens ao público sob autonomia relativa, com base em seu próprio discernimento sobre como agir naquela situação, da forma como explica Michael Lipsky (1980).

Além disso, os auxiliares também participam esporadicamente de outras modalidades de trabalho, como as operações de fiscalização sobre comércio ambulante em eventos, as operações de posturas[15], em vistorias em *shoppings populares*, em operações de «remoção» de moradores de rua das vias públicas e etc. As *operações* (outra categoria nativa) são sempre realizadas em equipe, compostas basicamente por fiscais integrados, policiais militares e os auxiliares, sendo que estes costumam realizar as funções «braçais» nessas equipes, como carregar caixas, guardar as mercadorias, retirar os pertences dos moradores de rua das calçadas, lembrando-me a tipologia de Everett Hughes (1958) sobre o «trabalho sujo»: o trabalho necessário embora desprovido de reconhecimento social.

Apesar de estarem alocados num estrato decisivo para a eficácia da fiscalização urbana, o cargo em questão está, de certa forma, em situação de invisibilidade, ainda que exerçam atividades estrategicamente importantes para a gestão municipal. Logo no princípio da minha investigação, descobri que não existe marco regulatório formal, mas apenas um guia de trabalho interno que descreve as funções dos auxiliares. Surpreendentemente, existem poucos procedimentos que visam à capacitação ou treinamentos formais para o exercício desse cargo. Segundo me explicou um dos entrevistados, «o aprendizado é na prática», «nas ruas», «na tora», sendo que, dentre eles, poucos conhecem o conteúdo e alguns sequer ouviram falar sobre o Código de Posturas (2003), o compilado de regulamentos que embasa legalmente a fiscalização em Belo Horizonte.

4. O trabalho dos auxiliares de fiscalização: um balanço sobre o exercício da discricionariedade

Desde o início da pesquisa, a categoria burocracia do nível de rua (*street-level bureaucracy*), proposta por Michael Lispky (1980), tem sido um bom suporte conceitual para pensar o problema de pesquisa. Trata-

---

12 Estes trabalhadores não são contratados diretamente pela PBH, mas prestam serviços a ela por meio de duas empresas terceirizadas (especializadas em serviços gerais) escolhida por um processo de licitação. A princípio, sabe-se que as empresas apenas atuam em questões relacionadas aos contratos dos agentes, quer dizer, não exercem nenhuma influência relacionada à gestão da fiscalização. Entretanto, ao longo da pesquisa, isso será averiguado com mais afinco.

13 Segundo a gerência da SMAFIS (Secretaria Municipal Adjunta de Fiscalização), os auxiliares de fiscalização devem estar atentos para qualquer tipo de irregularidade observada nos espaços públicos da área: como danificações nas calçadas, meios-fios e ruas, atividade de camelôs, atividade de «panfleteiros», cartazes e faixas em locais inapropriados, entulhos despejados em vias públicas, pessoas que obstruem o fluxo de transeuntes, e etc. Entretanto, verifiquei que a atenção a cada tipo de irregularidade varia bastante, a depender de vários fatores, principalmente, da região da cidade, do contexto político, dos funcionários envolvidos, de novos marcos legais e etc.

14 Normativa disponível em: « http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1069426» acesso em 04 de dezembro de 2014.

15 Estas operações servem principalmente para verificar se estabelecimentos comerciais seguem as regras previstas no Código de Posturas (2003) sobre a ocupação das calçadas por mesas e cadeiras, disposição de faixas publicitárias, exposição de mercadorias e etc.

se de uma tipologia referente aos trabalhadores das mais baixas camadas das hierarquias das burocracias contemporâneas, a quem são demandadas atividades de operacionalização dos esforços públicos «ao nível de rua», atuando cotidianamente no mesmo nível de relações do público a quem os serviços são endereçados. O autor distingue este tipo de camada burocrática operacional específica como um grupo analiticamente coeso, que possui características organizacionais, relacionais e de experiências de trabalho semelhantes. Alguns exemplos são: policiais, professores, agentes de saúde, assistentes sociais, agentes de fiscalização, entre outros.

Michael Lipsky (1976) elucida que estes são representantes imediatos do Estado contemporâneo perante os cidadãos e, por isso, são atores considerados estratégicos para a compreensão da realidade das políticas públicas contemporâneas. Três premissas básicas definem o trabalho dos funcionários alocados nas linhas de frente do Estado: (1) eles trabalham, em um curso regular de rotina, em interação constante com os cidadãos; (2) embora faça parte de uma estrutura burocrática, estes funcionários atuam com certa independência dessa estrutura. Um elemento dessa independência é o poder que lhe foi concebido em tomar decisões, o poder discricionário inerente a sua posição na organização; (3) o impacto potencial de suas decisões para os cidadãos com que lida é significativo. (LIPSKY, 1976)[16]

A obra de Lipsky foi um importante marco para estudos de implementação de serviços e políticas públicas que, sendo inclusive reapropriados por pesquisadores de diversas áreas das Ciências Humanas como uma possibilidade teórica-metodológica inovadora, como chama atenção Bragato (2012) e Brodkin (2012). No Brasil, vários autores e autoras têm se utilizado dessa teoria como ponto de partida para compreender os novos formatos e alcances das «linhas de frente» do Estado contemporâneo, como Lotta (2009, 2010), Georges & Santos (2012, 2013), Pinc (2013), Bragato (2012), Oliveira (2012), entre outros.

Como já demonstrei em outro texto (ARAÚJO FILHO, 2014), os auxiliares de fiscalização da PBH são exemplos típicos de burocratas do nível de rua, cujo trabalho é característico pelas performances comunicativas constantes com seu público e conciliação de variadas demandas, necessidades e constrangimentos de seus interlocutores (LOTTA, 2010), o que é central para se compreender a sua discricionariedade característica, como exercício prático. Entretanto, deve-se delimitar melhor a consideração desse termo, pensando em dimensões que explicitem qual o seu grau real em cada atividade, e como ela é exercida.

A literatura aponta que o poder discricionário é central no trabalho dos burocratas do nível de rua, uma vez que funciona como um aspecto de sua agência social ajustado às tarefas diárias que desempenham, diante de todas as complexidades e incertezas típicas da rotina de implementação «ao nível de rua». Esse «poder» nas mãos desses trabalhadores se expressa, normalmente, na capacidade de determinar a natureza, a quantidade e a qualidade dos benefícios ou sanções planejadas por suas organizações estatais (LISPKY, 1980), tornando-se, assim, *policymakers* (BRODKIN, 2010; LOTTA, 2010).

Há, entretanto, alguns aspectos sobre a discricionariedade, que são caros a esta agenda de pesquisa, e precisam ser mais bem mitigados para uma apropriação teórica mais criteriosa e mais adequada do termo para o campo empírico em questão.

Primeiramente, é necessário entender que discricionariedade é um conceito relativo (LIPSKY, 1980: 15). Isto é, sua relevância não é absoluta, mas relativa às relações sociais estabelecidas em cada contexto operacional: dependente da natureza das atividades desenvolvidas e a conformação das relações de trabalho estabelecidas, comportando-se assim de modo contextual. Demonstrarei à frente, como isto se manifesta no trabalho dos auxiliares de fiscalização da PBH.

Em segundo lugar, a autonomia burocrática que possuem não resulta em um trabalho livre, sem regras. Certamente ocorre o inverso. O formato de qualquer serviço público é criado e correntemente avaliado pelos estratos gerenciais superiores, por mais que, de alguma forma, recriado em sua fase de implementação

---

16 Vale apontar que a obra referenciada foi escrita no intento da compreensão do fenômeno no contexto norte-americano da década de 1970, assim, vários termos utilizados por Lispky são estranhos à realidade brasileira atual. Exemplos disso é o termo «burocracia» – designado a qualquer grupo de trabalhadores do Estado – ou «cliente» – referente aos usuários, beneficiários ou público alvo dos serviços públicos –, o que deve ser lido criticamente e reapropriado de forma adequada, uma vez que, na obra original, são utilizados de forma genérica, indistinta.

(LOTTA, 2010). A autonomia relativa das burocracias do nível de rua é prevista administrativamente, e por isso é constantemente equilibrada por cobranças e pressões organizacionais vindas dos gerentes (ou supervisores, como no caso da fiscalização em Belo Horizonte).

Deve-se enxergar essa autonomia como uma possível positividade, na medida em que é instrumental do ponto de vista gerencial. Por exemplo, o aspecto da seletividade nas abordagens ao público que fazem os auxiliares de fiscalização, não se trata, a princípio, de um privilégio da ocupação, mas uma atribuição (vinda de cima) da necessidade de tomar decisões, o que se materializa em estratégias (grupais ou individuais) na ordem do dia, enquanto construção ativa de um *programa de ação* (MARCH & SIMON, 1974). Trata-se de uma transferência estratégica das controvérsias próprias do âmbito institucional para as linhas de frente (LIPSKY, 1980). No caso dos auxiliares de fiscalização, isso fica evidente no cotidiano dos *plantões*, quando são obrigados a enfrentar inúmeros problemas de cunho institucional, originados antes da fase de operacionalização, por exemplo, o problema da imprecisão de categorias importantes como «hippies», «artesãos», «ambulantes» e «camelôs» (lembrando o caso citado na seção anterior). Este problema tem validade diária, sendo «resolvido» nas ruas, e não nos escritórios.

Como já apresentado, existem dois momentos distintos de atuação dos auxiliares de fiscalização, quanto ao tipo de trabalho em que se envolvem: o *plantão* e as *operações*. A partir dessas duas modalidades de trabalho, é possível observar como se diferem os condicionantes para o exercício do poder discricionário, e como se conforma, assim, cada estratégia da Prefeitura no enfrentamento às irregularidades praticadas nas ruas.

Durante o *plantão*, atividade realizada correntemente ao longo da semana, os «coletinhos» experimentam uma considerável autonomia de arbítrio. Enquanto estão nas calçadas, colocam em exercício suas próprias interpretações sobre o que seja irregular ou regular. Ainda que o objetivo principal dos plantões seja a ocupação de determinadas esquinas, na realização de um controle imediato via vigilância ostensiva, frequentemente, devem «chamar a atenção» de indivíduos que estejam cometendo alguma irregularidade identificada. Decorre que isso não se trata de uma operação mecânica, mas efeito de uma operação prática, situacional e interpretativa. Em primeira instância, o auxiliar deve estar em condições de notar a ocorrência daquela atividade. Segundo, deve avaliar se aquela atividade se configura como uma atividade potencialmente irregular, de acordo com um discernimento situacional[17] sobre os marcos legais. Em seguida, deve abordar o sujeito supostamente infrator e intervir, demonstrando a sua inconformidade com a lei ou simplesmente pedindo para não persistir naquele momento. Caso haja resistência por parte do sujeito abordado, o auxiliar deve se comunicar com os fiscais integrados, que se encaminham prontamente ao local para tomarem as providências legais cabíveis, como apreensão de materiais e mercadorias e aplicação de multas. Uma vez que o fiscal integrado chega ao local, é incomum que haja possibilidade para argumentações e tolerâncias.

Ficou claro que a intenção primária da gestão municipal com a criação dos *plantões* é inibir o início de agrupamentos de camelôs (e outros possíveis infratores) em determinadas áreas (consideradas «limpas», isto é, sem grandes aglomerações de infratores). Outra função deste cargo é mediar os interesses normativos da gestão perante o público, instrumentalizando-os como «amortecedores» dos conflitos nas ruas, a fim de evitar que vários dos descumprimentos tenham que ser desdobrados em sanções burocratizadas, como notificações, apreensões e aplicações de multas. Estes trabalhadores acabam se tornando, em sua prática diária, *negociadores* da ordem e, muitas vezes, «acalmadores» (GOFFMAN, 2009).

Paralelamente, a estratégia de enfrentamento é diferente nas chamadas *operações*: ações esporádicas, realizadas em equipes (contando normalmente junto aos fiscais integrados, policiais militares e além de outros profissionais especializados[18]) a fim de se concluírem objetivos mais diretivos, No caso das *operações*, a concepção de «ordem» parece estar mais bem estabelecida, o que fica garantido pela presença de autoridades legítimas do Estado, com poder legítimo de imposição de regras e distribuição de sanções legíveis ao público. Os auxiliares

---

17 Além de estarem realizando tarefas cujos objetivos são confusos, como transpareceu por meio das narrativas dos auxiliares, ao auxiliares apontam receber pouca capacitação formal para lidar com esta rotina.

18 Por exemplo, quando se realizam operações de «remoção de moradores de rua», acompanham as equipes assistentes sociais da PBH.

têm, nessa configuração, seu poder discricionário desconstruído, saindo de cena como *policymakers*. Quem toma as decisões sobre quem abordar, como abordar, se haverá tolerância, «segundas chances», é o fiscal integrado. O auxiliar, nessas situações fica isento dessa responsabilidade.

Entretanto, observei que, muitas vezes, os «coletinhos» também são aqueles que fazem a mediação com o público abordado nas *operações*. Nessas situações auxiliam o fiscal integrado «tomando a frente» e conversando com o abordado, principalmente nas situações consideradas mais tensas, atuando nestas atividades em equipe como os peões do jogo de xadrez (analogia feita por um dos agentes entrevistados)[19]. Foi possível flagrar situações em que os «coletinhos» apaziguavam o conflito para que o fiscal integrado pudesse aplicar as sanções com tranquilidade.

Não quero dizer que durante as operações não haja exercício de discricionariedade ou possibilidades de *negociação*. Porém, quando o poder é (re)transferido para as autoridades, a dinâmica toma outras formatos, o que merece uma discussão a parte. A subalternidade e invisibilidade características das condições de trabalho dos auxiliares de fiscalização são fundamentais para que se compreendam os modos específicos de sua discricionariedade típica: ocasional e evidentemente frágil quando exercida.

Avalio, inclusive, que um dos usos frequentes que fazem os auxiliares do poder discricionário durante os *plantões* são as ações (informais) de defesa, em favor de sua integridade física. Ao longo das entrevistas, foram relatados inúmeros episódios de conflitos violentos decorrentes da relação tensa com comerciantes ambulantes e moradores de rua, principalmente. Diante da sensação de vulnerabilidade física e insegurança, como estão cotidianamente nas ruas da cidade (sem apoio policial na maior parte do tempo) se organizaram para se protegerem mutuamente. Trata-se de uma estratégia coletiva, e uma atitude individual, necessária para a permanência nesse emprego. Essa, portanto, se torna uma das facetas da discricionariedade daqueles que sentem na pele o que significa estar nas linhas de frente do Estado, como ilustra o relato a seguir:

> A gente não fica de costas para a rua porque pode sofrer algum tipo de agressão, ficar esperto... começou a aproximar demais encosta com o rádio na parede e pode gritar 'urso, urso' na rede. 'Urso, urso' é um código nosso que significa confronto, briga. Aí todo mundo já está ciente. É só falar o local do 'urso, urso', que vai todo mundo. [Extrato de entrevista realizada com L em 06/06/2013]

> Se colocar a mão na gente, o trem fica feio para o lado dele porque é muito azulzinho. Teve uma vez na [Avenida] Santa Rosa, por exemplo, teve um cara lá que passou com o carrinho cheio de água e pipoca e ali é um lugar que não pode mesmo! Ali toda hora o Carlão passa, o gerente. Se vê, dá galho para nós! Nós chegamos e o cara todo maloqueiro, todo malandrinho. [...] Ele falou para nós que para tirar ele tinha que ser quatro ´nego', precisava de 'quatro de vocês'. Aí foi e nós saímos de perto. Quando nós voltamos, trocamos ideia com ele na boa, pedimos com educação e ele falou 'não vou sair daqui não. Tem que ser muito homem para me tirar daqui'. Nós chamamos no rádio e chegou dez azulzinhos. O que ele fez? Pegou o carrinho e foi embora pedindo desculpa. [Extrato de entrevista realizada com C em 26/09/2013]

Outros usos do poder discricionário, nesse sentido, se dão em situações em que os auxiliares identificam alguma infração sendo cometida, mas simplesmente ignoram o suposto protocolo de ação, o que não significa indiferença, mas uma abstenção consciente. As razões são muitas, são produtos de um conhecimento prático sobre o ambiente e o público. Nas entrevistas, os «coletinhos» dizem sentir ora medo de agressões físicas, ora se sentem mal por atrapalhar o trabalho de um vendedor ambulante, ora julgam aquela intervenção incorreta, ou

---

19 Segundo uma fiscal integrada com quem tive uma conversa rápida enquanto fazia minhas observações de campo, a presença dos auxiliares durante as operações é positiva pois eles «fazem número» para a abordagem, quer dizer, dão um suporte físico.

mesmo sentem-se impotentes diante da alguma situação. Por isso, deve-se levar em consideração a dimensão do discernimento individual na análise da implementação:

> Nesse ponto de vista, trabalhadores do nível de rua usam de considerável e irredutível discricionariedade a fim de fazerem seu trabalho mais fácil, seguro e mais gratificante. Eles fazem seu trabalho mais fácil gerenciando os casos, enfocando nos casos mais fáceis, e evitando, recusando ou reduzindo contatos com casos impossíveis ou desagradáveis. Nesse sentido, eles buscam por soluções rápidas para problemas de longo prazo. (Maynard-Moody & Musheno, 2000: 12, tradução minha)

Brodkin (2010) chama a atenção para o fato de que a discricionariedade (quando positiva) não é distribuída de forma aleatória, mas é estruturada por fatores que influenciam as saídas informais, não-programáticas dos problemas diários. A importância desse tipo de procedimentos informais para burocracias é ressaltada pela literatura há algum tempo: desde Anthony Downs (1964), em sua crítica ao modelo weberiano de burocracia, até autores contemporâneos como James Scott (1998), que chama a atenção para a necessidade de um diálogo das interfaces do governo com os saberes locais nas fases de implementação dos serviços públicos, diante de um cenário de alta complexidade, onde os modelos rígidos de administração parecem insuficientes.
O trabalho do auxiliar de fiscalização está fortemente condicionado por suas habilidades interativas individuais, isto é, o «saber» lidar com seu público, o «jogo de cintura». Segundo o entrevistado E: «Muita coisa você tinha que tolerar na rua, mas muita coisa a gente consegue resolver também, pelo menos impondo respeito e sabendo conversar». Fica evidente o peso da dimensão interativa para o trabalho destes homens e, ao mesmo tempo, do caráter relacional que a lei toma em cenários como este. Portanto, no cotidiano do controle social as próprias leis formais são negociadas. O caráter borrado da fronteira entre o legal e o ilegal se torna evidente, entendido como:

> (...) um feixe de códigos, de procedimentos e protocolos, não normativos, não categoriais, sempre situacionais, práticos, relacionais e dos quais depende a passagem por essas fronteiras incertas, ao mesmo tempo em que, em cada situação, se negociam, se definem e redefinem os critérios do «certo» e do «errado», do justo e do injusto, os parâmetros do aceitável e os limites do tolerável (TELLES, 2010: 35)

5. Empreendedorismo moral e controle social

A fim de problematizar o objeto de pesquisa, proponho a perspectiva interacionista como um instrumental teórico para se refletir as dinâmicas da implementação da fiscalização nas ruas de Belo Horizonte. Levo a cabo a sugestão já exposta de que o controle social exercido pelo Poder Público (entendido, portanto, como um serviço público) é um constructo social não fixo, fruto das práticas sociais produzidas nas pontas. Diante disso, me apoio nos conceitos de Howard Becker (2008) para pensar nas regras de conduta designadas para regular a sociabilidade nos espaços públicos, e os agentes da Prefeitura como atores importantes nesse quadro, enquanto possíveis empreendedores morais.
A perspectiva de Becker sobre a construção de regras é bastante oportuna para a presente reflexão. Para o autor, não existe determinismo com relação à validade da regra como orientadora das condutas dos indivíduos. Isso quer dizer que a pertinência social de uma regra não está ligada a valores morais essenciais, num sentido de uma produção de coesão social, como a teoria durkheimiana aponta. A regra não é anterior às relações sociais, mas passa a existir enquanto produto de tensões políticas contextuais, pensado e executado por determinados grupos sociais, que conseguem impor seus pontos de vista sobre o que é «certo» e «errado» aos demais. Assim, a desobediência, o comportamento desviante, também se torna um produto (moralizado) desse empreendimento. As regras de conduta contidas no Código de Posturas foram instituídas enquanto demanda e interesse de

determinados grupos sociais. Apesar de ter sido incessantemente debatida, sendo motivo de importantes conflitos entre diferentes setores da sociedade como imprensa, legisladores, movimentos sociais e governos, resultou, por fim, nos projetos que objetivam a *revitalização* e o reordenamento urbano como norte, como descritos anteriormente. Não cabe aqui analisar a fundo este complexo processo histórico, mas apenas ressaltar que o estatuto institucional atual é fruto de ideários e iniciativas políticas específicas, que trazem consigo percepções morais sobre formas legítimas de sociabilidade. Prevaleceram, em forma de legislação, concepções sobre um projeto de cidade, um projeto de ordem pública. Este processo caracteriza o empreendedorismo moral em sua faceta primária, realizada pelos chamados criadores de regras (*rule creators*), como propõe Becker (2008).

Por esta perspectiva, este empreendimento moral só se completa quando é materializada na vida social, quando interfere, de fato, nas sociabilidades. Essa materialização também se realiza enquanto iniciativa empreendedora, a chamada imposição de regras (*rule enforcement*), dessa vez apontada como atividade típica de determinados grupos profissionais que acusam, apontam, identificam e rotulam os «desviantes», para usar o jargão de Becker. Exemplos são os fiscais integrados, policiais militares e auxiliares de fiscalização, no caso de Belo Horizonte. Todos estes atores estão envolvidos com o processo de operacionalização do estatuto de regras já instituído, contribuindo cotidianamente para sua reprodução enquanto regra «válida», reforçando os preceitos morais embutidos nela.

Neste sentido, os auxiliares de fiscalização desempenham um papel interessante nesse processo. Como típicos burocratas do nível de rua, estão em contato intenso com o público: camelôs, moradores de rua, transeuntes e etc. Diferente de outros profissionais, eles enxergam seu público como indivíduos, estabelecendo contatos pessoais com eles, nunca de forma abstrata ou distante (como a implacabilidade das regras). (Maynard-Moody & Musheno, 2000). Decorre disso, a abertura para o que chamo de *negociações* - da ordem e das leis -, como traço fundamental de seu trabalho quando estão longe dos supervisores.

Desprovidos de autoridade amplamente legitimada[20], os auxiliares ficam obrigados a interagir com as demandas desse público abordado. Nesse cenário, faz parte do trabalho diário um balanço sempre situacional e conflitante entre tolerância e imposição; entre comunicação e autoridade. A iniciativa de identificar e, por fim, executar literalmente a regra não se consiste em um fim determinado, mas apenas uma das possibilidades decorrentes da interação tensa entre o agente público e o «indivíduo desviante», cada qual com suas estratégias próprias para lidar com o conflito.

Os três depoimentos a seguir demonstram como o fator interacional impacta na atividade dos auxiliares de fiscalização:

> Os [ambulantes] que já vendem, que já conhecem ... a maioria sai correndo... ou esconde o produto, mas se esconde dentro da mochila a gente pega do mesmo jeito, o fiscal pede para abrir a mochila, entendeu? [Extrato de entrevista realizada com C em 26/09/2013]

> Já tentaram subornar, conversar. 'Ah eu vou ficar mais ali sô, mais para frente'[...] Algumas pessoas tentam ludibriar, falam que vão sair e aí quando você está ali sai. Aí quando você vai dar uma volta, olhar outro lugar, quando você vê, ela está ali de novo e ela te vê e fica aquele caça de gato e rato. Se eu tiver, sai. Quando você sai, ela volta. Quando você volta, ela sai. Quando você sai, ela volta. [Extrato de entrevista realizada com G em 06/06/2013]

> Tem pessoas que respeitam o que você faz, e tem pessoas que não. Tem pessoas

20 Uma das reclamações recorrentes dos auxiliares que escutava nas entrevistas era de que a população, no geral, não conhece seu trabalho, não sabem o que fazem. Dizem que muitos tampouco sabem que estão nas ruas para fazerem controle de atividades irregulares, pensam que estão ali para darem informações sobre ruas, informações turísticas.

> que entendem, sabem que estão irregulares e se você chega lá e a pessoa te trata com educação e tem outras que não, querem te xingar, brigar, te ofender, te bater. A gente nunca sabe o que a outra pessoa está pensando, então... cada pessoa pode ser uma forma diferente. Você não sabe o que esperar da pessoa que você vai abordar. [Extrato de entrevista realizada com G em 06/06/2013]

6. Concluindo...

Importante pensar na *imposição de regra* não como um desfecho do empreendedorismo moral, descrito por Becker, mas como um *continuum* dessas dinâmicas de interação. Olhando de perto o trabalho dos auxiliares de fiscalização, é possível entender como o Poder Público Municipal articula seus mecanismos institucionais a fim de otimizar o controle social. A gestão dos espaços urbanos está assentada nesses dois tipos complementares, apesar de aparentemente controversos: as intensivas *operações* e os ostensivos *plantões*.

O ponto principal que levanto é que *imposição de regras* se torna oportunamente flexível quando analisamos essas duas modalidades, enquanto estratégias de natureza opostas, mas interdependentes. Existem momentos e lugares determinados em que a prática e o discurso da implacabilidade da lei e da objetividade das *operações* se adéquam; enquanto que, em outros momentos e lugares, a autoridade e discricionariedade frágil dos «coletinhos» durante os *plantões* se tornam estratégicas no estabelecimento de um controle maleável, mas dinâmico e capilarizado para a «manutenção da limpeza da ruas», como me disse um dos auxiliares em entrevista.

Fica claro que em determinados momentos no trabalho nas pontas da fiscalização em Belo Horizonte, a discricionariedade torna-se um aspecto necessário para a execução de tarefas básicas, inclusive porque dá abertura para a criatividade dos agentes diante das incertezas da realidade que se deparam (nas *operações*, mas principalmente nos *plantões*). Por esta entrada analítica, a abertura à discricionariedade se figura como um importante «medidor» das relações sociais imbricadas na implementação dos serviços públicos e, portanto, das próprias atividades de governança.

Bibliografia

ARAÚJO FILHO, P. T. (2014) *Burocratas do Nível de Rua: uma análise interacionista sobre a atuação dos burocratas na linha de frente do Estado*. Revista Áskesis 3 (1). São Carlos, p. 45 - 57.

BECKER, H. S. (2008) *Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar.

BELO HORIZONTE. (2003) *Código de Posturas de Belo Horizonte*.

BRAGATO, J. (2012) *Estudo aobre a Burocracia de Rua do Programa Estrutural em Área de Risco (Pear) da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

BRODKIN, E. Z. (2012) Reflections on street–level bureaucracy: past, present, and future. Public Administration Review 72 (6), pp. 940-949.

DAS, V & POOLE, D. (2004) *Anthropology in the Margins of the State*. Oxford: School of American Research Press/ James Currey: Santa Fé.

DOWNS, A. (1967) *Inside Bureaucracy*. Boston: Little, Brown.

GEORGES, I. & SANTOS, Y. G. (2012) Care e políticas públicas: o caso das "agentes comunitárias de saúde" e das "agentes de proteção social", in: Hirata, H., Guimarães, N. Araújo (orgs.), *Cuidado e cuidadoras: as*

várias faces do trabalho do care. São Paulo: Ed. Atlas, pp. 166-182.

_____ (2013) "A produção da "demanda": viés institucional e implicações políticas da terceirização do trabalho social na periferia de São Paulo", in: Cunha, N. V. da, Feltran, G. S., *Sobre Periferias: Novos conflitos no espaço publico*, Rio de Janeiro: Ed. Faperj/Lamparina, pp. 159-177.

GOFFMAN, E. (2009) *Acalmando o Otário: Alguns aspectos de adaptação à falha.* In: Plural, 16 (1) pp. 195-211.

HUGHES, E. C. (1958) *Men and their work.* Free Press: New York.

JESUS, C. R. & LOTT, W. P. (2007) *O código de posturas e o discurso competente: estudo de caso de Belo Horizonte.* In: II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais: Florianópolis.

LIPSKY, M. (1980) *Street-level Bureaucracy. Dilemmas of the individual in public services*. Russell Sage Foundation: New York.

_____ (1976) *Toward a Theory of Street-level Bureaucracy*, in W. Hawley & M. Lipsky (eds) Theoretical Perspectives on Urban Politics, Eaglewood Cliffs: Prantice Hall.

LOTTA, G. S. (2010) *Implementação de Políticas Públicas*: *o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre os Burocratas de Nível de Rua no Programa Saúde da Família*. Tese de doutoramento. São Paulo: Universidade de São Paulo.

LOTTA, G. S. & PAVEZ, T. (2009) *Agentes de implementação: mediação, dinâmicas e estruturas relacionais*. In. Congresso LASA: São Paulo.

MARCH, J.G. e SIMON, H.A. (1972) *Teoria das Organizações*, FGV: Rio de Janeiro.

MAYNARD-MOODY S. & MUSHENO M. (2000) *State agent or citizen agent: Two narratives of discretion*. Journal of Public Administration Research and Theory: Kansas, 10 (2), p. 329.

PINC, T. (2014) *Burocrata do nível de rua: um estudo quase experimental sobre o uso da força durante os encontros com o público*. In. III Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política: São Paulo.

SCOTT, J. (1998). *Seeing Like a State: how certain schemes to improve the human condition have failed.* Yale University Press: New Haven.

TELLES, V. S. (2010) *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal.* Belo Horizonte: Argvmentvm.

VILELA, N. M. (2006) *Hipercentro de Belo Horizonte: movimentos e transformações espaciais recentes*. 2006. Dissertação de mestrado, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte.

Espaço urbano em disputa: contribuições do pensamento descolonial à resistência ao modelo de cidade global

Ana Beatriz Oliveira Reis
Universidade Federal Fluminense
reis.aboliveira@gmail.com

Resumo: Com o advento do neoliberalismo e com a globalização da economia, várias cidades passaram a ser pensadas sob a lógica de uma competição mundial entre as metrópoles para atrair maiores investimentos. Tem-se buscado o rearranjo urbanístico do espaço urbano a fim de adequá-lo ao modelo de cidade global. No contexto brasileiro, percebe-se que os atuais processos de transformação no espaço urbano, impulsionados pelo neoliberalismo e intensificados pela realização de megaeventos, vêm aumentando os problemas sociais no âmbito das cidades como a segregação espacial, a gentrificação e as remoções forçadas. Diante dessa situação, acredita-se que o pensamento descolonial possa contribuir para que as cidades dos países periféricos sejam planejadas e geridas a partir de um novo olhar como forma de resistência ao modelo neoliberal de cidade.

Palavras-chave: globalização; espaço urbano; cidade global; pensamento descolonial; direito à cidade.

1. INTRODUÇÃO

No contexto do advento do neoliberalismo e da intensificação do processo de globalização da economia acompanha-se o desenvolvimento de novas formas de territorialização. A nova divisão do trabalho, cada vez mais descentralizada, o advento de novas tecnologias e de novas formas de comunicação, são alguns exemplos de acontecimentos que vêm transformando a compreensão de tempo e de espaço.

As cidades nessa nova fase do capitalismo passam a ser pensadas enquanto mercadorias, ou seja, produto a ser vendido no mercado mundial. Cria-se no mundo globalizado uma competição global entre as metrópoles por maiores investimentos e pela atração de cada vez mais turistas. Aeroportos internacionais, modernas infraestruturas de telecomunicação e de transporte, prestação de serviços com produtos de grandes marcas mundiais e a recepção das sedes das grandes empresas passam a ser características das cidades globais cada vez mais homogêneas embora a aposta na singularidade seja o grande trunfo para o sucesso nessa competição mundial. Reforçar as peculiaridades regionais não se mostra suficiente para evitar que os problemas globais das grandes cidades como violência, tráfego intenso e segregação social sejam evitados localmente.

O Estado e o mercado são importantes atores nesse processo. Os fenômenos da desregulamentação da economia, da desnacionalização dos Estados e a adoção da cartilha estabelecida no Consenso de Washington não podem ser compreendidos sem considerar a relação desses dois agentes. Embora o marco do "Estado Mínimo" tenha ganhado forte adesão entre seus defensores e entre os seus críticos, Milton Santos, sabiamente, aponta as contradições desse termo: nessa nova etapa do capitalismo percebe-se a atuação mais intensa do Estado na defesa dos interesses do mercado, seja através da ação ou da omissão do poder público.

No âmbito do espaço urbano, o Estado neoliberal estabelece seu padrão para as cidades e impõe o novo modelo de planejamento urbano baseado no empreendedorismo. O modelo de planejamento estratégico é a menina dos olhos de ouro para os gestores públicos (expressão que substitui o termo político, tão esvaziado na atualidade). Em linhas gerais, esse modelo visa incorporar na administração pública estratégias empresarias para que as cidades se tornem um produto. A participação dos técnicos no planejamento e na gestão urbanos passa a ser privilegiada em relação ao processo legislativo (quiçá em relação à participação popular).

Para que a implementação do modelo de cidade global seja bem sucedida, torna-se necessário negar a política e as disputas internas no âmbito das cidades. Forjar o consenso torna-se essencial para que se conquiste a cooperação de todos os moradores da cidade na construção do projeto mercadológico de cidade.

O modelo de cidade global, contudo, quando adotado por cidades dos países periféricos do sistema de produção capitalista tende a intensificar ainda mais a segregação social histórica desses espaços. Com o rearranjo urbanístico das cidades para que estas se adéquem ao modelo neoliberal, verifica-se que as políticas de reabilitação urbana, por exemplo, têm intensificado os fenômenos segregação através de processos de gentrificação. O projeto de cidade global nessas metrópoles tem justificado, sob o manto de suposto interesse público, violações ao direito à moradia de milhares de famílias através das práticas remocionistas que expulsam as populações dos centros históricos através de formas diretas e indiretas de remoção.

Pretende-se, portanto, desenvolver um novo olhar sobre as cidades periféricas a partir do referencial do pensamento descolonial. Autores com identificação nessa escola de pensamento propõem uma reflexão sobre o conceito de modernidade. Esse conceito seria imposto como um padrão de poder mundial que revestiria todo planeta e se consagra através de práticas de homogeneização de condutas. O pensamento descolonial se propõe a revelar a dimensão colonial da modernidade até então ocultada.

O processo de globalização compreendido através do pensamento descolonial é entendido como o desdobramento de um fenômeno iniciado com a conquista da América. A colonialidade do poder (e do saber), o sistema de produção capitalista, o modelo de Estado-nação e o eurocentrismo são práticas que, articuladas, compõem um projeto de dominação mundial começado em 1492.

Acredita-se nesse trabalho que o pensamento descolonial, além de ser importante instrumento analítico para compreender a globalização enquanto o desenvolvimento de um processo que tem como referencial um projeto hegemônico de modernidade, apresenta elementos fundamentais para se pensar na ruptura com o modelo de cidade global. Um desses elementos está presente no conceito de desobediência epistêmica cunhado do Walter Mignolo que propõe a ruptura ao pensamento único em torno da modernidade bem como a maior visibilidade de saberes e práticas originárias até então ocultadas pela colonialidade.

Primeiramente, será estabelecida uma relação entre os seguintes conceitos: globalização, espaço urbano, território, cidade global e planejamento estratégico. A análise contextualizada desses conceitos tem como objetivo verificar os atores e discursos em disputa nas cidades bem como a consequência da implantação desse modelo, em especial, nas cidades dos países periféricos.

A seguir será apresentado o pensamento descolonial e algumas de suas principais características a fim de se compreender a relação entre modernidade e espaço urbano. Pretende-se ainda evidenciar uma possível contribuição do pensamento descolonial à resistência ao modelo de cidade global a partir do exercício do direito à cidade.

Por fim, serão apresentadas algumas considerações finais desse trabalho acadêmico. Não se tem, contudo, a pretensão de encerrar as discussões sobre a relação entre o direito à cidade e o pensamento descolonial. Essa relação merece ainda maior amadurecimento que poderá ser desenvolvidas a partir (ou não) desse primeiro trabalho.

As categorias teóricas fundamentais articuladas nesse trabalho acadêmico são: Globalização (Milton Santos), Cidade Global (Sakia Sassen), Direito à cidade (Henry Lefebvre) e alguns conceitos dentro do campo "Pensamento Descolonial" (Aníbal Quijano e Walter Mignolo).

Foi utilizada nessa análise a abordagem jurídico-sociológica, num viés crítico, por meio da técnica de pesquisa de revisão bibliográfica.

2. GLOBALIZAÇÃO E CIDADES

Através de uma análise histórica, percebe-se que o advento das cidades e dos fenômenos decorrentes dos processos de urbanização, com suas devidas peculiaridades em diferentes cantos do mundo, relaciona-se com outros processos de ordem econômica, social, política, cultural. Para a compreensão desse processo que não pode ser entendido fora dos diferentes contextos históricos nos quais ocorre, adota-se nesse trabalho a perspectiva de Henry Lefebvre segundo a qual o espaço é produto e produtor das relações sociais. Nesse sentido, o autor francês desenvolve na obra "A produção social do espaço" o conceito de espaço social para além da visão

estruturalista[1] que enxerga o espaço urbano apenas como um produto das relações econômicas, em especial, do consumo.

> O conceito de espaço social se desenvolve, portanto, ampliando-se. Ele se introduz no seio do conceito de produção e mesmo o invade; ele se torna o conteúdo, talvez essencial. Então, ele engendra um movimento dialético muito específico, que certamente não revoga a relação "produção consumo" aplicada às coisas (os bens, as mercadorias, os objetos da troca), mas a modifica ampliando-a. (Lefebvre 2000: 75)

Logo, não existe apenas um espaço social, mas vários espaços sociais que se compõem (princípio da superposição).

No aspecto econômico, observa-se que o espaço urbano cumpre importante papel na expansão do sistema de produção capitalista. Para assegurar a circulação de capital, tornam-se necessárias infraestruturas sociais e físicas. Nesse contexto, o espaço urbano passa a ser produzido de forma a facilitar a circulação de mercadorias e diminuir os custos de produção de forma a aumentar as possibilidades de lucro. Para David Harvey (2005) tanto a superacumulação como a desvalorização são mediadas por determinada forma de expansão geográfica.

Atualmente, o sistema de produção capitalista atravessa uma nova etapa denominada globalização definida por Harvey (2005: 229) "como uma padronização geograficamente articulada das atividades e das relações capitalistas globais."

Para o geógrafo brasileiro Milton Santos, o processo de globalização impulsiona novas formas de organização do espaço. Na globalização, ações em nível local podem ter impacto global e vice-versa. Com a nova divisão do trabalho surgem novas formas de territorialização da produção que agora se dá em nível global.

> No mundo da globalização, o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições. E, também, uma nova importância, porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização. Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros. (Santos 2012:79)

Em 1974, Henry Lefebvre já destacava a dimensão global do espaço essencial para a expansão do capital.

> O global põe em movimento tríades, conflitos, conexões a três termos. Para citar desde já, para lembrar a mais essencial dessas conexões: o capitalismo não se analisa e não se expõe em oposições binárias: proletariado e burguesia, salário e lucro, trabalho produtivo e parasitismo. Ele comporta três elementos, três termos, três momentos: a terra, o trabalho, o capital, quer dizer: as rendas, os salários e os lucros, numa unidade global: a mais-valia. (2000:180)

Na obra "Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional," Milton Santos (1994) destaca o papel fundamental da técnica nesse processo que, segundo o geógrafo, tende a homogeneizar as relações sociais através da criação de um lugar comum. A sensação de estar em um local comum se faz através da aproximação do tempo, que passa a ser global. A noção de tempo, portanto, também passa a ter um papel fundamental na homogeneização global. Como Nobert Elias (1998) destaca, existem os tempos "físico" e o "social". O tempo social nada mais é do que uma instituição social, uma representação simbólica que traduz a sequência irreversível dos acontecimentos. A globalização, portanto, é também fenômeno capaz de redefinir as noções de tempo e espaço.

No âmbito do território, a globalização tende a criação de um espaço único de dominação através de processos de homogeneização que vão destruindo singularidades regionais. O conceito de local ganha novos significados.

---

1 Para maiores esclarecimentos sobre a visão estruturalista do espaço e a sua crítica humanista ler o capítulo "Paradigmas Flutuantes" da obra " A produção social do Espaço Urbano" de Mark Gottdinner.

> O conteúdo do território como um todo e de cada um dos seus compartimentos muda de forma brusca e, também, rapidamente perde uma parcela maior ou menor de sua identidade, em favor de formas de regulação estranhas ao sentido local da vida. (Santos, 2012:104)

Com o processo de globalização, surge o conceito de "cidade global" que é atribuído a Sakia Sassen que em 1991 escreveu a obra "The Global city: New York, London, Tokyo". Barbara Freitag, a partir da obra da professora holandesa, ao definir o que é a cidade global afirma que:

> Essas grandes cidades fornecem as infraestrutura necessária para a economia mundial, para que esta possa realizar as transações necessárias de capital e mercadorias. Por isso, as cidades globais precisam ter bons aeroportos, hotéis, telecomunicações, mídia, Internet, sistema de segurança, bolsas, sistemas de seguro, e assim por diante. Essas cidades também necessitam de um número significativo de pessoas treinadas para assegurar esses serviços. As cidades globais também são mercados capazes de absorver e reciclar todos os fluxos de capitais. (Freitag 2012: 118)

Na obra "Cities in a world economy", Sassen estabelece a relação entre as cidades globais e a nova etapa do capitalismo, qual seja, a globalização.

> As cidades globais são sítios-chaves os serviços avançados e as facilidades das telecomunicações, necessários para a implementação e a condução das operações da economia global. Nelas também tendem a se concentrar o estado maior das firmas, especialmente aquelas que operam em mais de um país. (Sassen, 1998: 19)

Em 2009, Sakia Sassen ratifica a idéia acima apresentada ao dizer que " los mercados nacionales y globales, así como las organizaciones integradas globalmente, requieren que exista um centro físico donde se efetúen las tareas de globalización"(2009:55).

A socióloga brasileira Monica de Carvalho (2000). propõe uma análise crítica do conceito cidade global a partir da apreciação do seu caráter ideológico uma vez que tal conceito não pode ser compreendido fora do contexto histórico que o produziu, vivido de maneira intensa dos países centrais do capitalismo Nas grandes cidades dos países periféricos, a globalização tende a mostrar seu lado mais perverso ao intensificar os processos de segregação sócio-espacial.

Monica Carvalho (2000) afirma ainda que, para que as cidades globais se concretizem na realidade do espaço urbano, torna-se necessário um suporte normativo capaz de conduzir a concretização desse tipo de cidade. O modelo planejamento urbano a ser seguido por todas as cidades que desejam estar inseridas no processo de globalização e, portanto, na competição mundial entre as metrópoles, é o modelo do planejamento estratégico que possui as características abaixo descritas.

> Em comum, as linhas mestras do planejamento estratégico: a identificação de uma crise na centralidade econômica da cidade; a necessidade de torná-la competitiva aos investimentos estrangeiros; uma ação que venda a imagem da cidade para o mundo, a partir da descoberta de algo que possa se constituir em sua marca de identidade; a parceria" entre os recursos públicos e o capital privado;
> a busca de um consenso entre todos os atores urbanos, a fim de que o projeto possa ser realmente efetivado. (Carvalho,2000: 76)

Esse modelo, denominado também "empreendedorismo urbano" é entendido por Harvey (2005) como:

> Padrão de conduta na governança urbana que combina poderes estatais (locais, metropolitanos, regional, nacional ou supranacional), diversas formas organizacionais da sociedade civil (câmaras de comércio, sindicatos, igrejas, instituições educacionais e de pesquisa, grupos comunitários, ONG's etc) e interesses privados (empresariais

> e individuais) formando coalizões para fomentar ou administrar o desenvolvimento urbano/regional de um tipo ou outro. (Harvey 2005: 228)

No contexto do empreendedorismo urbano, adota-se o planejamento estratégico inspirado nos conceitos e técnica do planejamento empresarial (Vainer, 2002). Nesse novo padrão de planejamento, a técnica passa a ter papel preponderante assim como os técnicos, cujas opiniões são as mais solicitadas durante o planejamento e a gestão das cidades em detrimento da participação popular na gerência dos assuntos coletivos.

O principal objetivo do planejamento estratégico é inserir as cidades numa competição mundial entre as metrópoles. A cidade, portanto, é transformada numa mercadoria, um produto voltado para o mercado mundial e não para os seus moradores. Como um produto caro, a cidade torna-se inacessível para muitas pessoas que não têm condição de pagar por ela.

> Em síntese pode-se afirmar que, transformada em coisa a ser vendida e comprada, tal como a constrói o discurso do planejamento estratégico, a cidade não é apenas uma mercadoria mas também , e sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis. (Vainer 2002:83)

Para que a cidade se transforme em produto são necessárias transformações de ordem física e de ordem social. David Harvey (2005) diz que as cidades na globalização são transformadas em *commodities*, ou seja, um capital simbólico coletivo por meio da relação entre capital e cultura. As *commoditties,* para essa autor, são consequências da mercantilização extrema em tempos em que tudo pode ser comercializado.

Através de aspectos que reforçam formas de diferenciação e de singularidade, as cidades passam a buscar não apenas o lucro, mas também a renda monopolista. Ao promover suas peculiaridades, as cidades tentam se destacar em relação às demais cidades na competição mundial das metrópoles pela atração de maiores investimentos e o maior número de turistas. Essa busca, contudo, é marcada por várias contradições.

Quando a cidade tenta se inserir na competição mundial das metrópoles através da adoção do modelo de cidade global, a vida cotidiana é transformada. Com a chegada de novos investimentos e com o aumento da circulação de mercadorias e pessoas, essas cidades globais passam a compartilhar dos mesmos problemas: poluição, violência, grandes congestionamentos, entre outros. Ou seja, as singularidades que as tornavam um produto diferenciado nessa competição são camufladas por problemas comuns a todas as grandes metrópoles. Percebem-se nessa situação novas dimensões da relação global/local.

No aspecto físico, as cidades são submetidas a um rearranjo urbanístico capaz de atrair maiores investimentos. Um exemplo dessas transformações de ordem física é o processo de reabilitação urbanística responsável pela revitalização dos centros históricos das cidades.

Em muitas metrópoles, os centros históricos foram sendo abandonados ao longo do século XX, se transformando em locais associados à degradação, violência, consumo de droga e prostituição. As populações de baixa renda foram ocupando esses locais e exercendo ali o direito à moradia.

Apesar da degradação, as locais centrais são estrategicamente importantes para a prestação de serviços devido às facilidades de acesso. As políticas de reabilitação urbana surgem como alternativas para que a relevância econômica dessas áreas seja recuperada. A revitalização dos centros históricos também facilita a inserção dessas cidades no contexto de competição mundial entre as metrópoles.

Fernanda Paula de Oliveira (2011) define a realibilatação urbana como um conjunto de medidas de:

> requalificação ou revitalização de áreas inseridas no interior das cidades, dotando-as das necessárias infraestruturas e outras condições que permitam sua ocupação sustentável, a melhoria do respectivo ambiente urbano em geral e, ainda de atractividade, centralidade e multifuncionalidade das mesma. (Oliveira 2011:71)

A autora portuguesa defende ainda que a reabilitação urbana, em especial das áreas centrais, tem como objetivo primordial a promoção de maior coesão social uma vez que essas políticas visam promovem maior desenvolvimento social e econômico das cidades.

O que se verifica na execução das políticas de reabilitação, contudo, é o aumento da segregação sócio-espacial das cidades uma vez que os antigos moradores dessas áreas centrais, geralmente as populações de baixa renda, são substituídas por novos moradores, capazes de pagar pela valorização imobiliária sofrida por essas áreas após o processo de reabilitação urbanística. Essa substituição é denominada por Garnier (2013: página) como uma estratégia para "liberar o terreno para operações rentáveis e habitantes solventes".

Essas práticas são definidas por Rigol (2004:99) como processos de gentrificação que se caracterizam pela "substituição social, reinvestimento econômico e, em geral, mudança de significado e imagem dessas áreas centrais". A substituição das camadas sociais das áreas centrais das grandes cidades ocorre simultaneamente aos processos diretos e indiretos de remoção.

Processos direitos de remoção podem ser observados na cidade do Rio de Janeiro através das remoções forçadas na região portuária localizada no centro da cidade. Para a realização das obras da operação urbana consorciada denominada "Porto Maravilha," várias famílias que habitam nessa região há anos estão sendo removidas para áreas mais periféricas da cidade. Desde então, comunidades já foram extintas e o direito à moradia, compreendido para além do direito à habitação, tem sido violado.[2]

Os processos indiretos de remoção são aqueles decorrentes da valorização imobiliária das áreas impactadas pelas políticas de reabilitação urbana. Com a inserção de novos equipamentos urbanos e com a chegada de novos serviços, os preços dos imóveis e os valores dos aluguéis nessas áreas aumentam de forma que os moradores antigos não conseguem permanecer nessas regiões. Logo, são obrigados a se mudarem para áreas mais periféricas sendo substituídos por novos moradores com alto potencial para o consumo dos novos serviços disponíveis nas áreas centrais que antes se encontravam em vias de degradação.

Para que o modelo de cidade global seja bem sucedido torna-se fundamental ainda a cooperação de todos os moradores da cidade. Nesse sentido, o poder público, com o apoio da mídia e demais setores interessados, investem num discurso que tenta tornar a cidade uma arena do consenso ocultando-se todos os conflitos existentes no âmbito das metrópoles.

Primeiramente, faz-se necessário criar um sentimento de crise. A imagem de cidade que precisa ser percebida por seus moradores é aquela à beira do caos. A sensação de desordem promove a criação de um falso consenso em torno da necessidade de se recuperar a cidade das mãos de inimigos forjados aos quais se atribuem todos os problemas das cidades. Na cidade do Rio de Janeiro, além da violência, a expansão desordenada das favelas foi tratada pelo poder público e pela mídia como uma das responsáveis pelo estado de caos da cidade. Essa estratégia foi fundamental para justificar, por exemplo, as políticas de remoções.

Durante o planejamento da cidade global o poder público propõe uma trégua aos conflitos internos das metrópoles, conforme alertado por Vainer (2002) a partir da construção do conceito de cidade-pátria que idealiza a cidade como um campo homogêneo, um bloco único, cujo interesse comum é a projeção internacional para atrair maiores investimentos onde todos os moradores, em tese, sairiam ganhando com as oportunidades geradas pelos novos negócios

> Na construção do consenso em torno de uma proposta que nega completamente o espaço para a política, a percepção da crise e o desejo de sua superação através da competição com outras cidades pela atração de investimentos tornaram-se ingredientes fundamentais. Em momentos de disputa com o exterior, não existe espaço para as disputas internas. (Oliveira 2012: 217)

A compreensão da cidade enquanto espaço do consenso merece ser refutada. Para a construção de um espaço urbano com valores diferentes daqueles impostos pelo processo de globalização, faz-se necessária outra compreensão que reconheça a cidade como uma arena da diversidade, onde convivem conflituosamente diversos interesses. Assim como a política, a cidade é caracterizada pela disputa de usos e por atores heterogêneos que almejam poder dizer como se organizam as cidades e para quem elas servem. Essa disputa se torna explícita na simples observação da paisagem urbana, tão desigual. O conflito faz parte da vida cotidiana dos espaços

2 Maiores informações poderão ser encontradas no dossiê do comitê popular da copa e das olimpíadas...

urbanos e são essenciais nos processos de resistência às transformações que se impõem a partir da intensificação do neoliberalismo e de suas conseqüências perversas, principalmente para as cidades periféricas.

3. O PENSAMENTO DESCOLONIAL E A RESISTÊNCIA AO MODELO DE CIDADE GLOBAL

O processo de desenvolvimento da modernidade é apresentado pelo discurso hegemônico como uma evolução inevitável da humanidade a partir de um olhar eurocêntrico que coloca alguns países do que se conhece hoje como continente europeu no centro dos acontecimentos. A história é construída a partir de padrões de uma civilização modelo que oculta, inclusive, a influência de outras culturas na formação da subjetividade dos europeus. Essa é uma das primeiras contradições existentes no conceito hegemônico de modernidade forjado a partir de dicotomias como centro/periferia, homem civilizado/ bárbaro, desenvolvido/subdesenvolvido, racional/irracional que são fundamentais para a projeção desse fenômeno para além da Europa.
O sociólogo estadunidense Immanuel Wallestein ao desenvolver a teoria sistema-mundo, amplia a capacidade de se compreender o projeto de modernidade para além da Europa. Nesse sentido, não é possível compreender a modernidade como um fenômeno europeu independente. O projeto de modernidade, segundo o autor, é uma estratégia na qual alguns países desse continente assumem a função de centro do mundo. Cada país teria sua função pré-estabelecida, embora nem sempre evidente, no sistema-mundo. Logo, não é possível pensar que os desenvolvimentos econômico e social são uma tendência natural de todos os países do planeta.

> É absolutamente impossível que a América Latina se desenvolva, não importa quais sejam as políticas governamentais, porque o que se desenvolve não são os países. O que se desenvolve é unicamente a economia mundial capitalista e esta economia é de natureza polarizadora.(Wallerstein, 1997/1998: 249)

A expansão do sistema de produção capitalista é também um elemento fundamental para o sucesso do modelo de modernidade eurocêntrico.

> O capitalismo, como modo econômico, baseia-se no fato de que os fatores econômicos operam no seio de uma arena maior do que qualquer entidade política possa controlar totalmente . Neste sistema mundial existe uma intensa divisão do trabalho. Esta divisão não é meramente funcional, isto é, ocupacional, mas também geográfica. Quer dizer, a variedade de tarefas econômicas não está distribuída uniformemente no seio do amplo sistema mundial. (Arruda 1983: 172)

A colonialidade seria, portanto, a face ocultada da modernidade essencial ao sistema-mundo para a construção de diferentes papéis entre os diversos países. Walter Mignolo (2005) define a colonialidade como "o lado escuro da modernidade" sendo aquela constitutiva e não derivativa desta. Sem essas diferenças, sem a criação de dicotomias, a modernidade não teria se desenvolvido. Para que o projeto de modernidade eurocêntrico fosse bem sucedido, outras formas de saberes e de compreensão do mundo foram sufocadas.

> O imaginário do mundo moderno/colonial surgiu da complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactas ou fraturadas, de histórias contadas de um só lado, que suprimiram outras memórias, e de histórias que se contaram e se contam levando-se em conta a duplicidade de consciência que a consciência colonial gera. (Mignolo 2005: 39)

Diante desse contexto, alguns pensadores propõem um novo olhar sobre a modernidade, revelando a sua fase ocultada até então, qual seja a colonialidade, a partir do pensamento descolonial. Fernanda Bragato define o pensamento descolonial, formado essencialmente por pensadores latino-americanos, como "proposta de abertura e desprendimento" (2014:211)

> O pensamento descolonial insere-se na trilha das formas de pensamento contra-hegemônicas da modernidade e inspira-se nos movimentos sociais de resistência

> gerados no contexto colonial. Momentos estes que foram velados pela retórica da modernidade, que provocou o ocultamento da colonialidade e, em consequência, a invisibilidade do pensamento descolonial em germe. (Bragato,2014: 210-211)

No âmbito do pensamento descolonial, foram desenvolvidos alguns conceitos. O primeiro a ser destacado é o conceito cunhado por Aníbal Quijano de colonialidade do poder. De acordo com esse conceito, o poder da Europa é exercido não apenas através dos controles econômico e político dos demais países. A colonialidade se desenvolveu também através do domínio das subjetividades pela imposição cultural e pela diferenciação de raça. O homem branco europeu seria tratado como naturalmente superior aos demais. A distinção, logo, é essencial para o etnocentrismo que justificava a inferiorizarão de negros, índios, judeus e determina a divisão do trabalho baseada, inicialmente, na escravidão desses povos subalternizados pelo discurso eurocêntrico.

> A colonialidade do poder é o padrão de poder que se constitui juntamente com o capitalismo moderno/colonial eurocentrado, que teve início com a conquista da América em 1492. O world-system moderno/colonial, que se constituiu a partir daquela data, deu origem a um novo padrão de poder mundial fundamentado na ideia de raça, que passou a classificar a população mundial, produzindo identidades raciais historicamente novas que passariam, por sua vez, a ficar associadas a hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes aos padrões de dominação. (Quijano,2005)

Para além dos efeitos econômicos e sociais, a colonialidade revela também sua face no campo da produção do conhecimento. O pensamento difundido a partir da Europa é absorvido por outros povos como se fossem universais. A colonialidade do saber foi sendo construída ao longo do processo da modernidade através do ocultamento de outros saberes, criando-se um modelo de pensar único. Segundo Santiago Castro-Gómez, "A colonialidade do poder e a colonialidade do saber se localizadas numa mesma matriz genética" (2005:84).

A partir da compreensão que existe uma face oculta da modernidade, é desenvolvido, no âmbito do pensamento descolonial, o conceito de desobediência epistêmica que defende a necessidade de desconstrução da verdade única a cerca da história da humanidade.

> Desde mediados de los años setenta, la idea de que el conocimiento era también un instrumento de colonización y que por lo tanto La descolonización implicaba la descolonización del saber y del ser (esto es, de la subjetividad) se expresó de varias maneras y endiferentes ámbitos. Mignolo (2010: 10-11)

Para romper com o projeto de modernidade eurocêntrico torna-se necessário, portanto, uma nova forma de produção de conhecimento que viabilize os saberes ocultados pelo colonialismo.

> A ideia de desobediência epistêmica, proposta central do pensamento descolonial, tem a ver com a necessidade de descolonizar o conhecimento. Essa conclusão decorre da constatação de que existe uma face oculta e encoberta da modernidade: a colonialidade. (Bragato 2014: 211-212)

Aníbal Quijano (2005) afirma que a modernidade é, enquanto um projeto de dominação mundial, o primeiro a abarcar a totalidade da população do planeta. Seria a globalização, portanto, o desenvolvimento de um projeto iniciado com a modernidade.

> En ese sentido, lo que ahora se llama "globalización" es, sin duda, un momento del procesode desarrollo histórico de tal patrón de poder, quizá el de su culminación y de su transición, como varios ya han sugerido. (Quijano 2000: 2)

A compreensão de que a modernidade faz parte de um projeto de poder eurocêntrico do qual uma das fases é a globalização, possibilita analisar o advento do modelo de cidade global também como uma dimensão da modernidade e de sua face até então ocultada (a colonialidade). Conforme alertado por Lefebvre, o espaço urbano na modernidade possui várias peculiaridades.

> O espaço da "modernidade" tem características precisas: homogeneidade-fragmentação-hierarquização. Ele tende para o homogêneo por diversas razões:

> fabricação de elementos e materiais - exigências análogas intervenientes -, métodos de gestão e de controle, de vigilância e de comunicação. Homogeneidade, mas não de plano, nem de projetos. De falsos "conjuntos", de fato, isolados. Pois paradoxalmente (ainda) esse espaço homogêneo se fragmenta: lotes, parcelas. Em pedaços! O que produz guetos, isolados, grupos pavilhonares e pseudoconjuntos mal ligados aos arredores e aos centros. Com uma hierarquização estrita: espaços residenciais, espaços comerciais, espaços de lazer, espaços para os marginais etc. Uma curiosa lógica desse espaço predomina: que ele se vincula ilusoriamente à informatização e oculta, sob sua homogeneidade, as relações "reais" e os conflitos. Além disso, parece que essa lei ou esse esquema do espaço com sua lógica (homogeneidade fragmentação hierarquização) tomou um alcance maior e atingiu uma espécie de generalidade, com efeitos análogos, no saber e na cultura, no funcionamento da sociedade inteira. (Lefebvre 2000: p.7)

As novas formas de planejamento e gestão das cidades, impostas de fora para dentro, tende a reproduzir no âmbito das cidades, as formas de distinção do capitalismo através da intensificação da segregação sócio-espacial que reforça certas dicotomias como centro/periferia e bairro/favela.

Além disso, o modelo de cidade global, embora imposto à totalidade das cidades que vêm adequando à gestão municipal de acordo com os preceitos neoliberais do empreendedorismo urbano, não contempla a todas as cidades da mesma maneira. Assim como os países, as cidades ocupam papéis estabelecidos de forma não aleatória no sistema-mundo.

Logo, o modelo de cidade global não pode ser adotado a partir da crença de que o planejamento estratégico será responsável pelo desenvolvimento econômico das metrópoles. A readequação das cidades na lógica da globalização não altera a divisão social do trabalho. Muito pelo contrário: o modelo de cidade global, principalmente nas cidades dos países periféricos do sistema de produção capitalista, tende a intensificar ainda mais as mazelas sociais a partir da interferência cada vez maior do mercado na estruturação das cidades bem como da maior influência de organismos internacionais na configuração do espaço urbano.

A cidade do Rio de Janeiro é um importante exemplo de como a adoção do modelo de planejamento estratégico tem intensificado os problemas sociais no âmbito das metrópoles dos países periféricos.

Desde a gestão do ex-prefeito Cesar Maia em 1993, a cidade do Rio de Janeiro vem sendo preparada para a sua inserção cada vez maior no cenário internacional. Desde então, os planos estratégicos do poder executivo vêm substituído o plano diretor municipal. Os planos diretores são instrumentos de política urbana centrais no direito urbanístico brasileiro com previsão constitucional (art. 186, CFB/88) e também no Estatuto da Cidade (Lei federal 10.257/2001).

A recepção dos megaeventos internacionais começou a ser pensada ainda no início da década de 90. Contudo, é nos últimos anos que se pode perceber a maior intensificação das transformações urbanísticas na cidade maravilhosa.

As obras de infraestrutura, de modernização do transporte público e de revitalização urbanística, como o projeto "Porto Maravilha" vêm sendo acompanhadas da intensificação de práticas remocionistas, do aumento da especulação imobiliária (e, consequentemente, do custo de vida nessa cidade) bem como a intensificação de processos de gentrificação, conforme relatado pelo dossiê do comitê popular Rio Copa e Olimpíadas já citado. Percebe-se ainda que organismos internacionais como o Banco Mundial, a FIFA e o COI passam a exercer influência direta nessas cidades ditando as regras que a cidade deve seguir para estar apta a receber esses eventos.

Nos países latino-americanos, a situação das grandes cidades não é muito diferente. Os efeitos da globalização nessas metrópoles têm sido ainda mais drásticos uma vez que essas sociedades já são marcadas pela desigualdade estrutural, ou seja, a segregação social faz parte da estrutura urbana das cidades. Essa segregação é geográfica e também simbólica já que as diferentes classes sociais tendem a não frequentarem os mesmos locais na cidade. Além de constituírem suas moradias em locais distintos, as diferentes camadas sociais se distinguem por opções de lazer, por opções de transporte, por divisões territoriais no mesmo espaço de convívio. Percebe-

se, portanto, que os diferentes grupos sociais não se distribuem de maneira aleatória na cidade assim como as metrópoles não cumprem um papel aleatório no sistema-mundo.

A ausência de políticas que garantam a mobilidade urbana também é um fator determinante para a ampliação da segregação sócio-espacial. A falta de acesso aos transportes públicos de qualidade, por exemplo, faz com que a inserção dos jovens da periferia em certas áreas da cidade seja obstaculizada. Isso evita o convívio entre os diferentes segmentos sociais contribuindo ainda mais para o fortalecimento das fronteiras simbólicas (e físicas) existentes na cidade.

No momento em que essa realidade é capaz de remeter a certo pessimismo, verifica-se no seio das contradições do processo de globalização novas formas de resistência ao modelo de cidade global e às transformações que decorrem da sua adoção.

> Países inteiros fream a industrialização (por exemplo, na área islâmica) para conservar suas residências, seus costumes, seus espaços de representação que desarrumam o espaço e a representação do espaço industriais. Outros, muito modernos, se esforçaram para manter imutáveis as residências, o espaço tradicional e o que o acompanha, costumes, representações. No Japão, superindustrializado e superurbanizado, a casa, a vida, os espaços tradicionais de representação, persistem e não sobre o modo folclórico (sobrevivência, cenário turístico, consumo do passado cultural), mas como "realidade" atual e prática. O que intriga os visitantes, irrita os modernistas e tecnocratas desse país, encanta os humanistas. O que corresponde também, mas de muito longe, ao entusiasmo ocidental pelas aldeias e pelas residências camponesas. (Lefebvre 2000: 103)

Movimentos coletivos urbanos reivindicam o exercício do direito à cidade. Esse direito que é coletivo em sua natureza (mas que possibilita dar voz às diferentes subjetividades presentes no espaço urbano) permite ainda a radicalização da democracia compreendida enquanto exercício ativo da cidadania que contempla a participação política para além do exercício do direito ao voto.

Para Lefebvre, o direito à cidade "só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada" (1991:117). Harvey define esse direito como uma resposta à intensificação do processo do processo de urbanização ocorrido no século XX. Na sua concepção, direito à cidade e participação política são indissociáveis.

> O direito à cidade é, portanto, muito mais do que o direito de acesso individual ou de grupo com os recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade além do desejo dos nossos corações. É, além disso, um direito coletivo, em vez de um direito individual, já que reinventar a cidade inevitavelmente depende do exercício de um poder coletivo sobre os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e as nossas cidades é, eu quero dizer, um dos mais preciosos e ainda mais negligenciados de nossos direitos humanos. (Harvey 2012: 4)

É no exercício do direito à cidade através de diferentes práticas de resistência às transformações no espaço urbano impostas pela intensificação do processo de globalização da economia que se pode perceber novas formas de pensar as cidades. Os movimentos sociais urbanos, ao pautarem a necessidade de um novo modelo de cidade que priorize o bem estar coletivo, propõem, na realidade, uma ruptura com o modelo hegemônico de modernidade e sua face obscura. Através exercício da cidadania ativa, individualmente ou coletivamente, novos atores políticos reafirmam a cidade enquanto espaço da diversidade e da disputa em oposição àqueles que, através do consenso, querem negar a política.

Os protestos das jornadas de junho de 2013 que tomaram conta de todo o Brasil podem ser compreendidas enquanto uma expressão do exercício do direto à cidade. Ainda exista um longo caminho a ser percorrido para que se possa construir uma análise mais próxima da realidade desse peculiar momento da história política brasileira, uma das únicas certezas que se pode afirmar com segurança é que a temática das cidades e da vida urbana foram pautas centrais das jornadas. As manifestações começaram através da luta contra o aumento da tarifa de transporte público nas grandes cidades e o Movimento pelo Passe Livre foi um dos grandes catalizadores

das demandas por melhorias na mobilidade urbana. Como afirma Ermínia Maricato "no Brasil é impossível dissociar as principais razões, objetivas e subjetivas desses protestos, da condição das cidades." (2013:19)
A garantia do direito à moradia, da mobilidade urbana, do acesso irrestrito aos benefícios da urbanização vai à contramão da cidade pensada enquanto mercadoria. Logo, o exercício pleno do direito à cidade possui uma dimensão descolonizadora uma vez que nega o modelo de cidade imposto pela modernidade e pela sua mais nova fase, a globalização.

CONCLUSÃO

A discussão aqui proposta não tem o objetivo de encerrar todo o debate que precisar realizado para se estabelecer uma relação ainda mais precisa entre o direito à cidade e o pensamento descolonial. Esse trabalho foi realizado a partir da compreensão de que, as categorias teóricas "direito à cidade" e aquelas presentes dentro do campo do pensamento descolonial podem ser conciliadas com o objetivo de fornecerem ferramentas analíticas capazes de apontar os caminhos para novas práticas de resistência ao processo de globalização no âmbito do espaço urbano.
Algumas considerações feitas ao longo dessa exposição serão resgatadas agora de maneira breve. (i) A nova etapa do sistema de produção capitalista, qual seja a globalização, redefiniu as noções de tempo e espaço. A técnica e as novas formas de se estabelecer comunicação têm um papel fundamental na reconfiguração dos conceitos de global e de local. (ii) Na globalização, as cidades são repensadas e submetidas a um rearranjo urbanístico a fim de se atender as necessidades do neoliberalismo. É nesse momento que surgem as expressões cidade global, empreendedorismo urbano e planejamento estratégico. A mercantilização do espaço urbano tende a intensificar a segregação sócio-espacial principalmente nas metrópoles dos países denominados como periféricos. (iii) A globalização é, na verdade, o desdobramento de um projeto de sistema-mundo denominado modernidade. Esse projeto, que se iniciou em 1492 com a conquista da América, é eurocêntrico e oculta sua face perversa. Essa face, a colonialidade, foi construída a partir de diferenciações que colocam o homem europeu e suas práticas como naturalmente superiores a dos demais povos do mundo. (iv) O pensamento descolonial propõe a ruptura com os paradigmas da modernidade eurocêntrica a partir de um novo olhar sobre a modernidade. Para tanto, almeja revelar os saberes até então ocultados dando visibilidade a novas formas de produção de conhecimento e a sujeitos, desde então, marginalizados. (v) O exercício do direito à cidade possui uma dimensão descolonizadora na medida em que deseja romper com o modelo de cidade global imposto pela globalização. Na luta pelo reconhecimento de direitos e na resistência às transformações que intensificam a segregação social no espaço urbano, esses movimentos propõem também uma ruptura com o projeto hegemônico de modernidade.
Essas considerações pretendem, portanto, ser apenas o início de um intenso debate que se faz tão necessário na atualidade entre o direito à cidade e o pensamento descolonial, principalmente para os países periféricos.

REFERÊNCIAS:

ARRUDA, J.J.A. (1983), *Immanuel Wallerstein e o moderno sistema mundial.* Disponível em http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61800/64663. [consultado em 09-11-2014]

BRAGATO, F. (2014), *Para além do discurso eurocêntrico dos direitos humanos: contribuições da descolonialidade***.** Novos Estudos Jurídicos (Online), v. 19, p. 201-230.

CARVALHO. M. (2000), "CIDADE GLOBAL: anotações críticas sobre um conceito." São Paulo em perspectiva, 14(4), pp. 70-82.

FREITAG. B. (2012), *Teoria das Cidades.* 4ed. Campinas, Papirus.

GARNIER, J.P. (2013), M*arsella 2013: el urbanismo como arma de destrucción massiva. Geocrítica.* Plataforma digital Ibero-americana, jan 2014. Disponível em: http.:www.geocritiq.com/2014/01/marsella-

2013-el-urbanismo-como-arma-de destrucción-masiva/ [consultado em 29-08-2014]

GÓMEZ, S.C. (2005), *Ciências sociais, violência epistêmica e o problema dainvenção do outro,"* In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, setembro**,** p. 80-87

HARVEY, D. (2006), *A Produção capitalista do espaço*. São Paulo, Editora Annablume.

HARVEY, D. (2012), Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution.London: Verso.

LEFEBVRE, H. (1991), *O direito à cidade.* São Paulo, Moraes.

LEFEBVRE, H. (2000), *A produção do espaço,* Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, Paris, Éditions Anthropos.

MARICATO, E. (2013), É a questão urbana, estúpido. In: Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo, Boitempo, Carta Maior.

MIGNOLO, W. (2005), *A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da Modernidade* In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, setembro**,** p. 33-50.

MIGNOLO, W. (2010), *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad.* Buenos Aires: Del Signo.

NORBERT , E. (1998), *Sobre o tempo ,* Rio de Janeiro, Zahar Editores.

OLIVEIRA, F. P. (2011), *Novas tendências do Direito do Urbanismo,* Coimbra, Almedina.

OLIVEIRA, N.G. (2012) *O poder dos jogos e os jogos do poder : os interesses em campo na produção de uma cidade para o espetáculo esportivo,* Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

QUIJANO, A. (2005), *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.* In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber**:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, setembro, p. 227-278.

QUIJANO, A. (2000). *Colonialidad del poder, globalización y democracia.* Disponível em http://www.rrojasdatabank.info/pfpc/quijan02.pdf [consultado em 25-11-2014]

RIGOL, S. M. (2004), *A gentrificação: conceito e método,* In: FANI, Ana (org.). Urbanização e mundialização, São Paulo, Contexto.

SANTOS, M. (1994), Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional, São Paulo, HUCITEC.

SANTOS, M. (2012), *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, Record.

SASSEN, S. (1998), *As cidades na economia mundial.*São Paulo, Nobel.

SASSEN, S. (2009), *La ciudad global: introducción a um concepto.* In: Las multiples caras de La globalizacion. Pp. 51-62. Disponível em https://www.bbvaopenmind.com/articulo/la-ciudad-global-introduccion-a-un-concepto/ [consultado em 27-11-2014]

VAINER, C. (2002), *Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano*. In: A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes.

WALLESTEIN, I. (1997/1998) *A reestruturação capitalista e o sistema mundial.* Disponível em https:// seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/2069/1696 [consultado em 09-11-2014]

A Favela na Cidade do Rio de Janeiro: O Uso da Cartografia como um Instrumento de Afirmação do Direito ao Território[1]

Shyrlei Rosendo dos Santos[2]
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Email: shyrleirosendouerj@gmail.com

Felipe da Silva Alves[3]
UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro
felipe_salves@yahoo.com.br

Resumo: As favelas são até hoje estigmatizadas como o território da ausência, sejam elas de direitos, organização espacial ou de sociabilidades. Desta forma, esses territórios não são reconhecidos como espaços de sujeitos de direitos. Materializando-se horas do não reconhecimento destes territórios como parte da cidade e horas de ações, programas e políticas públicas de cunho assistencialista. O trabalho que nos propomos apresentar é fruto de uma experiência de (re) construir as bases cartográficas de um dos maiores complexos de favelas da América Latina, a Maré, que contabiliza aproximadamente 130 mil moradores. O objetivo foi (re) fazer a base cartográfica dessa favela a fim de que seus moradores pudessem usar a cartografia como um instrumento de afirmação e luta pelos direitos sociais e territoriais, em que partes resultam no livro Guia de ruas da Maré.
Palavra chave: território, favela e cartografia.

1. Favela, O Pesadelo do Rio

O Rio de Janeiro tem uma enorme influência europeia e isso pode se constatado quando andamos pelo centro e observamos a arquitetura da cidade, alguns espaços de arte como o teatro municipal, as casas que hoje são espaços a centros comerciais. Um desejo de tornar-se Paris, sendo assim, as favelas não caberia na cidade moderna. Elas, assim como os quilombos e cortiços, surgem como uma alternativa de moradia para a população pobre, escravos libertos, migrantes e imigrantes (Abreu, 2008). Toda via, salientamos que o Estado foi "corresponsável" pelo surgimento das favelas e mais, que elas, as favelas, não são fruto da ilegalidade.
Porém, os grupos dominantes da época, contando com o apoio da impressa, criaram a imagem da favela enquanto o lugar da ilegalidade do uso da terra, da ausência de higiene, da promiscuidade na sociabilidade, o reduto dos marginais, ou seja, um problema para a cidade. E várias foram às investidas do Estado, por meio da violência, para extinguir as favelas, porém eliminá-las significava abrir mão de obra dos trabalhadores. A alternativa encontrada foi empurrá-las para a Zona da Leopoldina e para Zona norte. Por isso, ainda hoje, mesmo que equivocadamente tanto o senso comum quanto parte da academia rotula a favela, como espaço da ausência do Estado. O que discordamos radicalmente e concordamos com a reflexão feita por Farage (2012);

> [...] O aparente "não-controle" do Estado sobre esses territórios dá-se pelo fato de utilizar formas distintas de controle, como a constituição de políticas públicas

---

1 Trabalho publicado nos anais do 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, 01 – 05 de fevereiro de 2015

2 Mestranda pelo Programa de Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDU) na área políticas, história e cultura em educação. Orientadora Pós-Doutora Monica Peregrino. colaboradora do Núcleo de Estudos sobre Favela e Espaços Populares da Universidade Federal Fluminense-UFF coordenado pela Doutora Eblin Farage

3 Mestrando da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG).

> assistencialistas, a constituição de centros sociais ligados a políticos, a cooptação sobre lideranças comunitárias por parte do poder público e até mesmo o não controle do território possibilitando o domínio armado pelos grupos criminosos. Na prática, se apresenta como uma forma eficaz de manter os moradores sobre um determinado controle e de alimentar um forte esquema de corrupção, envolvendo desde os grupos criminosos armados até membros da política nacional e o tráfico internacional de drogas e armas". (FARAGE, 2012: 56).

Ou seja, o aparente não controle, faz emergir no imaginário social estes espaços como o território da ausência do Estado. Isso implica no não reconhecimento das favelas como um dos territórios pertencentes à cidade, e da mesma forma, no não reconhecimento da sociabilidade produzida pelos moradores destes territórios, consequentemente no não reconhecimento de seus habitantes como sujeitos de direitos.

A formação da favela deve-se a herança cultural deixada pelos negros quilombolas e a sua própria forma de resistir à escravatura, como as rodas que capoeira. Ao modelo arquitetônico das casas de cômodos com quartos colados uns nos outros que tem em comum o banheiro e o lavatório que permitem a troca constante, além do lugar de comum acesso onde às crianças brincavam também da necessidade de abrigar mais de uma família no mesmo terreno. Nela também encontramos pela forma como os favelados socializam entre si marcas políticas que representam lutas pela garantia do direito de habitar, pela garantia de qualidade de vida que seja capaz de garantir a reprodução da vida e outros.

Ela, favela, ainda incomoda seja pelo som produzido pelas crianças brincando na rua, pela conversa entre vizinhos, pelos conflitos entre grupos armados locais, pelos conflitos entre policiais e traficantes, pelo som das festas, do churrasco na porta nos fins de semana, pelas feiras, pelo som ensurdecedor das caixas do baile seja ele do funk, forró, pagode, axé ou eletrônico, dos carros particulares, do som do vizinho, pelos louvores das igrejas neopentecostais e procissão da igreja católica, pelas famílias que festejam e que brigam, pelos diversos grupos juvenis e até pelos momentos de eleições. Pela ostentação e exposição de mercadorias antes e exclusivamente de uso da classe média. A favela se organizou e resistiu e vem resistindo até onde pode a todas as formas de controle e coerção do Estado e das alas conservadoras, mas também é verdade que a favela foi adquirindo outras formas de socialização. Formas essas difíceis de serem acompanhadas, pois é verdade que a favela é cidade, nela também vão se ilustrar a complexidade das novas formas de exploração do capitalismo. Mas de certo uma continua, a violência praticada pelo estado como Almeida (2011):

> Vivemos numa sociedade capitalista, cujo modo de produção tem origem na exploração violenta de camponeses e artesões, e é fundamentada na exploração do trabalho pelo capital, revestida quase sempre na base legal. Ou seja, é um sistema que para existir, é baseado na violência, mesmo que hoje conte com as formas mais refinadas (embora as "tradicionais" e truculentas ainda estejam em uso). A luta de classe surge como uma resposta necessária a esse processo, no qual a violência pode ser também um instrumento contra a exploração e a favor da liberdade social. A "paz" no capitalismo nada mais seria do que a continuidade da exploração pacifica dos trabalhadores. (Almeida, 2011: 71)

A favela se consolidou como o ruído da Cidade, não por acaso que boa parte dos intelectuais as chamou de "cancros sociais" [4] e alguns partidos "ignoraram" durante anos as favelas como espaços de luta e resistência. Como se a favela, para as alas progressistas ou conservadoras não produzisse som, mas sim ruídos. As favelas para alguns sujeitos representam o ruído dos sons produzidos na cidade, ou seja, a dissonância diante da consonância civilizadora que se almeja historicamente instaurar, mas como diz SCHAFER (1992).

---

4 "Cancros Sociais" foi o termo que seis universidades do Rio de Janeiro cunharam para denominar as favelas em 1967. Entendendo por Cancros Sociais "o espaço que serve de abrigo de contraventores e criminosos." (PERLMAN, 1979: 125 apud. LEITÃO, 2009: 42) Saber mais ver: "Dos Barracos de Madeira aos Prédios de Quitinete: Uma análise dos processos de produção de moradia da favela da Rocinha, aos longo de cinquenta anos." de Gerônimo Leitão.

> [...] Ás vezes, a dissonância é chamada de ruído; e para os ouvidos tímidos até pode ser isso. Porém, a consonância e dissonância são termos relativos e subjetivos. Uma dissonância numa época, geração e/ou individuo pode ser consonância em outra época, geração e/ou individuo. A dissonância mais antiga na historia da musica foi a Terça maior (dó-mi). A última consonância na historia da música foi a Terça Maior (dó-mi). Ruído é qualquer som que interfere. É o destruidor do que queremos ouvir. (Schafer, 1992: 69)

Isto é, nas cidades as pessoas são levadas a um som padrão. Legitimando como som determinados comportamentos, forma de moradia, de socialização e tudo que varia ao modelo dominante de cidade e de indivíduos mesmo sendo seu reflexo "negativo e positivo", não é som e sim ruído.

2. A Maré

Desde Março de 2014 a favela da Maré está vivendo o processo de pacificação, pelas Forças Armadas. A Maré tem uma importância geográfica no cenário carioca, pois está próxima às principais linhas de acesso à cidade do Rio de Janeiro, como as Linhas, Vermelha e Amarela, e a Avenida Brasil. Mas também pela sua historia, pois se constitui como um território de luta pelo direito à vida, ou seja, a moradia em primeiro plano e as condições básicas de sobrevivência, abastecimento de água, rede de esgoto, depois educação, saúde, trabalho, cultura e etc. Um território que paulatinamente vem sendo *"surrada"*. No entanto, eles resistem e se organizam e lutam na *"esperança*" de dias melhores. Um povo movido a fazer os ventos para mudar a direção a qual estão destinados, à pobreza. Um território embriagado de histórias de vitórias e de ressacas de perdas, principalmente, das vidas de seus filhos, amigos, parentes uma ressaca de negação de direitos.

A Maré contém quase 130 mil moradores, alocados em 38.681 domicílios divididos em 15 comunidades, sendo que desse total quase 38 mil são de jovens. Cerca de 90% das ruas são asfaltadas, porém a população sofre com problema de infraestrutura urbana no que tange a rede de saneamento básico e esgoto. Uma população advinda do êxodo rural do início do século XX, predominantemente do norte e nordeste do país e de algumas cidades do sudeste como Minas Gerais. Segundo Santos (2013)

> [...] ao longo dos anos conquistou vinte e seis Escolas públicas sendo duas de ensino médio, oito Postos de Saúde e uma unidade de Pronto Atendimento (UPA), um Batalhão de polícia e dois Postos Comunitários de Polícias, uma na Vila do João e outro no Parque União. Uma sede da rede de Coleta de lixo, um posto da CEDAE e um Equipamento de Cultura, a Lona Cultura Herbert Vianna. (Santos, 2013:118)

Na Maré poderíamos dizer que o Estado atua de três formas distintas, porém se completam, visto que ele tem sido presente, promíscuo e punitivo. Ele é presente na medida em que encontramos no espaço da favela alguns equipamentos públicos tais como; escolas, posto de saúdes, equipamentos de cultura, transporte e etc. De outro ele é intencionalmente promíscuo, visto que ele não faz a manutenção dos mesmos escamoteando e ausentando-se das reais necessidades da população no que tange a educação, cultura, lazer, e infraestrutura urbana, como o direito ao endereço. Para exemplificar a promíscuidade, podemos dar o exemplo da cultura. Num território que têm quase 130 mil moradores o único espaço de cultura é a Lona Cultural Hebert Vina[5] inaugurada no início do ano 2000, além de ser o único equipamento público ele não é de qualidade, o recurso

5 A Lona Cultural Heberte Vianna, faz parte de uma ação da secretária municipal de cultura do Rio para, levar equipamentos de cultura para as favelas e espaços populares. O que motivou essa iniciativa foi a quantidade de lonas que haviam sobrado do encontro da Eco92 no Rio de Janeiro.

destinado a este espaço não prove manutenção e nem verba para custear shows. Muitos dos serviços oferecidos pela prefeitura, no campo da cultura, a outras Lonas Culturais com apresentação de artistas, de peça de teatro não chegam a Maré, por ela estar localizada na faixa de "gaza"[6] .da comunidade.

É punitivo de diversas formas, mas a mais evidente e cruel e a forma com a Secretária de Segurança Pública do Estado age nas favelas, aqui sempre desrespeitando os moradores, seja agredindo fisicamente ou intimidando psicologicamente, ou mesmo matando[7]. É o grupo etário que mais tem sido vítima desta violência são os jovens.

A saúde na Maré atua através oito postos de saúde com atendimento básico, ou seja, através de atendimentos ao clínico geral, pediatra, ginecologista e tratamento odontológico nos postos. Em 2006, Farage apontou para a precariedade dos postos da Maré e o seu envolvimento com o tráfico de drogas.

> Hoje na Maré existem apenas oito postos de saúde, que dispõem de especialidades básicas e possuem poucos medicamentos para distribuição. Das 16 comunidades, apenas seis possuem postos, que funcionam de forma precária e com poucos médicos. Vale destacar que parte dos postos de saúde aí localizados são gerenciados pelas Associações de Moradores da Maré, que é dominada pelo tráfico de drogas. Portanto, o tráfico também controla parte dos postos de saúde, desde a sua utilização e desvio das verbas até a contratação dos agentes comunitários de saúde. (Farage, 2006: 56)

Em 2010 eles passaram por uma reestruturação, deixaram de ser Posto de Saúde para se tornarem Cento Médicos de Saúde (CMS), desta forma a prefeitura passou a delimitar a área que cada CMS iria atuar, além disso, a gestão que antes que a Associação de Moradores ajudava fazer foi monopolizado transferido para Organização não Governamental Viva Rio que atua em parceira com a secretaria municipal de saúde. Embora tenha ocorrido um considerável crescimento no atendimento populacional 47% da população não tem direito a saúde[8]. Corroborando com a promíscua ausência de equipamentos, tem-se ainda a ausência de profissionais para atender nos CMS.

No que tange a educação na Maré hoje temos a presença de 26 equipamentos públicos voltados para área da educação. No entanto estes equipamentos não correspondem às atuais necessidades dessa população, dos 26 equipamentos públicos dois são voltados para o ensino médio, dois programas de jovens e adultos que funcionam à noite (EJA). Além deste fator as escolas da Maré sofrem com a precariedade dos serviços. Faltam professores na maioria das escolas do 6 º ao 9 º Ano e Ensino Médio. As condições de trabalho desses educadores são precárias, como ausência equipamentos e matérias para realizarem suas atividades, faltando também um acompanhamento pedagógico qualificado, as turmas são lotadas comprometendo a relação professor aluno e o processo de conhecimento dos educando. Nessa perspectiva os jovens que desejam continuar seus estudos, concluir o ensino médio tem que se deslocar para as escolas do entorno o que torna um entrave para a ampliação da escolarização. Além disso, ainda existem muitos jovens que não tiveram a oportunidade de se alfabetizar no tempo previsto e não encontra em suas comunidades uma alternativa.

A segurança pública é outro problema central da Maré, a existência de dois postos comunitários de polícia e um batalhão não foi capaz de garantir este direito à população, isso ocorre por dois motivos: O primeiro se refere á própria constituição do Estado. Isto é o Estado da coerção e do consenso, como nos fala Farage, (2012)

---

6 Faixa de gaza foi o nome que a população deu a fronteira que faz divisa entre duas comunidades que de um lado comporta o grupo armado conhecido como comando vermelho e do outro o terceiro comando, e a Lona está localizada na divisa dessas comunidades.

7 Quando anunciamos que o Estado mata, estamos querendo dizer que existem várias formas de matar, pois mata-se na favela quando não se permite que jovens tenham uma educação da qualidade, mas mata-se também e de uma maneira que não tem volta, como foi no dia 24 de junho de 2013 , depois de uma incursão tivemos moradores mortos e um policial.

8 Esses dados formam foram obtidos junto Secretária Municipal de Saúde, mais especificamente de um documento entregue as associações de moradores em uma reunião para discutir a saúde na Maré.

> Segundo Gramsci (2001), nenhum poder pode se manter exclusivamente pela coerção por muito tempo; por isso, é fundamental que alie aos mecanismos repressivos ações de construção de consensos, que contribuem para a criação de um estado de apassivamento e de aparente conciliação entre os interesses de classe. A supremacia de um grupo social pode se manifestar pela força (coerção) ou como direção moral e intelectual (consenso). Nesse sentido, apesar do Estado assumir papel central na direção do processo social, não o faz apenas pela força e pela violência; ao contrário, cria e recria formas distintas de consensos. Dessa relação entre coerção e consenso, que move as relações sociais, advém o fato de que um grupo dominante não é sempre dirigente, nem o grupo dominado é sempre subalterno. Ao contrário, na luta cotidiana, apesar de hegemonizada pelas classes economicamente dominantes, ambas as classes - burguesia e proletariado - exercem distintas influências sobre o aparelho do Estado. (Farege, 2012: 50)

É com esse duplo caráter que o Estado se relaciona com os segmentos da classe trabalhadora residentes nos territórios de favelas. Por um lado, o Estado, pressionado pela luta e organização histórica da classe, dá respostas a algumas de suas demandas. Por outro, como forma de manter o território sobre controle e seus moradores "apassivados", desenvolvendo políticas públicas assistencialistas (saúde, educação, saneamento, etc) de baixa qualidade (Farage, 2012: 51) de outro a utilização da repressão como as Forças do Exercito que estão na Maré desde Março de 2014.

O Estado não é só coercitivo, ele também cria consenso e absorve as diferentes classes para dentro dele. Esse caráter duplo levou ao entendimento de que a Maré é um território destituído dos equipamentos públicos de segurança pública, logo um território sem controle e sem lei. Justificando em muitos casos a ação violenta e desumana com as quais agem os agentes de segurança pública. O segundo é a forma como a favela aparece para fora, ou seja, os estereótipos em relação aos seus moradores. Isto é, favela e violência se tornaram sinônimos como apontou Silva (2009)

> Pela via do processo de sinonímia entre tráfico de drogas e favelas, esses territórios foram sendo, cada vez mais, identificados e representados como definitivamente perigosos e ingovernáveis, afirmando-se a impossibilidade de se estabelecer ali o mesmo padrão de regulação social presente em outras partes da cidade. (Silva, 2009: 5).

Mas como diz a mesma autora, isso se deve em boa parte do desconhecimento que a sociedade tem sobre a dinâmica das favelas. Apesar da violência e do sentimento de medo que o Estado e o tráfico de drogas causam a população estes criam mecanismos legais de resistência, como o movimento *Viva criança Viva,* de 2006[9] e a Conferência Livre Sobre segurança pública da Maré em 2008. Ambos os movimentos organizados por instituições locais e moradores a fim de construir uma agendem sobre segurança pública para o local. O curioso deste evento, é que embora o tema de segurança pública seja um tabu que causa medo à população, nesse evento a participação da comunidade foi através da juventude, ou seja, alguns jovens da Maré vêm transformando o seu medo em ferramenta de mobilização. Cabe destacar que a escolaridade de parte dos jovens era de nível superior e o restante de jovens que estavam nas instituições de preparando para a entrada na universidade.

As instituições sejam elas as Associações de Moradores, OSCIP, Ong's, as instituições públicas tiveram e

---

9 O *Viva criança Viva* foi um movimento que surgiu a partir da mobilização dos moradores diante da morte de uma criança em Nova Holanda no ano de 2006. Renan foi morto por uma bala "perdida" que veio de um policial no período de eleições. O objetivo deste movimento era pensar numa forma para chamar a atenção do poder público para o que tinha acontecido e exigir deste uma resposta. Os moradores que estavam envolvido nesta ação, organizaram uma passeata logo em seguida e com a vitória do Deputado Estadual Marcelo Freixo, a comissão de Direitos Humanos da Alerj acompanhou o caso. Vale destacar que no período de eleições, as ruas da favela ficam cheias de gente, quase que uma festa. É o momento em que as pessoas fazem festa e reencontra moradores que já não residem mais neste local.

têm um papel fundamental para legitimação, consolidação e constituição e contradições deste território. Uma história que começa efetivamente nos anos 1940 e vai até 1960 com o papel de mobilizador das associações, porém 1980 as mesmas foram sendo cooptadas pelos candidatos do legislativo, a fim de adquirirem votos. Por outro lado elas forma sendo "ocupadas" pelo tráfico de drogas, de em boa parte, eles é quem passaram a determinar quem ficava ou não nas associações de moradores. As instituições públicas que vão surgindo como uma conquista de direitos, pouco intervém para organização dessa população na busca de direitos. Depois nos anos de 1990 com o surgimento das ONG's e mais tarde das OSCIP. As ONG's, algumas, que surgiram motivadas pela crença do espaço da ausência como apontou Farage (2006).

> Motivadas pela precária situação em que vivem os moradores das favelas e com a falta de oportunidades por eles enfrentada, as Organizações da Sociedade Civil, assumem um papel de "portadoras da esperança", como as únicas capazes de oferecer novas "opções", em especial para as crianças e adolescentes; dessa forma, em parceria com o poder público e a iniciativa, privada cumprem, em sua maioria, o papel de "agentes do conformismo" do sistema capitalista. (Farage, 2006: 57)

Ou seja, o único espaço legal de organização da população foi sendo deixada de lado pelos próprios moradores a partir do momento em que elas, associações de moradores passaram a envolver-se com os políticos e a ser ocupado por outros indivíduos. Nesse sentido a juventude perde espaço político e diante de tais fatos o espaço possível de encontro político, foram e tem sido as OSCIP que acreditam na premissa de que os jovens são elementos fundantes para a mudança da sociedade. Mas sabemos que, por mais boa vontade que elas tenham, elas são instituições financiadas pelo governo e tem seus limites de mobilização e organização popular permanente.

Pudemos observar que a Maré se constitui como um território de luta e resistência. Hoje especulamos que dentre tantos desafios inclusive apontado aqui, que o maior deles seja a apropriação da população por sua história local para entender o exterior e assim entender o movimento/ tempo histórico ao qual estão inseridos e retraçarem suas lutas.

3. O Uso da Cartografia como um Instrumento de Afirmação do Direito ao Território

O conceito de Cartografia, como um conhecimento, vem se desenvolvendo desde a Pré-História até os dias de hoje e, por intermédio da Linguagem Cartográfica, se torna possível sintetizar informações, expressar conhecimentos, estudar situações, entre outras coisas – sempre envolvendo a ideia de produção do espaço, sua organização e distribuição. O principal produto da cartografia é a elaboração de mapas, cujo objetivo principal é o de permitir o registro e a localização dos elementos da paisagem e nossa orientação no espaço geográfico.

A Cartografia sempre esteve no centro dos conhecimentos geográficos, pois, desde o seu nascimento, tem contribuído tanto para o processo de descobertas e conquistas do espaço pelo homem, quanto para a compreensão, representação e conhecimento do objeto da Geografia: o espaço geográfico. Nesse contexto, a Cartografia integra o corpo do conhecimento geográfico, porque contribui para a construção e a representação das relações sociais em interação com o espaço concreto (ambiente).

Figura 01 – Apresentando o Mapa da Comunidade Vila Pinheiro para os moradores que não possuem CEP. Foto: Elisângela Leite

Contudo, o mapa tem uma subjetividade e, por isso, também pode ser visto com uma arte, as informações que estão contidas em um mapa são escolhas de seu elaborador, principalmente, na cartografia temática, ou seja, contêm informações selecionadas sobre determinado fenômeno ou tema do espaço geográfico podendo ser aspectos naturais ou sociais.

Este trabalho se insere no contexto de discussões sobre as representações das favelas no contexto da *polis* carioca, mais especificamente no âmbito da cartografia. Elas, por todo histórico que apontamos aqui não estão inseridas no mapa oficial do município do Rio de janeiro como os outros bairros da cidade, no lugar das favelas encontramos manchas verdes e em alguns casos, nem o termo favela aparece no mapa e quando apareciam nos mapas não era fidedigna a realidade, o que só legitimava a exclusão dessas áreas em relação à cidade. Ressaltamos que nem mesmo as favelas que se tornaram bairro nos anos 1990 por meio do projeto favela bairro, como no caso da Maré apareciam, como podemos ver no mapa abaixo.

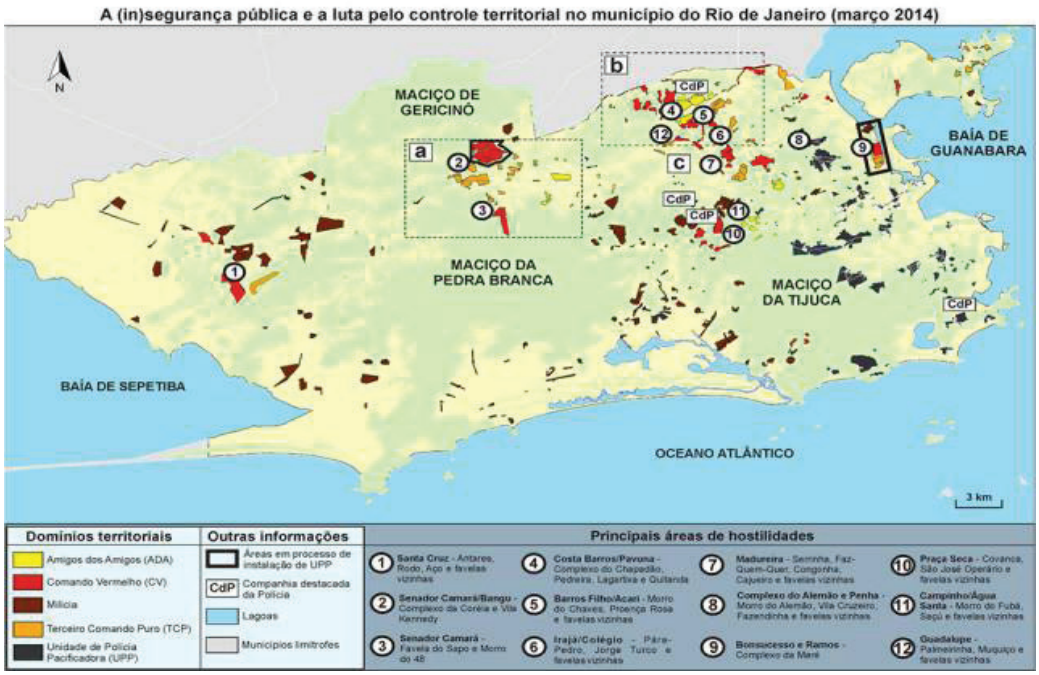

Figura 02 – Representação das favelas Cariocas. Fonte: Fonte: https://capitalismoemdesencanto.wordpress.com

Para atualizar a base cartográfica do conjunto de favelas que compõe o Bairro Maré foi necessário utilizar bases cartográficas do Instituto Pereira Passos (IPP), órgão responsável pela geração de informações do município do Rio de Janeiro, tais como o limite do Bairro Maré, *shape* de logradouros do município, além de ortofotografias aéreas cedidas pela mesma Instituição.
No âmbito do projeto Censo Maré realizado pelas organizações da sociedade civil (ONG) Associação Redes de Desenvolvimento da Maré e Observatório de Favelas, foi levantada os limites das favelas que compõem o complexo da Maré, a partir dessa informação foi criado um *shape* das favelas e conjuntos da Maré, esse dado foi importante para observamos que algumas favelas estavam com uma base cartográfica melhor do que outras. Os passos operacionais foram à impressão da base, desatualizada, do IPP para que uma equipe de campo pudesse percorre as comunidades e ajustar a malha onde as fotografias áreas não fossem claras. A geografia da Maré, como de outras favelas, é repleta de becos e vielas que impossibilitam a visualização destas nas fotografias. Para auxiliar na vetorização dos logradouros da Maré utilizamos o programa Google Earth, programa que vem sendo utilizado em trabalhos acadêmicos na ausência de aparelhos de GPS. Para vetorização do eixo viário da Maré utilizamos o Sistema de Informação Geográfica (SIG) [10] Arcgis 9.3.

4. A Favela se Marcando na Cidade pela Garantia de Direitos

A sistematização da base cartográfica da Maré foi entregue ao Instituto Pereira Passos para que a inclua no mapa da cidade do Rio de Janeiro, o que até, então, não existia. Portanto, desde 2013 o complexo de favelas da Maré compõe o mapa da cidade do Rio de Janeiro.

Figura 03 – Capa do Guia de Ruas da Maré versão 2014[11].

10 Os sistemas de informação geográfica (SIGs) são softwares que possibilitam o manuseio de informações geográficas em meio digital. Com esses sistemas é possível coletar dados, armazenar, processar, recuperar, correlacionar e analisar diversas informações sobre o espaço geográfico, gerando uma complexidade de mapas e gráficos para necessidades específicas. Segundo Moura e Sene (2005), ele é um poderoso instrumento para o planejamento urbano e rural, facilitando também a solução de problemas espaciais complexos.

11 O Guia de Ruas da Maré, está disponível no site da Redes de Desenvolvimento da Maré para que todos os moradores da favela e de outros bairros da cidade possam ter acesso a ele. http://redesdamare.org.br/?p=11898.

As ONG´s que propuseram esse trabalho têm alguns objetivos ao propor ações como essa, tais como; a quebra de estigmas em relação às favelas cariocas pelo conjunto dos moradores da cidade, o reconhecimento dessas pelo Estado respeitando a sua pluralidade e garantindo seus direitos e por fim produzir conhecimento sobre estes espaços com o intuído de tirarem da invisibilidade, pois segundo eles, "a invisibilidade e falta de reconhecimento da favela passa muito pelo desconhecimento sobre elas." (Guia de Ruas da Maré, 2014: 11)
É nesse contexto que o Guia de Ruas da Maré contribui para a garantia de direitos, pois as pessoas passam a ser reconhecidas e assim lutares por seus direitos. Se é verdade que as favelas tiveram uma explosão demográfica na metade do século passado, elas ainda continuam crescendo. No caso da Maré, ainda há áreas livres, mas o problema da habitação ainda não foi resolvido no Rio de Janeiro e nem na Maré, logo, os espaços livres vão sendo ocupados ou vendidos[12]. No caso da Maré, mais especificamente da Vila Pinheiros e Parque União foram as área em que mais tiveram ocupação do espaço.
Quando fomos ao campo percebemos que as ocupações de Vila Pinheiro não tinham nem nome, diferente de Parque União. E isso se justifica, pelo fato das ocupações na comunidade do Parque União no inicio dos anos 2000 terem sido orquestradas pela Associação de Moradores, logo as ruas foram ganhando nome, na Vila do Pinheiro não. Isso faz com que vários direitos básicos não seja garantidos tais como: direito de receber correspondência, pois como essas ruas não estão cadastradas no o Código de Endereçamento Postal, CEP, o correio não entra as correspondências[13]; dificuldade em arranjar trabalho e fazer com que o empregador pague a passagem correspondente porque não tem nenhuma carta de correspondência que justifique que elas habitam neste local, o mesmo acontece na abertura de crediário que gera problemas de compra e entrega de mercadorias. E por fim, como eles não estão Código de Endereçamento Postal e como se eles não existissem e as políticas públicas destinadas a Maré não contabilizam esses moradores.

12 A ocupação do uso do solo para moradia na favela da Maré hoje acontece de diversas formas, uma delas, normalmente em terrenos bons acontece via trafico de drogas, pois como se sentem os "donos" do território elas pagam alguém para lotear ou vender os terrenos. Mas é verdade que eles também doam alguns lotes de terra para famílias muito pobre. Outras forma é a ocupação informal, onde algumas pessoas vão ocupando, construindo barracos de madeira e depois fazendo casa de alvenaria e nesses caso não tem inserção do trafico de drogas.

13 No caso dessas duas comunidades, as cartas vão para a associação de moradores, porque os carteiros não entregavam as cartas nessas ruas, justamente pela ausência de um endereço cadastrado no correio. No caso do Parque União a associação pagava alguém para entregar as cartas, mas na Vila Pinheiro não.

Figura 04 – Mapa da Comunidade Vila Pinheiro, ruas se nome e endereço. Fonte: Guia de Rua 2014

Diante disso, as instituições resolveram a ajudar esses moradores a se organizar. Fomos até eles e perguntamos se aquelas ruas tinham algum nome ou apelido, pois dissemos que no mapa da comunidade eles apareciam sem nome e eles nos informaram que isso era verdade, que sua identificação se dava por meio da extensão da rua vizinha. No inicio eles ficaram desconfiado, pois além de tudo somos jovens e não somos da comunidade e a instituição que prestava o serviço ficava em outra comunidade e muitos deles não conheciam. Apresentamos a eles as problemáticas de não terem um "endereço" e que o objetivo do trabalho era construir ações que pudessem a curto e médio prazo trazer melhorias para a comunidade e para a Maré como um todo. Sendo assim, mobilizamos os moradores e marcamos num sábado para dá nome as ruas e enumerar as casa e a atividade foram concluídas. Hoje as ruas da Vila Pinheiro que não tinham nome e nem número tem.

Figura 05 – Reunião dos representantes da associação Redes da Maré com moradores da Vila do Pinheiro que não possuem CEP. Foto: Elisângela Leite

Figura 06 – Instalação das placas nas ruas que tinham um nome informal ou apelido. Foto: Shyrlei R. Santos

Figura 07 – Numerando as casas. Foto: Shyrlei R. Santos

O Guia de Ruas da Maré é o segundo produto gerado a partir da organização da cartografia do bairro. Esse guia nos permite ter uma ideia global da Maré, além de ser fundamental para ações que devem ser seguidas de reconhecimento oficial das ruas pela Prefeitura do Rio. Com esse Guia nas mãos será possível que a comunidade reivindique, de forma organizada, por exemplo, que as ruas que ainda não tem o Código de Endereçamento Postal, CEP, sejam encaminhadas a receber esse importante item, o que vem sendo feito junto aos órgãos responsáveis.

Figura 08 – Mapa da Comunidade Vila Pinheiro, ruas com Nomes escolhida pelos moradores.
Fonte: Guia de Rua 2014

Até a conclusão deste trabalho, as ruas ainda não tinham sido cadastradas, pois o processo está em tramete na Secretária Municipal de Urbanismo, órgão responsável. Mas com a conclusão do Guia de Ruas da Maré a vida se tornou mais fácil, hoje as pessoas podem ir ao mercado interno e saber que as suas compras vão ser entregue, assim como acontece com as pessoas que trabalham neste local e não conhece e com o guia na mão podem chegar até essas pessoas e fazerem seu trabalho, como acontece com os Agentes de Saúde da área. Mas existe algo que vai para além da questão imediata, vai para além de tornar o trabalho mais fácil. Trata-se de disputar sentido e políticas, trata-se de construir uma Cartografia da ação com dizia Ribeiro (2011):

> [...] uma cartografia que valorize contextos de ação, vínculos sociais, vivencias e experiências. Uma cartografia objetiva e subjetiva que não renegue o pequeno, aquilo que mesmo que fugaz, pode ser de extrema importância por ser a única resistência possível nos enredo e descaminho do mapa do medo. (RIBEIRO, 2011:30)

A favela da Maré está mostrando que existe, grafando seu nome na cidade e desobedecendo a ordem dominante de se inscrever na cidade, ou seja, fazendo uma cartografia da ação Ribeiro (2011). E mais uma vez, lutando por direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. A. (2008) *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

ALMEIDA, G. R. (2011), "A cidade pacificada: modernização, controle e hegemonia" In: SILVA, C. A. (Org.). *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana*. Rio de Janeiro: Lamparina, pp. 67-86.

FARAGE, E. J. (2006) *Um olhar sobre a escola pública na favela - a inserção do assistente social*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. (2012) *Estado, território e cotidiano no complexo de favelas da maré*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação da Faculdade de Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

LEITÃO, G. (2009) *Dos Barracos de Madeira aos Prédios de Quitinete: Uma análise dos processos de produção de moradia da favela da Rocinha, ao longo de cinquenta anos.* Niterói: EdUFF.

MOREIRA, J. C.; SENE, E. (2005), Geografia Geral e do Brasil Ensino Médio. 2ª Edição Scipione

RIBEIRO, A. C. T. (2011) Territórios da Sociedade: Por uma cartografia da ação. In: SILVA, C. A. (Org.). *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana*. Rio de Janeiro: Lamparina, pp. 12 - 20.

SANTOS, S. R. (2013), *Detalhes capturados: um esforço de mapear a favela da Maré tendo a juventude como ferramenta.* Monografia de conclusão, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

SCHAFER, M. *(*1992), *O Ouvido Pensante*. Editora Universidade Estadual Paulista.

SILVA, E. S. (2009), *O contexto das práticas policiais nas favelas da Maré: a busca de novos caminhos a partir de seus protagonistas*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica - RJ.

Coesão e Integração Regional no Grande ABC Paulista: O Desafio.

Cohesion and Regional Integration in the Greater ABC, São Paulo State, Brazil: The Challenge.

Edson Coutinho da Silva
Pós-Doutorando em Administração pela Faculdade de Economia, Contabilidade e Administração (FEA) da Universidade de São Paulo (USP).
Doutor em Ciências Sociais: Sociologia, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); e Doutor em Ciências: Saúde Coletiva, pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).
Afiliação: Centro Universitário da FEI, São Bernardo do Campo, SP.
Professor do Departamento de Administração
coutinho_ed@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem o objetivo de compreender as relações de governança metropolitana para o desenvolvimento regional de políticas públicas no Grande ABC Paulista no período entre 2000 – 2009. Definimos a pesquisa como descritiva em um estudo de caso único, uma vez que o estudo concentrou-se na região e não nos municípios isoladamente. Por meio das dezenove entrevistas, realizadas com diretores, secretários, lideranças da sociedade civil e docentes de universidades da região, concluímos que: (a) poucas políticas públicas regionais foram desenvolvidas; (b) os planejamentos locais prevalecem sobre o regional; (c) as rivalidades municipais impedem o *"pensar a região"*; (d) os administradores públicos se envolvem mais com as questões municipais do que com as regionais, uma vez que a primeira angaria votos; (e) e, por fim, a ausência de vontade política e administrativa entre os entes estadual e municipal, não possibilita *"pensar a região"* no tocante ao bem-estar dos moradores da região.
Palavras-chave: Governança Metropolitana; Coesão Regional; Integração Regional; Articulação Regional; Desenvolvimento Regional.

Abstract: This article aims to understand the relationship of metropolitan governance for regional development of public policies in the Greater ABC, São Paulo State, Brazil, between the periods 2000 to 2009. Regarding methodological criteria, we define our research as descriptive and single case study, since we studied the region, not every city alone. Through the nineteen interviews conducted with cities principals, civil society leaders and university professors in the region, we conclude that: (a) few regional public policies were developed; (b) the city planning precedence over the regional; (c) city competition, does not allow "the way of thinking of the region"; (d) public managers engage more with city issues than regional, since the first gets electoral votes; (e) and, finally, the lack of political and administrative will among state and cities entities, does not enables "the way of thinking of the region" regarding the welfare of residents.
Key-words: Metropolitan Governance; Regional Cohesion; and Regional Integration; Regional Articulation; Regional Development.

1 Introdução

O termo *"governança metropolitana"* pode ser compreendido como o exercício pelo qual os cidadãos de uma determinada localidade resolvem coletivamente os seus problemas e satisfazem as necessidades da sociedade usando o *"governo"* como instrumento. Inclui processos que buscam diagnosticar a realidade, definir prioridades, planejar a implementação das ações e, em seguida, determinar como os recursos financeiros, materiais e humanos devam ser alocados para a dinamização das potencialidades e superação dos desafios, visando o desenvolvimento regional.

O conceito de governança é considerado implícito à disseminação de poderes centrais para as instâncias dos setores públicos, mais próximas das escalas locais decisórias, menos autoritárias e hierarquizadas e que determinam a inclusão de novos agentes, instituições e estruturas no processo decisório. É possível identificar que, o que se propõe com a governança metropolitana, é uma participação concertada entre os representantes da sociedade civil na condução política e tomada de decisão, em oposição à tradicional perspectiva *top-down* da administração centralizada.

O que se espera é incentivar a *"boa governança"*, termo atribuído por Santos (1997b), e a aplicação de um grupo de políticas de desenvolvimento urbano no nível metropolitano e regional. Para o autor, a governança metropolitana pode assim ser entendida como processo de organização e coordenação coletiva entre um conjunto de redes de atores diversificados que interagem e intervêm em diferentes níveis (cultural, econômico, político e social) sobre uma determinada região, no sentido de assegurar o seu desenvolvimento e, consequentemente, a coesão.

Em uma dimensão metropolitana e regional, a governança considera as articulações e interdependências entre atores sociais como elementos-chave para a coordenação horizontal e vertical da ação pública e regulação dos processos econômicos e sociais regional. Essa conotação de governança é oriunda da França, no contexto político da década de 1990. Ela designa novas formas de ação coletiva em redes de atores de caráter flexível e diversificado, surgidas pela fragmentação do sistema político-administrativo e ineficácia na ação pública estatal, direcionada somente à aplicação e produção de normas jurídicas, denotando um enfraquecimento do poder do Estado nacional em detrimento de outras instâncias de autoridade estatal, coletividades regionais e da sociedade civil.

Este estudo se justifica, na prática, devido à gestão metropolitana ser negligenciada no país nas três esferas: a esfera federal se afastou por completo do cenário; a esfera estadual não exerceu o seu papel na gestão de funções públicas de interesse comum, e os problemas foram deixados à autonomia dos municípios, sem que eles fossem capazes de superar a perspectiva local e de implementar soluções de cooperação metropolitana e regional. Assim sendo, este trabalho tem por objetivo compreender as relações de governança metropolitana em prol do desenvolvimento regional de políticas públicas comuns no Grande ABC Paulista, a partir das relações entre os sete municípios que compõem a região – Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra – e o estado e entre os próprios municípios, entre o período de 2000 – 2009.

Em termos metodológicos, definiu-se a pesquisa como sendo descritiva, mediante estudo de caso único, onde o caso é o Grande ABC Paulista, uma vez que se propõe estudar a região como um todo, e não cada um dos sete municípios individualmente. O período de corte temporal se justifica, em razão da formulação do Plano Estratégico Regional (PER) em 1999 para os 10 (dez) anos seguintes. Com relação ao campo de pesquisa, procuramos compreender o objeto de estudo na perspectiva das instituições: Fundação Criança de São Bernardo do Campo; Secretarias de Trabalho e Renda de São Bernardo do Campo e Diadema; Secretaria de Gênero e Raça de Santo André; Casa Abrigo de Diadema; Secretarias de Pessoa com Deficiência de Santo André, São Bernardo do Campo, Mauá e Ribeirão Pires; Fundação do ABC (FABC); Secretaria de Assistência Social de Diadema; Secretaria de Educação de São Bernardo do Campo e Diadema; Secretaria Executiva do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC; e Docentes das Universidades Federal do ABC (UFABC), Municipal de São Caetano do Sul (USCS) e Presbiteriana Mackenzie (UPM). Para alcançar os resultados, foram elaboradas dezenove entrevistas entre o período de setembro de 2011 e abril de 2012; entre os entrevistados estão: diretores e secretários municipais, representantes da sociedade civil e docentes; ambos atuam – ou aturam – em projetos regionais no Grande ABC no período proposto pelo estudo.

2 Cooperação no Grande ABC: origem do processo de governança

Há de se reconhecer que as abordagens funcionalistas sobre a região negligenciam a dimensão específica do vivido. Caracterizar lugares como funcionais, ou ainda, como sistemas regionais têm uma utilidade clara

no planejamento de atividades ou na vida cotidiana, quando se vê o lugar como algo que é exterior e como algo a ser manipulado para fins particulares. Defende-se a ideia da ênfase no espaço vivido e as identidades territoriais na produção da diversidade geográfica (La Blache, 1954). Compreende-se a região como um universo de práticas vivenciadas pelos diversos grupos de indivíduos que nela se inserem; que englobam o relevo, as relações pessoais, a memória familiar, as condições de trabalho, a sexualidade, a associação, etc. Este entendimento faz crer que se pode pensar em extrapolar limites e fronteiras de ordem administrativa que, em geral, delimitam uma região para compreendê-la. Depara-se no Grande ABC com uma região que possui um conjunto de identidades que não estão vinculados necessariamente aos limites formais – ou limítrofes – estabelecidos.

Pensar o Grande ABC Paulista é compreender conceituações e critérios que coincidem com as apresentadas pela literatura. Os entrevistados são de opinião que a região se assemelha com os conceitos de Paasi (2000), que considera a região como uma entidade socialmente construída, como apropriação simbólica do espaço por um determinado grupo, onde os limites não são definidos apenas pelo espaço geográfico que delimita. O Grande ABC tem limites de espaços comuns, denominados limítrofes, onde os próprios habitantes da região desconhecem as fronteiras entre este e aquele município. Há quase sessenta anos La Blache (1954) fez uso de algumas palavras para designar a região: *"corpo vivo"* e único. Para este autor, a região é uma realidade concreta e física, ela existe como um quando de referências para a população que ali vive, estuda e desenvolve outras atividades.

Constata-se, a partir dos entrevistados, a ideia de que a divisão regional não existe na realidade, pois essa mesma realidade é a representação que dela fazem. No Grande ABC Paulista esta delimitação regional é estabelecida por quem nela vive e passa a compor o imaginário daqueles que a ela se referem. Pode-se afirmar que a identidade regional é um produto da construção humana. Por essa razão, acredita-se que a consciência regional dos moradores da região surge como produto de imagens dominantes que emergem ao longo do tempo, de dentro e de fora da região, que definem um lugar e um tempo que as pessoas adotam e passam a utilizar, aceitando-as ou rejeitando-as para assim, expressar a identidade regional. Essa identidade regional forma-se então pelo compartilhamento das experiências e pela manipulação destas através da memória.

Convém destacar que a consciência das pessoas acerca do Grande ABC diz respeito ao seu espaço vivido e ao seu sentimento de pertencimento a esta região. Nem sempre a consciência da região que é percebida pelo indivíduo corresponde à regionalização estabelecida pela administração pública. Entretanto, pode-se tratar dessa questão sob o prisma do concebido e do vivido-percebido, tendo estudado o conceito de representação da realidade e da espacialidade dos fenômenos sociais, uma vez que o mundo dos símbolos, das representações e das mistificações pode influenciar a consciência acerca do lugar.

Percebe-se que a consciência regional seria um elemento necessário para a união de esforços em prol do desenvolvimento regional. É nesse momento que surge a *"regionalidade"*, um termo que define a *"qualidade de ser de uma região"*, como uma espécie de consciência coletiva que une os habitantes de uma determinada região em torno de sua cultura, sentimentos e problemas comuns. Pensar a regionalidade é considerar o papel das autoridades regionais e dos atores locais da região no processo, elementos fundamentais no esforço de construção da questão conjunta da questão regional. Os avanços e os obstáculos à cooperação intergovernamental no Grande ABC ressaltaram a relevância da rede estabelecida com a sociedade civil para a consolidação de uma consciência regional, que é fundamental para que os atores continuem apoiando a estrutura institucional regional, independentemente de eventuais reverses futuros (Klink, 2009).

Vê-se que a consciência regional é fundamental na institucionalização de uma região. O processo de institucionalização, se bem apoiado e conduzido, poderá levar a um aumento expressivo no grau de consciência regional dos habitantes dessas localidades, tornando-os mais propensos a cooperar na defesa de interesses regionais. Quando se refere aos projetos regionais inovadores, vem emergindo uma consciência regional poderosa no mundo contemporâneo e que dirige uma gama ampla e variada de esforços no sentido de criar novas capacidades para administrar os projetos regiões. Esses projetos de região representam oportunidades democráticas para que os agentes públicos e privados ajam conjuntamente, favorecendo a reconstrução do sentido coletivo de cidade e região, da recuperação da consciência territorial e das ideologias, refazendo os sistemas de conveniência na sociedade (Rotta, 2012).

Se considerar o Grande ABC Paulista, é possível situar esta região como um *"pedaço"* importante e significativo da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), com especificidades que situam a região como única no país, devido a sua influência política e, principalmente, econômica. Por ser um espaço socioeconômico altamente industrializado, a região sofreu o impacto das mudanças decorrentes da conjuntura brasileira, como a diminuição expressiva do ritmo econômico e a desconcentração industrial que fora estimulada por externalidade econômicas das grandes metrópoles e da guerra fiscal, considerando ainda, a concorrência do mercado econômico externo face à globalização. Esses são aspectos fundamentais que precisariam ser levados em consideração para se entender o surgimento e a trajetória das instâncias intermunicipais que se constituíram na região a partir da década de 1990. Podem-se destacar dois fatores que estimularam o associativismo na Grande ABC: um é a identidade social, caracterizada pelos movimentos sindicais, associações de pequenos empresários e de dirigentes comerciais; outro é a identidade regional oriunda da união das populações municipais através da complexa mobilidade intermunicipal e da própria estrutura econômica. Entretanto, foi possível observar, a partir dos entrevistados, que as duas identidades por si só não conseguiram organizar a execução dos projetos de interesse comum aos atores sociais da região, assim, as características institucionais são fundamentais para a manutenção da cooperação regional.

Em um resgate da história do Grande ABC, logo se verifica que as eleições municipais de 1988 começaram a mudar o panorama político da região, quando se inicia a implementação prática de uma nova forma de governar vinculada a grupos com forte capacidade de mobilização e a presença ativa da sociedade civil. Essa forma mais democrática favoreceu o surgimento do conceito de governança metropolitana e uma maneira de administrar contrária ao padrão tradicional de clientelismo. Já no início da década de 1990, o consorciamento intergovernamental deu início ao processo, que ocorreu pela proeminência das lideranças dos prefeitos do Grande ABC, por meio da articulação de mecanismos de cooperação intergovernamental, onde Mário Covas, na posição de governador estadual, assumiu uma posição de parceria na coordenação na região, que teve como desdobramento a Câmara Regional do Grande ABC – *"arena"* de negociação entre o setor público e a sociedade civil (Klink, 2009).

O consorciamento na região do Grande ABC teve aspectos favoráveis, como: o alto grau de associativismo horizontal; o fortalecimento da identidade regional; e o papel das lideranças políticas. Mas, para os entrevistados, estes mesmos aspectos atrapalharam algumas iniciativas, tais como: as disputas político-partidárias; conflitos por investimentos dentro da região, gerando guerra fiscal entre os municípios; e, ainda, as condições favorecedoras do municipalismo autárquico se tornaram obstáculos à formação de uma ação integrada na região. Tal situação conduz a entender que enquanto os governantes não mudarem a estrutura autárquica de nosso federalismo, e não tiverem instrumentos de ação regional institucionalizados, com capacidade de articulação, cooperação, coordenação e regulação; mesmo as mobilizações sociais organização não serão capazes de avançar sozinhas, uma vez que elas não se legitimarão. Assim, a continuidade do Consórcio do Grande ABC depende da legitimação institucional. O apoio dos governos municipais e do governo estadual são peças-chave no processo de fortalecimento regional do Grande ABC.

3 Integração regional no Grande ABC: uma questão de criatividade, ousadia e otimismo.

Reconhece-se que a realidade da RMSP, em particular o Grande ABC, sugere encaminhar o seu entendimento na perspectiva plurimunicipal. Pôde-se verificar que uma possibilidade de gerir a região metropolitana possa ser encarada a partir do conceito de governança metropolitana que é resultante de um *mix* envolvendo a sociedade civil, mais o poder político local, supondo a ideia de uma sociedade organizada, o que traz a noção de participação cidadã para o centro do debate das questões regionais. Esta supõe, a partir de Santos (1997b), uma variedade de modos sociais de coordenação, diferente dos formais, não sendo do campo tradicional do poder, utilizará mecanismos estratégicos para a resolução dos problemas. Torna-se realmente necessário o envolvimento da governança na gestão da região por uma série de razões, conforme relataram os entrevistados: a primeira é o aumento das demandas aos problemas sociais na região metropolitana, o que por sua vez,

exige multiplicidade de mecanismos de resolução e participação; a segunda é o Estado ineficiente nas suas obrigações no momento de prover as ofertas a estas demandas, o que faz necessária uma cooperação entre os setores público e privado; e os esforços governamentais e não governamentais, se aliados, podem atuar de forma mais satisfatória nos processos de marginalização e exclusão social.

Na visão dos entrevistados, a realidade metropolitana faz surgir à necessidade de cooperação para se tornar *"governável",* uma vez que é um espaço de conflitos constantes. Tal situação decorre da ausência de uma identidade de problemas que possam ser enfrentados com medidas comuns na região afastam os *"parceiros metropolitanos"* e anulam qualquer possibilidade de consensos em termos de resolução de problemas. Consequentemente, faz aumentar a pressão dos prefeitos sobre os parlamentares nas assembleias legislativas e, a inclusão dos municípios nas regiões metropolitanas, passa a ser compromisso dos deputados estaduais com as suas bases político-eleitorais, onde as *"barganhas"* políticas prevalecem e as regiões metropolitanas vão se desfigurando cada vez mais, tornando quase impossível a busca de saídas consensuais para os problemas metropolitanos.

O projeto de cooperação regional do Grande ABC Paulista é sempre citado como exemplo a ser seguido quando se busca estabelecer políticas consensuais de desenvolvimento regional e soluções para problemas de interesse plurimunicipal. Trata-se de um território formado por grupos de municípios da RMSP e representa um fenômeno bastante original e singular, tendo em vista seu sucesso e sua permanência prolongada. Mas, apesar da adesão informal e voluntária dos diversos atores ter contribuído para a cooperação na região, é preciso reconhecer que voluntarismo apenas não garante o comprometimento em longo prazo e a articulação regional pode ficar a mercê das alterações na conjuntura, em especial da mudança de prefeitos.

Embora tenha sido prometido em 2011, o debate regionalizado das demandas locais pelos deputados estaduais do Grande ABC não se tornou realidade. Os parlamentares concordaram em discutir os pleitos comuns aos sete municípios usando o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC como ponto de encontro, deliberando ações conjuntas. No entanto, o entusiasmo foi transformado em frustração, já que um ano depois, nenhum encontro ocorreu. Os parlamentares alegam que a incompatibilidade de agendas foi o principal entrave para as discussões da bancada regional. Mas, se em 2011 não se reuniram, dificilmente o debate ocorreria no ano de 2012, tendo em vista as eleições municipais. Na perspectiva dos entrevistados, não faltou vontade dos parlamentares em discutir as demandas da região do Grande ABC, mas reconhece-se que a bancada regional não cumpriu com o planejado, demonstrando a falta de integração dos atores regionais. Constata-se que o pensamento local tem prioridades na agenda dos municípios da região, uma vez que são nos municípios que os parlamentares são eleitos e cumprem seus mandatos. Em suma, a ausência de um plano de ação para o Grande ABC é fruto da ausência do pensamento regional dos parlamentares.

Sem agenda e parlamentares, o Consórcio Intermunicipal ficou esvaziado com propostas no ano de 2012, em virtude das eleições municipais. Os prefeitos dedicaram grande parte do tempo às campanhas políticas e os projetos iniciados pela entidade ficaram a cargo dos secretários e representantes da sociedade civil. Percebe-se pelos entrevistados que a agenda institucional regional quase sempre é interrompida em anos eleitorais, postergando projetos que poderiam ser necessários para atender à demanda dos moradores da região. É um abandono *"momentâneo"* às perspectivas regionais cunhadas pelo ex-prefeito Celso Daniel. O Grande ABC Paulista que ganhou projeção na década de 1990 pelas iniciativas regionais, hoje mostra um cenário bem diferente: com pouco pensamento, pouca motivação e pouca iniciativa regional.

Essa situação traz à tona a discussão de que a questão metropolitana na região do Grande ABC está requerendo criatividade, ousadia e otimismo. As propostas e os projetos existem na região, mas a sua implementação depende fundamentalmente de um efetivo envolvimento de grupos organizados da sociedade e, também, de potenciais interesses de administradores públicos e iniciativa privada. Contudo, vê-se que uma possível movimentação da sociedade e a manifestação dos referidos interesses, em torno do que a instituição metropolitana possa oferecer, apenas ocorrerão caso sejam estabelecidas condições propícias à apresentação e plena discussão de novas ideais, por mais ousadas que, à primeira vista, possam parecer.

Constata-se que na realidade dos municípios da região, que a ausência de um instrumental que promova a implementação de políticas públicas de corte metropolitano tem contribuído para o aumento dos níveis de

desigualdade entre os próprios municípios do Grande ABC, gerando o que se pode constatar diariamente nas manchetes do jornal Diário do Grande ABC, tais como desemprego, baixa qualidade de ensino, violência, etc. Diante do rol de dificuldades, depara-se com uma certeza inquestionável: a questão metropolitana não se equacionará por si mesma. As soluções para os problemas plurimunicipais precisam ser antes de tudo, desejadas pelos políticos e pelos atores sociais que atuam no espaço metropolitano, os quais devem estar dispostos a participar, de algum modo, do processo de construção do Consórcio Intermunicipal, que, por sua vez, deverá operar segundo regras bem definidas.

Portanto, as contribuições da noção de governança vinculam-se ao pressuposto de que a implementação de políticas metropolitanas requer integração de ações entre os municípios e entre estes a esfera estadual. Por essa razão, a esfera estadual deve participar para fazer a governança funcionar. O problema de cooperação entre os municípios é o mote da questão no Grande ABC, é aqui que reside o dilema da ação coletiva. Observa-se em Rover, Birkner e Mussoi (2008), que os incentivos de cooperação para solucionar questões da ação coletiva implicam numa coordenação eficiente entre as instâncias governamentais. Não há dúvidas de que os mecanismos de pactuação e de negociação governamental são essenciais para o equilíbrio das formas de cooperação e competição existente entre os municípios.

Uma das premissas da perspectiva de governança contemporânea está na matriz sócio-política, que está centrada nas interações entre Estado e sociedade, em contraste com os modos hierarquizados e estabilizados de comando e controle. Uma alternativa de ação política é a partilha renovada de decisões e de poderes institucionais e uma ação social debatida e negociada, mais próximas do cidadão. Pôde-se observar que a governança metropolitana sócio-política se afirma no aprofundamento do recorte urbano-territorial e na coordenação negociada com os governos locais; respeitadas as diversidades de situações e normas municipais. Quanto aos arranjos institucionais possíveis, por meio da governança metropolitana se procura encorajar a cooperação por parte dos administradores municipais e ampliar a utilização efetiva do princípio constitucional das funções públicas de interesse comum, que são equacionadas na construção de um pacto metropolitano (Feiock, 2004).

4 Governança metropolitana requererá diálogo dos grupos de interesse na região.

Constata-se que a governança metropolitana está na pauta da agenda das políticas urbanas no país. Entretanto, considerando a região do Grande ABC, os avanços ainda são embrionários e a questão metropolitana continua relativamente à margem dos grandes debates que tratam do rumo da sociedade da região. Foi possível averiguar, pelos entrevistados, que o arranjo que norteiam a gestão, a organização e o financiamento da região é frágil, principalmente no setor social. O consórcio público – configuração que Consórcio Intermunicipal do Grande ABC assumiu a partir de 2010 – vem encorajando processos dinâmicos de aprendizagem social, por meio dos quais os grupos de trabalho (GTs) desenham e executam uma série de programas colaborativos voltados à execução de serviços sociais de interesse comum na região. Mas, o debate acerca da coordenação de políticas sociais regionais não pode ser dissociado da fragilidade estrutural dos laços de cooperação entre os entes federativos em geral do Grande ABC e da governança metropolitana em particular.

Vê-se que um dos pontos centrais da governança metropolitana no Grande ABC é o de superar a cultura do *"jogo de soma zero"*, superar a percepção coletiva de um conjunto de atores públicos e privados de que o ganho representa necessariamente um prejuízo de outro. Ou seja, a tendência quase natural de *"cair em uma armadilha do jogo"* competitivo apresenta uma ameaça particularmente concreta em regiões metropolitanas. No Grande ABC cada governo municipal – local – procura maximizar seu controle sobre o planejamento e uso do solo, prioridades de serviços e as finanças públicas. A menos que o Consórcio Intermunicipal estabeleça o desenvolvimento no interesse comum na região, o interesse municipal e a concorrência interlocal poderão acentuar a competitividade local. Se um determinado município não adota uma medida cooperativa em prol da região, isso induzirá os outros a copiarem o comportamento, o que, por sua vez, criará um *"círculo vicioso"*, com consequências que incluem: não satisfazer as necessidades sociais, em particular nas localidades mais pobres; e a ineficiência dos serviços públicos essenciais.

Para um entrevistado que representa a sociedade civil, os pactos metropolitanos regionais e as responsabilidades de atores regionais significam uma mudança na orientação da política de desenvolvimento regional, cuja característica principal era o de ter caráter de alocação de recursos automático e assistencial. Mesmo nos projetos financiados pelos municípios do Grande ABC, foi possível verificar um baixo envolvimento dos atores sociais, seja na fase de concepção e formulação dos projetos, seja na escolha de instrumento de implementação das políticas sociais da região. Os pactos metropolitanos trouxeram em seu conjunto uma inovação institucional e de procedimento, na medida em que foram concebidos como um instrumento de intervenção pública descentralizada, ancorado em uma forte cooperação entre o governo e as regiões, buscando estabelecer objetivos comuns de maneira conjunta e para a escolha de setores econômicos e sociais a serem estimulados. No Grande ABC os principais objetivos dos pactos sociais seriam, de um lado constituir uma coalização estável de atores regionais e de outro deflagrar um processo de mudança da sociedade regional em busca da melhoria da oferta de bens coletivos. No entanto, as inovações decorrentes dos pactos metropolitanos caminham na lógica e na direção da concertação social.

Logo, pode-se atribuir ao pacto metropolitano o caráter de um instrumento seletivo de política de desenvolvimento regional baseado num conjunto de compromissos negociados entre os atores regionais envolvidos nos projetos regionais. Os municípios são os protagonistas para o fortalecimento do território regional. O administrador público, pela inerência das responsabilidades que lhe cabe, é o artífice principal dessa construção. A solidificação da regionalidade depende sobremaneira da conexão do governante com o mundo e das possibilidades que tem de aprimorar as políticas públicas locais (Hoyler, Freyrag & Mager, 2006). Entretanto, depende também da habilidade do gestor de estabelecer as prioridades de planejar e de fazer com que cada ação estabeleça a interface com a região, com a melhoria contínua do Grande ABC; além, logicamente, da colaboração dos prefeitos, para não se descuidarem dos problemas que afetam a vida cotidiana dos moradores que consomem, por sua vez, *"fatias"* significativas de recursos públicos.

Parece óbvio que a matemática da união dos sete municípios da região faz sentido para grupos com os mesmos propósitos. Mas, o desejável desenvolvimento articulado para o Grande ABC obviamente seria viável se houvesse um processo de diálogo contínuo entre os gestores públicos dos GTs na elaboração de políticas públicas sociais comuns aos municípios da região. E é razoável refletir que um movimento regional articulado não conseguirá obter resultados almejados, enquanto uma grande parcela de seus gestores não encorajarem a população a transformar posturas locais em regionais e individuais em coletivas.

Segundo os entrevistados, o desencorajamento regional parte dos próprios prefeitos da região, ao não considerar a questão regional como uma pauta do seu plano de gestão. Os tidos, profissionais técnicos – que nem sempre são os secretários – que são escolhidos pelos prefeitos para representar o município nos GTs, em muitas ocasiões não possuem competência necessária para tal trabalho: desconhecem os assuntos, se ausentam das reuniões mensais realizados no Consórcio Intermunicipal, não têm compromisso com os propósitos dos GTs, tem o pensamento local em vez do regional, entre outros. Os profissionais do município qualificados ficam dedicados a tratar destas questões no âmbito local. De certo modo, alguns prefeitos tratam a questão regional como algo que não é a prioridade para o município, e citam, como exemplo, São Caetano do Sul.

Tal raciocínio considera que a sustentabilidade de um projeto social regional metropolitano, com investimentos em programas intermunicipais articulados de desenvolvimento nas áreas sociais não depende exclusivamente em convencer prefeitos e vereados dos benefícios que essa união pode gerar a população do Grande ABC, favorecendo o surgimento de projetos e atitudes administrativas coletivas. Para obter a garantia mínima de que um plano de desenvolvimento regional atingiria os objetivos sociais almejados, seria necessário que a população engendre esforços nessa direção. Por outro lado, para conseguir aglutinar de forma coordenada grande contingente de cidadãos em torno de um projeto regional, a sociedade necessitaria ser instrumentalizada com mecanismos que permitissem o acompanhamento e participação, de maneira igualitária em todo o processo de elaboração das políticas públicas regionais. Não há governança metropolitana sem a participação da sociedade civil. No entanto, observa-se que sem o comprometimento efetivo de parcela significativa da população do Grande ABC, fica difícil imaginar, no atual cenário social, que um plano regional, por melhor que seja, possa conseguir o respaldo necessário. E, sem respaldo, não há como garantir a consecução dos objetivos e metas sociais.

Para asseverar esse quadro, não é difícil verificar até onde os olhos e ouvidos dos entrevistados conseguem alcançar, uma vez que há um crescente esgotamento da credibilidade do povo nas instituições políticas e regionais do Grande ABC Paulista, muitas vez extensivo aos políticos, malgrado o fato de que dentro dessas instituições existam muitas pessoas que estejam comprometidas com a região. Mas, por inércia ou por interesses de grupos dominantes sempre há resistência a qualquer tentativa de mudança ou evolução em prol de um pensar regional coletivo.

Somando-se o crescente descrédito nas instituições à resistência institucional para se abandonar a zona de conforto do poder, partindo principalmente daqueles que detêm cargos-chave eletivos ou não, é possível compreender as razões do ceticismo quase generalizado disseminado em meio à população. Os entrevistados têm quase certeza de que os representantes eleitos na região não vão conseguir promover a justiça social nem muito menos encaminhar e manter programas sérios, eficientes e duráveis para resolver as grandes questões regionais que impedem obter resultados realmente palpáveis e sustentáveis na direção de uma melhoria contínua da qualidade de vida do cidadão residente no Grande ABC – meta que deve nortear toda e qualquer política pública regional. Surge, portanto, a necessidade de se avaliarem alternativas viáveis para a superação das crises de credibilidades institucionais e de ceticismo generalizado, como forma de viabilizar a constituição de um respaldo popular a projetos regionais integrados e sustentados, inclusive socialmente, para o Grande ABC.

Pode-se inferir então, que para estimular a participação cidadã no processo político visando resgatar a credibilidade nas instituições e promover a sustentabilidade social, também são necessários e urgentes o surgimento de lideranças civis e o estabelecimento de novas formas de interação da sociedade civil com os poderes constituídos. Assim, com esse propósito, a criação de conselhos populares e outras organizações da comunidade serão importantes para obter o necessário respaldo popular e que se legitimem como veículo de comunicação nos dois sentidos, entre a sociedade civil e as autoridades constituídas (Feiock, 2004).

Para os entrevistados, a governança metropolitana passa pelo pensar regional, onde os mesmos apontam algumas observações: (a) o respaldo popular é necessário para se promover a sustentabilidade dos projetos regionais; (b) a sustentabilidade social de uma política depende de comprometimento efetivo da população; (c) o envolvimento e o comprometimento do morador do Grande ABC com uma política regional articulada devem se antecedidos de ampla e aprofundada discussão sobre as vantagens e desvantagens de um eventual empenho coletivo de forças entre as sete cidades; (d) e, ao final dessa discussão, a própria sociedade local deve decidir qual caminho seguir para se promover o desejável crescimento acelerado e sustentável da qualidade de vida na região. Enfim, talvez a discussão sobre a fusão das sete cidades do Grande ABC seja um caminho para se conseguir estabelecer um senso comum e compromisso da população em torno de projetos de médio e longo prazos voltados a promover um desenvolvimento articulado e sustentável.

5 Soluções regionais: requerem vontade política dos atores regionais.

No Estado de São Paulo, com o esvaziamento da discussão metropolitana, foram necessárias novas abordagens, uma vez que a compreensão das diversas escalas regionais envolvidas e seus rumos de desenvolvimento permanecem desatualizadas. Há de se destacar que a concepção de um plano de ações estratégicas deixou de ser proposto na escala regional de forma compreensiva, mesmo quando algumas iniciativas setoriais buscavam fazê-lo, com muita competência técnica. No entanto, há limitação de efetividade perante diversas realidades e intenções dos municípios vizinhos ou das entidades setoriais com grandes projetos na metrópole.

Da mesma forma, a crise no planejamento metropolitano como instrumento de promoção do desenvolvimento levou o planejamento estratégico local ou municipal a ganhar relevo em relação às propostas regionalizadas no Grande ABC Paulista, ao mesmo tempo em que os planos e projetos de infraestrutura regional se mantiveram em uma abordagem isolada, em seus sistemas de planejamento setorial (Borja, 1997). Nos municípios do Grande ABC, a realidade permanece desafiadora e convida atores regionais a superar o histórico de fragmentação existente. Tal situação, segundo os nossos entrevistados, requer agilidade, bom senso e, sobretudo, convicção. Eles acreditam que a região precisaria resgatar a efetiva regionalidade para se construir um modelo sólido de governança metropolitana.

Mas, a questão é saber se o consenso público e privado preconizado pelo planejamento estratégico não viria exatamente legitimar uma prática que tem se revelado a maior responsável pelas desigualdades sociais na metrópole de São Paulo ou se, de fato, haveria condições de superá-las em favor de um convívio social mais democrático. No caso do planejamento estratégico, a assimilação da cidade como mercadoria não é uma revelação que possa denunciar seu caráter ideológico, mas é, para seus idealizadores, a condição mesma de superação da crise das metrópoles (Carvalho, 2000).

Historicamente, as experiências de projetos metropolitanos no Estado de São Paulo revelaram dificuldades de articular a política urbana local com a ação dos órgãos e entidades setoriais na metrópole. Ao mesmo tempo, o desequilíbrio de representatividade institucional e a ausência de participação social ampla têm contribuído para a dificuldade de obter-se legitimidade e reconhecimento social. Cabe destacar que nas estruturas metropolitanas a representação não é direta e correspondente, nas quais um cidadão é igual a um voto. Nesse sistema, grandes contingentes populacionais passam a ter o mesmo peso de decisão de pequenas aglomerações urbanas (Splink, Teixeira & Clemente, 2009).

Os conflitos decorrentes de um sistema de gestão fragmentado do Grande ABC Paulista são recorrentes, pois não há coesão de propósitos e reunião de esforços de governança para definir e cobrar parâmetros mínimos de atendimento social dos agentes públicos de construção do território, papéis coerentes de agências reguladoras. Parece que os arranjos regionais deveriam se moldar ao planejamento e à gestão de políticas públicas setoriais, organizadas e conduzidas segundo as atuais esferas constituídas de poder – União, estados e municípios – com suas responsabilidades e recursos definidos, com ambientes colegiados de articulação.

De acordo com os entrevistados, a implantação de uma região metropolitana, com poderes efetivos de implementação e gestão de políticas públicas, poderia implicar praticamente na criação de uma esfera intermediária de poder entre estadual e municipal, com a transferência de atribuições de ambos os níveis de governo para a alçada metropolitana. Tal possibilidade, no entanto, é extremamente remota, na medida em que acarretaria mudanças constitucionais politicamente irrealistas, visto que iria de encontro a toda tradição da formatação territorial do Estado Brasileiro (Ribeiro, 2010). Em termos concretos, um município metropolitano só adotaria as diretrizes propostas pelo órgão metropolitano se quisesse, e o governo estadual só descentralizaria suas funções em benefício do órgão metropolitano, também se quisesse. Mas, tal situação implicaria a necessidade de uma mudança no enfoque do planejamento regional metropolitano brasileiro. Nesse caso, as questões da autonomia municipal e da descentralização administrativa – municipalização – devem ser incorporadas numa inversão da perspectiva, de modo que a autonomia municipal, antes de ser um entrave ao planejamento metropolitano, deveria ser transformada em seu fator de viabilidade (Asquino & Grostein, 2010).

Por outro lado, o processo de municipalização dos serviços e políticas públicas, longe de aumentar o individualismo das municipalidades, vem despertando cada vez mais o espírito cooperativo de seus administradores. Os municípios do Grande ABC vêm se dando conta de que os problemas urbanos e sociais não podem ser resolvidos no âmbito meramente local, mas regional. Cria-se um espaço de debate e a discussão para a gestão intermunicipal. Diante disso, a autoridade metropolitana deveria desviar muito mais da autoridade municipal do que da estadual. A julgar pelos entrevistados, a região do Grande ABC Paulista deveria ser encarado muito menos como uma repartição do território estadual, como ocorre normalmente, do que como uma integração de territórios municipais. Caberia ao planejamento regional metropolitano assumir o caráter de um planejamento intermunicipal metropolitano. No caso, do Grande ABC, a figura do Consórcio Intermunicipal foi criada para o atendimento de demandas comuns aos sete municípios, assumindo um papel fundamental no processo da gestão metropolitana na região.

Inicialmente, o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC foi criado com o objetivo de planejar e executar, em cooperação com os governos federal e estadual, as políticas públicas de interesse regional. Posteriormente, com o agravamento da crise econômica motivada pelo processo de desindustrialização pelo qual passou a região na década de 1990, o Consórcio Intermunicipal passou a priorizar as questões de desenvolvimento econômico regional. Nossos entrevistados acreditam que o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC repercutiu positivamente no setor empresarial e nos setores organizados da sociedade e fez gerar boas expectativas quanto à solução conjunta dos problemas municipais ao final desta década, porém, não teve continuidade na última década.

Cabe registrar que inciativas como as do Grande ABC e as dificuldades na implementação do novo modelo de gestão metropolitana na Grande São Paulo, indicam a inadequação dos modelos tradicionais de planejamento centralizado. Os instrumentos e as estratégias de gestão territorial direcionam para o modelo da descentralização, ou seja, da organização territorial partindo da base, dos municípios, na qual a região passa a ser pensada não somente como a parte de um todo, mas como uma soma de partes. Portanto, pensar a região metropolitana é pensar em mecanismos de coordenação intergovernamental, algo que ainda não foi resolvido no pacto federativo brasileiro e que está relegado ao segundo plano dos interesses dos governos e da sociedade (Abrucio, Sano & Sydrow, 2010). De acordo com Martins (2006), refletir sobre a questão metropolitana significa compreender o conjunto de problemas tipicamente urbanos e as dinâmicas possíveis entre as cidades que envolvem, entre outras, políticas de caráter econômico e social. Também significa definir novas e necessárias relações de coordenação entre os vários entes federativos para garantir fontes estáveis de financiamento e formas eficazes de cooperação entre os governos, além de estruturar e estabelecer boas condições para a inserção da região na economia mundializada.

Foi possível constatar que a RMSP está atrasada do ponto de vista institucional. Integrada por 39 municípios, a região concentra quase 50% da população residente no Estado, a maior parte da arrecadação tributária e a maior parte dos postos no mercado de trabalho do Estado de São Paulo. Configura-se como uma fonte de poder e de concentração de dramas urbanos. Mesmo com a possibilidade outorgada pela constituição de 1988, de democratizar sua gestão, e, recentemente com os *"novos"* instrumentos jurídicos – Estatuto da Cidade e Lei dos Consórcios Públicos – para favorecer a implantação de políticas urbanas mais eficazes e regionalizadas, o Estado de São Paulo reproduz o modelo centralizador e obtuso dos tempos da ditatura militar (Carvalho, 2011).

O governador Geraldo Alckmin, ainda em seu primeiro mandato, enviou o projeto de lei complementar nº 6/2005, que trata da reorganização da região metropolitana. Na época, o projeto foi debatido, tendo recebido 59 emendas e dois substitutivos, mas não chegou a ser votado. Por ser uma região que é a quarta mancha urbana do planeta, praticamente um país em população e geração de riquezas, onde nela vivem mais de 20 milhões de pessoas (IBGE, 2010) que convivem com fluxos, como de pessoas, mercadorias, água e poluição, entre outros. O projeto do governador destinava enfrentar esses problemas. Por não respeitarem fronteiras, esses problemas exigiriam soluções compartilhadas entre os agentes públicos e privados dos municípios da região.

Em 2010, o governador Alckmin determinou a retomada do projeto. O projeto traz em seu bojo a criação de um Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, com a participação paritária dos municípios e do Estado, que terá o apoio das câmaras temáticas, integradas por entidades representativas da sociedade, e o suporte de uma agência metropolitana, entidade que deverá operacionalizar as decisões do Conselho. Esse arranjo possibilitará maior racionalidade na definição e na aplicação das políticas públicas. O projeto prevê ainda a criação do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano, de gestão compartilhada entre Estado e municípios. Seu objetivo principal será financiar e investir em planos, programas e projetos de interesse da região (Carvalho, 2011).

Este projeto poderá contar não só com fontes de recursos das três esferas de governo como também de organismos multilaterais e provenientes de ajuda e cooperação internacional ou acordos intergovernamentais. A sociedade terá seu espaço por meio de um conselho de orientação, que opinará sobre as questões de interesse metropolitano, podendo propor a constituição de câmaras temáticas e elaborar propostas de projetos para serem debatidas e deliberadas pelo Conselho de Desenvolvimento. Efetivamente, almeja-se integrar as políticas e agentes públicos e privados em torno de uma agenda para a sustentabilidade, a competitividade e a melhoria da qualidade de vida do cidadão metropolitano. Em síntese, o que se busca é uma política de Estado que ultrapasse o mandado dos governantes, se afaste das vaidades partidárias e se perenize (Boothroyd, 2006; Pinto, 2007).

No entanto, para se alcançar resultados práticos, a iniciativa do governador Geraldo Alckmin deve fundamentalmente considerar o protagonismo das cidades e uma pauta que vise à construção de agendas pactuadas com municípios e com a União. Emerge também dessa compreensão uma avaliação transparente da situação concreta das regiões metropolitanas. Outra condição diferenciada reside na construção de políticas públicas, a partir de conselhos das cinco sub-regiões metropolitanas definidas pela lei complementar nº 1.139/2011. Ao mesmo tempo, caberá aos governos municipais um esforço significativo para defender os interesses das cidades no conselho de desenvolvimento, que terá nada menos que 50% de seus assentos ocupados pelo governo estadual (Carvalho, 2011).

Nesse sentido, a criação e o fortalecimento dos consórcios intermunicipais, a exemplo do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, poderão ser fundamentais para o exercício de um papel protagonista no processo de construção institucional que ora se inicia. Tal papel tem como um de seus pilares a clara definição de prioridades feitas pelos municípios integrantes, bem como a mobilização da sociedade civil, por conta da necessidade de resolução dos problemas comuns nas regiões. Esse modelo de articulação poderá ser utilizado para agregar ações efetivamente integradas dos sete municípios do Grande ABC, como um plano de políticas públicas direcionado à inclusão social. Fica assim demarcada a perspectiva de fortalecimento dos consórcios intermunicipais, cuja capacidade de articulação poderá resultar em maior integração de interesses e menor assimetria de poder entre o governo estadual, os sete municípios do Grande ABC e a União. Contudo, uma ação fundamental para a renovação das políticas públicas e dos modelos de governança devem sustentar as regiões metropolitanas como territórios essenciais para o desenvolvimento nacional.

Este *"novo"* conceito de soluções compartilhadas não pode enfrentar problemas em função de diferentes partidos políticos que ocupam as prefeituras do Grande ABC. Nas visões de Wilson, Spink e Ward (2011), os governantes precisam descobrir que não conseguem solucionar seus problemas sozinhos, mesmo porque, os problemas podem ser oriundos da cidade vizinha. Assim, objetivo do governo paulista é criar um marco legal para planejar e financiar políticas públicas compartilhadas com os municípios, numa ação que imprime um novo modelo de gestão política compartilhada no Brasil. Nota-se que se almeja criar um mecanismo de interlocução dentro de um espírito de governança que não havia antes.

6 Conclusões

Foram discutidos os benefícios das ações integradas, e sabe-se que muito do que as cidades brasileiras se transformarão em tempos vindouros está diretamente relacionado à disseminação da cultura de integração, das ações de cooperação que os administradores serão capazes de imprimir atualmente. O Grande ABC é uma região repleta de diagnósticos. Para os entrevistados, o fato é que a região avançou bastante nesse quesito. Entretanto, os governantes sabem os pontos fracos e fortes, mas falta encontrar a linha de convergência entre a tênue fronteira que separa o micro do macro, ou seja, o local do regional, para estabelecer prioridades. Uma missão bastante complexa, muito em virtude da ausência de diálogo e até mesmo por falta de conhecimento da região. O divisionismo está muito presente no cotidiano do Grande ABC. Há muitos miseráveis para incluir, milhares de jovens para empregar, mão de obra para qualificar e outro tanto incontável de vagas de trabalho bem remuneradas para conquistar. Caso contrário, esta região que tem mais de 2,6 milhões de habitantes continuará a nos comprimir diante da teimosia em não estender o olhar para além das fronteiras, que são quase que imperceptíveis, para problemas que pareciam ser de exclusividade e competência única de uma cidade e que desembarcam em outra cidade. Vê-se que é na cidade que tudo acontece; que a vida pulsa com seus reflexos positivos e negativos – com o desemprego, com a insegurança, com o caos urbano e o trânsito, com a empresa que chega com novas vagas, com as escolas inauguradas e com os parques recuperados. Com todas as ações que melhoram, pioram ou simplesmente fazem parte do cotidiano do cidadão do município. Contudo, a contribuição das cidades é fundamental para a construção da cultura da regionalidade e do fortalecimento do território regional. O administrador público é o principal mobilizador dessa construção. Entende-se que a solidificação da *"qualidade e do sentimento de pertencer a uma região"* depende sobremaneira da conexão do governante com o mundo e das possibilidades que tem de agregar valor às políticas públicas locais. Depende também da competência do gestor de estabelecer prioridades, de planejar e de fazer com que cada plano de ação estabeleça a interface com a região, com a melhoria contínua do Grande ABC. É fato que os prefeitos não podem descuidar da educação; da assistência social àqueles que necessitam; das oportunidades de trabalho aos cidadãos, principalmente àqueles que são portadores de alguma deficiência física; do amparo aos jovens vitimas da violência doméstica, entre outras. São alguns dos inúmeros problemas que afetam a vida cotidiana dos moradores e consomem fatias consideráveis de recursos públicos.

Para os entrevistados a melhoria da educação pública é emblemática para explicar a importância da cidadania para a *regionalidade*. Se uma escola pública se destaca em qualquer sistema de avaliação nacional, logo se

torna uma referência, ganhando as manchetes do jornal Diário do Grande ABC e o desejo dos pais em matricular seus filhos nesta escola, mesmo que esta escola se localize em um município vizinho. Assim sendo, os administradores públicos não podem fugir a essa realidade. São Caetano do Sul, por possuir escolas municipais com padrões elevados de qualidade de ensino, atraem à atenção dos pais que desejam matricular seus filhos. Estes gestores não podem se acomodar em apenas executar os percentuais de investimentos exigidos por lei, sob pena de estarem condenando o crescimento de suas cidades. Se esta é uma questão crítica no Grande ABC, por que não pensar em uma solução em conjunto?

Não há dúvidas de que as soluções para os problemas plurimunicipais precisam ser antes de tudo, desejadas pelos políticos e pelos atores sociais que atuam no espaço metropolitano, os quais devem estar dispostos a participar, de alguma maneira, do processo de construção da instituição metropolitana, que, por sua vez, deverá operar, seja qual for o formato que venha a apresentar, segundo regras bem definidas e estáveis. É inegável que enquanto não for equacionada a questão metropolitana, continuará ocorrendo, no âmbito do governo da União, dos Estados, dos Municípios e das regiões metropolitanas, um *"jogo"* de indefinições e incongruências no processo decisório, com consequências negativas em diversas áreas como educação, assistência social, criança prioridade, pessoa com deficiência e trabalho e renda.

Baseada na análise da funcionalidade dos processos políticos contemporâneos nas áreas metropolitanas, nossos entrevistados consideram a governança metropolitana como um dos principais alicerces em redes orientadas com propósitos específicos associados a políticas coordenadas. O autor deste *paper* defende que a governança metropolitana é construída através da relação entre os agentes políticos relevantes consubstanciando arranjos de cooperação em torno de temas metropolitanos e, ainda, da agregação heterogênea de agentes de diferentes competências e *backgrounds* planejam e ofertam serviços urbanos de uma maneira que é independente dos limites territoriais das tradicionais estruturas de governos locais.

Pôde-se observar que a governança metropolitana não é focada essencialmente em estruturas institucionais e no comportamento das localidades autônomas, mas, de fato, em *"jogos"* entre várias agências públicas e agentes privados em diferentes níveis territoriais. Esta abordagem não somente enfatiza que existe algo híbrido, como redes políticas, entre mercado e hierarquia. Entretanto, também sublinham que a fraqueza do Estado, por um lado, e a crescente importância de redes políticas e agentes sociais fortes, por outro, é uma expressão da modernização da sociedade, em que os agentes locais são orientados por meio de consensos e da resolução de problemas.

Enfim, a construção de capacidade de governança para a oferta de serviços públicos é provável que difira consideravelmente de um contexto empírico para outro. Mediante trocas e interações, novos atores e sistemas surgem, por meio dos quais as instituições e as relações são rearranjadas. Trajetórias de governança metropolitana dificilmente podem ser universais, pelo contrário, são fortemente delimitadas pelas especificidades locais e dinâmicas de interação de onde emergem os sistemas de decisão conjunta. O Grande ABC foi um caso singular, mas sua trajetória frustrou muitos atores que vinham operando ações de integração regional desde a década de 1990. Este movimento passou por um processo de *"hibernação"* na última década, tendo como desdobramentos, prejuízos à região. Em 2009, após a institucionalização dos Consórcios Públicos, a governança regional metropolitana voltou à pauta dos atores da região.

Referências

ABRUCIO, F. L., SANO, H., SYDROW, C. (2010). T. "Radiografia do Associativismo Territorial Brasileiro: Tendências, Desafios e Impacto sobre as Regiões Metropolitanas". In: Klink, J. (Org.) *Governança das Metrópoles: Conceitos, Experiências e Perspectivas*. São Paulo, Annablume, pp. 21-47.

ASQUINO, M. S., GROSTEIN, M. D. (2010). "Governança Metropolitana e Infraestrutura em São Paulo: O Desafio de Conciliar Interesses Regionais e Impacto Local". *Pós*, 17(28), pp. 18-34.

Boothroyd, P. (2010). "Construindo Capacidades para a Governança Metropolitana". In Klink, J. (Org.) *Governança das Metrópoles: Conceitos, Experiências e Perspectivas*. São Paulo, Annablume, pp. 117-126.

BORJA, J. (1997). "As Cidades e o Planejamento Estratégico: Uma Reflexão Europeia e Latino-Americana". In Fischer, T. (Org.). *Gestão Contemporânea: Cidades Estratégicas e Organizações Locais*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, pp. 79-99.

CARVALHO, J. P. (2011). "Alckmin Sanciona Lei que Reorganiza Região Metropolitana de São Paulo: Proposta Estabelece Novo Sistema de Gestão para 39 Municípios, Dividida em Cinco Sub-Regiões". *Jornal O Estado de São Paulo. Caderno Metrópole*. Disponível em http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,alckmin-sanciona-lei-que-reorganiza-regiao-metropolitana-de-sao-paulo,733346,0.htm, [consultado em: 19 de Maio de 2011].

CARVALHO, M. (2000). "Cidade Global: Anotações Críticas sobre um Conceito". *São Paulo em Perspectiva*, 14(4), pp. 70-82.

FEIOCK, R. C. (2004). *Metropolitan Governance: Conflict, Competition and Cooperation*. Georgetown University Press, Washington.

HOYLER, M., FREYRAG, T., MAGER, C. (1006). "Advantageous Fragmentation? Reimagining Governance and Spatial Planning in Rhine-Main", *Built Environment*, 32(2), pp. 124-136.

IBGE (2010) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). "Censo 2010". Disponível em http://www.ibge.gov.br/cidadesat, [consultado em: 02 fev. 2011].

KLINK, J. (2009). "Novas Governanças para as Áreas Metropolitanas: O Panorama Internacional e as Perspectivas para o Caso Brasileiro". *Cadernos Metrópole*, São Paulo, 11(22), pp. 415-433.

LA BLACHE, V. (1954). *Princípios de Geografia Humana*. 2 ed., Lisboa, Cosmos.

MARTINS, J. D. (2006). As Regras da Metrópole: Campo Urbanístico e Ordem Social na Região Metropolitana de São Paulo. Tese de Doutoramento, Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília.

PAASI, A. (2000). *Re-constructing Regions and Regional Identity. Nethur lecture*, 7.11.2000, Nijmegen, The Netherlands. Disponível em http://www.kun.nl/socgeo/n/colloquium/Paasi1.pdf, [consultado em 30 abr. 2006].

PINTO, S. G. B. (2007). Regiões Metropolitanas: Obstáculos Institucionais à Cooperação em Políticas Urbanas. Tese de Doutoramento, Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RIBEIRO, L. C. Q. (2010). "Os Desafios da Reforma Urbana nas Metrópoles Brasileiras". In Klink, J. (Org.) *Governança das Metrópoles: Conceitos, Experiências e Perspectivas*. São Paulo: Annablume, 75-98.

ROTTA, E. (2012). "Desenvolvimento Regional e Políticas Sociais: Um Estudo do Noroeste do Rio Grande do Sul na Primeira Década do Século XXI". *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 74-91.

ROVER, O. J., BIRKNER, W. M. K., MUSSOI, E. M. (2008). "Gestão do Desenvolvimento Local/Regional: Descentralização, Governança e Redes de Poder". *Revista Grifos*, 24, pp. 75-91.

SANTOS, M. H. C. (1997a). "Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte". *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, 40(3), pp. 335-376.

SANTOS, M. (1997b). *Metamorfoses do Espaço Habitado*. 5 ed. São Paulo: Hucitec.

SPINK, P. K., TEIXEIRA, M. A. C., CLEMENTE, R. (2009). "Governança, Governo ou Gestão: O Caminho das Ações Metropolitanas". *Cadernos Metrópole*, São Paulo, 11(22), pp. 453-476.

WILSON, R. H., SPINK, P. K.; WARD, P. M. (2011). "Governança Metropolitana nas Américas". *Caderno Metrópole*, São Paulo, 13(25), pp. 15-44.

Ferrovia, Metropolização e Mobilidade em São Paulo

Neide Honorato da Silva
Mestranda no Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, Brasil.
Área de Concentração: Dinâmica Urbano-Regional, Planejamento e Políticas Públicas.
Orientador: Maura Pardini Bicudo Véras
neidehs.sa@gmail.com

Resumo: O estudo das ferrovias no processo de constituição da metrópole paulista tem como referência a São Paulo Railway, a primeira estrada de ferro do estado de São Paulo. Construída com o objetivo de facilitar o escoamento da produção cafeeira, os efeitos de sua construção foram sentidos nos terrenos próximos de suas estações; estes foram ocupados por indústrias e bairros operários. Esta ferrovia contribuiu intensamente para a consolidação da urbanização e crescimento da Região Metropolitana de São Paulo, pela conexão que estabelece entre a Cidade de São Paulo e os diversos municípios situados em seu entorno. Atualmente destaca-se como integrante de redes de mobilidade de trabalhadores do ABC paulista. O estudo das políticas de transporte contemporâneas propicia análises da região metropolitana em sua totalidade, destacando suas desigualdades sócio–espaciais, auxiliando na compreensão da problemática que envolve o transporte coletivo, com foco nos trens metropolitanos.

Palavras-chave: Ferrovia, Café, Metrópole, Transporte, Trabalhadores.

Introdução

Para entender uma cidade tão complexa como a Cidade de São Paulo é necessário considerar o contexto histórico em que ela surgiu, os fatores que proporcionaram o seu processo de urbanização e as profundas alterações que nela ocorreram em função da abertura comercial ao mercado mundial, das novas indústrias e das novas tecnologias de comunicação e de transporte. Compreender a Cidade de São Paulo em toda sua amplitude implica em examinar cuidadosamente sua extensa Região Metropolitana, em especial a região do ABC, que concentra um dos maiores polos industriais do país.

Nossa análise destacará alguns temas que contribuem para desmistificar aspectos que muitas vezes entravam a compreensão dos problemas urbanos, em especial sobre segregação sócio-espacial, mobilidade e transporte, dentre outras questões relacionadas aos desafios das políticas públicas.

Neste artigo buscaremos apontar o papel desempenhado pela ferrovia no processo de consolidação da urbanização na Região Metropolitana de São Paulo e como integrante de redes de mobilidade de trabalhadores, contextualizando, histórica e espacialmente, a região do ABC paulista neste processo.

O estudo das políticas de transporte contemporâneas propicia análises da região metropolitana como um todo, suas desigualdades sócio–espaciais, os municípios dormitórios cujos moradores demandam aos centros empregadores, além da ampla inserção de trabalhadores no terciário numeroso da metrópole.

A região metropolitana de São Paulo é composta por 39 municípios. Neste sentido, é de fundamental importância interpretar a reestruturação econômica e as estruturações urbanas e industriais em países como o Brasil. Muitas das explicações consagradas internacionalmente são transportadas ao ambiente acadêmico nacional, mas não se aplicam à realidade brasileira. É necessário avançar em pesquisas sobre a reestruturação social e espacial da indústria no estado de São Paulo onde a indústria brasileira está concentrada; aproximadamente cerca da metade do valor gerado na indústria do país. Sua gênese encontra-se na grande empresa cafeeira associada ao trabalho livre de imigrantes europeus nas últimas décadas do século passado.

A cidade de São Paulo, capital da província cafeeira, na primeira metade desse século se transformou em cidade industrial e houve um grande crescimento de sua população. Neste contexto, foram feitos vultosos

investimentos para garantir as condições gerais da produção industrial, em energia, estradas, aparelhamento portuário, escolas, transportes e serviços de saúde, destinados à reprodução da força de trabalho.

No período de 1970 a 1985 a região metropolitana conheceu um declínio no valor da produção industrial do Estado de São Paulo, que trouxe como consequência a expansão da massa urbana e a formação de áreas periféricas. A expansão da mancha urbana metropolitana modificou a cidade de São Paulo, que foi cada vez mais se afirmando como centro de serviços e cada vez menos como centro industrial. Em contrapartida, o aumento do número de empregos no setor terciário apresentou crescimento a partir da década de 1990, o que passou a exigir novas infraestruturas de transportes e de instituições formadoras de mão-de-obra qualificada.

1- Breve Histórico da Ferrovia São Paulo Railway

Os avanços tecnológicos nos meios de transporte revolucionaram as formas de organização do tempo e do espaço. As ferrovias promoveram a integração de áreas distantes e favoreceram o crescimento e formação de cidades ao longo de seu caminho. O estudo do papel das ferrovias no processo de metropolização de São Paulo tem como referência a primeira estrada de ferro paulista, a São Paulo Railway, que ligava o planalto ao porto de Santos. Construída com objetivo de facilitar o escoamento da produção cafeeira, os efeitos da construção desta ferrovia foram sentidos nos terrenos próximos de suas estações; estes foram ocupados por indústrias e bairros operários.

No período que antecedeu a implantação do sistema ferroviário em São Paulo, inúmeros fatores como relevo acidentado e grandes distâncias que separavam os diversos núcleos de povoamento dificultavam as comunicações no interior do país. Os percursos disponíveis eram extensos e dificultosos, consumindo muito tempo nas viagens. O transporte de mercadorias era realizado por meio do dorso de animais ou por escravos. (Caio Prado Júnior, 1998).

O transporte era realizado através dos “caminhos das tropas”. Estes caminhos cortavam a serra e serviam de ligação do planalto com os diversos portos; para cada um deles havia um local no planalto que servia de parada, posto de comércio e armazenagem de mercadorias. A região onde se localiza o Mercado Municipal e o Parque D. Pedro II até o Vale do Anhangabaú era ponto de partida de vários caminhos e estradas que ligavam a capital paulista aos Estados vizinhos e também ao porto de Santos.

Na cidade de São Paulo, a urbanização teve como ponto de partida a pequena vila do período colonial formada por igrejas e conventos, orientados pelas Ordens religiosas. Até 1822, ano da proclamação da Independência, São Paulo era uma cidade cujo perímetro urbano era uma pequena área no entorno do rio Anhangabaú, ligada basicamente à agricultura de subsistência e ao comércio. Porém, mesmo antes da implantação das ferrovias, era o centro mais importante do planalto, sendo o porto de Santos o principal do Estado.

A construção das ferrovias em São Paulo tem íntima relação com a cafeicultura. As primeiras sementes de café chegaram ao Brasil por volta de 1720 trazidas da Guiana Francesa. Cultivadas inicialmente no norte do país, em alguns anos as plantações espalharam-se por vários estados chegando até a região Sudeste quando o plantio passou a ocorrer em larga escala.

Em 1850 o café já era o principal produto de exportação tendo como centro da produção cafeeira o Vale do Paraíba. A necessidade de construção de uma rede ferroviária para escoar a produção agrícola já se tornava evidente, porém o governo imperial não dispunha de recursos financeiros, limitando sua ação a conceder incentivos à iniciativa privada para tal empreendimento.

Conhecido como o “Barão de Mauá”, José Evangelista de Souza, grande empreendedor do período colonial, possuía um pequeno trecho ferroviário no Rio de Janeiro e já havia manifestado interesse em desenvolver empreendimentos em São Paulo, porém, os custos para construção de ferrovia no trecho de serra eram muito altos. Tentou conseguir recursos junto ao Tesouro Nacional, mas não foi atendido. Mauá, então, recorreu aos grandes investidores ingleses, com os quais conseguiu adquirir recursos para construir a primeira ferrovia em São Paulo, a São Paulo Railway, também denominada a “Inglesa”.

A implantação das ferrovias em São Paulo tem relações estreitas com questões políticas e econômicas, dentro e fora do país. Para as nações industrializadas, principalmente a Inglaterra, a construção de ferrovias na América

Latina representava uma excelente oportunidade de ganhos em atividades comerciais e financeiras além das garantias concedidas pelos governantes nos contratos de construção e exploração das ferrovias. (Gutierrez, 1987).

Iniciada em 1860, a São Paulo Railway ligando Jundiaí ao porto de Santos levou sete anos para ser construída. Além do capital inglês, a obra contou também com mão de obra inglesa e concentrou-se na Vila de Paranapiacaba, no município de Santo André. Paranapiacaba ("lugar em que se vê o mar" em tupi-guarani) era o trecho mais difícil da ferrovia, o da Serra do Mar, pois 800 metros de altura separavam o litoral do Planalto Paulista; para concluí-lo, os engenheiros e funcionários fixaram residência na vila, cuja arquitetura seguiu o estilo das cidades inglesas da época.

Com extensão de 139 km, a São Paulo Railway foi entregue ao tráfego em 1867, sendo o único caminho para o mar por via férrea. Após sua conclusão, a malha ferroviária paulista estendeu-se em todas as direções do Estado. A ferrovia expandiu os limites da Cidade de São Paulo, que não passava de um triângulo de ruas situadas entre os rios Tamanduateí e Tietê (Véras, 1991). A partir de então, conforme observou José de Souza Martins:

"O homem deixava de ser o condutor da tropa para ser conduzido como tropa".

A ferrovia trazia a modernidade e, ao mesmo tempo as contradições decorrentes da passagem da sociedade escravista para a sociedade industrial. A vida cotidiana da população mais pobre foi invadida pelos horários regulados pela disciplina do trabalho.

A ferrovia mudou o sentido da direção das viagens de São Paulo a Santos. Os velhos caminhos para o mar seguiam um trajeto que partia de São Paulo e dirigia-se para leste, no campo, e no limite do campo e da mata quebrava à direita, em direção ao sul, para entrar na mata em direção ao leste. Com a ferrovia a viagem passou a ser direta, de oeste para leste na direção do litoral, entrando mais rapidamente no trajeto do mar. Ao invés da polarização entre rural e urbano e da distância e demora que os separava, a ferrovia juntou os opostos, ao mesmo tempo em que separava e juntava as classes sociais, os passageiros de primeira classe e os passageiros de segunda classe.

Martins resume o impacto da São Paulo Railway no espaço físico e suas consequências à vida cotidiana:

> "a ferrovia, saindo do porto de Santos galgou quase de supetão a serra íngreme do mar e inundou o planalto com seu tempo próprio, sua velocidade, sua nova espacialidade, a nova mentalidade que disseminava a da pressa, a do chegar logo, a do não ter tempo, a de estar no mesmo dia em dois lugares antes separados por dias de cavalgada."

Os impactos da construção da São Paulo Railway começaram a se evidenciar já em 1860: o Jardim Público da Luz, inaugurado em 1825, perde parte de sua área para a construção da primeira estação da São Paulo Railway. (Porto, 1992).

A cidade passou a se desenvolver com enorme rapidez a partir de 1870. Muitos fazendeiros do café passaram a morar nas cidades, que passou a abrigar grande quantidade de comércios, serviços e também as primeiras indústrias; estas últimas acompanhavam o trajeto das linhas férreas. A partir do loteamento de antigas chácaras ao redor da cidade, multiplicaram-se as residências. (Reis Filho, 1994).

Atualmente esta ferrovia é administrada pela CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), sendo dividida em vários trechos dentre os quais destacamos a Linha 10 Turquesa, pela abrangência de municípios da região do ABC e pela conexão que estabelece entre estes, a Cidade de São Paulo e Região Metropolitana. O trem constitui o principal meio de transporte coletivo de acesso ao centro da Cidade de São Paulo e Região Metropolitana para os moradores desta região. A integração do trem com o metrô facilitou o deslocamento de seus usuários uma vez que o trânsito nas principais avenidas da cidade de São Paulo e em toda região metropolitana torna-se cada vez mais problemático.

A Linha 10 Turquesa percorre cinco dos sete municípios da região do ABC: Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires, Mauá, Santo André e São Caetano do Sul, proporcionando aos moradores facilidade de deslocamento, visto que muitos deles trabalham ou estudam fora do município onde residem.

Cidade e segregação urbana

Nenhum aspecto da sociedade brasileira poderá ser explicado sem considerar a desigualdade econômica e de poder político que ocorre em nossa sociedade. A segregação somente pode ser explicada em sua relação com os demais aspectos da totalidade social, ou seja, seus aspectos econômicos, políticos e ideológicos.

A forma clássica de segregação que aponta os mais ricos no centro e os mais pobres na periferia é falsa, pois em São Paulo encontramos favela nas áreas mais ricas e também, áreas ricas fora do centro e na periferia. O exemplo da cidade de São Caetano do Sul, na região do ABC paulista, ratifica essa afirmação visto que em 2013 este município ficou em primeiro lugar no ranking do IDH das cidades brasileiras. A segregação por bairros possui pouco poder explicativo, pois a descrição centro *versus* periferia não explica a articulação da segregação com as esferas econômicas, e o papel da atividade imobiliária, por isso, Villaça propõe a análise da segregação por *região geral da cidade.* Porém adverte que a análise da segregação urbana deve ultrapassar a segregação residencial e analisar, também, a segregação dos empregos, do comércio e dos serviços. (Villaça, 1998).

A maioria dos empregos em nossa metrópole localiza-se no setor terciário, estes estão localizados na mesma área onde estão concentradas as residências dos mais ricos. Deste modo, os mais ricos minimizam os tempos de deslocamento para seus locais de trabalho, de serviços, de compras e de lazer. Grande parte dos mais pobres também trabalha no setor terciário. Entretanto, os mais pobres têm varias áreas de concentração de seus empregos, tanto no setor terciário como no secundário (indústria). Isso dificulta os seus deslocamentos moradia/trabalho, tendo em vista que suas residências localizam-se distantes de seus locais de trabalho. A parcela dos mais pobres que trabalha na indústria é muito maior que a dos ricos, desse modo, a proximidade ao emprego industrial é disputada pelos mais pobres. Como exemplo, podemos citar a região do ABCDMR, que concentra um importante polo industrial e uma significativa concentração populacional.

A classe dominante comanda não somente a produção do espaço urbano e seu preço (mercado imobiliário), mas também as ações do Estado sobre esse espaço (legislação urbanística, localização dos aparelhos do Estado, produção do sistema de transporte, etc.). Os deslocamentos da população estão relacionados ao tempo. A classe dominante manipula a produção do espaço urbano visando sempre à otimização dos seus tempos de deslocamento. Os mais pobres são penalizados em seus deslocamentos urbanos por fatores a eles associados, como o uso de veículos privados e pelo sistema de transportes que sempre privilegiam os mais ricos. Os homens atuam sobre o espaço como meio de atuar sobre o tempo, de modo que o tempo de deslocamento é a força mais poderosa que atua sobre a produção do espaço urbano e evidencia a importância do sistema de transporte como elemento da estrutura urbana. (Villaça, 0000)

Para uma compreensão mais abrangente da cidade é de suma importância analisar as diversas abordagens e contribuições de estudiosos que empreenderam grande esforço para que tenhamos um importante referencial teórico, considerando o contexto histórico em que foram produzidos, mas que mesmo na atualidade são de grande utilidade para a análise dos problemas urbanos.

A globalização da economia e as inovações tecnológicas nos meios de comunicação possibilitaram a formação de uma sociedade informacional. Por conta de seus múltiplos aspectos, a cidade necessita de um olhar multifacetado. (Véras, 1995).

A partir de conceitos como segregação, território e alteridade, é possível apontar algumas perspectivas para que possamos ter uma urbanização menos excludente. Muitos autores apontam a cidade como espaço da reprodução da força de trabalho e meios de consumo coletivo, movimentos sociais, aglomeração e segregação, como reflexos das contradições capitalistas que nela se materializam.

As indústrias do século XIX exigiam a aglomeração dos trabalhadores em suas proximidades de modo a disponibilizar aos seus empregadores jornadas de trabalho extensas (Engels, 1840). Essa análise mostra enorme semelhança com o início da industrialização no Brasil e o processo de segregação do espaço urbano, quando grande parte dos trabalhadores morava em casa alugada, cortiços ou bairros operários, como o Brás e Moóca. Porém, no caso brasileiro, as contradições capitalistas sempre foram evidentes nas cidades desde o período colonial: pobreza e segregação. (Véras, 1995).

O modelo urbano em São Paulo teve como eixo o transporte rodoviário. A implantação do Plano de Prestes Maia pós 1930, espalhou avenidas radiais pela cidade. A verticalização acentuou-se consideravelmente a partir da década de 60 e as periferias abrigaram inúmeros migrantes cujas casas resultaram da autoconstrução e loteamento clandestinos. A recessão econômica que marcou os anos 80 acentuou o aumento do desemprego e da pobreza. (Véras, 1995).

O capital financeiro e imobiliário passaram a atuar sobre o espaço urbano, trazendo a ideia de "ambiente construído", no qual o conflito entre capital e trabalho traz à tona o enfrentamento entre as classes sociais. (Harvey, 1982). No final dos anos 90 a nova divisão internacional do trabalho caracterizada pela fragmentação do processo produtivo e instabilidade do capital financeiro promoveram desemprego, subemprego, conflitos étnicos e encolhimento do papel do Estado em relação às políticas sociais. Nesse contexto, as relações sociais sofreram profundas transformações que trouxeram graves consequências para o trabalho humano e também para a configuração das cidades contemporâneas.

A globalização da economia revela-se de forma marcante nos grandes centros urbanos do Terceiro Mundo, onde se evidencia a exclusão social, a polarização das classes e a carência de serviços urbanos essenciais (Ianni, 1994). As cidades mundiais são afetadas pelos impactos da industrialização associados aos baixos salários, desemprego, crescimento do setor informal e um Estado com capacidade reduzida de administrar a crise socioeconômica.

Caracterizada como cidade mundial, a cidade de São Paulo exerce papéis competitivos no tocante à gestão do capital financeiro, possui padrões de estruturação urbana e hierarquia social. Ao mesmo tempo, abriga as polaridades das cidades mundiais e processos contraditórios como desconcentração metropolitana, diminuição do número de indústrias, desemprego e crescimento da pobreza. A configuração espacial destes processos materializa-se através de periferias desequipadas para as camadas populares e condomínios fechados para a população de renda alta e média. (Véras, 1995).

A cidade capitalista recebeu grande contribuição da Filosofia, com H. Lefebvre, cujos estudos explicitavam que a origem dos problemas urbanos assentava-se na propriedade privada do solo urbano. A habitação tratada como mercadoria, dificultando sua aquisição pela população de baixa renda, a desigualdade de acesso aos equipamentos urbanos, os congestionamentos no trânsito, que sempre incide sobre os mais pobres e a existência de extensas periferias sem equipamentos também são alvos de denúncias.

Lefebvre aponta a necessidade de entender o processo de industrialização e suas relações recíprocas com a cidade. A industrialização desenvolve relações tensas e contraditórias com o urbano, retirando da cidade a realidade preexistente, destruindo-a prática e ideologicamente; a realidade urbana reage, expande-se e generaliza-se e impõe-se como vida socioeconômica própria. Para Lefebvre, a cidade é uma totalidade que não pode ser fragmentada; ela é mais que um local de projeção da sociedade, um "espaço de confrontos" ou um "conjunto de diferenças". Ela é a combinação de todos estes fatores. A forma urbana é o suporte material da vida cotidiana, da luta política e do encontro.

Para entender a relação que a Cidade capitalista estabelece entre os meios de consumo coletivo e os meios de circulação material com o espaço urbano, recorremos aos conceitos marxistas de *cooperação* e *divisão do trabalho*. A cooperação é possibilitada pela *aglomeração* dos trabalhadores e pela concentração dos meios de produção. A cidade é deste modo, fundamental para o capital aumentar a produtividade do trabalho através da socialização das condições gerais da produção: fábricas, meios de comunicação, meios de transporte, abrigo para a força de trabalho e meios de consumo coletivo.

Segundo Castells, a organização espacial da força de trabalho é caracterizada por aglomerações, enquanto que uma unidade urbana é caracterizada por certa unidade residencial formada por um conjunto de habitações e serviços, específicos da vida cotidiana que consiste no processo de reprodução da força de trabalho. A concentração da população em aglomerações seria explicada como a socialização da reprodução da força de trabalho, concentração dos meios de consumo e concentração e centralização dos meios de produção e sua gestão. A intervenção do Estado na produção e distribuição dos equipamentos coletivos seria vista como forma de atenuar diferença entre os rendimentos dos setores de produção dos meios de consumo, assegurando o seu funcionamento. Os novos conflitos sociais seriam, assim, encarados como reivindicação das classes dominadas por "salário indireto".

Castells coloca a cidade como um palco da luta de classes que se expressa nos movimentos sociais urbanos e declara que as contradições urbanas não repousam sobre uma contradição entre burguesia e proletariado, mas entre os interesses particulares da burguesia e os interesses das classes dominadas. A crise urbana deriva da incapacidade do capital de tornar rentáveis os meios de reprodução da força de trabalho e do Estado em intervir sobre os efeitos dessa crise.

A organização do espaço urbano, da infraestrutura e dos serviços determina a qualidade de vida da população. Na reprodução da força de trabalho há necessidade de consumo, tanto individual (roupas, alimentos), como de serviços de uso coletivo, denominados infraestrutura urbana (água, esgoto, lazer e transportes coletivos). Há ainda uma série de serviços cujos custos recaem sobre todos os habitantes através dos impostos, como abertura de ruas, parques e iluminação pública. O acesso a esses serviços, porém, se faz de forma desigual, pois os terrenos e moradias melhor atendidos por estes serviços são mais caros. Desse modo, a densidade de ocupação urbana ocorre de forma desigual (Véras, 1989).

A teoria marxista concebe o espaço como sendo regulado pela lei do valor de troca de mercadorias. A lei do valor se impõe no espaço por meio da localização que calcula o preço da força de trabalho. O preço do solo construído se eleva de acordo com o tipo de habitação que marca o espaço, tornando impossível utiliza-lo sem lucro. Neste sentido, contrapõem-se à concepção empirista.

A concepção empirista compreende o espaço socioeconômico como ambiente construído, síntese do trabalho social, entendido como soma de trabalhos privados. Nesta perspectiva, a contradição social/privado é encoberta pela aparência do espaço social como independente dos espaços privados e pela aparência de que o espaço social é produzido por agentes individuais.

Para Milton Santos (1980), a ideia de que o capital é uma construção da sociedade esconde a desigualdade entre seus produtores, entre as classes sociais. A apropriação e o uso do espaço indica a desigualdade entre os homens, gerada pela intervenção do capital. Para entendermos a verdadeira noção de espaço é necessário levar em conta sua paisagem, que é o local de funcionamento da estrutura tecnoprodutiva e a formação social que dinamiza este espaço, ou seja, é necessário conceber o espaço não como valor de troca, mas como símbolo. A problemática fundamental encontra-se na especificidade dos processos de reprodução da força de trabalho e de reprodução dos meios de produção. No capitalismo avançado, a complexidade da estrutura econômica leva a uma organização espacial muito maior que no âmbito da empresa, abrangendo as economias externas de aglomeração (Santos 1980).

Harvey concebe a cidade como resultante de um modo de produção e o urbano, como a dimensão concreta e articulada da prática social. O espaço urbano deve ser entendido como resultante das relações sociais que refletem a sociedade como um todo. O urbanismo é a expressão de um conjunto de relações inseridas em uma estrutura social mais ampla, que não se esgota com a estrutura decorrente do espaço, mas em ideologias que irão moldar o modo de vida de um povo. O desenvolvimento do capitalismo e o crescimento da urbanização tornam cada vez mais difícil distinguir o público/privado, remetendo a organização política do espaço e à discussão do papel do Estado no sistema econômico e social. A força do mercado mundial e a divisão internacional do trabalho aniquilam estilos de vida regionais.

O Transporte Urbano

De acordo com Eduardo Vasconcellos, as cidades foram adaptadas para o uso do automóvel. O transporte público foi negligenciado, ao mesmo tempo em que um projeto de privatização da mobilidade atendendo aos interesses das classes médias foi sendo consolidado. Os custos dos transportes públicos mostraram-se incompatíveis com as tarifas e as receitas trazendo como consequência a baixa qualidade de seus serviços e o declínio de sua importância e de sua confiabilidade junto ao público.

No processo de acumulação capitalista foram inúmeros os incentivos ao uso do automóvel que promoveram grande ampliação da frota e acarretaram impactos negativos ao transporte público: aumento dos custos de operação dos ônibus, poluição, acidentes e congestionamentos. Além dos transtornos, os custos dos congestionamentos repassados por ano aos usuários de ônibus chegam a ser suficientes para construir uma linha de metrô ou dez corredores de ônibus (ANTP, 2011).

Com relação ao transporte sobre trilhos Villaça demonstra que, mesmo quando há investimentos, o poder público prioriza as classes sociais mais ricas em detrimento das mais pobres. Segundo ele, ao investigar a maneira desigual como o governo trata o espaço urbano, percebemos que essa desigualdade é mais flagrante no campo dos transportes. Ao observar as obras públicas e os serviços de transporte no Quadrante Sudoeste, área mais rica da cidade de São Paulo, percebe-se que seu sistema viário é muito mais desenvolvido que na Zona Leste, região mais pobre da cidade. O mesmo acontece com o transporte de massa sobre trilhos que, supostamente, seria um transporte popular.

O estudo dos transportes urbanos, segundo Villaça, deve considerar dois aspectos fundamentais para os deslocamentos territoriais: os locais de origem e destino das viagens, que estão relacionados ao local de moradia e de trabalho. Villaça aponta que o vetor Leste, que vai do Tatuapé até Mogi das Cruzes, é uma das regiões mais populosas da metrópole e, também, a que possui menos empregos, enquanto que no vetor Sudoeste, ocorre o inverso dessa situação. Isso significa que a população do vetor Leste é forçada a realizar um longo percurso para chegar até o seu local de trabalho, sendo a que mais necessita do transporte coletivo. Infelizmente, o que se verifica é uma deficiência, não somente de transporte sobre trilhos como também sobre pneus. Quanto ao bilhete único, Villaça observa que eles podem amenizar os custos da passagem, mas nunca resolverão o problema do tempo que os trabalhadores perdem em transportes no seu trajeto casa-trabalho.

De acordo com Pesquisa OD (Cia. do Metrô, 2004), dentre os transportes coletivos, os sistemas sobre trilhos correspondem a 25% das viagens diárias. O sistema de trens metropolitanos tem uma rede cinco vezes maior que a do metrô, porém, transporta um número muito menor que o metrô e há muito tempo necessita de modernização. A pesquisa analisou os sistemas operados pela Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM.

A Companhia do Metropolitano de São Paulo- Metrô foi criada em 1968; operando desde 1974, é responsável pela operação e expansão do transporte metroviário. A CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos foi criada em 1992, com a fusão se dois sistemas ferroviários: a CTBU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos e a FEPASA – empresa do Estado de São Paulo. Esses dois sistemas nasceram com as históricas ferrovias implantadas a partir do século XIX em São Paulo, das quais interessa ao nosso estudo, a São Paulo Railway.

A atual malha ferroviária está organizada em seis linhas. Nosso interesse recai sobre a Linha 10 (Turquesa), que liga a região do ABC à cidade de São Paulo e aos demais municípios da Região Metropolitana (anexo p. 19). Villaça propõe a análise do mapa fixado nos trens e no metrô, que ilustra, inclusive, linhas projetadas e ônibus de integração, considerando somente o transporte sobre trilhos, existentes e em obras (anexo p. 18) de modo a ilustrar a desigual distribuição de atendimento, e quais são as regiões mais privilegiadas.

Santo André, São Paulo e a Região do Grande ABC

A história do município de Santo André remonta ao período do Brasil Colonial e à vila fundada por João Ramalho, aventureiro e explorador português que ganhou prestígio junto aos índios a ponto de se casar com Bartira, filha do cacique Tibiriçá da tribo dos Guaianazes. Em um local situado entre o planalto de Piratininga e a serra de Paranapiacaba, João Ramalho fundou a primeira povoação europeia a se distanciar do litoral, Santo André da Borda do Campo, que em 8 de abril de 1553 foi elevada à categoria de Vila. A grande evasão de pessoas do litoral para o interior, impulsionadas pela busca de metais preciosos levaram os jesuítas, instalados em São Vicente, a transferir seu colégio para próximo dessa região nos campos de Piratininga em 25 de janeiro de 1554, quando criaram a Aldeia de São Paulo de Piratininga.

As dificuldades de subsistência e de proteção fizeram com que a vila de Santo André fosse transferida para São Paulo de Piratininga em 1560. Santo André deixou de existir enquanto unidade administrativa e passou a ser um bairro de São Paulo e local de passagem entre o Porto de Santos, a capital e o interior. Em 1631 o Capitão Duarte Machado doou à Ordem dos beneditinos uma importante área, a Fazenda São Caetano. Pouco tempo depois, em 1637, boa parte da sesmaria que havia sido doada a Amador de Medeiros, ouvidor da capitania de

São Vicente, foi repassada à Ordem de São Bento onde se formou a Fazenda São Bernardo, local atualmente ocupado em grande parte pelo município de São Bernardo do Campo. O restante das terras da região de Santo André passou por vários donos até serem loteadas, no início do século XX.
Em 1889 foi criado o município de São Bernardo, cujo território corresponde à atual região do Grande ABC, com uma grande inclinação à indústria que utilizava, predominantemente, a mão de obra de imigrantes. Somente em 1910 o nome Santo André retornou após a criação de um distrito às margens da São Paulo Railway, ou Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, quando o local passou a constituir o bairro da Estação. Assim, a cidade passou à condição de bairro do município de São Bernardo.
Na década de 1930, o distrito de Santo André abrigava várias indústrias importantes, possuía a Estação São Bernardo que transportava grande parte dos produtos da região, além de ter como moradores vários políticos influentes. Esses fatores levaram o distrito de Santo André a se tornar a sede do município de São Bernardo. Assim, em 1939 toda a região do Grande ABC passou a ser denominada pelo nome de Santo André. Pouco tempo depois, na década de 1940, movimentos emancipacionistas levaram à transformação de vários distritos em municípios independentes: São Bernardo do Campo (1949); São Caetano do Sul, Mauá e Ribeirão Pires (1953).
Não é nosso objetivo detalhar a história de formação e desenvolvimento da região do ABC, mas é necessário destacar sua importância histórica. Também é necessário destacar alguns acontecimentos fundamentais no processo de modernização, não somente da região, mas também da Cidade de São Paulo: a construção da ferrovia nas proximidades do rio Tamanduateí e, mais tarde, a instalação de várias empresas multinacionais, em especial as automobilísticas.
Na década de 1950 a industrialização do país ganha impulso com a instalação de diversas empresas multinacionais, sobretudo automobilísticas, grande parte delas no ABC paulista. A região passou por um rápido processo de urbanização, atraindo grande contingente populacional. O crescimento da população nas cidades do ABC levou a uma grande demanda por transportes em níveis municipais e intermunicipais. Neste contexto, a ferrovia tornou-se um importante meio de transporte de trabalhadores que vinham de outros municípios para trabalhar no ABC e vice-versa.
A política de transporte coletivo passou a ser prioritariamente rodoviária a partir da década de 1950. Não cabe neste breve estudo analisar seus prós e contras, porém a opção pelo transporte rodoviário e o fato das indústrias automobilísticas serem consideradas o carro-chefe da industrialização brasileira não devem ser vistos como mera coincidência. Também não deve ser visto como mera coincidência a opção pelo transporte rodoviário em detrimento de outros, como o trem e o metrô, que possibilitam o transporte de um número muito maior de passageiros e os graves problemas de trânsito na cidade de São Paulo e sua região metropolitana.

Considerações finais

Procuramos demonstrar neste artigo a importância da ferrovia para a urbanização da Cidade de São Paulo e região metropolitana e também como meio de transporte de trabalhadores. Destacamos a importância da região do ABC neste processo.
No primeiro semestre deste ano foram realizadas algumas palestras, na PUC-SP, que deram importante contribuição a este artigo pelo contato com estudiosos de grande relevância na área de estudos da cidade, como Tereza Craveiros, Carlos Fortuna, Fernando Nunes da Silva, Flávio Villaça, Eduardo Vasconcellos e Maura Véras. Algumas questões levantadas sobre reuso de áreas “deterioradas” e possibilidades de solução para o problema do trânsito, tivemos a oportunidade de constatar em nossa pesquisa.
Na cidade de Santo André, na Estação Prefeito Celso Daniel, uma das mais movimentadas da região do ABC, foram construídos bicicletários. Assim, várias pessoas que trabalham em outros municípios ou na cidade de São Paulo, saem dos bairros onde moram e vão até a estação, onde deixam suas bicicletas e seguem de trem até o seu destino. Uma iniciativa simples, mas que pode ser uma alternativa para o transporte, mais econômica, saudável e racional.

Também é importante observar o trabalho realizado na histórica vila de Paranapiacaba, também na cidade de Santo André. Apesar dos problemas que ainda permanecem como locomotivas históricas se deteriorando e da tímida importância dada ao turismo, é digno de nota os incentivos ligados à divulgação deste importante patrimônio histórico e cultural. O Festival de Inverno de Paranapiacaba, que possibilita o fomento ao comércio local, ligado ao artesanato e ao museu da ferrovia São Paulo Railway, além de proporcionar aos visitantes o contato com belíssimas cachoeiras em uma área ecológica, muito importante: a Mata Atlântica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDEIRA, Jorge. *Mauá- Empresário do Império*. São Paulo, Cia das Letras, 1995.

CASTELLS, M. (1972). *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 4ª Ed.

FERREIRA, João / Passareli, S. Helena / Santos, M. Antonio. *Paranapiacaba – estudos e memória*. Prefeitura Municipal de Santo André. S.A., 1990.,

IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*, Civilização Brasileira, 6. Ed. R.J., 1996. 320p.

JUNIOR, Caio Prado. *Evolução Política do Brasil*. Ed.Brasiliense, 1983

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno.* São Paulo: Ed. Ática,1980.

_____, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LENCIONI, Sandra. "Mudanças na metrópole de São Paulo (Brasil) e transformações industriais." In: Revista do Departamento de Geografia. Nº 12. S.P., FFLCH-USP, 1998.

MATOS, Odilon Nogueira. "Café e ferrovias". Ed. Alfa Omega, S.P, 1973.

NASCIMENTO, Heloisa Benedicto. "Formação da indústria automobilística brasileira – política de desenvolvimento industrial em uma economia dependente". IGEOG – USP. S.P., 1976.

SANTOS, Milton (1987). *O espaço do cidadão*, São Paulo, Ed. Nobel.

SINGER, Paul I. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1968.

VASCONCELOS, Eduardo A., ANTP – Associação Nacional dos Transportes Públicos. Sistema de Informação da Mobilidade, 2011.

VÉRAS, Maura.P.B. "A nov(a) (c)idade do gelo: notas perplexas sobre os novos nômades urbanos". *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade;

_____, *O bairro do Brás em São Paulo: um século de transformações do espaço urbano ou diferente versões da segregação social*. Tese doutorado, PUC-SP, São Paulo, 1991;

_____, "Territorialidade e cidadania em tempos globais: imigrantes em São Paulo", IN Cadernos Metrópole n. 2;

_____, "Trocado olhares. Uma Introdução à Construção Sociológica da Cidade", São Paulo: Studio Nobel: EDUC, 2000.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institut, 1998;

_____, Rede de Transporte Sobre Trilhos na Região Metropolitana de São Paulo, Relatório de Pesquisa, FAPESP, 2005.

SITES: Prefeitura Municipal de Santo André. www.santoandre.sp.gov.br

Mapa do Transporte Metropolitano

Metropolitan Transport Network

Legenda *Legend*

Linha 1 · Azul *Line 1-Blue*	METRÔ
Linha 2 · Verde *Line 2-Green*	METRÔ
Linha 3 · Vermelha *Line 3-Red*	METRÔ
Linha 4 · Amarela *Line 4-Yellow*	VIAQUATRO
Linha 5 · Lilás *Line 5-Lilac*	METRÔ
Linha 7 · Rubi *Line 7-Ruby*	CPTM
Linha 8 · Diamante *Line 8-Diamond*	CPTM
Linha 9 · Esmeralda *Line 9-Emerald*	CPTM
Linha 10 · Turquesa *Line 10-Turquoise*	CPTM
Linha 11 · Coral *Line 11-Coral*	CPTM
Linha 11 · Coral - Expresso Leste *Line 11-Coral - East Express*	CPTM
Linha 12 · Safira *Line 12-Sapphire*	CPTM
Linha de Ônibus Especial *Especial Bus Line*	CPTM
Expresso Turístico *Touristic Express*	CPTM
Ponte ORCA - tarifada *Orca Shuttle Service*	EMTU
Corredor Metropolitano de Ônibus ABD *ABD Metropolitan Bus Corridor*	EMTU

Terminal Metropolitano de Ônibus *Metropolitan Bus Terminal*

Estação *Station*

Integração - gratuita *Integration - Free Interchange*

Integração - tarifada *Integration - Paid Interchange*

Integração - gratuita: Horário Especial (veja no site: METRÔ/CPTM) *Integration - Free Interchange during off-peak hours (see website: METRÔ/CPTM)*

Estações com elevador *Station with elevator*

Paracicios *Bike Attaching Post*

Bicicletário *Bike Parking Terminal*

Bicicletário com empréstimo de bicicleta *Bike Parking & Rental Terminal*

FÁCIL **Estacionamento de Carro integrado** *Integrated Car Parking*

FÁCIL **Estacionamento de Carro integrado/ Paracicios** *Integrated Car Parking/ Bike Attaching Post*

Informações úteis *Useful information*

CPTM	www.cptm.sp.gov.br	0800 055 0121
EMTU	www.emtu.sp.gov.br	0800 724 0555
METRÔ	www.metro.sp.gov.br	0800 770 7722
VIAQUATRO	www.viaquatro.com.br	0800 770 7100

CPTM EMTU METRÔ

GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria dos Transportes Metropolitanos

A práxis do desenvolvimento urbano e o Estatuto de Cidades: análise do Município de São Paulo (Brasil)

Lúcio Hanai Valeriano Viana[1]
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
luciohanai@hotmail.com

Resumo: Nos países de capitalismo tardio, como na América Latina, o processo de urbanização engendrou, ao longo do tempo, distorções estruturais difíceis de serem interpretadas a partir de teorias e conceitos generalistas. O hibridismo de tais realidades implicam o desafio crítico desse quadro conceitual como consequência do falso universalismo do desenvolvimento econômico orientado pela teoria neoclássica e difundido sob a égide da globalização. O presente trabalho busca aprofundar as questões envolvendo os aspectos qualitativos do conceito de desenvolvimento levando em consideração as relações de poder que atuam no espaço urbano. A cidade de São Paulo surge como objeto de estudo em que se buscou analisar a Lei Federal do Estatuto de Cidades bem como instrumentos de gestão democrática em conflito com interesses diversos que se apoiam nos princípios de mercado, isto é, pautados na ideologia do liberalismo econômico como estratégia de desenvolvimento. A guisa de conclusão permitiu, de maneira geral, assinalar o caráter ideológico das intervenções urbanas, sobretudo quando visam enaltecer os interesses do livre-mercado, como excludentes e antidemocráticas na medida em que ignoram as diretrizes do Estatuo de Cidades, notadamente quanto ao seu aspecto social. Nesta estratégia vislumbrou-se a presença da ideologia do liberalismo econômico, amplamente difundida pelos arautos da globalização, atuando em contraposição ao fortalecimento de um Estado aparelhado, dotado de racionalidade administrativa e integrado à sociedade.

Palavras-chave: Desenvolvimento urbano, Estatuto de Cidades, liberalismo econômico.

1. O Estatuto de Cidades

A participação da sociedade na elaboração em todas as fases que envolvem as políticas públicas, da formulação à avaliação, notadamente a partir do Estatuto da Cidade[2], proposto na Constituição de 1988, constitui uma das diretrizes gerais da política urbana nacional.

A participação social, garantida pela Constituição, é imprescindível para uma gestão verdadeiramente democrática, pois permite à sociedade atuar diretamente na realidade a que pertence apontando novas demandas e soluções para o enfrentamento de problemas muitas vezes ignorados pelo poder público.

O Plano Diretor Municipal, respaldado pela lei Lei Federal do Estatuto de Cidades, visa a promoção e garantia da gestão democrática por meio do uso de instrumentos de gestão que busca, entre outras cosias, o desenvolvimento e o ordenamento do espaço urbano fazendo respeitar o seu caráter social, notadamente aquele relacionando à função social da cidade e da propriedade urbana.

As normas e diretrizes estabelecidas no Plano Diretor são obrigatórias, portanto devem ser cumpridas pelo poder público e também por toda a sociedade, tendo em vista o desenvolvimento sustentável em seus múltiplos

---

1Graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Mestre em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e Doutorando pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais – Departamento de Sociologia.

2 Lei No 10.257, DE 10 de Julho de 2001: "Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental" (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm - acessado em 15/12/2014).

aspectos. A ordenação e o desenvolvimento planejado das funções sociais da cidade e da propriedade em benefício o bem-estar coletivo conjugados com o equilíbrio ambiental e sustentável, pode ser concretizado apenas a partir de uma gestão democrática em que participação dos atores sociais dão legitimidade à toda e qualquer estratégia de planejamento e desenvolvimento que se venha implementar. Daí a importância do Conselho das Cidades[3] como instrumento de gestão que garante a participação popular - através de seus delegados eleitos e de gestores públicos – a participação social em torno de temas relevantes para as cidades. Entre outros objetivos, busca sensibilizar e mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, planos e metas de ação para as questões urbanas; promover a interlocução entre autoridades e gestores públicos com os representantes das entidades representativas.

O Plano Diretor constitui instrumento obrigatório para municípios com mais de vinte mil habitantes e também para aqueles que integram regiões metropolitanas de grande densidade populacional. Os municípios devem cumprir o prazo de cinco anos - a partir da promulgação da Lei em 2006 - para atender a obrigação constitucional de elaboração de planos diretores, fixado pelo artigo 50 do Estatuto da Cidade, promovendo revisões e ajustes a cada decênio. Ademais, os municípios estão obrigados a elaborar planos diretores, sem prazo definido por lei, para que o poder público atue de forma legítima para enfrentar as diversas questões impostas por ambientes urbanos complexos, tais como: a ociosidade da propriedade urbana, (re)ocupação especial de interesse turístico, áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional. Esse contexto faz da cidade de São Paulo, um caso exemplar a ser perscrutado.

2. A práxis do desenvolvimento no município de São Paulo

A região central do município de São Paulo possui as condições ideais para a discussão que intentamos realizar. Sua importância econômica, seu dinamismo e diversidade social aglutina crescimento econômico com enormes desigualdades sociais.

Fruto de disputa de interesses diversos, a cidade de São Paulo chama a atenção pela forma de como vem sendo conduzido o seu processo de revitalização. Muitas críticas foram suscitadas a partir do "urbanismo espetáculo", isto é, voltado em larga medida ao turismo e aos investimentos do mercado imobiliário, cuja prioridade das obras busca causar impacto e visibilidade, deixando em segundo plano as carências sociais da cidade. Esse tema se tornou ainda mais evidente no contexto em que a cidade, escolhida para sediar a abertura da Copa do Mundo de Futebol, se organizou para atender as demandas exigidas pelas agências internacionais promotoras do evento. Estas foram, no mais das vezes, para atender questões relacionadas à infraestrutura em detrimento das questões sociais tratadas como assunto de segurança pública.

Ao analisar cidades que realizaram intervenções urbanísticas decorrentes de mega-eventos, Silveira (2007) destaca os altos investimentos direcionados para reformas de infraestrutura que inviabilizam a permanência das classes sociais menos favorecidas nas regiões "beneficiadas. Isso se deve em função da elevação do valor dos impostos e, consequentemente, do aumento do valor das moradias. Segundo o autor, se a opção tivesse sido sanar os problemas sociais os custos teriam sido inferiores aos que foram empregados na realização de produções de megaprojetos, que é uma característica do urbanismo espetáculo no que tange à revitalização dos centros de grandes cidades.

---

3 "Art. 1º. O Conselho das Cidades - ConCidades, órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, integrante da estrutura do Ministério das Cidades, tem por finalidade estudar e propor as diretrizes para a formulação e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, bem como acompanhar e avaliar a sua execução, conforme dispõe a Lei Nº. . 10.257, de 10 de Julho de 2001 – Estatuto da Cidade. Art. 2º. O ConCidades é responsável por propor as diretrizes gerais para a formulação e implementação da Política nacional de Desenvolvimento Urbano, em consonância com a resoluções aprovadas pela Conferência Nacional das Cidades."
(http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/ArquivosPDF/Publicacoes/Decretos/decreto-5790-2006.pdf - acessado em 15/12/2014).

Ao se estabelecer modelos de intervenção urbanística, adota-se ao mesmo tempo um padrão único e preconcebido para, possivelmente, múltiplas realidades. Talvez essa prática, incorporada pelos Estados nacionais, bem como pelas esferas subnacionais de governo, traduza aquilo que Gramsci definiu por "hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado" (Gramsci, apud Bobbio, 1982: 34). O pensamento de Gramsci resgatado por Norberto Bobbio representa não apenas o reverso da tendência à descentralização das políticas públicas, justificada pela maior compreensão das necessidades locais tornando mais eficiente os investimentos públicos e mais legítima a intervenção estatal, como também a consolidação de uma estratégia hegemônica internacional sobre as cidades.

Essa concepção é reiterada por Beck (1999) naquilo que o autor definiu por globalismo, segundo ele, tal expressão "designa a concepção de que o mercado mundial bane ou substitui, ele mesmo, a ação política; trata-se portanto da ideologia do império do mercado mundial, da ideologia do neoliberalismo. O procedimento é monocausal, restrito ao aspecto econômico, e reduz a pluridimensionalidade da globalização a uma única dimensão – a econômica –, que, por sua vez, ainda é pensada de forma linear e deixa todas as outras dimensões – relativas à ecologia, à cultura, à política e à sociedade civil – sob o domínio subordinador do mercado mundial" (Beck, 1999: 28).

A visão do autor parece fortalecer a compreensão de que as políticas públicas adotadas para viabilização de grandes eventos, sejam eles ligados ou não à práticas esportivas, estão marcadamente carregados pelo conceito hegemônico conhecido por cidade-global.

Em se tratando da cidade de São Paulo, é explicita as estratégia de revitalizar a região central afastando para a periferia as populações de baixa renda. A associação simplista entre pobreza e violência parece justificar o processo de gentrificação que se vem implementando. "Na dinâmica citadina, além de aspectos já assinalados, ela [Maricato, 2007: 60] destaca três linhas de orientação do investimento público urbano: a) aquela orientada pelos interesses do mercado imobiliário, cujo motor é a valorização imobiliária, b) aquela definida pelo marketing urbano, cujo motor é a visibilidade, e c) aquela definida pela relação clientelista que responde a interesses eleitorais" (Apud Wanderley, 2013: 101).

Essa concepção hegemônica de intervenção pública no espaço urbano, fruto de correlações de forças é fortemente incentivada por organismos e instituições multilaterais que, por meio de seu poder econômico e político, influenciam a forma e o conteúdo das políticas públicas em países subdesenvolvidos, isto é, em realidade completamente adversa aquelas encontradas em países de economias centrais.

Diversos estudos demonstram que o modelo de desenvolvimento adotados por países e cidades latino-americanas sofreram forte influência dos bancos de desenvolvimento, notadamente do Grupo Banco Mundial e Bird. Embora não seja de interesse imediato o aprofundamento de tais questões, vale ressaltar que os modelos urbanísticos aqui suscitados, representam em larga medida, a estratégia de desenvolvimento pregado por estas instituições[4].

Contudo, é importante ressaltar que "deve-se observar que a diferença entre a matriz econômica imposta pelos países hegemônicos da economia mundial e a realidade dos países periféricos não é uma novidade própria do atual estágio de globalização, mas sim a lógica de um sistema desigual e combinado, que sempre dependeu da contínua expansão, quando necessário com o uso da força, do mercado mundial" (Ferreira, 2007).

Essa análise permite reacender a discussão suscitada pela Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL nos anos de 1960 em que prevalecia a concepção de que o mundo capitalista se dividia em duas partes, o centro e a periferia, e que essa configuração se mantinha, não apenas por relações econômicas, mas, sobretudo, por relações de poder. A análise de Ferreira, além de convergir com tais preceitos, retoma o debate cepalino em sua forma atual, isto é, problematizando o conceito de globalização bem como a sua forma hegemônica de atuação.

Dessa forma, vale destacar a concepção de Glucksman sobre o conceito de hegemonia:

---

4 Sugere-se a leitura de RAICHELIS, R. & EVANGELISTA, A. C. Sociedade civil, questão social e relações internacionais na cidade de São Pulo. In A cidade de São Paulo: relações internacionais e gestão pública. Educ. 2013. e VIANA, L.H.V. e FONSECA, F. Impactos Sociais e Econômicos da Atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento nas Políticas Públicas. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p. 199-213, Julho-Dezembro. 2011.

> "O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se leve em conta interesses e grupos sobre os quais a hegemonia se exerce, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômica corporativista; mas é evidente que tais sacrifícios e tal compromisso não podem dizer respeito ao essencial. Porque se a hegemonia é ético-política, ela não pode deixar de ser econômica, ela não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce nos setores decisivos da produção" (Apud Fleury, 1994).

É justamente pela combinação de forças articuladas que a hegemonia se mantem. Sua atuação sobre o espaço público, reflete seus princípios e ideologias que, no caso do perímetro urbano da capital paulista, se revela em processo de gentrificação. Contudo, como analisa Dagnino (2002), "é precisamente a confrontação dos padrões hegemônicos, do autoritarismo social e das visões hierárquicas e excludentes da sociedade e da política que permitem chegar a resultados democratizantes".

3. Hegemonia neoliberal no Brasil

A grande depressão de 1929 marcou a retomada do Estado sobre as atividades econômicas. Esse papel ganhou ainda mais vigor após a II Guerra Mundial em que os governos de todos os países do globo empenhavam-se para reconstruir-se.

O debate envolvendo o papel do Estado nas políticas públicas ganha novos contornos a partir de 1960 em que a crise do petróleo levou ao descrédito as políticas estatais de controle macroeconômico. Argumentava-se, sobretudo os críticos das teorias keynesianas, que o controle das atividades do mercado, em contexto internacional, poderia ser prejudicial para o avanço das relações econômicas.

A década seguinte (1970) reinaugurava o fortalecimento da economia de mercado sem a regulamentações estatal que se vinha implementando. A partir do período pós-guerra as políticas de vertente keynesianas foram declinando, "alguns governos passaram a condicionar suas políticas ao cumprimento do ajuste fiscal e do equilíbrio orçamentário entre receita e despesa, restringindo, de certa forma, a intervenção do Estado na economia e transformando as políticas sociais de universais em focalizadas" (Souza, 2006: 65). Essa mesma concepção se manteve durante a década de 1980, período em que as crises inflacionárias se faziam constantes, sobretudo nos países subdesenvolvidos. Esse contexto promoveu a ascensão do Consenso de Washington[5] em praticamente toda a América Latina. O desenho das políticas públicas - da elaboração à implementação - passa a ser modelada de forma bastante semelhante em todo o continente latino-americano tendo como característica o enaltecimento do livre mercado como alternativa única para a superação das crises econômicas.

A década subsequente reitera as estratégias sugeridas de forma persuasivas pelo Consenso de Washington reafirmando o neoliberalismo como vértice da política macroeconômica praticada pelos Estados latino-americanos. O receituário implicava o afastamento do Estado no controle da economia enfatizando a adoção de práticas gerenciais baseadas em experiências internacionais. É nesse contexto que os conceitos como "melhores práticas" (*best practices*) e "inovação" passaram a fazer parte da discussão sobre políticas públicas, estendendo-se do final do século XX aos dias de hoje.

Ao analisar as novas práticas gerenciais na administração pública, Farah analisa ambos os conceitos - melhores práticas e inovação - contrapondo-os e apontando os riscos e limites de sua prática na gestão local:

> O conceito de melhores práticas ou best practices implica um conceito de inovação como uma solução completa, fechada e integral, a qual, implicitamente, prescreve um modo específico e único de responder a um desafio ou problema (Farah, 2006: 02).

Os conceitos, melhores práticas e inovação, estão relacionados ao processo de disseminação de políticas cuja

---

5 O Consenso de Washington pode ser entendido por um conjunto de preceitos a serem seguidos pelos países em desenvolvimento para realizar as suas reformas econômicas. São diretrizes de referencial neoliberal. A ênfase é na economia de mercado. Essência: abertura econômica, desregulamentação, rígido controle da inflação e do déficit público, redução do tamanho e do papel do Estado, privatizações (Couto, 2002, p. 73).

matriz advém da literatura da administração de empresas (management) e, por essa razão, vêm acompanhados de noções gerencialistas relacionadas à qualidade nas políticas públicas. Essa concepção leva consigo alguns elementos comuns que caracterizam seu modus operandi: em primeiro lugar aparece o desempenho, cujo método concentra-se na organização, programa ou política. Posteriormente, o foco se detêm na questão técnica cujo ponto mais controverso se concentra na análise dos problemas sociais. E, em terceiro lugar, surge a ideia de modelo como algo passível de replicação, isto é, a ideia de algo que possa ser reproduzido em diferentes contextos.

Esses conceitos passaram a fazer parte das novas práticas gerenciais na administração Pública denominada por Reforma do Estado. Embora a vasta literatura sobre o tema aponte para diversas direções, alguns pontos vinculam-se a lógica da relação custo-benefício nas políticas públicas que parece se sobrepor aos critérios sociais. Wanderley (1996) alerta que "a reforma não pode ser determinada apenas por razões de eficácia e eficiência, com objetivos de equilibrar custos e benefícios de enxugar a máquina administrativa, ainda que em alguns casos medidas com este escopo sejam reconhecidamente necessárias".

A percepção restrita de custo-benefício, isto é, que busca levar em consideração apenas os aspectos quantitativamente mensuráveis, tende a reforçar a visão hegemônica ligadas ao modelo de Estado neoliberal que enaltece, quase que exclusivamente, os interesses do mercado em detrimento dos aspectos sociais. Essas práticas associadas às novas concepções da administração pública de modelo gerencial tendem a ganhar força, sobretudo quando apropriada pela hegemonia da ideologia liberal. Dessa forma, a reforma do Estado iniciada, no Brasil, a partir da década de 1990, apesar de ter permitido alguns avanços, notadamente quanto ao alcance e efetividade das políticas públicas, acabaram se restringindo aos critérios fiscais e quantitativos.

Segundo Nogueira (2004), "o reformismo vitorioso nos anos 1990 teve um tom predominante: sintonizar as economia nacionais, as sociedades e o aparato estatal com uma globalização econômica vista como já estabelecida e impossível de ser criticamente assimilada ou enfrentada. Nesse sentido, tratou-se de um reformismo de tipo passivo, mais adaptativo que criativo."

A padronização fiscal e ideológica das políticas públicas a partir das concepções gerencialistas forâneas geraram efeitos diversos. Essas práticas foram sendo questionadas sob a crítica da mera replicação de práticas consideradas como bem sucedidas em detrimento da inovação e consequentemente dos aspectos locais onde atuam. Dessa forma, inovação e melhores práticas surgem, de certa forma, como conceitos que se contrapõem, sobretudo em função do conceito de inovação que para realizar-se pressupõe práticas inovadoras que variam conforme cada contexto. Assim, considerando as especificidades de cada contexto, as soluções que se pretendem universais e ou modelares não podem almejar profundas e legitimas transformações, o que contradiz o conceito de eficiência e eficácia preconizado pela reforma gerencial. Dessa forma, assim como observado por Kingdon (2006), a inovação se constitui como parte de um repertório de alternativas que são indispensáveis para o enfrentamento de situações análogas. Portanto, esse conceito representa um processo em transformação, cuja solução não pode se limitar a algo preconcebido:

> *A inovação é, assim, um novo e bem sucedido arranjo particular de determinados componentes,* uma condensação temporária de componentes, *que pode ser potencialmente útil em outros contextos e localidades*, como solução para um problema específico […] De forma complementar, a inovação passa a ser entendida como o resultado de um processo de criação coletiva que não se encerra com sua adoção em determinado local (original), sendo antes uma solução aberta, para cuja construção contribuem todos os que a adotam, por meio de mudanças incrementais e constantes (Farah, 2006b: 02; grifos nossos).

No contexto brasileiro em que os preparativos para a recepção dos mega-eventos esportivos, Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos, enaltecem estratégias padronizadas e voltadas, em larga medida, às exigências de instituições internacionais, as intervenções urbanas tendem a contemplar interesses de grupos específicos em detrimento dos interesses sociais.

4. À guisa de conclusão

Após analisar parcialmente a bibliografia referente às políticas públicas, notadamente quanto ao processo de difusão e disseminação de modelos, foi possível observar a influência exercida pela hegemonia neoliberal que, associados às organizações multilaterais, passam a exercer forte pressão nos processos de intervenção urbana, aqui analisados empiricamente sobre a cidade de São Paulo.

Historicamente, a análise do debate referente às formas de atuação de agências internacionais, bem como as ideologias que as acompanham, se realizava nas esferas federais de governo. Atualmente, tais ações são mais facilmente percebidas no contexto subnacional, o que torna mais eficaz e concreta suas ações. Esse trabalho não abordou as reações contra-hegemônicas referentes às práticas aqui analisadas. Contudo, vale ressaltar que tais reações são fortemente cooptadas por grupos interessados em tirar proveito da estratégia utilizada e legitimada pelo Estado. Daí as dificuldades de reação, notadamente por parte da sociedade civil.

Observou-se, em larga medida, a tentativa de colocar a cidade de São Paulo ao status de cidade-global, sobretudo por atores e agentes interessados em ganhos futuros oriundos , principalmente, pela valorização imobiliária e seus desdobramentos. Essa caracterização é associada à cidades que costumam priorizar as estratégias de mercado ao espaço urbano. No Brasil e, mais especificamente na cidade de São Paulo, essa estratégia foi adotada em detrimento dos interesses sociais e em benefício de grupos econômicos específicos que, no mais das vezes, são previamente definidos.

Verificou-se uma visão – restrita – da lógica do "custo-benefício", em que se justificam os investimentos pelo retorno mensuráveis. Além disso, constatou-se que o conceito de melhores práticas (*best practices*) está fortemente pautado em conceitos e procedimentos pré-estabelecidos pela hegemonia global que se reafirma por meio de práticas socialmente excludentes.

De maneira geral, as intervenções urbanas de caráter revitalizador, quando realizada aos moldes internacionais vigentes, buscam enaltecer os interesses do livre-mercado em detrimento da integração e inclusão social. Nesta estratégia vislumbrou-se a presença da ideologia do liberalismo econômico, amplamente difundida pelos arautos da globalização, atuando no espaço urbano como norteador ideológico das políticas públicas.

Por fim, foi possível constatar que, apesar dos recentes esforços do poder público municipal em gerir políticas públicas pautadas no Estatuto de Cidades, a dinâmica do desenvolvimento urbano, mais especificamente na cidade de São Paulo, busca associar teoria e prática na defesa de interesses de grupos específicos em prejuízo das demandas sociais de interesse coletivo. Portanto, pode-se dizer que a práxis do desenvolvimento urbano na cidade de São Paulo, notadamente em função dos obstáculos representados por grupos de interesse e poder econômico, se reproduz de forma socialmente excludente e, destarte, antidemocrática.

5. Bibliografia

COUTO, R. C. F. A História Viva do BID e o Brasil. Banco Interamericano de Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 2002.

BOBBIO, N. O conceito de sociedade civil. Capítulo: Gramsci e a concepção da sociedade civil. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

BECK. U. O que é globalização?. Capítulo II. Entre a economia mundial e individualização o Estado Perde a sua soberania: O que fazer?. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1999.

DAGNINO, E. (org.). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo, Paz e Terra/Unicamp, 2002.

FARAH, Disseminação de inovações e políticas públicas e espaço local. X Colóquio Internacional Sobre Poder Local. Salvador, Bahia. 11 a 13 de dezembro de 2006(a).

_____. Dissemination of Local Governments Policies and Programs in Brazil – The contribution of the Public Management and Citizenship Program. XXVI International Congress of the Latin American Association –

LASA 2006, Caribe Hilton Hotel , San Juan, Puerto Rico, March, 15-18, 2006(b).

FERREIRA, J.S.W. O mito da cidade-global. Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro. 2007.

KINGDON, J. W. Como chega a hora de uma idéia? In. SARAIVA, E. & FERRAREZI, E. Políticas Públicas: Coletânea Volume 1. Brasília: ENAP, 2006. p. 219-223.

FLEURY, S. Estados sem cidadãos. Capítulo: A natureza do Estado capitalista e das políticas públicas. Rio de Janeiro. 1994.

NOGUEIRA, M. A. Um Estado para a sociedade civil – temas éticos e políticos da gestão democrática. Cortez Editora. São Paulo. 2004.

RAICHELIS, R. & EVANGELISTA, A. C. Sociedade civil, questão social e relações internacionais na cidade de São Pulo. In A cidade de São Paulo: relações internacionais e gestão pública. Educ. 2013. e

SILVEIRA, C. E. R. Processos de gentrificação: A (re)organização espacial nas cidades, a construção de territórios e a questão do espaço como um sistema informacional, 2007.

SOUZA, C. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

VIANA, L.H.V. & FONSECA, F. Impactos Sociais e Econômicos da Atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento nas Políticas Públicas. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p. 199-213, Julho-Dezembro. 2011.

WANDERLEY, L. E. Rumos da ordem pública no Brasil: a construção do público. São Paulo em Perspectiva, v. 10, n. 4, p. 96- 106, out./dez. 1996.

_____. L.E. & RICHELIS, R. Organizadores. A cidade de São Paulo: relações internacionais e gestão pública. Educ, 2013.

A Educação sob a perspectiva do Planejamento Territorial

Ingrid Caroline de Almeida Zia
Universidade Federal do ABC, ingrid.zia@ufabc.edu.br.
Bióloga e Mestre em Ensino de Ciências (2012), e Doutoranda em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC, Santo André, São Paulo/Brasil.

Simone Rodrigues de Freitas
Universidade Federal do ABC, simone.freitas@ufabc.edu.br.
Bióloga e Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, 2004). É atual docente da Universidade Federal do ABC, Santo André, São Paulo/Brasil.

Jeroen Joahnnes Klink
Universidade Federal do ABC, jeroen.klink@ufabc.edu.br.
Economista pela Universidade de Tilburg (Holanda, 1987) e Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2000). É atual docente da Universidade Federal do ABC, Santo André, São Paulo/Brasil.

Resumo: Este trabalho pretendeu apresentar o panorama em que se encontra a educação no contexto atual da globalização neoliberal, destacando suas principais problemáticas e necessidades. Sob a perspectiva da trajetória do planejamento e da gestão dos territórios, foi possível verificar as implicações na organização social e espacial do Brasil e suas marcas no ensino. A diversidade e desigualdade intrarregional e inter-regional, no que condiz ao acesso à educação, ensino de qualidade e alfabetização, se traduzem em questões contemporâneas colocadas aos esforços do planejamento e da gestão do território. Procurou-se analisar o Sistema Nacional de Educação (SNE) e o Plano Nacional de Educação (PNE), como política pública, para compreender os limites e possibilidades dentro da estratégia de Regime Colaborativo, através do estudo do método de associativismo territorial. Para isto, levaram-se em conta as principais teorias envolvidas com os processos e ações que moldaram a formação espacial e territorial o Brasil.
Palavras-chave: educação, planejamento territorial, regime colaborativo, governança.

1. Contextualização

1.1 Propósitos iniciais

Este trabalho consiste em um ensaio teórico para que se analise a problemática da educação brasileira sob a ótica do planejamento e gestão do território. Trata-se, portanto, de um aprofundamento nas questões problemas envolvendo a atual educação brasileira, tendo em vista a apresentação de soluções territoriais. Neste contexto, o levantamento bibliográfico permitiu compreender a trajetória do planejamento urbano brasileiro e suas influências para a educação.

Ao decorrer do trabalho será trazida para a discussão a visão de planejamento territorial, de governança e de desenvolvimento apropriada no Brasil, analisando seus reflexos nos processos de espacialização dos territórios. As condições socioeconômicas no processo de configuração do território também são estudadas neste contexto. Neste ensaio, a educação é trazida como uma das questões contemporâneas e desafio proposto aos planejadores, sob a forma de novas governanças, gestão em múltiplas escalas e arenas de atuação. Já as especificidades do planejamento, da gestão e das políticas públicas que tratam da educação procuraram ser analisadas em torno da utilização da noção de território, para soluções educacionais.

O foco de atenção deste trabalho concentra-se na consolidação de um Sistema Nacional de Educação (SNE) e no Plano Nacional de Educação (PNE) brasileiro, que está em pauta nas principais discussões teóricas acerca da busca de soluções territoriais para os problemas de desigualdade no acesso à educação, ensino de qualidade, a partir, por exemplo, da adoção do Regime de Colaboração entre os entes federados, utilizando-se

do associativismo territorial como ferramenta de ação. Neste caso, o referencial teórico utilizado vem elucidar com as ideias das principais vertentes do planejamento, os limites e potencialidades destas medidas.

1.2 A educação e o planejamento territorial

As transformações ocorridas na sociedade nas últimas décadas têm imposto à área de planejamento e gestão do território a necessidade de reformular constantemente seus pressupostos, redefinindo papéis sob o escopo das complexas formações socioespaciais e de distintas configurações dos territórios.

A educação é um tema que emerge desta sociedade em transformação, principalmente pelos problemas ainda enfrentados nesta área pelo Brasil, como o analfabetismo, a baixa qualidade de ensino, a falta de acesso às escolas, dentre outros. O envolvimento da sociedade civil em defesa de uma educação de qualidade, segundo Cury (2010), explica hoje a existência de movimentos como "Todos pela Educação", "Campanha Nacional pelo Direito à Educação", o "Pacto pela Educação", a "Conferência Nacional de Educação (CONAE)", sob a importância do tema.

A transição para práticas coerentes com novos paradigmas requer uma discussão também sobre os processos de ensino e aprendizagem nas escolas, quando se considera as desigualdades dessas instituições pelos territórios. No caso brasileiro, determinantes da formação socioespacial brasileira refletem sobre os traços mais marcantes da história de apropriação e organização do espaço nacional. Isto implica em uma herança histórica que se manifesta na diversidade e na desigualdade intrarregional e inter-regional do país (Furtado, 1991; Prado Jr, 2011).

O desenvolvimento acelerado da sociedade e as transformações em decorrência dos processos intensos de reestruturação da economia (abertura econômica) e política do Estado (abertura política), a globalização e o neoliberalismo trouxeram implicações para o processo de configuração do território e da educação. As relações entre os atores sociais tornam-se pautadas por critérios econômicos e a educação passa a ter um caráter de mercadoria (Freire, 1997).

Dentre as questões contemporâneas colocadas aos esforços de planejamento e gestão do território está a educação. Parte-se da premissa de que a aprendizagem acontece não somente onde há um sistema centralizado, formal e rígido de educação. Ela não se limita a um espaço, pois as variáveis limitantes são culturais, históricas e circunstanciais. A educação vista como um sistema formal, em um modelo antigo e tradicional, traz uma gama de deficiências desse sistema e de sua existência, como consequência de uma sociedade marcada pela fragmentação das áreas do conhecimento, divisão de trabalho e a educação como assunto de Estado.

Na obra de Paulo Freire (1997), ressaltam-se as relações estabelecidas entre o planejamento urbano, as políticas públicas e o papel do Estado para com a educação. Segundo Freire (1997: 14), as cidades são educandas e educadoras e as políticas educativas dentro das cidades:

> (...) estabelece prioridades, metas, conteúdos, meios e se infunde de sonhos e utopias, creio que não faria mal nenhum neste encontro que sonhássemos um pouco. Que nos aventurássemos um pouco, que corrêssemos o risco de pensar em certos valores concretos que pudessem ir se incorporando a nós e aos anseios de Cidades educativas neste fim de século que já vivemos e que é também fim de milênio. Um desses sonhos por que lutar, sonho possível mas cuja concretização demanda coerência, valor, tenacidade, senso de justiça, força para brigar, de todas e de todos os que a ele se entreguem é o sonho por um mundo menos feio, em que as desigualdades diminuam, em que as discriminações de raça, de sexo, de classe sejam sinais de vergonha e não de afirmação orgulhosa ou de lamentação puramente cavilosa.

A educação é responsável pela transmissão de uma ordem através da reprodução de valores, crenças e habilidades, como atividade social que cria força produtiva e dissemina seus valores culturais. Desta forma, as mudanças sociais podem alterar a própria educação em uma sociedade. Ademais, a escola representa para a sociedade ocidental uma fonte socializadora de grande impacto. Como exemplo, tem-se o saber dos professores (como um saber intrínseco social) que é partilhado por um todo grupo de agentes, que possuem

uma formação em comum, trabalham em uma mesma organização e estão sujeitos a condicionamentos e recursos comparáveis (Zia, 2014).

A educação é um fator importante para o desenvolvimento da sociedade, sendo por ela determinada e contribuindo para mudanças sociais em que o conhecimento é essencial (Pierson, 1995), sendo o eixo da "sociedade do conhecimento" e do desenvolvimento de um país. Portanto, nesta sociedade marcada pela revolução tecnológica e científica, a centralidade do processo produtivo está no conhecimento e, portanto, também na educação. Para Libâneo e Oliveira (1998: 602), essa centralidade se dá porque educação e conhecimento:

> (...) passam a ser do ponto de vista do capitalismo globalizado, força motriz e eixos da transformação produtiva e do desenvolvimento econômico. São, portanto, bens econômicos necessários à transformação da produção, ao aumento do potencial científico e tecnológico e ao aumento do lucro e do poder de competição num mercado concorrencial que se quer livre e globalizado pelos defensores do neoliberalismo. Torna-se clara, portanto, a conexão estabelecida entre educação/conhecimento e desenvolvimento/desempenho econômico. A educação é, portanto, um problema econômico na visão neoliberal, já que é o elemento central desse novo padrão de desenvolvimento.

Assim, a partir da década de 90, no Brasil, o tema desenvolvimento retorna ao centro das atenções pelos planejadores, pois remete ao caráter social e espacialmente tão desigual do desenvolvimento urbano e regional brasileiro e de seu sistema educacional (Piquet e Ribeiro, 2008).

1.3 A ordem global e seus impactos na educação

Sobre como a globalização e a política neoliberal podem exercer domínio sobre a cultura educacional, Ball (2001) afirma que há efeitos de "unificação e homogeneização" de hábitos, consumo e produção, que geram transformações no próprio tecido da vida cotidiana, na compreensão do espaço-tempo, na ocupação de territórios, etc. Neste contexto, o tema educacional sofre influências em relação à sua gestão e planejamento, dentro de um dado território, pois os interesses por traz de suas diretrizes podem incorporar os objetivos incorporados à globalização (como por exemplo, a competitividade econômica e a marginalização do compromisso do Estado para com a "função social" do ensino ou mesmo a má qualidade do ensino associado à formação em massa).

Para Ball (2001), a educação está cada vez mais sujeita às prescrições e assunções normativas do economicismo. A economia neoliberal afirma colocar a educação como prioridade, apresentando-a como alternativa de ascensão social e de democratização das oportunidades, mas, o que se vê nos países de terceiro mundo é o aumento da desigualdade social, da miséria e do desemprego.

A existência de uma cultura educacional mundial comum, que pode culminar em uma agenda globalmente estruturada para a educação, envolvendo a comunidade internacional, é um exemplo da dimensão globalizada da educação e das políticas neoliberais (Dale, 2001). Segundo Randolph (2007), a crescente "colonização" do cotidiano (mundo da vida) por representações do espaço que expropriam a população de seus espaços de representação são também influências das tendências da globalização e da neoliberalização.

A tendência evidenciada pelo surgimento da chamada "sociedade do conhecimento" e do urbanismo neoliberal, cria uma arena de socialização e estabilização de normas políticas quase consensuais. A educação, neste caso, emerge como um tema de interesse também na escala internacional. A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é um organismo que pode exercer possíveis influências sobre a regulação de políticas e, atualmente, vem desempenhando papel em relação à educação por meio da publicação de documentos, da divulgação de relatórios de pesquisa e do aconselhamento/assessoria oferecido tanto aos países membros como aos outros. Para Theodore e Peck (2013: 22), a OCDE promove o diálogo transnacional, agindo como um mediador de políticas multilaterais, conforme exposto abaixo:

> The OECD does not merely find, but helps actively to construct, policy consensuses across a range of fields, while seeking to move policy conversations in a 'positive'

> direction. Yet, because it cannot impose policy 'from above,' the OECD must operate as a deft, interstitial actor, utilizing techniques such as mediation, meditation, peer pressure, orchestration, evaluation, suasion, and exhortation to 'move' policy norms.

Segundo Maués (2011), as concepções de educação identificadas em documentos produzidos pela OCDE, em 2005, sustentam que a educação desempenha um papel central para o crescimento econômico e o emprego. No entanto, os documentos ressaltam que os efeitos da educação vão muito além da esfera econômica.

2.As políticas públicas educacionais e a governança para o ensino

Para o caso da educação, ainda o ideal de uma educação crítica e emancipadora continuam como um desafio para superar as questões complexas consequentes deste cenário, principalmente pelos países de terceiro mundo. Visando cumprir com o compromisso de uma educação voltada à formação cidadã, os documentos oficiais nacionais, como a LDB (n.9.394/96) (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) (Brasil, 1996) são condizentes com os pressupostos da Alfabetização Científica (AC) e das relações CTSA (Ciência, Tecnologia, Sociedade e Meio Ambiente), na medida em que propõem a integração entre diferentes áreas disciplinares, a contextualização do conhecimento e o desenvolvimento de saberes e habilidades pelo indivíduo, para atuar além dos contextos escolares. Desta forma, parte-se do principio de que a alfabetização científica deve desenvolver em uma pessoa qualquer a capacidade de organizar seu pensamento de maneira lógica, além de auxiliar na construção de uma consciência mais crítica em relação ao mundo que a cerca, na tomada de decisões, sobretudo aquelas relacionadas com aspectos sociais voltadas para a formação cidadã.

Sabe-se que houve uma melhora da educação nos últimos tempos (últimos quinze anos), principalmente por meio de algumas ações de políticas públicas, como por exemplo, o financiamento da Educação Básica através da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação (FUNDEB); implantação de um amplo sistema de avaliação, etc. No entanto, uma educação de qualidade social ainda não é assegurada a todos, quando entendida como direito social inalienável, garantida pelo Estado.

A noção de controle e responsabilidade atribuída ao Estado, para a superação das desigualdades sociais e espaciais, nos países Latino Americanos, ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, onde as teorias de desenvolvimento ganharam sentido nos países capitalistas, de modo a traduzir soluções para a superação dessas desigualdades. O Estado, portanto, é percebido como o agente público e econômico para conduzir projetos de desenvolvimento que visavam à redução das desigualdades sociais e espaciais (Piquet e Ribeiro, 2008). No entanto, cabe ressaltar que no Brasil, neste período, o planejamento urbano e regional era associado ao desenvolvimento e ao crescimento econômico industrial do país, em regiões privilegiadas por este setor.

De acordo com Barcellos de Souza (2012), as abordagens desenvolvimentistas são geralmente centradas no Estado, implicando na atuação do Estado em favor de interesses nacionais de grupos restritos da sociedade, o que ressalta sua subjetividade e distância perante os objetivos almejados pelo restante da sociedade. Portanto, as relações entre Estado, sociedade e economia são muito específicas para determinados grupos.

O regime federalista brasileiro tem seu arcabouço jurídico representado pela Constituição Federal e o campo educacional é traduzido pelos dispositivos que constituem a LDB/1996. Assim, considera-se a educação no Brasil como um sistema pleno, público e inteiramente autônomo, com normas próprias que obrigam todos os seus integrantes em todo o território.

O neoliberalismo, no que se refere à educação, defende a escola básica, universal, laica, gratuita e obrigatória a todos. Segundo Nascimento (1997), a proposta no Brasil é de uma formação geral e polivalente, visando à qualificação de mão-de-obra para o mercado. O Estado neoliberal no Brasil é centralizado, no que se refere à definição de um currículo mínimo e de um sistema unificado de avaliação, e é descentralizado no que diz respeito às diferenças sociais, às desigualdades, e às necessidades específicas de cada região. Neste caso, a organização/atuação territorial do Estado irá depender dos aspectos que envolvem a teoria de regulação (Brenner, 2010), da época pós-fordista.

Na federação, os estados e municípios apresentam certo grau de autonomia, porém subordinados e alinhados à União e às diretrizes e bases. A escala municipal torna-se a mais importante neste contexto, pois é ondem se materializam as ações, ou seja, é onde se encontram os cidadãos. Já estes, podem atuar simultaneamente nas três instâncias, na medida em que as articula em torno de objetivos compartilhados.
No regime federativo, garantido pela Constituição de 1988, o grande desafio se encontra no dualismo unidade e diversidade, entre centralização e autonomia dos entes federados, dentro de uma proposta republicana, democrática e socialmente justa, combatendo as desigualdades sociais e regionais (Art. 3º). Entretanto, para que se entenda as escalas de governança, deve-se entender os agentes de seu projeto. A questão da escalaridade não foge às questões da espacialidade e da organização territorial. Para este último, há os movimentos de regulação e desregulação do Estado (Brenner, 2010).

2.1 O planejamento urbano e as soluções territoriais

Dentro da proposta de um planejamento participativo, parte-se do princípio de que há uma nova forma de representação política, a partir da formação de uma arena contestada de governança. Assim, as relações são imbricadas entre as escalas dos agentes sociais, em torno de estratégias e objetivos compartilhados (Brenner, 2010; Barcellos de Souza, 2012). No entanto, críticas em torno deste modelo de planejamento envolvem a pouca verdadeira participação e influência que a população pode ter em torno do processo (Villaça, 2005). Também há a crítica de que este tipo de planejamento é mais um elemento da neoliberalização dos espaços, refletindo relações de poder (Purcell, 2009).
A trajetória do planejamento urbano no Brasil, segundo Randolph (2007), não pode ser entendida fora do contexto das diferentes perspectivas em relação à responsabilidade do Estado para lidar com os "problemas urbanos", que podem ser identificados no decorrer da história brasileira mais recente. Para o autor, a centralidade na agência do Estado foi influenciada por teorias críticas – marxistas dos anos 70 a respeito da Reforma Urbana, através dos movimentos sociais urbanos. Em um cenário internacional, sabe-se que a partir da década de 70 o capitalismo sofreu um enorme desgaste e, com a incorporação de tecnologia aumentando a crise de superprodução, houve uma gradativa redução na taxa de lucros e no crescimento econômico. Para solucionar o problema, é reforçada a competitividade no livre mercado e a retirada da influência do Estado sobre a economia.
Ademais, o planejamento urbano no Brasil foi orientado por resultados e estratégias (Planejamento Estratégico) e pela articulação dos interesses sociais urbanos, por exemplo, através do Plano Diretor, que exige certas formas de participação na sua formulação. A Constituição de 1988 aponta para uma nova maneira de "governança urbana", advinda da democracia política e social dos anos 90, onde há uma pluralidade de perspectivas em relação à esfera urbana e o questionamento da intervenção do Estado na cidade e no seu planejamento (Randolph, 2007). Ela determinou o Plano Diretor para todos os municípios do Brasil, sob o escopo da aprovação do Estatuto das Cidades, que estabeleceu as diretrizes gerais da política urbana. Neste caso, segundo Randolph (2007), pretendeu-se uma articulação entre os três níveis de poder, ao mesmo tempo em que deixa definições e especificações a cargo do poder local, e abre uma perspectiva de participação para a população e grupos organizados.
Considera-se que o Plano Diretor e o Estatuto das Cidades foram instrumentos importantes da fase do planejamento participativo, já que este tem por escopo três dimensões, conforme aponta Healey (2003): i) romper com a atribuição de responsabilidade exclusiva pelo planejamento a uma instância política específica – ao Estado; ii)abandonar o tradicional esquema da decisão sobre meios com fins determinados e a racionalidade da eficiência e; iii)troca e circulação de informação, respeito a todos e direito de expressão.
A educação, pós Constituição de 1988, portanto, deveria ser um dos mecanismos de redução da extrema desigualdade vigente no país e, compreender a forma como se organiza, é essencial para exercer mudanças nesse sistema. Um exemplo de desigualdade no sistema educacional são os municípios onde as escolas podem ser consideradas como ilhas de excelência, contrastando com outros territórios onde a qualidade educacional é duvidosa. Até mesmo o FUNDEB, por exemplo, promove grande discriminação ao repassar para a educação infantil quantia inferior, per capita, ao ensino fundamental. Como consequência, os municípios pouco investem em novas creches e há falta de vagas.

Dentro das estruturas do capitalismo e da política neoliberal, a educação é regulada pela divisão social de classes. A preocupação do capital com a educação é evidente, através de discursos em que a educação é definidora da competitividade entre as nações e se constitui em uma condição de empregabilidade em momentos de crise. Segundo Lopes (2011), a reprodução da hierarquia nas relações sociais para a produção de não-letrados é tão importante como para a promoção dos diplomados, já que a economia necessita de trabalhadores desqualificados.

Para alguns autores, como Abrucio (2012: 17), um dos problemas mais importantes da política educacional brasileira:

> (...) refere-se à dificuldade de obter coordenação e cooperação entre os diversos níveis de governo. Em particular, a questão aflige mais a articulação entre estados e municípios no âmbito da Educação Básica, uma vez que o Brasil adotou o modelo de duplicidade de redes, no qual os governos estaduais e municipais mantêm estruturas educacionais autônomas e paralelas que pouco dialogam entre si.

A Constituição de 1988, Art. 23 e 211, sugere para resolução desse problema o chamado "Regime de Colaboração", considerada ideia adequada para lidar com as necessidades de autonomia e interdependência. Porém, na prática, essa diretriz tem sido pouco eficaz, já que não se define como se dariam as relações entre municípios, estados e o governo federal.

A atuação coerente e socialmente comprometida na educação parece cada vez mais complexa, tendo em vista que a causa dos problemas está longe e, ao mesmo tempo, dispersa em ações locais. Somado a isso, há dificuldade em atribuir responsabilidades quando falha o ensino. Para Cury (2010: 26):

> (...) o regime de colaboração: seja em termos de conteúdo, seja em termos de mecanismo, é difícil e necessariamente negociado. É o que acontece com um Brasil cuja União congrega 26 Estados, mais de 5.600 Municípios e o Distrito Federal. (...) sem um consórcio articulado e compromissado, sem um regime fiscal que atenda, de fato, o pacto federativo, oi alcance das políticas torna-se minimizado, pois o conjunto dessas opções implica uma nova cultura em ser federativo.

O Regime de Colaboração envolve as três esferas de governo e, caso funcionasse adequadamente por meio de um Sistema Nacional de Educação (SNE), as obrigações para com as diferentes etapas da educação escolarizada seriam melhores distribuídas entre os entes federados, ao contrário do atual modelo que aprofunda as desigualdades territoriais. A LDB/1996, no contexto do Regime de Colaboração, também exibe algumas incongruências, já que distribui as responsabilidades e competências acerca da educação, entre a União, estados e municípios, porém o poder de avaliar os processos educacionais ficam centralizados à União. Neste caso, compartilha-se da ideia de que a União e os estados podem se materializar nos municípios, dividindo as responsabilidades, atendendo a interesses comuns.

2.2 O SNE e o PNE nas novas formas de governança

Em um modelo de governança em que se privilegia o sistema de redes, parcerias, partindo-se de um Estado mínimo, ou seja, descentralizado, a um Estado facilitador do planejamento, consegue aliar à inclusão social e novas escalas de governança regional e local (Frey, 2007; Brenner, 2010).

A governança para além da escala nacional, ou seja, em multiescalas, é importante para a formação das redes de colaboração e cooperação social. Neste caso, o papel do Estado como um "ativador" das interações sociopolíticas auxilia na maximização dos benefícios, a partir da construção de identidades comuns, comportamentos e práticas, que são de objetivos e interesses compartilhados entre os atores sociais (Barcellos de Souza, 2012).

Segundo Saviani (2010), a partir do papel histórico de um Sistema Nacional de Ensino, alguns países conseguiram a universalização do ensino e a erradicação do analfabetismo. A ideia do SNE, segundo Saviani (2010: 381):

> é a unidade de vários aspectos ou serviços educacionais mobilizados por determinado país, intencionalmente reunidos de modo a formar um conjunto coerente que opera eficazmente no processo de educação da população do referido país.

No entanto, para o autor, houve obstáculos que historicamente impediram a organização do Sistema Nacional de Educação no Brasil, pelo qual classifica em quatro tipos: i) obstáculos econômicos decorrentes da histórica resistência à manutenção da educação pública no país; ii) obstáculos políticos caracterizados pela descontinuidade nas políticas educativas; iii) obstáculos filosófico e ideológicos à organização da educação na forma de um sistema nacional e iv) obstáculos legais materializados na resistência à incorporação da ideia de um sistema nacional na legislação educacional.

O autor Cury (2010) defende a ideia de um SNE tendo como pilares centrais os Planos Estaduais e Municipais de Educação, articulados ao Plano Nacional de Educação (PNE). Para Saviani (2010), o PNE é um tema central na construção do SNE, pois consolidará as atividades de forma sistematizada e com finalidades específicas, ou seja, em uma ação planejada. Assim, para o autor, o PNE é uma exigência para que o SNE mantenha suas características próprias. Já para Cury (2010), a importância do PNE se confunde com a necessidade de uma educação de qualidade e, como função do Estado, se impõe para a consciência cidadã de forma que as finalidades da educação se justifiquem.

A ideia de um plano na educação teve origem, no Brasil, após diagnóstico da educação pública na década de 1930. O PNE sofreu, ao longo dos anos, influências de ordem política, econômica, social e cultural. Uma das fortes consequências destas influências culminou, no período compreendido entre 1946 e 1964, no debate que determinou a criação do projeto da LDB/1996, envolvendo duas visões distintas de PNE, com o nacionalismo desenvolvimentista e a visão de planejamento do desenvolvimento do país voltado para o Estado, contra a iniciativa privada, que se opunha a intervenção do Estado na economia e no monopólio estatal do ensino (Saviani, 2010).

Em fevereiro de 2014, houve um momento especial na história das políticas públicas envolvendo o ensino, a partir da produção do "Documento-Referência" na II Conferência Nacional da Educação (Conae/2014), que se constituiu em espaço de deliberação e participação coletiva, envolvendo diferentes segmentos, setores e profissionais interessados na construção de políticas de Estado, apresentando como tema central: "O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração" (Conae, 2014).

O documento final do Conae/2014 é resultado da construção coletiva de levar ao debate social a instituição do SNE. Este deverá apresentar diretrizes, metas e ações, na perspectiva da democratização, da universalização, da qualidade, da inclusão, da igualdade e da diversidade (Conae, 2014). Assim, o marco encontra-se nas mudanças deliberadas para as bases e diretrizes do novo PNE. Além disto, a intenção do Documento-Referência foi ser objeto de ampla discussão, de modo a contribuir com diferentes formas de mobilização e debate envolvendo a criação do SNE, especialmente nas diferentes escalas de governança.

Dentro da questão da consolidação de um SNE brasileiro, o planejamento colaborativo é transformador quando se tem como elemento básico o debate. Para Healey (2003), processos de geração de consenso exigem experimentação, aprendizado, mudança e a produção de significados e objetivos compartilhados. Assim, o potencial construtivo e crítico presentes na colaboração entre Estado, entes federados e sociedade podem assumir determinada práxis em torno da produção social do espaço. No entanto, Purcell (2009) faz uma crítica mais dura em torno da criação de consensos, já que mascaram as disputas de poder e de classes, apenas refletindo as relações de poder.

A educação nacional no Conae/2014, portanto, é orientada pela formulação de políticas de Estado, nos diferentes níveis, etapas e modalidades, em consonância com as lutas históricas e debates democráticos, construídos pela sociedade civil organizada, pelos movimentos sociais e pelo governo, na garantia da educação como bem público e direito social, resultado da participação popular, cooperação federativa e do regime de colaboração. Além de estruturar sete eixos temáticos, sendo eles: Eixo I – O Plano Nacional de Educação e o Sistema Nacional de Educação: organização e regulação; Eixo II – Educação e Diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos; Eixo III – Educação, Trabalho e Desenvolvimento Sustentável: cultura, ciência, tecnologia, saúde, meio ambiente; Eixo IV – Qualidade da Educação: democratização do acesso, permanência, avaliação, condi-

ções de participação e aprendizagem; Eixo V – Gestão Democrática, Participação Popular e Controle Social; Eixo VI – Valorização dos Profissionais da Educação: formação, remuneração, carreira e condições de trabalho e Eixo VII – Financiamento da Educação: gestão, transparência e controle social dos recursos, o documento também apresenta proposições e estratégias, indicando as responsabilidades, corresponsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os entes federados (Conae, 2014).

Segundo Randolph (2007), a participação popular, mesmo dentro de um planejamento urbano e regional participativo, não se liberta da racionalidade do Estado capitalista nas suas alianças representadas na democracia representativa. O planejamento capitalista, portanto, apresenta uma racionalidade instrumental e abstrata da globalização e do neoliberalismo. Nesta vertente de pensamento, Fainstein e Campbell (2012) apontam que mesmo em um planejamento dito participativo, este caráter é formal e abstrato, já que há uma tendência do planejamento de separação entre uma visão "processualista" e uma "intervencionista" (voltada para resultados). Portanto, para Randolph (2007), as modalidades participativas do planejamento se baseiam numa lógica de representação da sociedade e, particularmente, do espaço social que concebe tendencialmente, qualquer participação tão formal e abstrata, que torna seu exercício concreto um mero acidente.

A partir das intenções consolidadas na Conae/2014, as dimensões da territorialidade e sua governança terão de tomar forma e entrar em consonância com as novas organicidades do planejamento da educação, para as suas diversas escalas.

As aglomerações regionais urbanas e as instituições reguladoras do Estado compõem o quadro da dinâmica territorial e espacial no presente ciclo de globalização neoliberal. Assim, há a ocorrência de grandes transformações da organização territorial em múltiplas escalas geográficas. As formas de organização territorial se reconfiguram e se reescalonam, tanto no âmbito socioeconômico, como político-institucional e espacial (Brenner, 2010). Desta forma, a arena construída é conflituosa, onde multiescalas podem se sobrepor.

No caso das relações de cooperação e colaboração entre os entes federados, estas são fundamentais quando se pensa em um SNE, já que são fruto da organização territorial e política do país. Desta forma, o SNE é visto como mecanismo articulador do regime de colaboração, no sistema federativo.

Compartilha-se da ideia de que a construção de SNE requer o redimensionamento das ações entre os entes federados, no entanto, entende-se que esse sistema deva abraçar a noção de territórios, de maneira que interesses convergentes e necessidades possam adquirir melhor gestão. Sob esta perspectiva, a questão educacional deve ser trabalhada como um tema que perpassa as fronteiras dos entes federados, ou seja, que alcance mais do que uma jurisdição político-administrativa, em prol da resolução de um problema coletivo. A noção da criação de um "sistema de redes" foi apontado por Healey (2003), reconhecendo a complexidade de relações de poder entre os múltiplos agentes sociais e contextos urbanos, em busca de um planejamento que leve em conta a importância dos processos para além dos produtos finais (saindo do modelo de planejamento técnico-burocrático), em que a capacidade de governança possa ser socialmente mais justa.

2.3 O modelo do associativismo territorial para a educação

A proposta de um modelo de associativismo territorial pelos governos subnacionais, é sugerida por Abrucio (2012) como instrumento útil para o Regime de Colaboração. Assim, quando se pensa na consolidação de um SNE brasileiro, o modelo de associativismo territorial para a promoção da cooperação entre os entes federativos, torna-se sustentável. No entanto, dentro da lógica da razão comunicativa do planejamento, Lefebvre (1991) *apud* Randolph (2007) aponta a importância do reconhecimento das representações do espaço na elaboração de planos, na elaboração dos consensos.

Segundo Abrucio (2012), o associativismo territorial foi o que menos avançou no sistema federativo brasileiro, em relação aos resultados intergovernamentais da educação. No entanto, o autor salienta três razões para explicar o baixo associativismo territorial: i) a existência da duplicidade de redes entre os governos estadual e municipal (por exemplo, escolas dos municípios envolvidos seriam estaduais); ii) ausência, até pouco tempo atrás de um sistema de políticas públicas no campo da educação, para o incentivo à ações intergovernamentais e, iii) o tema do associativismo territorial não tinha lugar dentro da agenda da política educacional, sendo priorizado o plano federativo ao invés da cooperação.

A aliança formal ou informal entre governos, que estejam em territórios contíguos, pode promover o desenvolvimento regional, com efeito agregado para todos os governos locais envolvidos no arranjo. O modelo institucional de associativismo na educação se iniciou com a discussão dos Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADE), que culminou na origem e nas experiências em Votuporanga/SP e o Projeto Chapada/BA, com o apoio de instituições governamentais e empresas privadas (Abrucio, 2012).
Para que a solução dos problemas educacionais reflita o modelo de associativismo territorial, tendo em vista a consolidação de um SNE brasileiro, devem-se levar em conta alguns fatores, como os apontados por Abrucio (2014: 24):

> (...) é preciso que haja, em primeiro lugar, mecanismos que reduzam a desconfiança política entre os municípios, dando estabilidade institucional à parceria. Em segundo, é muito importante o apoio dos governos federal e estadual, em virtude da fragilidade gerencial e da falta de recursos dos municípios. Igualmente essencial é a orientação dos arranjos territoriais para uma gestão em rede e direcionada a resultados, criando, de um lado, mecanismos para articular projetos conjuntos e, de outro, para administrar conforme metas e indicadores previamente definidos. Este último ponto põe em evidência que o sucesso das formas de consorciamento intergovernamental depende de um modelo institucional bem gerido. (...) outra condição é a busca de parcerias com atores sociais a fim de fortalecer a articulação intermunicipal, uma vez que a pressão social e a criação de identidades regionais constituem aspectos-chave para garantir consorciamentos de longo prazo. Por fim, é preciso que haja graus importantes de flexibilidade para os arranjos territoriais, uma vez que as políticas públicas têm suas singularidades e o país é muito heterogêneo.

De acordo com Ramos (2012), portanto, a construção de um SNE, passa necessariamente, por colocar em prática o Regime de Colaboração, levando-se em conta o associativismo territorial, de maneira que se fortaleça a cultura do planejamento integrado e colaborativo na visão territorial e geopolítica.
O atual modelo de governança brasileiro incorpora o gerencialismo, a cooperação em redes e a participação pública no planejamento, de modo que possa haver a complementação do sistema representativo (Bevir, 2009). Neste caso, há uma transformação nas relações entre Estado e mercado, cuja parte da transformação social baseia-se na parceria com a iniciativa privada, privilegiando o dinamismo e a gestão empresarial para o setor público (Frey, 2007).

3. Considerações Finais

Assim como aponta Cury (2012), acredita-se que o Estado brasileiro possui uma dívida com a educação escolar nacional e deve garantir, conforme aponta a constituição, direito e o acesso de todos à educação, bem como à qualidade do ensino.
No atual modelo de educação brasileiro, em que esta é associada como um bem de consumo e fonte de lucro, em que há uma divisão clara de classes e, consequentemente, o privilégio de poucos para o acesso ao ensino, leva a desdobramentos impactantes na grande maioria da sociedade. A progressiva seletividade e elitização do conhecimento contribuem para o aumento das desigualdades sociais e espaciais. Assim, acredita-se que novas propostas de governança, visando à equidade de direitos e deveres e das oportunidades, sob o ponto de vista da integração dos territórios, de políticas de cooperação entre os entes federados, em um sistema de redes como forma de integração dos agentes sociais, estabelecendo novas escalas de atuação entre os atores, de modo a contribuir positivamente para com a solução dos problemas educacionais brasileiro.
É essencial que se retome as ideias de planejamento territorial e governança apontada por Healey (2010: 110), tendo em vista estes instrumentos para lidar com os problemas envolvendo o tema educação, conforme abaixo:

> (…) governance processes are not recipes. They are unique constructions in specific situations. My own work since Collaborative Planning has focused on the extent to which innovations in process forms build capacities that may change a wider governance culture.

Conforme trecho acima é essencial, por fim, que se leve em conta as influências das forças sociais sobre o planejamento, na medida em que haja a compreensão de que o espaço não é um receptáculo de ações e que seus agentes e a sociedade apresentam limitações estruturais.

4. Bibliografia

ABRUCIO, F. L. (2012). "Associativismo territorial para a coordenação intergovernamental". In F. L. Abrucio, M. N. Ramos (eds.), *Regime de colaboração e associativismo territorial: arranjos de desenvolvimento da educação.* São Paulo: Ed. Moderna.

BALL, S. J. (2001), "Diretrizes políticas globais e relações públicas locais em educação". *Currículo Sem Fronteiras*, 1 (2), pp. 99-116.

BARCELLOS DE SOUZA, M. (2012), "Espacializando o desenvolvimentismo: imaginário, escalas e regulação". *Revista brasileira de Estudos urbanos e regionais*, 14 (2), pp.35-54.

BEVIR, M. (2009), *Key concepts in governance*, Thousand Oaks: SAGE.

BRASIL, Constituição do Brasil de 1988. (1988), *Constituição da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.

BRASIL, LDB (1996). *Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional*. Disponível em www.planalto.gov.br, [consultado em: 15-4-2014].

BRENNER, N. (2010), "A globalização como reterritorialização: o reescalonamento da governança urbana na União Europeia", *Cadernos Metrópole*, 12 (24), pp.535-564.

CONAE, Conferência Nacional de Educação. (2014), *Documento-Referência: O PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação: participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração.* Plano de Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação. Brasília.

CURY, C. R. J. (2010), *Por um sistema nacional de educação.* São Paulo: Ed. Moderna.

CURY, C. R. J. (2012), "Do sistema de colaboração recíproca". In L. F. Abrucio, M. N. Ramos (eds.), *Regime de colaboração e associativismo territorial: arranjos de desenvolvimento da educação.* São Paulo: Ed. Moderna.

DALE, R. (2001), "Globalização e educação: demonstrando a existência de uma cultura educacional mundial comum ou localizando uma agenda globalmente estruturada para a educação?" *Educação, Sociedade e Cultura*, 16 (4), pp.133-169.

FAINSTEIN, S. & CAMPBELL, S. (2012), "The structure and Debates of Planning Theory". In S. Fainstein, S. Campbell (eds.), *Readings in Planning Theory*, West Sussex: Blackwell Publishers, pp. 1-20.

FREIRE, P. (1997), *Política e educação: ensaios.* São Paulo: Editora Cortez.

FREY, K. (2007), "Governança urbana e participação pública". *RAC-eletrônica - Revista de Administração Contemporânea*. 1, pp.136-150. Disponível em http://anpad.org.br/periodicos/content/frame_base.php?revista=3, [consultado em 15-5-2014].

FURTADO, C. (1991), *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

HEALEY, P. (2003), "Collaborative planning in perspective". *Planning Theory,* 2 (2), pp.101-123.

LIBÂNEO, J. C. & OLIVEIRA, J. F. (1998), "A Educação Escolar: sociedade contemporânea". *Revista Fragmentos de Cultura*. 8 (3), p.597-612.

LOPES, E. M. S. T. (2011), *500 anos de educação no Brasil.* Minas Gerais: Autêntica.

MAUÉS, O. C. (2011), "A política da OCDE para a educação e a formação docente. A nova regulação?" *Revista Educação*. Porto Alegre. 34 (1), pp. 75-85.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (2014), *Plano Nacional da Educação*. Brasília, Brasil.

NASCIMENTO, D. N. (1997), "Da educação e o Projeto Neoliberal: direção da justiça social ou do reinado ilimitado do capital?" *Revista Educação,* 1 (1), pp.61-79.

PIERSON, P. (1995), "Fragmented Welfare States: Federal Institutions and the Development of Social Policy". *Governance: An International Journal of Policy and Administration,* 4 (8), pp.130-139.

PIQUET, R. P. da Silva & RIBEIRO, A.C.T. (2008), "Tempos, Ideias, dias e lugares. O ensino do planejamento urbano e regional no Brasil". *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais,* 10 (1). Disponível em http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/191, [consultado em 18-4-2014].

PRADO JR., C. (2011), *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cia. Das Letras.

PURCELL, M. (2009), "Resisting Neoliberalization: Communicative Planning or Counter-Hegemonic Movements?" *Planning Theory,* 8(2), pp. 140–165.

RAMOS, M. N. (2012), "Arranjos de desenvolvimento da educação". In L. F. Abrucio, M. N. Ramos (eds.), *Regime de colaboração e associativismo territorial: arranjos de desenvolvimento da educação*. São Paulo: Ed. Moderna.

RANDOLPH, R. (2007). "Do planejamento colaborativo ao planejamento "subversivo": reflexões sobre limitações e potencialidades de Planos Diretores no Brasil". *Scripta Nova. Revista electrónica de geografia e ciências sociales.* Barcelona: Universidade de Barcelona, 11 (245). Disponível em http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-4517.htm, [consultado em 14-4-2014].

SAVIANI, D. (2010), "Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação". *Revista Brasileira de Educação*. 15 (44), pp.21-78.

THEODORE, N. & PECK, J. (2013), "Framing neoliberal urbanism: translating "Commonsense" urban policy across the OECD Zone". *European Urban and Regional Studies*. 19 (1), pp.20-41.

VILLAÇA, F. (2005), *As ilusões do Plano Diretor*. São Paulo. Disponível em http://www.planosdiretores.com.br/downloads/ilusaopd.pdf, [consultado em 28-5-2014].

ZIA, I. C. A. (2012), *Estudo da formação inicial sob a dimensão dos saberes docentes e do ensino de Ciências por investigação.* Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do ABC.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Ana Paula Soares Carvalho
apcarvalho@gmail.com

Biografia: Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2004), mestrado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2005) e doutorado em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ) (2012). Foi professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2012 - 2013). É professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Tem experiência nas áreas da Sociologia Urbana, Sociologia do Direito e Sociologia Política.

Resumo: Nos anos 1960, estruturou-se no Brasil a luta pela reforma urbana. Tendo sobrevivido à ditadura, o movimento ganhou força durante a redemocratização e ampliou sua agenda. Intelectuais envolvidos no movimento, influenciados pela leitura de Henri Lefebvre, passaram a falar em *direito à cidade*. Para Lefebvre, o direito à cidade é o uso do espaço como base do desenvolvimento democrático. Vitória importante do movimento pela reforma urbana foi a aprovação, em 2001, do Estatuto da Cidade, lei cujos instrumentos focam no uso do solo urbano. Esse trabalho investiga quais aspectos do direito à cidade não são contemplados pelo Estatuto e sugere que a Lei nº 12.587/2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, é complementar ao Estatuto na promoção desse direito. Conclui que lutar pelo direito à cidade é também lutar pela efetivação do Estatuto da Cidade e da Lei nº 12.587/2012.

Palavras-chave: direito à cidade; mobilidade urbana; Estatuto da Cidade; Política Nacional de Mobilidade Urbana.

1. Introdução

Com a obra "O direito à cidade", lançada em 1968, Henri Lefebvre iniciou um debate inovador sobre a vida na cidade e a construção do espaço urbano que segue influenciando os debates acadêmicos e políticos em torno desses temas. Em linhas gerais, o direito à cidade deste autor está ligado não só ao direito a um melhor acesso a serviços básicos, mas principalmente à possibilidade da apropriação autônoma do espaço da cidade por seus moradores.

Embora não haja um programa legal-jurídico no texto de Lefebvre (TRINDADE, 2012), há muitos esforços em consolidar e estruturar a ideia de direito à cidade. (PLYUSHTEVA, 2009) A obra foi especialmente influente no movimento de reforma urbana no Brasil (FERNANDES, 2007), movimento cuja atuação foi fundamental para a aprovação da Lei nº 10.257/2001, o Estatuto da Cidade (BASSUL, 2003). Fernandes (2007) chega a considerar mesmo que o Estatuto foi o primeiro documento a materializar o direito à cidade em termos legais. Argumentei em outro trabalho (CARVALHO, 2012) que o Estatuto se inseria em um processo de jurifidicação das esferas sociais. Discuti também a importância desse processo, na medida em que ele pode fortalecer lutas sociais.

De fato, o Estatuto cria base legal para se perseguir medidas que vão ao encontro do direito à cidade lefebvriano, uma vez que desmercantiliza a terra urbana e cria espaços de negociação coletiva sobre as decisões referentes à política urbana. Mas ele é bastante limitado, dado que toca quase exclusivamente em formas de gerir a terra urbana.

Considera-se aqui fundamental para se garantir o direito à cidade ampliar os acessos aos diversos espaços da cidade e a criação de condições para se ocupar os espaços públicos, intensificando o contato entre os diferentes. Nesse sentido, instrumentos de melhoria da mobilidade na cidade parecem fundamentais para se aproximar de uma apropriação autônoma das cidades.

O Estatuto, instrumento central para a política urbana, não chega a tratar especificamente de mobilidade urbana, limitando-se à questão do transporte, o que ocorre de forma bastante genérica. Ao contrário da questão da participação e da função social da propriedade, com relação ao transporte, não há especificação de instrumentos voltados à garantia do acesso do cidadão a esse serviço.
Sugere-se aqui que uma legislação posterior, embora também não cubra todas as exigências do pleno direito à cidade, funcionaria como leis complementar ao Estatuto da Cidade como marco regulador voltado à promoção desse direito. Trata-se da Lei nº 12.587/2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.
Este trabalho investiga, pois, quais aspectos do direito à cidade não são contemplados pelo Estatuto da Cidade e explora em que medida a lei que institui as diretrizes PNMU funciona como um passo adiante em direção ao direito à cidade.
Este texto está dividido em quatro seções, incluindo esta introdução. Na seção seguinte a esta, faz-se um apanhado geral das ideias de Lefebvre sobre o direito à cidade. Na terceira seção, é discutido o Estatuto da Cidade, tratando dos seus avanços e limites no que tange à materialização do direito à cidade. Na quarta seção, relaciona-se o tema da mobilidade urbana ao direito à cidade, traça-se um pequeno histórico da forma como esse tema foi trabalhado pelo governo brasileiro e se reflete sobre as inovações trazidas pela Lei nº 12.587/2012. Na quinta e última seção, são tecidas algumas considerações finais, refletindo sobre as conquistas em termos legislativos e apontado seus limites.

2. O direito à cidade segundo Lefebvre

Para Lefebvre, o direito à cidade é direito à fruir o espaço urbano, é a possibilidade de usar esse espaço como base do desenvolvimento democrático. Ele acredita que o tipo de cidade que emerge na sociedade industrial é marcado por uma organização do espaço urbano segundo as necessidades da produção e do consumo capitalistas. Esse tipo de organização espacial faz com que a cidade se afaste do que ele acredita ser o ideal de espaço urbano, ou seja, um lócus de encontro entre pessoas de diversas origens sociais. A impossibilidade desse encontro tornaria, segundo o autor, mais difícil o exercício da democracia. Na obra *O Direito à Cidade*, o autor visa estimular o desenvolvimento de uma ciência da cidade que se esmere em conhecê-la e em criar uma estratégica política de ação que tenha vistas a devolver a ela a "vida urbana", condição de um humanismo e de uma democracia renovados.
Ele atenta para o fato de que a cidade preexiste à industrialização. Nem sempre, portanto, a organização do seu espaço esteve ligada às necessidades da indústria. As cidades oriental e medieval eram espaços importantes da ação política. Para o autor, embora essa ação não envolvesse todos os atores sociais, estando restrita a apenas a determinados grupos sociais, a cidade medieval era um lugar menos subjugado à lógica do modo de produção vigente. Acredita que, antes da industrialização, a vida urbana produzia obras e não produtos. As cidades medievais não se resumiam a espaços para se promover a troca, para se obter lucro.
O autor compara a cidade à obra de arte, criação de seus habitantes. Obra a ser fruída e não consumida. Tal fruição da cidade - de suas ruas e praças, dos seus edifícios e monumentos - está relacionada entre outras coisas à festa, "que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro." (LEFEBVRE, 1969:11) A industrialização fez com que ela perdesse essa característica, ganhando forma de um espaço voltado prioritariamente para a troca.
Com relação ao assalto da cidade pela industrialização, não se pode considerar este um processo natural. Tem que se pensar os grupos que estão agindo no espaço da cidade. Segundo Lefebvre, nesse processo as classes dirigentes, que possuem o capital e os meios de produção, agem ativa e voluntariamente. As reformas urbanas que se dão no período de intensificação da industrialização também têm que ser pensadas a partir desse recorte de classe. Esse é o ponto de partida de sua análise sobre a reforma urbanística promovida pelo Barão de Haussmann em Paris na segunda metade do século XIX. Argumenta que, de 1848 até a reforma supracitada, viviam em Paris tanto a burguesia quanto antigos e novos proletários, por vezes até no mesmo imóvel - os proletários morando no andar de cima e burgueses no andar de baixo. "Nessa 'desordem', os operários ameaçam os novos

ricos, perigo que se torna evidente nas jornadas de junho de 1848 e que a Comuna confirmará." (LEFEBVRE, 1969:20) É nesse período que a referida cidade vive o auge da vida urbana, a qual "pressupõe encontros, confronto das diferenças, conhecimento e reconhecimento recíprocos (...) dos modos de viver, dos 'padrões' que coexistem na Cidade." (LEFEBVRE, 1969:20)

Esse campo fértil para o desenvolvimento de uma democracia urbana, acreditava o autor, ameaçava os privilégios da nova classe dominante que, por sua vez, impediu o nascimento dessa democracia expulsando os proletários do centro, destruindo a urbanidade.

A reforma promovida por Haussmann, que "substitui as ruas tortuosas mas vivas por longas avenidas, os bairros sórdidos mas animados por bairros aburguesados" (LEFEBVRE, 1969:20), é informada por uma estratégia de classe voltada para excluir os proletários da vida política da cidade.

A Comuna de Paris (1871) teve com uma de suas intenções a retomada do centro urbano pelos operários, que de lá tinham sido retirados por Haussmann. Sua derrota, dá lugar a uma estratégia de urbanismo que mais uma vez afasta os operários do centro. Os "notáveis" trocam a preocupação com o habitar (não só morar, mas ser participante de uma vida social) pela preocupação com o habitat (a moradia, pura e simplesmente). "Com a 'suburbanização' principia um processo, que descentraliza a Cidade. Afastado dos locais de produção, disponível para empresas esparsas a partir de um setor de habitat, o proletariado deixará se esfumar em sua consciência a capacidade criadora. A consciência urbana vai se dissipar". (LEFEBVRE, 1969:22)

Depois da Segunda Grande Guerra a crise habitacional se torna insuportável em Paris e em várias outras cidades europeias. O Estado passa a se encarregar da construção de novas habitações. Ele não se ocupa, no entanto, em repensar o espaço urbano como Cidade. A única preocupação é construir o maior número de casas possível pelo menor custo. É o conceito de habitat levado às suas últimas consequências. Uma forma funcional abstrata sem preocupação qualquer com outros aspectos da vida no espaço urbano. Em outras palavras, para Lefebvre essas ações garantiram o direito à moradia, mas não o direito à cidade.

Para finalizar essa pequena exposição das considerações de Lefebvre sobre o direito à cidade cabe ressaltar a ideia que perpassa o trabalho do autor, segundo a qual o espaço urbano não pode ser entregue à lógica do mercado, sob pena de se impossibilitar os "encontros, o confronto das diferenças e o conhecimento e reconhecimento recíprocos", em outras palavras, impossibilitar a vida urbana.

3. O Estatuto da Cidade como codificação do direito à cidade

O ciclo de regulamentação dos direitos sociais inscritos na Constituição Federal em vigor teve um episódio importante no ano de 2001 com a promulgação do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001). Essa lei define as diretrizes gerais que devem ser observadas pelos governos federal, estadual e municipal na promoção da política urbana, com vistas a garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e da cidade. Como se disse anteriormente, essa lei é considerada por alguns como um esforço de codificação do direito à cidade proposto por Lefebvre.

Assim como ocorrido com outras bandeiras incorporadas à Constituição de 1988 e tratadas posteriormente em leis infraconstitucionais – caso, por exemplo, da reforma sanitária, dos direitos das crianças e dos adolescentes, entre muitas outras – o surgimento do Estatuto da Cidade é produto em grande medida da ação de um movimento social que aglutinou atores distintos unidos na luta pela ampliação e materialização dos direitos sociais. Cabe destacar, nesse sentido, a atuação do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, transformado nos anos 1990 em Fórum Nacional de Reforma Urbana. Esse movimento, que reúne movimentos de moradia, associações profissionais e sindicais, ONGs de assessoria e formação e profissionais oriundos da academia, foi capaz de trazer o tema do direito à cidade para a agenda pública e pressionar o sistema político a legislar sobre ele.

O Estatuto trouxe uma mudança importante para o ordenamento legal brasileiro na medida em que reforçou o princípio de que a propriedade de terrenos urbanos é matéria não só de direito civil, mas também de direito público. Ele oferece ao poder público municipal meios para limitar o direito à propriedade urbana com vistas a garantir direito a moradia, saneamento, transporte e lazer ao conjunto da população.

Para Fernandes (2010), se "boas" leis como o Estatuto da Cidade não mudam sozinhas a realidade, "más"

leis podem impedir a ação da sociedade e das administrações públicas comprometidas com a promoção de reformas. Ainda de acordo com o autor, com o surgimento do Estatuto, estabeleceu-se um direito difuso à cidade, ao ordenamento territorial, ao planejamento urbano e à gestão democrática da política urbana. E o poder público se tornou o responsável pela garantia desses direitos. O destino das cidades deixa de ser refém da discricionariedade dos governantes. Além disso, o direito à propriedade perde seu caráter absoluto.

A partir da sua promulgação, tornou-se possível aos municípios promover o uso e evitar a retenção especulativa de terrenos urbanos já dotados de infraestrutura por meio dos instrumentos do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, IPTU progressivo no tempo e desapropriação mediante pagamento em títulos da dívida pública, a serem aplicados consecutivamente. Ampliaram-se também as possibilidades de garantia jurídica da posse com o instrumento da usucapião coletiva, que permite a regularização fundiária de áreas urbanas de difícil individualização, como as favelas. A outorga onerosa do direito de construir – que consiste na possibilidade de o município estabelecer determinado coeficiente de aproveitamento dos terrenos a partir do qual o direito de construir excedente deve ser adquirido do poder público – permite a recuperação, por parte deste, dos valores decorrentes de seus investimentos e de suas ações no espaço da cidade.

A lei determina também que o poder público tem que abrir espaços de participação para que a população das cidades possa ter algum tipo de ingerência na política de planejamento urbano.

É importante lembrar que a intenção desse diploma legal não é definir de modo direto e imediato como se deve dar o desenvolvimento urbano. Nem poderia ser diferente, já que a Constituição Federal determina que isso é uma competência municipal. O Estatuto da Cidade orienta o legislador local e condiciona a validade das normas municipais relacionadas ao tema. Essa lei propõe algumas regras a serem observadas na condução do desenvolvimento urbano, aprofundando assuntos previstos na Carta Constitucional. Entretanto, não está em seu escopo solucionar diretamente tais questões, mas apenas apontar caminhos e possibilidades. Sundfeld (2003:52) descreve a lei como um "conjunto normativo intermediário" entre a Constituição da República e o direito urbanístico local. A exceção fica por conta de alguns institutos relacionados ao direito civil, que estão no Estatuto da Cidade pela potencial utilização em prol do desenvolvimento urbano. É o caso da usucapião especial urbana, individual e coletiva e do direito de superfície, que não necessitam de regulamentação no âmbito local para serem aplicados.

Emprestando-se a expressão cunhada por Rolnik (1997), o Estatuto consiste em uma caixa de ferramentas da qual os governos – principalmente municipais – podem se utilizar para promover a função social da propriedade urbana, freando interesses privados que estejam em desacordo com o interesse geral dos munícipes.

Para Fernandes (2007), o Estatuto, ao prover elementos para a interpretação do princípio constitucional da função social da propriedade; regular novos instrumentos legais, urbanísticos e financeiros para a construção de uma nova ordem urbana por parte das municipalidades; prover instrumentos legais para a regularização fundiária de assentamentos informais; e indicar processos para a democratização do gerenciamento das cidades, cria as condições para a materialização do novo contrato social proposto por Lefebvre, que entente que o direito à habitação não pode estar dissociado do direito à participação.

Tendo discutido o potencial do Estatuto em termos da materialização do direito à cidade, cabe agora tecer algumas considerações sobre suas limitações. Os instrumentos presentes no Estatuto, apesar de criarem limites ao poder do capital sobre a cidade e abrirem espaço para promoção da democracia representativa, confinam-se em grande medida a legislar sobre o uso do solo urbano. Embora esses sejam aspectos fundamentais da promoção do direito à cidade, aproximar-se do âmago desse direito, no sentido proposto por Lefebvre, depende de outras dimensões. Essa legislação, pois, mesmo se tratando de grande conquista, ainda está longe de abarcar a agenda dos movimentos inspirados por essa ideia mais ampla de direito à cidade. A promoção dessa visão mais ampla de direito está intimamente ligada, como se apontou acima, ao estímulo ao encontro dos diferentes no espaço da cidade.

4. A mobilidade urbana e o direito à cidade

Lefebvre reforça a todo tempo a ideia do encontro e, como se afirmou acima, o Estatuto faz pouco no sentido de estimular a vida nas ruas. Considera-se que ampliar a mobilidade urbana é fundamental para a promoção do direito à cidade. Por certo não há um conceito único de mobilidade urbana, mas parece intrínseca aí a ideia de deslocar-se, a possibilidade de acessar diferentes partes do tecido da cidade.

São muitos os estudos que relacionam mobilidade e transporte a processos de inclusão e exclusão social. Gomide (2003), por exemplo, a partir de estudo quantitativo sobre os impactos do transporte público sobre a pobreza, destaca a centralidade do acesso a esse serviço para a inclusão social. Já Carvalho (2008), após uma discussão conceitual sobre a cidade e o urbano, chega a argumentar que sem mobilidade não há sequer cidade. Ele sugere que

> a mobilidade é uma das condições para a própria existência das cidades (...). Sem que haja mobilidade para os habitantes de uma cidade, não haveria a condição do anonimato, pois com a circulação restrita os indivíduos cruzariam sempre e somente com aqueles que estão mais próximos.
> A mobilidade também é indispensável para a divisão do trabalho, uma vez que os produtos e serviços necessitam deslocar-se para que atinjam a todos e permitam a especialização individual e as trocas entre os cidadãos. (CARVALHO, 2008:36)

Levando essas e outras ideias em consideração, bem como a leitura de Lefebvre, parte-se aqui da premissa de que associar mobilidade e direito à cidade implica em pensar para além de uma política de transporte urbano. Há que se pensar as possibilidades de acessar os diferentes espaços da cidade com facilidade e segurança. Há que se garantir que as vias não sejam pensadas só como formas de ligar pontos da cidade, mas que elas seja também passíveis de ocupação. As calçadas e calçadões, nesse sentido, devem ser convidativas. Melhorar a mobilidade é diminuir a exclusão e as desigualdades, é um passo fundamental para a equidade de oportunidades. Não só diminuir o tempo das viagens, é preciso fazer o estar na rua mais possível e agradável. Nesse sentido, a iluminação e outras medidas de segurança que não impliquem em controle exagerado dos corpos e comportamentos, são também elementos centrais.

Em suma, há que se pensar na eficiência dos transporte no sentido dos traslados e na ampliação das possibilidades de acessar a cidade, mas também há que se pensar no uso da rua como lugar de encontro.

O discurso governamental sobre a política urbana no Brasil, embora se limite em grande medida à questão dos deslocamentos, preocupando-se pouco com a qualidade do espaço público, mostra uma consideração mais ampla do tema, indo além da ideia de transporte, como pode se ver no trecho a seguir, retirado de uma publicação do Ministério das Cidades (2004:14):

> A Mobilidade Urbana Sustentável pode ser definida como o resultado de um conjunto de políticas de transporte e circulação que visa proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, através da priorização dos modos não-motorizados e coletivos de transporte, de forma efetiva, que não gere segregações espaciais, socialmente inclusiva e ecologicamente sustentável. Ou seja: baseado nas pessoas e não nos veículos.
> (...)[A] Mobilidade Urbana Sustentável deve ser entendida de uma forma ampla, como o resultado de um conjunto de políticas de transporte, circulação, acessibilidade e trânsito, além das demais políticas urbanas, cujo objetivo maior está em priorizar o cidadão na efetivação de seus anseios e necessidades, melhorando as condições gerais de deslocamento na cidade.

O Brasil ainda tem grandes dificuldades na implantação de políticas voltadas à promoção da mobilidade urbana sustentável. Pesquisa recente da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) mostra, por exem-

plo, que o transporte individual é responsável por 77% dos gastos públicos com mobilidade, o que é um indício de como o poder público, na prática, não vem priorizando o transporte público. (SOUZA, 2014) Ainda assim, é necessário destacar que mudanças legais e institucionais importantes estão ocorrendo no país nesse campo, o que se pode observar a partir de um exame do histórico das políticas de transportes e mobilidade no Brasil.
Vasconcellos (2012) destaca a falta de preocupação histórica com o transporte público no Brasil, argumentando que desde a Constituição de 1934, quando se declarou pela primeira vez que era necessária a construção de um sistema de rodovias, todos os esforços foram feitos para atingir esse objetivo, fato que se intensificou com a introdução da indústria automobilística no país na década de 1950, tendo sido seguida por políticas de apoio permanente ao automóvel e, mais recentemente, à motocicleta.
Linha semelhante de argumentação aparece em uma publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre a mobilidade urbana no Brasil:

> A grande transformação na mobilidade das pessoas nas cidades brasileiras começou a ocorrer na década de 1950 do século passado, quando o processo intenso de urbanização se associou ao aumento do uso de veículos motorizados, tanto os automóveis quanto os ônibus, resultado de uma política de Estado que priorizou o investimento na indústria automobilística. (IPEA, 2011:1)

Essa mesma publicação apresenta um pequeno histórico da Política Federal de Transporte Urbano desde a década de 1960 até os dias atuais. Ao longo dessas décadas, os autores enxergam quatro períodos distintos: 1) do início até meados dos anos 1960; 2) de meados da década de 1960 até meados da década de 1980; 3) de meados da década de 1980 até o fim da década de 1990; e 4) do fim da década de 1990 até os dias atuais. Em virtude do escopo deste trabalho, será dada mais atenção à última fase.
No primeiro período, a Política Federal de Transporte Urbana é caracterizada como "uma multiplicidade de iniciativas e ações desarticuladas aplicadas por diferentes setores do governo, sem diretrizes ou estratégias básicas de ação no meio urbano." (IPEA, 2011:16) É só a partir da segunda fase que o estudo identifica um esforço maior de construção de uma política nacional voltada para os transportes, com ativa participação federal. Nesse período, os autores destacam a criação, em 1965, do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes (GEIPOT) - que teria colocado pela primeira vez na história o transporte urbano no rol das preocupações do Governo Central - e a proposição da Lei nº 6.261/1975, que criava uma nova concepção institucional para o setor com o estabelecimento do Sistema Nacional de Transporte Urbano (SNTU), da Empresa Brasileira de Transporte Urbano (EBTU) e de um fundo setorial, o Fundo de Desenvolvimento dos Transportes Urbanos (FDTU), todos eles vinculados ao Ministério dos Transportes. (IPEA, 2011)
O terceiro período destacado teria sido marcado pela crise econômica internacional, observando-se um claro processo de desmobilização das políticas setoriais urbanas, com diminuição de recursos disponíveis. (IPEA, 2011)
São apontadas como exceções a esse processo de desmonte da política federal de transportes urbanos durante a década de 1980, entre outras coisas: a manutenção das atividades da GEIPOT até o ano de 2002 e a promulgação da Constituição Federal de 1988, contendo um capítulo específico sobre a política urbana, "estabelecendo as bases para a retomada de uma política federal mais consistente e de um marco legal mais adequado ao tratamento da questão urbana nacional a partir do fim dos anos 1990 e do início dos 2000." (IPEA, 2011: 17)
O quarto período é marcado pela retomada da estabilidade institucional da política urbana federal e pela utilização de uma nova abordagem no tratamento do transporte urbano que, de acordo com os autores está imbuída de uma "concepção de desenvolvimento urbano que se propõe mais integrada, sustentável e construída democraticamente." (IPEA, 2011: 17)
Para os autores, do período sem atuação federal sistemática no tratamento do transporte urbano resultara um cenário preocupante da mobilidade nas cidades brasileiras, com crescimento dos transportes individual e coletivo informal, queda da demanda pelos serviços de ônibus urbanos, sobrecarga do sistema viário das cidades e suas diversas consequências em termos de aumento dos congestionamentos e deterioração dos serviços de transporte coletivo (IPEA, 2011).

A esse cenário, o governo federal teria respondido com medidas visando a retomada da estabilidade institucional da política federal de transporte urbano, como por exemplo, a criação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano da Presidência da República (Sedu/PR) em 1999 e a criação, nessa secretaria, do Grupo Executivo de Transporte Urbano (GTrans) pela Portaria no 19, de 17 de maio de 2000 (IPEA, 2011).
Outros eventos são destacados pelos autores como parte desse processo de retomada de uma ação federal mais sistemática, como:

> i) a promulgação da Lei no 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) (...); ii) a criação em 2003 do Ministério das Cidades como novo órgão da Política Urbana Federal, no qual se insere a Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (SeMob); iii) o avanço do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como o principal órgão de financiamento do transporte público urbano no Brasil; iv) a criação do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (CONIT) pela Lei n 10.683/2003 e regulamentado posteriormente pelo Decreto no 6.550/2008; e v) a criação do Projeto de Lei (PL) nº 1.687, que busca instituir as diretrizes da política de mobilidade urbana. (IPEA, 2011:18)

Não se tratava mais, como nos anos 1990, de tratar, no âmbito federal, o transporte nas cidades enquanto uma questão fundamentalmente de infraestrutura viária. Nos documentos oficiais do governo federal passa-se a lidar com a mobilidade urbana enquanto função social e econômica essencial para o desenvolvimento urbano. (IPEA, 2011)
Essa abordagem da mobilidade urbana fica evidenciada, por exemplo, com as diretrizes gerais a Lei nº 12.587/2012, que já se encontravam no documento do Ministério das Cidades acerca da Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável. São algumas dessas diretrizes: acessibilidade universal; desenvolvimento sustentável; equidade no acesso ao transporte público coletivo; transparência e participação social no planejamento, controle e avaliação da política; segurança nos deslocamentos; justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes meios e serviços; equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros; prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado; integração da política de mobilidade com a de controle e uso do solo; a complementaridade e diversidade entre meios e serviços (intermodalidade); a mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e bens; o incentivo ao desenvolvimento tecnológico e ao uso de energias renováveis e não poluentes; a priorização de projetos de transporte coletivo estruturadores do território, entre outras. (IPEA, 2012)
A publicação do IPEA sobre a Lei nº 12.587/2012 ressalta que a formulação do projeto de lei pelo Ministério das Cidades envolveu diversas discussões com atores-chave do governo e da sociedade civil ligados ao setor, bem como a realização de seminários regionais, em caráter de audiência pública, em várias capitais brasileiras. (IPEA, 2012)
Esse pequeno histórico mostra avanços importantes no modo de se entender institucionalmente a questão da mobilidade no país. Ao menos no papel, nunca se teve uma visão tão voltada para a priorização do interesse público no que tange à mobilidade urbana.
Assim como o Estatuto da Cidade faz com relação à terra urbana, a Lei nº 12.587/2012 fornece segurança jurídica para que os municípios possam tomar medidas que diminuam as possibilidades de apropriação privada de equipamentos públicos que gerem prejuízos para a coletividade. E, assim como ocorre com outros temas de interesse público que são juridificados, abre a possibilidade para que eventuais as ações e investimentos do poder público possam ser contestados, caso eles venham a contrariar as diretrizes fixadas na lei, abrindo-se assim mais uma frente possível de mobilização e luta.
Como destaca o estudo do IPEA, a Lei nº 12.587/2012, ao definir como princípio da política a "justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços" e a "equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros", reconhece a existência de desigualdades tanto no uso do espaço público (vias e logradouros) como na externalização dos custos do uso dos diferentes modos de transportes

(entre o transporte público e individual motorizado, por exemplo) e cria ferramentas para diminuir essas desigualdades. (IPEA, 2012) Cria-se, dessa forma, respaldo jurídico para que municípios implantem políticas de taxação ou subsídio, no sentido de priorizar modos de transporte mais interessantes para a coletividade. Esses instrumentos estão listados no artigo 23 da Lei, sendo que os listados a seguir têm especial relevância para a discussão aqui proposta: i. restrição e controle de acesso e circulação, permanente ou temporário, de veículos motorizados em locais e horários predeterminados; ii. estipulação de padrões de emissão de poluentes para locais e horários determinados, podendo condicionar o acesso e a circulação aos espaços urbanos sob controle; iii. aplicação de tributos sobre modos e serviços de transporte urbano pela utilização da infraestrutura urbana, visando a desestimular o uso de determinados modos e serviços de mobilidade, vinculando-se a receita à aplicação exclusiva em infraestrutura urbana destinada ao transporte público coletivo e ao transporte não motorizado e no financiamento do subsídio público da tarifa de transporte público, na forma da lei; iv. dedicação de espaço exclusivo nas vias públicas para os serviços de transporte público coletivo e modos de transporte não motorizados; v. estabelecimento da política de estacionamentos de uso público e privado, com e sem pagamento pela sua utilização, como parte integrante da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Cabe destaque aos incisos iii e iv, uma vez que têm o potencial de desestimular o transporte individual e liberar as vias públicas para um tipo de tráfego que serve melhor a uma parcela maior da população, diminuindo o congestionamento e não penalizando aqueles que não fazem uso do carro particular. Pode-se dizer que a determinação da aplicação exclusiva do recurso gerado pelas taxas ao transporte público coletivo, tanto na infraestrutura quanto no subsídio à tarifa de transporte público, configura-se como instrumento de tributação redistributiva. O documento do IPEA destaca que

> a experiência internacional (Londres e Estocolmo são os principais exemplos) tem mostrado a efetividade da aplicação desse tipo de instrumento, perfazendo uma medida redistributiva, dado que os motoristas de maior renda, proprietários dos automóveis, estariam subsidiando a oferta do serviço utilizado por aqueles que não poderiam, em tese, pagar pelo uso da via privadamente. (IPEA, 2012:8)

A referida lei também avança na exigência de transparência no que se refere ao subsídio ao transporte público, uma vez que demanda que qualquer subsídio deve ser definido em contrato, com base em critérios transparentes e objetivos de produtividade e eficiência, especificando, minimamente, o objetivo, a fonte, a periodicidade e o beneficiário.

A participação da sociedade civil na gestão e planejamento dos serviços também é contemplada pela Lei nº 12.587/2012 no artigo 15, que cria instrumentos de interlocução com o poder público, como órgãos colegiados, ouvidorias, audiências e consultas públicas.

Em suma, essa lei, ao criar instrumentos de estímulo ao transporte coletivo e a formas alternativas de deslocamento, abre caminho para um uso mais democrático do espaço público, ampliando o direito à mobilidade, com toda a externalidade positiva que isso traz. Além disso, amplia os canais de participação da sociedade civil na determinação dos rumos a serem tomados pela cidades. Melhorar as condições de mobilidade urbana é melhorar o acesso a cidade, é permitir ao sujeito participar mais ativamente da vida econômica e política da cidade. Amplia-se, assim, seu direito à cidade.

As lacunas apontadas pelo IPEA - a falta de especificação das fontes de financiamento dos benefícios dirigidos a determinadas categorias de usuários, como estudantes e idosos, a ausência de mecanismos permanentes de financiamento da infraestrutura de transporte urbano, a não regulamentação do transporte urbano em cidades históricas e a omissão quanto às condições de acesso a fundos, empréstimos e financiamentos para aquisição e renovação de frotas - são, no entanto, entraves sérios à efetivação dos princípios apontados na Lei nº 12.587/2012.

5. Considerações finais

Assim como ocorre com muitas leis que definem parâmetros gerais para a criação e implantação de políticas públicas, a materialização da Lei nº 12.587/2012 dependerá de muita vontade política e pressão da sociedade. De forma semelhante ao Estatuto da Cidade, a lei que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana não traz de forma clara a forma como realizar as mudanças desejadas, trazendo apenas uma série de diretrizes e instrumentos norteadores. A utilização ou não desses instrumentos e a forma de sua aplicação vai depender de embates políticos entre atores diversos e da força de cada um deles em distintos contextos.

Ainda assim, não se pode negar a importância desse tipo de legislação. Se, por um lado, o cumprimento das diretrizes presentes na Lei nº 12.587/2012 **não são de fácil e simples materialização, dependendo de diversas regulamentações, disputa e vontade políticas, por outro, as disposições contidas nesse documento legal podem funcionar como discurso poderoso – e socialmente aceito como legítimo – na luta contra ações que atentem contra o interesse público no âmbito da política** de mobilidade. Quando as possibilidades se esgotam no Executivo e no Legislativo, ainda **é possível** recorrer ao Judiciário/Ministério Público para garantir o cumprimento dos princípios da Constituição Federal e do Estatuto da Cidade. Há de se ressaltar ainda que a obrigação de elaborar um Plano de Mobilidade Urbana de forma participativa enseja um processo de reflexão sobre a cidade, envolvendo e articulando atores, o que pode estimular a construção democrática dos rumos da cidade. A referida lei tem, assim, o potencial de produzir avanços importantes no direito à cidade.

O Estatuto da Cidade e Lei nº 12.587/2012 **são dois documentos legais frutos de grande mobilizaçã**o de setores da sociedade civil que seguem buscando por dentro e por fora do Estado formas de melhorar as condições de vida na cidade e de ampliar o debate público sobre os rumos da cidade. Ambas as leis, no entanto, falham em proteger a rua como espaço de convivência, a ser protegido e sua ocupação estimulada. Para isso talvez seja necessário ir além dos limites estabelecidos hoje enquanto política urbana - aquilo que se encontra estipulado, por exemplo, nas leis analisadas neste trabalho e na Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Parece fundamental, nesse sentido, trazer à baila a discussão sobre a segurança pública. Mas isso é tema para escritos futuros.

Referências Bibliográficas

BASSUL, J. R. (2002) "Reforma urbana e Estatuto da Cidade". *Eure*, 28 (84). Disponível em http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612002008400008&lng=es&nrm=iso, [consultado em 14-12-2014].

BRASIL, Lei n° 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

BRASIL, Lei n° 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nos 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nos 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.

CARVALHO, A. P. (2012) *Estatuto da Cidade e juridificação da reforma urbana no Brasil.* Tese de Doutoramento, Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CARVALHO, D. (2008) *Mobilidade urbana e cidadania no Distrito Federal: um estudo do Programa Brasília Integrada*. Dissertação de Mestrado, Brasília: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília.

FERNANDES, E. (2007) "Constructing the 'right to the city' in Brazil". *Social & Legal Studies,* 16 (2), pp. 201–219.

FERNANDES, E. (2010) "O Estatuto da Cidade e a ordem jurídico-urbanística". In CARVALHO, C. S., ROSSBACH, A. (eds.). *O Estatuto da Cidade: comentado (The City Statute of Brazil: a commentary)*. São Paulo: Ministério das Cidades /Aliança das Cidades, pp. 55-71.

GOMIDE, A. (2006) "Mobilidade urbana, iniquidade e políticas sociais". *Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise*, 12, pp. 242–250.

IPEA. *Comunicados do IPEA nº 94*, 2011.

IPEA. *Comunicados do IPEA nº 128*, 2012.

LEFEBVRE, H. (1969) *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. (2004) *Cadernos MCidades Mobilidade Urbana*.

PLYUSHTEVA, A. (2009) "The right to the city and the struggles over public citizenship: exploring the links". *The Urban Reinventors Paper Series*. Disponível em http://www.urbanreinventors.net/3/plyushteva/plyushteva-urbanreinventors.pdf [consultado em 14-12-2014]

ROLNIK, R. (1997) "Planejamento urbano nos anos 90: novas perspectivas para velhos temas". In: RIBEIRO, L. C. de Q., SANTOS JÚNIOR, O. A. dos (eds.). *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SOUZA, B. Transporte público é prioridade? Pois veja estes números. **Revista Exame**, 29 jul. 2014.

SUNDFELD, C. A. (2003) "O Estatuto da Cidade e suas Diretrizes Gerais". In DALLARI, A. A., FERRAZ, S. (eds.) *Estatuto da Cidade (Comentários à Lei Federal 10.257/2001),* São Paulo: Malheiros, pp. 52-63.

TRINDADE, T. (2012) "Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade". *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (87). Disponível em «http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452012000300007&lng=en&nrm=iso, [consultado em 14-12-2014].

VASCONCELLOS, E. O transporte urbano no Brasil. **Le Monde Diplomatique**, 23 jul. 2012.

"Estigmatização via 'Cultura de Pobreza' ou 'Ideologia de Dominação'?"

Moisés de Freitas Cunha
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Faculdade de Ciências Sociais
Programa de Estudos Pós-Graduados de Ciências Sociais PUC-SP
Linha de Pesquisa: Dinâmica Urbano-Regional, Planejamento e Políticas Públicas
moises.freitass@gmail.com

Resumo da Comunicação: Considerando o histórico citadino de Angola, Brasil, Portugal, etc, esta "COMUNICAÇÃO" visa propor categoria analítica para melhor investigar e propor alternativas na Gestão Urbana, Modos de Vida, Produção de Mobilidades e Representações Múltiplas sobre Fronteiras Espaciais.
Propõe-se analisar como a presença de "outsiders" *(Elias e Scotson, 2000)* pode influenciar e impactar decisões de "estabelecidos" quanto a aquisição e ou manutenção de propriedades imobiliárias, resultando na (des)valorização monetária de empreendimentos habitacionais; Propõe também a análise das atitudes de pessoas vistas como "outsiders", quanto a estigmas ("*Culture of Poverty*") e ideologias de dominação "*...racial segregation as essential to the maintenance of racial supremacy..." (Harris, 2003)* como aqueles impostos a partir da segunda metade do século XIX, nos termos de Elias, Goffman e Lewis; Visa-se também testar a análise do "Thomas Theorem" como possível eixo explicativo na compreensão de fontes de estigma, do preconceito contra pessoas vistas como "outsiders" nas cidades atuais.

Palavras-chave: Alteridade; Vizinhanças; Segregação; Decadência; Revitalização; Gentrificação; Urbano.

Biografia: Moisés de Freitas Cunha, brasileiro, casado, nascido em 08/07/1967 em São Paulo, é filho de Irene de Freitas Cunha e Antônio Paula da Cunha que emigraram de Minas Gerais nos anos 60. Moisés iniciou sua vida acadêmica em 1988 na Escola Superior de Propaganda e Marketing almejando ser um executivo afro-brasileiro de sucesso. Somado aos estudos, era também ativista social junto ao Movimento Social Negro. Concluiu a graduação em 1993, e somado aos enfrentamentos de racismo no mercado de trabalho, decidiu iniciar Mestrado em Ciências Econômicas em 94, buscando alternativas de superação ao racismo por parte dos negros brasileiros.

1. Introdução

> "... e ainda não se aprendeu a lição de que, num mundo cada vez mais interdependente, a dominação de um setor da humanidade sobre os outros está fadada a ter um efeito de bumerangue …"
> (Elias et al, 2000, p.34)

"*Estabelecer uma tarefa impossível significa não amar o futuro, mas desvalorizar o presente*" (Bauman, 1999: 19), neste sentido, ao buscar formas de analisar, refletir e, se possível, propor alternativas para a "solução" de várias situações-problema que impactam o cotidiano nas cidades modernas, mundo afora, pretende-se de forma planejada não ignorar as várias causas de problemas urbanos, mas sabendo das várias "restrições orçamentárias", fazer o que pode ser feito com o que se tem em mãos para a propositura de categorias analíticas para melhor investigar e propor alternativas na Gestão Urbana, Modos de Vida, Produção de Mobilidades e Representações Múltiplas sobre Fronteiras Espaciais.
As cidades modernas, como sabemos, são repletas de "conflitos de classes, conflito entre capitais, frações dentro da mesma classe, ... , criminalidade, rupturas da família e o vício da droga" ... "pobreza, desemprego, ra-

cismo, moradia abaixo do padrão, desnutrição, crimes violentos, desintegração da família, assistência médica e educacional inadequada", (Gottdiener, 1997: 55;78), ou ainda nos termos de Park (1925): *"...A organização da cidade, o caráter do meio urbano e da disciplina por ele imposta são em última análise determinados pelo tamanho da população, sua concentração e distribuição dentro da área citadina. Por esse motivo, é importante estudar o crescimento das cidades,* ***comparar as idiossincrasias na distribuição das populações citadinas****. Portanto, algumas das primeiras coisas que queremos saber a respeito da cidade são: ... Como a* ***distribuição da população*** *dentro da área citadina é afetada por: a) interesse econômico, isto é, valor da terra?; b)* ***por interesse*** *sentimental,* ***raça****, vocação, etc.? ..."*. A Escola de Chicago, com sua característica descritiva, foi uma das primeiras escolas a identificar um processo urbano chamado de "Sucessão"[1], e somado às características das abordagens marxianas, explicativas, entre outras, acredita-se poder propor algo a mais para as já existentes categorias analíticas.

Gottdiener classifica o pensamento marxista para abordagens aplicadas à análise urbana como fecundas, porém "devem ser avaliadas por um exame acurado das questões que suscitam, dos problemas que levantam e das respostas que fornecem", (Gottdiener, 1997: 79). O mesmo autor ainda diz que "...em contraste com a afirmação de Marx e a visão dos marxistas que se seguiram a ele, é demasiado simplista postular uma correspondência direta entre um modo de produção e uma forma específica do espaço de assentamento." (Gottdiener, 1997: 79). Considerando as observações e autores acima, acredito que lidamos, na maioria das vezes, com situações de grau, que dificilmente são apenas binárias, ou seja, são situações complexas que exigem modelos e análises complexas para possíveis respostas aos questionamentos feitos. Neste sentido, a presente comunicação seguirá a linha de raciocínio adotada pelo pesquisador no seu projeto de dissertação de mestrado, qual seja: utilizar a abordagem feita por Norbert Elias em "Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade" como pano de fundo, e somar com os conceitos de "Cultura de Pobreza" e "Ideologia de dominação"[2] como possível gatilho, indutor ideológico de segregações e posteriormente pobreza e degradação de vizinhanças, entre outros conceitos, categorias e/ou hipóteses da referida pesquisa.

2. Apresentação

> "A segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros. Segue a mesma dialética do escravo e do senhor."
> (Villaça, 2001, p.148)

Tendo como noção nuclear que a cidade capitalista é definida como "...aglomerações urbanas resultantes da divisão social e territorial do trabalho do processo de acumulação capitalista" *(Véras, 2000, p.50)*, somado à conceituação de produção do espaço urbano "...o espaço social, o espaço urbano é socialmente produzido ... é produto produzido pelo trabalho humano..." *(Villaça, 2011, p.37)* auxilia o autor deste projeto a afirmar que o pecado original, da acumulação primitiva do capital e seus desdobramentos, já ocorreu e não há como desfazê-lo. "...nenhum aspecto da sociedade brasileira poderá ser jamais explicado/compreendido se não for considerado a enorme desigualdade econômica e de poder político que ocorre em nossa sociedade. O maior problema do Brasil não é a pobreza, mas a desigualdade e a injustiça à ela associada. Desigualdade econômica e desigualdade de poder político." *(Villaça, idem, ibidem)*.

---

1 "...Os processos ecológicos de invasão e sucessão são ilustrados quando um setor particular de uma grande cidade, que num momento é de residência de pessoas brancas de classe média, é gradualmente "invadido" por negros, que compram as propriedades; os brancos, dentro de um intervalo de uns poucos anos, mudam-se, deixando a área exclusivamente para os negros..." (Bowdery, 1951)

2 "...racial segregation as essential to the maintenance of racial supremacy..." (Harris, 2003: 75).

Cientes de que há uma multicausalidade para a segregação espacial (habitação/moradia e/ou trabalho), porém também cientes das dificuldades epistemológicas na descoberta do real, sabemos que sem definir um modelo perfeito para analisar e propor alternativas para situações-problema e/ou externalidades negativas na urbe, vista como resultado da acumulação de capital, mas também como relações simbólicas, culturais, sociais, econômicas ou étnicas, como no caso de "Estabelecidos e Outsiders" *(Elias e Scotson, 2000)*, dificilmente ter-se-á amplo e necessário entendimento da questão. Dessa forma, segregação, degradação urbanas não podem ser vistas apenas como resultantes de fatores econômicos, mas exigem lentes multifacetadas para sua compreensão.
As cidades capitalistas estruturam-se mediante regras do mercado imobiliário, deixando os espaços menos valorizados para os segmentos populacionais de menor renda. Essa diretriz econômica se soma a efeitos culturais e simbólicos no que tange à valorização do espaço. A regulação dos preços e valores do espaço se dá também pela lógica da mercantilização universal do simbolismo que se dirige a diferentes grupos e estratos sociais.
A expulsão dos mais pobres das regiões melhor servidas de infraestrutura e equipamentos, é acompanhada também da saída dos que se consideram classe média/alta quando da presença de estratos sociais desvalorizados, desprestigiados.
A cidade de São Paulo na segunda metade do século XIX, berço da cultura e economia cafeeira, recebe um fluxo imigratório europeu de enorme monta, o que ajuda a aumentar sua população de aproximadamente 40.000 habitantes para 260.000 e 580.00 entre 1886, 1900 e 1920. Estes fatos fomentam e ao mesmo tempo formam um processo imobiliário com forte expansão urbana e uma hipervalorização de glebas, terrenos e prédios *(Bonduki, 94)*. "Se a indústria paulista não nasceu do café, pelo menos cresceu se alimentado das transformações geradas pela economia cafeeira" *(Rolnik, 81, p.17)*. Embora a nota de nº 31 do referido trecho mencione haver certa controvérsia sobre tal afirmação, não há desmentido algum.
As desigualdades herdadas dos 4 séculos de escravização dos africanos e seus descendentes são mantidas e até ampliadas com as novas formas de trabalho (livre e capitalista) que, "coincidentemente", é reservado aos imigrantes europeus[3].
Raquel Rolnik em sua dissertação de mestrado "Cada um no seu lugar! defendida em 1981 na FAU-USP, relata o seguinte: "A velha sociedade não podia produzir o novo trabalhador, teve que importa-lo" [...] "...o regime do colonato empregando imigrantes, sobretudo italianos, que se apresentou como 'solução' para a questão da mão de obra. Por uma razão histórica concreta, a mão de obra que seria utilizada não poderia ser (e não foi) nem o negro escravo recém-liberto nem os mulatos, pardos, mamelucos, índios e brancos, 'ralé' que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos." *(Rolnik, 1981, p.09)*.
O capítulo 1 "Topografia", item B "Negro não, caipira não", ainda traz várias justificativas para a não contratação dos recém-libertos, entre outros excluídos. Verdadeiras ou não, justificadas ou não, a não inclusão do ex-escravizado somado ao processo de industrialização que ocorre na cidade de São Paulo, ajudam a criar e manter ilhas de prosperidades de um lado e bolsões de miséria de outro, que foram se ampliando ao longo do século XX e chegam aos dias atuais.
A região do Belém ou Belenzinho é citada diversas vezes pela dissertação acima mencionada, como parte dos processos políticos que demonstravam uma cidade em ebulição e transformação. "Cidade curto circuito, São Paulo da Primeira República foi espaço permanente de tensão, que percorria cotidianamente o corpo da cidade e que explodia, aqui e ali, em revolta." *(Rolnik, 1981, p.37)*. Num curto espaço de tempo, a região em questão passou a fazer parte do chamado "modelo periferia desequipada", tendo a rede de água e esgoto, entre outros itens formadores da infraestrutura da capital, "migrado para os 'Jardins' da City e adjacências, território dos patrões." *(Rolnik, 1981, p.37)*.
Á medida que os antigos moradores das regiões do Brás, Mooca, Pary, Belém/Belenzinho "subiam as colinas

---

3 O proponente desta pesquisa chama atenção para o conceito "Cumulative Advantage" desenvolvido por Robert King Merton como ferramental a entender as disparidades socioeconômicas entre "branquíssimos" e "brancos" & "não-brancos" e/ou "negros", nos termos da Psicóloga Social, Profª Drª Lia Vainer Schucman, parte da bibliografia desta pesquisa. Segundo esta fonte, são branquíssimos os descendentes de europeus (alemães, poloneses judeus ou cristãos, enfim loiros de olhos claros); brancos, descendentes de latinos europeus (italianos, espanhóis) e encardidos (parte dos portugueses, árabes, sírios, libaneses e alguns migrantes nacionais).

e migravam para o nobre oeste dos jardins", a região se deteriorava ainda mais, deixando para trás as "Vilas Operárias", até então moradia para funcionários qualificados das fábricas das regiões, que entram em processo de degradação física. As indústrias e fábricas se foram para nunca mais voltarem.

Somente no início dos anos 2000, com o lançamento de um empreendimento imobiliário da Inpar/Itaplan[4] batizado de "Projeto Viver Belém, na Avenida Celso Garcia, 1907, próximo à antiga "Febém do Tatuapé", é que os ares da região começam a mudar, e inicia-se um certo processo de revitalização.

Entre os anos de 2002 e 2009 foram entregues 28 torres com 16 andares cada, e 4 apartamentos por andar, perfazendo um total de 1792 unidades habitacionais. Há aproximadamente 7000 pessoas neste empreendimento imobiliário.

Por meio de observação pessoal do proponente desta pesquisa e morador do referido empreendimento imobiliário desde 2003, constata-se que nos primeiros anos de moradia (2003-2006, aproximadamente) a maioria dos moradores tinha aparência física de descendentes de imigrantes europeus e "coincidentemente" ou não, notava-se determinado padrão comportamental. Com o passar dos anos, nota-se a presença de novos moradores, entre os quais, pessoas que não possuíam a citada aparência física, e "coincidentemente" ou não, o "determinado padrão comportamental" altera-se, tendo decrescido, aos olhos do observador/pesquisador e de outros moradores. "Coincidentemente" ou não, passa-se a ouvir comentários de outros moradores sobre a "queda", "piora" do nível do referido condomínio, como também a retirada voluntária de alguns antigos moradores com aparência de descendentes de imigrantes europeus.

Terá sido tal saída voluntária um processo de "sucessão", nos termos de Park (1925)? Se sim, por quê? Quais teriam sido as "verdadeiras" causas? Poder-se-ia aplicar neste caso a afirmação: *"...racial segregation as essential to the maintenance of racial supremacy..." (Harris, 2003),* ou tratou-se apenas de pessoas que queriam proteger seu patrimônio, seu investimento em propriedade imobiliária? Estaria envolvido nesta questão um medo de possível desvalorização resultado de preconceitos, estigmas criados artificialmente por "estabelecidos" nos moldes do *"self-fulfilling prophecy"*[5] *(Merton, 1948),* onde o mal previsto acaba acontecendo? Como cunhou William Thomas , seguido por Robert Merton*: "If men define situations as real, they are real in their consequences"*, "definição de situação", "Teorema de Thomas", respectivamente.

Os processos de invasão e sucessão são descritos quando habitantes de uma específica "vizinhança" de uma grande cidade, que num momento é de residência de um determinado grupo étnico ("estabelecido"), é paulatinamente "invadido" por pessoas de outro(s) grupo(s) étnico(s) ("outsiders"), que compram as propriedades; os moradores antigos, num espaço de poucos anos, mudam-se, deixando a área para os recém chegados *(Bowdery, 1951)*. Em termos mais simples, "quando a elite sai, a pobreza toma conta" *(Villaça).* Dessa forma tanto a "Escola de Chicago" (Park, Burgess e Thomas) quanto a abordagem Marxiana (Villaça, Véras), convergem para a noção de degradação urbana implicar na saída das elites e sua substituição por moradores da pobreza/grupos étnicos estigmatizados.

---

4 Construtora InPar – InPar Incorporações e Participações Ltda & Vendas ITAPLAN.

5 A **self-fulfilling prophecy** is a prediction that directly or indirectly causes itself to become true, by the very terms of the prophecy itself, due to positive feedback between belief and behavior. Although examples of such prophecies can be found in literature as far back as ancient Greece and ancient India, it is 20th-century sociologist Robert K. Merton who is credited with coining the expression «self-fulfilling prophecy» and formalizing its structure and consequences. In his 1948 article *Self-Fulfilling Prophecy*, Merton defines it in the following terms:

The self-fulfilling prophecy is, in the beginning, a *false* definition of the situation evoking a new behaviour which makes the original false conception come *true*. This specious validity of the self-fulfilling prophecy perpetuates a reign of error. For the prophet will cite the actual course of events as proof that he was right from the very beginning.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Self-fulfilling_prophecy#cite_note-SFP-48-1 – consultado em 18/05/14.

3. Justificativa da seleção do problema

> "Antes que dois brasileiros decidam como vão se comportar em relação um ao outro, eles precisam saber mais do que o fato de que um tem a pele negra e o outro a pele clara..."
> (Dávila, 2005, p.45)

A cidade moderna, capitalista por essência, "reservou" os melhores espaços urbanos, como também a acumulação de capital para determinados segmentos sociais, que podem também ser identificados etnicamente. A análise marxista ou marxiana do espaço urbano nos propicia fazer parte desta constatação inicial e prosseguir nessas análises explicativas. A única variável não comtemplada nas abordagens marxianas clássicas, embora realizada por alguns marxistas brasileiros, é a competição entre grupos raciais ou étnicos, independente da variável renda, e é por isso que o proponente desta pesquisa lança mão de algumas hipóteses da "Escola de Chicago", ciente que a mesma é descritiva, ou seja, não dá conta de análises e explicações em profundidade.
"Estudos dos processos de imigração, das heranças culturais, os estudos étnicos e das relações inter-étnicas, os de segregação e assimilação de imigrantes no contexto da cidade moderna no âmbito das ciências sociais nos Estados Unidos..." (Eufrásio, 1999) são características da formação da Escola Sociológica de Chicago.
"...Os processos ecológicos de invasão e sucessão são ilustrados quando um setor particular de uma grande cidade, que num momento é de residência de pessoas brancas de classe média, é gradualmente 'invadido' por negros, que compram as propriedades; os brancos, dentro de um intervalo de uns poucos anos, mudam-se, deixando a área exclusivamente para os negros..." (Bowdery, 1951). Vários estudiosos da referida "Escola" chamam tal processo de "sucessão". É um dos últimos processos estudados pela Ecologia Humana. "Competição", "Segregação", "Dominância", "Invasão" são outros, os quais impactam nos valores do uso do solo.
Entender melhor o processo de "sucessão" e como ele impacta ou determina processos de deterioração e degradação urbanas é uma das hipóteses deste estudo.
Algumas abordagens, ferramentas propostas por William Thomas e mais tarde desenvolvidas por Robert Merton, a saber: "Definição de Situação" e/ou "Teorema de Thomas" somam-se às hipóteses levantadas na presente pesquisa, quais sejam: Estigmatização via "Cultura de Pobreza" ou "Ideologia da Dominação"?
Portanto, os processos de "invasão", "sucessão", "estigmatização", são conceitos que compõem a categoria de "dominação", "segregação", que podem levar a processos de deterioração e degradação urbanas (físicas e humanas). Todos eles ajudam na construção das hipóteses levantadas neste projeto.
Robert Park , da "Escola de Chicago", faz a seguinte análise da cidade moderna, em "A Cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano":
"...A organização da cidade, o caráter do meio urbano e da disciplina por ele imposta são em última análise determinados pelo tamanho da população, sua concentração e distribuição dentro da área citadina. Por esse motivo, é importante estudar o crescimento das cidades, comparar as idiossincrasias na distribuição das populações citadinas. Portanto, algumas das primeiras coisas que queremos saber a respeito da cidade são: ... Como a distribuição da população dentro da área citadina é afetada por: a) interesse econômico, isto é, valor da terra?; b) por interesse sentimental, raça, vocação, etc.? ..." (Park, 1925).
Portanto, em função das características da sociedade brasileira, e por sua vez a Metrópole de São Paulo, uma cidade global, herdeira do período colonial, imperial e escravocrata, propõe-se um estudo, que combine, tanto à luz de algumas referências teóricas da "Escola de Chicago", quanto para a análise da segregação racial, uma abordagem crítica e propositiva da situação de citadinos de origem afrodescendente e/ou não-branca na Cidade Global São Paulo.

Como também destacou Holanda (1963) os cidadãos brasileiros já nasceram com a marca da subalternidade. Tal característica compõe a formação da sociedade brasileira, tanto rural quanto urbana : "...Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos...cujos reflexos não se apagaram ainda hoje..."; [...] "...1888 representa o marco divisório entre duas épocas; em nossa evolução nacional, essa data assume significado singular e incomparável – a abolição: marco divisório entre 2 épocas (incompatibilidade

do trabalho escravo com a civilização burguesa e o capitalismo moderno) - ...”; [...] “...o estado de coisas que caracteriza a nossa vila colonial desde os seus primeiros tempos. A pujança dos domínios rurais, comparada à mesquinhez urbana...”; [...] “...todas as forças econômicas do país para lhe desfrutarem, sem maior trabalho, os benefícios...”; [...] “...esplendor rural e a miséria urbana...”; [...] “...a obra realizada no Brasil pelos portugueses teve um caráter mais acentuado na feitorização do que colonização...”; [...] “...à medida em que subiam na escala social, as camadas populares deixavam de ser portadoras de sua primitiva mentalidade de classe para aderirem à dos antigos grupos dominantes...”; [...] “...a ordem que aceita não é a que compõem os homens com trabalho, mas a que fazem com desleixo e certa liberdade; ***a ordem do semeador, não a do ladrilhador***...” *(Holanda, 1963, pp.3-127 passim).*

Aos olhos do proponente desta pesquisa, um homem brasileiro de origem africana de 47 anos, a sociedade brasileira e vários elementos que a compõem naturalizam e romantizam a escravização de grupos africanos no Brasil, neste sentido não analisando de forma propositiva os efeitos maléficos que quase 4 séculos de escravização, mais 1 século de perseguição e estigmatização exercem ainda hoje sobre os afro-brasileiros, entre outros grupos culturais e/ou étnicos que compõem as várias realidades citadinas atuais no território brasileiro.

Ao exposto até agora, adiciona-se a ambivalência que toma conta, também, do cotidiano não-branco brasileiro, com mais ênfase nos segmentos afrodescendentes, como também uma pressuposta dificuldade de assimilar os novos mores de uma sociedade ‘moderna’, *que frequentemente muda as regras do jogo, sem prévio aviso*[6], dificultando ainda mais a integração e inclusão de grupos ‘não-brancos’.

De que modo os membros de um grupo mantêm entre si a crença em que são não apenas mais poderosos, mas também seres humanos melhores do que os de outro? Que meios utilizam eles para impor a crença em sua superioridade humana aos que são menos poderosos? (Elias, 2000, p.20). O trecho acima compõe o conceito “Estabelecidos e Outsiders”, que de forma bastante simplista, é uma forma de estigmatizar outros grupos ou pessoas, com o intuito de manutenção de poder e privilégio.

O crescimento das cidades[7] no Brasil, a partir de 1888, tem se dado de forma excludente para os não-brancos. Segundo Lia Schucman (2012) que pesquisou “branquitude”[8] na cidade de São Paulo, “há processos operados pelo viés racial na constituição de sujeitos enquanto brancos, e a ideia de raça e valores da branquitude diferenciam e hierarquizam internamente o grupo de brancos na sociedade paulistana e/ou brasileira”. A pesquisa identificou os termos “encardidos”, “brancos” e “branquíssimos” como componentes da branquitude paulistana, que estabelece hierarquia e poder.

Essa situação urbana produziu e manteve distorções sociais, econômicas e educacionais que impedem o pleno desenvolvimento sustentável[9] nacional. Esta análise inicial é ainda referendada pela seguinte citação: *“A tragédia urbana brasileira não é produto das décadas perdidas, portanto. Tem suas raízes muito firmes em cinco séculos de formação da sociedade brasileira, em especial a partir da privatização da terra (1850) e da emergência do trabalho livre (1888)”. (Maricato, 2001, p.23)*

Esse processo excludente, seja ele tácito ou ‘planejado’, tem gerado uma série de situações-problema nas áreas de moradia/habitação, saúde, educação, emprego/geração de renda (desenvolvimento econômico), segurança pública, entre tantas outras, que precisam e devem ser identificadas de forma sistematizada[10], a fim de se garantir o direito à cidade[11] para um número maior de pessoas.

---

6 Parafraseando Zygmunt Bauman em “Modernidade e Ambivalência” p.81, cap.:2 – “A construção social da ambivalência”.

7 Cf. “O Crescimento da Cidade: Introdução a um Projeto de Pesquisa”, de Burgess, Ernest W.

8 Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana, 2012, Instituto de Psicologia da USP.

9 Conforme tripé: Justiça Social, Crescimento Econômico e Proteção Ambiental.

10 Cf. “A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos”, de Maricato, E e Arantes, O. , onde o seguinte é afirmado: “...o planejamento urbano é necessário para assegurar justiça social e a reposição dos pressupostos ambientais naturais para o assentamento humano. Não há como vislumbrar um futuro melhor para as cidades brasileiras sem planejamento...”.

11 Cf. Le Droit à la Ville, de Lefebvre, Henri.

A proposta inicial desta pesquisa é, de forma crítica, lançar mão de algumas hipóteses levantadas por alguns integrantes da "Escola de Chicago" para analisar fatores psicossociais impactantes e/ou definidores nos processos de manutenção, decadência e/ou revitalização de "vizinhanças" no bairro do Belém, na cidade de São Paulo, especificamente quanto à moradia/habitação, empreendimentos imobiliários e desenvolvimento econômico, a partir da seguinte afirmação, hipótese: "*...racial segregation as essential to the maintenance of racial supremacy...*" *(Harris, 2003, pp.75-76).*

4. Quadro Teórico de Referências

> "... As pessoas que têm emprego não gostam de perdê-lo; aqueles que estão habituados a determinadas especialidades não recebem de bom grado uma mudança; aqueles que se habituaram a exercer determinado tipo de poder mão gostam de ceder o seu controle..." (Hempel, 1942)

"São Paulo concentra as polaridades das cidades mundiais, apresentando processos contraditórios que abrangem desde as conhecidas tendências à desconcentração metropolitana, à diminuição do número de indústrias e terceirização (em especial com expansão do setor de serviços, telecomunicações e informática) até as crescentes exclusão e miséria sociais, o aumento do desemprego, a informatização e terceirização e a configuração espacial desses processos: periferias desequipadas, crise de moradia popular (favelas, cortiços, casas precárias, homeless), condomínios fechados para estratos de renda alta e média e seu contraponto comercial: os shopping centers. Na desigualdade do espaço estão zonas de deterioração em contraste com áreas de "renovação" urbana e a distribuição diferenciada de ocorrências de chacinas, risco à violência, discriminação, além de cenários de devastação ecológica. A questão da configuração de territórios ganha destaque e são exigidos para sua análise ..." (Véras, 1999, p.197). Este trecho corrobora a necessidade de entender o espaço citadino como multivariável e multicausal, pois várias das situações-problema são de grau e não binária. Portanto, dada à natureza da investigação cujo objeto refere-se ao universo simbólico, aos ideários, mesmo recorrendo ao arsenal teórico de Sociologia Urbana, incluindo as referências "marxianas", recorre-se parcialmente ao aporte da "Escola de Chicago" com o intuito de avaliar, mensurar algumas afirmações e conceitos mencionados no item anterior, e propõe-se como universo delimitado um condomínio e sua "vizinhança", no bairro Belém/Belenzinho, na zona leste da cidade de São Paulo, que apresente características de decadência, degradação urbanas e/ou "gentrificação".

O recorte empírico de investigação inicial da pesquisa e do problema sociológico proposto é feito mediante a escolha de alguns conceitos de alguns pesquisadores, sociólogos ligados à "Escola de Chicago", como também a continuidade e/ou desdobramentos ao longo do século XX até nossos dias, somado á análise marxiana da cidade, abordagem esta explicativa, em contraposição ao caráter descritivo da "Escola de Chicago".

Os conceitos de "alteridade", "segregação", "pobreza", "degradação" "etnia" "cultura de pobreza e/ou culpabilização da vítima" e "estigma" serão itens principais do referencial teórico desta pesquisa e, Maura Véras, Flávio Villaça, Milton Santos, Antônio Flávio Pierucci, Norbert Elias, Oscar Lewis, William Ryan e Erving Goffman serão autores centrais no seu desenvolvimento/construção. Vejamos a seguir:

- Caráter ou estado do que é diferente; que é outro; que se opõe a identidade. Esta é a definição básica de "Alteridade", um substantivo feminino. Do Latim, outro. A produção do "outro". Processos de constituição do "outro". A alteridade se dá em diferentes gradações e matizes, contudo, "em muitas hipóteses, o que é considerado como *outro* é apenas a projeção do *eu*. A passagem do *eu* ao próximo, como uma alteridade de dentro e de fora, pode ser simplificada como a constituição da gradação do mesmo ao diferente, do próximo para o distante e do distante para o alter. Nessa transferência pretende-se '[...] atribuir ao outro algo que dê sentido ao que é ressentido sem ser percebido *(Jodelet, 1998, p.52)*'. Assim, também há o estágio da alteridade longínqua (o exótico) e a radical, como o racismo..." *(Véras, 2012, p.64).*

- Considerando a conceituação de alteridade, ou seja, a produção do outro, que, guardada as proporções, é sempre feita a partir do ponto de vista e/ou interesses dos "Estabelecidos" *(Elias e Scotson, 2000),* insere-se a conceituação de "Estigma" (*Goffman, 1988)*. Tal termo foi primeiramente cunhado pelos Gregos para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava, carregava, portava. *(Goffman, 1988, p.11)*. Segundo Goffman, as pessoas são categorizadas por meios estabelecidos pela sociedade, pelos seus ambientes sociais, e são 3 (três) os tipos: (1) abominações do corpo; (2) culpas de caráter individual; (3) estigmas tribais de raça, nação, religião *(Goffman, 1988, p.14).* À medida que as sociedades em seus ambientes sociais e/ou grupos de "Estabelecidos" *(Elias, 2000)* produzem os "outros", outorgam-lhes marcas, estigmas como "Outsiders", "cultuadores de pobreza", etnicamente inferiores, etc..., como formas de dominação, hierarquização, e para tanto criam assimetrias simbólicas e/ou físicas.
- De que modo os membros de um grupo mantêm entre si a crença em que são não apenas poderosos, mas também seres humanos do que os de outro? Que meios utilizam eles para impor a crença em sua superioridade humana aos que são menos poderosos? (Elias, 2000, p.20) pode ser visto como síntese inicial para o entendimento do conceito de "Os Estabelecidos e Os Outsiders" trabalho que descreve uma comunidade de periferia urbana, apresentada em livro homônimo de Norbert Elias e John Scotson, que mostra uma clara divisão entre um grupo estabelecido há mais tempo e um grupo de residentes recém-chegados. O grupo mais novo passa a ser chamado pelo mais antigo por outsiders, de forma pejorativa, estigmatizada. "O grupo estabelecido cerrava fileiras contra eles e os estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menos valor humano. Considerava-se que lhes faltava a virtude humana superior – o carisma grupal distintivo – que o grupo dominante atribuía a si mesmo." *(Elias, 2000, p.19)*
Inicialmente, traz-se à mesa, novamente, a afirmação *"...racial segregation as essential to the maintenance of racial supremacy..." (Harris, 2003, p.75[12])* como possível gatilho, indutor ideológico de segregações e posteriormente pobreza e degradação de vizinhanças, a partir da segunda metade do século XIX, quando foi oficializada a extinção da escravização africana em vários países nas Américas. O desejo de manter e/ou aumentar as distâncias entre os antigos "Senhores/Senhoras" dos "escravizados" pode ser apontado como o início da periferização das cidades por meio da leitura/estudo de Nabil Bonduki e Raquel Rolnik. Com o advento da industrialização na cidade de São Paulo e "coincidentemente" com a chegada de imigrantes europeus, há uma rápida urbanização da urbe, empurrando para mais longe pessoas que não foram aproveitadas nesse novo processo de desenvolvimento. Com menos ênfase que nos EUA, sabe-se que, no Brasil, quanto menos escura for a pele de uma pessoa, menor a probabilidade da mesma ser discriminada, portanto, traz-se à mesa, também, o conceito *"Preconceito de 'marca' e de 'origem'",* de Oracy Nogueira[13], como atenuador ou agravante de estigmas e discriminações.
Ao longo de todo o século XX, considerando ocorridos sociais, políticos, econômicos e culturais, um ou mais grupos ("não brancos" e "não branquíssimos") podem ter sido colocados no lado passivo/negativo do conceito de "*Cumulative Advantage*" de Robert Merton[14], o que no desenrolar da pesquisa será afirmado como fator agravante de "não posse" e portanto mais discriminações e estigmas.
As várias discriminações e estigmas sofridas por negros e/ou não-brancos poderiam ser fatores agravantes de processos de *"sucessão*" por motivos étnicos e/ou socioeconômicos nos termos de Robert E. Park e Flávio Villaça, quando este último afirma que *"quando a elite sai, a pobreza toma conta"* e portanto ter-se-ia instalado processos de *degradação* física?
Os processos de degradação física seriam resultados unicamente da saída de grupos de alta renda, que levam consigo seus "salários, rendas, bens materiais e imateriais, etc..." em termos de pesquisadores da linha Mar-

---

12 HARRIS, Leslie M. "In the Shadow of Slavery – African Americans in New York City 1626-1863". Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

13 NOGUEIRA, Oracy. Preconceito de Marca: As Relações Raciais em Itapetininga. São Paulo: Edusp, 1998.

14 The Thomas Theorem and The Matthew Effect in Social Forces Journal (Oxford University Press). V.74, nº 2, 1995, p.379-424.

xiana, ou poder-se-ia acrescentar uma abordagem usada por "Chicago" como complemento, a saber: "*Self-fulfilling Prophecy"*. Esta teoria foi rebatizada por William Thomas e Robert Merton, respectivamente, de "*Definição de Situação*"[15] e "*Teorema de Thomas*", e indicaria que formas de degradação teriam ocorrido devido a boatos, estigmas, opiniões de terceiros, tendo sido acreditado pelas demais pessoas.

O conceito de *"alteridade"*[16] *(Véras, 2012, pp.59-66 passim)* poderia ser uma ferramenta para o rompimento de obstáculos/barreiras que seriam criados artificialmente e resultariam em mais processos de degradação, deterioração urbanas, já considerado a situação desprivilegiada social e economicamente de grupos "outsiders"?

O sociólogo norte-americano Franklin Frazier, reconhecido por teóricos de "Chicago", cunhou o termo "*Psico -Patologia do racismo*"[17], para se referir a uma certa "esquizofrenia" por parte de pessoas ou grupos racistas, supremacistas.

Tal conceito não poderia ser atrelado à "*Cultura de Pobreza e/ou Culpabilização da Vítima*" na explicação da estigmatização e segregação de negros e/ou não-brancos, visando uma possível reação positiva para a revitalização de vizinhanças, sem gerar os fatores "negativos" de processos de "gentrificação"?

A hipótese (ou explicação provisória construída antecipadamente) é a indicação da afirmação ou crença na *segregação*[18] étnico-'racial' de espaços urbanos destinados à moradia/habitação como essencial para a manutenção de supremacia 'racial', somado aos conceitos: (1)"Definição de Situação" e (2)"Cultura de Pobreza" de Oscar Lewis, todas juntas e/ou combinadas, permitindo identificar os fatores impactantes ou determinantes na decadência/degradação urbana ou revitalização de "vizinhanças" ou empreendimentos imobiliários, resultando na desvalorização ou valorização monetária de imóveis, tendo como objetivos primários fazer uma análise da distribuição dos diferentes grupos sociais (identificação de processos de diferenciação, segmentação e segregação urbana), visando melhor acesso a novas habitações e/ou melhores condições de moradia.

O sociólogo Mário Eufrásio, do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, especialista em sociologia urbana e "Escola de Chicago", mostra em seus estudos que "...A sociologia urbana, a sub-disciplina da sociologia que trata da cidade enquanto entidade social peculiar – a sociedade urbana – pode ter seus temas de estudo sistematizados em torno das seguintes perspectivas de consideração de seu objeto: *i) a urbanização* (o estudo descritivo e interpretativo do processo de desenvolvimento de cidades, grupos sociais urbanos e mesmo das sociedades urbanizadas) como uma componente, dimensão ou consequência central do processo de desenvolvimento (social e econômico) do capitalismo moderno – e nesse sentido tende-se a ver a cidade como o locus da sociedade burguesa; *ii) o urbanismo*, que é, em grande parte, uma derivação da modalidade anterior de preocupação com a urbanização na sociedade moderna, corresponde ao estudo sociológico dos modos ou estilos ou padrões de vida próprios e típicos das cidades, vistas como núcleos de grupos sociais em que caracteristicamente a sociedade moderna se gestou e adquiriu importância; *iii) a abordagem de cidades específicas* constitui um estilo de estudo com certa persistência na história do pensamento sociológico; *iv) a abordagem da estrutura urbana*, como estudo da organização espacial do meio social urbano, introduz explicitamente o elemento do espaço social na teoria sociológica; ganhou importantes menções entre alguns autores clássicos do começo do século XX e foi legitimado desde que a "Escola de Chicago" trouxe algumas contribuições nem sempre bem compreendidas e avaliadas, mas de fundamental importância para esta área de estudo; *v) os movimentos sociais urbanos*, terreno de pesquisa com expressivo grau de interesse e desenvolvimento nas duas últimas décadas do século passado, surgiram tanto no contexto dos países do Primeiro Mundo como no Terceiro Mundo; *vi)* mais recentemente, *elementos de novas dinâmicas*, abrangendo as cidades globais (na abordagem macro-sociológica) e os processos de segregação, de periferização e de *gentrification* -- ou "enobrecimento" – (em abordagem local ou mesmo micro-sociológica) completam o quadro dos sub-campos de

---

15 Thomas Theorem: "If men define situations as real, they are real in their consequences".

16 "A Produção da Alteridade na Metrópole: Desigualdade, Segregação e Diferença em São Paulo", Maura Pardini Bicudo Véras in Dantas, S. (org.) Diálogos Interculturais, Reflexões Interdisciplinares, IEA – USP, 2012.

17 "The Pathology of Race Prejudice", Edward Franklin Frazier.

18 Cf. TORRES, Haroldo G. et al. "Pobreza e espaço: Padrões de segregação em São Paulo". Revista Estudos Avançados: v.17, n.47, p.97-128, abr.2003.

nossa disciplina..."

Todas as perspectivas de consideração do objeto descritas poderiam ser usadas nesta pesquisa, porém escolher-se-ão os itens 1, 3 e 4 somados a abordagem marxiana de produção de espaço.

Um dos conceitos mencionados anteriormente é primeiramente apresentado em: (01) "*The Child in America: Behavior Problems and Programs*", de William Thomas e Dorothy Thomas; e (2) "Five families: Mexican case studies in the culture of poverty" e "The Children of Sanchez" de Oscar Lewis, respectivamente.

Um deles dá-se num ambiente de início do século XX, no seguinte cenário apresentado na Introdução do livro em questão: *"...This unstabilization of society and of behavior is probably no more than a stage of disorganization preceding a modified type of reorganization. When old habits break down, when they are no longer adequate, there is always a period of confusion until new habits are established; and this is true of both the individual and society…" (Thomas,1928, p.13)* e depois no Capítulo XIII –*The Methodology of Behavior Study*, onde o seguinte é citado *"…definition of the situation…discrepancy between the situation as it seems to others and the situation as it seems to the individual that brings about the overt behavior difficulty… If men define situations as real, they are real in their consequences…" (Thomas, 1926, p.572).* Este conceito foi mais tarde utilizado por Robert King Merton, em "*Social Theory and Social Structure*", tendo sido 'rebatizado' por "*Self-fulfilling prophecy*". O sociólogo brasileiro Oracy Nogueira, quando da formatação da sua tese de doutoramento, orientado pelo sociólogo norte-americano Donald Pierson, também da "Escola de Chicago", utiliza do conceito em questão para tratar da questão do racismo no interior paulista. A referida tese de doutoramento resulta no lançamento do livro *"Preconceito de Marca: As Relações Raciais em Itapetininga"*. O capítulo 4 da Parte II, intitulado "Estrutura Social e Ideologia de Relações Inter-Raciais", lança mão do conceito de "*definição de situação*", quando explica a 'criação', 'disseminação' e 'aceitação' do racismo em países de colonização europeia. O seguinte é mencionado: *"...A inércia de uma estrutura social depende da constância do substrato demográfico, da base geográfica e do sistema de produção, bem como da aceitação, pelos indivíduos e grupos que a integram, do sistema ideológico por ela engendrado e, consequentemente, das representações coletivas e dos estereótipos que esse sistema implica (doc.1/A. 4). 'Quando os seres humanos consideram uma situação como real, ela se torna real em seu comportamento'.*[19]*" [...] "...o preconceito racial é parte constitutiva do sistema ideológico desenvolvido pelo grupo branco e tem por função a preservação de sua supremacia social ante os demais elementos da população..." (Nogueira, 1998, p.195).*

Um jornalista e escritor de origem britânica, especializado em pesquisas sociológicas e psicológicas, de nome Malcolm Gladwell, faz referência ao conceito 'desenvolvido' por Robert K. Merton à luz do "Teorema de Thomas", no livro "*The Tipping Point*", quando explica um comportamento de alguns cidadãos anglo-americanos que decidem mudar de sua "vizinhança" quando o fluxo de novos moradores de origem afro-americana atinge um determinado patamar. A interpretação é que os cidadãos brancos norte-americanos acreditam que a vizinhança e por sua vez seus imóveis serão desvalorizados em função da presença de grupos não-brancos. O seguinte é citado: *"... The expression first came into popular use in the 1970s to describe the flight to the suburbs of whites living in the older cities of the American Northeast. When the number of incoming African Americans in a particular neighborhood reached a certain point – 20 percent, say – sociologists observed that the community would 'tip': most of the remaining whites would leave almost immediately…" (Gladwell, 2001, p.12).*

Somado aos pontos mencionados acima, cito mais uma vez a afirmação *" ...racial segregation as essential to the maintenance of racial supremacy..." (Harris, 2003, p.75)*. O cenário de tal afirmação é a segunda metade do século XIX, logo após a Guerra Civil dos Estados Unidos, que ajudou a eliminar a escravização dos Africanos e seus descendentes, naquele país.

O outro conceito é extraído de "The Children of Sanchez" e "Five Families: Mexican case studies in the culture of poverty", a saber: *"Cultura de Pobreza"* de Oscar Lewis. Tal autor e/ou conceito diz que "pessoas que tenham pertencido a algum grupo humano que permaneceu na pobreza por várias gerações, acabam incorporan-

---

19 Frase de William Thomas, autor clássico da sociologia da chamada Escola de Chicago, que desenvolveu o conceito de *definição de situação*.

do um determinado conjunto de hábitos e passam a 'pertencer' a uma 'cultura' diferente, separada da cultura principal de uma sociedade capitalista, estratificada por classe e altamente individualista...". Nos termos de Lewis, tal incorporação de hábitos é uma adaptação e reação por parte da "vítima" da pobreza às características descritas acima.

O proponente desta pesquisa tem percepções que grandes contingentes de grupos étnicos e/ou culturais de origem africana, indígena e seus descendentes, por absoluta falta de oportunidades, ainda não conseguiu se estruturar de forma 'adequada' a fim de se livrar do estigma de "Cultuador de Pobreza e/ou Violência", desta forma, permanecem num eterno ciclo vicioso, repleto de hábitos de miséria e pobreza, e acreditam que tal 'realidade' é verdadeiramente 'real', conforme o "Teorema de Thomas".

A 'insistência' em permanecer num ciclo vicioso eternamente dá-se por quais motivos? Seria a mesma resultado da falta de oportunidades? Da falta de políticas públicas ou privadas após o final da escravização dos africanos e seus descendentes no Brasil? De ambivalência? Da falta de assimilar os novos mores de uma sociedade 'moderna'? Da falta de coesão da sociedade como um todo, ou apenas da falta de coesão grupal no meio da comunidade negra? Ou ainda da carência de orgulho 'racial'?

William Ryan, um sociólogo norte-americano, também estudou com profundidade a *"Cultura da Pobreza*". Este pesquisador, ao criticar o tão famigerado *"Moynihan Report*", refuta várias alegações feitas sobre grupos étnicos minoritários, em especial os afro-americanos, afirmando que o relatório e seu autor estavam na verdade "Culpabilizando a Vítima". Um documento encomendado pelo *"Escritório de Planejamento de Política e Pesquisa do Departamento do Trabalho dos Estados Unidos",* resultou na edição do *"The Negro Family: The Case for National Action"* mais conhecido como "Relatório Moynihan". O pesquisador principal, Daniel P. Moynihan, que mais tarde viria a ser Senador por Nova York, embora integrante do Partido Democrata, é acusado de transferir a responsabilidade da insistente exclusão dos afro-americanos a seus próprios hábitos de miséria e de pobreza, resultando numa "*liability*" para os EUA. William Ryan em *"Blaming the Victim"* contradiz várias afirmações do documento, indo muito mais fundo na explicação da resistente exclusão dos negros norte-americanos *(Ryan, 1976).*

Pela natureza da investigação, será necessário balizar o referencial teórico utilizado com a literatura "marxiana" sobre a cidade como objeto de estudo, especialmente nos aspectos relacionados às questões da segregação, como é o caso de Milton Santos, Manuel Castells e Flávio Villaça, somado aos estudos críticos de Lúcio Kowarick, referente à tão questionável "*Cultura de Pobreza*".

Nos termos de Flávio Villaça, incorporar e analisar neste estudo a "2ª Esfera de Estudo Espacial", In: *"Estudos dos efeitos do espaço produzido sobre o social: Segregação espacial das classes sociais como processo necessário para o exercício da dominação política e desigual apropriação dos recursos do espaço enquanto produto do trabalho e como a força determinante da estruturação intra-urbana"* para uma melhor compreensão da produção e ocupação desigual do espaço urbano paulistano. O objetivo desta proposta é verificar a existência de alguma correlação do referido item com processos de estigmatização, produção do outro e o Teorema de Thomas. Segundo esse autor, a degradação urbana ocorre quando estratos sociais de alta renda abandonam determinados espaços.

5. Objetivos

Objetivo Geral:

- Analisar, dentro das condições de produção capitalista do espaço urbano e considerando o conceito de "alteridade", os determinantes da degradação de áreas de moradia, com destaque para a investigação dos fatores ligados à presença de 'não-brancos' e, em particular, 'afrodescendentes' na avaliação subjetiva de seus moradores;

Objetivos Específicos:

1º) Aprofundar, a partir da pesquisa empírica, a presença e a identificação de "vizinhanças" degradadas no bairro do Belém/Belenzinho em São Paulo, mediante aprofundamento conceitual de deterioração/degradação urbana, revitalização, 'territorialidade', alteridade e segregação;

2º) Descrever áreas de estudo selecionadas do bairro do Belém/Belenzinho, por meio de levantamento bibliográfico, conjunto de dados secundários, estatísticas e outras monografias;

3º) Identificar porções de área ou setores deterioradas em processo de 'elitização', revitalização, mediante indicadores pré-selecionados;

4º) Analisar e comparar a afirmação/conceito de segregação 'racial' de espaço geográfico e a explicação "marxiana" de segregação econômica, como essencial para a manutenção de supremacia 'racial';

5º) Analisar, confrontar, correlacionar as explicações sobre a produção desigual do espaço urbano paulistano, de um lado, em termos de justificação ideológica e simbólica, e de outro lado, a "Definição de Situação" da "Escola de Chicago" em termos de projetos individuais ou grupais;

6º) Analisar os fatores impactantes ou determinantes, tangíveis ou intangíveis na decadência ou degradação urbana de determinadas "vizinhanças", "comunidades" e/ou empreendimentos imobiliários habitados por não-brancos, não-descendentes de imigrantes europeus, não-pertencentes aos estratos socioeconômicos assim determinados pelo mercado como médios, médios-altos ou altos, na desvalorização mobiliária de "vizinhanças".

7º) Analisar o desenvolvimento da urbanização e da estrutura a partir de alguns conceitos/hipóteses da "Escola de Chicago"[20] com o aporte de autores marxianos que já tenham estudado São Paulo sob tal ótica, e para tanto focar-se-á em elementos de novas dinâmicas[21],abrangendo as cidades globais e os processos de segregação, de 'periferização' e de 'gentrificação' numa abordagem local ou micro-sociológica.

8º) Analisar, sob a ótica do GT14 do XII CONLAB[22], os conceitos e definições de espaço, território, localização e segregação de Milton Santos e Flávio Villaça, cf. apêndice 1A.

6. Resultados Esperados

1º) Elaboração de dissertação de mestrado que, a partir da produção de ferramental científico (tecnologia social), possa oferecer subsídios à transformação de contextos sócio habitacionais nesse sentido, e promover a obtenção de 'expertise' adequado para propor a construção de políticas públicas e/ou privadas para a mitigação de ciclos viciosos na área de habitação/moradia, entre outras;

2º) Desenvolvimento de pensamento sociológico (urbano) para a construção de categorias analíticas e perspectivas que possam ir além da visão tecnicista a respeito da gestão urbana, mas que problematizam sobre modos de vida, produção de mobilidades e representações múltiplas sobre fronteiras espaciais.

20Cf Projeto de Pesquisa* do Profº Dr. Mário A. Eufrásio in Seminário de Sociologia Urbana – Depto de Sociologia da FFLCH-USP: *"Urbanização e Estrutura das Cidades na Sociedade Moderna", detalhado no Quadro Teórico de Referências.

21 De acordo com o Profº Dr. M.A. Eufrásio, há 5 perspectivas de consideração de objetos quando da sistematização do estudo de temas da sociologia urbana. O item escolhido para este projeto de pesquisa é o 5º:"*os movimentos sociais urbanos*, terreno de pesquisa com expressivo grau de interesse e desenvolvimento nas duas últimas décadas do século 20, surgiram tanto no contexto dos países do 1º mundo como no 3º mundo."

22 "Pensamento Sociológico sobre os Conceitos de 'Espaço' e 'Território'"

7. Referências Bibliográficas

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori et al. (2004), *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos*. [São Paulo], Ed.Vozes.

Bauman, Zygmunt (1999), *Modernidade e Ambivalência*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora Ltda.

BOWDERY, Barbara K. (1951), *The Sociology of Robert E. Park: Urban Community and Ecology*. Tese de doutoramento, New York, Columbia University.

CARLOS, Ana Fani Alessandri et al. (2011), *A Produção do Espaço Urbano*, São Paulo, Ed.Contexto.

DÁVILA, Jerry (2006), Diploma de brancura: Política social e racial no Brasil – 1917-1945, São Paulo, Fundação Ed.UNESP.

DAVIS, Mike. (2009), *Cidade de Quartzo: escavando o futuro em Los Angeles*, São Paulo, BOITEMPO.

_____ (2006), *Planeta FAVELA*, São Paulo, BOITEMPO.

DiPRETE, Thomas A. et al. (2006), *Cumulative Advantage as a Mechanism for Inequality: A Review of Theoretical and Empirical Developments*, New York, Columbia University, Annual Review of Sociology, pp.01-30. Disponível em http://www.columbia.edu/~tad61/CA_AR112205.pdf, [consultado em 16-4-2013].

DuBOIS, W.E.B. (1999), *As Almas da Gente Negra*, Rio de Janeiro, Lacerda Editores.

ELIAS, Norbert et al. (2000), *Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*, Rio de Janeiro, Ed.Zahar.

Eufrásio, Mário Antônio (1999), *Estrutura Urbana e Ecologia Humana: A Escola Sociológica de Chicago (1915-1940)*, São Paulo, Editora 34.

FRAZIER, E. Franklin. (1927), *The Pathology of Race Prejudice*, Forum, Vol.77, June, pp.856-862.

GANS, Herbert J. ([1991]), *People, Plans, and Policies: Essays on Poverty, Racism, and Other National Urban Problems (The Columbia History of Urban Life)*, New York, Columbia University Press.

_____ (1995), *The War Against the Poor: The Underclass and Antipoverty Policy*, New York, Basic Books, A Member of the Perseus Books Group.

_____ ([1971]), *The Uses of Poverty: The Poor Pay All*, Disponível em www.sociology.org.uk/as4p3.pdf. [consultado em 16-04-2013].

GIDDENS, Anthony (1991), *As Consequências da Modernidade*, São Paulo, Ed.Unesp.

GLADWELL, Malcolm. (2001), *The Tipping Point: How Little Things Can Make a Big Difference,* New York, Back Bay Books/Little, Brown & Company.

_____ (2008), *Outliers: the story of success*, New York: Little, Brown & Company/Hachette Book Group.

GOFFMAN, Erving. (1988), *Estigma*: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada, Rio de Janeiro, 4ª edição, LTC.

GOTTDIENER , Mark. (1997), *A produção social do espaço urbano*, São Paulo, Edusp.

HARRIS, Leslie M. (2003), *In the Shadow of Slavery – African Americans in New York City 1626-1863*, Chicago, The University of Chicago Press.

HEMPEL, Carl G. (1942), "The Function of General Laws in History". The Journal of Philosophy, 39 (2), pp.35-48.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (1963), *Raízes do Brasil*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília.

KOWARICK, Lúcio (1977), *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*, São Paulo, Paz e Terra.

KOWARICK, Lúcio (2009), *Viver em risco: Sobre a vulnerabilidade sócio econômica*, São Paulo, Editora 34.

Lefebvre, Henri. (2010), *O direito à cidade*. São Paulo, Centauro.

LEWIS, Oscar. (2011), *The Children of Sanchez: Autobiography of a Mexican Family*. New York, Vintage Books – Random House LLC.

_____ (1975), *Five families: Mexican case studies in the culture of poverty.* New York, Basic Books, Inc., The Perseus Books Group.

MARICATO, Ermínia et al. (2010), *O Brasil em Transformação: Urbanização, Segregação e Sustentabilidade Ambiental*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

_____ (2011), *Brasil, cidades: Alternativas para a crise urbana*, Petrópolis, Vozes.

McHUGH, Peter. (1968), *Defining the Situation: The Organization of Meaning in Social Interaction*, [Indianapolis], Bobbs-Merrill Co.

McKENZIE, Roderick D. (1923), "*A Estrutura da Cidade", "A Mobilidade" e "A Vizinhança" – Caps. I, II e III de: The Neighborhood: A Study of local life in the city of Columbus, Ohio*, Chicago, The University of Chicago Press.

MERTON, Robert King. (1968), *Social Theory and Social Structure*, New York, The Free Press, (Enlarged Edition).

_____ (1973), *The Sociology of Science: Theoretical and Empirical Investigations*, Chicago, The University of Chicago Press.

_____ (1995), *The Thomas Theorem and The Matthew Effect* In Social Forces Journal (Oxford University Press), V.74, nº 2, pp.379-424.

_____ (1948), *The Self-Fulfilling Prophecy* In The Antioch Review. V.8, nº2, pp.193-210.

MOYNIHAN, Daniel Patrick. (1965), *"The Negro Family: The Case for National Action" – The 1965 Moynihan Report*. Washington, D.C., Office of Policy Planning and Research, U.S. Department of Labor. Disponível em http://www.dol.gov/oasam/programs/history/webid-meynihan.htm. [consultado em 16-04-2013]

NOGUEIRA, Oracy. (1998), *Preconceito de Marca: As Relações Raciais em Itapetininga*, São Paulo, Edusp.

PARK, Robert Ezra et al. (1921), *"Competição" (Cap. VIII, pp. 504-512); "Conflito" (Cap. IX, pp.574-579); "Acomodação" (Cap. X, PP.663-671); "Assimilação" (Cap. XI, PP.734-740)*; In: Park&Burgess. Introduction to the Science of Sociology, Chicago, The University of Chicago Press. Tradução de Mário Antônio Eufrásio.

PARK, Robert Ezra et al. (1925), *The City: Suggestions for the investigation of human behavior in the city environment*, Chicago, The University of Chicago Press.

PAUGAM, Serge. (2003), *A desqualificação social: Ensaio sobre a nova pobreza*, São Paulo, Educ.

PAYNE, Ruby K. (2005), *A Framework for Understanding Poverty (Fourth Revised Edition)*, Highlands, Texas, aha!Process, Inc.

PIERUCCI, Antônio Flávio. (2000), *Ciladas da Diferença*, São Paulo, Editora 34.

_____ (1987), *As Bases da Nova Direita* In Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, nº 19, dez., pp.26-45.

ROLNIK, Raquel. (1981), *Cada um no seu lugar! (São Paulo, início da industrialização: Geografia do poder)*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

RYAN, William. (1976), Blaming *the Victim (Revised)*, New York, Vintage Books Edition.

SANTOS, Milton. (1978), *O espaço dividido*, Rio de Janeiro, Livraria Editora Francisco Alves

_____.(1982), *Espaço e Sociedade*, Petrópolis, Vozes.

_____. (1996), *Por uma geografia nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*, São Paulo, Hucitec.

_____.(1997), Metamorfoses do espaço habitado, São Paulo, Editora Hucitec.

_____.(1999), A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção, São Paulo, Hucitec.

_____.(2000), O espaço do cidadão, São Paulo, Novel.

SCHUCMAN, L. Vainer. (2012), *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. Tese de doutoramento em Psicologia Social, São Paulo, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

SPOSATI, Aldaíza et al. (2004), *A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições* In Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos – NERU, v.24, nº45 (Segregações Urbanas), jan./jul., pp.87-109.

THOMAS, William I. et al. (1928), *The Child in America: Behavior Problems and Programs*, New York, Alfred A. Knopf, MCMXXVIII.

TORRES, Haroldo da Gama et al. (2003), *Pobreza e espaço: Padrões de segregação em São Paulo*, Revista Estudos Avançados: v.17, n.47, pp.97-128, abr.

VÉRAS, Maura B.P.(2000), *Trocando Olhares: Uma introdução à construção sociológica da cidade*, São Paulo, EDUC.

_____.(2004), *Hexapolis: desigualdades e rupturas sociais em metrópoles contemporâneas: São Paulo, Paris, Nova Iorque, Varsóvia, Abidjan, Antananarivo*, São Paulo, EDUC.

_____.(2004), *Novos nômades urbanos na cidade contemporânea: desigualdade e exclusão sociais em São Paulo*, São Paulo, EDUC.

_____.(2003), *DiverCidade: territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo*, São Paulo, EDUC.

_____.(1999), *Enigmas da gestão da cidade mundial de São Paulo: políticas urbanas entre o local e o global. Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*, São Paulo, CEDESP, pp.197-217.

VILLAÇA, Flávio. (2011), *Espaço intra-urbano no Brasil*, São Paulo, NOBEL/FAPESP.

_____.(1999), *Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*, São Paulo, CEDESP, pp.221-236.

WACQUANT, Loïc. (2007), *Punir os pobres. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos*, Rio de Janeiro, Revan.

_____.(2011), *Os condenados da cidade. Estudo sobre marginalidade avançada*, Rio de Janeiro, Revan.

(Re)estruturação espacial e gentrificação da região administrativa Venda Nova de Belo Horizonte-mg[1]

Luciano dos Santos Diniz2

Introdução

As ações modificadoras procedidas pelo Poder Público em articulação com o capital privado, a fim de consolidar o papel dos municípios brasileiros no cenário nacional e garantir sua inserção como cidade global, nem sempre caminham no sentido de ampliar o direito dos cidadãos à cidade. Por vezes, tais ações causam, ainda que involuntariamente, uma limitação desse direito e, via de consequência, dos demais direitos humanos, criando ou intensificando a desigualdade e a exclusão socioespacial da população. O processo de produção do espaço urbano, continua, na prática, a atender essencialmente às necessidades da acumulação e reprodução do capital, a partir da utilização da terra urbana como mercadoria, em que seu valor de troca se sobrepõe ao valor de uso.
Nessa perspectiva, o presente artigo retrata o caso específico da Região Administrativa Venda Nova (RAVN) da cidade de Belo Horizonte, analisando, mesmo que de forma restrita, a evolução e a dinâmica do seu espaço, nos aspectos demográficos, socioeconômicos e de infraestrutura, com o fito de verificar se as intervenções realizadas pelo Poder Público no Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a partir de 2001, favoreceram o processo de gentrificação na RAVN.
No trabalho, apresentamos alguns elementos sobre a formação social do espaço, buscando demonstrar as especificidades do processo de produção das cidades latino americanas e as similaridades com a estruturação do espaço belorizontino. Em seguida, faz-se referência à acumulação capitalista e sua influência na (re)produção do espaço urbano, buscando contextualizar o fenômeno da gentrificação ao processo de reestruturação verificado na RAVN. Na terceira parte, faz-se alusão ao processo histórico de estruturação da cidade Belo Horizonte, a fim de demonstrar sua constituição metropolitana e a inter-relação com os municípios do entorno, notadamente aqueles que integram o Vetor Norte da RMBH. Finalmente, na última parte, enfocamos o processo de reestruturação urbana que envolve a RAVN e os impactos dele advindos, com o objetivo de demonstrar indícios caracterizadores do processo gentrificativo na área de estudo.

1. FORMAÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO E AS CIDADES LATINO AMERICANAS

Na acepção de Lefebvre (2006), cada sociedade concebe o espaço apropriado ao seu modo de produção e a miríade de relações que ele engloba. O espaço socialmente produzido (que engloba, mas não se restringe a sua produção física) expressa a realização da sociedade, em seus distintos momentos históricos, constituindo-se como produto, condição e meio da (re)produção social (CARLOS, 2012).
Ao examinar a produção continuada do espaço (social), Lefebvre (2006) ressalta que a *Pólis* grega, centralizada na Ágora[3], foi sucedida pelo centro interdito da Roma Antiga – o Fórum Romano; que, por sua vez, cedeu

---

1 Este artigo compreende parte dos estudos empreendidos no estágio de doutorado sanduíche junto ao Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, sob a supervisão do Prof. Dr. Jorge Silva Macaísta Malheiros (Bolsista da CAPES – Processo nº BEX 6351/14-0), objetivando a elaboração de tese intitulada como "Reestruturação urbana e gentrificação na Região Administrativa Venda Nova – Belo Horizonte", sob a orientação da Profa. Dra. Maura Pardini Bicudo Véras, junto ao Programa de Estudos Pós Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

2 Doutorando em Ciências Sociais pela PUC-SP, professor assistente II do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET/MG, e-mail: lucianodiniz@dcsa.cefetmg.br.

3 Praças das antigas cidades gregas em que se instalavam mercados e feiras livres e, também, utilizada para a realização das assembleias do povo.

lugar à disputa travada entre a igreja e o mercado pela centralidade das cidades medievais. Com o crescimento das forças produtivas e da produção, o espaço (abstrato) que emerge é o da acumulação e do consumo (da mercadoria, do lugar), deslocando o centro para a praça do mercado e para a indústria. A cidade capitalista muda globalmente (e desigualmente), dando ensejo ao espaço "homogeneizado-fragmentado-hierarquizado" da modernidade: homogeneização do fabrico de mercadorias, dos métodos de controle e de gestão, de vigilância e de comunicação; fragmentação do espaço em lotes, guetos, "conjuntos" (de fato, isolados) e hierarquização em espaços residenciais, de trabalho, de lazer, etc..

No século XX, um novo espaço se constitui à escala mundial (neocapitalismo), apoiando-se nas redes financeiras, da informação e da circulação, que integram e desintegram o local, o regional, o nacional, o mundial (LEFEBVRE, 2006). Trata-se da cidade capitalista no atual período monopolista, da denominada acumulação flexível, enquanto produto direto das relações sociais de produção, da reestruturação produtiva, do avanço tecnológico e informacional, da globalização, dos fluxos planetários de pessoas, mercadorias e informações (VÉRAS, 2010).

A "esquizofrenia do espaço" globalizado, na acepção de Santos (2006), revela espaços singulares, produzidos localmente, mas que, ao mesmo tempo, são também globais, manifestando a totalidade-mundo da qual são parte integrante. O mundo se torna fluido e, graças às técnicas de informação e ao dinheiro, controlado pelo mercado. O período atual, então, é marcado pela produção das condições materiais necessárias à produção capitalista (meios de transporte, comunicação, etc.) e pela produção de novas relações sociais.

Nessa condição, a análise da estrutura urbana permite revelar as regras que regeram a configuração do espaço das cidades atuais, bem como da vida da população citadina. Veja-se que, ao longo do tempo, os estudos sobre a estruturação urbana originaram modelos teóricos (enquanto formulações sociológicas abstratas), cujas perspectivas e métodos adotados, os tipificariam em dois modelos: (i) modelo convencional e (ii) modelo marxista. O primeiro modelo se subdivide em duas correntes: (a) a da Escola de Chicago (década de 1920), aplicada à estruturação das cidades americanas, que concebe a cidade numa analogia com processos biológicos, em que a competição pelo espaço se revela na estruturação da cidade, com os mais aptos ocupando os melhores lugares; (b) e a do Neoclássico (pós Segunda Guerra Mundial), pelo qual a estrutura urbana decorre da atuação dos agentes econômicos, em um mercado de concorrência perfeita. O segundo modelo, surgido na França, na década de 1970, correlaciona a estrutura urbana às especificações do regime de acumulação capitalista, enfatizando o espaço sob a perspectiva da reprodução da força de trabalho e do consumo coletivo (GOTTDIENER, 1997).

No caso das cidades latino-americanas, Bär, Borsdorf e Janoschka (2002, *apud* BORSDORF, 2003) delimitaram quatro modelos de estrutura intraurbana – a partir do desenvolvimento urbano, econômico, político e social verificado em determinados períodos, os quais, diante da similaridade com a formação do espaço urbano belorizontino, serão sinteticamente referenciados:

(i) Cidade Compacta (1500-1820): no período colonial, as cidades possuíam uma morfologia compacta (dada às dificuldades de mobilidade e necessidade de proteção), com centralização das atividades em uma praça principal que, atuando como núcleo da vida social, determinava a estruturação socioespacial (centro-periferia). De maneira que, a posição social de cada cidadão era determinada pela distância de sua casa em relação à praça central.

(ii) Cidade Setorial (1820-1890): a primeira fase da urbanização foi marcada pela chegada de imigrantes da Europa, pela industrialização restrita e pela aplicação de modelos europeus de reforma urbana (como os *boulevards* parisienses do barão Georges von Haussman) na reestruturação da morfologia urbana. A expansão da cidade era orientada pelo princípio da diferenciação setorial de estruturação linear, com alocação dos setores de classe alta a partir do *boulevard* principal; instalação das primeiras indústrias nas proximidades de linhas férreas (que conectava a cidade ao restante do país); e ocupação obreira nos espaços deixados pelas classes abastadas.

(iii) Cidade Polarizada (1920-1970): a segunda fase caracterizou-se pela rápida urbanização, advinda da substituição das importações pela industrialização das cidades; pelo aumento da alocação de unidades fabris nas margens de ferrovias e rodovias; pelo crescimento de alguns setores; bem como pelo incremento do êxodo rural. A partir de um modelo de cidade polarizada, em que as populações de alta e baixa renda concentravam-se em extremos opostos, verificou-se o afastamento da população abastada

das áreas centrais, passando a residir em bairros de luxo, exclusivos e mais arborizados e, no extremo oposto, o surgimento de bairros marginais periféricos associado à ocupação simultânea de áreas centrais não edificadas pela população carente. Houve, nesse tempo, a exacerbação do contraste "cidade rica x cidade pobre", com forte adensamento de regiões localizadas fora do perímetro urbano, segundo o princípio de crescimento celular.

(iv) Cidade Fragmentada (1970 até os dias atuais): neste período, os princípios de crescimento setorial-linear e celular permanecem vigentes, embora com diferenças marcantes em relação às fases anteriores de desenvolvimento urbano. O avanço das tecnologias de transporte e de comunicação tornam as periferias mais atrativas para os extratos de altas e médias rendas da população. Há, pois, uma acentuação das estruturas lineares, concomitantemente à formação de novas células (representadas pelos condomínios residenciais de luxo, pelos loteamentos de interesse social e pelos bairros marginais), configurando uma nova reestruturação urbana fortemente marcada pela fragmentação do espaço. As cidades deixam de ter grandes áreas ricas e pobres, grandes zonas residenciais e industriais, dada à dispersão, em múltiplos fragmentos, das atividades econômicas e das áreas residenciais por todo o território citadino, as quais, apesar de articuladas, se separam por muros e cercas (enclaves fortificados[4]), a fim de garantir a segurança das ilhas de riqueza frente à massiva pobreza.

2. ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Pensado enquanto totalidade que exprime o conjunto das relações sociais, o arranjo espacial da cidade capitalista é moldado pelo interesse do capital, que utiliza o solo urbano com o fim precípuo de aumentar as forças produtivas. Para a análise da (re)produção do espaço urbano belorizontino, em especial da RAVN, a perspectiva do materialismo histórico é imprescindível para se entender como o processo de produção do espaço, seja pelo capital ou pelo Estado, continua atendendo essencialmente às necessidades da acumulação e reprodução do capital, em detrimento do espaço da reprodução social e das normas orientadoras do direito à cidade.

Segundo o materialismo histórico, a cidade, enquanto síntese da prática social, constitui-se como mercadoria apropriada pela produção e, simultaneamente, como palco de reprodução e luta da força de trabalho. Numa perspectiva indutor-induzido, consoante Lefebvre (2011), o espaço físico condiciona as ações humanas e, ao mesmo tempo, se subordina às múltiplas determinações políticas econômicas, socais e culturais, promotoras de novas configurações espaciais.

O sistema capitalista, atraído pelas vantagens da aglomeração e pela socialização das condições gerais da produção, apropria-se do espaço citadino – lugar privilegiado da acumulação do capital e da reprodução da força de trabalho –, como condição e meio para a realização concreta do ciclo produtivo, em seus momentos de produção, distribuição, circulação, troca, consumo de mercadorias e, por conseguinte, realização do lucro.

O espaço produzido, sob o viés da industrialização, se torna mercadoria, assim como os demais produtos criados pela produção capitalista, facultando a realização da propriedade privada do solo urbano no conjunto da riqueza social. A cidade, enquanto mercadoria a ser consumida, é expressão da contradição "valor de uso/valor de troca", sendo fortemente marcada pela desigualdade na apropriação da renda da terra e do ambiente necessário à reprodução da vida (LEFEBVRE, 2011).

A ocupação do espaço citadino ocorre de forma desigual, cujas diferenças apontam o confronto entre as estratégias que orientam os interesses privados dos setores econômicos da sociedade (capital industrial, financeiro, fundiário, imobiliário) – que veem no espaço-mercadoria a condição de realização da reprodução econômica –, e aqueles que o consomem de forma improdutiva (do ponto de vista da acumulação). Nesse aspecto, a relação entre renda e preço do metro quadrado do solo urbano denota a repartição assimétrica da propriedade privada do solo, bem como a inacessibilidade aos equipamentos públicos, serviços e habitação pelas camadas populacionais menos abastadas (CARLOS, 2012).

---

4 Os enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a moradia, trabalho, lazer e consumo. Tais espaços produzem a segregação espacial, tornando explícitas as desigualdades sociais (CALDEIRA, 2000).

Na cidade capitalista do atual período monopolista, a supremacia do capital financeiro frente ao industrial redefine o sentido de espaço, que passa a assumir, também, a condição de produto imobiliário. A urbanização se torna um negócio rentável, favorecendo que o capital financeiro aproprie-se do espaço-mercadoria como *locus* de realização de investimento produtivo, tendo o capital imobiliário (aliado à indústria da construção civil), como reprodutor do espaço enquanto mercadoria consumível individualmente, sob a forma de propriedade privada.

Nesse processo, o Estado tem papel determinante com agente indutor da (re)produção da cidade, tanto como regulador do solo urbano (alterando as leis de parcelamento, uso e ocupação do solo; instalando equipamentos públicos e infraestrutura urbana; direcionando a alocação de investimentos orçamentários, etc.), quanto como proprietário fundiário e promotor imobiliário, influindo diretamente na transformação do espaço urbano e, por vezes, nas iniquidades dele advindas: distribuição profundamente desigual do espaço em termos de moradia, renda, oferta de serviços e de infraestrutura urbana, sustentabilidade ambiental e acesso a equipamentos de consumo coletivo e cultural. O Estado surge, então, como meio de controle político, agindo de acordo com as relações de força entre os diferentes grupos sociais, geralmente em favor da fração hegemônica das classes dominantes (CASTELLS, 1983). Corroborando, assim, a máxima de que "o poder estatal moderno é apenas uma comissão que administra os negócios comuns do conjunto da classe burguesa" (MARX & ENGELS, 1998: 9).

O espaço se fragmenta em função de interesses privados, em que o "valor de troca" tende a se sobrepor ao "valor de uso", num cenário de especulação imobiliária e contradições – diferentes classes de renda, várias formas de ocupação do solo, exclusão e segregação –, colocando em xeque antigas relações socioespaciais para atender a essa nova ordem. Esse movimento, além de revelar a essência da urbanização contemporânea, em que o espaço figura como condição à reprodução do capital, pressiona a implementação de políticas urbanas, por parte do Estado, orientadas à renovação/requalificação de grandes áreas, a fim de viabilizar a produção de um "novo espaço" na cidade e a valorização do solo (num cenário de privatização dos lucros e socialização dos custos da urbanização).

O ambiente construído tornou-se o cenário de altos e baixos cíclicos no mercado imobiliário, com a existência paralela de deterioração e superconstrução, produzidos simultaneamente pelo processo de construção espacial da cidade; ou seja, o crescimento desigual é intrínseco à natureza capitalista do desenvolvimento. De modo que a revitalização de áreas degradadas constitui-se como um produto da articulação entre os programas de governo e o planejamento urbano implementados pelo Estado e os interesses do capital monopolista dentro da cidade, que se juntam para desvalorizar a infraestrutura representada pelo ambiente construído do passado, para remover sua presença física, que constituía entrave à alocação de novos investimentos, e para desobstruir áreas estratégicas para novas construções, resgatando, pois, o valor da terra (GOTTDIENER, 1997).

Nesse sentido, ao tratar do ciclo de valorização/desvalorização do solo (*rent gap*) das cidades norte americanas, Smith (1988: 215) expõe que:

> A descentralização geográfica do capital na construção dos subúrbios levou ao subdesenvolvimento do centro da cidade. O capital foi atraído pelo rápido crescimento da renda do solo que acompanhava o desenvolvimento suburbano e o centro da cidade, com níveis de renda do solo já elevados e com baixas taxas de retorno, deixava sistematicamente de receber capital. Isto levou a contínua desvalorização de áreas inteiras do centro da cidade e ao porte obsoleto do seu uso comercial ou residencial. Num certo momento, a desvalorização do capital faz baixar o nível de renda do solo suficientemente para que a diferença entre a renda do solo real e a renda do solo potencial (dado um uso "mais elevado") torne-se suficientemente grande para que o re-desenvolvimento e a volta da população de nível social mais elevado se torne possível. O centro da cidade, que estava subdesenvolvido com a suburbanização da capital, agora se torna um novo lugar de desenvolvimento (ou melhor de re-desenvolvimento).

Assim, os agentes produtores do espaço agem no sentido de garantir um processo perene de reorganização espacial, intensificando o uso do solo; provocando a deterioração de certos espaços para, no período seguinte,

promoverem sua revitalização urbana; influenciando na alocação diferenciada de infraestrutura e equipamentos urbanos; promovendo a incorporação de novas áreas ao mercado imobiliário, etc. Essa tendência revela uma estratégia urbana mundial de regeneração urbana, promotora de um processo de gentrificação generalizado (SMITH, 1988).

A primeira referência ao termo gentrificação (*gentrification*) foi feita pela socióloga britânica Ruth Glass, em 1964, ao analisar as transformações imobiliárias ocorridas em bairros operários londrinos, tidos como decadentes. Neles, verificou-se a substituição da população operária local por uma de melhor poder aquisitivo, promovendo um enobrecimento urbano das áreas (SMITH, 1996). Desde então, a gentrificação tornou-se objeto de profícuos debates sobre suas características, causas, efeitos e vicissitudes, suscitando controvérsias e consensos entre aqueles que se debruçaram sobre o tema.

No tocante aos fatores causadores da gentrificação, duas teorias atraíram maior atenção: a econômica e a cultural. A primeira, baseada nos ciclos de *rent gap* de Smith (1988; 1996), tornou-se uma das mais influentes, e ao mesmo tempo controversa, entre os estudiosos da gentrificação, por enfatizar o aspecto econômico (produção, fornecimento) como causa determinante para a sua ocorrência. A segunda, veementemente defendida por Ley (1987; 1994), atribuía ao aspecto cultural (consumo, demanda) o fator determinante para a gentrificação. Para ele, o estilo de vida e as preferências de consumo dos integrantes da nova classe média, no contexto das cidades pós-industriais, influenciariam a introdução de novos modos de consumo e a mudança dos potenciais gentrificadores – universitários, profissionais de alto escalão (*white-collar workers*), casais sem filhos, etc. –, para as áreas centrais da cidade.

De todo modo, o ponto crucial sobre a gentrificação é que ela envolve, simultaneamente, alterações econômicas, culturais, físicas e sociais, implicando não só numa transformação social, mas também numa modificação física das habitações locais e numa mudança econômica dos mercados fundiário e imobiliário.

Processos de gentrificação como estes podem ocorrer em todo o espaço da cidade, inclusive nas zonas suburbanas e rurais que a circundam, mediante a transformação residencial e comercial de áreas degradadas ou estigmatizadas, a substituição dos antigos habitantes e a mudança do status socioeconômico local (CLARK, 2005). De maneira que a atual forma do fenômeno distingue-se dos primeiros episódios pontuais que o restringiam aos centros históricos de cidades europeias e norte americanas, consoante o conceito clássico de gentrificação (LEES, 2000).

Os debates contemporâneos sobre o tema atestam a globalização da gentrificação, em função do urbanismo neoliberal, expandindo sua área de ocorrência das cidades anglo-americanas para as cidades de todo o mundo, incluídas aquelas localizadas nos países menos desenvolvidos (CLARK, 2010; ÁLVAREZ-RIVADULLA, 2007; HARRIS, 2008; LEES *et al*., 2007; CASGRAIN; JANOSCHKA, 2013). Verifica-se, ainda, uma adaptação dos elementos que a caracterizam, devendo-se ter em conta as especificidades sociais, políticas e econômicas que regeram a configuração do espaço das cidades localizadas fora do eixo norte americano-europeu (MARCUSE, 1986; ÁLVAREZ-RIVADULLA, 2007; HARRIS, 2008; CASGRAIN; JANOSCHKA, 2013).

Conforme Savage e Warde (1993), a gentrificação no espaço urbano decorre de quatro processos simultâneos: a reorganização da geografia social da cidade, com substituição de um grupo social por outro de nível mais elevado nas áreas gentrificadas da cidade; a transformação do ambiente construído e da paisagem local, com a oferta de novos serviços e a requalificação residencial; o agrupamento espacial de pessoas com nível cultural, estilo de vida e preferências de consumo similares; e, por fim, a alteração da ordem fundiária, com a substancial elevação dos valores da terra.

As mesmas quatro condições para a ocorrência da gentrificação são sustentas por Casgrain e Janoschka (2013) ao abordarem o tema em relação às cidades latino-americanas. Contudo, consideradas as especificidades dessas cidades, os autores ressalvam que o processo gentrificativo não está adstrito apenas às suas áreas centrais, destacando ainda que: os processos de urbanização suburbana nas cidades latino-americanas expõem um conflito de classes não observado nas cidades norte americanas e europeias, decorrente das múltiplas formas de invasão de terras e autoconstrução irregulares (ilegais) em áreas periféricas, que, uma vez integradas ao tecido urbano (com maior acesso a serviços públicos e infraestrutura), revelam as investidas de políticas gentrificativas tendentes a expulsar os moradores ilegais, direta ou indiretamente; as políticas gentificativas incluem privatizações, abertura ao capital estrangeiro, a liberalização monetária e a desregulamentação do solo, com o

fito de favorecer a máxima acumulação de renda pelos investidores imobiliários. Verificando-se, então, a fragmentação do espaço via instalação de condomínios fechados exclusivos (residenciais/comerciais) e de novas economias, o que explicita novos processos de "invasão-sucessão".

Em regra, a valorização da área gentrificada apoia-se na aceitação do discurso da deterioração da área, da violência, do perigo, do medo, ou mesmo da adequação do uso do solo via novas regras de zoneamento, e é seguida de um substancial aumento dos custos de bens e serviços, dificultando a permanência dos antigos moradores de menor poder aquisitivo no local cuja realidade restou alterada (ALVES, 2011). O solo urbano, enquanto mercadoria, valorizado pela conjunção de todos estes fatores, está fora do alcance (consumo) da população de baixa renda, que se vê forçada a sair para morar, empurrada sempre para mais longe, a fim de transferir o "problema" para outro lugar. O que, em última análise, acentua os traços de segregação socioespacial nas áreas onde o fenômeno tem lugar.

Na verdade, a tese regenerativa da gentrificação propalada por políticas urbanas de valorização da imagem da cidade, ainda que orientada à fixação da população já existente, a modernização econômica e o crescimento da oferta de emprego, se configura como mecanismo de legitimação do poder instituído e da privatização de investimentos públicos que, em última análise, subsidiam ações dos mais ricos (instituições financeiras, grandes grupos econômicos e de construção civil, empreendedores, etc.), em detrimento do auxílio às classes mais desfavorecidas ou dos interesses de toda a sociedade (MENDES, 2011).

3. A ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE BELO HORIZONTE

Inaugurada oficialmente em 12 de dezembro de 1897, a cidade fora concebida para tornar-se centro político e administrativo do Estado de Minas Gerais. Os planejadores da cidade acreditavam que a simples instituição da capital em região central do Estado induziria a transformação do espaço territorial mineiro, mediante uma reconfiguração espacial das atividades econômicas, dos movimentos migratórios, da infraestrutura viária, de transportes e comunicações, etc., tornando-o mais coeso e integrado regionalmente (MONTE-MÓR *et al*, 2007).

O arrojado plano de construção da capital, seguindo o modelo racionalista de inspiração franco-americana[5] da época, propunha a divisão da cidade em três grandes áreas, assim constituídas e denominadas: **(i)** *zona urbana*: delimitada pela Avenida do Contorno (então Avenida 17 de Dezembro), privilegiava aspectos de higiene e circulação, abrigando em seu núcleo, a elite econômica e política; **(ii)** *zona suburbana*: um anel pericentral para além da Avenida do Contorno, destinado à expansão da cidade, abrigando apenas sítios e chácaras; e **(iii)** *zona rural*: destinava-se ao estabelecimento de colônias agrícolas, constituindo um cinturão verde, cuja função precípua seria a de manter o abastecimento da cidade.

Desde a fundação da cidade, o Estado exerceu papel determinante no controle da ocupação e uso do solo urbano, configurando-se como o principal indutor de sua expansão, não só por planejar o espaço da cidade (demarcando a área de valorização dos imóveis), mas por constituir-se no maior detentor de terras e o responsável por sua distribuição (utilizando-se do critério da renda para seleção dos futuros moradores). Como resultado, houve a subutilização da infraestrutura alocada na área central, bem como a retenção de lotes e o favorecimento da especulação imobiliária. Por outro lado, o alto preço da terra urbanizada associado à legislação restritiva impôs aos despossuídos a ocupação informal e desordenada das áreas urbanas e periféricas, tornando clara a dicotomia existente entre a cidade oficial (zona urbana) e a cidade real (zona suburbana) – a primeira, dotada de infraestrutura e esvaziada de população, a segunda, sem qualquer infraestrutura e amplo crescimento populacional (PLAMBEL, 1984). Nessa condição, a RAVN, desde a instituição da cidade, consolidou-se como espaço preferencial de reprodução de periferias, abrigando os excluídos do processo de urbanização (e posterior metropolização) do Município em um cinturão de precariedade.

---

5 O plano elaborado por Aarão Reis corrobora o modelo de reforma urbana aplicado à época nas cidades latino americanas (*cidade setorial*), refletindo a ideia de ordem e funcionalidade ao espaço sob a influência dos modelos de P. C. L'Enfant, para Washington D.C, e do barão G. Haussman na reestruturação de Paris.

A crescente urbanização da sociedade brasileira a partir dos anos 1930, como consequência do processo de industrialização empreendido pela ação centralizadora do governo brasileiro, promoveu uma alteração na fisionomia urbana do Município. A implantação do primeiro Distrito Industrial planejado do país no Município de Contagem, em 1941, representou um passo decisivo na industrialização da capital e do Estado, bem como uma maior integração da cidade de Belo Horizonte às demais regiões de Minas Gerais. De modo que, com o passar do tempo, seis vetores de expansão foram identificados em Belo Horizonte: Oeste, Sudoeste, Sul, Leste, Norte-Central e Norte (PLAMBEL, 1984), favorecidos pela intensificação dos fluxos migratórios ocorridos nas décadas de 1960 e 1970, com a concentração da população migrante nas suas periferias e cidades vizinhas, atraída pela instalação dos primeiros polos industriais. Observa-se, assim, o início do processo de metropolização de Belo Horizonte, cuja mancha de ocupação atingia quase a totalidade do seu território e, por se estender para os municípios vizinhos, fomentou sua conurbação e uma crescente relação de interdependência dos fluxos econômicos, das cadeias produtivas, das relações sociais, dos vínculos culturais e dos movimentos migratórios e pendulares da população nos vetores de crescimento da cidade.

A rápida urbanização da cidade de Belo Horizonte influenciou a estruturação polarizada do espaço, com a alocação das classes sociais mais abastadas nas regiões sul e centro sul da cidade e, como contraponto, concentrando grande parte das classes menos favorecidas na região norte. Com o passar do tempo, as ações públicas e privadas implementadas na produção da cidade originaram um tecido urbano fragmentado e disperso, em decorrência da seletividade na apropriação do território e alocação de recursos, com a diminuição da dependência frente à área central e reforço de novas centralidades nas regiões administrativas da cidade, em consonância com as abordagens policêntricas mais recentes de estruturação urbana (GOTTDIENER, 1997).

4. REESTRUTUAÇÃO DA METRÓPOLE E IMPACTOS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA VENDA NOVA: CONSTATAÇÕES PRELIMINARES

No ano de 2000, em contraposição à redução de investimentos públicos e privados das décadas anteriores, processou-se uma série de intervenções na estruturação do espaço da RMBH, como forma de alavancar a retomada do crescimento econômico e a sua reorganização produtiva, a partir da constituição de um novo arranjo institucional de gestão metropolitana. Os estudos desenvolvidos para a elaboração do *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado* (PDDI) da RMBH permitiram identificar os problemas metropolitanos e a proposição de políticas e programas a serem implementados pelo governo do Estado, com a colaboração e integração dos Municípios e da sociedade civil, tendo como referencial temporal de médio prazo o ano de 2023, e de longo prazo o ano de 2050 (UFMG, 2011).

Dentre as ações (re)estruturantes implementadas na RMBH, interessa-nos especialmente a análise dos programas e projetos voltados para potencializar o desenvolvimento do Vetor Norte da RMBH – ampliação da acessibilidade local e regional, desenvolvimento de empreendimentos de inovação tecnológica, preservação de ativos ambientais, culturais e científicos, etc. –, face às potenciais implicações à configuração socioespacial da RAVN. Haja vista às obras que impactam (in)diretamente na RAVN, redesenhando suas estruturas internas e suas relações com os Municípios do entorno, tais como: a construção da Cidade Administrativa Tancredo Neves (CAMG)[6]; a implantação da "Linha Verde" – ampliação e modernização da MG-10, conectando o centro da capital diretamente ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves (AITN), no Município de Confins; a ampliação das funções do AITN, de forma a abrigar um aeroporto indústria; a futura implantação do Anel Viário de Contorno Norte (Rodoanel Norte), que envolverá 16 Municípios da RMBH; a implantação do Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BHTEC), que abriga laboratórios de pesquisa e desenvolvimento, incubadoras de empresas, centros de transferência de tecnologia e escritórios de patentes; a implantação de sistemas de BRT (*Bus Rapid Transit*); e a Catedral Metropolitana, projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, a ser empreendida em Venda Nova, nas proximidades da CAMG (INSTITUTO HORIZONTES, 2006).

---

6 Inaugurada em 2010, a Cidade Administrativa foi construída para abrigar a administração pública do executivo estadual. O grande equipamento, que recebe aproximadamente 25 mil viagens diárias, está instalado ao longo da nova Linha Verde, na RAVN, na divisa dos Municípios de Belo Horizonte, Vespasiano e Santa Luzia.

Desse modo, a reestruturação produtiva do Vetor Norte da RMBH objetiva a diversificação de sua base industrial, a partir da atração de investimentos e criação de polos de alta tecnologia em aeronáutica, biotecnologia, semicondutores, informação, microeletrônica, softwares, etc.. A produção de mercadorias de maior valor agregado em setores de tecnologia de ponta visa intensificar a capacidade de polarização regional e favorecer sua internacionalização competitiva no mercado global (INSTITUTO HORIZONTES, 2006).

As intervenções procedidas pelo poder público no Vetor Norte repercutem em todo o território metropolitano, cujos Municípios têm sofrido, em diferentes níveis, as pressões para ocupação do solo urbano nas áreas de influência desses empreendimentos, quer por moradias, quer por atividades econômicas, agravando os problemas de regularização fundiária historicamente existentes e aumentando as necessidades de readequação da infraestrutura urbana, entre outras demandas, dado o crescimento populacional, a valorização de terras e as alterações no mercado imobiliário, sobretudo nas áreas bem servidas de infraestrutura e mais próximas da CAMG – cuja implantação tem resultado em grande valorização do entorno, trazendo significativas implicações para a estrutura urbana da RAVN.

De acordo com os dados do Censo Demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a RAVN possui, atualmente, uma população de 262.183 habitantes, distribuída entre os 40 bairros que compreendem seu espaço territorial (28,316 km²), caracterizando uma densidade demográfica de 9.259,1 hab./km². Conforme os dados censitários de 2000, a RAVN apresentou o terceiro pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre as Regiões Administrativas (0,788), sendo que a média geral do IDH municipal era, à época, de 0,839. A região apresenta, ainda, os piores IDH-Renda (0,707), IDH-Longevidade (0,761) e IDH-Educação (0,896), refletindo a disparidade dessa Região Administrativa frente a média das demais Regiões Administrativas do Município - IDH-Renda (0,828), IDH-Longevidade (0,759) e IDH-Educação (0,929) –, e, sobretudo, em relação aos índices verificados na Região Administrativa Centro Sul, na qual há maior concentração de classes mais abastadas – IDH-Renda (0,914), IDH-Longevidade (1,000) e IDH-Educação (0,960).

Embora os indicadores do Atlas do Desenvolvimento Humano 2010 ainda não estejam disponíveis para as Regiões Administrativas de Belo Horizonte, a análise comparativa entre os dados do Censo Demográfico do IBGE, dos anos 2000 e 2010, permite uma aferição (ainda que de maneira pontual) das alterações ocorridas no período, no tocante aos indicadores de alfabetização, renda, ocupação e moradia da população residente na área de estudo. As significativas alterações nos coeficientes avaliados apontam uma tendência de melhora nos índices de desenvolvimento da RAVN e configuram relevantes indícios dos impactos do ajuste estrutural e da reestruturação produtiva da região.

Dessa análise resultaram algumas constatações. Em primeiro lugar, as taxas de analfabetismo apresentaram um considerável processo de redução. De 2000 para 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 11 a 14 anos de idade declinou de 2,05% para 1,31%. No grupo etário de 18 a 24 anos de idade este indicador diminuiu de 2,51% para 1,04%. No contingente de 25 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo baixou de 11,75% para 7,02%. Além das taxas de analfabetismo terem diminuído em todas as faixas etárias, verificou-se um considerável aumento no número de pessoas entre 18 e 24 anos frequentando o ensino superior (graduação, especialização, mestrado ou doutorado), quando considerada a população total dessa mesma faixa etária (taxa de frequência líquida ao ensino superior). Este indicador aumentou de 4,22% para 12,17%. Quando considerada a taxa de frequência bruta, ou seja, a razão entre o número total de pessoas de qualquer idade frequentando o ensino superior e a população na faixa etária de 18 a 24 anos, a comparação indicou um expressivo aumento, passando de 7,89% para 28,42%. Atualmente, a RAVN possui a quarta maior taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade entre as 9 Regiões Administrativas de Belo Horizonte, com um total de 97,3%. Índice equivalente à média geral do município e superior à taxa de alfabetização da RMBH, com indicador de 95,6%. A comparação dos resultados de 2000 com os de 2010, além de indicar a queda da taxa de analfabetismo, reflete, principalmente, uma maior possibilidade de acesso à informação escrita e a níveis de educação mais elevados pela população residente.

Em segundo lugar, os resultados referentes ao rendimento mensal da população residente na área pesquisada apresentaram sensíveis melhoras, tanto em relação ao valor máximo da renda domiciliar *per capita* dos indivíduos pertencentes ao quintil mais pobre, quanto em relação ao valor mínimo da renda domiciliar

per capita dos indivíduos pertencentes ao decil mais rico (valores em reais de 01 de agosto de 2010). Em relação ao 1º quintil mais pobre, o valor máximo da renda domiciliar *per capita* subiu de R$172,77 para R$292,40. A renda *per capita* do 2º quintil aumentou de R$284,12 para R$461,73. O 3º e 4º quintis mais pobres mantiveram a mesma ordenação observada nos quintis anteriores, aumentando, respectivamente, de R$427,22 para R$670,03 e de R$680,83 para R$1.047,27. A análise dos rendimentos indicou, ainda, o aumento de R$981,44 para R$1.473,09 da renda domiciliar *per capita* mínima dos indivíduos pertencentes ao contingente dos 10% da população com maiores rendimentos. Quando considerada a razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos, a renda *per capita* média aumentou de R$508,93, no ano de 2000, para R$801,27, no ano de 2010.

De acordo com o IBGE, para o universo do Censo Demográfico 2010 a investigação compreendeu o rendimento mensal de todas as fontes para todas as pessoas de 10 anos ou mais de idade. Em 2000, esta investigação ficou restrita ao rendimento da pessoa responsável pelo domicílio. Os resultados obtidos permitem avaliar o valor do rendimento nominal mediano mensalmente auferido pelas pessoas residentes nas 9 Regiões Administrativas de Belo Horizonte. Comparativamente, verifica-se que o rendimento dos indivíduos residentes na RAVN (R$775,00) é, ainda, significativamente inferior aquele auferido pela população da Região Administrativa Centro-Sul (R$2.500,00). De igual modo, os indicadores demonstraram uma considerável diferença entre os rendimentos da população residente nas Regiões Administrativas integrantes do Vetor Norte de Belo Horizonte, sobressaindo-se o rendimento dos habitantes da Região Administrativa da Pampulha (R$1.300,00). O que corrobora os diferentes níveis econômicos existentes entre as Regiões da Pampulha e Venda Nova e o histórico adensamento da primeira por classes mais abastadas.

Em terceiro lugar, os resultados obtidos em relação ao grau de formalização do trabalho das pessoas ocupadas, com 18 anos ou mais de idade, demonstraram um aumento de 62,99%, em 2000, para 70,98% no ano de 2010. A mesma tendência de crescimento foi constatada no percentual de ocupados de 18 anos ou mais de idade que são empregados com carteira de trabalho assinada, considerado o número total de pessoas ocupadas nessa faixa etária, passando de 51,27%, em 2000, para 59,78% em 2010. No tocante ao percentual dos trabalhadores ocupados com 18 anos ou mais de idade que já concluíram a graduação do ensino superior, o percentual aumentou de 4,31%, em 2000, para 9,52% em 2010.

Por fim, as informações sobre as características dos domicílios, levantadas nos Censos Demográficos de 2000 e 2010, contribuem para a avaliação e o acompanhamento das condições habitacionais, um dos aspectos fundamentais da qualidade de vida da população citadina. A infraestrutura de serviços de saneamento básico relaciona-se com a adequação das moradias e sua consequência para o bem-estar e saúde dos moradores. As informações levantadas pelo Censo Demográfico 2010 mostram uma evolução em relação ao quadro de 2000. Em relação ao percentual da população que vive em domicílios particulares permanentes com água encanada em pelo menos um de seus cômodos e com banheiro exclusivo, o indicador aumentou de 93,2% para 96,46%. No tocante ao percentual da população que vive em domicílios particulares permanentes com coleta de lixo o percentual dos atendidos por esse serviço urbano aumentou de 88,62%, em 2000, para 97,41% em 2010. O mesmo ocorrendo com o percentual da população que vive em domicílios particulares permanentes com iluminação elétrica, que aumentou de 99,35% para 99,84%.

Por sua vez, o número de moradores e a densidade domiciliar informam o grau de conforto dos moradores e servem como indicadores da alteração da morfologia das unidades familiares, subsidiando informações sobre demanda por novas construções. Nesse sentido, o percentual da população que vive em domicílios particulares permanentes com densidade superior a 2 pessoas por dormitório reduziu de 38,45%, em 2000, para 23,87% em 2010.

No recente diagnóstico da RAVN, procedido pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (2012), para avaliar as tendências da dinâmica urbana da região e subsidiar a implementação do Plano Diretor da Região Administrativa Venda Nova, verificou-se que a reconfiguração de antigos espaços – resultante tanto de intervenções de obras públicas recentes quanto de ações da iniciativa privada, atraída pela lucratividade do mercado imobiliário –, promoveu a expansão da demanda efetiva por imóveis e, por conseguinte, uma intensa valorização imobiliária nos últimos anos. A valorização contribui para um aumento do adensamento e do aproveitamento

dos estoques de potencial construtivo existentes, gerando, em contrapartida, a expulsão da população de níveis mais baixos de renda das áreas que se valorizaram de forma mais intensa para periferias mais distantes, seja no próprio município ou na RMBH.

Com o fito de obter um retrato dos patamares de valorização dos imóveis residenciais destinados à venda/locação e identificar a ocorrência de especulação imobiliária (renda da terra), realizou-se uma pesquisa na seção de classificados de imóveis do "Jornal Estado de Minas", visando mensurar a quantidade de imóveis residenciais colocados à venda e aqueles destinados à locação, nos meses de janeiro e julho, no período de 2001 a 2013, englobando bens de características diversas: casa, casa geminada, apartamento tipo e cobertura, barracão e *kitnet*. A menção aos anos mais recentes objetiva demonstrar a elevação contínua do valor da terra, corroborando a tese de que o processo de gentrificação segue um curso constante.

Forçoso ressaltar que, apesar da utilização dos anúncios de imóveis como fonte de informação do mercado imobiliário da RAVN apresentar a desvantagem de não retratar o preço do imóvel de fato transacionado, dada à eventual diferença entre o valor anunciado e o valor de venda, parte-se da hipótese de que a evolução dos dois preços tenha tendências semelhantes no médio e longo prazo (FIPE, 2014).

De acordo com os dados obtidos, a média de valor dos imóveis residenciais colocados à venda em jan/2001 era de R$40.765,43, sendo que, em jul/2013, a média de valor dos imóveis passou a ser de R$290.205,17, representado um aumento significativo de, aproximadamente, 712% no preço dos imóveis. Ressalta-se que a inflação observada no período 2001-2013 foi de apenas 165,8%, conforme correção pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Índice, portanto, bastante inferior ao percentual de aumento dos imóveis ofertados na região.

Nesse sentido, relevante ressaltar os indícios de renovação qualitativa do estoque imobiliário da região, a partir do comportamento dos preços e da oferta do mercado imobiliário da RAVN, sobretudo quando considerado o gradativo aumento do anúncio de imóveis com preços superiores a R$500.000,00, a partir do ano de 2011. Período, portanto, posterior à inauguração de grande parte das obras de reestruturação do Vetor Norte de Belo Horizonte e da instalação da CAMG na RAVN.

Acompanhando a evolução dos preços de venda imobiliária, a média de valor dos aluguéis dos imóveis residenciais destinados à locação em jan/2001 foi de R$221,36, sendo que, em jul/2013, a média dos aluguéis passou a ser de R$813,50, representado um substancial aumento de 368% no valor da locação, sendo que a variação da inflação no período (2001-2013) foi, como dito anteriormente, de 165,8%, conforme coeficiente de correção IGP-M (FGV).

Interessante observar que, desde o ano de 2005 – época do anúncio da instalação da CAMG na RAVN –, os valores dos aluguéis veem aumentando paulatinamente, sendo que, após o ano de 2011, verificam-se ofertas de imóveis com patamares de aluguéis superiores a R$1.200,00, importância superior ao preço médio dos aluguéis de apartamentos em bairros tipificados como de nível médio e equivalente ao valor daqueles considerados de nível alto, conforme estratificação de bairros do IPEAD.

Por certo, a valorização imobiliária percebida na RAVN não decorre exclusivamente da presença dos novos empreendimentos na região, sendo influenciada, também, por fatores conjunturais ligados à própria dinâmica do mercado, ao crescimento do PIB e da renda média das famílias, à intensificação da demanda por terrenos por parte das atividades econômicas, a disponibilidade de crédito e a queda dos rendimentos no mercado financeiro que levou capitais de diversas fontes a buscar o mercado imobiliário para sua reprodução. Não bastasse, verifica-se um ambiente político favorável para o aquecimento do mercado imobiliário no país, com destaque para a Nova Política Nacional de Habitação (2004), a criação do Fundo Nacional de Habitação (2006) e do Programa de Aceleração do Crescimento (2007) (Sathler *et al*, 2011).

De todo modo, os dados obtidos com a pesquisa na seção de classificados de imóveis do "Jornal Estado de Minas", associados às informações obtidas por intermédio da Fundação IPEAD, permitem inferir a dinâmica imobiliária da RAVN, fornecendo um retrato da evolução de preços dos imóveis ofertados (venda/locação) no interstício temporal em que a reestruturação espacial do Vetor Norte da RMBH foi iniciada até os dias atuais, favorecendo a percepção da ocorrência de uma das características dos processos de gentrificação na RAVN – a mudança da ordem fundiária.

Afora a elevação dos valores venal e de aluguel dos imóveis na RAVN, verifica-se a transformação do ambien-

te construído e da paisagem urbana da região, com a oferta de novos serviços e a requalificação residencial, decorrentes dos investimentos, públicos e privados (instalados ou em via de implantação), em infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços, tais como: a CAMG, o Hospital de Pronto Socorro Risoleta Neves (hospital público com capacidade para se tornar o maior do Estado), a Estação Vilarinho (terminal intermodal de transporte coletivo, construído para ser o maior terminal de integração da RMBH); dois *shopping centers* – Shopping Norte e Shopping Estação BH (sendo este integrado à Estação Vilarinho); a Catedral Metropolitana; o lançamento de empreendimentos imobiliários recentes de grandes incorporadoras/construtoras (MRV, Tenda, Rossi, Direcional, etc.); instituições de ensino superior, entre outros, que influenciam diretamente no direito de habitar – na medida em que "a qualidade habitacional extrapola o 'teto, parede e piso', para abranger a localização, a acessibilidade, o transporte, os equipamentos de saúde, educação, lazer, religião e cultura" (VÉRAS, 2003: 86) –, permitindo a análise das externalidades (positivas e negativas) do processo de reestruturação urbana na RAVN e a eventual melhoria da qualidade de vida da população local – não necessariamente do grupo social que outrora ocupava a região.

Nessas condições, a análise da dinâmica de ocupação e uso do solo na RAVN, bem como a evolução das tipologias habitacionais e respectivos padrões construtivos, merece maior atenção, dada à recente alteração das características tradicionais de moradia da população local. A dinâmica do mercado formal de produção habitacional da RAVN demonstra uma alteração da tipologia de ocupação da área – predominantemente horizontalizada e residencial unifamiliar anteriormente –, evidenciando a atuação do capital imobiliário na produção de mais-valias fundiárias. Com as melhorias urbanas advindas da reestruturação espacial do Vetor Norte da cidade e a atração de novos investimentos públicos e privados para a RAVN, constata-se um gradativo processo de verticalização da região, acompanhado de um aumento qualitativo nos padrões construtivos das edificações residenciais e comerciais construídas no período compreendido entre 2001 e 2013, representando uma alteração da morfologia da área e indícios de uma ocupação por classes de rendas mais elevadas. Como consequência desse processo, há a substituição de grupos sociais economicamente inferiores, em razão das dificuldades de acesso advinda pela incompatibilidade com seus níveis de renda.

Além da significativa alteração na tipologia dos imóveis edificados na RAVN, os dados cadastrais do IPTU permitem avaliar as características construtivas (tamanho, revestimento, acabamento, etc.) e tipos de equipamentos dos imóveis residenciais (vagas de garagem, guarita, *hall* privativo, *play ground,* piscina, elevador, etc.), bem como dos imóveis comerciais (ar condicionado, auditório, escada rolante, estacionamento para clientes, garagem, etc.). A partir de suas características, os imóveis são enquadrados, segundo seu tipo, nos padrões de acabamento: P1, P2, P3, P4 e P5, em que P1 representa a padronização qualitativamente mais baixa e P5, por conseguinte, a mais alta. Atualmente, a classificação da edificação, para fins de lançamento do IPTU, é feita em conformidade com a escala de pontos prevista na Lei municipal nº 9.795/2009 – que alterou a política tributária do imposto.

Observa-se que até o ano de 2001, os imóveis edificados possuíam padrões construtivos majoritariamente tipificadas como de classe P1 (20,81%) e P2 (51,51%), representando, juntos, 72,32% do total de imóveis residenciais e comerciais edificados. Após o ano de 2001, nota-se uma relevante melhora qualitativa dos imóveis construídos na região, com a predominância de edificações padrão P3 (63,56%) e um sensível acréscimo de imóveis com alto padrão construtivo, cujas características são classificadas como P4 (0,09%) e P5 (1,64%). O processo de renovação do parque imobiliário resulta, então, numa considerável diminuição dos imóveis com padrões construtivos inferiores, de classe P1 (10,71%) e P2 (24%), apesar da RAVN ser, historicamente, um espaço privilegiado de ocupação pelas classes menos favorecidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de gentrificação advindo da reestruturação do espaço expressa-se em mudanças urbanas mais amplas, apesar dos dados empíricos estatísticos denotarem um padrão coerente com as alterações verificadas em diferentes regiões. No caso da RAVN é possível afirmar que, acaso a reestruturação prossiga em sua atual direção, mudanças ainda mais significativas ocorrerão na estrutura urbana, porquanto o processo de enobrecimento do solo urbano não se restringe à valorização imobiliária e ao consequente deslocamento da população de baixa renda. Haja vista que algo mais amplo, envolvendo uma combinação de mudanças sociais, física e econômicas, distingue a gentrificação como um processo ou um conjunto de processos específicos interligados. Sendo certo que, além da melhoria na infraestrutura urbana, há possibilidade de também ocorrer uma perda das características culturais, das tradições e do comportamento da população, com o consequente enfraquecimento da identidade local.

Interessante observar que o período (2001-2011) em que ocorreram algumas das principais modificações socioespaciais no Vetor Norte da RMBH e, bem assim, na RAVN, é posterior à alteração da legislação urbanística do Município – Plano Diretor (Lei Municipal nº 7.165/1996) e Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei Municipal n° 7.166/1996), ambas alteradas pela Lei Municipal nº 9.959/2010, abrangendo, também, o período pós aprovação do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2010), que regulamentou os artigos 182 e 183 da CR/88, atribuindo aos Municípios o encargo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, de forma a garantir o bem estar de seus habitantes. Ou seja, não basta a existência de normas e uma política de planejamento para ordenar a estruturação urbana e construir uma cidade equilibrada futura, porquanto as ações modificadoras procedidas pelo Poder Público nem sempre caminham no sentido de ampliar o direito dos cidadãos à cidade.

Nessa perspectiva, a mitigação dos efeitos adversos decorrentes da reestruturação urbana da RAVN e de toda a RMBH dependem de maior eficácia legislativa, de ações integradas e participativas, na busca de um eixo sustentável de desenvolvimento em sintonia com os anseios da população, a fim de evitar as externalidades negativas oriundas de experiências passadas no município e garantir à população local o uso e a ocupação democráticos do solo urbano, a preservação e proteção do patrimônio cultural e ambiental, estimulando a diversidade funcional e social, com justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes meios e serviços e equidade no uso do espaço público.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ-RIVADULLA, M. J. (2007), "*Golden ghettos: gated communities and class residential segregation in Montevideo, Uruguay". Environment and Planning A*, pp. 47-63.

ALVES, G. A. (2011), "A requalificação do centro de São Paulo". *Estud. av*., São Paulo. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100008, [consultado em 04-5-2014].

ARANTES, O. B. F. (2000), "Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas". *In*: O. B. F. Arantes; C. Vainer; E. Maricato. *A cidade do pensamento único*: desmanchando consensos. Rio de Janeiro: Vozes.

BORSDORF, A. (2003), "*Cómo modelar el desarrollo y la dinámica de la ciudad latino-americana". EURE (Santiago)*, Santiago. Disponível em http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612003008600002&lang=pt, [consultado em 04-5-2014].

CALDEIRA, T. P. R. (2000), *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp.

CARLOS, A. F. A. (2012), "A Produção da metrópole: o novo sentido do solo urbano na acumulação do capital". *In*: A. C. T. Ribeiro; E. Limonad; P. P. Gusmão (org.). *Desafios ao planejamento*: produção da metrópole e questões ambientais. Rio de Janeiro: Letra Capital.

CASTELLS, M. (1983), *A questão urbana*. Trad. A. Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CASGRAIN, A.; JANOSCHKA, M. (2013), "*Gentrificación y resistencia en las ciudades latinoamericanas. El ejemplo de Santiago de Chile". Revista de Investigación Social*, mai-ago.

CLARK, E. (2010), "*The order and simplicity of gentrification: a political challenge". In*: L. Lees; T. Slater; E. Wyly. *The gentrification reader*. *New York*: Routledge.

COSTA, L. C. (1978), "Aspectos político-administrativos do planejamento urbano". *In*: A. H. P. Toledo; M. Cavalcanti (org.). *Planejamento urbano em debate*. São Paulo: Cortez e Moraes.

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (2014), Índice *FIPEZAP*. Disponível em www.fipe.org.br, [consultado em 05-10-2014].

GOMES, S. M. (2008), "A dinâmica do mercado formal de produção residencial". *In*: M. F. Caldas; J. G. Mendonça; L. N. Carmo (coords.). *Estudos urbanos*: Belo Horizonte 2008: transformações recentes na estrutura urbana. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte.

GOTTDIENER, M. (1997), *A produção social do espaço urbano*. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

HARRIS, A. (2008). "*From London to Mumbai and Back Again: Gentrification and Public Policy in Comparative Perspective". Urban Studies*, nov..

HARVEY, D. (2011), *O enigma do capital*: e as crises do capitalismo. Trad. J. A. Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo.

HARVEY, D. (2013), "O enigma do capital e as crises do capitalismo". *Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais - e-metropolis*, São Paulo, mar..

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000 e 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/censo, [consultado em 02-9-2014].

IBRE - Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/IBRE). *Indicadores de preços*. Disponível em: http://portalibre.fgv.br, [consultado em 02-10-2014].

INSTITUTO HORIZONTES. *Plano de Ações Imediatas para o Vetor Norte*. 2006. Disponível em: http://www.institutohorizontes.org.br/imagens/estudoseprojetos/DOCUMENTO_FINAL_VETOR_NORTE.pdf, [consultado em 025-2014].

IPEAD. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (2011), *Pesquisa do mercado imobiliário em Belo Horizonte*: aluguéis. Belo Horizonte: IPEAD-UFMG. Disponível em: http://www.ipead.com.br/site/publicacoes/mercadoImobiliario, [consultado em 03-10-2014].

KAMEL, R. C. A. (2007), *Gestão municipal e o processo de organização do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte (1894-1960)*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.

LEES, L. (2010), "*A re-appraisal of gentrification: towards a 'geography of gentrification'". In*: L. Lees; T. Slater; E. Wyly. *The gentrification reader*. *New York*: Routledge.

LEES, L. (2008). "*Gentrification and Social Mixing: Towards an Inclusive Urban Renaissance?"* ***Urban Studies Journal***. nov..

LEES, L; SLATER, T.; WYLY, E. (2007), *Gentrification*, Routledge: *New York*.

LEFEBVRE, H. (2006), *A produção do espaço*. Trad. D. B. P. e S. M..

LEFEBVRE, H. (2011), *O direito à cidade*. Trad. R. E. F. São Paulo: Centauro.

LEY, D. (2010), "*Reply: the rent gap revisited". In*: L. Lees; T. Slater; E. Wyly. *The gentrification reader*. *New York*: Routledge.

LEY, D. (2010), "*Gentrification and the politics of the new middle class". In*: L. Lees; T. Slater; E. Wyly. *The gentrification reader*. *New York*: Routledge.

LOJKINE, J. (1981), "A análise marxista do Estado". Trad. P. J. e E. L. *Espaço & Debates.* São Paulo: NERU.

MARCUSE, P. (2010), "*Abandonment*, *gentrification and displacement: the linkages in New York City". In*: L. Lees; T. Slater; E. Wyly. *The gentrification reader*. *New York*: Routledge.

MARX, K.; ENGELS, F. (1998), *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo.

MENDES, L. (2011), "Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado". *Cad. Metrop.*, São Paulo. Disponível em http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/14765, [consultado em 04-5-2014].

MONTE-MÓR, R. L. M.; PAULA, J. A.; MAGALHÃES, F. N. C.; LINO, S. (2007), *Formação Histórica*: Três Momentos da História de Belo Horizonte. Belo Horizonte. Disponível em http://web.face.ufmg.br/cedeplar/site/pesquisas/pbh/arquivos/Mod1.pdf, [consultado em 30-4-2014].

PEREIRA, D. B.; CAMPOS, L. A. (2009), "A Linha Verde na Região Metropolitana de Belo Horizonte: projeto de modernidade e empreendimentos". *Book Geografias*, Belo Horizonte. Disponível em: http://cantacantos.com.br/revista/index.php/geografias/article/view/174/13, [consultado em 01-5-2014].

PLAMBEL – Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (1984), *Plano de Desenvolvimento Integrado Econômico e Social* - PDIES/1984: Volume II - Diagnóstico da Estrutura Atual (minuta sujeita à aprovação). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE (2009), *Planejamento estratégico de Belo Horizonte 2030*. Anexo I. Avaliação situacional de Belo Horizonte e de sua inserção no contexto metropolitano. Belo Horizonte. Disponível em: https://bhmetaseresultados.pbh.gov.br/content/planejamento-estrat%C3%A9gico-2030, [consultado em 09-5-2014].

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE (2012), *Plano Diretor da Região Administrativa Venda Nova* – diagnóstico da área: situação atual e tendências da dinâmica urbana. vol.1. Belo Horizonte: Práxis Projetos e Consultoria Ltda.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. *Estatísticas e indicadores - mapas básicos*. Disponível em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/, [consultado em 21-9-2011].

SANTOS, M. (2006), *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record.

SASSEN, S. (1998), *As cidades na economia mundial*. Trad. C. E. M. M. São Paulo: Studio Nobel.

SATHLER, D *et al*. (2011), "O impacto dos grandes empreendimentos no mercado da terra na RMBH: o Vetor Norte em perspectiva". *Geogrfias*. Belo Horizonte. Disponível em http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/geografias/article/viewArticle/128, [consultado em 02-5-2014].

SAVAGE, M.; WARDE, A. (1993), *Urban sociology, capitalism and modernity*. Londres, Macmillan.

SMITH, N. (1988), *Desenvolvimento desigual*: natureza, capital e a produção de espaço. Trad. E. A. N. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SMITH, N. (1996), *The new urban frontier: gentrification and the revanchist city*. *New York*: Routledge, 1996.

SMITH, N. (2010), "*Commentary: gentrification and the rent gap". In*: L. Lees; T. Slater; E. Wyly. *The gentrification reader*. *New York*: Routledge.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais (2011), **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDDI-RMBH** – Relatório de Definição das Propostas de Políticas Setoriais, Projetos e Investimentos Prioritários – Sumário Executivo. Belo Horizonte: UFMG.

VÉRAS, M. P. B. (2003), Sociedade Urbana: desigualdades e exclusão sociais. Salvador: **Cadernos do CRH**, jan-jun. Disponível em: «http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=144». Acesso em: 19 mar. 2014.

VÉRAS, M. P. B. (2010), Cidade, vulnerabilidade e território. **Ponto e virgula**. Disponível em: «http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n7/artigos/pdf/pv7-03-mauraveras.pdf». Acesso em: 30 abr. 2014.

Em "pedaços" – sobre fronteiras, hierarquias e estigmas num bairro popular da Cidade do Rio de Janeiro.

Rosemere Maia
Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil
rosemaia@terra.com.br

Tainá de Paula Alvarenga
Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil
tainaufrj@hotmail.com

Rosemere Maia possui Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pós-Doutorado em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa. **É** Professora Associada da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pesquisadora Integrada ao CESNOVA, da Universidade Nova de Lisboa, além de ter pesquisas apoiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Seus temas de interesse são: cidade, pobreza urbana, segregação socioespacial, cultura, identidades juvenis e consumo.

Tainá de Paula Alvarenga é Graduada em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2014), tendo sido Bolsista de Iniciação Científica/FAPERJ. Possui artigos publicados em anais de eventos.

Resumo: Santa Cruz, bairro da Cidade do Rio de Janeiro, é marcado pela presença de grandes conjuntos habitacionais, loteamentos, favelas e, mais recentemente, por um número expressivo de "condomínios populares" construídos no contexto do programa "Minha Casa, Minha Vida". Dia após dia, chega ao bairro um contingente expressivo de famílias - algumas submetidas às inúmeras remoções que acontecem no Rio nesses tempos de megaeventos-, tornando ainda mais crônicos os problemas que já afligem a localidade, como a falta de infraestrutura urbana, a insuficiência e inoperância de serviços públicos, a ausência de postos de trabalho e, em especial, a violência, desencadeada por traficantes e milicianos. Criam-se, no bairro, estigmas e preconceitos entre os moradores; estabelecem-se fronteiras e territorialidades entre eles, o que dificulta sua organização para enfrentamento dos dilemas cotidianos, bem como a assunção de um efetivo protagonismo no que se refere aos destinos do bairro e da cidade.
Palavras-chave: Cidade, segregação socioespacial, Política de Habitação, Preconceito.

A Cidade do Rio de Janeiro, sobretudo nas duas últimas décadas, tem atraído para si o foco das atenções, deixando claro o propósito de seus mais recentes "gestores" de torná-la "competitiva" e inseri-la no contexto do "mercado mundial de cidades", acompanhando uma tendência que, segundo muitos especialistas, teria surgido a partir de 1992, com a experiência vivida por Barcelona, ao sediar os Jogos Olímpicos.
Como "mito fundador", talvez o ocorrido em Barcelona favoreça a compreensão de muito do que se passa no Rio, mas certamente não é suficiente para descortinar grande parte dos processos e contradições que vêm se apresentando na realidade carioca, sobretudo quando observamos que apesar dos propalados "avanços" alcançados e/ou desejados, do legado vislumbrado para a Cidade, as maravilhas do Rio continuam se concentrando, como diria Tim Maia, do Leme ao Pontal (ou, mais recentemente, do Centro ao Pontal).
Assim como ocorre em outras cidades do mundo, o Rio vem recebendo, num processo crescente, uma série de investimentos que tem mudado a cara da cidade – ou de uma parte dela. São intervenções justificadas pela necessidade de sua adequação ao terciário avançado – atual *leitmotiv* para tornar a cidade pujante, competitiva, capaz de atrair investidores e consumidores qualificados. Para além dos atributos que a referida Cidade já congrega e que sempre foi capaz de despertar interesse de turistas do mundo todo – em termos de natureza,

patrimônio e cultura -, os eventos nacionais e internacionais de grande porte[1] que se multiplicam, ano após ano, também se apresentam, hoje, como a menina dos olhos dos gestores locais e empreendedores, deixando claro o fato de que as intervenções urbanas só podem ser pensadas no contexto de uma economia globalizada, sendo fundamental que a Cidade esteja preparada para um novo protagonismo na contemporaneidade e, para tanto, oriente-se por novos "paradigmas" em termos de planejamento urbano.

Através do estabelecimento de novas formas de gestão (sustentadas, em grande medida, por parcerias entre o Poder Público e a iniciativa privada), a cidade não só se reestrutura física e territorialmente, como se vê impactada por novas dinâmicas culturais e pelo aprofundamento das desigualdades intraurbanas, tudo isso sustentado pelas mais mirabolantes estratégias de mobilização de elementos simbólicos que buscam a adesão dos citadinos aos projetos desenhados para a Cidade.

Assim o Rio passa a ser gerido a exemplo de uma empresa – o chamado Planejamento Estratégico-, sendo marcado por intervenções urbanas pautadas em grande "flexibilidade regulatória"- em geral, com normativas que atendem aos interesses de grupos/segmentos privilegiados, e por ações fragmentadas, pontuais, excludentes, pautando-se na valorização de determinadas áreas em detrimento de outras, além do recurso a medidas de "higienização urbana", como a retirada de segmentos populacionais de determinadas áreas, evitando, assim, que com suas práticas sociais ou modos de vida possam macular a imagem que se pretende construir e manter em relação à cidade.

As principais intervenções que têm marcado o Rio concentram-se em bairros que, de uma forma ou de outra, são considerados estratégicos frente ao modelo de cidade perseguido – seja pelo valor patrimonial/cultural que detêm (como no caso do Centro e da Lapa), seja em função da "melhoria" da mobilidade urbana (como aqueles atingidos por obras do BRT- Bus Rapid Transit), seja pela questão da "segurança" (como tem sido o caso das comunidades "pacificadas", após a instalação das UPP – Unidades de Polícia Pacificadora). Em qualquer situação, a população local – especialmente os segmentos menos privilegiados, moradores das áreas de interesse estratégico/especulativo - surge como elemento de figuração no espetáculo que se desenrola, tendo qualquer possibilidade efetiva de protagonismo anulada em nome da simples adesão aos projetos que se colocam como "única via para o desenvolvimento", ainda que esse "desenvolvimento" implique em perdas ou danos efetivos e, por vezes, seja pautado em situações que evidenciam graves violações de direitos. Dissidências, resistências, dissonâncias frente ao estabelecido, quando ocorrem, são caladas, são criminalizadas- afinal, "o jogo tem que continuar".

Tornadas regras, as medidas e estruturas de gestão que deveriam ser "excepcionais" evidenciam uma clara afronta a direitos historicamente constituídos, afetando o acesso à moradia, ao trabalho, à saúde, à educação, ao ir e vir, à manifestação política – principalmente em se tratando dos mais pobres. Ações como os recolhimentos compulsórios de população em situação de rua, a repressão a vendedores ambulantes, as remoções de moradores de áreas consideradas estratégicas ou de "risco", os abusos cometidos por policiais, dentre outras passam a ser naturalizadas, banalizadas.

Diante desse quadro, torna-se imperativo demonstrar o que vem ocorrendo em áreas que, no âmbito da Cidade, não têm merecido tanta visibilidade, como é o caso do bairro de Santa Cruz que, desde 2007, tem se tornado nosso contexto empírico.

Santa Cruz encontra-se situado na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, a 60 km de distância da área central. Conta, segundo o Censo de 2010, com uma população de 217.333 moradores, distribuídos em 76.295 domicílios, detendo uma área de 12.504,43 ha. O rendimento nominal médio de pessoas de 10 anos ou mais de idade, excluindo os sem rendimentos, equivale a R$ 941,00.

O bairro é marcado, também, pela presença de grandes conjuntos habitacionais, lá construídos entre os primeiros anos da década de 1970 e meados da década de 1990, num contexto em que a política habitacional tinha na remoção de favelas um de seus pilares. Há, ainda, um enorme número de loteamentos irregulares/informais e áreas favelizadas, sendo que estas últimas tiveram sua expansão sobretudo na última década.

---

1 Megaeventos têm se repetido cada vez com mais frequência na Cidade. Gostaríamos e destacar as conferências mundiais sobre ecologia – ECO 92 e Rio +20; eventos religiosos - como a Jornada Mundial da Juventude; festivais de música – como o Rock in Rio, já transformado em marca internacional; sem falar nos eventos esportivos – Pan 2007, Copa do Mundo de 2014 e, em 2016, os Jogos Olímpicos).

Ultimamente, o bairro vem crescendo em número de habitantes em função da construção de unidades habitacionais vinculadas ao Programa "Minha Casa, Minha Vida" (MCMV) – cerca de 3600 moradias, até 2014. Ainda assim, predominam na localidade problemas relacionadas à infraestrutura urbana e insuficiência ou ausência de outros serviços básicos (saúde, educação, assistência social, transportes, lazer, cultura, etc.), o que obriga a população a se deslocar para outras áreas da cidade em busca dos mesmos.

A "invisibilidade" do bairro não se manifesta somente no que se refere à ausência ou insuficiência/precariedade dos serviços, mas pela forma como os moradores de outras áreas se referem à localidade, ora não a reconhecendo como parte da cidade, ora vendo Santa Cruz, como "o fim do mundo", o "lugar onde o vento faz a curva" e onde "Judas perdeu as botas", (re)produzindo uma série de preconceitos e estereótipos em relação ao lugar e às pessoas do lugar.

O que é mais interessante é que Santa Cruz – bairro tornado invisível ao longo do século passado -, teve uma importância significativa durante os períodos Colonial (desde a chegada dos Jesuítas ao Brasil) e Imperial. Os Jesuítas marcaram presença no bairro (e no entorno) por mais de dois séculos, desde sua chegada, até sua expulsão das terras brasileiras. Ao longo desse período, compraram, receberam doações e trocaram terras. Nos idos de 1700, a Fazenda Santa Cruz era a mais próspera da Capitania, sendo possuidora de um grande contingente de escravos, um enorme rebanho bovino e uma agricultura manejada com técnicas avançadas para o período. Além disto, foi também a Companhia de Jesus a responsável pela construção de grandes e importantes edificações na região - hoje detentoras de um alto valor histórico – ainda que nem sempre (re)conhecidas ou valorizadas pela população local.

Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, dos domínios de Portugal e de suas colônias, todo o patrimônio da Fazenda de Santa Cruz foi transferido para as mãos da Coroa, subordinando-se aos vice-reis. As terras amargaram um período de obsolescência/decadência, até passarem, já no início do século XIX (mais precisamente com a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808), a uma situação de prosperidade. Isto porque foi este o local escolhido pelos nobres para atividades de veraneio, dadas as amenidades que apresentava.

O retorno de D. João a Portugal não foi capaz, contudo, de estremecer o glamour detido pela região junto à Corte: tanto Pedro I, quanto Pedro II mantiveram estreitos laços com a referida área, despachando, promovendo bailes, saraus, construindo palacetes e outras obras de porte, como o Matadouro Imperial, inaugurado em 1881, que teve um papel fundamental no desenvolvimento local, à medida que contribuiu para a melhoria da infraestrutura, para a proliferação de residências (inclusive vilas operárias destinadas a trabalhadores vindos de outras áreas) e de estabelecimentos comerciais.

A importância e centralidade detidas por Santa Cruz durante os períodos Colonial e Imperial não se mantiveram, na mesma medida, com o advento da República, sobretudo nos primeiros anos. Somente a partir da década de 30 do século passado, voltou a atrair a atenção do governo (que empreendeu obras de melhoramento urbano, tendo em vista a valorização das terras e a recuperação do dinamismo econômico), bem como de migrantes. Estes últimos – principalmente de origem japonesa - lá se instalaram implementando novas técnicas agrícolas, permitindo o abastecimento de toda a Cidade do Rio de Janeiro, tendo como forte a produção de laranjas e de tomates.

A partir da década de 40, principalmente após a inauguração da Avenida Brasil (em 1946), a região passou a receber novos moradores. A distância em relação ao Centro fazia com que a Zona Oeste se apresentasse a grande parte dos citadinos como última opção de moradia. Isto porque a expansão da Cidade em direção aos bairros suburbanos cortados pelas ferrovias e às áreas "rurais" assentava-se num processo bastante diferenciado daquele que caracterizava a ocupação da Zona Sul da Cidade, que desde sempre teve prioridade no que tange a investimentos públicos, em termos de infraestrutura urbana. Sobretudo no subúrbio distante, a população menos privilegiada era induzida a se instalar em loteamentos situados em áreas praticamente destituídas de infraestrutura urbana.

Com uma atuação deliberadamente discriminatória sobre o espaço, empreendida pelo Estado autoritário, no pós-64, os pobres urbanos voltaram a sofrer um processo de segregação induzida, principalmente em decorrência da "política de remoção de favelas", política esta que repercutiu drasticamente no seu cotidiano. Neste período, surgiram em Santa Cruz grandes conjuntos habitacionais, necessários para a alocação da população removida.

Além da erradicação de um estilo de vida (Perlman,1977), tal política levou à consolidação de um novo mo-

delo de urbanização na cidade, denominado pelos cientistas sociais de periferização. Este processo, mesmo já tendo sido observado durante os anos 1930, e intensificado nos anos 1950, ganhou, na década de 1970, expressiva visibilidade. Neste momento, morar longe das áreas centrais deixou de ser uma opção, passando a ser para a classe trabalhadora uma necessidade. Para Valladares (1983), "*a periferização pode ser entendida como uma projeção ao nível do espaço do processo de acumulação de capital e de suas consequências sobre o ‹habitat› da classe trabalhadora, determinando sua segregação espacial em áreas cada vez mais longínquas dos ‹núcleos› dos principais centros urbano-industriais do país*".

Marques e Bichir (apud Sposito, 2004), com base na análise da literatura sociológica dos anos 70 e 80, assim descrevem as periferias urbanas:

> Estas representariam territórios sem Estado, quase totalmente intocados pelas políticas públicas, exceto pelos empreendimentos habitacionais massificados implantados a partir dos anos 1960, o que teria levado à o constituição de espaços de condições de vida bastante precárias. A ação pulverizada dos produtores privados e a inação do Estado teriam levado à construção de espaços metropolitanos caracterizados por um gradiente crescente de condições de vida, inserção no mercado de trabalho e acesso à renda de centro para as periferias.

A Zona Oeste, por contar com terrenos a preços acessíveis, em decorrência do parcelamento de grandes glebas (ocorrido entre 1963 e 1967), tornou-se uma área bastante procurada pelos segmentos mais pobres. Na década de 1970, Santa Cruz passou a contar com um distrito industrial, acompanhando o processo de reestruturação urbana e de espraiamento da Cidade, o que também contribuiu para o crescimento populacional do bairro e de seu entorno, mas com precária infraestrutura. Empresas de porte (como a Gerdau, Casa da Moeda, White Martins e, mais recentemente, a Companhia Siderúrgica do Atlântico) buscaram esta área para instalação de indústrias, ocupando terrenos que, anteriormente, eram destinados à lavoura e à pecuária. A população do bairro, contudo, foi pouco beneficiada por este processo, dada a exigência posta por estas empresas no que concerne à mão-de-obra qualificada, em descompasso com o perfil dos moradores.

Com a chegada dos anos 1980, considerada como a "década perdida", a segregação socioespacial na Cidade acabaria por se consolidar. Com a degradação do poder de compra dos segmentos populares, deu-se um novo pico de favelização no Rio de Janeiro, tendo como cenários principais a Zona Oeste (sobretudo em bairro como a Barra da Tijuca, Jacarepaguá e outros, como Santa Cruz). Segundo Fridman (1994), as 136 favelas surgidas neste momento acabariam por localizar-se "*em áreas non aedificandi, destinadas a praças, afastamentos em torno dos rios, etc [tendo as invasões de terrenos tornado-se] outro recurso de habitação popular, [bem como] os loteamentos irregulares e clandestinos, localizados, principalmente na Zona Oeste*". Esta mesma autora sugere que, nesta década, ocorreu *"uma redefinição espacial da pobreza e da moradia"*.

A partir dos anos 1990, notam-se alguns avanços quanto à questão do direito, sobretudo no que diz respeito à moradia e ao direito à cidade, dada a incorporação pela Constituição Federal (CF) de 1988 de um capítulo sobre política urbana. Passou-se a reconhecer a função social da cidade e da propriedade, assim como o direito de posse de milhões de moradores de favelas, além da participação da sociedade civil na decisão de políticas públicas.

Contrapondo-se a esses avanços em termos de marcos legais, as políticas neoliberais ganharam corpo no país, sobretudo nas metrópoles, impactando de forma negativa na economia da cidade. Suas principais consequências foram o desemprego e o retrocesso nas questões dos direitos sociais, pois, com a adoção desse modelo econômico, o mercado passou a ditar suas regras, exigindo do Poder Público que lan*çasse mão, para tanto, de intervenções* orientadas por práticas arcaicas, de corte repressivo/policialesco, onde os segmentos populares tornaram-se sujeitos a toda sorte de coação e, não raras vezes, de criminalização de seu modo de vida – aí incluídas suas atividades laborativas e suas formas de moradia.

As intervenções urbanísticas, bem como os programas habitacionais que têm marcado o cenário da Cidade do Rio de Janeiro nas últimas décadas acabaram por aprofundar a valorização do espaço urbano e a despossessão da população mais pobre, a exemplo do salientado por Harvey, demonstrando os efeitos de uma reestruturação capitalista pautada na desregulamentação e livre atuação de agentes hegemônicos do capital, provocando uma

fragilização do Estado, à medida que minimiza sua capacidade de atuação como provedor de reformas voltadas à viabilização de infraestruturas sociais e de redistribuição de renda. Sobre a despossessão, afirma Harvey:

> A absorção de excedente através da transformação urbana tem um aspecto obscuro. Ela tem acarretado repetidas contendas sobre a reestruturação urbana pela "destruição criativa", que quase sempre tem uma dimensão de classe já que é o pobre, o desprivilegiado e o marginalizado do poder político que primeiro sofrem com este processo. A violência é necessária para construir o novo mundo urbano sobre os escombros do velho. (Harvey, 2012, 82)

No que se refere aos segmentos populares, constatamos que a despossessão se apresenta tanto através do aparato coercitivo/repressivo utilizado pelo Poder Público – materializado nas inúmeras remoções que se multiplicam pela Cidade e no recolhimento da população em situação de rua), mas também está presente – e é legitimado – por meio do recurso a avançados instrumentos da política urbana, em consonância com as orientações dos organismos supranacionais, bem como com os interesses especulativos dos setores econômicos dominantes. Sob essa lógica, situam-se tanto o Programa Minha Casa Minha Vida – um dos carros-chefes do Governo Federal -, como outrossim as medidas adotadas tendo em vista a regularização fundiária em áreas favelizadas. Ambas as medidas, no contexto da Cidade do Rio, têm reforçado o enobrecimento/gentrificação[2] de áreas de interesse especulativo, produzindo o aprofundamento da segregação e da fragmentação do tecido sociopolítico e espacial.

Essas orientações e medidas que têm marcado a Política Urbana de forma geral e repercutido fortemente na Política de Habitação, em especial, têm impactado fortemente o bairro de Santa Cruz, já que é o referido bairro que vem se tornando destino de muitas das famílias "beneficiadas" pelo Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) na Cidade, como também é para lá que são encaminhados os antigos "moradores de rua", "depositados" num grande abrigo que não dispõe de condições mínimas para o recebimento dessa população.

No que tange ao MCMV, muitas unidades habitacionais têm sido construídas no bairro, em especial no sub -bairro Jesuítas – área que, até uma década atrás, ainda guardava feições rurais e que, ainda hoje, é desprovida de infraestrutura básica (como saneamento, serviços de saúde, de educação). Num período bastante curto de tempo, Jesuítas recebeu um contingente expressivo de novos moradores oriundos de áreas que foram submetidas a processos de remoção ou que, em função da valorização que sofreram, tornaram-se inacessíveis à permanência da população pobre.

As unidades habitacionais surgidas na localidade apresentam-se como "alternativas" à população. Seja de forma compulsória, ou não, o certo é que se tenta difundir junto a esses segmentos populacionais que esses imóveis devem ser vistos como um "benefício", conforme também indicado por Harvey:

> O que resta do aparentemente progressista propósito de recompensar o direito à propriedade das populações assentadas, fornecendo-lhes recursos que lhes permitam deixar a pobreza para trás? Tal esquema agora está em debate para as favelas do Rio de Janeiro, por exemplo. O problema é que o pobre, em situação de insegurança de renda e frequentes dificuldades financeiras, pode ser persuadido facilmente a comercializar este recurso por um pagamento relativamente baixo. (2012, 85)

As unidades habitacionais oferecidas (ou que cabem no orçamento desses moradores submetidos à remoção

---

2 Gentrificação - Esse fenômeno pode se referir tanto ao consumo, quando espaços submetidos a processos de renovação/requalificação urbana e passam a ser frequentados por um público mais "seleto", enobrecendo a região – fenômeno esse observado nos centros históricos de algumas cidades, antes obsoletos e degradados. Mas a gentrificação também está referida aos espaços de moradia, aprofundando a segregação socioespacial, à medida em que se constata uma apropriação de áreas antes ocupadas por segmentos populares por moradores mais abastados, demonstrando a força dos agentes do capital no que se refere à intervenção sobre o espaço urbano e a despossessão dos trabalhadores quanto ao direito à Cidade.

compulsória ou à "remoção branca"[3]) situam-se, de fato, em bairros distantes, sem infraestrutura, impondo aos moradores um acréscimo em seu orçamento em função dos custos de transporte (tanto em termos do valor da passagem, quanto do tempo gasto no percurso entre casa-trabalho), dos serviços que passarão a pagar (como água, luz, condomínio- inexistentes nas favelas). Acrescido a tudo isso, muitas dessas áreas, como ocorre no bairro de Santa Cruz, sofrem, há muito, com a presença de um poder local "paralelo", seja pelo comando dos traficantes, seja pelos desmandos dos milicianos – grupos esses que se impõem através da força, do medo e da coação.

Há de se ressaltar também o fato de que a padronização presente nessas unidades habitacionais (apartamentos detentores de baixo padrão construtivo, com cerca de 39m^2) coloca às famílias uma série de restrições/dificuldades. Há famílias cujo número de membros não comporta nessas moradias; não se admite a possibilidade de realização de atividades econômicas/produtivas no contexto desses "condomínios populares" – o que impacta enormemente no orçamento doméstico, já que muitos desses novos moradores do bairro atribuíam às casas anteriores mais que a função de "abrigo" – na verdade, muitos deles transformavam a casa em "oficina" ou "bazar""[4], o que significa que desenvolviam algum tipo de produção ou comércio no âmbito do espaço de moradia e, de uma hora para outra, depararam-se com uma dura realidade: a perda de sua fonte de renda. Tudo isso sem falar no rompimento de laços de solidariedade, de práticas identitárias e vicinais mantidas no local de origem.

Ainda que o "sonho da casa própria" seja acalentado por todos os segmentos/classes sociais, o que vem ocorrendo com muitos dos moradores que têm chegado a Santa Cruz – em especial ao sub-bairro Jesuítas – é a confrontação com uma situação de pesadelo. O fato de tornar-se proprietário de uma casa é um projeto permeado por várias razões, inclusive de ordem instrumental ("capitalização ao alcance do trabalhador" e segurança, em caso de desemprego). Além disso, num contexto capitalista, "ser proprietário é um valor em si mesmo. Neste sentido, a casa representa parte da realização de um projeto de ascensão social: ser proprietário, estar no que é seu, não depender de aluguel; significa uma integração mais efetiva à cidade, e é uma das marcas de que se conseguiu melhorar" (Caldeira,1984). Contudo, diante da realidade apresentada ao chegarem ao novo local de moradia – pela série de razões já explicitadas -, grande parte dos recém-chegados veem-se frustrados em seu sonho.

Através de nossa *imersão* em Santa Cruz, pudemos constatar que, além de toda carga de preconceitos e estigmas a que são submetidos seus moradores por aqueles que os olham através de uma outra ótica e/ou lugar da cidade, muitos outros eles próprios reproduzem entre si, fomentando a criação de *hierarquias* e *gradações,* a exemplo do que nos é demonstrado por Elias e Scotson (2000).

Para muitos dos moradores, não só as favelas existentes nos referidos bairros, mas também os conjuntos habitacionais e, mais recentemente, os "condomínios populares" do MCMV transformam-se, no imaginário de quem não conhece sua dinâmica interna, em áreas de risco, em territórios do mal. Neste sentido, consideramos exemplar a análise de Wacquant (2005) quanto à "realidade e à força do estigma territorial imposto aos novos párias urbanos".

---

3 A remoção branca tem se constituído num processo derivado tanto das ações coercitivas do Estado, quanto da entrada do capital especulativo em áreas ocupadas por segmentos populares, gerando novas tensões nesses espaços. Os preços dos aluguéis e o custo dos serviços e das mercadorias acabam por determinar a saída de moradores antigos, que migram para outras áreas, mais distantes do Centro, em busca de moradias mais baratas.

4 Reportando-nos à realidade observada em outras áreas do bairro de Santa Cruz, sobretudo em loteamentos populares e conjuntos habitacionais, observamos, ao longo da investigação realizada, uma realidade que difere em muito do que é apresentado aos moradores dos novos condomínios populares:

"Além de abrigo, as casas também têm se tornado palcos de atividades econômicas. Ao caminharmos pelo bairro, podemos constatar novos usos a elas atribuídos, configurando o que vimos chamando de "casa-bazar" e/ou "casa-oficina". É bastante comum nos depararmos com espaços de moradia que também agregam bares, locadoras, salões de beleza, lojas de roupas e oficinas mecânicas. Em geral, as tais atividades surgem nos "puxadinhos" ou "sobradinhos", nas garagens, o que não impede que, em certos casos, também venham a ser desenvolvidas no interior da própria residência, como ocorre, principalmente, com atividades relacionadas à produção ou venda de refeições ou de bolos e doces para festas." (Maia, 2013, 264)

Assim como no estudo realizado Elias e Scotson (2000), o que marca a "diferença" entre os moradores do bairro (e, consequentemente, do sub-bairro Jesuítas) não são elementos relacionados à classe social, raça ou etnia, por exemplo, mas parece ser o tempo de residência, a identidade com o lugar (inclusive com aquele deixado para trás) e os estigmas que envolvem determinadas áreas da cidade. Surgem, assim, classificações que, conforme nos diria Caldeira (1984, 163), *"só fazem sentido em termos relacionais: dependendo da referência, muda-se a própria denominação. Afinal, o que se está fazendo é julgar quem é melhor e quem é pior, quem está em cima e que está embaixo, o que só pode ser feito por comparação"*.

Podem emergir, igualmente, entre os moradores dessas áreas estigmatizadas sentimentos que transitam entre a vergonha e a culpa, a exemplo do que nos sugere Sennet (2004: 138): *"a vergonha está entre a transgressão que produz culpa e a inadequação que gera vergonha"*. O que temos constatado é que, para alguns destes sujeitos, o fato de sempre haver um *"outro ideal"* (Sennet, 2004:139) pode fazer aflorar entre eles uma sensação de incompletude, levando à constante indagação por parte de cada um deles: O que está errado comigo?

A favela, aos olhos dos segmentos mais abastados (e mesmo entre o pobre que nunca passou pela experiência de "ser favelado") acaba transformada em "modo de vida" e, assim, tornada passível de incorporação pelos sujeitos sociais - "uma vez favelados, sempre favelados" -, deixando evidente um sem número de elementos simbólicos agindo nesta qualificação. Isso significa que mesmo residindo nos condomínios populares, é como se tivessem a "marca da favela" impressa nos seus corpos, nas suas ações, carregando nas costas toda sorte de estereótipos construídos historicamente sobre esses "territórios". Isso faz com que os antigos moradores (ou "estabelecidos") percebam os novos como intrusos, como "outsiders", concorrentes (em termos de serviços públicos), responsáveis pela perda da tranquilidade do bairro e/ou crescimento da violência na localidade. É como se em Jesuítas, conforme mencionado por Elias e Scotson (2000) ao referirem-se à comunidade de Winston Parva, essas pessoas "de lá", da parte mais nova, fossem de uma espécie inferior.

Com a chegada dos novos moradores ao sub-bairro Jesuítas através do programa habitacional do governo federal Minha Casa Minha Vide, foram percebidas, durante todo o período de pesquisa, profundas mudanças que alteraram significativamente as relações entre os moradores do bairro – antigos e novos – levando a tensões, estigmas, medo, preconceitos, disputas por equipamentos e serviços públicos, demonstrando o quanto processos mais amplos, ocorridos no contexto da cidade, afetam as relações de sociabilidade local, mas, sobretudo, marcam as trajetórias das famílias que lá se encontram:

> Ao falarem das mudanças por que passou a cidade do Rio de Janeiro, as pessoas entrevistadas trazem, através de suas lembranças, interpretações distintas que apontam não só para a compreensão diferenciada das transformações ocorridas nos espaços urbanos, dos momentos da trajetória pessoal, das situações políticas e dos acontecimentos históricos. As distinções, definidas pelo lugar que ocupam hoje na sociedade, fazem com que se enfatize, também distintamente, alguns aspectos presentes em todos os relatos como a família, o trabalho, acontecimentos históricos da cidade e do país que fizeram parte da experiência de vida da geração dos entrevistados. (Lins de Barros, 1997).

Por meio das entrevistas realizadas, percebemos que são quase todos beneficiários dos programas de transferência de renda, possuem rendimento médio de 0 a 3 salários mínimos, baixa escolaridade, sendo que a maioria, em termos raciais, é constituída por pardos e negros. Muitos dos antigos moradores ainda residem em moradias precárias e inacabadas, situadas em ocupações/favelas. Quanto à profissão, grande parte trabalha em serviços domésticos ou na construção civil, sem vínculo formal de trabalho. No que tange à escolaridade, a maioria sequer possui o Ensino Fundamental completo; dos antigos, apenas um possuía vínculo formal empregatício e ensino superior.

Apesar da semelhança entre o novos e antigos moradores, nota-se na fala destes últimos uma preocupação com a situação do sub-bairro com a chegada de novas famílias. Isso deve ser associado à identidade e ao sentimento de pertencimento, identidade formada durante anos na localidade, através do estabelecimento de vínculos sociais estreitos, marcados por uma sociabilidade vicinal. Isso foi identificado desde o início da pesquisa, talvez pelo histórico do bairro, que manteve ao longo do século XX ainda uma forte feição rural, um clima de

tranquilidade já há muito inexistente em outros bairros da Cidade, o que deixa os antigos moradores saudosos em relação a esse passado, ao mesmo tempo que apreensivos diante dos "novos tempos" por que passa o local. Segue o relato de uma antiga moradora, que exemplifica essas questões:

> Sou nascida e criada em Jesuítas, minha família viu muitas casas serem construídas por aqui, não tinha quase nada por aqui, um vazio geral. A gente preza pelo Jesuítas, tem carinho por ele, vi meus filhos crescerem aqui e gostaria que meus netos tivessem um local tranquilo e eu também para poder descansar na velhice, mas acho que não vai dar mais, encheu muito. Tenho vontade de me mudar daqui, pois as coisas só irão mudar para pior daqui pra frente. (V., moradora antiga do sub-bairro).

Há, sem dúvida, por parte dos antigos moradores uma maior identificação com o sub-bairro, surgindo a preocupação com o "outro", o novo morador que, segundo eles, traz "o aumento da violência e a diminuição dos recursos". Como uma parte desses condomínios serve para reassentar moradores de favelas, os moradores antigos já imaginavam a origem desses novos. Mesmo sem estabelecer contato ou vínculos, muitos preconceitos já passavam pela cabeça dos antigos: "Não sei como será daqui pra frente, Jesuítas vai virar uma favela"; "Acho que é o fim trazer essa gente toda pra cá"; "Vão aumentar os assaltos, essa gente não sabe viver em lugar tranquilo"; "Essas mulheres andam de sutiã pelas ruas, sem nenhuma vergonha", foram frases que ouvimos durante algumas entrevistas realizadas.

Discursos como esses evidenciam a forma como estigmas e preconceitos que foram construídos historicamente em relação às favelas e aos seus moradores se mantêm, sendo as favelas concebidas/representadas como espaços onde habitam vagabundos, vadios, prostitutas e hoje, em dia, traficantes; local relacionado à bagunça e à desordem ou, como diria Perlman (1977), uma "aglomeração patológica". Ou seja, a favela como um modo de vida, levando muitos dos antigos moradores a reproduzirem a máxima de que "essa gente veio pra cá com a favela nas costas", quando tentam se referir a algum hábito dos "outsiders" que os incomoda, como nos depoimentos abaixo:

> Antigamente esse bairro era uma bênção, eu ficava na porta de casa, fazia unha e tudo na porta. Com a chegada dessa gente tudo ficou mais difícil, sabe? É muita gente de favela e você sabe que eles gostam de uma baderna, de um som alto, tem uns que são até metidos com tráfico. Então eles chegando aqui vão sujar o nosso bairro, porque é tudo gente que não presta, vieram para a casa própria, mas trouxeram a favela nas costas. (B., morador antigo no sub-bairro).
>
> No dia em que eles vieram pra cá, foi uma bagunça, uma gritaria, soltaram até fogos, tinha uns que traziam som ligado, fui ali fora ver e voltei correndo pra dentro de casa pensando que era arrastão. Vieram para um bairro tranquilo, mas não estão acostumados, se mudaram da favela, mas acho que trouxeram ela nas costas..." (L., moradora antiga de Jesuítas)

A definição da favela como "aglomeração patológica" é umas das visões mais difundidas, ainda que não explicitamente, mas vincula a esses moradores vários atributos negativos. O preconceito e o estigma são dois aspectos dessa relação entre estabelecidos e outsiders, "está associado muitas vezes, a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido. Ela reflete e, ao mesmo tempo, justifica a aversão – o preconceito – que seus membros sentem perante os que compõem o grupo outsiders." (Elias E Scotson, 2000, p. 35). Os recém-chegados, pelo fato de pouco conhecerem o bairro, sua história, sua dinâmica, não conseguiram criar referências mais fortes com o lugar e seus moradores (sejam os antigos, ou aqueles que se encontram em situação semelhante à sua, ocupando o bairro há pouco tempo). A insatisfação derivada da transferência compulsória para a área ou o rompimento de antigos laços de sociabilidade e solidariedade que tinham nas localidades de origem podem contribuir também para esse estado de coisas. Mas não é só isso: verifica-se, igualmente, uma sensação de que a mudança trouxe prejuízos no que se refere ao acesso ao trabalho, aos serviços, à mobilidade, enfim, ao direito à cidade – até porque, para muitos deles, Santa Cruz – e Jesuítas, particularmente – sequer constavam no "mapa", até o momento em que lá chegaram.

A desconfiança em relação ao outro, contudo, não é prerrogativa apenas dos antigos em relação aos novos moradores. Esses também possuem uma relação de estranhamento e alheamento frente não só aos antigos, como diante dos que se encontram em situação semelhante à sua. Sobre essa última categoria, a desconfiança resulta de uma certa preocupação com a segurança, por não saberem "de onde essas pessoas vieram". De novo, o estigma resultante do local de moradia se apresenta e a depender da favela e/ou bairro de origem, os novos moradores começam a estabelecer classificações entre si, referidas ao grau de "periculosidade" do outro, do modo de vida que acreditam que insistirão em manter, etc. É recorrente a referência ao fato de que morar num "condomínio" requer uma nova forma de comportamento, diferente do que tinham nas favelas, com o pagamento de taxas e contas, além de algumas "regras" de convivência que precisam ser introjetadas, de modo a garantir uma melhor sociabilidade. Aos que não conseguem se adaptar e essa nova vida, os próprios recém-chegados afirmam:

> Tem gente que veio morar no condomínio, mas traz a favela nas costas, quer escutar som alto, brigar, discutir nas reuniões de condomínio, não querem nem pagar as contas. Saímos da favela, com todas as dificuldades que temos aqui, temos que aprender a conviver com as regras, tem que deixar o passado de lado. (F., morador novo).

Semelhantes aos antigos, os recém-chegados também se preocupam com os serviços públicos da região, percebendo que fatalmente terão que enfrentar uma "disputa" pelo pouco existente na área.

Santa Cruz e Jesuítas nunca foram considerados prioridade nas intervenções feitas pelo Poder Público e vêm sofrendo reflexos da violência que atinge as grandes cidades, além dos impactos derivados da política habitacional que aprofunda as desigualdades intraurbanas. O medo da violência, do novo vizinho, do "outro", as relações e decepções com a nova casa e com o bairro influenciam o cotidiano desses moradores que sofrem de forma mais direta com a violência e o abandono do Estado, assim como enfatizado por Maia:

> A violência urbana foi também mencionada enquanto um problema crescente. Ela, sem dúvida, tem sido determinante na paulatina alteração de muitos de seus hábitos cotidianos e na afirmação do "imaginário do medo", materializado na criação de algumas estratégias de confinamento e evitação. As saídas encontradas acabam afetando tanto sua forma de experimentação e vivência do espaço público, como também já vêm alterando, em alguma medida, suas relações comunitárias e de vizinhança. Para a população local, talvez ela seja o problema a exigir, hoje, uma resposta mais urgente por parte dos governantes, já que atinge todos os citadinos, sobretudo os moradores das áreas periféricas, que não dispõem dos mesmos meios de proteção que os segmentos mais abastados. Para os segmentos menos privilegiados, ainda se coloca o fato de, em muitos casos, ser a violência e a criminalidade (por vezes sozinhas, em outros, associadas à pobreza) fenômenos amplamente difundidos pela mídia como característicos aos bairros periféricos e das favelas – "É aquilo que aparece nos jornais sobre o bairro!" - "Só existimos nas reportagens policiais", afirmaram alguns dos moradores. (Maia, 2008, p. 65).

Em Santa Cruz o medo é uma constante. Em Jesuítas, particularmente, o medo do "outro" também existe e deve ser destacado, pois possui características específicas. Não é qualquer pessoa que amedronta: ela tem origem, endereço. É um medo dirigido, preferencialmente, aos moradores oriundos das favelas. Sendo assim, esse medo se remete a um segmento específico da sociedade. A ausência de uma política pública que dê segurança para toda a população torna-se agravante para essa sensação de insegurança. Ainda que o combate ao tráfico de drogas tenha sido reforçado nesses espaços, a ausência de políticas públicas no âmbito da educação, saúde, assistência, segurança e trabalho, a violência do Estado com as camadas mais vulneráveis na sociedade é diário.

> Estudos e reportagens constatam que não raro quando se questiona sobre as causas da violência urbana, no imaginário da população urbana a tendência é conceber o

> "inimigo" na figura genérica do "pobre bandido", o "outro", que ameaçaria uma irreversibilidade na crise urbana. (Eckert, 2002, p. 2).

Com isso, continuamos a assistir à criminalização histórica do pobre, do negro e do favelado, causando impactos significativos nas relações de sociabilidade e nas práticas cotidianas dos moradores de Jesuítas:

> Olha, antigamente, eu ficava toda a minha família sentada aqui no portão, ficávamos a tarde toda, a porta da garagem ficava aberta, mesmo com o carro dentro, agora com toda essa gente, os milicianos mais ativos por causa desses favelados, estamos em total insegurança. (G., Moradora antiga do sub-bairro Jesuítas).
>
> Essa gente de cor, têm uns que são educados, trabalham, mas esses que vieram pra cá, os favelados, chega a dar medo, tem uns mal encarados, sei lá, fico na dúvida e fecho toda a porta da rua que antigamente, antes deles chegarem, vivia aberta. (B. moradora antiga do sub-bairro).
>
> Então, quando eu cheguei ficava meio insegura, desconfiada até do meu vizinho eu tinha medo, porque era gente de várias favelas juntas, várias facções, sabe como é né... Eu mesma tenho filho adolescente, morria de medo que fizessem algo, alguma implicância ou violência, eu nem falava muito com o meu vizinho com o pessoal do condomínio. Nesses dois anos aqui, agora que estou mais à vontade, mais confiante com todas essas pessoas diferentes. A maioria não é o pessoal que morava comigo na Cidade de Deus, mas a gente vive, tem que viver, fica atento e vive. (I, nova moradora do Condomínio Coimbra em Jesuítas).
>
> Aqui é tudo novo, a gente não se conhece e não conhecia muito bem o lugar, então era melhor ficar com a porta trancada, eu não sabia se o meu vizinho do lado era de outra favela, de outra facção, coisas que a gente aprende na favela, no nosso convívio e acaba carregando pra onde a gente vai. Mesmo aqui eu ficava meio na dúvida se alguém podia implicar por eu ter morado em local de Comando Vermelho, mas aí, com o tempo a gente vai se acostumando e hoje sou um pouquinho mais segura. Quando eu cheguei tinha medo de qualquer um que eu não conhecia. (R., nova moradora de um dos condomínios).

Esse confronto entre facções criminosas que marcava os espaços de origem dos moradores recém-chegados faz com que eles acabem reproduzindo essa distinção para classificar a si e aos outros, o que leva a legitimar discursos que associam o residente de favela ao crime e aos criminosos. Isso dificulta ainda mais suas relações de sociabilidade e inviabiliza futuras práticas e organizações coletivas em favor dos moradores e do bairro como um todo. Desta forma, o medo acaba resultando num individualismo, no "declínio da vida pública", conforme mencionado por Sennet:

> Hoje a vida pública também se tornou questão de obrigação formal. A maioria dos cidadãos aborda suas negociações com o Estado com um espírito de aquiescência resignada, mas essa debilitação pública tem um alcance muito mais amplo do que as transformações políticas. Boas maneiras e intercâmbios rituais com estranhos são considerados, na melhor das hipóteses, como formais e áridos e, na pior, como falsos. A própria pessoa estranha é uma figura ameaçadora, e muito poucos podem sentir um grande prazer nesse mundo de estranhos: a cidade cosmopolita. Uma res publica representa, em geral, aqueles vínculos de associação e de compromisso mútuo que existem entre pessoas que não estão unidas por laços de família ou de associação íntima: é o vínculo de família ou de amizade. Como na mesma época romana, a participação na res pública é hoje, na maioria das vezes, uma questão de estar de acordo; e os fóruns para essa vida pública, como a cidade, estão em um estado de decadência. (Sennet, 1988, p. 16).

Desde as primeiras entrevistas com os mais antigos, observou-se a ausência de um aparelho comunitário que servisse de base para essas discussões; inexiste uma associação de moradores e estes desconhecem qualquer

tipo de espaço que sirva para tal fim. Os recém-chegados possuem apenas o espaço de reuniões do condomínio e podem resolver as questões internas. Recebem constantes visitas de deputados e vereadores que, como é sabido, invadem esses espaços com vistas a alcançar votos, sem resolver os problemas que os afligem. Eles também desconhecem qualquer outro espaço de organização comunitária em Jesuítas e reconhecem a dificuldade de se unirem para buscarem melhorias:

> Aqui as pessoas são difíceis de se organizar, o síndico organiza as reuniões, fala as coisas, mas quando chega a parte que diz que todo mundo tem que pagar condomínio para conseguir as melhorias, já era. Começa a confusão, quase ninguém contribui. Nem com dinheiro, porque aqui ninguém quer pagar nada, nem com a educação, porque esse povo trás a favela nas costas, aí fica difícil correr atrás das melhorias pra gente. (B., moradora nova).
>
> Esse ano já veio muito político aqui, a família Picciani está aqui direto, é ano de eleição, mas aqui não tem associação de moradores aí eles precisam vir às reuniões de condomínio. O pessoal bobão, tem comes e bebes, aí o pessoal já fica sorrindo. Hoje mesmo eles vão vir, tem refrigerante, sopa de ervilha, com um monte de promessa, querendo voto, um grande circo. Eles fazem contato com os síndicos, que são os contatos deles aqui, dizem que eles ganham até uma mesada dos políticos. Aí, se eles enganarem todo mundo direitinho, vão ganhar milhares de votos, mas eu tô fora, porque organizar uma coisa pra gente participar e se organizar, pra gente entender bem o que são nossos direitos nenhum político quer, aí depois das eleições eles somem. (J., morador novo).

Muito ainda teríamos a dizer sobre a dinâmica do bairro e de seus moradores, dada a complexidade que permeia as questões apresentadas neste artigo. Temos clareza da impossibilidade de tomá-las como conclusivas, esgotadas. Até porque, pensado em sua dinamicidade, existe vida no bairro e essa vida pulsa em cada ato, em cada fato, nas lutas cotidianas travadas pela população local, nas suas práticas sociais e formas de sociabilidade, nas suas manifestações culturais, nas suas estratégias de enfrentamento e confinamento, e também no seu cansaço e até na sua acomodação.

Uma realidade matizada, plena de contrastes, produzida e reproduzida a cada instante, (re)definida a cada momento de um jogo infindável, com regras bastante duras; um jogo disputado num campo onde as fronteiras não têm equivalência cartográfica, mas são colocadas e recolocadas a partir mecanismos de poder e de significação e, por esta razão, tornam-se tênues, imprecisas - embora sejam capazes de fragmentar, opor, dividir. Onde a mobilidade dos sujeitos sofre constrangimentos e onde o acesso aos direitos não se configura como regra, como ato cidadão. Onde hierarquias surgem e discriminam (e até incriminam/criminalizam), tornando todos ainda mais vulneráveis. Realidade onde, paradoxalmente, solidariedade e apartação podem conviver e onde o lema, da maioria, é sobreviver… Apesar dos pesares, estes moradores seguem escrevendo, linha por linha, a sua História.

Bibliografia:

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio (1984). A política dos outros- o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense.

ECKERT, Cornélia (2002). Cultura do medo e as tensões do viver a cidade: narrativa e trajetória de velhos moradores de Porto Alegre. ILUMINURAS, v. 3, n. 6.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L (2000). Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Zahar.

FRIDMAN, Fania. (1994) Propriedade fundiária, habitação e processo de urbanização no Rio de Janeiro. Cadernos do IPPUR/ UFRJ. Rio de Janeiro: IPPUR, ano VIII, nº 213, set/dez 1994. pp. 79-93.

HARVEY, David (2012). O direito à cidade. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, jul./dez, pp.73-89.

LINS DE BARROS, Myriam Moraes (1997). Densidade da memória, trajetória e projeto de vida. Estudos Feministas. v. 5, n. 1, pp. 140- 147.

MAIA, Rosemere. (2013) Casa, pra que te quero? Uma análise sobre as velhas e novas formas e funções das moradias populares. In Álvaro Luiz Heidrich, Benhur Pinós da Costa, Cláudia Luisa Zeferino Pires (organizadores). Maneiras de ler geografia e cultura [recurso eletrônico] – Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura. pp. 256-267.

_____ Entre a majestade e o caos: história, cultura e cotidiano de uma área periférica da cidade do Rio de Janeiro (2008). Revista Mercator, v. 7, n. 13, pp. 59- 69.

PERLMAN, Janice E. (1977) O Mito da Marginalidade: Favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SENNET, Richard(1998). O declínio do homem público: as tiranias da intimidade; tradução Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das letras.

_____ (2004). Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual. Rio de Janeiro, Record.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (2004). Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. In Investigaciones Geograficas, agosto, nº 54, UNAM, DF, México, pp. 114-139.

VALLADARES, Lícia Prado (1983). Estudos recentes sobre a habitação no Brasil: resenha da literatura. In: VALLADARES, Lícia Prado (org.). Repensando a habitação no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar.

WACQUANT, Löic (2005). Os condenados da cidade- um estudo sobre a marginalidade avançada. Rio de Janeiro, Revan/Fase.

Imaginar a cidade, viver a cidade: (in)visibilidade urbana e participação de populações periféricas na constituição dos territórios da cidade.

Prof. Dr.Francisco Pereira Neto
francisco.fpneto@gmail.com)

Resumo: Este texto busca refletir sobre o percurso de um projeto de pesquisa em desenvolvimento e que traz como questão central o problema da participação de grupos das periferias urbanas nas ações de constituição de uma cidade brasileira. O objetivo é pensar sobre as ações de agentes públicos no âmbito de um Trabalho Técnico Socioambiental, os quais se responsabilizam por projetos de intervenção no espaço urbano onde há a exigência legal de implantação de processos participativos para o acompanhamento dos trabalhos. A intenção é entender estas ações e sua capacidade de dialogar com as perspectivas da população envolvida sobre suas próprias condições de habitação na cidade.
Palavras-chave: políticas públicas, participação, periferia urbana.

1. A caracterização do problema:

A consolidação das instituições democráticas no Brasil é vista como um processo constante desde o início da chamada redemocratização do país, nos anos 80 do século passado. Este processo trouxe transformações importantes na sociedade brasileira, especialmente se considerarmos o autoritarismo do período anterior, caracterizado por uma ditadura militar. A relação entre Estado e sociedade passou a ser vista de uma forma mais complexa desde que esta deixou de ser orientada por uma ação de natureza autocrática, quando metas para o desenvolvimento da sociedade eram estabelecidas pelo autoritarismo militar orientado por tecnocratas do Estado. Neste contexto havia uma incidência mais direta da lógica econômica dominante, de orientação capitalista, nas ações do Estado, com um claro represamento da prerrogativa da igualdade, própria às configurações societárias modernas. Evidentemente ao falar de capitalismo no Brasil, não estamos falando de um modelo econômico sustentado por um sistema social pautado na liberdade individual e em princípios de igualdade. Falamos de um sistema patrimonialista de poder, inspirado por relações hierárquicas de passado escravista (Faoro, 1958; Martins, 1993).

Esta foi uma conjuntura que oferecia pouca margem para refletir sobre o caminho a ser perseguido para o desenvolvimento da sociedade, uma vez que era restrita a possibilidade dessas ações serem questionadas de forma efetiva por aqueles grupos da sociedade que se sentiam prejudicados pelas consequências do ordenamento público. A definição de "avanço" (conforme os valores que permeavam as ações do Estado) era mais uniforme, pois não incorporava as tensões das diferentes perspectivas dos grupos da sociedade para a sua legitimidade. Como representantes do conhecimento eficiente e dos valores do governo, o saber técnico e a ordem burocrática foram inquestionáveis como chancelas para a ação legítima do governo.

Diante deste quadro, onde a estrutura de poder apresentava-se muito rígida, limitando em nome da "ordem" as possibilidades de constituírem-se soluções alternativas para os desafios da vida social, é de se perguntar: como, através de que mecanismos e processos, a democratização produziu a "abertura" e a ampliação dos processos de tomada de decisão? Ao estabelecer-se como ponto de partida o processo de redemocratização, é visível que o princípio democrático de ordem social influencia mudanças na sociedade brasileira, especificamente na relação entre Estado e sociedade. A diversidade presente na sociedade brasileira conquista espaços de expressão através de seus atores e as demandas colocadas por este processo passam a ser reconhecidas como legítimas. Portanto, as referências para a ação do Estado passam a se tornar mais complexas, uma vez que a definição de "avanço da sociedade" passa a contar com ideias distintas que abrem disputa sobre o que representa o "bem da sociedade". Sem dúvida os acontecimentos do período histórico atual apresentam-se estimulados por uma perspectiva democrática, o que não nos autoriza a falar de uma democracia plenamente consolidada.

Os elementos que estruturam a ordem hierárquica fortemente desigual da sociedade brasileira estão muito presentes na reprodução da vida social e atuam em contextos não explicitamente políticos.

É certo que a lógica econômica dominante e os campos do saber que a sustenta e reproduz precisam cada vez mais produzir a interlocução com a diversidade de perspectivas e de conhecimentos que também imaginam a constituição da vida social. Por outro lado, mantemos no Brasil uma forte presença dos princípios hierárquicos que constituíram e constituem nossas relações sociais, dificultando sobremaneira o pleno estabelecimento das ações de natureza igualitária na estrutura política o país. Tendo isso presente, é de se entender que a definição dos valores que orientam a ação pública e, mais particularmente, o investimento público através das políticas de governo, torna-se mais complexa ao expressar a tensão entre a exigência em incorporar as ideais geradas pela maior interlocução ente Estado e sociedade e, ao mesmo tempo, a presença estrutural das relações hierárquicas fundadas no racismo, sexismo e na profunda desigualdade de classe.

A intensificação da relação entre demandas (ampliadas e diversificadas) da sociedade e as ações das instituições públicas pode ser percebida nas suas pautas de defesa de direitos humanos, em especial de minorias. A defesa da mulher e dos homossexuais, a política de cotas para favorecer o acesso de afrodescendentes e indígenas a universidades públicas, o reconhecimento do direito ao acesso a terra para os quilombolas, são exemplos da incorporação nas políticas públicas de demandas que anteriormente não eram contempladas. O passado recente demonstra uma mudança na nomenclatura dos focos de investimento dos benefícios das populações a serem consideradas. Os benefícios eram alcançados através de políticas de proteção a trabalhadores rurais e urbanos, contra a pobreza, etc. categorias que de certa forma unificavam as demandas dos grupos sociais considerados inferiorizados. A diversidade étnica e sexual, o reconhecimento da propriedade a grupos historicamente despossuídos, são demonstrações da maior permeabilidade do Estado às demandas historicamente não reconhecidas e que passam a integrar a agenda das políticas públicas.

Sem dúvida essa mudança deve-se, entre outros motivos, a influência dos movimentos sociais na formulação da constituição brasileira de 1988. Por outro lado, essa ampliação da agenda política não é suficiente para efetivar o reconhecimento pleno da realidade plural da sociedade brasileira através da promoção de uma cidadania mais ampliada e efetiva na organização da vida de grande parcela da população. Para além do poder e da forte presença de grupos conservadores da sociedade que se expressam fundamentalmente através do poder econômico e de uma elite de funcionários dos principais postos de poder do Estado, temos a própria configuração das rotinas das instituições de poder que acabam reafirmando a desigualdade estrutural de nossas relações de poder.

Neste texto pretende-se refletir sobre esses elementos de poder através de processos de administração de territórios urbanos, mais especificamente analisando os desdobramentos de um projeto para a construção de obras de saneamento básico em um ;bairro periférico de uma cidade média brasileira. Esta cidade é Pelotas, tem cerca de 320.000 habitantes e fica localizada na região sul do estado do Rio Grande do Sul, último estado ao sul do Brasil. Para além das referências democráticas da agenda política mais ampla, pretendemos investigar com essas mesmas referências aparecem em situações mais sutis, na gestão dos dia-a-dia dos cidadãos.

Além da política de reconhecimento de direitos de grupos minoritários, há também o reconhecimento pelo Estado de que suas ações devem ser reconhecidas e compartilhadas em seus objetivos pela comunidade que é afetada. As políticas de saneamento básico, de promoção da saúde, de habitação, também são influenciadas por essa necessidade de consulta à comunidade, de participação do cidadão. Fica evidente aqui a preocupação em desenvolver no cidadão o sentimento de pertencimento a um espaço público orientado para o "bem comum" e que este espaço público precisa ser de natureza democrática, construído com a participação do cidadão.

Portanto, a ideia de participação é um ponto nevrálgico para o desenvolvimento das políticas públicas do estado brasileiro, sendo que os desafios para sua implantação ficam mais claros quando é presente em ações que pretendem transformar o cotidiano das pessoas. As relações de vizinhança e parentesco, que em bairros periféricos das zonas urbanas e nas zonas rurais estruturam a vida societária, são um bom exemplo de como os sentidos de participação podem ser articulados em uma localidade, mas, ao mesmo tempo, também podem demonstrar um limite claro do alcance dos benefícios conquistados. Via de regra ao se articularem através de um espaço de reconhecimento no nível local, as ações podem apresentar uma ressonância limitada e, em função

disso, tornam-se refratárias a composição de um sistema de governança pautado por uma lógica universal de expansão de benefícios.

Entre os bairros pesquisados na periferia de Pelotas, é interessante como exemplo a realidade do Loteamento Santa Cecília, uma área habitada na encosta de um pequeno rio e que os moradores do bairro Santa Teresinha rotulam seus moradores como "os sem terra" - designação negativa para os habitantes do local, indicando a condição de despossuídos e subversivos. As relações de parentesco e de vizinhança são demarcadores importantes do sentido de "comunidade" desse lugar; ou seja, são referências para a demarcação de alianças e/ou antagonismos dos habitantes do bairro em relação aos habitantes de outros bairros e regiões da cidade e, mais do que isso, da formação de grupos de fidelidade e animosidade no interior do bairro e das próprias famílias, compostas como grupos extensos constituídos prioritariamente por laços consanguíneos. Na constituição do território habitado o que parece operar segue a mobilidade constante dos sentidos de pertencimento. A ideia de grupo é dependente de uma fragmentação própria a constante negociação a que os habitantes da periferia são sujeitos, oscilando entre estar pertencendo a um grupo familiar, a um grupo geracional (e, em alguns casos, de suas práticas ilegais), a um bairro, a um local deste bairro. Nesta amplitude de adesões inconstantes, a família parece ser a referência de identidade mais importante, não por sua coesão e estabilidade, mas por sua capacidade de reagrupação. Diante de crises e fissuras, os laços consanguíneos expressam uma força moral que via de regra restabelece o sentido de pertencimento ao grupo familiar. O habitante do loteamento Santa Cecília ocupa o lugar enquanto pertencente a um grupo familiar. A legitimidade de pertencimento é dada pela relação familiar, mesmo que ele seja um morador eventual do local.

A mobilidade dos integrantes em muitas famílias observadas é comum nestes bairros da periferia da cidade. Mesmo nos lugares de ocupação antiga, há uma grande circulação de pessoas nas moradias das famílias. Normalmente os jovens e adultos circulam em busca de trabalho ou mesmo em novos lugares de moradia na cidade, muitas vezes estimulados por parentes que vislumbram a ocupação de novos locais seja por ocupação de terrenos não ocupados ou mesmo pela participação de programas habitacionais do poder público. Esta possibilidade de moradia em diferentes bairros da cidade proporcionada por uma rede de parentesco ou amizade é importante para facilitar a proximidade dos locais de trabalho ou mesmo para resolver crises ou desavenças eventuais nos grupos familiares, o que obriga a mudança definitiva ou transitória de endereço. O que se percebe é que mulheres mais maduras, já mães e avós, normalmente mantém um domicílio fixo, cuidam das crianças mais novas do grupo familiar, não necessariamente com a presença dos pais consanguíneos. Os jovens adultos precisam "ganhar a vida" e isso muitas vezes implica a necessidade de deixar os filhos aos cuidados dos parentes. Essas mesmas crianças, mesmo sem os pais, se beneficiam da intensa rede de relações com parentes e vizinhos que constituem efetivamente esses locais como de moradia, com laços afetivos importantes com o território, o que leva aos indivíduos adultos retornarem a esses lugares quando em situação de muita desestrutura em suas vidas (perda do trabalho, separação matrimonial, problemas com a polícia, etc.).

Portanto, a dinâmica das relações das pessoas que habitam a periferia de Pelotas aponta para uma experiência fundada em uma intensa mobilidade. Quando a equipe do Trabalho Técnico Socioambiental (TSA) entrou em contato com a população do Santa Cecília para fazer uma primeira atualização dos domicílios e das condições sócio econômica de seus moradores, ficou patente a dificuldade de definição dos moradores dos domicílios. O retorno dos pesquisadores às casas via de regra apresentava uma realidade diferente. Por seu lado, os moradores não entendiam muito bem a ideia de participação em processos de definição de investimento público. Este tipo de estranhamento era mais presente entre os habitantes dos lugares mais pobres, como o loteamento Santa Cecília. Para estes a relação com o poder público era mais comum através do acesso aos programas de proteção social, como o bolsa família e os programas de saúde pública; ou na relação com órgãos de controle social, como a polícia ou agentes de proteção à infância e adolescência. Não é uma experiência inusitada aos moradores de Santa Cecília o fato de algum familiar ou parente estar passando "uma temporada" na prisão ou mesmo algumas pessoas terem experiência de institucionalização na infância, ocasionada pela perda da guarda dos pais pela falta de condições para manter os filhos.

O acesso desta população aos "investimentos" sociais normalmente é feito pela intermediação de lideranças do bairro que, por sua vez, mantém relações clientelistas com políticos que "levam as queixas" dos moradores

até o poder executivo. Essas lideranças locais normalmente demonstram um maior conhecimento das condições de vida local e uma sensibilidade com seus problemas. Porém, muitas vezes as demandas locais deixam de ser prioritárias para essas lideranças pois as mesmas acabam sendo representantes dos interesses de políticos locais na região. Essas relações, pautadas pela disputa de prestígio pessoal (da liderança diante da localidade, do político diante dos eleitores) acabam produzindo relações personalistas, confundindo a defesa das demandas coletivas com a defesa de demandas de indivíduos que pretensamente representariam a coletividade.

Outras formas de conexão dos habitantes de Santa Cecília e dos bairros periféricos aos benefícios da cidadania se dão pela intermediação da ação religiosa, especialmente da Igreja Católica, que procura manter as "comunidades" da paróquia local sob a proteção da ação da caridade cristã. Porém, a adesão ao catolicismo é algo cada vez menos presente nas periferias brasileiras e a própria igreja católica não tem mostrado muito interesse em intensificar seu compromisso com os pobres nos últimos anos. O compromisso social da Igreja Católica vem declinando no Brasil desde os anos 80 do século passado, quando a influência de princípios de compromisso social estimulados por movimentos como a Teologia da Libertação perde importância no dia-a-dia das paróquias. A tentativa de uma parceria entre a pastoral da criança da paróquia local e a equipe do TSA da prefeitura para promover um trabalho socioeducativo com as crianças do loteamento se mostrou infrutífero. As militantes religiosas (em sua grande maioria mulheres) tinham receio em entrar em Santa Cecília em razão deste constituir-se no imaginário dos bairros vizinhos como um local violento.

Enfim, a dificuldade de "representação" dos habitantes de periferias nas esferas que governam as cidades é um problema permanente na democracia brasileira. Desde a constituição de 1988, há um investimento cada vez maior na criação de conselhos e órgãos de participação popular com avanços consideráveis. Por outro lado, a falta de entendimento entre agentes do poder público e de habitantes da periferia de Pelotas sobre o que significa as ações participativas mostra que a presença nominal de conselhos nas regiões da cidade não garante a ação participativa. Para ter agência ela precisa ter significado na experiência diária dos habitantes das cidades. Há uma produção relevante na antropologia brasileira sobre a realidade dos grupos populares ou classes populares (Duarte, 1988; Fonseca, 1995; Sarti, 1996), mostrando a especificidade de sua estrutura sócio organizacional, de seus sistemas de valores, de seus princípios relacionais. Estes estudos são importantes para mostrar que nos espaços marginalizados há vida criativa, produção artística e econômica, princípios morais, etc.; não somente desestrutura e violência. O próximo passo para os estudos sobre a realidade desses grupos é entender sua condição de periferia, de invisibilidade dessa experiência para os espaços de poder que a desqualificam como expressão de uma cidadania legítima. É interessante perguntar como se geram as relações de poder que naturalizam a visão dos gestores sociais sobre a vida dessas populações como a expressão da "falta", da condição que deve ser superada sem ser reconhecida.

Ao trazermos a atenção de estudo para a relação entre os gestores públicos (governamentais e não governamentais) e os habitantes das periferias da cidade, queremos dar ênfase para a necessidade de desnaturalização dos padrões e dos instrumentos de governança da cidade. Pretendemos mostrar que as relações de poder inerentes às ações de gestão da cidade são fortemente influenciadas pela forma como a cidade e seus territórios são imaginados e reconhecidos como espaço de intervenção. Aqui nos colocamos em sintonia com autores como Agier (2011) e Magnani (2012) e seus esforços de pensar a cidade a partir da experiência de seus habitantes e não a partir de modelos teóricos e/ou administrativos que pretendem defini-la por uma representação abstrata que desconsidera a condição criativa de seus habitantes (Segato, 2005).

A seguir pretendemos trazer uma breve reflexão sobre as dificuldades de implantação de uma "política pública participativa". O objetivo é demostrar o processo de constituição da ação no âmbito do gestor público, assim como as incertezas que envolvem a construção do sentido de participação na condução das ações a partir do poder público.

2. Constituindo uma intervenção social: o problema socioambiental

Atualmente estão em curso na cidade de Pelotas/RS algumas ações que procuram desenvolver a participação das comunidades nos projetos de intervenção urbana, muitas delas integradas ao PAC (Programa de Aceleração

do Crescimento)[1], promovido pelo Governo Federal. De forma programática, os projetos que possuem financiamento do Governo Federal através do Ministério das Cidades indicam a necessidade de participação da comunidade que serão afetadas por suas ações.

As obras de saneamento básico (coletoras de esgoto doméstico para tratamento) nos bairros de Três Vendas e Santa Teresinha, em Pelotas, foram projetadas e estão sendo executadas pelo SANEP (Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas) com recursos do Ministério das Cidades do Governo Federal. Porém, para que os recursos para as obras sejam liberados é preciso que os gestores não só estimulem o acompanhamento da comunidade das obras, como desenvolvam ações de educativas e de promoção da cidadania (ver Lei N°11.445 de 5 de janeiro de 2007 e o Estatuto das Cidades, do Ministério das Cidades). Assim está no site para informação, publicidade e acompanhamento do trabalho socioambiental (TSA) vinculado a essas obras de intervenção urbana:

"O Trabalho Técnico Socioambiental (TSA) é um projeto do SANEP que executa ações educativas e de mobilização social visando à participação da comunidade nos processos referentes à realização das obras de saneamento na cidade de Pelotas".(http://tsapelotas.blogspot.com.br/, acessado em 22-05-2014)

A base de reflexão aqui é, portanto, o TSA e a constituição das interações desta política pública com as populações envolvidas por suas ações[2]. Como já foi colocado, nosso interesse é perceber como a "gestão da participação" vai sendo constituída neste caso para, em trabalhos futuros, refletir sobre como essas ações são assumidas e/ou "controladas" pela população envolvida.

Assim, iremos tratar com mais atenção à constituição desta "gestão participativa", trazendo mais elementos sobre as ações dos gestores públicos na constituição do processo de intervenção nas comunidades locais. É verdade que o contato com a população envolvida com as obras sempre esteve presente no transcorrer da pesquisa, sendo inclusive o balizador das várias mudanças que ocorreram nos processos que envolviam a "construção da participação", como veremos a seguir. Porém, ainda não temos dados suficientes para lidar com a perspectiva dos moradores dos bairros sobre as obras e as ações da prefeitura. Está prevista uma abordagem etnográfica mais sistemática em bairros envolvidos nas ações, para que possamos refletir sobre os elementos articulados pelos moradores na interação com as ações desse projeto de intervenção. De momento, o indicado é trazer algumas situações do processo "constituição da intervenção social" levado à frente pela equipe do TSA.

3. Um breve histórico: a intervenção em processo

A assistente social Aline passa a integrar o quadro de funcionários do SANEP em 2011, quando é aprovada em concurso público para trabalhar no setor de proteção à saúde do trabalhador do referido órgão público. Neste mesmo ano ela é designada para coordenar o projeto socioambiental que atende a exigência técnica na implantação de empreendimentos com intervenções na estrutura de saneamento básico em bairros da cidade, realizadas por meio de programas do Ministério das Cidades/ Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, "onde deverão ser priorizadas atividades vinculadas às macro ações: educação ambiental e sanitária" (http://tsapelotas.blogspot.com.br). Os trabalhos do TSA/SANEP começam a ser efetivamente desenvolvidos em 2012 com a parceria de ONG´s e Universidades. O objetivo do projeto é promover a participação da população na condução de obras de saneamento urbano, as quais trazem muitas modificações no seu espaço de habitação. Além desta tarefa, o TSA se responsabiliza em desenvolver ações de promoção da cidadania nas regiões de alcance das obras de saneamento.

Para entender a implantação do TSA é importante reconhecer duas condições para o mesmo se desenvolver

---

1 O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), programa do governo federal, iniciou-se em 2007, visando a "execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética no país". Trata-se de um projeto de alcance nacional para implementar "investimentos em setores estruturantes no país". (http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac)

2 A discussão sobre as questões ecológicas serão tratados na sua relação com as políticas públicas urbanas e tendo como referência as discussões de Devos et al, 2010; Ferraro e Sorrentino, 2005; Gustavo et al, 2012; Lopes, 2006 e Tasks, 2012 sobre o tema.

da forma como ocorreu. Em primeiro lugar, reconhecer a condição secundária ou periférica que as "ações participativas" têm para os gestores públicos que estão à frente do SANEP. O atual diretor é um engenheiro, empresário da construção civil da cidade, que, de muitas formas, deixa claro que o saneamento público se fundamenta na construção de edificações. Em sua perspectiva e de uma elite de técnicos da prefeitura, a solução para os problemas de saneamento da cidade são os recursos a serem empregados em edificações com a alta tecnologia. Essa visão dá pouca importância para o trabalho de técnicos que pensem que o saneamento é algo que se realiza também através da percepção e da ação dos habitantes sobre os seus espaços de vida na cidade. Aqui a noção de "planejamento" sobrepõe-se a visão de "participação" nos processos de intervenção da cidade[3]. Através desta lógica se estabelece também uma hierarquia de importância entre as ações necessárias e as ações dispensáveis para a produção dos resultados perseguidos pela gestão pública, a qual é estendida para a percepção da importância dos diferentes técnicos que desenvolvem cada uma das ações. Do ponto de vista prático, a visão do "planejamento" concebe que a importância dos técnicos da área socioambiental é a de promover ações de sensibilização junto à população atingida pelas obras para que não sejam colocados maiores empecilhos para a execução das mesmas. Do ponto de vista político-econômico, trata-se de garantir um procedimento que não obstaculize a liberação dos recursos do governo federal para construir as edificações.

Ao ser designada para coordenar as ações do TSA/SANEP, Aline trouxe consigo sua formação acadêmica no Serviço Social e os poucos anos de trabalho profissional assessorando o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Portanto, a "sensibilidade profissional" de Aline forja-se numa trajetória de formação no Serviço Social que reconhece e enfatiza a importância dos movimentos sociais na constituição de uma sociedade democrática. Parece-me que essa característica é muito importante para entender o andamento do TSA/SANEP, pois no transcurso da execução do projeto Aline vai produzindo uma crítica ao andamento das obras de saneamento e uma autocrítica sobre o significado de suas ações na coordenação do TSA. Mesmo reconhecendo a importância do incentivo da participação comunitária exigido pelo governo federal, ela percebe que o quê é indicado pelas orientações do governo federal para que tal participação ocorra é pouco efetivo. Muito cedo sente as consequências das diferenças de perspectivas sobre o projeto vinda da diretoria do SANEP e a gestada nas ações do TSA sob sua coordenação. Porém, também fica claro para Aline que o TSA tem uma importância central para a liberação dos recursos para as obras de saneamento.

À frente do TSA, Aline tratou de constituir uma "competência" para desenvolver as ações do projeto. Evidentemente, um trabalho socioambiental teria que ter como eixo o desenvolvimento das ações em torno de questões ambientais, assim como das de mobilização comunitária. No material vindo do governo federal para orientar o trabalho havia a indicação de metodologias que necessariamente exigiam o apoio de outros grupos profissionais. Como desenvolver um biomapa? Como conduzir processos de educação ambiental? Esses desafios a levaram a entrar em contato com vários grupos e instituições com competências diversas. Foram contatadas ONG's que lidavam com as questões que envolvem mobilização comunitária e educação ambiental; universidades que contassem em sua estrutura com formações que pudessem dar conta das exigências do TSA (cursos de Engenharia Sanitária e Ambiental, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais e Geografia); profissionais e funcionários de outros órgãos da administração pública que pudesse dar suporte às ações do projeto. Enfim, é significativa a extensão do âmbito das parcerias buscadas pela coordenadora para desenvolver as ações do TSA.

Acho importantes alguns comentários sobre a "metodologia" formulada por Aline e seus assessores mais próximos

---

3 Varella (2011:323), ao comentar questões que evolvem o planejamento urbano no Brasil, nos propõe a seguinte reflexão: "Na cultura brasileira, a participação assume a forma de um sentimento de participação, como esta instância que deve operar a conciliação e dissolver a oposição entre a esfera técnica do planejamento e o 'povo participante', de maneira análoga ao uso tático-instrumental da forma de 'religião' pelos positivistas da Religião da Humanidade, como um sistema retórico-comunicacional de eficácia comprovada, cujas formas, 'emotivas' e 'sentimentais', se devem preservar, emprestando-lhes os conteúdos modernos-modernizadores do planejamento. Neste sentido [...] Comte, o criador desta religião sem deuses – exceção da 'humanidade', auto cultuada – também teria esboçado, ainda na primeira metade do século XIX, a ideia, 'tão atual', de planejamento".

para constituir os atores que viriam, de diferentes formas, participar das ações do projeto. O ponto de partida para os contatos foi, como já foi colocado, o quadro de "competências" que poderiam dar conta das ações indicadas pelas "cartilhas" do governo federal. As ONG´s que trabalhavam com questões ambientais e com mobilização comunitária, assim como o curso de Engenharia Sanitária e Ambiental, eram parcerias óbvias a serem buscadas, uma vez que a prefeitura não apresentava recursos humanos para cumprir as exigências do projeto. Porém, a insistência na parceria com ONG`s e a academia já apresentam a convicção da equipe em investir em campos de competência que poderiam qualificar as ações do projeto, para além de uma gestão burocrática do mesmo[4].

Portanto, além dos suportes "óbvios", a coordenadora trouxe para o projeto pessoas vinculadas a sua rede de relações, pessoas/profissionais que "tivessem alguma coisa a ver" (como ela mesma diz) com os desafios que o projeto trazia. O resultado desta "metodologia" é uma abertura das atividades do projeto ao escrutínio e a perspectiva de uma série de pontos de vista. Ao avaliar a natureza do contato com essa diversidade de perspectivas e de seus *modus operandi*, a coordenadora do projeto foi configurando as parcerias que estariam mais próximos do que ela imagina como objetivos a serem alcançados com as ações do projeto. Com esta "metodologia" vigorando nestes dois anos de projeto muitas instituições e pessoas passaram pelo mesmo, algumas com mais outras com menos permanência. O que se tornou mais claro é que o critério para a maior ou menor permanência passou a ser uma convicção construída no transcorrer do projeto sobre os tipos de ação que teriam maior ou menor potencialidade de constituir uma efetiva "participação" da população nos processos de intervenção urbana que o projeto de saneamento básico estava ativando.

Como resultado dos contatos iniciais com essa diversidade de atores, as primeiras ações com a população das regiões da cidade envolvida com as obras de saneamento deram-se sob o foco da defesa do meio ambiente e na articulação de um discurso ecológico com base técnico-científica. Foram feitas parcerias do TSA com duas ONG´s da cidade que trabalham com questões ambientais e de mobilização comunitária (AMIZ e Uniperiferia) e algumas oficinas de capacitação ministradas por estudantes de pós-graduação do curso de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal de Pelotas. Junto com a equipe de estagiários do SANEP formada por alunos/as do curso de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas e de Comunicação Social da UFPEL (todos tendo Aline como supervisora), foi formado o Coletivo Educador[5] que passou a fazer a intermediação entre a empresa contratada pelo SANEP para executar as edificações previstas pelo projeto de saneamento e a população local.

Figura 1. Atividade do TSA junto aos moradores do bairro Santa Teresinha. (http://tsapelotas.blogspot.com.br/)

Durante esse período as reuniões de trabalho produziram a convicção em torno de duas ações a serem realizadas:

---

4 Para entender a gestão dos projetos de intervenção social e sua eficácia, é interessante saber que a prestação de contas e o relatório das ações do TSA são feitas a uma funcionária da Caixa Econômica Federal habituada às rotinas de uma instituição financeira de crédito, e pouco familiarizada com o desenvolvimento de projetos na área social. No caso do TSA, a aceitação dos relatórios sempre passa por um trabalho exaustivo de convencimento da coordenadora sobre a pertinência das ações praticadas.

5 Coletivo Educador, segundo Ferraro Júnior e Sorrentino (2005:59), é "(...) a união de pessoas que trazem o apoio de suas instituições para um processo de atuação educacional em um território".

a constituição de comissões de moradores para o acompanhamento das obras do Coletor Geral (CG3) e da Estação de Tratamento de Esgotos Novo Mundo, projetados para a região de Três Vendas; e o desenvolvimento de ações de educação ambiental com a população local.

As atividades se concentraram no Bairro Santa Teresinha e efetivamente foi realizado o trabalho de "mapeamento de lideranças e instituições" da região através do Coletivo Educador. Foram organizadas comissões de moradores para acompanhar as obras e em vários momentos foram feitas intermediações entre os moradores e técnicos e engenheiros da empresa contratada para as obras, assim como entre moradores, a diretoria e técnicos do SANEP. Essas ações, por outro lado, trataram sempre de questões muito pontuais, próprias à gestão das obras das edificações: a autorização oficial de moradores para que as obras passassem em seus terrenos; o comprometimento da construtora em restabelecer a pavimentação de uma rua com a mesma qualidade que havia antes das obras, feita com recursos dos próprios moradores. Neste caso, o TSA cumpria o que era esperado pela direção do SANEP, ou seja, garantir a colaboração dos moradores com as obras, mesmo diante dos problemas recorrentes. Esta "gestão" não se deu sem conflitos e, nesse aspecto, a liderança de Aline foi importante, assim como a ação de alguns dos integrantes das ONG´s do Coletivo Educador. Aqui, mais uma vez, as ações levaram a uma seleção de pessoas para manterem-se no projeto. Ao finalizar a parceria com as ONG´s, Aline solicitou a contratação pelo SANEP de um biólogo, Émerson, que estava sendo muito importante na mediação entre os moradores e a construtora. O mesmo já tinha uma ampla experiência na mobilização comunitária em torno de questões ambientais em outras regiões do país.

O Coletivo Educador, que mantinha certa dispersão sobre as ações empreendidas junto à comunidade, também produziu um vasto material com imagens, entrevistas com moradores, filmagem de eventos (como a decisão do campeonato de futebol "de várzea" da região, vencido pelo clube local, o Santa Teresinha), que foi importante para uma aproximação da realidade local. Porém, na avaliação de Aline, não produziram uma aproximação efetiva com a população local, ao ponto desta relação abrir caminho para uma ação efetiva dos moradores nas políticas públicas que estavam sendo implantadas na região. A intervenção dos moradores ficou praticamente limitada pela ação das comissões na minimização de danos que as obras (já definidas de antemão pelo planejamento dos técnicos da prefeitura e da construtora) produziam aos espaços habitados. Este tipo de ação não difere muito das praticadas tradicionalmente pelas lideranças locais. Algumas delas participaram ativamente das comissões, procurando manter seu prestígio entre os moradores.

Essa avaliação não impede de se reconhecer que houve uma ampliação do conhecimento da realidade local. Nestes trajetos feitos pelos bairros os integrantes da equipe do TSA se depararam com situações que, percebidas através da perspectiva socioambiental que conduzia a ação do grupo, levou ao reconhecimento de que era preciso um olhar mais detido sobre a realidade dos habitantes dos bairros. Na convivência com lideranças locais e moradores tomou-se conhecimento da existência dos "Sem Terra", ou seja, um grupo de moradores que viviam às margens da "sanga"[6] que atravessa o bairro Santa Teresinha. São os moradores do que se denomina no bairro como "loteamento Santa Cecília", o qual não tem nenhum registro de sua existência na prefeitura de Pelotas. É uma área ocupada a mais de vinte anos por uma centena de famílias como posse irregular dos lotes e que sofrem uma dupla exclusão: a da invisibilidade diante dos poderes públicos e o estigma dos moradores locais que os definem como os "Sem Terra" e, em muitos casos, a fonte dos "vícios" da comunidade local.

4. Reconstituindo a intervenção: o problema da invisibilidade

No final do ano de 2012 fui procurado por Aline. Seu interesse é que eu participasse como antropólogo do TSA já que havia ficado clara para a equipe a necessidade de se produzir uma abordagem etnográfica para entender a forma de ocupação do espaço urbano e as lógicas de constituição dos territórios próprias à experiência dos habitantes do bairro. O seu interesse maior era dar "visibilidade" para os moradores do loteamento Santa Cecília e com isso repensar o modelo de urbanismo vigente na cidade de Pelotas. Mostrava-se insatisfeita com

6 Curso de água que mantém um fluxo incerto, podendo secar em alguns períodos.

os resultados conquistados até aquele momento pelo Coletivo Educador, e pelas ações de educação ambiental promovidas pelas ONG´s parceiras do TSA.

No mesmo período das atividades do Coletivo Educador, Aline e sua equipe de estagiários do Serviço Social deram início a um trabalho de cadastramento das famílias do loteamento Santa Cecília. A princípio, o objetivo do estágio era conhecer as famílias do loteamento e o nível de acesso que estas famílias tinham aos programas de garantia de direitos sociais. Porém, os alunos foram orientados a não se limitarem aos questionários e a produzirem entrevistas e diários de campo durante o contato com os integrantes das famílias. Desenvolvi algumas oficinas sobre etnografia e suas técnicas de coleta de dados com a equipe de estagiários do SANEP. Neste ponto, Aline já se mostrava muito interessada em leituras sobre Antropologia e sobre abordagens antropológicas de fenômenos urbanos. Esse interesse levou-a a fazer uma disciplina no Mestrado em Antropologia da UFPEL (Território e Meio Ambiente) no primeiro semestre de 2013 e no final deste mesmo ano participar do processo seletivo para ingressar no referido mestrado, quando foi aprovada.

Cada vez mais interessada em desenvolver formas de interlocução com a população do bairro, estabelece uma parceria com uma jornalista indicada por um integrante do Coletivo Educador para que a mesma promova ações de educação ambiental sob uma perspectiva "participativa". O objetivo foi desenvolver com as crianças do loteamento Santa Cecília e adjacências uma oficina de comunicação voltada para a educação ambiental. A ideia era instrumentalizar as crianças com a utilização de máquinas fotográficas, câmeras de filmagem e gravadores, para que elas reportassem a vida nos seus locais de habitação. Aline mostrou-se especialmente interessada na possibilidade do trabalho dos alunos expressarem o ponto de vista deles sobre o lugar onde moram. O projeto foi intitulado "Jornaleco da Sanga" e tinha como tema principal reportar a relação dos habitantes do Santa Cecília com a sanga que atravessa seu lugar de habitação. A relação da "sanga" com as crianças e suas famílias foi vista como uma estratégia importante para acessar a perspectiva dos moradores sobre o seu espaço de convivência e, desta forma, qualificar a interlocução com a população local sobre a constituição do território local.

A esperança de Aline foi proporcional a sua decepção com o projeto quando avalia sua condução. O formato que fora pensado como um meio de acessar a perspectiva dos moradores acabou retratando um olhar externo, conduzido por uma visão externa sobre o que é o bairro e sua relação com os problemas ambientais. O trabalho não ultrapassou a reportagem panorâmica sobre as questões ambientais que envolvem o bairro, já produzida pela produção midiática do Coletivo Educador. As crianças aparecem como mais um cenário para legitimar a reprodução de uma narrativa ideológica sobre ecologia, pouco aberta a outras percepções sobre o ambiente[7].

Figura 2. Fotografia feita por um aluno da oficina. (http://tsapelotas.blogspot.com.br/)

7 As avaliações de Aline sobre o projeto "Jornaleco da Sanga" vêm informadas por sua experiência nas atividades do Coletivo Educador na promoção da participação comunitária e pelas leituras e reflexões críticas sobre o discurso ambiental desenvolvidas na disciplina do mestrado em Antropologia.

A reação da coordenadora do TSA se intensificou porque esse pensamento ecológico do tipo "meio ambiente sem pessoas" articulava os argumentos da direção do SANEP sobre os destinos do entorno da sanga do bairro Santa Teresinha. Diante de recursos financeiros advindos de um processo judicial de reparação ambiental que o SANEP deveria praticar na região, o diretor do órgão desejava aplicá-lo na construção de uma ciclovia às margens da sanga. A proposta desta iniciativa mostrou-se completamente despropositada para a equipe do TSA, reforçando a ideia de que a direção do órgão não tinha nenhum conhecimento sobre as condições de vida dos habitantes do local. Ou, numa perspectiva mais pessimista, esta proposta estaria sustentada por um conjunto de ações que previam a construção de um condomínio horizontal de classe média/alta numa área contígua a margem oposta da sanga, se tivermos como referência a do loteamento Santa Cecília. A equipe do TSA defendia um processo de reurbanização "sustentável" do entorno da sanga, com a manutenção e qualificação do espaço habitado pelos moradores das margens da sanga. Os mesmos que para o diretor do SANEP eram causa da poluição do córrego de água.

Com estes embates e controvérsias presentes, em sua fase atual o TSA/SANEP procura desenvolver ações que aprofundem a interlocução do projeto com os habitantes dos bairros. Há algum tempo vem sendo feita uma aproximação da equipe de estagiários com as famílias do loteamento Santa Cecília, num claro esforço de estabelecer a empatia necessária para que os moradores estabeleçam relações mais estreitas com os pesquisadores. Desde o início do trabalho já havia a preocupação de Aline com o retorno das ações do TSA à população local. Num primeiro momento, o encaminhamento da regularização dos direitos sociais dos moradores do loteamento Santa Cecília se constituiu, para aquém do acesso aos próprios direitos, uma estratégia de aproximação. Posteriormente, o trabalho com as crianças que iniciaram as atividades do "Jornaleco da Sanga" se manteve, agora voltado para um projeto de endocomunicação que enfatize a capacitação efetiva de crianças e jovens da região para a produção de ações de comunicação comunitária. Além desses projetos, Aline articula junto aos órgãos de assistência social da prefeitura a estruturação de um espaço para acolher e desenvolver atividades com as crianças do bairro Santa Teresinha[8]. Através desta ação, os limites entre a coordenação do TSA e a iniciativa pessoal da coordenadora fica menos nítida, abrindo brechas para uma série de críticas do diretor do SANEP em relação a condução do projeto.

É importante mencionar que, depois de se relacionar com uma diversidade de agentes na configuração dos processos de participação da população coordenados pelo TSA, Aline acaba lançando mão dos contatos e dos programas de ação próprios ao contexto dos assistentes sociais para dar andamento ao projeto[9]. Ao mesmo tempo promoveu a inserção de dois projetos de pesquisa vinculados a universidades no âmbito do TSA e que pretendem estar integrados entre si: o próprio projeto de Aline junto ao Mestrado de Antropologia da UFPEL, que pretende aprofundar o conhecimento (através de uma abordagem etnográfica) sobre as lógicas de ocupação do território urbano por parte dos habitantes da periferia de Pelotas; e outro, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UCPEL, que pretende refletir sobre o direito a posse em territórios urbanos utilizando-se de metodologias como a cartografia e a etnografia. Tentativas de dar visibilidade ao "ponto de vista do nativo".

Considerações finais

A proposta de refletir sobre o estabelecimento de uma política pública "em processo" permite a identificação de uma série de elementos que a compõe e que são fundamentais para identificar as dinâmicas e os modelos de ação que acabam efetivando o reconhecimento do espaço urbano habitado.

---

8 O imóvel já foi alugado e agora Aline e sua equipe de estagiários discutem com a assistente social designada pela prefeitura para dirigir a casa, a forma de estruturar as atividades no local. O objetivo é que o espaço ofereça formação para as crianças sem, no entanto, desconsiderar suas formas de expressão.

9 Depois de encerrar as atividades do "jornaleco" e visando dar continuidade ao trabalho com as crianças do Santa Cecília, o TSA firma uma parceria com a Pastoral da Criança. Os termos do acordo visavam o empréstimo de um prédio da Igreja Católica próximo da moradia das crianças para o desenvolvimento de oficinas, em troca do acesso de membros da Pastoral às famílias das crianças para desenvolver suas atividades assistenciais. O acordo é finalizado pelo fato de que, segundo Aline, as crianças não estavam sendo bem recebidas no local e o acesso aos pais das crianças ao prédio era negado.

Este ponto de vista permite perceber que a visibilidade ou a invisibilidade de indivíduos e grupos que habitam a cidade, a legitimidade como cidadão que os mesmos alcançam ou não alcançam, está relacionada às relações de poder presentes na constituição das formas de "constituir" a cidade e seus cidadãos. Creio que conexões e rupturas no espaço vivido podem ser mais bem entendidas se nos atentarmos à forma e a dinâmica de algumas relações entre o poder público e as coletividades. Alguns pontos a serem destacados são: o poder da agência da lógica do "planejamento" e de sua expressão burocrática na definição das ações produzidas pelas políticas públicas do Estado; o lastro de ação e de influência da pessoalidade na redefinição dessa lógica do "planejamento", própria às políticas públicas no Brasil; a influência das "categorias de entendimento" e de ação (consciência ecológica; comportamento saudável; educação cidadã) sobre a realidade coletiva na conformação das posições de poder dos diferentes grupos e indivíduos que compõe o território da cidade[10]; a necessidade de se atentar para a natureza multifacetada das ações do Estado e às possibilidades e limites de se constituírem "afinidades eletivas" de suas ações com demandas de diferentes grupos da sociedade. Em termos de gestão de políticas públicas, diríamos que tão importante como conhecer os elementos de poder presentes nos procedimentos burocráticos de gestão e as "concepções de realidade" que eles engendram, é reconhecer que, na sua aplicação, estas "concepções de realidade" estão em disputa. A ação dos projetos de intervenção não pode ser entendida se não reconhecermos o jogo entre a normatização e as subjetividades que as colocam em movimento. A pessoalidade é intrínseca a ação burocrática.

Por último, este estudo pretende explorar os limites da contribuição de abordagens qualitativas (etnografia, cartografia) na constituição de elementos que aproximem a lógica da ação das políticas públicas da experiência específica de indivíduos e grupos que habitam a cidade, tensionado a exclusividade das lógicas homogeneizadoras que normalmente conduz o conhecimento de gestão das cidades modernas. Estamos a favor de princípios de apreensão da realidade que destaquem a diversidade dos modos de habitar a cidade e a da constituição de um novo mapa da cidade, sobreposto aos mapas "descarnados" que prosperam na "consciência" da gestão pública. Essa abordagem pode lançar pistas para, por exemplo, pensar se a invisibilidade de alguns grupos periféricos é unicamente resultado da dominação dos processos de normatização e do não reconhecimento do Estado sobre a vida destas populações; ou se esta invisibilidade expressa algum tipo de estratégia tradicional destas populações de constituir suas vidas na marginalidade. O interessante para pesquisar esse problema talvez seja entender os diferentes vetores desta relação.

Bibliografia

AGIER, M (2001). *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.

AGIER, François (2001). *Les nouveaux príncipes de l´urbanisme***.** Paris: Éditions del l´Aube.

BELIVAQUA, C.; LEIRNER, P.C.(2000). "Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro". *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 43(2).

DEVOS, R.V.; SOARES, A.P.M.; ROCHA, A.L.C. (2010). "Habitantes do Arroio: memória ambiental das águas urbanas". *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, (22), jul/dez..

DUARTE, L.F.D.(1988). *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras*. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor.

FAORO, R.(1958). *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro:Globo.

10 Sobre este último aspecto é importante estar atento aos "saberes" envolvidos na constituição das técnicas de intervenção na cidade, tal como Foucault sempre chamou a atenção ao tratar das estruturas de poder nas sociedades modernas (Rabinow, 1999).

FERRARO JÚNIOR, L.A.;SORRENTINO,M. (2005). "Educação ambiental como política pública". *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.3, n.2, maio/ago.

FONSECA, C. L. W. (1995). *Caminhos da adoção*. 2. ed. São Paulo: Cortez.

GUSTAVO C.; GRINBERG, S.; GUTIÉRREZ, R. A. (2012). "Degradación ambiental y periferia urbana: un estúdio transdiciplinario sobre la contaminación en la región metropolitana de Buenos Aires". *Ambiente & Sociedade*, São Paulo (XV) 2, mai./ago. p. 173-194

LATOUR, B**.** (2012). *Reagregando o social: uma introdução á Teoria do Ator-Rede*. Salvador-Bauru: EDUFBA-EDUSC.

LOPES, J.S.(2006). "Sobre processos de 'ambientalização' dos conflitos e sobre dilemas da participação". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, (12)25, jan/ago, p.31-64

MAGNANI, J.G.C.(2012). *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.

MARTINS, J.S. (1993). *O Poder do Atraso*. São Paulo: Hucitec.

RABINOW, P. (1999) "Sujeito e governamentalidade: elementos do trabalho de Michel Foucault". In: Biehl, J.G.(org.). *Antropologia da razão: ensaios de Paul Rabinow*. Rio de Janeiro: Relume Dumará,. Pp. 27-53

SANCHEZ, P.J.G. (2011). "Entre 'comunidade' e 'público': seguindo o curso de ação de um conflito de urbanidade em Caracas, Venezuela". In: Cefaï, Daniel et all (org.). *Arenas Públicas: por um etnografia da vida associativa*. Niterói/RJ: Ed. UFF. Pp. 173-195

SARTI, C. A. (1996). *A família como espelho*. Um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Autores Associados.

SEGATO, R.L. (2005). "Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea". *Série Antropologia* (373)/UnB, Brasília.

TASKS, J.(2012) "A percepção do invisível: uma contribuição para a compreensão do conceito moderno de energia a partir da perspectiva do habitar" In: Steil, C.A.; Carvalho, I.C.M.. *Cultura, percepção e ambiente: diálogos com Tim Ingold.* São Paulo: Ed. Terceiro Nome. Pp. 49-67

VARELLA, A. (2011). "O dever de cidadania: políticas públicas de planejamento urbano e participação popular no Brasil". In: Cefaï, Daniel et all (org.). *Arenas Públicas: por um etnografia da vida associativa*. Niterói/RJ: Ed. UFF. Pp. 321-345

GT 15
Democracia, Estado de Direito e Justiça

Justiça, gênero e direitos humanos: Uma Análise a Partir da Proposta Liberal Igualitarista de Martha Nussbaum

Gilmar Antonio Bedin
Professor da Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ).
gilmarb@unijui.edu.br.

Joice Graciele Nielsson
Professor da Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ).
joice.gn@gmail.com.

Resumo: O presente artigo analisa uma das questões fundamentais no debate político-jurídico da atualidade: a existência de distinções morais entre homens e mulheres construídas de forma arbitrárias. Para tanto, resgata, inicialmente, a trajetória histórica de construção histórica das referidas diferenças de gênero e, na sequência, enfrenta a complexa relação existente entre liberalismo e feminismo. Num terceiro momento, apresenta a perspectiva teórica do liberalismo igualitário formulada por Martha Nussbaum (feminismo liberal, cosmopolita e universal) como uma das melhores possibilidades de compreensão dos problemas de gênero da atualidade e como uma contribuição importante para a formulação de verdadeira teoria da justiça.

Palavras-Chave: Direitos Humanos; Gênero; Justiça; Liberalismo Igualitário; Martha Nussbaum.

1. Gênero e Justiça

Muitas são as opções de ponto de partida para a reflexão sobre justiça, gênero e direitos humanos. Uma das mais importantes é começar por reconhecer, como faz Joan Scott (1986), que discutir a questão de gênero é discutir a organização social da relação entre os sexos. A partir desta constatação é possível afirmar que as questões de gênero estão presentes em todas as relações sociais entre homens e mulheres em todas as sociedades, culturas e épocas. Em outras palavras, pode-se dizer que questões de gênero perpassam a história da construção da civilização humana e, em consequência, são atemporais e universais.

Isto, contudo, não significa que não seja o resultado de uma construção social. Ao contrário, já há tempo o feminismo incorporou a ideia de que a identidade masculina ou feminina não é uma simples decorrência da biologia, mas sim uma condição apreendida ao longo da vida na relação com o outro, com a humanidade em seu sentido amplo. Assim, principalmente a partir da obra *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir (1980), as reflexões acerca da igualdade de gênero passam a considerar concepções de identidades construídas culturalmente. A partir de tal constatação, os estudos sobre as desigualdades de gênero se proliferaram, e levaram inúmeros autores, com a própria Joan Scott, Suzan Okin (1989) e Pierre Bourdieu (2011) a afirmar que não há sociedade ou época em que não existam assimetrias de poder entre homens e mulheres, e nos quais estas não sejam fundamentais na definição das possibilidades de vida de homens e mulheres, ainda que tais construções tenham se dado de diferentes formas de acordo com a sociedade e o período histórico.

Com Bourdieu (2011), podemos afirmar que a dominação masculina é universal. E isto nos permite dizer que as mulheres possuem acesso a um número menor de direitos e de liberdades em todos os países do mundo. Os exemplos cada vez mais comuns sobre violações da liberdade das mulheres e as desigualdades que são parte do que constitui suas vidas são uma mostra de como tais práticas se manifestam. Portanto, por ser um fenômeno mundialmente observado, não há país no qual a construção social do gênero e suas relações não resultem em diferenças no acesso de homens e mulheres a direitos e liberdades civis, políticos, socioeconômicos e culturais.
Diferenças que variam de simples desigualdades e restrições de liberdade, como diferenças no acesso à educação de meninos e meninas, até violações graves como a violência doméstica e o feminicídio. E não podemos ignorar, como apontam alguns estudos[1], que são justamente as desigualdades comumente consideradas menos agressivas, como as diferenças de salário e a divisão sexual do trabalho doméstico que impedem muitas mulheres do mundo de sair de situações de opressão, e que acabam resultando nos números elevados de violências e mortes causadas por construções sociais e culturais dos papéis de gênero.
Isto porque as construções de gênero podem ser consideradas, de acordo com Susan Okin (1989: p. 6), como a "institucionalização da diferença sexual". Esta diferença, que se concretiza em diversas formas de desigualdades sociais e se manifesta por meio de diferentes formas de discriminação social, acaba se perpetuando devido a institucionalização de diferentes papéis morais para homens e mulheres sociais, quando em desiguais estrutura de direitos e de arranjos estatais.
Em consequência destes dois pontos iniciais de análise, fica claro que a desigualdade de gênero é um fenômeno amplo e que abrange os mais diversos países e culturas e que tem como resultado o empobrecimento das mulheres e o aumento do risco de terem seus direitos violados. Diante disso, de grande relevância a afirmação de Amartya Sen (1995: p. 260), para quem "uma observação da desigualdade [de gênero] pode produzir um diagnóstico da injustiça somente através de alguma teoria (ou teorias) da justiça", razão pela qual, para poder alcançar e aprofundar o debate sobre esta questão, é preciso definir os contornos da concepção de justiça a partir do qual isto será feito.
Neste sentido, ao longo do tempo a questão de gênero passou a ser objeto de reflexão dentro das teorias normativas da justiça, levando a feminismos liberais, marxistas, pós-modernos, existencialistas, e outros tantos. E cada teoria irá propor seu próprio entendimento sobre as questões de gênero, bem como suas próprias fórmulas combater as desigualdades. E, segundo Cyfer (2010), boa parte destas teorias políticas qualificadas como feministas têm por objeto o estudo da igualdade de gênero, ou seja, são teorias que pressupõe normativamente que homens e mulheres devem ser iguais, para que uma sociedade seja justa quanto ao gênero. Um dos poucos entendimentos comuns existentes entre elas é o bordão *o pessoal é político*, ou seja, a ideia desenvolvida, por feministas como Carole Pateman (1993), de que as circunstâncias pessoais são estruturadas por fatores públicos, e que, portanto, aquilo que acontece dentro da família é sim uma questão de justiça. O sentido e a extensão que esse bordão assume em cada uma delas, porém, é bastante variável, e vai definir as posições feministas quanto as teorias da justiça que tributam, porque perpassa uma das dicotomias clássicas do pensamento politico normativo, a dicotomia público/privado.
Neste sentido, os debates acerca do feminismo convergem para a dicotomia público-privado, ou, como afirma Pateman (1993), são definidos por ela, uma vez que a posição acerca daquela dicotomia exprimiria a concepção de igualdade que fundamenta uma teoria feminista. Segundo a autora, quanto mais abstrata e formalista a concepção de igualdade, mais intensa será a separação entre o público e o privado; ao passo que, quanto mais focada na igualdade material, mais essa separação terá de ser atenuada.
E isto tudo porque, no que se refere à condição feminina, a dicotomia público-privado teria a consequência de, ao mesmo tempo, confinar a mulher ao espaço doméstico, a tornar economicamente dependente do homem e mais pobre, dificultar ou restringir sua participação política e atribuir tudo isso a razões biológicas ou imutáveis de ordem metafísica, consolidando definitivamente as desigualdades e opressões de gênero (1993).
É neste cenário e questionando tais construções que os feminismos se forjam e se vinculam às diversas teorias normativas de justiça ao longo do tempo, dentro das quais se delineia a relação entre liberalismo e feminismo, que passamos a analisar.

---

1 Esta questão é abordada por Amartya Sen (2001) e Martha Nussbaum (2001b e 2003).

2. Feminismo e Liberalismo

"*La relación entre el liberalismo y el feminismo siempre há sido incómoda*" (Phillips, 2014: p. 130). Além de incômoda, é conturbada e complexa. Isto porque, pode-se dizer que foi o próprio liberalismo quem historicamente deu origem ao feminismo da forma como o conhecemos, uma vez que a noção liberal de indivíduo e a conexão entre os valores liberais da igualdade, da liberdade e da universalidade são um marco relevante a partir do qual se estabeleceram críticas e lutas, entre elas as das mulheres. Veja-se que desde logo, mulheres nascidas nos momentos fundantes da tradição liberal, nos marcos da constituição dos seus valores passaram a se inquietar sobre a autoridade doméstica masculina e a desigualdade no tratamento do gênero[2].

Historicamente, é possível dizer que o liberalismo nasceu em algum momento do século XVII, e, uma vez que concebeu a autoridade política baseada no consentimento dos governados e o ser humano como um ser igual (Bedin, 1997), ficou evidente o questionamento com relação a autoridade masculina e doméstica, e o tratamento desigual destinado as mulheres. Embora evidentes e apontadas desde logo pelos críticos, os liberais, com raras exceções (talvez Condorcet, na época da Revolução Francesa, e Stuart Mill, em meados do século XIX), as "arreglaron para esquivar estas implicaciones" (Phillips, 2014, p. 130), elaborando argumentos subsidiários para justificar a contínua subordinação das mulheres ao poder masculino.

Inicialmente, isto ocorreu devido ao fato que os próprios liberais reconheciam que sua ideia de igualdade não alcançava a igualdade entre os gêneros. Por isso, pode-se dizer que ao lado do contrato social fundamente da sociedade política moderna se desenvolveu, de forma paralela, um contrato sexual (Pateman, 1993), responsável por relegar a questão de gênero ao plano das instituições privadas.

Neste sentido, a distinção liberal entre sociedade (mundo privado) e Estado (mundo público) foi, por um lado um avanço, mas por outro, justificou o domínio masculino moderno, gerando com isso um paradoxo. Por um lado, permitiu a construção imaginária de que o mundo privado (sociedade) é um espaço da liberdade pessoal, a esfera em que os indivíduos experimentariam a "independência perfeita", uma vez que ali estariam a salvo da coerção do Estado, restrita à esfera pública (Cyfer, 2010: p. 137). E por outro, possibilitou a permanência do domínio masculino neste espaço, que estaria fora do escopo da justiça.

Este paradoxo não impediu que a referida distinção também não foi apropriada historicamente pelas mulheres. Isto ocorreu e foi a partir do espaço privado que as primeiras feministas construíram os argumentos para justificar a reivindicação de um espaço de liberdade maior para as mulheres, sem presença da interferência estatal e sem a definição externa de seus papéis. Neste sentido, lembra Cyfer (2010), reivindicações feministas típicas como o direito ao aborto, ao trabalho, à liberdade sexual, por exemplo, estiveram vinculadas à noção de autonomia, entendida principalmente como não-intervenção estatal na esfera da privacidade do sujeito.

No entanto, os limites do liberalismo político clássico para o feminismo ficou mais evidente nos fins do século 19. Foi neste período que o feminismo passou a criticar de forma mais veemente os pressupostos liberais e passou a reivindicar direitos para as mulheres no espaço público, com destaque para a inserção no mundo do trabalho e no mundo da política. Desta forma, o feminismo colocava claramente em questão o pressuposto do liberalismo clássico que as mulheres deveriam permanecer restritas à esfera doméstica e ao mundo privado (Okin, 1989).

Neste sentido, a crítica do feminismo reivindicava a ampliação do sujeito liberal, ou seja, de quem seria o indivíduo autônomo, singular e capaz de possuir propriedades em nome próprio e apto a fazer parte da sociedade política. Este sujeito deveria passar a abranger também as mulheres e a se constituir, portanto, num sujeito universal. Com estes pressupostos, parecia impossível, como lembra Susan Okin (1989) um feminismo liberal, pois restariam incontornáveis os conflitos entre a afirmação feminista que "o pessoal é político" e a indefensável divisão público-privado, constitutiva do liberalismo.

Esta foi a base da crítica feita por Pateman (1993) e que permitiu a sua associação entre liberalismo e patriarcalismo. Associação esta que, contudo, não é uma particularidade do liberalismo político, uma vez que os autores clássicos das diversas tendências, no melhor dos casos, se calaram sobre o tema, quando não se opuseram, de forma contundente, a ideia de igualdade de gênero. Este quadro é o que levou o feminismo a ser,

2 Neste sentido, podem ser vistos os exemplos de Olimpe de Gouges e Mary Wollstonecraft.

não uma construção da filosofia moderna clássica, mas uma interpretação avançada de suas diversas correntes normativas (Cyfer, 2010).

Outro aspecto importante que levou ao afastamento entre liberalismo e feminismo foi a concepção de igualdade do liberalismo como um princípio abstrato entre sujeitos formalmente ideais. É que esta concepção não contemplava as especificidades da luta pela igualdade de gênero e nem oferecia a possibilidade de discussão de uma igualdade substantiva de poder. Isto ficava claro quando a igualdade legal, e até mesmo igualdade de oportunidades às mulheres, não oferecia uma alternativa plausível para as questões do cuidado e do trabalho doméstico.

Esta difícil relação entre liberalismo e feminismo se manteve até pouco tempo. Um dos trabalhos pioneiros na tentativa de reconstituir a vinculação entre ambos foi proposto nos últimos anos pela filósofa norte-americana Martha Nussbaum. A autora problematizou, por um lado, os limites das teorias tradicionais do liberalismo, buscando sua reformulação, mas por outro, também se opôs as teorias que propõe a fim do liberalismo, que se escondem por traz do relativismo cultural e não conseguem diferenciar entre práticas justas e injustas, propondo assim "replica con *una teoria de la justicia humana que* és liberal, humanista e feminista. Ao hacerlo, aborda de frente el supuesto conflicto entre liberalismo y feminismo, sosteniendo que el individualismo liberal, si se lleva adelante de manera consistente, implica um programa feminista radical" (Phillips, 2014: p. 132, grifo nosso).

E já aqui, como resposta às críticas, alguns posicionamentos de Nussbaum, sintetizados por Anne Phillips merecem destaque, a fim de situar os contornos de sua teoria feminista liberal. Em primeiro lugar, sua percepção de que o conflito entre liberalismo e feminismo foi superestimado ao longo do tempo, e precisa ser redimensionado, bem como sua posição de que os liberalismos são vários, e as críticas apropriadas a um tipo, pouco tem a dizer a outros desenvolvimentos dentro da tradição. E por fim, a afirmação de que o feminismo se empobrece quando é incapaz de fazer afirmações que impliquem padrões normativos de avaliação.

Inicialmente Nussbaum (2013) identifica três das principais críticas feitas pelas feministas ao liberalismo: que é excessivamente individualista; que seu ideal de igualdade é abstrato e formal e que a ênfase que dá a razão minimiza a importância do cuidado e da emoção na vida moral e política. E as responde cuidadosamente, a fim de poder construir as bases de seu feminismo liberal igualitário.

Segundo Nussbaum, o núcleo da primeira objeção é que o liberalismo visualiza os indivíduos como ilhas fechadas em si mesmas, solitários, egoístas, e autossuficientes, e mais que isso, acaba promovendo este egoísmo e autossuficiência como ideais normativos a serem atingidos. Para a autora, tal posição não faz jus ao que apresentam autores liberais com Kant, Mills ou Rawls, e defende fortemente a centralidade do individualismo ético para a posição liberal, entendido este como um reconhecimento das particularidades dos indivíduos. E este reconhecimento é essencial para as mulheres, cujas necessidades se mantiveram submissas ao "bem maior" do interesse ou da família, ou da comunidade ou do estado. As mulheres necessitam desesperadamente serem reconhecidas como seres diferentes do pai ou do marido, e necessitam com isso muito mais e não menos individualismo liberal.

Insistir no individualismo ético, isto é, na importância que cada indivíduo tem em separado não nos compromete com uma visão de seres humanos como máquinas calculadoras, egoístas, egocêntricos e solitários. Ao contrário, deixar de insistir na importância do individuo pode significar se render as piores formas de opressão feminina. E contra tais cenários, é praticamente impossível não concordar com Nussbaum quanto às implicações do individualismo ético liberal.

A segunda crítica que Nussbaum enfrenta é a ideia de que o liberalismo promove uma igualdade formal de tratamento, e neste processo se abstrai de uma assimetria real de poder. A resposta da autora passa, inicialmente por aceitar a crítica, mas lembrar que muitos liberais já a anteciparam, reconhecendo os limites de uma igualdade "cega ao gênero", que insistia em um tratamento idêntico para homens e mulheres independentemente de sua posição na hierarquia social. E alguns deles, como Ronald Dworkin, apoiaram claramente as políticas afirmativas de gênero.

Neste sentido, fica claro que a postural liberal de Martha Nussbaum é particularmente sensível às condições materiais necessárias ao desenvolvimento humano e as suas oportunidades de sua realização. De fato, sua proposta se vincula a um projeto desenvolvido em parceria com Amartya Sen denominado de "perspectiva das capacidades" frente ao desenvolvimento humano, cujos contornos normativos são dados pelo liberalismo igualitário cunhado a partir de John Rawls, e que construí uma lista ambiciosa de condições para o florescimento humano.

O terceiro argumento de Martha Nussbaum envolve a dicotomia razão/emoção e sobre o papel que esta tem desempenhado no pensamento feminista recente. As feministas têm destacado com frequência que as dicotomias corpo/mente, razão/emoção, justiça/cuidado, representam a divisão entre homens e mulheres, e tem reagido a elas de várias maneiras, algumas buscando inverter a hierarquia, valorizando o corpo e a emoção, ao invés da mente e da razão, e outras questionando a própria divisão em si. Nussbaum lembra que, de fato, o liberalismo é excessivamente racionalista. Contudo, também defende que a identificação da ênfase na razão com típica do mundo masculino e a ênfase nas emoções como típica do mundo feminino é um equívoco. Neste sentido, lembra a autora que não existe nenhuma prova empírica de tal separação e que é muito provável que esta seja apenas um condicionamento social que tem levado as mulheres (e não os homens) a cultivar toda sua gama de emoções. Neste sentido, Nussbaum é uma construtivista social (Phillips, 2014), e por isso rechaça a ideia de que há diferenças essenciais entre os sexos, no exercício da razão ou da paixão. E isto a separa das feministas que defendem poderes superiores das emoções, devido a crença de que são femininas. Segundo ela, as emoções e as preferências são construções sociais, e se formam em cenários sociais injustos, motivo pelo qual não podemos considerar que as preferências expressas, as emoções que sentem e inclusive a maneira que expressam o desejo sexual sejam a última palavra sobre o que realmente as pessoas querem ou necessitam. As normas e expectativas sociais dão forma e deformam as emoções, de modo que não podemos confiar nelas.

É a partir de tais premissas que Nussbaum busca desenvolver sua teoria da justiça, levando em consideração nossa atual maior capacidade de separar o liberalismo político do econômico, e menor capacidade de formular alternativas completas frente ao sistema de mercado, cenário no qual a oposição radical entre feminismo e liberalismo corre o risco de se transformar em "una espécie de mantra: una repetición cómoda cuyos argumentos originários se han perdido en la história y tienem cada vez menos influencia sobre nuestras otras creencias" (Phillipis, 2014: p. 131).

3. O Liberalismo Igualitário de Martha Nussbaum

Em meio a relação 'conturbada' entre liberalismo e feminismo, como vimos, Martha Nussbaum dirige-se de forma crítica *à relação entre natureza e cultura e ao formalismo da igualdade abstrata*, não pretendendo de modo algum atribuir o poder ou a opressão da mulher a desígnios da natureza ou a diferenças biológicas. E está muito claro que o que considera relevante na organização de uma sociedade justa quanto ao gênero é a forma como uma sociedade valora as diferenças anatômicas, bem como as implicações dessa valoração na distribuição de bens sociais.

A autora também reconhece as críticas de muitas feministas, principalmente as de Carole Pateman, como válidas para alguns autores liberais, e que algumas delas deveriam ser incorporadas ao liberalismo político feminista e sua perspectiva de autonomia dos seres humanos. Contudo, admite que é necessário ir além da igualdade abstrata para garantir a igualdade de gênero (Nussbaum, 2001b)

Entretanto, sua visão crítica da igualdade abstrata não se estende ao liberalismo em todas as suas versões. Neste sentido, Nussbaum não estabelece uma relação automática ou necessária entre ambos, de modo que, para ela, a luta feminista é possível dentro da teoria liberal, desde que submetida a transformações que eliminem deturpações teóricas decorrentes do conservadorismo dos primeiros filósofos. Segundo ela (2001a), o liberalismo precisa ser modificado pela crítica feminista, de modo a torna-lo mais consistente com seus próprios fundamentos. E para justificar essa posição, Nussbaum primeiramente define os contornos do liberalismo em que apoia sua concepção de igualdade de gênero, para então formular sua defesa do liberalismo como fundamento desta igualdade (2001). E inicia extraindo da teoria liberal (em particular da teoria liberal kantiana), duas ideias centrais, de acordo com Cyfer (2010). A primeira é a da igual dignidade entre os seres humanos, isto é, a igualdade moral; e a segunda, o individualismo ético, ou seja, o poder de escolha moral do indivíduo entendido como habilidade de planejar uma vida de acordo com sua própria avaliação de fins. Dessas ideias decorreriam compromissos políticos que a autora julga serem indispensáveis a uma teoria feminista, principalmente o de não tornar diferenças moralmente irrelevantes fontes sistemáticas de hierarquia social. Em consequência, o liberalismo seria, na sua visão, necessariamente crítico da discriminação racial, de classe, de gênero e ao sistema de castas (2013).

Isso faz com que, dentro desta conformação teórico-normativa feminista e liberal-igualitária, e do ponto de vista

da justiça como equidade[3], as diferenças de gênero hoje existentes sejam paulatinamente consolidadas como sendo o resultado de uma arbitrariedade moral. Isto tem como consequência que não se justifica, do ponto de vista da justiça, qualquer atribuição desigual de encargos e benefícios sociais coletivamente construídos pela dinâmica da sociedade.

Nesse arcabouço, a autora identifica aquilo que considera o conceito liberal mais valioso para o feminismo: a autonomia do indivíduo. Tomando o indivíduo como unidade básica do pensamento político, a teoria liberal opor-se-ia à ideia de que o indivíduo funde-se à coletividade, seja ela a comunidade política, seu grupo social ou mesmo a família (Nussbaum, 2003).

A perspectiva do individualismo ético afirma, segundo Nussbaum (2003), que o valor e unidade última de preocupação moral são os indivíduos (e não o Estado, o todo) e que todas as pessoas são fins em si mesmos, não podendo ser instrumentalizadas em nome de outros fins ou qualquer tipo de coletividade – religiosa, cultural, nacional, étnica, política, etc. Esta perspectiva tem como ponto de partida a ideia de igualdade moral fundamental, que afirma que todos os seres humanos possuem igual direito e liberdade de escolher que concepção de boa-vida seguir.

A partir da igualdade moral fundamental, podemos pensar as liberdades e igualdades de todas as pessoas, pertencentes a quaisquer associações e comunidades, independentemente de seus países de nascimento e decorrer da vida. O que faz com que, independentemente de das relações, vínculos e historias de vida, há um elenco de liberdades e bem-estar que deveriam existir nas vidas de todos, tanto de um haitiano, de um colombiano, quanto de um norte-americano ou um dinamarquês, independentemente das historias de seus países, das ações de seus Estados, de sua raça, sexo ou condição física ou mental (Nussbaum, 2013).

No entanto, o caráter social e cultural das construções de gênero faz desta categoria um espaço de expressão dos particularismos culturais próprios do pluralismo moral, ou seja, gênero é uma construção social que não pode ser dissociada da constituição de todas as pessoas em todas as suas dimensões, não sendo externo aos bens sociais e culturais e nem às identidades pessoais que são social e culturalmente situadas e construídas historicamente. E são todas estas pessoas, em sua individualidade que são a unidade última de preocupação moral para o liberalismo igualitário mediante seu individualismo ético e não apenas os homens brancos e europeus, livres, iguais e independentes.

Em síntese, segundo Cyfer (2010), a ideia fundamental de Nussbaum é a de que o feminismo deve aprofundar a noção de autonomia e de individualismo, e deve fazê-lo com as ferramentas teóricas que o liberalismo fornece. E nestes termos, o significado do individualismo no liberalismo, seria o de que a pessoa não se funde à coletividade, ainda que faça parte dela. Isto segundo Nussbaum (2013) não implicaria numa concepção "atomista" de sujeito, que desconsideraria os laços que unem as pessoas, mas apenas que a distribuição justa de recursos e oportunidades deve levar em conta a condição de cada pessoa individualmente.

Entendido dessa forma, Nussbaum conclui que o individualismo liberal representa um importante instrumento do feminismo, uma vez que a individuação do sujeito confronta a ideia de que a mulher se confunde com a unidade familiar e que, por isso, seu valor estaria condicionado sua condição de reprodutoras e cuidadora, ou seja, condicionado à representação das personagens com a qual a família tradicional define-a.

4. Considerações Finais

O presente texto refletiu sobre a complexa relação existente entre justiça, gênero e direitos humanos. Neste contexto, demonstrou que as relações de gênero são uma construção histórico-social, e não há manifestação supostamente natural da espécie humana. Com isto, ficou claro que as diferenças de gênero foram construídas ao longo da trajetória histórica da humanidade e estão sempre permeadas por distinções socialmente produzidas e voltadas para garantir a dominação masculina.

Diante deste fato, o trabalho retomou a leitura feita pelo liberalismo clássico sobre igualdade entre os homens e verificou como sua defesa da divisão tradicional entre a esfera pública e a esfera privada permitiu a permanência

3 Neste sentido, ver a obra Uma Teoria da Justiça de John Rawls (2008).

do domínio masculino sobre as mulheres na vida privada. Além disso, destacou também como a defesa em abstrato do princípio da igualdade pelo liberalismo não contemplou as reivindicações feministas de igualdade concreta de gênero.

Isto, contudo, não levou a uma negação do liberalismo enquanto tal. Ao contrário, permitiu, a partir da leitura da obra da filósofa norte-americana Martha Nussbaum, um novo olhar sobre a contribuição do liberalismo e seu conceito fundamental de autonomia dos sujeitos. É justamente a partir de tal premissa, Martha Nussbaum construiu sua proposta de feminismo liberal igualitarista, centrado na concepção que homens e mulheres possuem o mesmo status e que todas as diferenças de gênero socialmente justificadas são frutos da arbitrariedade moral.

Neste sentido, ficou evidente que a obra de Martha Nussbaum permite a retomada, por um lado, da conturbada relação existente entre liberalismo e feminismo e, por outro, a formulação de uma nova teoria da justiça, com uma perspectiva abrangente e preocupada com as questões de gênero. Assim, um dos principais méritos da Martha Nussbaum é sua proposta de um feminismo renovado (liberal igualitário e cosmopolita) e sua vinculação com uma nova teoria da justiça.

Esta nova teoria da justiça deve necessariamente superar os limites normativos tradicionais das teorias da justiça e reconhecer que a liberdade e a luta contra a violação dos direitos das mulheres é uma das questões fundamentais do nosso tempo. Esta nova teoria da justiça pretende ser válidas para toda a humanidade e representa todas aquelas pessoas que se posicionam no sentido de ver na igualdade de gênero é um dos elementos fundamentais para progresso da humanidade.

Referências

BEDIN, Gilmar Antonio. (1997), **Os direitos do homem e o neoliberalismo**, Ijuí: Editora UNIJUÍ.

BEAUVOIR, Simone de. (1980), **O segundo sexo**: a experiência vivida, Rio de Janeiro: Difel.

BOURDIEU, Pierre. (2011), **A dominação masculina**, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

CYFER, Ingrid. (2010), Liberalismo e feminismo: igualdade de gênero: Carole Pateman e Martha Nussbaum. In: **Revista Sociologia Política,** 18 (36), p. 135-146.

NUSSBAUM, Martha. (2001a), El futuro del liberalismo feminista. In: **Arete: Revista de Filosofía**, XIII (1), p. 59-101.

_____. (2001b), **Women and human development**. The capabilities approach, Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (2013), **Fronteiras da justiça**: deficiência, nacionalidade, pertencimento à espécie, São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2003), Capabilities as fundamental entitlements: sen and social justice. In: **Feminist Economics**, 9, p. 33-59.

OKIN, Susan Moller. (1989), **Justice, gender, and the family**, Nova York: Basic Books.

PATEMAN, Carole. (1993), **O contrato sexual**, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PHILLIPS, Anne. (2014), **El feminismo y el liberalismo nuevamente: tiene razón Martha Nussbaum?,** Disponível em: *http://www.debatefeminista.com/PDF/Articulos/elfemi246.pdf* [consultado em 20/11/2014].

RAWLS, John. (2008), **Uma teoria da justiça**, São Paulo: Martins Fontes.

SCOTT, Joan Wallach. (1986), Gender: a useful category of historical analysis. In: **The American Historical Review**, 91 (5), p. 1053-1075.

SEN, Amartya. (2001), **Desenvolvimento como liberdade**, São Paulo: Companhia das Letras.

SEN, Amartya. (1995), "Gender Inequality and Theories of Justice". In: NUSSBAUM, Martha & GLOVER, Jonathan (eds.), **Women, Culture and Development: a study of human capabilities**, Oxford, Clarendon Press, pp. 259-273.

Evolução da Cidadania e Participação Pública: Cidadania Ativa das elites político - partidárias vista como erosão do conceito.

Marisa da Graça do Espírito Santo Costa
Professora da Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe (ULSTP)
Doutoranda de Administração Pública no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP)
marisaespirito@yahoo.com

Resumo: O quadro prevalecente em São Tomé e Príncipe, do qual procuramos apresentar alguns exemplos, induz à conclusão de que a cidadania ativa das elites político-partidárias configura uma erosão do conceito, uma vez que à noção de cidadania ativa está intrinsecamente associada a ideia de coletivo. Serviço à comunidade em função do bem comum. Pautando-se a atuação de grande parte das elites político-partidárias pela defesa de interesses próprios amiúde em detrimento dos interesses da maioria, afigura-se-nos sustentável concluir-se que essa atuação lesa a democracia e o conjunto de direitos, liberdades e garantias consagrados na Constituição.

Palavras-chave: cidadania**,** cidadania-ativa, democracia, Estado-providência, elites político-partidárias.

Abstract The social and political framework prevailing in Sao Tomé, of which I am going to present some examples, leads to the conclusion that the citizenship carried out by the political elites resembles a deconstruction of the concept of active citizenship, for intrinsically linked to such concept lies the idea of being collective. Since the great majority of the political elites acts in the defense of self-interests, often in detriment of the interests of the majority, one can conclude with a high degree of certainty that such behaviors hurt the democracy and the whole set of rights, freedom and guarantees consacrated in the Constitution.

Key words: Citizenship, active citizenship, democracy, welfare- State, globalization, citizen participation, political elites.

1. Introdução

Na época contemporânea, os conceitos de cidadania e sua evolução, bem como o respetivo âmbito de aplicação, têm sido objetos de um amplo debate e discussão, sobretudo nos países onde o processo democrático e o Estado-providência, apesar da crise que atravessam, se encontram num estádio mais avançado e consolidado.
De acordo com Carmo e Esgaio (2014), «a educação para cidadania assume uma grande importância como elemento chave para a construção de uma prática de responsabilidade social autêntica».
Reforçam a ideia que é preciso aprender antecipadamente a ser pessoa para se ser bom cidadão. Nesse contexto, é fundamental por um lado, uma educação que possibilite o seu desenvolvimento pessoal, fomentando a aprendizagem de competências para a autonomia, permitindo-lhe ser construtor da sua trajectória pessoal, procurando servir os outros e não servir-se deles sempre que for chamado para liderar.
Por outro lado, é necessário desenvolver competências para a solidariedade, entendida como a capacidade de compreender a interacção entre as gerações.
Nos países como São Tomé e Príncipe, Estado e democracia são processos mais recentes e em construção, resultantes da falência do modelo colonial, na década de 70 do século XX e das profundas alterações ocorridas nas duas últimas décadas do século passado, nomeadamente, a queda do muro de Berlim, a fragmentação do bloco do Leste e a tendência para a unipolarização do mundo.

Decorrente destes factores, que impulsionaram o fim dos regimes monocráticos e a introdução de eleições multipartidárias, emergiu um debate à volta da cidadania, sua evolução, âmbito de aplicação, relação com a democracia, a garantia, por parte do Estado, de instrumentos para a materialização da cidadania pelos cidadãos/ sujeitos e os deveres dos cidadãos para com a sociedade. Amiúde, esse debate tem-se confinado ao assinalar de efemérides como, por exemplo, o Dia Internacional dos Trabalhadores, o Dia Internacional das Mulheres, o Dia de luta contra a Sida ou aos períodos das campanhas eleitorais, como parte das estratégias dos partidos políticos para mobilização de apoios e captação de votos. Contudo, mesmo nessas alturas, a discussão tende a centrar-se em questões relacionadas com os direitos cívicos e políticos, deixando de fora as questões relativas à cidadania social/ cidadania ativa.
«Um efeito perverso que se observa com alguma frequência nas democracias contemporâneas, tem a ver com a sobrevalorização dos atos de conquista do poder (as eleições) em detrimento dos atos do seu exercício (traduzido no seu uso entre eleições)» (Carmo, 2014: 179).
Assim, o principal objetivo deste trabalho, é questionar se a cidadania ativa das elites político-partidárias pode ser vista como erosão do conceito**,** na medida em que a cidadania ativa pressupõe a ideia do coletivo, da participação ética e da responsabilização.
Visando a materialização do objetivo enunciado, o presente artigo dividir-se-á em cinco partes. Propomo-nos partir do enquadramento histórico do conceito de cidadania, sua origem, definição, evolução e âmbito de aplicação, para de seguida questionarmos em que medida a crise do Estado-providência condiciona a materialização do conceito de cidadania, analisaremos a relação entre a evolução da cidadania e a evolução da democracia, aprofundando, posteriormente, as questões relativas ao conceito de cidadania ativa, mais concretamente no que respeita à erosão da cidadania ativa por parte das elites politico/partidárias em São Tomé e Príncipe, antes de enunciarmos as conclusões possíveis.

2. Cidadania: origem, definição, evolução

A discussão em torno do conceito de cidadania, seu significado, evolução e âmbito de aplicação, tem-se revelado um dos temas recorrentes na tradição do pensamento político nos países herdeiros da civilização judaico-cristã, tem ganho importância e sido posta em causa em países como a República Popular da China (veja-se os acontecimentos atuais de Hong-Kong), na Venezuela, na Índia , Paquistão, nalguns países do continente africano, constituindo, no contexto da crise da sociedade em geral e da crise do Estado- providência em particular, objeto de análise profunda pelas mais diversas áreas do saber na esfera das ciências sociais e humanas. A plasticidade do conceito tem permitido que seja abordado em relação ao indivíduo, sua pertença a uma comunidade e suas conexões com a mesma.

De origem latina, a palavra cidadania provem de *civitas*, direito de cidade, entendido como o conjunto de prerrogativas, direitos e deveres concedidos àqueles que obedecessem às regras e aderissem às suas finalidades. Contudo, foi na Grécia Antiga que emergiu o conceito e a praxis de cidadania, no contexto da Pólis e do debate de ideias que caracterizava as Cidades – Estado gregas.
Para Habermas, a cidadania é definida como «direito de participação política e organismo legal que habilita o sujeito, como agente ativo, apoiado no sufrágio universal para o sistema democrático de educação da opinião pública e também para a ação específica do Estado» Mozzicafreddo (1997) citado por (Neves, 2013: 4).
Porém, a participação política em si mesma, é condição necessária mas não suficiente. A história tem nos legado inúmeros exemplos de países onde a massiva participação popular é manipulada em função dos interesses dos regimes instalados (ex: Alemanha Nazi, algumas ditaduras do Continente Africano).
De acordo com Freire (1987), «para haver cidadania "de corpo inteiro" é necessário que cada indivíduo *seja sujeito da sua história*, saiba ler o Mundo, avaliá-lo e ter um protagonismo saudável, construtivo, tendo em vista o bem comum».
A plasticidade do conceito de cidadania, que anda a par do seu âmbito de aplicação, leva Miranda a apresentar-nos várias definições:

«cidadãos são membros do Estado, da *Civitas*, os destinatários da ordem jurídica estatal, os sujeitos e os súbditos do poder»;
«cidadania é a qualidade de cidadão»;
«cidadania significa ainda, mais vincadamente, a participação em Estado democrático", conceito elaborado e difundido após a Revolução Francesa» Miranda (2002), citado por (Neves, 2013:4).
«Cidadania apresenta-se assim como status e apresenta-se, simultaneamente, como objecto de um direito fundamental das pessoas» (Neves, 2013: 4).
Ideia partilhada por Herculano (2006), para quem a cidadania é o *status* daqueles que são membros de uma comunidade e que são, assim, por ela reconhecidos. É um conjunto de direitos e também de responsabilidades e deveres que um indivíduo tem diante da sociedade à qual pertence.
Histórica e genericamente, a cidadania tem uma referência espacial, construída pela relação do indivíduo com um dado território que lhe dá uma identidade, englobando igualmente os conceitos de identidade social e cultural, laços de pertença, participação, relações de solidariedade, herança cultural, organização jurídico-legal, sendo que, para Herculano (2006), «o exercício da cidadania se funda em acordos feitos entre os membros de uma comunidade política, relativamente aos seus direitos e deveres. E são precisamente estes que determinam as cláusulas para a coesão, conflito e coexistência nas sociedades humanas».
Convém salientar no entanto que hoje há já vários autores que defendem a extensão da cidadania ao território do planeta.
De acordo com Moreira (2001), "a noção de cidadania já não é o que era, fruto da crise planetária da soberania e pela emergência de sociedades cosmopolitas. A volatilidade e as transformações ocorridas, deitaram por terra a velha noção de soberania dos Estados. Sendo que a mesma é questionada do interior com o ressurgir de poderes infranacionais, reproduzindo interesses sectoriais e locais incontornáveis e igualmente questionada do exterior com o surgimento de poderes supranacionais públicos ou privados, legitimados ou erráticos, paladinos de interesses de dimensão Global (Moreira, in Carmo, 2002).
Daherendorf (1994), reforça a ideia de que a possibilidade de fazer parte da vida da comunidade é um dos aspetos basilares do conceito de cidadania. «Estamos perante o direito de participar na materialização das condições que determinam uma comunidade, ou ainda, de fazer parte da formação das leis que obrigam todos os cidadãos» Daherendorf (1994), citado por (Martins, 2010:63).
O autor apresenta-nos o duplo sentido do conceito, o reconhecimento dos direitos de participação dos cidadãos e as estruturas de relacionamento entre o cidadão, e as instituições políticas e sociais facilitadoras do exercício de cidadania.
Nas sociedades herdeiras das revoluções liberais, o conceito de cidadania radica na noção de que «os indivíduos são membros da comunidade política, detentores de capacidades legais que lhes permitem, através de procedimentos eleitorais, o exercício do poder político» Mozzicafreddo (1997), citado por (Madeira, 2009:3).
De acordo com Rousseau (2002), « a cidadania deve ser atribuída apenas àqueles que a merecem, ou seja, os que têm virtude cívica da disponibilidade ativa para o serviço da coisa pública» .
Será, entretanto, legítimo perguntar se a flexibilidade do conceito decorrerá também da ambiguidade que caracterizou o período pré-revolução e a própria revolução francesa.
Parece inquestionável que a cidadania caminha e progride a par da sociedade industrial e do Estado de direito.
Para Neves (2013), «as transformações na estrutura da sociedade, que traduzem-se no surgimento de classes sociais e de grupos que reivindicam direitos, por um lado, e o divorcio entre o social, o político e o económico, com a evolução de princípios que viabilizam a extensão dos direitos de cidadania, por outro, é que permitiram este progresso».
A mesma autora sublinha o facto de «a prática da cidadania resultar de três dimensões, a saber, "as condições de acesso à cidadania, os direitos legalmente atribuídos e as capacidades resultantes dos meios sociais a que os sujeitos têm acesso» (Neves, 2013:5).

Por sua vez, Marshall (1967), também, situa os períodos formativos de cidadania em correlação com o desenvolvimento da sociedade industrial, a estruturação do Estado moderno e a evolução da luta de classes, de acordo com a seguinte tipologia:

«formação dos direitos civis no século XVIII, como resposta ao absolutismo, entendendo-se aqui direitos civis como os direitos necessários à liberdade individual, estando-lhes associado o sistema judicial como mecanismo de suporte à justiça;
a geração de direitos políticos no século XIX, com a evolução da democracia parlamentar, corporizando o direito de participar no exercício do poder político, no direito de eleger e de ser eleito, sendo que, as instituições de suporte destes direitos são as instituições parlamentares».
Segundo o mesmo autor, a construção de direitos políticos, apenas foi possível num quadro em que os direitos políticos, ligados ao *status* de liberdade já anteriormente conquistado, contêm solidez suficiente para permitir que se fale de *status* geral de cidadania.
Já os direitos sociais que se desenvolvem no século XX, consubstanciam, para o autor, a cidadania plena e inteira e a última etapa da evolução, sendo a realização desses direitos garantida, sobretudo, pelo sistema educativo e pelos serviços sociais.
As transformações políticas, económicas e socias ocorridas no século XIX foram indiciando que a democracia política carecia de um eleitorado educado e capaz, enquanto a ciência e a técnica exigiam conhecimentos e competências para a resolução dos problemas. É nesse sentido que se depreende que o desenvolvimento da educação primária pública durante o século XIX, constitui o primeiro passo em prol do restabelecimento dos direitos sociais da cidadania no século XX (Marshall, 1967).
Posição contrária tem Dahrenddof (1994), para quem «os direitos de cidadania não devem ser, fundamentalmente, observados como um processo evolutivo, mas sim como um modelo de anéis concêntricos». A explicação avançada pelo autor estabelece a existência de um conjunto de direitos, os direitos civis, políticos e sociais, que, sustenta o autor, «se encontram numa cercadura interior, tendo-se os mesmos formado e consolidado com o tempo». Desde os anos 70 do século XX, que, sobre estes, vão despontando os novos direitos que, diz pertencerem «à *terceira geração de direitos humanos»* Dahrenddof (1994) citado por(Madeira, 2009:7).
Galtung (1994), Hegarthy (2003), falam de uma terceira geração de direitos humanos, os direitos de solidariedade (direitos verdes), que complementam os direitos sociais (vermelhos) e os direitos políticos (azuis).
Entretanto, Saes (2001) sustenta que a cronologia de evolução da implantação de direitos não tem necessariamente de seguir o caso inglês, como nos expôs Marshall (1976), apresentando a título de exemplo, que « a implantação de direitos sociais pode ser o corolário da implantação do regime democrático, ou pode, igualmente, ser uma componente da estratégia compensatória de um regime tirânico, em busca de legitimidade e de uma base de apoio». O exemplo que nos apresenta é o do Brasil na década de 30, onde se efetuou a passagem a uma política estatal de protecção social, como obra da ditadura de Getúlio Vargas, nos períodos 1931- 1934 e 1937- 1945. Destaca também o facto de,« nos primórdios da passagem das sociedades latino- americanas para o capitalismo, a vigência de direitos políticos terem sido marcados por avanços e recuos» (Saes, 2001:19).

3. Estado-Providência e Cidadania

Não sendo nossa intenção aprofundarmos, neste artigo, o debate em torno do Estado-providência, seus limites e potencialidades, procuraremos deter-nos sobre a relação entre o Estado[1] – providência e a materialização do conceito de cidadania.
O modelo social do Estado -providência assenta, principalmente, «num processo, de interdependência e de conflitualidade entre os vários sistemas sociais que concorrem para a organização das sociedades» e « actua como um modelo contratual entre os indivíduos, as organizações e o Estado, no sentido de reconhecer e aceitar as modalidades e objectivos que foram sendo consolidados" e "modalidades e objectivos, são sistemas que vão sendo incorporados, porque resultantes, de certa forma, de exigências e valores, práticas sociais e necessidades

1 "Estado entendido como sistemas de funcionamento que estruturam, simultaneamente, as relações entre a sociedade civil e a autoridade política e as relações de poder dentro da sociedade política" (Mozzicafreddo, 1994).

eleitorais, sendo igualmente consequência de funcionamento político, ou seja, dos equilíbrios de poder entre os sistemas sociais e das negociações» Mozzicafreddo (1997), citado por (Neves, 2013: 36).
Os direitos de cidadania social, são entendidos como direitos e deveres fixados por lei. Num contexto de desigualdades sociais, de exclusão e de marginalização, os direitos de cidadania social, como integrantes do Estado - providência, são fulcrais para a criação de determinadas condições sociais facilitadoras da alteração do estatuto social dos indivíduos.
«Os mesmos são encarados como instrumentos de ajustamento entre o *status* legal e político dos sujeitos /cidadãos e as disparidades económicas, sociais, culturais das sociedades»[2] Mozzicafreddo (1997), citado por (Madeira, 2009:5).
«Os sistemas políticos, organizacionais e institucionais podem limitar ou facilitar a consecução dos direitos de cidadania. O desenvolvimento da lógica da cidadania é descontínuo e dependente do contexto, sendo os direitos de cidadania usados pelos diversos grupos e classes sociais, de acordo com os seus interesses, o que redunda em tensões e conflitos. A título de exemplo, refira-se o conflito existente entre os direitos civis e os direitos sociais nas relações entre patronato e empregados» Mozzicafreddo (1997), citado por (Madeira, 2009:6).
Em São Tomé e Príncipe os sistemas políticos, organizacionais e institucionais limitam ou facilitam a materialização dos direitos de cidadania?
Campo de tensão, igualmente visível, entre os direitos políticos e socias no tocante ao incremento dos direitos sociais, que são diretamente proporcionais ao aumento dos custos orçamentais do Estado, o que conduz à ampliação das contribuições fiscais e sociais individuais e das empresas.
De acordo com Mozzicaffreddo (1997), «estamos perante um conflito entre o cidadão- eleitor, que pretende uma maior abrangência dos benefícios sociais, e o cidadão-contribuinte, que pretende uma progressiva diminuição dos encargos fiscais sobre os seus rendimentos, sendo que este conflito é agravado em momentos de menor expansão da economia» Mozzicaffreddo, (1997), citado por (Madeira, 2009:6).
Atualmente, vivencia-se um agravamento deste conflito, que teve o seu início em 2007, com a bolha imobiliária nos Estados Unidos da América e que, dado o carácter globalizado da economia, estendeu a todo o mundo as suas consequências, com as implicações que são sobejamente conhecidas, nomeadamente, a retração da economia mundial, o *crash* bolsista, falências e desemprego, pondo em causa direitos de cidadania.
«Os direitos sociais, políticos e civis são ferramentas de alteração da organização do poder político e das relações que fundamentam a sociedade de mercado que tem como um dos seus reptos mais importantes, compatibilizar a liberdade individual com a justiça social» ,Mozzicafreddo (1997) citado por (Neves, 2013:9).
Os últimos anos da década de 70 são de uma crise acentuada da ação pública. A moda é falar-se da crise do Estado e da redefinição do papel deste, do âmbito da sua abrangência e ação, questionar-se o setor público, o falhanço das organizações internacionais e das instâncias supranacionais (Neves, 2013).
É crescente o volume das vozes que consideram não terem estes organismos conseguido resolver os inúmeros desafios e conflitos que grassaram no século XX e que continuam a propagar-se no século XXI. A título exemplificativo, referiria o papel passivo da União Africana, da União Europeia e da Organização das Nações Unidas na resolução dos conflitos militares incluindo guerras civis, terrorismo ou desigualdades entre países e dentro de países, situações visíveis um pouco por todo o mundo.
Os movimentos tendentes à redefinição do papel do Estado têm os seus pilares no questionamento das capacidades económico-sociais do Estado – providência de responder, por exemplo, a desafios do nosso tempo como os problemas colocados pela sustentabilidade dos sistemas de protecção/segurança social.
Drucker (1970), argumenta que, cada vez mais, « o Estado é grande, balofo, fraco e ineficaz , consegue pouco e custa muito, que a falta de resposta aos problemas que grassam o mundo contemporâneo tem levado a um afastamento cada vez maior das populações relativamente ao mesmo» Drucker (1970), citado por (Carmo1987: 181).
Tal posição é partilhada por diversos autores, incluindo Neves (2013), Mozzicafreddo (1992), Santos (2001), os quais sublinham o facto de, um pouco por todo o mundo, se constatar, a par do distanciamento das populações em relação aos governantes, uma diminuição do sentido de participação cívica, a subjugação do debate político

2 "Sociedade entendida como um como um complexo articulado de instituições e grupos sociais que, na sua diversidade e cooperação, formaram um conjunto social simultaneamente integrado e conflitual" (Mozzicafreddo, 1992).

ao poder dos meios de comunicação e propensões oligárquicas dentro dos partidos políticos, sobretudo, os do arco da governação.
Embora seja muito comum, nos tempos atuais, questionarmos o Estado-providência, diversos autores afirmam que, entre 1945/1980, o Estado - providência deu um grande contributo tanto às transformações das relações sociais como à evolução positiva dos indicadores o que se traduziu na melhoria das condições de vida e de acesso aos bens materiais e simbólicos das populações , diminuindo a conflitualidade social e propiciando a compatibilização de princípios organizativos contraditórios, especialmente a lógica da democracia de massas e da economia de mercado. Flora e Alber (1984), Offe (1984), Mishra (1990), citados por (Mozzicafreddo, 1994: 33).
De acordo com Santos (2001), «os desafios de um mundo novo, logo outro, exigem igualmente um outro Estado, à altura de dar respostas às novas/outras exigências e desafios» Santos (2001), citado por (Neves, 2013:26).
A expansão dos direitos de cidadania é um desses desafios que se apresentam ao Estado - providência
Segundo Marshall (1967) e Mozzicafreddo(1994), «a lógica da cidadania impele por um lado, a que evolução dos direitos aja sobre a incorporação de novos grupos de indivíduos nos direitos existentes e por outro lado, leva à concepção de novos tipos de direitos, nomeadamente direitos ambientais, qualidade de vida, culturais entre outros».
Ideia reforçada por Gooby (1992) «cidadania é vista como um desafio ao funcionamento do Estado-providência e às suas capacidades de realização positiva, uma vez que a incorporação dos novos elementos de cidadania aos já presentes, permitem novas formas de intervenção individual e conduzem a um aumento das despesas públicas» , Gooby (1992) citado por (Mozzicafreddo, 1994: 26).
Do que atrás ficou exposto, se depreende que o exercício de cidadania se realiza num contexto mundial de volatilidade de conhecimentos, mutações e de indefinições, no qual a linguagem das certezas deu lugar à dúvida permanente.

4. Cidadania e Democracia

O debate sobre o conceito de cidadania está intimamente ligado à discussão acerca da democracia.
Em São Tomé e Príncipe, a discussão sobre a relação entre estes dois conceitos centra-se, sobretudo, nas questões ligadas à participação dos cidadãos nos atos eleitorais, reduzindo a margem de materialização da cidadania política e social e o âmbito de participação política e social.
A conexão entre os conceitos insere-se, no âmbito da discussão acerca da natureza da cidadania Kelly e Janowitz (1994) citados por (Martins , 2010: 63).

Fig 1- Aspetos e natureza da cidadania segundo Kelly e Janowitz

Aspetos	Natureza
a. Morais: comportamentos relacionados com o interesse coletivo;	**a.** Relações com o Estado, com a comunidade política e com a sociedade civil
b. Descritivos; conjunto de direitos e obrigações atribuídos a determinadas pessoas;	**b.** Relações dos cidadãos na comunidade política, cultural e virtudes cívicas;
c. Analíticos: abordam a cidadania no âmbito do conjunto das defesas que o Estado oferece aos seus membros, bem como no âmbito das oportunidades de participação	**c.** Relação jurídica (tipologia de direitos);
	d. Relação comportamental inscrevendo ideia de cidadão ativo e passivo e de cidadão individualista e pluralista.

Fonte: Martins, 2010:63

Estamos perante a ligação da cidadania à intima essência das democracias, partindo do pressuposto de que a sua materialização reclama, em termos ideais, a busca firme da igualdade de direitos políticos, económicos e sociais dos cidadãos. Assim, (Rosanvalon (1992), citado por (Martins, 2010:63) «observa que a ideia de cidadania foi marcada, precocemente, pelo princípio da igualdade política e pelo dever de inclusão social, visível na universalização do direito de sufrágio, embora a democracia entendida como regime se tenha materializado tardiamente».

Para Daherendorf (1992), Herculano(2006), Mozzicafreddo (1997), «estamos perante o direito de participar na efetivação das condições que demarcam uma comunidade ou, ainda, de fazer parte da geração de leis que obrigam todos os cidadãos».

A relação entre cidadania e democracia envolve um combinado complexo de instituições, bem como múltiplos canais de representação e locais de tomada de decisão. Nesses moldes, a democracia carece da ação dos cidadãos nessas instituições, como componente da comunidade política. Logo, ao invés de se esgotar no exercício pontual de votar, a democracia realiza-se através de formas de os eleitores influenciarem efetivamente a seleção dos candidatos, a participação em referendos, a pertença a movimentos e associações politicas, sociais e sindicais, o exercício do direito de petição, o exercício do direito à greve, a manifestações, passeatas, e protestos entre outras configurações de ação política e social.

Se nos debruçarmos sobre o tipo de capacidades exigidas ao reconhecimento da qualidade de cidadão ao longo da história, verificamos que, no decurso dos tempos, vigoraram conceções diferentes. Nas democracias atuais «o pendor é no sentido de agregar a cidadania à atribuição de um conjunto de direitos baseados no reconhecimento, a cada indivíduo, da igualdade de capacidades para intervir livremente na sociedade», Rawls (1996) citado por (Martins, 2010: 64).

Que intervenção livre num contexto de diminuição de instrumentos postos à disposição do cidadão para o exercício e construção de uma cidadania ativa?

5. Cidadania ativa e erosão do conceito

Ao longo do nosso trabalho, fomos analisando as várias dimensões da cidadania, nomeadamente a cívica, a política e a social, sua evolução, âmbito de aplicação, a materialização no contexto do Estado - providência e a sua relação com a democracia.

Na moldura da abordagem que nos propusemos fazer, entendemos a cidadania como «aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política e social, visando a construção de uma Nação justa, próspera e responsável» Chauí (1984) citada por (Benevides, 1994:3).

É a partir dessa conceção que analisaremos a cidadania ativa das elites político-partidárias vista como erosão do conceito.

Abordar as questões ligadas a cidadania ativa, implica o reconhecimento da complementaridade entre a representação política tradicional e a participação popular diretamente exercida ; num quadro de valores consensualmente aceites.

«A cidadania hoje tem de se fundamentar na ideia de responsabilidade social , vista como um "compromisso ético de atuar em benefício de outrem, decorrente do reconhecimento da interdependência dos seres humanos entre si e com a biosfera» (Carmo e Esgaio, 2014: 17).

São diversos os estudos e autores PNUD (2002), Mozzicafreddo, (1997), Madeira (2009), Neves (2013), que constatam e afirmam um afastamento crescente entre o cidadão e o Estado, incitado pela consciência, por parte do cidadão, de que o exercício de cidadania é limitado, condicionando a sua margem de manobra no influenciar das ações do Estado. O afastamento e desinteresse do cidadão pela coisa pública exprime-se, por exemplo, na diminuição da participação cívica e na abstenção eleitoral.

Verificando-se porém, em determinadas circunstâncias uma participação muito ativa sobretudo em momentos de procura de mudanças de fundo como tem sido a participação no movimento das *primaveras árabes*.

De acordo com o relatório do PNUD (2002), a implementação da democracia ressente-se da incapacidade de ter produzido efeitos na vida das pessoas comuns de muitos países, constituindo disso exemplo o aumento das desigualdades de rendimentos e da pobreza em países africanos, latino-americanos e do Leste e Sul da Europa. Para Graham (2003), um pouco por todo o mundo, as pessoas parecem ter perdido confiança na eficiência dos seus governos e, muitas vezes, esta perda de confiança nos governos parece ser sinónimo de perda de fé na democracia e na participação cidadã. Note-se que os níveis de confiança nos políticos caíram vertiginosamente mesmo nos países considerados desenvolvidos, como são os casos do Canadá e dos Estados Unidos da América. Referindo-se ao Canadá, o autor expõe uma queda que vem sendo visível desde os anos 60 do século XX e que tem conduzido a um debate muito acentuado sobre que medidas devem ser tomadas no sentido do reforço da democracia. A este propósito, destacaria duas das seis medidas apontadas como fundamentais para o reforço da democracia. O fortalecimento do papel do cidadão no processo político e a melhoria do papel do parlamento. Em São Tomé e Príncipe, o afrouxamento da participação em atos eleitorais também é visível (fig. 2).

Fig (2)

Eleições presidenciais	Índice de abstenção	Eleições legislativas	Índice de abstenção
1991	39,96%	1991	23,6%
1996	22,2%	1994	47,91%
2001	31,48%	1998	35,32%
2006	35, 28%	2002	33,69%
2011	33,27	2006	35,96%

Fonte: Comissão Eleitoral Nacional

Quais as razões deste afastamento do exercício do direito de votar?
Em São Tomé e Príncipe, os cidadãos exprimem a percepção de que os políticos se transformaram numa casta de intocáveis que se limitam a usar o voto dos eleitores como forma de legitimação do exercício do poder em benefício próprio. Tal percepção tem vindo a ser suportada pela contínua revelação, pela comunicação social, de casos indiciadores de corrupção, ilicitude, tráfico de influência e abuso de poder, a maioria dos quais não é devidamente investigada, gerando nos governados a convicção de que as práticas de má governação tendem a beneficiar de impunidade, mesmo quando a denúncia é sustentada com elementos de prova[3].
Comum a estes casos é a implicação de responsáveis políticos, nomeadamente deputados e membros do governo, que nunca foram julgados ou responsabilizados. Por outro, o parlamento, sede por execelência da democracia, adquiriu a reputação (justificada pelo desfecho da maioria dos casos acima referidos) de se ter transformado no bastião do encobrimento das elites político/partidárias, num processo cada vez mais visível de fragilização da democracia, de ruptura do contrato social e dos princípios de soberania popular e configurador de violação da constituição e dos direitos, liberdades e garantias, como o provam a elaboração da lei 8/2008 (estatutos dos deputados) e a revisão do código penal em 2012.
Os deputados à Assembleia Nacional gozam de imunidades, de acordo com a Constituição da República que, no seu artigo 10º, reza:.
«Nenhum Deputado pode ser incomodado, perseguido, detido, preso, julgado ou condenado pelos votos e opiniões que emitir no exercício das suas funções».
Por outro lado, o nº 1 do artigo 11º prescreve que «Salvo em caso de flagrante delito e por crime punível com prisão maior ou por consentimento da Assembleia Nacional ou da sua Comissão Permanente,

3 O caso stp traiding, doca pesca, importação de arroz impróprio para consumo, fundos de contrapartida do Japão, reconhecimento do kosovo, caso dos barcos de Taiwan, 600 mil euros transferidos pela Portugal Telecom, 350 mil dólares para compra de medicamentos, arrendamento da doca sem passar pelo Tribunal de Contas etc..

os Deputados não podem ser perseguidos ou presos por crimes praticados fora do exercício das suas funções».

No seu capítulo V, o código penal revisto em 2012, vem reforçar os articulados previstos nos estatutos dos deputados, especificando de forma clara a tipologia de crimes, o enfoque é colocado sobretudo nos crimes de "colarinho branco" (corrupção passiva para ato ilícito, corrupção passiva para ato lícito, corrupção ativa, enriquecimento ilícito, peculato, participação económica em negócios, entre outros) e alargar a proteção a todos os detentores de cargos políticos. E o nº 2 do artigo 469 do código penal estabelece que « a equiparação a funcionários para efeito da lei penal, de quem desempenhe funções políticas, governativas ou legislativas é regulada por lei especial»

A lei de responsabilização dos titulares dos cargos políticos e de altos cargos públicos publicada em finais de 2014, dois anos depois da publicação do código penal, sedimenta a dualidade de critérios na penalização de ilícitos criminais, reforça os privilégios da classe política dirigente, transferindo em algumas situações a iniciativa processual do ministério público para a Assembleia Nacional, colocando-se em causa o princípio da igualdade previsto no artigo 15º, nº 1 da Constituição da República, o qual define que «todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção de origem social, raça, sexo, tendência política, crença religiosa ou convicção filosófica».

O quadro acima exposto prefigura uma erosão do próprio conceito de cidadania atentatória de fundamentos do regime democrático e diferenciadora dos cidadãos em duas categorias.

A importância de bons legisladores assume, pois, uma importância fulcral, reclamando um parlamento onde tenham assento representantes do povo moralmente íntegros, comprometidos com o destino coletivo dos seus concidadãos e da sua Nação e dotados de competência técnica.

O quadro exposto apela igualmente a uma constituição robusta, respeitada e defendida por todos aqueles investidos da prerrogativa de a proteger e executar, como garante dos direitos, liberdades, garantias e deveres de todos os cidadãos, sendo pacífico que a fragilidade ou a fragilização da constituição abre brecha a normativos castradores das liberdades de uns e favorecedores de iniquidades perpetradas por outros.

A título de exemplo, o artigo 95º (Imunidades) da Constituição da República vem contrariar o artigo 15º(princípio da igualdade) e permitir o nº2 do artigo 469 do Código Penal , o artigo 10º e o nº 1 do artigo 11º dos estatutos dos deputados de 2008.

O n.º 1 e o nº 2 do artigo 95º da constituição revista em 2003, dizem o seguinte:

1 - « Nenhum deputado pode ser incomodado, perseguido, detido, preso, julgado ou condenado pelos votos e opiniões que emitir no exercício das suas funções».

2 - «Salvo em caso de flagrante delito e por crime punível com prisão maior ou por consentimento da Assembleia Nacional ou da sua comissão permanente , os deputados não podem ser perseguidos ou presos por crimes praticados fora do exercício das suas funções».

São Tomé e Príncipe não será um caso excepcional, se atentarmos na constatação produzida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, segundo a qual « as instituições democráticas, um pouco por todo o mundo, estão subvertidas pela corrupção e pela captação das elites» (PNUD, 2002: 65) .

Nesse contexto, a educação para a cidadania assume enorme relevância, no sentido de educação dos cidadãos para o exercício da cidadania no Estado de Direito Democrático, capacitando-os a se posicionarem como sociedade civil organizada e "contra poder".

De acordo com Benevides (1994) «A educação política, entendida como educação para cidadania ativa, é o ponto nevrálgico da participação popular».

Carmo chama a atenção para importância que, assume a educação inicial e ao longo da vida, virada para a formação de cidadãos /sujeitos do seu destino. Para o autor, intrínseca à ideia de liberdade está a ideia de Nação e a do forjar do destino individual e coletivo, sendo necessário destacar-se a relevância que confere à importância da educação do carácter. «A educação do carácter de cada pessoa constitui um alicerce indispensável ao fortalecimento do carácter dos coletivos de que faz parte» (Carmo, 2004:4).

Destaca igualmente a educação para a liderança como fundamental em qualquer programa de educação para a cidadania (Carmo, 2004). Por outras palavras, Carmo atribui importância crucial ao processo de ensinar cada indivíduo a servir os outros sem se servir deles.
No relatório de 2002 dos índices de desenvolvimento humano, as Nações Unidas alertam para a necessidade de se reforçar o controlo sobre o poder arbitrário, separando os poderes, para a necessidade do reforço do papel do Tribunal Constitucional, bem como para a importância de um poder judicial globalmente forte e de uma aposta em meios de comunicação livres e independentes.
A responsabilidade política e administrativa acarreta a obrigação de prestar contas pelos atos praticados no exercício da função e no dever de reparar as suas consequências lesivas. Tal significa a existência de uma sanção administrativa ou penal para os maus atos do governo e da administração.« A responsabilidade implica sanção e a sua verificação é condição fundamental para a confiança dos cidadãos no sistema» (Mozzicafreddo (2003) citado por (Madeira, 2009 :3).

5. Conclusão.

A cidadania ativa é um conceito que vai adquirindo crescente relevância no contexto das transformações políticas, sociais, económicas e culturais que o mundo vai vivendo.
No âmbito do nosso trabalho, entendemos a cidadania ativa como, «a cidadania que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política e social, visando a construção de uma Nação justa, próspera e responsável» Chauí (1984) citada por (Benavides, 1994:3).
Com o objetivo de percebermos se a cidadania ativa das elites político- partidárias pode ser vista como erosão do conceito, começamos por proceder ao enquadramento histórico do conceito de cidadania, origem, definição e evolução, para de seguida questionaremos em que medida a crise do estado-providência condiciona a materialização do conceito , se a mesma pode ser vista como obstáculo ou como desafio à evolução e efetivação na prática do conceito de cidadania. Analisamos a relação entre cidadania e democracia apoiando-nos em diversos autores para os quais o exercício da cidadania anda a par da implantação do regime democrático e, posteriormente, aprofundamos sobretudo as questões relativas ao conceito de cidadania ativa, mais concretamente, a cidadania ativa das elites politico/partidárias em São Tomé e Príncipe vista como erosão do conceito.
Com o intuito de clarificarmos o nosso objetivo, procedemos à análise dos dados relativos a participação dos cidadãos são-tomenses nos processos eleitorais, tendo constatado nesse capítulo que a abstenção nos atos eleitorias tem sido quase sempre superior a 1/3 dos eleitores inscritos, o que leva a ponderar sobre a existência de um divórcio entre o cidadão eleitor e os seus governantes, situação vivenciada um pouco por todo o mundo.
Procedemos igualmente à análise dos estatutos dos deputados, da Constituição da República, e do Código Penal, o que estabeleceu a ocorrência, ao nível da legislação existente, de violação do princípio de igualdade dos cidadãos perante a lei, princípio esse previsto na lei fundamental do país.
Constatamos finalmente que são as fragilidades da própria constituição que abriram brechas permissivas da violação, por parte das elites políticas, de liberdades, direitos e garantias dos cidadãos, pondo em causa fundamentos do regime democrático.
Nesse sentido, as nossas recomendações são no sentido da aposta na educação para a cidadania, no reforço das instituições judiciais e na responsabilização da classe política pelos atos praticados.

Bibliografia

Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe (2008), Lei 8/2008

Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe (2012), Código Penal

Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe (2003), Constituição da República

Benevides, M. V. (1994), "Cidadania e Democracia", Lua Nova: revista de cultura e política, nº 33, São Paulo.

Carmo, H. (1987), "Dirigentes da Administração Pública em Portugal", Separata da Revista Estudos Políticos e Sociais, vol XV, nº 3-4.

Carmo, H. (2004), "Educar para a identidade nacional assente numa economia solidária e numa cultura de paz" in *Educação da juventude: carácter, liderança e cidadania*, "Nação e Defesa" (Número Extra Série, Julho de 2004) Lisboa, Instituto de Defesa Nacional.

Carmo, H. e Esgaio, A. (2014) , Ética e responsabilidade social: um imperativo da educação para a cidadania, in 3º Congresso Ibero-Americano de Responsabilidade Social, Lisboa, 20, 21 e 22 de Novembro .

Carmo, H. (2002), "A cidadania cosmopolita Direitos sociais para uma sociedade inclusiva: linhas mestras de um encontro", Cidade Solidária, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Comissão Eleitoral nacional (2006), Relatório das Eleições de 1990-2006.

Graham, J. (2003), "Strengthening Democracy in Cánada: Re-inventing the Town Hall Meeting"

Freire, P. (1987) *A Pedagogia do Oprimido,* ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro

Galtung, J. (1994), *Direitos humanos: uma nova perspectiva*, Lisboa, Instituto Piaget

Hegarthy, A. (2003), *Direitos do Homem: uma agenda para o século XXI*, Lisboa, Instituto Piaget

Herculano, S. (2006), *Em Busca da Boa Sociedade*, Niterói, EDUFF

Madeira, C. C. F. e Mozzicafreddo, J. (2011). "A cidadania activa, a modernização e a descentralização no Município de Lisboa: o orçamento participativo", Repositório Cientifico de Acesso Aberto de Portugal.

Martins, M. (2010), *Cidadania e Participação Política* – temas e perspectivas de análise. ISCSP. Col. Manuais Pedagógicos.

Marshall, T. (1967*), Cidadania, Classe Social e Status*, Rio, Editora Zahar

Mozzicafreddo, J. (1992), "Estado Providencia em Portugal: estratégias contraditórias". Sociologia- Problemas e Práticas, 12, pp. 57-89.

Mozzicafreddo, J. (1994), "Estado Providência em Transição". Sociologia- Problemas e Práticas, 16, pp. 11-40.

Neves, A. (2013), *Estado e Cidadania*, texto de apoio adaptado de Neves (2010).

Neves, A. (2013), *Papel do Estado – Evolução*, texto de apoio adaptado de Neves (2010).

Neves, A. (2010) *Governação Pública em Rede: uma aplicação a Portugal*. Lisboa, Ed. Sílabo.

Rousseau,J. (2002), *Do Contrato Social*. *http://portugues.free-ebooks.net/ebook/Do-Contrato-Social/pdf/view*

Saes, D. (2000), "Cidadania e Capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania", Coleção Documentos, caderno nº 8, Abril

Seigler, D. (2011), "Renewing Democracy by Engaging Citizens in Shared Governance". Public Administration Review , November | December

PNUD (2002) Relatório de Desenvolvimento Humano

Direitos humanos e justiça: percepções juvenis em diálogo com as políticas educacionais

Ana Maria Eyng - PUCPR
Thais Pacievitch - PUCPR
Maria de Lourdes do Prado Krüger D'Almeida – PUCPR

Resumo: O trabalho problematiza a qualidade social da educação, considerando as relações entre percepções de jovens sobre direitos humanos e justiça, em diálogo com as políticas públicas. A reflexão sobre as temáticas está subsidiada em Dubet (2008), ESTÊVÃO (2002, 2004, 2013), Santos (1997, 2007); Silva (2009) e documentos legais. A investigação se orienta na abordagem qualitativa, utilizando a técnica *delphi* para coleta de dados. Na percepção de 585 estudantes de 15 cursos da educação superior, os direitos humanos estão relacionados, com maior incidência, aos direitos básicos essenciais para sobrevivência e vida saudável e aos direitos positivados. As percepções apontam a justiça como aplicação de normas morais, de normas éticas, meritocracia para reparação de um dano, entre outros. Os resultados desafiam a escola para que se constitua espaço de garantia e proteção de direitos, e assim de promoção de justiça social. Dessa forma, tornar-se – ia possível uma educação básica de qualidade social.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Direitos humanos. Percepções juvenis. Currículo intercultural.

1. Introdução

O estudo procura ouvir as vozes juvenis via identificação e análise de percepções de estudantes da educação superior sobre direitos humanos e justiça, em diálogo com as políticas públicas. Esses temas são de fundamental importância para a efetivação da educação de qualidade social. O problema que orienta a reflexão procura elucidar a seguinte questão: quais as contribuições das percepções de jovens sobre direitos humanos e justiça para a qualidade social da educação? O objetivo do trabalho é, portanto, mapear as percepções de 585 estudantes de 15 cursos da educação superior sobre direitos humanos e justiça, relacionando-as com a educação de qualidade social.

As percepções juvenis sobre direitos humanos e justiça foram obtidas por meio de questionários aplicados a **591** estudantes de 2º e 6º períodos de 15 cursos superiores ofertados por uma universidade do município de Curitiba. Dos participantes, 59,9% são do sexo feminino, e 40,1% do sexo masculino. Em relação ao período do curso 56,2% estavam no 2º período e 43,8% no 6º período no momento da aplicação da coleta de dados.

Tal coleta é parte da pesquisa "Direitos Humanos, Justiça e Convivência nas Escolas: Percepções Juvenis e implicações Curriculares" desenvolvida pelo grupo de pesquisadores do Observatório de Violências nas Escolas da PUCPR. A reflexão sobre as temáticas está subsidiada nos estudos de Dubet (2008), ESTÊVÃO (2002, 2004, 2013), Santos (2007 2010); Silva (2009) e documentos legais.

A pesquisa empírica, de abordagem qualitativa, foi realizada por meio da aplicação da Técnica *Délphi*. Essa técnica é desenvolvida em duas etapas. Os dados aqui analisados foram coletados por meio de questionário com questões abertas, que compõe a primeira etapa da Técnica. A sistematização dos dados tem como referência os estudos de Bardin (2000) que subsidiam a análise de conteúdo dos dados coletados na primeira etapa, permitindo a identificação das categorias mediante as quais as respostas foram agrupadas, indicando os principais traços das percepções em estudo.

2. Políticas públicas, desigualdade e qualidade social

As políticas educacionais, como qualquer outra política pública, ocorrem a partir das demandas e lutas sociais situadas historicamente. "Assim, não são estáticas ou fruto de iniciativas abstratas, mas estrategicamente

empregadas no decurso dos conflitos sociais expressando, em grande medida, a capacidade administrativa e gerencial para implementar decisões de governo." (SHIROMA, 2002:9)

A política pública se vincula ao projeto social do Estado como um todo, num momento histórico no qual está inserido. Portanto, a compreensão do sentido de uma política pública requer uma análise capaz de "[...] transcender sua esfera específica e entender o significado do projeto social do Estado como um todo e as contradições gerais do momento histórico em questão" (SHIROMA, 2002:9).

Como cidadãos, precisamos estar atentos ao momento histórico que estamos vivendo para poder reivindicar e colaborar na melhoria e redimensionamento das políticas em desenvolvimento. "Temos convicção que as políticas educacionais, mesmo sob semblante muitas vezes humanitário e benfeitor, expressam sempre contradições do momento histórico em que estão ocorrendo" (SHIROMA, 2002:9).

Nesse sentido, também o direito à educação está circunstanciado e situado num contexto histórico determinado. Tais contextos são cenários de disputas nos diversos âmbitos nos quais são formuladas, aplicadas e avaliadas as políticas relacionadas à garantia e à proteção do direito à educação. "Os embates e disputas ocorrem em todos os níveis e em todas as arenas do aparato educacional envolvido na formulação e implementação da política [...] Essas arenas políticas aparecem geralmente em forma de tensões e contradições ou disputas discursivas [...]". (BALL, MAINARDES, 2011:159).

O direito à educação não tem sido garantido a todos, percurso histórico da escolarização brasileira se pauta fortemente na estratificação, arraigada à concepção de dominação social e cultural por parte de uma minoria da sociedade. Dessa forma, a educação escolar atuou como produtora e reprodutora das desigualdades sociais e da exclusão. Assim, ao lado de uma elite bem educada, formada em boas escolas, encontra-se uma população analfabeta ou semianalfabeta que não conseguiu ingressar no sistema escolar ou foi dele excluída precocemente (ROMANELLI, 1989:33). Embora, as recentes políticas públicas e educacionais busquem a universalização do acesso na educação básica e a ampliação das vagas na educação superior, a superação das desigualdades e a garantia do direito à educação ainda não se efetiva.

E, se considerarmos o direito à educação com qualidade social, o caminho a ser percorrido quanto a sua garantia é ainda mais longo na construção de uma escola que o viabilize. Pois, a escola de qualidade social requer um conjunto de requisitos para a sua existência. E, estabelece diálogo com "um conjunto de elementos e dimensões socioeconômicas e culturais que circundam o modo de viver e as expectativas das famílias e de estudantes em relação à educação"; compreende "as políticas governamentais, os projetos sociais e ambientais em seu sentido político, voltados para o bem comum"; possui "financiamento adequado"; "reconhecimento social e valorização dos trabalhadores em educação"; "transforma todos os espaços físicos em lugar de aprendizagens significativas e de vivências efetivamente democráticas" (SILVA, 2009:223).

Não podemos discutir as características de uma escola de qualidade social sem pensarmos no contexto mais geral onde a escola está inserida, e na cultura por ela transmitida. "Um dos maiores desafios da história da educação é organizar uma escola que seja, ao mesmo tempo, de qualidade e democrática, isto é, que não ofereça aos pobres uma escolaridade pobre, mas que efetivamente consiga que os alunos, mesmo socialmente desprivilegiados, aprendam. (GOMES, 2005:286)

É indiscutível que a escola tem um papel fundamental na construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária, no desenvolvimento de ações para a formação de cidadãos, por meio de práticas para o reconhecimento e vivência de princípios de respeito aos direitos humanos e à justiça. Dubet afirma que as escolas propõem um modelo da igualdade de oportunidades e acesso ignorando as desigualdades sociais dos alunos:

> O modelo de igualdade de oportunidades meritocrático pressupõe, para ser justo, uma oferta escolar perfeitamente igual e objetiva, ignorando as desigualdades sociais dos alunos. Ora, todas as pesquisas mostram que a escola trata menos bem os alunos menos favorecidos: os entraves são mais rígidos para os mais pobres, a estabilidade das equipes docentes é menor nos bairros difíceis, a expectativa dos professores é

> menos favorável às famílias desfavorecidas, que se mostram mais ausentes e menos informadas nas reuniões de orientação (DUBET, 2004:542).

Na superação das desigualdades perpetradas e reforçadas pelo sistema escolar é importante uma atenção ampliada sobre a necessária erradicação das práticas curriculares hegemônicas pois, "o que se constata do currículo é uma longa trajetória histórica conservadora, enraizada em concepções e práticas hegemônicas sem qualquer intenção ou habilidade de dialogar com a diversidade." (EYNG, 2013:31). O currículo pode ser um espaço privilegiado para o estabelecimento de diálogos sobre questões referentes aos princípios democráticos, à vivência de direitos e de justiça. Dubet (2004:552) alerta para o cuidado com a desvalorização dos indivíduos, pois "[...]existe uma injustiça ainda maior quando essa reprodução das desigualdades vem acompanhada de uma estigmatização e de uma desvalorização dos indivíduos." E, complementa o autor, ressaltando a crueldade dessas injustiças. "É ao mesmo tempo inútil e cruel, é uma injustiça feita aos alunos mais fracos, aos vencidos na competição escolar. É difícil fracassar e ser conduzido para os empregos pouco valorizados, mas úteis, é cruel ser desprezado durante esse percurso."

Nesse sentido, é importante a análise dos conteúdos curriculares que estão sendo desenvolvidos nas escolas avaliando "o grau de respeito que o currículo escolar e os modelos de organização da vida na escola têm com as distintas idiossincrasias dos grupos e das pessoas que precisam conviver nessa instituição". (SANTOMÉ, 2013:225).

A educação com qualidade social implica em um olhar crítico, destinado a tomar consciência das variadas e múltiplas exclusões e discriminações presentes no currículo escolar, buscando a sua superação. Dessa forma, podemos almejar a utopia quanto à emancipação dos estudantes para que participem das mudanças necessárias para uma sociedade justa e igualitária. A escola pode se direcionar, nessa perspectiva, buscando o conhecimento e diálogo com as realidades dos estudantes, considerando a igualdade e respeitando as diferenças e promovendo uma educação em direitos humanos, pautada na justiça. Assim, a escola, segundo Candau (2000:16) "potencializa uma atitude questionadora, desvela a necessidade de introduzir mudanças, tanto no currículo explícito, quanto no currículo oculto, afetando assim a cultura escolar e a cultura da escola". Essas mudanças são pressupostos, quiçá se tornem os resultados de uma perspectiva intercultural da educação em direito humanos que estabelece "articulação entre igualdade e diferença, isto é, da passagem da afirmação da igualdade ou da diferença para a da igualdade na diferença". (CANDAU, 2008:49)

Portanto, conhecer os traços da diversidade existente em diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, pode ser um ponto de partida. Nessa análise, é importante considerar traços relacionados a aspectos de raça, etnia, gênero, sexualidade, geração, classe, cultura. Do estudo com estudantes da educação superior trazemos dois elementos: quanto à idade e à cor declarada pelos estudantes que participaram da pesquisa. As faixas etárias dos estudantes pesquisados estão assim distribuídas: **Até 18 anos (**19,2%); **19 a 23 anos (**50,5%); **24 a 28 anos(**17,2%**); 29 a 33 anos(**6,3%**). O pertencimento étnico** dos estudantes pesquisados está assim distribuído: **Branco (**75,2%**); Pardo (**14,6%**); Negro (**3,3%**); Amarelo (**1,1%**).**

Temos a predominância de jovens brancos, na faixa entre 19 e 23 anos, indica o provável sucesso escolar na Educação Básica, indicado pela faixa etária considerada apropriada para o acesso à Educação Superior. Esses traços dos participantes evidenciam tratar-se, predominantemente, de uma camada privilegiada da população, considerando, por exemplo, que segundo dados da Pesquisa Nacional por Domicilio (IBGE, 2011:87), 48,2% da população brasileira são brancos, 44,2% pardos e 6,9% pretos, além de 0,7% terem declarado outras cores. Ou seja, a predominância de pardos e pretos (51,1%) que representa as diferentes etnias e possivelmente classes sociais da população brasileira não é manifestada na amostra dessa pesquisa.

Embora sejam traços muito tênues da caracterização dos estudantes pesquisados, inegavelmente são indicativos da exclusão e injustiça sofridos, ou seja, da violação do direito à educação de grande parte da população brasileira que não chega à educação superior.

Reforça-se a necessidade da luta pela justiça e pela igualdade via a garantia do direito à educação intercultural que, segundo Candau (2008:52) quer promover "uma educação para o reconhecimento do

"outro", para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação que seja "capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas". Nesse processo, é importante promover a participação e o diálogo com os estudantes e jovens, pois eles podem contribuir para transformar a escola em espaço de "[...] garantia de direitos que dialoga com a diversidade cultural, incluindo a igualdade/diferença de gênero, raça, etnia, orientação e identidade sexual nas práticas curriculares. (CANDAU, 2008:46)

Direitos humanos, justiça, educação intercultural estão intimamente ligados e são interdependentes. A compreensão dessas interrelações e a aplicação e vivência dessas relações se constituem em desafios a serem alcançados, visando à superação da negação e violação de direitos e das injustiças sociais relacionadas ao reconhecimento (identitário/cultural), redistribuição (econômica) e representação (política). Reafirmamos a necessidade de estarmos engajados na utopia, como nos encoraja Benevides inspirado por Freire.

> Num país como o nosso, marcado por desigualdades e injustiças devastadoras, não podemos sucumbir ao ceticismo ou à melancolia dos conformistas. Há que se ter uma pedagogia da indignação – porém, livre de ressentimentos, que só causam amargura estéril; há que se ter, como mostrou Paulo Freire, uma pedagogia da construção, do assombro e da admiração diante de tudo o que afirma a vida, que seja um permanente convite para se compartilhar a alegria de viver (BENEVIDES, 2000:349).

Além disso, que seja uma pedagogia que torne possível a vivência da máxima de Santos (1997:122), quando diz que "temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza, e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza".

3. Direitos Humanos, Justiça e Educação Intercultural

Os direitos Humanos estão largamente assegurados em documentos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e em documentos nacionais como a Constituição Federal de 1988. Mas, embora reconhecidos internacionalmente e garantidos em leis, resoluções, declarações e convenções, esses direitos não têm sido garantidos em sua integralidade. É importante lembrar que: "nenhuma lei é capaz, por si só, de operar transformações profundas, por mais avançada que seja, nem tampouco de retardar, também por si só, o ritmo do progresso de uma dada sociedade, por mais retrógrada que seja. Sua aplicação depende de uma série de fatores." (ROMANELLI, 1989:33).

Muitos direitos ainda não são garantidos, e outros continuam sendo violados. Bobbio (2004:43) menciona que "o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político". Realmente, garantir e proteger os direitos fundamentais é um grande desafio que diz respeito a todos, por isso a necessidade de refletir sobre essa questão e desenvolver ações para essa proteção.

A importância da luta para estabelecer os Direitos humanos na consciência dos indivíduos e dos povos é assinalada em Candau, et al (2013:33) que destaca que essa ação "passa obrigatoriamente por processos educativos".

A luta pela garantia dos Direitos Humanos requer o reconhecimento de quais são os direitos e o entendimento de seu valor como transformador social e construtor de uma sociedade mais justa e igualitária. Nessa luta, a educação poderá exercer função primordial, promovendo a abertura para discussão, análise e reflexão desse tema e proposição de ações específicas de proteção e garantia de direitos no espaço educativo, na perspectiva da interculturalidade.

Nessa direção, na pesquisa realizada com estudantes da educação superior lhes foi questionado o que entendem por Direitos humanos. As respostas foram agrupadas em categorias que emergiram da leitura do conjunto de respostas dos participantes, e são apresentadas na Tabela 1:

Tabela 1 – Percepção dos participantes sobre direitos humanos.

CATEGORIAS - VARIÁVEIS	Nº.	%
Direitos básicos, essenciais para sobrevivência e vida saudável.	121	20,5
Direito que dá proteção, assegura integridade individual e coletiva.	79	13,4
Direitos definidos por lei, pelo "governo".	78	13,2
Direito inerente ao ser humano.	69	11,7
Direito como normatização moral, dever.	49	8,3
Direitos que todos podem exercer – igualdade.	48	8,1
Direito de escolha, opção, liberdade.	31	5,3
Direito como garantia de cidadania.	20	3,4
Diversos	96	16,1
Total	**591**	**100**

Fonte: Banco de dados do Observatório de Violências nas Escolas da PUCPR.

A percepção dos estudantes sobre os direitos humanos está mais relacionada aos direitos básicos essenciais para sobrevivência e vida saudável (20,5%), aos direitos que dão proteção, asseguram integridade individual e coletiva (13,4%) e aos Direitos definidos por lei, pelo "governo" (13,2%). Essa tendência nas percepções pode ser um indício da efetividade do discurso sobre os direitos humanos como uma política progressista, mas não necessariamente como uma política emancipatória, ou seja, o viés desse discurso é regulatório, não emancipatório. Essas percepções têm seus pressupostos arraigados no discurso da modernidade que modelou as concepções sobre direitos humanos. "Os direitos humanos são uma construção da modernidade e que estão profundamente impregnados com os processos, os valores, as afirmações que a modernidade propôs/propõe, legou-nos e continua instigando- nos a realizar (CANDAU, 2008:46) Os processos, valores e afirmações da modernidade trazem uma complexidade e dificuldades para uma ressignificação dos direitos humanos, na constituição de uma "concepção intercultural das políticas emancipatórias de direitos humanos". (CANDAU, 2008:54), mas se quisermos uma escola de qualidade social é importante assumir a perspectiva intercultural, pois, ela está direcionada: "à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade" (CANDAU, 2008:52).

Nessa direção, concordamos com Santos (1997:11) que se faz necessário "[...] começar por entender a tensão dialéctica entre regulação social e emancipação social que caracteriza a modernidade ocidental – uma tensão bem presente nas filosofias e nas práticas dos direitos humanos."

Assim, direitos humanos que considerem a igualdade, mas também as diferenças são o desafio para uma Educação em Direitos Humanos em uma perspectiva intercultural. Pois, defende-se "[...] que os direitos humanos só poderão desenvolver o seu potencial emancipatório se se libertarem do seu falso universalismo e se tornarem verdadeiramente multiculturais." (SANTOS,1997:11) Entretanto, a efetivação do potencial emancipatório de direitos humanos multiculturais, não pode ser pensada de modo simplista ou linear, ou ainda pautada nos pressupostos da modernidade. Destacamos as constatações de Santos (2003:21) que pode nos ajudar na direção almejada.

> Vivemos hoje em sociedades obscenamente desiguais e, no entanto, a igualdade não se impõe como ideal emancipatório. A igualdade, entendida como equivalência entre iguais, acaba por excluir o que é diferente. Tudo o que é homogêneo à partida tende a transformar-se em violência exclusivista. Daí que as diferenças, por carregarem consigo visões alternativas de emancipação social, devam ser respeitadas. Compete àqueles que as reivindicam decidir até que ponto se desejam hibridar ou indiferenciar. Esta articulação entre o princípio da igualdade e o princípio da diferença exige um novo radicalismo nas lutas pelos direitos humanos.

Ainda há muito para ser conquistado em termos de garantia de direitos humanos, especialmente na dignidade da pessoa em toda sua diversidade e qualidade de vida de muitas pessoas quanto: à educação, saúde, moradia, lazer, respeito, vida, convivência familiar e comunitária, liberdade, esporte, alimentação, cultura e profissionalização. "A luta pelos Direitos Humanos deve ser entendida como uma poderosa ferramenta de transformação social, com o objetivo de construir uma sociedade mais justa, e um instrumento de luta contra a exploração do homem pelo homem." (SCHILLING, at al, 2004:12). Nessa luta pelos direitos humanos é necessário exercer a cidadania conhecendo os seus direitos e exigindo o seu cumprimento, como defende Hannah BALL (1978): "o que permanece inarredável, como pressuposto básico, é o direito de ter direito".

Considerando-se que grande parte da população vive em condições de extrema pobreza e não tem condições econômicas para assegurar os direitos básicos, são necessárias ações do Estado para garantir o mínimo de dignidade por meio do reconhecimento, de uma melhor redistribuição e representação, gerando uma sociedade mais justa e igualitária. Em uma sociedade na qual o capitalismo em sua versão neoliberal vigora, as ações do Estado com esses objetivo são caracterizadas como políticas compensatórias, pois visam abrandar as desigualdades sem, no entanto, alterar os condicionantes sócioeconômicos por meio de políticas estruturais.

Se almejamos uma sociedade mais justa é necessário desenvolver ações que denunciem e garantam os direitos humanos, valorizando a identidade e singularidade de cada ser humano. Fraser (2008:10) em seu livro "Escalas de Justicia" traz uma questão instigante: Quais as formas possíveis de praticar justiça na era da globalização? Pois não há concordância quanto aos sujeitos da justiça (quem está intitulado, autorizado a fazer reivindicações) e sobre a quem se deve reivindicar.

A questão central é enfrentar as diferentes visões sobre quem é o sujeito da justiça: cidadãos ou humanidade global ou comunidades transnacionais de risco? (FRASER, 2008:5). Também é importante estabelecer: o "que", o "quem" e o "como" da justiça. Segundo Fraser (2008) o "que" da justiça se refere à dimensão econômica, comportando as lutas por redistribuição, à dimensão "cultural" nas lutas por reconhecimento, e também à dimensão política, implicada na luta por superação de déficits de representação. Com relação ao "quem" da justiça Fraser, (2008:5) aponta o "Princípio de todos os Sujeitos" o quem deve delimitar diferentes marcos de acordo com os diferentes problemas (locais, nacionais, regionais ou globais). O "como" da justiça deve acontecer por meio de uma abordagem "crítico democrática" utilizando procedimentos para determinar o "quem" da justiça. Assim o quem da justiça só será respeitado numa sociedade democrática, onde todos os serem humanos são dignos e têm a mesma importância. Por isso, possuem direitos e deveres iguais não apenas em aspectos econômicos, mas também relativos a todos os direitos fundamentais. "se a justiça diz respeito às questões essências da igualdade, da liberdade e da democracia, ela acaba por ser um outro nome da educação, de uma boa educação." (ESTÊVÃO, 2004:96).

> Uma educação que vê o aprendente como cidadão de direitos, que vê reconhecida a sua cidadania e é empoderado em termos de exercitação dos seus direitos. Trata-se agora de um aprendente entendido em todas as suas dimensões, o que supõe uma visão da educação comprometida também com a justiça social, com o reconhecimento do outro, com o poder e com a autonomia (ESTÊVÃO, 2013:32).

Ainda em relação à interdependência entre a justiça e a valorização das singularidades, do respeito e reconhecimento das diversidades, Santos (2007:40) defende que, "não há justiça social global sem justiça cognitiva global, ou seja, sem justiça entre os conhecimentos".

A inter-relação entre as temáticas de direitos humanos e justiça se evidencia na medida em que os estudantes se posicionam em relação à justiça, especificamente no que diz respeito à ideia da "igualdade" conforme apresentado na Tabela 2:

Tabela 2 – Percepção dos estudantes sobre justiça

Categorias - Variáveis	Nº.	%
Igualdade de tratamento, equidade.	89	17,58
Aplicação de leis, normas legais.	69	13,6
Aplicação de critério de certo e errado, "verdade".	65	12,9
Acesso e garantia de direitos.	62	12,3
Julgamento, punição ou premiação.	50	9,9
Equilíbrio, imparcialidade no julgamento.	30	5,9
Solução compatível com o fato.	20	4,0
Discernimento, decisão criteriosa.	20	4,0
Diversos	101	20,0
Total	506	100

Fonte: Banco de dados do Observatório de Violências nas Escolas da PUCPR.

A justiça é relacionada à igualdade de tratamento, equidade por 17,5% dos estudantes, enquanto 8,1% dos estudantes entendem direitos humanos como direitos que todos podem exercer igualdade. Apesar do "direito de escolha, opção, liberdade" que inclui indiretamente o "direito a ser diferente" ter sido mencionado por 5,3% ao se referirem aos direitos humanos, a necessária articulação entre igualdade e diferença não aparece nas respostas dos estudantes em relação aos direitos humanos e à justiça. A articulação entre igualdade e diferença requer como explica Candau (2008:49) "[...] a passagem da afirmação da igualdade ou da diferença para a da igualdade na diferença. Não se trata de, para afirmar a igualdade, negar diferença, nem de uma visão diferencialista absoluta, que relativize a igualdade. A questão está em como trabalhar a igualdade na diferença". Para tanto, a autora defende a perspectiva intercultural que "está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade". (CANDAU, 2008:52)

4. Considerações finais

Os resultados iniciais da pesquisa e as ponderações discutidas no texto desafiam a escola para que se constitua verdadeiramente em espaço de garantia e proteção de direitos, e assim de promoção de justiça social. Dessa forma, tornar-se-ia possível uma educação básica de qualidade social.

Tal desafio, que pode ser assumido a partir da perspectiva intercultural de forma a trabalhar a "igualdade na diferença", garantindo assim os direitos e promovendo a justiça social. Não se resume apenas a garantia dos direitos básicos e positivados, nem tampouco a garantia de uma ilusória "igualdade de tratamento/equidade", ou ainda a aplicação de leis/normas legais descontextualizadas e verticais. Trata-se de construir um projeto educativo que seja de fato emancipatório compreendendo "[...] um projeto de aprendizagem de conhecimentos conflitantes com o objetivo de, através dele, produzir imagens radicais e desestabilizadoras dos conflitos sociais em que se traduziram no passado, imagens capazes de potenciar a indignação e a rebeldia. Educação, pois, para o inconformismo". (SANTOS, 1996:17).

Assim, uma escola que pretende assegurar educação de qualidade aos seus coletivos, considera o currículo como um espaço privilegiado para o estabelecimento de diálogos interculturais sobre questões referentes à vivência democrática. Incluindo no diálogo a valorização do reconhecimento do outro em toda sua diversidade social e cultural. Desenvolvendo processos de análise e tradução intercultural que permitam a expansão do conhecimento e a conscientização sobre as relações de poder e de colonialismos com vistas à emancipação. Portanto, o currículo é de fundamental importância para a vivência e promoção dos direitos humanos e da justiça. Daí a necessidade da participação coletiva da comunidade escolar na análise, elaboração e, sobretudo na vivência de um currículo intercultural capaz de viabilizar a educação em direitos humanos numa escola justa e de qualidade social.

Referências

ARENDT, H. (1978), O Sistema Totalitário, Tradução de Roberto Raposo, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

BALL, S. J. & MAINARDES, J. (2011), Políticas Educacionais: Questões e Dilemas, Editora Cortez.

BARDIN, L. (2000), Análise de conteúdo, Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro, Lisboa: Edições 70.

BENEVIDES, M. V. (2000), Educação em direitos humanos: de que se trata?, Palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos, São Paulo.

BOBBIO, N. (2004), A era dos direitos, Traduação de Carlos Nelson Coutinho, apresentação de Celso Lafer, 3.ª reimpressão, Rio de Janeiro: Elsevier.

BRASIL. (1988), "Constituição Federal": Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituiçao.htm, [consultado em 03-12-2014].

BRASIL. (2012), "Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012". Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17810&Itemid=866, [consultado em 03-12-2014].

CANDAU, V. M. (2008), "Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença", Revista Brasileira de Educação, 13 (1), pp. 45-56.

CANDAU, V. M. (2000), "Educação em direitos humanos no Brasil: realidade e perspectiva", CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Suzana. Educação e direitos humanos: construir a democracia. Rio de Janeiro: DP & A.

CANDAU, V. M. & PAULO, I. & ANDRADE, M. & LUCINDA, M. da C. & SACAVINO, S. & AMORIM, V. (2013), Educação em Direitos Humanos e Formação de Professores (as), São Paulo: Cortez.

DUBET, F (2004). "O que é uma escola justa?" Cadernos de Pesquisa, 34 (123), p. 539-555.

DUBET, F. (2008), O que é uma escola justa?: a escola das oportunidades, São Paulo: Cortez.

ESTÊVÃO, C. V. (2006), Educação, justiça e direitos humanos. Educação e Pesquisa, 32 (1), pp. 85-101.

ESTÊVÃO, C. V. (2004), Educação, justiça e democracia: um estudo sobre as geografias da justiça em educação, São Paulo: Cortez.

ESTÊVÃO, C. V. (2002), "Justiça complexa e educação. Uma reflexão sobre a dialectologia da justiça em educação". Revista Crítica de Ciências Sociais, 64, pp. 107-134.

ESTÊVÃO, C. V. (2013), "Democracia política, democracia escolar e educação para os direitos humanos'. Educação (Porto Alegre, impresso), 36 (1), pp. 28-34.

GOMES, N. (2008), Escalas de Justicia, Barcelona: Pensamiento Herder.

GOMES, C. A. (2005), "A Escola de Qualidade para Todos: Abrindo as Camadas da Cebola". Aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, 13 (48), p. 281-306.

IBGE. (2011), Pesquisa Nacional por amostra de domicílios: síntese dos indicadores, 2011. Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2011/Sintese_Indicadores/sintese_pnad2011.pdf, [consultado em 03-12-2014].

ROMANELLI, O. O. (1989), História da educação no Brasil (1930/ 1973), 11ªed, Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

SANTOMÉ, Jurgo Torres (2013), Currículo escolar e justiça social: o cavalo de Troia da educação, Porto Alegre: Penso.

SANTOS, B. S. (2007), Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SANTOS, B. S. (1997), "Por uma concepção multicultural de direitos humanos", Revista Crítica de Ciência Sociais, 48 (2), 1997. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao_multicultural_direitos_humanos_RCCS48.PDF, [consultado em 03-12-2014].

SCHILLING, F. (ed.) (2004), Direitos Humanos e Educação: outras palavras, outras práticas, São Paulo: Editora Cortez.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. (2002), Política Educacional, Rio de Janeiro: DP&A.

SILVA, M. A. (2009), "Qualidade Social da Educação Pública: Algumas Aproximações", Cad. Cedes, Campinas, 29 (78), pp. 216-226, Disponível em http://www.cedes.unicamp.br [consultado em 03-12-2014].

ONU. (1948), Declaração Universal dos Direitos Humanos, Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/comparato_hist_dudh.pdf, [consultado em 03-12-2014].

Políticas públicas sociais e Poder Judiciário: o impacto das ações populares para a consolidação Estado Democrático de Direito.

Michelle Fernandez (UFPE)
Graduada em Ciência Política pela UnB, Mestre em Direito Internacional pela Universidade de La Coruña e Doutora em Ciência Política pela Universidade de Salamanca.

Luis Felipe Andrade Barbosa (UFPE)
Graduado em Direito pela UNICAP e em Ciências Sociais pela UFPE, Mestre em Ciência Política pela UFPE e Doutorando em Ciência Política pela UFPE.

Ernani Carvalho (UFPE)
Graduado em Licenciatura em História pela UFPB, Mestre em Ciência Política pela UFPE, Doutor em Ciência Política pela USP e Pós-Doutorado pela Universitat Pompeu Fabra.

Resumo: Nos países da América Latina, o processo de consolidação democrática torna-se complexo pelo cenário de desigualdade que se apresenta nestas sociedades. Muitas vezes, o Estado não cumpre efetivamente o seu papel no caminho pela garantia de direitos básicos, como os direitos econômicos e sociais, ocasionando uma situação de gozo incompleto da condição de cidadão. Sob esta perspectiva, percebe-se cada vez mais relevante o papel do Poder Judiciário como arena para discussão e reconhecimento dos direitos de cidadania, especialmente no que atine ao caso brasileiro. Neste sentido, qual o papel do Poder Judiciário nos Estados de Pernambuco e da Bahia no processo de políticas públicas sociais? Quais as questões prioritárias na agenda do Judiciário pernambucano relativas a tais políticas? Diante deste panorama, a presente pesquisa propõe um recorte sobre a amplitude da atuação judicial no Brasil no que atine a todo o processo de políticas públicas visando a garantia dos direitos econômicos e sociais, a partir da análise da atuação do Poder Judiciário no âmbito dos Estados de Pernambuco e da Bahia. Para sua instrumentalização inicial, valemo-nos do instrumental das ações populares, entendidas como mecanismo disponível aos eleitores para fiscalizar atos de seus governantes que não atendam às suas demandas de fortalecimento da cidadania. Esta pesquisa visa analisar as questões discutidas, o tipo de ator que se utiliza da medida, bem como a resposta dada pelo Poder Judiciário pernambucano às demandas propostas.

Palavras-chave: Cidadania. Políticas públicas. Judicialização da política. Ações populares.

1. Introdução

A trajetória peculiar das políticas de bem-estar em países periféricos como o Brasil, marcadas por sua incompletude ou, em alguns casos, por sua inexistência (CARVALHO, 2008; FARIA, 1998; DRAIBE, 1990) faz com que o desfrute dos direitos de cidadania e, sobretudo, dos direitos econômicos e sociais, não alcance uma grande porcentagem da população que habita os centros urbanos.

Diante de uma relativa inoperância dos Poderes Executivo e Legislativo na construção e implementação de políticas públicas efetivas para uma parcela da população, torna-se cada vez mais relevante o papel do Poder Judiciário como arena para maximização da proteção aos direitos de cidadania.

No Brasil, o Judiciário possui força considerável no que concerne à sua atuação frente às questões envolvendo políticas públicas, visto que "os agentes do Judiciário podem dar apoio a políticas que considerem relevantes ou adiar as consequências objetivas que a estas poderiam advir em razão do indeferimento dos recursos interpostos" (ROCHA, 2010: 25). Assim, o presente artigo tem como objetivo trazer uma aproximação teórica à relação entre as políticas públicas sociais e o poder judiciário em cenários com déficit de gozo de direitos sociais. Para isso, o texto está dividido em quatro partes. A primeira é esta parte introdutória do artigo. A segunda parte aborda a discussão sobre o Estado de Direito e a construção da cidadania social no Brasil. A seguir, apresentaremos a discussão sobre a judicialização das políticas públicas sociais e, por fim, trazemos algumas notas conclusivas.

2. Estado de direito e a construção de conceito de cidadania social no Brasil

Em linhas gerais, a noção de *Rule of law,* ou Estado de Direito, corresponde a um sistema legal construído a partir de três premissas centrais: as leis são de conhecimento público, são claras em seu conteúdo e são aplicadas uniformemente a todos (CAROTHERS, 2012: 63). Portanto, um sistema assim caracterizado pode efetivamente viabilizar o exercício dos direitos e a observância dos deveres dos cidadãos dentro de determinada sociedade.

É inegável que a consolidação do Estado de Direito, através da implantação de instituições sólidas, constituídas por uma burocracia cada vez mais profissionalizada e consequentemente mais preocupada com a observância das normas, mostra-se como recurso efetivo contra o autoritarismo ainda presente e tentativas de enfraquecimento da ordem constitucional, principalmente no que diz respeito à vida das novas democracias, em especial as latino-americanas.

Já no que atine às políticas públicas, é relevante trazer à discussão o seu significado, entendendo-as no sentido exposto por Rocha (2010: 21) como sendo "o conjunto de atos e não atos que uma autoridade pública decide pôr em prática para intervir (ou não intervir), em um domínio específico, por exemplo, políticas econômicas, financeiras, sociais, de educação, tecnológicas, etc".

Uma vez apresentados estes conceitos básicos, é importante ter claro que um dos elementos-chave para adentrar no debate sobre o Estado de Direito e políticas públicas é o conceito de cidadania e, especialmente, de cidadania social.

A cidadania é um conceito que sempre esteve atrelado ao longo da História à concepção de democracia. Surgiu inicialmente atrelado a um viés passivo, em que os cidadãos "estariam subordinados a uma obrigação de obediência a algumas regras supremas, o que limitava sua soberania política individual" (FERNADEZ, 2012: 22). Ao longo dos séculos, o conceito passou por um processo de transformação, até chegar ao seu estágio atual, influenciado principalmente pelas Revoluções Francesa e Americana do Século XVIII. Dessa forma, o conceito moderno de cidadania compreende como premissas básicas a liberdade, a igualdade e o direito adquirido.

Uma das construções teóricas essenciais para a compreensão do conceito de cidadania é o construído por Marshall (1998), o qual o desenvolve a partir de três dimensões: cidadania civil, cidadania política e cidadania social. A primeira das dimensões leva em consideração a gama de direitos civis necessários a qualquer cidadão, como a liberdade individual, a liberdade de pensamento e religião, o direito de firmar contratos e o de acesso à justiça[1]. Como segunda dimensão, o autor traz a cidadania política, que corresponde ao direito de participar do exercício do poder político, seja através da participação direta da disputa política ou mesmo do exercício do sufrágio. Por seu turno, a terceira dimensão foca no elemento social, na preocupação com o necessário para que o indivíduo possua um mínimo de bem-estar na sociedade.

Para o autor, o conceito de cidadania é tão importante que, ao analisar aspectos relacionais entre cidadania e classe social, defende que a igualdade humana básica se revestiu de um formidável corpo de direitos, identificando-se claramente com o próprio *status* de cidadania. Dessa forma, defende que a desigualdade de sistema de classes seria aceitável, desde que fosse reconhecida minimamente a igualdade de cidadania (MARSHALL, 1998: 21).

No Brasil, a concepção do conceito de cidadania passou por uma construção diversa daquelas observadas em outras democracias contemporâneas. É de considerar que houve uma inversão na sequência histórica das dimensões, com a cidadania política sendo assegurada antes mesma da cidadania social (CARVALHO, 2008). Relativamente à cidadania social, a mesma só vem a efetivamente constar como preocupação central do Estado após o processo de redemocratização, com a promulgação da Constituição Federal de 1988[2].

---

1 Modernamente, o direito de acesso à justiça compreende o direito à ordem jurídica justa, revelada através dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

2 Além de possuir capítulo próprio sobre os chamados "Direitos Sociais", a Constituição Federal de 1988 trouxe a previsão de uma série de institutos e mecanismos jurídicos para sua defesa. É neste sentido que consideramos que a cidadania social passa a ser efetivamente preocupação do Estado brasileiro.

Esta realidade traduz um padrão observado nas novas democracias latino-americanas, conforme realçado por Fernandez, 2012 (*apud* Pinto y Flisfisch, 2011: 62):

> *(...) las sociedades latinoamericanas han vivido otra realidad. El orden cronológico que sucedió en las sociedades europeas no se dio de la misma forma en América Latina, es decir, en estos países la ciudadanía política se ha dado, muchas veces, antes mismo del desarrollo de unas condiciones que permitieron el disfrute de una ciudadanía civil y social. De este modo, aunque el reconocimiento de la ciudadanía política sea temprano seguida por el reconocimiento de la ciudadanía civil, en muchos contextos, el escenario social ha permanecido bajo una lógica oligárquica, estructurada por el binomio exclusión-inclusión que dificulta el arraigo de la ciudadanía social.*

Alguns trabalhos apontam, no que concerne ao ponto de vista jurídico, que o próprio conceito de cidadania no país está exclusivamente atrelado a uma abordagem mais restritiva, ligada apenas aos direitos políticos. Dessa forma, as abordagens jurídicas deixam a desejar no que atine a "uma discussão mais ampla do conceito, dado que à condição de cidadão também correspondem direitos e deveres, o que parece exigir uma conceituação mais completa" (ROCHA, 2010: 21).

Por outro lado, há uma necessidade premente dos Tribunais ultrapassarem os limites formais existentes na legislação, valendo-se de uma interpretação político-sociológica sistêmica, baseada essencialmente nos princípios estabelecidos nas Constituições, a exemplo do princípio da dignidade da pessoa humana, para proteger adequadamente os direitos voltados à perspectiva social.

3. A proteção judicial da cidadania social: A judicialização das políticas públicas

Em linhas gerais, é perceptível que os Estados têm passado por um processo de alargamento do Direito, sobretudo daqueles que dizem respeito aos Direitos Humanos, elevando-se princípios como o da dignidade da pessoa humana a nível constitucional. Neste novo cenário, o Poder Judiciário tem assumido papel relevante para as democracias contemporâneas, sendo considerado como o grande redentor das questões públicas e privadas, especialmente no que concerne à maximização das políticas públicas sociais.

Neste sentido, o Poder Judiciário passa a ter participação significativa no controle das atividades estatais, denotando um processo nominado pelos cientistas políticos contemporâneos pelo termo *judicialização da política, o qual se* apresenta sob dois diferentes aspectos: há um primeiro aspecto, mais direto e que parece mais evidente, quando o Judiciário passa a tratar diretamente de assuntos estranhos à sua competência; já o segundo aspecto é mais indireto, sendo observado quando um "modus operandi" tipicamente judicial passa a ser incorporado por outras áreas, utilizando-se destas técnicas e procedimentos judiciais.

A literatura política contemporânea tem discutido nos últimos anos a importância do fenômeno em questão (SWEET, 2000; HIRSCHL, 2004), denotando-se a viabilidade do alargamento da esfera judicial diante de contextos políticos específicos, especialmente quando há déficits de atuação por parte dos Poderes Executivo e Legislativo, especialmente em processos de tomada de decisão permeados por elevados custos políticos.

Os autores apresentam também que a ideia da judicialização da política baseia-se em um "novo constitucionalismo" que surgiu e foi amplamente difundido após o final da Segunda Guerra Mundial. Tal constitucionalismo é formado pelas seguintes características: a) presença de instituições estabelecidas e que possuem sua autoridade proveniente de uma constituição escrita; b) a constituição atribui um poder supremo ao povo através das eleições, c) o uso da autoridade pública, inclusive da autoridade legislativa, só é legal na medida em que respeita o direito constitucional; d) esta lei incluirá direitos e um sistema de justiça para defender estes direitos (SWEET, 2000). Neste sentido, considera-se que atualmente não dá mais para se pensar em sistema político sem levar em consideração o Poder Judiciário.

A discussão da judicialização da política torna-se extremamente relevante no contexto dos países latino-americanos, os quais passaram recentemente por um processo de redemocratização. Os Tribunais correspondem, como arena de resolução de conflitos, a estratégias políticas viáveis em torno dos processos de transformação política e social. Inclusive, é perceptível que a legitimação das novas democracias está atrelada à capacidade dos Estados de fortalecer de maneira convincente seu Estado de Direito, valendo-se dos processos de *accountability* (DOMINGO, 2009).

Neste novo cenário, os Tribunais são muitas vezes criados ou fortalecidos como instituições que viabilizam a *accountability* vertical e horizontal dos atos dos Poderes Públicos (POWELL, 2005), especialmente no que atine à proteção contra violações de direitos dos cidadãos. Waldron (2006) salienta que os defensores da revisão judicial apontam-na como a forma de se evitar resultados injustos e tirânicos que podem ocorrer nos processos democráticos majoritários. Mas como pode ser feita a revisão judicial da Carta de Direitos de forma que ela seja atemporal e atenda a todos os direitos individuais? O autor assevera que tal proposta segue a tradição norte-americana, baseada em uma interpretação e revisão constitucional por um Tribunal Constitucional, desautorizando-se a possibilidade de revisão pelo Parlamento.

Valendo-se de uma perspectiva social, podemos denotar que o conceito de judicialização da política é caracterizado pela maior presença judicial na vida política e social, ou seja, os conflitos políticos, sociais ou entre Estado e sociedade são resolvidos nos Tribunais. Paralelamente, nesta perspectiva, como o processo pelo qual atores políticos e/ou sociais recorrem aos Tribunais visando proteger ou promover os seus próprios interesses. Por fim, é concebido quando o protagonismo judicial volta-se a uma efetiva legitimidade do sistema político, correspondendo à capacidade do Estado democrático moderno de cumprir suas promessas do Estado de direito, de proteger os direitos do cidadão, de garantir o devido processo legal e os mecanismos de controle democrático (DOMINGO, 2009).

Existem alguns fatores que viabilizam este processo dentro de uma perspectiva social, tais como mudanças na cultura política e jurídica sobre o que é realmente o Estado de Direito, o lugar que ocupam os direitos de cidadania na sociedade e no imaginário público, a compreensão dos Tribunais como estratégia para promoção de certos direitos ou demandas sociais, bem como a necessidade de uma cidadanização do espaço político e do debate público (DOMINGO, 2009).

Portanto, para a devida operacionalização dos Tribunais como arena política, é necessária uma apropriação devida do discurso de direitos e seu impacto transformador nas relações políticas e sociais. Conforme frisado por Charles Epp (1999), são necessárias três dimensões para este processo: em primeiro lugar, um marco de normas ou constitucional para o devido acionamento dos Tribunais; paralelamente, uma certa medida de ativismo judicial, necessário ao processamento das demandas; por fim, a conscientização da importância da via judicial e a capacidade de conhecimento jurídico do indivíduo (ou da sociedade civil organizada). Aliada a estas dimensões, ressalte-se a construção sobre a dimensão legal do Estado de O´DONNELL (2004), caracterizada por uma presença minimamente legítima, acessível e confiável na sociedade.

Para Taylor (2008), a independência judicial exerce um papel central neste processo, pois viabiliza o controle do Executivo, a garantia dos direitos individuais e ainda cria condições plenas para o Estado democrático de direito. A possibilidade de agir de forma que diverge das preferências dos outros Poderes e, se necessário, a possibilidade de constrangê-los valendo-se da interpretação constitucional é característica marcante do Poder Judiciário.

Valendo-se de uma revisão da literatura, parece-nos que a efetiva independência judicial é responsável por uma maximização do Estado de Direito na democracia, visto que favorece o cumprimento das leis e a proteção dos direitos individuais e das minorias contra a atuação predatória das maiorias, além de conferir alguma dinâmica de estabilidade ao sistema, através da vigilância e até mesmo do constrangimento a possíveis desvios de conduta dos demais poderes.

É relevante pontuar que são desenvolvidas novas formas de ativismo judicial e novas expressões de apropriação do Direito e do discurso sobre direitos do cidadão. Taylor (2008) versa, por exemplo, que os Tribunais estão desempenhando um papel cada vez mais relevante nas disputas políticas, especialmente no que atine à definição das políticas públicas na América Latina.

A experiência brasileira mostra que o Judiciário tem desempenhado um papel extremamente relevante para a discussão e definição das políticas públicas no país. No contexto da revisão judicial, há ativismo significativo do Judiciário através do instituto do controle de constitucionalidade.

Em termos gerais, este controle "significa a possibilidade de se recorrer a um Juízo ou Tribunal em caso de não atendimento ao que está presente na Constituição, entendida como o topo do ordenamento jurídico de um país. Neste sentido, o controle de constitucionalidade é um instrumento de defesa do valor da Carta Magna, ou seja, dos direitos e prerrogativas nela estabelecidos" (BARBOSA, 2012).

Segundo a doutrina constitucionalista, o controle de constitucionalidade diz respeito à ideia da "Supremacia da Constituição sobre todo o ordenamento jurídico e, também, à de rigidez constitucional e proteção dos direitos fundamentais". Ao controlar a constitucionalidade, verifica-se a compatibilidade de uma lei ou de um ato normativo à Carta Magna, verificando seus requisitos formais e materiais (MORAES, 2008).

Portanto, dentro da sistemática jurídica brasileira, o processo de *judicialização da política* é efetivado principalmente através do controle de constitucionalidade de forma abstrata, o qual possibilita a discussão de questões jurídicas e/ou políticas perante o Supremo Tribunal Federal (STF), instância máxima do Poder Judiciário do país, dando-se principalmente através das chamadas ações diretas de inconstitucionalidade (ADI).

Contudo, diante do desenho institucional eleito no Brasil, este tipo de mecanismo é adstrito a um pequeno rol de atores, os quais possuem a legitimação para discussão constitucional das leis e atos normativos emanados pelos Poderes Públicos. Portanto, visualiza-se que este mecanismo não tem a amplitude necessária para explicar a proteção das políticas públicas dos atores, no que atine especificamente ao plano de proteção individual dos direitos de cidadania.

Por outro lado, existem outros instrumentos relevantes para assegurar vários direitos de cidadania a exemplo da ação popular e da ação civil pública. É através do instrumental das ações populares, por exemplo, que os cidadãos ou grupos sociais fiscalizam os atos de seus governantes que não atendam a seus interesses, demandando respostas aos Poderes estabelecidos. Devidamente provocado, o Poder Judiciário deve solucionar os casos concretos, garantindo aos cidadãos o acesso às políticas públicas, em suas diversas nuances (saúde, educação, habitação etc.).

4. Ação popular: *Estudo de caso*

Diante da amplitude do instrumental utilizado para judicialização das políticas públicas no país, consideramos inicialmente relevante apontar um estudo de caso sobre tema relevante voltado à proteção das políticas sociais no Estado de Pernambuco.

É de se considerar inicialmente a dificuldade de acesso às ações propostas pelos cidadãos, sendo necessário para fins de segunda etapa do presente trabalho a consulta presencial nas Varas da Fazenda Pública do Estado de Pernambuco, bem como organizações da sociedade civil que recorrentemente se valem do instrumental para proteção/discussão das políticas públicas sociais.

Um dos exemplos clássicos sobre a utilização do instrumental das ações populares em Pernambuco para discussão das políticas públicas pode ser ressaltado nos autos do Processo nº 0002427-02.2012.8.17.0001, distribuído para a 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca do Recife e disponível para consulta na página oficial do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco – TJPE. Nesta ação, pleiteava-se a suspensão de pagamentos de auxílio moradia a deputados e a ex-deputados estaduais, com pedido liminar contra ato do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, com o escopo de ser suspenso os pagamentos de todos os valores pendentes do benefício auxílio-moradia, que estão sendo repassados aos parlamentares estaduais.

Esta ação é interessante para análise por exemplificar um mecanismo direto de controle contra possíveis abusos praticados pelos Poderes Públicos, tendo-se como pano de fundo a implementação de políticas públicas sociais. Por outro lado, denota o comportamento do Poder Judiciário frente a questionamentos direcionados à atuação de outros poderes, no caso o Poder Legislativo.

Ocorre que no pedido de reconsideração, a Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco alegou a carência de ação por ausência de interesse processual no que tange a inadequação da via processual em face da ausência de pedido de anulação do ato lesivo, conforme preceituado no art. 5º, LXXIII, da Constituição Federal e art. 1º da Lei Federal nº 4.717/65 (Ação Popular).

Ademais, defendeu a falta de interesse processual dos autores consubstanciada na desnecessidade de se buscar a via judicial para a exibição de certidão e informações que poderiam ser obtidas perante a esfera administrativa, consoante preconizado no art. 1º, §4º da Lei em questão.
Por último, propugnou no mérito a ausência de lesão à moralidade e de ilegalidade, almejando, assim, a reconsideração da decisão de apresentação da documentação solicitada, a extinção do feito com resolução do mérito ou a extinção do feito sem resolução do mérito, por ausência de interesse processual.
Ocorre que a 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual acatou as alegações expressas no pedido de reconsideração da Ré na sentença, sem aparentemente uma discussão ampla a respeito da matéria analisada. Tal movimento parece descrever uma indisposição do Judiciário pernambucano em analisar meritoriamente a questão, por envolver política pública direcionada a deputados estaduais, o que, em termos de moralidade administrativa, é plenamente questionável, diante de sua desnecessidade para os representantes do Poder Legislativo.
Em outra ação popular proposta em 2013, contudo no âmbito da Justiça Federal de Pernambuco, questionou-se o fechamento do Centro de Transplante de Medula Óssea (CTMO) e a nomeação de Antônio Figueira por sua ligação com o Instituto de Medicina Integrada de Pernambuco (IMIP), entidade privada que teria cerca de R$ 500 milhões em contratos com a Secretaria de Saúde.
O CTMO era um centro de referência para o transplante de medula óssea e atendia pacientes de Pernambuco e de outros estados do Norte e Nordeste. Na época de seu fechamento, foi firmado um contrato entre o Governo do Estado e o Hospital Português para a realização deste procedimento.
Dessa forma, a Primeira Vara Federal de Pernambuco decidiu pela exoneração do então Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco à época, bem como pela reabertura do Centro de Transplante de Medula Óssea (CTMO) da fundação Hemope.
Portanto, torna-se extremamente relevante estudar a fundo as ações populares propostas no Estado de Pernambuco, seja em termos quantitativos, quanto em termos qualitativos, analisando-se o tipo de matéria discutida, o tempo e tipo de resposta dada pelo Judiciário, bem como realizar entrevistas com os atores envolvidos. Como versado, esta etapa corresponderá a um segundo momento da pesquisa, cujas conclusões apresentarão os principais achados.

5. Conclusões iniciais

Inicialmente, é interessante pontuar que o principal debate que surge a respeito da judicialização e das políticas públicas sociais é sobre a presença do Judiciário e de discursos de legalidade e cidadania na América Latina *versus* a capacidade de transformação social destes processos. Em termos de políticas públicas, há a necessidade de novas formas de ativismo judicial e novas expressões de apropriação do Direito e do discurso sobre direitos do cidadão (DOMINGO, 2009).
No Brasil, o desenho institucional possibilita uma participação efetiva do Poder Judiciário nas principais questões do país. Particularmente, no que atine à questão das políticas públicas, há espaço para discussão judicial de temas relativos à proteção/efetivação destas, particularmente através do instrumental das ações populares, previstas formalmente na Constituição Federal de 1988 e disciplinadas pela Lei 4.717/1965.
A análise inicial das ações populares propostas no Estado de Pernambuco sinalizou para dificuldades de obtenção do número preciso de ações propostas, sendo necessário uma atuação presente nas diversas Varas da Fazenda Pública do Estado, bem como o acionamento dos atores que se valem deste instrumental para discutir a viabilidade, implementação e efetividade das políticas públicas sociais.
Por seu turno, além da construção do banco de dados com as informações sobre o universo das ações, atores e resultados obtidos, torna-se imprescindível também a realização de entrevistas com os diversos atores que atuam no âmbito do Poder Judiciário pernambucano.

Referências:

BARBOSA, L. F. A. (2012), *Os donos do poder: a OAB e o seu papel na revisão judicial concentrada*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

CAROTHERS, T. (2003), "Promotion the rule of law abroad: The problem of knowledge". Working paper. Rule of Law Series, n. 34.

_____. (2012), "O renascimento do 'Rule of Law'". *In*: Revista Duc In Altum - Caderno de Direito, vol. 4, no 6, jul-dez. 2012.

CARVALHO, J. M. (2008), *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

DOMINGO, P. (2009), "Estado de Derecho: ciudadanía, derechos y justicia en América Latina". In REVISTA CIDOB D'AFERS INTERNACIONALS, n. 85-86, pp. 33-52.

DRAIBE, S. (1990), "As Políticas sociais Brasileiras: diagnóstico e perspectivas". In IPEA, IPLAN. Prioridades de Políticas Públicas para a Década de 90. Brasília: IPEA/IPLAN.

EPP, C. R. (1999), *External Pressure and the Supreme Court´s Agenda.* In: Supreme Court Decision-Making: New Institucionalist Approaches. The University of Chicago Press, Chicago and London.

FARIA, C. A. P. (1998), "Uma genealogia das teorias e modelos do Estado de Bem-Estar Social". Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais, n. 46.

FERNANDEZ DE OLIVEIRA, M. V. (2012), *La ciudadanía incompleta: derechos económicos y sociales en la periferia urbana de Brasil*. Salamanca: USAL. 445 pp.

HIRSCHL, R. (2004), *Towards Juristocracy: The Origins and Consequences of teh New Constitucionalism*. Harvard University Press.

MARSHALL, T. H. (1998), *Ciudadanía y clase Social*. Madrid: Alianza Editorial.

MORAES, A. (2008), *Direito constitucional*. 23. ed. atual. até a EC nº 56/07. São Paulo, Atlas. 900 p.

O`DONNELL, G. (2004), "Acerca del Estado en America Latina Contemporánea". Diez Tesis para discusión. In PNUD. A Democracia na América Latina.

POWELL, G. B. (2005), *"The chain of responsiveness"*, in L Diamond and Morlino (2005), *Assessing the quality of democracy*, The Johns Hopkins University Press.

TATE, C. N. e VALLINDER, T. (1995), *The Global Explosion of Judicial Power*. New York University Press, Nova Iorque e Londres.

TAYLOR, M. M. (2008), *Judging Policy: Courts and Policy Reform in Democratic Brazil*. Stanford University Press, Stanford, California.

ROCHA, A. F. O. (2010), "Judiciário e Políticas Públicas: a concretização dos direitos fundamentais-sociais". Revista da SJRJ, Rio de Janeiro, n. 27, p. 19-32.

SWEET, A. S. (2000), *Governing with Judgers: Constitutional Politics in Europe*. Oxford, Oxford University Press.

WALDRON, J. (2006), "The core of the case against judicial review", Yale Law Journal, 115, 1347- 1406.

Documentos oficiais:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965.

Os Direitos Humanos e o Quotidiano Estável

José Fontes
CAPP/Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa
Universidade Aberta | Academia Militar
jose.fontes.pt@gmail.com

Biografia: Agregado e doutor em *Ciências Políticas* e mestre em *Ciências Jurídico-Políticas*. Professor da Universidade Aberta e da Academia Militar. Investigador científico do CAPP/ISCSP (Universidade de Lisboa). Colabora ainda como investigador no Centro de Investigação da Academia Militar, no IPRI (Universidade Nova de Lisboa) e no Observatório Político. Exerceu as funções de secretário-geral do *Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior* e de secretário do *Instituto de Altos Estudos* da Academia de Ciências de Lisboa para o *Seminário Permanente dos Jovens Cientistas*. Autor de vários livros e artigos sobre *Ciência Política*, *Direito Constitucional*, *Direito Internacional*, *Administração Pública* e *Direito Administrativo*.

Resumo: Importância da valorização dos direitos humanos para a estabilidade do quotidiano dos povos em várias dimensões, designadamente na económica, mas sobretudo na estabilidade da ordem jurídica de onde resultam direitos sociais relevantes.

A crise económico-financeira tem sido aproveitada para desvalorizar um conjunto muito substantivo e vasto de direitos – amplamente consolidados – o que exige uma profunda reflexão sobre o desenho de políticas públicas que devem ser *amigáveis* dos direitos humanos e que com eles se devem conformar, sob pena de não deverem ser implementadas.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Quotidiano. Estabilidade Jurídica. Crise Económico-Financeira. Direitos Sociais.

A *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (DUDH) é um dos textos jurídicos internacionais mais marcantes na História da Humanidade e na História universal das *Ciências Jurídicas* e de onde resulta, em nossa opinião, o *direito ao quotidiano estável*[1].
Este artigo que tenta demonstrar a existência de uma relação direta (como decorrência) entre os direitos humanos e o *direito ao quotidiano estável* é, de alguma forma, um contributo para a divulgação deste conjunto normativo que é tantas vezes invocado, mas nem sempre conhecido em todas as suas dimensões, âmbito e conteúdo.
O *mundo jurídico*, variante no tempo e dependente do campo de aplicação, é um espaço que deve ser privilegiado no entendimento de que contribui e assegura a nossa estabilidade e a das nossas condições de vida. Por isso, o Direito Privado que rege genericamente as relações que se estabelecem entre os indivíduos e as pessoas coletivas privadas[2] tem, no caso português, gozado de uma perenidade que garante a todos quantos dele necessitam um conhecimento nem sempre perfeito e tecnicamente rigoroso, mas efetivo sobre as grandes tendências, os principais direitos e os mais importantes deveres legalmente tutelados. Deste modo, a generalidade das pessoas consegue, por mero exemplo, definir o alcance de direitos como o de propriedade e as limitações que dele decorrem, conhecer os deveres e os direitos civis matrimoniais, exercer o poder paternal de acordo com o senso comum, não violando o Direito. E poderiam ser oferecidos outros exemplos que atestam um conhecimento genérico sobre os grandes traços gerais dos direitos privados.

---

1 *Vide* por todos José Fontes *in O Direito ao Quotidiano Estável — Uma Questão de Direitos Humanos*. Coimbra Editora, 1.ª edição, novembro (ISBN 978-972-32-2208-1), pp. 75 e seguintes.

2 O Direito Privado, no caso português, pode também aplicar-se a entidades públicas sempre que estas atuam ao abrigo da gestão privada.

Importa, por isso, assinalar que a fragilização do sistema de direitos pode contribuir para uma desestabilização da vida das pessoas e das empresas e é um dos maiores riscos para a *estabilidade do quotidiano* (também) da vida dos Estados e, por consequência, do sistema internacional de nações. As Nações Unidas não deveriam alhear-se desta discussão e deixar de intervir através de todos os seus órgãos e agências. A recente intervenção do *Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais* das Nações Unidas que considerou que a ajuda externa teve um "impacto adverso" nos direitos económicos, sociais e culturais em Portugal, defendendo o progressivo abandono das medidas de austeridade com a recuperação económica é disso um bom exemplo. A final trata-se, como veremos, de uma questão de direitos humanos dado que o Direito incorpora as grandes opções tomadas pelas instituições democráticas.

As incerteza e instabilidade do quadro jurídico podem contribuir fortemente para a desestabilização do quotidiano e, deste modo, se consagram amplos *direitos* (*adquiridos*), em domínios diversos, que são *conquistas* irreversíveis e património jurídico das sociedades civilizadas. São, por isso, insuscetíveis de quaisquer reversões. Mas estas conquistas não devem ser entendidas apenas como meramente aquisitivas, mas antes como declarativas de uma realidade pré-existente e inerente à condição humana para se evitarem movimentos derrogatórios legitimados pelas condicionantes conjunturais.

A *conquista* é *declarativa* — apenas afirma, demonstra, revela e traz à *luz* e ao conhecimento da Razão humana uma realidade e uma evidência que fazem parte do ambiente natural em que o ser humano atua e que lhe é inerente e à sua dignidade. A teoria dos *direitos adquiridos* parece ser hoje frágil na defesa de direitos que (ainda que indiretamente) integram o universo dos direitos humanos. O fim da escravatura[3] (e a sua ilegitimidade e ilegalidade gritantes) resultou de conquistas que revelaram algo a partir de determinado momento que se tornou evidente à Razão do ser humano. A Razão tomou nota de uma evidência declarada: a condição de ser humano não se compadecia com aquela realidade, mas nos nossos dias ainda vamos tendo, infelizmente, notícia de casos de escravatura em diversos territórios, mas nenhum exemplo é considerado tolerável ou compreendido.

Seria aceitável fazer depender a crítica a estas situações de quaisquer fragilidades orçamentais ou económicas em que se fundassem os argumentos invocados pelos esclavagistas?

A partir do momento em que a Razão humana foi confrontada com tal irracionalidade e a admitiu como contrária à natureza humana, nunca mais qualquer conduta semelhante pôde, legitimamente, ser adotada sem que desse origem a críticas e à invocação do internacional direito de ingerência — é inerente ao ser humano.

Desta forma, existe como que uma revelação mais do que uma aquisição (que parece ser um movimento mais externo — que nos advém — e que não é inerente à nossa condição ou que apenas a partir de determinado momento ou verificado um certo facto passa a ser adquirido com possibilidade de reversão, alienação ou transferência). Podemos adquirir o direito de propriedade de uma casa, podemos adquirir nacionalidades ou a maioridade, mas existe um universo de direitos que é pertença comum e que resulta da nossa condição. Decorre dela:

Nasce com ela;

Transmite-se às gerações vindouras;

É insuscetível de qualquer revisibilidade negativa;

Impõe obrigações a todos quantos afrontam a dignidade humana;

Perdura para além da morte de cada homem ou mulher, porque integra alguns direitos que são perenes, como os direitos ao bom nome e à boa reputação; porque existe uma tutela geral à/da personalidade — aliás, prevista, há muito, no caso português, no nosso Código Civil.

A *História da Europa* oferece vários exemplos de desvios democráticos, com regimes autoritários e autocráticos, que assentaram a sua influência e despotismo na eliminação e na contestação de direitos variados, desde a negação da propriedade privada (de alguns) em detrimento da propriedade coletiva (em benefício quase sempre de poucos), passando por constrangimentos aos direitos de opinião e de liberdade de pensamento (porventura a forma mais grave de violação da liberdade humana), atento o disposto no artigo 19.º da DUDH,

---

3 Veja-se a este propósito o disposto no artigo 4.º da DUDH que expressamente estipula que "*Ninguém será mantido em escravatura ou em servidão; a escravatura e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibidos*".

até, entre outros, à proibição e ao condicionamento de movimentos, impedindo o *direito universal de caminhar pelo mundo*[4] — que é casa comum de todos quantos nele habitam.
A Grande Guerra de 39/45 assentou irracionalmente num desejo hegemónico da liderança de um povo e na defesa da eugenia da sua raça em detrimento da de outros. Tudo isso vertido em letra de lei!
O Direito ao serviço da ditadura, tentando legitimar e legalizar a irracionalidade; a norma jurídica imoral e inética, com a total ausência de princípios, de valores, de zelo, de caráter, de moral e com desrespeito total pelos direitos do outro... Uma comunidade humana no uso arbitrário do Direito para submeter e aniquilar outros povos, outras culturas, outras religiões.
Por outro lado, as Cruzadas e as guerras religiosas sempre trouxeram ao campo de batalha o Deus de cada um.
Infelizmente os exemplos não são raros! São infelizmente abundantes!
A escassez de recursos públicos apresentada nos dias de crise, no presente e no passado (também próximo), como determinante para a limitação de direitos, permite-nos questionar a realidade hoje existente que demonstra que a regra que os limita nem sempre é de aplicação igualitária e que as estruturas mais fortes e poderosas são, a maior parte das vezes, dispensadas de participar na reversão de alguns desses direitos (de que são titulares).
É notório que o *capital* tem sido, muitas vezes, poupado a contribuir em situação de equidade com o *trabalho*.
O *Direito do Trabalho* tem sido exemplar quer no âmbito público, com a tentativa de desmantelamento das Administrações Públicas, quer de sobremaneira no espaço das relações laborais privadas e empresariais, com a diminuição dos direitos e das regalias dos trabalhadores — porque as regalias também são essenciais na vida das mulheres e dos homens…
À medida que a relação laboral (também pública) se vai desregulando e debilitando, com a posição da entidade trabalhadora, naturalmente enfraquecida *ab initio* pela natureza estrutural e ontológica daquela ligação, vão aumentando os elevados graus de desemprego.
Torna-se assim perplexa e inquietante a narrativa que pretende demonstrar que os efeitos seriam certamente mais gravosos se muitos dos direitos *adquiridos* se mantivessem, mas está por demonstrar que a reversão destes direitos é política eficaz para o cumprimento do objetivo primeiro do *direito ao trabalho*, previsto no artigo 23.º, n.º 1, da DUDH. No entanto, não deixa de se considerar como elemento positivo alguns aspetos da reforma da legislação laboral quando fomentam o bom investimento empresarial, o aumento do emprego ativo e socialmente relevante e quando permite e acrescente produtividade às empresas e à economia. Não podemos, no entanto, ignorar o que refere o supra referido artigo 23.º da DUDH no seu n.º 3, que impõe que o trabalhador "(…) *tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social*" bem como o disposto no artigo 24.º da mesma Declaração que refere que "*toda a pessoa tem direito ao repouso e aos lazeres e, especialmente, a uma limitação razoável da duração do trabalho e a férias periódicas pagas*".
Importa assinalar que a Constituição Portuguesa prevê que, de acordo com o disposto no seu artigo 16.º, n.º 1, "*os preceitos constitucionais e legais relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados de harmonia com o prescrito na Declaração Universal dos Direitos do Homem*". Existe assim uma autovinculação constitucional que determina o acolhimento deste instrumento normativo internacional, já rececionado na ordem jurídica portuguesa como referência para a interpretação jurídica, em todas as suas dimensões.
Os vários preceitos normativos da Declaração prendem-se, todos eles, com questões determinantes para a dignidade da vida do ser humano. Pode verificar-se que a necessidade de um *quotidiano estável* é requisito essencial para as segurança e paz mundiais, sem as quais os agentes económicos terão grandemente dificuldade em transacionar e, desta forma, criar mais-valias e ganhos para as empresas e as famílias. Por isso, as questões de Segurança e Defesa, não podem ser afastadas nem descuradas da reflexão sobre a sua contribuição para a estabilidade do quotidiano das populações.
Para além das gentes, as grandes empresas multinacionais, tantas vezes concorrentes com os Estados em poderio económico e financeiro e dimensão internacional, devem ser as primeiras interessadas na consagração de um

---

4 Atento o disposto no artigo 13.º da DUDH que refere no seu n.º 1 que "*Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado*" e no seu n.º 2 que "*Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país*".

quotidiano estável que assegure um bom ambiente para o regular e próspero desenvolvimento da economia e dos negócios e seja garante da correta aplicabilidade da já referida *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Neste âmbito espera-se que o *universo jurídico* que contém, em grande parte, a regulação geral e abstrata que condiciona a atividade humana vá consagrando um conjunto de direitos que não poderá ser afastado ou negativamente revisto.

Em função do fraco desempenho económico imaginamos o regresso à escravatura ou ao trabalho sem salário? Aceitaremos no futuro a eliminação dos dias de descanso ou das férias?

Ora, se é certo que nalguns casos deve existir uma equivalência entre os direitos estipulados e uma sustentável capacitação económico-financeira que os assegure, não deixa de ser importante notar a necessidade que sobretudo os governos devem ter nas opções que tomam quando exercem legitimamente o poder de escolha e a definição das políticas públicas. De outro modo, não considerando este *direito ao quotidiano estável* e o conjunto de direitos dele decorrentes como um forte limite à sua atuação correremos o risco de o Estado não conseguir assegurar e garantir um dos seus mais importantes fins: o bem-estar das populações.

Por isso, importa questionar se todos os direitos devem ser apenas resultado do circunstancialismo de bons desempenhos económico, financeiro e orçamental... Em muitas companhias de grande dimensão existem já variáveis salariais que dependem do que usualmente se considera como ganhos de produtividade. A *História do Presente* demonstrou largamente que no caso da indústria bancária muitas foram as fraudes assumidas para alavancarem as contas anuais a fim de os grandes gestores e seus funcionários poderem gananciosamente receber prémios e louvores dos acionistas para quem só apenas aparentemente criavam valor. Estes, sem cuidarem de perceber os danos que infligiam no sistema, sempre aguardaram que a mão protetora do Estado, que muitas vezes criticam, não vacilasse na hora de os socorrer.

O Direito utilizado como instrumento de ação insubstituível do Estado.Ora, podemos verificar que cada vez mais existem grandes companhias quase com o antigo estatuto majestático que realizam os seus negócios e proliferam em lucros sempre à sombra dos dinheiros públicos pagos pelos contribuintes.

É a todos os títulos fácil de compreender que as normas previstas em leis e em regulamentos podem variar em função da alteração do interesse público. Variam até em razão do território em que são aplicadas. Em Portugal, que é um Estado unitário parcialmente regionalizado, podemos verificar que sobre uma determinada questão fundamental de Direito exista regulação legislativa distinta consoante nos encontremos no território continental ou nas Regiões Autónomas dos Açores ou da Madeira. É igualmente usual encontrarmos normas excecionais que regulam casos peculiares ou normas específicas que derrogam normas gerais muitas vezes não em função do território, mas em função da matéria regulada. Pode existir legislação especial para jovens até aos 18 anos ou até distinta para homens e mulheres sem que a mesma possa ser discriminatória. Passa-se o mesmo, por exemplo, com as questões vitivinícolas. Pode existir legislação especial para o vinho do Porto, ou para a produção do vinho da Madeira.

Contudo teremos de conhecer os limites a que devem obedecer genericamente as alterações legislativas. Nem todos eles positivados… Autores há que dão, neste campo, grande relevância ao Direito Natural e que distinguem os conceitos de legalidade e de legitimidade.

Muitas ordens jurídicas estão organizadas piramidalmente: existe uma hierarquia de fontes de Direito e umas são mais importantes do que outras, de tal forma que sempre que as normas colocadas num patamar superior são desconsideradas por todas aquelas que lhe são inferiores não são consideradas válidas. Por exemplo, no âmbito da nossa ordem normativa, sempre que uma lei ordinária viola o disposto na Constituição é inconstitucional e, por isso, inválida.

Mas a ordem jurídica não conhece apenas as desconformidades hierárquicas. Existem matérias que não podem ser objeto de revisibilidade negativa. Em primeiro lugar, a Lei Fundamental consagra limites materiais[5] à revisão constitucional e, em regra, nem mesmo em sede de alteração do texto constitucional algumas dessas matérias podem ser revistas. Ainda que constitucionalistas se refiram à *dupla revisão constitucional* alguns daqueles limites não são ultrapassáveis ou revisíveis.

Uma das mais relevantes funções dos textos constitucionais foi no passado e continua a ser ainda hoje a de garantir a segurança dos cidadãos face aos desmandos de quem exerce, ainda que transitoriamente, o poder.

5 Cfr. o disposto no artigo 288.º da Lei Fundamental.

Mesmo os governos com ampla maioria parlamentar devem considerar-se governos limitados.
A jurisprudência dos tribunais constitucionais em geral, e o acórdão do Tribunal Constitucional português[6] relativo ao corte dos subsídios de férias e de Natal dos funcionários públicos e dos pensionistas em particular, veio assegurar a existência de direitos consolidados ou estabilizados na ordem jurídica portuguesa — direitos que consideramos perfeitos, independentemente de consagração constitucional, mas indisponíveis ao exercício da competência ordinária e à vontade discricionária dos governos.
A indispensável conciliação há de fazer-se necessariamente entre a existência de um universo cada vez mais dilatado de direitos e as capacidades económica, financeira e orçamental que o suporte. Mas certamente que esta correlação não é exercício único.
Como proceder em situações de crise grave ou de falência dos Estados e das empresas?
A resposta a esta pergunta é complexa e obriga a que nos detenhamos algum tempo sobre a mesma.
Em primeiro lugar, não têm existido estudos sobre os impactos económico, financeiro e orçamental de grande parte da legislação aprovada e de parte substancial dos atos de governo e do governo. E, reconhecendo que não é um exercício fácil, não pode deixar de ser efetuado e de estar presente na mente do legislador e dos políticos em geral. Recordemos, a propósito, que a Constituição Portuguesa prevê apenas a consagração de um limite à iniciativa legislativa no quadro parlamentar, que, por razões óbvias, não se estende ao Governo. A *lei travão*, constitucionalmente prevista no artigo 167.º, n.º 2, impõe que "os Deputados, os grupos parlamentares, as Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas e os grupos de cidadãos eleitores não podem apresentar projetos de lei, propostas de lei ou propostas de alteração que envolvam, no ano económico em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas do Estado previstas no Orçamento", mas não se trata de qualquer exercício de aferição do peso da legislação na economia ou no orçamento do Estado. E esse exercício é indispensável.
Em segundo lugar, o Estado, como entidade soberana, — que não é uma empresa nem uma família — deve dispor de mecanismos extraordinários para lidar com situações excecionais de complexidade e de gravidade extremas. Isso acontece em situações de estado de sítio e de emergência, com a limitação de alguns direitos e com a possibilidade de intervenção das Forças Armadas detentoras e com capacidade de uso de instrumentos operacionais de que nem as forças nem os serviços de segurança dispõem. Os mecanismos de que o Estado pode fazer uso a nível interno e a nível internacional são, por isso, garantias que asseguram a estabilidade do quotidiano. Por exemplo, a participação do Estado em organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional assume-se como um mecanismo de apoio em caso de necessidade. E tais instrumentos decorrem de tratados ou de acordos internacionalmente firmados e que são uma das faces visíveis da ordem jurídica.
Em terceiro lugar, o Estado deve ter uma atuação previdente, orçamentando provisões e fomentando a poupança e, desta forma, reforçando a sua capacidade única de intervenção. O Direito pode ajudar. Como dissemos, um país não é comparável a uma família ou a uma empresa, mas não pode deixar de ser encarado como uma entidade com capacidade de intervenção multidimensional e, para isso, os governantes devem ser acompanhados permanentemente, mas sobretudo nos momentos de decisão pela virtude da prudência. Os cálculos devem ser prudenciais e os riscos ponderados a fim de se não perder capacidade de intervenção. Se fosse uma empresa poderia ir *sem problemas* à falência, os acionistas perderiam o capital, os trabalhadores inscrever-se-iam no fundo de desemprego e os credores seriam pagos na estrita medida em que a massa falida tivesse capacidade de resposta, observando-se a regra geral segundo a qual "o património do devedor é a garantia comum dos credores". Se fosse uma família talvez bastasse um *raspanete* para pôr fim à prodigalidade de um dos membros que seria abraçado pela solidariedade dos restantes familiares.
Um país é algo bem diferente e, por isso, não há realidades que lhe sejam comparáveis.
Contudo, importa perceber a resposta que há de dar-se em situações de pré falência ou falência iminente em que a entidade soberana não dispõe de fundos e de recursos de tesouraria para fazer face aos compromissos assumidos. Nestes casos a ajuda internacional é indispensável. A isto se refere o disposto no artigo 22.º da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* que estipula que *toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos económicos, sociais*

6 *Vide* o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 353/2012, proferido em sede fiscalização sucessiva abstrata da constitucionalidade no processo n.º 40/12 e publicado no *Diário da República*, 1.ª série — N.º 140 — 20 de julho de 2012.

e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional[7]*, de harmonia com a organização e os recursos de cada país*.

Ora, organismos internacionais como o *Fundo Monetário Internacional*, o *Banco Mundial*, o *Banco Europeu de Investimento* são, entre outras, entidades que foram criadas juridicamente e existem para ajudar os Estados a (cor)responder às suas funções.

Por outro lado, importa assegurar que a resposta à emergência seja dada de forma equitativa, ou seja, que os esforços solicitados sejam repartidos de modo justo e de forma transparente. Havendo necessidade de hierarquizar pagamentos, que este exercício seja acompanhado de uma fundamentação clara e que atenda à natureza das prestações a liquidar. Por certo que os juros não serão prioritários relativamente ao pagamento do capital ou de prestações necessárias à sobrevivência, como muitas vezes resulta com as retribuições salariais e algumas das prestações sociais. A ponderação que é exigido fazer-se em momentos como estes — embora discricionária — não deve violar as elementares regras da ética do bom governo. A democracia assim o exige e o Direito deve ter capacidade de assegurar a equidade das medidas.

Temos assistido, na crise atual, e em vários Estados europeus, à opção feita pelos parlamentos e governos que passa pela distinção entre funcionários do Estado (considerados despesa em sede de Orçamento) e trabalhadores privados. O estabelecimento desta linha de fronteira vai levar a uma quebra, mais cedo ou mais tarde, da coesão nacional tão necessária para a ultrapassagem da conjuntura negativa e para o reforço da confiança indispensável que os particulares devem ter no Estado, nos governos e em geral nas instituições democráticas. A equidade e, sobretudo, a perceção da justiça das medidas adotadas são elementos estruturantes para a referida coesão nacional e para a consolidação democrática em detrimento das vias consensualmente consideradas como extremistas. Por isso se exige proporção nas medidas e justiça na escolha que os responsáveis fazem sobre as penalidades e as condicionalidades a adotar e sobre quem recaem. Quando desaparece a perceção de justiça o conceito de democracia entra em crise. Por isso, a nossa ordem jurídica, quer de um ponto de vista constitucional, quer sob um ponto de vista legal, adotou há muito princípios jurídicos como o da proporcionalidade, da justiça, da equidade, entre muitos outros que se encontram plasmados em vários textos legais.

Os tribunais constitucionais ou as instâncias jurisdicionais respetivas são o garante último da observância dos princípios constitucionalmente fixados. Nada do que se refere impossibilita ou limita a sucessão legislativa ordinária que deve verter as alterações ainda que meramente adjetivas do interesse público. Ou seja, a inovação legislativa não pode ser afastada dos processos de governação em geral, e de feitura de leis, em particular. Mesmo quando o Estado utiliza a *força jurídica* e procede, por exemplo, à ablação de direitos expropriando bens, está constitucionalmente vinculado ao pagamento de uma justa indemnização compensatória. Por isso existem direitos estabilizados que devem ser considerados imutáveis[8]. E estes servem ao *direito ao quotidiano estável*, porque asseguram, como vimos já, uma certa previsibilidade à vida dos povos e das gentes. Este conceito de previsibilidade é garante de umas certas segurança e certeza das relações jurídicas que não podem ver, a todo o tempo, constantes alterações aos pressupostos legais em que se fundem.

O já referido aresto do Tribunal Constitucional português obriga os responsáveis parlamentares e governativos a equacionar as opções tomadas no caso português. Porque a invocada fundamentação para estabelecer a distinção entre funcionários públicos e privados não é legítima e assenta em argumentos de duvidosa legalidade e de ponderação menos cuidada. Por outro lado, as instâncias políticas devem reconhecer que, exercendo e atuando em democracia, o seu poder é limitado. E, por isso, a questão que se coloca é a de se saber se uma crise orçamental poderia levar o executivo, por via legal, e, por exemplo, a cortes salariais de 60% aos funcionários públicos… Os empresários, os gestores, os acionistas e os trabalhadores privados não devem responder à necessidade de assegurar o funcionamento do Estado de que precisam e de cujos serviços beneficiam? Se a resposta fosse, por absurdo, negativa, dar-se-ia a falsa ideia de que apenas os funcionários públicos deveriam suportar o funcionamento dos ministérios, dos hospitais, das escolas públicas, das estradas, dos teatros nacionais, das embaixadas, do chefe de Estado, do parlamento, do governo, dos tribunais…

---

7 Sublinhado nosso.

8 *Vide,* por todos, Paulo Modesto, *in Reforma administrativa e direito adquirido*, Mare Online *in http://bresserpereira.org.br/Documents/MARE/RH/Adquirido.pdf*

A estrutura política e administrativa do Estado é indispensável para assegurar o *direito ao quotidiano estável*. Desta forma, é muito importante que o Orçamento do Estado, tratando-se de uma das mais importantes leis dos países, seja amplamente e cada vez mais participativo e escrutinado pelos eleitores. Já não deve bastar aos cidadãos o conhecimento dos grandes números macroeconómicos. É exigido conhecerem-se em pormenor as grandes *tranches* de pagamentos efetuados, o seu destino, os seus fundamentos legislativos ou contratuais, ou seja, a legitimidade e a legalidade dos títulos jurídicos habilitadores. É necessária a publicitação com transparência, como já sucede em parte, com os subsídios atribuídos. Aliás, na sequência do previsto no artigo 21.º da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* que expressamente refere no seu n.º 1 que *toda a pessoa tem o direito de tomar parte na direção dos negócios públicos do seu país, quer diretamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos*. Algum sentido prático e jurídico há de encontrar-se para esta norma da *Declaração* que vincula os Estados que a ela aderiram.

Na sequência do que sucede com alguns orçamentos participativos, mecanismos parcialmente institucionalizados em algumas autarquias do País concretizando, desta forma, a democracia participativa direta, permite-se aos cidadãos, sem qualquer intervenção mediadora dos seus representantes, decidir sobre parte das disponibilidades orçamentais.

Todos devemos conhecer os valores pagos a consultores e a grandes escritórios de advogados, as transferências efetuadas para entidades privadas (como os partidos políticos), os benefícios fiscais atribuídos a particulares e as entidades que fraudulentamente solicitam o reconhecimento do interesse público.

Veja-se como bom exemplo de transparência, em Portugal, a publicitação, em 2012, da lista das empresas que recebem benefícios fiscais[9] — aliás, na sequência da publicidade dada já anteriormente às listas de devedores à segurança social e à administração fiscal[10].

De assinalar que aqueles benefícios ultrapassaram em 2010 e em 2011 mais de 1,20 mil milhões de euros e que mais de 50% desse valor é afeto apenas a cerca de 20 empresas — e tudo isto vertido em forma de lei. Daí a importância das ordens jurídicas no assegurar do *quotidiano estável* dos povos.

De realçar que, segundo dados relativos a 2012 do *Open Budget Survey*[11] organizado pelo *International Budget Partnership*[12], o nosso País, no que respeita ao índice de transparência orçamental, aparece em 21.º lugar num universo de 100 países, tendo melhorado significativamente em confronto com dados de 2010[13].

A importância que tal assume para que os cidadãos se sintam cada vez mais participantes nas decisões que a todos dizem respeito é de assinalar e de reforçar. As *leis do Orçamento do Estado*, que têm uma vigência anual determinada, são das mais discutidas em sede parlamentar, quer no Plenário quer no âmbito das diferentes

---

9 *Vide:* http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/dgci/divulgacao/estatisticas/Estatisticas+-+contribuintes+com+benef%C3%ADcios+fiscais.htm (consultado em 29 de setembro de 2012, às 11h55m)

10 *Vide* http://www.e-financas.gov.pt/de/pubdiv/de-devedores.html (consultado em 29 de setembro de 2012, às 11h45m). Esta publicitação das listas de devedores que, por ter terminado o prazo de pagamento voluntário sem terem cumprido as suas obrigações e, no prazo e termos legais, não tenham prestado garantia ou requerido a sua dispensa, não têm a sua situação tributária regularizada, decorre do cumprimento do disposto nos n.os 5 e 6 do artigo 64.º da *Lei Geral Tributária*, com a redação dada pelo artigo 57.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2006).

11 Cfr. http://internationalbudget.org/wp-content/uploads/OBI-2012-Rankings-English.png (consultado em 12 de fevereiro de 2013).

12 *Vide* http://internationalbudget.org/what-we-do/open-budget-survey/ (consultado em 12 de fevereiro de 2013). Segundo o sítio institucional: "*The IBP's Open Budget Survey is the only independent, comparative, regular measure of budget transparency and accountability around the world. The Survey is produced by civil society budget experts who are independent of government and political parties and uses documented evidence and objective criteria to evaluate the extent to which national or central governments provide the public with timely and comprehensive access to eight key budget documents required by international good practices. The Survey also examines ability of legislatures and supreme audit institutions to provide effective oversight of government budgets and the opportunities for the public to participate in the budget process*".

13 *Vide* a este propósito http://internationalbudget.org/wp-content/uploads/2011/06/2010_Rankings.pdf (consultado em 12 de fevereiro de 2013).

comissões parlamentares especializadas em razão das matérias e são ainda escrutinadas pelos diferentes órgãos de comunicação social, pela sociedade, pelos parceiros sociais, em sede de concertação social, porque muitas das opções resultam de negociação. São, no entanto, há que reconhecê-lo, leis com alto grau de complexidade técnica e opacidade, e com linguagem normativa nem sempre acessível a todos. Ainda assim, cada vez mais os cidadãos devem ser chamados a aferir e a avaliar o exercício pormenorizado da competência legislativa orçamental.

Por várias vezes se fala do orçamento de base zero na elaboração da proposta de lei do Orçamento do Estado. Repensando o orçamento histórico das entidades e partindo de base zero para questionar o nível de financiamento, e analisar criteriosamente todas as rubricas e os seus fundamentos, certamente que seríamos confrontados com (muitas) surpresas.

Por isso, torna-se urgente uma legislatura de reorganização de funções, de estruturas, de meios e de recursos. Quatro anos para o Estado poder *limpar a casa*, reorganizar-se, redesenhar-se, redefinir-se adaptando-se às novas realidades. Muitas vezes os países continuam a ser geridos como se estivéssemos no século XIX: a organização administrativa é arcaica; os modos de funcionamento estão ultrapassados; e não existe criatividade nem espírito de inovação em encontrar fontes de financiamento alternativas aos tradicionais impostos. Esse exercício libertaria muitos recursos para tarefas urgentes e úteis.

As últimas alterações do regime do funcionalismo público português que unilateralmente levaram a que a enormíssima parte dos funcionários públicos deixasse de estar nomeada num lugar de quadro para passar a ter um contrato de trabalho em funções públicas num mapa de pessoal acrescem ao argumento de que o Estado não pode agora, de forma unilateral, alterar, diminuindo as tabelas salariais. O vínculo institucional existente passou claramente para um vínculo contratual por vontade do próprio Estado, entidade empregadora. Somente alguns funcionários públicos mantiveram este estatuto e o vínculo institucional; sobretudo aqueles cujas funções estão intimamente ligadas a tarefas de soberania, como militares, polícias, agentes de segurança e, entre outros, funcionários dos serviços de informações. E como agora, por opção do próprio Estado, o vínculo que une os antigos funcionários públicos — hoje trabalhadores em funções públicas — é de natureza contratual[14] e já não de natureza institucional, como o fora no passado recente quando grande número de funcionários era provido por nomeação, não poderá deixar de se considerar a existência do princípio de irreversibilidade negativa do sistema remuneratório e da remuneração ou de imodificabilidade unilateral ou inalterabilidade não consentida, porque esta é uma componente essencial e substantiva de um contrato celebrado entre o Estado e o particular. Por isso a *importação* para o sistema público de tradicionais institutos do Direito de Trabalho privado nem sempre é mais benéfica para o erário público.

Pouco ou nada distingue este regime do de qualquer contrato celebrado ao abrigo dos códigos do trabalho que regem o emprego privado. Provavelmente se as necessidades o determinarem os mesmos efeitos dever-se-ão procurar através da política tributária que, embora cada vez mais penalizadora e confiscatória para os cidadãos, ainda pode ser corrigida em aspetos que permitam assegurar equidade e justiça, porque se baseia grandemente num englobamento de todos os rendimentos e não apenas nos do trabalho.

Não deixa de ser irónico que historicamente os parlamentos foram ganhando dimensão e independência, num processo gradual de autonomia face aos monarcas, sobretudo para lhes limitar a capacidade de captação usurária de recursos através de impostos. Com a implantação da divisão do poder político os parlamentos, desde o primeiro momento, asseguraram para si a competência tributária primária. Os impostos (designação que não deixa margem para quaisquer dúvidas) são *impostos* pelos representantes dos eleitores e dos governados, mas cada vez mais os parlamentos estão nas *mãos* dos novos soberanos: os executivos. Estes movimentos de circulação do poder têm levado a que muitas decisões nem sequer sejam tomadas por estruturas políticas legitimadas, mas antes por entidades que não integram o perímetro público e político constitucionalmente delimitado.

Por outro lado, como dissemos, é importante conhecermos os compromissos plurianuais existentes, a data de calendarização e de finalização, as entidades credoras e as taxas de juros fixadas.

---

14 Cfr. o *regime jurídico do contrato de trabalho em funções públicas* previsto e disciplinado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro.

Notícias recentes demonstram alguma capacidade do Estado, ainda que considerada insignificante por alguns, em renegociar um conjunto de parcerias assumidas com os privados. Neste campo certamente existe muito por/para fazer, mas, em caso de falta de cooperação das entidades parceiras, o Estado dispõe do poder legislativo, garantindo, nesses casos, a implementação de uma *agressiva* política fiscal que assegure a captação de receitas em campos em que os pagamentos efetuados por entidades públicas são considerados excessivos e juridicamente injustificados, mas em que os privados se recusam a, legitimamente, renegociar, combatendo, desta forma, o locupletamento usurário e imoderado. Por isso, os argumentos a invocar não deixam de continuar a ser jurídicos — tal como o são quando o Governo entende intervir sobre tabelas salariais afetas aos trabalhadores que exercem funções públicas.

A maior das dificuldades reside em dispor de instrumentos vinculativos para *forçar* os credores internacionais a renegociar as condições previamente estabelecidas, já que estes podem ser outros Estados, organizações internacionais, companhias financeiras, fundos de investimentos ou indivíduos, na qualidade de investidores.

Desde tempos imemoriais que o Direito consagra institutos jurídicos de salvaguarda dos mais fracos e antecipou a necessidade de, em determinadas situações excecionais, poderem vigorar regimes vinculativos que permitam, no respeito pela ordem jurídica, a revisão unilateral de contratos ou de elementos destes, porque as condições supervenientes podem alterar de tal forma o quadro em que se estabeleceram determinadas relações jurídicas que o cumprimento do acordado deixa de ser possível ou manifestamente se torna injusto e ilegítimo. É certo que é necessário que o Direito preveja com rigor, cuidado e igual prudência a linha que separa os dois campos.

Não podemos defender a coletivização ou a nacionalização à semelhança dos maus resultados das economias socialistas que nalguns países deitaram abaixo as economias dos Estados como se viu grandemente após a queda do Muro de Berlim. Mas não podemos igualmente permitir a nacionalização de custos e de riscos e a atribuição aos privados de rendas excessivas que resultam do erário público e que convenientemente se transformam em lucros privados que atestam a boa gestão privada das grandes companhias multinacionais. Ora, também existem bons exemplos de gestão nacionalizada. Assim, um princípio de equilíbrio entre a coexistência entre os vários setores: público, privado, cooperativo e social (entre outros) não deixa de ser avisado.

Como nos últimos anos tem sucedido, as grandes companhias privadas acrescentam sucessivamente lucros mas com uma grande contribuição de receita que é pública, porque trabalham quase sempre para entidades públicas, como sucede com as grandes companhias e conglomerados de construção civil e de obras públicas. Dá-se nessa fase a transferência de avultadas quantias de dinheiros públicos para o setor privado, promovendo-se deste modo a boa gestão privada. Avultados lucros privados com receita quase exclusivamente pública e proveniente do Orçamento do Estado. E, quando os Estados deixam de ter capacidade para suportar a adjudicação de novas obras, as grandes companhias e sindicatos bancários e financeiros partem para outros rumos, exportando os serviços e captando novas receitas públicas em outros Estados com (ainda) capacidade de lançar novos empreendimentos estatais. Aliás, é voz corrente a necessidade de despender alguma da verba a receber para *suportar e remunerar convenientemente* as *importantes ações de consultadoria* essenciais e indispensáveis para a captação de mercado e de obra.

O Direito não pode deixar de estar intimamente ligado à justeza das opções, à realidade e às circunstâncias do presente. É uma das condições de valor da ordem jurídica democrática. A mutabilidade do Direito é uma possibilidade sem que se coloquem em crise as naturais expectativas dos cidadãos, mas sobretudo a previsibilidade que resulta da segurança e da confiança que legitimamente os governados depositam nos governos, nos Estados e nos gestores dos bens públicos.

Desta forma, devemos equacionar se as taxas de juros que os Estados pagam para obterem empréstimos são consentâneas com a moderação usada pelos bancos privados para remunerar os depósitos dos seus clientes. Há muito que a usura está sancionada no Código Civil[15] português. Aliás, ali se refere que "*se a taxa de juros estipulada ou o montante da indemnização exceder*" um determinado *"máximo fixado* (…) *considera-se reduzida a esses máximos, ainda que seja outra a vontade dos contraentes*". Para além do disposto no artigo 1146.º do CC, importa verificar o consagrado nos artigos 282.º a 284.º do mesmo Código. Aí se estipula que

15 *Vide* o disposto no artigo 1146.º do CC.

não é válido "(…) *por usura, o negócio jurídico, quando alguém, explorando a situação de necessidade, inexperiência, ligeireza, dependência, estado mental ou fraqueza de carácter de outrem, obtiver deste, para si ou para terceiro, a promessa ou a concessão de benefícios excessivos ou injustificados*".
Prudentemente o CC português no seu artigo 283.º possibilita ao lesado — assim encarado pelo legislador — "*requerer a modificação do negócio segundo juízos de equidade*" e não deixa de aplicar aos juros usurários "(…) *ou quaisquer outras vantagens em negócios ou atos de concessão, outorga, renovação, desconto ou prorrogação do prazo de pagamento de um crédito e em outros análogos*", por força do disposto no artigo 559.º-A do Código, designadamente a possibilidade de redução, como decorre do previsto no já invocado artigo 1146.º do mesmo diploma legal. Nalguns casos o legislador considera mesmo a usura como um tipo de crime tal como decorre do disposto nos artigos 284.º do CC e 226.º do Código Penal.
Tudo isto demonstra que o Estado tem ao seu dispor um conjunto variado de meios e de instrumentos jurídicos que pode usar a fim de assegurar equidade na ação e, seguramente, poupanças e economias de escala.
Ora, a injustiça das taxas de juros elevadas pode resultar não apenas da usura na sua fixação contratual, mas igualmente aquando da contratação de valores em termos absolutos que não são suportáveis face à taxa de crescimento nominal do Produto Interno Bruto.
O universo dos *direitos sociais* é hoje essencial para assegurar uma vida digna e a estabilidade dos Estados e do sistema internacional de nações. Por isso a DUDH[16] atribui a toda a pessoa humana o direito "(…) *a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade*". Ora, algum conteúdo prático há de encontrar-se para satisfazer a previsão normativa que resulta do estipulado. Uma vez mais a importância da estabilidade da ordem jurídica não significa imutabilidade, mas é sinónimo de segurança e de confiança jurídicas.
Como vimos, o Estado deve ser o primeiro e o último garante da aplicabilidade deste conjunto importante de direitos que, com alcance e âmbito nem sempre coincidentes, visa garantir a dignidade das condições de trabalho, e através desta da qualidade e da estabilidade do quotidiano das gentes.
Neste campo é fácil de perceber que não poderá existir uma relação direta entre capacidade financeira e acesso aos cuidados de saúde e aos tratamentos mais modernos que vão sendo descobertos e implementados pelos serviços da área. A todos deve ser possibilitado o acesso não apenas aos mais básicos e elementares cuidados de saúde, mas igualmente a todos os tipos de tratamentos que vão sendo alcançados em termos científicos. É por isso urgente o investimento público em ciência em parceria com centros de investigação privados, a fim de se possibilitar que as descobertas alcançadas possam ser aplicadas a todos, já que os recursos públicos a afetar vão ser remunerados em contrapartida e em regime mais benéfico do que quando o investimento é exclusivamente feito por empresas privadas que, legitimamente, esperam obter a necessária compensação financeira pelos avultados investimentos efetuados e pelo risco que correm.
É evidente que este ensaio se dirige sobretudo à área ocidental do mundo e a *visão* que dele resulta é ocidental, porque os olhos que veem e olham para a realidade são europeus, sabendo-se, porém, que existem países e áreas culturais em que a reivindicação há de fazer-se primariamente (e apenas) para os cuidados básicos, até agora gritantemente inexistentes ou muito ténues. Mas, felizmente, a realidade europeia ocidental está já num patamar diferenciado neste campo e espera-se que pelo menos o bom senso impeça qualquer movimento que contrarie esta tendência e não fomente a sua regressão.
Por outro lado, o Estado deve saber intervir para além da adoção de códigos de boas práticas, deontológicos ou éticos. Estes instrumentos são hoje ferramentas que ajudam à gestão ética e socialmente responsáveis, mas não são suficientes, por carecerem do elemento coercivo jurídico, para conseguirem impor práticas responsáveis e que salvaguardem a defesa dos interesses da coletividade, entendida esta como um conjunto de pessoas com a sua identidade própria. As regras mandatórias e os princípios prudenciais de *corporate governance*, ainda que

16 Cfr. o disposto no artigo 25.º.

em estádio incipiente, são um elemento a considerar como determinante para a vida das sociedades mercantis e corporativas.

O Direito, conclui-se, é indispensável para se assegurar um *quotidiano estável*, porque na rede, que é complexa e tem muitos eixos, a ordem jurídica é um fator indispensável para garantir e assegurar estabilidade.

Referências Bibliográficas

FONTES, J. (2013), *O Direito ao Quotidiano Estável — Uma Questão de Direitos Humanos*, Coimbra: Coimbra Editora.

MODESTO, P. (1998), *Reforma administrativa e direito adquirido*, ENAP, Mare online, Disponível em *http://bresserpereira.org.br/Documents/MARE/RH/Adquirido.pdf*, [Consultado em 27-12-2014].

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: ATORES, CONFLITOS

Nome(s): DANYELLE NILIN GONÇALVES,
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)
danynilin@yahoo.com.br
DEMOCRACIA, ESTADO DE DIREITO E JUSTIÇA

Resumo: Ao longo das últimas décadas, o Estado brasileiro vem criando e ampliando leis reparatórias aos perseguidos políticos pela ditadura militar brasileira (1964-1985). Ao reconhecer legalmente, a responsabilidade pelas prisões, torturas, sequestros, desaparecimentos forçados e assassinatos cometidos durante esse período, traz novamente à tona a discussão sobre a ditadura militar e o desrespeito aos direitos humanos. Tomando as atividades da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída em 2012 para averiguar as violações ocorridas nesse período, o trabalho se propõe a discutir os significados simbólicos das atividades da CNV, os atores envolvidos, os conflitos surgidos nesse processo e as disputas em torno da memória dos anos de chumbo.

Palavras chave: Ditadura; Memória; Reparação; Comissão Nacional da Verdade.

1. Introdução

Durante as décadas de 60 a 80, vários países da América do Sul viveram sob ditaduras militares. Esses períodos de exceção foram marcados por intensa violência contra os opositores e deixaram feridas profundas e abertas nos países, mesmo depois de terminadas as ditaduras.

Nas últimas décadas, acompanha-se um processo de revisão do passado, forçado em grande parte pelos organismos de defesa de direitos humanos e de ex-presos políticos e familiares de desaparecidos[1]. Tal processo diz respeito ao reconhecimento de que o Estado errou na perseguição aos opositores do regime e na violação dos direitos fundamentais. É também um momento em que se põe em xeque o passado e são pensadas noções acerca da sociedade e da democracia. Com base na análise de documentos e das páginas na internet e nas redes sociais, sobretudo pelo facebook, o presente artigo aborda a instalação da Comissão Nacional da Verdade no Brasil, suas atividades e os significados simbólicos disso, além das disputas criadas em especial pelas convocações de agentes da repressão política da época.

2. Ditaduras, anistias e revisões do passado

Os anos 60 e 70 foram emblemáticos para o Cone Sul. Em meio à Guerra Fria, eclodiram ditaduras na América Latina que marcariam os países pelas décadas vindouras, como se pode ver no quadro a seguir:

---

1 Os seguintes países latino-americanos passaram por Comissões da Verdade. Argentina: Comisión CONADEP, 1983); Bolívia: Comisión Nacional de Investigación de Desaparecidos (1982);Chile: Comision Nacional de Verdad y Reconciliación (1990) e Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura (2003); Equador: Comisión "Verdad y Justicia" (1996) e Comisión de la Verdad (2007);El Salvador: Comisión de la Verdad para El Salvador (1992);Guatemala: Comisión para el Esclarecimiento Histórico (1997); Panamá: Comisión de la Verdad (2001); Paraguai: Comisión de Verdad y Justicia (2003); Peru: Comisión de la Verdad y Reconciliación (2001);Uruguai: Comisión Investigadora sobre la Situación de Personas Desaparecidas y Hechos que la Motivaron (1985) e Comisión para la Paz (2000). O Brasil instituiu sua Comissão Nacional da Verdade somente em 2012. As Comissões da Verdade funcionam como instâncias onde se procedem ao reconhecimento público das vítimas e dos perpetradores de abusos contra os direitos humanos. Em alguns casos, como o do Chile e da Argentina, alguns desses violadores acusados quando dos depoimentos das vítimas, posteriormente foram condenados e presos.

Tabela 1

País	Ano Íncio – Fim	Presidente deposto	Substituto
Brasil	1964-85	João Goulart	Castelo Branco
Uruguai	1973-85	Não houve deposição. Juan María Bordaberry, presidente à época, deu um golpe.	Juan María Bordaberry
Chile	1973-89	Salvador Allende	Augusto Pinochet
Argentina	1976-83	Isabel Perón	Jorge Rafael Videla

Fonte: elaborada pela autora

Os golpes trouxeram consigo um legado de autoritarismo e repressão que acometem os países que passaram por essas experiências. As ditaduras se caracterizaram por um discurso moralista e nacionalista e lançaram mão de violência contra seus opositores, em especial, operários, sindicalistas, militantes de agremiações opositoras e estudantes[2]. Havia tal sintonia entre as ditaduras latino-americanas que em determinado momento elas se uniram em uma ação repressiva integrada que congregava vários regimes militares da América do Sul- Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai - com o objetivo de coordenar a repressão aos opositores dessas ditaduras e neutralizá-los: a Operação Condor[3]. As prisões, torturas e assassinatos foram massificados e compuseram o "cardápio" de intimidação das ditaduras. Em alguns casos, foi comum também o sequestro de crianças a fim de coagir seus pais e ainda, a apropriação de filhos de presos e assassinados. Durante esse período, a América do Sul (e em especial o Chile e a Argentina) tornaram público mais um significado para o termo *desaparecidos*.

Com o passar das décadas, as ditaduras se esgotaram e pouco a pouco se retornou à democracia. A volta de eleições diretas, a legalização de partidos e agremiações até então clandestinas, o regresso dos exilados políticos e um sopro de liberdade em um ambiente marcado pela repressão trouxeram um novo alento para os envolvidos na luta contra as ditaduras. Havia uma esperança de que o fim dos governos militares permitiria de imediato a revisão do passado.

No entanto, não foi o que ocorreu. Esse retorno ficou condicionado, em muitos casos, ao abrandamento do processo de punição aos envolvidos direta e indiretamente na perseguição dos opositores das ditaduras.

Quando do retorno à democracia, os militares ainda se constituíam um grupo de peso que pressionava os governos democráticos, ainda não suficientemente fortes e estabelecidos. O momento imediatamente posterior ao fim das ditaduras foi marcado por ameaças de contragolpes e retomada do poder de militares. Eram, portanto, momentos de muita instabilidade política que tiveram influência na votação e promulgação de leis de anistia ou em alguns casos, de autoanistias, como se vê no quadro abaixo:

Tabela 1

País	Anistias	Ano
Brasil	Lei de Anistia	1979
Uruguai	Amnistía	1985
	Caducidad de la pretensión punitiva del Estado	1986
Chile	Amnistía	1978
Argentina	Punto Final	1987
	Obediencia Debida	1987
	Indulto	1989

Fonte: elaborada pela autora

2 Ver PATRÓS (2008).

3 Sobre a Operação Condor, ver MARIANO (2003) e DINGES (2005).

Ao final de suas ditaduras ou ainda quando do retorno à democracia, todos esses países aprovaram anistias a militares e pessoas ligadas à repressão, o que na prática, impossibilitou que alguns daqueles que ordenaram os massacres fossem punidos posteriormente, perpetuando a impunidade que aflige ainda hoje os perseguidos políticos e seus familiares.

Todavia, nos últimos anos se percebe um movimento crescente de revisão do passado e de certo consenso em torno da justiça de transição[4].

Embora haja uma variação nas experiências dos países, é fato que as organizações de defesa dos direitos humanos, associações de familiares, de ex-presos políticos e integrantes da sociedade civil organizada que lutavam em prol da democracia tiveram um papel destacado na denúncia de violações e na propagação dos horrores cometidos pelos regimes ditatoriais, forçando assim que os governos democráticos inserissem em suas agendas a busca pela verdade e pelas reparações que vieram a ocorrer nas décadas posteriores.

Em alguns casos, como no Brasil, eles tiveram um papel fundamental na volta de exilados e na libertação de presos[5]. Já na democracia, muitas dessas organizações continuaram a desempenhar a função de denunciar as violações dos direitos humanos cometidos pelos agentes da repressão[6]. Forçaram a criação de comissões que investigaram as mortes e desaparecimentos, inseriram o tema nos meios de comunicação e trabalharam para que o assunto fosse inserido na agenda política[7]. Atualmente, continuam a exercer esse papel, em maior ou menor grau dependendo dos contextos.

Nunca é bom esquecer também que nos últimos anos vem ocorrendo um fenômeno bastante interessante na América Latina. Houve uma ascensão de políticos que foram perseguidos políticos quando das ditaduras e outros vinculados a grupos de esquerda por grande parte do continente. Alguns desses mesmos políticos foram presos políticos (como nos casos de Dilma Roussef, Luis Inácio Lula da Silva, José Mujica e Nestor Kirchner), torturados (como no caso de Michelle Bachelet) e perseguidos politicamente (como Fernando Henrique Cardoso). Para além dos presidentes, é necessário perceber como a própria estrutura do Estado vem sendo preenchida por muitos quadros da esquerda, fato que, de certa forma, ajuda na proposição de leis e no estabelecimento do debate político em torno das questões referentes às ditaduras.

Ademais, muitos perseguidos políticos ocuparam outros espaços da sociedade, inclusive nos meios de comunicação. Assim, a própria imagem criada a respeito dos militantes políticos vem sendo substituída nos *media*, atingindo em parte a sociedade. Se antes os termos com que se referiam a eles eram "terroristas", "subversivos", geralmente hoje os termos são outros[8]. Por último, e não menos importante, os países latino-americanos passam por um processo de fortalecimento de suas democracias que permite abrir a "Caixa de Pandora" sem as implicações dos anos imediatamente posteriores aos dos finais das ditaduras.

Nas últimas décadas, em países como a Argentina, Chile e Uruguai as leis de anistia começam a ser revistas, perseguidores passam a prestar contas com a justiça e cada vez mais se cria um ambiente de revisão do passado. Pode-se pensar, portanto, que foram dadas as condições políticas e sociais para que esse processo viesse à tona. Assim, vários países vêm ampliando os processos de reconhecimento dos erros cometidos durante as ditaduras. A Resolução nº 60/147 da ONU (2006) argumenta em favor de uma reparação integral que necessariamente

---

4 Entende-se a justiça de transição como um esforço para a construção da paz após um período de conflitos, violação sistemática dos direitos humanos ou violência em massa. Para isso, se pretende agir em diferentes "frentes", ao revelar a verdade sobre os crimes ocorridos quando do período em questão, ao processar aqueles que os cometeram, ao reparar as vítimas; e ao reformar as instituições perpetradoras dos abusos e promover a reconciliação. Sobre a justiça de transição, ver ZYL (2005) In Revista Anistia- Política e Justiça de Transição (2009).

5 Ver GABEIRA (1979), GONÇALVES (2009), LEONZO (1998), MARTINS (1978), MEZAROBBA (2003), PRADO (2004); TELES (2000) e VASCONCELOS (1997).

6 O caso do grupo Tortura Nunca Mais no Brasil, dos grupos argentinos Madres de Plaza de Mayo, Abuelas de Plaza de Mayo, HIJOS, da ONG CELS (Centro de Estudos Legais e Sociais) e Associação de Familiares de Presos Desaparecidos no Chile são só alguns desses exemplos.

7 Tanto organizações argentinas, chilenas, uruguaias e brasileiras obtiveram vitórias em momentos específicos de suas lutas.

8 Sobre esse assunto ver GONÇALVES (2009).

deve incluir: restituição, compensação, reabilitação, satisfação e garantias de não repetição. Portanto, é um processo muito mais abrangente do que o que está ocorrendo em todos esses países.
Depois de duas décadas do fim das ditaduras, há relativo consenso nesses países de que esses Estados precisam reparar as vítimas das ditaduras e para isso, faz-se necessário que as anistias sejam anuladas, perseguidores sejam julgados, arquivos sejam abertos. Todavia, muitos daqueles que se sentem prejudicados por esse processo criticam essa onda revisionista, alegando que é necessário deixar o passado para trás e mirar no futuro. Para a maioria das vítimas, esse momento continua a ser incompleto, já que em nenhum desses países a proposição da ONU vem sendo cumprida à risca.

1.1 Brasil: a Anistia como esquecimento?

No Brasil, no início dos anos 60, João Goulart, herdeiro do trabalhismo getulista, assumia a presidência da República depois de episódios que envolveram a renúncia do presidente eleito, Jânio Quadros e uma disputa com as Forças Armadas pelo comando da nação. Jango, como era conhecido, era favorável a algumas lutas que estavam explodindo no campo e na cidade e tinha um discurso muitas vezes associado ao comunismo. Nesse contexto de eclosão de movimentos de massas, ocorreu o golpe de 64, movimento capitaneado pelos militares, mas que contou com o apoio das elites e da classe média, assustada pela possibilidade de "comunização" do país. O Brasil viveu então de 1964 a 1985 sob uma ditadura civil-militar que utilizou como expediente a perseguição aos seus oponentes, ocasionando demissão de empregos, expulsão de colégios e faculdades, idas à clandestinidade, banimento do País, exílio, quando não, a morte.
A ditadura também conseguiu desarticular setores organizados da sociedade. Sindicatos e associações foram fechados ou sofreram intervenções, partidos políticos foram extintos, líderes políticos e sindicais foram cassados e presos.
Dentre os ex-presos políticos, exilados, banidos, torturados e denunciados, as categorias que mais sofreram a perseguição foram os estudantes, profissionais com diplomas universitários, trabalhadores urbanos e os graduados das Forças Armadas[9]. Entretanto, com o passar dos anos, foi-se descobrindo que o regime ditatorial atingiu muito mais gente na campanha contra os opositores, a saber: camponeses, indígenas, militares contrários aos rumos tomados, dentre outros.
Em meados da década de 70 iniciam-se as primeiras tentativas de descompressão do regime que passa a perder legitimidade política. Inicia-se no Brasil um longo período de transição rumo à democracia. Esse processo foi comandado pelos militares que acabaram por impor determinadas condições ao processo de abertura. A transição brasileira se diferencia daquelas dos demais países, já que nesses casos, os finais de ditadura se deram por fatores outros, como a derrota na Guerra das Malvinas (como no caso argentino), a realização de plebiscitos em que a população rechaçou a continuidade do regime (como no caso chileno) e ainda, como no caso uruguaio em que as forças armadas após protestos massivos, iniciaram conversações para devolver o poder aos civis.
Nesse contexto diferenciado, o Brasil, em 1979, ainda no regime militar, aprovou no Congresso Nacional a Lei de Anistia que permitiu a volta de exilados, a saída das prisões e da clandestinidade de milhares de pessoas, mas que também anistiava a todos aqueles que durante o período anterior ao golpe e durante a vigência da ditadura militar cometeram crimes políticos ou conexos com estes. Em uma votação apertada, o projeto apresentado pelo principal partido de oposição (MDB) foi derrotado, tendo vencido o projeto proposto pelo Executivo[10].

---

9 Esses dados podem ser vistos em BRASIL NUNCA MAIS (1985) MARTINS (1978), COSTA (2006), MIRANDA & TIBÚRCIO (1999).

10 Algumas das principais contendas diziam respeito à:*Revogação do artigo 185 da Constituição editada em 1967 que conferia perpetuidade às cassações dos direitos políticos.* Para a oposição e os partidários da anistia, a Constituição deveria ser revogada por completo, não se podendo admitir essa negociação em substituição à anistia; *Revisão ou revogação das*

Tal Lei ainda hoje divide opiniões no que diz respeito às possibilidades de punir aqueles que fizeram uso da força naquele contexto.
Em 1979, a Lei 6.683 (Lei de Anistia) e sua regulamentação, pelo Decreto nº. 84.143 concediam anistia aos que cometeram crimes políticos ou conexos a este, excetuando aqueles que foram condenados por crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.
Foram anistiados os empregados de empresas privadas demitidos e destituídos de seus cargos por motivo de participação em greve ou em outros movimentos contestatórios. Receberam o benefício àqueles que, em razão de estarem na prisão ou no exílio, não cumpriram o serviço militar. Dirigentes e representantes sindicais também foram contemplados, assim como servidores públicos e militares. A esses últimos foram dadas possibilidade de reversão, retorno ao serviço ativo, aposentadoria, transferência para reserva ou reforma. Isso se estendia aos cônjuges e filhos, em caso de falecimento.
A ideia proposta na Anistia era justamente a de "pacificação da nação", sendo entendido por muitos como um momento em que seria necessário esquecer o passado para projetar o futuro. Nesse sentido, as questões que diziam respeito aos anos de ditadura deveriam ser (mesmo que momentaneamente) esquecidas. Não houve, portanto nesse momento o estabelecimento de comissões e de julgamento do regime, como em outros lugares. O que foi realizado coube à sociedade civil. Ainda durante a ditadura, em agosto de 1979, o Projeto de Pesquisa *Brasil: Nunca Mais* iniciou suas atividades, estabelecendo o dia 15 de março de 1979 como data limite do período a ser investigado.
Os documentos obtidos diziam respeito aos processos políticos que transitaram pela Justiça Militar brasileira entre abril de 1964 a março de 1979, especialmente aqueles que atingiram a esfera do Superior Tribunal Militar (STM). O projeto obteve cópias de 707 processos completos e dezenas de outros incompletos, num total que ultrapassou um milhão de páginas micro filmadas em duas vias, para que uma pudesse ser guardada fora do país.
Sobre esse conjunto de microfilmes uma equipe se debruçou durante cinco anos, produzindo um relatório, chamado de Projeto A, de aproximadamente cinco mil páginas. Algumas cópias restritas do *Projeto A* foram distribuídas entre universidades, centros de documentação, bibliotecas e entidades voltadas para a defesa dos direitos humanos, no Brasil e no exterior.
Ao longo dos anos posteriores, as entidades de defesa de direitos humanos e associações de ex-presos políticos foram as responsáveis por colher informações sobre as experiências pessoais dos perseguidos políticos. No Brasil, não houve nesse período, como nos outros países o estabelecimento de Comissões da Verdade.
As Comissões existentes no país não tiveram como pretensão atuarem como Comissões da Verdade e se deram por força de leis de indenização que surgiriam em meados da década de 90, como no caso da Comissão dos Mortos e Desaparecidos Políticos criada por força da lei 9.140/95, nomeada pelos grupos de direitos humanos como a "Lei dos Desaparecidos Políticos". Com a Lei se reconhecia como mortas pessoas desaparecidas em virtude da participação em atividades políticas no período de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979 (dias antes da promulgação da anistia). Com a promulgação da Lei, foi criada uma Comissão Especial vinculada ao Ministério da Justiça para analisar as mortes oficialmente registradas como causas não naturais, ocorridas em dependências policiais e assemelhadas.

Pela primeira vez, o Estado brasileiro admitiu publicamente que errou no tratamento dados aos *perseguidos políticos* e que os familiares desses deveriam ser ressarcidos pelas mortes ocorridas. Reconhecia legalmente a responsabilidade pelas prisões, torturas, sequestros, desaparecimentos forçados e assassinatos cometidos

---

punições, a serem requeridos pelos punidos aos tribunais militares. A proposta foi combatida pelo fato de não ter os efeitos de uma anistia e por abranger uma pequena parcela dos possíveis beneficiários; *Revisão da Lei de Segurança Nacional no sentido de redução de algumas penas.* A proposta dos opositores se baseava justamente na revogação da referida lei; *Anistia recíproca – combatida inclusive por setores das forças armadas para quem aceitá-la seria admitir que a "Revolução" prestasse conta de seus atos.* No caso dos opositores, aceitá-la significava tornar impune todos os crimes cometidos em nome da "segurança nacional".

durante esse período[11]. A partir desse momento, surgiriam várias outras Comissões nos estados que instituíram leis de indenização aos ex-presos políticos (como no caso do Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Ceará) e uma Comissão vinculada ao Ministério da Justiça, iniciada quando por meio de uma Medida Provisória, transformada na Lei 10.559 em 2002, o governo federal resolveu indenizar aqueles que foram prejudicados pela ditadura, incluindo estudantes, profissionais liberais, demitidos, cassados, clandestinos, exilados, enfim toda a gama de perseguidos pela ditadura militar.

Ao longo desses anos, o Estado brasileiro vem criando medidas de reparação simbólica aos perseguidos políticos. São instituídos museus, espaços de memória, monumentos. Em 2009 foi anunciada pelo Ministério da Justiça (órgão ao qual a Comissão de Anistia é vinculada) a criação de um memorial para abrigar a memória política nacional sobre os anos de ditadura, composto por um acervo de mais de 60 mil processos recebidos pela Comissão e que contam sobre os anos de chumbo, a partir da experiência dos perseguidos. Desde 2007, a Comissão passou a promover diversos projetos de educação, cidadania e memória, levando as sessões de apreciação dos pedidos aos locais onde ocorreram as violações por meio das *Caravanas da Anistia*[12]. Á realizou até novembro de 2014, 88 caravanas por todo o país, eventos nos quais são julgados os processos das localidades visitadas ao mesmo tempo em que são feitas homenagens aos perseguidos políticos, tendo inclusive a presença de ministros de estado. Seu objetivo é trazer julgamentos administrativos para perto da sociedade civil, principalmente dos jovens, para sensibilizá-los sobre o tema e garantir a memória. Essa comissão promove também chamadas públicas para financiamento a iniciativas sociais de memória, fomentando a cooperação internacional para o intercâmbio de práticas e conhecimentos, com ênfase nos países do Hemisfério Sul.

Todavia, para os perseguidos políticos isso é apenas uma parte pequena do processo de reparação que se alargaria, por exemplo, com a revisão da lei de anistia.

Em junho de 2008, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) protocolou, no Supremo Tribunal Federal, uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 153), a qual questionava a anistia aos representantes do Estado que, durante o regime militar, praticaram atos de tortura. A contestação dizia respeito à validade do primeiro artigo da Lei da Anistia (6.683/79), que considera como conexos e igualmente perdoados os crimes "de qualquer natureza" relacionados aos crimes políticos ou praticados por motivação política no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979. O pedido cuidava de interpretação da Lei de Anistia, para julgamento dos acusados de tortura durante a ditadura militar, buscando-se um posicionamento jurisprudencial a respeito do tema.

Dessa forma, o Supremo Tribunal Federal (STF) teria de dizer se a anistia vale para crimes conexos cometidos contra os perseguidos políticos durante o regime militar ou se beneficia exclusivamente acusados de crimes eminentemente políticos, como fechamento do Congresso, censura a jornais por ordem do governo e cassação de parlamentares. No dia 28 de abril de 2010, sob a alegação de que não cabia ao Poder Judiciário rever o acordo político que resultou na Anistia, o Supremo rejeitou o pedido da OAB por 7 votos a 2[13]. Foi avaliado que a anistia aos crimes políticos é estendida aos crimes "conexos", como diz a lei, e esses crimes são de qualquer ordem. Além de uma crítica ao posicionamento atual da entidade (uma das instituições que mais se envolveu pela aprovação da Anistia, em 1979, o argumento de um dos ministros favoráveis à manutenção da lei foi que a anistia guarda um sentido *amplo* e de *generosidade*, e não restrito, abrangendo crimes do regime contra

---

11 Embora não tenha sido a primeira vez que o Estado brasileiro reconheceu sua responsabilidade, o advento da lei possibilitava que agora o Estado reconhecesse não somente uma morte isoladamente, mas as de mais de uma centena de militantes políticos, o que caracterizava um plano de extermínio de opositores.

12 Consiste em sessões públicas da Comissão de anistia realizadas nos estados brasileiros. Nesses eventos são reconhecidos oficialmente os perseguidos políticos; são pedidas desculpas oficiais e são julgados os pedidos de reparação dos perseguidos políticos.

13 Posicionaram-se contrários à proposta, os ministros Eros Grau, Cármen Lúcia Antunes Rocha, Ellen Gracie, Gilmar Mendes, Marco Aurélio Mello, Celso de Mello e Cezar Peluso. Defenderam uma revisão da lei, os ministros Ricardo Lewandowski e Ayres Britto.

os opositores e aqueles cometidos pelos opositores contra o regime. No que diz respeito à verdade histórica, avaliou-se que há possibilidades de apurar responsabilidades históricas sem modificar a Lei de Anistia.
Os argumentos dos ministros que rejeitaram a proposta, em especial, o do Ministro Cézar Peluso, foram na mesma direção que os ressaltados na época da promulgação da Lei da Anistia: "se é verdade que cada povo resolve os seus problemas históricos de acordo com a sua cultura, com os seus sentimentos, com a sua índole e também com a sua história, o Brasil fez uma opção pelo caminho da concórdia".
A decisão do Supremo Tribunal Federal dividiu opiniões. Houve aqueles que aplaudiram a decisão, do ponto de vista jurídico e outros com a argumentação política de que não se deve mexer numa lei que anistiou ambos os lados. Outros contestaram a interpretação da lei pelo STF, principalmente no que diz respeito à tortura, considerado um crime contra a humanidade e imprescritível.
Três anos após essa decisão, o tema da revisão da anistia voltou ao debate. Segundo o ministro do STF, Marco Aurélio Mello, pela composição atual do Supremo, existe uma possibilidade de a instituição rediscutir a validade da Lei de Anistia, desde que seja provocada. Em suas palavras, o Supremo de ontem era um, o de hoje é outro", mostrando que as questões relacionadas ao passado ditatorial recente estão longe de serem resolvidas e que a articulação de atores sociais e grupos, provocações de demandas e luta pela manutenção da memória é um trabalho a ser realizado cotidianamente.

2. Comissão Nacional da Verdade: o combate ao esquecimento

Instituída pela lei 12.528/2011 em 18 de novembro de 2011 e instalada oficialmente em 16 de maio de 2012[14], a Comissão Nacional da Verdade teria dois anos de atividades para apurar e esclarecer – indicando as circunstâncias, os locais e a autoria – as graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988 (o período entre as duas últimas constituições democráticas brasileiras), com o objetivo de efetivar o direito à memória e a verdade histórica e promover a reconciliação nacional. Formada por sete membros nomeados pela presidenta da República[15] e catorze auxiliares[16] terminaria seus trabalhos em maio de 2014. Após uma prorrogação dos prazos, através de uma Medida Provisória, a Comissão encerrou suas atividades em 16 de dezembro de 2012, tendo apresentado um relatório dos principais achados em seus trabalhos e entregue à presidenta da República, aos presidentes do Legislativo e Judiciário, apresentado à sociedade civil e publicado na internet para amplo conhecimento.
Tal comissão teve o direito de convocar vítimas ou acusados das violações para depoimentos, ainda que a convocação não tivesse caráter obrigatório e também a ver todos os arquivos do poder público sobre o período, sendo vetado, no entanto, o poder de punir.
A comissão iniciou seus trabalhos realizando reuniões internas sobre questões jurídico-administrativas relacionadas à sua atuação, definição de grupos de trabalho[17] e audiências públicas[18] com a sociedade civil,

---

14 O Decreto 7.919 de 14 de fevereiro de 2013 a estruturou.

15 Eram eles: Cláudio Fonteles, Gilson Dipp, José Carlos Dias, João Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro e Rosa Maria Cardoso da Cunha. Quase todos os membros participaram de todo o período em que vigorou a Comissão. Apenas Cláudio Fonteles foi substituído por Pedro Dallari, coordenador da última fase dos trabalhos.

16 Esse número aumentou posteriormente para 18 assessores. Ao longo de 2012 e 2013, por meio de requisições de servidores, contratação de estagiários e a chegada de consultores e colaboradores, a Comissão da Verdade aumentou seu quadro para mais de 70 pessoas.

17 Foram criados 13 grupos de trabalho temáticos: Ditadura e Gênero, Araguaia, Contexto fundador e razões do golpe, Ditadura e sistema de justiça, Ditadura e repressão aos trabalhadores e movimentos sindicais, Estrutura da repressão, Mortos e Desaparecidos, Graves violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas. Operação Condor, O Estado ditatorial-militar, Papel das Igrejas durante a ditadura, Perseguição a militares, Violações de direitos humanos de brasileiros o exterior e de estrangeiros no Brasil.

18 Ao todo foram realizadas 71 audiências públicas em 15 estados brasileiros e serviram para ouvir os interessados e apresentar resultados preliminares.

firmando acordos com comissões congêneres e outras organizações e cooperações técnicas com organismos nacionais e internacionais. Instituíram-se durantes os últimos anos várias comissões da verdade estaduais, municipais, universitárias e institucionais. Mais de 80 Comissões da Verdade espalhadas pelo território nacional são parceiras da CNV. Isso possibilitou criar uma rede de informações que subsidiou os trabalhos das comissões. Uma de suas primeiras atividades de grande impacto disse respeito à sugestão para a Justiça de São Paulo de mudança do registro de óbito de Vladimir Herzog para que a causa da morte do jornalista, em 1975, fosse alterada de asfixia mecânica para morte em decorrência "de lesões e maus-tratos sofridos em dependência do II Exército – SP (Doi-Codi)".

A CNV também organizou diversas missões ao Araguaia, em terras indígenas em outros países (sobretudo os que faziam parte da Operação Condor, aliança entre as ditaduras do Cone Sul nos anos 1970 para perseguir os opositores dos regimes militares da região. Além dessas atividades e assim como as comissões que se estabeleceram ao longo dos últimos anos para julgar processos administrativos relativos à perseguição política e possíveis danos causados, a CNV também participou de muitas homenagens[19], realizadas por ocasiões das audiências ou em eventos, como missas, cortejos[20] e nos casos de exumação, quando foram realizados novos enterros[21]. Em novembro de 2013, graças a uma decisão da CNV e do Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul os restos mortais de João Goulart foram trasladados de sua cidade natal para Brasília. A exumação serviria para esclarecer a causa da morte do ex-presidente, já que a família acredita que ele pode ter sido envenenado em uma conspiração orquestrada pela Operação Condor[22].

Foi realizada uma solenidade oficial para receber o corpo do ex-presidente. Dias antes da exumação, a CNV já anunciava em seu facebook: *Exumação e Traslado dos restos mortais de João Goulart, #JangoemBrasília* e reafirmava o caráter histórico e inédito no Brasil.

Na ocasião, a Presidente Dilma Roussef (PT), os ex-presidentes Lula (PT), Fernando Collor (PTB) e José Sarney (PMDB), além de familiares e outras autoridades, receberam os restos mortais de João Goulart em uma cerimônia de homenagem, com direito a honras de chefe de estado, algo que ele não teve quando morreu em 1976, supostamente vítima de um ataque cardíaco fulminante, em plena vigência da ditadura militar. Em sua página no Twitter, a presidente declarou que aquele evento que o Estado brasileiro promovia é "uma afirmação da nossa democracia. Uma democracia que se consolida com este gesto histórico".

---

19 As homenagens ocorrem principalmente quando se tratam de figuras reconhecidas, seja pela luta desenvolvida contra a ditadura, seja pelas mortes trágicas e emblemáticas que tiveram. Foram o caso de Alexandre Vanucci, Mário Alves, Stuart Angel, Higino Pio,Lamarca, João Goulart.

20 Em Brotas de Macaúbas, no estado da Bahia, desde 2000, por iniciativa do Bispo Dom Luiz Cappio, ocorre no dia 17 de setembro uma homenagem a Zequinha, Lamarca e outros militantes assassinados na região. Chama-se Celebração dos Mártires e desde 2009 é feriado na cidade. O evento conta com missa, procissão, banda e cartazes com fotos dos mortos, com boa participação da população local. No ano de 2014 a CNV participou de uma missão na Bahia e participou das homenagens. Foi nessa localidade que Lamarca e Zequinha foram assassinados em 17 de setembro de 1971. Lamarca foi Capitão do Exército Brasileiro, desertou em 1969 tornando-se um dos comandantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), organização da guerrilha armada de extrema-esquerda que combatia o regime. foi condenado pelo regime militar como traidor e desertor e considerado seu principal inimigo. Perseguido por mais de dois anos pelos militares, foi localizado e morto no interior da Bahia. Zequinha era ex-metalúrgico e organizador de várias greves no ABC Paulista.

21 Epaminondas Gomes de Oliveira é um desses casos. Sapateiro, morreu aos 68 anos, no Hospital da Guarnição do Exército em Brasília, no dia 20 de agosto de 1971. Foi preso por agentes da repressão política do regime militar, no garimpo de Ipixuna (PA) e levado para a cidade de Jacundá (PA), depois para Imperatriz (MA), e finalmente para Brasília. A CNV descobriu a sepultura. No dia 29 de agosto de 2014, a Comissão Nacional da Verdade divulgou laudo que confirma que os restos mortais desenterrados do Cemitério Campo da Esperança. Quarenta e três anos depois de sua morte, em Brasília, após ter sido preso e torturado por militares do Exército, o líder comunista foi enterrado em 31 de agosto de 2014, no jazigo da família, no cemitério Jardim da Saudade, em Porto Franco, Maranhão, ao lado da esposa, Avelina da Cunha Rocha, falecida em 2004. Na ocasião, levaram o caixão em cortejo a pé pelas ruas da cidade até o Cemitério Jardim da Saudade. O público presente cantou "Para Não Dizer Que Não Falei das Flores, de Geraldo Vandré, música emblema dos anos de chumbo, enquanto o corpo baixava a sepultura.

22 Em dezembro de 2014 foi apresentado, em coletiva de imprensa, o resultado do laudo da exumação. O resultado foi inconclusivo, já que não foi possível determinar se Jango foi vítima de um crime ou se morreu de causas naturais.

A simbologia de oferecer honras militares ao ex-presidente civil deposto para a instauração de um regime militar, a concessão de honras de chefe de Estado, o fato de estarem presentes diversos ministros, quase todos os ex-presidentes pós-ditadura e a principal autoridade do país demonstra a relevância dos atos que fazem parte de um conjunto de ações de "reparação" aos perseguidos pela ditadura militar, dentre os quais o próprio ex-presidente João Goulart faz parte.

Em todos esses momentos, assim como nas idas aos centros clandestinos de tortura e nas prisões quando era possível que ex-presos políticos se reencontrassem com seu passado e nos depoimentos colhidos ao longo dos dois anos de trabalho[23], o tom dos discursos sempre versava sobre o passado vivido e as possibilidades de resolver as pendências, causadas, sobretudo pela não responsabilização dos agressores.

3. A CNV e seus opositores

Na cerimônia de instalação da CNV todos os ex-presidentes do período pós-ditadura estiveram presentes[24]. Em seu discurso, transmitido na página do facebook da Comisão, a presidenta Dilma Roussef, ex-presa política, ressaltou:

> *A palavra verdade, na tradição grego ocidental é exatamente o contrário da palavra esquecimento. É algo tão surpreendentemente forte que não abriga nem o ressentimento, nem o ódio nem tampouco o perdão. Ela é somente o contrário do esquecimento. É memória e história. É a capacidade humana de contar o que aconteceu. Ao instalar a Comissão da Verdade não nos move o revanchismo, o ódio ou o desejo de reescrever a história de um jeito diferente do que aconteceu, mas nos move a necessidade imperiosa o desejo de conhecê-la em sua plenitude, sem ocultamentos, sem camuflagens, sem vetos e sem proibições. O que fazemos aqui neste momento é a celebração da transparência e da verdade de uma nação que vem trilhando o seu caminho na democracia, mas que tem um encontro marcado consigo mesmo. E nesse sentido é uma iniciativa do Estado brasileiro e não apenas do governo... A ignorância sobre a história não pacifica, pelo contrário, mantém latentes mágoas e rancores; a desinformação não ajuda a apaziguar, apenas facilita o trânsito da intolerância; a sombra e a mentira não são capazes de promover a concórdia.* [Consultado em 07-12- 2014]

O discurso da presidenta era dirigido em parte aos contrários à instalação da Comissão da Verdade. Insatisfeitos com as decisões dos governos pós-ditadura que estabeleceram várias formas de ressarcimentos e reparações aos perseguidos políticos e seus familiares e falando sempre em nome da anistia aprovada em 1979, tais grupos, sempre que possível utilizam os meios de comunicação, suas festividades de celebração do golpe (denominado por eles de "revolução") e para se contrapor aos perseguidos políticos, a argumentação de que o passado deve ficar onde está e qualquer tentativa de discuti-lo é visto como revanchismo.

Ainda quando se discutia a possibilidade de instalação de uma Comissão da Verdade no país, militares e simpatizantes do regime utilizavam os sites para manifestar seu desapreço pela instalação. Em fevereiro de 2010, o General Maynard Marques de Santa Rosa escreveu um texto e postou no canal de vídeos *youtube*. O vídeo posteriormente foi transmitido no site *A verdade sufocada*. Intitulado "Comissão da

23 Foram 566 depoimentos, muitos desses televisionados e transmitidos ao vivo pela internet.

24 À exceção do falecido ex-presidente Itamar Franco, todos os outros ex-presidentes se fizeram presentes na cerimônia: José Sarney, Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique e Luiz Inácio Lula da Silva foram mencionados pela presidenta pelo papel que tiveram na recondução da democracia.

Verdade", o texto imita os momentos iniciais dos filmes da franquia Star Wars, tendo ao fundo, uma música clássica. Inicia com um trecho do Discurso do Método, de René Descartes e utiliza exemplos históricos para demonstrar como fanáticos não podem conceber a verdade para então adentrar ao tema. Diz ele:

> *a "Comissão da Verdade" (sempre entre aspas, o que denota uma ironia) de que trata o Decreto de 13 de janeiro de 2010, certamente será composta dos mesmos fanáticos que, no passado recente, adotaram o terrorismo, o sequestro de inocentes e o assalto a bancos, como meio de combate ao regime, para alcançar o poder. Infensa à isenção necessária ao trato de assunto tão sensível, será uma fonte de desarmonia a revolver e ativar a cinza das paixões que a lei da Anistia sepultou. Portanto, essa excêntrica comissão, incapaz por origem de encontrar a verdade, será no máximo, uma "Comissão da Calúnia".* [Consultado em 12-11- 2014]

Ao longo dos trabalhos, essa opinião persistiu sendo a Comissão chamada por eles de Comissão da Revanche, da Calúnia, da Ilegalidade e sempre sendo ressaltados com ironia os "heróis", os "esquecimentos", as "vítimas esquecidas".

Os discursos dos grupos e pessoas contrárias a esses processos de trazerem à tona os fatos referentes aos anos da ditadura quase sempre ressaltam a importância dos militares na condução do país naqueles anos, nos perigos que haviam de o Brasil tornar-se comunista e atribuem adjetivos em tom pejorativo aos perseguidos políticos. Em sua página do facebook, apesar da grande maioria parabenizar a CNV pelo trabalho realizado, em algumas vezes encontram-se críticas, como as citadas abaixo:

> *Puro revanchismo. Viva os militares! Brasil não é Cuba!Graças às Forças Armadas não estamos cortando cana! O único erro dos militares foi não ter aniquilado com todos terroristas. Todos nós sabemos disso. Querem reescrever a história. Derrotados! Fracos! Perdedores.* [Consultado em 07-12- 2014]

Há uma discussão posta nesses comentários que diz respeito ao suposto caráter revanchista que a CNV teria, pois investigaria somente os crimes cometidos por agentes do estado (e a contribuição de instituições e empresas ao regime), sendo "poupados" os militantes das organizações de esquerda, o que configuraria para eles, um limite da Comissão que a deslegitima. Termos como "revanchismo", "unilateral", "inversão" são utilizados para se contrapor a esse processo.

Quando militares foram convocados a prestar depoimentos à CNV, a recusa se mostrou ainda maior: o Coronel Wilson Machado riu ao preencher o termo de comparecimento ao seu depoimento à CNV, sendo fotografado na ocasião. Em algumas vezes, os militares compareceram às audiências, mas se recusaram a responder as questões formuladas pelos membros, como no caso do general Álvaro de Souza Pinheiro que afirmou: "Não vou confirmar nada a comissão nenhuma. Nem o papa me obrigaria (...) Tô rindo. Não tenho nenhum interesse nisso. O que me interessa é que o exército resolveu o problema grave de um foco terrorista num ambiente de selva". Além de ironizar a decisão do governo em determinar as buscas dos desaparecidos, ressaltou que a CNV "é uma farsa, que carece de legitimidade e de credibilidade".

Em alguns casos, militares se recusaram a comparecer à CNV, como o tenente do Exército José Conegundes do Nascimento. Ao receber a convocação devolveu o ofício com um recado escrito de próprio punho: "não vou comparecer. Se virem. Não colaboro com o inimigo". O site *A verdade sufocada*, favorável aos militares, comentou o episódio da seguinte maneira:

> *Desequilíbrio está cometendo a Comissão da Verdade, que, com a intenção de reescrever a história fazendo de bandidos, heróis, omite para a sociedade os crimes e as violações dos direitos humanos que os terroristas cometeram durante mais de uma década contra o povo brasileiro. Os familiares dos 119 mortos e dos milhares de vitimas com sequelas físicas e psicologicas, têm o direito de saber quem assaltou, torturou, assassinou , praticou atentados a bomba, sabotou linhas férreas*

> *e sequestrou aviões e diplomatas, com a intenção de implantar no país uma ditadura do proletariado, tendo como modelo a União Soviética, a China e outros países comunistas. Não só os familiares, mas toda a sociedade brasileira tem Direito à Memória e à Verdade...* [Consultado em 12-11- 2014]

Apesar de os maiores conflitos terem se dado com os agentes da repressão e com o Exército que em inúmeras ocasiões se recusou a colaborar ou dificultou as investigações, por não apresentar as documentações necessárias em tempo hábil, houve também conflitos surgidos entre comissões da verdade. Nesses casos os conflitos se deram por diferença de opiniões acerca da condução e dos resultados. Em entrevista ao portal UOL, em novembro de 2014, o coordenador da CNV, Pedro Dallari relata um processo movido contra ele pela atitude de expor os resultados da apuração do caso da morte de Juscelino Kubistchek, imputada às Forças Armadas. Ao final da investigação, comprovou-se que o ex-presidente havia morrido em um acidente automobilístico sem a participação das Forças Armadas. A Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo moveu uma ação judicial contra o coordenador, considerada improcedente.

4. Consideraçãoes finais

A ascensão de governos de esquerda, o trabalho esforçado dos organismos de direitos humanos e de associações de ex-presos e familiares de perseguidos e desaparecidos políticos, além da pressão internacional criam um ambiente favorável às políticas de reparação.

Essas se dão, dentre outras coisas, no estabelecimento de Comissões que buscam recolher relatos a fim de criar uma memória dos anos de exceção; do julgamento de responsáveis por torturas, assassinatos e crimes de lesa-humanidade; de anulação de leis de anistia, chamados por muitos como “leis de impunidade”; da criação de espaços de memória e de políticas de reparação simbólica e econômica.

Mesmo com todos esses atos que são de extrema significação, não somente para os atingidos direta e indiretamente, mas também para as nações que se defrontaram com processos de ditaduras (que marcaram invariavelmente suas culturas políticas), é pertinente perguntar: É possível reparar o irreparável?

Se o passado não pode ser apagado, pois está incrustado no corpo e na alma daqueles que foram atingidos, pensar as políticas de reparação, das quais o estabelecimento de Comissões da Verdade faz parte, é pensar na possibilidade de que ao prestar contas com o passado, os países estão aprendendo duramente uma lição: a de que os direitos humanos devem ser resguardados em qualquer ocasião. Esse é o significado público desses processos.

Todavia, esses processos não são consensuais. Em sociedades rachadas pelos regimes ditatoriais, o passado e seus dramas não são compartilhados entre todos. As recusas à colaboração, as disputas em torno do passado e do que fazer com ele, o lugar dado aos sujeitos, a quem se pode nomear de vítima e de agressor demonstram o quão fecunda são as ações e os discursos que emergem em torno da Comissão da Verdade.

Bibliografia

DINGES, J. *Os anos do Condor. Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*, São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GABEIRA, F. N. (1979), *Cartas sobre a anistia: a entrevista do Pasquim; Conversações sobre 1968*, Rio de Janeiro: Codecri.

GONÇALVES, D. N. (2009), *O preço do passado- anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil*, São Paulo: Editora Expressão Popular.

http://www.cnv.gov.br. [Consultado em 07-12- 2014]

http://www.averdadesufocada.com. [Consultado em 12-11- 2014]

http://www.uol.com.br. [Consultado em 19-11- 2014]

http://www.ultimosegundo.ig.com.br/politica/em-depoimento-secreto-general-debocha-de-comissao-da-verdade.html. [Consultado em 07-12- 2014]

LEONZO, N. (1998), Anistias: do clamor à luta política In: TRONCOSO, Hugo Cancino & SIERRA, Carmen de (Org.), *Ideas, Cultura e Historia en la creación latino-americana*. Siglos XIX y XX. Quito: Ediciones Abya-Yala, p.289-300.

MARIANO, N. (2003), *As Garras do Condor*, São Paulo: Vozes.

MARTINS, R. R. (1978), *Liberdade para os brasileiros- anistia ontem e hoje*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MEZAROBBA, G. (2003), *Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequencias- um estudo do caso brasileiro*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MIRANDA, N. & TIBÚRCIO, C. (1999), *Dos filhos deste solo- mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Boitempo.

PATRÓS, E. S. (2008), Repressão e violência: segurança nacional e terror de estado nas ditaduras latino-americanas. In FICO, Carlos et al. (orgs.), *Ditadura e democracia na América Latina- balanço histórico e perspectivas*, Rio de Janeiro: FGV.

PRADO, L. B. B. (2003), *Estado democrático e políticas de preparação no Brasil: tortura, desaparecimentos e mortes no regime militar*. Dissertação de Mestrado, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

TELES, J. (org.) (2000), *Reparação ou impunidade- mortos e desaparecidos políticos*, São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP.

UNITED NATIONS. Resolution 60/147. Basic Principles and Guidelines on the Right to a Remedy and Reparations for Victims of Gross Violations of International Humans Rights Law and Serious Violations of International Humanitarian Law. [Consultado em 09-04-2009].

VASCONCELOS, J. G. (1997), *O movimento pela anistia:* novos e velhos atores no contexto autoritário, Fortaleza:UFC/NEPS/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Série Estudos e Pesquisas, 34.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS ASSISTENCIAIS: uma alternativa para o reconhecimento e respeito aos direitos humanos

Juliana Bedin Grando
UNIJUI. Email: juliana.bedin@yahoo.com.br.
GT15- A.

Resumo: O presente artigo analisa a temática das políticas públicas no contexto brasileiro. Contudo, o foco do ensaio refere-se a análise das políticas públicas assistenciais como uma forma de resgate dos excluídos socialmente. Discute-se a questão da exclusão social e o desreipeito aos direitos humanos em diversos setores do Estado brasileiro. Analisa-se, nessa senda, como a construção da cidadania sofre interferências de modo a ser prejudicada, em face do desreipeito aos direitos humanos essenciais para a consecuação de uma sociedade democrática de direito. Verifica-se, conjuntamente, como as políticas públicas assistenciais são desenvolvidas no cenário brasileiro e como podem representar uma alternativa para o reconhecimento e o respeito aos direitos humanos destes cidadãos. Indaga-se, ainda, como as políticas públicas devem ser desenvolvidas para que os pressupostos dos direitos humanos que assegurem um existir com dignidade sejam efetivadas e alcançadas aos diversos sujeitos que se encontram à margem da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Políticas públicas. Exclusão social. Direitos humanos.

1. Considerações iniciais

A questão da cidadania é um tema que está presente desde um longíquo tempo e tem-se demonstrado essencial, pois a sua análise envolve o reconhecimento e efetivação de direitos humanos e fundamentais. Nessa senda, o presente artigo pretende analisar a concepção de cidadania deste o período grego, perspassando pelo entendimento romano e a sua conceituação perante o Estado moderno, no qual passa a exteriorizar a efetivação de direitos, indo além com a promoção e consolidação dos direitos humanos.

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos em âmbito internacional e a Constituição Federal de 1988 em âmbito interno, os direitos humanos/ fundamentais ensejam ao Estado democrático o dever de prestar direitos aos seus cidadãos, ensejando a modificação de apenas o viés "negativo" para a prestação "positiva" de direitos básicos que constituam o indivíduo como cidadão.

No entanto, no cenário atual brasileiro percebe-se que muitos cidadãos ainda não tem acesso às garantias básicas de desenvolvimento digno. Muitos ainda encontram-se à margem da sociedade, vivendo em condições precárias.

Nessa senda, frente a esse quadro, uma das formas encontradas pelo Estado para garantir o alcance de direitos dá-se atarvés das políticas públicas. A prestação de direitos através das políticas públicas tem-se demonstrado uma forma eficaz de alcançar os meios essenciais de constituição de vida digna. As políticas públicas tem ensejado a possibilidade de acesso a direitos de forma simplificada e com destinação mais eficaz.

Contudo, embora as políticas públicas venham sendo realizadas, muitos permanecem excluídos. Assim, um dos viézes das políticas públicas tem-se demonstrado como uma forma eficaz de atingir os mais necessitados, qual seja, as políticas públicas assistenciais.

Assim, pretende-se analisar se as políticas públicas assistenciais podem configurar-se em um meio de efetivação de direitos, mas também de resgate dos excluídos socialmente, com o alcance dos direitos humanos e dos direitos fundamentais essenciais para a consecução da cidadania no cenário brasileiro.

A análise dar-se-á através do método hipotético-dedutivo, objetivando-se uma conclusão. Ademais, a pesquisa será desenvolvida através de análise bibliográfica, com a utilização de meios como a rede mundial de computadores.

2. A construção da cidadania

A questão da cidadania permeia o ser humano desde um longo período histórico. Como um dos marcos históricos mais importantes, pode-se falar, essencialmente, desde a concepção grega de cidadania, em que havia-se apenas a ideia de participação na sociedade como forma de consecução da cidadania. Neste período, a ideia de cidadania apenas restringia-se àqueles sujeitos que poderiam participar da política, na ágora. Assim,

> se quisermos definir o cidadão dos tempos antigos pelos seus atributos mais essenciais, devemos dizer ser o cidadão todo homem que segue a religião da cidade, que honra os mesmos deuses da cidade, aquele para quem o arconte ou o prítane oferece, em cada dia, o sacrifício, o que tem o direito de aproximar-se dos altares e, podendo penetrar no recinto sagrado onde se realizam as assembléias, assiste às festas, segue as procissões e participa nos paragíricos, participa nas refeições sagradas e recebe sua parte das vítimas. Também, no dia em que se inscreveu no registro dos cidadãos, jurou praticar o culto dos deuses da cidade e por eles combater. (COULANGES apud ZEIFERT, 2004: 83-84).

Nesse contexto, a cidadania relacionava-se intrinsicamente com a religião, incutindo apenas a possibilidade de participação àqueles que acatassem as regras impostas, restringindo-se, desse modo, as possibilidade de constituição do sujeito como cidadão. Assim, pode-se dizer ainda que a compreensão mais próxima do que atualmente se entende por cidadania – sendo aquele sujeito a quem se assegura legalmente direitos- é aquela compreendida pelos romanos, pois

> [...] a palavra latina *jus* realmente implica exercício de direito privado. O grego, contudo, considerava a cidadania não como posse, mas como algo partilhado, lembrando a filiação à família. Esse fato exerceu profunda influência sobre a filosofia política grega. Da forma como que a concebia não se resumiu ela a assegurar direitos ao homem, mas também garantir-lhe participação a que faria jus (SABINE apud ZEIFERT, 2004: 86).

Em continuidade, com a ascenção do Estado moderno, a concepção de cidadania insurge-se com modificações significativas, pois

> O Estado moderno, e não mais a religião, torna-se o organizador da vida social, por meio de normas que educam o indivíduo na construção de si mesmo, estabelecendo as regras de um jogo que articula a produção econômica e social com a produção do sujeito de direitos e deveres. Assim, não há sujeito de direitos e deveres sem Estado, não há contexto sem sujeitos [...] (FALEIROS, 2007: 03- 04).

Desse modo, a concepção de cidadania a partir do Estado moderno modifica-se, especialmente, pela separação entre Estado e religião, fato que possibilitou um novo eixo de atuação do Estado e, conjuntamente, possibilitou a construção do cidadão em si mesmo. Assim, pode-se estabalecer que a nova concepção de cidadania moderna pode ser entendida como

> [...] o ato de comprometer-se com os valores universais da Liberdade e da Vida condicionados pela Igualdade. Este compromisso implica em reconhecer a humanidade como grupo social e considerar as relações humanas como relações de reciprocidade. [...] A cidadania pressupõe o desenvolvimento de valores éticos que se objetivam nas seguintes virtudes cívicas: solidariedade, tolerância, justiça e valentia cívica, engendradas na relação da vida pública e vida privada. (BRAGA, 2001: 02).

Nessa senda, a cidadania passa a pressupor que se desenvolva preceitos éticos, intrinsecamente relacionados com os valores essenciais de vida e liberdade, e, indo-se além, pode-se afirmar que a noção moderna de cidadania insurge-se como a necessidade de tutelar-se direitos básicos aos cidadãos, podendo-se dizer que a ideia de cidadania surge a partir dessa dupla via entre a viabilidade de participação na vida política da sociedade, mas também ligada a ideia inicial de se assegurar direitos.
Ademais,

> Nesse sentido pode-se falar em cidadania como a representação universal do homem emancipado, fazendo emergir a autonomia de cada sujeito histórico, o que significa um processo de luta por espaços políticos na sociedade a partir da identidade de cada sujeito. Dito de outra forma, a cidadania significa a realização democrática de uma sociedade, compartilhada pelos indivíduos a ponto de garantir a todos o acesso ao espaço público e condições de sobrevivência digna, tendo como valor-fonte a plenitude da vida (CÔRREA, 2010: 24).

Desse modo, a cidadania está intimamente ligada, a partir de um conceito mais moderno, à ideia de emancipação do homem com a conquista de direitos, através de sua realização na democracia estabelecida na sociedade, com a finalidade de se abarcar condições mínimas de existência aos indivíduos, ou melhor, aos cidadãos pertencentes a esta sociedade. Assim, a cidadania deixa de ser apenas concebida a partir da possibilidade de participação pelas classes sociais e pela localidade (ágora) para ser uma via de implementação dos direitos fundamentais, essenciais a esta nova concepção de ser humano portador de direitos.
Nesse contexto, quando fala-se da construção da cidadania em nosso país, pode-se afirmar que esta permeia-se por uma história de lutas para a construção dos direitos fundamentais, tendo como eixo formador a ideia de legitimação do exercício de cidadania, sendo que pode-se afirmar conjuntamente que a história da cidadania em nosso país é indissociável da história e conquista dos direitos humanos. Constituem-se em formas de se aperfeiçoar as buscas pelas garantias da dignidade humana e conjuntamente da dignidade humana (COSTA, 2007).
Diante dos fatos, percebe-se que a luta para a construção da cidadania no Estado moderno trouxe consigo a ideia de conquista de direitos e afirmação destes. Tal fato dá-se em conjunto com a afirmação da democracia, pois com a afirmação da sociedade democrática, os cidadãos vão adquirindo e reafirmando-se cada vez mais como sujeitos de direitos e assim consubstanciando-se em cidadãos que requerem as condições mínimas de existência, de modo que lhes seja assegurada a existência digna.

3. Políticas públicas como forma de efetivação de direitos

Com a ascensão do Estado moderno, diversas incumbências foram delegadas a este para que tutelasse os direitos dos cidadãos e assegurasse a prestação destes de modo eficaz, a fim de se garantir o cumprimento dos preceitos do Estado democrático e dos direitos humanos.
Frise-se que a partir da concepção de que o Estado passou a ser detentor de obrigações em prestar os chamados "direitos positivos", "As necessidades, em especial dos trabalhadores, foram elevadas ao patamar de direitos subjetivos e, ainda mais, como obrigações a serem cumpridas pelo Estado, deixando, portanto, de ser responsabilidade das entidades de caridade não estatais." (LIMA, 2012: 24)
Assim, a partir deste momento o Estado necessita de mecanismos para dar efetividade a tais direitos que foram sendo conquistados, configurando-se como direitos subjetivos. Destarte, as políticas públicas aparecem neste contexto, como uma possibilidade de instrumentalização destes direitos.
Nessa senda, as políticas públicas surgem e firmam-se como uma forma para que o Estado preste tais prestações para os seus cidadãos. Com a concepção moderna de cidadania como a possibilidade de se exigir direitos frente ao Estado e o dever deste em prestar as condições mínimas de existência, as políticas públicas alicerçam-se, assim, como uma das formas de maior alcance dos direitos para os seus destinatários,

assegurando-se que os grupos societários que necessitam da prestação de direitos para a consecução de sua cidadania sejam alcançados pelo Estado de modo mais eficaz.
No entanto, apenas a existência das políticas públicas não enseja a real efetividade dos direitos ou o alcance desejado. Assim, a ressureição do conceito de sociedade civil traz consigo uma oportunidade maior de se assegurar tal efetividade. Importa ressaltar que a reafirmação de sociedade civil traz consigo a ideia de que a democracia moderna e a esfera de opinião pública como um espaço universal de entendimento podem configurar-se como uma saída para a problemática das exclusões sociais. Desse modo, o espaço democrático, reavivado pela insurgência da participação da sociedade civil, possibilita a construção de uma sociedade mais includente, que torna possível que as políticas públicas atinjam suas finalidades essenciais e sejam marcas de justiça social.
Frise-se que, as políticas públicas

> [...] são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais. E políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais (HÖFLING, 2001: 02).

E, ainda,

> A partir de uma nova dimensão social das últimas décadas e sua repercussão direta na organização social e política da sociedade, é possóvel compreender como políticas públicas as ações que nascem no contexto social, mas que passam pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública na realidade social, que seja fazendo investimentos ou para mera regulamentação administrativa. Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas contituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. (BONETI, 2006: 74)

Assim, as políticas públicas são aquelas que se destinam a de fato implementar direitos. No entanto, tais políticas não podem reduzir-se a meras atividades do Estado, sem que possam ensejar a finalidade a que lhes incumbe.
Nesse processo, a participação da sociedade civil, sendo a melhor definição como

> [...] un conjunto interrelacionado de decisiones y no decisiones, que tienen como foco un área determinada de conflicto o tensión social. Se trata de decisiones adoptadas formalmente en el marco de las instituciones públicas - lo cual les confiere la capacidad de obligar -, pero que han sido percebidas de un processo de elaboración en el cual han participado una pluraridad de actores públicos y privados. (VALLÈS, 2002: 377).

Essa tomada de decisões de forma conjunta possibilita ao mesmo tempo uma maior viabilidade e efetividade das políticas públicas, como também a reafirmação da democracia. Nesse passo, as políticas públicas necessitam visar a diminuição das desigualdades sociais produzidas pela evolução da sociedade e que foram acentuando-se

ao longo da história. Criam-se, nesse contexto, diversos excluídos socialmente que necessitam do aparato do Estado para que a sua cidadania seja resgatada.
Assim, as políticas públicas devem efetivar direitos e não apenas representar o Estado, visando sempre a diminuição das desigualdades sociais e primando-se pela supremacia do interesse dos excluídos socialmente. Dessarte, as políticas públicas devem ser entendidas como

> [...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006:07)

Desse modo, as políticas públicas constituem-se na externalização dos proprósitos do governo democrático através de programas e ações que de fato possam acarretar em mudanças no mundo real. Assim, as políticas públicas permeiam-se da intencionalidade do governo em demonstrar-se nas ações práticas, mas também na possibilidade de alcançar direitos de forma que possa atingir aos cidadãos. De tal maneira, as políticas públicas consubstanciam-se nestes dois viézes, mas que essencialmente configura-se em uma possibilidade real de transformação e construção da cidadania.
Ademais, importa ressaltar que,

> Nos Estados democráticos modernos, o conceito de política pública tem íntima ligação com o de cidadania, pensada como o conjunto das liberdades individuais expressas pelos direitos civis (Neri, 2005). A concretização da cidadania ocorre através do espaço político, como o direito a ter direitos. (FERNADES e SANTOS, 2007: 03)

Assim sendo, as políticas públicas configuram-se, no Estado moderno, tendo em vista sua ligação com a cidadania, a possibilidade de se alcançar esta de modo eficaz. De igual modo, ao ser a possibilidade de realização de ações no mundo real pelo Estado, deve servir também como forma de se concretizar a cidadania, a qual ocorre entremeio ao espaço público, configurando-se como o direito a ter direitos, o qual pode ser atingido por estas ações concretas do Estado. Cria-se, desse modo, uma interdependência, pode-se dizer, entre as ações do Estado e a construção da cidadania.
Por conseguinte, as práticas includentes devem ser ampliadas, o que, como já dito, pode ser vislumbrado pelas políticas públicas. Estas políticas com o viés de inclusão social possibilitam o acesso a bens e o aumento de renda dessa camada populacional excluída socialmente (RAWLS, 2003).

4. Políticas públicas assistenciais e a possibilidade de resgate dos desassistidos socialmente

O desrespeito aos direitos humanos, e em âmbito da legislação interna dos direitos fundamentais e sociais, tem ensejado a demanda por soluções mais rápidas e eficazes, a fim de se alcançar as prestações devidas pelo Estado democrático aos seus cidadãos. Como asseverado, as políticas públicas tem-se se tornado um dos únicos meios de se alcançar tais direitos aos cidadãos excluídos socialmente. Nessa senda, pode-se dizer que a assistência social firma-se como uma possibilidade de inclusão, ao mesmo tempo como uma oportunidade de reparação àqueles cidadãos que se encontram à margem da sociedade, tendo por fato comum a infligência dos direitos inerentes a sua cidadania.
Essa forma protetiva que acabou firmando-se pelas políticas públicas assistenciais não é vista por muitos como uma boa forma de atuação do Estado. Muitas críticas são realizadas quando fala-se em políticas públicas

asssistenciais. Sendo uma das principais refere-se ao fato de que a prestação dada pelo assistencialismo ensejaria um impacto econômico desfavorável, essencialmente, pela "motivação" destes cidadãos excluídos em continuarem a depender do Estado, mantendo-se no mesmo *status* social, sem buscarem melhor suas condições de vida e ensejando encargos maiores àqueles que desempenham atividades.
Contudo, o que se percebe do atual cenário nacional é que a prestação oferecida pelo assistencialismo tem se tornado em diversos casos uma das únicas alternativas de se assegurar o mínimo existencial. Ainda existem diversos cidadãos brasileiros que sobrevivem em condições de miserabilidade, sem qualquer possibilidade de alcançarem uma vida digna nos padrões mínimos esperados do Estado democrático.
Frise-se que milhares de brasileiros encontram-se em pobreza absoluta, o que os leva a estarem socialmente excluídos e, nessa senda,

> Pobreza absoluta está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física; portanto, ao não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital. O conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social. Implica, consequentemente, delimitar um conjunto de indivíduos "relativamente pobres" em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos. (ROCHA, 2005: 11)

Assim, muitos dos que se encontram socialmente excluídos são decorrentes da absoluta pobreza que não possibilita que as necessidades essenciais sejam satisfeitas. Desse modo, estes cidadãos necessitam da proteção do Estado de forma eficaz para que possam alcançar os direitos sociais e, consequentemente, inserirem-se na sociedade.
Ressalte-se que a Constituição Federal de 1988 traz em seu bojo a necessidade de proteção de todos os cidadãos brasileiros.
Ademais,

> A conquista dos direitos humanos e sociais supõe uma revolução político cultural que provoca mudanças no modo de pensar e agir conservador, ditatorial, não democrático, de concentração de riquezas intensamente presentes na sociedade brasileira. Estas mudanças geram também impactos na economia, no financiamento público. Sem essa mudança de entendimento nunca no Brasil poderiam ser praticados os direitos sociais e direitos humanos. (SPOSATI, 2011: 21).

Assim, o alcance dos direitos sociais faz-se um atuar essencial do Estado brasileiro, que consubstanciado no disposto na Declaração Universal dos Direitos Humanos[1] que é direito de todo cidadão ter uma vida digna, deve-se assegurar um modo de dar efetividade a tais premissas.
Nesse passo, acredita-se que os benefícios oferecidos pelas políticas públicas assistenciais não podem ser vistos como uma forma desfavorável de se resolver a problemática da exclusão social, mas sim como uma das únicas formas que está sendo implementada pelo Estado e que tem se mostrado eficaz para assegurar o mínimo àqueles que carecem de muito.
Dessarte, pode-se inferir que as políticas públicas sociais e assistenciais desempenham um papel importante para o reconhecimento de direitos, mas além disto, de alcance destas conquistas àqueles que estão precisando da tutela do Estado de forma básica, garantindo-se, desse modo, que a cidadania seja alcançada por um número

---

1 Artigo XXV - 1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle. 2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

maior de indivíduos.
Importa ressaltar, que o que se espera das políticas públicas é a alcance de direitos a todos os cidadãos de forma a assegurar-se os preceitos mínimos do Estado democrático moderno, essencialmente, as condições de vida digna. Nessa senda, para que tais políticas atinjam de fato as suas destinações, a participação da sociedade civil insurge-se como uma excelente ferramenta. Visto o cenário de exclusão social que encontra-se no Brasil, as políticas públicas assistencias são peça fundamental para que se assegure este mínimo, mas deve-se ir além para que no futuro estas políticas não sejam tão necessárias quanto no presente momento.

5. Considerações finais

A conquista da cidadania é algo caro a todos os seres humanos. Desde a concepção grega de cidadania pela participação social e política na ágora, perspassando pelos romanos com a ideia de direitos até a concepção atual dos Estados democráticos de prestação de direitos negativos e positivos pelo Estado, com a primazia da garantia de uma vida digna, muito foi conquistado.
A cidadania tornou-se uma característica indissociável dos indivídos pertences a uma sociedade democrática nos tempos atuais. Constituir-se como cidadão assegura que os preceitos e os direitos humanos sejam alcançados a todos. No entanto, muitos direitos, embora positivados, não estão alcançando os seus destinatários, ensejando com que esses muitas vezes encontrem-se às margens da sociedade, caracterizando-se como excluídos socialmente.
Para tentar alcançar estes direitos à quem lhes é essencial, o Estado brasileiro tem adotado a utilização de políticas públicas, pois estas possibilitam que os direitos e as práticas para dar efetividade a estes, sejam voltadas a quem destes mais necessita.
A presente pesquisa demonstrou que as políticas públicas consolidaram-se como uma forma eficaz de agir do Estado que possibilita ainda a participação da sociedade civil. Assim, as políticas públicas firmam-se como um sólido instrumento de garantia dos direitos humanos/fundamentais, garantindo-se não só a concretização de direitos, mas também a possibilidade de afirmação dos princípios da igualdade edignidade.
No entanto, muitos não conseguem ser atingidos pelas políticas públicas que buscam garantir de forma positiva os direitos e permanecem excluídos. Uma das formas encontradas para se assegurar o mínimo tem advindo das políticas públicas assistencias, ou o chamado “assistencialismo”.
Estas políticas são não as desejadas e esperadas de um Estado democrático moderno. No entanto, tem-se demonstrado como uma das únicas alternativas, e pode-se dizer uma alternativa eficaz, de alcançar os direitos essenciais para que tenha-se uma vida digna.
Nessa senda, face à ineficácia do Estado em prestar os direitos de forma eficaz, pode-se ratificar a necessidade de que meios alternativos sejam estes alcançados ao maior número de cidadãos, mas em especial, aos que mais necessitam por estarem em vulnerabilidade social. Desse modo, anseia-se que o assistencialismo não seja visto como uma forma ruim de se solucionar a questão, mas sim como forma encontrada para se garantir o mínimo existencial, garantindo-se a primazia da dignidade humana.

Referências

BONETI, L. W. (2006), *Políticas públicas por dentro.* Ijui: Unijui.

BRAGA, P. M. V. (2001), *Envelhecimento, ética e cidadania.*

Disponível em *http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_artigos/3.pdf*, [consultado em 24-5-2014].

CORRÊA, D. (2010), *Estado, cidadania e espaço público*: *as contradições da trajet***ória humana.** Ijuí: Unijuí.

COSTA, A. A. (2007), "*Cidadania e direitos humanos no marco do constitucionalismo"*. In: M. M. Costa (eds). *Direito, cidadania e políticas públicas II*. Porto Alegre: Imprensa Livre.

FALEIROS, V. P. (2007), *Cidadania e direitos da pessoa idosa*. Ser Social: Brasília, pp. 35-61. Disponível em *http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/250/1622*, [consultado em 24-5-2014].

FERNANDES, M. G. M., SANTOS, S. R.(2007), *Políticas públicas e direitos do idoso*: *desafios da agenda social do Brasil contemporâneo*. Disponível em *http://www.ucg.br/ucg/unati/ArquivosUpload/1/file/Artigos%20e%20Cap%C3%ADtulos%20de%20Livros/Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20e%20Direitos%20do%20Idoso.pdf*, [consultado em 16-6-2014].

HÖFLING, E. M. (2001), *Estado e políticas (públicas) sociais*. Cadernos Cedes: pp. 30-41. Disponível em *http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf*, [consultado em 24-5-2014].

LIMA, J. N. (2012), *Direito fundamental à inclusão social*: eficácia prestacional nas relações provadas. Curitiba: Juruá.

RAWLS, J. (2003), *Justiça como eqüidade: uma reformulação*. E. Kelly (eds). Berlinger C. (trad.) São Paulo: Martins Fontes.

ROCHA, S. (2005), *Pobreza no Brasil*: *Afinal do que se trata?* Rio de Janeiro, FGV.

SOUZA, C. (2006), *Políticas públicas: uma revisão da literatura.* Disponível em *http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16*, [consultado em 16-6-2014].

SPOSATI, A. (2011), *A menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social.* 6. ed. São Paulo: Cortez.

VALLÈS, J. M. (2002), "*Las políticas* **públicas***"*. In: *Ciencia política*: *una introducción*. Barcelona: Ariel.

ZEIFERT, L. P. (2004). *A exclusão social na Grécia Clássica e a postura dos sofistas*: *repercussões nos processos emancipatórios contemporâneos.* Ijuí: Unijuí.

Concepções dejustiça e direitos humanos pelos profissonais de segurança pública no Brasil

Martim Cabeleira de Moraes Júnior
Filiação Institucional: Doutorando em Ciências Sociais pela PUCRS e Tenente Coronel da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul
moraes51@terra.com.br
Democracia, Justiça e Direitos Humanos: Modalidades e Processos

Resumo: Trata-se de um estudo sobre as concepções acerca dos conceitos de justiça, punição, violência e direitos humanos pelos profissionais de segurança pública no Brasil. A análise trabalha com dados de questionários, revisão de bibliografia e análise de filmes sobre o tema estudado. O método está baseado em análise quantitativa, análise de discurso e análise de imagens. O Trabalho é parte de uma pesquisa para tese de doutorado em Ciências Sociais. A análise avança para a construção de hipótese, segundo a qual a construção e a execução de políticas públicas de segurança da sociedade contêm elementos contraditórios no que se refere aos conceitos de justiça e direitos humanos. O referencial teórico está baseado principalmente em Bobbio, Marx e Foucault.

Palavras-chave: Justiça, direitos humanos, polícia, segurança pública.

1. Introdução

O presente artigo traz para o debate o tema das concepções do que sejam: justiça, punição, violência, e direitos humanos nas representações existentes nos discursos diretos dos profissionais de segurança pública do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.
Trata-se de um estudo exploratório, o qual está servindo de base introdutória para um projeto de pesquisa em ciências sociais em desenvolvimento pelo autor.
A análise trabalha com dados de questionários enquanto base principal dos discursos. A literatura brasileira e os filmes sobre o tema estudado servem de base para o levantamento de algumas hipóteses.
A análise avança para a formulação de hipóteses, segundo as quais a construção e a execução de políticas públicas de segurança da sociedade contêm elementos contraditórios no que se refere aos conceitos de justiça e direitos humanos.
Primeiramente trata-se das dificuldades dos conceitos, tanto da formulação quanto dos seus usos possíveis. Depois seguem as ideias formadas sobre o trabalho policial na literatura brasileira e nos filmes sobre o tema. Nas três seções finais tem-se a polícia tratada na literatura brasielira e nos filmes, bem como outras seções sobre como pensam os profissionais de segurança pública e as políticas de segurança pública no Brasil.
Antes das considerações finais são levantadas as contradições percebidas nos discursos dos profissionais pesquisados.

2. A agonia dos conceitos

O Dicionário de Filosofia de Abbagnano (2007) traz o verbete "conceito" em quatro páginas. Isto já remete às dificuldades de se trabalhar com conceitos.

> CONCEITO: Em geral, todo processo que possibilite a descrição, a classificação e a previsão dos objetos cognoscíveis. Assim entendido, esse termo tem significado generalíssimo e pode incluir qualquer espécie de sinal ou procedimento semântico, seja qual for o objeto a que se refere, abstrato ou concreto, próximo ou distante, universal ou individual etc. [...] (ABBAGNANO, 2007, p. 194).

Por vezes os conceitos ajudam a balizar os caminhos dos raciocínios, bem como podem servir de parâmetros diretivos das idéias. Por outro lado podem ser verdadeiras grades que aprisionam algo que lhes é completamente estranho.
Ainda assim, com todas as dificuldades, parece pertinente usar conceitos mais fechados quando se trata de captar as representações de sujeitos de pesquisa que estão fortemente ligados ao positivismo jurídico, como é o caso dos policiais.
Justiça é um dos conceitos mais estudados de todos os tempos, desde os filósofos clássicos da antiguidade Grega, como Platão e Aristóteles, até os cientistas sociais e economistas do século XXI. Mesmo assim não há, nem de longe, qualquer conceito que seja aceitável como acabado.
As concepções simplistas mais ouvidas são:
"Dar a cada um o que é seu."; "Cumprir as leis com equidade."; "Exercer seus direitos sem intervir nos direitos dos demais."
Por entender-se que não há um conceito propriamente dito de justiça, este trabalho não considera tal definição, mas tão somente as representações sobre o tema.
Quanto a dimensão "punição", também o artigo limita-se a reproduzir as acepções transmitidas através das respostas dos instrumentos de coletas de dados (Apêndices A e B).
Os conceitos de violência, direito e direitos humanos também passam pelos mesmos problemas, ou seja, por vezes são muito bem determinados, mas as vezes precisam de interpretação mais flexível
Ao discorrer sobre direitos humanos, Bedin (1997, p. 113) refere que:

> Propugnamos, portanto, que as várias gerações de direitos formam um todo solidário e complementar e que, portanto, uma não pode se reconhecida e respeitada sem que as demais também o sejam. Por isso, julgamos inaceitável a crítica neoliberal aos direitos do homem e afirmamos, mais uma vez, que o reconhecimento e o respeito aos mesmos representam um sinal indiscutível do progresso ético e político da humanidade.

O autor trata do coceito de direitos huamanos como vinculado a um projeto político, e passível de consideração desconectada de um projeto coletivo de sociedade, ou até mesmo mais amplo, ou seja, de humanidade.
Ainda referindo-se sobre as condições políticas da emergência dos direitos do homem, Bedin descreve sobre o nascimento do modelo individualista de sociedade.

> [...] a ideia de os homens possuem direitos é, ao contrário do que normalmente se pensa, uma invenção moderna, tendo surgido e se institucionalizado no decorrer do século XVIII. Além disso, é imprescindível que realcemos, imediatamente, o fato de que o se surgimento constitui-se, no que se refere à história, em verdadeira ruptura com o passado. (BEDIN, 1997, p.21).

Assim o termo direitos humanos não está descolado de um caminho histórico mundial, que envolve toda história da humanidade. Na análise dos discursos dos profissionais da segurança pública, por vezes este caminhos fica esquecido em seus aspectos históricos.
O art. 7º da Lei nº. 11.340/06, por exemplo, descreve as diferentes maneiras de possibilidades de expressão da violência doméstica e familiar, principalmente contra a mulher com as seguintes palavras:

> I – a *violência física*, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
> II – a *violência psicológica*, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, [...];

> III – a *violência sexual*, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força, [...];
> IV – a *violência patrimonial*, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
> V – a *violência moral*, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006, Art. 7º, § I-V).

Estas palavras são incorporadas ao vocabulário policial, porém nas suas formas mais chulas e pejorativas, tais como "Lei Maria da Lenha", "Crimes de Cornice", etc.
A palavra violência é um vocábulo descrito como difícil de definir mesmo pelos pesquisadores, que normalmente escolhem um conceito instrumental que sirva aos seus propósitos, como de Michaud (1989):

> Há violência quando, muma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. (MICHAUD, 1989, p.10).

No Dicionário Oxford de Filosofia, de Blackburn (1997, p. 405) consta o conceito:

> Violência: Ação que deteriora ou destrói aquilo a que se aplica. A violência estrutural é inerente a uma situação cujo resultado intencional ou não intencional é o dano ou a destruição, e relativamente ao qual os causadores da situação são indiferentes. Neste sentido, as minas de carvão ou a vida em família podem esconder uma violência estrutural. O principal pensador social a recordar ou glorificar a violência como um meio político foi Sorel.

Neste conceito estão presentes as idéias de dano, intencionalidade e estrutura.
Santos (2009, p. 141-152) trata da violência difusa características dos tempos contemporâneos e atingindo toda sociedade, porém os profissionais de segurança pública, atendendo a um apelo popular localizam essa violência nas periferias das grandes cidades:

> [...] As diferentes formas de violência, presentes em cada um dos conjuntos relacionais que estruturam o social, podem ser explicadas se compreendermos **a violência como um ato de excesso, qualitativamente distinto, que se verifica no exercício de cada relação de poder presente nas relações sociais de produção do social. A ideia de força, ou de coerção, supõe um dano que se produz em outro indivíduo ou grupo social, seja pertencente a uma classe ou categoria social, a um gênero, a uma etnia, a um grupo etário ou cultural.** Pode-se verificar empiricamente na sociedade brasileira a seletividade social das vítimas: trabalhadores urbanos, moradores de bairros populares, pais, crianças, mulheres, jovens, negros, índios. Do sexo masculino: acidentes de trânsito, homicídios, armas de fogo; jovens e adolescentes: abuso sexual, violência doméstica (contra crianças, idosos, mulheres): contra crianças, castigos corporais e maus tratos; **violência sexual contra as mulheres e o aumento do registro da violência doméstica**. (SANTOS, 2009, p. 148). (Grifou-se).

Parece que as conceituações estão encontrando uma resignificação toda peculiar nos discursos dos profissionais de segurança pública, no sentido de dirigir o sentido de cada palavra para justificar as suas ações enquanto reflexos dos desejos humanos atendidos dentro e fora da lei, mas sempre em nome dela.

2 A polícia na literatura e nos filmes

A representação das polícias nos filmes brasileiros, tanto de produção mais recente, do final do século passado, quanto os produzidos no início do século XXI, tratam de reproduzir as façanhas de Hollywood.
Uma polícia de policiais mal humorados, lutadores e atiradores "a queima roupa" se divertem com a perseguição e captura de "bandidos", os quais são sempre maus e sem caráter. E ainda sempre há um final feliz, onde o estereótipo do bem vence o do mal.
Felizmente os produtores de filmes brasileiros escaparam do final feliz americano, mas preferem ainda retratar os policiais brasileiros como aqueles que são, nas polícias reais brasileiras, verdadeiras exceções no que se refere à agitação das suas vidas no cotidiano de trabalho policial.
Os filmes Tropa de Elite 1 e Tropa de Elite 2, produzidos por José Padilha, por exemplo, mostram ao mundo as façanhas de componentes do Batalhão de Operações especiais do Rio de Janeiro (BOPE), o que não reflete a realidade policial da imensa maioria dos policiais Cariocas.
Melhor, para representar o cotidiano policial do Rio de Janeiro, no Brasil, é a literatura, como no caso do livro "Sangue Azul", por exemplo, onde XXXX descreve a vida de um homem de classe baixa naquele Estado, que acaba entrando para polícia militar local, passando por um período de resistência ao envolvimento com a violência policial, com a criminalidade dentro dos quadros estatais, e com a corrupção. Terminando em um quadro de alcoolismo, violência doméstica e a morte brutal, como tantas e tantas vezes acontece.

3 Políticas públicas de segurança

A Constituição Federal de 1988 tentou escrever um novo capítulo na história da segurança pública brasileira, apontando para uma transição em direção à municipalização das atividades de policiamento de rua, bem como estabeleceu outros mandamentos que tornam a segurança pública um sistema. Este modelo sistêmico, onde cada organismo policial tem suas atribuições independentes, mas complementares aos demais, não se consagrou ainda, havendo diversos campos de resistência, tanto na sociedade em geral, quanto nas instituições de Estado envolvidas.
O artigo 144 da Constituição Fedral de 1988 define:

> Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
> I – polícia federal;
> II – polícia rodoviária federal;
> III – polícia ferroviária federal;
> IV – polícias civis;
> V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.
> § 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
> § 5º - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

A Lei 11.530, de 24 de outubro de 2007, que instituiu o Programa Nacional de segurança com Cidadania (PRONASCI) também aponta para um caminho novo, onde a grande passagem é de um paradigma de profissionais de segurança pública preocupados com o crime, para instituições e policiais que passem a se preocupar com a qualidade de vida e segurança das pessoas nos locais onde prestam serviços. Isto também está em construção, mas também com resistências várias.

> **LEI Nº 11.530, DE 24 DE OUTUBRO DE 2007.** Conversão da MPv nº 384, de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e dá outras providências.
>
> **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
> Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, a ser executado pela União, por meio da articulação dos órgãos federais, em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios e com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, visando à melhoria da segurança pública.

O modelo das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) instalado no Rio de Janeiro também faz parte de uma tentativa de levar segurança em locais onde o Estado (segurança pública) esteve ausente por um bom período de tempo. O modelo também já está apresentando sintomas de que não resistirá caso não hajam outras medidas sociais, econômicas e de saneamento básico local conjuntamente aplicadas.
Os Territórios de Paz aplicados no Rio Grande do Sul também seguem o modelo parecido com o das UPPs do Rio de Janeiro, muito embora a realidade Gaúcha não seja nem parecida com a Carioca.
As Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs) apontam para o enfrentamento mais específico da questão que se torna cada vez mais visível no mundo, ou seja, o problema gravíssimo da violência no ambiente doméstico.
Em todos os casos, a questão central é a de tentativa de integrar mais a sociedade em geral aos agentes policiais, o que vem sendo chamado no Brasil de Segurança Cidadã. Porém este modelo ainda está, a muito custo, sendo construído.

4. O que dizem os profissionais de segurança pública

Os respondentes dos questionários usados como instrumentos de coletas de dados para este estudo exploratório estão nos apêndices A e B.
Foram aplicados em uma amostragem de 274 profissionais de segurança pública com as seguintes características:
Total: 274;
Agentes do Sistema Prisional: 44;
Policiais Civis: 21;
Guardas Municipais: 47;
Policiais Militares: 162.
Todos os respondentes contam com mais de 2 anos de serviço, concentrando na maioria com 15 a 20 anos (87%).
Quanto ao estado civil, 77% são casados, 4% divorciados, 8% solteiros, 9% vivem em união estável e 2% não responderam.
A escolaridade representa a maioria com ensino médio (67%), sendo que 13% possuem curso superior completo.
As idades estiveram no intervalo entre 22 e 52 anos de idade, sendo a maior parte dos respondentes (227) homens, enquanto as demais eram mulheres. Interessante é que, mesmo fazendo um recorte de gênero, o discurso em suas expressões principais, não se alteram quase nada, o que faz crer que as mulheres incorporaram o discurso machista e violento dos demais.
Os questionários foram aplicados pelo autor do texto na ocasião em que os respondentes estavam freqüentando algum curso nas escolas da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil, entre os anos de 2009 a 2014.
O questionário constante no apêndice A era aplicado nos profissionais que estavam realizando cursos mais longos, enquanto para os cursos mais curtos, como uma semana, por exemplo, era aplicado o questionário menor.

As conclusões seriam analisadas conforme teorias mais sólidas e consagradas, tais como o materialismo dialético, com base na obra de Marx (2001), principalmente nos conceitos de condições materiais de vida e na categoria analítica da contradição, como motora da dialética. A punição como espetáculo descrita por Foucault (1987), e pela questão dos direitos das pessoas, baseado na obra de Norberto Bobbio (1999).
Porém, ao analisar os discursos dos profissionais da segurança pública estudados, o que restou foi um material mais passível de análise pela criminologia positivista, eis que em resumo as falas ficaram em torno de um direito muito semelhante aos contornos do Direito penal do Inimigo, descrito na obra de Günther Jacobs (2008), bem como um positivismo jurídico que vai além dos limites de um garantismo penal.
Quando questionados sobre o termo justiça, os profissionais estudados responderam em grande maioria com discursos diretamente ligados à lei e ao seu cumprimento, como se a justiça estivesse completamente contida dentro da legislação produzida, ainda que haja grande reclamações sobre a feitura de leis mais justas.
Nos discursos sobre o vocábulo: "direito", também há uma ligação tanto com a legislação, quanto ao fato de a lei favorecer pessoas consideradas moralmente boas. O direito é visto também como algo acima da sociedade que o cria. Parece que há uma crença na abstração do direito depois de estabelecidos marcos legais mais objetivos e concretos.
Sobre os direitos humanos os discursos, na sua imensa maioria são agressivamente expressões da proteção de regras protetivas através de normas inexistentes para pessoas consideradas em uma categoria de "bandidos", "pessoas de má índole", etc.
Há um destaque aqui para a reclamação geral de que os próprios profissionais de segurança pública não tem seus direitos respeitados, por isso também não reconhecem direitos humanos.
Contrariamente aos discursos de contrariedade aos direitos humanos, quando são protetivos de pessoas em situações de vulnerabilidade social e/ou física, parecem sobrepor-se aos demais direitos, merecendo então uma enérgica defesa e garantia.
Mais de 90% dos profissionais pesquisados aprovam aumento de penas para quaisquer delitos, bem como consideram punível o consumo de drogas ilícitas.
Os policiais militares parecem mais sensíveis ao fato de também serem sujeitos de direitos humanos, enquanto esta percepção diminui muito nos demais respondentes.

5. Contradições

As grandes contradições presentes em todo material analisado evidenciaram forte conexão com as condições materiais de vida dos profissionais pesquisados. Também demonstram uma conexão muito grande com a linguagem que assumem dos locais onde frequentemente prestam serviços, passando a assumir seus ritos, gírias e trejeitos.
Tomando como inspiração Bobbio (1999), considerando o tempo presente como uma era onde os direitos das pessoas passem a ser tratados cada vez mais com destaque mundial e local, parece que os profissionais da segurança pública consideram a possibilidade sempre presente de a prevalência de alguns direitos prevalecerem sobre outros.
Os direitos das pessoas consideradas "cidadãos de bem", ou seja, os que andam bem vestidos e não possuem antecedentes criminais, prevalecem sobre os que já cometeram delitos ou não tenham a aparência desejada.
A punição volta a ser um grande espetáculo, onde a população deseja assistir o sofrimento das pessoas que cometeram crime. As prisões não podem ser locais salubres e civilizados. Porém quando há rebeliões e motins, então o Estado está autorizado a usar toda força necessária para colocar as coisas em ordem novamente.

6. Considerações finais

Este artigo buscou trazer algumas considerações sobre os discursos dos profissionais de segurança pública no que se refere aos conceitos de justiça, direito, direitos humanos, violência e punição, uma vez que são definições ligadas aos serviços prestados por eles.
Destaca-se a reprodução de um discurso populista de uso da força em qualquer intensidade para restabelecimento da ordem quando ela for rompida.

O problema é que, no momento em que os policiais são julgados pelo judiciário, ou de outras formas, como pela imprensa, por exemplo, a cobrança por uma subordinação à lei reaparece e torna confusa a ação tomada em nome de uma ordem que não se sabe como foi estabelecida.
Os profissionais de segurança pública parecem seguir todo o clamor popular, reproduzindo um discurso de senso comum acerca dos conceitos de justiça e direitos humanos.
Percebe-se claramente o fato de não sentirem-se atingidos pelos órgãos protetivos de direitos humanos, bem como expressarem hostilidade com a imprensa quando ela defende tais direitos.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. (2007). *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.

BEDIN, Gilmar Antônio. (1997). *Os direitos do homem e o neoliberalismo*. Ijui: Editora Unijui.

BLACKBURN, Simon. (1997) Dicionário Oxford de filosofia. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro.

BOBBIO, Norberto. (1999) *As Ideologias e o Poder em Crise*, 4. ed. Brasília: Editora UnB.

BRASIL, Senado Federal. Câmara dos Deputados. *Lei nº 11*.340 (2006), de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340. [Consultado em 03-12-2013].

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil***.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituição compilado. htm. [Consultado em 03-12- 2013].

FOUCAULT, Michel. (1987) *Vigiar e Punir: nascimento da prisão.* Trad. R. Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes.

JAKOBS, Günther. (2008). *Direito penal do inimigo: noções e críticas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

MARX, Karl. (2001). *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes.

MICHAUD, Yves. (1989). *A violência*. São Paulo: Ática.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. (2009). *Violência e conflitualidades*. Porto Alegre: Tomo Editorial, (Série Sociologia das Conflitualidades, n. 3).

Apêndice A – Questionário 1
Termo de consentimento livre e esclarecido

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa sobre concepções de justiça e direitos humanos dos profissionais de segurança pública. O trabalho é desenvolvido pelo Pesquisador: Martim Cabeleira de Moraes Júnior (Oficial da Brigada Militar)**.**
Sua participação nesta pesquisa será voluntária e consistirá em responder o questionário que segue. Não existem riscos relacionados a sua participação na pesquisa. Haverá, por parte do pesquisador, o devido cuidado ético com os sujeitos da pesquisa, garantindo-lhes a assistência necessária em qualquer evento desfavorável, embora não previsto, decorrente da pesquisa.
Garanto o sigilo de seus dados de identificação primando pela privacidade e por seu anonimato. Você tem a liberdade de optar pela participação na pesquisa e retirar o consentimento a qualquer momento, sem a necesidade de comunicar-se com o pesquisador. Este Termo de Consentimento deve ser assinado abaixo caso aceite participar. Telefone do pesquisador responsável: +55051-99787173; E-mail: moraes51@terra.com.br.
MUITO OBRIGADO

Declaro que li o Termo e concordo com o que me foi exposto e aceito participar da pesquisa proposta.

_____
Assinatura do sujeito da pesquisa

Profissão:_____ Cargo: _____ Idade:_____ Sexo:_____
Tempo serviço: _____ Cidade onde trabalha:_____ Estado civil:_____
Escolaridade: ( ) Doutorado completo ou em andamento ( ) Mestrado completo ou em curso
( ) Especialização completa ou em andamento ( ) Superior completo ou em andamento
( ) Ensino Médio ( ) Ensino fundamental

Responda de acordo com sua concordância, ou não.

Afirmativas	**1 concordo totalmente**	**2 concordo**	**3 neutro**	**4 discordo**	**5 discordo totalmente**
Os delitos de menor potencial ofensivo devem ser punidos com penas alternativas e não com restrição de liberdade. (1)					
A conduta de consumir maconha não deve ser punida com pena privativa de liberdade. (2)					
Existem pessoas de boa índole e de má índole.(3)					
Mesmo delitos cometidos sem violência devem ser punidos com restrição de liberdade. (4)					
Há pessoas com tendência a cometer crimes e outras sem esta tendência (5)					
Cometer crimes depende mais da vontade das pessoas do que do meio onde vivem. (6)					
Penas restritivas de liberdade mais longas previnem melhor o crime. (7)					
Profissionais de segurança pública devem seguir rigorosamente a lei, e não interpretar a lei conforme os valores sociais. (8)					
Direitos humanos não atingem os profissionais de segurança pública. (9)					

SE QUISER, USE O VERSO DAS FOLHAS PARA RESPONDER

10. O que você entende por "JUSTIÇA"?
11. O que você entende por "DIREITO"?
12. O que você entende por "DIREITO HUMANOS"?

Apêndice B – Questionário 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa sobre concepções de justiça e direitos humanos dos profissionais de segurança pública. O trabalho é desenvolvido pelo Pesquisador: *Martim Cabeleira de Moraes Júnior (Oficial da Brigada Militar)****.***

Sua participação nesta pesquisa será voluntária e consistirá em responder o questionário que segue. Não existem riscos relacionados a sua participação na pesquisa. Haverá, por parte do pesquisador, o devido cuidado ético com os sujeitos da pesquisa, garantindo-lhes a assistência necessária em qualquer evento desfavorável, embora não previsto, decorrente da pesquisa.

Garanto o sigilo de seus dados de identificação primando pela privacidade e por seu anonimato. Você tem a liberdade de optar pela participação na pesquisa e retirar o consentimento a qualquer momento, sem a necesidade de comunicar-se com o pesquisador. Este Termo de Consentimento deve ser assinado abaixo caso aceite participar. Telefone do pesquisador responsável: +55051-99787173; E-mail: moraes51@terra.com.br.

MUITO OBRIGADO

Declaro que li o Termo e concordo com o que me foi exposto e aceito participar da pesquisa proposta.

_____

Assinatura do sujeito da pesquisa

Profissão:_____ Cargo: _____ Idade:_____ Sexo:_____

Tempo serviço: _____ Cidade onde trabalha:_____ Estado civil:_____

Escolaridade: ( ) Doutorado completo ou em andamento ( ) Mestrado completo ou em curso

( ) Especialização completa ou em andamento ( ) Superior completo ou em andamento

( ) Ensino Médio ( ) Ensino fundamental

1. O que você entende por "JUSTIÇA"?

2. O que você entende por "DIREITO"?

3. O que você entende por "DIREITO HUMANOS"?

Direitos humanos do trabalhador: normas internacionais e comunitárias existentes

Por Olavo Pinto Lima
Professor da Faculdade de Negócios de Sergipe – FANESE
oplima@gmail.com

Resumo: Após a Segunda Grande Guerra, a comunidade internacional, assustada com os horrores vividos, onde milhares de seres humanos foram dizimados, criou a Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1945, iniciando a "codificação" das normas internacionais de proteção da pessoa humana, em especial com a Declaração Universal dos Direitos do Homem.
No entanto, em que pese esses direitos já tivessem estreado no cenário jurídico de diversos países e feito parte de Cartas de intenções internacionais, galgando o *status* que hoje ostentam, o fato é que há ainda um grande desconhecimento das especificidades dos direitos humanos, levando a posicionamentos equivocados que só dificultam a perfeita assimilação e importância dos mesmos.
Assim, torna-se imperiosa a necessidade de ampliar o estudo sobre esse grupo de direitos, com foco especial nas normas internacionais já construídas, bem como a identificar como as comunidades internacionais estabelecidas estão lidando com um tema tão importante para a sociedade.

Palavras-chave: Direitos humanos. Normas Internacionais. Normas comunitárias.

1. Introdução

Desde o surgimento dos primeiros agrupamentos sociais que o ser humano busca a satisfação de suas necessidades e assim alcançar a realização de seus interesses. Ocorre que o bem da vida apto à satisfação dessas necessidades é limitado, enquanto que as necessidades humanas são praticamente ilimitadas, gerando os conflitos de interesses que é nocivo à sociedade.
Como forma de eliminar ou minimizar esses conflitos surgiu o direito com a missão de pacificar e regulamentar a relação entre as pessoas para que pudessem viver em paz em sociedade. Assim, várias vertentes deste direito se apresentaram, desde aquelas que regulavam a relação entre indivíduos e entre estes e seus bens, passando pelas regras de criação e regulação do Estado, ficção jurídica escolhida para melhor gerir as sociedades.
No entanto, nem sempre o direito, e por tabela o Estado, conseguiram seu objetivo de pacificação social, frequentemente degenerando a sociedade para conflitos internos e externos de grande comoção social, como as guerras mundiais, onde a principal vítima foi o próprio indivíduo, em sua maioria civil, lado mais vulnerável nesse tipo de conflito.
Nesse cenário sombrio, após a Segunda Grande Guerra, a comunidade internacional, assustada com os horrores vividos, onde milhares de seres humanos foram dizimados, criou a Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1945, iniciando a "codificação" das normas internacionais de proteção da pessoa humana, em especial com a Declaração Universal dos Direitos do Homem.
Decerto que os chamados direitos humanos não surgiram apenas após a criação da ONU, ou com a Declaração, tendo início na Antiguidade, passando pela Magna carta de 1215, pela lei de Habeas Corpus de 1679, a Declaração de Direitos (*Bill of Rights*) de 1689, pela Declaração de Independência dos EUA e as Declarações de Direitos Norte-Americanas, as famosas Declarações de Direitos da Revolução Francesa e sua Constituição de 1848, até chegar a supracitada Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 (COMPARATO, 1999). Anos depois, surgiram as Convenções Internacionais relacionadas à matéria, com destaque para a Convenção Europeia de Direitos Humanos de 1950; o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966; a Convenção Interamericana de Direitos Humanos de 1969; o Acordo de Helsinque (1975) e a Carta dos Povos Africanos e Direitos Humanos de 1981 (GUERRA, 2014: 13).

Em que pese ter galgado o *status* de extrema relevância no cenário jurídico-político internacional, com forte influência nos sistemas internos dos países, o fato é que há ainda um grande desconhecimento das especificidades dos direitos humanos, resultando, muitas vezes, em posicionamentos que mais atrapalham do que ajudam o seu entendimento, como a corriqueira utilização do jargão de que «os direitos humanos só favorecem os bandidos», tão alardeada nos meios de comunicação menos desavisados, o que só reforça a necessidade de ampliarmos os conhecimentos acerca dessa matéria tão fascinante da ciência do direito.
Com o intuito de tentar modificar esse cenário, o presente trabalho busca dar a sua contribuição com o debate e ampliar o horizonte do conhecimento acerca dos direitos humanos, traçando singela relação dos direitos internacionais e comunitários atuais, numa tentativa de melhor situar o leitor acerca de algumas das normas internacionais em vigor.
Para tanto, o estudo está dividido em duas partes, onde no primeiro capítulo será apresentado um estudo sobre direitos humanos fundamentais de proteção da criança e do adolescente, seguido das normas de amparo à pessoa com deficiência, passando pela proteção internacional dada à pessoa idosa e terminando por apresentar normas de combate a qualquer tipo de discriminação.
No segundo capítulo, serão apresentas as normas internacionais e comunitárias relacionadas aos direitos humanos dos trabalhadores, passando pelas regras de proteção da liberdade sindical e fomento da negociação coletiva, passando pela proteção do meio ambiente do trabalho e do salário, elencando os avanços nas normas de limitação à duração do trabalho, e, por fim, das convenções relacionadas à proteção dos créditos trabalhistas.

2. Principais normas internacionais e comunitárias de proteção aos direitos humanos gerais

2.1 Criança e adolescente

Desde o início da colonização portuguesa, através do sistema escravocrata, que o trabalho infantil se apresenta como um fenômeno social no Brasil. Por serem força de trabalho barata, os jovens escravos possibilitavam grandes margens de lucro àqueles que se beneficiavam do tráfego de escravos (OLIVA, 2006: 59).
Neste regime, por serem os escravos tratados como objetos, sem personalidade jurídica, inexistia qualquer forma jurídica de proteção à pessoa do escravo, em especial em relação à proteção do trabalho.
Somente com o advento da revolução industrial, quando internacionalmente buscou-se limitar a hiper exploração da força de trabalho, dentre elas a do trabalho infantil e o da mulher, que surgiram as primeira normas de proteção dessa classe de trabalhadores, sendo o *Moral and Health Act.*, promulgada na Inglaterra, a primeira legislação a regular o trabalho de menores, proibindo-lhes o trabalho noturno e superior a doze horas diárias aos menores de idade. (MORAES FILHO apud MORAES, 1995: 27).
Assim, já na primeira metade do século XIX, cresceu o sentimento de que o Estado deveria intervir nas relações de trabalho, surgindo a ideia de internacionalização das normas trabalhistas então incipientes e a luta por uma gama mínima de direito dos trabalhadores.
Com isso, foi criado um mecanismo especializado no âmbito da Organização Mundial de Saúde, a Organização Internacional do Trabalho – OIT, que terminou por se transformar em instrumento de grande importância para a proteção dos adolescentes e erradicação do trabalho infantil. (MORAES, 1995: 28).
Nesse contexto, as principais normas da OIT sobre o trabalho infantil e do adolescente estão consignadas nas Convenções números 5, 6, 7, 10, 13, 15, 16, 24, 33, 37, 38, 39, 40, 52, 58, 59, 60, 77, 78, 79, 90, 123, 124, 136, 138 e 182, estas duas últimas, como sendo as mais importantes. Comentaremos algumas delas a seguir.
A Convenção nº 5 trata da idade mínima de admissão nos trabalhos industriais, de 14 anos, com exceção das empresas que empregassem membros de uma mesma família, e no caso de trabalho em escolas técnicas.
A Convenção nº 6 abordou o trabalho noturno dos menores na indústria, que proibiu o labor noturno para menores de 18 anos nas indústrias, com a ressalva daquelas que empregassem membros de uma mesma família, quando a idade reduzia para 16 anos.
Já a Convenção nº 7, aprovada em 1920, determinou a idade mínima de 14 anos para a admissão em trabalho marítimo, tendo a Convenção nº 10 fixada a mesma idade mínima para o trabalho na agricultura. Posteriormente,

a Convenção nº 58, de 1936, revisou a Convenção nº 7, aumentando a idade mínima para 15 anos. O mesmo ocorreu com a revisão promovida pela Convenção nº 59 que ampliou para 15 anos a idade da Convenção nº 5. A Convenção nº 33 estendeu para trabalhos não industriais a idade mínima de 14 anos, como regra, permitindo exceções, sofrendo revisão pela Convenção nº 60, que ampliou essa idade para 15 anos.

Em relação à idade mínima para trabalho noturno na indústria, temos a Convenção nº 90, ficando a Convenção nº 123 responsável por fixar a idade mínima para o trabalho subterrâneo nas minas, e a Convenção 124 pelo estabelecimento da obrigatoriedade de realização de exame médico dos adolescentes no trabalho subterrâneo nas minas.

Após a recomendação 146, e unificando as idades mínimas anteriormente estabelecidas nas diversas Convenções que versam sobre a matéria, a Convenção 138, aprovada em Genebra no ano de 1973, com vigência internacional em 1976, fixou uma idade mínima para admissão a emprego ou trabalho, não inferior à idade de conclusão da escolaridade compulsória ou, em qualquer hipótese, não inferior a quinze anos. Também fixou em 18 anos a idade mínima para admissão a qualquer tipo de emprego ou trabalho que, por sua natureza ou circunstâncias em que for executado, possa prejudicar a saúde, a segurança e a moral do jovem. Considerada uma das Convenções da OIT mais importante para a erradicação do trabalho infantil no mundo, foi aprovada pelo Brasil em 1999.

Por último, tratando da proibição das piores formas de trabalho infantil e da ação imediata para o seu extermínio, foi aprovada em 1999 a Convenção nº 182, oriunda da recomendação 190, ratificada pelo Brasil em fevereiro/2000.

No âmbito da ONU, temos a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada em 1989 e vigente desde 1990, que se destaca por ser o tratado internacional de proteção de direitos humanos mais com o maior número de ratificações, com 193 Estados-partes no ano de 2008, tendo o Brasil ratificado em setembro/1990. (PIOVESAN, 2009: 282).

Acolhendo a concepção do desenvolvimento integral da criança, tendo-a como verdadeiro sujeito de direito, apresenta direitos que incluem o direito à vida e proteção contra a pena de morte; direito a ter nacionalidade; a liberdade de pensamento, consciência e religião; direito ao acesso a serviços de saúde, devendo o Estado reduzir a mortalidade infantil e abolir práticas tradicionais prejudiciais à saúde; direito à educação, devendo os Estados oferecer educação primária compulsória e gratuita; a proteção contra a exploração econômica, com a fixação de idade mínima para admissão em emprego; proteção contra a exploração e o abuso sexual, dentre outros. (PIOVESAN, 2009: 282).

Em relação às normas comunitárias de proteção da criança e do adolescente, conforme ressalta Flávia Piovesan (2010: 311), temos a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica – 1969), que através de seu artigo 19, destaca que «(...)toda criança tem direito às medidas de proteção que a sua condição de menor requer por parte da sua família, da sociedade e do Estado».

Na União Europeia, em 22 de junho de 1994, foi aprovada a Diretiva nº 94/33, adotada no prolongamento dos parágrafos 20 e 22 da Carta Comunitária dos Direitos Sociais e Fundamentais dos Trabalhadores, que tratam da proteção das crianças e adolescentes, ressalvando-se as regras mais favoráveis de cada Estado-membro.

Assim, o Conselho da União Europeia adotou como diretiva, que os Estados-membros tomem todas as medidas necessárias para proibir o trabalho infantil (art. 1º, 1).

Restou também fixado que a idade mínima para o trabalho não será inferior à idade de término da escolaridade obrigatória e nunca inferior a 15 anos, em completa sintonia com a sobredita Convenção 138 da OIT, porém, com possibilidade de derrogações em casos excepcionais.

A Diretiva também se preocupou com a jornada de trabalho dos jovens, em seu artigo 8º, bem como com a limitação ao trabalho noturno, que terminou por proibir o trabalho infantil entre as 20 e as 6 horas, e o trabalho dos adolescentes entre as 22 e as 6 horas ou entre as 23 e as 7 horas.

Já no sistema africano de proteção aos direitos humanos, temos a Carta Africana sobre os direitos e bem-estar da criança, porém, conforme elucida Sidney Guerra (2014: 114),

> [...] deve-se alertar que o texto produzido na África se distingue em seus traços gerais dos documentos produzidos na Europa e na América. Isso porque, ao invés de consagrar de forma preponderante os direitos civis, como os outros continentes, o aludido texto preconiza a proteção de direitos dos povos.
>
> Foi assim que os Estados africanos estabeleceram nesse documento internacional de

direitos relativos à afirmação da independência, da autonomia e do progresso dos referidos Estados.

Quanto ao MERCOSUL, não existe uma regra uniformizadora geral fixada para os Estados-membros, pois apenas busca a harmonização das leis trabalhistas dos países participantes.

2.2 Pessoas com deficiência

Para a proteção dos direitos das pessoas com deficiência, as Nações Unidas, em dezembro de 2006 e através de sua 61ª Sessão da Assembleia-Geral, aprovou a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, após do que vários países assumiram o compromisso de respeitar os direitos das pessoas com deficiência, através da sua assinatura e do Protocolo Opcional em Março de 2007, com a inovação de permitir o direito de os indivíduos, ou grupo de indivíduos, apresentarem queixas individuais à Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência, espécie de sistema de monitorização internacional da aplicação da Convenção, no âmbito das Nações Unidas.
Esta Convenção foi considerada um marco histórico e representou a resposta da comunidade internacional à situação de discriminação e exclusão a que ainda hoje estão submetidas às pessoas com algum tipo de deficiência, ou portadora de necessidades especiais, assegurando que possam desfrutar dos mesmos direitos e oportunidades que os demais cidadãos.
Resultou de um trabalho de parceria entre Governos, sociedade civil, instituições nacionais e organizações internacionais de direitos humanos, reafirmando os princípios universais da dignidade, integralidade, igualdade e não discriminação em que se baseia e define as obrigações gerais dos Governos relativas à integração das várias dimensões da deficiência nas suas políticas internas, bem como as obrigações específicas relativas à sensibilização da sociedade para a deficiência, ao combate aos estereótipos e à valorização das pessoas com alguma necessidade especial.
Ela não chega a criar direitos novos, haja vista que os direitos fundamentais das pessoas com deficiência já aparecem em outros instrumentos de proteção próprios da ONU, como a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de forma geral, e outras mais específicas[1] sobre as pessoas deficientes.
Porém, reforçou o consenso da comunidade internacional de que é preciso que os países signatários, e até aqueles que fazem parte da Organização, implementem políticas de respeito, proteção, não discriminação e inserção do deficiente na sociedade.
Com cinquenta artigos, começa por definir os princípios universais em que se baseia, nomeadamente, o princípio do respeito pela dignidade e autonomia individual, da não discriminação, do respeito pela diferença e diversidade, da participação plena e inclusão, da igualdade de oportunidades, da acessibilidade e respeito pelos direitos das crianças e mulheres com deficiência.
Através desta Convenção, as pessoas com deficiência tiveram salvaguardadas a integridade, liberdade e privacidade, bem como seus direitos sociais, políticos, econômicos e culturais, além de direitos específicos relacionados à acessibilidade, autonomia, mobilidade, integração, habilitação e reabilitação, saúde, trabalho e emprego, participação na sociedade e acesso a todos os bens e serviços.
No âmbito da Organização dos Estados Americanos – OEA, existe a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, que, de forma mais específica, trata da erradicação de todas as formas de discriminação da pessoa deficiente, tendo, portanto, tratado sobre o tema de forma mais limitada que a Convenção da ONU supramencionada.
No entanto, a OEA dispõe do Programa de Ação para a Década das Américas pelos Direitos e pela Dignidade das Pessoas com Deficiência (PAD), que objetiva o desenvolvimento de políticas no sentido de proteção do deficiente.

---

1 Resolução sobre as regras gerais da Igualdade de Oportunidades das Pessoas com Deficiência; Declaração sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Programa de Ação Mundial sobre as Pessoas com Deficiência, Declaração de Viena e Programa de Ação, Declaração de Salamanca.

2.3 Idoso

Não é de agora que o envelhecimento da população mundial em geral, principalmente nos países europeus, tem destinada especial atenção dos Governos e comunidades de países.
Segundo dados da ONU[2], estima-se que em 2050 o número de europeus com idade igual ou superior aos 60 anos alcance o índice de 34% da população, sendo mais da metade destes idosos com idade superior aos 80 anos.
Esses dados só confirmam o fato de que o contingente de idosos tem alcançado uma parcela significativa da população geral, muito por conta do aumento da expectativa de vida, face aos progressos da ciência na área de saúde e da salubridade, bem como pela diminuição nas taxas de desenvolvimento demográfico, atualmente em queda na maioria dos países, que também sofre influência dos fluxos migratórios que aceleram o processo de envelhecimento das populações (GASPAR, 2009).
Desta feita, diversas legislações mundo afora surgiram com a preocupação de proteger essa esfera da população, buscando, assim, melhor preparar a sociedade para este inevitável envelhecimento.
A Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia, tornada juridicamente vinculante através do Tratado de Lisboa, em seu capítulo III, reafirma o princípio da igualdade e da não discriminação do idoso, afirmando, em seu art. 25º, que «A União reconhece e respeita o direito das pessoas idosas a uma existência condigna e independente e à sua participação na vida social e cultural.»
No âmbito da Organização das Nações Unidas, através de sua Assembleia Geral de 1991, foram aprovados os Princípios das Nações Unidas em prol das Pessoas Idosas, divididos em cinco seções relacionadas à independência, participação, cuidado, auto realização e dignidade do idoso.[3]
Porém, em que pese a intenção da ONU para a criação de uma Convenção Internacional para os Direitos das Pessoas Idosas, esta ainda não foi elaborada, tendo apenas a organização internacional sugerido que esta deverá prevenir todo e qualquer tipo de discriminação institucional pautada na idade; definir claramente as obrigações dos Estados-membros para com os idosos; promover reparação em relação a violações dos direitos humanos das pessoas idosas, dentre outros.[4]
No MERCOSUL, os países membros se comprometeram em discutir os direitos do idoso, porém, apenas no marco geral das Nações Unidas, visando contribuir para a adoção de uma convenção internacional sobre a matéria, nos moldes previstos pela própria ONU.
Para tanto, os debates para a colaboração da elaboração desta convenção ocorrem nas reuniões da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe (CEPAL) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), e não no âmbito do Mercosul.
Ao largo da espera por uma convenção internacional, o Brasil aprovou, em outubro/2003, através da Lei nº 10.741/2003, o Estatuto do Idoso, que contempla diversos aspectos da vida da pessoa idosa, tais como o seu papel na família, e enfatiza a obrigação do Estado e da sociedade com o direito dos idosos à saúde, à alimentação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar.

2.4 Discriminação

Não seria nenhum absurdo falar que a discriminação tem sido uma das piores imperfeições dos seres humanos, enquanto indivíduos sociais.
Inúmeras guerras surgiram dizimaram milhões de pessoas somente por conta de um sentimento discriminatório ou de intolerância com as diferenças do terceiro. Não foram raros os casos em que esta intolerância chegou a níveis insuportáveis e de completa insanidade, como no Holocausto dos Judeus da 2ª Guerra Mundial, ou as incontáveis vidas perdidas nas famosas Cruzadas.

---

2 Fonte: Organização das Nações Unidas – ONU, Disponível em http://undesadspd.org/Ageing.aspx, [consultado em 18/01/2014].

3 Folheto das Nações Unidas para a Comemoração do Ano Internacional das Pessoas Idosas. Disponível em https://www.unric.org/html/portuguese/ecosoc/ageing/D_H_Pessoas_Idosas.pdf, [consultado em 18-7-2014].

4 Notícia vinculada no sitio http://www.cepal.org/celade/noticias/paginas/4/37384/PCiprianoCIPD15.pdf.

Assim, após perecer em abomináveis demonstrações de animalidade, ou, como preferem os defensores dos animais que sabiamente criticam este adjetivo, humanidade doentia, a sociedade internacional assustada com os horrores da recente guerra mundial, procurou adotar medidas de combate a esta forma perversa e encarar o próximo dos seres humanos, adotando diversas Convenções internacionais que procuram eliminar do seio da sociedade tamanho defeito.

Adotada pela ONU em dezembro de 1965, a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, desde seu preâmbulo, deixa claro que

> (...) qualquer doutrina de superioridade baseada em diferenças raciais é cientificamente falsa, moralmente condenável, socialmente injusta e perigosa, em que, não existe justificação para a discriminação racial, em teoria ou na prática, em lugar algum. Reafirmando que a discriminação entre os homens por motivos de raça, cor ou origem étnica é um obstáculo a ralações amistosas e pacíficas entre as nações e é capaz de disturbar a paz e a segurança entre povos e a harmonia de pessoas vivendo lado a lado até dentro de um mesmo Estado.

Em seu artigo I, define discriminação racial como sendo

> (...) qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tem por objetivo ou efeito anula ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano, (em igualdade de condição), de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de sua vida.

Em comentário de Flávia Piovesan (2013: 268), isso significa dizer que a discriminação é toda distinção, restrição, exclusão ou preferência que tenha o objetivo de prejudicar ou anular o exercício, em igualdade de condições, dos direitos humanos e liberdades fundamentais, quer seja nos campos político, econômico, social, cultural e civil, ou em qualquer outro. Nesse contexto, discriminação sempre implica em desigualdade sem qualquer amparo jurídico-filosófico e social.

Fazendo uso do conteúdo jurídico do princípio da igualdade, tão bem analisado por Celso Antônio Bandeira de Melo, em obra de mesmo nome, o artigo I, 4 permite o tratamento desigual aos desiguais, esclarecendo que não serão consideradas discriminações raciais as medidas especiais tomadas pelos Estados-partes com o único objetivo de assegurar progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos ou indivíduos que necessitem da proteção que possa ser necessária para proporcionar a tais grupos ou indivíduos igual gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais, contanto que, tais medidas não conduzam, em consequência , à manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais e não prossigam após terem sidos alcançados os seus objetivos, de onde podemos citar como exemplo a instituição do sistemas de cotas nas universidades federais brasileiras.

O artigo II destina-se a descrever diversas obrigações aos Estados-partes signatários da convenção, todas no sentido de condenar, impedir, abster-se da pratica de atos e políticas discriminatórias, sempre tomando as medidas eficazes, a fim de rever as políticas governamentais nacionais e locais e para modificar, ab-rogar ou anular qualquer disposição regulamentar que tenha como objetivo criar a discriminação ou perpetra-la onde já existir.

No ano de 1979, a ONU adotou a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, que, apesar de só perder em número de adesões para a Convenção sobre os Direitos da Criança, foi a que mais recebeu reservas formuladas pelos Estados entre os tratados internacionais de direitos humanos (PIOVESAN, 2013: 273).

A Convenção sobre os Direitos da Criança, comentada em tópico anterior, também traz, em seu art. 2º, a proibição de qualquer tipo de discriminação que possa ocorrer contra a criança, seja por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião pública, ou de origem nacional, étnica ou social, posição econômica, impedimentos físicos, de nascimento ou qualquer outra condição da criança, pais ou representantes legais.

Ainda no âmbito das convenções adotadas na ONU, temos a Convenção relativa à luta contra as discriminações na esfera do ensino, de 1960 e ratificada pelo Brasil em 1968, com a conceituação de discriminação em seu art. I, onde aquela

> (...) abarca qualquer distinção, exclusão, limitação ou preferência que, por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião publica ou qualquer outra opinião, origem nacional ou social, condição econômica ou nascimento, tenha por objeto ou efeito destruir ou alterar a igualdade de tratamento em matéria de ensino (...).

No contexto das normas comunitárias, podemos citar a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, também anteriormente analisada, que no artigo 2º, 'a', trata da discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência, trazendo, assim como na Convenção contra a discriminação racial, a possibilidade de o Estado adotar medidas de integração social ou de desenvolvimento pessoal dos portadores de deficiência, desde que a diferenciação ou preferência não limite em si mesma o direito à igualdade dessas pessoas e que elas não sejam obrigadas a aceitar tal diferenciação ou preferência. Lembramos aqui as cotas para deficientes nos concursos públicos no Brasil.
Em se tratando de convenções adotadas pela OIT, destaca-se a de nº 111, que versa sobre a Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação. Seu artigo 1,'a', dispõe que discriminação compreende:

> a) toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidade ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão;

Com vemos, adotando praticamente a mesma definição das Convenções da ONU, apenas fazendo a devida adaptação para as relações de emprego e suas ocupações.

3. Principais normas internacionais e comunitárias de proteção aos direitos humanos do trabalhador

3.1 Liberdade sindical e negociação coletiva

Desde os primeiros embates entre Capital e Trabalho, no alvorecer da sociedade industrial que, com a Revolução Industrial fez surgir as primeiras regras de direito do trabalho, constatou-se que a liberdade sindical seria um direito fundamental do trabalhador, pois coaduna-se com a busca pela democracia de fato, que possibilite a distribuição de poder na sociedade.
Surgido e se desenvolvido durante o século passado, o direito à liberdade sindical, no entanto, precisa ter garantido seu efetivo exercício, de forma a possibilitar que o indivíduo trabalhador seja inserido na sociedade não somente como produtor de mercadorias e serviços, mas também como construtor de uma sociedade pluralista e democrática.
Porém, nota-se nas últimas décadas um decréscimo vertiginoso das taxas de sindicalização, acarretando o enfraquecimento dos sindicatos, que são essenciais para se buscar o equilíbrio da relação capital-trabalho, base de todo o sistema produtivo capitalista.
Assim, cada vez mais as entidades internacionais de proteção do trabalhador, preocupadas com estas perspectivas sombrias, vêm procurando discriminar no âmbito internacional a necessidade de se permitir e fomentar a liberdade sindical em busca de reequilibrar esta balança entre o Capital e o Trabalho.
Nesse diapasão, a Organização Internacional do Trabalho emitiu diversas convenções que tratam da matéria, numa tentativa de harmonizar ou criar um direito mínimo do indivíduo trabalhador para se organizar coletivamente.
Sendo a primeira a ser emitida, e, portanto, considerada a mais importante, a Convenção 87, regulamenta a matéria em seus 21 artigos, traçando as diretrizes que possibilitam a livre escolha do trabalhador em se filiar ou não a qualquer sindicato, bem como não sofrer qualquer tipo de ameaça a seu emprego por conta dessa filiação (art. 2).

Como é de fácil observação, o marco dessa Convenção foi reconhecer o direito do trabalhador de associar-se livremente, sem qualquer interferência do Estado ou autorização deste.
Também traz uma determinação importante, as entidades criadas através desta associação de trabalhadores também gozam de total liberdade frente o Estado e Governos, vez que podem ser criadas, organizadas e até extintas sem a interferência estatal.
Desta feita, a Convenção 87 da OIT tornou-se um marco internacional no reconhecimento da liberdade sindical do indivíduo trabalhador, propiciando reconhecido avanço da sociedade dos países que a ratificaram, cujas normas internas foram criadas ou adaptadas para melhor implementá-la.
Infelizmente, mesmo já tendo se passado mais de 66 anos, vez que foi emitida em junho de 1941, o Brasil ainda não a ratificou. Os motivos alegados são diversos, todos girando ao redor de suposto conflito normativo decorrente de seus dispositivos e a Constituição Federal de 1988.
O fato é que até o presente momento o Brasil não ousou em alterar seu sistema legislativo relativo à liberdade sindical, muito por conta de eternas discussões sobre a unicidade sindical, inclusive no âmbito dos sindicatos, vez que muitos deles acreditam que esta é a única forma de sobrevivência.
Mas a OIT também editou outras Convenções, como a de nº 98, que foi ratificada pelo Brasil em 18 de novembro de 1952, trata do direito dos trabalhadores à sindicalização e à Negociação Coletiva, trazendo, em seu primeiro artigo, determinações de que os trabalhadores deverão gozar de proteção adequada contra quaisquer atos atentatórios à liberdade sindical em matéria de emprego; que esta proteção aplica-se a atos destinados a subordinar o emprego de um trabalhador à condição de não se filiar a um sindicato ou deixar de fazer parte de um sindicato, bem como de dispensar um trabalhador ou prejudicá-lo, por qualquer modo, em virtude de sua filiação a um sindicato ou de sua participação em atividades sindicais, fora das horas de trabalho ou com o consentimento do empregador, durante as mesmas horas.
A Convenção 135 da OIT, por sua vez, trata da proteção que deve ser dada aos representantes de trabalhadores nas empresas, que devem ser beneficiados com uma proteção eficiente contra quaisquer medidas que poderiam vir a prejudicá-los, inclusive o licenciamento, e que seriam motivadas por sua qualidade ou suas atividades como representantes dos trabalhadores, sua filiação sindical, ou participação em atividades sindicais, conquanto ajam de acordo com as leis, convenções coletivas ou outros arranjos convencionais vigorando (art. 1º).
Já a convenção nº 151, adotada pela OIT em 1978, traz regras de proteção à sindicalização do empregado público, assim considerado pela própria Convenção como todas as pessoas empregadas pela administração pública (artigo 1º c/c o artigo 2º).
Por fim, a Convenção 154 da OIT, no rol daquelas ratificadas pelo Brasil, procura fomentar a negociação coletiva como forma de resolução de conflitos trabalhistas, trazendo no bojo de seu artigo 5º, diversas orientações para que sejam adotadas medidas adequadas às condições nacionais no estímulo à negociação coletiva.
Tratando-se de norma comunitárias sobre a liberdade sindical, no seio da União europeia não existe uma normatização específica e geral para a matéria sindical, vez que, como adverte Gian Carlo Perone (1996), as especificidades econômicas, sociais e políticas dos Estados Partes, bem como a coexistência das duas famílias jurídicas distintas, o *civil law* e o *common law*, dificulta a homogeneização de regras acerca desta matéria.
Também não há uma normatização sobre o direito sindical no âmbito do MERCOSUL, tendo os países membros dispositivos constitucionais e legislação infraconstitucional próprios sobre o assunto.
Em todo caso, os países que fazem parte desta comunidade seguem, nas que foram ratificadas, as Convenções da OIT.
No entanto, recente notícia[5] veiculada em sítio da ONU no Brasil, expõe que a maioria das pessoas vivem em países que não ratificaram Convenções da OIT sobre liberdade sindical.
Esclarece a matéria que:

> Mais da metade da população do mundo vive em países que ainda não ratificaram as oito Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre liberdade

5 Disponível em http://www.onu.org.br/maioria-das-pessoas-vivem-em-paises-que-nao-ratificaram-convencoes-da-oit-sobre-liberdade-sindical/, [consultado em 18-7-2014].

> sindical e negociação coletiva. Esses países não ratificantes representam 10% dos membros da OIT.
> Essa é a conclusão do novo relatório "Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho: do compromisso à ação" sobre a liberdade sindical e a negociação coletiva, o trabalho forçado, o trabalho infantil e a discriminação.
> "O relatório analisa as complexidades da vida real do mundo do trabalho, busca identificar as mudanças e oportunidades centrais e, sobretudo, determinará o que deveria estar fazendo exatamente a OIT, junto a seus Estados membros e interlocutores sociais, para superá-los", declarou Diretor Executivo do Setor de Normas e Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da OIT, Guy Ryder.
> O relatório destaca as circunstâncias dos trabalhadores da economia informal e de outras categorias que enfrentam dificuldades concretas no exercício de seus direitos.

O que demonstra a dificuldade em se chegar a um direito mínimo relacionado à liberdade sindical e, por tabela, à negociação coletiva como forma de resolução dos conflitos trabalhistas.

3.2 Meio ambiente de trabalho

Assim como ocorreu com os demais direitos trabalhistas, a proteção do trabalhador em seu ambiente de trabalho é uma preocupação crescente no seio das organizações internacionais relacionadas ao trabalho.
O próprio sistema jurídico nacional brasileiro, cuja égide constitucional reforça a sua importância, traz regramentos específicos de proteção à saúde do trabalhador, sua segurança e a previdência social (art. 6º da Constituição Federal do Brasil).
No escopo das normas internacionais, praticamente a matéria se restringe às convenções adotadas pela OIT, tendo o Brasil ratificado as convenções de números 148, 152, 155 e 161.
Começando pela Convenção nº 148, que trata da Contaminação do Ar, Ruído e Vibrações. Esta é uma convenção específica que trata do meio ambiente do trabalho em situações especiais no ambiente do trabalho. O mesmo ocorre com a Convenção nº 152, que trata da Segurança e Higiene dos Trabalhos Portuários, sendo ratificada pelo Brasil em 17.05.90.
De forma diversa, a Convenção 155 é mais genérica, tratando da Segurança e Saúde dos Trabalhadores sem limitar as espécies de trabalho ou de seu meio ambiente. Caso análogo ocorreu com a Convenção nº 161, que trata dos Serviços de Saúde do Trabalho, apresentando, em seu art. 1, as definições de serviços de saúde no trabalho e os requisitos necessários para estabelecer e manter um ambiente de trabalho seguro e salubre.
Ainda no campo da proteção à saúde e segurança do trabalho e do trabalhador, mais recentemente a OIT adotou a Convenção nº 187, ainda não ratificada pelo Brasil, que trata sobre o quadro promocional para a segurança e saúde no trabalho. Esta convenção tem como objetivo fazer como que seus signatários promovam a melhoria contínua da segurança e saúde no trabalho, a fim de prevenir lesões, doenças e mortes causadas pelo trabalho através do desenvolvimento de uma política, de um sistema e de um programa nacional, em consulta com as demais organizações mais representativas de empregadores e trabalhadores.
Direcionando as atenções para as normas comunitárias de proteção ao meio ambiente de trabalho, temos, no seio da União Europeia, a Diretiva 89/391/CEE do Conselho das Comunidades Europeias, que estabelece as regras básicas em matéria de proteção da saúde e da segurança dos trabalhadores, fixando medidas com o objetivo de eliminar os fatores de risco de doença e de acidente profissionais, com aplicação em todos os setores de atividade, privados ou públicos, excluindo determinadas atividades específicas na função pública (forças armadas, polícia, etc.) e os serviços de proteção civil.[6]

---

6 Informação extraída do sítio *http://europa.eu/legislation_summaries/employment_and_social_policy/health_ hygiene_ safety_at_work/c11113_pt.htm*, [consultado em 21-7-2014].

Segundo essa Diretiva, as entidades patronais devem garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores em todos os aspectos ligados ao trabalho, inclusive se recorrerem a pessoas ou serviços externos à empresa, sendo possível aos Estados-Membros limitar esta responsabilidade em caso de força maior. (artigo 5º).
Dentro do MERCOSUL, inexiste um sistema normativo destinado ao meio ambiente do trabalho, porém, em que pese não possuir valor normativo de tratado, a Declaração Sociolaboral do MERCOSUL enumera uma extensa lista de direitos sociais que devem ser respeitados e promovidos pelos integrantes dos blocos.
Esse documento preceitua relevantes regras sobre saúde e segurança no trabalho em seus arts. 17º e 18º, dentre elas, o direito do trabalhador em exercer suas atividades em um ambiente de trabalho sadio e seguro, ecologicamente equilibrado, sem riscos à segurança e à sua saúde. Também fixa o comprometimento dos Estados Partes para que desenvolvam políticas públicas para garantir os direitos assegurados, decerto uma grande façanha, face às já conhecidas dificuldades financeiras e socioculturais dos países envolvidos.

3.3 Salário

Derivado do latim "*salárium*", e este do sal, haja vista que era costume entre os romanos se pagar aos servidores domésticos em quantidade de sal, bem como se denominava 'sal' o pagamento que se fazia às legiões romanas para que os soldados comprassem comida (CATHARINO, 1994: 19-20), o salário tem sido, ao longo dos tempos, a contraprestação paga diretamente pelo tomador de serviços ao trabalhador, como correspondência bilateral pelos serviços prestados.
Considerada a principal obrigação do tomador de serviço, muitas vezes na posição de empregador, através dos tempos o salário teve uma atenção maior por parte do direito, que se encarregou de construir um sistema de proteção próprio para este instituto tão importante para a vida do trabalhador.
Ao largo do sistema protetivo nacional brasileiro, que escapa ao escopo deste ensaio, temos, no âmbito internacional, duas convenções da OIT que tratam, de forma geral, da proteção do salário: a de nº 95 e a de nº 131. Decerto existem outras convenções, 26[7], 93[8], 94[9], 99[10] e 109[11], que versam sobre assuntos específicos relacionados ao salário, mas que, pela abrangência limitada, não serão comentadas neste trabalho.
A Convenção nº 95/1949 trata especificamente da proteção do salário, definindo-o como

> [...] qualquer que seja a denominação ou o modo de cálculo, a remuneração ou os ganhos suscetíveis de serem avaliados em espécie ou fixados por acordo ou pela legislação nacional, que são devidos em virtude de um contrato de aluguel de serviços, escrito ou verbal, por um empregador a um trabalhador, seja por trabalho efetuado, ou pelo que deverá ser efetuado, seja por serviços prestados ou que devam ser prestados. (art. 1).

Determina que os salários pagáveis em espécie sejam pagos exclusivamente em moeda de curso legal, e que é proibido o pagamento sob forma de ordem de pagamento, bônus, cupons, ou sob qualquer outra forma que se suponha representar a moeda de curso legal. No entanto, autoriza que a autoridade competente possa permitir ou prescrever o pagamento do salário em cheque ou vale postal, desde que o modo de pagamento seja de prática corrente ou necessária, em razão de circunstâncias especiais, quando uma convenção coletiva ou uma sentença arbitral o determinar, ou quando, apesar de tais disposições, o trabalhador interessado consentir (art. 3).
Pela Convenção, também é permitido o pagamento parcial do salário na forma *in natura*, desde que as prestações em espécie sirvam para o uso pessoal do trabalhador e de sua família e lhes tragam benefício, e que

---

7 Método de fixação de salários mínimos.

8 Salários, Duração de Trabalho a Bordo e Tripulação.

9 Cláusulas de trabalho em contratos com órgãos públicos.

10 Métodos de fixação de salário mínimo na agricultura.

11Salários, a Duração do Trabalho a Bordo e as Lotações.

o valor atribuído a essas prestações seja justo e razoável, sendo terminantemente vedadas, porém, prestações feitas sob forma de bebidas alcoólicas ou de drogas nocivas ao trabalhador (art. 4).
O salário deve ser pago diretamente ao trabalhador, a menos que a legislação nacional, uma convenção coletiva ou uma sentença arbitral disponha diferentemente, ou que o trabalhador interessado aceite outro processo (art. 5), ficando o empregador proibido de restringir a liberdade do trabalhador de dispor de seu salário da maneira que lhe convier (art. 6).
Preocupa-se a Convenção com os descontos efetuados no salário, sendo desautorizados, salvo se estiverem sob condições e limites prescritos pela legislação nacional ou fixados por convenção coletiva ou sentença arbitral, devendo os trabalhadores serem previamente informados sobre essas condições (art. 8), e ficando proibido qualquer desconto dos salários cuja finalidade seja assegurar pagamento direto ou indireto do trabalhador ao empregador, a representante deste ou a qualquer intermediário (tal como um agente encarregado de recrutar a mão de obra), com o fim de obter ou conservar um emprego (art. 9).
A Convenção considera o salário impenhorável, em regra, mas remete essa possibilidade às modalidades e nos limites prescritos pela legislação nacional, desde que seja assegurada a manutenção do trabalhador e de sua família (art. 10).
Na hipótese de falência ou liquidação do empregador, a Convenção determina que o salário seja considerado um crédito privilegiado frente aos outros credores, remetendo à legislação nacional o limite a este privilégio, como ocorre no Brasil, bem como a ordem de preferência desses créditos.
Prevê a Convenção que os salários sejam pagos em intervalos regulares e em dias úteis, quando feitos em espécie (artigos 12 e 13).
Por fim, determina que serão tomadas medidas eficazes com o fim de informar os trabalhadores de maneira apropriada e facilmente compreensível as condições de salário que lhes serão aplicáveis, antes que eles sejam admitidos em um emprego, ou quando houver quaisquer mudanças nessas condições (art. 14).
A Convenção nº 131, de Fixação de Salários Mínimos, Especialmente nos Países em Desenvolvimento, determina que os países signatários comprometer-se-ão a estabelecer um sistema de salários mínimos que proteja todos os grupos de assalariados cujas condições de trabalho forem tais que seria aconselhável assegurar-lhes a proteção (art. 1).
Os salários mínimos fixados terão força de lei e não poderão ser diminuídos, estando sujeitas a sanções, penais ou outras, apropriadas contra a pessoa ou as pessoas responsáveis que o não aplicarem, salvo em caso de negociação coletiva que deverá ser amplamente respeitada. Esta convenção ainda tece, no seu art. III e IV, as regras para a fixação deste salário mínimo.

3.4 Duração do trabalho

Há quase um século foi adotada a primeira norma internacional sobre jornada de trabalho (Convenção nº 1 da OIT), que estabeleceu o princípio das oito horas por dia e 48 horas por semana, e cerca de 70 anos se passaram desde que a semana de 40 horas foi adotada como padrão para serem alcançadas pelos países.
Em que pese os acalorados debates da época em torno dessas normas de duração do trabalho, onde o otimismo daqueles que buscavam uma melhor condição de vida para o trabalhador, o fato é que os avanços na legislação internacional, desde então, não foi aquele esperado.
O que se nota é que, apesar da importância social que acumulou a questão da duração do trabalho nos países industrializados, ainda são raros os estudos sistematizados sobre o tema envolvendo, também, países em desenvolvimento, o que reforça a convicção de que há ainda grandes diferenças entre as jornadas de trabalhos entre esses dois grupos de países, sendo salutar uma análise profunda sobre as causas dessa discrepância.
Em virtude desta situação, autores como LEE, MCCANN e MESSENGER(2009: a1-a2) demonstraram sua preocupação nos seguintes termos:

> Quanto progresso ocorreu, então, em relação ao tempo de trabalho, sobretudo no se refere à centenária sabedoria da semana de trabalho de 48 horas? À luz do

> crescimento econômico observado em muitas partes do mundo durante o século XX, poder-se-ia supor que tal sabedoria converteu-se numa sólida realidade. Além disso, parece que as jornadas de trabalho legais têm-se reduzido gradualmente de 48 horas para 40 horas num grande número de países (OIT, 2005d; McCANN, 2005), o que pode ser considerado uma conquista histórica do século passado. Tudo isso é boa notícia para as normas internacionais relativas ao tempo de trabalho.
> Entretanto, é possível argumentar que a semana de trabalho de 48 horas e a de 40 horas não passam de "tigres de papel", porque apesar de estarem estabelecidas na legislação, na prática, são escassamente cumpridas. Não se passa um dia em que não se ouçam reclamações sobre extensas jornadas de trabalho em países em desenvolvimento como a China, e, também, surpreendentemente em alguns países industrializados (LEE, 2004). Frequentemente são expressas
> preocupações em dizeres como "pressão do tempo", "penúria de tempo" e "karoshi" (morte por excesso de trabalho). Apesar disso, quanto realmente sabemos a respeito de longas jornadas nesses países? Para surpresa nossa, a despeito de informações tão frequentes sobre extensas jornadas de trabalho nos países em desenvolvimento, a escassez de dados confiáveis torna difícil saber em que medida exata os trabalhadores estão cumprindo longas jornadas, digamos, além de 48 horas semanais. De certa maneira, existe uma desproporção entre nossas preocupações e o conhecimento sobre a duração do trabalho no mundo em desenvolvimento. Necessita-se, por isso, de coleta e análise de dados mais sistemáticas.

Nota-se, portanto, que a evolução normativa global acerca da duração do trabalho não ocorreu como se esperava, havendo ainda sérias discrepâncias entre os países, e, talvez até de forma mais séria, um crescente descumprimento das normas já historicamente alcançadas.

O presente trabalho, seguindo a tônica dos tópicos anteriores, pretende apresentar as normas internacionais atuais que regulam a matéria (duração do trabalho), sem, no entanto, esmiuçar os motivos que a impediram de serem mais abrangentes.

Sendo a primeira convenção adotada pela recém-criada OIT, a Convenção sobre as Horas de Trabalho (Indústria), de 1919, que estabeleceu o princípio de "oito horas por dia e 48 horas por semana" para o setor manufatureiro, como dito acima, completará cem anos no final da presente década.

Após esta Convenção, diversas outras foram adotadas para regulamentar o tempo de trabalho, a exemplo da Convenção nº 30 sobre as Horas de Trabalho (Comércio e Escritórios) em 1930, que estendeu a semana de trabalho de 48 horas aos trabalhadores do comércio e dos escritórios; a Convenção nº 47 de 1935, sobre as Quarenta Horas Semanais, que estabeleceu um novo padrão de semana de trabalho de 40 horas, num período em que o mundo se encontrava devastado pela crise econômica e pela guerra; a Convenção nº 14 do Descanso Semanal (Indústria), de 1921, que introduziu o princípio do descanso mínimo semanal de um dia, seguida pela Convenção nº 106 do Descanso Semanal (Comércio e Escritórios), de 1957; a Convenção 132 que trata da férias anuais remuneradas e a Convenção 171, sobre o trabalho noturno de forma geral, e 89, mais específica, sobre o trabalho noturno da mulheres na indústria.

Na Comunidade Europeia, podemos citar a Diretiva 2000/34/CE[12], que prevê que os Estados-Membros deverão adotar as medidas necessárias para que o trabalhador se beneficie:

- de um período mínimo de descanso diário de 11 horas consecutivas por período de 24 horas;
- de um período mínimo de um dia de descanso que se sucederá, sem interrupção, ao período de descanso diário ao longo de cada período de 7 dias;

12 Directiva 2000/34/CE do Parlamento Europeu e do Conselho. http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32000L0034, [consultado em 24-7-2014]

- para um horário de trabalho diário superior a 6 horas, de uma pausa cujas modalidades são fixadas por convenções colectivas, por acordos celebrados entre parceiros sociais ou pela legislação nacional;
- de um período de férias anuais pagas de pelo menos 4 semanas em conformidade com as condições de obtenção e de concessão previstas pelas legislações e/ou práticas nacionais;
- de um horário semanal de trabalho limitado, em média, a 48 horas, incluindo as horas extraordinárias por período de 7 dias.

Para o trabalho noturno, não deve ultrapassar, em média, 8 horas por período de 24 horas. Previamente à sua designação e, após esta, em intervalos regulares, os trabalhadores noturnos devem se beneficiar de um exame médico gratuito.

Ainda, os Estados-Membros podem prever períodos de referência que não ultrapassem 14 dias no que diz respeito ao descanso semanal; que não ultrapassem 4 meses no que diz respeito à duração máxima semanal do trabalho; e no que diz respeito à duração do trabalho noturno.

Interessante ressaltar que a preocupação com os limites da jornada não está restrita à legislação trabalhista, mas também tem sido caracterizada como um dos direitos humanos que emergiram logo após a Segunda Guerra Mundial, nos quais está expresso em termos menos concretos que nas normas da OIT (LEE, MCCANN e MESSENGER, 2009: a9).

Como exemplo, os autores supramencionados citam a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que reconhece o direito ao descanso e ao lazer que englobe uma "limitação razoável" da jornada de trabalho; o Pacto Internacional dos Direitos Econômico, Social e Cultural, que inclui os limites da jornada de trabalho como elementos do direito a condições de trabalho justas e favoráveis, bem como citam a inclusão dos limites da duração do trabalho também em instrumentos regionais de direitos humanos mais recentes, como Carta Social Europeia Revisada de 1996, na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e no Protocolo de San Salvador (LEE, McCANN e MESSENGER, 2009: a9).

Pelo estudo desenvolvido, o que se nota é uma tendência mundial em limitar em 40 horas a carga laborativa na semana, havendo, no entanto, ainda muitos países, a exemplo do Brasil (44), que ainda adotam limites superiores, sendo predominante na América Latina o limite de 48 horas.

Outro fato preocupante é que, apesar de a legislação limitar cada vez mais a jornada laborativa, há uma crescente e constante violação desses limites.

Em países da Ásia, mais precisamente a China, segundo dados da OIT apresentados por Jon C. Messenger em *working time* em 25 de março de 2010, em Brasília (MESSENGER, 2010), 41% dos assalariados trabalham horas extras; o tempo médio de horas extras corresponde a 8,6 por semana; menos da metade (49%) receberam pagamento de horas extras e um ¼ dos trabalhadores laboraram menos de 40 horas semanais.

Portanto, há que se travar uma discussão séria sobre a efetividade das normas limitadoras da duração do trabalho, quando vemos uma tendência atual, quiçá por conta de um mercado globalizado, de violação desses limites, quer seja com o pagamento de horas extraordinárias, quer seja porque o trabalhador é forçado a buscar mais de um emprego para poder sobreviver com dignidade, ante a baixa remuneração dos serviços prestados.

4.Conclusão

Desde o início dos tempos que o homem, ser social por natureza, busca viver em harmonia com o seu próximo, formando família e maiores aglomerados humanos até a criação das sociedades como vemos atualmente.

Para tanto, regras de comportamento foram criadas, sem as quais a vida em sociedade seria impossível, dada a limitação dos bens da vida necessários à satisfação das diversas e ilimitadas necessidades humanas.

Com a evolução das sociedades, e, em consequência, de suas regras, surgiu o Estado, com poder supra-humano, de forma que pudesse impor sua força em relação ao indivíduo em prol da coletividade.

Porém, problemas surgiram quando o indivíduo, ou grupo de indivíduos que representavam o Estado, extrapolou na utilização dos poderes deste de forma a sobrepor os interesses individuais aos coletivos, muitas vezes subjugando os indivíduos em seus direitos mais básicos e íntimos.
Diversas guerras precisaram ocorrer para que o homem notasse a necessidade de criar um conjunto de regras de proteção do indivíduo humano contra as forças oriundas do Estado e de seus governantes, surgindo, assim, os chamados direitos humanos, especialmente representado pela Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, pós a Segunda Grande Guerra.
Desde então, a comunidade internacional vem aprimorando seu cabedal jurídico para melhor proteger o ser humano em todas as suas dimensões, seja na esfera política, trabalhista, civil e aquelas referentes à sua personalidade.
Decerto que muito se tem evoluído, porém, ainda temos um longo caminho a percorrer, principalmente no tocante à efetividade e eficácia dos direitos conquistados que, especialmente nos países menos desenvolvidos, são diuturnamente desrespeitados.
O presente estudo procurou apresentar diversas normas de proteção aos direitos humanos relacionados à criança e adolescente, que a nosso sentir tem gerado significativos sistemas jurídicos de proteção, cabendo, ainda, ampliar a eficácia dos mesmos; seguindo pela análise das pessoas com deficiência e a proteção do idoso, todavia precisando de uma atenção maior da comunidade internacional, máxime em virtude do notório envelhecimento da população mundial, necessitando que se construam políticas sólidas sobre esta faixa etária, passando pelos sistemas protetivos contra a discriminação.
Também se discutiu acerca das principais normas internacionais e comunitárias de direitos humanos sobre diversas questões de natureza trabalhistas, tais como a liberdade sindical e negociação coletiva, o meio ambiente do trabalho, que ganhou extrema importância após o advento dos mercados globalizados, onde a vedação do *dumping social* é de fundamental para a proteção individual do trabalhador.
Tratou-se das diversas normas de proteção do salário, principal meio de sobrevivência do trabalhador e de sua família, de onde notamos que ainda há muito o que avançar nessa seara.
A duração do trabalho também foi objeto de análise, onde extenso histórico das normas protetivas foram comentadas, em especial as diversas convenções da OIT que versam sobre o assunto.
Pois bem, como dito anteriormente, por qualquer dos ângulos de observação disponíveis, vemos uma evolução na criação, reconhecimento e aplicação eficaz dos direitos humanos em geral, principalmente nos temas propostos nesse estudo.
No entanto, concluímos que ainda há um longo caminho a ser percorrido, que necessariamente primeiro passa pela tentativa de harmonização dos diversos direitos no âmbito dos países, seguindo para as comunidades deles e, chegando a um conjunto mínimo de direitos humanos que possa ser aceito por todos os Estados do globo. Só após esta fase de harmonização é que entendemos ser possível avançar cada vez mais na busca da maior proteção do ser humano como indivíduo, onde o segundo passo será garantir a efetividade dos direitos globalmente reconhecidos.
Enquanto houver discrepâncias brutais entre as nações, onde as mais favorecidas economicamente só progridem, enquanto as mais pobres só regridem, entendo ser utópico falar de direitos humanos sem que se dê um mínimo de sustentação para a efetividade dos mesmos.
Mas a humanidade caminha nessa direção. Nem tudo está perdido.

Referências

CATHARINO, J. M. (1994), *Tratado jurídico do salário*, São Paulo: LTr.

COMPARATO, F. K. (1999), *A afirmação dos direitos humanos*, São Paulo: Saraiva.

Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e protocolo adicional / Organização das Nações Unidas. - Lisboa : Instituto Nacional para a Reabilitação, 2009. - 41p.

GASPAR, J. (2009), "O Envelhecimento e a Dinâmica Demográfica na Europa – Posicionando Portugal". In Fórum Gulbenkian de Saúde sobre o Envelhecimento 2008/2009, *O Tempo da Vida*, Cascais: Princípia, pp. 50-76.

GUERRA, S. (2. ed) (2014), *Direitos Humanos. Na ordem Jurídica Internacional e Reflexos na Ordem Constitucional Brasileira*, São Paulo: Atlas.

LEE, S. & MCCANN, D. & MESSENGER, J. C. (2008)."Duração do Trabalho em Todo o Mundo: Tendências de jornadas de trabalho, legislação e políticas numa perspectiva global comparada". Secretaria Internacional de Trabalho. Brasília: OIT. Disponível em: *http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/work_hours/pub/duracao_trabalho_284.pdf*, [consultado em 22-7-2014].

MERCOSUL (1998). "Declaração sociolaboral do Mercosul". Rio de Janeiro. Disponível em: *http://www.mercosur.int/msweb/Normas/Tratado%20e%20Protocolos/sociolaboralPT.pdf* . , [consultado em 21-7-2014].

MESSENGER (2010), Jon C. "Duração do Trabalho em Todo o Mundo: Principais achados e Implicações para as políticas". *Secretaria Internacional de Trabalho*. Brasília: OIT. Disponível em: *http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/employment/doc/ apresentacao_jon_messenger_70.pdf*, [consultado em 22-7-2014].

MORAES, A. C. F. (1995), *Trabalho do adolescente: proteção e profissionalização*. Belo Horizonte: Del Rey.

OLIVA, J. R. D. (2006), *O principio da proteção integral e o trabalho da criança e do adolescente no Brasil: com as alterações promovidas pela Lei n.º 11.180, de 23 de setembro de 2005, que ampliou o limite de idade nos contratos de aprendizagem para 24 anos*, São Paulo: LTr.

PERONE, G. C. (ed) (1996) (trad. Edílson Alkimim Cunha). *A ação sindical nos Estados membros da União Européia*, São Paulo: LTr.

PIOVESAN, F (14. ed) (2013), *Direitos humanos e o Direito Constitucional Internacional*, São Paulo: Saraiva.

_____(2009), *Temas de direitos humanos*, São Paulo: Saraiva.

_____(2010), *Temas de direitos humanos*, São Paulo: Saraiva.

UBUNTU: Por um conceito de ações afirmativas como justiça restaurativa

Wilson Roberto de Mattos
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
wrmattos@uol.com.br
Democracia, Estado de Direito e Justiça

Biografia: Doutor em História Social - PUC/SP. Professor Adjunto de História - Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local/UNEB. Diretor Interino da Editora da Universidade do Estado da Bahia - EDUNEB. Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros - ABPN

Resumo: Esta comunicação refletirá sobre uma prática inovadora de justiça social de caráter restaurativo, emanada de um princípio filosófico nomeado *Ubuntu* e reorganizada conceitualmente a partir da necessidade de condução política do processo de transição do regime racista-segregacionista do *apartheid*, na África do Sul, para um regime democrático de igualdade de direitos e de convivência, relativamente, pacífica entre diferenças étnicas e raciais. O conceito de justiça social como construção moral e política baseada na igualdade de direitos e na solidariedade coletiva a favor dos mais necessitados, referência fundamental na legitimação das políticas de ação afirmativa, traz consigo um largo espectro de reflexões acumuladas que procuram definir as suas características, abrangência e aplicabilidade. A busca por uma justa consideração da legitimidade de qualquer política pública, sobretudo às que se configuram como de ação afirmativa, não pode prescindir do conhecimento mais ou menos detalhado dos termos desse acúmulo de reflexão. No entanto, nos limites dessa comunicação, opto em destacar o conceito de *Ubuntu*, um princípio ético-relacional de justiça, comum aos povos africanos do tronco étnico-linguístico *bantu*, que se traduz com perfeição na seguinte máxima: sou o que sou pelo que nós somos. Fortemente ancorado nas idéias de solidariedade, compromisso social, justiça e restauração da dignidade humana, o princípio funciona como fundamento estruturante nos processos de construção e manutenção de comunidades humanas. De uma leitura interpretativa deste princípio e, sobretudo, das formas da sua aplicabilidade no processo de transição acima referido, emergem questões destacadas para a ampliação do entendimento sobre a legitimidade da adoção de políticas de ação afirmativa em formações histórico-sociais como o Brasil, cujo passado de escravização dos negros africanos e seus descendentes e de desigualdades fundamentadas na idéia de diferença hierarquizada entre "raças" distintas, guardadas as devidas proporções e especificidades de forma, o assemelha à África do Sul.

Palavras-chave: Ações Afirmativas; Universidade; Justiça Social; História; Educação

Ação Afirmativa é um conceito político e social que, em princípio, orienta medidas concretas, deliberadas que produzam efeitos práticos coletivos na diminuição -no limite, até a liquidação- daquelas hierarquias sociais que se fundamentam em desigualdades e discriminações historicamente instituídas em sociedades que, contemporaneamente, tem nos princípios republicanos da democracia, da justiça social e da cidadania os fundamentos do seu desenvolvimento. Portanto, a ação afirmativa tem por objetivo instituir igualdade de oportunidades, direitos, condições, reconhecimento social e representação para que todo cidadão e cidadã socialmente alocados em grupos étnicos, raciais, identitários, de condições físicas ou históricas relativamente desvantajosas, possam ter garantido o princípio da equidade nos processos de construção de uma vida digna, saudável e com perspectivas de um futuro, individual e coletivo, de acordo com os padrões gerais médios, satisfatórios, de qualquer sociedade.

A forma mais conhecida e eficaz da aplicação de uma ação afirmativa é através das chamadas políticas públicas. Sem exclusão de outros formatos com o mesmo objetivo, a eficácia das políticas públicas de ação afirmativa

reside na possibilidade da sua institucionalização através de instrumentos legais e normativos que, destarte as possíveis controvérsias iniciais, com o tempo ensejam a interiorização cultural e perene da sua necessidade nos processos contemporâneos de construção da igualdade.

A Universidade do Estado da Bahia – UNEB, desde 2002 com a implantação do sistema de reserva de vagas para ingresso de candidatos negros nos seus cursos de graduação e pós-graduação e, posteriormente, em 2007, com a extensão desse sistema para as populações indígenas, tem desenvolvido, pioneiramente, essa e outras modalidades de política de ação afirmativa.

Não obstante a importância desse fato na composição da sua identidade contemporânea, desde o seu nascimento oficial, em 1983, a UNEB se configura como uma universidade que tem na questão da inclusão social, contida na idéia geral de ações afirmativas, um dos seus principais sustentáculos. A atual presença de Departamentos da UNEB em 24 municípios baianos, 2/3 dos quais localizados na região do semi-árido, uma das mais pobres do Brasil, possibilita o acesso ao ensino superior de uma forma, inegavelmente, democrática e inclusiva. Ao lado dessa característica estrutural, uma série de ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas ao longo desses anos, aproximam a UNEB de várias regiões do estado da Bahia e de setores populacionais para os quais o acesso ao ensino superior e aos benefícios sociais da presença física e da atuação da universidade, até então, não existiam.

Decorridos pouco mais de 30 anos da fundação da UNEB e uma década de funcionamento do sistema de cotas para negros e, posteriormente para indígenas, bem como, de ações decorrentes por ela desenvolvidas, nada mais apropriado do que uma apreciação histórica e crítica dessa experiência, menos com a pretensão de avaliação e mais com o objetivo de compartilhar algumas reflexões que contribuem para a sustentação da legitimidade das ações afirmativas, não somente na UNEB mas, de um modo geral.

Para tanto, busco subsídio para tal empreitada em uma original concepção de justiça social tomada de empréstimo aos povos *bantu*[1] da África Austral, evidentemente, guardadas as devidas diferenças históricas e temporais. Tal concepção fundamentada no princípio filosófico nomeado de *Ubuntu* foi uma das principais responsáveis pelo processo, relativamente, pacífico, de emergência dos negros ao mundo da cidadania e dos direitos na África do Sul, pós *apartheid*. Seguramente não foi um mero acaso o fato de a UNEB, em 2000, ter concedido o seu primeiro título de *doutor honoris causa,* ao então presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, sucessor de Nelson Mandela, na ocasião de uma visita sua à Bahia. Nem tampouco a participação de membros da reitoria da UNEB, incluindo a sua reitora à época, nas reuniões preparatórias da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada na cidade sul africana de Durban, em 2001, bem como a implantação do sistema de cotas na UNEB em 2002.

Embora as dúvidas sobre a constitucionalidade do sistema de cotas como uma das modalidades mais radicais das políticas de ações afirmativas, já tenham sido dirimidas com a conhecida aprovação unânime do Supremo Tribunal Federal [2] e com a edição da Lei Federal nº 12.711/2012[3], sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff e conhecida popularmente como Lei de Cotas, o debate ainda continua no que diz respeito à sua legitimidade.

Em um país, formalmente, democrático de direito, como é o caso do Brasil, de um ponto de vista mais amplo e eticamente orientado, a legitimidade social dessa modalidade de ação afirmativa como uma política pública com decisivas influências na reconfiguração do tecido social brasileiro, sobretudo, no que diz respeito

---

1 Os **bantos** (forma aportuguesada de *bantus*) constituem um grupo etnolinguístico localizado principalmente na África subsariana e que engloba cerca de 400 subgrupos étnicos diferentes. A unidade desse grupo, contudo, aparece de maneira mais clara no âmbito linguístico, uma vez que essas centenas de subgrupos têm como língua materna uma língua da família banta. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Bantos. Consultado em 21 de julho de 2014.

2 O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou constitucional a política de cotas étnico-raciais para seleção de estudantes da Universidade de Brasília (UnB). Por unanimidade, os ministros julgaram improcedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186, ajuizada na Corte pelo Partido dos Democratas (DEM). Evidentemente, pelo princípio da jurisprudência, a constitucionalidade do sistema de cotas na Universidade de Brasília passa a valer para todas as universidades.

3 Sobre os detalhes da Lei de Cotas, consultar o site: *http://www.ebc.com.br/educacao/2012/10/entenda-a-lei-de-cotas-nas-universidades-federais*

à recomposição das idéias clássicas de justiça social e racial, incluindo os seus efeitos práticos, deve ser considerada como prioridade nos debates e nas tomadas de decisões dos agentes e instituições responsáveis pela implementação não somente dessa, mas das diversas modalidades de políticas de ação afirmativa disponíveis. Esse debate será tanto mais saudável e eficaz quanto mais os processos de implementação forem democrática e amplamente debatidos com os principais interessados e envolvidos com o tema, no sentido de definir metas e objetivos exeqüíveis, bem como garantias reais de execução, sejam elas, normativas, financeiras, infra-estruturais e outras, igualmente necessárias, fundamentadas na existência dos marcos legais.

O conceito de justiça social no ocidente traz consigo um largo espectro de reflexões acumuladas que procuram definir as suas características, abrangência e aplicabilidade. É evidente que a busca por uma justa consideração da legitimidade de qualquer política pública, sobretudo às que se configuram como de ação afirmativa, não pode prescindir do conhecimento mais ou menos detalhado dos termos desse acúmulo de reflexão.

De um modo geral, "justiça social é uma construção moral e política baseada na igualdade de direitos e na solidariedade coletiva. Em termos de desenvolvimento, a justiça social é vista como o cruzamento entre o pilar econômico e o pilar social".[4] No entanto, nos limites dos objetivos desse texto e do anúncio inicial da sua intencionalidade, me interessa, particularmente, procurar avançar na reflexão considerando, complementarmente -ou em substituição, como queiram-, uma outra idéia de justiça social emanada de um princípio filosófico nomeado *Ubuntu* e reorganizada conceitualmente a partir da necessidade de condução política do processo recente de substituição legal do regime racista-segregacionista do apartheid, na África do Sul[5], para um regime democrático de igualdade de direitos e de convivência em que houve por parte das principais lideranças políticas envolvidas, uma negociação entre diferenças étnicas e raciais marcadas, até então, por um contencioso de séculos.

De uma leitura interpretativa possível deste princípio e, sobretudo, das formas da sua aplicabilidade prática no processo acima referido, emergem questões destacadas para a ampliação do entendimento sobre a legitimidade da adoção de políticas de ação afirmativa em formações histórico-sociais cujo passado de escravização e exploração dos negros africanos e seus descendentes, e de desigualdades fundamentadas na idéia de raça (independentemente das controvérsias sobre a sua existência concreta ou invenção ideológica), respondem pelas desigualdades, hierarquias, subordinações e dominação presentes. Esses fatores, conjunta ou isoladamente -não obstante, a igualdade formal de direitos-, continuam a dividir em grupos populacionais distintos, os negros e os brancos no que diz respeito às suas oportunidades, representações, possibilidades, condições, reconhecimento e dignidade social.

Ubuntu é um princípio ético-relacional de justiça que se traduz com perfeição na seguinte máxima: sou o que sou pelo que nós somos. Um dos principais difusores modernos da idéia de Ubuntu, o Bispo Desmond Tutu, assim o define:

> Ubuntu é a essência do ser humano. Ele fala de como a minha humanidade é alcançada e associada à de vocês de modo insolúvel. Essa palavra diz, não como disse Descartes, "Penso logo existo", mas "Existo porque pertenço". Preciso de outros seres humanos para ser humano. O ser humano completamente autossuficiente é sub-humano. Posso ser eu só porque você é completamente você. Eu existo porque nós somos, pois somos feitos para a condição de estarmos juntos, para a família.

---

4 *http://pt.wikipedia.org/wiki/Justi%C3%A7a_social.* Para uma visão mais aprofunda, do ponto de vista filosófico e político sobre Justiça Social consultar: RAWLS, John. (1981) Uma teoria da Justiça. Tradução de Vamireh Chacon. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

5 Regime segregacionista da África do Sul baseado na separação entre brancos e demais grupos étnico-raciais como os negros, os indianos e os mestiços, em prejuízo desses últimos que tiveram todos os seus direitos sociais, políticos, econômicos e humanos, de um modo geral, negados. Embora o "apartheid" tenha se oficializado com a subida ao poder do Partido Nacional, em 1948, as desigualdades, hierarquias, exploração e dominação raciais na África do Sul existia desde meados do século XVII, com a colonização holandesa e, posteriormente, inglesa, no início do século XIX. O fim oficial do "apartheid" na África do Sul iniciou-se, na prática, com a libertação do líder Nelson Mandela e sua eleição para Presidente do país em 1994, mas se configura, oficialmente, com uma nova constituição implementada em 1996.

> Somos feitos para a complementaridade. Somos criados para uma rede delicada de relacionamentos, de interdependência com os nossos companheiros seres humanos, com o restante da criação. (TUTU, 2012: 42)

Fortemente ancorado nas idéias de solidariedade, compromisso social, justiça e restauração da dignidade humana, como fundamentos necessários à construção de uma comunidade de destino, o principio ajustou-se às necessidades histórico-políticas da República da África do Sul às voltas com o complicado processo de acertar contas com um recentíssimo e doloroso passado de opressões, violências, injustiças e desigualdades raciais, sem colocar em risco as possibilidades de edificação de uma nova nação fundada sob as bases da democracia, da cidadania e da igualdade legal.

Contemporaneamente, qualquer projeto de construção (ou reconstrução) nacional democrático, conta com uma infinidade de dispositivos morais, políticos, econômicos, culturais e legais já incorporados a um receituário hegemônico e, de certo modo, pouco contestável, ao menos para o mundo ocidental, quais sejam: eleições livres e regulares, representatividade, liberdade de expressão, de imprensa e de organização, legislação universalista etc. No entanto, para o caso da África do Sul com o seu conhecido passado histórico, seguramente, a principal garantia de execução do projeto de uma nova nação futura estava diretamente relacionado, por um lado, com as possibilidades de restauração da dignidade da grande maioria da população que durante séculos, foi subjulgada e vilipendiada pela segregação racial institucionalizada, e por outro lado, com os impulsos determinados de conciliação possível entre grupos populacionais cujas diferenças raciais foram naturalizadas pelo próprio Estado e incorporadas pela própria sociedade como diferenças hierarquizadas e inexoráveis a justificar a suposta superioridade e dominação dos brancos (minoria) e a, também suposta, inferioridade e, portanto, esperada subordinação dos negros (maioria)[6].

Ocupado em analisar, comparativamente, as alternativas de construção da democracia na África do Sul, pós-apartheid, com as demandas políticas de outras nações africanas logo após as independências do julgo colonial em meados do século passado, o filósofo moçambicano Severino Ngoenha se pergunta:

> ...se o objectivo não era expulsar os estrangeiros ou invasores, porque não havia estrangeiros nem invasores; se a luta não era racial mas anti-racial, se não se tratava de dividir mas unir, quais eram os apetrechos intelectuais capazes de servir de fundamento a uma tal empresa? Em outras palavras, se a questão era mudar as relações de poder e de sociedade, qual era a concepção operacional da justiça que podia favorecer a emergência de uma vida comum entre as diferentes raças - o que supunha provavelmente uma reconciliação entre as partes - mas desta feita, no respeito ao espírito de igualdade que toda e qualquer democracia supõe? (NGOENHA: 9-10)

Em nosso auxílio, ele mesmo responde, e a bem da clareza, me permito reproduzir novamente, em citação

> As tradicionais concepções operacionais de justiça eram evidentemente inadequadas. Tratava-se de encontrar um conceito operacional de justiça, que não se configurasse como o *Maat* egípcio ou como a *Minerva* grega, cujos corolários das suas visões do que é justo, acabam quase sempre leviatanamente (sic) cortando, separando, dividindo; mas quase nunca recriando, recompondo, recosendo o tecido social. Paul Ricoeur (2004) fala da "produção da violência pela justiça", e considera que o direito penal é um escândalo intelectual, na medida em que acrescenta um sofrimento a um sofrimento, o sofrimento da pena ao sofrimento do mal feito a uma outra pessoa. (...) Onde ir buscar uma justiça

---

6 Total da população sulafricana em 2010**:** 49.991.300 de pessoas, sendo grupos étnicos autóctones (africanos) 70%, assim distribuídos: (zulus 20,5%, chosas 18%, pedis 9%, sotos 7%, tsuanas 6%, tsongas 3,5%, suazis 2%, nedebeles 2%, vendas 2%), europeus 12% (holandeses, alemães, franceses, ingleses), eurafricanos 13%, indianos 3%, outros 2%. Fonte: http://www.portalbrasil.net/africa_africadosul.htm . Consultada em 21 de julho de 2014.

> que compreenda os imperativos da *catarsis* através do reconhecimento do outro e da reconstrução da relação social? (...) A escolha de uma comissão de reconciliação e não a instauração de um tribunal especial para punir os crimes contra a humanidade, mostrava claramente que o caminho a percorrer para passar do *human wrongs* ao *human rights* subordinava a tradicional justiça punitiva à reconciliação. Isto é, o reconhecimento público do mal cometido, o arrependimento, a vontade de reintegrar a comunidade com uma nova atitude relacional (é o que se chama *Ubuntu*). (NGOENHA: 10)

Às idéias de conciliação, restauração da dignidade humana e material dos envolvidos e de compromisso compartilhado no processo de reestruturação da comunidade nacional, juntou-se o fundamento cristão do perdão como um poderoso impedimento moral à possibilidade de emergência de um conflito racial de proporções incalculáveis, mas de previsão catastrófica. Novamente peço desculpas por uma citação extensa. No entanto, ela é necessária para caracterizar a idéia do perdão, não só pelo imperativo evangélico contido no cristianismo, mas, no caso especial do processo de reconstrução da África do Sul, o perdão como condição basilar do início de um processo de reparação social mais ampla. São do já citado bispo anglicano, Desmond Tutu -um dos principais mentores da forma de encaminhamento do processo de transição do "apartheid" para a democracia-, as seguintes palavras:

> Para haver a reconciliação, nós, que somos os embaixadores de Cristo, a quem a verdade da reconciliação foi confiada, certamente devemos ser os instrumentos da paz de Cristo. Nós mesmos devemos nos reconciliar. As vítimas da injustiça e da opressão devem estar sempre prontas para perdoar. [...] Mas aqueles que erraram devem estar prontos pra dizer: "Nós ferimos vocês com essa injustiça, arrancando vocês de seus lares, jogando-os em uma pátria abatida pela pobreza dos campos de reassentamento, dando a seus filhos uma educação inferior, negando a humanidade de vocês, esmagando sua dignidade humana e contestando seus direitos fundamentais. Lamentamos; perodoem-nos. E o injustiçado deve perdoar. Aqueles que erraram devem estar prontos para fazer as correções que puderem. Devem estar prontos para fazer a restituição e a reparação [...] (TUTU, 2012: 48)

É inegável a aplicação da chamada justiça restaurativa[7]. Embora essa forma especial de aplicação da justiça não tenha sido inaugurada na África do Sul, a grande contribuição da república sulafricana ao aperfeiçoamento da idéia de justiça é ter lançado mão da idéia de restauração em âmbito coletivo, portanto alcançando a dimensão social da justiça, envolvendo a reconstrução de uma nação inteira. Para tanto o princípio filosófico do *Ubuntu*: "eu sou o que nós somos", foi de uma operacionalidade ímpar ao possibilitar a responsabilização e compromisso formal de todos, com a projeção esperançosa de um futuro coletivo, radicalmente diferente do passado. Uma outra possibilidade, talvez mais afetiva, de interpretar o sentido cosmológico do *Ubuntu* pode ser observado na seguinte frase: eu somente sou feliz se todos forem felizes.

Um dos desdobramentos decorrentes desse complexo ético-político que hibridiza a idéia de justiça restaurativa com o princípio filosófico do *Ubuntu* e que embasa um projeto de nação futura é a reedificação da nação como uma comunidade. No caso da África do Sul, pela sua especificidade histórica, a reconstrução da nação como comunidade vai para além dos clássicos requisitos da autodeterminação política, do espaço territorial soberano, da língua, da história, da literatura e das demais narrativas comuns partilhadas.

Para a África do Sul pós-apartheid, a idéia de reconstrução da comunidade avança, inevitavelmente, no sentido da igualdade. Sendo assim, cabe a pergunta: como reconstruir a nação se os bens materiais e simbólicos

---

7 A Justiça Reataurativa, emboa não elimine o sistema penal, objetiva reunir todas as partes no processo de solução de um crime específico buscando formas alternativas de encaminhamento da questão que não, necessariamente, a forma punitiva. No escopo desse procedimento emergem as questões relacionadas à restauração e reparação da dignidade humana e material dos prejudicados com o ato criminoso. Para uma visão geral e indicações bibliográficas espcíficas, ver: http://*www.artigos.com/artigos/sociais/direito/justica-restaurativa-como-efetivacao-dos-direitos-fundamentais-21133/artigo/#.U80teeNdU24* . Consultado em 21 de julho de 2014.

acumulados como riquezas exclusivas à minoria branca, durante séculos, às custas da manutenção de uma diferença ideologicamente racializada e de uma dominação institucionalizada com base nessa racialização, não forem partilhados ou, com o perdão do neologismo, não forem comunitarizados? Aparentemente, paradoxal, a implícita desracialização no processo de reconstrução da comunidade nacional na África do Sul, a *Rainbow Nation*[8] -ou, por extensão, em qualquer país onde a desigualdade racial é ou foi estruturadora da dinâmica das relações de dominação e hierarquias sociais-, implica na racialização programática, deliberada, no processo de comunitarização (partilhamento) dos bens materiais e simbólicos.

Nesse sentido, a escolha política sulafricana, pós-apartheid consoante ao espírito restaurativo rumo a uma nova comunidade, sem revanche, sem vingança e, sobretudo, sem punição generalizada[9], contido no complexo Ubuntu-Justiça social, resultou nas duas dimensões basilares das chamadas Ações Afirmativas direcionadas às populações negras, quais sejam: a reparação e a compensação. Reparação como restauração da dignidade humana dos grupos populacionais vitimados pela opressão racista institucionalizada, através do reconhecimento social das várias etnias negras como cidadãos da República com todas as prerrogativas que isso implica, a assunção do trágico e deliberado terror por parte dos algozes do apartheid com a conseqüente absolvição, por via do perdão, e a compensação como a equidade programática, igualmente, institucionalizada, das oportunidades de acesso aos principais bens materiais e simbólicos de prestígio, de crescimento pessoal e de desenvolvimento social.

Embora em termos práticos, no que diz respeito às ações afirmativas, não haja uma separação radical entre reparação e compensação, para efeitos de compreensão conceitual, didática, podemos afirmar com relativa convicção de acerto, que a dimensão reparatória das ações afirmativas na África do Sul traduziu-se, especialmente, na instalação e funcionamento das chamadas Comissões de Conciliação e Verdade[10]. Em complemento, a dimensão compensatória corporificou-se na adoção de diversas medidas legais de promoção da igualdade racial, tanto no mundo do trabalho quanto no mundo da educação, em especial, a educação superior[11].

Mesmo não havendo uma intenção mecânica de conectar as idéias iniciais que redundaram na experiência de implantação das ações afirmativas na UNEB a um suposto conhecimento prévio e aprofundado da experiência sulafricana, alguns acontecimentos exemplares no histórico da universidade, anteriormente próximos à institucionalização do sistema de cotas como modalidade de ação afirmativa, nos autorizam a aventar essa relação. Primeiro, como acima mencionado, o fato de a UNEB ter recebido o segundo presidente da África do Sul, pós-apartheid, Thabo Mbeki, em 2000 e, na ocasião ter-lhe concedido o primeiro título unebinao de *doutor honoris causa*. Segundo, como, igualmente, mencionado, a participação de representantes da Reitoria da UNEB em algumas reuniões preparatórias da delegação brasileira que iria participar, em 2001, da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata[12].

---

8 Embora controvertida, a idéia de Rainbow Nation (Nação Arco-Íris) foi usada pelas lideranças negras sulafricanas para caracterizar a convivência em igualdade de direitos e de representação entre as raças (cores) na África do Sul pós- apartheid.

9 Cabe informar que a anistia individualizado aos algozes do "apartheid" nas Comissões de Verdade e Reconciliação, só eram concedidos àqueles que provassem ter agido nos estreitos limites de obediência às ordens superiores emanados por representantes legais dos poderes do Estado. Os crimes que fugissem a essa caracterização eram encaminhados à justiça penal, comum. Para mais detalhes sobre as referidas comisões, ver: *http://www.dhnet.org.br/verdade/mundo/textos/ciari_africa_do_sul_processo_reconciliacao.pdf*. Consultada em 21/07/2014.

10 Fórum público, institucional instalado na África do Sul pós-apartheid, em que a confissão dos crimes do passado e as oportunidades inéditas de se relatar publicamente as dores e perdas por parte das vítimas monitoradas pela idéia de restauração da dignidade rumo a um futuro de novo tipo. Para detalhes, ver: *file:///C:/Users/User/Downloads/comissoes_verdade_cintra%20(1).pdf*. Consultado em 21/07/2014.

11 Ver por exemplo: DRAFT NACIONAL PLAN FOR HIGH EDUCATION IN SOUTH AFRICA, Ministry of Education, February, 2001. Section 3: Achieving Equity in The South African Higher Education System, e Section 4: Achieving Diversity in The South African Higher Education System. Site: *http://chet.org.za/manual/media/files/chet_hernana_docs/South%20Africa/National/National%20Plan%20for%20HE%20SA.pdf* . Consultado em 21/07/2014.

12 Conferência internacional realizada na cidade de Durbam, África do Sul, em 2001. Participaram em torno de 16.000 pessoas, representando 173 países e 4.00 ONGs. A Declaração e Programa de Ação da Conferência podem ser encontradas, traduzidsa, no site: *www.mulheresnegras.org/doc/Declafinal.pdf*. Consultado em 21/07/2014.

Evidentemente, toda a movimentação do grupo gestor da universidade, encabeçado pela Reitora[13] de então, em torno da preparação dos procedimentos institucionais e políticos para efetivação desses dois acontecimentos, induziu à necessidade de um conhecimento um pouco mais detalhado sobre a África do Sul e sua história recente, sobretudo em relação àqueles personagens e aspectos que singularizaram o país, nos anos posteriores ao fim do apartheid, como uma nação referencial na adoção de ações de promoção da igualdade entre os diferentes grupos étnicos e raciais que o compunham. Mais do que isso, a proximidade entre a UNEB e a África do Sul através de seus representantes máximos, de alguma maneira reforçou substantivamente, na UNEB, uma agenda de compromissos com a promoção da igualdade racial que, indiretamente, já vinha sendo implementada.[14]
Apropiradamente inspirado em famoso poema de Castro Alves são do próprio Thabo Mbeki às palavras dirigidas à Reitora na ocasião da concessão do título:

> Deixe-me ainda mais enfatizar a importância de nossa visita e da escolha do Estado da Bahia. Sendo aqui o coração da presença africana, o cordão umbilical que une nossos legados históricos, é justo e inevitável que moldemos nosso futuro e enfrentemos o novo século africano com vocês. O desafio de combater o racismo e a verdade unilateral, para devolver à sociedade o seu potencial até aqui aprisionado, deve se constituir em um esforço conjunto.
> Devemos compartilhar a construção do futuro. A nossa postura não deve ser a de apresentar queixas intermináveis.
> Devemos também enfrentar o mundo com projetos para erradicar a pobreza e a desigualdade. Estes planos concretos irão assegurar a vitória da luta de Zumbi e dos quilombos, as lutas de Shaka e Moshoeshoe. Quando isto estiver realizado, talvez então possamos nos unir a Castro Alves em seu poema
> "Saudação a Palmares":
> (...)
> *"Palmares! A ti meu grito!*
> *A ti, barca de granito,*
> *Que no sossobro infinito*
> *Abriste a vela ao trovão.*
> E provocaste a rajada,
> Solta a flâmula agitada
> Aos uivos da marujada
> Nas ondas da escravidão!
> (...)
> Salve, Amazona guerreira!
> Que nas rochas da clareira,
> – Aos urros da cachoeira –
> Sabes bater e lutar...
> Salve! – nos cerros erguido –
> Ninho, onde em sono atrevido,
> Dorme o condor...e o bandido!
> A liberdade...e o jaguar!"

---

13 Profa. Ivete Alves do Sacramento, primeira Reitora auto-declarada negra das universidades brasileiras.

14 A Rede UNEB 2000 foi um Projeto Acadêmico Especial de formação inicial em Pedagogia para professores para a Educação Básica (1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental) que ainda não possuíam graduação e estivessem em exercício em sala de aula. O referido projeto foi iniciado em 1998 e contou com parcerias de diversos municípios do Estado da Bahia. Em 2003, a partir da edição da Lei Federal nº10639-03 foi introduzido no currículo dos cursos da Rede UNEB 2000, um seminário, em caráter obrigatório, com 20 horas/aula, intitulado: História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena. Posteriormente, este Seminário transformou-se em disciplina obrigatória.

> Vamos dar as mãos através do Atlântico e trabalhar juntos, compartilhar nossas idéias sobre a melhor forma de acabar com a fome, a pobreza e a falta de moradias; vamos continuar nossa solidariedade e tratar a divisão artificial do Oceano Atlântico como se fosse apenas um rio que corta a nossa aldeia comum.
> Juntos, vamos demonstrar por palavras e ações que a fenda que separou o supercontinente antes unificado não produziu nenhum impacto sobre nós.[15]

Influências à parte, diretas ou remotas, o que importa é destacar que a nova idéia de justiça social conjugada com o princípio filosófico do Ubuntu, tal qual vem sendo executada nas ações sulafricanas de promoção da igualdade étnico-racial, se configuram aqui como uma referência conceitual, importantíssima, embora tenha sido, inexplicavelmente, esquecida no rol dos argumentos que procuram matizar a legitimidade das políticas de ação afirmativa desenvolvidas no Brasil. No caso que aqui, particularmente nos interessa, diz respeito à legitimidade do sistema de cotas implantado pela UNEB desde 2002, portanto, logo após esses dois acontecimentos exemplares relatados.
Quanto ao segundo acontecimento, a sua importância no processo de implementação do sistema de cotas na UNEB, é destacada em um trecho de um depoimento da Reitoria Ivete Sacramento, a nós concedido, recentemente. Perguntada sobre a sua opinião pessoal acerca da importância das políticas de ação afirmativa, decorridos alguns anos do encerramento do seu mandato à frente da reitoria, ela respondeu:

> Bem, eu sou suspeita para falar de política de ações afirmativas porque, dentre outras coisas, eu me considero uma pessoa que fez parte integrante na adoção das políticas afirmativas no Brasil. A partir da minha posição no Comitê que foi instaurado pela Presidência da República para propor medidas de promoção de igualdade racial, especificamente, para a população negra no Brasil. Nesse Comitê foram emanadas todas as propostas para ações afirmativas implantadas hoje no Brasil. Era o Comitê para a preparação da participação do Brasil na conferencia internacional de combate ao racismo, a xenofobia, a discriminação e toda forma de intolerância e preconceito no mundo. Como na época se confundia a figura da primeira reitora negra com a proposta de adoção de medidas de ações afirmativas, a minha participação naquele momento foi muito importante para propor as medidas na área de educação. Então, eu me considero parte integrante no Brasil para adoção das medidas afirmativas. Aí você me pergunta, qual a minha opinião. Para o Brasil Contemporâneo, a partir da abolição da escravatura, em 2001 foram as únicas medidas efetivas a serem implantadas para melhorar a condição do povo negro brasileiro em relação ao desenvolvimento do Brasil. Antes da adoção de medidas afirmativas, de políticas publicas de promoção da igualdade racial, antes de se pensar nessa possibilidade era, humanamente, quase que um sonho verificar a realidade de hoje, ou seja, várias medidas implantadas e com resultados efetivos para o Brasil e para o negro brasileiro.[16]

De fato, dois anos depois da visita de Thabo Mbeki à UNEB, e um ano após a realização da Conferência de Durban, a UNEB através de deliberação pioneira do seu Conselho Universitário, aprova a implantação do sistema de cotas para candidatos negros ingressarem em todos os seus cursos de graduação e pós-graduação.

---

15 Discurso de Doutor Honoris Causa do Presidente da África do Sul na UNEB.
2000. Tradução: Luciano Lima e Lívia Brito. In: MENEZES, Jaci Maria Ferraz. Relações no Atlântico Sul: História e Contemporaneidade. Editora da UNEB, Salvador: 2003, pp. 181-185. Disponível em: *http://www.ppgeduc.com/promeba/producao/rasul.pdf*. Consultado em 10 de março de 2011.

16 Depoimento concedido em setembro de 2011, às estudantes Evellin Silva Oliveira, bolsista do Programa IC/UNEB/FAPESB e Ana Cristina de Santana Barros, bolsista do Programa de Bolsas UNEB/CEPAIA, no Projeto Os Egressos do Sistema de Cotas da UNEB, coordenado pelo Prof. Wilson Roberto de Mattos.

Pra finalizar eu diria que a idéia de justiça restaurativa conjugada com os princípios ético-filosóficos do Ubuntu nos deve encaminhar para a construção de uma nova nacionalidade brasileira, uma nova comunidade nacional em que as diferenças raciais não tenham mais a menor importância, ao menos no campo dos direitos, das oportunidades, das condições de vida e das representações. No entanto, realisticamente, não devemos esquecer que os negros sulafricanos lutaram, no mínimo, durante um século para conseguirem derrotar o apartheid explicíto. Então eu pergunto: quantos anos ainda lutaremos para derrotarmos os nossos apartheids brasileiros mal disfarçados???

Bibliografia

NGOENHA, Severino Elias. Ubuntu: novo modelo de justiça glocal. Disponível em *http://pt.scribd.com/doc/108841763/Severino-Elias-Ngoenha-UBUNTU-NOVO-MODELO-DE-JUSTICA-GLOCAL*, [Consultado em 21-07-2014].

RICOEUR, Paul. (2004), Avant la justice non violente, la justice violente. In Cassin, Cayla, Salazar (dir.), Vérité, reconciliation, réparation. Paris: Ed. Seuil. PP.159-171.

TUTU, Desmond. (2013), Deus não é cristão e outras provocações. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil.

O ESTADO DEMOCRÁTICO CONTEMPORÂNEO E SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS: PROMOVENDO OS DIREITOS HUMANOS

JANAÍNA MACHADO STURZA.
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI – Brasil.
janasturza@hotmail.com.

Resumo: Este artigo tem por finalidade promover a reflexão acerca das transformações políticas visualizadas no Estado contemporâneo, buscando-se a promoção de um Estado Democrático de Direito e a efetivação dos direitos humanos por meio das políticas públicas, enfatizando o espaço local como ambiente adequado para esse processo. Neste sentido, portanto, o novo cenário para a implementação de políticas públicas e a efetivação de direitos perpassa, essencialmente, pelo exercício da democracia. Para tanto, é necessário pensar a partir do espaço local, o qual caracteriza-se como um ambiente favorável para estabelecer a interlocução entre direitos humanos, políticas públicas e democracia, levando-se em consideração a dinâmica política, jurídica e social do atual Estado democrático contemporâneo, no qual residem as necessárias políticas públicas de promoção e efetivação dos direitos humanos.

Palavras-chave: Democracia; Direitos Humanos; Políticas Públicas.

1. Considerações iniciais

Diante de uma sociedade complexa e diversificada, marcada pelo multiculturalismo e pela globalização, as políticas públicas devem ser implementadas de acordo com as necessidades e peculiaridades do espaço local, analisando-se as características de cada região ou município. Então, a função do Estado como formulador e irradiador de políticas públicas capazes de promover o Estado de bem-estar conquistado ao longo de lento processo histórico onde se afirmaram os direitos sociais e o esgotamento de possibilidades políticas e econômicas levou a uma revisão do seu papel no processo de condução do desenvolvimento e na garantia de um conjunto de direitos da população em geral.

Nessa conjuntura, diante das novas exigências do neoliberalismo e da globalização, esse fenômeno se reforça quando o Estado parece deixar de ser o protagonista principal na cena político-jurídico-institucional, passando a compartilhar com outros atores os papéis de encaminhamento e alternativas a um novo tipo de sociabilidade, em que se busca cada vez mais a participação cidadão e o exercício de uma democracia participativa.

Assim, o presente artigo tem por finalidade estudar as transformações políticas visualizadas no Estado contemporâneo, buscando-se a promoção de um Estado democrático de direito e a efetivação dos direitos humanos por meio das políticas públicas, enfatizando o espaço local como ambiente adequado para esse processo.

Desse modo, inicialmente realiza-se uma abordagem sobre as características do estado contemporâneo e as transformações políticas que sofreu nos últimos séculos. Na sequência, realiza-se um estudo sobre o novo cenário para a implementação de políticas públicas de inclusão social, e desse modo, a efetivação de direitos. Analisa-se, assim, as dimensões do fenômeno da governança e os seus reflexos na efetivação dessas políticas. Por fim, realiza-se um estudo sobre a necessidade de se pensar o espaço local como ambiente favorável para a efetivação dessas políticas, especialmente ao dimensioná-las dentro de um mundo complexo e globalizado.

2. O Estado contemporâneo e suas *mutações* políticas

Até o início do século XX, preponderavam, no mundo, as idéias liberais de um Estado mínimo, que apenas mantinha a ordem e a propriedade e agia como regulador natural das relações sociais, sendo que os indivíduos eram percebidos e possuíam suas relações na sociedade de acordo com sua inserção no mercado. Nesta época, a questão social decorrente do processo produtivo se expressava na exclusão de pessoas, tanto da produção como da fruição dos bens e serviços necessários. Após a crise de 1929, que levou o mundo a um grande colapso, intensificou-se a discussão das questões sociais. O desenvolvimento do capitalismo do tipo monopolista delimitou uma nova vinculação entre o capital e o trabalho, e entre estes e o Estado, "[...] fazendo com que as elites econômicas admitissem os limites do mercado como regulador natural e resgatassem o papel do Estado como mediador civilizador, ou seja, com poderes políticos de interferência nas relações sociais [...]" (SILVA: 1997, 190).
Assim, o Estado avocou para si a responsabilidade de formular e executar políticas públicas econômicas e sociais, ou seja, passou a ser o principal responsável pelas respostas às demandas sociais na busca da efetivação de direitos, tornando-se, conforme Silva (1997: 189) "[...] arena de lutas para o acesso à riqueza social [...]", porquanto as políticas públicas envolvem conflitos de interesses entre classes sociais, na medida em que as respostas dadas pelo Estado às demandas sociais podem beneficiar alguns, em prejuízo de outros (CUNHA & CUNHA, 2002:11-12). Esta possibilidade deu margem às políticas assistencialistas, muito praticadas na América-latina por um longo período do século passado. O Estado passou a ser alcunhado de Estado Previdência, cabendo-lhe a execução de políticas públicas que dessem conta das mais variadas necessidades de uma sociedade cada vez mais complexa, necessitando, com isso, maiores investimentos. Ainda, a problemática social foi agravada por fatores como o desemprego estrutural, a precarização das relações de trabalho, alterações na estrutura familiar, modificações no ciclo de vida e aprofundamento das desigualdades sociais, gerando exclusão e simultânea inclusão marginal de um grande contingente populacional (CUNHA & CUNHA, 2002: 12-13).

Passou-se, assim, do paradigma liberal ao que se convencionou chamar de neoliberal, no qual a sociedade civil é convocada, cada vez mais, a assumir tarefas e responsabilidades sociais que antes cabiam exclusivamente ao Estado, agora incapaz, estrutural e economicamente, de sozinho, atender a todas as demandas da complexa sociedade contemporânea, imensamente influenciada, e mesmo modificada pela globalização e pela explosão populacional nos países mais pobres (CAMPOS, 1998: 117). Dessa forma, acompanhando uma tendência também internacionalizada, organizações e movimento social transformam-se em prestadores de serviços sociais das mais variadas naturezas, com recursos externos ou em parceria com o Governo (OLIVEIRA & PINTO, 2001: 17), ou seja, passaram a executar políticas públicas, as quais podem ser definidas como

> [...] um conjunto interrelacionado de decisões e não-decisões, tendo como foco uma área determinada de conflito ou tensão social. Trata-se de decisões adotadas formalmente pelas instituições públicas – as quais conferem a capacidade de obrigar, porém que são partes de um processo de elaboração, do qual participaram uma pluralidade de atores públicos e privados [tradução livre do Espanhol] (VALLÈS, 2002: 377).

Vallès (2002: 377) esclarece, com o conceito citado, que as políticas públicas possuem a qualidade de obrigar seus destinatários, pois não versam sobre acordos ou pactuações voluntárias entre aquele(s) que decide(m) e aqueles aos quais se destinam as políticas, mas de imposições que se aplicam à comunidade, com base na legitimidade política daqueles. Isso, porém, não significa que as políticas públicas resultam de ações unilaterais do Estado, mas, cada vez mais, implicam em uma efetiva participação da sociedade civil. Ainda, não são atividades realizadas de forma gratuita e estéril, ao acaso, mas atividades que objetivam produzir resultados.
Assim, o final do século XX e o início do XXI, no Brasil, é uma época marcada pelos esforços da sociedade em regulamentar e implementar os direitos sociais garantidos na Constituição, e caracterizada pelo conflito entre a

"[...] expectativa da implementação de políticas públicas que concretizassem os direitos conquistados, assegurados em lei, e as restrições políticas e econômicas impostas para sua implementação [...]" (CUNHA & CUNHA, 2002: 15). Essa nova postura social e a crise do Estado contemporâneo, ou seja, deste novo Estado que, gradativamente, se modifica e se conforma, implicou em novos paradigmas de gestão pública: o empreendedorismo público surgiu como uma alternativa à administração burocrática; o conceito de governança passou a ser associado à capacidade do Estado em formular e implementar políticas públicas efetivas, em parceria com a sociedade civil; a ênfase em resultados, a orientação para o cidadão e a competição administrada tornaram-se princípios da reinvenção do Estado.
Quanto ao prognóstico em relação à modalidade de Estado, as previsões são muitas: a universalização do Estado, na medida em que a correção das desigualdades somente seria possível em um Estado Universal, que deteria o poder decisório e preservaria a autonomia dos Estados locais, os quais seriam mínimos em razão da universalização dos espaços locais (MARTINS, 2002: 26-27); a evolução dos Estados-nação em direção à criação de uma Confederação de Estados, também denominada de Estado Transnacional, com território determinado pela fusão daqueles, e com um colegiado, formado pelos chefes dos Estados confederados, responsável pelas decisões econômicas e políticas entre estes, e entre estes e o restante do mundo, pois há questões, as mais variadas, desde a seara econômica até a ecológica, que não podem ser resolvidas na individualidade de cada país, senão em escala global, através da adoção de políticas comuns a todos. Outra projeção é do surgimento de uma espécie de Governo mundial, praticado por aqueles que detiverem a informação e a informática, com caráter representativo, voltado à resolução de questões comuns a toda a humanidade (BASTOS, 1998: 172-173).
Há, ainda, a colaboração de Resta (2004: 82), ao pregar uma Comunidade sem Estados, pois se estes são exemplos de luta interna e inimizade, quase sempre em razão da defesa da soberania, a pacificação viria justamente desta união comunitária, a qual basear-se-ia não na soberania, mas no respeito e na defesa dos direitos humanos, direitos estes que dependem essencialmente daquilo que "[...] queremos que sejam a humanidade e os nossos direitos [...]".
Entendimento semelhante é encontrado em Ferrajoli (2003: 27), que manifesta sua crença de, em longo prazo, instituir-se um constitucionalismo mundial, que teria embasamento na Carta da Organização das Nações Unidas e nas muitas Declarações e Convenções Internacionais de direitos humanos. Essa necessidade é premente, na medida em que aumentam as desigualdades, que é escancarado o esvaziamento do direito público, em decorrência da globalização, e que a solução dos conflitos internacionais é buscada pelos recursos bélicos. Somente com uma referência mundial destinada à paz e à garantia dos direitos humanos seria possível reverter o quadro atual e salvar a tão ameaçada democracia.
Adepto de uma Constituição Global, Canotilho (2000: 1317) apregoa a necessidade de se manter como centro de todas as expectativas, tanto no plano nacional quanto no internacional, "[...] a *democracia* e o *caminho para a democracia* [...]", por ser a promotora da paz e por necessitar-se de uma interpretação, em relação ao princípio da autodeterminação, que fuja à tradicional idéia de soberania, mas que encontre guarida em outras e diferentes noções de social e político. O direito internacional, em tempos globais, deve ir além do *jus cogens*, integrando-o à elevação dos direitos humanos (CANOTILHO, 2000: 1317-1318).

3. O novo cenário para a implementação de políticas públicas

A democracia assume posição de grande dimensão na sociedade contemporânea, já que vivemos em uma única sociedade e que os eventos que ocorrem em qualquer parte do mundo afetam toda a sua estrutura de funcionamento. Por isso, é fundamental que se destaque a pluralidade social, sem esquecer a diferenciação funcional que é um importante fator para a democracia.
Por conseguinte, é possível observá-la e analisá-la no sentido do conjunto de procedimentos legítimos para redistribuir o poder na sociedade, sem necessidade de prejulgar os conteúdos das formas institucionais atuais e futuras, superando as gastas discussões de valores sobre o *dever ser* do sistema político e da democracia, em uma tarefa árdua, para ser desenvolvida de forma consciente e comprometida com os interesses de toda a coletividade, de forma a abarcar toda a esfera pública.

Assim, o processo de construção da democracia, sobretudo, tem sido tradicionalmente analisado pela ótica da relação entre Estado e sociedade política. Mais recentemente, porém, com a nova dimensão quantitativa e qualitativa das associações da sociedade civil, o processo de democratização começou a ser visto como processo de mudança na cultura política, nas práticas sociais e nas formas de ação coletiva.
Hoje, deve-se repensar a democracia sob as condições de globalização para tornar responsabilizáveis as forças transnacionais que se esquivam de qualquer regulação democrática. Contudo, a aposta na globalização da democracia é criticada pelos céticos que, sob influência marcante do realismo, questionam a necessidade, possibilidade e desejabilidade da democratização da ordem mundial em função dos impedimentos estruturais imanentes e da ausência de ética democrática no sistema internacional, no qual a segurança e a paz só podem ser garantidas por equilíbrios de poder (VIEIRA, 2001).
Todavia, a democracia não trouxe somente o fortalecimento do poder de decisão da sociedade frente ao Estado, mas também a reestruturação econômica, a crescente liberalização e as privatizações. Deste modo:

> A economia exige do Estado a necessidade de aumentar a eficiência e isso leva a administração a se tornar cada vez mais burocrática e obsoleta, sendo obrigada a implantar o sistema gerencial, baseado na "descentralização, no controle de resultados e não no controle de procedimentos, na competição administrativa e no controle social direto". (SPINK & PEREIRA, 1999: 11)

Logo, a democracia política não resolveu os problemas sociais e econômicos, aumentando ainda mais as desigualdades e o desemprego. Vários direitos conquistados no decorrer da história passaram a ser prestados com qualidade inferior, entre esses a educação, a saúde e o saneamento básico. Já quanto aos direitos políticos, a Carta constitucional trouxe grandes e prósperas alterações (CARVALHO, 2001).
Porém, a democracia brasileira ainda se encontra cinzenta, mas, em compensação, a sociedade civil está em crescente ascensão em seu senso de cidadania. Por conseguinte,

> Entre as novas transformações dentro do contexto da cidadania, podemos destacar a atenção despendida a alguns segmentos antigamente excluídos, como crianças e adolescentes, idosos, bem como a novos temas como a ética na política e a participação da sociedade e das instituições políticas, ONG's, movimentos sociais, terceiro setor e o contexto da organização social de uma forma geral. (SCHMIDT, 2001:152-153)

Em verdade, a democracia opera na prática como um mecanismo de modernização, filtração e decantação dos processos do poder e por isso ela é um procedimento mais lento quanto às tomadas de decisões (SARTORI, 1997). Neste sentido, faz-se necessário que a sociedade civil participe mais das decisões públicas como forma de exercer sua cidadania, buscando minimizar as consequências trazidas pela globalização no campo social, sob pena de restrição de diversos direitos humanos, agravando-se a exclusão e a desigualdade social.
Nesse contexto, é oportuno observar que as políticas assistencialistas e paternalistas são resquícios da era Vargas e do Coronelismo, quando eram utilizadas, principalmente, como força de domínio político e, embora tenham sofrido algumas alterações, principalmente em relação à sua motivação, ainda persistem. Essas políticas, desde sempre, dificultaram ações de desenvolvimento social, pois, consistindo em uma espécie de "caridade social", acabam distorcidas e resultando em ações políticas sociais paliativas, o que, efetivamente, dificulta uma emancipação cidadã.
No Brasil, em decorrência do déficit democrático, é o exercício do poder, pelas elites políticas e econômicas, que determinam os rumos do País, acima de qualquer outra influência social. E isso facilita a prática assistencialista, em detrimento das políticas públicas includentes, já que "[...] existe uma inter-relação entre a percepção de uma 'policy' por parte das pessoas afetadas e a estrutura da arena política. Esse fato, por sua vez, se baseia no pressuposto de que as pessoas afetadas associam custos ou benefícios às respectivas medidas" (FREY, 2000:236).

Ainda, desde a era Vargas a real preocupação do Governo era com o desenvolvimento industrial e econômico, e o Estado atuava diretamente do setor produtivo primário, até o advento da era das privatizações, a partir da década de 1990, sob a ótica da ideologia neoliberal de que "[...] quanto menos Estado e quanto mais mercado, melhor; quanto mais individualidade e quanto menos coletividade, melhor [...]" (BACCELAR, 2003: 23). Assim, diminuiu o poder regulatório do Estado e ampliou-se a autonomia do mercado, com a conseqüente inibição das políticas públicas que, por aqui, sempre foram tímidas, e mesmo assistiu-se à negligência do Estado para com suas obrigações em relação aos cidadãos, na medida em que, por meio das privatizações, disfarçou parcerias com a sociedade civil. Até mesmo a educação passou a ser mercadoria, acessível a poucos (DAGNINO, 2002: 115).

Para que um país possa desenvolver-se de maneira sustentável, é preciso que existam políticas públicas com este objetivo, estendidas a todo o território nacional, bem como é necessária a parceria entre o Estado e a sociedade civil, e, também importante, é mudar-se o foco dessas políticas, ou seja, "[...] faz-se necessário dar-se um basta à visão de que o importante é somente produzir, crescer economicamente e que o investimento na área social deve ser aquele que responde às exigências do mercado [...]" (DAGNINO, 2002: 121). Isso significa que

> [...] o investimento na área social não deve ter por base o fato de que as empresas irão funcionar melhor com uma população mais educada e mais saudável, mas, ao contrário, as políticas públicas, ao serem formuladas, devem levar em consideração que a educação, o lazer, a saúde e o emprego constituem-se nos objetivos da sociedade e, assim, do Estado, e não um mero instrumento de desenvolvimento econômico, pois a finalidade é o bem-estar social, enquanto a atividade econômica deve ser vista como meio. E, para que se alcance este fim, desenvolvimento econômico com efetivo desenvolvimento social, é preciso saber produzir, mas, acima de tudo, saber distribuir (DAGNINO, 2002: 121).

Se, por um lado, o Estado necessita de políticas macroeconômicas que lhe dêem sustentabilidade financeira, por outro não pode negligenciar em relação às políticas internas de combate às desigualdades regionais e sociais, pois, apesar de estar passando por transformações, ainda é o modelo de convivência social de que se dispõe, isto é, ainda é um meio cujo fim é a busca da convivência pacífica, nunca um fim em si mesmo. E é assim que o Estado deve intervir na economia e mediar a ampla gama de organizações que exercem função pública (cooperativas empresariais, organizações não governamentais, organizações religiosas e mesmo organizações de vizinhos, ecologistas e voluntariado em geral), para que se consiga melhorar a distribuição de renda, uma vez que o mercado, por si só, não possui preocupação com esta questão, e que a redução das desigualdades passa, necessariamente, pela igualdade de oportunidades e recursos (DAGNINO, 2002: 122).

4. As dimensões do fenômeno da governança

Em razão dos avanços tecnológicos das últimas décadas, cuja influência fez-se sentir em vários âmbitos, dentre eles, no político e no jurídico, ocorreu uma grande transformação no papel desempenhado pelos Estados-nação, por força mesmo das alterações em seus elementos constitutivos: povo, território e ordenamento jurídico. Pela facilidade da comunicação global, não só lingüística como em relação a todas as ciências, e pela possibilidade de deslocamento entre os mais longínquos territórios, o povo passou, rapidamente, a perder a característica de ser composto pelos mesmos fundamentos religiosos, lingüísticos e étnicos que definiam uma nação, e o território passou a sofrer direta e intensa interferência de organismos supranacionais e multinacionais (AMIRANTE, 2003: 12)

Em decorrência desta interferência, que também é sentida no Brasil, o ordenamento jurídico deixou de ser a expressão da vontade soberana de um povo, atingindo-se até mesmo as instituições democráticas, na medida

em que a legitimidade com base na representatividade é substituída pela governança1, e que nem mesmo as conquistas sociais, políticas e jurídicas mais importantes, como é o caso dos direitos humanos, são poupados (AMIRANTE, 2003: 12-13)

A Governança é, então, a capacidade para determinar que as coisas sejam feitas sem, contudo, necessitar-se de competência legal para isto, ou seja, é um modo de distribuírem-se valores, tal como o faz o Estado, através de sua legitimação para tal, mas sem utilizar-se do autoritarismo para isto (CZEMPIEL, 2000: 335). Portanto, Governo e governança não se confundem, como observa Rosenau (2000: 15-16), pois embora ambos tenham o objetivo de realizar atividades orientadas para metas, aquele necessita de uma autoridade formal, enquanto esta, não. Isto é, a governança possui maiores dimensões do que o governo, pois, mesmo abrangendo as instituições governamentais, tem mecanismos que também autorizam a atuação não-governamental, possibilitando que as pessoas satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas de uma maneira mais efetiva.

A velocidade das mudanças e o surgimento de inovações nas últimas décadas do Século XX trouxeram inúmeras possibilidades para modernizar a função gerencial, e a Administração Pública não ficou imune a essas influências, sofrendo mudanças preponderantemente associadas às transformações mais amplas que ocorreram no papel do Estado e nas relações deste com a sociedade. Isso se deu, com mais intensidade, a partir das décadas de 70 e 80 e, neste sentido, pode-se afirmar que governança é um processo contínuo, dinâmico e complexo, um novo modelo institucional que se forma da rede de relações interinstitucionais, ou seja, de poderes institucionais e não-institucionais com mesma força negocial e cultural do exercício do poder, tendo na desregulação a chave de sua implantação.

Pela governança convivem normas institucionais e não-institucionais, ao lado da privatização e da descentralização. Assim, a subsidiariedade pode exprimir o conceito de governança, o que leva à conclusão de que foi a partir destas mudanças que a sociedade civil passou a ter a possibilidade de não apenas criticar orientações políticas do governo, mas também de participar ativamente da eleição, desenvolvimento e execução das políticas públicas.

Se por um lado a globalização alterou substancialmente o conceito tradicional de Estado-nação e suplantou o Estado-social, a governança estabeleceu uma nova forma de implantação de normas que, embora não tenham o poder coercitivo estatal - pois são normas contratuais, negociadas, uma espécie de lei contratual com duração mais prolongada no tempo -, são determinantes às novas orientações econômicas, sociais, culturais e jurídicas. Enquanto a globalização foi determinante à desregulamentação, à falta de normatização estatal para muitas questões, em razão da transnacionalidade das questões modernas, a governança trouxe uma criação normativa diferente, em substituição e complementação à estatal, mas resulta, igualmente, em uma prática obrigatória.

5. As ações locais frente às referências de âmbito global

O Espaço Local é um processo maior de comunicação e controle social, que surge após avaliações, discussões e articulações em âmbito global. Essa redefinição do espaço local enquanto esfera de menor complexidade contribui para retornar a centralidade ao cidadão, muitas vezes contraposto ao distanciamento da globalização-excludente. Espaço local é um meio de concretização dos princípios constitucionais, porém também com limitações e restrições constitucionais, uma vez que o fortalecimento do poder local pode ser contraditório, mas é, sem dúvida alguma, estratégia de cidadania, manutenção do controle social sobre decisões públicas e concretização da Constituição Federal.

Entretanto, inicialmente, pode-se dizer que o conceito de espaço no nosso desenvolvimento atual está gerando interesse crescente, mas também crescente confusão. Afinal, para onde vão as macrotendências: globalização, blocos, poder local? Entre o "Small is Beautiful" e a "aldeia global", há razões de sobra para discutir-se de

---

1 Amirante define a governança como "[...] um instrumental que se aplica ao exercício do poder numa variedade de contextos institucionais, cuja finalidade é dirigir, controlar e regular atividades no interesse de pessoas como os cidadãos, os eleitores e os trabalhadores. Essa nova tipologia social é empregada […] para identificar o governo da sociedade complexa. […].

forma mais aprofundada ou mais sistematizada o conceito de espaço e a importância que assume no cotidiano da sociedade contemporânea. Nesse sentido:

> Referimo-nos aqui aos espaços da *reprodução social*. Na realidade, a simples reprodução do capital, ou reprodução econômica, já não é suficientemente abrangente para refletir os problemas que vivemos, inclusive para entender a própria reprodução do capital. Na linha imprimida pelos sucessivos relatórios sobre *Desenvolvimento Humano* das Nações Unidas, o objetivo central do desenvolvimento é o homem, a economia é apenas um meio. Ninguém mais se impressiona com o simples crescimento do PIB, e tornou-se cada vez mais difícil identificar bem estar humano com o bem estar das empresas. (DOWBOR, 1995: 53)

O processo de globalização e a informatização dos processos de produção, distribuição e gestão, modificam profundamente a estrutura espacial e social dos espaços locais em todo o planeta. Este é o sentido mais direto da articulação entre o global e o local. Os efeitos sócio-espaciais desta articulação variam segundo níveis de desenvolvimento dos países, sua história urbana, sua cultura e suas instituições (BORJA, 1997).

Nesta abordagem, a globalização traz uma visão simplificada de abertura e unificação dos espaços da reprodução social. Ocorre uma nova hierarquização dos espaços, segundo as diferentes atividades, envolvendo tanto *globalização* como formação de *blocos*, fragilização do *Estado-nação* e surgimento de *espaços sub-nacionais* fracionados de diversas formas. A globalização constitui ao mesmo tempo uma tendência dominante neste fim de século, além de uma dinâmica diferenciada na articulação para solucionar problemas contemporâneos (DOWBOR, 1995).

Na formulação de Santos (2000), o que globaliza separa, nesse sentido, é o local que permite a união. Assim, em uma dimensão extremamente prática deste processo, o exemplo cotidiano do dilema da solidariedade é o mais comum na sociedade contemporânea. Não que o ser humano seja menos solidário na atualidade, mas a humanização do desenvolvimento, ou a sua re-humanização, passa pela reconstituição dos espaços comunitários. A própria recuperação dos valores e a reconstituição da dimensão ética do desenvolvimento exigem que para o ser humano o outro volte a ser um ser humano, um indivíduo, uma pessoa com os seus sorrisos e suas lágrimas. Este processo de reconhecimento do outro não se dá no anonimato e o anonimato se ultrapassa no circuito de conhecidos, na comunidade, no espaço local (DOWBOR, 1995).

Contudo, não é suficiente o alargamento das competências do poder local para que se construa um direito social que permita uma nova e qualificada relação entre o Poder Público e a sociedade. É preciso uma modificação estrutural nas próprias estratégias de gestão do espaço local, a fim de que uma nova interpretação da repartição de competências esteja agregada a um processo de democratização das decisões públicas, evitando-se, com isso, que o espaço local seja apenas a repetição, em escala menor, dos processos de legitimação próprios da sociedade de massas, cujas críticas devem ser consideradas nesta (re)ordenação do espaço público (HERMANY, 2007).

Os espaços locais podem abrir uma grande oportunidade para a sociedade retomar as rédeas do seu próprio desenvolvimento. Todavia, não somente as iniciativas locais são suficientes, pois sem sólidas estruturas locais participativas e democratizadas, não há financiamentos externos ou de instituições centrais que produzam resultados. De certa forma, o espaço local está recuperando gradualmente um espaço de decisão direta sobre a "polis", recuperando a dimensão mais expressiva da política e da democracia (DOWBOR, 1995).

Ultrapassando a tradicional dicotomia entre o Estado e a empresa, o público e o privado, surge assim com força o espaço público comunitário, enriquecendo as opções de resolução de problemas. Em outros termos, o espaço local aparece hoje como foco de uma profunda reformulação política no sentido mais amplo, já que o nível local de organização política não substitui transformações nas formas de gestão política que têm de ser levadas a efeito nos níveis do Estado-nação e mundial, mas comunidades fortemente estruturadas podem constituir um lastro de sociedade organizada capaz de viabilizar as transformações necessárias nos níveis mais amplos (DOWBOR, 1995). Nesta conjuntura:

> A abordagem do poder local, como espaço privilegiado para a articulação dos atores sociais, também deve ser inserida no contexto da globalização, no qual se devem

> destacar as questões inerentes à potencialidade do espaço local no exercício do controle social sobre a dinâmica das relações socioeconômicas (HERMANY, 2007: 262).

Ao mesmo tempo em que os problemas locais são decorrentes da estrutura da modernidade do espaço global, devem também integrar-se a estruturas em suas comunidades locais. Nesse sentido, o local e o global se complementam e não são antagônicos. Essa integração social requer mecanismos políticos democratizados, baseados na descentralização administrativa e na participação cidadã. Nesse processo, é mister que se compreenda, o que, afinal, é uma comunidade?

Perobelli e Schmidt (2011: 153), ao fazer uso dos ensinamentos de Etzioni, destacam que a comunidade é o caminho para a construção de uma boa sociedade. De acordo com o autor trata-se de qualquer grupo social identificado por laços de afeto e por uma cultura compartilhada. Nesses termos, os autores aduzem que para se alcançar uma boa sociedade é fundamental o fortalecimento da comunidade. Nas palavras dos autores, "não significa pensar apenas no que é coletivo, na dimensão comunal, mas buscar um equilíbrio entre a autonomia individual e o bem comum, entre direitos individuais e responsabilidades sociais".

Portanto, para que se alcance a boa sociedade, é preciso a construção de uma realidade diferente das existentes, hoje, na comunidade, pois inseridas em um mundo capitalista e globalizado, vislumbram-se relações fundamentadas em interesses, em que os indivíduos são meios para se buscar fins econômicos. Na boa sociedade, as relações devem se estabelecer entre as pessoas, entre os cidadãos. O desafio, portanto, de acordo com Perobelli e Schmidt (2011: 157), "é a construção de comunidades éticas, que verdadeiramente apóiem e dêem segurança aos indivíduos".

Nesse viés, para alcançar seus objetivos, as políticas públicas devem direcionar suas ações para o espaço local, as possibilidades de atuação do governo devem ser condicionadas pela estrutura social, cultural e organização econômica de cada localidade, vez que existe enorme diferenciação de cidade para cidade, em função, principalmente, do porte e da complexidade das relações sociais de seus indivíduos.

Outro ponto relevante para a compreensão desse tema reside no fato de que, incessantemente, busca-se o desenvolvimento social e local, trata-se, pois, de estratégia de planejamento e ação dos governos. Assim, de acordo com os ensinamentos de Martins:

> (...) o desenvolvimento local aparece num contexto em que se esgotam as concepções de desenvolvimento associadas a progresso material (acúmulo de riquezas), pessoal ("ganhar a vida") e ilimitado ("quanto mais melhor"), mas sobretudo é um produto da iniciativa compartilhada, da inovação e do empreendedorismo comunitários. Mais do que um conceito, o desenvolvimento local é, na verdade, um evento *sui generis*, resultante do pensamento e da ação à escala humana, que confrontam o desafio de enfrentar problemas básicos e alcançar níveis elementares e auto-referenciados de qualidade de vida na comunidade (MARTINS, 2002: 51).

É justamente, quando se fala em "qualidade de vida na comunidade" que as diferenças aparecem como uma das principais necessidades dos atores sociais, portanto é preciso promover o desenvolvimento, relacionando-o com o cenário em que se apresenta a dinâmica de vida. Nesse contexto, a dimensão humanística do desenvolvimento está fundamentalmente na valorização das pessoas que estão em seu entorno. Por isso que o diferencial do espaço local está, de acordo com Martins (2002: 52), em atribuir e assegurar à comunidade "o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento".

Enquanto agente, a comunidade tem a oportunidade de intervir e auxiliar na exposição de demandas e necessidades locais. Contudo, o maior desafio é fazer com que os atores sociais assumam essa condição destacada no processo de formulação de políticas públicas, que se tornem protagonistas do desenvolvimento, conscientes de que se trata de um processo que deve ser empreendido individualmente por cada pessoa, e que assim estar-se-á exercitando a cidadania. Especialmente porque a participação pessoal, de acordo com Martins (2002: 52), deve levar em consideração a necessidade de formação de "tomada de consciência" e de

"senso crítico", por sua vez, nas palavras do autor, "sobretudo quando não estimulados e mesmo sufocados por períodos de pouca ou nenhuma democracia".

Em verdade, o espaço local pode ser considerado como um importante elemento de garantia da atuação da sociedade civil no contexto de crise do Estado Nacional e de construção de uma economia globalizada capaz de impulsionar ações capazes de sanar dificuldades na resolução dos problemas decorrentes da complexidade e da contemporaneidade da sociedade.

É evidente, diante do exposto, que o poder local torna-se fundamental para que o novo contexto global coexista com instrumentos de controle social, uma vez que amplia as garantias sociais no paradigma transnacional. Logo, cabe destacar que:

> São justamente os governos locais os responsáveis pela execução de políticas públicas adequadas para o fortalecimento da qualidade de vida, seja em função da (re) definição de competências constitucionais, seja em virtude da crise de financiamento do Estado Nacional, que o incapacita de atender com efetividade às demandas da população. Tais razões justificam a importância, até paradoxal, do poder local para o desenvolvimento econômico na sociedade globalizada, vinculado ao conceito de qualidade de vida como fator de produtividade e, por conseguinte, de eficiência do sistema produtivo (HERMANY, 2007: 263).

Portanto, é necessário que os governos locais assumam seu poder e sejam capazes de firmar sua comunidade e seus interesses acima de suas diferenças de partidos e ideologias. Devem ser capazes de defender seus interesses específicos em relação aos seus respectivos estados nacionais, sem separatismos destrutivos, mas aceitando a necessidade de conflito negociado como forma normal de existência política em um sistema institucional plural (BORJA,1997).

Além disso, constata-se que os espaços locais são fundamentais e representam o cenário adequado para a efetivação das políticas públicas, é no município que grande parte delas são executadas, tendo em vista sua autonomia e a aproximação com os cidadãos a que se destina. Desse modo, conforme já referido, de acordo com os ensinamentos de Hermany e Pereira (2011: 218), "deve-se romper com a idéia de cidadão somente como destinatário das políticas públicas, e trazê-lo para uma cidadania efetivamente ativa, e inclusive emancipatória, que apenas será construída através de uma interação entre o espaço público e a sociedade".

Diante disso, a participação cidadã deve ser constante, portanto, a promoção do empoderamento social local, acaba gerando a consolidação dos envolvidos para garantir a concretização das políticas públicas locais. Hermany e Pereira (2011: 222), ensinam que este termo "significa a conquista de direitos de cidadania, uma vez que tem como fundamento a emancipação do cidadão. Empoderar denota o desenvolvimento do cidadão, com o objetivo de tomar posse de seus direitos humanos".

Nesse sentindo, a cidadania só se efetivará se os diferentes agentes sociais estiverem integrados na busca da solução de conflitos sociais. Isso se dá com a organização, o associativismo e a constante ampliação da rede que as comunidades estão inseridas, assim estar-se-á promovendo, acima de tudo a emancipação social.

> (...) o empoderamento social, ainda que em menor escala, tem a possibilidade de gerar estabilidade ou governabilidade. Significa que o empoderamento pode ser visto de duas formas: sob a ótica de um verbo transitivo e intransitivo. (...) empoderamento pode ser visto com o significado de "dar poder a outros", ou seja, transitivamente, e, intransitivamente, como um processo de aumento de autoestima e inflência sobre a vida das próprias pessoas (HERMANY & PEREIRA, 2011: 223).

Enfim, é no espaço local, na própria comunidade, que o indivíduo deixa o plano da abstração e passa a ser entendido enquanto parte integrante de todo processo de políticas públicas, desde o momento de reconhecimento dos problemas, auxiliando na identificação de suas especificidades e necessidades concretas, até na avaliação e monitoramento das ações.

Nesse processo observa-se o delineamento de um novo modelo democrático, abandonando os conceitos fechados de cidadania e indo em busca de novas maneiras de "cosmopolistismo" (REIS & MELO, 2009: 2659).

> A dignidade da "igualdade" jurídica e ontológica exige instituições não repressivas, não discriminatórias e abertas ao debate. Estruturado a partir desta premissa, o sistema social e político pode garantir concomitantemente a expressão dos direitos universais e a proteção dos particularismos culturais. [...] A humanidade "globalizada" pode caminhar em direção a um tempo de novos conhecimentos, novas alianças, novas identidades e diversidades, um novo paradigma intercultural no qual pessoas e culturas se coloquem democraticamente todas num mesmo plano (REIS & MELO, 2009: 2659).

Diante desse novo modelo de democratização em que, cada vez mais, busca-se a participação social, observando-se, inclusive, a flexibilização e abertura de organismos conhecidos por conservar uma comunicação rígida e fechada, que se vislumbra nas ações do Estado – através das políticas públicas – o elemento primordial para a construção e efetivação dos direitos humanos, e, principalmente, o exercício efetivo da cidadania.

6. Considerações finais

O novo modelo de democracia desenhado pela Constituição Federal de 1988 chamam a atenção dos gestores públicos no sentido de se buscar mecanismos para fomentar a participação social na solução das demandas sociais. Desse modo, o espaço local, por ser o cenário de ação dos atores sociais envolvidos num processo democrático, torna-se o ambiente adequado para a efetivação dos direitos humanos por meio das políticas públicas.

Constata-se que o espaço local é um meio de concretização dos princípios constitucionais; é necessário, nesse sentido, a sua redefinição enquanto esfera de menor complexidade, que contribui para retornar a centralidade ao cidadão, muitas vezes contraposto ao distanciamento da globalização-excludente. Portanto, é evidente que as políticas públicas precisam ser (re)pensadas sob a perspectiva local, ainda que se encontrem subterfúgios e elementos complementares no mundo globalizado e dinâmico.

Nesse contexto, há que se enfatizar o papel da governança, dos poderes municipais e da participação cidadã, nos processos de formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas, nada melhor que a comunidade local para identificar as suas demandas e peculiaridades, a partir daí o Estado terá maios efetividade em suas ações. O exercício de uma democracia participativa é o ideal nesse processo, devendo ser tratada como um mecanismo em constante transformação, dinâmico e em continuo aperfeiçoamento. A gestão pública deve priorizar, efetivamente, uma gestão compartida entre Estado e sociedade. As suas ações devem ser focadas no cidadão e no bem-estar da coletividade, por isso que a participação cidadã é importante. Ninguém melhor que os legítimos detentores da soberania – o povo – para promover processos dinâmicos de discussão e debates sobre suas demandas, a fim de leva-las ao governo para a sua efetivação.

Diante de tudo que foi exposto, a implantação de novas políticas públicas deve passar pelo viés do espaço local, para que, assim, busque-se, diante das novas tendências mundiais, o enfrentamento dos desafios da diversidade humana, seja no campo social, econômico, étnico e cultural. Tudo isso, em prol de um ideal de equidade social, a fim de promover a paz social, o bem estar da coletividade e a efetivação de direitos humanos.

Referências

AMIRANTE, Carlo (2003). *Uniões supranacionais e reorganização constitucional do Estado*. Tradução de Luisa Rabolini. São Leopoldo: Editora Unisinos.

BACCELAR, Tânia (2003). *As políticas públicas no Brasil*: heranças, tendências e desafios. In: SANTOS JR. & Orlando A. et. al. (Org.*)*. Políticas públicas e gestão local. Rio de Janeiro: Fase.

BASTOS, Celso Ribeiro (1998). *Estado do Futuro.* In: MARTINS, Ives Gandra da Silva (Coord.). *O Estado do Futuro*. São Paulo: Pioneira.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel (1997). *Local e global – a gestão das cidades na era da informação*. Madrid: Santillana.

CANOTILHO, J. J. Gomes (2000). *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 4. ed. Coimbra: Almeida.

CAMPOS, Roberto (1998). *A prepotência do Estado*. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva (Coord.). *O Estado do Futuro*. São Paulo: Pioneira.

CARVALHO, José Murilo de (2001). *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CUNHA, Edite da Penha & CUNHA, Eleonora Schettini M (2002). *Políticas públicas e sociais*. Belo Horizonte: UFMG.

CZEMPIEL, Ernst-Otto (2000). *Governança e Democratização.* In: ROSENAU, James & CZEMPIEL, Ernst-Otto. *Governança sem Governo*: ordem e transformação na política mundial. Brasília: UNB.

DAGNINO, Renato (2002). *Gestão estratégica de inovação:* metodologias para análise e implementação. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2002.

DOWBOR, Ladislau (1995). Da globalização ao poder local: a nova hierarquia dos espaços. São Paulo: Atlas.

FERRAJOLI, Luigi (2003). *Pasado y futuro Del Estado de Derecho*. Tradução de Pilar Allegue. In: CARBONELL, Miguel (Org.). *Neoconstitucionalismo(s)*. Madrid: Trotta.

FREY, Klaus. *Políticas Públicas*: um debate conceitual e reflexões da análise de políticas públicas no Brasil. In: Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, p. 212-257, 2000. Disponível em: *http://desafios2.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158*. [consultado em 28-8-2012].

HERMANY, Ricardo (2007). *(Re)discutindo o espaço local.uma abordagem a partir do direito social de Gurvitch*. Santa Cruz do Sul: Edunisc.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. *Desenvolvimento Local:* questões conceituais e metodológicas. In.: INTERAÇÕES: Revista Internacional de Desenvolvimento Local. p. 51-59, Set. 2002.

OLIVEIRA, Maria Coleta & PINTO, Luzia Guedes (2001). *Exclusão Social e Demografia*: elemento para uma agenda. In: OLIVEIRA, Maria Coleta (Org.). *Demografia da Exclusão Social*. Campinas: UNICAMP.

PEROBELLI, M. P & SCHMIDT, João Pedro (2011). *Superando a Dicotomia Público/Privado:* o comunitário e o público não estatal. In.: REIS, Jorge Renato dos & LEAL, Rogério Gesta. *Diretos Sociais e Políticas Públicas*: desafios contemporâneos. Tomo 11. Santa Cruz do Sul: Edunisc.

REIS, Jorge R. dos & MELO, Milena Petters (2009). *Imigração e relações interculturais no contexto da globalização:* entre igualdade e diversidade, as novas fronteiras da democracia. In: REIS, Jorge R. dos & LEAL, Rogério G. Direitos Sociais e Políticas Públicas: desafios contemporâneos. Tomo 9. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

RESTA, Eligio (2004). *O direito fraterno*. Tradução de Sandra Regina Martini Vial (Coord.). Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

ROSENAU, James. *Governança, ordem e transformação na política mundial.* In: ROSENAU, James & CZEMPIEL, Ernst-Otto. *Governança sem Governo*: ordem e transformação na política mundial. Brasília: UNB, 2000.

SANTOS, Milton (2000). *Por uma outra globalização*: do pensamento único à

consciência universal. São Pauto: Record.

SARTORI, Giovanni (1997). *Teoría de la democracia*: los problemas clássicos. Madri: Alianza Editorial.

SCHMIDT, João Pedro (2001). *Juventude e política no Brasil*. A socialização política dos jovens na virada do milênio. Santa Cruz do Sul: Edunisc.

SILVA, Ademir (1997). *A política social e a política econômica.* In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo.

SPINK, Peter & PEREIRA, Luiz Carlos Bresser (Orgs.) (1999). *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*. Tradução de Carolina Andrade. 3. ed. Rio de Janeiro: FVG.

VALLÈS, Josep M (2002). *Las políticas públicas*. In: *Ciencia política*: una introducción. Barcelona: Ariel.

VIEIRA, Liszt (2001). *Os argonautas da cidadania*: A sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Record.

XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro

Democracia, Estado de Direito e Justiça
Lisboa, fevereiro de 2015

Comissões da verdade em contextos lusófonos: os casos de Brasil e Timor-Leste

Camila Tribess
(PQLP/CAPES camila.nusp@gmail.com)[1]

Sandra Avi dos Santos
(UFPR/CAPES nasdrinha@gmail.com)[2]

Resumo: Comissões da Verdade, com nomes diversos, são instituições que se formam em diversos países para investigar situações de violações de direitos humanos causados por diversos fatores. Este artigo busca percorrer a história de dois casos muito diferentes de comissões da verdade: o caso brasileiro, em que a comissão foi instaurada muitos anos depois do acontecimento das violações durante o período de ditadura militar em comparação com o caso leste-timorense, em que a comissão foi instaurada apenas um ano após o fim do conflito com a Indonésia, antes mesmo da restauração da independência do país. Brasil e Timor-Leste apresentam contextos sociais, políticos e econômicos também completamente diversos e o que nos interessa pensar nesse artigo são as diferenças e possíveis semelhanças entre as duas comissões e quais avanços elas proporcionaram para a garantia dos direitos humanos nesses dois países. A metodologia utilizada é análise documental e histórica e os resultados iniciais da pesquisa apontam para uma predominância dos interesses militares na política da comissão brasileira em contraposição a um grande sucesso na formação de uma memória de resistência e garantia de direitos humanos pela comissão leste-timorense.

Palavras-chave: comissão da verdade; justiça de transição; opinião pública; Brasil; Timor-Leste.

1. Introdução

O século XXI trouxe para o centro de diversas discussões o tema da justiça de transição, em especial as Comissões da Verdade. Segundo Ruti Teitel (2003: 89), o início do século XXI pode ser caracterizado por uma situação de fortalecimento da justiça transicional, em especial aquela que emerge do Estado (apud BRAHM, DANCY & KIM s/d: 1). Existem diversos institutos, órgãos internacionais e instâncias universitárias que desenvolvem pesquisas, em especial as comparativas, sobre Comissões da Verdade pelo mundo. Essa diversidade muitas vezes gera confusões conceituais e metodológicas, implicando em dificuldade para o desenvolvimento adequado das pesquisas da área.

Essa dificuldade se mostra logo no caso brasileiro, em que muitas vezes o relatório "Brasil: Nunca Mais" (ARQUEDIOCESE, 1985) é considerado um relatório de Comissão da Verdade. Apesar de ter sido um trabalho importantíssimo e socialmente referenciado, realizado por clero e sociedade civil, em nossa definição aqui utilizada não podemos considerá-lo como um relatório de Comissão da Verdade, visto que consideramos

1 Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná. Bolsista estágio docente Capes no Programa de Qualificação em Língua Portuguesa em Timor-Leste.

2 Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná. Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Bolsista Capes.

como tal apenas as iniciativas que foram, de alguma forma, incentivadas ou empossadas pelo Estado, o que, infelizmente, não foi o caso do "Brasil: Nunca Mais". Por isso, a Comissão da Verdade usada nesse trabalho como parâmetro de comparação será a Comissão Nacional da Verdade (CNV), instaurada pelo governo brasileiro no ano de 2011 e que teve suas atividades encerradas em dezembro de 2014. No mesmo sentido, para o caso de Timor-Leste, apesar dos diversos trabalhos de pesquisa levados a cabo por organizações não-governamentais, consideramos para este trabalho a Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR), formada e apoiada pelo parlamento provisório timorense no ano de 2001, que realizou audiências públicas e entregou seu relatório final ao governo timorense e à ONU em 2005. Nesse sentido, utilizamos aqui a seguinte definição de Hayner, em que as Comissões da Verdade, refer to those bodies that share the following characteristics: (1) truth commissions focus on the past; (2) they investigate a pattern of abuses over a period of time, rather than a specific event; (3) a truth commission is a temporary body, typically in operation for six months to two years, and completing its work with the submission of a report; and (4) these commission are officially sanctioned, authorized, or empowered by the state… (HAYNER, 2002: 14)

A partir dessa definição, onde podemos incluir portanto, a Comissão Nacional da Verdade brasileira e a Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação timorense, surgem outras inquietações, em especial às referentes ao direito à verdade utilizado nessa área e o outro conceito, diretamente relacionado, que é o conceito de justiça.

Segundo os documentos internacionalmente usados, em especial os da Organização das Nações Unidas, a população, as famílias e as vítimas têm direito a saber a verdade dos acontecimentos que resultaram em violações dos Direitos Humanos, seja em casos de assassinatos, desaparecimentos, torturas ou outros relacionados3. Além disso, essa ideia de direito à verdade traz consigo a ideia de justiça, pois que, se a verdade sobre crimes se torna conhecida, também se passa a conhecer os criminosos, sejam esses agentes permanentes do Estado (militares, policiais, funcionários) ou antigos governantes que tenham atuado como mandantes ou, no mínimo, de forma conivente com os crimes cometidos.

É uma problemática recorrente das Comissões da Verdade pelo mundo a questão de fomentar a justiça e garantir a punição daqueles que cometeram os crimes investigados. Nesse sentido, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça do Brasil, em documento traz a seguinte reflexão, El derecho a la verdad debe buscarse tanto a través de procedimientos judiciales como no judiciales. El Estado debe intentar establecer la verdad acerca de los abusos y violaciones independientemente de si los juicios penales son posibles de forma inmediata. (GONZALES y VARNEY, 2013: 7)

Assim, o direito à verdade aparece de forma anterior à necessidade de justiça, podendo atuar inclusive como forma de mobilização social para que, ao divulgar a verdade, a sociedade se empenhe na cobrança de medidas de justiça para os casos apurados pelas comissões. Essa dificuldade, como veremos adiante, está presente tanto na comissão brasileira como na comissão timorense e será um dos pontos abordados nesse artigo.

O trabalho se divide em uma breve contextualização das duas comissões, seguida de uma análise do seu sucesso e de suas dificuldades, tendo como foco da análise os eixos de direito à verdade, à construção de justiça e o papel da opinião pública na realização desses processos. Este trabalho é um artigo em estágio inicial, resultado de discussões e reflexões comparativas pela vivência em Timor-Leste e pesquisas sobre aquela Comissão da Verdade e a grande repercussão que a comissão brasileira vem alcançando nacional e internacionalmente.

2. Contextualização histórica das Comissões

A Comissão Nacional da Verdade no Brasil4

Em 14 de dezembro de 2010 a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), ligada à OEA (Organização

---

3 United Nations. Alto Comissariado para Direitos Humanos. Disponível em *http://www.un.org/es/rights/*

4 Adaptado de AVI DOS SANTOS & TRIBESS. "O surgimento tardio da Comissão da Verdade no Brasil e a predominância militar na política brasileira de Direitos Humanos". In *III Congreso Ciencias, Tecnologias y Culturas*. Santiago, Chile: Janeiro 2013.

dos Estados Americanos), condenou o Estado brasileiro por não investigar nem punir os crimes cometidos em decorrência da repressão à conhecida Guerrilha do Araguaia, organização política que lutou, entre 1972 e 1975, contra a ditadura civil-militar no Brasil (SENTENÇA CIDH, 2010). A condenação pelo caso Araguaia reabriu a discussão sobre a Lei de Anistia brasileira e suas possíveis interpretações.

Desde 1979 a Lei da Anistia gera controvérsias na sociedade brasileira. Existem diversas opiniões, e duas em especial se contrapõem: aqueles que concordam com a orientação do General Figueiredo, para quem "certos eventos, melhor silenciá-los, em nome da paz da família brasileira" (FIGUEIREDO, 1979), ou seja, que leem a Lei de Anistia como capaz de imunizar os torturadores e são contra qualquer investigação que vise a clarear os fatos ocorridos durante a ditadura; e, em contraposição, aqueles que entendem que a Lei da Anistia não pode se opor às investigações de torturas e crimes cometidos pelo Estado brasileiro, especialmente por este ser signatário de tratados internacionais de Direitos Humanos que afirmam que a tortura é um crime de lesa-humanidade e, portanto, imprescritível.

A sentença da CIDH e a formação da Comissão Nacional da Verdade favorece a balança jurídica e social a favor do segundo grupo, reabrindo, portanto, a discussão sobre as implicações da Lei de Anistia e a necessidade do Brasil repensar suas políticas de Direitos Humanos no que diz respeito aos crimes cometidos durante a ditadura civil-militar, postura essa reforçada pelo relatório final da CNV, entregue em 10 de dezembro de 2014. Apesar de o Estado brasileiro ter se pronunciado em contrário à decisão da Corte Interamericana, reafirmando que a Lei de Anistia seria mantida com sua interpretação usual, essa condenação reabriu as discussões e possibilitou traçar o caminho que levou à implementação da Comissão da Verdade em 2012.

Por uma vitória política no embate com os militares a Comissão não possui membros militares, o que a princípio era exigido por estes grupos contrários à Comissão, apesar de os membros não serem os que as vítimas e familiares a princípio exigiam. No entanto, ficou clara a contrariedade de grupos militares – a maioria já na reserva – visto que não só comemoraram o aniversário do golpe em março de 2012 apesar das proibições da presidente Dilma Rousseff, como também publicaram documentos e vídeos declarando publicamente serem contrários à Comissão.

Os trabalhos da Comissão foram concluídos no final de 2014, ocasião em que apresentou-se relatório com as principais descobertas, logo tornado público, inclusive com o nome de vítimas e acusados de torturas, assassinatos e sequestros. A CNV pediu em seu relatório também a revisão da Lei da Anistia.

A Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação em Timor-Leste[5]

A Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação foi criada em 2001 pela missão da ONU em Timor-Leste (UNTAET) e depois foi reconhecida pela Constituição, para um mandato de dois anos (prorrogado depois para 3 anos e meio), em que investigaria os crimes cometidos contra os Direitos Humanos entre 1974 e 1999. Foi liderada por forças políticas timorenses organizadas no Comitê Nacional de Resistência Timorense (CNRT), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), bem como pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). A Comissão possuía amplos poderes de investigação, mas em momento algum foi posto poderes de julgamento ou similares. A comissão deveria encaminhar os resultados em relatório específico que seria tomado devidamente pelo Parlamento de Timor-Leste e pela justiça.

Além disso, a comissão também possuía um importante papel, o de fomentar a 'reconciliação comunitária', isto é, queria-se que a comissão, utilizando tradições e lideranças locais, propiciasse a volta de pessoas às suas comunidades, organizasse pequenos e médios eventos (assembleias comunitárias) no intuito de celebrar reparações de danos cometidos e assim possibilitar o reequilíbrio nas comunidades afetadas por diversos tipos de violências e conflitos internos.

As transições para a democracia na Indonésia e em Timor-Leste foram transições por transação, ou seja, negociadas. Além disso, foram processos que se influenciaram mutuamente. Essa complexa rede de

5 Adaptado de TRIBESS. "CAVR Timor-Leste, entre a formação de verdades e construção de justiças". in *TLSA Conference*. Dili, Timor-Leste: 2013.

negociações envolveu também a formação de um tribunal ad doc em Jacarta, que, segundo o acordo político feito, se responsabilizaria por investigar e julgar os responsáveis por crimes contra os Direitos Humanos que estivessem sob a jurisdição Indonésia. Da mesma forma a UNTAET possuía, em Timor-Leste, vasto corpo de juristas e procuradores internacionais, aos quais também caberia investigar os crimes graves de lesa-humanidade. Além disso, no momento da criação da CAVR a Comissão de Inquérito das Nações Unidas já havia recomendado a criação de um Tribunal Internacional (CAVR 2005c: 9).

No entanto, esse contexto é complexo e está longe de ser homogêneo ou completo. O papel do CAVR, apesar de essencial, deu conta de forma satisfatória de uma parte: a formação da identidade nacional ao redor dos relatos de luta contra a invasão indonésia. A segunda parte – a resolução dos conflitos e promoção de justiça – foi apenas parcialmente efetuada, nos casos em que as recompensas e acordos por danos feitos e sofridos podiam ser resolvidos em âmbito local. Os conflitos maiores, bem como as denúncias mais graves de violação dos Direitos Humanos estão até hoje em um limbo jurídico-político: ao mesmo tempo que esperam julgamentos em tribunais de justiça de base ocidental (em contraposição à justiça tradicional timorense adotada para os conflitos menores), enfrentam barreiras de cunho político internacional. Além disso, mesmo com as recomendações da própria ONU e da CAVR, nunca foi feito um tribunal internacional para julgar os crimes graves.

3. Os processos de formação de verdades

No Brasil, um dos maiores ganhos da CNV é ter tido acesso a todos os arquivos do poder público sobre o período. No entanto, a Comissão não tem caráter judicial, ou seja, não pode levar a julgamento, nem mesmo propor penas aos culpados. Essas peculiaridades da Comissão se devem, em grande medida, às disputas para sua implementação. A discussão sobre a Comissão vem desde 2010 tomando espaço, mas sofreu grande rejeição de parte da elite militar e política, que teme julgamentos e condenações.

A Comissão foi proposta em 2010 e desde então passou por muitas mudanças, principalmente para atender às reivindicações militares. O termo que era utilizado, "repressão política", foi subtraído do texto. A comissão, como foi formada, prevê apenas o "exame" dos fatos, sem poder de investigação judicial ou condenações. Também pela pressão de grupos militares a Comissão vai investigar crimes que vão além do período de 1964 e 1985, abarcando fatos desde 1946 até 1988, pois esses grupos militares alegam que a ditadura militar não foi o único regime a cometer "erros" em sua forma de atuação.

Assim, apesar do tempo decorrido, os grupos militares herdeiros da ditadura militar ainda exercem grande poder de veto players sobre as políticas de averiguação das violações aos Direitos Humanos. No entanto, pequenas grandes vitórias vêm sendo conquistadas, no mesmo espírito da formação da Comissão da Verdade. Ainda no ano de 2012 a Justiça brasileira definiu uma vitória histórica em defesa da verdade sobre o período da ditadura civil-militar. Um dos casos mais famosos do período, o da morte do jornalista Vladmir Herzog foi finalmente encerrado. Herzog foi convocado para depor em 24 de outubro de 1975 e apresentou-se espontaneamente no dia seguinte aos policiais do DOI/Codi (a polícia política da ditadura). No mesmo dia foi "encontrado morto em sua cela", segundo boletim da própria polícia, que vinha acompanhado de fotos do corpo de Herzog pendurado por lençóis em uma cela. A perícia divulgada na época apontava que Herzog teria se suicidado, no entanto, a questão se alongou na justiça até este ano, quando, finalmente, a justiça teve coragem e possibilidade de dizer a verdade que todo o país já sabia (BATOCHIO, 2012).

A perícia verdadeira apontava que Herzog sofrera diversas lesões por tortura e que, já depois de morto, foi pendurado em um lençol, forjando assim a cena de suicídio. Apesar de estar além do âmbito da investigação da Comissão da Verdade, esse tipo de atuação da justiça brasileira vem favorecer um ambiente de discussão e contestação à herança da ditadura militar. O Brasil é o país (daqueles do Cone Sul que também sofreram ditaduras militares) em que os militares mais mantiveram privilégios e prerrogativas nos governos democráticos (ZAVERUCHA, 2003).

Por sua vez, A CAVR teve papel único e importantíssimo, ao buscar os relatos daqueles que sofreram violações de Direitos Humanos em Timor-Leste durante os 24 anos de ocupação indonésia e ao dar voz aos heróis

comuns, àqueles e àquelas que foram parte indispensável na luta de 24 anos, mas que não são os líderes políticos nem são aqueles que têm grande importância social.

A verdade contida no presente Relatório tem em grande medida origem nas palavras das pessoas que viveram directamente os anos do conflito. A Comissão atribuiu especial importância à audição directa de pessoas que sofreram violações dos direitos humanos ao longo do período de 25 anos (...). Essas muitas vozes, de todo o país, deram a Timor-Leste um bem precioso. Falam-nos de quem somos, das coisas pelas quais passámos, das coisas que perdemos e mostram-nos o valor do que ganhámos. Com as histórias das nossas irmãs e dos nossos irmãos, aprendemos que a vitória não é uma simples questão de heróis e de vilãos (...). As experiências dos 'cidadãos comuns', quer os muitos que morreram quer os que sobreviveram, contam-nos de onde vimos e ajudamnos a compreender quem somos hoje (CAVR 2005: 10)

Nesse sentido, considerar o que é reconhecido hoje como a verdade sobre o passado recente de Timor-Leste passa, necessariamente, pelo material coletado e divulgado pela CAVR. As diversas histórias imbricadas no relatório final, muitas vezes complementares, outras vezes contraditórias, se unem numa profusão de vidas modificadas pelo conflito armado, pela tortura, pela morte e pela violência, havendo necessariamente um trauma social contado a cada linha do relatório.
Após a gigantesca força-tarefa para a coleta destes depoimentos, que envolveu todas as comunidades, nos 13 distritos do país e que se estendeu por vários meses, foi montado um mosaico em que essas falas foram respeitadas, incluídas e consideradas como verdadeiras. Esse processo se deu de formas variadas, mas chamamos a atenção aqui para as oportunidades em que audiências públicas aconteceram, com os depoentes se expondo perante sua comunidade, suas famílias, contando fatos que às vezes nunca antes tinham contado. Essa catarse coletiva buscava além das falas, um sentimento de encerramento do ciclo de sofrimento, como se a fala pública fosse capaz de ritualisticamente encerrar o período de dores e deixar a terra e os corações abertos para o novo ciclo de paz que se pretendia.
Não há aqui simplismos ou ingenuidades quanto às falas dos depoentes, há a necessidade urgente de se formar a historia timorense do conflito, de se registrar a dor e sofrimento pelos quais esta população passou nos anos de conflito e ser capaz de formar uma identidade nacional, que enquanto timorenses se constitua na língua tétum, na religião católica, mas especialmente, no sentimento de união frente ao colonialismo indonésio, forjando nas mentes e corações a identidade nacional buscada durante a resistência (ANDERSON 1993: 7).
Além disso, a memória coletiva do conflito permite que mesmo as novas gerações, que não passaram diretamente pelos movimentos de resistência, possam se identificar com a luta vivida e fortalecer a identidade nacional construída. Há um consenso no relatório da CAVR de que só se poderia começar a construir o futuro quando o passado estivesse bem escrito e relembrado por todos.

Era necessário para o futuro de Timor-Leste que se aprendesse com a história do conflito. A investigação do passado e a determinação da verdade deveriam ser vistas como fundamentais para uma construção sólida do passado (CAVR 2005: 12)

Esse processo se deu principalmente pela realização de audiências públicas no âmbito das aldeias, buscando reconciliações nas bases, pois havia já ações para a reconciliação em níveis maiores, entre líderes políticos, mas não havia até aquele momento tentativas de reconciliações para os danos causados entre os moradores de um mesmo local e, nesse particular, as tradições da justiça local timorense se mostraram capazes de lidar com estes conflitos.
Temos assim, como resultantes desse processo de formação de verdade encampado pela CAVR a realização de audiências nas aldeias dos distritos, com o depoimento voluntário de vítimas e testemunhas; a formação de identidade nas comunidades e possibilidade de catarse social dos traumas vivenciados; a reafirmação da comunidade e da tradição timorense enquanto legítima para os processos de reconciliação; a valorização da tradição oral timorense e dos ritos de conformação social existentes.

4. Comissão da Verdade, Lei da Anistia e Opinião pública brasileira

Diferente de outros países como Argentina ou como no Timor-Leste, por exemplo, em que os cidadãos se manifestaram, saíram e ainda saem às ruas para expressar sua opinião sobre as Comissões da Verdade, seja para protestar contra a impunidade, seja para rememorar seus mortos e desaparecidos, no Brasil, esse tipo de manifestação após o período ditatorial tem sido quase ausente. Neste caso, podemos inferir que o fato da transição ditatorial para a democracia ter sido feita de cima pra baixo, isto é, pelos próprios militares – que como veremos ao longo deste texto, impôs a anistia tanto para os seus quadros, quanto para os que lutaram contra o regime –, fez com que os cidadãos em geral não tivessem tanto interesse em se manifestar perante a justiça transicional. Em outras palavras, é possível dizer que por anos os brasileiros esqueceram-se do senso de justiça que poderiam levar à punição dos respectivos repressores.

Assim sendo, quase em nenhum momento a Comissão Nacional da Verdade foi objeto de manifestações púbicas no Brasil. Se tomarmos como exemplo as manifestações de junho e julho de 2013 (nomeadas pela mídia e até mesmo por parte da academia como "jornadas de junho"), ocasião que a Comissão poderia ter sido questionada quanto à sua transparência ou quanto à forma pela qual estava sendo conduzida, podemos relatar que esta não foi sequer lembrada nas reinvindicações dos jovens participantes – em sua maioria entre 16 e 30 anos –, que foram às ruas em diversas cidades do país.

Contudo, a partir de pesquisa divulgada pelo Instituto Datafolha6 que, em fevereiro de 2014, consultou a opinião publica sobre questões relativas a "Democracia e Ditadura", é possível inferir que os brasileiros estão mais satisfeitos com a democracia do que com o regime ditatorial, mesmo acreditando que aquela tenha algumas limitações. Os resultados da enquete, embora limitados para uma análise exaustiva sobre a opinião pública, configuram algumas importantes tendências recentes acerca da percepção da justiça transicional no Brasil.

Segundo os dados da referida pesquisa, observamos que para 62% dos entrevistados a democracia sempre será a melhor forma de governo. Contudo, contraditoriamente, 56% concordam que a vigilância do governo em relação às pessoas melhora a sociedade. Em relação à questão sobre os direitos humanos, 64% concordam que estes devem ser respeitados até mesmo para os criminosos e 73% são contra a prática de qualquer tipo de tortura, mesmo que empregada para obter provas ou punir criminosos.

Em relação às questões relacionadas aos crimes cometidos durante a ditadura, 46% são a favor de punição para aqueles que torturam presos políticos e 41% são contra. Ainda segundo a pesquisa Datafolha, 54% dos entrevistados são favoráveis à revisão do judiciário e da polícia nos casos em que pessoas praticaram atentados contra o governo durante esse período. Quando questionados sobre o pagamento de indenizações a presos políticos ou familiares de perseguidos ou mortos, 52% concordam que estes sejam indenizados.

Por fim, o Datafolha fez a seguinte questão a qual, em virtude da abrangência e do caráter polêmico, citamos abaixo:

Em outros países da América Latina onde houve ditaduras militares na mesma época em que no Brasil, como Chile e Argentina, pessoas acusadas de tortura, assassinatos e sequestros foram julgados muito tempo depois do fim do regime militar. No Brasil, a Lei da Anistia impede que pessoas que praticaram tortura, assassinato, sequestro e os que cometeram crimes na luta contra a ditadura sejam julgadas e presas. Você é a favor ou contra a anulação da Lei da Anistia para que os que praticaram torturas, assassinatos, sequestro e os que cometeram crimes na luta contra a ditadura possam ser julgados e presos?

Entre os entrevistados, 46% disseram que preferem que esta lei seja revista, 37% se posicionaram contra e 17% não souberam responder. Ainda sobre essa questão, aumenta para 80% o apoio à revisão, ao saberem que "são acusados de tortura, assassinato e sequestro tanto membros do governo, que defendiam o regime militar, quanto militantes de esquerda."

---

6 Instituto Datafolha realizou a pesquisa entre os dias 19 e 20 de fevereiro, consultou 2614 brasileiros entre 16 e 70 anos ou mais. Margem de erro de 2% para mais ou para menos, com intervalo de 95% de confiança.

Nesse sentido, podemos inferir que, em primeiro lugar, tanto a Comissão Nacional da Verdade quanto a revisão ou não da Lei da Anistia não têm sido tema de amplo debate público no Brasil. Além disso, a pesquisa Datafolha de 2014 revelou não apenas indícios de pouco conhecimento sobre a natureza da Ditadura Militar e de suas consequências, como também um certo equilíbrio entre os que defendem ou são contra a punição a torturadores de presos políticos (respectivamente, 46% e 41%). Por fim, outro índice preocupante diz respeito ao fato de que, diante da pergunta sobre a revisão da Lei da Anistia (o que, em tese, garantiria à Comissão Nacional da Verdade maior respaldo e legitimidade para sugerir indiciamentos e punições à Justiça brasileira), enquanto 46% preferiram sua revisão incondicional e 37% foram contra, 80% se declararam a favor, desde que houvesse punição tanto para membros do governo quanto para militantes de esquerda.

A pesquisa Datafolha foi feita em um momento complexo vivido pelo país. O início de 2014 – ano eleitoral, portanto –, foi um período em que se prenunciava uma alta polarização ideológica diante das candidaturas presidenciais. Além disso, o rescaldo das "jornadas de junho" de 2013 ainda repercutia na imprensa, em razão da ampla gama de temas mobilizados, tais como saúde, segurança, educação, e num tom geralmente hostil ao governo Dilma Rousseff. Além do mais, dentre as diversas mensagens surgidas daquelas manifestações, algumas expressões políticas conservadoras, quando não de extrema direita, bem como hostis à agenda dos Direitos Humanos, tem sido empunhadas por determinados setores sociais.

Todavia, por mais que a pesquisa possa ser questionada quanto à sua representatividade, o que seus entrevistados expressaram pode ser interpretado como um posicionamento político oscilante entre conservadorismo e apoio condicional à democracia como forma de governo, desde que caiba ao Estado a vigilância sobre a sociedade. Diante disso, se até então a Comissão Nacional da Verdade, bem como o caráter da justiça transicional no Brasil, não haviam sido objeto de ampla mobilização nacional, resta saber se esse debate começará a ganhar contornos mais nítidos a partir da exposição pública do Relatório da CNV, em dezembro de 2014.

5. A formação de justiças

O Brasil teve a transição política mais lenta dos países do Cone Sul, por isso mesmo, e por nosso histórico de mudanças lentas e coordenadas pela elite política (COMPARATO, 2009) o Brasil também é o último dos países do Cone Sul a investigar seus crimes durante a ditadura militar.

A Lei de Anistia brasileira, promulgada em 1979, foi parte desse "conchavo" para enterrar a ditadura militar e esquecer seus crimes e criminosos. Enquanto a Argentina reconsiderou sua "lei do ponto final" de 1986 entendendo que os ditadores e torturadores deveriam sim ir a julgamento, o Brasil nunca repensou legalmente sua Lei de Anistia, deixando por todos esses anos a memória dos brasileiros sem o senso de justiça contra seus torturadores.

Ainda que de forma simbólica, o julgamento dos crimes cometidos pela ditadura é importante no sentido de dar, finalmente, nome às vitimas e aos culpados, para que não se inverta a lógica, criminalizando as vítimas e inocentando os culpados. O Brasil produziu, já em 1985, o seu relatório Brasil: Nunca Mais (ARQUEDIOCESE, 1985), que foi escrito a partir da coleta de depoimentos dados à polícia e que chegaram ao Supremo Tribunal Militar. Nesse relatório são citados 444 nomes de torturadores, no entanto nenhuma providencia jurídica foi tomada, ao contrário, um dos torturadores citados chegou a processar a editora que publicou o livro (BAUER, 2012).

Podemos compreender que em 1979 talvez não se pudesse obter resultados melhores em relação à Lei de Anistia, no entanto, com o passar dos anos a não resolução desses conflitos torna a justiça brasileira fragilizada, protegendo repetidamente aqueles responsáveis por crimes contra a humanidade. A predominância militar quanto à política de Direitos Humanos no Brasil pode ser compreendida no contexto político e social de 1979, mas isso não pode mais servir de escudo para estes crimes até os dias de hoje. Nesse sentido, a decisão do Supremo Tribunal Federal, em 2010 de revalidar os termos da Lei de Anistia, impedindo novamente a investigação dos crimes cometidos no âmbito estatal reafirma a impunidade dos torturadores, estando em dissonância com os tratados internacionais de DH que o Brasil é signatário. Para o ano de 2015 talvez

tenhamos alguma alteração nesse quadro, já que o recente relatório da CNV recomendou a revisão da Lei da Anistia e pode abrir caminho para algum tipo de julgamento e punição aos responsáveis pelos crimes da ditadura.

Dessa forma, com a condenação do Estado Brasileiro pela CIDH e a implementação da Comissão da Verdade tem-se a impressão de que essa dissonância começa a ser questionada e quebrada, possibilitando uma nova visão sobre os crimes de tortura no Brasil e abrindo espaço para uma nova compreensão sobre a memória do período de ditadura civil-militar. No entanto, esse processo só vai se consolidar se, após a entrega do relatório final da CNV o poder judiciário for acionado e algum tipo de alteração na Lei de Anistia de 1979 aconteça.

Nesse sentido, o caso timorense não nos traz grande otimismo. Apesar de ter sido muito bem sucedido ao formar a memória de luta pela independência naquele país, a justiça não chegou a se concretizar. Há uma década quase que se sabe dos crimes que foram cometidos, dos nomes dos executores e dos mandantes dos crimes. No entanto, o caso timorense se mostra ainda mais complexo, pois os criminosos são em sua maioria indonésios, militares inclusive de altas patentes, hoje já aposentados numa estrutura militar ainda extremamente autoritária.

A CAVR não tinha poderes de julgamento, nem se propunha a substituir os processos legais e julgamentos da justiça formal. Ao contrário, tinha como um de seus objetivos contribuir para a realização dos julgamentos, juntando informações e depoimentos que embasassem possíveis condenações. Apesar das recomendações dos órgãos da ONU e da própria CAVR, nunca foi instaurado um tribunal internacional que tivesse força e legitimidade para julgar altos militares indonésios, líderes políticos, milicianos e demais responsáveis pelos crimes cometidos. A ONU cometeu, nesse sentido, o mesmo erro que cometeu em 1999, deixando as galinhas sob o cuidado da raposa, ou seja, em 1999 deixou a responsabilidade pela segurança do referendo em Timor-Leste nas mãos dos militares indonésios e, a seguir, deixou nas mãos do governo indonésio o julgamento de seus próprios líderes políticos e militares que foram os mandantes dos crimes bárbaros de lesa-humanidade cometidos em território timorense. Há de se questionar o real papel da ONU para a construção da democracia timorense, visto que é recorrente no relatório da CAVR que não pode haver paz e democracia sem concretização da justiça.

Depois da saída da 1ª missão da ONU de Timor-Leste em 20 de maio de 2002 e a entrada do 1º governo constitucional timorense, tornou-se ainda mais difícil para a jovem e ainda cambaleante nação assumir as responsabilidades de um julgamento internacional deste porte. Além disso, parece haver um consenso tácito de que nenhum organismo internacional deveria denunciar os crimes cometidos em Timor-Leste às instâncias internacionais responsáveis, não havendo assim sequer alguma movimentação no sentido de buscar algum tipo de justiça formal para aqueles que foram os responsáveis pelo extermínio de 1/3 da população de Timor-Leste, The lack of planning and support seriously undermined the effectiveness of the serious crimes process. These shortcomings signaled the level of commitment to the justice process shown by the UN, the international community, and the Timor-Leste government. In its hour of need, these bodies effectively abandoned the serious crime regime. The justice process was trumped by other interests. Despite the resource and political constraints imposed upon the serious crimes regime, a small group of determined practitioners managed to achieve a small measure of justice for the victims of the East Timor conflict. (HIRST & VARNEY, 2005)

Assim, essa não-decisão quanto aos julgamentos também repercute nas crenças políticas da população como um todo:

O legado desta ausência de justiça durante longos anos de violações dos direitos humanos revela-se em inúmeras implicações. Quer para Timor-Leste quer para a Indonésia o resultado foi a instalação definitiva da impunidade. Aqueles que planearam, ordenaram, cometeram e são responsáveis pelas mais graves violações de direitos humanos não foram chamados a prestar contas, e, em muitos casos, viram as suas carreiras militares e civis florescerem devido às acções praticadas. (...) Neste contexto, será sempre extremamente frágil o respeito pelo Estado de direito e pelos órgãos do Estado responsáveis pela sua administração, pilar

fundamental da transição para a democracia na Indonésia e para a construção do Estado em Timor-Leste (CAVR 2005d: 26-27)

No que diz respeito às consequências da atuação da CAVR, temos as reconciliações nas aldeias, numa mistura de técnicas jurídicas internacionais e tradicionais que é importante ser destacada; a justiça tradicional foi valorizada para administrar os conflitos internos e considerados "menores"; as recomendações do CAVR quanto aos crimes graves não foram levadas adiante; a recomendação de encaminhar os crimes graves - especialmente os mandados e/ou executados pelo governo/Estado indonésio – para julgamento internacional também não tiveram nenhuma resolução prática.

Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi estabelecer, de forma preliminar, uma comparação entre dois casos de instauração de Comissões da Verdade em contextos políticos muito distintos. Se no caso brasileiro, entre a Lei da Anistia de 1979 e a instauração da Comissão Nacional da Verdade em 2012, praticamente não houve grandes mobilizações públicas em torno da investigação de violações de direitos humanos ocorridos ao longo do Regime Militar, no caso leste-timorense, a grande repercussão internacional ou ao menos, o papel da ONU no processo de reconhecimento de sua independência política, favoreceu uma maior participação da sociedade na investigação da atuação dos militares indonésios. Nota-se, contudo que, em ambos os casos, houve um processo de transação e negociação política, sendo que no Brasil, o próprio Regime Militar foi o responsável pela Lei de Anistia enquanto no Timor-Leste o governo indonésio seria o responsável por punir seus próprios membros e militares envolvidos nos crimes cometidos entre 1975 e 1999.

Por outro lado, os efeitos da instauração de políticas voltadas ao tema da justiça de transição foram bastante diversos: se para Timor-Leste a Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR) logrou um importante papel na formação da identidade nacional, sobretudo em razão dos relatos da luta contra a invasão indonésia – e a despeito dos limites localizados quanto à promoção de justiça, e sem condenação dos responsáveis pelas violações de Direitos Humanos –, no Brasil, a instauração tardia da Comissão Nacional da Verdade não teve grande repercussão e mobilização pública em torno de sua agenda. Além disso, pode-se dizer que a CNV brasileira tem sido alvo de ataques por parte de setores remanescentes do Regime Militar, e mesmo a opinião pública oscila quanto a sua legitimidade e abrangência.

Por fim, há um elemento em comum na instauração das respectivas Comissões no Brasil e no Timor-Leste: o papel de cortes de justiça de atuação internacional e de agências da ONU no desencadeamento interno de políticas voltadas ao direito à verdade. Assim, se Timor-Leste contou com o apoio da ONU e de suas agências específicas (Alto Comissariado para os Direitos Humanos e para Refugiados – respectivamente, o ACNUDH e o ACNUR) na instauração da CAVR, a condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH – ligada à Organização dos Estados Americanos / OEA), em 2010, por não ter investigado nem punido os crimes cometidos na repressão à Guerrilha do Araguaia, foi um dos fatores que pesaram para a reabertura da discussão sobre as implicações da Lei da Anistia e para a constituição da própria agenda dos Direitos Humanos.

Evidentemente, tais casos ainda merecem análises mais profundas e detalhadas quanto aos efeitos das Comissões da Verdade, tanto para a consolidação da agenda dos Direitos Humanos, quanto para a própria democracia nos respectivos países. Em que pese o caráter recente destas políticas, sobretudo no Brasil, o acompanhamento da opinião pública, dos debates midiáticos e da repercussão em torno dos relatórios destas Comissões, revelam-se, portanto, de fundamental importância.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. (1993) "Imaginar Timor-Leste". In Arena Magazine vol. 4.

ARQUEDIOCESE de São Paulo. (1985) Brasil: Nunca Mais. São Paulo.

AVI DOS SANTOS, S. & TRIBESS, C. (2013). "O surgimento tardio da Comissão da Verdade no Brasil e a predominância militar na política brasileira de Direitos Humanos". In III Congreso Ciencias, Tecnologias y Culturas. Santiago, Chile.

BATOCHIO, José Roberto. (2012) "O caso Herzog e a Lei da Anistia". in Folha de São Paulo, Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/55278-o-caso-herzog-e-a-lei-da-anistia.shtml

BRAHM, E.; DANCY G. & KIM, H. (S/D) The Turn to Truth: Trends in Truth Commission Experimentation. Nova York: ICTJ

CAVR. (2005) Relatório CHEGA!. Timor-Leste.

COMPARATO, Bruno. (2009) "A Anistia entre a memória e a reconciliação: dilemas de uma transição política ainda inconclusa". In XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro.

FIGUEIREDO, João. (1979/1984). Discursos. Brasília: Assessoria de Imprensa da Presidência da República. Volumes I, II, III, IV e V.

GONZALES, E.; VARNEY, H. (Ed.) (2013) En busca de la verdad. Elementos para la creación de una comisión de la verdad eficaz. Brasilia: Comisión de Amnistía del Ministerio de Justicia de Brasil; Nueva York: Centro Internacional para la Justicia Transicional.

HAYNER, Priscilla B. (2010) Unspeakable Truths: Transitional Justice and the Challenge of Truth Commissions. 2a ed., Nova York.

HIRST & VARNEY (2005). JUSTICE ABANDONED? An Assessment of the Serious Crimes Process in East Timor. Nova York: ICTJ.

OLIVEIRA, Luciano. (2011) "Ditadura Militar, Tortura e História - A "vitória simbólica" dos vencidos". In Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 26, n° 75.

REIS, Daniel. (2010) "Ditadura, anistia e reconciliação". In Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, p. 171-186.

TEITEL, R. G. (2003) "Human Rights in Transition: Transitional Justice Genealogy". In Harvard Human Rights Journal, 16 (69), pp. 69-94.

TRIBESS, C. (2013) "CAVR Timor-Leste, entre a formação de verdades e construção de justiças". in TLSA Conference. Dili, Timor-Leste.

TRIBESS, Camila. (2012) Considerações Teóricas Sobre as Transições Políticas no Brasil e na Argentina. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. UFPR.

ZAVERUCHA, Jorge. (2003) A Literatura Sobre Relações Civis-Militares no Brasil (1964-2002): Uma Síntese. Red de Seguridad y Defensa de America Latina.

A retórica dos direitos humanos num mundo desigual: hegemonia ou contra-hegemonia?

Cristina Pinto Albuquerque
crisalbuquerque@fpce.uc.pt

Resumo: O discurso associado aos direitos humanos ancora-se numa normatividade produzida inúmeras vezes no sentido da legitimação de decisões, em si mesmas discutíveis à luz da narrativa que afirmam concretizar. A comunicação que propomos visa discutir as bases históricas e políticas da emergência e defesa dos direitos humanos no mundo ocidental e refletir sobre a forma como tal retórica pode contribuir para a formação de um discurso contra hegemónico, ou, pelo contrário, para a confirmação e legitimação de uma ordem social injusta, plasmada em políticas e decisões públicas ambíguas. Uma tal reflexão pressupõe assim necessariamente uma discussão sobre a dimensão universalista ou contextualista dos direitos humanos, mas também, um debate político sobre as conexões e desconexões entre a retórica, historicamente fundada, dos direitos humanos e a (in) justiça social no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: direitos humanos, democracia, modernidade, universalidade, particularismo

1. Introdução

A retórica dos Direitos Humanos tende a consubstanciar, na era da diluição das meta-narrativas (Lyotard, 1989), a última das ideologias partilhadas, o reduto consensualizado e perene das conquistas da Modernidade. Na verdade, nenhuma outra conceção ou ideal tem permitido agregar, de forma tão explícita e coerente, diversas facções políticas e filosóficas, quantas vezes antagónicas. A defesa dos direitos humanos constitui-se, para todos – destituídos ou poderosos, hedonistas ou estóicos, liberais ou igualitaristas -, como o princípio da emancipação prometida pelo Iluminismo, a maior prova civilizacional de maturidade de uma humanidade com potencial auto destrutivo massificado. Uma retórica, pois, que permitiu criar a mais nobre e universal orientação filosófica e política dos tempos atuais. Nesta perspetiva, como afirmam diversos autores, a narrativa dos Direitos Humanos, que marca indelevelmente o século XX e a crença no progresso e na Democracia, constitui-se como a ideologia que subsiste face à derrocada de todas as ideologias, como o princípio de configuração histórica do sujeito no "fim da história".

No entanto, paradoxalmente, as práticas de violação dos direitos humanos nunca foram tão evidentes e dramáticas como no decurso do século passado. Bastaria recordar o Holocausto para que tal constatação se tornasse incontestável. Como afirma Jacques Derrida (1994:117), ao longo do século XX, «em número absoluto, nunca tantos homens, mulheres e crianças foram subjugados, passaram fome e foram exterminados sobre a terra». Ainda assim, embora possamos considerar cínica, perante tal cenário, a apologia dos direitos humanos, justificar-se-á a dúvida sobre os seus fundamentos e sobre a bondade das respetivas premissas emancipatórias, ancoradas nos dois grandes pilares da Modernidade, a Razão e a Lei?

Desde logo não deixa de ser instigante a constatação do triunfo do programa político e filosófico dos direitos humanos, apesar das provas empíricas da sua paradoxalidade e da descrença sobre a sua aplicabilidade prática e universal. Porquê o sucesso da retórica perante as evidências práticas do fracasso, colocando os "direitos humanos" numa espécie de patamar "pós histórico", logo, despojado das contingências e idiossincrasias da experiência empírica e do contexto? Não estará, porém, o maior paradoxo dos direitos humanos associado precisamente à utilização contingencial, em função de interesses particulares e políticos, da sua retórica e património consensualizado?

Na época atual, num contexto globalizado, plural e cada vez mais desigual, urge pois uma reflexão sobre o discurso dos direitos humanos e sobre o que ainda pode conservar de essencial, para além de um invólucro opaco de auto-legitimação, bem como sobre os paradoxos que podem estar subjacentes à sua invocação pública e à sua possível instrumentalização política.
Nas sociedades contemporâneas, a imprevisibilidade, a dominação, o terror massificado, a tortura, o irracional, (re)tornam à agenda política sob novas formas, cada vez mais sofisticadas e globais, em sociedades reticulares, simultaneamente voyeuristas e alienadas sob um «sofrimento não computado», como afirma Douzinas (2007).
Neste contexto, a invocação da retórica dos direitos humanos, para justificação de ações que na verdade lhes são contrárias "em nome da liberdade, da justiça e da democracia", deve merecer uma reflexão, mais crítica e profunda, sobre a relevância e os objetivos de uma narrativa de direitos - associados a um sentido de Humanidade - face a dinâmicas de desumanização, muitas vezes legitimadas pelo Direito Internacional, ou pelas instâncias que visam aplicá-lo, como as Nações Unidas. Como enfatizou profeticamente, nos anos setenta do século XX, Hannah Arendt (1989 [1951]: 332),
É perfeitamente concebível (…) que, um belo dia, uma humanidade altamente organizada e mecanizada chegue, de maneira democrática – isto é, por decisão da maioria -, à conclusão de que, para a humanidade como um todo, convém liquidar certas partes de si mesma.
Neste âmbito, manter-se-á o pressuposto original dos direitos humanos de libertação da dependência e da dominação? Permanecerá, associado a tal discurso, apesar do seu desgaste, um reduto de transcendência e de utopia, capaz de reconstituir as bases de uma crítica às desigualdades ilegítimas e às diversas formas de supressão da liberdade e do sentido do humano?
No presente artigo procuraremos discutir as bases históricas e políticas da emergência e defesa dos direitos humanos no mundo ocidental e refletir sobre a forma como tal retórica pode contribuir ou não para a formação de um discurso (contra) hegemónico sobre os fundamentos das sociedades atuais.

2. A paradoxalidade da retórica atual ancorada nos Direitos Humanos

Os direitos humanos, ainda que com raízes filosóficas mais profundas, constituem-se não só como produto do Projeto Moderno, mas também como produtores de Modernidade acoplada às Revoluções Liberais do século XVIII. Com efeito, muitos dos seus traços essenciais traduzem os ideais e pressupostos modernos, contribuindo da mesma forma para a sua consolidação. A afirmação do indivíduo e do poder racional e secularizado encontrava, por esta via, a sua base de legitimação política. Como afirma Douzinas (2007), em primeiro lugar os direitos humanos consubstanciam, no pensamento político, a mudança de uma lógica de dever para uma lógica de direito; em segundo lugar, invertem a ordem de prioridades entre indivíduo e sociedade, o cidadão é transformado em indivíduo, construindo a sua autonomia no âmago da organização social e política que enquadra. Verificam-se assim duas tendências paralelas e articuladas: por um lado a lógica do direito transfere-se da Natureza (associada ao Direito Natural para o qual aquela se constitui como o padrão para a definição do "Bem" e do "Mal" - e como tal da normatividade associada), para a História e para a civilização; por outro lado, assiste-se à chamada "legalização do desejo". A defesa da esfera privada e da vida liberta de despotismo, bem como, e por esse motivo, o controlo do poder do Estado, consubstanciam-se pois como os eixos originários na afirmação dos direitos humanos. Como tal, é evidente a sua origem contratualista e a necessária proteção dos indivíduos, agregados numa lógica de "servidão voluntária" (Locke, 1984 [1690]) contra os desgovernos daqueles que assumem o poder.
Com a Modernidade e a afirmação da razão humana como pressuposto de emancipação, a vontade e o desejo do Homem constituem-se como princípios de organização social e política. O Estado passa a ser a manifestação da vontade humana, mas também a instância de proteção contra os excessos dessa vontade. E aqui reside a grande aporia dos Direitos Humanos: eles são, ao mesmo tempo, fruto da vontade humana plasmada na proteção do Estado (produto ele próprio dessa vontade) e argumentos na defesa dos indivíduos face aos excessos e insuficiências desse poder estatal. Vários autores (Arendt, Foucault, Derrida, entre outros) sublinharam com efeito a ideia de que o projeto utópico de uma sociedade emancipada por via da razão pode transformar-se na sua face negra, num projeto totalitário, controlador e burocrático.

Se refletirmos sobre a substância dos chamados Direitos Humanos a referida aporia revela-se de modo mais claro. Na verdade, os Direitos Humanos consagram, como o próprio nome indica, a dimensão humanista – a ligação ao humano ou à natureza humana -, e a dimensão jurídica por via da lógica dos direitos. Ora, raramente a filosofia política e social cruza de forma durável o formalismo do Direito; normalmente as duas tradições (humanista e legalista) seguem vias diferenciadas (exceto em raros momentos como aquando da definição da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, da Declaração de Independência dos EUA, no século XVIII, ou da Declaração dos Direitos Humanos após a segunda Guerra Mundial, entre outros). Como sublinha Habermas (2003: 245), «os direitos humanos olham de um lado para a moral e do outro para o direito. Não obstante o seu conteúdo moral, a sua forma é a de direitos jurídicos». Isto significa que, sob um prisma se encontra a origem "ideacional" dos Direitos Humanos (a condição e a natureza humanas como ideais, reivindicações introduzidas no discurso jurídico do século XVIII) e, sob outro, a origem "institucional" (a forma como tais ideais se objetivam em normas, convenções, estatutos) do Direito, para usarmos a conceção de Goodrich (1988). Por outras palavras, numa das faces de constituição dos Direitos Humanos situa-se o que pré existe à ordem jurídica, o bem maior, o ideal; na outra face, a sua tradução no sistema jurídico, o direito da pessoa em concreto, logo, a configuração deste direito como uma concessão *a posteriori*. Assim, «o poder do livre-arbítrio de moldar o mundo de acordo com as suas preferências foi obscurecido pela ilimitada força do Estado de moldar os indivíduos de acordo com os ditames da *raison d'être* e do expediente político» (Douzinas, 2007:122).

A filosofia subjacente aos direitos humanos é de facto cariz naturalista, desde Platão e Aristóteles, aos estóicos e ao cristianismo, até Kant e a defesa do direito natural à liberdade. No entanto, a progressão da vida em sociedade começaram a dissociar os direitos humanos da natureza humana e a constituí-los como uma produção do Estado. Nesta perspetiva, advogada por exemplo por Bobbio (1992), os direitos humanos são circunstanciais, históricos e produtos de lutas concretas. Deste modo, não se pode atribuir fundamentos universais a direitos relativos. Os direitos humanos, plasmados numa Declaração, traduzem essencialmente um conjunto de valores minimamente consensualizados. O universalismo resulta pois de um processo lento de conquista e de consensualização. Ainda assim cada cidadão é titular de direitos subjetivos e só desse modo o Estado os protege.

Os direitos humanos decorrem, pois, de uma certa contraposição, nem sempre conciliável, entre individualismo e universalismo, entre cada indivíduo e o coletivo. De um lado situa-se a razão (universalidade do direito natural), do outro, a vontade produtora do direito positivo: «implicam o cosmopolitismo sobreposto à autoridade política particular, com a reivindicação de um humanismo tido como próprio de todo o homem» (Fernandes, s.d., p. 13). A grande questão coloca-se assim na possibilidade de conciliação entre a razão inspiradora dos direitos humanos e a vontade traduzida num Estado soberano.

2.1. A alteridade no âmago do projeto utópico dos direitos humanos

Ao longo dos séculos XIX e XX, as filosofias da suspeita contribuíram, de forma decisiva, para repensar criticamente, por um lado os limiares do universalismo dos direitos e, por outro, os limites do historicismo relativista. As teorias da subjetividade sublinharam o caracter histórico e particular desse discurso; o hegelianismo dotou a natureza do seu cariz histórico e intersubjectivo (e não eterno e imutável); o estruturalismo salientou a importância dos contextos como quadros para a ação de um sujeito livre e simultaneamente subordinado; o existencialismo discutiu a fluidez e a inerente transformação e indeterminação da essência humana; a psicanálise (sobretudo com Freud e Lacan) sublinhou a importância do "desejo" e do Outro para a construção (complexa e sempre inacabada) do Eu.

Com efeito, numa reflexão actual e mais profunda sobre os Direitos Humanos há que destacar dois argumentos centrais: a) a interdependência entre direitos; b) o inter-reconhecimento de direitos e do compromisso que implicam, isto é, que a reivindicação ou a conquista de um direito implica o reconhecimento de outros direitos e dos sujeitos dos mesmos.

Nesta ótica, os direitos, sejam de que tipo forem, têm sempre uma dimensão relacional, logo, não-absoluta e de interdependência. Em acréscimo, os direitos humanos, em particular, preconizam um alargamento dos limiares da ação da sociedade e da lei, consubstanciando novas áreas, novos sujeitos e novos compromissos, como se

pré existissem mesmo antes de serem plasmados normativamente. Isto significa que não pertencem somente aos cidadãos e ao Estado que os protege e reconhece, de modo mais ou menos imperfeito, mas também se encontram na fronteira entre poderes e identidades diferenciadas. São, por isso, numa abordagem contextualizada, essencialmente direitos de reivindicação e, a maioria das vezes, vanguardistas e críticos por referência ao estado de coisas a transformar. A sua força, mas também a sua difícil afirmação, radicam precisamente nessa dimensão (metafísica), emergente da consciência do hiato entre o sentido de humanidade e a sua tradução legislativa.

A ética da alteridade emerge assim como dimensão essencial dos direitos humanos. As filosofias cartesiana e kantiana, basilares para o projeto moderno, começam com o Eu e determinam o Outro como um *imitatio ego*. Para a filosofia da alteridade, advogada entre outros por Levinas (1969; 1991), o Outro pré existe ao Eu e "convoca-o". Questiona não quem é o outro, mas qual o seu lugar. O "rosto" do outro torna-se a concretitude do ser e um imperativo categórico, para além de estruturas, leis e contextos. O outro constitui-se como o meu semelhante, não deixando de ser, ao mesmo tempo, estranho e estrangeiro; ele é absolutamente singular, alheio a quaisquer categorizações: «a alteridade marca e identidade absoluta de uma pessoa, a singularidade além da individualidade dos múltiplos indivíduos» (Levinas, 1993: 116). No outro lado do espelho da alteridade, a singularidade do outro cria a própria identidade do Eu, como o destinatário da convocatória, aquele que deve responder, aquele que é subordinado ao Outro porque da sua existência depende a identidade do Eu. Por outras palavras, a singularidade do Eu é produto da interpelação direta do Outro e da sujeição do Eu, não à lei mas ao Outro. Um dever que se constitui, ao mesmo tempo, como pressuposto de liberdade; um dever que não pode ser delegado e através do qual o Eu se torna único e insubstituível. Nesta ótica, os direitos humanos consubstanciam direitos do Outro e o dever e liberdade do Eu - a liberdade da responsabilidade.

Quando o Outro, na sua singularidade, se transforma em cidadão, os seus pedidos e direitos são ponderados por comparação com outros e toda a comparação, nesta ótica de alteridade, é injusta. Por isso, sob este prisma, a injustiça nunca pode ser removida da ação do Estado e da concretização dos direitos por via da lei. Como afirma Levinas (cit. in Bauman, 1997: 66), «Justiça significa constante revisão da justiça, expectativa de uma melhor justiça", e poderíamos acrescentar direitos humanos significam constante revisão dos mesmos. Neste sentido, como salienta Douzinas (2007), os direitos humanos assentam no paradoxo de, por um lado serem o produto de um dever ético fundamental e, por outro, distorcerem o imperativo moral da singularidade do Outro em prol de um sentido mais amplo de obrigação moral por todos os que consubstanciam, ainda que sem um encontro cara-a-cara, o sentido partilhado de humanidade e de sofrimento.

> Os direitos humanos são, portanto, um discurso duplo paradoxal que reconhece dois tipos de intersubjectividade e comunidade. Eles autorizam a experiência da liberdade e a abertura da linguagem a se tornarem uma estratégia política e a funcionarem no social. Mas, ao mesmo tempo, institucionalizam a ética da alteridade e o dever de respeitar a existência singular e única do outro (…). O tempo de tais sociedades é o futuro, pois seu princípio está sempre ainda para ser declarado e alcançado. Porém, uma sociedade dos direitos humanos opera também uma teoria – não-essencialista – do bem, e se torna uma comunidade de obrigação para com o Outro singular e único e suas necessidades concretas (Douzinas, 2007: 362).

No texto da lei os direitos humanos assumem a sua feição positivada, no entanto, nos seus fundamentos não deixam de ser negativos (este constitui-se como um paradoxo importante como vamos argumentar no ponto seguinte). Na verdade, a injustiça, na perspectiva de alteridade que temos vindo a salientar, consistiria na cristalização de identidades e na determinação de fronteiras fixas por via da lei. Por outras palavras, a proteção de direitos humanos tem de basear-se no princípio de que a universalidade contém em si a singularidade. De forma subjacente a este princípio encontrar-se-ia a impossibilidade de prescrever, universal e aprioristicamente, as condições para a existência de uma sociedade justa, constituindo os direitos humanos como algo em construção permanente. E é neste ponto que reside a sua fragilidade, mas também a sua força utópica, «um princípio negativo que coloca a energia da liberdade a serviço da nossa responsabilidade ética em relação ao Outro» (Douzinas, 2007: 374).

Na verdade, os direitos humanos buscam fins universais, porém como conceber tal desiderato em universos culturalmente plurais e históricos? Como aceder a uma ordem pós-histórica? Na verdade os direitos humanos só se tornam concebíveis no quadro da relação universalismo-particularismo. Os direitos humanos, na verdade, são apenas potencialmente universais; entre o direito reivindicado e o direito reconhecido e real há um hiato substancial. A cidadania inscreve-se na dupla face dos direitos humanos e dos direitos reconhecidos num dado território; a aproximação das duas faces revela-se, no entanto, difícil de concretizar, preconizando o debate complexo sobre a neutralidade ética do Estado, cada vez mais complexa em sociedades multiculturais: defender apenas os direitos fundamentais ou proclamar uma forma de vida específica?

2.2. No âmago do universal versus particular. A instrumentalização dos direitos humanos

Os Direitos Humanos, e a narrativa filosófica e política que os acompanha, adquiriram particular ênfase no pós II Guerra Mundial, como diversas análises históricas sublinham (Donnelly, 1989; Bobbio, 1992), sobretudo com a assinatura da Carta das Nações Unidas (1945) e a adoção internacional da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Os Direitos Humanos, como instrumento de legitimação da ordem política e social do pós-guerra, aparecem, assim, associados a uma condenação da barbárie e à proteção contra regimes totalitaristas, que podem colocar em causa um sentido de humanidade partilhado. No entanto, apesar da "universalização" das prerrogativas dos Direitos Humanos, traduzidas em inúmeras convenções e tratados internacionais, persiste uma lacuna importante na tradução concreta das mesmas, numa sociedade determinada, e no compromisso para a sua aplicabilidade e vigilância. Como afirmava Arendt (1989 [1951]: 332), na década de 1950,

> A humanidade, que para o século XVIII, na terminologia kantiana, não passava de uma ideia reguladora, tornou-se hoje um fato inelutável. Esta nova situação, na qual a "humanidade" assumiu de fato um papel antes atribuído à natureza ou à história, significaria nesse contexto que o direito de ter direitos, ou o direito de cada indivíduo de pertencer à humanidade, deveria ser garantido pela própria humanidade. Nada nos assegura que isso seja possível.

Com efeito, várias questões de efetivação concreta dos Direitos Humanos se colocam. Em primeiro lugar, o imperativo categórico kantiano inerente à afirmação da universalidade é apenas um princípio regulador, isto é, o filtro pelo qual devem ser avaliadas as ações e opções concretas, não é um princípio normativo. Deste modo, para Estados norteados por interesses particulares e posicionados num xadrez internacional complexo e competitivo, "a humanidade universal" não passa de um ideal empiricamente indeterminado e inconcretizável, como um «discurso indeterminado de legitimação do Estado, ou como uma retórica vazia da rebelião, discurso este que pode ser facilmente cooptado por todos os tipos de oposição», por minorias ou por maiorias (Douzinas, 2007: 129). Se no Iluminismo se pretendia controlar a intervenção do Estado, com o advento do chamado Estado Social passa-se a exigir que à configuração formal de igualdade se associe o respetivo conteúdo material, colocando de forma ainda mais delicada a questão da universalidade dos direitos.

Em segundo lugar, um dos aspetos a considerar como explicativos da pouca efetividade prática dos direitos humanos radica na fragilidade institucional das instâncias de aplicação do Direito internacional. Na verdade, ainda que os direitos tenham sido criados para proteção dos indivíduos contra a arbitrariedade de Estados e respetivos agentes e outros (polícia, tribunais, *mass media*, entre outros), o que é facto é que cabe a um Estado concreto proteger ou não esses direitos. Têm, por isso, um foco "local". Ora, os princípios da soberania nacional e da não-intervenção em questões internas de cada Estado (pressupostos da própria Carta das NU) se, por um lado, são relegitimados pela retórica dos direitos humanos (Lewis, 1988), por outro, são considerados prioritários por referência à conceção e implementação "local" desses mesmos direitos. A definição de "guerra justa" ou "humanitária", por exemplo, é, sob tais pressupostos, um dos mais complexos, contraditórios e obscuros "labirintos morais" da humanidade. A determinação da "justiça" ou "injustiça" de um qualquer conflito armado (valendo também na nossa ótica para a chamada

"guerra fria"),

> Sempre apresentou um paradoxo interessante: para as partes em guerra não há nada mais certo do que a moralidade da sua causa, ao passo que para observadores não há nada mais incerto do que a correção de alegações morais conflituantes dos combatentes (Douzinas, 2007: 142).

A campanha da NATO na guerra do Kosovo (no final da década de 1990) é um exemplo paradigmático. Justificada sob o pressuposto de "evitar uma catástrofe humanitária", a guerra acabou por saldar-se num número brutalmente elevado de vítimas civis - os chamados "danos colaterais" - sem uma única baixa das tropas aliadas (ambas decorrentes do voo dos bombardeiros a mais de 15 mil pés de altitude). Outro exemplo foi o "silêncio" internacional, a "demissão" de intervir, no Ruanda (1994), face a um dos maiores genocídios, depois do Holocausto, no "século dos direitos humanos". O valor da vida não pode ser hierarquizado; o argumento do sacrifício de alguns para o benefício de muitos tem de ser criticamente ponderado (que benefício? quem são estes "muitos"?); como afirma Levinas, em cada pessoa morta a humanidade toda morre.

Subjacente a este debate encontra-se a difícil questão do universalismo *versus* relativismo dos Direitos Humanos. O universalismo advoga que as normas morais não se delimitam, nem histórica, nem territorialmente e, como tal, devem submeter-se a um teste de "consistência universal", logo, independente do contexto cultural e geográfico; o relativismo faz depender os valores dos contextos onde emergem e tomam forma (Douzinas, 2007). O primeiro pode facilmente transmutar-se em imperialismo, o segundo em arbitrariedade sob a capa perversa da tolerância. A consideração pelas especificidades culturais é um importante limite para a arrogância universalista; a consideração pelos valores centrais para a humanidade, como imperativo moral, é um pressuposto essencial de controlo da aleatoriedade relativista. Assim, os direitos humanos, mais do que meros produtos de legislação, são produtores da mesma ou orientações para a consubstanciar.

Neste sentido, o discurso e instrumentos dos direitos humanos têm um valor simbólico indiscutível, como padrão e filtro para avaliar opções e práticas, para consciencializar o mundo das violações em curso e constituir-se como base de crítica e reivindicação, porém, eles só podem ser concretizados e consolidados localmente, sendo que a universalidade tem de comportar a singularidade, como já referimos. Como sublinha Douzinas (2007: 157),

> A energia necessária para a proteção, a proliferação horizontal e a expansão vertical dos direitos humanos vem de baixo, vem daqueles cujas vidas foram arruinadas pela opressão ou pela exploração (…). Enquanto isso podemos deixar as Nações Unidas e seus diplomatas para seus cenários padrões (…) e retornar ao Estado ou à comunidade, o único território onde os direitos humanos são violados ou protegidos.

3. Considerações Finais

Os direitos humanos constroem o humano e derivam dele. As grandes atrocidades da humanidade são geralmente "justificadas" pela supressão da dimensão humana. Os escravos, os judeus, os ruandeses, entre outros que ao longo dos séculos foram sujeitos a opressão e extermínio, eram apresentados como "naturalmente" não humanos, despersonalizados e transformados em objetos ou seres a exterminar em prol da preservação dos verdadeiramente humanos, essenciais à construção da humanidade. Como sabemos a luta contra a escravatura só surtiu efeito quando a distinção entre seres vivos e escravos colocou em questão argumentos naturalistas de inferioridade e irracionalidade dos escravizados (não seres humanos mas mercadorias) e abriu caminho à contestação da dominação inaceitável de seres humanos por outros seres humanos.

Sob este prisma não basta a constatação de que os seres humanos têm direitos, mas também que a existência desses direitos constrói institucionalmente o humano. Esta ideia permite-nos perceber que muitas situações colocam ainda largas massas populacionais num limiar de "humanidade inferior": todos aqueles que vivem em pobreza extrema reduzidos a uma condição de mera sobrevivência diária; todos aqueles que por falta de acesso a cuidados de saúde e de vacinação perecem minuto a minuto; todas as crianças que morrem à nascença

por falta de condições; todos os que são perseguidos em virtude de opções sexuais, religiosas, ideológicas, ou por diferenças étnicas e culturais; todos os que são submetidos a escravatura e exploração, em suma, a todas as formas de agressão física, social e simbólica diminuem a constução de humanidade e geram dinâmicas de vitimização.

Neste sentido, não basta a afirmação legal de preocupação com o humano. A associação da lei a uma lógica de construção do humano é mesmo profundamente perigosa. E isto, porque não só a lei é volátil (pode existir num momento e deixar de existir no momento seguinte ao sabor de contingências e interesses particulares), mas também, porque determina "por decreto" o que é um ser humano em função de direitos atribuídos (por exemplo, os seres de inteligência artificial serão legalmente humanos se lhes forem atribuídas proteções e direitos?).

Bibliografia

ARENDT, H. (1989 [1951]), *As origens do Totalitarismo. Anti-semitismo, Imperialismo e Totalitarismo*, São Paulo: Companhia das Letras.

BAUMAN, Z. (1997), *O mal-estar da Pós Modernidade*, Rio de Janeiro: Zahar Editores.

BOBBIO, N. (1992), *A Era dos Direitos*, Rio de Janeiro: Campus.

DERRIDA, J. (1994), *Spectres for Marx*, Londres: Routledge.

DONNELLY, J. (1989), *Universal Human Rights in theory and practice*, Ithaca: Cornell University Press.

DOUZINAS, C. (2007), *O Fim dos Direitos Humanos*, São Leopoldo: Editora Unisinos.

FERNANDES, A. T. (s.d), *Direitos Humanos e Globalização*, Porto: Repositório da Universidade do Porto.

GOODRICH, P. (1988), *Legal Discourse*, Londres: Macmillan.

HABERMAS, J. (2003), *L'intégration Républicaine*, Paris: Fayard.

LEVINAS, E. (1993), *Outside the Subject*, Londres: Athlone Press.

LEVINAS, E. (1969), *Totality and Infinity*. Pittsburgh: Duquesne University Press.

LEVINAS, E. (1991), *Otherwise than Being or Beyond Essence*, Kluwer.

LEWIS, N. (1988), "Human Rights, law and democracy in an unfree world". In T. Evans (ed), *Human Rights fifty years on: A reappraisal*. Manchester: Manchester University Press.

LYOTARD, J.F (1989), *A Condição Pós-Moderna*, Lisboa: Gradiva.

LOCKE, J. (1984 [1690]), *Traité du Gouvernement Civil*, Paris: Flammarion.

Democracia, Inclusão Social e Justiça

Marcello Baquero
nupesal@yahoo.com.br

Jennifer Azambuja de Morais
jennifer.amorais@gmail.com

Resumo: Este trabalho objetiva examinar como a natureza inercial da democracia brasileira, entendida em termos de estagnação em investimentos sociais e a presença de uma cultura política assentada na desconfiança institucional compromete os avanços democráticos formais. A hipótese de trabalho que desenvolvemos postula que avanços econômicos quanto aspectos formais da democracia, se mostram insuficientes para fortalecer a democracia na dimensão substantiva. Desenhamos um modelo de democracia inercial que resulta de assimetrias entre variáveis econômicas, sociais e de cultura política que se materializam no que aqui denominamos de uma democracia inercial. Com este estudo pretende-se contribuir para uma melhor compreensão da relação assimétrica entre avanços formais poliárquicos, estagnação social e a materialização de uma cultura política hibrida pouco afeita a valores democráticos, que contribui para a manutenção da exclusão da maioria dos cidadãos das esferas política e social no país.

1. Introdução

Embora muitas questões importantes permaneçam sendo relevantes para a compreensão da política latino-americana contemporânea, uma que continua a se destacar se refere à qualidade da democracia. Essa abordagem do desenvolvimento democrático começou nos anos 1990, prevalece até hoje e tem produzido dúvidas em virtude do crescente ceticismo sobre o futuro das democracias emergentes. Este cenário tem sido propício para teorizações relacionadas à emergência de zonas cinzas ou regimes híbridos, que não são claramente democráticos ou claramente autoritários e que têm proliferado nas últimas décadas. Mais recentemente, acadêmicos passaram a ver regimes pós-transição a partir de uma variedade de adjetivos que têm uma característica em comum - a fraca ligação entre Estado e sociedade, agravada pela desigualdade e a pobreza que têm permanecido constantes desde os anos 1980 e, portanto, o espaço para tolerância e comprometimento tem encolhido.

Este fenômeno, para Carothers (2007), significa uma mudança de otimismo democrático para pessimismo democrático. Uma das principais razões para isso se refere ao reconhecimento que em muitos casos aberturas políticas, ao invés de produzirem democracias genuínas, geraram apenas "regimes híbridos", que são uma mistura de características autocráticas e democráticas (MOLLER e SKAANING, 2013).

No período que vai de 1972 a 2012, quatro tipos de democracia apareceram: (1) uma democracia minimalista que requere apenas competição política via eleições com resultados incertos; (2) uma democracia eleitoral que requere integridade eleitoral; (3) uma poliarquia que adiciona liberdade de expressão e associação; e (4) uma democracia liberal que significa igualdade perante e sob a lei. Isso sugere que nós estamos entrando em um período de paralisação agregada, marcada por flutuações frequentes em ambas as direções (mais ou menos democracia).

Além disso, na maioria dos casos das democracias recentes ou emergentes no mundo em desenvolvimento, as quais Kohli (1997) se referiu como democracias seguidoras (*follower democracies*), os desempenhos político, social e econômico continuarão a ocorrer com baixos níveis de eficiência. Para o autor, a capacidade dessas democracias de diagnosticar e resolver problemas socioeconômicos urgentes, de um lado, e de absorver conflito social, de outro lado, permanecerá baixa. Em tal cenário, a capacidade do Estado de resolver problemas práticos é reduzida, produzindo um senso de impotência e frustração nos cidadãos.

O que pode ser deduzido destes argumentos é que, apesar de um forte e continuado interesse teórico entre cientistas políticos sobre o futuro da democracia no Brasil, existem importantes lacunas que permanecem pouco explicadas, sinalizando a necessidade de abordagens mais empíricas e multi-métodos para melhor compreender o desenvolvimento e futuro da democracia no país. De maneira geral, devido ao desaparecimento da ameaça do retorno de regimes militares ditatoriais, tornou-se aceito que a democracia liberal é o único jogo a ser jogado e, assim, a questão contemporânea é como aprimorar a qualidade deste tipo de democracia. Os conceitos que assumiram centralidade no debate em andamento são: negociação, coalizão política e competição. O senso de comunidade deu lugar à ideia de trocas entre cidadãos racionais auto-interessados (MARCH e OLSEN, 1995).
A premissa teórica desse artigo é que a democratização brasileira coexiste com altos níveis de exclusão social e desigualdade. Deste modo, embora o processo de democratização formal seja altamente relevante, não tem sido suficiente para mitigar ou erradicar a desigualdade. Frequentemente, o projeto e as dinâmicas da construção democrática são constrangidos pelas condições de desigualdade existentes, as quais em termos práticos resultam não apenas em regressões na luta contra a desigualdade, mas especialmente reforça a estrutura de desigualdade existente, comprometendo a qualidade da democracia.
Nós consideramos, portanto, que o processo de (re)democratização no Brasil tem sido insuficiente para reduzir a exclusão social e a desigualdade da maioria da população. Três razões podem ser apontadas para explicar essa situação: (a) a fragilidade das novas e das já existentes instituições democráticas em gerar condições de igualdade efetivas; (b) a apropriação do processo político por certos grupos e setores privados em detrimento do interesse geral; e (c) o peso de algumas instituições informais, o que freia o progresso democrático e o estabelecimento de níveis igualitários de igualdade social. A combinação desses fatores é propícia para a emergência daquilo que chamamos de democracia inercial.
Com essas preocupações em mente, o objetivo desse trabalho é examinar como variáveis econômicas concomitantes com estagnação (ou aumentos nominais) em investimentos sociais contribuem para criar uma "democracia inercial". Argumentamos que esse tipo de democracia no Brasil contribui para a manutenção de uma cultura política de desconfiança, o que mina o papel de instituições políticas como partidos políticos, comprometendo sua legitimidade.
Esse artigo é organizado da seguinte forma: primeiro discute a evolução da teoria democrática nos últimos vinte anos. Depois avalia a aplicação e relevância dessas postulações teóricas para o Brasil. Finalizamos apresentando e discutindo o modelo de democracia inercial.

2. A evolução da teoria democrática no século XXI

Devido a um legado político que tem enfatizado principalmente os aspectos negativos da democracia em países emergentes, a introdução de políticas sociais modernas pelos governos eleitos, geralmente compensatórias em natureza, não tem evitado a emergência de um sentimento de indisposição social que parece crescer inexoravelmente para a maioria da população. A indisposição social é um produto de uma situação de apropriação privada de recursos, de trabalho e excedente, de simulação democrática, de exclusão social, de práticas de corrupção, e a exploração predatória do meio ambiente, bem como da castração cultural (BARBA, 2007).
Esses elementos originaram-se em modelos políticos antigos e estratégias políticas tradicionais, bem como mecanismos e decisões que sistematicamente impuseram interesses particulares em detrimento dos interesses da coletividade. Além disso, a fé e a confiança nas instituições políticas, que eram historicamente fracas, pioraram, criando o que Maier (1994) chama de crise moral da democracia. É tido como certo que em tal situação a indisposição seria superada meramente fomentando a efetividade de instituições políticas.
O problema não reside em construir instituições fortes, visto que isto é dado em qualquer sistema democrático. A dificuldade é que a construção democrática nas nações (re)democratizadas historicamente tem sido um produto de ideias importadas. A aplicação de modelos que não levam em conta a realidade da região, especialmente quando essas ideais são traduzidas em instituições, distorce a realidade porque negligencia o papel de fatores histórico-estruturais que constrangem a construção da democracia porque a realidade das democracias emergentes é diferente daquela das democracias ocidentais. Isso ocorre devido ao tipo de traços

estruturais sociais que caracterizam democracias emergentes, isto é, sua cultura política, instituições políticas e economia de Estado. Nesses países, as identidades tendem a ser mais locais que nacionais; a autoridade na sociedade tende a ser mais dispersa, e as normas comunitárias frequentemente prevalecem sobre individualismo estreito. Nesse contexto, a maneira que modelos importados de democracia combinados com condições culturais indígenas interagem e adaptam-se um ao outro poderia levar à turbulência política, materializada no estabelecimento de ligações institucionais fracas entre as elites e as massas. (MAIER, 1997).

A presença de conexões frágeis entre cidadãos e instituições políticas nessas democracias emergentes produziu, de acordo com Door (2008), "déficits democráticos". Tai déficits surgem quando expectativas públicas não são realizadas, notícias políticas e econômicas negativas são prevalentes, um desempenho governamental falido persiste, o processo de mediação dos partidos políticos entre Estado e cidadãos não funciona efetivamente, a prática da corrupção é uma ocorrência comum, e existe um desrespeito pelos direitos humanos e a debilitação do desenvolvimento humano (NORRIS, 1999).

Quando tais elementos prevalecem em uma sociedade, um processo transformacional ou uma transição do autoritarismo para algo distinto poderia levar, no melhor dos casos, à uma democracia consolidada, no entanto, na maioria dos casos acaba sendo:

- um regime populista com características autocráticas;
- uma democracia num processo de transição sem fim; ou
- uma democracia formal - efetiva ou eleitoral – que coexiste com instabilidade social.

Nesses tipos de regimes, mecanismos de constrangimento operam negativamente no fortalecimento de valores democráticos. Por exemplo, quando a economia não abastece as necessidades materiais básicas dos cidadãos, o desencantamento político emerge e o apoio aos princípios democráticos tende a diminuir. Nesse cenário, a legitimidade política é de uma natureza formal e não é baseada nos valores da sociedade como um todo. Quando a democracia processual solidifica-se sem resolver os problemas sociais, o resultado é a estagnação política. Em longo prazo, uma democracia política que não resolve os problemas sociais fica estagnada em um vácuo onde, embora regressões democráticas sejam improváveis, também o é a institucionalização de uma democracia balanceada.

De acordo com Puhle (s/d), a regra geral parece ser que atores políticos tomam decisões condutivas a uma democracia mais liberal, obedecendo ao Estado de Direito e processos efetivos de responsabilização, e não decisões que agravam as deficiências existentes. Isso iria exigir a construção de instituições melhores, para que os cidadãos confiem nelas não apenas porque maior participação pode ser alcançada, mas porque nessa direção as reformas sociais teriam sucesso.

Para Merkel (1999), embora o número de novas democracias aumentou nas últimas décadas, não pode-se concluir que esses regimes funcionam bem e possuem apoio generalizado da população. Na verdade, o que é observado é que o desenvolvimento conceitual insuficiente da democracia gera circunstâncias que não podem ser explicadas por meio das abordagens mais ortodoxas de democracia. Para Merkel, quatro problemas que complicam a clara conceitualização de democracia contemporânea são: (1) o uso de uma definição unidimensional de democracia; (2) a ênfase na distinção entre regimes democráticos e autocráticos; (3) falência em determinar mais de perto a relação entre democracia e (entre democracia e o que?), (4) o Estado de Direito e a falência em conceber novas democracias como "democracias com adjetivos".

Nesse contexto, torna-se difícil estabelecer parâmetros gerais que explicam as dinâmicas das novas democracias, porque embora elas apresentem defeitos democráticos, não violam o princípio democrático de eleições livres, iguais e gerais (MERKEL, 1999, p.3). No entanto, mecanismos distintos de democracias defeituosas emergem com uma economia instável que não cuida das necessidades sociais básicas, produzindo desconfiança das instituições políticas representativas formais.

Esse paradoxo pode ser atribuído à crise das abordagens teóricas tradicionais na explicação do desenvolvimento da democracia em nações emergentes. Por exemplo, a poliarquia de Dahl enfatiza apenas a dimensão vertical de democracia, que se refere à dimensão entre eleitores e eleitos, governados e governantes. Essa conceitualização é insuficiente para diferenciar entre as democracias liberais e iliberais, defeituosas e em funcionamento, consolidadas e estáveis, principalmente porque negligencia uma análise da dimensão do Estado de Direito e a garantia constitucional de direitos civis. De um ponto de vista constitucional, democracias liberais funcionam baseadas nos princípios da soberania do povo, sufrágio universal, uma estrutura pluralista de governo, no Estado de Direito, na reivindicação de poder limitada e no seu exercício legal. Se um desses critérios é violado, a democracia constitucional liberal não

pode ser vista como permanecendo intacta, tornando-se uma democracia defeituosa (MERKEL, 1999).
No Brasil, por exemplo, sistemas presidenciais combinados com representação proporcional produziram líderes populistas e múltiplos partidos – uma combinação instável (ZAKARIA, 1997).
Tornou-se evidente que eleições democráticas sozinhas não podem produzir um Estado constitucional liberal. Na maioria dos casos, as constituições presidenciais das novas democracias dão ao chefe de Estado poderes especiais de tomada de decisões para situações de emergência definidas difusamente. Sistemas presidenciais, portanto, fornecem oportunidades institucionais férteis para a emergência de democracias iliberais ou defeituosas. Isso se dá porque em "situações de emergência" maior ênfase é dada virtu do presidente ao invés da preservação dos *checks* e *balances* institucionais que são "normalmente" características de sistemas presidenciais de governo.
Vista nessa perspectiva, a questão que está sendo pesquisada é: Porque alguns países são mais bem-sucedidos na promoção e na consolidação democráticas que outros? Diamond (2001) sugere que a cultura é um elemento central que pode explicar o sucesso da democracia. Enquanto nas democracias ocidentais o desenvolvimento econômico e a democracia foram promovidos por valores como dignidade individual, responsabilidade e iniciativa, pluralismo social, liberdade econômica e política, o Estado de Direitos, governo limitado, e a separação de poderes, nas democracias emergentes os governantes podem empregar tecnologia para modernizar uma sociedade, no entanto, seus valores impossibilitam a democracia e podem condená-los ao subdesenvolvimento.
Em um esforço de explicar este paradoxo, Diamond (2001) identificou dois tipos de modelos de democracia em um *continuum*. Em uma ponta ele posiciona a "comunidade cívica" de Putnam (2009), e na outra a "sociedade predatória". No modelo da comunidade cívica, grandes estoques de capital social estão presentes. As pessoas confiam umas nas outras, combinam-se em todas as formas de associação e cooperam para atingir fins coletivos. Cidadãos nesse tipo de comunidade respeitam e toleram suas diferenças e valorizam o igualitarismo, e suas relações são essencialmente horizontais. Sintetizando, as pessoas são verdadeiramente cidadãs e motivadas pela "virtude cívica".
Uma cultura de confiança, cooperação, reciprocidade, respeito, limitação, tolerância e comprometimento, isto é, civilidade, não pode ser sustentada em uma escala tão grande como uma nação sem instituições políticas de apoio. Em uma sociedade predatória o oposto ocorre, a ausência de instituições efetivas é bem-vinda. Nesse tipo de sociedade não há nenhum senso de comunidade real e o nível de desrespeito pela lei é alto. As atitudes e o comportamento de cidadãos e oficiais de governo são cínicos e oportunistas. Pessoas e autoridades desenvolvem relações clientelistas e neo-patrimoniais para desfrutar de benefícios e privilégios de recursos públicos. Em uma sociedade predatória, os poderosos tomam vantagem dos setores mais vulneráveis da população. Na camada mais baixa da sociedade predatória, identificamos cidadãos incapazes de organizarem-se devido à escassez de recursos e a desconfiança uns nos outros. A sociedade predatória, portanto, não pode sustentar a democracia porque não é baseada no constitucionalismo e no respeito pela lei. Atores políticos tomam atitudes evidentes de violação de leis na busca por poder e riqueza. Em tal contexto as instituições tornam-se fachadas.
Em um nível intermediário de análise de democracia, Engberg e Ersson (1999) argumentam que um número crescente de países no mundo parece desenvolver um tipo de democracia que facilita procedimentos democráticos, mas falha em prover liberdades civis essenciais. Em um passado recente, políticos com predisposições autoritárias simplesmente desmereceram tais acusações. Presentemente, no entanto, uma democracia iliberal é usada para sublinhar como alguns países desenvolveram a habilidade de combinar medidas iliberais com crescimento econômico e estabilidade social.
A ascensão e a institucionalização de regimes iliberais são de dois tipos: "por desenho" (ações deliberadas de elites políticas para controlar as pessoas e os procedimentos políticos) ou "por falha" (corrupção, clientelismo, pobreza, patrimonialismo, particularismo, personalismo e ferramentas que privam cidadãos de oportunidades de exercer liberdades civis). Dois critérios principais são utilizados para identificar um regime iliberal: grau de democracia e grau de (i)liberalismo. Embora existam diversos indicadores empíricos de iliberalismo, um dos mais utilizados é o da Freedom House, o que possibilita identificar países no Terceiro Mundo e classificá-los de acordo com seu nível de democracia. Com base nos indicadores do Freedom House, regimes illiberais são aqueles onde as liberdades civis não são amplamente respeitadas. Até os anos 1990, um quarto dos países no Terceiro Mundo eram considerados democracias iliberais.
Como esses "novos" debates teóricos explicam as tendências na construção contemporânea da democracia no Brasil? É para essa questão que agora nos voltamos.

3. América Latina: modelo de democracia inercial?

Uma das características da nova bibliografia sobre democracia tem sugerido que uma sociedade civil e ativa não seria um ingrediente central do fortalecimento democrático. Há um consenso, entretanto de que há serias ameaças a democracia. Embora o Brasil apresente um regime eleitoral sólido, pleitos eleitorais relativamente livres e uma cidadania engajada não se pode concluir que uma mentalidade democrática tenha se institucionalizado no imaginário coletivo. Uma democracia com qualidade pressupõe uma cidadania ativa e engajada. A ausência do envolvimento dos cidadãos com a política mina os mecanismos da democracia.

De maneira geral, a democracia tem sido definida em três dimensões: na perspectiva de Schumpeter, na qual a democracia se refere a um regime político onde as eleições são livres e justas e existe tolerância pela oposição (SCHUMPETER, 1987). Tal conceptualização privilegia o método democrático sendo insuficiente, do ponto de vista substantivo, em relação a inclusão social dos cidadãos. Com base nessa premissa uma oligarquia competitiva poderia ser qualificada como uma democracia. Em segundo lugar, se situa a perspectiva proposta por Dahl (1989), para quem a democracia requer elevados índices de exclusividade e competição e uma institucionalização sólida de direitos civis e políticos. A deficiência desta proposição reside no fato de que não leva em conta a intensidade e funções da participação dos cidadãos. Uma sociedade que está desmobilizada e desorganizada que se mobiliza contra as instituições democráticas, também seria considerada democrática. A terceira perspectiva, proposta por Putnam com base nos estudos de Tocqueville sugere que uma democracia com qualidade precisa ter uma sociedade civil sólida.

Nesse cenário, se torna difícil sustentar uma democracia com qualidade, em virtude de que os interesses particulares são priorizados ao invés da preservação das regras democráticas do jogo político. Em síntese, a sociedade civil, dependendo do seu grau de politização, pode se constituir em parte da solução ou parte do problema.

Nesse sentido, a democracia no Brasil evidencia diferentes graus de avanços e atrasos em várias dimensões. Por exemplo, mostra, por um lado, uma evolução positiva em termos de avanços formais da democracia (embora apresente níveis levados de desigualdade e a presença de enclaves autoritários). Por outro lado, se observa uma situação de polarização onde o clientelismo é forte e o grau de protestos é elevado.

Nesse sentido, o otimismo que se gerou no início da redemocratização, tem dado lugar a posturas de desilusão e decepção, por parte dos cidadãos, com a frustração de expectativas, principalmente, em relação a ganhos sociais. O princípio que por muitos anos vigia a respeito de primeiro fazer o bolo crescer, para depois distribui-lo, não mais convence as pessoas imersas numa condição econômica e social precária, produzindo, no nosso entender uma cultura política estruturada por valores pouco afeitos a democracia. O paradoxo contemporâneo das nossas sociedades pode ser resumido nas palavras de Sanchez-Parga (2001) a uma situação *onde regimes democráticos convivem com Estados oligárquicos*. As características desses sistemas políticos é de que, embora, tenham adaptado, com sucesso, as caraterísticas formais das democracias representativas ou poliárquicos, não tem conseguido conter o crescimento da pobreza e da exclusão social.

Nessa perspectiva, o cidadão é visto como complemento à institucionalidade vigente, ou seja, se considera que o processo de construção de instituições sólidas é mais importante do que investir na estruturação de uma cultura política participativa.

Argumentamos que quando esses elementos estão presentes no desenvolvimento democrático conduz para o surgimento de uma democracia inercial. Os fatores que examinamos na formatação de uma democracia inercial dizem respeito a economia, investimentos sociais e desconfiança institucional.

Do ponto de vista da economia política, cabe notar que os índices de democracia não incluem um indicador de desigualdade socioeconômica, pelo contrário, somente discutem desigualdade econômica como resultado do desempenho governamental. A desigualdade influencia os mecanismos e resultados da democracia bem como é um potencial resultado de decisões sobre políticas. Dada a importância política significativa da desigualdade no Brasil é preciso situar a desigualdade dentro de uma moldura teórica democrática.

Desse modo, se analisado do ponto de vista econômico, as décadas de redemocratização e reformas econômicas de mercado têm fracassado em promover crescimento ou progresso social gerando uma espiral de frustração e ansiedade, não somente com o processo político, mas também com as lideranças políticas e com a forma

como a democracia tem funcionado. Igualmente, nos últimos cinco anos, América Latina experimentou um crescimento que não passou de 2% anuais, não acompanhando o crescimento populacional que se situa na média em 3% (CEPAL, 2004).

O Estado no Brasil, de forma geral, até a década de 1950, operava como entidade que, além de manter a ordem capitalista, atuava no interior do sistema produtivo nacional para organizar a acumulação de capital, constituindo-se, dessa forma, não apenas num agente protetor, regulador e promotor das atividades econômicas, mas também em agente econômico direto do processo de industrialização. O Estado, neste sentido, era o indutor das políticas para o desenvolvimento da região. Uma das principais características deste tipo de Estado é a sua capacidade de articular os interesses das elites dentro do aparelho estatal sem alterar a estrutura social, a qual mantinha, à margem das políticas públicas, a grande maioria da população.

Durante o período dos governos militares o Estado passou por uma fase mais intervencionista dentro de uma orientação de industrialização acelerada. No entanto, as modalidades deletérias tradicionais continuavam a estar presentes nas práticas políticas cotidianas. O patrimonialismo ressurge com força, pois as fronteiras entre o público e o privado se tornam muito tênues.

Com a implantação do modelo neoliberal, o Estado deixa de ser indutor do desenvolvimento, transferindo essa tarefa para o mercado ou a iniciativa privada. Tal postura justificava-se na suposta ineficiência do Estado e suas práticas corporativistas. Dessa forma, uma das razões da crise de governabilidade dos anos 1980, é a própria crise do Estado que tem origem na sua expansão desordenada durante o regime político autoritário e que foi agravado pela crise do déficit público.

Igualmente, a evolução dos indicadores econômicos apresenta uma oscilação padronizada, na qual períodos de estabilidade são seguidos por períodos de crises, agravadas, em maior ou menor grau, pelas crises de caráter sistêmico. Nessas circunstâncias, a dimensão econômica manteve seu caráter concentrador e catalisador de políticas públicas que mantiveram as maiorias em condições de marginalidade social.

No entanto, o crescimento extraordinário do consumo capitalista tem servido como um fator compensatório do sentimento de impotência e precariedade que o neoliberalismo criou. Isto não significa dizer que não se reconheça a prosperidade econômica atual se comparada com um século atrás. O que é preocupante é que existem poucas esferas públicas na vida cotidiana, no sentido de espaços e processos de discussão, debate democrático e participação. Os cidadãos estão cada vez mais, privatizados em seus hábitos, pensamentos e práticas cotidianas.

Dessa forma, estão configuradas as condições econômicas que possibilitam compreender a condição de inércia da democracia latino-americana.

Na dimensão cultural, alguns autores sugerem que a existência de valores tradicionais impede que a sociedade brasileira se atualize e prospere. Nessa dimensão, por exemplo, sugere-se que a naturalização da corrupção tem criado uma cultura política predisposta para resolver problemas por meio das ações e organizações informais. Numa sociedade com essas características a corrupção se constitui em obstáculo para o desenvolvimento político e de uma cultura política que valorize os princípios da democracia, no entanto, persistem problemas de caráter histórico estrutural que complicam o fortalecimento da democracia na sua dimensão substantiva. Na próxima seção, examinamos esses fatores

4. Constrangimentos estruturais no desenvolvimento de uma cultura política participativa no Brasil

O Estado brasileiro, ao contrário das nações europeias, nunca foi capaz de expressar sua própria história e que tem sido, antes de mais nada, um receptor aberto da história do Ocidente desenvolvido. A sua origem e evolução privilegiou sempre a soberania doméstica, ou seja, um Estado internamente forte e externamente vulnerável às oscilações do mercado internacional. Tal situação é propicia para o desenvolvimento de padrões verticais de autoridade onde os gestores públicos dão mais atenção as pressões oriundas de fora do que as demandas sociopolíticas internas. Nessas condições, o Brasil convive simultaneamente com avanços formais da democracia e estagnação política que inibe a institucionalização da cidadania plena. Esse paradoxo explica porque novos padrões de participação política catalisado pela juventude não consegue estabelecer raízes duradouras. Enclaves

autoritários (GARRETON, 1996), fruto da influência de um passado que afeta negativamente o desenvolvimento democrático de uma nação continuam vigentes no presente. Identificar e compreender o funcionamento desses fatores na estruturação de uma cultura política torna-se imperativo. Esta tarefa é necessária, pois são esses componentes históricos que tem constrangido o desenvolvimento pleno da democracia além da dimensão formal.
Uma perspectiva teórica que prevaleceu no pensamento político brasileiro direcionou sua análise para o impacto dos fatores étnico-culturais na formação da sociedade brasileira. Denominada de abordagem culturalista, essa orientação teórica privilegiava o plano simbólico-ideológico, estudando como o poder político no Brasil se institucionalizou. Buscava-se, desse modo identificar as raízes do caráter nacional da nação.
Autores que subscreveram esta linha de pesquisa foram: Nabuco, Alberto Torres, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Gilberto Freire, Guerreiro Ramos e Francisco Campos. Subjacente a está abordagem estava a premissa que as matrizes estruturais da sociabilidade brasileira se constituam em entraves para o desenvolvimento de uma sociedade democrática. Para esses autores, fatores como o clientelismo, o personalismo e a incapacidade do povo em se mobilizar autonomamente para fiscalizar e modificar o processo político eram responsáveis pelo atraso no desenvolvimento político da nação.
Neste contexto, a evolução do Estado no Brasil não seria conduziria para o estabelecimento de um processo de socialização política que resultaria na institucionalização das bases de práticas republicas e democráticas. Os valores que a juventude internalizaria, nessas condições seria condicionada por práticas políticas negativas, não se constituindo, portanto, este segmento, em potencial inovador de uma nova cultura política participativa, pois os valores que estariam internalizando seriam de distanciamento e apatia política. A prevalência de constrangimentos histórico- estruturais tendiam a favorecer a desmobilização e a inércia e não a participação cidadã. O legado que esta linha de pensamento deixou foi a ideia, quase determinista de que, em virtude de uma cidadania despolitizada o futuro do país estava destinado ao subdesenvolvimento político.
Esse legado, deu suporte ao surgimento da tecnocracia, que serviria de eixo catalisador do "desenvolvimento" do país a partir dos anos 1950, colocando a participação popular em plano secundário.
A tecnocracia surge, portanto, como a principal ideologia para a promoção da industrialização no Brasil, na qual o núcleo das decisões estatais ficou sob a responsabilidade dos técnicos insulados nas agências estatais. A delegação das decisões estratégicas para os tecnocratas possibilitou que a classe política utilizasse a política de clientela e do corporativismo para manter o poder político, configurando as condições para a institucionalização da hipertrofia do poder Executivo que desembocou no que se convencionou chamar de um Estado Patrimonialista (URICOECHEA, 1978).
Escrevendo sobre este tema Raymundo Faoro (1989) argumenta que o atraso político brasileiro, do ponto de vista da incorporação da sociedade civil, tem a ver com a forma de estruturação da burocracia no país. Fruto do avanço sistemático do poder político no controle da economia e da diferenciação social, o patrimonialismo ou o mercantilismo estatal destruiu a institucionalização dos direitos individuais.
Esse conjunto de fatores da sociabilidade brasileira propiciou, segundo Buarque de Holanda (1992), o estabelecimento de quatro elementos que caracterizaram a organização social brasileira: ausência da tendência de autogoverno, a qual significava a ausência de solidariedade comunitária e de maneiras espontâneas de auto-organização política; virtudes inativas, ou seja, o ser social não reflete ativamente para transformar a realidade, mas procura uma razão externa a sua existência; e razão reflexiva, a qual provoca um pensamento que impede rompimentos, sustenta uma consciência conservadora e um domínio dos interesses pelas paixões.
De acordo com essa concepção, a sociabilidade brasileira nasceu influenciada pela pirâmide familiar, tendo como fundamento a organização patriarcal, a fragmentação social, as lutas entre as famílias, as virtudes inativas e a Ética da aventura. Originalmente o caudilhismo e, posteriormente, o coronelismo, que implicava a existência de lideranças carismáticas, substituíam a racionalidade dos interesses individuais e estabeleciam a matriz sobre a qual a organização social e as fundações da política e do Estado foram delineadas.
Com efeito, na medida em que as relações afetivas ou familiares precederam a constituição do espaço público, o poder público incorporou uma dimensão personalista em que o carisma e a dependência do homem comum geraram uma atitude instrumental e de subjugação em relação à política.
Nos anos 1980, a abordagem culturalista solidifica-se com a obra de Roberto DaMata (1993) que ao examinar as causas da desigualdade e das formas de hierarquia existentes no Brasil, constatou o confronto da autoridade social, baseada, de um lado, no personalismo e na identidade vertical, e, de outro, na lei positiva. Nesse

contexto, segundo DaMata, enquanto o conhecido *medalhão* determina as iniciativas da ação coletiva, o personalismo, como modelo típico desse tipo de relações sociais, institucionaliza-se. Para DaMata, portanto, a sociedade brasileira pode ser caracterizada como sendo híbrida, pois combina uma identidade horizontal, tipicamente ocidental e baseada no direito natural, com uma identidade vertical, característica das sociedades não-ocidentais, nas quais predominam as tradições e a continuidade cultural.

Nesse sentido, pode-se dizer que a experiência política brasileira tem se caracterizado pela predominância de formas autoritárias de governo, gerando uma restrição às possibilidades de uma participação política mais efetiva. O impacto do autoritarismo não permitiu que se desenvolvesse um cenário no qual a ingerência da sociedade civil no Estado fosse significativa. Após 1974, com o processo de abertura política, o país atravessaria fases com amplas manifestações de massa, dentre elas a marcha pelas diretas, em 1984; as manifestações pelo *impeachment* do presidente Collor; a CPI dos anões, e as várias CPIs que têm se instalado ao longo do tempo. Esses acontecimentos, entretanto, que em outras circunstâncias poderiam constituir matrizes capazes de catalisar modalidades de participação mais duradouras e objetivas, acabam sendo relegados a um plano secundário, pois a ênfase dos gestores públicos radica na estabilização da economia e não no desenvolvimento de uma cultura política cidadã que privilegie o envolvimento político da população.

No que diz respeito a percepção das instituições de mediação política, embora, os governos no Brasil, desde a redemocratização tenham conseguido implementar métodos poliárquicos, simultaneamente, têm conseguido paralisar o legislativo e manter o judiciário num papel secundário. Nesse processo se verifica uma velha tradição onde no discurso e na retórica, há um comprometimento por parte dos postulantes a cargos políticos com a participação política, com o empoderamento dos cidadãos e com a redistribuição do poder, mas, na realidade, alertam que os riscos da instabilidade se localizam no processo competitivo e, desta forma conseguem desviar a opinião pública para outras esferas que não a democratização do estado.

Nessa perspectiva, um fator importante que contribui para a tendência de uma dimensão inercial diz respeito a crescente desconfiança da população nas instituições políticas. Presentemente a confiança e a cooperação têm se transformado em conceitos-chave nos debates sobre as possibilidades da democracia prosperar. Vista dessa forma, a confiança é considerada crítica para a democracia, pois estabelece conexões entre os cidadãos e as instituições que os representam, aumentando a legitimidade do governo democrático (MISHLER e ROSE, 2001). Assim, em sistemas políticos onde a credibilidade das instituições e dos governantes é baixa, como é o caso brasileiro, a possibilidade da democracia na sua dimensão substantiva, prosperar é problemática.

Dessa forma, em nossa opinião, a compreensão do como a confiança funciona e se origina é de relevância fundamental para avaliar as implicações para o estabelecimento de democracias duradouras e socialmente eficientes. Por exemplo, porque os brasileiros parecem demonstrar uma predisposição permanece de não confiança nas instituições políticas? É o legado histórico que estabeleceu formas autoritárias de relações sociais importantes? As atitudes de caráter autoritário permanecem, ao longo do tempo, a despeito da institucionalização de procedimentos poliárquicos?

O tempo para a criação de mecanismos de convivência e prática democrática é o parâmetro fundamental na distinção entre as duas abordagens. Na perspectiva cultural, modificações de valores culturais levam décadas para acontecer, enquanto que para os institucionalistas não é necessário esperar muito tempo, basta controlar as práticas corruptas e promover o crescimento econômico que a base normativa de apoio à democracia ocorre.

Independente dos postulados apresentados tanto pela teoria culturalista quanto pela institucionalista, os dados empíricos referentes às predisposições dos brasileiros em relação às instituições políticas mostram uma tendência de anomia, alienação, desconfiança e ceticismo, agravada por um processo crescente e recente de maior desengajamento da política tradicional que sugere uma estagnação política ou como se argumenta neste artigo, uma democracia inercial, cujas características principais são: (1) uma cultura política passiva e (2) a ausência de investimentos sociais e, (3) um crescimento econômico que não diminui a desigualdade socioeconômica.

O Quadro 1, apresenta o modelo de democracia inercial proposto neste trabalho.

Quadro 1 - Modelo da Democracia Inercial

Políticas econômicas elitistas Gramática econômica ortodoxa **BLOCO I**	Déficit social Investimentos sociais nominais **BLOCO II**	Cultura política passiva Ausência de apoio normativo a democracia. **BLOCO III**

Resignação e hostilidade em relação à política

Democracia Inercial

O gráfico abaixo mostra a evolução assimétrica entre as três dimensões conceituais analisados neste artigo.

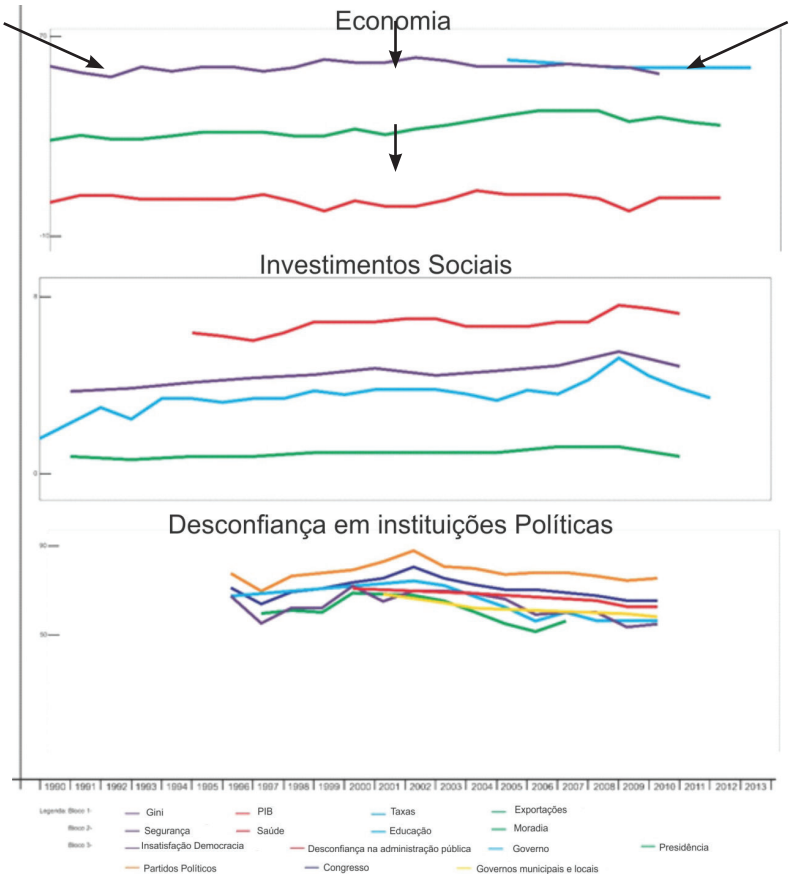

Gráfico 1 – Dimensões da Democracia Inercial na América Latina

Fonte: CEPAL, Banco Mundial e Latinobarometro.

Para identificar a presença de uma dimensão de inércia na democracia na América Latina, utilizamos o teste de Skweness e Kurtosis. Essas medidas possibilitam que: (1) se identifique uma regularidade longitudinal nos indicadores utilizados e, (2) se variações temporais são significativas, ao longo do tempo, ou se se anulam por manter uma regularidade. Se há uma anulação reciproca, então, se pode argumentar que existe uma dimensão estrutural da democracia na região examinada. O Gráfico 1, mostra que de 1990 a 2013, o padrão evolutivo das variáveis examinadas ocorre numa dimensão de ausência de variações temporais que se situem fora do padrão de normalidade. A questão é saber se o padrão observado para América Latina, ocorre quando um país isoladamente é examinado. Os Gráficos 2, 3 e 4, apresentam, neste sentido a evolução das variáveis do estudo para o caso brasileiro.

Gráfico 2 – Evolução longitudinal dos indicadores econômicos no Brasil

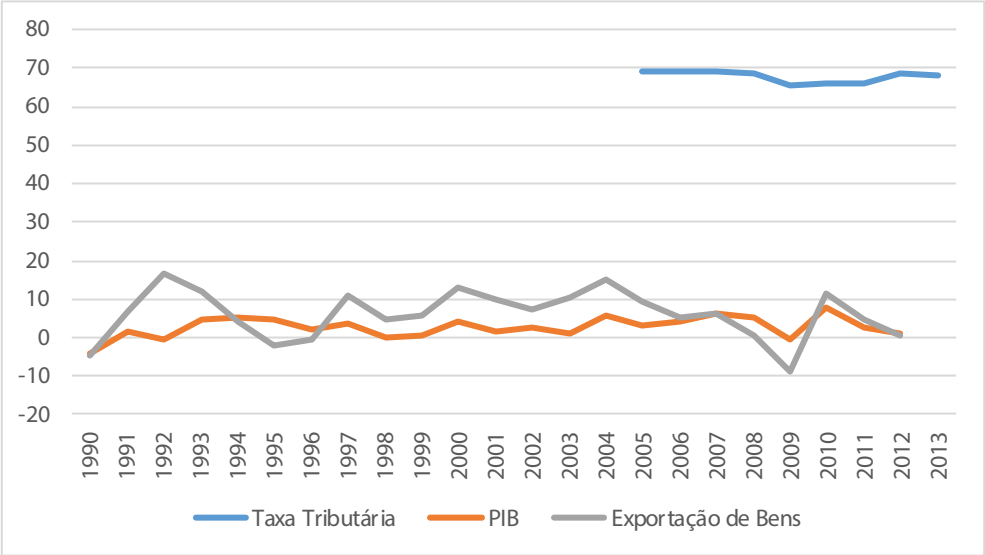

Fonte: Banco Mundial.

Gráfico 3 – Investimentos Sociais no Brasil

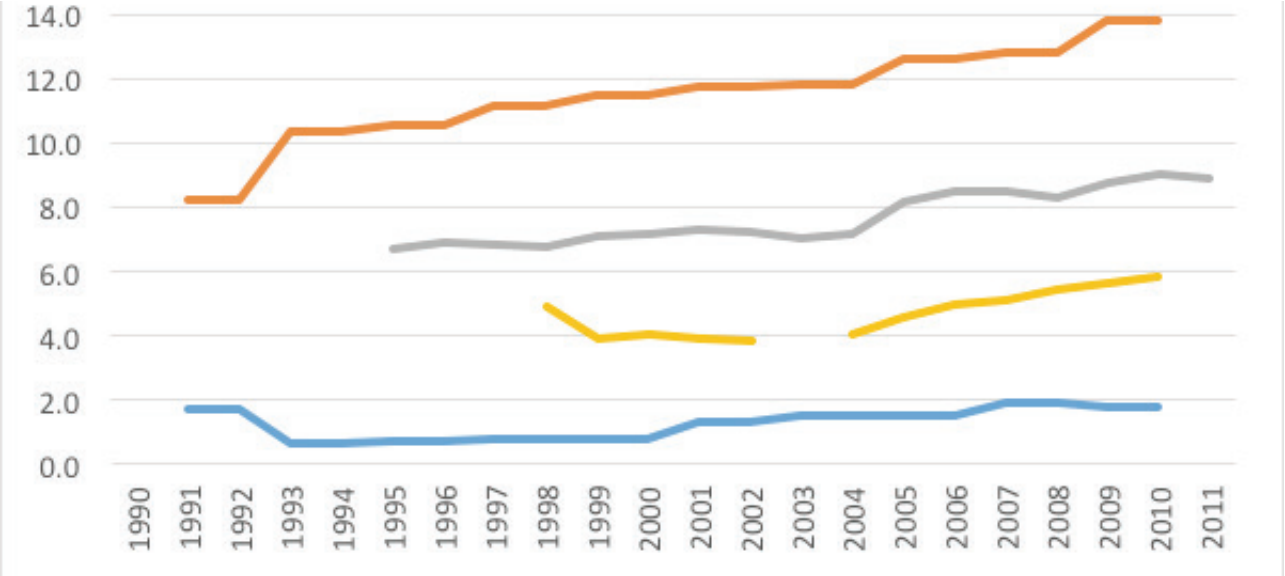

Fonte: CEPAL.

Gráfico 4 - Evolução da desconfiança institucional no Brasil

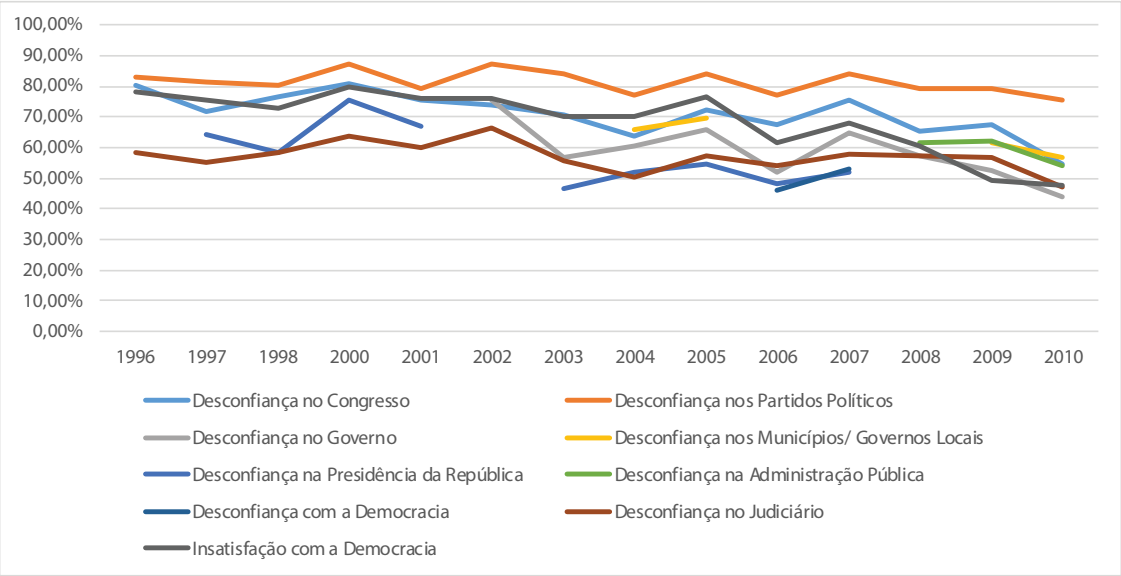

Fonte: Latinobarômetro.

Tabela 1 - Taxa tributária (1996 a 2010)

País	**Média**	**Desvio padrão**	**Curva normal Teste Skewness**
Brasil	67,883333	1,5315569	-0,965
América Latina	54,06078		

Fonte: Banco Mundial.

Tabela 2 - Índice de Gini (1996 a 2010)

País	**Média**	**Desvio padrão**	**Curva normal Teste Skewness**
Brasil	58,235385	2,1209377	-0,483
América Latina	52,38394383		

Fonte: Banco Mundial.

Tabela 3 - Crescimento do PIB (1996 a 2010)

País	**Média**	**Desvio padrão**	**Curva normal Teste Skewness**
Brasil	3,102348	2,3806443	0,222
América Latina	3,514485		

Fonte: Banco Mundial.

Tabela 4 - Exportação bens e serviços (1996 a 2010)

País	**Média**	**Desvio padrão**	**Curva normal Teste Skewness**
Brasil	6,716077	6,165669	-1,205
América Latina	9,209429498		

Fonte: Banco Mundial.

Tabela 5 - Investimento em Educação (1996 a 2010)

País	**Média**	**Desvio padrão**	**Curva normal Teste Skewness**
Brasil	4,654013	0,737373	0,249
América Latina	3,974141		

Fonte: Cepal.

Tabela 6 - Investimento em Saúde (1996 a 2010)

País	**Média**	**Desvio padrão**	**Curva normal Teste Skewness**
Brasil	7,628935	0,7945965	0,532
América Latina	6,975428		

Fonte: Cepal.

Tabela 7 - Investimento em Moradia (1996 a 2010)

País	**Média**	**Desvio padrão**	**Curva normal Teste Skewness**
Brasil	1,270625	0,4510736	-0,077
América Latina	1,196		

Fonte: Cepal.

Tabela 8 - Investimento em segurança (1996 a 2010)

País	**Média**	**Desvio padrão**	**Curva normal Teste Skewness**
Brasil	11,42	1,5547776	-0,657
América Latina	4,7		

Fonte: Cepal.

Tabela 9 - Desconfiança no congresso (1996 a 2010)

País	Média	Desvio padrão	Curva normal Teste Skewness
Brasil	71,09%	7,10%	-0,804
América Latina	71,28%		

Tabela 10 - Desconfiança nos partidos - Países

País	Média	Desvio padrão	Curva normal Teste Skewness
Brasil	81,37%	3,72%	,140
América Latina	79,67%		

Fonte: Latinobarometro.

Tabela 11 - Desconfiança no Governo (1996 a 2010)

País	Média	Desvio padrão	Curva normal Teste Skewness
Brasil	60,41%	10,07%	0,136
América Latina	63,38%		

Fonte: Latinobarometro.

Tabela 12 - Desconfiança nos municípios ou governos locais (1996 a 2010)

País	Média	Desvio padrão	Curva normal Teste Skewness
Brasil	64,44%	5,19%	-0,741
América Latina	62,04%		

Fonte: Latinobarometro.

Tabela 13 - Desconfiança Presidência da República (1996 a 2010)

País	Média	Desvio padrão	Curva normal Teste Skewness
Brasil	57,50%	9,58%	0,778
América Latina	60,42%		

Fonte: Latinobarometro.

Tabela 14 - Desconfiança Administração Pública (1996 a 2010)

País	**Média**	**Desvio padrão**	**Curva normal Teste Skewness**
Brasil	62,82%	5,96%	-0,754
América Latina	66,60%		

Fonte: Latinobarometro.

Tabela 15 - Insatisfação com a Democracia (1996 a 2010)

País	**Média**	**Desvio padrão**	**Curva normal Teste Skewness**
Brasil	68,77%	10,30%	-1,089
América Latina	62,50%		

Fonte: Latinobarometro.

Tabela 16 - Desconfiança na Democracia (1996 a 2010)

País	**Média**	**Desvio padrão**	**Curva normal Teste Skewness**
Brasil	49,65%	5,02%	-
América Latina	43,00%		

Fonte: Latinobarometro.

Tabela 17 - Desconfiança no Poder Judiciário (1996 a 2010)

País	**Média**	**Desvio padrão**	**Curva normal Teste Skewness**
Brasil	56,97%	4,83%	-0,166
América Latina	67,81%		

Fonte: Latinobarometro.

Os dados dos gráficos e das tabelas em relação ao caso brasileiro, comparado com os da América Latina, mostram que na dimensão econômica o padrão é quase semelhante. Já no que diz respeito à dimensão dos investimentos sociais, a segurança é a que teve mais investimentos, seguido por investimentos na área da moradia, que se mantem quase inalterados no período examinado. No entanto, quando se controla por índice de inflação e número de pessoas que ingressam no mercado de trabalho, os investimentos sociais se mostram estagnados, pois os aumentos são nominais e não reais. Em relação a dimensão da desconfiança, o padrão é igual para América Latina, ou seja, de uma crescente desconfiança com as instituições políticas.

Em suma, os dados aqui examinados revelam que as assimetrias entre as três dimensões examinadas sugerem existir uma dimensão de inércia na democracia brasileira. A dimensão inercial da democracia se manifesta então, quando há uma assimetria entre as variáveis que devem desenvolver padrões equilibrados de desenvolvimento. Ou seja, os indicadores econômicos, os investimentos na dimensão social e a construção de uma cultura cívica deve resultar na institucionalização de uma cultura política cívica com igualdade social. Os dados acima mostram uma incongruência no Brasil, entre essas dimensões. As melhorias econômicas moderadas não produziram investimentos reais na dimensão social e a desconfiança nas intuições políticas aumentou. Isso resulta na materialização de uma democracia inercial.

5. Conclusões

Os principais estudos históricos de autores brasileiros, os quais alertavam para a necessidade de empreender esforços de caráter estrutural que objetivassem promover a democracia, simultaneamente com reformas estruturais e autonomia do Estado (FURTADO, 2000) nesta Região, sob pena de experimentar atrasos na dimensão social e comprometer a construção de uma democracia plena, têm se mostrado consistentes na virada do século.

Os dados examinados mostram um processo crescente de distanciamento e desconfiança das pessoas em relação às instituições poliárquicas. Essa desconfiança é alimentada ou se alimenta de uma situação econômica que não tem propiciado avanços econômicos e sociais de caráter distributivo. Pelo contrário, os dados da CEPAL apontam para uma situação de queda dos rendimentos médios anuais das pessoas bem como a estagnação das taxas de desemprego, mantendo uma situação de inércia, ou seja, economia e política se movimentam por um processo de inevitabilidade, sem que existam induções eficientes por parte dos governantes para sanar os crescentes problemas sociais.

Nessas condições, dificilmente poderá se institucionalizar uma base normativa de apoio à democracia. Os procedimentos utilizados para sanar problemas de natureza material (moradia, educação, saúde e segurança), a médio e longo prazo, se revelam inconsequentes e de pouca efetividade na tentativa de constituir uma cultura política participativa.

Assim a ciência política, nos últimos anos, principalmente a abordagem que privilegia a dimensão institucional, prospera por razoes negativas, ou seja, como os procedimentos sugeridos dificilmente serão implementados pelos governos de plantão, a permanência de uma situação de instabilidade política propicia que todo e qualquer estudo seja (des)construído, para imediatamente reconstrui-lo, propondo novos procedimentos. Tal processo é claramente conducente à inércia.

Cremos que enfrentar o desafio de propor mecanismos alternativos de natureza propositiva é uma tarefa inadiável para os cientistas políticos brasileiros. Infelizmente, o que se constata é a adesão a um conhecimento estabelecido que pouco ou nada tem a ver com a realidade. Por outro lado, a academia parece ainda aderir a uma reflexão que reproduz o conhecimento estabelecido, não abrindo possibilidades para pensar em instrumentos alternativos de modificação da situação social precária que estes países enfrentam.

As ausências de tais esforços podem ser atribuídas aos custos que envolvem posicionamentos de incidência, pois como se sabe é muito mais fácil des(construir) do que construir, na medida em que a reprodução do estabelecido isenta a responsabilidade do autor.

Não se pretende sugerir que os problemas sociais serão sanados automaticamente pelo uso de práticas de envolvimento cidadão, tal afirmação seria ingênua, o que se propõe é o enfrentamento dos problemas em duas frentes, a saber: (1) o frente estrutural programático e (2) o frente pontual cotidiano, pois como Yunus (2000) alerta, incidir para resolver o problema de poucas famílias deveria esperar por alterações estruturais ou pode ser sanada pontualmente? Tal esforço ou prática é ou não é importante? Acreditamos que a constatação cotidiana da deterioração das relações sociais e a precarização material dos cidadãos não pode ser indiferente a necessidade de tentar incidir na resolução desses problemas.

Levando em conta os fatores acima aludidos, o que não faltam são razões de caráter histórico, estrutural, cultural e econômico que respaldem atitudes céticas a respeito do futuro do país. Tal posicionamento também

está alimentado por evidência empírica, resultado de pesquisas de opinião levadas a cabo nos últimos anos que mostram, consistentemente, uma tendência crescente dos brasiliros em se distanciar das instituições políticas e, cada vez mais, procurar modalidades informais de resolução de problemas (LATINOBAROMETRO, 2002). O resultado geral, entretanto tem se manifestado na inércia tanto do estado quanto da sociedade. Identificar essa prática pode auxiliar a encontrar caminhos de revitalização da qualidade democrática.

Referências

BANCO MUNDIAL. (2013a), *GDP growth (annual %)*. Disponível em «http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG». [consultado em 20-06-2013].

BANCO MUNDIAL. (2013b) *Total tax rate (% of commercial profits)*. Disponível em «http://data.worldbank.org/indicator/IC.TAX.TOTL.CP.ZS». [consultado em 20-06-2013].

BANCO MUNDIAL. (2013c), *Exports of goods and services (% of GDP)*. Disponível em «http://data.worldbank.org/indicator/NE.EXP.GNFS.ZS». [consultado em 20-06-2013].

BANCO MUNDIAL. (2013), *GINI Index*. Disponível em «http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI». [consultado em 20-06-2013].

BANCO MUNDIAL. (2013d), *Health Expenditure, total (% of GDP)*. Disponível em «http://data.worldbank.org/indicator/SH.XPD.TOTL.ZS». [consultado em 20-06-2013].

BANCO MUNDIAL. (2013e), *Public spendind on education, total (% of GDP)*. Disponível em «http://data.worldbank.org/indicator/SE.XPD.TOTL.GD.ZS». [consultado em 20-06-2013].

BARBA, S. C. (2007), ¿Reducir la pobreza o construir ciudadanía social para todos? América Latina: regímenes de bienestar en transición al iniciar el siglo XXI. Guadalajara: UDEC.

CAROTHERS, T. (2007), How democracies emerge: The "sequencing" fallacy. *Journal of Democracy*, Washington, 18 (1), pp.12-27.

CEPAL. Data Base 1990-2007. (2007). Disponível em «http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/Portada.asp?idioma=e». [consultado em 15-03-2013].

CEPAL. *Gasto social en América Latina y el Caribe*. (2007a) Disponível em «http://dds.cepal.org/gasto/indicadores/ficha/query1.php?indicador_id=7». [consultado em 15-03-2013].

CEPAL. Social Panorama of Latin America 2007. (2007b). Disponível em «http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/9/30309/P30309.xml&xsl=/tpl/p9f.xsl&base=/publicaciones/top_publicaciones.xsl#». [consultado em 15-03-2013].

DAHL, R. (1989), *Democracy and its critics*. New haven: Yale University Press.

DIAMOND, L. (2001), Civic communities and predatory societies. *Conference at the Intercultural Management Institute, American University*, Washington, pp. 23- 41.

DOOR, L. (2008), *The democratic deficit debate in the European Union*. Berlim: VDM, Verlag.

ENGBERG, J.; SVANTE, E. (1999), Illiberal democracy in the third world – An empirical inquiry. *ECPR Joint Sessions of workshops*, Mannheim, Germany, pp. 1-24.

EPSTEIN, D. *et al*. (2006), Democratic transitions. *American Journal of Political Science*, 50 (3), pp. 551-569.

FREEDOM HOUSE. *Freedom in the World*. (2014). Disponível em «http://freedomhouse.org/report-types/freedom-world#.VDgLrmddWap». [consultado em 03-03-2013].

GARRETON, M. (1991), La democracia entre dos épocas: América Latina en 1990. *Foro Internacional*, Santiago, 32 (1), pp. 47-64.

KOHLI, A. (1997), On Sources of Social and Political Conflicts in Follower Democracies. In: HADENIUS, Axel (Ed.). *Democracy's Victory and Crisis*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 71-80.

MAIER, C. S. (1994), The moral crisis of democracy. *Foreign Affairs*, 73 (4), pp.48-64.

MARCH J.; OLSEN, J. P. (1995), *Democratic governance*. New York. Simon and Schuster.

MERKEL, W. (1999), *Defective democracies*. Madrid: Juan March Institute.

MISHLER, W.; ROSE, R. (1999), Learning democracy: the dynamics of popular support for post-communist regimes. *Reunião da American Political Science Association*, Atlanta.

MISHLER, W.; ROSE, R. (2001), Political Support for Incomplete Democracies: Realist vs. Idealist Theories and Measures. *International Political Science Review*, 22 (4), pp. 303-320.

MOLLER, J.; SKAANING, S. (2013), The third wave: inside the numbers. *Journal of Democracy*, Washington, 24 (4), pp. 97-109.

NORRIS, P. (1999) *Critical citizens*: Global support for democratic governance. New York: Oxford University Press.

PNUD. (2004), *La democracia en América Latina*: Hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos. New York: Programa de las Naciones Unidas Para el Desarrollo (PNUD).

PUHLE, H. (2000), Problemas de consolidación democrática y 'democracias defectuosas'. In:

PUTNAM, R. *Bowling Alone*: The Collapse and Revival of American Community. New York: Simon & Schuster.

SEN, A. (1977), *On economic inequality*. Oxford: Clarendon Press.

YUNUS, M. (2000), *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Editora Ática.

ZAKARIA, F. (1997), The rise of illiberal democracy. *Foreign Affairs*, New York, 76 (6), pp.22-43.

A Comissão nacional da verdade no Brasil e a construção de uma nova memória coletiva

Ivo Canabarro – UNIJUI – Ijuí – RS – Brasil
icanabarro@yahoo.com.br

Lislei Teresinha Preuss
lispreuss@terra.com.br

Resumo: Na presente comunicação abordaremos a importância da implantação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) no Brasil e suas repercussões para a construção de uma memória coletiva dos grupos que foram vítimas das opressões da ditadura militar. A CNV no Brasil foi implantada no final do ano de 2011, seus trabalhos começaram no ano seguinte numa perspectiva investigativa do papel opressor do Estado nos períodos autoritários. A ênfase maior das investigações é o período da ditadura militar, que compreende os anos de 1964 a 1985, pois neste período foram onde aconteceram a maioria dos casos de desconsiderações dos direitos humanos no Brasil. Os trabalhos da comissão visam recuperar a memória das pessoas que foram vítimas de torturas, dos desparecidos e mesmo mortos, sendo uma investigação detalhada a partir da documentação oficial e de depoimentos das pessoas atingidas pela ditadura. Todo o trabalho investigativo conta com apoio de várias entidades que visam a preservação dos direitos humanos. O resultado final será apresentado num relatório que abrange todo o trabalho da comissão que servirá como base para as ações propositivas do Estado Brasileiro.

Palavras-chave: Comissão Nacional da Verdade, memória, direitos humanos

1. Introdução

A CNV no Brasil foi criada com a Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, cuja finalidade principal é reunir comissões em parceria com os estados, visando ao esclarecimento dos fatos e das circunstâncias em que casos de graves violações de direitos humanos ocorreram em um determinado período da história do Brasil, mais precisamente de 1946 a 1988, considerado como um dos períodos mais críticos de violação dos direitos. A própria UNESCO já havia advertido, em seus relatórios, que muitos países não respeitavam tais direitos, mesmo depois da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Entretanto, a desconsideração dos direitos não se restringe apenas aos períodos autoritários, mas alavanca também os casos da pobreza absoluta a que são submetidas parcelas da população de muitos países pobres ou em desenvolvimento. Assim, as próprias ações de combate à pobreza já representam um caminho para o reconhecimento e respeito aos direitos humanos.
No Brasil, as políticas públicas dos últimos governos já implantaram ações decisivas de combate à pobreza, visando garantir direitos fundamentais para alguns grupos sociais vulneráveis. Neste sentido, a CNV tem seu foco direcionado à promoção e esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, homicídios e ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior; tal regulamentação consta no artigo terceiro da referida lei e esclarece as diretrizes a serem tomadas no decorrer do trabalho da CNV. Contudo, quando a CNV não tem condições de esclarecer detalhes de um período de vigência, são reunidas Comissões Estaduais ou municipais, criadas em parceria com secretarias relacionadas aos direitos humanos existentes nos estados. Para tanto, é preciso criar um conceito de memória social que abranja todas as dimensões de atuação dos diferentes grupos sociais, visto não se tratar de terrorismo de Estado na tentativa de caçar os culpados, mas, acima de tudo, de garantir que os atores sociais desse período tenham a sua memória reconhecida no imaginário social. Trata-se, portanto, de um reconhecimento para a história do tempo presente que se preocupa em garantir a inclusão de todos nos diferentes sistemas históricos. Para dar conta dessas variáveis, neste artigo as referências básicas serão as bibliografias sobre a memória social, detalhes sobre a ditadura militar no Brasil e informações fornecidas nos sites da CNV e do Portal Brasil, blog do Planalto.

A perspectiva de reconciliação do Estado com a sociedade brasileira requer sistematização para recuperar a verdade sobre os acontecimentos que marcaram a história recente do Brasil. Entretanto, não consiste em apenas trazer a tona os acontecimentos, mas direcionar ações, tais como: a) publicizar os processos em que o Estado violou os direitos fundamentais de cidadãos comprometidos com as lutas sociais e não garantiu liberdade de expressão nos períodos autoritários; b) dar conhecimento à população do autoritarismo e violações por parte do Estado; c) revelar atos considerados abusivos para que os mesmos não venham a se repetir na sociedade brasileira. Entende-se que não consiste numa *mea culpa*, visto que os abusos e violação dos direitos, repetidos tantas vezes, deixaram marcas profundas na memória coletiva. Nesse sentido, acredita-se que gerações que não vivenciaram o momento precisam saber da verdade para compreender qual era o papel autoritário do Estado durante a ditadura militar.

A memória coletiva é fundamental para o entendimento dos períodos autoritários, formada por um conjunto de dados que abordam os mais diferentes sentimentos ou sequelas do autoritarismo deixadas na sociedade contemporânea, tais como: atos de violação dos direitos; cicatrizes marcadas no corpo e na alma dos que sofreram violações dos direitos. Tais atos sofridos ficaram guardados na memória dos que foram torturados e presos, na dor das famílias que tiveram pais ou filhos desaparecidos sem nenhuma informação do seu paradeiro; famílias ainda esperam notícias dos seus desaparecidos. É uma memória traumatizante, por um lado, para as famílias dos desaparecidos e, por outro, para o Estado que permitiu esse tipo de violação.

A perspectiva de construção de uma memória sobre estes períodos autoritários é uma tarefa que requer investimento por parte da sociedade civil e do Estado, pois somente desta forma pode-se trazer à tona a verdade histórica. O Estado brasileiro na atualidade acredita que a CNV possa recuperar as relações com a sociedade civil numa tentativa de trazer ao público e à história os atos praticados em defesa de suas políticas, muitas das quais em desacordo com a sociedade, mas postas em prática pela força do autoritarismo, da repressão e da "liberdade" vigiada. Fica evidenciado que os períodos autoritários aconteceram no Brasil já numa época de vigência da declaração dos direitos humanos. Nesse sentido, pode-se dizer que no período da ditadura militar foram violados com mais frequência os direitos humanos.

Com o panorama da época, a participação social foi expressamente limitada, a liberdade de expressão não era permitida, ao contrário duramente reprimida. Nestes períodos, cabia aos cidadãos respeitar ordens autoritárias, calar-se e conter-se com as regras e normas editadas pelo Estado e, portanto, quanto mais dócil era a postura do cidadão, melhor seria sua vida por não ameaçar a nação. Se na Europa vivenciava-se o processo democrático, Maio de 1968, com clamor à liberdade de expressão, no Brasil, por sua vez, experienciava-se o auge do autoritarismo com o Ato Institucional número 5 (AI5)[1]. Vivia-se em num mundo à parte, longe de qualquer forma de manifestação da liberdade ou de imaginação ao poder. Em outras palavras, o poder significava a repressão do cidadão, a imaginação era para os militares e não para a sociedade civil.

Os períodos autoritários, no Brasil, marcaram de forma significativa a ação do Estado na tutela da população, evidenciados pela total falta de consideração da garantia dos direitos. O Estado brasileiro passou por diversas fases, dentre as quais, destacam-se: o autoritarismo e a ação violenta e repressiva da liberdade de expressão da população. Na atualidade, não se admite uma forma de Estado que não respeite a liberdade dos seus cidadãos. Por esta razão, o papel da CNV vem ao encontro a uma nova forma de expressão e respeito a todos aqueles que lutaram pelos ideais de liberdade. Cabe à CNV recuperar a importância social das pessoas que ousaram lutar e defender os seus direitos, tanto os individuais, quanto os coletivos, pois a luta era pelo respeito à dignidade da população, pela liberdade e por melhores condições de vida.

O papel da CNV é compreender as memórias de grupos ou pessoas que foram vitimas da violação dos direitos humanos nos períodos autoritários, com ênfase maior para a Ditadura Militar, de 1964 a 1985. Trata-se de uma delicada tarefa, pois lida com as emoções dos depoentes, muitos dos quais sofrem ao expor o que passaram nas prisões e torturas. Também são delicados os casos de familiares que perderam pessoas e nunca souberam noticias destes, provavelmente muitos morreram e enterrados em cemitérios clandestinos em lugares distintos, como exemplo em São Paulo. Os depoimentos que estão sendo colhidos pela CNV são extremamente comoventes pelo fato de as pessoas se emocionam muito ao lembrar-se de suas memórias.

---

1 O AI5 controlava totalmente a liberdade de expressão.

2. Desenvolvimento

Foi imprescindível a criação de uma CNV, para esclarecer as circunstâncias de casos de torturas e mortes dos atores sociais que tiveram os direitos humanos desconsiderados, por se tratar de um tema velado. São poucas as informações precisas em virtude dos arquivos ainda permanecerem vetados para pesquisas. Será precioso que o governo tome medidas para liberar toda a documentação desse período da história, para que os historiadores consigam construir uma visão mais detalhada a respeito da ditadura no Brasil. Os pesquisadores que estudam a ditadura no Brasil têm dificuldade em encontrar documentos, pois muitos arquivos militares podem ter sido queimados, embora, de acordo com a CNV, tal informação seja imprecisa, ou seja, alguns documentos ainda existem, mas ainda não estão liberados para a pesquisa. Neste sentido, a CNV pode ter um papel fundamental ao disponibilizar tais dados para a pesquisa, contribuindo sobremaneira para a construção da história recente do Brasil.

Como já referido, a CNV foi instituída pela Lei nº 12.528[2], na qual constam suas atribuições e papel social. Para tanto, a equipe nomeada para participar da CNV foi composta por pessoas comprometidas em esclarecer uma possível verdade sobre esse período histórico e, portanto, o foco das atenções será o período da ditadura militar, por ser um período de maior desrespeito aos direitos humanos, embora o período a ser investigado seja anterior à ditadura. A lei que instituiu a CNV tem treze artigos nos quais são explicitadas todas as suas atribuições. Além dela, o decreto nº 7.727, de maio de 2012, foi criado para complementar a lei e instituir a CNV por um período de dois anos para os devidos trabalhos e, depois a elaborar a redação de um relatório final. As reuniões realizadas pela CNV em vários estados do Brasil buscam parceria com as comissões estaduais da verdade e também com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na tentativa de recuperar e investigar casos ocorridos em diferentes regiões.

A CNV realiza periodicamente reuniões em diferentes locais para colher depoimentos e analisar documentação que possa esclarecer casos de pessoas que sofreram processos ou que foram presas e torturadas nesse período. Instituiu-se que toda a documentação colhida e os depoimentos produzidos serão destinados à guarda do Arquivo Nacional, para integrar o Projeto Memórias Reveladas, constituindo um banco de dados para a pesquisa sobre a história recente do Brasil. A CNV ficará responsável por encaminhar aos órgãos públicos toda e qualquer informação obtida para auxiliar a localização e a identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos. É um trabalho que busca dar às famílias dos desaparecidos e à sociedade alguma prova de que os mesmos sofreram violação dos direitos humanos.

Os componentes da CNV foram escolhidos pela sua atuação na defesa dos direitos humanos, considerando-se serviço público relevante, pois o trabalho é de interesse social e contribui para o esclarecimento de dados significativos à recuperação de uma memória social brasileira. A equipe conta com a colaboração de pessoas, órgãos e entidades de preservação dos direitos humanos com vistas à recuperação de documentos considerados até então sigilosos para futuros estudos. A equipe assume papel relevante na recuperação da memória social que represente dados significativos para a construção de uma complexa e possível verdade histórica e promova a reconciliação nacional por restituir o papel do Estado como instituição não repressora, mas democrática e representativa. A ministra dos Direitos Humanos Maria do Rosário Nunes enfatiza, em seus discursos, que é papel do Estado reparar os erros cometidos em períodos marcadamente autoritários em que a sistema democrático não foi respeitado. Caberia atualmente ao próprio Estado, para tanto, recuperar a sua imagem perante a sociedade brasileira, indicando estar a serviço da população e não sendo mero aparelho repressor que vitimava aqueles que se manifestassem contra medidas autoritárias.

A CNV vem ao encontro de uma nova perspectiva democrática do Brasil na atualidade; afinal, essas comissões já foram implantadas na África do Sul e na América Latina, significando uma reparação do Estado perante a sociedade. É uma forma de o Estado recuperar a sua credibilidade como uma instituição que respeita os direitos humanos, tendo uma garantia constitucional de preservação da dignidade humana. A violação aos direitos

---

2 Para maiores informações podem-se consultar os sites da CNV no Brasil, http://blog.planalto; http://www2.planalto.gov.br/; www.cnv.gov.br.

humanos foi, muitas vezes, recorrente nas próprias instituições do Estado, por pessoas que pertenciam aos seus quadros funcionais. As ações conjuntas da CNV visam recuperar a imagem dos atores sociais desses processos autoritários, permitindo a construção de uma memória que preserve os atores sociais como pessoas dignas de suas representações. Não se constitui uma memória saudosista de mudar o lugar das pessoas para torná-las heróis de seus atos, mas o reconhecimento de seu papel social como sujeitos que, em determinado período da história brasileira, lutaram pelo reconhecimento da importância da participação social, mesmo sendo contrários às medidas autoritárias dos governos. Tem sido recorrente, no Brasil, uma literatura memorialista que procurou justificar o papel dos governos autoritários; no entanto, não é essa a memória social que a sociedade busca e sim uma memória libertadora.

A memória social precisa ser construída, ao longo da história, com exemplo de igualdade e respeito às diferenças. Concebem-se as sociedades plurais no sentido amplo do termo e, por essa razão, conviver com as diferenças talvez seja o grande desafio da contemporaneidade. O caminho da mundialização da cultura e os processos de globalização têm mostrado toda a complexidade da sociedade contemporânea e, ao mesmo tempo, a intensificação das relações entre diferentes culturas. É necessário se ter parâmetros para se pensar em sistemas sociais, comparando-se a casos tais com os das Comissões da Verdade que atuaram na América do Sul com resultados extremamente positivos na recuperação da memória dos atores sociais que sofreram violações dos direitos humanos.

Os regimes de democracia plena são aqueles que se preocupam com a garantia dos direitos dos cidadãos; a própria Declaração dos Direitos Humanos prevê, em seu preâmbulo, a garantia dos direitos considerados como fundamentais para a plenitude da dignidade humana. Os direitos humanos são fundamentos para que governos e sociedades pensem na integridade dos cidadãos, pois de nada adianta uma sociedade ser desenvolvida economicamente se ainda há trabalho escravo. Nesse sentido, em países em desenvolvimento foi implantada uma série de medidas para alavancar a economia, embora não suficientes para o desenvolvimento social. Alavancar o desenvolvimento social requer políticas públicas que visam oferecer um conjunto de garantias para a plenitude dos cidadãos e, por essa razão, a criação da CNV não é uma medida meramente política, mas resgata a responsabilidade do Estado de garantir a equidade social. Não se trata de justificar o papel inovador de um determinado partido político, mas de mostrar que o Estado tem uma responsabilidade social de apresentar-se democrático e participativo na garantia da liberdade individual e coletiva.

Em países democráticos, as Comissões da Verdade representam uma forma de o Estado se redimir dos erros do passado. Não se trata de uma "*mea culpa*", mas, acima de tudo, do compromisso de mostrar às distintas sociedades que o papel do Estado não é de reprimir e matar, mas garantir direitos. É fundamental que seja reconhecida a sua memória como de pessoas que lutaram pelos seus ideais contra as formas autoritárias do poder implementadas pelos referidos estados. O direito à memória é uma possibilidade de reconhecimento das múltiplas identidades que foram ocultadas ou mesmo distorcidas. Os governos autoritários foram responsáveis, juntamente com o aparelho repressor do Estado, em criar identidades negativas de todos os que foram perseguidos ou mortos, pois eram conhecidos como subversivos ou mesmo traidores da pátria.

Acredita-se que um dos principais desafios da CNV será coletar depoimentos dos torturadores, pois até a presente data estes permaneceram protegidos por instituições do próprio Estado. Em alguns países, os torturadores foram julgados e condenados à prisão, mas a CNV não vai ter esse poder para levá-los a julgamentos. Essa diferença é um aspecto que merece reflexão, pois em vários casos, inclusive de julgamentos de torturadores na Segunda Guerra Mundial, pretextavam que faziam tudo visto o sistema exigir que assim fosse, não indicando culpas pessoais, mas de todo um sistema que os ordenava a praticar a tortura e a matar em nome da pátria. No caso do Brasil, o que se quer é oferecer à sociedade alguma justificativa para as práticas das torturas, mortes e ocultamento de cadáveres. Os torturadores foram impiedosos, conforme depoimentos de trabalhos já realizados no Brasil, e, dentre eles, muitos matavam pessoas e justificavam como suicídio por qualquer motivo torpe; ademais, no caso de mulheres torturadas, elas também sofreram abusos sexuais, constrangendo-as ainda mais com humilhações que ficaram para sempre marcadas nas suas memórias, o que constitui um caso típico de memória traumatizante.

Os trabalhos da CNV tiveram maior impulso no ano de 2012 a partir da organização da equipe responsável pelas atividades de tomada de depoimentos em vários estados brasileiros. Para tanto, a CNV solicitou

a colaboração dos órgãos do Estado para garantir acesso a fontes de pesquisa até então restritas. Solicitou também apoio para garantir a tomada de depoimentos, tanto das pessoas com os direitos humanos violados, quanto dos torturadores, ou responsáveis por esses atos violentos. Para ambos será um processo difícil: para os que sofreram abusos, será esse um ato de voltar a uma memória traumatizante; para os responsáveis pelas torturas, será um momento de assumir suas responsabilidades pelo período em que trabalhavam para o estado autoritário. O processo de recuperação da memória desse período autoritário, porém, não é algo simples, pois ainda há muita resistência inclusive de órgãos do próprio governo que faziam questão de ocultar documentos ou de não expor pessoas que trabalhavam, nesse período, para o Estado.

Muitos processos a serem investigados, durante muito tempo, foram esquecidos; em outros, porém, as pessoas foram tratadas como culpadas pelos atos, muitas vezes negando o papel do Estado como responsável pelas torturas, mortes e desaparecimentos. Nos processos é fácil de identificar as pessoas como traidoras da pátria e responsabilizá-las pelas suas próprias mortes, a ponto de, nos atestados de óbitos, muitas vezes, a causa da morte era por asfixia mecânica, ou seja, a pessoa era culpada de sua morte. Esses processos precisam ser revisados e mesmo os atestados de óbitos também alterados pelo menos quanto à causa da morte, pois assim como foram feitos a culpa sempre recaía na pessoa, criando dessa forma uma memória negativa das pessoas que sofreram violência e morte. A forma como eram encerrados os processos sempre beneficiava o Estado, o qual se isentava das culpas, contribuindo para justificar a violência e a desconsideração dos direitos humanos. Isso também tirou a culpa dos torturadores que cometiam os atos repressores e a morte e, por isso, nunca foram julgados por falta de provas concretas.

A CNV conta com o apoio irrestrito para a investigação de casos que possam esclarecer as circunstâncias das torturas e mortes; no artigo quatro da lei fica evidenciado que pode convocar, para entrevistas ou testemunhos, pessoas que possam guardar qualquer relação com os fatos e circunstâncias examinadas. No mesmo artigo, ainda, uma das ações elencadas diz respeito à realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações, de documentos e demais dados que possam ser relevantes. A lei explicita todas as ações conjuntas que podem ser tomadas para o necessário processo de investigação da CNV; as pessoas convocadas serão responsáveis pela prestação de depoimentos e pela disponibilização de documentos e dados que esclarecerão as circunstâncias nas quais os atos de repressão no período investigado foram cometidos. A CNV também é responsável por efetuar audiências públicas, convocar pessoas para tomar depoimentos e esclarecer situações que possam contribuir decisivamente para os rumos da investigação.

O período a ser investigado pela CNV é relativamente longo e complexo e compreende de 1946 a 1988, exigindo da Comissão sistematicidade nos trabalhos desenvolvidos. Dada a essa complexidade, foram organizadas subcomissões para tratar de temas mais específicos. O plano de trabalho da CNV ficou distribuído nas seguintes subcomissões: Primeira – subcomissão de pesquisa, geração e sistematização de informações, organizada em grupos temáticos: 1º Antecedentes, contexto e razões do golpe militar (responsável: Rosa Cardoso); 2º Mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres, torturas e violência sexual (responsáveis: José Carlos Dias e Cláudio Fonteles); 3º Estruturas da repressão do estado e seus patrocinadores e apoios, internos e externos (responsáveis: Gilson Dipp e José Paulo Cavalcanti); 4º Violação de direitos relacionados à luta pela terra, incluindo populações indígenas, com motivação política (responsável: Maria Rita Lehl); 5º Araguaia (responsáveis: Maria Rita Kehl, Cláudio Fonteles e José Carlos Dias); 6º Violação de direitos de exilados e desaparecidos políticos fora do Brasil (responsável: Paulo Sérgio Pinheiro); 7º Operação Condor (responsável: Rosa Cardoso).

Ainda foram criadas mais duas subcomissões para atender às demandas dos trabalhos para permitir transparência nas ações. A subcomissão de Relações com a sociedade civil e instituições (responsáveis: Paulo Sérgio Pinheiro e Rosa Cardoso) e a subcomissão de Comunicação externa (responsável: Rosa Cardoso) são exemplos. Essas três subcomissões foram subdivididas: a primeira dividida em sete eixos temáticos representa diferentes tipos de ações a serem desenvolvidas nestes dois anos de trabalho da CNV. Portanto, como se percebe serão investigados diferentes temas que mostram a complexidade desses períodos históricos, tomando-se como foco principal a Ditadura Militar, visto ter sido considerado um dos mais longos períodos de violação aos direitos humanos, inclusive as guerrilhas que foram massacradas pelos militares, sendo um período de muitas mortes e desaparecidos que marcou a história do tempo presente.

A CNV desenvolve uma série de atividades na tentativa de cumprir com os objetivos propostos nas subcomissões, na perspectiva de investigar todo um período autoritário e recuperar a memória dos atores sociais que sofreram violações dos direitos humanos. São propostas reuniões com familiares de mortos e desaparecidos políticos para resgatar dados, documentos e informações que auxiliem na busca de soluções ou esclarecimentos do que realmente aconteceu. Também são propostas reuniões com as Comissões da Verdade de alguns estados ou municípios, como é o caso de São Paulo, que tem uma Comissão própria devido aos inúmeros casos de violação dos direitos e mortos pelo regime militar (em São Paulo, inclusive, foi encontrado um cemitério clandestino onde enterravam os mortos pelos órgãos repressores da Ditadura Militar). Ainda está previsto no calendário da CNV um conjunto de audiências em vários estados brasileiros onde foram encontrados resquícios da ditadura; nesses estados foram organizadas Comissões da Verdade. O resultado será um trabalho em conjunto com o apoio dos Estados e da Ordem dos Advogados do Brasil (OEA) na tentativa de recuperar o maior número possível de documentos e de depoimentos que auxiliem nas investigações para resgatar a história brasileira durante a ditadura militar.

Um dos papéis da CNV será a construção histórica de um determinado período ainda nebuloso no Brasil. Um dos membros da referida CNV salientou que um dos principais papéis sociais será trazer à tona um trabalho realmente relevante para a consolidação da democracia brasileira, permitindo reconhecimento dos esforços das pessoas que sofreram repressão estatal para o reconhecimento de sua importância política e a construção de uma memória positiva dos atores sociais que, num determinado período, lutaram pela liberdade de expressão.

A CNV do Brasil conta com o apoio imprescindível de órgãos como a OEA e a Organização das Nações Unidas (ONU) em compromisso social firmado para trazer uma possível verdade para as novas gerações que procuram conhecer a história do tempo presente. Um dos membros da ONU observou que o Brasil será um exemplo encorajador para o mundo por representar um compromisso real com a defesa dos direitos humanos.

Apoios externos são importantes para o reconhecimento do papel da CNV, pois dentre as ações previstas está um conjunto de práticas que dizem respeito ao reconhecimento dos direitos humanos e a reconciliação com um período considerado extremamente ditatorial. Em 2010, a OEA fez uma condenação do Brasil à Corte Interamericana de Direitos Humanos em reconhecimento de uma ação movida por familiares de mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia; essa guerrilha foi um movimento de ação armada comandada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no período de 1972 a 1974 no Pará, na região do município de Marabá. Foi um movimento armado ocorrido na ditadura militar brasileira para protestar contra os horrores da mesma; cabe relembrar que durante o período da ditadura ocorreram vários movimentos armados, tanto no campo quanto nas cidades. Esses movimentos foram duramente reprimidos, geralmente matavam seus líderes e prendiam os demais participantes, sendo os militares implacáveis na repressão contra qualquer movimento de contestação sem prestar quaisquer esclarecimentos das mortes, apenas justificando-as como a de terroristas e traidores da pátria.

O papel da ONU é relevante para o apoio aos países que implantam as Comissões da Verdade, pois isso legitima um conjunto de ações que devem ser propostas nos casos de investigações para revelar questões, muitas vezes, sigilosas nos depoimentos e audiências a serem realizadas. A ONU sempre incentivou a recuperação da possibilidade de uma verdade e o desvelamento do passado histórico de países comprometidos em respeitar os direitos humanos. O papel dos mecanismos internacionais sempre foi no sentido de que cada país tenha medidas eficientes para combater a repressão e a desconsideração dos direitos; mesmo que no Brasil esses períodos autoritários sejam relativamente recentes, já é tempo de prestar contas para a sociedade de uma verdade histórica para a construção de uma memória social que possa abarcar todos os que, de certa forma, combateram o autoritarismo.

A construção de uma verdade histórica é uma perspectiva que exige metodologia adequada para compor os dados e interpretá-los. A subjetividade é inerente ao trabalho, pois sentimentos e emoções dos atores sociais ainda pertencem ao tempo presente. Os depoentes revivem situações traumatizantes já em outro contexto de pertencimento e isso exige um filtro da memória para tentar selecionar dados e situações vividas em outros tempos históricos. O depoimento sempre passa por um filtro, às vezes um dado muito traumatizante vem à tona com sutilezas em detalhes. Salienta-se que essa sutileza é respeitada pela CNV.

As formas de tomar depoimentos requer segurança por parte do depoente na medida em que sua contribuição possa ser adequadamente interpretada e respeitada, recebendo retorno de suas falas. Os depoentes se constituem atores participantes do processo de construção de conhecimento, pois são: colaboradores do processo, seus

depoimentos são significativos para a construção das memórias de determinados períodos históricos e, no tempo presente de suas falas, reconstroem-se memórias de um passado. Para a CNV, tais depoimentos compõem um conjunto de dados juntamente com as demais documentações que visam elaborar os processos que podem elucidar a verdade histórica. Não é mais possível apenas recorrer os depoentes por parte dos pesquisadores como simples auxiliares nos dados da pesquisa, mas constituem-se atores participantes do processo de construção de conhecimento. Os depoentes são essencialmente colaboradores do processo, sua contribuição é importante e significativa para a construção das memórias sobre determinados períodos históricos. A fala do depoente tem limite, pois está no tempo presente reconstruindo memórias sobre um passado e, neste sentido, representa um retorno a situações anteriores. Nesse sentido, a compreensão dos dados requer que se compare tais informações a outras fontes advindas de dados documentais.

Construir as memórias sobre períodos relativamente recentes da história é complexo e, ao mesmo tempo, complicado, pois as fontes disponíveis, muitas vezes, ainda requerem sistematização. A CNV foi informada de que muitas fontes desapareceram ou foram queimadas pelos militares como uma forma de ocultamento de uma memória. Sabe-se que muitos documentos eram comprometedores e por isso descartados ou destruídos e, por esta razão, a coleta de depoimentos orais é fundamental para a construção da verdade histórica. A tarefa de conscientizar as pessoas a dar os seus depoimentos é delicada neste processo, visto, como salientou-se, que parte da documentação escrita fora descartada, sobressaindo-se, nesse sentido, os depoimentos das pessoas que vivenciaram tais períodos históricos. Por esta razão, dar um depoimento é quase uma tarefa cívica para a construção de uma memória coletiva sobre a história.

A CNV realiza no Brasil inteiro este trabalho de coleta de depoimentos e sistematização de documentos sobre o período investigado. Muitas pessoas possuem documentos que podem revelar aspectos significativos sobre os acontecimentos históricos. A disponibilidade das pessoas colaborarem com a CNV é fundamental para compor um panorama que visa à elaboração de um relatório com os processos investigados. Ademais, o esforço de investigação da CNV é também relevante em cidades onde estão sendo realizadas audiências públicas nas quais a população e as entidades que defendem os direitos humanos podem colaborar, em um esforço conjunto, para a recuperação da verdade histórica. O conjunto dessas informações é fundamental para conhecermos as próprias experiências históricas.

O papel de recuperação de uma verdade histórica necessita o constante confronto de informações de diferentes fontes históricas: documentos relativamente recentes da história do Brasil; documentação oficial do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), da Policia Federal e do Exército Brasileiro. Muitos destes documentos, porém, são complexos e fragmentados em virtude do descarte feito por autoridades da época, temendo que a verdade fosse revelada. Por outro lado, embora fragmentados, tais documentos importam ao processo de confrontação de informações da época com as recentes fontes orais que estão sendo produzidas em todo o Brasil. Os processos crimes apresentam muitos dados pessoais capazes de reconstruir uma trajetória das vitimas de torturas e prisões e podem revelar identidades importantes para localização inclusive do tipo de violação que estas pessoas sofreram, visto, provavelmente, constarem de dados do tipo de acusação que estavam sofrendo, principalmente, os presos políticos.

Não é possível recuperar uma verdade histórica sem pensar nos atores sociais envolvidos neste processo, são pessoas de ambas as posições: de um lado, os que sofreram violações dos direitos humanos, ou mesmo desaparecidos; de outro lado, os responsáveis pelas prisões, torturas e mortes. Os responsáveis pelas torturas geralmente se apoiam na razão instrumental do Estado para justificar os seus atos, não respondendo por si próprios mais pelo papel que desempenhavam nas instituições. Sobretudo, crê-se a tarefa mais difícil da CNV será a de recuperar a memória dos torturadores; porém, aos que permanecem vivos será difícil obter seus depoimentos por temerem sofrer algum tipo de processo.

Comissões de Verdade na América Latina revelaram, em alguns casos, relatórios finais significativos para configurar uma verdade histórica, mas que todos se depararam com alguns limites nos processos de recuperação das memórias. Indicaram casos de investigações que se depararam com a ausência de alguns documentos comprobatórios. Este fenômeno se repete no Brasil, por isso o processo de construção das fontes de pesquisa resulte de uma variada gama de possibilidades de produção de fontes tais como: o audiovisual, fotografias e fontes orais. Tais fontes estão sendo utilizadas pela CNV no Brasil, visando a construção de uma versão

histórica sobre a repressão. Algumas fontes bem ilustrativas, como os jornais da época, conseguem trazer importantes contribuições. Mesmo já sob a censura implantada, alguns conseguiram divulgar dados sobre pessoas envolvidas em movimentos sociais ou partidos políticos de esquerda. Este trabalho de confrontação de fontes resulta em uma possibilidade ímpar para trazer a tona os fatos.

Os caminhos da CNV em 2012 e 2013 são no sentido de firmar parceria com instituições no Brasil inteiro. O fato de Estados terem suas próprias comissões regionais tem facilitado o trabalho de recuperação de documentos e de tomada de depoimentos. Os integrantes da comissão estão percorrendo vários Estados para resgatar a memória das pessoas que sofreram violação dos direitos humanos. Por exemplo, OAB é um dos principais parceiros da CNV, pois elaboram processos, reúnem documentação que auxiliam na investigação de casos e de processos crimes que há muitos anos estão arquivados sem um parecer final. Como a OAB tem representação em praticamente todo o Brasil, esta parceria é relevante, pois desta forma se consegue recuperar documentos e processos em várias instâncias da justiça.

3. Conclusão

A implantação da CNV no Brasil nos mostra a importância concedida para as investigações dos abusos cometidos pelo estado nos períodos autoritários, nos quais foi possível perceber que os direitos humanos foram desconsiderados. Um país na plenitude de sua democracia precisa construir uma memória que demonstre a responsabilidade de suas ações perante a sociedade civil, não é mais admissível que o estado ainda tenha uma imagem como entidade repressora, o papel dele deve ser de mediação social e, principalmente, respeito aos seus cidadãos. Ademais, historicamente podemos perceber que em outros países da América do Sul e na África do Sul já foram implantadas as suas comissões e prestaram contas para as sociedades dos abusos cometidos dentro dos próprios estados. Para o Brasil será um exemplo de respeito aos direitos humanos a elucidação dos horrores cometidos durante os períodos autoritários.

O papel da CNV no Brasil vai muito além da investigação de casos de descumprimento dos direitos humanos, é uma responsabilidade com a sociedade de construir uma nova memória social do tempo presente, pois, como podemos perceber, a memória social dos atores sociais da ditadura foi totalmente desvirtuada. Elas foram consideradas como terroristas, traidores da pátria e demais denominações que contribuíram para a construção de uma memória negativa destes atores sociais que lutaram pela liberdade de expressão num período em que a liberdade era vigiada e permitida a poucos. Foram anos de torturas, os “anos de chumbo” como dizem certos historiadores. A construção de uma memória social que reconheça as diversas identidades e a importância destes atores sociais constitui um compromisso histórico de reconhecer a importância que estes tiveram para a história do tempo presente. É um processo muito complexo, pois foi uma memória traumatizante para estas pessoas vítimas dos períodos autoritários. As torturas, mortes e desaparecimentos ainda são um processo muito recente, para os que sofreram com tudo isso, sendo necessário superar alguns traumas sofridos e contribuir para a construção desta nova memória que possa elucidar a possibilidade de uma verdade histórica.

Os trabalhos da CNV têm mostrado que o melhor caminho é a parceria com entidades, comitês e a sociedade civil, todo esse conjunto de colaborações é fundamental para que as audiências, os depoimentos colhidos e mesmo a recuperação de documentos contribuam de forma elucidativa para as investigações. É um trabalho conjunto e sistemático para trazer à tona dimensões da verdade das situações e casos de abusos cometidos durante todo esse período autoritário, pois, com o desenvolvimento das ações, foi possível perceber que existem muitos documentos até agora considerados como secretos, que podem contribuir decisivamente nas investigações. Toda a estrutura de que o estado dispõe será importante para agregar todos os dados possíveis, inclusive com a produção de fontes, como é o caso dos depoimentos, os quais contribuem para trazer uma possível verdade histórica. Muitas vezes os documentos escritos são restritos em termos de informações, e, como sabemos, muitos deles foram destruídos, por isso a necessidade também de produção de fontes orais, sem o que o trabalho de investigações ficaria incompleto. A parceria com a sociedade civil é crucial nesse processo, porque, para a superação de uma memória traumatizante, será preciso ouvir todos os atores sociais, para obter possíveis informações necessárias e inéditas que não se encontram em outras fontes de pesquisa.

As discussões sobre os direitos humanos estão sendo cada vez mais enfatizadas em diversos países do mundo, pois a desconsideração dos mesmos não é mais permitida em sociedades consideradas democráticas. A CNV vem destacando que pensar os direitos humanos é uma tarefa que exige reflexão tanto nas sociedades passadas como presentes, não sendo mais possível ficar discutindo os direitos humanos marcadamente nos períodos autoritários se não tivermos o olhar fixado também no presente. Afinal, atualmente vêm sendo denunciados casos graves de violação dos direitos humanos, por exemplo, da população carcerária, onde pessoas vivem de forma desumana dentro de celas apertadas nas penitenciárias. Há inclusive denúncias de presos que vivem nus e amontoados em espaços restritos. Não é mais possível discutirmos direitos referentes a um passado recente, se ainda no tempo presente assistimos a casos graves de violações aos direitos humanos.

Referências:

BOSI, Ecléia (1994), *Memória e sociedade*, São Paulo: Companhia das Letras.

BRESCINI, Stela & MAXARA, Márcia (orgs.) (2001), *Memória e (Res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível.* 1ª ed. Campinas: Unicamp.

BURKE, Peter (1992), *A história como memória social.* In: O mundo como teatro – estudos de antropologia histórica. 1ª ed. Lisboa: Difel.

Comissão Nacional da Verdade no Brasil. Disponível em http://blog.planalto.gov.br/ (consultado em 05-08-2014).

Comissão Nacional da Verdade no Brasil. Disponível em http://www2.planalto.gov.br/ (consultado em 20-09-2014).

Comissão Nacional da Verdade no Brasil. Disponível em www.cnv.gov.br (consultado em 15-10-2014).

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: HTTP://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern_/ddh_bib_inter_universal:htm, (consultado em 10-08-2014)

GASPARI, Elio (2002), *A ditadura envergonhada,* São Paulo: Companhia das Letras.

GONDAR, Jô; DODEBEL, Vera (2005), *O que é memória social*, Rio de Janeiro: UNIRIO.

HALBWACHS, Maurice (2004), *A memória coletiva*, São Paulo: Centauro.

HALBWACHS, Maurice (1976)*, Les cadres sociaux de lá mémorie*, Paris: Monton.

LE GOFF, Jacques (1996), *História e memória,* São Paulo: UNICAMP.

MONTENEGRO, Antonio Torres (2001), *História oral e memória: a cultura popular revisitada,* São Paulo: Contexto.

NORA, Pierre (1993), Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História*, São Paulo, PUC-SP, dez., nº 10, p. 7-28.

PEREIRA, Antony W (2010), *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina,* São Paulo: Paz e Terra.

POLLAK, Michael (1992), Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOCFGV, v.5, n. 10, p. 200-215. Disponível em WWW.cpdoc.fgv.br

POLLAK, Michael (1989), Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v.2, n.3, p. 3-15. Disponível em WWW.cpdoc.fgv.br

RICOUER, Paul (1996), Entre mémoire et historie. In: *Projet: Paris*, nº248, p. 30-45.

ROUSSO, Henry (2002), Memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Morais & AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, p. 100-115.

SILVA, Helenice Rodrigues da (2002), Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 22, nº 44, p. 425-438. Disponível em WWW.sielo.br

Direitos humanos, ações afirmativas e educação profissional no IFBA/Brasil

Antonia do Socorro Freitas Chaves[1]

Naiaranize Pinheiro da Silva[2]**

Resumo: A educação está prevista na Constituição da República Federativa do Brasil, tanto entre os direitos fundamentais, como de forma mais específica, nos direitos sociais. Nos documentos internacionais, como de forma mais específica, nos direitos sociais. Nos documentos internacionais, a educação está elencada no âmbito dos direitos humanos, sendo vista como direito básico para que outros direitos sejam adquiridos e ou conquistados. Nesse contexto, a implementação de políticas públicas voltadas à ampliação do acesso e permanência de negros e indígenas na escola são fatores essenciais à democratização e a uma maior igualdade entre os/as cidadãos brasileiros/as. [3]Este artigo visa discutir como o Instituto Federal da Bahia tem formulado políticas locais, observando as legislações nacional e internacional, com o objetivo de contribuir para o acompanhamento e avaliação das mesmas. Ainda, serão tratadas, especialmente, as ações afirmativas através da adição de cotas étnicas e/ou raciais no acesso à educação no âmbito federal de Nível Médio.

Palavras-chave: Educação, direitos humanos, ações afirmativas, acesso e permanência de negros e indígenas na escola.

Abstract: Education is provided for in the Constitution of the Federative Republic of Brazil, among the fundamental rights, as more specifically, social rights. In international documents, education is ordered in the field of human rights, seen as a basic right to which other rights are acquired and or conquered. In this context, the implementation of public policies aimed at expanding access and permanence of blacks and natives in school are essential factors for democratization and greater equality among Brazilian citizens. This article aims to discuss how the Federal Institute of Bahia has formulated local politics, observing the national and international laws, in order to contribute to the monitoring and evaluation. Still, it will be treated specifically affirmative action by adding ethnic and / or racial quotas in access to education at the federal institute in Medium level.

Keywords: Education, human rights, affirmative action, access and retention of blacks and natives in school.

1. INTRODUÇÃO

O direito à educação no século XXI não pode prescindir de um debate sobre equidade e justiça voltado às questões étnicas e raciais. Neste sentido, este artigo, visa realizar um breve estudo acerca da legislação internacional, especificamente a Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial e a Declaração de Durban, e ainda a legislação brasileira que aborda sobre a promoção da igualdade étnica e racial,

---

1 Professora de Língua Inglesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, *Campus* Salvador. Licenciada em Letras, Bacharela em Direito, Especialista em Direitos Humanos UNEB. socorrochaves2010@gmail.com

2 Professora de Sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, *Campus* Salvador. Mestre em Ciências Sociais FFCH/UFBA e Doutoranda em Educação FACED/UFBA. naiaranizepinheiro@gmail.com

3 Uma primeira versão deste texto foi apresentado no ____ CONNEPI, em 11.2014-São Luís-MA

como a Constituição Federal Brasileira e as Leis infraconstitucionais (Lei Nº 10.639/2003, Lei Nº 11.645/2008, Lei Nº 12.208/2010 e a Lei Nº 12.711/2012), para embasar uma discussão acerca da implementação das políticas de ações afirmativas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).

Após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, a UNESCO financiou um projeto de pesquisa, desenvolvido pela Universidade de São Paulo (USP), cujo intuito era averiguar se realmente o Brasil era uma democracia racial, pois assim o Brasil seria o modelo para o mundo, contudo a conclusão foi pela existência do mito da democracia racial. É relevante registrar que a Frente Negra Brasileira, em 1930, em São Paulo, já havia feito esta denúncia, sem grande repercussão. Segundo Lopes (2006: 22), «somente após esse estudo, os intelectuais passaram a dar importância a tal evidência» e nas últimas décadas, esta problemática tem deixado de ser discussão acadêmica para tornar-se uma política de Estado.

Passados mais de 80 (oitenta) anos da constatação do "mito da democracia racial", segundo Queiroz (2004: 122)

> A discussão em torno da implementação de políticas de ação afirmativa fundamenta-se na necessidade de reparar a histórica situação de desvantagem a que estão submetidos determinados grupos sociais, como negros, índios e mulheres, entre outros, particularmente nas áreas de educação e mercado de trabalho (Guimarães, 2001 e 1996; Silvério, 2001; Santos 1999; Sansone, 1998; Gomes 2001). No caso brasileiro, a sua importância é tanto mais expressiva quando se trata da admissão, por parte das instâncias governamentais, do reconhecimento das desvantagens a que estão submetidos os negros, realidade sistematicamente negada, ao longo do tempo, por meio da imagem do Brasil como uma 'democracia racial'.

Nestes últimos anos, têm-se assistido ao desvelamento da falsa «democracia racial» brasileira, onde é estarrecedora a situação desvantajosa de ser negro e indígena neste país. Essa realidade tem sido exposta através dos dados econômicos e sociais, das pesquisas científicas, bem como, no avanço da legislação nacional, que tem inovado com vários instrumentos legais que abordam as temáticas étnicas e raciais nos distintos espaços sociais.

A discussão em torno da questão racial tem penetrado de forma contundente os debates sobre os direitos humanos, de modo que consideramos pertinente traçar a existência de uma inter-relação entre educação, ações afirmativas e direitos humanos, construída especialmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial, conforme veremos adiante.

2. CONCEPÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E A LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL

Segundo Piovesan (2007), a Declaração Universal dos Direitos Humanos introduziu a «concepção contemporânea de direitos humanos» que é «marcada pela universalidade e indivisibilidade desses direitos»:

> Universalidade porque clama pela extensão universal dos direitos humanos, com a crença de que a condição de pessoa é o requisito único para a titularidade de direitos, considerando o ser humano como essencialmente moral, dotado de unicidade existencial e dignidade. Indivisibilidade porque, ineditamente, o catálogo dos direitos civis e políticos é conjugado ao catálogo dos direitos econômicos, sociais e culturais. (grifo nosso)

Assim, para ser sujeito de direitos humanos, basta "ser" humano, conclusão simples e lógica, mas nem sempre constatável na realidade de todos os países após décadas desta Declaração. Ainda segundo Piovesan (2005), com a Declaração de 1948, surge o Direito Internacional embasado em instrumentos jurídicos internacionais de proteção à pessoa humana. Esses instrumentos globais de direitos são construídos com a discussão entre representantes governamentais de vários países e que depois são ratificados no direito interno de cada país-membro da Organização das Nações Unidas (ONU).

Um dos instrumentos internacionais da ONU mais importantes para nosso estudo é a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial que foi elaborada em 1966, e que o Brasil é signatário desde 1968, tendo entrado no direito interno brasileiro, através do Decreto Nº **65.810**, em 1969. Nessa Convenção, a ONU ratifica o compromisso entre as nações amigas para a necessidade de ações de combate à discriminação racial e de promoção da igualdade étnica e racial, e traz como uma das justificativas em seu preâmbulo (UNESCO):

> a necessidade de eliminar rapidamente a discriminação racial no mundo, em todas as suas formas e manifestações, e de assegurar a compreensão e o respeito à dignidade da pessoa humana.

O artigo 1º, inciso 4 da Convenção supracitada trata sobre políticas afirmativas que assegurem a diminuição de abismos sociais e econômicos que precisam ser reparados. No artigo 7º, a Convenção exige o comprometimento dos Estados-partes a tomar as medidas imediatas e eficazes, principalmente no campo do ensino, educação, cultura, e informação, «para combater os preconceitos que levem à discriminação racial e que promovam o entendimento, a tolerância e a amizade entre nações e grupos raciais e étnicos» (ONU, 1968). Assim, o Brasil está entre os países que cumpre *formalmente* seu dever, mas que ainda tropeça na efetivação dessas leis, pois os dados estatísticos e visuais mostram que ainda não há isonomia de oportunidade entre os cidadãos.

A Declaração Durban (2001), elaborada durante a terceira Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, reconhece em seu parágrafo 13 os danos causados pelo colonialismo que vitimou africanos e afrodescendentes, os povos de origem asiática e povos indígenas sobre os quais os «efeitos e a persistência dessas estruturas e práticas estejam entre os fatores que contribuíram para a continuidade das desigualdades sociais e econômicas no mundo» (ONU, 2001). Os países-amigos, no parágrafo 108, são chamados a adotar

> medidas especiais ou medidas positivas em favor das vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata com o intuito de promover sua plena integração na sociedade. As medidas para uma ação efetiva, inclusive as medidas sociais, devem visar corrigir as condições que impedem o gozo dos direitos e a introdução de medidas especiais para incentivar a participação igualitária de todos os grupos raciais, culturais, linguísticos e religiosos em todos os setores da sociedade, colocando a todos em igualdade de condições (ONU, 2001).

O parágrafo acima ainda prevê medidas que garantam representação de vários segmentos sociais

> nas instituições educacionais, de moradia, nos partidos políticos, nos parlamentos, no emprego, especialmente nos serviços judiciários, na polícia, exército e outros serviços civis, os quais em alguns casos devem exigir reformas eleitorais, reforma agrária e campanhas para igualdade de participação (ONU, 2001).

Observa-se deste modo a preocupação em assegurar o direito e sua efetividade tanto no plano material quanto no plano formal, de modo que seja assegurada a cidadania para as populações em situação de desvantagem.

Segundo Lafer (1997: 64-65), a cidadania é

> concebida como o direito a ter direitos, pois sem ela não se trabalha a igualdade que requer o acesso ao espaço público, pois os direitos - todos os direitos – não são dados (*physei*), mas são construídos (*nomol*) no âmbito de uma comunidade política.

Deste modo, o direito é compreendido como uma construção social, histórica e socialmente definida pela forma como cada sociedade concebe seus cidadãos.

Mas os direitos não dizem respeito apenas ao que está posto em leis e documentos institucionais, Telles (2004: 91-92) nos chama a pensar os direitos em outro aspecto

> Pois, pelo ângulo da dinâmica societária, os direitos dizem respeito antes de mais nada ao modo como as relações sociais se estruturam. Seria possível dizer que, na medida em que são reconhecidos, os direitos estabelecem uma forma de sociabilidade regida pelo reconhecimento do outro como sujeito de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas. Para colocar em termos mais precisos, os direitos operam como princípios reguladores das práticas sociais, definindo as regras das

> reciprocidades esperadas na vida em sociedade através da atribuição mutuamente acordada (e negociada) das obrigações, reponsabilidades, garantias e prerrogativas de cada um.

A questão dos direitos implica assim, não apenas na existência de uma base legal, mas no modo como os indivíduos se reconhecem mutuamente, como esses direitos de fato são compartilhados e construídos na interação entre o Estado, a sociedade civil e o indivíduo.

Numa sociedade em permanente questionamento acerca dos direitos, da ideia de justiça, injustiça e, ao mesmo tempo, em busca de uma equidade, a educação ganha destaque. Seja na luta pela garantia do direito à educação, seja pela forma desigual como estas garantias tem se dado nos espaços públicos. Neste sentido, Telles (2004: 92) enfatiza o fato que «para além de garantias formais, os direitos estruturam uma linguagem pública que balizam critérios pelos quais os dramas da existência são problematizados e julgados nas suas exigências de equidade e justiça».

3. A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988, DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

A Constituição Federal de 1988 é um importante marco jurídico dos direitos humanos no Brasil, sendo necessário enfatizar o momento político que buscava superar décadas de um regime de exceção, marcado por uma repressão extremamente violenta aos que se opuseram à ditadura militar. Um dos aspectos marcantes da referida carta é a noção de dignidade humana como um dos fundamentos do Estado brasileiro.

De acordo com Barretto (2011: 15)

> O art. 1, III/CF elenca a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos do Estado brasileiro, o que implica uma mudança de perspectiva na compreensão da ordem jurídica. Com isso, a lei magna do país indica que a dignidade é o parâmetro orientador de todas as condutas estatais, o que implica romper com um modelo patrimonialista de ordem jurídica.

O artigo 4°, inciso II estabelece a prevalência dos direitos humanos como um dos princípios que regem o Brasil nas relações internacionais, logo o país deve assumir compromissos que observem os direitos humanos. O artigo 5°, parágrafo 1° prevê a aplicação imediata das normas definidoras de direitos e garantias fundamentais, superando a tese da aplicação progressiva dos direitos sociais, prevista no Pacto dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais da ONU e no Protocolo de San Salvador (OEA, 1988). Deste modo, o agente público pode efetivar o direito fundamental previsto na Constituição Federal sem necessidade de outras normas infraconstitucionais.

As pressões internacionais sobre o governo brasileiro em especial a partir da Conferência de Durban em 2001, com o reconhecimento pelos 173 países presentes de que a origem das desigualdades socioeconômicas se relaciona as formas de discriminação racial, de gênero, geracionais, também contribuíram para uma transformação das legislações.

No bojo destas pressões internacionais e nacionais é que se inauguram no país as políticas de ações afirmativas. Elas têm origem recente, em especial no que tange ao grupo dos afrodescendentes, indígenas e portadores de necessidades especiais. O próprio termo conforme indica Moehlecke (2002) se apresenta carregado de uma diversidade de sentidos, refletindo os debates e experiências dos países onde se desenvolveu. Em especial os Estados Unidos nos anos 1960, quando vivia um momento de intensas lutas e reivindicações acerca dos direitos civis e da noção de igualdade de oportunidades.

Muitos países já adotaram politicas de ações afirmativas. A Índia, após a independência colocou em prática diversas políticas de reserva de vagas. Segundo Weisskopf (2008: 35-36):

> Políticas de AA devem ser compreendidas não como um ataque frontal as graves desigualdades econômicas, mas como uma tentativa de aumentar a integração dos estratos mais altos da sociedade por meio da ampliação do acesso a posições sociais desejadas a membros de comunidades menos favorecidas e sub-representadas. Esse tipo de integração com a elite de uma sociedade auxilia na geração de uma

> série benefícios que incluem: maior legitimidade do sistema político; melhor desempenho as funções que requerem familiaridade com a compreensão de comunidades menos favorecidas; maior justiça no acesso a recursos e empregos; e maior motivação para jovens de comunidades menos favorecidas para se esforçarem a melhorar seu futuro.

O estudo de Weisskopf foi feito na Índia, onde, segundo o autor, a evolução da política de ação afirmativa se deu de forma diferente da observada nos Estados Unidos, tendo, inclusive antecedido o modelo americano. Sua origem foi no começo do século XX, com a reserva de posições ou acentos na política para grupos não contemplados. Elas ocorreram em função de movimentos populares contra a dominação da casta Brahmin (a mais alta). As reservas ocorrem por decisões governamentais «de cima para baixo», na política, no mercado de trabalho e nas instituições de ensino públicas, especialmente no nível superior.

A aplicação das políticas de ações afirmativas no Brasil foi problematizada por diversos autores, tanto no país como fora deste. Um deles foi Pierre Bourdieu que criticou a influência da sociologia norte-americana na introdução desta política em países como o Brasil sem considerar os aspectos específicos da condição racial aqui, que são bastante diferentes dos observados na sociedade americana.

> Em um campo mais próximo das realidades políticas, um debate como o de 'raça' e da identidade dá lugar a semelhantes intrusões etnocêntricas. Uma representação histórica, surgida do fato de que a tradição americana calca de maneira arbitrária, a dicotomia entre brancos e negros em uma realidade infinitamente mais complexa, pode até mesmo se impor em países em que os princípios de visão e divisão, codificados ou práticos, das diferenças étnicas são completamente diferentes e, em que, como o Brasil, ainda eram considerados, recentemente, como contra-exemplos ao modelo americano (Bourdieu, 1998: 22).

Ainda segundo Bourdieu (1998), se substitui o mito da democracia racial pelo «mito segundo o qual todas as sociedades são 'racistas', inclusive aquelas no seio das quais parece que a primeira vista, as relações sociais são menos distantes e hostis». Para este autor, a aplicação do modelo americano da dicotomia branco/negro na sociedade brasileira é arriscada e reflete um domínio das agências de pesquisas americanas sobre os pesquisadores nacionais.

Alguns estudiosos brasileiros responderam a crítica de Bourdieu, entre eles, Guimarães (2008), o qual rebateu afirmando que, desde os anos 1930, a Escola Paulista de Sociologia, já havia reconhecido que, seja «como herança cultural do passado escravista», seja «como falsa consciência de classe», havia uma desigualdade racial no país, embora somente nos anos 1980 a negação da democracia racial foi elaborada de forma contundente e se iniciaram os estudos sobre o tema. O Estado brasileiro, a partir da Nova República, respondeu favoravelmente as demandas do Movimento Negro e ao reconhecimento do racismo no Brasil. O autor chama a atenção para o fato de que

> a ampliação do conceito de racismo para se referir a todas as práticas de tratamento desigual e a seus resultados sociais, mesmo as não doutrinárias, foi um fenômeno mundial e não se circunscreveu ao Brasil. Em todo o mundo, passou da academia à política, assim como fizera antes o racismo científico (Guimarães, 2008: 177).

A adoção das políticas de ações afirmativas para ingresso dos negros na universidade pública desencadeou uma série de debates em toda a sociedade brasileira e o meio acadêmico refletiu essa disputa, entre os que se posicionaram contra e a favor desta política. Deste modo, o tema de democracia racial foi revisitado e o debate entre desigualdade racial X desigualdade de classe veio à tona.

Alguns aspectos devem ser observados no contexto da adoção das políticas de ações afirmativas. Em primeiro lugar, elas não dizem respeito apenas aos negros. Outros grupos também foram atendidos como as mulheres, os indígenas e os portadores de deficiências físicas. As cotas são também almejadas no trabalho, concursos públicos e na política. Em segundo lugar, ainda permanece na arena pública, a dicotomia entre a questão racial e a questão social ou de classes.

Para uma definição inicial do termo "ações afirmativas", elas serão compreendidas como respostas as ações políticas dos grupos subalternos que visam promover sua reabilitação social através dos movimentos sociais e

entidades diversas da sociedade civil produzindo interferências nas políticas públicas nacionais. Nesse sentido, tratar os desiguais de forma desigual reduziria sua desigualdade inicial. Ou seja, as ações afirmativas consistem em « [...] promover privilégios de acesso a meios fundamentais – educação e emprego, principalmente – as minorias étnicas, raciais ou sexuais que, de outro modo, estariam deles excluídas, total ou parcialmente» (Guimaraes, 1997: 233).

Compreendendo as políticas de ações afirmativas como «[...] um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, que visam ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional», Gomes (2004: 47) considera que, no caso do movimento negro, ela busca ao mesmo tempo uma «luta pelo reconhecimento da diferença, a luta pela igualdade, pela implementação de políticas universais, sim, mas que caminham lado a lado com políticas de ação afirmativa para a população negra». Em outras palavras, isso significa garantir o acesso universal, mas também respeitar as diferenças.

As políticas de ações afirmativas respondem a demandas da sociedade civil organizada e reafirmam uma compreensão de desigualdade histórica construída em relação a grupos específicos dentro da sociedade brasileira. Elas são resultantes de um processo mais amplo da sociedade brasileira que teve seu início mais efetivamente a partir do processo de abertura política, no final dos anos 1970, quando vários grupos, organizados em movimentos sociais, passa a exigir dos governantes um olhar mais substancial para as minorias sociais e, no Brasil, tem se caracterizado pela adoção de políticas sociais, redistributivas ou assistenciais contra a pobreza.

Segundo Moehlecke (2002: 203) A redemocratização permitiu aos movimentos sociais exigir postura mais ativa dos poderes públicos, e as respostas a estas demandas se constituem inclusive, na exigência de uma «compreensão dos seus antecedentes sociais e históricos e do desenvolvimento das conjunturas políticas e das ações coletivas que as tornaram possíveis».

Deste modo, a luta do movimento negro deixou de ser eminentemente uma luta pela universalização do acesso a educação, uma vez que a avaliação do movimento indicou que, mesmo havendo uma ampliação das vagas na escola pública, isso não significou a garantia de uma condição de igualdade entre negros e brancos no sistema educacional, em especial no acesso ao ensino superior, daí a mudança na bandeira de luta com a exigência das cotas como um mecanismo de compensação desta realidade. Ela reconhece ainda que o contexto pós-ditadura militar, especialmente durante os anos 1980 a 2000 favoreceram a adoção de tais políticas em virtude do que ela denomina «contexto de um Estado mais democrático e de uma universidade mais democrática» (Gomes, 2004: 45).

Foi também neste período que o deputado Abdias do Nascimento formulou o primeiro projeto de lei no sentido de propor uma "ação compensatória" para os afro- descendentes em decorrência dos séculos de discriminação a que estavam sujeitos. A reorganização do Movimento Negro e a promoção de mobilizações de denúncia do "mito da democracia racial" somaram-se aos projetos governamentais que gradualmente foram implementados no sentido de valorização da cultura afro-brasileira, e em 1988 com a promulgação da nova Constituição ocorreu a reserva de cargos em empregos para deficientes, proteção da mulher e da criança e, posteriormente, a regulamentação dos territórios indígenas e quilombolas. O lançamento do programa Nacional de direitos Humanos PNDH em 1996 foi um marco governamental tendo como objetivo, de acordo com Moehlecke (2002: 207)

> desenvolver ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta, formular políticas compensatórias que promovam social e economicamente a comunidade negra e apoiar as ações da iniciativa privada que realizem discriminação positiva.

Paralelamente ocorreram seminários voltados à discussão do multiculturalismo e do racismo, promovidos pelo Ministério da Justiça. Os parâmetros curriculares nacionais também passaram a discutir de forma mais apurada o tema, sendo lançado o manual «Superando o racismo na escola» em 2009, cuja primeira edição data de 1999. Moehlecke (2002) considera, entretanto, que tais medidas não incluíam até o final dos anos 1990 uma política voltada para a melhoria do acesso e da permanência no ensino superior, restritas quase exclusivamente à sociedade civil organizada, através dos movimentos sociais, como o Movimento Negro Unificado (MNU), por exemplo.

Para Queiroz (2004:122),

> A discussão em torno da implementação de políticas de ação afirmativa fundamenta-se na necessidade de reparar a histórica situação de desvantagem a que estão submetidos determinados grupos sociais, como negros, índios e mulheres, entre outros, particularmente nas áreas de educação e mercado de trabalho (Guimarães, 2001 e 1996; Silvério, 2001; Santos 1999; Sansone, 1998; Gomes 2001). No caso brasileiro, a sua importância é tanto mais expressiva quando se trata da admissão, por parte das instâncias governamentais, do reconhecimento das desvantagens a que estão submetidos os negros, realidade sistematicamente negada, ao longo do tempo, por meio da imagem do Brasil como uma "democracia racial".

Ao analisar o acesso, expansão e equidade na educação superior, Neves chama a atenção para a importância destas políticas no processo de democratização da educação brasileira, porém enfatiza que o contexto em que são formuladas não corresponde apenas às lutas históricas dos movimentos sociais, mas respondem também as demandas neoliberais que sugerem mudanças sociais e econômicas e exigem um trabalhador cada vez mais qualificado. Para esta autora, a educação tem um papel fundamental de fortalecimento das dimensões socioeconômicas e culturais. Neste sentido, ela enfatiza que «o conhecimento deve ser fonte de saber e não de exclusão» (Neves et al. 2007: 128).

No que tange aos povos de origem africana, estas políticas devem tratar dos diversos grupos beneficiados «como sujeitos de direitos, além de cotas como formas de diminuir desigualdades pedem o reconhecimento de suas diferenças identitárias, linguagens próprias, a sua história e o direito a diversidade cultural e religiosa, inclusive». A atenção para relação entre o aspecto «geracional-juvenil» e o racial, é importante pois considera que há uma ligação entre ambos (Castro, 2004).

Portanto, este enfoque deve pautar-se em parâmetros como a «forma de autonomia, o direito de equacionar estudo e segurança social, acesso aos bens culturais, de lazer, de esporte e as novas linguagens» (Castro, 2004: 5) entre outros aspectos. Assim, há uma importante relação entre estas políticas públicas, a escola e a juventude, tendo em vista que esta parcela da população tende a ser o principal público beneficiário das mesmas.

De outro lado, o cotidiano escolar implica em deparar-se com novos problemas decorrentes das contradições entre os diversos grupos sociais que são afetados pelas mudanças geradas pelas ações políticas, inclusive um novo contexto de lutas de classes no que diz respeito às cotas. Exige-se repensar permanentemente a cultura e os valores emergentes na escola bem como as expressões religiosas, artísticas, a linguagem e a política. O etnocentrismo posto em debate e problematizado na medida em que há não apenas uma expansão/inclusão do acesso à escola, mas também o empoderamento dos grupos antes alijados de tais direitos, com a possibilidade de choques para os quais nem sempre a escola e seus profissionais foram preparados.

A potencialidade da escola como espaço de ascensão social é vislumbrada pelos grupos que passam a ter acesso à educação, especialmente na universidade, promovendo transformações no gradiente cultural antes exigido. Assim as mudanças na legislação escolar ocorrem paulatinamente. Um exemplo é a Lei N. 10.639/2003 «que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira» (Brasil, 2003)[4]. A emergência da lei reavalia inclusive a noção de capital cultural ao estabelecer novos parâmetros para a educação básica, secularmente acostumada a uma educação formalmente laica, mas que na prática trouxe elementos da tradição católica.

A visão da escola, como um espaço de ascensão social do estudante das classes menos favorecidas é problematizada e Bourdieu (1998: 49) chama a atenção para o capital cultural como elemento que possibilita o êxito ou o fracasso do estudante conforme verificamos abaixo:

> Em outros termos, a estrutura das oportunidades objetivas de ascensão frente à escola e à ascensão pela escola – atitudes que contribuem por uma parte determinante, para definir as oportunidades de se chegar à escola, de aderir a valores ou as suas normas e de nela ter êxito; de realizar, portanto uma ascensão social – e isso por intermédio de esperanças subjetivas (partilhadas por todos os indivíduos definidos

4 **LEI Nº10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003**« disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm» acesso em 20/01/2014.

pelo mesmo futuro objetivo e reforçadas pelos apelos a ordem do grupo), que não são senão as oportunidades objetivas intuitivamente apreendidas e progressivamente interiorizadas.

O papel da escola é observado no sentido de ser ela também responsável pela perpetuação das desigualdades sociais em função do tipo de capital que ela espera que seus alunos tragam consigo. Neste sentido, contrariando o próprio Bourdieu, a adoção de políticas de ações afirmativas e de legislações que contemplam as desigualdades culturais, tais como a lei 10.639/2003 caminha no sentido de estabelecer novos valores pedagógicos que ampliam a gama de conhecimentos válidos no espaço escolar.

4. A PROMOÇÃO DA IGUALDADE ÉTNICA E RACIAL NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA ATUAL

Alguns exemplos de instrumentos legais e ações do Estado brasileiro, inclusive no período após a Abolição da Escravatura, demonstram claramente que a população negra e indígena sempre esteve desassistida pelo Estado. Segundo Menezes (s/d) [5], em seu texto Educação e Cor na Bahia, a Lei de 1831 que proibiu o tráfico negreiro também proibiu a entrada de negros livres no Brasil, o que seria uma mensagem implícita de «negros, só para escravos – para concidadãos, brancos, europeus, civilizados».

Nas últimas duas décadas, o Brasil tem implementado leis que estão trazendo mudanças na composição socioeconômica da população negra e indígena brasileira. Neste viés existem as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que fizeram alterações na Lei 9.394/96 (Lei das diretrizes e bases da educação brasileira). A primeira incluiu no currículo oficial da educação básica nacional a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, e a segunda acrescentou a obrigatoriedade da temática da História e Cultura Indígena.

Observa-se que há uma obrigatoriedade temática, mas não de novas disciplinas, o que representa a exigência de capacitação dos professores já contratados, com a necessidade da oferta de cursos de aperfeiçoamento, da elaboração e distribuição de material didático que tratem do tema. Necessidades essas reforçadas no Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010).

A lei que institui o Estatuto da Igualdade Racial traz de forma explícita a exigência de várias ações que garantam a efetividade do direito à isonomia entre as pessoas, superando a previsão abstrata e chegando à materialização dos direitos. Deste modo, não há como justificar a não realização de uma política pública relativa a esses direitos por falta de previsão legal.

A Seção II (art. 11 ao art. 16) é dedicada exclusivamente à educação. Como exemplos, há previsão da necessidade de educação continuada de professores e elaboração de material didático específico (art.11, § 2º) e o artigo 12 prevê que órgãos federais e estaduais fomentem a pesquisa e a pós-graduação na temática das relações étnicas, através de incentivos fiscais.

A lei 12.711/2012 traz o direito à reserva de vagas e faz um recorte socioeconômico, cujo requisito exigido para o preenchimento de no mínimo 50% das vagas das instituições federais de educação seja para o estudante que tenha cursado integralmente o ensino fundamental ou médio em escola pública. O recorte étnico/racial é feito em seu artigo 3º e 5º. Os artigos 1º e 4º, preveem a auto declaração do candidato, como preto, pardo ou indígena para que possa concorrer às cotas raciais, e no paragrafo único define que este deverá ser oriundo de escola pública com renda familiar per capta de um salário mínimo e meio. Logo, trata-se de uma ação afirmativa de cotas étnicas e raciais, com um recorte, socioeconômico que obriga todas as Universidades Federais, bem como os Institutos Federais, a oferecem vagas para o Ensino Médio e Superior no Brasil, a alterarem a forma de acesso ao ensino público.

As recentes pesquisas sobre inclusão caminham no sentido de demonstrar que o perfil dos estudantes tem se tornado mais diversificado, conforme verificado nos dados do IBGE, mas, para «cerca de metade dos jovens estudantes de 18 a 24 anos de idade, que já deveriam ter completado sua trajetória escolar na educação básica e ingressado na universidade» (IPEA, 2012: 115) a meta ainda não foi alcançada, portanto, as mudanças ainda

5 Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema6/0601.pdf acesso em 20/06/2014.

não são transformadoras para a totalidade destes grupos. O que os dados oficiais demonstram é que entre os jovens desta faixa etária, ocorreu uma considerável queda entre aqueles que «cursavam o Ensino Fundamental no período de 2001 a 2011, passando de 21% para 8%», porém as disparidades de negros e brancos foram mantidas.

> A proporção de jovens estudantes brancos de 18 a 24 anos de idade que frequentavam o ensino médio diminuiu em função da elevação da frequência líquida descrita anteriormente. Em contrapartida, os jovens estudantes pretos ou pardos na mesma faixa etária mantêm a frequência nesse nível. Isso é uma evidência de que o crescimento substancial na frequência líquida dos estudantes de cor ou raça preta ou parda no ensino médio não foi suficiente para reverter os efeitos do atraso escolar desse grupo ao longo dos últimos dez anos. O aumento da frequência observada para os jovens pretos ou pardos no ensino superior, nível educacional adequado para essa faixa etária, não foi suficiente para alcançar a mesma proporção apresentada pelos jovens brancos dez anos antes (IPEA, 2012: 115-116)

As lutas dos mais pobres por educação, os constantes conflitos ocorridos entre a população e o Estado, com especial atuação dos movimentos sociais, o Movimento Negro, o Movimento Indígena e o movimento estudantil, bem como da população em geral, no Brasil e em diversos países da América Latina e Caribe, resultaram em avanços, os quais ainda são insuficientes para reverter processos de isolamento, marginalização e negação de direitos envolvidos no contexto de segregação social, dentro e fora das instituições educativas (Gentilli, 2009).

Entretanto, existe a possibilidade de transformações mediante a atual correlação de forças entre a sociedade civil e o Estado, as quais possibilitaram, por exemplo, a introdução de políticas de ações afirmativas, ao tempo em que também ocorre um aumento na oferta de escolas de nível técnico profissional e universidades públicas[6], com programas voltados ao acesso e permanência dos estudantes. Os adolescentes e jovens passam a ocupar um lugar no discurso oficial como sujeitos de direitos, em detrimento da histórica dificuldade existente na sociedade brasileira para que as leis "saiam do papel" e ganhem o espaço público de forma coerente.

Pode-se constatar que o legislador tem realizado a introdução dos povos indígenas e seus descendentes no contexto de reparação social através de políticas de ações afirmativas, pois a Lei 12.711/12 que prevê o direito à reserva de vagas nas universidades federais e institutos para autodeclarados pretos e pardos, também incluiu os indígenas. Neste aspecto, cremos que seja pertinente evidenciar que se deixa de olhar o indígena ou seu descendente como silvícolas ou homem do campo, e este passa a ter a garantia formal de direitos que o inclui em outras agendas, que não a do meio ambiente ou do direito à terra. Santos (2013), afirma que a luta por direitos humanos contra hegemônicos no início do século XX deve superar as inércias do pensamento crítico e ela deve

> articular lutas até agora separadas por um mar de diferenças e divisões entre tradições de luta, repertórios de reivindicações, vocabulários e linguagens de emancipação e formas de organização política de luta.

Assim, é necessário unir as várias agendas reivindicatórias das diversas partes do mundo para que a luta, pelos direitos humanos contra hegemônicos, tenha voz e vez na agenda política mundial, evitando assim olhar insistentemente de um único ângulo. E o Brasil tem marcado presença nestas agendas reivindicatórias.

5. BREVE HISTÓRICO SOBRE O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA (IFBA) E SUA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O IFBA, criado através da Lei Federal Nº 11.892/2008, é o resultado das transformações da Escola de Aprendizes Artífices da Bahia (1909) - também conhecida como a Escola do Mingau. Já foi o Liceu Industrial de Salvador (1937); a Escola Técnica de Salvador (1942); a Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA/1965) e,

6 Embora a oferta de instituições de ensino superior privadas ainda seja maior que as públicas.

por último, Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-BA/1993), logo se trata de uma escola centenária que tem sua estrutura e objetivos alterados sempre no sentido de acompanhar as mudanças políticas e econômicas da sociedade brasileira.

É relevante afirmar que o instituto integra a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, iniciada com a fundação das Escolas de Aprendizes Artífices, criadas através do Decreto nº. 7.566, de 23 de setembro de 1909, pelo Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Nilo Peçanha. Tendo, esse Decreto, a novidade do «ensino profissionalizante passar à responsabilidade do Governo Federal», significando que a União assumiu o «compromisso de promover a educação profissional gratuita no país» (Moreira, 2009: 31). Sendo válido enfatizar que o objetivo primordial da concepção do papel destas instituições era «o de garantir atendimento, prioritariamente, aos menores desvalidos, objetivando a diminuição da *vagabundagem e da criminalidade*», de acordo com Lessa (2002). E não, a formação de trabalhadores, como meio de ascensão social. O que traz uma grave informação sobre o tratamento dado à educação profissional no Brasil, desde a sua concepção.

Diante da importância do percurso histórico do IFBA, para a sociedade baiana, é de fundamental importância o estudo das ações afirmativas, focadas na população amparada pela reserva de vagas sociais e étnico-raciais, ou seja, a população de alunos autodeclarada preta, parda ou indígena da instituição e/ou oriunda de escolas públicas. Através da implementação desta política, acredita-se que o acesso à educação de qualidade por grupos sociais que ao longo da história do país, têm sofrido sérias restrições de acesso aos direitos sociais, econômicos, políticos e civis, abre-se para uma perspectiva para uma verdadeira democratização e a uma maior igualdade entre os/as cidadãos/cidadãs brasileiros/as.

Silva (2014) compara a política assistencialista da Primeira República com a atual política de ações afirmativas, afirmando que aquela não possuía como objetivo algum tipo de emancipação das classes subalternas, mas sim, «uma acomodação e controle dos meninos que perambulavam pelas ruas da cidade». Hoje a discussão não se limita a retirar jovens da rua, e sim, em conferir-lhes cidadania plena que perpassa pelo acesso a vários direitos, dentre eles à educação. Rompe-se assim com a perspectiva de que no Brasil a política social se confundia com um caso de polícia.

O IFBA discutiu e aprovou a adoção de política de ações afirmativas por critério sócio-econômico e étnico-racial, mesmo antes da Lei nº 12.711/2012, através da Resolução n.º 10 do Conselho Diretor, de 1º de junho de 2006, que estabeleceu a reserva de vagas para «afrodescendentes, indígenas e índios descentes», no processo seletivo de ingresso aos cursos superiores, cursos subsequentes ao Ensino Médio e cursos do Ensino Médio. Ressalte-se que a instituição, também, tem uma política de assistência estudantil, na qual oferece vários serviços, tais como: refeições, assistência psicológica, bolsa de trabalho, auxílio fardamento, dentre outros, que provavelmente são mecanismos que auxiliam na permanência dos alunos carentes até a conclusão do curso de Nível Médio.

6. CONCLUSÃO

No Brasil, a última década tem sido marcada pela introdução de várias políticas voltadas à redução das desigualdades, tendo o campo da educação uma participação efetiva a partir da adoção das políticas de ações afirmativas para ingresso nas instituições de ensino superior e nos institutos federais de educação profissional que abarcam o ensino médio e o superior.

Avanços foram observados na medida em que a legislação reelabora práticas antigas que reproduziam discriminações e excluíam uma parcela importante dos jovens das escolas federais historicamente reconhecidas pela sua qualidade. Entretanto, os dados oficiais indicam que ainda há muita diferença entre a escolaridade média da população branca em relação à negra e indígena no que tange o acesso ao ensino superior e ao médio das instituições federais.

Apesar da grande miscigenação da população brasileira, o acesso aos bens econômicos, sociais e culturais tem um forte recorte étnico e racial, assim se justifica a necessidade de implementação de políticas afirmativas, através da adoção de cotas sociais e étnico- raciais no acesso à instituições federais de educação.

A discussão sobre a implementação de políticas de ações afirmativas no Brasil, cuja finalidade seja a promoção da igualdade étnica e racial, ganhou força e adeptos, pois a aprovação da Lei nº 12.711, em agosto de 2012, trouxe mais um sopro energético para aquecer a temática. Com a aprovação desse diploma legal, o acesso às instituições federais de ensino, por critério sócio-econômico e étnico-racial, abrangendo o Ensino de Nível Superior e o Ensino Técnico de Nível Médio, além de trazer o critério da autodeclaração. Demonstrando com isso, vitória da luta dos grupos sociais marginalizados historicamente no Brasil, como é o caso dos negros e indígenas.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, ao longo de um século, tem amadurecido sua política de educação profissional, neste contexto, o percurso da educação profissional no Brasil, na antiga escola do mingau, modificou-se deixando de caracterizar-se por atender basicamente à medidas de cunho sócioeducativo para visar a constituição de um novo patemar de busca da igualdade, acompanhando as mudanças ocorridas na legislação brasileira. Estas mudanças, entretanto, ainda estão distantes de alcançar o ideal de isonomia visado pelos grupos sociais discriminados historicamente, mas tem alterado o retrato da desigualde.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. (1998), A Escola conservadora**:** as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI. A. (orgs). *Escritos de educação*. Petrópolis, Vozes.

CASTRO, Mary Garcia. (2004), Políticas publicas por identidades e de ações afirmativas. Acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. Disponível em http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/28334-28345-1-PB.pdf, [consultado em 29-6-2012].

CONGRESSO NACIONAL. Estatuto da igualdade racial. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm, [consultado em 20-6-2012].

GENTILI, P. (2009), Marchas y contramarchas. El derecho a la educaciòn em la America Latina (A sessenta años de la Declaraciòn Universal de los Derechos Humanos). *Revista Iberoamericana de Educaciòn*, n 49, pp. 19-57.

GUIMARÃES, A.S.A. (2008), Novas inflexões ideológicas no estudo do racismo no Brasil. In: ZONINSEIN, J. FERES JUNIOR, J. (org.) *Ação afirmativa no ensino superior brasileiro*. Belo Horizonte: editora UFMG, Rio de Janeiro, IUPERJ, p. 175-192.

IPEA. (2012), Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2012, IBGE. Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf, [consultado em 20-02-2012].

LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. Estud. av., São Paulo, n. 30, ago.1997. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000200005&lng=pt&nrm=iso, [consultado em 1-9-2014] http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141997000200005.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. Educação e cor da pele. Disponível em http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema6/0601.pdf, [consultado em 20-06-2014].

MOREIRA, Virlene Cardoso. (2009), Escola de Aprendizes Artífices da Bahia: a educação profissional na Bahia entre 1909 e 1937, In: *Cem anos de educação profissional no Brasil: História e memória do Instituto Federal da Bahia: (1909-2009)*. Salvador: EDUFBA.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; RAIZER, Leandro & FACHINETTO, Rochele Fellini. 2007, "Acesso, expansão e eqüidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira". *Sociologias [online]*, pp. 124-157, Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517, [consultado em 03-06-2012].

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção internacional sobre elimininação de todas as formas de discriminação racial. Disponível em: http://6ccr.pgr.mpf.gov.br/legislacao/legislacao-docs/convencoes-internacionais/conv_intern_03.pdf. [consultado em 8-12-2012].

Presidência da República. Constituição da república federativa do brasil de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm, [consultado em 10-1-2014]..

Presidência da República. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm, [consultado em 10-1-2014].

Presidência da República. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm , [consultado em 10-1-2014].

Presidência da República. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm , [consultado em 10-1-2014].

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. In Cadernos de Pesquisa, v. 35, n. 124, jan./abr. 2005. Pesquisado em http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0435124.pdf, , [consultado em 11-1-2014].

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. (2004), Universidade e desigualdade: brancos e negros no ensino superior. Brasília: Liber Livro Ed.

SCHIAVINATTO, F. (org.) (2011), Sistema de indicadores de percepção social (SIPS) / 1ª Ed. – Brasília : Ipea.

SILVA, N. P. (2009), "*Os alunos da Escola Técnica Federal e a participação na política estudantil nos anos de 1979 a 1989 em Salvador",* Dissertação de Mestrado, Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia.

UNESCO. Convenção da ONU sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (1966). Disponível em http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139390por.pdf, [consultado em 1-1-2014].

WEISSKOPF, T. E. (2008), A experiência da India como ação afirmativa na seleção para o ensino superior. In: ZONINSEIN, J. FERES JUNIOR, J. (org.) *Ação afirmativa no ensino superior brasileiro*. Belo Horizonte: editora UFMG, Rio de Janeiro, IUPERJ, p. 35-60.

Efetividade da política de saúde na penitenciária de São Luiz Gonazaga

Frida Dinareli
frida_dinareli@hotmail.com

Biografia: Graduada em Serviço Social (Unisinos), Especialista em Gestão de Pessoas (Uri/São Luiz Gonzaga), Mestre em Desenvolvimento/Linha de Pesquisa em Direitos Humanos (Unijuí), professora da Uri/São Luiz Gonzaga e assistente social da Penitenciária de São Luiz Gonzaga e Integrante do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Violência e Serviço Social - NEPEVIS.

Resumo: O trabalho teve o objetivo de analisar a efetividade das políticas públicas direcionadas para o sistema penitenciário. Este objetivo foi delimitado a partir da realidade brasileira e teve como foco a efetividade ou não da política pública de saúde no sistema penitenciário do Rio Grande do Sul. Por isso, se preocupou, em resgatar a origem das prisões e sua forma de concretização no Brasil. Em seguida, contextualizou a vinculação existente entre a formação do Estado moderno com a necessidade de formulação de políticas públicas. Por fim, destacou a política pública de saúde no Brasil e sua efetivação ou não no sistema penitenciário gaúcho. A conclusão sugere que a efetivação da referida política, por ser pontual e desarticulada, não possui maior relevância e não alcança dois dos seus principais objetivos: garantir a dignidade humana e auxiliar na assimilação de direitos e deveres sociais do referido grupo social.

Palavras-chave: políticas públicas, sistema prisional, política de saúde, prisão e pena privativa de liberdade

1. Introdução

O cotidiano - relações diárias, construídas e desconstruídas - dentro de uma penitenciária em São Luiz Gonzaga, onde integro o quadro de funcionários como assistente social, nos coloca numa rotina e na reprodução de conceitos e na reiteração de tarefa que gera falsas certezas sobre vários problemas da vida interna do cárcere. Este processo de alienação deve ser combatido. Uma forma eficaz de combate a ele é a vigilância constante e a reflexão crítica sobre a prática realizada.

A constante reflexão é, portanto, um dos mecanismos de combate à institucionalização dos profissionais que trabalham nessa instituição total. Isto é importante pelo fato de que a institucionalização cria um conjunto de mecanismos de proteção que leva à manutenção do *status quo* e cria um conjunto de justificativas para reprodução das práticas negativas e de imagens distorcidas. O presente artigo se dispõe a emergir esse processo.

É que uma penitenciária (um presídio ou uma casa de detenção, não importa aqui a nomenclatura) cria em seu interior algum tipo de cultura, que depende das relações intrínsecas a cada uma dessas instituições. Para tanto, as relações existentes em seu interior influenciam tanto nas rotinas, como nas formas de enfrentamento de conflitos existentes, assim como também na imagem que os profissionais constroem em relação aos indivíduos submetidos ao cumprimento da pena privativa de liberdade por algum delito.

Neste sentido, o fato de pararmos para pensar e criar teoria sobre o que temos certeza ou dúvida, pode nos levar a descobertas significativas. Ou, pelo menos, isso nos livra do risco de reprodução de compreensões pré-definidas que possam prejudicar o público usuário do serviço. No caso da política de saúde prisional, foco deste trabalho, como em toda a sociedade, há uma tendência de condicionar o serviço aos usuários pelo merecimento, mesmo que essa constatação choque o leitor que sabe que há um compromisso ético de defesa da vida.

Dessa forma, temas como saúde, direitos humanos, profissionalização, educação, vida familiar, devem ser bandeiras diárias dos profissionais que trabalham na assistência das pessoas presas. Contudo, o texto que

segue procura apresentar as condições reais que se encontram o sistema prisional e como esse (em especial o gaúcho), é tratado pelas políticas públicas, nesse caso, pela política de saúde[1].
Para tanto, o trabalho faz uma análise, em seu primeiro item, da história das prisões e das características político-ideológicas que fazem parte do enredo dos autores do sistema prisional. No segundo item, resgata a história do Estado e das políticas públicas no Brasil. Em seguida, destaca a formação do Estado brasileiro e o processo de definição das políticas públicas. No terceiro item, aborda a trajetória histórica e a formatação da política de seguridade social no Brasil. Na sequência, analisa a política pública de saúde para o sistema prisional brasileiro e, por fim, as dificuldades de efetivação dessa política no sistema prisional do Rio Grande do Sul. Por fim, as considerações finais destacam a trajetória realizada reforça a conclusão que a atual política pública de saúde direcionada para o sistema prisional brasileiro e, em especial, ao do Rio Grande do Sul não está alcançando o seu objetivo e, em consequência, deve ser profundamente repensada.

2. A Origem das prisões e as condições das prisões no Brasil

A Lei do Deuteronômio, Código de Hamurabi, entre outros documentos antigos, previam apenas a pena de morte, que era aplicada com a exposição humilhante seguida dos suplícios corporais com a intenção de ser educativa, prevenir a delinquência. Era um espetáculo de morte em praça pública (esquartejamento, morte na guilhotina, forca, etc.) que fazia disso um evento.
A privação de liberdade surgiu com a Igreja para punir seus clérigos e no século XVI, na Holanda, separando o Direito Divino do Direito humano, surge o sistema carcerário em Amsterdã. Sendo assim, a prisão foi criada com a intenção de humanizar a forma de pagar pelos crimes, porém os espaços utilizados antes da construção da Casa de Correção de Londres entre 1550 e 1552, eram os antigos conventos, construções abandonadas, lugares subterrâneos subumanos, a punição com suplício era pública, mas o julgamento era secreto, podendo as provas ser forjadas, inclusive a tortura como método para confissão, e confisco dos bens do condenado. O suplício tinha também significado metafísico de forma que salvava a alma e deixava claro o poder da lei, portanto o poder político, uma vez que esse poder do soberano foi atacado pelo descumprimento da lei. Foucault (1987: 41).
O período entre 1766 e 1810 foi o momento histórico das renovações dos códigos penais da Rússia à França, extinguindo o suplício, apesar de mantido na França por mais vinte anos. Foucault (1987: 11,12 e 13;). O marquês de Beccaria, jurista italiano lidera a reforma penal em 1791 e defende a justa proporção entre o crime e a pena e propõe a separação da pena divina e humana resultou na extinção da pena de morte em muitos países e proibição da tortura.
Aos poucos, a punição ao corpo foi sendo feita de longe, desaparece a figura do carrasco, para assumir um corpo técnico ampliado que segue regras, estão guardas, profissionais da saúde física e mental e educadores. Foucault (1987:140).
O modelo mais famoso de prisão foi o panóptico, arquitetura inventada por Benthan, permitia uma economia para o Estado em recursos humanos para a vigilância, em que uma só sentinela poderia observar todas as pessoas, com o pior, estes sabiam que eram observados o tempo todo em qualquer dos seus movimentos, produzia na pessoa vigiada a consciência do poder do vigia e suas representações.
Foucault (1987, p. 168) ainda refere que este modelo de prisão "[...] pode ser utilizado como máquina de fazer experiências, modificar o comportamento, treinar ou retreinar os indivíduos", por isso o inventor tinha tanto orgulho, pois não precisava escancarar a atrocidade de uma construção que tivesse muitos elementos de contenção das pessoas presas, mascarando o exercício da coerção por um poder profundamente significativo na vida do indivíduo para além do tempo da segregação.

---

1 Este artigo é oriundo de uma pesquisa que originou a dissertação de Mestrado intitulada: "As prisões e as Políticas Públicas: uma análise da efetividade da Política de Saúde no Sistema Prisional do Estado do Rio Grande do Sul, sob orientação do Prof. Dr. Gilmar Antônio Bedin, apresentada como dissertação de Mestrado em Desenvolvimento/linha de pesquisa em Direitos Humanos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí, no ano de 2013.

2.1 A organização do sistema

Os portugueses aplicavam a legislação no Brasil colônia de acordo com o Quinto Livro das Ordenações[2], que previa o tipo de processo e castigo, prevalecendo a pena de morte. Até a criação do Código Criminal do Império não existia pena privativa de liberdade. Com a instituição deste, a previsão de pena variava de grau, máximo, médio e mínimo, e o veredicto "fixava pena de morte, galés, banimento, degredo, desterro, multa de suspensão de emprego e prisão". Esta última estava entre a perpétua com trabalhos forçados, a prisão com trabalhos forçados e a prisão simples. Guindani (2001:39-140).

Em 1890, com o advento do Código Republicano, a pena corporal é substituída pela pena de „prisão celular, banimento, reclusão, prisão com trabalho obrigatório, prisão disciplinar, interdição, suspensão e perda do emprego público...„. Neste código, em seu Art. 43, está fixado que as „penas privativas de liberdade são temporárias„ e de, no máximo, trinta anos. Guindani (2000: 140).

O código referido sofreu várias modificações, e a Consolidação das Leis Penais foi aprovada pelo Decreto nº 22.213 (14 de dezembro de 1932), „de autoria do Desembargador Vicente Piragibe„. Nessa nova versão da legislação penal, ficava abolida a pena de banimento e era criada a prisão correcional. Essa última medida era para corrigir os mendigos, vagabundos e desordeiros. Guindani (2000: 141).

O Código Penal de 1940 sintetizou em três tipos de penas: „reclusão, detenção e multa„. As penas privativas de liberdade apresentavam a característica da progressão por períodos, e iniciavam com isolamento em tempo integral. Todavia, não cabia progressão nas hipóteses de crimes hediondos, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e de terrorismo (art. 2º, §1º, da Lei nº 8.072/90), situação que foi modificada pela Lei nº 10.792/03. Depois, seguia para o trabalho e, já no terceiro período, o cumprimento poderia ser em colônia penal e, por fim, recebia a Liberdade Condicional. Guindani (2000: 141-142).

Em 11 de julho de 1984, entrou em vigor a Lei de Execuções Penais, esta lei sofreu modificações com inclusão de novas leis desde 2003 e foi atualizada em 2011. Para que se concretize, foram elaborados artigos que contemplem prevenções e sanem necessidades desde a vida digna material, de personalidade, de convivência, situação jurídica, além da vida extramuros. Conforme o artigo 6º, „A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório„. E ainda no Artigo 7º „A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por 2 (dois) chefes de serviço, 1 (um) psiquiatra, 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade…

Iniciemos analisando a arquitetura dos prédios que não possibilitam espaços físicos para tal separação, e os técnicos para compor a classificação tampouco e ainda que existisse e realmente fizesse a classificação e colocasse em ambientes separados, Já o artigo 32, afirma que „Na atribuição do trabalho deverão ser levadas em conta a habilitação, a condição pessoal e as necessidades futuras do preso, bem como as oportunidades oferecidas pelo mercado…

Em relação ao Artigo 39, "Constituem deveres do condenado, IX - higiene pessoal e asseio da cela ou alojamento". Em relação ao artigo 4º este afirma que „o Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança„. Nesse caso, o que existe é uma comunidade cuja maioria é alheia ao que acontece no interior dos muros carcerários e revoltada quando chamada a participar e, quando judiciário determina a organização de conselhos, os integrantes se limitam ao item „dar suporte„, mas se eximem do acompanhamento e fiscalização.

Apesar da riqueza de preocupações com o sujeito privado de liberdade, é inegável diante das evidências diariamente noticiadas de que a Lei de Execuções Penais não é cumprida, como mostra o quadro[3] abaixo que há

---

2 Legislação que previa crimes e penas, de cunho religioso que assegurava a doutrina Cristã e, já no início, abominava mouros e hereges: DOI: 10.4025/5cih. pphuem.2106. História do Direito Português no período das Ordenações Reais. Célio Juvenal Costa. Ariele Mazoti Crubelati. Amanda Barbosa Lemes; Gilmar Alves Montagnoli (Bolsista Capes) «http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/153.pdf». Acesso em 22 de janeiro de 2013.

3 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

um déficit de vagas de aproximadamente 200 mil pessoas nas estruturas prisionais do país além de que a LEP em seus artigos 10 a 37 inclui assistência material, saúde, jurídica, educacional, social, religiosa ao condenado.
De acordo com o site do Ministério da Justiça (2013), há mais de 112.000 pessoas, com um nível de escolarização que varia de mais de 28.000 analfabetos contra 90 pós-graduados e que estão estudando em média 52.000 pessoas e, destas, se alfabetizando menos de 10.000 pessoas.
Quanto à saúde, entendendo-a de acordo com a Organização Mundial de Saúde - OMS (física, mental e social) e que para tanto a pessoa precisa de atendimento inter-multi e transdisciplinar, existe um quadro de profissionais com 718 enfermeiros, 2.381 técnicos e auxiliares de enfermagem, 482 psicólogos, 1.324 assistentes sociais, 551 advogados, 367 médicos, 274 psiquiatras, 137 pedagogos, 1.795 professores e 72 terapeutas.
No Estado do Rio Grande do Sul, temos como órgão responsável a Secretaria de Segurança Pública que compõe entre suas instituições de segurança, a Superintendência dos Serviços Penitenciários e esta, por sua vez, distribui seus serviços entre vários departamentos e 10 delegacias regionais. Mais adiante, nos deteremos no Departamento de Tratamento Penal e, dentro deste, na Divisão de Saúde. As unidades prisionais se compõem hierarquicamente de administradores que, de acordo com a LEP em seu artigo 75, essa função deve ser exercida por pessoas formadas em Direito, Psicologia, Serviço Social, Ciências Sociais ou Pedagogia; ter experiência em administração na área e ter idoneidade e habilidade.

2.2.1. Agentes Penitenciários

O ambiente social do cárcere é potencialmente influenciador na vida e no comportamento dos agentes penitenciários. Percebemos também que a linguagem adotada por estes é a mesma das pessoas privadas de liberdade, ex: as gírias para nominar objetos, doenças, crimes, atitudes, queixas de que não „ganham„ os mesmos cursos e benefícios que as pessoas presas e, por fim, se colocam nas mesmas condições sociais deles.
Mas há que considerar que as exigências a esse funcionário, de manter a massa carcerária controlada, exposto a todo tipo de provocação e ameaça, numa proximidade geográfica que lhe confere perigo para si e familiares. De acordo com Foucault (1987:44), „o executor não é simplesmente aquele que aplica a lei, mas o que exibe a força; é o agente de uma violência aplicada ao crime, para dominá-la„. Mas ainda quase unanimemente a sociedade espera que o agente penitenciário, como figura mais conhecida no sistema prisional, cumpra sua função. A sociedade reage hoje como fazia a plateia dos espetáculos de suplícios, o que ilustramos novamente com Foucault (1987: 44-45), que diz „Se o carrasco triunfa, o público ovaciona... Se ele fracassa, é passível de punição…

2.2.2 Agentes administrativos

Esta não é uma categoria imune aos simbolismos da prisão e dos seus efeitos nocivos aos privados da liberdade, uma vez que a burocracia das suas funções cumpre o papel de vigilância sobre o corpo do condenado.
Conforme Foucault (1987:104), „durante todo tempo da detenção, ele será observado; seu comportamento será anotado dia por dia...„. Essas anotações servirão para uma nova avaliação (como laudos, perícias e informações para transferências), feita por técnicos, ou por quem se arvorar na necessidade de conhecer a trajetória prisional do sujeito e submetê-lo a julgamentos especializados ou leigos.

Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – InfoPen. Formulário Categoria e Indicadores Preenchidos Todas UF's. Referência:06/2012 «http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={D574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896}&BrowserType=NN&LangID=ptbr&params=itemID%3D%7BC37B2AE9%2D4C68%2D4006%2D8B16%2D24D28407509C%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C%2D1C72%2D4347%2DBE11%2DA26F70F4CB26%7D». Acesso dia 22 de janeiro de 2013.

2.2.3 Técnico Superior Penitenciário

Essa função é exercida por nível superior específico, com incumbências específicas da profissão, além de que os assistentes sociais e psicólogos realizam os laudos ao judiciário sobre a situação da pessoa que está em lapso temporal para progressão de regime.
Esse acúmulo de funções provoca prejuízos ao profissional e ao usuário de seu serviço, pois o contingente desses profissionais é insuficiente para atender dignamente à população carcerária. Além disso, os recursos para atendimento igualmente são defasados, faltam salas adequadas, bem como material para execução das tarefas.
Esse tratamento penal é de entendimento primordial sobre o valor do laudo, porque o resultado do segundo é automático a existência ou não do referido tratamento. Wacquant (2011) refere que a miséria produzida pelo capitalismo se estende para a miséria das prisões o que, numa equação lógica, irá se perpetuar enquanto perpetuar-se esse sistema econômico.
Aos profissionais específicos da saúde há o agravante da falta de medicamentos, de exames e consultas especializadas, que, além da insatisfação pelo serviço oferecido há também, insatisfação pelo profissional que tem seu trabalho e seu saber amputado quando necessário dar seguimento ao atendimento básico.

2.2.4 Aos profissionais da educação

Estes profissionais são desafiados a superar analfabetismo e/ou analfabetos funcionais, dentro de um quadro em que o interesse real de participar das aulas é de uma minoria, mas se utilizam desses profissionais para obter ganhos secundários, mediando interesses extramuros, além de que as matrículas são feitas principalmente para obterem o benefício da remissão da pena, em que, para cada seis dias de aula, é diminuído um dia da pena.

2.2.5. O preso e o contexto

Contemporaneamente, como no Leviatã[4], na aplicação das penas as prisões têm a função de remediar a patologia social, nos tempos atuais, especialmente criadas por um Estado mínimo neoliberal. Assim, dispensam o investimento em políticas públicas e se amontoam pessoas em estruturas deficitárias, considerando que a globalização provoca uma mobilidade e volatilidade no capital.
Como afirma Wacquant (2011:13):

> O sistema penitenciário brasileiro acumula com efeito as taras das piores jaulas do Terceiro Mundo, mas levadas a uma escala digna do Primeiro Mundo, por sua dimensão e pela indiferença estudada dos políticos e do público: entupimento estarrecedor dos estabelecimentos, o que se traduz por condições de vida e de higiene abomináveis, caracterizadas pela falta de espaço, ar, luz e alimentação (...) negação de acesso à assistência jurídica e aos cuidados elementares de saúde, cujo resultado é a aceleração dramática da difusão da tuberculose e do vírus HIV entre as classes populares; violência pandêmica entre detentos, sob forma de maus tratos, extorsões, sovas, estupros, assassinatos, em razão da superlotação superacentuada, da ausência de separação entre as diversas categorias de criminosos, da inatividade forçada (embora a lei estipule que todos os prisioneiros devam participar de programas de educação ou de formação) e das carências da supervisão.

Essas condições das prisões fazem duplicar os efeitos da condenação, pois submetem a um castigo que vai além da privação da liberdade, visto que esta vem acompanhada de um renovado suplício e compromete até

4 Previa a manutenção da ordem pública, lutando "contra a delinqüência de rua" (Wacquant, 2011:09).

mesmo a capacidade de sobrevivência durante o período da pena, ou finaliza-a gravemente adoecido, conforme Foucault (2010: 70):

> [...] tinha de haver um algo mais do lado do castigo. Esse algo mais era o terror, era o carácter aterrorizante do castigo. E por carácter aterrorizante do castigo deve se entender certo número de elementos constitutivos desse terror. Primeiro, o terror inerente ao castigo devia retomar em si a manifestação do crime, o crime deveria estar de certo modo presente, representado, atualizado ou reatualizado no próprio castigo.

Concordamos, portanto, que a miséria vem de fora para o sistema prisional, se mantém neste e tende obviamente a continuar na sobrevivência extramuros, vejamos que dos quase 510 mil segregados, 228.627 frequentaram o ensino fundamental incompleto e os crimes contra patrimônio são praticados por 256. 352 pessoas. Do total de prisioneiros, 194.575 são oriundos de regiões metropolitanas e, também desse total, 210.171 são de cor parda[5].
Consideramos que, entre 18 e 29 anos, somam-se 260.154 pessoas (metade de toda a população que cumpre pena) e, com raras exceções, são considerados faixa etária que poderiam ser pessoas economicamente ativas e, como já foi dito acima, apenas 112.000 das pessoas encarceradas estão trabalhando.
Utilizando a pesquisa de Fraga (2008:03-04), segundo declaração das pessoas presas em regime fechado: a renda de suas famílias é inferior ao salário mínimo. Essa renda provém de serviços; no cárcere, apenas 20% dizem ocupar o tempo ocioso com trabalho.
Enquanto 34% mencionam desejo de suicídio e 38% respondem que o pior na cadeia é „o tempo que não passa„. Além disso, 40% respondem que o fator que mais contribui para a reincidência é „falta de oportunidade de trabalho„ e, por fim, quando estiverem em liberdade, o maior desejo será „procurar trabalho„.
Consideramos, portanto, que a falta de acesso à saúde é uma manifestação da questão social que depende de outros fatores o que, em princípio, é impensável como ausência de doença, mas provoca o desenvolvimento de outras doenças como a violência que, pelo mostrado acima, dispensa comentários prolongados e confirma a preocupação da OMS quando define o conceito de saúde.

3. AS Políticas Públicas no Brasil

O período em que as despesas públicas com políticas sociais e saúde cresceram fortemente no orçamento público dos governos dos países centrais, foi entre os anos 30 e metade dos anos setenta. Mas o cenário muda no terceiro ano da década de setenta, pela crise fiscal e se inicia processo de falecimento deste sistema pelos profundos cortes de gastos, mais agudos nos serviços sociais.
Para os países periféricos, como o Brasil, o investimento nos programas sociais foram ínfimos, visto que não tivemos Estado de Bem-Estar e, sim, políticas institucionais assistencialistas.
Mas ainda ficou pior pelo arrocho salarial de quase vinte anos, pelo endividamento ao FMI, que nos colocou à mercê de técnicos dessa instituição para reordenar a economia, priorizando o serviço da dívida e cortando os gastos sociais.
A década de 80 do século passado, considerada economicamente a "década perdida", foi de grande avanço social, foi no oitavo ano que se promulgou a Carta Cidadã, que contemplou amplamente as políticas públicas de programas sociais, na contramão do neoliberalismo que já dava passos largos de redução do papel do Estado e contrariando as ordens do Banco Mundial, especialmente na política de saúde.
O tripé da Política de Seguridade remonta ao século XVIII, quando Otto Von Bismark, atribuiu ao empregador a responsabilidade pelo seguro-doença do trabalhador.
Assim, fechamos a política de Seguridade Social com o tripé previdência social, saúde e assistência social. Estas previstas na Constituição Federal entre os artigos 196 a 204 se materializam em programas projetos e serviços que atendam às necessidades, como parte dos direitos humanos.

---

5 «http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={D574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896}&BrowserType=NN&LangID=ptbr&params=itemID%3D%7BC37B2AE9%2D4C68%2D4006%2D8B16%2D24D28407509C%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C%2D1C72%2D4347%2DBE11%2DA26F70F4CB26%7D». Acesso em 22 de janeiro de 2013.

Para enfrentamento das características da sociedade individualista, fragmentada, excludente, desde a década de 2001, os governos elaboraram políticas que precisam ser executadas intersetorialmente, articuladas no programa Fome Zero, constituído de quatro eixos que contemplam serviços de atenção à família, à criança e ao adolescente.
Entre os diversos serviços de atenção continuada das políticas sociais destacamos a atenção aos segmentos especiais no recorte de família que contém as Unidades Básicas de Estratégias de Saúde da Família.
Nelas se desenvolvem ações socioeducativas e acompanhamento (diabéticos, hipertensos, tabagistas, redução de danos, doentes mentais) considerando a Reforma Psiquiátrica, violência (sexual e doméstica, homofobia), saúde do homem, tuberculose, hanseníase, DST/AIDS, Saúde do Trabalhador, Planejamento Familiar, Prevenção de Câncer (mama, colo do útero, próstata, etc.).
Esses programas trabalham preventivamente na saúde física, mental e social de indivíduos, pois, quando as necessidades de meios de vida digna se tornam escassas, eclodem violências intrafamiliares e sociais, além de evidenciar a dificuldade de efetivação dos Direitos Humanos percebidos pelos indicadores sociais de Índice de Desenvolvimento Humano.
Mas, no cenário internacional, o Banco Mundial que já vinha em estudos com teóricos sociais, a exemplo do relatório de 2000/2001, considerou a pobreza:

> [...] como um fenômeno multifacetado, decorrente das múltiplas privações produzidas por processos econômicos, políticos e sociais que se relacionam entre si. Assim, além da forma monetária de pobreza, ela é considerada como ausência de capacidades, acompanhada da vulnerabilidade do indivíduo e de sua exposição ao 'risco' (Ugá; Dominguez, 2004, p.59 apud Mauriel, 2011:258).

Assim, mesmo que haja vontade política do governo interno às Nações e entendimento que as políticas devem funcionar para a emancipação social, não há como não ser respingado pelo ponto de vista teórico e político dos organismos internacionais e estes com poder para ditar a garantia de Direitos Humanos.

2.2 A Política de Saúde no Brasil

No Brasil, o governo investia em saúde, de forma assistencialista, apenas no combate às epidemias ou a vinculava ao saneamento, interferisse na economia como aconteceu nos primeiros anos da primeira década do século XX, quando o governo copiou o modelo francês de combate à febre amarela e determinou a vacinação de toda a população no Rio de Janeiro e no Porto de Santos.
Os gastos com atendimento médico e tratamento ficavam, porém, por conta do usuário que podia contar com as Santas Casas de Misericórdia, ou, se tivesse condições financeiras, procurava tratamento particular aqui ou no exterior. Para os assegurados pela previdência, se trabalhadores formais, eram financiados pelas contribuições fiscais de empresas e do próprio trabalhador., na década de 1930, o presidente Getúlio Vargas substituiu as Caixas criadas em 1923 pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão – IAPs. Assim, com maiores recursos centralizados, ampliaram-se os benefícios de saúde e previdência,
Esta instituição desviou seus recursos para a política econômica da indústria, especialmente a siderúrgica. Assim se manteve até que Beveridge, em 1942, na Inglaterra, ampliou o conceito de seguridade, formatando no tripé saúde não contributiva, assistência social não contributiva e previdência social mediante contribuição do trabalhador e empresa. Nesse contexto, com o fim da Segunda Guerra Mundial, a política social se estende universalmente e não apenas ao trabalhador formal. No Brasil, apenas a ação do „Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência„, em 1949[6], teve caráter universal.

---

6 Art. 1º O Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (SAMDU), criado pelo Decreto número 27.664, de 30 de dezembro de 1949, entidade de âmbito nacional, com sede e foro na Capital da República, subordinado ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, tem por finalidade prestar assistência médica de urgência, em ambulatórios e hospitais a esse fim destinados, bem como no domicílio ou local de trabalho, aos segurados ativos e inativos, seus dependentes e aos pensionistas dos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, Comerciários, Bancários, Marítimos e Empregados em Transportes e Cargos e da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos. FONTE «http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=46349&tipo_norma=DEC&data=19590703&link=s». Acesso dia 28 de abril de 2013 às 10he17min.

Em 1942, foi instituído um programa característico de investimento governamental para combate de epidemias com interesses econômicos, o „Serviço Especial de Saúde Pública„ - SESP[7] - fruto de acordo entre o governo brasileiro e o dos Estados Unidos. O SESP tinha por objetivo oferecer serviços de saúde nas regiões de produção de material estratégicas para a 2ª Guerra Mundial como borracha, na região amazônica.
Duas décadas depois, o governo terceirizou para a iniciativa privada o serviço de saúde comprando destes o serviço de médicos e hospitais e, assim, aumentou a medicina de grupo. No segundo lustro dessa década, os IAPs são transformados em um único instituto (Instituto Nacional de Previdência Social – INPS).
Assim, a saúde passou a ter duas categorias de usuários, os beneficiários, por direito de contribuição por serem trabalhadores formais, e o carente. Mas essa instituição não ficou alheia a equívocos e corrupção no gerenciamento, com um orçamento substancial, mas destituída de mecanismos de acompanhamento e controle.
Ainda nessa década de 1960, percebemos um crescente movimento de médicos e outros profissionais, a fim de melhorar os investimentos do Estado na saúde, reconhecendo-a não apenas como ausência de doença diagnosticada, mas digna de ser contemplado com as estruturas que previnem as doenças, tais como habitação, lazer, educação, trabalho, etc., além de uma atenção especial à saúde mental.
Neste movimento, pela Reforma Sanitária, os militantes trabalharam convencendo a sociedade de que democracia (vivíamos em tempo de ditadura) deveria ser o acesso universal à saúde. Essa bandeira de luta teve importante influência no texto constitucional, pois fazia parte do conteúdo do Relatório da VIII Conferência Nacional de Saúde/1986.
Esse relatório contempla a participação social e a interface da saúde com as demais políticas sociais, isto é, traduz a necessidade de um sistema universal de acesso à saúde que assegurasse os princípios da Reforma Sanitária conforme modelo italiano (integralidade, descentralização, universalização, participação social, definição das três esferas de governo no financiamento e serviços). Bravo (2007: 132).
A Constituição Federal em 1988, quanto à Seguridade Social, no artigo 194, afirma que „a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social" e artigo195 que "a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal„.
A CF/1988 prevê, então, que a saúde é um direito do cidadão e dever do Estado, em parceria com a sociedade, a forma de viabilizar a bandeira de luta dos ativistas da Reforma Sanitária, foram as legislações específicas de regulamentação da política: 8.080/1990 e 8.142/1990, sendo esta última que estabelece as diretrizes da universalização, chamada de Sistema Único de Saúde.
Assim, passamos a um modelo de política de saúde universalista, público e privado, financiado por várias fontes, como salários, lucro, orçamento federal, estadual e municipal, em que todos têm direito, como previsto na Lei 8.080/90 que trata sobre esta política, no artigo 2º „A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício„.
Contudo é preciso elencar ações preventivas da saúde e sua interface com as outras políticas que garantam a saúde universal, mas também integral, como se refere o artigo 3º da lei 8.080/90:

> Art. 3º A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País. Parágrafo único. Dizem respeito também à saúde as ações que, por força do disposto no artigo

7 Fundado em 1942, o Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp) funcionou como uma agência bilateral brasileiro-americana, com um estatuto jurídico especial que lhe garantia ampla autonomia em relação ao Ministério da Educação e Saúde. O motivo original para a organização do Sesp está diretamente ligado ao interesse norte-americano em fomentar políticas sanitárias em determinadas regiões do Brasil, com o objetivo de melhorar a produção de matérias-primas, como a borracha e o minério, para os Aliados durante a Segunda Guerra Mundial. FONTE André Luiz Vieira de Campos «http://www.revistadehistoria.com.br/secao/livros/politicas-internacionais-de-saude-na-era-vargas-o-servico-especial-de-saude-publica-1942-1960». Acesso em 28 de abril de 2013, às 10he27min.

> anterior, se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social.

No mesmo ano em que é sancionada a Lei 8.080, mas enfrentando conflitos entre governo e sociedade quanto à descentralização, também é promulgada a Lei 8.142 para dispor sobre essa matéria. No entanto, permanece a dúvida sobre o que pode ser considerado „ações e serviços de saúde„. Essa é uma questão que a EC 29 vai procurar enfrentar.

Os governos democráticos, mas comprometidos com as estruturas macroeconômicas mundiais (FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio) tiveram que aderir, ao Fundo Monetário Internacional e sofrermos as imposições de controle de nossa receita e despesa.

Nesse controle, nosso sistema de saúde sofreu com o limite dos investimentos públicos, comprometendo a universalização e fazendo da política uma via rentável para fornecedores do capital privado, sendo o mercado o regulador do Estado, no qual o Banco Mundial e outros agentes financeiros determinam a reforma sanitária mundial aos países subdesenvolvidos.

Dessa forma, impõe-se que sejam fortalecidas as Fundações Estatais de Direito Privado, além de que assistência gratuita seja para os mais vulneráveis, e que seja reduzido o número e o nível técnico dos profissionais, atendimentos prioritários na atenção básica.

Contudo, havia interesses do Banco Mundial em investir na saúde por ser um rico mercado capitalista, além de mascarar imagem humanitária da instituição e velar as sequelas de pobreza por suas reformas protagonizadas. Em 1987, sob a égide de qualificar a saúde pelos governos, essa instituição chega a elaborar documentos sobre seu interesse e forma de financiamento da saúde aos países em desenvolvimento.

Assim, para Correia (2007:22), entra em consenso com a Organização Mundial de Saúde e Fundo das Nações Unidas para a Infância a fim de defender o cuidado da saúde. Contraditoriamente, critica a lei brasileira sobre a gratuidade e universalidade dos serviços.

Em consonância com esses documentos, o Brasil também elabora os próprios. Isso aconteceu, por exemplo, em 1995, quando os Ministérios da Saúde e da Administração Federal e Reforma do Estado elaboram o „Sistema de Atendimento de Saúde do SUS„ e outro do Ministério da Saúde denominado „Informe sobre a Reforma do Setor Saúde no Brasil„. Correia (2007:24).

O último documento do BM em 2007 centra os problemas e as soluções na forma de gestão, justificando ao governo repasse de dinheiro público para que a empresa privada preste o serviço e também a aprovação das fundações. Essa iniciativa desmonta a classe trabalhadora que fica à mercê da instabilidade e desqualifica a concentração no atendimento do usuário e, além disso, o fator que mede resultados seriam as metas quantitativas. Correia (2007:26).

Quanto ao financiamento do SUS, inicialmente houve negligência em fazer o repasse dos recursos fundo a fundo de acordo com determinação da Lei 8.080/90; e Lei 8.142/90, nivelando público e privado e pagando o serviço prestado. Posteriormente, acirraram-se as exigências do repasse que, além da fatura, passou a requerer planos, projetos, fundos e conselhos nas três esferas de governo.

Em 1998, o repasse passou a ser pela *per capita* de fundo a fundo, criando o PAB (Piso Assistencial Básico) fixo e PAB variável, quando o primeiro é inflexível pelo número de habitantes, e, no segundo, o recurso é de acordo com os programas existentes.

Como medida de financiamento da saúde, o governo federal adotou a criação da CPMF (Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira) que, além de ter onerado ainda mais o cidadão, não teve aplicação integral nesta política, até ser extinta.

Houve as publicações das Normas Operacionais Básicas, para delinear a ideologia do poder político-econômico pela mediação da saúde. Já em 1996, o governo Collor formata um projeto societário excludente, quando faz a escolha do enfoque de investimento, colocando a epidemiologia separada do clínico quando a integralidade necessariamente depende das complementaridades.

Essas normas, somadas à Lei 9.637/98 (que institui as Organizações Sociais) muda o funcionamento do SUS. A partir daí, ao invés de SUS, criou-se a estrutura em subsistemas: o de atenção básica (PSF para pobres) com serviços terceirizados pelas Organizações Sociais e o segundo seriam as internações e alta complexidade prestado também pelas Organizações Sociais.

Estas instituições segmentam os serviços e se contrapõem a um dos primados da saúde municipalizada que seria a integralidade do atendimento, Esta lei vigorou até 2005, quando o Conselho Nacional de Saúde deliberou contra a terceirização dos serviços de saúde e deu prazo de um ano para que governos adequassem as estruturas estatais. Junqueira(2007: 72-76).

De acordo com Oti Shinomata[8] mais de 25% da população brasileira acessa a saúde privada; com isso dá vazão ao *status* da classe médica em detrimento de outros profissionais, um exemplo claro é o projeto de lei que tramita no Congresso chamado Ato Médico em que apenas este profissional é colocado como capaz para diagnosticar e tratar um usuário acometido de qualquer moléstia.

Obviamente que está em tensionamento com toda a classe de técnicos[9]. Outro fator econômico que ameaça a saúde é o arsenal de pesquisas e produções de medicamentos e equipamentos, que, em tempo de capitalismo concorrencial, inovam e provocam necessidades aos profissionais, mas servem apenas para o enriquecimento das indústrias especializadas. Exemplo disso foi o extraordinário crescimento em consumo de medicamentos benzodiazepínicos no Brasil (fonte programa *globonews* da rede Globo de televisão,)[10].

Como já vimos, a política de saúde enfrentou crises graves em sua implantação, que necessita muito esforço coletivo atravessado por toda a política pública e destacamos especialmente o que caracterizou inicialmente o seu financiamento.

No início, sofreu toda a influência macroeconômica e este não poderia ficar baseada em recursos provisórios e instáveis. Houve, então, tentativa de um projeto de Emenda Constitucional (PEC/169) que colocava as três esferas de governo como corresponsáveis, sobretudo para que o governo federal assumisse maior parcela do financiamento e, assim, aprovou-se em setembro de 2000, a Emenda Constitucional 29 - EC. Essa EC deixou, no entanto, a maior carga com estados e municípios. E ainda pelo princípio da descentralização onerou, sobretudo, os municípios[11]. Estes dividem seus recursos entre todas as políticas, com seus respectivos programas, o que compromete o atendimento naqueles em que a arrecadação é muito pobre. Em se tratando especificamente do Sistema Único de Saúde, obedece-se a lei 8.080 da criação e manutenção do Fundo Municipal de Saúde o qual foi mantido na EC 29.

Para que os recursos de fato sejam aplicados nos programas e serviços de saúde pública são necessários que os três elementos - gestão, financiamento e controle - estejam afinados com eficiência e eficácia. O controle é, porém, um grande desafio da transparência da aplicação correta dos recursos, porque depende da participação da sociedade e da vontade do gestor em estimular a criação e bom desempenho dos Conselhos e Conferências.

3. A política de saúde para o sistema prisional

Considerando que desde 1984, com a Lei de Execuções Penais, está previsto o atendimento de saúde às pessoas encarceradas e ainda outros marcos legais, como a Constituição de 88, nos artigos 196 a 198, Leis nº 8.080 e 8.142, ambas de 1990; apenas em 2003, foi materializado um plano de saúde prisional que contemplava a singularidade dessas instituições, principalmente desse usuário.

---

8 «http://saudeweb.com.br/blogs/brasileiro-tem-mais-acesso-a-saude-privada/acesso». Acesso em 31 de janeiro de 2013 às 12h43min.

9 «http://www.naoaoatomedico.org.br/audio/manifesto_ato_medico_091215.pdf», acesso dia 31 de janeiro de 2013 às 12h54min.

10 «http://fatimavvasconcellos.blogspot.com.br/2011/02/consumo-de-calmantes-cresce-40-no.html#!/2011/02/consumo-de-calmantes-cresce-40-no.html». Acesso dia 22 de janeiro de 2013 às 20hse 04 min.

11 O orçamento governamental se direciona legalmente por: "a) Plano Plurianual (PPA): estabelece o planejamento global da ação governamental. Define os objetivos e as metas da gestão pública num período de quatro anos. b) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): é uma lei anual que trata das normas que orientam a elaboração da lei orçamentária e do próprio orçamento público. c) Lei Orçamentária Anual (LOA): é a peça orçamentária propriamente dita. Define o orçamento do município, do estado ou da União, abarcando os seus fundos, empresas públicas e demais órgãos instituídos e mantidos pelo poder público". P.40-41

É de consenso pelas evidências e pesquisas da situação de insalubridade e superlotação em que proliferam doenças infectocontagiosas (especialmente tuberculose, DSTs e HIV/Aids, hepatites, hanseníase) e ainda as doenças crônicas não transmissíveis e parasitárias (Brasília, 2010: pp. 11).

Nesse ano, foi editada a Portaria Interministerial do Ministério da Saúde e Ministério da Justiça MS/MJ nº 1.777, com programas da atenção. Estas legislações se efetivam no serviço e fazem eco ao artigo 196 da CF/88 de que saúde é direito de todos e dever do Estado, mas também normatizam a universalização através do Sistema Único de Saúde – SUS no Brasil, o qual segue as diretrizes de descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; e participação da comunidade.

Dessa forma, para cumprirmos essas diretrizes na instituição penal, a Portaria prevê que „a gestão das ações e serviços de saúde no sistema penitenciário passa a ser de incumbência dos órgãos de saúde das três esferas de governo, municipal, estadual e federal (diretriz I) e essas ações passam a ter como prioridade as atividades preventivas (diretriz II), em consonância com a Constituição Federal„. Brasília (2010: 8), porém como cogestão intersetorial do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN/MJ.

Essa portaria quer dar conta também, entre os princípios e diretrizes do SUS, de preservar „igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie„ e, de igual importância, consolida a LEP, na inclusão social.

A Portaria Interministerial nº 1.777 prevê a implantação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, que atende as pessoas condenadas e não contempla as segregadas nas cadeias públicas, distritos policiais e delegacias. Esse Plano tem como diretrizes:

- Prestar assistência integral resolutiva, contínua e de boa qualidade às necessidades de saúde da população penitenciária;
- Contribuir para o controle e/ou redução dos agravos mais frequentes que acometem a população penitenciária;
- Definir e implementar ações e serviços consoantes com os princípios e diretrizes do SUS;
- Proporcionar o estabelecimento de parcerias por meio do desenvolvimento de ações intersetoriais;
- Contribuir para a democratização do conhecimento do processo saúde/doença, da organização dos serviços e da produção social da saúde;
- Provocar o reconhecimento da saúde como um direito da cidadania;
- Estimular o efetivo exercício do controle social. Plano Nacional de Saúde no Sistema Prisional (2005: p.16).

Obviamente algumas secretarias municipais de saúde não receberam como boa notícia e tampouco dispostas a fazer parte deste acordo. Mesmo sabendo que a população carcerária faz parte de sua população do município, uma vez que é contada no censo e que, portanto, é de sua alçada prover a assistência de qualquer nível:

> Esse incentivo será repassado em conformidade com o número de equipes implantadas nas unidades prisionais, ou seja, o incentivo destinado às unidades com mais de 100 pessoas presas, nas quais deverá ser implantada uma equipe para cada grupo de até 500 presos PNSSP (2005: 124-125).

Sendo então definido que os estabelecimentos que não possuem o contingente mínimo, para a implantação do Plano, então seguem com o atendimento na rede do município, mas jamais devem deixar de ser atendido. Se estas assumirem, a gestão deverá ser aprovada pelo Conselho Municipal desta política e constar no Plano Operativo de Saúde.

As Secretarias Estaduais de Saúde e Justiça devem estabelecer a contrapartida ao ministério da justiça para o financiamento do PNSSP, conforme artigo 7º da Portaria de 2003.

A Unidade de Saúde Prisional, bem como sua equipe, devem estar inscritas no Cadastro Nacional de Saúde – CNS, tendo as mesmas atribuições e deveres que as demais unidades, alimentando o Sistema de Informações, podendo perder o incentivo caso não seja feito por dois meses consecutivos, ou três meses no ano mesmo que alternado.

A equipe trabalha em regime de vinte horas semanais e é composta por assistente social, auxiliar de saúde bucal, dentista, enfermeiro, médico, psicólogo e técnico de enfermagem. De acordo com Brasília (2010: 12):

> entre as principais dificuldades para a qualificação dos estados da Federação ao PNSSP está a obtenção de recursos humanos para a saúde no sistema penitenciário, ou seja, a alocação de profissionais para compor as EPEN, sejam eles/as das secretarias de saúde ou daquelas de justiça/administração penitenciária/defesa social...

Chamamos atenção para o artigo 6º da Portaria 1.777 de que o Ministério da Justiça deve prover a estrutura física e equipamentos para funcionar as Unidades de Saúde Prisionais, porém o que vemos localmente no Rio Grande do Sul, são as precárias condições das estruturas mais antigas que necessitam de reformas e ampliações para se adequarem às normativas dos órgãos competentes.

Entretanto, há outro desafio para o PNSSP, que são as unidades ambulatoriais e hospitalares de atendimento às pessoas presas, pois „o processo de pactuação com serviços, profissionais e gestores (as) do SUS, sejam eles (as) municipais ou estaduais é, muitas vezes, tenso„. Brasília (2010: 12).

Dentro desta população vulnerável nas unidades prisionais, ainda há subsegmentos que precisam de atenção especial, entre os quais estão as mulheres e mulheres gestantes, crianças nascidas na prisão, doentes mentais, dependentes químicos, pessoas com deficiência física. Então sendo necessário que o PNSSP contemple a peculiaridade das necessidades demandadas por estes.

Mas ainda é preciso considerar que a população feminina, em meio à população carcerária é a que está exposta a um número grande de riscos à saúde, o que torna necessário maior atenção das equipes de saúde pública, no que diz respeito a saúde da mulher, assim como também ao controle de natalidade dentro das prisões.

Prezando pela promoção da integralidade na saúde, coloca a mulher no centro da discussão, enfatizando seus direitos sexuais e reprodutivos, seu papel de sujeito no planejamento familiar, atenção às condições inseguras de saúde às quais está sujeita, como, por exemplo, o abortamento inseguro e violência doméstica (Brasil, 2004).

Somado ao fato de que muitas nem sequer buscavam serviços de saúde antes de serem presas. Isso leva a um grande contingente de mulheres admitidas em presídios com enfermidades crônicas não identificadas (como hipertensão arterial e diabetes mellitus) (Miranda; Merçon-de-Vargas; Viana: 2012).

A atenção à mulher prevista no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário – PNSSP - abrange a realização do pré-natal, controle do câncer cérvico-uterino e de mama. De forma complementar, é previsto ainda diagnóstico, aconselhamento e tratamento de DST/Aids (desde atividades preventivas como distribuição de preservativos e elaboração de material educativo até ações de diagnóstico e tratamento segundo a estratégia de abordagem sindrômica); atenção em saúde mental (prevenção de agravos psicossociais, prejuízo a saúde decorrente do uso de álcool e outras drogas); imunizações; avaliação e orientação para planejamento familiar.

Como metas, o plano (PNSSP) estabelece a implantação em 100% das unidades penitenciárias: ações para detecção precoce do câncer cérvico-uterino e de mama; diagnóstico e tratamento das DST/Aids; assistência à anticoncepção; assistência ao pré-natal de baixo e alto risco; imunização das gestantes; assistência ao puerpério; ações educativas sobre pré-natal, parto, puerpério, anticoncepção, controle do câncer cérvico-uterino e de mama, e DST; garantia de encaminhamento para tratamento das mulheres com câncer cérvico-uterino e de mama atendidas; acesso das gestantes para o atendimento de intercorrências e parto (BRASIL, 2003: 89).

Para as pessoas idosas, além de todas as garantias da saúde, precisamos respeitar o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), o qual dispõe, em seu artigo 4º, que estes devem ser cuidados para não sofrerem negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão.

Já as pessoas com deficiência física se constituem em grande desafio e preocupação às equipes de saúde no sistema prisional, pelas limitações de mobilidade, pela demanda de atendimentos, medicamentos, além de precisar de média e alta complexidade que, por sua vez, precisam de escolta para locais referenciados em centros maiores, quando o estabelecimento prisional fica em cidades pequenas.

Para esses, também é preciso considerar a lei de acessibilidade (Decreto 5.296/ 2004) e o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência (2006), o qual destacamos o artigo 4º que fala dos princípios da lei, por contemplar também idosos e crianças.

> Art. 4º São princípios fundamentais deste Estatuto: I - respeito à dignidade inerente, autonomia individual, incluindo a liberdade de fazer suas próprias escolhas, e à independência das pessoas; II - não discriminação; III - inclusão e participação plena e efetiva na sociedade; IV - respeito pela diferença e aceitação da deficiência como parte da diversidade e da condição humana; V - igualdade de oportunidades; VI - acessibilidade; VII - igualdade entre homens e mulheres; VIII - respeito pela capacidade em desenvolvimento das crianças com deficiência e respeito ao direito das crianças com deficiência de preservar suas identidades.

Em relação às pessoas com algum tipo de doença mental e com dependência química, os cuidados são para os riscos iminentes de atentado contra a própria vida, que são riscos graves e, no caso dos surtos psicóticos, da vida de outros. Estes necessitam de monitoramento permanente nas alterações de comportamento, bem como cuidado na dosagem da medicação em acordo com as indicações médicas. Para os dependentes de substâncias químicas injetáveis está reservado o cumprimento da Portaria MS/GM 1.028 de 2005, com a distribuição de seringas para a redução de danos, como contrair hepatites e/ HIV.

Recentemente, a Secretaria Estadual criou um programa para os ESFs de Oficinas Terapêuticas de Prevenção em Saúde Mental, em que apenas a unidade de saúde da Penitenciária de São Luiz Gonzaga está desenvolvendo o projeto-piloto.

Ainda para ambos os casos daqueles que ficarem acima de dois anos internados em casa de custódia, é necessário informar o caso e encaminhá-los ao Programa de Volta para Casa, que contempla entre os direitos humanos, o de inclusão social, com o recebimento de um valor mensal com acompanhamento na rede municipal do SUS.

Para os casos contemplados pela Lei Orgânica de Assistência – Sistema Único de Assistência Social, em que atingem o critério de renda familiar de menos de um quarto do salário mínimo e que pela doença estão impedidos de trabalhar, deve ser encaminhado o Beneficio de Prestação Continuada que lhes assegura um salário mínimo.

De acordo com o Plano Nacional de Saúde do Sistema Prisional, O Estado tem quatorze equipes, das quais seis em Charqueadas atendendo 6.000 pessoas; uma em Montenegro, assistindo 592 pessoas; uma em Osório (950 pessoas); uma em Santa Rosa (288 pessoas), uma em São Luiz Gonzaga (138 pessoas), uma em Três Passos (261 pessoas), e ainda três em Porto Alegre dando assistência a 5.125 pessoas.

Assim, para falar em saúde, além de nos adequar à Lei nº 8.080 e 8.142, precisamos vencer um desafio para a engenharia prisional: criar estabelecimentos ou reformular os já existentes para contemplar a lei de acessibilidade às pessoas com deficiências, às mulheres, aos idosos, a estabelecimentos inapropriados, mas em que mulheres ficam gestantes e ganham seus bebês.

Hoje, com raras exceções (apenas os próprios para mulheres), os estabelecimentos não contemplam nenhum ou poucos itens de arquitetura e engenharia para atender necessidades de locomoção aos deficientes físicos, e para as mulheres em estabelecimentos projetados para homens, estas são obrigadas a utilizar banheiros em que a latrina é no chão, aumentando muito o risco de contrair uma infecção nos órgãos genitais e aparelho reprodutor, sem contar que as gestantes precisam fazer as necessidades fisiológicas em pé.

O banheiro fica na própria cela, que respeita o tamanho de seis metros quadrados, mas o mesmo não tem porta, deixando o ambiente vulnerável à fungos, bactérias e germes que em contato com a cama e os alimentos estocados no próprio ambiente colocam em risco para doenças internas graves...acresce à isso que a luminosidade e benefícios do sol e da ventilação são restritos.

Além dos direitos humanos como primeira e última preocupação no meio está a segurança e, se a sociedade não é solidária por esse reconhecimento, que o seja pela preservação da espécie humana, visto que saúde é bem-estar físico, mental e social, estando a população carcerária adoecida, todos corremos risco.

4. Considerações finais

Depois de uma longa trajetória de pesquisa sobre os diversos assuntos que envolvem o tema central deste texto (direitos humanos, história do sistema prisional, problemas das prisões na atualidade, finalidade da pena

privativa da liberdade, políticas públicas, políticas de saúde no Brasil e no Rio Grande do Sul), é chegado o momento de realização de um balanço da caminhada.

Para tanto, é necessário retomar o caminho feito. No primeiro item, foi abordada a história da criação do sistema prisional. Nesse sentido, destacou-se a origem das prisões, o seu quadro atual no Brasil e quem são os indivíduos que compõem a população carcerária. Além disso, foram destacados os métodos, a evolução e a intenção do sistema prisional, quando percebemos que quatro séculos depois de sua criação, a demagogia da função do cárcere ainda permanece. A prisão é vista como sistema educativo, mas a política organizacional é a punição pela punição de um crime, postura que a sociedade incentiva, mas não aceita.

Incentiva quando se deixa comprar pelo consumismo ditado pelo capitalismo neoliberal; quando faz vistas grossas para os comerciais de estímulo à sexualidade irresponsável e à banalização dos valores; quando não trata as doenças psíquicas potenciais à violência; quando não se envolve com a precariedade das políticas públicas preventivas da relativização da vida; quando fica indiferente ao abandono e violação de direitos de crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência ou doentes que necessitam de tratamento e internação.

Todos os temas abordados têm uma história fincada na instabilidade política versus manifestação popular, por isso, cria o mínimo para acalmar a sociedade, vende a ideia de problema resolvido e, depois, se atravessam os séculos tendo que consertar os engodos ideológicos, morais e econômicos. Pensemos agora sobre o tema dos Direitos Humanos gerenciados pela ONU, embora existam milhares de idosos que passam a noite em filas para uma consulta, esperam meses por um diagnóstico, gastam seu salário de aposentadoria ou benefício para comprar os medicamentos permanentemente em falta; crianças e adolescentes abusados sexualmente ou agredidos física e moralmente que ficam adultos à espera de julgamento de seus agressores. Abandono em instituições das pessoas que não contribuem com o próprio sustento e dos pais dominados pelo vício.

Gastamos em cada país com uma estrutura de direitos humanos que cuida de casos pontuais, mas deixamos um alto índice de estudantes que concluem seu curso sem terem aprendido a ler e escrever; e, que nos estabelecimentos prisionais, passam mais de trinta anos com uma legislação descumprida; de acordo com a LEP.

Os direitos referidos têm a intenção de devolver à pessoa presa ou de inaugurar na vida desta, condições dignas e coerentes com as propostas políticas das instituições internacionais e da nossa Constituição Federal, mas os índices de programas de políticas públicas dentro dos cárceres são insignificantes às necessidades e isso permite um sistema que mantém esses sujeitos excluídos e, por isso, propensos a reincidências.

Se considerarmos as condições para manter a saúde (moradia, educação, lazer, trabalho, alimentação) e confrontarmos com o que apresentamos de cenário da situação dos cárceres, temos que, necessariamente, nos manter vigilantes. É que essas políticas não estão alcançando seus objetivos e nem incentivando o processo de ressocialização deste grupo social específico e, consequentemente, não auxiliam sua futura inclusão na sociedade.

Ter consciência deste fracasso é fundamental para todos os responsáveis pelas políticas públicas de saúde do Brasil e para todos os cidadãos, pois a população carcerária, mais cedo ou mais tarde, será posta em liberdade e, portanto, reintegrada socialmente. Isso causará interações de diversos tipos, o que significa que, estaremos expostos a riscos, independentemente de classe social, a novos delitos e diversas formas de contaminações.

Referências

AUDIO MANIFESTO (2013), Disponível em http://www.naoaoatomedico.org.br/audio/manifesto_ato_medico_091215.pdf, [consultado em 28-4-2013].

BRASIL, Ministério da Saúde (2010), Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Legislação em saúde no sistema penitenciário. Brasília: Ministério da Saúde.

BRASIL (2013), Disponível em http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=46349&tipo_norma=DEC&data=19590703&link=s, [consultado em 28-4-2013].

BRASIL (2013), Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm, [consultado em 28-4-2013].

BRAVO, Maria Inês Souza (2007), Serviço Social e Saúde: desafios atuais. In Temporalis - Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS / Política de Saúde e Serviço Social: Impasses e Desafios, Ano VII, n. 13, pp. 121-150.

CAMPOS, André Luz de V. de Campos (2013), Disponível em http://www.revistadehistoria.com.br/secao/livros/politicas-internacionais-de-saude-na-era-vargas-o-servico-especial-de-saude-publica-1942-1960, [consultado em 28-4-2013].

CAPUCHINHOS (2013), Disponível em http://www.capuchinhos.org/biblia/index.php?title=Deuteron%C3%B3mi, [consultado em 28-4-2013].

CHINOMATA, Henrique Oti (2013), Disponível em http://saudeweb.com.br/blogs/brasileiro-tem-mais-acesso-a-saude-privada/acesso, [consultado em 31-1-2013].

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social 11ª Região (2003), Coletânea de Legislações: direitos de cidadania, Curitiba: CRESS 11ª Região.

CORRÊA, D. (2010). Estado, cidadania e espaço público: as contradições da trajetória humana (Coleção Direito, Política e Cidadania nº 22)– Ijuí: Ed. Unijuí.

CORREIA, Maria Valéria Costa (2007), A Saúde no contexto da crise contemporânea do capital: o Banco Mundial e as tendências da contra-reforma na política de Saúde Brasileira. In Temporalis - Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS / Política de Saúde e Serviço Social: Impasses e Desafios, Ano VII, n. 13, pp.11-38.

ECLAC (2013), Disponível em http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/7/4507/lcl1233p.pdf, [consultado em 28-4-2013].

FOUCAULT, M. (1987), Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de RAMALHETE, R. – Petrópolis: Vozes.

_____. (2010). Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975) (coleção Obras de Michel Foucault), tradução de BRANDÃO, E. – São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes.

FRAGA, C. Kologeski. (2008). A construção de mecanismos sociais que contribuem na reincidência do preso na Penitenciária de São Luiz Gonzaga/RS. Relatório de Pesquisa.. Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA. Centro de Ciências Sociais de São Borja. São Borja: UNIPAMPA.

GOFFMAN, E. Tradução de LEITE, D. M. [et. al.] (2001). Manicômios, prisões e conventos – São Paulo: Perspectiva, 7ª ed..

GUINDANI, Mirian Krenzinger (2002). A. Violência e Prisão: Uma viagem na busca de um olhar complexo. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Orientadora: Julieta Beatriz Ramos Desaulniers. Porto Alegre: PUC.

JUNIOR, Nilo Bretas (org.) (2011). CONASEMS, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, A Atenção Básica que Queremos.

JUNQUEIRA, Virgínia (2007), Organizações Sociais e as Fundações Estatais de Direito Privado: duas faces da contra-reforma de Estado na Saúde. In Temporalis - Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS / Política de Saúde e Serviço Social: Impasses e Desafios, Ano VII, n. 13, pp.67-90.

MAURIEL, A. P. O. (2010) Capitalismo, políticas sociais e combate à pobreza (Coleção relações internacionais e globalização; nº 28) – Ijuí: Ed. Unijuí.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/Departamento Penitenciário Nacional (2012) Disponível em http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={D574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896}&BrowserType=NN&LangID=ptbr&params=itemID%3D%7BC37B2AE9%2D4C68%2D4006%2D8B16%2D24D28407509C%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C%2D1C72%2D4347%2DBE11%2DA26F70F4CB26%7D, [consultado em 22-1-2003].

REVISTA TEXTO (2013), Disponível em http://jus.com.br/revista/texto/23194/dispositivos-legais-e-as-politicas-voltadas-a-saude-da-mulher-em-situacao-de-prisao, [consultado em 28-4-2013].

SINDHOSP (2013), Disponível em http://www.sindhosp.com.br/noticias/4681/MS-envia-mais-de-10-milhoes-de-Carta-SUS, [consultado em 28-4-2013].

SUSEPE (2013), Disponível em http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=203, [consultado em 28-4-2013].

SUA PESQUISA (2013), Disponível em http://www.suapesquisa.com/mesopotamia/codigo_hamurabi.htm, [consultado em 28-4-2013].

UEM (2013), Disponível em http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/153.pdf, [consultado em 28-4-2013].

WACQUANT, L. (2011). As prisões da miséria, tradução de TELLES, A. – Rio de Janeiro: Zahar, 2ª ed.

VASCONCELOS, Fátima (2011), Disponível em http://fatimavvasconcellos.blogspot.com.br/2011/02/consumo-de-calmantes-cresce-40-no.html#!/2011/02/consumo-de-calmantes-cresce-40-no.html, [consultado em 22-1-2013].

O presídio regional de Santa Maria, no Rio Grande do Sul/Brasil: alguns indicativos de reincidência criminal[1]

Cristina Kologeski Fraga[2]
Fabio Jardel Gaviraghi[3]
Jéssica Degrandi Soares [4]
Mariana Marques Sebastiany [5]
Rodson Oldani Casanova[6]

Resumo: O texto é oriundo de uma pesquisa que objetivou conhecer os mecanismos que contribuem para a reincidência da pessoa privada de liberdade no Presídio Regional de Santa Maria - PRSM/RS. Metodologicamente, baseia-se no estudo de caso, tendo o PRSM como unidade de referência única, e utiliza, na coleta, dados quanti-qualitativos. Na análise, os dados quantitativos foram tratados a partir da estatística simples, e os qualitativos, a partir da análise de conteúdo. Os resultados indicam que a pessoa privada de liberdade do PRSM é branca (56%); possui renda familiar de até dois salários mínimos (78%), é reincidente do sistema prisional (57%) e, prevalentemente, do gênero feminino (60%).
Palavras-chave: pessoa privada de liberdade, reincidência criminal, violência, pena privativa de liberdade, prisão.

1. Introdução

O artigo busca dar visibilidade aos resultados de uma pesquisa realizada no Presídio Regional de Santa Maria - PRSM, no Rio Grande do Sul/Brasil que teve como objetivo conhecer a realidade do sistema carcerário local, como parte integrante de um desvelar do sistema prisional do Estado do Rio Grande do Sul. Buscou-se, dar continuidade às pesquisas que vêm problematizando a realidade do sistema carcerário rio-grandense[7], desta vez, com especificidade na região central do Estado, Santa Maria.

---

1 Trabalho aceito pelos coordenadores do GT15B: Democracia, Inclusão Social e Justiça com vistas a publicação nos Anais do XII CONLAB.

2 Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social (PUCRS). Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Líder do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Violência e Serviço Social - NEPEVIS. E-mail: *ckfraga@hotmail.com.*

3 Assistente Social, Mestre e Doutorando (Unijuí). Professor do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. E-mail: fabiogaviraghi@yahoo.com.br.

4 Acadêmica do Curso de Serviço Social da UFSM. Integrante do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Violência e Serviço Social - NEPEVIS. E-mail: jessica.degrandi@hotmail.com.

5 Acadêmica do Curso de Serviço Social da UFSM, bolsista FIPE (Fundo de Incentivo à Pesquisa da UFSM) e Integrante do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Violência e Serviço Social – NEPEVIS. E-mail: marryms@gmail.com.

6 Acadêmico do Curso de Serviço Social da UFSM e Integrante do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Violência e Serviço Social - NEPEVIS. E-mail: roc_casanova@hotmail.com

7 Refere-se às pesquisas já concluídas denominadas: "A Construção de mecanismos que contribuem na reincidência do preso na Penitenciária de São Luiz Gonzaga", sob financiamento do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Processo: 401221/2007-5; "A construção dos mecanismos que contribuem na reincidência do preso nas penitenciárias de Passo Fundo e Erechim/RS", em parceria com a Faculdade Meridional – IMED e "A construção dos mecanismos que contribuem na reincidência da pessoa privada de liberdade no Presídio Estadual de São Borja/RS, todas sob a coordenação de Cristina Kologeski Fraga.

Durante o estudo, a observação no interior do estabelecimento prisional foi de fundamental importância. Ressalta-se que se contou com a receptividade, colaboração e participação por parte dos sujeitos que compõem esse lugar, resguardadas as devidas ressalvas no que tange às particularidades de entrada, por se tratar de espaço prisional. Conforme já ressaltara Guindani (2002), eleger a prisão como objeto de pesquisa significa inscrever-se na relação do visível e do invisível.

Assim, como Guindani (2002), correu-se o risco de aprender a desvelar entre o olhar e o não-olhar; entre o dito e o não dito; entre a autorização de entrada pelos muros internos e a transposição de suas barreiras internas, fechadas e silenciadas pelas suas grades de ferro, no interior de suas galerias e celas. Foram exatamente todos esses desafios que mobilizaram e instigaram a equipe a aproximar-se do Presídio Regional de Santa Maria num esforço de trazer parte dessa realidade prisional, a partir das perspectivas dos sujeitos que vivem os diferentes papéis nesses lugares, os internos, os agentes penitenciários, gestor e técnicos.

A violência apreendida sob a perspectiva da "privação", conforme Odália, (2004), tantas vezes "banalizada e naturalizada" em que se encontra a sociedade contemporânea, constitui um cenário em que muitas demandas e, consequentemente, respostas têm sido dadas às diferentes situações de violência direta. Umas das respostas mais correntes têm como foco as medidas privativas de liberdade, o encarceramento[8].

Considera-se, portanto, de suma importância uma pesquisa que problematize o cárcere como um dos *lócus* potencializadores das mais diferentes expressões de violência estrutural da sociedade brasileira, a partir do ponto de vista de quem convive com essa realidade: os encarcerados, os técnicos, os agentes penitenciários e o diretor da unidade. Em relação à prisão e à reincidência, elegem-se como categorias centrais da unidade prisional pesquisada, para serem apreendidas e entrelaçadas, as diversas situações de violência que se expressam e se potencializam na prisão.

2. Procedimentos Metodológicos

A pesquisa caracteriza-se como sendo do tipo quanti-qualitativa, com base no estudo de caso que, mesmo não permitindo generalizações estatísticas, possibilita generalizações analíticas, Chizzotti (2000). Do ponto de vista da abordagem qualitativa, salienta-se a possibilidade de aproximação com os sujeitos que compõem o espaço prisional pesquisado – no caso, os funcionários, o gestor e a equipe técnica do presídio – buscando-se apreender suas experiências no que tange à realidade carcerária. Conforme Martinelli (1994: 25), "[...] muito mais do que descrever um objeto, buscam conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos, o que exige uma grande disponibilidade do pesquisador e um real interesse em vivenciar a experiência da pesquisa".

Os procedimentos metodológicos do estudo buscaram articular instrumentos quantitativos e qualitativos, conforme segue. Em uma primeira fase do estudo, tanto as informações dos apenados[9], quanto do gestor, funcionários e técnicos foram analisados criticamente. Na fase subsequente, buscou-se identificar as marcas deixadas pela violência do cotidiano institucional do sistema carcerário.

No aspecto quantitativo, a aproximação com a população carcerária foi possível por meio do questionário semiestruturado enviado à totalidade carcerária 263 – duzentos e sessenta e três internos do regime fechado e semiaberto, entre estes, homens e mulheres – no período da coleta de dados, julho de 2013.

---

8 N. E. – Importante ressaltar que, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN (2006), a superlotação carcerária é uma realidade que vem crescendo no Estado do Rio Grande do Sul. Assim, no ano de 2004, esse Estado tinha uma população carcerária de 19.273 (dezenove mil duzentos e setenta e três) presos para 15.665 (quinze mil, seiscentos e sessenta e cinco) vagas; no ano de 2005, esse montante aumenta, atingindo 22.621 (vinte e dois mil, seiscentos e vinte e um) encarcerados para 16.037 (dezesseis mil e trinta e sete) vagas. Dados da mesma fonte, porém mais atuais (2008), informam que no Estado Gaúcho, a população carcerária era de 27.636 (vinte sete mil, seiscentos e trinta e seis) entre masculina e feminina para 18.033 (dezoito mil e trinta e três) vagas. No ano de 2009, a população prisional do Estado cresceu ainda mais, chegando a 28.750 (vinte e oito mil, setecentos e cinquenta) para 18.010 (dezoito mil e dez) vagas do Sistema Penitenciário do Rio Grande do Sul.

9 N. E. – Neste artigo está se utilizando como sinônimas as expressões apenado, preso, interno e encarcerado para designar a pessoa privada de liberdade.

Os questionários foram utilizados como possibilidade de abranger uma participação significativa de apenados, em termos quantitativos, visto que se constituem de uma via de comunicação uma vez que, pela dificuldade de acesso direto a esses sujeitos no espaço prisional, optou-se por esse instrumento para que pudessem expressar sua realidade no cárcere. Assim, foi possível conhecer suas características socioeconômicas, os determinantes de reincidência, dificuldades de ressocialização e suas condições de vida. No total retornaram 72 (setenta e dois) questionários.

A coleta de dados teve como foco as internas do regime fechado e os internos do albergue, pois ambos cumpriam pena no Presídio Regional de Santa Maria, e, nesse caso, os questionários foram entregues diretamente pela equipe da pesquisa para os representantes das celas do Presídio. Nessa ocasião, tais representantes dos internos foram reunidos numa sala de atendimento do presídio, onde foi possível um contato direto entre equipe de pesquisa/pesquisados, sendo realizados os devidos esclarecimentos acerca da pesquisa e da importância da participação de cada sujeito.

Ressaltou-se a questão da liberdade de decisão em participar ou não da pesquisa, sendo que, aqueles que aceitassem participar, devolveriam os questionários que seriam depositados em duas urnas disponibilizadas pela equipe, uma em cada galeria. Também foi explicado aos internos que, para fins de preenchimento de questionário, não necessitava de qualquer tipo de identificação e que seria disponibilizada uma urna em dia e horários combinados conjuntamente na ocasião da coleta de dados, para que eles pudessem depositar os questionários; após, a equipe de pesquisadores recolheu-os.

O levantamento de dados via questionários foi analisado estatisticamente com base em Barbetta (2006) e Chizzotti (2000). Após aplicação dos questionários, os dados foram organizados para que pudessem evidenciar informações relevantes, em termos objetivos da pesquisa. Nesta etapa chamada de descrição dos dados, foi realizada a distribuição de frequências. Segundo Chizzotti (1998: 69), "Usa-se a análise estatística para mostrar a relação entre variáveis por gráficos, classificados por categorias e medidos por cálculos de parâmetros característicos [...] ou para mostrar a relação entre variáveis". De acordo com o autor, a análise estatística serve também para ampliar as possibilidades de correlação, comparação e análise dos dados coletados.

No que tange a abordagem qualitativa, no total, foram realizadas 08 (oito) entrevistas, sendo que os sujeitos foram os funcionários e técnicos desse estabelecimento prisional: gestor, agentes penitenciários, técnicos (advogado, assistente social, nutricionista e psicólogo) – alguns previamente selecionados e, outros, escolhidos no momento da coleta. Cumpre esclarecer que o acréscimo de entrevistas deu-se pelo fato de haver interesse espontâneo dos técnicos do presídio em conceder entrevista, colaborar e contribuir com o enriquecimento do conteúdo empírico da pesquisa.

A amostra das entrevistas seguiu distintos critérios, de acordo com a atividade que exerciam no presídio e com a dimensão de profissionais. Na sequência, seguem as especificidades:

- Com os funcionários do Presídio, foram escolhidos intencionalmente dois representantes, da seguinte forma: o funcionário mais antigo da casa e o mais moderno (com menos tempo de serviço, no caso);
- Com o diretor do Presídio, por meio de entrevista semiestruturada;
- Com os técnicos de nível superior do presídio: assistente social, advogado, psicólogo e nutricionista;
- Além desses, surgiu a possibilidade de se agregar na pesquisa o chefe de segurança do presídio, que possui uma larga experiência nessa casa prisional e que se colocou à disposição para contribuir com a pesquisa, por isso foi incluído o conteúdo de sua entrevista.

Salienta-se a vigilância e o cuidado que a equipe teve de assegurar sigilo aos participantes, para que estes não fossem identificados em suas falas e nem nos questionários respondidos. Em outros termos, os funcionários entrevistados foram denominados de E*ntrevistado* acrescido de um número arábico (por ex. Entrevistado 1.... de acordo com o número de entrevistas realizadas – nesse caso, oito), também não foram designados pelo gênero feminino para não se correr o risco de qualquer forma de identificação do(a)s entrevistado(a)s, tendo em vista que a maioria dos profissionais que trabalham no presídio é do gênero feminino. Quanto à função também não foram designados, visto que existe apenas um gestor na direção desse estabelecimento, um funcionário mais antigo e outro mais moderno, o que implicou designá-los apenas de entrevistados do espaço pesquisado nas narrativas das entrevistas.

Em relação aos aspectos éticos, cumpre destacar que os procedimentos de coleta foram norteados pelo respeito aos pretensos participantes, na sua liberdade em participar ou não do estudo. Dessa forma, a primeira

providência foi a de explicar aos sujeitos os propósitos da pesquisa e, uma vez verificada a possibilidade de entrevistas, foram explanados os seus objetivos, bem como o compromisso ético, explícito no termo de consentimento livre e esclarecido. Além disso, salienta-se a devolução dos resultados da pesquisa aos sujeitos participantes como um compromisso ético, pois, conforme Bourguignon (2008), é um aspecto que também favorece a centralidade do sujeito e lhe dá maior visibilidade à sua experiência e ao seu conhecimento.

As entrevistas foram realizadas de acordo com os roteiros elaborados previamente, sendo solicitada a permissão dos sujeitos para que os diálogos fossem gravados. Uma vez autorizadas, foram posteriormente gravadas, transcritas, categorizadas e analisadas pela equipe de pesquisadores, a fim de garantir o alcance dos fins propostos.

As informações qualitativas, colhidas via entrevistas, foram analisadas nos procedimentos da "análise de conteúdo" como ferramentas auxiliares do método crítico-dialético[10], uma vez que possibilitava uma maior aproximação com a realidade do cárcere em foco. Sendo assim, as referências de Kosik (1995) permitiram entender a complexidade que constitui a pena e os mecanismos de reincidência no presídio local, para além da superfície, de sua expressão fenomênica, que se apresentava no aparente, nas palavras do autor, no pseudoconcreto.

Com base em Bardin (1977), procederam-se as três etapas essenciais no processo de uso da análise de conteúdo: *a pré-análise*, que é a fase de organização do material de pesquisa; a *descrição analítica*, em que o material organizado é submetido a um estudo aprofundado com base nos referenciais teóricos da pesquisa, e a *interpretação referencial*, quando os elementos da pesquisa são relacionados com as variáveis mais complexas como um todo e com a totalidade social em que estão inseridos, ou seja, os mecanismos que contribuem com a reincidência no Presídio Regional de Santa Maria.

Quanto à observação participante, esta teve um papel fundamental e complementar na coleta de dados, pois, ao final de cada contato institucional de cada coleta, registraram-se as observações no diário de campo[11] que continham os detalhes e sentimentos: expressões que o gravador não pôde captar e que, certamente, foram essenciais no processo de análise das informações.

Um olhar sobre o Presídio Regional de Santa Maria

> Para os que vivem em liberdade, a visão é o sentido mais importante. Para nós, é a audição: o molho de chaves que tilinta, a porta que range, o assovio do amigo, o pigarro combinado, vozes ao longe, passos num corredor ao percebê-los e interpretá-los rapidamente, ainda pode haver tempo para tomar providências. Quando o alarme vem pelos olhos é sinal de que a coisa está feia: o preso só vê quando foi visto primeiro (LIMA, 2001: 20).

O PRSM, localizado na Vila Medianeira de Santa Maria, possui uma capacidade para absorver 265 (duzentos e sessenta e cinco) presos e uma população carcerária de 263 (duzentos e sessenta e três) em julho de 2013 – ocasião em que se realizou a pesquisa de campo nesse local. Segundo Bastos (2012: 44-45), a atual localização do PRSM se deu pela doação de um terreno pela prefeitura municipal. Era um local distante da cidade, mas que não impedia a visita de familiares. Sendo assim:

> A proximidade dos presídios dos centros populacionais gera constantes reclamações, pois se supõe que haverá um aumento de criminalidade no entorno, além da imediata depreciação nos valores dos imóveis. Da mesma maneira que está ocorrendo hoje, o objetivo era não ver os condenados, pois seu maior ou menor número, bem como os motivos que os levaram até ali, são reflexos da sociedade (BASTOS, 2012: 44-45).

---

10 Neste estudo, trata-se da dialética, seguindo a concepção de Kosik (1995: 20), ou seja, como método de transformação da realidade. Para o autor: "A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a "coisa em si" e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade."

11 Ao elaborar o diário de campo, o pesquisador cria um espaço para registrar suas sistematizações e reflexões acerca do que foi observado *in loco* na ocasião da coleta de dados, pois, segundo Costa e Guindani (2012:273), trata-se de [...] um instrumental qualitativo que fornece dados empíricos e subsídios para a análise e reflexão da prática, e potencialmente pode ser transformado num espaço de mediações teórico-práticas e elaborações teóricas, isto é, num instrumento de pesquisa e investigação sobre o cotidiano profissional.

O PRSM está situado na área urbana da cidade, em um bairro residencial de classe média baixa, próximo a BR 158, na saída para Porto Alegre e São Sepé; os muros têm aproximadamente dois metros de altura, sobre esses foram colocados fios de arame farpado.

No Brasil, e mais especificamente no Rio Grande do Sul, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN (2006), a superlotação carcerária é uma realidade no Estado. Informações da Superintendência dos Serviços Penitenciários – Susepe –, mais precisamente, do Departamento de Segurança e Execução Penal[12], informam que o mapa carcerário alcança o montante de 27346 (vinte e sete mil, trezentos e quarenta e seis) homens e 1864 (um mil, oitocentos e sessenta e quatro) mulheres. A massa carcerária do Estado, portanto, perfaz 29210 (vinte e nove mil, duzentos e dez) encarcerados, divididos em 100 (cem) unidades prisionais, congregadas em 10 (dez) Delegacias Penitenciárias Regionais, administradas pela Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe).

A Susepe é um órgão do governo do Rio Grande do Sul, vinculado à Secretaria da Segurança Pública e é responsável por planejar e executar a política penitenciária do Estado Gaúcho. A rede prisional administrada pela Susepe compreende unidades classificadas por albergues, penitenciárias, presídios, colônias penais e institutos penais, acolhendo presos que cumprem pena nos regimes aberto, semiaberto e fechado.

A descrição do interior do presídio de Santa Maria ficou por conta da interpretação pessoal e escrita da equipe de pesquisadores, a partir de suas técnicas de observações, entrevistas, questionários e anotações do diário de campo. Nesse sentido, as reflexões de Silva (2008: 37) permitem o início de um diálogo com o universo prisional, na medida em que convoca a uma apreensão crítica do seu significado, em que é fundamental se dispor a:

> [...] observá-la como um lugar/fenômeno socialmente produzido, fruto de processos históricos e sociais, de conjunções e disjunções de ideias e projetos que sob o aparente funcionamento dessas instituições parecem se esconder, como tijolos que encobertos por argamassa e pintura não podem ser vistos tão facilmente, mas mesmo assim dão sustentação às estruturas físicas das edificações.

Desse modo, foi possível captar o espaço prisional, conforme refere Silva (2008), não como um mundo à parte da sociedade mais ampla, mas como uma parte pertencente a essa. Talvez se possa ainda acrescentar que, além de pertencente à sociedade, o espaço prisional também é produzido e reproduzido por ela. Por isso, se buscou nessa pesquisa, aprender não somente com a visão dos que vivem em liberdade, conforme comentara Lima (2001) acerca do espaço carcerário e sua arquitetura, mas também com a audição de tudo que pôde ser desvendado em relação ao Presídio Regional de Santa Maria.

Violência X Prisão: Perspectiva dos entrevistados do PRSM

Associar violência à prisão parece um fato, principalmente quando diz respeito aos grandes estabelecimentos prisionais. Nesse sentido, Guindani (2002: 21) sustenta a tese de que "A violência da sociedade contemporânea tem, nas grandes prisões, o lugar privilegiado para se condensar e se expressar através de múltiplas formas".

Dentre as questões que se indagam nessa investigação, estão estas: como a violência se expressa no estabelecimento prisional do interior do Estado Gaúcho, mais especificamente, no Presídio Regional de Santa Maria? Quais são as características do estabelecimento prisional de Santa Maria? Como a reincidência criminal se expressa nesse espaço? Quais são os limites e as possibilidades da reinserção social ao sujeito egresso?

Diante de questões tão instigantes, vale referendar Guindani (2001) quando aborda que a política penitenciária acabou mantendo um caráter de contenção dos excluídos sociais, tendo como justificativa para tal tratamento fatores que vão desde a falta de recursos até o fato de a pobreza, a violência e a segurança terem sido secundarizadas e "amenizadas" pela repressão policial. A isso, Guindani enfatiza também que "Chega-se a inverter essa situação, entendendo pobreza e violência como violação dos direitos de 'segurança' daqueles que não são excluídos sociais". (2001: 41). Diante dessas questões, é interessante a referência da referida autora para o fato de que pelo menos:

---

12 Dados coletados do site da Susepe - conforme informações constantes no próprio site -, http://www.susepe.rs.gov.br, atualizados em 29/10/2014. Acesso em 30/10/2014.

> [...] a crise do sistema prisional brasileiro está voltando ao centro dos debates nestes últimos tempos, não somente como uma das expressões da questão social, mas sinalizando a emergência de uma sociedade fraturada. É a prisão "global", que vem se (re)constituindo de forma complexa e revelando uma dinamicidade de antigas e novas relações do seu poder simbólico e de articulação à rede de violência social" (GUINDANI, 2001, p.47).

De um modo geral, o Estado gaúcho carece de pesquisas sobre a realidade dos estabelecimentos penais no interior do Estado. Sendo assim, uma das questões que se coloca na apreensão da realidade dos estabelecimentos prisionais do interior do Estado, considerados de uma maneira geral como pequenos, é essa conjunção entre violência e pena. Em outros termos, um dos objetivos dessa pesquisa é identificar as múltiplas formas de expressão da violência no Presídio Regional de Santa Maria. Para captar essa realidade, ouviram-se os sujeitos que compõem diferentes papéis nesse lugar: o diretor, os agentes penitenciários e os técnicos. A respeito dos internos, só foi possível conhecer suas opiniões via questionários dadas as dificuldades de acesso direto à população carcerária.
Nas entrevistas realizadas com os funcionários participantes da pesquisa, indagava-se sobre como eles percebiam a violência no interior do estabelecimento prisional. Segundo o Entrevistado3, existe um histórico de violência no PRSM:

> Em 2003, botaram fogo, um preso morreu com um tiro e outro morreu asfixiado pela fumaça tóxica dos colchões. Teve um cara que era um baita moreno, tipo o *Mike Tyson*, um negrão forte. E aí deu uma pauleira no pátio de manhã, os caras brigando ali e ele pegou uma tabuinha, que na época faziam trabalhos para a coca-cola, e ele pegou uma caixinha, desmanchou, pegou a tábua e foi dar uma paulada no cara. O cara deu um "estoque" nele. Daí, pararam. Levamos no PA que era aqui na Medianeira. Levei na Kombi, ele estava conversando e aquele furinho. Daqui a pouco, começou a passar mal, larguei ele ali, dez horas e deixei o colega com ele. Passei ali dez e vinte e ele tinha acabado de morrer. Então eles brigam, claro, mas agora está muito menor o atrito entre eles, mas dá, a gente tem que cuidar (ENTREVISTADO3).

Segundo o Entrevistado 1, a violência tem diminuído nessa casa prisional, pois "Não existe muito mais, não. No tempo que eu estou, não tem tanto. A violência existia mais, muito antigamente, dez, vinte anos atrás. Mais é fama mesmo que o sistema pegou, não é tanto, não". (ENTREVISTADO1)
Para o Entrevistado3, a cadeia é uma escola do crime e não recupera ninguém, pelo contrário:

> Um dos casos mais famosos do Estado, o Melara. O Melara roubava gado, abigeatário. Aí foi para Bagé, agitou lá e mandaram para o Central [Presídio Central de Porto Alegre]. Lá no Central é a escola do crime. Primeiro dia no central já devem ter raspado a cabeça dele e disseram: "ó, tu vais matar um". "Não, eu não vou matar ninguém, nunca matei". "Tu que sabes, se tu não matas, morre, ou o seguinte: nós vamos matar e tu abraças". É assim que funciona, ele não matou, foi outro lá e matou e ele foi lá e se apresentou: "fui eu que matei o fulano". Na realidade não foi ele quem matou, foram os outros. A culpa dele estava nisso? A culpa é do Estado, porque se não tivesse sido transferido para o Central, poderia estar na rua, abigeatário não é um preso perigoso, e se tornou um dos maiores bandidos do Estado por culpa do Estado. Um ladrão rouba uma barra de chocolate no mercado, vai para o Central e vai sair um traficante. (ENTREVISTADO3)

A partir das entrevistas realizadas, no estabelecimento prisional a violência física aparente no PRSM já foi uma realidade muito mais assustadora; atualmente, apesar de existir, é bem menos preocupante.
Reinserção social e mecanismos que contribuem para a reincidência: **perfis dos sujeitos privados de liberdade e visões dos participantes**

A reinserção social do sujeito egresso na sociedade é, sem sombra de dúvida, o ponto nevrálgico nessa discussão do sistema carcerário. Do contrário, se não há reinserção social, o caminho é o retorno ao mundo do crime e, posteriormente, a reincidência criminal. Nessa pesquisa, constatou-se, na aproximação quantitativa, junto aos questionários enviados aos internos, dados bem preocupantes em relação à reincidência. Nesse sentido, os encarcerados desse estabelecimento possuíam as características socioeconômicas descritas na sequência.

Os sujeitos privados de liberdade que responderam ao questionário encontravam-se na faixa etária de 18 a 34 anos, em 64% das respostas. Essas informações confirmam os dados já sinalizados por pesquisas nessa área no Brasil, cuja população carcerária indica serem os jovens os alvos preferenciais do cárcere. Outro dado interessante, porém destoante das pesquisas nacionais, está relacionado à etnia da massa carcerária do Presídio Regional de Santa Maria que se autodesignou branca em sua maioria, em 56% das respostas; 21% consideraram-se parda e, somente, 21% referiu-se como negra.

No que tange à renda familiar, destacaram-se as famílias que sobrevivem com uma renda de menos de um salário mínimo mensal, num percentual de 45%. É significativa, ainda, a renda entre os internos de um a dois salários mínimos correspondendo a 33% das respostas. Em outros termos, os questionários respondidos denotam que 78% dos respondentes sobreviviam, com seus familiares, com uma renda de até dois salários mínimos. As entrevistas realizadas corroboram a situação precária de sobrevivência que esses sujeitos e seus familiares enfrentam, conforme destaca o Entrevistado5 quando traça o retrato da pobreza e das dificuldades que enfrentam os internos do PRSM:

> [...] a escolaridade sempre é baixa, grande maioria, ensino fundamental incompleto. Ensino médio completo, a gente pode contar nos dedos, ensino superior, nenhum, no momento, mas já tivemos. Ensino técnico tem três mulheres, homem nenhum. Mas a questão socioeconômica também muito baixa, tanto que a grande maioria ganha bolsa família, já são benefícios que é para essa classe social. Auxílio reclusão, não tem muito porque eles precisariam ter carteira de trabalho assinada, e não é a realidade do nosso público. Essa é a nossa realidade. Não temos a predominância de negros, mas porque estamos num estado que não é a predominância negra (ENTREVISTADO5)

O Entrevistado 3 escancara a injustiça da punição nesse presídio, evidenciando que a prisão realmente é para pobre:

> A maioria dos presos que estão aqui são filhos ou parentes dos presos antigos. Em trinta e dois anos de SUSEPE, eu nunca vi um rico ficar preso. É só pobre, cadeia é feita para pobre. Se o rico cometeu um crime e vir preso, ele não dura uma semana e sai fora (ENTREVISTADO3).

Nessa mesma linha esse outro entrevistado, ressalta que:

> O preso da região de Santa Maria é muito pobre, pobre mesmo. A maioria é ladrão de galinha, não é aquele perfil "bandido". Não que não tenha, mas a maioria deles é ladrãozinho, por pouca coisa se envolve com roubo de vizinho, se envolvem em tráfico pequeno, coisas bem pequenas. E aí fica difícil, porque eles entram por pouca coisa e perdem a vida inteira aí dentro. (ENTREVISTADO4).

Conforme verificado em pesquisas anteriores (FRAGA, 2008; FRAGA e CONSUL, 2011; FRAGA, 2012; FRAGA e GAVIRAGHI, 2013), o PRSM também absorve sujeitos pobres do interior do Estado Gaúcho uma vez que a situação social e econômica demonstra um significativo número de presos numa situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, verificou-se, na pesquisa que a renda familiar era proveniente de fontes variadas, destacando-se os benefícios (33%), a área de serviços (30%) e o autônomo (17%). As fontes de renda, antes do cárcere, destacaram-se nas respostas dos participantes como sendo o trabalho autônomo (41%), outros (18%), biscates (13%), furto e roubo (9%) e somente 17% referiram que trabalhavam com carteira assinada.

Em relação à questão do gênero, restituíram os questionários, os internos de ambos, feminino e masculino. Por se tratar de um presídio predominantemente feminino no regime fechado, evidentemente prevaleceu este gênero, num percentual de 60% contra 39% representantes masculinos do regime semiaberto.

No quesito escolaridade, um percentual de 5% das respostas advindas dos questionários mostrou que havia uma população que não conseguira sequer alfabetizar-se: 13% consideraram-se alfabetizados, 24% possuíam o ensino fundamental incompleto. Dos respondentes, apenas 8% possuía o ensino fundamental completo e 15% conseguiram concluir o ensino médio. Evidenciou-se, ainda, que 25% possuíam o ensino médio incompleto e 7%, o ensino superior incompleto.

Quanto à existência de filhos, as respostas dos internos evidenciaram que esses em sua grande maioria, 76%, possuíam filhos, contra 24% que informaram não possuir filhos. Apesar disso, um significativo percentual não recebe qualquer visita na prisão, 42%; somente 26% referiram receber a mãe como a visitadora mais frequente. Os parentes constituíram-se em 22%, e a companheira apareceu em quarto lugar, com 21% das respostas. Ressalta-se que a questão era de múltipla escolha e poderia obter várias respostas marcadas. É de se acentuar a ausência do pai nessas visitas, pois apareceu em apenas 1% das respostas. Em pesquisas anteriores, o pai também não se mostrou muito presente nas visitas ao filho no cárcere.

Em relação ao uso de drogas, de acordo com as respostas dos sujeitos respondentes, um percentual de 60% admitiu já ter sido usuário de drogas, contra 40% da amostra que referiu nunca ter sido usuário. Essa resposta corrobora com o que os entrevistados referiram, pois "Quase que cem por cento é tráfico. Homicídio tem duas ou três" (ENTREVISTADO1). Em relação ao tráfico, nota o envolvimento da família inteira: "Já eram traficantes. A família inteira, umas têm pai, têm companheiro, têm irmãos, irmãs. Tem uma família que tem três irmãs, tem uma filha e dois filhos. Os dois estão na penitenciária, todos por tráfico de drogas". (ENTREVISTADO1)

No entanto, contrariando a resposta anterior, em relação à dependência química de drogas na época da coleta de dados, ressaltou-se nas respostas dos participantes, em 78%, o não uso de drogas, contra 21% que referiu, ainda naquele momento da pesquisa, continuar sendo usuário de drogas.

Em relação à idade quando da prática do primeiro delito, 36% dos respondentes tinham mais de 23 anos quando praticaram o primeiro delito. Há que se destacar que 36% admitiram ter praticado pela primeira vez delito quando tinham menos de 18 anos. Também se destacaram o significativo percentual de 18 a 20 anos, em 18%. Contudo, contrariando a questão da precoce idade na prática do delito, no que diz respeito ao cumprimento de medidas socioeducativas, a maioria, 75%, afirmou não ter cumprido nenhuma medida antes de ser preso, contra somente 24% que admitiram ter cumprido, o que denota que apenas um pequeno percentual evidenciou já serem reincidentes do sistema cerceador de liberdade, mesmo antes de terem alcançado sua maioridade. Destacaram, ainda, que o primeiro delito praticado foi o tráfico (39%), seguido do furto (24%) e roubo (13%). Em outros termos, o crime do tráfico se destaca na motivação do aprisionamento, seguido do crime contra o patrimônio, que podem estar associados à questão da busca pela sobrevivência e de sustentação da droga.

Como passatempos na prisão, destacaram-se trabalhar (23%), assistir à TV (19%), dormir (14%), rezar (13%), ler e ouvir rádio, ambos 12% das respostas.

Em relação à violência, a maioria, 86%, afirmou não ter sofrido nenhuma violência dentro do presídio, contra apenas 11% dos respondentes que admitiram já ter sofrido violência no espaço prisional. Mas, quanto ao desejo de suicídio, 76% responderam nunca ter sentido vontade de se matar, contra 24% que admitiu a existência do desejo de suicídio no cárcere. Sendo assim, os índices não deixam dúvidas da urgência de esta ser uma questão a ser aprofundada em estudo focado diretamente para o tema do suicídio nos estabelecimentos prisionais.

O pior da prisão, em 38%, é o tempo que não passa. Também se destacaram nas respostas o tratamento dispensado aos presos, 23%; condições de alojamento, 15%; a superlotação, 11%. Corroborando a questão anterior, 53% dos respondentes destacaram que não tem nada de bom na cadeia. Entretanto, é importante ressaltar que 13% apontaram a biblioteca como fator positivo; 9%, a questão da alimentação e da assistência ao preso, e 8% destacou ainda a segurança no presídio. Ressalta-se que essa questão obteve várias respostas marcadas pelos respondentes.

A reincidência penal é uma realidade para 57% dos presos que responderam serem reingressos na prisão: desses, 29% com duas entradas e 28% com mais de duas entradas. Do universo respondente, apenas 43% referiu que estava pela primeira vez na cadeia em relação à massa carcerária pesquisada. Finalmente, como projetos ao sair da prisão, os internos participantes indicaram como projeto futuro – ao reconquistarem sua liberdade – procurar um trabalho, 69%, enquanto um percentual pouco significativo, 5%, também pretendia tratar a dependência de drogas.

Os questionários com os internos também solicitavam sugestões que, na opinião deles, poderiam indicar possibilidades de o preso se reintegrar à sociedade. As alusões foram colocadas quase sempre evidenciando as limitações que perpassam o processo de desencarceramento, deixando evidente a realidade de limitadas perspectivas que vivem. Nesse sentido, não por acaso, aparece em evidência nos questionários respondidos a falta de oportunidades, 40%, como um indicativo da reincidência, acompanhada pelo preconceito contra o ex-preso, também 40% das respostas.

A questão é particularmente interessante porque é um dos mecanismos que contribuem na reincidência criminal, no retorno do preso ao mundo do crime e, posteriormente, à prisão. Segundo Bandeira e Batista (2002), o preconceito consiste em uma atribuição social de um valor negativo à diferença do outro. Nesse sentido, situações de desqualificação identitária e sofrimento existencial impostas pela sociedade ao não reconhecer as diferenças e especificidades dos presos os impedem de recomeçar uma nova vida, longe das grades. Para Bandeira e Batista (2002: 126), preconceito de qualquer coisa ou preconceito de alguma coisa significa "fazer um julgamento prematuro, inadequado sobre a coisa em questão".

As autoras também recorrem a Goffman lembrando que, para refletir sobre o preconceito, contribui a categoria do estigma. Sendo assim, Goffman (1988) refere que estigma seria a situação em que se encontra a pessoa que está inabilitada à aceitação social plena. O termo estigma é usado por Goffman (1988) em referência a um atributo profundamente depreciativo, ou seja, estar preso, ter sido algum dia encarcerado não é apenas uma situação de privação de liberdade do indivíduo, implica uma atribuição negativa ao sujeito de descrédito; o que se pode afirmar, a partir da pesquisa realizada, ser a marca mais contundente deixada pela prisão:

> Pelo fato de o preconceito ser moralmente condenado e a discriminação ser juridicamente sujeita à punição, suas manifestações tornaram-se cada vez mais sutis, disfarçadas, o que dificulta a reunião de provas que tenham validade jurídica. Muitas discriminações acabam se tornando normatizações e algumas já se afirmam como regras, por exemplo, a exigência de 'boa aparência' para ingressar no mundo do trabalho" (BANDEIRA, BATISTA, 2002: 128).

Portanto, é também bastante comum que as pessoas não declarem abertamente o preconceito por medo de críticas e, em relação à discriminação, nem sempre ela é explícita e claramente exposta, já que do ponto de vista jurídico leva à punição. Para Bandeira e Batista (2002), é nesse contexto sombrio que o preconceito discrimina e dá margem a práticas de violência, pois acaba fomentando relações sociais hostis e violentas.

3. Reincidência criminal e ressocialização na perspectiva dos entrevistados

A seguir serão apresentadas as narrativas dos sujeitos entrevistados a respeito das categorias reincidência e ressocialização dentro de uma perspectiva das limitações existentes e das possibilidades reais. Por reincidente penitenciário, esse texto tem por base Adorno e Blumer (s/d, p.1), citando Miotto (1975, p. 368) que a compreendem como "[...] "quem tendo cumprido (tal) pena ou (tal) medida de segurança, veio a ser novamente recolhido a estabelecimento penal para cumprir nova pena ou nova medida de segurança".

Os citados autores partem do pressuposto de que o reincidente é produzido no interior de relações sociais estabelecidas entre diferentes agentes institucionais, posicionados de modo diferente na divisão de trabalho interno aos institutos prisionais, perseguindo fins socialmente diversos, quais sejam: a pura vigilância da população carcerária, a recuperação dos sentenciados, ou o mero acompanhamento do cumprimento da pena. Esse pressuposto admite que a figura do reincidente penitenciário se materialize em sua identidade social. Em vista disso, é fundamental, dar visibilidade às narrativas dos sujeitos dessa pesquisa em relação a essa realidade. Segundo o Entrevistado 1:

> A droga; falta de emprego lá fora e a facilidade da venda da droga. Eles acabam voltando porque saem e continuam traficando. Eles já tão acostumado e não têm muita oportunidade lá fora. Isso não justifica, com certeza. E tem um até que me

> disse que o que eu ganho em um mês, ele ganha em dois dias. Tem o preconceito também que a maioria não consegue emprego por ser ex-presidiário. A maioria não tem escolaridade, e eles acabam traficando. Muitos não têm família, não têm estrutura, nem todo mundo tem família (ENTREVISTADO1)

O Entrevistado 4 expõe as dificuldades que o egresso encontra quando sai do cárcere, segundo ele:

> Existe sim uma margem bem limitada de presos aptos a não reincidirem no crime, mas a sociedade acaba não facilitando isso, e a gente até entende porque é um perfil complicado de tu dares oportunidade. Mas o foco geral de eles estarem reincidindo é primeiro: a sociedade fecha todas as portas para ele. Segundo: eles não terem a persistência em lutar, saem e tentam, vão e procuram um trabalho. Não conseguem trabalho e tem a chance de traficar e ganhar o que ganharia trabalhando cinco ou seis meses na rua. A facilitação do dinheiro e as portas fechadas para um meio lícito, isso faz muito a reincidência. (ENTREVISTADO4)

Na visão do Entrevistado 5, a baixa escolaridade e a ausência de qualificação profissional que poderia proporcionar uma vaga no mercado de trabalho que pudesse suprir suas necessidades básicas, está profundamente relacionada à reincidência, pois:

> Eu costumo dizer que o tráfico tem que ser problematizado a partir da questão da economia do tráfico e não a questão do crime, porque envolve muito dinheiro no tráfico. Muitas vezes adolescentes abandonam a escola, por exemplo, e começam a se vincular ao tráfico. Por exemplo, as mulheres: elas vão trabalhar de domésticas para ganhar um salário mínimo, passar o dia inteiro fora de casa e ter cinco filhos em casa sem ter com quem deixar. Então assumem a boca do tráfico, pegam a droga e ficam o dia inteiro em casa cuidando seus filhos e ganhando um bom dinheiro. Então aí a gente pensa: qual é a realidade? A realidade é que nós temos justamente uma baixa qualificação profissional dessas pessoas, uma baixa escolaridade. Então essas pessoas não conseguem visualizar futuros produtivos, positivos, rentáveis. E a gente sabe muito bem que viver com um salário mínimo que é setecentos e poucos reais, não dá para muita coisa. E essas pessoas também gostam de lazer [...] seria muitas vezes poder ir ao centro com seus filhos. Muitas vezes elas dizem: "eu não tinha dinheiro para pegar um ônibus para ir ao centro, passear no calçadão". Então é muito pouco o que essas pessoas pedem e precisam e elas não têm nem um pouco (ENTREVISTADO5)

O tráfico de drogas associado ao baixo nível de instrução é um dos maiores fatores da reincidência para o Entrevistado 6:

> Com a instrução que eles têm, jamais vão ter um ganho trabalhando honestamente, o tráfico dá muito mais. Eles já saem daquele meio de onde vivem que é isso aí, trabalhando é um salário mínimo, um pouco mais. Ficar lá na boca de fumo dá quanto? Então é infinitamente maior. Por isso que a gente tem aqui famílias inteiras: tem o pai, o filho, o outro filho, então é um ciclo. E falando sobre as mulheres, aumentou o número, por causa do tráfico porque o marido foi preso e ela assumiu a responsabilidade de vender e, daí, mais cedo ou mais tarde, vai presa" (ENTREVISTADO6).

As entrevistas deixam entrever o quanto a reincidência criminal acaba sendo uma realidade para os internos do PRSM e confirmam o que os próprios internos responderam nos questionários, posto que, do total respondente, 57% eram reingressos do cárcere.

4. Conclusões e perspectivas

> Não havíamos sido condenados à morte, mas perdêramos o direito à vida, cumprindo pena de um tipo determinado por tribunais informais. Nesse dia ela deve ter aprendido que nossa condenação apenas começa na Justiça: passa pela burocracia, vai aos diretores, envolve diversos chefes e chega aos guardas menos importantes. [...]. A privação da liberdade é só o começo do que se assiste depois (LIMA, 2001: 81-82).

A proposta apresentada no início desse artigo, de conhecer os mecanismos que contribuem na questão da reincidência da pessoa privada de liberdade no Presídio Regional de Santa Maria, na região central do Rio Grande do Sul, busca uma aproximação com esse espaço prisional para contribuir com a discussão e problematização do sistema carcerário rio-grandense.

Nesse sentido, os dados que se apresentam nessa pesquisa identificam que a primeira entrada no sistema carcerário acontece muito cedo, sendo que muitos jovens tinham entrado há pouco tempo na maioridade e já estavam sob cárcere privado. Como já destacado, a falta de acesso a escolas e, especialmente, a inexistência de empregos formais de trabalho obrigam muitos sujeitos a cometerem delitos para a sobrevivência e, em consequência, são detidos.

Uma oportunidade que se apresenta para jovens que estão em condições idênticas, ou seja, cometendo delitos muitas vezes em função da condição socioeconômica é a criação de grupos cooperativos. Em outros termos, fomentar a criação de empreendimentos econômicos e solidários, que se apresentam como uma forma solidária e autogestionária de geração de trabalho e renda.

A economia solidária, que tem por base as cooperativas e associações, é uma "*forma diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente*" (MTE, 2012). Seguindo os princípios da cooperação, autogestão e solidariedade, essa forma diferenciada de organização do trabalho pode ser uma importante alternativa para os jovens que estão em "situação de risco", para os que já ingressaram no sistema prisional, os reincidentes e até mesmo para os que estão em regime fechado. No entanto, para que essa ideia possa ter êxito, é necessária, muitas vezes, uma assessoria que pode ser desenvolvida por universidades, prefeituras e outras entidades da sociedade civil.

A economia solidária pode se apresentar também como uma alternativa para as mulheres reclusas e/ou companheiras dos detentos. Muitas famílias que já se encontravam em situação desfavorecida antes de ter um de seus membros aprisionado, os quais trabalhavam de forma autônoma, fazendo bicos e furtando, tem na economia solidária, uma forma de trabalho e produção, que irá contribuir na sustentabilidade da família.

As mulheres, que historicamente sofrem com a subordinação, têm suas dificuldades agravadas após a saída da prisão ou quando se tornam as "chefes de famílias" após a reclusão de seus companheiros. Essas limitações, que em sua maioria são financeiras, podem ser facilmente superadas, se forem comparadas à constante discriminação da sociedade que essas mulheres sofrem.

A economia solidária permite também que as mulheres possam superar as relações de subordinação e exercitar as suas potencialidades emancipatórias.

> A emergência deste novo sujeito, composto pela(os) trabalhadoras(es) associadas(os) e consumidoras(es) responsáveis, conscientes e solidárias(os), que em sua maioria são mulheres, implica a criação de condições para superação das relações de subordinação e o exercício de suas potencialidades emancipatórias. Nesse sentido, a economia solidária, para realizar sua missão de um projeto de desenvolvimento sustentável, baseado na justiça social, solidariedade, igualdade e centrado na reprodução da vida, precisa reconhecer que existam relações de poder entre homens e mulheres que se expressam na divisão sexual do trabalho gerando a subordinação das mulheres e a desvalorização de seu trabalho. (BRASIL, 2010b: 38).

As experiências coletivas também podem ser vivenciadas internamente nos presídios, pois abrem a possibilidade de desenvolver uma atividade que gera trabalho e renda para os sujeitos que não trabalham dentro do presídio.

Criar uma cooperativa dos apenados poder ser uma possibilidade de contribuir com uma formação técnica, a qual poderia diminuir a reincidência no sistema prisional, pois essas atividades podem ter sequência após o término da pena. Para que tudo isso possa acontecer, contudo, são necessários recursos, que estão tão escassos como as oportunidades para os ex-detentos.

Deve-se destacar também que em 2011 o governo federal criou e vem fomentando o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que tem entre os seus objetivos[13] a expansão, interiorização e democratização da oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância; aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica; melhorar a qualidade do ensino médio.

Os cursos que são desenvolvidos em Santa Maria/RS, segundo informações do *site* do governo federal, são carpinteiro de obras, pedreiro de alvenaria e suinocultor, para os que cursaram até a 4ª série do ensino fundamental incompletos. Os apenados, ou ex-detentos que cursaram até o ensino médio completo, além dos já destacados, podem frequentar cursos como o de operador de computador, desenhista de produtos gráficos, agente de alimentação escolar, instalador e encanador predial, cuidador de idosos, viveirista de plantas e flores, auxiliar financeiro, entre outros.

A transversalidade entre as políticas públicas com programas vinculados ao Ministério da Educação e do Trabalho pode ser fundamental, entrelaçando-se no objetivo de gerar trabalho e renda para as mulheres e homens que em algum momento entraram em conflito com a lei e que estão retornando ou vão retornar para a sociedade com possibilidades ainda mais reduzidas.

Destaca-se que no Estado do Rio Grande do Sul, onde a população carcerária já chegou em 29.210 (vinte e nove mil, duzentos e dez)[14] entre homens e mulheres, é necessário pensar uma política que possibilite o retorno dos detentos para as salas de aula, pois, como mostram os resultados dessa pesquisa, o nível de escolaridade dos internos é precário. Vive-se em uma sociedade desigual que exige da classe trabalhadora uma qualificação elevada para poder se inserir nos espaços formais de trabalho.

Dados do censo escolar gaúcho (BRASIL, 2014a) mostram que entre 2006 e 2010 aconteceu uma redução de 7,92% nas matrículas, totalizando 212.460 (duzentos e doze mil quatrocentos e sessenta) alunos a menos nas salas de aula do Estado. Outro elemento relevante apresentado por esse senso é que, nesse mesmo período, fecharam as portas 302 (trezentas e duas) escolas estaduais e ampliaram-se as escolas particulares, mostrando que muitos pais optaram por custear os estudos dos filhos, em vez de colocá-los em escolas públicas, obrigando muitas a encerrarem suas atividades.

Os dados do senso populacional de 2010 (BRASIL, 2014b) apresentam que Santa Maria/RS tinha uma população de 261.031 habitantes e entre esses 6.691, acima de 15 anos, ainda são considerados analfabetos. Não obstante, mesmo apresentando um nível elevado de analfabetos, o município recebeu recentemente um selo atestando que o município está livre do analfabetismo.

Como sugerem os dados, essa realidade dificulta a inserção desses sujeitos nos espaços formais de trabalho, pois muitos, pelas condições socioeconômicas, são obrigados a ocupar espaços informais de trabalho desde muito cedo, dificultando a inserção em escolas e demais cursos técnicos e superiores. Frente a essa realidade, faz-se necessária a implantação de espaços de formação para esses sujeitos que estão aprisionados, ampliando as possibilidades de se inserirem no mercado de trabalho, após o término da pena em regime fechado. Para isso, destaca-se a importância do trabalho do assistente social no sentido de garantir o direito à educação, orientando e planejando políticas públicas direcionadas para esses sujeitos.

---

13 Informações e objetivos do PRONATEC disponíveis em: http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/objetivos-e-iniciativas. Acesso em 22/06/2014.

14 Dados coletados do site da Susepe - conforme informações constantes no próprio site -, http://www.susepe.rs.gov.br, atualizados em 29/10/2014. Acesso em 30/10/2014.

Os dados coletados no Presídio Regional de Santa Maria vão ao encontro dos Dados do Departamento de Planejamento[15] que referem a população carcerária do RS com o seguinte o seguinte perfil: quanto ao sexo, 6% feminino e 94% masculino; reincidência, 70% dos homens são reincidentes contra 50% de mulheres que são reincidentes; escolaridade, ensino fundamental incompleto – 63% dos homens contra 57% das mulheres; idade, 18 a 24 – 22% do sexo masculino contra 17% do sexo feminino; 25 a 29 – 24% dos homens e 20% das mulheres; 30 a 34 anos – 22% para homens e 19% para mulheres. Quanto ao estado civil, solteiros – 56% dos homens contra 51% das mulheres; amigados, 32%, e casados totalizam 8%; naturalidade, 98% são gaúchos; etnia, 67% são brancos, em torno de 20% são de cor mista e somente 11% das mulheres e 13% dos homens são pretos.

Sendo assim, os dados do PRSM sugerem que o estabelecimento prisional pesquisado cumpre a função de conter uma massa social descartável à produção capitalista, por isso os contém num depósito humano. Como nas pesquisas anteriores (FRAGA, 2008; FRAGA e CONSUL, 2011; FRAGA, 2012; FRAGA e GAVIRAGHI, 2013), depreende-se que, por um lado, o cárcere reproduz a violência sob diferentes formas veladas e silenciadas pelos diferentes sujeitos que circulam nesse lugar. Como espaço de contenção e de depósito de massa descartável, essa prisão vem conseguindo constituir-se como espaço de cumprimento da pena para os pobres. Sendo assim, pune e absorve o miserável da região central gaúcha, uma vez que a situação social e econômica evidencia um significativo percentual de encarcerados numa situação de extrema vulnerabilidade social, com baixa escolaridade e sem qualificação profissional.

É mister lutar por projetos de inclusão social ao egresso, isso porque se hoje a reincidência penal é uma realidade constatada no Presídio Regional de Santa Maria, no Presídio Estadual de São Borja, nos presídios de Passo Fundo, Erechim e na Penitenciária de São Luiz Gonzaga, o preconceito, a falta de oportunidades, a baixa qualificação profissional, a quase ausente possibilidade de empregabilidade e a indiferença constituem-se como um dos mecanismos mais poderosos, sutis e perversos da reincidência prisional.

Finalmente, é imprescindível à sociedade rever posições e desconstruir preconceitos sobre a pessoa que já cumpriu pena privativa de liberdade porque o estigma é uma marca perversa que corrói a possibilidade de o egresso se reinserir socialmente, pois continua a condená-lo, mesmo após o cumprimento da pena privativa de liberdade sendo, muitas vezes, determinante na reincidência desse ao crime.

Referências

ADORNO, S.; BORDINI, E. B. T. (2014), Reincidência e Reincidentes Penitenciários em São Paulo, 1974-1985. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_09/rbcs09_05.htm, [consultado em 25-06-2014].

BANDEIRA, L., BATISTA, A. S. (2002), Preconceito e discriminação como expressões de violência. In Estudos Feministas, pp. 119-141.

BARBETTA, P. A. (6ª. Ed. Revisada) (2006), Estatística Aplicada às Ciências Sociais Florianópolis, UFSC.

BARDIN, L. (1977), Análise de Conteúdo (Trad. L. A. Reto e A. Pinheiro), Lisboa, Edições 70.

BASTOS, A. A. (2012), Escola e vida no cárcere: Uma etnografia no Presídio Regional de Santa Maria. Dissertação de Mestrado, Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria.

BOURGUIGNON, J. A. (2008), A centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das pesquisas do Serviço Social. In: Revista Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 7 n. 2, jul./dez. pp. 302-312.

BRASIL/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (2006), Sistema Penitenciário no Brasil. Departamento Penitenciário Nacional/DEPEN: Ministério da Justiça.

15 Dados atualizados em 03/11/2014 e publicados em: http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=31, [consultado em 11-11-2014].

_____. Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (2010b), II Conferência Nacional de Economia Solidária CONAES. Documento Final.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego (2012c). O que é Economia Solidária. Disponível em http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/a-economia-solidaria/, [consultado em 10-04- 2012].

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Censo Escolar (2014a). Disponível em http://portal.inep.gov.br/basica-censo, [consultado em 13-11-2014].

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2014b). Atlas do Censo Demográfico 2010. Disponível em http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/, [consultado em 13-11-2014.

CHIZZOTTI, A. (2000), (4 ed.). Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo, Cortez.

COSTA, Joyce Vieira da; GUINDANI, Miriam Krenzinger. Didática e pedagogia do diário de campo na formação do assistente social. In: Revista Virtual Emancipação, Ponta Grossa, 12(2), 265-278, 2012. Disponível em http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao, [consultado em 28-07-2013].

FRAGA, C. K.; GAVIRAGHI, F. J. (2013). O Presídio Estadual de São Borja no Rio Grande do Sul: alguns elementos para o debate sobre a reincidência penal. In LOURENÇO, L. C.; GOMES, G. L. R. (Org.). Prisão e Punição no Brasil Contemporâneo. Salvador, EDUFBA, pp. 375-402.

FRAGA, C. K. (Coord.) (2008), A construção de mecanismos sociais que contribuem na reincidência do preso na penitenciária de São Luiz Gonzaga/RS. São Borja, UNIPAMPA/UFSM, relatório de pesquisa.

FRAGA, C. K. (Coord.) (2014), A construção de mecanismos sociais que contribuem na reincidência da pessoa privada de liberdades no Presídio Regional de Santa Maria. Santa Maria, UFSM, relatório de pesquisa.

FRAGA, C. K. (2011), CONSUL, Julio Cezar Dal Paz (Coords.). A construção dos mecanismos que contribuem na reincidência do preso nas Penitenciárias de Passo Fundo e Erechim/RS. São Borja, relatório de Pesquisa, Unipampa - IMED.

GUINDANI, M. K. A. (2002) Violência & Prisão: uma viagem na busca de um olhar complexo. Tese de Doutoramento, Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

_____. Tratamento Penal: a dialética do instituído e do instituinte (2001). In: Revista Serviço Social e Sociedade, N º 67, Ano XXII, Especial. São Paulo, Cortez, pp. 38-52.

GOFFMAN, E. (1988), (4ª ed.), Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia B. de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro, LTC.

KOSIK, K. Dialética do concreto (1995), 6ª. ed. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

LIMA, W. S. (2001) (2. ed.), Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho. São Paulo, Labortexto Editorial.

MARTINELLI, M. L. (1994), O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. In: MARTINELLI, M. L. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social: um instigante desafio. Caderno do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade – NEPI, São Paulo, n.1. pp. 11- 18.

ODÁLIA, N. (2004), O que é Violência. 6ª. ed. - São Paulo, Brasiliense.

PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (2012), Objetivos e iniciativas. Disponível em http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/objetivos-e-iniciativas, [consultado em 22-06-2014].

SILVA, V. F. (2008), Conflitos e Violências no Universo Penitenciário Brasileiro. Porto Alegre, Sulina.

SUSEPE – Secretaria de Serviços Penitenciários. (2014). Disponível em http://www.susepe.rs.gov.br/conteudo.php?cod_menu=31, [consultado em 30-10-2014].

Política de drogas e seu reflexo no encarceramento da juventude brasileira

Liciane Barbosa de Mello[1]
bm.liciane@gmail.com

Mariana Chies Santiago Santos[2]
chiesmariana@gmail.com

RESUMO: Atualmente temos no Brasil uma política de drogas que ainda carece de uma discussão mais ampla, tanto no campo do Poder Legislativo, como nos campos do Executivo e do Judiciário. Hodiernamente, há um número crescente de encarceramento e homicídios da juventude brasileira – principalmente daqueles não brancos –, seja em virtude da guerra estatal às drogas ou em virtude da própria lógica violenta que o tráfico acaba impondo. Assim, buscamos apresentar um panorama da política de drogas no Brasil e, dessa forma, discutir a possível relação dessa política com o número alarmante de adolescentes e jovens privados de liberdade em função do crime de tráfico de drogas. Por fim, a ausência de políticas públicas específicas para essa categoria social tem se mostrado como o grande empecilho para a mudança desse panorama.

Palavras-Chave: Política de drogas; Juventude; Encarceramento; Seletivididade Penal; Proibicionismo.

1 INTRODUÇÃO

Consideremos os seguintes eventos fictícios: no primeiro deles, um homem tem 18 anos, é negro e mora na periferia de São Paulo, ele foi detido após uma abordagem policial em que foi constatado que ele carregava 5g de maconha, enquanto no outro evento, temos um homem branco, da mesma idade, morador do bairro Higienópolis, em São Paulo, que não foi detido, embora também constatado, após abordagem, que ele portava 60g de maconha e 58g de cocaína. Esses casos não devem apenas exemplificar a diferença de tratamento das autoridades policiais frente a determinadas situações que infringiriam a Lei de Tóxicos brasileira, mas expor algo muito mais amplo, que é a possibilidade de discricionariedade, tanto policial, quanto judiciária, que essa legislação proporciona.

A subjetividade da lei, principalmente no que concerne ao tratamento do usuário e do traficante, gera uma desproporcionalidade na sua aplicação, favorecendo que essa seja utilizada em benefício de uns e em prejuízo de outros, de modo a caracterizar fenômenos como a higienização social. Nesse sentido, cabe destacar a notícia do jornal *O Globo*, publicada em 19 de novembro de 2013:

> CEM USUÁRIOS DE DROGAS SÃO DETIDOS EM BONSUCESSO. Cerca de cem pessoas foram detidas por policiais militares do 22º BPM (Maré), durante uma

1 Graduada em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente cursando Especialização em Segurança Pública e Mediação de Conflitos na mesma Universidade. Pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania IFCH/UFRGS.

2 Doutoranda em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em cotutela com a Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines, no Centre d'Études sur le Droit et les Institutions Pénales. Especialista e Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Advogada do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (UFRGS), ao Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança Pública e Administração da Justiça Penal (PUCRS) e ao Grupo Asa Branca de Criminologia da Universidade Católica de Pernambuco.

> operação de recolhimento de usuários de drogas no interior da Favela Nova Holanda, em Bonsucesso, Zona Norte do Rio, na manhã desta terça-feira. Um acampamento de viciados em crack foi desfeito no local. A operação começou as 6h e contou com apoio da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Polícia Civil. Seis vans da Prefeitura foram utilizadas para o transporte dos detidos. Entre eles, havia idosos, menores, deficientes, físicos e uma grávida. Os usuários de crack foram levados para o pátio do Batalhão da Maré, onde foi montado um posto avançado da 21ª DP.[3]

Não se pode negar que a política de drogas brasileira, na maneira que está colocada, encarcera um perfil específico de pessoa, estigmatizando-o como criminoso, e esse indivíduo criminal idealizado tem cor, idade e endereço, isto é, é negro, jovem e morador da periferia.

Segundo dados do INFOPEN (Sistema Integrado de Informações Penitenciárias), no ano de 2013, o Brasil contava com um número de presos 50% superior a quantidade de vagas disponíveis nas casas prisionais, dentre os quais 20% do sexo masculino está preso em razão da associação com entorpecentes, enquanto que para o sexo feminino esse índice cresce para 59%.

Os indicadores apresentados acima apresentam uma preocupação e por isso, se questiona, quais são os custos humanos, jurídicos e sociais do viés proibicionista da lei de drogas brasileira, já que estamos falando de um grande número de pessoas que estão cumprindo penas privativas de liberdade em penitenciárias lotadas, que apresentam grandes deficiências estruturais e são palcos de uma série de violações de direitos humanos[4].

A questão das drogas está no cerne de uma discussão polêmica, uma vez que o contexto internacional tem se voltado para um campo da regularização e do controle de qualidade dos entorpecentes. Um dos exemplos dessa guinada à regularização e ao controle da qualidade dos entorpecentes pode ser vista na 43º Assembléia Geral dos Estados Americanos, *Rumo a Política Integral para o problema das Drogas nas Américas*, que aconteceu na Guatemala, em junho de 2013, onde foram discutidos: (i) a guerra às drogas e suas consequências; (ii) as possibilidades de políticas mais flexíveis e da atenção, que deve ser prioritária; (iii) a segurança cidadã e inclusão social; e, por fim, (iv) o respeito aos direitos humanos. Contudo, esse tipo de política com um viés um pouco mais progressista é questionada em diversos setores da sociedade brasileira, desde conselhos de classes, principalmente os de Medicina e Psicologia, até o Congresso Nacional, com os recentes Projetos de Lei de autoria dos Deputados Federais Jean Wyllys (PSOL-RJ)[5] e Osmar Terra (PDT-RS). [6]

2 BREVE HISTÓRICO SOBRE A POLÍTICA DE DROGAS NO BRASIL

A fim de otimizar o debate, serão consideradas aqui somente as legislações vigentes no Brasil República, pois neste período, o aparato burocrático da gestão pública começava a dar sinais de afastamento das suas práticas patrimonialistas e começava a atender demandas realmente públicas. Sendo assim, acolhem-se os dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas (UNODC), que indicam o início do século XX como precursor do controle internacional de drogas.

Este período foi norteado internacionalmente pela política de drogas dos Estados Unidos da América, o qual também foi seguido pelo Brasil. Tal modelo tinha, originalmente, proposto o objetivo de conter o avanço do

---

3 Cem usuários de drogas são detidos em Bonsucesso, jornal O Globo. Disponível em: « http://oglobo.globo.com/rio/cem-usuarios-de-drogas-sao-detidos-em-bonsucesso-10816536».
Acesso em 05 ago 2014.

4 Em relação a violação de Direitos Humanos no Brasil ver, entre outras notícias: http://conectas.org/pt/acoes/justica/noticia/26535-pedrinhas-oea-cobra-acao-imediata acesso em 08 dez 2014.

5 Íntegra do Projeto de Lei: disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1237297&filename=PL+7270/2014 acesso em 06 dez 2014.

6 Íntegra do Projeto de Lei: Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=483808 acesso em 08 dez 2014.

consumo de ópio no mundo. Os primeiros debates internacionais que pretendiam apontar diretrizes para o enfrentamento às drogas apareceram no ano de 1909, com a realização da Conferência de Shangai, que debatia a circulação de ópio indiano na China. Em 1911 foi realizada a Primeira Conferência Internacional do ópio, em Haia, na Holanda, que teve como resultado a Primeira Convenção Internacional do ópio. Em 1912, aconteceu a "Convenção do Ópio", que criou regramentos para a produção e comercialização de morfina, heroína e cocaína. Esta convenção teve a adesão inicial de doze países: Alemanha, Estados Unidos, China, França, Reino Unido, Itália, Japão, Holanda, Pérsia (atualmente Irã), Portugal, Rússia e Sião (atualmente Tailândia) (Araújo, 2012).

No Brasil, o Decreto nº 2.816, de 8 de julho de 1914, sancionou a resolução do Congresso Nacional que aprovava a adesão à Convenção. Desta forma, esta pode ser considerada a origem da legislação sobre a política de drogas no Brasil, que destacava em seu preâmbulo: *Aprova as medidas tendentes a impedir o abuso crescente do ópio, da morfina e seus derivados, bem como da cocaína, constantes das resoluções aprovadas pela Conferência Internacional do Ópio, realizada em 1 de dezembro de 1911 em Haia.* Já em 1915, surgiu o Decreto nº 11.481[7] criminalizava o porte e/ou o consumo do ópio, da morfina e da cocaína.

Neste período, as agendas governamentais começaram a convergir, permitindo estabelecer critérios mínimos para a formulação de uma política de drogas que garantisse a ação da administração pública. Porém, no ano de 1914 irrompe a Primeira Guerra Mundial, alterando drasticamente as prioridades das Nações do início do século XX. As discussões em torno de um tratado internacional sobre o combate às drogas também foi deixado de lado, somente voltando a ganhar relevância ao final da guerra, quando as resoluções da Conferência do Ópio foram incluídas no Tratado de Versalhes e então assinadas por diversos países.

O decreto nº 4.294[8] foi apresentado à sociedade brasileira em 1921, revogando o artigo 159 do Código Penal de 1890. Este novo dispositivo legal especificou o termo entorpecente, como uma qualidade designativa às substâncias mencionadas como venenosas, sendo que tal termo só abandonou a legislação em 2006.

Em 1938, por meio do Decreto Lei nº 891, inicia-se um período de maior fiscalização aos entorpecentes no Brasil, destacando a internação compulsória do usuário em hospital psiquiátrico. Podendo ser esta considerada a nossa primeira regulamentação específica sobre drogas (GARCIA; LEAL; ABREU, 2008). Sendo incorporada ao código penal de 1941, como uma manobra deste governo, cuja intenção era formatar no imaginário popular o ideal de trabalhador, que a princípio, estaria afastado das drogas, mesmo das lícitas. Sendo assim, o contexto político do Governo Vargas, permitiu que a política de drogas ganhasse um novo caráter, mais proibicionista (GARCIA, LEAL E ABREU, 2008).

Em 1940, o país lançou o Código Penal Brasileiro, baseado nos costumes e pensamentos da época em que fora constituído. Vale ressaltar que o novo instrumento legal pouco incluiu, de relevante em seus dispositivos, questões relacionadas ao controle das drogas no cenário nacional. Assim, nos retemos a uma melhor análise quanto às políticas de drogas brasileiras posteriores a década de 70, uma vez que esse marco temporal coincide com a fase em que os Estados Unidos definiram as drogas como novo inimigo número um do Estado (ZAFFARONI, 2007). O Código Penal de 1940, apesar de ter sofrido diversas mudanças desde sua publicação é ainda o Diploma Legal vigente no país.

A primeira legislação específica sobre tóxicos no Brasil foi formulada no ano de 1976, cinco anos após a Convenção Única de Narcóticos[9], organizada pela Organização das Nações Unidas, na qual foi elaborada o Tratado de Controle de Drogas, que, mesmo cinquenta anos depois, ainda orienta diversas políticas e leis no mundo todo. Essa lei, conhecida como a Lei de Entorpecentes, apresentava um caráter proibicionista, bem como separava o usuário do traficante. No entanto, aquele que fizesse o uso de substâncias entorpecentes, seria

---

7 Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11481-10-fevereiro-1915-574770-republicacao-98061-pe.html acesso em 05 dez 2014.

8 Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4294-6-julho-1921-569300-republicacao-92584-pl.html acesso em 07 dez 2014.

9 Para saber mais: https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/ acesso em 04 dez 2014.

submetido a um rigoroso tratamento, com a possibilidade de internação obrigatória.[10]
No ano de 2002 houve uma tentativa de aprovação de uma nova política antitóxicos, porém com 35 dispositivos vetados pela Presidência da República, o Projeto da Lei nº 10.409[11] acabou sendo engavetado. Após essa tentativa sem sucesso, a política de drogas brasileira veio a ser votada novamente quatro anos mais tarde, quando, diferentemente da tentativa anterior, houve a sua aprovação. Desse modo, foi sancionada a nova política de drogas brasileira, baseada na Lei nº 11.343[12] de 23 de agosto de 2006, a qual vigora até os dias atuais.
Porém, mesmo que tenha havido mudanças em relação a legislação dos anos 1970, o uso de entorpecentes continuou recebendo tratamento penal repressivo, com medidas altamente proibicionistas. Assim, a política de 2006 foi contestada por alguns setores da sociedade, como acadêmicos, médicos e profissionais da psicologia, as quais prezavam (e ainda prezam) a maior autonomia de escolha (CARVALHO, 2013).
A Lei 11.343/06 perdura até os dias atuais. Contudo isso não impediu que o Projeto de Lei de autoria do Deputado Federal Osmar Terra (PMDB/RS), citado mais acima, fosse formulado na tentativa de modificar essa legislação, deixando-a ainda mais repressiva. O Projeto de Lei que tramita atualmente no Senado Federal, após a sua aprovação na Câmara dos Deputados com alguns vetos pontuais, se configura como a visão da maioria legislativa diante dessa problemática. Importante mencionar, contudo, que a o Projeto de Lei de autoria do também Deputado Federal Jean Wyllys (PSOL/RJ) se mostra mais afinado ao discurso abolicionista, embora não seja menos polêmico, propondo a regularização da produção, a industrialização e a comercialização de *cannabis*, derivados e produtos de *cannabis*, além da anistia a todos aqueles considerados pequenos traficantes, que são os principais clientes do Sistema Penal, uma vez que o artigo 33[13] da Lei 11.343/06 não expõe claramente qual a quantidade de porte de droga será considerada para tráfico, ficando assim o indivíduo primeiramente sujeito a interpretação do policial no momento da abordagem, já que serão considerados critérios subjetivos, como local do flagrante, antecedentes criminais, escolaridade, ou seja, será expressado "(n)as formas estigmatizantes em que opera o discurso da corporação" (CAMPOS, 2013).

3 A GUERRA ÀS DROGAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Após a revisão do contexto histórico, se faz imprescindível pensar na dinâmica decorrente da guerra às drogas, pois apesar do alto custo para o Estado e o aumento da população prisional, a disponibilidade das drogas não foi afetada (LEMGRUBER; BOITEUX, 2014). Atualmente encontra-se em maior variedade, quantidade e

---

10 Transcrição literal do art. 10 da Lei nº 6.368 de 1976:
Art. 10. O tratamento sob regime de internação hospitalar será obrigatório quando o quadro clínico do dependente ou a natureza de suas manifestações psicopatológicas assim o exigirem.
§ 1º Quando verificada a desnecessidade de internação, o dependente será submetido a tratamento em regime extra-hospitalar, com assistência do serviço social competente.
§ 2º Os estabelecimentos hospitalares e clínicas, oficiais ou particulares, que receberem dependentes para tratamento, encaminharão à repartição competente, até o dia 10 de cada mês, mapa estatístico dos casos atendidos durante o mês anterior, com a indicação do código da doença, segundo a classificação aprovada pela Organização Mundial de Saúde, dispensada a menção do nome do paciente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6368.htm acesso em 28 nov 2014.

11 Ver, a esse respeito: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10409-11-janeiro-2002-433359-norma-pl.html acesso em 28 nov 2014.

12 Texto integral da lei: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm acesso em 05 dez 2014.

13 Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

acessibilidade. Sendo assim, questiona-se quem é hoje o estrato da sociedade que sofre maior influência dessa guerra?

O Coordenador Nacional do Fórum Nacional de Juventude Negra (FONAJUNE), Geovan Bantu, fornece essa resposta ao afirmar que "(...) estamos em um momento onde a discussão sobre o extermínio, o genocídio da juventude negra está muito acentuado no cenário político nacional (...)".[14] Isto apenas ressalta a menção à idade, cor e endereço.

Entre o período de 1982 e 2002, em que a lei de tóxicos sofreu modificações significativas, o nível de participação de homicídios juvenis dentre o número total de homicídios cresceu de 46,7% para 55,8% (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2014). Atualmente esse número é menor (53,4%), porém não difere muito do pico no ano de 2002, uma vez que apenas quatro estados brasileiros refletem essa tendência de baixa (São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Mato Grosso do Sul).

Isso vem a corroborar outro ponto, enquanto as capitais e as grandes metrópoles tem visto esse índice diminuir, o interior sofre do movimento inverso, com a violência à juventude negra se alastrando. Enquanto estratégias exitosas pontuais e campanhas como a do desarmamento surtiram efeitos nas grandes cidades, poucas iniciativas se voltaram para as periferias, resultado disso é esse crescimento flagrante (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2014).

Em relação à cor, é possível verificar que o número de violência homicida tem diminuído em relação aos brancos, ao passo que aos negros tem aumentado. Em 2002, 19.846 jovens brancos foram mortos, dez anos depois esse número reduziu para 14.928. Dentre a população negra, as vítimas aumentaram de 29.656 em 2002 para 41.127 em 2012, apresentando um crescimento de quase 40%. Dessa forma, para cada jovem branco que morre assassinado, morrem 2,7 jovens negros (MAPA DA VIOLENCIA, 2014).

Sendo assim, mencionar que as vítimas desta guerra às drogas têm cor, idade e endereço não é nenhuma inverdade, uma vez que o número de homicídios no período 2002-2012 não se alterou muito, muito diferente desses números na periferia, em relação a idade e a cor. Assim, temos apenas comprovação da limpeza social e da seletividade penal em que vivemos.

Conclui-se, então, que sem grandes alterações no plano mais amplo (número de homicídios), ocorreram significantes transformações na lógica interna da violência, a qual precisa ainda ser pesquisada e aprofundada: certos indivíduos estão mais vulneráveis ou tendem a sofrer com a violência, pois o que se torna evidente é que quando o assunto é violência, há uma tentativa do Estado de escapamento (ZIZEK, 2008), porque ainda impera o discurso moralizador (CARVALHO, 2013; TIBURI, 2013) e se esquece da lógica prejudicial em que se transformou esse processo de "guerra às drogas".

É válido observar que em nenhum momento os dados fornecidos pelo Mapa da Violência fornecem a definição de que isso ocorre em razão das drogas ou de entorpecentes, mas aqui entramos em uma nova arena de debate, a da subjetividade da aplicabilidade da lei antidrogas brasileira. Temos que levar em consideração que tudo que é subjetivo fornece uma *faca de dois gumes*, pois pode tender para ambos os lados, e que a discricionariedade que o legislador forneceu ao aplicador da lei contribui para uma avaliação negativa da população jovem e negra brasileira, uma vez que a legislação é aplicada com maior rigor para esse determinado estrato social (SOARES, 2011; CARVALHO, 2013).

Consequentemente são duas as variáveis problemáticas da legislação antidrogas brasileiras. A primeira delas é o texto da lei, a tênue distinção entre usuário e traficante não carrega as necessárias características sociológicas envolvidas nessas décadas seguidas em que a sociedade brasileira enfrenta a dita "guerra às drogas", em que as cidades são palcos da projeção de novas desigualdades sociais, quando o centro e a periferia das grandes cidades carregam discrepâncias nas condições de emprego, nas condições tecnológicas, na distribuição de equipamentos, na segurança, na saúde e nas moradias precárias. A legislação vigente não considera que, muitas vezes, essa falta de estrutura social nos pontos mais distantes dos grandes centros é responsável pela desigualdade na distribuição da violência (SOARES apud RIBEIRO, 2011).

Em um segundo momento, podemos mencionar o tratamento que as autoridades jurídicas destinam aos

---

14 Disponível em: «http://www.juventude.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2014/02/07-02-2014-articulador-do-juventude-viva-fala-sobre-premio-em-nome-da-luta-contra-o-exterminio-de-jovens-negros-1/?searchterm=GENOC%C3%8DDIO». Acesso em: 5 agosto 2014.

usuários e traficantes enquanto atuam como fiscais da lei. Pois, a abordagem policial também é diferenciada, a aplicação do princípio penal da insignificância (o qual, nesse caso, se refere ao porte de uma quantidade ínfima de entorpecentes) carrega, igualmente, um elevado grau de subjetividade na aplicação da lei. Os dados citados não são determinantes de que essa fiscalização da lei desfavoreça os estratos sociais mais pobres, entretanto refletem uma verdade ao analisarmos o perfil da população carcerária brasileira.

Se nos direcionarmos para esse ponto, perceberemos que a guerra às drogas não é apenas um erro em virtude da limpeza social de determinado estrato populacional, mas também pelos altos custos da execução penal e da manutenção de um sistema altamente repressivo, e, pior, no qual são perversas as consequências dessa criminalização reforçada à determinada categoria social, aqueles que tem idade, raça e endereço pré-determinados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PENSANDO UMA POLÍTICA DE DROGAS ALTERNATIVA

Não há duvidas de que modelo adotado de "guerra às drogas" é ultrapassado. A busca em tentar efetivar um inimigo social no imaginário da população, a fim de legitimar um determinado escopo de coerção estatal foi alcançado através da escolha das drogas como inimigas, ainda nos Estados Unidos, na segunda metade do século passado. Sabemos que essa é uma concepção retrógrada, que já enfrenta resistência em diversas sociedade pós-modernas, entre elas, o Uruguai, Portugal e Holanda (ZAFFARONI, 2007).

A política de drogas brasileira carece de um desenho político mais eficaz. Sua reformulação, que pode passar pela regularização da maconha, como já proposta pelo Deputado Federal Jean Wyllys, também enfrenta outros pontos que necessitam ser alterados: a ênfase dada a internação e a semelhança de tratamento destinada ao tráfico e ao consumo.

Não se negam os efeitos prejudiciais de substâncias entorpecentes à saúde. No entanto, é preciso colocar em prática um modelo que não faça um pré-julgamento do usuário, criminalizando-o e colocando-o no mesmo lugar de um traficante. A internação realmente é necessária? Para responder a essa questão, é interessante analisar que cada droga tem um diferente custo social, pois, a nível de comparação, álcool e tabaco causam muito mais mortes do que outras drogas, como a maconha, mas são drogas lícitas, conforme observaram os componentes do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas.[15]

A própria política/modelo de redução de danos é um caminho que não pode deixar de ser investigado, porque deve se levar em conta que, atualmente, a sociedade brasileira vive um período em que há uma liberação das drogas, devido ao fraco controle. Assim, devemos encontrar alternativas para reduzir os malefícios causados pelo uso dessas substâncias, uma vez que não são as drogas que matam, mas sim à guerra travada contra elas que traz as suas consequências perversas, principalmente para os jovens, negros e moradores da periferia.

Para Weisheimer (2009), é preciso reconhecer a juventude como uma categoria sociológica e multidimensional, já que os jovens dos dias de hoje não são os mesmos de período históricos anteriores, pois a juventude é uma construção social que vai muito além da questão etária. Afirma o mesmo, de que *"a condição juvenil é uma condição na hierarquia social*", sendo necessário então pensar a juventude do ponto de vista da pluralidade. No mesmo sentido, Tavares dos Santos (2009) destaca que essa juventude possui muitas faces na sociedade brasileira:;

> a juventude dourada, a juventude em instabilidade, a juventude trabalhadora, a juventude dos carentes, a juventude em vulnerabilidade: os meninos de rua, membros das classes baixas, vivenciando processos de exclusão social nas médias e grandes cidades, também com diversidade de composição étnica (brancos, pardos, negros e indígenas) (TAVARES DOS SANTOS, 2009: 63)

---

15 Pesquisas e Estatísticas/Indicadores/Consumo de Drogas: Número de mortes relacionadas a drogas. Disponível em: http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Dados_Estatisticos/indicadores/327432.pdf acesso em: 05 ago de 2014.

Os processos de fragmentação social e a exclusão econômica e social produzem como efeito a violência, como uma norma social de vários grupos da sociedade (TAVARES DOS SANTOS, 2009: 25). Um desses grupos, que ora é vitimizado e ora é autor da violência, é a juventude pertencente a várias camadas sociais e etnias, que cometeram delitos e passam a viver sob algum tipo de sanção penal.

Há uma espécie de banalização da morte, onde a vida humana perdeu o valor (Zaluar, 2004. P. 51) e um esquema de "naturalização" e aceitação social da violência (Waiselfisz, 2014) já que as agências estatais tem se preocupado pouco em investigar a explicação para essa pandemia, já que o Brasil atinge taxas de homicídios na faixa de jovens que nem países em conflitos armados conseguem alcançar (Waiselfisz, 2014). Nessas mortes, os pobres são as maiores vítimas da onda de criminalidade violenta, que pode ocorrer em virtude da ação da polícia ou dos próprios delinquentes, porque a desigualdade social não permite que todos tenham acesso a recursos políticos e econômicos que lhes garantam acesso à justiça e à segurança (Zaluar, 2004. P. 43).

A desigualdade provoca a má distribuição das políticas públicas, uma vez que certas zonas urbanas são privilegiadas em detrimento de outras, sendo assim, um tipo de população acaba sofrendo com o esquecimento da esfera pública, hoje são os jovens brasileiros nascidos negros, já que parecem ter prioritariamente dois caminhos a seguir, um é da prisão, já que negros são 18,4% mais encarcerados e o outro é o da morte, pois a taxa de homicídios é 30,5% maior do que de brancos (FBSP, 2014). É necessário que a sociologia busque compreender as complexidades desse processo social e quais mecanismos influenciam para a manutenção desta lógica, bem como repensar a aplicabilidade da legislação em um país onde a alta taxa de encarceramento não reflete nas taxas de criminalidade.

5 REFERÊNCIAS

Livros:

ARAUJO, Tarso (2012). *Almanaque das Drogas.* Rio de Janeiro: Leya Brasil.

DE CARVALHO, Salo (2013). *A Política Criminal de Drogas no Brasil: Estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06.* 6 ed. rev. atual. Ampl. São Paulo: Saraiva.

FOUCAULT, Michel (1987) *Vigiar e Punir: nascimento da prisão.* Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes.

SOARES, Luiz Eduardo (2011). *Justiça: pensando alto sobre violência, crime e castigo***.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

TIBURI, Marcia (2013). *Sociedade Fissurada.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ZAFFARONI, Eugenio Raul (2007). *O Inimigo no Direito Penal.* Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan.

ZALUAR, Alba (2004). *Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas.* Rio de Janeiro: Editora FGV.

ZIZEK, Slavoj (2009). *Violência: seis notas à margem.* Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Agua Editores.

Artigos em revistas: CAMPOS, Marcelo. *Drogas e Justiça Criminal em São Paulo: conversações. In: Sistema Penal & Violência.* Porto Alegre, v. 5, n. 1, janeiro/junho 2013, pp. 120-132.

GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; LEAL, Fabíola Xavier; ABREU, Cassiane Cominoti. **"**A política antidrogas brasileira: velhos dilemas". In: *Psicologia e Sociedade,* 20(2), 2008, p. 267-276.

PEDROSO, Rosemeri Siqueira; KESSLER, Félix e PECHANSKY, Flavio. "Tratamento de mulheres e homens usuários de crack internados:um estudo qualitativo". In*: Trends Psychiatry Psychother.* [online]. 2013, vol.35, n.1, pp. 36-45. ISSN 2237-6089. Disponível em: «http://dx.doi.org/10.1590/S2237-60892013000100005».

Publicações online: FBSP. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014.* Disponível em: « http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//8anuariofbsp.pdf». Consultado em: 03-11-2014.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. *Entre Linhas.* Ano XI, Número 54, Jan/Fev/Mar 2011. Disponível em: «http://www.crprs.org.br/upload/edicao/arquivo45.pdf» Consultado em: 05 agosto 2014.

GOIS, Ancelmo. *Os Médicos e a Legalização da Maconha.* Jornal O Globo. Rio de Janeiro/RJ, 15 maio 2014. Disponível em: «http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/posts/2014/05/15/os-medicos-a-legalizacao-da-maconha-535908.asp». Consultado em: 04 agosto 2014.

MAPA DA VIOLÊNCIA (2014). *Os Jovens do Brasil.* Disponível em: «http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf». Consultado em: 05 agosto 2014.

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS. Disponível em: «http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/index.php». Consultado em: 06 agosto 2014.

Artigos em coletâneas: LEMGRUBER, Julita, BOITEUX, Luciana (2014). O Fracasso da Guerra as Drogas. In: *Crime, Polícia e Justiça no Brasil.* DE LIMA, Renato Sérgio, RATTON, José Luiz, AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Org). São Paulo: Contexto.

RIBEIRO, Luiz Carlos Queiroz (2004), "A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito". In: RIBEIRO, Luiz Carlos Queiroz (org.), *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*, São Paulo/Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo/FASE, p.17-40

Teses: WEISHEIMER, N.(2009) *A Situação Juvenil na Agricultura Familiar*. Tese de Doutorado, Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Programa minha casa minha vida: entre o direito à moradia e a gentrificação

Juliana Pessoa Mulatinho
julianamulatinho@yahoo.com.br

Resumo: A questão da moradia tem se mostrado central na política de implementação de direitos na democracia brasileira. Assim, o Programa Minha Casa Minha Vida, como política pública, visa atender a essa demanda. No entanto, analisando a prática dessa política pode-se supor que o programa vem se convertendo em forma de consolidação do processo de gentrificação urbana. Esse trabalho analisa, então, o programa como um fator de legitimação da democracia brasileira, no âmbito da efetivação dos direitos, que deixa oculto o afastamento dos cidadãos de baixa renda das áreas centrais, criando áreas marcadas pela exclusão social e privilegiando interesses das grandes construtoras que se beneficiam da comercialização desses imóveis e da liberação de áreas mais valorizadas. Para tanto, serão utilizados os raciocínios indutivo e dedutivo, em abordagem jurídico-sociológica, envolvendo técnicas de revisão bibliográfica e análise de dados.

Palavras-chave: Programa minha casa minha vida, gentrificação, *rent gap*, direito à moradia, mercado imobiliário.

1. Introdução

A moradia é muito mais que um teto para se abrigar, é um lugar para viver e reunir a família. É, frequentemente, considerada o patrimônio monetário mais importante de um indivíduo, possuindo grande relevo afetivo, constituindo, na maioria das vezes, o maior investimento de uma vida (ONU, 2012:62). Homem e mulher têm o direito, decorrente da própria vida, de ocupar um espaço adequado, livre e íntimo em sua vida cotidiana. Não é possível viver com dignidade sem morar com dignidade.

No entanto, só a partir da década de 1930, é que o Estado brasileiro assume um papel mais ativo na implementação desse direito, com a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP), que mais tarde foram unificados através da Fundação Casa Popular (Cardoso et al. 2013:3). Após o golpe militar de 1964, há a extinção dessa fundação, sendo instituído o Sistema Financeiro Nacional, operacionalizado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) que, após a redemocratização, foi encerrado, devido à sua baixa liquidez, sendo suas atribuições incorporadas às da Caixa Econômica Federal (Cardoso et al. 2013:4).

O Fórum da Reforma urbana, durante o período da Constituinte, evidenciou a questão do direito à moradia inserindo-o dentro da perspectiva mais abrangente do direito à cidade (Uzzo et al. 2010:260). Esse grupo articulou apoio público, obtendo 200 mil assinaturas para a subscrição de sua proposta de emenda popular, que acabou contemplada no capítulo da "Política Urbana". Essa mobilização popular revela a centralidade da questão urbana no cenário nacional.

A partir daí, sucedem-se inúmeros programas para o setor habitacional, caracterizados pela ineficiência social e pela descontinuidade (Cardoso et al. 2013:4). Só a partir de 2009 com a criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), pela conversão da Medida Provisória 459/2009 na Lei 11.977, consolida-se no país uma política pública com finalidade de aumentar a produção e aquisição de habitações, requalificação de imóveis urbanos, produção e reforma de imóveis rurais, propiciando assim a geração de emprego e renda (Soares, 2013:121).

Esse programa busca associar a efetivação do direito à moradia ao aquecimento do mercado imobiliário, funcionando também, portanto, como um instrumento de política econômica. A influência do programa para a realização do direito à moradia é clara uma vez que 3,6 milhões de moradias já foram contratadas, cifra que torna sua importância inegável[1]. No entanto, estudos empreendidos sobre o funcionamento do PMCMV indicam

1 Dados apurados na Plataforma de Indicadores do Governo Federal: *http://pgi.gov.br/pgi/indicador/dashboard/iniciar?*

que as moradias construídas em seu âmbito vem sendo distribuídas geograficamente de forma a aprofundar o processo de periferização das cidades, relegando à população de renda mais baixa os empreendimentos situados em locais distantes da área central da cidade e com pior rede de infraestrutura urbana (Cardoso et al, 2013:6), de modo que:

> (...) uma concepção de política habitacional que compreendia a moradia enquanto direito social (resultado de um longo processo de luta política ao longo das décadas de 1980 e 1990) passa a ser interpelado por outras concepções que tendem a colocá-la com um produto, um bem de consumo, ou um investimento financeiro (Cardoso et al, 2014:7).

Os dados analisados no presente trabalho demonstram que a distribuição espacial dos empreendimentos financiados pelo PMCMV obedecem a lógica da segregação espacial, uma vez que a população de renda mais baixa é alocada nos imóveis mais distantes da região central, em localidades frequentemente desprovidas de equipamentos públicos adequados.

Dessa forma, o que se pretende analisar no presente trabalho é a perspectiva contraditória do Programa Minha Casa Minha Vida que representa um inegável avanço na promoção do direito à moradia, entregando uma grande quantidade de habitações a populações de baixa renda, sem deixar de configurar, contudo, como um promotor de processos de gentrificação ao viabilizar o processo de expulsão da população mais pobre das áreas centrais da cidade mais atrativas ao mercado imobiliário, privilegiando os interesses dos agentes desse mercado. O paradigma escolhido será a cidade do Rio de Janeiro, uma vez que, devido à realização de Megaeventos em seu território (Copa do Mundo e Olimpíadas), que justificaram uma verdadeira reabilitação urbana, esse processo encontra-se especialmente evidenciado em seu território.

O marco teórico utilizado, portanto, além das noções correlatas ao direito à moradia, será o conceito de gentrificação, fenômeno esse entendido por Rigol (2004:99) como um processo de transformação social urbana na qual uma das partes é segregada. Essa ideia permite evidenciar de que modo a segregação espacial obedece à lógica de funcionamento do capitalismo.

A metodologia aqui utilizada será a abordagem jurídico-sociológica, uma vez que se busca compreender o fenômeno jurídico do direito à moradia dentro de seu contexto social, através de um raciocínio dedutivo. Para tanto, serão primeiro analisados o direito a moradia e a noção de gentrificação que serão instrumentos para o exame das questões atinentes ao Programa Minha Casa Minha Vida na cidade do Rio de Janeiro. A análise ora empreendida conta com pesquisa bibliográfica e legislativa.

2. O Direito à Moradia

O Direito à moradia digna é uma necessidade lógica da dignidade humana. Assim, reconhece a Declaração Universal dos Direitos do Homem, onde se prevê:

> Art. XXV 1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, **habitação**, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle. (ONU, 1948, grifo nosso).
>
> A Declaração, editada em 1948, portanto no período pós-segunda guerra mundial, visava centralizar o ordenamento jurídico internacional na dignidade humana, retomando a ideia de pessoa como um fim em si mesmo. Trata-se de um marco do compromisso humanista, rompendo com a cultura jurídica que institucionalizou a barbárie do nazismo.

---

id=2489&nome=Unidades%20contratadas%20em%20todas%20as%20Faixas%20-%20MCMV, acesso em 20/11/2014

Na esfera internacional, cabe mencionar também os documentos originados de grandes conferências promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Declaração de Vancouver sobre Assentamentos Humanos (Habitat I), em 1976 e a Declaração de Istambul (Habitat II) em 1996. Em ambos os pactos o Direito à Moradia é um direito expressamente reconhecido. Outro marco normativo importante é o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, ratificado pelo Estado brasileiro em 1992, que, em seu artigo 11, reafirma o reconhecimento de um direito à moradia adequada.

No entanto, a despeito dessas previsões legais, a ONU estima que, só na América Latina e Caribe, 111 milhões de pessoas vivam em condições inadequadas de moradia. No Brasil, ainda segundo a ONU, estima-se que 30% da população encontra-se em tais condições inadequadas (ONU, 2012:61). Como moradores em condições inadequadas a ONU-Habitat refere-se a um grupo de pessoas que vivem debaixo do mesmo teto, carecendo de uma ou mais das seguintes condições: uma habitação durável, de natureza permanente, que garanta proteção contra condições climáticas adversas; espaço vital suficiente, de modo que não mais de três pessoas compartilhem um quarto; acesso à água potável suficiente e a preço razoável; acesso a saneamento adequado e, por fim, segurança para evitar desalojamentos forçados (ONU, 2012:61-64).

Analisando a estrutura normativa brasileira, verifica-se que, através da Emenda Constitucional 26 de 2000, a Constituição brasileira elencou, em seu artigo 6º, o direito à moradia no rol dos direitos sociais. A despeito da previsão do Direito à Moradia só ter constado na Constituição após a dita emenda, é notório que tal garantia já estava implicitamente assegurada, o que se pode concluir através da análise do artigo 24 inciso IX, que prevê a competência comum dos entes federativos para promoção de programas de construção de moradia, outros artigos que corroboram essa análise são o artigo 5º, inciso XXIII, artigo 170, inciso III e artigo 182 §2º que demonstram a vinculação social da propriedade. Além disso, o usucapião especial urbano e rural, previstos na Constituição nos artigos 183 e 191, são condicionados à utilização do imóvel para moradia, o que demonstra que o direito à moradia, mesmo não encontrando previsão expressa até 2000, estava implícito na Lei Maior brasileira (Sarlet, 2010:12).

Por outro lado, após a emenda constitucional 26, pode-se citar o advento de três normas de caráter geral que representam um avanço na proteção do direito à moradia, quais sejam: o Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001; a edição da Medida Provisória 2.220 também em 2001, que institui a concessão de uso especial para fins de moradia; e a inclusão, em 2007, no Código Civil, do direito real de uso especial para fins de moradia. Além das normas constitucionais, o Estatuto da Cidade inclui diversos mecanismos urbanísticos vinculados ao direito à moradia, a exemplo do seu artigo 2º, inciso I e XIV, que dispõem:

> Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:
> I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; (...)
> IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente; (Brasil, lei 10.257 de 10 de julho de 2001).

Existem, portanto, diversos instrumentos legais que tutelam o direito à moradia. A análise desses instrumentos mostra que não é relevante o meio pelo qual se acessa a moradia – aquisição de propriedade, locação imobiliária, "compra de posse", ocupação – pois o mero exercício desse direito deve atrair todo um arcabouço normativo protetivo.

Aqui, cabe ressaltar que a consagração do direito à moradia em diversas legislações demonstra um avanço na sua efetivação, mas não uma "fórmula mágica" de implementação desse direito. Muitas vezes, as formas de interpretação dessas legislações e as políticas púbicas que supostamente o efetivam acabam por limitá-lo ou materializá-lo de maneira contraditória – é nessa perspectiva que o presente trabalho

analisará o PMCMV. O próprio arcabouço jurídico, ao consagrar o direito à moradia com o mesmo status de diversos outras garantias, inclusive o direito à propriedade, o sujeita a inevitáveis colisões entre direitos. Nesse sentido:

> O que presumimos, e parece irrefutável, é que um direito humano e fundamental, declarado por normas cogentes e dotado de algumas diretrizes básicas de conteúdo não pode ter seu sentido esvaziado na prática do foro quando posto no banco dos réus. Para que outros direitos prevaleçam sobre a moradia informal, em um dado caso concreto, é necessário que isso seja objeto de judiciosa fundamentação; é necessário que sejam conferidas aos assentados as garantias do devido processo legal e da ampla defesa; e, o que é ainda mais importante, em qualquer **hipótese deve preservar-se um núcleo mínimo do direito à moradia, inerente à dignidade humana** (Abreu, 2011:399, grifo nosso).

3. Gentrificação

O estudo do fenômeno da gentrificação, identificado com a ideia de mudança social urbana, inicia-se na década de 1960 devido às evidências de transformação em alguns bairros ingleses que, outrora habitados por operários, vinham recebido continuamente novos moradores de classe média (Rigol, 2004:99). A partir daí, a noção de gentrificação, que ocorre em inúmeras cidades pelo mundo que vivenciam processos de transformação de seus espaços urbanos, vem descrevendo:

> (...) um dos principais processos de transformação de urbana que intervêm na configuração social das cidades, O modelo de segregação sociespacial que até alguns anos atrás havia especializado boa parte das áreas centrais urbanas como assentamento de classes baixas, muda radicalmente, e a nova estrutura socioespacial se fundamenta, em boa parte, na *gentrification* das áreas centrais: substituição social, reinvestimento econômico e, em geral, de significado e imagem dessas áreas centrais (Rigol, 2004:99).

Desde os anos 1960 até os dias atuais, a gentrificação passou de fenômeno pitoresco para uma dimensão marcante do urbanismo contemporâneo (Smith, 2006:29). O estudo das áreas que passam por esse processo busca evidenciar as causas subjacentes a esse processo e forma como ele se desenrola para produzir mudanças no espaço urbano. As diversas posições teóricas e metodológicas pelas quais essas pesquisas vêm sendo implementadas possuem como ponto em comum o diagnóstico pelo qual se trata de um fenômeno que se caracteriza pela expulsão das classes trabalhadoras residentes em bairros gentrificados, que dão lugar a classe média – representando, portanto, uma forma de conflito de classes (Rigol, 2004:101).

Inicialmente, o estudo da gentrificação dividiu-se em duas perspectivas teóricas: o enfoque cultural, que buscava ressaltar a soberania do consumidor em relação ao mercado e na localização residencial, e a perspectiva econômica, que demonstra ser essencial a criação da oportunidade do lucro (Rigol, 2004:108). A partir da segunda metade de 1980, no entanto, as análises da gentrificação parecem ensaiar uma perspectiva de integração, sendo considerado um fenômeno que envolve múltiplas causas que se integram conforme a especificidade do caso concreto analisado.

Dessa forma, Smith (2007:19) afirma que a reestruturação urbana é produto do desenvolvimento desigual do capitalismo ou de uma operação de *rent gap* no âmbito do movimento cíclico do capital, mas também resulta do advento de uma economia de serviços que surgem em geral, em um contexto de desindustrialização e da mudança das preferências por estilos de vida.

O conceito de *rent gap* especialmente relevante para esse trabalho, por corresponder à forma específica pela qual será analisada a gentrificação financiada pelo PMCMV, está vinculado ao movimento cíclico do capital, uma vez que, as áreas urbanas foram marcadas inicialmente por um processo de suburbanização que representa uma "descentralização do capital e da atividade humana no espaço geográfico" (Smith, 2007:21). Em um primeiro momento, há uma fuga do capital para as áreas periféricas, tendo em vista que o encarecimento das propriedades

na área central diminui as possibilidades de lucro – ocorre então o desenvolvimento das periferias. Dessa forma, "enquanto o preço da terra nas áreas suburbanas eleva-se com a proliferação de novas construções o preço relativo da terra nas áreas centrais cai." (Smith, 2007:21). Os edifícios e terrenos das áreas centrais recebem cada vez menos investimentos, deteriorando-se, de modo a resultar em uma área desvalorizada. É justamente essa desvalorização que faz surgir o *rent gap* – a diferença entre o valor atual da terra, deteriorada, e a renda potencial que poderia produzir quando capitalizada – e a consequente oportunidade econômica. Ou seja, "a desvalorização da área central cria a oportunidade para a revalorização desta parte da área 'subdesenvolvida' do espaço urbano" (Smith, 2007:22).

A pertinência do conceito de *rent gap* para análise da configuração urbana da cidade do Rio de Janeiro advém do simples exame de sua histórica urbana. No final do século XIX e no inicio do século XX, a cidade do Rio de Janeiro assistiu uma grande expansão rumo à zona norte e à região da baixada Fluminense, movimento que, nas últimas décadas do século XX, irá tomar a direção da zona oeste da cidade (Bello, 2013:252) – representando assim um verdadeiro fenômeno de suburbanização. Paralelamente, a região portuária da cidade vai sendo progressivamente abandonada, tendo seus imóveis precarizados e, frequentemente, ocupados pela população de baixa renda que se interessa a viver no local motivada, em geral, pelas possibilidades de emprego da região central (Bello, 2013:255). É nesse ínterim que surge o *rent gap* que oportunizará o lucro o que pode ser ilustrado pelo advento do projeto "Porto Maravilha". Esse projeto é um dos exemplos que evidencia o fenômeno da gentrificação na cidade do Rio de Janeiro.

O atual processo de gentrificação na cidade do Rio de Janeiro revela-se pelo deslocamento de populações historicamente residentes em áreas centrais, outrora desinteressantes para o mercado imobiliário, mas que, a partir da constituição do *rent gap*, tornam-se novamente oportunidade de lucros. Assim, essa população precisa ser movida para outros locais e, não podendo, em geral, ser simplesmente expulsa sem o cometimento de inúmeras ilegalidades, uma das alternativas que vem sendo usada é o financiamento de imóveis no âmbito do PMCMV. Dessa forma, conforme será demonstrado adiante, esse programa pode também representar uma forma de legitimar a substituição social das áreas centrais, liberando terrenos valiosos para a iniciativa privada sem deixar de reconhecer, pelo menos formalmente, seu direito à moradia. Assim, percebe-se que, com a gentrificação:

> O modelo de segregação socioespacial que até a alguns anos atrás havia especializado boa parte das áreas centrais urbanas como assentamento de classes baixas, muda radicalmente, e a nova estrutura socioespacial se fundamente, em boa parte, na gentrificatio das áreas centrais: substituição social, reinvestimento econômico e, em geral, mudança de significado e imagem dessas áreas centrais (Rigol, 2004:99).

4. O Programa Minha Casa Minha Vida na Cidade do Rio de Janeiro

O PMCMV foi criado em 2009 através da conversão da Medida Provisória 459/2009 na Lei 11.977 com finalidade de aumentar a produção e aquisição de habitações, requalificação de imóveis urbanos, produção e reforma de imóveis rurais, propiciando assim a geração de emprego e renda (Soares, 2013).

O PMCMV compreende basicamente dois programas: o programa nacional de habitação urbana e o programa nacional de habitação rural. Os recursos são provenientes do fundo de arrendamento residencial - FAR, através do orçamento geral da união e também do FGTS e do BNDES, conforme disposição da lei que criou o programa. Segundo dados do portal de dados da união, o PMCMV já contratou mais de 3,6 milhões de unidades habitacionais[2].

> Como instrumento de fomento da produção de habitações para a população carente, a União aloca seus recursos em todo o território nacional, requisitando a apresentação

2 Conforme informações do Portal Dados da União. Disponível em *http://pgi.gov.br/pgi/indicador/dashboard/iniciar?id=2495&nome=Unidades%20entregues%20-%20MCMV* Acesso em 22/11/2014

> de projetos que são de responsabilidade das construtoras, muitas vezes em parcerias com Estados e Municípios. Aos municípios, em geral, cabe o cadastramento de famílias interessadas e, algumas vezes, a disponibilização de terrenos. Na fase seguinte, o agente financeiro, em geral a Caixa Econômica Federal, após as análises cabíveis, libera recursos para a realização da obra, financiando também os compradores (Soares, 2013:121).

O programa vem sendo divulgado na mídia como um enorme sucesso, possuindo, de fato, números impressionantes. A análise mais detida do programa, no entanto, têm apontado para existência de limitações e contradições.

A lógica da acumulação de capital dita a maximização do lucro de modo que os custos devem ser sempre reduzidos e o preço final do produto deve ser o mais alto que o mercado consumidor possa suportar, o que não é diferente no mercado imobiliário. Assim, tendo em vista que o PMCMV possui limitações quanto ao valor do imóvel a ser financiado[3], os agentes do mercado imobiliário maximizam seus lucros escolhendo terrenos mais baratos para seus empreendimentos. Dessa forma:

> Considerando o preço da terra enquanto variável determinante para a escolha da localização do empreendimento pela iniciativa privada (em função das margens de lucrso projetadas), o que vem sendo identificado é uma progressiva periferização da população voltada para as famílias de baixa renda. O mercado busca terrenos mais baratos, o que acaba direcionando os empreendimentos para áreas na margem das áreas urbanizadas, e geralmente carentes de infraestrutura e serviços básico., (Cardoso et al. 2013:6)

De acordo com a lei 11977/2009 a exigência quanto ao terreno a ser utilizado em empreendimento do PMCMV restringe-se a sua localização em área urbana ou "área de expansão". Já o Decreto-Lei 7.499/2011, em seu artigo 6o, é mais exigente, conforme abaixo:

> Art. 6º Para a implantação de empreendimentos no âmbito do PNHU deverão ser respeitados os seguintes requisitos, observada a regulamentação do Ministério das Cidades:
> I - localização do terreno na malha urbana ou em área de expansão que atenda aos requisitos estabelecidos pelo Ministério das Cidades, observado o respectivo plano diretor, quando existente;
> II - adequação ambiental do projeto;
> III - infraestrutura básica que permita ligações domiciliares de abastecimento de água e energia elétrica e que inclua vias de acesso, iluminação pública e solução de esgotamento sanitário e de drenagem de águas pluviais; e IV - a existência ou compromisso do poder público local de instalação ou de ampliação dos equipamentos e serviços relacionados à educação, à saúde, ao lazer e ao transporte público. (BRASIL, decreto-lei 7.499 de 16 de junho de 2011, 2011).

Ainda que as exigências do Decreto-Lei 7.499/2011 sinalizem um avanço em relação às exigências do PMCMV, verifica-se que permanecem nele as expressões sem conteúdo preciso como "área de expansão" e "compromisso do poder público". Assim, parece claro que a legislação continua abrindo brechas para a realização de empreendimentos em áreas pouco adequadas. Mais do que isso, a análise empírica da distribuição espacial dos empreendimentos do PMCMV na cidade do Rio de Janeiro demonstra que quanto mais baixa renda do público alvo, o imóvel será mais afastado das regiões centrais.

---

3 O limite atual do valor do imóvel no âmbito do PMCMV, em capitais, como é o caso do Rio de Janeiro, é de R$ 190.000,00 conforme informa a Caixa Econômica Federal (*http://www.caixa.gov.br/novo_habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana-novo-planta-construcao.asp* acesso em 21/11/2014)

Número de unidades produzidas pelo Programa Minha Casa Minha Vida na cidade do Rio de Janeiro distribuídas por bairro, com gráfico indicando a distribuição por faixa de renda do beneficiário para cada Área de Planejamento do Município (Cardoso et al. 2013:7)

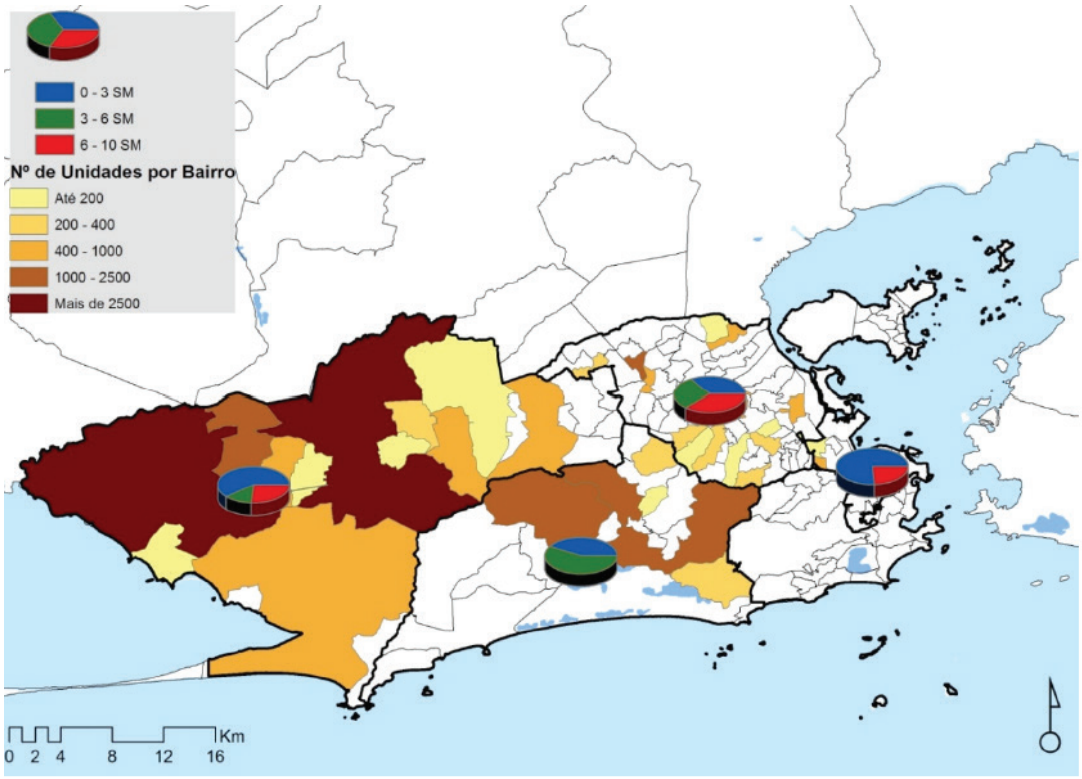

A análise do gráfico revela que mais da metade dos empreendimentos voltados para renda de 0 a 3 salários mínimos situam-se na zona oeste área historicamente menos valorizada (Cardoso et al. 2013:3). Logo, contando com a omissão do poder público, as áreas que vem sendo eleitas para a construção dos empreendimentos do PMCMV frequentemente são localizadas nos limites da cidade, por possuírem menor valor de mercado (Soares, 2013:123). São locais que dispõem, em sua maioria, de poucos equipamentos urbanos, com transporte coletivo precário, condições básicas para o exercício pleno do direito à moradia o que revela centralidade do atendimento dos interesses privados do mercado imobiliário.

Além disso, a busca de terrenos de baixo valor, que acarreta frequentemente empreendimentos concentrados em áreas muitos próximas entre si, acaba por impactar a capacidade de atendimento dos poucos equipamentos públicos instalados nesses locais. Mais importante, no entanto, parece ser a questão apontada por Soares que ressalta que a dita proximidade dos conjuntos habitacionais, os quais costumam possuir inclusive a mesma aparência, contribuem para estabelecer "espaços de exceção, estigmatizados como espaços de pobreza" (Soares, 2013:130).

A questão da localização inadequada dos empreendimentos vem sendo levantada por diversos estudiosos desde o lançamento do PMCMV, conforme ilustra a afirmação de Francini Hirata, ainda em 2009:

> Na maioria das cidades do país, vai ser provavelmente impossível que esta população tenha a casa construída nas áreas não periféricas, que apresentam infra-estrutura consolidada e oportunidades de trabalho. Isto porque estas regiões apresentam o m^2 muito mais caro. [...] No plano do presidente não há estimativa de custos e não há também menção alguma a este problema. Qual é a profundidade deste plano, para enfrentar a questão habitacional? (Hirata, 2009:4)

Assim, percebe-se que o protagonismo dos agentes do mercado tem proporcionado um processo de periferização das famílias baixa renda (Cardoso et al, 2013:6). Na cidade do Rio de Janeiro, esse processo se revela ainda mais impactante, pois, devido a profunda transformação urbana que vem sendo concretizada justificada pela realização de megaeventos – especialmente a copa do mundo de futebol e as olimpíadas – mais de 4 mil famílias já fora removidas e quase 5 mil encontram-se ameaçadas de remoção de suas moradias[4]. Essas remoções são, em grande medida, realizadas em áreas centrais, de modo a liberar espaço para empreendimentos imobiliários de alto valor agregado, conforme tabela abaixo:

Remoções em áreas centrais do Rio de Janeiro

Comunidade	**Nº de famílias ameaçadas/removidas**	**Justificativa**
Favela do Sambódromo (centro)	60	Alargamento do Sambódromo
Morro da Providência (Porto)	832	Implantação de teleférico e plano inclinado; área de risco
Ocupação Machado de Assis (Porto)	150	Projeto Porto Maravilha
Ocupação Flor do Asfalto (Porto)	30	Projeto Porto Maravilha
Ocupações na Rua do Livramento (Porto)	400	Projeto Porto Maravilha
Ocupação Boa Vista (Porto)	35	Projeto Porto Maravilha
Quilombo das Guerreiras (Porto)	70	Projeto Porto Maravilha
Zumbi dos Palmares (Porto)	133	Projeto Porto Maravilha
Ocupação Carlos Marighela (Porto)	47	Projeto Porto Maravilha
Ocupação Casarão Azul (Porto)	70	Projeto Porto Maravilha
Tabajaras (Botafogo)	352	Área de risco
Pavão-pavãozinho (Ipanema/Copacabana)	300	Área de risco
Pico do Santa Marta (Botafogo)	150	Área de Risco
Vidigal (Morro dos dois irmãos entre Leblon e São Conrado)	40	Área de Risco
Horto (Jardim Botânico)	523	Interesse ambiental e patrimônio histórico
TOTAL:		3.192

Elaboração da autora com base em dados obtidos pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro

4 Conforme dados apurados pelo Comitê Popular da Copa e Olímpiadas do Rio de Janeiro consolidados em seu dossiê de junho de 2014, disponível em *https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf* acesso em 21/11/2014.

Os dados sugerem então que, um grande número de famílias (mais de três mil) ameaçadas de remoção ou removidas recentemente na cidade do Rio de Janeiro são oriundas das áreas centrais da cidade, incluindo, além do centro, bairros antigos e valorizados, como Copacabana, Ipanema. Aqui se verifica que se tratam de áreas que se encontravam até então desvalorizadas, tanto pelo processo de precarização dos centros, típico da fuga do capital das áreas centrais, como também da favelização, fenômeno urbano que gera áreas de baixo valor imobiliário no entorno de regiões ricas como a zona sul carioca.

Para diminuir os problemas sociais e, por vezes, legitimar essas remoções, e viabilizar de alguma forma o exercício do direito de moradia por essas famílias, o poder público tem frequentemente oferecido o enquadramento dessas famílias no PMCMV. Dessa forma, premidas pela necessidade de morar, muitas famílias acabam aceitando essa alternativa e mudando-se para esses empreendimentos que, como já visto, situam-se majoritariamente em áreas periféricas que possuem pouca infraestrutura urbana, conforme se demonstra no mapa abaixo.

Mapa 1. ***Localização dos empreendimentos Minha Casa Minha Vida, por Forma de Ocupação e Tamanho dos Empreendimentos – Rio de Janeiro, 2012***

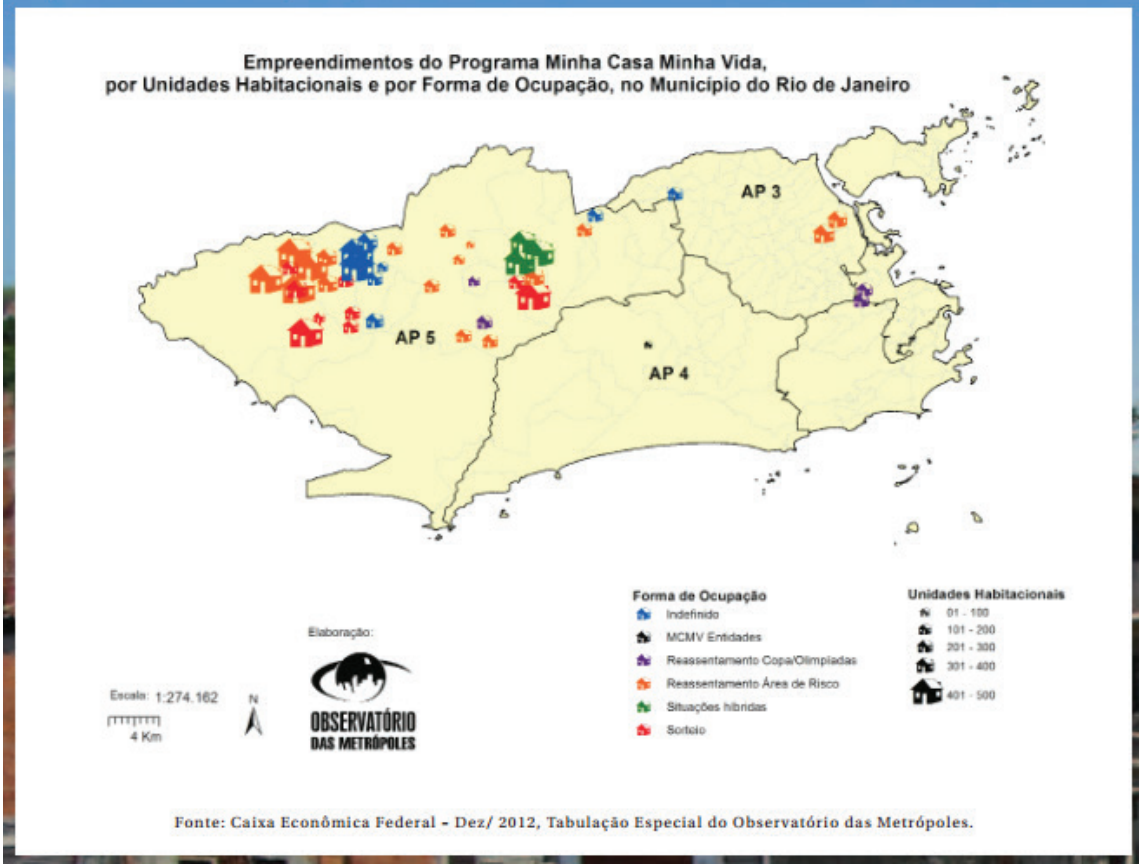

Elaboração Observatório das Metrópoles (Comitê, 2014)

> A partir desses dados, percebe-se que o PMCMV, na cidade do Rio de Janeiro, apropriado pelos atores do mercado imobiliário, proporciona uma movimentação espacial da população, ao permitir a realocação da população de baixa renda em locais periféricos, de baixa valia para os agentes do mercado, liberando terrenos que, por sua baixa valorização atual e alto potencial de produção de lucro – um verdadeiro *rent gap* – serão oportunamente apropriados produzindo lucros dentro da lógica da distribuição de capital no espaço urbano. O programa viabiliza então a segregação espacial das populações de renda mais baixa - um verdadeiro processo de gentrificação.

5. Conclusão

A partir do exame empreendido, o direito de moradia revela-se como consequência do próprio pincípio da dignidade da pessoa humana. Sua consagração em múltiplas legislações representa um avanço no entendimento das necessidades sociais do ser humano. Inúmeras políticas públicas sucederam-se ao longo da história nacional objetivando efetivar esse direito. É nesse contexto que surge em 2009 o Programa Minha Casa Minha Vida, cujo objetivo é resolver a questão do déficit habitacional do país, privilegiando a solução da questão da moradia para a população mais pobre.

No entanto, a análise aqui empreendida sobre a implementação do programa na cidade do Rio de Janeiro mostrou que os empreendimentos voltados para a população de baixa renda situam-se nos limites da urbanização, conforme os dados já analisados. A situação na cidade do Rio de Janeiro é especialmente evidente devido às inúmeras obras de reestruturação urbana empreendidas com a justificativa dos megaeventos. Esse contexto gerou a remoção de inúmeras famílias que habitavam áreas antes desvalorizadas, em geral situadas na região central da cidade.

A desvalorização dessas áreas centrais precarizadas, geradas pela fuga do capital para outras áreas, gera um *rent gap* – uma oportunidade de lucro oriunda da diferença entre o potencial de renda que a propriedade imobiliária pode produzir depois de capitalizada e aquilo que ela vem efetivamente produzindo. É a partir desse *rent gap* que a gentrificação na cidade do Rio de Janeiro, conceito aqui entendido como a movimentação da população no espaço urbano, obedecendo à lógica da segregação das classes baixas em espaços desvalorizados, foi analisada no presente trabalho.

A partir dessa noção, a alocação dos empreendimentos do PMCMV voltados para renda mais baixa revela-se como uma decorrência da lógica da acumulação do capital no espaço urbano. Assim sendo, essa política, sob o argumento da efetivação do direito à moradia, o qual pode eventualmente promover, proporcionar também a ocorrência da gentrificação.

Assim, percebe-se que o pacote representado pelo PMCMV é antes um pacote de incentivo à indústria da construção civil que política habitacional (Hirata, 2009:8). Ao implantá-lo o governo perdeu a oportunidade de reestruturar as cidades brasileiras, reaproveitando imóveis desocupados, aplicando a concessão de uso especial para fins de moradia, reordenando áreas precárias já construídas promovendo sua regularização fundiária. Ao contrário, o PMCMV, apesar de apresentar algum avanço na política de habitação nacional, simboliza, sobretudo, a vitória do modelo que encerra seus cidadãos mais pobres nos rincões dos municípios para a festa lucrativa do capital imobiliário.

Referências

ABREU, João Maurício Martins de. (2011) "A moradia informal no banco dos réus: discurso normativo e prática judicial". *Revista Direito FGV,* São Paulo, 14, pp. 391-416. Disponível em: *http://direitogv.fgv.br/sites/direitogv.fgv.br/files/03_rev14_391-416_-_joaao_mauriucio_martins_de_abreu_-_scielo.pdf* Acesso em: 20/11/2014.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em *http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm*. Acesso em: 09/02/2014.

BRASIL, Estatuto da Cidade: lei n. 10.257, de 10 de julho 2001. Brasília. Disponível em: *http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm*. Acesso em 09/02/2014.

BRASIL, Programa Minha Casa Minha Vida: lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009. Brasília. Disponível em: *http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm* . Acesso em 09/02/2014.

BRASIL, Medida Provisória 2.220 de 04 de setembro de 2001. Brasília. Disponível em: *http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2220.htm Acesso em 09/02/02014*.

BELLO, Enzo. (2013) A cidadania na luta política dos movimentos sociais urbanos. Caxias do Sul: Educs, 1ª ed.

CARDOSO, Adauto Lúcio et al. (2014) Quando um direito vira produto: impactos do programa minha casa minha vida na cidade do Rio de Janeiro. XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Rio de Janeiro, 2013. *Anais do XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Rio de Janeiro:* UERJ. p. 1-18. Disponível em: *http://www.simpurb2013.com.br/wp-content/uploads/2013/11/1485_GT02.pdf . Acesso em 21/11/2014*.

CARDOSO, Adauto Lucio Cardoso. JAENISCH, Samuel Thomas. (2014), "Nova política, velhos desafios: problematizações sobre a implementação do programa Minha Casa Minha Vida na região metropolitana do Rio de Janeiro". *E-metropolis*, 18 (5), pp. 6-18. Disponível em: *http://www.emetropolis.net/download/edicoes/emetropolis_n18_v2.pdf* . Acesso em 14/12/2014.

COMITÊ POPULAR RIO COPA E OLIMPÍADAS. (2014) Megaeventos e violações de direitos humanos no Rio de Janeiro. Disponível em: *https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf*. Acesso em 03/06/2014.

HIRATA, Francini. (2009), "´Minha Casa, Minha Vida´: Política Habitacional e de Geração de Emprego e Renda ou Aprofundamento da Segregação Urbana?" *Revista Aurora*, 4 (3). Disponível em: *http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1202/1070* Acesso em: 06/02/2014.

ONU, Declaração Universal dos Direitos do Homem de 10 de dezembro de 1948. Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas.

ONU, Estado de Las Ciudades de América Latine y El Caribe 2012 Rumboa a uma nueba transición urbana. (2012) Programa de las naciones unidas para los asentamientos humanos (onu-habitat). Disponível em: *http://www.onuhabitat.org/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=362&Itemid=538* Acesso em 21/11/2014.

RIGOL, Sergi Martinez i. (2004), A Gentrification: conceito e método. In: Urbanização e Mundialização. Ana Fani (org.). São Paulo: Contexto.

SARLET, Ingo Wolgang. (2010), "O direito fundamental à moradia na constituição: algumas anotações à respeito de seu contexto, conteúdo e possível eficácia". *Revista Eletrônica sobre a reforma do Estado (RERE)*, 20. Disponível em: Acesso em: 24/01/2014.

SAULE JR, Nelson. UZZO, Karina. (2010) A trajetória da reforma urbana no Brasil. Ciudades para tod@s: por el decrecho a la ciudad, propuesta y expericencia. Disponível em: *https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCIQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.hic-al.org%2Fdocumento.cfm%3Fid_documento%3D1402&ei=8tFvVIT6I8iHsQS75oDQCw&usg=AFQjCNGcaSL5Ee4AoudKaOxzVq0HWFdLeQ&sig2=x9mcZUuuBVEq8BbhyK-BLw* Acesso em 21/11/2014.

SOARES, Isabelle Oliveira. CARVALHO, Aline Werneck Barbosa de. PINTO, Neide Maria de Almeida. (2013) Interesses especulativos, atuação do Estado e direito à cidade: o caso do programa "Minha Casa Minha Vida" em Uberaba (MG). *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)*, v. 5, n. 1, p. 119-131, jan./dez. Disponível em *http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-33692013000100009&script=sci_arttext*. Acesso em 21/11/2014.

SMITH, N. (2006), A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org.). De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos. São Paulo: Annablume. Disponível em: «http://books.google.com.br/books?id=3H5bhgirfvcC&printsec=frontcover&hl=ptBR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false».

_____. (2007) Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. *GEOUSP: espaço e tempo*, n. 21, p. 15-31. Disponível em: *http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/viewArticle/268* Acesso em 21/11/2014.

Cidadania e práticas educacionais: uma leitura a partir da obra de Paulo Freire

Lucineide Orsolin
lucineide.orsolin@bol.com.b

Biografia: Lucineide Orsolin. Mestre em Desenvolvimento (2013) pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Pelo Programa de Pós-graduação Strictu Sensu em Desenvolvimento. Especialista em Gestão de Programa Para a Área Social (2004) pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Campus de Frederico Westphalen/RS. Bacharel em Serviço Social (2003) pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Campus de Frederico Westphalen/RS. Organizadora do Livro Práticas Profissionais e Expressões Sociais em Debate: Teorias em Construção. EDITORA FuRI Santo Ângelo/RS. São Luiz Gonzaga,RS: A Notícia, 2012. Docente e Coordenadora do Curso de Serviço Social da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, São Luiz Gonzaga/RS.

Resumo: Objetiva-se destacar as principais contribuições relativas ao processo de emancipação humana e consolidação da cidadania a partir de revisão bibliográfica à obra do educador brasileiro Paulo Freire. Destacam-se práticas educacionais que dialogam com os conceitos de conscientização, politização e liberdade. Este processo, refletido e articulado aos conceitos freireanos de mudança, compromisso com a mudança, profissional progressista, prática educativa e prática profissional transformadora, caracteriza-se como um desafio histórico que aponta para movimentos de avanços e recuos em sua construção e consolidação. Tais conceitos, articulados ao desejo humano de "ser mais" e a clareza ideológica de que é preciso fazer uma opção política, apontam para a necessidade de práticas profissionais e sociais comprometidas com a mudança.

Palavras-chave: Liberdade. Conscientização. Práticas Educacionais. Cidadania.

Em que consiste e o que envolve uma prática educativa em Paulo Freire? Optou-se por abordar esta questão basicamente a partir do que se lê em Pedagogia da Autonomia, uma vez que, para além de conceber a educação como ato político e processo permanente em que se educa de forma contínua, o autor enfatiza as implicações éticas, de crítica, de conscientização e comprometimento político que envolvem o educador, considerando as exigências que o ato de ensinar impõe sobre as práticas educativas. Pode-se observar, ainda, que a conscientização caracteriza-se como conceito indispensável a este processo.

Estudar atentamente o sentido e o significado das práticas educacionais, em Paulo Freire, é como se fosse possível ver este conceito escrito e trabalhado em letras maiúsculas em função da importância que o educador lhe atribui. Para Freire, educador não é apenas o professor, aquele que professa um saber, que em tese ensina. Educador, via de regra, somos todos nós porque nos educamos uns com os outros. Educador é todo aquele e toda aquela que comprometido com a mudança desenvolve ações educativas que promovam à conscientização, a liberdade, a emancipação. Em última análise, a autonomia humana, uma vez que o homem por ser inconcluso busca sempre "ser mais".

Ao analisar os limites, desafios e possibilidades da educação, Freire (2011) observa que a educação, mesmo sendo ato de conhecimento fundamentalmente conscientizador, sozinha não é capaz de fazer uma sociedade libertar-se da opressão. É preciso que nasça, no âmago dos processos educativos, um pensamento pedagógico em que o educador, assim como todos os profissionais, entenda-se como um ser social e político capaz de contribuir na luta pela transformação da sociedade classista/opressora. Uma sociedade classista é uma sociedade hierarquizada, e, justamente por ter hierarquia, mantém a injustiça, a opressão e as desigualdades sociais, econômicas, culturais, ambientais e de acesso a participação política.

As contradições históricas da sociedade capitalista sempre são consideradas por Paulo Freire, pois elas implicam nos grandes desafios que os educadores precisam superar. De modo especial, àqueles relacionados à própria educação, uma vez que na sociedade burguesa, a educação não ocupa outro espaço se não o de reproduzir ideologias capitalistas e que asseguram a existência de uma elite hegemônica.
Em relação a isso afirma:

> Gostaria de deixar bem claro que não apenas imagino, mas sei quão difícil é a aplicação de uma política do desenvolvimento humano que, assim, privilegie fundamentalmente o homem e a mulher e não apenas o lucro. Mas sei também que, se pretendemos realmente superar a crise em que nos achamos, o caminho ético se impõe. Se, de um lado, não pode haver desenvolvimento sem lucro este não pode ser, por outro, o objetivo do desenvolvimento, de que o fim último seria o gozo integral do investidor (Freire, 1996, p.131).

Ao dizer que sabe das dificuldades de aplicação de uma política de desenvolvimento humano, Freire fala dos desafios que permeiam a educação. Mostra que é preciso ter clareza que o mercado deseja tão somente o lucro e sustenta a ideia de que para alcançar o desenvolvimento humano faz-se necessário superar a crise econômica. Em relação a isso, o autor ressalta a necessidade de defender os caminhos éticos, para tanto.
Se por um lado é preciso o desenvolvimento do mercado, precisa-se também desenvolver os homens e mulheres, a partir da aplicação de uma política do desenvolvimento humano. E, se Freire faz referência a isso, é porque, como educador e conhecedor da realidade, acredita que tal atitude é difícil, porém possível.
Prática educacional é aquela que busca conhecer o conhecimento e colocá-lo em favor da autonomia dos educando. É aquela que observa rigorosamente a complexidade ética, envolvendo o „que fazer„ de um educador para além da concepção estreita de ética que o mercado divulga e valoriza (Freire, 1996). É aquela que sabe que ensinar exige crítica, reflexão e diálogo, pois dialogar é mais do que uma conversa romântica sobre alguma coisa, mas constitui-se em uma relação profunda de troca entre as pessoas. Estabelece uma relação reflexiva a partir de conflitos existentes entre opressor e oprimido. A prática educativa não pode ignorar isso, pois há de se considerar a existência de uma sociedade classista (Freire, 2011).
Pode-se dizer que prática educacional, a partir de Freire (1996), são todos os „fazeres„ profissionais que primam por uma formação humana que educa para a solidariedade, para a liberdade e para a autonomia. Além disso, preza pela valorização do ser, percebendo que o jeito humano de viver é „ser mais„, pelo respeito aos diferentes saberes e que ensina a „pensar certo„ (p.30), fazendo com que o sujeito não se sinta apenas no mundo, mas parte do mundo. O autor sustenta que a prática educativa exige „saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção„ (Freire, 1996, p. 47).
Freire pensa a educação como ato político. Ao afimar: „ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho; os homens educam-se entre si„, deixa em evidência as diferentes formas de educar-se, e, por consequência a existência de diferentes e muitos educadores, para além da ideia de que „somente„ os professores são educadores.
Em Freire a educação popular é prática educativa porque se constitui como processo educativo que provoca rupturas com a educação tradicional, a qual privilegia a elite por meio da valorização e reprodução de seus modos de pensar e agir; e que, em oposição a estas práticas, confere à educação um conteúdo não individualista, mas social e uma dimensão eminentemente política.
Os movimentos populares são espaços próprios à prática da educação popular, uma vez que se constituem como lugar de pensar e refletir a relação do indivíduo com sua própria vida, com o meio onde está inserido e vive, e com a sociedade. A reflexão dialógica do indivíduo consigo, e com o outro, provoca aprendizados que os conduzem a pensar formas de transformar suas dificuldades em melhor modo de viver. As pessoas aprendem que, mesmo ignorando muitas coisas, elas possuem muitos saberes, conhecem muitos procedimentos, enfrentam muitas dificuldades e que isso as faz sujeitos de sua vida e história, bem como sujeitos de conhecimento e aprendizado de novos jeitos possíveis de enfrentar as dificuldades e transformar a sociedade (Freire e Nogueira, 2001).
Compreendendo que a educação é uma forma de intervenção no mundo e é ideológica, Paulo Freire chama atenção dos educadores. Contudo, não apenas dos professores, mas de todos aqueles que desenvolvem práticas

educativas, para sua condição de educador que precisa estar atento a tudo aquilo que o ato de ensinar/educar exige. A educação é uma forma de intervenção no mundo porque ela implica em práticas que podem, a um só tempo, provocar mudança e reproduzir um modelo de sociedade hierarquizada. Neste sentido Freire afirma:

> Outro saber que não posso duvidar um momento se quer na minha prática educativo-crítica é o de que, como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o reforço de *reprodução* da ideologia dominante quanto o seu *desmascaramento.* Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas *reprodutora* nem apenas *desmascaradora*da ideologia dominante. [...] É um erro decretá-la como tarefa apenas reprodutora da ideologia dominante como erro é tomá-la como uma força de desocultação da realidade, a atuar livremente, sem obstáculos e duras dificuldades. Erros que implicam diretamente visões defeituosas da História e da consciência (Freire, 1996, p. 98-99).

As contradições da sociedade materializam-se a partir dos antagônicos interesses entre opressores e oprimidos: enquanto os primeiros desejam manter o *status quo,* os oprimidos lutam pela libertação – construção de uma sociedade solidária e justa. Isto é, sem opressores e sem oprimidos.

Reconhecer a educação como ideológica significa perceber basicamente que, ela não é neutra e que não existe prática educativa que seja direcionada pela neutralidade. Quer dizer, não há neutralidade científica, educacional, sociológica, filosófica ou política. Ao observar que não há neutralidade, automaticamente se observa que há interesses ideológicos nos diferentes conceitos que são socialmente operacionalizados. Neste sentido, Freire (1996) refere que não se pode ignorar a força da ideologia, porque ela está envolta em: „manhas", „armadilhas", pois „ideologia tem que ver diretamente com a ocultação da verdade dos fatos, com o uso da linguagem para penumbrar ou opacizar a realidade ao mesmo tempo em que nos torna míopes" (Freire, 1996, p. 125).

> O poder da ideologia me faz pensar nessas manhãs orvalhadas de nevoeiro em que mal vemos o perfil dos ciprestes como sombras que parecem muito mais manchas das sombras mesmas. Sabemos que há algo metido na penumbra, mas não o divisamos bem. A própria „miopia" que nos acomete dificulta a concepção mais clara, mais nítida da sombra. Mais séria ainda é a possibilidade que temos de docilmente aceitar que o que vemos e ouvimos é o que na verdade é, e não a verdade distorcida. A capacidade de penumbrar a realidade, de nos „miopizar", de nos ensurdecer que tem a ideologia faz, por exemplo, muitos de nós, aceitar docilmente o discurso cinicamente fatalista neoliberal que proclama ser o desemprego no mundo uma desgraça do fim do século. Ou que os sonhos morreram e que o válido hoje é o „pragmatismo", é o treino técnico-científico do educando e não sua formação de que já não se fala. Formação que, incluindo a preparação técnico-científica, vai mais além dela (Freire, 1996, p. 126).

A ideologia não se constitui como algo fácil de identificar. Muito pelo contrário, por viver na „penumbra" e diante de olhares simplificados, não-críticos, ou seja, „míopes", ela não se mostra e não se deixa ver. É como se ela pudesse se esconder sem necessidade de fazer muito esforço para tanto, haja vista que „docilmente" é aceita. Isto é, não é questionada, problematizada, interrogada. Não há em torno dela desconfiança de suas intenções, nem dos motivos e objetivos de sua existência.

O poder do discurso ideológico não deve ser desprezado, tampouco ignorado, mas deve ser considerado como uma arma que a elite opressora usa sem medo ou pudor. Talvez seja por isso que Freire adverte: „no fundo a ideologia tem um poder de persuasão indiscutível" (Freire, 1996, p. 132).

Ao chamar atenção para o poder do discurso ideológico das práticas educacionais, Freire lembra que o educador precisa sentir-se implicado e comprometido com aquilo que faz e com os sujeitos com quem trabalha. Sentir-se

implicado significa „ver-se como sujeito„ que precisa saber „ler o mundo„, a realidade, e, mesmo diante de suas contradições, saber identificar os processos sociais que possibilitam mudança ou aqueles que reproduzem a estabilidade (Freire, 2011).

Uma prática educativa caracteriza-se também pelo saber que ensinar exige „disponibilidade para o diálogo„, bem como a necessidade de sentir-se seguro em relação à opção política que o educador faz. Freire afirma isso, pelo menos de dois modos. Primeiro, dizendo que a disponibilidade para o diálogo está relacionada ao próprio diálogo. O educador deve estabelecer uma relação dialógica mesmo com aqueles que não fazem à mesma opção política, ética, estética e pedagógica que ele fez. Segundo, que o educador não deve envergonhar-se por desconhecer algo. Ao contrário, justamente a partir da relação dialógica com o outro e com o mundo deve buscar um novo saber. Esta posição por sua vez indica a crença na mudança que o autor possui a partir das práticas educacionais do educador progressista.

> O educador progressista precisa estar convencido como de suas consequências é o de ser o seu trabalho uma especificidade humana. Já vimos que a condição humana fundante da educação é precisamente a inconclusão de nosso ser histórico de que nos tornamos conscientes. Nada que diga respeito ao ser humano, à possibilidade de seu aperfeiçoamento físico e moral, de sua inteligência sendo produzida e desafiada, os obstáculos a seu crescimento, o que possa fazer em favor da boniteza do mundo como de seu enfeamento, a dominação a que esteja sujeito, a liberdade por que deve lutar, nada que diga respeito aos homens e às mulheres pode passar despercebido pelo educador progressista. Não importa com que faixa etária trabalhe o educador ou a educadora. O nosso é um trabalho realizado com gente, miúda, jovem ou adulta, mas gente em permanente processo de busca. (Freire, 1996, p. 14

Isso faz perceber que todo e qualquer conceito trabalhodo por Freire não se desloca da realidade. O educador sempre deixa à mostra suas concepções e faz questão de direcioná-las aqueles e aquelas que acreditam na educação como instrumento político de conscientização e como „prática da liberdade„.

Toda e qualquer prática educativa, em Paulo Freire, relaciona-se a necessidade de o educador perceber que ensinar/educar exige estar em formação permanente: colocar-se no lugar daquele quem a partir de um dado conhecimento ou saber tem a função de ensinar. Além disso, provocar reflexão exige que se tenha, no mínimo, também uma reflexão crítica sobre a própria prática, sendo que esta se materializa através dos processos de ação-reflexão-ação, denominados de práxis e de formação profissional permanente que o educador deve ter o cuidado de manter.

> Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática. O seu "distanciamento" epistemológico da prática enquanto objeto de sua análise, deve dela „aproximá-lo„ ao máximo. Quanto melhor faça esta operação tanto mais inteligência ganhada prática em análise e maior comunicabilidade exerce em torno da superação da ingenuidade pela rigorosidade. Por outro lado, quanto mais me assumo como estou sendo e percebo a ou as razões de ser de porque es tou sendo assim, mais me torno capaz de mudar, de promover-me, no caso, do estado de curiosidade ingênua para o de curiosidade epistemológica (Freire, 1996, p. 39).

È necessário lembrar que, a partir das leituras e análises da obra de Freire, compreende-se que por formação de educador ele não concebe apenas a formação do professor propriamente dito. Entende formação de todo e qualquer profissional que trabalha com o ser humano em uma perspectiva de busca pelo desenvolvimento humano.

Salienta-se, do pelo desenvolvimento humano, que a formação profissional, a partir de Paulo Freire, exige que o educador esteja atento e consciente a um só tempo de sua concepção política e de sua atuação junto à sociedade.

Tais saberes são, ao mesmo tempo, instrumento de intervenção social e de desvelamento ideológico; ou de reprodução ideológica de sociedade, ser humano e profissão. Por outro lado, Freire adverte que são instrumentos operacionalizados tanto pelos oprimidos, quanto pelos opressores, os quais não se dissociam das diferentes práticas educacionais ou profissionais propriamente ditas, pois é a partir deles que o profissional intervém no mundo.
Sendo assim, a prática educacional constitui-se como saberes necessários àquilo que o ato de educar – ler a palavra e ler o mundo; politizar; conscientizar; libertar e emancipar exige, a partir de saberes conscientes de que a educação é um ato eminentemente político. Por ser a educação um ato político, Paulo Freire, no decorrer de sua obra, aponta várias vezes que „toda prática educativa implica uma concepção dos seres humanos e do mundo„, e acrescenta:

> [...] Toda prática educativa envolve uma postura teórica por parte do educador. Essa postura, em si mesma, implica - às vezes menos explicitamente – uma concepção dos seres humanos e do mundo. E não poderia deixar de ser assim. É que o processo de orientação dos seres humanos no mundo envolve não apenas a associação de imagens sensoriais, como entre os animais, mas, sobretudo, pensamento-linguagem; envolve desejo, trabalho-ação sobre o mundo, de que resulta o conhecimento do mundo transformado (...) na verdade, esta orientação no mundo só pode ser realmente compreendida na unidade dialética entre subjetividade e objetividade (Freire, 2011, p.67).

Freire compreende a prática educativa a partir de uma postura política que o educador precisa tomar. Postura que significa compreender o homem no mundo, a partir das relações dialéticas que há no mundo e que o homem precisa „desvelá-las„. Para tanto, Freire fala em „processo de orientação dos seres humanos no mundo„ o que faz notar que isso envolve mais do que compreensão das coisas objetivas do mundo. Abarca pensamento reflexivo sobre o mundo, uma vez que é este pensamento que transforma o homem e o mundo. É neste sentido que Freire afirma que práticas educacionais são aqueles que provocam ação-reflexão-ação, e, por consequência, processos de mudança.

1. Paulo Freire e a Prática Profissional Transformadora

Faz-se agora algumas reflexões a partir do conceito de educação e deste com as práticas dos trabalhadores sociais, conforme Paulo Freire destaca no livro Educação e Mudança (1979). Para tanto, considera-se o compromisso do profissional com as mudanças; a opção política do profissional progressista e o compromisso deste com a sociedade. Assim, a contribuição teórico-metodológica de Paulo Freire para com as práticas profissionais pode ser observada através da posição do educador em relação ao uso da educação como mediatizadora de processos de mudança, os quais se materializam por meio do diálogo e da participação.
Em Freire, o diálogo consiste em uma relação horizontal, a qual pressupõe a existência e a convivência com o outro. É por isso que deve se estabelecer entre pessoas que se consideram iguais e capazes de, por meio de um processo comunicativo, provocar-se para a reflexão e compreensão acerca de alguma coisa. Dialogar para Freire significa, sobretudo, estabelecer uma relação amorosa com o outro.
A ideia de relação amorosa atravessa toda a obra de Freire. Ela consiste basicamente no respeito ao saber do outro, no respeito às diferenças e à condição humana de ser inconcluso. A respeito disso o autor sugere também a existência de uma relação amorosa entre o profissional e sua prática, tendo em vista que tal relação é mediatizada pela presença do outro. Nesse sentido, Freire chama a atenção dos profissionais da educação para a responsabilidade de suas práticas, uma vez que elas tanto podem provocar autonomia, emancipação e mudança, quanto à reprodução do *status quo* (Freire, 2001).
Em Educação e Mudança (1979), Paulo Freire afirma que não acredita na neutralidade científica das práticas profissionais. Ao falar sobre a importância do saber técnico profissional, da capacitação, que se constitui em conhecer e saber tecnicamente como proceder de „forma„ especializada, o autor afirma, categoricamente, que não há neutralidade na postura de um educador. Dizer que há neutralidade e aceitá-la, significa admitir o medo de comprometer-se com a mudança e, consequentemente, comprometer-se com a manutenção da ordem vigente.

> Por isso, não devemos confundir uma preocupação pela verdade – que caracteriza todo esforço científico sério – com o mito dessa neutralidade. Por outro lado, o estudioso, ao procurar cuidadosamente e com senso crítico entender a realidade, não pode tentar domesticá-la para adaptá-la a seus próprios fins. O que o estudioso busca é a verdade da realidade e não a submissão da realidade a sua verdade. Não podemos responder ao mito da neutralidade da ciência e da imparcialidade do cientista com a mistificação da verdade, mas com um profundo respeito por essa verdade (Freire, 1979, p. 70).

Parece que a proposta de Freire, ao abordar a necessidade de desmistificação da neutralidade científica, e, por consequência, da neutralidade da prática profissional do educador, do estudioso, constitui-se como um exercício necessário. Para que isso seja possível, precisa-se identificar „a verdade„ e não apenas fazer uso dos conceitos como instrumentos de validação de concepções carregadas de ideologias.

Desmistificar a verdade e optar pela verdade desmistificada e pela mudança significa ser um profissional que assume um compromisso com a sociedade: trabalhar em uma perspectiva que tenha como objetivo a busca pela humanização e pela solidariedade. O próprio processo de humanização do ser humano deve conduzi-lo à solidariedade. Por mais que isso possa parecer difícil e utópico, constitui-se como algo possível e verdadeiro.

Em relação à prática educativa e profissional, Freire (1979) afirma que ela não é neutra, pois o profissional é progressista ou conservador. Não há neutralidade uma vez que educar é ato político e não há neutralidade política porque toda e qualquer ação política contribui com a mudança, ou com a manutenção da ordem vigente.

Compromete-se com a mudança e com o outro, afirma Freire (1979), o profissional que se relaciona com o mundo, que tem consciência crítica do mundo que o envolve e rodeia e, mesmo diante de todas as suas contradições, com firmeza relaciona-se com ele. O profissional comprometido com a mudança é aquele que atua a partir da ideia de que a vida em sociedade constitui-se em „um encontro dinâmico de homens solidários„, e para tanto trabalha na perspectiva da humanização e da solidariedade (Freire, 1979, p.19).

É nesta perspectiva que o autor faz referência específica ao trabalhador social. Lembra que o mesmo tem papel importante e preponderante nos processos de desmistificação da realidade e de conscientização. Destaca que o trabalhador social, ao conscientizar, também se conscientiza, uma vez que estabelece uma relação dialógica com o outro e a partir dela toma consciência do outro e do mundo (realidade), provocando por meio desta relação processos de mudança, pois age como agente de mudança. Assim, a prática profissional do trabalhador social humanista, que problematiza e desmistifica a realidade, se opõe a prática profissional do trabalhador social conservador, pois este possui visão ingênua, fragmentada e focalizada (Freire, 1979).

Visão ingênua, focalizada porque não acredita na mudança, por não conhecer a estrutura social constituída por instituições econômicas, sociais, culturais e políticas, as quais se movimentam a partir de processos sociais contraditórios que, a um só tempo, estão em movimento de mudança e de estabilidade, uma vez que são constituídas por seres humanos. Vale lembrar, também, que o campo do „que fazer„ do trabalhador social localiza-se exatamente no espaço das instituições e das relações sociais. Por isso, acreditar ou não na mudança, segundo Freire, faz toda a diferença, tendo em vista que as instituições humanas, porque instituídas exatamente por homens, possuem também processos opressivos: não solidários e não humanizadores, precisamente por isso, devem ser humanizadas.

> Por isso, o trabalhador social não pode ser um homem neutro frente ao mundo, um homem neutro frente à desumanização ou humanização, frente a permanência do que já não representa os caminhos do humano ou à mudança destes caminhos. O trabalhador social, como homem, tem que fazer sua opção. Ou adere a mudança que ocorre no sentido da verdadeira humanização do homem, de seu ser mais, ou fica a favor da permanência (Freire, 2011, p. 63).

O trabalhador social, também um educador, ao optar conscientemente pela mudança, contribui com sua construção. Já, ao não optar, ou declarar-se neutro em relação a ela, contribui ingenuamente com a permanência daquilo que representa caminhos que não produzem humanização, nem avançam no sentido de o homem

sentir-se mais livre e autônomo. Neste sentido, a prática profissional, considerando sua concepção técnica e política, em Freire, constitui-se como ato ético de comprometimento com o outro, e, por ser assim, como ato eminentemente político.

Em Política e Educação (2000), quando aborda a educação como ato político, destacando que o educador deve assumir politicamente sua prática, e que para tanto precisa de „claridade política„: saber identificar os limites da prática educativa, Freire afirma que não deve haver distância entre discurso e prática propriamente dita, e que toda „a intervenção é histórica, é cultural, é política„ (p.48). Também, precisa ser feita a partir de uma „leitura de mundo„ e de uma „intervenção democrática„. Observa-se que Freire, por seus posicionamentos, além de reafirmar sua condição de educador progressista, assume estar criticamente em paz com sua opção política, em interação com sua prática.

A partir deste posicionamento de Freire parece ser possível inferir que ele espera o mesmo de todos aqueles que são – ou se dizem – educadores. Isso tudo porque a preocupação com a natureza humana constitui-se como algo permanente em sua obra. Porque concebe o conhecimento como produção social, ou seja, como resultado da ação e reflexão, assim como da relação dialógica que as pessoas estabelecem e da curiosidade que está sempre em movimento de busca. Acredita que „consciência e mundo não podem ser entendidos separadamente„ (Freire, 2000, p.12).

2. Paulo Freire e as Exigências para uma Prática Profissional Transformadora

Freire (1979) ao conceber a prática como práxis, em nenhum momento a dissocia da teoria. Práxis não é a prática pela prática, mas a ação reflexiva sobre a prática: ação-reflexão-ação. Sendo assim, pode-se observar que a principal contribuição do autor às diferentes práticas profissionais está na própria concepção de prática que o profissional possui, ou deveria possuir. Todos os profissionais que trabalham com o povo, nas diferentes áreas do saber, são educadores. Daí a prática profissional como instrumento de educação, de conscientização, de mudança e de possibilidade de construção e consolidação da emancipação política e por consequência da cidadania.

A „educação problematizadora„ é aquela fundamentada na criatividade e reflexão. Ela provoca diálogo porque se vê como processo e instrumento de conscientização e de construção de uma sociedade sem opressores e oprimidos. Pressupõe, além de uma relação dialógica e politizadora, uma relação de liberdade e de respeito entre os diferentes saberes, tanto do profissional quanto do sujeito com quem e para quem ele trabalha. O diálogo, nesta lógica de pensamento, provoca emancipação

Este modo de pensar faz com que o educador, com „claridade política„, tenha „autoridade„ para propor e fazer entender que todas as práticas profissionais podem contribuir com o processo de emancipação política, o qual pressupõe acesso aos direitos de cidadania: educação, habitação, trabalho, saúde, previdência social e amparo assistencial. Isso, dito de outra forma, significa que todos têm direito à liberdade, à igualdade e à dignidade humana. Também, que busquem „ser mais„ e não indivíduos que, por „não saber„ ler o mundo – a realidade – vivam sem se sentir no mundo e parte do mundo.

Aqui, é viável retomar ao livro Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa (1996), em função da forma clara e objetiva como o autor mostra tudo o que o ato de „ensinar exige„ - provoca o educador para uma autorreflexão acerca de sua prática política. Na obra, ensinar exige: rigorosidade metódica, pesquisa, respeito aos saberes dos educandos, criatividade, estética e ética. Bem como, corporeificação das palavras pelo exemplo, risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação. Assim como, reflexão crítica sobre a prática e o reconhecimento e a assunção da identidade cultural.

Para ensinar é necessário que o educador, sendo ele professor ou não, antes se aproprie de saberes necessários à prática educativa, construindo acerca dos mesmos uma concepção dialética de seus sentidos e significados políticos. É preciso compreendê-los „com ciência„ e com o outro. Isto é, nas relações dialógicas que as pessoas estabelecem entre si e com o meio onde vivem, sendo mediatizadas pelo amor que sentem umas pelas outras.

Faz-se necessário observar que ao falar de amor ou de relação amorosa, o autor não o faz de forma simplificada ou ingênua. Aliás, declara-se apaixonado pela humanidade e movido por um profundo amor por ela. Também, deixa claro que as pessoas necessitam ser humanizadas e educadas para a solidariedade humana.

A contribuição freireana vai além. O educador em estudo lembra que no exercício profissional, aquele que está no lugar de „quem ensina", deve ter consciência do inacabado, assim como ter respeito à autonomia do ser do educando. Ter bom senso, humildade, tolerância e luta em defesa dos direitos dos educadores. Precisa ainda ter capacidade de apreensão da realidade, alegria, esperança e convicção de que a mudança é algo difícil, mas possível. Somente quem está convencido disso ensina com liberdade e paixão, sustenta Freire.
Desta forma, a educação para a humanização e para a solidariedade, assim como para a existência e consolidação da cidadania, a partir da existência de um povo „consciente" e emancipado politicamente são processos que podem ser provocados e produzidos por profissionais de várias áreas do saber. Obviamente que para isso acontecer é preciso que haja compromisso político do profissional com a sociedade. O profissional é comprometido quando se sente protagonista, pois o comprometimento perpassa pela ação e reflexão do ser; pela conscientização: sentir-se no mundo. É por isso que somente um ser histórico – sujeito – é capaz de comprometer-se (Freire, 2011).
O verdadeiro compromisso do profissional com a sociedade diz respeito ao compromisso consigo mesmo, pois „antes de ser profissional, é homem" e o homem deve ser comprometido consigo mesmo (Freire, 2011, p. 23). Quanto mais capacitado profissionalmente o homem é, mais compromisso cultural ele tem. E cultura se constitui como patrimônio de todos.
Freire lembra ainda que a mudança social não é e não pode ser trabalho de alguns, mas de quem a escolha e politicamente opta por ela. Em relação a isso afirma que o papel do trabalhador social que opta pela mudança, num momento histórico como este, não é propriamente o de criar mitos contrários, mas o de problematizar a realidade aos homens, proporcionar a desmistificação da realidade mitificada (Freire, 2011, p. 71).
Desta forma, pode-se observar que educadores são todos aqueles que desenvolvem práticas profissionais junto aos sujeitos sociais. E, que toda e qualquer prática educacional exige que se faça uma opção política, uma vez que o não fazer já se constitui como uma prática que opta pela manutenção da ordem vigente.

3. Práticas Educacionais e Cidadania em Freire

A partir do que se abordou anteriormente, articulando prática educativa à prática profissional, destaca-se agora a contribuição das diferentes práticas educacionais no processo de construção e consolidação da cidadania. Aliás, cidadania que, em Freire, constitui-se como o acesso dos cidadãos aos seus direitos políticos, sociais e civis, construídos por uma participação efetivamente desejada e efetivada pela presença crítica dos sujeitos sociais na vida de seu país.
É importante ressaltar que Freire articula a cidadania ao processo de alfabetização, pois acredita que o homem ao ler a palavra, lê também o mundo e comunica-se com ele. Todavia, „ler e escrever não são suficientes para perfilar a plenitude da cidadania" (Freire, 2000, p. 58). Isto é, há de se considerar a um só tempo a alfabetização e o gozo dos direito sociais, civis e políticos, assim como a participação social, para que haja o acesso do cidadão a cidadania e com isso ela possa efetivamente se materializar.
Se a cidadania efetiva-se pela participação, não se pode deixar de considerar os processos críticos e reflexivos que ela exige para efetivamente existir. Ou seja, faz-se necessário observar mais uma vez o conceito de conscientização trabalhado por Paulo Freire, uma vez que ele é instrumento de construção de cidadania. „Consciente" é o indivíduo que adquire ciência com os outros. Também, percebe e compreende de forma crítica, a realidade e, por isso, faz uma leitura real do meio onde está inserido e das relações que estabelece com este meio. „A conscientização, que se apresenta como um processo num determinado momento, deve continuar sendo processo no momento seguinte, durante o qual a realidade transformada mostra um novo perfil" (Freire, 2001, p.31).
A conscientização, por resultar de processos dialéticos reflexivos, constitui-se como mecanismo de construção de cidadania porque o indivíduo, ao adquirir „consciência", percebe o mundo de outra forma. Percebe que a realidade não é estática, que tudo está em movimento: a sociabilidade humana é construída por avanços e recuos, por tudo aquilo que já existe e pelo „devir" e isso é passível/possível de mudança.

Nesta perspectiva a educação é troca de saberes, de produção, de cultura e de relações sociais que conscientizam/politizam. Neste sentido, Freire lembra que entre o educador e o educando há a vida dos dois em movimento. O ato político que envolve a educação fica por conta de sua capacidade de provocar reflexões e rupturas em relação à compreensão de todos os processos sociais.

4. Paulo Freire e a Prática Educativa que Gera Cidadania

A educação como instrumento da liberdade caracteriza-se pela existência de práticas educativas que buscam conscientizar, politizar e emancipar o homem. Estas práticas perpassam basicamente pelo papel do educador de ser um desmistificador das contradições da sociedade de classes. É, por isso, que a educação „[...] deve estabelecer uma relação dialética com o contexto da sociedade à qual se destina [...]„ (Freire, 2011, p. 84).
O processo de desmistificação caracteriza-se pela compreensão daquilo que é real, em relação àquilo que é mito. Mito é uma crença em torno de algo que é imaginário, que se conhece simbolicamente porque se ouve falar, contar ou narrar fatos e acontecimentos, de modo geral, antigos. São falsas concepções que distorcem a realidade atribuindo a mesma „verdades„ irreais. A desmistificação, por sua vez, equivale à ideia de desvelar, perceber, compreender pela observação e pela análise, àquilo que não é real, que não se constitui como „verdade„ e que reforça ideologias, normalmente preconceituosas e discriminatórias. „É necessário desmascarar a ideologia de um discurso neo-liberal, chamado, às vezes, de modernizante que, falando do tempo histórico atual, tenta convencer-nos de que a vida é assim mesmo„ (Freire, 1993, p. 80).
O papel desmistificador, bem como problematizador do educador acontece quando este se coloca no lugar de um provocador de análises reflexivas, pois por meio delas o indivíduo passa a fazer uma leitura real da realidade. Uma leitura crítica em que pode identificar aquilo que é mito e que faz parte da ideologia dominante. „Consciente„ da realidade, o educando pode fazer (conscientemente) sua opção pela mudança ou não. Ao optar pela mudança, o educando opta pela liberdade e pela emancipação. É por isso que, ao desmistificar a realidade e provocar problematizações, as práticas profissionais educativas contribuem com os processos de construção e exercício da cidadania, conforme proposta de Paulo Freire.

> Quanto mais se problematiza os educandos, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentirão desafiados. Tão mais desafiados, quanto mais obrigados a responder ao desafio. Desafiados, compreendem o desafio na própria ação de captá-lo, mas precisamente porque captam o desafio como um problema em suas conexões com outros, num plano de totalidade e não como algo petrificado, a compreensão resultante tende a tornar-se crescentemente crítica, por isso, cada vez mais desalienada. Através dela, que provoca novas compreensões de novos desafios, que vão surgindo no processo da resposta, se vão reconhecendo, mais e mais, como compromisso. Assim é que se dá o reconhecimento que engaja (FREIRE, 1987, p. 70).

Aqui se pode ver que Freire concebe a problematização como um desafio que se „impõe„ ao educando. Este, por sua vez, ao sentir-se desafiado busca dar respostas aos desafios que se impõem o que faz com que ao captar, ou seja, compreender a dimensão do desafio sente-se „obrigado„ ao movimento, isto é, a uma ação. Compreende o desafio como um problema que tem conexão com outros e que exige, por parte dele, uma postura crítica no sentido de enfrentá-lo. Desta forma, engaja-se na luta pela própria libertação.
A liberdade, por mais que possa parecer um conceito apenas abstrato ou teórico existe na prática. Ela se caracteriza pelo exercício da possibilidade de decisão e ação de cada um e pela condição de sentir-se propriamente livre e sujeito de sua vida e história. Liberdade implica em autonomia, poder de decisão.
O conceito de liberdade, na obra de Paulo Freire, merece destaque porque, a partir dela e com ela, o autor atribui sentido à prática educativa. Por sua vez, somente alcança efetividade, na medida em que os educandos participam de forma crítica, propositiva e livre, a um só tempo, do processo de educação propriamente dito e das relações que estabelecem com o meio onde vivem e com o outro.

Liberdade, educação e cidadania, assim como prática educativa, emancipação e conscientização são conceitos que se comunicam e se complementam na obra de Freire. Por isso, não podem existir de forma isolada. Não podem, também, ser concebidos e trabalhados a partir de visões fragmentadas. É, por isso, que Freire (1992) acredita que a liberdade só adquire sentido e significado quando comunga com a luta concreta do homem por se libertar.
Considerando o exposto, pode-se observar, ainda, que Freire (1987) afirma:

> A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens. A reflexão que propões por ser autêntica, não é sobre este homem abstrato nem sobre este mundo sem homens, mas sobre os homens em suas relações com o mundo. Relações em que consciência e mundo se dão simultaneamente. Não há uma consciência antes e um mundo depois e vice-versa (Freire, 1987, p. 70).

Freire defende aqui a ideia de um homem de relações. O homem não é um indivíduo isolado, abstrato, sozinho e fora da realidade onde vive. O homem é um sujeito que se relaciona consigo, com o outro e com o mundo e precisa ser concebido como tal. Do contrário, se concebido como um ser abstrato passa a ser um objeto de dominação, de opressão e de não sujeito. Concebê-lo e tratá-lo como ser autêntico, sujeito pensante e livre, significa compreendê-lo como ser no mundo, como um ser que vive em relação com o mundo, com sua história e com a construção da história, a qual se inaugura a partir de cada um de nós, ou seja, a partir de cada geração, que imprime "sobre" suas crenças, valores, princípios, „verdade„ e (in)verdades.
Liberdade, assim como cidadania, democracia e justiça social, entre outros são conceitos nos quais Freire acredita e dá testemunho, vivenciando-os até as últimas consequências. Não foi à toa que sofreu no exílio, conforme mostra sua biografia, e, mesmo a partir daí, continuou suas pesquisas, reflexões, críticas, produções bibliográficas e crença na educação e no homem, propagando suas concepções de ser humano, de sociedade e prática educativa profissional.
Em relação à crença que possui no homem, Paulo Freire diz:

> Não há também diálogo, se não há uma intensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e de refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de *ser mais,* que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens (...) sem esta fé nos homens o diálogo é uma farsa. Transformando-se na melhor das hipóteses, em manipulação adocicadamente paternalista (Freire, 1987, p. 81).

É através de sua crença e apostando no diálogo que Freire declara-se crente no homem. Tem fé no homem, porque o concebe como sujeito capaz de fazer e refazer, de criar e recriar a história, a sociedade e a vida. O que, aliás, não é um privilégio ou poder de alguns iluminados ou escolhidos, nem de alguns vocacionados a sábios ou algo parecido, mas se constitui como direito de todos, „*a ser mais*„ Isto é, como homem inconcluso que é, todo homem pode e deve buscar seu próprio desenvolvimento físico, intelectual, social e, sobretudo, humano.
É fundamental, então, a partir do exposto, trazer mais uma vez a ideia de Freire quando ele fala que para atuar em favor da libertação, o educador precisa fazer uma opção pela mudança, uma vez que optar significa tomar uma posição política. É importante trazer de novo esta questão porque o próprio Freire retoma este assunto diversas vezes em sua obra, por considerá-lo essencial às práticas educacionais. Freire concebe o homem como um ser de relações, livre. Ele acredita na humanização e na liberdade, bem como acredita, também, que o educador tem a função, a „obrigação„, justamente por ser educador, de contribuir com os processos de humanização e de libertação do homem.
Ao tomar as referências acima apontadas, nota-se que as práticas educacionais, exatamente por serem educacionais, em Freire, têm sentido e significado e que os educadores são provocadores de mudança.

Todavia, Freire (1993) salienta que:

> Não estou pensando que educadores e educadoras devam ser santos, perfeitos. É exatamente como seres humanos, com seus valores e suas falhas, que devem testemunhar sua luta pela seriedade, pela liberdade, pela criação da indispensável disciplina de estudo de cujo processo devem fazer parte como auxiliares, pois que é tarefa dos educandos gerá-la em si mesmos (Freire, 1993, p. 81).

Freire observa que, como seres inconclusos, os educadores não são perfeitos, mas possuem suas limitações e suas dificuldades. Contudo, isso não deve impedí-los de dar testemunho de sua luta pela liberdade e pela necessária criação de uma disciplina de estudos, a qual precisa constituir-se como um desejo, uma tarefa, um querer dos educandos. O educador assim é concebido como sujeito que ao educar também se educa, uma vez que também é um ser inconcluso e por isso busca „ser mais„ – busca sua própria emancipação.

A emancipação, que em Freire tem sentido e significado quando articulada à libertação consciente e a superação da alienação, caracteriza-se em uma palavra, pela autonomia. A autonomia, por sua vez, define-se como capacidade de pensar-se a si mesmo, de como ser independente e de decidir o que é melhor para si. Sendo assim, quando Freire fala de emancipação observa-se que ele está fazendo referência à própria liberdade, pois é o fato de sentir-se livre que leva o homem a sentir-se implicado com o meio onde está inserido e com o outro, ou seja, faz o homem sentir-se sujeito de sua vida e partícipe de sua história.

Deste modo, ao articular entre si os conceitos: conscientização, liberdade, educação, emancipação e prática educativa, fazendo-o, não apenas como conceitos teóricos propriamente ditos, mas como algo que maneja de forma compreensível, Freire constrói a partir deles o conceito de cidadania. É possível dizer isso porque Freire (1993) concebe cidadania como:

> A cidadania que implica o uso de liberdade – de trabalhar, de comer, de vestir, de calçar, de dormir em uma casa, de manter-se e à família, liberdade de amar, de ter raiva, de chorar, de protestar, de apoiar, de locomover-se, de participar desta ou daquela religião, deste ou daquele partido, de educar-se e à família, liberdade de banhar-se não importa em que mar de seu país. A cidadania não chega por acaso: é uma construção, que, jamais terminada, demanda briga por ela. Demanda engajamento, clareza política, coerências, decisão. Por isso mesmo é que uma educação democrática não se pode realizar a parte de uma educação da cidadania e para ela (Freire, 1993, p. 119).

Cidadania em Freire implica em muitas liberdades, se assim se pode dizer. Implica em liberdade de acesso à alimentação, vestuário, habitação, educação e manutenção de si e da família. Implica em liberdade de amar quem se deseja e também chorar, protestar, ir e vir. Implica em democracia, pois para que todos possam ter acesso à alimentação, vestuário, trabalho, moradia, saúde, educação e direito de ser quem é, sentir o que sente e viver o que vive, é preciso que a sociedade seja democrática. Isso faz observar que cidadania não é um conceito abstrato, uma definição de difícil compreensão ou algo que está à disposição de alguns privilegiados. Faz perceber que cidadania é algo que diz respeito à vida cotidiana de todas as pessoas. Pessoas que sentem, choram, sofrem, são felizes, sabem sorrir, encantam pelo sorriso, pela força de lutar, pelos modos de (sobre)vivência que inventam. Pessoas que sonham, acreditam, participam ativamente da vida política da sociedade e lutam para conquistar cidadania, ou seja, o direito de viver com dignidade humana.

É por isso, diz Paulo Freire, que a educação deve ser democrática e para a cidadania. E, é também, por isso que se observa que as práticas educacionais comprometidas com a sociedade são aqueles que procuram construir processos de emancipação, educação, conscientização, liberdade, e, em última análise, exercício da cidadania.

5. Paulo Freire, as Práticas Educacionais e a Cidadania

Ao tratar especificamente da relação das diferentes práticas educacionais em relação ao processo de construção e consolidação da cidadania, inicia-se a reflexão com algo que, mesmo que já se tenha feito referência acima, a partir de Paulo Freire, constitui-se como fundamental neste processo. Trata-se da concepção de prática educacional como instrumento de conscientização, liberdade, emancipação, construção e exercício da cidadania. As práticas educacionais que pretendem contribuir com o exercício da cidadania não podem simplesmente estar imersas em conceitos e fazeres fundamentados apenas na "boa intenção". Em relação a isso, Paulo Freire (2000) ao dizer que é preciso assumir a politicidade da educação, chama atenção para a questão de que toda e qualquer prática educativa, mesmo tendo uma dimensão individual, acontece a partir das condições históricas da sociedade. Também, nelas não há espaço para voluntarismo ou para o espontaneísmo, uma vez que estes "se constituem como obstáculos à prática educativa progressista" (2000, p. 46).

Freire lembra que o educador não de omitir-se, mas optar. A não omissão diz respeito exatamente à opção. Ao dever de conscientemente optar pelo processo de mudança, ou seja, pela compreensão de que a partir de uma prática educacional progressista: crítica, reflexiva e propositiva é possível contribuir para no processo de superação daquilo que impede o exercício da liberdade, da dignidade humana, da autonomia. Em uma palavra, o efetivo exercício da cidadania. Por outro lado, a omissão, ou então a não opção, implica no ato de aceitar a ordem vigente e, a partir disso, contribuir para sua estabilidade.

Todo educador deve ter presente a ideia de que, conscientemente, tem a obrigação de viver sua opção política com coerência e, na mesma proporção, compreendê-la em relação ao direito que o educando – o outro – tem no sentido de fazer suas próprias opções. Cabe, portanto, ao educador o papel de problematizador desta opção para que a mesma seja de fato uma opção e assim esteja fundamentada em concepções políticas, e, por consequência, por prática coerente.

Deste modo, pode-se dizer que as práticas educacionais, em Freire, à medida que são instrumento de politização, conscientização e emancipação contribuem com o processo de libertação dos oprimidos. Ou seja, com os processos de construção e consolidação da cidadania. Contudo, o que se observa, de modo geral, nas diferentes práticas educacionais, é que bom número de educadores não se apropriam das contribuições de Freire, no sentido de fazer com que os mesmo se sintam comprometidos com a mudança.

Nota-se, também, que a elite opressora continua oprimindo e, que, por consequência, os oprimidos continuam marginalizados em relação às suas manifestações, sua participação e ainda em relação à possibilidade de sua libertação. Neste sentido, não se consegue observar que sejam muitas as práticas educativas, assim como Paulo Freire as concebe. Concorda-se, que podem ser identificadas como impactantes, no que diz respeito à sua contribuição no processo de construção de mudanças socioeconômicas, necessárias ao enfretamento às desigualdades sociais. Assim como, aos processos de construção e consolidação de uma sociedade democrática e, para além de direito, de fato cidadã. Parece que, por sua obra, Paulo Freire não deixa dúvidas quanto às diferentes possibilidades que, as também diferentes práticas possuem no sentido de contribuir com uma educação para a liberdade. Ou seja, aquela que gera politização, conscientização, emancipação e, em última análise, cidadania.

Sendo assim, buscou-se fazer uma leitura das práticas educacionais e de sua contribuição nos processos de construção e consolidação da cidadania, a partir da obra de Paulo Freire, uma vez que o autor, pela fundamentação teórico-metodológica que faz em relação ao que pensa e sente, em momento algum dissocia o discurso da prática, nem o compromisso do educador com a mudança.

6. Considerações Finais

Os conceitos, para além de expressar concepções, a partir de diferentes modos de ver e sentir a realidade, são categorias que permitem analisar e compreender os processos históricos de constituição da sociedade, assim como o que constitui a realidade. Partindo desta ideia observa-se que a operacionalização crítica de conceitos em Paulo Freire, são propostas de emancipação, à medida que o educador opta por uma postura profissional político-progressista.

A conscientização, liberdade, educação, emancipação e a cidadania, em Freire são conceitos teórico-metodológicos que articulados ao conceito de prática educativa, caracterizam-se como proposta de construção de cidadania à medida que são capazes de provocar no sujeito uma postura política reflexiva, crítica, propositiva, participava - autônoma. Em última análise, uma postura que deseja e provoca mudança. O desejo por mudança, em Paulo Freire, é resultante do processo de conscientização, pois se não há „consciência„ – ciência, saber, „saber-se„ com o outro -, não há compreensão acerca das diferentes ideologias que, ao serem simplesmente propagadas e não questionadas, produzem alienação dos sujeitos.

Destaca-se a concepção de educação como ato político e instrumento de liberdade, de conscientização e emancipação, como elementos desejantes de mudança. Assim como, a prática educativa como algo que perpassa pelo compromisso consciente do educador em optar ou não pela mudança.

Neste sentido é possível observar em muitas práticas educacionais elementos que perpassam pela „ação-reflexão-ação„. Como também, pela opção política e o compromisso com a mudança. Além do mais, pela concepção de ato de educar como instrumento de conscientização e liberdade, por uma prática progressista e por uma prática educacional que trabalha na perspectiva de provocar autonomia.

Por outro lado, verifica-se a necessidade de avanços em relação às práticas educacionais. Avanços porque ao observar a obra de Freire e as práticas profissionais educacionais, nota-se que parte dos educadores ainda acreditam que há neutralidade no ato de educar. Fazer uma opção política constitui-se em optar por este ou por aquele partido político; não pelo compromisso com a mudança e pela luta pela liberdade; e que a mudança já não é mais possível diante de tantas contradições políticas, econômicas e sociais.

Em relação à cidadania, propriamente dita, Freire concebe-a, como direito de ter vida digna: alimentação, trabalho, habitação, vestuário, educação (iniciando pela alfabetização), saúde, poder expressar os sentimentos, chorar, sentir raiva, amar ou ser afetivo e participar ativa e conscientemente da vida da comunidade. Percebe-se que nisto também há necessidade de muitos avanços. São muitíssimos os cidadãos que não usufruem dos direitos de cidadania: saúde, educação, moradia, assistência social, trabalho e lazer e participação social.

O exposto indica que as práticas educacionais, se operacionalizadas conforme as concebe Paulo Freire, são instrumento capaz de contribuir significativamente no processo de construção e consolidação da cidadania. Aliás, cidadania se faz urgente e necessária.

Referências

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

____ .*Educação e Mudança***.** Prefácio de Moacir Gadotti. 34. ed ver. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

____. *A educação na cidade*. Prefácio: Moacir Gadotti e Carlos Alberto Torres. São Paulo; Cortez Editora, 1995.

____. *A importância do ato de ler*; em três artigos que se completam. 29. ed. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção questões de nossa época; v. 13).

____. *Diálogo com Paulo Freire*. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

____. *Pedagogia da Autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

____. *Pedagogia da esperança*: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

____. *Pedagogia da indignação*: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

____. *Pedagogia do Oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

____. *Política e educação*: ensaios. 4.ed. São Paulo, Cortez, 2000. (Coleção questões de nossa época; v. 23).

_____. *Professora sim tia não:* cartas a quem ousa ensinar. São Paulo. Editora Olho d'água. 2. ed. 1993.

FREIRE, P.; NOGUEIRA, A.; MAZZA, D. *Fazer escola conhecendo a vida*. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 1990. (Coleção krisis).

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Educação e Comunicação. Vol. 1).

FREIRE, Paulo; BETTO, Frei. *Essa escola chamada vida*: depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho. São Paulo: Editora Ática, 2000.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer*: teoria e prática em educação popular. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.

GADOTTI, Moacir. *Convite à leitura de Paulo Freire*. São Paulo: Editora Scipione Ltda, 1989.

Direitos humanos, justiça ambiental e favelização

Elenise Felzke Schonardie
elenisefs.adv@gmail.com

Juliane Strada
juliane.st@terra.com.br

Resumo: O artigo visa demonstrar que nas cidades brasileiras e latino americanas o crescente processo de favelização e a marginalização da população que ocupa esses espaços impregnados de riscos ambientais constituem óbices à efetivação da justiça ambiental e da dignidade humana. O distanciamento dos indivíduos que ocupam/habitam esses espaços em relação ao ideal democrático de formação/ocupação da esfera pública é abissal. A análise teórica tem por base a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto de San José da Costa Rica em seu Protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a garantia constitucional da dignidade humana e do direito à moradia. Conclui acerca da imbricação da questão da violação do direito à moradia e a injustiça ambiental nas favelas em que as precarizações ambientais, sociais e econômicas impedem a efetivação dos direitos humanos.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Direito à Moradia; Favelização; Justiça Ambiental; Risco Ambiental.

1. Direitos Humanos e Justiça Ambiental

A busca por melhores condições de vida, de certo modo, sempre foi o desejo do homem enquanto indivíduo/sujeito pertencente a determinado grupo social e num primeiro momento, poder-se-ia até pensar que já havia conquistado todos os seus direitos, que este tema encontra-se ultrapassado, uma vez que grandes avanços tecnológicos, médicos, farmacêuticos, etc., ocorreram ao longo dos tempos. No entanto, os direitos, ditos inicialmente como direitos dos homens, possuem natureza flexível e se modificam com o surgimento de novas necessidades. Como refere BOBBIO (2004:34) os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, nascidos em circunstâncias diferentes e que são caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes.

Ao longo dos séculos os indivíduos vêm lutando em busca de garantias para seus direitos básicos e pelo reconhecimento aos direitos humanos. A partir das declarações, de 1776 (Declaração de Direitos da Virgínia); de 1789 (Declaração de Direitos da França); e, mais tarde, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, considera-se que a dignidade é inerente a todos os seres humanos. Assim, as declarações serviram de pilares para a transformação da ordem natural, pois deixa-se de ser o Estado o detentor do poder político e passa-se a considerar o indivíduo como núcleo deste poder. O indivíduo se torna o centro do mundo político. Os direitos às liberdades e às igualdades arduamente conquistados serviram de fundamento para a democracia moderna, assim como os direitos relativos a justiça, a paz e o espírito de fraternidade.

A Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, que constituiu a base para a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, garantia o direito de resistência contra a opressão, já a Declaração da Virginia defendia uma sociedade livre da intervenção do Estado, mas ambas sustentavam os direitos de liberdade, os direitos sociais, econômicos, culturais, coletivos e de

soberania nacional. Desse modo, convenciona-se apresentar a evolução dos direitos humanos através de suas gerações. [1]

Em relação a evolução dos direitos humanos pode-se considerar que os direitos de primeira geração são os estabelecidos contra o Estado, também chamados de direitos negativos, limitam o poder do Estado. Já os de segunda geração, estabelecem uma ação positiva do Estado. São tidos como de tradição socialista num natural desdobramento dos direitos de primeira geração. Os de terceira geração, são os direitos coletivos, e de soberania nacional. São exemplos deles o direito à infância, ao meio ambiente, à cidade. Segundo DOUZINAS (2009:97) a primeira geração é denominada de direitos "azuis", simbolizando a liberdade individual, a segunda geração são os direitos "vermelhos" devido às reivindicações de igualdade e garantias de um padrão de vida decente, a terceira geração é denominada de direitos "verdes", os direitos à autodeterminação e ao meio ambiente.

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, estabeleceu-se um sistema internacional global de reconhecimento e proteção dos direitos humanos. Como desdobramento deste sistema internacional, formou-se um sistema regional interamericano de proteção dos direitos humanos, formalizado através da Convenção Americana de Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San José da Costa Rica de 1969.

Como desdobramento dos documentos internacionais, no âmbito global formalizou-se no ano de 1966 o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ratificado pelo Brasil somente no ano de 1992. E, no âmbito regional interamericano, foi elaborado o Protocolo Adicional à Convenção de Direitos Humanos em matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, conhecido como Protocolo de San Salvador, o qual foi ratificado pelo Brasil em 1996. Nesses documentos internacionais, ratificados pelo Estado brasileiro, há disposições expressas acerca do direito ao desenvolvimento progressivo, nos aspectos econômico, social e cultural. O art. 26 da Convenção Americana de Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica refere que:

> Os Estados-partes comprometem-se a adotar providencias, tanto de âmbito interno, como mediante cooperação internacional, especialmente econômica e técnica, a fim de conseguir progressivamente a plena efetividade dos direitos que decorrem das normas econômicas, sociais e sobre educação, ciência e cultura, constantes na Carta da Organizações dos Estados Americanos, reformada pelo Protocolo de Buenos Aires, na medida dos recursos disponíveis, por via legislativa ou por meios apropriados. (PIOVESAN, 2000: 412).

Do mesmo modo, o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de Direitos econômicos, sociais e culturais (Protocolo de San Salvador), em seu artigo 11, especifica a necessidade de adoção de medidas de proteção ao ambiente.

---

1 Los derechos humanos nacen, como notorio, com marcada impronta insdividualista, como liberdades individuales que configuran la primera frase o generación de los derechos humanos...Esos movimentos reivindicativos evidenciarán la necessidade de completar el catálogo de los derechos y libertades de la primera generación com uma segunda generación de derechos: los derechos económicos, sociales y culturales. Estos derechos alcanzarán su paulatina consagración jurídica y política em la sustitución del Estado liberal de Derecho por el Estado social de Derecho [...] em la primera los derechos humanos vienem considerados como derechos de defesa de las libertades del individuo, que exigen la autolimitación e la injerencia de los poderes públicos em la esfera privada y se tutelan por su mera actitud passiva y de vigilância em términos de policía administrativa; en la segunda, correspondientes a los derechos económicos, sociales y culturales, se traducen em derechos de participación, que requieran uma política activa de los poderes públicos encaminhada a garantizar su ejercicio, y se realizan através de las técnicas jurídicas de las prestaciones y los servicios públicos. La estratégia reivindicativa de los derechos humanos se presenta hoy com rasgos inequívocadamente novedosos al polarizarse em torno e temas tales como el derecho a la paz, los derechos de los consumidores, el derecho a calidade de vida, o la libertad informática. En base a ello, se abre passo, com intensidade creciente, la convicción de que nos hallamos ante uma terceira generación de derechos humanos (PÉREZ LUÑO, 1989: _).

> Direito a um meio ambiente sadio – 1. Toda pessoa tem o direito de viver em meio ambiente sadio e a contar com os serviços públicos básicos. 2. Os Estados Partes promoverão a proteção, preservação e melhoramento do meio ambiente. (PIOVESAN, 2000: 428).

O Estado Brasileiro observou de maneira irrestrita esses documentos, na medida em que define no art. 1º da Constituição Federal de 1988 como princípios do Estado Democrático de Direitos a dignidade da pessoa humana e define, ainda, no *caput*, do art. 225 da do mesmo diploma que "*Todos tem direito a um meio ecologicamente equilibrado, [...] essencial à sadia qualidade de vida [...]*" (BRASIL, 2014). Dessa forma, o não atendimento a essas disposições que reconhecem por meio da positivação interna um considerável rol de direitos humanos, desencadeia um processo de violação a estes direitos, tendo como manifestação material, a acentuação da situação de pobreza de parcela considerável da população, a ocupação de espaços que apresentam grandes riscos ambientais que conduzem à injustiça ambiental. Isso porque, a noção de justiça ambiental se caracteriza pela negação de direitos básicos que sujeitam parcela considerável da população econômica e socialmente vulnerável à sofrerem as consequências negativas do desequilíbrio ambiental.

> Todavia, o compromisso maior das declarações internacionais de proteção aos direitos humanos é o de proporcionar um sistema político que garanta esses direitos, dentre eles, à liberdade e à igualdade. Estes direitos são de fundamentais importância pois dão fundamento a construção da democracia moderna, uma vez que estabelecem a distinção entre a esfera pública e a esfera privada. Segundo BEDIN (2002:45) a distinção entre as esferas é uma característica fundamental da sociedade moderna, é a partir dela que se estrutura o pensamento liberal e o pensamento democrático.

A construção da democracia moderna baseada no pensamento liberal faz com que o ordenamento da sociedade oscile entre a liberdade e a participação, uma vez que os direitos de liberdade (pessoal, política e econômica) significam a não intervenção do Estado, especialmente nos âmbitos econômicos e culturais. (SCHONARDIE, 2013:95).

No entanto, este modelo acaba por tornar deficiente a liberdade humana[2] gerando uma injustiça social com o agravamento global da pobreza, das desigualdades sistêmicas e da exclusão social. É necessário a aplicação efetiva de todos os direitos humanos de cunho econômico, social e cultural para a construção de um desenvolvimento baseado na ética e no reconhecimento do ser humano. Para SACHS (2008:45), na medida em que as desigualdades morais resultam da organização social, elas só poderão ser superadas com um voluntarismo responsável, ou seja, há a necessidade da implementação de políticas públicas, operadas nos níveis administrativos e legislativo, que promovam transformações institucional e ações afirmativas em favor dos segmentos mais vulneráveis e silenciosos da nação, uma vez que a maioria trabalhadora, desprovida de oportunidades de trabalho e meios de vida decente, é condenada a desperdiçar a vida na luta diária pela sobrevivência em condições ambientais totalmente adversas, sendo-lhes negada o acesso as condições básicas para uma vida digna. Muito embora esses direitos estejam previstos nos acordos, pactos, declarações e, também, nas constituições de Estados, ainda está-se distante de sua real efetivação. Basta analisar as abismais desigualdades econômicas e sociais que as transformações do mundo contemporâneo carregam consigo. Nesta primeira década do século 21, tem-se um contingente populacional significativo, vê-se privado de suas liberdades básicas; pessoas morrendo de fome, sem acesso à água potável, desnutrição, doenças trazidas por falta saneamento básico, isso sem considerar as desigualdades de sexo, cor, religião, etnia, pessoas incapacitadas de exercer seus direitos políticos e civis.

---

2 [...] a liberdade política e as liberdades civis são importantes por si mesmas, de um modo direto; não é necessário justifica-las indiretamente com base em seus efeitos sobre a economia. Mesmo quando não falta segurança econômica adequada a pessoas sem liberdades políticas ou direitos civis, elas são privadas de liberdades importantes para conduzir suas vidas, sendo-lhes negada a oportunidade de participar das decisões cruciais concernentes a assuntos públicos. (SEN, 2010)

É deste contexto que se extrai a crítica da visão essencialmente economicista que se dá a partir da década de 70 com a implantação do modelo neoliberalista pelo mercado, que SEN (2010:56) diz ser, este modelo de desenvolvimento, um processo feroz, com muito sangue suor e lágrima, onde se negligenciam fatores de proteção aos mais pobres, fornecimento de serviços sociais, etc., muito diferente do desenvolvimento voltado para um processo de expansão das liberdades reais, ainda segundo ele, esta expansão da liberdade é considerada o fim e o principal meio do desenvolvimento. "O processo de desenvolvimento, quando julgado pela aplicação da liberdade humana, precisa incluir e eliminação da privação desta pessoa" (SEN, 2010: 75).

Contudo, qualquer que seja o modelo econômico adotado acabará por desencadear quadros sociais de vulnerabilidade, levando à pessoa sucumbir em um mundo que não lhe proporciona segurança nem proteção, e o que se necessita, é exatamente o contrário, ou seja, um Estado que ofereça adoção de medidas e regras a combater toda esta miserabilidade vivida em pleno século 21 e em total desacordo com a dignidade e os direitos humanos.

No Brasil, as grandes injustiças sociais encobrem e naturalizam o fato da exposição desigual à poluição e do ônus desigual dos custos do desenvolvimento, seja econômico ou social. Como prova disso, há a constatação de que no meio urbano[3], os pontos da cidade ocupados por indústrias poluidoras, em torno das quais se formaram os bairros operários, são os mais poluídos e os mais negligenciados pelo poder público.

Pode-se observar que o encobrimento dessas questões sociais e ambientais leva a naturalização das desigualdades socioambientais e a consequente marginalização dos segmentos sociais em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Para IANNI (2004: 113) "as desigualdades sociais podem ser apresentadas como manifestações inequívocas de "fatalidade", "carências", "heranças", quando não "responsabilidades" daqueles que dependem de medidas de assistência, previdência, segurança ou repressão".

Os danos socioambientais advindos do estilo de desenvolvimento desigual, da degradação da pobreza, dos mercados globalizados, da exclusão tecnológica fazem surgir a injustiça ambiental. Mas a percepção da injustiça ambiental, é visualizada em razão de que há a construção e definição de termo "justiça ambiental". Assim, a justiça ambiental pode ser entendida como o mecanismo pelo qual as sociedades desiguais destinam maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis.

A justiça ambiental compreende o conjunto de princípios que assegurem que nenhum grupo de pessoas, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas ou de ausência ou omissão de políticas adequadas de combate e controle das desigualdades socioeconômicas. Tem-se assim, o conceito de justiça ambiental, como noção ampla que reafirma o valor da vida em todas as suas manifestações, contra os interesses de riqueza, poder e tecnologia (CASTELLS, 2006:98).

O desafio neste início de século é descobrirmos formas de efetivação dos direitos humanos em um cenário de desenvolvimento desigual e como dar eficácia social à justiça ambiental, frente à situação de desigualdade social a que estão sujeitos boa parcela da população mundial. A busca por respostas que possam contribuir para a transformação desse quadro de injustiças socioambientais, tem sido o cerne de muitas investigações.

2. A urbanização as avessas: o crescente processo de favelização e negação dos direitos humanos

As cidades são uma forma residencial adotada pelos membros da sociedade onde a presença nos locais de produção agrícola não é mais necessária, elas só passaram a existir com base no excedente de produção da terra (meio rural). É na sua localização geográfica que se instala a estrutura político-administrativa da sociedade que baseia todo um sistema organizacional de poder, de comércio, de distinção de classes e de gestão de domínios. Nesta base são organizadas as instituições próprias à cidade que conferem uma coerência interna e uma maior autonomia frente ao exterior (CASTELLS, 1983:120).

---

3 Segundo dados do IBGE, disponibilizados em 2010, mais de 80% da população brasileira vive nas cidades, o que indica que a população brasileira é predominantemente urbana.

A história urbana brasileira e latino americana é derivada do êxodo rural. Isto deu-se de forma acentuada entre as décadas de 40 e 90, saltando de uma população equivalente a 31,2% para 75% respectivamente SAULE JR. (2007:87). No entanto, esse crescimento deu-se de maneira desordenada, sem a necessária infraestrutura básica, levando a segregação espacial de bairros, fazendo com que a população econômica e socialmente vulnerável vivesse às margens não apenas da cidade, mas da própria dignidade humana, ocupando espaços ambientalmente inadequados.

A América Latina apresenta características de urbanização bastante singulares, uma vez que suas formações sociais originarias foram destruídas pela colonização ibérica. Seu crescimento urbano é a consequência, em parte, da explosão demográfica e, também da degradação ambiental. "A aceleração do crescimento urbano toma em geral a forma de um desequilíbrio na rede urbana de cada país, já que ela se concentra no aglomerado dominante, quase sempre a capital." (CASTELLS 1983:203).

Nos países latino-americanos o ritmo do crescimento demográfico é muito maior do que o ritmo de crescimento da industrialização, ocasionando disparidades de ordem social e econômica, pois não há uma relação direta entre o número de empregos disponíveis com a taxa de crescimento urbano. Isso acaba gerando uma segregação social e ecológica, um grande desequilíbrio entre as classes sociais e a polarização do sistema.

Para CASTELLS (1983:210), há ainda um outro fator decisivo do crescimento urbano da América Latina: a migração rural-urbana. Mesmo com a carência industrial, houve uma ampliação do mercado de trabalho e do investimento público em determinados equipamentos coletivos, mas o setor agrário ficou com sua estrutura deteriorada, obrigando as pessoas saírem do campo em busca de melhores condições na cidade, o que fez com que se concentrasse, ainda mais, a população nas principais cidades e regiões metropolitanas, dificultando ainda mais o seu adequado ordenamento.

O Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas (UN-Habitat) nesse início do século 21 tem alertado para a generalização enorme das favelas em nível mundial, isso porque a população favelada cresce espantosos 25 milhões de pessoas por ano (Davis, 2006:30). Segundo dados de 2005, divulgados pela UN -Habitat o Brasil possui 36,6% da população urbana na favela, ou seja, mais de um terço da população urbana brasileira mora em favelas.

> Em nível mundial, estima-se que mais de um quarto da população localiza-se em favelas, desprovida das condições básicas mínimas para uma vida com dignidade. As favelas passam a ser um local de "armazenamento humano", no qual se aglomeram aqueles que não encontram um lugar nos bairros das cidades, no mercado de trabalho, na sociedade de consumo, na cidade legal.
>
> As favelas são a nova face da desigualdade social, são uma espécie de solução totalmente aceita para o problema do armazenamento da população excedente deste século que não será reincorporada, em sua condição de "enorme massa de mão de obra excedente na corrente principal da economia do mundo". (DAVIS, 2006:199). Essa urbanização irregular, que denominamos favela, é o local no qual se encontra a maioria dos pobres urbanos. Em uma definição clássica, a "favela é caracterizada por excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado a água potável e condições sanitárias e insegurança da posse da moradia." (DAVIS, 2006: 32). Este conceito clássico avalia apenas aspectos físicos e legais do assentamento humano, deixando de lado as dimensões sociais, a marginalidade econômica e social dessa população considerada excedente.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, só pode ser realizado o ideal do ser humano livre, isento do temor e da miséria, se forem criadas condições que permitam a cada pessoa gozar dos seus direitos econômicos, sociais e culturais, bem como dos seus direitos civis e políticos. No entanto, estima-se que em todo o globo quase 1/3 (um terço) da população vive em situação de extrema pobreza, são mais 2,15 bilhões de pessoas (PNUD, 2014) que não podem ser consideradas livres, sem temor e isentas da miséria, pois sobrevivem em condições de miserabilidade extrema. O presente articulado pretende demonstrar a dificuldade de alcance dos direitos humanos a esse contingente enorme de seres humanos que sobrevivem em condições de pobreza e extrema pobreza, na América Latina e, em especial, no Brasil.

Não obstante o crescente número de propostas e ações adotadas por organizações internacionais como a ONU, através da ACNUDH[4] – Alto Comissionado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Oficina Regional para a América do Sul que envolve os países Argentina, Brasil, Chile, Peru, Uruguai e Venezuela, observa-se, que na primeira década do século 21 houve o incremento da pobreza e da desigualdade social nesses países.

> O paradoxo que se apresenta ao qual permanece-se perplexo, tentando elucidar as causas e, talvez, saná-las, relaciona-se ao descompasso que há entre o atual nível de desenvolvimento econômico alcançado pelo Brasil e o incrível crescimento, na margem de 30% (trinta pontos percentuais) da população favelada do país. Esse incremento no número de indivíduos que se alocam nesses espaços (ou melhor, ausência de espaços dotados de condições capazes de garantir a dignidade humana) foi obtido a partir das análises preliminares divulgadas pelo censo 2010 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
> Todavia, a realidade concreta, retratada pelos dados coletados pelo recenseamento de 2010, denuncia o distanciamento dos princípios da dignidade humana, da justiça social e da cidadania de grande parcela da população brasileira. A pergunta que fica diante desses dados é a seguinte: como dar efetividade social e jurídica ao direito de desenvolvimento progressivo no âmbito das cidades? Uma das possibilidades que despontam no horizonte é o direito à cidade sustentável. Para tanto, faz-se necessários pensar na construção ou reconstrução de uma revolução urbana, na qual possa-se ressignificar o espaço público urbano.
>
> La información más reciente sobre América Latina (CEPAL, 2003) revela que la tendencia a la superación de la pobreza se estancó en el período 1999-2002 y parece haber experimentado un ligero retroceso durante el año 2003. La desigualdad social —medida en términos de la distribución del ingreso— también se incrementó en la última década en la mayoría de los países de la región. Entre 1990 y 2002, la concentración del ingreso creció en el 60% de los países de la región, se redujo en un 14% de ellos y se estancó en los restantes. En consecuencia, las noticias no son buenas: una vez más nos enfrentamos a décadas o quinquenios perdidos en el combate contra la pobreza y la inequidad. (FILGUEIRAS & PERI, 2004: 7).

Esses dados sugerem reflexão, isto porque os resultados dos programas e ações de combate à pobreza extrema na América Latina não tem atingido o objetivo de redução da mesma. Ao contrário, nesta primeira década do século 21, as desigualdades sociais nos países como Argentina, Brasil, Chile, Peru, Uruguai e Venezuela acentuaram-se. O modelo econômicossocial adotado por esses países, embora apresentem suas peculiaridades, na essência, tem gerado mais pobreza e exclusão social. Vejamos o caso brasileiro, por exemplo: segundo dados do censo 2010 realizado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população favelada no Brasil cresceu 30% na primeira década deste século, como anteriormente referido. No ano de 2008 eram mais de 8,9 milhões de brasileiros que continuam em situação de pobreza extrema. Os programas do governo federal de combate a miserabilidade como o "Fome Zero" e o "Brasil Sem Miséria", tem alcançado milhares de brasileiros neste início de século. Paradoxalmente, a globalização econômica tem provocado, cada vez mais, o incremento do número de pessoas excluídas em termos sociais, educacionais, econômicos e culturais. Esses sujeitos acabam por viverem dos refugos que a sociedade globalizada de consumidores tem gerado e, eles próprios, na maioria das vezes são vistos como refugo.

> O Brasil já cumpriu o objetivo de reduzir pela metade o número de pessoas vivendo em extrema pobreza até 2015: de 25,6% da população em 1990 para 4,8% em 2008. Mesmo assim, 8,9 milhões de brasileiros ainda tinham renda domiciliar inferior a

4 mhttp://acnudh.org/pt-br/temas-de-ddhh-pt/pobreza-pt/

> US$ 1,25 por dia até 2008. Para se ter uma ideia do que isso representa em relação ao crescimento populacional do país, em 2008, o número de pessoas vivendo em extrema pobreza era quase um quinto do observado em 1990 e pouco mais do que um terço do valor de 1995. Diversos programas governamentais estão em curso com o objetivo de alcançar essa meta. (PNUD, 2014).

Apesar dos esforços dos governos nacionais em suas políticas sociais de combate à pobreza e a desigualdade percebe-se a persistência das mesmas e, o pior, em muitas situações o aumento do contingente humano que passa a integrar esses grupos de excluídos. O mais drástico de toda essa questão é o fato desses sujeitos excluídos não serem alcançados pelos sistemas prestacionais do estado-nação, podendo-se dizer, inclusive, que não são portadores dos direitos humanos que precedem as normas jurídicas.

Direcionando a problemática da crescente favelização no Brasil para a questão especifica da regularização fundiária – direito à moradia – das comunidades faveladas, será que o acesso as condições dignas de vida, dentre as quais, a de viver-se em um meio equilibrado, dotado de instrumentos urbanos básicos, deve ser prioridade no exercício da cidadania dos brasileiros ou apenas daqueles que se encontram nessa posição de favelados?

O objetivo dessa indagação é demonstrar que, seja qual for a posição que decide-se tomar, isso implicará necessariamente um discurso, que estará impregnado de interesses particulares do grupo que defende as ideias de efetivação do direito à moradia ou não. Surgem, em decorrência, os problemas de legitimação desse discurso que, independentemente de vontade, fará parte da manifestação de um exercício de poder por parte daqueles que o detêm. O que não se pode deixar de considerar é que, hoje, o nível de justificação torna-se reflexivo. *"Os procedimentos e as premissas da justificação são agora os fundamentos legítimos sobre os quais se apóia a validade das legitimações"*. (HABERMAS, 1983: 226). É a ideia do acordo que se verifica entre todos, em sua condição de seres livres e iguais. É o consenso. O problema é que nem "todos" participam ou formam esse consenso, tampouco são iguais e alguns sequer podem considerar-se completamente livres.

Assim, poder-se-ia afirmar que a questão da regularização fundiária urbana pode tornar-se um consenso à medida em que é uma decisão de determinado grupo que detém o poder, por meio dos procedimentos do poder democrático de elites. No Estado Moderno, sabe-se que a identidade coletiva da sociedade e a integração social através de valores e normas não se realizam por si só, em razão daquele. Mas, o Estado toma para si a tarefa de impedir a desintegração social por meio de decisões obrigatórias, isto é, *liga-se ao exercício do poder estatal a intenção de conservar a sociedade em sua identidade normativamente determinada em cada oportunidade concreta*. (HABERMAS, 1983: 221).

Por derradeiro, o fato a considerar é que, sob essa perspectiva, a questão urbana e a equidade ambiental, em tese, seriam uma opção da sociedade e, nesse sentido, seu discurso estaria amparado e legitimado, integrando o exercício de poder do grupo dominante. Entretanto, outra questão permanece: será a favelização uma opção dessa sociedade que se diz urbana? Encontra-se nas cidades brasileiras e latino-americanas os planos e programas que observam as diretrizes e princípios de equidade, sustentabilidade e justiça social e ambiental? Talvez, no plano real, esteja-se um tanto distante do plano legal e ideal.

Contudo, não é oportuno apenas apontar os aspectos negativos do não atendimento aos direitos humanos das populações em situação de vulnerabilidade socioambiental que vivem nas favelas e demais espaços urbanos irregulares que apresentam grande risco ambiental. É necessário continuar a caminhada "rumo" à efetivação socioambiental dos direitos humanos, e nessa perspectiva, o direito à cidade sustentável pode ser um importante instrumento de efetivação da dignidade humana.

Referências

BEDIN, G. A. (2002), *Os Direitos dos Homens e o Neoliberalismo*, Ijuí: Unijuí.

BOBBIO, N. (2004), *A Era dos Direitos,* Rio de Janeiro: Elsevier.

BRASIL. (1988), *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. [consultado em 22-11-2014].

BRAVO, A. S. (2013), "*Injunsticia Ambiental y Derecho Humano Al Agua"*. A**. S.** BRAVO, *Justicia y Medio Ambiente*. Impreso en España, pp. 151-170.

CASTELLS, M. (1983), *A Questão Urbana,* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CASTELLS, M. (2006), *O Poder da Identidade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

DAVI, M. (2006), *Planeta Favela*, São Paulo: Boitempo.

VIEIRA, J. L. (2005), *Declaração Universal dos Direitos Humanos: Carta das Nações Unidas: Declaração dos direitos humanos*, Bauru: EDIPRO.

DOUZINAS, C. (2009), *O Fim dos Direitos Humanos,* São Leopoldo: Unisinos.

FILGUEIRAS, C. & PERI, A. (2004), *América Latina: los rostros de la pobreza e sus causas determinantes*. CEPAL - SERIE Población y desarrollo. Santiago do Chile: Nações Unidas Publicações.

HABERMAS, J. (1983), *Para a construção do materialismo histórico,* São Paulo: Brasiliense.

IANNI, O. (2000), *Globalização,* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

PÉREZ LUÑO, A. E. (1989), *Le generazioni di diretti umani***,** Disponível em http://www.cervantesvirtual.com/portal/doxa. [consultado em 23-07-2014].

PIOVESAN, F. (2000), *Direitos humanos e o direito constitucional internacional,* São Paulo: Max Limond.

PNUD. (2014), *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: Erradicar a extrema pobreza e a fome.* Disponível em http://www.pnud.org.br/ODM1.aspx, [consultado em 14-7-2014.

SACHS, I. (2008), *Desenvolvimento: Includente, Sustentável, Sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond.

SAULE JUNIOR. N. (2007), *Direito Urbanístico: Vias Jurídicas das Políticas Urbanas*, Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor.

SCHONARDIE, E. F. (2013), "*O Estado Contemporâneo, os Novos Direitos e a Proteção Ambiental". In* A. S. BRAVO, *Justicia y Medio Ambiente*. Impreso en España.

SEN, A. (2010), *Desenvolvimento como Liberdade,*. São Paulo: Companhia das Letras.

UN-Habitat. (2014). Disponível no site http://www.unhabitat.org. [consultado em 22-11-2014].

Interação da gente quando se toca faz mais do que coisas trocadas. Narrativas da luta pela terra.

Ana Maria Augusta da Silva
amassilva@yahoo.com.br

Biografia: Graduada e Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP e Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ num encontro inesquecível com Vanilda Paiva. Interessada em estudos que envolvam a questão da subjetividade em experiências de coletivos como movimentos sociais, família, gerações os quais me ajudam a pensar as tensões permanentes e necessárias dos indivíduos em sociedade. A minha narrativa e meu fazer sofrem interferências de Paul Ricoeur, Nietzsche, Karl Marx, Walter Benjamin, entre outros, porém as vivências triviais e anônimas são a condição de meu pensar.

Resumo: Este artigo se situa no campo dos estudos das memórias e das representações sociais na interface com os movimentos sociais e a cultura. Entendemos que os processos de subjetivação, nas ciência sociais, se traduzem não somente, em sujeição, ou seja, no assujeitamento do indivíduo as regras e normas sociais. A ruptura destes processos acontece por meio de uma prática de liberdade na construção de si mesmo. É desta forma que memória e liberdade se vinculam na luta do homem contra o poder, na luta do homem contra o esquecimento. A incapacidade de esquecer se relaciona com a incapacidade de aceitar o mundo tal como ele é tentando superar as suas injustiças na crença de uma igualdade social e no reconhecimento. Assim, buscamos compreender os contornos que podem assumir os processos de subjetivação da historicidade do sujeito e de seus vínculos sociais frente aos constrangimentos variados de destituição da dignidade humana na sociedade nacional. Os elementos normativos de seus hábitos diários podem fornecer contiguidade e ou ruptura dos processos culturais tradicionais numa reconfiguração dos procedimentos democráticos (Honneth, 2001, 2003). Os contornos de uma economia psíquica que permite um tipo de inserção social do sujeito e de seus processos de identificações na intersecção das dimensões pública e privada. A perspectiva política dos movimentos sociais nos possibilita uma compreensão da dinâmica das relações sociais e seus sentidos construídos, portadoras de tensões e conflitos que atualizam as categorias de justiça e democracia em novas sociabilidades. A percepção destas experiências de sofrimento e indignação, base para a permanência na luta, são contraditórias por envolver dispositivos de ordem cultural desiguais no seu ritmo e alcance relacionados aos processo de construção de uma democracia justa, igualitária e distributiva.

Palavras-chaves: movimentos sociais, justiça, democracia, subjetividade, emoções, memórias.

1. Introdução

> "A conversa do Seu Francelino tinha, de certa forma, acordado a velha Maria Moura. Ou antes, uma Maria Moura nova, diferente de todas as Mouras passadas, capaz de se meter numa aventura louca, quem sabe sem retorno, quem sabe sem fim".
> (Queiroz, Rachel de. Memorial de Maria Moura. 1992:473)

As narrativas da luta pela terra, das Ligas Camponesas ao surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST, guardam uma economia moral em comum. As experiências de despejo, de desapropriação da terra, da casa, de exploração do trabalho, de violência que produzem sentimentos variados como a perda da liberdade, de indignação, medo, recusa as injustiças, ao desrespeito a dignidade humana e a vida. O medo, o sentimento de perda da liberdade expresso em diferentes experiências como a do espancamento, da perda da posse, da destruição dos meios de sua sobrevivência, violências variadas que marcam os indivíduos nos processos de exclusão e marginalização sociais, injustiças, desrespeito. Narrativas que podem inscrever de

forma ativa, o sujeito no mundo se romper com uma identificação no processo de subjetividade com a sujeição afirmando a liberdade como prática de construção de si. E mediante as suas escolhas e a narração de sua própria vida que o sujeito se apropria das interpretações e da memória sobre a realidade ao mesmo tempo em que intervém em sua construção fazendo "sequência com o presente e sua cauda de cometa" (Ricouer, 2012:53).

No mundo esquecemos quem somos para sermos outros que podemos ser quando lembramos. A memória requisitada na narrativa pode construir variados eus diferentes de eu mesmo. Se alterar as categorias de tempo e espaço o que sou não existirá mais, o que sou é liberdade, capacidade de me dizer de diferentes formas que faço de minha liberdade um exercício criativo. Essa subjetividade plural e dialógica faz de cada um de nós vários. É a valorização das experiências pessoais, o que reconhecimento, que traz a existência uma imbricação entre verdade e ficção, objeto e sujeito tensão permanente e necessária. Pensar a verdade como uma ficção é reconhecer que o sujeito não é determinado pelas estruturas sociais apesar de falar e pensar como as marcas sociais de uma configuração sócio-histórica, porém a ela não se restringe. O eu que se apresenta é um construto. Não importa se o que diz a memória é verdade ou ilusão enganos sobre os fatos vividos. O que é relevante é que a dor e o sofrimento vividos sejam reais. A auto-referência não é somente uma forma de olhar o passado, mas uma maneira de dar-se a conhecer ao outro. A modificação interna do indivíduo provocada por eventos externos oferece subsídios para a narrativa que encontra no narrador o *locus* da tensão permanente, necessária e simultânea entre o sujeito e o objeto.

É na legitimidade do narrador, na consciência de si que o narrador é testemunha da complexa dinâmica de sua mudança, "um si que responde é um si em relação, e não um si ab-soluto, isto é, fora da relação e, a esse título, fundamento de toda relação" (Ricoeur, 2012: 76)

> "De quem é esse garote... é seu.. é sim, senhor, é meu. Tenho ainda outros bichinhos aí. Pois de agora em diante não pode mais criar bicho aqui. Só peru e galinha e assim mesmo amarrado pra não estragar o capim. Cadê seu filho. Foi na feira de Belém vender umas coisas. Pois de agora em diante não pode mais. Tem que trabalhar tudo aqui na fazenda. Foi assim que Lagoa Dantas começou a virar nação de gado em vez de gente".

A separação entre trabalhadores rurais e os meios de produção, no Brasil, se opera com idas e vindas que caracterizam fases de aceleração do processo de proletarização do trabalhador rural com períodos de expansão da produção associada aos altos preços de exportação que é quando os proprietários de terras aumentam as superfícies cultivadas com café e ou cana de açúcar e ou outra matéria-prima em detrimento das parcelas de subsistência e com isso convertendo os parceiros em assalariados sem-terra. Até o final da década de 1950, os estudos sobre os movimentos sociais ainda tinham seu foco na questão da anomia social onde as insatisfações ou as reivindicações eram vistas como respostas as mudanças sociais ou a desorganização derivadas destes fenômenos passando a ser interpretadas como Teoria da Mobilização de Recursos. A ação coletiva interpretada a partir de um comportamento organizacional e abordada como grupos de interesses, sendo o movimento social visto como qualquer outra organização que busca a realização de seus interesses junto ao Estado. No Brasil, a Teoria da Mobilização de Recursos, incorporou a busca pelo reconhecimento dos direitos coletivos e as diferenças diante da problemática da cidadania encontrando eco em autores como Ruth Cardoso (1994), Ana Maria Doimo 1995), Sorj (2008).

O estudo de E.P. Thompson, "A formação da classe operária inglesa" foi elementar nesse processo quando substitui o conceito de classe pelo da autoconstrução dos trabalhadores. Amparado também na antropologia cultural de Geertz (1973) introduz uma percepção da cultura como passível de uma leitura a partir de seus significados móveis. E, neste momento que a cultura política que havia surgido desde da década de 1960 com os movimentos de mulheres, gay, negros, do direito das minorias se assume como uma política da identidade. A Teoria dos Novos Movimentos Sociais no Brasil possui expressões como Maria Célia Paoli, Vera Telles, Dagnino (1994), Oliveira, Ianni, entre outros. Esta teoria se inspira no neomarxismo de personagens como Touraine, Boaventura de Souza Santos, Melucci, Castells (2001), Offe, e que acreditam que os movimentos sociais são forças que buscam modificar a sociedade numa posição dialética entre o local e o global.

Os estudos dos movimentos sociais representam uma das temáticas mais difíceis de definir por se tratar dos espaços e dos modos pelos quais a sociedade se constrói (Melucci, 2001. 149). Castells (2001) afirma que os movimento sociais dependendo do seu êxito podem modificar os valores e as instituições de uma sociedade. Dentro deste prisma que Touraine tem mostrado a importância dos movimentos sociais para a ampliação da democracia (2006). Dagnino (2000), Souza (2004), Telles (2000), Paoli (2000) reconhecendo o potencial democratizador dos movimentos em escala local, regional, nacional, global. Frentes aos processos de globalização, os movimentos sociais, passaram a assumir novos elementos em sua constituição considerando a acesso democrático as redes sociais e as novas tecnologias de informação. Alguns teóricos se debruçaram sobre os movimentos sociais e suas novas formas de expressão como Castells (2001), Melucci (1996, 2001), Hall (2005, 2003) e apresentaram algumas análises referentes aos movimentos sociais e seus projetos identitários.

Assim, afirma que os indivíduos comuns agem juntos para reivindicar poder ou reafirmar direitos, sendo fundamentais a organização para a ação coletiva, pois é o que conectam as pessoas para uma ação comum. As formas de organização são variadas conforme as redes e as organizações sociais indo desde associações, confederações, partidos, etc. Charles Tilly se concentrou nas situações de mudança onde as pessoas apreendem a fazer reivindicações aos poderosos por meio de estratégias de ação coletivas culturais que qualificou como "repertório de ação coletiva". E aponta que a maioria das ações coletivas usadas na atualidade são inovações recentes como as greves, movimentos sociais, protestos, pressões variadas e que apareceram em sua maioria no século XIX. Estas eram nacionais, mais planificadas e menos espontâneas e organizadas por associações com fins específicos dependendo mais dos esforços dos organizadores ativistas ou políticos e menos das elites locais. Passando as reivindicações direcionadas as autoridades nacionais.

Estas transformações no trato da forma da ação coletiva se relacionam para Tilly ao desenvolvimento do capital e dos Estados Nacionais, pois alteraram o contesto destas pressões sociais e o conteúdo dos "repertórios de ação coletiva". As formas de ação coletivas contestadoras anteriores eram locais e surgiram a partir de redes sociais já existentes e eram mais pontuais em relação a quem se direcionavam as reivindicações. A emergência de eleições e o surgimento dos partidos políticos de modo geral legalizam a ação política executadas pelas associações formais. Com isso se canaliza a contestação popular para formas relativamente legais e não-violentas tendendo a reproduzir as formas de ação coletivas que obtiveram maior sucesso e envolvendo organizações mais permanentes e mais amplas.

O tempo que surgem as Ligas é o tempo da construção das mediações entre o Estado e a sociedade civil, seja por meio do Partido Comunista - PC, seja por meio da Igreja e ou associações que buscavam nos mecanismos institucionais os parâmetros para sua inserção e que tiveram o papel de fornecer significados outros que contribuíram para a construção da luta e da resistência destes homens do campo. Estes novos significados atribuíram outras interpretações para a cultura dominante desafiando práticas institucionalizadas na política. Essa luta de novos significados se referiu as noções predominantes da cultura política dominante como cidadania, desenvolvimento, política, etc. Assim, os diferentes significados e as práticas culturais em conflito frente às novas significações e práticas apontaram para processos mais amplos que buscaram redefinir o poder social. Também é importante observar que todo esse processo não é livre de contradições, os novos significados convivem com os velhos significados numa combinação particular conforme as circunstâncias sociais, econômicas e políticas junto a cada trabalhador rural.

A transformação das Ligas, de movimento de homens do campo para uma organização política expressou não somente a percepção da mudança da conjuntura social, mas, principalmente, o isolamento e a perda de força das Ligas. Isso ocorreu pelo fato de se tentar reunificar as diferentes facções numa única força política. E, que ficou conhecida, a partir da iniciativa da proposta de Padre Alípio de Freitas[1], como um organismo centralizador que substituiria o Conselho Nacional que reuniu grupos autônomos passando a ter como base fundamental a Organização das Massas, o segmento popular e a Organização Política, o segmento intelectual – centralismo democrático e o marxismo-leninismo. Na organização das massas estariam envolvidas não

1 Ex-padre, professor atual da Universidade Lusófona de Lisboa, morando em Portugal. Foi militante das ligas, preso e torturado no período da ditadura, cristão adepto da Teologia da Libertação tornou-se alvo do regime ao mesmo tempo em que se tornou pela postura valorativa, uma reserva moral para muitos que aderiram a resistência.

somente os trabalhadores rurais, mas outros segmentos sociais. Para participar da Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil seria preciso um convite a partir da comprovação de certos adjetivos políticos, ideológicos e morais que o colocaria apto para a função. Esta radicalização também se expressou por parte do Governo Federal, numa postura mais enérgica em relação às Ligas. Estes acontecimentos são relatados pela esposa de João Pedro, Elizabeth Teixeira em entrevista ao MST.

> "O homem do campo vivia uma situação muito difícil. Próximo à casa que a gente morava, tinha o engenho Melancia, o Sapucaia e o João Pedro foi tomando conhecimento da sobrevivência daqueles trabalhadores, pai de filhos, a situação dos filhinhos passando fome, analfabetos, sem ter direito a ir a uma escola. O João Pedro foi conversando com eles, fazendo reuniões, até que fundou a Liga Camponesa e eles foram se associando e o número da liga crescendo."

As Ligas, sendo uma resposta às condições políticas, sociais e econômicas de expropriação da terra e da condição precária do homem do campo geraram luta e resistência por meio de contestações que assumiram contornos de uma luta de classes. Para o trabalhador rural o que interessava era a manutenção da posse, os laços afetivos, suas fruteiras e viver em paz[2]. A resistência e a luta no movimento dos trabalhadores rurais possibilitaram o apoio para o conflito intermediado pela Igreja Progressista, pela afirmação da noção de se ter direitos, como a idéia de que "direitos não se ganham se conquistam[3]", realidade também vivida pelos sindicatos comunistas daquela época. Todas estas instituições serviram como respaldo para novos significados e práticas que forneciam ao conflito a permanência e a legalidade na luta pela conquista da terra para os homens do campo. O aumento da resistência e da luta no processo de expropriação do posseiro mostrava claramente que não seriam somente os grandes latifundiários, as grandes empresas e o governo que decidiriam o futuro destas terras.

> "Quando João Pedro morreu, eu tinha 11 filhos... era tudo vivo os bichinhos... Hoje só tenho 6 vivos. Um deles levou um tiro com 10 aninhos. Foi na cabeça e perdeu o cérebro e foi o mesmo capanga que mandou matar o pai.[4]"

No tempo das Ligas, os homens do campo resistem e lutam contra a desapropriação de suas terras. As narrativas orais de luta nos mostram a força que as experiências de enfrentamento geraram os sentimentos de medo e sofrimento, de perda da liberdade inserindo-os como sujeitos de uma história em construção. Estes homens e mulheres do campo se associam junto com outros para se proteger e atender seus interesses mais imediatos. Neste processo de subjetivação, passam a sofrer novas interpretações sobre a realidade social e o cotidiano em que vivem. Passando a atuar como Ligas e sob as influências do PC e da Igreja aonde novas leituras sobre a realidade fornecem elementos questionadores das representações anteriores numa prática reivindicativa. Inicialmente, a associação que era espontânea passa por regramentos e normas de interpretação e prática social, então o movimento social se torna uma organização política. E os interesses esparsos e pontuais de seus membros, tornam-se os interesses de classe por meio de uma compreensão da realidade e práticas que visem a instauração do fim da opressão do capital. Com a repressão as Ligas se extinguem e seus membros caminham para o anonimato, ou são mortos, exilados, presos ou perseguidos. Com o processo de redemocratização e o avanço do capital no campo, novos processos de desapropriações da terra são gerados. O MST surge em 1984 e, novamente, se constitui os interesses de classe acima dos interesses imediatos derivados

---

2 Medeiros, Leonilde Servolo. *Reforma Agrária no Brasil. História e atualidade da luta pela terra*. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo. 2003.

3 Grzybowski, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos sociais no campo.* Editora Vozes. Petrópolis. 1987:61.

4 Entrevista feita durante o V Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no Ginásio Nilson Nelson em Brasília, em junho de 2007.

das associações. Mesmo que as conjunturas sócio-históricas sejam diferentes os processos totalitários e centralizadores continuam a se apresentar sobre o homem do campo.

As reivindicações e a percepção da exclusão social que conduziram a busca por direitos são relegadas a planos menores pelos partidos comunistas, no tempo das Ligas. Sendo o desejo, à vontade e a intenção destes homens e mulheres mobilizada para a instauração de uma luta maior a dos trabalhadores rurais como classe revolucionária juntamente com o operariado da cidade. Mesmo que pese, como afirma Martins (1980) a diferença de conduta e consciência entre o trabalhador rural e o operariado.

Para o MST a questão da participação envolve a formação política e pedagógica formação que diz respeito não somente ao Setor de Formação, mas a toda a organização política. Se, por um lado, a combinação de luta por direitos e religião conduziu a uma formação político-religiosa, por outro lado essa mesma luta pela conquista da terra não somente levanta a problemática da propriedade da terra, mas e, principalmente, pela forma com que acontece historicamente o desenvolvimento nacional e seu déficit social e político. Analisar as Ligas Camponesas e o MST no que se refere a sua economia moral envolve uma questão ética, de justiça e política a medida que estes trabalhadores vão percebendo a sua situação de exclusão ao tomarem consciência da origem de seu medo derivada não somente da fragilidade social em que se encontram, ao eliminar as relações de patronagem, de favor e dependência negando os direitos de reconhecimento e de redistribuição. Mas da incerteza diante do futuro com a perda do roçado que significava comer menos ou não comer.

> "Quando os proprietários estavam invadindo nossas áreas arrendadas, com as cercas e com o gado, resolvemos tirar a cerca e levar o gado até o cercado dos proprietários. No outro dia, os empregados soltaram novamente o gado nas nossas lavouras. Outra vez, fomos empurrar o gado para o cercado do proprietário. Nesse dia, di a09 de janeiro de 1978 apareceram vários soldados e tenentes de Guarabira e prenderam quatro dos nossos irmãos agricultores. Foi um sofrimento. A presença dos soldados nas nossas terras arrendadas provocaram muito medo. Todos estavam com medo. Todos estavam com medo de serem presos. As mulheres e s crianças choraram muito com a prisão de seus maridos. E, os que foram presos passaram horas ruins dentro do carro fechado da polícia e ficaram muitas horas num sol quente. Só saíram de lá porque eles gritaram muito para abrir a porta. Depois foram levados para a delegacia de Salgado São Félix e Itabaiana. E só ficaram soltos no dia 11 porque o bispo D. José Maria Pires falo com o Juiz e pagou a fiança. Porque eles foram presos, Sr. Juiz, se não estavam praticando crime e é direito defendermos as nossas lavouras?[5]"

2. O tempo sempre igual

Durante toda a década de 1960 e 1970 o isolamento e a negação da cidadania a que estava subjugada os trabalhadores rurais conduziu a Igreja a atuar como mediadora junto às instituições legais e a sociedade civil como foi o caso das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, o Movimento de Educação Popular - MEB e a atuação dos padres progressistas. O reconhecimento da luta pela terra colocou a Igreja Progressista ao lado dos trabalhadores rurais na luta pela permanência na terra[6]. Levando-o a analisar a situação concreta em que vivia. Luz e fermento que conduziu o trabalhador a "ver" o que está por trás do problema da terra sendo o "fermento" o próprio movimento social que atuava junto aos trabalhadores. A proposta da Igreja Progressista e dos setores engajados é que rompendo o isolamento os trabalhadores pudessem agir por conta própria em prol

5 Carta dos Agricultores de Alagamar e Piácas ao Juiz de Itabaiana, no estado da Paraíba, 1978.

6 Novaes, Regina. *A questão agrária e o papel da Igreja na Paraíba.* In: Paiva, Vanilda. Igreja e Questão Agrária. Loyola. São Paulo. 1985: 209-247.

de sua libertação. A Igreja passa a ser um suporte na construção da atividade de formação dos camponeses que se organizavam neste período.

Não é raro acontecer que logo após a invasão ou a intimidação de jagunços ou pistoleiros nas terras de posse seja seguida por policiais estaduais e municipais, apoiados por decisões judiciais dirigidas por oficiais de Justiça. Isso porque a ordem pública está com freqüência influenciada pela ordem privada, ou seja, o coronelismo, o sistema de patronagem. Na luta contra a sua expropriação o trabalhador rural se utiliza do discurso da Igreja para legitimar sua ação, fornecendo novos quadros de referência para o conflito desencadeado frente à capitalização no campo. Começa com o cotidiano de vida destes homens, suas lavouras, as colheitas e com estas vivências que interpretam o mundo onde se faz necessário "orientar os que ainda estavam cegos" e "ajudar a curar a doença do medo". A idéia do medo como uma das categorias fundamentais de todo esse processo de subjetivação, nos aponta também para a questão de sua ambigüidade. Por um lado, a eliminação das relações de patronagem, de favor e dependência por outro, novas práticas de luta e resistência que aguçaram as contradições já existentes.

Aquilo que provoca o medo, ou seja, as causas que fazem com que o 'povo' esteja com medo são de vários tipos. No entanto, todas elas estão encadeadas, provocam-se umas às outras e fazem parte de uma mesma lógica – perda da liberdade. Algumas vezes as causas para explicar a expropriação para os trabalhadores rurais estão ligadas a uma questão ética, como o caso da ambição do proprietário. Eles reconhecem que do passado para cá, houve um ciclo completo de pioras nas suas condições de vida que passou da fartura para a carência, para a fome. Existe cada vez mais menos terra disponível para a agricultura e para as pastagens pela ambição do proprietário que expulsão os posseiros de suas terras. E, o alimento não cresce mais de forma natural, mas com inseticida e fertilizante. É a unanimidade dizer que o povo tem medo porque perdeu sua liberdade, seu meio de sobrevivência, segurança e abrigo da família. Mesmo quando as outras carências são ressaltadas a fome parece ser o fantasma mais presente.

As representações sociais feitas pelos trabalhadores rurais a respeito das suas condições atuais de trabalho e os seus efeitos sobre a sua vida como a expropriação, a miséria a fome, a doença, a insegurança da família é política e ética. Envolve noções de justiça, de bom e de ruim, pois é a ambição que vai fazer com que o proprietário expulse o homem do campo da terra, pois é a injustiça que faz com as autoridades se associem aos proprietários contra os trabalhadores que trabalham com a terra. Desde os seus primeiros momentos, o ato de expropriação é sentido por toda a família como uma calamidade. O que significa dizer que os trabalhadores rurais comparam sua vida até aquele incidente e percebem como ele é um divisor de águas. Pois que não é uma situação isolada, o processo é parecido com o de muito outros trabalhadores rurais. As condições precárias com relação a sua sobrevivência aparecem como uma situação coletiva, do povo, de todas as pessoas. É toda uma gente que "vai ficando sem terra e vivendo na maior miséria nas pontas de rua". Assim, o que existia antes como exceção, existe agora como uma situação que somada a tudo o que representa a expropriação da terra e do trabalho o povo percebe como motivo de revolta. O homem do campo percebe que as relações entre ele e o proprietário de terras é na forma de uma opressão, pois ele é obrigado a sair da terra onde planta o "roçado" porque o proprietário de terras rompeu o contrato mantido por costume. E, com isso toda uma seqüência de mazelas sociais se instaura em relação ao trabalhador rural até que ele desiste da posse e junto com sua família abandona a terra em busca de outra posse, onde fatalmente, a mesma relação desleal irá acontecer, ou irá para a cidade como assalariado.

O trabalhador rural percebe que sem as condições de acesso a terra e ao trabalho ele não vai poder sobreviver como antes, a perda da terra e do "roçado" significa que ele vai viver mau, comer mal e cansar o corpo, sendo que o boi que agora ocupa o "roçado" que antes era o lugar de seu trabalho e, conseqüentemente, de sobrevivência de sua família. A perda do "roçado" significa não só comer comida menos farta e sadia, como sequer "ter o que comer". A conseqüência da fome é a doença, a morte, o desespero. Assim, a luta pela conquista da terra é a luta por direitos sociais. E, não é uma luta contra o proprietário de terras, não é apenas uma luta contra a injustiça da justiça, ou contra a violência daqueles que juraram defender como a polícia e as instituições de defesa nacional. É uma luta que se junta a muitas outras lutas pelos direitos sociais que ainda não são respeitados no Brasil. O medo é a expressão – entre muitas razões - do sentimento de perda da liberdade. E, que possui variados sentidos, do espancamento, a morte, da perda da posse a destruição da plantação, "essas famílias tinham uma situação calma e tranqüila, visto que podiam trabalhar produzir e morar na Fazenda Alagamar sem sofrerem qualquer pressão.

Eram respeitados seus direitos. Agora, a coisa mudou. Toda aquela tranqüilidade ruiu ante a radical mudança do sistema. Imperam o desassossego, a ameaça e a opressão, de formas direitas e indiretas".

Em um Relatório da Federação da Paraíba de 1978[7] consta que aproximadamente 700 famílias da Fazenda Alagar, município de Salgado de São Félix, estão sendo ameaçados de despejo pelos novos proprietários. Há muitos anos o antigo dono da fazenda cedeu algumas áreas a essas famílias. Mediante contratos verbais de parceria e arrendamento. Com a morte do fazendeiro, porém, os herdeiros estão retalhando e vendendo as terras a terceiros. E, estão interessados em que as famílias desocupem a área, assim vem cometendo todo tipo de ameaça e pressão. Segundo esse mesmo relatório, junto a quatrocentos e quarenta e seis famílias, num total de 2. 723 pessoas, muitas delas ali chegaram há mais de trinta anos, sendo que as mais recentes têm no mínimo dez anos de permanência na terra. De maneira que desenvolveram uma produção bastante expressiva de cereais, legumes, frutas e a criação de animais. A Federação entrou com uma ação de "Interdito Proibitório" na Comarca de Itabaiana, a pedido de cinqüenta e quatro trabalhadores rurais que se achavam mais diretamente prejudicado. O Juiz de Direito concedeu a liminar para os trabalhadores rurais permanecerem nas terras. Mas para a Federação essa é uma situação provisória, pois somente a "desapropriação da área por interesse social" conforme disposto no art. 18 da Lei 4.504 do Estatuto da Terra de 1964 poderá resolver em definitivo a situação.

> "Até a morte do Senhor Maroja, essas famílias tinham uma situação calma e tranqüila, visto que podiam trabalhar, produzir e morar na Fazenda Alagamar sem sofrerem qualquer pressão. Eram respeitados seus direitos. Agora, a coisa mudou. Toda aquela tranqüilidade ruiu ante a radical mudança de sistema. Imperam o desassossego, a ameaça e a opressão, de formas diretas e indiretas. Trabalhadores, antes afeitos apenas ao trabalho da lavoura, vêem-se obrigados a procurar proteção e segurança capazes de lhes devolver o direito de cultivar o solo em paz".

Na Fazenda Pitanga, no estado da Paraíba, haviam cinqüenta e dois arrendatários, com roçado e lavoura variada há dezesseis anos. Com a aquisição de terras se desencadeia todo o processo de expropriação dos trabalhadores rurais por meio de diversos subterfúgios que visam gerar opressão e violência como a destruição sistemática e sumária das lavouras, destelhamento das casas dos arrendatários. Diante disso, os trabalhadores rurais aceitam qualquer quantia e caminham em direção as fronteiras agrícolas, as cidades ou vivem a margem das rodovias. Alguns conseguem ingressar na justiça e aguardam a decisão do Juiz de Direito. Com a aquisição de outra fazenda, no município de Caapora, com a aquisição mais ou menos sessenta famílias foram ameaçadas de despejo. O prefeito da cidade recorreu junto à justiça e fez declarar parte destas terras de utilidade pública a fim de assegurar a resistência destes moradores. O que não impediu que partes do roçado e da lavoura destas famílias fossem destruídas pelo proprietário. Nenhum inquérito foi realizado. Na Fazenda dos Ribeiros vinte famílias vivem cercadas por arame farpado aonde o boi vem comendo a sua lavoura há três anos, tirando o sossego das famílias.

No município de São Miguel de Taipu, também na Paraíba, são as usinas que querem as terras dos arrendatários para aumentar a produção. Em alguns casos, o morador tem sua lavoura invadida, o roçado esmagado, a casa destruída. Em outros casos, o advogado representando os usineiros convoca os arrendatários para uma reunião onde é "esclarecida" a situação. Aos poucos os trabalhadores rurais vão entendendo que é preciso agir, é preciso lutar, é preciso criar união entre os moradores para entrarem todos na justiça pedindo a manutenção da posse e se a Usina não aceitar encaminhar para a desapropriação das terras. De maneira que a resistência e a luta dos trabalhadores rurais contra a expulsão da terra passam a demandar uma maior organização na medida em que eles vão tomando consciência de todo o processo no qual eles estão envolvidos. Seja por meio do conhecimento de leis que garantem a população, certos direitos, seja pela ideologia do marxismo-leninista e ao discurso da Igreja Progressista. "A terra não deve ser um meio para escravizar o homem, mas um meio para libertá-lo da opressão, da fome, da injustiça[8]".

---

7 Boletim da CONTAG, número 09, set/dez de 1978.

8 Martins, 1980:121.

A partir do Golpe Militar, os processos os movimentos sociais no campo se extinguem seja pela repressão, seja pela aniquilação, seja pela criação dos Sindicatos Rurais que em parte buscam representar esse segmento. Ao final do processo de abertura política, durante as décadas de 1980 e 1990, houve um aumento de movimentos sociais tanto no campo quanto na cidade, um processo que significou uma relativa unificação da esquerda no país em diversos setores nacionais numa luta contra o fim da ditadura e a favor do processo de redemocratização no país, como foi o caso das Diretas Já, o movimento estudantil, o popular, etc. Ao longo deste período, se intensificam as desapropriações de terra e um movimento social do campo aglutina os homens do campo expulsos de suas terras, o MST. Desde então suas atuações políticas tem contribuído não somente para intensificar a reforma agrária como colocá-la na pauta do governo federal. Pela pressão política que realiza por meio das ocupações, marchas e outras formas de atuação desta organização.

O critério para ser membro desta organização é somente o de indignar-se com as injustiças cometidas contra os trabalhadores (rurais ou urbanos) e contribuir de forma prática na luta de classes em prol da classe trabalhadora. Portanto, a sua origem se do campo ou da cidade não é empecilho para fazer parte do movimento, muito menos se mora em acampamento ou assentamento. As palavras de ordem, as bandeiras que esta organização ostenta não dizem respeito somente às questões da terra, mas também as questões humanitárias e de respeito à diferença como um todo. O movimento surge como um movimento atrelado à questão agrária e aos subsídios para manter o homem na terra. Mas o MST[9] como uma organização política afirma um processo de formação político-ideológica baseado numa ideologia de classe.

O MST pelo grau de organização e socialização que apresenta pode ser entendido como uma instituição social que mobiliza uma dimensão simbólica, um mundo próprio e tenta construir novas significações imaginárias sociais que dizem respeito ao desejo da terra para trabalhar e morar. Desejar, neste processo, ser outra coisa além de trabalhadores rurais sem terra e excluídos do sistema. A proposta desta organização,[10] é que nos acampamentos, as pessoas sejam levadas a lembrar e narrar sobre sua trajetória de vida.

> "Que a Reforma Agrária está no papel, mas na mão nossa não tá, nóis ainda só tá satisfeito, quando nóis fizer reforma agrária com a terra a nossa mão. Porque a

---

9 Para Melucci (1994:152), "movimentos sociais são, simultaneamente, fenômenos discursivos e políticos localizados na fronteira entre as representações da vida das pessoas e da política. Eles estão ligados a um conjunto de redefinições na formação da identidade dos indivíduos na sociedade moderna, tais processos de interferência na estrutura biológica do ser humano, nas formas de organização da natureza e nas formas de comunicação entre os homens e na própria definição da cultura". Assim, a ação dos movimentos sociais é de uma natureza distinta de uma organização política, pois ela está estreitamente entrelaçada com a vida cotidiana e com a experiência individual. Já na organização política existem aparatos de regulação que exigem identificação e consenso dos indivíduos. Compreender os movimentos sociais a partir da idéia de espontaneísmo e de autonomia os coloca na perspectiva de mudança da cultura política. A contribuição dos movimentos sociais da década de 70 e 80 seriam a de romper com as relações de patronagem existentes na política tradicional, mas estes sempre geram duas formas de ação uma espontânea e outra de institucionalização. O processo de diálogo entre os movimentos sociais e as instituições públicas significou uma nova maneira de agir politicamente colocando em questão não somente o reconhecimento de direitos individuais, mas principalmente direitos coletivos. (Cardoso. 2004:86) "Pois, havia ao mesmo tempo, o papel principal dos movimentos sociais, um papel expressivo, justamente a criação desse discurso anti-estado que ao valorizar a espontaneidade do movimento, implicava modificações em alguns aspectos da cultura política". É verdade que existem inúmeras particularidades históricas a serem consideradas acerca do conceito movimento social, pois envolve a questão de uma nova cidadania que é a ênfase no processo de construção de sujeitos coletivos, numa difusão de uma cultura de direitos que transcende o espaço da relação com o Estado e o indivíduo para incluir a sociedade civil. O movimento social é um espaço de embrincamento onde o coletivo acontece conjuntamente com as vivências individuais, de subjetivação, espontâneas. Sader (1997:55) afirma que "a noção de sujeito coletivo é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades constituindo-se nestas lutas".

10 Os movimentos sociais que surgem a partir da mediação da Igreja encontram no discurso religioso, valores e conhecimento que reinterpretados e internalizados serviram de guia e inspiração para a contestação da realidade de expropriação da terra para os trabalhadores rurais.

> terra de D'us, terra do povo. Eles não compraram terra. Eu pergunto: Qual foi o documento que Jesus deixou nessa terra pra ele ser dono? Dono dessa terra somos: primeiramente D'us e segundo nóis".

Esta narração do passado acontece mediante uma direção do olhar a partir de um corpo de ideologia marxista-leninista e de um centralismo democrático expresso as assembléias nos acampamentos e assentamentos com base na lutas de classes. Os enfrentamentos de lutas porque passam seus membros são interpretados e demandam uma atividade de formação da consciência de classe. O início dessas da atividade de formação acontece pelo sentimento de "revolta" como apontada por Bogo, liderança do movimento, e pela indignação. Quando as experiências de sofrimento como de despejo, de desapropriação da terra, da casa, de exploração do trabalho, de morte, de violência[11] são transformadas em sentimentos de indignação, de recusa às injustiças, pelo respeito à vida, a dignidade humana na construção de uma consciência de classe.

O questionamento das normas sociais pressupõe a utilização de um corpo de idéias e teorias que justifique e corrobore tal postura de crítica, questionamento das normas sociais e reivindicações de direitos baseados num novo de idéias e princípios. Pois que conhecer significa determinar, isto é entender que o objeto é necessariamente o conjunto de suas determinações. Ao entender as causas da injustiça passam a haver uma ruptura das normas sociais vigente, "quando as pessoas perguntam se uma função social específica necessita ser realmente desempenhada"[12].

A unidade que o MST pretende é um encadeamento de 'causação', de 'influência', de 'interação' que tenta estabelecer uma pertença comum, ou seja, uma representação identificatória. A organização política precisa estabelecer uma unidade de fora para dentro que é a forma como se constitui e se institui. Essa unidade busca uma finalidade que é o seu existir enquanto organização e, este fazer dos trabalhadores não pode ser captado em sua unidade, mas no seu sentido expresso no seu ato de fazer. A unidade não pode ser atribuída pela identidade dos indivíduos que o compõem, nem pela similitude das condições objetivas em que se encontram situados, ou seja, não é uma unidade que se expressa por meio de uma forma. Se uma unidade for possível, independentemente de relações autoritárias e de diferentes mandos ela seria pela similitude dos resultados obtidos pelo fazer dos trabalhadores rurais e de buscar nestas atividades as significações análogas. De maneira que só podemos entender o que é o MST pelas suas atividades sócio-históricas que somente se tornam compreensível por referência aos sentidos atribuídos que esse fazer encarna e realiza e que podem ser lidos. Assim, a organização política na medida em que se identifica como um projeto de transformação social, com um tipo de poder, um tipo de ação e uma ideologia passam a considerar o fazer do proletariado a uma determinada interpretação e a uma determinada finalidade.

O MST realiza um "trabalho de base" realizado em favelas, comunidades, periferias que consistem em reuniões realizadas com os trabalhadores antes de acontecer a ocupação de terras e consiste em explicar a conjuntura nacional, a questão da reforma agrária inspirado nas CEBs. Este é o principal instrumento desta organização para conseguir arregimentar trabalhadores para as ocupações e, também é onde se inicia o processo de formação. Este processo se inicia quando as famílias participam das ocupações de terras levadas pelo sonho da terra própria, de um pedaço de terra para trabalhar e morar. Formado por pessoas de diferentes locais, do campo e da cidade com experiências de vida diversas, se faz necessário estabelecer um cimento comum que permita estabelecer laços a partir de uma vivência homogênea. Quando as pessoas no acampamento começam a acreditar que podem conseguir um pedaço de chão pra viver se dá o início do processo de formação, ou seja, o desejo pela terra, o sonho de liberdade. O que qualifica como "consciência de protesto". Assim, além dos diferentes enfrentamentos porque passam as pessoas nos acampamentos, existem os cursos de formação como instrumentos para a formação

---

11 As formas de violência são desencadeadas a partir da contestação individual e coletiva por parte dos trabalhadores rurais a dominação vigente que é parte integrante do padrão tradicional de dominação na história brasileira como foi o caso da situação de resistências coletivas como Canudo e de Contestado. Medeiros, Leonilde Serrolo. Dimensões políticas da violência no campo. In: Revista Tempo. Universidade Federal Fluminense. Departamento de História. V. 1, Abril/1996: 126-141.

12 Moore Jr, Barrignton. *Injustiça: as bases da obediência e da revolta*. Editora Brasiliense. São Paulo. 1987:687.

pedagógica e política dos trabalhadores rurais. Os cursos são organizados pelo Setor de Formação que tratam da realidade nacional e internacional e tentam combinar o estudo com os enfrentamentos pela conquista da terra.

> "... quando eu tenho a minha roça, tendo ou não tendo a terra, mas tendo a minha roça, ali é o lugar do meu trabalho, do meu trabalho livre. Eu levanto a hora que quero, capino na hora que quero, ali eu cuido da planta na hora que quero. O trabalho em minha terra é um trabalho dignificante. O trabalho por um salário é degradante, eu trabalho por necessidade"[13].

Para o MST sentimento de revolta é o que conduz as pessoas a se avolumarem nos acampamentos e, este seria o primeiro momento da manifestação da consciência. E, que ocorrem durante a ocupação e em outras formas de enfrentamento. Neste processo de formação de consciência e política e pedagógica é necessário que os trabalhadores transformem as luta econômica e luta política e que as suas reivindicações sejam coletivas e não somente individual. Existem vários níveis de participação e a isso corresponde o nível de "consciência" de cada um de seus membros, pois a organização é formada por pessoas de lugares e experiências muito diferentes. Assim, se faz necessário, para a organização, que alguns elementos sejam considerados para que possa haver a passagem de um luta econômica para uma luta política. De maneira que não existe uma diferença entre a formação da consciência e a formação política pedagógica (ideológica) necessária para que haja a manutenção de uma unidade comum regida por normas e princípios que norteiam as ações dentro da organização. O que pressupõe que não é somente o Setor de Formação que é encarregado da formação política e pedagógica da organização, mas todos os setores devem estar envolvidos nesta formação.

> "Depois que o pessoal começou a fazer teatro a mística melhorou cem por cento em qualidade de interpretação, de evolução, de ritmo, de voz, de canto, de efeitos especiais. (...) E, uma vez quando fomos fazer uma mística sobre a privatização das águas, esta aparecia cercada e a mãe chegava com a criança; a criança morria de sede na frente da fonte de água cercada por guardas (...) A angústia da mãe se dava porque ele (o filho) estava morrendo. O bom da mística é o impacto que ela causa; é uma seqüência em que o ponto forte é a morte da criança. Depois a criança morta ressurgia quando as pessoas da arquibancada avançavam sobre o palco, juntando os guardas que libertavam e pegavam a criança e a enfiavam inteira na água para, em seguida, retira-la da água, viva, pingando água"[14]

Essa metodologia da organização da luta é o que constitui a formação política pedagógica da organização e que diz respeito a um processo de socialização e de produção cultural, pois a produção da cultura passa a ter um papel decisivo na formação da consciência, para uma "cultura da mudança". Entendendo com isso os elementos culturais que permitem aos indivíduos definir-se em termos de sua própria identidade em sua capacidade de agir. A ênfase na cultura como elemento constitutivo da relacionalidade cotidiana evidencia aspectos cruciais das dinâmicas sociais integrando os diferentes níveis históricos e mantendo a centralidade na vida cotidiana como fundante da vida em sociedade. Contudo, as abordagens culturais que aparentemente poderiam fornecer uma escolha alternativa a teoria racional da escolha na interpretação dos movimento sociais, deslocam seus aspectos simbólicos e utópicos para uma ênfase pragmática, como no caso das Ligas Camponesas e do MST. O "idealismo apaixonado", o "emocionalismo moral", as emoções, os sentimentos, toda uma economia moral ou emocional é a basilar na formação da militância na construção da subjetividade.

Honneth (2001) interpreta a ênfase pela cultura atribuída pela escola crítica como se referindo a totalidade dos instrumentos mediadores entre as demandas comportamentais societárias externas e uma subjetividade

---

13 Mineirinho entrevista concedida.

14 Mineirinho em entrevista concedida.

derivada, sendo a cultura um instrumento de reprodução social do sistema. Precisamos mudar a cultura para mudarmos o sistema capitalista. Os movimentos sociais radicais que contestam o capitalismo tem referência numa comunidade idealizada e utópica.

Os movimentos sociais contra a globalização (Movimento Zapatista, Milícias norte-americanas, Comunidades de religiões variadas) possuem uma identificação do adversário que é a nova ordem global encarnada pelas instituições internacionais e suas políticas neoliberais. Estes possuem um princípio de identidade que é a sua especificidade cultural e o direito de deliberar sobre o próprio destino.

Refletir sobre os movimentos sociais e seus projetos identitários significa reconhecer novas formas de resistência particulares frente a globalização neoliberal. As identidades coletivas fariam, então, numa reapropriação do tempo e do espaço voltados para a construção ou o reconhecimento de identidades coletivas. Os sujeitos da ação coletiva são mediados entre si por um campo simbólico no qual comunicam, publicizam, produzem e negociam estes símbolos avaliando o que existe em comum para se tomar decisões.

A revalorização da cultura, pela afirmação da identidade de seus povos e setores sociais seja com instrumento na política de afirmação das diferenças étnicas e de gênero que desempenham papel relevante nos movimentos indígenas e feministas seja pela revalorização da cultura pela política dos movimentos sociais que colocam em prática novas interpretações as culturais dominantes da política e com isso desafiam práticas políticas estabelecidas como noções de cidadania, desenvolvimento, democracia.

Paoli e Telles (2000) apontam em seus estudos que essas contestações culturais não são simples produtos da luta política, mas são constitutivas dos esforços destes movimentos para redefinir um novo sentido e os limites do sistema político.

A revitalização da sociedade civil se instaura numa multiplicidade de novas práticas coletivas segmentadas. Estas apontam para uma crise no modelo unificado entre Estado-Nação introduzindo práticas inovadoras que questionam este modelo de Estado pela sociedade civil seja em sua versão populista, classista ou liberal entendendo que ao discorrermos sobre movimentos sociais na atualidade.

A cidadania sendo uma relação entre o Estado e a sociedade civil, entre a esfera pública e a esfera privada é preciso desenvolver instrumentos de análise para perceber de que forma o Estado incorpora os direitos coletivos. A globalização e o neoliberalismo intensificaram a desigualdade bem como afetaram a política cultural dos atores coletivos. Está claro que paralelo aos ajustes estruturais das políticas neoliberais uma ajusto social se faz cada vez mais presente por meio de programas sociais voltados para os grupos mais vulneráveis socialmente. O Estado em encolhimento no Neoliberalismo fez a sociedade civil florescer sendo o espaço privilegiado das ações de contestação e luta.

As contestações culturais não devem ser entendidas como um campo de luta em torno da significação social, uma produção de significados onde os diferentes grupos sociais em suas variadas formas de poder lutam para impor seus significados a sociedade mais ampla.

Esses sistemas classificatórios mostram como as relações sociais são organizadas e divididas e a marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentidos as relações e práticas sociais e que servem para a manutenção, construção ou obscurecimento de uma identidade. Entendendo que ela é relacional a outras identidades em que a diferença é estabelecida por meio das marcações sociais. A identidade não é diferença, porém depende da diferença, por estar presente em qualquer sistema classificatório. Tem a ver com atribuição de sentido ao mundo social e com disputa e luta em torno dessa atribuição. De acordo com Durkheim (1996: 491), em "As formas elementares da vida religiosa" os sistemas de classificação fornecem sentidos as práticas e a vida social. Os sistemas partilhados de significação que atribuímos o nome de cultura. Bourdieu irá questionar a lógica binária por ser o meio pelo qual o significado é fixado. A relação entre significado e significante é fluída e não fixada o que existe é uma contingência. Rompendo com isso o estruturalismo de Lévi-Strauss.

Os sistemas simbólicos envolvem relações de poder inclusive o poder de dizer que é ou quem não é, quem está dentro ou fora. É por isso que atribuem sentido as experiências das desigualdades sociais pelos quais os grupos sociais são estigmatizados e excluídos. Somos posicionado em diferentes grupos conforme os diferentes papéis sociais que estamos exercendo e que podem entrar em conflito, pois todo campo social

possui expectativas em relação aos papéis a serem executados. A marcação da diferença é a base pela qual o sistema de classificação opera estabelecendo em qualquer agrupamento humano o processo de construção das posições identitárias

Honneth (2003) faz crítica as relações de poder e reconhecimento que não veiculam o reconhecimento como auto-realização do indivíduo e que diz respeito ao que ele aponta como a necessidade de pesquisas acerca de uma "gramática moral" das relações sociais intersubjetivas. Estas envolveriam experiências de autoconfiança, amor, autorespeito, justiça, auto-estima, solidariedade. E seria o não reconhecimento desta economia moral a base de todo conflito social, moral. Dessa forma, a crítica da teoria do reconhecimento não envolveria somente umas perspectiva de defesa da política cultural de identidade (reconhecimento cultural) e da política social de igualdade (redistribuição) que se relacionam e se apoiam mutuamente. As lutas por reconhecimento não dizem respeito as condições de sobrevivência mas se referem as injustiças culturais simbólicas.

Os clássicos da sociologia concordavam que as necessidades de reprodução institucional do Estado e do mercado se impõe aos indivíduos em sua esfera íntima utilizaram metáforas como "gaiola de ferro", "alienação". Nos "Manuscritos Econômicos e Filosóficos" Marx defendia que uma transformação emocional moral deveria surgir antes das transformações materiais, sendo que a base subjetiva – alienação -, seja eliminada para que a propriedade privada possa ser extinguida. Nas obras mais maduras é que ele subverte esse pensamento excluindo os aspectos imaginários e valorativos. Uma subjetividade emancipada não se basearia em idéias e sentimentos, mas numa ação não alienada, práxis social. Max Weber ao descrever a origem do capitalismo analisa uma nova concepção de mundo que hierarquizam os valores e dão suporte a sociedade capitalista numa determinada articulação entre o domínio ideológico e o acesso aos bens materiais restritos ou escassos. Valores e idéias que orientam ou influenciam o comportamento dos agentes numa nova economia emocional precisam ser encarnados em processos institucionais e ou na interação social. O agir humano nem sempre é ato reflexivo por vezes as mentes agem motivadas por contradições entre o agir e o pensar. E, estas contradições nos demonstram que a associação de condições miseráveis com as transformações sociais não é linear sendo a economia emocional muito mais complexa, pois os "sujeitos socializados não estão apenas passivamente sujeitos a um processo anônimo de direcionamento mas, antes, participam ativamente com seus próprios desempenhos interpretativos no complexo processo de integração social" (Fraser, 2001: 515)

Para Ricoeur (1995:177) ética e moral não possuem a mesma interpretação. A ética de inspiração aristotélica, se relaciona com a vida boa e a felicidade numa natureza teleológica da vida humana enquanto a moral de sentido kantiano se relaciona com a obrigatoriedade e dever, deontologia. A busca pela vida boa é a prioridade para este autor, mas para isso é necessário que essa intenção ética se atualize na vida prática, pela dimensão deontológica da vida social, quando deverá ser singularizada o *telos* universal para uma sabedoria prática. Essa atualização coloca na cena política a questão do respeito das diferenças culturais contrapondo universalidade e historicidade cuja saída se apresenta no diálogo frente as coisas mesmas do mundo da cultura em que os universais deverão se particularizar sendo a hierarquização dos valores o resultado de um debate público permeado pela necessidade do reconhecimento de si como o outro. É no viver bem com os outros que ética, justiça e política se coadunam na filosofia ricoeurniana. Entre ética e moral se estabeleceriam uma dialética de subordinação e aplicabilidade, complementaridade. Essas dimensões da vida humana relacionariam a estima de si no plano ético e o respeito de si no plano moral em que observamos a seguinte observação do autor: "querer a vida boa com e para os outros em instituições justas" (1995: 163). A perspectiva relacional de Si só pode existir na intersecção de Si com o outro, numa estrutura dialógica de relação com os outros.

Bibliografia

ARENDT, Hannah (1997). *Entre o passado e o futuro*. São Paulo. Perspectiva. São Paulo.

_____(2004). *Responsabilidade e Julgamento*. São Paulo. Cia das Letras.

AZEVEDO, F (1982). *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

BASTOS, Elide Rugai (1984). *As Ligas Camponesas*. Petrópolis. Editora Vozes.

BENJAMIN, W (1989). *Obras Escolhidas I, II e III*. São Paulo. Brasiliense.

CHAUÍ, Marilena (1994). Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes e messianismo dos dominados. In: Dagnino, Evelina (org). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo. Brasiliense. 19-30.

DAGNINO, E. (ors) (2000). *Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos.* Belo Horizonte. Editora UFMG.

_____(2004). Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____. *Anos 90. Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo. Editora Brasiliense. São Paulo. 103-118.

DETIENNE, M (2004). *Comparar o Incomparável*. São Paulo. Editora Idéias & Letras.

GRZYBOWSKI, Cândido (1987). *Caminhos e Descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis. Editora Vozes.

IANNI, O (1994). *O colapso do populismo no Brasil*. São Paulo. Civilização Brasileira.

_____(2004). *O pensamento social brasileiro*. Bauru. EDUSC.

LENIN, W (1986) *Que fazer?* São Paulo. Hucitec.

MARTINS, J (1986). *Introdução Crítica a Sociologia Rural*. São Paulo. Hucitec.

_____(1995). *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis. RJ. Editora Vozes.

_____(1999). *O poder do atraso*. São Paulo. SP. Hucitec.

MARX, Karl (1991). *A Ideologia Alemã*. São Paulo. Editora Hucitec.

_____(1978). *18 de Brumário*. São Paulo. Hucitec.

_____(2004). *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. São Paulo. Martin&Claret.

MEDEIROS, Leonilde Serrolo (1996). Dimensões políticas da violência no campo. In: Revista Tempo. UFF. Departamento de História. V. 1, Abril/ 126-141.

_____. CINTRÃO, Rosangela; PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz & LEITE, Sérgio (2004). *Impacto dos Assentamentos. Um estudo sobre o meio rural brasileiro.* São Paulo. NEAD/ UNESP.

_____(1997). Trabalhadores rurais, agricultura e organização sindical. In: Revista Fundação SEADE. Brasil Agrário. V. 11, no. 2, abr/jun: 65-72.

MELUCCI, A (1994). Movimentos Sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. Novos Estudos CEBRAP. Número 40. nov. 152-1666.

MORAIS, C(1997). *História da Ligas Camponesas do Brasil*. Bahia. Edições Iattermnd.

MOURIAUX, René & BEROUD, Sophie (2005). Para uma definição do conceito de movimento social. In: Leher, Roberto (orgs). Pensamento crítico e movimentos sociais. Diálogos para uma nova práxis. São Paulo. Editora Cortez. 159-173.

NORA, P (1979). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves.

NOVAES, Regina(1985). A questão agrária e o papel da Igreja na Paraíba. In: Paiva, Vanilda. *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo. Loyola. 209-247.

OLSON, M (199). *A lógica da ação coletiva*. São Paulo. EDUSP.

PALMEIRA, Moacir & GARCIA, Afrânio (2001). Rastros de Casas-Grandes e de Senzalas: Transformações sociais no mundo rural brasileiro. In: Pinheiro, Paulo Sérgio (orgs). *Brasil. Um século de transformações*. São Paulo. Editora Cia das Letras. 40-77.

PAOLI, Maria Célia & TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais. Conflitos e negociações no Brasil Contemporâneo. In: Dagnino, E. (ors) (2000). *Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte. Editora UFMG. 103-148.

PRZERWORSKY, A(1989). *Capitalismo e Social-democracia*. São Paulo. Cia das Letras.

QUEDA, O (1973). *Vida Rural e Mudança Social*. São Paulo. Ed. Nacional.

RICOEUR, P (2001). *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas. UNICAMP.

_____(2012). *Amor e Justiça*. São Paulo. Martins Fontes.

SADER, Eder(1995). *Quando novos personagens entraram em cena*. 2a. ed. São Paulo. SP. Paz e Terra.

SANTOS, Boaventura de Souza. Os novos movimentos sociais. In: Leher, Roberto (orgs)(2005). *Pensamento crítico e movimentos sociais. Diálogos para uma nova práxis*. São Paulo. Editora Cortez. 174- 197.

SOUZA, Maria Antônia. As relações entre o Movimento dos Sem Terra – MST e o Estado: Encontros e Desencontros na Educação de Jovens e Adultos dos Assentamentos Rurais. In: Dagnino, E (org)(2002). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo. Editora Paz e Terra. 187-228.

TOURAINE, A (2006). *Um novo paradigma*. Lisboa. Piaget.

VAKALOULIS, Michel(2005). Antagonismo social e ação coletiva. In: In: Leher, Roberto (orgs). *Pensamento crítico e movimentos sociais*. Diálogos para uma nova práxis. São Paulo. Editora Cortez. 126-140.

ZIBECHI, Raúl(2005). Os movimentos sociais latino-americanos: tendências e desafios. In: Leher, Roberto (orgs). *Pensamento crítico e movimentos sociais*. Diálogos para uma nova práxis. São Paulo. Editora Cortez. 198-207.

Fontes

BETTO, Frei(1985*). O que é Comunidade Eclesial de Base?* São Paulo. Brasiliense.

BOGO, Ademar(1999). *Lições da luta pela terra*. Salvador. Memorial das Letras.

_____(1998). Cadernos de Formação no. 26. Rio de Janeiro. A vez dos valores.

_____(2000). Cadernos de Formação no. 34. Rio de Janeiro. O MST e a cultura.

_____. Política dos quadros. Mimeo. 1994.

_____. A arte de formar quadros. Mimeo. 2000b.

_____. Arquitetos de sonhos. Mimeo. 20003.

BOFF, Leonardo & Betto, Frei(1999). *Mística e Espiritualidade*. Rio de Janeiro. Editora Rocco.

_____(1999). *A trindade e a Sociedade*. Petrópolis. Editora Vozes.

_____(1998). *O caminhar da Igreja com os oprimidos*. Petrópolis. Editora Vozes.

_____. Cadernos de Formação no. 27. Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo. 1998b.

BRANDAO, C. R (2001). *História do menino que lia o mundo*. Veranópolis. ITERRA.

CARDALT, Roseli(2000). *Pedagogia do movimento sem terra*. Petrópolis. Vozes.

_____(1987). *Sem terra com poesia*. Petrópolis. Vozes.

FERNANDES, Bernardo Mançano(2000). *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis. Vozes.

_____(1996). *MST, formação e territorialização*. São Paulo. HUCITEC.

DIREÇÃO NACIONAL(2001) *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo. Expr. Pop.

_____. Calendário Histórico do MST. 1999.

_____. Agenda do MST. 1999.

_____. A mística dos sem terra: razão da persistência. Mimeo. 2001.

_____. Reforma Agrária. Por um Brasil sem latifúndio. 2000.

Rev. de Educ. 08. Pedagogia do Movimento sem terra. 2000.

_____. Caderno de Educação no. 08. Princípios da educação do MST. 1999.

_____. Fazendo a Escola no. 03. 2000.

_____. Fazendo a Escola no. 06. 2000.

_____. Pra Soletrar a Liberdade no. 01. 2000.

_____. Pra Soletrar a Liberdade no. 02. 2001.

SETOR DE ASSENTAMENTO. Caderno de Cooperação Agrícola no. 07. 1998.

CONSULTA POPULAR no. 06. 1999.

CONSULTA POPULAR no. 11. 2001.

CONSULTA POPULAR. no. 10. 2000.

CONSULTA POPULAR . no. 09. 2000.

Revista Sem Terra ano I, II,III,IV.

Jornal Sem Terra ano XIX, XX

WWW.BNDES.GOV.BR

WWW. IEA.SP.GOV.BR

WWW. AMAZONIA. ORG. BR

WWW.MTE.GOV.BR

WWW.NEAD.GOV.BR

Direitos humanos: Percepções e reconhecimento social no processo de vitimização dos profissionais de segurança pública no Brasil

Ricardo da Silva
ricardosilva.ufal@gmail.com

Carla Taciane Figueirêdo
carlatacyane@hotmail.com

Biografia: Graduado em Pedagogia pelo Centro de Educação, Possui Mestrado em Educação PPGE/UFAL, é membro dos grupos de Pesquisas vínculados a UFAL/CNPq: Políticas públicas, história e discurso e do Núcleo de Estudos da Violência em Alagoa. Professor da Universidade Federal de Alagoa. Investiga Profissão Docente, Políticas Educacionais, Violência e Qualidade de Vida dos Trabalhadores da Segurança Pública.
Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente e Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe, Licenciada em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Especialista em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UESB. Membro do Grupo de Pesquisa Seminalis.

Resumo: O artigo apresenta uma análise acerca das percepções e reconhecimento social no processo de vitimização dos profissionais de segurança pública no Brasil a partir da perspectiva dos direitos humanos. Assinala que o desenvolvimento em âmbito global do projeto neoliberal trouxe profundas consequências para a sociedade brasileira. A mais danosa foi a consolidação do distanciamento dos indivíduos das discussões acerca das garantias individuais e coletivas em torno dos direitos da pessoa humana. Essa constatação é hoje senso comum no que se refere à reestruturação do Estado e da segurança pública, os impactos desse processo sobre as relações sociais, principalmente quanto aos limites da perspectiva dos direitos humanos. Esta temática discute as formas que assumem hoje no Brasil esses impactos e sugere a existência de limites nas percepções das garantias. Busca compreender o espaço alocado pela percepção dos direitos dos trabalhadores da segurança pública, responsáveis pela aplicação da lei e pelo estabelecimento da ordem social. Relaciona o processo de vitimização a que estão submetidos os policiais brasileiros os colocando na condição de sujeitos de direitos frente a um processo de diminuição do Estado e da perspectiva da ausência de reconhecimento social e o quanto esse mecanismo é prejudicial a sociedade. Trata de questionar os direitos humanos e aos que recorrem a eles para interpretar e transformar as relações globais. Apoia-se em Boaventura Santos (2014), Minayo (2007), Balestreri (1998), entre outros autores para destacar a importância de lutar pela garantia dos direitos dos policiais brasileiros concebendo os limites do Estado na efetivação dos direitos.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Policiais, Vitimização, Segurança Pública.

1. Introdução

O último levantamento realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública[1] (FBSP), revelou que o Brasil é um dos países em que mais se mata policiais. Em 2013 foram pelo menos 490. Soma-se a este dado o indicativo de 53.646 mortes violentas no mesmo ano - 11% dos homicídios no mundo ocorrem no país, que tem menos de 3% da população mundial.

1 Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 8, 2014.

A relação entre polícia que mata e polícia que more está como retrato fiel dessa emblemática paisagem que revela traços inquietantes da nossa sociedade. O policial, operador do sistema de proteção que vitimiza e é vitimizado destaca o quanto estamos distantes dos patamares estabelecidos pelo sistema de garantias de direitos fundamentais da pessoa humana.

As questões que constituem os direitos humanos são produtos de um processo social hegemônico que de forma continuada estruturam a sociedade. Segundo Hannah Arendt (2007), uma construção e reconstrução, não são dados, gratuitos, como benesses do Estado, são frutos de conquistas sociais e por isso permanentemente são frutos do aqui e do agora, tendo que ser ensinados e repassados como processo educativo.

Contudo, a hegemonia dos direitos humanos percebida como fator indissociável da condição humana ainda permanece distante do entendimento coletivo. A sociedade atual convive com um sentimento perturbador acerca do alcance dessa perspectiva coletiva, uma vez que, grande parte dos sujeitos não tem seus direitos garantidos.

Ser humano é a condição para se ter direitos e sendo esta a condição para efetivação das garantias individuais e coletivas, iniciamos nossa análise a partir da discussão da necessidade de apropriação do conceito e da essência dessa dimensão social tão necessária para um equilíbrio social fundamentado na perspectiva da igualdade e dos direitos. É a partir dessa dimensão que apresentamos inicialmente os limites dessa concepção de direitos humanos postuladas sob a égide de uma sociedade capitalista contraditoriamente desenvolvida para as relações de disputas e de conflitos.

Os policias são detentores desses direitos e necessitam ser compreendidos no contexto das relações sociais. A extirpação da vida de policiais é o fator que desencadeia a incredulidade da capacidade do Estado quanto à efetivação de direitos a sua população, principalmente aquela que mais necessita de intervenção.

2. Direitos humanos: percepções e reconhecimento social no processo de vitimização dos profissionais de segurança pública no Brasil

A análise da Política de Segurança Pública no Brasil tem incentivado muitos estudiosos a pensarem em sua complexidade. Há bem pouco tempo, este era um assunto que, na maioria das vezes, era tratado pelos operadores de alto escalão e a academia, apenas estudava o *modus operandis* das instituições policiais. Podemos apontar entre tantos motivos que este fato deve-se a história do regime ditatorial vivenciado no país que distanciou a sociedade do cerne das discussões impelindo-a a um papel secundário.

Atualmente, a temática tem espaço nos debates públicos, acadêmicos, na mídia e os estudiosos procuram desvelá-la enquanto Política Pública. O presente debate se inicia no momento histórico de consolidação de nossa carta magna em 1988, que representa o processo de transição para o regime democrático brasileiro.

O modelo político anterior era o da política de Segurança Nacional que fundava-se na lógica de supremacia inquestionável do interesse nacional, definido pela elite burguesa presente no poder, e pela justificativa do uso da força sem medidas e em qualquer condições necessárias a preservação da ordem. Foi desenvolvido de 1964 à 1984 através do regime totalitário que deixou profundas cicatrizes na sociedade brasileira, com ações executadas pelos militares e civis que deflagraram censura, perseguição política e repressão. Grande parte da sociedade tratava esse processo autoritário com repúdio iniciando assim, a organização de movimentos sociais que lutavam pelo estabelecimento de uma nova ordem. Para (Balestreri, 1998:05)

> Durante muitos anos o tema "Direitos Humanos" foi considerado antagônico ao de Segurança Pública. Produto do autoritarismo vigente no país entre 1964 e 1984 e da manipulação, por ele, dos aparelhos policiais, esse velho paradigma maniqueísta cindiu sociedade e polícia, como se a última não fizesse parte da primeira.

Nos anos 70 o fortalecimento da sociedade civil, embrião do terceiro setor se fez em oposição ao Estado autoritário. Com o avanço da redemocratização e as eleições diretas para todos os diversos níveis de governo, as organizações de cidadãos assumem um relacionamento mais complexo com o Estado. Reivindicação e conflito passam a coexistir, segundo os momentos e as circunstâncias, com diálogo e colaboração.

> É também nos anos 70 que, em muitos países, as organizações e sindicatos de trabalhadores e empresários se consolidam, definindo de forma cada vez mais específica seus projetos de sociedade. As diversas organizações da sociedade civil adquirem, mesmo nos países que vivenciam regimes de governo ditatoriais, mais clareza no direcionamento de suas demandas e começam a promover movimentos de pressão na exigência de maiores espaços de representação na burocracia estatal. (Melo, 2004:72).

Foi na década de 1980 que os movimentos sociais entram em efervescência, trazendo ao cenário político graves questões que violavam os direitos humanos. O período foi marcado por um movimento de conquistas democráticas que ganharam a cena pública como a organização de movimentos sociais em diferentes setores da sociedade, com o fortalecimento dos sindicatos e a visibilidade das demandas da população, as lutas populares e por direitos sociais.
Notadamente as principais forças envolvidas nesse processo compartilham um projeto democratizante e participativo sob a ótica neoliberal, construído desde as últimas três décadas ao redor da expansão de conceitos como cidadania e democracia, devido principalmente as lutas sociais. No Brasil, esse projeto emerge da luta contra o regime militar empreendida por setores da sociedade civil, entre os quais os movimentos sociais desempenharam um papel fundamental.
No percurso desses acontecimentos, alguns pontos importantes devem ser sintetizados. Entre eles, o restabelecimento da democracia formal, como as eleições livres e a reorganização partidária e a parceria sociedade civil e Estado. Assim, os anos 90 foram cenário de numerosos exemplos desse trânsito da sociedade civil para o Estado, principalmente através da parceria com o terceiro setor, as organizações não governamentais.
Outro marco se estabelece como consequência, durante esse mesmo período, o confronto e o antagonismo que tinham marcado profundamente a relação entre o Estado e a sociedade civil nas décadas anteriores cederam lugar a uma ação conjunta. Essa estrutura atual deve ser entendida também num contexto em que o princípio de participação da sociedade se tornou atualmente uma característica distintiva do projeto de terceira via, que nada mais é que o próprio neoliberalismo em sua mais nova face.

> A "terceira via" é isso: uma manifestação hipócrita do neoliberalismo, que sabe bem que a virtude está com outro tipo de política. É um fenômeno indicativo de que aquela hegemonia pura e simples do neoliberalismo, aberta e escancarada, está sofrendo abalos". (Coutinho, 2004:328).

Podemos observar essa expansão como complementação à política social, adequada às reformas que visam à liberalização da economia e a diminuição da participação do Estado nas áreas sociais. Certamente o fortalecimento desse tipo de ação privada em áreas públicas é um política deliberada do Estado brasileiro, em conformidade com a intenção de desmonte dos direitos sociais adquiridos a duras penas e com as regras impostas por agentes internacionais multilaterais, tradicionalmente identificados com políticas neoliberais, principalmente pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.
Dentro da política de descentralização, segundo seus defensores, a administração dos serviços deve ser entregue aos ramos inferiores do aparelho de Estado. Isso porque, segundo esses ideólogos, quanto mais centralizada estiver essa administração, mais distante estarão os centros decisórios de seus usuários. Além desse argumento, que leva em conta, supostamente, a qualidade dos serviços, a descentralização diminuiria os gastos, já que diminuiria o tamanho da burocracia envolvida na prestação desses serviços. Essa segunda característica traz como consequências imediatas a privatização dos serviços e a promoção do chamado terceiro setor. Isso porque, se o Estado incentiva "parcerias" entre escolas, postos de saúde, etc. e ONGs, acaba por "jogar" para o mercado a prestação desses serviços.

> aquele discurso hegemônico neoliberal do pós-guerra fria, que garantia aos grandes países da periferia uma nova era de prosperidade a partir das políticas de "abrir, privatizar e estabilizar" – receituário batizado na América Latina de "consenso de Washington" – mostrou-se ineficaz. Os resultados foram, em geral, decepcionantes

> e têm exigido orçamentos públicos muito apertados justamente no momento em que os efeitos sociais perversos da privatização aparecem com toda força, reduzindo ainda mais a legitimidade dos governos e das classes políticas. (Dupas, 2004:02).

A última indicação neoliberal para os programas sociais é a focalização dos gastos sociais em programas e públicos específicos. Segundo essa indicação, os gastos devem ir para uma espécie de cesta básica de serviços, orientada para a população de baixa ou nenhuma renda. Na saúde, por exemplo, a população mais pobre teria direito à saúde garantido pelo Estado, mas somente quanto a procedimentos simples, englobando somente a medicina preventiva e curativa básica, enquanto que o resto da população teria que procurar pelo serviço médico no mercado. O mesmo ocorre na segurança pública, a população pobre teme a polícia ou simplesmente não acredita nas ações do Estado. O Estado por sua vez não é capaz de alcançar igualmente a todos/as as pessoas.

Fica fácil perceber que algumas premissas neoliberais são na verdade um engodo quando implementadas na sociedade, pois estão alocadas a lógica do capital. O Estado nesta situação, quase nada pode fazer para garantir o direito do cidadão, pois está atrelado aos contratos escusos feitos em beneficio dos grandes impérios capitalistas.

No paradigma dominante, é o Estado que realiza, financia, cria, implanta, fiscaliza, etc. as políticas sociais. Já no paradigma que está surgindo, as funções descritas acima devem ser executadas por outros atores, tendo o Estado como uma espécie de coordenador. A base de tudo, entretanto, é a educação. Diz Giddens (2001) "A principal força no desenvolvimento de capital humano obviamente deve ser a educação. É o principal investimento público que se pode estimular a eficiência econômica e a coesão cívica." No entanto, para cumprir essa e outras funções o Estado tende a assumir outras funções, deverá atuar como fomentador, ao invés de fornecedor de serviços, é nesse contexto que as agências do Terceiro Setor ganham um papel específico.

Trata-se de uma parceria, legitimando e justificando o papel do Estado às novas funções que lhes seriam necessárias para aumentar a eficiência de suas ações. A condição para o aumento das organizações não governamentais e do terceiro setor respectivamente é a ausência da participação individual necessária para o processo de transformação coletivo. O que parece contraditório é na verdade o impedimento necessário criado pela condição neoliberal para afastar as pessoas e criar representações, na maioria das vezes interesseiras que vive do financiamento do próprio Estado.

Alguns fatos são de fundamental importância para compreender o conceito de direitos humanos nessa ordem vigente. O século XX nos remete a reflexões distintas do processo de apropriação do homem dos meios de produção e da consequente exploração do próprio homem. Após anos de embates e enfrentamentos daquela ordem autoritária vivenciada em praticamente todo mundo, foi em 1988 que a Constituição Federal brasileira foi promulgada. Também conhecida como constituição cidadã ou a constituição do povo, trouxe inegavelmente avanços em diversas políticas no campo da cidadania permeada por um viés mais participativo e descentralizado, tanto na formulação, quanto na execução e controle das políticas públicas.

Contudo, é importante ressaltar que tais condutas participativas muito utilizadas na política de assistência social, educação e saúde, ainda são embrionárias na área de Segurança Pública brasileira, a exemplo da conferência nacional de segurança pública que apenas ocorreu em 2009, vinte anos após promulgação da constituinte e já no século XXI.

Na constituição de 1988, o antigo paradigma de Segurança Nacional é alterado por uma Política de Segurança Pública, ou seja, as estruturas de segurança pública não mais deveria se dedicar apenas dos interesses do Estado, mas sim da segurança dos cidadãos. O que parece ser uma simples mudança do fazer, representa uma complexidade de ações, atos e normas que essencialmente deveriam regular essa nova política com um viés emancipatório, diferente do paradigma passado.

A carta é inovadora e já no seu art. 144 destaca a Segurança Pública como dever do Estado e responsabilidade de todos. Deste modo, a responsabilidade pela Política de Segurança Pública passa a ser prioritariamente das unidades federativas, por serem responsáveis pela gestão das polícias civil e militar.

No ano de 1995 foi criada no Brasil a Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública, e dois anos depois foi transformada em Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), criada

especialmente para assessorar o ministro da justiça na definição e implementação de novas diretrizes para referenciada política. A SENASP passou a trabalhar na construção do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), onde o principal objetivo era articulara as diferentes esferas municipal, estadual e federal, buscando aperfeiçoar o planejamento e a troca de informações.

Contudo, faz-se necessário destacar que o SUSP não visa unificar as instituições, pois reconhece suas especificidades e autonomia das componentes do sistema. O objetivo precípuo é construir caminhos que possuam um enfoque mais preventivo que repressivo, conferindo às pessoas a participação na formulação e no controle da política.

Em pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) no ano de 2013, no Brasil, buscou-se mapear as práticas, situações e valores socialmente reproduzidos no interior das instituições de segurança pública relativos aos Direitos Humanos, para identificar e analisar suas vinculações ao processo de formação de seus operadores e ao monitoramento da atuação policial. Como resultado percebeu-se, que o processo de formação não tem sido capaz de transformar, de forma satisfatória, a compreensão e a cultura precedentes dos operadores de segurança pública com relação aos Direitos Humanos, o que inviabiliza uma mudança de postura efetiva para a implantação de uma segurança pública cidadã.

A partir desses parâmetros podemos contribuir para as discussões acerca das (im)possibilidades da perspectiva dos direitos humanos. Segundo Boaventura Santos (2013), « ‘os direitos humanos foram subsumidos no direito do Estado, e o Estado assumiu o monopólio da produção do direito e da administração da justiça’».

Há uma dicotomia entre a percepção de direitos que expele os próprios servidores delegados pelo estado dos seus direitos. Esse fato gera um abismo colossal entre sociedade e polícia, haja vista a grande dificuldade de se pensar em processos únicos e ao mesmo tempo tão distinto. A policia que protege a vida ceifando vidas e a sociedade que confronta a própria representação do Estado.

Sobre a “dicotomia” entre direitos do cidadão e direitos dos policiais, sua superação é uma tarefa difícil, mas necessária para que se chegue a um objetivo comum, que é uma polícia que respeite os Direitos Humanos e que tenha seus direitos respeitados. Todavia, quando se mostra que é preciso dar uma maior atenção à qualificação do profissional, para que ele tenha a noção de inviolabilidade desses direitos, aviva-se outro obstáculo: ao intentar modificar o *modus operandi* da polícia (de forma a torná-la mais amistosa, mais próxima do cidadão), verifica-se o forte clamor da própria sociedade por uma polícia repressora, uma polícia que iniba a criminalidade por força do medo; a opinião pública tende a requere mais dureza, mais brutalidade etc., postura essa fomentada pela mídia ao exibir programas de televisão (de grande apreciação popular) que preconizam o ódio a quem viola as leis e heroificam as figuras policiais que travestida de poderes, engendrando na população uma sede de justiça, mas uma justiça distorcida, tendo em vista que se nota, a cada dia, que a sociedade tem se revoltado contra os que promovem a violência, sobretudo urbana, e perdem de vista o limite entre vingança e justiça.

A polícia, que lida diretamente com a comunidade e enfrenta cotidianamente situações de extrema tensão (conflitos, ameaças, mortes, riscos de vida, suicídios, efeitos das drogas e outros), onde se exige o perfeito equilíbrio técnico e emocional por parte do policial, equilíbrio esse que é apenas cobrado, mas não tratado, lida com uma situação extremamente difícil naquilo que se refere à assistência psicológica e a tudo que se refere à saúde.

É preciso cuidar dos agentes do Estado. É preciso preparar esses homens e mulheres para um trabalho que dignifique a sociedade. Quando um policial mata ou morre é o Estado que está sendo negado, contestado em todas as vias possíveis.

Essa postura estatal reflete, de forma desumana e degradante, na atuação desses profissionais, pois acaba por reduzir o indivíduo a uma máquina, que não tem emoção alguma. No entanto, os policiais brasileiros denunciam que estão atuando no limite de suas forças, não só físicas, mas principalmente psicológicas; o que indica a precariedade do apoio e atenção psicossocial.

Cria-se uma expectativa em torno das ações e intervenções policiais, como se eles fossem ou pudessem mediar todos os conflitos existentes na comunidade, mas, como é possível, para esses indivíduos, lidar com tantos conflitos diariamente e não se sentirem diretamente atingidos por eles? É impossível para qualquer ser humano conviver com tantos desafios. E, ao se sentirem atingidos, como vão lidar com todos esses problemas que

são colocados diante deles cotidianamente, se não se veem amparados de nenhuma forma no exercício de sua profissão? Os direitos humanos na percepção dos próprios policiais não se efetivam se quer nas suas instituições. São questões como essa que fazem com que os policiais brasileiros atuem sempre no limite de suas funções.

Para que o policial desempenhe suas funções da melhor maneira possível, é exigido dele, além de aptidões teóricas e técnicas, o equilíbrio de suas emoções. Esse equilíbrio não pode ser encarado apenas como exigência, é uma base fundamental para que esse trabalhador[2] execute suas funções de forma eficiente e responsável. No entanto, é visível a negligência desse aspecto fundamental na profissão, não só por parte da instituição, que até faz tentativas nesse sentido, mas a negligência maior vem por parte do Estado e da própria sociedade. Balestreri (1998) acrescenta:

> O policial é, antes de tudo um cidadão, e na cidadania deve nutrir sua razão de ser. Irmana-se, assim, a todos os membros da comunidade em direitos e deveres. Sua condição de cidadania é, portanto, condição primeira, tornando-se bizarra qualquer reflexão fundada sobre suposta dualidade ou antagonismo entre uma sociedade civil e outra sociedade policial.

Quanto a formação, é evidente que, por mais que se invista na capacitação em Direitos Humanos do policial, através de inúmeros cursos e até mesmo de forma interdisciplinar, todo esse esforço se esvai quando o trabalhador se vê diante de uma realidade que não propicia a ele, nem no aspecto estrutural e nem no aspecto psicológico, uma oportunidade de refletir o desempenho de sua atividade cotidiana. Assim, o sujeito dificilmente reconhecerá a si mesmo nessa dimensão de sua relação com o trabalho.

Segundo Balestreri (1998) os paradigmas contemporâneos na área da educação nos obrigam a repensar o agente educacional de forma mais includente. No passado, esse papel estava reservado unicamente aos pais, professores e especialistas em educação. Hoje é preciso incluir com primazia no rol pedagógico também outras profissões irrecusavelmente formadoras de opinião. O policial, assim, à luz desses paradigmas educacionais mais abrangentes, é um pleno e legitimo educador. Essa dimensão é inabdicável e reveste de profunda nobreza a função policial, quando conscientemente explicitada através de comportamentos e atitudes.

Os dados que foram publicados no Anuário de Segurança Pública a respeito da morte de policiais são vergonhosos e diametralmente estarrecedores. No ano de 2013, foram 369 policiais mortos fora de serviço e 121 policiais mortos em serviço. Ou seja, policiais brasileiros morrem cerca de 3 vezes mais fora de serviço do que em serviço, número superior ao apurado para os EUA, país no qual 96 policiais foram mortos em serviço, em 2013.

Ainda segundo o anuário, no Reino Unido, desde 1900 até hoje, são raros os anos em que mais de 8 policiais perdem as suas vidas em decorrência da sua profissão. Isso significa que o número de policiais mortos em nosso país é extremamente elevado, ainda mais se compararmos com países desenvolvidos e não violentos.

> Uma característica que chama atenção é que, ao contrário do Brasil, poucos são os países que diferenciam em suas estatísticas policiais mortos em serviço e fora de serviço, provavelmente porque, em outros países, raramente policiais sejam vitimados quando não estão trabalhando e também pelo fato de policiais não terem que fazer "bicos" para aumentar a renda em países desenvolvidos. O policial que

---

2 Fazemos referência ao conceito de classe-que-vive-do-trabalho, elaborado por Ricardo Antunes (2005) para realçar a "contemporaneidade e a amplitude do ser social que trabalha, à classe trabalhadora hoje, apreendendo sua efetividade, sua processualidade e concretude". Segundo Ricardo Antunes, "a classe-que-vive-do-trabalho, a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos. [...] Mas, classe-que-vive-do-trabalho engloba também os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais valia. [...] O trabalho improdutivo abrange um amplo leque de assalariados, desde aqueles inseridos no setor de serviço, bancos, comércio, turismo, serviços públicos etc., até aqueles que realizam atividades nas fábricas, mas não criam diretamente valor" (Antunes, 2005:102).

> perde a vida fora de serviço o faz em decorrência da sua profissão, afinal, o policial é um agente do Estado 24 horas por dia. Vários são os fatores possíveis para explicar estas mortes. (FBSP, 2014).

Contudo, as mortes não podem ser explicadas a partir de interpretações que desconsidere os fatores externos da condição de ser e fazer segurança pública em meio a tantas contradições sociais. Condições estas estabelecidas por meio de parâmetros históricos eivados de sentidos que nos permite refletir acerca dessa categoria suprimida de direitos e carregada de deveres.

Percebemos que o cidadão policial deve se sentir motivado e orgulhoso de sua profissão e de sua carreira. Se a função policial for esvaziada desse sentido de reconhecimento apenas serão cumpridores de ordens. «« 'resgatar, pois, o pedagogo que há em cada policial, é permitir a ressignificação da importância social da polícia, com a consequente consciência da nobreza e da dignidade dessa missão'»». Dessa forma, mesmo ao reprimir, o policial oferece uma visualização pedagógica, ao antagonizar-se aos procedimentos do crime. Em termos de inconsciente coletivo, o policial exerce função educativa arquetípica.

A condição para a efetivação dos direitos humanos passa pelo entendimento de uma sociedade que compreenda as dimensões históricas das relações sociais. Esse entendimento implica substancialmente na análise do papel da segurança pública, do Estado e da sociedade frente à consolidação da emancipação humana.

Referências

ANTUNES, R. L. C. (2005), *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.* São Paulo: Boitempo.

BALESTRERI, R. B. (1998). *Direitos Humanos: Coisa de Polícia*. Passo fundo-RS, CAPEC, Paster Editora.

COUTINHO, C. N. (1992), *Grasmci: um estudo sobre seu pensamento político.* Rio de Janeiro: Campus.

DUPAS, G. (2004), *O poder dos atores e a nova lógica econômica global. Ensaio preparado para a Conferência Brasil e União Européia*. Rio de Janeiro.

FIGUEIREDO, I. S. & NEME, C. & LIMA, C. S. L. (2013), *Direitos Humanos*. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasília (DF)

GIDDENS, A. (2001), *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social democracia.* Rio de Janeiro: Record.

ARENDT, H. (2007), *A Condição Humana.* São Paulo: Editora Forense-Universitária.

MELO, A. A. S. (2004), *A mundialização da Educação: Consolidação do projeto neoliberal na América Latina, Brasil e Venezuela*. Maceió: EDUFAL.

SANTOS, B. de S. (2013), *Direitos humanos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo: Cortez

A mediação de conflitos como meio de democratizar o acesso ao sistema de justiça Brasileiro

Fabiana Marion Spengler;
fabiana@unisc.br e *fabiana.spengler@unijui.edu.br*;

Resumo: O sistema de justiça brasileiro já não oferece respostas à conflituosidade hodierna, passando por uma crise de eficiência (quantitativa e qualitativa) que demanda a busca de alternativas. Os métodos e os conteúdos utilizados para responder aos litígios não encontram adequação entre a complexidade das demandas, os sujeitos envolvidos e o instrumental jurídico a ser utilizado. A linguagem técnico-formal utilizada nos procedimentos judiciais, permeados por aspectos burocráticos determinam a lentidão e o acúmulo de demandas. A proposta, é: a) analisar a crise pela qual passa o sistema de justiça brasileiro, especialmente a jurisdição, observando seus limites e analisando seus principais fatores: se estruturais ou identitários; b) investigar a utilização da mediação como meio democrático de acesso ao sistema de justiça brasileiro verificando sua prática, aceitação e reconhecimento social. Para fins de cumprir tais objetivos o método de abordagem utilizado foi o dedutivo e o método de procedimento utilizado foi o monográfico.

Palavras chave: jurisdição, mediação, inclusão social, democracia

1 Introdução

No Brasil, o Poder Judiciário encontra-se no centro dos principais debates nas últimas décadas. Tais debates apontam para suas crises[1] das quais emerge a necessidade de reformas estruturais de caráter físico, pessoal e, principalmente, político. A crise se intensifica quando se observa o aumento das instâncias de caráter "privado" no tratamento de conflitos sociais[2] e, paralelamente, a perda de espaço da atuação judicial/estatal como mediador, o que se converte em risco para a democracia. O fomento dessas instâncias privadas acontece, principalmente, em função da crescente complexidade social que se refletem, por sua vez, na conformação de novas e inusitadas relações, cuja principal conseqüência é amultiplicação dos centros de poder.

É possível perceber a retração e o descompasso entre a função jurisdicional do Estado e a complexidade conflituosa atual. Surgida como meio de garantir a convivência harmônica e pacífica entre os indivíduos integrantes dos grupos sociais, a jurisdição (enquanto monopólio estatal de aplicação do Direito) aparece e

1 Nesse ponto é importante dizer a que noção de crise se está fazendo referência uma vez que no cenário brasileiro atual falar em crise tornou-se um inevitável lugar comum, especialmente quando se verifica que o sólido aos poucos esmaeceu corroído pela incompatibilidade entre as complexas relações sociais e as estratégias hegemônicas atuais. Assim, o fio condutor da presente discussão tem como fundamento o fato de que uma crise não é concebida exatamente da mesma maneira em áreas diversas. Por isso, falar de crise em filosofia, em história das ciências, em medicina, em psiquiatria ou em economia são coisas diversas. Entretanto, existe um conjunto de traços comuns a toda crise, desde que se situe a análise em um nível profundo, o das estruturas na maioria das vezes não aparentes, o das estruturas reais do fenômeno estudado. Por isso, «a crise aparece então como um momento no qual se inicia o jogo do par de oposição continuidade/ruptura» (ARNAUD, 1991: 171)

2 É importante ressaltar que a perda estatal do monopólio da jurisdição levou ao convívio, em uma mesma sociedade, de um espaço jurídico oficial e outro não-oficial, cuja importância é reconhecida pelos hipossuficientes que não têm possibilidade de acesso ao direito estatal.

mune-se de poder de coerção. Este fato afasta/deveria afastar, progressivamente, a justiça privada[3], considerada como garantia de execução pessoal do direito. É através da jurisdição que o Estado entra como um terceiro, substituindo as partes envolvidas, a fim de tratar o conflito, utilizando o direito objetivo, de forma imparcial e neutra. (BOLZAN DE MORAIS et al, 2008.)

Todas as considerações sobre o a jurisdição e suas crises (criadas e fomentadas a partir da globalização cultural, política e econômica) são conseqüências da crise estatal. Devido a essa assertiva que se deve discutir a tão aclamada crise da jurisdição a partir da crise do Estado, observando sua gradativa perda de soberania, sua incapacidade de dar respostas céleres aos litígios atuais, de tomar as rédeas de seu destino, sua fragilidade nas esferas legislativa, executiva e judiciária, enfim, sua tolerância ante a quase total perda na exclusividade de dizer e aplicar o direito. No entanto, dado a limitação de tempo e espaço, nesse trabalho não se abordará a crise do Estado, apenas a crise do Judiciário.

Nestes termos é que o presente texto tem por objetivo principal, num primeiro momento, delimitar e discutir o desempenho da função jurisdicional do Estado, para, em seguida, investigar a prática da mediação como meio consensual e autonomizador na gestão e resolução de conflitos sociojurídicos.

Atrelado a esse objetivo principal e a ele correlato encontram-se dois objetivos específicos: a) delimitar e analisar a crise pela qual passa a jurisdição observando os limites dessa crise e identificando seus principais fatores: se estruturais ou identitários; b) investigar a utilização da mediação judicial realizada no Brasil para fins de verificar sua prática, aceitação e reconhecimento social bem como dos lidadores do direito.

Para fins de cumprir com tais objetivos o método de abordagem utilizado foi o dedutivo[4] (Leal, 2007), partindo da relação entre argumentos gerais, denominados premissas, para argumentos particulares, até se chegar a uma conclusão. Como método de procedimento foi utilizado o método monográfico, a partir de pesquisas e fichamentos em fontes bibliográficas, estudo de estatísticas ligadas ao tema da pesquisa, além de livros e trabalhos relativos ao assunto.

Assim o texto se organiza em duas grandes partes: a primeira tem por escopo delinear as crises pelas quais passa a jurisdição brasileira apontando seus pontos nevrálgicos e ilustrando os mesmos com os números e estatísticas[5] disponíveis sobre a quantidade de processos e o congestionamento na tramitação dos mesmos.

Num segundo momento será abordada a mediação tal como ela é vista atualmente no Brasil, seus entraves, a falta de legislação específica sobre o tema e as dificuldades de implantá-la em função da cultura processual baseada no binômio ganhadorXperdedor que prepondera no País.

2 Os novos contornos da jurisdição brasileira: (in)eficiência face à complexidade social

Em decorrência das pressões centrífugas, da desterritorialização da produção e da transnacionalização dos mercados, o Judiciário - enquanto estrutura fortemente hierarquizada, fechada, orientada por uma lógica legal-racional, submisso a lei -, se torna uma instituição que precisa enfrentar o desafio de alargar os limites de sua jurisdição, modernizar suas estruturas organizacionais e rever seus padrões funcionais, para sobreviver como um poder autônomo e independente. Os limites territoriais do Judiciário até então organizados de modo

---

3 «Oriunda da ausência de um poder central organizado, é geradora de intranqüilidades comprometedoras do convívio social, afinal, nesses conflitos solucionados mediante a defesa privada, não há como saber-se, quem realmente detinha a razão ou quem fora mais forte, mais astuto, no desenrolar da lide.» (BOLZAN DE MORAIS et al. 2008)

4 Ver também: VENTURA, Deisy. *Monografia Jurídica: uma visão prática.* Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

5 Aqui é importante dizer que a fonte de consulta para os números e estatísticas reproduzidas no texto foi a página do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) http://www.cnj.jus.br/. Nessa página dois itens foram acessados de modo específico: no item "Justiça em Números" foram extraídos os dados que ilustram a situação atual do Poder Judiciário Brasileiro (no concernente a Justiça Estadual, Federal e do Trabalho no período compreendido entre 2004 e 2008) e no item "Movimento pela conciliação" buscou-se delimitar uma das ações do CNJ, do Ministério da Justiça (MJ) e da Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ) para fins de melhorar a prestação jurisdicional no Brasil (também aqui o lapso temporal de pesquisa compreendeu os anos de 2004 a 2008).

preciso, têm seu alcance diminuído na mesma proporção que as barreiras geográficas vão sendo superadas pela expansão da informática, das comunicações, dos transportes e os atores econômicos vão estabelecendo múltiplas redes de interação.

Em termos organizacionais, o Poder Judiciário brasileiro foi estruturado para atuar sob a égide dos códigos, cujos prazos e ritos são incompatíveis com a multiplicidade de lógicas, procedimentos decisórios, ritmos e horizontes temporais hoje presentes na economia globalizada. Nestes termos, o tempo do processo judicial é o tempo diferido. O tempo da economia globalizada é o real, isto é, o tempo da simultaneidade. Ainda, para o Judiciário faltam meios materiais de dispor de condições técnicas que tornem possível a compreensão, em termos de racionalidade subjetiva, dos litígios inerentes a contextos sócioeconômicos cada vez mais complexos e transnacionalizados. (FARIA, 2001)

Diante de tais circunstâncias, a jurisdição brasileira torna-se alvo de uma preocupação teórica constante voltada para a compreensão da racionalidade instrumental de aplicação do direito e especialmente da estrutura funcional necessária para sua realização. Segundo o Departamento de Pesquisas Judiciária do CNJ[6], os dados obtidos pelo "Justiça em Números" confirmam que:

a) Na *Justiça Federal*: durante o ano de 2008, tramitaram nos Tribunais Regionais Federais (2º Grau) quase 1,2 milhão de processos, sendo que, dentre eles, 474 mil ingressaram naquele ano e 713 mil já estavam pendentes de julgamento desde o final do ano anterior. Foram sentenciados 477 mil processos, fazendo com que o número de casos julgados se assemelhasse ao número de processos ingressados e, assim, gerando um fator dificultador na tarefa de redução do número de processos pendentes de julgamento.

Já no 1º grau, foram 510 mil sentenças proferidas e 2,1 milhões de processos em tramitação, sendo que, dentre eles, 1,5 milhão refere-se ao estoque pendente de julgamento. Nas turmas recursais tramitaram 568 mil processos (380 mil casos novos e 188 mil casos pendentes) e nos Juizados Especiais 2,2 milhões de processos (1,2 milhão de casos novos e 979 mil casos pendentes).

No que diz respeito ao 2º grau, é interessante observar que entre os anos de 2004 a 2007 não houve muitas alterações na carga de trabalho, com leves oscilações valorativas, no entanto, com uma média relativamente constante em torno de 8 mil processos. Entretanto, em 2008 houve um pico na carga de trabalho, com crescimento de 7%, passando de 8.108 (em 2007) para 8.660 (em 2008) processos em tramitação para cada magistrado. Ao contrário do que geralmente se espera, o aumento da carga de trabalho ocorreu concomitante a uma queda da taxa de congestionamento[7], a qual decai gradativamente desde 2004, com redução 7,3 pontos percentuais durante todo este período. Este fenômeno demonstra um aumento da efetividade da Justiça Federal que, mesmo com o aumento do número de processos por magistrado, conseguiu reduções no índice de congestionamento dos processos. Nos Juizados Especiais, a taxa de congestionamento tendia à queda até 2007, porém, no início de 2008, houve um crescimento significativo, atingindo os mesmos patamares de 2004.

b) Na *Justiça do Trabalho*: tramitaram durante 2008 nos Tribunais Regionais do Trabalho (2º grau) aproximadamente 882 mil processos, dentre estes, 659 mil ingressaram neste ano. Além disso, foram proferidas cerca de 660 mil decisões, ou seja, quase a mesma quantidade de processos distribuídos. Nota-se que ao longo dos anos o número de sentenças tem crescido (média 13% ao ano) mais que o número de processos em tramitação (9% ao ano). Tal fato gera como consequência quedas graduais na taxa de congestionamento, passando de 33,2% para 25,2% nos últimos 4 anos (redução de 8%), ao mesmo tempo que

---

6 Todas as informações aqui expostas oram obtidas na página: do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) *http://www.cnj.jus.br/*, acesso em 25.02.2010.

7 Ainda sobre a taxa de congestionamento, nota-se um forte pico de crescimento entre 2007 e 2008 nas Turmas Recursais, passando de 24,8% para 40,6% (vide Figura 5). Este aumento deve-se ao fato de que houve um crescimento de 14% no número de casos novos (especialmente na 1ª e na 5ª região) simultânea a uma redução do número de decisões (especialmente na 1ª e na 3ª região).

a carga de trabalho cresceu, passando de 1.415 para 1.943 no mesmo período, ou seja, com um incremento de 528 processos por magistrado, sem prejuízo do índice de congestionamento[8].

No primeiro grau da Justiça do Trabalho, tramitaram 6 milhões de processos, sendo 3,2 milhões de casos novos e 2,8 milhões de casos que já estavam pendentes de julgamento. Foram julgados 3,1 milhões de processos e, assim como observado no 2º grau, o número de entrada de novos processos é muito próximo ao número de sentenças.

c) Na *Justiça Estadual*: em 2008, tramitaram três milhões de processos no 2º grau da Justiça Estadual, dentre eles, 1,8 milhão ingressou neste ano. Foram, ainda, julgados 1,7 milhão de processos. Cabe elucidar o efeito de crescimento gradual na carga de trabalho ao longo dos anos, associado a uma redução da taxa de congestionamento. Ao passo que entre 2004 e 2008 a taxa de congestionamento reduziu em 10 pontos percentuais (de 52,8% para 42,5%), a carga de trabalho aumentou de 1.441 para 2.066, ou seja, com incremento de 625 processos para cada magistrado, demonstrando uma maior efetividade dos juízes.

Durante o ano de 2008, no 1º grau da Justiça Estadual tramitaram mais de 45 milhões de processos, sendo que dentre eles 33 milhões já estavam pendentes de julgamento desde o final do ano anterior. Neste mesmo período foram sentenciados 9,3 milhões de processos, ou seja, apenas 20% do total em tramitação. A consequência natural é uma dificuldade em reduzir a taxa de congestionamento, tendo em vista o constante aumento do número de processos ingressados e da carga de trabalho. No primeiro grau, a carga de trabalho dos Juízes chegou a aproximadamente 5,3 mil processos por magistrado com uma taxa de congestionamento que permanece na faixa de 80% praticamente sem variações desde o ano 2004.

Nas Turmas Recursais, tramitaram 441 mil processos (321 mil casos novos e 120 casos pendentes) e foram julgados 254 mil processos. Já nos Juizados Especiais, tramitaram 8,2 milhões de processos (4,2 milhões de casos novos e 4 milhões de casos pendentes). Sobre a carga de trabalho dos Juizados Especiais, nota-se que não tem havido muita alteração durante os anos, permanecendo desde 2005 em valores próximos a 9 mil processos por magistrado. O mesmo ocorre com a taxa de congestionamento, que tem oscilado em torno dos 50% ao longo dos períodos analisados. Nas turmas recursais no quesito taxa de congestionamento, verifica-se que as turmas recursais atingiram em 2008 a maior taxa já vista nos anos anteriores, estando atualmente no patamar de 42%, próxima ao observado em 2005.

Nesse contexto, demonstrada a incapacidade da Jurisdição de monopolizar a resolução dos conflitos, a tendência é a se desenvolver procedimentos jurisdicionais alternativos como a arbitragem, a mediação, a conciliação e a negociação, almejando alcançar celeridade, informalização e pragmaticidade.

Paralelamente, surgem novas categorias de direitos e de sujeitos jurídicos legitimados a pleiteá-los. São os direitos coletivos, individuais homogêneos e os difusos. Esses novos direitos produziram novos atores que determinaram a transferência do conflito da zona política para a jurisdicional. Então, as demandas sociais se tornam jurídicas e a consagração de novos direitos provoca um explosão de litigiosidade[9] significativa

---

8 A taxa de congestionamento atingiu um pico em 2006 quando começou uma trajetória de queda, devido a um maior crescimento da quantidade de sentenças com relação aos anos anteriores. Apesar do aumento dos processos, a carga de trabalho tem caído gradualmente, pois o número de Juízes do Trabalho tem aumentado em razões anuais de 5% a 6%, passando de 2.150 magistrados em 2004 para 2.691 em 2008, com um aumento de 25% nestes 4 anos. A queda da taxa de congestionamento do 1º grau nos últimos 2 anos foi motivada especialmente pela fase de execução que caiu de 65,9% para 59,6% entre 2006 e 2007.

9 No Brasil do «início do século passado, o Judiciário constituía a última *ratio*. Não se litigava à toa. Pessoas de gerações mais longevas ainda se orgulham de proclamar – 'Nunca entrei no Fórum! Nem como testemunha!' [...] Havia uma ética própria, ainda hoje existente no Japão. Recorrer ao Judiciário denota certa debilidade de caráter. Pessoas probas sabem resolver seus problemas como seres civilizados, de maneira autônoma, dispensada a intervenção estatal, a base da honradez, geradora de idêntica expectativa de comportamento. Alguém de boa-fé não se recusa a discutir, a dialogar, a entender as razões alheias e a transigir [...] O Brasil já foi um espaço ético mais saudável. A tradição do fio de barba [...] Tudo mudou. A palavra empenhada é reminiscência arqueológica. A esperteza é a regra. Desconfiar do próximo, o mandamento por todos observado. A depauperação dos costumes tem desaguadouro natural na Justiça» [...] É por isso que se pode dizer: [...] «o brasileiro padece de *demandismo*.» (NALINI, 2008: 107).

(em termos qualitativos e quantitativos) realçando ainda mais a incapacidade e as deficiências da estrutura judiciária, que passou a ser requisitada de forma ampla.
Ao tomar para si o monopólio da jurisdição, determinando o direito ao caso concreto de forma impositiva, o Estado pretende tratar o conflito através da aplicação do direito positivo. Por conseguinte, a jurisdição aparece como uma atividade na qual o Estado substitui as partes num modelo baseado em princípios expressos na própria lei e universalmente reconhecidos. No entanto o monopólio da jurisdição deixa, gradativamente de pertencer ao Estado principalmente em função da crescente e complexa litigiosidade fomentada pelas contradições sociais, das quais a marginalização e a exclusão são seqüelas. Além, do aumento considerável da litigiosidade a burocracia estatal se agiganta e a produção legislativa acontece de modo desenfreado. Todos esses fatores causam/fomentam a crise do Judiciário brasileiro.

2.1 A crise do Judiciário brasileiro

Assim a crise do Poder Judiciário brasileiro pode ser delimitada como uma crise de *identidade* e uma crise de *eficiência*[10]:

a) enquanto *crise de identidade*, pode-se vislumbrá-la por um certo embaçamento do papel judicial como mediador central de conflitos, perdendo espaço para outros centros de poder, talvez mais aptos a lidar com a complexidade conflitiva atual, mais adequados em termos de tempo[11] e espaço. Nestes termos, pode-se apontar para uma crise de identidade não só do Judiciário enquanto poder estatal mas também do juiz que «não sabe exatamente qual a sua função e como conduzir-se diante dos dualismos enfrentados» (Nalini, 2008: 9). Dentre esses dualismos estão, por exemplo, «o direito penal mínimo ou máximo, retribuição/recuperação, intervenção necessária à vida civil/ não intervencionismo, cumprir a lei/suprir a lei, política /neutralidade» (Nalini, 2008: 9) e outros.

Não se pode perder de vista, também, que o aparato judicial para tratar os conflitos atuais serve-se de instrumentos e códigos muitas vezes ultrapassados, ainda que formalmente em vigor, com acanhado alcance e eficácia reduzida. Tal eficácia e alcance muitas vezes atingem somente os conflitos interindividuais, não extrapolando o domínio privado das partes, encontrando dificuldades quando instado a tratar de direitos coletivos ou difusos.

b) intimamente ligada a crise de identidade encontra-se a *crise de eficiência* uma vez que impossibilitado de responder de modo eficiente a complexidade social e litigiosa com a qual se depara, o Judiciário sucumbe diante da inovadora carga de tarefas a ele submetidas. Evidencia-se, então, o «flagrante descompasso entre a procura e a oferta de serviços judiciais, em termos tanto qualitativos quanto quantitativos» (Faria, 1995: 11). Esse descompasso entre a oferta e a procura produz uma frustração geral, decorrente da morosidade e da pouca eficiência dos serviços judiciais, quando não da sua simples negação aos segmentos desfavorecidos da população, que ainda precisam lidar com a diferença entre a singela concepção de justiça que possuem e a complexidade burocrático/formal dos ritos processuais[12].

---

10 Sobre o assunto é importante a leitura de BOLZAN DE MORAIS, José Luis. *O Estado e suas crises*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005; SPENGLER, Fabiana Marion; LUCAS, Doglas César. Conflito, jurisdição e direitos humanos (des)apontamentos sobre um novo cenário social. Ijuiz: Editora Unijuí, 2008; SPENGLER, Fabiana Marion; BRANDÃO, Paulo de Tarso. *Os (des)caminhos da jurisdição*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2009.

11 Sobre o "tempo" e a Emenda Constitucional 45 de 2004 que determinou a "razoável duração" do processo no sistema judiciário e/ou administrativo brasileiro ver: SPENGLER, Fabiana Marion. *Tempo, Direito e Constituição: reflexos na prestação jurisdicional do Estado.* Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

12 Por isso, uma das formas de possibilitar o acesso à justiça, aproximando o cidadão de seus ritos passa pela necessidade dos «juristas reconhecerem que as técnicas processuais servem a funções sociais; que as cortes não são a única forma de solução de conflitos a ser considerada e que qualquer regulamentação processual, inclusive a criação ou o encorajamento de alternativas ao sistema judiciário formal tem um efeito importante sobre a forma como opera a lei substantiva – com que freqüência ela é executada, em benefício de quem e com que impacto social. Uma tarefa básica dos processualistas

A conjugação dessas duas circunstâncias acaba provocando o desprezo e o descrédito do cidadão comum pela justiça, afastando-o muitas vezes.

Essa descrença na justiça se dá não só pela distância entre o cidadão comum, os ritos e a linguagem que envolvem os processos judiciais, mas também pelo tempo percorrido por cada procedimento (tradicionalmente longo)[13], pela inadequação das decisões vertidas frente a complexidade dos litígios, e pela impossibilidade de seu cumprimento[14]. O que verifica então é a desconexão entre o aparelho judicial e o sistema político e social, distanciando-se a lei (por conseguinte sua interpretação e sua aplicação) da sociedade na qual se encontra inserida, não correspondendo, assim, a expectativa de tratamento adequado aos conflitos.

No mesmo contexto, a crise de eficiência[15] da jurisdição é conseqüência de outros pontos de ruptura: primeiramente, uma *crise estrutural*, traduzida pelas dificuldades quanto à infra-estrutura de instalações, de pessoal, de equipamentos, de custos. Neste sentido, conforme informações do CNJ[16] é importante referir que no final do ano de 2008 a Justiça Federal brasileira contava com 1.476 magistrados e quase 34 mil servidores[17], possuindo uma despesa de 5,2 bilhões, o que representa um custo anual de R$ 27,68% por habitante. Dessa despesa, aproximadamente R$ 4,8 bilhões estão relacionados a gastos com recursos humanos, que, além do salário, incluem férias, gratificações, passagens, verba de gabinete, dentre outros dispêndios[18].

Já na Justiça do Trabalho a crise estrutural vem refletida numa despesa de aproximadamente R$ 9,3 bilhões durante o ano de 2008 ou um custo anual de R$ 48,83 por habitante[19]. A despesa total da Justiça cresceu a uma média de 10,8% ao ano entre 2004 e 2008, inflacionada principalmente pelo crescimento entre 2005 e 2006 (20%). Por outro lado, a Justiça do Trabalho contava, ao final do ano de 2008, com 3.145 magistrados e 43 mil servidores. Vale ressaltar que, durante os anos de 2004 a 2008, o total da força de trabalho cresceu a uma razão média de 5,3% ao ano.

Quanto a Justiça Estadual as despesas somaram durante o ano de 2008 a quantia de R$ 19,1 bilhões, o que representa um custo anual de R$ 100,56 por habitante. Dessa quantia, R$ 16,7 bilhões (87,8%) foram aplicados

---

modernos é expor o impacto substantivo dos vários mecanismos de processamento de litígios. Eles precisam, conseqüentemente, ampliar sua pesquisa para mais além dos tribunais e utilizar métodos de análise da sociologia, da política, da psicologia e da economia, e ademais, aprender através de outras culturas». (CAPPELLETTI et al, 1988: 13).

13 A morosidade judiciária encontra causa muitas vezes nas próprias partes que com sua prática exagerado de atos processuais (petições, recursos, agravos, produção de prova, etc), ainda que legal e principalmente constitucional, têm por objetivo tão somente ganhar tempo. Assim, elas «instrumentalizam o Judiciário porque se aproveitam exatamente de sua maior deficiência: a lentidão, a morosidade, o ritualismo, o exacerbado procedimentalismo, que leva a ministra Eliana Calmon a afirmar que não é difícil o acesso à justiça: 'o difícil é sair da justiça'». (NALINI, 2008; 107).

14 Isso ocorre quando os conflitos trazidos ao processo não recebem solução (no sentido de tratamento adequado) e sim repostas processuais. «Uma coisa é diferente da outra. Grande percentual de lides é resolvido, mediante análise de questões procedimentais, sem que se alcance o cerne do conflito que a elas deu origem. Pobre em estatísticas, o Brasil não dispõe de dados confiáveis para saber qual a percentagem de processos judiciais que terminam sem o conhecimento do mérito. São as decisões epidérmicas ou periféricas, que tanto denigrem a credibilidade da justiça». (NALINI, 2008; 18).

15 Nesse sentido ver BOLZAN DE MORAIS, José Luis. As crises do Judiciário e o acesso à justiça. In: AGRA, Walber de Moura. *Comentários à reforma do poder judiciário.* Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 03 e seguintes.

16 Todas as informações aqui expostas foram obtidas na página: do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) http://www.cnj.jus.br/, acesso em 25.02.2010.

17 É interessante observar que durante os anos de 2004 a 2008 o total da força de trabalho cresceu a uma razão média de 2,3% ao ano, enquanto o número de servidores do quadro efetivo cresceu em média 4,1% ao ano, demonstrando uma preferência por aumentar o quadro funcional com servidores concursados.

18 Verifica-se que entre 2004 e 2006 as despesas cresciam a uma média de 14% ao ano, porém nos últimos dois anos (2007 e 2008) houve uma desaceleração significativa, em que o crescimento anual passou a ser de apenas 7% ao ano.

19 Dessa despesa, quase R$ 8,6 bilhões estão relacionados a gastos com recursos humanos que, além do salário, incluem férias, gratificações, passagens, verba de gabinete, dentre outros dispêndios, o que equivale a 92,9% do total de suas despesas.

em recursos humanos (salário, férias, gratificações, passagens, verba de gabinete, dentre outros)[20]. A Justiça Estadual contava ao final de 2008 com 11.108 magistrados além de quase 216 mil servidores. A análise da série histórica mostra que entre 2007 e 2008 a força de trabalho aumentou em 3%, tanto em relação ao total de pessoal auxiliar quanto em relação ao quadro efetivo. Por sua vez, o número de magistrados crescia gradativamente desde 2004 em proporções cada vez menores, quando em 2008 ocorreu uma estabilização do quadro, mantendo quase o mesmo quantitativo do observado em 2007.

Os números mencionados pó si só demonstram as dificuldades estruturais do Judiciário brasileiro. Ainda que muito já tenha sido feito, é preciso outras iniciativas que permitam uma reestruturação determinante para fazer frente aos custos e as dificuldades de pessoal e equipamento que ainda existem. Porém, os percentuais acima abordados deixam a descoberto outro ponto nevrálgico da crise do Judiciário: a necessidade de desburocratização/desformalização, de aproximar a justiça do cidadão comum, de torná-la acessível e democrática e de dar a esse cidadão mais autonomia para tratar seu conflito.

Quanto isso não ocorre, pode-se verificar uma *crise objetiva*, especialmente relacionada à linguagem técnico-formal utilizada nos procedimentos e rituais forenses, a burocratização, a lentidão dos procedimentos[21] e o acúmulo de demandas. Essa mesma crise objetiva demonstra que a «forma foi privilegiada em detrimento da substância» (Nalini, 2008: 18), ou seja, impera o formalismo em detrimento da preocupação com a justiça e com a exequibilidade das decisões.

As demandas se eternizam, o «processo não resolve, senão institucionaliza o conflito até o seu natural e expontâneo exaurimento» (Nalini, 2008: 18). Tal situação se agrava ainda mais quando se verifica que no Brasil existe a cultura de que "sentença de primeiro grau é irrelevante" o que converte os tribunais de intermediários em casas de passagem de processos cujos responsáveis almejam sempre que a decisão seja revista por tribunais superiores[22].

Nessa mesma esteira, a *crise subjetiva ou tecnológica* se verifica ante a incapacidade dos operadores jurídicos tradicionais[23] lidarem com novas realidades fáticas que exigem não só reformulações legais mas também uma

---

20 Desde 2004, as despesas crescem a uma média de 8,9% ao ano, ao passo que o PIB obteve uma média de crescimento de 5,9% no mesmo período, o que indica que as despesas do Judiciário têm crescido em uma razão superior ao indicador da economia nacional.

21 Serve como exemplo da morosidade judiciária brasileira a recente notícia sobre a demora na tramitação de um processo que, inacreditavelmente, se extende ao longo de 70 anos. Trata-se do processo de inventário de Maria Eduarda Correa Simas, falecida em 31 de agosto de 1935, cuja abertura ocorreu em 29 de agosto de 1938, pelo inventariante Justino Correa Simas. O feito (n° 039/1.030032437-6) tramita na 2ª Vara Cível da Comarca de Viamão. Com a demora no tramitar do feito, as conseqüências foram nefastas: os herdeiros diretos faleceram; os bens foram todos alienados, ou cedidos onerosamente; ocorreu o esbulho de área rural de terceiros, o que determinou por parte dos prejudicados pedidos de providências policiais, bem como a abertura de processo criminal. Situação pior aconteceu em Rio Grande, onde os autos do processo do inventário do comendador Domingos Faustino Correa serão doados definitivamente ao Departamento de Biblioteconomia e História da Fundação Universidade Federal de Rio Grande. A decisão é do Conselho da Magistratura do TJRS. O processo tramitou durante 107 anos e é considerado o mais longo de toda a história do Judiciário do Brasil. O comendador, no leito de morte, mandou redigir seu testamento em 11 de junho de 1873, vindo a falecer 18 dias após. O inventário deu entrada no Foro de Rio Grande em 27 de junho de 1874. O processo tramitou por 107 anos, gerando uma verdadeira corrida atrás do "ouro" alegadamente deixado pelo inventariado. Ao longo desse tempo, milhares de "herdeiros" se habilitaram à herança. A meação do comendador jamais foi partilhada aos supostos herdeiros. A solução se deu a partir da designação de um juiz (Carlos Roberto Nunes Lengler) especialmente para presidir, sanear e julgar o feito. Todos os mais de 1.200 volumes processuais foram trazidos a Porto Alegre no início dos anos 80 e, seis meses depois, o processo teve sentença (Editado em Porto Alegre em 20.06.2006 - Editor: Marco Antonio Birnfeld - *123@espacovital.com.br*).

22 O Brasil possui atualmente quatro instâncias a vencer para quem pretende ver sua controvérsia apreciada de modo definitivo pela justiça: o primeiro grau com juiz local; o tribunal local; o Superior Tribunal de Justiça, cuja votação da corte de cassação foi substituída por aquela de uma terceira instância ordinária; e, finalmente, o Supremo Tribunal Federal. (NALINI, 2008; 11-18).

23 Essa incapacidade é resultado de um positivismo/racionalista exacerbado que determina, por parte dos operadores jurídicos, uma visão do direito como uma ciência jurídica altamente sistemática e cartesiana, de onde se reconhece um

mudança cultural e de mentalidade, especialmente quanto ao mecanismo lógico-formal que não atende - se é que algum dia atendeu – as respostas buscadas para os conflitos contemporâneos.

Essa mudança cultural que se demanda atualmente do Judiciário somente acontecerá quando o currículo com a grade de disciplinas das universidades for revisto. Na verdade, a maioria deles vêm sofrendo poucas alterações, mantendo na sua estrutura métodos arcaicos de lidar com os conflitos sociais atuais, que por serem mais complexos são também exigentes de uma outra forma de gestão e resolução[24].

No embalo da sistematização, do aprendizado mecânico e acrítico desenvolvido nas universidades[25], o modelo de Direito que hoje predomina no Brasil é aquele da "cultura manuelesca". Desse modo, se construiu um imaginário jurídico produzido a partir de manuais, a maioria de duvidosa qualidade. Com efeito, simbolicamente, os manuais que povoam o imaginário dos juristas representam com perfeição o estado d'arte da crise. Os próprios exemplos utilizados em sala de aula, através dos manuais, estão desconectados com a complexidade social. Além disso, essa cultura estandartizada procura explicar o Direito através de verbetes jurisprudenciais a-históricos e atemporais, ocorrendo, assim, uma ficcionalização do mundo jurídico-social (Streck, 2006; 223-262)[26]. Por conseguinte, enquanto setores importantes da dogmática jurídica tradicional se ocupam com exemplos fantasiosos e idealistas, o *déficit* de realidade aumenta dia-a-dia.

Tentativa importante foi aquela feita pela Resolução CNE/ CES n. 9/2004 que revogou a portaria n. 1.884 de 30/12/1994 do Ministério da Educação. Sobre essa alteração nas diretrizes educacionais Horácio Wanderlei Rodrigues observa que pelo fato da resolução ter sido precedida por ampla consulta aos setores interessados ganhou legitimidade por um lado e grande resistência de outro. Assim, depois de um longo processo que teve início nos anos 90, apenas em 2004 foram editadas as novas diretrizes curriculares para os cursos de direito. Porém, a Resolução CNE/ CES n. 9/2004 manteve em grande parte o conteúdo da portaria n. 1.884 de 30/12/1994 que foi revogada[27].

---

grande "interese por las definiciones y las clasificaciones".

24 Quando direito e educação se fundem, a partir da discussão de igualdade e diferença, percebe-se o quanto o direito tem negligenciado sua dimensão pedagógica, não primando por práticas dialógicas e horizontalizadas que reconheçam o valor de todos os sujeitos envolvidos. A concepção jurídica positivista, dominante na sociedade moderna e contemporânea, quer fazer crer na possibilidade de se estudar e compreender o direito como um fenômeno puramente normativo. No máximo, em uma perspectiva crítica, é ampliada a noção de direito com referência a sua dimensão política. Embora inafastáveis e inegáveis as dimensões normativas e político-social do direito, estas não resumem a complexidade do universo jurídico. (MARILLAC, 2009; 132).

25 «as faculdades de Direito funcionam como meros centros de transmissão do conhecimento jurídico oficial, e não propriamente como centros de produção do conhecimento científico. A pesquisa nas faculdades de Direito está condicionada a reproduzir a 'sabedoria' codificada e a conviver 'respeitosamente' com as instituições que aplicam (e interpretam) o Direito positivo. O professor fala de códigos, e o aluno aprende (quando aprende) em códigos» (FARIA, 1987; 24).

Nesse mesmo sentido, Leonel Severo Rocha salienta a dupla crise que se apresenta nas faculdades de Direito*:* «por um lado, devido ao fato de não produzirem uma dogmática jurídica dotada de uma técnica atualizada perante as novas demandas do capitalismo tardio; de outro, por não terem uma efetiva função social, notadamente em relação aos segmentos marginalizados da população. Deste modo, muito mais do que uma crise da 'ciência do Direito', há crise na reprodução legítima da dogmática jurídica que não consegue justificar a sua ideologia de 'bem comum' *devido à ausência de críticas mais efetivas à racionalidade jurídica e à formação dos juristas*» *(*ROCHA, 1999).

26 O mesmo autor vai além, exemplificando sua afirmativa: alguns exemplos beiram o folclórico, como no caso da explicação do "estado de necessidade", constante no art. 24 do CP, não sendo incomum encontrar professores (ainda hoje) utilizando o exemplo do naufrágio em alto-mar, em que duas pessoas (Caio e Tício, personagens comuns na cultura dos manuais) "sobem em uma tábua" e, na disputa por ela, um deles é morto (em estado de necessidade...!) A pergunta fica mais "sofisticada" quando o professor resolve discutir o "foro de julgamento" de Caio (entra, então, o relevantíssimo debate acerca da origem da referida tábua, como se pudesse haver outra flutuando em alto-mar, além daquela que, com certeza, despregou-se do navio naufragado...!) No exemplo, devem existir muitas tábuas, talvez milhares – em alto-mar, para que um dos personagens, nascidos para servirem de exemplo no direito penal, agarre-se a ela. (Streck, 2006; 223-262)

27 Sobre o assunto é importante a leitura de RODRIGUES, Horácio Wanderlei. *Pensando o direito no século XXI.* Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

O objetivo dessa alteração nos currículos dos cursos de direito é propiciar ao futuro jurista um aprendizado compatível com exigências de uma sociedade pós-moderna. Nesse ponto, teríamos não só magistrados mas também advogados, promotores, serventuários, etc. em condições de lidar com a conflituosidade atual. Porém, não se pode esquecer que ainda possuímos em, todas as áres do direito, profissionais formados pela "velha escola" que precisariam de atualização para fazer frente a instituição de uma nova cultura jurídica no País[28].
Por fim, vem a *crise paradigmática* que diz respeito aos métodos e conteúdos utilizados pelo Direito para buscar o tratamento pacífico dos conflitos partindo da atuação prática do direito aplicável ao caso *sub judice*. Essa crise pode ser resolvida na esteira da crise de subjetiva discutida anteriormente uma vez que para isso depende de uma mudança de paradigmas especialmente no modo como os conflitos são tratados atualmente. A humanização do processo civil e a utilização de meios alternativos de resolução de conflitos podem ser mecanismos para vencer a crise paradigmática e alcançar uma resposta processual que realmente trate (e o faça de de maneira adequada) o litígio.
Assim, a capacidade do Poder Judiciário de absorver e decidir conflitos, estando intimamente vinculada a sua maior ou menor sensibilidade à mudanças sociais, pode ser equacionada partindo de dois dados fundamentais: a profundidade das mencionadas mudanças projetadas pelos conflitos e a velocidade em que se processam na esfera social. É nesse sentido que o Judiciário (enquanto sistema) depende do próprio reconhecimento do meio social quanto a sua eficiência medida através da sua capacidade (em termos estruturais e temporais) de absorver e tratar conflitos. A perda dessa capacidade contribui para fragilizar o papel judicial institucional e até mesmo político (Bastos, 2001). Essa fragilização do Judiciário enquanto instituição atinge os "mitos" criados em tono de sua figura possuindo como consequência sua desligitimação.

2.2 O Judiciário e os seus mitos

Atualmente a realidade brasileira demonstra que unidos pelo conflito, os litigantes esperam por um terceiro que o "solucione". Esperam pelo Judiciário para que diga quem tem mais direitos, mais razão ou quem é o vencedor da contenda. Trata-se de uma transferência de prerrogativas que, ao criar "muros normativos", engessa a solução da lide em prol da segurança, ignorando que a reinvenção cotidiana e a abertura de novos caminhos são inerentes a um tratamento democrático.
Isso acontece porque se criou verdadeiro mito[29] em torno da figura do juiz[30], sendo este a expressão e representação suprema da soberania estatal. Nalini (2008: 99) observa com extrema propriedade o mito que se firmou em torno da carreira da judicatura e da figura do juiz asseverando ser impossível a humanidade viver sem mitos. Aduz que «o mito reflete uma conotação heróica. Auxilia na fantasia de superação das adversidades. Nítida a sua intimidade com a esperança». E conclui que «no mundo das incertezas e das vicissitudes, a figura do juiz representaria a *última trincheira.* Quando tudo o mais falhasse, haveria um juiz para permitir ao injustiçado repetir – *Ainda há juízes em Berlim...*».

---

28 Ver CARLINI, Angélica; CERQUEIRA,Daniel Torres de; ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. *180 anos de ensino jurídico no Brasil*. Campinas: Millennium, 2008.

29 Sobre os mitos construídos em torno do mundo do direito e de seu "senso comum teórico" é importante a leitura de Luis Alberto Warat que assume a postura de "caçador de mitos" salientando que «o que sempre me motivou a caça é poder descobrir se havia entre os juristas a possibilidade de outra linguagem possível, que recuperasse a sexualidade perdida, que está na origem de toda linguagem; que pode regular as relações entre os homens fundamentadas no amor e não na coerção, recordando que a lei do desejo não está motivada pela coerção; que pode servir para recorrer aos caminhos da emancipação; que pode ser o *habitat* de uma intimidade não invadida». (WARAT, 2010: 67).

30 Egresso de uma formação jurídica tradicional, dogmática e arcaica, o bacharel conviveu com proclamações do tipo "o juiz é expressão da soberania estatal", "ordem judicial é para ser cumprida, não discutida", "o juiz pode tudo, até fazer preto do branco ou do quadrado, redondo" e outras semelhantes. Enunciados tais fazem da carreira de juiz um verdadeiro mito. Por que mito? "Entre todos os fenômenos da cultura humana, o mito é um dos mais refratários a uma análise meramente lógica". Explica-se: o mito sugere um puro caos, massa informe de idéias incoerentes e desafia as categorias fundamentais do pensamento. Mas na verdade: a humanidade vive sobre mitos. [...] Numa palavra: o mito está profundamente arraigado na natureza humana e se baseia num instinto fundamental e irresistível, pois também sempre tem um *fundamentum in re*, sempre se refere a uma certa 'realidade'. (NALINI, 2008: 97 e 98).

Efetivamente o desenvolvimento cultural da nossa sociedade nos levou a uma quase inércia em resolver nossos próprios problemas. Litigar passou a ser associado ao pleno exercício de cidadania de um povo que se encontra acobertado e seguro pelo manto do Estado-juiz.

Em razão disso, nasceu a idéia (o mito) de que o juiz dá conta de todos os problemas, que o Poder Judiciário encontra-se de portas abertas para o litígio de sorte que todos que demandarem encontrarão nele a resposta de seus anseios de justiça.

Nalini (2008: 99) explica que «a cada vez que alguém pretenda fazer valer um interesse, precisará recorrer ao Judiciário. (...) O profissional encarregado de reconstituir a ordem e afastar o dano é o juiz. Em torno disso produziu-se densa tonelagem de tratados ».

Essa transferência de responsabilidades quanto à gestão do conflito se direciona ao juiz que o traduz na linguagem dele[31]. Desse modo, partindo do processo de racionalização weberiana, o Estado, ao deter a forma de poder legal, detém, também, o monopólio legítimo da decisão vinculante. Assim, as atenções continuam centradas na figura do juiz, do qual se espera a última palavra, "não importa qual, mas a última". O lugar do juiz entre os conflitantes é uma questão complicada, uma vez que ele não se deixa encerrar na fácil fórmula da lei que assegura "distância de segurança" das razões de um e do outro. Ele vive no conflito e do conflito que ele decide, pronunciando a última palavra. Entretanto, um Sistema Judiciário chamado a decidir sobre tudo e com poderes muitas vezes discricionários e pouco controláveis, é o lugar que oculta quotas fortes de irresponsabilidade: consente álibis e cobre a aguda diferença entre aquilo que o sistema da jurisdição diz que é, e o que faz, e aquilo que na realidade é e faz (RESTA, 2005: 65-66).

Assim, observa-se uma oferta monopolista de justiça incorporada ao *sistema da jurisdição*, delegado a receber e a regular uma conflitualidade crescente. Atualmente, chamamos essa conflitualidade crescente de explosão da litigiosidade, que tem muitas causas, mas que nunca foi analisada de forma mais profunda. É notório como a estrutura jurídico-política foi sempre muito atenta aos "remédios" e quase nunca às causas, deixando de lado análises mais profundas sobre a litigiosidade crescente, que é constantemente "traduzida" na linguagem jurídica e que se dirige à jurisdição sob a forma irrefreável de procedimentos judiciários.

A explosão de litigiosidade se dá quanto à quantidade e à qualidade das lides que batem às portas do Poder Judiciário, especialmente observando a existência de uma cultura do conflito. Em face de tal fato, a direção da política do Direito deve ser no sentido de uma "jurisdição mínima", contra uma jurisdição ineficaz (RESTA, 2005: 69).

No entanto, por que não cabe ao Poder Judiciário "eliminar" e sim "decidir" conflitos sociais? O fato de que o Judiciário tem como "função fundamental" a decisão de conflitos não quer dizer que a sua função seja a eliminação dos mesmos. Assim, o conflito representa um antagonismo estrutural entre elementos de uma relação social que, embora antagônicos, são estruturalmente vinculados – aliás, o "vínculo" é condição *sine qua non* do conflito. Portanto, se os elementos não são estruturalmente ligados, também não podem ser conflituosos ou divergentes. Nesse contexto, as funções (competências) do Poder Judiciário fixam-se nos limites de sua capacidade para absorver e decidir conflitos, ultrapassando os próprios limites estruturais das relações sociais. Não compete ao Poder Judiciário eliminar vínculos existentes entre os elementos – ou unidades – da relação social, a ele caberá, mediante suas decisões, interpretar diversificadamente este vínculo; podendo, inclusive, dar-lhe uma nova dimensão jurídica (no sentido jurisprudencial), mas não lhe "compete" dissolvê-lo (no sentido de eliminá-lo), isto porque estaria suprimindo a sua própria fonte ou impedindo o seu meio ambiente de fornecer-lhe determinados *inputs* (demandas) (BASTOS, 2001).

Pormenorizando, é possível afirmar que a vida social gera as suas próprias relações. Se em qualquer uma destas relações sociais nascer um conflito e uma decisão sobre o mesmo for demandada ao Judiciário, este poderá

---

31 Isso se dá, segundo Maurice Blanchot, porque o juiz tem o direito de ser único *maître du language.* A expressão *maître du language* é decisiva e densa, como pode ser aquela de um pensador como Maurice Blanchot, que trabalhou de maneira muito convincente sobre o poder da escrita e sobre a idéia de comunidade. A conexão entre linguagem e comunidade não é, obviamente, imprevista, mas encontrar ligações e mediações através do juiz abre caminhos insuspeitos por meio dos quais se descobre que a linguagem da comunidade não corresponde nunca à comunidade de linguagem (BLANCHOT, 1996).

dar uma sentença sobre aquele tipo especial de relação social. Por conseguinte, não é pelo fato do Judiciário decidir a respeito de divórcio ou separação, de uma ação de despejo ou homologar um dissídio coletivo entre patrões e empregados, que deixarão de existir vínculos familiares ou trabalhistas, convergentes ou divergentes[32]. Conseqüentemente, o Judiciário funcionaliza (no sentido de que institucionaliza) ou processa conflitos sociais, mas suas decisões não eliminam relações sociais. Na verdade, ele decide sobre aquela relação social especificamente demandada, o que não impede, todavia, que outras tantas, com novas características, se manifestem ou que continue existindo a própria relação social enquanto tal. O ato do Poder Judiciário interrompe apenas aquela relação conflitiva, mas não impede o desenvolvimento de outras tantas. Não cabe ao Judiciário eliminar o próprio manancial de conflitos sociais, mas sobre eles decidir, se lhe for demandado. Assim, ele funcionaliza os conflitos sociais, mas não a própria vida. O que se espera é que decida os conflitos que absorve, dados os graves riscos para a sua funcionalidade e para a própria sociedade (BASTOS, 2001).

É por isso que precisam ser pensados mecanismos alternativos de solução dos conflitos, tais como a mediação, enquanto *locus* democrático que possua uma nova idéia de jurisdição, que trabalhe com a concepção de autoregulamentação dos conflitos por parte do sistema social, redefinindo, de forma radical, o modelo de terceiro (que decide) e a forma de decisão, reconhecendo, ainda que de forma indireta, o papel não exclusivo e pouco democrático da jurisdição.

3 A mediação como alternativa quantitativa e qualitativamente mais adequada no tratamento dos conflitos brasileiros

É possível dizer que as duas últimas décadas do século passado foram da mediação. Especialmente entre os anos de 1980 a 1990, se pode vislumbrar a sua explosão: em todos os lugares falava-se de mediação. O que ocorreu foi a banalização do termo, utilizando-o para todo propósito, a torto e a direito.

No Brasil, preleciona Cachapuz (2003: 27) se tem notícia da mediação desde o século XII, embora nunca prevista em nossas legislações. Fagundes Cunha (ano II: 640) ensina que «no decorrer do período monárquico e nos primórdios da República, o direito brasileiro conheceu, pois, a busca da prévia conciliação entre as partes, visando a preservação da paz e o afastamento da eternização das lides judiciais». Desta forma, culturalmente, no passado, existia a tendência nacional de adotar os chamados meios alternativos, entre eles, a mediação, como meio de resolver as pendências existentes, embora ausentes, de modo concreta e explícita, normas regulamentadoras da mediação no Brasil.

Atualmente a mediação vem sendo discutida também porque existe a preocupação de achar meios para responder a um problema real: uma enorme dificuldade de se comunicar; dificuldade esta paradoxal numa época em que a mídia conhece um extremo desenvolvimento. Nesse contexto, no qual a necessidade de comunicação se demonstra constante, permeado por partes que não conseguem restabelecer o liame perdido, rompido pelo litígio (cuja conseqüência é a necessidade de uma comunicação "mediada"), surge a mediação como uma outra forma de tratamento de conflitos que possa responder a tal demanda. O termo "mediação" procede do latim *mediare*, que significa mediar, intervir, dividir ao meio. Derivada da palavra *mediare* também a expressão *mediatione* e toda uma série de outras palavras[33].

---

32 La pace assicurata dal diritto si dimostra spesso carente sia sul piano etico che su quello pratico dell'effetiva risoluzione del conflitto perché, come già si diceva, essa segue a una procedura che di fatto tende ad assimilare i contendenti più alla figura del nemico che non a quella dell'avversario. La pacificazione giuridica non farebbe del resto che riflettere, nei metodi utilizzati e nei risultati perseguiti, il modo tipicamente competitivo d'intendere le relazioni sociali diffuso nelle moderne società tecnologicamente avanzate: no esistono altri esiti possibili di una disputa, oltre la vittoria/sconfitta e il compromesso (COSI, 2004: 26)

33 Todas essas palavras possuem como prefixo *med*, cujos exemplos são: a) *medeor*: cuidar, tratar, curar; b) *meditor*: meditar, pensar em, considerar; c) *modestus*: moderado, mensurado, comedido, razoável; d) *modero*: manter dentro da medida, regular, guiar; e) *modus*: medida, tamanho, maneira; f) *modius*: medida de capacidade; g) *medhyo*: médio; h) *medius*: que está ao centro (Vide ROBERTS, E. A.; PASTOR, B. *Diccionario etimológico indoeuropeo de la lengua*

A palavra mediação evoca o significado de centro, de meio, de equilíbrio, compondo a idéia de um terceiro elemento que se encontra entre as duas partes, não sobre, mas entre elas. Por isso, a mediação é vista como um processo em virtude do qual um terceiro (o mediador) ajuda os participantes em uma situação conflitiva a tratá-la, o que se expressa em uma solução aceitável e estruturada de maneira que permita ser possível a continuidade das relações entre as pessoas involucradas no conflito (HAYNES, 1993).

O tratamento do conflito através da mediação pode acontecer mediante uma pluralidade de técnicas que vão da negociação à terapia. Os contextos nos quais é possível aplicá-la são vários: mediação judicial, mediação no Direito do trabalho, no Direito familiar, na escola, dentre outros. Possuem como base o princípio de religar aquilo que se rompeu, restabelecendo uma relação para, na continuidade, tratar o conflito que deu origem ao rompimento[34].

Nesse contexto, a mediação é considerada atualmente como maneira «ecológica de resolução dos conflitos sociais e jurídicos, uma forma na qual o intuito de satisfação do desejo substitui a aplicação coercitiva e terceirizada de uma sanção legal» (WARAT, 2001: 5). Diz-se dela uma forma consensuada de tratamento do litígio, uma vez que o terceiro mediador[35] tem «um poder de decisão limitado ou não autoritário, e que ajuda as partes envolvidas a chegarem voluntariamente a um acordo, mutuamente aceitável com relação às questões em disputa» (BOLZAN DE MORAIS, 2008: 145). Por isso, não se pode perder de vista a importância desta prática em uma sociedade cada vez mais complexa, plural e multifacetada, produtora de demandas que a cada dia se *superam qualitativa e quantitativamente.*

É nessa linha que a mediação, como ética da alteridade[36], reivindica a recuperação do respeito e do reconhecimento da integridade e da totalidade dos espaços de privacidade do outro, repudiando o mínimo de movimento invasor e dominador.

A mudança de lentes ao olhar para os conflitos traz uma nova concepção deles. As divergências passam a ser vistas como oportunidades alquímicas, as energias antagônicas como complementares, e o Direito como solidariedade. As velhas lentes que fragmentavam, classificavam e geravam distâncias vão para a lixeira. Começamos a entender que cada homem não é uma mônada isolada, que não são fragmentos sem conexão. Cada um é interdependente e produto forçado das interações. A sociedade é unicamente produto da complexidade desses vínculos (WARAT, 2004: 55).

Paralelamente à ética da alteridade, deve-se pensar a outridade no sentido de "captar o outro": é necessário "captar a alteridade ética do outro e a honestidade que trata de se instalar em sua outridade". Mas quem é o outro? Como se relacionar com ele? As respostas dadas na modernidade eram totalitárias, reducionistas, manipuladoras, eurocêntricas, egocêntricas, etnocêntricas. Respostas que procuram dissolver o outro em sua alteridade, para terminar devorado pelos modelos hegemônicos que pertenciam à cultura referencial colocada em posição de domínio. Modelos de egos coletivos ou egos-padrões. Ego logocêntrico, que considera a alteridade como duplicação da subjetividade de cada um, que, por sua vez, se imagina coincidente com a razão universal. Nossa subjetividade como medida de tudo alheio a nós. É a violência de reduzir o outro a nós. A nova visão da outricidade pretende mostrar que é possível ascender partindo da responsabilidade, que é algo inclusive anterior à nossa liberdade, à nossa autonomia (WARAT, 2004: 145).

---

española. Madrid: Alianza, 1997).

34 Atualmente, a mediação brasileira vem sendo desenvolvida sem nenhuma base legal. Existem muitas casas de mediação espalhadas por todo o País, no entanto, o número ainda fica muito aquém da necessidade. Os procedimentos de mediação acontecem em todas as áreas, mas é possível dizer que na área cível, especialmente no direito familista ela de se desenvolveu com mais força.

35 «O *mediador* exerce uma função como que de conselheiro, pois pode aconselhar e sugerir, porém, cabe às partes construir suas respostas» (BOLZAN DE MORAIS et al, 2008: 145). Warat (2004: 13) afirma que a função do mediador é «provocar-te, estimular-te, para te ajudar a chegar ao lugar onde possas reconhecer algo que já estava ali (ou em ti)». Esse é o papel do mestre, e também o papel do mediador.

36 Sobre o tema vide BUBER, Martin. *Eu e tu*. Tradução de Newton Aquiles Von Zuben. 8 ed. São Paulo: Centauro, 2004.

O fim da mediação é exatamente responsabilizar os conflitantes pelo tratamento do litígio que os une a partir de uma ética da alteridade e da outridade, encontrar, com o auxílio de um mediador, uma garantia de sucesso, aparando as arestas e divergências, compreendendo as emoções reprimidas e buscando um consenso que atenda aos interesses das partes e conduza à paz social (TORRES, 2005: 171).
Para que seja exitoso o procedimento de mediação, é necessário que exista equilíbrio das relações entre as partes: não obterá êxito a mediação na qual as partes estiverem em desequilíbrio de atuação. É fundamental que a todos seja conferida a oportunidade de se manifestar e garantida a compreensão das ações que estão sendo desenvolvidas. A prioridade do processo de mediação é a restauração da harmonia. Buscar-se-á harmonia através do favorecimento das trocas entre as partes, utilizando-se de um método conciliatório (BOLZAN DE MORAIS, 1999: 149-151).

3.1 Críticas à mediação

Porém, se a mediação é um instrumento que permite o restabelecimento da harmonia e da comunicação entre os litigantes, por que suscita tanta resistência quanto à sua utilização e se torna alvo de críticas dos juristas brasilieros? Pode-se responder a tal pergunta elencando alguns motivos dessa resistência: a) primeiramente, porque é um instrumento relativamente novo[37] de tratamento de conflitos[38]; b) em segundo lugar, porque se trata de uma técnica não disciplinada legalmente em alguns países[39]; c) por último - e esse é o ponto de maior importância -, a perspectiva de uma verdade consensual que se opõe à verdade processual, de uma responsabilidade que não desemboca em uma sanção, mas na possibilidade de escolha das partes, na ausência da figura do juiz, na presença do mediador - figura que guia as pessoas no tratamento do conflito sem, todavia, impor uma decisão -, soa na mente dos juristas como um resquício de justiça privada. Percebe-se, neste último caso, que a mediação é vista como "una zona d'ombra[40]" na qual se aninha o perigo através de formas paternalistas de controle social, exercitadas sem as tutelas que a justiça formal oferece (COSI et al, 2003:62).
Nesse contexto, a mediação realiza, através de uma pluralidade de formas, o fim que o Direito, na sua generalidade, parece negar ao singular: a possibilidade de recuperação daqueles espaços decisionais que a organização estatal, sempre invasiva e juridificada, passo a passo subtraiu. No entanto, opor a mediação ao Direito significa recair na lógica conflitual da qual se busca a liberdade. Talvez seja melhor (e mais útil)

---

37 Ainda que existam diversos autores que afirmem a existência da mediação desde os primórdios da civilização, trata-se de um instituto novo enquanto instrumento de tratamento de conflitos reconhecido pelo mundo do Direito como eficiente. Nesse contexto, Moore afirma que a mediação já era prática para tratar os litígios bíblicos, especialmente nas comunidades judaicas. Posteriormente, seu uso se difundiu entre várias culturas, dentre elas a islâmica, a hindu, a chinesa, a japonesa. Todavia, o próprio autor ressalta que foi nos últimos 25 anos que a mediação se expandiu exponencialmente no mundo, ganhando espaço e tornando-se reconhecida como meio de tratamento de litígios alternativo às práticas judiciais (MOORE, 1998: 32-34).

38 No Brasil, a mediação é uma prática nova e pouco conhecida. Como tal, encontra resistência por parte dos juristas mais velhos e que trabalham ainda sob a égide da cultura do conflito (ganhador X perdedor). Em função de tais fatos ela vem sendo fomentada por várias iniciativas da Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ). Tais iniciativas vão desde a organização de cursos de técnicas de mediação e conciliação para juízes com a publicação de material didático (cartilhas e folders), a implementação de "Centrais de Mediação" e de Núcleos de Justiça Comunitária em bairros e favelas das principais capitais do País. O banco de práticas do Prêmio Innovare (anual) demonstram o crescimento da importância atribuída à mediação, porém, ainda incipiente se comparado ao número de processos em andamento em todo o território nacional.

39 O Brasil é um exemplo. Possuímos um projeto de lei que pretende disciplinar a mediação (Projeto de Lei nº 94 de 2002 – nº 4.827 de 1998 da casa de origem), mas que ainda não foi aprovado.

40 Para debater essa concepção da mediação como uma zona de sombra do direito, é importante a leitura de PUPOLIZIO, Ivan. *Una comunità all'ombra del diritto.* La mediazione sociale e la giustizia informale nel modello statunitense e nell'esperienza italiana. Milano: Giuffrè, 2005.

considerá-los com instrumentos diferentes que se inserem em estados e níveis diversos na trama da conflitualidade[41].

Mas nem todos aqueles que se ocupam da mediação concordam com a tão aclamada necessidade de juridificação através da criação de legislação específica que a regulamente determinando seus objetivos, formas e possibilidades. O temor nasce da possibilidade de perda de seu caráter não decisionista e nem autoritário de tratamento de conflitos (CASTELLI, 1996: 30 et seq.). O que não se pretende é ver cristalizadas as suas principais características que lhe permitem conservar a fluidez possibilitadora de adequação a situações diversas[42].

O risco de introduzir a mediação no sistema jurisdicional é reduzi-la à condição de um mero instrumento a serviço de um Sistema Judiciário em crise, mais do que da paz social. A sua institucionalização pode resultar útil se observada conforme critérios econômicos, mas perigosa de acordo com critérios jurídico-políticos. A alteridade da mediação quanto ao Direito nasce dos fins e dos princípios que a inspiram, de uma modalidade diversa de entendimento das relações interpessoais. Nestes termos, mediação e Direito propõem dois modelos diversos na forma, na estrutura decisional e, principalmente, nos princípios inspiradores (COSI et al, 2003: 68-69)

Mas, não obstante as vantagens oferecidas pela mediação, ela não possui só adeptos. Muitas críticas são tecidas especialmente quanto a um dos seus aspectos principais: a informalidade que, segundo os críticos, gera a insegurança e a incerteza jurídica.

A tão almejada certeza jurídica e seus critérios de previsibilidade são apontados como uma falha nos procedimentos de mediação, se comparada ao tratamento judicial dos conflitos, uma vez que, na segunda hipótese, a autonomia privada é substituída por uma autoridade que impede a prevaricação de uma parte sobre a outra. Essa afirmativa divide-se em dois pontos principais: a) a assimetria do poder, segundo a qual o fato de confiar o tratamento do conflito a uma figura portadora de autoridade pode depender da presença de uma assimetria de poder na relação[43]. A parte em desvantagem sabe que, se a resolução depende da autonomia, é possível que o acordo final requeira grandes concessões suas. Contudo, mediante a intervenção de uma autoridade que estabeleça a solução, a princípio, existe a confiança de não ocorrer pressões para que estas concessões aconteçam; b) a preservação das relações futuras[44], uma vez que se uma das partes impõe sua posição ao outro, provavelmente prejudica a sua relação futura (SOLER, 2004: 09).

Nesse mesmo contexto, o tratamento de conflitos baseado na certeza busca soluções objetivas e não posicionamentos que expressem preferências, crenças ou desejos das partes envolvidas. Em resumo, os métodos jurisdicionais são ligados à realidade inevitável da "solução". O processo termina com uma "solução" para o conflito, na qual o juiz diz a última palavra, não importa se justa, se correta, se aplicável ao caso, mas a

---

41 Michele Taruffo escreve sobre o tema traçando um paralelo entre a "cultura do direito" e a "cultura da mediação", tecendo críticas à segunda, especialmente quanto à inexistência de previsão e certeza em suas técnicas de tratamento dos conflitos. Assim, «tutto questo non deve però far pensare che la cultura dei diritti sia in fase di estinzione, per essere sostituita da una vera e propria cultura della mediazione, e che quindi l'ordinamento si vada complessivamente adeguando a questa sorta di mutazione culturale. La vera ragione della proliferazione, soprattutto legislativa, della mediazione, é culturalmente assai meno qualificata e risiede nella conclamata incapacità del legislatore di provvedere forme decorose di tutela giurisdizionale dei diritti». (TARUFFO, 2004: 9).

42 É por isso que a proposta do projeto de lei brasileiro de mediação (nº 4.827/98) causa dúvidas quando a necessidade de detalhamento tal como vem disposto. Na verdade, a riqueza de detalhes e determinações engessa o procedimento trazendo à mediação uma formalidade e uma inflexibilidade que a coloca no mesmo patamar do Processo Civil quando na verdade deveria se tratar de um procedimento informal que buscasse a celeridade e o tratamento adequado do conflito se preocupando menos com a "forma dos atos" e mais com o seu conteúdo.

43 Nesse sentido, o modo de assegurar uma adequada proteção à parte mais fraca dos conflitos é um problema ressaltado por Michele Taruffo, quando argumenta: «[...] nonché il problema di ammetere o di escludere la presenza dei diffensori, di una parte o di entrambi le parti. In ogni caso, sembra necessario che vi sia un procedimento 'visibile', guidato da regole predefinite, nel quale tutte le parti abbiano modo di far valere le loro pretese in modo adeguato. [...] informalità del procedimento non può significare disparità ed arbitrio». (TARUFFO, 2004: 9).

44 Um tanto quanto paradoxal esta afirmação, uma vez que a mediação também pretende manter e proteger o relacionamento futuro entre as partes, justamente por isso um dos seus objetivos é manter um canal aberto de comunicação entre elas.

última[45]. Na mediação não é assim, o princípio da autonomia não vem substituído pela autoridade de um terceiro. Ao contrário, as partes buscam o tratamento adequado de seu conflito. Nestes termos, a mediação corresponde a um jogo sem árbitro e sem pontuação: são sempre os jogadores que controlam a partida (SOLER, 2004: 09).
De fato, o que a mediação propõe é um modelo de justiça que foge da determinação rigorosa das regras jurídicas, abrindo-se à participação e à liberdade de decisão entre as partes, à comunicação de necessidades e de sentimentos, à reparação do mal mais que a punição de quem o praticou. Contudo, esse modelo diferenciado que propõe uma outra forma de tratar os conflitos, buscando não só uma solução para o Poder Judiciário (cujo modelo de jurisdição se encontra esgotado), mas também a autonomia das partes, possui, na falta de previsibilidade (baseada nas regras e nos procedimentos), uma causa de vantagem e outra de desvantagem. A vantagem fundamental é a não submissão a uma *lex previa*, o que permitirá um grau maior de atenção ao caso concreto, favorecendo a identificação de uma pluralidade de caminhos condizentes com as características de cada conflito.
Ao criticar a mediação como meio de tratamento de conflitos, argumentando também em torno da falta de certeza e de previsão legal, Michele Taruffo salienta dois temas aos quais dá especial atenção. O primeiro deles está ligado à figura do mediador que, segundo o autor, deveria apresentar ao menos duas ordens de características: uma adequada preparação profissional, que inclua não só competências jurídicas, mas também um específico conhecimento das técnicas de mediação[46]; o segundo diz respeito à independência e imparcialidade[47] quanto às partes e ao objeto do litígio, uma vez que, não observados tais critérios, poderia favorecer um dos lados em detrimento do outro, alcançando um tratamento não satisfativo do conflito (TARUFFO, 2004: 9).
Ainda, a falta de previsibilidade no procedimento de mediação institui uma segunda problemática constituída na inexistência de expectativas *ex ante*, baseadas sobre uma regra que resolva o conflito e faz com que as previsões sobre como se comportará o outro sejam ligadas à história dessa pessoa (CALCATERRA, 2002: 183). A questão se torna problemática porque uma vez aceito que a relação conflitual se manifeste nas histórias dos atores e que as suas previsões são funcionais a tais histórias, é muito provável que cada uma faça previsões não compartilhadas e até mesmo opostas[48].
O desencontro de posicionamentos vertidos de uma situação conflituosa, a figura do mediador enquanto terceiro intermediário do conflito, a inexistência de previsibilidade e certeza jurídicas são vistos como limitadores da mediação. Essa visão nasce da necessidade de ordem estabelecida pelas prerrogativas de um sistema jurisidicional cuja racionalidade vê na autoridade estatal o direito de dizer quem ganha e quem perde o litígio. O que se observa é a necessidade de limitar a violência e a desordem através do monopólio dessa própria violência por parte do Estado.

---

45 Segundo Resta (2005: 64), «bela é a expressão de Blanchot: 'o valor 'soberano' da palavra!'. A palavra reina soberana no mundo da contabilidade jurídica. É sua expressão e seu veículo. Nela, sedimentam-se a validade e o vigor. A gramática dela é a gramática de um poder, que 'diz o direito', ou melhor, 'diz a última palavra'. A sua validade está toda em ser a última palavra. Certamente que outras linguagens reivindicarão esta definitividade; o farão a religião, a filosofia, a ética, até a literatura, de maneira mais sóbria, talvez menos prepotente e mais cintilante. Cada uma delas produzirá juízes; de resto, na linguagem comum, diz-se 'cuspir sentenças', que indicam o vício inveterado de cada um de nós julgar.[...] De um ponto de vista frio do sistema social, tudo isso é um dos mecanismos para interromper a maldosa infinitude da violência e ferir a própria capacidade de conviver com ela. Somos obviamente distantes do exercício de artes ou de práticas da virtude, da prudência».

46 No caso do Brasil, projeto de lei de mediação nº 4.827/98 prevê:
Art. 9º Pode ser mediador qualquer pessoa capaz, de conduta ilibada e com formação técnica ou experiência prática adequada à natureza do conflito, nos termos desta Lei.

47 Determina o projeto de lei brasileiro sobre o tema:
Art. 14. No desempenho de suas funções, o mediador deverá proceder com imparcialidade, independência, aptidão, diligência e confidencialidade, salvo, no último caso, por expressa convenção das partes.

48 Essa visão é traduzida por Michele Taruffo quando argumenta que a mediação possui tradicionalmente uma idéia que se assemelha a uma *black box*, na qual ninguém sabe ou deve saber que coisa acontece, e na qual o mediador e as partes fazem aquilo que querem sem seguir nenhuma "regola del gioco". Esse é um dos argumentos nos quais se fundam as críticas sobre a mediação também no território brasileiro

É justamente isso que propõe a mediação: um espaço para acolher a desordem social, um espaço no qual a violência e o conflito possam transformar-se, um espaço no qual ocorra a reintegração da desordem, o que significaria uma verdadeira revolução social que possa refutar o espírito, os usos e os costumes pouco democráticos e pouco autônomos impostos aos conflitantes[49]. A mediação oferece tudo isso, a sua especificidade e a sua função essencial é justamente acolher a desordem[50]. De que modo? O conflito é a manifestação mais representativa da desordem (independentemente se individual ou coletivamente), para que possam tratá-lo, as partes devem estar conscientes do caráter excepcional do encontro que emerge da mediação. No curso do procedimento de mediação, a cólera, as diferenças (não reconhecidas ou não aceitas), os desejos obstaculizados e a violência têm o direito de existir. Os mediadores se encontram em frente a um perseguido e a um perseguidor (e vice-versa). Somente uma rigorosa representação do conflito pode acolher a desordem e representar cada momento do drama, deixando o seu espaço e o seu tempo (MORINEAU, 2000: 56-57)

A mediação é a melhor fórmula até agora encontrada para superar o imaginário do normativismo jurídico, esfumaçando a busca pela segurança, previsibilidade e certeza jurídicas para cumprir com objetivos inerentes à autonomia, à cidadania, à democracia e aos direitos humanos. Portanto, as práticas sociais de mediação configuram-se em um instrumento de exercício da cidadania, na medida em que educam, facilitam e ajudam a produzir diferenças e a realizar tomadas de decisões, sem a intervenção de terceiros que decidem pelos afetados em um conflito. Falar de autonomia, de democracia e de cidadania, em um certo sentido, é ocupar-se da capacidade das pessoas para se autodeterminarem em relação e com os outros; autodeterminarem-se na produção da diferença (produção do tempo com o outro). A autonomia é uma forma de produzir diferenças e tomar decisões em relação à conflitividade que nos determina e configura em termos de identidade e cidadania; um trabalho de reconstrução simbólica dos processos conflitivos das diferenças que nos permite formar identidades culturais e nos integrarmos no conflito com o outro, com um sentimento de pertinência comum. É uma forma de poder perceber a responsabilidade que toca a cada um em um conflito, gerando devires reparadores e transformadores (WARAT, 2004: 66).
Por isso, a mediação é, essencialmente, um procedimento democrático[51], porque rompe, dissolve, os marcos de referência da certeza determinados pelo conjunto normativo, postos e expostos de forma hierarquizada.

---

49 Consciente das dificuldades do Poder Judiciário brasileiro o Ministério da Justiça através da Secretaria de Reforma do Judiciário vem buscando meios de proporcionar o acesso à justiça e a prestação jurisdicional rápida e eficaz. Uma dessas iniciativas é a "semana de conciliação" que no ano de 2009 realizou 260 mil audiências em todo o Brasil, sendo que dessas 123 mil (47,2%) resultaram em algum tipo de acordo. Tal iniciativa é importante, porém ela aconteceu apenas no âmbito da conciliação e não da mediação. A Justiça Comunitária é outra iniciativa que conta com mediadores comunitários na aplicação de técnicas de mediação a resolução dos conflitos antes do ajuizamento da ação. Tal prática vem crescendo gradativamente em todo o país o que demonstra uma preocupação e um interesse também com a mediação como meio de resolução de conflitos. No entanto os resultados ainda são pequenos e as barreiras são muitas, especialmente no que diz respeito a cultura do litígio. In: *http://www.cnj.jus.br/*, acesso em 25.02.2010.

50 «[...] la scommessa del diritto del XXI secolo sta proprio nel rinunciare a imporre un ordine dato ed accettare il disordine come elemento che caratterizza la convivenza umana; o, meglio, si tratta di concepire un ordine fondato sulla ricerca costante del consenso, sui bisogni sociali e individuali espressi (ancorché manipolati) piuttosto che su astratte concezioni del mondo». (BOUCHARD et al, 2005: 194).

51 Todavia, críticas existem também quanto aos aspectos democráticos da mediação, que são apontados como meios de possibilitar a dominação sobre os mais fracos, não servindo para restaurar as relações comunitárias, pelo contrário, destruindo-as em razão de sua inspiração essencialmente individualista. Assim, primeiramente concebida para deixar de lado a burocracia judiciária da justiça formal, ela seria substituída por uma nova corporação de profissionais da justiça informal. Porém, não se pode confundir o formalismo e a exigência de formas. O primeiro é estéril, a segunda se constitui em garantias para os pleiteantes "como a checagem dos instrumentos de vôo garante a segurança dos passageiros nos aviões". Ademais, os ritos constituem um comportamento simbólico que se bem utilizados podem introduzir o conflito em um procedimento que visa desarmá-lo, tratá-lo, restaurando a continuidade da troca social (ROULAND, 2003: 143-145).

É democrática porque acolhe a desordem – e, por conseguinte, o conflito – como possibilidade positiva de evolução social. É democrática quanto ao fundamento da relação de um com o outro. É uma aposta na diferença entre o tratamento dos conflitos de maneira tradicional (Estado produtor de regulação e de jurisdição, único meio de resposta) para uma estratégia partilhada e convencionada que tenha por base um Direito inclusivo. A mediação aposta numa matriz autônoma, cidadã e democrática, que seja um salto qualitativo ao ultrapassar a dimensão de "resolução adversária de disputas jurídicas modernas", baseadas no litígio e apoiadas na cientificidade que determina o descobrimento da verdade.
A mediação, como espaço de reencontro, utiliza a arte do compartir para tratar conflitos e oferecer uma proposta inovadora de pensar o lugar do Direito na cultura complexa, multifacetada e emergente do terceiro milênio. Essa proposta diferenciada de tratamento dos conflitos emerge como estratégia à jurisdição tradicional, propondo uma metodologia que faça novas abordagens ao contexto conflitivo atual.

Bibliografia

ARNAUD, André-Jean. 1991. *O Direito traído pela filosofia*. Tradução de Wanda de Lemos Capeller e Luciano Oliveira. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris.

BASTOS, Marco Aurélio Wander. 2001. *Conflitos Sociais e Limites do Poder Judiciário*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

BLANCHOT, Maurice. 1996. *Pour l'amitié*. Paris: Fourbis.

BOLZAN DE MORAIS, José Luis. 1999. *Mediação e arbitragem:* alternativas à jurisdição. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

BOLZAN DE MORAIS, José Luis. 2005. As crises do Judiciário e o acesso à justiça. In: AGRA, Walber de Moura (ed). *Comentários à reforma do poder judiciário.* Rio de Janeiro: Forense.

BOLZAN DE MORAIS, José Luis. 2008. *O Estado e suas crises*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005;

SPENGLER, F. M. & LUCAS, D. C. Conflito, jurisdição e direitos humanos (des)apontamentos sobre um novo cenário social. Ijuiz: Editora Unijuí.

BOLZAN DE MORAIS, J. L. & SPENGLER, F. M. 2008. *Mediação e arbitragem:* alternativas à jurisdição. 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

BOUCHARD, M. & MIEROLO, G. 2005. *Offesa e riparazione.* Per una nuova giustizia attraverso la mediazione. Milano: Bruno Mondadori.

CACHAPUZ, Rozane da Rosa. 2003. *Mediação nos conflitos & Direito de Família*. Curitiba: Juruá.

CALCATERRA, R. 2002. *Mediación estratégica*. Barcellona: Gedisa.

CASTELLI, S. 1996. *La mediazione.* Milano: Raffaello Cortina.

COSI, Giovanni. 2004. Interessi, diritti, potere. Gestione dei conflitti e mediazione. In: *Ars Interpretandi.* Padova: CEDAM, n. 9, pp. 41-69.

CAPPELLETTI, M. & GARTH, B. 1988. *Acesso à justiça*. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris.

CARLINI, A. & CERQUEIRA, D. T. de & ALMEIDA FILHO, J. C. de A. 2008. *180 anos de ensino jurídico no Brasil*. Campinas: Millennium.

COSI, G. & FODDAI, M. A. 2003. *Lo spazio della mediazione. Conflitti di diritti e confronto di interessi.* Milano: Giuffrè.

Conselho Nacional de Justiça - CNJ, Relatório da Justiça em números. Disponível em: *«http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/eficiencia-modernizacao-e-transparencia/pj-justica-em-numeros/relatorios* » Acessado em 25.11.2014.

Conselho Nacional de Justiça - CNJ, Semana Nacional da Conciliação. Disponível em: *«http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-az/acessoajustica/conciliacao/semana-nacional-de-conciliacao»* Acessado em *25.02.2014.*

FARIA, José Eduardo. 1987. *A reforma do Ensino Jurídico*. Porto Alegre: Fabris.

FARIA, José Eduardo. 1995. *O poder Judiciário no Brasil: paradoxos, desafios e alternativas*. Brasília: Conselho da Justiça Federal.

FARIA, José Eduardo. 2001. *O poder Judiciário nos universos jurídico e social:* esboço para uma discussão de política judicial comparada. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. Ano XXII, nº 67, Setembro/2001, pp 22-42.

FAGUNDES CUNHA, J. S. Da mediação e da arbitragem endoprocessual. In: GENESIS. *Revista de Direito Processual Civil*. ano II. n. 6 (setembro-dezembro) pp 637-651.

HAYNES, John M. 1999. *Fundamentos de la fundamentación familiar:* como afrontar la separación de pareja de forma pacífica... para seguir disfrutando de la vida. Madrid: Gaia.

LEAL, Monia. 2007. *Manual de Metodologia da pesquisa para o Direito.* Edunisc: Santa Cruz do Sul.

MARILLAC, Luisa de. 2009. *O direito entre togas, capas e anéis.* Porto Alegre: Nuria Fabris Editora.

MOORE, Christopher W. 1988. *O Processo de mediação: estratégias práticas para a resolução de conflitos*. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed.

MORINEAU, Jacqueline. 2000. *Lo spirito della mediazione*. Traduzione di Federica Sossi. Milano: Franco Angel.

NALINI, José Renato. 2008. *A rebelião da Toga*. 2 ed. Campinas: Millennium.

PUPOLIZIO, Ivan. 2005. *Una comunità all'ombra del diritto.* La mediazione sociale e la giustizia informale nel modello statunitense e nell'esperienza italiana. Milano: Giuffrè.

RESTA, Eligio. *Il diritto fraterno*. Roma-Bari: Laterza.

ROBERTS, E. A.; PASTOR, B. 1997. *Diccionario etimológico indoeuropeo de la lengua española*. Madrid: Alianza.

ROCHA, Leonel Severo. 1999. *Epistemologia Jurídica*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. 2005. *Pensando o direito no século XXI.* Florianópolis: Fundação Boiteux.

ROULAND, Norbert. 2003. *Nos confins do direito.* Antropologia Jurídica da modernidade. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martim Fontes.

SOLER, Raúl Cavo. 2004. I Giochi senza arbitro né segnapunti. La mancanza di certezza nella risoluzione dei conflitti. Traduzione di Caterina Briguglia. In: *Ars Interpretande.* Padova: CEDAM, n. 9, pp 07-20.

SPENGLER, Fabiana Marion. 2008. *Tempo, Direito e Constituição: reflexos na prestação jurisdicional do Estado.* Porto Alegre: Livraria do Advogado.

STRECK, Lênio Luiz. 2006. *Verdade e Consenso. Constituição, hermenêutica e teorias discursivas*. Rio de Janeiro: Lumem Júris.

SPENGLER, F. M. & BRANDÃO, P. de T. 2009. *Os (des)caminhos da jurisdição*. Florianópolis: Conceito Editorial.

TARUFFO, Michele. 2004. Considerazioni sparse su mediazione e diritti. *Ars Interpretandi*. Padova: CEDAM, n. 9, pp 08-19.

TORRES, Jasson Ayres. 2005. *O acesso à justiça e soluções alternativas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

VENTURA, Deisy. 2000. *Monografia Jurídica: uma visão prática.* Porto Alegre: Livraria do Advogado.

WARAT, Luis Alberto. 2001. *O ofício do mediador*. Florianópolis: Habitus.

WARAT, Luiz Alberto. 2004. *Surfando na pororoca: o ofício do mediador*. Florianópolis: Fundação Boiteux.

WARAT, Luiz Alberto. 2010. *A rua grita Dionísio!* Direitos Humanos da Alteridade, Surrealismo e cartografia. Tradução de Vivian Alves de Assis, Júlio César Marcelino e Alexandre Morais da Rosa. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.

Política habitacional em Passo Fundo/RS, Brasil: mercado imobiliário, agentes sociais e habitação de interesse social

Juçara Spinelli
juçara.spinelli@uffs.edu.br

Paulo Roberto Rodrigues Soares
paulo.soares@ufrgs.br

Resumo: O objetivo da presente comunicação é apresentar um panorama acerca das políticas públicas habitacionais a partir da implantação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que vem possibilitando acesso á moradia às camadas de população de menor renda. De forma específica, visa analisar a demanda habitacional, suas relações com a dinâmica do mercado imobiliário e os reflexos na cidade. Para tal, apresenta uma avaliação do PMCMV em Passo Fundo, RS, no que se refere aos empreendimentos, tipologias, localizações, bem como, às construtoras, valores e modalidades. O mercado imobiliário de Passo Fundo, RS/Brasil tem denotado um crescente aumento das ofertas imobiliárias, de acordo com os anúncios dos classificados de jornais (1995-2010), permitindo constatar a expansão urbana e a intensificação da segregação socioespacial, especialmente, pelo incremento nos preços dos imóveis. Dados constantes no PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social demonstram certo controle do déficit habitacional. Contudo, as lideranças de movimentos sociais pela moradia urbana alegam aumento no déficit devido aos elevados preços e às dificuldades de acesso ao programa de financiamento, fato que justificaria a crescente leva de invasões e assentamentos. Um estudo mais acurado do PMCMV e seus reflexos na cidade permitiu constatar que embora tenha crescido o número de empreendimentos, a localização periférica ainda revela um modelo ultrapassado e excludente. As dificuldades de acesso ao financiamento, por parte das populações de baixíssima renda também demonstram que há certa perversidade na forma de acesso à moradia pela intervenção de agentes dominantes, fato que motiva os movimentos sociais a continuar reivindicando pelos seus direitos.

Palavras-chave*:* Política pública; Agentes Sociais, Precificação Imobiliária; Desigualdades Sociais, Programa Habitacional.

1. Introdução

Após anos sem investimento público de grande monta destinado a reduzir o déficit habitacional, em um quadro brasileiro recente, especialmente a partir da década de 1990, iniciativas governamentais de acesso à moradia passaram a ser implementadas. Os reflexos dessas políticas têm sido evidenciados pelo aumento de obras construídas com recurso parcial ou total do PAR – Programa de Arrendamento Residencial e do PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida, na grande maioria das cidades brasileiras.

Observando o aumento no volume de empreendimentos proporcionado, em parte, pelo investimento público em imóveis para populações de baixa renda e o consequente incremento do valor dos bens imóveis de forma geral, buscou-se aprofundar o estudo acerca das políticas habitacionais de acesso à moradia. Nesse contexto, o presente artigo visa apresentar um breve panorama das políticas habitacionais da esfera federal, implementadas após o ano de 2009, bem como, trazer uma exemplificação da análise da localização e acesso às habitações de interesse social, possibilitadas a partir do PMCMV na cidade de Passo Fundo/RS. De forma específica, buscam-se apresentar a localização, as tipologias, os volumes de recursos e as incorporadoras envolvidas e tecer algumas argumentações acerca de seus reflexos na cidade e na sociedade.

A base de informações do PMCMV foi obtida por meio de projetos de pesquisa em execução junto à Universidade do Estado de São Paulo – campus Presidente Prudente (UNESP/PP), diretamente da base de dados PMCMV, fornecida pelo Ministério das Cidades/Secretaria Nacional da Habitação. Para a síntese das informações, optou-se por constituir dois conjuntos de variáveis de análise: a) o relacionado aos empreendimentos, suas tipologias e localizações na cidade e b) o relacionado às construtoras, valores e modalidades do PMCMV, também localizados espacialmente.

2. Contextualização acerca das políticas habitacionais no Brasil

O processo excludente de urbanização e de produção da habitação no Brasil, com forte influência do Estado durante todo o século XX, promoveu cidades desordenadas e com áreas de ocupação irregular, dada a dificuldade de acesso igualitário. Para além do Estado, o mercado imobiliário capitalista, a desigualdade de renda e social presente desde o início da formação da sociedade brasileira, também dificultaram ou impossibilitaram o acesso à moradia para grande parte da população.

> A história mostra que a perpetuação da desigualdade no planejamento urbano agrava-se após a aprovação da Lei 601/1850, que ficou conhecida como "Lei de Terras". Ela passou a regular as terras devolutas e a aquisição de terras, determinando em seu artigo 1º que o único meio para aquisição da propriedade de terras era a compra, deslegitimando, portanto, o acesso à terra pela posse ou ocupação. Ajudando a agravar o problema, em 1888 acontece a abolição da escravatura. Os escravos libertos que não permaneceram nas áreas rurais foram em busca de sobrevivência nas cidades. Todo este quadro faz com que as cidades cresçam com um flagrante despreparo em termos de políticas públicas que atendessem essa população, formando cidades desordenadas. Portanto, percebe-se que desde o início do processo de construção das cidades e da sociedade brasileira, houve um descompasso entre o acesso à moradia e o crescimento populacional (Holz e Monteiro, 2008:1).

Esse contexto de urbanização desigual e desordenada promoveu o surgimento de favelas nos morros, como exprime Maricato (2001: 17) "a população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade". Por outro lado, no decorrer do processo de urbanização, a ocupação de cortiços nas áreas centrais degradadas das cidades, também passou a ser o lócus de populações empobrecidas. Ainda no século XIX, quando o olhar dos interessados pelo cenário urbano do Brasil e da Europa descobre os cortiços considerados foco de pobreza e local que favorece a violência, epidemias e vícios, tem início um processo de reforma urbana higienista. Assim, as cidades brasileiras iniciam a construção de grandes avenidas e implantação de saneamento básico para a composição paisagística a fim de atender aos interesses da burguesia do período industrial. O Estado, a partir do ano de 1856, começa a dificultar a construção de novas moradias populares no centro da cidade, posteriormente proíbe a sua construção, fechando-as, e em alguns casos, efetua a sua demolição. No entanto, essa reforma urbana não proporcionou a criação de habitações populares suficientes para abrigar a classe trabalhadora residente nos cortiços, fazendo surgir outras formas de áreas ilegais para abrigar essas famílias, iniciando a periferização e favelização (Holz e Monteiro, 2008).

A industrialização, especialmente a partir da segunda metade do século XX, intensificou a urbanização brasileira e foi um dos precursores do êxodo rural. Como reflexo imediato, agravou os problemas sociais, pelo inchaço da cidade e, principalmente, as dificuldades de acesso à moradia, fato que favoreceu ao incremento de áreas de ocupação irregular e ilegal.

Para remediar essa situação, o Estado instituiu a Lei 4.380/64, com objetivo de angariar recursos financeiros a serem destinados à habitação. Esses recursos foram captados por meio das cadernetas de poupança e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) através do Banco Nacional de Habitação (BNH), geridos pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), criado nessa época. Ao longo das décadas seguintes, o SFH tinha

sua atuação em duas direções de financiamento: a) destinado a classe de baixa renda (operado por agências estatais, por meio de Companhias Estaduais e Municipais de Habitação) e b) destinado às classes média e alta (gerido por agentes privados ligados à construção civil). Para ambos, havia a necessidade que o adquirente provasse sua capacidade de pagamento, fato que inúmeras vezes limitava o acesso às populações de baixa renda, dada a incapacidade de comprovar que suportariam o pagamento da dívida no longo prazo (geralmente os financiamentos eram de 25 anos).

> Malgrado as críticas ao BNH e ao sistema por ele preconizado, sua importância é indiscutível, pois este período (1964-86) foi o único em que o país teve, de fato, uma Política Nacional de Habitação. O Sistema Brasileiro de Habitação (SFH) se estrutura com vultosos recursos gerados pela criação, em 1967, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), alimentado pela poupança compulsória de todos os assalariados brasileiros, que veio se somar aos recursos da poupança voluntária, que formou o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Define-se, assim, uma estratégia clara para intervir na questão habitacional: estrutura institucional de abrangência nacional, paralela à administração direta, formado pelo BNH e uma rede de agentes promotores e financeiros (privados ou estatais) capazes de viabilizar a implementação em grande escala das ações necessárias na área da habitacional e fontes de recursos estáveis, permanentes e independentes de oscilações políticas. (Bonduki, 2008:73)

No período que envolveu as décadas de 1980-1990, o contexto econômico e político pelo qual Brasil se encontrava, abarcava crises econômicas, arrocho salarial e perda do poder aquisitivo. Assim, as prestações da relação contratual geralmente eram corrigidas em desacordo com a proporção do aumento salarial, promovendo uma grande inadimplência das classes menos favorecidas (HOLZ e MONTEIRO, 2008). Dado tal contexto, o SFH beneficiou mais as classes de média renda (acima de 8 salários mínimos), do que aquelas de baixa renda (abaixo de 3 salários mínimos). Segundo Bonduki (2008), este processo teve enorme repercussão no Sistema Financeiro da Habitação (SFH), com a redução da sua capacidade de investimento, devido à retração dos saldos do FGTS e da poupança e forte aumento na inadimplência, gerado por um cada vez maior descompasso entre o aumento das prestações e a capacidade de pagamento dos mutuários.

O processo de reforma política nacional, dado pelo fim do regime militar (1985) e as transformações decorrentes do início do período democrático, favoreceram a uma reestruturação da política habitacional. Esse fato, associado às conveniências políticas do novo governo, culminou na extinção do BNH em 1986. Os contratos e fundos foram transferidos para a Caixa Econômica Federal (CEF).

> Com o fim do BNH, perdeu-se uma estrutura de caráter nacional que, mal ou bem, tinha acumulado enorme experiência na área, formado técnicos e financiado a maior produção habitacional da história do país. A política habitacional do regime militar podia ser equivocada, como já ressaltamos, mas era articulada e coerente. Na redemocratização, ao invés de uma transformação, ocorreu um esvaziamento e pode-se dizer que deixou propriamente de existir uma política nacional de habitação. Entre a extinção do BNH (1986) e a criação do Ministério das Cidades (2003), o setor do governo federal responsável pela gestão da política habitacional esteve subordinado a sete ministérios ou estruturas administrativas diferentes, caracterizando descontinuidade e ausência de estratégia para enfrentar o problema (Bonduki, 2008:75-76).

Após a previsão na Constituição de 1988 de diversas políticas sociais, dentre elas a política urbana, as mesmas necessitavam de uma regulamentação na forma de lei federal. A aprovação dessas normas não foi tão simples, promovendo embates políticos e inúmeros fóruns de debates. O Estatuto da Cidade, para exemplificar, tramitou no Congresso desde 1990, tendo sido aprovado somente em 2001 - Lei 10.257/2001, “mediante pressão

e negociações permanentes dos setores populares representados no Fórum Nacional pela Reforma Urbana". (Cymbalista e Moreira, 2006: 42).

No ano de 1999, como alternativa para o atendimento às populações de baixa renda, foi criado o PAR - Programa de Arrendamento Residencial. Articulado aos recursos do FGTS e Orçamento Geral da União, o programa permitiu um certo grau de subsídio, possibilitando prestações mais baixas. O programa também foi gerido pela CEF, em 1999, tendo a participação de governos municipais e estaduais para o cadastramento e seleção prévia dos adquirentes. O formato de arrendamento teve o objetivo de melhorar a gestão da inadimplência.

Responsável pela política habitacional brasileira, o Ministério das Cidades teve como um de seus principais objetivos prover o acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade com vistas à diminuição do déficit habitacional brasileiro. Para o alcance desse objetivo, a Secretaria Nacional de Habitação – SNH - desenvolveu ações com foco na urbanização e adequação de assentamentos já existentes e, também, na produção habitacional.

Em 2003, o Ministério das Cidades fez uma série de estudos técnicos, no âmbito da Secretaria Nacional de Habitação (SNH), buscado um diagnóstico da situação da habitação no país. Dentre os principais problemas apontados por esses estudos foi a identificação de um déficit habitacional no país, com base em dados de 2000, de 7,2 milhões de moradias, sendo 5,5 milhões nas áreas urbanas e 1,7 milhões nas áreas rurais. Desse total, 39,5% das necessidades de imóveis residenciais estavam localizadas na região Sudeste; 32,4% na Nordeste; 11,2% na região Sul; 10,4 na Norte e 7,0 na região Centro-Oeste. De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD), realizada entre 1997 e 1999, o déficit habitacional estava concentrado nas regiões metropolitanas das principais cidades e nas faixas de renda mais baixas da população, sendo 88,2% do déficit identificado nas famílias com renda de até cinco salários mínimos.

Posteriormente, estudos da Fundação João Pinheiro, dando sequência à proposta de atualização dos resultados, buscou apresentar estudos preliminares do déficit habitacional no Brasil relativo aos anos 2011 e 2012. Segundo esses estudos, os primeiros resultados mostraram que o déficit habitacional, em 2011, correspondia a 5,889 milhões de domicílios (9,5% dos domicílios particulares permanentes e improvisados). Em 2012 esse número caiu para 5,792 milhões, (9,1%).

D'AMICO (2011) baseando-se em estudos realizados pela Secretaria Nacional de Habitação (SAH) e resumidos na Política Nacional de Habitação (PNH), lembra que a mesma tem o objetivo orientar o planejamento de ações públicas e privadas que visem a atender às necessidades habitacionais do país. Nesse sentido, destaca que em 25 de março de 2009 o presidente Luís Inácio Lula da Silva emitiu a Medida Provisória nº 459, implementando o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), constituindo "mais uma tentativa de política pública para solucionar os problemas habitacionais do país e promover o desenvolvimento econômico (D'AMICO: 2011, p.35).

O PMCMV é um programa do Governo Federal, gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela Caixa, no qual estão integrados o Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU e o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR. Também, visando possibilitar a interação com movimentos e organizações populares, foi criado o Programa Habitação Popular – ENTIDADES. Nesse caso, a operacionalização dos empreendimentos pode ser alcançada à famílias com renda de até 3 salários mínimos, organizadas por entidades sem fins lucrativos (associações, cooperativas, etc) que se envolveram na construção das unidades habitacionais. Essa é uma forma que, muitas vezes, os grupos sociais, de forma organizada, conseguem captar recursos públicos em busca de um objetivo comum ou parcialmente coletivo. Ademais, somado a esse objetivo da moradia, essa é uma das formas dos movimentos sociais pela reforma agrária, urbana ou de luta pela moradia fortalecerem-se politicamente em termos de sua atuação enquanto movimento social e enquanto positividade na autogestão e execução de seus objetivos.

O programa, na área urbana, é dividido por 3 faixas de renda mensal: até R$ 1.600,00 (faixa 1), de R$ 1.600,01 até R$ 3.100,00 (faixa 2) de R$ 3.100,01 e até R$ 5 mil (faixa 3). Na área rural, as faixas de renda são anuais: até R$ 15 mil (faixa 1), até R$ 30 mil (faixa 2) e até R$ 60 mil (faixa 3). Além da construção das unidades habitacionais (Minha Casa, Minha Vida), fazem parte desse eixo as áreas Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e Urbanização de Assentamentos Precários.

Segundo o PAC 2 (Plano de Aceleração do Crescimento) do Ministério do Planejamento, o PMCMV tem como meta reduzir o déficit habitacional brasileiro, um dos problemas mais crônicos do país. A meta do programa, que está em sua segunda fase (triênio 2012-2014), é construir dois milhões de unidades habitacionais, das quais 60% voltadas para famílias de baixa renda. Em 2010, após um ano de atividade, o Minha Casa, Minha Vida atingiu a meta inicial de um milhão de contratações (triênio 2009-2011). Em conformidade às informações contidas no sitio da Caixa , o PMCMV utiliza recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR – e consiste, principalmente, em aquisição de terreno e construção ou requalificação de imóveis contratados que depois de concluídos são alienados às famílias que possuem renda familiar até R$ 1600,00. Contempla também outras faixas de renda; a aquisição de terrenos e construção de empreendimentos habitacionais para reassentamento, remanejamento ou substituição de unidades habitacionais, atendendo as famílias provenientes da área de intervenção, admitindo a renda familiar de até R$ 3.275,00. O Programa prevê ainda a construção de equipamentos públicos (educação, saúde e outros complementares vinculados aos empreendimentos contratados).
A grande maioria dos empreendimentos do PMCMV são operados com financiamentos com recursos do CC-FGTS – Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do FAR – Fundo de Arrendamento Residencial.
O FGTS foi instituído pela Lei nº 5.107, de 13/09/66. Esta lei foi regulamentada pelo Decreto nº 59.820, de 20/12/66. Formado por depósitos mensais, efetuados pelas empresas em nome de seus empregados, no valor equivalente ao percentual de 8% das remunerações que lhes são pagas ou devidas; em se tratando de contrato temporário de trabalho com prazo determinado, o percentual é de 2%, conforme dispõe o inciso II do art. 2º da Lei nº 9.601, de 21/01/98. A instância máxima de gestão e administração FGTS é o CCFGTS, composta pelo seu Conselho Curador. O Conselho é um colegiado tripartite composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo Federal, atendendo ao disposto no art. 10 da Constituição Federal, de 05/10/88, que determina essa composição quando os interesses de trabalhadores e empregadores se fizerem presentes em colegiados dos órgãos Públicos. Já o FAR, refere-se a um programa do Governo Federal em parceria com os estados e municípios, gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela CAIXA, objetivando a produção de unidades habitacionais, que depois de concluídas são vendidas sem arrendamento prévio, às famílias que possuem renda familiar mensal até R$1.600,00.
Cabe ainda destacar que o PMCMV é executado em parceria entre o os estados, os municípios e empresas que buscam produzir unidades habitacionais a fim de ampliar o atendimento da demanda de baixa renda. A execução das obras do empreendimento é realizada por construtora contratada pela CAIXA, que se responsabiliza pela entrega dos imóveis concluídos e legalizados. Os imóveis contratados são de propriedade exclusiva do FAR e integram seu patrimônio até que sejam alienados.

3. Mercado imobiliário x habitação de interesse social

O mercado imobiliário brasileiro sempre passou por grandes oscilações. No entanto, desde meados de 2007 passou a ter mais expressividade, principalmente, em função do cenário econômico favorável. O impacto da crise financeira internacional ao final de 2008, cuja *bolha imobiliária* estadounidense repercutiu em âmbito global, quis arrefecer o mercado construtivo e imobiliário local, mas o lançamento do PMCMV e o fortalecimento do PAC reanimaram o setor. Em abril de 2014 o Estado Rio Grande do Sul já detinha a quarta posição nacional em unidades contratadas (232.248 unidades habitacionais), estando atrás de São Paulo, Minas Gerais e Bahia, respectivamente.
Paralelamente a esse cenário, alterações relevantes ao financiamento e subsídio habitacional, oportunizaram uma forte ampliação de todas as fontes de recursos e, como consequência, crescimento na cadeia produtiva da construção civil brasileira. Como reflexo desse crescimento a supervalorização do preço da terra, tendo em vista processos especulativos pelos agentes do mercaso imobiliário, provocou uma grande demanda pelos terrenos, fato que, de um lado, fez desaparecer os espaços ainda vazios para construção e, de outro, incrementou absurdamente o preço do metro quadrado, mesmo em áreas periféricas das cidades (até mesmo em muitas cidades pequenas). Assim, muitas construturas/incorporadoras criticam os valores pagos pelo PMCMV por serem muito baixos para cobrir os custos de produção, especialemente para o atendimento da Habitação de Interesse Social – HIS

(valor até R$ 60 mil), embora medidas corretivas estejam sendo implementadas (iniciallmente, as construtoras foram beneficiadas com a redução de 7% para 1% da alíquota do Regime Especial de Tributação da Construção Civil – RET para construção de imóveis de até R$ 60 mil).
O fortalecimento do mercado imobiliário, associado às políticas habitacionais e de financiamento da casa própria se espraia nas inúmeras cidades beneficiadas com o PMCMV, alcançando a moradia para uma parcela da população de camadas de renda mais baixa e promovendo a censequente valorização imobiliária pelo mercado. Esse fato tem dificultado a aquisição da casa própria para outra parcela desta camada e de outras mais empobrecidas, fadadas ao aluguel e, na impossibilidade de seu pagamento, à precarização do morar e do viver.
Diante desse contexto evidencia-se que a questão habitacional, especialmente a destinada às intervenções de interesse social, é pautada pela prática de diversos agentes sociais que interagem produzindo a cidade em conformidade ao arranjo do jogo de forças e de ajustes possíveis, necessários ou preconizados pelas influências latentes do capital, configurando uma cidade desigual.
Para um melhor entendimento de tal situação, apresentamos a seguir um exemplo a partir de dados e informações acerca do município de Passo Fundo, RS.

4. Ofertas imobiliárias, preços e habitação de interesse social em Passo Fundo, RS/ Brasil

O município está situado no Planalto Médio do Rio Grande do Sul (**Figura 1)**, na Mesorregião Geográfica Noroeste (IBGE), distando cerca de 280 Km da capital, Porto Alegre.
Possui uma população de 184.826, sendo 97,45% urbana (IBGE, 2010) e apresenta forte centralidade no contexto regional. No contexto intraurbano, apresenta intensa verticalização nas áreas centrais, ou seja, um crescimento concentrado no centro tradicional da cidade e em locais com função de centralidade (centralidades dispersas/subcentros) e, também, um forte crescimento horizontal, "espalhando" a cidade que se dissipa de forma fragmentada e, simultaneamente, segregada. A cidade foi conformada, no contexto atual, dentro de seus limites demográficos definidos pela Lei Municipal nº 143/2005, que criou 22 Setores Urbanos, congregados por bairros, vilas e loteamentos.

Figura 1 – Município de Passo Fundo: localização geográfica e mancha urbana.

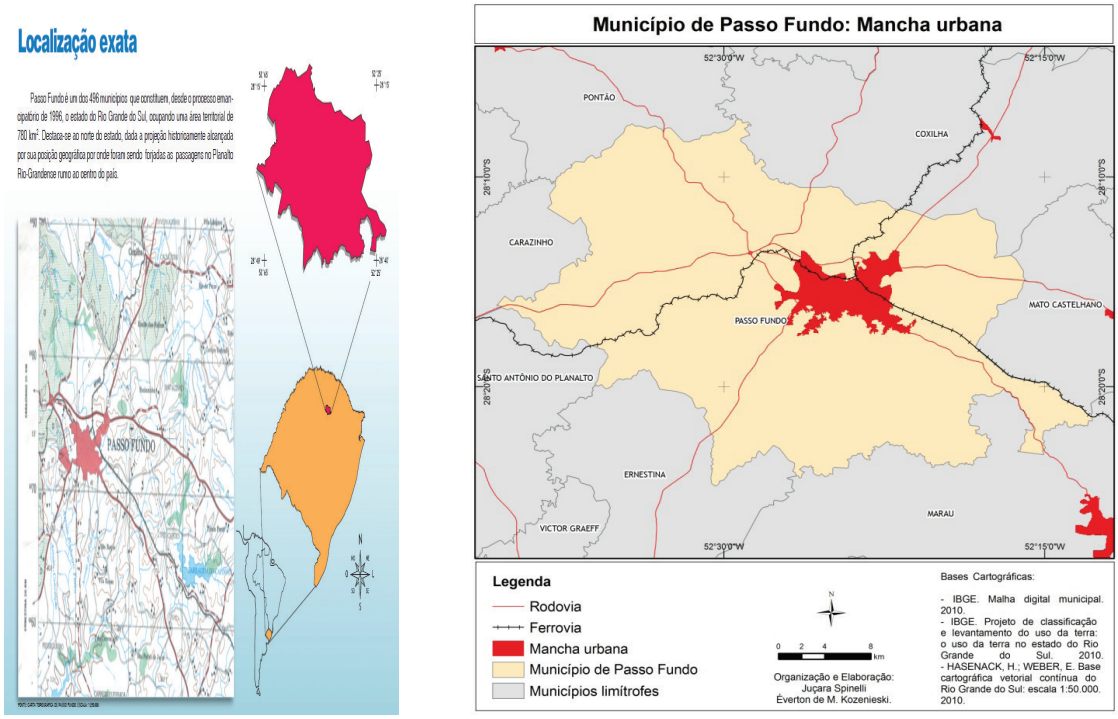

Fonte: Atlas Geográfico de Passo Fundo (2009) e composição dos autores.

A região que hoje abriga Passo Fundo teve sua origem de povoamento pelos povos indígenas, conhecidos por coroados, os quais ofereciam resistência ao processo de abertura de passagem e posterior ocupação, que se dava por meio de tropeiros. Nessa localidade, os tropeiros faziam acampamento, pois partiam do interior do estado, especialmente da região das missões, com destino a São Paulo. Aos povos indígenas, posteriormente, acompanhando os processos de ocupação do estado, juntaram-se os povos de origem europeia (portugueses e espanhóis), escravos de origem africana e, no último ciclo migratório, alemães e italianos. Emancipado em 1857, o município passou a ser estruturado pela estrada oriunda do caminho dos tropeiros, que constituiu o eixo inicial de urbanização (atual Avenida Brasil) onde foi definida sua base comercial, e demarcou a interligação regional.

Em termos econômicos, o município foi se estruturando pelo comércio de madeiras, com supressão da mata de araucárias e, posteriormente, com a implantação das atividades agrícolas e pecuárias. A chegada da ferrovia (1898 – ramal Passo Fundo/Cruz Alta) e de sua expansão (1910 – ramal Passo Fundo/Marcelino Ramos) significou a superação da dependência do comércio do tropeirismo e dos carros de bois e a consolidação da importância regional de Passo Fundo (GOSCH, 2005) uma vez que a ferrovia promoveu, posteriormente, a interligação da região com o centro econômico do país. Por volta da década de 1950 sob influência de políticas nacionais, a região passou por forte reestruturação produtiva da agricultura, a qual foi modernizada e mecanizada, processo que promoveu, também, significativas mudanças na estrutura socioespacial interna das cidades. O cultivo de grãos foi expandido; a cultura da soja, juntamente com a de trigo que já era praticada, passou a ter forte relevância na economia local, regional e nacional, passando a ser destinado à exportação.

> Em termos urbanos, essas características promoveram um rápido e intenso processo de urbanização, dada a inserção da economia local num sistema comercial globalizado. A esse processo, para além dos movimentos migratórios campo-cidade vinculados aos minifundiários que acabaram vendendo suas terras para os médios e grandes proprietários rurais (granjeiros), inúmeros investimentos no setor terciário, vinculados ao apoio ao agronegócio, promoveram a atração demográfica, fato que exigiu do poder público, a elaboração de políticas habitacionais.

Em termos de planejamento e de ordenamento urbano, anterior ao ano 2000, pode-se sumarizar os seguintes iniciativas instituídas pelo poder público:

> 1910 - primeiro plano de ordenamento, com foco na configuração da malha da cidade, direcionando a expansão urbana.
>
> 1984 - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - II PDDU, possibilitou o incremento no gabarito de altura dos prédios, promovendo grandes alterações na paisagem da cidade.
>
> 1990 - aprovação da Lei Orgânica Municipal, a questão habitacional passou a integrar as políticas públicas e a orientar ações das gestões municipais seguintes.
>
> 1993 - criação da Lei nº 2 862, de 30 de abril de 1993, que instituiu o Conselho Municipal de Habitação e do Bem-Estar Social - CMHBES - e o Fundo Municipal de Habitação e do Bem-Estar Social – FUMHBES.

A partir do ano de 2000 significativas iniciativas foram promovidas pelo poder público, como a criação da Secretaria de Habitação (2001) e, em seguida, a realização de debates públicos, promovidos pela aprovação do Estatuto da Cidade e pela consequente necessidade de debater questões que passariam a regulamentar normas urbanísticas e de incentivo à expansão urbana. Partindo desse ensejo, o município trabalhou intensivamente na revisão do Plano Diretor, promulgando em 2006 – o PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, quando buscou apoiar-se numa nova legislação, que garantiria maior sustentabilidade, equilíbrio e qualidade ambiental para a cidade. A partir de então, as políticas adotadas tem buscado atender as orientações da esfera federal, bem como as deliberações do referido Conselho.

Dados recentes do Censo Demográfico (IBGE, 2010) apontam uma situação que denota forte desigualdade social, dadas as diferenças de renda da população, a saber: a) 27,4% declara não ter rendimentos; b) 47,0% declara ter rendimentos mensais de até 2 salários mínimos; c) 23,6% entre 2 e 10 salários mínimos e d) 2,0 %, mais que

10 salários mínimos.Espacializando esses dados, pode-se perceber que as populações com concentração de renda estão nas áreas centrais e nos eixos comerciais de expansão dessa centralidade e, por sua vez, as populações de baixa renda estão nas periferias e, em áreas concentradas de pobreza, caracterizadas como aglomerados subnormais. Ainda segundo o IBGE (2010) no município foi identificado um quantitativo de cinco aglomerados subnormais, totalizando 700 domicílios e uma população residente de 2.428 pessoas. Pela descrição do IBGE, é considerado aglomerado subnormal o conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa (IBGE, 2010).

Em conformidade ao Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS (2009/2010), o déficit habitacional era de 3.097 unidades. Esse Plano aborda ainda outra modalidade de carência habitacional, denominada *inadequação habitacional* (habitações não adequados estrutural e socialmente, construídas com materiais precários e localizadas em áreas de risco ambiental ou logístico), a qual revela um total de 33.701 domicílios. Essa modalidade consiste em habitações precárias (a exemplo de casebres e moradias montadas com materiais descartados, como papelão, plástico, latas e pedaços de madeiras) em áreas de carência de infraestrutura, ou seja, sem implantação de infraestrutura básica, como arruamentos, água potável, iluminação e saneamento. Contudo, em conversa com representante da Secretaria de Habitação (setembro de 2014), o cadastro de demanda de habitação de interesse social encontra-se em cerca de 13.000 unidades, fato que justifica a ocorrência de aproximadamente 52 áreas invadidas na cidade. Por outro lado, ao se analisar os dados referentes ao Censo Demográfico (2010) quanto ao total de domicílios particulares ocupados percebe-se uma totalidade de 61.395 domicílios particulares ocupados (89,38% do total de domicílios particulares) contra um total de 4.392 domicílios particulares não-ocupados – vagos (6,43% do total de domicílios particulares), fato que corrobora com o déficit, ainda que supostamente essas unidades habitacionais viessem a ser, de alguma forma, ocupadas. Cabe destacar que o poder público têm adotado medidas de adaptação do Plano Diretor vigente, por meio da proposição de novas áreas HIS, visando adotar formas de reduzir esse vasto déficit habitacional, bem como, angariar recursos para melhorias urbanas nessas áreas. Por outro lado, alega que há dificuldades em desapropriar áreas e de comprar glebas para implantar novos loteamentos dada a elevada precificação atribuída pelo mercado imobiliário. Essa precificação pode ser verificada a partir dos dados analisados com base nos levantamentos dos anúncios de um jornal local, em que pode-se constatar a crescente oferta de imóveis e de preços de forma geral ascendentes (**Figura 2**).

Figura 2 – Média dos preços dos imóveis, por tipologia, em Passo Fundo, RS/Brasil (anos de 1995-2000-2005-2010)

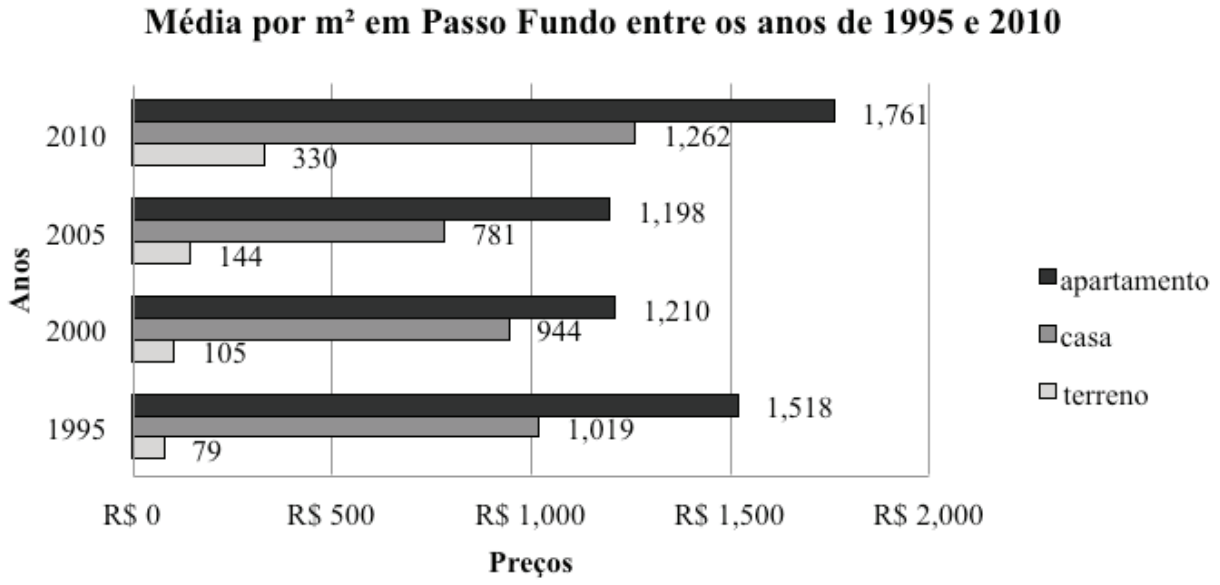

Fonte: Dados dos Classificados do Jornal O Nacional (anos de 1995-2000-2005-2010)

Uma avaliação geral permite argumentar que o crescimento da oferta foi muito intenso, atendendo a demanda crescente promovida pelo aumento da população na cidade. Ao analisar a figura 2, percebe-se que os terrenos sempre tiveram comportamento de preços ascendentes, embora o maior disparo nos valores tenha sido entre os anos de 2005 e 2010, acima da sua duplicação. As casas chegaram a ter valores decrescentes entre 2000 e 2005. No entanto, ao chegar o ano de 2010, verifica-se um aumento superior a 50%. Os apartamentos tiveram um comportamento semelhante às casas, no entanto, a variação entre os anos de 2000 e 2005 foi quase inexpressiva, retomando forte aumento em 2010. Nesse contexto, pode-se interpretar que os preços com tendências ascendentes limitam a aquisição da moradia, especialmente das camadas de baixa renda.

Considerando a elevada demanda, o déficit habitacional e as oportunidades de acesso à moradia instituídas a partir do PMCMV (2009), Passo Fundo passou a produzir novas unidades habitacionais que, se por um lado, beneficiaram uma parcela da população, por outro, contribuíram para o acúmulo de capitais e, também, com o aumento do preço dos imóveis e dos terrenos acirrando as desigualdades socioespaciais.

Assim, pode-se perceber que a atuação direta ou indireta dos agentes, notadamente, dos proprietários e dos promotores imobiliários, do estado, das construtoras, dos agentes financeiros para a moradia e dos próprios grupos sociais (que tensionam e buscam soluções para a questão habitacional), não produz o espaço urbano de forma neutra, mas sim, baseada em um conjunto de interesses.

4.1 O PMCMV e o acesso à moradia

Antes de apresentar os dados relativos ao município de Passo Fundo, em especial de sua área urbana, reafirma-se que o PMCMV insere-se na política governamental de desenvolvimento como uma iniciativa de caráter estrutural. Isso significa que, segundo Barbosa-Filho, N. & Souza, 2010:29 "além de possibilitar o acesso de famílias de baixa renda à habitação, é também um instrumento poderoso de estímulo à recuperação econômica, incentivando a produção de um setor intensivo em trabalho e em insumos produzidos no país". Sendo assim, embora tendo forte caráter social, tal política está atrelada aos planos de desenvolvimento econômico do País.

Para uma melhor sistematização desses dados, optou-se por constituir dois conjuntos de variáveis de análise: o relacionado aos empreendimentos, suas tipologias e localizações na cidade e o relacionado às construtoras, valores e modalidades do PMCMV.

O primeiro conjunto permitiu analisar que em Passo Fundo, as construtoras aprovadas pela CAIXA estão produzindo 1402 unidades habitacionais, distribuídas em 31 (trinta e um) novos empreendimentos iniciados desde 2009 com recursos do PMCMV. Destes trinta e um (31) empreendimentos, dois (02) referem-se a provimento habitacional em área rural, totalizando treze (13) casas, operados por cooperativas rurais: a Cooperativa Habitacional de Agricultura Familiar Ltda – Coohaf e a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - Cresol. Dos demais vinte e nove (29) empreendimentos, todos são localizados na área urbana de Passo Fundo, sendo que apenas um (01) está sendo construído por uma cooperativa habitacional (Cooperativa Habitacional Bom Fim) no Bairro Bom Jesus (Setor 21) e os demais vinte e oito (28) empreendimentos, por empresas da construção civil de Passo Fundo ou de outras localidades do Rio Grande do Sul. Dentre os vinte e nove (29) empreendimentos da área urbana, oito (08) empreendimentos são de casas, totalizando 313 unidades habitacionais do tipo casa, que representam 22,33 % da totalidade. Os demais 21 empreendimentos são de prédios, compostos por 1089 apartamentos, representando 77,67 % do total previsto.

Constatou-se que os setores urbanos mais representativos são o 1 (Bairro Centro e Vergueiro), o 8 (Bairros Santa Marta; Nossa Senhora Aparecida; Lot. Jardim América; V. Donária; V. 20 de Setembro; Lot. Força e Luz) o 3 (Bairro Vera Cruz; Lot. Nonoai; Vila Dona Eliza; P. Leão XIII; São Bento) e o 21 (V. Planaltina; V. Exposição; Vila Ivo Ferreira; Vila Bom Jesus; Lot. Escola Rural; Lot. Dom Felipe), respectivamente com 8, 8, 6 e 3 empreendimentos.

Ao observar a figura 3, verifica-se que nos setores 8 e 21, localizados em áreas mais periféricas, prevalecem os estabelecimentos destinados às faixas de baixa renda. Já os empreendimentos dos setores 1 e 3, localizados em áreas de maior centralidade, compreendem faixas superiores de renda (2 e 3). Constata-se ainda que dentre os vinte e dois setores urbanos de Passo Fundo, apenas oito setores receberam investimentos públicos para novos empreendimentos (**Figura 3)**.

Também, é importante salientar que, dos 31 empreendimentos, 10 empreendimentos (32,25%) com 487 unidades habitacionais, destinaram-se à populações da faixa 1; 19 empreendimentos (61,30%), que compreendem 796 unidades habitacionais, destinaram-se à populações da faixa 2 e apenas 2 (6,45%), com 119 unidades habitacionais, destinaram-se à populações da faixa 3.

A faixa predominantemente representativa é a faixa 2, com 796 unidades habitacionais, representando 56,8% da totalidade de unidades habitacionais. A segunda faixa mais representativa é a 1, com 487 unidades habitacionais (representando 34,7%). Cabe destacar que desse quantitativo, 13 unidades habitacionais estão na zona rural, sendo efetivamente urbanas 474, que representam 33,8% das unidades habitacionais da faixa 1 implantadas na área urbana. A terceira é a faixa 3, com apenas 119 unidades habitacionais, representando cerca de 8,5% da totalidade de unidades habitacionais

Figura 3 – Setores urbanos de Passo Fundo e número de empreendimentos do PMCMV (a partir de 2009).

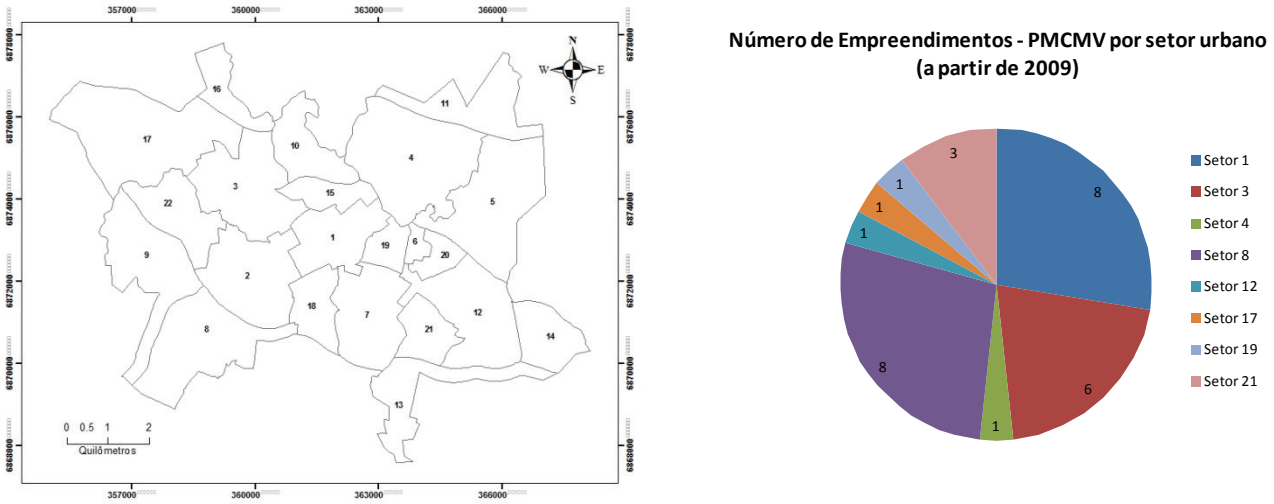

Fonte: PMPF/SEPLAN- Mapa dos Setores Urbanos e SNH/ DHAB/ DUAP/ CAIXA/ IBGE (base de dados PMCMV)

Assim, pode-se argumentar que os investimentos públicos em Passo Fundo, do PMCMV, foram majoritariamente destinados às populações da faixa de renda 2. Isso significa que não contemplam a grande demanda habitacional de populações de baixa renda ou em vulnerabilidade social, como as famílias que estão nas 52 ocupações, segundo informações obtidas junto à Secretaria de Habitação do Município e confirmada pelos representantes do MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia, ocupantes de áreas invadidas em Passo Fundo.

Quanto à localização desses empreendimentos na cidade (**Figura 4**), percebe-se que os destinados à camada de renda mais baixa (faixa 1), estão todos localizados em novos loteamentos, em bairros periféricos da cidade, ou em áreas recentemente urbanizadas nos bairros da cidade. Os empreendimentos da faixa 2 estão localizados ao longo de um dos vetores do chamado x, ao longo do eixo formado pelas avenidas Rio Grande-Sete de

Setembro-Presidente Vargas, que corta a cidade no sentido noroeste/sudeste. Esse fato parece reafirmar a relevância desse eixo de estruturação da cidade, num contexto atual. Por fim, os empreendimentos da faixa 3 estão localizados próximos à área central, em locais privilegiados do ponto de vista urbanístico e infraestruturais.

Figura 4 – Localização, tipologias e faixas de renda dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida em Passo Fundo, RS

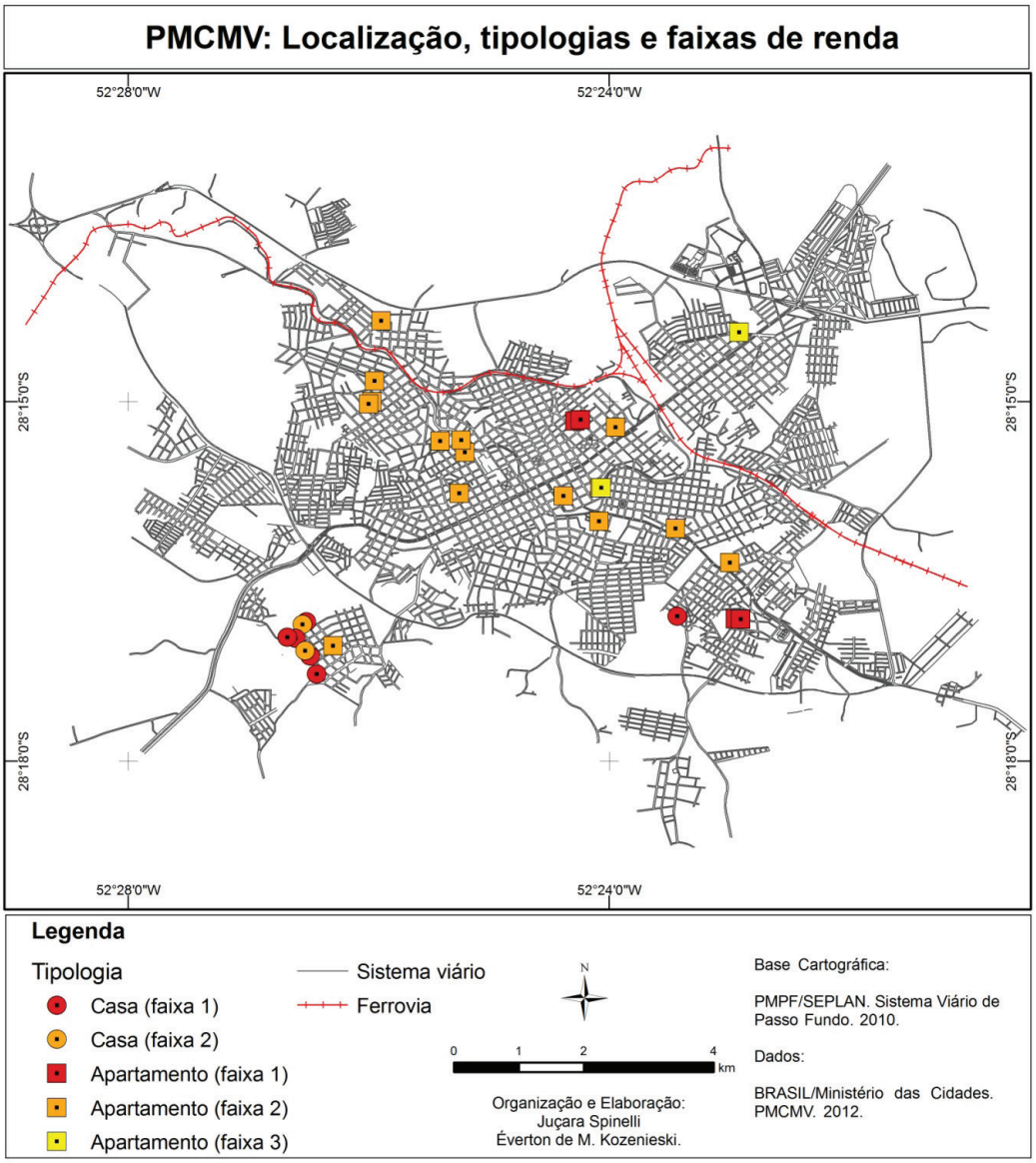

Fonte: PMPF e SNH/ DHAB/ DUAP/ CAIXA/ IBGE (base de dados PMCMV)

A localização dos empreendimentos no mapa (figura 4) permite melhor evidenciar que os empreendimentos de casas encontram-se nos bairros mais afastados e que os empreendimentos de apartamentos localizam-se em áreas centrais ou próximas ao centro. Essas localizações, notadamente em novos loteamentos em áreas periféricas da cidade, e suas características permitem inferir que, se por um lado, certo número de habitantes pode ter acesso à casa própria, por outro, o modelo de exclusão social, comumente implantado em grandes cidades, permanece se reproduzindo nas médias e pequenas cidades. Esse modelo vem proliferando as periferias urbanas e, consequentemente, dando margem ao crescimento de famílias em luta pela reforma urbana.

O segundo conjunto de dados analisados, sistematizados da base do PMCMV refere-se às construtoras, valores de operação e de contrapartida, faixa de enquadramento no PMCMV e modalidade do recurso dentro do PMCMV. Esses dados apontam que para a efetivação dos empreendimentos, dezessete (17) entidades de construção civil

estiveram envolvidas, sendo quatorze (14) construtoras/incorporadoras e 3 cooperativas habitacionais ou de crédito. Dentre as cooperativas, duas atuaram em empreendimentos de áreas rurais e apenas uma em empreendimentos da área urbana, conforme já mencionado.

Constatou-se que as dezessete (17) entidades da construção civil envolvidas com obras do PMCMV, ao longo dos anos de 2009 até 2013, operaram com um montante de R$ 77.388.467,19 e dentre os empreendimentos com contrapartida, o valor totalizou R$ 13.645,72. Dentre essas dezessete (17) entidades, quatro (04) construtoras/incorporadoras operaram com valores da faixa aproximada aos R$ 10.000.000,00. Outras quatro (04) construtoras/incorporadoras operaram na faixa entre R$ 4.000.000,00 e 8.000.000,00 e as demais, nove (09) construtoras/incorporadoras, operaram na faixa de valores inferiores a R$3.500.000,00. É necessário, no entanto, ater-se ao fato de que esses valores referem-se à totalidade de empreendimentos por construtora, não ao valor dos investimentos individuais de cada obra. Também, salienta-se que, dentre os trinta e um (31) empreendimentos, nove (09) foram financiados com contrapartida. Quantitativamente, essas quatro (04) construtoras/incorporadoras envolveram-se em empreendimentos que utilizaram mais de 50% do valor concedido pelo PMCMV, no período. Essas quatro construtoras/incorporadoras envolveram-se na construção de 13 empreendimentos, cerca de 42% do total de empreendimentos financiados pelo PMCMV, no período em questão, totalizando 660 unidades habitacionais (200 casas – 53,47% e 460 apartamentos – 44,74% do total previsto), ou seja, 47,07% do total das unidades habitacionais previstas.

Com relação às faixas de renda essas quatro construtoras/incorporadoras abrangem 07 dentre os 10 empreendimentos destinados à faixa 1; 04 dentre os 19 da faixa 2 e os únicos 2 empreendimentos da faixa 3. Assim, constata-se que essas quatro empresas que operam o maior volume de recursos atendem principalmente a empreendimentos destinados à populações das faixas 1 e 3.

Por fim, analisou-se a participação dessas quatro empresas na execução do PMCMV. Em consulta às construtoras/incorporadoras identificou-se que todas são de capital nacional, sendo que duas são de Passo Fundo, uma é de um município da região nordeste do Rio Grande do Sul, com atuação em diversos municípios do estado e outra tem sede em Pelotas, na região sul e também em Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre - Rio Grande do Sul e atua em diversos municípios do Estado.

Segundo notícias veiculadas na imprensa jornalística local e em conversa junto à Secretaria de Habitação, nem todas as empresas envolvidas nos empreendimentos concluíram as obras, dado o não cumprimento de contratos. Em alguns casos, a finalização das obras foi efetivada por outras construtoras de Passo Fundo, em acordo formal firmado entre a prefeitura, a construtora e a CAIXA.

Para finalizar, em conversa com representantes oficiais da Secretaria Municipal de Habitação, há uma forte argumentação da dificuldade de atendimento à faixa 1 do PMCMV. Isso se deve aos seguintes fatores: a) dificuldade de áreas para implantação dos empreendimentos, como já comentado no item 2; b) dificuldade de conseguir construtoras pelo baixo repasse por unidade habitacional, por parte do Programa, às empresas. Em uma cidade em que o mercado imobiliário está aquecido, torna-se pouco viável às construtoras deixarem de obter maiores ganhos com intervenções particulares. Por outro lado, o baixo valor incita à desqualificação dos padrões construtivos, utilizando materiais e recursos de baixo custo, não raro, de qualidades inferiores; c) a faixa de renda de até R$ 1600,00, por vezes, é inadequada para certas camadas que se declaram sem renda, não podendo sequer acessar ao programa. Por outro lado, por vezes, esse valor torna-se muito baixo em uma cidade cujo custo de vida é considerado alto em comparação à região, fato que faz com que as pessoas, embora com salários superiores, tenham que gastar muito em despesas diárias, também dificultando seu acesso ao programa.

5. Considerações Finais

Ao analisar a habitação de interesse social, especialmente a partir do PMCMV em Passo Fundo/RS, constatou-se que ocorreu um aumento de empreendimentos. No entanto, os elevados preços do mercado imobiliário limitam o acesso, corroborando para o aumento do déficit habitacional. De forma geral, pode-se resumir as conclusões desse trabalho em três pontos:

a habitação de interesse social, em que pese sua emergência e necessidade, vem sendo pensada e executada de forma atrelada à política econômica, sendo o mercado imobiliário um forte filão para o desenvolvimento econômico. Esse fato produz e reproduz um espaço urbano desigual, morfológica e socialmente e, também, contribui para o enriquecimento de certos ramos de atividades, como o da construção civil, do mobiliário, da chamada "linha branca" (eletrodomésticos) e dos negócios imobiliários;

as cidades brasileiras, que crescem sob a égide do capitalismo excludente, têm sido caracterizadas por alguns padrões de urbanização, a exemplo dos ultrapassados, embora recorrentes, loteamentos e conjuntos habitacionais populares em localizações periféricas ou dotadas de poucos recursos infraestruturais e de serviços urbanos. Por outro lado, particularidades de cunho histórico e sociocultural também se constituem em elementos que necessitam análises mais aprofundadas. O surgimento, muitas vezes, de estratégias de habitação e moradia que demarcam novas formas e novos conteúdos socioespaciais, como áreas construídas e geridas por grupos sociais, organizados em cooperativas habitacionais ou mesmo, áreas invadidas, a espera de uma inserção habitacional regular, contrastando com áreas já estruturadas, exemplificam tal afirmativa;

é necessário ressaltar que o PMCMV é o programa habitacional de maior abrangência e magnitude já registrado no Brasil. Em que pesem algumas críticas como a baixa qualidade da habitação, a localização periférica em muitos empreendimentos, a dificuldade de acesso ao Programa por alguns trâmites que precisam ser melhorados, a concentração de empreendimentos em algumas empreendedoras que balizam a precificação e a necessidade expansão de unidades para a faixa de baixíssima e baixa renda (até 3 salários mínimos), de certa forma, aponta um caminho para a redução do número de ocupações irregulares e de habitações precárias.

Localmente, pode-se perceber que o poder público municipal tem participado como moderador da política habitacional através da implementação das ações do PMCMV. Se por um lado há certo controle dos empreendimentos pelas secretarias envolvidas, por outro, ocorrem alguns ajustes não muito transparentes, que fazem com que o cadastro de inscritos no programa tenha pouca fluidez. Também, a pujança do PMCMV inibiu a execução de programas municipais, resultando em um contingente crescente de populações sem acesso ao Programa, sem acesso à moradia, vivendo em áreas emprestadas ou, no limite, em áreas invadidas, em ocupações irregulares ou em assentamentos precários em locais destinados pelo poder público. Para além de toda a exclusão e a problemática socioambiental que essa situação acarreta, a mesma vem denotando a falta de cumprimento de aspectos legais, preconizados pela Constituição Federal, Estatuto das Cidades, Lei Orgânica do Município e o próprio Plano de Desenvolvimento Urbano de Passo Fundo.

Bibliografia

BARBOSA-FILHO, N. & SOUZA, J. A. P. (1999), "A inflexão do governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda". Disponível em http://criseoportunidade.wordpress.com/2010/10/06/ainflexao-do-governo-lula-politica-economica-crescimento-e-distribuicao-de-renda-nelson-barbosa-e-joseantonio-pereira-de-souza/ [consultado em 16-11-2014].

BONDUKI, N. (2008), "Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula". In: *Arq.Urb: Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo.* São Paulo: USJT, Nº01 pp.70-104. Disponível em http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf [consultado em 05-10-2014].

BRASIL. Ministério das Cidades. (2004), Secretaria Nacional de Habitação. "Política Nacional de Habitação". Brasília. Disponível em http://www.cidades.gov.br/secretarias nacionais/secretaria-de-habitacao/politica-nacional-de-habitacao/4PoliticaNacional Habitacao.pdf. [consultado em 28-09-2010].

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. (2009), "Déficit habitacional no Brasil, 2007", Ministério das Cidades: Secretaria Nacional de Habitação. Brasília. Disponível em http://www.fjp.gov.br/index.php/servicos/81-servicos-cei/70-deficithabitacional-no-brasil. [consultado em 28-09-2010].

BRASIL. Presidência da República. (2009), "Lei Ordinária nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e dá outras providências". *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007- 2010/2009/lei/111977.htm. [consultado em 08-10-2010].

CYMBALISTA. R. MOREIRA. (2006), T. "Política Habitacional no Brasil: a história e os atores de uma narrativa incompleta". In: Maria do Carmo Albuquerque, (Org.) *Participação popular em políticas públicas: espaço de construção da democracia brasileira*. – São Paulo: Instituto Pólis, pp.31-48. Disponível em http://www.polis.org.br/uploads/939/939.pdf [consultado em 05-10-2014].

D'AMICO, F. (2011), "O Programa Minha Casa Minha Vida e a Caixa Econômica Federal". In: Juliana Camargos Costa [et al] (Orgs). *O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa: trabalhos premiados*. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Caixa Econômica Federal, pp. 33-54. Disponível em http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201111291655290.LivroCAIXA_T_0.pdf [consultado em 05-10-2014].

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2014), "Nota Técnica 1 - Déficit habitacional no Brasil (2011-2012): resultados preliminares". Belo Horizonte: *Centro de Estatística e Informações – CEI/FJP*. Disponível em http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/363-deficit-nota-tecnica-dh-2012/file [consultado em 04-10-2014].

GOSCH, L. R. M. (2005), "Evolução Urbana de Passo Fundo". In: WICKERT, A.P. (Org.). *Arquitetura e Urbanismo em Debate.* Passo Fundo: UPF, pp.69-88.

HOLZ, S. e MONTEIRO T. V. (2008), de A. "Política de habitacão social e o direito a moradia no Brasil". In*: Anais do X Coloquio Internacional de Geocrítica: diez años de cambios en el mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008.* Barcelona. Disponível em http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/158.htm [consultado em 05-10-2014].

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1940-2010), *Censos Demográficos*.

KALIL, R. M. L. (et. al.) (2008), "Passo Fundo e o processo de integração regional: a questão ferroviária". In: X Seminário de História das Cidades e do Urbanismo, 2008, Recife. *Anais do X Seminário de História das Cidades e do Urbanismo.* Recife: Universidade Federal de Pernambuco, v. 1. pp.1-17.

MARICATO, Ermínia. (2001), *Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana*. Rio de Janeiro, Editora Vozes.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. (2009), Secretaria Municipal de Habitação. *Plano Local de Habitação de Interesse Social*.

SILVA, A. M. R. da, SPINELLI, J. FIOREZE, Z. G. (2009), *Atlas Geográfico de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos: IMED.

Política social e ensino: um olhar sobre o Programa Nacional do Livro Didático e a educação em direitos humanos

[1] **Fabrícia Vieira de Araújo**
fabricia_va@hotmail.com

[2] **Leandro Garcia Pinho**
leandrogarciapinho@gmail.com

Resumo: O presente texto tem como intuito abordar, em linhas gerais, um breve histórico sobre as políticas sociais públicas que versam o livro didático no Brasil, dando maior destaque e relevância ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Em seguida, a proposta apresentada refere-se à relação entre a educação em Direitos Humanos, o livro didático e o próprio PNLD, no sentido de perceber como os direitos humanos são inseridos no material didático escolhido pelo professor por meio do PNLD. É importante ressaltar que este texto é fruto de pesquisas iniciais desenvolvidas no mestrado em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

Palavras-chave: Política Social; Programa Nacional do Livro Didático; Educação em Direitos Humanos.

Abstract: This text is intended to address, in general, a brief history of public social policies that deal with the textbook in Brazil, giving greater prominence and relevance to the Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Then, the proposal refers to the relationship between human rights education, the textbook and the PNLD itself, to see how human rights are embedded in materials selected by the teacher through the PNLD. Importantly, this text is the result of early research developed in MA in Social Policies at the Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

Keywords: Social Policy; National Textbook Program; Education in Human Rights.

1. Introdução

De acordo com Stamatto (2011), a problemática referente ao livro didático é discutida no âmbito do Estado brasileiro desde o Período Imperial. Na referida conjuntura, o livro era denominado de compêndio e, de forma distinta dos dias atuais, geralmente apresentava origem estrangeira. É possível observar que a própria Constituição do Império já indicava os docentes como os responsáveis pela escolha dos compêndios que desejavam utilizar. Desde então, as questões que versam o livro didático ganharam consistência e foi a partir do Estado Novo, como será visto posteriormente, que as primeiras decisões foram concretizadas.
Nessa perspectiva, percebe-se que, ao longo dos anos, o livro didático tem sido um assunto muito trabalhado e discutido também entre os pesquisadores nas universidades. Cada um a pesquisar os distintos enfoques que ele pode suscitar, seja no âmbito pedagógico, político, econômico, dentre outros. Não muito raro, as questões apontadas por tais estudiosos em relação ao livro didático são referentes aos inúmeros aspectos negativos que ele pode conter, e, às vezes, alguns ainda o rotulam como um objeto sem tanta importância. Além disso, muito se fala que os problemas que envolvem os livros utilizados nas escolas dizem respeito somente aos pedagogos, não sendo tema de grande relevância para outros pesquisadores.

---

1 Mestranda em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

2 Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGPS-UENF) e Professor Associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF-RJ.

Nota-se que o livro didático também sofre grandes críticas provenientes dos setores educacionais. Desde a segunda metade do século XIX, com a chamada concepção moderna de educação, alguns estudiosos passaram a condenar o ensino baseado no livro didático, considerado tradicional e que "revela" a incompetência do professor, que apenas se apoia na "bengala" que é o livro. Mas como aponta Kazumi Munakata (2009, p.283): "o fato de usar livro não significa que o professor seja automaticamente incompetente, do mesmo modo que não usar livro didático não lhe confere, por si só, o prêmio de excelência".

De qualquer maneira, o fato é que o livro didático possui sim sua importância por ele ser, em muitos casos, o único material de aprendizado com o qual o aluno terá contato. Mesmo com a possibilidade de vários recursos didáticos que podem ser empregados pelo professor, o livro didático é ainda um material escolar muito utilizado e essencial para os alunos, já que é um mediador na construção do conhecimento.

Nessa mesma linha de raciocínio, segundo Lajolo (1996) o livro didático adquire tanta relevância dentro da prática de ensino no Brasil, nos últimos anos, que acaba por determinar os conteúdos a serem ensinados e condicionar as estratégias de ensino, "marcando de forma decisiva o que se ensina e como se ensina" (LAJOLO, 1996, p.4). Nesse sentido, cabe ao docente fazer a seleção de conteúdos que considera mais relevante para sua disciplina, aqueles que merecem ser mais bem analisados e aprofundados e que contribuam para o desenvolvimento crítico do aluno, deixando de ser apenas "refém" do livro didático.

Para além disso, o livro didático também adquire outra relevância por estar presente em algumas políticas sociais e educacionais implantadas pelo governo federal e que atingem a grande parte das escolas públicas do país, fazendo despender elevada verba pública e que gera disputas entre empresas privadas. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é um proeminente exemplo de política social pública, voltado para o âmbito da educação e que será analisado nas linhas que se seguem.

2. Política social pública: Trajetórias do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

No que diz respeito às políticas sociais, Höfling (2001) assevera que:

> Políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. (HÖFLING, 2001, p.31).

Entende-se, portanto, que uma política social deve buscar reduzir as desigualdades entre os indivíduos. Compartilhando a mesma ideia, o autor Pedro Demo assevera que "política social pode ser contextualizada, (...) do ponto de vista do Estado, como proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sociais." (DEMO, 1994, p.14). Demo define ainda três horizontes teóricos e práticos no âmbito da política social, a saber: políticas assistenciais, políticas socioeconômicas e políticas participativas.

As políticas assistenciais são aquelas oferecidas pelo Estado aos grupos que não podem se auto-sustentar, como crianças e deficientes e aos indivíduos que se encontram em alguma situação emergencial, como vítimas de enchente e seca. A assistência do Estado é um direito de cidadania das categoriais mais pobres da sociedade.

As políticas socioeconômicas estão ligadas ao afrontamento da pobreza material. Observa-se que a renda e o emprego são fundamentais na tentativa de diminuir as desigualdades sociais, cabendo ao Estado propiciar os mecanismos de investimentos para geração de ambos.

Por fim, nota-se a presença das políticas participativas. Nas palavras do próprio Demo (1994), a política participativa:

> Trata-se de iniciativas voltadas ao enfrentamento da pobreza política da população, dentro do reconhecimento de que não se pode enfrentar a pobreza sem o pobre. Política social tem nos pobres não seu alvo, objeto, paciente, mas seu sujeito propriamente, entrando o Estado, ou qualquer outra instância, como instrumentação, apoio, motivação. Nesse espaço, emerge a oportunidade ineludível de formação do

> sujeito social, consciente e organizado, capaz de definir deu destino e de compreender a pobreza como injustiça social. (DEMO, 1994, p.37).

A fragilidade da cidadania caracteriza a pobreza política com a qual as políticas participativas procuram enfrentar. O acesso à educação básica, dever do Estado, é uma das formas cruciais para a contribuição no processo de formação da cidadania. Angela de Castro Gomes constata que a luta dos brasileiros pelos direitos de cidadania "se desenvolveu e ainda se desenvolve segundo ritmos diferenciados e assimétricos. (...) O que se verifica é que o processo pode ter avanços, mas também pode sofrer recuos." (GOMES, 2003, p.166). De qualquer forma, a cidadania deve ser uma prática cotidiana, deve fazer parte da vivência dos indivíduos. Além do mais, a cidadania deve incluir a ampliação de novos direitos e incluir também a perspectiva do direito à diferença.

Entende-se que, na leitura contemporânea de cidadania, os direitos políticos, sociais e civis são fundamentais para o cidadão pleno (talvez inalcançável), dimensões estas já apontadas por Thomas H. Marshall[3] em seus estudos acerca da luta dos ingleses pelos direitos de cidadania. O importante lembrar é que, como bem asseverou José Murilo de Carvalho, a educação popular, que é um direito social, é muitas vezes um requisito para a ampliação dos demais direitos, pois através dela os indivíduos podem conhecer seus direitos e batalhar por eles.[4]

Entretanto, o que se percebe em inúmeras escolas públicas é que muitos estudantes não possuem a noção dos direitos sociais, civis e políticos que são detentores. Em geral, pode-se afirmar que muitos alunos não possuem o conhecimento necessário para exercer seu papel de cidadão.[5]

Destarte, algumas políticas participativas, como as políticas educacionais, por exemplo, tem a função de diminuir essa deficiência de conhecimento dos indivíduos, essa pobreza política dos alunos e futuros responsáveis pelo país. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), já referido, é um exemplo de política participativa adotada pelo Estado, focando especificamente, como remete o próprio nome, o livro didático.

Mas é possível notar que as políticas públicas que versam sobre o livro didático no Brasil possuem um considerável histórico. Suas origens remontam o Estado Novo, especificamente em 1938, com a criação do Decreto-Lei nº 1006 e assim, a instituição da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), que contou com a coordenação do Ministério da Educação (MEC). Essa comissão tinha como intuito estabelecer condições para produção, importação e utilização do livro didático.

Posteriormente, em 1966, já com a presença da ditadura militar, o governo federal criou a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), com a finalidade de "incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades relacionadas ao livro didático, sua produção, edição e distribuição." (CASTRO, 1996, p.10).

Seguindo a mesma linha cronológica, em 1967, um importante passo foi concretizado pelo MEC em relação aos programas que abordam a política do livro didático e que perdura até hoje com algumas alterações, a saber: ficou estabelecido um convênio entre o MEC, o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e a Agência Internacional de Desenvolvimento dos Estados Unidos (USAID), em que se asseguravam recursos para a distribuição gratuita de aproximadamente 51 milhões de livros destinados aos alunos brasileiros em uma temporada de três anos. Todavia, por meio do mesmo convênio, o MEC firmou o compromisso de garantir recursos que possibilitassem a continuidade do programa mesmo após o triênio. Destarte, percebe-se que

> é nesta mesma época que passa também a ser vinculada ao Programa do Livro Didático a ideia de assegurar distribuição gratuita de livros aos estudantes brasileiros. Desta forma, o programa ganha a perspectiva de continuidade, pela garantia de financiamento do governo a partir das verbas públicas, o que agrada muito o setor livreiro e, por outro lado, a ideia de gratuidade. (CASTRO, 1996, p.10).

---

3 MARSHALL, Thomas Humprey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

4 CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.

5 Afirmação concluída tendo como base algumas experiências profissionais e alguns projetos realizados durante o curso de História na Universidade Federal de Uberlândia entre os anos de 2010 a 2013.

Já em 1971, as atribuições da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED) foram transferidas para o Instituto Nacional do Livro (INL), criado ainda durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas. O INL também deveria ser responsável por desenvolver o programa do livro didático através da co-edição. Dessa maneira, criou o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF) e outros programas para os demais níveis de ensino.

Com o passar dos anos outras mudanças foram observadas. Em 1976, o INL translada suas incumbências em relação aos programas de livros didáticos para a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME). Este órgão ainda ficou encarregado de adquirir os livros selecionados pelas secretarias de educação de cada unidade federada.

A partir de 1983, os demais programas direcionados às questões dos livros didáticos foram desativados devido à escassez de verba, tão somente o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF) continuou suas atividades. Ainda naquele mesmo ano, foi criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), com o objetivo de "assegurar os instrumentos e condições de assistência educacional nos níveis de formação pré-escolar e de 1º e 2° graus." (CASTRO, 1996, p.11). Nesse sentido, não só o PLIDEF como outros programas assistenciais foram adicionados às metas propostas pela FAE.

Devido às mudanças políticas com o fim da ditadura militar e o início da Nova República, em 1985, o programa do livro didático sofreu significativas transformações. Percebe-se que o PLIDEF foi substituído pelo PNLD ou Programa Nacional do Livro Didático, através do Decreto nº 9154, de 19 de agosto de 1985. Os novos afazeres a serem concretizados em sua execução foram instituídos por meio da Portaria/FAE nº 863, de 30 de outubro de 1985.

O PNLD carrega inúmeras distinções em relação ao PLIDEF, a saber: a escolha do livro didático passou a ser de responsabilidade da escola, com a participação dos professores nas críticas, seleção e indicação do material didático; Os livros deixaram de ser descartáveis para serem reutilizados por outros alunos; Aprimoramento das especificações técnicas a serem obedecidas nas produções dos livros; Ampliação da oferta para os estudantes de todas as séries; O fim da participação financeira dos estados.

Nos dias atuais, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sustenta o PNLD por meio dos recursos financeiros do Orçamento Geral da União e da arrecadação do salário-educação, o que possibilitou uma distribuição contínua e massiva das obras didáticas. Além disso:

> adotou-se um processo de análise para a aquisição dos livros a serem distribuídos e, a cada três anos, é lançado um edital com os critérios estabelecidos a fim de que os detentores dos direitos autorais inscrevam as obras didáticas. (ROSA e ODONNE, 2006, p.191).

A avaliação dos livros didáticos, iniciada em 1996 e passando por vários aprimoramentos, conta hoje com a participação das universidades, já que os livros de todas as disciplinas oferecidas na educação básica estão envolvidos em tal processo avaliativo. Após as análises, em 1996 o primeiro Guia do Livro Didático é organizado, destinado, na época, aos professores que ministravam aulas de 1ª a 4ª série. O Guia possui as informações necessárias sobre as obras didáticas, podendo auxiliar os docentes nas escolhas dos livros que acharem mais convenientes. Hoje ele é distribuído nas escolas e também está disponível *on-line.*

Os docentes tem a oportunidade de escolher duas obras didáticas, caso a opção prioritária não for bem negociada com os possuidores dos direitos autorais e editores, então será eleita a segunda alternativa do professor. Os docentes da mesma disciplina devem chegar a um consenso no que diz respeito à seleção do livro, pois a mesma obra vai ser adquirida para toda a escola, de acordo com cada série.

No ano 2000, durante o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, foi implantado no PNLD a distribuição de dicionários de língua portuguesa a serem utilizados pelos discentes de *1ª a 4ª série no ano de 2001. E* ainda em 2000, pela primeira vez na história do PNLD, os livros didáticos passaram a ser oferecidos no ano anterior ao ano letivo de seu uso, ou seja, os livros que seriam utilizados em 2001 foram entregues até no fim de 2000.

Em 2001, o PNLD dá um importante passo na ampliação do acesso aos livros: oferece livros em braile aos alunos portadores de deficiência visual, que estão presentes nas salas de aula do ensino regular da rede pública. Além disso, livros em libras também são distribuídos atualmente.

Observa-se que, até 2005, *já na presidência de Luiz Inácio Lula da Silva,* o governo federal distribuiu dicionários de língua portuguesa para os estudantes de 1ª a 8ª série. O objeto torna-se uma propriedade do aluno e não necessita a devolução. A partir desse mesmo ano, a sistemática de repartição de dicionários é reformulada. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passa a distribuir acervos de dicionários a todas as escolas públicas que possuem o ensino fundamental, em vez de entregar o material a cada estudante. Assim, prioriza-se a utilização do dicionário em sala de aula.

E ainda, com o intuito de aumentar a oferta ao acesso de dicionários pelos alunos, no ano de 2006, foram distribuídos dicionários enciclopédicos trilíngue – Língua Brasileira de Sinais/ Língua Portuguesa/ Língua Inglesa – as escolas de 1º ao 5º ano/ antiga 1ª a 4ª série. São materiais importantes para estudantes com surdez e que utilizam a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Nos anos posteriores, esses materiais atingem também as escolas que possuem o ensino fundamental e médio.

Em 2009, duas resoluções fundamentais foram publicadas, a saber: a resolução CD FNDE nº. 51, de 16/09/2009, regulamentando o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA) e a resolução CD FNDE nº. 60, de 20/11/2009, que institui novas normas para participação no PNLD. Com isso, a partir de 2010, as instituições públicas de ensino e as escolas federais devem aderir ao programa para obter os livros didáticos.

Além disso, a resolução 60 abarca as escolas de ensino médio no espaço de atendimento ao Programa Nacional do Livro Didático. E ainda, livros de inglês ou espanhol são distribuídos aos alunos de 6° ao 9° ano. Para os estudantes do ensino médio, os livros de língua estrangeira também são ofertados, além dos de filosofia e sociologia.

Enfim, o processo descrito anteriormente apresenta como os programas que se referem ao livro didático foram adquirindo complexidade e relevância ao longo dos anos, chegando até o PNLD, uma importante política de Estado e o maior programa mundial de oferta gratuita de livros didáticos aos alunos de instituições públicas de ensino.

Em linhas gerais, uma crítica bastante observada entre os estudiosos em relação ao Programa Nacional do Livro Didático refere-se à concentração da participação de um grupo de editores, que ameaça o aspecto de descentralização do programa. De qualquer forma, é possível perceber que em diferentes períodos, em distintos governos e políticas, as questões que envolvem o livro didático eram e ainda é assunto em pauta, gerando diferentes discussões e polêmicas.

3. O PNLD, os livros didáticos e a educação em Direitos Humanos

Muito se discute no âmbito acadêmico sobre a educação como direito inalienável fundamental de todos os seres humanos, necessitando, portanto, ser oferecida a qualquer pessoa, independente do gênero, condição socioeconômica, faixa etária, etc. A educação como direito humano foi assunto tratado em distintos períodos históricos e acarreta para o presente suas influências e referências.

Nesse sentido, um marco fundamental sobre este tema tem como origem o século XVIII, no contexto da Revolução Francesa, a saber: a construção da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, tendo sua primeira versão anunciada em 1789. O Artigo XXII dessa Declaração assegura que: "a instrução é a necessidade de todos. A sociedade deve favorecer com todo o seu poder o progresso da inteligência pública e colocar a instrução ao alcance de todos os cidadãos."[6] Observa-se que os franceses já apontavam a relevância do papel da educação na formação do homem, é um direito universal, pertence a própria natureza humana.

Posteriormente, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, promulgada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, vem a ser outro marco referencial sobre a educação como direito humano. É possível notar em seu Artigo XXVI, que:

6 ASSEMBLÉIA NACIONAL FRANCESA. *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, 1793.

> Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.[7]

Novamente, outro documento oficial destaca o direito a educação a todos os indivíduos, apresentando, ainda, a obrigatoriedade e gratuidade do oferecimento da mesma, pelo menos no que diz respeito à educação básica. Os demais níveis de ensino devem ser acessíveis à população. De acordo com Candau (2012), a partir da Declaração Universal dos Direitos do Homem:

> no plano internacional foi construída uma sólida arquitetura dos direitos humanos através de inúmeros tratados, resoluções, pactos e declarações, de caráter ético, político e normativo. Os Estados que aderiram formalmente a estes diferentes documentos comprometeram-se a incorporar em suas legislações e políticas públicas a proteção e promoção dos respectivos direitos. (CANDAU, 2012, n.p.)

Ainda segundo Candau (2012), a educação em direitos humanos se desenvolveu no Brasil e expandiu suas ações a partir do final da década de 1980, momento de redemocratização do país com o derradeiro da Ditadura Civil-militar implantada em 1964. As primeiras atuações foram concretizadas pelas organizações não governamentais e tinham como principal intuito a legitimação dos direitos políticos e civis e a formulação de uma cidadania participativa e democrática. Já na década de 1990, "o governo federal assumiu um protagonismo importante neste campo e a formulação de políticas públicas se foi ampliando. Multiplicam-se parcerias e ações conjuntas entre as iniciativas da sociedade civil e governamentais." (CANDAU, 2012, n.p.)

No âmbito das políticas específicas do Brasil estão presentes as leis que asseguram os direitos humanos e especialmente o direito a educação, como por exemplo, a Constituição Brasileira de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei N° 9.394), os Parâmetros e as Diretrizes Curriculares Nacionais, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, entre outros.

Entretanto, é perceptível a significativa diferença entre os direitos anunciados nas leis e aqueles que existem na prática, que são realmente desfrutados. Segundo Bobbio (1992):

> Uma coisa é proclamar esse direito outra é desfruta-lo efetivamente. A linguagem dos direitos tem indubitavelmente uma grande função prática, que é emprestar uma força particular às reivindicações dos movimentos que demandam para si e para os outros a satisfação de novos carecimentos materiais e morais; mas ela se torna enganadora se obscurecer ou ocultar a diferença entre o direito reivindicado e o direito reconhecido e protegido. (BOBBIO, 1992, p.10)

Para Bobbio (1992), nos dias de hoje, é a concretização dos direitos e não seus fundamentos que necessitam ser garantidos e protegidos:

> O importante não é fundamentar os direitos do homem, mas protegê-los. Não preciso aduzir aqui que, para protegê-los, não basta proclamá-los. (...) O problema real que temos de enfrentar, contudo, é o das medidas imaginadas e imagináveis para a efetiva proteção desses direitos. (BOBBIO, 1992, p.10).

No Brasil atual, tanto as leis regulamentadas, como as políticas sociais, teoricamente asseguram o direito a educação. Entretanto, percebe-se que muito há para se avançar na realidade. Faz-se necessário menos burocratização e melhoria de acesso do aluno a escola e, para além disso, a sua permanência, a qualidade de ensino, melhores condições de trabalho e salário aos professores, dentre outros aspectos.

---

7 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos do Homem. Adotada e aprovada em Assembléia Geral da ONU no dia 10 de dezembro de 1947.

Como dito anteriormente, o direito a educação está relacionado aos direitos humanos, ela vincula-se, historicamente, à compreensão de direitos humanos. E essa ligação se estreitou ainda mais através das discussões acerca da Educação em Direitos Humanos na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, concretizada em Viena, em 1993. A educação em direitos humanos é essencial para promover relações harmoniosas não só entre os indivíduos, mas também a nível mundial, entre diferentes nações. Contribuirá para o conhecimento dos direitos de que somos detentores, bem como a necessidade de lutarmos por eles.
A compreensão de educar para os direitos humanos e até mesmo educar em direitos humanos é aqui entendida, dentre outras perspectivas, como a possibilidade de obter conhecimento pelo diálogo, por meio dos vários saberes e diferentes compreensões de mundo de distintos sujeitos. Segundo Carvalho e Estêvão (2013), o diálogo é um importante instrumento tanto para a conscientização como para a construção crítica, essenciais para as ações dos indivíduos na sociedade. Destarte,

> O diálogo proporciona a compreensão da violência sofrida, do desrespeito aos DH, gerando a indignação, mas também a conscientização. É esse diálogo dos professores e professoras, dos alunos e alunas sobre sua realidade, sobre as circunstâncias concretas que envolvem suas vidas, mediado por uma prática pedagógica livre e crítica, o responsável pela tomada de consciência dos alunos e alunas enquanto sujeito de direitos. (CARVALHO e ESTÊVÃO, 2013, n.p.)

Dessa forma, verifica-se que Freire (1987) já criticava a educação sem a presença do diálogo, a chamada educação "bancária", assim denominada pelo estudioso. Este modo de educar é baseado no simples ato de depositar, em que o professor apenas narra, transmite os conteúdos que deverão ser depositados na cabeça dos alunos, que são meramente decorados e sem precisão de análises, críticas, desconectados da realidade dos estudantes, uma educação ausente de comunicação.
Esta é a concepção "bancária" de educação, em que a criatividade, o saber e a transformação são inexistentes e que não está em consonância com os direitos humanos. Dessa maneira:

> Na visão 'bancária' da educação, o 'saber' é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro. (FREIRE, 1987, p.33)

É nesse contexto que o livro didático é inserido. De nada vai adiantar as ações do PNLD, as escolhas do livro pelos professores, se os educadores estão ainda calcados na concepção "bancária" de educação. Por mais que o docente saiba ministrar uma boa aula, saiba utilizar com segurança o livro didático, pouco adianta se suas práticas estão ligadas ao mero depósito de ideias na cabeça dos alunos.
Na concepção bancária de educação, de acordo com Freire (1987), o educador é o detentor do conhecimento, o que sabe pensar, disciplinar, aquele que escolhe os assuntos a ser transmitidos, é a autoridade suprema. Já os educandos são aqueles que nada sabem, os que devem ser disciplinados, que não opinam na construção do currículo escolar e simplesmente se adaptam as decisões tomadas pelo professor e direção da escola. Dessa forma, a educação que não promove a criação, a criticidade, acaba atendendo os interesses dos opressores, facilita sua dominação.
Não é possível verificar o companheirismo entre estudante e docente na educação bancária, não há aprendizagem mútua, não há o conhecimento dos direitos humanos, o educador torna-se um indivíduo que contribui com os desejos dos opressores, nas palavras do próprio Freire, dos que vivem de acordo com a desumanização, dificultando assim, os exercícios para a libertação. Faz-se necessário nos âmbitos escolares o pensar coletivo, mútuo, a comunicação, não se pode discutir a realidade sozinho. Além disso, o ato de pensar não pode ser imposto aos alunos. O educar é recíproco, estudante aprende com o docente e vice-versa.
Sendo assim, é fundamental uma educação dita como problematizadora ou libertadora, proposta por Paulo Freire, que considera a historicidade do homem, entende que ele é um ser inconcluso, bem como a realidade em que está inserido e que contribua para a superação da alienação política dos indivíduos. Ao se perceber

como sujeito histórico, ao entender que também constrói a história, o indivíduo dá um passo para a transformação de sua realidade. Da mesma forma, ao ser conscientizado de sua situação enquanto dominado e das probabilidades de se obter a emancipação da dominação, ao ser conscientizado dos direitos de que é detentor, outro passo para a mudança também será concretizado.

Além disso, é de extrema relevância para a educação em direitos humanos uma prática pedagógica crítica, que auxilie o estudante a pensar criticamente e que, como bem asseveraram Carvalho e Estêvão (2013, n.p.): "deve proporcionar a alunos e a alunas a aprendizagem da reflexão e da escolha, importantes ferramentas para a conquista da autonomia, para a tomada de decisões que provocam mudanças na sociedade para o funcionamento da democracia."

Segundo Estêvão (2011, p.24), "a educação constitui-se como um dos lugares naturais de aplicação, consolidação e expansão dos direitos humanos." A escola, portanto, deve propiciar um espaço em que os sujeitos possam exercer seus direitos, deve ser um ambiente democrático empenhado com a justiça social e que saiba reconhecer o outro, respeitando as diferenças entre os indivíduos, enfim, deve buscar ações que promovam a educação em direitos humanos e possibilite "a vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, entre outros." (Idem).

Nesse sentido, faz-se necessário que o livro didático, que hoje é peça fundamental na educação pública do Brasil, bastante utilizado em sala de aula, como dito em linhas anteriores, seja adequado para a temática dos direitos humanos. De acordo com Estêvão (2013), a educação para os direitos humanos necessita englobar:

> Conhecimentos e competências em torno de conceitos essenciais (de paz, democracia, justiça social e desenvolvimento, de acordo com a Declaração de Viena, de 1993, parágrafo 80), de temáticas estruturantes dos direitos humanos, de entidades e de fatores relevantes. (ESTÊVÃO, 2013, p.33)

Todavia, o que se verifica é que a temática dos direitos humanos é pouco trabalhada ou então, discutida de forma superficial nos livros didáticos. Não basta apenas que o professor fuja da concepção "bancária" de educação, os livros didáticos também devem fazer o mesmo.

Em muitos casos, observa-se uma ausência do tema direitos humanos nos grupos de conteúdos expostos no sumário do livro didático, especificamente aqueles voltados para a área de ciências humanas. Além do mais, na própria introdução de alguns materiais didáticos, que deveria abordar em linhas gerais os fundamentos que guiam o livro, não apresenta qualquer referência sobre direitos humanos.

De acordo com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007), a educação em direitos humanos deve estar inclusa no Programa Nacional do Livro Didático, já que uns dos objetivos do Plano são "orientar políticas educacionais direcionadas para a constituição de uma cultura de direitos humanos" (BRASIL, 2007, p. 27) e "estimular a reflexão, o estudo e a pesquisa voltados para a educação em direitos humanos." (Idem).

Sendo assim, tomando como exemplo e referência o edital 06/2011 para a convocação de editores para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, destinadas aos alunos e educadores dos anos finais do ensino fundamental das escolas públicas, participantes do Programa Nacional do Livro Didático 2014, verifica-se que a temática dos direitos humanos é abordada de forma superficial no dito edital, não há uma discussão mais consolidada sobre o assunto. Portanto, não é de se espantar que o tema seja pouco trabalhado nos livros didáticos.

Na parte destinada aos princípios gerais para a avaliação de coleções didáticas sugeridas pelas editoras, verifica-se que "como parte integrante de suas propostas pedagógicas, as coleções devem contribuir efetivamente para a construção da cidadania." (BRASIL, 2011, p.53). Deste modo, enquanto cidadão, os alunos devem poder "estabelecer julgamentos, tomar decisões e atuar criticamente frente às questões que a sociedade, a ciência, a tecnologia, a cultura e a economia têm colocado ao presente e, certamente, colocarão ao futuro." (IDEM).

Além disso, de acordo com o edital, os livros didáticos devem procurar "incentivar a ação pedagógica voltada para o respeito e valorização da diversidade, aos conceitos de sustentabilidade e da cidadania ativa, apoiando práticas pedagógicas democráticas e o exercício do respeito e da tolerância" (Idem). E ainda, "promover a educação e cultura em direitos humanos, afirmando o direito de crianças e adolescentes." (BRASIL, 2011,

p.54). Outros itens referentes à questão da mulher, dos afro-brasileiros e indígenas também são mencionados. Dessa forma, como foi asseverado, constata-se que o edital para convocação de editores para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, apesar de mencionar a palavra direitos humanos apenas uma única vez em todo o texto, aborda rapidamente alguns assuntos que envolvem o tema e que devem ser considerados nas obras didáticas, tais como, por exemplo, a questão da cidadania, do respeito e tolerância para com o outro. Entretanto, outros conceitos fundamentais para a educação em direitos humanos, como justiça social e igualdade, por exemplo, sequer são mencionados. Acredita-se que os direitos humanos poderiam ser mais bem explorados e examinados ao longo do edital, afinal, fala-se da construção de livros que poderão ser trabalhados em milhares de escolas pelo país. Para se exigir que a temática referente aos direitos humanos esteja presente nas obras didáticas, o mínimo esperado é que o assunto seja realmente discutido e esclarecido.

No tocante aos critérios eliminatórios comuns a todas as áreas do conhecimento, no processo de avaliação das coleções didáticas, verifica-se que as obras que não abordarem as questões dos direitos humanos não serão eliminadas do processo de escolha dos livros a serem utilizados nas escolas públicas. Serão eliminadas as coleções que, entre outros itens, não observarem os "princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano." (BRASIL, 2011, p.55). Ou seja, conforme o edital, as obras que apresentarem quaisquer estereótipos e preconceitos, que violarem os direitos, que fizerem doutrinação política ou religiosa e que aproveitarem os materiais para divulgação de marcas, serviços ou produtos comerciais serão excluídas do PNLD 2014.

Nesse sentido, compreende-se que a questão dos direitos humanos é um dos princípios gerais para a avaliação de coleções didáticas, as obras devem procurar atender ao tema, mas a não abordagem ou discussão dos direitos humanos nos livros não é um critério de eliminação dessas obras didáticas no PNLD 2014.

Por ser uma pesquisa de caráter recente e ainda não consolidada, as considerações finais aqui expostas é a de que, de maneira geral, os direitos humanos não é assunto estruturante presente nos livros didáticos, mesmo apesar das exigências de várias políticas para que o tema seja bem trabalhado em sala de aula. Além do mais, o tema também é abordado de forma sucinta até mesmo no edital 06/2011 para a convocação de editores para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, por exemplo, apontam que os direitos humanos devem nortear não só o Ensino Médio, mas toda a Educação Básica, como forma de colaborar na construção da cidadania. Assim:

> educar para os direitos humanos, como parte do direito à educação, significa fomentar processos que contribuam para a construção da cidadania, do conhecimento dos direitos fundamentais, do respeito à pluralidade e à diversidade de nacionalidade, etnia, gênero, classe social, cultura, crença religiosa, orientação sexual e opção política, ou qualquer outra diferença, combatendo e eliminando toda forma de discriminação.[8]

Infelizmente, percebe-se que a educação para os direitos humanos, com todas as finalidades expostas acima, está ausente ou presente de forma simplória em muitas salas de aulas dos âmbitos públicos e dos próprios materiais didáticos utilizados pelos estudantes. Isso é verificado por meio das inúmeras formas de violência presenciadas nas escolas, noticiadas nos meios de comunicação. Como asseveraram Candau e Sacavino:

> Nesta perspectiva, cresce a convicção de que não basta construir um arcabouço jurídico cada vez mais amplo em relação aos direitos humanos. Se eles não forem internalizados no imaginário social, nas mentalidades individuais e coletivas, de modo sistemático e consistente, não construiremos uma cultura dos direitos humanos

8 BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmera de Educação Básica. Parecer CNE/CEB n°. 5/2011. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília, DF: MEC/CEB, 2011, p. 23.

> na nossa sociedade. E, neste horizonte, os processos educacionais são fundamentais. (CANDAU e SACAVINO, 2013, p.60)

Portanto, entende-se que os indivíduos devem vivenciar e ser instruídos em relação aos direitos humanos e todos os direitos de que são detentores. A escola é um dos principais espaços de concretização dessas ações e o livro didático um importante instrumento. As mudanças e as desigualdades sociais serão eliminadas se as pessoas conhecerem e lutarem por seus direitos. Sujeitos que não possuem consciência de seu exercício de cidadão e que desconhecem os direitos humanos não podem mudar a realidade em que vivem, já que não se modifica aquilo que não se conhece. Se o tema em questão não é estudado pelos discentes, o que se espera é a formação de cidadãos incompletos, defasados e talvez incapazes de mudar a realidade em que vivem.

Referências Bibliográficas:

ASSEMBLÉIA NACIONAL FRANCESA (1973), *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*.

BOBBIO, N. (1992), *A era dos direitos,* Rio de Janeiro: Campus.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Congresso Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 05 de out. 1998. Disponível em: *http://www2.planalto.gov.br/*. Acesso em: 21 de mai. de 2014.

_____. *Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.* Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 de dez. 1996. Disponível em: *http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm*. Acesso em: 21 de mai. de 2014.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmera de Educação Básica. Parecer CNE/CEB n°. 5/2011. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília, DF: MEC/CEB.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. *Resolução n° 42, de 28 de Agosto de 2012*. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a educação básica. Brasília, DF: MEC/FNDE.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Edital de convocação 06/2011* – CGPLI. Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de coleções didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático PNLD 2014. Brasília, DF: MEC/FNDE.

_____. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministérios da Justiça, UNESCO, 2007.

CANDAU, V. M. F. (2012), *Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos*. Educação e Sociedade, v.33, n°120, n.p.

CANDAU, V. M. F. e SACAVINO, S. B. (2013), *Educação em direitos humanos e formação de educadores*. Educação (Porto Alegre, impresso), v. 36, n. 1, pp. 59-66.

CARVALHO, J. M (2002), *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CARVALHO, M. E. G. e ESTÊVÃO, C. A. V. (2013), *Pedagogia crítica e Direitos Humanos: fundamentos para uma proposta pedagógico-crítica em Direitos Humanos.* Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v.21, n°80. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362013000300002&script=sci_arttext. Acesso em: 20/11/2014.

CASTRO, J. A. (1996), *O processo de gasto público do Programa do Livro Didático*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília.

DEMO, P. (1994), *Política social, educação e cidadania*, Campinas: Papirus.

ESTÊVÃO, C. A. V. (2011), *Democracia, Direitos Humanos e Educação*. Revista Lusófona de Educação, 17, pp.11-30.

_____ (2013), *Democracia política, democracia escolar e educação para os direitos humanos*. Educação (Porto Alegre, impresso), v. 36, n. 1, p. 28-34.

FREIRE, P. (1987), *Pedagogia do Oprimido*. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GOMES, A. C. (2003), Venturas e desventuras de uma república de cidadãos. In: ABREU, M. e SOIHET, R. (Orgs.) *Ensino de História, conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/Faperj.

HÖFLING, E. M. (2001), *Estado e políticas (públicas) sociais*. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, pp. 30-41.

LAJOLO, M. (1996), *Livro didático: um (quase) manual de usuário*. Em Aberto, v. 16, n. 69, pp. 3-9.

MARSHALL, T. H. (1967), *Cidadania, classe social e status*, Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MUNAKATA, K. (2009), Devem os livros didáticos de história ser condenados?. In. ROCHA, Helenice et all. (orgs.) *A Escrita da História Escolar. Memória e Historiografia*. Rio de janeiro: FGV.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (1947), *Declaração Universal dos Direitos do Homem*. Adotada e aprovada em Assembleia Geral da ONU no dia 10 de dezembro de 1947.

ROSA, F. G. M. G. e ODDONE, N. (2006), *Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca*. Revista Ciência da Informação, v. 35, n. 3, pp. 183-193.

STAMATTO, M. I. S. (2011), O livro didático e a lei: o permitido e o proibido. IN: FONSECA, S. G.; GATTI JR., D. (org.). *Perspectivas do Ensino de História:* ensino, cidadania e consciência. Uberlândia: Edufu.

Políticas públicas direitos humanos e cidadania

Lindomar Wessler Bonet
lindomar@boneti.com

Resumo: Na análise realizada neste texto, busca-se superar o entendimento simplista que associa políticas públicas a ações de governo centralizadas em avaliações de resultados e do gerenciamento dos recursos públicos. Parte-se do pressuposto de que o estudo das políticas públicas implica associá-las à teoria de Estado e, particularmente, às dimensões de classe. Metodologicamente, analisa-se as implicações teóricas, metodológicas e políticas do processo de elaboração e implementação das políticas públicas numa dimensão temporal e histórica, diferenciando-se dois principais períodos: as políticas públicas tendo como fundamento epistemológico a Razão Moderna, tendo a técnica como parâmetro de verdade, quando apresentavam-se como agentes definidores basicamente o meio produtivo e Estado e, na contemporaneidade, quando destitui-se o absolutismo da verdade técnica como parâmetro, apresentando-se ao lado do Estado e do meio produtivo novos agentes definidores de políticas públicas, com foco nas lutas sociais e no resgate do sujeito e das identidades, quando evidenciam-se as temáticas cidadania e direitos humanos.

Palarvas-Chave: Políticas Públicas, Direitos Humanos, Cidadania

1. Introdução

Neste texto dedica-se a analisar as complexidades teóricas e conceituais relacionados ao processo de elaboração e implementação das políticas públicas na contemporaneidade, acentuando o contexto histórico do aparecimento dos Direitos Humanos e Cidadania.

Na análise realizada neste texto, busca-se superar o entendimento simplista que associa políticas públicas a ações de governo centralizadas em avaliações de resultados e do gerenciamento dos recursos públicos. Parte-se do pressuposto de que o estudo das políticas públicas implica no entendimento da existência de uma complexidade teórica, metodológica, política e ideológica e que se faz necessário, antes de tudo, associar políticas públicas à teoria de Estado e às dimensões de classe.

Do ponto de vista metodológico, analisa-se as implicações teóricas, metodológicas e políticas do processo de elaboração e implementação das políticas públicas numa dimensão temporal, histórica, diferenciando-se dois principais períodos: as políticas públicas tendo como fundamento epistemológico a Razão Moderna, especialmente a técnica como parâmetro de referência de verdade, quando apresentavam-se como agentes definidores basicamente o meio produtivo e Estado e, na contemporaneidade, quando destitui-se o absolutismo da verdade técnica como parâmetro, apresentando-se ao lado do Estado e do meio produtivo novos agentes definidores de políticas públicas, trazendo ao debate novas lutas sociais como é o caso do resgate do sujeito e das identidades e do bem-estar ambiental.

2. Considerações epistemológicas sobre Políticas Públicas

A busca das raízes epistemológicas de políticas públicas implica, antes de tudo, considerações de qual Estado se refere. Trata-se de explicitar o entendimento que se tem sobre a relação entre o Estado, as classes sociais e a sociedade civil, pressupondo que é nesta relação que se origina os agentes definidores das políticas públicas. Entende-se que cada momento histórico produz, no contexto da inter-relação entre a produção econômica, cultura e interesses dos grupos dominantes, ideologias a partir das quais verdades relativas tornam-se absolutas, o que significa dizer que uma política pública guarda posicionamentos epistemológicos. Estas verdades absolutas, construídas ideologicamente em cada momento histórico, produzem e referenciam as ações institucionais e, em

particular, a elaboração e a operacionalização das políticas públicas. Isto significa dizer que além dos princípios analisados acima, que interferem na elaboração e implementação das Políticas Públicas como verdades absolutas, é preciso considerar também o tipo de organização social de cada formação histórica, ou seja, o Estado hoje, no Capitalismo, e sua relação com as classes sociais. No estudo das Políticas Públicas, não se pode deixar de se considerar obviedade a relação entre classe social e Estado, no capitalismo. Assim, torna-se simplista, irreal e ideológico entender o Estado como uma instituição regida pela lei, a serviço de todos os segmentos sociais, como pregam os positivistas. Considera-se uma falácia pensar que a formulação das políticas públicas se dá unicamente a partir de uma determinação jurídica, fundamentada em lei, como se o Estado fosse uma instituição neutra. Neste caso, as políticas públicas seriam definidas tendo como parâmetro unicamente o bem comum e este bem comum seria entendido como de interesse de todos os segmentos sociais. Mas também se torna simplista entender o Estado como simples instituição de dominação a serviço da classe dominante, como ensina a tradição marxista. Este entendimento nega a possibilidade do aparecimento de uma dinâmica conflitante, envolvendo uma correlação de forças entre interesses de diferentes segmentos sociais ou classes. Por outro lado, não se pode pensar tampouco que as políticas públicas são formuladas unicamente a partir dos interesses específicos de uma classe, como se fosse o Estado uma instituição a serviço unicamente da classe dominante. Esta posição também é reducionista pelo fato de não considerar o poder de força política que têm os outros segmentos sociais não pertencentes à classe dominante. Esta posição desconhece também a possibilidade de uma classe dominante se fracionar e com isto romper com a tradicional existente entre o Estado e a classe economicamente dominante. Desconhece ainda esta posição a atuação dos Movimentos Sociais, das organizações da sociedade civil etc. Isto não significa dizer porém que a classe economicamente dominante não tenha predileção em termos da elaboração e implantação das políticas públicas, mas não se pode dizer que esta predileção se constitua na única força. Considerando esta complexidade, adota-se, neste texto, o entendimento, inspirando na leitura de Poulantzas (1990), que não é possível se construir uma análise da complexidade que envolve a elaboração e a operacionalização das políticas públicas sem se levar em consideração a existência da relação intrínseca entre o Estado e as classes sociais, em particular entre o Estado e a classe dominante. Por outro lado, considera-se também que nos dias de hoje, no atual contexto da sociedade, no âmbito da nova configuração social, econômica e política, introduz-se elementos novos na estrutura social os quais ofuscam os limites e os interesses de classes, pela própria feição nova do espaço da atuação econômica. Nas últimas décadas, com o avanço das relações econômicas globalizadas, as manifestações de interesses de classes e os seus limites, não são convenientemente visíveis. Normalmente tais interesses são até mesmo camuflados pelos interesses específicos (expressos pelos grupos econômicos, grandes corporações do setor produtivo ou por diferentes grupos sociais) e pelas próprias problemáticas sociais (reforma agrária, aposentadoria, fome, habitação urbana, violência, a questão feminina, a questão gay, etc.) envolvendo diferentes grupos sociais, cujas manifestações podem representar interesse de classe, mas este interesse não é necessariamente explicitado pelo na dinâmica da luta do movimento (BONETI, 2011). Nos dois casos, do movimento social ou das corporações econômicas, a questão se coloca numa dimensão global.

Mesmo assim entende-se que existe uma estreita afinidade entre os projetos do Estado (as políticas públicas) com os interesses das elites econômicas. Mesmo que no nível local (nacional e Estadual) exista uma correlação de força política na definição das políticas públicas, envolvendo os movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil, mesmo que no nível nacional um partido de esquerda assumir o governo, a definição das políticas públicas é condicionada aos interesses das elites globais por força da determinação das amarras econômicas próprias do modo de produção capitalista. Isto significa dizer que ao se falar da relação entre o Estado e as classes sociais, entra-se obrigatoriamente na questão dos agentes definidores das políticas públicas, os quais não são apenas nacionais.

3. Razão Moderna e os fundamentos epistemológicos clássicos das Políticas Públicas

A palavra *gênese* não significa apenas *origem*, no sentido simples como parece, mas trás uma conotação que vai além da origem, à raiz. Isto é, trata-se de analisar o processo que dá origem à origem dos princípios e dos determinantes inerentes à elaboração e implementação das políticas públicas. Isto é, pressupõe-se existir

enfoques referenciais que fundamentam o exercício da elaboração e operacionalização das políticas públicas, como é o caso das concepções teóricas, das amarras ideológicas, das questões culturais, etc. Isto é, toda Política Pública é originada de uma idéia e esta de um princípio, de uma pressuposição ou de uma vontade. Portanto, a palavra princípio não carrega consigo apenas o significado literal do termo, mas algo mais, o contexto dos fatores determinantes que dão origem a uma idéia de Política Pública, como o caso da conjugação de interesses, as inserções ideológicas, as concepções científicas, as correlações de forças sociais etc. Portanto, necessário se faz distinguir o ser das Políticas Públicas do ideal de ser. Não se trata aqui de fazer uma apologia a um certo ideal de ser das políticas públicas, mas retratar simplesmente o seu ser. Considerando o momento histórico em que se vive, com grandes reflexos ainda do racionalismo iluminista, analisa-se a seguir alguns princípios (os principais) que oferecem às políticas públicas um sentido racionalista, capitalista e, portanto, contemporâneo.
Os séculos XV, XVI e XVII testemunharam um expressivo movimento de construção da base da ciência dominante dos dias de hoje, no qual a expressão "razão" se apresentava como carro chefe, a partir de dois enfoques, o método científico e a organização social (o Estado). "Razão" designava a busca de uma sociedade nova, comparativamente à sociedade feudal, a busca de uma sociedade racional com base na cientificidade e a busca da superação do teologismo como método de explicação do real. Assim, Francis Bacon (1561) e Descartes (1596) pregaram a superação do teologismo, típico da sociedade feudal, elaborando aquilo que chamaram como base da ciência, o método científico. Mas "razão", como sinônimo de cientificidade, de verdade, estava presente no discurso da busca da superação do Estado feudal. A filosofia do jusnaturalismo aparece neste período com Hobbes (1588), Locke (1632) e retomada por Rousseau (1712) com a premissa da "condição em natureza", justificando assim a necessidade de um "contrato social" entre os indivíduos. Embora com diferentes perspectivas em relação à "condição em natureza" (fragilidade social do indivíduo em condições de natureza para Hobbes, o direito à propriedade na condição em natureza para Locke e os males da propriedade privada para a condição em natureza para Rousseau) discutia-se, na verdade, um projeto de sociedade racional, tendo como foco central o indivíduo. Mas um outro aspecto, além do indivíduo como centralidade em análises sociais, se faz presente desta busca histórica de uma sociedade racional através da busca de uma sociedade entendida pela ciência, a concepção da universalidade dos parâmetros de cientificidade, daquilo que se diz verdade. Isto é um elemento importante quando se fala em um "modelo civilizatório".
Em outras palavras, o movimento que busca a construção de uma sociedade com base na "razão" científica, inicialmente pela construção de um método científico, estipula, na verdade, parâmetros universais de ciência e de verdade, nos quais encontramos a origem da concepção etnocêntrica de sociedade.
Como o "modelo civilizatório" tem base na razão científica, a concepção etnocêntrica é o primeiro ingrediente se constituir como parâmetro para se medir o grau de racionalidade de uma organização social. Hoje, existe uma tendência de alguns povos, sobretudo os considerados desenvolvidos, adotarem o entendimento segundo o qual as suas sociedades centralizam a verdade em termos de costumes culturais, desenvolvimento social e econômico etc. Estas sociedades têm dificuldade de compreender como verdade as diferenças culturais se não as suas. Isto é etnocentrismo. Segundo a concepção etnocêntrica, portanto, existe uma verdade única e universal, entendida como o centro, e é a partir dela que se institui as atribuições do certo e do errado. O etnocentrismo tem origem justamente da razão científica, do entendimento que a ciência é única e universal, que a verdade científica guarda requisitos universais que a distingue como ciência. É deste pensamento que nascem as atribuições do centro e da periferia, como atribuição de valor de verdade, que o centro retém mais e melhor tecnologia, mais riqueza, e mais verdade. Com isto, nasce a tendência de se atribuir modelos sociais, culturais e de desenvolvimento social. A partir desta concepção, as necessidades dos grupos dominantes são absorvidas pelos setores pobres como seus, assim como a superaração das carências da população pobre é feita utilizando-se das estratégias dos grupos dominantes.
Com o avanço da ciência do domínio da natureza, a partir do método experimental, a física parece ser o primeiro ingrediente a se integrar no processo da formação das ciências humanas. A economia política foi constituída na Inglaterra no decorrer da Revolução Industrial e da glória de Newton, quando se tinha uma influência considerável da epistemologia positivista. A partir de então, grandes teóricos das ciências do desenvolvimento econômico, como Adam Smith, Walras, Pareto e Saint-Simon desejavam ser o Newton da mecânica social da produção e do consumo de riquezas (Grinevald, 1975, p. 40).

A construção das ideias das ciências humanas a partir das ciências da natureza fez com que esta, as ciências humanas, fosse assumindo ingredientes típicos das ciências naturais. O primeiro ingrediente que vem da física e que aparece claramente nos fundamentos das políticas públicas de hoje diz respeito à ideia que associa o progresso da humanidade à força e à energia. Em síntese, o pensamento de Newton cruzou as fronteiras do mundo natural para o social. Assim, os teóricos precursores da chamada "ciência do desenvolvimento humano", como foi o caso de Saint Simon, Augusto Comte etc. passaram a associar o "progresso humano" à ideia do movimento, da força e da energia. Esta interpretação dava origem não apenas à ideia segundo a qual o desenvolvimento social está condicionado ao desenvolvimento industrial (o sinônimo do capitalismo), mas a que não existe singularidade no que se refere ao desenvolvimento social, ele é único e universal. Como o da indústria, a força que impulsiona o desenvolvimento não nasce do mesmo corpo (comunidade, por exemplo), mas de uma força externa. É mesmo que dizer que existe um centro no qual as ideias dito científicas se encontram e dele nascem e impõem um padrão homogêneo a partir do qual devem se adaptar as singularidades. Isto é mesmo que dizer que comunidades ou pessoas que utilizam modelos singulares de produção da vida material e/ou social jamais podem se desenvolver socialmente a partir das suas próprias experiências, mas dependem do impulso da força de ideias e de tecnologias de comunidades externas. Esta é a razão pela qual as políticas públicas se caracterizam como antidiferencialistas. Isto faz com que se tem a concepção de que existe alguém cujo comportamento, condição social, cultural, etc. com mais verdade que a outra, e que carece de ajuda, que por si só não sai da estagnação. Isto é, todo corpo imóvel precisa de um corpo em movimento para ser impulsionado.

No âmbito deste processo de construção das ciências do domínio da natureza, especialmente no século XVIII, a ideia do movimento, sem ser na perspectiva de se ver o real como essencialmente contraditório, como ensina a dialética, mas na perspectiva da evolução, originado especialmente da física e da biologia, faz com que se estipula como "normalidade" o comportamento individual e social associado ao movimento linear, progressivo. O próprio Marquês de Condorcet, no século XVIII, no seu Esboço Histórico de Evolução do Espírito Humano, uma das principais obras teóricas de referência utilizada por Augusto Comte, associava o mundo social ao natural a partir de dois aspectos importantes: a sugestão da utilização de métodos matemáticos no estudo dos problemas sociais e os princípios da evolução humana como leis naturais.

Assim, pode-se dizer que o grande avanço dos estudos no domínio da natureza teve uma influência muito grande no estabelecimento de parâmetros de "normalidade" do comportamento social e individual, o que se constituiu em importante parâmetro de elaboração e implementação de políticas públicas. Como exemplo, pode-se tomar a concepção darwinista (Charles Darwin), criando o preceito que como na natureza os organismos vivos tendem a se adaptar às dificuldades e criar estratégias para competir, na sociedade existe uma competição natural entre os indivíduos, se constituindo em seleção natural, fica os mais aptos, permanece ou cresce os mais capazes e que no caso social estes devem se constituir em "modelos" para os "menos capazes". Isto leva ao preceito da meritocracia como instrumento de seleção dos "mais capazes" no processo da ascensão social e o respeito às normas da hierarquia social, preceito este muito presente nas políticas públicas, especialmente as educacionais.

Portanto, até o século XVIII o apelo à construção de uma sociedade racional, com base na Razão, da ciência e da organização do Estado, tinha como fim a busca de mudança referindo-se ao teologismo e a organização social feudal. Mas muito especialmente no século XVIII o ingrediente Técnica se fortalece, Ciência e Técnica como sinônimo de mudança e redenção humana.

No século XIX porém, a perspectiva de mudança através da construção da ciência moderna e da organização do Estado Moderno associada à Razão, com a consolidação do Modo de Produção Capitalista e da burguesia como classe dominante, o apelo à Razão é alterado da busca da mudança para a busca da ordem. Como bem salienta Pierre Ansart (1970) o francês Saint-Simon, de quem Augusto Comte se tornou secretário, propôs que a busca da mudança histórica na construção da Razão estaria concluída e que o momento estaria para a busca da ordem como Razão e que esta seria representada por: Ciência – Técnica – Indústria - Ordem. Em outras palavras, a racionalidade estaria representada pela sociedade industrial, com base na ciência e na técnica.

Esta formulação de Saint-Simon associa verdade (ciência) à utilidade, a técnica, operacionalizada pela indústria. Assim, consolida-se preceito da verdade (ciência) representado pela Técnica ao Modo de Produção

Capitalista. Ou melhor dizendo, ciência que é ciência, resulta em Técnica, e Técnica que é Técnica resulta em Indústria (relações capitalistas).
Ainda no mesmo século, Augusto Comte se apropria da fórmula elaborada pelo seu mestre acrescentando ingredientes novos no conceito de Razão: Ciência – Técnica – Indústria – Ordem – Progresso (COMTE, 1954). Assim, neste contexto histórico, une-se o Estado moderno e o modo de produção capitalista, representado pela indústria, através da Ciência Moderna e Técnica.
Com tais fundamentos epistemológicos originados da unificação entre a indústria moderna e o Estado moderno, as políticas públicas guardaram ingredientes muito típicos da razão moderna. Em primeiro lugar, as Políticas Públicas sempre se apresentam imbuídas de uma **racionalidade**. Nos dias atuais ainda se utiliza a tradição iluminista de associar uma decisão política a uma verdade comprovadamente científica, como é o caso do processo da elaboração de uma política pública. Isto significa dizer que uma decisão política deve ser tomada com base em dados comprovadamente científicos ou técnicos da realidade na qual busca-se intervir com a política pública. Neste caso, os dados técnicos têm caráter determinante mais que a própria vontade da população. Mas este caráter de cientificidade atribuído às políticas públicas não garante que estas sejam elaboradas simplesmente para atender necessidades sociais. Este caráter de cientificidade pode ser construído para justificar interesses das elites, das classes dominantes ou do jogo das forças políticas envolvendo os diversos setores da população em geral.
Em segundo lugar, as políticas públicas carregam sempre uma **concepção Etnocêntrica** Segundo a concepção etnocêntrica, existe uma verdade única e universal, entendida como o centro, e é a partir dela que se institui as atribuições do certo e do errado. O etnocentrismo tem origem justamente da razão científica, do entendimento que a ciência é única e universal, que a verdade científica guarda requisitos universais que a distingue como ciência. É deste pensamento que nascem as atribuições do centro e da periferia, como atribuição de valor de verdade, que o centro retém mais e melhor tecnologia, mais riqueza, e mais verdade. Com isto, nasce a tendência de se atribuir modelos sociais, culturais e de desenvolvimento social. A partir desta concepção, as necessidades dos grupos dominantes são absorvidas pelos setores pobres como suas, assim como as estratégias de superação de tais necessidades. As implicações da concepção etnocêntrica sobre a elaboração e a operacionalização das políticas públicas são muitas, em especial a adoção do princípio da homogeneidade, como fim de uma política pública, ou como meio de sua operacionalização. Em outras palavras, a ação intervencionista das políticas públicas, parte do pressuposto de que há uma homogeneidade entre as pessoas, e/ou o objetivo desta ação é o da homogeneização, não tratando os grupos sociais considerados "diferentes" como tais, mas na perspectiva de os homogeneizar. É mesmo que dizer que existe um centro no qual as idéias dito científicas se encontram e dele nascem e impõem um padrão homogêneo a partir do qual devem se adaptar as singularidades. Isto é mesmo que dizer que comunidades ou pessoas que utilizam modelos singulares de produção da vida material e/ou social jamais podem se desenvolver socialmente a partir das suas próprias experiências, mas dependem do impulso da força de idéias e de tecnologias de comunidades externas.
Em terceiro lugar, as políticas públicas na contemporaneidade sofrem uma forte **influência da termodinâmica.** Com o avanço da ciência do domínio da natureza, a partir do método experimental, a física parece ser o primeiro ingrediente a se integrar no processo da formação das ciências humanas. A economia política foi constituída na Inglaterra no decorrer da Revolução Industrial e da glória de Newton, quando se tinha uma influência considerável da epistemologia positivista. A partir de então, grandes teóricos das ciências do desenvolvimento econômico, como Adam Smith, Walras, Pareto e Saint-Simon desejavam ser o Newton da mecânica social da produção e do consumo de riquezas (Grinevald, 1975, p. 40). A construção das idéias das ciências humanas a partir das ciências da natureza fez com que esta, as ciências humanas, fossem assumindo ingredientes típicos das ciências naturais. O primeiro ingrediente que vem da física e que aparece claramente nos fundamentos das políticas públicas de hoje diz respeito à idéia que associa o progresso da humanidade à força e à energia. Em síntese, o pensamento de Newton cruzou as fronteiras do mundo natural para o social. Assim, os teóricos precursores da chamada "ciência do desenvolvimento humano", como foi o caso de Saint-Simon e Augusto Comte, passaram a associar o "progresso humano" à idéia de movimento, de força e da energia. Esta interpretação dá origem não apenas à idéia segundo a qual o desenvolvimento social está condicionado ao desenvolvimento industrial (o sinônimo do capitalismo), mas fortalece a concepção etnocêntrica analisada acima, na medida em

que se considera não existir singularidade no que se refere ao desenvolvimento social, este é único e universal. Como é o caso da indústria, cuja máquina se constitui de um corpo externo que impulsiona o movimento, o desenvolvimento humano não tem origem na mesma comunidade, mas depende de uma força externa que impulsiona e provoca o movimento. Isto significa dizer que as Políticas Públicas, enquanto ações intervenção na realidade social, normalmente tomam como parâmetros modelos já existentes.

Em quarto lugar, importante se considerar a ideia de **universalidade e a infalibilidade** da ciência como fundamento das Políticas Públicas. O caráter de cientificidade pressupõe universalidade. Isto é, as características do pensamento científico não se alteram dependendo do contexto histórico e da realidade local. De igual forma não existe alteração da concepção de infalibilidade da ciência dependendo do momento histórico e da realidade local. Assim, concepção de infalibilidade que se tem em relação à técnica é outro aspecto que é desenvolvido e que passa a ter grande presença nas políticas públicas. Pela sua associação com a ciência, nascida desta, a técnica recebe um caráter de infalibilidade, da não possibilidade do erro. Ou seja, tudo o que é científico, que tem origem na ciência, não se questiona. Esta concepção acarreta implicações na elaboração e a implementação das políticas públicas em muitos aspectos. Um destes aspectos, que se pode citar como exemplo, é o caso da adoção de modelos de condições sociais, como é o caso da condição de pobreza, a partir de realidades ditas desenvolvidas, o que, em, em geral, pode-se praticar equívocos. Outro aspecto muito presente nos pressupostos das políticas públicas é o significado da industrialização. Esta, enquanto representante da técnica, originada da ciência, se constitui sinônimo de desenvolvimento social, o que pode também se constituir em equívoco.

Por último, necessário se faz considerar **o caráter de utilidade do conhecimento científico**. A conjugação da ciência (e da técnica) ao desenvolvimento econômico determina o aparecimento de outra característica do conhecimento científico, o da utilidade, ou seja, o de se considerar conhecimento científico aquele que é útil. Este pensamento também faz parte do processo histórico do desenvolvimento da ciência.

Portanto se conclui que na essência da Razão Moderna, apresentam-se apenas dois agentes definidores de políticas públicas, o meio produtivo e o próprio Estado, interligados pelo argumento de verdade e cientificidade através da técnica (Meio produtivo – Técnica – Estado). Assim, a técnica se apresenta na essência da epistemologia moderna como a representação da verdade, da justiça e da redenção humana.

4. A Crise da Razão Moderna e a emergência do discurso dos Direitos Humanos e Cidadania

A Razão Moderna tendo como base a técnica começa ser questionada justamente com o advento de problemas sociais típicos da contemporaneidade, típicos da era moderna devido o envolvimento de procedimentos técnicos como foi o caso das duas guerras mundiais, destruição em massa da vida humana, a destruição ambiental, o advento da discriminação das identidades, singularidades e diferenciações sociais abafadas pelo pressuposto da homogeneidade.

A crise da Razão Moderna se expressa através de uma dinâmica social insurgente a qual extrapola o âmbito institucional dos movimentos sociais transnacionais e debates acadêmicos para o mundo do Ser e da busca pela construção das identidades individuais e coletivas.

No mundo acadêmico faz-se importante fazer lembrar o debate originado desde o início do Século XX o qual ficou conhecido como a Teoria Crítica, da Escola de Frankfurt. Intelectuais como Max Horkhaimer, Theodor Adorno e Hebert Marcuse, Jürgen Habermas e tantos outros, construíram notoriedade ao questionarem o pressuposto associando Razão à Técnica. Dentre muitas obras produzidas por este grupo de intelectuais sobre a temática citada, indispensável citar Técnica e Ciência como "ideologia" de Habermas (2001).

Por outro lado, no âmbito deste momento de crise social e política mundial, tem origem grandes avanços na perspectiva da proteção dos direitos humanos, até mesmo, até mesmo, por mais contraditório que pareça, como garantia á continuidade do projeto de modernidade. Grandes avanços ocorreram tendo como foco o direito do indivíduo. Isto é, no âmbito de uma crise social quando a pessoal como indivíduo teve seus direitos desrespeitados, inaugura-se uma fase do Direito do indivíduo. Entre tantos eventos e instituições originados deste debate, indispensável lembrar da criação da ONU (Organização das Nações Unidas em 1945, a

Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, sequenciando com a Declaração Universal dos Direitos das Crianças, o avanço da legislação de proteção aos direitos das mulheres, dos negros, dos homossexuais, a questão ambiental, etc.

Isto significa dizer que destitui-se o modelo cultural burguês como sinônimo de civilidade com assento na unicidade, homogeneidade e funcionalidade, voltando a atenção a questão da individualidade, as diferenças, o desejo e a emoção.

No caso do Brasil este universo de mudança inicia muito lentamente com que se convencionou chamar de "Revolução Burguesa no Brasil", mais explicitamente após a década de 30 com a passagem do modelo agroexportador para o urbano-industrial. Tratou-se de um momento de grandes acontecimentos quando têm origem novas perspectivas para o Brasil e para os brasileiros e com isto novos significados conceituais à educação, a expressão cultural, as relações de trabalho, etc. Com o advento da urbanização aflora-se diferenciações de grupos sociais distintos, adotando-se uma nova noção de cultura, o da expressão da vida.

No caso brasileiro contribuíram com este processo de mudança grandes eventos, dentre os quais pode-se citar, apenas como exemplos: a chegada no Brasil de estudos científicos etnográficos, sociológicos e antropológicos para os quais o mundo cultural passou a ter outro enfoque, deslocando-se da premissa da evolução social; estudos estruturais da cultura de Lévi-Strauss e a análise funcionalista da cultura de Malinowski como expressão da vida no presente, destituindo-se também a relação feita historicamente entre cultura e evolução social; Semana da Arte Moderna de 1922, a qual contribuiu com a quebra do preceito associado cultura ao mundo formal burguês; influências de movimentos sociais urbanos americanos, como é o caso do "hip-hop", as artes, a música (blus e jazz) e a literatura, influenciando na expressão cultural das periferias urbanas; Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932), expressão dos intelectuais almejando-se um modelo educacional nacional a serviço do projeto Brasil. Isto é, especialmente nas últimas duas décadas do século XX, o Brasil aos poucos se insere numa dinâmica de globalidade, novos processos sociais derivaram desta dinâmica, originando alterações substanciais envolvendo a coletividade, determinando o aparecimento de novas práticas sociais, novos saberes, novas aprendizagens, etc. Tais eventos se constituem exemplos da expressão do resgate do sujeito e a emergência do discurso da cidadania e dos direitos sociais.

Este contexto de mudança social exerceu pressão sobre a esfera política institucional com o aparecimento de políticas públicas voltadas aos direitos individuais e a cidadania. Como exemplo, pode-se citar que já no governo de Fernando Collor de Melo nasce o discurso associando Educação e cidadania criando-se o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC. No governo de Fernando Henrique Cardoso cria-se o Plano Decenal de Educação para todos e a Conferência Nacional para todos. No governo de Luiz Inácio Lula da Silva cria-se a Política Nacional de Educação Inclusiva (2007/2008. Estas são exemplos de ações associadas a uma política pública que contemple os direitos individuais, cidadania e singularidades sociais.

Diante deste contexto é preciso considerar porém contradições que se evidenciam. Se de um lado aflora a questão da singularidade e do diferença, quebrando assim o preceito da homogeneidade originado das bases institucionais clássicas da educação, assim como tem origem o papel da educação inclusiva na busca da construção da autonomia das crianças com algum tipo de deficiência, por outro lado, emerge um discurso frágil, especialmente pelo setor produtivo e institucional, acentuado na ética neoliberal, buscando a isenção do Estado e a responsabilidade individual ("competência") para o exercício da cidadania e da inclusão social.

Conclusão

Conclui-se, portanto que ao mesmo tempo em que o projeto do capitalismo mundial se fortalece e torna agressivo em suas estratégias de expansão dos ganhos econômicos, com abertura de novos mercados consumidores e de trabalho qualificado (para quem a homogeneidade cultural e de habilidades técnica é de extrema valia), fortalece-se a busca da singularidade, a valorização da diferença e da individualidade com a redescoberta da socialização da produção e da vida em comunidade, de formas alternativas de sobrevivência, de diferentes organizações da sociedade civil. Estas ações, tanto de um lado quanto do outro, direta ou indiretamente, atuam como agentes definidores das políticas públicas.

Entende-se que esta nova configuração mundial, que a princípio se apresenta como sendo das relações econômicas, mas que leva consigo a produção da cultura, os hábitos culturais e a simbologia social, é determinante no aparecimento de um novo perfil sobre a estrutura social. Neste novo perfil apresentam-se agentes outros participando da elaboração e implementação das políticas públicas. A participação destes novos agentes traz uma nova interpretação da organização de classes, das representações profissionais e sindicais, do papel do Estado, do papel das ONGs e dos Movimentos Sociais e, com isto, o aparecimento de um novo entendimento sobre a elaboração, gestão e caráter das políticas públicas.

Estes outros agentes participantes desta correlação de forças, certamente não com tanto poder de barganha como as representações das elites econômicas, têm peso considerável na elaboração e implementação das políticas públicas.

Assim entende-se que apesar de que o fundamento epistemológico clássico das políticas públicas se deu em torno da Razão Moderna, tendo a técnica como parâmetro de referência de verdade, quando apresentavam-se como agentes definidores basicamente o meio produtivo e Estado, na contemporaneidade, destitui-se o absolutismo da verdade técnica como parâmetro, apresentando-se ao lado do Estado e do meio produtivo novos agentes definidores de políticas públicas, trazendo ao debate novas lutas sociais como é o caso do resgate do sujeito e das identidades.

Referências

ANSART, P. (2007), Sociologie de Saint-Simon. Paris: Presses Universitaires de France

BONETI, L. W. (2011), Políticas Públicas Por Dentro, 3.ed. Ijuí : Editora UNIJUI

COMTE, A. (1954), Cours de philosophie positive. Paris : Larousse, 1954

HABERMAS, H. (2001), Técnica e Ciência como « Ideologia ». Lisboa: Edições 70

GRINEVALD, J. (1975), Science et développement: esquisse d'une approche socio-épistémologique. In: La Pluralité des mondes – Cahier de l'I.E.D.1 Genève et Paris: P.U.F. pp. 31-97.

LINDBLOM, C. E. (1981), O Processo de Decisão Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília

POULANTZAS, N. (1990), O Estado, O Poder, O Socialismo, 3. ed. Rio de Janeiro: Graal

A contribuição do projeto de inserção do jovem trabalhador projovem – para o desenvolvimento do IJUÍ

Marcia Bernadete Moraes de Campos[1]
Darlan Machado Santos[2]
Dilson Trennepohl[3]

Resumo: O presente artigo tem como objetivo central abordar a relevância da qualificação profissional, em especial dos jovens, para a inserção no mercado de trabalho, através da análise da contribuição do Projovem para o desenvolvimento do Município de Ijuí. A temática se desenvolverá em três tópicos: Apresentação das características gerais do programa e as dimensões do projeto realizado em Ijuí; análise dos aspectos relacionados ao diagnóstico da realidade local no que tange ao objeto do programa e a fixação dos objetivos coerentes com esta realidade e explicitação dos elementos constituintes da estratégia de ação, envolvendo o provimento dos meios e a organização das ações no tempo e no espaço, bem como a distribuição das responsabilidades. Os resultados alcançados são apresentados nas considerações finais.

Palavras-chave: Qualificação, Projovem e Inserção no mercado de trabalho

Abstract: This article has as its central objective to address the relevance of vocational qualification, in particular young people, for the insertion in the labor market, through the analysis of the contribution of Projovem in the development of the municipality of Ijuí. The theme will develop on three topics: Presentation of the General characteristics of the program and the dimensions of the project held in Ijuí; analysis of aspects related to the diagnosis of local reality regarding the program object and the fixing of objectives consistent with this reality and clarification of the constituent elements of the strategy of action, involving the provision of means and organization of actions in time and space, as well as the distribution of responsibilities. The results achieved are presented in the final considerations.

Keywords: Qualification, Projovem and insertion in the labour market

1. Introdução

A temática do desenvolvimento local ou regional tem despertado interesse de pessoas e instituições envolvidas com a formulação de estratégias de atuação, com proposição de políticas públicas ou com a realização de programas ou projetos de intervenção na dinâmica social e econômica de municípios e regiões. As possibilidades de abordagem do desenvolvimento são amplas, abrangendo uma heterogeneidade de componentes e distintas relações de causa e efeito entre os mesmos. As diversas perspectivas teórico-metodológicas, apesar de apresentar inúmeras polêmicas de difícil conciliação, não são necessariamente excludentes e possuem também muitos pontos de convergência.

Um destes pontos de convergência entre as diferentes correntes teóricas e ideológicas é o que está relacionado à importância que possui o processo de qualificação dos trabalhadores para viabilizar sua

1 Psicóloga, Mestre em Desenvolvimento Local da UNIJUÍ. Professora do Curso de Administração da Faculdade América Latina. marciacampos.psi@hotmail.com.br.

2 Advogado, Mestre em Desenvolvimento Local e Professor do Curso de Direito da UNIJUÍ. darlan.santos@unijui.edu.br

3 Doutor em Desenvolvimento Regional e Professor do Curso de Mestrado em Desenvolvimento da UNIJUÍ. dilson@unijui.edu.br

inserção ao mercado de trabalho. Os índices de desemprego são largamente utilizados como sintomas de dificuldades no desenvolvimento do respectivo território (Nação, Estado, Região ou Município), assim como a geração de emprego e renda dos trabalhadores servem como indicadores de sucesso das áreas que os apresentam. Mesmo persistindo divergências quanto às causas que interferem nesse processo, as políticas públicas voltadas a melhorar as condições de empregabilidade da população, especialmente dos jovens, são apontadas como ações de grande importância para o desenvolvimento da sociedade.

Este artigo tem por objetivo analisar a contribuição do Projovem para o desenvolvimento do Município de Ijuí através do processo de qualificação de jovens para sua inserção no mercado de trabalho. O Programa Nacional de Inclusão de Jovens Trabalhadores foi concebido e realizado pelo Governo Federal com o objetivo de ampliar o atendimento aos jovens excluídos da escola e da formação profissional regular produz resultados distintos em cada localidade em virtude de suas características específicas. Portanto, a avaliação das diversas experiências realizadas no âmbito do projeto poderá contribuir para o aperfeiçoamento do mesmo e indicar caminhos para um melhor aproveitamento de seu potencial.

A análise foi realizada na perspectiva apontada por Marc Dufumier (2007) em seu livro Projetos de Desenvolvimento Agrícola: manual para especialistas. Embora a obra do autor esteja focada na agricultura, sua metodologia mostrou-se muito rica para a análise de projetos em distintos aspectos do desenvolvimento de uma sociedade.

Segundo Dufumier, (2007) "um projeto de desenvolvimento se apresenta como um conjunto mais ou menos coerente de intervenções destinadas a reorientar a evolução da realidade em conformidade com os objetivos de interesse coletivo". Para que isto aconteça efetivamente torna-se fundamental que os agentes envolvidos convirjam em suas ideias e ações. O grau de sucesso dos projetos de desenvolvimento depende de um diagnóstico correto da realidade, da fixação de objetivos coerentes, do provimento dos meios e da organização das ações no tempo e no espaço.

Com base nesta perspectiva metodológica é que o artigo se propõe a analisar a experiência do Projovem Trabalhador em Ijuí e explicitar a importância ou os limites de sua contribuição para o desenvolvimento da sociedade no Município de Ijuí/RS. O texto foi estruturado em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira delas são apresentadas as características gerais do programa e as dimensões do Projeto realizado em Ijuí. Na segunda parte são analisados os aspectos relacionados ao diagnóstico da realidade local no que tange ao objeto do programa e a fixação dos objetivos coerentes com esta realidade. Na terceira parte são explicitados os elementos constituintes da estratégia de ação, envolvendo o provimento dos meios e a organização das ações no tempo e no espaço, bem como a distribuição das responsabilidades. Os resultados alcançados são apresentados nas considerações finais.

2. Caracterização geral do programa e dimensões do Projovem Trabalhador em Ijuí

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens foi concebido pelo Governo Federal com o objetivo de redimensionar o atendimento aos jovens excluídos da escola e da formação profissional. Um dos pontos decisivos para a formatação do programa é a vulnerabilidade social, laboral e cultural dos jovens de classes desprovidas, e que por vezes, abandonam os estudos, assim desta mescla pode-se chegar ao maior preenchimento de lacunas na educação, emprego e consequente construção cívica produtiva. O Projovem Trabalhador desta forma, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, volta-se para a população jovem de faixa etária entre 18 e 29 anos e visa oportunizar qualificação profissional.

A ênfase pretendida não se restringe a qualificação, mas, sobretudo, oferecer oportunidade de emprego, socialização, reconhecimento de direitos e deveres, redução das desigualdades, e assim, favorecer a inserção na atividade produtiva em ocupações com vínculo empregatício, ou outras atividades legais que possam gerar renda.

O Projovem Trabalhador é a unificação dos programas Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. Uma mudança importante foi que esses programas anteriormente atendiam aos jovens de 16 a 24 anos, e a faixa etária atualmente foi ampliada para jovens entre 18 e 29 anos. O programa a nível nacional

acontece em todos os estados a partir das disposições do art. 41 do Decreto nº 6.629, de 2008, a distribuição acontece de forma transparente e justa das ações de qualificação do Projovem Trabalhador. Através da elaboração de um modelo cujas metas de qualificação atendem de forma distribuída a todas as unidades federativas.

Dentre os diversos indicadores, muitas variáveis são apreciadas para contemplar os municípios com o Projovem Trabalhador tais como, taxa de desemprego juvenil; taxa de participação na vulnerabilidade socioeconômica juvenil; a média do saldo do Cadastro-Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) dos últimos três anos e; Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), como indicadores para a ponderação da meta de qualificação para cada unidade federativa. A gestão do Projovem é compartilhada entre a Secretaria Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude e os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação e do Trabalho e Emprego.

O Projovem Trabalhador/Juventude Cidadã visa beneficiar jovens de 18 a 29 anos que estejam em situação de desemprego e sejam membros de famílias com renda mensal *per capita* de até um salário mínimo, que, em virtude de suas condições socioeconômicas, têm maior dificuldade de inserção na atividade produtiva, ou seja, de maior vulnerabilidade frente ao mundo do trabalho, e devem também atender aos critérios de estar cursando ou tenham concluído o ensino fundamental, ou cursem, tenham concluído o ensino médio, e não estejam cursando ou tenham concluído o ensino superior.

Como fator de orientação e viabilização do processo de qualificação e inserção dos jovens no mundo do trabalho, o Projovem Trabalhador/ Juventude Cidadã utiliza a metodologia dos arcos ocupacionais, que já é utilizada pela Presidência da República, Ministério do Trabalho e Emprego e outros ministérios que trabalham com projetos de qualificação de jovens. Os arcos ocupacionais se referem às esferas da produção e da circulação (indústria, comércio e prestação de serviço), o que favorece um maior campo de atuação, e tem por função aumentar as possibilidades de inserção ocupacional dos jovens.

No decorrer da execução das ações de qualificação social e profissional são abordados temas transversais como inclusão digital, valores humanos, ética e cidadania, educação ambiental, higiene pessoal, promoção da qualidade de vida, noções de direitos trabalhistas, formação de cooperativas, prevenção de acidentes de trabalho, estímulo e apoio à elevação da escolaridade.

O Projovem Trabalhador também oferece aos participantes um auxílio mensal de R$100,00 durante os seis meses de duração do curso, mediante comprovação de frequência. Os cursos de qualificação são de 350 horas/ aula. Na programação dos cursos, o conteúdo da qualificação social é ministrado nas 100 primeiras horas, e, na sequência, o conteúdo da qualificação profissional, com as 250 horas restantes. O programa é desenvolvido em parceria com os estados, sociedade civil e iniciativa privada e visa estimular e fomentar a geração de oportunidades de trabalho, negócios, inserção social e visão empreendedora.

A ideia de programar o Projovem em Ijuí se deu através de retomada de um projeto de qualificação pelo atual poder executivo. Alguns empresários locais, das áreas da indústria, comércio e serviços foram convocados pelo poder executivo, em conjunto as entidades profissionalizantes que se reuniram na ACI (Associação Comercial de Ijuí) para analisarem a vialibilidade da realização do Projovem. Para o grupo foi apresentado o programa, suas especificações e quais as prerrogativas e importância para a cidade de sua implementação. Também foi avaliada a projeção futura de inserção dos profissionais que após qualificação estariam aptos para atender a demanda local.

Um ponto crucial para a contemplação do programa pelos municípios é a meta de inserção de 30% dos profissionais qualificados. Notoriamente se vê a importância desta discussão com os agentes envolvidos, pois também se faz necessária, não somente o conhecimento sobre o programa, como a compreensão da participação e comprometimento que todos devem assumir e realizar para o incremento e sucesso do programa.

A partir das decisões que desse encontro culminaram, Ijuí foi contemplado com o Projovem Trabalhador e o programa esteve sob-responsabilidade da Prefeitura Municipal. A demanda inicialmente foi avaliada para 600 vagas em diferentes áreas de acordo com os arcos ocupacionais. O programa contou com a inscrição de 438 jovens com a possibilidade de integração ao processo educacional, à qualificação profissional, mais acesso as ações de cidadania e inserção no mundo do trabalho.

O programa para o município de Ijuí foi elaborado para a formação em cursos com 350 horas, ministrados por docentes em áreas específicas, através de aulas teóricas e práticas, pelas entidades profissionalizantes SENAI e

SENAC. As formas de contratação previstas seriam via emprego formal, estágio e formas alternativas geradoras de renda. A ênfase deste projeto na cidade de Ijuí, assim como em âmbito nacional é preparar o jovem para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas geradoras de renda.
As entidades que compõem o projeto em Ijuí são Governo Federal (Ministério do Trabalho), Prefeitura de Ijuí (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Secretaria de Educação), UNIJUÍ (AIPD), Programs Redes de Cooperação e Economia Solidária, SENAI e SENAC, SEBRAE, CEFOR, CIEE, SINE E ACI. Estas parcerias firmadas também foram mobilizadas com o objetivo primordial de auxiliar os alunos no ingresso ao mercado de trabalho. Como a previsão do programa é de que 30% dos estudantes formados sejam empregados, também se fez necessária à busca de parcerias com CIEE, CEFOR, SINE, SEBRAE e as escolas que recebem os alunos do Projovem (SENAI e SENAC).
Para realizar visita às empresas e o cadastro de instituições para a colocação de jovens no mercado, o programa contou com um grupo de inserção do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Unijuí (IPD) e representantes da Unigestar (Assessoria da Psicologia), também da universidade, estão envolvidos para inserção de cerca de 30% destes profissionais. A Unigestar tem como objetivo fazer o levantamento do perfil dos participantes do Projovem e do perfil profissional que se busca atualmente nas empresas.
Este trabalho finalizou o processo de execução do programa, e sua importância foi decisiva para o desfecho dos objetivos iniciais, como preparar a inserção dos jovens formados nas futuras vagas. Assim, os empresários puderam conhecer e identificar os possíveis candidatos, ter maior compreensão do programa como um todo, visto que a partir da reunião de apresentação do programa cerca de um ano transcorreu e agora a efetividade da discussão estava por se concretizar. E certamente, os próprios alunos também ao participar dos processos puderam nortear melhor seus objetivos profissionais e ter uma vialibilidade para suas expectativas.

3. Análise diagnóstico do Projovem Trabalhador em Ijuí

Existem projetos e programas de desenvolvimento que foram bem-sucedidos, que muitas vezes não contaram com o apoio de diagnósticos criteriosos. Por outro lado, existem também várias experiências que tropeçaram em obstáculos que não haviam sido previstos ou dimensionados de forma correta concernente ao mercado, aos canais de comercialização, à instabilidade do clima, à mão-de-obra, aos recursos financeiros disponíveis, às dificuldades para a liberação do crédito de custeio ou de investimento, enfim, por uma série de fatores que podem ter impedido, dificultado ou mesmo abandonado ao longo do caminho.
Muitos projetos se baseiam na ampliação de melhorias nas técnicas que resultem em uma maior produtividade e em rendas superiores. Porém em alguns casos, deveria também ser considerada a implicação da mão-de-obra. O que se dimensiona em um primeiro momento na elaboração de projetos é a representação do aumento dos custos de produção e, portanto, dos riscos. E recursos que muitos casos não se dispõem, e o medo de errar, ou acomodação geram muitos casos o abandono de projetos.
O que se evidencia neste momento é que um projeto pode ser adequado para alguns municípios, localidades, períodos e em outros não. É indispensável para prevenir erros e insucessos, portanto verificar durante a elaboração dos projetos a realidade dos agentes envolvidos, dos objetivos serem pensados em conjunto, os recursos disponíveis e os que precisam ser buscados, apurar custos e toda a infraestrutura que possa demandar para viabilizar o projeto. É fundamental deste modo, entender o contexto no qual os agentes estão trabalhando, vivendo, e também estabelecer quais são os potenciais e os limites dos ecossistemas e da infraestrutura local, quem são os agentes envolvidos e como atuam. É, enfim, recomendável identificar a tendência de desenvolvimento da região, as demandas de trabalho, das empresas existentes, dos aspectos que possam influenciar na elaboração e execução do projeto. Em resumo é imprescindível realizar um bom diagnóstico da realidade na qual se pretende agir.
Diante dos repetidos erros de tais programas e projetos, concebidos e formulados sem o conhecimento das realidades concretas, numerosas instituições estão enfatizando, atualmente, a importância de se fazer uma análise-diagnóstico antes de qualquer intervenção. O objetivo é encontrar condições para que se formulem as futuras ações com base numa compreensão relativamente rigorosa do desenvolvimento (...) que se deseja empreender. (DUFUMIER, 2007).

O projeto Projovem Trabalhador para ser implantado visou às seguintes variáveis: taxa de desemprego juvenil; taxa de participação na vulnerabilidade socioeconômica juvenil; a média do saldo do Cadastro-Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) dos últimos três anos e; Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), como indicadores para a ponderação da meta de qualificação para cada unidade federativa. E se estabelece uma proporção da População Economicamente Ativa (PEA) juvenil desocupada pela PEA total. A taxa encontrada foi transformada em índice de ponderações. Como indicador de mercado de trabalho local, foi utilizado o saldo CAGED dos últimos três anos por unidade da federação que serviu para ponderar a tendência de absorção dos jovens qualificados em relação ao mercado de trabalho. O IDH foi utilizado devido à sua peculiaridade em mensurar a questão da renda, educação, longevidade e abrangência nacional.

Com base nestas variáveis a reunião realizada pelo poder executivo de Ijuí, empresários e entidades profissionalizantes discutiu esta realidade e estabeleceu propostas para implantação deste projeto como forma de desenvolvimento local.

A qualificação como eixo de políticas públicas é indiscutivelmente um mecanismo decisivo para o incremento do fortalecimento frente ao crescimento e desenvolvimento de cada município, uma vez que as parcerias se concretizem e cumpram seu papel de interlocução e fomento. Esta vertente de crescimento e desenvolvimento não é recente, porém, sua ação e resultados mais fecundos podem ser hoje melhor observados. É uma forte e importante percepção e cujo movimento conjunto precisa e deve ser praticado por todos que compõe o tecido social.

Uma das inquietações não somente a nível nacional como também local, é a questão de que muitos empresários levantam de que a demanda de vagas existem, porém, não existem profissionais qualificados que possam supri-las. A realidade apontada aparece fortemente em Ijuí, cujo fator decisivo para o interesse no programa do Projovem teve sua fundamentação. Outro ponto que pode ser diagnosticado é a proposição de muitos jovens que não conseguem uma colocação no mercado de trabalho pela falta de recursos para incrementar seu currículo profissional com a realização de cursos seja de qualificação, aperfeiçoamento ou ainda, de conclusão de sua escolaridade.

A pertinência dos objetivos de Ijuí comportar o Projovem passa sem dúvida, pelas variáveis das taxas de desemprego, número de habitantes, ampliação da formalidade de ocupação, dentre outras que apontam para a possibilidade de incremento ao desenvolvimento local. Alguns indicadores levantados nos três últimos anos (2006, 2007 e 2008) que precederam a contemplação do Projovem no município é que o emprego formal avançou para 14.915 trabalhadores, o que invariavelmente pode apontar para um quadro positivo no emprego/ocupação, quer por redução na taxa de desemprego, quer por ampliação da formalidade na ocupação. Assim como em 2008, segundo as estatísticas do CAGED, o mercado de trabalho formal também foi ampliado, desta forma, pode se deduzir que, conforme já assinalado pelas estatísticas do PIB, o município de Ijuí vivencia o que se chama de um ciclo virtuoso de crescimento econômico.

O diagnóstico da realidade pode ser pensado em decorrência desta análise é que se os empresários oferecem vagas, os jovens precisam de qualificação e o mercado dá sinais e tendência de aquecimento, programas gratuitos ofertados com recursos federais podem certamente, ser um mecanismo importante e impactante para o desenvolvimento local.

Questões como desemprego, escolaridade, qualificação e experiência profissional são amplamente discutidos e trazidos à tona, principalmente, quando se refere aos jovens. Muitos são os fatores que distanciam os jovens atualmente da conclusão de sua escolaridade, como falta de incentivo dos governantes, de recursos financeiros, de expectativa de que através da educação irá conseguir um melhor emprego, a simples e real necessidade de sobrevivência, às vezes, não somente a sua, como de sua família, e muitos casos, de seus filhos.

Através de programas como o Projovem cada município pode definir e escolher os arcos ocupacionais, de acordo com as políticas públicas colocadas no seu plano de desenvolvimento socioeconômico local. Este fator é decisivo para tentar responder a essas dificuldades de inserção dos jovens ao mundo do trabalho, uma vez que o poder executivo, entidades profissionalizantes, empresários e comunidade como um todo pode analisar o cenário e tendências do mundo do trabalho local, a aptidão e situação ocupacional, os investimentos que precisam ser previstos, as demandas que venham a repercutir a partir deste empenho conjunto.

O município de Ijuí através destes agentes envolvidos pode articular o processo de seleção dos arcos ocupacionais, com base na sua demanda e expectativa de inserção no mercado de trabalho. A possibilidade de formação aliada

ao esforço conjunto de todos pode sem dúvida, contribuir para resultados mais fecundos frente às dificuldades que circundam a relação jovem e trabalho. Assim, os jovens recebem qualificação, desenvolvem habilidades sociais e principalmente, participam de ofertas que também podem estar ajustadas aos seus interesses e escolhas.
O programa prevê a escolha do jovem para a formação em um arco ocupacional e através da vivência e discussão das habilidades sociais pode ampliar seus pontos de vista, sua dimensão e articulação no mundo sob os mais diversos enfoques. O contato com novas realidades sempre propõe abertura de outros posicionamentos e construção de novos pilares sejam eles de cunho social, educacional, econômico, enfim, a proposta de que jovem possa se lançar a novos desafios acerca de sua própria trajetória é certamente um fator preponderante do Projovem.
Um fator importante deste diagnóstico da realidade local por parte dos agentes em questão é que possam selecionar os arcos e consigam demonstrar com dados e informações, as potencialidades e perspectivas de possibilidades empreendedoras de cada um. Este formato mais do que empreender conhecimento sobre sua realidade atual e propicia a direção de novos e outros projetos.
A pertinência dos objetivos de programas como o Projovem em Ijuí, além de todos os fatores já elencados, certamente se remete a uma discussão que deve estar cada vez mais premente das decisões não somente das políticas públicas, mas, sobretudo, das vontades de quem administra e pode contribuir efetivamente para um redimensionamento não somente ideológico, porém prático sobre o que é desenvolvimento.
O diagnóstico mostrou que efetivamente havia, no município de Ijuí, um contingente de dificuldades de acesso ao mercado de trabalho por falta de qualificação adequada, mas com disposição para buscar a capacitação necessária. De outra parte, constatou-se a existência de vagas de emprego não preenchidas por falte de pessoas habilitadas a exercer as funções inerentes aos cargos disponíveis. Além do mais a expansão econômica dos últimos anos abriu novas oportunidades de inserção permanente no mercado de trabalho e construção de carreiras profissionais de sucesso para os jovens dispostos a aceitar os desafios.
Assim, o Projovem apresentou-se como uma iniciativa apropriada para remover os obstáculos que dificultavam a vida de muitos jovens e ampliar a oferta de trabalhadores para atender as necessidades das empresas em expansão no município.

4. A execução do Projovem em Ijuí

O diagnóstico pode servir como uma ferramenta para o desenvolvimento e consiste na possibilidade de aproximação da realidade. Uma propriedade que impacta e por isso, determina o seu objetivo, é seu caráter emancipatório. Através da investigação das relações entre discurso e prática social se objetiva desnaturalizar crenças que servem de suporte a estruturas de dominação, a fim de favorecer a desarticulação de tais estruturas, uma vez que possibilita um distanciamento do que até então se percebia como certeza, como uma verdade que norteia a previsibilidade. Não se trata de buscar descrever os objetos de estudo, mas de aproximação da melhor explicação sobre algo, de perceber seu conteúdo para além de sua simples aparência.
O Projovem em Ijuí teve esta dimensão de analisar seu conteúdo, fazer um enunciado de evidências, de elaborar hipóteses alternativas e apreciar o valor dessas explicações baseada em seus conteúdos, isto é, não somente levantar questões, mas, indiscutivelmente ampliar a discussão e viabilizar um caminho conjunto. Um pressuposto que fundamenta este estudo diagnóstico é de que o desenvolvimento é visto como um processo aberto, complexo, evolutivo e instável. Explicar uma situação de desenvolvimento, portanto, implica em compreendê-la no seu contexto sócio histórico. Considera-se igualmente, como proposto por Sen (2000), o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam.
Assim como coloca Dufumier (2007) que não se trata apenas de identificar as potencialidades e as vantagens comparativas, sejam elas de origem ecológicas, econômicas, sociais e políticas, mas, sobretudo, considerar que tendências e expectativas são atuais em relação ao desenvolvimento e quais os problemas que podem afetar as diversas categorias de agentes econômicos que estejam envolvidos.
A execução do Projovem Trabalhador em Ijuí pode ser avaliada neste sentido do que propõe como contribuição da formação profissional no desenvolvimento local tem sua relevância, então, considerar o processo de capacitação não como adestramento e, sim, como um processo de expansão das possibilidades de fazer

escolhas por parte das pessoas. Capacitar, na perspectiva do Projovem, significa atribuir poder ou contribuir no empoderamento das pessoas para que elas possam não apenas adequar-se a novas situações, mas também poder influenciar na mudança de suas próprias situações.

Ao ampliar suas liberdades substantivas os indivíduos se capacitam, obtêm a qualificação que aumenta suas prerrogativas de se deslocar, de participar dos mercados e de estabelecer relações humanas que, por fim, melhorem a qualidade da vida que levam. Neste sentido, os agentes que promovem, participam e interagem da formação profissional ao se capacitar podem perceber e modificar sua realidade, estar preparados para lidar com as mudanças.

Quadro 01 – Oferta de Vagas por tipo de Qualificação e Entidade Executora

Áreas/ Arcos Ocupacionais	Vagas	Entidade Executora
Alimentação (cozinheiro, Padeiro e Confeiteiro)	50	SENAI
Construção e Reparos I (Pedreiro/Assentador de Azulejos)	25	SENAI
Construção e Reparos II (Eletricista de Instalações)	25	SENAI
Madeira e Móveis (Marceneiro, Auxiliar de Desenhista de Móveis)	50	SENAI
Metalmecânica (Torneiro Mecânico)	50	SENAI
Vestuário (Costureiro e Modelista de Roupas)	50	SENAI
Total SENAI	**250**	
Turismo e Hospitalidade (Recepcionista de Hotéis e Guia Turístico Local).	25	SENAC
Administração (Auxiliar Administrativo).	50	SENAC
Agro-Extrativista (Artesão Regional).	50	SENAC
Arte e Cultura I (Auxiliar de Produção Cultural, DJ/MC).	13	SENAC
Arte e Cultura II (Fotógrafo Social, Operador de Câmera de Vídeo).	12	SENAC
Serviços Pessoais (cabeleireiro, manicure/pedicure e maquiador).	50	SENAC
Saúde (Recepcionista de Consultório Médico e Dentário, Atendente de Farmácia).	50	SENAC
Serviços Domésticos I (Cozinheiro no Serviço Doméstico).	25	SENAC
Serviços Domésticos II (Cuidador de Crianças – Babá).	25	SENAC
Telemática (Telemarketing – Vendas, Assistente de Vendas – Informática e Celulares).	50	SENAC
Total SENAC	**350**	
Total Geral de Vagas	**600**	**SENAI/ SENAC**

Fonte: Cardoso Filho – 2010

A metodologia do programa orienta que às 350 horas/aula deve ser dividida em duas etapas e assim ficou definido que **às** 100 horas/aula, chamada de qualificação social fossem primeiramente executas e na sequencia **às** 250 horas/aula, chamada de qualificação profissional. O aluno, obrigatoriamente, deve realizar e ter freqüência mínima de 75% na qualificação social para ter direito a realizar a qualificação profissional, posteriormente. Para receber a certificação referente às 350 horas/aula, o aluno deveria ter, no mínimo, 75 % de frequência em

ambas às etapas. O programa orienta também a entidade Executora no Município de Ijuí (Prefeitura Municipal de Ijuí), para articular e intermediar junto às empresas, entidades a inserção de, no mínimo 30% dos jovens matriculados, no mercado de trabalho. Para este trabalho a Prefeitura Municipal contou com a participação da UNIJUÍ – Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

As entidades profissionalizantes SENAI e SENAC desenvolveram os cursos de acordo com os programas já realizados pelas escolas e cumpriram a carga horária e as atividades estabelecidas. No momento, cabe enfatizar a atuação do SENAI cuja análise é trazida para ilustrar através de seu relatório a sua percepção do que representou o Projovem tanto para a cidade de Ijuí, como para o poder público, os empresários e a comunidade.

Quadro 02 – Número de Vagas e Inscritos nos Cursos desenvolvidos pelo CEP SENAI em Ijuí

Área	Curso	Turno	Vagas	Inscritos
Construção e Reparos II	Básico em Instalações Elétricas Prediais	Manhã	25	22
Madeira e Móveis	Básico em Marcenaria	Manhã	25	21
Madeira e Móveis	Básico em Marcenaria	Tarde	25	24
Alimentação	Básico em Produção Alimentar	Tarde	25	23
Alimentação	Básico em Produção Alimentar	Noite	25	25
Vestuário	Básico em Costura e Modelagem	Tarde	25	22
Vestuário	Básico em Costura e Modelagem	Noite	25	19
Metalmecânica	Básico em Tornearia Mecânica	Manhã	25	16
Metalmecânica	Básico em Tornearia Mecânica	Tarde	25	21
Total			**225**	**193**

Fonte: Cardoso Filho – 2010

Durante o desenvolvimento dos cursos foram realizadas atividades de integração dos alunos, seminários, dinâmicas de grupo, visitas entre outros. Uma das preocupações foi proporcionar aulas diferencidas e uma das propostas da escola foi realizar um seminário com a participação de convidados para relatar experiências de vida relacionadas **à** qualificação e a inserção no trabalho. O objetivo foi enfocar a relação da importância da formação com o aumento da possibilidade de colocação no mercado de trabalho, em especial na sua área de qualificação. Na oportunidade os alunos fizeram perguntas sobre quais dificuldades estes profissionais enfrentaram, no que se alicerceram para não desistir e como poderiam descrever sua realização. Foi um momento de descontração, mas, sobretudo, de reflexão acerca das expectativas individuias, e que possivelmente, o caminho mais produtivo é completar sua escolaridade, se qualificar e lutar pelos seus sonhos. E que indiscutivelmente, a escolha é individual, e que cada um é responsável pela construção de sua realidade.

Alguns resultados do Projovem obtidos pelo SENAI foram que das 225 vagas houve 193 alunos inscritos na primeira etapa (qualificação social). Para a segunda etapa (qualificação profissional) houve desistências, matriculando-se 175 alunos. Ao final a escola finalizou a formação profissional com 141 alunos aprovados. Na ocasião da formatura estiveram presentes autoridades municipais e diretores do SENAI e SENAC, lideranças municipais, presidente do conselho consultivo do SENAI, formandos, pais, amigos e familiares. Certamente foi um momento de celebração após seis meses de estudo, de confrontação da vontade de concluir, com dificuldades inerentes ao esforço desprendido de superar desafios, voltar a estudar, se deslocar, sair de um espaço para a construção de novas perspectivas. Aqui cabe a ênfase de que a família também foi crucial ao cumprir seu papel de envolvimento e participação, face ao número expressivo que se fez presente para celebrar com seus filhos mais este passo alcançado.

Na operacionalização do Projovem no município de Ijuí de acordo com o relatório e percepção do SENAI, foi possível a análise dos seguintes pontos fortes como, oportunidade de inserção de jovens no mercado de trabalho, conhecimento, por parte dos alunos, dos cursos oferecidos pelo SENAI, inclusive com matrículas realizadas em outros cursos, empenho dos colaboradores para êxito do programa, reconhecimento, por parte da comunidade em geral e empresarial, do bom trabalho realizado pelo SENAI na execução do Programa Projovem, o SENAI desenvolveu os cursos de sua área de atuação, contribuindo para auxiliar no atingimento de sua missão e de seu Plano e Ação, bom relacionamento do SENAI com outras instituições envolvidas no Programa (Prefeitura Municipal, SENAC, UNIJUÍ, Secretaria Municipal de Educação, Escola Técnica 25 de Julho).

De acordo com o relatório também foi possível verificar oportunidades de melhoria que podem ser destacados como, a definição de atuação do SENAI no programa muito próximo do seu início, pouca relação de inscritos para o número de vagas, pouco tempo de divulgação do Programa junto à comunidade, dificuldade para contratação de fornecimento de lanches e vale-transporte, por parte do SENAI, dificuldade de encontrar empresas habilitadas para participar de licitação para fornecimento de lanches, alunos matriculados em cursos que não eram de seu interesse, pouca familiarização de colaboradores da Prefeitura Municipal com o programa Projovem, inscrição de jovens sem informação de turno de realização dos cursos, inscrição de candidatos sem a inserção diretamente no "Sistema Projovem", no ato da matrícula, atraso na liberação e recursos referente ao auxilio mensal dos jovens, atraso na entrega de kit de materiais (pasta, caneta, lápis, camiseta).

Uma dimensão quando se elabora projetos é de remeter à avaliação das possibilidades de melhoria das condições para a reprodução econômica das categorias e agentes envolvidos. A caracterização também visa identificar atividades ou técnicas que contribuam para um aumento da produtividade e da renda. Certamente, é preciso também perceber se existem gargalos que possam ser detectados como empecilhos ao avanço pretendido.

A análise destes resultados deve conduzir aos agentes locais de desenvolvimento a discussão de alternativas de ação técnica, organizacional, gerencial e de políticas públicas para o desenvolvimento dos diferentes tipos de unidades de produção, bem como estratégias de intervenção no processo de desenvolvimento.

Neste sentido, o Projovem Trabalhador que visa capacitar jovens com ênfase no mercado de trabalho e através deste instrumento possa viabilizar sua inserção. Desta forma o processo de qualificação e inserção dos jovens no mundo do trabalho se utiliza da metodologia dos arcos ocupacionais, que já é adotado como orientador e facilitador de outros projetos federais. Este fator, sem dúvida, foi um norteador do trabalho realizado, em especial pelo SENAI, que consistiu em repassar aos jovens durante sua formação o estímulo de aumentarem as possibilidades de inserção ocupacional em suas áreas de qualificação.

Outras linhas estratégicas previstas durante sua execução se referem à qualificação social e profissional onde são abordados temas transversais como empreendedorismo e economia solidária, equidade de gênero, gestão pública, terceiro setor, português, matemática e língua estrangeira, também são elementos decisivos aos jovens, que sua realidade pode ser alterada através da qualificação profissional.

É preciso repensar neste contexto as políticas públicas como um processo que visem estabelecer as instituições formais de uma forma mais aprofundada. Este processo por vezes, conduz a um tipo de participação puramente formal, que é pouco associada ao desenvolvimento de capacidades. Neste sentido, se destaca que a efetiva participação social requer um contexto sólido de instituições formais. Este contexto se refere à capacidade local de assumir as institucionalidades formalizadas como suas, isto é, confere um caráter local e reconhecível aos processos de inovação que buscam reformular arranjos produtivos, meios de comercialização e até modos de vida em sociedade.

O que pode ser destacado é a importância da participação das pessoas na gestão local de políticas públicas, embora as insuficiências organizativas que ao longo da história estiveram presentes. Por outro lado, às exigências e determinações externas para a constituição de organizações formais deveriam contribuir e apoiar o desenvolvimento de instituições. Estas instituições precisam permitir o exercício de escolhas sociais efetivas e apropriadas aos contextos específicos locais. As escolhas sociais efetivas enfatizam que a monocultura institucional é que se coloca como fator inibidor destas características, por reduzir os estímulos aos Estados e cidadãos. A monocultura diz respeito à predominância da implantação de planejamentos institucionais uniformes e exógenos aos contextos locais.

O Estado por sua vez tem se revelado necessário, mas contudo, em muitos casos, insuficiente para a promoção ou a indução do desenvolvimento. Mais precisamente, existem fatores que precisam e dependem do Estado para serem feitas, como também, existem outros elementos que não podem ser feitas pelo Estado, mas pelo mercado e pela sociedade civil. Ou ainda, por parcerias intersetoriais entre Estado e mercado, Estado e sociedade civil, mercado e sociedade civil e Estado, mercado e sociedade civil.

A conexão entre promoção do desenvolvimento e organização sociopolítica é um fator que evidencia a normativa das políticas públicas atuais. O alcance de bons resultados parece ser imprescindível através do apoio à constituição de organizações arraigadas ou adequadas aos contextos culturais locais. Estas organizações, institucionalmente apropriadas, podem ser entendidas como possibilidade de fortalecimento dos mecanismos de gestão social e governança. O que por sua vez, podem tornar as propostas trazidas pelas políticas públicas compreensíveis em termos de escolhas que podem ser feitas localmente.

Um ponto a ser destacado na dimensão do sistema de produção, aqui entendido como mercado de trabalho se verifica pela importância de identificação dos agentes, dos arcos ocupacionais para a qualificação e se traduz pela definição de como será a inserção dos jovens no mundo do trabalho. Mais exatamente a oferta de cursos de qualificação profissional deve estar em consonância com a demanda de empregabilidade que é parte integrante do Plano de Implementação do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã.

A qualificação desenvolvida no Projovem trabalhador deve propor que o jovem entre em contato com uma gama de técnicas e experiências práticas que de fato o preparem para as vagas ou ainda criação destas, dentre as possibilidades dele próprio empreender seu negócio de geração de renda. Essas combinações entre qualificação, mercado de trabalho e novas oportunidades compreendem aqui a meta estabelecida para os entes executores do Projovem Trabalhador que é a meta mínima obrigatória de 30%. Aqui possivelmente reside o grande desafio do Projovem em Ijuí é consumar seus objetivos de inserção aceitas pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) que são inserção via emprego formal, inserção via estágio ou jovem aprendiz, inserção via Formas Alternativas Geradoras de Renda (FAGR).

O Projovem Trabalhador como projeto teve em Ijuí a interação de agentes que em outros momentos não puderam ser definidos tão especificamente. Estes agentes políticos, empresariais, técnicos e profissionalizantes atuaram sob o seguinte prisma, que o indivíduo qualificado não é apenas aquele que possui conhecimentos, mas, sobretudo, é aquele a que foi proporcionada a possibilidade de acesso e mobilidade dentro das organizações. Dessa forma, pode ser considerado qualificado todo aquele que teve acesso a informações, à carreira, a melhores salários. Certamente, se destaca aqui o sentido de que qualificar denota o redimensionamento das estruturas e a organização do trabalho.

Assim, as atividades de qualificação profissional devem preparar o trabalhador que busca uma colocação no mercado de trabalho através do aperfeiçoamento do exercício de determinadas tarefas ou ainda, no aprendizado de uma nova ocupação para que o mesmo possa conseguir um novo emprego na mesma ocupação, ou tenha condições para mudar de ocupação e/ou ramo de atividade.

A perspectiva de ampliação dos postos de trabalho sob este prisma requer rapidez da política de qualificação profissional para se adiantar às exigências de qualificação desses novos postos, e desta forma preparar os trabalhadores para que ocupem tais postos. Principalmente quando se vivencia um momento em que as exigências de contratação têm se elevado.

Cada vez mais é indispensável que haja integração entre a política de qualificação profissional e as demais políticas de mercado de trabalho, especialmente o serviço público de emprego, que deve fornecer as informações necessárias para o planejamento das atividades de qualificação. O que parece cada vez mais ganhar proporção no contexto atual é que a educação e preparação para a vida e para o trabalho são fundamentos essenciais para a tão desejada transformação estrutural, desta forma as políticas públicas atuais do governo visam incentivar a economia solidária e desenvolver ações de qualificação da população no sentido de contribuir para a sua inserção no mercado de trabalho.

A qualificação social e profissional uma vez entendida como forma de mobilizar e a articular a sociedade local em torno de projetos econômicos, tem o intuito de criar ou de fortalecer as iniciativas e estas ampliem as oportunidades de trabalho e de geração de renda nas comunidades e por sua vez, melhorem as condições de vida e favoreçam novas oportunidades para o desenvolvimento tanto local, regional e federal.

5. Considerações finais

A interpretação dos procedimentos adotados na análise diagnóstico do projeto Projovem Trabalhador realizado em Ijuí quanto aos seus objetivos, agentes envolvidos, arcos ocupacionais, enfim, ao considerar a complexidade do desenvolvimento das questões de qualificação e inserção no mercado de trabalho pode ser entendido neste primeiro momento como um avanço. Uma vez que este estudo não pode ser realizado em separado do seu contexto histórico e geográfico e ao se pensar na interpretação dos procedimentos da análise diagnóstico de uma situação como um processo contínuo e progressivo de construção do conhecimento.

Uma característica importante a ser destacada frente à contribuição deste projeto é a possibilidade de formatar o quanto as evidências ao serem agrupadas tornam admissíveis certas hipóteses, permitem perceber como e quais condições outras formulações podem ser adicionadas ao longo do estudo. Estas formulações podem ser tanto na criação e ou modificação, uma vez que podem ser apuradas, generalizadas, expandidas ou restringidas de acordo com as necessidades do que é levantado.

O projeto Projovem Trabalhador em Ijuí através deste primeiro estudo e confrontação de suas prerrogativas quanto ao que foi proposto e executado pode ser pensado como fator positivo e desenvolvimento. A educação e preparação para a vida e para o trabalho são fundamentos essenciais para a transformação estrutural, e por certo como elementos do complexo entendimento e viabilidade do desenvolvimento seja ele no âmbito nacional, estadual, municipal. E todas as ações que são desenvolvidas com este intuito de qualificação profissional que buscam atingir os mais variados segmentos, terão sua contribuição para facilitar a inserção e manutenção no mercado de trabalho.

A qualificação social e profissional entendida como forma de mobilizar e a articular a sociedade em torno de projetos econômicos, com o intento de criar ou de fortalecer, ampliar as oportunidades de trabalho e de geração de renda, por sua vez tendem a melhorar as condições de vida e favorecem novas oportunidades para o desenvolvimento.

A promoção da qualificação social, ocupacional e profissional do jovem trabalhador articulada com as demais ações de promoção da integração ao mercado de trabalho e de elevação da escolaridade são pontos de relevância e que podem de fato gerar a tão esperada empregabilidade, ou seja, como forma para que crescimento e desenvolvimento sejam contínuos.

E esta é uma dimensão do Projovem Trabalhador de oportunizar qualificação específica e social e que possa estar vinculada aos arcos ocupacionais de demanda local, isto é, o jovem se torna apto a trabalhar em sua área de formação, ou ainda empreender novas alternativas de renda uma vez que está se inserindo no contexto do mercado de trabalho.

Os processos que historicamente foram fortemente tecidos pelo andamento dos interesses econômico e político, hoje, se apresentam com uma abordagem de percepção e interpretação também, das necessidades sociais. É um caminho longo, que precisa ser articulado sob outro olhar, do ponto de vista humano e este aspecto também foi idealizado pelo projeto e buscou atingir a comunidade de Ijuí, sob seus diferentes níveis sociais, de escolaridade, experiência profissional dentro da faixa etária de 18 a 29 anos.

A esta contextualização de trabalho, mercado e qualificação que o esforço desprendido buscou nortear como delineamento de qualificação profissional. O projeto visou esse direcionamento em questão, ao passo que a qualificação pode intervir e contribuir para que os atores sociais (em especial os jovens) venham exercer e se apropriar de sua capacidade de produção, crescimento e desenvolvimento através da capacitação diretamente no local onde estão inseridos, e também na construção de um país integrado e sustentável.

A educação certamente acaba por favorecer a autoestima, a satisfação pessoal, e porque não dizer a dignidade operária que por vezes foi negligenciada, ou ainda, perdida, e que sem dúvida, são mecanismos que conduzem a construção de uma sociedade melhor.

O campo de trabalho cada vez mais se afunila, o emprego, propriamente dito está se diluindo, é preciso buscar novos mecanismos, formatos de ocupação funcional. Aqui reside a importância da parceria dos agentes composta neste projeto, poder público, entidades profissionalizantes, empresas e comunidade.

Alguns aspectos que precisam ser redimensionados em uma nova edição do Projovem Trabalhador em Ijuí, certamente, passa pela preparação de todos os agentes envolvidos, seja o pessoal que irá realizar as inscrições dos alunos nos cursos, que devem conhecer melhor o projeto, sua finalidade e dimensão, os cursos que serão

oferecidos, suas características e pré-requisitos, dentre outros, com base que este é um dos primeiros contatos que os alunos potenciais estão realizando. Executar os cursos, acompanhar os desempenhos, encaminhar para possíveis vagas, enfim, mesmo os jovens devem todos estar munidos dos objetivos que cercam este projeto na cidade. Para haver melhor direcionamento destes alunos potenciais com suas pretensões de qualificação e ocupação profissional, o que sem dúvida, aumentaria o número de alunos, adequação das turmas, dos cursos, frequência e em decorrência diminuiria o número de evasões neste sentido inicial do projeto.
Em resumo, o grande ponto a ser destacado como incremento futuro é o papel de cada agente frente a sua execução para dimensionar o tamanho do projeto que está inserido, que saiba trazer soluções, respostas pertinentes ao seu trabalho, planejamento eficaz para todas as etapas, preparação do pessoal que está envolvido. Com ênfase neste sentido ao contato que será realizado com os empresários, pois estes são decisivos a todo o desafio que as horas de trabalho e preparo dos alunos irá demandar, ou seja, conseguir se inserir no campo de trabalho.
A análise realizada até o presente não tem todos os dados para avaliar o quanto o projeto contribuiu para o desenvolvimento local, contudo, algo diferente aconteceu, nestes termos de preparar, qualificar e ter como meta dos agentes envolvidos a inserção de cerca de 30% dos alunos em suas áreas de formação é um grande passo que é dado nesta direção.

É relevante enfatizar que o projeto Projovem Trabalhador em Ijuí é um canal que permeia a capacitação, preparação dos profissionais frente à atual demanda do emprego para conquistar e apropriar-se de um lugar que possibilite desenvolver e transformar a realidade local onde está inserido. Mas é a pessoa, o cidadão, o profissional o agente da possibilidade de sua própria transformação, a sua ação frente às suas escolhas é o fator principal para sua qualificação e principalmente de sua inserção no tão concorrido mercado de trabalho.

Referências

CARDOSO FILHO, Eduardo. (2010), ***Relatório Interno do SENAI***. Ijuí.

DUFUMIER, Marc. (2007), ***Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas***. Tradução de Vitor de Athayde Couto: prefácio de René Dumont. Salvador: EDUFBA.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Disponível em: *http://www.mte.gov.br/*. Acesso em: 03.02.2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Disponível em: *http://www.mec.gov.br/*. Acesso em: 06.02.2011.

SEN, Amartya. (2000), ***Desenvolvimento como liberdade***. São Paulo: Cia das Letras.

Direitos humanos e democracia no Brasil: um estudo sociológico do trabalho policial (1985-2009)

Cristiane do Socorro Loureiro Lima
tianellima@yahoo.com.br

Resumo: esta pesquisa de doutoramento fez uma análise do trabalho policial no Brasil, desvendando os valores, as contradições e os significados presentes neste universo, utilizando um olhar privilegiado sobre as dimensões da Violência, da Cidadania, da Democracia e dos Direitos Humanos. Constatou que as ações policiais estão vinculadas ao espaço sócio-territorial e a parcela da população envolvida, transformando o poder discricionário em poder arbitrário da polícia. Problematizou que para a promoção dos direitos humanos na ação policial não basta educar sobre direitos humanos, é preciso educar nos direitos humanos, ou seja, nas relações e para os direitos. A metodologia englobou pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo (observação, questionários, entrevistas em profundidade e grupos focais) com gestores e policiais militares. E conclui mostrando a centralidade do debate sobre as ações das instituições policiais para a consolidação da democracia.

Palavras-chave: Direitos Humanos; trabalho policial; democracia; violência; cidadania.

1. Introdução

No século XXI a busca por segurança e pela paz tornou-se um grande ideal a ser perseguido pelas pessoas e pelos governos, porém em nome deste ideal continuaram a ser cometidas inúmeras atrocidades no mundo. No Brasil, o artigo 1º da Constituição Federal de 1988 estabelece que "[...] a República Federativa do Brasil, formada pela União indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito", logo expressa de maneira veemente seu comprometimento com a democracia e com os direitos fundamentais.

Neste contexto, esta investigação analisou o trabalho policial articulado com a ampliação dos direitos de cidadania, dos espaços de liberdade democrática e como medição para o grau de afirmação e ou negação dos Direitos Humanos no Brasil. Metodologicamente foi feita uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com uma amostragem de 78 (setenta e oito) policiais militares. Apontando que a superação da intolerância e da violência, a afirmação de uma co-presença radical do policial na sua ação profissional com a sociedade pressupõe o policial se perceber como ser humano e ver o outro como contemporâneo e igual, que merece ser tratado com respeito e humanidade.

2. Um Pouco Sobre a História da Polícia no Brasil

A instituição policial foi historicamente legitimada com o Estado burguês, para garantir a permanência no poder das elites dominantes. Mas isso feito sob o manto do discurso de manutenção da ordem pública e o "bom sossego".

A existência da "paz pública" era nada mais do que manter sob controle e vigilância todos aqueles que ameaçassem a ordem social vigente. Por isso, ao longo dos anos da história policial só foi mudando o prisma, mas a ação repressiva sempre foi a tônica da ação policial combinada com uma filosofia de guerra, na qual se buscavam sempre inimigos para serem combatidos, desde os índios e os estrangeiros no período colonial, depois a ação marcante de repressão política, "caçando" conjuntamente com o exército os "comunistas" e os "opositores do sistema", para depois centralizar-se nas consideradas "classes perigosas", ou seja, nas classes populares.

A literatura brasileira registra a presença de militares desde a fase do Brasil colônia, com atuação das milícias, das tropas regulares, das ordenanças, dos Almotacés, estes últimos constituem a primeira manifestação de uma "autoridade policial constituída" e eram encarregados de zelar pela ordem pública nas recém criadas vilas.
Sobre as tropas regulares, identifica-se que os primeiros governadores-gerais são os que se fazem acompanhar das primeiras tropas regulares vindas da metrópole, devendo entre suas tarefas a de organizar o sistema de fortificações costeiras (SODRÉ, 1979). Em relação às milícias, elas foram formadas dentro das prescrições do Regimento de 1548 e do disposto no Serviço de Ordenanças, de 1575, tendo influência decisiva no sistema na estrutura colonial vigente.
A noção de inimigo é constituída claramente desde esse período colonial, sendo que:

> [...] nas áreas em que se estabelece a agricultura, o inimigo é o indígena, que é preciso desalojar ou escravizar, para que o colonizador se vale de sua superioridade em meios materiais, armas em particular, e do divisionamento estabelecido nas tribos; ou o pirata, que investe do exterior, e para deter suas investidas organiza-se o recrutamento baseado na ordem privada, na contribuição obrigatória da população que se organiza em Ordenanças, ao comando dos próprios senhores de terras e de escravos [...] Com a mineração o inimigo principal passa a ser outro: passa a ser o próprio povo, que sofre da tributação extorsiva, enquanto permanece a ameaça da investida externa no litoral, e aparece uma zona de conflito permanente no sul pastoril. (SODRÉ, 1965: 59).

Dessa forma, é perceptível uma significação negativa da força militar no Brasil, pois se pode dizer que ela atendia aos interesses de uma parcela da população: "[...] a missão das forças militares, durante os três séculos de dominação lusa, pode ser resumido no seguinte: assegurar a empresa da colonização" (SODRÉ, 1965: 59).
O marco decisivo para a formação do que viria a ser conhecido como polícia militar teve origem na vinda da família real para o Brasil em 1808, tendo como marco a criação da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, corpo estruturado à semelhança do Exército, que tinha como principal função atender às ordens do intendente na manutenção do sossego público. Seus quadros originais são formados na tradição patrimonial portuguesa, com homens de maior poder aquisitivo que obtêm o privilégio de comandar um corpo policial, oferecendo como contrapartida a manutenção de seus praças. Dessa Guarda Real original derivaram as instituições policiais uniformizadas de formato militar que ainda hoje fazem o policiamento urbano (BRETAS, 1998).

3. Democracia, Direitos Humanos e Trabalho Policial

A Constituição da República Federativa Brasileira de 1988 reconheceu os direitos à vida, à liberdade e à integridade pessoal e considerou a tortura e a discriminação racial como crimes. Mas apesar desse reconhecimento formal, o aparato estatal continua a utilizar a violência para manter a ordem social, consolidando uma ação policial violadora de Direitos Humanos (relatório da Anistia Internacional "Eles Entram Atirando" - Índice AI: AMR 19/025/2005).
Concordo com a premissa de Bobbio (2004: 21), "[...] direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos", mas, contraditoriamente, o século XXI iniciou com inúmeras atrocidades no mundo a serem cometidas em nome dos Direitos Humanos, da Democracia e da Paz.
Vivemos em uma sociedade formalmente democrática, em um país que é signatário da maioria dos tratados e convenções internacionais de Direitos Humanos, mas que possui uma das maiores taxas de letalidade, seja de seus jovens, seja de seus agentes policiais resultado do enfrentamento perverso no cotidiano do trabalho policial.
Assim como em diversos países do mundo, no Brasil, os registros de violações de direitos humanos e de violência policial elevam-se quando a atuação policial ocorre nos espaços da periferia das cidades, revelando a demarcação das linhas abissais na ação policial.

No Brasil, a transição da formação social escravista para a formação social de relações capitalistas de trabalho redefiniu sem eliminar a utilização da coerção física violenta nas relações entre os aparatos repressivos e a população urbana e rural brasileira, gerando o paradoxo brasileiro: democratizaram-se as estruturas políticas, mas a violência, simultaneamente, cresceu e atingiu níveis que despertam o temor na sociedade (TAVARES DOS SANTOS, 1997).

A nossa sociedade ainda se encontra em um processo de consolidação da ordem democrática e, portanto, com urgência de compreender as estruturas e práticas sociais da organização policial, movimento no qual as lutas sociais contra a violência têm desempenhado uma ação historicamente inovadora que precisa ser incorporado ao saber sociológico sobre a organização policial, desvendando o enigma da arma e da flor, ou seja, de um ofício marcado pela duplicidade entre agente do exercício do monopólio da violência física legítima e, simultaneamente, agente de produção de consenso (TAVARES DOS SANTOS, 1997).

Situa-se, então, que a violência pode dizer respeito à coisificação do outro na relação de alteridade. Entendida universalmente como todo atentado aos direitos fundamentais das pessoas é também concebida como o ato de privar o homem de sua palavra.

Ao analisar o Brasil, segundo Mondaini (2009), pois não há como se pensar a história do país no século XXI fora da estrada aberta, em 1948, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos: uma estrada que seja capaz de revelar por completo o caráter indissociável existente entre democracia e direitos humanos, visto que, nos dias atuais, é impossível não se dar conta de que a condição elementar para que possa ser identificada uma democracia – ou dito de outra maneira, para se avaliar o quão democráticos são um Estado e uma sociedade – vincula-se à defesa, garantia e promoção dos direitos humanos em sua totalidade assumida desde a segunda metade do século XX.

Nesse caminho, o artigo 1º da Constituição Federal de 1988 estabelece que "[...] a República Federativa do Brasil, formada pela União indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito", logo expressa de maneira veemente seu comprometimento com a democracia e com os direitos fundamentais.

Na Constituição Federal de 1988, as referências às Polícias Militares aparecem no esboço estrutural do Título V – Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas – mais especificamente no capítulo III, onde trata da Segurança Pública, no art. 144:

> A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a **preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio**, através dos seguintes órgãos:
> V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.
> Parágrafo 5º - Às Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos Corpos de Bombeiros Militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.
> Parágrafo 6º - Às Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as Polícias Civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (BRASIL, 1988 p.65-66, grifos meus).

As Polícias Militares, no Brasil, possuem a responsabilidade constitucional de realizar o policiamento ostensivo, tanto em seu aspecto preventivo quanto repressivo. Porém permeada por valores militares apresentem indicadores de sistemáticas violações de direitos humanos, emergindo a necessidade de construção de uma polícia compatível com o Estado Democrático de Direito.

A atuação do poder disciplinar sempre esteve presente na instituição policial, sendo desde a sua origem, aplicados os castigos por infrações internas, agressões a outros policiais. É oportuno salientar que, quando se tratava de violências cometidas no serviço contra a população, a situação era diferente, pois se constata que as afirmações da necessidade de tratar bem ao público e de não empregar violência desnecessária ficaram todo o tempo ao nível das declarações de comando, mas de poucos efeitos concretos. Quando confrontados com

queixas da população, relativas a abusos promovidos pelos policiais, a preferência dos comandantes era pela proteção de seu pessoal, fazendo investigações que terminavam não comprovando nada (HOLLOWAY, 1993 apud BRETAS, 1998).

Situação muito semelhante à atualidade, onde grande parte dos crimes cometidos pelos policiais fica impune. Em contrapartida é enorme o número de sindicâncias e procedimento administrativos disciplinares no interior da instituição policial para apurar atrasos, faltas em serviço, ausência do posto de serviço, entre outras questões administrativas internas que são exemplarmente punidas, para garantir "a moral e o decoro policial"

Porém, as regras do jogo estão mudando, pois as forças policiais foram criadas não para proteger, mas para controlar a população e tiveram permissão de roubar e extorquir propinas em troca de lealdade à autoridade. Mas agora há reclamações sobre a corrupção em todos os lugares e a polícia está na linha de fogo (AGUAYO apud CHEVIGNY, 2000).

Vale recordar o espaço ocupado na mídia escrita e televisa dos episódios da década de 90 do século XX: Carandiru-SP (1992), Vigário Geral –RJ (1993), Corumbiara- RO (1995), Eldorado dos Carajás-PA (1996), Diadema-SP (1997), além dos grupos de extermínio, formados, em sua maioria, por policiais.

Nesse contexto de questionamento da ação policial, outro ponto passível de destaque é a militarização do sistema de segurança pública, e como situa Cerqueira (apud ZAVERUCHA, 2005), entenda-se por militarização o processo de adoção de modelos militares, conceitos, doutrinas e procedimentos e pessoal em atividades de natureza civil, dentre elas, a segurança pública.

Concordo com Chevigny (2000) quando diz que a adoção de um papel militar pela polícia parece sempre um erro. Muitos políticos de forma impensada aceitam um modelo semimilitar no qual o papel da polícia é "combater" o inimigo "crime", incorporado a pessoa do criminoso. O modelo cega a percepção pura e simples de que os policiais são cidadãos como aqueles com que eles trabalham e que não há nenhum inimigo.

Um fato que merece ser problematizado, pois passou despercebido para maioria da população e também dos próprios policiais, foi uma mudança ocorrida no texto constitucional, por meio da Emenda Constitucional n. 18, de 5 de fevereiro de 1998**,** a partir da qual os policiais militares e bombeiros militares passam a ser denominados como militares estaduais e não mais como servidores públicos militares. Como situa Zaverucha (2005), nem mesmo o regime militar ousou apagar do texto constitucional a expressão "policial militar" e substituí-la por militar estadual, deve-se então questionar: qual o significado desta maior militarização? Por que tirar o título de servidor público dos policiais militares e dos bombeiros militares?

Mas afinal segurança pública é uma atribuição civil ou militar?

Informo que essa indefinição está no próprio texto constitucional, quando coloca as polícias militares como forças auxiliares das Forças Armadas, característica típica de regimes autoritários, além do que indica Zaverucha (2005), o controle sobre o tipo de armamento, a localização dos quartéis, o adestramento das tropas e a coordenação das PMs continuam sob o controle da Inspetoria Geral das Policias, órgão vinculado ao ministro do Exército.

Entendo que a função da polícia é essencialmente civil e não militar, que deve ser civilmente controlada e suas atribuições de atuar nos conflitos existentes na sociedade devem ter como pressuposto a garantia de segurança da população. Não há inimigos a serem combatidos. Há crimes e delitos que precisam ser prevenidos e controlados. E isto envolve muito mais que uma ação repressiva, pois compreende um conjunto articulado de setores e segmentos da sociedade atuando para um melhor viver coletivo.

Ver o outro como meu semelhante, como alguém que pelo olhar recíproco, eu o identifico e me identifico, sem este olhar perdemos a perspectiva do outro e de nós mesmos. Devemos buscar a igualdade em termos de direitos, deveres e oportunidades, mas como seres humanos únicos e singulares, somos diferentes. Recordo a fala de Lemos-Nelson (memória pessoal): Imaginem se todas as árvores fossem iguais? A beleza da natureza está na diferença, mas isto não exclui que qualquer árvore tenha direito ao sol, a chuva, ao vento, a terra, enfim a todos os elementos que lhe permitem constituir como árvore.

4. O que pensam e revelam os policiais militares

Fundamentada no meu caminho investigativo que envolveu pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com uma amostragem de 78 (setenta e oito) policiais militares. Apresento alguns resultados da pesquisa. Informo que na pesquisa de campo que fundamentou este trabalho foram utilizadas as técnicas de observação participante, entrevistas, grupos focais e aplicação de questionários. Neste estudo são apresentados alguns dos dados dos 78 questionários aplicados em policiais militares da Polícia Militar do Pará (Brasil). Dos entrevistados 65% estão na faixa que compreende 11 a 20 anos de serviço. 19% tinham menos de 10 anos de serviço e 16% possuem mais de 21 anos de serviço.

4.1 Direitos Humanos

4.1.1 Significado dos Direitos Humanos

Nessa questão, 100% das praças[1] atribuíram um sentido positivo aos direitos humanos, enquanto que para os oficiais, mesmo prevalecendo o sentido positivo (50%), as variações são mais difusas.

Assumo a perspectiva que os direitos humanos colaboram para empoderar[2] as pessoas, para serem protagonistas nas suas próprias vidas, e essa dimensão de empoderamento ainda está enfraquecida no meio policial, pois circula a noção que "os direitos humanos" deveriam ver mais a situação dos policiais, geralmente referindo-se as entidades e as organizações não governamentais de direitos humanos, que desde a abertura democrática tiveram uma atuação marcante em denunciar os abusos cometidos pelo Estado, por meio seu aparato repressivo, no caso em estudo da polícia. Isso com o foco exclusivo em denunciar as violações, ficam obscurecidos os seus mecanismos de produção, entre eles, as violações de direitos que ocorrem no meio policial. Logo, torna-se necessário um duplo repensar, tanto das práticas das Organizações Não Governamentais de Direitos Humanos centradas nos aspectos denúncias, quanto dos policiais de que ter direitos humanos é se empoderar e ser protagonista.

Ter direitos humanos significa assumir o controle de sua própria vida, como também significa trabalhar muito, organizar a sua comunidade, seus companheiros de trabalho, exigir efetivação de políticas públicas, promover a igualdade, mas sabem respeitar as diferenças. Ideais que a Declaração Universal dos Direitos Humanos procurou resgatar, em 1948.

> [...] O ser humano vem buscando desde sua origem satisfazer seus desejos. Talvez isso nunca tenha fim. Assim ocorre nas diversas civilizações. Busca-se sempre mais liberdade e direitos. Porém, o que para algumas culturas é normal e aceitável, a outras não se permite. Diante desse contexto, o ser humano provocou e enfrentou diversas revoluções, a fim, sempre, de garantir novos direitos. O que se tem hoje, deve ser resguardado, protegido, cuidado, enaltecido, pois certamente, muitos se sacrificaram para consegui-los e garanti-los. O cuidado que se deve ter, é somente quanto ao fato de não se ferir tradições de povos e comunidades que convivem muito bem com práticas ou princípios que não achamos certo, mas que suas culturas permitem.
> (PM 01 – MAJ – 16 anos de serviço).

---

1 Nas policias militares brasileiras a estruturas de carreiras são divididas em duas grandes categorias de oficias e praças, com ingressos diferenciados na estrutura organizacional. Oficiais possuem postos: Coronel, Tenente Coronel, Major, Capitão, Primeiro-Tenente e Segundo-Tenente. Praças possuem graduações: Praças Especiais: Aspirante-a-Oficial e Aluno-Oficial /Cadete e as Praças: Subtenente, Primeiro-Sargento, Segundo-Sargento, Terceiro-Sargento, Cabo e Soldado.

2 Baseado no módulo 1 do Curso de Direitos Humanos e Mediação de Conflitos, promovido pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil.

3.1.2 Atividade policial e Direitos Humanos

> [...] No que pese os direitos humanos, a atividade policial militar avançou um pouco esses últimos anos. Hoje já é tema nas escolas de formação, hoje já existe a preocupação dos comandantes quanto a essa questão. Ainda há equívocos quanto ao conceito, como ao entendimento e a prática desse entendimento dos policiais, sobretudo de muitos praças, que acham que direitos humanos estão relacionados à proteção de bandidos, mas muito se avançou.
> (PM 6 – SGT – 14 anos e 7 meses de serviço).

> [...] Pode ser compatível sim, é difícil, pra isso há de se ter treinamento, há de se abordar o assunto, há de se trazer as vivências para rodadas de discussão de modo que aqueles PMs que vivenciaram a situação reflitam e visualizem as situações e assim possam ter a compreensão de como se aplica a teoria.
> (PM 6 – SGT – 14 anos e 7 meses de serviço).

Os policiais pesquisados que nunca participaram de cursos de direitos humanos identificam uma incompatibilidade do trabalho policial com Direitos Humanos.

> [...] Para o policial não existe direitos humanos. Quando um policial e abatido na rua por meliante os direitos humanos não aparecem quando do contrário sim.
> (PM 18 – Cabo 17 anos de serviço).

Destaco que a maioria dos pesquisados já teve a disciplina nos seus cursos de formação, porém prevaleceu a ministrada com enfoque jurídico e realce aos aspectos legalistas dos direitos humanos. Com isso, muitos policiais desacreditam nos direitos humanos ou continuam a pensá-lo como "direito de bandidos".

> [...] Os direitos humanos vieram para dificultar um pouco o trabalho policial, pois já existem muitas leis e um certo escritor disse: "um país com muitas leis não é bom"
> (PM 19 – Soldado - 1 ano de serviço).
> [...] Os órgãos de direitos humanos são muito influenciados pela mídia; é extremamente sensacionalista, quer vender jornal, a caba "sacrificando" o policial militar e defendendo apenas os delinquentes.
> (PM 33 – Soldado – 3 anos e 11 meses de serviço).
> [...] Direitos humanos só é visto do lado dos que não merecem respeito (*os pilas*.)
> (PM 37- Capitão – 15 anos de serviço).
> [...] É difícil de abordar sobre um tema onde a balança cede somente para um lado, pois os PM também são seres humanos, porém na prática não existe.
> (PM 42- Capitão – 15 anos de serviço).
> [...] Do ponto de vista da realidade do serviço policial militar na rua, eu digo que não, muitas vezes, o policial esquece até o seu próprio direito quando esta em situação de risco.
> (PM 03- CB Feminino-17 anos de serviço).

Por outro lado, na perspectiva de Balestreri[3], o policial tem uma dimensão proativa e positiva na sociedade, indicando que o policial tem um papel de educador na sociedade, devendo, então, não apenas respeitar dos Direitos Humanos, mas sim promovê-los.

> [...] É primordial. Não se pode pensar em polícia desatrelada do respeito aos direitos humanos. Afinal, o trabalho policial existe para servir às pessoas. Como poderia não proteger seus direitos? Como separar as pessoas dos seus direitos? Não tem como.

---

3 Ex-Secretário Nacional de Segurança Pública (2008-2010).

> Ao proteger as pessoas, protege-se seus direitos. Ao respeitar as pessoas, respeita-se seus direitos, a não ser que não as reconheça como tal, que realize o trabalho policial mecanicamente, como quem lida com um objeto, um ser inanimado em que se deve cuidar, mas que não tem vida.
> (PM 01 - Major - 16 anos de serviço).

> [...] A atividade policial, essencial e teoricamente, existe para a garantia de direitos humanos. Portanto, são não só compatíveis os conceitos, mas indissociáveis. Ocorre que existe uma instrumentalização histórica da atividade que reiteradas vezes culmina no desrespeito aos direitos humanos.
> (PM 08 – Major - 15 anos e 3 meses de serviço).

> [...] DDHH deveria ser o ponto de partida para a atuação do policial militar, sendo este profissional defensor e promotor de DDHH, mas atualmente vivemos um quadro em que se por um lado melhorou a seleção, formação, estrutura da corporação, por outro lado ainda há as mazelas, a violência, os crimes, a corrupção policial. Neste contexto, acredito que somente com um trabalho de parceria que envolva órgãos governamentais, órgãos não governamentais e a sociedade civil poderá ocorrer a efetivação de políticas sociais que busquem a diminuição das mazelas sociais, com a melhoria na educação, oferta de emprego para a população, com salários mais dignos. Bem como é necessária a reforma de algumas leis, visando coibir a impunidade, que atualmente impera em nosso país e que realmente ocorresse o interesse dos políticos em atuarem promovendo e garantindo DDHH para a população, estando incluído, também, o policial militar.
> (PM 10 – Major- Feminino – 17 anos de serviço).

> [...] Hoje, já vemos os direitos humanos como direito para todos independentes se é delinquente, pois ainda acho que a palavra humano está acima de tudo, porém acredito que a instituição precisa tratar o policial, o meliante, enfim, de formas iguais.
> (PM 25 – Cabo - 18 anos de serviço).

3.1.3 Polícia e respeito aos princípios dos Direitos Humanos

> [...] Em termos não, Pois os policiais acham que se tratarem os bandidos com educação serão desrespeitados.
> (PM 04 - SD – Fem - 03 anos e 07 meses).

Nenhum praça respondeu afirmativamente sobre a polícia respeitar os direitos humanos e entre os oficiais 30% acredita que existe esse respeito. De forma mais veemente está a 'fala' a seguir:

> [...] Sim, completamente. Nunca fui ensinado a torturar, nem incentivado a isso. Nunca me disseram para matar ninguém, mas apenas que tenho direito como cidadão à legítima defesa.
> (PM 07 – CAP - 15 anos de serviço).

Sobre esse tema, lembro de Cerqueira[4], que era um dos raros intelectuais na área de segurança pública, também oficial da Polícia Militar, que em sua produção destaca-se a sua preocupação do trabalho policial ser realizado, tendo como base os princípios elencados na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

---

4 Coronel da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, assassinado em 14 de setembro de 1999, quando tinha 62 anos e ocupava na data a vice-presidência do Instituto Carioca de Criminologia (ICC). Coordenador da Coleção Polícia Amanhã, do ICC, que foi interrompida após seu assassinato.

Ele tratava da importância de ser respeitado pelos policiais o Código de Conduta para os Encarregados da Aplicação da Lei, estabelecido pelas Nações Unidas e ainda defendia a criação de Conselhos de Ética, dentro das organizações policiais.
Embasado em autores como Zaffaroni (apud CERQUEIRA, 1998), defendia também o modelo comunitário de prevenção do crime, trabalhando com os elementos da criminalização e os processos de estigmatização, das violações no encarceramento e da "policização". E argumentava que deveria haver por parte da administração pública uma dupla preocupação tanto com os níveis de deteriorização do policial quanto com os níveis de deteriorização organizacional da polícia, transformando-a em um fator de insegurança pública.
Por olhar a realidade dos policiais, ele apontava a necessidade de estudos sobre os efeitos da vitimização policial, provocados pelo "[...] uso sistemático da violência e os estresses provocados pelas condições de trabalho policial" (CERQUEIRA, 1998, p.773). Ele também indicava a criação de comissões internas nas polícias para avaliarem as situações em que o uso da força e das armas de fogo provocassem ferimentos e mortes.

3.1.4 Respeito aos Direitos Humanos no Brasil

> [...] Queremos que isso aconteça, mas em minha opinião os direitos humanos têm uma longa historia de desrespeito, começando pela colonização do Brasil na época da escravidão.
> (PM 03 - CB Feminino -17 anos de serviço).

Nenhum praça considera que, no Brasil, os direitos humanos são respeitados e, nesse ponto, há uma similitude com os oficiais, pois 90% dos entrevistados avaliaram que os direitos humanos não são respeitados no Brasil. Essa resposta remete a pergunta de Dahl (2009, p.75): "[...] a igualdade é óbvia?" Ele ressalta que a ideia de que todos os homens (e mulheres) foram criados iguais não é nada evidente para a maioria das pessoas. Lembro que - apesar da Declaração da Independência dos Estados Unidos, em 1977, declarar que "[...] todos os homens foram criados iguais e que todos são dotados pelo Criador com certos direitos inalienáveis, entre os quais a vida, a liberdade e a busca da felicidade" - no mesmo período, os autores da Declaração deixaram de lado o fato que muitos estavam excluídos destes direitos proclamados, entre eles: "[...] mulheres, escravos, negros libertos e povos nativos".
No Brasil, um traço marcante da história dos direitos humanos vincula-se à existência de descompasso, uma falta de sincronia entre aquilo que se encontra inscrito na ordem normativa e o que se apresenta na realidade social, o que levou e continua a levar à construção e/ou legitimação da existência de duas nações, radicalmente diversas entre si, no interior de uma única e mesma nação chamada Brasil. Isso dá vida à dicotomia de um "Brasil legal" e um "Brasil real" (Mondaine, 2009), como expressa um pesquisado:

> [...] Não, tudo é apenas exteriorizado na teoria e a prática não alcança a todos.
> (PM 04- SD- Fem - 03 anos e 07 meses de serviço).

Também dá forma a "[...] uma estranha relação entre um país avançado em termos legais, de um lado, e outro que vive absolutamente à margem das conquistas obtidas no plano das normas e das leis, de outro lado" (MONDAINI, 2009, p.13). Um Brasil uno e dividido pela linha abissal, onde de uma lado prevalece a regulamentação e de outro a arbitrariedade, a violência e a opressão aspectos marcantes do jugo colonial.
Por isso é sempre válido lembrar que o respeito aos princípios dos Direitos Humanos pressupõe a existência de pessoas livres para refletir e interrogar sobre seus atos, como diz Arendt (2004, p.195). No momento em que começamos a agir, assumimos que somos livres não importa qual possa ser a verdade dessa suposição: "[...] Ao que parece, isso seria, por assim dizer, uma prova bela e suficiente, se fôssemos apenas seres de ação. Mas o problema é que não o somos, e que no momento em que paramos de agir e começamos a considerar o que fizemos com os outros."

3.2 Democracia

Nas respostas dos pesquisados foram várias representações ou faces da democracia, tanto a sua abordagem clássica como poder que emana do povo, quanto a sua representação liberal mais conhecida e difundida de democracia representativa:

> [...] Originalmente é o regime onde "o poder emana do povo" hoje é o "poder da representatividade" e as ações devem ser praticadas com base na ordem política, jurídica e social, o que garante a legitimidade.
> (PM 02 - CEL RR - 23 anos de serviço).
> [...] É poder particular efetivamente das decisões tomadas pelos nossos governantes e lideranças.
> (PM 03- CB Feminino-17 anos de serviço).

Sobre a democracia no Brasil 50% dos oficiais identificaram que o país vive numa democracia, 67% dos praças consideram que não, conforme ilustro com as 'falas':

> [...] Do ponto de vista de outros momentos históricos vive, mas como disse ainda há equívocos à respeito do que é democracia, consequentemente as atitudes, os interesses individuais, advindos da influencia do sistema em que vivemos, acabam por afetar essa questão.
> (PM 06 – SGT – Feminino - 14 anos e 7 meses de serviço).

> [...] Não, apesar das melhorias ocorridas nos últimos anos, ainda há muito a ser feito, em todos os aspectos: social, legal, respeito aos direitos humanos.
> (PM 10 – MAJ- Feminino - 17 anos de serviço).

Dahl (2009: 42) ensina que "[...] em todos os países democráticos há uma grande lacuna entre a democracia real e a democracia ideal". E no Brasil, assim como em muitos outros países da América Latina, há um enorme *gap* entre o que está escrito na lei e a realidade brutal da aplicação da lei. A Constituição do Brasil, promulgada em 1988, conseguiu incorporar muitos dos direitos individuais que foram violados sistematicamente no período da ditadura militar. Os direitos à vida, à liberdade e à integridade pessoal foram reconhecidos, e a tortura e a discriminação racial são consideradas crimes. No entanto, apesar do reconhecimento formal desses direitos, a violência oficial continua (PINHEIRO, 1997).

Esse *gap* entre a lei e a realidade é a raiz do fracasso das democracias latino-americanas consolidarem um dos grandes marcos de governo democrático: o controle legítimo da violência. É esse fracasso também que explica a persistência da violência endêmica em muitos países da região. Por um lado, a violência usada pelas elites como forma de manter a ordem social – a tortura e a detenção arbitrária continuam a caracterizar o comportamento policial em países como o Brasil. E devido a tais atos oficiais de violência, gozam de uma ampla impunidade, e o comportamento policial arbitrário continua fora do debate. Por outro lado, o crime violento e a delinquência, também aumentaram na América Latina, particularmente nos anos 80 e 90 (PINHEIRO, 1997)

3.2.1 A polícia como uma instituição democrática

> [...] Não, pois o regime disciplinar muito forte acaba alienando o direito dos policiais que estão na base da cadeia hierárquica de manifestarem seus pontos de vista.
> (PM 04 - SD - Feminino- 03 anos e 07 meses de serviço).

> [...] Não. Apesar das melhorias existentes, em última instância o que prevalece é a vontade do Superior (no sentido "mais antigo").
> (PM 10 – MAJ - Feminino – 17 anos de serviço).

> [...] Sim, porque constitucionalmente atende s expectativas sociais , além de ser um importante instrumento da administração pública em condições de gerenciar conflitos de natureza social e atender a sociedade nas suas mais diversas necessidades emergenciais, simples ou eventos de grande envergadura.
> (PM 02- CEL PM RR - 23 anos de serviço).

Dos entrevistados 73% consideram que a polícia não é uma instituição democrática, havendo muitos que relacionam com o período da ditadura militar (1964-1988). Compreende-se que é difícil pensar a Polícia Militar como uma instituição democrática, sua estrutura militar, fortemente hierarquizada e de disciplina rígida são incompatíveis com um ideário democrático. E defendo uma 'reviravolta' institucional, uma polícia com estrutura e funcionalidade civil, logo que seja iniciado um processo de democratização das relações, com maior divisão de poder e com profissionais de segurança pública voltados para garantir o direito de ir e vir das pessoas, o seu direito constitucional a segurança, contribuindo para a utilização, circulação e vivacidade no espaço público.

3.3 Ditadura Militar no Brasil

> [...] Houve muitos estudiosos que já dissecaram o assunto, sobre os diversos significados que a Ditadura teve para o povo brasileiro. Para mim, uma em especial eu ressalto: o significado moral. O país vivia e ainda vive sobre turbulência política. Via-se e continua se vendo acirrada disputa pelo poder. Disputa, muitas vezes veiculada, desonesta. Muitos escândalos que promoveram a completa falência da imagem do homem representante público político. Quase ninguém confia no que eles pregam. Há sempre desconfiança. E por ocasião da Revolução Militar, fez-se o povo brasileiro refletir sobre a moral. Boa ou má gestão não importa, o que importa é colocar na mesma balança ditadura/ revolução de um lado e democracia do outro, percebendo que tanto em uma quanto na outra houve desvios de conduta, que afogam a esperança dos brasileiros em ver representantes políticos austeros. Que provocam no povo a reflexão sobre suas próprias condutas, sobre suas raízes, sobre as justificativas plausíveis a tanta desonestidade. Que, quiçá, encaminhe-nos a uma nova revolução, mas uma revolução moral.
> (PM 01- MAJ- 16 anos de serviço).

Nessa 'fala', o entrevistado apontou a importância da revolução moral e pelo menos duas dimensões para pensar a moralidade, relacionando o eu consigo mesmo e o eu com o outro, e nas duas dimensões está intrínseca a necessidade de reflexão e de percepção do ser como ser no mundo. Situo Arendt (2004, p.140), em todas as línguas "[...] o termo consciência significa originalmente não a faculdade de conhecer e julgar o certo e o errado, mas o que agora chamamos consciência de si (*consciousness*), isto é, a faculdade pela qual conhecemos a nós mesmos, nos tornou cientes de nós mesmos.

Lembro um trecho do discurso de Ulysses Guimarães em 1978: "[...] *Nós do MDB sabemos que escola e faculdade são para dar o diploma, mas somente o caráter é que faz o homem. E o jovem, sem liberdade e democracia, não será homem para servir a si, aos seus e à sociedade".*

A ditadura militar para os 100% das praças pesquisados teve um significado negativo. Torna-se prudente e preciso lembrar a violência da ditadura brasileira, onde há liberdade foi tolhida por meio de dura repressão contra muitas pessoas que quiseram pensar a realidade brasileira e o seu papel na história.

A persistência da violência na ação policial é associada à influência do período ditatorial para as praças, enquanto para os oficiais persistem práticas autoritárias na maneira de administrar a polícia. Vale lembrar a mudança de ação da polícia militar nesse período, quando uma tropa prioritariamente aquartelada e só com treinamento militar é "colocada na rua", ou seja, passa a ter como atribuição a realização do policiamento ostensivo e realizar a manutenção da ordem pública.[5]

---

5 Na constituição de 1988 ocorre a mudança de manutenção para preservação da ordem pública.

É importante registrar que no período da ditadura militar, o ensino e a instrução nas Polícias Militares eram controlados pelo Exército Brasileiro e, nesse período, prevalecia a Doutrina de Segurança Nacional.
A doutrina de Segurança Nacional atribuía às Forças Armadas a função de combate, não apenas aos inimigos externos da nação, mas também aos seus supostos inimigos internos. O regime ditatorial de 1964 prendeu, torturou, baniu e assassinou inúmeros opositores: tanto os que aderiram à luta armada como forma de resistência quanto aqueles que se limitaram a fazer uso da palavra como instrumento de denúncia das não poucas arbitrariedades cometidas no período (MONDAINI, 2009).
Recorde que, no período ditatorial, as policiais militares assumem com exclusividade o policiamento ostensivo, seguindo os ensinamentos dos militares e, desde então, eles existem nas ações práticas desenvolvidas pelos PMs, como identifica uma entrevistada:

> [...] Infelizmente algumas ações de certos policiais que atuam nas ruas nos remetem ao Período da ditadura militar.
> (PM 03- Cabo PM Feminino-17 anos de serviço).

Como uma entrevistada responde como resquício da ditadura militar o seguinte "aprendizado":

> [...] Que devemos oprimir e reprimir para sermos respeitados.
> (PM 04 - Soldado PM Feminino - 03 anos e 07 meses de serviço).

> [...] Até hoje perdura na formação.
> (PM 05- Capitão QOAPM, 31 anos, 03 meses e 26 dias).

Será que essa realidade *Vai Passar*?

> Num tempo
> Página infeliz da nossa
> história
> Passagem desbotada na
> memória
> Das nossas novas
> gerações
> Dormia
> A nossa pátria mãe tão
> distraída
> Sem perceber que era
> subtraída
> Em tenebrosas
> transações[6].

Cabe destacar que o marco repressivo perdura no Estado Brasileiro, desde a sua fundação como Estado Nacional, e as forças policiais sempre um pilar central nesta ação repressiva. Por meio dos estudos de Bretas (1998), pode-se visualizar como ocorreu o processo de construção e estruturação das forças policiais no Brasil e a sua relação com o contexto político nacional.
A construção do aparato estatal brasileiro no século XIX teve a elaboração de um sistema repressivo como um de seus pontos principais e uma observação mais cuidadosa de como se construiu o aparelho policial parece extremamente necessária e servirá para problematizar os modelos mais aceitos sobre a construção do Estado nacional brasileiro. Pois ao enfrentar as dificuldades de recrutamento e disciplinarização dos agentes locais

---

6 A composição musical de *Vai Passar* foi iniciada em 1983 e concluída em 1984. Disponível em: http://www.chicobuarque.com.br/construcao/mestre.asp?pg=vaipassa_84.htm>. Acesso em: 24. mai. 2009.

do Estado, "[...] os gestores políticos tiveram de fazer concessões para tornar efetivo o funcionamento desse Estado, por onde se incorporaram elementos de favor que comprometeram qualquer projeto de implantação de uma racionalidade estatal moderna" (BRETAS, 1998: 231).

3.4 Violência Policial

Lemos-Nelson (2001) propõe a substituição do conceito de violência policial pelo de criminalidade policial. Em sua pesquisa sobre as graves violações de direitos humanos, cometidas pela polícia investigativa no Brasil, destruiu o mito de que essas violações sejam apenas fruto de treinamento ou de comportamento desregrado individual de alguns policiais, porquanto evidenciou a prática de crimes e apontou para o apoio institucional dado a tais práticas.
Considero que há casos que se enquadram como violência e outros que devem ser enquadrados como criminalidade policial, tendo os grupos de extermínio como exemplo de criminalidade policial. Sobre o apoio institucional esse ocorre de forma latente, ou melhor, implícita, e seguindo uma influência direta dos gestores institucionais, utilizando a linguagem militar dos comandantes, quando destacam ações permeadas de violência e "sentimento de bravura", em geral seguida de mortes de civis. Ou então quando ignoram as violações praticadas pelos policiais, e atribuem a realização dessas práticas como fruto unicamente de escolhas individuais.

3.4.1 Diferença entre uso da força e uso da violência

> [...] Claro que existe, e é gritante. O uso da força está relacionado com um conjunto de fatores que vai desde o agente aplicador da lei capacitado munido de informação e tecnologia capaz de transformar tais fatores num conjunto de ações que visem administrar conflitos sem causar danos de quaisquer espécies. uso da violência é a extrapolação de um ou mais desses fatores durante a aplicação uma ação.
> (PM 02- Coronel RR - 23 anos de serviço).

Para todos os pesquisados é nítida a diferença entre o uso da força e o uso da violência, baseada a primeira nos princípios da legalidade e proporcionalidade, enquanto a segunda é uma ação desproporcional, impulsionada pela emoção e permeada de ilegalidade. Logo, quando relacionada com a questão anterior é perceptível que eles têm consciência sobre o significado da violência e para as praças, ela é um traço marcante na atividade policial.

> [...] Sim. O uso da força deve ser empregado dentro da proporcionalidade de cada caso, a Violência é usada por policiais que querem ter controle da situação a qualquer preço.
> (PM 03- Cabo - Feminino - 17 anos de serviço).

> [...] Sim, o uso da força é uma concessão dada ao estado para exercer poder de coerção sobre as pessoas que praticam ações contrárias a manutenção da ordem pública, enquanto que uso da violência é o emprego da força em desrespeito aos direitos constitucionais.
> (PM 01- Major - 16 anos de serviço).

A importância da análise da organização policial é um dos eixos centrais para o francês Dominique Monjardet, devendo ser composta tanto pelos seus aspectos formais quanto pelos informais, pois em geral esses últimos são descartados nas análises da estrutura policial, em parte por prevalecer a ideia que a polícia é uma instituição

com estrutura e finalidade bem definida tanto a nível institucional como na ação de seus membros.
A polícia é uma grande organização complexa, regida por regras coercitivas, cujos membros estão longe de partilhar uma visão idêntica das finalidades da polícia em geral e de suas próprias missões em particular. Nela, portanto, a organização informal desempenha um papel determinante (MONJARDET, 2003).
Por conseguinte é válido rememorar Poulantzas (1980), quando afirma que Estado não é um "bloco monolítico, mas um campo estratégico", onde:

> [...] as contradições internas e os deslocamentos entre poder real e poder formal não se situam unicamente entre os diferentes aparelhos e setores do Estado, mas igualmente no seio de cada uma deles, no sentido em que o centro real de poder em torno do qual cada aparelho se organiza, não se situa igualmente no cume de sua hierarquia tal como se apresenta da função pública: isso vale tanto para a administração, polícia e exército.
> (POULANTZAS, 1980, p.160-161).

Volto a Monjardet (2003) que chama a atenção para o conceito de discricionariedade no trabalho policial, sendo a autonomia ou o poder discricionário designaria uma capacidade de tomar liberdades com a regra, a disciplina e a hierarquia.
As análises sociológicas mais frequentes do trabalho policial se ordenam em torno da descrição da autonomia policial. Esta é hoje, sob o termo de *police discretion* [poder discricionário da polícia], um lugar comum dos trabalhos anglo-saxões sobre polícia, o objeto de um capítulo obrigatório em todas as obras. Sob sua forma mais imediata, designa simplesmente um fato observado, como efeito universal e incontestável da "[...] *grande liberdade de ação de que dispõe um policial de campo*" (MONJARDET, 2003, p. 43-44, grifos meus).

3.4.2 Influência das questões sociais na violência na sociedade

> [...] Certamente que isso ocorre. Comprovado por inúmeras pesquisas e estudos. O que só reforça a tese de que é preciso se investir mais em políticas públicas eficientes que garantam a melhoria de vida da população.
> (PM 01- Major PM, 16 anos de serviço).

> [...] Motivam as pessoas a pensarem que é o fim da humanidade e que não há solução e assim elas não vão contribuindo para uma cultura de paz e sim para a manutenção da violência.
> (PM 04 - Soldado PM Feminino - 03 anos e 07 meses de serviço).

O controle social dos setores populares se faz com os policiais recrutados nesses mesmos setores. Os policiais são utilizados no controle da criminalidade permitindo-lhes o uso de desmedida violência contra os suspeitos, oriundos daqueles estratos sociais marginalizados, sem maiores preocupações com os custos sociais que isto representa. "[...] As vítimas diretas da violência do sistema penal, isto é, os mortos, sejam criminosos, sejam policiais, todos pertencem ao mesmo estrato social e são igualmente vítimas de violações dos direitos humanos" (ZAFFARONI apud CERQUEIRA, 1998, p. 771).
Muito oportunamente, Zaffaroni (2007) identifica que processo de vitimização ocorre tanto dos "favelados" quanto dos "policiais", e que para os reacionários o perigo é todos os da favela, onde ele inclui os policiais, tomarem consciência da armadilha que estão envolvidos e juntos fazerem "revolução".

> O perigo para os reacionários não é a morte nas favelas, nem a morte dos favelados, nem a morte dos policiais, mas o risco de os pobres se juntarem e tomarem consciência da armadilha penal. Essa política dos chamados comunicadores sociais e políticos sem programas, que só querem mais poder policial, no fundo é a neutralização da incorporação das maiorias à democracia. É manter um mundo não civilizado

> marginalizado do mundo civilizado. O mundo da favela e o mundo da Barra! Na medida em que os da favela se matam (aí estão incluídos os policiais), a Barra não tem perigo de invasão, só algum criminoso isolado, mas nada de reclamação política, nada da consciência dos excluídos, nada que possa pôr em perigo as estruturas de classe, que se tornam estruturas de casta na medida em que a sociedade impede a mobilidade vertical, máxima aspiração dos "popularistas penais". (ZAFFARONI, 2007, p.131, grifos do autor).

Para complicar o quadro no Brasil é válido situar uma reflexão de Milton Santos (2007) sobre a construção da cidadania brasileira:

> [...] em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadas, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo sem a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da ascensão social. Em lugar do *cidadão* formou-se um *consumidor*, que aceita ser chamado de *usuário*. (SANTOS, M. 2007, p.25).

O cidadão não se restringe ao consumidor, ao usuário ou mesmo ao eleitor, ele é "[...] multidimensional, onde cada dimensão se articula com as demais na procura de um sentido para a vida. Isso é o que dele faz o indivíduo em busca do futuro, a partir de uma concepção de mundo" (SANTOS, 2007, p. 56) e da articulação de um projeto de vida individual, profissional e societário.

3.5 O Universo da Rua

> [...] **Quem trabalha direto** no policiamento ostensivo está sujeito a se corromper por influência da remuneração que recebe, por ganância ou até por necessidade. (grifos meus).
> (PM 03- Cabo - Feminino -17 anos de serviço).

> [...] Hoje é extremamente hostil, reticente, tenso, sujeito à violência, impaciente com exacerbação do sentimento de ódio tanto por parte do poder público quanto por parte daquele que está sendo abordado ou daqueles que praticam o delito.
> (PM 02- Coronel RR - 23 anos de serviço).

O universo da rua tem um significado importantíssimo na ação policial, aliás, é o *lócus* privilegiado da sua ação, mas é um espaço pouco pensado e refletido. Um universo repleto de tensões, de valores, de representações, onde cada segundo na ação policial pode representar uma vida, e toda vida pode passar em um segundo, tanto quando se está com uma arma na mão ou na mira de uma dela.

> [...] É na rua, em meio às situações conflituosas que policiais militares tomam decisões sob uma forte pressão psicológica, decisões essas que vão dar rumo as suas vidas que podem ser positivas causando alivio ou negativas trazendo transtorno para si e para os seus. De certa forma a condição das situações são colocadas de forma cruéis e desafiadoras a condição humana deste policial.
> (PM 04- Soldado - Feminino- 03 anos e 07 meses de serviço).

> Muitos policiais relatam que o universo da rua há pouco tempo para pensar, ele remete para a ação, que o coração começa a bater mais acelerado ao ouvir o chamado para atender uma ocorrência pelo rádio. Ou quando no momento de ronda, com olhar cauteloso identificam as pessoas que irão abordar. Quem está preparado para viver isso diariamente e tão intensamente? Como manter a saúde mental?

Uma ação não refletida e não analisada tende a repetir-se, e a não-reflexão da ação na vida policial pode resultar no ferimento e morte de pessoas. Sem pensar, essas mortes podem tornam-se banais. Com diz um oficial entrevistado que já respondeu judicialmente por 15 homicídios: "[...] depois do primeiro, você se torna insensível [...] É como aquela cena do filme *Tropa de Elite*, você está falando: oi, amor, com sua mulher ao telefone e acabou de matar alguém". Pode-se dizer que o próprio sistema judiciário colabora para essa banalidade, quando nesse exemplo o policial diz que foi absolvido em todos os casos e que "não dá em nada, porque era tudo ladrão".

Esse mesmo policial conta que uma vez estava em uma ocorrência com refém, e lembrou que tinha feijoada no quartel. Como a ocorrência com refém está no processo de negociação, ele chegou com o comandante da operação e perguntou: "[...] Chefe, posso logo acabar com isso?" Tendo a resposta positiva, ele virou e matou os dois sequestradores. No diálogo com esse policial, ele diz que depois percebeu que precisava sair da unidade onde estava trabalhando, pois tinha matado só para comer feijão.

Este entrevistado completa que muitos policiais são considerados heróis nas comunidades, devido ao número de "bandidos" que eles já mataram e cita um caso de um oficial que já respondeu mais de 40 processos, sendo absolvido em todos e acrescenta que se ele se candidatar a vereador seria prontamente eleito, porque "ele só elimina vagabundo" e deixa a comunidade satisfeita.

Outros policiais vão indicar que atividade de rua brutaliza os policiais:

> [...] Muitas vezes, o policial em serviço reproduz a cultura da rua, ou a cultura da marginalidade, aquela que ele convive dia a dia, está presente diariamente na rotina policial, possibilitando inclusive maior desenvoltura policial, quando utilizada na melhor forma, o trabalho da PM está localizado numa fina linha entre o lícito e o ilícito, logo, a polícia fatalmente passa por lá.
> (PM 09 - Major - 16 anos e 10 meses de serviço).

> Existe uma falsa máxima que a rua influencia a atividade operacional em uma via de mão única. Precisamos trabalhar para conscientizar os policiais no sentido de que também a sua atuação influencia no universo da "rua".
> (PM 08 - Major- 15 anos e oito meses de serviço).

Arendt (2004, p.158) diz que a maneira mais segura para um criminoso nunca ser descoberto e escapar da punição é esquecer o que fez e não pensar mais no assunto. Também por isso, pode-se dizer que, "[...] antes de mais nada, o arrependimento consiste em não esquecer o que se fez, em voltar ao assunto".

Os maiores malfeitores são aqueles que não se lembram porque nunca pensaram. Sem lembrança, nada consegue detê-los. Para os seres humanos, pensar no passado significa movimento, atividade de reflexão, pressupõe "[...] mover-se na dimensão da profundidade, criando raízes e assim estabilizando-se" (ARENDT, 2004, p. 159).

> O maior mal não é radical, não possui raízes e, por não ter raízes, não tem limitações, pode chegar a extremos impensáveis e dominar o mundo todo [...] Em outras palavras, ao conceder o perdão, o que se perdoa é a pessoa e não crime; no mal sem raiz, não resta nenhuma pessoa a quem se poderia perdoar. (ARENDT, 2004, p. 159-160).

Refletir sobre a sua atividade é essencial, visto que para muitos PMs a rua é lugar de aprendizagem, como relata o entrevistado:

> [...] A rua é a verdadeira escola, quem não passou pela rua não pode ser considerado policial de verdade.

> (PM 12- Capitão- 15 anos de serviço).
> [...] Transforma-se num cotidiano perigoso onde o policial, ao se acostumar com a violência, acredita ser aquilo uma coisa normal, o que nem sempre é.
> (PM 24 – Soldado- 1 ano de serviço).

É necessário pensar as pausas na ação policial, um policial não pode estar "direto na rua", deve existir uma política de remanejamento de espaços de trabalho e de locais, assim como espaços de acompanhamento e reflexão da sua ação profissional, mas não como algo punitivo, como já foi determinado por meio de uma resolução do Conselho de Segurança Pública do Estado do Pará, onde cada policial que estivesse envolvido em ocorrência que resultassem em mortes, deveria ter um atendimento psicológico, mas que fracassou como medida, pois era considerada por eles como uma punição.

Desta forma urge a necessidade de pensar uma polícia humana que pressupõe potencializar todas as dimensões de humanidade do trabalho policial, provocando um processo de democratização das relações, de revisão do significado do trabalho da polícia e fundamentalmente do respeito à dignidade da pessoa humana no trabalho policial.

Por isso, confio que é preciso "[...] responder ao que nos acontece, que nos é dado a ver, ouvir, sentir. Cada hora concreta, com o seu conteúdo do mundo e do destino, designada a cada pessoa, é linguagem para atenção despertada" (BUBER, 1982:49). Logo, é com esse intuito de responder foi realizada essa investigação de doutoramento, contribuindo para as reflexões sobre a democracia, direitos humanos e segurança pública e para a construção de uma polícia realmente compatível com tempos democráticos.

Referências

ANISTIA INTERNACIONAL. (2005) Relatório *Eles Entram Atirando - Policiamento de Comunidades Socialmente Excluídas no Brasil* (Índice AI: AMR 19/025/2005). Disponível em *http://www.amnesty.org/en/library/info/AMR19/025/2005*. Acessado em 10 de junho de 2006.

ARENDT, Hannah. (2004) *Responsabilidade e julgamento*. Tradução de Rosaura Einchenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BRASIL. (1998) Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. *Emenda constitucional n. 18*. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legislacao.nsf/>. Acesso em: 15 set. 2005.

_____. (2001)*Plano de Segurança Pública para o Brasil.* Brasília: Governo Federal.

BRETAS, Marcos. (1998) A Polícia Carioca no Império. Rio de Janeiro, *Revista Estudos Históricos*, pp. 219-234.

BOBBIO, Norberto (2004). *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BUBER, Martin (1982). *Do Diálogo e do Dialógico*. São Paulo: Perspectiva.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. (2001) *O futuro de uma ilusão*: o sonho de uma nova polícia. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. (Coleção Polícia Amanhã).

CHEVIGNY, Paul. (2000) Definindo o papel da polícia na América Latina. In: PINHEIRO, Paulo Sergio; MENDEZ, Juan; O'DONNELL, Guilherme (Org.). *Democracia, violência e injustiça.* São Paulo: Paz e Terra.

DAHL, Robert A. (2009) *Sobre a democracia*. Brasília: Editora UNB.

LEMOS-NELSON, Ana Tereza. (2001) Criminalidade Policial, Cidadania e Estado de Direito. Salvador, *Caderno CEAS* , p. 9-36, jan-fev.

LIMA, Cristiane S L. (2009) *Direitos Humanos e Dilemas da Democracia no Brasil: Um Estudo Sociológico do Trabalho Policial (1985-2009).* Tese de doutoramento. Brasil: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MONDAINI, Marco. (2009) *Direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Contexto.

POULANTZAS, Nicos. (1980) *O estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda.

SANTOS, Milton. (2007) *O espaço do ci*dadão. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

SANTOS. Boaventura de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes (2007). Coimbra (Portugal), *Revista Crítica de Ciências Sociais*.

SODRÉ, Nelson Werneck. (1965) *História militar no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. (1997) A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. São Paulo, *Tempo Social*, n. 9, p. 155-167.

ZAVERUCHA, Jorge. (2005) *FHC, forças armadas e polícia*: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002). Rio de janeiro: Record.

Caminhos da participação: a inclusão das comunidades tradicionais de matriz africana e afrobrasileira na formulação das políticas públicas municipais.

Aristóteles Veloso da Silva MUNIZ[1]
Katherine Lages CONTASTI[2]

1. Introdução

Esta comunicação objetiva apresentar a análise das políticas públicas voltadas às comunidades tradicionais de matriz africana e afro-brasileira (CMTAA) de Caruaru, processo iniciado em 2011 na Conferência da Mulher do município. A necessidade de formulação de políticas públicas específicas para este segmento surge de demandas e provocações levantadas em nossa contemporaneidade no que se refere aos debates sobre as políticas de reconhecimento da diversidade. Políticas que tem como orientação a abertura de espaços de participação e de dialogo aberto e transparente para que os diversos grupos sociais, ou segmentos sociais, possam discutir os problemas e demandas específicas potencializando uma resposta qualificada e eficaz do Estado.
A problemática que envolve as questões das CMTAA é fruto dos novos debates em torno das demandas que envolvem a formação das identidades coletivas que buscam construir, elaborar e efetivar direitos, garantindo o exercício pleno da cidadania. Essa problemática está inserida nas reflexões teóricas em torno do processo de construção de novas identidades e dos conflitos que envolvem esses novos sujeitos. De acordo com Hall (2001) (2006), Bauman (2005) e Foucault (1982), essas micropolíticas, ou políticas de identidade são orientadas pelas demandas específicas dos grupos socialmente excluídos e que são vítimas históricas de um processo de negação de direitos, de exclusão e invisibilidade social. São lutas históricas que buscam efetivar os direitos humanos, a dignidade da pessoa humana e a convivência pacífica entre os indivíduos. Essa luta, de acordo com Santos (2002), perpassa o processo de radicalização da democracia, pela abertura de novos canais de participação coletiva onde esses sujeitos possam ser provocados em demandar, falar e se posicionar com relação aos seus problemas.

2. Problematização

Essas ações que envolvem a elaboração, promoção e execução de políticas públicas, dentro de uma metodologia democrática e participativa, seguem um devir histórico decorrente da militância dos novos movimentos sociais por todo mundo. A problemática que envolve as questões das CTMAA é fruto dos novos debates em torno das discussões que envolvem a formação das identidades coletivas para o exercício pleno da cidadania no mundo contemporâneo e da utilização de formas participativas de construção de políticas públicas. O movimento de construção destas políticas públicas ocorre de forma contrária às orientações hegemônicas no que se refere à construção de ações públicas estatais. Em Caruaru, a sociedade civil foi demandada pelo Estado a participar e pautar sua problemática, orientar os agentes públicos na construção de políticas públicas específicas.

---

1 Bacharel em Ciências Sociais pela UFPE e Mestre em Sociologia pelo programa de pós-graduação em Sociologia pela UFPE. Atualmente docente na UNIFAVIP/Devry e gerente em Direitos Humanos da Secretaria Especial da Mulher e Direitos Humanos do município de Caruaru. E-mail: aryveloso77@yahoo.com.br

2 Possui graduação em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Teresina (2006), é mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (2010) e mestra em Direitos Humanos no Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da UFPB com ênfase em Gênero e Direito. Atualmente professora dos cursos de Administração Pública e Direito da ASCES, supervisora de estágio de Administração Pública. Atua como gestora da Secretaria Especial da Mulher de Caruaru. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direitos Humanos, atuando principalmente nos seguintes temas: sociedade da informação, violência, gênero e violência contra as mulheres.

Com relação a nossa experiência, ela se apresenta como pioneira em nossa cidade e surge a partir da pressão por políticas públicas deste segmento específico. Essa movimentação surgiu e foi demandada de dentro do poder público, os agentes públicos provocaram a movimentação dos sujeitos no que se refere a suas demandas específicas. O poder público provocou a agenda do movimento que se formou, provocou a formação do sujeito político com as ações que foram desenvolvidas.

Ao analisarmos a história de formação das primeiras CMTAA no Brasil, notamos de forma clara o processo de exclusão e demonização ao qual foram vítimas os sujeitos identificados com essas religiões. A relação entre as CMTAA e o racismo em nosso país é muito forte. A formação destas comunidades é marcada por forte processo de repressão, violação de direitos, negação cultural e exclusão social. Como nos chama atenção Freyre (2001) a formação colonial do Brasil é marcada pela forte e controladora presença da Igreja Católica influenciando com seus códigos morais nossas práticas políticas, culturais, econômicas e sociais.

"Temia-se no adventício acatólico o inimigo político capaz de quebrar ou de enfraquecer aquela solidariedade que em Portugal se desenvolvera junto com a religião Católica. Essa solidariedade manteve-se entre nós esplendidamente através de toda nossa formação colonial, reunindo-nos contra os calvinistas franceses, contra os reformadores holandeses, contra os protestantes ingleses. Daí ser tão difícil, na verdade, separar o brasileiro do católico: o Catolicismo foi realmente o cimento da nossa unidade" (FREYRE, 2001, pg. 102-103).

Em Caruaru não poderia ser diferente, pois Caruaru foi construída a partir do discurso católico hegemônico produtor de um processo de exclusão vitimando os praticantes das religiões afro-brasileiras, religião das CMTAA de Caruaru. O município de Caruaru nasce como fazenda, torna-se povoado, passa a vila e se constitui enquanto cidade, orientando suas práticas sociais a partir do discurso católico. Ela desenvolve-se enquanto povoação após a construção da capela de N.S. da Conceição, característica marcante dos nossos municípios brasileiros. O surgimento desses municípios e sua expansão está vinculada diretamente a construção de capelas que serviram como os primeiros pontos de aglomeração urbana.

A vida social, em Caruaru, se desenvolve e regulariza-se em torno dos valores, normas e regras de comportamento e de entendimento orientados pelo discurso católico, patriarcal e escravocrata (Freyre, 2001). Então a construção conceitual das religiões afro-brasileiras é organizada pelo campo discursivo cristão, que define todo o processo de exclusão e de perseguição dos seus iniciados, filhos e filhas de santo[3].

Esse processo de estigmatização, preconceito e discriminação gera sujeitos e identidades que são negadas e com oportunidades sociais reduzidas. Essas oportunidades sociais reduzidas repercutem na oferta e promoção de políticas públicas pelo Estado e no processo de participação política destes sujeitos. Esse processo é marcador da invisibilidade que acomete essa parcela de nossa população. O relato de um dos nossos informantes deixa bem claro isso quando ele fala que "já fazem 50 anos que cultuo o santo em Caruaru, fui um dos primeiros, e nunca a prefeitura, e ninguém veio saber de nós, é a primeira vez que vejo isso". Ou comentários na imprensa local, com relação ao 1º Encontro de Matrizes Africanas, quando um ouvinte relata que "estão trazendo africanos agora para Caruaru é! Só era o que faltava". Santos (2002) chama atenção para o fato de

[...] existe um processo de pluralização cultural e de reconhecimento de novas identidades que tem como consequências profundas redefinições da prática democrática, redefinições essas que estão além do processo de agregação próprio à democracia representativa (p. 75).

A democracia representativa e os partidos políticos estão entrando num processo patológico, segundo Santos (2002), de crise de representação com relação às pessoas que os elegeram. Esse processo patológico fica nítido nas conversas com as lideranças das CTMA. Eles não "acreditam mais nas promessas dos políticos", não acreditam que "eles tenham boas intenções" para a comunidade, "só aparecem para pedir votos e depois somem". O próprio processo de aproximação com as lideranças e com a própria comunidade, durante as reuniões de levantamento de demandas e conversas políticas, foram marcados por conflitos e situações embaraçosas[4].

---

3 Denominação das pessoas que são iniciadas nas religiões de matriz africana e Afro brasileira. São os/as adeptos/as destas religiões.

4 Eram sempre levantada questões sobre as nossas intenções, o que queríamos com tudo isso, o que estávamos ganhando. Muitas vezes escutamos conversas nas comunidades insinuando que estaríamos ganhando muito dinheiro as custas dos terreiros, que éramos iguais aos outros, só nos importávamos com o dinheiro e não com eles.

Dentro deste cenário percebe-se que as concepções críticas e a vida concreta da democracia revelam a necessidade de analisar o processo, entre conquistas e estagnações que exigem práxis comprometidas, reconfigurando espaços e ocupantes na elegibilidade, oferta e efetivação de políticas públicas. Diante do exposto, destacamos que as ações de participação e de comunicação entre a comunidade e o poder público resultaram na institucionalização da política de igualdade racial com a criação de uma assessoria no executivo municipal e a implementação do conselho municipal de promoção à igualdade racial (CMPIR).

Nosso trabalho teve como orientação uma abordagem qualitativa que utilizou a pesquisa de campo apoiada em uma observação participante das principais atividades realizadas e na análise de conteúdo das intervenções e falas dos diversos atores. É dentro desta abordagem metodológica que construímos um corpus analítico para subsidiar os resultados do trabalho.

Como instrumento metodológico, além da observação participante, utiliza-se a descrição do processo de mapeamento, diálogo e participação das CMTAA, destacando os problemas levantados e as ações realizadas pelo poder público municipal a partir das demandas oriundas da relação governo e sociedade civil.

2.1. Início.

O início do processo de comunicação entre governo e as comunidades teve como marco agosto de 2011, decorrente de um processo de mobilização para a conferência da Mulher do município. De antemão não sabíamos onde poderíamos encontrar as CTMAA. Como demonstramos anteriormente, essas comunidades viviam em situação de invisibilidade, existiam apenas para os praticantes dos cultos e seus vizinhos. Existiam no cotidiano dos bairros, mas na agenda pública do governo estavam invisíveis. Mobilizar mulheres para essa atividade seria um grande desafio para os organizadores da conferência. Essa ação visava garantir uma maior representação dos diversos segmentos sociais existentes, as religiões de matriz africana deveriam estar presentes. Elas representam parcela significativa de pessoas e processos que foram excluídos das agendas políticas devido ao jogo das hierarquias sociais que condicionam quem pode e tem direito de falar.

"A hierarquia não é hoje entre países apenas, é entre setores econômicos, grupos sociais, regiões, saberes, formas de organização social, culturas e identidades. A hierarquia é o efeito acumulado das desigualdades das relações entre as formas dominantes e as formas dominadas de cada um desses campos" (SANTOS, 2002, p. 19).

A dominação é nítida neste processo de invisibilidade e negação de participação dos/as representantes das CMTAA na agenda pública local. Nesta ocasião foram mobilizadas representantes mulheres destas comunidades para participarem da conferência. A partir desta iniciativa ficou clara a necessidade de levantamento de dados sobre as CMTAA da cidade, pois, em Caruaru não existiam dados sobre os terreiros, o poder público não sabia, e nunca soube. Se eles existiam? Em quantos eram? Suas localizações? Seus adeptos? Eram manifestações religiosas tidas como que invisíveis aos olhos da sociedade. Torna-se lógico que essa ausência de conhecimento sobre as comunidades é fruto do processo histórico de negação de direitos e exclusão social ao qual nos referimos anteriormente. Os primeiros levantamentos foram marcados pelo boca a boca. Encontramos a comunidade de Mãe Lourdes da Oxum e a partir de informações da própria, outras comunidades foram sendo identificadas. Atualmente temos 40 CTMA.

Os primeiros levantamentos foram feitos, os primeiros encontros, a primeira caminhada. Com esse processo de interação entre governo e comunidade começou a se construir os primeiros contatos com outras lideranças da capital, em resumo, inicia-se um processo de se questionar quais seriam os principais problemas das CTMA. A partir destes contatos, foi possível levantar alguns desses principais problemas: desconfiança com os autores políticos, conflitos internos e externos, desigualdade social elevada marcada pela pouca escolaridade e vulnerabilidade social, negação de direitos, falta de experiência democráticas e de formação de sujeitos coletivos, invisibilidade das comunidades frente a agenda pública e principalmente buscar combater uma representação social negativa e discriminatória dominante sobre quem é de terreiro, uma representação "demoníaca", de negro, pobre e gay. Problemas marcadores da desigualdade deste grupo que se encontra em vulnerabilidade social e completamente excluído e invisível socialmente.

Fernandes (2008) destaca bem essa problemática da dificuldade de integração do negro na nova ordem social que surgia e que repercutiu nas suas manifestações religiosas e culturais.

"À margem das atividades estratégicas para a urbanização dos modos de pensar, de agir e do estilo de vida, acabaram não participando, sequer superficial e esporadicamente, das "tendências do progresso". As transformações sofridas pela macumba ilustram cabalmente essas interpretações. Não possuindo autonomia social para se associar através de valores culturais próprios, de cunho autenticamente "sagrado" e "tradicional", a "população negra" perdeu a possibilidade de zelar pela pureza de seus cultos e acabou assistindo à perversão da macumba pelo branco. Em consequência, deixou de se beneficiar das funções construtivas desses cultos, que requerem um mínimo de aglomeração e oferecem ao negro oportunidades de afirmação pessoal e coletiva, por meio da vida social e organizada. Esse exemplo revela duas coisas. Primeiro, as cidades não favoreciam – ao contrário, solapavam e impediam – persistência da parcela da herança cultural que poderia servir de fulcro para reorganização integrada e autônoma dos padrões de existência do negro, conforme uma configuração civilizatória rústica. Segundo, essas orientações não eram suficientemente fortes, envolventes e plásticas para produzir efeitos análogos noutras direções, o que facilitou (e até estimulou) a perpetuação de um horizonte cultural tradicionalista, de conteúdo pré-letrado e de sentido anti-urbano, que logo se converteu no fator invisível e fatal do bloqueamento, da inércia, e do malogro do negro na história cultural da cidade" (FERNANDES, 2008, pg. 85-86)

E com relação às representações Silva (1994), Fonseca (2001) e Oro (2008) chamam atenção para o fato de que elas foram construídas há séculos pela elite branca, católica, rica e heterossexual de nossa cidade, uma representação negativa que repercute no processo de exclusão e negação de oportunidades e bens sociais.

Tais procedimentos em relação às religiões afro-brasileiras resultam, em grande medida, de representações depreciativas e desqualificadoras que, ao longo do tempo, foram construídas, no ocidente e no Brasil, sobre as etnias e as culturas africanas, tidas como 'primitivas' e 'arcaicas', destinadas, portanto, a desaparecerem porque representam o passado da humanidade. No Brasil, os intelectuais, a Igreja Católica e o Estado contribuíram, cada um a seu modo, para moldar o imaginário social desqualificador do negro e das religiões afro-brasileiras (ORO; BEM, 2008, p.305).

Se levarmos em consideração toda essa problemática, veremos que construir um processo participativo, marcado por diálogo transparente e democrático seria um problema para essas comunidades, devido a sua história de negação de participação da vida pública, de perseguição a que eram acometidos e de uma forte hierarquia que configura suas relações internas. A liderança do terreiro é a figura central, o detentor do poder de decidir o que é melhor para sua comunidade. As observações levaram a concluirmos que essa característica é um forte empecilho a promoção de uma cultura democrática entre as CTMAA.

Além do conflito externo com a sociedade de uma forma geral, vamos destacar também os conflitos internos entre as comunidades. Corrêa (1998) chama atenção para o conflito como chave analítica das relações afro-brasileiras, para ele, o conflito desempenha importante papel nas relações estabelecidas interna, externamente e entre os templos e a sociedade. As disputas são marcantes. Destacamos, a partir das conversas com as lideranças, que a polícia, o poder público e principalmente os evangélicos são os principais atores envolvidos nestes conflitos externos. Existem relatos de invasão de templos, vigílias na porta dos terreiros, cultos realizados com caixas de som na frente dos barracões, e hostilidades e xingamentos por parte destes "crentes". Com relação ao conflito interno entre as CTMAA a relação é muito conflituosa, negativa, de desqualificar as ações do outro, envolvendo a "fofoca" e o feitiço como elementos importantes na desconstrução e desqualificação da imagem do/a outro/a. Apresentamos esses aspectos como sintomáticos para a dificuldade de se construir um processo democrático de participação e de tomada de decisão.

Dentro deste quadro a realização de debates, encontros, fóruns, seminários, caminhadas, semanas culturais e conferências que tinham como objetivo visibilizar às diversas manifestações culturais do campo simbólico negro e das CMTAA, onde se buscou refletir sobre a igualdade racial e a liberdade de expressão religiosa incentivou um processo de construção de vários canais de diálogo com a sociedade e as comunidades traçando caminhos e estratégias para combater o preconceito racial, a discriminação religiosa e fazer valer as diversas políticas públicas voltadas para esse público especifico.

A abertura destes canais de participação e comunicação serviu como espaços pedagógicos para construção de uma cultura participativa e democrática. Todos/as eram convidados para as reuniões, às lideranças das

CTMA e seus filhos e filhas de santo todos tinham a liberdade de participar, tinha vez e voz na apresentação de demandas e na apresentação de propostas. Com essa abertura os conflitos se apresentavam, mas eram, muitas vezes, controlados e negociados entre os participantes, chegando à resolução dos conflitos pelo diálogo aberto e amplo. Para Santos (2002, p. 78) "é necessário para a pluralização cultural, racial e distributiva da democracia que se multipliquem experimentos em todas essas direções".

Foram essas ações de participação e de comunicação entre a comunidade e o poder público que resultaram na institucionalização da política de igualdade racial, com a criação de uma assessoria para promoção destas práticas no executivo municipal e a implementação do CMPIR. A participação efetiva dos atores, a liberdade de poder expor suas demandas e aflições e a relação de confiança que surgiu destas experiências foram de suma importância na construção desta política de participação.

3. Conclusões

O que se evidencia é que as disponibilidades de canais de diálogos fortalecem o processo de conquista de autonomia das populações tradicionais, inclusive, afirmando sua identidade, tão paulatinamente delapidada, no entanto, esse não é, por si só, suficiente.

A democracia como processo cultural foi arrefecida em sua amplidão para favorecer interesses específicos. No entanto, como parte da dinâmica dialógica, encontramos alternativas de construção dessa democracia que podem alterar a cultura de colonização do outro, para uma cultura de afirmação de direitos, a fim de compensar as desigualdades existentes e que foram produzidas historicamente.

Conclui-se que a mobilização junto com a participação política teve papel fundamental na revelação das práticas sociais de identidades subjugadas pela cultura política conservadora e colonial, porém, expostas a emancipação social, conduzem-nos a construção de novas identidades e de uma nova soberania popular, por parte das CMTAA, dentro de um processo democrático de participação direta dos sujeitos.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt (2005). Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

FONSECA, Eduardo P. Aquino (2001). Faces da Identidade afro-brasileira: um estudo do estigma e preconceito religioso. Caderno Estudos Sociais. Recife, vol.17, n.1, p. 87-108. Jan/jun.

FOUCAULT, Michel (1982) O Sujeito e o Poder In DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul (org.). Michel Foucault uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FREYRE, Gilberto (2001). Casa Grande & Senzala. 43ª Edição. Rio de Janeiro, Record.

FERNANDES, Florestan (2008). A integração do negro na sociedade de classes: O legado da raça branca. Vol. 1. Prefácio Antônio Sérgio Alfredo Guimarães. 5Ed. São Paulo: Globo.

HALL, Stuart (2001). A Identidade Cultural na Pós-modernidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaraci Lopes Louro. 5 Ed. Rio de Janeiro: DP&A.

_____ (2006). Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Tradução Adelaine La Guardiã Resende ... [et al]. Belo Horizonte: UFMG.

ORO, Ari Pedro; BEM, Daniel F. de (2008). A discriminação contra as religiões Afro-brasileiras: ontem e hoje. Revista Ciências e Letras. Nº 44, p.301-318, Jul/dez. Porto Alegre.

SANTOS, Boaventura de S. (Org.) (2002). Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

SILVA, Vagner Gonçalves (1994). Candomblé e Umbanda. São Paulo: Ática.

Profissionalidade docente e direito à educação básica de qualidade social

Adriane de Lima Penteado
adriane.penteado@gmail.com

Ana Maria Eyng
eyng.anamaria@gmail.com

Resumo: A investigação problematiza as relações entre profissionalidade docente e a garantia do direito à educação básica de qualidade social. A análise da questão apoia-se no estudo da legislação educacional em diálogo com argumentos teóricos dos campos: a- política educacional, nos estudos de Boneti (2011), Candau (2008), Estevão (2012); b- garantia de direitos, nos estudos de Bobbio (2004). Candau (2013). Estevão (2012); c- qualidade social da educação básica, nos estudos de Silva (2014); d- profissionalidade docente, nos estudos de Gimeno Sacristán (2013), Nóvoa (2009), entre outros. Tais referenciais permitem análise dos dados empíricos obtidos via participação de 242 bolsistas do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID. Os resultados do estudo indicam grande desafio da educação na garantia de direitos, numa escola justa, com qualidade social para todos (as), sem ceder lugar à concepção de educação mercantil. Tal desafio implica num trabalho educativo que subsidie mudança de cultura na configuração da profissionalidade docente, capaz de se posicionar diante do forte apelo dos índices, normalmente descontextualizados, tão recorrentes na contemporaneidade.

Palavras-chave: garantia de direitos; qualidade social; profissionalidade docente.

Biografia das autoras: Adriane de Lima Penteado
Doutoranda em Educação na Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Pedagoga da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Tem experiência e publicações na área de educação, cm ênfase em Política Educacional, Profissionalidade Docente, Educação Inclusiva, Educação de Jovens e Adultos e Qualidade da Educação.

Ana Maria Eyng
Professora titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná- PUCPR, pesquisadora no programa de mestrado e doutorado em Educação-PPGE. Graduada em Pedagogia pela Universidade Tuiuti do Paraná, mestre em Pedagogia Universitária pela PUCPR, mestre em Inovação e Sistema Educativo e doutora em Pedagogia pela Universidad Autonoma de Barcelona. Coordenadora Institucional do PIBID e do Observatório Violências nas Escolas da PUCPR. Leitora da Cátedra UNESCO Juventude, Educação e Sociedade. Líder do grupo de pesquisa Políticas Públicas e Formação de Professores, com publicações na área de educação com ênfase em políticas de currículo, avaliação, formação de professores, garantia de direitos, violências nas escolas.

1. Introdução

O problema que orienta a reflexão procura elucidar a seguinte questão: Quais as relações entre os traços constitutivos da profissionalidade docente e a garantia do direito à educação básica de qualidade social? A investigação problematiza, portanto, as relações existentes entre profissionalidade docente e garantia do direito à qualidade social da educação.

A análise da questão apoia-se no estudo da legislação educacional em diálogo com argumentos teóricos dos campos: a- política educacional, nos estudos de Boneti (2011), Candau (2008), Estevão (2012); b- garantia de direitos, nos estudos de Bobbio (2004), Candau (2013), Estevão (2012); c- qualidade social da educação básica, nos estudos de Silva (2014); d- profissionalidade docente, nos estudos de Gimeno Sacristán (2013), Nóvoa (2009), entre outros.

Tais referenciais permitem a análise dos dados empíricos obtidos via participação de 242 bolsistas do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID[1]. Os participantes da pesquisa foram reunidos em três grupos distintos, de acordo com sua modalidade de bolsa: CA - coordenadores de área, que são professores das instituições de ensino superior; SU- supervisores, que são professores da educação básica de escolas públicas; e ID- estudantes de licenciatura.

O trabalho se organiza em torno de três itens: garantia de direitos e políticas públicas, garantia do direito à educação de qualidade social e profissionalidade docente, currículo e educação em direitos humanos.

2. Garantia de Direitos e Políticas Públicas

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) solicitou ao cartunista argentino Quino que sua personagem Mafalda ilustrasse, em 1977, os dez princípios da Declaração dos Direitos Humanos da Criança que faziam parte da edição internacional da campanha mundial para o Ano Internacional da Criança. Segundo o Jornal Correio da Manhã (2005) a personagem estampa a capa da publicação com a frase: «E estes direitos... Vamos respeitá-los, hã? Não vá acontecer-lhes como aos Dez Mandamentos...». A irreverência da personagem aborda a preocupação com a existência de direitos que são violados e descumpridos em todo o momento. Neste sentido emergem duas questões importantes a serem discutidas nesta seção, quais sejam: - o que são direitos humanos? – a quem cabe garanti-los?

A gênese das políticas e das lutas pelos direitos humanos se situa no período histórico da modernidade, por essa razão, segundo Candau (2008:13), os direitos humanos em vigor estão «[...] estão profundamente impregnados com os processos, os valores, as afirmações que a modernidade propôs/ propõe, legou-nos e continua instigando-nos a realizar». O que nos situa «[..] imersos no seu clima político-ideológico e cultural.» Entretanto, os valores e princípios da modernidade estão em crise, são insuficientes diante do contexto e necessidades com as quais a vida humana se depara na pós-modernidade, conforme assinala Candau (2008:13).

Na discussão sobre a construção dos direitos humanos, Bobbio (2004:7), apresenta três teses: 1. Direitos naturais são direitos históricos; 2. Nascem do início da era moderna, juntamente com a concepção individualista da sociedade; 3. Tornam-se um dos principais indicadores do progresso histórico. Para além das teses apontadas assinala a dificuldade em se definir direitos do homem, pelo fato de tratar-se de uma expressão muito vaga, na qual cabem muitas acepções, desde uma maioria de definições tautológicas que afirmam: «Direitos do homem são os que cabem ao homem enquanto homem». (BOBBIO, 2004:13), passando por tentativas de definições que assinalam a expectativa de instituição e garantia de direitos ao afirmar que «Direitos do homem são aqueles que pertencem, ou deveriam pertencer, a todos os homens, ou dos quais nenhum homem pode ser despojado». (BOBBIO, 2004:13), finalizando com definições que entendem que «Direitos do homem são aqueles cujo reconhecimento é condição necessária para o aperfeiçoamento da pessoa humana, ou para o desenvolvimento da civilização, etc., etc.». (BOBBIO, 2004:13).

---

1 O PIBID- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência- é uma iniciativa para aperfeiçoamento e valorização da formação de professores para a educação básica, por meio da concessão de bolsas: a- aos estudantes de licenciatura que desenvolvem projetos; b- aos professores da educação básica que supervisionam os projetos e; c- aos professores do Ensino Superior que coordenam dos projetos desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. Os projetos devem promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas.

Na Resolução nº. 1, de 30 de maio de 2012, que Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, há a seguinte compreensão:

> Os Direitos Humanos, internacionalmente reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana. (BRASIL, 2012).

Tendo como característica a amplitude de abrangência, a complexidade e a dificuldade na sua definição, num período de transição de valores em crise, as diversas áreas da sociedade vêm recebendo cada vez mais apelos e pressões para que sejam promovidas políticas que efetivem a garantia de direitos.

A presença de corporações econômicas e de movimentos sociais que pressionam a tomada de decisões pelo Estado resulta em políticas públicas emanadas da correlação de forças, que no contexto atual colocam o local em confronto com o global e conduz à diversidade de agentes definidores dessas políticas. Neste sentido, para Boneti (2011:17): «[...] as políticas públicas desempenham ações que nascem do contexto social, mas que passam pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, quer seja para fazer investimentos ou para uma mera regulamentação administrativa». Logo, «Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder e [...] tem como objetivo transformar a realidade numa perspectiva de futuro, não apenas momentâneo». (BONETI, 2011:18).

O jogo de forças que resulta em políticas públicas pode ser observado na criação do I Programa Nacional de Direitos Humanos do Brasil- Decreto n° 1.904, de 13 de maio de 1996 revogado pelo Decreto nº. 7.037, de 21 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2009)- que para Sacavino (2008:171) a sua criação «[...] inaugurou uma nova dinâmica na promoção dos direitos humanos no Brasil colocando ambos os atores, o governo e a sociedade civil, respeitando a mesma gramática de proteção de direitos e articulando esforços comuns».

Candau (2013:23) menciona que «a trajetória dos direitos humanos no Brasil se fortalece com a política de Estado a partir da constituição de 1988. «[...] Contudo sua história em nosso país [...] ainda está em (re) construção». Nesse sentido, «A tensão entre o crescente interesse pelos Direitos Humanos e suas constantes violações hoje, na sociedade brasileira, desafia-nos a promover uma educação que contribua com a compreensão, a conquista e a vivência desses direitos no nosso meio.» (CANDAU, 2013:33).

3. Garantia do Direito à Educação de Qualidade Social

A constituição brasileira de 1988 supera as cartas magnas anteriores por instituir, segundo o artigo 206, que: «O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios [...] VII - garantia de padrão de qualidade». (BRASIL, 1988).

A relação estabelecida entre direitos humanos e educação aponta que o ambiente escolar é um importante lócus de proteção e garantia de direitos. Segundo Estevão (2012:80):

> A educação constitui-se como um dos lugares *naturais* de aplicação, consolidação e expansão dos direitos humanos; como um direito-chave cuja negação é especialmente perigosa para o princípio democrático da igualdade civil e política; como uma arena de direitos e com direitos; enfim, como um outro nome da justiça.

Ao reconhecer o espaço escolar como um campo de aplicação dos direitos humanos destaca-se a importância de questionar outros elementos que contribuem para a análise da questão, como a violência nas escolas e o *bullying*. Pois, conforme Eyng (2013:56) «espera-se que o espaço escolar seja caracterizado pela garantia, proteção e vivência de direitos, com superação da violação de direitos, evidente nas diversas faces das violências nas escolas».

A garantia de direitos não é uma tarefa exclusiva da escola, porém é no ambiente escolar que o estudante vivencia a existência de um dos seus mais ricos direitos: a educação. Para Cury (2013:105):

> O direito de aprender, componente específico do direito à Educação, se liga intrinsecamente à função pública do Estado na medida em que só ele pode estender universalmente a escola para todos e assim atender o conjunto dos cidadãos com imparcialidade de modo a fazer cumprir os grandes objetivos da democracia e da justiça.

A escola que assume a abordagem de direitos humanos de maneira comprometida e responsável é a escola que tem imagem reconhecida por Estevão (2012:84) como escola cidadã. Essa escola se contrapõe aos outros dois modelos: empresa educativa, com vistas ao lucro, e, *McEscola,* em alusão aos produtos da famosa empresa de alimentação *fast food,* nas palavras do autor.

A escola, ao promover a justiça social, com aplicação dos direitos humanos e visão igualitária objetiva principalmente a preocupação com a qualidade da cidadania do ser humano que está em formação. Se os outros tipos de escola são caracterizados, de um lado, por visar exclusivamente eficiência e, por outro, por fornecer uma resposta rápida, a escola cidadã, por sua vez, não pode ser aquém das necessidades sociais e nem tão pouco não ter celeridade e ser efetiva.

A educação vista tanto como bem precioso, quanto como um bem público protegido por leis, deve pautar-se em princípios de qualidade «cuja linguagem nos permita fazer uma leitura do real. «[...] Como um princípio conceitual, genérico e abstrato, a qualidade ajuda a esclarecer e organizar o real existente em novas bases.» (CURY, 2013:115).

A Resolução n.º 4 de 13 de julho de 2010, ao definir as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, postula em seu artigo 8º que:

> A garantia de padrão de qualidade, com pleno acesso, inclusão e permanência dos sujeitos das aprendizagens na escola e seu sucesso, com redução da evasão, da retenção e da distorção de idade/ano/série, resulta na qualidade social da educação, que é uma conquista coletiva de todos os sujeitos do processo educativo. (BRASIL, 2010).

Neste sentido, as questões que servem para compor os padrões de qualidade têm sido alvos constantes de avaliações que pretendem aferir seus resultados. Esse aspecto compõe um dos grandes desafios da educação contemporânea, que é o de garantir uma escola justa, com qualidade para todos e manter os resultados quantitativos em níveis aceitáveis sem, no entanto, reduzi-la ao conceito da qualidade da eficiência. Esse critério, para Sander (2007:76) se refere ao «critério econômico que traduz a capacidade administrativa de produzir o máximo de resultados com o mínimo de recursos, energia e tempo».

Seguramente essa não é a melhor das perspectivas para definição de critérios que parametrizem a qualidade da educação. Nesse aspecto, Gimeno Sacristán (2007:15) afirma que:

> Uma perspectiva que supere o reducionismo economicista e se concentre na dimensão cultural da tendência globalizada manifesta as contradições e as ambivalências de que emergem novos desafios para a educação. Se cremos que ela deve servir a um projeto de ser humano e de sociedade, teremos que aproveitar suas possibilidades e enfrentar riscos formando pessoas que possam reorientá-la.

A educação comprometida com um projeto humano e de sociedade não tem início no interior dos muros escolares, uma vez que deve manter «inter-relações econômicas, políticas, de segurança, culturais e pessoais entre os indivíduos, os países e os povos, dos mais próximos aos mais distantes lugares do planeta». (GIMENO SACRISTÁN, 2007:17).

O conceito de qualidade na educação não pode ser confundido com o de qualidade do mundo empresarial, presente no debate sobre a mercantilização da educação, surgido pela relação entre o investimento econômico e a qualidade do ensino. Essa qualidade refere-se ao conceito de eficiência, encontrado no setor produtivo, onde o produto final é avaliado

Imbernón (2011:10) vê a qualidade no campo educativo «como uma tendência, como uma trajetória, como um processo de construção contínuo». Neste sentido, as questões que envolvem o processo de construção contínua e respeito à trajetória histórica das pessoas e leva ainda em consideração a inclusão social e os direitos humanos referem-se à educação de qualidade social, que para Azevedo (2011:424) «está ligada ao projeto de escola construído a partir de valores solidários, justos e honestos», entre outros.

O conceito de qualidade social abrange igualmente a ideia de uma escola que promove educação básica pública igual para todos. Neste aspecto é adotada a definição de Silva (2009:225), onde escola de qualidade social:

> [...] é aquela que atenta para um conjunto de elementos e dimensões socioeconômicas e culturais que circundam o modo de viver e as expectativas das famílias e de estudantes em relação à educação; que busca compreender as políticas governamentais, os projetos sociais e ambientais no seu sentido político, voltados para o bem comum; que luta por financiamento adequado, pelo reconhecimento social e valorização dos trabalhadores em educação; que transforma todos os espaços físicos em lugar de aprendizagens significativas e de vivências efetivamente democráticas.

Silva (2009:225) aponta algumas «Aproximações e dimensões sinalizadoras da qualidade social da educação», nas quais os determinantes externos que contribuem para a referência da qualidade da educação escolar são: - fatores socioeconômicos, - fatores socioculturais, - financiamento público adequado, - compromisso dos gestores centrais, além dos fatores que ocorrem no interior das escolas. Os dados do estudo empírico foram organizados em categorias construídas a partir destes apontamentos para dispor os dados da questão: O que você entende por qualidade da educação básica?

São considerados como fatores socioeconômicos para Silva (2009:224) «as condições de moradia; situação de trabalho ou de desemprego dos responsáveis pelo estudante; renda familiar; trabalho de crianças e de adolescentes; distância dos locais de moradia e de estudo».

Silva (2009:224) menciona como financiamento público adequado os itens que compõem os recursos previstos e executados; decisões coletivas referentes aos recursos da escola; conduta ética no uso dos recursos e transparência financeira e administrativa.

Na categoria compromisso dos gestores centrais encontram-se os itens «boa formação dos docentes" e «funcionários da educação», propiciando o seu ingresso por concurso público, a sua formação continuada e a valorização da carreira; ambiente e condições propícias ao bom trabalho pedagógico; conhecimento e domínio de processos de avaliação que reorientem as ações. (SILVA, 2009:224)

Os resultados da pesquisa empírica, na questão sobre a qualidade a categoria «compromisso dos gestores» foi a segunda com o maior número de respostas dos participantes do grupo CA. Em relação ao compromisso dos gestores incidem aspectos como: condições de trabalho, estruturação da escola, formação continuada, tempo para planejamento e avaliação, salário digno, menos alunos por turma e avaliação institucional. Os participantes do grupo SU apontaram a qualidade relacionada ao «compromisso dos gestores» e ao «interior das escolas» como o que mais representam a qualidade da educação. O fator «compromisso dos gestores» foi mencionado por 42% dos participantes da pesquisa e o «interior das escolas» por 37% destes participantes. Os aspectos mais citados, contidos no fator «compromisso dos gestores», foram: «estruturação da unidade de ensino» e «formação continuada de todos os profissionais da educação, qualificação, atualização», com 8 respostas em cada um.

Gráfico 1: Percepções dos participantes da pesquisa sobre qualidade da educação básica.

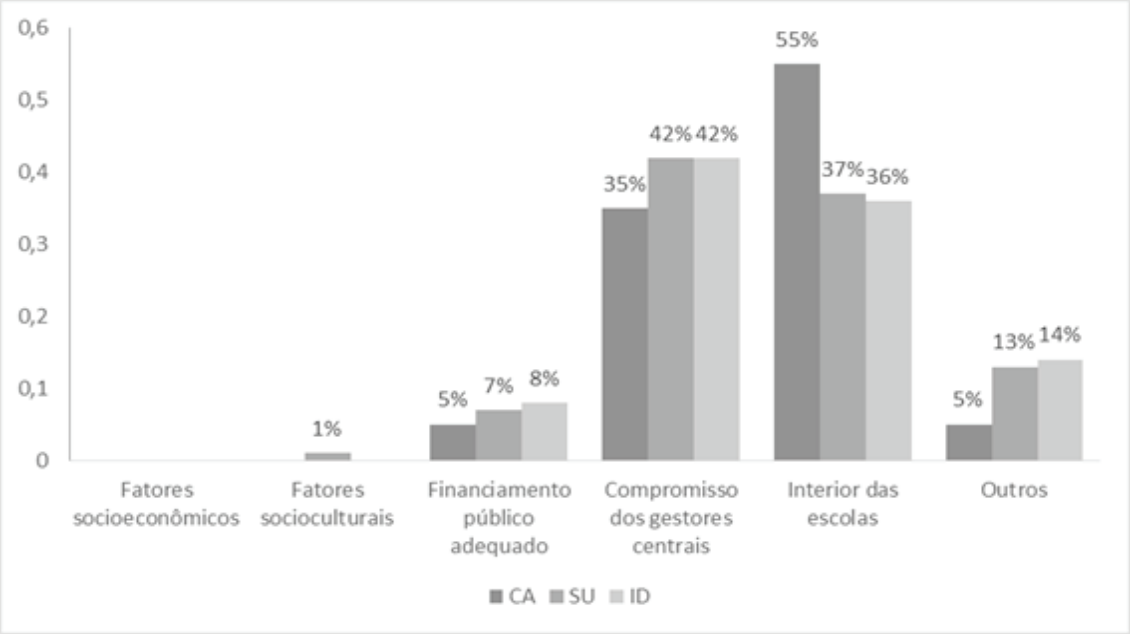

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados.

Para o grupo de participantes da pesquisa ID em relação ao fator «compromisso dos gestores», que obteve o maior número de respostas, os itens mais lembrados foram: estruturação da unidade de ensino (27 respostas), manutenção de recursos tecnológicos e laboratórios para as aulas (25 respostas) e formação continuada de todos os profissionais da educação, qualificação, atualização (24 respostas).

A categoria «interior das escolas» compõe-se dos itens: a organização do trabalho pedagógico e gestão da escola; os projetos escolares; as formas de interlocução da escola com as famílias; o ambiente saudável; a política de inclusão efetiva; o respeito às diferenças e o diálogo como premissa básica; o trabalho colaborativo e as práticas efetivas de funcionamento dos colegiados e/ou dos conselhos escolares. (SILVA, 2009:224)

Os participantes da pesquisa CA, ao responderem à questão, indicaram em 20% das respostas os itens que compõem o fator «interior das escolas", como pode ser visto na tabela 25. O item «ensino de excelência que permita reconstrução, utilização do conhecimento em situações do cotidiano e inserção do aluno como cidadão» correspondeu à resposta de 13 participantes desse grupo de participantes da pesquisa.

No fator «interior das escolas", com 7 respostas do grupo de participantes da pesquisa SU o item «ensino de excelência que permita reconstrução, utilização do conhecimento em situações do cotidiano e inserção do aluno como cidadão» fez parte da resposta da maioria dos participantes deste item.

Em relação ao fator «interior das escolas», o item que teve 24 respostas, sendo considerado o mais lembrado para o grupo de participantes da pesquisa ID, foi «ensino de excelência que permita reconstrução, utilização do conhecimento em situações do cotidiano e inserção do aluno como cidadão.»

Dessa forma, na percepção dos participantes da pesquisa CA, como mostra o gráfico 1, a qualidade da educação depende prioritariamente do fator «interior das escolas.» As respostas enquadram-se prioritariamente em relação item, denominado por Silva (2009:225) como: «ensino de excelência que permita reconstrução, utilização do conhecimento em situações do cotidiano e inserção do aluno como cidadão», que foi reconhecido, porém em segundo lugar, pelos outros dois grupos de pesquisa- SU e ID. Esses dois grupos elegeram, em primeiro lugar, como entendimento de qualidade da educação o fator «compromisso dos gestores», sendo que ambos coincidiram nas respostas aos itens que os representam: em primeiro lugar «estruturação da unidade de ensino» e, em seguida «formação continuada de todos os profissionais da educação, qualificação, atualização».

4. Profissionalidade Docente, Currículo e Educação em Direitos Humanos

O entendimento de profissionalidade docente é assumido para Gimeno Sacristán como um «conceito [que] está em permanente elaboração, devendo ser analisado em função do momento histórico concreto e da realidade social que o conhecimento pretende legitimar; em suma, tem de ser contextualizado». (GIMENO SACRISTÁN, 1999:65). Para este pesquisador: «entendemos por profissionalidade a afirmação do que é específico na ação docente, isto é, o conjunto de comportamentos, conhecimentos, destrezas atitudes e valores que constituem a especificidade de ser professor». (GIMENO SACRISTÁN, 1999:65).

O processo de formação de professores vem fazendo parte dos estudos e pesquisas de do educador português Antônio Nóvoa há muito tempo. Em seus estudos ele estabelece algumas críticas às ações e políticas governamentais. Para Nóvoa (1999:23): «É preciso romper com a lógica estatal da educação e com a imagem profissionalizada das escolas [...]». Ao mesmo tempo apresenta medidas, que segundo ele, visam «dar coerência aos propósitos, materializando na prática o consenso que vem elaborando em torno da aprendizagem docente e do desenvolvimento profissional». (Nóvoa, 2009:6). Uma das medidas visa colocar o professor em sintonia com o contexto atual, desvinculando-o «[...] das tradições individualistas e rígidas regulações externas, além da alteração das condições existentes nas escolas e as políticas públicas em relação aos professores».

No contexto atual do ensino brasileiro o professor tem, segundo o inciso I do Art. 13 da Lei nº. 9394/96- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, «a incumbência de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino». Ainda, segundo parágrafo 9 do artigo 23, «o conhecimento sobre conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o caput deste artigo». (artigo 23, parágrafo 9). (BRASIL, 1996). Dessa forma, para romper com as tradições apontadas por Nóvoa, a constituição da profissionalidade docente precisa estar atenta para essas questões legais sem desconsiderar os contextos histórico, social, econômico e cultural no qual atua.

No que se refere à garantia de direitos, via currículo escolar, se pressupõe que a educação em direitos humanos não pode se resumir apenas à inserção de uma disciplina ou um tema transversal no currículo. Pois se trata de uma questão complexa, conforme Gatti (2013:671): «Educação tem a ver com a formação do humano, e o direito à Educação é o direito de obter através da escola os meios cognitivos, culturais e os valores necessários a uma vida social plena, participativa e criativa».

Entre os valores necessários para uma vida social plena, participativa e criativa citada por Gatti (2013) os valores éticos devem ser incluídos no currículo da escola que pretende dialogar com uma nova ordem mundial, na qual os direitos de educação, justiça e igualdade, entre outros, são garantidos primeiro pelo direito de existência. Neste sentido, Estevão (2012:161) cita pronunciamento de Boff (2001) quando o doutor em filosofia e teologia considera que:

> [...] uma ética mundial é necessária e urgente por três ordens de razões: pela crise social (pelo retrocesso da solidariedade e apropriação muito desigual da riqueza que tem levado a uma verdadeira bifurcação da espécie humana entre os herdeiros e os deserdados), pela crise do sistema de trabalho (crescentemente substituído por formas automatizadas) e pela crise ecológica, todas elas de dimensões planetárias.

No estudo empírico sobre quais características deve ter o (a) professor (a) para a educação básica, na percepção dos participantes da pesquisa foi proposta a questão aberta: Quais características deve ter o professor para a educação básica? Nas respostas poderiam ser emitidas tantas respostas quanto os integrantes achassem necessário. A matriz de categorias elaboradas para sistematizar as respostas dos participantes da pesquisa foi construída com base na lista de disposições esboçada por Nóvoa (2009:11) para caracterizar o trabalho docente de um bom professor. Esta lista compõe-se de cinco disposições que orientaram o agrupamento das respostas. Logo, as respostas dos participantes da pesquisa foram agrupadas nas categorias: «o conhecimento», «a cultura profissional», «tato pedagógico», «trabalho em equipe» e «compromisso social».

Em relação ao conhecimento, Nóvoa menciona que «o trabalho do professor consiste na construção de práticas docentes que conduzam os alunos à aprendizagem». (NÓVOA, 2009:12). Essa categoria foi a segunda com o maior número de respostas, por outro lado o item denominado «conhecimento científico, pedagógico, tecnológico».

Situado nessa categoria, foi considerado por 8 participantes da pesquisa do grupo CA uma importante característica que deve ter o professor da educação básica, tendo sido este o item com maior número de respostas de todo o grupo. Entre os participantes de pesquisa SU a categoria teve 33% de respostas. O fator «formação específica na área» da categoria «o conhecimento», com 66 respostas, foi o que mais obteve respostas em relação às percepções dos participantes da pesquisa ID sobre profissionalidade docente.

A cultura profissional é para Nóvoa uma rotina que faz o professor avançar na profissão. Para ele «ser professor é compreender os sentidos da instituição escolar, integrar-se numa profissão, aprender com os colegas mais experientes». (NÓVOA, 2009:12).

O tato pedagógico consiste no cruzamento entre as dimensões pessoais e profissionais, no qual ensinar cabe a capacidade «de relação e de comunicação sem a qual não se cumpre o *acto* de educar». (NÓVOA, 2009:12).

Para os participantes da pesquisa CA, as características que mais receberam respostas enquadram-se nesta categoria que consiste no entrelaçamento dos aspectos pessoais e profissionais do professor por meio da comunicação (NÓVOA, 2009:11). Com 61% de respostas, a categoria «o tato pedagógico" foi citada em maior número pelos participantes da pesquisa SU. A categoria recebeu ainda o maior número de respostas pelos participantes da pesquisa ID, com 62% dos participantes. Os participantes da pesquisa ID evidenciaram em maior número, com 51 respostas, o fator «paciência» como característica do professor da educação básica.

Em relação ao trabalho em equipe Nóvoa considera que «os novos modos de profissionalidade docente implicam um reforço das dimensões *colectivas* e colaborativas, do trabalho em *equipa*, da intervenção conjunta nos *projectos* educativos da escola». (NÓVOA, 2009:12).

O último dos cinco dispositivos essenciais à definição dos professores na atualidade para Nóvoa é o compromisso social. Este dispositivo é visto pelo autor como princípios, valores, inclusão social, diversidade cultural, uma vez que «educar é conseguir que a criança ultrapasse as fronteiras que, tantas vezes, lhe foram traçadas como destino pelo nascimento, pela família ou pela sociedade». (NÓVOA, 2009:12).

Os participantes da pesquisa ID tiveram suas respostas concentradas em três categorias: «o conhecimento», «o tato pedagógico» e «o compromisso social». Nas outras duas categorias: «a cultura profissional» e «o trabalho em equipe» não foram evidenciadas respostas. Esse grupo de participantes da pesquisa é composto por bolsistas que estão cursando uma licenciatura e ainda não tem convívio profissional na escola e, talvez por esse fato ainda não sentiram a importância do que Nóvoa (2009:12) denomina de «rotina que faz o professor avançar na profissão». Porém, a outra dimensão que nas palavras de Nóvoa é necessária para compor a profissionalidade docente- «o trabalho em equipe», caracterizado por «dimensões coletivas colaborativas, trabalho em equipe e interações conjuntas nos projetos educativo da escola» (Nóvoa, 2009:12), é o aspecto basilar do PIBID, que os participantes da pesquisa vivenciam nos projetos que desenvolvem.

Os dados empíricos apontam que em relação às percepções sobre a profissionalidade docente a categoria «o tato pedagógico» foi a mais citada pelos participantes dos três grupos de pesquisa, como mostra o gráfico 2, sendo seguida pela categoria «o conhecimento» e, em menor número a categoria «o compromisso profissional» foi a terceira citada. A categoria «o trabalho em equipe» foi pouco citada, sendo lembrada apenas por três participantes SU e um CA, e, por sua vez a categoria «a cultura profissional" foi mencionada por apenas um participante de pesquisa CA.

Gráfico 2: Percepções dos participantes da pesquisa sobre profissionalidade docente.

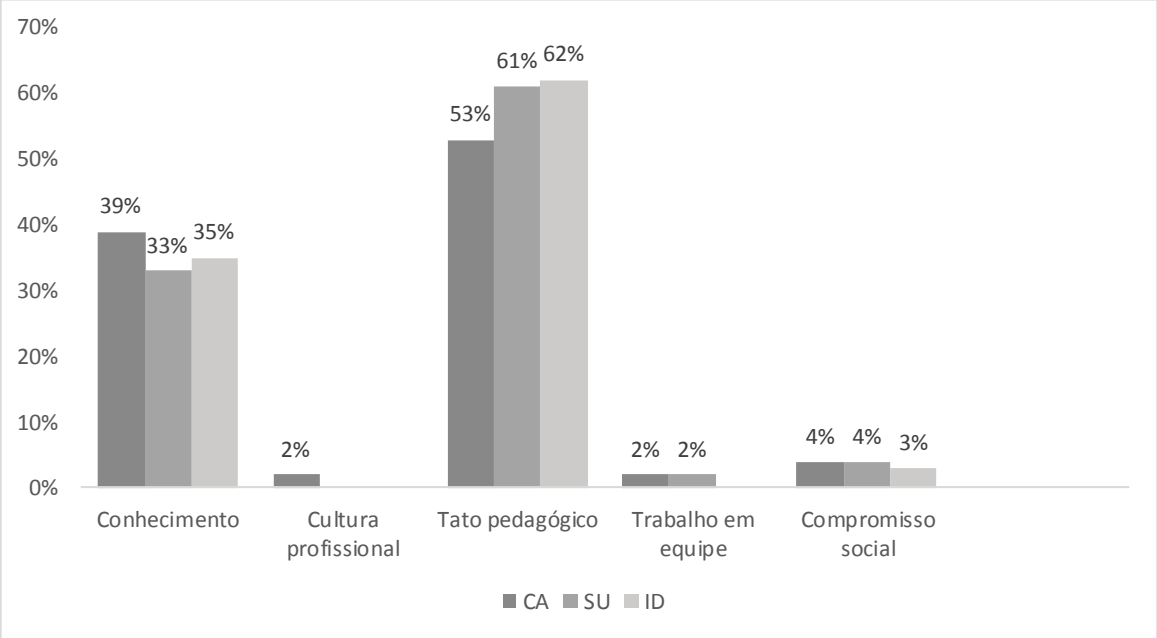

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados..

As preocupações com as crises do período histórico atual levam à necessidade de uma nova profissionalidade docente que só podem ser enfrentadas por uma educação proposta em um currículo diferente daquele que tem a busca por resultados como a preocupação mais importante e que busca ajustar-se às estatísticas de desempenho e comparações. No bojo dessas preocupações espera-se formar consumidores para seus produtos de maneira imediata e para conseguir tudo isso reduz seu currículo a conteúdos prontos de memorização para utilização em curto espaço de tempo, como uma avaliação ou um vestibular. Esse currículo, que não tem espaço para problematização de situações do cotidiano, ou de preocupações mundiais, certamente não tem nada a ver com a garantia de direitos e qualidade social da educação.

Ao contrário, o currículo para a educação em direitos humanos que percebe que a construção da aprendizagem, a qual início pelo aluno na escola é a mesma que o acompanha por toda a vida, tem uma finalidade que não se encerra após a prova ou o exame vestibular. Este currículo deve ter características que proporcionem aos estudantes: - respeito e tolerância; - colocar-se no lugar do outro; - diálogo; - exercício do poder com e não do poder contra; - cultivo da identidade de cada um; - desenvolvimento da autoestima; - compromisso com o bem comum; - aceitação do pluralismo; - prática da pedagogia participativa; - participação de todos os atores educativos; - divergência e criatividade como fatores positivos; - prioridade aos mais necessitados. (ESTEVÃO, 2013:24).

5. Considerações Finais

Os resultados do estudo indicam grandes desafios da educação na garantia de direitos, numa escola justa, com qualidade social para todos (as), sem ceder lugar à concepção de educação mercantil. Entre os grandes desafios da educação contemporânea está o de garantir uma escola justa, com qualidade para todos e manter bons resultados qualitativos que preponderem sobre os quantitativos.

Tais desafios implicam num trabalho educativo que subsidie mudança de cultura na configuração da profissionalidade docente, capaz de se posicionar diante do forte apelo dos índices, normalmente descontextualizados, tão recorrentes na contemporaneidade.

O objetivo deste artigo, de analisar as relações entre profissionalidade docente e a garantia do direito à educação básica de qualidade social permitiu constatar que um dos fatores que afirmam essa relação é assegurado quando os direitos humanos ocupam o seu lugar no currículo escolar.

As relações entre a configuração da profissionalidade docente e a efetivação da qualidade social da educação básica estabelecidas, neste estudo, pela presença dos direitos humanos no currículo escolar pressupõe ainda a superação do reducionismo econômico e ao racionalismo técnico da docência aos quais a educação foi submetida nos últimos tempos. A superação desse modelo econômico no ambiente educacional pode ser conquistada por meio de um projeto humano de sociedade com o compromisso de formar pessoas que possam reorientá-lo, segundo estudo de Candau (2008) e Gimeno Sacristán (2007).

O conceito de reorientação social se integra ao de qualidade social em contextos nos quais as políticas governamentais e de projetos sociais são voltados para o bem comum. Nesse sentido, as políticas e projetos sociais coadunam-se com as propostas de formação de professores que contemplam a constituição de traços da profissionalidade docente voltados à escola cidadã. Assim, torna-se possível vincular a formação e atuação docente com a superação da violação de direitos no espaço escolar.

Essa perspectiva está balizada na profissionalidade docente, entendida como um conceito em construção, do que é específico na função docente e articulada à garantia do direito à educação básica de qualidade social. Para tanto, a profissionalidade docente deve ser constituída por traços que incluem: - compreensão da relação entre teoria e prática; necessidade de ter conhecimento critica e contextualizado do cotidiano da escolar; - ampla visão das condições sociais e políticas que incidem na profissão; - valorização da profissão; - fortalecimento do papel social e político da docência; - conhecimentos e aplicação de estratégias didático-pedagógicas emancipatórias.

Bibliografia

AZEVEDO, J. M. L. (2011), "Notas sobre a análise da gestão da educação e da qualidade do ensino no contexto das políticas educativas". In *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, ANPAE, 27 (3), pp. 409-432.

BOBBIO, N. (2004), *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier.

BONETI, L. W. (2007), *Políticas públicas por dentro*. Ijuí: Unijuí.

BRASIL, (1988), Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado.

BRASIL, (2009), Decreto n° 7.037, de 21 de dezembro de 2009. "Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências". *Diário Oficial da União*. Brasília: Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República.

BRASIL, (1996), Lei Nº 9.394, de 20 dez 1996. "Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional". *Diário Oficial da União*. Brasília: Gráfica do Senado.

BRASIL (2012), Resolução CNE/ CP nº 1, de 30 de maio de 2012. "Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos". *Diário Oficial da União. Brasília*: Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República.

BRASIL (2010), Resolução CNE/ CP nº 4, de 13 de julho de 2010. "Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica". *Diário Oficial da União.* Brasília: Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República.

CANDAU, V. M. F. (2008), "Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença". *Revista Brasileira de Educação* 13 (37).

CANDAU, V. M. F. (2013), *Educação em Direitos Humanos e Formação de Professores (as)*. São Paulo: Cortez.

CURY, C. R. J. (2013), "Do direito de aprender: base do direito à Educação". In ABMP, Todos pela educação (eds). *Justiça pela qualidade na educação*. São Paulo: Saraiva, pp.104- 116.

ESTEVÃO, Carlos Alberto Vilar (2012), *Direitos humanos: justiça e educação na era dos mercados*. Porto: Porto Editora LDA.

ESTEVÃO, Carlos Alberto Vilar (2013), "Direitos humanos, justiça social e educação pública". In EYNG, A. M. (eds). *Direitos humanos e violências nas escolas*. Curitiba: CRV, pp.13-28.

EYNG, A. M. (2013), "Educação em direitos humanos no currículo escolar: o projeto político pedagógico como espaço na garantia ou violação de direitos". In EYNG, A.M. (eds) *Direitos humanos e violências nas escolas*. Curitiba: CRV, pp.29-58.

GATTI, B. A. (2013), "Desafios para a qualidade da educação básica". In ABMP, Todos pela educação (eds). *Justiça pela qualidade na educação*. São Paulo: Saraiva, pp. 670- 685.

GIMENO SACRISTÁN, J. (2007), "*A educação que ainda é possível: ensaios sobre uma cultura para a educação"*. Porto Alegre: Artmed.

GIMENO SACRISTÁN, J. (1999), "Consciência e acção sobre a prática como libertação profissional dos professores". In Nóvoa, A. *Profissão professor* (ed.). Tradução Irene Lima Mendes, Regina Correia e Luisa Santos Gil. Porto: Porto editora, pp. 63-92.

IMBERNON, F. (2011), *Escola, formação de professores e qualidade do ensino*. Pinhais: Editora Melo.

JORNAL CORREIO DA MANHÃ (2005), "Mafalda baptiza praça na Argentina". *Jornal Correio da Manhã Online.* Disponível em: *http://www.cmjornal.xl.pt/cultura/detalhe/mafalda-baptiza-praca-na-argentina.html*. [consultado em 25- 10- 2014].

NÓVOA, A. (1999), *Profissão professor.* Tradução Irene Lima Mendes, Regina Correia e Luisa Santos Gil. Porto: Porto editora.

NÓVOA, A. (2009), "*Professores: imagens do futuro presente". Educa* (41). Disponível em: *http://pt.scribd.com/doc/53200450/antonio-novoa-2009-professores-imagens-do-futuro-presente*. [consultado em 23- 02- 2013].

SACAVINO, S. B. (2008), *Educação em/para os direitos humanos em processos de*

democratização : o caso do Chile e do Brasil. 2008. Tese de doutoramento, Rio de Janeiro: Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SANDER, B. (2007), *Administração da Educação no Brasil: genealogia do conhecimento.* Brasília: Liber Livro.

SILVA, M. A. (2009), "Qualidade social da educação pública: algumas aproximações". *Educação e Sociedade*, 29 (78), pp.216- 226.

Democracia e participação entre jovens brasileiros - compreendendo os processos das conferências de políticas públicas e do estatuto da juventude

Giuseppa M. D. Spenillo
gspenillo@yahoo.com.br

Resumo: Num mundo onde os jovens têm questionado as políticas públicas, propomos debater a juventude como ator político, na perspectiva configuracional aberta por Norbert Elias (1970). Como os jovens aparecem nos cenários políticos? Como e por que lutam? Quais as causas que os mobilizam? Quando e como se fazem atores políticos? Qual seu papel nos movimentos globais que lutam por outro mundo melhor? Como necessidades e expectativas desses jovens são apresentadas e formuladas nas sociedades em que estão inseridos? Para tratar tais questões, propomos apresentar e debater elementos de dois processos característicos do estágio de civilização em que vivemos hoje, conformado sobre bases jurídicas e legais, quais sejam: 1) as convocações, organizações e realizações das Conferências de Direito da Juventude, que no Brasil acontecem nas instâncias municipal, estadual e federal; e, 2) a criação do Estatuto da Juventude, promulgado Lei em 2013, após anos de negociações na Câmara Federal.

Palavras-chave: juventudes, participação, políticas públicas, emancipação

1. Introdução

A proposta do presente texto é desvendar e interpretar habitus que constituem as juventudes como ator político no século XXI no Brasil. Como e por que os jovens se fazem atores políticos? Como a sociedade brasileira recebe, formula e organiza necessidades e expectativas de suas juventudes? Como se constroem processos de mobilização de jovens por causas coletivas e gerais? Estas questões desafiam as Ciências Sociais, assim como as estruturas políticas democráticas, uma vez que os alargamentos das esferas de direitos vêm conduzindo a cenários multifacetados e de difícil compreensão.

Para tratá-las propõe-se uma abordagem configuracional (Elias, 1970; 1994) em que os habitus sociais e individuais são percebidos como constitutivos da formação de uma configuração social. Busca-se, então, enfrentar os desafios acima referidos com a leitura processual de dois momentos recentes em que houve mobilização das juventudes brasileiras conforme procedimentos democráticos vigentes: as Conferências de Políticas Públicas de Juventude e o Estatuto da Juventude. Ambos acontecimentos sociais, embasados nos direitos de cidadania (Marshall, 1967), ecoam as estruturas democráticas vigentes no país, fundadas nas esferas jurídicas e legais, com forte viés compensatório.

O texto está referendado por trabalhos empíricos de pesquisa e extensão universitárias realizados ao longo de quatro anos (2009-2013). Procedeu-se a recolha de materiais impressos, anotações de observações de campo, acompanhamento de momentos políticos através dos Portais oficiais do governo brasileiro e outros atores na internet, observação participativa em eventos políticos locais e estudo bibliográfico sobre as temáticas da juventude e de políticas públicas. Como ilustração, interpreta-se o caso da Conferência no município de Caruaru, em Pernambuco, no nordeste brasileiro.

2. Políticas Públicas, Direitos e Cidadania

Pode-se entender política pública como forma de ação do Estado Moderno fundado no legado teórico do bem-estar social que, nos países de economia capitalista orientou, desde o século XIX, os caminhos da reconstrução nacional após a revolução industrial. O estado de bem-estar social (Marshall, 1967) aparece como tentativa de

reduzir desigualdades econômicas entre cidadãos integrantes de um mesmo Estado-nação. Tais desigualdades seriam minimizadas por políticas públicas compensatórias executadas num Estado-nação já organizado a partir de contratos em torno de direitos de cidadania (Bobbio, 2004). Política pública é, portanto, uma via estatal para cumprimento de acordos com os diversos setores e grupos sociais, todos reunidos sob o rótulo de cidadão e o pacto de cidadania, que supõe igualdade entre iguais. A partir daí, as políticas públicas têm sido, também, um formato prestigiado para atuação de organizações não-governamentais e organismos internacionais de fomento ao desenvolvimento social.

A história dos direitos e da cidadania sob o sistema capitalista industrial, contudo, não permite afirmar que cidadania e direitos coincidam, uma vez que ao *status* de cidadão nem sempre corresponde o exercício de direitos, dadas as diferenciações pela via econômica ou por outros privilégios, como as reservas de conhecimentos técnicos e de estratégias políticas pelas elites locais. Da mesma forma, direito e cidadania não são garantias de igualdade e integração social, uma vez que não correspondam a liberdade, responsabilidade e auto-reflexão (Santos, 1997) enquanto atributos da práxis social. Na história brasileira, políticas públicas resultam de negociações e acordos entre forças sociais que nem sempre têm como meta compensar, de fato, grupos ou indivíduos excluídos das benesses sociais e econômicas (Demo, 2000). Ao contrário, persiste-se no Brasil com a manutenção das estruturas coloniais de poder, enquanto colonialismos internos (Stavenhagen, 1965) ou colonialidades (Quijano, 2010).

O exercício da vigilância política, que pode alçar as políticas públicas ao nível de instrumento social, é realizado no Brasil de modo estrito e dependente do poder governamental. No âmbito das juventudes tem-se, por exemplo, os Observatórios, dentre os quais o Nacional, criado em 2012 com a alcunha de Participatório e a proposta de interações nos espaços virtuais dos blogs e portais de internet. Alinhados a mecanismos internacionais como o aparato das Organizações das Nações Unidas/ONU, o Estado brasileiro e os grupos organizados da sociedade brasileira vêm ampliando iniciativas de participação social na lógica dos direitos de cidadania, dentre as quais estão as Conferências de Políticas Públicas de Juventude e o Estatuto da Juventude.

No entanto, tais propostas consideram, ainda, juventude no singular, sem observar diversidades e pluralidades do ser jovem no mundo atual (Bourdieu, 1983; Pais, 1990; Spenillo, 2013), a partir de uma perspectiva do mundo adulto (Abramo, 1997), que considera a juventude uma fase de transição (Souza, 2004), e a/o jovem um problema social (Pais, 1990; Abramo, 1997; Castro, Abramovay, De Leon, 2007). As políticas públicas, mesmo quando desenvolvidas através de processos de longa duração, como as Conferências e o Estatuto, assumem a postura da dádiva (Mauss, 2008) que atribui direitos a indivíduos incapazes e incompletos, frágeis e potencialmente perigosos em função de reequilíbrios sociais identificados por técnicos peritos e competentes formuladores de políticas públicas. "A perspectiva compensatória é a tônica das políticas que usam as práticas esportivas e culturais estético-criativas como corretivos morais de contenção de drogas e crime." (Souza, 2004: 54).

3. Conferências de Políticas Públicas de Juventude no Brasil

As Conferências de Juventude acontecem, no Brasil, como as demais Conferências de Políticas Públicas, enquanto um dos instrumentos de participação que, num estágio recente da democracia brasileira, são acionados para manter um diálogo aberto e permanente entre governos e segmentos da sociedade civil. A idéia de garantia dos direitos e da autonomia para atores sociais específicos, assim como a noção de justiça social e participação popular na definição de políticas públicas sustentam as chamadas e a organização das Conferências de Políticas Públicas. No entanto, estas só podem ser convocadas pelo poder executivo ou extraordinariamente pelo Conselho respectivo, que é sempre vinculado a algum órgão do executivo (Ministério ou Casa Civil) ou do legislativo (Congresso Nacional).

A dinâmica das Conferências de Políticas Públicas segue padrão organizacional no qual as instâncias político-administrativas em que se subdivide o país – federação, estados e municípios – são acionadas em sua abrangência e singularidade. Para sustentar tal modelo de funcionamento são produzidos Regimentos Internos e Decretos Convocatórios, com força de lei. Dessa forma, tem-se as Conferências municipais e, por vezes, as regionais; essas enviam representantes para as Conferências estaduais que, por fim, compõem a Conferência Nacional com seus delegados.

A representatividade e a garantia da participação são gargalos que tensionam os instrumentos de vigilância política praticada pelos segmentos da sociedade civil. Provocam, em suas execuções, processos sociais que conformam as possibilidades e delimitam as potencialidades, configurando a participação política possível conforme os habitus de exercício da cidadania, da organização social em torno de direitos e do reconhecimento – ou não – do Outro na esfera pública.

Tais processos permitem o desenvolvimento de habitus emancipatórios ou, por outra, a manutenção de habitus regulatórios? Permitem ou não que as juventudes se coloquem como sujeitos no enfrentamento das heranças do patriarcalismo, do colonialismo e das novas colonialidades? Ou fazem delas reprodutoras dessas mesmas lógicas, atualizadas? Veja-se a seguir, a título de ilustração, o caso da I Conferência Municipal de Políticas Públicas de Caruaru, realizada em 2011.

3.1. O caso da I Conferência Municipal de Políticas Públicas de Juventude de Caruaru

Caruaru é um município do agreste pernambucano localizado no perímetro do semiárido nordestino. Como a capital Recife, vive um inchaço urbano com problemas decorrentes dentre os quais a falta de empregos, a violência e a drogadição que afetam particularmente os jovens. E reflete o estágio social que se vive no Brasil atual, em que a cultura do consumo e do imediatismo tem forjado "as condições sociais a que estão submetidos os jovens brasileiros diante da falta de trabalho, escola e da ausência da família" (Souza, 2004). É nesse contexto nacional que se fazem as Conferências de Políticas Públicas de Juventude no início da segunda década do século XXI – dentre elas, a de Caruaru.

O primeiro dado a considerar sobre a I Conferência Municipal de Juventude em Caruaru é que ela faz parte do processo de construção da 2ª Conferência Nacional de Juventude. À época da 1ª Conferência Nacional de Juventude, em 2008, houve em Caruaru uma conferência livre, organizada por representantes da sociedade civil, sem convocação do poder público local e, logo, sem representação na etapa nacional. Em 2011 a municipalidade realizou a Conferência atendendo aos chamados para a 2ª Conferência Nacional, ocorrida entre 9 e 12 de dezembro daquele ano:

> Com o significativo lema 'Conquistar Direitos, Desenvolver o Brasil', o encontro reuniu delegações eleitas em mais de mil municípios de todos os 27 estados do país, onde foram realizadas mais de 1.500 conferências territoriais, municipais e estaduais, além das conferências livres, virtual e da consulta aos povos e comunidades tradicionais. O encontro contou também com uma representativa delegação internacional, de 14 países da América do Sul, África, América do Norte e Europa, ampliando o diálogo entre governos e sociedade civil e a cooperação internacional nas políticas públicas de juventude. *(http://www.juventude.gov.br/conferencia-nacional)*.

Com o tema "Juventude, desenvolvimento e efetivação de direitos", que a I Conferência Municipal da Juventude de Caruaru aconteceu na Escola Professor José Florêncio, conhecida no local como Machadinho. A Conferência da Juventude em Caruaru foi organizada pela Diretoria de Juventude da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Juventude, Ciência e Tecnologia (SEEJCT), em parceria com a União da Juventude Socialista (UJS), numa demonstração de liderança legal em que apontam favoravelmente ao governo municipal: a capacidade de articulação e convergência política, a proximidade com lideranças da sociedade civil local e a integração (Elias, Scotson, 2000) aos tempos e movimentos nacionais. A UJS local, por sua vez, assume-se como um braço do governo, aceitando e legitimando as pautas e os formatos da atuação política, desde que mantenha-se parceira nisto. De um lado e de outro, é uma clara expressão da subserviência e da dependência como traços culturais brasileiros forjados nas dinâmicas da desigualdade social estabelecida pelo sistema patriarcal associado localmente ao capitalismo (Santos, 2010).

O alinhamento ao estabelecido domina de forma sutil as vontades e subjetividades (Melucci, 1997), constrói e justifica premissas e pressupostos (Demo, 2004), regula e objetiva as ações (Santos, 1997). Tal prática, tornada habitus no Brasil atual, sufoca revoluções, insatisfações, mobilizações sociais ao criar, a um tempo, a sensação

de proteção e pertencimento. Uma presença dominante do Estado, dominador, violento e, ainda, colonizador. Práticas colonizadoras aparecem de modo subliminar nas relações entre sociedade e governo

Mecanismos convencionais de democracia representativa, usados na I Conferência Municipal da Juventude de Caruaru, chamam atenção pela ausência de instrumentos de participação ativa. A juventude local presente no evento mostrou-se co-ordenada pelo Poder Público para apresentar música, batuque, levantar as mãos quando solicitados, mas muito pouco disposta a propor algo sobre o que *participavam*. Nesse evento, houve questionamentos advindos de um grupo de cinco jovens que criticavam a figura do prefeito, em uma manifestação orquestrada por partido político de oposição. Um exemplo da sociedade brasileira que mais reclama do que reivindica, mais constata do que age, numa apatia fragmentada em vontades de consumo, de estética, de inclusão superficial.

A I Conferência Municipal da Juventude de Caruaru não usou a fórmula das pré-conferências nem fez referências a urbano ou a rural entre seu público. Com um caráter de evento (único, raro, extraordinário) e de publicidade de ações governamentais e ênfase política partidária, a Conferência se fez com uma solenidade de abertura constituída por autoridades locais (Prefeito, secretários e diretores e vereadores municipais e secretária estadual); seguida de análise e aprovação do regimento da Conferência em plenária; almoço e grupos de trabalho, encerrando-se às 14h30 com nova Plenária em que, se pretendia aprovar o texto final do Regimento e escolher os delegados para a etapa estadual da Conferência.

No entanto, "O texto final não foi lido e, conseqüentemente, votado, devido à evasão massiva dos presentes, mas, mesmo assim, foi aprovado." (Rocha, 2013). Os quatro grupos de trabalho abordaram 1) o Plano Nacional de Educação; 2) Copa, Olimpíadas e perspectivas de desenvolvimento; 3) Programas governamentais para a juventude; e 4) Redução de danos à juventude. Foram conduzidos por professores ou autoridades locais e aconteceram subdividindo os presentes em salas da escola. As sessões foram rápidas, com aproximadamente uma hora de duração, e simultâneas.

Quanto ao Regimento da I Conferência Municipal de Políticas Públicas de Juventude de Caruaru chegou pronto e foi distribuído entre os presentes ao começo do dia. Constavam seis capítulos e nove artigos, reunidos em duas páginas de papel, assinado pela Comissão Organizadora da 1ª Conferência Municipal de Políticas Públicas de Juventude de Caruaru. Os capítulos dispõem sobre os objetivos, o temário, a realização, a Comissão organizadora, a participação e eleição dos delegados para a Conferência Estadual. É um regimento que atende (objetivos e temário) ao disposto pela Comissão organizadora nacional e legitima a comissão local enquanto protagonista do processo.

Por fim, chama a atenção o processo de escolha dos delegados. Conforme previsto no regimento, e votado pela manhã, 10 delegados ("3 do Governo e 7 da Sociedade Civil Organizada") foram eleitos na plenária final, à tarde. De acordo com o regimento: "Art. 7º Os interessados a concorrer a vaga de delegado deverá (sic) se candidatar até as 12 (meio-dia)"; e "Art. 8º O candidato só poderá eleger-se delegado, se participar de no mínimo 3 atividades da Conferência Municipal de Juventude, com comprovação através da lista de freqüência". Ou seja, os nomes já chegaram definidos desde antes entre as lideranças envolvidas na Comissão Organizadora que, na plenária final, esvaziada e confusa, fez uma *performance* democrática colocando os nomes em votação e aprovando em ato contínuo, sem sequer contar os votos.

4. O Estatuto brasileiro da Juventude

O Estatuto da Juventude, instituído pela Lei Nº 12852/2013, é um ordenamento jurídico, sobretudo sintomático da jurisdicização da política, de modo restrito, e das relações sociais, numa ótica ampla, que se vive na atualidade e, fortemente, na estrutura social brasileira. Conforme a Secretaria Nacional de Juventude, o Estatuto "determina quais são os direitos dos jovens que devem ser garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro, independente de quem esteja à frente da gestão dos poderes públicos." *(http://www.juventude.gov.br/estatuto)*.

Composto por 48 Artigos divididos em dois títulos – I - Dos Direitos e das Políticas Públicas de Juventude e II - Do Sistema Nacional de Juventude – o Estatuto prevê onze direitos para as/os jovens brasileiros. São eles: à diversidade e à igualdade; ao desporto e ao lazer; à comunicação e à liberdade de expressão; à cultura; ao território e à mobilidade; à segurança pública e ao acesso à justiça; à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; à profissionalização, ao trabalho e à renda; à saúde; à educação; à sustentabilidade e ao meio ambiente.

Seria possível comentar e discutir cada um dos direitos acima elencados, tanto na perspectiva da identidade de jovem que atribuem aos jovens brasileiros como na legalidade de cada um – alguns nem constam na Constituição brasileira, como o direito à comunicação – e, ainda, na fragilidade da democracia brasileira subjetivamente aparente nesse elenco de direitos, uma vez que precisem constar de ordenamentos jurídicos para serem respeitados. No entanto, consideram-se de maior relevância outras subjetividades escondidas na promulgação da Lei. Os processos, procedimentos, supostos e premissas que constituíram a história social de construção do referido Estatuto podem revelar habitus nacionais que condicionam e limitam o ser jovem e o fazer parte da juventude no Brasil atual. Para a Secretaria Nacional de Juventude, o histórico do Estatuto resume-se a "Após quase dez anos de tramitação e de muita mobilização social, o Estatuto da Juventude foi aprovado em julho de 2013 pelo Congresso Nacional e sancionado pela presidenta Dilma Rousseff em agosto do mesmo ano." *(http://www.juventude.gov.br/estatuto)*.

O que aconteceu nesses dez anos? Por quais instâncias o Estatuto passou? Como foi interpretado em diferentes esferas? O que significa "muita mobilização social"? Como foi a aprovação no Congresso Nacional? Quem defendeu? O que foi defendido? O que se perdeu no processo? O debate em torno do Estatuto da Juventude no Brasil foi realizado por instâncias jurídicas do Estado, com discussões técnicas em sessões no Congresso Nacional. Em algumas delas, por força da mobilização de setores sociais como instituições da área da educação ou da proteção de crianças e adolescentes, houve presença de público sem direito a voz ou voto. Outra forma de acompanhamento do processo de discussão e formulação do Estatuto foi o sítio de internet da Câmara dos Deputados, que atualiza a população relatando as sessões plenárias e as propostas dos deputados. É um canal de informação sobre as conduções legais no país, no entanto, como se sabe, o acesso às tecnologias digitais no Brasil ainda é restrito e estrito.

Conforme publicado no referido sítio internet (*http://www.camara.gov.br/*), o Projeto de Lei 4529 foi apresentado em 2004 por uma "Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude", em caráter de urgência e com proposição para ser apreciado pelo plenário. Naquele ano sofreu sete ementas no plenário da Câmara, uma ementa do Senado Federal, voltou para a Câmara dos Deputados, onde a Comissão emitiu parecer e apresentou texto substitutivo a partir das ementas. Voltou a plenário para votações, voltou ao Senado para nova votação e, afinal ficou parado por oito anos.

Objetivamente, o Estatuto foi motivo de discussão pelos legisladores e pelo senso comum, bem como de formação de uma opinião pública sobre juventude em três aspectos: 1) a faixa etária, definida entre 15 e 29 anos – o que, em acordo com o Censo 2010/IBGE, contemplou cerca de 51 milhões de brasileiros; 2) a gratuidade ou descontos para "jovens de baixa renda" nos transportes interestaduais (Art. 32); e 3) a meia-entrada para "jovens de baixa renda" em eventos culturais, educativos e esportivos (Art. 23). Originalmente o Projeto de Lei de 2004 continha 86 artigos e terminava com uma justificação em doze parágrafos, em que se resgata a história do Projeto:

> Este projeto é o resultado de um intenso trabalho desenvolvido pelos parlamentares que atuam nas questões juvenis, a começar pela formação da Frente Parlamentar em Defesa da Juventude que fez gestões visando à criação da Comissão Especial Destinada a Acompanhar e Estudar Propostas de Políticas Públicas para a Juventude, instalada em 7 de maio de 2003. (*http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=271219*).

O Estatuto é, em síntese, um instrumento jurídico que resulta de mobilizações no âmbito legal e pode ser acionado em situações de desrespeito a direitos constitucionais, particularizados para a juventude. É, pois, uma tentativa de redefinição de práticas sociais e dinâmicas de socialização e solidariedades, a partir do prisma dos direitos constituídos e pelas possibilidades de sanção legal e conseqüentes ganhos/perdas econômicos. Conforme Melucci (1997: 6) "Isto revela os dois lados da mudança na nossa sociedade. Por um lado, existe um aumento da capacidade social de ação e de intervenção (...) e por outro, a produção de significados está marcada pela necessidade de controle e regulação sistêmica". Ou seja, a criação de uma lei específica para proteção da juventude brasileira revela mais da vontade de regular e limitar jovens e suas potencialidades do que, de fato, assegurar a tais sujeitos condições autônomas e emancipatórias de vida.

5. Considerações Finais

Nesse texto, buscou-se interpretar dois processos sociais recentes ocorridos no Brasil e relacionados à chamada agenda jovem: as Conferências de Políticas Públicas de Juventude e o Estatuto da Juventude. Ambos os processos se desenvolvem em nível nacional, com reflexos locais nos estados e municípios, de modos diversos, e ocupam as instituições governamentais e da sociedade civil organizada por longos períodos. São processos de longa duração (Elias, 1994) que permitem olhar *a posteriori* e entender os rumos incertos das mudanças sociais que ocorrem no cotidiano das sociedades complexas e dinâmicas em que se vive hoje.

A partir da ilustração trazida de Caruaru, nordeste brasileiro, abre-se uma perspectiva de interpretação abrangente de processos histórico-sociais de mobilização em que há convocação pelo ente governamental, acionamento de forças para convergência de enfrentamentos políticos em torno do tema juventude, conformação de bandeiras de lutas, representatividades e demandas e configuração de eventos públicos políticos e suas estruturas de participação para as jovens e os jovens brasileiros.

Decorrência de processos sociais de longa duração (Elias, 1994) praticados na modernidade recente, os eventos públicos de caráter coletivo sofrem gradualmente mudanças induzidas nos habitus de autocontrole. Quanto a uma assembléia constituída de jovens, tem-se que estes podem ser vistos como forças que precisam ser controladas e como relações sociais as quais, se aprofundadas, podem sair do controle sistêmico ou organizacional. Daí que se constrói uma modalidade de participação passiva, alegórica, de indivíduos-fantoches, regulados pelos cerimoniais, pela programação do evento, pela presença de autoridades, em fim, pela persistência da lógica do patriarcalismo.

Referências

ABRAMO, Helena, 1997. "Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil". *Revista Brasileira de Educação*, N. 5 e 6, set/dez 1997, 25-36. Disponível em *http://anped.org.br/rbe/numeros_rbe/revbrased6_5.htm*. Acessado em 11/2014.

BOURDIEU, Pierre, 1983. "A 'juventude' é apenas uma palavra", entrevista com Pierre Bourdieu. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, p. 112-121.

BOURDIEU, Pierre, 2011. *A distinção*: crítica social do julgamento. Porto Alegre, Zouk.

CASTRO, Mary Garcia, ABRAMOVAY, Miriam, De LEON, Alessandro, 2007. *Juventude: tempo presente ou tempo futuro?* São Paulo, GIFE.

CONSELHO Nacional de Juventude. Sobre o Conjuve. Disponível em *www.juventude.gov.br/conjuve/sobre. Acessado em 11/2014*.

CONSELHO Nacional de Juventude (2006). *Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas*. Disponível em *www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/politica-nacional-de-juventude-diretrizes-e-perspectivas*. Acessado em 11/2014.

DEMO, Pedro, 2000. *Educação pelo avesso* – assistência como direito e como problema. São Paulo, Cortez.

DEMO, Pedro, 2005. *Auto-ajuda*: uma sociologia da ingenuidade como condição humana. Petrópolis, Vozes.

ELIAS, Norbert, 1970. *Introdução à Sociologia*. Lisboa, Edições 70.

ELIAS, Norbert, 1994. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John, 2000. *Os estabelecidos e os outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

ELIAS, Norbert, 2006. "Habitus nacional e opinião pública". *Ensaios & Escritos 1* – Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, p. 113-152.

ESTATUTO da Juventude, 2013. Secretaria Nacional de Juventude. Governo Federal do Brasil. Disponível em *www.juventude.gov.br/estatuto*. Acessado em 11/2014.

MARSHALL, T.H.,1967. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar.

MAUSS, Marcel, 2008. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa, Edições 70.

MELUCCI, Alberto, 1997. "Juventude, tempo e movimentos sociais". R*evista Brasileira de Educação*. Nº 5 – Nº 6. Tradução de Angelina Teixeira Peralva. P. 5-14. Disponível em *http://anped.org.br/rbe/numeros_rbe/revbrased6_5.htm*. Acessado em 11/2014.

MINISTÉRIO de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Projovem Adolescente. Disponível em *www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/projovem*. Acessado em 11/2014.

PAIS, José Machado, 1990. "A construção sociológica da juventude - alguns contributos". *Análise Social, vol*. XXV (105-106), 139-165.

PROJETO de Lei / PL 4529/2004. Câmara dos Deputados. Disponível em *http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=271219*. Acessado em 11/2014.

QUIJANO, Aníbal, 2010. "Colonialidade do poder e classificação social". SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula (org.), 2010. *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Edições Almedina.

ROCHA, Tiago, 2013. "Promoção e garantias de direitos a crianças e adolescentes no semiárido pernambucano. Onde encontramos?" SPENILLO, Giuseppa (org.), 2013. *Juventudes e modos de vida no semiárido pernambucano*. Recife, Editora Universitária UFPE.

SANTOS, Boaventura de Sousa, 2010. *A gramática do tempo* – para uma nova cultura política. 3. Ed. São Paulo, Cortez Editora.

SANTOS, Boaventura de Sousa, 1997. *Pela mão de Alice* – o social e o político na pós-modernidade. 3. Ed. São Paulo, Cortez Editora.

SECRETARIA Nacional da Juventude. Governo Federal do Brasil. *Política Nacional de Juventude*. Disponível em *www.juventude.gov.br/politica*. Acessado em 11/2014.

SECRETARIA Nacional da Juventude. Governo Federal do Brasil. *Conferência Nacional de Juventude*. Disponível em *www.juventude.gov.br/conferencia-nacional. Acessado em 11/2014*.

SOUZA, Carmem Zeli, 2004. "Juventude e contemporaneidade: possibilidades e limites". *Última Década*. N. 20, CIDPA, Viña Del Mar, junho 2004, p. 47-69.

SPENILLO, Giuseppa (org.), 2013. *Juventudes e modos de vida no semiárido pernambucano*. Recife, Editora Universitária UFPE.

UNICEF, 2007. *Adolescentes e jovens no Brasil: participação social e política.* Disponível em *www.unicef.org/brazil/pt/voz2007.pdf. Acessado em 11/2014*.

Biografia:

Giuseppa Maria Daniel Spenillo, doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura (CPDA/UFRRJ). Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFRPE. Coordenadora (2008-2013) do Bacharelado em Ciências Sociais/UFRPE. Docente do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX/UFRPE). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Comunicação, direitos, cidadania e mudanças sociais (COMUDI), certificado no CNPq, desde 2009. Investigadora em Pós-Doutoramento no CES/UC com a temática ***Juventudes, tecnologias digitais e emancipação***.

Análise dos mecanismos de mediação de conflitos em comunidades atendidas pelas Unidades de Policia Pacificadoras – UPPs

Gabriel Bayarri Toscano
g.bayarritoscano@gmail.com

Biografía: Gabriel Bayarri é espanhol, mestrando em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP) e do Instituto de Estudos em Administração Institucional de Conflitos (InEAC), onde realiza uma pesquisa para o Conselho Nacional de Justiça que leva por titulo "Instrumentos e interferências do desempenho do judiciário brasileiro". O pesquisador desenvolve atualmente um projeto de mestrado acerca das classificações e interpretações que a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro vem desenvolvendo na política de segurança pública das Unidades de Polícia Pacificadora nas denominadas favelas cariocas.

Resumo: O Programa de Mediação em comunidades atendidas pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) é uma iniciativa destinada a capacitar os policiais integrantes dessas Unidades para exercerem o papel de mediadores dos conflitos de proximidade nas denominadas favelas cariocas. O projeto surge dentro de um quadro novo no campo judiciário, com a introdução dos princípios da mediação e conciliação, e do sistema de segurança pública com as políticas implementadas, desde a década de 90 do século XX, visando "reformar" a Polícia.
Assim, interessa-nos refletir sobre o modo como os policias se apropriam, resignificam e reinterpretam o princípio da "mediação" no tratamento dos conflitos de proximidade, buscando conceder um olhar etnográfico e microsociologico que nos leve a fazer emergir a "bricolage" entre múltiplas lógicas e entendimentos sobre o conflito, o sentido de justiça e do papel policial a partir do ponto de vista nativo (dos policiais).

Palavras Chave: Segurança pública; mediação de conflitos; Unidades de Polícia Pacificadoras

1. Introdução

O Programa de Mediação em comunidades atendidas pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) é uma iniciativa destinada a capacitar os policiais integrantes dessas Unidades para exercerem, com o uso de ferramentas próprias à técnica da mediação, o papel de mediadores dos conflitos de proximidade nas denominadas favelas cariocas.
Este programa foi assinado entre o Tribunal da Justiça e a Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro, em 2011. Surge dentro de um quadro novo no campo judiciário, com a introdução dos princípios da mediação e conciliação, e do sistema de segurança pública com as políticas implementadas, desde a década de 90 do século XX, visando "reformar" a Polícia. Nesse sentido, as UPP's surgem como meios de "pacificar" as ditas comunidades, pois *no momento em que a polícia ocupa essas favelas, que viveram muito tempo "sob a égide do poder paralelo", os conflitos, normais nas sociedades democráticas, emergem* (Coronel Robson Rodrigues, Comandante das UPPs).
Este trabalho de pesquisa está orientado por duas problemáticas gerais. A primeira, diz respeito ao interesse suscitado pela compreensão das políticas públicas de mudanças sociais dirigidas. Desde a década de 90 do século XX, tem havido um empenho no sentido de "renovar" a Polícia. Todavia, pesquisas de natureza etnográfica, realizadas notadamente no NUFEP e InEAC-UFF, demonstram que a modernização das delegacias (com o Projeto Delegacia Legal), a introdução da filosofia da Polícia de Proximidade e dos princípios dos Direitos Humanos, etc. não modificaram a prática, nem muito menos a ética policial (Kant de Lima, 1995).

Como muitos trabalhos do referido grupo de pesquisa apontam, o ethos policial está orientado pela lógica do extermínio do conflito e o combate do inimigo, sendo que a resolução de conflitos possui, de acordo com os princípios nativos, um lugar periférico à atuação policial. Conflitos entre vizinhos, parentes, etc. são concebidos pelos policias como "feijoadas", sendo concedido um tratamento menor face aos "conflitos" concebidos como legítimos (como o combate ao tráfico).

Ora, portanto, pretendemos compreender como estes novos dispositivos, enquanto eventos, tornam-se acontecimentos (SAHLINS, 1990) a partir dos sentidos e significados emprestados pelos atores às "novas" práticas que orientam o exercício da atividade policial. Em outras palavras, interessa-nos refletir sobre o modo como os policias se apropriam, resignificam e reinterpretam o princípio da "mediação" no tratamento dos conflitos de proximidade, buscando conceder um olhar etnográfico e microsociologico que nos leve a fazer emergir a "bricolage" entre múltiplas lógicas e entendimentos sobre o conflito, o sentido de justiça e do papel policial a partir do ponto de vista nativo (dos policiais).

Por outro lado, buscamos conceder uma atenção aos critérios de definição e classificação dos grupos atendidos pelos policiais, buscando compreender os "regimes de proximidade" que são acionados nos quadros de interação (policiais e moradores) de modo a fazer emergir os critérios de "filtragem" e as tipologias relativas aos conflitos. Nesses termos, buscaremos apreender quais são os critérios que definem a legimitidade ou ilegitimidade de determinados conflitos e a natureza dos mesmos a partir do ponto de vista nativo.

2. Unidades de Polícia Pacificadora: A tentativa de uma Polícia Comunitária incompleta

O ambicioso plano da Secretaria de Segurança do Estado de Rio de Janeiro para pacificar as favelas cariocas é só a ponta do iceberg de um largo processo. Iniciado em 2008, atualmente a pacificação tem se levado a 36 favelas (FONTE: IPP. 2014) das mais de 1000 comunidades existentes no Estado, segundo a Federação de Favelas do Rio de Janeiro (Faferj). E o debate sobre as novas formas de polícia comunitária, aplicadas no modelo das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), está só começando. As UPPs seguem, por decreto, uma seleção dos territórios nos que se instalar. Devem ser sempre: 1) comunidades pobres 2) de alto grau de informalidade 3) com presença de grupos criminosos fortemente armados. (NASCIMENTO, 2012)

No processo de implantação, o primeiro passo antes da inclusão da UPP será a intervenção tática, levada a cabo pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) e/ou o Batalhão de Policia de Choque, com o objetivo de recuperar o controle estatal sobre áreas ilegalmente dominadas por grupos criminosos altamente armados. Se alça a bandeira do BOPE no morro dominado, e após a demonstração de dominação se procede a retirada do sistema do caos preestabelecido (SAHLINS, 1990). Estabilização, implantação e controle são as etapas levadas a cabo pelos próprios policiais militares que formarão a UPP.

Os policiais que formam parte das UPPs recebem uma capacitação extra em questões como direitos humanos ou polícia cidadã. Se trata de um curso formado por seis módulos: proteção social; primeiros socorros; gestão do espaço urbano e gênero; juventude e sexualidade. Esta formação complementar pretende acabar com a perspectiva estritamente belicista e punitivo-repressiva que caracteriza a PM. Não raro, a questão da formação policial emerge como uma componente, senão central, profundamente significativa no perfil das polícias brasileiras (em particular a Polícia Militar). Os centros de formação policial são apenas parcialmente capazes de moldar representações e construir conhecimento junto aos agentes de segurança (KANT DE LIMA, 2003). Na polícia, o saber adquirido nos centros de formação, divide espaço, ou mesmo é eclipsado, com os saberes adquiridos "na prática", no dia a dia das ruas, não raro, transmitidos por policiais mais antigos (MONTEIRO; MALANQUINI, 2012). A Secretaria de Segurança, ciente desta realidade, promove a construção de uma polícia pacificadora jovem, cujos policiais que a constituem possam adquirir novos saberes na prática de seu serviço.

As funções dentro da UPP se dividem entre o "Grupo de Polícia Pacificadora" (GPP), encarregados de patrulhar a favela, reforçar sua sensação de presença; o Grupo Tático de Polícia Pacificadora (GTPP), que apoia ao anterior em situações críticas; e o setor administrativo. A normalização se deu em 2009, quando o boletim da PM anunciou formalmente a anexação do programa UPP a seu corpo, e um bônus extra de 500 reais para os

policiais que tiveram que trabalhar nas favelas recém pacificadas, sendo o Morro de Santa Marta, localizado na zona Sul do Rio de Janeiro, o primeiro no que se aplicou a política.

Não obstante, a polícia de proximidade não surgiu com as atuais Unidades de Polícia Pacificadora das favelas. A necessidade de integrar polícia e população favelada através de ações colaborativas já tinham sido trabalhadas anteriormente através de dois programas: o Grupo de Aplicação Prático Escolar (GAPE) e os Grupos de Policia em Áreas Especiais (GPAEs), completamente novos para a PM. Nenhum teve continuidade.

Foi a partir do primeiro mandato de Leonel Brizola como Governador do Estado de Rio de Janeiro, em 1983, quando se tenta romper com a lógica repressiva da ditadura militar, introduzindo novos direitos humanos, opostos com a violência policial. Isto levou a uma forte polarização da política de segurança pública, entre os defensores do "discurso social" e os do "discurso de repressão". Ante esta política de segurança pública surge um novo conceito: a Política Pública de Segurança, que entende a pressão social e as ações de integração social como abordagens compatíveis, que contempla a ideia de "processo" como contraponto ao extermínio do conflito, tão arraigado na PM. Assim, o desenho e planificação das UPPs, terceira tentativa de pacificação das comunidades, buscava, por primeira vez, uma política interdisciplinar que integrasse as políticas públicas de segurança com outras políticas de acesso a cidadania. Uma gestão integrada do território pacificado. Se trata de uma transição das políticas de segurança pública para as políticas públicas de segurança. (LUCI DE OLIVEIRA, 2005)

As UPPs fazem parte desse processo histórico, construídas sobre uma forte oposição: constituídas por uma Polícia Militar com um histórico brutal de violência, treinada sob uma lógica de guerra, a "lógica do extermínio" do conflito e de combate ao inimigo, atuando como fonte de reprodução de uma estrutura de significados, mas num entorno no qual se debatem vivamente novas formas de polícia comunitária através do tratamento da segurança como uma política pública, integradora. Devido a esse delicado equilíbrio no que se constituem as UPPs, seus objetivos como parte de uma política integradora devem ficar claramente demarcados; seria um retrocesso que na evolução das UPPs se acabem transformando em atores políticos de base, na representação absoluta do Estado dentro das comunidades, correndo o risco de que sua gestão adquira traços totalitários no processo de democratização das relações sociais. A PM ainda está sujeita a uma ordem estatal, e não a uma ordem civil. A polícia se concebe como extirpadora de conflitos, e não de soluções, dificultando a interação com uma polícia comunitária e a transição do estabelecimento de uma ordem repressiva para uma ordem preventiva. Assim, as UPPs constituir-se-iam em um "fato histórico" (NASCIMENTO, 2012) que, em certo sentido, desafia a estrutura de significados construída pela corporação Polícia Militar.

A questão que surge é como uma pacificação realizada num enfrentamento direto vai conseguir se apropriar dos mecanismos característicos da polícia de proximidade nas favelas, pois se entendemos as UPPs como um evento, este estará atrelado de forma indissociável a uma estrutura de significados que lhe precede, relacionando-se com esta de forma dialética. (MONTEIRO; MALANQUINI, 2012)

As UPPs se constituem assim como um modelo que permite integrar presente e passado através da manipulação de signos. Serão portanto os próximos passos os mais delicados para esta política de segurança, monitorada pelo olhar internacional durante os grandes eventos, os que determinarão se a pacificação pode ser utilizada para conferir novos significados sobre a Polícia Militar ou, se na triste oposição, servirão só para reforçar as antigas formas de definir a realidade das práticas policiais.

3. Os centros de mediação de conflitos nas favelas pacificadas

O Programa de Mediação em comunidades atendidas pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) é uma iniciativa destinada a capacitar os policiais integrantes dessas Unidades para exercerem, com o uso de ferramentas próprias à técnica da mediação, o papel de mediadores dos conflitos de proximidade nas denominadas favelas cariocas.

A iniciativa faz parte de um acordo de cooperação, assinado entre o Tribunal da Justiça e a Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro, celebrado em 2011. O propósito do estabelecimento dos centros de mediação de conflitos nas favelas pacificadas é constituir dispositivos de resolução de conflitos diminuindo a

"judicialização" das controvérsias entre próximos, assim como diminuir o abismo que ainda separa o direito e os tribunais da sociedade.

Nos processos de mediação as partes implicadas são as responsáveis por alcançar um acordo. O serviço que as UPPs oferecem para a mediação tem sido constituído em sua origem sob as técnicas de uma mediação direta, na que as relações humanas e os conflitos não são isolados, e a justiça se procura através de "soluções razoáveis", constituídas baixo a lógica da interação como forma de estabelecer sistemas de valores que ajudam no manejo e resolução dos conflitos.

Porém, após a pacificação existe um primeiro "choque de ordem", é dizer, uma adaptação as regras, direitos e deveres, entre o favelado e a representação do Estado na favela (ou seja, a Polícia Militar) que pode alterar a parcialidade dos processos de mediação: por um lado, a condição do favelado como cidadão incompleto, acostumado a ser guiado por uma lógica tutelar e a receber seus direitos como concessões o converte num indivíduo vulnerável ante possíveis arbitragens. Por outro lado, a condição da polícia como representação do Estado lhe outorga um comportamento tutelar que questiona a eficácia dos mecanismos de mediação imparcial. Além disso, a hierarquia militar estrita leva uma negação de autonomia no desempenho do trabalho, e a avaliação de sua conduta na eficácia obtida na mediação dos conflitos não será medida pela sua criatividade na condução de negociações bem sucedidas, mas pelo grau de obediência a ordens superiores (KANT DE LIMA, 2003). Assim, a preocupação do mediador policial ficará atrofiada ao cumprimento das regras deixando reprimidas a um segundo plano as regras de caráter moral; isto é o que o sociólogo canadense Erving Goffman denomina "mercador de moralidade" (GOFFMAN, 1973).

Nas mediações, muitos problemas surgem da ausência de conhecimento de regras "do asfalto", do não favelado; e a polícia, como diria o filósofo alemão Hegel, está ainda conhecendo o "bem vivente que protege" (HEGEL, 2003), pelo que espera um comportamento de "pessoa de asfalto", atuando também como educadora, psicóloga ou advogada. O fato de que o Estado só esteja presente na favela no âmbito da segurança traz como consequência a hipertrofia do papel da polícia, tendo que se apropriar de distintas funções, entre elas o ofício da mediação.

A aparição dos conflitos não tem que se avaliar necessariamente como um fenômeno negativo, pois os conflitos mostram que existem interesses incompatíveis, fator fundamental para desenvolver os mecanismos de acompanhamento nas mudanças sociais. No estudo da cosmologia do conflito, este deve ser problematizado através das formas em que é resolvido, da possível arbitrariedade latente em sua resolução, e de sua resolução pacífica. Não obstante, o conflito é um componente de interação humana necessário, e o surgimento do conflito pode se entender no contexto da pacificação como forma de liberdade, de acesso ao direito do cidadão de liberdade de expressão, e sobre essa liberdade de expressão surgem necessariamente as diferentes opiniões como princípio do conflito, surge o desacordo. (LUCI DE OLIVEIRA, 2012)

Neste sentido, o ethos policial está orientado pela lógica do extermínio do conflito e o combate do inimigo, sendo que a resolução de conflitos possui, de acordo com os princípios nativos, um lugar periférico à atuação policial. Conflitos entre vizinhos, parentes, etc. são concebidos pelos policias como "feijoadas", sendo concedido um tratamento menor face aos "conflitos" concebidos como legítimos (como o combate ao tráfico).

Interessa então continuar refletindo sobre o modo como os policias se apropriam, resignificam e reinterpretam o princípio da "mediação" no tratamento dos conflitos de proximidade nas favelas "pacificadas".

4. Conclusões: UPPS e novas condições de cidadania

Desde a chegada das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), as favelas da Zona Sul do Estado do Rio de Janeiro afetadas pela Política de Segurança tem visto, além de muita Polícia Militar, a chegada de um turismo nacional e internacional, do desenvolvimento de novos modelos de negócios locais, e de uma lenta chegada dos serviços paralelos a segurança com a presença do Estado.

As categorias dos moradores dessas favelas têm se alargado para incluir novos referentes (1), e cabe discutir as novas relações entre as categorias, assim como o princípio de acesso a categoria "cidadão", entendida como a do indivíduo com acesso aos mesmos serviços que o indivíduo do "asfalto", e assim, o debate atravessa o alargamento de categorias para dar um salto na discussão, pois o acesso pleno a novas categorias está submetido a uma autêntica "transformação estrutural" (SAHLINS, 1990) nas relações entre os moradores.
O debate não deve girar só em torno ao papel da polícia, mas também ao reconhecimento do favelado dentro da categoria "cidadão" em sua busca pela igualdade de direitos, entendendo que ser cidadão corresponde a pertencer a uma comunidade particular, sendo igual na sua diferença (KANT DE LIMA, 1995). No Estado republicano brasileiro, as desigualdades apesar de não estar constitucionalmente demarcadas, se encontram estabelecidas em práticas e códigos gerais aplicadas de acordo com o status de cada um, buscando assim não cometer a injustiça de não adequar as práticas de administração institucional de conflitos às desigualdades inerentes a cada indivíduo ou grupo (KANT DE LIMA; MOTA; PIRES, 2005).
É comum associar no Brasil a categoria "cidadão" com a categoria "trabalhador" ou "estudante", em oposição a "vagabundo" ou "bandido". A representação sobre as noções de dever e de direito está fundada em um paradoxo, onde duas lógicas operam simultaneamente: uma que concebe a igualdade jurídica e outra que pressupõe a desigualdade, aplicando particularizadamente as regras (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002). Se trata de uma cidadania regulada, embutida na profissão, na qual os direitos do cidadão se restringem às que ocupa no processo produtivo. A singularidade brasileira, segundo o antropólogo Roberto Da Matta, estaria na inexistência de um "mundo cívico" (universo onde se dá status de cidadão e de onde se espera um trato uniforme) bem conformado. Assim, se inviabilizam definições ou fronteiras claras entre os campos de vigência de direitos e privilégios, fazendo com que as autoridades do Estado soem frequentemente arbitrárias para os cidadãos. Isto traz consequência: caráter incerto dos direitos e desigualdade na população longe do poder. Assim, práticas de discriminação que surgem da construção deste espaço dificultam a harmonia na sociedade brasileira. (DA MATTA, 1981)
A população da favela é percebida não como uma cidadania, mas como uma "estadania" na que o Estado só é representado pela polícia (LUCI DE OLIVEIRA, 2012). O Estado e agentes mediadores como as associações se apresentam como os legítimos detentores dos mecanismos de administração de conflitos e produção da verdade no espaço público, tutelando, assim, os "hipossuficientes" (KANT DE LIMA; MOTA; PIRES, 2005). A cidadania aparece dessa forma como uma concessão dada pelo Estado e não um benefício disponível universalmente entre seus membros.
As categorias pelas que julga a Polícia Militar das UPPs ao "bem vivente que conhece e protege" (um princípio elementar da teoria de uma polícia comunitária) estarão condicionadas também pelas instituições que representam ao indivíduo, surgindo um universo multifacetado que contém opiniões contrapostas, como aquelas que criticam que a expressão cultural está sendo limitada por uma UPP que exerce uma força de inserção nas práticas do asfalto que chocam frontalmente contra as expressões do morro, como a repressão dos bailes funk e outros grêmios em discórdia com o programa da pacificação.
Assim, a reflexão abarca neste ponto a transição categórica do indivíduo favelado a cidadão. Para se converter em "pessoa" igual a de asfalto se deve começar mudando sua posição num sistema legal cuja lógica vincula privilégios de acesso à justiça de acordo com a escolaridade, função ocupada, profissão, etc (KANT DE LIMA, 1995). Deve construir uma nova identidade, deve ter um contrato laboral, necessário para aceder ao estatuto de pessoa, e o indivíduo passa para isso situações de medo, vergonha ou dificuldade de acesso aos órgãos ou autoridades competentes (LUCI DE OLIVEIRA, 2012).
Por isso, por essa procura dos direitos, não se trata de ser "cidadão apesar de ser do morro", mas de levar a cidadania às entranhas do próprio morro, de onde não possa sair nunca mais.

Referências

SAHLINS, Marshall. Ilhas de História. Rio de Janeiro: Ed Zahar, 1990

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. Direito legal e insulto moral. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002

DA MATTA, Roberto. A digressão da fábula das 3 raças. In: Relativizando: uma introdução à Antropologia Social, Petrópolis Vozes. 1981.

GOFFMAN, Erving. La mise en scene de la vie quotidienne. Paris: Ed. Minuit, 1973. 251p. (Les sens commun). Titulo original: Presentation of self in everyday lifeConteúdo. V.1: la presentation de soiConteúdo. V.2: les relations en public.

HEGEL, Friedrich. Principios da Filosofia do Direito. Ed. Martins Fontes. 2003

KANT DE LIMA, Roberto. Polícia da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Ed FGV, 1995.

KANT DE LIMA, Roberto; MOTA, Fabio Reis; PIRES, Lênin. Efeitos da Igualdade e da Desigualdade no espaço público da Amazônia. In: Deborah Lima (org). Diversidade Socioambiental nas Várzeas dos rios Amazonas e Solimões. Manaus: IBAMA, PróVárzea, 2005.

KANT DE LIMA, Roberto. (2003), "Direitos Civis, Estado de Direito e "Cultura Policial": a formação policial em questão". In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, nº 41. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, jan-mar, p. 241-256

LUCI DE OLIVEIRA, Fabiana. UPPs, direitos e justiça. Um estudo de caso das favelas do Vidigal e do Cantagalo. Ed. FGV. 2012

MONTEIRO, Fabiano Dias; MALANQUINI, Lidiane. Sobre Soldados e Gansos: Uma aproximação acerca da percepção policial sobre a atuação em UPPs. Trabalho apresentado na 28ª. Reunião Brasileira de Antropologia. SP, Brasil. 2012.

NASCIMENTO, Vânia. Mediação nas Unidades de Policia Pacificadora. Morro da formiga. Dissertação UFF/PPGA. 2012

GT 16
Mobilidades: um retrato dos movimentos migratórios contemporâneos

Precariedade, táticas e controle imigracional: o caso de imigrantes brasileiros em Londres

ANGELO MARTINS JUNIOR
martins.ajunior@gmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar as táticas de sobrevivência e permanência utilizadas por esses imigrantes para enfrentar os problemas relacionados ao controle de imigração. Controles de imigração são frequentemente justificados pelo Estado Nacional como uma maneira de garantir empregos para trabalhadores locais, além de proteger os imigrantes de exploração. Contudo, muitas vezes eles acabam ajudando a formar, e a reproduzir, tipos de trabalhadores precários, os quais acabam aceitando qualquer tipo de trabalho dada a sua situação "de ilegalidade institucionalizada" (Anderson, 2010). Em outras palavras, ao criar o que é legal e ilegal, na realidade o Estado não põe fim a esse ilegalismo, mas sim cria um processo de diferenciação interna ao grupo, o que facilita o gerenciamento, e controle, desse tipo específico de mão-de-obra barata e dócil. Na tentativa de sair dessa situação de "ilegalidade", a qual favorece a exploração por parte dos empregadores e dificulta o acesso do imigrante a bens e serviços, esses sujeitos passam a desenvolver táticas para sobreviver e permanecer na sociedade receptora, atravessando as porosidades existentes entre a fina barreira do legal e ilegal. Este artigo é resultado de "participação observante" (Wacquant, 2002) em diversos tipos de trabalho em Londres, como faxineiro, assistente de cozinha e garçom; convivendo socialmente com trabalhadores brasileiros fora do trabalho e observando as "táticas de sobrevivência e permanência" utilizadas em seu cotidiano. Em um segundo momento, foram desenvolvidas 30 entrevistas em profundidade buscando recuperar a trajetória de brasileiros que trabalham no setor de serviços em Londres.

Palavras-chave: Brasileiros na europa; controle de imigração; ilegalismos; trabalho precário

1. Introdução

Nos últimos trinta anos, avanços nos sistemas de transporte e comunicação facilitaram o desenvolvimento de multiplas formas de interconexão de atividades em redes (sociais, políticas, economicas, tecnológicas e científicas) pelo globo (Knowles, 2003; Basch et al, 1994). Em um contexto contínuo de deslocamentos e mobilidades, pessoas, objetos, imagens, informação e resíduos passaram a cruzar - de forma intensa – as barreiras nacionais. Como afirma Urry (2008), o mundo todo está em movimento, e o sentimento de que há uma estrutura de "mobilidades" parece estar no ar. Castles e Miller (2009) consideram este período como "a era das migrações", uma fase constituída por complexidades sociais emergentes e mudanças no referencial espacial, durante a qual fluxos migratórios fluem com maior intensidade entre as fronteiras nacionais. Ser fisicamente móvel teria se tornado um "way of life" para ricos e pobres (Urry, 2006).

No entanto, essa mobilidade não acontece da mesma forma para todos, pois marcadores sociais (como classe, raça, genêro e situação documental), também influenciam o modo pelo qual a mobilidade é 'desenvolvida'. Devido a isso, em um mundo em movimento, pessoas e objetos não fluem, como afirma Urry (2008); eles planejam seus movimentos, se esbarram desajeitadamente ao longo da criação de percursos que criam, esquivam-se, param e partem novamente, contornam obstáculos, recuam e se movem em novas direções, movendo-se

por diferentes lógicas de interseção (Knowles, 2014). Esse movimento planejado torna-se mais evidente em um contexto de aumento de bordas e controles de migração, no qual ter um documento para permanecer legalmente na sociedade de acolhimento, por exemplo, é visto como um objeto de valor para qualquer imigrante. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar as táticas de sobrevivência e permanência utilizadas por imigrantes brasileiros em Londres para enfrentar os problemas relacionados ao controle de imigração.

Controles de imigração são frequentemente justificados pelo Estado Nacional como uma maneira de garantir empregos para trabalhadores locais, além de proteger os imigrantes de exploração. Contudo, a questão que levantamos aqui, como eixo central na discussão desse artigo, é: a criação de uma "ilegalidade institucionalizada" (Anderson, 2010) – estipulando quem é legal e quem é ilegal – colocaria de fato um fim nos trabalhos precários realizados por imigrantes, ou na realidade poderia ajudar a produzir ainda mais situações de exploração e precariedade?

Tendo como referência pesquisa realizada com brasileiros em Londres trabalhando nos chamados trabalhos desqualificados do setor de serviços, buscaremos dialogar com a questão que colocamos acima acerca da funcionalidade dos controles de imigração. Para tal, primeiro apresentaremos uma breve caracterização do perfil dos brasileiros em Londres, assim como a nossa metodologia de pesquisa utilizada. Em seguida, aprofundaremos na discussão de até que ponto controles de imigração de fato protegem imigrantes de exploração, a partir da utilização de dados empíricos que focam no dia a dia de um imigrante que vive sujeito as regras do controle de imigração. Por fim, demonstraremos as táticas de permanência e sobrevivência utilizadas por esses imigrantes, questionando então a relação dicotômica entre "Legal" e "Ilegal".

2. Contextualizando Brasileiros em Londres

De acordo com dados do Ministério Brasileiro de Relações Exteriores (2009), 3,5 milhões de brasileiros vivem no exterior, sendo os principais destinos: Estados Unidos (1.280.000), Paraguai (500.000), Japão (280.000), e os países europeus, como Reino Unido (180.000), Portugal (137.000), Espanha (125.000), Alemanha (89.200), Itália (70.000), França (60.000), Suíça (57.500) e Bélgica (42.000). Os países europeus passaram a receber um fluxo maior de brasileiros principalmente após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, quando os EUA aumentaram o controle de suas barreiras, dificultando a migraçao para aquele país (Siqueira, 2012). Como consequência, o Reino Unido se tornou um dos principais destinos para os brasileiros migrantes.

O ultimo censo britânico (2011) indica que há 50.000 brasileiros morando no Reino Unido, mas dada as dificuldades para saber com precisão os números reais, uma vez que muitos brasileiros estariam em situação imigratória irregular no país, analistas e organizações estimam que exista por volta de 200.000 brasileiros em todo o Reino Unido, sendo que apenas na capital inglesa o número varia entre 130.000 e 160.000. Cwerner (2002), por exemplo, chega a afirmar que não seria sem propósito dizer que a maior comunidade brasileira na Europa hoje, encontra-se em Londres. Os brasileiros em Londres s***ão jovens e bem educados, se compararmos com a situação brasileira, já que 54% possuem segundo grau completo e 36% prosseguiram os estudos, mas nem todos completaram o terceiro grau (***Evans et al, 2007). Na sociedade receptora, a maioria realiza longas jornadas de trabalho em serviços como de motoristas e babás, faxina (conhecidos como *cleaners*), construçao civil, hotéis e restaurantes. Em outras palavras, a grande maioria desses imigrantes estaria concentrada nos trabalhos classificados pela bibliografia como *unskilled jobs* ou, como o próprio grupo investigado classifica, *trabalhos para imigrantes* (Margolis, 1994; Bloch, Sigona e Zetter, 2009; Martins Jr e Dias, 2013) .

No que diz respeito aos motivos para deixar o país, por mais que muitos dos brasileiros que estejam em Londres realizem, inicialmente, extensas jornadas de trabalhos em ocupações informais e de baixa qualificação, e que a questão econômica apareça, para alguns, como um dos fatores decisivos para migrar, há sempre mais de uma razão relacionada ao "projeto migratório" (Frangella, 2010; Martins Jr e Dias, 2013). Dentre elas, destaca-se a facilidade para o consumo, a maior mobilidade e o acesso aos bens e serviços (bens materiais e simbólicos

como serviços públicos de boa qualidade, viagens, novas formas de sociabilidade a todo momento). Além disso, muitos migraram com o objetivo de permanecer no país por um curto período de tempo – de dois a três anos –, contudo, acabaram ficando mais do que o tempo planejado, não sabendo dizer ao certo se retornarão ao Brasil (Evans et al, 2007).

3. Metodologia

Os dados apresentados neste artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado realizada a partir de dois momentos distintos na capital inglesa. O primeiro foram nove meses (2008-2009) vivendo na comunidade brasileira em Londres, tendo que "se virar" dentro dos chamados sub-empregos. Durante essa experiência foram realizadas anotações acerca do trabalho do grupo de imigrantes, suas estratégias e problemas enfrentados. Foi desenvolvida uma etnografia com "participação observante" (Wacquant, 2002) em diversos tipos de trabalho, como faxineiro, assistente de cozinha e garçom; convivendo socialmente com trabalhadores brasileiros fora do trabalho e observando as "táticas de sobrevivência e permanência" utilizadas em seu cotidiano. A descrição densa de várias situações do dia a dia de um imigrante, apresentada ao longo do texto, é fruto desta "etnografia/participação".

Esta vivência/convivência permitiu acesso a informações mais detalhadas, como, por exemplo, observar os problemas e dificuldades de estar "ilegal" ou presenciar o uso de drogas no trabalho, situações a que dificilmente teria acesso caso nos apresentássemos apenas como pesquisador. Segundo Whyte, referindo-se ao seu trabalho de campo, "para encontrar as pessoas, passar a conhecê-las, encaixar-me em suas atividades, tinha que gastar tempo com elas" e, apenas "sentando e ouvindo, soube as respostas às perguntas que nem mesmo teria tido idéia de fazer se colhesse apenas por entrevistas" (2005: p. 304).

Portanto, a pesquisa é fruto das interações no e com o campo de estudo. Assim como Wacquant (2002) fez ao se tornar um boxeador para realizar a sua pesquisa, o pesquisador aqui se inseriu como "objeto" e sujeito da observação. Os relatos são os de um trabalhador imigrante em Londres e de um pesquisador em trabalho de campo. O segundo momento foram três meses em Londres (2011), quando foram realizadas cerca de trinta entrevistas em profundidade, buscando resgatar a trajetória de vida do grupo de trabalhadores brasileiros contatados na estada anterior: suas vidas antes de sair do Brasil, o processo de deslocamento (chegada e adaptação), a busca por trabalho e convivência com o outro, e perspectivas em relação ao futuro.

4. Para além da Proteção: Controle de Imigração, Exploração e Precariedade.

A figura do migrante pode ser considerada como exemplificadora das desigualdades sociais globais, uma vez que muitos deixam seus países de origem já preparados para trabalhar em ocupações nas quais os "locais" se recusam a fazer, dada as precárias condições de trabalho e os baixos salários. Frequentemente, migrantes trabalham longa jornadas de trabalho sem qualquer tipo de proteção social (Piore, 1979). Falta de conhecimento da língua local, não reconhecimento de qualificações adquiridas no país de origem, discriminação e situação migratória irregular são fatores que influenciam diretamente na posição do imigrante no mercado de trabalho. Como sabemos, a intensificação da relação entre trabalho precário e trabalhador imigrante há algum tempo já vem sendo reconhecida como resultado das mudanças políticas e econômicas globais (Balibar, 2004; Cohen, 1987; Sassen, 1988). Além, disso, estudos demonstrando a exploração sofrida por imigrantes não documentados é algo debatido na academia (Ribeiro, 1998; De Genova, 2002). Contudo, nem sempre esses estudos consideram a maneira pela qual os controles de imigração ajudam a produzir "ilegalidades" e trabalho precários.

Ao analisar o caso britânico, Anderson (2010) demonstra que, em tempos de recessão econômica - desde 2008 - o governo britânico tem cada vez mais alterado as regras de seu controle de imigração sob o discurso de facilitar os comércios e viagens "legítimas", garantir a segurança contra crimes/terrorismo e "ataques a base tributária", proteger a fronteira, bem como proporcionar um ambiente de tranquilidade para o público e para os negócios em geral (Cabinet Office, 2007: 9). Com isso, um novo sistema de regras foi criado com o intuito

de produzir diferentes categorias de status migratório[1]. Tais mudanças vêm sendo apresentadas como uma maneira de defender os empregos para a mão de obra nacional, assim como proteger os imigrantes de exploração. Porém, apesar do discurso de que essas regras protegem os imigrantes de exploração, a produção de diferentes tipos de status migratórios e vistos tem um efeito de longo prazo sobre a posição do imigrante no mercado de trabalho. O controle de imigração não somente molda e constrói as condições de entrada do imigrante no país receptor, mas também as suas condições de permanência. Em outras palavras, o controle de imigração pode ajudar a produzir "trabalhadores precários" que se aglutinam em trabalhos e segmentos do mercado através da criação de categorias de entrada, a qual resulta na imposição de relações de trabalho especificas e na construção de uma instabilidade institucionalizada (Anderson, 2010).

A situação descrita acima por Anderson pode ser vista no caso dos brasileiros em Londres. Na sociedade receptora, esses imigrantes tendem a realizar trabalhos considerados desqualificados e em condições precárias (Roth, 2002), os quais normalmente são realizados dentro dos setores informais e às vezes até ilegais (Lima and Matins Jr, 2012). Conforme Durham (1984) demonstra, é por meio dos grupos de relações primárias – parentes e amigos – que o migrante recém-chegado obtém e ordena informações sobre oportunidades de trabalho. Esse grupo de relações primárias funciona como mediador entre os indivíduos e a sociedade, sendo um dos poucos pontos de apoio com que os migrantes contam para iniciar o processo de ajustamento nessa nova vida. Como resultado, o suporte vindo das redes sociais colabora na concentração de imigrantes em segmentos específicos do mercado de trabalho, como descrito por Rose:

> Eu cheguei em Londres à tarde, na mesma noite a gente foi para o centro, fomos para um bar, bebemos e fomos para casa. Fechei os olhos, e meu irmão já abriu a porta: "Ei, ei, vamos trabalhar, vamos trabalhar! Vida boa? Aqui, não. Vamos, vamos". Aí eu fui trabalhar nesse "*puto*" *cleaner*... Só trabalhava brasileiros e uns outros latinos lá [Rose].

Como possuem pouco conhecimento da língua local, baixa compreensão do mercado de trabalho, e muitos não possuem documentação para trabalhar, muitos dos brasileiros em Londres veem o trabalho de forma puramente instrumental, aceitando qualquer tipo de trabalho, e em condições precárias, principalmente os recém-chegados que vivem com medo de serem pegos pela imigração a qualquer momento, como afirma Guilherme:

> Porque tem uma questão aqui que é a seguinte: Londres te dá uma coisa mas te tira outra. Londres te dá o direito de você levar a vida que quiser, mesmo limpando bosta dos outros, mas ela te tira a saúde, cara. Eu sei que em dez anos eu não vou ter a mesma saúde que eu tenho hoje, eu já não tenho a mesma de quando eu cheguei. E se você não tiver saúde aqui, não tiver seu corpo bom, você não tem nada, porque você não vai conseguir acordar cedo e voltar à noite. Ninguém é de ferro. E quem vem para juntar dinheiro tem que se sacrificar... Aliás, todo mundo se sacrifica, principalmente no início, mas depois você não aguenta, principalmente se você não tem família. Agora quem tem família, se sacrifica por um tempo e já vai embora, porque não dá para ficar para sempre. Eu conheci um pessoal que fazia isso, mas eram aqueles que tinham família, sabe? Então, é nessa correria que os caras trabalham tomando uns "Red Bull" (cocaína), porque no começo você tá naquela fissura de trabalhar e trabalhar... Esses dias eu tava em um restaurante brasileiro e ouvi os caras conversando, reclamando que trabalham só oito horas por dia e que queriam muito mais horas, queriam fazer vinte horas no dia. Você percebe que é

1 O Sistema de pontuação "Tier" é dividido entre: Tier 1(Imigrantes altamente qualificados), Tier 2 (Imigrante qualificado) e Tier 3 (Imigrante pouco qualificado) para trabalhadores; Tier 4 para estudantes; Tier 5 para mobilidade de jovens e trabalhadores temporários, como *au pairs* (Anderson, 2010).

> um cara que tá aqui há pouco tempo, porque quem acaba de chegar sempre é nessa correria, principalmente os pobres que vieram para cá devendo dinheiro no Brasil e precisam pagar a galera lá, e ainda tem o medo de que a polícia pode te pegar a qualquer momento e você tem que voltar para o Brasil devendo para todo mundo [Guilherme].

Como consequência, em muitos casos, trabalhadores que estão "sujeitados" ao controle de imigração acabam por serem mais desejados pelos empregadores do que cidadãos que possuem a documentação local (Anderson, 2010; Rosenhek, 2003), já que esses migrantes se sentem impotentes para desafiar os empregadores e, em alguns casos, os empregadores aproveitam o status de "ilegalidade" do imigrante como uma forma de controle.

> Meu primo me levou para o cara lá, um brasileiro, para tirar os documentos falsos, pegar o que precisa para trabalhar e tal, porque eu queria arrumar outro trabalho. Aí quando chegamos lá, fiquei sabendo que o brasileiro que comercializava os documentos era casado com uma brasileira, gerente de uma empresa de *cleaning* que limpava escritórios e teatros. Aí o cara me ofereceu trabalho na empresa onde a esposa era gerente, mas eu teria que, que comprar do cara o passaporte, um *insurance number*[2] e uma identidade portuguesa. Quando comecei a tabalhar lá eu descobri que o casal também só contratava ilegais para explorar a galera, porque o cara ganhava dinheiro fazendo os documentos falsos e a mulher pagava para a gente só uma parte do que a empresa repassava pra ela. Como eu tava sem documento e precisava de trabalho, eu aceitei né cara!? [Guilherme].

Assim, a situação imigratória irregular desses trabalhadores constitui um elemento adicional na redução de custo do empregador ao utiliza-los enquanto mão de obra. Além disso, devido ao constante medo de serem denunciados e deportados, esses trabalhadores reclamam menos no trabalho e acabam aceitando abusos por parte dos empregadores (Lima and Martins Jr, 2012). O medo da denúncia também faz com que muitos se sujeitem a situações e trabalhos dos mais precários na busca de maximizarem o "agora" (Ahmad, 2008), pois vivem diariamente com o medo de serem deportados, como explica Juliano.

> Porque você fica muito no meio de brasileiro aí vê muita historia da policia invadindo casa, trabalho, pegando o povo na estação... levando um monte de gente de uma vez... E aí você fica naquela né, 'tem que aproveitar pra conseguir o máximo que puder logo', porque você pode *rodar* também a qualquer momento... então dá medo né?! [Juliano].

Essas situações de denúncia correspondem àquilo que Ribeiro (1998) chamou de a "cultura do ilegal", um fenômeno que permeia capilarmente a vida dos imigrantes. Como não conhecem direito as leis do país receptor, são explorados por causa de seu medo. Para Ribeiro, essa "cultura" repousa sempre no mecanismo da denúncia que funcionaria como um panóptico, pois qualquer um pode anonimamente denunciar outra pessoa a qualquer momento. Já Torresan (1994) compara o medo da denúncia entre brasileiros em Londres, ao tipo de controle social exercido pela feitiçaria, a crença em uma maldade invisível, que não pode ser verificada. Sendo assim, a denúncia é também um instrumento de controle que regula acúmulo de bens e prestígio. A ascensão social e financeira de alguém, que até então era "um igual", passa a não ser bem vista e acaba por gerar ódio, inveja e cobiça. Torresan (idem) também afirma que essa cultura do ilegal seria responsável por criar o trabalhador "disciplinado", que aceita qualquer tarefa, dada a sua posição estruturalmente subordinada e dependente.

---

2 Cartão de seguridade social no Reino Unido.

De fato o medo da denúncia dociliza o migrante trabalhador em situação documental irregular, contudo, o que parece é que, mais que funcionar como um panóptico, a denúncia, baseada na cultura do ilegal, enquadra-se mais na forma da sociedade de controle desenvolvida por Deleuze (1992) do que na idéia de vigilância da sociedade disciplinar de Foucault – como acredita Ribeiro (1998). Para Deleuze, as antigas disciplinas que operam na duração de um sistema fechado dão lugar àquelas dos espaços abertos e sem duração diretamente assinalável, mediante formas de controle flexíveis, e não apenas em determinados espaços específicos. No caso dos trabalhadores migrantes, este controle já se inicia na passagem deste pelo controle de imigração no aeroporto, e o medo da denúncia faz com que se sinta controlado em todas as esferas de sua vida e não apenas em espaços específicos. Mesmo dentro de suas casas, eles sentem o peso do controle. Diversas vezes ouvi relatos de pessoas que não atendiam nem a porta da casa com medo de ser a polícia, e achavam que estavam sendo perseguidos a todo o momento.

> Hoje eu perdi esse medo (de sair nas ruas). Eu já não gosto muito de sair, e eu estava morrendo de medo... Qualquer guardinha que eu via na rua achava que era a Imigração indo me buscar ... Eu ficava sempre na minha, e não podia fazer nada de errado. Quantas vezes eu não tive que engolir a seco o povo folgando comigo na rua, ou no trabalho, e eu não podia fazer nada porque eu tava ilegal [Guilherme].

Portanto, o dia a dia daqueles que vivem sob as regras do controle de imigração é muitas vezes precário e cheio de constrangimentos e limitações. Na tentativa de sair de uma situação de restrição e medo, esses indivíduos passam a desenvolver táticas de sobrevivência e permanência que nos obrigam a refletir sobre a relação entre legal e ilegal, como veremos a seguir.

5. Táticas de sobrevivência e permanência: nas dobras do legal, ilegal e ilícito.

Como se pode perceber, o fato de não possuir o visto pode dificultar no momento de conseguir um trabalho, além de facilitar a sujeição e exploração. Por não possuir documentação regularizada, esses trabalhadores ficam expostos a altos níveis de abusos e humilhação, realizando altas jornadas de trabalho e recebendo abaixo do mínimo pago no país. Para fugir dessa situação, várias táticas são utilizadas, como a compra de passaportes falsos, *insurance number*, carteira de motorista, entre outras. Seguindo a ideia de De Certeau (1994), tais táticas seria uma arte do fraco, uma ação calculada, um movimento dentro do campo de visão do inimigo e no espaço por ele controlado. Ele opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ocasiões e delas dependem suas bases para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. Ou seja, são gestos hábeis do "fraco" na ordem estabelecida pelo "forte", é a arte de dar golpes no campo do outro, como uma astúcia de caçadores. Assim, muito brasileiros necessitam agir calculadamente desde o inicio de sua jornada para o Reino Unido. Para entrar no país, um brasileiro pode, por exemplo, requisitar um visto de turista quando chega no Reino Unido, ou solicitar um visto de estudante antes de sua viagem. Para obter o visto de estudante, o brasileiro precisa pagar algum curso – muitos pagam escolas de inglês – e provar que possui dinheiro suficiente, em conta corrente, para cada mês que pretende ficar no país (hoje o mínimo necessário por mês é de 1000,00 libras). Como esse visto é um pouco caro, muitos preferem chegar ao aeroporto e tentar o visto de turista. Contudo, como eles sabem que se eles não se parecerem como turistas – precisam ter dinheiro suficiente com eles, passagem de retorno, comprovante de hotéis – o visto pode ser recusado, eles precisam desenvolver formas de enganar a imigração. Assim, as táticas de entrada variam de grupo para grupo: como usar roupas mais formais, utilizar diferentes rotas para entrar, e contar alguma história que convença o agente de imigração. Andrea, por exemplo, combinou algumas táticas para entrar no Reino Unido. Primeiro ela viajou do Brasil para a Irlanda com seu marido, já que parentes que moravam em Londres haviam dito que seria mais fácil entrar no Reino Unido passando pela Irlanda. Contudo, a história de que ficariam somente dez dias como turistas não convenceu o agente de imigração, eles foram barrados na Irlanda e mandados de volta ao Brasil. Como já estavam com tudo programado para morar no Reino Unido, tentaram outra tática:

> Chegamos no Brasil arrasados, não falamos para ninguém. Jogamos nossos passaportes fora, tiramos outro com urgência e em duas semanas pegamos o voo para a Europa. Dessa vez, voamos para Bruxelas, de lá pegamos o trem para Londres, só com uma mochila pequena cada um, para demonstrar que ficaríamos pouco tempo... Estávamos vestidos todos formais, porque a história que contamos na imigração é que éramos pastores evangélicos e iríamos pregar na igreja por dez dias em uma missão. A minha família e a do meu marido eram dessa igreja no Brasil, e a gente fez uma documentação dizendo que éramos pastores [Andrea].

Após entrar no país, muitos migrantes que decidem permanecer para além dos três meses permitidos, como no caso de Andrea, jogam seus passaportes fora e começam uma vida nova na sociedade local sob o status de "imigrante ilegal". Aqueles que possuem condições para entrar no país com um status migratório regular, pagam uma escola e solicitam o visto de estudante.

Esse visto de estudante é um comércio muito lucrativo para as escolas. Muitos indivíduos que queriam passar um tempo em Londres tinham que pagar uma escola para facilitar a entrada com um visto de turista. Contudo, existe um controle do *Home Office*[3] para o qual as escolas são obrigadas a passar a presença dos alunos, semanalmente, e caso este não esteja atendendo as aulas, ele perde o visto de estudante, o que é um problema para aqueles que, mesmo "fazendo algo ilegal", que é trabalhar mais que as vinte horas semanais permitidas, não querem ser rotulados como ilegais.

Como consequência, muitas escolas[4] além de já ganharem vendendo o curso aos alunos, também vendiam as frequências de aula, pois quando percebiam que alguém estava faltando muito, uma carta era enviada ao aluno dizendo para comparecer a escola para regularizar sua situação, ou então ficariam ilegais no país. Porém, quando os alunos iam até lá, muitos diretores ofereciam um acordo: o estudante pagava para retirar suas faltas. Tal situação aconteceu duas vezes com Rose. Como acontecia com muitos que tinha o visto de estudante, Rose deixou de assistir às aulas de inglês para trabalhar, mas, em seu caso, estava juntando dinheiro justamente para pagar outro curso de inglês e renovar seu visto para ficar mais um tempo em Londres. Porém, quando chegou o momento de renovar seu visto, descobriu que precisaria de uma carta de presença e outra demonstrando que havia progredido seu nível de inglês ao longo do curso. Como não havia ido às aulas, e por consequência não trocara de nível nenhuma vez, o dono da escola ofereceu as cartas necessárias para essa renovação, caso ela continuasse estudando naquela escola.

Por conveniência e necessidade, Rose pagou outro curso na mesma escola e renovou seu visto por mais um ano. Contudo, a escola servia mais como comércio de visto do que como um centro educacional de fato. Por essa razão, o *Home Office* mandou uma carta aos alunos dizendo que a escola seria fechada e que eles deveriam regularizar suas situações. Nessa ocasião Rose deveria renovar mais uma vez seu visto. Foi até a escola e descobriu que ela seria fechada e que ele precisaria pagar um curso em outra escola para obter seu visto novamente. Ficou sabendo que precisaria das mesmas duas cartas, a de frequência e a de progressão, que usara da outra vez. Para consegui-las, pagou 600,00 libras.

Esses casos se repetiam muito até o ano de 2009. Vários entrevistados pagaram as escolas para conseguir as frequências necessárias. Porém, após a crise de 2008/09 o *Home Office* começou a investigar e pressionar todas as escolas irregulares. Muitas destas fecharam, e hoje se o estudante faltar às aulas cinco dias seguidos já será notificado ao órgão fiscalizador. Além disso, em 2009 o estudante de língua podia trabalhar vinte horas semanais, em 2010 essas horas foram reduzidas para dez, e em 2011 foi estabelecido que o estudante não pode mais trabalhar. São medidas tomadas sob o discurso de diminuir o número de imigrantes ilegais no país, principalmente dentro de um contexto de crise econômica.

---

3 Órgão responsável por políticas de imigração, drogas, terrorismo entre outras.

4 Isso era muito comum até os anos de 2011. Após esse período, muitas escolas foram fechadas pelo Home Office por funcionarem somente como um meio de obtenção de vistos.

Contudo, ao mesmo tempo em que barreiras foram criadas para "dificultar" a permanência de imigrantes em Londres, eles estão a todo o momento desenvolvendo táticas de "sobrevivência" e permanência, ao longo das porosidades existentes entre a tênue barreira do legal e do ilegal, às vezes até utilizando meios "ilegais" para manter uma situação de "legalidade". Tal situação se torna possível ao passo que as redes sociais possuem suas próprias dinâmicas e uma vez que uma rede passa a ser estabelecida em um setor em particular, ela possivelmente continuará a funcionar mesmo com mudanças nos quadros legislativos (Massey, 1990).
Priscila, por exemplo, utilizou de "práticas ilegais": pagou cartas da escola, para permanecer no país "legalmente". Quando nos encontramos para uma entrevista em 2011, fez questão de levar seu passaporte regularizado, pois havia rumores no seu trabalho de que ela estava ilegal[5] no país. Priscila mostrou todo o dinheiro gasto com renovações de vistos, cursos que pagava, cartas de frequência em aula etc. Além disso, contou algo que nunca havia dito a ninguém, pois isso a envergonhava: para conseguir dinheiro, no final de 2009, quando o restaurante em que trabalhava fora fechado para reforma e ela ficou sem trabalho por três meses, mais uma vez cruzou as dobras existentes entre o legal, ilegal e ilícito. Precisava encontrar um novo trabalho, o mais rápido possível, já que não tinha mais nenhum dinheiro guardado. Não tinha trabalho e precisava renovar seu visto. Dessa vez sua rede de conhecidos brasileiros intermediou o acesso a um trabalho que, ela diz, jamais faria no Brasil; foi trabalhar de recepcionista em uma casa de prostituição.

> Ela me contou tudo como funcionava. Perguntei: "E polícia? Bate lá?" Ela falou: "Pode bater, mas a partir do momento que ela chega lá, você tira o teu sapato... vai com uma roupinha assim bem tranquila e leva uma sandália havaiana. Se a polícia aparecer você é uma garota (de programa) também". Eu disse: "Mas eu não quero ser garota". "Priscila, se você for garota é melhor do que ser *maid* (cafetina), porque se você for *maid*, você tá vendendo as garotas e você vai presa. Não interessa se o dinheiro não fica para você, é você quem está atendendo os clientes e recebendo o dinheiro, para a polícia você é a dona. Então a partir desse momento você coloca a sua sandália havaiana e se passa de garota." [Priscila]

Priscila descrevia o ambiente de trabalho como muito inseguro e às vezes violento. O segurança da casa, por exemplo, já havia levado três facadas de clientes. Como precisava do dinheiro para renovar seu visto e manter um status de legalidade, ela continuou se arriscando nesse trabalho por alguns meses. Priscila parou de trabalhar nas casas quando a polícia apareceu à procura de mulheres compradas, ou seja, garotas que estavam sendo prostituídas de maneira forçada. Ninguém foi preso porque o que eles queriam mesmo era achar essas garotas vivendo em situação de escravidão. O trabalho nas casas, contudo, fez com que Priscila ficasse sabendo de outra tática para mantê-la por um bom tempo em Londres sem precisar renovar visto e pagar cursos. Uma garota lhe disse que alguns advogados brasileiros, em Londres, conseguiam mantê-la por mais tempo no Reino Unido sem precisar renovar visto.

> Eu fui atrás desse advogado brasileiro, que foi uma amiga minha que me indicou. Eu disse que queria ficar até o final do ano ou até o ano que vem e o que é que eu poderia fazer, mas que eu não queria ter que ficar indo para aula. Ele disse assim para mim: "Priscila, eu posso pedir para você estender o seu visto, o visto que você já tem. E você não vai comprar outro curso, não vai precisar ir para outra escola, e nem precisa ter dinheiro na conta para provar que você consegue se sustentar aqui". Ele entrou com esse pedido para estender, eu paguei 2.000 libras para ele, mas ele disse que se eu quiser ele consegue que eu fique por uns cinco anos, só enrolando a justiça. Ele disse que funciona assim: "É pouco provável que eles lhe deem o visto.

5 O imigrante brasileiro ilegal em Londres é visto como o pobre, que só trabalha e "passa a perna" em todo mundo para conseguir dinheiro (Martins Jr, 2014).

> É mais provável que eles neguem. Mas eu vou recorrer com outra justificativa que eles vão provavelmente negar. Mas eu vou colocar uma justificativa que vai demorar a ser solucionada, isso para a gente ganhar tempo. Então eles vão negar de novo e eu vou recorrer de novo, assim eu garanto a você cinco anos aqui no país". Logo eu recebi essa carta (Mostra a carta.) aqui que eu estou aguardando meu visto, então eu continuo legal aqui [Priscila].

Outra prática bem conhecida para fugir do status precário de "ilegal" é a compra de passaporte. A prática de comprar passaporte é algo corriqueiro entre os brasileiros, e os preços variam de acordo com a similaridade com o original e de como a pessoa que o conseguiu está inserida na rede desse negócio, pois quanto maior o número de intermediadores, maior é o preço a ser pago, como Guilherme explica:

> Os preços variam de acordo com a qualidade do papel e o número de gente que tem envolvido. Porque todo mundo vai querer ganhar o seu. O meu é português, você paga 300,00 *pounds* (libras). Em uma carteira de habilitação você paga 70,00 *pounds*. Um *Insurance Number*, que é como se fosse o CPF, você paga barato, 20,00 ou 30,00 *pounds*. Agora se você quiser um quente, que é difícil de arrumar aqui na Inglaterra, você vai pagar uns 3.000,00 euros, se não tiver muita gente envolvida. Porque é assim, tem um contato brasileiro aqui que tem um contato lá na Itália. Ele pega esse cara italiano e tira um passaporte e te vende esse passaporte. Só que ele vende para o cara lá na Itália por 1.000,00 euros. Esse contato vende para um brasileiro por 2.000,00 euros e esse brasileiro te vende por 3.000,00 euros. Se tiver mais gente no meio o passaporte fica mais caro. Nesse passaporte você tem que ter o nome do cara, agora no falso, igual ao meu, você pode colocar o nome que quiser. Eu coloquei meu nome, mas a data de nascimento é alterada, nome de pais alterado, lugar que eu nasci alterado. Você faz o que você quiser, coloca os dados que quiser. Eu coloco meu nome para não me confundir. Porque o cara vira e fala: "O Zé", falando comigo, e eu vou ficar lá *marcando* sem saber que é para mim [Guilherme].

Em 2010, Guilherme ficou sabendo de outra artimanha que poderia lhe garantir a permanência legal na cidade inglesa de uma vez por todas. Como já havia repensado sobre ficar por mais tempo no país, passou a buscar maneiras de se legalizar de fato. Disseram-lhe que poderia encontrar algum estrangeiro que fosse mais velho para registrá-lo como filho, já que não foi registrado pelo pai no Brasil. Assim, conseguiria a nacionalidade europeia e tudo facilitaria, pois poderia visitar sua família no Brasil quando quisesse.

Guilherme não precisou procurar muito por um "pai" europeu, pois havia sido colocado nos classificados de um jornal brasileiro em Londres, que um italiano aceitava reconhecer filhos brasileiros sem pai. Pagou as 5.000,00 libras pedidas pelo italiano e o registro foi feito no Brasil. Assim, gastou todas as suas economias. Entretanto, precisava de mais dinheiro para ir à Itália, ficar por lá durante um período e obter a documentação necessária. Estava juntando o dinheiro para ir à Itália, mas acabou descobrindo que, na lei italiana, atualmente, a pessoa reconhecida pelo pai teria um ano para entrar com o pedido de cidadania, e esse tempo já havia passado. Com isso, Guilherme entrou em contato, no Brasil, com uma pessoa que conseguiu alterar alguns meses na data de registro. Mais dinheiro foi gasto, o que não seria problema, pois, como ele mesmo disse, seu objetivo agora era a cidadania, porque desejava ficar por um período maior em Londres.

Outra prática muito comum para se conseguir a permanência são os casamentos arranjados ou comprados. Há as situações nas quais os imigrantes compram um casamento de alguém que possua cidadania europeia, fora casos quando a negociação é feita entre amigos. Neste caso, na maioria das vezes, a pessoa que tem o interesse pela cidadania paga pelo casamento, mas funciona mais como um pagamento simbólico, e o dinheiro a ser desembolsado não chega a ser tão alto.

Nos casos em que se compra propriamente um casamento, os preços variam entre 2.000,00 e 5.000,00 libras. O problema principal é que a o "comprador" fica vinculado e dependente de um desconhecido, durante cinco anos tempo estipulado pela lei para se conseguir o visto permanente. Era comum ouvir histórias de pessoas

que "compravam casamento" e depois de um tempo precisavam, continuar a dar dinheiro para quem o vendeu. Caso contrário, era só a outra pessoa pedir o divórcio antes do tempo estipulado, que a o visto permanente não sairia. Apesar do risco de ter que ficar dependente de um desconhecido por alguns anos, os imigrantes sem documentação, e que não queriam deixar o país, quando podiam, recorriam a essas artimanhas de permanência, mesmo porque o medo de ser denunciado ou descoberto é algo que assombra a todo o momento aqueles que não possuem situação regularizada.

A partir dos casos descritos acima percebemos que muitos desses imigrantes brasileiros em Londres constantemente enfrentam as mesmas "mobilidades laterais" que muitos vendedores/trabalhadores informais da cena urbana global. Esses sujeitos, cada vez mais comum em nossas cidades, estão a todo o momento transitando nas fronteiras borradas entre o informal e o ilegal ao longo de percursos descontínuos entre o trabalho incerto e os expedientes de sobrevivência mobilizados conforme o momento e as circunstâncias (Ruggiero e Nigel, 1997; Telles, 2009; 2010). Tais táticas são desenvolvidas e intensificadas quando o controle do Estado produz barreiras – via criação de leis – que visam por fim aos ditos "ilegalismos". Contudo, muitos autores já chamaram nossa atenção para a necessidade de compreender a transversalidade existente entre o legal, informal e o ilícito (cf. Telles, 2010 ; Ruggiero, 2000; Naim, 2006).

Como bem apontado por Telles (2009; 2010), leis, codificações e regras formais têm efeitos de poder, circunscrevem campos de força e é em relação a elas que essa transitividade de pessoas, bens e mercadorias precisa ser situada. Em outras palavras, as leis não são feitas somente para impedir este ou aquele comportamento não aceitável, mas para diferenciar as maneiras de contornar a própria lei (Foucault, 1997). O que ocorre de fato é uma de "gestão dos ilegalismos" – utilizando a idéia de Foucault (1997) quando este sai da discussão binária legal-ilegal para analisar como as leis operam, não para coibir ou suprimir os ilegalismos, mas para diferenciá-los internamente. Para Foucault (idem) a lei é uma gestão dos ilegalismos, permitidos a uns – tornando-os possíveis ou inventando-os como privilégio da classe dominante – e tolerando outros como compensação às classes dominadas, ou fazendo-os servir à classe dominante. A lei proíbe, isola e toma outros ilegalismos não só como objeto, mas também como meio de dominação. Portanto, assim como os mercados informais, no caso de Telles, são funcionais à economia brasileira e por isso eles são "gerenciados" ao invés de se pôr um fim a eles, o mesmo acontece com os trabalhadores imigrantes nos países desenvolvidos, sem contar que a situação do imigrante, assim como a do mercado de bazar, está muitas vezes em trânsito entre o informal, o ilegal e o ilícito.

Assim, ilegalismos, como diria Foucault (1997), não são imperfeições ou lacunas na aplicação das leis, eles possuem uma sua funcionalidade ao sistema, como podemos ver no nosso caso específico dos imigrantes "indocumentados". Ribeiro (1998), em San Franciso (EUA) notou uma diversidade de interesses em torno do *ilegal*, que vai desde advogados e associações de defesas e apoio a este grupo, até a formação de um mercado ilegal e criminoso de falsários, na venda de documentos. Ao mesmo tempo, este imigrante é funcional à economia norte-americana pela grande fonte de trabalho barato que ele representa, assim como acontece no caso de Londres. Com isso, a possibilidade de um imigrante "indocumentado" viver em Londres é grande. Isso se daria devido à existência de uma gestão desses ilegais, o que proporciona ganhos a indivíduos que lidam com esse mercado, e até mesmo à economia britânica que abastece muitos de seus estabelecimentos com mão de obra barata, reduzindo os custos das empresas.

6. Concluindo

Como podemos ver, controles de imigração são frequentemente justificados pelo Estado Nacional como uma maneira de garantir empregos para trabalhadores locais, além de proteger os imigrantes de exploração. Contudo, muitas vezes eles acabam ajudando a formar, e a reproduzir, tipos de trabalhadores precários, os quais acabam aceitando qualquer tipo de trabalho dado a sua situação "de ilegalidade institucionalizada". Em outras palavras, ao criar o que é legal e ilegal, na realidade o Estado não põe fim a esse ilegalismo, mas sim cria um processo de diferenciação interna ao grupo, o que facilita o gerenciamento, e controle, desse tipo específico de mão-de-obra barata e dócil.

Na tentativa de sair dessa situação de "ilegalidade", a qual favorece a exploração por parte dos empregadores e dificulta o acesso do imigrante a bens e serviços, esses sujeitos passam a desenvolver táticas para sobreviver e permanecer na sociedade receptora, atravessando as porosidades existentes entre a fina barreira do

legal e ilegal. Muitas vezes esses imigrantes se utilizam de táticas ilegais para atingir um status de legalidade, mesmo os que já possuem um status de legal acabam algumas vezes se envolvendo em ilegalidades para manter uma situação de legalidade – como no caso dos estudantes que precisam renovar o visto. Assim, a própria ideia de migrantes documentados e não documentados, ou legal e ilegal, precisa ser relativizada, uma vez que esses sujeitos muitas vezes utilizam meios "ilegais", como comprar documentação, para garantir uma situação de legalidade. Dentro desse processo, há uma rede de pessoas e instituições que se beneficiam das trocas – marcadas e hierarquizadas por relações de poder – que ocorrem nas dobras existentes entre o "legal" e o "ilegal".

Bibliografia

AHMAD, A. (2008), "Dead Men Working: Time and Space in London's (Illegal) Migrant Economy", *Work, Employment and Society* 22(2), pp. 301–318.

ANDERSON, B. (2010), "Migration, Immigration Controls and the Fashioning of Precarious Workers", *Work, Employment and Society,* 24(2), pp. 300-317.

BALIBAR, E. (2004) *We, the People of Europe? Reflections on Transnational Citizenship.*

Princeton, NJ: Princeton University Press.

BASCH, L; SCHILLER, N.G.; SZANTON, C. B. (1994), *'Nations Unbound'*. New York: Gordon and Breach.

BLOCH, A.; SIGONA, N.; ZETTER, R. (2009), *'No Right to Dream' the Social and Economic Lives of Young Undocumented Migrants in Britain,* London: Paul Hamlyn Foundation.

CABINET OFFICE. (2007), *Security in a Global Hub: Establishing the UK's New Border Arrangements.* London: HMSO.

COHEN, R. (1987), *'The New Helots'*. Farnham: Ashgate.

CWERNER, S. (2002), "The times of migration". *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 27(1), pp. 7-36.

CENSO BRITÂNICO. (2011), "Census" Disponível em *http://www.ons.gov.uk/ons/publications/re-reference-tables.html?edition=tcm%3A77-301985*, [consultado em 12/06/2014].

CASTLES, S. & MILLER, M. J. (2003), *The age of migration: international population movements in the modern world.* Palgrave MacMilliam, New York.

DE GENOVA, N. (2002) "Migrant "Illegality" and Deportability in Everyday Life", *Annual Review of Anthropology,* pp.31: 419–47.

DELEUZE, G. (1992), *Conversações,* Rio de Janeiro: Ed. 34.

DE CERTEAU, M. (1994), *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: vozes.

DURHAM, E.R. (1984), *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. 3° ed. São Paulo: Perspectiva.

EVANS, Y.; WILLS, J.; DATTA, K.; HERBERT, J.; McILWAINE, C.; MAY. J.; ARAÚJO, J.O.; FRANÇA, A.C.; FRANÇA, A.P. (2007), *Brasileiros em Londres: relatório para a campanha De Estrangeiros a Cidadãos,* London: Department of Geography, Queen Mary, University of London.

FRANGELLA, S. (2010), "O Made in Brasil em Londres: migração e os bens culturais". *Travessia- Revista do Migrante* – Publicação do CEM – Ano XXIII, no66, Janeiro-Junho.

FOUCAULT, M. (1997), *Vigiar e punir: História da violência nas prisões*. Petrópolis, Vozes.

GOZA, F. (1992), "A imigração brasileira para a América do Norte". *Revista Brasileira de estudos de população.* 9, jan./jul.

GOZA, F. (2003), "Redes sociais e a integração de brasileiros no Canadá e nos Estados Unidos". In: A. C. B. Martes, S. Fleischer (eds.) *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais.* São Paulo: Paz e Terra. pp. 263-288.

KNOWLES, C. (2003), *Race and Social Analysis*. London. Sage.

KNOWELES, C; HARPER, D. (2009), *Hong Kong: Migrant lives, Landscapes, and Journeys*. Chicago Press.

KNOWLES, C. (2014), *Flip-Flop: A Journey Through Globalisation's Backroads*. London: Pluto.

LIMA, J. C. ; MARTINS JUNIOR, A. (2012), "Mobility among Latin American migrants: The case of Bolivians in São Paulo and Brazilians in London". Employee Relations, 34, pp. 594-612.

MARGOLIS, M. (1994), *Little Brazil An Ethnography of Brazilian Immigrants in New York City.* Princeton: Princeton University Press.

_____. (2003), "Na virada do milênio: a emigração brasileira para os Estados Unidos" . In: A. C. B. MARTES, S. FLEISCHER (eds.), *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, pp. 51-72.

MACHADO, I. J. R. (2005), "Implicações da imigração estimulada por redes ilegais de aliciamento: o caso dos brasileiros em Portugal". *Ilha. Revista de Antropologia (Florianópolis),* 7, pp. 187-212.

MARTINS JR, A. & DIAS, G. T. (2013) "Imigração brasileira contemporânea para além do migrante econômico : discursos e práticas de imigrantes brasileiros em Londres", *Análise Social*, 209, pp. 810-832.

Massey, D.S. (1990) "Social Structure, Household Strategies, and the Cumulative Causation of Migration", *Population Index* 56(1): 3–26.

MRE. (2009), "Brasileiros no Mundo, Subsecretaria Geral das comunidades brasileiras no exterior", 2ª edição, 200. Disponível em www.brasileirosnomundo.mre.gov.br/pt-br/estimativas_populacionais_das_comunidades.xml, [consultado em 12-10-2010].

NAÍM, M. (2006), *O ilícito: O ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global*. Rio de Janeiro, Zahar.

Piore, M.J. (1979), *Birds of Passage: Migrant Labour and Industrial Societies*. Cambridge: Cambridge University Press.

RIBEIRO, G. L. (1998) "Goiânia, Califórnia: vulnerabilidade, ambigüidade e cidadania transnacional".. *Serie Antropologia,* 235, Brasília, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.

ROTH, J.H. (2002) *Brokered Homeland: Japanese Brazilian Migrants in Japan,* Cornell University Press, Ithaca, NY.

ROSENHEK, Z. (2003) "The Political Dynamics of a Segmented Labour Market: Palestinian Citizens, Palestinians from the Occupied Territories and Migrant Workers in Israel", *Acta Sociologica*, 46(3), pp. 231–49.

RUGGEIRO, V. & NIGEL, S. (1997), "The Late City as a Bazaar: Drug Markets, Illegal Enterprise and Barricades". *The British Journal of Sociology*, 48, pp. 54-70.

SASSEN, S. (1988), *The Mobility of Labour and Capital: A Study in International Investment and Labour Flows.* Cambridge: Cambridge University Press.

RUGGEIRO, V. (2000), *Crime and Markets: Essays in Anti-Criminology*. Oxford, Oxford University Press.

SIQUEIRA, S. (2012), "O retorno na perspectiva de gênero". In: A, PISTICELLI, G, ASSIS, J. M. N. OLIVAR, (eds.). *Gênero, sexo, afetos e dinheiro: mobilidades transnacionais.* ed.Campinas: Unicamp/Pagu, pp. 435-460.

TELLES, V. S. (2009) "Ilegalismos e a cidade", *Novos Estudos Cebrap*, 84, pp. 153-173.

_____. (2010), "Nas dobras do legal e ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade". *Dilemas, Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, pp. 97-126.

TORRESAN, A. (1994), *Quem parte, quem fica. Uma Etnografia sobre imigrantes brasileiros em Londres.* Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

URRY, J. (2008), *Mobilities*. Polity Press, Malden, United Kingdom.

WACQUANT, L. (2002), *Corpo e Alma Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

WHYTE, W. F. (2005), *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Movimento internacional de trabalhadores: o fluxo contemporâneo de caribenhos e africanos pela amazônia ocidental

Letícia Helena Mamed[1]
leticiamamed@gmail.com.

Eurenice Oliveira de Lima[2]
prof.nice@yahoo.com.

Resumo: O paper tem o propósito de analisar, à luz do materialismo histórico dialético, o movimento de trabalhadores caribenhos e africanos, em sua maioria haitianos e senegaleses, que ingressam no Brasil por meio da Rodovia Interoceânica, cruzando a fronteira do Estado do Acre, na Amazônia Ocidental. Esse fluxo pela região iniciou em 2010 e permanece contínuo e crescente, com estimativas oficiais indicando a passagem de quase 30 mil imigrantes pela fronteira acreana até dezembro de 2014, entre homens, mulheres, adultos, jovens, adolescentes e crianças, de mais de 16 diferentes nacionalidades. Indocumentados e vítimas do aliciamento de redes de coiotagem e tráfico humano, eles são recebidos em acampamento público improvisado pelo governo brasileiro, no qual permanecem até a regularização necessária para seguir viagem e trabalhar no Centro-Sul do país. A hipótese adotada entende este como parte dos novos movimentos migratórios em expansão no mundo, expressões da tendência de precarização estrutural do trabalho em escala global. Os procedimentos de investigação incorporam a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, e a utilização de indicadores qualitativos e quantitativos do mundo do trabalho.

Palavras-chaves: Trabalho; Precarização; Migração; Caribenhos; Africanos; Amazônia; Acre; Brasil.

1. Introdução

Contrariando as teses que defendem a perda de validade da teoria do valor, expressas, por exemplo, na obra de Habermas (1989) e Gorz (1987), o capitalismo contemporâneo vem se caracterizando, conforme a análise de Antunes (2006, 2013), por um "processo multiforme", cuja tendência mundial é a crescente informalização da força de trabalho e o aumento dos níveis de precarização dos trabalhadores. Segundo esse entendimento, as novas formas vigentes de valorização do valor no mundo produtivo, ao mesmo tempo que trazem consigo renovados mecanismos geradores de trabalho excedente, engendram informalização, precarização e expulsão de trabalhadores, que passam a adensar o universo dos descartáveis e desempregados.

A informalidade é compreendida nesse caso como "ruptura com os laços formais de contratação e regulação da força de trabalho", e sua existência expressa formas de trabalho desprovidas de direitos, em semelhança com o estado de precarização (Antunes, 2013: 17). Na atual fase de mundialização do

---

1 Doutoranda em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); professora de Teoria Social-Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre (CFCH-UFAC); membro do Grupo de Pesquisa Mundos do Trabalho na Amazônia (CNPq-UFAC).

2 Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); professora de Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre (CFCH-UFAC); membro e líder do Grupo de Pesquisa Mundos do Trabalho na Amazônia (CNPq-UFAC); também coordenadora da pesquisa "Trabalho e Migração Internacional: o caso dos haitianos na Amazônia Ocidental".

capital (Chesnais, 1996) vêm ocorrendo uma ampliação de novas modalidades de trabalhos, na indústria, na agricultura e especialmente no chamado setor de serviços. Nesse processo, em que a informalidade deixa de ser a exceção para se tornar tendencialmente a regra, a conhecida ampliação das atividades dotadas de maior dimensão imaterial, especialmente nas atividades mais informatizadas, configura-se também como um elemento novo e central para uma real compreensão dos novos mecanismos geradores do valor hoje.

No contexto brasileiro, por exemplo, isso se evidencia pelo crescimento do número de trabalhadores submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro de carteira, operando dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, em atividades mais instáveis ou temporárias, ou sob a ameaça direta do desemprego. Nesse sentido, a informalização da força de trabalho vem se tornando mecanismo essencial à lógica do capital, empregado para ampliar a intensificação dos ritmos e dos movimentos do trabalho e aumentar seu processo de valorização. A funcionalidade da informalização ao capital sucede porque ela permite a ampliação do exército de desempregados e contribui para reduzir em escala mundial a remuneração da força de trabalho, pela retração salarial dos assalariados que permanecem empregados. Desse processo decorre, portanto, importante elemento propulsor da precarização estrutural do trabalho.

Essas mudanças operadas no mundo da produção e do trabalho vêm confirmando que não se trata da superação da lei do valor ou do fim do trabalho, mas da constituição de uma "nova morfologia do trabalho" (Antunes, 2013: 13). Nesse contexto, a lei do valor amplia os seus mecanismos de funcionamento e o papel desempenhado pelo trabalho permanece sendo fundamental para composição das formas de sociabilidade. No entanto, o processo de mundialização do capital e seus efeitos sobre o trabalho não pode ser compreendido de pelo viés de universidade de situações, pois há diferenças na efetivação deste processo entre países ricos e pobres, centrais e subordinados, assim como no interior destes, além daquelas referentes aos vários setores da economia com determinadas particularidades. Da mesma forma, a diversidade étnica, geracional, etária e a diferença de gênero também se tornam elementos imprescindíveis à compreensão da situação de classe dos trabalhadores (Antunes, Silva & Navarro, 2003).

Assim, em meio a esse quadro tendencial de precarização estrutural do trabalho em escala global, este paper objetiva delinear, ainda que de modo sintético, uma interpretação sobre o caso dos trabalhadores imigrantes caribenhos e africanos que ingressam no Brasil desde 2010, por meio da Amazônia acreana, em fluxo contínuo e crescente. Esses trabalhadores integram o perfil dos pobres e excluídos sociais do capital mundializado, como também o são os chefes de famílias desempregados, os idosos desprovidos de seguridade social, as minorias étnicas, os jovens sem oportunidade de acesso ao mercado de trabalho, as mulheres em ocupações precárias e de tempo parcial, entre outros. Tendo em vista os seus baixos salários ou rendimentos, que não suprem as suas necessidades de sobrevivência, a eles são dificultadas as chances de incorporação no tecido social, originando as bases para a exclusão dos seus direitos.

2. Reestruturação produtiva, precarização e movimentos migratórios contemporâneos: o movimento de caribenhos e africanos pela Amazônia brasileira

A partir das mudanças advindas com o processo de reestruturação produtiva, na transição entre as décadas de 1970 e 1980 (Alves, 2000; Harvey, 2002), sucedidas pelas novas modalidades de mobilidade do capital e da força de trabalho em diferentes partes do mundo (Chossudvsky, 2003; Sassen, 2011), os debates sobre movimento de trabalhadores e migração nacional e internacional têm ocupado lugar de destaque no contexto da mundialização do capital, notadamente após a eclosão da crise mundial em 2007-2008.

Diversas áreas do saber têm contribuído para o estudo desse tema, explorando aspectos teóricos e estudos

de caso, que enaltecem a importância da compreensão do fenômeno, ao mesmo tempo que revelam sua diversidade. Como parte desse esforço científico, este estudo sobre o caso dos trabalhadores imigrantes caribenhos e africanos na Amazônia acreana pretende contribuir com a especificação de uma das faces da precarização do trabalho e da configuração da nova morfologia do trabalho no Brasil, mediante as recentes configurações derivadas da nova divisão internacional do trabalho que caracteriza a sociedade capitalista contemporânea.

Em busca do "sonho brasileiro", desde 2010, cerca de 30 mil trabalhadores, oriundos da periferia do capitalismo mundial, em circunstâncias de clandestinidade, sem documentação e conduzidos por redes de tráfico de pessoas, ingressaram no Brasil até agosto de 2014, por meio da Amazônia, a maioria pelas rotas latino-americanas conectadas pela Rodovia Interoceânica até o Estado do Acre, a principal porta de entrada, sede da tríplice fronteira Brasil-Peru-Bolívia. Destes, estima-se que mais de 25 mil sejam haitianos, sendo os demais representados por imigrantes do continente africano, principalmente senegaleses, e de outros países do Caribe, havendo o registro da passagem de 16 diferentes nacionalidades pela região, que permanece recebendo uma média diária de 30 a 50 estrangeiros, entre homens e mulheres adultos, incluindo crianças, adolescentes e idosos.

Em território brasileiro e acreano eles são recebidos, abrigados e alimentados em acampamento estruturado pelo poder público, mediante parceria entre os governos federal e estadual, até que a documentação necessária para transitar no país fique pronta e eles sejam recrutados para o trabalho por empresas do Centro-Sul brasileiro. A pesquisa de tese em curso vem acompanhando o cotidiano desse acampamento, onde se desenvolveu um complexo de serviços de acolhimento, atendimento e recrutamento de imigrantes, que atualmente está em seu oitavo endereço físico e quarto ano de existência. Desse modo, o fluxo contínuo e a crescente de entrada e fixação desses imigrantes no território nacional, assim como a estruturação de uma política excepcional de acampamento e serviços voltados para esse público, denotam a necessidade de estudos sobre a conformação dessa nova realidade em sua relação com o funcionamento do mercado de trabalho e suas conexões com processos de âmbito global.

De acordo com o contexto de nova morfologia social do trabalho no capitalismo contemporâneo (Antunes, 2006, 2008, 2013) e conforme o quadro atual de imigrações internacionais com referência ao Brasil (Baeninger & Antico, 1996; Patarra, 2006; Villen, 2012), é importante considerar que na década de 1980 teve início um movimento migratório com características diferenciadas em relação aos fluxos sucedidos entre o final do século XIX e início do XX, especialmente provenientes da Europa. Nas últimas três décadas, o ingresso de estrangeiros no Brasil tem sido marcado principalmente por grupos oriundos de contextos periféricos do capitalismo, compostos por latino-americanos, asiáticos, africanos, incluindo refugiados políticos de diferentes nacionalidades e em diversas circunstâncias.

Além disso, em uma fase econômica e geopolítica favorável, dentro do quadro de crise nos países centrais, o Brasil aparece como destino interessante para emigrantes desses territórios que buscam trabalho ou uma oportunidade de inserção profissional, vez que o desemprego emerge como consequência mais explícita dos problemas econômicos do centro e de sua própria periferia, como atualmente ocorre na zona euro. Assim, não por acaso, o aumento na entrada de espanhóis, portugueses e italianos no Brasil coincide com o período posterior à eclosão da crise de 2007-2008, no mesmo compasso em que grupos de caribenhos e africanos, ao encontrarem dificuldades de acesso aos países do Norte, passaram a se direcionar para o território brasileiro.

Como parte integrante da "classe-que-vive-do-trabalho" (Antunes, 2009), o imigrante caribenho e africano recebido na Amazônia acreana é caracterizado, em sua maioria, por ser pobre, negro, em idade ativa de trabalho, de origem rural, com baixa ou nenhuma escolaridade. Inúmeros fatores históricos e estruturais atuam como propulsores da saída deles de sua terra natal e especificam o contexto haitiano do senegalês, por exemplo. Mas a pobreza e a busca por trabalho são características que os aproximam e os impelem a migrar em grupos organizados pela perigosa rota da fronteira amazônica até o Brasil, país no qual depositam sonhos e esperança de reconstrução de uma vida socialmente digna por meio do trabalho.

Pela viagem do Haiti[3] ou do Senegal[4] até o Brasil, os imigrantes pagam, em média, de US$ 2 mil a US$ 5 mil pela viagem em grupos e são vítimas frequentes de diversos tipos de extorsões, roubos, cárcere, espancamentos, estupros e até mortes, situação agravada pelo desconhecimento do idioma local e especialmente pela condição de indocumentados (Ferraz, 2014; Machado, 2012; Mamed & Lima, 2013a, 2013b). Há inúmeros relatos e denúncias de que a polícia peruana, além de agentes e taxistas peruanos, bolivianos e brasileiros, incluindo informantes haitianos e senegaleses, componham essas redes e exerçam a prática da extorsão contra os grupos de imigrantes. Instituições e pesquisadores que acompanham no Acre o trânsito deles pela região estimam que de 2010 até 2014 eles já teriam gasto algo em torno de R$ 6 bilhões em pagamentos à rede de tráfico e corrupção estruturada com esse movimento migratório (Arruda, 2014). Muitos chegam ao Acre com problemas de saúde decorrentes da longa viagem e psicologicamente transtornados pela violência que sofrem no caminho. A viagem tem uma duração média de 10 a 15 dias, podendo se estender até mais de um mês (Machado, 2012; Mamed & Lima, 2014).

Dos estimados 40 mil haitianos que chegaram ao Brasil após o terremoto de 2010, mais de 25 mil teriam passado pela fronteira acreana até dezembro de 2014. Os primeiros registros de haitianos nas cidades acreanas de fronteira (Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia) são de dezembro de 2010, com a chegada de 37 imigrantes, todos homens e jovens, antes mesmo de a Rodovia Interoceânica ter sido oficialmente aberta. Até abril de 2012, os imigrantes que chegavam ao Brasil por meio da rota consolidada pelo Acre eram exclusivamente de haitianos, em grupos formados por homens jovens, mas a consolidação da rota pela fronteira da Amazônia acreana tem favorecido a chegada de imigrantes de outras nacionalidades, e todos os que por ela chegam são igualmente vítimas do aliciamento de coiotes. Nos últimos dois anos também tem sido notável o crescimento do número de idosos, mulheres (com filhos, gestantes e desacompanhadas), crianças, famílias e até pessoas doentes. A maioria, porém, ainda é representada por homens jovens, de 20 a 40 anos, mas com a presença de percentual significativo de imigrantes acima de 40 anos e de menores de 18 anos. De modo geral, o perfil do imigrante recebido e abrigado é composto da seguinte maneira: 80% de homens, 15% de mulheres e 5% de crianças (Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Acre - SEJUDH, 2014).

As mulheres acompanhadas de crianças buscam, em sua maioria, ir à cidade na qual seus pais e companheiros já estão trabalhando no Brasil. Por sua vez, os homens chegam ao Brasil graças a um investimento feito por toda família, que elegem um membro para tentar trabalhar e estudar no Brasil, e posteriormente ser capaz de receber os outros parentes. Em geral a família procura algum tipo de financiamento para custear a viagem organizada por coiotes, como a hipoteca do que existe de bens na família, o que faz com que o imigrante caribenho e africano chegue ao Brasil com a necessidade imperiosa de trabalhar para quitar o endividamento contraído e enviar remessas para a sobrevivência dos seus familiares que permaneceram na terra natal. Em razão desse aspecto, o próprio Estado haitiano e senegalês tendem a incentivar de alguma forma a saída, visando o importante fluxo econômico de remessas enviadas por imigrantes a seus parentes (Mamed & Lima, 2013a, 2013b).

A política migratória brasileira, no caso específico da comunidade haitiana, atua de modo bastante específico. A Resolução nº 97/2012, do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), definiu os contornos dessa atuação

---

3 Os imigrantes haitianos que chegam ao país na condição de indocumentados, saem, em sua maioria, da capital haitiana, Porto Príncipe, e vão de ônibus até Santo Domingo, capital da República Dominicana, que fica na mesma ilha. Nesse local compram passagem de avião ou barco e seguem até o Panamá. Da Cidade do Panamá eles prosseguem de avião ou de ônibus para Quito, no Equador, país onde não é necessário visto para entrada e permanência. Na capital equatoriana eles se reorganizam e a viagem segue em veículo fretado ou mesmo a pé, acompanhados por coiotes. O percurso se dá pelas arriscadas estradas latino-americanas. Ao chegarem em Lima, eles acessam a Rodovia Interoceânica, que conecta o Peru ao Brasil por meio do Estado o Acre. Partem de Lima, passam por Cusco e Puerto Maldonado, onde alugam um carro até Ibéria. Neste ponto eles também têm a sua disposição coiotes que os levam até Iñapari, cidade que faz fronteira com Assis Brasil, cidade acreana de fronteira, por onde ingressam no Brasil (Mamed & Lima, 2013a, 2013b).

4 A viagem migratória dos senegaleses segue, em geral, um percurso que inicia de avião, em Dakar, capital senegalesa, realiza uma escala em Madri, na Espanha, e de lá prossegue para o Equador. Ao chegarem em Quito, eles passam então a seguir a mesma rota dos haitianos até o Acre, passando pelo Peru, via Rodovia Interoceânica (Machado, 2014).

(Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, 2012a). Conforme a norma, por razão humanitária considera-se o "agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto de 2010" e o visto "tem caráter especial", sendo válido por cinco anos, podendo ser renovado se o imigrante provar sua condição de trabalho regular no Brasil. Todos os abrigados no acampamento do Acre são solicitantes de refúgio, tanto caribenhos quanto africanos, por orientação do próprio governo brasileiro, que, após a análise dos pedidos nega a concessão dessa condição a eles. Em território nacional, os haitianos recebem o documento chamado de "visto de permanência provisória por motivos humanitários", que os retém em uma condição de imobilidade e precariedade. Trata-se de um arranjo legal da política brasileira, que evita a deportação dos que chegam ao país, vez que a lei proíbe a deportação de solicitantes de refúgio durante o período de tramitação do pedido. Isso fez convergir a necessidade desses imigrantes saírem do país para melhorarem suas condições de vida com a demanda de força de trabalho pelo mercado brasileiro. E embora a previsão para concessão desse tipo de visto seja apenas para haitianos, outras nacionalidades que ingressam pela Amazônia acreana de forma indocumentada tentam seguir o mesmo caminho burocrático.

O improviso e as contradições dessa política evidenciam o tratamento legal diferenciado concedido aos imigrantes de "padrão altamente precário de inserção no mercado de trabalho brasileiro" (Villen, 2012: 12). Ao receber, abrigar, alimentar, documentar e encaminhar esses imigrantes para o trabalho, mas negando a eles a permanência e a proteção definitivas, são reforçadas as condições para exploração econômica dessa modalidade de imigração indocumentada. No plano mais geral, o intenso fluxo de estrangeiros na região revela-se associado às mudanças ocorridas nos setores da indústria e de serviços do Brasil, acompanhando o desenvolvimento destes, o que faz gerar grandes demandas por força de trabalho, especialmente por aquela de perfil menos qualificado. O mapa dos empregos no país revela que o aumento no volume de colocações vem ocorrendo, sobretudo, em categorias com baixos salários, no setor administrativo, de comércios e serviços, construção civil e agropecuário, que se caracterizam pela intensa rotatividade da força de trabalho (MTE, 2013). Em razão disso, o Brasil é atualmente o segundo maior mercado mundial para o trabalho temporário e, na medida em que a força de trabalho menos escolarizada e preparada é amplamente utilizada nesse circuito, isso serve de estímulo ao deslocamento de imigrantes que vivem em regiões onde as possibilidades de trabalho, emprego e sobrevivência são praticamente nulas.

Conforme os registros oficiais, as empresas que mais recrutaram estrangeiros nesses quase quatro anos de acampamento no Acre foram as da construção civil, metalúrgicas, têxteis, hoteleiras e principalmente da agroindústria da carne, estabelecidas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (SEJUDH, 2013, 2014). O perfil do estrangeiro selecionado por elas é muito específico: homem, jovem, saudável, solteiro, sem filhos, com algum tipo de experiência profissional. Os imigrantes sem esse perfil têm mais dificuldades de recrutamento, como é o caso dos idosos, doentes e mulheres com filhos. Em geral, independente do segmento produtivo, a empresa define com o imigrante um contrato provisório pelo período de 45 dias, com remuneração de um salário mínimo mensal e possibilidade de renovação por mais 45 dias. Após esse período de 90 dias de experiência é que a empresa define a permanência ou não do funcionário no seu quadro (MTE et al., 2012b). Além disso, na cidade onde vão trabalhar e morar, em alguns casos os imigrantes são alojados em uma residência administrada pela própria empresa, de maneira que a rotina de trabalho e vida do novo operário tende a ser ordenada e controlada por ela.

Nesse movimento dos caribenhos e africanos pela Amazônia acreana, os aspectos referentes à preparação deles como força de trabalho e sua contratação, vêm revelando algumas características importantes sobre o recrutamento e a organização do trabalhado imigrante no Brasil. Por meio de entrevistas e conversas informais com os agentes da administração do acampamento, com representantes das empresas contratantes e com os próprios imigrantes, alguns dos contornos mais sutis desse movimento de trabalhadores foram evidenciados. O Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria-Geral da Presidência da República estabelecem em todo o país redes de contatos com empresários para divulgar a disponibilidade de imigrantes no acampamento acreano, de acordo com o perfil deles, cadastrados pela Secretaria de Direitos Humanos do Acre, incentivando à contratação desses trabalhadores (SEJUDH, 2013; Terra, 2013). O simples anúncio da chegada de uma firma no acampamento logo estimula os imigrantes, que se dispõem prontamente a participar dos processos de triagem realizados por elas, pois isso os aproxima do sonho de começar a trabalhar e refazer a vida no Brasil.

Na maioria dos casos, a empresa e seus representantes visitam o acampamento de imigrantes fazem a triagem da força de trabalho que lhe interessa. Os imigrantes que se adequam ao perfil "homem, jovem, saudável, solteiro, sem filhos, com algum tipo de experiência profissional" formam longas filas e são, um a um, entrevistados pelos agentes empresariais. Nesses processos de triagem se averigua, por exemplo, o porte físico do imigrante, buscando avaliar a espessura das suas mãos e canelas, o que indica, segundo o contratante, se a pessoa está ou não acostumada com o trabalho pesado. Também se observa a condição da pele e a genitália do trabalhador, para identificar a existência de lesões cutâneas e hérnias, que, de acordo com os avaliadores, pode manifestar maior ou menor disposição física para a atividade braçal e pesada, ou mesmo inviabilizar a execução de atividades que demandam o manuseio de alimentos, como a carne em frigoríficos.

No caso dos haitianos e dominicanos, a pesquisa tem diagnosticado o perfil do trabalhador empobrecido oriundo do campo, com experiência em atividades ligadas à agricultura e à construção civil, cada vez mais presente nos fluxos de imigração, favorecendo o recrutamento deles no Brasil pelos segmentos da construção civil e da agroindústria, com destaque para empresas frigoríficas. Já no caso dos senegaleses e nigerianos, pelas mesmas características referidas anteriormente, a pesquisa identifica como tendência significativa o recrutamento deles também pela agroindústria, mas em um segmento muito específico, que é o de frigoríficos com abate diferenciado, conhecido como halal, cuja produção se destina à exportação para o Oriente Médio, com o necessário cumprimento de rituais islâmicos no processo de abate. Essa contratação considera, assim, a característica religiosa dos imigrantes no processo de trabalho, pois nesses frigoríficos todos os procedimentos com o abate de animais devem ser realizados por muçulmanos praticantes.

Isso está diretamente relacionado com o movimento econômico que posicionou o Brasil como o maior produtor mundial de carne. Entretanto, no caso dos frigoríficos, dadas as circunstâncias específicas do processo de trabalho, que demandam grande número de operários, alto dispêndio de força física, ao mesmo tempo que oferecem baixos salários para cumprimento de longas jornadas, gerando elevado índice de doenças ocupacionais (lesões físicas, distúrbios mentais, quadros depressivos e pensamentos suicidas, entre outros), o setor tem tido dificuldades para contratar trabalhadores nacionais e por isso tem reforçado nos últimos anos a contratação de imigrantes, como caribenhos e africanos muçulmanos. As vias desse circuito de demanda e recrutamento de força de trabalho, assim como as redes que se estruturam a partir dele podem gerar, em parte, a mediação pela qual ocorre essa grande afluência de imigrantes caribenhos e africanos para o Brasil.

Nesse sentido, é válido destacar que desde a estruturação do primeiro acampamento público na Amazônia acreana, o próprio poder público divulgou a existência de trabalhadores imigrantes disponíveis para e trabalho e diversas empresas estabeleceram contato e vêm recrutando essa força de trabalho. E quando esse curso de contratações por algum motivo sofre oscilações, a articulação governamental sempre encontra alternativas para assegurar que a chegada, o acolhimento, a documentação e o recrutamento de imigrantes não seja interrompido. Entre março e abril de 2014, por exemplo, em virtude da enchente do Rio Madeira e da inundação de trechos da rodovia que leva até Rondônia, o Acre permaneceu isolado do restante do país, por via terrestre, durante várias semanas. Uma consequência imediata disso foi a superlotação do acampamento de imigrantes, chegou ao seu número máximo: 2,5 mil. À época, a maioria estava documentada e muitos inclusive com contratos de trabalho já firmados, mas permaneceram retidos por falta de tráfego na rodovia federal. Por outro lado, o desabastecimento de alimentos e combustíveis em todo o Acre repercutiu ainda mais na situação do acampamento. Diante disso, os governos federal e estadual organizaram uma operação emergencial para retirá-los do território acreano. A operação consistiu na condução de imigrantes selecionados, que foram transportados do Acre para Rondônia, pelos aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) e em voos fretados. Do Estado de Rondônia eles seguiram em viagem rodoviária, também custeadas com recursos públicos, para a cidade de São Paulo e de lá para as cidades das empresas pelas quais foram contratados (Machado, 2014).

Ao receber, abrigar, alimentar e documentar esses imigrantes, mesmo em condições precárias, pensando sua humanidade em termos de sobrevivência, e de modo parcial, considerando que visto humanitário conferido a eles é provisório, o Estado brasileiro pactua com o circuito estruturado de mobilidade do trabalho e acumulação de capital, mediante a exploração da força de trabalho (Gaudemar, 1977). O circuito de serviços públicos e acampamento moldado ao longo desses quatro anos de trânsito intenso e ininterrupto de imigrantes pela região evidencia o papel do Estado como mediador necessário na organização e preparação da força de trabalho a ser oferecida a baixo custo ao capital.

Diante disso, é possível aventar que na Amazônia acreana tem sido configurado um verdadeiro mercado de força de trabalho, pobre, negra e barata, com limitadas possibilidades de resistência às formas de exploração, opressão e violência que o trabalho precário estabelece. Portanto, o caso dos imigrantes caribenhos e africanos ilumina o mundo do trabalho e sua configuração no Brasil, permitindo a identificação da reedição de um sistema global, histórico e em alguns momentos imprescindível ao capitalismo de recrutamento internacional de força de trabalho, dependendo das necessidades importas pela dinâmica assumida pelo capital no período de sua mundialização. Submetidos a essa lógica e tendo fugido para o Brasil, sob o espectro do desemprego e da pobreza, aqui esses imigrantes passam a conviver sob o espectro do trabalho precário no limite do trabalho escravo contemporâneo, demarcado por jornadas exaustivas, baixos salários, condições laborais e de moradia degradantes, incluindo, em alguns casos, a retenção por dívida[5].

Nesse sentido, é válido assinalar dois recentes casos de grande repercussão relacionados a trabalho escravo de haitianos, registrados no país envolvendo empresas de construção civil e imigrantes com passagem pela fronteira amazônica. Em junho de 2013, em Cuiabá (MT), durante fiscalização do Ministério Público do Trabalho (MPT) em obras do programa Minha Casa Minha Vida, foram libertados 21 imigrantes alojados em condições degradantes. Já em novembro do mesmo ano, em obras da mineradora sul-africana Anglo American, no município de Conceição do Mato Dentro (MG), foram resgatados 100 haitianos, que segundo o MPT estavam abrigados precariamente, em local similar a uma senzala (Wrobleski, 2014a). Mais recentemente, após fiscalização do MPT e Ministério do Trabalho, 12 haitianos foram resgatados de condições análogas às de escravos em uma oficina têxtil na região central de São Paulo, onde trabalhavam há dois meses, mas nunca receberam salários e passavam fome. Todos esses 133 haitianos libertados entraram no Brasil pela rota viabilizada pela Rodovia Interoceânica até e foram contratados no acampamento instalado no Acre (Wrobleski, 2014b).

Na Amazônia acreana, o formato da política de assistência a esses imigrantes não têm apenas comprometido uma inserção segura deles na sociedade brasileira. Ao longo dos últimos quatro anos, é notável o quanto isso tem sobrecarregado as pequenas cidades de fronteira do Acre, como Brasiléia e Epitaciolândia, com pouco mais de 20 mil e 15 mil habitantes, respectivamente. Com modesta economia e dependentes do repasse de recursos federais, elas sofreram o impacto do movimento migratório na região. Tendo em vista a frágil estrutura dos serviços públicos locais para o atendimento dos seus moradores, esta mesma estrutura precisou acomodar o atendimento dos imigrantes. Com os moradores locais, os imigrantes competem por vagas nos postos de saúde, agências bancárias, correios e demais serviços públicos.

Assim, a comunidade se sente ressentida pela histórica falta de atenção do poder público aos problemas locais, especialmente quando acompanha a mobilização de esforços institucionais e financeiros para gerenciar a passagem dos estrangeiros pela região Essa situação vem configurando um contexto de significativa tensão entre a comunidade e os imigrantes, estimulando reações adversas de hostilidade e discriminação, permeadas pelo preconceito social e de raça (Mamed & Lima, 2013a, 2013b). Exemplo disso são os discursos que frequentemente associam os imigrantes a práticas sociais indesejáveis ou moralmente inaceitáveis e, mais recentemente, em virtude da crescente epidemia de ebola no continente africano, as manifestações de repulsa aos imigrantes africanos, em razão da histeria social instalada pelas especulações de propagação do vírus na região.

---

5 O artigo 149 do Código Penal brasileiro define que jornadas exaustivas, condições de trabalho degradantes e formas de privação de liberdade, como a servidão por dívida, são suficientes para caracterizar um regime de escravidão. Via de regra, no entendimento jurídico, o que se considera trabalho escravo é a violação da dignidade humana de um trabalhador, quando não só sua força de trabalho, mas também seu próprio corpo são tratados como mercadoria. Essas questões vão além de irregularidades trabalhistas, mas a superexploração do trabalho não é menos grave do que o trabalho escravo, sendo ambos igualmente fiscalizados, combatidos e condenáveis pelo Sistema de Justiça Trabalhista (Labor, 2013).

3. Considerações Finais

De acordo com as notas de pesquisa apresentadas, o movimento de caribenhos e africanos que hoje se processa na Amazônia acreana é um fenômeno que não se vincula a uma determinação subjetiva ou a fatores isolados. Na verdade, seguindo o entendimento de assinalado por Sayad (1998) e Basso (2013), o fenômeno da imigração tem uma natureza fundamentalmente coletiva, no sentido de classe, e justamente por esta característica o estudo das suas condicionantes, causas e efeitos estruturais é importante para apreensão da sua dimensão subjetiva.

A lógica do desenvolvimento desigual, aspecto intrínseco do capitalismo, fornece as pistas necessárias para uma compreensão dialética desse novo movimento de trabalhadores pelo mundo. Os desdobramentos nos contextos de destino são notáveis (Castel, 1998), pois o fluxo desses contingentes humanos rumo aos países centrais e mais recentemente ao Brasil aparece como necessidade do capital (Harvey, 2011). Historicamente esse fluxo resulta em pressão para rebaixamento do salário da classe trabalhadora nos lugares e contextos de ingresso, em decorrência do aumento do exército industrial de reserva, que, por sua vez, reforça as estruturas de controle social. Com essa renovada pressão econômica e social, a acumulação capitalista tende a ser calibrada e impulsionada.

Desse modo, o caso em particular dos caribenhos e africanos sintetiza o modo pelo qual o modo de produção capitalista, em seu movimento global, vem gestando massas de desempregados submetidos a condições de extrema precariedade, que se deslocam compulsoriamente em busca de estratégias de sobrevivência além das fronteiras nacionais, e, no mesmo movimento, provoca reações. Na conjuntura de mundialização do capital, o padrão de acumulação vigente cada vez mais se sustenta na força de trabalho precária, flexível, representada em grande parte por imigrantes, que representam, portanto, "a ponta do *iceberg* acerca da precarização das condições de trabalho no capitalismo atual" (Antunes, 2013: 18).

Por isso, muito embora a imigração seja entendida como uma "emergência transitória", todos os fatores relacionados a sua origem "são de natureza permanente", sendo o primeiro deles constituído das "desigualdades de desenvolvimento" existentes no mercado mundial (BASSO, 2013, p. 30). Assim, o deslocamento internacional de trabalhadores, que tende a se acentuar cada vez mais, são as relações de força e os mecanismos de produção e reprodução das desigualdades de desenvolvimento socioeconômico, internamente e entre os Estados-Nação. Associado a isso, é importante ressaltar que a expansão da economia capitalista sempre encontrou apoio estrutural na mobilidade internacional da força de trabalho (Potts, 1990) ou na própria migração do capital de um país para outro, em busca contínua de fontes de força de trabalho mais baratas (Chossudovsky, 2003).

Ante essa tendência histórica e estrutural do capital, condições muito específicas singularizam o caso do movimento de trabalhadores caribenhos e africanos pela Amazônia acreana: trabalhadores indocumentados, com reduzida escolaridade, sem conhecimento do idioma nacional e da proteção legal a que têm direito; ansiosos para começar a trabalhar e reconstruir suas vidas e, assim, bastante vulneráveis à ação de organizações criminosas, como as redes de coiotagem e tráfico de pessoas, que os orientam durante a viagem até o Brasil, e também de eventuais empregadores no lugar de destino, vez que eles chegam com a necessidade imperiosa de trabalhar para quitar as dívidas contraídas com a viagem e para ajudar os familiares que permanecem na terra natal; além disso, ao ingressarem no Brasil, são recebidos em uma estrutura de acampamento público de imigrantes, onde são abrigados, alimentados e preparados como força de trabalho pelo Estado, ação diretamente articulada às necessidades de recrutamento das empresas dos setores aquecidos da economia nacional.

Por esse conjunto de situações, esse caso migratório tende a representar um padrão precário de inserção no mercado de trabalho brasileiro (Villen, 2012), no qual a condição de imigrante, pobre, negro, endividado, sem conhecimento da língua, documentos ou recursos, passa a incidir na própria divisão do trabalho, ou seja, a orientar a posição deles na divisão do trabalho. Isso, portanto, tende a mantê-los em uma condição de fragilidade, que os expõe a diversas possibilidades de superexploração do trabalho e, em alguns casos, análogas à escravidão (servidão por dívida, jornadas exaustivas, trabalho forçado e condições de trabalho degradantes). Na trajetória laboral desses imigrantes no Brasil, com maioria representada por assalariados, são evidentes as marcas da superexploração e discriminação, vez que cabe a eles os salários mais baixos, as tarefas mais braçais, manuais, perigosas e insalubres (Basso, 2013).

Em razão disso, o caso de imigração retratado é ilustrativo das formas como o capital produz, explora, faz circular e controla, tanto pelo lado da oferta como pela demanda, a força de trabalho como mercadoria essencial

ao processo de acumulação capitalista (Gaudemar, 1977). Ao buscar o significado sociológico desse movimento internacional de trabalhadores, a pesquisa tem possibilitado o exame de formas especialmente violentas de exploração do trabalho associadas à nova configuração da acumulação capitalista e sua particularidade no Brasil, que desumanizam o trabalhador de forma inusitada para garantir a dinâmica da sua reprodução (Aantunes, 2013; Druck, 2013; Neli & Navarro, 2013). Isso acontece fundamentalmente porque, na sua dialética, mesmo baseado em tecnologias de última geração, o capital combina formas modernas de exploração do trabalho a formas arcaicas de extração de mais-valor supostamente ultrapassadas. No caso dos caribenhos e africanos, essa combinação é exacerbada pela condição de extrema dependência e vulnerabilidade social em que eles são disponibilizados ao capital.

Portanto, a partir deste breve panorama da literatura crítica que posiciona a questão do trabalho como eixo central para a análise do fenômeno migratório, compreende-se que as dinâmicas relacionadas ao trabalho se tornam essenciais para a investigação da realidade social deste fenômeno. Desse modo, seja no contexto europeu, americano ou brasileiro, as condições de trabalho e vida do imigrante internacional, principalmente o indocumentado, evidencia um elo de aproximação de problemáticas nos mais diferentes contextos, como superexploração, racismo, discriminação e exclusão. A relação entre o mercado de trabalho, os mecanismos que contribuem para o seu funcionamento e as dinâmicas das migrações internacionais é o fio condutor imprescindível para trazer à luz os debates sobre o tema da imigração internacional e mostrar a sua importância para a compreensão crítica do mundo contemporâneo, tanto das estruturas de poder e de suas relações sistêmicas, como também das transformações ligadas às iniciativas e lutas dos próprios trabalhadores imigrantes.

Referências

ALVES, G. (2000), *O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*, São Paulo: Boitempo.

ANTUNES, R. (Org.) (2006), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil,* São Paulo: Boitempo.

_____ (2008), "Desenhando a nova morfologia do trabalho: as múltiplas formas de degradação do trabalho". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Lisboa, n. 83, Disponível em http://rccs.revues.org/431, [consultado em 30-08-2013].

_____ (2009), *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho,* São Paulo: Boitempo.

_____ (Org.) (2013), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II,* São Paulo: Boitempo.

ANTUNES, R., SILVA, M. A. M., NAVARRO, V. L. (2003), "O Avesso do Trabalho" (Dossiê). *Revista Idéias*, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, IFCH/UNICAMP, n. 9/10, pp. 07-472.

ARRUDA, I., "Na periferia da alagação". *Jornal A Gazeta*, Rio Branco (AC), 16 mar. 2014. Acre Economia. Suplemento.

BAENINGER, R., ANTICO, C., "Questões decorrentes da emergência da migração internacional no Brasil" (1996). In: PATARRA, N. (Cood.); BAENINGER, R. (Org.). *Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI,* Campinas: FNUAP, vol. 2.

BASSO, P., "Imigração na Europa" (2013). In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II,* São Paulo: Boitempo, pp. 29-53.

CASTEL, R. (1998), *As metamorfoses da questão social,* Coleção Zero à Esquerda. Petrópolis: Vozes.

CHESNAIS, F. (1996), *A mundialização do capital*, São Paulo: Xamã.

CHOSSUDOVSKY, M. (2003), *Globalização da pobreza e a nova ordem mundial*, Lisboa: Caminho.

DRUCK, G. (2013), "A precarização social do trabalho no Brasil". In ANTUNES, R. (Org.), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*, São Paulo: Boitempo, pp. 55-73.

FERRAZ, Lucas (2014), "Rede de coiotes controla tráfico de haitianos ao país". *Folha de São Paulo,* São Paulo (SP), 27 mai. 2014.

GORZ, A. (1987), *Adeus ao proletariado: para além do socialismo,* Rio de Janeiro: Forense.

HABERMAS, J. (1989), *Consciência moral e agir comunicativo*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

HARVEY, D. (2002), *Condição pós-moderna: pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, São Paulo: Loyola.

_____ (2004), *O novo imperialismo*, São Paulo: Loyola.

LABOR (2013), *Revista do Ministério Público do Trabalho*, Brasília: MPT, n. 01.

MAMED, L. H., LIMA, E. O. (2013a), "Precarização estrutural e migração internacional de trabalhadores: a problemática dos haitianos na Amazônia". In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA - SBS, 16, Salvador, *Anais,* Salvador: SBS, Disponível em http://www.automacaodeeventos.com.br/sigeventos/sbs2013/inscricao/resumos/0001/PDF_trab-aceito-0025-1.pdf [consultado em 12-10-2013].

MAMED, L. H., LIMA, E. O. (2013b), "Trabalho e migração internacional: o caso dos haitianos na Amazônia Ocidental". In CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA - ALAS, 29, Santiago, *Anais*. Santiago: ALAS.

MAMED, L. H., LIMA, E. O. (2014c), "Movimento internacional de trabalhadores haitianos: da passagem pela Amazônia ao trabalho no Centro-Sul do Brasil". In CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL - ALASRU, 9, 2014, Cidade do México, *Anais*. México: ALASRU, 2014.

MACHADO, A. (2012), "Haitianos relatam que encontraram corpos em decomposição durante fuga para o Brasil, diz antropóloga". *Terra Magazine - Blog da Amazônia.* São Paulo, 5 jan. 2012, Disponível em http://terramagazine.terra.com.br/blogdaamazonia/blog/2012/01/05/haitianos-relatam-que-encontraram-corpos-em-decomposicao-durante-fuga-para-o-brasil-diz-antropologa/ [consultado em 10-08-2013].

_____ (2014), "Acre quer aviões da FAB para remover haitianos de seu território". *Terra Magazine - Blog da Amazônia.* São Paulo, 28 mar. 2014, Disponível em http://terramagazine.terra.com.br/blogdaamazonia/blog/2014/03/28/acre-quer-avioes-da-fab-para-remover-haitianos-de-seu-territorio/ [consultado em 29-03-2014].

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE, CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO – CNIg (2012a), *Resolução Normativa nº 97 – Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti*, Brasília: 12 jan. 2012a, Disponível em http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A350AC8820135687F345B412D/RESOLU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20N%C2%BA%2097.pdf [consultado em 10-08-2013].

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS, COMPANHIA DE JESUS (2012b), *Guia de informações sobre trabalho aos haitianos,* Brasília: [s.ed.].

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (2013), *Mapa do Emprego no Brasil,* Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego - Cadastro Geral de Emprego e Desemprego.

NELI, M. A., NAVARRO, V. L. (2013), "Reestruturação produtiva e saúde do trabalhador na agroindústria avícola no Brasil". In ANTUNES, R. (Org.), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II,* São Paulo: Boitempo, pp. 287-304.

PATARRA, N (2006). "Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais". *Estudos Avançados*, São Paulo, v.20, n. 57.

PAUL, J. P. (1977), *Mobilidade do* trabalho e acumulação do capital, Lisboa: Estampa.

POTTS, L. (1990), *The world labour market: a history of migration*, London: Zed Books.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS DO ACRE (2013), *Relatório situacional de atendimento humanitário aos imigrantes presentes no Estado do Acre,* Rio Branco (AC): [s.ed.].

_____ (2014), *Relatório situacional de atendimento humanitário aos imigrantes presentes no Estado do Acre,* Rio Branco (AC): [s.ed.].

TERRA (2013), *Imigrantes haitianos recebem vacinas e carteiras de trabalho no Acre*, São Paulo, 16 abr. 2013, Disponível em http://noticias.terra.com.br/brasil/imigrantes-haitianos-recebem-vacinas-e-carteiras-de-trabalho-no-acre,7bc3d0283e41e310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html [consultado em 30-10-2013].

VILLEN, P. (2012), "Polarização do mercado de trabalho e a nova imigração internacional no Brasil". In: SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS NO SÉCULO XXI, 8., 2012, Marília. *Anais*. Marília: Unesp, Disponível em http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt5/polarizacao.pdf [consultado em 05-09-2014].

WROBLESKI, S. (2014), "Imigrantes haitianos são escravizados no Brasil". *Repórter Brasil,* São Paulo, 23 jan. 2014, Disponível em http://reporterbrasil.org.br/2014/01/imigrantes-haitianos-sao-escravizados-no-brasil/ [consultado em 30-01-2014].

_____ (2014), "Fiscalização resgata haitianos escravizados em oficina de costura em São Paulo". *Repórter Brasil*, São Paulo, 22 ago. 2014, Disponível em http://reporterbrasil.org.br/2014/08/fiscalizacao-resgata-haitianos-escravizados-em-oficina-de-costura-em-sao-paulo/ [consultado em 30-08-2014].

Comunicação: Migrações internacionais, trabalho e formação no campo da música

Liliana Rolfsen Petrilli Segnini[1]
lilianaseg@uol.com.br

Resumo: O artista no mundo das mercadorias vivencia constantes tensões entre o fazer artístico criativo e a compra e venda do seu trabalho, quer seja sob a forma do assalariamento ou do trabalho intermitente. O objetivo desta comunicação é analisar a convergência de políticas que possibilitaram a imigração de músicos e musicistas do Leste europeu para o Brasil a partir dos anos 1990, após as mudanças políticas na URSS. No Brasil, dupla dimensão informa o sentido das mudanças que engendram o fortalecimento das políticas neoliberais no período compreendido após os anos 1995 até o presente: em primeiro lugar, a multiplicação das formas de gestão da função pública por meio de instituições privadas - fundações, organizações não governamentais e organizações sociais -; em segundo lugar, por meio do crescente financiamento com base na renúncia fiscal. A convergência destas duas políticas possibilitou o crescimento do número de ocupados no grupo dos Profissionais do Espetáculo e das Artes entre os trabalhadores no Brasil, bem acima dos índices que informam o mercado de trabalho no país. Reestruturação de orquestras e a imigração de músicos do Leste europeu se inscrevem neste contexto. Intérpretes altamente qualificados, selecionados em concorridas audições, pertencem hoje aos corpos estáveis de várias orquestras no Brasil. Eles representam um terço dos músicos que compõem a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, objeto desta comunicação. Estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego informam a relevância deste fenômeno recente e entrevistas lhes atribuem significado sociológico. A vivência do processo imigratório na perspectiva de gênero é analisada por meio de duas entrevistas com uma pianista e uma violinista, pois sintetizam a relação entre trabalho profissional e trabalho doméstico, percebida no conjunto das entrevistas já realizadas. Concluímos que no contexto da mundialização política e financeira o crescimento da individualização do trabalhador e o acirramento da competição no mercado de trabalho também atingem os artistas de diferentes formas, entre elas as migrações internacionais.

Palavras chave: imigração, músicos, reestruturação de orquestra, Leste europeu, relações de gênero, trabalho.

---

1 Professora Titular da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp (desde 2001). Professora e pesquisadora plena da Faculdade de Educação da Unicamp e do programa de Doutorado em Ciências Sociais, área Trabalho, Política e Sociedade do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Coordenadora do projeto temático FAPESP "Formação e Trabalho no campo da Cultura: professores, músicos e bailarinos" (2003/2007); desenvolve atualmente projeto de pesquisa intitulado Trabalho Artístico no Brasil Contemporâneo: Políticas públicas, estatísticas institucionais, trajetórias profissionais (CNPq, 2011/2015) Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Trabalho e Sociologia das Relações de Gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho artístico e indústria cultural (desde 2003 até o presente); relações de gênero, desemprego, trabalho precário, divisão internacional do trabalho, mundialização, mercado de trabalho. Professora visitante no ISCTE- IUL (Portugal) na Cátedra Brasil Portugal em Ciências Sociais representando a Unicamp em 2005. Prêmio de Reconhecimento Acadêmico Zeferino Vaz, outorgado pela Reitoria da Universidade Estadual de Campinas em 2004. Entre as publicações destaca: Prêmio Jabuti na categoria "melhor livro de Economia e Administração e Negócios", capítulo do livro: Vivências heterogêneas do trabalho precário: homens e mulheres, profissionais da música e da dança, Paris e São Paulo, livro organizado por: Nadya Guimarães, Helena Hirata e Kurumi Sugita, intitulado Trabalho flexível, empregos precários? Uma comparação Brasil, França e Japão. São Paulo, EDUSP, 2010.

1. Introdução

O estudo do fenômeno migratório internacional no campo da música não informa uma problemática sociológica recente.[2] Na história da música ocidental a internacionalização dos artistas é recorrente. (MASSIN, Jean; MASSIN, Brigitte, 1983) No entanto, ela adquire especificidades no contexto da mundialização política, financeira e cultural observadas nos últimos trinta anos. As migrações internacionais no dos músicos são compreendidas em duplo sentido no projeto que ora desenvolvo: por um lado, os brasileiros que emigram à procura de formação e trabalho para outros países, apoiados por diferentes instituições, constituirão o objeto de pesquisa num projeto mais amplo, no qual realizo um recorte para elaborar esta comunicação. Entre elas, destaca-se a Fundação VITAE – Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social (1985 a 2006). Por outro lado, músicos que imigram para o Brasil à procura de trabalho, objeto da reflexão proposta nesta comunicação. Nesse último caso, os músicos do Leste europeu que trabalham em orquestras brasileiras constituirão o principal foco analítico. Esses profissionais para cá vieram, a partir da década de 1990 e, os que aqui permaneceram, encontram-se em muitas formações orquestrais[3], sobretudo na Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, na qual representam um terço dos músicos. Os dois grupos foram selecionados em concorridas audições, vivenciaram (e muitos ainda vivenciam) o sentimento de ser um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável, a qualquer momento (SAYAD, 1998). Essa comunicação se restringe a análise de aspectos referentes ao grupo de imigrantes oriundos do Leste europeu para o Brasil, conforme já dito neste parágrafo. O que representa sociologicamente o trabalho artístico? Quais os aspectos que articulam a relação entre políticas neoliberais, mundialização e imigração de músicos do Leste europeu para o Brasil? O que informam os músicos que imigraram para o Brasil sobre a vivência desse processo? Responder estas perguntas (ou problematizá-las, ao menos) é o objetivo desta comunicação.

2. Trabalho artístico e imigração: aspectos relacionados

O artista no mundo das mercadorias vivencia constantes tensões entre o fazer artístico criativo e a compra e venda do seu trabalho, quer seja sob a forma do assalariamento ou do trabalho intermitente financiado, sobretudo, por cachês e editais.

O crescimento da "indústria cultural", durante todo o século XX possibilitou a expansão da arte na forma mercadoria e provocou mudanças no trabalho artístico, pois a produção de suas obras e interpretações é pensada como mercadoria, desde os primeiros momentos do processo criativo ou mesmo da procura do financiamento para realizá-lo.

As relações sociais no trabalho do artista se inscrevem também na efervescência das mudanças observadas no século XX, especialmente no período mais recente (BERMAN, 1986). O "perpétuo movimento", ao qual se refere o autor, é frequentemente dotado de uma conotação positiva; assim, o termo modernização é constantemente evocado para designar um conjunto de mudanças que deverão ocorrer e para engendrar a adesão necessária à sua realização. O trabalho artístico é parte integrante deste "turbilhão" de contradições e mudanças, intensificado ainda mais no processo de mundialização e expansão do ideário neoliberal. Nesse contexto, reiterando Berman, o artista também se torna proletário: eles só realizam seus trabalhos se "*alguém munido de capital estiver disposto a remunerá-los*" (op. cit. p.113). O autor complementa sua análise salientando a relevância do retorno aguardado, ou seja, se neste trabalho estiver inscrito a possibilidade de "*incrementar*

---

2 A internacionalização dos músicos, à procura do trabalho ou de formação profissional, é uma temática sociológica evidenciada nos resultados da pesquisa anteriormente realizada, em fase final de análise dos dados coletados. SEGNINI, Liliana R. P. *Trabalho Artístico no Brasil Contemporâneo. Políticas públicas, estatísticas institucionais, trajetórias profissionais*. CNPq. Período 2011/2015.

3 Por exemplo: Orquestra Filarmônica de Manaus, Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto, Orquestra Sinfônica do Paraná, Orquestra do Estado de Mato Grosso, entre outras.

o capital. (...) Eles precisam esquematizar-se e apresentar-se sob uma luz favoravelmente lucrativa; precisam competir (não raro de forma brutal e sem escrúpulos pelo privilégio de serem comprados, apenas para prosseguir em seu trabalho. (...)". (id.ibid. p. 114) No entanto, Berman previne que bons projetos, em termos de lucratividade, dificilmente são descartados; relembra o autor que a burguesia é extremamente habilidosa na "*extração do lucro de qualquer pensamento*". (id. ibid. loc. cit.)

Esta constatação é reiterada pelo crescimento do número de ocupados no grupo dos Profissionais do Espetáculo e das Artes entre os trabalhadores no Brasil, bem acima dos índices que informam o mercado de trabalho no país. Por exemplo: entre 1992 e 2003, a população ocupada cresceu 16% enquanto no referido grupo em análise o crescimento foi de 67% (IBGE/ PNAD, 2004). Este dado é confirmado quando considerado o período mais recente 2003/2011, no qual a população ocupada volta a apresentar crescimento de 17% enquanto os inscritos no grupo referido registram movimento superior de 22%. Este crescimento estabelece íntima relação com os processos de reestruturação de orquestras e imigração dos músicos do Leste europeu, como será analisado posteriormente, mas não só. É necessário salientar também o sentido das mudanças políticas e econômicas que também estabelecem relações com esta questão.

O Estado representa a principal instituição no financiamento das atividades artísticas no Brasil. No entanto, sobretudo nos últimos trinta anos, é crescente a participação das grandes empresas no financiamento do trabalho artístico incentivado pelas próprias políticas públicas. As formas de racionalização expressas nas estratégias das grandes corporações para fazerem da arte um grande negócio, informa a inter-relação de interesses que convergem entre si. (WU, 2006; SEGNINI, 2008)

Dupla dimensão informa o sentido das mudanças que engendram o fortalecimento das políticas neoliberais no período: em primeiro lugar, a multiplicação das formas de gestão da função pública por meio de instituições privadas - fundações, organizações não governamentais e organizações sociais -; em segundo lugar, por meio do crescente financiamento com base na renúncia fiscal.

Na Reforma do Estado, a OS - Organização Social é considerada mais eficaz para gerir "*entidades de serviço quase estatais ou públicas não estatais de um tipo especial, que farão parte do orçamento do Estado, mas não do aparelho do Estado, e, portanto não empregarão servidores públicos estatutários*". (PEREIRA, 2009, p. 317) Esta era e continua sendo uma questão central – não permitir a contratação de trabalhadores nas instituições públicas por meio do estatuto do funcionário público, em nome da eficiência do Estado.

A Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei n.8.813/91) é conhecida como Lei Rouanet, no âmbito federal. Ela define as bases da política de relações entre o Estado e o capital privado, renúncia fiscal para investimento em cultura. Trata-se, portanto, de recurso público, direcionado de acordo com a capacidade de elaboração de projetos dos diferentes grupos e exigências dos patrocinadores. A participação do capital privado impulsionada pelas políticas culturais é observada pela crescente relevância econômica do Mecenato, sobretudo em Arte. Entre 1996 e 2013, o valor arrecadado por meio dessa lei cresceu 659%. O valor aproximado alcançado em 2013 é de R$1,28 bilhões e a quantidade de projetos no campo da música aprovados entre 1996 e 2013 cresceu 260 %. Em 2013, foram aprovados 1822 projetos (MinC, 2014).[4]

A distribuição pelas regiões administrativas do país mostra a relevante concentração de recursos na Região Sudeste (80%), seguida pela Região Sul (10%), Nordeste (6%), Centro Oeste (3%), e Norte (1%). (id. ibid.)

As leis que se sucederam tiveram efetiva relevância no trabalho artístico somente a partir do momento que o processo de democratização política é articulado com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, elaborado pelo Ministério da Administração Federal de Reforma do Estado (MARE), em 1995, assegurando as bases institucionais das mudanças implantadas.

---

4 As políticas apoiadas no financiamento da arte por meio da renúncia fiscal se desdobram nos Estados e nos Municípios. No Estado de São Paulo, o ProAc (Lei 12.268, 20 de fevereiro de 2006), prevê incentivo de até 100% do valor do projeto para dedução de até 3% do valor devido do ICMS. Programa administrado pela Secretaria Estadual de Cultura. O ProMac – Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais (Lei 15.948, 27 de dezembro de 2013) revogou a Lei Mendonça (10.923/1990), ampliando os recursos para os projetos incentivados no campo da Cultura, permitindo que o patrocinador tenha dedução de 100% do valor investido, tal como na esfera Federal, Estadual e, agora, Municipal.

A mundialização da produção e a lógica financeira que a organiza politicamente contribuiu para com a desregulamentação das proteções sociais relacionadas ao trabalho. (SASSEN, 1988) "Fazer mais por menos" passou a ser um dogma a ser respeitado nas relações de trabalho, inclusive em instituições públicas que passam a ser geridas, conforme análise acima elaborada, por meio de Fundações e Organizações Sociais. Os artistas, de forma singular, expressam essas mudanças que alteram as condições de trabalho que realizam. A competição entre eles se intensifica nesse contexto e as migrações internacionais se legitimam sob a força de diferentes argumentos.

É fundamental considerar o mercado de trabalho para a análise das formas que assumem as migrações internacionais – quer seja na perspectiva das emigrações ou imigrações -. Um migrante é essencialmente força de trabalho, analisa Abdelmalek Sayad, sociólogo que pesquisou, de forma sensível, as relações sociais tecidas pelos argelinos radicados na França. Para o autor, a imigração é compreendida "um fato social completo". O "emigrante", aquele que saiu de sua própria sociedade, e o "imigrante", aquele que chegou a uma terra de estranhos expressam um paradoxo: eles são a mesma e única pessoa. (SAYAD, 1998)

No entanto, não de forma homogênea: há lugares ocupados por homens e mulheres, explicados sociologicamente por meio das relações sociais de classe e de gênero tanto no universo do trabalho como das migrações à procura de trabalho (HIRATA; LE DOARÉ, 1998). É no contexto descrito que se evidencia o que já dito na introdução desta comunicação: o artista no mundo das mercadorias vivencia constantes tensões entre o fazer artístico criativo e a compra e venda do seu trabalho; entre elas, os processos migratórios à procura de trabalho.

3. Imigração de músicos do Leste europeu para o Brasil: Questões convergentes

A imigração recente de músicos oriundos do Leste europeu - russos, romenos, búlgaros, ucranianos, poloneses para o Brasil -, observada a partir da década de 1990, expressa mudanças políticas observadas no contexto da mundialização. Para tanto, dois fenômenos convergiram: por um lado, a fragilização política desses países possibilitou a deterioração das condições de trabalho de artistas historicamente formados por conservatórios estatais, com longa tradição técnica e reconhecida excelência no campo musical. Por outro lado, a partir de 1995, como já foi salientado no tópico anterior, é observado intenso crescimento do campo musical no Brasil financiado pela expansão das leis de incentivo fiscal no âmbito federal, estadual e municipal, e, sobretudo pela participação das grandes corporações no processo de criação de fundações e organizações sociais privadas gerindo instituições públicas. (Segnini, 2014)

O objeto desta comunicação é estabelecer uma relação entre as duas dimensões citadas, inscritas num processo social e político denominado modernização e evidenciar a estreita ligação que estabelecem com as reestruturações de orquestras e a imigração dos músicos oriundos da região geopolítica considerada. Objetiva também analisar, por meio de duas entrevistas selecionadas, a vivência das relações de gênero na articulação entre trabalho artístico e trabalho doméstico de musicistas.

5. Organizações sociais, fundações e reestruturação de orquestra

É reconhecido que duas formas de inserção no trabalho artístico em música podem evidenciar as mudanças de sentido no trabalho após a implementação de políticas neoliberais, a partir dos anos 1980, no Brasil: por um lado, o trabalho com vínculos empregatícios de longa duração em orquestras (corpos estáveis) e na docência; por outro lado, o trabalho artístico intermitente, financiado por meio de múltiplos contratos de curta duração. O trabalho em formações orquestrais vinculadas a teatro público é considerado de longa duração e constitui o foco analítico desta comunicação.

Essa é uma das dimensões de uma questão política mais abrangente, observada a partir dos anos 1990. Transformar os teatros públicos em instituições que permitam que eles também se integrem a um projeto neoliberal e "diminuir o tamanho do Estado, pela transferência de atribuições estatais para o setor privado." (DI PIETRO, 2009, p. 67)

As orquestras sinfônicas, pouco a pouco e não sem conflitos, foram transformadas, por meio da ação do próprio Estado, em fundações e organizações sociais capazes de captar recursos privados para o desenvolvimento de seus programas artísticos. Nesse processo, algumas orquestras foram fechadas e outras reestruturadas. Isto quer dizer que, no Brasil, seus músicos foram submetidos às audições, que redundaram em demissões e novas contratações, não mais de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos, conforme determina a Constituição Federal de 1988, mas na qualidade de trabalhadores temporários ou celetistas.[5]

A reestruturação de orquestra foi uma das estratégias recorrentes nesse período e pode ser observada em muitas formações sinfônicas no Brasil, inclusive na história da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (OSESP), hoje considerada uma referência no país.[6] Em 1997, audições realizadas no Brasil e na Bulgária, selecionaram um terço dos músicos que compõem hoje a orquestra, substituindo os músicos servidores públicos (sobretudo cordas) que foram afastados para compor a Sinfonia Cultura da Fundação Padre Anchieta, encerrada em 2005 por razões políticas e econômicas.

Os contratos de trabalho nas orquestras vinculadas a teatros públicos, nesse novo formato institucional, são regidos pela CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, o que representa uma ambiguidade ou uma contradição: por um lado, a superação da ilegalidade nas relações de trabalho, por outro lado a derrota da esperança de serem reconhecidos na condição trabalhista de servidores públicos concursados vivida até os anos 1980. (SEGNINI, 2006) O crescimento da individualização do trabalhador e o acirramento da competição no mercado de trabalho também atingem os artistas de diferentes formas; entre elas, as migrações internacionais.

6. Imigração de músicos do Leste europeu: dados selecionados

No período 1998 até 2006, é observado o crescimento do número de imigrantes que entraram no país, de acordo com a Coordenação Geral de Imigração – CGIg, com autorizações concedidas a estrangeiros: de 13.805 para 25.440. Elevado grau de escolaridade é predominante neste grupo; entre eles, considerando as profissões declaradas, em todos os anos é observado a imigração de "*artistas ou desportistas, sem contrato de trabalho*" - O Brasil é reconhecido "exportador" de esportistas, não país de imigração deste grupo ocupacional, o que permite a hipótese que estes números se referem, sobretudo, a artistas. Desagregar este grupo é de fundamental importância e será realizado nos próximos passos da pesquisa em curso.

No período compreendido entre 1998 a 2006 é registrada a entrada de 6.149 imigrantes oriundos do Leste europeu, origem de muitos músicos estrangeiros que vivem no Brasil. Os dados disponíveis se referem à Rússia, Polônia e Ucrânia. (Fonte: MTE. http://www.mte.gov.br em 01/11/2007)

---

5 Trabalhadores contratos pela Consolidação das Leis do Trabalho, forma jurídica referente às empresas privadas no Brasil.

6 Ver: Orquestra Sinfônica de Sergipe, Orquestra Sinfônica Brasileira, Orquestra Filarmônica de Minas Gerais, Orquestra Filarmônica do Espírito Santo, entre outras

Tabela I Gabinete do Ministro – GM
Coordenação Geral de Imigração – CGIg
Autorizações concedidas a estrangeiros por país de origem de 1998 a 2006

	11998	**11999**	**22000**	**22001**	**22002**	**22003**	**22004**	**22005**	**22006**
Artistas ou desportistas, sem vínculo empregatício	5566	4057	5029	4536	3242	2851	3951	5014	5009

Fonte: MTE. www.mte.gov.br. Acesso ao site em 30/10/2007

Resolução Normativa N°69 a partir de 22/03/2006 e Resolução Normativa N° 33 de 10/08/1999

Para esse período, entre os imigrantes oriundos do Leste europeu só estão disponíveis dados para a Rússia, Polônia e Ucrânia, mas mesmo assim, números representativos.

Tabela II Autorizações concedidas a estrangeiros por país de origem de 1998 a 2006
Leste Europeu

Pais	**1998**	**1999**	**2000**	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**
Rússia	19	9	31	250	251	236	163	344	435
Polónia	64	161	169	151	301	406	635	482	559
Ucrânia	22	258	127	107	182	261	164	178	184
Total	105	428	327	508	734	903	962	1004	1178

Fonte: MTE. http://www.mte.gov.br em 01/11/2007

No período subsequente, de 2009 a 2012, a mesma fonte de dados atualiza as estatísticas e informa que a imigração de "Estrangeiro na condição de artistas ou desportista, sem vínculo empregatício" permanece, possibilitando destacar:

> O grupo dos Profissionais das Ciências e das Artes foi o primeiro em termos de quantidade de contratação, para os anos 2011 e 2012. No ano 2013, este grupo foi superado pelo de Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais, ficando em segundo lugar. **Sobre o total dos estrangeiros com vínculo formal de trabalho, os empregados nesse grupo ocupacional representaram: 25,8% em 2011, 23,9% em 2012 e 19,8% em 2013. Ainda na análise dos Profissionais das Ciências e das Artes, cabe salientar que, no período dos três anos analisados a média de homens empregados foi de 65,9% enquanto a de mulheres foi de 34,1%. Trata-se do segmento com o maior número de mulheres empregadas.** (MTE/CGIg. Resumo Geral. Atualizadas até 31/12/2012) grifo nosso

Estes dados possibilitam levantar indagações ainda não esclarecidas na pesquisa e que exigem o detalhamento e desdobramento dos mesmos. No entanto, é evidente no período abaixo selecionado que a concentração de imigrantes que se declaram artistas os desportistas, no Estado de São Paulo e, em seguida, no Estado do Rio de Janeiro.

Tabela III Gabinete do Ministro - GM
Autorizações concedidas a estrangeiros na condição de artista ou desportista, sem vínculo empregatício.
Por unidade federativa – Brasil
Atualizado em 31/12/2012

	2009	2010	2011	2012
Alagoas	0	1	5	17
Amazonas	19	51	39	12
Bahia	58	82	55	85
Ceará	65	35	69	42
Distrito Federal	96	138	162	90
Goiás	61	20	41	34
Maranhão	2	0	23	186
Minas Gerais	380	591	233	533
Mato Grosso	0	19	4	3
Pará	1	2	35	22
Pernambuco	154	32	78	172
Piauí	0	0	0	37
Paraná	194	204	198	360
Rio de Janeiro	1077	1382	2512	2072
Rio Grande do Norte	0	0	10	3
Rio Grande do Sul	189	341	355	710
Santa Catarina	115	178	135	206
Sergipe	0	3	4	10
São Paulo	4206	5499	7964	6756
Tocantins	0	0	10	3

Fonte: MTE. Base Estatística –CGIg. Resumo Geral.
http://portal.mte.gov.br/obmigra/imigracao/
Consulta: 12/12/2014

No mesmo período, considerando os países citados e que pertencem ao Leste europeu temos os seguintes dados.

Tabela IV Gabinete do Ministro - GM
Coordenação Geral de Imigração - CGIg
Autorizações concedidas por país de origem
Atualizado em 31/12/2012

	2009	2010	2011	2012
Polônia	625	889	1036	953
Rússia	539	589	932	862
Ucrânia	265	615	646	793
Romênia	571	644	539	703
Croácia	270	409	580	626

Fonte: MTE. Base Estatística –CGIg. Resumo Geral.
http://portal.mte.gov.br/obmigra/imigracao/
Consulta: 12/12/2014

Há predominância de artistas, ou desportistas? As diferenças de sexo expressam desigualdades de gênero? Quantos artistas neste grupo, quantos homens e mulheres? Questões ainda não obtidas na pesquisa. No entanto, é relevante salientar que a internacionalização de intérpretes é observada em diferentes momentos da história da música e das orquestras; significa, especialmente, uma das formas de aperfeiçoamento profissional e de aprendizagem neste contexto de trabalho.

A singularidade da relação entre competência em música e contratos de trabalho que possibilitam "fazer mais por menos", informa uma nova dimensão deste fenômeno. No contexto da mundialização trabalhadores artistas altamente qualificados, mas fragilizados política, financeira e socialmente em seus países de origem vivenciam um processo de imigração que os inscrevem em contratos temporários e intermitentes de trabalho, como informam os músicos do Leste europeu.

> Outra iniciativa no setor cultural é o projeto do maestro e arranjador paulista Júlio Medaglia que prevê a criação de uma Orquestra Filarmônica para Joinville. A proposta é que ele assuma o projeto da orquestra filarmônica nos mesmos moldes daquele por ele desenvolvido em Manaus, por ocasião do centenário da morte de Carlos Gomes. **O projeto de Medaglia prevê o aproveitamento de talentos locais e regionais, que se somarão a músicos de países do Leste Europeu (Bulgária, Romênia, entre outros).** Ainda não há prazo definido para a implantação da filarmônica. Segundo o prefeito Luiz Henrique o projeto será enviado ao Ministério da Cultura para ser aprovado e viabilizado com recursos da Lei do Mecenato. Segundo o maestro num prazo de um mês, após a escolha dos músicos, a orquestra estará pronta para apresentações. (Revista Cidades do Brasil. Cultura) grifo nosso.[7]

Os músicos do Leste Europeu entrevistados informam suas motivações, desafios, conquistas ("aqui tem sol!, frase reiterada nas entrevistas), mas também a saudade, a dor da separação de sua cultura e de seus familiares. Nesse sentido, homens e mulheres se aproximam em seus depoimentos, assim como em relação às incertezas vividas.

> (...) junto com a conclusão da Universidade eu já prestei um concurso: um empresário brasileiro foi para a Bulgária para selecionar músicos para várias orquestras aqui no Brasil. Só que o único apoio que sobrou foi restrito a iniciativa privada porque os planos mudaram. Foi em 1992, na época do Collor, quando ele estava assumindo a presidência) Então o que aconteceu é que só a cidade de Ribeirão manteve o interesse nesses músicos e em particular um shopping, que chamava Shopping Ribeirão, que pagou a nossa passagem e pagava o salário. Depois deu tudo certo, aí eles foram de novo para a Bulgária e trouxeram outros músicos (...) Alguns retornaram para Bulgária, outros permaneceram aqui, têm alguns que hoje estão na Orquestra Sinfônica Estadual.(Músico búlgaro, Oboé, OSS, 25/09/2008)

Indagado sobre as motivações que o fizeram a vir para o Brasil, informa que viveu "uma aventura" e se referiu às mudanças vividas no período, as dificuldades no presente para retornar ao seu país.

> É, o meu caso foi meio que aventura, porque o contrato foi um contrato de um ano, com seis meses você poderia voltar, foi tudo pago, um salário relativamente bom, na época era em dólar porque tinha muita inflação e tinha também uns extras, tipo saúde, dentista, metade do aluguel pagava, a orquestra tinha um clube, eu era solteiro na época. E eu tinha um amigo, que a gente veio junto, um amigo flautista que também passou no teste, que hoje está nos Estado Unidos, e nós resolvemos vir para ver que era, uma oportunidade de você conhecer um país. Aí depois você

7 Disponível em: http://www.cidadesdobrasil.com.br, consulta em 20/12/2008.

> sabe como é que é, as coisas mudam, a gente vai, toma um rumo diferente, às vezes você casa, as vezes você corta os contatos na Bulgária ou no país que vocês esta e hoje, por exemplo, para eu voltar para lá é começar do zero, você tem que esperar um concurso de novo, ver as exigências, essas coisas mudam, como qualquer país que você vai agora e chega lá e o que é que vai fazer? (Músico búlgaro, Oboé, OSS, 25/09/2008)

A análise já elaborada por Sayad é reafirmada neste depoimento - foi o trabalho que fez nascer o imigrante na sociedade de destino, que o fez existir nesta condição e é ele, quando termina, que o faz morrer -. (SAYAD, op.cit)

A imigração de músicos oriundos dos países do Leste europeu foi uma das estratégias adotadas por várias orquestras brasileiras, em várias regiões do país, na busca da conjugação do binômio - excelência musical e contratos de assalariamento distantes das condições de trabalho dos servidores públicos, sobretudo no que tange a condição de estabilidade no trabalho. Nos anos 1990, audições foram realizadas por músicos representantes das orquestras brasileiras nos próprios países europeus, como a Romênia e a Bulgária, por exemplo. O objetivo foi o de selecionar, sobretudo jovens, homens e mulheres instrumentistas com alto nível de qualificação, formados em escolas e conservatórios públicos tradicionais. Esses músicos tocavam em orquestras estatais com contratos que lhes asseguravam salários em torno de 200 dólares mensais, em decorrência da grave crise econômica e política na região.

No Brasil, com contratos temporários renovados (ou não) duas vezes ao ano, recebiam em torno de trinta vezes mais do que em seus países de origem, sobretudo no curto período de tempo, neste mesmo período, durante o qual as moedas dólar e real se equivaleram.

Uma nota se faz necessária para evidenciar a presença de intermediários que lucram com a condição de trabalhadores imigrantes, mesmo no campo altamente prestigioso e qualificado como o da música erudita. A preocupação financeira maior destes músicos era enviar dinheiro para casa, para a Romênia, no exemplo citado, informaram os entrevistados. No entanto, nos primeiros meses precisavam enviar também dinheiro para o músico romeno que organizou o processo seletivo, até que descoberta esta exigência, ela foi contestada por regentes brasileiros que ameaçaram denunciar o esquema articulado, conforme entrevista realizada com um dos membros da direção administrativa da OSESP – Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo.

7. Mulheres imigrantes: a difícil articulação entre família, filhos e música

A difícil articulação entre trabalho artístico e família, entre trabalho altamente qualificado, exigente e trabalho doméstico, foi evidenciada pelas mulheres que reiteraram as dificuldades vividas após a maternidade. Pianista e solista, musicista russa informa a difícil situação vivida por ela e por suas colegas, brasileiras e estrangeiras.

> "O trabalho é árduo: ensaios diários, concertos, já seriam suficientes para comprometer os cuidados com meu filho. Meu marido e minha sogra me ajudam muito. Mas, a pressão maior está na necessidade de estudar muito, participar de gravações, de grupos de Câmara, sobretudo de turnês fora do país. Nesse momento é muito sofrido, nesse momento eu gostaria de ter mais tempo para meu filho. Não só eu: pergunte para todas, elas também sentem isso!". (pianista, OSESP, 2012)

Ela nasceu em 1979, no Uzbequistão, república da extinta União Soviética. Iniciou seus estudos de piano com o próprio pai e aos seis anos ingressou na Escola de Música de Uspensky, em Tashkent. A partir de 1994, transferiu-se para a Escola de Música do Conservatório Tchaikovsky, em Moscou, onde estudou com a renomada pianista Tatiana Galitskaia. Desde então, iniciou sua trajetória de concertista, em Moscou e outras cidades russas, em recitais solo e de câmara. Imigrou para o Brasil em 1999, inscrevendo-se, ainda em Moscou, em audições abertas para selecionar músicos no processo de reestruturação da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo. Foi aprovada, com vinte anos de idade e assumiu o posto de pianista titular da Orquestra Sinfônica

do Estado de São Paulo. Em sua entrevista destaca o apoio que recebeu da Igreja Evangélica Russa no Brasil no seu processo de adaptação no país, período que destaca como muito difícil tanto pelo clima do país, como pela língua portuguesa.

As dificuldades apontadas por esta pianista são reiteradas pela violinista formada pela Academia Nacional de Música Pantcho Vladigherov, em Sófia, na Bulgária, onde estudou com Eugênia Maria Popova. Na sua família só ela é musicista. Filha única, sua mãe faleceu bem antes dela imigrar para o Brasil, com 22 anos, em 1992. Vivia com seu pai quando foi estimulada pela sua professora a prestar as audições que selecionavam músicos búlgaros para a Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto. Foi selecionada e sua professora a aconselhou, com veemência a aceitar o trabalho em Ribeirão. "Era assim: os professores tinham muita influência sobre seus alunos. Meu pai concordou. (...) "

As dificuldades já salientadas pela pianista entrevistada são por ela reiteradas.

> Éramos 12 búlgaros e não falávamos nenhuma palavra em português. O calor era insuportável, muitas vezes eu passava mal. (...) Morei, inicialmente, com cinco búlgaras, todas da orquestra. Fiquei muito amiga de uma delas e entre nós havia um clima muito difícil: nós duas contra as outras três nas questões mais simples até nas complexas (violinista, OSESP, 18/11/2014)

Ela se emociona ao lembrar-se das saudades e das dificuldades vividas nos primeiros tempos no Brasil. Pela primeira e única vez os seus olhos se enchem de lágrimas e sorri com timidez como se pedisse desculpas.

> (...) Eu só aguentei tudo isso porque eu conheci o meu marido. Ele trabalhava na orquestra como violinista. Havia se formado em Piracicaba, onde nasceu e foi criado. Desde que nos conhecemos começamos a namorar e foi por causa dele que eu fiquei. Em 1994 fui selecionada para tocar na OSESP, com a regente Eleazar de Carvalho, nessa audição foi selecionado um grupo de cinco músicos: 2 búlgaros e 3 brasileiros. Eu estou na OSESP há 20 anos e já passei por todas as mudanças de direção artística e regência.(violinista, OSESP, 18/11/2014)

Reitera o trabalho "puxado" vivido cotidianamente. "O trabalho é muito intenso: eu ensaio cinco dias por semana das 10h às 12h30 e das 14h às 16h30. Fora isso, eu tenho os estudos individuais e os concertos, frequentemente quinta, sexta e sábado. Existem as turnês. É muito puxado."

Conciliar o trabalho de musicista – estudos individuais, em grupo com o naipe, ensaios de orquestra e apresentações, inclusive turnês – com o trabalho doméstico e a filha, hoje com dez anos, exige um esforço maior, mas ela o divide com o companheiro também músico, o que possibilita que ela continue com todas as atividades. "Eu me casei e tivemos uma filha hoje com 10 anos. Vivemos muito bem numa casa na Serra da Cantareira onde estudamos muito e juntos cuidamos de tudo na casa: jardim, cozinha, roupa, limpeza."

O país de origem dela é visitado anualmente pelo casal e filha. "Este ano não iremos porque já fomos em maio, quando faleceu o meu pai."

Formação profissional de alto nível realizadas em países com tradição na música erudita e que vivenciaram mudanças políticas que fragilizaram as possibilidades de trabalho de seus intérpretes os tornaram imigrantes na América Latina, sobretudo Brasil. Aqui vivenciaram as dificuldades inerentes às mudanças culturais drásticas e constituíram famílias.

8. Considerações finais

Nesta comunicação analisamos a estreita relação entre as condições sociais, econômicas e políticas que possibilitaram a imigração de músicos do Leste europeu para o Brasil, a partir dos anos 1990, após as mudanças políticas na URSS. No Brasil, dupla dimensão informa o sentido das mudanças que engendram o fortalecimento das políticas neoliberais no período compreendido após os anos 1995 até o presente e que convergem com a possibilidade de audições que selecionam músicos estrangeiros no país: em primeiro lugar, a multiplicação

das formas de gestão da função pública por meio de instituições privadas - fundações, organizações não governamentais e organizações sociais -; em segundo lugar, por meio do crescente financiamento com base na renúncia fiscal. A convergência destas duas políticas possibilitou o crescimento do número de ocupados no grupo dos Profissionais do Espetáculo e das Artes entre os trabalhadores no Brasil, bem acima dos índices que informam o mercado de trabalho no país. Reestruturação de orquestras e a imigração de músicos do Leste europeu se inscrevem neste contexto. Intérpretes altamente qualificados, selecionados em concorridas audições, pertencem hoje aos corpos estáveis de várias orquestras no Brasil. Eles representam um terço dos músicos que compõem a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, objeto desta comunicação. Estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego informam a relevância deste fenômeno recente e entrevistas lhes atribuem significado sociológico. A vivência do processo imigratório na perspectiva de gênero é analisada por meio de duas entrevistas, sendo uma com pianista e outra violinista, pois sintetizam a relação entre trabalho profissional e trabalho doméstico, percebida no conjunto das entrevistas já realizadas.

Tripla dimensão aproxima as duas musicistas selecionadas nesta comunicação: em primeiro lugar, vieram para o Brasil jovens e sozinhas, selecionadas por meio de concorridas audições realizadas em seus países de origem (Rússia e Bulgária) e estimuladas por seus professores. Em segundo lugar, reafirmam as dificuldades vividas na adaptação ao país de destino – Brasil – e os apoios recebidos inicialmente – colegas na orquestra e igreja evangélica. No entanto, a constituição de uma nova família, casadas com brasileiros e com filhos nascidos no país, foi decisiva para permanecerem. Em terceiro lugar, reafirmam a intensificação do trabalho na dupla jornada vivida que soma as atividades de uma carreira e uma orquestra exigente reconhecida internacionalmente e as atividades domésticas, sobretudo em relação às crianças. Ambas afirmam que seus respectivos maridos participam destas atividades e assim, elas continuam a interpretar.

Concluímos afirmando a centralidade do trabalho na vida profissional dos artistas imigrantes no contexto da mundialização política e financeira, ressaltamos também o crescimento da individualização do trabalhador artista e o acirramento da competição no mercado de trabalho. Estas dimensões presentes nos mundos do trabalho também atingem os artistas de diferentes formas, entre elas as migrações internacionais.

Bibliografia

BERMAN, Marshall. (1986). *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade.* São Paulo: Companhia das Letras.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos.(1997) *Exposição no Senado sobre a Reforma na Administração Pública*. Cadernos MARE da reforma do Estado, v.3. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.

_____.(2009) *Construindo o Estado republicano: democracia e reforma da gestão pública*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. (2009). *Parcerias na Administração Pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas*. 7ª. ed. São Paulo: Atlas..

GRAZIOSI, Andrea .(2011) *L"Unione Sovietica 1914-1991.* Bologna: Ed. Il Mulino.

GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi (orgs) (2009) *Trabalho flexível, empregos precários? Uma comparação Brasil, França, Japão.* São Paulo: EDUSP.

HARVEY, David.(1992). *A Condição Pós-Moderna. Uma Pesquisa Sobre a Origem da Mudança Cultural*. São Paulo: Loyola.

HIRATA, Helena; LE DOARÉ, Hélène (orgs.).(1998). *Les paradoxes de la mondialisation*. Cahiers du Gedisst – Groupe d'Études sur la division sociale et sexuelle du travail, nº 21. Paris: L'Harmattan.

HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; Danièle, SENOTIER. (2000) *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris : Press Universitaires de France.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio – PNAD (2011). Período 2003/2011. Brasília.

MASSIN, Jean; MASSIN, Brigitte.(1985) *Histoire de la Musique occidentale*. Paris: Fayard/Messidor-Temps Actuels.

MINISTÉRIO DA CULTURA.(2009). *Cultura em números. Anuário de estatísticas culturais 2009*. Brasília: MINC.

SAYAD, Abdelmalek .(1998) *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*, São Paulo: EDUSP.

SASSEN, Saskia. (1988). *The mobility of labor and capital*. Cambridge: Cambridge University Press.

SASSEN, Saskia. (2006). *Vers une analyse alternative de la mondialisation: les circuits de survie et leurs acteurs*. In : FALQUET, Jules ; HIRATA, Helena ; LAUTIER, Bruno. *Travail et mondialisation. Confrontations Nord*/Sud. Cahiers du Genre. 40/2006. Paris: L' Harmattan.

SEGNINI, Liliana R.P. (2006). *Accords dissonants: rapports salariaux et rapports sociaux de sexe dans des orchestres*. In : FALQUET, Jules ; HIRATA, Helena ; LAUTIER, Bruno. *Travail et mondialisation. Confrontations Nord/Sud*. Cahiers du Genre. 40/2006. Paris: L' Harmattan.

_____.(2006a) *Acordes dissonantes: assalariamento e relações de gênero em orquestras*. In: ANTUNES, Ricardo (org) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

_____.(2008) *Relações de gênero nas profissões artísticas: comparação Brasil-França*. In: COSTA, Albertina de Oliveira; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena (Org.). *Mercado de trabalho e gênero*: *comparações internacionais*. São Paulo: Editora FGV.

_____.(2009a) Políticas públicas e mercado de trabalho no campo da cultura. In: LEITE, Marcia de Paula; ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. *O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México*. São Paulo: Annablume editora.

_____.(2009b). *Vivências heterogêneas do trabalho precário: homens e mulheres, profissionais da música e da dança, Paris e São Paulo*. In: GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi (orgs) *Trabalho flexível, empregos precários? Uma comparação Brasil, França, Japão.* São Paulo: EDUSP.

_____ (2014)*Músicos de Orquestra no contexto do mercado de trabalho artístico no Brasil: Políticas neoliberais e relações de gênero. Comunicação apresentada no* Seminário Internacional Trabalho, Cuidado e Políticas Sociais Brasil – França em debate, Sessão 2 Mulheres em carreiras científicas, Tecnológicas e artísticas: Evolução e limites. São Paulo (26/08/2014)

_____(2015). *Trabalho Artístico no Brasil Contemporâneo. Políticas públicas, estatísticas institucionais, trajetórias profissionais*. CNPq. Período 2011/2015.

WU, Chin-tao. (2006) *Privatização da cultura*: *a intervenção corporativa na arte desde os anos 1980*. São Paulo: Boitempo.

Sites consultados:

http://portal.mte.gov.br/geral/estatisticas.htm Acesso em 07/08/2014

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default.shtm. Acesso em 13/04/2014

Tabelas

Pág.9

Tabela I Gabinete do Ministro – GM

Coordenação Geral de Imigração – CGIg

Autorizações concedidas a estrangeiros por país de origem de 1998 a 2006

Fonte: MTE. www.mte.gov.br. Acesso ao site em 30/10/2007

Resolução Normativa N°69 a partir de 22/03/2006 e Resolução Normativa N° 33 de 10/08/1999

Pág.9

Tabela II Autorizações concedidas a estrangeiros por país de origem de 1998 a 2006

Leste Europeu

Fonte: MTE. http://www.mte.gov.br em 01/11/2007

Pág. 10

Tabela III Gabinete do Ministro - GM

Autorizações concedidas a estrangeiros na condição de artista ou desportista,

sem vínculo empregatício.

Por unidade federativa – Brasil

Atualizado em 31/12/2012

Fonte: MTE. Base Estatística –CGIg. Resumo Geral.

http://portal.mte.gov.br/obmigra/imigracao/

Consulta: 12/12/2014

Pag.10

Tabela IV Gabinete do Ministro - GM

Coordenação Geral de Imigração - CGIg

Autorizações concedidas por país de origem

Atualizado em 31/12/2012

Fonte: MTE. Base Estatística –CGIg. Resumo Geral.

http://portal.mte.gov.br/obmigra/imigracao/

Consulta: 12/12/2014

GT 17
A África, os africanos e a história da ciência: cruzamentos locais e globais

Diplomacia, comércio e dinheiro no índico: o saguate e o conhecimento económico.

Albert Farré[1]

Resumo: A expedição de Vasco da Gama a nos finais do século XV introduziu um novo ator no contexto comercial já antigo e complexo do Oceano Índico. As fontes portuguesas relativas à costa Africana do Índico referem como saguate a prática da troca de presentes exigida pelas autoridades africanas como condição prévia a qualquer intercâmbio comercial. Inicialmente as fontes portuguesas referem-se a esta prática como um costume local certamente exótico. Mais tarde, quando começaram a perceber a complexidade das correspondências entre presentes e hierarquias locais, entenderam que aquela prática formava parte do reconhecimento da autoridade política, nos seus diferentes escalões, por parte do visitante. Portanto, o saguate enquadrava-se no protocolo diplomático habitual entre unidades políticas diferentes que mantinham comércio. Nesta comunicação queremos chamar atenção que alguns desses presentes, uma vez entregues, circulavam entre diferentes agentes, o que faz pensar que fossem um tipo de dinheiro diferente ao que hoje conhecemos.

Palavras chave: Diplomacia, comércio, saguate, tipos de dinheiro, conhecimento, outras economias.

Existem interessantes debates disciplinares sobre as origens do dinheiro. Mas o interesse dos debates aumenta se o investigador é capaz de transitar entre diferentes campos disciplinares, nomeadamente os debates dos economistas (Tymoigne, 2006; Tymoigne et al. 2005; Weatherford, 2000), os debates dos historiadores da antiguidade e das sociedades pré-capitalistas (Polanyi, 1963, 1968; Geertz, 1980; Iniesta, 1992; Guyer, 1995) e os da antropologia econômica (Hart 1986; Graeber, 2012; Gregory, 1997; Lambek, 2002; Piot, 2001, 2006). Nesta comunicação proponho que a instituição do saguate, cujas referências aparecem com alguma continuidade nas fontes portuguesas relativas à África oriental, e ao Índico em geral, pode oferecer um contributo importante para entendermos como se acedia aos mercados, assim como sobre o papel dos diferentes tipos de dinheiro que circulavam nas redes comerciais do Índico. A idéia principal que apresento é que as trocas do Índico estavam pautadas por uma série de saberes e de instrumentos compartilhados pelas diferentes sociedades que comerciavam, entre os quais a prática do saguate. A segunda idéia que quero salientar é que, embora o saguate fosse deslocado da centralidade social que já teve, ainda hoje é uma prática presente nas formalidades entre visitantes e visitados. Finalmente vou avançar algumas hipóteses preliminares, assim como algumas linhas de pesquisa que expliquem por que o saguate, embora marginalizado, não desapareceu. Estas hipóteses têm a ver com os debates sobre o dinheiro e suas origens.

Para explicar o que é o saguate e sua importância proponho expor, primeiro, duas vinhetas: uma do tempo presente, e a outra da primeira viagem de Vasco da Gama a Índia. Será a partir delas que depois vou apresentar os pontos que acho relevantes para o tema deste grupo de trabalho.

---

1 Licenciado em Antropologia Social. Licenciado em História. Doutor em História pela Universidade de Barcelona. Investigador colaborador pleno na UnB, Bolsa do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD-CAPES). É investigador associado do Centro de Estudos Internacionais (ISCTE-IUL). É investigador associado do Human Economy Programme da Universidade de Pretória. Tem artigos publicados sobre Moçambique e sobre Uganda. O seu principal tema de interesse são as instituições políticas africanas e suas ligações com as redes comerciais de longo percurso.

1. Ilha Xefina (Maputo), Fevereiro de 2003.

Da primeira vez que eu cheguei a Maputo, em Janeiro de 2003, fiquei alojado por uns meses num quarto de um apartamento de estudantes. Poucas semanas depois, um grupo de estudantes moçambicanos convidou-me a ir com eles a passar um fim da semana de campismo numa ilha muito próxima. Chegar à ilha Xefina era fácil, me informaram, só havíamos de acordar bem cedo e irmos ao bairro de pescadores da Costa do Sol, na própria cidade de Maputo, e ali tratarmos com alguém para nos levar a ilha, que se via a olho nu desde a praia, num dos barquinhos com motor que lá estavam.

Depois de uma travessia de uns 15 minutos, e uma vez escolhido o local de acampamento numa arvorada bem perto da praia, já não havia muito mais que fazer, para além de mergulhar, relaxar, tocar viola, fumar suruma, conversar... Enfim, nada muito diferente do que, talvez, outros estudantes universitários estariam a fazer em muitas outras praias do mundo.

Porém, depois da primeira noite aconteceu uma coisa que chamou a minha atenção. Bem cedo de manha um senhor idoso, pelas vestes provavelmente um pescador, se aproximou pela praia até perto do nosso acampamento e começou a falar para nós em língua local, muito provavelmente xironga. Rapidamente dois dos estudantes moçambicanos foram ao seu encontro, e lá ficaram um tempo conversando com ele. Depois o senhor foi embora, visivelmente zangado. Quando os meus colegas regressaram ao pé das nossas tendas, eu perguntei-lhes o quê era que aquele senhor queria.

Disseram-me que estava a queixar porque ninguém lhe informou que nós íamos ficar lá a dormir, e acrescentava que era uma falta de respeito chegar à casa de alguém sem sequer cumprimentar a gente. Depois de uma breve pausa continuaram dizendo, agora já num tom mais depreciativo, que no fundo ele veio a pedir-lhes dinheiro: "Esses velhotes só querem dinheiro só". Como vi que davam a conversa por fechada, perguntei se lhe tinham dado dinheiro, ao que responderam logo: "Nada! A praia é pública". Pelos vistos, durante a conversa os meus colegas estiveram a pedir desculpas por não o ter informado, até que o senhor se convenceu de que não havia mais nada a conversar, e decidiu regressar, seguindo ao contrário as suas próprias pegadas na areia.

Lembro que a notícia daquela queixa me deixou com duas sensações em confronto. Por um lado, a euforia de deparar, poucas semanas depois de eu ter pisado Moçambique pela primeira vez, com um fato quotidiano que, pareceu-me, tinha bastante a ver com o que eu queria investigar: a autoridade dita tradicional, o acesso a terra, o conflito geracional, a desconfiança generalizada pelas instituições e, enfim, todos os desentendimentos acumulados durante o colonialismo, mais aqueles que apareceram também após a independência de Moçambique. Por outro lado, a visita de aquele senhor deixou-me angustiado, pois nunca antes tinha sentido tão de perto a consciência das minhas próprias limitações: a intuição de que aquilo que estava a acontecer me interessava ia acompanhada pela constatação empírica da minha incapacidade de explicar, com um discurso acadêmico fundamentado, o que acabava de acontecer entre aquele senhor e aqueles estudantes. Podia sim, mais ou menos, enquadrar as razões dos meus colegas estudantes, baseadas na conquista do espaço público pela cidadania. Mas não conseguia adivinhar os pormenores das razões do velho pescador, nem aquilo que provocou a sua zanga. Fiquei com uma dúvida que ia a acompanhar-me durante bastantes anos: Realmente ele só queria dinheiro?

2. 1498. Audiência do Samorim de Calicut a Vasco da Gama.

Meses mais tarde, lendo o diário da primeira viagem de Vasco de Gama à Índia, deparei com um trecho que me fez lembrar o velho pescador da ilha Xefina. O trecho em questão é quando a expedição portuguesa chega finalmente a Calicut, no atual estado indiano de Kerala, e Vasco da Gama pede para ser recebido pelo Samorim (Senhor do Mar), a máxima autoridade daquele importante porto comercial. Da Gama apresentou-se como o enviado de um importante rei da Europa, e o dignitário encarregue de agendar as visitas perguntou-lhe o quê é que ele trazia para oferecer ao Samorim. Então Da Gama mostrou-lhe o que sobrava no porão das caravelas: "12 lambéis [brasões], quatro capuzes de grã [lã tingida de vermelho], seis chapéus, quatro colares de coral, um fardo de bacias, em que havia seis peças, uma caixa de açúcar e quatro barris cheios, dois de azeite e dois de mel" (Velho, 1998: 84).

Segundo relata Álvaro Velho, membro da tripulação e provável autor do diário, os subordinados do Samorim que viram o que havia não conseguiram evitar o riso. Poucos instantes depois, recuperada já a seriedade, aconselharam àquele estranho visitante que, se isso era tudo o que tinha, era melhor ir à audiência do Samorim sem nada, pois o comerciante mais pobre daquela região conseguia levar mais do que isso.
Assim foi feito, e quando o Samorim perguntou como é que o enviado de um poderoso reino europeu não trazia nada para oferecer-lhe, Da Gama tentou desculpar-se explicando que a viagem que o tinha trazido até lá não era uma viagem comercial, mas sim de descoberta. Contudo, o Samorim não ficou convencido com aquela resposta, e insistiu perguntando o quê é que o senhor esperava descobrir, se pedras ou pessoas. Da Gama teve que aceitar que esperava descobrir pessoas, pelo que teve de ouvir de novo que não era compreensível que alguém que pretende descobrir pessoas não levasse nada para oferece-lhes.
A conversa continuou e, finalmente, uma vez que o Samorim achou que já tinha mostrado suficientemente quais eram as normas que vigoravam naquele porto, deu licença para os visitantes venderem o que tivessem ao melhor preço que encontrarem.

3. Comentário.

Estas duas vinhetas descrevem duas chegadas de forasteiros a um local desconhecido, e os primeiros contactos com os moradores locais. Nos dois casos a reação dos moradores locais tem semelhanças, sendo a diferença principal a relação de forças que o habitante local tem em relação ao visitante. Nos dois casos há um desentendimento que, devido precisamente a diferente relação de forças, se resolve de maneira bem diferente.
Na segunda vinheta somos informados do que é um saguate, ou melhor, de como Vasco da Gama foi ensinado do que era um saguate: um presente ou dádiva dirigida ao anfitrião, que deve estar em correlação com a categoria hierárquica do anfitrião em questão. Portanto, a arte do saguate pressupõe um conhecimento prévio das hierarquias locais e da geopolítica regional. Assim, o(s) objeto(s) entregues são, em primeiro lugar, um reconhecimento político da autoridade do lugar por parte dos visitantes; em segundo lugar o seu valor serve como uma ilustração do poder e posição hierárquica da autoridade que recebe o saguate. Neste contexto, a dádiva deixa de ter um valor em si, como mercadoria, para passar a ser um símbolo do valor da autoridade que a recebe (Dumont, 1982).
O interessante da comparação entre as duas vinhetas é que pode-se perceber que, nos finais do século XV, o saguate formava parte do implícito social, como mostra o riso do funcionário indiano ao conferir o evidente: que nenhum daqueles produtos podia ser considerado um saguate. Por outro lado, as normas do saguate não era um conhecimento próprio de eruditos cortesãos, mas algo que se aprendia no quotidiano por todos os que tinham alguma relação com o comércio: até os comerciantes mais pobres sabiam disso, e agiam em conseqüência. Só o visitante que vinha de longe não compartilhava esse saber comum.
Na visita à ilha Xefina, pelo contrário, o interessante é que, embora o encontro seja entre pessoas da terra, elas mostram um desentendimento semelhante. Do lado dos estudantes aparecem duas possibilidades: ou os eles não sabiam que aquele pescador estava a se referir ao saguate, portanto a um reconhecimento tangível da sua autoridade, por humilde que esta fosse. Ou sabiam muito bem, mas, como não concordavam, fizeram de conta que não sabiam.
Do lado do velho pescador, provavelmente o enfado vinha da perplexidade por ter de explicar coisas obvias. Segundo a lógica do sagaute -o objeto entregue deve guardar relação com o status ou hierarquia do anfitrião-, ele próprio, sabendo-se humilde, não esperaria grandes dádivas. Era o fato de os visitantes não irem a sua procura para pedir licença de acampar e mergulhar na praia o que mais lhe doeu. Evidentemente não se visita anfitrião sem entregar nada, mas o importante não era o dinheiro pelo dinheiro, mas sim como reconhecimento de que ele estava a morar naquela praia desde muito antes da chegada dos jovens. Mais do que a falta de dinheiro recebido, o pescador queixava pela falta de respeito dos visitantes, até o ponto de ser ele quem teve de deslocar-se para saber o quê é que estava a acontecer na praia.
Esta é, de fato, a conclusão a que tenho chegado, depois que as minhas estadias de trabalho de campo nalguns distritos da província de Inhambane me proporcionaram inúmeras ocasiões de observar e experimentar com o protocolo implícito nas visitas a novos lugares.

Sabe-se que o pesquisador que vai para os distritos deve levar uma credencial de uma instituição moçambicana, e que esta deve ser carimbada pelo governo distrital logo na sua chegada no terreno como comprovativo da aceitação pelas autoridades da pesquisa a fazer. Este seria o processo explicado na capital do pais. Mas se você quer entrevistar autoridades comunitárias, como era o meu caso, situadas no ultimo escalão da administração local, o alonga-se bastante. As próprias autoridades a ser entrevistadas vão lhe dizer que o melhor é ir antes cumprimentar a autoridade do escalão imediatamente superior (secretario de bairro, chefe de posto, etc.). Conclusão: queira como não, o pesquisador acaba visitando a toda hierarquia. E assim foi como eu fui descobrindo a hierarquia local oficial dos distritos de Massinga e Morrumbene (e intuindo também que há outras hierarquias não oficiais, mas isso é outro assunto que merece tratamento aparte).

Ir cumprimentar é uma maneira de falar que, acaba-se por aprender, implica entregar alguma coisa sem que ninguém lhe peça, isto é: o saguate. Nas áreas rurais mais ou menos remotas, onde não aparecem muitos visitantes fora dos naturais da terra, o saguate não precisa ser grande coisa - notas de dez ou vinte meticais (25 ou 50 centimos de euro aproximadamente) servem-, mas sim é preciso ter a tabela da hierarquia na cabeça: se deu dez a um, vai ter de dar mais um pouco ao escalão superior, e menos um pouco ao escalão inferior. A importância do saguate está no reconhecimento da autoridade. Respeite primeiro a gente a maneira dela, e ganhe pontos para que o seu trabalho de pesquisa seja respeitado. Este poderia ser um resumo do relacionamento de fundo.

Portanto, outro ponto importante que podemos tirar, tanto das duas vinhetas como da minha experiência, é que o saguate é só o preâmbulo do que realmente interessa. Por outras palavras, ninguém viaja só para entregar saguate. O Samorim sabia que a grande maioria dos barcos que chegavam a Calicut era para comerciar no mercado, não para ir ter com ele. O saguate, o reconhecimento da autoridade sob a qual o mercado funcionava, era, isso sim, a condição sine qua non para abrir o caminho do mercado. Por isso o Samorim, depois de explicar as normas do jogo à esquadra portuguesa, lhes dá licença para irem vender e comprar o que quer que fosse. Ora, fica claro nas palavras do Samorim que o mercado já não esta regido pelo simbolismo do saguate, senão pelo preço de cada mercadoria. Igualmente, o velho pescador sabia que aqueles jovens foram à ilha para brincar e mergulhar na praia, e também sabia perfeitamente que o acesso a praia é livre, no sentido que ninguém vai cobrar por isso[2]. O que ele exigia era outra coisa: o saguate (reconhecimento) prévio.

Assim, quero acabar este comentário às duas vinhetas com duas afirmações, a partir das quais vou fundamentar às hipóteses que anunciei.

A primeira, e aí concordam tanto os economistas de escola institucionalista (Tymoigne, 2006; Tymoigne et al. 2005), como os historiadores (Polanyi, 1963, 1968; Iniesta, 1992; Guyer, 1995) e os antropólogos (Geertz, 1980; Hart 1986; Graeber, 2012; Gregory, 1997; Lambek, 2002; Piot, 2001, 2006), é que não pode existir um mercado totalmente isolado de qualquer autoridade. Para um mercado funcionar efetivamente como tal precisa de alguém (estados, reis, sacerdotes, ou outra qualquer autoridade ou combinação delas) que garanta o sistema de valores de troca pelo qual um mercado é eficaz. Por outras palavras, a idéia formulada pela primeira vez por Adam Smith, segundo a qual o homem (individuo) tem uma propensão natural a trocar, e daí a primazia dos mercados, é, à luz dos nossos conhecimentos atuais, muito deficiente. Assim como também são deficientes as teorias, baseadas em parte na idéia de trocas espontâneas do Adam Smith, sobre o dito comércio silencioso que teria acontecido entre membros de sociedades que se encontram pela primeira vez (Kurimoto 1980).

A segunda afirmação é que, se até agora temos focado principalmente na instituição do saguate, isso não quer dizer que eu esteja a propor uma divisão entre economias da dádiva e economias de mercado, subentendendo-se que o primeiro tipo de economia seria uma fase anterior ao segundo tipo, que seria portanto mais evoluído. Infelizmente esta divisão é um apriorismo muito habitual que perpassa todas as disciplinas. Segundo Keith Hart (2007) esta idéia evolucionista dos tipos de troca encontra-se muitas vezes baseada numa leitura errada do clássico de Marcel Mauss, *Ensaio sobre a Dádiva*, escrito na década dos 1920, não por casualidade num período em que a Europa estava atravessando graves instabilidades políticas e monetárias. Contudo, o argumento

2 Na província de Inhambane, existem sim problemas de acesso à praia pela população no caso de *lodges* de sul-africanos que querem fechar o acesso a praia por considerar que é privativa dos seus clientes.

principal de Mauss ao escrever o famoso ensaio, segundo ele próprio afirma na introdução (Mauss 1991), era mostrar que as economias dos ditos povos antigos ou exóticos, e os da sociedade européia compartilhavam os mesmo princípios.
Portanto, o saguate podia estar regida pela dádiva, ou pela lógica da reciprocidade que, segundo Marcel Mauss, está por trás da dádiva. Mas isso não quer dizer que não houvesse mercados regidos por preços, e que estes estivessem estabelecidos segundo a vontade de lucro. O antigo dinamismo comercial do Índico mostra que a pratica de comprar barato para vender caro não aguardou a expansão do capitalismo para existir (Dumont, 1982; Goody 2005; Iniesta 1992; Machado, 2003).

4. Chapéus, vacas e mercados: algumas hipóteses sobre o(s) dinheiro(s).

Se regressarmos à comparativa entre as duas vinhetas, vemos que, para além das semelhanças que já temos apontado entre o passado e o presente, existe também uma diferença importante: nos tempos passados havia diferentes objetos que podiam servir de saguate, enquanto hoje tudo fica reduzido a um valor monetário. Por outras palavras, antigamente existia, na altura de entregar o saguate, uma margem de manobra maior do que hoje, que tudo depende de se a pessoa tem ou não tem uma só coisa para entregar: dinheiro.
Por exemplo, o dignitário do Samorim não pergunta a Vasco da Gama quanto é que tem para entregar, senão o quê é que tem para entregar. É só depois de conferir o que de fato ele tem é que começa a rir. A situação deixa entrever que existiam possibilidades várias de satisfazer o imperativo do saguate, por isso era necessário conferir. Contudo esta possibilidade fica muito mais clara com o exemplo dos chapéus que, como a lista de produtos acima referida indica, era uma das mercadorias que os portugueses carregavam nas viagens marítimas. Halikowski-Smith (2006) menciona como, no processo de aprendizado das normas protocolares da diplomacia do Índico, os portugueses começaram a entregar chapéus como saguate. Que o Samorim não os aceitasse não quer dizer que outras autoridades menores fizessem o mesmo. Ora, o mais surpreendente para os portugueses foi que, anos mais tarde, alguns daqueles chapéus regressavam de novo as suas mãos. Aparentemente, pois, os objetos oferecidos como saguate, continuavam circulando dentro de uma esfera de trocas que era diferente a dos mercados. Assim, bem podia ser que o saguate não fosse um ato pontual de dádiva, mas um circuito bem mais complexo onde os objetos circulavam segundo certas regras, podendo acontecer que um mesmo objeto voltasse às mãos do primeiro dono.
Existem outros exemplos bem mais estudados deste sistema de bens simbólicos que circulavam a margem do mercado. Por exemplo, o sistema kula das ilhas Trobriand, na Melanésia. Desde que foi objeto da monografia etnográfica de Bronislaw Malinowski, nos primórdios da antropologia como disciplina empírica, o kula não tem deixado de suscitar novas pesquisas e interpretações, entre eles o próprio ensaio de Mauss já mencionado (Hart, 1986).
Outro exemplo é a circulação de vacas e cabras entre famílias diferentes, por ocasião do matrimônio entre membros de cada uma delas. A transferência de vacas entre linhagens é o fato que sanciona um casamento em muitas sociedades africanas e asiáticas. Neste caso existe uma vasta literatura sobre as mudanças experimentadas pela monetarização dos casamentos, isto é, pelas conseqüências negativas, principalmente para a mulher, derivada da substituição das vacas por dinheiro. Eu próprio tenho tratado deste assunto no caso do distrito de Massinga (Farré, forthcoming).
O ponto ao que queremos chegar é que existem indícios de que a simplificação de todos os tipos de trocas a um solo tipo de dinheiro - o dinheiro-moeda cunhado por um estado- causou, e continua causando, interferências nas relações sociais, pois o afunilamento que supõe nos instrumentos de troca reduz de fato as possibilidades de troca (Polanyi, 1968; Fielder, 1973; Farré, forthcoming). Concretamente, aqueles objetos que circulavam no circuito simbólico à maneira dos colares do kula, das vacas matrimoniais, ou dos chapéus portugueses aceites em portos menos importantes que o do Calicut, todos aqueles objetos que serviam para simbolizar relações de autoridade, não podem ser facilmente substituídos pelo dinheiro atual. Como mostra o exemplo da ilha Xefina, cria-se o equívoco de que se quer dinheiro quando não é exatamente dinheiro o que se quer ou, pelo menos, não esse tipo de dinheiro. O que se quer é uma coisa totalmente diferente ao que se faz num mercado,

mas pela perda de instrumentos de troca não há mais maneira de diferenciar isso. Assim parece que você está a comprar uma mulher quando o que você quer é casar com ela; assim parece que você está a corromper, ou a ser corrompido, quando o que se quer é explicitar o respeito às autoridades estabelecidas. Sem dúvida que, com o tempo, a clareza dos equívocos entre o ser e o parecer acaba por diluir-se, e então se corre o risco de que tudo acabe sendo o que parece.

Acho que grande parte do interessante debate sobre a legitimidade das autoridades tradicionais africanas ganharia em profundidade se, para além do parentesco ou das leis que tentam representar os costumes ou tradições, a legitimidade fosse analisada à luz dos valores de troca que existem: nomeadamente se existem *currencies*[3] circulando paralelamente aos valores de troca habitual dos mercados, isto é, se existe mais alguma outra currency para além do único dinheiro que hoje existe. Graham Harrison (1998) já vai nessa direção quando fala da legitimidade que se ganha pela boa gestão dos mercados locais, mas seria necessário aprofundar se, em parte, essa boa gestão é graças às diferentes formas de *currencies* em movimento.

5. O saguate como um exemplo de *political currency*.

Chegamos finalmente à pergunta que unifica o grande debate multidisciplinar sobre as origens do dinheiro: será que estes objetos circulantes próprios do saguate podem ser considerados dinheiro? Não um dinheiro antigo e sempre suspeito de primitivo, mas um dinheiro contemporâneo e complementário ao que corre pelos mercados. Um tipo de dinheiro que teria uma função diferente da de facilitar as trocas num mercado. Um dinheiro que serve não para quantificar preços, mas para simbolizar as relações hierárquicas no âmbito das relações políticas e diplomáticas As mesmas relações que, entre outras coisas, garantem o bom funcionamento dos mercados que acolhem comerciantes de vários continentes.

Sem que exista unanimidade, os antropólogos tendem a afirmar que sim, e David Graeber (2012) tem incluso feito a proposta de chamar a este(s) tipo(s) de dinheiro(s) como *social currencies*. Os economistas tendem a afirmar que não, embora alguns deles afirmem que talvez (Tymoigne & Randall Gray, 2005; Tymoigne, 2006), mas que por enquanto - e a pesar dos estudos do Karl Polanyi e demais seguidores da tendência substantivista sobre a antiguidade e sobre o império do Benin-, faltam dados consistentes para poder chamar de dinheiro objetos que, embora circulem, nem sempre tem os requisitos imprescindíveis do dinheiro. Também avisam que generalizar os nomes sem rigor não ajuda a percebermos melhor as coisas.

Não é este o lugar onde descrever os argumentos de cada disciplina. Com esta comunicação eu simplesmente quero chamar a atenção aos historiadores da importância que as informações sobre o saguate podem ter para contribuir neste debate. O desafio do historiador seria descrever esse tipo de conhecimento que, fazendo circular uns objetos determinados segundo as hierarquias estabelecidas, regulava as relações políticas e comerciais do Índico e, ao mesmo tempo, proporcionava também a confiança e a sustentabilidade do outro dinheiro: aquele que era usado nos mercados.

Existem vários indícios de que as sociedades do Índico compartilhavam um tipo de conhecimento que acrescentava o dinamismo comercial com novas possibilidades. Como exemplo, apresento aqui, já para finalizar, um episódio citado pelo defunto José Capela, e tirado dos diários do David Livingstone na Zambézia.

> Um preto novo, activo e inteligente, que lhe servia de piloto no Zambeze, disse-lhe que, vendo-se sozinho no mundo, fora vender-se ao major Sicard e recebera em pagamento três peças de paninho, de 30 metros cada uma. Mediante duas destas peças comprou ele um homem, uma mulher e uma criança. Ao cabo de dois anos possuía escravos suficientes para formar a tripulação de um grande barco. Seu amo, que tinha marfim para transportar a Quelimane, encarregou-o desta remessa e deu-lhe pano para alugar remadores. Naturalmente alugou os seus próprios remadores,

3 Note-se que a língua inglesa tem a palavra currency, que não tem porque ser sinônima perfeita de moeda (coin): todas as moedas (coins) são currencies, mas não todas as currencies têm de serem necessariamente moedas

> tirou deste negócio um considerável proveito e reconheceu que, vendendo-se, tinha feito uma boa especulação: nem sequer tinha que sustentar-se, se adoecesse o seu senhor tinha a obrigação de o tratar.(Livingstone apud Capela, 2002, p.16[4]).

Este dinamismo que se expressa através do (dinheiro? curreny?) feito de peças de pano, assim como da prática dita de "venda do corpo" (hipoteca do próprio corpo para ter acesso a um capital), foi sendo subalternizado mediante um processo que seria importante conhecer melhor. Talvez pelo caminho desta subalternização de dinheiros e conhecimentos se encontrassem algumas causas que expliquem melhor como foi possível a venda e embarque massivo de seres humanos como se fossem mercadorias (Piot, 1996). No caso do Índico as fontes não faltam[5], e elas estão a nossa espera para contribuirmos a um debate sobre a história dos diferentes tipos de dinheiro que circulavam pelas costas do Índico.

Seja dinheiro ou sejam currencies, o importante é que eram ferramentas que hoje ainda fazem muita falta, e aqui o velho pescador da ilha Xefina, muito provavelmente, concordaria comigo. Eu ainda estou à espera de ter uma nova possibilidade de visitar a ilha Xefina, e assim poder retribuir, a quem me abriu a curiosidade sobre estes assuntos, o saguate que na altura lhe foi negado. Mas enquanto não vou, quero pelo menos agradecer-lhe publicamente as horas de leitura e reflexão que, com a sua queixa, me tem proporcionado.

Referências

CAPELA, J. (2002), *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique*. Porto: Afrontamento.

CARVALHO, A. (2008), "Empresários em tempo de guerra. O Caso de Moçambique 1974-1994". *Lusotopie* XV (1), pp. 103-118.

DUMONT, L. (1982), *Homo Aequalis. Génesis y apogeo de la ideología económica*. Madrid: Taurus.

FARRÉ, A. (forthcoming), "Women as Mediators in Post-war Mozambique: Pushing Lobolo from Price to Propriety". In K. Hart & J. Sharp (Eds.), *Economy for and against Democracy*. New York: Berghahm Books.

FIELDER, R. (1973), "The Role of Cattle in the Ila Economy. A conflict of views on the uses of cattle by the Ila of Namwala". *African Social Research* 15, pp. 327-361.

GEERTZ, C. (1980), "Ports of Trade in Nineteenth Century Bali", In G. Dalton (ed.), *Research in Economic Anthropology. A Research Annual*, Greenwich: Jai Press Inc., pp. 109-122.

GOODY, J. (2005), *Capitalismo y Modernidad. El gran debate*. Barcelona: Crítica.

GRAEBER, D. (2012), "On social currencies and human economies: some notes on the violence of equivalence". *Social Anthropology/Antropologie Sociale*, 20 (4), pp. 411-428.

GREGORY, Ch. (1997), *Savage Money*. *The Anthropology and Politics of Commodity Exchange*. Amsterdam: Harwood Academic.

GUYER, J. (1995), "Wealth in People, Wealth in Things. Introduction". *Journal of African History*, 36 (1), pp. 83-90.

HART, K. (1986), "Heads or tails? Two sides of the coin". *Man.* New Series, 21 (4), pp. 637-656.

HART, K. (2007), "Marcel Mauss: In pursuit of the Whole. A review Essay". *Comparative Studies in Society and History*, 49 (2), pp. 473-485.

---

4 David Livingstone, 1880, *Viagens de Exploaração no Zambeze a na África Central*. Porto, p. 45.

5 A atividade comercial dos indianos na costa africana, no passado e no presente, oferece também uma perspectiva interessantíssima sobre as formas de lidar com o dinheiro dos diferentes Estados ou autoridades políticas sem perder olho nos negócios (Machado, 2003; Carvalho, 2008; Oishi 2007). As fontes em língua árabe, assim como nas demais línguas escritas do Índico, seriam também imprescindíveis.

HALIKOWSKI-SMITH, S. (2006), "'The Friendship of Kings was in the Ambassaddors': Poortuguese Diplomatic Embassies in Asia and Africa during the Sixteenth and Seventeenth Centuries". *Portuguese Studies*, 22 (1), pp.101-134.

HARRISON, G. (1998), "Marketing Legitimacy in Rural Mozambique: the case of Mecufi District, Rural Mozambique". *Journal of Modern African Studies*, 36 (4), pp. 569-591.

INIESTA, F. (1992), *Bajo la Cruz del Sur. Religión, Comercio y Guerra en el Canal de Mozambique c. 900-1700 D.C*. Barcelona: Sendai.

KURIMOTO, S. (1980), "Silent Trade in Japan". In G. Dalton (ed.), *Research in Economic Anthropology. A Research Annual*, Greenwich: Jai Press Inc., pp. 97-108.

LAMBEK, M. (2001), "The value of coins in a Sakalava polity: Money, Death and Historicity in Mahaganja, Madagascar". *Comparative Studies in Society and History*, 43 (4), pp. 735-762.

MACHADO, P. (2003), "A forgotten corner of the Indian Ocean: Gujarati Merchants. Portuguese India and the Mozambique Slave Trade, c. 1730-1830". *Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies,* 24 (2), pp. 17-32.

MAUSS, M. (1991), Sociología y Antropología (T. Rubio de Martín-Retortillo, Trad.). Madrid : Tecnos. (Coletânea publicada em 1968, Obra original publicada em 1924-1925).

OISHI, T. (2007), "Indian Muslim Merchants in Mozambique and South Africa: Intra Regional Networks in Strategic Association with State-Institutions 1870s-1930s". *Journal of the Economic and Social History of the Orient* 50 (2/3), pp. 287-324.

PIOT, Ch. (1991), "Of persons and Things. Some reflections on Africans spheres of Exchange". *Man*. New Series, 26 (3), pp. 405-424.

PIOT, Ch. (1996), "Of Slaves and the Gift: Kabre Sale of Kin during the Era of the Slave Trade". *Journal of African History*, 37 (1), pp. 31-49.

POLANYI, K. (1963), "Ports of Trade in Early Societies". *The Journal of Economic History*, XXIII (1), pp. 30-45.

POLANYI, K. (1968 [1957]), "The Semantics of Money Uses". In G. Dalton (ed.), *Primitive, Archaic and Modern Economies. Essays of Karl Polanyi*, Boston: Beacon Press, pp. 175-203.

TYMOIGNE, E. (2006), "An Inquiry into the Nature of Money: An Alternative to the Functional Approach". The Levy Economics Institute. *Working Paper* 41, Disponível em *http://www.levyinstitute.org/publications/an-inquiry-into-the-nature-of-money* [consultado em 09-12-2014].

TYMOIGNE, E. & RANDALL WRAY, L. (2005), "Money: An Alternative Story". Center for Full Emloyment and Price Stability, *Working Paper* 45, Disponível em *http://www.cfeps.org/pubs/wp/wp45.htm* [consultado em 08-12-2014].

VELHO, A. (1990 [1498]), *Relação da Viagem de Vasco da Gama*, Lisboa: CNCDP.

WEATHERFORD, J. (2000), *A História do dinheiro. Do arenito ao* cyberspace, Negócio editora: São Paulo.

A palavra de ordem é produzir: uma análise da experiência da operação produção em Moçambique

Cristiane Soares de Santana
cryshistoria@hotmail.com

Biografia: Nascida em 15 de março de 1982 no Estado da Bahia no Brasil, graduou-se pela Universidade Católica do Salvador em 2005, terminou o Mestrado em História Social pela Universidade Federal da Bahia em 2008 com a dissertação intitulada "Maoísmo na Bahia (1967-1970)" e atualmente realiza pesquisa de doutorado na mesma instituição sobre a justiça em Moçambique.

Resumo: A partir de 1975, Moçambique deu início a uma série de modificações na estrutura colonial promovendo mudanças no âmbito da justiça. Vários instrumentos foram criados com o intuito de fazer o povo se tornar elemento mais participativo e presente na justiça. A Operação Produção foi uma campanha política administrativa iniciada oficialmente em 1983 com o intuito de sanar problemas sociais em prol da construção do homem novo, o qual deveria estar livre do elitismo e do individualismo, ser leal à nação, valorizar o trabalho, a coletividade e estar livre do tradicionalismo e do obscurantismo. Nosso objetivo nesta comunicação é analisar o viés ideológico desta política, assim como compreender os fatores políticos e econômicos que fundamentaram o seu desencadeamento.

Palavras-chaves: Operação produção; Moçambique independência

Ao analisarmos os discursos de Samora Machel, os documentos internos da FRELIMO e as páginas do Jornal Notícias percebemos que a justiça em Moçambique passou por uma série de alterações.

De acordo com Trindade (2003) essas alterações podem ser vistas por meio de três estratégias. A primeira estava relacionada com a criação de meios para garantir a paz; a segunda seria feita através da criação de mecanismos e da formação de profissionais capacitados para auxiliar na construção de uma nova estrutura no país e a última, estabeleceria- se caso estas medidas não se concretizassem, o que faria com que o país seguisse utilizando as instituições herdadas pelo colonialismo.

As mudanças sofridas pelo aparelho estatal em Moçambique foram acompanhadas pelo âmbito jurídico. Pode-se perceber isto através da criação de uma série de mecanismos de justiça tais como os Tribunais Militares Revolucionários, o Serviço Nacional de Segurança Popular e a Operação Produção, sendo esta última o objeto de discussão deste texto.

A Operação Produção foi avaliada de formas diferentes por historiadores e cientistas sociais, sendo que a FRELIMO a apresentava como uma medida político administrativa que tinha como função eliminar os parasitas sociais visando acabar com problemas como criminalidade, prostituição e alcoolismo através da transformação desses indivíduos em seres produtivos para a nova sociedade moçambicana.

O primeiro questionamento que tentaremos responder neste texto seria compreender quais razões levariam a FRELIMO a desencadear a Operação Produção. Vários autores que estudaram Moçambique seja pelo viés econômico ou político nesse contexto de pós independência acabaram perpassando a OP[1]. Para Quembo (2012) a migração, a criminalidade, a erradicação dos defeitos coloniais, a afirmação do poder estatal através da expulsão dos indesejáveis, elementos relacionados à urbanização e ao desenvolvimento econômico são alguns dos argumentos citados pelos pesquisadores apresentados por este autor para explicar as razões que fundamentam o desencadeamento da Operação Produção.

1 Neste artigo optamos por abreviar o nome Operação Produção como OP

A princípio podemos supor que a essência moralizadora do processo revolucionário moçambicano pode ter contribuído para a constituição da Operação Produção. Sabe-se que a FRELIMO pregava a necessidade do homem moçambicano passar por um processo de transformação ideológica para que a nova nação moçambicana fosse edificada. Segundo Cabaço (2011) o homem novo: "representava a antítese do modelo de vida burguês e colonial, com a mesma intensidade com que as Forças Armadas de Libertação de Moçambique se contrapunham ao exército colonial" (CABAÇO, 2001, p.113)

Samora Machel afirmava que existiam três tipos de educação, sendo que duas deveriam ser extintas em prol da nova nação e outra auxiliaria na construção do homem novo. No texto "Educar o homem para vencer a guerra, criar uma sociedade nova e desenvolver a pátria" elenca como primeiro tipo de educação a tradicional, na qual a superstição estaria acima da ciência. A educação tradicional perpetuaria na escola valores que se propagariam através do sistema de classes, dos idosos, dos ritos de iniciação etc. O segundo modelo apresentado por Samora é a educação colonial, a qual condenaria o moçambicano a ser nada mais que " um português de pele preta". O terceiro e último modelo seria a educação revolucionária para a edificação do homem novo. Esse último tipo teria como objetivo estabelecer o sentimento de solidariedade entre os homens e incentivar o trabalho coletivo.

Combater o elitismo, o individualismo, o racismo e a corrupção, ser leal à nação, valorizar o trabalho, a coletividade e estar livre do tradicionalismo e do obscurantismo eram elementos que deveriam fazer parte da essência no homem novo moçambicano.

> Criar uma atitude de solidariedade entre os homens capaz de desenvolve o trabalho coletivo pressupõe a eliminação do individualismo. Desenvolver uma moral sã erevolucionária que promova a libertação da mulher, a criação de gerações com um sentido de responsabilidade, exige a destruição das supertições e gostos corruptos herdados. Para implantar as bases de uma economia própera e avançada é necessário que a ciência vença a superstição. Unir os moçambicanos, para além das tradições e línguas diversas, requer que na nossa conciência morra a tribo para que nasça a nação. (...) devemos adquirir uma atitude científica, aberta, livre de todos os pesos da superstição e tradições dogmáticas (MONDELANE; MACHEL, 1975, p. 51)

Em prol da construção dessa nova sociedade, vemos o início da luta do Estado contra uma série de problemas sociais herdados. Por essa razão, de acordo com Ribeiro (2008) foi desencadeada logo em 1974, no período de transição, uma ação da FRELIMO em conjunto com as forças portuguesas denominada de Operação Limpeza. Esta tinha o intuito de deter no centro de Lourenço Marques, hoje Maputo, agitadores e marginais, mas ela acabou prendendo também prostitutas que marcavam presença nas ruas do centro da cidade. Segundo Ribeiro (2008),

> Ao final da operação, foram detidos 284 indivíduos, dos quais 192 eram mulheres e 92 homens; das 192 mulheres, 50 foram postas em liberdade e 142 foram transportadas em autocarros para destino não revelado sob escolta do Exército Popular de Libertação de Moçambique. Dos 92 homens, 42 foram postos em liberdade e os demais ficaram detidos na capital. A esmagadora maioria das mulheres detidas, soube-se depois, foram enviadas para os campos de reeducação, localizados em regiões distantes da capital do país. (RIBEIRO, 2008,p.177)

Esta informação faz com que enxerguemos o recolhimento de cidadãos envolvidos com prostituição e atividades boêmias como um processo que estava em andamento antes mesmo da independência ter acontecido de modo formal em 1975.

Em 1979, foi publicado um documento chamado *Lei dos Crimes contra a segurança do povo do Estado Popular* o qual afirmava ter como objetivo: " prevenir e reprimir qualquer tentativa de qualquer acto das classes capitalistas e seus agentes, regionais e locais, internos ou externos, contra o nosso Poder." [2] A definição

2 FRELIMO. Lei dos Crimes contra a Segurança do povo e do Estado Popular. 4º Sessão. Assembleia Popular, p.5

de crime obtida pela FRELIMO explica uma série de medidas tomadas posteriormente, principalmente no que diz respeito a Operação Produção.

> A Lei dos Crimes contra a Segurança do Povo e do Estado Popular define como crimes todos os actos que ofendam, ponham emprego, contrariem, prejudiquem ou perturbem: a independência, integridade e soberania da República Popular de Moçambique; -a organização do Partido FRELIMO e do Estado e o normal funcionamento dos seus orgãos; - o normal desenvolvimento da economia nacional; a estabilidade política, econômica e social da Nação ou os programas políticos, econômicos e sociais tragados pelo Partido FRELIMO e pelo Estado e a paz internacional e a humanidade[3]

O tribalismo, a prostituição, a propalação de boatos, a vadiagem e o alcoolismo serão vistos pelas autoridades como atos que prejudicavam a instauração do novo Estado que a FRELIMO se propunha a construir.
Diante deste quadro, notamos que a Operação Produção foi desencadeada inicialmente em prol da moral sã revolucionária, a qual seria atrapalhada pela presença de resquícios da sociedade colonial no seio da sociedade moçambicana. De tal maneira, o crime precisava ser combatido.
A partir da análise do Jornal Notícias pode-se dizer que a criminalidade era o tema principal. Roubos, furtos, prostituição, candonga e vadiagem se constituíam nos crimes mais recorrentes nas edições analisadas. Em 31 de maio de 1982 foi publicada uma notícia sobre 27 pessoas que foram detidas em uma Feira Popular em Maputo em uma das incursões da policia no combate ao crime.

> ”Os marginais vivem em casa abandonadas e nos terraços; e, agora com as operações que estamos a realizar, eles fogem para os subúrbios. De futuro iremos trabalhar nos bairros suburbanos; aí também iremos desalojá-los, porquanto a população tem-nos apoiado muito neste trabalho (...) A maioria dos delinquentes praticou crimes de assalto por arrombamento e outros são marginais, que vivem a base de roubo”[4]

Além dessa notícia, temos outra que foi publicada no mesmo periódico informando a prisão de mais de 50 indivíduos que foram levados ao Tribunal Popular Provincial de Maputo pelo crime de vadiagem. Desse modo, os crimes supracitados ainda permaneciam como resquícios da sociedade colonial e por isso precisavam ser eliminados.
Em junho do mesmo, encontramos já algumas indicações do que deveria ser feito com esses cidadãos. Na sessão Opinião Pública do Jornal Notícias eram apresentadas entrevistas com cidadãos moçambicanos sobre determinados temas. No dia 07 de junho, a criminalidade era o foco do debate, sendo discutido qual deveria ser o destino dado as pessoas que vinham do campo para a cidade sem trabalho. Um trabalhador do Entreposto Comercial de Moçambique chamado André Faife afirmou que:

> “ Por outro lado, podemos dizer que as pessoas provenientes do campo para a cidade de Maputo, sem objetivo, são os autores de alguns crimes. Se não trabalham, como sustentam a vida?Penso que vivem à custa de assaltos. Então, o Governo deve controlar essa gente e atribuir-lhes tarefas ou integrá-los nas machambas estatais, onde possam produzir o suficiente, pois sabemos que, ultimamente, atravessamos uma crise no campo da alimentação”[5]

Nessa mesma sessão vemos a opinião de Laura Lázaro, a qual diz que: “Falando das pessoas vindas do campo, acho que estão dando um mau ambiente à cidade. Elas não devem permanecer na cidade. Devem voltar às suas

---

3 Idem, p.7

4 Operações selectivas: dezenas de anti-sociais detidos em Maputo. IN: Jornal Notícias, 31 de maio de 1982.

5 Obrigar os marginais a regressarem às suas terras. IN: Jornal Noticias, 7 de junho de 1982.

terras, para trabalharem nas machambas. Ou então, o governo deve integrá-las nas machambas estatais ou nas Zonas Verdes"[6]

Através da análise desses trechos citados anteriormente podemos perceber que a população já identificava os cidadãos vistos como improdutivos e qual deveria ser o destino deles. Logo, quando a campanha foi lançada oficialmente esse clima de seleção marcado pelo ideal da improdutividade já pesava sob os migrantes, os desempregados, as prostitutas etc.

Antes de ser oficializada, a Operação Produção foi precedida por um debate intenso no seio da Frelimo sendo isso visto através das reuniões nacionais sobre as cidades datadas do ano de 1979[7] e o encontro popular ocorrido em 21 de maio de 1983 feito dois meses antes da Operação Produção ter sido colocada em vigor. Neste comício realizado em Maputo, cujo resultado da declaração de Samora foi intitulado *Defender a pátria eliminar a fome é tarefa de todos os moçambicanos*. Neste o presidente Machel apontava que:

> Os delegados ao Congresso sublinharam como o afluxo desordenado para as cidades aumenta a vadiagem, a criminalidade, a prostituição.Referiram como a existência daqueles que não trabalham, prejudica a vida dos trabalhadores. Vamos controlar o afluxo à cidade.Só tem direito à residenciaquem tem trabalho, quem tem emprego. Significa que o trabalho é que é o critério de residencia.Os marginais, os desempregados, os vadios devem ser enviados ao campo para a produção.O primeiro movimento que vamos fazer com as milícias Populares, os Grupos de Vigilância, Polícia, Exercito e outras estruturas, é pentear a cidade! (MACHEL, 1983,p.75)

Na verdade, a OP pode ser entendida como uma política que ia muito além da retirada dos ladrões, alcoólatras, drogados, desempregados e vadios dos centros das cidades, o que teoricamente não combinaria com a proposta do novo homem revolucionário livre dos vícios da sociedade colonial. A política de modernização e de progresso econômico e social pregados pela FRELIMO tinha na sua essência o modelo de um Estado organizado e com uma economia agrícola estruturada. Logo, essa visão de modernidade era compatível com o desemprego e a falta de produtividade? Assim, devemos levar em consideração os fatores ideológicos, econômicos e políticos que embasaram a construção da Operação Produção.

Moçambique após a independência vivenciou um contexto político com importantes custos econômicos, já que o país se envolveu em guerras civis com a Rodésia e a África do Sul, o que ocasionou custos altos para o país. De acordo com Cardoso (1993) "Os prejuízos decorrentes das sanções e de agressões da Rodésia foram estimados pelo governo em cerca de 16.500 mil contos de 1976 a 1980" (Cardoso, 1993, P. 133).

Aliado a esse contexto de guerra, as condições climáticas afetaram a produção agrícola do país, o que culminou em uma crise econômica que marcou Moçambique entre as décadas de 70 e 80. Esse pode ter sido um dos fatores que incentivou o processo migratório para os principais centros urbanos do país.

A ida dos moradores do campo para a cidade é citada pelo Notícias como a principal causa do desemprego e da criminalidade. Em um texto publicado por Marcelino Silva no mês de junho de 1983 cujo título era *Cidade de Maputo tem gente a mais – afluxo do campo e desemprego sobrecarregam infra-estruturas*, ele afirma que esse afluxo de pessoas estaria dificultando o fornecimento correto dos serviços na cidade, além de aumentar o desemprego, já que os migrantes seguiam para Maputo, por exemplo, sem nenhuma perspectiva de trabalho e acabavam se tornando marginais.

Em um *Comunicado do Secretariado do Comitê Central do Partido Frelimo* publicado em 12 de junho de 1982 ficou expresso que:

> A direção máxima do nosso Partido constatou, durante a Primeira da Ofensiva Política e Organizacional, as graves consequências políticas, econômicas e sociais

---

6 Idem.

7 Como exemplo podemos citar o seguinte documento: FRELIMO. 1º Reunião Nacional sobre Cidades e Bairros Comunais- Resolução sobre critérios de fixação da área e sistema administrativo da 12 cidades

> que resultam da chegada constante à cidade de Maputo de novas pessoas em grande número vindas do campo com a intenção de se fixarem na capital do país.(...)A migração contínua de camponeses para a cidade já tem duas consequências principais do ponto de vista econômico: a diminuição da produção no campo e o aumento do consumo na cidade. (...) " A migração desordenada para os cidadãos provoca a desagregação das famílias, a inadaptação e a frustração de muitos moçambicanos.Ao despovoar os campos,esta migração compromete os nossos planos de desenvolvimento e , em particular, a nossa estratégia de desenvolvimento harmonioso e equilibrado no campo e na cidade. Em resumo,a migração descontrolada para as cidades contribui para perpetuar todas as deformações que a sociedade moçambicana herdou do passado colonial e constitui um obstáculo a todas as transformações revolucionárias que hoje têm lugar no nosso país."[8]

Os veículos de imprensa analisados nessa pesquisa nos fazem entender que no discurso da FRELIMO a migração foi a grande causadora dos problemas sociais que a cidade possuía fosse de este de caráter social ou econômico.

O documento redigido pelo Comitê Central em 1982 já tratava sobre tal assunto afirmando que a migração teria duas graves consequências do ponto de vista econômico: a diminuição da produção no campo e o aumento do consumo na cidade. Por esta razão supunha-se que a crise de abastecimento sofrida tinha seu fundamento na migração para a FRELIMO.

A vinda da população rural reduzia mão de obra que servia a produção agrícola afetando pelas péssimas condições climáticas, isso diminuiria obviamente a produção.Era preciso redirecionar esse afluxo de mão de obra excedente improdutiva que se instaurou nas cidades.

> A solução de fundo do problema da migração para as cidades está na materialização da nossa estratégia de socialização do campo, que levará à aldeia comunal e à cooperativa os benefícios que já são conquista da Revolução. Torna-se necessário, entretanto, tomar algumas medidas políticas e administrativas que permitam ao Partido e ao Estado controlar, dê imediato, o movimento migratório do campo para a cidade[9]

Em 15 de junho foi publicado um documento intitulado *Directiva ministerial sobre a evacuação das cidade,* que oficializava as medidas explanadas por Samora Machel no comício de 21 de maio do mesmo ano. De acordo com este documento, foi criado um Comando Central para dirigir o processo de evacuação da população das cidades, o qual foi denominado Comando Central Operativo, este bem como os Comandos Distritais deveriam realizar seu papel em intima ligação com os Grupos Dinamizadores do Bairros.

Antes mesmo do início da Operação Produção como foi dito anteriormente existia uma busca pela identificação de elementos vistos como improdutivos pela FRELIMO. Vale a pena ressaltar que o conceito de improdutividade abarcava uma série de grupos desde os drogados, os alcoolatras até mesmo ocupantes ilegais, os devedores de renda etc.

Diante disso, nos interrogamos a respeito da amplitude da noção de improdutividade da FRELIMO. Ela atingia as viúvas, os deficientes físicos, os enfermos, os idosos? Seriam estes também enquadrados como improdutivos? Nos jornais encontramos uma nota publicada que apresentava possíveis esclarecimentos a algumas dúvidas sobre a Operação Produção em relação aos idosos e doentes. Sobre os primeiros alegava-se que:

> "Pessoas se há muito radicadas nas cidades fazem parte da população normal e, de forma nenhuma, se pode considerá-las como parasitas. É importante compreender

---

8 Controlemos o crescimento das nossas cidades- Comunicado do Secretariado do Comitê Central do Partido Frelimo. IN: Jornal Notícias,14 de junho de 1982.

9 Idem

> este aspecto, pois nisto reside uma característica importante da natureza da operação. (...) Assim, além dos idosos há muito radicados nas cidades, há também os casos de pessoas de idade avançada que vivem as expensas dos seus familiares e precisam do seu cuidado. Trata-se portanto de pessoas, que se vivem nas cidades é portanto precisam viver juntos dos seus familiares. As pessoas idosas que não tem na cidade onde residem, qualquer amparo familiar nem estejam há muito aí radicadas serão analisadas caso a caso pelos Grupos Dinamizadores."[10]

Esta declaração nos permite entender que se o idoso fosse um migrante, há pouco tempo instalado na cidade, ele poderia ser considerado um parasita. No que se refere aos doentes ficava estabelecido que os internados ou em processo de tratamento no hospital deveriam obter um documento comprobatório de sua situação médica, caso não estivesse empregado, ou seja, portanto cartão de trabalho, já os doentes crônicos
A Operação Produção foi dividida em duas etapas. A primeira seria de caráter voluntário com a duração de 15 dias , sendo que durante esta fase as pessoas que desejassem regressar as suas cidades de origem ou a outros locais para se fixarem poderiam procurar os postos de verificação
O prazo para a inscrição, ou seja, a fase voluntária findava dia 04 de julho no dia seguinte foi publicada uma noticia afirmando que :

> " Até o fim da tarde de ontem- ultimo dia do prazo estabelecido para a primeira fase da "Operação Produção" – os desempregados, improdutivos e excedentários hesitantes afluiam em massa às sedes dos grupos dinamizadores para se registrarem voluntariamente a fim de regressarem aos seus locais de origem por fixarem-se noutros locais produtivos.Em contacto com os Grupos Dinamizadores de alguns bairros da capital fomos informados que nas ultimas 48 horas verificou-se nos bairros um considerável numero de registros de voluntários".[11]

Esse convite que soava muito mais como uma imposição foi recebido e aceito pela população, a qual acabou compreendendo as razões pelas quais eram solicitados pelo partido e passaram a apoiar suas designações. Podemos perceber isso através da fala de Augusto Tembe segundo o qual,

> " a principio não concebia bem a natureza desta operação e mesmo o seu caracter. Julgava que fosse uma operação para prender e mandar as pessoas para o campo e daí fiquei em casa a termer situações desta (...) graças as sessões de esclarecimento realizadas no bairro, compreendeu a dimensão da operação e a necessidade de ela dar a sua contribuição na edificação desse país, apesar de as suas forças já estarem a fugir-lhe dos músculos"[12]

O discurso jornalístico nos apresentou a opinião de um cidadão que via a necessidade de sua participação nesse processo de limpeza dos improdutivos da cidade seja no ato de ser encaminhado ou ele próprio se enquadrar nessa noção de improdutividade pregada pela FRELIMO e seguir para os GD'S na busca pelo retorno às zonas rurais, sendo este seu local de origem ou não. Vale a pena ressaltar que a imprensa moçambicana estava sob o poder estatal, então vemos o Notícia como o discurso propagado pela FRELIMO.
Mas, muitos improdutivos ainda permaneceram nos principais centros urbanos, o que fez com que a FRELIMO desse início à segunda etapa da Operação Produção, a qual já estava prevista desde o lançamento da política administrativa e que teria um caráter coercitivo. De modo que, em uma entrevista ao Jornal Noticias o vice-ministro do Interior

---

10 Notícias esclarece-o sobre "Operação Produção". IN: Jornal Notícias, 05 de julho de 1983.

11 No ultimo dia da 1º fase: hesitantes afluem os GD'S. IN: Jornal Notícias, 05 de julho de 1983.

12 No ultimo dia da 1º fase: hesitantes afluem os GD'S. IN: Jornal Notícias, 05 de julho de 1983.

Teodato Hunguana afirmou que " Convidamos à inscrição, voluntária. Mas, para os renitentes, temos que usar a força, a força do martelo "[13]
Na segunda etapa da OP foram criados postos de verificação na capital que era os locais que recebiam as pessoas enquadradas como improdutivas e que eram abordadas nas ruas e até nas suas próprias casas.

> "Nesta acção de controlo em que os documentos principais são o cartão de residente, cartão de trabalho, bilhete de identidade ou passaporte e documento de identificação de residência para estrangeiros, as brigadas analisarão em cada caso qual ou quais documentos necessários para a correcta definição da situação da pessoa. A condução de pessoas aos postos de verificação poderá ocorrer sempre que se verifique a falta de um ou mais documentos ou a falta de outro meio que prove o modo de vida da pessoa".[14]

A busca por esses documentos funcionavam como uma forma de comprovar que o indivíduo era um ser produtivo e possuía os atributos necessários para viver nas cidades. Todavia, as pessoas que atuavam como biscateiros, curandeiros, artesãos e até mesmo pequenos comerciantes não tinham cartão de trabalho, de modo que eles eram produtivos, mas não possuíam meios de comprovar e por isso, caberiam aos GD's analisarem sua função como economicamente útil ou não.[15]
De acordo com tal reportagem notamos que eram conduzidos para os centros os cidadãos que estivessem com a conduta interpretada como imprópria pela FRELIMO, sendo encaminhados para os tribunais, aos quais ficava a cargo oficialmente o julgamento dos crimes cometidos e a aplicação das sentenças. Com a sentença decretada, o cidadão era encaminhado para o Centro de Evacuação. Este a princípio nos pareceu ser um local, no qual os indivíduos julgados aguardavam o envio para as unidades de produção (machambas) ou para os centros de reeducação.
Através da apresentação desses Centros de Verificação e Evacuação, percebemos que essa segunda fase visava institucionalizar através da criação desses espaços uma política que se encontrava em processo durante do governo da FRELIMO.
Com o recolhimento de tantas pessoas nas ruas, nos questionamos sobre a logística criada pela FRELIMO para receber esse número de pessoas classificadas pelos GD'S como improdutivos. Como funcionava o processo de alojamento, alimentação e transporte? Alguns registros publicados no dia 05 de julho de 1983 nos dão indício para compreendermos como funcionava essa estrutura criada, ao afirmarem que:

> "Abordados pela nossa reportagem, alguns dos viajantes que ontem deixaram a cidade de Maputo, asseguraram o cumprimento das garantias anunciadas para o respectivo transporte, alimentação e outras condições logísticas dos organismos envolvidos no processo de evacuação, até aos seus locais de origem"[16]

A informação acima nos dá indicio de que a alimentação, o transporte e a alimentação eram realmente concedidos pelo Estado para o envio dos cidadãos aos campos. Porém, esta contrasta com o depoimento de um cidadão que foi enviado para a reeducação apresentado por Sá(1995), de acordo com o qual, "Ele foi levado para a cadeia de Machava, nos arredores de Maputo, e encarcerado durante dois dias numa ala com 40 reclusos partilhando uma sanita entupida. Os presos subornavam os guardas para obter

---

13 Libertemos as cidades de improdutivos e marginais – Teodato Hunguana no bairro de Mafalala. IN: Jornal Notíciasm 21 de junho de 1983.

14 Operação Produção em 2º fase. IN: Jornal Notícias, 04 de julho de 1983.

15 VER "Operação Pente Fino": cartões de trabalho devem ser emitidos dentro do prazo.IN: Notícias, Maputo, 22 de junho de 1983.

16 "Operação Produção"- Desempregados regressam às províncias de origem. IN: Jornal Noticias, 6 de julho de 1983.

mais comida, em troca de um maço de tabaco ou favores sexuais. Dois dias depois foram metidos num caminhão e levados ao aeroporto, onde embarcavam para o longínquo Niassa num avião das Linhas Aéreas de Moçambique (LAM), a transportadora estatal que assegurou a ponte aera famigerada da Operação Produção."[17]

Mas, por que um país que atravessava por uma crise econômica despenderia gastos públicos com o transporte dos cidadãos para locais distantes como Niassa e Cabo Delgado chegando até mesmo a utilizar aparelhos da Força Aérea de Moçambique e das LAM(Linhas Aéreas de Moçambique)?

Segundo Quembo (2012), a escolha do Niassa e de Cabo Delgado como regiões prioritárias para o envio os improdutivos é explicada pela crença no potencial agrícola dessas regiões.

> "Milhares de cidadãos improdutivos, que até aqui parasitam pelos centros urbanos do País, estarão entre os principais construtores e primeiros beneficiários de novas cidades que nascerão do campo, comentou esta semana um membro do Comando Operativo Central da Operação Produção. Ele sublinhou que o mais notório dessas transformações quer econômicas e sociais, quer na vida daqueles homens, verificar-se-á em Niassa e em Cabo Delgado, para onde estão a ser evacuados a maioria dos improdutivos (...) a maioria dos evacuados estão a ser enquadrados em Niassa e Cabo Delgado, pois, estas províncias são as que oferecem melhores condições econômicas e sociais para a criação de novos postos de trabalho."[18]

A partir desse discurso percebemos que essas regiões eram pouco povoadas e por isso era o local ideal para o envio dos improdutivos para serem mão de obra para tão necessitada para povoá-las e cultivá-las

Com base na análise sobre a Operação Produção percebe-se que a noção de crime e improdutividade que se fazia presente na sociedade moçambicana nesse contexto do pós independência estava diretamente relacionada com natureza moral que caracterizava o viés ideológico do processo revolucionário encabeçado pela FRELIMO. A busca pelo homem novo livre do tradicionalismo, do racismo e do tribalismo juntamente com a crise econômica que marcava o país podem explicar o desencadeamento da Operação Produção, que enviou milhares de pessoas aos campos.

Dessa forma, a Operação Produção não pode ser somente interpretada como uma política que visava o envio dos cidadãos improdutivos para o campo para que eles passassem por um processo de reeducação ideológica. Afinal, muito mais do que purificar as fileiras a FRELIMO desejava reerguer sua economia cuja principal base de desenvolvimento se assentava na agricultura.

---

17 SÁ, José Pinto. Os campos da vergonha: a história dos campos de reeducação em Moçambique.IN:Revista Público Magazine, nº 277, 25 de junho de 1995.

18 Norte dá trabalho aos improdutivos. IN: Jornal Notícias, 23 de julho de 1983.

Referenciação
Fontes

Jornal Notícias

Operações selectivas: dezenas de anti-sociais detidos em Maputo. IN: Jornal Notícias, 31 de maio de 1982.

Obrigar os marginais a regressarem às suas terras. IN: Jornal Noticias, 7 de junho de 1982.

Controlemos o crescimento das nossas cidades- Comunicado do Secretariado do Comitê Central do Partido Frelimo. IN: Jornal Notícias,14 de junho de 1982

Notícias esclarece-o sobre "Operação Produção". IN: Jornal Notícias, 05 de julho de 1983.

No ultimo dia da 1º fase: hesitantes afluem os GD'S. IN: Jornal Notícias, 05 de julho de 1983.

No ultimo dia da 1º fase: hesitantes afluem os GD'S. IN: Jornal Notícias, 05 de julho de 1983.

Libertemos as cidades de improdutivos e marginais – Teodato Hunguana no bairro de Mafalala. IN: Jornal Notíciasm 21 de junho de 1983.

Operação Produção em 2º fase. IN: Jornal Notícias, 04 de julho de 1983.

"Operação Pente Fino": cartões de trabalho devem ser emitidos dentro do prazo.IN: Notícias, Maputo, 22 de junho de 1983.

Norte dá trabalho aos improdutivos. IN: Jornal Notícias, 23 de julho de 198

"Operação Produção"- Desempregados regressam às províncias de origem. IN: Jornal Noticias, 6 de julho de 1983

Bibliografia

BORGES, E. (2001). A política cultural em Moçambique após a Independência (1975-1992). IN: FRY,Peter (Orgs). *Moçambique: ensaios.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

CABAÇO, J. L.(2001) O homem novo: breve itinerário de um projecto. In: *Samora, homem do povo*. António Sopa (Coord.) Maputo: Maguezo.

CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação.*São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FRY, P. (2005). *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

COLAÇO, J. C. (2001) Trabalho como política em Moçambique: do período colonial ao regime socialista. IN: FRY,Peter (Orgs). *Moçambique: ensaios.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

FRELIMO. *Lei dos Crimes contra a Segurança do povo e do Estado Popular*. 4º Sessão. Assembleia Popular, p.5

QUEMBO,C. (2012). O poder do poder: Operação Produção (1983) e a produção dos «improdutivos» urbanos no Moçambique pós-colonial, IN: *Cadernos de História de Moçambique* (1), pag. 65-81

MACHEL, Samora Moisés. *Estabelecer o poder popular para servir às massas*. Rio de

Janeiro: Codecri, 1979.

MACHEL, S (1983). *Defender a pátria, eliminar a fome: tarefa de todos os Moçambicanos*. Coleção 4 congresso, Maputo, 1983.

MONDLANE, E & MACHEL, S.(1975). *FRELIMO e a revolução em Moçambique(a)*. M Da Fonte.

SÁ, J. P. (1995) Os campos da vergonha: a história dos campos de reeducação em Moçambique.IN:*Revista Público Magazine*, nº 277. Disponível em: *http://macua.blogs.com/files/magazine1995camposfrelimo1.pdf*. [Consultado em 13 de abril de 2014]

THOMAZ, O.R.(2008). "Escravos sem dono": a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. IN: *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, (51) (1).

TRINDADE, J. C.(2003) "Rupturas e continuidades nos processos jurídicos", IN: SANTOS, Boaventura de Sousa; TRINDADE, João Carlos. *Conflito e transformação social, uma paisagem das justiças em Moçambique*, v. 1, Porto, Afrontamento, pp. 97-128.

A construção de saberes no campo da cooperação internacional para o desenvolvimento sul-sul: um caso entre Brasil e Cabo Verde

Dra. Danielle Regina Ullrich[1]
Dra. Rosinha Machado Carrion[2]

Resumo: A tradicional modalidade de cooperação internacional Norte-Sul é baseada pela visão desenvolvimentista gestada nos países do Norte que controlam o "sistema mundo", e impõem sua visão de mundo por meio da transferência do conhecimento científico para os países classificados como subdesenvolvidos, nos termos de uma "colonialidade do saber". Todavia, ao conquistarem poder econômico, as potências emergentes, entre as quais o Brasil, buscam galgar representatividade e poder político no sistema de relações internacionais erigindo, para tal, a modalidade de cooperação Sul-Sul, supostamente baseada em relações mais igualitárias e solidárias entre países do Sul, de modo a assegurar a coexistência de saberes estrangeiros com práticas de saberes locais. Este artigo objetiva contribuir para esse debate, tomando por objeto de estudo o processo de construção de saberes, ao analisar a cooperação entre a UFRGS (Brasil) e a Uni-CV (Cabo Verde) para a implementação do Curso de Mestrado em Administração Pública.

Palavras-chave: Cooperação Internacional para o Desenvolvimento; Cooperação Sul-Sul; Construção de Saberes; Brasil; Cabo Verde.

1. Introdução

A cooperação internacional para o desenvolvimento pode ser compreendida como um campo, nos termos de Bourdieu (2012, 2004), uma estrutura de relações objetivas cujos agentes tem disposições específicas, denominadas de *habitus*. É a posição que os agentes ocupam nesta estrutura de relações objetivas que determina ou orienta as tomadas de posição, determinadas pela posse de capitais específicos.

O campo da cooperação internacional para o desenvolvimento começou a ser constituído no final da Segunda Guerra Mundial, influenciado pela disputa de poder em dois conflitos representados pelos eixos Norte-Sul e Leste-Oeste. No conflito Norte-Sul, o que estaria em jogo seria a visão de mundo, caracterizada pela ideologia ocidental, que exerce a dominação a partir de uma matriz colonial de poder, nos termos de Quijano (2005), a qual seria imposta pelos países centrais aos países semiperiféricos e periféricos por meio da cooperação internacional para o desenvolvimento. No conflito Leste-Oeste, peculiar ao período da Guerra Fria, estaria em jogo a questão da segurança, que visava evitar a influência e conquista de agentes do campo pelos blocos capitaneados por Estados Unidos e União Soviética. Os países se utilizavam, então, de capital econômico, cultural e social para evitar que os demais países se alinhassem ao bloco antagônico.

Tais disputas implicam no entendimento das posições ocupadas no campo pelos agentes, os quais possuem um *habitus*, ou seja, um conjunto de disposições para agir, socialmente construídas ao longo da história, que determinam as posições e o conjunto das posições dos agentes (Bourdieu, 2012). A imposição da visão de mundo pelos países centrais e as posições ocupadas por estes agentes no campo da cooperação internacional para o desenvolvimento começaram a ser questionadas, ainda na década de 1950, durante a Conferência de Bandung, pelos países do "Sul".

---

1 Professora do Instituto Federal de Santa Catarina. Contato: *danielle_ullrich@yahoo.com.br*. GT 17: A África, os africanos e a história da ciência: cruzamentos locais e globais.

2 Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: *rosinha.carrion@ufrgs.br*. GT 17: A África, os africanos e a história da ciência: cruzamentos locais e globais.

Os questionamentos e as críticas deferidas pelos países do "Sul" levaram a reflexões sobre o modelo de cooperação internacional para o desenvolvimento praticado pelos países do Norte (modelo Norte-Sul), por meio do qual os países centrais impunham sua visão de mundo e sua dominação aos países do "Sul". Numa tentativa de tensionar o campo da cooperação internacional para o desenvolvimento e conquistar capitais para modificar as relações objetivas no campo e as posições ocupadas neste jogo, os países do "Sul" se alinharam e formularam o conceito político "Sul-Sul", visando de acordo com Puente (2010) identificar pontos de interesse comum e propor medidas concretas que pudessem alterar as condições tanto do comércio internacional, consideradas como desvantajosas para os países do Sul, como do modelo de cooperação internacional para o desenvolvimento, por estar assentado sobre bases ora assistencialistas, ora de dominação submetidas a interesses comerciais dos países do centro.

Ao tratar do tema Milani (2012) aponta que a essência do argumento político que sustenta a chamada Cooperação Sul-Sul (CSS), fundamenta-se no pressuposto que os países periféricos e semiperiféricos podem e devem cooperar a fim de resolver conjuntamente seus respectivos desafios políticos, econômicos e sociais com base em identidades compartilhadas, esforços comuns, interdependência e reciprocidade.

Como forma de resistência ao modelo Norte-Sul e estratégia de afirmação de uma identidade própria, a CSS apresentar-se-ia ao mundo, como um processo de cooperação equilibrado, entre países semiperiféricos e periféricos (Puente, 2010; Ayllón, 2007; Xalma, 2011; Carrion, 2012) e que teria como uma de suas premissas o reconhecimento, a valorização e o respeito à pluralidade de saberes que permeiam as relações internacionais, de tal modo que o próprio sentido a ser atribuído ao termo desenvolvimento deveria ser o resultado de uma construção conjunta tendo-se presente o passado histórico e as tradições sociais, culturais, ambientais, econômicas das partes envolvidas. Rompendo-se com isso o padrão eurocêntrico, base da Cooperação Norte-Sul, que em nome do progresso técnico alcançado pelos países do Norte, lhes reservava o direito de imporem ao conjunto dos países do "Sul", recebedores de recursos da cooperação, sua visão de mundo, de ciência e de desenvolvimento.

Diante da problematização acima, o presente artigo teve por objetivo contribuir com o debate sobre o processo de construção de saberes no campo da cooperação internacional para o desenvolvimento, a partir da análise das relações estabelecidas, entre Brasil e Cabo Verde, no âmbito da CSS, em função do Acordo de Cooperação Técnica entre as Universidades Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/Brasil) e de Cabo Verde (Uni-CV), para a implementação do Curso de Mestrado em Administração Pública.

Para tanto, o presente artigo está estruturado em cinco capítulos. Uma introdução na qual são apresentados o objetivo e a questão que embasaram este estudo. O segundo capítulo apresenta o campo da cooperação internacional para o desenvolvimento e as modalidades de cooperação subjacentes a este campo: a modalidade de cooperação Norte-Sul e a modalidade de cooperação Sul-Sul. O terceiro capítulo apresente uma breve discussão teórica sobre a construção de saberes no campo da cooperação internacional para o desenvolvimento. O quarto capítulo expõe e analisa, à luz da teoria proposta, o caso empírico da Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Cabo Verde, mais especificamente, o acordo de Cooperação Técnica entre a UFRGS e a Uni-CV para a implementação do Curso de Mestrado em Administração Pública. O quinto e último, é dedicado às considerações finais acerca da problemática estudada.

2. O campo da cooperação internacional para o desenvolvimento

A expressão cooperação internacional para o "desenvolvimento" (CID), remonta ao final da Segunda Guerra Mundial e tem sido utilizada, de acordo com o posicionamento de teóricos da área de Relações Internacionais, como um instrumento político cuja finalidade seria combater as dificuldades econômicas e sociais dos países periféricos. À luz da teoria sociológica de Bourdieu (2009, 2012), compreende-se a cooperação internacional para o desenvolvimento como um campo de poder.

Nos termos de Bourdieu (2012), um campo é uma construção social arbitrária e artificial, que possui uma *doxa,* ou seja, uma razão de ser, conformada por um *habitus*. O *habitus*, conforme Bourdieu (2012) é um conjunto de disposições para agir que foram socialmente construídas ao longo da história. É formado pelo conhecimento

prático e por esquemas de classificação do mundo adquiridos ao longo da história, que permitem uma ação regida pela inconsciência.

Para tanto, dois conflitos significativos marcaram a constituição do campo: (a) o conflito Leste-Oeste, cuja *doxa* seria a questão da segurança, no qual os agentes disputavam a hegemonia do campo, evitando que os países se alinhassem ao bloco oposto; (b) e o conflito Norte-Sul, cuja *doxa* estaria atrelada a uma visão de mundo dos países centrais que impunham sua forma de pensar nos campos social e econômico aos países semiperiféricos e periféricos. Essa forma de pensar, composta por regras e princípios, seria transmitida pelas instituições criadas em *Bretton Woods* (Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial) e pela ONU. Diante disso, duas modalidades de CID podem ser analisadas: a modalidade de cooperação internacional para o desenvolvimento Norte-Sul (CNS) e a modalidade de cooperação internacional para o desenvolvimento Sul-Sul (CSS). O debate sobre essas propostas perpassa questões relativas ao fenômeno da globalização, ao reordenamento mundial e à colonialidade dos saberes, questões inerentes ao campo da CID.

A modalidade Norte-Sul de cooperação internacional para o desenvolvimento (CID Norte-Sul) começou a ser delineada no final da Segunda Guerra Mundial e tinha como pressupostos tanto a divisão do mundo em dois blocos antagônicos, capitaneados por Estados Unidos e União Soviética, como as mudanças que ocorreram no sistema de relações internacionais, em decorrência dos processos de descolonização, especialmente no final da década de sessenta do século XX. Tais mudanças no cenário internacional implicaram o surgimento de um grande número de novos Estados independentes, avaliados como "subdesenvolvidos" pelos países autoclassificados "desenvolvidos". Diante desses fatos, dois eixos explicam a constituição e conformação da CID Norte-Sul: o conflito Leste-Oeste durante o período da Guerra Fria e o conflito Norte-Sul a partir do processo descolonizador e da dinâmica do processo de globalização (Ayllón, 2007).

Assim, a modalidade de cooperação Sul-Sul (CSS), conformou-se a partir da necessidade de os países do Sul equilibrarem os efeitos perversos das relações Norte-Sul (Puente, 2010), tanto com base nas disparidades ocasionadas pelo conflito Leste-Oeste, quanto, pelas disparidades ocasionadas pelo conflito o Norte-Sul, que remonta às lutas pela independência das antigas colônias africanas nas décadas de 1940, 1950 e 1960. De acordo com Milani (2012), muitas das críticas feitas à cooperação para o desenvolvimento baseiam-se nos efeitos perversos percebidos por meio de experiências históricas e nas promessas não cumpridas, relacionadas à cooperação Norte-Sul.

Deste modo, ao firmar-se como um contraponto às práticas da modalidade da cooperação Norte Sul, a modalidade de cooperação Sul-Sul contempla três dimensões: (i) dimensão política, que promove a constituição de âmbitos autônomos para a geração de perspectivas e práticas alternativas entre países semiperiféricos e periféricos; (ii) dimensão técnica, processo pelo qual países semiperiféricos e periféricos adquirem capacidades individuais e coletivas através de intercâmbios cooperativos em conhecimentos, experiências tecnológicas, *expertises* tecnológicas, que se traduzem em projetos e programas de cooperação; (iii) dimensão econômica, realizada no âmbito comercial, financeiro e de investimentos entre países semiperiféricos e periféricos (Ayllón Pino, 2012).

Ao contemplar essas dimensões, Puente (2010) e Esteves *et al.* (2012) afirmam que a CSS configura-se ora como estratégia alternativa, ora como complementar e não necessariamente excludente à cooperação tradicional, CNS.

Ressalta-se que, no campo da CID, e em suas respectivas modalidades, Norte-Sul e Sul-Sul, dois capitais são disputados na tentativa de manter a hegemonia do campo: o capital econômico e o capital cultural. É com o olhar voltado para a posse do capital cultural, que se discute o processo de construção de saberes no campo da cooperação internacional para o desenvolvimento. Processo esse, dotado de intenções políticas, e consequentemente, de manutenção ou conquista de poder.

3. A construção de saberes no campo da cooperação internacional para o desenvolvimento

Desde o início da formação do campo da CID, dois capitais têm se destacado na disputa por posições no campo: o capital econômico e o capital cultural. Neste capítulo, discute-se a apropriação e a aplicação de

capital cultural no campo da CID e como ele implica construção de saberes.

O capital cultural, notadamente, tornou-se elemento de valor no campo da CID a partir do discurso do presidente norte-americano Harry S. Truman, o qual evidenciou que o avanço científico e o progresso técnico e industrial alcançado pelos países classificados como desenvolvidos deveria estar disponível para todos os países. Ainda hoje, o capital cultural sustenta as intervenções do campo da CID. "O caráter de transferência do conhecimento científico e do *know-how* industrial passou a conferir, até os dias atuais, a orientação principal das intervenções internacionais para o desenvolvimento." (Barbantine Junior, 2005:143).

Diante da concepção de que os países classificados como desenvolvidos seriam aqueles que teriam acesso ao avanço científico e ao progresso técnico e industrial, e tomando por base uma concepção evolucionista de desenvolvimento, seriam classificados como subdesenvolvidos os países que não tinham acesso ao conhecimento científico e, portanto, ao progresso técnico e industrial. Assim, a CID Norte-Sul tinha por objetivo transferir o conhecimento científico para os países subdesenvolvidos, em nome do progresso e do desenvolvimento, nos termos de uma colonialidade do saber, conforme apresentado por Quijano (2005), Castro-Gómes (2005) e Grosfoguel (2008).

O caráter hegemônico do conhecimento científico começou a ser debatido, conforme expuseram Santos, Meneses e Nunes (2005), durante o século XVII, sendo que a transformação da ciência em única forma de conhecimento válido foi um processo longo e controverso, e para o seu desfecho contribuíram fatores econômicos e políticos. O argumento em favor de privilegiar uma forma de conhecimento que se traduzia facilmente em desenvolvimento tecnológico teve que confrontar-se com outros argumentos em favor de formas de conhecimento que privilegiariam a busca do bem e da felicidade. A vitória do primeiro argumento explicou-se, em parte, pela ascendência do capitalismo e das potencialidades de transformação social sem precedentes que trazia no seu bojo. Igualmente, envolveu a transformação dos critérios de validade do conhecimento em critérios de cientificidade do conhecimento. A partir de então, a ciência moderna conquistou o privilégio de definir não só o que é ciência, mas muito mais do que isso, o que é conhecimento válido.

Ao tornar-se a única forma de conhecimento válido, a ciência moderna não deixou espaço para os conhecimentos alternativos, o que contribuiu para a subalternização dos grupos sociais cujas práticas assentavam em tais conhecimentos. Este processo histórico perpassou o colonialismo europeu, o qual, em sua fase hegemônica, no século XIX, justificou-se em nome de uma capacidade superior de conhecer e de transformar o mundo, assente na ciência. A ciência assumiu, assim, a condição de ideologia legitimadora da subordinação dos países da periferia e da semiperiferia do sistema mundial, o que se veio a chamar de "Sul", um Sul sociológico e não geográfico (não inclui os países centrais do Sul). Desse modo, os problemas relevantes para o conhecimento passaram a ser determinados em função dos interesses e das prioridades definidos nos países do Norte, bem como a orientação prioritária do investimento na ciência e na tecnologia (Santos; Meneses; Nunes, 2005).

Esta divisão do pensamento moderno ocidental é cunhada por Santos (2009, 2010) como pensamento abissal, formado por distinções visíveis e invisíveis e fundamentado pelas distinções invisíveis, as quais são estabelecidas pelas linhas que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo *deste lado da linha* e o universo *do outro lado da linha*. Esta distinção invisível nada mais é do que a distinção entre as sociedades metropolitanas e os territórios coloniais. No campo do conhecimento, o pensamento abissal consiste na concessão à ciência moderna do monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso, em detrimento da filosofia e da teologia. O caráter exclusivo deste monopólio está entre as formas científicas e não científicas de verdade. Já do outro lado da linha, não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria e entendimentos intuitivos ou subjetivos, os quais, na melhor das hipóteses, até podem se tornar objetos ou matéria prima para pesquisas científicas. Portanto, há uma linha (imaginária, simbólica) que separa, de um lado, ciência, filosofia e teologia, e, do outro, conhecimentos que não obedecem aos critérios científicos de verdade, nem aos conhecimentos reconhecidos como alternativos, como da filosofia e da teologia.

É esta conformação histórica do colonialismo europeu e a identificação da ciência como única forma de conhecimento válido que embasam as disputas dos agentes no campo da CID e traz implicações para o processo de construção de saberes. Por trás dessa construção histórica há uma ideologia, a qual embasa as disputas no campo. Cabe ressaltar que a transferência do conhecimento no campo da CID não possui pretensões neutras, mas é utilizado pelos agentes como um capital (capital cultural) de fato para manter e disputar as posições no campo.

Segundo Bourdieu (1983), o conhecimento é subalterno ao jogo das classes no campo político, ou seja, o poder de produzir, impor e inculcar a representação legítima do mundo social pelos agentes reflete o que está em jogo entre as classes no campo da política. A ideia de uma ciência neutra é uma ficção, e uma ficção interessada, que permite passar por científico uma representação dominante do mundo social. Desvendando os mecanismos sociais que asseguram a manutenção da ordem estabelecida, cuja eficácia propriamente simbólica repousa no desconhecimento de sua lógica e de seus efeitos, fundamento de um reconhecimento sutilmente extorquido, o conhecimento científico toma necessariamente partido na luta política e se reveste sob a denominação de capital cultural.

Logo, além do capital econômico que subjaz à posição dos agentes (países centrais) no campo da CID, a dominação também é exercida pelo mecanismo de conquista e transmissão do capital cultural, atrelado à constituição do *habitus*, formado a partir da história da modernidade e do colonialismo.

Diante da discussão apresentada, indicamos dois caminhos que, inicialmente, podem referir sobre o processo de construção de saberes no campo da CID: o primeiro estaria alinhado à modalidade Norte-Sul de cooperação, por meio da qual os países centrais impunham sua visão de mundo aos países semiperiféricos e periféricos, por meio do capital cultural, impondo o conhecimento científico como verdade universal e como única forma de se atingir o desenvolvimento; o segundo estaria alinhado à modalidade Sul-Sul de cooperação, por meio da qual os países do Sul formariam parcerias, privilegiando os saberes locais, utilizando a CID como um meio de articular diferentes saberes e, por meio do trabalho de tradução, nos termos de Santos (2009, 2010), construir novos saberes adequados às realidades das comunidades. É este impasse que embasou o estudo de caso de cooperação entre a UFRGS (Brasil) e a Uni-CV (Cabo Verde).

4. O campo da CID e o acordo de cooperação entre Brasil e Cabo Verde para a implementação do curso de mestrado em administração pública

O acordo de cooperação para a implementação do Curso de Mestrado em Administração Pública em Cabo Verde situa-se num quadro mais amplo no campo da CID, o das relações internacionais estabelecidas entre os países. Em tese, tal acordo contemplaria os pressupostos e princípios da Cooperação Sul-Sul, por tratar-se de um acordo estabelecido entre dois países que se situam no Sul sociológico do sistema-mundo. Neste caso, ambos buscariam, por meio desta parceria, uma relação de ganha-ganha que pudesse contribuir para os anseios de inserção internacional de ambos os países.

No âmbito internacional, este acordo revela o desejo dos países, no caso, Brasil e Cabo Verde, de inserirem-se no sistema internacional e angariar capital simbólico, nos termos de Bourdieu (2012), para ganhar projeção internacional. Conforme Ribeiro (2007), no campo da CID estão em jogo interesses de diversos atores: segmentos de populações locais (elites locais e líderes de movimentos sociais), empresários, funcionários e políticos em todos os níveis de governo, corporações nacionais, internacionais e transnacionais, além das organizações internacionais para o desenvolvimento. Assim sendo, a estrutura e a dinâmica de cada campo de desenvolvimento estão marcadas por diferentes capacidades de poder e interesses que são articulados mediante processos históricos de estruturação de redes.

Historicamente, as relações de cooperação entre Brasil e Cabo Verde remontam ao período pós-independência de Cabo Verde, em 1975, sendo que o acordo básico de cooperação entre os países foi assinado em 28 de abril de 1977 e promulgado em 16 de dezembro de 1980. Embora, desde a assinatura do acordo básico de cooperação, os países tenham estreitado as relações, é a partir do Governo Lula, em 2003, que a aproximação do Brasil com Cabo Verde toma uma nova dimensão. Conforme Milani (2012:34), "consideramos que a política externa brasileira, como toda política pública, sofre mudanças em suas agendas e em seus atores por motivos sistêmicos e de acordo com a agenda dos governos."

As estratégias estruturantes da PEB, no período do governo Lula, e a clara intenção de uma reaproximação com o continente africano refletiram nas ações em âmbito nacional. Internamente, é a partir das prerrogativas da PEB que algumas instituições brasileiras que atuam no campo da cooperação internacional para o desenvolvimento também voltaram seu olhar para o continente africano. A aproximação entre a UFRGS e a Uni-CV, instituições parceiras na implementação do Curso de Mestrado em Administração Pública, ocorreu por intermédio de uma

iniciativa do governo federal brasileiro.
No âmbito da cooperação entre Brasil e Cabo Verde, na área de educação, as relações estabelecidas entre os países culminaram com a assistência brasileira para a instalação da Uni-CV, a primeira universidade pública de Cabo Verde. O governo brasileiro, por intermédio da CAPES/MEC, mobilizou as Universidades Federais do Ceará, do Rio Grande do Sul e de Brasília para colaborarem com a Comissão Nacional para a Instalação da Universidade de Cabo Verde (CNI-UniCV).
Em setembro de 2004, foi realizada a 1.ª Missão do Grupo de Trabalho Brasileiro para a Cooperação com Cabo Verde para, em conjunto com a Comissão Nacional de Instalação da Uni-CV, estabelecer um programa de cooperação que viabilizasse a implementação da Universidade. Dessa primeira missão, resultou um conjunto de ações acordadas entre as duas partes nos seguintes domínios: (a) estruturação e governo do sistema de Ensino Superior; (b) formação de professores e gestores; (c) ciência e tecnologia; (d) educação a distância; (e) outras áreas convenientes às partes (Cabo Verde, 2013).
Em janeiro de 2005, foi assinado, em Cabo Verde, o Programa de Trabalho em matéria de Educação Superior e Ciência entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde. Esse Programa sintetizava os principais eixos de intervenção em matéria de Ensino Superior e Ciência. Com este instrumento, criou-se, institucionalmente, a Comissão Paritária Bilateral do Ensino Superior e Ciência, composto por representantes dos dois países, órgão que seria responsável pela execução, monitorização e avaliação deste Programa. Em abril de 2005, foi assinado o Plano Operacional Anual entre a CAPES e a CNI-UniCV, tendo sido realizada uma missão da referida comissão ao Brasil (Cabo Verde, 2013).
A partir desses entendimentos, em abril de 2005, a CNI-UniCV convidou o então Reitor da UFRGS, professor José Carlos Ferraz Hennemann, para uma visita de trabalho ao país, que, por problemas de agenda, enviou, em seu lugar, o então Secretário de Relações Institucionais e Internacionais, professor Paulo Fagundes Visentini. Nessa missão, foram realizadas reuniões de trabalho, nas quais foram apresentados os objetivos da Comissão de Instalação e estabelecido o prazo de agosto de 2006 para a instalação da Uni-CV. Em tempo, foi solicitado à UFRGS apoio para a implementação de Mestrados para a capacitação e formação de docentes, nas áreas de Engenharia, Ciências Sociais e Gestão Territorial e Urbana. Também foi solicitado que a UFRGS auxiliasse na organização de uma Feira do Livro Universitário, em Cabo Verde, bem como apoio bibliográfico à futura universidade.
Após os trâmites legais, em novembro de 2005, foi assinado o protocolo de cooperação entre a UFRGS e a CNI-UniCV, o qual estabeleceu as atividades a serem desenvolvidas, as formas de financiamento, o processo de coordenação desta cooperação e a vigência deste protocolo, cujo prazo de validade inicial seria de três anos.
Ainda no âmbito do processo de instalação da Uni-CV, em março de 2006, foi assinado, em Cabo Verde, o Ajuste Complementar para a implementação do projeto "Apoio à Implementação da Uni-CV e ao Desenvolvimento do Ensino Superior", o qual visava: (a) apoiar a definição do quadro legal e institucional para organização e funcionamento do sistema de educação superior de Cabo Verde; (b) desenvolver, no âmbito do Estado cabo-verdiano, competências para o desempenho das funções de regulação, avaliação e supervisão das instituições de Ensino Superior; (c) apoiar a definição e implementação do modelo organizacional e dos mecanismos de gestão da Uni-CV; e (d) apoiar a criação e implementação de cursos de graduação nas áreas que representam a aposta estratégica da Uni-CV (Cabo Verde, 2013).
Em fevereiro de 2007, durante a visita do então Reitor da UFRGS, professor José Carlos Ferraz Hennemann a Cabo Verde, as instituições elaboraram um memorando de entendimento, cujo conteúdo identificava os domínios de cooperação e as ações a serem desenvolvidas. Nesse memorando, estava prevista a realização de mestrados em Cabo Verde com o apoio da UFRGS, sendo eles: Mestrado em Ciências Sociais, Mestrado em Tecnologia das Edificações e Mestrado em Ordenamento do Território e Desenho Urbano. Dessas propostas, foi implementado, a partir de 2007, o Curso de Mestrado em Ciências Sociais, com o apoio pedagógico da UFRGS e financeiro da CAPES. O referido Mestrado efetivou-se em duas edições: turma 2007-2009 e turma 2009-2011. Em 2009, este acordo foi ampliado para a constituição do Curso de Doutorado em Ciências Sociais na Uni-CV, cuja primeira turma ingressou no ano de 2010. Este Curso contou com a participação de docentes dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia, em Antropologia Social, em Ciência Política e em Desenvolvimento Rural da UFRGS, no período de 2010 a 2014. Sem constar do rol de Programas de Mestrado que seriam executados em Cabo Verde com o apoio da UFRGS, previstos no memorando de entendimento entre as referidas universidades, as tratativas

para a implementação de um Curso de Mestrado em Administração Pública tiveram início em 2008.
Há que se ressaltar ainda que a aproximação da UFRGS da Uni-CV contemplava um desejo da UFRGS em expandir suas relações internacionais durante a gestão do então reitor da UFRGS, professor José Carlos Ferraz Hennemann, entre 2004 e 2008, período este que coincide com o mandato do presidente Lula, cuja PEB estava direcionada para a África.
Até o início do mandato do então reitor da UFRGS, professor José Carlos Ferraz Hennemann, em 2004, a UFRGS possuía apenas um convênio com uma universidade africana no âmbito da cooperação internacional entre universidades. De tal modo que a UFRGS criou uma política de cooperação Sul-Sul na área de educação com universidades do continente africano e asiático, em consonância com as estratégias da PEB, aliando as ações de âmbito local aos interesses nacionais. O fato de não haver convênios com universidades africanas incomodava os gestores da Universidade que estavam no comando naquele período. Por isso, dentre as Universidades que participaram da Comissão para a Instalação da Uni-CV, a UFRGS buscou apoiar a Uni-CV por meio de várias ações, projetos e programas de cooperação.
A busca da UFRGS em cooperar com outras universidades que atuam no Sul sociológico conjetura uma interação em forma de rede, que está subjacente às estratégias políticas dos governos nacionais em priorizar a cooperação Sul-Sul e reafirmar o marco regulatório, no caso, tanto da cooperação brasileira como da cabo-verdiana, além de estar subordinada às diretrizes que fundamentam o campo da CID.
A aproximação da UFRGS com a Uni-CV para a instalação desta universidade culminou, como exposto, com a implementação do Curso de Mestrado em Administração Pública. Todavia, ressalta-se que este acordo não se cumpre apenas pelo desejo da UFRGS em cooperar com a Uni-CV e vice-versa, mas está imbricado em relações mais densas de poder que, no âmbito internacional, afetam as posições dos países no sistema internacional. A articulação entre países do Sul reflete o desejo destes países em buscar uma concepção de desenvolvimento diversa daquela apresentada pelos países centrais na modalidade de cooperação Norte-Sul.
Salienta-se que a cooperação internacional para o desenvolvimento, em especial na área de educação pode auxiliar na consolidação de novos arranjos políticos. Acordos de cooperação nestes moldes, como o caso de cooperação técnica entre a UFRGS e a Uni-CV, tendem a servir como base de manobra para intenções políticas maiores no âmbito da política externa dos governos federais. Como destacaram Pinheiro e Beshara (2012), a educação é um mecanismo de criação de identidade e mudança social, mas também é um mecanismo político que vislumbra a construção e consolidação de novos arranjos políticos. Por meio da educação, podem-se formar comunidades identitárias que contribuam para a formação de capital cultural, nos termos de Bourdieu (2012), os quais serão utilizados para disputar por posições no campo internacional.
A formação das comunidades identitárias busca superar a dominação eurocêntrica imposta pelos países centrais, possibilitando uma maior inserção internacional dos países semiperiféricos e periféricos. Desse modo, uma gestão partilhada e dialogada pode evitar a reprodução de um modelo hierarquizado de relações entre dominador e dominado, nos moldes da modalidade de cooperação Norte-Sul.
Assim, os interesses em jogo acabam por afetar também no âmbito local as relações estabelecidas entre as Universidades e implicam, principalmente, a escolha dos parceiros. A escolha dos parceiros torna-se fundamental, uma vez que as disputas no campo da cooperação internacional para o desenvolvimento tentam imprimir a visão de mundo dos agentes dotados de maior quantidade de capital.
No caso da aproximação entre a UFRGS e a Uni-CV, um dos elementos que perpassa a escolha dos parceiros é a reconstrução dos laços identitários entre Brasil e Cabo Verde, que possuem a mesma matriz de colonização, o que implica valores, crenças, utilização de artefatos que são reconhecidos pelos pares. Esses elementos, ao serem transmitidos no processo de cooperação, modelam a visão de mundo dos agentes locais; no caso em análise, contribuem para a formação da classe intelectual cabo-verdiana, bem como para a classe política, visto que os alunos do Curso eram funcionários do governo de Cabo Verde.
Dado o contexto, conclui-se que, acordos nestes moldes, entre duas universidades localizadas no Sul sociológico, para além da cooperação técnica e dos seus efeitos em âmbito local, implicam pensar sobre a disputa pelo poder no âmbito global, mais especificamente, pela busca de capitais simbólicos que permitam uma maior participação do Brasil e de Cabo Verde no sistema mundial. Nesse sentido, o processo de construção de saberes é imbricado por questões políticas e de busca pelo poder, para além do sentido social que este processo também

abarca.

5. Considerações finais

A partir das discussões suprarreferidas, o presente artigo elucida e contribui com o com o debate sobre o processo de construção de saberes no campo da cooperação internacional para o desenvolvimento, a partir da análise das relações estabelecidas, entre Brasil e Cabo Verde, no âmbito da CSS, em função do Acordo de Cooperação Técnica entre as Universidades Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/Brasil) e de Cabo Verde (Uni-CV), para a implementação do Curso de Mestrado em Administração Pública.

Primeiramente, fica claro que o campo da CID é um campo em disputa, constituído por duas modalidades. A primeira, a modalidade de cooperação "Norte-Sul", historicamente praticada, na qual os países do centro impõe sua lógica aos países na periferia e semiperiferia do sistema mundo, reproduz o modelo de dominação colonial ocidental/eurocêntrico, nos termos como é conceituado por Santos (2008) e Grosfoguel (2008). Por outro lado, o modelo de cooperação "Sul-Sul", na qual os países periféricos e semiperiféricos estabelecem redes de cooperação, estaria segundo Xalma (2011) reforçando as capacidades entre os parceiros em uma relação horizontal em que ambos se beneficiam. Nesse sentido as relações de cooperação "Sul-Sul" caracterizar-se-iam por um processo mais participativo, dialógico, compreendendo os diferentes sujeitos sociais de modo a resgatar a dimensão política e a possibilidade de emancipação dos sujeitos.

Todavia, para ganhar espaço neste campo, os países lutam pela posse de capitais, econômicos ou culturais. Ao se pautar pelo debate sobre a construção de saberes neste campo, e ao se ter como posto, que as ações de cooperação internacional implicam em transferência de "conhecimento", verificou-se que há uma disputa entre os países pela posse de capital cultural. Neste sentido, o papel de "doador" e "receptor" de cooperação internacional é permeado por relações de poder.

No caso, entre Brasil e Cabo Verde, ambos países pertencentes ao Sul sociológico, as relações de cooperação remontam a 1975, ano em que Cabo Verde tornou-se um país independente. Desde o início das relações, o Brasil busca cooperar com Cabo Verde nas mais diferentes áreas e com o apoio de diversas instituições nacionais: administração pública, saúde, educação, formação profissional, entre outras. Em especial, na área de educação, o Brasil tem atuado em diversas frentes no sistema educacional cabo-verdiano: no ensino superior, na formação profissional, na educação especial, na alfabetização, nos projetos que envolvem a merenda escolar e na construção de políticas públicas.

A aproximação entre os referidos países, também carrega em seu bojo, os laços identitários que o Brasil possui com Cabo Verde, em termos históricos, sociais e culturais, que reforçam ainda mais a parceria estabelecida entre os países no campo da CID, o que, de certa forma, influenciou a aproximação do governo brasileiro para a implementação da Uni-CV, a primeira universidade pública cabo-verdiana. Note-se também que a reaproximação com os PALOPs era um dos objetivos estratégicos da PEB brasileira no período de instalação da Uni-CV.

Dada as negociações para a criação da Uni-CV, a nova universidade cabo-verdiana solicitou, oficialmente, auxílio da UFRGS para a implementação, dentre outros, de mestrados acadêmicos em Cabo Verde, donde foi requisitado a implementação do Curso de Mestrado em Administração Pública na Uni-CV.

Este caso de cooperação demonstra que as implicações vão muito além do âmbito local. Implicam em questões globais relacionadas aos arranjos entre os países. Ou seja, os acordos de cooperação envolvem uma dimensão política, uma vez que, um dos capitais utilizados pelo Brasil para formalizar alianças e buscar projeção no campo da CID é o capital cultural, o qual envolve a transferência e a construção de saberes. Isso implica a reprodução de uma visão de mundo e o alicerce da *doxa,* que constitui o campo da cooperação internacional para o desenvolvimento. Assim sendo, a CSS, dentre seus princípios e postulados, deve também levar em consideração, paralelamente aos aspectos políticos que lhe são inerentes, as questões relativas à construção de saberes.

Por fim, cabe ressaltar que, as discussões apresentadas neste artigo são subsidiadas pela Tese de Doutorado intitulada: "A construção de saberes no campo da cooperação internacional sul-sul à luz dos postulados e princípios da gestão social", a qual abre o caminho para novos estudos que possibilitem compreender o processo de construção de saberes no campo da cooperação internacional para o desenvolvimento, em especial

no campo da Administração.

Referências

AYLLÓN, B. (2007). La Cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales. *Carta Internacional, 2* (2), 32-47.

AYLLÓN PINO, B. (2012). Transformações Globais, Potências Emergentes e Cooperação Sul–Sul: desafios para a cooperação europeia. *Caderno CRH*, 25 (65), 233-249.

BARBANTINE JUNIOR, O. (2005). Desenvolvimento e Relações Internacionais. In: CAMPOS, Taiane Las Casas (Org.) *Desenvolvimento, desigualdades e relações internacionais* (pp. 141-169). Belo Horizonte: Ed. PUC de Minas.

BOURDIEU, P. (1983) O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.) *Pierre Bourdieu.* São Paulo: Ática, pp. 122-155.

BOURDIEU, P. (2004). *Os usos sociais da ciência:* por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. UNESP.

BOURDIEU, P. (2009). *O senso prático.* Petrópolis, RJ: Vozes.

BOURDIEU, P. (2012). *O poder simbólico.* 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CABO VERDE (2013). Ministério da Educação e Desporto. *Ensino Superior.* 2013. Disponível em: <http://www.minedu.gov.cv/index.php/o-sistema-educativo/87-med/o-sistema-educativo/105-ensino-superior>. Acesso em: 23 mar. 2013.

CARRION, R. M. (2012). Em Análise a Contribuição dos Recursos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento de Cabo Verde. Porto Alegre. *Projeto de Pesquisa PPGA/UFRGS.*

CASTRO-GÓMES, S. (2005). Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da "invenção do outro". In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, pp. 80-87.

ESTEVES, P.; ABREU, A.; FONSECA, J.; NIV, A.; ASSUNÇÃO, M. & URIAS, F. (2012). A cooperação para o desenvolvimento, os BRICS e a política externa brasileira. In: JACOB, O. (Ed.) *Economia, parlamentos, desenvolvimento e migrações: as novas dinâmicas bilaterais entre Brasil e Europa.* Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung.

GROSFOGUEL, R. (2008). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista crítica de ciências sociais,* (80), 115-147.

MILANI, C. R. S. (2012). Aprendendo com a História: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. *Caderno CRH*, *25* (65), 211-231.

PINHEIRO, L. & BESHARA, G. (2012). Política Externa e educação: confluências e perspectivas no marco da integração regional. In: PINHEIRO, L. & MILANI, C. (Org.) *Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas.* Rio de Janeiro: Editora FGV.

PUENTE, C. A. I. (2010). *A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD- no período 1995-2005.* Brasília: FUNAG.

QUIJANO, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas.* Buenos Aires: CLACSO, pp. 107-130.

RIBEIRO, G. L. (2007). Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. In: SILVA, K. C. da; SIMIÃO, D. S. (Orgs.). *Timor-Leste por trás do palco: cooperação internacional e a dialética da formação do estado.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, pp. 275-320.

SANTOS, B. de S. (2010). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do sul.* São Paulo: Cortez, pp. 31-83.

SANTOS, B. de S. (2009). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do sul.* Portugal: Almedina, pp. 23-71.

SANTOS, B. (2008). *A Gramática do Tempo: por uma nova cultura política.* São Paulo: Cortez.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. G. de; NUNES, J. A. (2005). Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, B. de S. (Org.). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 21-121.

XALMA, C. (2011). *Report on South-South Cooperation in Ibero-America 2011.* Madrid: Ibero-American General Secretariat (SEGIB).

GT 18
Mobilidades e Fronteiras no Mundo Contemporâneo: migrações e fluxos transfronteiriços

Imigrantes da CEDEAO em Cabo Verde: da livre entrada e circulação à fixação definitiva

Clementina Furtado[1]
clementina.furtado@docente.unicv.edu.cv

Resumo: Os imigrantes da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) entram em Cabo Verde ao abrigo do Protocolo de Livre Circulação de pessoas e bens na região. Trata-se de uma mobilidade que, com o passar dos anos, se transformou em migração definitiva, resultando-se em vários desafios, nomeadamente da sua regularização.
O objectivo deste artigo será de realizar uma discussão em torno deste fenómeno que de mobilidade passou para uma migração definitiva e de analisar as opiniões dos imigrantes quanto aos requisitos de entrada e de regularização. A metodologia consistiu em recolha e análise de informações estatísticas e bibliográficas e de análise de entrevistas semi-estruturadas realizadas entre os anos de 2010 e 2014.

Palavras-chave: Imigração da CEDEAO, Cabo Verde, mobilidade, migração definitiva, Acordo de livre circulação

1. Introdução

Nas ***últimas décadas, o número de estrangeiros em Cabo Ve***rde aumentou consideravelmente. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2010 e 2014)[2] a maioria era de origem africana, com destaque para a Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO[3]). Os sucessivos climas de insegurança na região por um lado e, por outro, a estabilidade económica e social no arquipélago, associada aos investimentos no sector turístico e as possibilidades de emprego remunerado e de atingir outros continentes, influenciou

---

1 Clementina Baptista de Jesus Furtado
Doutora em Ciências Políticas e Sociais - Universidade de Cabo Verde/Universidade Livre de Bruxelas (2012); trabalha na Universidade de Cabo Verde desde 2008/2009. Professora Auxiliar no Departamento de Ciência e Tecnologia (Licenciatura em Geografia e Ordenamento do Território). Directora do Centro de Investigação e Formação em Género e Família (CIGEF), desde 1 de Agosto de 2013.
Membro do Conselho Nacional da Imigração (CNI)
Membro do Conselho Nacional de Emigração e Desenvolvimento (CONED)
Áreas de investigação: Migrações Género e Desenvolvimento

2 Em relação a 2010 falamos dos dados do Censo. No caso de 2014, referimo-nos aos dados do Inquérito Multiobjectivo Contínuo (IMC)

3 O Protocolo de Livre Circulação de pessoas e bens na região assinado pelos 15 estados-membros da região, permite isenção de vistos e a livre circulação dos cidadãos da comunidade.

a sua vinda[4]. A maioria acabaria por fixar residência. Deste modo, o movimento migratório torna-se mais intenso e, consequentemente, há um número elevado de cidadãos comunitários em situação e irregularidade. Tal situação coloca em debate os requisitos de entrada, circulação, fixação e regularização.
O objectivo deste texto será de realizar uma discussão em torno deste fenómeno que de mobilidade passou para uma migração definitiva e analisar as opiniões e reacções dos imigrantes quanto aos requisitos de entrada e de regularização no país. A metodologia consistiu na recolha e análise de informações estatísticas e bibliográficas e de análise de entrevistas semi-estruturadas realizadas entre 2010 e 2014, em Santiago, Boavista e Sal. Foram seleccionadas 10 entrevistas, das quais, 7 aos imigrantes e representantes das associações (três da Guiné-Bissau, uma da Nigéria 2 do Senegal, uma de Serra Leoa) e 3 aos representantes de algumas instituições nacionais, nomeadamente uma na Direcção Geral da Imigração (DGI), antiga Unidade de Coordenação de Imigração (UCI) e duas aos agentes Polícia de Ordem Pública (POP) e da Direcção de Estrangeiros e Fronteiras (DEF), ambos da Polícia Nacional.
O texto encontra-se estruturado da seguinte forma: após a introdução traçaremos um breve perfil dos imigrantes da CEDEAO. Depois faremos uma breve reflexão sobre o Protocolo da CEDEAO e a passagem da mobilidade para a fixação definitiva dos cidadãos comunitários. Seguidamente discutiremos os requisitos de entrada e regularização, colocando ênfase sobre as percepções/opiniões dos imigrantes, bem como de alguns representantes das instituições que lidam com esta temática. Concluiremos com as considerações finais.

2. Perfil sociodemográfico dos imigrantes

2.1 Caracterização segundo o INE

Segundo o INE (2010), residiam no país 14.373 estrangeiros, (cerca 3% da população total). Destes, 71,7% eram de origem africana (61,1% da CEDEAO). A Europa, com 17% do total dos residentes (2446), encontra-se em segundo lugar no grupo dos continentes de origem. Portugal é a principal origem, com 8,9%. (Figura 1)

Figura 1. População estrangeira por continente de origem

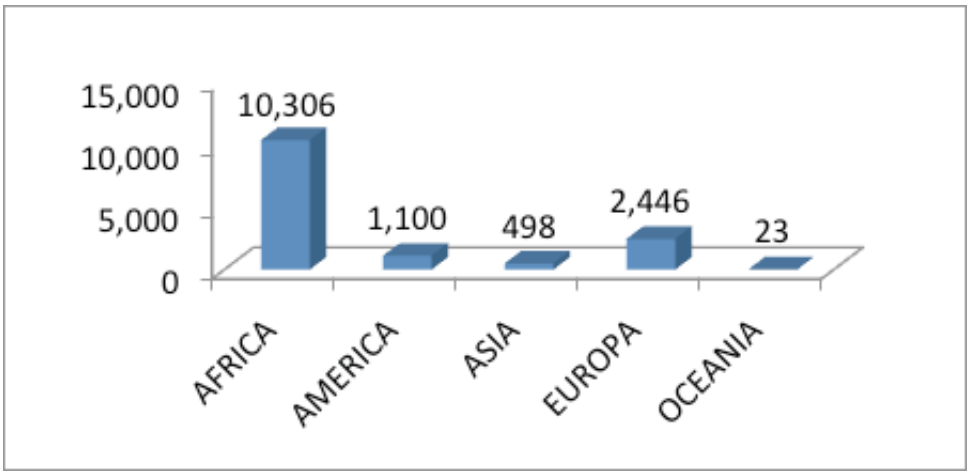

Fonte: INE (Censo, 2010)

Relativamente à sua distribuição por ilhas/concelhos em 2010, a maioria (mais de 60%) concentrava-se na Praia (Santiago, 36,3%), seguida pelo Sal (17,3%) e Boavista (11,5%). As principais nacionalidades de origem

4 O turismo, particularmente, é a actividade que mais cresceu nos últimos tempos e, segundo dados oficiais, esse sector cresceu cerca de 10% entre 2002 e 2011, tornando-se, assim, o principal motor "do crescimento económico em Cabo Verde.

eram a Guiné-Bissau, o Senegal e a Nigéria (com 28,6%, 11,4% e 5,1%, respectivamente). Eram na sua maioria homens (75,8%), com idades compreendidas entre 20 e 44 anos (73,5%). Para algumas nacionalidades a percentagem de homens foi superior a 80% (88,8% dos Bissau-guineenses). Em 2014 os dados ponderados do IMC (2014), indicam que residiam no país 17.807 estrangeiros. A maioria destes imigrantes nasceu em África (38% da CEDEAO, dos quais, 22,3% da Guiné-Bissau, e 10% Senegal), seguidos europeus (16%). A maioria continua na Praia (40,8%), S. Vicente (15,3%), Sal (11,2%) e Boavista (10,9%).
De acordo com os dados do IMC, a maioria possui mais de 25 anos, com percentagem mais elevada entre 25-44 anos (57,9%, sendo 62,4% entre os homens e 49,8% entre as mulheres). Portanto, trata-se de um grupo bastante jovem que procura o país na expectativa de conseguir um emprego e melhores condições de vida para si e seus familiares. Cerca de ¼ possuem 45-64 anos, com percentagem mais alta entre as mulheres (31,4% contra 20,6% entre os homens). A população feminina em 2010 foi ligeiramente mais jovem que a masculina. Em 2014 a percentagem dos homens correspondia a quase 2/3 dessa população (64,3% contra 35,6% das mulheres). Isto é, tendencialmente aumenta o número de mulheres imigrantes, o que pode ser explicado pelo processo de reagrupamento familiar mas também pelas próprias tendências actuais de feminização das migrações.
Em de 2010, os homens eram na sua maioria solteiros (52,8%). No caso das mulheres os valores são bem próximos para as casadas e solteiras (33,9% e 33,8% respectivamente). A maioria possuía o ensino secundário/curso médio (cerca de 46,3%) e 28% o Ensino Básico. Cerca de 10,3% nunca frequentaram a escola. É neste grupo que se constatam as principais diferenças em relação aos nacionais, isto é, os dados gerais indicam que a nível nacional apenas 0,98% nunca frequentaram a escola. Relativamente às pessoas com Bacharelato/curso superior, os imigrantes, no geral, superam os nacionais, com 13,4%, contra 8,04%. (Figura 2)

Figura 2. Nível de escolaridade dos imigrantes

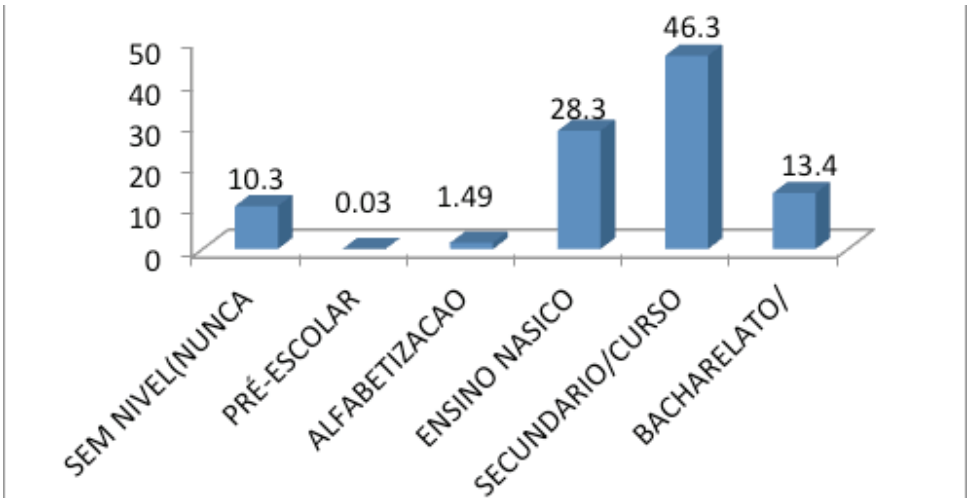

Fonte: INE (Censo, 2010)

De acordo com os dados do IMC (2014), a taxa de analfabetismo dos imigrantes é de 12,8% com diferenças importantes entre os sexos (9,2% entre os homens e 19,5% entre as mulheres). A maioria dos que não sabem ler nem escrever tem entre 45-64 anos (cerca de 56%), com diferenças importantes entre os sexos (73,1% entre as mulheres e 36% entre os homens). No caso dos jovens com idades entre os 15-24 anos, os valores são relativamente baixos, sem diferenças importantes entre os sexos (cerca de 8%). De entre a maioria dos que não sabem ler temos 18% para os Senegaleses e 12% para os de Guiné-Bissau. S***ão o***s europeus, os americanos e os chineses que possuem as escolarizações mais elevadas.
Relativamente aos sectores de actividade, de entre as três principais nacionalidades, basicamente encontramos os Bissau-guineenses na construção civil, os senegaleses na venda de artesanato/roupas, os nigerianos na venda/reparação dos aparelhos electrónicos. Também encontramo-los no conserto de sapatos, roupas, penteados, serviços de manicure e pedicure, etc. (Furtado, 2012). Os resultados do IMC (2014), indicam que a maioria trabalha no comércio a grosso e a retalho (26,3%), com diferenças importantes entre os sexos a favor

dos homens (28,3% contra 21% entre as mulheres). Por ordem de importância seguem-se os que trabalham no ramo das construções (14%, sendo 19% entre os homens e quase nula entre as mulheres). Entre os que trabalham no ramo da educação, as mulheres constituem a maioria (11,4% contra 3% entre os homens). Cerca de 10% trabalham no ramo de alojamento e restauração, não havendo diferenças entre os sexos.

2.2 População regularmente residente

De acordo com os dados da DEF entre 1976 e Agosto de 2010 foram atribuídas um total de 7.453 autorizações de residência, das quais 3.589 entre 2006 e 2010 (48,2%). Entre 2011 e 2013 foram atribuídas 3.368 autorizações, sendo que a soma desses valores totaliza aproximadamente 11.000. (Figura 3)

Figura 3. Evolução da residência em Cabo Verde (1976-2013)

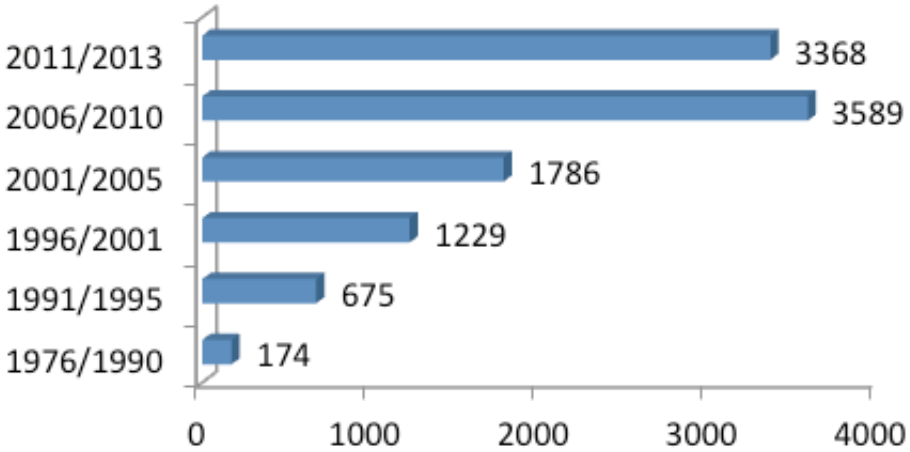

Fonte: Adaptado da Direcção de Estrangeiros e Fronteiras (Dados até Agosto de 2010)

Na CEDEAO, foram atribuídos entre 1976 e 2010 o total de 3.778 (cerca de 51%). Entre 1976/1990 apenas 5 estrangeiros originários desta região tinham residência. Entre 2006 e 2010, este valor subiu estrondosamente para 2.220 (média de 555/ano). Só a Guiné-Bissau registou um total de 1.530 concessões (cerca de 40% do total da região e 20% do total dos estrangeiros), como resultado do processo de regularização extraordinária que aconteceu em 2008. (Figura 4).

Figura 4. Evolução da residência de cidadãos da CEDEAO em Cabo Verde (1976-2010)

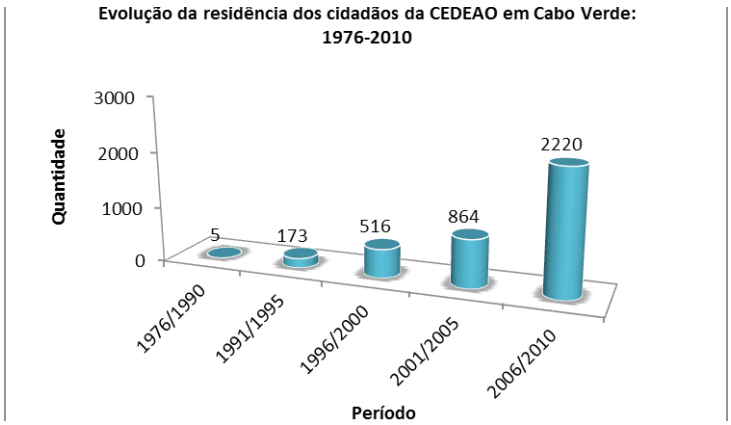

Fonte: Adaptado da Direcção de Estrangeiros e Fronteiras (Dados até Agosto de 2010

Apesar da diferenciação dos critérios de recolha de dados (o INE recorre aos dados do recenseamento da população e a DEF aos da população legalmente residente), esses dados apontam-nos para o aumento da imigração no país. No entanto, os valores exactos dificilmente serão conhecidos. Por exemplo, estimava-se em 2009 entre 15 a 20 mil os imigrantes ilegais no país (Internacional Centre For Police Development – ICMPD). O grande número de estrangeiros em situação irregular está directamente ligado às condições em que entram bem como aos requisitos de legalização no país, como iremos ver de seguida.

3. O Protocolo da CEDEAO – do direito da livre entrada e circulação à fixação definitiva

O protocolo da CEDEAO estabelece no seu artigo 2º um princípio geral segundo o qual "os cidadãos da comunidade têm o direito de entrar, de residir e de se estabelecer no território dos Estados-membros." Este objectivo deveria ser atingindo por fases, e num período de 15 anos "progressivamente". Isto é, a sua aplicação deverá ser feita por etapas, ao longo de um "período transitório": a primeira fase seria de direito de entrada e abolição de vistos, a segunda direito de residência e a terceira, direito de estabelecimento.
Relativamente à entrada, o artigo 3º parágrafo 2 prevê a supressão do visto para "todo o cidadão da comunidade que deseja estar num Estado membro por um período "máximo de 90 dias" (quem) poderá entrar no território deste Estado membro por um ponto de entrada oficial: "o cidadão da comunidade" "sem ter que apresentar um visto"**.** Todavia, não obstante as disposições do artigo 3ª, o artigo 4º apresenta uma reserva, segundo o qual cada Estado, pode "nos termos" da sua "lei" e "regulamentos" determinar uma categoria dos "imigrantes inadmissíveis" no seu território (recusando a sua entrada, nos termos da lei e de regulamentos em vigor. Isto é, a CEDEAO deixa aos membros a competência para a regulação de aspectos fundamentais "quanto ao regime de entrada e permanência e à concessão do direito de residência de estrangeiros nacionais dos Estados-membros, no pressuposto que existem questões de soberania e razão de Estado que impedem a devolução à comunidade do poder de regulação exaustivo dessa matéria" (Decreto-Legislativonº6/97 de 5 de Maio). O Protocolo dá também aos Estados-membros o direito de expulsão dos cidadãos comunitários, sempre que isso se justificar, sendo que as despesas serão do estado que expulsa.
A maioria dos cidadãos comunitários, tendo entrado ao abrigo desta liberdade de entrada e de circulação acabaram por fixar residência em Cabo Verde, situação que os impele para a ilegalidade. Portanto, estamos perante uma situação em que as entradas normalmente de forma legal, sendo que, estando no país de acolhimento, ficam para além do prazo autorizado, transformando-se em imigrantes ilegais. Tendo ultrapassado o período de 90 dias a que têm direito, enfrentam grandes dificuldades em conseguir legalizar-se, uma vez muitos não conseguem preencher os requisitos exigidos. Consequentemente o número de estrangeiros em situação irregular no país é elevado, colocando sérios desafios à sua própria integração. Estes desafios colocam-se desde a sua entrada, através dos requisitos que lhes são exigidos, algumas vezes difícil de serem preenchidos.

4. Cabo Verde – Um destino imigratório

4.1 Direitos consagrados na Constituição da República e situação jurídica dos imigrantes

É a partir dos anos 90, com a entrada massiva dos imigrantes, sobretudo da CEDEAO, que começa a surgir a necessidade de elaboração de uma política virada para a imigração. No entanto, a Constituição da República (Lei Constitucional n.º 2/III/90), consagra alguns direitos aos cidadãos estrangeiros. No artigo 24ª encontra-se um dispositivo constitucional que cobre a situação jurídica dos estrangeiros no país, determinando que "**à excepção dos direitos políticos e dos deveres previstos pela constituição aos cidadãos nacionais, os estrangeiros e apátridas que residem ou que se encontram no território nacional gozam os mesmos direitos e liberdades e garantias e são sujeitos aos mesmos deveres que os cidadãos cabo-verdianos**". Assim, esses cidadãos terão direito à vida, à integridade física e moral, à

liberdade e à segurança pessoal.
A situação jurídica do estrangeiro em território cabo-verdiano era regulada pelo **Decreto-Legislativo nº 6/97 de 5 de Maio de 1997** em vigor até finais de 2014. A mesma efectua o aperfeiçoamento formal de algumas das disposições consagradas no diploma anterior, esclarece dúvidas surgidas durante a execução da lei e regula novos aspectos impostos pela circulação de pessoas e pelas exigências de um controlo eficaz das fronteiras e acesso ao território nacional. A necessidade de seus ajustes de forma a acompanhar o processo da imigração no país culminou com a sua revisão, resultando-se numa nova lei que entrou em vigor já perto dos finais deste ano. Trata-se da Lei nº 66/VIII/2014, que define o regime jurídico de entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros no território cabo-verdiano, bem como a sua situação jurídica. A nossa análise centra-se essencialmente sobre o **Decreto-Legislativo nº 6/97**.

4.2 Regime de entrada: os requisitos e percepção e suas relações com as expectativas

Relativamente à entrada, no seu artigo 14º a lei determina que (1) os estrangeiros podem entrar em território nacional sempre que possuam a documentação requerida, o visto, os meios económicos considerados suficientes e não estejam sujeitos a proibições expressas de entrada; (2) Nos postos fronteiriços os estrangeiros deverão submeter-se às medidas e controlos legalmente exigidos e na forma e com as garantias estabelecidas nas leis vigentes e nas convenções internacionais de que Cabo Verde seja parte; e (4) A fixação da natureza e quantitativo dos meios económicos suficientes para a entrada do estrangeiro no território nacional, os casos de dispensa, a forma de prova da sua posse são estabelecidos por regulamento do Governo.
À entrada no aeroporto, os cidadãos são sujeitos a medidas de controle. Tal medida gera um grande descontentamento, uma vez que consideram que a liberdade de circulação implica entrar sem ter que passar por um controle rigoroso. Além disso, o requisito posse de meios económicos suficientes (Decreto-Regulamentar, nº 10/99), causou grandes constrangimentos. Aproveitando-se, da sua especificidade na CEDEAO, adoptam-se no país alguns critérios no sentido de controlar esta livre entrada e circulação. Assim, exige-se que o cidadão que deseje entrar em Cabo Verde (supostamente para um período de férias de, no máximo 90 dias), disponha das condições previstas na lei, como os meios de subsistência durante este período. Assim[5], devem possuir (…) meios económicos suficientes (20.000$00 - 181.81€ por cada entrada e 10.000 - 90.91€€ por cada dia de permanência). A lei ainda estabelecia assim os meios de subsistência necessários (artigo 47º, critérios de apreciação) à atribuição de residência aos estrangeiros no território nacional[6], que evitem a dependência e a marginalidade, e garantam que os que permanecem no país tenham um meio lícito de vida. Caso não reunir as condições previstas na lei a entrada será recusada. Aos cidadãos da CEDEAO, passados os 90 dias a que têm direito de entrar e circular livremente é-lhes aplicada esta coima caso não solicitarem autorização na DEF. Como resultado, eles mostram-se descontentes com esta medida. Júlio[7] é um guineense que já se encontrava há 4 anos em Cabo Verde sem conseguir legalizar-se o que para ele era motivo de descontentamento e revolta. Assim, afirma,
(…) digo-te uma coisa, visto de estadia[8], entras e dizem-te três, que três meses, fazes aquele visto, dez contos.

---

5 Informações disponíveis no site da Polícia Nacional: *http://www.policianacional.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=71&Itemid=184*. No artigo 112º, nº 1. Determina-se que "as taxas e sobretaxas a cobrar pela concessão de vistos constam da tabela de emolumentos consulares, quando emitidos pelas embaixadas e postos consulares, e de Portaria a emitir pelo membro do Governo responsável pela segurança e ordem pública, nos casos em que o visto é concedido em território nacional pelos serviços de estrangeiros e fronteira.

6 BO nº28 I Série – 1999: estabelece a natureza e quantitativa dos meios económicos suficientes para a entrada e permanência temporária do estrangeiro no território nacional.

7 Os nomes aqui usados são fictícios.

8 Os imigrantes utilizam o termo visto de estadia/visto de validade. Entretanto, de acordo com um agente da DEF, não existe este nome "visto de validade". Há a entrada na qualidade de turista (portanto, Visto de Turismo), sendo que depois dos 90 dias faz-se a prorrogação, extensão do visto.

Cada vez que sais daqui e vais para a tua terra pagas mais multa de dez contos. (…) *Mas não explicam porque é que pagam esses dez contos?* PORQUÊ? Mesmo que tenhas aquele visto de estadia, UHN!?, (…). Tu dizes que tens visto de estadia, eles dizem-te que tens que pagar. Tens que pagar para poder ir para a tua terra. (…) TU COMO É QUE VAIS SABER? Tu, quando tens condições e vais tens que perguntar à polícia dentro do aeroporto e perguntas à polícia porque é que pagas os dez contos, é isso que está dentro da lei. (…) Falam de Guiné e Cabo Verde é a mesma coisa! Canseira para conseguirmos documentos.

Além destes 10.000$00 que pagavam à entrada, tinham ainda que dispor de mil euros para poderem ter a sua entrada no país aceite caso a viagem fosse demorar duas semanas. A grande dificuldade que se põe é que nem todos têm esse dinheiro disponível, já que nos referimos a pessoas que pretendem entrar em busca de melhores oportunidades, muitas vezes gastando toda a sua economia nos preparativos da viagem. Deste modo, optaram pelo "*aluguer de dinheiro*", conforme nos disse um Agente da DEF:

> Há um montante previsto na lei (…). Quem não tiver aquela importância recusamos-lhe a sua entrada. Mas muitas vezes também forjam-lhe. Nós sabemos que o forjam. Há casos de pessoas que alugam dinheiro. (…) Alugam aquele montante para apresentar na fronteira e logo que entram, há alguém aqui que vai receber. Viemos a descobrir este aluguer de dinheiro e dinheiro em si, viemos a excluir como um dos requisitos fundamentais para entrar em Cabo Verde. (…) Tínhamos que ver outros requisitos. (…) estabelecidos na lei. (…) *Então é por isso que não entendem porque é que mesmo trazendo mil euros vêm a sua entrada recusada.* É por causa da questão do aluguer de dinheiro. Há aluguer de dinheiro sim. E sabemos. Teve uma experiência prática porque uma vez recusamos uma entrada e era uma "rabidante" que tinha alugado dinheiro. Viajaram juntos, como ele ficou, ela ficou preocupada e foi lá dentro perguntar por ele. Dissemos que ele não ia sair. (…) começou a chorar porque disse que lhe tinha dado dinheiro (…) para apresentar na fronteira e depois quando sair, lhe entregar. Ela disse não, que ela só o quis ajudar, que não o alugou dinheiro (…). Eu disse-lhe a senhora agora vai ficar sem o seu dinheiro para aprender a não emprestar dinheiro aos outros para virem enganar a polícia. (…) Nós estamos a fazer o nosso trabalho e queremos um controlo eficaz na fronteira e a senhora está a vir estragar o nosso trabalho. Ela chorou mas depois acabou por reaver o seu dinheiro mas o indivíduo teve que ser repatriado**.**

Cada vez que são constatadas situações como essas, recorre-se a um outro requisito estabelecido nos termos da lei. Assim, para além dos 1.000 euros, exigiu-se a apresentação do termo de responsabilidade, para o descontentamento destes imigrantes:

> Optamos pelo termo de responsabilidade que é uma forma de controlo dos estrangeiros em Cabo Verde. (…) Mas para o termo de responsabilidade há máfias. É uma daquelas máfias que descobrimos, que inclusive põem a polícia em causa. Pessoas fazem termo de responsabilidades dão às outras, cobram 25 mil escudos e dizem que 10 mil são para a polícia e 15 mil é para o trabalho que estão a fazer. O QUE É MENTIRA AGORA! As pessoas pensam que é verdade. Que a polícia toma dinheiro para deixar entrar as pessoas em Cabo Verde. Então o Governo tem estado mais duro em relação ao termo de responsabilidade. Estamos a restringir esta negociata para fora. Porque pessoas dizem que 10 mil são para a polícia. O que é mentira. E as pessoas acreditam. Durante as entrevistas as pessoas dizem, não, a polícia toma dinheiro. (…) como não sabem fazer nem nada, recorrem a terceiros que fazem, cobram dinheiro e dizem, não, é para dar à polícia. E eles ficam confiantes se é portanto a polícia que toma dinheiro neles (…) para o cartão de residência. (Agente da DEF).

Portanto, há todo um conjunto de estratégias que as pessoas utilizam para driblar a lei. Como resultado, as leis

são endurecidas. No entanto, alguns afirmam que não entendem esta atitude e outros que não são avisados. Yoruba é da Serra Leoa e na altura da entrevista já se encontrava em Cabo Verde havia quase 20 anos; já tem a nacionalidade cabo-verdiana; tem a sua loja no Sucupira e aparentemente vive bem. Ele disse que não são informados dessas mudanças e que é ao chegarem ao aeroporto que deparam com a "grande surpresa":

> Então porque é que um cidadão chega cá, com o passaporte e todos os documentos, na sua terra, ele chega cá e pedem para mostrar dinheiro? (…) *E isso foi o teu caso?* Foi o meu caso. Mandei buscar a minha mulher e depois mandei-a de volta. Pediram-me que pagasse aquela multa. Vês? No momento estava no aeroporto, tinha oito contos paguei e faltavam dois contos. Aqueles dois contos vieram buscar-me até aqui no Sucupira. (…) então não sei. A lei da CEDEAO, o Governo de Cabo Verde usa ou não vai de acordo com a lei da CEDEAO. Isso também não sabemos. Outra coisa da fronteira, eles mudam a lei da fronteira sem avisar ninguém. É ao chegares à fronteira que sabes qual é a lei que tens. *Têm casos de cidadãos da Serra Leoa que viram a sua entrada recusada em Cabo Verde?* Estão muitos.

Independentemente desta crítica e de alguns terem informados que não são informados das mudanças, esses são requisitos enquadrados na lei e, segundo explica o agente da DEF, podem recorrer a eles, sobretudo em situações onde constatam as infracções. Se não preenchem todos os requisitos, a entrada é-lhes simplesmente recusada.

4.2.1 Recusa de entrada

As recusas de entrada dos estrangeiros são feitas sempre que existem motivos que justifiquem que a entrada possa pôr em risco a segurança e protecção dos residentes. A lei estipulava no seu artigo 67º que que 1. As autoridades dos serviços de polícia de fronteiras recusarão a entrada no território nacional de estrangeiros que se encontrem em qualquer das situações previstas no artigo 68º, quando abordados nos postos habilitados de fronteira.

Segundo o presidente da associação senegalesa os cidadãos da CEDEAO enfrentam grandes dificuldades em entrar no país, na medida em que não basta ter os 1000 euros para entrar e, consequentemente, muitos já viram a sua entrada recusada:

> O problema de entrada também está muito grave nesta altura. Para entrares em Cabo Verde é também muito, muito difícil. (…) Por exemplo, não é porque já tens os mil euros e os 10 contos para pagares a entrada que estás apto a entrar. (…) Muitos já viram recusados as suas entradas. (...) Entrada não é fácil. Com aquele passaporte podes não poder entrar necessariamente. (…) podem ver no comportamento e se desconfiarem de alguma coisa não te deixam entrar. (Mathar)

As entradas, porém, não são recusadas apenas àqueles que vêm pela primeira vez mas, sempre que justificar, aos que vão passar férias e/ou visitar as famílias. Assim, muitos já viram a sua entrada recusada ao regressar das férias, como nos diz Moussa (senegalês que já estava em Cabo Verde havia cerca de 9 anos e vive na Boavista há 8). Já visitou muitos países africanos antes de ter vindo parar a Cabo Verde. Já foi deportado da Espanha após ter lá entrado clandestinamente. Escolheu Cabo Verde como uma via para atingir a Europa, de novo. Tal não aconteceu. Na sua opinião,

> Não, facilidade em Cabo Verde, não temos. Porque há pessoas que trabalham aqui, saíram da Boavista, tem gente que trabalha na Praia e sai da Praia, porque temos festa grande no Senegal, tem muita gente que foi ao Dacar. Agora que quer voltar não os deixam (…) Por exemplo se não pagares os dez contos não entras. (…) Sim, disseram que antes de ter documentos tens que pagar dez contos. Que senão não os deixam entrar. Eu paguei multa, paguei multa. Paguei. Tenho documento que paguei multa aqui. Paguei duas vezes, para sair, para entrar. Paguei multa. Depois fiz todos

> os esforços para conseguir a minha residência, depois o meu documento saiu.

Com cerco às tentativas de migração clandestina e as tentativas de driblar os serviços da DEF através destas estratégias e/ou pelo não preenchimento de todos os requisitos necessários, as recusas de entrada aumentaram. A título de exemplo, em 2006 foram recusadas 250 entradas. Já em 2007 este número aumentou para 665 (ou seja, mais do que duplicou). Este valor subiu para 759 em 2008 (aumentou cerca de 5%)[9]. As dificuldades colocadas com os requisitos de entrada não constituem o principal problema destes imigrantes. Pois, apesar do aumento do número das recusas, o número de entradas também aumentou e, na sequência, o número de imigrantes ilegais.

4.3 Falta de visto: uma via para a ilegalidade

No Artigo 30º a lei anterior referia-se às isenções, sendo que, dispõe-se no nº 1 que, "sem prejuízo do disposto nos artigos 35º e 55º, estão isentos de visto: (…) c) Os estrangeiros que sejam nacionais de países abrangidos por acordos de supressão de vistos ou de livre circulação e estabelecimento de pessoas de que Cabo Verde faça parte (…); no nº 3 determina que os estrangeiros titulares de títulos de viagem e os que entrem no país ao abrigo da alínea c) do número 1 e do número 2 deste artigo, excepto os naturais de Cabo Verde, se pretendam permanecer para além de 90 dias, deverão junto das autoridades dos serviços de polícia de fronteiras obter o visto e a autorização de residência. Portanto, o direito de entrar sem visto não lhes concede o direito de permanecer sem visto passados os 90 dias consagrados na lei, sob pena de multa e/ou expulsão.

A falta de visto é contemplada no artigo 116º da lei, onde estipula-se que 1. Os estrangeiros que permaneçam no país além do período autorizado, incorrem na coima de 10.000$00, ficando ainda obrigados ao pagamento das taxas que deveriam ter satisfeitos se se encontrassem devidamente autorizados sem prejuízo da medida de expulsão ao caso aplicável. 2. A mesma coima será aplicada quando a infracção prevista no número anterior for detectada à saída do país. O prazo para solicitar a regularização é contemplado no artigo 128º que determina que os estrangeiros que se encontrem no país na situação de irregularidade têm o prazo de noventa dias, a contar da entrada em vigor do presente diploma para regularizarem a sua situação perante as autoridades dos serviços de polícia de fronteiras.

O trabalho de campo evidenciou que a grande maioria dos imigrantes da CEDEAO tinha dificuldades em conseguir o visto por diversas razões. O vínculo laboral ou não existe ou é precário/instável, muitos não tinham uma residência fixa (e com o mínimo de dignidade). E essas duas condições são essenciais para a obtenção do visto. A sua falta causou sérios constrangimentos à sua legalização e integração no país. Assim, passados os 90 dias a que têm direito de entrar e circular livremente é-lhes aplicada esta coima caso não solicitarem autorização na DEF, sendo que são multados à saída do aeroporto ou então quando dão entrada com os pedidos de regularização. Esta situação tem também gerado algum desconforto e uma imensa crítica da parte dos imigrantes:

> (…) visto de estadia, entras e dizem-te três, que três meses, fazes aquele visto, dez contos. Cada vez que sais daqui e vais para a tua terra pagas mais multa de dez contos. (…) *Porquê?* Tens que pagar para ir para a tua terra. (…) *Mas não explicam porque é que pagam esses dez contos?* PORQUÊ? UHN!?, (…). Tu dizes que tens visto de estadia, eles dizem-te que tens que pagar. Tens que pagar para poder ir para a tua terra. (…) *Mas não vos dizem porque é que devem pagar aqueles dez contos?* TU COMO É QUE VAIS SABER? Tu, quando tens condições e vais tens que perguntar à polícia dentro do aeroporto e perguntas à polícia porque é que pagas os dez contos, é isso que está dentro da lei. (…) Canseira para conseguirmos documentos. (Júlio)

Contrariamente ao que afirma este entrevistado, para os restantes eles estão devidamente informados em relação à aplicação da referida multa. A este propósito, o dirigente da associação senegalesa na Praia, esclareceu que:

---

9 Dados da DEF. Em 2008 as recusas no Aeroporto da Praia (ADP) representaram cerca 97% (733 casos) e no Aeroporto do Sal cerca de 3 % (26 casos). A Praia é o aeroporto mais crítico em relação a esta imigração.

> (…) Aqueles dez contos são multas por ter passado os três meses. Sim. A lei diz assim. Não podes passar mais de três meses. Se passares mais de três meses vais à fronteira e eles dão-te o visto de validade. Prolongação de mais três meses. Quando passares isso, se não tiveres visto de validade mais, tens que pagar. É a lei.

Júlio mostrava-se muito revoltado. A sua revolta devia-se não só ao facto de não ter conseguido atingir o seu objectivo inicial que é ir para a Europa mas porque, segundo ele, foi acusado de um crime que não cometeu. Muitas vezes a situação em que vive uma pessoa num determinado momento pode explicar a sua atitude, o seu comportamento talvez seja o caso de Júlio. Ele sentia-se injustiçado e não conseguia entender todo "este cerco", pois, segundo ele, Cabo Verde e Guiné-Bissau dizem-se irmãos e não justificava as situações porque ele passava.
Após e entrada em Cabo Verde estes imigrantes podem solicitar a prorrogação de estadia para mais um período de 90 dias após a entrada no território nacional. Terminado este período é muito difícil para eles conseguirem autorização, sobretudo porque a lei determina que o estrangeiro que pretenda fixar habitualmente no país deve solicitar o visto de residência. O artigo 42º estabelece que "o visto de residência será concedido ao estrangeiro que pretende fixar-se habitualmente no território nacional." O mesmo é válido por um ano, renovável, até "à decisão final do pedido de autorização de residência" (Artigo 44º). O maior problema que se coloca, no entanto, é a morosidade na sua atribuição.

4.4 Pedido de autorização de residência – morosidade como prolongamento da situação de ilegalidade

Na fase inicial desta imigração o móbil inicial de boa parte dos imigrantes da CEDEAO prendia-se com a expectativa de atingir a Europa, mais tarde ou mais cedo, apartir de Cabo Verde. Daí a "falsa ilusão" de que é fácil a entrada e a legalização. Júlio veio com objectivos de transitar. Disse que, inclusive, já foi deportado da Espanha depois de lá ter chegado num barco clandestino. Ele não se conforma com o facto de não conseguir se legalizar para atingir os seus objectivos depois de 4 no país dizendo o seguinte:

> (…) Sem a residência eles não te deixam sair. Se saíres com residência legal, não é para ires directamente para a Europa? Não, não dá. Só para saíres com a residência dentro da Praia para ires até a tua terra mesmo, vens para cá, vais para a tua terra, vens para cá. Quando voltar tenho o meu passaporte com os carimbos além da residência, fico às tantas em Cabo Verde para ir para outra terra. PORQUÊ?

A Europa é um sonho do qual Júlio não quer abrir mão. Isto é, é perceptível a forma como ele acredita que por esta via é fácil atingir a Europa e a sua frustração por ainda não o ter conseguido. Portanto, uma expectativa ainda não realizada, porque tal como muitos outros ele não conseguiu o primeiro objectivo que é o de legalizar-se. Por isso, ele reclama esta morosidade no processo e afirma que o principal obstáculo dos imigrantes aqui é a regularização:

> O nosso principal obstáculo aqui é a parte documental. (…) Documento aqui em Cabo Verde é problema para os filhos da Guiné-Bissau. Por exemplo sempre que precisas de um documento em Cabo Verde, tens que ir à Guiné-Bissau. (…) Se não tiveres visto, mesmo que tenhas passaporte não podes passar para ires para outra terra. (...) eu se não tenho trabalho e se tivesse documento e conseguisse expediente para passar para outra terra passava para outra terra. FALTA DE TRABALHO! Não há terra que não tenha trabalho.

De facto, o problema do Júlio foi constatado que é o da maioria durante o trabalho de terreno. Isto é, no geral, as principais dificuldades imigrante têm a ver com a sua regularização, sendo que muitos tinham como destino final a Europa. No entanto, boa parte afirmou que já desistiu desta viagem, uns porque já estão cá há muito

tempo e não pretendem re-emigrar, outros porque (e com uma certa decepção), a única coisa que querem é regressar para junto da família assim que puderem. Ou seja, são situações que contrastam com as suas expectativas iniciais.

O pedido de autorização de residência é estabelecido pelo artigo 45º. No ponto 1 determina que, "o estrangeiro que deseje permanecer em território nacional para além do limite do tempo que lhe é permitido pelo visto temporário ou pelas suas prorrogações, deverá requerer às autoridades dos serviços de polícia de fronteiras a conversão do visto temporário em visto de residência e a necessária autorização de residência no país" para, de seguida, estabelecer os requisitos necessários para se dar entrada com o pedido. Depois de reunir todos os documentos, o candidato poderá então fazer o pedido de autorização de residência, ao abrigo do artigo 46º. O pedido é submetido aos critérios de apreciação definidos no artigo 47º. A sua atribuição é concedida nos termos do artigo 48º da mesma lei.

Em geral, para solicitar o cartão de residência o imigrante devia dispor de vários documentos, entre os quais destacamos os considerados mais difíceis: Registo Criminal do país de nacionalidade, devidamente traduzido para o Português e visado pelos serviços consulares de Cabo Verde (documento original); documento comprovativo das condições de alojamento em Cabo Verde; comprovativos dos meios de subsistência; declaração de serviço; contrato de trabalho devidamente autorizado pelo membro do governo responsável pela área de trabalho. Ou seja, são documentos que comprovam que além de possuir meios de sobrevivência, o candidato não representa qualquer perigo para Cabo Verde e os cabo-verdianos, nomeadamente a nível da saúde, da segurança e do nível de vida da população em geral. Se os obstáculos já se colocam logo à entrada, a situação é ainda mais complicada, no momento de solicitar a autorização de residência. E uma delas tinha a ver com o contrato de trabalho. Temos um exemplo prático de um impasse verificado entre a DEF e a Direcção Geral do Trabalho (DGT). A primeira exigia ao imigrante um contrato de trabalho para o pedido de autorização de residência e a segunda exigia que o mesmo estivesse devidamente legalizado para poder realizar o contrato:

> O patronato exigia-lhes visto no passaporte para que estivessem legais e nós para legalizar exigíamos que a pessoa tivesse contrato de trabalho. Portanto havia um atirar um contra o outro e ninguém desbloqueava o processo. (…) estivemos a falar com a Directora Geral do Trabalho, discutimos o problema onde tentamos desbloquear este processo/ porque, geralmente, quando pedem visto é quando têm um emprego bom/ já os aceitamos. Damos-lhes vistos numa primeira fase, por exemplo de 3(três) meses com um visto de curta duração podem obter emprego, e, a partir daquele momento podemos pedir-lhes então que solicitem um visto de permanência de longa duração conforme for o contrato de trabalho. (…) Se não cederes, estás a criar um bloqueio, estás a dificultá-los na sua vida. (…) (Agente da Polícia Nacional – PN, na Boavista).

Na sequência, as duas partes fizeram um acordo para resolver este problema, de forma a facilitar um pouco a vida do imigrante. Mas esta é uma situação pontual, que não resolve o problema na sua globalidade. Porque se na Boavista conseguiram chegar a um consenso, a lei continua continuava, ainda com necessidades de alguns ajustes:

> (…) A DGT não passa declaração de trabalho se o imigrante não estiver devidamente legalizado e a polícia não os legaliza se não tiverem como se sustentar no país. Agora, sem visto de 3 (três) meses a DGT não lhes passa declaração de trabalho. Também, se não permitirmos a sua legalização estamos a fomentar que eles não paguem impostos. Por isso, entramos em acordo e eles têm o visto dos 3 (três) meses para facilitar a declaração de trabalho. (…) No fundo, eles é que são a mão-de-obra. Em Cabo Verde, quem está a fazer construção civil são os africanos e não os cabo-verdianos (Agente da PN na Boavista).

As contradições, porém, segundo o presidente da associação senegalesa, não se verificaram apenas nas situações proferidas por este agente. Houve também algum impasse com a atribuição alvará e de autorização de residência:

> (…) Às vezes também tens informações contraditórias. *A nível de quê?* A nível do cartão de residência. Havia mas agora já não há mais. Houve uns tempos que (…) eles queriam eliminar o cartão de ambulante, que eles pediam alvará. Não podes ter alvará sem ter residência. (…) Eram duas informações que se contradiziam. Porque se queres um cartão de residência, naquele pedido de cartão de residência pedem alvará e um alvará não podes ter se não tens cartão de residência. (…) Mas isso já está. Já tiraram. Agora já podes ter um alvará/ Não isso faz menos de dois meses que viram que não é/ numa reunião em que estávamos, porque sempre em cada ano a PF faz uma reunião com as comunidades todas. (…) Antes diziam que sem alvará não podias ter residência. Mas como viram que estavam a contradizer, então, mesmo que não tenhas alvará tens direito à residência. Agora não há problema. Com um cartão ambulante, um contrato de trabalho, podes ter o teu cartão de residência sem problemas.

Esses problemas foram ultrapassados, mas, haviam outros desafios a vencer. Referimo-nos ao comprovativo das condições de alojamento. Na Boavista quase todos vivem no bairro da Barraca (um bairro espontâneo). Ali ninguém é dono legítimo das casas alugadas. Num mesmo espaço residiam várias pessoas. Por isso, o contrato de aluguer ou não era apresentado, ou se apresentado não servia para comprovar o arrendamento. Outro grande obstáculo era conseguirem o registo criminal do país de origem, pois, em alguns casos tinham que estar presentes para o solicitar. No entanto, o medo de ir e depois não poder mais regressar falava mais alto. Assim, era preciso, segundo o Agente da PN, procurar formas de ultrapassar estas barreiras:

> (…) no processo de documentação é que eles têm dificuldades. Porque têm que trazer documentos do seu território, do seu país para juntar ao seu processo de legalização. Estás a entender? Se querem um visto de residência têm que trazer um registo criminal do seu país. (…) Uns ou outros problemas que têm, que é grave, é a questão da habitação. Portanto, exige-se contrato de arrendamento ou de registo de propriedade. Ou pagas renda ou tens registo de propriedade. ORA, NÃO TÊM NEM UMA COISA NEM OUTRA! Nem arrendamento nem propriedade. Porque moram naquela zona da Barraca, se pagam renda, é clandestino, as casas da Barraca não são nenhuma delas registadas. Como não são registadas não haverá registo de propriedade. Se pagam renda e vivem dez num cubículo, quem os tem alugado não os dá documento porque não quer eu seja levado às finanças. Então (…) este assunto esteve a ser discutido na altura (…) Na questão de residência tentamos superar/ porque estavam a trabalhar, a situação é precária, obrigava a que fosse assim, e não os podíamos manter na ilegalidade porque no fundo, no fundo, estamos a perder também. Porque temos que organizar. E se não organizas, continuas desorganizado. Hoje vão à Câmara, por questões habitacionais vão tirar um atestado de residência e a gente junta ao seu processo e conseguimos-lhes vistos.

Esta afirmação demonstra a sensibilização das diversas entidades mas não é suficiente, porque pode-se tornar num ciclo vicioso. Aliás, a situação verificada em 2013 demonstrou claramente isso, na medida em que o regresso ao terreno permitiu constatar que os Bissau-guineenses estavam novamente a enfrentar problemas de renovação de autorização de residência, uma vez que muitos não tinham como comprovar o seu alojamento e a Câmara Municipal tinha alguma resistência em passar-lhes atestado de residência, para não ter que prestar contas às Finanças. Daí a necessidade de alternativas viáveis, nomeadamente criar condições de melhor acesso a uma habitação condigna para todos.

Finalmente alguns dos entrevistados acusam os próprios imigrantes de negligência. A este propósito, o presidente da associação senegalesa, afirmou que entram legalmente mas que depois de entrarem no país não se preocupam com o "visto de validade" no passaporte exigido pela lei[10]:

---

10 Pode-se confirmar esta declaração na reportagem feita pelos TCV no dia 23 de Maio de 2010: http://www.rtc.cv/index.php?paginas=13&id_cod=3264

> **(…)** muitos senegaleses quando chegam aqui também não se preocupam com aquele visto de validade de 3(três) meses, quando documentos estão a faltar não podes ter aquele cartão de residência. Alguns não respeitam isso. Sempre faltam também documentos do Senegal, que é aquele registo criminal do Senegal que tem que vir para cá, tem que passar na embaixada de Cabo Verde no Senegal, no Ministério dos Negócios Estrangeiros no Senegal. (…) Às vezes é difícil a um senegalês conseguir reunir todos esses documentos. (…) Eles não ligam a essas coisas. Quando vão sair agora têm problemas. É isso mesmo eles relaxam. Entram e relaxam**.** (…). A maioria é assim. Entram e não ligam aquela coisa de visto de validade e têm problemas. Às vezes a culpa fica em nós também. (…). Por exemplo as pessoas que vêm aqui e vão logo à Boavista nós avisamos que é mais fácil fazer o visto de validade aqui na Praia do que depois de estarem lá. Às vezes pedimos que mandem só o documento sem aqueles 300$00 que a associação se responsabiliza por aqueles 300$00. Mas não mandam mesmo. (…) Mas tem aqueles que não ligam. Agora, quando vão sair e lhes são cobrados aqueles dez mil começam a arrepender-se. *Mas qual a razão do desleixo, sabes?* Há aqueles que não ligam. Dizem que não, que não vão ficar cá muito tempo, outras vezes esquecem-se também.

Esta opinião (partilhada por quase todos os entrevistados), vem confirmar que principal problema é, evidentemente, o da legalização, sendo que a negligência por parte do imigrante tem influenciado também na sua situação de ilegalidade. Um outro entrevistado que partilha a mesma opinião disse que "(…) o que está na cabeça dos imigrantes é conseguir dinheiro para comprar o pão. Por isso, não se preocupam com outras questões", nomeadamente a legalização. Portanto, com essas afirmações, é possível concluir que a situação de irregularidade não deve exclusivamente à morosidade na aplicação das leias mas também à própria negligência por parte dos imigrantes. E quando não têm o referido "visto de validade" no passaporte que prove que entraram legalmente e/ou estiveram legais por algum tempo, é mais difícil dar entrada com o pedido de legalização e o pagamento da multa é evidente.

Assim como no caso da entrada, para a regularização também constatam-se tentativas de driblar a lei, através de estratégias como por exemplo a corrupção policial:

> Talvez corrupção aqui na polícia, cartão de residência. É A MESMA COISA QUE ACONTECE! Um amigo meu, um colega meu, foi um indivíduo até ele pediu-lhe que lhe ajudasse a conseguir um cartão de residência. Foi até ele e disse, F meu amigo pediu-me um cartão de residência. Disse, que me dá 40 contos, como vai-me dar 40 contos, dou-te 20 e fico com 20. AHN!? É NEGOCIATA!** é negociata mas não é bem verdade. É, não é verdade porque a polícia no seu serviço não pode ter este tipo de procedimento. Até porque ele tem que reunir todos os requisitos. (Agente da DEF)

Quer isto dizer que as pessoas não buscam os meios para atingir os fins, desde que para isso consigam o essencial isto é a autorização de residência. A falta/caducidade do visto de residência ou qualquer outro documento legal enquanto residentes no país traduz-se em multas. Assim, o Decreto-Legislativo estabelece, no artigo 118º parágrafo 2, as multas em caso de falta de autorização de residência, sendo que, "ao estrangeiro que deixe expirar a autorização de residência poderá ser concedida a revalidação, nos termos do presente diploma, mediante a aplicação da coima de 5.000$00 a 10.000$00, acrescida dos respectivos adicionais, sem prejuízo da medida de expulsão que ao caso couber".

Com resultados desses desafios foi criada a Unidade de Coordenação de Imigração (UCI), actualmente Direcção Geral de Imigração (DGI) e também fez-se a revisão da lei, recentemente aprovada, com algumas novidades que se espera venham a facilitar o processo de regularização dos imigrantes.

5. Considerações finais

Toda a situação acima descrita resume-se num número grande número de ilegais, principalmente de origem africana (CEDEAO). Estamos a falar de um fenómeno que inicialmente era uma simples mobilidade enquadrada no direito da livre circulação de pessoas que se transformou em fixação definitiva com todos os problemas associados à clandestinidade. Assim, estes imigrantes enfrentam muitos problemas a nível da sociedade cabo-verdiana, que se prendem com o emprego, o acesso aos bens básicos como saúde, educação, habitação e emprego, resultando-se em dificuldades de integração.

Daí que o Governo criou, em Junho de 2008, a Comissão Interministerial para estudo e proposição das bases para uma política de imigração. Na sequência, em 2011 foi criada a UCI (Unidade de Coordenação de Imigração) que se converteu este ano em DGI (Direcção Geral de Imigração). Trata-se de uma entidade responsável pela elaboração de política de imigração, que congrega um grupo de instituições que lidam com a imigração, dentre as quais a DEF, a DGT, o Instituto Nacional de Previdência Social, Os Registos Notariados e Identificação entre outras, constituindo o Conselho Nacional de Imigração (CNI). A mesma através do seu Secretariado executivo e o CNI de desenhar a Política Nacional de Imigração (PNI). Consequentemente, foi elaborada a Estratégia de Imigração (Resolução N.º 3/ 2012 de 23 de Janeiro), ENI/PNI, através do trabalho conjunto dessas instituições, de acordo com os quatro pilares da Política Nacional de Imigração, definidas pelo Governo em 2010: (1) Fluxos migratórios, (2) Diálogo, solidariedade e parcerias, (3) Crescimento económico e integração social e (4) Coerência das políticas de migração. O seu objectivo é contribuir efectivamente para a implementação do objectivo, valores, princípios e disposições da Política Nacional de Imigração. A ENI neste momento encontra-se na fase de implementação.

Finalmente a necessidade de novos reajustes deu origem à nova lei de estrangeiros, a Lei nº 66/VIII/2014, que entrou parcialmente em vigor nos últimos meses deste ano. A lei veio preencher algumas lacunas constatadas na anterior, nomeadamente os prazos estipulados para a concessão de documentos legais no país. A título de exemplo, refira-se o carácter facultativo da solicitação do registo criminal do país de origem, sendo que no seu artigo 44 nºs 1 e 2 determina-se que: o pedido de concessão da autorização de residência deve ser no prazo de 90 dias e o pedido de renovação no prazo de quarenta e cinco dias, sob pena de diferimento tácito, para a satisfação dos imigrantes. Esta é uma medida que deverá entrar em vigor a partir dos inícios de 2014 e que os imigrantes aguardam com muito agrado e expectativas. Portanto, acreditamos que os problemas de morosidade nos processos de regularização **não se irão colocar.**

Finalmente, diríamos que toda esta situação que envolve os imigrantes da CEDEAO nos mostra que a livre circulação, de facto, não existe.

Bibliografia

CABO VERDE. (2010), *Constituição da República de Cabo Verde*, Lei Constitucional n.º 2/III/90, Artigo 24ª nº 2. Praia. 4ª Ed.

CABO VERDE. (1990) Decreto-Legislativo n.º 6/97, de 5 de Maio, que regula a situação jurídica do estrangeiro no território nacional, incluindo o regime de entrada, permanência e saída. Publicado no Boletim Oficial nº17, I Série, em substituição da Lei nº93/III/90, de 27 de Outubro.

_____ . (2011), Decreto-Lei nº19/2011 de 28 de Fevereiro. *Criada a UCI em 2011*. I SÉRIE — NO 9 «B. O.» DA REPÚBLICA DE CABO VERDE — 28 DE FEVEREIRO.

_____. (1982), Protocolo A/A1/5/79 publicado em *7/06/1982, Lei n.º18/II/82. (B.O. n. º18,4e Suplemento) que facilita a mobilidade na região.* Foi revisto em 1993 e entrou em vigor em 1995.

_____. (1999), Resolução n.º 151/V/99, de 28 de Dezembro, que aprova, para efeitos de ratificação, a Convenção sobre a Livre Circulação de Pessoas e Bens, assinada entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo da República do Senegal

_____. (2012), Resolução Nº 3/2012 de 23 de Janeiro. *Criação da ENI (Estratégia Nacional de Imigração)*. Praia, Cabo Verde

_____Resolução nº 3/2012: *Aprova a Estratégia Nacional de Imigração*. I SÉRIE — NO 3 «B. O.» DA REPÚBLICA DE CABO VERDE — 23 DE JANEIRO DE 2012.

_____ (2014), Lei nº 66/VIII/2014. *Define o Regime Jurídico de entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros, do território cabo-verdiano, bem como a sua situação jurídica*. B.O. nº 1484, Iª Série, Nº 43. Cabo Verde, 17 de Julho de 2014.

Direcção de Estrangeiros e Fronteiras (DEF, vários anos). *Estatísticas da População legalmente residente*. Cabo Verde

Furtado, Clementina. (2012), *AS MIGRAÇÕES DA ÁFRICA OCIDENTAL EM CABO VERDE: Atitudes e representações*. Tese de Doctorat en Sciences Politiques et Sociales Uni-CV/ULB. Praia, Cabo Verde.

ICMPD. (2009), "Cabo Verde - *Avaliação das Necessidades em matéria de Asilo e Migração."* Ministerie Van Buitenlandse Zaken, 2009.

Instituto Nacional de Estatística (2010). *Relatório Dos Resultados Preliminares do RGPH 2010*. Setembro, 2010. Gabinete do RGPH 2010. Resultados preliminares do Recenseamento Geral da População e Habitação.

_____. (2014), Inquérito Muti-objectivo Continuo. Praia, Cabo Verde

http://www.policianacional.cv/index.php/estrangeiros-e-fronteira/entrada-e-permanencia

Migração intra-regional e educação superior: o caso da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Brasil.

Pedro Marcelo Staevie[1]

Resumo: O presente ensaio tem como objetivo debater o papel do ingresso no ensino superior como elemento importante na mobilidade de estudantes latino-americanos no interior do continente, utilizando como análise empírica o caso da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Brasil. Situada na cidade de Foz do Iguaçu, na tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, esta universidade tem jogado um importante papel no "chamamento" de estudantes latino-americanos para a cidade em que está sediada. Com a proposta de contar com 10.000 alunos e 500 professores, sendo metade brasileiros e a outra metade dos demais países do continente, a Universidade conta atualmente com estudantes oriundos do Paraguai, Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia, Venezuela, Equador, Colômbia, El Salvador, Peru, tornando-a um espaço multicultural e multiétnico, um espaço de sociabilidade ímpar no âmbito das Universidades brasileiras. Esta universidade tem contribuído para o deslocamento de pessoas de vários países da América Latina em direção à Foz do Iguaçu.

Palavras-chave: migrações, deslocamentos, América Latina, Foz do Iguaçu, UNILA.

1. Introdução

Em dezembro de 2007, o Ministério da Educação (MEC) do Brasil submeteu ao então presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, um Projeto de Lei propondo a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), na cidade de Foz do Iguaçu, localizada na tríplice fronteira Brasil, Paraguai e Argentina. Dada esta localização, a instalação da Universidade nesta cidade favorecia a ideia do diálogo e da integração regional. Como dito, a cidade de Foz do Iguaçu encontra-se na fronteira entre Paraguai (com a cidade de Ciudad del Este) e Argentina (Puerto Iguazú). Em Foz do Iguaçu encontra-se também a maior hidrelétrica geradora de energia do mundo, a Itaipu Binacional, empreendimento brasileiro-paraguaio. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na cidade residem pessoas de aproximadamente 80 nacionalidades diferentes, destacando-se os de origem sírio-libanesa e turca. A Figura 1, na próxima página, mostra a localização de Foz do Iguaçu.

Figura 1 – Localização de Foz do Iguaçu na América Latina

Fonte: www.soslikes.com.br

1 Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA – Brasil). Professor do curso de Economia, Integração e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, Brasil. Endereço eletrônico: pedrostaevie@yahoo.com.br. GT 18-A.

Foz do Iguaçu apresenta uma população aproximada de 265 mil habitantes, situada na região oeste do estado do Paraná, região sul do Brasil. Como dito anteriormente, a cidade encontra-se na tríplice fronteira com Argentina (Puerto Iguazú) e Paraguai (Ciudad del Este), tendo completado em 2014, 100 anos de fundação. Sua população lhe concede a sétima colocação entre as cidades mais populosas do estado do Paraná, que tem como capital Curitiba. Foz do Iguaçu é mundialmente famosa por suas cataratas (Cataratas do Iguaçu), sendo considerada uma das 7 maravilhas da natureza. É o terceiro principal destino de turistas estrangeiros no Brasil e o primeiro da região Sul. Possui um IDH de 0,751 e uma taxa de urbanização de 99%. A proximidade com as cidades fronteiriças paraguaias e argentina, conferem a esta área urbana uma população de mais de 700 mil habitantes, onde o deslocamento pendular de moradores/trabalhadores entre as diferentes cidades é bastante intenso, sobretudo entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, um dos maiores centros comerciais do mundo. Além do deslocamento pendular de trabalhadores que residem/trabalham nas duas cidades, há um intenso fluxo de turistas que diariamente se deslocam no sentido Brasil-Paraguai para realizar compras naquele país, em particular de produtos eletroeletrônicos. Esta estreita ligação entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este se intensifica a partir de 1965, quando da inauguração da Ponte da Amizade, em 1965. Esta ponte sobre o rio Paraná foi o elemento primordial da integração entre as duas cidades e, por conseguinte, dos dois países. Também a construção da rodovia federal interligando Foz do Iguaçu à capital paranaense (Curitiba) e ao litoral do Estado, contribui para a aceleração do crescimento da cidade, que passa a contar com uma ligação rodoviária direta com uma das principais cidades do país.

Até os anos 1960, a população de Foz do Iguaçu era relativamente pequena, sendo incrementada apenas na década seguinte, a partir da construção da hidroelétrica de Itaipu, empreendimento binacional (brasileiro/paraguaio) que gera energia elétrica para os dois países, aproveitando-se do potencial de geração de energia do rio Paraná.

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, iniciada na década de 1970, causou fortes impactos em toda a região, aumentando consideravelmente o contingente populacional do município, passando de 33.970 habitantes em 1970 para 136.320 habitantes em 1980, registrando um crescimento de 385%. O Censo de 2010 indicou uma população de 256.081 habitantes e, atualmente, a cidade conta com aproximadamente 265 mil habitantes. Ainda em 1966 Brasil e Paraguai firmaram um acordo para pôr em execução o projeto de exploração do potencial do rio, que, devido a um desnível de mais de 120 metros, possui um grande aproveitamento energético. O referido documento, denominado de Ata de Iguaçu, deixou estabelecido que a energia produzida seria dividida entre os dois países. Em abril de 1973 foi assinando o Tratado de Itaipu, e, em maio do ano seguinte, em solenidade na fronteira dos dois países, com a presença dos dois presidentes militares Ernesto Geisel (Brasil) e Alfredo Strossner (Paraguai), constitui-se a Empresa Itaipu Binacional, encarregada de executar o tratado e, *a posteriori*, administrar a usina hidrelétrica, atualmente a segunda maior do mundo, mas a maior geradora de energia hidroelétrica do planeta. A construção e o futuro funcionamento da Usina Hidroelétrica de Itaipu foram um marco para o crescimento dos fluxos migratórios em direção a Foz do Iguaçu. Nos anos 1980 e 1990, outro ciclo migratório importante foi observado no município, relacionado ao turismo de compras que se expande naquele período.

No que diz respeito à ligação com a cidade Argentina de Puerto Iguazú, ela se intensifica a partir de 1982, quando da inauguração da Ponte Internacional Tancredo Neves, ligando as duas cidades. Ainda em 1972, os presidentes Emílio Garrastazu Médici, do Brasil, e Alejandro Lanusse, da Argentina, assinaram um "Tratado de Intenção" para construir uma ponte unindo os dois países. Esse tratado ficou arquivado e só i retomado, em 1979, por lideranças de Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú mediante a formação de Comissão Mista presidida pelo iguaçuense Sérgio Lobato da Motta Machado. A pedra fundamental foi lançada pelos então presidentes João Figueiredo (Brasil) e Reynaldo Bignone (Argentina), em 13 de janeiro de 1982, sendo inaugurada em 29 de novembro de 1985.

Inicialmente batizada de Ponte da Fraternidade, mudou seu nome para Ponte Tancredo Neves, em homenagem ao presidente brasileiro que morrera em abril do ano da inauguração da obra, sem assumir o cargo pelo qual havia sido eleito por um colégio eleitoral. Tancredo seria o primeiro presidente civil após 21 anos de regime militar no país. Com sua morte, assume seu vice, José Sarney.

Em Foz do Iguaçu estão presentes mais de 72 grupos étnicos (IBGE, 2010), podendo ser considerada uma das cidades mais multiétnicas/multiculturais do Brasil. Esta população é proveniente de diversas partes do mundo,

como Alemanha, Itália, Espanha, Argentina e Paraguai. Destacam-se ainda os chineses, ucranianos japoneses e coreanos. Entretanto, o maior destaque fica com a comunidade sírio-libanesa. Em termos proporcionais, possui a maior comunidade islâmica do Brasil. No que tange os nascidos em outros estados brasileiros, destacam-se, como observado em toda a região, os gaúchos (brasileiros nascidos no Rio Grande do Sul, estado mais meridional do país), que, desde pelo menos os anos 1930 já se mostram presentes com mais intensidade na região.

É, portanto, esta cidade multicultural, situada na tríplice fronteira Brasil/Argentina/Paraguai que foi escolhida para alocar a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). A Universidade é uma instituição de ensino superior voltada à criação de um ambiente multicultural e interdisciplinar capaz de produzir profissionais e pesquisadores preocupados com o desenvolvimento econômico, social, cultural e político da região, focados na integração multidimensional da América Latina. Nas palavras do primeiro reitor da universidade, professor Hélgio Trindade (IMEA, 2009):

> A Universidade Federal da Integração Latino-Americana é um projeto único na história do ensino superior na América Latina. A sua vocação é a de contribuir para o desenvolvimento e a integração latino-americana, com ênfase no Mercosul, por meio do conhecimento humanístico, científico e tecnológico e da cooperação solidária entre as universidades, organismos governamentais e internacionais. Será uma universidade aberta para a América Latina e Caribe: a metade dos 10.000 alunos e dos 500 professores, previstos como meta, serão selecionados e recrutados nos vários países latino-americanos e caribenhos, sendo a outra metade formada por brasileiros.

2. Implementação da Universidade

Visando a agilidade do processo de criação da UNILA, o Ministério da Educação instituiu a Comissão para a implementação da futura universidade, que começou os trabalhos no dia 06 de março de 2008. A comissão definiu, tendo em vista o caráter de integração regional da futura universidade, três pilares básicos para a construção da instituição (IMEA, 2009:10): a) Interação em termos nacionais e transnacionais de forma solidária e com respeito mútuo; b) Compromisso com o desenvolvimento econômico sustentável, tornando-o indissociável da justiça social e do equilíbrio do meio ambiente; c) Compartilhamento recíproco de recursos e conhecimentos científicos e tecnológicos com professores e estudantes da América Latina.

Neste último aspecto, cabe ressaltar que se sobressai o caráter bilíngue (português e espanhol) da instituição, com professores e estudantes de vários estados brasileiros e de diversos países da América Latina. Também são bastante relevantes as iniciativas de fortalecimento e resgate do Guarany, língua dos indígenas de etnia homônima. A meta da universidade é ter 10.000 alunos e 500 professores, sendo metade oriunda do Brasil e outra metade dos demais países da América Latina.

Segundo Ricobom (2010) é possível observar na última década uma retomada significativa dos processos de integração regional no continente latino-americano. Ainda de acordo com a autora (p.2), uma fase que pode ser denominada de autêntica, sobretudo por dois motivos: (i) porque supera o modelo de integração pautado apenas em uma zona de livre comércio; (ii) porque há uma clara opção de muitos governos latino-americanos em optar por relações dentro do próprio continente.

Particularmente, no caso brasileiro houve, no governo Lula, "uma clara e pronunciada política de fortalecimento das relações na América Latina e principalmente na América do Sul" (RICOBOM, 2010: 3). Ainda segundo a autora, no Resumo Executivo do Ministério das Relações Exteriores, a prioridade da política externa brasileira na gestão de 2003 a 2010 foi orientada "pela concepção de que o Brasil deve assumir papel crescente no cenário internacional, projetando uma imagem externa altiva e soberana" e um dos eixos fundamentais para alcançar esse objetivo é a integração sul-americana que para o Itamaraty, "é um assunto estratégico da política externa brasileira" (RICOBOM, 2010:3).

Nesse contexto é que surge a ideia da UNILA e sua efetiva criação em 2010. Para Ricobom (2010:3) é imperioso entender que a UNILA é, antes de mais nada, "resultado do fortalecimento dos processos de integração da

América Latina [...] de retomada de uma consciência, valorização e ressignificação do continente e do povo latino-americano".

Após a aprovação do projeto de lei que versava sobre a criação da Universidade pelo Congresso Nacional brasileiro e a sanção presidencial do então presidente Lula em 13 de janeiro de 2010, finalmente a UNILA começou a se estruturar, a partir das metas definidas no projeto, dentre elas a anteriormente citada que visava uma comunidade acadêmica (docentes e discentes) formada por pessoas oriundas dos diferentes países da América Latina. Assim, a universidade passa a se constituir num elemento importante no direcionamento de estrangeiros, em particular latino-americanos, para Foz do Iguaçu. Para entendermos o papel dos diferentes agentes envolvidos nos processos migratórios e os condicionantes de tais deslocamentos, no próximo tópico faremos uma breve descrição de algumas das principais teorias explicativas das migrações.

3. Um breve resumo das teorias das migrações

Para Salim (1992), inexiste unanimidade entre os autores que buscam classificar as principais correntes teóricas sobre os estudos de migração. No intuito de contribuir ao esforço classificatório das distintas correntes, Salim propõe três troncos teóricos no estudo das migrações: os modelos neoclássicos contemporâneos; a perspectiva histórico-estrutural, e a mobilidade da força de trabalho.

Os modelos neoclássicos contemporâneos surgem da inspiração econômica neoclássica do comportamento racional dos agentes econômicos e partem de três pressupostos básicos: diferenciais de salários e oportunidades; cálculo racional do indivíduo face aos custos e utilidades entre ficar e migrar e; correntes migratórias entendidas como somatório das decisões individuais.

Dando continuidade à sua classificação, Salim (1992) descreve a chamada análise histórico-estrutural. Neste tronco teórico a migração é resultado das desigualdades regionais. Enfatiza a estrutura como um todo na determinação do fenômeno migratório, isto é, considera as condições estruturais de nível social, econômico e político na determinação dos fluxos migratórios.

Por fim, aponta o tronco da mobilidade da força de trabalho, que tem como seu expoente o economista francês Jean-Paul de Gaudemar. Seu fio condutor é o conceito marxista da mobilidade da força de trabalho. As distintas formas de mobilidade (espacial/geográfica, setorial, profissional) servem indiscriminadamente aos interesses do capital. Todas elas são determinadas pela necessidade do capital em realizar sua valorização. O que realmente provoca a mobilidade da força de trabalho é a diferenciação das procuras por trabalho, originada na diferenciação dos lucros entre as inúmeras atividades econômicas. "É a pedido das empresas em expansão que se produz o movimento dos homens" (GAUDEMAR, 1977:302).

Já Peixoto (2004) com a construção de uma matriz cruzada interdisciplinar (economia individualista e sociologia holista) o autor expõe diferentes teorias migratórias, inseridas em dois grandes grupos (PEIXOTO, 2004:13). Primeiramente, o autor apresenta as chamadas teorias micro-sociológicas, que têm como ponto comum a aceitação da ação individual, da racionalidade do agente como central na explicação do movimento migratório. Ainda que os condicionantes sejam exteriores à sua decisão – econômicos e/ou sociais – é a racionalidade individual que pondera tais condicionantes e materializa sua (dele) mobilidade. As teorias macro-sociológicas advogam que são os fatores coletivos ou estruturantes que condicionam as migrações, isto é, as forças estruturais e coletivas é que condicionam a ação individual.

Estes dois autores (Salim e Peixoto) são apenas dois exemplos que buscam sintetizar os diferentes troncos teóricos concernentes aos estudos migratórios, em particular nas áreas de economia e sociologia. Entretanto, a complexidade do tema dificulta a concepção de uma única teoria das migrações. Atualmente, temas como violência, qualidade de vida, problemas climáticos, dentre outros, também relacionam-se com os fenômenos migratórios. No que tange à relação entre migrações e ensino (superior) destaca-se Vignoli (2011). Ao tratar dos elementos que conduzem às migrações urbano-urbano, Vignoli (2011:62) distingue quatro tipos de migração entre cidades, sendo um deles:

> *La educativa, cuya motivación es la búsqueda de oportunidades de formación, normalmente de tercer ciclo o superior [...]. En tal sentido, si atributos demográficos*

> *como la cantidad, la densidade, la estrutura y el crecimiento de la poblacion de la ciudad se vinculan sistemáticamente con la oferta educativa, cabe esperar una relación entre el perfil demográfico de la ciudad y su actrativo migratorio. La hipótesis, entonces, es que el diferencial en matéria de oferta de educación terciaria (universitaria o técnica) es el relevante para este tipo de migración* [...].

Desta forma, Vignoli (2011) nos mostra a importância da oferta de educação superior como um elemento relevante nas migrações contemporâneas, como no caso abordado no presente ensaio. A possibilidade de entrada no ensino superior torna-se cada vez mais um chamariz para possíveis imigrantes se deslocarem para outras cidades.

4. Desenvolvimento e resultados da pesquisa

Nessa concepção é que se apresenta o presente trabalho. A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), situada na cidade de Foz do Iguaçu, no Brasil – na região de tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina – é um *locus* de interações entre migrantes de diversos países latino-americanos. Neste espaço de sociabilidade apresentam-se várias identidades, valores étnicos e culturais, resultado das trajetórias individuais e coletivas dos diversos atores que compõem este universo. Atualmente, centenas de estudantes de vários países latino-americanos residem em Foz do Iguaçu. Estes vieram de seus países para estudarem na UNILA. Também existem alunos que fazem um movimento pendular entre Ciudad del Este (Paraguai) e Foz, além dos que fazem o mesmo movimento entre Puerto Iguazú (Argentina) e Foz, com o mesmo intuito, cursarem os seus cursos superiores na UNILA. Por outro lado, há um número importante de professores (docentes) oriundos destes vários países latino-americanos, que residem em Foz e que foram para aquela cidade para trabalharem na UNILA. Cabe destacar que a entrada de professores na UNILA é via concurso público, portanto, os docentes que nela se encontram vieram (na sua maioria) diretamente pra Foz do Iguaçu para trabalharem nesta instituição. Atualmente, são 30 docentes estrangeiros na UNILA, entre paraguaios, argentinos, colombianos, mexicanos, cubanos e até italianos. A tabela abaixo mostra o quantitativo de alunos estrangeiros e seus locais de origem.

Tabela 1 – País de origem e número de alunos por país – 2013.

País	**Número de alunos**
Paraguai	177
Uruguai	73
Peru	59
Equador	51
Bolívia	43
Argentina	36
Colômbia	34
Venezuela	22
Chile	13
El Salvador	05
TOTAL	**513**

Fonte: RICOBOM (2013)

Há, portanto, uma estreita relação entre migração e oportunidades de estudo no ensino superior, na perspectiva apresentada por Vignoli (2011). Há ainda a perspectiva de incremento neste fluxo migratório entre pessoas dos diferentes países latino-americanos e Foz do Iguaçu, tendo em vista a perspectiva de crescimento da instituição nos próximos anos. Atualmente são 16 cursos de graduação, mas, a perspectiva é que até 2015 sejam 40, além dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, que a partir de 2014 já contará com a primeira turma de Estudos Latino-americanos, conforme demonstra a figura abaixo:

Figura 2 – Expansão das matrículas por países

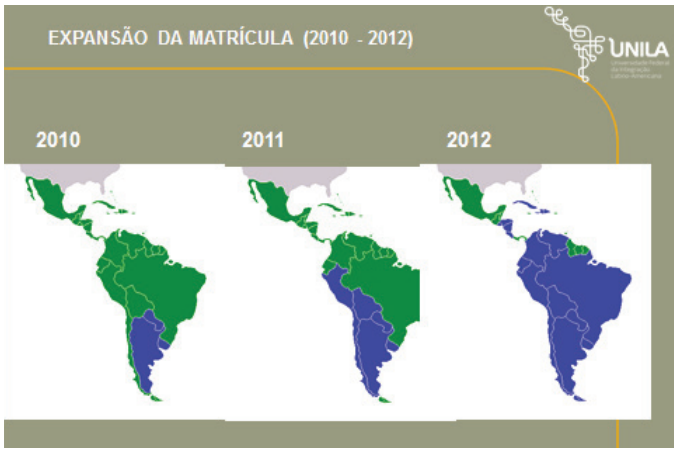

Fonte: RICOBOM (2013).

No início do primeiro semestre letivo de 2014, a situação no número de alunos estrangeiros era a seguinte:

Tabela 2 – País de origem e número de alunos por país em 2014.

País	**Número de alunos**
Paraguai	259
Uruguai	88
Equador	62
Peru	60
Colômbia	59
Bolívia	56
Argentina	49
Venezuela	19
Chile	10
El Salvador	5
Alemanha	2
França	1

Fonte: Dados coletados junto à Pró-Reitoria de Relações Internacionais UNILA (2014).

Da tabela acima gostaríamos de destacar alguns elementos que nos chamam a atenção. Em primeiro lugar, destacamos um número relevante de alunos oriundos de países do noroeste/norte da América do Sul, como equatorianos (62), peruanos (60) e colombianos (59). O número de estudantes destes 3 países representa 27% do total de estudantes da universidade, isto é, mais de ¼ da totalidade de matriculados na instituição. Chamamos a atenção em particular para o caso do Equador, pois é um país que não possui fronteiras com o Brasil, o país sede da instituição. Este país sozinho possui aproximadamente 10% do total de alunos que cursam a UNILA. O que pretendemos destacar aqui é que estes migrantes realizaram uma migração de longa distância. Os equatorianos, peruanos e colombianos aparecem em terceiro, quarto e quinto lugares, respectivamente, no número de alunos estrangeiros regularmente matriculados na instituição. Aparecem atrás apenas do Paraguai (país fronteiriço à cidade sede da instituição) – do qual muitos alunos residem em Ciudad del Este, cidade gêmea de Foz do Iguaçu – e Uruguai, país relativamente próximo à Foz do Iguaçu, onde fica a UNILA.

Outro elemento interessante, ainda a respeito daqueles países é que, enquanto em 2011 apenas os peruanos apareciam na lista de estudantes (3,01% do total geral), em 2012 os equatorianos já representavam 10,16% do total geral, assim como os colombianos que já eram 6,65%. Os peruanos, que no ano anterior somavam 3,01% do total, neste (2012) já perfaziam 9,77% da totalidade de alunos matriculados. Destacamos ainda a existência de alunos europeus, dois alemães e um francês.

O total de alunos estrangeiros na UNILA no início do primeiro semestre de 2014 era de 670 indivíduos, o que representava cerca de 44,64% do total de alunos matriculados na Universidade. No início deste ano, o número de alunos entrantes por países mais significativos numericamente foram:

Tabela 3 – Número de alunos ingressantes por país em 2014.

País	**Número de ingressantes em 2014**
Paraguai	82
Colômbia	26
Uruguai	17
Argentina	15
Bolívia	14
Equador	11
Peru	1

Fonte: Dados coletados junto à Pró-Reitoria de Relações Internacionais UNILA (2014).

Aqui mais uma vez se destaca um país do norte do continente, a Colômbia. No ano corrente, foi justamente deste país o segundo maior número de alunos ingressantes na UNILA, demostrando uma tendência dos últimos 03 anos, atestando uma migração de longa distância visando estudar no ensino superior brasileiro.

Em levantamento feito com nossos alunos, em duas disciplinas que lecionamos, encontramos diversas regiões de origem: Assunção (Paraguai); Cantón Santa Clara (Equador); Departamentos Paraguari (Paraguai) e Cordillera (Paraguai), Cantón Santa Elena (Equador); Pastaza (Equador); Rio Negro (Uruguai); Canelones (Uruguai), Caaguazú (Paraguai); La Paz (Bolívia); Bogotá (Colômbia); Tala (Uruguai); Ciudad del Este (Paraguai); Puerto Iguazu (Argentina); Montevideo (Uruguai); Limpio (Paraguai); Caracas (Venezuela); Valencia (Venezuela); San Salvador (El Salvador); Lima (Peru), dentre outros. Encontramos ainda alunos oriundos de outros municípios do estado do Paraná, como Medianeira, Toledo e Entre Rios do Oeste, além de cidades de outros estados do Brasil, como Barretos, em São Paulo, Manaus, no Amazonas, Rio de Janeiro e Belém, estado do Pará, norte do país.

Ao serem questionados sobre o motivo de suas vindas para o Brasil, boa parte dos estrangeiros nos respondeu que era para conhecer uma outra cultura, um outro país. Suas motivações principais eram justamente poder viver alguns anos em outro país, com cultura e língua distinta das suas. O seguinte relato de uma estudante colombiana é importante para entendermos os motivos que levam os estudantes para a UNILA.

> Eu já estudava em uma faculdade em Bogotá, mas por intermédio de um outro colombiano que já estudava aqui, fiquei sabendo da Unila. Decidi vir pra cá. Era uma oportunidade de conhecer um outro país, uma outra cultura e também de estudar num país como o Brasil. Um país grande, importante (Tradução nossa).

Outra estudante desta vez da Venezuela nos disse que:

> Eu fiquei sabendo da Unila e soube que existiam benefícios pra gente vir estudar aqui. Esse foi o motivo que vim pra cá, os benefícios. Mas também é outro país, eu queria morar em um outro país. Está sendo muito legal. Claro, sinto falta do meu país, da minha família na Venezuela, mas estou gostando, é uma grande experiência. (Tradução nossa).

Esses relatos demonstram a importância da Universidade como chamariz para as migrações de estudantes latino-americanos para Foz do Iguaçu, não só em função dos estudos propriamente ditos, mas também pela possibilidade destes em poder vivenciar novas culturas. Boa parte dos estudantes que conversamos tocou justamente neste ponto. Como a universidade era importante não apenas para poderem viver no Brasil (um outro país), mas também a própria oportunidade de conhecer pessoas de vários países da América Latina. Esta universidade multicultural/multiétnica situada numa cidade com as características também de multiculturalidade se tornou um importante elemento na migração contemporânea de estrangeiros para Foz do Iguaçu. Se em momentos anteriores os fluxos migratórios (nacionais e internacionais) em direção à cidade se relacionaram à construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu, ao turismo de compras e seus desdobramentos, pode-se afirmar que, hodiernamente, as migrações de estrangeiros para a terra das Cataratas estejam estreitamente relacionadas à existência da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E, em função também das redes sociais existentes nos processos migratórios, cada vez mais os estrangeiros têm tomado conhecimento da existência da Universidade, contribuindo para o afluxo maior desses estudantes em direção à Foz do Iguaçu que, por possuir outras universidades públicas (estaduais), tem se tornado nos últimos anos o destino de muitos jovens estudantes que buscam formação superior naquela cidade. E, com a expansão dos cursos de graduação e pós-graduação, esse movimento tende a se expandir nos próximos anos.

Referências

GAUDEMAR. J. P. de. (1977). *Mobilidade do trabalho e acumulação de capital.* Estampa: Lisboa.

IMEA (2009). Comissão de Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. *UNILA: consulta internacional*. Contribuições à concepção, organização e proposta político-pedagógica da UNILA: IMEA.

IBGE. Censo 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Consultado em 11 nov. 2014.

PEIXOTO, J. (2004). As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. *Socius Working Papers*.11. Centro de Investigação em Sociologia Econômica das Organizações (SOCIUS), Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa.

Pró-Reitoria de Relações Internacionais da UNILA. (2014). *Dados sobre o número de alunos estrangeiros matriculados no primeiro semestre de 2014*. E-mail recebido em 11/04/2014.

RICOBOM, G. (2013). *Apresentação sobre a UNILA*. S/d. E-mail recebido em 01/11/2013.

RICOBOM, G. (2010). Unila: a contribuição do ensino para a integração da América Latina. *Revista Ideação*. 12; 1. p. 67-78. 1º sem. Foz do Iguaçu.

SALIM, C. A. (1992). Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: *VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais.* Brasília.

VIGNOLI, J. R. (2011). Qué definiciones, que teorias, qué fuentes e qué metodologias precisamos para el estúdio de la migración interna em la actualidad? In: CUNHA, J. M. P. da (Org.). *Mobilidade espacial da população:* desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: Unicamp, p. 45-70.

www.soslikes.com.br. Consultado em 12 set. 2014.

A fuga pela terceira margem ou da identidade glocal de Rowney: um médico brasileiro há 20 anos em Portugal

Ricardo Vieira
rvieira@ipleria.pt

Biografia: Ricardo Vieira nasceu em Albergaria dos Doze, em 1961. É Mestre em Antropologia Social e Sociologia da Cultura pela FCSH-UNL, Doutor em Antropologia Social, Pós-Doutor em Serviço Social e Agregado em Antropologia da Educação pelo ISCTE. No ano de 2000, foi galardoado com o Prémio Rui Grácio, prémio nacional para o melhor trabalho de investigação em Educação realizado em Portugal, SPCE.
Autor de diversos livros e artigos científicos, é, atualmente, Professor Coordenador Principal (*Full Professor*) da ESECS do Instituto Politécnico de Leiria (IPL), Professor Decano do IPL e Investigador do CIID-IPL, núcleo do CICS.NOVA.

Resumo: Nesta comunicação pretende-se dar conta de uma investigação etnobiográfica realizada com imigrantes brasileiros em Portugal, para compreender os modelos de reconstrução identitária de quem, nascendo no Brasil, buscou Portugal como projeto de vida. Em particular, recorrendo a entrevistas videogravadas, apresentar-se-á o caso de Rowney, um médico dentista nascido no Rio de Janeiro e que se assume como um cidadão do mundo, vivendo em Portugal ou em qualquer outro país, e que idealiza a utopia de uma imigrónia onde os imigrantes, os considerados "sem terra", por quem acolhe, fossem reconhecidos como tendo identidades mestiças e capazes de se adaptar a territórios identitários vários para além dos da cultura de origem. Rowney inventa a terceira margem, como refere Guimarães Rosa, que corresponde a uma atitude e a uma identidade glocal que inclui as diferenças culturais por que passou, ao longo da história de vida, num *self* intercultural.

Palavras-chave: Terceira margem, identidades pessoais, metamorfoses da identidade, projeto, *self* intercultural

1. A Identidade como Processo Dinâmico

Cada sujeito nasce num determinado lugar, mas não podemos mais pensar, no século XXI, a identidade como sendo essa pertença exclusiva, essa identificação apenas com o lugar de nascimento, com a língua primeira, a cultura de origem, com as primeiras palavras, com a primeira religião, com esse primeiro, primeiro, primeiro… que se pode classificar de primordialismo. Todo o mundo já sabe disto e todo o mundo já fala sobre isto, mas, às vezes, não se fala ainda com muita convicção; daí que seja importante, antes de mostrarmos os retratos de vida destes imigrantes brasileiros em Portugal, esta pequena introdução.
Nós não somos apenas de um lugar. E as nossas fronteiras não são físicas, são, antes, simbólicas (Barth, 1995). É preciso pensar que a paisagem social portuguesa se alterou imenso nas duas últimas décadas. Os outros, a alteridade, estão mais visíveis entre nós. Os brasileiros estão mais visíveis entre nós portugueses. Eles fazem parte do nosso património e, neste sentido, é o próprio Portugal que se torna ainda mais multicultural do que já era (Bastos & Bastos, 1999). Mas os brasileiros, tal como outros imigrantes, gerem, cada um à sua maneira, de forma heterogénea os seus vários pertencimentos.
O eu plural (Lahire, 2002) (re)inventa-se, a cada momento, numa multiplicidade de pertenças e espaços simbólicos, num processo contínuo de mestiçagem (Laplantine; Nouss, 2002; e Vieira, 2009): cada um é aquilo que é pelas relações que estabelece e pela forma original com que se apropria do outro, tornando-o seu, num balanço contínuo para que o projeto de vida faça sentido.

2. Rowney Furfuro

> "A Imigrónia não existe, logo não tenho canto."

Rowney nasceu no Rio de Janeiro e é dentista em Leiria, Portugal. Está em Portugal há dezassete anos e tem uma família luso-brasileira: a mulher é portuguesa, do Porto. Rowney tem duas filhas dum primeiro casamento. Embora nascidas em Portugal, não lhes foi concedida, na altura, a nacionalidade portuguesa, devido à legislação que vigorava então.
É de ascendência italiana, mas Rowney faz questão de mencionar a sua pluriculturalidade no que respeita à sua descendência. Descendente de negros e de "*branquelas*" (italianos) assume, assim, a sua mestiçagem. Neste sentido, explica que a escolha dos nomes das filhas surge a esse propósito. Rowney refere assim que:

> "A Taina e a Dandara têm nomes objetivamente procurados com intencionalidade. A Dandara tem a ver com o facto de eu ser descendente de negros, o meu avô materno era já um mestiço quase negro, o meu bisavô era mesmo negro e vem daí uma mestiçagem que se misturou com os italianos e deu assim esses "branquelas" azedos. Começou a extinguir-se o laço com a "negritude" da família.
> Dandara foi uma negra que viveu no Brasil na altura dos Quilombos, estes eram comunidades de escravos fugidos que se refugiavam na mata […]. A Taina já é um nome indígena, foi a preocupação de mantê-la ligada ao Brasil, Taina entre o Piguaráni e Estrela, para ela não perder o Norte. Elas têm apelido Lara da mãe e Furfuro do pai".

Os pais de Rowney vivem no Brasil. O pai, antigamente, trabalhava na indústria farmacêutica e, mais tarde, foi transferido para o Rio de Janeiro. Rowney mudou-se, com 14 anos, acompanhado da família, para esta cidade. Acrescenta que a sua adaptação sempre foi favorável.

3. O eu intercultural

> "Eu sinto-me um cidadão da Terra".

A ligação de Rowney com a cultura de origem é estabelecida através do apego que tem pelo futebol, pela escola de samba e pelas tradições alimentares brasileiras. Menciona, neste sentido, que o futebol é uma realidade presente desde há muito tempo na sua vida. Em Portugal, este apego torna-se mais visível "[…] pela proximidade das realidades, aqui como convivo muito com profissionais do futebol e no Brasil não convivia, falava muito menos de futebol do que falo aqui". Desde o seu primeiro casamento que está envolvido no mundo futebolístico; o tio da primeira esposa era um jogador do Sporting, então, mesmo no campo familiar estava diretamente envolvido nesse mundo. Essa proximidade é mais evidente porque, em Leiria, tem muitos jogadores profissionais que são acompanhados na clínica dentária onde trabalha, por essa razão, Rowney, diz que: […] o futebol entrou na minha vida muito mais em Portugal […]".

> "O Flamenguista": o futebol como elemento de identificação cultural

A sua adesão à cultura de origem faz-se por um apego às tradições alimentares do Brasil, e a firme recusa de pratos tradicionais portugueses. Esta identificação primordial é também fortemente reivindicada através de um investimento afetivo na escola de samba, a Portela, ou no clube de futebol brasileiro, o Flamengo; investimento que não faz em qualquer clube português.
O futebol funciona, neste sentido, como uma ponte entre a cultura de origem e a cultura de chegada. Rowney assume que a sua preferência clubística é o Flamengo:

> "[…] eu sou flamenguista, e o flamenguista, ao contrário do brasileiro, não adota clubes, o brasileiro tem vários clubes, cada clube tem um lugar diferente, o

> flamenguista não tem isso, o flamenguista é flamenguista em qualquer parte do mundo, portanto, eu sou flamenguista! […].

É impossível em Portugal não se falar de futebol, então esse ano tem sido uma coisa perfeitamente maluca".
Ao contrário do que acontece com o seu clube do coração – o Flamengo –, Rowney adotou, em Portugal, outra estratégia. O apego ao Flamengo é de tal forma intenso que, de modo a evitar outro "sofrimento", se recusa a dar preferência a um clube português.

> "[…] já que eu sofro tanto no Brasil, em Portugal eu recuso-me a sofrer, de maneira que eu sou sempre campeão há 17 anos, estou sempre na festa […] continuo a sofrer pelo meu Flamengo é o meu clube do coração, agora aqui quero ver é bons jogos de futebol."
> "[…] eu não tenho absolutamente nenhuma preferência em Portugal e a minha entrada para o mundo do futebol quando cá cheguei foi exatamente a ideia de que tenho que torcer pelo clube onde estão as pessoas que me são queridas, portanto, o que eu queria era o sucesso dessas pessoas, não estava preocupado minimamente com esse ou com aquele clube."

A conceção de Rowney é a de que, não dando preferência a um clube em específico, "nunca corre o risco de ficar em segundo lugar". A sensação de adepto vencedor está sempre garantida, independentemente do clube de futebol que esteja no pódio.
Nunca corro o risco [de ficar em segundo lugar] porque vou sempre em primeiro, este ano já fui do Marítimo, agora estou a torcer pelo Porto. O Flamengo é que é o meu coração, o que é que eu vou fazer eu não consigo torcer por outra equipa. Quando estão ali duas equipas a defrontarem-se escolhe-se uma para ter mais simpatia mas não me consigo fixar por outra equipa, não dá para sofrer, é o Flamengo […] já estou mais curado, mais vacinado, isso foi uma das coisas boas que a distância trouxe, já consigo sofrer menos pelo Flamengo.
Tal como acontece com o futebol, a emoção com que fala do samba do "seu Brasil", é também tradutora da sua identificação com o país de origem.
"Não me peçam para torcer por outra escola que não seja a Portela, não vale a pena, é a escola de samba do meu coração cujas cores são azul e prata".
Eu assisto ao desfile da Portela religiosamente os outros vejo (risos), é um pouco ritual, também há o ritual quando sento para ver o Flamengo a jogar não é a mesma coisa que sentar para ver o Porto jogar ou o Benfica. Quando o Flamengo joga saiam de perto de mim porque aí o fundamentalismo quase chega às raias da loucura (risos) tenho os meus pontos fracos, sou humano.
Embora assuma esta postura perante o futebol português, Rowney reforça, também, a sua identificação com a cultura portuguesa, evidenciando a sua ligação com a seleção nacional portuguesa: "Fui nascido e criado no Brasil… mas já tem 17 anos em Portugal, não posso passar por Portugal indiferente, eu não consigo deixar de sentir quando a seleção portuguesa joga, me emociona, me faz diferença. Quando um 'team' português vai jogar para fora, é óbvio que eu torço por Portugal. Este apego com a cultura primordial, não só é visível através do futebol e do samba, assim como, na forma como fala da alimentação.

4. A alimentação na cultura portuguesa

Do ponto de vista alimentar, Rowney menciona que inicialmente existiu alguma dificuldade em integrar, na sua dieta alimentar, os pratos portugueses. Embora refira que: "[…] o meu padrão alimentar é muito simples, é arroz e feijão e alguma coisa.", Rowney oferece alguma resistência a alguns alimentos, designadamente a sardinha.
"Eu não me adaptei facilmente do ponto de vista alimentar, na altura em que cheguei a Portugal, os cozidos e os grelhados não faziam parte da minha alimentação. Eu, até hoje, continuo a alimentar-me brasileiramente, abomino couves… couves é coisa que não vale a pena! Então como abomino couves, caldo verde é uma

questão fora de qualquer conversa… Cozido, não sou apreciador de cozidos! Já há 9 anos que não como carne vermelha, portanto… cozido à portuguesa é um prato que não me serve para rigorosamente nada. Entretanto, o bacalhau à brás, o bacalhau com natas, o bacalhau à lagareiro, o bacalhau do jeito que for, "marcha" que é uma "gracinha"… Tenho um "asco" de sardinha assada! Aquilo, para mim, é a visão do inferno, é o quadro de Dante bem pintado, mas… em contrapartida, sou apaixonado por um robalinho grelhado, um cherne grelhado… É óbvio que há uma identificação com as coisas e não com a nacionalidade delas. […] E posso me gabar de ter ensinado a minha esposa a fazer muita coisa que ela faz hoje, […] de comida brasileira e não só".

Nesta perspetiva, existe um/uma reconhecimento/identificação com as coisas e não necessariamente com a nacionalidade das coisas que lhe estão subjacentes. A esse respeito, Rowney relata não apreciar comida de restaurante. a título de exemplo Quando tal se proporciona, Rowney concretiza que não evita os restaurantes brasileiros, assim como também não os privilegia: "[…] eu odeio comida de restaurante, abomino comida de restaurante e já não como num restaurante brasileiro há muito tempo, mas não fujo dos restaurantes brasileiros, vou ao restaurante quando tenho que ir mas não é por ser brasileiro […]".

Apesar da aparente inadaptação à alimentação portuguesa, Rowney conta que, numa das viagens que fez em trabalho, à Ilha da Madeira, apreciou a gastronomia regional: […] eu adorei a ilha da Madeira. Então fiz lá um roteiro gastronómico que foi absolutamente impagável [risos] fui a todo o lado […]".

Rowney não é um apreciador de álcool. Por essa razão, alude que não se identifica com a caipirinha, não sendo por isso um elemento que o liga à cultura brasileira. A sua preferência são os "[…] sumos de fruta natural que, antigamente, eram muito difíceis de encontrar, agora vai-se ao Continente, compra-se a polpa e faz-se em casa, exatamente como tomava no Brasil. Assim, como que em modo de comparação, refere uma particularidade da cultura portuguesa que é motivo de estranheza da sua parte: o processo de produção do vinho.

"Eu não bebo álcool, inclusive acerca do álcool tenho uma coisa importantíssima para falar que é da cultura portuguesa: eu adoro sumo de uva! Tenho uma profunda dificuldade em entender porque é que vocês deixam o sumo de uva apodrecer para beber depois de podre, isso é uma coisa que me transtorna terrivelmente."

5. "Um português de brincadeira" na margem de cá

Através da família portuguesa, das filhas, e da nação, simbolizada pelo hino que entoa de forma emocionada, este emigrante brasileiro reclama a sua portugalidade.

> "Você coloca pão para assar no forno, o que é que sai de lá? Pão ou borboleta? Sai pão. Portanto, as minhas filhas são portuguesas, elas nasceram aqui, filhas de pais brasileiros mas são portuguesas, sempre senti isto. A questão é saber qual o enfoque que se vai dar a esta questão, oficialmente não são, tecnicamente se calhar também não".

> "Eu, inicialmente, mantive-me completamente brasileiro, imigrante sem laços. O estatuto de igualdades, direitos e deveres transforma-me num indivíduo brasileiro com os mesmos direitos e deveres de um cidadão português, é como se eu fosse português de brincadeira".

> "O Hino Português me faz muita diferença, eu tenho uma relação com o Hino Português muito curiosa porque quando eu chego a Portugal e vejo a eloquência, a rapidez com que o hino chega aos portugueses, eu fiquei completamente encantado com isso, então ficou uma simpatia muito grande pelo hino. Hoje quando se canta o hino nos jogos da selecção, por exemplo, há bem pouco tempo estava a começar um jogo de Portugal e começámos a cantar o hino "Heróis do mar nobre povo …" e as minhas filhas ficaram a olhar para mim e perguntaram-me se eu sabia o hino todo. Claro que eu sei como é que eu vivo há 17 anos aqui e não ia saber o hino, esse hino para mim já faz muita diferença. A "portugalidade" já me é muito cara. Não vou deixar de ser brasileiro nunca".

6. A metamorfose

É o olhar dos outros que permite objetivar a transformação que sofreu e tomar consciência dessa disjunção da identidade.
Rowney assume que, desde cedo, começou a mudar de residência, percorrendo vários pontos do país. A sua trajetória de vida não se circunscreveu num único contexto, o que possivelmente potenciou a sua disposição em vestir várias camadas, transformando-se.

> "[…] eu começo a mudar-me desde muito cedo, mudanças de bairro. Eu não fui aquela pessoa que viveu a vida toda na mesma casa, no mesmo bairro, uma criança com 6 ou 7 anos de idade mudar de um bairro para o outro numa cidade de 3 milhões de habitantes é como mudar de país".

Estes acontecimentos parecem ter desencadeado em Rowney, de uma forma muito particular, uma capacidade de autoanálise sobre as coisas que o faz considerar que o seu percurso de vida contribuiu significativamente para a sua forma de estar e de integrar nos diferentes contextos: "*A minha experiência de vida foi fundamental para essa minha capacidade camaleónica de me adaptar […]*".

> "Eu não sou aquilo que nasci, eu sou o que construí, eu sou o que sou hoje. Esse sou eu hoje! Vai ser assim amanhã? Não sei, provavelmente não. Provavelmente, amanhã vou juntar mais coisas, mais aprendizagens, mais experiências e se calhar vou estar diferente, vou estar com outras visões… Se calhar, posso me tornar num fundamentalista ou ainda um indivíduo mais aberto do que sou hoje. Não vejo as coisas com essa fixação no tempo".

7. A fuga pela terceira margem

Com um pé em cada margem, onde criou raízes, Rowney é como uma orquídea, viajando pelo espaço em busca da terceira margem, o lugar que não existe em parte nenhuma, ou que poderia ser qualquer lugar da Terra: *"[…] eu não tenho fronteiras"*. A este propósito, Rowney conta que, uma vez, numa das entrevistas que deu para revistas da especialidade, metaforicamente comparou-se a uma orquídea, o que suscitou alguma contestação:

> "[…] eu disse que sou como uma orquídea e estou muito bem onde eu estou, e isso gerou uma revolução seríssima por parte da minha família, que me perguntou: *"Então você não tem raízes no Brasil?"*. Claro que eu tenho raízes, […] É claro que eu tenho origens no Brasil! É claro que eu tenho as minhas raízes no Brasil e não nego radicalmente, pelo contrário… sou completamente de raízes brasileiras! Aliás, nota-se de alto a baixo! Portanto, não há como negar isso, agora não quer dizer que eu não possa estar bem onde eu estou…. porque as raízes das orquídeas estão metidas na árvore que as sustenta, mas elas às vezes vão até o solo, as raízes das orquídeas são muito grandes, a planta é que é pequenina. E a sensação que eu tenho é que o Brasil é pequeno demais, Portugal é pequeno demais. Se eu tivesse… por qualquer razão eu tivesse que ir viver para a Rússia ou para a Bulgária, porque já houve um convite para eu ir viver para a Bulgária, a propósito de umas coisas que aconteceram entretanto, eu iria viver para a Bulgária, provavelmente… Não sei se teria mais ou menos dificuldade, mas não encararia com nenhum receio o facto de ir viver para a Bulgária. Eu tenho certeza que se fosse chegar na Bulgária hoje pelo menos uma família me receberia bem… e foi assim que eu fui recebido em Portugal por uma família, foi assim o começo de tudo".

A interculturalidade de Rowney está bem assente na sua forma de ser, não só por uma dimensão mais objetiva: a nacionalidade, o futebol, a alimentação, mas, também por uma dimensão mais profunda, uma dimensão

mais subjetiva que leva Rowney a sentir-se um individuo *"sem fronteiras"* e *"sem lugar no mundo"*. Assim, sugerindo que o imigrante "*não tem lugar no mundo*".
É exactamente o que diz Pierre Bourdieu (1999):

> "Tal como Sócrates, segundo Platão, o imigrante é um atopos, um sem lugar, deslocado e inclassificável. Esta comparação não tem apenas o intento de enobrecer, pela virtude da referência. Nem cidadão, nem estrangeiro, nem verdadeiramente do lado do Mesmo, nem totalmente do lado do Outro, ele situa-se no lugar "bastardo" de que fala Platão, a fronteira do ser e do e não-ser social" (Bourdieu, 1999, tradução dos autores).

Rowney busca a Imigrónia como a possibilidade de contexto de integração do imigrante. Esta passagem, entre as duas margens, faz de Rowney um mestiço, um produto construído, mas inacabado (Vieira e Trindade, 2008; Vieira, 2009; Vieira e Mendes, 2010; André, 2012), resultado da troca entre as duas margens. Rowney faz alusão ao facto de que não existe um reconhecimento de si, seja como brasileiro ou português, por parte de nenhuma das margens, fazendo com que não seja identificado como pertencente a uma delas:

> "[…] o imigrante é um *sem terra*. O imigrante não tem lugar nenhum no mundo. Portanto, haviam de criar rapidamente a "Imigrónia" [risos]. Haviam de criar a "Imigrónia", porque é um problema seríssimo: eu aqui em Portugal sou *o brasileiro* e agora quando vou ao Brasil sou *o português*. A "Imigrónia" não existe, eu não tenho canto. […] Hoje, quando vou ao Brasil, toda a gente me chama "o português".

Por outro lado, Rowney enfatiza este seu posicionamento – do *"imigrante é um sem terra"* – como uma questão muito particular: o imigrante, quando sai do seu país de origem, fica sujeito a uma representação coletiva, como que se se constituísse no representante do seu país:

> "[…] as pessoas para mim são pessoas, nem são títulos, nem são nações, só que às vezes a realidade dessa questão vaza pouco, ou seja, quando você sai do seu país deixa de ter personalidade, você passa a ser a representação do seu país, portanto, é muito frequente eu ser chamado de "O Brasileiro". Eu não sou o Rowney sempre, muitas das vezes não tanto diretamente, mas mais pelas costas, eu sou "O Brasileiro": A*h… aquele médico brasileiro*, percebe? Isso te dá uma dimensão da importância da conduta que cada indivíduo como uma individualidade mesmo tem fora do seu país, você é representante do seu país."

Relativamente à conceção que Rowney tem sobre o imigrante, está subjacente que Portugal assume uma postura distinta daquela que o Brasil tem para com os seus emigrantes. Assim, menciona que, apesar de viver há já 17 anos em Portugal, há de ser sempre, do ponto de vista dos outros portugueses, um cidadão estrangeiro.

> "[…] um imigrante que chega no Brasil deixa de ser imigrante durante muito pouco tempo, eu vivo em Portugal há mais de 17 anos e posso viver mais 40 e vou continuar a ser um brasileiro. Em Portugal um cidadão estrangeiro vai ser sempre estrangeiro, passe o tempo que passar. No Brasil isso não acontece, […] o português é o único povo que chega no Brasil e não é gringo, é imediatamente português. Os outros imigrantes passado um tempito ainda não falam português já é a nacionalidade (é o italiano, o boliviano, o chileno), passado mais um tempo já tem nome, passado ainda mais um bocado já ninguém se lembra que ele não é brasileiro, o indivíduo nem fala português, fala com o sotaque da sua nacionalidade (imitação de um alemão) e já ninguém se lembra que o individuo não é dali, está encampado. O Brasil é uma confluência geral é uma mestiçagem total e em Portugal isso não acontece, e a explicação é exatamente essa e é muito simples, no Brasil não há originais quase, os originais eram os índios, toda a gente que foi para ali é de fora, portanto, ninguém tem direito de jogar pedra no telhado dos outros. Esse encapar da sua nacionalidade, essa adoção é quase espontânea, o indivíduo passa lá 20 anos a falar aquele espanhol arrastado e ninguém se lembra

> mais que ele é espanhol, é brasileiro e acabou-se. Aqui isso não acontece porque o português emigrou e o brasileiro recebeu a emigração, a diferença é exatamente essa, nós fomos educados a receber e vocês foram educados a colonizar, […]"

Rowney afirma sentir-se transformado. Do ponto de vista interno, refere já não sentir-se o mesmo brasileiro que chegou a Portugal há 17 anos atrás. Porém, não desconsidera o grande amor que tem pelo Brasil, nem a sua ligação com Portugal:

> "[…] claro que não sou o mesmo que chegou, era impossível passar ao lado a todas essas emoções e sentimentos, quer dizer, tenho um profundo amor ao Brasil, continuo a ser brasileiro. Fui nascido e criado no Brasil… [...] mas já tenho 17 anos em Portugal, não posso passar por Portugal de modo indiferente […]".

Perante a classificação "luso-brasileiro", Rowney parece não encarar essa questão como um problema. Assume-se, aparentemente, como português e como brasileiro, chegando mesmo a admitir que se sente mais português do que alguns indivíduos de naturalidade e nacionalidade portuguesa.

> "[…] Sou brasileiro, mas também posso dizer que sou português… Sou mais português, sou mais português do que muito português que nasceu cá! Além de tudo o resto sou capaz de amar mais este país e pagar aqui mais impostos e contribuir mais para o bem-estar deste país do que muitos portugueses que nasceram aqui. Estou completamente à vontade para ser brasileiro, português ou luso-brasileiro. Eu não sou nada contra a globalização num determinado sentido das questões, acho que a nacionalidade é muito importante, o patriotismo é absolutamente maravilhoso, sou radicalmente avesso aos fundamentalismos".

Assim, a título de exemplo, Rowney busca os seus gostos musicais, o que se traduz, de certo modo, num reflexo da sua interculturalidade:

> "Eu não preciso do ritual porque o Brasil sou eu… eu não preciso de nada que me ligue ao Brasil. Eu ouço muita música brasileira, mas também ouço muita portuguesa como também ouço música inglesa, grega. Eu gosto de música, então não me preocupa de onde vem a música desde que eu goste, eu sou absolutamente eclético do ponto de vista musical […]"

Todavia, Rowney elege duas cidades pelas quais seria capaz de trocar Leiria: Barcelona e o Rio de Janeiro.

> "Há duas cidades no mundo que eu trocaria Leiria por qualquer uma delas. Só há duas, hoje em dia. Trocaria de olhos fechados. [Em] primeiro lugar, pelo Rio de Janeiro. Esta, sem a menor sombra de dúvida. É o meu sonho dourado, é a ideia de viver no Rio de Janeiro. Se você me perguntar: "Mas é concretizável?" Definitivamente o Rio de Janeiro que eu amo não existe mais. O Rio de Janeiro que eu amo acabou-se. Hoje é uma cidade extremamente violenta, abusivamente desumana para aquilo que eu gosto do Rio de Janeiro. Em segundo lugar, Barcelona; sou completamente siderado por Barcelona, apaixonado por Barcelona, rendido. São as duas cidades que me encantam, definitivamente, a nível de… de vida… de modos de vida, e isso dá mais ou menos uma ideia da minha maneira de ser… porque são duas cidades muito parecidas. […] É esse, mais ou menos, o meu espírito, percebe? Sou pouco ligado a formalidades, a certas rigidezes."

8. O projeto

O projeto de vida é um projeto em definição permanente. Inicialmente, como menciona Rowney, existiu vontade em regressar ao país de origem. *"Eu tive vontade de voltar, mas a vida vai modificando e em 92 eu planejei uma ida para o Brasil para estudar, fui fazer uma tentativa de ingressar num curso de residência de*

especialização em Cirurgia e Traumatologia buco-maxilo-facial". Mas a própria ordem natural da vida fê-lo considerar que a sua vida havia se transformado e que já estava há muito tempo em Portugal. Após todas as provas orais e escritas realizadas no Brasil, Rowney não foi um dos selecionados. Pelo seu discurso, o apelo da terra pareceu ser mais forte do que qualquer exame. Rowney fala do sentimento de pertença/de identificação com o país, no momento do regresso a Portugal, com alguma surpresa. Rowney esclarece que essa viagem entre as duas margens despoletou em si uma consciência de que algo se tinha transformado:

> "[…] quando retornei para Portugal tive uma sensação absolutamente curiosa: que eu já estava no Rio de Janeiro há 15 dias a prestar exames, tentei no FRJ, e já me começava a sentir incomodado porque queria voltar para casa, só que já não pensava em casa Belo Horizonte, pensava em casa Leiria, queria chegar ao meu canto, não em casa dos meus pais. E quando cheguei a Portugal, tive uma sensação muito esclarecedora, eu nessa altura percebi que alguma coisa tinha mudado definitivamente: eu estava-me a sentir perfeitamente em casa e isso começou a mudar os meus objetivos, eu não tive essa clarividência na altura mas comecei a ter essa perceção".

Apesar desta perceção, Rowney não admite a permanência efetiva em Portugal, nem recusa a possibilidade do regresso ao Brasil. A prospetiva de Rowney instaura a possibilidade de permanecer em Portugal, pelo facto de querer acompanhar a trajetória de vida das filhas.

> "Eu não admito, nem desadmito, não planejo voltar ao Brasil. Não quer dizer que não possa voltar ao Brasil, é muito difícil fazer planos, acho que cada vez mais é difícil voltar ao Brasil, as minhas filhas hoje estão com 9 anos a mais velha, daqui a 7 anos a minha filha está namorando, daqui a mais 10 anos se calhar está a pensar num namoro mais sério, daqui a 15 anos se calhar já está casada com filhos, e se calhar casa-se por aqui e aí é muito complicado. A perspetiva que se nota é assim: os meus pais são o grande laço que me une ao Brasil […]"

Rowney considera existir, em si, um sentimento de pertença entre as várias margens, Para ele, não existe apenas a pertença da primeira margem – o Brasil – e da segunda – Portugal. Como foi referido acima, são-lhe permitidas todas as margens, o que traduz, segundo o seu entendimento, a possibilidade da permanente transformação de si.

A concorrência pelos interesses próprios das sociedades é, segundo Rowney, a principal origem dos conflitos entre culturas. Neste sentido, a globalização traduz-se num fenómeno cujas consequências antevê desastrosas até que a humanidade esteja em sintonia com a diversidade e sejam reconhecidos os plenos direitos de todos os cidadãos da Terra:

> "[…], é preciso ter a noção que o grande problema da globalização é o foco de interesse, nós só vamos deixar de ter guerras no planeta Terra e passar a ser um planeta quando formos invadidos pela primeira vez e com uma tragédia muito grande, ou por outra cultura qualquer, aí é que nós nos vamos dar conta da união que temos entre todos, somos todos filhos do mesmo planeta."

9. Conclusão

Os emigrantes que vivem entre culturas podem escolher entre uma atitude pragmática de integração na sociedade de destino, ou, ao contrário, privilegiar uma dimensão ontológica, vivendo de acordo com a sua cultura de origem. Neste caso, o apelo das raízes influencia o comportamento, podendo levar à recusa da cultura de chegada. Há, ainda, um outro tipo de estratégia identitária que é viver perfeitamente entre os dois mundos, o de partida e o de chegada. No primeiro modelo enquadram-se aqueles que têm medo de falar de si e de enunciar o seu passado e procuram transmitir a ideia de que são exclusivamente produto da cultura de chegada e na sua comunicação nunca usam elementos dos contextos da sua infância e da cultura de partida. É o oblato.

O segundo modelo é o do trânsfuga intercultural. Neste caso há uma aceitação da nova cultura sem rejeitar a antiga. Os indivíduos integram a cultura do país de chegada no universo pessoal, o que dá uma nova dimensão à cultura de origem sem a destruir ou substituir, emergindo uma terceira dimensão, a terceira pessoa, resultante da integração comparativa do eu e do outro, do nós e do eles, em si. É esse o perfil identitário de Rowney embora tenha perfeita consciência que nem todos entendem a complexidade do seu intercultural e dinâmico.

Referências Bibliográficas

ANDRÉ, J. M. (2012), *Multiculturalidade, Identidades e Mestiçagem: o diálogo intercultural nas ideias, na política, nas artes e na religião*, Coimbra: Palimage.

BARTH, F. (1995), "Les Groupes Ethniques et leurs Frontières", *in* Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart, *Théories de L'Ethnicité*, Paris: PUF.

BASTOS, J. & BASTOS, S. (1999), *Portugal Multicultural*, Lisboa: Fim de Século.

BOURDIEU, P. (1999), "Prefácio", *in* Abdelmalek Sayad, *La Double Absence - Des illusions aux soufrances de l'immigré*, Paris: Seuil.

LAHIRE, B. (2002), *O Homem Plural*, S. Paulo: Ed. Vozes.

LAPLANTINE, F. & NOUSS, A. (2002), *A Mestiçagem*, Lisboa: Instituto Piaget.

VIEIRA, R. (2009), *Identidades Pessoais: interacções, campos de possibilidade e metamorfoses culturais*, Lisboa: Colibri.

VIEIRA, R. e MENDES, M. (2010), "Identity Reconfiguration of Immigrants in Portugal", *Diversity,* v. 2, n.º 7, pp. 959-972.

VIEIRA, R. e TRINDADE, J. M. (2008), "Migration, Culture and Identity in Portugal", *Language and Intercultural Communication*, vol. 8, nº 1, pp. 36-49.

Ruínas Trzan e seus fluxos: um estudo sobre apropriação do espaço em uma área fronteiriça

Thaís Fernanda Salves de Brito
tfsbrito@yahoo.com.br

Roney Gusmão Do Carmo
guzmão@hotmail.com

Resumo: As cidades modernas, segundo Agier (2011), podem ser entendidas como um dispositivo cultural, com multiplicidade de referências identitárias, definindo um espaço de ação. Em si, as cidades inscrevem lugares em um complexo de histórias, memórias e relações sociais. Em Santo Amaro – Bahia, as ruínas da Fundição Trzan, como um lugar de vivência e de fluxo, se revelam como um destes espaços que publicizam várias temporalidades e camadas de cidade (ROSSI: 2001 [1966]). Nos últimos 40 anos, o local, apesar de inabitado, oferecia um circuito de fluxo e de representações para um grupo amplo de citatinos. Porém, a partir de 2013, inicia-se, institucionalmente, nova ocupação por uma universidade federal brasileira. Intervenção arquitetônica, projetos do estado, presença de estudantes e pesquisadores promovem nova significação para este lugar. Esta pesquisa inicial, amparada pela etnografia, propõe apresentar alguns discursos sobre (a) este espaço, (b) fluxos de pessoas, (c) sobre sentir-se estrangeiros em seu espaço.

Palavras-Chave: espaço, fronteiras, memória, ruínas.

1. Introdução

A presença da ruína da Siderúrgica Trzan na cidade de Santo Amaro, à similaridade de muitos outros objetos arquitetônicos - estejam eles em estado de ruína ou não - publiciza várias temporalidades e camadas de cidade (ROSSI: 2001 [1966]). Hoje, cedida para instalação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB começa a viver um processo de patrimonialização, restauro e emergência de novas significações.

Quando ela foi adaptada para funcionar como uma empresa de fundição, estava sob uma intencionalidade estética específica, mobilizando os múltiplos significados atrelados à produção industrial. Com o encerramento das atividades, supomos que outros significados foram atribuídos à empresa, ao edifício, ao bairro em redor. Esta pesquisa, em fase inicial, dedica-se à reflexão sobre estes significados, temporalidades e fluxos.

Ainda que as atividades tenham sido encerradas, a relação com o espaço não foi encerrada. Ao olharmos para determinados espaços arquitetônicos, é possível reconhecer construções específicas da cidade no tempo. Falar de espaço é falar de tempo, e do tempo que interessa à memória, como bem revelou Halbwachs (1976). Segundo Aldo Rossi, determinados lugares despontam uma "cena fixa das vicissitudes do homem, carregada de sentimentos de gerações, de acontecimentos públicos, de tragédias privadas, de fatos novos e antigos" (ROSSI: 2001 [1966], p. 6).

Como uma "trama primordial eterna do viver" é perceptível que determinados lugares revelam uma criação temporal subscrita por meio de uma intencionalidade estética, que podemos perscrutar pelas vias da imaginação, das memórias, das experiências, dos processos de modificações e, fundamentalmente, das permanências. Lá está o passado – que, pelos lugares, guardam-se os projetos de cidade –, o presente – insurgindo pelos processos de subjetivação e de confronto com a realidade – e o futuro – revelado pelas expectativas e pela construção de outra cidade.

Em 2013, com a chegada da UFRB na cidade de Santo Amaro, o edifício da siderúrgica Trzan que estava subscrito na categoria de "coisa do passado" voltou a ser tema: tornou-se local de presente e projeção de futuro.

Logo de saída, a proposta da universidade é de intervenção, de recuperação e de ocupação do espaço urbano pela instalação do campus no local. A partir das ruínas, o campus universitário será construído, inspirado na ideia de um novo espaço público e de investimento intelectual na cidade. Diante deste novo fator, ideias passam a ser construídas coletivamente à medida que a população vislumbra outras possibilidades para as antigas ruínas por meio de um local institucionalizado de saber, possivelmente um bem cultural, fazendo assim convergir, futuramente, a população ao local.

Em meio a esta expectativa, emerge a memorização de um passado comum e de modelos de cidade que foram ansiados e que, novamente, passam a ser projetados sobre um mesmo local. Se, por um lado, a universidade propõe novos usos para o espaço e novos estímulos de sociabilidade, por outro, as mesmas ruínas passam a ser cenário de um lugar de disputa territorial e de autoridade. Há um investimento institucional em fazer do espaço um lugar de encontros e de convergências, rompendo, desde o projeto arquitetônico, a tradicional fissura entre produção acadêmica e vida comunitária, incluindo a comunidade dentro do universo científico e artístico.

Contudo, ao mesmo tempo em que o projeto da nova universidade se apresenta como um lugar de propostas de encontro e de permanência ativa para a cidade, ele é também, desde sua concepção, um lugar de não permanência. Os alunos devem viver por um tempo pré-determinado, uma época de passagem, não podendo, assim, fomentar relações mais profundas com a mesma comunidade. Em outras palavras, a universidade deseja ser parte da comunidade, mas boa parte da comunidade acadêmica – os estudantes – ciente, de antemão, que sua relação com a universidade e com a comunidade está marcada pelo tempo determinado para a conclusão do bacharelado.

Além desta relação fluída entre estas duas comunidades – citadina e acadêmica – outra subjetivação se revela. Para alguns cidadãos, aquelas ruínas que ficam na entrada da cidade de Santo Amaro, ladeada pelos trilhos do trem, de um lado, e de outro pelo Rio Subaé, foram lugar de uma certa imaginação de futuro: uma cidade moderna, industrial e plena de perspectivas de trabalho que se tornou frustração.

Há, ainda, outro grupo de cidadãos que ocupam, hoje, o terreno onde estão estas ruínas. Ao olharmos o prédio, a visibilidade das ruínas esconde outra realidade. Apesar de parecer um local inutilizado e em decomposição, na verdade, ela esconde uma cidade que vive a margem, na fronteira entre ser e não ser cidadão. Há uma invasão de famílias sem-teto no terreno fomentando novos debates sobre moradia, relação com o poder municipal e com a universidade.

Para investigar as representações sobre este espaço que emergem com a possibilidade da nova ocupação do local e de intervenção arquitetônica na cidade, propõe-se uma investigação, amparada no uso da metodologia etnográfica. Este artigo revela a primeira parte desta investigação. Para tal, fotos antigas e reportagens de jornal foram priorizados, além da investigação documental. Privilegiamos, ainda, a etnografia, amparada no uso foto-entrevista. Foram, ainda, coletados um depoimento de um colecionador da cidade, um breve depoimento e algumas fotos de uma das herdeiras da antiga siderúrgica, dois diários de campo de dois alunos da UFRB e uma entrevista em grupo com as mulheres que habitam uma área invadida do terreno, que, futuramente, será ocupado pela universidade.

Dentre os resultados preliminares, nos aproximamos de nossa hipótese inicial, no qual a sobrevivência destas ruínas revela sobreposições de tempos distintos, de atribuições de sentido e de representações, de fluxos de imagens, de experiência do sujeito com o mundo e de intervenção com a paisagem. As possíveis novas apropriações deste velho espaço trazem consigo uma variedade de interpretações sobre a reconstrução e restauro da fábrica, sobre as áreas fronteiriças da cidade, sejam elas explícitas ou não por um monumento específico.

Um lugar, suas histórias e seus fluxos

Em sete de junho de 1956, o jornal Correio da Manhã apresentou um breve resumo sobre o Seminário de Desenvolvimento do Nordeste que estava acontecendo no Recife. O conteúdo versava sobre a urgência de se estabelecer no nordeste brasileiro uma política específica para a industrialização. A partir da criação de condições estáveis de desenvolvimento, objetivava-se fundar um polo siderúrgico que fizesse frente à produção industrial mais a sul do país; incluíam-se, na pauta destas discussões, usos alternativos de combustíveis para as

siderúrgicas, como, por exemplo, a utilização do óleo de coco de babaçu ao invés do carvão, somada à atenção ao manejo dos minérios.

Imagem 1: Siderúrgica Trzan.

Foto: autor e data desconhecidos.

A Fundição de Aço Trzan[1], fundada pelo iugoslavo Carlos Trzan, foi primeira metalúrgica do nordeste, situada em Santo Amaro, e estava presente na pauta deste seminário. A siderúrgica Trzan iniciou atividades nos anos 1950, sob gerência de uma família iugoslava, que havia migrado para o Brasil no início do século XX. Ela começou como uma pequena fundição no bairro Trapiche em Santo Amaro[2]. Além da família, trabalhavam alguns moradores do bairro, conta Sr. Raimundo, um colecionador de livros, histórias e vestígios da cidade, informante fundamental para esta pesquisa[3].

Alberto Santos[4] assim descreve sua lembrança sobre a siderúrgica:

> A lembrança que tenho da Siderúrgica Tarzan é que era um lugar que as pessoas trabalhavam e com esse salário sustentavam as famílias. Eu pensava que era bom trabalhar na Tarzan, e quando eu crescesse iria trabalhar lá. Sempre se pronunciou

---

1 A siderúrgica Trzan é, também, chamada de Tarzan. Alguns documentos da empresa e oficiais usam o nome Trzan, a população a chama de Tarzan. Em uma foto antiga da empresa na época de seu funcionamento, vimos o nome Tarzan estampado na sua chaminé. Aqui, escolhemos usar Trzan porque, atualmente, este nome tem sido mais pronunciado.

2 Pouco se sabe do funcionamento desta empresa antes da ocupação do prédio em questão que, anteriormente, funcionara como uma destilaria – Destilaria Jujuba, mais conhecida como Meleirinha. É possível que as atividades tenham iniciado cerca de 20 anos antes, mas os dados ainda são inconclusos.

3 Raimundo César foi jogador de futebol do time da cidade, professor de educação física e trabalhou na área administrativa da empresa Cobrac, uma empresa francesa que atuou em Santo Amaro entre os anos de 1970 e 1980. Quando se aposentou, dedicou-se a colecionar livros, referências, objetos, vestígios da região. É um ótimo contador de histórias, parceiro de algumas pesquisas e dono de um acervo importante sobre as coisas da região. Ele nos forneceu fotos, dados e até fichas de registro de antigos trabalhadores da Usina que encontrou na área da empresa, após a desativação. Posteriormente, por estas fichas, interessa-nos a memória destes trabalhadores.

4 Alberto Santos é morador de Santo Amaro e aluno do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias aplicadas. Ele, gentilmente, em carta, nos escreveu seu olhar para a Trzan, onde retoma sua memória sobre a siderúrgica. Na descrição de Alberto, a siderúrgica é cenário, medo, imaginação e expectativas, como seguiremos vendo adiante.

> Tarzan, igual o personagem do filme Tarzan: o rei da selva. Eu me sentia importante porque uma família de parentes dos donos da Tarzan morava no Trapiche de Baixo e eles frequentavam minha casa: a mãe que não lembro o nome, acho que se ela chamava Dona Cecé, Ivone e Ivan eram filhos, eram brancos e de olhos azuis[5].

Na época da infância de Alberto ainda se sentia os reflexos do país de promessas de fervor econômico em função das políticas de substituição de importações implementadas no território nacional em meados do século. Estamos falando de anos subsequentes à Segunda Guerra Mundial, quando efeitos avassaladores na economia global incitaram empresas multinacionais a promoverem uma pulverização de unidades produtivas que, em parceria com governos de nações subdesenvolvidas, enxergaram largas possibilidades dentro de territórios do então terceiro mundo. As instabilidades do capitalismo motivaram a busca por condições mais favoráveis ao lucro e, nessa empreitada, países como Brasil, Argentina ou México mostravam-se adequados para o projeto de maximização do lucro e redução drástica nos custos de produção.

No Brasil, meados do século XX ficaram conhecidos como "Milagre Econômico", caracterizado por uma torrente invasão de grandes indústrias internacionais, aqui aportadas na busca predatória por novos nichos do consumo, além de farta matéria-prima, de mão-de-obra barata e de incentivos fiscais. Para viabilizar condições à pujança econômica nacional, o Estado entrava com atrativas contrapartidas, qualificando mão-de-obra, investindo em infraestrutura (a exemplo de hidrelétricas, portos, rodovias, ferrovias) e incentivando a indústria de base que ofertaria condições para o crescimento econômico almejado.

É importante compreender que o Estado da Bahia contava com vasta disponibilidade de matéria-prima, excelente oferta de mão-de-obra barata, tudo mediado por um Estado conivente com a pretensão capitalista naquele tempo. Essas condições tornaram o mercado atraente para aquela que se tornou a primeira usina siderúrgica da região Nordeste do Brasil, que empregava parcela considerável da população local e abastecia grande parcela do mercado regional.

Em sua operação, além do forno elétrico em arco e de um laminador específico, dedicava-se, segundo o jornal, à fundição do ferro e aço, possuindo um "cabillot" em operação. Possivelmente, sua produção não era irrelevante, visto que possuía um cais privativo – motivo, inclusive, de uma questão judicial travada pelo sindicato dos estivadores de Salvador em 1953. Carlos Trzan, segundo informações de sua nora Lucília Trzan[6], esteve à frente da siderúrgica até 1960, ano em que a vendeu para o grupo Votorantin porque estava cansado de gerir uma empresa e porque nenhum de seus filhos queria dar continuidade ao seu trabalho.

A Trzan se manteve em atividade efervescente entre dos anos 1950 até 1960, quando foi adquirida pelo Grupo Votorantim (conglomerado que, desde os anos 1920, atuava no Brasil em ramos variados da indústria de base). Em negociações mediadas pelo Estado, o grupo Votorantim assumiu a Trzan, nomeando-a como Usina Santo Amaro – embora os santamarenses a continuavam chamar de Tarzan - e, mesmo sendo fosse uma das menores unidades do sistema Votorantim, ela foi mantida atuante nos vinte anos seguintes, demonstrando sinais de exaustão apenas no final dos anos de 1970.

Segundo Revista Veja, publicada em outubro de 1981, o então governador do Estado da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, se indispôs com o diretor da Votorantim, Antônio Ermínio de Moraes, por conta de um encerramento de atividades no ano de 1979. Com intervenção direta do ministro do planejamento, Delfin Netto, coagiu o grupo Votorantim a retomar as atividades logo após o anúncio do fechamento das portas da usina. A mesma matéria jornalística salienta que é no ano de 1981 que o Grupo Votorantim encerrou decisivamente as atividades, provocando grande irritação no governador ACM. O mal estar ocorreu por conta de auxílios ofertados pelo Estado para revitalização da referida empresa, que "não demonstrou qualquer pudor em demitir mais de 230 funcionários baianos em questão de dias". Nas palavras do governador: "Tal medida foi, no mínimo, cínica".

---

5 Vale aqui uma observação importante. Ser branco e de olhos azuis em um território de negros e pardos é uma distinção e tanto.

6 Lucília Trzan é advogada, fotógrafa amadora e uma apaixonada pelos prédios da antiga Usina e Solar Paraíso. Ela nos concedeu uma primeira entrevista e nos permitiu acesso a algumas de suas fotos tiradas desde a janela do Solar, que veremos adiante.

Em entrevista ao Jornal A Tarde em outubro de 1981, o então representante do Grupo Votorantim na Bahia, José de Morais, afirmou que o enfretamento de dificuldades financeiras já estava ocorrendo há alguns anos, fato que motivou o primeiro anúncio de fechamento em 1979. Porém, a oficialidade da falência em 1981, segundo entrevistado, decorria do esgotamento de possibilidades daquela unidade que se tornara onerosa ao Grupo. Fato é que a demissão foi um trauma para a cidade e para a política baiana no período.

Raimundo César, no entanto, ameniza a reação da comunidade santamarense à demissão massiva[7]. Ele nos contou que já havia rumores de crise na empresa e que os funcionários estavam preocupados com os salários. Congregados, marcaram uma reunião, amparados pelo sindicato, para discutir um aumento salarial. Segundo o sr. Raimundo, os funcionários imaginavam que as consequências mais severas de uma reunião sem sucesso com a direção da Usina Santo Amaro seria a greve dos funcionários. No entanto, logo que os funcionários começaram a reunião, a direção informou que a empresa seria fechada.

Para evitar uma crise gravíssima, conta o sr. Raimundo, a empresa apresentou algumas possibilidades aos funcionários. Aqueles que desejassem, poderiam ser remanejados para as outras empresas do Grupo Votorantim em Camaçari ou em São Paulo, com acréscimo de salários e ajuda de custo. Para aqueles que estavam em vias de se aposentar e que já estavam no período de estabilidade, a Usina Santo Amaro iria manter seu departamento administrativo e de pessoal na cidade até que todos se aposentassem, garantindo assim os salários e os direitos. Para os demais, a demissão foi regular e com todos os direitos garantidos.

O entrevistado nos relatou que, apesar do impacto severo na economia da cidade – não apenas no que diz respeito aos funcionários que diretamente ficaram sem emprego, mas também no fluxo de pessoas que vinham até Santo Amaro para negociar com a empresa, movimentando assim outras áreas da economia – não houve uma revolta popular contra o encerramento das atividades, porque muitos trabalhadores montaram pequenos negócios com o dinheiro da rescisão do contrato de trabalho e outros tantos foram trabalhar na indústria Companhia brasileira de Chumbo - COBRAC[8] que, inclusive, pagava melhor. Nas palavras dele: "aqui é assim, a gente sempre aprendeu a se virar, primeiro, foi com as usinas de cana, depois, as destilarias, chegou a hora de lidar com as empresas que vão embora".

Mesmo com a mediação de sr. Raimundo quanto ao impacto do encerramento das atividades da empresa, fato é que centenas de família sofreram com o fechamento da fábrica, divisas municipais foram drasticamente reduzidas e houve um desaquecimento na economia da cidade. É, também, pertinente acrescentar que a década de 1980 não demonstrava sinais otimistas aos brasileiros. Enquanto os anos anteriores foram marcados pelo crescimento, os anos 1980 foram realçados pela estagnação financeira, aliada aos índices inflacionários alarmantes e ao desempenho medíocre da indústria. Apelidada de "década perdida" para o Brasil, e também para demais países emergentes da América Latina. Esta época foi ilustrada por uma concorrência acirrada com países em desenvolvimento da Ásia, que despontavam no mercado global, tragando grande parte do comércio e afetando a produção global. Se, por um lado, os Tigres Asiáticos saltavam aos olhos de investidores internacionais, a América Latina parecia não mais tão atraente como outrora.

No imaginário da população santamarense, o fim da siderurgia anunciava essa desesperança e lançava à face dos locais a vulnerabilidade dos padrões de desenvolvimento consolidados em décadas anteriores. A cidade enxergava a deterioração da usina como desmantelamento da própria realidade social e econômica local. É comum, atualmente, ouvir em Santo Amaro que esta é a cidade do "já teve", dizem os nativos: "sempre que alguém se pergunta se Santo Amaro tem algo, alguém responde já teve". Trata-se de um pesar sem fim, uma sensação de saudade e de ufanismo que se alterna com a sensação de abandono recorrente.

Com o encerramento das atividades, o Grupo Votorantim doou o prédio à prefeitura que não manifestando esmero algum com o patrimônio, consentiu com um desmembramento paulatino daquele local. Então, é no transcurso dos anos 1980 que o teto foi furtado, as janelas foram desmontadas, a mobília corroída e a pujança convertida em assolação. De todo modo, a ruína predial se articulava simultaneamente com a progressiva ruína econômica local e nacional.

---

7 Caderno de Campo, 30 outubro de 2014.

8 A indústria Cobrac é outro capítulo da história de Santo Amaro que não nos cabe discutir neste momento, mas deixamos aqui recomendações para investigações e aprofundamentos posteriores.

Imagem 2: A Usina em ruínas.

Foto: Lucilia Trzan, 2008

A foto 2 apresenta um olhar de Lucília Trzan sobre a Usina. Ela, ao longo dos anos, produziu uma série de fotos desde a sua janela, olhando para a antiga Siderúrgica. As fotos retratam a deterioração do prédio. Diante das fotos, a herdeira narra um sofrimento imenso ao ver o "patrimônio se despedaçar"; esse sofrimento misturava-se com revolta frente às esferas públicas que não deram nenhum destino ao prédio, promovendo um "espaço de ninguém", onde pessoas "indesejadas" pudessem lá habitar. Notícias sobre um lugar livre para o uso de drogas e de uma criminalização nascente na pacata Santo Amaro passam a rondar este prédio enquanto a série de fotos foi sendo produzida.

Em meio a expressões negativas sobre este espaço, Lucília conta que não conseguia entender "como um prédio tão bonito iria ter um final tão indigno", por isso, fotografou continuamente o prédio em uma tentativa de nutrir esperanças para um destino novo frente àquela situação. Por isso, continua: "a chegada da universidade trouxe uma esperança enorme". Esta foto e este brevíssimo relato, mais uma vez, destacam o discurso nativo do "já teve", ligado à saudade e à esperança do voltar a circular no mesmo espaço.

As ruínas se situam, então, na delicada linha que separa ontem e hoje, elas revelam a erosão de uma memória petulante e insistente, mesmo com a ação mais impiedosa do tempo. Ruir nesses tempos, embora conote decadência, implica também na permanência, cujos sentidos se atrelam às mudanças no percurso de uma história que converteu ícones do progresso em sucata. Simmel (1934) entende que as ruínas apontam para uma "passividade positiva". Dessa forma, entendemos que as ruínas da Trzan são evidência de tempos que se sobrepuseram, de valores erigidos e desmantelados, de perspectivas sedimentadas e ruídas sob um constante (e imprevisível) movimento da história.

O prédio, hoje, é marcado pela assolação e pela ação persistente da natureza, que insiste em decompô-lo, tomando de volta para si o que lhe foi extraído. Os homens, diante das ruínas de uma cidade, concordam com o ritmo da natureza em detrimento ao ritmo da produtividade, permitindo, assim, a destruição daquele espaço, criando, em si, elementos simbólicos da inatividade e de outras formas se apropriação.

As paredes em vias de desmoronarem, as vigas de ferro oxidadas, as madeiras putrefadas, as plantas que corroem as paredes anunciam passado, presente e futuro, aclamam uma memória ruída e avisam o movimento tortuoso de valores e de paradigmas. Pode-se retratar um modelo econômico que não mais representa os interesses de determinados grupos, mas, pode-se, também, apresentar a persistência de modelos e de atribuições de sentido, fluxos de imagens e de interpretações, o "já teve" é um destes modelos.

Nesse sentido, as ruínas Trzan são parte de uma memória fragmentada e sedimentada no espaço que revela a existência de uma pujança que se foi, corroída por transformações agressivas e traumáticas na realidade local. As cicatrizes no espaço urbano também são cicatrizes na subjetividade, na alma e na memória social, que existe no cerne das muitas biografias e também se esboça nos discursos proferidos. (Lira, 2013)
Ao trincar o espaço, as ruínas da Trzan então devolvem o passado em forma de uma memória brutal, pois não facultam à população o esquecimento de um movimento que ali perpassou um dia. As ruínas demonstram ser uma porção dolorosa e saudosista de um passado pujante e de um presente modesto, de uma vida com perspectivas que sinalizavam veredas distintas daquelas que foram percorridas.

Imagem 3: Ruínas Trzan.

Foto: Thaís Brito, 2014.

Sobre ruínas e fronteiras: lugares de presente e do futuro

A cidade é lugar de atividade e de mudança, cujas forças produtivas e recursos naturais são manipulados em meio a um "teatro de uma convulsão incessante" (LIRA: 2013, 167). Vale destacar que a metáfora da cidade como um teatro não é uma imagem rara. David Harvey (1992), ao estudar os processos de gentrificação[9] observou que as cidades podem ser entendidas com um teatro, compostas por palcos nos quais os indivíduos podem "operar sua magia distintiva enquanto representam uma multiplicidade de papéis" que se revelam pelo ritmo das transformações incessantes das cidades modernas (Harvey: 1992, p. 17).
A lei municipal n. 1583/2005, com emenda modificativa de n. 1904/2012, dispõe sobre a doação de área do município de Santo Amaro para UFRB. A área doada (que inclui as ruínas que são o tema deste estudo) mede

9 Harvey inspira-se no livro Soft City, de Jonathan Raban (1974) que trata de um relato da vida em Londres nos anos de 1970, a partir dos jovens profissionais urbanos (yuppies). Raban escapa da leitura corrente do período que tratava a cidade como vítima de um sistema "racionalizado e automatizado de produção e consumo de massa e de bens materiais". Para o autor, aquela cidade construía, em si, uma imagem de "enciclopédia" ou "empório de estilos", para ser fiel as suas palavras, mais próxima à ideia de teatro onde as pessoas representavam uma multiplicidade de papéis (Harvey, 1997: p.16).

39.000 metros quadrados e foi destinada à implantação de campus universitário na cidade. Segundo o texto publicado no Diário Oficial do Município[10], esta área "limita-se ao norte com os terrenos da Destilaria Jujuba LTDA, ao sul com terras que são ou foram de João Evangelista de Moura; à leste, com terra de quem de direito; Noroeste, com área remanescente e a Oeste com o Rio Subaé. Cabe à UFRB implantar o campus na cidade, no prazo de quatro anos. Como se trata de um projeto que envolve um bem cultural, este projeto está, também, a cargo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em processo de licitação sob a chancela do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – Cidades Históricas[11].

Segundo conversas frequentes entre os moradores da cidade, tão logo se tornou pública a chegada da UFRB em Santo Amaro e a possível restauração das ruínas, um grupo passou a ocupar aquele espaço com moradias irregulares em uma faixa do terreno dedicado à construção da universidade.

Logo na primeira vez que fomos conhecer o terreno, chamou-nos a atenção essa ocupação que destoava dos discursos e das expectativas que temos em relação à UFRB. Diante deste estranhamento, fomos informados que, possivelmente, estes moradores irregulares estariam cadastrados no programa do Governo Federal, intitulado "Minha Casa, Minha Vida", que promove moradias populares. Aquietamos-nos.

Imagem 4: Ocupação irregular.

Foto: Thaís Brito, 2014.

No entanto, com o andamento desta etnografia, interessou-nos investigar como esta pequena comunidade estava vivenciando essa relação de fronteira com a universidade e com a ocupação temporária do local. Vale considerar que José Lira (*op.cit.*) nos apresenta a cidade como local que aponta para experiências no espaço público onde são reveladas práticas sociais, materializando-as em um lugar de política e palco de disputas. O arquiteto olha para a cidade e a entende como um campo histórico constituído a partir de recalques e de traumas e que, por isso mesmo, é capaz de reunir em si a "conflagração dos homens e o peso da natureza" (p. 168). Cidades e seus espaços específicos apontam condições de sensibilidade, tais como: incerteza, esperança e desconforto, por isso é importante considerar as dimensões simbólicas de certos espaços e realidades arquitetônicas. Assim, vistas deste modo, as cidades são lugares de imaginação e de representação, de progresso e de ruína, de criação e de abandono, de permanência e de demolição "atravessada pelas novas figurações da efemeridade, da precariedade e da indigência produzidas no processo de modernização". Coube-nos observar,

10 Emenda Modificativa à Lei n. 1583/2005. Lei n. 1904/2012. Diário Oficial do Município. Santo Amaro, 2012.

11 Restauração da antiga fábrica Trzan e implantação do campus da UFRB. Disponível em http://www.pac.gov.br/obra/64956. Acesso em 15/12/2014.

por conseguinte, como estes elementos estão sendo revelados nos discursos das pessoas que ocupam e que ocuparão este espaço determinado.

O ritmo da cidade moderna não se restringe às modificações estruturais das grandes cidades. As menores cidades[12] têm sua fisionomia, sua imagem e seus imaginários urbanos continuamente "refeitos e arruinados" (LIRA: *op. cit*. 171). Santo Amaro e as ruínas da Usina trazem à tona esta característica da "agência humana na remodelação brutal dos territórios urbanos por sobre antigas estruturas destroçadas" em uma cidade de pequeno ou médio porte, localizada do interior da Bahia (LIRA: *op. cit*. 169). Por isso, nos dedicamos a ouvir alguns citadinos que, atualmente, vivem na área destinada à construção do novo campus da UFRB para pensar sobre estes ritmos da modernidade e do espaço. Eis o relato[13]:

> Chegamos à área da antiga Siderúrgica Trzan e fomos direto ao lugar da ocupação irregular. Lá existe uma casa construída com tijolos e, pelo que podemos perceber, deve ter, possivelmente, 50 metros quadrados de construção, sendo uns dois cômodos, cozinha e banheiro. Sabemos que lá vivem uma mulher e quatro crianças, quem nos contou foi a própria moradora, ela foi a última das mulheres que participou de nossa conversa. Além desta pequena casa, ainda na mesma ocupação, existem outros nove casebres, feitos improvisadamente e com pressa; esses casebres têm algumas paredes feitas em pau-a-pique, misturando cobertura de lona e com tapumes de madeira. Não há nenhuma benfeitoria pública como acesso à água, à luz ou ao saneamento básico, embora nós tenhamos visto ligações para obtenção de luz.
>
> Conhecemos Antonieta[14], ela tem 34 anos, e há cerca de quatro anos invadiu o lugar. Começamos a conversar, ela se mostrou um pouco tímida, disse que estava de saída, mas que a vizinha ao lado era boa de conversa e que poderia nos dar atenção e contar sobre o que estava acontecendo por ali. Combinamos de voltar no dia seguinte, mas a conversa começou a esquentar, logo chegaram outras vizinhas e, por fim, conseguimos uma boa conversa com quatro mulheres, todas elas que vivem no lugar. Perguntamos à Antonieta, logo no comecinho da conversa se ela tinha ideia do que iria acontecer com aquelas ruínas. Ela disse que não sabia de nada. Depois, disse, que já tinha ouvido muitas conversas: "já disseram que ali viria a feira de roupas, depois, que iria uma empresa, depois falaram da universidade; sempre dizem que algo vai acontecer, mas nunca nada acontece".
>
> Ela, então, contou a história de sua ocupação. Disse que, na época, estava desesperada. Foi conversar com a assistente social da prefeitura, estava sem trabalho, sozinha, com as crianças pequenas. Eles não tinham onde morar. O dinheiro mal dava para comer, vivia devendo. Em meio a esta situação, foi pedir à prefeitura uma saída, uma ajuda, um lugar para morar. Falou que sabia que estava havendo uma invasão, mas tinha medo. Segundo ela, a assistente social apontou essa movimentação como uma saída para sua situação de falta de moradia. Segundo a entrevistada, a funcionária da prefeitura lhe disse para entrar no terreno onde já havia começado a invasão, cobrisse suas coisas e que ficasse dentro das lonas. Ela assim o fez, quando a prefeitura chegou para expulsá-las daqui, com caminhões e trator, ela estava dentro de sua casinha com as crianças e a prefeitura não pode fazer nada. Desde então, aquele lugar se tornou o seu lar.
>
> Antonieta disse que acharia bom ter uma escola por perto, que é sempre bom ter uma escola, mas é muito ruim saber que por isso ela não terá mais aonde viver.

---

12 Santo Amaro é parte do Recôncavo Baiano. Também conhecida como Santo Amaro da Purificação possui $92,916 Km, com população residente de 57.800, tem o IDH de 0.646 e o PIB per capita de R$7.352,77. Fonte: IBGE, 2011.

13 Caderno de campo, outubro de 2014.

14 Os nomes foram trocados, para preservar a identidade de nossas entrevistadas.

Neste momento, outra vizinha chegou; ela não se apresentou para nós, mas chegou concordando com o que estava sendo dito. Elas disseram que seria bom ir morar em uma das casas do "Minha Casa, Minha Vida" que está sendo construído em Santo Amaro e que, inclusive, já haviam dito que elas estariam incluídas neste projeto, mas seguem inseguras.

A insegurança tem suas razões para existir. Primeiro, porque todas elas têm visto muitos programas na TV que denunciam problemas estruturais nas casas entregues por este programa, colocando em risco a vida dos moradores das casas que, mesmo diligentemente pagando as parcelas referentes à moradia, não tem a certeza de que terão um lugar digno para viver.

Outro motivo de insegurança refere-se às informações desencontradas ou à falta delas. Elas contaram que já houve funcionários da prefeitura que asseguraram que elas estariam incluídas no programa federal de moradia; outros disseram que não haverá nenhuma prioridade para aqueles que invadiram aquele terreno, ao contrário, em razão disso elas estariam fora do projeto e que elas deveriam se organizar conjuntamente com a associação de moradores de outro bairro para ter algo a fazer. Por mais visitas que façam a prefeitura, contam, nunca há nada de concreto para poder se tranquilizar.

Relataram que, nos últimos tempos, tem assistido algumas movimentações no terreno sem qualquer explicação sobre o que está acontecendo, o que as deixam ainda mais confusas. Narraram que viram alguns engenheiros fazer a medição do terreno. Eles disseram que não está prevista nenhuma remoção porque a construção da universidade – ou do que quer que seja – será murada e, sendo assim, que as moradias ficarão escondidas, ninguém irá vê-las e elas não precisarão sair de lá.

Embora nos parecesse que esta última saída fosse a que desse mais alívio àquelas mulheres, sentimos como se houvéssemos tomados um "soco no estômago". Se tudo o que temos pensado, estudado, discutido, lido, crido tem tratado de uma formação que busca romper com os limites entre universidade e comunidade, romper fronteiras e ampliar os fluxos entre comunidade acadêmica e citadina, naquele exato momento, nós nos vimos diante de um muro intransponível. De um lado, a universidade que cultiva um projeto moderno, atual, interdisciplinar, renovado, inclusivo, democrático e que está formando alunos e professores aptos a lidar com a cultura e suas linguagens, com o patrimônio, inclusive por meio da adaptação de um prédio em ruínas para um projeto de inclusão artística e acadêmica no cenário mundial; de outro, um muro e por trás deles, mulheres e crianças em situação de extrema pobreza, sem qualquer perspectiva para sua sobrevivência e segurança e que estão vendo essa mesma universidade como uma ameaça, um risco.

Conforme essa conversa foi tomando fôlego, outras mulheres passaram a compartilhar suas angústias sobre a chegada da UFRB. Então, nós as provocávamos. Queríamos que elas pensassem sobre a presença da universidade naquele lugar, no quintal da casa delas. Uma delas, depois de alguns minutos, disse, ironicamente: "universidade? Não sei o que é". E continuavam: "a única coisa que sei é que tem gente que só faz vir medir. Ninguém conversa conosco, ninguém nos explica nada, ninguém vê a gente".

Começamos, então, a dizer que a universidade era o lugar em que elas poderiam estar. Era, então, como se falássemos a coisa mais absurda do mundo. Elas riram, depois, se envergonharam. Daí, uma delas nos contou que tinha parado de estudar na quinta série, outra nos disse que "não era boa de escola"... mas, uma delas, com apenas 21 anos, contou que já tinha até terminado o ensino médio. Então, perguntamos se elas não queriam entrar na faculdade. Foi aí que tomamos outro "soco no estômago"

> quando nos disseram, quase em uníssono: "seria muito bom se a gente conseguisse arrumar um emprego de faxineira[15]".
> Lembramo-las, ainda, que aquele cenário que compunha o quintal da casa delas seria, também, o cenário da universidade. Assim, perguntamos sobre como elas desfrutavam daquele espaço. Elas nos contavam que era o lugar das crianças e, nos finais de semanas, dos homens e do futebol de várzea – baba – e, mais, era no futebol que os homens vendiam refrigerantes e cerveja para complementar a renda familiar. Então, ali era também lugar de trabalho.
> Enquanto falavam sobre esse cenário de lazer e possibilidade de renda, começaram, também a contar que aquele espaço é, também, um lugar de violência. Contaram dos perigos graves que cercam aquele pedaço, do corpo morto que foi encontrado na ruína, do uso de drogas, da prostituição e dos tiros, sendo estes o foco da maior preocupação pela vida das crianças. A conversa começou a ficar silenciosa. Uma delas disse: "eu não quero contar, para o clima não ficar pesado, mas quando se ouve algum tiro, saiba, foi daqui que saiu".
> Então, em meio a esta conversa um tanto angustiada e buscando um impulso de mostrar ali a construção de um novo mundo possível pela chegada da UFRB, comecemos a contar a elas sobre o que havíamos visto para o projeto arquitetônico do novo campus. Na verdade, falávamos mais para nós mesmos. Olhando para as ruínas, começamos apontar onde estava sendo projetada a biblioteca, onde ficarão as salas de aula, o cinema, uma galeria de arte, o pavilhão com as aulas. Conforme falávamos, uma delas disse: "então, o lugar desta 'belezura' não é aqui não. Aqui é favela, o lugar de vocês é lá na praça, lá as coisas são bonitas, deixe a gente aqui, aqui é favela, vão para lá. Lá é o lugar de vocês".

Lugares determinados para determinadas pessoas. É disso que se trata a última afirmação, capaz que resumir esse debate. Há lugares que permitem ser entendidos como marcos culturais e simbólicos que são produzidos e modificados pelas pessoas comuns, no cotidiano e nas suas práticas que criam uma complexa arquitetura de territórios, lugares e não-lugares, a partir da formação de configurações espaço-temporários mais efêmeras e híbridas do que os territórios sociais de identidade, como bem nos ensina Antonio Arantes (1999). Este é um destes lugares.

É possível compreender que as moradias irregulares se montam a partir de uma ideia de ocupação de um espaço residual, construído a partir e em relação com uma ruína – ele mesmo, essencialmente impregnado do conceito moral de ruína. Basta pensar na expressão "estar arruinado" que nos remete à falência, à falta de perspectiva, à finitude e à degradação nos mais variados sentidos e percepções de nossa existência.

O vocábulo "ruína" está sempre associado à ideia de perpetuação de algo obsoleto, degradante e decadente por sua insistência num contexto que não mais lhe pertence. A ruína é uma manutenção teimosa de algo que não é mais merece existir, de uma estrutura desgastada, que aciona um passado melancólico por sua persistência. Ruir também pode se referir a valores, a memórias ou à decomposição de estruturas materiais, que avisam a existência de um passado e, simultaneamente, a sobreposição de um presente "oxidante". Ruínas, então, possuem um significado ácido, tanto porque anunciam a não conservação do ontem, como porque revelam a ação ostensiva de uma vida cambiante que, por vezes, se opõe ao passado e se infiltra nos poros abertos pelo tempo. Noutros termos, ruir é mudar, mas é, antes de tudo, sobrepor o hoje ao ontem.

As ruínas que, ali, são "cenário", ao mesmo tempo, apresentam representações e referências para a forma pela qual aquelas cidadãs se localizam na comunidade. As moradias – que, também, são quase ruínas – incluem, em si, uma perspectiva de uma degradação comportamental semelhante à corrosão nítida no arranjo daquele espaço.

---

15 Obviamente, um emprego de faxineira é algo digno e pode ser rentável, mas, sabemos, não promove projetos muito ambiciosos de um futuro profissional, de ascensão social, intelectual ou financeira. Aquelas mulheres nos pareceram tão cheias de vida, articuladas, conversadoras, cientes do que estavam vivendo. Parecia-nos tão pouco ter como meta ser faxineira.

Ultimamente, segundo o relato das mulheres, as ruínas foram ocupadas por pessoas de índole questionável, onde se torna possível ouvir tiros durante a noite e discussões inflamadas. Aliado a isso, o caráter ruinoso do lugar, rodeado de mato o torna feio, degradante e pouco atraente para qualquer coisa senão para a favelização.

Aquele espaço que outrora fora minuciosamente projetado e erigido se tornou estorvo urbano, ocupado por "estorvos morais". Sejam eles as mulheres sem casa, sem marido, sem trabalho e sem futuro ou, até mesmo, os supostos bandidos. Tudo ali fala de cidadãos excluídos que se apropriam, caoticamente, dos espaços residuais, acelerando a sua deterioração, convertendo-os em antros de sujeira física e moral, exalando o odor característico do descarte segregado pelo capital. E, na percepção das entrevistadas e sem medo de exageros, um ambiente abandonado assim deveria ser preenchido apenas por sujeitos igualmente execrados, que se apropriaram do resto dos detritos rejeitados pelo centro urbano.

Ao entrevistarmos as moradoras das mediações das ruínas, ficou evidenciada a repugnância que se tem por aquele lugar. Trata-se de uma área alagável, que margeia o rio, com entorno preenchido por favelas. A "moralidade frouxa" se apropria dos espaços abandonados pelo capitalismo, que inventa, demole, revitaliza e abandona tudo sob o prisma da conveniência lucrativa. As senhoras donas de casa que entrevistamos se mostraram pouco preocupadas com a revitalização das ruínas e mais preocupadas com as consequências deste processo para si mesmas e para a clandestinidade de suas residências naquele espaço. A aparência suja, maltrapilha e degradante das ruínas gera consensuais indagações: "Porque aqui? Porque vocês não vão para o centro? Isso é lugar de favelado".

Destarte, a área destinada à universidade se revela como local de presente e, como tal, pode ser observada em relação aos processos de subjetivação e de confronto com a realidade. Portanto, ao mesmo tempo em que uma ruína provoca rememorações de um passado, indicando, com isso, uma mudança do percurso capitalista que surge o abandono de determinados ambientes outrora vistos como imponentes, no tempo presente, este mesmo espaço assume, em decorrência de projetos de gentrificação, um local pleno de projeções morais e de expectativas de futuro.

A memória é, sim, seletiva. Sua seletividade obedece a processos históricos, segundo objetivos auspiciosos de determinados grupos. Nas palavras de Halbwachs (2006), a memória ocorre mediante um acionamento do passado pelo e no presente, logo, ela é totalmente susceptível a manipulações segundo os valores do hoje da mesma forma que as expectativas de futuro também o são.

2. Considerações Finais

Como dito anteriormente, este artigo é fruto de uma pesquisa em estágio inicial, fruto de um projeto maior que propõe etnografar o processo de ocupação deste espaço. Como um local de futuro, pode-se perceber, ainda, que as perspectivas sobre estas mesmas ruínas se revelam distintas em suas expectativas na construção da cidade.

Halbwachs (2006) entende que o sujeito, situado no seu contexto social e cultural, reivindica o passado imputando-lhe significações que o remodela em função da realidade atual. O objeto memorado, então, jamais pode ser considerado como uma porção imutável, ele é uma mescla de passado com intentos da narrativa efetuada no momento do acionamento da memória. Aqui temos um mapa de expectativas se formando: Alberto volta-se à infância para entender suas projeções de futuro como um trabalhador em uma cidade pujante. Lucília olha de sua janela as ruínas que um dia simbolizaram o orgulho de sua família, esperando um novo destino que reconstrua, de alguma forma, aquele passado e que, de alguma forma, já se avizinha pela chegada da universidade. As mulheres rememoraram um passado recente de exclusão, de ameaça e de angústia, em suas lembranças e em seu presente elas apresentaram como um refugo de si mesmas.

A memória de Alberto e a perspectiva que ele projeta sobre as ruínas são o mote para pensarmos no espaço como local de futuro. E, ao mesmo tempo, nos auxilia a entender como a UFRB está projetando, também, neste mesmo espaço, uma nova leitura sobre o seu papel social e sobre o processo de gentrificação que está sendo iniciado.

Um exemplo interessante e que revela as projeções futuras sobre este espaço é seguir Alberto. Relembrando as ruínas, a infância, as histórias que rodam a memória da cidade do "já teve", Alberto diz que "a largarta que se recolhe ao casulo, num processo de vida nova, ressurge como borboleta que voa para a liberdade". Foram anos

observando ruínas, observando o que se passou, agora, a promessa de uma universidade traz à tona o sonho de ter uma cidade com empregos e de ter uma universidade inclusiva.

> Talvez, seja desejável esquecer o passado. Nessas condições, reconstruir o prédio, dando a ele um novo sentido e uma nova estética torne-se útil aos novos projetos de uma sociedade desenvolvida, montando um futuro que se sobreponha ao passado e garanta a "sofisticação" de um espaço equalizado às novas tendências da Modernidade. Para observar esta questão e fomentar outras, segue sem qualquer edição e para futuras reflexões, uma carta de Romulo[16], intitulada Escombros Temporais, contando sobre sua relação nascente com aquele espaço:
>
> Uma antiga fábrica e um novo sonho, é assim que eu a vejo. Para muitos são apenas ruínas em terreno abandonado. Para outros é um refúgio de liberdade, uma terra de ninguém ou um lugar para jogar bola com os amigos.
>
> E minha relação com ela começou esse ano, mas o ano de 2014 não foi/é um ano qualquer. Esse ano é o início de novas descobertas, aventuras, aprendizados e transformações. Neste ano, quero me descobrir e redescobrir, quero ser importante, deixar minha marca por onde eu passar.
>
> Cheguei por essa terra, em ruínas, perdido em mim. Mas nem sempre foi assim, antigamente eu era igual aquela fábrica, uma muralha imponente que produzia e se sentia invencível e inabalável. Contudo, tanto eu quanto a aquela grande fábrica, sofremos com a força do tempo, que vem te coloca em situações, te ensina e passa. Deixando apenas as ruínas, para você ir e construir tudo de novo, tijolo a tijolo, reorganizando o lugar da porta de entrada e a posição das janelas, porém o mais importante é o projeto dos novos produtos que serão produzidos ali ou aqui...
>
> Aquela imponente chaminé no coração da ruína que outrora gritava veneno daqui um tempo estará cantando versos de um futuro melhor. Paredes que aprisionavam escravos de uma sociedade injusta estarão guardando a produção guerreiros da justiça. A fábrica que era apenas "o ganha pão" de uma cidade está sendo reorganizada para se tornar pulmão da mesma, inspirando e respirando novos ares.
>
> Minha avó já dizia "a única coisa que não podem tirar de você é o conhecimento adquirido", e é exatamente isso que essas ruínas representam. Ela é o conhecimento que estamos construindo e que jamais poderá ser tirado.
>
> Nada e ninguém podem deter a força do tempo, quando ele resolve encerrar um ciclo, ele chega sem pedir licença, destrói todo e qualquer império e deixa apenas as ruínas para uma nova construção. Eu guerreiro da batalha de ser quem sou. Já me vi em ruínas algumas vezes, mas sempre, com a esperança de um jardim mais florido.

Bibliografia

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LIRA, J. T. C. De patrimônio, ruínas urbanas e existências breves. **Revista Redobra**. Salvador, n.12, 2013. pp. 168-178.

MAGALHÃES, L D. R. & ALMEIDA, J. R. M. Relações simbióticas entre memória, ideologia, história e educação. *In*: LOMBARDI, J. C; *et all*. **História, memória e educação**. Campinas: Alínea, 2011.

16 Romulo, assim como Alberto, é aluno da UFRB, do curso Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas. Ele é carioca e seu primeiro contato com as ruínas veio em função de sua chegada à cidade de Santo Amaro para cursar a universidade. Seu olhar para o espaço é, essencialmente, uma projeção de futuro.

MATARAZZO, P. Fim de conversa: Votorantim fecha usina na Bahia e demite. **Revista Veja**, 28 de outubro de 1981, p. 136.

MORAIS, J. Siderúrgica fecha após demitir funcionários. **A Tarde**, Salvador, p.35, 21 de outubro de 1981. Entrevista concedida ao Jornal A Tarde.

ROSSI, A. **A arquitetura da cidade.** Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SIMMEL, G. Cultura femenina y otros ensayos. Madrid: Revista de Occidente, 1934.

A mobilidade socioespacial via transporte clandestino

CARDOSO, Antônio Dimas[1]
antonio.dimas@unimontes.br

ROQUETTE, Maria Luiza Sapori Toledo[2]
maluroquette@gmail.com

Resumo: A proposta da presente comunicação é fazer uma análise da mobilidade socioepacial no norte de Minas Gerais, Brasil, através da utilização do transporte clandestino intermunicipal, levando-se em consideração a cidade polo, Montes Claros (MG). Atualmente, a migração de pessoas entre as cidades na região do norte de Minas Gerais se dá, em grande número, através do transporte clandestino, que atua à margem do sistema legal brasileiro. A promoção de encontros e a busca pela satisfação de direitos fundamentais (saúde, trabalho, educação, lazer etc.) que não podem ser supridos num mesmo local faz surgir uma necessidade de locomoção cada vez maior entre os indivíduos, realidade esta que é facilmente percebida no dia-a-dia dos espaços sociais do norte de Minas Gerais. Esse fluxo migratório humano, além de introduzir novos comportamentos e modos de relações sociais, modifica a maneira pela qual os deslocamentos ocorrem.

Palavras-chave: mobilidade – transporte - fluxo

Abstract: The purpose of this communication is to analyze the socioepacial mobility in northern Minas Gerais, Brazil, using the inter smuggling, taking into account the city polo, Montes Claros (MG). Currently, the migration of people from the cities in the north of Minas Gerais occurs in large numbers through smuggling, which operates on the margins of the Brazilian legal system. The promotion of meetings and the search for satisfaction of fundamental rights (health, work , education , leisure etc.) that can not be supplied in the same spot a need for increased mobility among individuals, a reality which is easily perceived gives rise day-to-day social spaces in northern Minas Gerais. This human migration, as well as introducing new behaviors and social relationships, changes the way in which shifts occur.

Keywords: mobility - transport - flow

1. Introdução

Em todo mundo há um fenômeno recorrente: a mobilidade socioespacial. É certo que os deslocamentos de pessoas, com as mais variadas motivações, não substituem nem se sobrepõem lugares de origem e chegada, mas contribuem para formar um complexo padrão de interligações comunitárias e societárias a que chamamos de globalização. Nesse processo cinético, simultaneamente local e planetário, os fluxos adquirem novos dinamismos a partir do incremento das tecnologias, resultando em aumento da velocidade na troca de informações e a diminuição das distâncias materiais e imateriais. Trata-se efetivamente da transformação do espaço e tempo, que Giddens (1996) define como «ação a distância», quando relaciona sua intensificação nos últimos anos ao surgimento da comunicação global e ao transporte coletivo.

A mobilidade socioespacial não diz respeito apenas à criação de sistemas em grandes escalas, mas a transformação de contextos locais e até mesmo pessoais de experiência social. A locomoção de indivíduos entre os espaços sociais diferenciados – e às vezes antagônicos – produz conflitos, disjunções e novas formas

---

1 Doutor (2004) em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB).

2 Bacharel em Direito pela Faculdade Santo Agostinho – FADISA (2006).

de estratificação. Considera-se que as pessoas se movimentam por motivos de comércio, estudos, visitas familiares, para adquirir uma habilidade ou praticar uma profissão, ou mesmo experimentar uma nova cultura e um modo de vida alternativos.

No norte do estado de Minas Gerais, na região sudeste do Brasil, tendo a cidade pólo de Montes Claros como centro mesorregional de um sistema de interdependência, essa mobilidade socioespacial pode ser verificada a partir do fenômeno da circulação, tendo no transporte de passageiros um referencial empírico de análise. A deslocação pressupõe rotas diferenciadas e multifuncionais, em módulos distintos de trânsito, os quais se definem itinerários e percursos, sendo possível associar a diferentes pessoas, objetos e símbolos.

Idas e vindas de passageiros, pautados pelos mais variados interesses e motivações, não podem ser supridas num mesmo contexto local, mas em níveis intermediários, que resulta «numa combinação particular de proximidade e distância, de envolvimento e de indiferença» (Simmel, 2004: 136). A velocidade do veículo estimula a transitoriedade espacial. Além de introduzir novos comportamentos e modos de relações sociais, modifica a maneira pela qual os deslocamentos ocorrem. Possibilidades informais de deslocamento de passageiros, cada vez mais disseminadas, concorrem com o sistema de transporte coletivo concessionário pelo Estado. A velocidade torna-se imediatismo. Ser capaz de se deslocar com rapidez – e de maneira informal – encontra-se cada vez mais vinculado ao fenômeno da exclusividade pessoal, em detrimento do coletivo.

Assim, este trabalho, à luz do estudo teórico/conceitual sobre deslocamentos de pessoas, em sua condição de passageiros, procura refletir sobre o fenômeno do transporte considerado «clandestino» pelo Estado brasileiro, na busca de indicativos associados a diferentes vivências e novas formas de produção das mobilidades.

Desta forma, no primeiro tópico são analisados os fluxos e deslocamentos espaciais e seus reflexos na urbanização da principal cidade do norte de Minas Gerais. Já no segundo tópico são abordados os conceitos de mobilidade e de transporte clandestino e de como se realiza o ir e vir entre os municípios da mesorregião do norte de Minas Gerais, tendo a cidade de Montes Claros como principal centro de interseção de passageiros. Por fim, são feitas as considerações finais acerca do que foi apresentado na presente comunicação.

2. Pessoas em trânsito e seus reflexos no processo de urbanização

Com o crescimento dos centros urbanos, suas populações tornam-se objetos de análises primordiais às diversas disciplinas das ciências sociais, especialmente a Sociologia. Nos últimos 50 anos, esse processo de urbanização tem sido focalizado sob diferentes pontos de vista, seja na perspectiva de apontar e avaliar as transformações econômicas que o produzem, seja com ênfase nas modificações dos padrões de vida das populações.

Estudos das migrações internas, pautados pelos movimentos populacionais das zonas rurais em direção às cidades, adquiriram centralidade sociológica e antropológica. Até os anos 2000, os estudos priorizavam formas tradicionais de migrações – de mudanças residenciais de um lugar a outro, de uma região a outra, da transição de pequenas localidades aos grandes centros metropolitanos.

No norte de Minas Gerais, o fenômeno da industrialização dos anos 1960 e 1970, no auge do «milagre brasileiro», as migrações internas determinaram as políticas de desenvolvimento regional, culminando com a implantação em Montes Claros de empreendimentos governamentais estruturantes, como o Programa de Cidades de Porte Médio, financiado pelo Banco Mundial, cujo principal objetivo seria assegurar infra-estrutura, assentamentos humanos e modernização da prestação de serviços a uma população em crescimento exponencial.

A intensidade das migrações mostrou-se um fenômeno praticamente irreversível, ao longo do tempo. No bojo do desenvolvimento industrial novas formas de desigualdades e marginalização também proliferam no espaço urbano em expansão. No entanto, o crescimento demográfico na cidade de «porte médio» transformou-a, por sua vez, num centro catalisador de bens e serviços de consumo, o que passou a constituir um fator adicional de atração de atividades produtivas. Tecnologias «de ponta» e deficiências estruturais paradoxalmente coexistem no mesmo distrito industrial, da mesma forma que fábricas multinacionais e unidades produtivas de pequeno porte. O fato é que modos de vida «tradicionais» e «modernos» confluíram na formação de ambiguidades cul-

turais, resultantes da combinação entre progresso técnico e conservadorismo político, nativismo «catrumano[3]» e internacionalismo periférico. Enfim, uma síntese entre «proximidade e distância».
Em Montes Claros, o processo de expansão urbana aumentou a demanda por infra-estrutura e de serviços especializados, elegendo a cidade como lugar onde praticamente todas as atividades norte-mineiras passaram a se realizar. Principalmente a partir dos anos 2000, é possível detectar o desdobramento desse fenômeno das migrações internas, que parece ser mais que um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo das atividades econômicas. A cidade de Montes Claros está localizada na mesorregião do norte do Estado de Minas Gerais que é formada pela união de 89 (oitenta e nove) municípios que possui uma população total, no ano de 2010, de 1.614.971 (um milhão seiscentos e quatorze mil e novecentos e setenta e um) habitantes[4].

> (...) a urbanização é aqui definida como processo em que a mobilidade espacial organiza a vida quotidiana, o que supõe a possibilidade e a capacidade de ser móvel, assim como uma valorização da mobilidade. (RÉMY, VOYÉ, 1992: 65).

A urbanização assume características próprias, para além dos efeitos diretos do industrialismo de base típico das décadas de 1960 e 1970, quando os trabalhadores buscavam fixação nas periferias urbanas, geralmente no entorno das plantas industriais, formando novos conglomerados residenciais. Novas sociabilidades tomam lugar da «marginalização» dos migrantes tradicionais, em situação de vulnerabilidade social. Entra em cena o desiderato da qualidade de vida *lato sensu*, que extrapola a mera demanda pela empregabilidade nos centros urbanos. Nesse sentido, o espaço não se reduz ao «lugar», pois apresenta uma multidimensionalidade que não pode ser ignorada pelos novos pesquisadores em ciências sociais. Equivale dizer que na construção do espaço urbano intervém múltiplos fatores, que se articulam de variadas formas entre si, produzindo-o socialmente. É nesse sentido que podemos invocar a necessidade de considerar múltiplas espacialidades, associadas a diferentes vivências e modos de apropriações (Rémy, 2013).
É sabido que os fluxos não substituem nem sobrepõem por completo aos lugares, tal como a possibilidade de «desterritorialização» dos fenômenos e das relações sociais. No entanto, o entendimento tradicional dos fluxos migratórios, da mera transferência permanente de lugar a outro, passa a exigir então uma nova reatualização conceitual, ante a intensificação dos fluxos de pessoas, num vir e ir, dando centralidade à noção de mobilidade espacial. Nesse sentido, podemos dizer que Montes Claros continua a receber novos habitantes, que vêm à cidade para fixar residência, mas também é integrada pela chamada população «flutuante», que se desloca diária ou semanalmente, de uma cidade a outra, para usufruir de serviços especializados, notadamente nos setores de saúde e de educação.
Segundo dados do IBGE, atualmente, no ano de 2014, especificamente, a cidade de Montes Claros (MG) possui uma população de 390.212 (trezentos e noventa mil e duzentos e doze) habitantes[5], é considerada como cidade polo da região e possui o segundo maior entroncamento rodoviário nacional, o que justifica a grande mobilidade/fluxo regional de pessoas em busca da satisfação de suas necessidades a procura de emprego, saúde, educação, bens, lazer e demais serviços que não são ofertados nas outras cidades da região. Desta forma, atualmente, a cidade de Montes Claros (MG) se destaca por receber, diariamente, um grande

---

3 «O adjetivo 'catrumano', embora portador originalmente de um significado pejorativo da gente dos gerais, é igualmente dotado de outro significado, sem tonalidades de depreciação, identificando a própria gente desses sertões, seu peculiar modo de vida, costumes, mundividência, como tão bem nos diz Téo Azevedo em seu Dicionário Catrumano. Nesse sentido, foi utilizado o adjetivo, de modo a referenciar nitidamente o sertanejo». Disponível em *http://www.domtotal.com/colunas/detalhes.php?artId=2404*, [consultado em 10-11-2014].

4 Informação disponível em *http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o_do_Norte_de_Minas,* [consultado em 10-11-2014].

5 Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Dados disponíveis em *http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=314330*, [consultado em 10-11-2014].

fluxo de pessoas e bens através dos deslocamentos pendulares feitos por meio do transporte público regular de passageiros e pelo transporte informal, que ocorrem entre os municípios da região.

3. A mobilidade e o transporte clandestino

A necessidade de se locomover é inerente ao ser humano, ou seja, faz parte da sua natureza. Além disso, trata-se, também, de um direito fundamental assegurado pela Constituição da República Federativa Brasileira de 1988[6].

Segundo dados do IBGE[7] e do sítio eletrônico do DER/MG (Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais)[8], o transporte rodoviário intermunicipal/interestadual, por ônibus, é, ainda hoje, a principal modalidade de locomoção coletiva de passageiros utilizada no Brasil, realidade que não é diferente na região norte-mineira, seja pela extensa malha rodoviária brasileira que interliga as mais diversas localidades, seja pela regularidade dos serviços prestados pelas empresas de transporte ou, ainda, pelo valor das tarifas que tornam o ônibus mais acessível às diversas classes econômicas, transformando essa modalidade de transporte numa atividade de extrema importância para a concretização da mobilidade socioespacial e que traz incentivo ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social da sociedade.

Portanto, é inegável que a mobilidade seja um dos principais recursos da vida do século XXI (CREESWEL, 2009), e que tanto chama a atenção dos diversos estudiosos/pesquisadores que tentam entender como esse movimento de corpos entre os lugares acontecem e os efeitos deles decorrentes.

Rémy e Voyé definem a mobilidade como sendo:

> (...) condição de adaptação e de participação na vida urbana. (...) Essa mobilidade reveste-se de várias formas, entre as quais se podem distinguir: as deslocações quotidianas ou pluriquotidianas para ir ao emprego, por exemplo, ou para fazer compras; a mobilidade interurbana, que supõe deslocações de uma cidade para outra em função das «especializações» das cidades e sua hierarquização (do ponto de vista escolar, por exemplo, ou mesmo para compras mais especiais). (RÉMY, VOYÉ, 1992:74)

Sob um outro enfoque, que complementa o significado dado por Rémy à mobilidade, Creeswel entende que:

> A mobilidade é um emaranhado de movimentos físicos, de significado e prática. Cada um destes elementos da mobilidade é, em meu entender, político. Mobilidade é também movimento social. Combina o movimento (de pessoas, de coisas, de ideias) com os significados e as narrativas que os circundam. (CRESSWELL, 2009: 25)

---

6 Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens; (BRASIL, Constituição Federal da República 1988).

7 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estátistica. Anuário Estatístico do Brasil, volume 71, 2011. Seção 5 – Aspectos da Atividade e Serviços - Transportes. Disponível em *http://biblioteca.ibge.gov.br/visualização/periódicos/20/aeb_2011.pdf*, [consultado em 14-08-2013].

8 Nos últimos 12 meses cerca de 76,5 milhões de passageiros foram transportados no Sistema de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal em aproximadamente de 3,3 milhões de viagens realizadas. Mais de 235 milhões de quilômetros foram percorridos por 4.733 veículos. Duzentas e quatorze empresas são responsáveis pelos 1.745 serviços existentes. Disponível em *http://www.der.mg.gov.br/notcias/1940-transporte-intermunicipal-e-discutido-em-audiencia-publica-na-capital,* [consultado em 25-10-2013].

> Assim, em 2014, na região Norte de Minas Gerais, a cidade de Montes Claros (MG) se destaca por receber, diariamente, um grande fluxo de pessoas e bens através dos deslocamentos pendulares feitos por meio do transporte público regular de passageiros e pelo transporte informal, que ocorrem entre os municípios da região.

Essa intensa e difusa interação entre a mobilidade e o fluxo que acontece entre os municípios norte mineiros e a cidade de Montes Claros (MG) se dá por esta última ser considerada uma cidade polo, segundo definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[9], que oferece para a sua população e para a população norte mineira uma gama de serviços, tais com os já mencionados, que, normalmente, são deficientemente ofertados nos demais municípios da mesorregião norte mineira.

Entretanto, em razão das transformações ocorridas nos últimos 20 anos, como a globalização, crescimento do trabalho informal, etc, o cenário do transporte coletivo vem sofrendo algumas modificações que influenciam diretamente a sociedade, tanto no aspecto econômico, quanto cultural, refletindo, também, nos meios de locomoção intermunicipal.

Vale destacar que o transporte público de passageiros, fundamental para a consecução dos fins da mobilidade, tem significativa importância para o desenvolvimento social, cultural e econômico da sociedade. Conforme destaca a ANTP – Associação Nacional de Transportes Públicos – apud (Gifoni Neto, 2002:76), o transporte tem pelo menos cinco funções essenciais para a economia e a sociedade:

> (i) garantidor fundamental do direito de ir e vir, sobre o qual foi fundado o Estado Moderno; (ii) indutor poderoso de desenvolvimento; (iii) é insumo econômico essencial para as atividades produtivas e de distribuição, comércio e circulação, e até mesmo de consumo, sem o qual os modos econômicos de produção vigentes não sobrevivem; (iv) integrador de tudo e de todos, já que sem o transporte não se pode apropriar do território, criando-se a consciência de identidade, de pertencer a um mesmo local, e não se forma, assim, nenhuma amálgama política, cultural e econômica, necessárias para unir as comunidades e a própria sociedade; (v) é uma atividade-meio "sine qua non", que interliga todas as demais e sem a qual nenhuma delas tem condições de se realizar plenamente (saúde, educação, cultura, lazer, moradia, trabalho etc.). Enquanto esta função age como um hífen, a anterior amarra o conjunto da sociedade.

Assim, diante da relevância do transporte público de passageiros e da mobilidade socioespacial, necessários para o desenvolvimento da sociedade norte mineira, é que o transporte informal de passageiros vem a cada dia ganhando mais espaço e adeptos em Montes Claros, modificando profundamente a realidade do mercado de transporte intermunicipal.

Tradicionalmente, a atividade de transporte público é de competência do Estado, sendo, assim, caracterizado como serviço público, que é desempenhado por empresas privadas que são submetidas a um contrato administrativo com o Poder Público, que estabelece inúmeras condições regulamentares para o desempenho desta atividade, além de efetuar uma forte fiscalização delas[10].

---

9 Definição sobre o que é cidade polo segundo o sítio do Wikipédia. Disponível em *http://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade-polo*, [consultado em 12-11-2014].

10 Art. 21. Compete à União:
(...)
XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:
(...)
e) os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;
Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.
Parágrafo único. A lei disporá sobre:

Assim, aquelas empresas privadas ou pessoas físicas que, através de ônibus, *vans*, micro-ônibus e táxis, efetuam o transporte intermunicipal de passageiros sem a formalização de um contrato administrativo com o Estado, denominado Contrato de Concessão de Serviço Público, não podem, em nome do Estado, explorar tal atividade, atuando, assim, à margem do sistema, sendo, então, rotulados como transportadores «clandestino» de passageiros. Para um maior esclarecimento, a Lei Estadual de Minas Gerais, nº. 19.445/2011, em seu artigo 2º, descreve o que é caracterizado como transporte clandestino[11].

Estas empresas ou pessoas físicas que atuam na informalidade não sofrem qualquer controle de qualidade/fiscalização por parte do Estado com relação aos serviços prestados, a manutenção dos veículos, qualificação e gestão dos funcionários/motoristas, que são colocados à disposição da sociedade, traduzindo-se, vale dizer, num enorme risco à integridade física daqueles que se utilizam do serviço. Além disso, essas empresas não recolhem impostos, ou seja, não se submetem a todos os deveres que são rigidamente conferidos às empresas regulares que efetuam o transporte intermunicipal na cidade de Montes Claros (MG).

Apesar das fiscalizações da polícia rodoviária, das ações conjuntas do Ministério Público/MG com o DER/MG, SETOP (Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas), SINDPAS (Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado de Minas Gerais), da existência de Lei Estadual, de propagandas educativas, de reportagens publicadas em todos os tipos de mídias, com o fim de coibir o transporte informal[12], é fato incontestável e plenamente visível que este tipo de transporte intermunicipal vem se difundindo cada vez mais na cidade de Montes Claros seja pelo valor mais baixo das passagens, seja pelo menor tempo de viagem ou até mesmo, em alguns casos, pelo serviço de buscar e deixar o passageiro na porta de sua casa. Não se pode olvidar, também, que a utilização dos serviços informais pode ser atribuída à própria insatisfação do usuário com o serviço regular de transporte.

De acordo com Gifone, o transporte informal, que ele também denomina como artesanal, tem seu crescimento justificado por alguns fatores, tais como:

> No transporte informal, a propriedade dos veículos é atomizada, disseminada entre numerosos proprietários que, em geral, são os próprios operadores, embora há notícias de que vem crescendo a formação de pequenas frotas por um único proprietário. Oferecem um serviço porta-a-porta e param nos lugares mais convenientes para o usuário. As tarifas são definidas em função das fixadas para o ônibus. (...) Na medida em que, evadindo os impostos, não são submetidos a custos de mão-de-obra na mesma proporção que os imputados aos ônibus regulamentados, os transportadores artesanais trabalham com altos índices de rentabilidade. Isso tem tornado o serviço atraente e, devido à inexistência de barreiras à entrada nesse mercado, um número crescente de operadores individuais tem passado a operar entre as cidades. (GIFONE NETO, 2002: 95).

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão; (BRASIL, Constituição Federal da República 1988).

11 Art. 2° Para os efeitos desta Lei, considera-se clandestino o transporte metropolitano ou intermunicipal remunerado de passageiros, realizado por pessoa física ou jurídica, em veículo particular ou de aluguel, que:
I – não possua a devida concessão, permissão ou autorização do poder concedente;
II – não obedeça a itinerário definido pela Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – SETOP. (MINAS GERAIS, Lei 19.445/2011).

12 Disponível em *http://www.der.mg.gov.br/notcias/1830-departamento-de-estradas-de-rodagem-de-minas-gerais-comemora-67-anos*,; *http://www.der.mg.gov.br/notcias/1710-dermg-divulga-dados-da-operacao-ministerio-publico-contra--o-transporte-clandestino-de-passageiros-*,; *http://www.der.mg.gov.br/notcias/1761-dermg-define-programacao-de-fiscalizacoes--para-o-carnaval-2013*, [consultado em 09-09-2013].

> Importante destacar que, por muitos anos, até o surgimento dos «clandestinos», as empresas de transporte coletivo intermunicipal regular que atuam na cidade de Montes Claros ofereciam esse serviço de forma
> exclusiva para a população, sendo que apenas uma delas, mediante concessão por parte do Estado, detinha o direito de exploração da linha principal, qual seja, o percurso até a capital mineira, Belo Horizonte (MG)[13].

Com o advento e difusão do transporte informal em Montes Claros (MG) e na região norte-mineira, houve uma grande diminuição no número de passageiros que utilizavam os serviços das empresas regulares, e, consequentemente, na mesma proporção, ocorreu um grande declínio na receita dessas empresas, fazendo, assim, surgir um grande enfrentamento de todos os envolvidos, ou seja, entre as «empresas» de transporte informal, as empresas de transporte regulares, os órgãos do poder público fiscalizadores e reguladores da atividade e, por fim, o passageiro.

Importante esclarecer que, em 2014, em Montes Claros (MG), 10 (dez)[14] empresas exploram o serviço público de transporte intermunicipal de passageiros**,** sendo que apenas uma delas que possui o monopólio da exploração da linha que liga a cidade à capital mineira, Belo Horizonte (MG), conforme destacado acima.

Pela análise do exposto é possível perceber que, com a diminuição do número de passageiros que usufruem do serviço prestado pelas empresas regulares e, tendo em vista os prejuízos que tais empresas vêm sofrendo, tornando, assim, inviável a exploração do serviço em algumas linhas – pela falta da procura -, estas se viram obrigadas a implementar algumas modificações internas, tais como a diminuição de horários de várias linhas e a dispensa de grande número de funcionários, influenciando diretamente no meio e social e na própria economia da cidade de Montes Claros.

Deve-se atentar que a restrição dos horários, ou até mesmo a extinção de algumas linhas pelas empresas regulares, acabam por afetar de sobremaneira a mobilidade das pessoas que residem, principalmente na zona rural de Montes Claros, que dependem apenas do transporte regular para satisfazer as suas necessidades na cidade, tais como saúde, educação, trabalho, etc.

Na outra ponta está o grande número – cada vez maior[15] – de transportadores informais que, sem dúvida alguma, apesar da falta de regularização normativa para exploração do modal, é uma nova realidade e opção para o transporte de passageiros, sendo certo que não se pode deixar de levar em consideração, sobretudo pelos órgãos competentes, de que esta atividade representa a única fonte de renda de inúmeras pessoas e famílias, que dependem diretamente desse trabalho.

Como consequência, as empresas de ônibus que atuam na cidade de Monte Claros, e que possuem a concessão do Estado para a exploração do serviço, vêm lidando com a forte concorrência do transporte, denominado pela legislação estadual, como clandestino, que cresce vertiginosamente, ganhando cada vez mais o mercado, mesmo diante das ações implementadas pelo poder público no sentido de coibir o crescimento dessa modalidade de transporte.

No meio de tudo isso está o passageiro, que muitas vezes deixa de optar pelo transporte regular, que é constantemente fiscalizado pelo Estado, para utilizar-se do transporte informal, normalmente menos oneroso e com algumas comodidades, embora coloque em risco sua integridade física pelo fato de que estes transportes não estão sujeitos às mesmas obrigações das empresas oficiais, máxime no que diz respeito às fiscalizações de funcionamento que a são submetidas as empresas regulares.

---

13 A distância entre Montes Claros (MG) e a capital mineira, Belo Horizonte, é de 418 Km. Disponível em *http://www.geografos.com.br/distancia-entre-cidades/distancia-entre-belo-horizonte-e-montes-claros.php,* [consultado em 13-11-2014].

14 Informação retirada do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Montes Claros, MG. Disponível em *http://www.montesclaros.mg.gov.br/cidade/aspectosgerais/transportes.htm*, [consultado em 14-10-2013].

15 Segundo reportagem do jornal hoje em dia, em 20/06/2012 já existiam 8.000 (oito mil) veículos - ônibus, *vans* ou táxis – atuando na cidade de Montes Claros e região, oferecendo o serviço de transporte intermunicipal clandestino de passageiros. Disponível em *http://www.hojeemdia.com.br/minas/norte-de-minas-tem-8-mil-veiculos-no-transporte-clandestinos-1.2435*, [consultado em 14-10-2013].

Desta forma, é inegável o crescimento da mobilidade e o fluxo diário de pessoas entre os municípios norte-mineiros e a cidade de Montes Claros, feitos através desse novo contexto do transporte intermunicipal denominado como clandestino, que vem se reafirmando e ganhando adeptos em toda região. As migrações e a forma como elas ocorrem tem gerado transformações, como já frisado, que interferem diretamente no desenvolvimento social e econômico da cidade, atingindo, também, direta e inteiramente, todos os cidadãos que dependem dos meios de transporte disponíveis, seja informal ou regular, para se deslocar de uma cidade a outra, e, também, para aqueles que exploram o serviço de transporte como forma de manutenção da sobrevivência própria e familiar.

4. Considerações finais

Com o passar do tempo e o desenvolvimento das novas tecnologias, estradas, transporte que conectam os espaços e aumentam a mobilidade do norte de Minas Gerais, ao invés de servir como incentivo para atrair investimentos tais como comércio, escolas, hospitais para os municípios menores, fez crescer o fluxo migratório da população norte mineira, seja pendular ou permanente, em busca da satisfação de necessidades e direitos, como do lazer, trabalho, compras, educação, saúde em direção à cidade de Montes Claros.
Entretanto, conforme explícita Simmel (2004), o migrante, por ele denominado de estrangeiro, sofre um processo dialético, ao mesmo tempo que existe uma atração pela cidade ocorre, também, uma repulsa, pois mesmo que ele se estabeleça naquele local será sempre visto como o outro, o de fora. E, apesar de muitas vezes o migrante ser tratado com certo preconceito por ser «de fora», ao mesmo tempo ele representa o novo, é a novidade que brota e transforma o cerne da sociedade.
As modificações causadas na cidade pelo migrante são um reflexo do seu eu, do seu comportamento, da sua crença, das suas ideias, das suas necessidades, que a partir do seu ir e vir passam a fazer parte do cotidiano de determinado local.

> Como vimos, o incremento e a intensificação da mobilidade provoca uma desarrumação orgânica que nos leva a configurar o espaço social, não como um plano indiferenciado incólume à passagem vertiginosa dos fluxos, mas como espécie de cordilheira acidentada que interfere e sofre constantes interferências resultantes da interação com um sem-número de movimentos e deambulações. Num certo sentido, pode dizer-se que as mobilidades geram novas espacialidades e que estas, por seu turno, enformam e redirecionam os circuitos. (CARMO,2009: 49)

Em Montes Claros, as migrações, sejam elas diárias ou permanentes, vem causando transformações estruturais e comportamentais na cidade. Já que a cidade tem que se adequar para receber esse fluxo que vem em busca da satisfação das mais variadas necessidades que não podem ser satisfeitas na sua origem.

> A mobilidade – que afecta não só as pessoas e os bens mas também as mensagens e as informações – repercute-se de várias maneiras na construção e no uso do espaço, e afecta a vários graus e numa temporalidade diferente a cidade e o campo. Assim caracterizada como processo de integração da mobilidade na vida quotidiana a urbanização dará à individualização toda a sua lógica, ao diminuir o peso dos enraizamentos territoriais e do controlo ecológico na dinâmica global. Permitirá fazer do projecto individual um elemento chave de reivindicação na vida quotidiana. (RÉMY, VOYÉ, 1992; 61)

Atualmente, a maioria desses deslocamentos feitos das demais cidades do norte de Minas Gerais para Montes Claros se realiza através do transporte informal, reconhecido pela legislação como clandestino, o que modifica, também, o modo de se concretizar a mobilidade.

Desta forma, apesar da oferta de transporte regular de passageiros, a maioria das pessoas que precisam de se deslocar entre as referidas localidades preferem lançar mão do uso do transporte informal ou clandestino (assim denominado pela legislação), seja pela economia de tempo e dinheiro ou por outras comodidades ofertadas por esse modal. Logo, através dessa mobilidade socioespacial, não só a estrutura urbana da cidade é transformada pelo fluxo migratório, mas também as ideias, os comportamentos e o modo pelo qual as sociabilidades a entre os habitantes da região norte mineira acontecem.

Referências

ALENCAR, Girleno. "Norte de Minas tem 8 mil veículos no transporte clandestinos". *Jornal Hoje em Dia, 20 de jun. de 2012*. Disponível em *http://www.hojeemdia.com.br/minas/norte-de-minas-tem-8-mil-veiculos-no-transporte-clandestinos-1.2435,* [consultado em 14-10-2013].

BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 2012.

CARMO, Renato Miguel do.(2009), "Do espaço abstracto ao espaço compósito: refletindo sobre as tensões entre mobilidades e espacialidades". In: CARMO, Renato Miguel do, SIMÕES, José Alberto (org.). *A Produção das Mobilidades Redes, Espacialidades e Trajectos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 41-54.

CRESSWELL, Tim. "Seis temas na produção das mobilidades". In CARMO, Renato Miguel do, SIMÕES, José Alberto (org.). *A Produção das Mobilidades Redes, Espacialidades e Trajectos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009, p. 25-37.

Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER/MG. *Transporte intermunicipal é discutido em audiência pública na capital***.** 17 de out. de 2013. Disponível em http://www.der.mg.gov.br/notcias/1940-transporte-intermunicipal-e-discutido-em-audiencia-publica-na-capital, [consultado em 25-10-2013].

Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER/MG. *Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais comemora 67 anos***.** 06 de maio de 2013. Disponível em *http://www.der.mg.gov.br/notcias/1830-departamento-de-estradas-de-rodagem-de-minas-gerais-comemora-67-anos*, [consultado em 09/09/2013].

Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER/MG. *DER/MG define programação de fiscalizações para o Carnaval 2013***.** 08 de Fev. de 2013. Disponível em *http://www.der.mg.gov.br/notcias/1761-dermg-define-programacao-de-fiscalizacoes-para-o-carnaval-2013,* [consultado em 09-09-2013].

Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER/MG. *DER/MG divulga dados da operação ministério público contra o transporte clandestino de passageiros.* 22 de Nov. de 2012. *Disponível em http://www.der.mg.gov.br/notcias/1710-dermg-divulga-dados-da-operacao-ministerio-publico-contra-o-transporte-clandestino-de-passageiros-*, [consultado em 09-09-2013].

GIDDENS, Anthony. (1996), *Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical*. São Paulo: Editora Unesp.

GIFONE NETO, Gotran. (2002), *Instituições Regulatórias do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros: o caso das agencias reguladoras estaduais brasileiras*. Tese de doutoramento, Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em *http:// www.det.ufc.br/petran/teses/tese08.pdf,* [consultado em 14-08-2013].

Instituto Brasileiro de Geografia e Estátistica - IBGE. "Anuário Estatístico do Brasil volume 71, 2011. Seção 5" – *Aspectos da Atividade e Serviços - Transportes.* Disponível em *http://biblioteca.ibge.gov.br/visualização/periódicos/20/aeb_2011.pdf,* [consultado em 14-08-2013].

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Cidades*. Disponível em *http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=314330,* [consultado em 10-11-2014].

MINAS GERAIS, *Lei 19.445 de 11 de janeiro de 2011 do Estado de Minas Gerais – Estabelece Normas para coibir o transporte metropolitano e intermunicipal clandestino de passageiros no Estado*.

Prefeitura Municipal de Montes Claros, MG. Disponível em *http://www.montesclaros.mg.gov.br/cidade/aspectosgerais/transportes.htm*, [consultado em 14-10-2013].

RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane. (1994), *A cidade: rumo a uma nova definição?* Porto: Edições Afrontamento.

SIMMEL, Georg.(2004), "O estrangeiro". In: *Fidelidade e gratidão e outros textos*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2004.

Lugares de vivência no contexto turístico amazônico: emergência do novo e redefinição do velho[1]

Maria Teresa Manfredo[2]

Resumo: O trabalho foca nas relações sociais que ocorrem numa área da floresta amazônica (município de Careiro-AM, Brasil) onde são desenvolvidas atividades turísticas voltadas ao público internacional, numa região de rios e lagos com várias pousadas, hotéis de selva e comunidades ribeirinhas. Encaramos o turismo como uma atividade não só econômica, mas também simbólica, já que a chamada identidade turística de um território é uma construção social. Contemporaneamente deslocamentos temporários e lugares de vivência são atravessados por significados nos quais há a emergência do novo e a redefinição de antigos contextos, imaginários e práticas. Tais mobilidades constroem novas territorialidades, formas de identificação e resistências. Parte-se da hipótese de que os processos de mundialização da cultura acarretam efeitos heterogêneos em diferentes localidades e são vivenciados de maneiras diversas. Conceitos como globalização, modernidade, tradição, arena, conflitos serão tratados.

Palavras-chave: turismo; Amazônia; conflitos; arena; globalização; população rural.

1. Introdução

O fato de a floresta Amazônica ser um destino de viagem de turistas de todo o mundo está relacionado ao processo de construção e difusão de imaginários, frutos do processo de mundialização cultural, construídos a partir de referentes presentes numa memória internacional-popular (Ortiz, 2009), na qual elementos como peças publicitárias, reportagens, filmes e documentários circulados mundialmente, dentre outros, seriam algumas de suas bases formadoras.

Considerando-se as colocações de Banducci e Barretto (2001) sobre turismo, acreditamos que a identidade turística amazônica não se dá apenas como consequência de sua riqueza natural, ou belas paisagens, mas é também construída socialmente a partir de referentes muitas vezes estereotipados, baseados num mundo tradicional, exótico e intocado a se visitar. Nesse processo, diversos interesses (nos níveis globais, nacionais e locais) estão em jogo, envolvendo diversos atores de maneiras distintas. Mais do que esgotar a compreensão da dinâmica desse jogo, o presente artigo toca preliminarmente na discussão que está sendo desenvolvida na pesquisa de doutorado da autora sobre como lugares de vivência são atravessados por deslocamentos temporários (no caso, o turismo) que reforçam e/ou transformam significados e conflitos.

A feitura desse artigo traz em mente questões como: de que modo se dá a relação dessas comunidades com o processo de globalização? Como as Ciências Sociais pode dar conta de compreender e explicar essa dinâmica? Entretanto, devemos alertar que esse texto se constitui mais como um exercício inicial para a tentativa de construção tais respostas, do que um trabalho já fechado e acabado sobre essa temática.

---

1 Trabalho apresentado no GT18B: "Mobilidades e Fronteiras no Mundo Contemporâneo: migrações e fluxos transfronteiriços" do XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, que ocorreu na cidade de Lisboa, Portugal, entre os dias 01 e 05 de fevereiro de 2015.

2 Doutoranda em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil. Bolsista da Fundação de Amparo à Ciência do Estado de São Paulo (FAPESP). Atualmente realiza estágio como Visiting Scholar no Anthropological Center for Training and Research on Global Environmental Change, na Indiana University, Estados Unidos. Email: manfredomt@gmail.com

2. Turismo na região dos lagos do Rio Paraná do Mamori (Careiro – AM)[3]

Quando um turista decide conhecer a floresta Amazônica e faz uma pesquisa sobre as possibilidades de passeio oferecidas na região - seja através de busca via internet (em sites de empresas de turismo que operam na cidade), seja tentando contratar passeios pessoalmente nessas agências, quando já está em Manaus – majoritariamente, o que encontra é a oferta de pacotes de duração de 2 a 5 dias, nos "*jungle tours*". Nesses, o turista fica hospedado em pousadas (ou *lodges*, como são referidos nas agências). Refeições, transporte e atividades estão incluídos. Estas últimas se constituiriam em: pescar piranhas, fazer trilhas, um pernoite em acampamento na floresta, focagem noturna de jacarés, observação de animais, visita ou pernoite em "casa do caboclo"[4].

Os *jungle tours* oferecidos na cidade de Manaus acontecem numa região de selva e lagos, ao longo do Rio Paraná do Mamori até o Rio Juma, no município de Careiro-AM. Localizado a cerca de 100 quilômetros (em linha reta) a sudeste da capital amazonense, Careiro está inserido na sub-região Rio Negro-Solimões e possui uma população de aproximadamente 30 mil habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A partir de Manaus, o acesso a esse município se dá por via fluvial-terrestre-fluvial (levando cerca de 3 horas de viagem). O município é dividido por muitos lagos e rios, que formam diversas ilhas, onde vivem diversas comunidades ribeirinhas de maneira dispersa. Entre os lagos e rios que dividem o município está o Rio Castanho - talvez por isso os moradores do município e da região comumente se referem à municipalidade como Careiro Castanho.

É interessante destacar que, para um turista que não fala fluentemente a língua portuguesa, ou mesmo para um turista brasileiro que não conheça a região, devido à carência de informações sobre fluxo de transporte, horários, percurso durante a mudança do fluxo das águas etc. dificilmente esse trajeto poderia ser feito sem o intermédio de agentes de turismo. Quando os agentes e guias de turismo se referem ao local, eles simplesmente o designam por "selva", sem especificar exatamente a localidade.

Também vale destacar que não há sinal de celular ou acesso à internet nessa região de lagos. A comunicação telefônica só ocorre em algumas raras moradias que possuem sinal de celular via satélite (ou, o chamado celular rural).

A energia elétrica só chegou a algumas comunidades do município há dois anos, devido ao programa Luz para Todos, do Governo Federal. Antes disso, era comum o uso de geradores de energia, a base de gasolina ou diesel, para a iluminação noturna das pousadas e hotéis ou de algumas casas de moradores num situação econômica mais confortável.

Os moradores também relataram em nossa pesquisa de campo que antes da atividade turística se instalar na região, os meios de sobrevivência eram a pesca ou o roçado. Muitos relataram o período anterior à chegada do turismo como um período em que não havia empregos na região. Por exemplo, na fala de Edna[5], 56 anos, professora municipal, moradora da comunidade há 7 anos:

> A vida desse pessoal aqui mudou por causa do hotel. Antes, tinha roça, mas era mal planejada, sobrevivia como dava. As pessoas já anda mais ajeitada, têm fogão, era tudo fogão de lenha. Esse motorzinho [motores dos barcos], o pessoal era tudo no remo. Os antigo sofreram muito, não tinha condições de nada.

---

3 Para a realização da coleta de dados que aqui são discutidos realizamos trabalhos de campo entre janeiro e junho de 2014, quando aplicamos técnicas de observação participante, além da aplicação de entrevistas semi-estruturadas e levantamento de histórias de vida, registro em diário de campo e registro fotográfico. Todas as falas utilizadas aqui partem de entrevistas que foram concedidas à autora.

4 Termos que os agentes de turismo utilizam para se designar à casa do morador local.

5 Por questões éticas, todos os nomes dos informantes, entrevistados e estabelecimentos turísticos utilizados neste artigo são fictícios. Tal artifício não invalida, entretanto, suas posições na arena turística em foco.

> Esse processo também pode ser confirmado na fala de Ester, 31 anos, que trabalha como cozinheira em um *lodge*:
> O trabalho que tinha era só pra roçar. O turismo beneficiou muito pela questão do trabalho, o tipo de vida que se tem hoje, pra todo mundo. Todo mundo só sobrevivia de agricultura.Todo mundo começou a mudar, construir, comprar. Sem o turismo, imagina? Sem o hotel como seria? Seria muito difícil.

Na fala de Raimunda - 40 anos, que sempre morou na região, dona de casa, e que já trabalhou por 5 anos como camareira num dos *lodges* – também podemos observar o relato do mesmo processo de transformação a partir do turismo. Ainda, podemos observar a personalização desse processo turístico (que, longe de ser atribuído como um processo social, é identificado como algo liderado pela figura de Osvaldo, ou Valdo – proprietário de um *lodge* que funciona há 9 anos na comunidade:

> O hotel ajudou bastante, um bocado de gente. De primeiro, antes do Valdo vir com o hotel, as casa era tudo de palha e de madeira. Tinha pouca casa.

Dando seguimento à nossa descrição interpretativa, de acordo com o levantado no local em pesquisa de campo, toda a dinâmica turística da área que envolve o Rio Paraná do Mamori até o Rio Juma (o que significa, em termos de municipalidade, de Careiro a Autazes) teve início com a fundação do primeiro hotel de selva da região, o *Forest Jungle Lodge*, há 35 anos. Quem criou esse estabelecimento foi um suíço, que, segundo um funcionário do estabelecimento, se encantou com a região. Ainda em funcionamento, esse hotel se localiza no Rio Juma, já no município de Autazes-AM. É de porte superior ao demais *lodges* que tivemos contato, tanto em termos de estrutura, como em termos do valor de diária cobrada por pessoa.

Há um segundo hotel ou *lodge* do mesmo porte em termos de estrutura e de preço do *Forest Jungle Lodge* na região. Porém, diferentemente do primeiro, e mesmo a despeito de ter recebido o prêmio "Hotel Sustentável do Ano" no Guia Brasil 2014[6], este outro hotel não trabalha com funcionários formalmente contratados (com carteira assinada), pagando-os por comissão de temporada de trabalho.

Quanto às demais pousadas ou *lodges*, eles possuem estrutura muito parecida entre si, funcionando num sistema similar aos dos albergues da juventude ou *holstels*. Os preços de estadia giram em torno de 150 reais para se dormir em rede, em quarto coletivo; 200 reais para se dormir em cama, em quarto coletivo; e 300 reais para se dormir em suíte privativa[7].

Num hotel onde a pesquisadora ficou hospedada durante a primeira pesquisa de campo, verificou-se que os turistas hospedados eram majoritariamente estrangeiros, com grau de instrução universitário ou pós-graduação, faixa etária entre 20 e 40 anos. Em 4 dias de observação participante no local, estiveram por lá um total 26 turistas, das seguintes nacionalidades: 5 da Índia; 3 da Alemanha; 3 do Japão; 2 da Austrália; 2 do Brasil; 2 do Chile; 2 da França; 1 da Áustria; 1 do Azerbaijão; 1 dos Estados Unidos; 1 da Inglaterra; 1 da Irlanda; 1 de Israel; 1 da Rússia.

Durante a segunda pesquisa de campo, em 10 dias de estadia no mesmo hotel, o quadro verificado foi: 25 turistas da Inglaterra; 15 dos Estados Unidos; 5 da Austrália; 1 de Cingapura; 2 da Áustria; 6 da Bélgica; 2 da República Tcheca; 4 do México; 5 do Canadá; 2 do Irã; 4 da França; 5 da Itália; 2 da Índia; 5 da Noruega; 3 da Finlândia; 5 do Sri Lanka; 1 da Holanda[8].

---

6 O Guia Brasil é uma publicação anual da Editora Abril. Em seu site na internet há a descrição: "O GUIA BRASIL 2014 reconhece as melhores novidades e os que fizeram algo a mais no campo da sustentabilidade e do conforto." Disponível em: <http://viajeaqui.abril.com.br/materias/os-7-hoteis-premiados-pelo-guia-brasil-2014#6>, acesso em 01 de julho de 2014.

7 Preços informados em fevereiro de 2014.

8 Nesse balanço geral da nacionalidade dos turistas, devemos considerar que a segunda estadia de campo aconteceu durante o período da abertura da Copa Mundial de Futebol, que ocorreu no Brasil de 12 de junho a 13 de julho de 2014. Como Manaus foi sede de alguns jogos (Inglaterra x Itália; Camarões x Croácia; Estados Unidos x Portugal; e Honduras x Suíça), devemos considerar que o fluxo de turistas internacionais, bem como a média das ocorrências de determinadas nacionalidades – como por exemplo, a grande presença de ingleses no hotel, no período – foi influenciada por esse evento esportivo mundial.

Outro ponto a se destacar é que todas as trilhas e passeios são guiados e explicados na língua inglesa. Todos os avisos do hotel também são feitos em placas simples, escritas à caneta e letra cursiva, na língua inglesa – e não em língua portuguesa.

Um fato que ficou muito evidente na pesquisa de campo foi o grande desejo da população local em aprender inglês. Quando questionados a respeito disso, todos falavam que queria aprender a língua para trabalhar com turismo. Em mais de uma família visitada, encontramos pais (que trabalham com turismo, como barqueiros, ajudantes de serviços gerais etc.) que ensinam e estimulam seus filhos de dois, cinco anos de idade a falarem algumas palavras em inglês.

Sobre a origem dos moradores da região, o observado foi que grande parte trata-se de filhos ou netos de pessoas naturais da região Nordeste brasileira, famílias remanescentes da migração impulsionada pelo ciclo econômico da borracha, que ocorreu na Amazônia no fim do século XIX, início do século XXI. São raras as pessoas que não tiveram um período de moradia em Manaus. Através dos relatos colhidos, bem como da observação de atividades cotidianas, verificamos que são constantes as viagens à Manaus, em busca de serviços oferecidos na cidade (como comércio ou para casos de problemas saúde de maior gravidade).

Em média, as viagens dos moradores a Manaus ocorrem uma vez por mês. Neste sentido, tal constatação empírica nos remete à interpenetração cultural ou hibridização entre as culturas na amazônica, de que fala Fraxe (2004). Essa autora destaca que o que chama de cultura do mundo ribeirinho "se espraia pelo mundo urbano, assim como aquela é receptora das contribuições da cultura urbana. Interpenetram-se, embora as motivações criadoras de cada qual sejam relativamente distintas" (Fraxe, 2004 :303).

Durante a entrevista com os moradores ribeirinhos, obtivemos a informação de que até 4 anos atrás, quando ainda não havia a estrada (conhecida como estrada Ramal 14) que liga o município de Careiro da Várzea (que encontra-se na metade do caminho, no trajeto Manaus-Careiro) ao Rio Paraná do Mamori, o modo mais utilizado para se viajar até a capital do estado era através de um barco de passageiros que passava uma vez por semana pelo Rio Paraná do Mamori. Uma moradora local, de 47 anos de idade, relatou que na infância dela, para se ir a Manaus levava-se 3 dias de viagem, de barco a remo. Outro morador, de 50 anos de idade, relatou que na sua infância, para se chegar a Manaus, levava-se 5 dias caminhando pela selva. Tudo isso dá uma ideia de quão recente é o entrelaçamento dessa região amazônica na cultura e economia de um mundo globalizado. Ainda, sinaliza que esse processo turístico que ocorre na área é condicionado por determinadas relações sociais mundializadas, ao mesmo tempo em que contribui para transformar dinâmicas sociais locais, como, por exemplo, a questão da locomoção até a capital, bem como a questão da interpenetração de hábitos, visões de mundo e modos de vida.

No que diz respeito aos turistas, os clientes brasileiros são mais raros. De acordo com o relato dos trabalhadores locais, a presença de visitantes brasileiros é um pouco mais frequente nos meses de novembro e dezembro, quando muitos se dirigem ao local para a prática de pesca esportiva.

De outro lado, nas entrevistas realizadas com turistas estrangeiros, aparecem falas com preocupações em torno da sustentabilidade, bem como a busca por uma certa autenticidade ou tradicionalidade na forma de viver do morador local. Nesse sentido, é elucidativa a fala de Pierre, 26 anos, turista holandês hospedado em um dos *lodges*:

> Eu estive andando no dia de hoje pela região e os guias me explicaram que essas pessoas não tinham acesso à energia elétrica até dois anos atrás. Eles falaram que isso aconteceu por uma obra do Governo Federal, certo? Agora eu me pergunto: por que essas pessoas precisam de energia elétrica? Eu já estive em outros lugares como no Quênia e era exatamente a população local que não queria coisas como a energia elétrica, pois eles sabiam que com isso suas tradições seriam mudadas e o que eles mais têm orgulho é de viver desse modo tradicional e preservar suas práticas ancestrais[9].

9 Numa livre tradução da autora para a língua portuguesa, pois o turista cedeu entrevista em língua inglesa.

> A fala da moradora local, Raimunda, quando questionada a respeito do que os turistas esperam encontrar na região, também se direciona no mesmo sentido, denotando a busca de uma autenticidade estática por parte do turista:
> Eles [turistas] gosta de vir mais pra casa que é de palha. Eles não gosta de vir em casa que é [telhado] de alumínio, porque fala que já é mais avançado.

A fala de Jonas, 25 anos, barqueiro que trabalha em um dos *lodges* da região, ratifica a fala de Raimunda:

> Mais da maioria dos turista, eles gosta de ver casa com palha. Quando fala comunidade local eles pensa nisso, né, cabana de palha.

Isso nos leva a formulações de hipóteses em torno do imaginário desse público em relação à Amazônia. Nos leva também a concordar com Banducci e Barreto (2001), quando afirmam que a identidade turística dos lugares é uma construção social que atende aos mais diversos interesses, desencadeando um processo pleno de contradições, tensões e questionamentos.

Ainda em relação aos turistas, também é interessante destacar que, pelo que foi coletado em entrevistas, a grande maioria toma conhecimento dos hotéis via internet, mais especificamente pelo site *TripAdvisor*, que é um site internacional em que os usuários, cadastrados voluntariamente, compartilham avaliações das experiências turísticas que já realizaram. Isso denota como, neste caso, a internet é uma das ferramentas que contribuem para que temporalidades e espacialidades diferentes se entrecruzem.

No que se refere à mão de obra, cozinheiras, copeiras, arrumadeiras, barqueiros são moradores da região; contudo, no que diz respeito a guias de turismo - talvez pela exigência de se ter a fluência em língua inglesa, somada à educação precária[10] oferecida na redondeza - a maioria não é natural da região. Outro ponto importante no que se refere à mão de obra na área foi que verificamos que os funcionários que trabalham nessas pousadas (à exceção do *Forest Jungle Lodge*) não têm contrato de trabalho ou carteira de trabalho assinada, recebendo pelo que chamam de comissão.

Pelo que foi levantado em campo, essa comissão gira em torno de 50 reais em troca de um dia inteiro de trabalho (ou seja, sem hora estabelecida para término dessa jornada, podendo se estender do período manhã até a noite, conforme a demanda e fluxo de hóspedes). Há, ainda, períodos em que esse pagamento nem chega a ser realizado. É o que confirma, mesmo que indiretamente, a fala de Ivani, 24 anos, moradora da região que trabalha como camareira no *lodge* que pertence a Osvaldo:

> Eu parei de fazer a faculdade [curso privado, à distância, com aulas presenciais algumas vezes ao mês, na cidade de Manaus] porque chegava o dia de pagamento e a gente não tinha dinheiro, né. Porque trabalhá com turismo é como o Valdo fala: hoje tem dinheiro, amanhã não tem. Então não era todo mês que eu tinha pra pagar a mensalidade, né.

Sobretudo na região da comunidade "Nossa Senhora do Livramento do Lago do Boto"[11], onde passamos o maior tempo de nossa estadia de pesquisa de campo na região, percebeu-se uma relação de paternalismo entre o proprietário do hotel instalado na comunidade (que também é dono da agência de turismo que leva os turistas ao local) e os funcionários e moradores da região. A fala da moradora Edna nos auxilia no sentido de confirmar a existência dessa relação:

---

10 Chegamos a visitar uma escola local, da comunidade *Nossa Senhora do Livramento do Lago do Boto* e verificamos situações de precariedade como, por exemplo, o fato de ter havido um incêndio na escola há dois anos, e as atividades escolares ainda estarem sendo realizadas num lugar improvisado, com alunos de séries diferentes dividindo a mesma sala e sem previsão para construção de uma nova sede. Também, em vários depoimentos prestados à pesquisadora, a situação da educação precária na região apareceu.

11 Esse nome é fictício para preservar a identidade dos entrevistados. De acordo com a presidente da comunidade, 30 famílias vivem no local. Dessas, de acordo com a mesma fonte, pelo menos 15 têm um ao menos um membro da família trabalhando para como turismo.

> O Valdo é pai desse pessoal daqui. Eu analiso muito. Se você liga, Valdo, meu filho tá passando mal. Nem que não trabalha pra ele, ele leva na hora [para Manaus]. É sempre aquele jeito calmo, não guarda mágoa de ninguém.

A fala de Ester, cozinheira do *lodge* que pertence a Valdo, se direciona no mesmo sentido:

> O Seo Valdo é uma pessoa muito simples, trata todo mundo igual. Ele diz: aqui não tem patrão. Ele ajuda todo mundo, tanto quem trabalha, quanto quem não trabalha aqui.

Podemos utilizar, ainda a fala de Raimunda (que, como já dito acima, trabalhou por cinco anos no *lodge* pertencente à Valdo e é casada com um barqueiro que presta serviços para o *lodge* de Osvaldo) para reforçar a apreensão de tal relação:

> Ás vezes a gente até tem pena dele [Valdo], mas ele quer ajudar todo mundo, né.

Por fim, nesse sentido, temos a fala da camareira Nena, 47 anos, moradora da região:

> O Valdo sempre que a gente precisa de alguma coisa ele ajuda. A gente precisa de uma telha, ele dá uma parte. E assim a gente vai levando.

Ademais, neste trecho da entrevista com Raimunda, percebemos claramente uma intervenção na vida particular dos moradores:

> Às vez, quando os menino escuta som, eles [turistas] já reclama pro Valdo. Então a gente quase não escuta som, porque o Valdo não gosta, aí a gente fala: Jonas, põe o som baixo... o Valdo não gosta.

Interessante também destacar a situação dos guias responsáveis pela realização dos passeios dos turistas. Durante o período em que passamos na comunidade do Boto, tivemos contato com 8 guias. Nenhum deles é natural da região do Rio Paraná do Mamori. Eles moram em Manaus e, quando vão para Careiro, passam cerca de 5 dias, contínuos, trabalhando por lá. Os mais experientes também trabalham como *freelancers*, conforme a demanda do mercado turístico de Manaus. Contudo, talvez o mais elucidativo em relação aos guias de turismo da região seja o fato de que, de 8 entrevistados, apenas dois deles afirmaram ter posse da carteira de cadastro como guia de turismo no Cadastur[12]. Ao nosso entender, essa questão do não cumprimento da utilização de pessoas como guia com cadastro exigido pela Cadastur denota, mais uma vez, a dinâmica de precarização das relações de trabalho na região. Não é demais lembrar que, por não terem os cadastros exigidos por lei, os guias aceitam trabalhar por uma quantia menor de dinheiro[13].

A partir dessas informações coletadas por meio de entrevistas e observação participante, verificamos que o trabalho informal e o desrespeito aos direitos trabalhistas são uma constante nos hotéis e pousadas da região em questão.

Ao mesmo tempo, percebeu-se nas falas, durante várias entrevistas com moradores, uma ausência ou omissão do poder público (tanto municipal como estadual) no local. É o que se verifica, por exemplo, nas palavras de

---

12 De acordo com o que consta no site do Cadastur, para obter a carteira de Guia de Turismo é necessário que se faça um Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Guia de Turismo para a Categoria na qual estiver solicitando o cadastramento, em alguma Instituição de Ensino autorizada a ministrar este curso. Além disso, são necessários documentos e comprovantes como: cópia de diploma de curso de idioma, ou comprovante de Exame de Proficiência ou Atestado de Fluência, em pelo menos uma língua estrangeira para os que pretendam o cadastramento na categoria de Guia de Turismo Excursão Internacional, fornecidos por Instituição de Ensino reconhecida pela autoridade competente. Ser maior de 18 anos, no caso de guia de turismo regional, ou maior de 21 anos para atuar como guia de excursão nacional ou internacional. Ser eleitor e estar em dia com as obrigações eleitorais. Ser reservista e estar em dia com as obrigações militares, no caso de requerente do sexo masculino menor de 45 anos.

13 De acordo com o que foi levantado, um guia sem carteira recebe 70,00 reais por diária de trabalho. Ao passo que um guia credenciado pode ganhar até 300,00 reais.

Nena, camareira de um dos *lodges*, e presidente de uma das comunidades locais, quando questionada sobre os problemas da região:

> O maior problema é a saúde. A prefeitura não fornece o que a gente precisa na comunidade. Nós somos assim... esquecidos. O prefeito prometeu poço artesiano na época da eleição. É muito difícil. Eles promete uma coisa e não ajuda.

Ademais, a fala de Edna, professora municipal, denota a existência de coação, por parte dos políticos da região, para forçar o voto em determinado candidato:

> Tem gente que fala, povo brasileiro ainda é escravo, e eu digo: é. Aqui a gente não é livre. Se não vota em quem eles querem, eles jogam você longe pra dá aula. Por isso que eu digo: aqui a gente não é livre. Nessa cidade, assim, ainda é muito enganado, as pessoa tem medo.

De tudo isso, o que já é possível de se constatar é a redefinição\complexificação de conflitos – como paternalismo, ausência do poder público e do direito do livre exercício da cidadania, bem como conflitos em torno de relações de exploração e desrespeito de leis trabalhistas e do direito do exercício autônomo e independente de práticas cotidiana e modos de vida - a partir da atividade turística na área.
Ferreira (2012) define conflito como:

> [...] manifestações de clivagens abertas entre dois ou mais atores individuais ou coletivos que apresentem interesses histórica ou momentaneamente incompatíveis quanto à apropriação ou controle de bens considerados raros, escassos sejam materiais ou simbólicos. Os conflitos podem acontecer entre grupos, intra-grupos em uma dinâmica intensa de produção e reprodução de novas e velhas clivagens. (Ferreira, 2012 :02)

Partindo-se da premissa de que o conflito é uma das características centrais do mundo contemporâneo e inerente a qualquer sociedade (Simmel, 1983), podemos verificar no caso em foco que tais dinâmicas conflituosas não emergem com a atividade turística, mas mostram-se intensificados a partir da chegada de tal atividade. Também, podemos constatar que abordagens que liguem diretamente benefícios econômicos provenientes do turismo com melhorias na qualidade de vida das comunidades receptoras não são suficientes para explicar a dinâmica em questão.

3. Comunidades rurais e sua relação dialética com o processo de globalização.

Tendo como base empírica o caso do turismo nas adjacências do Rio Paraná do Mamori, acreditamos que o que está acontecendo nessa região da Amazônia é que sistemas mundiais acentuaram a permeabilidade de fatos e processos que antes eram predominantemente explicados através da divisão *part-societies* e "sociedades inteiras", por assim se dizer - com o mundo rural sendo tratado como algo de residual em relação ao mundo urbano.
Transformações como essas devem ser apreendidas através de um prisma as considere dentro de um contexto dinâmico, o que significa fugir de posturas teóricas que contraponham, por exemplo, saber e cultura "tradicionais" *versus* globalização. A opção pela perspectiva que considera o dinamismo das relações sociais se mostra pertinente na medida em que a categoria de *populações tradicionais*, segundo Ferreira (1999) e Ferreira e Campos (2000), despreza o fato de tais populações estarem sujeitas à transformação e à influência e troca com outros grupos sociais. Ainda, a noção de populações tradicionais desprezaria interesses divergentes, mesmo dentro de um grupo social.
Wootmann (1988: 99), nesse mesmo sentido, e, entendendo também que tradição não é algo estático e reificado, e, sim, um produto histórico-social, afirma: "a tradição não impede a modernização", descartando assim qualquer tentativa de imposição de uma posição dualista ou evolutiva a esse respeito. Ainda, segundo

a perspectiva de Linnekin (1983), tradição seria uma categoria autoconsciente e, necessariamente, inventada (o que pode envolver continuidade, transformação ou ruptura). Falar de invenção de tradição ou construção de identidade cultural é optar por tratar a cultura como um produto dinâmico da consciência humana, que é constantemente reformulado.

Tudo isso é muito importante para a compreensão do caso do turismo aqui em análise. Nessa dinâmica contemporânea elementos novos e elementos antigos reconfiguram aspectos já conhecidos, que contribuem para transformar e/ou reforçar a reprodução de identidades locais, imaginários sociais, conflitos.

Entre os ribeirinhos do Paraná do Mamori, o que percebemos é que a maioria dos entrevistados não percebe a exploração em relação aos seus direitos ou mesmo a relação de paternalismo e submissão na qual estão envolvidos – ou pelo menos não quiseram evidenciar tal percepção em suas falas, durantes as entrevistas. Exceção de tal percepção aparece, contudo, na fala de Roberto, um barqueiro, nascido na região há 61 anos, e que presta serviços para um *lodge* e que nos falou:

> Se o povo não quer que tenha hotel, o hotel não acontece. Então o dono tem que saber levar esses detalhes. Os dono não querem mostrar destruição [da floresta], então eles não querem que a gente planta, faz uma roça. Então eles tem que empregá as pessoa do local, porque se não emprega as pessoas do local elas ficam tudo arrialiado. Aí já viu.

Assim, as situações apreendidas em nosso trabalho de campo expressam a permeabilidade, entrelaçamento, rearranjo entre linhas de forças locais e globais. Se, de acordo com Becker (2010) territorialidade seria a conjugação entre influência e poder, articulando sociedade, tempo e espaço, estamos diante de novos processos nesse sentido, ou, no mínimo, diante da redefinição dialética de antigas dinâmicas.

A heterogeneidade e a diversidade do mundo se encontram articuladas a um fluxo de dimensões que transbordam fronteiras antes sedimentadas. Mais do que homogeneização, estamos vivenciando o processo no qual percebemos a emergência do novo e a redefinição do velho. Longe do fim do campo ou da ruralidade ou mesmo do fim dessas comunidades, é provável que o que acontece é, apenas, que se tenha sido exauridas as possibilidades conceituais de uma "história universal".

Assim, para autores como Foster (1967), Chayanov (1966) e Redfield (1960), dentre outros, a problemática de fundo era avaliar o progresso humano e seu sentido, tomando sempre como indicadores características totalizadas da ruralidade. Essa perspectiva agrícola-camponesa permitia agrupar uma enorme variedade de especificidades sob uma única linguagem teórica, e normalmente vinha acompanhada de uma narrativa epistemológica pautada na ideia de atraso para o progresso, e/ou numa narrativa teleológica da história da modernização.

Nos dias atuais, com a emergência de outros elementos e arranjos, não é possível afirmarmos que a modernidade ou, ainda, a globalização "destruiu o mundo rural ou a cultura ribeirinha", pois tal assertiva traria consigo a narrativa pessimista da inexorabilidade destrutiva da modernização.

Também, não consideramos que tal movimento seja de mão única, ou, puramente vertical (no caso, com uma influência externa subsumindo representações e práticas locais). Ocorreria, assim, o que Ortiz (1999) chama de constituição de uma territorialidade dilatada, composta por feixes independentes[14], mas que se juntam, se superpõem, à medida que participam, todos eles, da civilização influenciada por processos globais.

Esta postura se mostra em consonância com a de Almeida (2007: 171), que falando do atual contexto do mundo rural coloca: "há dispersão da dádiva, do sagrado-natural e dos atributos étnicos para fora de espaços delimitáveis como rurais, mas também há um movimento radial de substâncias, afetos e pessoas de todo o mundo para o interior do loci de seringueiros, de Kayapó, de quilombolas".

Almeida (2007: 171) lembra, ainda, que o que consolidava a ideia de um campesinato totalizante era a conexão entre um chão e um povo "camponeses seriam, como nações, gente enraizada em um território, com ideias

---

14 Distribuídos de maneira desigual, sobretudo, em função da prevalência, ou não, de determinados pré-requisitos de poder. Longe de incentivar a igualdade esse processo é sulcado por uma hierarquia clara. Isso porque os artífices, as instâncias que as constroem esse feixes, desfrutam distintas posições de poder e de legitimidade, se exprimindo numa arena de lutas e de conflitos.

mais ou menos conservadoras e técnicas agrícolas.". Acontece que essa conexão não tem mais tanto peso no mundo atual, de acordo com o mesmo autor. Ela não esclareceria o mundo dos migrantes sazonais, das famílias dispersas entre diferentes zonas geográficas, dos trabalhadores em busca de seu sustento no mundo de hoje, do fluxo de objetos em grandes distâncias, das diásporas, do turismo.

Antony Giddens (2001), quando reporta ao que chama de alta-modernidade (classificação que utiliza para tratar do mundo contemporâneo), empresta a figura das lendas hinduístas do carro de Jagrená. Tal qual este veículo em movimento, a alta modernidade seria algo guiado pelos seres humanos até certo ponto, mas que, ao mesmo tempo, está sempre na ameaça de se escapar de qualquer tipo de controle. Ele esmaga os que lhe resistem. Embora pareça ter um rumo determinado, há momentos em que guina erraticamente para direções que não podemos prever. Giddens destaca que a viagem não é inteiramente desagradável ou sem recompensas, mas nunca seremos capazes de controlar completamente o seu caminho e o seu ritmo.

Neste sentido, Almeida (2007) retrata essas transformações do final do século XX, início do XXI, através da figura de linguagem de que hoje os atores envolvidos não seguiriam, necessariamente, pistas expressas. Essa pista expressa, metafórica, teria se cindido, em muitas vias, tomando forma também de trilhas, picadas, atalhos, pontes.

Segundo o mesmo autor, a ênfase está agora no local. Os problemas locais, contudo, são globais: são problemas que dizem respeito a paisagens naturais (mares, florestas, savanas, rios) e aqueles que os disputam – moradores "tradicionais", agências do Estado, megaempresas -, bem como as consequências dessas disputas para o futuro. Os atores, porém, não são mais puros e é difícil descrevê-los como classe ou como camponeses. (Almeida, 2007: 176)

O paradoxo seria o de que o enfraquecimento do recorte agrícola-camponês vem acompanhado de uma vitalidade de fragmentos que antes estavam todos embutidos nas categorias do campesinato. Uma vez que a abordagem agrícola-camponesa obscurecia situações marginais, as Ciências Sociais vêm se esforçando por desconstruir a noção de camponês, reclassificando-os como quilombolas, ribeirinhos, indígenas, babacueiras etc.

4. Interação social em redes de temporalidades e espacialidades em constante dinâmica

Mesmo antes do enfraquecimento do paradigma campesino, ou da emergência da discussão sobre globalização, autores como Bourdieu (1979; 2002), Sigaud (1979), Scott (1985) e Woortmann (1988), já partiam da premissa de que o mundo social só será inteligível se trabalharmos com a postura epistemológica de que a interação social se dá em redes de temporalidades e espacialidades que se interagem constantemente; redes nas quais seus artífices desfrutam de distintas posições de poder e de legitimidade, e por isso se exprimem num espaço social onde emergem representações, disputas, conflitos e resistências.

Mais recentemente, antropólogos como Jack Goody têm criticado de maneira explícita as tradicionais abordagens das ciências humanas, acusando-as de eurocêntricas. Goody (2008), que não chega a tratar especificamente da temática rural, propõe uma abordagem antropológica da história moderna que não seja teleológica, e mais, que não suponha a superioridade europeia. Sugere que trabalhemos com a ideia de desenvolvimentos históricos paralelos, de interação mútua e contínua.

Mesmo sem mencioná-los em seu livro, acreditamos que Goody (2008) se aproxima de posições de autores como Sigaud (1979), Bourdieu (1979), Scott (1985) e Woortmann[15] (1988), pois esses, tal qual Goody, partem da premissa de que o mundo social só será inteligível se trabalharmos com a postura epistemológica de que a interação social não se dá numa linha reta (para utilizarmos uma figura metafórica), mas em grades de temporalidades e espacialidades diferentes que se entrecruzam. Essas temporalidades e espacialidades interagem constantemente, e os entroncamentos, assim como a consistência dos nós dessa grade ou rede,

15 Woortmann (1988), por exemplo, afirma que cultura é um sistema onde diferentes núcleos de representações estão em comunicação uns com os outros, formando uma rede de significados.

variariam de acordo com as linhas de força que predominam em determinada situação ou processo social. Ora, é esse processo de interação constante de diferentes linhas de forças que podemos observar no caso da arena turística na região dos lagos do Rio Paraná do Mamori.

5. Considerações finais

Em meu doutorado busco compreender, grosso modo, os intercâmbios estabelecidos, conflitos, resistências no turismo amazônico (Região de Manaus, envolvendo indígenas Reserva Tupé e envolvendo ribeirinhos na região dos lagos de Careiro). Neste texto, busquei refletir, de maneira específica e preliminar, sobre os recentes efeitos das transformações na dinâmica das relações sociais na região do Rio Paraná do Mamori. Também refletimos brevemente sobre algumas abordagens das Ciências Sociais a respeito de populações rurais. Utilizamos como entrada empírica para essa reflexão o turismo internacional, num mundo globalizado.

A expansão tecnológica, de transportes e comunicacional propicia o surgimento de novas estratégias de relações sociais através de redes, criam cenários onde existe uma conexão simultânea dos atores sociais localizados em territórios longínquos e trazem novas respostas no âmbito do local e do global. Essa expansão é produto e condição de novas relações sociais, novas territorialidades, que se entrelaçam com processos já existentes. Todo esse processo necessita ser estudado através de enfoques multidimensionais. Dada a discussão até aqui realizada e os dados empíricos até aqui obtidos, consideramos que o melhor a se fazer é pensarmos os processos sociais e a interação humana como um quadro ou nuvem de influências[16] multicausais e não como uma sequência ordenada.

Araos e Ferreira (2012) apresentam a noção de arena como um espelho de duas faces que refletiria tanto os antecedentes históricos que lhe dão origem, quanto as possibilidades de seu desenvolvimento futuro. Mais claramente:

> Podemos entender a arena como produto de um processo histórico de negociações e estratégias, conflitos e cooperação, entre diversos grupos e atores sociais em múltiplos níveis do sistema de governança dos recursos naturais, e enquanto um espaço onde se projetam linhas de desenvolvimento (Araos e Ferreira, 2012: 04)

Mais especificamente, acreditamos que adoção da noção de arena turística para o caso estudado consiga, dentre outras coisas, abarcar a premissa de que falamos anteriormente, segundo a qual a interação social não se dá numa sequência retilínea, mas sim em grades de temporalidades e espacialidades diferentes, que por vezes se encontram paralelas e que se entrecruzam em determinados contextos.

Por fim, podemos concluir preliminarmente que a arena turística da Região de Manaus é atravessada por processos sociais que carregam uma conjunção e disjunção de elementos, que se articulam, se relacionam com a mundialização da cultura, mas também com traços que constituem a história e cultura locais. Toda essa dinâmica dialética, contribuiria para transformar e/ou reforçar a reprodução de práticas e identidades locais, conflitos, situações de adaptação e/ou resistência que serão melhor explorados até o término de nossa pesquisa de doutorado. Os atores sociais, as práticas, significados e os conflitos envolvidos apenas começam a ser mapeados e compreendidos.

16 Nos quais, é claro, existem disputas de poder, conflitos, contradições, incoerências, desigualdades etc.

Referências Bibliográficas:

ARAOS, Francisco; FERREIRA, Lúcia da C. (2012) A emergência local da conservação marinha no Chile. In: *Anais do VI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*, Belém, 18 a 21 de set.

ALMEIDA, Mauro W. B. (2007) Narrativas Agrárias e a Morte do Campesinato. In: *Ruris*, vol.1{2}, set.

BANDUCCI Jr., Álvaro; BARRETTO, Margarita (Orgs.) (2001) *Turismo e identidade local*: uma visão antropológica. Campinas: Papirus.

BECKER, Bertha K. (2010) Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. In: *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Ciências Humanas*. Belém: MPEG, v. 5, n. 1, v il

BOURDIEU, Pierre. (1979) *O Desencantamento do mundo*: estruturas econômicas e estruturas temporais. São Paulo: Perspectiva.

BOURDIEU, Pierre. (2002) *Le Bal des Célibataires*. Paris. Ed. Seuil.

CHAYANOV, A. V. (1966) *The Theory of Peasant Economy*. Homewood, Illinois: The American Economic Association/Richard Irwin.

FRAXE, Therezinha de J. P. (2004) *Cultura cabocla-ribeirinha:* mitos lendas e transculturalidade. São Paulo: Anablume.

FERREIRA, Lúcia da C. (1999) Remanescentes de um pretérito mais que perfeito. In: *Revista Debates SócioAmbientais*. São Paulo: Paralela/CEDEC/ACIMA, ano V, n º 13, jul./out.

FERREIRA, Lúcia da C; CAMPOS, Simone V. de. (2000) Contemporary Social Conflicts: The Relationships Between Brazilian Environmentalists, Governments and Traditional People. In: *Anais do X World Congress of Rural Sociology*, Rio de Janeiro, 31 de jul. a 5 de ago.

FERREIRA, Lúcia da C. (2012) A equação dinâmica entre conflitos sociais, recursos naturais e desastres ambientais: o estado da arte e uma proposta teórica. In: *Anais do VI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*, Belém, 18 a 21 de set.

FOSTER, George M. (1967) Peasant society and the image of limitated good. In: POTTER et. al. (Eds.) *Peasant society:* a reader. Boston: Little Brown.

GIDDENS, Anthony. (2001) *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp.

GOODY, Jack. (2008) *O roubo da história.* 1º ed. São Paulo: Contexto.

LINNEKIN, Jocelyn S. (1983) Defining tradition: variations on the hawaiian identity. In: *American Ethnologist*, 10 (2).

ORTIZ, Renato. (1999) *Um outro território:* ensaios sobre a mundialização. São Paulo: Olho d'água.

ORTIZ, Renato. (2009). *Mundialização e Cultura.* São Paulo: Brasiliense.

REDFIELD, Robert. (1960) *Peasant Society and Culture*, The University of Chicago Press.

SCOTT, James C. (1985) *Weapons of the weak*: everyday forms of peasant resistance. New Haven; London: Yale University Press.

SIGAUD, Lígia. (1979) *Os clandestinos e os direitos:* estudo sobre trabalhadores da cana de açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades.

SIMMEL, Georg. (1983) *Conflict*. New York: The Free Press.

WOORTMANN, Klaas. (1988) Com parente não se neguceia: campesinato como ordem moral. In: *Anuário Antropológico/87*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Pan-Amazônicas: Brasil – Venezuela – Guiana

Por: Dr.ª. Francilene dos Santos Rodrigues
francerodrigues@yahoo.com.br,

Msc. Arieche Kitiane Silva Lima
arieche_lima@hotmail.com,

Msc. Iana dos Santos Vasconcelos
ianavasconcelos@yahoo.com.br,

Outubro
2014

Dinâmicas migratórias e relações socioeconómicas nas fronteiras Pan–Amazônicas: Brasil-Venezuela-Guiana[1]

Este trabalho tem como objetivo a compreensão das dinâmicas das fronteiras ou as fronteiras em movimento, na confluência entre os três Estados nacionais: Brasil (Bonfim, Pacaraima, Boa Vista), Venezuela (Santa Elena do Uairén) e República Cooperativa da Guiana (Lethem). Sendo assim, a análise das microrrelações das populações locais integradas neste espaço por meio de relações comerciais, laborais e das redes familiares e migratórias é central neste trabalho. O entendimento dos processos transfronteiriços requer uma abordagem que seja capaz de compreender as especificidades deste lugar não apenas como espaço de separação dos Estados nacionais brasileiro, venezuelano e guianense; mas, principalmente como espaço de encontros e lugar privilegiado para entender as diferentes realidades econômicas e socioculturais, dos acordos entre as duas nações, do trânsito de informações, mercadorias e força de trabalho, ademais de apreender o imaginário, os significados e as implicações dos encontros de culturas e do processo de construção e reconstrução das identidades.

Palavras-chave: fronteiras; dinâmicas socioculturais; Brasil-Venezuela-Guiana

1. Apresentação

Este trabalho tem como objeto a identificação e análise das dinâmicas das fronteiras ou as fronteiras em movimento, na confluência entre os três Estados nacionais: Brasil (Bonfim, Pacaraima, Boa Vista), Venezuela (Santa Elena do Uairén) e República Cooperativa da Guiana (Lethem). Buscamos olhar as microrrelações das populações locais integradas neste espaço por meio de relações comerciais, laborais e das redes familiares e migratórias. A fronteira na qual situamos nosso *locus* de pesquisa transcende o espaço geográfico circunscrito à transfronteira (Bonfim/Lethem; Pacaraim/Santa Elena) e se estende à Boa Vista (RR/Brasil), porque sendo capital do Estado de Roraima configura-se como lugar de convergência dos inúmeros fluxos migratórios, tanto interno como internacional, ademais, por ser o maior polo econômico e de serviços em um raio de 500 km entre os três países.

O entendimento dos processos transfronteiriços requer uma abordagem que seja capaz de compreender as especificidades deste l*ugar* não apenas como espaço de separação dos Estados nacionais brasileiro, venezuelano e guianense; mas, principalmente como espaço de encontros e lugar privilegiado para entender as diferentes

1 Este artigo é resultado parcial de projeto de pesquisa apoiado pelo CNPq e pela PRPPG/UFRR, por meio dos Editais Universal (2013) e Pró-Pesquisa, respectivamente.

realidades econômicas e socioculturais, dos acordos entre as duas nações relativas ao trânsito de informações, mercadorias e força de trabalho, apreender o imaginário, os significados e as implicações dos encontros de culturas e do processo de construção e reconstrução das identidades. A tendência ao desaparecimento ou, em todo caso, à diluição ou enfraquecimento das fronteiras culturais que separam territórios regionais e países não coincide, necessariamente, com as medidas adotadas em resposta a essas tendências que são, de fato, medidas para proteger, para manter a pureza e a singularidade das culturas (HALL, 2002).

A tríplice fronteira Brasil/Venezuela/Guiana tem se constituído em um espaço social transnacional à medida que as populações desta transfronteira mantêm vínculos comerciais, trabalhistas, de parentescos e se deslocam continuamente entre os países (NEUMANN, 2008). Para Ribeiro (2000; 1999), transnacionalismo implica na relação de populações de diferentes territórios que desenvolvem inúmeros arranjos socioculturais e políticos que, por sua vez, orientam as maneiras como as pessoas representam o pertencimento às unidades socioculturais, políticas e econômicas. A fronteira não pode mais ser descrita apenas como algo que divide, mas como zonas permeáveis e porosas onde os processos de interculturalidade se acentuam. Desta forma, o objetivo central deste trabalho é a investigação das dinâmicas das fronteiras e das micro relações das populações locais, mais especificamente, as relações socioeconômicas, familiares e laborais dos brasileiros na Guiana (Lethem) e na Venezuela (Santa Elena do Uairén).

Dentro da América do Sul, embora a Venezuela não seja o destino prioritário para os emigrantes brasileiros, que preferem o Paraguai, Uruguai, Argentina, Guiana Francesa, Suriname e Bolívia não se pode ignorar o trânsito da população na transfronteira ao norte do Brasil e sul da Venezuela. Quando se trata de deslocamentos nas transfronteiras pode-se dizer que os países que fazem a fronteira ao norte do Brasil (Suriname, Guiana Francesa. Venezuela e Republica Cooperativa da Guiana) surgem como destinos prioritários, principalmente como continuidade dos fluxos migratórios na Amazônia ou mesmo como continuidade das "frentes de expansão garimpeiras" (PINTO, 1993). Na fronteira entre Brasil e Venezuela o grupo nacional mais relevante é o de brasileiros tendo em vista que a migração fronteiriça é uma das estratégias dos migrantes interestaduais, em parte devido às condições de proximidade com este país

Segundo dados oficiais, os imigrantes brasileiros na Venezuela, são pouco significativos. Em 2000, o Instituto Nacional de Estatistica da Venezuela (INE) computou um total de 4.766 brasileiros vivendo na Venezuela. Dos números oficiais podemos deduzir que a imigração não oficial ou irregular segue a mesma tendência de crescimento. Já o Ministério de Relações Exteriores, tendo como base as consultas feitas às Embaixadas e aos Consulados do Brasil sobre a presença brasileira em suas jurisdições, estimou que a população de brasileiros na Venezuela, em 2008 era de 11.228. Em 2011, as estimavas eram de 26.000 brasileiros vivendo na Venezuela (BRASIL, 2011) o que representa um crescimento de mais de 130%. No entanto, as estimativas do Itamaraty para 2013 foi de apenas 27.286, ou seja, houve uma estagnação no fluxo para a Venezuela decorrente da crise econômica vivida naquele país.

Os brasileiros na República Cooperativa da Guiana também representam números relativamente baixos. As estimativas do Itamaraty em 2011 era de 7.500 e em 2013 de 10.000 brasileiros (BRASIL 2011; 2013). No entanto, os números oficiais apresentam apenas tendências, uma vez que os números não oficiais podem ser excessivamente superiores. Organização Internacional para as Migrações publicou em 2009 o Perfil Migratório do Brasil e constatou que os dados sobre migração na fronteira norte do país são os menos conhecidos. Os brasileiros que emigram para a Guiana e para a Venezuela vão inserir-se, principalmente, nas atividades de garimpagem. Em relação ao processo migratório para as regiões de fronteira, Rodrigues (2009) associa-o aos períodos de declínio da garimpagem na Amazônia e, em especial em Roraima.

A autora define três períodos da mineração em Roraima associado a três grandes fluxos migratórios para a Venezuela e Guiana. O primeiro movimento migratório iniciou-se no final dos anos 1970, com o declínio da mineração na região do Tepequém e região nordeste do estado de Roraima. Este período perdurou até o início dos anos 1980 quando se iniciou o segundo período da mineração em Roraima (RODRIGUES, 1996).

O segundo movimento migratório teve início e perdurou por toda a década de 1990, tendo também como motivação o declínio da garimpagem em Roraima. Esse declínio foi acarretado, entre outros fatores, pela diminuição da produção, pela queda do preço do ouro e pelo aumento dos custos dos insumos básicos utilizados nesta atividade, tais como combustível, reposição de peças, máquinas, motores e gêneros alimentícios. Outro

fator que contribuiu para o declínio da mineração e, consequentemente, para emigração para a Venezuela e a Guiana foi a demarcação das terras indígenas Yanomami, em 1991, que resultou na destruição de pistas de pouso, máquinas e equipamentos e a retirada da área de garimpeiros pela Polícia Federal (RODRIGUES, 1996).

O terceiro momento do deslocamento de brasileiros para a Venezuela e a Guiana teve início em meados da década 2000. Este movimento migratório foi favorecido pela transformação da Vila de BV-8 em município de Pacaraima (1998) e a perspectiva de criação da Zona de Livre Comércio. Esse movimento migratório caracterizou-se, também, pelo aumento do número de mulheres que, em um primeiro momento migram sozinhas em busca de trabalho e de acomodação para a família. Em um primeiro momento deixam os filhos e retornam, nos feriados ou a cada dois meses para revê-los. Os vínculos dessas mulheres com os filhos, de certa forma, mantêm-se, mas outros membros da família, geralmente as avós ou tias, assumem uma educação compartilhada e muitas vezes conflitivas. Isso tem um impacto na configuração social familiar e na articulação dos inúmeros papéis e identidades que essas mulheres (re) constroem no processo da migração.

As nossas pesquisas indicam que, inicia-se um novo período de emigração de brasileiros para a Venezuela e a Guiana, principalmente a partir de 2010. Este fluxo para a Venezuela e, em especial para a cidade fronteiriça de Santa Elena do Uairén decorre, em parte, da desvalorização da moeda venezuelana que tornou mais atrativo o comércio de gêneros alimentícios para os brasileiros. Desta forma, o fluxo comercial levou a um aumento da demanda de mão-de-obra e de serviços específicos que, requeria, entre outros requisitos, o domínio da língua portuguesa e serviços que atendessem ao público brasileiro, como por exemplo, no ramo da alimentação. O aquecimento do comercio local e o aumento do fluxo de brasileiros em "viagem diária para compras" levou a um desabastecimento do comercio local, o que fez com que as autoridades da Venezuela proibissem a compra por brasileiros de mais d e 80 itens de gêneros alimentícios de primeira necessidade, material de limpeza e higiene pessoal. (Portaria em vigor desde 01/10/2014). Outro fenômeno que caracteriza essa fase é o deslocamento para moradia e de brasileiros que trabalha em Pacaraima para Santa Elena do Uairén, uma vez que os custos com este quesito são muito mais atrativos e configura-se um incremento do salário duplamente: por um lado, pelos custos com moradia, alimentação, transporte serem mais baixos, uma vez que energia e combustível são mais baratos e, por outro, pela supervalorização da moeda brasileira frente à frequente e continua desvalorização da moeda venezuelana.

Já para a Guiana o aumento do fluxo de brasileiros é associado, por um lado, aos garimpos que são legais e, portanto, mais seguros e, por outro, ao crescimento do comercio local em especial com o aumento de lojas de produtos importados da China. Este fluxo comercial gerou uma demanda de serviços no ramo da alimentação demonstrado pelo aumento significativo de restaurantes que, emprega mão de obra, predominantemente brasileira e indígena, uma vez que este grupo é trilíngue. No caso da Guiana, a maior parte dos brasileiros trabalha do lado guianense, mas mora no lado brasileiro (Bonfim), entre outros motivos, pela política de concessão de habitação popular pelo governo brasileiro.

2. O lugar transfronteiriço

As localidades fronteiriças são áreas que, apesar de geograficamente limitadas, vivenciam fenômenos transnacionais que são visualizados em ambos os lados da fronteira e que dizem respeito a processos que abarcam desde fatores jurídicos, econômicos, até elementos culturais, psicossociais, entre outros, que são resultado desta interação multidimensional (BUSTAMANTE, 1989).

O Estado de Roraima, do lado da fronteira brasileira, e o Estado Bolívar, do lado da fronteira venezuelana são estados situados em regiões de fronteira internacional (Amazônia brasileira, Guayana venezuelana), mas configuram-se também como fronteiras internas das suas nações, ou seja, são áreas de expansão da ordem econômica e social destas nações, que tanto precisam ser desenvolvidas como conservadas enquanto reservatório de recursos naturais. Essas regiões, Amazônia e Guayana são fronteiras de expansão venezuelana e brasileira, por terem sido pensadas como lugares "primitivos" e de terra livre a ser incorporado à economia, à civilização e à modernidade dessas nações.

Estes estados constituem-se grandes espaços em relação aos seus respectivos territórios nacionais e possuem baixa

densidade demográfica. Esse aspecto dos "espaços vazios" é enfatizando na elaboração das políticas e programas oficiais dos dois países. Outras similitudes entre os dois estados foram as políticas de ocupação baseadas no conceito de desenvolvimento vinculado à doutrina de Segurança Nacional e o fato de constituírem-se palcos de constantes conflitos pelo controle dos recursos naturais travados por diversos atores sociais (índios, garimpeiros, madeireiros, empresários, fazendeiros, militares). A diferença visível entre os dois estados é o grau de desenvolvimento econômico e industrial. Bolívar é um grande centro de indústrias de bases, é uma liderança mundial em produção metalúrgica e polo industrial, enquanto Roraima sobrevive predominantemente dos recursos federais e de um setor primário incipiente. Todavia, os dois estados funcionam como lugares de atração populacional regional, cujas taxas de migração intra-regional são altas. No Estado Bolívar, o fator de atração populacional se constituiu a partir do Programa Industrial de Guayana, em Ciudad Guayana. Mas é ao sul desse estado que se concentra a maior área aurífera da Venezuela, polo atrativo populacional, inclusive de brasileiros, principalmente a partir dos anos 1980.

O fenômeno de crescimento populacional ocorrido nos anos 1990 pode ser verificado nos dois estados fronteiriços, Roraima/Pacaraima do lado brasileiro e Bolívar/Gran Sabana, do lado venezuelano. Ambos foram influenciados, em parte, pelo movimento da garimpagem. No município da Gran Sabana, cuja capital é Santa Elena do Uairén, na década de 1990, a população era de 16.235 habitantes ou 1,8% do total de habitantes do estado Bolivar. O censo de 2011 identificou 28.450 pessoas vivendo em toda a Gran Sabana (INE, 2012).

A outra fronteira de Roraima é com a Guiana através dos municípios de Bonfim, Caracaraí, Caroebe, Uiramutã e Normandia. O rio Tacutu faz uma delimitação natural com este país na divisa das cidades-gêmeas de Bonfim (Brasil) e Lethem, apesar de que durante cerca de 4 meses no ano, no período de baixa do rio, há possibilidade de se locomover sem necessidade de embarcações, também há transporte intermunicipal através de empresas de ônibus e vans, além das pessoas que se deslocam em veículos próprios para Lethem passando pela ponte sobre o rio Tacutu (SILVA, 2012). Este autor também informa que (SILVA, p. 197-198):

Essas cidades-gêmeas apresentam grande potencial de integração econômica e cultural; manifestações condensadas dos problemas característicaos da fronteira (contrabando, migração ilegal, prostituição, entre outros), e os fluxos transfronteiriços entre as cidades-gêmeas apresentam elementos comuns, com componentes diferenciados.

A população indígena vive ao longo das fronteiras internacionais da Guiana deslocam-se ao longo dos dois países deixando em segundo plano a fronteira político-administrativa construída dentro do seu território tradicional (BAINES, 2012). Verifica-se a existência de inúmeros relatos sobre deslocamentos de macuxis e wapixanas para o território guianense e das mudanças ocorridas na Guiana e no Brasil. Historicamente nesta região fronteiriça destacavam-se enquanto grupo populacional as comunidades indígenas e os fazendeiros brancos e mestiços que utilizavam mão de obra indígena no período anterior a Revolta do Rupununi. Baines (2012) afirma os indígenas daquela região manifestam forte ligação com o Brasil destacando como fatores positivos o desenvolvimento econômico do país e a ausência de grandes conflitos políticos e étnicos. Ainda sobre a região fronteiriça com a Guiana, Baines (2012, p. 39) destaca que:

> Nessa fronteira internacional, a reafirmação étnica como índios – Makuxi, Wapichana e outras etnias - acontece num contexto marcado por interesses políticos em conflito aberto. Surgem diversas formas de se identificar como índio, mestiço, Makuxi, Wapichana, brasileiro, guianense, ou Amerindian além de identidades pejorativas, como o caboclo no Brasil e *buckman* (homen animal) na Guiana. Essas identidades muitas vezes se sobrepõem, parecendo, à primeira vista, contraditórias. (...). Muitos dos moradores nessa fronteira são portadores de documentos de identidade da República Cooperativista da Guiana, com nome em inglês, e de documentos do Brasil com outro nome, em português, o que caracteriza o processo de transnacionalização apontado por Cardoso de Oliveira.

Bonfim e Lethem são duas cidades que compartilham, além da diversidade étnica o isolamento político e econômico do restante de seus respectivos países – uma ao norte do Brasil, no estado de Roraima, a outra do sul da Guiana. Segundo Silva (2012) são lugares que tiveram seu surgimento numa conjuntura periférica em relação ao restante das áreas mais habitadas de seus países e que constituem fronteiras urbanas. Com a inauguração da

ponte em abril de 2009, foi transposta a última barreira entre as duas cidades. Bonfim, em Roraima, e Lethem, na Guiana, vivem um intercâmbio cultural que extrapola tratados internacionais (MENESES, 2014).
Bonfim e Lethem estão divididas pelo rio Tacutu, tendo uma interação que se reflete nas relações comerciais de bens de primeira necessidade. A cidade de Lethem tem uma população estimada em 2.600 habitantes, sendo a maior cidade do sul da Guiana, tendo sido um posto de fronteira nos extremos da colônia britânica na América do Sul e Bonfim, desde 1960, quando se instalou o Primeiro Pelotão Especial de Fronteira, mantêm um processo de guarda na fronteira internacional.
Segundo Silva(2012) a gênese de Bonfim, localizado no nordeste do estado, ocorreu na última década do século XIX, marcado pelo pioneirismo de um grupo de nordestinos que ali se estabeleceram, possivelmente procedente de alguma fazenda que se localizasse às margens do rio Branco e de seus afluentes. Esse lugar, a expansão agrícola e pecuária determinou seu crescimento. O começo da produção agropecuária, com gado proveniente da fazenda São Marcos, se deu no princípio do século XX com a criação da primeira fazenda de gado de propriedade de um ex-militar que prestou serviços no Forte de São Joaquim, o pernambucano Antônio Vicente da Silva. Entre 1910 e 1920, surgiram os primeiros núcleos de comércio, que atendiam à demanda de carne por parte da Guiana Inglesa. Do princípio da década de 1930 até a de 1960, para ali se deslocaram diversas famílias que auxiliaram na formação do pequeno povoado e no crescimento demográfico de Bonfim, em virtude da atividade garimpeira que se iniciava naquela região.
Com relação à cidade de Lethem, a sua composição espacial lembra uma vila não muito habitada, com muitos terrenos baldios separando as casas residenciais e comerciais. Do ponto de vista étnico, a predominância é dos negros, seguida dos indo-guianenses e indígenas. Os guianenses deslocam-se para Bonfim e Boa Vista no intuito de vender seus produtos e procurar empregos em serviços de baixa qualificação, como na construção civil e no mercado informal. Ainda se observa para ambos os povos outro motivo dos deslocamentos diários, que é a busca por serviços públicos (saúde e educação) nos dois lados. Porém, alguns desses deslocamentos acabam tornando-se migração.
Há um fluxo migratório constante de brasileiros em direção a Lethem para a realização do comercio-formiga e pela busca de trabalho no garimpo adentrando o território guianense, principalmente, para a região de Bartica (LOURENÇO, 2012).
Desta forma, o que marca estes espaços transfronteiriços de Brasil_Venezuela- Guiana é a circulação permanente de pessoas, bens e mercadorias tendo como objetivo a busca por melhores condições de vida, que neste trabalho, denomino de a eterna busca do El Dorado.

3. OS "BUSCADORES" da fronteira Dourada

Para Rodrigues (1996), a garimpagem em Roraima tem se configurado como um fenômeno social. A garimpagem é uma atividade extrativa e de transformação da natureza que se desenvolve em lugares insalubres causando doenças à população envolvida, ao mesmo tempo em que propicia a ocupação, inicialmente de forma temporária, de um lugar, por grupos de migrantes que estão, em geral, à procura de melhoria de vida e que vêem nesta atividade uma alternativa. Neste sentido, ouso afirmar que a atividade de garimpagem e os deslocamentos populacionais de brasileiros para a Venezuela estiveram e, ainda estão diretamente relacionados, ao mesmo tempo em que se constituem um modo de vida.
As lendas do El Dorado ou do lago Manoa permeia, ainda, o imaginário de grande parte da população de migrantes brasileiros. Naipaul (1970) é que descreve o processo pelo qual a lenda do El Dorado transforma-se em um modo de vida marcado pela procura constante do ouro. Para o autor (1970, p.33) a amálgama entre ficção e realidade ocorre "leyenda tras leyenda, testigo tras testigo, como en los mejores obras del género novelístico", em que o mito do El Dorado "se había fusionado con la realidad". O mito enquanto forma de narrativa de explicações não teóricas do mundo não se distingue sistematicamente entre o real e o pensado. O que o mito narra é alguma coisa em que reflete o destino do homem no cosmo (ELIADE, 1986). O mito exprime o homem na sua impotente, mas insaciável procura de realização que, no caso aqui tratado é a busca incessante de enriquecimento. Busca que se torna um modo de vida orientado por sonhos e expectativas de um dia *bamburrar*, de enriquecer rapidamente, de um dia encontrar o El Dorado (RODRIGUES, 1996).

Para esses brasileiros na Venezuela e na Guiana, os "buscadores da frontera dorada" de hoje, os garimpeiros, assim como os aventureiros que compunham as *expedições douradistas*[2] dos séculos XVI e XVII, sempre estão prontos para iniciar a aventura de percorrer terras inóspitas em busca de riquezas, em busca do reino do El Dorado. Similarmente aqueles, grande parte dos brasileiros entrevistados para esta pesquisa responderam que o que motivou sua ida para a Venezuela foi "a busca de diamantes", "para trabalhar na mina", "o fechamento dos garimpos no Brasil", "a aventura", "para conhecer lugares diferentes", "a curiosidade em conhecer outro país". A idéia da aventura, do exótico permeia as justificativas destes brasileiros para manterem-se firmes diante das dificuldades e das extremas e penosas condições de trabalho. Há uma significação social da atividade de garimpagem que envolve as realidades quotidianas, os valores, os sonhos das pessoas. Massivamente os garimpeiros brasileiros responderam que migraram e estão nos garimpos por que queriam "uma oportunidade de emprego", "de trabalho", "por falta de trabalho", "para melhorar de vida", "para ajudar no sustento da família", para "comprar uma casa", porque é uma "forma de ganhar dinheiro fácil". O garimpo é o lugar para melhorar de vida, realizar o sonho de riqueza através da busca de mineral precioso, do "enriquecimento fácil", da busca de autonomia para poder tornar-se patrão de si mesmo (RODRIGUES, 1996, p.104).
Muitos destes sentem orgulho de serem garimpeiros. Mas o que é ser garimpeiro? Quem é esse garimpeiro que revolve a terra em outro país? Para Rodrigues (1996) há múltiplas definições ou caracterização do *garimpeiro* o que indica, em parte, a complexidade desta categoria. Para a autora, as diferenciações sociais dentro do mundo dos garimpos estão associadas às funções desempenhadas pelos indivíduos na organização do trabalho.

> [...]são, em geral, considerados garimpeiros tanto aqueles que desenvolvem as atividades diretamente ligadas ao processo de extração mineral, como aquele que exerce a garimpagem de forma manual, ou ainda, aquele que sendo o dono dos instrumentos e dos "pares de máquinas", desenvolve estas atividades na forma de produção familiar"(RODRIGUES, 1996, p.104) .

Para Rodrigues (1996) esta definição de garimpeiro é restritiva por não levar em consideração que o garimpeiro desempenha outras atividades fora e até mesmo dentro dos garimpos. A definição de garimpeiro é complexa à medida que a auto-definição não está centrada em apenas uma identidade, mas pelo contrário, em várias identidades ao mesmo tempo ou em tempos diferentes.

Almeida (1993) citado por Rodrigues (1996, p.104) também aponta esta complexidade pelo fato dos "garimpeiros tanto se auto-definirem como os donos da cantina, trabalhadores de barranco, trabalhadores de tração manual, quanto àqueles que metalizam ou comercializam o ouro". Em matéria publicada no *Jornal Pessoal,* de propriedade do jornalista Lúcio Flávio Pinto, em Janeiro de 1988 o autor expressa a mesma preocupação e complexidade da definição de quem é o garimpeiro.

"Em Serra Pelada (...) é considerado garimpeiro tanto o secretário geral do Sindicato, Milton Gatti, o homem mais rico de Serra Pelada, dono de fazendas e postos de gasolina, que fornece para 160 barrancos, como Jesus Pinheiro, o ex-assessor pessoal do então Ministro das Minas e Energia César Cals, que possui quatro barrancos em posição privilegiada. (...) Homens como o Gatti são tratados impropriamente como garimpeiros. Eles pertencem a uma casta de não mais de 100 "capitalistas", a qual se agrega os fornecedores. (...) Os verdadeiros garimpeiros, no significado original da palavra, são hoje os "formigas" (...)". (PINTO, 1998. Jornal Pessoal, 01/1988, apud RODRIGUES, 1996, p. 105).

---

2 Pablo Ojer (1966) considera *douradistas* todas as expedições que, desde 1533, objetivaram encontrar o El Dorado. As principais foram as de Hernán Pérez de Quesada, em 1536; Gonzalo Pizarro, em 1540; Felipe de Utre, em 1540; Pedro de Ursua, em 1559 e 1560; Malaver de Silva, em 1568; Martin Proveda, em 1566; Antonio de Berrio, em 1584-1986;1590-1995; e Walter Raleigh, em 1595.

Garimpeiro ou "mineiro brasileiro" como são denominados na Venezuela, são todos aqueles que se reconhecem como tal e que, de certa forma, estão ou estiveram envolvidos na atividade de mineração, seja direta ou indiretamente e que associam essa atividade com seu modo ou estilo de vida. Portanto, os brasileiros, interlocutores desta pesquisa são, predominantemente, homens (65%), originários da região da região Nordeste (54,4%), Norte (35,3%), Sudeste (2,9%), Sul (1,5%) e Centro Oeste (1,5%) e brasileiros naturalizados (4,4%). Dentre aqueles nascidos na região nordeste os maranhenses representam 73% confirmando o perfil do migrante no estado de Roraima. A região Norte apresentou um quadro mais equilibrado uma vez que, 1/3 é de origem do Pará, outro 1/3 do Amazonas, 12,5% é de Tocantins e 12,5% é de Roraima. Os demais são de Rondônia e Acre.

Esses brasileiros estão na Venezuela ou na Guiana há menos de 10 anos e representam 51,3% dos entrevistados sendo que, destes, os que vivem há menos de 5 anos na Venezuela e na Guiana representam 32,5%. Apesar das restrições à atividade mineral artesanal e a forte fiscalização a atividade de garimpagem e, portanto, a Venezuela e a Guiana continuam sendo um atrativo para os brasileiros, principalmente para aqueles que acreditam que os rendimentos são maiores e o custo de vida menor que no Brasil. Os demais brasileiros entrevistados estão na Venezuela ou na GUiana entre 11 e 20 anos (21,2%) e entre 21 e 30 anos (12,5%).

Dos brasileiros entrevistados apenas 8 não responderam à questão sobre sua cor/etnia. Dos que responderam à questão 32% se consideram pardos; 22% preto (negro) e branco igualmente; 5,5% indígena; 2,2% amarelo e 15,3% responderam outros. Estas respostas indicam uma semelhança com os dados nacionais que, conforme os resultados preliminares do Censo 2010, a soma entre pretos, pardos, amarelos e indígenas (99,7 milhões) supera a população branca (91 milhões) no Brasil. (Disponível em *http://noticias.uol.com.br/cotidiano/listas/curiosidades-do-censo-sobre-raca-no-brasil.jhtm*).

A escolaridade dos brasileiros que vivem e trabalham na Venezuela e Guiana tem demonstrando algumas mudanças. Se, no primeiro momento da migração os brasileiros tinham pouca ou nenhuma escolaridade, na atualidade, a maior parte frequentou pelo menos o primeiro grau. Destes, 32,6% concluíram o ensino fundamental (16,3% concluiu o ensino de 1ª a 4ª serie, 16,3% concluíram o ensino de 5ª a 8ª série) e 23,7% concluíram o ensino médio considerando ainda, que 5% tem ensino superior completo e 6,2% não concluíram o ensino superior. Este foi um dado novo. Encontramos estudantes de direito, administração que disseram ter abandonado a faculdade por não terem condição de pagá-la. Esse é um dado que necessita ser verificado, uma vez que há no estado de Roraima três instituições públicas de ensino superior o que possibilitaria o acesso aos estudantes de baixo poder aquisitivo, ademais dos programas governamentais de acesso ao ensino universitário como o PROUNI.

Quanto à religiosidade ou prática de quaisquer religiões, grande parte dos brasileiros entrevistados respondeu que era católico, ou seja, 53,8%. Outros responderam apenas que acreditavam em Deus, que eram cristãos ou evangélicos (18,7%). Muitos falaram da impossibilidade em praticar ou participar dos ritos religiosos que se deve, em grande parte, à dificuldade de acesso aos templos. Boa parte dos entrevistados, no entanto, disseram: "não tenho religião"; "sou mundano"; "não pratica"; "só pratico no Brasil"; "não vejo muito fundamento"; "no garimpo não tem como praticar"; "quando pode"; "quando vai a cidade"; "a dificuldade da língua".

Quanto ao estado civil ou conjugal dos entrevistados 51% é casado ou mantem relação estável, enquanto 38% é solteiro e 11% separado, divorciado ou viúvo. Dos entrevistados 82,5% tem filhos e destes, 17% são nascidos na Venezuela. Esses dados demonstram certa mudança no perfil de nupcialidade em que os homens solteiros, separados ou descasados predominavam nestas atividades. Outro elemento no perfil dos brasileiros na Venezuela é a formação de família transnacional, uma vez que os casamentos entre pessoas de outra nacionalidade ocorrem em 37% daqueles que disseram estar casados ou em união estável.

Outro dado relevante é o fato de 15% dos interlocutores desta pesquisa afirmarem que um dos motivos da migração foram as "separações" ou "problemas familiares". Nestes casos, a migração emerge como alternativa de solução para o conflito familiar. Cruzar fronteiras e transitar entre culturas distintas força esses sujeitos a manejar e negociar situações de conflito de forma criativa e melhorar seus *status* no interior das relações familiares. O deslocamento entre um país e outro, representa uma possibilidade de sobrevivência, mas também uma escolha ou um projeto individual que, nem sempre é um sucesso. Alguns

interlocutores da pesquisa afirmaram não ter contato algum com a família há bastante tempo (entre 15 e 30 anos). No entanto, a maioria que vive na Venezuela mantem contatos com a família seja via telefone, seja visitando em tempo e tempos. As visitas frequentes às famílias ocorrem quando as mesmas estão mais próximas do lugar de trabalho (Las Claritas, Km 88, El Pauji, Santa Elena do Uairén). Esse contato de certa forma é favorecido pelo baixo custo das ligações telefônicas na Venezuela e do acesso via terrestre. Há que ressaltar, que ao responderem sobre os contatos com familiares os mesmos relacionavam o entendimento de família ampliada que, envolve não apenas os filhos(as), esposas/maridos, mas, também pais, mães, irmãos e outros. A relação ou mesmo certo vínculo mesmo que imaginário funciona como um conforto, de um dia, se necessário, "voltar para casa". Essa situação de "voltar para casa" também é ambígua, uma vez que alguns perderam contato totalmente com a família de origem. Os fortes vínculos de pertencimento aos seus lugares de origem e suas tradições são ressignificados, contudo, sem a ilusão de um retorno, de uma volta ao passado a não ser que o projeto migratório, ou o sonho de "bamburrar" se realizasse. Ao mesmo tempo em que esperam um dia retornar esses brasileiros acreditam que "aqui" (na Venezuela) também é o seu lugar.

Esses migrantes brasileiros são, constantemente, obrigados a negociar com a nova cultura em que vive sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades de origem. Não obstante, ao chegarem os imigrantes brasileiros tem que superar as barreiras da fase de adaptação, principalmente à língua. Pela proximidade entre o espanhol e o português há brasileiros que resistem à aprendizagem da língua. Alguns brasileiros que vivem nestas regiões de garimpo na Venezuela procuram constituir e fortalecer uma comunidade de brasileiros, criando laços afetivos, estruturando sentimento de solidariedade entre os iguais. A comunidade torna-se ao mesmo tempo o espaço de solidariedade e de rede social. O brasileiro que vai para o garimpo tende a chamar amigos e parentes, a contratar somente brasileiros, a comprar e vender o ouro para brasileiros. Constituem redes sociais que reforçam os laços sociais que ligam as comunidades no lugar de origem aos pontos específicos de destino nas sociedades receptoras. A maior parte dos entrevistados chegou ao garimpo, à Venezuela foi por meio de um amigo, um parente, um conhecido, um familiar. Quando chegam à Venezuela vão em busca de referências brasileiras, como no Km 88 em que o restaurante brasileiro é ponto de parada para ônibus e carros que transitam pela estrada Pan-americana.

As redes sociais mais utilizadas por esses brasileiros ainda são as baseadas em parentesco, amizades e origem comum. Essas redes apresentam-se para esses brasileiros um mecanismo imprescindível no seu projeto migratório, uma vez que o mercado de trabalho está cada vez mais competitivo e as relações afetivas e sociais mais individualistas. As redes sociais servem de apoio para os migrantes que chegam às regiões de garimpo. A recomendação de outro brasileiro é garantia de conseguir um lugar na equipe de exploração mineral. A relação de solidariedade que auxilia nos primeiros momentos da vida nos garimpos na Venezuela e na Guiana minimiza os primeiros impactos da distância e da saudade dos seus parentes e amigos. Assim que se estabelecem criam e manejam sua própria rede social e de parentesco. Nesse sentido, o cotidiano dos brasileiros na Venezuela se constitui de novas relações, ao mesmo tempo em que forjam um grupo étnico-cultural. Para Hall (2002) um grupo étnico cultural é constituído por um povo que compartilha da mesma língua, religião, tradição, costumes e de sentimento de pertença a um mesmo lugar, nesse caso, os imigrantes apropriam-se de sua nacionalidade garantir que o projeto migratório, a perspectiva de "melhorar as condições de vida" seja concretizados. Quaisquer que sejam as motivações para migrar ou retornar, o sentimento que move esses brasileiros na Venezuela é a perspectiva de um dia "bamburrar", de melhorar as condições de vida, de realizar sonhos de consumo.

4. Nem tudo o que reluz é ouro

Neste processo de imigrar para trabalhar em garimpos, buscando melhores condições de vida que não encontrou no Brasil o brasileiro se diz um "felizardo", que conseguiu "montar um negocio", "trazer a família", "comprar uma moto", "comprar uma casa". No entanto, há outros que dizem "que tudo é a mesma coisa", mas que "é melhor estar no país da gente", onde se "tem mais liberdade", porque "aqui tudo é difícil para estrangeiro", "é uma ilusão a vida de minero".

Figura. 1. Ouro transformado em jóia

Fonte: Trabalho de campo Las Claritas (Venezuela). Abril de 2011
Créditos da foto: Cristina Oliveira

Em meio a esse contexto da migração as atividades de mineração/garimpagem são extremamente penosas e as redes sociais e de proteção significam certa segurança diante das circunstâncias de ilegalidade tanto no desempenho da atividade como da própria imigração. As estratégias de sobrevivência são inúmeras e exercidas constantemente. Os brasileiros que atuam na mineração artesanal na Venezuela trabalham quase sempre de maneira ilegal, uma vez que não tem autorização para fazê-la (os donos das maquinas) ou não estão regularizados para poderem trabalhar. Neste caso, a estratégia é entrar com visto de turista que permite a permanência por três meses. Após esse prazo, os brasileiros se dirigem à fronteira e registram a saída na DIEX e, depois, entram irregularmente. Permanecem nesta situação ilegal por mais três meses quando podem entrar novamente como turista. Essa estratégia conta com a complacência das autoridades policiais que, segundo os brasileiros, cobram propina para não incomodar os migrantes "indocumentados". A mesma estratégia é utilizada para garantir a exploração mineral em regiões hoje proibidas na Venezuela, principalmente aquelas próximas às bacias dos rios (figura 2). A mineração ilegal é considerada crime ambiental na Venezuela, mas mesmo assim, sob o manto da ilegalidade, a atividade é exercida e, em grande parte, por brasileiros.

Figura 2. Barranco após trabalhado. Garimpo, Venezuela

Fonte: Trabalho de campo, Venezuela, abril, 2011. Projeto CNPq

O brilho do ouro, tanto no sentido real ou mesmo figurado tem sido o elemento central dos processos migratórios na transfronteira ao norte do Brasil. No entanto, as condições de trabalho são extremamente precárias. Esses trabalhadores trabalham sem quaisquer proteções (figura 3).

Figura 3. Garimpeiros realizando o desmonte de barrancos.

Fonte: Trabalho de campo, garimpo na VE, abril 2011.
Créditos: Cristina Oliveira. Projeto CNPq

A organização do trabalho é realizada, geralmente em grupo de 5 a 8 pessoas. O processo do trabalho da garimpagem é dividido em várias fases, dependo do local, se há muitas arvores ou pedras. O primeiro passo após a decisão do lugar ou área a ser explorada é o corte das árvores, se for o caso. Muitas vezes, usa-se retro escavadeira quando a área é muito grande; o segundo passo é o desmonte ou a fase de ”tirar o corte” com o “bico-jato” ou “pistolas” (figura 4).
As “máquinas resumidoras” são constituídas basicamente por uma bomba de pressão e monitor (pistola) com bicos de diferentes polegadas, bomba de cascalho impulsionada por motor a diesel de 2 cilindros e uma caixa resumidora de concentração do material (resumidora) (figuras 5 e 6). Utilizam-se a “cobra-fumando” ou “lantona”, principalmente na fase da lavagem do material. Há ainda o “desareador”, que consiste em uma calha instalada a 3 ou 4 metros com uma inclinação de mais ou menos 30 graus. No fundo desta calha existe um tecido de feltro que permite a passagem da água, mas retém o ouro. Depois, dois dias ou três em que a máquina fica captando é realizado o processo de retirada do ouro.

Figura 4. Garimpeiro fazendo desmonte com pistola ou bico-jato

Fonte: Trabalho de campo, Venezuela, abril/2011 Projeto CNPq.

Figura 5. Caixa resumidora

Foto: Trabalho de campo, garimpo (VE), abril/2001.Projeto financiado CNPq.

Figura 6. Caixa resumidora e desareador

Foto: Trabalho de campo, abril/2001. Projeto financiado CNPq.

As equipes de trabalho nos garimpos na Venezuela são compostas de 5 a 8 pessoas, geralmente uma cozinheira e os trabalhadores que se revezam nas várias fases da atividade de mineração. O resultado da extração do ouro é dividido entre o patrão ou dono do garimpo responsável por toda a infraestrutura e alimentação e os trabalhadores do garimpo e a cozinheira. O sistema de produção dar-se numa proporção de 30% para a equipe de trabalhadores e 70% para o dono do garimpo. Em alguns garimpos, a cozinheira entra como parte da equipe e recebe uma percentagem. Na Venezuela, o mais comum é a cozinheira ter um salário fixo por mês, algo em torno de R$ 2.000,00 (dois mil reais) sem quaisquer descontos. Essa é uma das motivações de várias mulheres que vão para o garimpo. Acreditam que não ganhariam esse salário no Brasil, ainda mais, livre de descontos, com moradia e alimentação subsidiadas. Em alguns garimpos, um dos trabalhadores é sorteado a cada dia para preparar as refeições. Assim, economiza-se o pagamento da cozinheira.

Figura 7. Cozinha de acampamento garimpeiro

Foto: Trabalho de campo, abril/2001. Projeto financiado CNPq

É possível afirmar que, em muitos garimpos na Venezuela encontram-se melhores condições que nos garimpos da Guiana e da Amazônia brasileira. Isso porque boa parte das áreas de garimpos está situada em lugares próximos às cidades, o acesso é mais favorável, por via terrestres e estradas bem conservadas. A Venezuela tem uma rede de telefonia e satélite que permite aos garimpeiros acesso à internet e telefonia a um custo extremamente mais baixo que no Brasil. Uma ligação que dure em média meia hora da Venezuela para o Brasil custa algo em torno de R$ 5,00 (cinco reais). Desta forma, os brasileiros não estão tão distantes do acesso de alguns bens e mesmo uma alimentação relativamente saudável (figura 8). As refeições têm sempre uma proteína, carboidrato, sucos, às vezes frutas. O café da manhã também é reforçado. Café, uma farofa de ovo, sardinha ou salsicha. Alguns tem pão feito no próprio acampamento. Há acampamentos que criam galinhas, animais de pequeno e uma horta.

Figura 10. Comida de mina: arroz com macarrão, carne e um bolinho típico.

Foto: Trabalho de campo, abril/2001. Projeto financiado CNPq

A ideia que os brasileiros sustentam é que o garimpo é um meio de vida, um modo de vida. Muitos afirmam não saber fazer outra coisa. Esse modo de vida significa, entre outras coisas, uma jornada diária de trabalho de 8 a 10 horas, adoecimento e, principalmente, a malária que não é considerada um adoecimento causado pelas condições de trabalho. Ao serem perguntados se adoeceram nos garimpos, alguns responderam: "não, só tive malária"; "não, só peguei malária na mina, 8 vezes". Além da malária foi identificado que os mesmos sofrem de problema de coluna, tiveram aborto espontâneo, dengue, bursite, mordida de cobra, infecção pulmonar. Alguns destes problemas podem estar associados às condições de trabalho, ao esforço repetitivo, à longa permanência dentro d'água, enfim, as condições ambientais onde estão localizados os garimpos. Quando perguntados se sofreram algum tipo de acidente de trabalho os mais citados foram: acidente com moto serra, fraturas no braço, perna, dedo, mordida de cobra, queda com perfuração, desmoronamento de barranco. Os acidentes de trânsito nas estradas também são apontados como muito frequentes. As estradas são muito sinuosas. O entroncamento ou curva na Pedra da Virgem é considerado um dos lugares mais perigosos da estrada Pan-americana no percurso que liga Santa Elena do Uairén, na fronteira com o Brasil com o a capital da Venezuela Caracas.

5. Algumas considerações

Os brasileiros que migram em busca do "sonho dourado", muitas vezes se deparam com a necessidade de retornar ao país e sem qualquer referência familiar, seja porque não constitui outra família ou mesmo "desfez-se" da sua família na longa caminhada em busca do El dorado. O abrigo de pessoas da "melhor idade", conhecido como "casa do vovô", em Boa Vista é um dos redutos destes brasileiros que retornam, geralmente, doentes, desprovidos de qualquer capital econômico ou mesmo uma aposentadoria, sem família, enfim, sugados e exauridos pelo permanente sonho de melhorar de condições de vida, de um dia bamburrar. Esses brasileiros buscam em outro país o que acreditam não encontrar no Brasil.

Referencias Bibliográficas

BAINES, S. G (2012). *O movimento político indígena em Roraima: identidades indígenas e nacionais na fronteira Brasil-Guiana*. Caderno CRH, Salvador, 25, (64), pp. 33-44

BUSTAMANTE, Jorge A (1997). *Cruzar la línea. La migración de México a Estados*

Unidos, Fondo de Cultura Económica, México.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Subsecretaria Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior – SGEB. Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior – DCB. Divisão das Comunidades Brasileiras no Exterior – DBR. (2011). *Brasileiros no Mundo: Estimativas. Terceira Edição. Disponível* em http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/BRMundo/ptbr/file/Brasileiros%20no%20Mundo%202011%20-%20Estimativas%20 %20Terceira%20Edi%C3%A7%C3%A3o%20-%20v2.pdf, [consultado em 20-06-2011].

_____. Subsecretaria Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior – SGEB. Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior – DCB. Divisão das Comunidades Brasileiras no Exterior – DBR. (2013) *Brasileiros no Mundo: Estimativas. Terceira Edição*. Disponível em ttp://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/BRMundo/ptbr/file/Brasileiros%20no%20Mundo%202013. [consultado em 21-06-2013].

ELIADE, Mircea (1986). *Aspectos do Mito.* Lisboa: Edições 70.

HALL, Stuart (2002). *Da Diáspora. Identidades e Mediações culturais.* Belo Horizonte: Editora da UFMG.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA DE VENEZUELA(INE). (2009) Censo Demográfico (1920-1991). Disponível em http://www.ine.gov.ve [consultado em 06.06.2009].

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA DE VENEZUELA(INE). Censo Demográfico 2011. (2012) Disponível em *http://www.ine.gov.ve* . [consultado em 29.10.2014]

NAIPAUL, V. S. (1970). *La Pérdida de El Dorado*. Caracas, Venezuela: Monte Ávila.

RIBEIRO, Gustavo Lins. (2000) *A condição da transnacionalidade*. In: Cultura e política no mundo contemporâneo: paisagens e passagens. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 93

SILVA. P. R. F (2012). "Caracterização da fronteira geopolítica roraimense". In: RODRIGUES, F. S. P, M. C. (orgs.), *Estudos Transdisciplinares na Amazônia Setentrional: Fronteiras, migração e políticas públicas, Rio de Janerio: Letra Capital,* pp 214-240

RODRIGUES, F. S. (1996) *Garimpando a sociedade roraimense: uma análise da conjuntura sóciopolítica.* Dissertação de mestrado, Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará (UFPA).

_____ (2009). Migração para o trabalho: uma análise da migração laboral em Boa Vista e Pacaraima (Roraima-Brasil) e Santa Elena do Uairen (Estado Bolívar-Venezuela). XIV ENCONTRO DE CIENCIAS SOCIAIS NORTE E NORDESTE - GT 23 - Migrações Internacionais. ANAIS. Recife-PE,

_____ et. all (2011). Migração e relações de trabalho na fronteira Pan-Amazônica. Relatório de Pesquisa (2009-2011). Boa Vista-RR, CNPq/UFRR, 2011.

_____ (2009) *Migração para o trabalho: uma análise da migração laboral em Boa Vista e Pacaraima (Roraima-Brasil) e Santa Elena do Uairen (Estado Bolívar-Venezuela)*. XIV ENCONTRO DE CIENCIAS SOCIAIS NORTE E NORDESTE - GT 23 - Migrações Internacionais. ANAIS. Recife-PE

LOURENÇO, R. S (2012). *Em busca do El Dorado: migração de brasileiros para a cidade Bartica (República Cooperativa da Guiana)* In: RODRIGUES, F.S., PEREIRA, M. C. (orgs.), Estudos Transdisciplinares na Amazônia Setentrional: *Fronteiras, migração e políticas públicas*, Rio de Janeiro: Letra Capital, pp.51-66;

MENESES. A. V. (2014). Dissertação de Mestrado. *Cultura de fronteira: Brasil, Guiana: Festas*. Programa de Pós-Graduação Sociedade e Fronteiras, do Centro de Ciências Humanas – CCH, da Universidade Federal de Roraima – UFRR.

NEWMANN, E. (2008) *La otra cara de las remesas: La família transnacional*. Brasília: REMHU

PINTO, J. A. (1993) *Garimpagem: contribuição ao desbravamento e à ocupação da Amazônia.* In: MATHIS, A & REHAAG, R. (orgs). Conseqüências da Garimpagem no Âmbito Social e Ambiental na Amazônia. Belém-PA: FASE/KATALYSE, pp.27-35.

RIBEIRO, G. L. D (1999). *Globalización y Transnacionalización. Perspectivas Antropológicas y Latinoamericanas.* Série Antropologia – Departamento de Antropologia – UNB,199. Brasília. Disponível em *http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie199empdf.pdf.* [consultado em 29.06.2000]

Territórios e fronteiras da alteridade na metrópole: duas faces dos processos de segregação, interculturalidade e vulnerabilidade de estrangeiros em São Paulo

Maura Pardini Bicudo Véras, PUCSP,**
mauraveras9@gmail.com

1. Introdução

Estamos em meio de muitas perplexidades. Entre elas, trazidas por nossa contemporaneidade, figuram as que se voltam ao descontentamento com relação ao ambiente urbano, de que são testemunhas os protestos e mobilizações populares nas ruas de muitas cidades brasileiras – as manifestações de junho de 2013 – e que perduram até nossos dias, sintoma inequívoco de graves débitos sociais acumulados no que tange à democracia real e à conquista de uma cidadania plena para todos. Inicialmente, as reivindicações voltavam-se ao transporte coletivo, sobre o aumento de R$0,20 no preço das tarifas de ônibus em São Paulo; na verdade, as questões ligadas à mobilidade carregaram consigo novas e amplas reivindicações, mais abrangentes, ou seja, voltadas à gestão urbana, ao modelo de planos e políticas adotados à cidade, trazendo à tona a discussão das formas com que são administrados recursos públicos e a deficiência dos serviços oferecidos à população. Nem sempre, entretanto, tais mobilizações têm enfrentado claramente as causas dos desconfortos sentidos pelos demandantes desses serviços(Castells,2013). Contudo, não se pretende aqui empreender a ampla discussão que tais mobilizações exigiriam do ponto de vista das Ciências Sociais bem como do Urbanismo. Tratamos aqui da inserção na metrópole de contingentes populacionais provindos de deslocamentos, no contexto das globalizações e buscando revelar a dupla e contraditória face do processo, distinguindo de um lado, os que se consideram "vencedores", os expatriados, mesmo que enfrentem dificuldades do ângulo da sociabilidade e alteridade; de outro, a posição subalterna dos que se inserem na precariedade do mercado de trabalho e de moradia, igualmente recebendo atitudes de discriminação, os bolivianos. A cidade comporta estas e outras inserções problemáticas.

Paradoxalmente, desde 2010 e até os anos de 2012/2013, havia um clima de estabilidade econômica no país que contrastava com as crises europeia e americana. Em um breve quadro impressionista, constavam a descoberta de petróleo do pré-sal, a mídia trazia muitos dados sobre o aumento de emprego (44 milhões de carteiras assinadas em 2011 segundo o Ministério do Trabalho), aumento de consumo, os de automóveis, indiscutivelmente, assim como incrementou-se o número de estudantes nas universidades, a aquisição de moradias e de viagens ao exterior e assim por diante. Essa situação parecia dar aos brasileiros algum alento no que diz respeito às possibilidades do que se convencionou chamar de desenvolvimento. Muitas análises voltaram-se ao consumismo, às sociedades de massa, à nova classe média, à redução da miséria etc.

Nesse cenário, milhares de brasileiros acabaram retornando dos países para os quais haviam migrado (Frutuoso,2014). Assim como eles, muitos estrangeiros também começaram a compor nova onda migratória para o Brasil (Momo,2014). O mercado de trabalho, hoje globalizado, acarreta fluxos contínuos de pessoas pelo mundo; além disso, muitas empresas transnacionais mantêm em São Paulo seus empregados, executivos que compõem a categoria conhecida como expatriados. Dessa forma, novas ondas de (i) migrantes se somam àquelas tradicionais do início do século XX, agora contextualizadas no conjunto da mundialização. São latino/americanos, em especial bolivianos, são migrantes nacionais que se dirigem, agora mais diretamente às demais regiões da metrópole que para o município sede, são europeus, muitos com qualificação profissional em busca de colocação de trabalho, são cada vez mais asiáticos, com destaque para chineses e coreanos, são africanos, americanos do norte e assim por diante. Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) revelavam em 2010 que deveria aumentar o fluxo de imigrantes. "... Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009, o país estará próximo de reverter uma tendência histórica, registrando o primeiro aumento no número absoluto de imigrantes desde 1960. Em 2005 existiam 686 mil imigrantes no Brasil, na época representando 0,4% da

população. Até o próximo ano, este número terá um acréscimo de, pelo menos, dois mil estrangeiros. Mas pode ser mais. "(Gazeta do Povo, outubro de 2009 citado por Frutuoso, 2014) Desse ponto de vista, percebe-se que esse novo fluxo imigratório é diversificado, incluindo o deslocamento de massas pobres ao lado de movimentos de pessoal qualificado e oriundo de países que conheceram graus superiores de desenvolvimento e que hoje enfrentam o desemprego, corte de benefícios sociais como o caso da Espanha, (cerca de 20% de desempregados), Grécia, Portugal e mesmo os Estados Unidos. A entrada de bolivianos, por exemplo, constituiu-se em importante segmento analisado em muitas pesquisas, por revelar contingente de inserção subalterna no mercado de trabalho em quase escravidão nas oficinas de costura e por receber inequívoco processo de discriminação.

O tema da imigração tem merecido diversos estudos e aprofundamentos, incrementados pelas transformações contemporâneas ligadas à globalização. Relações capitalistas atualmente acabam por transformar as aglomerações urbanas, orquestrando processos sociais de competição e exclusão de diversos segmentos das populações que se notabilizam, assim, pela mobilidade, deslocamentos e expulsão, em movimentos de (des) e (re) territorialização constantes. Tais manifestações têm tornado as cidades como espetáculos de desigualdade social, pois que, além dos efeitos perversos trazidos pela competição econômica no acesso ao solo urbano, revela formas diversas de elitização, degradação de áreas e de pessoas, segregação e fragmentação, e, sobretudo, discriminação, preconceito, dificuldades de reconhecimento dos direitos perante políticas sociais.

O Brasil urbano tem se alimentado, entre suas múltiplas faces, de intensos fluxos migratórios, de diversas origens e cuja fundamentação geral é de que buscam fugir de circunstâncias adversas e melhorar de vida. Essa fórmula, tão genérica e verbalizada por muitos migrantes, esconde variados dramas e trajetórias pessoais e familiares das mais diferentes modalidades, cores e condições, tendo como pano de fundo, dificuldades econômicas, a luta pela terra, por moradia, emprego, educação, saúde, cidadania, enfim; a esse conjunto, somam-se deslocamentos explicitamente involuntários de refugiados, pessoas obrigadas a deixar suas pátrias por conflitos armados, violência política, perseguições étnicas, ausência de lei ou mesmo, desastres naturais.

Em São Paulo, em particular, foram bem caracterizados os movimentos da imigração estrangeira que ajudaram a moldar a urbanização e a industrialização nos finais do século XIX (notadamente italianos, portugueses, espanhóis e japoneses) e permaneceram até meados do século XX, quando a segunda guerra mundial provocou novos grupos europeus e de outros locais vindos para a capital paulista. Nas décadas de 1960 e 1970, migrações maciças de habitantes das regiões menos industrializadas e empobrecidas do Brasil rumaram ao Sudeste, para a cidade de São Paulo, principalmente nordestinos, em fenomenologia bastante estudada (Véras,2003).

O município de São Paulo, pelo Censo Demográfico mais recente (IBGE, 2010), com uma população de 11.253.503 residentes, apresenta uma porcentagem de 1,34% de estrangeiros, são 151.094 pessoas, proporção considerada pequena em comparação a diferentes fases de sua história, pois, em 1920 eram nascidos fora do Brasil cerca de 36% de seus moradores. Ainda em 1940, tal peso chegava a 22,41%. A presença estrangeira foi decrescendo a partir dessa época até chegar a 3,85% em 1980 e, na virada para o século XXI, em 2000, apresentar 1,87% (Censos Demográficos- IBGE. O perfil dos imigrantes em São Paulo vem se alterando na última década. O grupo mais expressivo é o dos portugueses, que significam 23,3% dos estrangeiros, e são 35.212 pessoas. Depois destes, os mais frequentes são 21.680 bolivianos, que representam 14,3% dos estrangeiros; dos asiáticos, em especial chineses(representam 6,4% dos imigrantes em São Paulo), japoneses(8,6% do subconjunto de imigrados e são 13.065 deles) e os 7.054 coreanos que significam 4,7% dos estrangeiros. Convém reiterar uma nova e recente característica nos fluxos migratórios que é a acentuação da migração de trabalhadores qualificados, em parte pelas crises sofridas por Estados Unidos e Europa nos últimos anos em contraste com a relativa resiliência que a economia brasileira parecia demonstrar.

Por sua vez, os brasileiros retornados vêm dos Estados Unidos, Portugal, Japão, Espanha, entre outros. Informações que chegaram da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) dizem que vem diminuindo progressivamente a entrada de imigrantes brasileiros nos países dessa organização; em 2007 eram cerca de 101,8 mil caindo para 53,5 mil em 2009. No Japão, ingressaram de maneira legal em 2006, mais de 30 mil brasileiros, e em 2009, pouco mais de 3 mil (BBC, julho de 2011). No que se refere a Espanha, também a mesma fonte afirma que foi brutal a queda de entrada de brasileiros naquele país, pois em 2007 havia registrado mais de 35 mil brasileiros e em 2009 caiu para 15 mil.(Frutuoso,2014) Nos Estados Unidos, a queda de ingresso de brasileiros

se deu antes de 2009, desde que começou a crise financeira mundial, ficando nos patamares de 15 mil pessoas. Igualmente em Portugal, onde os brasileiros representavam o maior contingente estrangeiro (26% dos imigrantes do país), o fluxo de entrada ficou abaixo de 5 mil pessoas em 2009 (BBC,2011 *apud* Frutuoso,2014).
O Brasil tem recebido refugiados, como palestinos, iraquianos, africanos e, recentemente, imigrantes haitianos. Como se dá a inserção desses refugiados em São Paulo?
Grandes empresas transnacionais mantêm em São Paulo executivos e técnicos de empresas, Bancos, suas sedes e escritórios.
O cenário urbano permanece fragmentado, segmentado por estratos de renda, zonas de primeiro mundo e zonas de pobreza, desprovidas de todas as características do ambiente construído, além dos enclaves fortificados, a " cidade dos muros" (Caldeira,2000) Essa distribuição heterogênea de espaços e pessoas ilustra, por assim dizer, um viver nas cidades, um conjunto de homens e mulheres, estrangeiros (nascidos fora e dentro de seus países, assim considerados pelo *establishment*) desempregados, "inempregáveis", indígenas, refugiados, homossexuais, moradores da precariedade, afrodescendentes, colônias de imigrantes, nômades, enfim, " outros" em situação de fronteira (política e social), em territorialidades cambiantes. Além das estatísticas, mesmo as oficiais, esse quadro pode ser desvendado pelas cartografias socioeconômicas, e também por uma epistemologia que dê conta das diferenças culturais. Configura-se, pois, um grande e mundial processo de deslocamento de pessoas, geralmente subalternas, um movimento dos dominados pelo planeta, enquanto os fluxos vitoriosos do capital financeiro, facilitados pelos grandes progressos das telecomunicações em rede, mostram-se visíveis na chamada globalização, a revelar as duas faces do mesmo processo. Revestem-se de grande significado os espaços de confronto como as fronteiras, pois muitos países centrais desenvolvidos fecham suas entradas diante dos (i)migrantes empobrecidos e que os procuram. Como nos diz Remi Nilsen: "Em todo o mundo ocidental, ao longo dessas últimas décadas, as forças muito organizadas do capitalismo trabalharam contra a estagnação econômica, através de uma exploração ainda mais dura e da recuperação de antigos bastiões do movimento operário, atacando de passagem os regimes de previdência, os serviços de saúde pública e o direito trabalhista. Essa situação degradada cria um ambiente social dividido segundo linhas étnicas e religiosas. Esses temas são recorrentes e transnacionais ".(*Le Monde Diplomatique*, no.;60, Ano 5, jul.2012) Diferentes fontes têm declarado atualmente que muitos migrantes foram impedidos de ficarem nos países da União Europeia, cerca de 345 mil no ano de 2013 - Jornal O Estado e S.Paulo, edição de 05 de fevereiro de 2014)
A propósito, em seminal trabalho Martins(2009) considera a fronteira como " ...um cenário de intolerância, ambição e morte. É também, lugar de elaboração de uma residual esperança, atravessada pelo milenarismo da espera no advento do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura"(Martins,2009:10).
Tais seriam as esperanças de muitos imigrantes, com seu deslocamento. Vivem, contudo, na fronteira, não mais entendida como a cerca metálica que durante muito tempo separou clandestinos na divisa do México com os Estados Unidos, mas também conceito aplicável àqueles que vivem nas cidades, sem acesso pleno aos direitos e às políticas sociais. E sem o reconhecimento entre seus pares (*outsiders*)e com discriminação por parte dos "estabelecidos" (Elias e Scotson, 2000)
Nossas questões dirigem-se a conhecer como tais segmentos se relacionam e vivem na cidade. São aspectos nodais a territorialidade, a segregação, processos de interculturalidade, aproximação e afastamento, em uma cartografia da alteridade.
Alguns grupos de imigrantes, de refugiados ou migrantes, indígenas, afrodescendentes, por sua inserção subalterna, muitos indocumentados, alijados de muitas políticas públicas e dos direitos sociais, encontram-se em situação vulnerável. Assim, a depender de sua localização na cidade, podem-se observar diversas situações de vulnerabilidade. Esta pode ser entendida de variadas formas. Entre essas, estamos adotando tratar-se de pessoas em situação de risco e privação em termos socioeconômicos e ambientais. Pela definição do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), com base no Censo Demográfico de 2000, utilizando diversos indicadores e classificando os setores censitários em estratos de alta, média, baixa, muito baixa e nenhuma vulnerabilidade.
São considerados de média vulnerabilidade aqueles setores censitários que apresentam famílias jovens,(responsável com menos de trinta anos) com crianças pequenas, níveis médios de escolaridade e de renda. São de alta vulnerabilidade aqueles de pior distribuição de renda e escolaridade, famílias mais velhas,

com menor número de crianças pequenas. Assim, vulnerabilidade combina características demográficas (elevada presença de crianças e idosos) com privação socioeconômica(baixos níveis de renda e escolaridade).“ A intensidade da vulnerabilidade social varia de acordo com o grau de privação e com a maior ou menor presença desses grupos etários - compondo grupos sociais com perfis particulares.” (CEM,2004:6)
Dessa forma, apesar de ser conceituada como cidade global, São Paulo continua a apresentar a perversa estabilidade da desigualdade social e no espaço urbano. Por sua vez, a classificação de São Paulo como cidade global vem recebendo inúmeras reflexões, das mais entusiasmadas às mais críticas, mas, pela relevância, o assunto merece ser retomado, analisando-se a convivência desses habitantes em uma cidade de tantas contradições e tão graves problemas sociais. É inegável que a capital paulista representa um ponto nodal do capitalismo financeiro globalizado onde oportunidades de trabalho, moradia e acesso ao ambiente construído são complexas e dificultadas para a grande maioria de seus habitantes.(Vejam-se a respeito Levy, Véras, Carvalho, e outros)Torna-se importante o estudo da produção da alteridade, da segregação e da vulnerabilidade desses conjuntos nomeados, migrantes nacionais, imigrantes, executivos de grandes empresas, refugiados e brasileiros retornados.
Pretende-se neste trabalho apontar os processos vivenciados por dois desses segmentos na cidade de São Paulo , o dos expatriados que representam, por um lado, os imigrantes qualificados e bem sucedidos, e o dos imigrantes bolivianos, por sua inserção considerada subalterna e vivendo em precárias condições.

2. Alteridade e segregação nas cidades contemporâneas

Conceituadas como decorrência da inserção das pessoas no processo produtivo, da pauperização crescente, da falta de qualificação para o trabalho, as dificuldades de moradia e de acesso à cidade também devem ser vistas como dependentes de fatores urbanos propriamente ditos, ou seja, dos efeitos que o mercado e o Estado impõem na configuração do ambiente construído. Nossas cidades foram e são marcadas pela **segregação social**, correspondendo à participação desigual dos grupos/classes sociais no espaço.
De maneira geral, políticas públicas no Brasil diminuíram sua tarefa de fazer cidades, deixando esse papel ao capital privado, resultando que a ocupação do solo urbano se faça ao livre jogo do mercado. Pressões imobiliárias crescem em ritmo exponencial, e a face da globalização se revela nos empreendimentos centrais, nos bairros que abrigam sedes de bancos/ empresas multinacionais, nos edifícios de luxo, nos pontos turísticos que “vendam” a boa imagem da cidade para torná-la competitiva internacionalmente. Os chamados bairros malditos, presentes em várias épocas e denunciados desde o clássico “ A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” (Engels,1966) se sucedem ao longo do tempo em diferentes formas de segregação e foram retratados por inúmeros estudos de nossa história urbana. Atualmente, a dualidade típica da acumulação fordista entre centro e periferia tem de ser relativizada, pois há fragmentação, várias polaridades, diversas formas de precariedade. A cidade toda se transforma em valor de troca e quanto mais avança esse modo de produção mais a cidade é moldada a seus interesses. Produzida coletivamente, pois o Estado joga papel primordial ao instalar os meios de consumo coletivo (equipamentos e serviços de infraestrutura como água, esgoto, energia elétrica, limpeza e outros) o faz para o consumo de quem pode pagá-los. O sistema viário e transporte coletivo são oferecidos pelo Estado ou por ele gerenciados em conjunto com a iniciativa privada. Dessa forma, políticas urbanas são regulatórias e indutoras de urbanização “excludente “ para a maioria. Em síntese, a cidade capitalista dificulta seu consumo para os pobres, pois é vista como capital constante pelos proprietários que usam o ambiente construído assim como usaram a máquina na produção fabril. (Kowarick,1982).
Há uma intensa relação entre mercado financeiro e mercado imobiliário, e a cidade acaba por multiplicar as coordenadas capitalistas, embora de forma inversa: enquanto os aspectos financeiros atualmente se apresentam progressivamente “ desincorporados “, especulativos e/ou virtuais, circulando por todo o planeta, o solo urbano é sempre mais valorizado, disputado para funções especializadas de controle e subsidiárias a esse capital, serviços ligados à circulação, sedes de empresas multi ou transnacionais, indústrias tradicionais ou inovadoras, restando forte disputa para áreas habitacionais distinguindo diferentes segmentos desse mercado. Arranha-céus, centros de convenções e lazer, edifícios “inteligentes”, *shoppings centers, v*oltam-se ao mundo

globalizado e às elites, enquanto os "espaços da pobreza "permanecem despojados dos benefícios urbanos (Castells,1990,Sassen,1998, Véras, 1987, 2002 e 2004).
A abordagem das ***global cities*** realça a questão**,** apontando que algumas cidades do mundo desempenham funções ligadas aos fluxos econômicos mais importantes do planeta, sediando o capital financeiro ou atuando como polo de tecnologia avançada nas indústrias. Afirma que consolidam a conectividade potencializada pelos meios de comunicação tecnológicos e avançam na reestruturação produtiva, na constituição da sociedade em redes, como verdadeiras sínteses das contradições capitalistas. Concentram muitas polaridades, reunindo tanto o lado perverso e atrasado quanto o avançado dos primeiro e terceiro mundos, ou seja, elites dirigentes de empresas multi ou transnacionais, seus executivos e técnicos especializados, sedes de bancos internacionais, camadas sociais emergentes ligadas à gestão do capital, e também, trabalhadores informais, massa de desempregados, migrantes e imigrantes desterritorializados, conflitos em torno do acesso à cidade e ao trabalho, embates étnicos, toda sorte de processos ligados à razão instrumental prevalecente, desigualdade social (Sassen, 1991;Preteceille,1994; Hall,1998 Véras, 1997,2004) .
Prenunciando em muitos casos uma sociedade pós-industrial, nossas metrópoles têm-se caracterizado por apresentarem o predomínio dos serviços (São Paulo, por exemplo), amplo setor que inclui desde aqueles mais sofisticados e especializados com técnicos de escolaridade superior, até outros sem qualquer qualificação, com a precariedade e informalidade, que via de regra absorvem vastos segmentos empobrecidos.
São Paulo exerce papéis competitivos no que se refere à gestão do capital financeiro, vê alterarem-se suas funções de polo industrial, de estruturação urbana e hierarquia social e tem figurado nas listas de especialistas como cidade mundial de país semiperiférico (Levy,1995). Muitas características presentes na capital, suas singularidades, são heranças do passado colonial, da sociedade escravista, da recepção de imigrantes e migrantes nacionais, e reflexos espaciais de processos excludentes, as citadas formas das periferias, bairros de elite e porções deterioradas, crise de moradias, favelas, cortiços, loteamentos irregulares e clandestinos, *homeless*, condomínios fechados e murados, *shopping centers* de luxo, centros de convenção, terciário sofisticado, pontos de renovação urbana. As marcas da concentração de renda e desigualdade social revelam-se, ainda, na distribuição diferencial de chacinas, risco à violência, discriminação, vulnerabilidade sócio -ambiental, devastação ecológica(Véras, 1995;2010).

Em uma metrópole em que vastos e diversos contingentes vivem, trabalham e deixam suas marcas significativas no espaço, nas redes de sociabilidade, nos estilos de vida, os temas do **território e da alteridade** são de fundamental importância para a efetiva e plena participação na gestão e fruição da cidade. Mergulhando no universo simbólico, as noções de alteridade e representações se complementam. Fala-se de alteridade em diferentes gradações e matizes com seus componentes étnicos, políticos e culturais, bem como o recorte das identidades exigidos para sua análise. É preciso, pois, treinar o olhar do pesquisador para entender a questão da alteridade na metrópole, dando reais dimensões à vivência na cidade, com seus conflitos, formas de sociabilidade e experiências, como direito à cidade.(Véras, 2012)
Se as **representações** operam psiquicamente no conhecimento pelo qual os homens tornam o mundo inteligível e estão ligadas aos grupos sociais de que eles participam, são assim conhecimento estruturado socialmente e culturalmente aceito e podem modelar o que é dado para reconstruir o mundo externo, mais que reprodução do existente. Podem naturalizar conceitos, classificar, selecionar. De outro ângulo, há um sistema de valores que emoldura as relações entre as pessoas que convivem nas aglomerações urbanas. Como cada homem toma conhecimento de si mesmo a partir das formas pelas quais seus semelhantes o tratam - o espelhamento de que trata Marx ao estudar a mercadoria(1946) assim como a Psicologia Social aborda a formação do *'self',* a projeção do ' eu' no 'outro', é por vezes uma gradação do outro para diferente, do próximo ao distante e do distante para o *alter.* A **alteridade** é, pois, construção do outro como distante, diferente, 'não nós', estranho. culminando com atitudes discriminatórias, preconceitos, racismos (Jodelet,1998).

> " ...O problema é saber como e porque os indivíduos se percebem uns aos outros como pertencentes a um mesmo grupo e se incluem mutuamente dentro das fronteiras grupais que estabelecem ao se dizer "nós", enquanto ao mesmo tempo, excluem outros seres humanos a quem percebem como pertencentes a outro grupo e a quem se referem coletivamente como "eles"(Elias e Scotson, 2000:37-38)

Construções culturais, o 'nós' e o 'eles' condicionam-se reciprocamente , pois em grande parte a identificação individual depende da imagem grupal e esse é o paradoxo da alteridade: o outro próximo é constitutivo do mesmo, mas expulso do espaço subjetivo para constituir-se em ameaça, 'aquilo que não quero ser'. No caso examinado por Elias e Scotson (2000) os "estabelecidos" dependiam do maior tempo de residência e da localização no espaço da cidade analisada, e os "*outsiders*" eram vistos como intrusos, novatos, "outros"(Véras, 2012).

A cidade contemporânea, portanto, nos desafia a dar conta das múltiplas relações vividas, dos mecanismos que afastam as pessoas no ambiente construído, das variáveis da diversidade étnica, simbólica, que igualmente afastam as pessoas e colocam muitas na condição de " estrangeiro" e na subalternidade.(Véras, 2012).

Caracterizam a vida metropolitana, portanto, processos de enfrentamento do "outro", discriminação, banimento, preconceito, da convivência entre os" iguais e os diferentes", classificação a escorar-se em muitos fatores: na etnia, na nacionalidade, na origem migrante, na cor, no endereço, na opção política, na diferenciação social, cultural, sexual, no tipo de moradia , e pelo lugar em que estão.

3. Imigração em tempos globais. Deslocamentos. Estrangeiros

A aventura dos deslocamentos populacionais sempre foi coberta de riscos e perigos. Além da partida, viagem e impactos da chegada, há a questão do contato entre culturas diferentes, conflitos por vezes duradouros, um campo de tensões com a sociedade receptora. De maneira geral os processos migratórios podem ser classificados como dependentes de múltiplas causas, embora muitas vezes se enquadrem com motivações econômicas, políticas, étnico/culturais, consequências de desastres naturais, emergenciais, dos recrutamentos de empresas, além das pessoais e familiares. O ato de emigrar é considerado como saída de alguém ou grupo de seu país com relativa duração temporal e, já no local que os recepciona, são tidos como imigrantes, caracterizando uma situação relacional entre pessoas, países e regiões, as que expulsam, " emissoras" e as que recebem, " receptoras". O estatuto jurídico do imigrante é distinto, perde os direitos sociais de seu país de origem e no novo ambiente é estrangeiro, tendo de sujeitar-se a leis que o colocam nessa situação de apátrida(Entre outros, Sayad,1998; Rocha-Trindade,1995). Os deslocamentos muitas vezes são associados a expressões como diásporas (do grego, migração e colonização e geralmente atribuído classicamente ao caso dos judeus), mobilidades, imigração, e outros. No presente trabalho interessam-nos as diferentes situações de deslocamentos e todos que foram construídos como "outros", ou minorias. O estrangeiro é visto, portanto, como **não nós**, em franca produção de alteridade.

Diversas teorias explicativas sobre os fenômenos migratórios foram se desenhando ao longo dos séculos XX e XXI. Em alguns desses referenciais, como os das teorias microeconômicas clássicas e da teoria do capital humano, o ato emigratório era visto como escolha individual, em certa racionalidade na busca por melhores condições de vida e dependendo das relações entre Estado e mercado quanto ao controle ou incentivo dos fluxos de pessoas. Relatam-se relações de choque cultural, assimilação e/ou aculturação desses imigrados no país que os recebem. Entre as muitas críticas que tais posturas receberam estava o argumento de que a decisão de emigrar não é apenas individual, pois não se deve esquecer de que indivíduos integram estruturas sociais mais amplas que lhes oferecem caminhos ou óbices e que o papel das famílias e das redes sociais não deve ser omitido. Tem prevalecido contemporaneamente a ideia de que redes sociais, tanto por parentesco, amizade ou relações de trabalho, desempenham importantes papéis nos processos migratórios, e por várias gerações. Contudo, as redes podem significar, de um lado, a facilidade de contatos e auxílios nos locais de recepção; de outro, podem ensejar formas de exploração e riscos de violência eventualmente existentes dentro das redes (Silveira et allii, 2014).

Dentro das condições atuais de transnacionalização e reorganização da economia mundial, a abordagem sobre os processos migratórios se reveste de maior complexidade. A circulação de trabalhadores é vista como mais um dos fluxos que movimentam as relações internacionais, intensificando a circulação de capital, mercadorias, serviços e informações. Por essa vertente explicativa, apreende-se que antigos e tradicionais sistemas de trabalho acabam sendo alterados e substituídos, em parte, por novos arranjos e espaços no mercado para

subcontratações organizadas e oportunidades de realização de pequenos negócios. Nesse sentido, os fluxos migratórios alimentariam tais sistemas, antes de base familiar e artesanal. Muitas vezes, essa expansão resulta em redes clandestinas, voltadas ao mercado informal e com perversas consequências para imigrantes (Sassen, 1998).

Um novo campo analítico consiste na análise transnacional que interpreta o fenômeno da migração como formado de múltiplas relações entre os imigrantes com seus locais de origem e de destino. Esse espaço transnacional de relações sociais conecta grupos e indivíduos de pontos de vista econômicos, religiosos, familiares, sociais, organizacionais, políticos e faz com que se intensifiquem processos locais e globais, ultrapassando fronteiras geográficas, culturais e políticas. Supera-se, dessa forma, a nomenclatura tradicional que dividia os imigrantes em três categorias, os temporários, os retornados e os permanentes. O imigrante é encarado agora como **transmigrant**e, visto vivenciando múltiplos contatos não só com os países de origem, também com o ambiente receptor, mas sem alterar necessariamente seus sistemas de vida, hábitos e valores adquiridos em sua terra natal(Glick-Schiller et al.,1992 *apud* Silveira et al. ,2014).

Dessa forma, o migrante pode ser visto contemporaneamente como alguém que detém o direito de fuga e de autonomia. Os mercados de trabalho hoje revestem-se do caráter mistificador da liberdade, mas esta existe, na verdade, apenas por detrás dos muros (físicos e jurídicos) que regulam os fluxos migratórios ao fixarem os emigrantes e inferiorizarem os imigrantes (Corsini,2010). As análises tradicionais não contemplavam os "novos migrantes", ou seja, novas categorias que incluem os refugiados, os migrantes pendulares, os precários, trabalhadores sazonais, mulheres chefes de família, estudantes, trabalhadores qualificados e/ou superqualificados (êxodo de cérebros) e ainda, a massa de trabalhadores sem qualificação, muitos clandestinos e indocumentados, minorias étnicas e assim por diante. Vivemos, pois, época de transição, em que inúmeras possibilidades se descortinam quanto ao futuro, se possível em busca de uma cidadania global, transformando circulação em liberdade.

Entre as abordagens contemporâneas sobre os processos migratórios está a de Charles Tilly (1978) que estabelece uma tipologia para os deslocamentos. Este autor, reconhecendo que sempre existe alguma arbitrariedade no que é conceituado como imigrante, estabelece uma tipologia a partir de duas variáveis: a primeira é a distância do local de origem ao país receptor; a segunda é o grau de ruptura com a origem, quer seja indivíduo, grupo, família. Essas coordenadas poderiam estabelecer o limite entre simples deslocamento e a imigração propriamente dita, pois nem toda mobilidade seria enquadrada como migração.

Ainda de acordo com Tilly, há quatro categorias de processo migratório, em que pese a arbitrariedade da classificação pois sabemos que há movimentos fronteiriços: a) locais (deslocamento para área contígua à origem);b) circulares (quando há ida e retorno ao local de origem, em determinado intervalo de tempo); c)de carreira (deslocamento devido à promoção de carreira em oportunidade oferecida por organizações/empresas a que pertence o indivíduo); d)em cadeia(deslocamento motivado e/ou promovido por rede de parentes, amigos e conterrâneos já instalados no local de recepção) (Truzzi, 2011). Mesmo admitindo-se que há sobreposições entre os tipos, a classificação permite apreender características peculiares. Por exemplo, emigrações circulares podem ser seletivas quanto ao sexo do emigrante, a depender da ocupação oferecida na sociedade receptora; emigrações em cadeia e de carreira geralmente contemplam destinos mais distantes; emigrações de carreira podem oferecer maior número de destinos – multipolaridade; emigrações locais e de carreira, em geral são individuais, enquanto as circulares e em cadeia , tendem mais a atingir famílias(Truzzi, 2011.) Interessam-nos, portanto, os processos de carreira (expatriados), em cadeia, circulares e os tradicionais.

Também Cohen(1997) interpreta existirem oito tipos de tendências recentes de migrações advindas dos processos globais: migração de trabalhadores legais; migração de trabalhadores ilegais ou indocumentados; migração de refugiados e de pessoas deslocadas; migração feminina independente; trabalhadores imigrantes especializados temporários; trabalhadores migrantes especializados de longa duração; movimentos internos de grande escala; turismo.

Um dos aspectos importantes no assunto é o das políticas de gestão étnico-cultural empregadas pelos países receptores de imigrantes. Resumidamente podem ser identificadas duas modalidades, as segregacionistas (que buscam isolar os imigrados, evitando contatos com as comunidades locais a pretexto de prevenirem conflitos) e as assimilacionistas (que procuram que os imigrantes adotem a cultura local, esquecendo suas raízes na

busca da integração). Ambas perspectivas revelam-se limitadas, surgindo perspectivas multiculturalistas, quase como uma terceira via que permita o respeito à cultura original mas induza a aceitação dos novos padrões.
Por isso mesmo, destaca-se um dos aspectos fundantes dos estudos sobre migrações que é a importância dos processos culturais." Na migração, o eu abre-se em perspectiva e se lança no futuro de um tempo alterativo, experiência esta que implica vivências de rupturas e exige processamentos e elaborações críticas da subjetividade"(Ferreira,2010:15). O migrante, como cada um de nós, através da língua, corporifica uma identidade para si e para os outros e se isso não garante a estabilidade, pelo menos lhe dará um invólucro de proteção para a circulação espaço temporal. A experiência do deslocamento leva o migrante a viver o aqui e agora em referência do antes e do depois, em que o passado retido, deslocado para o espaço anterior à viagem, sempre insistirá nas narrações, na escrita, emergindo sua presença na reconstituição de suas vidas. Viver entre duas culturas é uma das características da migração e implica em escolher sempre entre o eu e o outro. Um período de crises e aprendizagens e de negociação com a própria identidade, com os próprios valores, com a identidade grupal, envolvendo relações familiares, de gênero, questões intergeracionais, étnico-raciais, enfim, com vasta gama de manifestações ligadas à vida humana e cultural. Daí nossa preocupação em analisar o cruzamento das fronteiras étnico-culturais e o enfrentamento do "Outro" tanto por parte das sociedades receptoras quanto para os imigrantes.
A questão do território, mais do que a concentração em guetos, exibe a função de **ponte**, nos termos utilizados por Wacquant (2004) como local de permanência e/ou de passagem dos imigrantes como base de sua adaptação ao novo ambiente; exerce seu papel de suporte de língua e de costumes de seus conterrâneos e que pode lhe oferecer melhor acesso aos serviços de educação e saúde. Seria a territorialidade da contingência, possível por causa das redes de amigos, familiares e de conterraneidade e que podem permitir a transposição das fronteiras limitadoras de sua inserção na nova sociedade.
Como vimos, alguns segmentos constituem-se claramente como **vulneráveis, a**ssociando-se a esse conceito a presença de três componentes: exposição ao risco, incapacidade de reação e dificuldades de adaptação diante da materialidade do risco. Nesse sentido, a vulnerabilidade social considera a insegurança, a exposição a riscos provocados por crises econômicas, a instabilidade das condições de vida dos grupos mais pobres, com alta privação, incluindo as estratégias das próprias famílias, sua disponibilidade de recursos para enfrentar suas questões.

O deslocamento acaba por configurar territorialidades, processos de segregação e de vulnerabilidade em uma nova cartografia da alteridade na metrópole. A pesquisa pretende identificar e destacar, nos aspectos geradores de segregação e alteridade, seu cruzamento com aqueles especificamente voltados a etnicidade.

4. Profissionais transnacionais: Expatriados

Em tempos de transmigração, com as comunicações facilitadas pelas tecnologias da informação, transportes velozes, há uma centena de grandes corporações que dominam os processos econômicos mundiais e abrangem os cinco continentes, necessitando de mão de obra especializada. Isso vem desencadeando um enorme fluxo de capitais, serviços, produtos e pessoas pelo mundo, trazendo em sua esteira inúmeras dificuldades. Entre elas, a acentuação da desigualdade social, as questões identitárias e de conflitos; mas os movimentos vencedores referem-se, basicamente, aos multicentros de emprego representados pelas firmas transnacionais ou multinacionais. Muitos indivíduos e, por vezes, suas famílias deslocam-se para o trabalho profissional recrutado para ir viver em outro país, saindo de sua zona de conforto e constituindo os expatriados, com seus problemas de adaptação às novas culturas e ambientes, em constantes viagens e retornos. Estamos assumindo a nomenclatura de expatriados para os profissionais que trabalham em firmas internacionais, não incluindo aqui estudantes, imigrantes propriamente ditos ou outros deslocamentos. Muitos problemas são identificados enquanto devidos ao choque cultural para com a sociedade anfitriã, por serem os expatriados minoria diante dos novos valores, normas, repertório, enfim, que possibilitam sempre a reconstrução das identidades pessoais e grupais.

Inaugura-se, pois, uma sociabilidade no espaço transnacional, novas referências territoriais e também pessoais, familiares, como a amizade, casamentos, maternidade, paternidade e outras. Novas lealdades, além daquela para com seu local de origem, ou seu Estado nacional, são evocadas. Segundo Tarrius "... abordamos uma Sociologia ou uma Antropologia, de idas e voltas, de entradas e saídas, de mestiçagem, que sinalizam a aparição de sociabilidades diferentes daquelas que são sugeridas pelas problemáticas de lentas e longas inserções"(Tarrius, 2000:141)alterando o conceito de que movimentos signifiquem sempre desterritorialização, trazendo aqui a noção de território de movimento. A noção de território circular, territórios de movimento, é, portanto, uma forma de captar, mais que definições de fronteiras, o viver de novas identificações e referências espaciais-simbólicas originadas da mobilidade; territorializar-se, pois, não significaria mais apenas lançar raízes profundas e imóveis, mas construir e controlar fluxos e redes, no movimento.

Os trabalhadores transnacionais acabam por contribuir de forma específica para a sociabilidade do país de recepção, pois vivem relações no trabalho, na família, no lazer, na cidade, criam novas redes e afiliações pessoais que por vezes cruzam fronteiras étnicas, culturais e territoriais(Kennedy,2008). Se a maioria dos estudos sobre globalização têm enfatizado os aspectos ligados à desterritorialização das relações capitalistas, à lógica de mercado descontrolada, às políticas neoliberais, à crescente dominação das corporações globais na economia mundial e às tecnologias de informação digitalizadas, não quer dizer que não existam outras características ligadas também a efeitos globais e que residem nas sociabilidades e interconectividades micro, representadas por atores individuais que exercem relações em vários e múltiplos locais. De fato, quanto mais globalizadas certas atividades econômicas, maior a necessidade de que tenham posicionamento em um dado lugar concreto. Tudo isso justifica a necessidade de estudos que englobem aspectos micros aos de escala globalizante, trazendo a preocupação com as maneiras pelas quais as pessoas dão conta de seu cotidiano, com os fluxos culturais significativos. Assim, um elenco de temas se delineia com tais intenções, tais como:

- a identificação desses profissionais qualificados como integrantes da elite de seus países, ou mesmo como pertencentes aos estratos sociais conhecidos como "classes médias", com respectivos capitais social e cultural;

as maiores ou menores possibilidades de uma sociabilidade mais livre de categorias burocráticas e de "algemas territoriais" com comportamento menos padronizado em um renascimento de potenciais relacionamentos trazidos pela globalização(Kennedy, 2008);

.as consequências da migração ser efetuada por indivíduos sós(em vez de blocos ou membros de coletividade) quais estágios de vida, estado civil e status familiar favorecem a migração do profissional e quais influências daí advêm; as experiências emocionais e sua eventual solidão e vínculos;

- quais as relações de aproximação e afastamento com os locais, relações de alteridade, xenofobia vividas;

Clemente (2008) estima que 5% do contingente dos cerca de duzentos milhões de pessoas que emigram e circulam pelo mundo, são formados pelos profissionais transnacionais; vivem anos nos países em que estão as firmas multinacionais, criando novos vínculos e sociabilidades. No Brasil, pelos dados da Coordenação Geral de Imigração somando licenças de trabalho, assistência técnica e transferência de tecnologia, estavam empregados cerca de 100 mil pessoas nesse tipo de mobilidade internacional. A pesquisa de Clemente, de caráter antropológico, baseou-se na experiência desses profissionais residentes em São Paulo de 2001 a 2005. Aponta que sua presença crescente deveu-se às políticas de privatização trazidas pelo Plano Nacional de Desestatização (PND) de 1990, do governo Collor, que permitiram a várias empresas transnacionais comprarem estatais brasileiras em diversos ramos como petróleo, energia, telecomunicações, energia e outros.

Embora a diversidade de sua composição, não formando grupo homogêneo, a maioria trabalha nas empresas multinacionais, mas há aqueles em pesquisa científica , tecnológica, no ensino, na execução de serviços especializados, contratados por universidades, instituições políticas internacionais etc. As empresas cresceram de 7 mil em 1970 para 37 mil em 1993.(Castells,1999) caracterizando a expansão capitalista que necessita cada vez mais de mercados em dispersão geográfica, promovendo a internacionalização e o cosmopolitismo de pessoas.

Tais expatriados constituem novas relações sociais nos países em que se situam, motivadas sobre a família, o trabalho, a amizade, a etnia, mas pouco ligadas ao território físico inaugurando uma nova abordagem, a do território de movimento. Assim, fazem vínculos pragmáticos, convenientes, por vezes duradouros, mas nem sempre, pois a descontinuidade marca seus itinerários. Vínculos por amizade permitem que se situem,

afiliem-se, construam pontos de ligação entre os expatriados e o local de residência. Colegas, conterrâneos, amigos dão suporte para a nova vida social, uma vez que condições concretas de moradia, trabalho e mesmo de transporte costumam estar equacionados para esse contingente. Como diz Clemente, essas pessoas estão mobilizadas pelo mundo inteiro, " são como artesãos de um mundo em constante movimento, sem limites em termos de distância, capazes de estar aqui e ali sem que isso os incomode"(2008,p.177).

5. Bolivianos. Estigmas e vulnerabilidade

Distinta é a situação relativa dos imigrantes bolivianos em São Paulo. O grupo, o segundo em números pelo Censo Demográfico de 2010 (IBGE), apenas perde para os portugueses nesse ano. Essa cifra pode estar subestimada, dada a presença de muitos indocumentados. Trabalham em sua grande maioria em oficinas de costura e residem precariamente em cortiços, muitas vezes em situação conjugada à oficina. Pucci (2011) traz relato importante sobre esse segmento dos imigrantes na metrópole.

Os bolivianos se sentem inseguros em São Paulo devido ao medo constante de serem expulsos, medo que parece ser constitutivo da condição do imigrante (Sayad, 1998). Isto é explorado pelos donos de oficinas de costura para dominá-los. Vivem problemas de "adaptação ao novo estilo de vida na metrópole" , "comunicação com o ambiente externo" e o "problema da solidão, posto que não contam com o apoio de seus familiares." (Silva, 1997, pp. 94-95).Do ponto de vista da psicanálise, Helena Hirye (2006) afirma que os imigrantes bolivianos vivem uma condição de "vulnerabilidade psíquica e social" , pois sofrem com a "perda de referentes simbólicos de sua história e cultura", o que provoca "estados de padecimento psíquico" , com a produção de sintomas como a depressão, por exemplo. (Hirye, 2006, p. 01)

Geralmente são contratados ainda na Bolívia, ou com um trabalho arranjado pelos parentes e amigos. Sofrem um "processo de 'desnudamento' cultural" ,ou seja, orientação dos empregadores para que "incorporem outro estilo de vida" , "novos hábitos alimentares" (Silva, 1997, p. 96), de higiene, hábito de poupar e quanto à maneira de se vestir. O desamparo sofrido pela ausência dos familiares é compensado pela presença de compatriotas e/ou colegas de trabalho . No começo são redes sociais bem restritas(Pucci,2011)..

Os bolivianos trazem de sua cultura um modelo de família estendida, patriarcal, com relações de compadrio, o que favorece a exploração do boliviano por seu próprio compatriota. Segundo Silva (1997), o boliviano que chega a São Paulo e recebe trabalho e moradia do patrão tem uma *dívida* com ele. Caso não seja paga, torna-se uma *dívida simbólica,* em uma relação de compadrio entre patrão e empregado bolivianos. Silva afirma que a "teoria geral das obrigações" (Mauss, 2001) se aplica "na oficina de costura, no espaço do lazer, no espaço da festa" . Quando as relações de parentesco e de trabalho se misturam a dívida torna-se ainda mais complicada, pois o imigrante depende de suas redes sociais para inserir-se na cidade. Então, ele passa a depender do patrão para tudo. Precisa cooperar com ele se quiser ver-se livre da dívida; se não pagar poderá ser mal visto por sua comunidade, como um traidor. Os empregadores também criam estratégias que vão da ameaça de denúncia até a pressão psicológica com o objetivo de impedirem que conversem com pessoas de fora, pois isso colocaria em xeque o seu domínio sobre eles. (Silva, 1997, p. 123). Entre estas estratégias estão o medo da Polícia Federal incutido pelos patrões, a retenção de passaportes, de salários e a proibição de que saiam às ruas(Pucci,2011).

Portanto, o boliviano vê-se impelido cada vez mais a se retirar do espaço público e a confinar-se nas oficinas, com implicações para sua saúde, alteridade (passam a ser vistos como "fechados" pela sociedade receptora) e até para serem contemplados pelo poder público ou no oferecimento de políticas públicas.

"Mais do que em qualquer outra circunstância, trabalho e habitação estão, no caso dos trabalhadores imigrantes, numa estreita relação de mútua dependência." (Sayad, 1998, p. 74).Embora nem em todos os casos o espaço de moradia e trabalho sejam os mesmos, os recém-chegados em geral habitam e trabalham no mesmo espaço. "pois em geral eles vivem nos próprios locais de trabalho, em condições, via de regra, muito precárias." (Silva,1997,p.97)

Ha centralidade do trabalho na vida do imigrante "Foi o trabalho que fez 'nascer' o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz 'morrer' o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser." (Sayad, 1998, p. 55). Portanto, se o imigrante não estiver trabalhando a sua vida não fará nenhum sentido.

“ os bolivianos tem “obsessão pelo trabalho” (Dornellas, 2009, p. 23). O autor afirma que a centralidade do trabalho na vida dos imigrantes cria um ambiente opressivo em que os bolivianos só se falam entre si e se isolam dos vizinhos. Além disso, mantém uma rádio em espanhol em alto volume, “como reforço constante de sua identidade de bolivianos [...] [além disso, mantêm as] janelas permanentemente fechadas.” (Dornellas, 2009, p. 23). Este confinamento gera seu isolamento , que acabam tendo mais dificuldade para inserirem-se na sociedade receptora.
Segundo Dornelas é importante reconhecer a alteridade do trabalhador migrante, já que ele provém de uma “outra origem geográfica e social”. Eles têm “outras formas também de atribuir valor e significado ao trabalho” a forma entra em choque com o entendimento que temos do trabalho regulamentado nas sociedades democráticas liberais, baseando-nos em “leis e convenções internacionais” (Dornelas, 2010, n. p.)..
A provisoriedade da moradia é justificada, no senso comum, pela própria provisoriedade da condição do imigrante, que é um trabalhador temporário . Então, de acordo com este discurso, já que está provisoriamente no país, nada mais natural do que viver em uma moradia provisória. Esta falácia remonta à “ilusão coletivamente mantida” da provisoriedade. Ainda quando a imigração deixa de ser provisória, é esta mesma ilusão que permite ao imigrante se conformar com uma paradoxal habitação que é para sempre provisória (Sayad, 1998). Pois é da própria constituição do imigrante o retorno. Ainda que de fato ele nunca vá retornar para sua terra. Habitam cortiços, cômodos superlotados e insalubres com ambiente confinado que contribui para que haja casos de tuberculose e que ocorram acidentes, inclusive com crianças, que usam o espaço para brincar (Silva, 1997)
Pela cultura andina, suas danças típicas e festas religiosas fazem-nos recordar as suas origens, sem deixar de estar em São Paulo, de sofrer com o preconceito e a imposição de uma cultura diferente. Nesse sentido, as suas tradições dizem quem eles são, tornam os estigmas injustificados, ou seja, criam um diálogo com a sociedade receptora ainda que difícil.
Pucci (2011) traz impactante relato de depoimentos de trabalhadores, vizinhos, empregadores, professores e colegas de como são vistos os bolivianos, denotando rejeição, desconfiança, preconceito diante de sua cultura, sua diferença e de quantos gostariam que voltassem à sua terra natal. Segundo Silva (1997), o principal estigma que sofrem é o da droga, da bebida e o do contrabando. “Numa tentativa de contrapor-se a esse processo de estigmatização, os bolivianos se valem do *ethos* do trabalho para negar a imagem negativa que lhes é atribuída.” (Silva, 1997, p. 187). Na cultura andina o ato de beber liga o indivíduo ao cosmos, abre um meio de se comunicar como sobrenatural e permite “contestar a ordem estabelecida” (Silva, 1997, p. 241). Para eles não faz sentido beber sozinho e sim em festas com grande fartura.
Existe também o “estigma da pobreza material” (Silva, 1997, p. 187) que se estende a um estigma cultural, associando um camponês a pessoa sem nenhuma cultura nem civilidade. Isso se deve, em parte, ao “não reconhecimento social de seu trabalho” (Silva, 1997, p. 188). Outro aspecto é o “estigma étnico”, pois a maioria deles têm traços indígenas. Por fim, embora menos importante, existe o “estigma jurídico”, pois o Estado dificulta a permanência e a regularização destes imigrantes, tornando-os criminosos.
O impacto disto na vida dos imigrantes é a sua baixa auto-estima, “introjetando, dessa forma, um sentimento de inferioridade frente aos demais [e] [...] estimulando também o isolamento e a negação da própria identidade” (Silva, 1997, p. 192).Segundo Elias (2000), uma das estratégias mais eficazes é a *interiorização da inferioridade* pelos próprios *outsiders* [2], pois isto causa um efeito paralisante em seus membros. Este efeito impede que reajam. A incapacidade de reagir ou de contra-estigmatizar revela, para o autor, o quanto a relação de poder entre os dois grupos é assimétrica.

**** Mestre, doutora e livre-docente em Ciências Sociais e Professora Titular de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde orienta dissertações e teses junto ao Programa de Estudos Pós Graduados em Ciências Sociais. Pesquisadora dos temas da Sociologia da Cidade, Segregação e Alteridade . Coordenadora do NEPUR, Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanos da PUCSP junto ao CNPq, Conselho Nacional de Pesquisas Tecnológicas. É autora, entre outros de *Trocando olhares, uma introdução à construção sociológica da cidade*, São Paulo, EDUC/NOBEL, 2000 e *DiverCidade, territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo*, São Paulo, EDUC, 2003.**

Referências Bibliográficas

ARRUDA, A. (org)(1998): *Representando a Alteridade*, Petrópolis, Ed. Vozes,

BAUMAN, Z.: *Globalização, as consequências humanas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1999;"

BERNARDO, T. e CLEMENTE, C. (orgs): *Diásporas, redes e Guetos, conceitos e configurações no contexto transnacional,* São Paulo, Educ, 2008;

BOURDIEU, Pierre. (org) : *A miséria do mundo* , Petrópolis, Vozes,1999;

CALDEIRA, Teresa.P. do R. : *Cidade dos Muros, crime, segregação e cidadania em São Paulo, ed.34.* EDUSP, 2000*;*

CARVALHO, M.): Cidade Global, anotações críticas sobre um conceito. In *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, out/dez,2000.

CASTELLS, M.(2013): *Redes de Indignação e Esperança, movimentos sociais na era da internet*, Rio de Janeiro, Zahar.

CASTELLS, M. E MOLLENKOFT. P. : *Dual City*, New York, The Russel Foundation, 1991;

CASTELLS, M.: *Sociedade em rede*, SP, Ed Paz e Terra, 1999;

_____ : *O poder da identidade*, SP, Paz e Terra, 1999;

CASTLES, S.;DAVIDSON, A: *Citizenship and Migration: Globalisation and the Politics of Belonging,* Londres, Macmillan, 2000.

CLEMENTE, Claudelir: " Sociabilidades que cruzam fronteiras :profissionais transnacionais" In BERNARDO, T. e CLEMENTE, C(orgs*): Diásporas, redes e guetos*, São Paulo, Educ, 2008.

COHEN, R.: *Global Diasporas: an introduction,* Londres, University College, 1997.

CORSINI, L.:"Migrações e êxodo constituinte".In FERREIRA,A.;VAINER,C et.allii: A *experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções,* Rio de Janeiro, Garamond, 2010.

DORNELAS, S. M. (2009*). Invisibilidade dos migrantes e a importância da Anistia.Disponivel em:* <http://www.cemsp.com.br/index.php?lingua=1&pagina=not05122009> Acessado em 17 jan. de 2011.

ELIAS, N e SCOTSON, J.; *Os Estabelecidos e os Outsiders- Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade,* Rio de Janeiro, Zahar Ed. 2000.

FERREIRA, A. P. :A psicanálise no terreno do outro. In POVOA NETO, H; FERREIRA, A.P.(orgs): *Cruzando fronteiras interdisciplinares: um panorama dos estudos migratórios*.Rio de Janeiro, Revan, 2005.

FERREIRA, A.;VAINER, C. et allii: *A Experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções*, Rio de Janeiro, Garamond, 2010.

FRUTUOSO, Suzane C. G.: Brasileiros que retornam, o impacto de recomeçar em São Paulo, *Dissertação de Mestrado apresentada à PUCSP*, São Paulo, 2014.

GOFFMAN, Irving: *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.* Rio de Janeiro, LTC,2008, cap. 1"Estigma e identidade social" e cap.4: "O Eu e seu Outro"

HALL, STUART. *Da Diáspora, Identidades e Mediações Culturais,* org. Liv SOVIK, Belo Horizonte, UFMG, 2003;

HIRYE, H. M. Cursino de Moura. *Estrangeiridade, invisibilidade política e vulnerabilidade psíquica: imigrantes bolivianos em São Paulo.* Ago. 2006.

IANNI, O. : *A sociedade Global,* Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1993;

JANNUZZI, P. : *Migração e Mobilidade Social: migrantes no mercado de trabalho paulista*, Campinas, UNICAMP, 2000;

JOVCHELOVITCH, S. : " Vivendo a vida com os outros : intersubjetividade, espaço público e representações sociais". In GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, S. (orgs) *Textos em representações sociais*, Petrópolis, Ed. Vozes,1995;

KENNEDY, P. : " Migrantes qualificados e profissionais transnacionais: construindo a sociedade global e um novo cosmopolitismo" In BERNARDO, T. e CLEMENTE. C.(orgs): *Diásporas, Redes e Guetos*. São Paulo, EDUC,2008.

KOWARICK,Lucio :"*Viver em Risco, sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano*" in Novos Estudos CEBRAP, n.63, São Paulo, 2002;

LANNA , Ana.L.D et allii (orgs): *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*, São Paulo, Ed. Alameda,2011.

LEVY, Evelyn: Descentralização, Democracia e Eficiência na Gestão da Cidade Mundial. *Tese* de *Doutorado, Administração Pública*, FGV, São Paulo, 1995.

LESSER, J. ; *A Negociação da identidade:: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil,* São Paulo, UNESP,2001.

MALHEIROS, Jorge(org): A imigração brasileira em Portugal, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e diálogo Intercultural(ACIDI) 2007

MARCUSE, Peter. e KEMPEN, R. : *Globalizing Cities, a new spatial order*? Londres, Blackwell, 2000;

MARQUES, E. e TORRES, H. (orgs): *São Paulo, Segregação e Pobreza e desigualdades sociais*, São Paulo, Ed. SENAC, 2005;

MARTINS, J. S. : *Fronteira, a degradação do outro nos confins do humano*, São Paulo, Contexto, 2009, cap. " Os confins do humano e a fronteira da história";

_____ : *A chegada do estranho*, São Paulo, Hucitec, 1993.

MILESI, R.: *Políticas Públicas para as migrações internacionais: migrantes e refugiado*s. Brasilia, ACNUR,IMDH,CDHM,2007.

MOMO, Gilda.A.C. : Estrangeiros Qualificados: a nova face da imigração no Brasil. *Dissertação de Mestrado, Ciências Sociais*, PUCSP, São Paulo,2014.

PATARRA, Neide :Migrações Internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. In *Revista Estudos Avançad*os, Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, v.20, no.57, Maio/agosto 2006.

PORTES, A. : *Migrações Internacionais – Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta Ed., 1999.

PUCCI, Fabio M.S.: A inserção de bolivianos nos bairros do Brás e Pari em São Paulo, redes, segregação e alteridade. *Relatório Final de Pesquisa de Iniciação Científica,*PUCSP,2011

ROCHA-TRINDADE, Maria.B.: *Sociologia das Migrações*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995.

SANTOS, Milton. : *O espaço do cidadã*o, São Paulo, Nobel,1998;

SASSEN, Saskia. : *As cidades na economia mundia*l, São Paulo, Nobel, 1998;

SAYAD, Abdelmalek. : *A Imigração ou os paradoxos da alteridade*, São Paulo, EDUSP, 1998

SILVA,Sidney A.*: Costurando sonhos: trajetória de um grupo de bolivianos em São Paulo*, São Paulo, Paulinas 1997

SILVA,C.;MELO, M.G.P.L.de; ANASTACIO, S.M.G: *Nômades Contemporâneos, famílias expatriadas e um mosaico de narrativas*, Rio de Janeiro, Vieira & Lent,2009.

SILVEIRA, Cassio; RIBEIRO, M.C. et allii:" Processos Migratórios e Saúde: breve discussão sobre abordagens básicas nas análises em saúde dos imigrantes no espaço urbano" In MOTA, A. e MARINHO, M.G.M.C. e SILVEIRA, C.(orgs):Saúde e História de Migrantes e Imigrantes, São Paulo, USP/Faculdade de Medicina,

UFABC, Casa de Soluções Editora, 2014.

TARRIUS, A.: *Les nouveaux cosmopolitismes: mobilités, identités, territoires*, Paris, La Tour d'Aigues, Editions de l'Aube,2000

TILLY,Charles."Transplanted Networks".In YANS-MCLAUGHL(eds):*Immigration Reconsidered,* Nova Iorque, Oxford University Press, 1990.

TRUZZI, Osvaldo. : " Redes em processos migratórios" In LANNA, A.L.D. et allii(orgs): *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades*, São Paulo, Ed. Alameda,2011.

VAINER,Carlos.:Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade. In POVOA NETO, H.; FERREIRA,A.(orgs): *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*, Rio de Janeiro, Revan, 2005.

VÉRAS,Maura P. Bicudo : *DiverCidade, territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo*, São Paulo, EDUC, 2003

_____: " Alteridade e território. Notas introdutórias sobre estrangeiros em São Paulo " In BERNARDO, T e CLEMENTE, C (orgs) *Diásporas, redes e guetos*, 2008, op.cit.

_____: Cidade, Vulnerabilidade e Território, " In *Revista Ponto e Vírgula,* PEPG C SOCIAIS, PUCSP, 2010. Disponível em www.pucsp.br

_____ : "A produção da alteridade na metrópole. Desigualdade, Segregação e diferença em São Paulo "In DANTAS, Sylvia (org): *Diálogos Interculturais. Reflexões interdisciplinares e intervenções psicossociais*, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados-USP, 2012, disponível em www.iea.usp

VILLAÇA, Flavio . :" Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira " In SOUZA et allii: *Metrópole e Globalização*, 1999, op cit

V.V.A.A.-Vários Autores(2004): *Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo,* São Paulo, Centro de Estudos da Metrópole, CEM, CEBRAP, FAPESP.

WACQUANT, L.: Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. In *Ver. Sociol. Polit*., Curitiba, Vol.23, nov. 2004.

WACQUANT, Loic : *Os condenados da cidade*, Rio de Janeiro, Revan Ed., 2005;

_____ :" Proscritos da cidade: estigma e divisão social no gueto americano e na periferia urbana francesa " in *Novos estudos Cebrap* n.43, São Paulo, 1993;

WIEVIORKA, Michel . *Em que mundo viveremos?* Org. Maura VÉRAS, São Paulo, Ed. Perspectiva, 2006;

WIEVIORKA, M. :"Mutações do racismo". In BERNARDO, T. e CLEMENTE, C. (orgs): *Diásporas, redes e guetos,* São Paulo, EDUC, 2008;

ZAIA, C. e FREIRE, R. : A invasão de executivos estrangeiros. *Revista ISTO É*, São Paulo, ano 15, no.752, 2012

GT 19
O local, o regional, o nacional e o global na alimentação e na cozinha no espaço luso-afro-brasileiro

Culinária de Vila Bela da Santíssima Trindade: entre a modernidade e a tradição

Juliana Abonizio
abonizio.juliana@gmail.com

Vila Bela da Santíssima Trindade, fundada em 1752, foi a primeira capital de Mato Grosso. Após 1835, a capital e transferida para Cuiabá para onde migrou grande parte dos colonizadores portugueses que abandonaram suas propriedades, incluindo os escravos que, aos poucos, reestruturaram o município. Através de entrevistas abertas com roteiro realizadas com mulheres que são responsáveis pela escolha e preparo das refeições cotidianas e das ementas servidas na Festança de julho vimos a convivência de elementos tradicionais portugueses e africanos com valores modernos, inseridos por meio da apropriação de novos ingredientes, utensílios e práticas. Através da análise realizada, foi possível compreender como a alimentação objetifica valores sociais que exaltam a cultura dos quilombolas, a negritude e a fé ao mesmo tempo em que exprime e perpetua relações de poder e hierarquias sociais.

Palavras-chave: culinária, cultura quilombola, festa de santo

1. A Festança de Vila Bela

Vila Bela da Santíssima Trindade, fundada em 1752, foi a primeira capital de Mato Grosso. Após 1835, a capital foi transferida para Cuiabá para onde migrou grande parte dos colonizadores portugueses que abandonaram suas propriedades, incluindo os escravos que, aos poucos, reestruturaram o município.

Atualmente, esta cidade tem um pouco mais de 15 mil habitantes e se destaca pela festança de julho que atrai muitos turistas. Para compreender a festança, recorri à culinária que comunica a cultura que a possibilitou e os valores partilhados, expressando sentidos de reprodução e também transformação social.

A Festança de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT é composta de várias festas e rituais que ocorrem anualmente no mês de julho, das quais destaco as Festas do Divino Espírito Santo, da Santíssima Trindade e de São Benedito. Tais festas são preparadas por grupos populares, com o apoio de políticos e empresas, de modo variável, mas pertencem ao calendário oficial da cidade. As festas citadas, e alguns rituais que lhe antecedem ou sucedem, que serão descritos a seguir, têm como um dos componentes a oferta de comida, de modo principalmente gratuito, durante as próprias festas. Porém, aproveitando a migração para a cidade nessa temporada, também é possível ver um crescimento da oferta de comidas comercializadas durante esse período em locais públicos, como praças, e privados, como os pequenos estabelecimentos locais.

Durante a Festança de 2013, um grupo de pesquisadores com interesses diversos na comunidade (dança, e cultura quilombola, festas populares, etc.) participou dos rituais e, dentre eles eu, com interesse específico na comida local. Na sequência, relato minha experiência em campo e a analiso à luz dos estudos culturais acerca da alimentação.

Participei de três eventos diferentes marcados pela comensalidade: a Reza Cantada, o Almoço da Imperatriz enquanto parte da Festa do Divino e o Chá Afro, que ocorre após a missa no Dia de São Benedito. Tanto a Reza quanto o Chá Afro são realizados em casas particulares, já o almoço da Imperatriz ocorre no Centro Comunitário do pequeno município.

A minha inserção nesses três eventos foi diferente em cada um deles, indo da observação do ritual à participação efetiva do preparo das comidas em conjunto com as pessoas da comunidade, adotando uma posição de observadora participante total, ocasião em que, por meio do preparo das comidas em situação de bastidores, entrevistei informalmente as demais cozinheiras e cozinheiros com quem dividi os bastidores da festa que queria compreender.

Os resultados aqui apresentados são parte de uma pesquisa maior que se dedica a estudar a comida local do ponto de vista cultural em vários aspectos – como comida de rua, comida gourmet, alterações na rotina alimentar de acordo com a mobilidade social, relações hierárquicas entre patroas e empregadas domésticas a partir da comida, conflitos entre vegetarianos e carnistas[1] e a relação entre comida e busca por saúde. Para os resultados aqui apresentados, destaco que houve colaboração de outros pesquisadores na coleta e transcrição de entrevistas, porém o texto apresentado é resultado de minha análise e exclusivamente de minha autoria.

2. Biscoito e Chicha na Reza Cantada

O primeiro evento que participei foi a Reza Cantada, com a qual se iniciou a Festa do Divino. Vi sobre a Reza em um dos cartazes que apresentavam a Programação da Festança pela cidade e fui até o local indicado, uma pequena casa próxima a praça central da cidade. Misturei-me aos moradores, turistas, jornalistas e outros pesquisadores que entravam na casa, o que me era estranho, na medida em que se tratava de um espaço particular e não fomos, efetivamente, convidados. A Reza acontecia na sala da entrada da casa que estava decorada para esse fim, mas minha curiosidade conduziu-me ao fundo da casa, um quintal com cozinha aberta em que se preparavam as comidas a serem servidas no dia seguinte, basicamente se cortavam carne bovina. Fui bem recebida pelas pessoas que trabalhavam ali e me explicaram que logo seria a hora de servir os biscoitos – de fubá, milho e trigo - que haviam sido preparados durante toda a madrugada, junto com a chicha, considerada o suco de Vila Bela, produzido a base de milho torrado. Chegando a hora de servir o suco em copos descartáveis e os pacotinhos plásticos de biscoito, fui convidada sem palavras a colaborar na distribuição, iniciando ali uma aproximação com os bastidores dos eventos. A Reza ocorria na sala e as pessoas da cozinha só apareciam lá para servir. De turista, mudei de papel, passando a outra atuação. Servi várias pessoas e percebi que principalmente crianças e adolescentes entravam em fila várias vezes para ganhar mais biscoitos, suplicando com uma das mãos enquanto a outra escondia os pequenos pacotes atrás das costas.

Aos poucos, a concentração se desfez e as pessoas que conversei na cozinha me convidaram a ir, no outro, dia ao Almoço da Imperatriz.

3. A Imperatriz convida

O almoço foi realizado no Centro Comunitário, considerado mais apropriado para receber um número grande de turistas. Em outros tempos, segundo Moura (2005), as festas eram realizadas na casa dos festeiros que, até hoje, são responsáveis pela organização e percebi certa disputa e críticas em relação à atuação deste ou daquele festeiro, a despeito do tom solidário da maioria.

> O cardápio para a Festança, organizado pelos festeiros e festeiras e preparado pelas cozinheiras, é composto de arroz com lingüiça, saladas de verduras e legumes, feijão com couro de porco, churrasco, mandioca cozida, farofa de banana e torresmo, doces de mamão, de leite, de laranja, biscoitos ou sequilhos, "*biscoito de Ramos*", bolo de arroz, licores de leite, de folha de figo, de pequi, de jenipapo, bebidas como "*leite de Tigre*", chicha, pinga e o Canjinjin. Também o escaldado, feito para os foliões do Divino Espírito Santo e o sopão, para os dançantes do Congo, como para todos

1 Utilizamos este termo e não o termo carnívoro, pois compreendemos que as pessoas que se alimentam de carne são pessoas que concordam com o modo de produção da carne, tendo, portanto uma ideologia que fundamenta suas práticas nutricionais.

> aqueles que estiverem presentes no momento da distribuição. Dentre essas comidas, doces, bolos, biscoitos e bebidas, algumas são identificadas por parte dos moradores como representação das "*tradições dos negros de Vila Bela*" (Moura, 2005:113).

Levada por um morador, cheguei à cozinha do Centro Comunitário com outra pesquisadora e imediatamente nos mandaram usar uma touca descartável, revelando intensa preocupação com a possibilidade de cair algum fio de cabelo na comida que já estava sendo preparada. Ficamos ali, batemos algumas fotografias e passamos a ajudar nos preparos, convidadas pelas demais cozinheiras. O cardápio já estava pronto, apenas auxiliamos no preparo e na finalização. Posteriormente, atuamos ainda no processo de servir a comida a cerca de 3000 pessoas. O almoço compunha-se de salada de repolho, cebola, cenoura e tomate, carne bovina assada em brasa, arroz, feijão, mandioca cozida, farofa com carne e banana e, como sobremesa, doce de mamão e doce de leite. Tudo era feito na hora, à exceção da sobremesa que era industrializada, sendo apenas montada em pequenos potinhos para servir. Os homens (a maioria sem touca, mas com bonés) cuidavam da carne e, alguns das bananas. As mulheres, que eram maioria, preparavam os demais pratos. Eu auxiliei no preparo da salada. O trabalho era intenso, mas também divertido. Ria-se, dançava-se e bebia-se cerveja e refrigerante. Enquanto dançavam e trabalhavam, algumas das mulheres equilibravam garrafas na cabeça, habilidade essencial para a prática do Chorado, dança também chamada de Dança das Cozinheiras que, desde 1982, faz parte da Festança com apresentações específicas.

Os homens cortaram as carnes e a colocaram em um isopor com papel alumínio para manter a temperatura. A banana da terra, após ser frita, foi agregada à farinha de mandioca e à carne moída. A carne que estava presente no churrasco, na farofa de banana e também no feijão, é um alimento historicamente valorizado entre os moradores de Vila Bela, já que segundo Filho (1994), este alimento era obtido por meio da caça ou trazido de Cuiabá. Os vilabelenses valorizam a carne e consideram que é essencial para nutrir.

> Percebe-se a importância do consumo da carne bovina e dos suínos, como um costume alimentar básico da população, através de uma detalhada legislação relacionada à criação e abate de rês, vaca ou novilha, existente nos registros do Código de Posturas da Cidade, como pelas normas referentes à criação de porcos. Destaca-se que a maior parte da criação de porcos, era feita por mulheres negras, citadas nas Posturas como "*as negras forras que mais se fundam nestas porcadas"* (ROSA; JESUS, 2003:210).

Após finalizar o preparo, colocamos toda a comida em grandes caixas plásticas que foram sendo levadas para o local da festa, propriamente dita, onde seria servida. A esta altura, uma banda tocava músicas populares e as famílias buscavam seus assentos. Existiam dois ambientes na festa, sendo um pátio interno, onde estava a banda e várias mesas de plástico e um salão fechado, também com mesas plásticas destinado aos convidados especiais dos festeiros e autoridades locais.

Eu auxliei a servir as pessoas do ambiente aberto, no qual se formou rapidamente uma longa fila. Primeiramente, distribuí pratos de plástico pelas pessoas da fila e depois auxiliei a servir o arroz, enquanto as outras pessoas serviam a mandioca, a carne e a farofa, formando uma espécie de linha de produção. Muitos me pediram para colocar mais comida do que fui orientada a fazer pelas organizadoras, levando ao limite da extensão os pratos descartáveis . Na fila, havia pessoas que portavam recipientes plásticos, inclusive potes vazios de sorvete, com a ideia de levar a comida para casa.

Já os comensais do salão reservado serviam a si mesmos e tinham a disposição pratos de plástico de qualidade superior aos distribuídos no outro ambiente, revelando as hierarquias sociais.

A bebida para todos na festa era vendida usando o sistema de compra de fichas. Ao final da festa, muitas sobras ficaram sobre as mesas, cadeiras e mesmo ao chão.

O próprio processo civilizador, decifrado por Nobert Elias (1990), aponta como as regras de conduta e etiqueta, inclusive à mesa, reforça as hierarquias entre classes e disseminam padrões. Eis o poder distintivo da corte e suas maneiras e consumos.

Mesmo em um ambiente comunitário que proporcionava um ethos específico, percebe-se a reprodução de hierarquias e valores sociais atuando na distinção entre os presentes.

4. Os ancestrais estão servidos: Chá Afro

No dia seguinte, iniciou-se a Festa de São Benedito e fui convidada a participar do Chá Afro: trata-se da oferta de um café da manhã ofertado pela festeira, uma figura importante na comunidade, em sua casa após a Missa em homenagem a São Benedito. O Chá Afro não está no cronograma da festa, tendo como público os convidadados da anfitriã que eram familiares, amigos, autoridades e jornalistas, apesar de estar aberto ao público.

O Cháafro foi idealizado e coordenado por Nemézia Profeta Ribeiro, presidente das Irmandades do Divino Espírito Santo e da Santíssima Trindade e, segundo ela, o evento ajuda a perpetuar os costumes e tradições da comunidade, além de valorizar sua cultura.

Em uma mesa com toalha estampada, estavam servidos pratos e bebidas típicos da culinária africana e quilombola, como o canjinjin, bebida feita de aguardente, gengibre, cravo, mel, canela, diversas raizes, os licores Leite de Onça e Sassafraz, o Chá Levanta Tudo", Chá do Amor carrancudo, Chá dos Apaixonados, cana de açúcar cortada em palitinhos, bolo de milho, fubá, biscoito de Ramos, bolo de arroz feito na folha de bananeira, chicha de milho, saltenha afro-chiquitana, castanhas, paçoca de pilão, canjica, pipoca. Os quitutes e bebidas eram tanto para serem apreciados quanto considerados do ponto de vista funcional e estavam dispostos com pequenas plaquinhas de papel indicando os nomes e, quando era o caso, as serventias.

5. Comida e Cotidiano

Para Cascudo, citando a pesquisa de Diodora da Sicília, a alimentação caracterizava os grupos humanos antes da linguagem e, para ele, "A escolha dos nossos alimentos diários está intimamente ligada a um complexo cultural inflexível. É preciso um processo de ajustamento em condições especiais de excitação para modificá-lo com o recebimento de outros elementos e abandono dos antigos" (CASCUDO, 2004: 22).

Visando compreender o que a comida comunica e, segundo a sugestão de Amon e Menashe (2008), para quem a comida tem a capacidade de contar histórias, fui ouvir o que as mulheres da comunidade tinham a dizer sobre suas práticas, seus fazeres e saberes.

A decisão de ouvir as mulheres foi tanto pelo favorecimento da situação, afinal eram mais mulheres que estavam presentes nos bastidores em que atuei como pesquisadora-cozinheira quanto pelo papel central ocupado pela mulher no que se refere à alimentação. Segundo Assunção (2008), o papel preponderante ocupado pelas mulheres na alimentação ligam-se as definições de gênero que subjazem as famílias, em especial, o papel vinculado á maternidade. Ser mãe e todas as expectativas em relação ao que isso significa são construções históricas continuamente reproduzidas e reconfiguradas. Para Assunção (2008), são as mulheres que escolhem os *menus* cotidianos, ainda que respeitem as opiniões dos membros da família. Raramente as mulheres cozinham apenas para si mesmas e, mesmo dizendo que não gostam ou não sabem cozinhar, fazem o que chamam de "básico".

As cozinheiras das festas não são profissionais da cozinha, antes são mulheres comuns vinculadas a sua cultura, ao aprendizado geracional, aos produtos da terra e aos costumes locais que atuam na definição do gosto e da identidade. Segundo Cascudo (2004:41), o "alimento é um fixador psicológico no plano emocional" e "comer certos pratos é ligar-se ao local do produto." A valorização dos produtos locais e tradicionais é nítida na fala e nas mesas das vilabelenses, ainda que os modos de fazer tenham se modernizado, principalmente, pela utilização de eletrodomésticos.

Magalhães (1995, p.4), citando inclusive as pesquisas de Zaluar, procura compreender o que significa alimentação para as camadas populares que, em geral preferem comidas fortes e se identificam com esse segmento.

> As "classes de baixa renda" referidas anteriormente, se reconhecem como grupo social quando assumem padrões próprios. Esses padrões englobam lado a lado noções de sua posição dentro da estrutura social, tanto negativos (por exemplo, os limites econômicos, a situação de crise financeira, etc.) como positivos (por exemplo, a noção de que os

> "pobres", em contraposição aos "ricos" que só comem besteiras, é que sabem comer). Mas essencialmente, a identidade vem da diferenciação em relação aos outros grupos, sempre colocando um confronto, uma comparação entre eles (MAGALHÃES, 1995:5).

Na análise de Magalhães (1995) e no estudo de Zaluar (1985), vemos como há um aspecto de positividade na concepção de comida ligada à força e ao trabalho. Nesse sentido, verduras e legumes aparecem, na fala de famílias pobres, como alimento para "tapear", utilizando inclusive e frequentemente o diminutivo: saladinhas e verdurinhas. O rico comeria "bobagens", coisas que não sustentam, já o pobre come comida "forte" e com fartura, ou seja: "... comida propriamente dita, 'comida que enche barriga', é a comida de pobre que o rico, por definição, não come." (ZALUAR, 1985:107).

A comida, neste caso, é percebida na distinção entre classes como fator de construção de identidade reconhecida e também autorreferenciada, e, como ressalta Magalhães (1995), o que é mais importante é que essa distinção é construída positivamente, pois, para o pobre, sua comida é realmente melhor e, dessa forma, diferenciam-se dos outros grupos sociais e não se sujeitam aos padrões impostos de bom gosto.

Para compreender melhor a relação da comunidade com a comida, dediquei-me a escutar o que as mulheres diziam. Quanto às diferenças entre a comida cotidiana e a comida servida durante a festança, as cozinheiras apontam imediatamente a quantidade, considerando que na própria festa são servidos arroz e feijão, tal como se repete no cotidiano. Todavia, apesar da carne também estar presente no cotidiano, só raramente é assada, configurando o churrasco como comida de exceção, a ser servido em festas. "Churrasco não é comida de comer sozinho". A variedade também é apontada como sendo mais vista nos cardápios cotidianos, principalmente com a presença de legumes, porém, no cotidiano, a sobremesa praticamente deixa de existir. No Almoço da Imperatriz, a sobremesa é o prato ao qual menos pessoas e menos tempo foram dedicados, atuando como coadjuvante, mas os doces servidos na Reza e no Chá Afro já eram mais destacados e valorizados, principalmente, como vi nos discursos, por sua característica tradicional, remetendo ao sabor da infância ou a ancestralidade com a qual se busca a comunhão. Tais quitutes não fazem parte das mesas diárias.

Os pratos feitos e servidos cotidianamente têm sua base em recursos que são recebidos através das Comunidades Remanescentes de Quilombo Bela Cor e da Associação negra de Vila Bela/Quilombo Acorebela que atuam na busca de recursos financeiros e enviam a Cesta Quilombola às famílias, que é composta de alimentos que compõem a cesta básica nacional, não fazendo jus a adjetivação quilombola. A cesta, segundo as entrevistas, às vezes falha, mas quando vem, libera o orçamento familiar para adquirir apenas o que consideram "mistura", basicamente carne e legumes. A maioria das mulheres diz que são elas mesmas quem compram e escolhem os produtos de mantimento. Raramente é papel do homem escolher ou comprar. As mulheres, tal como aquelas estudadas por Miller (2002) e Goidanish (2012), parecem se considerar mais capazes e responsáveis em controlar o consumo de suas famílias, atribuindo a si mesmas, o papel de cuidar e zelar pela saúde.

Goidanich (2012), em sua pesquisa realizada com donas de casa da cidade de Florianópolis - Santa Catarina, a autora constata que elas se consideram mais aptas para realizar as compras cotidianas de mantimentos que seus companheiros, e estes, quando fazem eventualmente as compras, devem respeitar seus critérios. Os estudos de Miller (2002) também se assemelham a outra percepção que tive das relações sociais em Vila Bela, que é a da legitimação de sentimentos pelos familiares e comunidade através dos atos de compra. O autor expõe que as práticas de compras podem expressar sentimentos de devoção, egoísmo, hedonismo entre outros, salientando o amor como sentimento predominante no momento de comprar:

> Nem toda prática de compras se relaciona com o amor; existem outras mais ligadas ao egoísmo, ao hedonismo, à tradição e a uma série de outros fatores. Contudo, o que afirmo é que o amor não só é normativo como também é facilmente dominante, com o contexto e motivação da maior parte das verdadeiras práticas de compra (MILLER, 2002:36).

6. Sacrifício e Modernidade

Através das observações e análises das entrevistas, identifiquei no contexto cotidiano e festivo, valores sociais sacrifício, devoção, fé, modernidade, solidariedade e amor expresso nas relações de comensalidade.
Os valores do sacrifício e da devoção foram identificados de imediato nos preparativos da festança. O sacrifício estava precisamente na impossibilidade dos membros que atuavam nos preparativos participarem de todos os rituais da festança, como percebi no trabalho dos que cozinhavam enquanto ocorria a Reza Cantada. Sua fé deixou de ser expressa naquele momento para se expressar sua devoção em relação à própria comunidade e o divino que a encerra.
Quando se pensa em sacrifício, geralmente é atribuída a ideia de devoção a um ser divino, porém, Miller (2002) relata que além desse tipo de devoção, existem outros tipos de sacrifício, como é o caso que ele identifica ao estudar a relação das donas de casa e suas famílias:

> O verdadeiro ato do sacrifício parece ser aquele que é dirigido a um agente divino como ato de devoção. Podemos falar tanto em sacrifícios como em favor da sociedade, como o de pessoas na guerra, quanto em auto sacrifício da dona-de-casa em favor de seu lar (MILLER, 2002:92).

Durante as festas e com as entrevistas, é possível perceber a coexistência de tipos específicos, por vezes misturados, de sacrifício, a atribuída pelas cozinheiras a si mesmas na devoção que prestam às suas famílias e também aquele direcionado à comunidade e às divindades.
O sacrifício das cozinheiras é expresso na doação múltipla que fazem, sendo "sempre um ato de consumo, uma forma de dispêndio pelo qual alguma coisa ou alguém é consumido" (MILLER, 2002, p.96).
É necessário lembrar que as festas são integralmente produzidas por meio de doações: de tempo, de dinheiro e de trabalho.
Apesar de ser uma festa tradicional, ressalto que os valores modernos aparecem nas práticas de consumo e produção dos rituais da festa, assim, misturam ladainhas e música eletrônica, misturam-se receitas tradicionais e utensílios contemporâneos. Nos discursos também se misturam os valores tradicionais e a busca de praticidade, funcionalidade e rapidez. Disto resultou a modificação nos pratos, nos processos de elabora-los e no saber associado às práticas.

> Qualquer mudança na dieta implica profundas alterações nas práticas alimentares o que, por sua vez demanda um redimensionamento da rotina doméstica, das práticas sociais, do ritmo de vida, enfim, representa uma reorganização e realocação da alimentação no modus vivendi (GARCIA, 2001: 01).

A industrialização brasileira e o acesso a bens de consumo de massa por parte de uma população encerrada durante um tempo em uma comunidade quilombola, e de certo modo distante dos grandes centros, reverberaram na adesão aos produtos industrializados, e em formas particulares de fazê-lo, adaptando-os aos gostos construídos coletivamente durante gerações. Foram inseridos nas vidas cotidianas novos utensílios e ingredientes e novos sabores advindos do uso de liquidificador, o forno de micro-ondas, a panela elétrica de arroz, a batedeira, processadores, maionese pronta, massas prontas de lasanha, molhos prontos e caldos em tabletes e queijos industrializados.
Em uma das entrevistas, é ressaltada a importância da geladeira como equipamento que trouxe facilidade à vida dos vilabelenses. Para a moradora, a comida não podia ser guardada nem adquirida em grandes quantidades sem refrigeração, além do que, ninguém tomaria cerveja quente, diz de modo bem humorado, afirmando que "a modernidade veio facilitar muito nossa vida".

7. Considerações Finais

Por meio da pesquisa de campo realizada durante a festança de Vila Bela e a confrontação dessa experiência com as entrevistas realizadas, foi possível compreender a relação existente entre a culinária e os valores locais. Na preparação da comida da festança estavam presentes elementos históricos que justificam a utilização de determinados ingredientes, como os pratos típicos e receitas da comunidade feitos à base de carne, milho e banana por exemplo. Porém, durante

essa mesma preparação, vimos a presença de eletrodomésticos, como liquidificadores e o consumo de cerveja e refrigerantes industrializados quase simultâneo ao consumo de chicha. De acordo com as entrevistas realizadas com algumas das mulheres da comunidade, também foi possível ver como os recursos tecnológicos atravessam o cotidiano, não só a festança, e alteram a vida da comunidade que se utiliza de artefatos tecnológicos para facilitar a preparação da comida (como a máquina de moer a carne e preparar os biscoitos, do liquidificador, dentre outros), assim, vemos como a população se apropria de facilidades tecnológicas que atravessam sua cultura e modifica-se com elas, não só em suas ferramentas culinárias mas em sua dinâmica cultural, como percebemos através do consumo musical, em que ladainhas e o Chorado convivem com o sertanejo universitário e os carros de som.

Segundo as entrevistas e a bibliografia consultada, percebemos que houve uma redução da variedade na comida da festança, já que anteriormente existia uma maior variedade de pratos, e nesta festa encontramos um cardápio menos diversificado, mas feito em maior quantidade, dado o aumento do turismo sazonal. No entanto, mesmo com a diminuição da variedade, a culinária é central e indispensável à realização da festança, já que compõe todos os rituais que participei, como os biscoitos e chicha na Reza Cantada, o almoço da Imperatriz, na Festa do Divino, e toda variedade servida durante o Chá Afro.

À culinária estão atreladas as relações de poder e hierarquias sociais, como pudemos ver nos momentos de servir no almoço da Imperatriz em que se separam as autoridades do restante da comunidade.

Por meio da análise realizada, foi possível constatar que, como sugere Maciel (2004), a cozinha não é algo cristalizado e imutável. Em Vila Bela, vimos as mudanças que ocorrem e o caráter dinâmico da cultura expressado por meio do cardápio das festas, nos procedimentos de preparo e no modo de servir e em tudo mais que compõem a comensalidade.

Bibliografia

AMON, D.; MENASCHE, R. (2008) "Comida como narrativa da memória social"**.** *Sociedade e Cultura*, v.11, n.1, jan/jun..

ASSUNÇÂO, V. K. (2008) "Comida de mãe: notas sobre alimentação, família e gênero". *Caderno Espaço Feminino*, v.19, n.01, Jan/Jul.

CASCUDO, L.C. (2011) *História da Alimentação no Brasil*. São Paulo: Global.

ELIAS, N. (1994) *O processo civilizador. Uma História dos Costumes*. Vol.I. Rio de

Janeiro: Jorge Zahar ed.

FILHO, Américo Pellegrini. (Orgs). (1994) "Possessão e Procissão: Religiosidade Popular no Brasil". Osaka: *National Museum of Ethnology*,.p.139-166.

GARCIA, R.W.D., (2003). "Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana". *Rev. Nutr*., Campinas, 16 (4):483-492, out/dez.

GOIDANICH, E. (2012) *Mamãe vai ao Supermercado: uma abordagem etnográfica das compras para o cotidiano*, Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina.

MACIEL. M.E. (2004) *Olhares Antropológicos sobre a alimentação.* Rio de Janeiro: Fio Cruz.

MAGALHÃES, C. (1995) "Comida de Comer, comida de pensar." *Cadernos de Debate* Vol. III. Campinas, pp 29-57.

MILLER, D. (2007) "Consumo como cultura material". *Horiz. antropol.* vol.13 no.28. **Porto Alegre**.

MOURA, M. C. R. (2005) *Construções Culturais nas práticas Alimentares da Festança em Vila Bela da Santíssima Trindade- Mato Grosso.* Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de. (Orgs).(2003) *A terra da conquista: História de Mato Grosso Colonial*. Cuiabá: Adriana.

ZALUAR, A.,(1985) *A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*, São Paulo: Brasiliense.

Vem pras praias! : Baianas de acarajé e as políticas culturais

Barton, Scott Alves[1]

Palavras-chave: Baianas de Acarajé, Bahia, Candomblé, Copa do Mundo, Comida

Resumo: Considerado o cheiro da cidade de Salvador da Bahia de Todos os Santos, o perfume do acarajé – os bolinhos de feijão fradinho frito em dendê -- são um raiz onipresente do profano e sagrado na cultura alimentar da Bahia. A maioria dos vendedores são mulheres: as "Baianas de Acarajé", que historicamente eram também filhas-de-santo, adeptas da prática religiosa do Candomblé. Estas mulheres e um pequeno grupo de vendedores homens são descritos como o cartão postal de identidade baiana. Desde 2006, o conselho da cidade, autoridades governamentais locais, FIFA e grupos religiosos evangélicos ameaçam esta comida de rua afro-brasileira. A persistência da cultura, apesar de incursões por fora das entidades que se opõem a práticas de matriz africana, é um ponto de inflexão no discurso entre tradição e modernização. Este artigo investiga o impacto de regulamentos municipais, ideologias religiosas conflitantes, e supostas ameaças ao meio ambiente como mecanismo de controle para a produção e consumo de acarajé. Práticas de mídia criam um imaginário cultural e turístico muitas vezes distintos da realidade vivida. A produção, consumo e distribuição de alimentos e as tradições de comensalidade, ou os hábitos alimentares, 'foodways' da população, na esfera pública baiana, oferecem um meio para discutir identidade política e questões de gênero, raça e classe.

Contextualização: Minha pesquisa etnográfica analisa o papel da comida em rituais sagrados e atividades culinárias seculares em comunidades de forte identificação com a cultura nagô e o candomblé no nordeste brasileiro, mais especificamente nos estados da Bahia e do Maranhão. Os nagô, ou iorubá, foram o maior e último grupo étnico africano a ser importado para o Brasil. A prática espiritual nagô, chamada candomblé, originou-se no Brasil colonial como uma adaptação do vodu, de tradições animistas centro-africanas e costumes religiosos iorubanos da região oeste do continente. Os princípios culinários dos grupos africanos importados para o Brasil estão ancorados na comida como sinergia de, por um lado, uma forma de sustento, e por outro uma parte essencial da prática religiosa (Lovejoy 2011 : 21, 28-9, 75-77, 241).
Este ensaio vai investigar a ideia das Baianas de Acarajé e do acarajé – os bolinhos de feijão fradinho fritos – como aspectos icônicos da identidade baiana, bem como o impacto das regulações municipais, ideologicas religiosas conflitantes e as supostas ameaças ao meio ambiente como mecanismos de controle para a produção e o consumo do acarajé. Coca-Cola e McDonalds estavam entre os principais patrocinadores da Copa das

---

1 Fui criado em Connecticut, e viver em Nova York. Eu recebi um bacharelado da Universidade Washington em St Louis, antes de trabalhar durante trinta anos como chef e consultor culinário. Estou terminando o meu doutoramento em Estudos Alimentares da NYU, pesquisando o cruzamento de culturas sagradas e profanas culinárias nas comunidades afro-brasileiras na Bahia e no Maranhão.

Confederções em 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014. A retórica promocional e a campanha publicitária da Copa exaltavam a rica cultura mestiça do Brasil enquanto, nos bastidores, a FIFA trabalhava para proibir a venda das comidas identificadas com tal cultura. Práticas midiáticas criam um imaginário cultural e turístico frequentemente distinto da vivência real. A produção, consumo e distribuição de comida e os hábitos alimentares na esfera pública baiana oferecem meios de discutir políticas de identidade e questões de gênero, raça e classe (Peirce 1991; Bessi e Santiago 2014; Stam 1997).

1. Introdução

Calas, Calas! Achete Calas tout chaud! -- gritavam as escravas oriundas do oeste africano que trabalhavam como vendedoras de rua na Nova Orleans colonial. Elas ficavam fritando bolinhos de arroz polvilhados com açúcar refinado aos domingos de manhã cedo. O hábito católico exigia jejum antes da missa. Essas mulheres trabalhavam nas ruas nas únicas permitidas das casas-grandes e plantações. Paroquianos famintos sentiam o cheiro das aeradas *calas* temperadas com noz-moscada enquanto acompanhavam a missa.
Calas, calas…!
Muitos bolinhos eram vendidos aos fiéis que saíam das igrejas. As escravas utilizavam sua limitada liberdade de maneira vantajosa, conseguindo um pequeno lucro que era partilhado com seus senhores. Hierarquias de poder misturadas com ingenuidade econômica permitiam a essas mulheres e homens em outras atividades lucrativas a embolsar pequenos valores.

> Não deixa de ser digno de reparo ver que das casas mais opulentas desta cidade, onde andam os contratos e negociações de maior port, saem oito, dez e mais negros a vender pelas ruas a pregão as coisas mais insignificantes e vis, como sejam iguarias de diversas qualidades v. g. mocotó, isto é, mãos de vaca, carurus, vatapás, minguas, pamonha, canjica, isto é, papas de milho, acaça, acarajé, ubobó, arroz de coco, feijão de coco, angu, e o que mais escandaliza é uma água suja feita com mel e certas misturas a que chamam aloá, que faz vezes de limonada para os negros.—Luís dos Santos Vilhena, escrevendo da Bahia, final do século 18. (Vilhena 1969: 130).

Assim como em Salvador da Bahia, lavadeiras, carpinteiros, ferreiros, faz-tudo, e vendedores de comida de rua tomavam as ruas da cidade colonial como "ganhadores", conseguindo pequenas quantias que eram dividias com seus senhores. Nessas relações contratuais negociadas, os senhores normalmente proviam o capital inicial em troca da maior parte dos lucros. Quanto mais especializado fosse o trabalhado, maior a porcentagem de lucro aquinhoada pelo dono da casa grande. Em certas ocasiões, artesãos muito habilidosos era emprestados por um determinado preço a outros senhores para projetos específicos. Algumas mulheres lavavam roupas nas ruas em bicas e fontes, enquanto outras ficavam nas esquinas vendendo com seus tabuleiros, aquelas tábuas de madeira que as escravas oriundas do oeste africano carregavam em suas cabeças. Tais tábuas serviam como bandejas, e carregá-las era também um símbolo de fertilidade em suas culturas originais.
Algumas mulheres vendiam legumes conseguidos em feiras locais, enquanto outras vendiam comidas prontas, comidas de leite e doces, acaça, mingau, diversos bolos como bolo de carima, de aipim, ou pratos saborosos, alguns fritos no cheiroso dendê de tom amadeirado: acarajé -- os bolinhos fritos de feijão fradinho --, abará -- a alternativa cozida do acarajé --, peixe ou fígado fritos, todos com molhos picantes, molho de acarajé ou molho de pimenta, pra apimentar os quitutes de rua. Outros doces incluíam ainda: bolinhos de estudante, bolinhos de mandioca doces, cacada, cocada puxa, doces de coco e açúcar caramelizado: pé de moleque, roletes de cana e pamonhas. Quase todos esses produtos ainda hoje são vendidos nas ruas de Salvador.

2. Identidade icônico e político: as baianas e sua geografia

Por mais de 300 anos vendedoras predominantemente mulheres, as baianas de acarajé, mantém esta centenária tradição afro-brasileira de comida de rua. Embora as comidas mencionadas sejam deliciosas e parte da herança gastronômica da região/estado, as baianas de acarajé são conhecidas sobretudo por produzirem e venderem comidas de dendê: acarajé, abará, vatapá, caruru e alguns doces. Do borbulhante e rubro dendê usado para fazer os bolinhos dizem ser o perfume da cidade; e as baiana são consideradas a presença visual ou cartão postal da Bahia. Este mesmo azeite é essencial à prática do candomblé. Variações das principais receitas que elas preparam são servidas tanto em contextos profanos (as ruas) como sagrados (os terreiros). Historicamente, as vendedoras de bolinhos e outras comerciantes de rua eram também iniciadas nas práticas do candomblé. As baianas compreendem/iam mulheres escravizadas do oeste africano e suas descendentes afro-brasileiras, bem como alguns poucos homens, que povoam as ruas e praias da Bahia vendendo artigos doces e picantes. As vendedoras trouxeram e mantiveram tradições culturais de culinárias e espirituais para a população escrava e portuguesa do nordeste do Brasil. Fossem africanos desejando sentir o gosto de casa, trabalhadores procurando e esperando por oportunidades, homens brancos ligados aos negócios coloniais indo para o trabalho, a moderna classe trabalhadora, viajantes ou turistas, todos aprenderam a experimentar e/ou amar esses petiscos de rua. Desta maneira, vendedores de comida de rua em portos de escravos ao longo da diáspora africana nas Américas usaram seus conhecimentos tradicionais, ímpeto empreendedor e expertise culinária para sobreviver suas vidas difíceis como escravos.

Feijão fradinho é um tipo de recheio emblemático da diáspora africana. Ele surge nas Américas com a chegada de africanos escravizados. Desde o começo dos negros de ganho[2], o acarajé tem sido vendido nas esquinas da cidade e do estado. As baianas de acarajé, que historicamente eram também filhas de santo, juntamente com homens que cozinhavam e vendiam comida em seus carrinhos, são descritos como o cartão postal da identidade baiana. O acarajé é um dos 14 pratos simbólicos feitos e vendidos em contextos profano (a rua) que são também feitos e vendidos em espaços sagrados (os terreiros) (Freyre 1976; Carney e Rosomoff 2011).

Em seu livro *Bahia—Imagens da Terra e do Povo*, Odorico Tavares (1951) escreveu e descreveu claramente sobre a relação das Baianas com as ruas de Salvador:

> Há as famosas pretas do acarajé. No azeite fervendo, no líquido dourado, fritando a massa saborosa do feijão fradinho, e, dentro em pouco, o acarajé está pronto. Come-se esta maravilha., com seu molho de pimenta e camarão seco. Ao pé do Elevador Lacerda, nas feiras, nas esquinas, há quituteiras que fazem ótimos acarajés. No Terreiro de Jesus, à tarde ou à noite, também se encontram 'Baianas' sentadas, às beiras dos passeios, com suas vestimentas prôprias, sua hygiene impecável, preparando seus quitutes, para transeuntes, para boêmios, altas horas da noite (Tavares 1951: 69).

Nas cosmologias religiosas afro-brasileiras, a prática da culinária sagrada ordena que um banquete de pratos variados seja preparado e apresentado para, e supostamente consumida pelas deidades do panteão nagô antes do início de cada ritual. A preparação das comidas favoritas dos deuses invoca a presença dos mesmos no espaço físico do terreiro. A produção das comidas sagradas e os rituais performativos relacionados refletem a fé dos suplicantes, resultando na recepção do poder dos deuses após o suposto consumo das comidas ofertadas. Depois, quando do encerramento da cerimônia, ou próximo a esse momento, a comida é normalmente servida à audiência. Sacrifício animal, rituais de sangue, acarajé e abará são ofertórios fundamentais (Douglas 1992).

A prática culinária afro-brasileira é fortemente associada com a cozinha baiana. Bahia, e muito do nordeste

---

2 O sistema de ganho criou uma sub-economia no Brasil colonial, por meio da qual escravos podiam trabalhar de forma independente por um número limitado de horas na semana., pagando uma porcentagem dos seus lucros para os senhores. Mulheres frequentemente trabalhavam como vendedoras de comida. Negociantes brancos da elite em trânsito, escravos homens e homens livres de cor a espera de trabalho eram freguese típicos das barracas de comida gerenciadas por mulheres. (Graham 2010: 21; Kraay, 1998: 164)

brasileiro, é marcado por definições particulares de identidade cultural, como a "baianidade"; e ainda as tradições espirituais do candomblé e outras práticas religiosas de matriz africana: Xangô, Tambor de Mina, Mesa Branca, Caboclo e Umbanda. Baianidade define a essência baiana de algo ou alguém. Esses dois conceitos e a integração deles na cultura culinária são elementos fundacionais na definição da sintaxe da comida como linguagem. Baianidade é uma expressão enigmática estabelecida para definir a identidade regional baiana como uma forma de consciência coletiva.

Chega-se à definição de baianidade por vias distintas, que incluem: o cruzamento de particularidades raciais, étnicas e econômicas através da sátira e do humor, comportamento carnal malicioso, folclore, peças publicitárias turísticas. A baianidade provém da literatura e das artes, e cria um retrato ficcional desta identidade que é romântico, nostálgico e moldável; a baianidade comercial é usada como uma ferramenta para a difusão do turismo étnico, promovendo a Bahia como um espaço de identidades negra e Africana. A baianidade é comumente usada para definir o modo baiano único de sentir, junto com protocolos para comportamentos público e privado que refletem as formas locais de auto-expressão. Existe uma correlação implícita do carnaval como reflexo da tensão da periferia, identificado com o público geral, com a elite. Essa relação manifesta-se como uma tensão entre comportamentos de trangressão e de obediência. O carnaval provê a plataforma em que a verdade supostamente emerge das massas como um comportamento de resistência ou refutação da autoridade. O carnaval foi e frequentemente ainda é considerado um estado transitório entre o cotidiano e o fantástico ou o imaginário (Bakhtin 1968; Pinho 2010: 81-3, 114).

Iniciativas para a industrialização do Brasil iniciaram-se durante o Estado Novo (1937-45) de Getúlio Vargas, e incluiu a promoçãode turismo cultural nas regiões então recém-empobrecidas do nordeste rural pós-colonial. Industrialização e desenvolvimento urbano haviam fortalecido a economia do sul/sudeste do Brasil. O fim do predomínio da monocultura forçou o nordeste a procurar alternativas econômicas. O imaginário da Bahia como a "Roma negra"[3], o centro da cultura afro-brasileira, carnaval, praias intocadas, culinária regional e mulheres negras/mulatas exóticas catalisaram experiência de viagem hedonísticas que foram promovidas por elites locais e nacionais. A elite baiana do início do século 20 era ambivalente sobre como gostaria de retratar a si própria e sua cultura regional. Um esforço inicial para fazer referência à modernidade frente à história, extirpando referências culturais de escravos, afro-brasileiros e indígenas pela secretaria de cultura do estado da Bahia terminou por produzir um retrato híbrido e disjuntivo. O primeiro número do periódico cultural *Bahia Tradicional e Moderna*, de 1939, destacava uma baiana desproporcionalmente grande com seios grande e proeminentes, carregando uma cesta de comida na cabeça. Ela ficava em frente a um porto moderno com o elevador Lacerda e seus várois andares restaurado e renomado. A trabalhadora baiana roliça, fecunda é objetificada e anunciada como uma marca visual (Romo 2010, 88-92; Martínez-Echazábal 1998).

Da mesma maneira, programas culturais de rádio transmitidos do Rio de Janeiro usavam o nascente samba para promover a identidade cultural brasileira. As rádios maiores e mais ricas apresentavam música europeia de orquestra ao vivo para seus ouvintes, o que soou elitista e propagandista. A apresentação de grupos pequenos tocando música folclórica e étnica era acessível, popular e economicamente mais barato de se produzir. Esse movimento catapultou as carreiras locais e nacionais de Dorival Caymmi, Luis GOnzaga, Ary Barroso e muitos outros músicos e compositores promovendo a música regional. O turismo cultural e histórico como motor econômico e imaginário mítico continuou nos anos 1960 durante a administração de Luis Vianna Filho e a sua criação do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural, IPAC, e Bahiatursa (a secretaria de turismo da Bahia) que, seguindo a designação de patrimônio mundial dado pela UNESCO a Salvador em 1968.

> Tem hoje por finalidade "coordenar e executar a política de fomento e desenvolvimento do turismo no Estado da Bahia de acordo com as diretrizes governamentais (Bahiatursa 1998, 19).

O braço propagandístico do governo estabelecera a Bahia como marca. Três vezes governador da Bahia, Antonio

---

3 Maria Aninha, alta sacerdotisa de candomblé do fundacional terreiro Ilê Axé Opô Afonjá apelidou Salvador de "Roma Africana", que foi então citada pela antropóloga Ruth Landes como "Roma Negra", 1940; e no jornal diário de Salvador *A Tarde*, de 11 de novembro de 2005 (Matory 2005:149)

Carlos Magalhães manteve seus esforços para promover obras públicas, renovação urbana e turismo, que contribuíram para a mitologização da baianidade. Em 1995, Magalhães criou a Secretaria de Cultura e Turismo de Estado, e lançou o programa Bahia Reconstrução e Integração Dinâmica com a seguinte proclamação:

> Estou certo de que, apesar dos equívocos dos últimos anos, a Bahia será cada vez mais próspera e contribuirá com a sua industría dinâmica sua agricultura que se moderníza, seu potencial turístico e a força da cultura de seu povo para que seu país retome a caminho de progresso (Olivera 2004).

Escândalos de corrupção vieram a revelar posteriormente como a Secretaria era utilizada para apropriar-se de fundos e promover seu império midiático familiar. A colaboração fraudulenta de um departamento governamental, Bahiatursa, que implementa marketing de turismo cultural, e a o conglomerado de mídia, Rede Bahia, é precisamente o que mantém e promove um imaginário mítico da Bahia e da baianidade (Nova 2008; McCann 2004, 9-20 e 96-120; Pinho 2010, 81-3 e 114, Ribeiro 2007; Zanirato 2006; Dias 2009; Pitombo 2007).

3. O que é que a baiana tem?

A intersecção da tradição culinário baiana no cotidiano, carnaval e prática sagrada provê informações sobre a formação identitária. O antropólogo Paul Johnson define a prática do candomblé como um mundo

> em que tudo e todos comem, não apenas pessoas, mas também tambores, elementos da natureza como árveres, rios, pedras e espaços significativos como terreiros, templos, além dos orixás, deidades (Johnson 2002 : 36)

O acarajé é um componente fundamental do cardápio sagrado. Seus status icônico é reafirmado através de tradições orais e ensinamentos na prática do candomblé, bem como em circuitos midiáticos. A notoriedade do acarajé é fundamentada no binarismo de ser uma obrigação aos deuses, ou nos ebós, oferendas/remédios em comidas de santo sagradas e como merenda popular dentre as comidas de rua. Essa dualidade estimula a lealdade que os soteropolitanos tiveram e têm pelo acarajé, levando a que a maioria dos baiano, fossem devotos do candomblé ou não, brigassem pelo bolinho quando a FIFA ameaçou proibir sua venda no estádio da Fonte Nova durante a Copa do Mundo 2014.

Como já foi mencionado, as baianas e muitos dos itens de seus tabuleiros foram reverenciados na música popular do iníciodo século 20. O vídeo e o filme *Preta de Acarajé*, estrelando Carmen Miranda (1939) e Gal Costa (1980), fazem referência a diferentes aspectos da identidade afro-brasileira. Em cada versão a música começa como um canto fúnebre, introduzindo um animado ritmo de samba pelo segundo refrão. Enquanto Miranda parece estar entre África e Brasil, Costa reproduz fielmente o imaginário propagado pela Bahiatursa. (Caymmi e Miranda 1940; Costa 2005):

> Dez horas da noite
> Na rua deserta
> A preta mercando
> Parece um lamento
> Ê o abará
> Na sua gamela
> Tem molho e cheiroso
> Pimenta da costa
> Ô acarajé é cor
> Ô la lá io
> Vem benzer
> Tá quentinho
> Todo mundo gosta do acarajé

A compsição de Caymmi também delineia a identidade racial, posição de classe trabalhadora, expertise

culinária, empreendedorismo e patrimônio da protagonista da canção. Ela habita o que em inglês se chama 'ethnoscape'. Seus ingredientes, pimenta da costa, e pratos preparados, abará e acarajé são a incorporação de sua herança cultura africana e alude à sua relação com o candomblé. Ela trabalha incansavelmente até tarde da noite, confortada pelo fato de que todos, o mundo inteiro gosta de acarajé.
Ela conta a seus clientes que os bolinhos são coloridos, avermelhados pela fritura no dendê; ingrediente onipresente na cozinha baiana, é essencial na comida de santo.
Dorival Caymmi, um dos pais do cancioneiro popular brasileiro, realoca a tese de Appadurai de que livros de receita contribuíram para o desenvolvimento da cozinha nacional, uma vez que livros de receita possuem a habilidade de enquadrar e prever a identidade nacional pela inscrição de conhecimentoe prática cultural em um texto discursivo não como livro de receitas, mas num livro de música (1988). Um receita ad-hoc está incorporada à canção. A nêga baiana funciona como marcador da cultura regional, assim como os ritmos musicais de Caymmi. O aspecto gustativo da comida, aqui o acarajé, tem uma sensualidade inerente ligada à ingestão e aos prazeres do consumo. A heteroglossia produzida pelas múltiplas camadas de sentido e os circuitos globais de conectividade gerados pelo acarajé e pelo abará criam '*unfinalizability*'[4] para o prato, e ancora a identidade oeste-africana no discurso popular brasileiro. Implicitamente, acarajé e abará conectam culturas da diáspora, sistemas de conhecimento, marcando e mitologizando a identidade afro-brasileira.
Socio-antropólogo da comida brasileira, Vivaldo da Costa Lima reportou em seu texto *A Cozinha Baiana: Uma Abordagem Antropológica II*, um fato bem importante sobre o personagem e o trabalho de Manuel Querino que lhe permitiu ser considerados canônicos:

> Neto de africanos, Querino teve informantes válidos para sua pesquisa, e isso se verifica quando analisamos as receitas dos pratos que ele classificou como 'puramente africanos', e em que se nota o laconismo, a precisão cautelosa, tão conhecida dos que practicam o candomblé, as pessoas de santo. (...) Imagino que os informantes de Querino eram velhas tias nagôs, possivelmente parentas suas, gente ligada ao terreiro de onde era certamente ogã, o Gantois (Lima 2010: 54).

Da mesma forma, o acarajé tem um papel como um marcador do patrimônio de Africano Ocidental. Seu papel é construído da prática sagrada culinária. No livro *Arte Culinária na Bahia* (1922), Quirino escreveu sobre as influências dos africanos nos alimentos Bahia, e detalha como os escravos e seus descendentes preparavam o acarajé. Gilberto Freyre, em seu *Manifesto Regional*, observou que Brasil é uma combinação, fusão, mistura de sangue e valores dos africanos, indígenas e portugueses para além de outros grupos étnicos europeus. No entanto, a influência africana na Bahia predomina. Duas décadas depois, Darwin Brandão escreveu um texto, *A Cozinha Bahiana* (influenciado pelo livro por Sodré Vianna, *Cadernos de Xangô*), em que afirma:

> Cozinheiras bainas, negras e mulattas, gordas e magras, *cavalos* de Oxalá, Ogum, Iansã ou Xangô, musas de poetas e pintores, que aprenderam o ofício com a mãe e por certo o passarão aos filhos, ninguém melhor do que elas sabe fazer as *comidas de azeite*
>
> Os deuses do culto africano trazido para a Bahia pelos escravos "não são apenas glutões, mas também finos gourmets. Sabem apreciar o que é bom e, como os pobres mortais, não comem de tudo" (Brandão 1948: 55, 71).

---

4 Este conceito bakhtiniano defende que o eu não é finalizado, completamente compreendido, conhecido ou passível de ser etiquetado. Ação e potencial mudam quando um aspecto fundamental da experiência de vida impede a habilidade da sociedade de concretizar o eu individual. Portanto, a essência de uma pessoa jamais é completamente revelado ao mundo A ideia da alma humana inerentemente implicado como um possível agente. (Bakthin e Emerson, 1984).

Na mesma epoca, Arthur Ramos incluiu em seu livro *A Aculturacão Negra no Brasil* um dos primeiros acontecimentos sobre a culinária negro-brasileira, sua presença nas ruas, esta comida das pessoas africana em relação à comida portuguesa e indígena. Ele concluiu porém que a comida tinha um grande presença nas ruas, mas que aquela comida Afro-Brasileira estava cheia de um sentido religioso (Souza Jr. 2009:50).

> Em 1955, Hildegardes Viana tinha definido *acarajé* como:
> Põe-se o feijão fradinho de molho. Tira-se o olho e a pele. Moe-se na pedra, pilão ou máquina de triturar. As profissionais têm uma técnica especial de descascar o feijão no próprio ato de moer na pedra. Fala-se cebola e sal e tempera-se a massa. Bate-se bem com a colher de pau até a massa arrebentar olhos. Deita-se azeite de dendê para ferver ve-se com um molho de Camarão sêco, pimenta, cebola e alh, tudo muito bem triturado e cozido no azeite de dendê (Viana 1987:77).

Mário Souto Maior, por sua vez, havia dito o seguinte sobre a mesma iguaria:

> Comida de santo nos cultos afro-brasileiros do Nordeste, o acarajé (bem como o vatapá e outros pratos) é vendido nas capitais da região em tabuleiros, nas praças, ruas e mercados…Como o acarajé é comida de pai-de-santo nos cultos afro-brasileiros e como tais cultos se estendem a todo o Nordestse, região onde foi marcante a presence econòmica do escravo africano, o acarajé não é comida so da Bahia. Na Bahia se come mais, há maior número de vendedoras nas ruas de Salvador, Porque foi o Estado Nordeste que recebeu maior contingente de escravo africano. O acarajé é comida religosa de uma região toda e Salvador é a cidade que tem o maior número de adeptos dessa religião (Souto 1985: 22-23).

Raul Lody acrescentou:

> O acarajé para uso profane pode ser comido como o molho nagô, e para as práticas sagradas, apenas o frito é bastante. O tamanho e o format do acarajé têm simbolismos próprios e são endereçados a divindades específicas. O acarajé grande e Redondo é de Xangô; os menores servem para as iabás como Iansã; Ôbá e os Erês têm em seus cardápios votivos os pequeninos acarajés de formato bem redondo em Bahia (Lody 1979:62).

Finalmente, Luis Cámara de Cascudo escreveu:

> Não esperariam os baianos que o candomblé revelasse as delícias do vatapá. No mínimo, à existência no recinto nagô corresponderia a popularidade exterior do quitute, desde que o negro possui na Bahia os elementos capazes de sua elaboração, começando pela improvisação com os possíveis sucedâneos locais que terminaram definitivos na preferência (Cascudo 2004: 837).

Assim sendo, falar de acarajé, de seu irmão abará, os condimentos vatapá, caruru e demais pratos que funcionam como *tropi* de práticas culinárias sagrada e profana, é falar do essencial da identidade baiana, raízes diaspóricas, consicência negra, prazeres gustativos e lealdade ao panteão dos orixás. Neste contexto, a ideia de colocar produtos do McDonald's e da Coca-Cola como principais patrocinadores da Copa do Mundo, soa um tanto ridículo.

4. Vamos à Fonte Nova

Comida de rua é um grande expoente do setor informal das economias urbanas. Mudanças socioeconômicas em todo o mundo nas últimas duas décadas criaram uma grande oportunidade para vendedores ambulantes de alimentos. A Organização Mundial de Saúde (OMS), define a comida de rua 'como alimentos e bebidas preparados e/ou vendidos por vendedores nas ruas e locais públicos para consumo ou consumo imediato num momento mais tarde, sem transformação ou elaboração'.

Comida de rua é uma parte da vida cotidiana e é onipresente em praias e outras áreas de lazer / turísticas da Bahia. A construção dos quiosques à beira-mar em 2010 promoveu uma confiança ainda maior na rua vendedores iguarias (Alves et alia 2014).

Tiago e Luis, profissionais brancos de classe média com cerca de quarenta anos foram dois dos meus entrevistados que discutiram suas experiências ao frequentarem eventos culturais e esportivos com suas famílias quando eram pré-adolescente no antigo estádio da Fonte Nova. Uma das memórias mais marcantes para ambos os indivíduos era a importância dos hábitos alimentares, '*foodways*' locais. Frutas da estação, saborosos petiscos e bebidas eram um ponto alto dos jogos. No estádio, eles discutiam a descoberta de frutas e doces exóticos como umbú, morando, cupuaçu e doce de buriti. Quitutes simples como rolete de cana, laranjas descascadas, milho grelhado na espiga, acarajé, abará, pipoca com coco verde ralada por cima, picolé e amendoim cozido foram experimentadas pela primeira vez no estádio. Outros entrevistados ecoavam a mesma nostalgia. Todos os petiscos eram vendidos pelas baianas itinerantes.

5. A reificação da fritura e do seu fornecedor

A onipresença das baiana solidifica o papel das mesmas como marcadoras da identidade baiana, reforçando a indignação pública sobre a tentativa da FIFA de regular e consequentemente eliminá-las dos grupos que detiveram concessão sobre o estádio. Numa pesquisa recente, Florismar Borges observou que

> O horário de trabalho dos vendedores é influenciado pela localização do tabuleiro, ou seja, depende do tipo de comercio que está em seu entorno. Na Avenida Sete de Setembro e no Comércio por exemplo, existem vendedoras que começam a vender no turno da manhã, por volta das 10 ou 11 horas e se recolhem, entre as 19 ou 20 horas. Outras que chegam à tarde e permanecem até no máximo às 21 ou 22, nesse caso os tabuleiros estão localizados nas imediações de bares (2008: 64-5).

A UNESCO estabeleceu um sistema de reconhecimento para registrar e valorizar produtos e práticas de natureza imaterial, como expressões de herança cultural. No Brasil, um decreto oficial de 4 de agosto de 2000 transformou este conceito na lei n. 3551. *O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (IPHAN) designou o acarajé, sua produção, seus vendedores e a relação dos mesmos com a tradição religiosa afro-brasileira em como patrimônio imaterial em dezembro de 2004. Este ato foi precedido por uma guerra por territórios iniciadas pela crescente presença de evangélicos eleitos para a câmara de vereadores da cidade e que trabalham como baianas. Tem havido uma polêmica com as comunidades evangélicas e neopentecostais que associam o consumo de acarajé com paganismo e satanismo. Mais especificamente, um grupo de baianas evangélicas começou a identificar seus artigos como *acarajé do Senhor* ou *Bolinhos de Jesus*. No fim, a questão foi levada à justiça e decidida a favor da comunidade do candomblé (Bitar 2012; IPHAN 2005; Laraia 2004; Silva 2014).

Em novembro de 1998, o prefeito de Salvador Antonio Imbassahy baixou uma portaria na qual determinava a padronização da venda de acarajés no município. Entre as regras estabelecidas pela prefeitura para normatização da venda de acarajés estava a de que as baianas deveriam vestir as roupas tradicionais, fato que contrariou muitas das vendedoras evangélicas. Ao final do ano 2000 uma Baiana evangélica e loira, Deny Costa Ramos, ganhou um concurso pelo *Acarajé de Ouro*, criado pela promoter Lícia Fabio para eleger a melhor quituteira

na modalidade. Essa competição esquentou a disputa entre as comunidades religosas, causando indignação às candomblecistas. Oficialmente, o decreto de 2004, que entrou em vigor em 1o de janeiro de 2005, encerrou a disputa. Atualmente, no entanto, a presença dos bolinhos de Jesus nas ruas de Salvador persiste. O decreto define o valor do acarajé e de seus vendedores:

> A feitura do acarajé foi trazida pelas escravas negras no period colonial e tem sido reproduzida no Brasil há vários séculos. Sua receita tem origens no Goldo do Benim, na África Ocidental, tendo sido trazida para o Brasil com a vinda de escravas dessa região…O acarajé, com seus recheios habituais, além do abará, acaça, fato, blinho de estudante, cocadas, bolos, mingaus, são vendidos em tabuleiros instalados pelas baianas em lugares que lembram os antigos cantos, pontos dos escavos que comercializavam produtos no period colonial. …Os elementos essenciais do Ofício das Baianas de Acarajé compreendem os rituais envolvidos na produção do acarajé, na arrumação do tabuleiro e na preparação do lugar onde as baianas se instalam; os modos de fazer as comidas de baiana; o uso do tabuleiro para venda das comidas; a comercilização informal em logradouros, feiras e festas de largo; o uso da indumentária própria das baianas, como marca distintiva de sua condição social e religioso, presente especialmente nos panos da costa, nos turbantes, nos fio de contas e outras insignias (Martins 2009).

Desde 2006, diferentes incursões por parte do corpo municipal, governo local, FIFA e grupos evangélicos vem continuamente ameaçando a comida de rua afro-brasileira. Condomblé vem sendo denegrido por seus detratores como diabólico por conta das práticas sacrificiais e suposto uso da *macumba* manchando a imagem do acarajé e abará de maneira irrecuperável. Os soteropolitanos identificam o acarajé como um emblema de sua herança cultural e identidade mestiça, sejam eles do candomblé ou não. A resistência da cultura a despeito de tais incursões é um marco no discurso entre tradição e modernização.

O IPHAN inaugurou, em 8 de junho de 2009, o Memorial das Baianas de Acarajé como um espaço expositivo que situa a tradição e historia delas muito perto do Terreiro de Jesus. No ano seguinte, durante a 34a Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, sediada em Brasilia, foi lançada uma iniciativa que resultou no Projeto de Gestão do Patrimônio Material e Imaterial no Benim: Inventário dos Bens Culturais de Origem Brasileira. Um dos bens incluídos na sessão era acarajé. Em 1o de janeiro de 2012, o governador Jaques Wagner reconheceu as baianas como Patrimônio Imaterial da Bahia em cerimônia que também marcou a entrada delas e de seu ofício no livro de Registro Especial dos Saberes e Modos de Fazer. As Baianas foram definidas como um dos maiores símbolos culturais da Bahia, pelo jeito simpático e pelo sabor de seus quitutes. A presidente da ONG, *A Associação das Baianas de Acarajé e Mingau*, ABAM, Rita Santos afirmou:

> Hoje é um dia para se comemorar. É o presente para quem está aqui e o futuro para as que ainda virão. Tentar preservar o nosso ofício é poder fazer com que os netos saibam o que é a baiana do acarajé, saibam que a avó tem orgulho de ser baiana do acarajé e possam aprender. Baianas e baianos do acarajé estão contemplados com essa iniciativa (Martins 2009; IPHAN 2011; IPHAN 2009; ASCOM 2012).

O controle sobre as baianas ocorre desde seu surgimento, seja a partir de classificações identitárias, dos desmandos dos seus senhores, imposição de impostos municipais, ou inspeção da vigilância sanitária. A licença para todos os vendedores de rua era gratuita até 1821, e por conta disso, uma pessoa poderia conseguir uma licença para si própria, para seu escravo, ou para ambos. Segundo Vilhena, no seculo XVIII dentro das feiras livres, conhecidas como quitandas, encontravam-se juntas

> muitas negras a vender tudo que trazem, como seja peixe, carne meia assada, a que dão o nome de moqueada, toucinho, baleia no tempo da pesca, hortaliças, etc… Uma das quitandas estava localizada na Praia; a outra, que "indecentemente" estava no Terreiro de Jesus (Bacelar 2013; Graham 2010:35; Reis 1997).

Em 2010, um outro marco regulatório tentou proibir os vendedores que possuíam pontos em frente à praia. Uma convocatória foi feita para um termo de Ajustamento de Conduta, e deverá ser validado pelo Ministério Público Federal para regularmentar a atividade comercial na orla marítima. Questionamentos sobre segurança, saúde pública e saneamento das barracas foram incluídos. Uma série de debates foi lançada envolvendo IPHAN, a Secretaria de Patrimônio da União-SPU, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente—Ibama, Governo da Bahia e Prefeitura de Salvador e os vendedores. Enfim, as Baianas já eram protegidas pelo registro no Livro dos Saberes, e os outros barraqueiros poderão voltar a vender alimentos, desde que eles sejam industrializados, prontos e aprovados pela vigilância sanitária. Porém, as Baianas serão as únicas que poderão fazer os quitutes nas praias. Essa regra marcou uma mudança que a prefeitura em relação aos direitos dos vendedores de praia (IPHAN 2010).
A participação do Brasil como país de acolhimento para a FIFA Copa de Confederações e as subsequentes jogos da Copa do Mundo em 2013-2014, e os Jogos Olímpicos de 2016 todos intermediadas foram feito durante o mandato do ex-presidente Lula da Silva pareceu ser uma grande oportunidade refletindo a ascensão do Brasil dentre os BRIC. Assim pareceu, pelo menos até a FIFA querer emendar a Constituição Brasileira. O aspecto da proposta de FIFA que pertence a essa pesquisa era a seção que segue:
Seção II
Das Áreas de Restrição Comercial e Vias de Acesso
Art. 11. A União colaborará com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que sediarão os Eventos e com as demais autoridades competentes para assegurar à FIFA e às pessoas por ela indicadas a autorização para, com exclusividade, divulgar suas marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua, nos Locais Oficiais de Competição, nas suas imediações e principais vias de acesso.
§ 1º Os limites das áreas de exclusividade relacionadas aos Locais Oficiais de Competição serão tempestivamente estabelecidos pela autoridade competente, considerados os requerimentos da FIFA ou de terceiros por ela indicados, atendidos os requisitos desta Lei e observado o perímetro máximo de 2 km (dois quilômetros) ao redor dos referidos Locais Oficiais de Competição.
§ 2º A delimitação das áreas de exclusividade relacionadas aos Locais Oficiais de Competição não prejudicará as atividades dos estabelecimentos regularmente em funcionamento, desde que sem qualquer forma de associação aos Eventos e observado o disposto no art. 170 da Constituição Federal (D.O.U. 2012).

FIFA não só queria manter a autoridade sobre a venda e distribuição de produtos para venda no estádio,mas também impor restrições à venda de alimentos e mercadorias em cidades-sede, a qualquer momento em que houvesse jogos, e delimitar a área onde produtos não-patrocinadores pudessem ser vendidos: 2 km fora do estádio. Como é possível que a FIFA pudesse impor essas restrições para quitutes que tinham recebido a distinção de Patrimônio Imaterial pelo país e pela UNESCO? Uma razão pela qual o Brasil ganhou a posição de país-sede era em função de os torcedores de todas as partes do mundos desejarem conhecer a cultura Brasileira. Então dentro da polemica entre o acarajé, futebol e Coca ou McDonalds, Coca-Cola e futebol quem ia ganhar? Após muita pressão política, em novembro de 2012 a FIFA anunciou que permitiria.
As tradicionais vendedoras de acarajé que trabalham nas ruas e praças esportivas de Salvador pssam comercializar o produto na Arena Fonte Nova e nos arredores do estádio durante as partidas da Copa do Mundo de 2014.A posição representa um recuo da entidade em relação à sua postura até então. No começo de outubro, a FIFA informou que , durante a Copa, a comercialização de alimentos nos estádios e arredores seria feita apenas pela empresa que vencer a concorrência promovida pela entidade, cujo resultado deve ser anunciado neste mês (Coelho 2012).
Em janeiro de 2013, a FIFA informou ao governo brasileiro que nenhum produto poderia ser vendido num raio de dois quilômetros dos estádios, inclusive o acarajé, bolinhos e os outros quitutes tradicionais das baianas. Como uma resposta a este anúncio ridículo, ABAM lançou uma petição dirigida ao ex-futebolista Ronaldo Fenômeno, um membro do Comitê Organizador Local da Copa, através de http://Change.org para garantir que acarajé e também as Baianas teriam sua presença assegurada na Copa do Mundo (Baker 2013; Santos 2013). Três meses depois, em 5 de abril, durante a semana em que foi inaugurado o estádio Fonte Nova, a FIFA anunciou que não proibiria a venda dos acarajés, mas o cheiro forte do azeite dendê deixaria um mau cheiro dentro do estádio, e

que por isso as baianas não poderiam cozinhar lá dentro. No mesmo dia, o secretário Nacional de Programas de Desenvolvimento e Turismo, Fábio Mota, concedeu uma entrevista exclusiva à Rádio Sociedade da Bahia:

> Temos que explicar que o acarajé faz parte da cultura da Bahia e tem tudo haver com o que é a Arena Fonte Nova. Eu acho um absurdo que as baianas de acarajé fiquem proibidas de ficar na Arena.

Finalmente, no mesmo dia, o governador Jaques Wagner fez um comunicado oficial em nome da presidente Dilma Rouseff (ambos do partido político PT), anunciando a liberação do estádio. A polêmica já durava quase um ano inteiro. A petição Change.org, lançada pela presidente da ABAM Rita Santos, acumulou 17.500 assinaturas. No entanto, o acordo não foi o ideal. As baianas tiveram de ficar em um espaço fora das catracas da praça esportiva, sem acesso aos corredores da arena. Em 5 de junho, Ney Campello, secretário da Copa na Bahia declarou,

> Elas ficarão em quiosques no chamado 'comercial display', uma área acima do edifício-garagem que também terá estandes e venda de souvenires. Só chegará ali quem tiver ingresso. É o primeiro ponto de contato do torcedor. Ele não sabe se o público poderá comprar e levar o acarajé para seus assentos. Mas ele falou que acreditou que sim.

No dia seguinte ao lançamento da Copa das Confederacões, FIFA anunciou que seis baianas iriam fazer o comércio em quiosques especiais na area externa às arquibancadas no mesmo dia por um preço '*bem apimentado'*, R$6.00 ou R$8.00 com camarão; 50% mais caro que o preço das ruas da Bahia. Em 11 de julho, o Supremo Tribunal decidiu que a proposta que FIFA fez de alteração da legislação brasileira que rege as condições para os jogos da Copa do Mundo 2014 era inconstitucional (Araujo 2013; Victa 2013; Rodrigues 2013; Barros 2013; Villar 2013).

Em 20 de dezembro de 2013, o Ministério da Defesa do Brasil publicou um manual intitulado 'Como Garantir a Lei e a Ordem', que incluía o que parecia ser a decisão final, tal como definido por Pinto Coelho, o representante oficial do Fórum Nacional de Reforma Urbana,

> Enquanto estádios de futebol estão sendo maciçamente transferidos para a gestão privada através de contratos de concessão, vendedores ambulantes e mercados públicos serão proibidos nessas áreas, para abrir caminho para franquias como McDonalds, um dos patrocinadores da Copa do Mundo (Bessi and Santiago 2014).

Ao meio-dia de 12 de junho, o dia da abertura do Mundial, Rita Santos, presidente da ABAM, assinou os acordos finais com representantes da FIFA para proteger as Baianas. Pela primeira vez na história, uma população local na cidade anfitriã tinha invertido a dominação autoritária das grandes transnacionais dos esportes. Rita estava cheia de alegria pelo grande sucesso das Baianas. Ela pensou que elas podiam servir como um modelo para debates e batalhas que ocorrerão no futuro. Em entrevista após esta cerimônia, Elias Sampaio, um economista que atua na comissão de orçamento do estado, disse que a Copa do Mundo deve mostrar a cultura mais local.

> Seria melhor do que a situação agora ... se toda a nossa comida na arena seria o nosso alimento, nossa maneira de beber, seria muito bom (Lewis 2014).

Em Augusto O prefeito ACM Neto um outro membro de PT, garantiu que as baianas de acarajé e seus tabuleiros terão lugar de destaque no projeto de requalificação da orla da cidade, que já teve início na Boca do Rio e Ribeira. ACM Neto participou na manhã desta segunda-feira (26) do Encontro Municipal de Baianas de Acarajé, realizado pela Secretaria de Combate à Pobreza e Promoção Social (Semps), no Centro Cultural da Câmara de Vereadores. A definição sobre a localização dos novos pontos de vendas nas praias dominou o debate, que incluiu ainda questões como a padronização das roupas das quituteiras e liberação de microcrédito para apoiar o desenvolvimento econômico da categoria. ACM falou,

> A baiana de acarajé é o grande diferencial da orla de Salvador. Outras podem até competir em beleza, mas nenhuma tem esse patrimônio tão importante da nossa cidade… Eu gostaria de fazer uma proposta a criação de um grupo de trabalho para discutir o tema formado pela Associação das Baianas, Semps, Semop e Saltur. Não queremos impor nada. Vamos discutir com vocês, mostrar nosso projeto para a orla da cidade

O encontro teve ainda a participação de Rita Santos, a presidente da Associação das Baianas de Acarajé e Mingau Receptivo e Similares, da vice-prefeita Célia Sacramento, do titular da Semps, Maurício Trindade, da secretária municipal da Ordem Pública, Rosemma Maluf, e do superintendente regional do Patrimônio da União, Rafael Dias. O objetivo foi discutir com as baianas o ordenamento da atividade, antes que seja cobrado na prática o cumprimento do decreto referente aos deveres e direitos da categoria.

Segundo a secretária Rosemma Maluf, pelo novo projeto de urbanização da orla vai ganhar, em muitos pontos, uma nova configuraçã. Da orla serão criados 250 removíveis na faixa de areia, de 30 m a 100m, para as barracas que só poderão vender bebidas em lata e alimentos já prontos, com a base da determinação da Justiça Federal. Haverá ainda quiosque de 9 m a 16 m, destinados aos vendedores acarajé e água de coco. O projeto vislumbra os 65 quilômetros de faixa de praia de Salvador, de Tubarão à Itapuã, incluindo as ilhas do município.

Um outro ponto importante do debate foi a padronização do vendedor e de seu tabuleiro, exigida na lei que trata do exercício da atividade. Pela legislação, o vendedor ou vendedora deve estar devidamente caracterizado com as roupas típicas e com tabuleiro dentro das normas de saúde e higiene. Para garantir o cumprimento dessas exigências, a Semps vem intermediando com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica a liberação de microcrédito para as baianas.

Rita Santos questionou o projeto que ACM Neto havia apresentou,

> É um absurdo! Temos, entre as praias de São Tomé de Paripe e do Farol da Barra, 550 baianas e eles prometem posto de trabalho para 80? E o restante vai fazer o quê? Representamos a cultura da Bahia, atraímos o turista e é esse tratamento que nos oferecem?

Rosemma Malluf, respondeu,

> Eu vou dar um garante que a prefeitura tem apenas 110 baianas licenciadas nesse trecho da orla. Inicialmente, 80 serão abrigadas nos quiosques e vamos criar uma estratégia para que as outras 30 estejam abrigadas antes do verão. Não serão mais permitidos pontos fixos na cidade. A nova regra para baianas e ambulantes é montar toldos móveis de, no máximo, 2m x 2m.Temos que garantir a acessibilidade dos pedestres e cadeirantes.

> Filha e herdeira de Dinha do Acarajé, a baiana Cláudia Assis, lamentou,

> Eu tenho que mantém um ponto fixo no Largo do Rio Vermelho, acredita que as mudanças vão gerar prejuízos. A proposta não atende minha demanda. O que foi dito em reunião é que tudo seria resolvido da melhor forma possível, mas, até agora, nada.

6. Conclusão

Inclusive das mudanças, havia um debate que as baianas estavam poluindo o mar quando estavam jogando fora o dendê dos quisoques. Por isso, ABAM iniciou uma sistema sustentavél onde o ONG fez um contrato com um company que ia colocar o azeite velho e trocar como bio-diesel para vender. Até agora as baianas não poderia conseguir uma boa resposta ou opções para manter a tradição delas na forma que existia até o secula XVIII (Azevedo 2013; Salvador 2013).

Enfim essa polemica criou muitas perguntas sobre as idéias de: identidade negra, patrimônio nacional, patrimônio cultural immaterial, religiosidade e o papel, responsibilties, as políticas do Estado-nação em relação aos interesses de empresas externos. Como é que uma nação pedir a UNESCO para atestar ao patrimônio cultural imaterial e depois trabalhar a eliminar o verdadeiro simbolo de o patrimônio e da Baianidade?

Bibliografia

Top of Form

Alves, . S. S., Cardoso, R. C. V., Góes, J. Â. W., Santos, J. N., Ramos, F. P., Bispo, . J. R., Sabá, . V. R., ... Teles, . S. P. S. (June 01, 2014). Street food on the coast of Salvador, Bahia, Brazil: A study from the socioeconomic and food safety perspectives. *Food Control, 40,* 4, 78-84.

Bottom of Form

Appadurai, A. (1988). How to make a national cuisine: Cookbooks in contemporary India. Comparative Studies in Society and History 30,1: 3-24.

Araujo, T.D.. (Abril 5, 2013). *FIFA não proíbe a venda dos acarajés e sim as baianas pelo cheiro forte causado do material utilizado pelas baianas.* RedeBahia, Abril 6. *Tiago.araujo@redebahia.com.br*.

ASCOM. (2012). Baianas do acarajé são Patrimônio Imateral da Bahia. Ministerio de Cultura; ASCOM; *http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20121101-3.html*.

Azevedo, M. (Setembro 2013). Relocação na orla preocupa baianas de acarajé. *A Tarde*. Sex, 06/09/2013 às 21:53, http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/materias/1531889-relocacao-na-orla-preocupa-baianas-de-acaraje.

Bacelar, J. (2013). A comida dos baianos no sabor amargo de Vilhena. Afro-Ásia, 48, 273-310. UFBa.

Baker, N.T. (January 28, 2013). *Hamburgers or Acarajé? How the Brazilian Government and FIFA Are Betting Against Brazil for the World Cup*. Natashatbaker blog: *http://natashatbaker.com/tag/associacao-das-baianas-de-acaraje-e-vendedoras-de-mingau-abam/*.

Bakhtin, M. M. (1968). *Rabelais and his world*. Cambridge, Mass.: M.I.T.Press.

Bakhtin, M. M., Holquist, M., McGee, V., and Emerson, C. (1986). *Speech genres and other late essays*. University Texas Press.

Basso, R. (Abril 2013). *Boa notícia: Dilma força FIFA a liberar o acarajé na Copa*. Blog de Rosangela Basso: http://picturesartblog.wordpress.com/2013/04/06/fifa-nao-proibe-a-venda-dos-acarajes-e-sim-as-baianaspelo

cheiro-forte-causado-do-material-utilizado-pelas-baianas/

Bessi, R., and Santiago, N.F. (February 19, 2014). Democracy and World Cup 2014: Brazil's State of Emergency. *Upside Down World*, Wednesday, 13:04. ©2014 Upside Down World, *http://upsidedownworld.org/main/brazil-archives-63/4706-democracy-and-world-cup-2014-brazils-state-of-emergency*.

Bitar, N. P. (2012). Baianas de acarajé: Patrimônio, comida e dádiva. *Ciênciahoje*, Dezembro (299) 37-41.

Borges, F. M. (2008). Acarajé: Tradição e modernidade. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos-UFBa. Salvador.

Brandão, D. (1948). *A cozinha bahiana*. Bahia: Edição da Livraria Universitária.

Carney, J. A., & Rosomoff, R. N. (2011). *In the shadow of slavery: Africa's botanical legacy in the Atlantic world*. Berkeley [Calif.: University of California Press.

Cascudo, L. C. (2004). *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Global.

Caymmi, D., Carmen M. (1940). *A preta do acarajé. scena typica bahiana*. lançada pela editora

E. S. Mangione. Odeon: São Paulo-Rio, Brazil. *http://www.jobim.org/caymmi/handle/2010.1/11772* ; sung

by Carmen Miranda, 1939; *http://tinyurl.com/87k2n9h* , accessed May 5, 2011

Coelho, R.D. (2012). *Fifa recua e afirma querer baianas tradicionais vendendo acarajé na Copa em Salvador*. UOL Copa—Salvador, November 3, São Paulo, *http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/11/03/fifa-recua-e-afirma-querer-baianas-tradicionais-vendendo-acaraje-na-copa.htm*

Costa, G. (2005). Website, editor, Eduardo Logullo: *http://www.galcosta.com.br/sec_biografia.php?id=19*,

Gal tropical: A preta de acarjé, 1980. *http://tinyurl.com/88eapxl*, accessed May 5, 2011.

Dias, C. (2009). Mundialização soteropolitana: Turismo, carnaval e venda da cidade. *Cadernos de Geociências*, 6,1

D.O.U. [Diário Oficial da União] (June 6, 2012). Lei Ordinária: *LEI Nº 12.663, DE 5 DE JUNHO DE 2012. http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.663-2012?OpenDocument*

Douglas, M. (1972). Deciphering a meal. *Daedalus, 101*(1), 61-81.

Freyre, G. (1955). *Manifesto regionalista de 1926*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Documentação.

Graham, R. (2010). *Feeding the city: From street market to liberal reform in salvador, brazil, 1780-1860*. Austin: University of Texas Press.

IPHAN. (2011). *Brasil e Benim farão inventário de bens do patrimônio cultural associados a ambos os paises*. Assessoria de Relações Internacionais—ARIN/Ascom IPHAN; *http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=15910&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia*.

IPHAN.(2010).*Proteção federal garante a atividade das baianas do acarajé na oral de Salvador*.Setembro3;*http://portal.iphan.gove.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=15553&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia*.

IPHAN. (2009). *Iphan eremonia Memorial das Baianas de Acarajé em Salvador.* June 8; *http://portal.iphan.gov.br/montarDetalheConteudo.*do;jsessionid=06A39BE115063290A58340EE059D904D?id=14473&sigla=Noticia&retorno=detalhe Noticia

IPHAN. (2005). *Ofício das Baianas de Acarajé: Bens Registrado*. *http://portal.iphan.gov.br/montarDetalheConteudo.do?id=17750&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional*

Kraay, H. (1998). *Afro-brazilian culture and politics: Bahia, 1790s to 1990s*. Armonk, N.Y.: M.E. Sharpe.

Johnson, P. C. (2002). *Secrets, gossip, and gods*. Oxford: New York: Oxford university press.

Laraia, R.B. (2004). Registro do Ofício das Baianas de Acarajé, IPHAN, Processo#01450.0086751. *http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=349*

Lauderdale-Graham, S. (1988). *House and street: The domestic world of servants and masters in nineteenth-century rio de janeiro*. Cambridge [England]; New York: Cambridge University Press.

Lima, V. C. (2010). *A anatomia do acarajé e outros Escritos*. Salvador: Corrupio.

Lewis, R. (July 2014). *Want To Eat Brazilian Food At The World Cup? Please Step Outside.* July 05, 2014;12:48 PM ET. ©2014 NPR.org. *http://www.npr.org/blogs/thesalt/2014/07/05/328522903/want-to-eat-brazilian-food-at-the-world-cup-please-step-outside*

Lody, R. G. M. (1979). *Santo também come: Estudo sócio-cultural da eremonial eremonial em terreiros afro-brasileiros*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

Lovejoy, P. E., & Trotman, D. V. (2003). In Lovejoy P. E., Trotman D. V. (Eds.), *Trans-atlantic dimensions of ethnicity in the african diaspora*. London ; New York: London ; New York : Continuum.

Lovejoy, P. E. (2011). *Transformations in slavery: A history of slavery in Africa*. Cambridge: Cambridge University Press.

Martínez-Echazábal, L. 1998. Mestizaje and the discourse of national/cultural identity in Latin-

America 1845-1959. *Latin American Perspectives*, 100, 25, 3: 25-42.

Martins, A. S. (2009) O Reino de deus no legislative municipal: Bolinhos de Jesus, orixa2s do Tororó e outras histórias. *XI Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiõas: Sociabilidades religiosas mitos, ritos e identidades*. 25-27 de Maio, Goiânia-UFG-Campus II.

Matory, J. L. (2005). *Black Atlantic religion: Tradition, transnationalism, and matriarchy in the Afro-Brazilian Candomblé*. Princeton, N.J: Princeton University Press.

McCann, B. (2004). *Hello, hello Brazil: Popular music in the making of modern Brazil*. Duke University Press.

Barros, N.B. (June 5, 2013). FIFA recua e libera baianas do acarajé na Fonte Nova. *Folha de São Paulo: Salvador*, atualizado às 11h32—03h28

Nova, L. and Miguez, P.. (2008). O mito Baiano: viço, vigor e vícios. IV Enecult, *Encontros em*

Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador: Federal Universidade de Bahia.

Peirce, C. S., & Hoopes, J. (1991). *Peirce on signs: Writings on semiotic*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.

Pinho, P.d S. (2010). *Mama Africa: reinventing blackness in Bahia*. Duke University Press, Durham [NC]

Pitombo, Mariella. (2007). Reinventando tradições, potencializando identidades–uma análise das políticas de modernização turística e cultural na Bahia contemporânea. Revista Mnemosia, editada pelo Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Memória, Cultura e Desenvolvimento. Disponível em: *http://www.culturaememoria.com.br*

Querino, M. R. (1928). *A arte culinaria na Bahia: Breves apontamentos*. Bahia [Brazil: Papelaria Brasileira.

Ramos, A. (1942). *A aculturação negra no Brasil*. S. Paulo: Companhia editora nacional.

RedeBahia. (2012). *Rede Bahia/Rede Globo.*Globo Comunicações e Participações S.A., *http://redeglobo.globo.com/redebahia/*

Reis, J. J. (January 01, 1997). 'The Revolution of the Ganhadores': Urban Labour, Ethnicity and the African Strike of 1857 in Bahia, Brazil. *Journal of Latin American Studies, 29,* 2, 355-394.

Ribeiro, C. M. (2010). Turismo: religioso, fé, consumo e mercado. *Revista Facitec*, 5,16:Ago-Dez.

Romo, A. A. (2010). *Brazil's living museum: Race, reform, and tradition in Bahia*. Chapel Hill:

University of North Carolina Press.

Salvador (Augusto 2013). *Baianas terão lugar destacado na nova orla.*Salvadornoticias.com, 8/28/2013 08:30:00 PM, *http://www.salvadornoticias.com/2013/08/baianas-terao-lugar-destacado-na-nova.html*.

Santos, R. (January 2013). *Queremos baianas e acarajés na Copa de 2014 #baianasnacopa*.©Change.org, Inc. *https://www.change.org/p/queremos-baianas-e-acaraj%C3%A9s-na-copa-de-2014-baianasnacopa*

Silva, D.R. (2014). *Patrimônio cultural imaterial: antecedentes e proteção jurídico ambiental*. Âmbito Jurídico.com.br; O seu portal jurídico na Internet. December 9, Rio Grande.

Souto, M. M. (1985). *Comes e bebes do Nordeste*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana.

Souza Jr. V.C. (2009). *O banquete sagrado: Notas sobre os de comer em terreiros de candomblé*. Salvador: Atlaho.

Stam, R. (1997). *Tropical multiculturalism: A comparative history of race in brazilian cinema and culture*. Durham: Duke University Press.

Tavares, O. (1951). Bahia—Imagens da Terra e do Povo. (Ilustrações por Carybé). Rio de Janeiro: Ediouro.

Vianna, H. (1987). *A cozinha baiana: Seu folclore, suas receitas*. São Paulo: Edições GRD.

Vianna, S.(1940). *Caderno de Xangô: 50 receitas da cosinha bahiana do litoral e do nordéste: uma reportagem de Sodré Vianna*. Bahia: Livraria Editora Bahiana.

Victa, L.F. (Abril 5, 2013). *Fábio Mota: "É um absurdo o acarajé ficar fora da Arena*. Política:Rádio Sociedade *às 08:38, 05/04/2013,http://www.radiosociedadeam.com.br/portal/noticia.aspx?nid=120630*.

Vilhena, L. S., In Amaral, B. ., & Vilhena, L. S. (1969). *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Editôra Itapuá

Zanirato, S. (2004). A restauração do largo do pelourinho: Edificações tão bonitas de ser ver, histórias não tão bonitas de se contar. *Revista de História Vitória*, 16:323-344

Comida e Construção de Identidade em Redes Transnacionais Macaenses

Marisa C. Gaspar[1]
Marisa_Cristina_Gaspar@iscte-iul.pt

Resumo: As festas do Partido dos Comes e Bebes (PCB) constituem-se como uma forma de integração, funcionamento e manutenção da comunidade macaense em Portugal. Este grupo informal organizado com o propósito de juntar os macaenses em reuniões de comensalidade, proporciona aos convivas o nostálgico regresso a um passado em Macau, sobretudo, através da saudosa comida macaense que se identifica, cheira e saboreia, de resto, a principal atração destes encontros. Apresentada como um atestado das origens macaenses, este tipo de gastronomia remete para as mais antigas tradições da cozinha portuguesa com influências e combinações muitíssimo variadas que a convertem numa das mais antigas cozinhas de fusão do mundo; a comida consumida nos eventos do PCB, assume um lugar de memória para a construção de uma identidade étnica e cultural macaense.
Neste paper procurarei demonstrar como a comida, no contexto das reuniões do PCB, é assumida como uma marca distintiva e exclusiva da existência de uma comunidade especificamente macaense.

Palavras-chave: Comunidade Euroasiática Macaense; Comida; Identidade; Património Cultural Imaterial; Portugal; Macau

Agradecimentos: Este artigo tem como base parte do material etnográfico recolhido durante a minha investigação de doutoramento financiada por uma Bolsa de Doutoramento (SFRH/BD/40412/2007) da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), através de fundos nacionais do Ministério da Educação e Ciência do Governo de Portugal. Em várias fases da sua evolução, o meu ensaio foi beneficiado pela visão crítica sobre diferentes tópicos oferecida por Brian Juan O'Neill, Gonçalo D. Santos, José Manuel Sobral, entre muitos outros colegas e amigos. A todos eles sou grata pelos comentários e pela crítica sensível e abrangente. Agradecimentos muito especiais são devidos aos principais protagonistas deste estudo: o PCB e os macaenses.

Num mundo de constante contacto cultural, de comunicação à escala mundial e marketing internacional, o processo de mudança na dieta alimentar parece ter acelerado, mas as fronteiras que separam as culturas não desapareceram. Pelo contrário, os cientistas sociais têm apontado para o ressurgimento do nacionalismo e da etnicidade como formas de reforço das identidades locais e nacionais, muitas vezes, diretamente associados ao consumo de alimentos.
Os estudos da comida e dos hábitos alimentares constituem, desde há muito, objeto de interesse para as ciências sociais e, em particular, para os antropólogos. É exemplo disso o estudo pioneiro de Audrey Richards (1995 [1939]) que nos deu conta do contexto social e psicológico da comida, da sua produção, preparação e consumo, e do modo como estes processos estavam ligados ao ciclo de vida e às relações interpessoais dos *Bemba*, bem como, da evidência da "comida como símbolo". Mais tarde, Lévi-Strauss (1965) e Douglas

---

1 Doutora Marisa Gaspar iniciou a sua formação académica em Antropologia em 1997, terminando a licenciatura em 2002 no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Desde 2003 tem vindo a fazer trabalho de campo etnográfico com os macaenses em Lisboa e em Macau. Desenvolve pesquisas sobre memória, identidade, ambivalência e, mais recentemente, sobre comida e património cultural. Em 2009, concluiu o mestrado em Antropologia Social na London School of Economics and Political Science (LSE), Reino Unido. No mesmo ano, iniciou o Doutoramento em Antropologia no ISCTE-IUL. Em 2013, obteve o grau de Doutora com a tese "*Macau Sá Filo: Memória, Identidade e Ambivalência na Comunidade Euroasiática Macanese*". Atualmente integra o Instituto do Oriente (ISCSP-UL) e colaboradora com o Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA).

(1991 [1966]) deram importantes contribuições para uma abordagem estruturalista da alimentação ao postular que esta constitui um código através do qual se expressa o padrão das relações sociais. No famoso texto *Le Triangle Culinaire* (1965), Lévi-Strauss, recorrendo ao modelo linguístico universalista, sustenta que, tal como a linguagem, o ato de cozinhar é comum a todas as sociedades humanas. Para Douglas, a comida transforma-se num código e a mensagem que ela codifica poderá ser encontrada no padrão manifestado pelas relações sociais, existindo uma correspondência entre determinada estrutura e a estrutura dos símbolos através da qual ela se representa. Foi, contudo, Goody (1998 [1982]) e Mintz (1985) que pareceram marcar um ponto de viragem nos estudos sobre estas temáticas ao postular que a alimentação e a culinária são parte integrante de sistemas económicos, sociais e culturais muito complexos.

Desde então, estes estudos sofreram um processo de maturação ao longo do qual vieram a englobar uma diversidade enorme de problemáticas [para revisão da literatura "Antropologia da Alimentação e da Cozinha": Tierney e Ohnuki-Tierney 2012]. No seio destas destacam-se as que relacionam o papel social e simbólico dos alimentos e da cozinha com a estruturação e reprodução das identidades de grupo (Belasco 2008, Pilcher 2006, Scholliers 2001), a reivindicação de pertença a determinados grupos – sejam eles castas, classes, religiões, etnias ou nações (Anderson 2005) – a construção da memória social (Sutton 2001) e a articulação entre a cultura local e os fluxos culturais transnacionais (Inglis e Gimlin 2009).

Na atualidade, tem sido dada especial atenção à construção sociopolítica da alimentação, principalmente em duas dimensões. Por um lado, investigam-se os processos através dos quais uma dada cozinha é identificada com uma coletividade cultural e se transforma em algo consubstancial à sua própria identidade. Por outro, assiste-se a um interesse político crescente, de inspiração nacionalista ou regionalista, pela cozinha, codificando-a e promovendo-a como mercadoria importante em particular no domínio da economia do turismo, concebendo-a como património cultural de um determinado lugar. Desta forma, os discursos oficiais opõem a um sistema económico-cultural artificial, anónimo e globalizado, uma cozinha local ou nacional autêntica que precisa ser preservada de um potencial desaparecimento.

Assim, práticas culinárias antigas são transformadas em património que não só se quer preservar, mas promover enquanto conjunto de valores partilhados e de memórias coletivas que aumentam o potencial de identificação no presente (Peckham 2003). O desenvolvimento transnacional das políticas de património é um processo antigo e está imbricado com o do nacionalismo e com as transformações associadas à industrialização, tidas como acarretando perdas irreversíveis para a humanidade (Lowenthal 1998). O processo de recuperação de tradições e de consagração do passado conheceu o seu apogeu com a atividade reguladora da UNESCO, que dirige a construção universalista de um património cultural mundial, material e imaterial. Todavia, embora encontremos a reivindicação de um estatuto intelectual para a gastronomia no século XIX (Ferguson 2004), só recentemente as "tradições culinárias" vieram a ser concebidas como Património Cultural Intangível da Humanidade.

O potencial do património cultural para atrair visitantes, gerando rendimento, reforçando as reivindicações políticas e incutindo autoestima nas comunidades, é hoje cada vez mais reconhecido, não só a nível local ou nacional, mas também à escala global, sendo grandemente influenciado por agências internacionais como a UNESCO. Se o património pode assim assumir fins claramente instrumentais, ele está, no entanto, regularmente associado a um interesse genuíno na história, no passado e nos artefactos e práticas em questão por parte dos atores sociais (Nas 2002).

Neste artigo irei desenvolver este argumento, analisando a forma como a partilha e consumo de um determinado tipo de comida está a desempenhar um papel central no processo de construção de uma identidade étnica e cultural especificamente macaense. A produção de reuniões de comensalidade (Stafford 2000) entre os macaenses, revelam ser não só uma expressão de comunhão entre os vários membros da comunidade que nelas participam, como reforçam ainda o sentimento coletivo da permanência do grupo no longo do tempo. Além disso, a reivindicação e manutenção de uma cultura e etnicidade específica macaense, tem também vindo a ser reforçada pelos poderes locais através da patrimonialização de itens culturais macaenses – como a gastronomia – que são transformados em mercadorias vendidas como autênticas e únicas no atual mercado de bens de consumo da recententemente estabelecida Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China (RAEM).

1. Os macaenses e o PCB

No seu sentido mais geral, a expressão portuguesa "macaense" refere-se a todas as pessoas nascidas e/ou residentes em Macau, sem aplicação de qualquer conotação étnica ou nacional[2]. Mas há um segundo significado diretamente ligado com a categoria identitária de *euroasiático*: tal como usado neste estudo, o termo reporta-se exclusivamente à antiga comunidade "crioula" local cujos membros tendem a ser fluentes em português e cantonense (a língua chinesa dominante), mas unicamente letrados em português. Sendo um produto da história colonial portuguesa, esta comunidade está profundamente ligada ao território de Macau e esses laços são explicitamente reconhecidos nas expressões portuguesas e chinesas mais comuns para se referirem aos seus membros: *filhos da terra* e *tou-saang pouh-gwok-yahn* ou "portugueses nativos nascidos na terra".

Historicamente, a emergência da comunidade macaense está ligada a um prolongado e complexo processo de mistura biológica e sociocultural entre indivíduos europeus – na sua maioria portugueses – e, sobretudo, indivíduos asiáticos chineses, malaios, japoneses, indianos e timorenses, desde o século XVI em diante. Se até aqui o debate sobre a *origem dos macaenses* – de resto, a grande fatia da literatura produzida até aos dias de hoje sobre a comunidade – não questiona que a etno-génese do macaense resulta de *misturas étnicas sucessivas* que não podem ser reduzidas ao binómio português-chinês e que se prolongaram durante séculos em Macau; o que não é consensual entre os vários autores é quem são as mulheres que estão na base dessa "miscigenação" que deu origem aos macaenses. Resumindo o debate, existem, em particular, duas versões que se opõem. Uma delas dá conta de que teriam sido as mulheres malaias e indianas, nos primeiros séculos da presença portuguesa no Oriente, as mães dos macaenses descendentes das primeiras famílias estáveis e radicadas em Macau. Entre estas famílias abastadas e conservadoras existiria uma vincada endogamia e os seus filhos casar-se-iam entre si ou com europeus, sendo rara a abertura à sociedade chinesa e quando, ocasionalmente ocorriam casamentos com chinesas, tratavam-se sempre de mulheres educadas no seio das famílias portuguesas. Esta tese defende ainda que a "acelerada miscigenação" entre portugueses e chineses em Macau data do final do século XIX e principio do século XX, ocorrendo essencialmente entre sujeitos de grupos sociais com um nível económico baixo (Amaro 1988). A esta versão, corroborada pelas prestigiadas "famílias tradicionais" de Macau e que define os macaenses como "portugueses do Oriente", opõe-se diametralmente a versão defendida por Monsenhor Manuel Teixeira na obra *Os Macaenses* (1965). Baseando-se no estudo dos Arquivos Paroquiais de Macau, o autor afirma que a origem destes indivíduos está no casamento de homens portugueses com mulheres chinesas.

Apesar das diferentes interpretações em torno da "origem dos macaenses" durante os primeiros séculos da chegada dos portuguese ao Território, o que ninguém contesta é que o processo de miscigenação ocorrido em vários momentos da história de Macau contribuiu para a aparência física euroasiática do macaense – apesar de frequentemente ser difícil identificar um macaense apenas pela sua fisionomia – e inspirou o desenvolvimento de marcadores socioculturais únicos tais com um determinado tipo de cozinha e o dialeto *patuá* (Amaro 1988; Batalha 1974 [1958]; Fernandes e Baxter 2001; Ferreira 1978; Pinharanda Nunes 2011). Ainda que oficialmente considerados cidadãos portugueses, esta comunidade de *filhos da terra* desenvolveu um estilo de vida muito particular, com uma identidade própria e uma visão totalmente coerente sobre as condições económicas e sociais que constituíram o seu ambiente a longo prazo. Pina-Cabral (2002) chama a isto *cultura crioula*, no sentido de "uma comunidade sociocultural cujos principais elementos históricos derivam da produtividade transversal de tradições históricas que não só são mais fortes do que a própria comunidade, como também, continuam a relacionar-se com ela" (2002: 37).

As ocupações profissionais dos macaenses centraram-se em atividade para as quais estariam bem vocacionados devido à sua posição de intermediários face aos outros dois grupos étnicos: funcionários públicos na estrutura administrativa e profissionais liberais (advogados, solicitadores, secretários, etc.). Foi esse *privilégio* de

2 Assumindo o mesmo significado encontram-se as expressões equivalentes em chinês: *Ou Mun Yan* no caso do cantonense e *Ao Men Ren* em mandarim, habitualmente traduzidas como "cidadão (pessoa) de Macau".

controlar o aparelho de Estado, assegurado pelo papel central que desempenhavam como mediadores entre chineses e portugueses face à Administração Portuguesa de Macau, que permitiu aos macaenses atingir uma posição de conforto e segurança económica e social.
Morbey (1990), no seu estudo sobre a população de Macau no início dos anos 90, aponta como uma estimativa credível 7 mil, aproximadamente 1.6 % do total da população, o número de macaenses a residir no Território[3]. Existem, no entanto, inúmeros macaenses a viver em Hong Kong e muitos outros estão dispersos por vários países estrangeiros (sobretudo Portugal, Brasil, Canadá, Estados Unidos da América e Austrália), existindo um fluxo constante de macaenses entre o Território e os países de acolhimento. Hoje em dia, prevê-se que a quantidade de famílias macaenses estabelecidas fora de Macau seja muito superior ao número daquelas que ali residem. Estima-se que sejam cerca de 150 mil[4] os macaenses dispersos pelo mundo. Desde logo, é possível reconhecer como um dos aspetos mais reincidente e documentado na bibliografia de Macau, a morte anunciada da comunidade e o término da vida macaense associados ao *espectro de abandono* dos filhos da terra, característico dos períodos de crise e de profundas transformações na estrutura política, social e económica de Macau. Esta imagem de um Macau tendencialmente "esvaziado" começou a esboçar-se a partir do fenómeno, ao qual se tem chamado diáspora macaense e que terá tido o seu início em 1842 com os primeiros movimentos migratórios macaenses para Hong Kong e Xangai (Montalto de Jesus 1990 [1902]).
Com a aproximação da entrega de Macau à China começa também a verificar-se o movimento contrário, isto é, durante toda a década de 90 do século XX, muitos macaenses residentes permanentes de Macau rumaram a Portugal e aqui se estabeleceram. Acontecimentos como o "Um, Dois, Três" (1966/7), o processo da descolonização portuguesa em África (1975) e a inexistente literacia em chinês foram, para a grande maioria dos macaenses residentes no país, as razões apontadas para a não permanência em Macau depois de 1999. A escolha por residir em Portugal deveu-se, sobretudo, para além da língua e da nacionalidade portuguesa, à garantia de ingresso nos quadros da Administração Pública da República Portuguesa.

Como consequência destes acontecimentos, começam a concentrar-se mais pessoas em Portugal oriundas de Macau e porque o número já era considerável, o pequeno grupo de amigos que se juntavam para almoçar deu lugar, em 2002, a um grupo mais alargado e organizado. Nasce assim o *Partido dos Comes e Bebes* (PCB), um grupo informal e sem ligação a nenhum do associativismo macaense existente em Macau ou em Portugal onde está radicado. O PCB agrega cerca de 50 pessoas, entre Fundadores e Amigos Colaboradores distribuídos pelo país, em Macau e na diáspora. Com o objetivo de reunir os conterrâneos a viver em Portugal e de estimular o convívio entre eles, as atividades do grupo foram estruturadas em torno da dinamização de um calendário de eventos, do website *GenteDeMacau* e do blog *PCB Magazine*.
Desde logo é percetível, pelo nome escolhido e atribuído ao grupo, que o maior interesse na formalização do PCB – contudo, segundo os fundadores, sem a imposição de qualquer tipo de formalidade ou vínculo – passaria pela reunião dos convivas em "volta da mesa". Outra característica do grupo é relativa à homogeneização

---

3 Na consulta dos Censos de 2011, disponibilizados pela Direção dos Serviços de Estatística e Censos do Governo da RAEM (DSEC), é possível verificar que segundo o quadro estatístico n.º 65 (em http://www.dsec.gov.mo/Statistic.aspx?NodeGuid=8d4d5779-c0d3-42f0-ae71-8b747bdc8d88, acedido em Junho de 2012) foram atribuídas, entre outras, as seguintes ascendências: chinesa e portuguesa; chinesa e não portuguesa; portuguesa e outra, onde qualquer macaense se poderia enquadrar. Fazendo o somatório das três categorias obtemos um total de mais de 6 mil indivíduos pelo que continuo a considerar como credível a estimativa apontada por Morbey e, portanto, a não ocorrência de grandes variações no número de macaenses residentes no Território, antes e depois de 1999.

4 Estes dados chegam-nos através *do website FarEastCurrents.com* onde foram publicados os resultados do inquérito online de 10 perguntas aplicado à "Portuguese-Macanese Population" durante os meses de Agosto e Setembro de 2012 e que pretendeu contabilizar o número aproximado de macaenses a viver na diáspora, em: http://www.macstudies.net/2012/10/15/2012-portuguese-macanese-survey-results/, último acesso em Outubro 2012. Criado em Janeiro de 2012, o *Far East* Currents tem servido de suporte online ao projeto "Portuguese and Macanese Studies" do investigador da Universidade da Califórnia Roy Eric Xavier, também ele macaense, que tem vindo a reunir documentação, informações e testemunhos da comunidade macaense em http://www.macstudies.net/.

geracional dos seus afiliados. Todos eles com idades compreendidas entre os 55 e os 65 anos, partilham, para além de uma rede de parentesco colateral, uma rede de amizades formada no decorrer do ensino secundário durante as décadas de 60 e 70 em Macau. Tal como a primeira, esta rede de amizades entre antigos colegas de Macau assume uma importância vital na inserção dos sujeitos nas reuniões do PCB e, em última instância, na comunidade macaense radicada em Portugal, cujo número apontado pelos meus informantes não ultrapassa os 300 indivíduos dispersos por todo o território nacional, verificando-se a maior concentração residencial na área metropolitana de Lisboa.

Nos convívios do PCB vamos encontrar antigos alunos do Liceu de Macau e da Escola Comercial, cujos percursos de vida se afastaram quando os primeiros saíram de Macau rumo a Portugal para aqui prosseguirem os seus estudos universitários, ao passo que os segundos lá se mantiveram já ingressados nas carreiras da Função Pública (FPM). A tónica geral para quem veio para Portugal e depois de finalizados os seus cursos superiores, foi aqui constituírem família e seguirem com os seus trajetos profissionais.

Muitos deles só se voltam a encontrar em Macau, já durante os anos 80 e 90, quando aí começa a haver o alargamento e a formação de novos serviços na função pública e se torna necessário, para colmatar o número deficitário de funcionários, requisitar pessoal qualificado – com preferência para os naturais de Macau – dos quadro técnicos do Estado Português. Para o efeito, foi criado o Gabinete de Macau que tratava dos processos de candidatura e recrutamento das *comissões de serviço*. Estas comissões de serviço em Macau por períodos de três anos renováveis eram, especialmente, atrativas em termos monetários, já que os salários chegavam a corresponder a três vezes mais do que o montante auferido em Portugal e a cada família era atribuída uma casa para residência pelo período de duração da sua comissão em Macau. Para além das vantagens financeiras e de verem cá assegurados os seus "antigos" postos de trabalho, muitos dos meus informantes revelaram vislumbrar aí uma oportunidade de voltar a viver em Macau, reencontrar velhos amigos e familiares e dar o seu contributo à terra que os viu nascer antes da transição de 1999.

O PCB, como já foi mencionado, tem ainda um *website* criado em 2007 e onde se pode ver o hino e a bandeira do partido, os seus fundadores, amigos e colaboradores, um diagrama da comissão organizadora, um *blog*, fotografias de eventos passados e um espaço onde cada um dos associados tem o seu "cantinho" para escrever sobre os temas que mais lhes aprazem. Também lá se encontra o calendário de eventos portugueses e chineses mais significativos que são por eles comemorados, à semelhança de como acontecia em Macau, e onde a comida macaense é sempre a maior atração.

Essas comemorações que em parte se querem *privadas* denunciam o carácter fechado do grupo, não apenas para os estrangeiros como eu, mas para os próprios macaenses, que por si só e por o serem, não lhes dá acesso direto a estas festas. É igualmente necessário ser convidado a estar presente. Talvez tenha sido a herança deixada pelo funcionalismo público ou apenas, como eles dizem, *por brincadeira*, o PCB tem um organigrama com a descrição das diferentes funções e o nome de quem as compete desempenhar. Assim sendo, recorre-se ao topo para se obter essa aprovação e acesso a este universo que se quer "familiar" e "entre amigos", no fundo, um "domínio privado" e com identidades privadas, mas sem o serem. Afinal, existe um *website* da "gente da terra" que é carregado e atualizado com toda a informação que diz respeito ao *Partido dos Comes e Bebes* e aos seus eventos e celebrações, como por exemplo, fotografias, receitas macaenses, música e literatura em *patuá*. É a obsessão pelo registo do privado para depois o tornar público, dado a conhecer, ser recordado, como se dos "últimos macaenses" se tratassem, os últimos a fazerem isto, os últimos a preservarem a tradição, a língua, a gastronomia, os hábitos e os costumes e que têm o dever de deixar estas memórias das suas memórias porque para além deles "já nada disto passa", como repetidas vezes me foi dito.

2. A comida macaense nas festas do PCB

As festas do PCB constituem uma rede importante de integração, de funcionamento e manutenção da comunidade macaense em Portugal. Indagando junto dos meus informantes e pela minha experiência pessoal na aproximação ao "associativismo oficial" macaense do país, o surgimento destes encontros e a regularidade com que são organizados provêm da necessidade sentida na falta de socialização com *a malta*, expressão comum

usada entre os macaenses na identificação de pertença ao grupo. À semelhança do que Pina-Cabral e Lourenço (1993) e Pina-Cabral (2000) nos dão conta em relação à *densidade* da comunidade em Macau, também cá os membros do PCB estão ligados entre si por vários laços: de família consanguínea ou por afinidade, senão destes, então de colegas da Escola Comercial ou do Liceu, senão destes, de vizinhança de bairro em Macau.
As grandes reuniões do PCB decorrem em torno de um *Chá Gordo* – refeição volante e alargada constituída por doces, salgados e por pratos quentes típicos de um lanche ajantarado[5] – e no espaço multiusos da Casa de Macau alugado para o efeito[6]. Outra celebração do calendário de eventos do PCB é o Ano Novo Chinês[7] que tem lugar num dos restaurantes chineses na área metropolitana de Lisboa eleito como o que melhor confeciona a comida do sul da China e que nesse sentido, mais se assemelha ao tipo de comida chinesa da província Guangdong consumida em Macau. O restaurante chinês também é preferencialmente o escolhido para as reuniões familiares ou para o encontro de amigos fora do âmbito das festas do PCB. Por ocasião de uma entrevista em que fui, justamente, convidada a fazê-la durante o almoço num desses restaurantes chineses, tive a oportunidade de verificar que o ambiente ali era bastante familiar e a maioria dos clientes eram macaenses residentes no país ou familiares de visita que se conheciam entre si e reuniam naquele espaço com regularidade.
O hábito entre os macaenses de fazerem reuniões regulares em restaurantes chineses foi adquirido ou importado de Macau e continua aqui a manifestar-se, tanto na procura pela semelhança de um estilo de vida que cá se perdeu, nas palavras de Manuela[8] de 61 anos e a viver em Oeiras: *em Macau convivíamos muito mais, era muito fácil, bastava ligar a alguém: "Vamos almoçar no sitio tal" e no fim de uma hora lá estava toda a gente; aqui não, é tudo muito mais difícil, é diferente, não tem nada a ver;* como na procura do melhor *Dim Sum* que se pode comer na área da grande Lisboa.
Dim Sum é o termo cantonense que se refere a uma refeição leve, composta de vários pratos, muitos dos quais servidos em recipientes de bambu onde os alimentos são cozinhados a vapor e servidos em pequenas quantidades. Em Macau e Hong Kong, quando se vai a um restaurante de *Dim Sum* diz-se ir *Yam Chah* ou beber chá, porque todas estas iguarias devem ser acompanhadas de chá. A expressão macaense *Chá Gordo* foi seguramente adaptada daqui. Trata-se de uma especialidade da cozinha chinesa de Cantão muito apreciada pelos macaenses. Também entre eles se discute qual o restaurante, dos quatro existentes na área metropolitana de Lisboa, que serve o melhor *Dim Sum* e dentro do *Dim Sum*, o que tem o melhor *Chi Cheong Fan*, uma massa de arroz enovelada normalmente consumida com molho de soja e/ou amendoim e com sementes de sésamo. Este é o prato chinês predileto e mais cobiçado pelos macaenses, tanto assim, que faz sempre parte da ementa das festas do PCB. Sem se tratar de um prato macaense será ele uma exceção nas reuniões do PCB e o que movia os macaenses até à Casa de Macau todos os primeiros sábados de cada mês, dia em que, a par com outros pratos macaenses, o *Chi Cheong Fan* era servido.
Estabeleço aqui um paralelo entre a forma como o *Chi Cheong Fan* e os indivíduos provenientes de diferentes contextos étnicos ao serem integrados na comunidade macaense adquirem, eles mesmos, uma identidade

---

5 Para mais informações sobre esta refeição típica macaense consultar, por exemplo, Amaro, onde se pode ler: "[...] um *chá gordo* é o produto híbrido de receituário muito rico" (1988: 65).

6 Um outro espaço de menor dimensão, a sala de refeições da Casa de Macau, é também para reuniões de menor dimensão como por exemplo o primeiro almoço do novo ano civil. Neste almoço o prato principal servido é o *Tacho* ou *Chau Chau Pele*, tradicionalmente confecionado e consumido por ocasião desta época festiva (Natal e Ano Novo). Por se tratar de um cozido, à semelhança do português, composto por várias carnes, chouriço chinês, legumes e pele de porco desidratada (produto que vem de Macau uma vez que não existe à venda em Portugal e dá o nome ao prato) é servido, preferencialmente, ao almoço.

7 O evento Almoço de Comemoração do Ano Novo Chinês consiste num *fondue* chinês – *Ta Pin Lou* – sempre consumido em restaurantes chineses, normalmente, por ocasião das festividades do Ano Novo Chinês que em Macau, coincide também, com a época mais fria do ano. A ementa do *Ta Pin Lou* é escolhida criteriosamente, tentando incluir os ingredientes favoráveis e devidamente adaptados ao *fondue*, de modo a proporcionar a todos um ano auspicioso.

8 Todos os nomes usados neste artigo são pseudónimos – com exceção dos nomes de pessoas citadas no desempenho das suas atividades profissionais – de modo a preservar o anonimato dos meus informantes e a confidencialidade das suas informações.

macaense, perdendo os seus laços étnicos anteriores. Assim, apesar da origem, ingredientes e confeção totalmente chineses, esta massa de arroz foi, do mesmo modo, assimilada pela cozinha macaense, merecendo até um lugar de destaque na disposição da mesa do *Chá Gordo* por tão apreciada que é e nunca está omissa daquela que é a lista dos pratos mais apreciados e que sempre fazem parte do cardápio nos eventos do PCB.
Regra geral, a maior parte da comida apresentada nas festas do PCB é encomendada ao até então cozinheiro da Casa de Macau que à parte de fornecer os almoços de sábado naquele espaço tinha já, em parceria com um conterrâneo seu, um menu com tabela de preços e do qual foram escolhidos os pratos que se queriam ver presentes na ocasião. Apesar da adoção deste modo mais simplificado no que diz respeito ao fornecimento da comida, não existem restrições para quem quer dar o seu contributo e mostrar os seus dotes culinários neste universo macaense. Isso mesmo me foi explicado por Manuela, uma das organizadoras do evento:

> *Temos várias modalidades, agora fazemos assim: as pessoas que pagam só levam o estômago e quem leva comida não paga. Por exemplo, uma fez o Porco Balichão Tamarinho, eu fiz o Caril, um senhor fez Porco à Vinha d'Alhos que é especialista nisso, depois há uma que faz a Bebinca de Nabo e o resto nós encomendamos* (Oeiras, 13 Outubro de 2010).

As encomendas repetem-se festa após festa e para as entradas são escolhidas *Chamuças*, *Chilicotes*, *Mini-Crepes*, *Cheese Toast*, *Genetes*, *Chi Cheong Fan* e *Lacassá*. Dos pratos quentes consta sempre o mais emblemático da gastronomia macaense – o *Minchi* –, para além do *Caril de Ngau Nam* (*Aba de Vaca*), da *Capela* e dos já em cima mencionados pela informante. Dos doces fazem parte a *Batatada*, a *Bebinca de Leite*, a *Gelatina Ágar-Ágar* (alga chinesa), o *Tai Long Kou* de chocolate e o apreciado *Bolo Menino*.
Muitas das obras clássicas da antropologia dedicaram-se à demonstração de como as trocas de alimentos se desenvolvem e expressam laços de solidariedade e aliança; como as trocas de alimentos são paralelas às trocas de sociabilidade; e como os atos de comensalidade estabelecem e reforçam a comunhão social (Lévi-Strauss 1983 [1949]; Malinowski 2002 [1922]; Mauss 2008 [1924]). Segundo estes estudos, a noção de reciprocidade é considerada na forma mais imediata e fundamental da vida social onde pode ser integrada a oposição entre o *Eu* e o *Outro*, isto é, o facto de que a transferência consentida de um valor de um indivíduo para o outro transforma-os em companheiros e acrescenta uma qualidade nova ao valor transferido. No mesmo sentido, partilhar e comer alimentos distribuídos nas festas do PCB estabelece uma interdependência e uma unidade comunitária reforçada pela referência a uma origem e passado comuns.

3. De nostalgia a património

Sutton (2001) enfatiza a saudade evocada por indivíduos da diáspora através dos cheiros e sabores de uma pátria perdida, proporcionando um retorno temporário ao passado. A alimentação centrada na nostalgia é um tema recorrente em estudos da diáspora. Como uma forma de memória, a *nostalgia* tem vários e diferentes significados, nomeadamente, no que diz respeito à comida. Um verdadeiro compromisso etnográfico com a nostalgia requer que reconheçamos e procuremos explicar as *múltiplas vertentes do ato de recordar*, observando como elas coexistem, se combinam e/ou entram em conflito. A nostalgia é moldada por preocupações culturais específicas e conflitos; e à semelhança de qualquer outra forma de prática da memória, ela só pode ser entendida em contextos históricos e espaciais específicos.
Do mesmo sentimento nostálgico está envolvido todo o universo da comida macaense quando descrito pelas palavras dos próprios macaenses. Gabriela de 44 anos e a residir em Lisboa desde 2000, descreveu assim a comida macaense: *Quando falamos da cozinha macaense falamos de uma comida que traz memórias, traz sabores, traz odores, traz a infância, a adolescência, o que se fazia em casa dos avós, o tempo dos avós*. E da mesma nostalgia estão impregnados os encontros do PCB, especialmente reforçada no que diz respeito à comida. Tal como Tina, colaboradora do PCB, me descreveu por ocasião da entrevista concedida no dia 30 Setembro de 2010: *apenas receitas macaenses, do nosso universo saudoso da comida macaense, são especialmente por nós cozinhadas e levadas para as festas do PCB*.

A comida macaense, a sua cozinha e culinárias, são representadas como um atestado das origens étnicas e culturais dos macaenses, prova da "miscigenação" que lhe deu início e caracteriza a comunidade. No contacto direto com os macaenses, torna-se claramente percetível como esta comida é por todos e amiúde nomeada como uma saudade, como um apelo ao passado e a um Macau que faz parte desse passado e que não quer ser esquecido transformando-se, assim, num dos principais veículos no regresso a esse mesmo passado. Também na literatura está presente essa marca de singularidade através do modo e da forma como escritores de Macau (Ferreira 2007; Jorge 1992; Jorge 2004; Lamas 1997; Serro 2012) se referem a esta comida e à forma de a confecionar, elogiando os seus cheiros e sabores, colocando-a quase a um nível mítico, na família, no grupo, no ser macaense.

Embora a nostalgia seja alimentada por um sentimento de modernidade como rutura, deslocamento ou um processo historicamente descontínuo; a memória coletiva, por seu turno, emerge dos esforços para forjar um sentimento partilhado de identidade de grupo, coesão e continuidade a longo termo. Nos dias de hoje, é possível observar o esforço destas famílias na procura pelo tipo de comida consumida em Macau, com especial enfâse na preparação da comida macaense recorrendo, para isso, às receitas ou às memórias dessas receitas herdadas dos antepassados e numa busca pela maior autenticidade. Deste esforço pelo não esquecimento e preservação da gastronomia macaense, têm surgido, de forma mais intensificada nas últimas décadas, a divulgação de receitas macaenses através da edição e reedição de livros[9], de sítios na internet[10], de conferências, *workshops,* e até da criação da *Confraria da Gastronomia Macaense* em 2007.

Augustin-Jean (2002), no seu trabalho sobre comida e identidade macaense, identificou dois pressupostos: (1) o de que tanto o tipo de comida como o método de preparação são usados pelos indivíduos dentro de uma determinada sociedade para se demarcarem de outros grupos nessa sociedade e de outras sociedades; (2) e o de que ao longo do tempo, tanto a comida como os métodos de preparação são, frequentemente, empréstimos recebidos de outras culturas e de outras cozinhas. Considerando os processos de assimilação e reinterpretação que operam num lugar como Macau, podemos argumentar que, usando a gastronomia como um marcador étnico e cultural, é possível mostrar como uma comunidade afirma a sua identidade. Veja-se o depoimento de Anabela:

> *Eu acho que uma das coisas mais importantes da identidade é a gastronomia porque todos os povos têm a sua cozinha própria. Por isso acho que é muito importante que os macaenses mostrem que têm uma cozinha própria que não é nem chinesa, nem portuguesa, nem malaia, nem timorense: é macaense! É uma cozinha própria que faz parte da identidade macaense, faz parte da nossa cultura* (Lisboa, 26 Maio de 2011).

A comida é então usada como uma expressão autêntica da identidade étnica e cultural macaense. Combinando as tradições da cozinha portuguesa com outras influências asiáticas e até africanas, é criada, uma dita, das mais antigas cozinhas de fusão do mundo (Jackson 2004), marca distintiva e exclusiva da existência de uma comunidade que é especificamente macaense. Atualmente, muita atenção tem sido dada à construção sociopolítica da alimentação, principalmente em duas dimensões: (1) na investigação dos processos através dos quais uma dada cozinha é identificada com uma coletividade cultural e se transforma em algo que é consubstancial à sua própria identidade; (2) no interesse político crescente, de inspiração nacionalista ou regionalista pela cozinha, codificando-a e promovendo-a como uma mercadoria importante, em particular no

---

9 Dois exemplos: (1) O livro *A Cozinha de Macau do meu Avô* de Graça Pacheco Jorge, que tem vindo a conduzir conferências e *workshops* sobre a gastronomia macaense no âmbito de várias iniciativas, foi publicado em Macau em 1992 pelo Instituto Cultural de Macau e em 1993 foi reeditado pela Editorial Presença, como *Cozinha de Macau*. Segundo a autora, no ano de 2012 a primeira edição do livro será novamente reeditada, desta vez, em versão trilingue: português-chinês-inglês; (2) João Lamas foi convidado a fazer uma espécie de antologia do seu livro de receitas *A Culinária dos Macaenses* – com duas edições em Portugal em 1995 (esgotada) e em 1997 pela Lello Editores – agora com o título *Culinária Macaense: 100 Especialidades* editada em 2009, também em versão trilingue (português, chinês e inglês), pela Direção dos Serviços de Turismo de Macau.

10 O *blog* do PCB e o *website Projecto Memória Macaense,* onde está disponível uma coletânea de Receitas da Gastronomia Macaense da comunidade macaense de São Paulo, são alguns exemplos entre muitos outros.

domínio da economia do turismo, e concebendo-a como património cultural. Tal como outros itens, práticas culinárias antigas são transformadas num património que não só se quer preservar, mas também promover enquanto conjunto de valores partilhados e de memórias coletivas que aumentam o potencial de identificação no presente.

4. Patrimonialização da Gastronomia Macaense

No dia 09 de Junho de 2012, a Gastronomia Macaense recebeu o estatuto de Património Cultural Imaterial de Macau outorgado pelo governo da Região Administrativa Especial de Macau durante as celebrações do Dia do Património Cultural da China. A bem sucedida inscrição da comida macaense na lista do Património Imaterial de Macau é ilustrativa de como a legitimação e projeção deste marcador da identidade étnica e cultural macaense tem reiterando, entre os macaenses a viver em Macau e no exterior, a importância histórica da comunidade e do seu tradicional papel de mediadores culturais. Durante todo o processo de submissão e revisão da candidatura, o qual é descrito com pormenor em outro lugar (Gaspar 2013), a Confraria da Gastronomia Macaense definida como a entidade de salvaguarda responsável pela preservação e transmissão do património candidato, recebeu constantes mensagens de apoio e outras manifestações de solidariedade de todas as partes do mundo através da internet. A candidatura teve ainda uma cobertura contínua e intensa por parte dos órgãos de comunicação social de Macau.

A consciencialização de que a salvaguarda do património macaense, e por conseguinte, a sustentabilidade e revitalização dessa identidade – com um vigor crescente entre os jovens – passa pelo reconhecimento e promoção turística dos seus símbolos é, contudo, um fenómeno recente entre a comunidade macaense. A promoção de uma cultura culinária específica, essencialmente uma cozinha de âmbito doméstico, em Macau e na diáspora, começa a ganhar maior projeção no domínio público apenas nos anos 90.

Para além da divulgação por aqueles que a confecionam e consomem nas várias Casas de Macau, através de *workshops* e outras atividades relacionadas, a "riquíssima gastronomia macaense" ocupa um lugar de destaque na promoção turística da região. A ação da Confraria da Gastronomia Macaense, criada em 2007 e com sede em Macau, está igualmente dirigida para a internacionalização desta secular cozinha crioula de Macau. Para tal, aposta-se no intercâmbio com organizações congéneres, na realização de festivais gastronómicos, na formação de *chefs* e na confeção desta comida nos restaurantes internacionais de Macau, de modo a torná-la acessível aos turistas. A Confraria pretende ainda levar os sabores desta cozinha secular mais longe. Depois da patrimonialização da gastronomia em Macau, está prevista para breve a candidatura da comida macaense a património nacional, ou seja, da China e a Património da UNESCO.

Macau apresenta-se hoje como um Centro Mundial de Turismo e Lazer. A cidade é promovida, por um lado, como um sítio cosmopolita, dinâmico e moderno, e por outro, como lugar herdeiro de um património cultural e de uma comunidade local multiétnica, cuja vivência e intimidade será caracterizada pela cultura de tolerância e respeito mútuos entre civilizações diferentes. Enquanto o primeiro aspeto, representado pela indústria do jogo, revela o seu lado mais globalizante e comercial, o segundo simboliza a sua vertente histórica que o governo local não só preserva, como revitaliza e produz como turismo cultural (McKercher e du Cros 2002). A inscrição na Lista de Património Mundial da UNESCO do Centro Histórico de Macau vem reforçar mais ainda o discurso oficial sobre a importância de Macau que insiste na bem sucedida integração das culturas chinesa e portuguesa e na imagem de abertura da primeira ao influxo de conceitos culturais lusófonos.

O fim da Administração Portuguesa em Macau marcou também o termo na separação existente entre os domínios político e económico. Com a instituição da Região Especial de Macau (RAEM) em 1999, espaço com elevado grau de autonomia, com leis e órgãos de governo próprios, sistema que manterá inalterado durante os cinquenta anos subsequentes, o programa político encetado pelo constituído governo local aparece indissociado da ambicionada prosperidade económica da região. Desde logo, em 2002, é deliberado pelo executivo da RAEM a não renovação da concessão do monopólio que as empresas do magnata Stanley Ho detinham sobre o mercado do jogo. Esta decisão ocasionou uma profunda transformação na economia do Território, abrindo as portas aos bilionários norte-americanos do setor que ai se têm vindo a estabelecer num

cada vez maior número de *Resort-Casinos* e a arrecadar, consideravelmente, mais receitas do que aquelas ganhas em Las Vegas. Considerando que o governo da RAEM cobra à indústria do jogo 35% de impostos diretos e cerca de 4% de impostos indiretos, além das licenças de exploração e de uma série de taxas por cada mesa e *slot machine* abertas ao público, são as receitas brutas geradas por esta indústria que constituem o principal motor da economia da já considerada *Capital Mundial do Jogo*[11].

Nesta conjuntura, e seguindo o argumento dos Comaroffs em *Ethnicity, Inc*. (2009), posso afirmar que o mercado tornou-se no princípio organizador subjacente do sistema político que vigora em Macau. Como tal, uma das consequências desse processo passa por "um bom governo" e pela sua capacidade de agir como vendedor, criando as condições necessárias para que os seus cidadãos, considerados empreendedores por natureza, concretizem as suas ambições, atuando como grupos corporativos no mercado. Neste sentido, o valor económico e político do projeto identitário impulsionado pelo governo e em curso na RAEM parece óbvio. Por um lado, existe uma (híper)valorização local, nacional e transnacional do património identitário único de Macau, apresentado como o produto da simbiose e da mistura harmoniosa entre o Ocidente e o Oriente naquele lugar do sul da China, permitindo o lançamento e comercialização da marca Macau e das suas "etno-mercadorias" no emergente mercado do turismo cultural. Por outro lado, o valor político encontra-se na sustentabilidade de uma política de diversidade cultural na RAEM, por meio da oferta de uma identidade própria de Macau e dos macaenses, da qual os seus depositários se devem orgulhar e empenhar na sua preservação e ampliação.

O modelo de Macau é, assim, exemplificativo daquilo que os Comaroff concebem como um produto dialético de dois processos: a mercantilização da cultura e a incorporação da identidade. Por mercantilização da cultura, os autores entendem a efetiva entrada na esfera do mercado de domínios da existência humana que anteriormente lhe escapavam, tais como os símbolos identitários de um grupo ou as suas práticas culturais, e a incorporação da identidade. Será este o processo pelo qual a identidade passa a ser reivindicada pelos grupos étnicos com base em regimes de propriedade e que se aplica ao caso da identidade macaense.

Ao contrário do risco iminente que se temia de uma uniformização estigmatizante com a reintegração de Macau na China, a constituição da RAEM permitiu a emergência e presente pujança do desenvolvimento económico e cultural de Macau tendo como base a identidade crioula que a caracteriza. Procurei assim demonstrar que a atual valorização e promoção do património identitário híbrido próprio da RAEM fez colapsar, totalmente, o "projeto étnico de portugalidade" característico da condição cultural dos macaenses durante o período colonial português e a inevitável "interculturalidade", defendida por Pina-Cabral e Lourenço (1993), da qual a comunidade macaense seria vítima no período pós-colonial.

O compromisso político com o princípio "um país, dois sistemas" assente numa identidade local dita multicultural e resultante de uma harmoniosa mistura entre as culturas chinesa e portuguesa, deliberadamente incorporada e promovida, não só legitima o próprio governo da RAEM como se insere ainda numa lógica de legitimação da liderança da República Popular da China (RPC) no contexto dos mercados lusófonos, sem a qual as esferas económica e política estariam esvaziadas do simbolismo justificativo (Piteira 2007). Desta forma, as relações entre a RPC e os países de língua portuguesa não só encontram motivos de ordem política e económica, como ainda razões de ordem simbólica que assentam na continuidade da singularidade secular que marcou o território de Macau ao longo de séculos e que o período pós-colonial não apagou. Antes pelo contrário, resgatou e revigorou por meio da *celebração da diferença* assente na valorização do património cultural e da comunidade euroasiática macaenses que a história da presença portuguesa produziu em Macau e, assim, justifica a ligação simbólica da lusofonia no papel que a RPC pode desempenhar neste processo.

---

11 Nos últimos anos, as receitas brutas dos jogos em Macau com concessões contratuais atribuídas a casinos, corridas de cavalos e galgos, a lotarias e apostas mútuas, têm ultrapassado, consecutivamente, o valor registado pela Las Vegas Strip nos EUA, ocupando o primeiro lugar na lista das maiores cidades exploradoras de jogos a nível mundial. Atualmente, com a liberalização do jogo, Macau (península, Taipa e Cotai Strip) conta com 35 casinos operados por seis empresas, três concessionárias e três subconcessionárias: Sociedade de de Jogos de Macau (20 casinos), Galaxy Casino (6 casinos), Sands China (4 casinos), Melco Crown Gaming (3 casinos), Wynn Resorts (1 casino) e MGM Grand Paradise (1 casino).

5. Conclusão: construindo a identidade macaense

No atual contexto de Macau, podemos argumentar, que o processo de conversão da comida macaense em património acaba por ser simultaneamente o produto de dinâmicas económicas, políticas e ideológicas mais amplas onde se insere a comunidade macaense, ao mesmo tempo que permite, aos que se identificam com ela, a possibilidade de salvaguardar e reproduzir a sua própria identidade. Ao ser elevada ao estatuto de símbolo marcante da diferença, a comida macaense, tal como descrita neste artigo, assume um papel de relevo na formulação da identidade macaense que em muito transcende o mero suporte étnico. Mais do que uma realidade material, a cozinha macaense constitui um conjunto de memórias individuais que se projetam no grupo que com elas constrói um imaginário coletivo. Assim, como procurei argumentar, ela possibilita enquanto *lugar de memória*, o reviver de velhos tempos e um regresso às origens que provocam um sentimento de coletividade partilhado e difundido, física e virtualmente, pelos membros da comunidade.

Se os macaenses sempre se caracterizaram pela imagem do *Macau bambu*[12] devido à enorme capacidade de adaptação e ressurgimento desta pequena população euroasiática ao longo da sua história, a própria conjuntura da transferência da Administração de Macau para a República Popular da China permitiu, novamente, visualizar alterações ao nível dos elementos estruturais da identidade macaense. É nesta conjuntura que aparece valorizada uma "mistura típica macaense" como marca própria e distintiva desta comunidade, independentemente da composição étnica ou das origens familiares a que se pertence.

Os marcadores apontados pelos macaenses como os referenciais identitários da sua comunidade são os que se distinguem pela diferença e vão beber ao passado as memórias que sustentam essa identidade. A comida resultante de uma miscigenação a partir de raízes indo-portuguesas, desenvolvidas num espaço de coabitação multiétnico e multicultural que sempre definiu Macau, ganharam o estatuto de eixos estruturantes da identidade macaense. Até ao momento, se há alguma coisa que a etnografia da comunidade macaense nos pode dizer é que o passado fornece um *recurso criativo* às pessoas que lutam no presente, na esperança de manterem o que já não pode ser encontrado no futuro. Como me desabafou Augusto de 63 anos: *Nós voltamo-nos para o passado, precisamente, para garantir aquilo que o futuro não nos pode mais fornecer* (Oeiras, 22 Fevereiro de 2011).

Para além do exemplo do PCB em Portugal, é igualmente possível observar, nos dias de hoje, ao nível de uma organização mais formal e com suporte político, o esforço conjunto e as inúmeras iniciativas que várias associações e projetos ligados à comunidade macaense estão a desenvolver. Tendo por objetivo a recuperação, preservação e celebração dos elementos da identidade étnica e cultural macaense, dentro e fora de Macau, consubstancia-se uma estratégia evidente que evolui em função das condições contextuais. É exemplo disso a candidatura e inscrição da Gastronomia Macaense na lista do Património Cultural Imaterial de Macau.

O caso de Macau é, então, demonstrativo de uma política de identidade por evidenciar como a identidade étnica e cultural macaense passou a ser experimentada e negociada como própria e única nas esferas políticas do mundo contemporâneo, consubstanciando a ambivalência dos seus atores sociais a uma estratégia evidente que evolui em função das condições contextuais.

---

12 O bambu é uma planta tropical cujos caules, devido à sua consistência lenhosa, são longos e ocos, o que os torna bastante resistentes e leves e, ainda hoje, o material de muitos dos andaimes usados na construção civil em Macau. Em Macau, o bambu está associado a esta ideia de durabilidade e permanência: com os tufões verga, mas não quebra e ergue-se novamente quando o bom tempo regressa. Esta imagem foi também apropriada pela literatura ao longo da conturbada história de Macau e, mais recentemente, por Pina-Cabral e Lourenço (1993) e Pina-Cabral (2002) para caracterizar a comunidade macaense.

Bibliografia

AMARO, Ana Maria, 1988. *Filhos da Terra*. Macau: Instituto Cultural Macau.

ANDERSON, Eugene N., 2005. *Everyone Eats: Understanding Food and Culture*. Nova Iorque: New York University Press.

AUGUSTIN-JEAN, Louis, 2002. "Food Consumption, Food Perception, and the Search for a Macanese Identity" in David Y. H. Wu & Sidney C. H. Cheung (orgs.), *The Globalization of Chinese Food*. Honolulu: University of Hawai'i Press; 113-127.

BADARACO, Virgínia *et. al.*, 2013. *PCB Magazine: Partido dos Comes e Bebes* [*blog*], acedido em 28 Março de 2013. URL: http://www.pcbmagazine.blogspot.pt/.

BATALHA, Graciete Nogueira, 1974 [1958]. *Língua de Macau: O Que Foi e o Que É*. Macau: Imprensa Nacional (edição reimpressa).

BELASCO, Warren, 2008. *Food: The Key Concepts*. Oxford: Berg.

COMAROFF, John & COMAROFF, Jean, 2009. *Ethnicity, Inc*. Chicago: University of Chicago Press.

DOUGLAS, Mary, 1978 [1966]. *Purity and Danger: An Analysis of Concepts of Pollution and Taboo*. Londres: Routledge.

FERGUSON, Priscilla Parkhurst, 2004. *Accounting Taste: The Triumph of French Cuisine*. Chicago: The University of Chicago Press.

FERNANDES, Miguel de Senna e BAXTER, Alan Norman, 2001. *Maquista Chapado: Vocabulário e Expressões do Crioulo Português de Macau*. Macau: Instituto Internacional de Macau.

FERREIRA, José dos Santos, 1978. *Papiá Cristám di Macau: Dialecto Macaense – Epítome de Gramática Comparada e Vocabulário*. Macau: Tipografia da Missão do Padroado.

FERREIRA, Maria João dos Santos, 2007. *O Meu Livro de Cozinha*. Macau: Associação Promotora dos Macaenses (APIM).

GASPAR, Marisa C., 2013. *Macau Sá Filo: Memória, Identidade e Ambivalência na Comunidade Euroasiática Macaense*. Tese de Doutoramento. Escola de Ciências Sociais e Humanas do Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa: ISCTE-IUL.

GOODY, Jack, 1998 [1982]. *Cozinha, Culinária e Classes: Um Estudo de Sociologia Comparativa*. Trad. Carlos Leone. Oeiras: Celta.

INGLIS, David e GIMLIN, Debra, orgs., 2009. *The Globalization of Food*. Oxford: Berg.

JACKSON, Annabel, 2004. *Taste of Macau: Portuguese Cuisine on the China Coast*. Nova Iorque: Hippocrene Books.

JORGE, Cecília, 2004. *À Mesa da Diáspora: Viagem Breve pela Cozinha Macaense*. Macau: Associação Promotora dos Macaenses (APIM).

JORGE, Graça Pacheco, 1992. *A Cozinha de Macau da Casa do Meu Avô*. Macau: Instituto Cultural de Macau.

JORGE, Graça Pacheco, 2003. *Cozinha de Macau*. Barcarena: Editorial Presença.

LAMAS, João António Ferreira, 1997. *A Culinária dos Macaenses*. Porto: Lello Editores.

LAMAS, João António Ferreira, 2009. *Culinária Macaense: 100 Especialidades*. Macau: Direcção dos Serviços de Turismo de Macau (edição trilingue em português, chinês e inglês).

LÉVI-STRAUSS, Claude, 1965. "Le Triangle Culinaire" *L'Arc* 26: 19-29.

LÉVI-STRAUSS, Claude, 1983 [1949]. *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Editora Vozes (2.ª edição).

LOWENTHAL, David, 1998. *The Heritage Crusade and the Spoils of History*. Cambridge: Cambridge University Press.

LUZ, Rogério P. D., 2012. *Projecto Memória Macaense* [*website*], acedido em 15 Março de 2012. URL: http://rpdluz.tripod.com/projectomemoriamacaense/index.html.

MALINOWSKI, Bronislaw, 2002 [1922]. *Argonauts of the Western Pacific: An Account of Native Enterprise and Adventure in the Archipelagoes of Melanesian New Guinea*. Londres: Routledge (edição reimpressa).

MAUSS, Marcel, 2008 [1924]. *Ensaio Sobre a Dádiva: Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas.* Trad. António Filipe Marques. Lisboa: Edições 70.

McKERCHER, Bob & DU CROS, Hilary, 2002. *Cultural Tourism: The Partnership Between Tourism and Cultural Heritage Management*. Binghamton: The Haworth Press.

MINTZ, Sidney W., 1985. *Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History*. Nova Iorque: Penguin.

MONTALTO DE JESUS, Carlos Augusto, 1990 [1902]. *Macau Histórico*. Trad. Maria Alice Morais Jorge. Macau: Livros de Oriente.

MORBEY, Jorge, 1990. *Macau* 1999: *O Desafio da Transição*. Macau: edição do autor.

NAS, Peter J. M. 2002. "Masterpieces of Oral and Intangible Culture: Reflections on the UNESCO World Heritage List" *Current Anthropology* 43(1): 139-148.

PECKHAM, Robert Shannan, org., 2003. *Rethinking Heritage: Cultures and Politics in Europe*. Nova Iorque: I. B. Tauris.

PEREIRA, Alberto & BADARACO, Virgínia, 2013. *Gente de Macau: Partido dos Comes e Bebes* [*website*], acedido em 15 Dezembro de 2014.

URL: http://gentedemacau.com/index.php?z=1.

PILCHER, Jeffrey M., 2006. *Food in World History*. Londres: Routledge.

PINA-CABRAL, João de & LOURENÇO, Nelson, 1993. *Em Terra de Tufões: Dinâmicas da Etnicidade Macaense*. Macau: Instituto Cultural de Macau.

PINA-CABRAL, João de, 2000. "How Do the Macanese Achieve Collective Action?" in João de Pina-Cabral & Antónia Pedroso de Lima (orgs.), *Elites: Choice, Leadership and Succession*. Oxford: Berg; 201-226.

PINA-CABRAL, João de, 2002. *Between China and Europe: Person, Culture and Emotion in Macao*. Londres: Continuum.

PINHARANDA NUNES, Mário, 2011. *Estudo da Expressão Morfo-Sintáctica das Categorias de Tempo, Modo e Aspecto em Maquista.* Tese de Doutoramento em Linguística, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Macau: Universidade de Macau.

PITEIRA, Carlos, 2007. "As Potencialidades de Macau no Eixo das Relações Bilaterais Entre a República Popular da China e os Países de Língua Portuguesa" *Daxiyangguo: Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos* (11)1: 3-17.

RICHARDS, Audrey, 1995 [1939]. *Land, Labour and Diet in Northern Rhodesia: An Economic Study of the Bemba Tribe*. Munique: International African Institute.

SERRO, Cíntia Conceição, 2012. *O Livro de Receitas da Minha Tia/Mãe Albertina*. Macau: Instituto Internacional de Macau.

STAFFORD, Charles, 2000. *Separation and Reunion in Modern China.* Cambridge: Cambridge University Press.

SCHOLLIERS, Peter, org., 2001. *Food, Drinking and Identity: Cooking, Eating and Drinking in Europe since the Middle Ages*. Oxford: Berg.

SUTTON, David E., 2001. *Remembrance of Repasts: An Anthropology of Food and Memory*. Londres: Berg.

TEIXEIRA, Manuel, 1965. *Os Macaenses*. Macau: Imprensa Nacional.

TIERNEY, Kenji R. e OHNUKI-TIERNEY, Emiko, 2012. "Anthropology of Food" in Jeffrey M. Pilcher (org.), *The Oxford Handbook of Food History.* Oxford. Oxford University Press; 117-134.

XAVIER, Roy Eric, 2012. "Macanese Survey Results" *Far East Currents* [*website*], acedido em 16 Outubro de 2012. URL: http://www.macstudies.net/2012/10/15/2012-portuguese-macanese-survey-results/.

Cozinhas d'aquém e d'além mar: redes transoceânicas e as reconfigurações alimentares em espaços lusófonos.

Maria Eunice Maciel,
mariaeunicemaciel@gmail.com,

Rodrigo Araújo Maciel,
araujomacielrodrigo@gmail.com,

Resumo: A cozinha de um povo é constituída coletiva, histórica e continuamente através da articulação de um conjunto de signos referenciados na tradição, no sentido de criar algo único, singular e reconhecível. Enquanto elementos formadores de identidades sociais, as cozinhas não são objetos estanques, estando sujeitas a constantes transformações. Processo esse potencializado pelo contato com a alteridade; principalmente quando tratamos de um díspar sistema colonial, caso esse do Império Ultramarino Português, aqui analisado em três de suas vértices.
Nesse contexto o contato entre as diferentes culturas propiciou, além da possibilidade de constantes disputas (e espoliações) simbólicas, trocas, assimilações, refutações e ressignificação de valores - antes locais e agora globais. A expansão transoceânica representa um cenário rico para reflexões nesse sentido, visto que a rede intercontinental iniciada no século XV, com a instituição das primeiras possessões territoriais, reverbera até hoje através das significativas transformações de seus sistemas alimentares pós-coloniais autônomos, porém, relacionados.

Palavras-chave: alimentação; Brasil; Império Ultramarino Português, África.

1. As cozinhas como marcadores sociais da diferença

A conhecida frase de Brillat -Savarin "Dize-me o que comes e te direi quem és" foi transformada em "dize-me o que comes e te direi de onde vens".
De fato, em se falando ou pensando sobre identidades sociais, a cozinha pode ser operada enquanto um forte referencial identitário, aquele ponto de referência ou marcador social de diferença operado por um grupo como símbolo de uma identidade reivindicada para si.
Falar da cozinha de um povo é falar do processo histórico o qual, articulando um conjunto de elementos referenciados na tradição e incorporando novos a partir de trocas as mais diversas, agem no sentido de criar algo único - particular, singular e reconhecível mas também (e, principalmente) mutante.
Entendendo a identidade social como um processo relacionado a um projeto coletivo que inclui uma constante reconstrução e não como algo dado e imutável, estas cozinhas estão sujeitas a uma contínua recriação. E é neste sentido que uma *cozinha* não pode ser reduzida a um inventário de pratos, um repertório de ingredientes, convertida em fórmulas ou combinações de elementos cristalizados no tempo e no espaço. É necessário verificar como este processo ocorre, qual o seu sentido para os grupos sociais nele engajados e como isso se verifica nas vivências das pessoas envolvidas.
As "viagens dos alimentos" (que, possivelmente, existem desde os primórdios da humanidade, considerando as trocas entre os grupos sociais) tiveram, a partir das Navegações Intercontinentais Européias, um grande impulso. São bem conhecidos os exemplos e casos de produtos alimentares próprios ao continente americano e antes desconhecidos dos europeus (tais como o milho, a batata, a abóbora, o tomate, e muitos outros) que foram introduzidos não apenas na Europa, mas em outros continentes, bem como o movimento contrário, com a América recebendo os mais diversos itens produzindo transformações significativas em sistemas alimentares já estabelecidos com tradições próprias.

A chamada "Cozinha Mediterrânea", por exemplo, não é concebida sem tomates e pimentões, mas a origem destes é americana. O mesmo ocorreu com a incorporação do amendoim, milho e mandioca na África, que de "exóticos" tornaram-se "nativos". Podemos dizer o mesmo do coco, da jaca, do arroz e de tantos outros exemplos de alimentos que foram introduzidos na América. Notando-se assim o estabelecimento de um fluxo multilateral e contínuo, que não obedece unicamente a lógica simplista de "aculturação" por parte de uma Metrópole colonizadora.

A construção do Império Ultramarino Português foi um fenômeno iniciado no decorrer do século XV, que não deve ser concebido como uma simples ampliação de mercado e território lusitano, acrescido de decorrentes implicações econômicas e encerrado nelas próprias. A expansão marítima portuguesa transcendeu a instalação de postos comerciais, fundação de feitorias e construção de fortalezas nas terras alcançadas pelas embarcações. Foi mais do que uma simples ampliação das fronteiras lusitanas para fora da Península Ibérica: representou o começo de um diálogo entre todos os continentes conhecidos; os recentemente atingidos: América, Ásia e África, com o "Velho Mundo".

Dos recantos mais distantes do planeta, que há muito já permeavam o imaginário europeu, foram trazidos mais do que os ambicionados bens materiais. No mesmo convés das naus e caravelas que carregavam as especiarias, manufaturados variados e ouro foram também transportadas inúmeras novidades; que tanto maravilharam quanto amedrontaram os navegadores. Na medida em que foram divulgadas, ampliaram de forma considerável os horizontes humanos e afetaram inexoravelmente as terras que começavam a ser conhecidas e exploradas pelos colonizadores. Incluido aí víveres e mantimentos diversos, que acabaram sendo assimilados e refutados continuadamente nas paragens atingidas pelas embarcações.

De uma forma muito simplificada, pode–se descrever, em linhas gerais, a construção de uma cozinha em um país colonizado a partir dos grandes deslocamentos populacionais e das trocas decorrentes do processo de expansão colonial. Ao se deslocarem, as populações levaram com elas todo um conjunto de práticas culturais alimentares. Para satisfazê-las, tinham em sua bagagem vários elementos, técnicas e ingredientes. Nas novas terras, utilizando elementos locais criaram sistemas alimentares e cozinhas novas. Mas, mais importante que tudo, levavam consigo percepções, valores, preferências, prescrições e proibições, em suma, regras sobre o que é comida e como comer configurando uma determinada estrutura alimentar que é transportada mas que sofre alterações importantes nas novas terras.

O problema é mais complexo do que simplesmente listar determinadas características e verificar suas alterações pois envolve vivências as mais variadas, conflitos e oposições, aceitações e rejeições. Para dar um exemplo, Jacques Goody (1989) se refere a dois movimentos: no primeiro, a cozinha do colonizador é adotada pela população local em detrimento das práticas tradicionais, ocasionando uma transformação radical em seus hábitos alimentares. No segundo, a cozinha do colonizador passa a ser apropriada por certas camadas sociais, que a utilizam como um meio de diferenciação social e de manutenção de uma dada hierarquia. Nos dois casos, o que está em jogo não é o elemento alimentar em si (seja ele um item, técnica ou regra) mas como é operado e seu significado para os envolvidos.

Neste quadro, a grande aventura lusa nos mares teve uma importância fundamental. De fato, ao construírem seu império foram embaralhando não apenas elementos alimentares mas maneiras de comer e de viver. Se, em busca de riquezas (como também de almas), estabeleceram seu modo de vida sobrepondo – o aos das populações autoctones, - isso não foi feito mecanicamente, nem da mesma forma. É interessante ver que em certos lugares, foram estabelecidas pontas de lança a partir de relacionamento e acordos com uma parcela da população local enquanto que, em outros, a população nativa é exterminada ou empurrada para lugares cada vez mais distantes e implantando outra população no território, como o que ocorreu no Brasil.

Este intenso e dinâmico processo de trocas e difusão de elementos diferenciados pertencentes a distintas culturas alimentares faz com que se questione, hoje, a noção de "nativo" e "exótico". Como pensar o Brasil sem coqueiros e sua culinária sem o leite de coco? E sem jaca e manga? Estas frutas, por exemplo, foram de tal forma adaptadas, incorporadas e espalhadas que dificilmente seriam consideradas exóticas pela população brasileira. E esta não é uma mera questão acadêmica. Ao se discutir a problemática do meio ambiente e da criação de áreas de proteção ambiental (que são de vários tipos e formas), esta é uma questão que surge recorrentemente.

Além disso, ainda no Brasil, temos o caso dos animais. Antes de Cabral, não havia criação de animais voltada para a produção de carne para a alimentação e nenhuma espécie adaptada para tanto. Até hoje, as espécies "nativas" tais como a paca, a capivara, o tatu e outros, são objeto de caça e não de criação, sendo que algumas encontram-se nas margens da extinção. As populações originais, os ameríndios, não tinham na carne de animais sua base alimentar, sendo povos que mantinham-se, fundamentalmente com cereais e produtos de origem não-animal, variando o tipo (especialmente mandioca, milho e seus derivados) e a importância, o peso de cada um na dieta cotidiana, conforme o lugar onde o grupo morava.

Esta não é apenas uma característica brasileira. Podemos citar o caso do amendoim que, originário da América do Sul, difundiu-se pela África de tal forma que teve suas origens investigadas dada sua importância na dieta de determinados povos africanos. A comida tradicional moçambicana também é muito diversificada e, por exemplo, podem ser citados, no sul do país, matapa, cacana, xiguinha, xinguinhonguana, macoufo, nhangana,. O que tem em comum? A utilização do amendoim pilado como condimento principal do caril, sempre servido acompanhado da farinha de milho. (SITOE : 2009)

Ainda por cima, ele retorna para a América, mas desta vez para a América do Norte, especialmente para os E.U.A. onde assume um papel notável na dieta, particularmente com a manteiga de amendoim, prescrita como alimento fortalecedor. Sem falar que em navios portugueses o amendoim foi também levado para lugares distantes tais como a Índia e a China, mostrando aí o borramento das fronteiras geográficas e a amplitude dessa circulação ocasionada pelo estabelecimento do Império Ultramarino Português de então.

Poder-se-ia falar de muitos outros, como o milho e a mandioca (macaxeira ou aipim, venenosa ou não) que acabam se tornando parte da alimentação cotidiana e típica na África ou o do arroz, levado do oriente e que faz parte do binômio estruturante da alimentação brasileira, como veremos mais adiante, o *feijão com arroz*.

Este embaralhamento geral efetuado pelos mercadores europeus e, notadamente, pelos portugueses, faz com que hábitos e atitudes perante as comidas, tradicionais e / ou adotadas, leve a formulações até mesmo de políticas públicas relacionadas à segurança alimentar. Exemplo disso é o fato de que o Brasil tem um programa nacional de alimentação escolar que inclui, em seus cardápios, o uso do leite como também este é dado para as populações indígenas indiscriminadamente.

Porém, não havendo gado leiteiro antes da chegada dos portugueses, o modo de vida tradicional dos ameríndios era a amamentação infantil até uma idade bem avançada da criança e depois desaparecia o consumo de leite. Como as diretrizes dos programas alimentares baseiam-se em que "o corpo é igual" para todos, o consumo de leite e laticínios, sem ao menos verificar se haveria algum problema nesta população, é visto como absolutamente normal. Assim, não se trata de meras trocas, adoção e rejeição de determinados elementos que fazem parte de conjuntos alimentares diferentes. Trata-se de maneiras de viver que são colocadas em jogo, de transformações que podem levar ao abandono de maneiras tradicionais e eficazes, para aquele grupo social, de viver e sobreviver.

Fugindo de uma análise ingenua do processo de trocas e transportes operada (mesmo que não apenas) pelo colonizador, ressaltamos aqui a proposição do historiador norte-americano Alfred Crosby (1993) que já ponderava que: "talvez o êxito do imperialismo europeu tenha um componente biológico, ecológico". Esse "Imperialismo Ecológico" não foi responsável apenas pelo sucesso das incursões européias em territórios desconhecidos, como essa capacidade de modificar o ambiente também serviu como instrumento prático, submetido à lógica e a interesses mais pontuais desse homem moderno racional, na medida em que agora este poderia modelar num microcosmo determinado aquilo que desejava do macro, numa espécie de reprodução mediada e assistida de riquezas que não precisariam mais ser buscadas na sulcagem perigosa de oceanos distantes, mas sim na aragem adequada de seu próprio quintal; selecionando, exterminando e inserindo os elementos desejados de acordo com seus interesses mais imediatos, numa tentativa de submeter e domar a natureza em favor da cultura.

Auxiliando, por sua vez, na dominação dos povos autoctones, que por vezes viam o que lhes era comum também desaparecer, além de serem submetidos a "novas" realidades as quais, os que conseguiam sobreviver (pragas, doenças e incompatibilidades decorrentes dessas alterações ecológicas dos biomas nativos) eram submetidos integralmente. Conforme corrobora contemporaneamente o caso citado anteriormente.

2. O Caso Brasileiro

Com muita frequência a criação de uma cozinha é descrita como um somatório de elementos diversos. No Brasil, esta situação é particularmente notável sendo recorrente a idéia de que a "cozinha brasileira" é fruto de "influências" [1] de diferentes grupos sociais (em geral indicados como "raças" e / ou "etnias") os quais, harmonicamente, "contribuíram" para a sua formação. Esta é uma situação reveladora, especialmente no Brasil, um país que insiste em se definir e se representar pela "raça".

Que diferentes povos foram importantes para formar o que hoje é o Brasil, não há a menor dúvida e esta afirmação é o ponto de partida e não o de chegada. Pensar em Brasil é pensar em diversidade, ou melhor, em diversidades de várias ordens tais como religiosa, étnica ou regionais, só para citar algumas. O problema está na maneira que ela é percebida e utilizada. Converter a participação dos povos fundadores e fundantes da nacionalidade em "influências" ou "contribuições", em suma, "vestígios", é uma ação redutora que ignora o processo histórico onde se deu esta participação, processo este que envolveu desigualdades, conflitos, discriminações e hierarquizações.

A aplicação desta idéia na "cozinha brasileira" leva a algumas situações interessantes como, por exemplo, identificarem o Vatapá como "o mais brasileiro dos pratos" pois nele estariam as contribuições das três raças formadoras da identidade nacional: a farinha de trigo dos portugueses no pão, o azeite de dendê dos africanos e o amendoim e a castanha de caju dos índios.

Esta situação leva a pensar que está sendo reeditado, na culinária, nosso mito de origem, que Roberto DaMatta chamou de "fábula das três raças", o "racismo à brasileira" e cujas palavras vale lembrar: "Que os três elementos sociais – branco, negro e indígena – tenham sido importantes entre nós é óbvio, constituindo-se sua afirmativa ou descoberta quase que numa banalidade empírica. É claro que foram! Mas há uma distância significativa entre a presença empírica dos elementos e seu uso como recursos ideológicos na construção da identidade social, como foi o caso brasileiro." (DAMATTA, 1980,1984, p.62 e 63)

Ao absolutizar a diversidade (talvez até fosse possível dizer "essencializar a diversidade"), o que é tido como uma valorização dos elementos diferenciados (as chamadas "contribuições") acaba sendo uma legitimação de uma dada ordem social, profundamente desigual e hierarquizada.

Essas considerações não implicam em subestimar a importância dos diferentes elementos formadores da sociedade e da cultura brasileira. O que se chama hoje de "cozinha brasileira" é o resultado de um processo histórico que traz em si elementos das mais diversas procedências que aqui foram modificados, mesclados e adaptados. Não é possível pensar em uma "cozinha brasileira" sem pensar em uma miscigenação porém, esta constatação não implica em fazer uma apologia desta, nem uma essencialização de uma situação que é dinâmica.

Dentro desta perspectiva, ao se afirmar que a cozinha brasileira é marcada pelos diferentes povos que viveram e vivem em seu território, reafirma-se o papel e a participação destes rompendo com uma visão de harmonia a qual implica no "mito" da democracia racial. Colocando o fenômeno dentro um quadro de desigualdades e conflitos, não dá para ignorar que o português branco colonizador foi instaurador da hierarquia, o negro foi trazido à força e o índio foi, em grande medida, dizimado. Não é possível, assim, colocar as "três raças" em um plano horizontal e se este é o país das hierarquias internalizadas, cabe verificar como isso se expressa.

É freqüente a afirmação de que "os negros (ou, os escravos) trouxeram ao Brasil..." tal e tal coisa, como se dentro dos navios negreiros fosse possível trazer uma bagagem. Câmara Cascudo é enfático:

> "Trazidas como? O escravo não conduzia bagagem e sua alimentação era diariamente fornecida no navio e no mercado até ser vendido. (...) Trazia sementes? Seriam mastigadas durante a travessia interminável. Plantas? Sucumbiriam pela falta d'água. A documentação é longa e unânime sobre o estado precário de saúde em que desembarcavam no Brasil. Nus e seminus. Empurrados para os armazéns ou galpões de depósitos, como animais destinados ao sacrifício. Ali cozinhavam o reduzido

1 Obviamente, não se está referindo a sinais ou indícios, o que implicaria em outro tipo de leitura e de interpretação.

> mantimento que lhe davam. Sementes, plantas, raízes trazidas pelos escravos, é explicação merecedora de uma revisão no plano simples da lógica formal". (CASCUDO, 1983:867)

Se os africanos escravizados não levaram os elementos tradicionais que constituíam seus sistemas alimentares e suas cozinhas, o fato é que estes elementos foram introduzidos no Brasil e marcaram o sistema alimentar brasileiro. Porém, vieram através dos comerciantes, ou seja, fazendo parte do comércio atlântico Portugal - Brasil – África dentro do qual estava o tráfico de escravos.

Mas, se não é possível pensar em uma bagagem no sentido restrito, é possível pensar em uma bagagem cultural que contenha maneira(s) de viver e, conseqüentemente, de se alimentar com suas prescrições, proibições, técnicas, e, sobretudo, significados atribuídos ao que se come. Dentro de um processo de construção identitária, em que é necessário construir uma diferenciação, esta "bagagem" é acionada no sentido de estabelecer uma distinção, o que ocorreu e ocorre no âmbito da cozinha. Manuela Carneiro da Cunha, analisando a problemática da etnicidade, usa a metáfora da bagagem dizendo: "Em suma, e com o perdão do trocadilho, existe uma bagagem cultural, mas ela deve ser sucinta: não se levam para a diáspora todos os seus pertences. Manda-se buscar o que é operativo para servir ao contraste." (CUNHA, 1986:100,101)

A permanência de comidas africanas em terras brasileiras não deriva unicamente de uma persistência de certos hábitos alimentares, assim como as mudanças verificadas em suas receitas não decorrem apenas da falta dos ingredientes tradicionais. Ambas podem ser entendidas como parte de uma dinâmica cultural que implica em uma constante recriação, com novas formas e novas significações, de sua maneira de viver. E, no caso dos escravos, de sobreviver em uma situação de extrema espoliação.

A feijoada ficou estabelecida como o "prato nacional", o mais identitário de todos, tanto porque existiria em todo o país quanto por ser o que melhor representaria, no plano da comida, a nacionalidade. Conta-se que teria nascido nas Senzalas (lugar onde os escravos eram abrigados). Quando se carneava um porco, as partes ditas "nobres" (presunto, lombo, pernil, por exemplo) ficavam na casa Grande, lugar dos senhores. O que restava, pés, orelhas, pele, rabo, até hoje denominados de "pertences da feijoada") iam para a Senzala onde eram misturados com o feijão preto. Estava criada a feijoada.

Mas, embora esta seja a mais conhecida das versões, existe uma a polêmica sobre a este prato. Desde Câmara Cascudo, vários historiadores afirmam que esta versão seria fantasiosa pois seria um hábito português comer estas partes do porco que iriam para a Senzala. Outros vão mais longe, sublinhando a existência de pratos com feijões em Portugal e indo até mesmo para a França: a Feijoada teria, assim, suas origens no *pot au feu*.

Para o presente trabalho, esta polêmica interessa não no que possa trazer acerca das origens do prato nacional brasileiro mas, sobretudo, por existir, ou seja, pela disputa que pode ser pensada como uma luta simbólica. Ter a origem de tal prato na Senzala, pode dizer muito sobre quem afirma esta versão e, principalmente, sobre quem mostra tanto empenho em desmontá-la. A sociedade brasileira é racista, um racismo à brasileira, mascarado e difuso embora forte.

Se a versão do surgimento nas senzalas é um "mito", vale lembrar que o mito fala. Assim, a existência desta narrativa implica nas representações acerca das relações de classe e raça no Brasil[2]. O mesmo vale para as versões que a negam. Embora algumas destas possam simplesmente indicar uma busca pela origem de certos traços culturais (algumas efetuadas sob uma ótica difusionista), uma em especial chama a atenção, a que recusa uma origem escrava, mas aceita a possibilidade de ser francesa... Mostra muito mais sobre a sociedade brasileira e o "racismo à brasileira" do que sobre as origens do prato.

Para finalizar, cabe lembrar um caso que mostra a dinâmica deste processo aqui enfocado, o caso dos escravos libertos, africanos e crioulos (nascidos no Brasil) que retornaram à África instalando-se na costa ocidental ainda no século XIX. No Daomé, em função destes "retornados" encontram-se, hoje, algumas "especialidades culinárias" entre as quais o "Cusidou" (derivada da palavra portuguesa Cozido), o "Doossi"

---

2 Sobre este assunto em particular ver Peter Fry (1982 e 2001)

(derivada de doce) e a "Fechuada" (derivada de feijoada) (SANVI, 1977:119,123). A forma desta última não é tão importante (só para constar, trata-se de um cozido de feijão branco com carne e molho de tomate) quanto seu significado: distinguir, juntamente com outros marcadores tais como a religião, o grupo dos descendentes de brasileiros dos demais.

Manuela Carneiro da Cunha, em seu estudo sobre este grupo na Nigéria cita o fato das brasileiras terem ficado conhecidas em Lagos por venderem determinados pratos tais como mingau, mungunzá e pirão de caranguejo os quais eram considerados, na Bahia, como africanos, e em Lagos como brasileiros (Carneiro da Cunha 1985:146). Trata-se da construção de identidades transformando diferenças em sinais diacríticos e evidenciando seu aspecto situacional e relacional e tornando-se marcadores sociais de diferenças.

E a metrópole? Embora não seja tema do presente trabalho, cabe sublinhar que a metrópole, Portugal, também sofreu grandes transformações alimentares até hoje, como mostra Isabel Braga (2010).

Em suma, realizamos que o processo de globalização transcontinental avivado pelo expansionismo ultramarino português contribuiu na constituição de um fenômeno de características próprias, formando um panorama peculiar, onde entrecruzaram-se influências de múltiplas origens, dando força a idéia esboçada por Roger Bastide (1970), quando este colocava-nos que "a cultura se desenvolve muito mais por inter-fecundação do que por auto-fecundação." Entendemos assim que o contato e as trocas, ainda que inerentes a qualquer sociedade e mesmo quando quantitativamente reduzidas, replicam substancialmente na constituição de novas realidades, onde articulam-se significados e sentidos. Inserindo-se novas geografias e inaugurando também novas rotas possibilitou-se a formação do impensado, que longe de levar a uma uniformização, propiciou o surgimento de novas e ricas realidades.

Assim, a expansão e construção do Império português, embaralhando e mundializando produtos, hábitos, percepções e representações relacionadas á alimentação, fez com que as culturas alimentares dos povos os quais estiveram sob o seu domínio (mas não apenas eles) sofressem um processo muito significativo de transformações em suas formatações tanto no que se refere ao sistema quanto à estrutura alimentar ali estabelecidas.

Ainda há muitos outros aspectos a serem desenvolvidos e dimensões a serem exploradas, mas que só um aprofundamento no diálogo entre os pesquisadores do tema poderá dar os rumos.

Referências Bibliográficas

BASTIDE, Roger. (1970), Le prochain et le lointain. Paris: Cujas.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. (2010), Sabores do Brasil em Portugal: Descobrir e transformar novos alimentos (séculos XVI-XXI). São Paulo: SENAC.

CASCUDO, Luis da Camara. (1983), *História da Alimentação no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (1986), *Antropologia do Brasil*. São Paulo, Brasiliense.

CROSBY, Alfred. (1993), Imperialismo Ecológico: A expansão biológica da Europa. São Paulo: Companhia das Letras.

DAMATTA, Roberto. (1987), "Sobre o simbolismo da comida no Brasil." *Correio da Unesco* julho, ano 15, n° 7.

DAMATTA, Roberto. (1984), *Relativizando, uma introdução à Antropologia Social*. Petrópolis: Vozes.

FRY, Peter. (1982), *Para Inglês Ver*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

FRY, Peter. (2001), "Feijoada e *Soul Food* 25 anos depois" in: FRY, Peter; GOLDENBERG, Mirian (org.) *Fazendo antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A.

GOODY, Jacques. (1989), "Identité culturelle et cuisine internationale", *Autrement* - Nourritures, série Mutations, n° 108, septembre.

SANVI, Anne – Marie. (1976), *Les metis et les bresiliens dans la colonie du Dahomey (1890 – 1920)*. Memoire de maitrise d'histoire sous la direction de Emmanuel August Karl. Université Nationale du Benin, Faculté des Lettres, Arts et Sciences Humaines, année academique.

SITOE, Tomás Adriano. Colonização e independência em Moçambique. Disponível em: <<*http://www.slowfoodbrasil.com/textos/alimentacao-e-cultura/307-colonizacao-e-independencia-em-mocambique-habitos-alimentares-em-mudanca*>> [consultado em 13-12-2014]

Vidas móveis, gostos locais: a cultura alimentar de camionistas portugueses

André Nóvoa
a.novoa@neu.edu,

José Manuel Sobral
jose.sobral@ics.ulisboa.pt,

Resumo: Este ensaio debruça-se sobre as relações entre comida, mobilidade e identidade nacional, defendendo que uma vida passada na estrada pode levar, pelo menos em alguns casos, à amplificação de ligações a um espaço local/nacional, nomeadamente no que toca aos modos de preparação e ao consumo de alimentos, em vez de conduzir à erosão de sentimentos de pertença nacional e a uma atitude de abertura intercultural. A mobilidade é entendida por vezes como algo que estimula a hibridização cultural. Neste artigo, propomo-nos relativizar esta noção, concluindo que alguns indivíduos são mais propensos a reproduzir velhos hábitos culinários do que a abraçar cozinhas estrangeiras. A mobilidade não significa, portanto, uma entrada automática num universo intercultural. A pesquisa baseia-se num trabalho etnográfico, de cerca de três meses, feito com 11 camionistas portugueses no seio da Europa, no qual acompanhámos cada um deles na estrada, observando e registando a sua cultura e práticas alimentares.

Palavras-chave: mobilidade, etnografia, alimentação, cozinha, nacionalismo, identidade nacional.

Biografias: André Nóvoa é um *postdoctoral research fellow* na Northeastern University, Boston. Licenciou-se em História, na Universidade Nova de Lisboa e concluiu o mestrado em Antropologia no Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa. De seguida, mudou-se para o Reino Unido, onde se doutorou em Geografia no Royal Holloway, University of London, sob orientação do Prof. Tim Cresswell. Os seus principais interesses de investigação giram em torno das intersecções entre mobilidade, identidade e a vida contemporânea. O seu trabalho encontra-se publicado em revistas de prestígio, como *Mobilities* e *Environment and Planning A*.

José Manuel Sobral é investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Licenciado em História e Doutor em Antropologia, com uma tese sobre a sociedade rural portuguesa. Atualmente investiga as áreas do nacionalismo, transnacionalismo, racismo e alimentação. Entre as suas obras contam-se os livros: *Trajectos: o Passado e o Presente na Vida de uma Freguesia da Beira* (1999); *Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional* (2012); e, com N. Domingos e H. West, editou *Food Between The Country and the City: Ethnographies of a Changing Global Foodscape* (2014): Foi presidente da APA e é o diretor atual da *Análise Social*.

1. Introdução

Este ensaio debruça-se sobre as relações entre a comida, a mobilidade e a identidade nacional, defendendo que uma vida passada na estrada, com percursos que atravessam vários países, pode levar, pelo menos em alguns casos, à amplificação de ligações a um espaço local/nacional, nomeadamente no que toca aos modos de preparação e ao consumo de alimentos, em vez de conduzir à erosão de sentimentos de pertença nacional e a uma atitude de abertura intercultural. A mobilidade é entendida por vezes como algo que estimula a hibridização cultural (Appadurai, 1996; Clifford, 1997; Hannerz, 1992; Bhabha, 2004). Neste artigo, propomo-nos relativizar esta noção, concluindo que alguns indivíduos são mais propensos a reproduzir velhos hábitos culinários do que a abraçar cozinhas estrangeiras. A mobilidade não significa, portanto, uma entrada automática num universo intercultural (Sheller e Urry, 2006; Hannam et al. 2006).

A informação que sustenta o nosso argumento foi coligida pelo primeiro dos autores numa observação etnográfica realizada ao longo de três meses acompanhando camionistas portugueses nos seus itinerários através da Europa. Todos os camionistas trabalham para a empresa *Transbranca*. Esta, cuja sede é em Aveiro, no Norte de Portugal, opera com cerca de 50 camiões pesados no circuito transnacional. Os camionistas partem normalmente de Portugal à segunda-feira em direção à Alemanha ou à Itália, o que leva entre 3 ou 4 dias, e, depois da descarga, voltam a carregar os seus camiões para a viagem de regresso, o que demora o mesmo tempo que o despendido na viagem de ida. Seguimos como uma "sombra" ("*shadowed*") (Czarniawska, 2007) um total de 11 camionistas, passando um período entre 7 a 9 dias com cada um deles. Acompanhámo-los na estrada, partilhámos as suas cabinas para dormir e, em particular, comemos a mesma comida, o que nos proporcionou um conhecimento de práticas de preparação e consumo para nós surpreendentes.

Este artigo divide-se em cinco partes. Na primeira, procedemos a uma discussão necessariamente muito abreviada da temática das ligações entre comida, nacionalismo e identidade nacional, enquanto examinamos e interpretamos os materiais empíricos nas seguintes. Começamos por nos debruçar sobre os alimentos e ingredientes usados, depois focamos as técnicas culinárias utilizadas e abordamos o consumo propriamente dito, antes de oferecer uma síntese da nossa interpretação na conclusão.

2. Comida, nacionalismo e identidade nacional: uma síntese breve

As relações entre comida e identidade nacional têm sido pouco estudadas no campo de estudos do nacionalismo, onde a atenção tem sido dominada por polémicas de carácter teórico sobre a origem das nações ou o papel do nacionalismo, que dividem os que pensam serem as nações uma construção moderna e aqueles que a situam em momentos anteriores. Há ainda quem, vendo nas nações algo de moderno, as liga a colectividades culturais anteriores, as etnias (Sobral, 2003). A própria definição de nacionalismo está longe de ser pacífica. Para muitos o nacionalismo é uma ideologia moderna, que defende que a cada "nação" deve corresponder um estado próprio; porém, há quem entenda que o nacionalismo, como etnocentrismo, no sentido de se possuir uma identidade própria, étnica ou nacional, é muito anterior (Hastings, 1997: 3-4). Neste sentido, nacionalismo torna-se um sinónimo de identidade nacional.

Deve dizer-se, entretanto, que entendemos, como outros autores, não haver uma descontinuidade absoluta entre identidade étnica – sendo um grupo étnico "aquele cujos membros partilham uma percepção específica de terem uma identidade cultural própria, separada dos outros" (Giddens, 2009: 1118) – e nacional. A etnicidade "cobre um amplo espectro de identificações, do local ao nacional" (Jenkins, 2011: 79). Neste sentido, todos os humanos são "étnicos" (Jenkins, 2011: 80). E as relações entre identidade étnica e alimentação têm sido muito estudadas (Crowther, 2013). E também que, quando falamos em identidade nacional não entendemos por tal algo de fixo, redutível a uma essência, mas a um conjunto de processos de identificação cuja importância varia. Partilhamos a perspectiva de Jenkins, para quem as "(...) identidades colectivas são caracterizações imprecisas de significados e pontos de vista muito diferentes, que não têm de se harmonizar uns com os outros (...) uma colectividade – seja ela uma nação, uma organização, uma equipa desportiva ou outra entidade qualquer – assemelha-se mais a um grande toldo [em que nos possamos abrigar] do que a um casaco feito à medida" (2011: 112-113).

Embora sem estudar a comida, há algumas perspectivas no campo de estudos do nacionalismo que são importantes pela importância conferida ao que é mundano e ao quotidiano. Michael Billig, autor de uma obra pioneira muito influente, falou em nacionalismo banal, para mostrar como este se reproduz e naturaliza de um modo inconsciente através de veículos como as notícias, que operam divisões entre o nacional e o estrangeiro, "nós" e "eles", em sociedades representadas como nações. Em sua opinião, a percepção de que se pertence a uma nação encontra-se difundida nos hábitos e rotinas do dia-a-dia. Como afirma, referindo-se às bandeiras, tão importantes como símbolo nacional, "... A imagem metonímica do nacionalismo não é uma bandeira agitada conscientemente com uma paixão fervorosa; é uma bandeira em que não se repara hasteada num edifício público" (Billig, 1995: 8).

Num sentido convergente, Tim Edensor falou em nacionalismo quotidiano para mostrar como a identidade nacional está inscrita no nosso dia-a-dia e como ela não é moldada "(...) "necessariamente ou mesmo principalmente, por uma identificação reflexiva (...), mas como sendo uma 'segunda natureza, o conjunto de pressuposições quase não conscientes acerca do modo como 'nós' pensamos e atuamos" (2002: 28). Esta definição de identidade está muito próxima da mencionada por Bourdieu, que também falou dela em termos de "*habitus*", disposições e modos de agir incorporadas desde a infância e que funcionam como uma matriz da prática. A identidade nacional, para ele, é algo instilado pelo facto de se viver num Estado que se define como uma nação (Bourdieu, 1994, 1997). Também Edensor fala na importância adquirida por este tipo de identificações num mundo *nacionalizado*, ou seja num mundo em que se naturalizou a percepção de que está dividido em nações (itálico nosso; Edensor, 2002: 24).

Pertencer a uma nação contribui para conferir a quem se reconheça como seu membro aquilo a que A. Giddens chamou "segurança ontológica" : "a confiança que a maioria dos seres humanos tem na continuidade da sua identidade pessoal e na constância do meio social e material que rodeia a ação" (Giddens, 1990: 92; Skey, 2011: 23). Ora, essa "segurança ontológica" está relacionada também com um quotidiano previsível, feito de hábitos e rotinas, que obedece a temporalidades nacionais e decorre num espaço definido como nacional (Skey, 2011: 23-24). As práticas alimentares devem ser entendidas à luz das vivências quotidianas "nacionalizadas".

Estas perspectivas são importantes, pois a comida é um ato absolutamente mundano, necessário para a sobrevivência de todos os humanos. Constitui, nesse sentido, uma experiência sensual, dimensão valorizada da identidade nacional por Edensor (2002: 28). Preparar e comer algo identificado como comida nacional é uma manifestação de identidade colectiva, que mostra como a reificação de delimitações como as que separam hábitos alimentares próprios de uns dos outros, contribui para manter e reproduzir identificações nacionais ou étnicas.

No campo de estudos da alimentação e da cozinha encontramos quem se tenha debruçado sobre a articulação com o nacionalismo. Há referências ao modo como a diferenciação culinária acompanhou a constituição dos estados-nações a partir do século XV (Mennell, 1985), ou ao modo como os estereótipos culinários – os franceses associados ao consumo de pernas de rãs, os italianos à massa, etc. – serviram para categorizar populações (Palmer, 1998: 22). Há análises de refeições emblemáticas de determinadas identificações nacionais, como o Dia da Ação de Graças norte-americano (Baker, 2009) e estudos de alimentos icónicos, como o bacalhau em Portugal (Sobral e Rodrigues, 2013). Também se tem estudado a nacionalização culinária. Esta é vista como uma manifestação do nacionalismo, particularmente evidente numa época de auge nacionalista, de agitação em prol da nação, de rejeição do estrangeiro, como o foram os séculos XIX e XX. A construção de cozinhas nacionais, operada nomeadamente com a publicação de livros de cozinha, que oferecem uma seleção e codificação de pratos, é tributária do nacionalismo doutrinário, e ocorre num contexto de luta contra a cozinha estrangeira, dominada pela alta cozinha francesa (Smith, 2012; Montanari, 2010; Sobral 2007, 2014a, 2014b; Anderson, 2013). No caso português não se pode falar na existência de uma cozinha definida como portuguesa antes do século XIX. Havia, por certo, uma identidade portuguesa, produto da existência histórica de uma população que vivia submetida a um estado dinástico há vários séculos. Porém, se a língua ou a história eram tidas como elementos que distinguiam os portugueses dos outros, e por isso eram exaltadas, a comida não era tida como um atributo da identidade antes do século XIX, e sobretudo dos seus finais, onde se reivindica essa ligação. Os estados acabaram por desempenhar um papel importante nesta promoção de uma cozinha nacional cujas variantes regionais eram, aliás, exaltadas. E hoje detectam-se exemplos do que se pode classificar como "gastro-nacionalismo" (De Soucey, 2010) nas políticas governamentais de promoção daquilo que representam ser o seu património alimentar nacional, como ocorreu com a classificação do "repas gastronomique des français" como património imaterial da humanidade.

Do mesmo modo, detectou-se a presença do nacionalismo nas reações contra a introdução da comida rápida – a cadeia McDonald's - em países como a França e a Itália, onde ela foi vista como trazendo uma má comida e mesmo um estilo de vida contrário às práticas alimentares – e aos estilos de vida – locais (Crowther, 2013: 216-221). A globalização alimentar de que a generalização da *fast food* era um exemplo notório não se traduziu, entretanto, na suposta uniformização culinária. Pelo contrário, num cenário de pluralismo culinário, assistiu-se ao revivalismo, à invenção e à recriação de tradições ou supostas tradições nacionais ou étnicas, que têm conhecido um grande sucesso (Wilk, 2002, 2006).

As comunidades migrantes – de longa ou mais curta duração - são um dos espaços em que as relações entre identidade étnica ou nacional e a alimentação tem sido estudada (Crowther, 2013). Verificou-se que elas mantinham a sua especificidade em outras sociedades através de uma culinária evocativa da terra natal. Os portugueses ou luso-descendentes em França continuam a abastecer-se de bacalhau, vinho ou azeite portugueses. Mesmo uma população tão cosmopolita quanto os estudantes universitários gregos em Londres levam comida – azeite, queijo *feta*, etc. – da Grécia, ou recebem encomendas postais de casa com géneros alimentares. E, tanto nas suas práticas culinárias, como no seu discurso sobre a alimentação e a cozinha em ambos os locais, reproduzem não só uma identidade separada, mas que se quer mesmo superior, em alguns aspectos, como a culinária, à da sociedade maioritária em que vivem. A situação de emigração é propícia ao reconhecimento e reprodução das delimitações (*boundaries*) entre os grupos, que estão no cerne dos processos de identificação colectiva (Barth, 1989). Às delimitações representadas pela língua, juntam-se as representadas pela comida, pois ela é um referente para considerações sobre o carácter de quem a prepara e consome. Para os estudantes gregos, os britânicos que preparam e comem sanduíches são mais práticos do que eles, mas também mais superficiais e sem gosto, enquanto eles se distinguem pelo gosto e por valores mais profundos. A comida reflete a existência dessas colectividades culturais específicas que são as nações e os conflitos entre os seus membros (Petridou, 2001: 87- 104).

Como já se assinalou, a comida funciona ao mesmo tempo como uma metáfora do nós - como se viu, aliás, nos estereótipos citados atrás – e como metonímia ao ser incorporada como parte do ser individual que a ingere. O facto de ser uma metáfora reforçada por uma metonímia conferir-lhe-á um enorme poder enquanto símbolo colectivo que opera não apenas a nível conceptual, mas também a nível visceral (Tierney e Ohnuki-Tierney, 2012: 121).

Chamou-se a atenção para o papel da nostalgia na manutenção desse vínculo à terra de que se é original – o colectivo nacional, mas também a região, a localidade, a família de que se partiu (Reardon 2003: 567-569). A comida que se identifica como nacional é, também, aquela que se associa à família, à casa onde se cresceu e onde se foi socializado num determinado tipo de dieta alimentar (Petridou, 2001). A família é o "modelo social prototípico" em que se baseiam as representações de outras comunidades, que recorrem à linguagem do parentesco (Zerubavel, 2012: 46). A nação é imaginada comummente como um grupo genealógico, possuidora de um mito de origens e unida por uma parentesco fictício e por isso também nela cristalizam sentidos de afecto como ocorre idealmente com a família (Smith, 2004: 47).

Tem-se, sublinhado, aliás, o papel da memória, uma memória sensória, na manutenção dos vínculos de ligação a um determinado espaço, seja ela o da casa, da localidade ou da nação com quem os sujeitos se identificam (Sutton, 2001). A comida opera como uma sinédoque do todo. Muito embora a memória não seja uma simples transposição do passado no presente, antes uma reconstrução da experiência passada feita na atualidade, tem-se chamado a atenção para o facto de as experiências culinárias da primeira infância serem incorporadas ao nível cerebral e se transformarem na base de uma identificação nacional, mesmo na atual era da globalização, marcada por um acesso a uma diversidade alimentar sem precedente (Shepherd, 2012: 5). Fala-se também hoje em "comida conforto", para designar os alimentos que proporcionam alívio e segurança em condições de incerteza, como as existentes na atualidade, de acordo com estas interpretações. Este tipo de alimentos é associado à infância, à cozinha caseira, à nostalgia (Locher, 2003: 442-443).

Iremos ver como alguns destes temas em que se manifesta a articulação entre comida e identidade estão presentes nas práticas culinárias dos camionistas portugueses.

3. O que comem: ingredientes de pertença

Os alimentos e outros ingredientes utilizados na comida foram os primeiros aspectos a chamar a nossa atenção. Os camionistas trazem praticamente toda a sua comida de casa. A carne e os vegetais são de produção própria, familiar, pois fazem criação de galinhas, plantam legumes e hortaliças nos seus quintais e parece haver sempre um familiar que lhes pode fornecer carne de vaca, de porco ou mesmo azeite. Os vegetais usados incluem normalmente batatas, couves, grelos, brócolos, cebolas, tomates e cenouras. Naturalmente, nem todos têm a possibilidade de produzir todos estes géneros, mas cada um deles produzia pelo menos alguns destes. Antes de deixarem as suas casas em Portugal, todos os camionistas arrumavam cuidadosamente estes ingredientes,

colocando-os numa arca congeladora, num pequeno frigorífico e noutros espaços de armazenamento do camião. Utilizavam principalmente os espaços de armazenamento colocados no exterior dos camiões junto ao depósito de combustível, onde também guardam os utensílios de cozinha, a loiça, o faqueiro, os copos, os fogões e os grelhadores. Recorrem à arca e ao frigorífico para guardar o peixe, a carne e alguns iogurtes. Usam-nos, por vezes, também para guardar sopa de legumes, uma sopa típica portuguesa a que juntam carne. Os alimentos que mencionámos são os que colhem mais favor da generalidade dos camionistas. Recorrem complementarmente aos supermercados das suas terras para se abastecerem de alimentos enlatados, produtos lácteos, fruta (bananas, maçãs, peras), vinho e peixe, em especial bacalhau, produto muito procurado, e cavala, o peixe mais barato que se encontra à venda em Portugal. Também cozinham às vezes salmão, hoje disponível a preço barato no mercado português, embora os altos níveis de gordura deste levem à restrição do seu consumo. A sua dieta alimentar tem muitos traços em comum com a de outros países do sul da Europa (Albala, 2000), situados na área mediterrânica: recurso ao azeite, carne de vaca ou porco, peixe, legumes, frutas, produtos lácteos.

A sua alimentação era cuidadosamente preparada antes da partida. Tendo em conta que países como a Espanha ou a Itália, por exemplo, possuem uma alimentação com afinidades com a sua e os géneros que usam se encontram à venda aí, surpreendeu-nos o facto de não fazerem qualquer compra fora do país que não a de pão, por razões óbvias, e que se limitassem a consumir ocasionalmente um café. Tendo uma vez, no início de uma viagem, dito que gostaríamos de parar para ir a um supermercado, Mico, o motorista, exclamou imediatamente: "não há problema, podemos parar em Vilar Formoso". Vilar Formoso é a última localidade portuguesa situada na fronteira de Portugal com Espanha e aí há um supermercado.

Figura 1: vinho, pão e azeite

Figura 2: géneros trazidos de casa

Há diversos motivos que têm de ser tidos em consideração para entender este comportamento. Em primeiro lugar, os horários de trabalho a que estão submetidos são extremamente rígidos. De acordo com a legislação europeia em vigor (Regulamento da UE 561/2006), os camionistas podem conduzir até 90 horas cada duas semanas desde que não ultrapassem as 56 horas numa mesma semana - o que implica que, se fizerem 56 horas de condução numa semana só podem conduzir por um período máximo de 34 horas na seguinte. Se guiarem 56 horas semanais, só podem conduzir por um período máximo de 9 horas em cada turno de 24, permitindo-se duas exceções a esta regra por semana, em que podem guiar durante 10 horas. No decurso da jornada diária, só podem conduzir sem interrupção durante quatros horas e meia, tendo de

fazer ao fim desse tempo uma pausa mínima de 45 minutos. Têm de ter um período longo de repouso, que dura habitualmente 11 horas, mas com duas exceções de 9 horas por semana. Quando fazem uma pausa, têm mesmo de parar. Nem sequer podem colocar o motor em andamento. Isto significa que, num dia normal de trabalho, não há margem para improvisação. O segundo aspecto tem a ver com preocupações de ordem económica. Os camionistas pensam que poupam se comprarem tudo aquilo de que necessitam nas suas terras.

Embora tenhamos de ponderar estes aspectos, que são relevantes, eles não fornecem uma explicação cabal para as escolhas dos camionistas. Em primeiro lugar, deve ter-se em conta que são obrigados a repousar um dia por inteiro pelo menos uma vez por semana e dois dias – 45 horas, para se ser mais preciso – cada duas semanas. Dado ser impossível fazer uma viagem de ida e volta em seis dias, devido ao tempo gasto nas operações de descarga e carga, eles acabam por ficar na Alemanha ou em Itália durante um dia ou mais. Isto dar-lhes-ia tempo para ir aos supermercados locais. Além disso, quando se compara os preços entre os supermercados portugueses e os estrangeiros, verifica-se que a diferença é por vezes mínima, quando não os dos últimos são inferiores aos preços portugueses. Assim, embora seja verdade que este tipo de razões têm o seu peso na conduta alimentar dos camionistas, há outros motivos a ter em conta.

Por isso, entendemos que os camionistas trazem consigo a "sua" comida, porque isso representa fazerem-se acompanhar na estrada pelo seu próprio país. A sua vida é difícil. Pede-se-lhes que guiem regularmente pelo menos 8 horas por dia, que durmam sozinhos em áreas de serviço, enquanto são um alvo regular de roubos, de inspeções da polícia e têm de suportar atrasos severos nos processos de carga e de descarga, que os levam algumas vezes a ficar parados na Europa durante uma semana. Afigura-se-nos que, para lidar com um ambiente difícil – o qual, na verdade, não é *a priori* muito convidativo ao contacto intercultural – os condutores se voltam para aquilo que conhecem melhor: as suas origens. A comida é um elemento umbilical deste comportamento estrutural. Os alimentos que consomem são ingredientes de pertença, oferecendo uma recordação continuada de se estar em *casa* enquanto se está em movimento.

4. Como cozinham: processos telúricos de cozinhar

Os processos de preparação culinária utilizados reforçam o que se acabou de dizer. De facto, se os ingredientes utilizados pelos camionistas salientam já o facto de eles serem mais favoráveis a uma reprodução de hábitos que são ao mesmo tempo locais e nacionais, o mesmo se pode dizer dos métodos envolvidos na sua confecção. Recorrem a dois procedimentos básicos: cozer os alimentos em água a ferver e assá-los na grelha. Também usam a fritura, embora com menor frequência, dado pensarem que esta é menos saudável do que os anteriores. Diga-se, a propósito, que os camionistas tomam muitas precauções a este respeito, pois vêm que o seu trabalho exige que estejam amarrados a uma cadeira durante muitas horas consecutivas, dia após dia, sem deixar muito tempo para atividades desportivas ou para caminhadas. O peixe consumido é quase exclusivamente cozido, embora também possa ser (raramente) grelhado – como se mostra na figura 5. A preparação principal consiste em colocar água numa panela que se aquece, e, quando rompe a fervedura, juntar vários vegetais, como batatas, cenouras ou brócolos. O peixe coloca-se por cima dos legumes, de modo a ter apenas um contacto superficial com a água, sendo cozido principalmente pelos vapores que emanam do cozinhado. Quando tanto os vegetais quanto o peixe estão prontos, eles são escorridos acrescentando-se-lhes ovos cozidos, que cozeram previamente no mesmo tacho, e temperam-se com alho e azeite, e, em menor proporção, vinagre. Este procedimento era comum a todos os observados e empregue para qualquer peixe utilizado, fosse ele cavala, salmão ou bacalhau. Ocasionalmente, o bacalhau é cozinhado de modo diverso – lembre-se que já se chegou a dizer que há "mil maneiras" de cozinhar bacalhau (Sobral e Rodrigues, 2013). A principal variante a que recorrem é grelhar o bacalhau em pedaços finos e temperá-lo com azeite e alho. Comem-no acompanhado com batatas também regadas com azeite. Afora este recurso à grelha, não há outras técnicas envolvidas na preparação do peixe.

Figura 3: ingredientes de pertença

A carne é sempre grelhada, quer seja porco, quer carne de vaca. O método é simples. Trazem consigo um grelhador portátil, onde colocam carvão a que lançam fogo. Depois de o carvão estar em brasa e já não lançar chama, colocam a carne, já temperada com sal, e por vezes, com pimenta e alho na grelha e deixam-na cozinhar. Comem-na acompanhada com arroz cozido ou legumes cozidos – a etnografia foi realizada no Inverno, o que explica a ausência de saladas e a de um peixe popular como a sardinha, consumido habitualmente no Verão. Tal como sucede com os peixes, estes são os únicos acompanhamentos usados. Os camionistas nunca fritam ou grelham vegetais e nunca usam outros ingredientes como massa ou esparguete. Embora nunca tenham recorrido na estrada a outros métodos para cozinhar carne, trazem consigo carne cozinhada de modo distinto. As duas preparações mais comuns são aquilo a que se chama em Portugal *rojões* – pequenos pedaços de carne de porco temperada com vinho branco, alho, sal, pimenta, louro e colorau, fritos em banha numa panela e conservados na gordura da fritura – e *moelas*, prato que consiste em miúdos de galinha, feito com as suas moelas e patas cozinhadas num molho de tomate picante. Estes pratos foram em cozinhados em Portugal, congelados na arca ou guardados no frigorífico. As refeições são sempre acompanhadas com vinho tinto – às vezes branco – sempre português, e ocasionalmente rematadas com um café expresso. Naturalmente, os condutores não ultrapassam o limite de um copo de vinho durante o dia, mas consomem mais ao jantar caso passem a noite nesse local. Finalmente, as opções relativamente ao pequeno almoço envolvem a ingestão de cereais com leite, fruta, iogurtes ou pão com manteiga. Não se recorre a qualquer tipo de cozinhado aqui, excepto aquecer algum leite sempre que necessário.

Figura 4: carne a grelhar

Figura 5: Peixe a grelhar

Em resumo, os condutores regressam à sua origem quando cozinham. Não conseguimos discernir qualquer intenção de inovar ou de aprender novas técnicas. Apesar de passarem muito tempo em Itália, a cozinha italiana continua a ser algo demasiado estranho para eles. Nunca os vimos consumir qualquer tipo de massa (*pasta*) ou outro tipo de comida italiana durante os três meses de trabalho de campo. Do mesmo modo, também não consomem qualquer especialidade alemã. E existe claramente um discursos não só acerca superioridade dos ingredientes portugueses, como sobre a das suas técnicas culinárias. Um deles chegou ao ponto de proclamar bem alto: "em Espanha nem sabem cozer um ovo!" (Jorge). Os camionistas não confiam noutros processos que não aqueles que consideram seus.

5. Como comem: hábitos tradicionais

Desejamos enfatizar finalmente uma última dimensão, que diz respeito às práticas de consumo alimentar propriamente ditas. Os camionistas despendiam um tempo razoável não só a preparar os alimentos, como a pôr a mesa, algo a que dão muita importância. Podemos mesmo falar que observamos aqui os efeitos de um determinado *habitus*, no sentido de Bourdieu, isto é, estamos a tratar de um conjunto de aprendizados incorporados que levam a desempenhos realizados de um modo não reflexivo, automático. Cada vez que há um intervalo para uma refeição, montam a mesa e as cadeiras no exterior e juntam-se a outros camionistas. Estes são sempre do mesmo país e pertencerão de preferência à mesma firma. Sentar-se em grupo torno da mesa é uma prática que se reporta a hábitos portugueses do consumo alimentar, quer se trate da vida doméstica, quer da vida fora de casa. É, sem dúvida, uma prática interclassista, que abrange tanto as classes com maior poder económico, como as mais destituídas, exceptuando-se os casos em que as pessoas têm de comer isoladamente em locais de trabalho – dos campos à construção civil e ao comércio e serviços – pois em diversos ramos da atividade industrial havia e há refeitórios de empresas, onde existe uma comensalidade de grupo. Partilhar a comida é um ato fundamental para manter e criar relações sociais, envolvendo reciprocidades, nestes caso entre um grupo de pessoas que partilham um *habitus* profissional, possuindo assim interesses e pontos de vista comuns, mas que também que partilham a mesma nacionalidade, além de serem oriundos, neste caso, de localidades próximas. Assim, neste caso, as "(...) pessoas podem comer a sua identidade, com a comida tornando-se algo mais do que o mero sustento, mas um sustentáculo da sua identidade social, cultural e eventualmente nacional" (Crowther, 2013: 155).

Figura 6: mesa com queijo e vinho

Figura 7: comer ao ar livre

6. Conclusões

A alimentação e a cozinha são dimensões importantes em que operam processos de construção e reprodução de identidades. Nas palavras de Eugene Anderson, "a comida é usada em todas as sociedades para comunicar mensagens. Destas, têm a preeminência as que se reportam à solidariedade de grupo. A partilha de comida é literalmente sagrada em quase todas as religiões e adquire uma qualidade quase-sagrada no seio de muitas famílias em todo o mundo. Também traz consigo mensagens acerca do status, do género, do papel social, da etnicidade, da religião e de outros regimes socialmente construídos" (Anderson, 2005: 6). Entre os camionistas, a comida, tanto no que se reporta à sua confecção, como no que diz respeito ao consumo, serve, de facto, para criar laços, não só com outros camionistas, mas com uma mais ampla, e imaginada, comunidade portuguesa. A comida reúne os condutores. Como se vê nas fotos, eles despendem tempo a preparar a comida, que consomem depois sentados em volta da mesma mesa improvisada. Criam rotinas e familiaridade através da comida, que se torna um veículo de sustentação e reprodução da identidade. Como Nobre me afirmou, "ela lembra-nos a casa". Trazer alimentos da sua localidade e cozinhá-los nas suas viagens faz, deste modo, com que os camionistas se sintam como se estivessem em casa.

Bardhi, Ostberg e Bengtsson mostraram como o processo de construção de um "lar" é informado pelo consumo da comida: "O consumo alimentar está incorporado e enraizado nas rotinas quotidianas e em ideias do lar (*home*), ao mesmo tempo que é um forte significante da identidade do consumidor. (...) Assim, o consumo de alimentos fora torna-se uma instância de manutenção de identidades em que os viajantes classificam o Outro e mantêm a distância com ele" (Bardhi et al. 2010: 151). Estes autores realizaram um estudo de caso de 28 americanos que fizeram uma viagem de 10 dias à China, algo que é muito diferente dos camionistas que acompanhámos. Todavia, no caso que estudaram também a comida serviu para (re)criar noções de casa e de fora de casa. E o vocábulo "casa" pode servir, como nos casos que relatámos atrás sobre a Grécia, para designar a família, a localidade, ou a colectividade nacional, como o denota a própria expressão "casa de Portugal", utilizada para se referir o país (Albuquerque, 1974: 88-90).

Como dissemos atrás, concepções interaccionistas e relacionais da identidade, étnica ou nacional, têm justamente insistido no facto de esta depender da existência de barreiras, que permitem distinguir entre "nós" e os "outros". O papel da alimentação no delinear de identidades étnicas ou etno-religiosas (Douglas, 2008; Laudan, 2013; Crowther, 2013: 153-156) tem sido sublinhado. Os interditos judaicos ou muçulmanos, como as prescrições religiosas do cristianismo – com um calendário dividido em tempos em que se podia comer carne e tempos em que o mesmo era interdito (Crowther, 2013: 154) – contribuíram para demarcar determinadas populações que mantiveram identidades separadas e em conflito, mesmo quando viviam lado a lado, como sucedeu entre judeus e cristãos na península ibérica e nos domínios imperiais dos estados peninsulares. Só muito tardiamente, como dissemos, é que se objectivou a distinção e codificação de cozinhas nacionais, um produto da ação de literatos. Mas já então a comida servia para procedimentos de auto e hetero-identificação, sendo o referente para estereótipos sobre o "carácter nacional", que referimos brevemente atrás.

Ao cozinharem e consumirem alimentos que trazem das suas localidades, os camionistas estão claramente a diferenciar-se dos Outros cujo espaço atravessam e a reforçar o seu sentido de origem, transformando o exercício da sua mobilidade numa réplica da sua comunidade. Cook e Crang problematizaram a categorização do que é local e do que é global em termos da produção e do consumo de alimentos, defendendo que não há limites nítidos entre ambos (Cook e Crang, 1996). Ainda assim, o facto de os camionistas estarem tão vinculados a preparações culinárias e a hábitos de consumo que reputam serem verdadeiramente portugueses é digno de nota. Isto ocorre mesmo nos casos em que se poderia à primeira vista pensar que não haveria diferenças radicais entre cozinhas. Os camionistas enfatizam as diferenças, reforçando assim a sua identidade portuguesa. Mintz e Du Bois referiram-se deste modo ao processo de formação das cozinhas étnicas e nacionais e ao seu contributo para esse tipo de identificações:

A etnicidade nasce do reconhecimento da diferença e opera através do contraste. Uma cozinha étnica, por conseguinte, é a que é associada a uma comunidade de comensais geográfica e/ou historicamente definida (...). Mas a etnicidade, como a nacionalidade, é também imaginada (...) – e as cozinhas associadas podem

também ser imaginadas. Uma vez imaginadas, tais cozinhas proporcionam uma maior concretização à ideia de identidade nacional ou étnica (Mintz & Du Bois, 2002: 109).

Deste modo, a própria construção de uma cozinha nacional portuguesa, um empreendimento nacionalista, que tem lugar a partir das últimas décadas século XIX, poderá ter contribuído para arreigar a noção de que existe naturalmente uma cozinha portuguesa (Sobral, 2007, 2014 a, 2014b), distinta, claro, da de outras cozinhas nacionais, como as dos países que estes profissionais atravessam. As cozinhas nacionais são um produto histórico, ligado a determinados espaços, onde se produzem certos alimentos e que vivem evidentemente da introdução de alimentos e técnicas trazidos de fora, a que se acrescenta a ação daqueles que as foram codificando, incorporando práticas vernaculares, que podem ser reproduzidas ao passarem do oral ao escrito sob a forma de receitas de pratos, por exemplo, de forma a definirem um cânone ou uma "essência" (Crowther, 2013: 199). Mas, o facto de as cozinhas nacionais serem algo de construído não lhes retira poder, pois a percepção dominante é a de que as mesmas são uma componente básica das nações e algo com uma existência óbvia (Smith, 2012: 458).

A ideia de "cozinhas migrantes", um conceito que se deve a Jeffrey Pilcher, também se revela útil para abordar as práticas e representações culinárias dos camionistas. Pretende-se com ele ilustrar a importância da comida para ligar entre si diásporas e movimentos transnacionais, criando zonas de conforto para imigrantes recém-chegados a territórios que não lhes são familiares (Pilcher, 2006). Como em outros casos mencionados na literatura sobre o tema, também a comida opera como um conforto – e o ato de comer à mesa com colegas cria ele próprio uma "zona de conforto" – para os condutores em movimento. Para eles, a comida significa não só estar mais perto da sua família e da sua região, como estar mais perto de Portugal, algo de vital, para eles. A proximidade com Portugal traduz-se em segurança – a "segurança ontológica" que a pertença nacional pode trazer, como se mencionou antes – e conforto. Ao longo de três meses foi possível observar como, através de muitas outras práticas, eles procuravam replicar imagens e sensações de pertença nacional, nomeadamente o modo como transformavam o camião numa espécie de sinédoque de Portugal, utilizando uma decoração específica que recordava o país. Na verdade, tudo isto são vias pelas quais os condutores lidam com um meio tremendamente difícil, repleto de riscos e instável. A comida é uma das variáveis mais importantes a ter em conta nas suas atitudes. A comida significa pertença e esta, por sua vez, significa segurança. A mobilidade, por si só, não significa, portanto, necessariamente cosmopolitismo ou hibridização, podendo mesmo levar a uma reafirmação da especificidade e da diferença.

Bibliografia

ALBALA, K. (2000), "Southern Europe". In K. F. Kiple, K. C. Ornelas (eds.), The Cambridge World History of Food" vol. 2, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1203-1210.

ALBUQUERQUE, M. (1974), *A Consciência Nacional Portuguesa*, Lisboa: Ed. do Autor.

ANDERSON, E. (2005), *Everyone Eats: Understanding Food and Culture*. New York: New York University Press.

ANDERSON, L. (2013), *Cooking up the Nation: Spanish Culinary Texts and Culinary Nationalization in the Late Nineteenth and Early Twentieth Century*. Woodbridge, UK: Tamesis.

APPADURAI, A. (1996), *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

BAKER, J. W. (2009), *Thanksgiving: The Biography of an American Holiday*. Lebanon, NH: University of New Hampshire Press.

BARDHI, F., OSTBERG, J., BENGTSSON, A. (2010), "Negotiating Cultural Boundaries: Food, Travel and Consumer Identities". *Consumption Markets & Culture*, 13 (29), pp. 133-157.

BARTH, F. (1989 [1969]), "Introduction". In F. Barth (Ed.), *Ethnic Groups and Boundaries. The Social Organization of Culture Difference*. Long Grove, Ill.: Waveland, pp. 9-38.

BHABHA, H. (2004), *The Location of Culture*. London, New York: Routledge.

BILLIG, M. (1995), *Banal Nationalism,* London: Sage.

BOURDIEU, P. (1994), *Raisons Pratiques. Sur la Théorie de l' Action,* Paris: *Éditions* du Seuil.

BOURDIEU, P. (1997) *Méditations Pascaliennes,* Paris: *Éditions* du Seuil.

CLIFFORD, J. (1997), *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

CROWTHER, G. (2013), *Eating Culture: An Anthropological Guide to Food*, North York, Ontario: University of Toronto Press.

CZARNIAWSKA, B. (2007), *Shadowing: and Other Techniques for Doing Fieldwork in Modern Societies.* Malmo: Herndon.

DE SOUCEY, M. (2010),"Gastronationalism: Food Traditions and Authenticity Politics in the European Union". *American Sociological Review*, 75 (3), pp. 432-455.

DOUGLAS, M. 2008 [1972], "Deciphering a meal". In C. Counihan & P. Van Esterik (eds.), *Food and Culture: A Reader.* London & New York: Routledge, pp. 44-53.

EDENSOR, T. (2002), *National Identity, Popular Culture and Everyday Life*, Oxford & New York: Berg.

GIDDENS, A. (2009), *Sociology*, Cambridge, R.U. e Malden, EUA: Polity Press.

GIDDENS, A. (1990), *The Consequences of Modernity*, Stanford: Stanford University Press.

HANNAM, K., SHELLER, M., URRY, J. (2006), "Editorial: Mobilities, Immobilities and Moorings". *Mobilities,* 1 (1), pp. 1-22.

HANNERZ, U. (1992), *Cultural Complexity: Studies in the Social Organization of Meaning*. New York: Columbia University Press.

HASTINGS, A. (1997), *The Construction of Nationhood: Ethnicity, Religion and Nationalism,* Cambridge: Cambridge University Press.

JENKINS, R. (2011), *Being Danish: Paradoxes of Identity in Everyday Life.* Copenhagen: Museum Tusculanum Press.

LAUDAN, R. (2013), *Cuisine and Empire: Cooking in World History*. Berkeley: California University Press.

LOCHER, J. (2003), "Comfort Food". In Solomon H. Katz (ed.), *Encyclopedia of Food and Culture*, vol. 1, New York: Thomson-Gale, pp. 442-443.

MENNEL, S. (1996[1985]), *All Manners of Food: Eating and Taste in England and France from the Middle Ages to the Present*, Urbana & Chicago: University of Illinois Press.

MINTZ, S. W., DU BOIS, C. M. (2002). "The Anthropology of Food and Eating". *Annual Review of Anthropology,* 31, pp. 99-119.

MONTANARI, M. (2010)*, L'Identitá Italiana in Cucina*, Roma & Bari: Editori Laterza.

PALMER, C. (1998), "From Theory To Practice: Experiencing the nation in everyday life". *Journal of Material Culture*, 3 (2), pp. 175-199.

PETRIDOU, Elisa (2001), "The Taste of Home". In Daniel Miller (ed.), *Home Possessions*, Oxford & New York: Berg, pp. 87-104.

REARDON, J. (2003), "Nostalgia". In Solomon H. Katz (ed.), *Encyclopedia of Food and Culture*, vol. 2, New York: Thomson-Gale, pp. 567-569.

SHELLER, M., URRY, J. (2006), "The New Mobilities Paradigm". *Environment and Planning A,* 38 (2), pp. 207-226.

SHEPHERD, G. M. (2012), *Neurogastronomy: How the Brain Creates Flavor and How it Matters,* New York: Columbia University Press.

TIERNEY, R. K., OHNUKI-TIERNEY, E. (2012), "Anthropology of Food". In Jeffrey M. Pilcher (ed.), *The Oxford Handbook of Food History.* Oxford: Oxford University Press, 117-134.

SKEY, M. (2011), *National Belonging and Everyday Life: The Significance of Nationhood in an Uncertain World*, London: Palgrave Macmillan.

SMITH, A. D. (1991), *National Identity.* Harmondsworth: Penguin.

SMITH, A. D. (2004), *The Antiquity of Nations*, Cambridge: Polity Press.

SMITH, A. (2012), "National Cuisines". In Jeffrey M. Pilcher (ed.), *The Oxford Handbook of Food History*, Oxford & New York: Oxford University Press, pp. 444-460.

SOBRAL, J. M. (2003), "A Formação das Nações e o Nacionalismo: os Paradigmas Explicativos e o Caso Português". *Análise Social,* 37 (165), pp. 1093–1126.

SOBRAL, J. M. (2007), "Nacionalismo, culinária e classe: a cozinha portuguesa da obscuridade à consagração (séculos XIX-XX)". *Ruris*, 02, pp. 13-52.

SOBRAL, J. M., RODRIGUES, P. (2013), " O ' Fiel Amigo': o Bacalhau e a Identidade Portuguesa. *Etnográfica*, 17 (3), pp. 619-649.

SOBRAL, J. M. (2014 a), "The Country, The Nation and the Region in Portuguese Representations of Food and Cuisine". In N. Domingos, J. M. Sobral, Harry West (eds.), *Food Between the Country and the City: Ethnographies of a Changing Global Foodscape*, Londres: Bloomsbury, pp. 145-160.

SOBRAL, J. M. (2014 b), "The The High and the Low in the Making of a Portuguese National Cuisine (19th-20th centuries". In A. Murcott, J. Klein (eds.), *Food Consumption in Global Perspective. Essays in the Anthropology of Food in Honour of Jack Goody*, Basingstoke: Palgrave Macmillan, pp. 108-134.

SUTTON, D. E. (2001), *Remembrance of Repasts: An Anthropology of Food and Memory*, Oxford & New York: Berg.

WILK, R. (2002) "Food and Nationalism: The Origins of 'Belizean' Food". In W. Belasco, P. Scranton (eds.), *Food Nations: Selling Taste in Consumer Societies*, New York & London: Routledge, pp. 67-89.

WILK, R. (2006), *Home Cooking in the Global Village: Caribbean Food from Buccaneers to Ecotourists*, Oxford & New York: Berg.

ZERUBAVEL, E. (2012), *Ancestors & Relatives: Genealogy, Identity, & Community*, Oxford: Oxford University Press.

Gastronomia brasileira e globalização.

Maria Lucia Bueno Ramos
marialucia.bueno@gmail.com

Resumo: A consolidação de uma sociedade de consumo no Brasil a partir da década de 1970, promovendo a valorização econômica e social de práticas culturais associadas aos estilos de vida das elites modernizadas, teve um impacto transformador na organização da culinária dos restaurantes, que passou de setor associado aos ofícios e ao artesanato a esfera de produção cultural legitimada. No final do século XX e início do XXI temos uma expansão da alta gastronomia nos principais centros urbanos do país, seguida de uma mudança na postura dos chefs de cozinha, que de meros reprodutores de técnicas e procedimentos franceses, se transformaram em pesquisadores, artífices intelectuais de um novo conceito gastronomia, que mescla tendências globalizadas com tradições culinárias regionais brasileiras. O objetivo é apresentar os resultados preliminares de uma pesquisa em torno das tradições culturais e dos estilos de vida no contexto globalizado, tendo como recorte principal o universo dos chefs em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: gastronomia brasileira; globalização; tradições culturais e estilos de vida.

1. Consumo e estilos de vida

O moderno estilo de vida[1] (Simmel, 1999) modela-se na experiência da aproximação e associação inédita entre literatura, arte, política, moda, gastronomia, decoração e as mais diversas práticas culturais, que reaparecem organizadas como práticas de consumo, numa dinâmica que mescla cada vez mais arte e vida cotidiana, alta cultura e culturas populares, subjetividade e materialidade. Nas metrópoles do século XIX e XX os espaços mais valorizados tem sido os que agregam cultura, consumo e lazer.

Nesse cenário desenvolve-se uma nova lógica de construção das identidades, não mais em função do passado e da tradição, mas a partir da vivência em um ambiente em permanente transformação, onde a posição social não é mais herdada e sim conquistada, num mundo onde as referências deixam de ser pré-estabelecidas, para serem constantemente reconstruídas. Os estilos de vida tornaram-se uma das principais instâncias de construção de identidades, que afloram e ganham visibilidade no interior de um mosaico de práticas culturais. As maneiras de beber, comer, vestir, morar, associadas às escolhas literárias e artísticas remetem a níveis de reconhecimento mais profundos - a classe social, a ocupação, mas também às opções éticas, políticas, estéticas e morais.[2]

Este processo resultou em uma revolução no interior desses domínios. A valorização crescente desses setores na modernidade, o aumento do público consumidor, a desterritorialização e a diversificação das formas de apropriação provocaram uma ruptura com os modos de gestão herdados do passado. Estabeleceu-se um clima generalizado de desorientação com relação às práticas e os hábitos, que evoluem cada vez mais desconectados da

---

1 O conceito de estilo de vida foi forjado pela primeira vez pelo sociólogo alemão Georg Simmel(Simmel:1999), ao refletir sobre a emergência de uma nova sensibilidade, a partir do ritmo intenso e acelerado da vida urbana nas metrópoles da virada do século XIX para o XX. Leitor assíduo de Baudelaire, Simmel de l' l' argentsse U99 e tura tornada objetiva e a cultura dos sujeitos"compreendeu essa nova sensibilidade como expressão do moderno estilo de vida, decorrência do impacto da economia monetária sobre a realidade subjetiva dos sujeitos. Ver Georg Simmel,*Le style de vie,* em **Philosophie de l'argent.** Paris: PUF,1999.

2 Na segunda metade do século XX outros autores irão recorrer ao conceito de estilo de vida, associado ao consumo, para analisar a cultura e o processo de constituição de identidades no mundo contemporâneo. Mencionamos particularmente : Pierre Bourdieu, **La distinction. Critique sociale du jugement.** Paris :Minuit, 1979 e Anthony Giddens, **Modernidade e identidade**, Rio de Janeiro:Zahar, 2002. Pensando a partir do final do século XX, o estilo de vida para Giddens " pode ser definido como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo adota não só porque essas práticas satisfazem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular de auto-identidade." (Giddens:1997:75)

tradição, transmutados pelo fluxo do consumo e da circulação. Em resposta desenvolveu-se um novo arcabouço institucional compatível com as modificações em curso, com o intuito de criar formas de regulamentação que acomodassem parte das hierarquias e procedimentos do passado (Bueno, 2001). Podemos mencionar como exemplos os museus modernos, as imprensas especializadas (arte, moda, decoração, literatura, etc.) e as diferentes modalidades de guias (de turismo, gastronomia, etc.). Os espaços de consumo também sofreram alterações, deixando de ter uma função puramente comercial, para adquirirem cada vez mais conotações e papéis que até então eram específicos dos espaços públicos (Habermas,1984).

A expansão e a sofisticação das práticas de consumo transformaram alguns redutos - associados à tradição e ao mundo dos objetos - em esfera cultural, lugar de construção de identidades. As transformações no âmbito do consumo evoluem sintonizadas com transformações análogas no contexto da produção. O objetivo deste trabalho é fazer uma leitura da evolução da cultura urbana nas grandes metrópoles brasileiras no final do século XX e início do XXI, observando como esse movimento vem esgarçando os limites entre as práticas culturais e as práticas estéticas, promovendo uma aproximação entre elas, tendo como recortes o universo da gastronomia e a emergência de uma nova modalidade de produtor cultural, o chefe de cozinha.

O mundo da gastronomia encontra-se associado ao desenvolvimento do mercado de luxo e sintonizado com a dinâmica do circuito globalizado, despontando como espaço econômico e cultural relevante no Brasil a partir dos anos 1980. O enfoque é fornecido pelos personagens mais proeminentes desses contextos, onde a organização do trabalho assume configurações extremamente individualizadas. Procuramos traçar a partir desses agentes, e das suas conexões, um primeiro esboço da evolução histórica e da organização cultural e material dos redutos da gastronomia. Uma das finalidades é analisar como a gastronomia se converteu em espaço de construção de estilos de vida, resultando numa elevação cultural dos seus principais profissionais, transformando o caráter do trabalho que desempenham que evolui de prática artesanal a prática intelectual.

Uma hipótese que permeia nossa reflexão é que a gastronomia no universo contemporâneo, numa trajetória similar a da moda, extrapolou o âmbito restrito do comércio de luxo, expandindo-se para um público mais amplo a partir da sua dimensão estética e cultural. A multiplicação de publicações especializadas (livros, jornais, revistas, guias e manuais) e dos programas de televisão, consolidou uma cultura gastronômica enquanto esfera de debates, de constituição de diferentes correntes e tendências teóricas, na qual o chefe se configura como agente cultural. Nesta perspectiva talvez gastronomia possa também vir a ser pensada como uma modalidade de indústria cultural, onde o consumo simbólico suplanta a apropriação individual.

2. Globalização cultural

Compreendemos como globalização cultural um fenômeno que se fortalece na virada dos anos 1970 para 1980, associado ao desenvolvimento de um sistema de comunicação-mundo (Armand Mattelart:1994), responsável pela construção de uma nova base material a partir da qual a vida - social, econômica, cultural e política - , em diferentes regiões do planeta, passa a evoluir num movimento de conexão crescente. Na consolidação dessa nova configuração social as indústrias culturais desempenham um papel fundamental.

A globalização só existe enraizada nas práticas cotidianas. Os homens encontram-se ligados pelo destino, pelas experiências sociais e um repertório simbólico comum. Renato Ortiz observa que se trata de "um processo social que atravessa de forma diferenciada as realidades nacionais e locais. Seu vetor se define por sua transversalidade. Trata-se de uma tendência. (...) como uma tendência é sempre algo genérico e é preciso aprendê-la indiretamente, torna-se necessário buscar expressões modais que a explicitem" (Ortiz, 2000:12). Assim, para o sociólogo brasileiro elementos como gastronomia, cultura popular, consumo, turismo, moda, despontam como "objetos heurísticos que revelam um arranjo social transcendente às exigências e expectativas de uma cultura nacional. Pensá-los em um contexto particular é considerá-los como parte de uma matriz mais ampla, mundial". (Ortiz, 2000:12)

Refletir sobre a gastronomia a partir desta matriz, é considerá-la como objeto privilegiado para compreendermos a organização da cultura e da sociedade na dinâmica globalizada, na qual opera como força motora importante no âmbito social, econômico e cultural, e que por isso nos ajuda a pensar a relação modernidade e cultura brasileira nos séculos XX e XXI.

O que designamos como cultura brasileira, como já apontado por vários autores, é sempre o resultado de uma construção articulada a partir da visão de alguns segmentos sociais, envolvendo elementos retirados da memória coletiva e elementos retirados de experiências correntes, em diferentes períodos históricos. No contexto dos séculos XX e XXI esta construção se alimenta fortemente de expressões modais como indústria cultural, cultura popular, turismo, moda, gastronomia, etc.. São referências constitutivas do modo de vida contemporâneo que produzem novas aproximações com a memória coletiva.

Sob essa perspectiva a gastronomia emerge não apenas como objeto privilegiado, mas como elemento formador dessa dinâmica, operando como polo de uma rede, que em conexão com outras expressões modais, torna-se responsável pelas constantes transformações que atravessam tanto o panorama cultural brasileiro, quanto o internacional.

A expansão do consumo na sociedade contemporânea de um modo geral, e no Brasil em particular, teve um impacto transformador na **organização e na dinâmica da culinária** que passou **de setor associado aos ofícios e ao artesanato** a **esfera de produção cultural legitimada.** Esse movimento levou a **uma mudança na nomenclatura** dos profissionais mais prestigiados desse domínio (**de cozinheiro a chef de cozinha**), associada a uma mudança de status (**de artesãos a produtores intelectuais),** indicando transformações correlatas no trabalho e no modo de produção. A sociedade de massa, a industrialização, a exigência de padrões pelo mercado, e de normatizações pela indústria, transformaram a gastronomia em universo valorizado e altamente complexo (Bueno, 2013).

O mundo da culinária, no final do século XX e início do XXI, passou por um processo semelhante ao do mundo da arte no renascimento, quando se aprofundou a divisão do trabalho e se estabeleceu uma distinção entre o artesão e o artista, entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. O status da profissão de artista (e também de arquiteto) surge nesse momento, quando ele passa a ser reconhecido como autor intelectual da obra e gestor de sua execução nos grandes ateliês do Renascimento. O passo seguinte foi a criação das academias de arte (Heinich,1993).

Os chefes de cozinha se distinguem dos cozinheiros (as) porque não participam diretamente da confecção do produto. Eles são os autores intelectuais e os gestores do desenvolvimento desse produto no interior das cozinhas ou à frente de laboratórios de pesquisa. No contexto contemporâneo, onde as escolhas profissionais aparecem cada vez mais associadas aos estilos de vida, a valorização do trabalho da gastronomia, transformou o setor numa opção atraente para os jovens, uma área inovadora e ao mesmo tempo glamorosa, que passou a atrair um contingente de aspirantes de classe média e média alta.

Simultaneamente assistimos a uma mudança no modo de operação no interior desse universo. Até o final dos anos 1950 e início dos 1960, culinária internacional tinha Paris como centro de referência. Imitava e reproduzia Paris. Desde então deixa de se pautar por modelos importados para se conduzir fundada em uma lógica própria, que combina tendências globalizadas com tradições culturais locais.

3. Antecedentes: Alta cozinha e Gastronomia.

No início do século XIX temos uma grande transformação no mundo da alta culinária como aparecimento da gastronomia. Até então, durante o Antigo Regime, o universo era pautado pelos compêndios de receitas que regulamentavam sobre a produção, conduzindo os procedimentos realizados no interior das cozinhas (Poulain, 2004; Rabourg, 2010). Criados nas cozinhas das cortes francesas, traduzidos em vários idiomas, forjavam um modelo que era incorporado sem questionamentos nas demais cortes e em todos os lugares onde a demanda de sofisticação, como expressão de civilidade fosse uma questão relevante.

A gastronomia, num outro contexto social, o da cultura metropolitana do início do século XIX, vai exercer uma regulamentação sobre o consumo (Ferguson, 1998 e 2004). Os novos manuais não serão mais escritos pelos chefs, mas pelos gastrônomos, os críticos do setor, que conhecedores da ciência da alta cozinha e informados sobre as pesquisas e elaborações dos chefs parisienses, passam a legislar sobre o gosto e as maneiras de comer. Paralelamente temos um processo de autonomização dos chefs e uma crescente valorização da criação e da invenção no domínio da alta culinária (Ferguson, 2004). Um movimento que se acentuou no decorrer do século

XX, e que foi responsável por um fluxo de transformações, cada vez mais intenso, levando a redefinições constantes dos conceitos vigentes no domínio da gastronomia (Hayagreva, Monim e Durand, 2005). Até o início dos anos 1970, Paris se manteve no centro desse processo.

4. Nouvelle Cuisine

A partir de então, com a globalização cultural, temos uma desterritorialização do campo da gastronomia, uma decadência da hegemonia francesa e um fortalecimento das tradições alimentares regionais em âmbito mundial. Na esfera da cultura gastronômica esse processo se efetiva historicamente a partir da emergência de uma pluralidade de novas tendências(Barbosa, 2013), que promoveram um quadro de segmentação e de intensificação das disputas internas no interior do campo. Embora o cenário seja mais complexo, podemos destacar uma dessas tendências, a *Nouvelle Cuisine,* como particularmente relevante e ilustrativa para a compreensão da nova dinâmica globalizada que se constitui, da qual pode ser considerada uma das primeiras manifestações.

O surgimento da *nouvelle cuisine* é um exemplo perfeito do que Anthony Giddens designa de reflexividade institucional[3]. A nova corrente não foi impulsionada por um chef, mas por dois críticos, Henri Gault e Christian Millau, responsáveis por uma publicação gastronômica até então alternativa, *Le Nouveau guide Gault et Millau,* que lançaram em 1973 um desafio pela renovação e modernização da culinária, propondo alguns novos mandamentos que atacavam os pilares da tradição gastronômica francesa e da italiana.

Começaram desvinculando a alta gastronomia do mundo do luxo, a qual estava associada, minimizando a importância dos cenários requintados e dos produtos caros para ressaltar o talento do chef. Em março de 1973, sob o título de *À l'ouest du nouveau*, anunciavam uma transformação na geografia gourmande de Paris, chamando atenção para uma nova geração de chefs que despontava na periferia parisiense[4], praticando uma cozinha inventiva, com cardápios reduzidos e um novo estilo, baseado na simplicidade. Alguns meses depois, em outubro, publicavam outro artigo formulando o que passaram a designar como os dez mandamentos da *nouvelle cuisine*. Entre eles constavam a defesa de uma gastronomia mais leve; a valorização dos produtos frescos disponíveis no mercado; a utilização de novas técnicas e tecnologias; a abolição de anacronismos como os temperos pesados e os cozimentos excessivos, resíduos de épocas em que as cozinhas não dispunham de sistemas de refrigeração (Rambourg, 2010).

A adesão entusiasmada de um grupo de chefs[5] gerou uma verdadeira revolução, promovendo uma nova maneira de fazer cozinha: não mais a partir da tradição, mas de um projeto, ligado a um conceito de gastronomia concebido a partir dos estilos de vida, das tecnologias, do estudo das novas possibilidades das tradições e dos ingredientes (Vitaux, 2007; Suaudeau, 2004; Rambourg, 2010).

Os novos chefs vão quebrar os paradigmas da cozinha clássica se desenvolvendo entre dois eixos rechaçados até então: 1) as cozinhas aristocráticas, anteriores ao século XIX, caracterizadas pelo luxo e a distância da necessidade e 2) as cozinhas regionais populares, que tiravam partido dos produtos frescos colocados à disposição do nicho ecológico a partir do qual elas se organizam (Hayagreeva, Monim e Durand, 2003: 128 - 129). A aproximação

---

3 O problema da reflexividade está no centro da análise da dinâmica da vida social na alta modernidade para Anthony Giddens. A reflexividade se manifesta em diversos aspectos:1. No entrelaçamento das instituições modernas com a vida individual, na interação entre *influências globalizantes de um lado e disposições pessoais de outro*;2. Nos processos de reorganização do tempo e do espaço, *associados a mecanismos de desencaixe – mecanismos que descolam as relações sociais de seus lugares específicos, recombinando-as através de grandes distâncias no tempo e no espaço* .Ver **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar,2002, p.10.

4 Entre os chefs apontados nessa matéria por Gault e Millau estavam Michel Guérard e Claude Verger.

5 Entre eles constavam chefs da nova geração, como Bocuse, Troisgros, Haeberlin, Peyrot, Denis, Guérard, Manière, Minot, Chapel, ao lado de outros estabelecidos, como Girard, Senderens, Oliver, Minchelli, Barrier, Vergé, Delaveyne, descontentes com o quadro convencional e ultrapassado da cozinha dominante na França. Ver Patrick Rambourg, **Histoire de la cuisine et de la gastronomie francaises**, (2010, p.297).

com a cozinha de *terroir* atendia a uma necessidade de retomar as raízes num mundo da alimentação industrializado, *que perdeu um pouco da sua alma* ((Hayagreeva, Monim e Durand,2003: 129). Reunificando duas tendências contraditórias estabeleceram uma nova etapa da criação culinária, remetendo a uma dupla tradição gastronômica, culta e popular.

Com esta nova concepção e no esforço de sua difusão os grandes chefs franceses vão percorrer o mundo nos anos 1980. A proposta se espalhou rapidamente para os Estados Unidos e para o Oriente. O entusiasmo pelo exotismo, pela experimentação e pela invenção estreitou as colaborações, intensificou o processo de trocas, promovendo o fortalecimento de uma nova rotina, as hibridações. Nesse quesito um destaque é a forte influência da cozinha japonesa sobre a ocidental, de um modo geral, alterando as técnicas de cozimento, a maneira de lidar com os produtos e a estética dos pratos (Rambourg, 2010).

A *nouvelle cuisine,* que foi a primeira de uma série de correntes que passaram a constituir o campo de debates em torno do qual se organiza a gastronomia contemporânea, assinalou também o início do processo de globalização nesse universo[6]

5. Gastronomia Brasileira

A gastronomia brasileira é um fato recente. Pode ser identificada a partir de meados dos anos 1990, quando despontou primeira geração de chefs brasileiros, mas se consolida e adquire visibilidade apenas a partir do início do segundo milênio (Bueno, 2013). Até então, o que havia entre nós eram cozinhas regionais, de tradição popular, valorizadas como patrimônio material, que foram objeto de estudo de folcloristas, como Luis de Câmara Cascudo. Essas cozinhas, e muitos dos seus ingredientes, permaneceram ativos no ambiente doméstico em algumas regiões rurais do país. Nos principais centros urbanos sobreviveram no universo privado e nos restaurantes típicos, reduzidas a alguns clichês da nossa identidade alimentar como a feijoada, o virado à paulista ou tutu à mineira, e a muqueca baiana.

Desde o início do século XIX, que a tradição culinária dominante na corte brasileira, nos salões oficiais e nos privados era a da alta cozinha francesa, difundida a partir de livros e compêndios especializados (Couto, 2007). Mais tarde, em meados do século XX, a maior parte dos restaurantes sofisticados, nos principais centros urbanos do país, adotava um modelo conhecido como cozinha internacional, uma versão padronizada de alguns estereótipos da gastronomia francesa.

Com o final da Segunda Guerra Mundial se desenvolveu uma rede de restaurantes em São Paulo e no Rio de Janeiro, com uma cozinha com sabores variados, ligada aos diferentes núcleos de imigrantes. Entre os espaços de maior prestígio predominavam a culinária italiana, na capital paulista, e em ambas as cidades a internacional. Mas, o hábito de comer fora se fortaleceu e se difundiu nos centros urbanos brasileiros apenas em meados dos anos 1960, quando ocorreu uma expansão do mercado consumidor, seguida de um aumento do número de restaurantes no país, como revelam os dados abaixo. (Collaço, 2009).

Evolução da porcentagem da população que realiza refeições fora de casa nos centros urbanos brasileiros (Fonte: Food Service)

1970 - 11% **1990** - 20 % **2006** - 32 %

Aumento do número de restaurantes no Brasil de 1980 à 2003:

1980 -320.000 **2003** - 904 000

---

6 Conforme Jean-Pierre Poulain em **Sociologia da Alimentação** (2004) nos anos 80 os novos chefs franceses percorrem o mundo, convidados a promover a cozinha francesa, sendo que os mais eminentes foram contratados como consultores de redes de hotelaria internacionais ou de grupos industriais agroalimentares: *Verger e Blanc em Bangkoc; Rebuchon, Gagnaire, Loiseau, Bras no Japão; Guérard nos Estados Unidos; Bocuse um pouco em toda parte..revesado atualmente por Ducasse.* (p.39) Esses encontros, que possibilitaram o desenvolvimento de cozinhas eruditas de inspiração local, que resultaram na disseminação das "novas cozinhas" quebequense, japonesa, california, brasileira, etc., por outro lado, contaminaram a própria evolução da cozinha francesa que passou a incorporar influências de diferentes tradições culinárias estrangeiras.(p.40)

O Sindicato dos Bares, Restaurantes e Similares em São Paulo registrou em 2009, apenas em São Paulo, um total de 15.000 bares e 12.500 restaurantes, classificados a partir de 55 diferentes especialidades de comida. Entre os quais: 500 Churrascarias, 256 restaurantes japoneses, 1 200 pizzarias (Collaço, 2009,p.160).
Porém, nos primeiros tempos esse crescimento da cultura de restaurantes no país não trouxe a uma expansão correlata das tradições culinárias brasileiras. O público consumidor nos anos 1960 e 1970, ainda empenhado em projetar uma imagem de civilidade moderna e cosmopolita, tendia a valorizar a adoção de modelos importados, que associavam ao estilo urbano, menosprezando maneiras e hábitos ligados às tradições locais, vistas como parte do mundo rural que desejavam superar. Se muitas das práticas alimentares regionais foram preservadas no âmbito privado, principalmente nas residências populares, o mesmo não ocorreu com a rede de estabelecimentos comerciais das grandes cidades, onde – com exceção de uma ou outra casa criada para atender a curiosidade dos turistas – foram ignoradas. Sem valor comercial, diversas frutas, ervas, raízes, legumes deixaram de ser cultivados, desaparecendo do mercado.
Um olhar sobre o panorama gastronômico da cidade de São Paulo é ilustrativo das transformações que estamos apontando. A tabela abaixo, uma variação da elaborada por Isabella Masano (Masano, 2011)[7], mostra a evolução do universo da gastronomia na cidade de São Paulo a partir da seleção de estabelecimentos realizada pelo Guia Quatro Rodas entre 1966 e 2011.

TABELA: Seleção de restaurantes de São Paulo

Especialidades		1966	1971	1986	1990	2001	2006	2011
Brasileira	Total	4	8	12	6	19	36	47
	Tradições Regionais					15	17	18
	Contemporânea					2	11	13
	Variada					2	8	16
Churrascos		17	35	37	20	20	27	26
Frutos do mar			2	11	10	7	5	3
Variada					28	36	25	37
Internacional		35	40	27				
Italiana		33	51	100	60	75	77	74
Francesa				25	24	23	16	24
Francesa e suíça		9	18					
Suíça				4	3	2	1	1
Portuguesa		5	4	9	3	5	5	7
Espanhola			2	8	6	10	6	4
Alemã		9	14	13	7	5	4	4
Japonesa		5	5	20	17	25	26	25
Árabe		4	3	10	5	12	9	11
Chinesa		3	8	19	11	8	6	5
Asiática				1	1	2	3	4
Judia		2		3	4	4	3	2
Latino-americana						4	7	11
	Outras	3	10	22	20		13	
	Total	131	200	300	225	257	267	285

7 A tabela apresenta uma releitura da elaborada por Masano, apresentando um novo enfoque sobre a cozinha brasileira a partir da análise dos estabelecimentos que operam a partir dessa tradição apresentados no guia.

O quadro evidencia a alta reputação da cozinha italiana e internacional nos anos 1960 e 1970, assim como a ausência de prestigio da cozinha brasileira, que era depreciada tanto em número, quanto em qualidade, classificada genericamente, sem levar em consideração as profundas diferenças regionais existentes. A preocupação em apresentar a nossa cozinha a partir das tradições e das diferentes regiões só aparece no guia nos anos 2000. Desde então a tradição culinária brasileira pode ser identificada em três diferentes modalidades, em função da maneira de trabalhar com as tradições:

1) **Regional**, conforme tradição e região. No guia aparece organizada em função das diferentes tradições regionais.
2) **Contemporânea**, que realiza uma gastronomia moderna e globalizada, mas que se desenvolve a partir de práticas e ingredientes locais.
3) **Variada**, que trabalha a partir da hibridização das tradições brasileiras com outras vertentes étnicas, entre as quais a cozinha oriental, que vem aparecendo como uma das parcerias mais fortes.

A valorização e um interesse mais sistemático pela culinária brasileira despontaram apenas nos anos 1990. A comida, que até então se destacava como parte dos eventos familiares, foi se transformando em tema de debates científicos e intelectuais, assunto de rodas sociais, de programas de televisão, de revistas, de livros, ocupando um lugar na mídia e se convertendo em segmento importante da indústria cultural. Nesse curso o personagem do chef foi ganhando visibilidade. Nos anos 2000 temos um surto de pequenos restaurantes com chefs estrelados (Collaço, 2009:160), entre os quais a gastronomia brasileira começa adquirir centralidade. Esse movimento coincidiu com o boom da gastronomia no país e está associado ao aparecimento do chef brasileiro. Pela pesquisa realizada até o momento essa expansão e mudança na dinâmica da cultura gastronômica, que ainda se encontra em curso, é decorrência de uma série de fatores relacionados com a globalização.

6. Gastronomia brasileira e globalização

Com a globalização do turismo, no final dos anos 1970 e início dos 1980, redes hoteleiras internacionais se instalaram no país, como as francesas Sofitel e Méridien, que levaram seus hotéis de luxo para a praia de Copacabana no Rio de Janeiro. Com um olho no turismo sofisticado e outro no consumidor interno, os hotéis importaram chefs estrelados para criar espaços dedicados à alta gastronomia, como o Le Pré Catelan no Sofitel, com menu assinado por Gaston Lenôtre e o Saint-Honoré no Méridien, sob a orientação de Paul Bocuse. Para gerir os estabelecimentos foram contratados profissionais franceses formados dentro dos preceitos da *nouvelle cuisine*. No Pré Catelan ficou Claude Troisgros, filho de Pierre Troisgros, um dos pioneiros da nova corrente, e no Saint-Honoré, Laurent Suaudeau, que trabalhava para Paul Bocuse. Ambos casaram com brasileiras e se fixaram no país à frente de seus próprios restaurantes. Ajudaram a formar um campo de gastronomia no Brasil criando associações e escolas, e impulsionando uma nova maneira de pensar a culinária (Bueno, 2013).

Afinados com o pensamento contemporâneo, mas recorrendo a componentes e práticas da cozinha tradicional brasileira, mobilizaram um movimento de pesquisa e valorização das tradições regionais. A esse respeito são ilustrativos os depoimentos de Suaudeau e Troigros sobre o início do trabalho no Rio de Janeiro:

> Depois de conquistar a equipe, fui descobrindo os produtos brasileiros e vi que, com eles, teria condições de desenvolver uma boa culinária, aplicando os conceitos e a metodologia que eu trazia da França. Meu segundo chef, Paulo Carvalho, era brasileiro e, com ele, conheci muitos ingredientes locais. O mais difícil foi fazer com que a clientela assimilasse a nova proposta. Naquele momento predominava no Rio uma cozinha extremamente internacional, baseada em clichês gastronômicos da culinária francesa. As pessoas achavam que eu era doido por colocar nos pratos aipim e maracujá, ou por usar o tucupi no lugar do vinagre. Eram produtos encontrados na cozinha doméstica, em casa de gente pobre. (Suaudeau, 2007: 33)

> ...cheguei no Brasil em 1979. (...) Naquela época, o mercado brasileiro era muito tímido em termo de produto. Por necessidade, comecei a incorporar frutas brasileiras

> em minhas receitas francesas, principalmente o maracujá e a goiaba. Essa técnica cresceu muito, chegou a ser modismo. Esse estilo de cozinhar, hoje, é conhecido como cozinha Bossa Nova, mas na minha época era cozinha franco-brasileira, simplesmente. (Troigros, 2014: C2)

A atuação dos chefs franceses atraiu outros profissionais estrangeiros para o país, que ajudaram a fortalecer as propostas de incorporação das tradições culinárias brasileiras iniciadas pelos primeiros. Um exemplo é do francês Olivier Anquier, responsável por um dos primeiros programas gastronômicos na televisão brasileira a enfocar os hábitos e as práticas alimentares em diferentes regiões do país.

Por influência e demanda dos chefs estrangeiros desenvolveu-se uma série de novos procedimentos, como o cultivo de ervas frescas e de outros produtos agrícolas, que não existiam até então nos mercados locais e que também foram sendo incorporados nas rotinas alimentares dos habitantes de São Paulo e do Rio.

No início dos anos 1990, dois planos econômicos governamentais vão influenciar os rumos da gastronomia entre nós (Kontic, 2008; Masano, 2011). Primeiramente o Plano Cruzado, que derrubou as barreiras alfandegarias, possibilitando a entrada de ingredientes que não havia no país. A seguir o Plano Real, que equiparou a moeda brasileira ao dólar, tornando os produtos importados mais acessíveis. A competição com o produto estrangeiro, instaurada com a abertura das exportações, obrigou a indústria alimentícia nacional a melhorar a qualidade e a variedade da produção. Todas essas mudanças trouxeram também uma nova qualidade para as correntes gastronômicas já estabelecidas no país, como as culinárias italiana, japonesa e libanesa em São Paulo, que lidavam com uma série de restrições (Masano, 2011).

O aumento do poder aquisitivo da classe média brasileira e a popularização das viagens internacionais foram responsáveis por um novo perfil de consumidor - mais culto, informado e aberto para experiências inovadoras -, que respaldou o desenvolvimento de uma cultura gastronômica contemporânea no país alimentada por tradições locais.

Em meados dos anos 1990 impulsionados por todas essas mudanças, despontou o primeiro núcleo de chefs de brasileiros, que independentes da tradição local, operavam a partir das correntes gastronômicas contemporâneas, mas empenhados em desenvolver uma interpretação pessoal, mediante a utilização de elementos das cozinhas regionais, que estavam praticamente esquecidos. Temos uma revitalização de produtos como a mandioca, o tucupi, o caqui, que ressurgiram no interior de práticas culinárias distintas das receitas regionais aos quais até então estavam atrelados. Os novos chefes brasileiros praticam uma culinária contemporânea e globalizada, recorrendo aos perfumes e sabores locais, como um elemento de diferenciação, mas procurando construir um estilo próprio. Sobre este esforço é revelador o comentário de Alex Atala, um dos pioneiros dessa geração:

> Meu registro cultural é brasileiro. Em algum momento do meu percurso entendi que ninguém poderia fazer cozinha brasileira tão bem quanto eu, pois os sabores selvagens fazem parte da minha vida desde muito cedo, desde a minha primeira infância. Sou filho e neto de pescadores e caçadores, portanto andar no mato e explorar sabores selvagens fazem parte da minha maneira de ser desde sempre.
>
> ...tive que repensar também a minha atitude com relação à técnica. Me dei conta de que a mensagem mais importante para mim – passar o melhor dos ingredientes brasileiros – às vezes ficava dispersa na técnica e na complexidade da receita. (...) A técnica tornou-se uma ferramenta para obter o melhor de cada ingrediente, e a reprodução tem papel secundário nas receitas. (...) Minha cozinha se despiu, mudou sua ênfase para os sabores, para as texturas e para os ingredientes. (Atala, 2013: 11-12)

A incorporação de ingredientes nativos, baratos e de fácil acesso no mercado, viabilizou economicamente a gastronomia para um público mais amplo, que tem acompanhado essas transformações pelos programas ministrados pelos chefs na televisão, contribuindo para a sua difusão no país.

Trata-se da primeira geração de chefs, vinda da classe média e média alta, que não despontou das cozinhas dos restaurantes. Para todos eles a gastronomia surgiu como uma nova opção, numa fase de crise e transição da vida profissional. Muitos deles viveram essa transição na Europa e nos Estados Unidos, onde se iniciaram nos

anos 1990, realizando estágios em espaços inovadores. Bonitos, jovens e bem-sucedidos, se transformaram em referência para toda uma nova geração a partir do ano 2000.
Os chefs, a partir da *Nouvelle Cuisine*, lembram um pouco os cineastas do cinema novo e da *nouvelle vague*, que nos anos 1950 e 1960 começaram a pensar o cinema como uma linguagem. Beneficiados pelo avanço das tecnologias cinematográficas, que se tornavam mais acessíveis em termos econômicos e de manipulação, eles não surgiram do meio técnico, mas do meio intelectual - das universidades e das publicações – o que conferiu um novo status a esses realizadores ligados à vertente culta do cinema (Bernadet, 1994). Na gastronomia (o que ocorre também na moda), o aparato técnico substitui a virtuose do chef, que fica cada vez mais restrito à concepção intelectual e à gestão de sua realização.
Por fim, temos a emergência dos cursos superiores que se expandem a partir do ano 2000, assim como dos laboratórios de pesquisa dentro das universidades e do trabalho de órgãos como o SEBRAE, que iniciam políticas de revitalização de culturas agrícolas regionais. O primeiro curso de gastronomia em nível superior apareceu em São Paulo em 1999. Pelos dados do INEP, em 2008 havia 78 cursos superiores de gastronomia em funcionamento no país, que em 2012 passaram a 124. Na seleção do vestibular de 2010 da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o novo bacharelado em gastronomia foi o curso com maior número de candidatos por vaga, superando o curso de medicina (BUENO, 2013).

7. Gastronomia e indústria cultural

Nos anos 2000 registramos uma expansão sensível da gastronomia na indústria cultural brasileira de um modo geral. Nos veículos mais sofisticados os jovens chefs locais dividem espaço com os estrangeiros. Nos de maior penetração, dominam os chefs brasileiros, estrelados ou não, ao lado dos franceses radicados no país, como Claude Troigros e Olivier Anquier, que viraram celebridades. Além das publicações especializadas (livros e revistas), apontamos a partir de 2005, o aparecimento dos cadernos semanais de gastronomia em grandes jornais, como o ***Estado de São Paulo***, a ***Folha de São Paulo*** e ***O Globo***. Paralelamente assistimos a uma extinção gradativa dos cadernos femininos e de páginas culinária. A gastronomia vai substituindo a culinária e os chefs vão tomando o lugar dos cozinheiros em todas as esfera da indústria cultural, assinalando uma transformação na maneira de pensar o tema.

Essa mudança do comportamento com relação à gastronomia transparece também nos lançamentos imobiliários. Nos edifícios residenciais construídos nos últimos anos as cozinhas dos apartamentos transformadas em espaço gourmet, ganharam prestígio e adquiriram uma nova centralidade no universo doméstico da classe média. Por fim destacamos a inclusão da gastronomia na pauta dos eventos artísticos e culturais.

Consumo, Hedonismo e estilos de vida

A presente investigação busca em reflexões de sociólogos - como Néstor García Canclini, Diane Crane, Mike Featherstone, Anthony Giddens e Renato Ortiz - subsídios para entender como, a partir dos anos 1960, e da dinâmica globalizada que se instaura posteriormente, a problemática da cultura e do consumo desloca-se da perspectiva da distinção social para a dos confrontos culturais, deflagrados pela convivência de uma pluralidade de tradições e estilos de vida, numa dinâmica pautada pela crescente interconexão entre influências globalizadas de um lado e disposições locais e pessoais de outro[8].
Na sociedade contemporânea o mercado de bens de luxo não é mais o foco do mundo da gastronomia como no inicio do século XX, mas apenas um segmento. O moderno estilo de vida, como identificado por Georg Simmel - associado ao individualismo e a estetização do cotidiano, tendo o consumo como um dos vetores na construção das identidades - é uma das principais matrizes das práticas culturais modernas. Na sociedade contemporânea expande-se uma nova dimensão das praticas de consumo, o moderno hedonismo, que de acordo com o inglês Colin Campbell, é uma das bases do consumo na modernidade. O moderno hedonismo, associado

8 Para tratar produção de cultura nesse contexto recorreremos também ao referencial teórico desenvolvido por Frederic Jameson, para tratar do pós-modernismo, e por Nestor Carcia Canclini, para abordar o problema do hibridismo cultural.

ao prazer, não é percebido como uma experiência física, dos sentidos, mas como uma emoção, uma experiência transformadora, da esfera da imaginação. O consumo, para o autor, *emerge como uma espécie de devaneio, operando no hiato entre os perfeitos prazeres do sonho e as imperfeitas alegrias da vida* (Campbell,2001).
Práticas culturais, como a gastronomia, sob essa ótica ganham uma nova dimensão, percebidas como experiências transformadoras – em sociedades ou grupos que vivem além das questões utilitárias, para os quais a sobrevivência básica é um problema superado.
A culinária, sob essa perspectiva, não é mais percebida como uma **dietética** ou como uma **experiência física degustativa** (Flandrin e Montanari,1998) , mas como um **estilo de vida, uma emoção** (Campbell, 2001). Nesse sentido é exemplar o comentário de Ferran Adria, o célebre chef de cozinha catalão, discorrendo a respeito da grande revolução gastronômica desses 20 anos: *Não vou citar um método, nem um produto. Foi o fato que comer virou uma experiência multisensorial, com o prazer se incorporando a nova dimensão emocional.*
A gastronomia não se desenvolve mais em decorrência de um foco centralizado, exterior, de uma tradição hegemônica internacional - como foi a cultura francesa até meados do século XX – mas a partir do padrão globalizado, arraigado na vida cotidiana e na experiência individual das pessoas, que evolui entre uma pluralidade de tradições. Nesse contexto as praticas culturais e os estilos de vida ficam sujeitos às intempéries e as transformações arbitrárias, em uma dinâmica social cada vez mais pautada pela reflexividade.
A análise desses universos nos permite compreender, entre outros, como a emergência dessas produções culturais são indissociáveis tanto do modo de produção que as viabiliza, quanto do complexo de convenções correntes que permitem que elas sejam compreendidas pelo público.

Referências Bibliográficas:

ATALA, A. (2013). *D.O.M. Redescobrindo Ingredientes Brasileiros.* São Paulo, Melhoramentos, 292 p.

BARBOSA, L. (2013). "Tendências da Alimentação Contemporânea". 44 p.(mimeo.)

BECKER, H. (1998). *Les mondes de l' art.* Paris, Flammarion.

BERNADET, Jean-Claude (1994). *O autor no cinema.* São Paulo:Edusp/Brasiliense.

BOURDIEU, P. (1976), *La Distinction.* Paris: Minuit.

BRILLAT-SAVARIN, J.A. (2005). *A Fisiologia do gosto.* São Paulo, Companhia das Letras.

BUENO, M. L. (2001). *Artes plásticas no século XX. Modernidade e globalização***.** Campinas, Editora da Unicamp/Imprensa Oficial/Fapesp (2ª. Edição).

_____e CAMARGO, L. O. (org.) (2008), *Cultura e consumo. Estilos de vida na contemporaneidade***.** São Paulo: Editora do SENAC.

_____ (2013). "Gastronomia e sociedade de consumo. Tradições culturais brasileiras e estilos de vida na globalização cultural". in *Manifestações artísticas e ciências sociais: Reflexões sobre arte e cultura material* (org. P. Reinheimer e S. Parracho Sant'Anna).Rio de Janeiro: CULTIS, UFRJ/Folha Seca.

COUTO, C. (2007). *Arte de Cozinha. Alimentação e dietética em Portugal e no Brasil (séculos XVII-XIX).* São Paulo, Senac.

COLLAÇO, J.H.L..(2009). São Paulo, SP. *Sabores e memórias: cozinha italiana e construção identitária em São Paulo.* Tese de doutorado em Antropologia, São Paulo: FFLCH,Universidade de São Paulo.

CAMPBELL, C. (2001). *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno.* Rio de Janeiro: Rocco.

CRANE, D. (2011). *Ensaios sobre moda, arte e globalização cultural* (org. Maria Lucia Bueno). São Paulo: Editora do Senac.

ELIAS,N. (1994). *O processo civilizador* (volume 1*):Uma História dos Costumes***.** Rio de Janeiro: Zahar.

_____(1990). *A sociedade de corte.* Rio de Janeiro: Zahar.

FEATHERSTONE, M., *Sociedade de Consumo e Pós-modernismo***.** São Paulo:Nobel, 1995.

FERGUSON, P.P.. (1998). "A cultural field in the making: Gastronomy in 19 th-Century France". *American Journal of Sociology,*104 (3): 597-641.

_____ (2004). *Accounting for Taste. The Triumph of French Cuisine***.**

Chicago: University of Chicago Press.

_____(2008). "Michelin débarque à New York: la loi des guides?" In: J. CSERGO e J.P. LEMASSON (org.), *Voyages en Gastronomie. L'invention des capitales et des régions gourmandes.* Paris, Éditions Autrement, p.116 – 126.

GARCIA-CANCLINI, N. (1997). *Culturas Híbridas***.** São Paulo: EDUSP.

GIDDENS, A. (1997). Modernidade e identidade pessoal. Lisboa: Oeiras.

HABERMAS, J. (1984). *Mudança estrutural da esfera pública***.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

HAYAGREEVA,R.;MONIN, P. e DURAND,R.. (2003). "Institutional Change in Toque Ville: Nouvelle Cuisine as an Identity Movement in French Gastronomy". *American Journal of Sociology*, 108 (4):795-843.

HAYAGREEVA,R.;MONIN, P. e DURAND,R.. (2005). "Border Crossing: Bricolage and the Erosion of Categorical Bounderies in French Gastronomy". *American Sociological Review.* 70 (December) : 968-991.

HEINICH, N. (1993), *Du peintre a l'artiste. Artisans et académiciens a l'age classique.* Paris : Minuit.

_____(2005), *L'élite artiste. Excellence et singularité en régime démocratique*, Paris, Gallimard.

IANNI, O. (1992), *Sociedade global*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

JAMES, K. (2008). *Escoffier: o rei dos chefs.* São Paulo: Senac.

JAMESON, F. (1997). *Pós-modernismo ou a lógica cultural do capitalismo tardio***.** São Paulo:Ática.

KONTIC, B.. *Inovação e redes sociais. A indústria da moda em São Paulo.* 157 f. Tese de Doutorado em Sociologia, São Paulo: FFLCH, Universidade de São Paulo, 2008.

MATTELART, A.(1994), *Comunicação-mundo. História das idéias e estratégias.* Petrópolis:Vozes.

MASANO, I. R.(2011). São Paulo, SP. *A gastronomia paulistana: o local e o global no mesmo prato.* Dissertação de Mestrado, São Paulo: FAU-USP, Universidade de São Paulo.

ORTIZ, R. (2000). *O próximo e o distante. Japão e modernidade-mundo.* São Paulo, Brasiliense.

_____ (1991). *Cultura e modernidade. A França no século XIX.* São Paulo: Brasiliense.

POULAIN, J.P.(2004). *Sociologia da Alimentação***.** Florianópolis, Editora da UFSC.

POULAIN, J.P e NEIRINCK, E.. (2004). *Histoire de la Cuisine et des Cuisiniers. Techniques culinaires et pratiques de table, en France, du Moyen-Âge à nos jours.* Paris, Delagrave Éditions.

RAMBOURG, P.(2010) *Histoire de la cuisine et la gastronomie françaises.* Sain-Amand-Montrond, FR: Perrin, 2010.

SIMMEL, G. (2004). *Philosophie de la modernité***.** Paris,Payot.

_____(1999). *Philosophie de l'argent.* Paris:Quadrige/PUF.

SUAUDEAU, L. (2007), *Cartas a um jovem chefe: caminhos no mundo da cozinha***.** Rio de Janeiro: Elsevier, (3ª.edição)

SVEJENOVA,S., MAZZA, C. e PLANELLAS, M..(2007). "Cooking up change in Haute Cuisine: Ferran Adrià as an institutional entrepreneur". *Journal of Organizational Behavior.* 28: 539-561.

TROIGROS, C. (2014), "Encontros: Claude Troigros", entrevista a Sonia Racy, *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, p. C2.

VITAUX, J.(2007), *La Gastronomie*. Paris: (Que sais-je?) PUF.

GT 20
Sociologia, arte e política na lusofonia: diálogos Brasil-África

Direito, Periferia e Negritude: diálogos entre as obras Quarto de Despejo e Ponciá Vicêncio

Fernanda Mulin de Assis
Docente da Pós-Graduação em Direito Privado-UFF
Fernanda.mulin@terra.com.br

Resumo: Em tempos de "Comunidades pacificadas", Funks proibidos, genocídio da juventude negra, que terão a nos dizer as obras Quarto de Despejo e Ponciá Vicêncio sobre o Direito ou a falta dele? Na literatura contemporânea periférica, a denúncia da subalternidade dialoga com a descoberta da realidade desigual e dura. No olhar tradutor das autoras, a violência e a necessidade da ressignificação da cidadania, da expressão dos oprimidos, da necessidade de (re)existência e resistência.Vida, luta e denúncia em forma de histórias, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo questionam o lugar social do negro no coração das cidades. Mulheres negras, "*escravas de uma condição de vida que se repetia (...) de organizar novos quilombos, de inventar outra e nova vida*."
Palavras chave: Direito e Literatura; Formação Policial; Direitos Humanos; Cultura de Paz

Introdução

No romance *Ponciá Vicêncio*, um dos personagens, Luandi, que deseja ser soldado policial, reflete sobre qual seria o seu papel: *"Uma guerra dos pretos contra os brancos?Uma guerra dos ricos contra os pobres?Ah, não!...(...) Se tivesse um guerra dessas, de que lado ficaria?(...) Ele ficaria do lado dos bons, bateria nos maus, prenderia os perversos*."(Evaristo:2003,p.80)
O modo de pensar de Luandi não é apenas uma ficção. Faz parte do modo como criamos inimigos ônticos, dentro de uma visão binária, dicotômica, irreal, que justifica, inclusive, Políticas Públicas de Segurança. No Brasil, questões sociais são tratadas como questões de polícia. "*Ah!Só se fosse um guerra dos bons contra os maus! Assim dava certo."*(Evaristo:2003,p.80)
O genocídio da juventude negra envolve sua sujeição criminal maior, estereótipos criados para manter essa pedagogia do medo e da subalternidade, como herança de um pensamento colonial, de coisificação de seres escravizados. A democracia racial, apesar de um mito, é tomada como verdade justificando uma invisibilidade do problema, uma insensibilidade ao sofrimento que se torna banalizado, sob argumentos universalistas e integracionistas. Justifica-se que morreram não por serem negros, mas por estarem ali.
O Curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública da UFF, que iniciado em novembro de 2013, trouxe-me a possibilidade de uma convivência semanal com um grupo de 40 policiais, a maioria deles oficiais da Polícia Militar. Convivi com Comandante de UPP, membros do Batalhão de Polícia de Choque, policiais da Inteligência, enfim, diversas patentes, de Capitão a Tenente, de Major a "Patameiro". A abertura do Projeto banco de Talentos do SESEG-RJ criou oportunidade de ingressar no Cfap (Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças) e Cias Pedagógicas. No Cfap, grande parte dos soldados é direcionado a trabalho nas UPPs. No último concurso, foram 6 mil vagas, mas soube que quase 20 mil foram convocados. Ao ser chamada a assumir turmas, recebi o material (apostilas) em cujo conteúdo não posso interferir, mas

também solicitação que elaborasse questões. Nessa possibilidade, de estudos de casos, é que imaginei poderia trabalhar uma interface direito e literatura, através dela, discutir questões sociais, desnaturalizar preconceitos, problematizar e fazer refletir, promovendo uma formação mais humana, em busca da verdadeira cultura de paz.

"Paz sem voz": entre "pacificações", genocídios e invisibilidades

No país que nega o racismo, dentro do mito do mestiço e do brasileiro cordial, jovens pobres, moradores de periferia, pretos e pardos, morrem mais. Trata-se da *"sujeição criminal engloba processos de rotulação, estigmatização e tipificação numa única identidade social"*. Assim, "*o rótulo bandido é de tal modo reificado no indivíduo que restam poucos espaços para negociar, manipular ou abandonar a identidade pública estigmatizada" (*Misse:2010,p.23) Então, vê-se, é criminação de sujeitos, não de cursos de ação, como se o sujeito carregasse o crime na própria alma. Um criminoso construído em um contexto de moralidades hegemônicas sujas significações não são disputáveis, nem tampouco o rótulo arbitrário, mas sim resultado de um processo social de constituição, uma classificação social recorrente, estável, legitimada.

Segundo o Mapa da Violência 2014, entre 2002 e 2012, o número de mortes entre vítimas jovens do sexo masculino negros aumentou de 29.656 para 41.127, enquanto o de jovens do sexo masculino brancos diminuiu de 19.846 para 14.928 no mesmo período. É clara a seletividade social.

O suspeito padrão é uma construção histórica, na qual a impessoalidade da sujeição à lei não é tão impessoal. (Miranda, 2005,p.13-15). Kant de Lima destaca que no Brasil temos dois modelos jurídicos de controle social: o modelo de paralelepípedo e o modelo piramidal.Neste último, os conflitos são vistos como algo negativo, ruptura e desarrumação da ordem, devendo ser suprimidos,evitados,punidos,reprimidos, por serem ameaça à paz social.(Lima:2004,p.139) Entre doutores, cidadãos simples e "elementos", estes últimos levam desvantagem. As mortes, diga-se de passagem, atingem mais alguns, em nossa sociedade em que uns são mais iguais que outros.(Miranda:2009,p.230)

O genocídio da juventude negra é praticado em silêncio, encoberto pelo preconceito social de que favelas são lugar de traficantes, de bandidos. A Política de gentrificação, do urbanismo excludente, necessita de um aparato de segurança na especulação imobiliária da paz. O processo de higienização social foi descrito por Spike Lee como "Síndrome de Cristóvão Colombo".

Adriana Facina, ao tratar do termo território, enfatiza que é "*algo mais que um espaço delimitado por fronteiras físicas, tal como aquelas do Estado Nação (...), um espaço social marcado por distinções e hierarquizações demarcadas por relações de poder*" (Facina: 2013, p.23). As favelas, portanto, envolvem construções simbólicas, representações, identidades, práticas, que cada vez mais vêm sofrendo intervenções estatais, dentro da perspectiva da cidade como empresa. Isso fica claro quando visualizamos a prioridade das remoções, a gentrificação, o turismo em favela para estrangeiros, verdadeiros safáris em meio aos estigmas, possibilitados após a divulgação midiática de que as UPPs teriam trazido pacificação e segurança aos lugares antes dominados pelos traficantes.

Há, portanto, o que ela chama de "*consumo de território*", que explicita "*uma cidade em disputa, material e simbolicamente falando*" (Facina: 2013,p.28).O atual projeto das UPPs, portanto, não se direciona apenas a um fim de segurança pública, de retomada de território físico, mas também a uma inclusão desse espaço na exploração capitalista da cidade enquanto produtora de lucro, isto fica claro nas remoções às pressas para adaptação dos espaços aos grandes eventos, bem como a expulsão dos mais pobres pela valorização dos locais agora ditos seguros, fenômeno visível no Vidigal.

Um outro aspecto é revelado por Lenin Pires, em sua análise sobre as UPPs: elas apenas "embrulham" a cidade, pois o mercado ilegal continua ativo.(Pires: 2014,p.11) E destaca que a criação de um novo serviço policial em seu contexto vem atender aos reclamos d*a " transformação da cidade numa commodity (...)como um bem para a indústria internacional do entretenimento."*Ou seja, com a política repressiva das UPPs, o mercado dos ilegalismos apenas redefiniu seu território, a despeito de toda propaganda sobre seu sucesso. Dentro da "embalagem" da pacificação, porém, "*o que está vivo se move." (Pires:2014,p.11)*

A repressão violenta do mercado de varejo das favelas, portanto, não resolve o problema. Até porque desconsidera que ele envolve uma enorme rede para seu funcionamento. O acúmulo de violência e confrontos resulta

de uma política de repressão inócua, pois *"essas malhas operam, não apenas à margem da legalidade, mas nas entranhas do aparelho estatal, reproduzindo e sustentando esse mercado. (...)"colarinhos brancos" são sujeitos ativos do processo de produção e reprodução desse mercado e de suas mercadorias*." (Pires, Ribeiro & Lima:2011,p)

Manter este mercado, fazer parte do jogo, tem um alto custo, trazendo o crescimento da oferta de mercadorias políticas :"*a "vista grossa" e o "arrego", o fornecimento de narcóticos e armas apreendidos ou mesmo a proteção a criminosos, patrocinados por agentes policiais, e outros agentes estatais, em associação com o crime*. "(Pires, Ribeiro & Lima:2011,p)

Ao tratar das tênues fronteiras entre conveniência, convivência e conivência diante de atividades ilícitas, Muniz & Proença chamam atenção para o envolvimento de policiais com interesses diversos. "*A polícia tem vários patrões*". (Muniz: 2007)

Mas, as Políticas Públicas continuam mais do mesmo."*Polícia existe para coagir. Coage pelo uso da força em ato ou em potência. (...) O uso da força policial é uma ação política da Polis para impor a alguns o que destes se deseja que façam*" (Proença Junior; Muniz:2013,p.1). A mentalidade de combate aos inimigos justifica a guerra, "*e os conflitos de interesses - pressupostos da ordem democrática - como algo ameaçador, o modelo castrense tem a pretensão de "vencer" o crime (princípio militar da vitória), de erradicá-lo, de "acabar" com a "desordem*". **(Da Silva:2008:p.1)**

Assim, vendedores de ilusões colocam a segurança pública nas mãos apenas da polícia (de uma polícia com sérios problemas estruturais e históricos) enquanto cidadãos sem direito à cidade, "incivilizados", são "pacificados". Idéia de pacificação que traz em si uma contradição, uma vez que não há sociedade sem conflitos, até porque divergências constituem a democracia. O problema, que Kant de Lima explica bem, é que a polícia, no contexto brasileiro, se colocando como parte do conflito: "*entra nas comunidades para acabar com o conflito ou com as pessoas que estão envolvidas com ele. Quer dizer, não* é uma administradora de conflito, o resultado é o grande número de mortes, principalmente nas regiões mais pobres." (Lima: 2014,p.3)

Nas regiões mais pobres, porque os crimes praticados pela classe dominante não sofrem igual repressão, pois os criminosos do colarinho branco não são tipos sociais de sujeição criminal historicamente fixados (Misse,2012,p.13).Quando os criminosos são pessoas de classe média/alta, tem em sua rede de relações promotores, juízes, é uma ação entre iguais, e aqui as representações sociais estereotipadas lhes conferem proteção. A sujeição criminal portanto, não adere a estes sujeitos, por possuir um cunho negativo, que se une a atributos definidores do suspeito padrão.

"*Decorre daí que as estratégias repressivas de controle social próprias das sociedades de desiguais – em que as regras, por definição, não representam a proteção para todos.* "(Kant de Lima:2004,p.132). A tomada de território foi feita, bem como seu controle militarizado. Mas, e a legitimidade? A sociabilidade coletiva local utiliza modos de resistência e de protesto, como a música, a literatura, a dança. A solução pela força não é suficiente para mudar vontades, nem a opressão produz solução para conflitos, pois sujeição e consentimento não são a mesma coisa.

Direitos culturais, ocupação e silenciamentos

"*O Funk é coisa de bandido*". Um pensamento como este, manifestado por um colega policial, fez com que tivéssemos uma pequena discussão no intervalo da aula. Se pacificar passa a ser civilizar dentro de um modelo exógeno, o desenraizamento e os processos de subalternização passam a ser tidos como desejáveis, dentro de uma idéia em que a favela precisa ser desfavelizada, por ser o lugar do crime, e sua incivilidade deve ser dominada, substituída pela desejável cultura, removendo a anterior assim como se removem os entulhos das casas. A cultura própria das favelas, que compartilhava sentidos, experiências, dor e esperança, vai sendo lida nas entrelinhas como promotora do conflito, da desobediência, como um mal a ser combatido. "*Afinal, pacificar é fazer a guerra por outros meios, é garantir a conquista dos territórios ocupando também corações e mentes, a pacificação pelas armas precisa da pacificação da cultura para perpetuar-se*"(Facina:2010,p.2). Nesse contexto, o MMA substitui a Capoeira, a música clássica e o gospel são desejáveis ao invés do Funk, o

ballet toma o lugar do passinho. E o que pode ou não ter lugar, existência, continuidade e manifestação, fica ao arbítrio de policiais, novos árbitros culturais. ”*O Funk é caso de Polícia*” como bem destaca Facina (2010:p.3). Kant de Lima (2010,p.5) observou que “*o preconceito, ainda dito “racial”discrimina as pessoas de pele negra no Brasil. Estas pessoas são ainda consideradas como culturalmente inferiores por amplos setores da população”*.E ele inclui nesse grupo os policiais. Sabemos que não é a primeira vez que uma manifestação cultural de classes sociais mais baixas e oriunda da cultura negra sofre tentativas de repressão, o racismo e a opressão de classe na tentativa de supressão de identidades é algo típico da colonização, regime que nos deu as primeiras “pacificações” no âmbito territorial e cultural.

Cardoso de Oliveira, ao tratar do espaço público como lugar onde as interações sociais efetivamente têm lugar, destaca essa existência de práticas de discriminação cívica, explicando que é “*agressão que supõe a (des) classificação da vítima no plano ético-moral a partir da identidade que lhes atribuímos (...)normalmente de maneira indireta traz dificuldades substanciais para seu combate, porque o agressor esconde o preconceito* (...)” (Cardoso de Oliveira:2002,p.13).

Existe no preconceito contra o Funk uma desconsideração da identidade cultural que manifesta uma cultura de periferia, um componente racial na construção do estigma do funkeiro marginal, bandido. Também não devemos desconsiderar um viés fundamentalista religioso, uma vez que está na pauta de certas religiões a disciplina do corpo alheio, e uma música de origem negra, sensual e crítica, não está dentro dos modelos desejáveis de comportamento, sendo grande o número de policias militares (entre eles comandantes) adeptos de tais religiões.

Quando falamos de música e de dança falamos de cultura, de expressão, de ressignificação permanente, de construção. “*Direito de falar. Falar sobre. Falar de.Falar por. Em torno dessas expressões configura-se parte da luta pelo direito à significação e representação daqueles que historicamente foram confinados a posições excludentes no jogo discursivo”*.(Enne & Gomes:2013,p.45)Temos de levar em conta as Diretrizes da Unesco, na Convenção para salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003, além do Decreto 3551 de 2000, que criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial. O Funk foi reconhecido como patrimônio cultural imaterial no âmbito do Estado do Rio de Janeiro em 1º de maio de 2013. A posição da Unesco e pela defesa da diversidade cultural, vendo igual dignidade nas diferentes manifestações culturais, tidas por não fixas, de natureza dinâmica, em permanente processo de formação: “*as culturas não são entidades estáticas, nem encerradas em si mesmas”*. (Unesco:2009,p.40)

Boaventura de Souza Santos nos chama atenção que, diante da desigualdade, “*(...) as pessoas e os grupos sociais têm o direito de ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito de ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza*.” (Santos: 2003,p.56)

O Funk expressa a cultura de sobrevivência do povo favelado, preto, pobre, dos excluídos que se invisibilizar, dos que não se moldam, dos que resistem e denunciam a violência que faz parte de seu dia a dia. Forma não canônica de cultura, nem por isso é menos importante, em seu simbolismo, em suas significações, sua identidade, sua essência. Como bem definiram Lopes e Facina: “*O idioma da Diáspora é escrito no corpo, e sua linguagem principal é a música*”. (Lopes & Facina:2010,p.22)

Literatura, resistências e ressignificações

“*Falar é estar em condições de empregar um certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização*.” (Fanon:2008,p.33) A literatura traz-nos um legado, busca tudo o que possa significar enraizamento identitário, faz da narrativa gesto de resistência, evocando a memória em sua fala diaspórica. Vozes e ecos trazem olhares, pertencimentos, sentimentos.A literatura de Carolina Maria de Jesus e de Conceição Evaristo é a literatura como busca da voz, “*onde as palavras se enfeitam de silêncio, em um mundo onde o outro endurece interminavelmente*”.

Proença Filho (2004:p.32) enfatiza que a denominada literatura negra baseia-se não só na origem étnica de seus autores, como traduz um pertencimento cultural pelo lugar do negro na sociedade, sua visão de mundo, sua singularidade.Para Silva (2010, p.89) “*A Literatura Negra é uma idéia.(...) idéia em movimento*”.

A Literatura Negra traz as vozes do silêncio, emudecidas, invisibilizadas por uma cultura eurocêntrica que por tanto tempo tentou calar nossa herança africana, a África em nós. A luta é para que a língua do colonizador não absorva sua identidade, mas antes, seja instrumento de sua perpetuação, canal de sua permanência,como propõem os escritores africanos,como Manuel Rui. Luta por emancipação não só de territórios físicos, como de fronteiras de consciência contra a opressão. Romper, afirmar, renovar, resumem o engajamento."*Escrever assim é lutar".* Ou como disse o poeta Costa Andrade, lançar poemas para que se transformem em protesto. Eco, palavra, na qual Viriato da Cruz clama a presença da Mãe África, e denuncia a dor da raça.Canto plural, polissêmico, presente, ressoante. Agostinho Neto diz "*negros de todo o mundo*",irmanados na voz, no rito, no rumo,na união e esperança, retorno da diáspora, reafricanização, "*com a palavra escrita nos olhos secos/ Liberdade*". Luta e resistência pelo lugar que é seu, "*lugar marcado*", e como bem completa Amilcar Cabral, "*na garganta – mundo de todos os homens*!".(Pessanha:2014,p.1-14)

O mesmo espírito de luta vemos nos escritores brasileiros Luís Gama e Maria Firmina, bem como em Cruz e Souza a denúncia do preconceito e do racismo:"*Qual a cor (...) do meu sentir*?", ou a recordação da senzala por Lino Guedes, "*nunca te esqueças do açoite*", ou a epopeia de Solano Trindade "*porque o meu canto/é o grito de uma raça*". A mesma necessidade de dizer e despertar a todos vemos na obra de Eduardo de Oliveira ("*Eu quero ser no mundo uma atitude*") e Oswaldo de Camargo ("*E o que me dói é fruto das raízes*"). Enquanto Domício Proença Filho constrói quilombos em versos, Cuti descreve o ser negro (*Grito negro força/contra grades contra forcas*), Miriam Silveira solta "*sons abertos na boca*" e Evaristo, com seu "Vozes-Mulheres", explode "*as vozes mudas caladas/ engasgadas nas gargantas*".(Pessanha:2014,p.15-25)

A Literatura assume, neste contexto, uma função instrumental, uma função instituinte na criação de novos significados sócio-históricos mais compatíveis com uma sociedade justa e igualitária. Dialogando com o texto, acordamos de nosso alheamento, ampliamos horizontes, reescrevemos realidades. Mais do que um instrumento de expressão, ela atua na construção de identidades, é um ato social, de desocultação, de compartilhamento, uma experiência hermenêutica, que pode nos dizer além dos limites formais do discurso.

A favela, o lugar de onde fala é suspeito, até então, para o surgimento de algo como expresso em Quarto de despejo. "*Ela consegue, a um só tempo, por meio da Literatura, colocar em pauta os problemas da fome, das favelas, do racismo, do clientelismo político, da marginalidade social, do negro no pós-abolição etc. visto pelos despossuídos"*.(Silva:2011,p.195)

Diálogos entre Direito, Periferia e Negritudes

"É ideia antiga que as obras literárias, independentemente *do tempo, conversem entre si. Através da escrita* o *conflito temporal, estilístico e social fica temporariamente suspenso*" (Chaguri & Silva: 2014,p.169)

Os aspectos dessa convergência que nos interessam não é para estabelecer um paralelismo entre as duas obras e suas autoras. Mas, antes, identificar dentro dos pontos em comum aqueles que tangenciam a interface Direito e Literatura. A memória coletiva construída, a crise social intrínseca nas narrativas, o desvelamento da favela como palco da negação de direitos.

A Literatura negra traduz o que o negro, "*enquanto sujeito social cônscio de sua situação histórica seja o mais autorizado (senão o único) a expressar uma visão social de mundo através de um universo ficcional*". (Silva,2011,p.254)

Esse é um modo de sensibilizar, denunciar, transformar. Iolanda de Oliveira (2012: p.55), destaca a necessidade introduzir o tema das relações raciais nas escolas abrangendo *"(currículos oficiais e ocultos) e não escolares (as construções subjetivas), tendo como objetivo a construção de uma educação anti-racista e de respeito às diferenças*." Pois há em nosso país uma construção social da superioridade racial vem de longa data, e ciclicamente se fortalece, através da dominação cultural, do colonialismo e de *teorias etnocêntricas* (Oliveira & Sacramento:2014,p.01*)*.

As obras de Maria Carolina de Jesus e Conceição Evaristo têm muito em comum. Elas marcam a "*a assunção do negro como sujeito do seu discurso e de sua ação em defesa da identidade cultural*" pois a presença do negro como objeto na literatura brasileira não escapa ao tratamento marginalizador.(Filho:2004,p.2)Em ambas,

o discurso feminino marcado pela etnicidade.Em diáspora interna, procuram uma vida melhor, mas seu lugar é de exclusão, de marginalidade pelas fronteiras da cor.A voz de cada uma delas ecoou em seu tempo (Quarto de Despejo, em 1960, Ponciá Vicêncio, em 2003) como marcos da literatura e denúncia dos cativeiros invisíveis impostos pela falsa abolição.

A obra de Conceição Evaristo traz o passado e a ancestralidade, ao mesmo tempo que retrata o presente injusto, do preconceito, da discriminação e da exclusão.Na narrativa da autora, construção de memória e ternura, evocação do desenraizamento da população negra. Diáspora que continua depois em sua obra Becos de Memória, traduzindo a realidade da desfavelização, da remoção forçada, da violência policial. Em Ponciá Vicêncio,a personagem principal explica que seu sobrenome foi herdado da escravidão. O lugar do negro se apresenta determinado pelo passado escravocrata ("*Pajem do sinhô-moço, escravo do sinhô-moço, tudo do sinhô-moço, nada do sinhô-moço*-Evaristo:2003,p.15).

O lugar do negro é um lugar da desigualdade, escrita na morte do pai em meio à indiferença na exploração da lavoura ("*foi se curvando, se curvando ao ritmo da música, mas não colheu o fruto da terra, apenas à terra se deu*"), um homem que gastou a vida nas colheitas dos coronéis. "*Há tempos e tempos, quando os negros ganharam aquelas terras, pensaram que estivesse ganhando a verdadeira alforria. Engano*"(p.47) A liberdade assinada pela princesa fada-madrinha não os libertou ("*impressão de que havia ali um pulso de ferro a segurar o tempo.Uma soberana mão que eternizava uma condição antiga*"-Evaristo:2003,p.48).

Assim, enquanto "*os homens e muitas mulheres trabalhavam na terra. O canavial cresci dando prosperidade ao dono.Os engenhos de açúcar enriqueciam e fortaleciam o senhor.Sangue e garapa podiam ser um líquido só*. " Evaristo: 2003,p.50). A servidão continuava, através do cordão umbilical da terra dos brancos, da falta de oportunidades.

Mas Ponciá, com a coragem, busca a cidade, onde vai trabalhando de doméstica ("*ia trabalhando e juntando dinheiro para comprar um barraco*"-Evaristo:2003, p.45), para depois de muitos anos comprar um quartinho na periferia. E encontra o amor. A violência. O vazio.

Recordações, fugas, lembranças, passam a ser sua saída da realidade, na qual a busca da família é a busca por si mesma, por sua identidade, pelo sentido da vida. "*Ponciá gastava a vida em recordar a vida. Era também um a forma de viver.*" (Evaristo:2003,p.93).Ao fim, reencontrando o irmão e a mãe, conclui que "*Era preciso autorizar o texto da própria vida.(...)A vida era a mistura de todos e de tudo*." (p.131) E cumpre finalmente sua sina, o legado de seu avô, retornando ao rio, como *"elo e herança de uma memória reencontrada pelos seus, não se perderia jamais, se guardaria nas águas do rio." (*Evaristo:2003,p.133*)*

A importância dessas autoras é que tentam construir, não apenas a representação de certa realidade concreta, mas um modo como querem se autorrepressentar e se situar, como "*novos sujeitos políticos" que publicizam discursos, demandas e práticas coletivas* (...)" (Nascimento:2011,p.12) Ou como diz Ingrid Hapke, se trata da "*construcción de una autoridad colectiva y una resignificación de un olvido y una exclusión histórica en una memoria colectiva alternativa*. " (Hapke:2011) Isso fica bem claro na ressignificação que os duas personagens buscam para sua identidade, sua luta e seu passado.

A obra de Carolina em muitos pontos coincide com a de Evaristo. As duas escritoras falam sobre a violência contra a mulher. Carolina, ao falar das vizinhas que tem marido, diz que "*elas, tem que mendigar e ainda apanhar. Parece tambor. A noite enquanto elas pede socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses."* (Jesus:2006,p.17) E por isso conclui ser melhor sua vida, mesmo sem um companheiro, sendo mãe solteira*: "Não invejo as mulheres casadas da favela que levam a vida de escravas indianas."(Jesus:2006,p.17)*

Evaristo mostra a violência contra Ponciá e contra a prostituta Bilisa: *"Ultimamente andava muito bravo com ela,por qualquer coisa lhe enchia de socos e pontapés" (...)*"*Negro Climério havia matado sua Bilisa-estrela*." *(Evaristo: p.54;p.116).*Também na morte da avó pelas mãos de Vô Vicêncio.

O preconceito está nas linhas de Carolina: "*O tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir do que tornar-se util a pátria e ao país*." (Silva:2006,p.31)E nas de Evaristo: "*Alguns dias, depois de tudo, o delegado mandou chamá-lo (...)e que Luandi não levasse a mal o que ele ia dizer, mas quase todo negro era vagabundo, baderneiro, ladrão e com propensão ao crime*". (Evaristo:2003,p.121)

A idéia do lugar como definidor do que se é, da sujeição criminal dos favelados, é frequente nas obras das autoras.Exclusão. Marginalidade. Homens animalizados disputando lixo como comida.: ""... nós somos pobres,

viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os côrvos voando as margens dos rios, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os côrvos." (JESUS, 1960, p. 55)
A vida às margens, a verdadeira vida, oculta pelo silêncio da falsa democracia racial, da liberdade incompleta. Quando fala da Abolição, Carolina Maria de Jesus descreve: "É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos.[...]... E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome!" (Jesus:1996,p.32). Já Evaristo escreve:"*Há tempos e tempos, quando os negros ganharam aquelas terras, pensaram que estivesse ganhando a verdadeira alforria. Engano*"(p.47) A liberdade assinada pela princesa fada-madrinha não os libertou ("*impressão de que havia ali um pulso de ferro a segurar o tempo.Uma soberana mão que eternizava uma condição antiga*"-Evaristo:2003,p.48).
E em ambas vemos a denúncia da desigualdade, que permanece. Carolina descreve: "É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou a pedir comida. E eu não tinha." (Silva:2006,p.32) Ponciá também fala do destino guardado para seu povo: "*Os negros eram donos da miséria, da fome, do sofrimento, da revolta suicida*"(Evaristo:2003,p.82) Ela percebe que os grilhões dos quais fugiu abandonando a roça também existiam ali, na favela da cidade. "*a vida escrava continuava até os dias de hoje. Sim, ela era escrava também. Escrava de uma condição de vida que se repetia. Escrava do desespero, da falta de esperança, da impossibilidade de travar novas batalhas, de organizar novos quilombos, de inventar outra e nova vida*."

Conclusão

Em fevereiro de 2014, li a seguinte manchete no Jornal O Globo: "*Adolescente é espancado e preso nu a poste no Flamengo, no Rio*" (Globo:1014,capa). Não foi nenhum espanto ver a foto e ver que se tratava de um jovem negro, acusado de praticar furtos e roubos na região. "*Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal.Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore.O guarda civil é branco.E há certos brancos que transforma preto em bode expiatório.Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata*?(Jesus:2006,p.105-106). Uma cena igual já havia sido descrita por Carolina em sua obra. Os justiceiros, brancos jovens de classe média alta, foram presos depois por tráfico de drogas. O jovem negro, solto, voltou a roubar e ao ser detido, quando estava sendo agredido por tapas, disse:"*Eu sou o do poste.Parem de bater*."(UOL:2014,p.11)
Vivemos tempos de soluções fáceis. Violência em resposta de violência, grades em lugar de transformações. Nas favelas, liberdades são vigiadas militarmente, a cultura periférica é substituída por aquela que se pode pacificar, controlar, calar. Vivemos tempos de campanhas por redução da maioridade penal, como se criminalizar a pobreza resolvesse. Negamos o genocídio da juventude negra, ao pretexto de que os marginais estão ali, naquele lugar de confronto. E se torna natural a morte violenta entre negros e pobres.
"*Foi extinta a escravidão ou ainda estamos no regime da chibata*?" pergunta Carolina. E Evaristo responde que a vida escrava continua, na condição de vida que se repete. Mas é preciso inventar novos quilombos. E para inventar quilombos é preciso despertar, reunir, vencer a dor e a opressão, ter voz.Escritor é aquele que fala no lugar do outro (Barthes:1999,p.33). Carolina e Conceição falam. As história de ambas são tão negras porque representam um povo, em sua miséria, em suas diásporas, mas também em sua força e esperança.
"*Está escrevendo, negra fidida?*" (Jesus: 2006,p.92) Sim, as negras escrevem.Maria Firmina dos Reis que o diga. E ainda conseguem, do lugar que lhes deram, trazer poesia em suas palavras. E vão além, dialogando com as contradições da condição humana, com nossa grandeza e intolerância, nossa solidariedade e indiferença, nosso acolhimento e preconceito. O idioma que utilizam pode ser entendido em muitas línguas, pois que descreve nossa (des)humanidade.
"*Os abolicionistas, vejam o que fizeram! Essa gente agora pensa que pode falar de igual para igual*". (Jesus:1986,p.39) Não, se engana a professora: sua voz não é concessão dos brancos. Veio de suas próprias lutas, na busca de uma igualdade que ainda não existe, mas que há de vir.
Carolina Maria de Jesus disse que o livro é a melhor invenção do homem. Ela, que antes na favela se sentia como "*objeto fora de uso, digno de estar no quarto de despejo*" (Jesus: 2006,p.25;35), deixou aquele lugar,

tornou-se escritora e ecoou para o mundo. Ressonância e transcendência que também estão na obra e na vida de Conceição Evaristo, em suas escrevivências, em suas vozes-mulheres: "*A minha voz ainda/ ecoa versos perplexos/ com rimas de sangue e fome.* (Pessanha:2014,p.25)

Até o fim deste artigo, não recebi novo convite para lecionar nas turmas de formação de policiais militares. Nas oportunidades anteriores, não pude aceitar por indisponibilidade de horários. Mas espero conseguir ainda realizar este sonho de trabalhar com eles essa interface Direito e Literatura, que nos permite novos vôos e aproximações. Conhecer *Ponciá Vicêncio* e o *Diário de uma Favelada* sob este viés traz uma perspectiva nova, mais sensibilizadora.

O diálogo entre as obras permite uma inserção nos tempos atuais, com seus desafios e problemas. Eles, os policiais militares do Rio de Janeiro, também sofrem preconceitos, igualmente precisam de voz, e são vítimas de violência (nos últimos dois anos, foram 152 mortos). Creio que a arte sempre nos dá caminhos e pontes. Creio que dias virão em que folhas de papel serão sementes, e palavras serão chuvas no coração dos homens. Como poeta, aprendi a luta teimosa e vã, e continuo, insistente, acreditando, buscando, "escrevivendo", e sendo voz: "*Não tenho força física, mas minhas palavras ferem mais do que espada. E as feridas são incicatrisaveis*" (Jesus:2006,p.49)

Referências:

BARTHES,R. **Crítica e Verdade** (1999). São Paulo:Perspectiva.

CHAGURI, M. M. & SILVA, M. A. M.(2014) **Sentidos da Crise:Literatura e Processos Sociais em Fogo Morto e Cidade de Deus**.*Lua Nova*, São Paulo, 91: 169-197.

COSTA, R.J. (2007). **Subjetividades femininas: mulheres negras sob o olhar de Carolina Maria de Jesus, Maria Conceição Evaristo e Paulina Chiziane**. São Paulo:PUC.

DA SILVA, J.(2008).**Criminologia crítica: Segurança e polícia**. Rio de Janeiro: Forense.

ENNE, A. L. & GOMES, M.(2013) **"É tudo nosso": Disputas culturais em torno da construção da Legitimidade discursiva como capital social e espacial das periferias do Rio de Janeiro.** Org. Dantas, A.;Mello,M.S. & Passos,P. Política Cultural com as Periferias:Práticas e Indagações de uma Problemática Contemporânea.São Paulo: Storbem.

EVARISTO, C. (2003) **Ponciá Vicêncio**. Belo Horizonte:Mazza Edições.

EVARISTO, C.(2009) **Questão de pele para além da pele**. Ruffato, Luis. Questão de Pele. Rio de Janeiro: Lingua Geral.

FANON, F.(2008) **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA.

FOUCAULT, M.(1999) **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5ª ed. São Paulo: Loyola.

FREIRE, A. M. A.(2004) **Prefácio**. in **Pedagogia da Tolerância**.São Paulo:Editora UNESP.

GLOBO (2014) **Adolescente é espancado e preso nu a poste no Flamengo, Rio** . In http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/adolescente-e-espancado-e-preso-nu-poste-no-flamengo-no-rio.html. {Consultado em 30.11.2014}.

GLOBO (2014). **Policiais mortos no RJ são homenageados em Copacabana**. In http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/12/policiais-mortos-no-rj-sao-homenageados-em-copacabana.html .{Consultado em 10.12.2014}.

HAPKE, I. (2010) **La literatura marginal como literatura de testimonio, más allá de lo impreso.** In: http://www.no-retornable.com.ar/v11/brasil/hapke.html

JESUS,C.M. (1996) **Meu estranho Diário**. São Paulo:Xamã.

JESUS, C.M.(2006) **Quarto de Despejo:Diário de uma favelada**. 8ªedição. São Paulo:Ática.

LIMA,R.K.(2004) **Os Cruéis Modelos Jurídicos de Controle Social**.Revista Insight Inteligência,ano VI, n. 25, p. 130-47, Disponível em:<http://www.insightnet.com.br/inteligencia/25/PDF/1125.pdf.{Consultado em 30.11.2014}

LIMA,R.K. (2004)**Cultura Jurídica e Práticas Policiais: a Tradição Inquisitorial**.,Inhttp://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_04.htm.{Consultado em 30.11.2014}.

LIMA, R. K.(2014) **Fórum Metrópole, Administração de Conflitos e Segurança Pública**.Observatório das Metrópolis, 21.08.2014. In http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=960%3Af%C3%B3rum-metr%C3%B3pole-administra%C3%A7%C3%A3o-de-conflitos-e-seguran%C3%A7a-p%C3%BAblica&Itemid=171&lang=pt {Consultado em 30.11.2014}.

LOPES, A. C.; FACINA, A.(2010**) Cidade do Funk: Expressão da Diáspora Negra nas Favelas Cariocas.** Salvador: UFBA: VI ENECULT ANAIS. http://www.cult.ufba.br/wordpress/24340.pdf {Consultado em 30.11.2014}.

MISSE, M.(2010) **Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido**".Lua Nova, 79: São Paulo,PUC.

MISSE,M.(2012)**Violência, crime e corrupção:conceitos exíguos, objeto pleno**.In Santos,J.V.T &Teixeira,A.N.Conflitos Sociais e Perspectivas de Paz, Porto Alegre, Tomo Editorial.

MIRANDA, A.P.M.(2005) **Antropologia, Estado Moderno e Poder: perspectivas e desafios de um campo em construção.** Avá. Revista de Antropología, núm. 7, Argentina: Universidad Nacional de Misiones.

MIRANDA, A.P.M.(2009) **Movimentos sociais, a construção de sujeitos de direitos e a busca por democratização do Estado**.Lex Humana, Petrópolis.

MIRANDA, F.R. (2013) **Os Caminhos Literários de Carolina Maria de Jesus: experiência marginal e construção estética**.São Paulo:USP.

MUNIZ, J. & PROENÇA JR, D.(2007) **Muita politicagem, pouca política, os problemas da polícia são.** Estudos Avançados, 21 (61): São Paulo, USP.

NASCIMENTO, É.P.(2011)É tudo nosso! Produção cultural na periferia paulistana. Tese de Doutorado. Orientador Júlio Assis Simões.São Paulo:USP.

OLIVEIRA, I. & SACRAMENTO, M. (2014) **Relações Raciais e Educação: O diálogo teoria/prática na formação de profissionais do magistério**. In http://www.cead.uff.br/moodle/mod/resource/view.php?id=24953. {Consultado em 30.11.2014)

OLIVEIRA, I. (2012) **Educação e Relações Raciais:discutindo o percurso da igualdade formal para a igualdade substantiva.** Oliveira,I.(Org) Relações Raciais no Contexto Social, na Educação e na Saúde:Brasil, Cuba, Colômbia e África do Sul.Rio de Janeiro: Quartet Editora, 2012.

OLIVEIRA, I. & SACRAMENTO, M.P.(2014) **Relações Raciais e Educação: O diálogo teoria/prática na formação de profissionais do magistério** .Niterói:PENESB/UFF.

OLIVEIRA, L.R. C.(2002) **Direito Legal e Insulto Moral: Dilemas da Cidadania no Brasil, Quebec e EUA**.(2002) Rio de Janeiro:Relume Dumará.

PESSANHA, M.J.(2014) **Literaturas Africanas de Língua Portuguesa**. Niterói:2014. Disponível em http://www.cead.uff.br/moodle/mod/resource/view.php?id=33015. {Consultado em 30.11.2014.}

PIRES, L.(2012) **UPPs "embrulham" uma cidade em que o mercado continua ativo.** Cotidiano. Folha de São Paulo, 21 de setembro de 2012. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/67476-upps-embrulham-uma-cidade-em-que-mercado-ilegal-continua-ativo.shtml. {Consultado em 30.11.2014}.

PIRES, L.; RIBEIRO, L. C. Q.; LIMA, R. K.(2011) **Entre a guerra e a pacificação: paradoxos da administração de conflitos no Rio de Janeiro**.In Observatório das Metrópolis, 20 de janeiro de 2011. http://observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=1537%3Aentre-a-guerra-e-a-pacificacao-paradoxos-da-administracao-institucional-de-conflitos-no-rio-de-janeiro&catid=34%3Aartigos&Itemid=124&lang=pt. {Consultado em 30.11.2014}.

PROENÇA FILHO, D.(2004) **A Trajetória do Negro na Literatura Brasileira. stud.** av. vol.18 no.50 São Paulo:USP, Jan./Apr.

PROENÇA JUNIOR, D.; MUNIZ, J.O.(2013) **Armamento é Direitos Humanos: nossos fins, os meios e os modos**. Revista Sociedade e Estado, volume 28 (1).

PROENÇA JUNIOR, D.; MUNIZ, J.O. (2007) **Muita politicagem, pouca política os problemas da polícia são.** São Paulo:Estud. av. v.21(61),USP.

R7. (2014) **Presos justiceiros suspeitos de prender menor infrator em poste; grupo traficava na zona sul. In** http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/presos-justiceiros-suspeitos-de-prender-menor-infrator-em-poste-grupo-traficava-na-zona-sul-do-rio-30102014 {Consultado em 30.11.2014}.

SANTOS, B.S.(2003) **Reconhecer para Libertar: os caminhos do Cosmopolitismo multicultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SILVA, M.A.M. (2010) **Esboço de análise sociológica da idéia de Literatura Negra no Brasil.** Baleia na Rede: Revista on line do grupo de Estudos e Pesquisa em Cinema e Literatura.

SILVA, M.A.M.(2011).**A Descoberta do Insólito: Literatura Negra e Literatura Periférica no Brasil (1960-2000).**Tese de Doutorado apresentada na UNICAMP. Campinas:UNICAMP.

UOL (2014**). Adolescente amarrado a poste é detido em novo assalto em Copacabana**.In http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/02/1415662-adolescente-amarrado-a-poste-e-preso-por-assalto-em-copacabana.shtml {Consultado em 30.11.2014}.

O culto da intelectualidade: nacionalismo cultural e brasilidade na Revista Brasileira

João Matias de Oliveira Neto[1]
j.matias@msn.com

Palavras-chave: brasilidade, pensamento social, revistas literárias, intelectuais, nacionalismo cultural, trajetória.

O presente trabalho parte de uma proposta de análise sobre a Revista Brasileira, periódico de circulação e divulgação da produção intelectual da Academia Brasileira de Letras desde 1857. Através do seguinte periódico propõe-se analisar estratégias em torno da busca de uma identidade nacional em consonância com a tradição e aspectos que podem nos induzir a pensar uma produção intelectual sobre o Brasil com características próprias, isto é, para além das universidades e institutos no qual este debate se constituiu ao longo do século XX. Ao enfatizar a crítica, resenha e dossiês sobre os patronos e fundadores, há uma proposta de estudo da narrativa a partir da qual uma trajetória própria da instituição é contada apropriando-se de seus cânones, com a formação de uma estrutura de sentimentos e de uma intelectualidade caracterizada por um modelo de nacionalismo cultural presente historicamente na produção intelectual de instituições do gênero.

1. Introdução

A preservação da memória esteve na pauta de diversas instituições que, à medida de seu surgimento e dos debates travados na época, buscavam por formas cada vez mais legítimas de registro de um conhecimento sobre o Brasil e seus dilemas. A Revista Brasileira, revista que iniciou uma tradição academicista no ideário estético sobre o Brasil foi, em 1857, chamada Jornal de Ciências, Letras e Artes com a proposta de se constituir como um amparo para a intelectualidade próxima às reuniões na casa do escritor José Veríssimo. A Revista Brasileira, assim, publicou desde publicações científicas e literárias até as primeiras obras de Machado de Assis e Silvio Romero, sendo parte de um «corpo social» dentro de um complexo ideário encomiástico em torno do qual se idealizou e surgiu a Academia Brasileira de Letras (ABL) (SILVA: 2013).

O presente texto nasce de uma revisão bibliográfica feita a partir de fontes colhidas durante minha pesquisa de mestrado finalizada em 2013. A partir de uma revisão bibliográfica de fontes secundárias sobre a própria trajetória da Academia Brasileira de Letras, seus intelectuais e textos da produção destes acadêmicos, objetivo traçar um caminho, espécie de programa de pesquisa, que aproxime a leitura dos pesquisadores interessados à perspectiva da construção de um nacionalismo cultural entre estes intelectuais, como sugere Sérgio Miceli (2012) a partir da análise de revistas latino-americanas do gênero, e de uma estrutura de sentimentos em torno do que significa a brasilidade nesta produção intelectual, dentro de uma leitura próxima do conceito deste conceito em Raymond Williams (1979).

A partir de produções do tipo, sinalizadas como recorrentes em tradições culturais latino-americanas a partir de uma leitura de Miceli (2012), observamos que a Revista Brasileira não só foi um veículo através do qual as produções dos acadêmicos da Academia Brasileira de Letras chegaram a público, mas um lugar no qual uma sintonia de posições sobre o Brasil, suas instituições e aspectos gerais da cultura, ciência e intelectualidade

---

1 Graduado em Comunicação Social (Jornalismo) e Ciências Sociais (Sociologia) pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Possui interesse de pesquisa nas áreas de Pensamento Social, Sociologia da Cultura e Sociologia da Literatura.

encontraram um viés característico. Analisando, pois, a lógica de práticas culturais que se solidificam a partir de regras como lógicas praticadas dentro de um campo literário (BOUDIEU, 1996), a prática de cultivar uma tradição, seus símbolos e práticas tanto ganharam adeptos como fervorosos críticos dentro do processo de construção de uma instituição representativa das «Letras» nacionais (RODRIGUES: 2003).

Com uma produção reiterada sobre aspectos da cultura nacional, a Revista Brasileira pode ser colocada como um lugar no qual despontaram alguns dos primeiros intelectuais das ciências sociais, letras, história e crítica literária. Segundo Velloso (2010), em uma época na qual o saber para além das universidades se consolidou como uma «autoridade» dos museus e institutos, somente uma produção «heterogênea» em sua proposta e com um viés de institucionalização de um tipo de saber, cultuado como um «culto às letras e os saberes nacionais», poderia vir a dar origem a uma academia literária construída nos moldes franceses, como o atesta estudos realizados por Rodrigues (2003), Silva (2013) e El Far (2010) sobre as polêmicas na construção deste projeto e da aclimatação de uma idéia francesa no Brasil.

Ao mesmo tempo, quando do surgimento da Academia Brasileira de Letras, a disposição de adquirir uma legitimidade diante do discurso literário frente aos institutos, museus e, posteriormente, universidades era uma das demandas da Revista Brasileira, muito embora discussões sobre o caráter puramente literário da ABL tenha sido objeto de acirrada disputa na primeira metade do século XX (RODRIGUES, 2003). A veiculação de conhecimento sobre literatura e arte, nesta época, para Velloso (2010) constituía um saber voltado para ser objeto de reflexão de «elites culturais», uma vez que tanto o consumo de literatura poderia ser considerado um «fetichismo» por parte das elites (NEEDELL, 1993), como da parte dos escritores um exercício de «razão utilitária» (SEVCENKO, 1983) voltado à causa pública em contribuir com o progresso das letras nacionais.

Soma-se, tal qual, a esse exercício de uma razão utilitária atribuída ao trabalho de divulgação de textos literários ou científicos através da Revista Brasileira, entre outros periódicos, o peso de que o projeto de modernização do Brasil incluiu um processo de «importação» ou mesmo «aclimatação» (EL FAR, 2010) de influências intelectuais externas, como a Academia Francesa. A proposta, pois, seria a de buscar um norte em regiões referenciadas pelo moderno, na primeira metade do século XX, e construir um Brasil às portas da modernidade e, por extensão, através de um culto «heróico» da intelectualidade neste processo de redenção de um «atraso brasileiro». E, mais uma vez, a veiculação de produções do gênero obtiveram, na Revista Brasileira, um lugar não diferente de tensões em torno de estruturas de sentimentos diversas, mas também a salvaguarda de uma intelectualidade já institucionalizada por um ideário maior: o academicismo presente na ABL, como o formula Silva (2013).

Nossas questões, ao longo deste texto, se colocam exatamente sobre as relações entre estes acadêmicos que, no trabalho de Miceli (2001) sobre intelectuais à brasileira, tendem a estar associados à outorga de elites dirigentes que incluíram os intelectuais sob a batuta do Estado através de cargos públicos e cargos comissionados. À medida que, como se atesta não apenas em Miceli, mas também em Cândido (2006) e El Far (2000), instituições como a ABL revelam não apenas um status institucional seguro para o trabalho intelectual como também são parte de um processo de ascensão social de escritores em marcos institucionais de poder e prestígio, como seria a articulação de um trabalho intelectual seguro de «tensões externas» com a postura de um lugar «seguro», no qual diferenças de classes e formações se igualem em torno de um ideal? Em outras palavras, questiono de que modo um viés academicista, no qual há uma dupla visão ética e estética no comedimento destes acadêmicos e na inclusão de novos membros, pode se articular com um sentimento mútuo sobre um ideal de brasilidade.

De um lado, esta brasilidade se refere a «tensões externas» que, segundo El Far (2000), distingue-se por uma incapacidade destes acadêmicos em produzir consensos em torno de questões nacionais e, com isso, concebendo que a dificuldade na chegada a consensos seja a razão de uma instituição como a ABL sinalizar, desde a Revista Brasileira, para uma «»heterogeneidade»» que abraçasse a todos. Neste sentido, a instituição como consagração e consenso seria uma «comunidade sentimental», nas palavras de Weber (Apud. Botelho, 2011), que buscasse a todo momento desnivelar as diferenças entre os acadêmicos para reuni-los em torno da construção de um projeto maior.

Sabe-se, contudo, que o «estilo» que abarca a produção deste nacionalismo cultural em torno da Revista Brasileira é um espírito já perpassado por influências de instituições anteriores, geralmente experiências de publicação, aproximação e congraçamento já propiciadas pela ABL através de exposições e rituais dentro da

instituição (EL FAR, 2000). Para Miceli (2001), contudo, a produção, difusão e conservação deste trabalho empreendido pela Revista Brasileira fica à cargo dos sócios de uma instituição interessada na construção de um saber diferenciado e heterogêneo, ao mesmo tempo que delineadora da própria trajetória ao atribuir sentidos e novos significados a seus antigos membros.

Já a estrutura de sentimentos que aproxima estes escritores ou intelectuais de sua produção e do seu tempo, por extensão, aproxima-os entre si através de sentimentos e valores compartilhados sobre aspectos desta brasilidade, sendo este também o trabalho de uma afirmação da própria importância da ABL enquanto salvaguarda da intelectualidade nacional. Assim, por mais que possam existir dificuldades em estabelecer consensos, como o mostra estudos sobre a ABL (RODRIGUES, 2003; EL FAR, 2000; MACHADO NETO, 1973), propõe-se um programa de pesquisa que considere a estrutura de sentimentos, além de valores e práticas sociais cultivados pela instituição, que se mantêm nos veículos de produção e divulgação da atividade intelectual. Prática, vale recordar, não apenas localizada dentro de tendências modernistas e de regionalismos (MICELI, 2012), como de formações discursivas capazes de revelar o sentimento de uma grupo sobre questões de interesse compartilhado (SOARES, 2012).

Para Silva (2013: 73) essa construção de um ideário de sustentação da estética academicista não deixou de prescindir de aspectos presentes nas páginas da Revista Brasileira, entre eles: a formação de uma tradição literária brasileira, a manutenção de uma linguagem purista e a sustentação de um autêntico espírito de casta. Veremos, portanto, como cada um destes aspectos se articulam no programa de pesquisa que sugerimos.

2. A revista brasileira, nacionalismo cultural e brasilidade

A Academia Brasileira de Letras, tal como, em certa medida, os Institutos Históricos e Geográficos, estão atrelados por histórias e princípios bem semelhantes. Ambos surgiram na segunda metade do século 19, em um momento no qual competia a essas instituições uma «resposta» a uma identidade brasileira diante da modernidade e da salvaguarda de sua cultura, como o atesta os trabalhos de Velloso (2010), Needell (1993) e Machado Neto (1973), bem como a construção de uma identidade e oficialidade elaborada em torno do fazer acadêmico de instituições como a ABL. A Revista Brasileira, como atesta suas páginas digitalizadas e disponíveis no endereço eletrônico da própria ABL, esteve presente na construção de um ««corpus literário» no qual os discursos acadêmicos publicados foram moldando esta ideologia academicista ao longo dos anos (SILVA, 2013: 69).

Os dossiês, resenhas e ciclos de debates veiculados pela Revista Brasileira, segundo Silva (2013: 69), são ««reveladores do papel desempenhado pela Academia no meio literário nacional, a qual atuaria como entidade sistematizadora, consagradora e condutora moral de nossa produção literária». Neste texto, nós nos interessamos pelos textos acadêmicos que na Revista Brasileira surgem como dossiês ou testemunhos de acadêmicos já falecidos que, nas palavras de El Far (2010), estão conectados com os rituais presentes nesta instituição e com a construção de uma trajetória da ABL a partir dos testemunhos de cada época proferidos pelos acadêmicos aos seus pares. Por este viés, a Revista Brasileira seria o documento não apenas da construção de um ideário ético e estético de um corpo social, mas de reforço e ressignificação constante da memória da própria instituição.

Entendendo-se a identidade como a crença de uma verdade conferida à própria tradição, a partir uma tradição que se inventa a partir de suas histórias como sugere Hobsbawn (1984), os textos veiculados pela Revista Brasileira desprendem-se de um referencial individual ao encontrar as chaves que distinguem em outro acadêmico aquilo que o aproxima de si mesmo. Segundo Halbwachs (2006), uma memória coletiva é baseada em eventos vividos em grupo e, mesmo quando não há a presença material de um grupo, os valores cultuados pela instituição sobrevivem e reavivam a memória compartilhada por experiências e valores compartilhados. Não à toa, as páginas da Revista Brasileira nomeadas «culto à imortalidade» se referem a um texto, escrito por um acadêmico, sobre os motivos que tornaram um acadêmico antecessor ou atual a estar na ABL, delineando, com outras palavras, a própria coerência do pertencimento do acadêmico homenageado com aquela instituição, e dela para com ele. Parte, também, de um modo de reafirmar a primazia da crença de sua importância pelos aspectos que regem as regras de um campo atravessado por capitais, tensões e influências diversas (BOURDIEU, 2008).

O culto da intelectualidade, ou o culto da imortalidade, estaria na formalização deste culto à memória ao ressaltar traços biográficos cronológica e subjetivamente orientados para determinados fins, valores e ideologias, conforme Bourdieu (1998) o distingue nas produções textuais deste gênero. Ainda preservando um legado de práticas sociais cuja representatividade tenha importância e coerência com uma trajetória, a Revista Brasileira também aponta, para as futuras gerações, qual seria o próprio sentido de pertencer àquela instituição, ao se reportar com frequência a um determinado «passado glorioso» capaz de atribuir identidade a um grupo (VELLOSO, 2010), por exemplo, tanto através dos cultos à imortalidade como da coluna «memória futura», destinada a publicar textos históricos sobre os rumos que a Academia deveria tomar.

Em se tratando da própria Academia Brasileira de Letras e da vida literária no início do século XX, contribuições de Fanini (2009), Lopes (2007), Rodrigues (2003), Needell (1993), Sevcenko (1983) e El Far (2000) ilustram debates em torno da inserção de mulheres nestas instituições, da evolução das coteries literárias para instituições oficializadoras, das encenações em torno da imortalidade e da emancipação da própria ABL na sociedade brasileira, sua associação com o Estado brasileiro e contradições da própria vida intelectual junto às elites. Entretanto, somente o trabalho de Silva (2013) joga luzes diretamente sobre a Revista Brasileira enquanto fonte de estudos sobre a produção intelectual da ABL, mas não dentro de seu potencial enquanto conhecimento sobre o Brasil veiculado por aqueles intelectuais em determinadas épocas, ficando somente o estudo realizado por Schwarcz (1993), sobre raça e questões científicas, como um indício de como estas instituições contribuíram para a mudança de estruturas de sentimentos sobre determinados temas de interesse à época, mas desta vez centrado nos institutos, museus e universidades, e não em academias literárias.

Conforme destacou Sapiro (2013), em entrevista recente sobre as relações entre intelectuais e instituições, através de fontes apreendidas de revistas institucionais estas casas produzem «imagens, sanções, prêmios», sendo igualmente «grupos de indivíduos heterogêneos, que lutam pela boa aceitação da instituição». Dentro desta proposta, assumimos que uma produção intelectual sobre a cultura brasileira passa pelas construções biográficas destes acadêmicos acerca de seus antecessores ou colegas, uma vez que ao se construir traços de uma determinada trajetória intelectual se está contribuindo para a formação de uma estrutura de sentimentos em torno do campo acadêmico da ABL, algo que podemos chamar de um nacionalismo cultural voltado para um culto à memória da instituição e, claro, para uma oficialidade em torno do discurso sobre a brasilidade conforme a ABL a concebe.

O espelho que optamos por analisar a Revista Brasileira como fonte para o culto da própria intelectualidade se encontra amparado, primeiro, em uma pesquisa documental no acervo das revistas. Além do mais, no contexto teórico e metodológico, em dois aspectos que dialogam na compreensão desta produção intelectual. A primeira delas é a noção de estrutura de sentimentos conforme formulada por Raymond Williams (1979) e reapropriada por Soares (2012), na busca por uma aproximação deste conceito com experiências compartilhadas no universo da literatura. A segunda, e tão aproximada à estrutura de sentimentos como ao que então Silva (2013) concebe como o ideário academicista da ABL, a suposição de afirmação de um nacionalismo cultural conforme Miceli (2012) o distingue, por exemplo, ao perceber o passadismo e a memória afetiva de épocas como característico de revistas do gênero e, portanto, capazes tanto de unir os acadêmicos em torno de um projeto quanto de conceber uma determinada visão sobre o Brasil.

Sobre o primeiro ponto, poderíamos afimar que, ao buscar a aproximação dos ideais de formação de uma instituição como a ABL de acordo com sua geração ou período específico, a percepção sobre a estrutura de sentimentos que aproxima os intelectuais da ABL no tempo confere a esta experiência de pertencimento seu caráter enquanto experiência social, isto é, articula elementos, ligações e sentimentos que se unem em torno de um esforço de tomada de tradição, uma vez que esta tradição estaria sendo constantemente reinventada.

Esta teoria sobre a estrutura de sentimentos confere às identidades de grupo uma fluidez característica dos próprios processos sociais por que estes intelectuais passaram, caracterizando a fixação de uma identidade nacional como resultado de uma preponderância de características e valores no tempo e espaço, estando eles sujeitos a disputas e transformações de acordo com os jogos de interesse (SOARES, 2012). Espaços de contestação e ou de reafirmação de um determinado status desta tradição foi percebido, por exemplo, nas tensões em torno do literário e do político nos primeiros anos da ABL (RODRIGUES, 2003), na configuração

da chamada «teoria dos expoentes» e na reação purista a ela (EL FAR, 2000), como também nas injunções sobre a direção do ideário academicista destas produções (SILVA, 2013). Para todos os efeitos, em minha pesquisa de mestrado, percebi haver um momento de maior liberdade para o questionamento da estrutura social acadêmica, ou da tradição, em academias literárias quando do momento de feitura do discurso de posse, no qual o acadêmico se isola da instituição para a escrita de um discurso em que faz um estudo sobre os intelectuais que o precederam na cadeira que irá ocupar e das motivações de sua entrada para a ABL. Neste momento, espécie de momento liminar entre a condição de acadêmico e não-acadêmico, o autor do discurso de posse goza de um momento de liberdade tal que, como se percebeu ao longo da trajetória da ABL nas referências já descritas, e sobretudo no trabalho de Silva (2013), gerou desconfortos, censuras, desafios e mesmo tentativas de desacreditar os rumos da ABL.

A fluidez característica dessa estrutura de sentimentos sobre a tradição da ABL pode ser vista como, por exemplo, criou-se ao longo de sua trajetória uma teoria, chamada «teoria dos expoentes», para incluir no seio da ABL personagens não-literatos ou ligados, em qualquer instância, ao universo da cultura e da literatura (SILVA 2013). Segundo Rodrigues (2003), a criação da «teoria dos expoentes» ou «teoria das notabilidades», surgiu sob o pretexto de reformular o que era decisivo para representar o Brasil dentro da ABL, isto é, oficializou-se o culto à pátria, e não apenas às letras nacionais, como uma forma de conferir um status mais respeitoso à ABL ou, em outra instância, foi o modo seguro de garantir à ABL orçamentos maiores e um investimento garantido por parte da elite brasileira da época. Para Miceli (2001), esta faceta heterogênea da trajetória institucional já era apontada pela Revista Brasileira em seus primeiros anos, ao incluir tanto liberais quanto republicanos, no século XIX, e logo após, como uma revista oficial da ABL, justificar a escolha de políticos, médicos, industriais e militares pelos feitos patrióticos, atividades enquanto mecenas ou protetores, em alguma instância, dos símbolos e saberes nacionais.

Estão presentes os espaços de contestação e de reafirmação da tradição, uma vez que, nas reflexões de Soares (2012), é possível apreender, através da literatura e da produção intelectual, a formação de uma estrutura de sentimentos em diálogo direto com o sentimento de pertença a um grupo. Citando, pois, as dificuldades na elaboração de uma estrutura de sentimentos positiva e harmoniosa, Soares (2012) faz considerações sobre o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no tocante à visão dos intelectuais acerca de questões ligadas à raça e cultura no Brasil, bem como do papel renovador de Gilberto Freyre e do movimento modernista na reformulação dessa estrutura de sentimentos. Em outros estudos, todavia, a definição dessa nacionalidade, seja como «catecismo cívico» (BOTELHO, 2002), seja como inovadores do modernismo, está sempre pautada por intelectuais em várias instâncias (MICELI, 2004).

O biografismo produzido nestas instituições pode ser, portanto, um caminho no qual estruturas de sentimentos diversas «se entrecruzam em diferentes registros históricos, culturais, afetivos» (SOARES, 2012). Integradas em um determinado tempo, espaço e sociedade, as leituras biográficas feitas por estes intelectuais sobre a ABL encontram lógicas condicionadas pelo horizonte cultural em estruturas de sentimentos próprias de um ambiente e de determinada época.

Em um segundo aspecto, o resultado deste processo de apreensão de uma relação entre espaço, tempo e valores na composição de uma estrutura de sentimentos do grupo engloba a afirmação de um nacionalismo cultural a partir das práticas sociais de produção de significados nas memórias e cronologias publicadas nestes periódicos. A partir de Miceli, (2012), o nacionalismo cultural se apresenta como uma produção intelectual memorialística, afetiva, na qual as lembranças de um acadêmico remetem a exortação de tradições culturais, literárias, políticas e sentimentos de uma época ou lugar emergentes na memória do autor e do grupo.

Em outras palavras, ao tratar essas fontes secundárias como documentos memorialísticos e, ao mesmo tempo, reveladores de uma ideologia da própria instituição queremos afirmar que esse «passadismo» não é colocado em vão. Tomando como referência a teoria da prática de Bourdieu, para Miceli (2001) uma vez atribuídas às revistas seu compromisso com um legado de práticas sociais, trajetórias e envolvimentos com um determinado campo, tais produções conferem sentido ao modo como as trajetórias e a instituição se cruzam no tempo e na trajetória destes acadêmicos. Em uma leitura de Bourdieu (2008), a produção de uma «crença» do fazer acadêmico estaria diretamente conectada à crença de que para o jogo da entrada e permanência na instituição há suas regras, valores e sentimentos inquestionáveis; porventura, ao ter uma produção reiterada deste gênero

como um costume de práticas sociais da própria ABL, o conhecimento, os traços e as características que aproximam os acadêmicos dos futuros acadêmicos encontram seu significado na tradição destas práticas sociais herdadas com o tempo.

Tal conceito de nacionalismo cultural, que remete igualmente a um legado de práticas sociais que busca se manter através dos discursos, remetem ao chamado academicismo enquanto parte de uma «pragmática literária regulada», isto é, essa estética passadista que, a um tempo «via nos parnasianos e nos autores institucionalizados expressões máximas da literatura nacional» (SILVA, 2013: 69), seria também uma forma de determinar quem tem a legitimidade de falar sobre o legado da ABL e sua importância para o Brasil. O ideário academicista, desta forma, possui uma ligação direta com a formulação desse nacionalismo cultural, espécie de valorização dos pares acadêmicos pela sua importância patriótica, à medida que dita a estética de discursos que se dedicam a revelar o papel desempenhado pela Academia no meio literário nacional.

Uma interrelação entre prática intelectual e produção ganha maior um revelo quando se define o que seria, então, o legado cultural da ABL e quem pode realmente falar sobre ele. Para a legitimação de uma «crença coletiva», a partir da qual esta brasilidade estaria ligada diretamente aos feitos conferidos pelos acadêmicos às suas obras e realizações, haveria uma recepção para ela em diversos meios que as consagram, a exemplo da imprensa e da sociedade da época, como o retrata a boa aceitação da mídia e dos meios de comunicação à aceitação da «teoria dos expoentes» como uma forma de agregar setores da elite carioca à ABL (EL FAR, 2000).

Dentro deste aspecto, o estabelecimento de valor não seria somente do produtor de bens simbólicos, necessitando-se de um capital de autoridade específico para fronteiras linguísticas e textuais estabelecidas neste campo e, então, a maior legitimidade que teria um acadêmico para fazer uma leitura biográfica de outros acadêmicos e da própria instituição (BOURDIEU, 2008). Do ponto de vista institucional, a questão de definir fronteiras para esta brasilidade, dentro de um modelo de práticas que está entre o nacionalismo cultural e o academicismo, encontra-se no respaldo da natureza tributária da ABL para com o Estado brasileiro, as elites brasileiras e a entrada de alguns acadêmicos em carreiras burocráticas no serviço público, como o distingue Miceli (2001), mais uma vez, na menção às condições objetivas que se impuseram a escritores e instituições que quisessem se inserir em um determinado status de reconhecimento.

Se do ponto de vista ético e estético, o academicismo delineou uma «oficialidade» capaz de criar um «corpus literário», uma «tradição brasileira na sustentação de um autêntico espírito de casta» (SILVA, 2013: 73) em torno de práticas que, ao mesmo tempo pluralistas, eram restritivas a divergências literárias e ideológicas que pusessem em questão a legitimidade dos discursos sobre a academia e o acadêmico, sendo, portanto, uma das maneiras de produzir a «crença» em torno dos movimentos dentro do campo e de seus valores e regras, o paradoxo dessa instituição estaria em como manter uma estrutura de sentimentos que aproximasse os acadêmicos em torno de um ideal de brasilidade ao qual à ABL interessa construir.

Observando-se como uma tendência histórica de intelectuais enquanto escritores funcionários ou devotados de uma causa cívica, como o demonstra estudos sobre as *coteries* literárias e os tipos de escritores presentes em Sevcenko (1983), Needell (1993) e Machado Neto (1973), o nacionalismo cultural remete a uma memória criada, época após época, para dar sustentação a que intelectuais confirmem suas filiações, alianças e desejos, isto é, os canais de ascensão e consagração que se ofertam diante de condições objetivas que se impõem a uma vida um pouco mais segura de questionamentos sobre seus feitos e realizações, segundo o conceito de segurança atribuída à entrada desses acadêmicos na ABL de acordo com El Far (2000). A afirmação de um determinado conjunto de valores, práticas e atributos através da Revista Brasileira seria, somente, um esforço de dar a estes acadêmicos o mesmo tratamento dado aos acadêmicos que os antecederam, criando um fio condutor através do qual se pode entender a trajetória da ABL e a maneira como o Brasil é visto através da própria presença da ABL no cotidiano histórico, político e literário. Em outras palavras, é também pela natureza tributária que o nacionalismo cultural da ABL se dá na produção de um conhecimento que afirme sua atuação (e a de seus acadêmicos) como legítima ao Brasil e sua memória, definindo fronteiras de interpretação e lógicas próprias para esta produção.

3. Análise de um dossiê

Escolhemos para análise o espaço intitulado Caligramas da Revista Brasileira de número 76, disponível no sítio eletrônico da própria Academia Brasileira de Letras. Neste dossiê, duas acadêmicas e escritoras, Ana Maria Machado e Nélida Piñon, ocupantes das cadeiras 1 e 30, respectivamente, da ABL rendem homenagem a Roberto Marinho, jornalista e empresário falecido que ocupou a cadeira de número 39 na referida instituição.

A análise de um dossiê deste tipo se faz interessante por fazer menção a acadêmicos que ocupam posições distintas dentro da estrutura da ABL, isto é, as duas autoras do dossiê são escritoras e, em contrapartida, o homenageado é um jornalista e empresário cuja ligação com o universo da literatura não está tão aproximada, em termos práticos, das duas escritoras que o homenageiam. Para tanto, no texto intitulado «Roberto Marinho», Ana Maria Machado inicia-o por uma descrição do protagonismo de Marinho como empreendedor cultural, marca que guiará o texto em sua exposição de sentidos acerca da presença de Marinho na ABL. A saber,

> Ao lembrar os dez anos transcorridos desde o falecimento de nosso confrade Roberto Marinho, a Academia Brasileira de Letras destaca sua contribuição como empreendedor cultural. Um papel que não deixa de ser raro entre nós, num país geralmente mais afeito a esperar as iniciativas das esferas oficiais. (MACHADO, 2013: 201)

Neste início de texto, observa-se a primeira menção à faceta de Marinho enquanto empreendedor cultural, característica presente na coerência criada por várias teorias vigentes ao longo da trajetória da ABL, a exemplo da teoria dos expoentes já citada nos trabalhos de Rodrigues (2003) e Silva (2013), como também no protagonismo conferido à ABL no que tange à salvaguarda da cultura nacional através da ligação ao mecenato que, ele próprio, contribuiu com a manutenção e preservação da ABL no tempo, como o demonstra o livro de Velloso (2010), El Far (2000) e Miceli (2001). Ao mesmo tempo, nesta passagem, fica patente que o trabalho teve fins e iniciativas privadas, ao reforçar o protagonismo voluntarista, por exemplo, em atribuir a Marinho e não a «esferas oficiais» o referido papel.

As virtudes qualificadas pelo mecenato a Roberto Marinho são também reafirmadas dentro daquilo que a uma instituição cultural interessa mostrar, isto é, o eventual apoio dado pelo sistema de comunicações que o acadêmico liderou às diversas vertentes das artes e da cultura. Ao final, como justificativa de um personagem voltado para o culto às artes e à cultura nacional, enleva-se o protagonismo de Marinho como «fermento agindo na cultura brasileira contemporânea». Vide, pois, a passagem sobre o empreendorismo cultural do personagem:

> Não apenas pela significativa criação de empregos e a pela possibilidade de profissionalização para toda uma gama de artistas, técnicos e artesãos, seguramente responsáveis pelo destaque que o Rio e o Brasil vêm tendo no setor. Mas também pelo estímulo direto e atuação marcante que Roberto Marinho exerceu como empreendedor, em ampla variedade de setores culturais, fosse por meio de sua ação pessoal ou por meio da Fundação Roberto Marinho. Proteção e recuperação do patrimônio histórico, artístico e cultural do país e de tesouros artísticos ameaçados, incentiva à educação a distância por meio de telecursos, fomento à leitura e apoio à literatura infantil, estímulo aos jovens cientistas, preservação do meio ambiente, inúmeros são os campos onde se pode perceber a marca deixada por essa intervenção de nosso confrade. Sem esquecer de seu papel como apoiador e colecionador no campo das artes visuais. (MACHADO, 2013: 202)

Na passagem destacada, note-se a ressalva feita às qualificações de Marinho para um «destaque que o Rio e o Brasil vêm tendo no setor» e, em outra instância, «Proteção e recuperação do patrimônio histórico, artístico e cultural do país e de tesouros artísticos ameaçados». Com uma trajetória que perpassa espaços institucionais de produção de saberes ou patrimônios tão consistentes tornou-se, inclusive, recorrência no estudo sobre intelectuais e academias literárias a presença de espaços de formação destes intelectuais e de suas associações com setores burocráticos e culturais para ascender em determinados marcos institucionais de

prestígio e notabilidade, como o descreve Miceli (2001) na histórica associação entre mecenas, empresariado e intelectuais, por exemplo, na produção do modernismo paulista, instituições e sociedades literárias. Ou, como destaca Silva (2013), a participação nos meios de comunicação ligados a autoridades políticas como uma forma de conferir sociabilidade e proximidade entre intelectuais e elites econômicas ou políticas foi recorrente na trajetória da ABL. Neste sentido, Marinho entraria como representante deste mecenato do meio de comunicação de massa que aproxima o campo da cultura de um campo simbólico das relações sociais com outras instâncias, por exemplo, do poder político e econômico.

Em outras palavras, a consecução de um ideal de protagonismo intelectual em favor do interesse cívico não apenas é relevante para um destaque biográfico de um acadêmico como necessário para a construção de um sentido de pertencer ao grupo. Tudo indica, por exemplo, que se não fosse a atribuição de protagonismo na história do Brasil, não o seria um protagonista dentro da ABL e, por extensão, não ocupando espaços e aproximações com elites intelectuais e classes artísticas, os protagonistas deste legado, interessados na conquista de um status semelhante, buscariam outras estratégias de reconhecimento que os levassem a tal aporte. A construção dessas fronteiras passa, sobretudo, pela reafirmação da crença sobre o valor que há de se ressaltar para fazer parte de um campo e preservar-se dentro dele.

No outro dossiê, intitulado «O lendário Roberto Marinho», Nélida Piñon descreve as qualidades ou qualificações de um Marinho culto, valoroso, mecenas da cultura e das artes através dos meios de comunicação e, em destaque, próximo da autora desde a infância. O relato descreve trechos de exaltação a uma personalidade multifacetada, porém com anunciado privilégio à natureza patriótica, batalhadora e incansável de um personagem que tivesse vivido para ocupar a cadeira de número 39 na Academia Brasileira de Letras. Destaca-se, sobretudo, os laços de familiaridade que se busca imprimir entre os acadêmicos como forma de validar um testemunho mais fiel sobre sua cronologia. A saber,

> Sorte teve, sim, de haver nascido de Irineu Marinho, e de Francisca, com quem tive o privilégio, jovem ainda, de tomar chá em sua casa no Parque Guinle, levada pelo primo Serafim Piñon, seu amigo desde a estação de águas de São Lourenço ou Caxambu, e que a visitava a cada viagem ao Rio. (PIÑON, 2013: 205)

Nesta passagem, busca-se imprimir uma familiaridade típica de relatos biográficos neste sentido. Segundo Bourdieu (1998), os traços cronológicos de uma biografia ou texto sobre trajetória se utilizam de afetos justamente para a construção de uma narrativa linear e de pretensão objetivista quando, na verdade, traços subjetivistas estão na escolha de qualidades, momentos e situações que imprimam valor ideológico e afetivo à narrativa biográfica. A familiaridade entre Piñon e Marinho é observada em outros relatos memorialísticos de acadêmicos que, por proximidade com o acadêmico biografado, encontram-se dentro de uma lógica de confiabilidade maior para chegar a uma biografia que articula laços afetivos com uma idéia de brasilidade e de uma trajetória gloriosa no campo ao qual o acadêmico está associado.

Como um destaque final desta análise do dossiê, cabe-nos uma reflexão sobre este nacionalismo cultural movido por afetos, sentimentos e valores que perpassam o tempo e que, porventura, se encastelam nas narrativas sobre os biografados, como o distingue Miceli (2012). Se a familiaridade, objeto de análise de uma condição de união em torno de objetivos e ideais compartilhados é utilizada para conferir uma proximidade maior entre estes literatos, também as posições, serviços e trabalhos desempenhados em nome de um ideal patriótico tanto fez a tônica destes mecenas e intelectuais nos séculos passados (SEVCENKO, 1983; NEEDELL, 1993; MACHADO NETO, 1973), como distingue em um conjunto de práticas apreendidas por estes acadêmicos a chegada a uma fronteira decisiva, segundo a qual o Brasil pode ser narrado a partir dos feitos e realizações de acadêmicos. Em outra instância, o debate sobre o campo intelectual ou cultural se coloca, sobretudo no Brasil, relacionado a influências diversas e relações de poder que tocam no fato de o poder intelectual estar sempre sujeito a questões de natureza social, política e econômica (LOPES, 2007). A seguir, lê-se sobre isso a partir deste seguinte trecho sobre a trajetória de Marinho com as estruturas de poder:

> Nunca foi indiferente à sorte do Brasil. Intervinha em alguns de seus feitos desde o

> nascedouro. E, respeitado como era, tinha peso decisório. A vida pública brasileira circulava também pelo seu gabinete. Era, porém, cauteloso nas suas avaliações. Familiarizara-se com as malhas e as estruturas do poder, as astúcias políticas, e o que certas elites concebiam à revelia da sociedade civil. Por tal experiência, poderia se dizer dele o que, em Espanha, se aplica a quem domina o estado espanhol: tinha o Brasil na cabeça. Amou o Brasil. Sua identidade afinava-se com a pátria. Não abdicou das características atribuídas ao brasileiro. E conquanto seus veículos de comunicação pudessem tergiversar, omitir aspectos da realidade, estes mesmos meios integraram as regiões dispersas do Brasil, repartiram equitativamente a matéria que emitiam. (PIÑON, 2013: 206-207)

Nesta passagem final, assume-se, talvez, por completo que uma estrutura de sentimentos em torno da importância dos acadêmicos e da ABL para o Brasil estaria na leitura feita, pelos próprios acadêmicos, do legado positivo de feitos e realizações que a ABL buscou albergar em torno de seu projeto de inclusão desses membros. Ao passo que, como o informa o trecho, para chegar a determinadas posições de prestígio os acadêmicos inevitavelmente precisavam de uma apresentação nos mais diversos setores perpassados pelas elites, dos canais políticos, econômicos e culturais para sua ascensão. Ao fim, com narrativas que se coadunam em termos de práticas, repetições incisivas de um fazer intelectual sempre voltado para a causa cívica, patriótica, também torna-se possível a concepção de importância da Revista Brasileira como um legado de práticas que à própria ABL convém preservar: isto é, o fazer acadêmico voltado para um ideal de pátria que, embora proclamado no território da cultura, não deve se bastar a ele, abarcando os mais diversos campos e, sobretudo, as autoridades de legitimação ou a própria estrutura de poder sobre a qual o Brasil se encontra amparado.

4. Apontamentos Finais

Os limites dos pressupostos que levantei acerca da Revista Brasileira são os limites da própria visada sobre um programa de pesquisas que idealizei. Buscando unir visões distintas sobre um mesmo problema de pesquisa, a articulação entre estrutura de sentimentos, um conceito mais elaborado dentro de corpos de pesquisa diversos, com o de nacionalismo cultural, conceito ainda embrionário do sociólogo brasileiro Sérgio Miceli em um de seus últimos livros, pode não ter dado conta da absoluta heterogeneidade já assumida por muitos pesquisadores que caracteriza a ABL e sua produção.

Para todos os efeitos, o conceito de academicismo, conforme proposta por Silva (2013), parece-me o mais completo para traçar um paralelo entre o ideal em torno da ABL e a estética de produção intelectual de um saber que, conforme minha proposta, é também um saber sobre o Brasil. Conceito mais completo e de larga serventia para quem deseja se debruçar sobre o tema, o ideário academicista aproxima a fronteira ética, de inclusão de membros, da estética, de arquitetura de uma verdadeira «estética do comedimento», segundo El Far (2000), sobre os temas e a maneira como os acadêmicos escrevem.

Se, como afirma Bourdieu (2008), instituições como a ABL possuem seus conservadorismos e ousadias próprias, estabelecendo quais as fronteiras para não desacreditar a crença de que todos os acadêmicos estão a desempenhar um trabalho legítimo dentro da ABL (e produzindo sobre a ABL ou seus acadêmicos) foi a partir destas fronteiras que optei por racionalizar a forma e o conteúdo desta produção. Não sendo o trabalho de Silva (2013) propriamente um trabalho que contribua diretamente com uma visão sobre o pensamento social brasileiro, minha pretensão foi de constituir um programa de pesquisas para que a produção intelectual da ABL passe a ser vista como um corpo de pesquisas válido para quem gostaria de pesquisar, mais diretamente, um tipo de pensamento social produzido por estas instituições.

Por fim, a aparente exclusão de instituições como a ABL sobre a produção de conhecimento acerca do Brasil foi um processo histórico natural com a concorrência que se estabeleceu entre essas instituições e as universidades, as quais, naturalmente, ganharam cada vez mais legitimidade dentro deste campo de produção de saberes, segundo o trabalho histórico de Mônica Pimenta Velloso (2010). A aproximação entre a ABL e as

universidades foi um desenvolvimento igualmente notório ao longo dos anos que se seguiram, mas se desde o início do século XX os acadêmicos interessavam por se legitimar nos mais diversos campos do conhecimento, como o demonstra a proliferação de institutos e academias literárias por todo o Brasil, por que ainda viceja entre alguns intelectuais um lugar nas cadeiras da ABL? Que tipo de produção intelectual surge e se legitima como uma produção intelectual que, embora com larga relação com universidades e demais instituições, ainda se apresenta como uma produção própria da ABL?

É pelo resquício, talvez, de distinção entre a Revista Brasileira e demais revistas institucionais, mesmo acadêmicas, com produção de um saber semelhante sobre o Brasil que me atribuí a difícil tarefa de apontar caminhos para uma análise da suposta distinção desta publicação, tecendo este histórico de pesquisas sobre a ABL e sua produção a partir de uma leitura crítica destas fontes.

Bibliografia

BOURDIEU, P. (2008). *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 3ª. Ed.. Porto Alegre: Zouk.

_____. (1998). A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral.* 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 183-191.

_____. (1996) *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras.

BOTELHO, André. (2002) *Aprendizado do Brasil: a nação em busca dos seus portadores sociais.* Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp.

_____. (2011) A Pequena história da literatura Brasileira: provocação ao modernismo. *Tempo soc. [online].* vol.23, n.2

CANDIDO, Antonio. (2006). *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880* / Antonio Candido. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul.

EL FAR, Alessandra. (2000). *A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924).* Rio de Janeiro: FGV.

FANINI, M. A. (2009). *Fardos e Fardões: Mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003)*. 387f. Tese de Doutoramento, São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.

HALBWACHS, M. (2006). *A memória coletiva.* Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro.

HOBSBAWN, Erica & Ranger, Terence. (1984). *A invenção das tradições.* Rio de Janeiro, Paz e Terra.

LOPES, J. P. (2007). *A nação (i)mortal: identidade nacional e política na Academia Brasileira de Letras (1931-1943).* Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais.

MACHADO NETO, A. L. (1973). *Estrutura social da república das letras: sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

MACHADO, Ana Maria. (2013). Roberto Marinho. *Revista Brasileira*, 76, pp. 201-202.

MICELI, Sérgio. (2001) *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (2012). *Vanguardas em retrocesso: ensaios de história social e intelectual do modernismo latino-americano*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (2004). Sociologia do modernismo brasileiro. *Teoria & Sociedade (UFMG)*, Belo Horizonte, v. Esp, p. 72-79.

NEEDELL, Jeffrey D. (1993). *Belle epoque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século.* São Paulo: Companhia das Letras.

PIÑON, Nélida. (2013). O lendário Roberto Marinho. *Revista Brasileira*, 76, pp. 203-210.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. (2003). *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1869-1913).* Campinas, SP: Editora da Unicamp.

SEVCENKO, N. (1983). *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense.

SCHWARCZ, L. K. M. (1993). *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, Mauricio Pedro da. (2013). *O sorriso da sociedade – literatura e academicismo no Brasil da virada do século (1890-1920)*. São Paulo: Alameda.

SOARES, E. V. (2012). Literatura e estruturas de sentimento: fluxos entre Brasil e África. *Sociedade e Estado (UnB. Impresso)*, v. 26, p. 95-112.

SAPIRO, G. Encontros com Pierre Bourdieu e destinos de sua obra – entrevista com Giséle Sapiro. [Junho de 2013]. Rio de Janeiro: *Revista Sociologia & Antropologia*, vol. 3, n. 5, Jan/Jun. 2013. Entrevista concedida a Afrânio Garcia Jr. e Elina Pessanha.

VELLOSO, Mônica Pimenta. (2010). *História & modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

WILLIAMS, R. (1979). *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Percursos do negrismo: das máscaras africanas ao romance brasileiro do século XX

Luiz Henrique Silva de Oliveira (CEFET-MG)[1]
henriqueletras@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho pretende conceituar o negrismo enquanto procedimento literário do século XX e estudar suas manifestações e trajetórias até chegar ao romance brasileiro do referido período. Será necessário para isso evidenciar suas fontes e influências, estabelecer diálogo com outros sentidos que o termo possui. Finalmente, deseja-se evidenciar como a linhagem negrista no romance brasileiro do período em questão representou uma etapa de transição entre a literatura de perspectiva etnocêntrica, em relação ao negro, e a chamada literatura afro-brasileira.

Palavras-chave: *negrismo*; romance; literatura brasileira; literatura afro-brasileira; negro.

Abstract: This work aims to conceptualize *negrismo* as a twentieth century literary procedure, and to study its manifestations in Brazilian novels. Therefore, in order to establish a dialogue with other meanings implied in the term, it is necessary to investigate its origins and its influences. Finally, it is our purpose to demonstrate how the "negristas" Brazilian novel written in the period in question represents a stage of transition between the literature of ethnocentric perspective in relation to the black subject, and African-Brazilian Literature as such.
Keywords: *negrismo*; novel; Brazilian literature.

1. Palavras iniciais

Não é exagerado afirmar que desde o início da formação de nossa literatura até o terceiro quartel do século XX, a produção de autoria negra não conseguiu se desenvolver enquanto tradição romanesca. Seja pela dificuldade de escritores negros acessarem o mercado editorial, seja devido ao pernicioso processo de exclusão dos meios simbólicos de poder, operado após a abolição, o fato é que, no referido período, majoritariamente foram os autores brancos que cumpriram a função de escrever, «de fora para dentro», os afrodescendentes, em suas mais variadas formas, até a consolidação de um sistema literário que os representasse «de dentro para fora». Defendo que este sistema romanesco de corte afro-brasileiro somente foi possível existir a partir da afirmação literária da geração *Cadernos Negros*, ou seja, a partir de 1978. Antes deste momento penso que seja mais apropriado falar em esparsas manifestações literárias afro-brasileiras, ao menos do ponto de vista do romance. Não quero com isso dizer que não houve em nossa história literária romances escritos por afrodescendentes. De acordo com Eduardo de Assis Duarte (2007) e Florentina Silva Souza, Úrsula (1859), de Maria Firmina dos Reis, é o primeiro romance de autoria afro-brasileira. Reconheço que, ao longo de nossa história literária, ocorreram outras produções romanescas com autoria, temática, ponto de vista, linguagem e temas negros. São exemplos: fragmentos de Machado de Assis (Duarte, 2007); *Vencidos e degenerados* (1915), de Nascimento Moraes; Água Funda (1945), de Ruth Guimarães; *Clara dos anjos* (1948), de Lima Barreto; *A maldição de Canaã* (1951), de Romeu Crusoé; *Negra Ifigênia, paixão do senhor branco* (1961), de Anajá Caetano; *Ifigênia está no fim do corredor* (1969), de Nataniel Dantas; *O bicho que chegou à feira* (1991) e *Bola da vez* (1994), de Muniz Sodré; *O justiceiro* (1992), de Ramatis Jacino; *Breves estórias de Vera Cruz das Almas* (1991), *Estórias da mitologia – o cotidiano dos deuses* (1995), *Capitu: memórias póstumas* (1998), de Domício Proença Filho;

---

1 Luiz Henrique Silva de Oliveira é doutor em Teoria da Literatura e Literatura Comparada pela UFMG (2013), onde também concluiu mestrado (2007) em Teoria da Literatura e Graduação em Letras - Língua Portuguesa (2004). Atualmente, é Professor do Centro Federal Tecnológico de Minas Gerais - CEFET-MG. Autor dos livros*Poéticas negras* (2010) e *Negrismo* (2014).

Crônica de indomáveis delírios (1991), de Joel Rufino dos Santos; *Cidade de Deus* (1997), de Paulo Lins; Ópera negra (1998), *Joana e Joanes* (1999), de Martinho da Vila[2].

Esse painel demonstra que, tendo em vista o desenvolvimento teórico proposto por Antonio Candido (1959), ainda não se pode assegurar a existência de um *sistema* romanesco afro-brasileiro, se é que é possível esse delineamento. Isso porque, de acordo com Candido*, sistema* define-se pela articulação de autores, obras e público de maneira a estabelecer uma tradição. Esta gera continuidade, que dá à produção literária o caráter de atividade permanente, associada aos outros aspectos e manifestações da cultura. E é exatamente a continuidade que faltou durante bom tempo à literatura produzida por afrodescendentes, ao menos se considerarmos o romance durante o século XX. E, além disso, não houve, durante séculos, a permanência desta articulação que caracteriza o sistema, embora a partir das duas últimas décadas do século passado este cenário esteja se alterando.

A visão de Candido diverge da historiografia literária tradicional, porque adota como critério classificatório a constituição da literatura como atividade regular na sociedade, não a literatura unicamente como expressão de algum sentimento nacional. Percebo, no âmbito dos meus levantamentos, que há uma inconstância de produções romanescas de autoria negra no século XX, o que contraria a continuidade da cadeia gerada entre autores e consumidores de literatura, segundo Candido.

A quem coube, portanto, escrever os negros, já que eles sempre estiveram presentes enquanto *tema* em nossa literatura? Seria possível falar em uma formulação brasileira de ***negrismo***? Como se definiria este negrismo? Como chegamos até aqui?

2. Percursos do negrismo

Segundo a fortuna crítica disponível, no Brasil, o termo *negrismo* foi primeiramente utilizado por Lima Barreto, mesmo não tendo ele detalhado o que entendia por tal termo. Em seu *Diário íntimo*, Barreto (1956: 84) apenas confessa o desejo de escrever um «Germinal negro» e «fundar o negrismo na literatura brasileira». Não se trata de afirmar que o autor esteja ligado ao negrismo de que este trabalho se ocupa, mas sim de pontuar que a palavra é utilizada em sentido distinto do que aqui se adota. No diário, o autor não deixa claro o significado da palavra e o "Germinal" a que ele se refere aponta para a escrita da trajetória dos negros oprimidos através da literatura.

O primeiro mapeamento sobre o *negrismo* realizado por um brasileiro foi o de Jorge Schwartz (1995), referindo-se primeiramente a uma linhagem poética caribenha da primeira metade do século XX. Na visão do crítico, esta linhagem estava preocupada, sobretudo, com a valorização da identidade cultural afrodescendente. Propunha rediscutir a formação multicultural, a natureza do processo histórico, as relações entre dominantes e dominados naquele espaço. Cultivou a poesia social e a lírica tradicional, ou seja, associou o ritmo tradicional desta ao caráter empenhado daquela, o que resultou num profundo conteúdo humano e em uma excepcional musicalidade, "retirados" do povo e dirigidos ao povo.

> Ainda segundo Schwartz, além do negrismo na lírica antilhana, o negrismo também se manifestou na poesia brasileira. Para o crítico, o negrismo, enquanto manifestação estritamente literária, pouquíssimo dialoga com a *négritude*, entendida como os movimentos surgidos nos anos de 1930, em Paris, que reivindicaram direitos dos negros, em diversas ordens. A literatura aqui é ponta de lança para externar demandas

2 Nosso recorte temporal para este trabalho é o século XX. Porém, vale destacar os seguintes romances escritos por afro-brasileiros no início do século XXI: *Eu, Zeus* (2000), *Nós, as deusas do Olimpo* (2000) e *Os deuses, menos o pai* (2000), de Domício Proença Filho; *Paulo e Virgínia* (2001), *Bichos da terra tão pequenos* (2010) e *Claros sussurros de celestes ventos* (2012), de Joel Rufino dos Santos; *Memórias Póstumas de Teresa de Jesus* (2003), *Os Lusófonos* (2006), *Vermelho 17* (2007), *A serra do rola-moça* (2009) e *A rainha de bateria* (2009), de Martinho da Vila; *Desde que o samba é samba* (2012), de Paulo Lins; *Ponciá Vicêncio* (2003) e *Becos da memória* (2006), de Conceição Evaristo; *Um defeito de cor* (2006), de Ana Maria Gonçalves; *Graduado em marginalidade* (2005) e *Estação terminal* (2010), de Sacolinha (Ademiro Alves).

> sociais, políticas e existenciais do coletivo negro de maneira geral. Vale destacar que o negrismo não se configura como um movimento estético organizado, regido por manifestos ou por propostas teóricas, análogo aos *ismos* do início do século XX. Nem por isso, entretanto, deixam de existir pontos de contato entre o negrismo e certos procedimentos característicos das vanguardas europeias. A busca do exotismo, a introdução de uma camada estética baseada na plástica dos fetiches africanos ou das máscaras tradicionais e o retorno aos elementos «primitivos» da cultura aproximam, no mínimo, o negrismo do Cubismo.

Tal como entendido por Jorge Schwartz, o negrismo admite uma linhagem de autores que (re)produziram um vasto «repertório importado», um discurso plástico, na maioria das vezes enunciado por uma elite branca e que incorporou temáticas relativas ao universo negro, a fim de divulgá-las junto a um público também branco e da própria elite.

Ainda de acordo com Schwartz, estes autores estiveram preocupados com a exploração de elementos culturais africanos ou trazidos na diáspora e vistos como exóticos, a divulgação da culinária, da musicalidade e da dança de origem africana, ou seja, com um folclorismo negro que anima boa parte de suas produções artísticas em verso e atualiza o sentido nacionalista e coletivista dos primeiros anos do Modernismo brasileiro. O estudioso, contudo, desconsidera o romance, talvez não percebendo que este gênero tenha sido bastante frutífero do ponto de vista do negrismo.

O sentimento de valorização do coletivo negro aflora desde o final do século XIX e primeiros anos do século XX, o que antecede inclusive o estabelecimento do termo *negritude* em nossa língua. Vale ressaltar que, mesmo com o advento da imprensa negra, o romance de corte afro-brasileiro não se desenvolvia sistematicamente, tampouco as pontuais manifestações romanescas ganhavam espaço em robustos estudos da primeira metade do século XX. Assim, parece que minha hipótese se confirma: autores brancos, a partir de suportes formais ocidentais, por dentro e por fora do cânone, a partir de um ponto de vista simpático, mas externo, relatam temas e situações relativos ao coletivo afrodescendente.

Na esteira destas reflexões, defendo que não é a partir dos anos de 1960, conforme admite Jorge Schwartz, em «Negrismo e negritude», nem mesmo a partir dos anos de 1930, de acordo com David Brookshaw (1983), mas sim a partir de 1928, com Mário de Andrade, que os autores aqui chamados de *negristas*, devido aos seus procedimentos composicionais, buscavam desempenhar uma representação positiva do afrodescendente, ora destacando seus feitos e participações heroicas em nossa história, ora satirizando os donos-do-poder, ora colocando em evidência tanto os heróis históricos quanto aqueles anônimos do dia a dia, ora remontando o contexto de trocas diversas na diáspora.

O que chamo de negrismo no universo do romance brasileiro, segundo resultados de meu levantamento, estende-se de 1928, com Macunaíma, de Mário de Andrade, até 1999, com O trono da rainha Jinga, de Alberto Mussa. Destaco ainda: O mameluco Boaventura (1929), de Eduardo Frieiro; Jubiabá (1935), O compadre Ogum (1964) e Tenda dos milagres (1969), de Jorge Amado; A marcha (1941), de Afonso Schmidt; Xica da Silva (1976), Ganga Zumba (1962) e Benedita Torreão da Sangria Desatada (1983), de João Felício dos Santos; Chica que manda (1966), Gongo sôco (1966) e Suor e sangue (1948), de Agripa Vasconcelos; O forte (1965), Luanda beira Bahia (1971), de Adonias Filho; A casa da água (1969), O rei de Keto (1980) e Sangue na floresta (1981), de Antonio Olinto; Os tambores de São Luís (1975), de Josué Montello; Viva o povo brasileiro (1984), de João Ubaldo Ribeiro; Rei branco, rainha negra (1991), de Paulo Amador. Este panorama não significa que proponho um levantamento acabado e imutável.

O negrismo, portanto, não é um movimento literário articulado através de manifestos ou documentos. Trata-se de um conjunto de procedimentos adotados por diversos artistas em suas respectivas linguagens. Como fenômeno, compõe-se por uma linhagem de autores, segmentada, por sua vez, em tendências específicas. Inicia-se no princípio do século XX, na Europa, no momento em que os artistas de vanguarda procuram em África motivos para a renovação estética que acontecia naquele momento. A recuperação de signos no continente-mãe ocorre em outros territórios, como no Caribe, na América Latina e no Brasil.

3. Ponto de partida: as máscaras africanas

Diversos artistas europeus do início do século XX beberam em boa parte da produção africana e esta se incorporou ao nosso universo e o enriqueceu extraordinariamente. Resguardando limites e proporções, alterou-se a forma ocidental de olhar para as esculturas que se veneravam e se veneram nas aldeias africanas. Agora, não são tidas como mal-acabadas, disformes e grotescas. Aprendeu-se a reconhecer nelas a inventiva criadora e o rigor na escolha das formas para impregná-las de forma e beleza. Ainda segundo Costa e Silva, dois tipos de máscaras foram as fontes em que beberam as vanguardas artísticas europeias, sobretudo o Cubismo: Dan e Geledé.

Tomemos esta como exemplo. Costa e Silva (2009) explica que os *Dans*, da Costa do Marfim e da Libéria fazem, por exemplo, um tipo de «máscara coberta de um negro brilhante» na qual o rosto se simplifica numa testa abaulada, «num nariz fino e ligeiramente arrebitado, num queixo em ponta, numa boca projetada e entreaberta, como num muxoxo» (2009: 27) e em dois buracos grandes e redondos no lugar dos olhos. Essa máscara, a que chamam *gungye ge* e *zapkei ge*, pode estar emoldurada por um trançado de fibras, no qual algumas vezes se acrescenta o cauri (concha).

Máscara Dan. Libéria Dan. Século XIX. Madeira e ferro. Altura 26 cm.
Coleção Etta Donner adquirida em 1940.
Disponível em http://www.masque-africain.com/masques-africains.html,
[consultado em 13-03-2012].

O diplomata ainda ensina que os mesmos Dans esculpem, contudo, uma outra máscara, toda o contrário daquela apresentada anteriormente: de corte rude na madeira, veem-se os golpes da enxó e a face humana é alongada, sem queixo, numa enorme boca aberta, que se conjuga com a testa e as sobrancelhas também projetadas, em bloco, para a frente. Já o nariz é pequeno, mas a seu lado dois cilindros grossos, ocos e salientes dizem que são os olhos, reafirma Costa e Silva (2009: 27).

Finalmente, é válido sublinhar que as máscaras focalizam o rosto. Logo, evidenciam traços fenotípicos marcantes da diferença em relação aos modelos ocidentais, como o nariz, os lábios, a testa e o cabelo. Estes signos corporais chamam a atenção do espectador e ajudam a configurar o exotismo da arte africana, quando lida pelas lentes eurocêntricas. São signos, pois, que afirmam a especificidade africana justamente porque são opostos ao rosto, entendido como configuração identitária, e à estética ocidentalizada.

Antes mesmo da Primeira Guerra Mundial, a influência africana já se fazia presente na poesia, na música e nas artes plásticas europeias. Movidos por um desejo de inserir nas artes uma nova sensibilidade e novas emoções, vários artistas europeus beberam nas fontes da então chamada arte negra. Em seguida, a contaminação da

arte negra chegou até as Antilhas e América Latina, justamente por causa da influência intelectual bastante forte exercida pela Europa nestes espaços. Este cenário, portanto, configura a gênese do negrismo como procedimento literário.

4. Primeira parada: apropriações cubistas

Les Demoiselles d'Avignon, obra de Pablo Picasso, construída durante o ano de 1907, sem dúvida alguma foi o elemento deflagrador do cubismo. Além disso, tanto o tema tratado, com conotações eróticas, quanto à técnica, se desenvolveram essencialmente como uma espécie de arte preocupada com uma reavaliação e reinvenção de procedimentos e valores pictóricos bastante díspares daqueles pregados pela *art nouveau* e pela lógica ocidental. John Golding (1959: 51), por exemplo, assegura que, apesar desta rejeição de muitos dos aspectos representados por *Les Demoiselles*, é inegável a contribuição do quadro para o avanço do movimento emergente, uma vez que colocou os problemas pictóricos que os cubistas viriam a solucionar.

Les Demoiselles d'Avignon (1907).
Disponível em http:// www.moma.org, [consultado em 17-04- 2011].

Presentes já na feição das personagens representadas no quadro em questão, as máscaras africanas, uma das mais complexas formas de escultura daquele continente, inspiraram Picasso a tratar o corpo (e o rosto) humano de forma mais conceitual, isto é, a partir da valorização de detalhes, como a redução da anatomia a triângulos e losangos geométricos, bem como o abandono das proporções anatômicas,,tal como ocorria nas máscaras dans e geledés. A influência africana é ainda mais evidente nas faces tipo "máscara" das duas personagens que estão no lado direito do quadro. Dar-se-ia início ao que Picasso denominou "l'époque nègre", segundo Braque *et al* (1997: 7).
Cubistas do porte de Paul Guillaume (2006: 7-8), por exemplo, admitem a arte africana como fonte e influência do movimento, chegando a tecer elogios que apontam também para uma dívida pouco reconhecida pelo mundo branco com relação às contribuições do mundo negro no campo estético:

> On peut dire sans crâinte d'exagération que la meilleure partie de ce qu'a produit l'art contemporain pendant des vingt dernières anées doit son inspiration originale à la sculpture primitive nègre. Cela est, bien entendu, particulierement évident en ce que qui concerne les arts plastiques, non seulemetnt dans la sculpture de Lipchitz et d'autres chefs, mais également dans le domaine de la peinture, où Picasso, Matisse,

> Modigliane et Soutine – reconnu comme des influences determinantes parmi les jeunes – ont adopté le motif nègre avec des modifications créatrices[3].

Para além da contabilidade de influências, incidente em novas gerações de artistas da Europa e Américas, Apollinaire nos permite vislumbrar que os cubistas não só se apropriaram dos motivos, materiais e formas primitivas africanas, mas os recriaram, a fim de atingir o gosto europeu pelo exótico e/ou chocar o público, como era prática no início do século XX. Assegurando limites e proporções, pode-se dizer que, do suporte duro da madeira, o conjunto de influências africanas migra para as telas dos pintores e, num momento posterior, para as páginas da literatura. Neste processo, há inevitáveis adaptações, apropriações, releituras e desleituras, de modo a reconfigurar relações e conceitos entre o imaginário europeu e o continente africano, como o próprio Braque (1999: 21)admite: « [les masques africaines] m'ont ouvert un horizont nouveau. Ils m'ont permis de prendre contact avec des choses instinctives, de manifestations directes qui allaient contre la fausse tradition dont j'avais horreur»[4].
Logicamente, este percurso de influências chegaria até a América Latina - e ao Brasil.

5. Segunda parada: manifestações do negrismo na poesia caribenha

A ideia de negrismo surge nas Américas, principalmente nas Antilhas, como consequência das vanguardas europeias e latino-americanas, associadas aos movimentos de abolição da escravatura, à emergência na cena pública do mosaico que representa a cultura popular e, consequentemente, nacional, e, como não poderia deixar de ser, à possibilidade de os povos poderem assumir a liberdade e a igualdade de modo a adquirir vozes próprias. No caso dos territórios americanos, este movimento implica imersão nos universos indígenas e afrodescendente, ficando, portanto, de fora o branco, justamente por ser considerado o opressor – inclusive no campo cultural.
Como rastro/resíduo da apropriação do universo negro realizado pelos artistas europeus, a cartografia do negrismo denota um tom poético, o qual se fez presente primeiramente na América Central, com Luiz Palés Matos e seu livro *Tun tun de pasa y grifería* (1924); em Cuba, com Ramón Guirao, Emilio Ballagas, Gomez Kemp, José Zacarías Tallet e Nicollás Guillén, sendo este o escritor de maior repercussão, autor de *Motivos del son* (1930*), Sóngoro Cosongo* (1931) e *West Indies* (1934); e, por fim, no Uruguai, com Ildefonso Peredas Valdés, tendo ele escrito, por exemplo, *La guitarra de los negros* (1926) e *Raza negra* (1929). No balanço de Varela (1951: 93) estes textos não passam de "emisiones de simpatia afrocubana, folklorismo epidérmico [...] erotismo religioso, misticismo yoruba", cuja força também reside na exploração do «sensualismo africano, aliteral, amelódico y onomatopéyco», a que os próprios negristas chamavam de *fonetismo*.
Nos anos seguintes, ocorre o que prefiro chamar de consolidação do negrismo, haja vista a quantidade de publicações neste segmento: além dos já citados *Sóngoro cosongo* (1931) e *West Indies* (1934), de Nicolás Guillén, vem ao público *La passion noir* (1932) e *Ecué yamba-O* (1933), de Alejo Carpentier; *Bongó* (1934), de Ramón Guirao; *Cuaderno de poesía negra* (1934), de Emilio Ballagas; e *La luna de los ñáñigos* (1936), de Lino Novás Calvo. Todos estes exemplos foram construídos a partir do uso de uma linguagem e ritmo popularescos, explorando as figuras e os temas da cultura mestiça de origem africana (sobretudo iorubana) sem esquecer, é claro, da denúncia e da reivindicação social.

---

3 Pode-se dizer sem medo de exagerar que a melhor parte do que produziu a arte contemporânea durante os últimos vinte anos deve sua inspiração original à escultura primitiva negra. É, entenda-se bem, particularmente evidente que o que concerne às artes plásticas, não somente com relação à escultura de Lipchitz e de outros artistas, concerne igualmente ao domínio da pintura, no qual Picasso, Matisse, Modigliane e Soutine – reconhecidos como influência determinante entre os jovens – adotaram temas negros com modificações criadoras. (Tradução minha)

4 As máscaras africanas também abriram-me um horizonte novo. Elas me permitiram tomar contato com coisas instintivas, manifestações diretas que iam contra a falsa tradição da qual eu tinha horror. (Tradução minha)

Exemplo negrista, o livro *Motivos de son*, de Nocolás Guillén, por exemplo, é composto de oito poemas, entre os quais está "Negro bembón". A estrutura fonética serve como diapasão da voz da coletividade cubana, a qual o livro tenta "imitar". Em «Negro bembón", o poeta apresenta várias características estilísticas, semânticas e fonéticas de sua produção poética, todas elas fabricadas a partir da herança africana: "Negro bembón/ ¿Po qué te pone tan brabo,/ cuando te disen negro bembón/ si tiene la boca santa,/ negro bembón?» (Guillén, N. Disponível em http://www.fguillen.cult.cu/guigale/071.htm, [consultado em 19-01- 2011).

Sem dúvida, ao lado de Guillén, Palés Matos foi um dos principais autores caribenhos a trazer para a literatura uma expressividade musical colhida de África. As marcações rítmicas de seus textos sempre seguem os ritmos de agogôs. O compromisso atestado no ritmo é esvaziado de sentido político justamente porque o exotismo preside boa parte de seus poemas. Não se desconsidera, porém, que este artifício de implantar na língua de Castela elementos africanos seja uma tentativa de solapar o enrijecimento das possibilidades poéticas e, ao mesmo tempo, um apontamento para novos rumos para o Caribe, entendido aqui como uma confluência de culturas, de temporalidades, de histórias.

> Pasam tierras rojas, islas de betún:
> Haití, Martinica, Congo, Camerún;
> las papiamentosas antillas del ron
> y las patualescas islas del volcán,
> que el grave son
> del canto se Dan (idem).

A aglutinação do castelhano com vocábulos afrodescendentes colhidos pelo artista aqui e ali, ou inventados, cria uma atmosfera desconexa, que dificulta a compreensão do texto em sua totalidade. Contudo, cada um destes vocábulos, dada a ressonância de sua peculiar estruturação fonética e sua evocação imaginativa, mantém um positivo valor estético.

O negrismo nas Antilhas não foi apenas um "movimento" literário, mas se fez presente em meios diversos, como a pintura, a escultura, o desenho, a gravura e a música. Conquistou, além disso, outros meios de difusão com destaque para o rádio, o cinema e, posteriormente, a televisão.

6. Terceira parada: manifestações do negrismo na poesia brasileira

O Modernismo brasileiro recebeu inspiração de diversos movimentos, como o Cubismo, o que abre espaço para a solidificação da presença do negro no campo das nossas letras. Cabe destacar que a visita de Blaise Cendrars ao Brasil, em 1924, que publicara a notável *Anthologie nègre* três anos antes deste acontecimento, assim como uma efervescência representativa do negro nas artes, não foram capazes nem de romper os lugares comuns dos estereótipos, nem ainda conseguiram impulsionar a primazia do negro em relação ao índio, vistos aqui enquanto agendas sociais.

> O Modernismo brasileiro pouco alterou a imagem do negro no campo das letras. Conforme assevera radicalmente Roger Bastide (1973: 21), a literatura brasileira do início do século XX apenas troca o racismo do século XIX por uma "simpatia diluída" que tendia a acumular o "pai João", com os estereótipos e epítetos da simplicidade, da bondade e da alegria naturais. O negro – e a própria África – nos poemas brasileiros, incluindo aqui o Modernismo, pouco se aproximam do real, seja ele de ontem ou de hoje. Se os epítetos presidem a representação majoritária do negro, a África é eleita como símbolo vazio ou ausente, chegando por vezes a ser fantasiosa. Ou, como quer Pires Laranjeira (1995: 202), «a composição é esquemática, escassa", sem elementos que permitam ao leitor construir uma imagem expressiva, complexa, realista, com base "em pormenores históricos, políticos, culturais ou geográficos». Neste sentido, o negro

> e a África são apenas apelos, elementos pitorescos, imagens livrescas orientadas por paradigmas europeus e/ou caribenhos.
> Diante desta questão, vale a pena destacar que muitos intelectuais e escritores brasileiros se voltavam para a tematização da raça e da classe como forma de abrir a discussão acerca dos limites da modernidade, da identidade nacional e do lugar das alteridades na economia social. Exemplificam tais situações Raul Bopp, com *Urucungo* (1932); Jorge de Lima, com *Poemas* (1927) e *Poemas negros* (1947); e Mário de Andrade, com *Poemas da negra* (1929).
> De acordo com Jorge Schwartz (1995), estes autores estiveram preocupados com a exploração de elementos culturais africanos ou trazidos na diáspora e vistos como exóticos, a divulgação da culinária, da musicalidade e da dança de origem africana, ou seja, com um folclorismo negro que anima boa parte de suas produções artísticas em verso e atualiza o sentido nacionalista e coletivista dos primeiros anos do Modernismo brasileiro.

Cabia-lhes, portanto, corrigir as contradições sociais e emancipar os indivíduos marginalizados dos "anacronismos" em que viviam. No caso do Brasil, os descompassos e as contradições entre o projeto de modernização política e sua prática estão explícitos pelas representações literárias que, se não serviram a um processo de revisão política por parte do Estado, serviram à pedagogia das classes dominantes, por meio da qual os demais indivíduos aprenderiam a pensar sobre o significado da nação, agora levando em conta, além do branco e do índio, o negro, construído muito mais próximo de África do que enquanto componente do próprio nacional.
A propósito, uma das cenas de maior importância no livro está presente no poema "África". Aqui, a narração poética recria o surgimento do continente africano:

> África
>
> A floresta inchou.
> Uma árvore disse:
> _ Eu quero ser elefante.
> E saiu caminhando no meio do silêncio.
>
> Aratabá-becúm
> Aratabá-becúm
>
> Aquela noite foi muito comprida.
> Por isso é que os homens saíram pretos.
>
> *Aratabá-becúm* (Bopp, 1956: 90)

De modo a reproduzir a tomada da palavra pelo *griot*, poeta detentor do saber, a "noite muito comprida" basta para fundar a criação e a justificativa da cor da pele de muitos africanos. O enunciador coloca em mesmo nível a "noite" e a "cor da pele", atribuindo a esta caráter positivo. A expressão "aratabá-becúm", por sua vez, aponta para a recuperação do som do tambor, instrumento bastante utilizado em rituais religiosos em diversos espaços africanos. Bopp utiliza, pois, esta estratégia para promover a valorização do coletivo negro e romper com estereótipos típicos do século XIX.

7. Ponto de chegada: manifestações do negrismo em romances brasileiros

Diversos foram os escritores, sobretudo no Modernismo, que buscaram encenar uma nova cartografia artística do país, a partir da justaposição tensa entre o local e o ocidental. O local, traduzido sobretudo pela exploração de base etnográfica e nacionalista do nosso território, através da literatura, assume o universal para melhor

inscrever o projeto existencial e, não obstante, cultural de cidadãos e matrizes étnicas negra e indígena numa produção cultural até então avessa à diferença. Arrisco afirmar que seria indispensável dissimular, ainda que de maneira sutil e relutante, os traços autoritários da cultura dada como referência, vale dizer, a europeia, e questionar, sem, contudo, rejeitar ou repudiar veementemente, a universalidade imposta pela intolerância ocidental, lembra-nos Santiago (2011: 164).

Houve lugar na cultura brasileira a partir dos anos de 1920, mas com desdobramentos ainda visíveis décadas finais do século passado, um grupo de artistas que julgou necessário fazer uma imersão no país, através da junção conciliatória da herança positiva da cultura colonizadora com a investidura em temas e assuntos pouco visitados anteriormente, como o universo afrodescendente. Em busca de novos valores estéticos, os artistas brasileiros optaram pela exploração máxima da temática étnica, a qual também constitui a nação. A interação entre as várias etnias foi reconhecida como forma e força originais de nossa formação via mestiçagem espontânea. Com o decorrer das décadas, na avaliação de Santiago (2011: 166-167), «o espontâneo foi concretado e se transformou no *pré-fabricado* consensual da nacionalidade a construir, mesmo se, no empilhamento do molde, se neutralizassem as justas aspirações dos grupos étnicos em recuperação identitária». Assumindo um lugar intersticial, o artista se manteve simpático à causa que defendia, mas não parte das alteridades que dizia estar representando em seus textos. Havia, portanto, uma enorme distância entre o discurso político e o discurso artístico.

O escritor negrista, ao mesmo tempo em que opera transformações no cenário social, justamente porque insere em seu discurso e atitudes políticas aspectos próprios de um coletivo oprimido, ainda reproduz, no âmbito de seu discurso literário propriamente dito, posicionamentos tipicamente conservadores. Até porque os escritores negristas não só advêm da camada dominante - e falam deste lugar - mas também é notório que reproduzem, em parte, o pensamento autoritário brasileiro, recaindo, pois, na mestiçagem de vetor único em direção ao branqueamento. O resultado desta equação é um discurso conciliatório, fruto da tentativa de justaposição entre um posicionamento progressista e conservador.

A proposta do negrismo no romance em questão é a apropriação da temática negra a partir da exploração do exotismo que o universo abordado carrega aos olhares dos autores, bem como a utilização bastante carregada da comicidade e do erotismo. Aliás, penso que é exatamente o humor associado ao erótico os dois procedimentos principais na condução dos enredos dos romances. Os enredos contêm temas caros ao universo afrodescendente. Porém, justamente pelas vias do cômico, do exotismo e do erotismo, as cenas pouco abordam o negro enquanto sujeito, em sua inteireza. Talvez seja demasiado dizer que o objetivo é a exploração do outro a fim de torná-lo "palatável" ao gosto branco ou que o desejo de romper com o passadismo e com a estética bem comportada acabou por favorecer justamente estas imagens. Fato é, contudo, que estes percursos ambíguos, de ruptura, por um lado, e folclorização, por outro, a meu ver, encontram-se nos alicerces dos romances negristas.

Já em *Os tambores de São Luís* (1975), de Josué Montello, o bom-humor e uma aparente subserviência, regada de sorrisos, fazem com que a personagem Barão, por exemplo, seja totalmente admirada por todos à sua volta. E este jeito bonachão norteia a trajetória da personagem num projeto de combate ao cativeiro e à discriminação. Não que ele seja contrário à liberdade. Ele é apenas contrário à carta de alforria numa sociedade que não pensou o destino que dará aos negros libertos. Barão não é contrário ao contato sexual entre brancos e negros. Por isso, paralelamente a esta estratégia apegada à malandragem, Barão empreende outra, deveras muito engraçada: a de emprenhar as brancas, como ele mesmo diz e, a partir deste ponto, insere na narrativa a tese da miscigenação, cujo resultado é o apagamento do fenótipo negro. Certa vez, quando Damião fora ultrajado por Tertuliano, e relata o caso a Barão, este explica ao amigo a sua estratégia:

> - Não te aborreças comigo – suplicou o Barão, ainda a rir. Não estou rindo de ti, estou rindo do bilheteiro. Conheço ele. É o Tertuliano. Um pobre-diabo. Já passei o lápis na mulher dele. É um corno conhecido. Casou já velho com uma brancarana cheia de sardas, e tão frouxa que não pede bis. Ela gosta de preto; ele odeia. Principalmente depois que soube que eu andei com ela. Eu te vinguei adiantado, Damião (Montello, 1976: 365).

Barão fazia questão de engravidar as mulheres brancas com quem se relacionava. Este ato, espalhado aos quatro cantos da cidade, acabaria por ridicularizar os maridos. Segundo o personagem-malandro, não deixar pistas do ato é o segredo do negócio, a não ser que esta pista seja mesmo um mulatinho, isto é, prova de que as brancas apreciam de fato a sexualidade afrodescendente em detrimento do homem branco. Eis as palavras da personagem:

> - Tu estás calado demais, Damião. Que é que há contigo? Ainda não esqueceste o que te fez o corno do Tertuliano. Deixa isso comigo. Por ti, sou capaz de outro sacrifício: torno a pôr mais chifres na cabeça dele. Essa briga de preto com branco, aqui no Brasil, vai acabar mais depressa do que se pensa. E acaba devagarinho – na rede, ou na cama, conforme o gosto, ou até mesmo no chão, em cima de uma esteira. Daqui a pouco, quando se quiser ver mesmo um preto, não tem mais para ver. Está tudo desbotado. Hoje mesmo, de tardinha, papei uma branca vistosa, e acho que daí vai sair mais um mulatinho. Tomara que sim. (Montello, 1976: 366) [marcas minhas]

Para Barão, a mestiçagem é a saída possível para a questão do preconceito de cor. Ele defende que o mulato é o brasileiro por excelência, e, por consequência, devem ser cultivadas as relações interétnicas. Barão não defende só o branqueamento da população, mas a mulatização do negro, tal como concluirá Damião ao conhecer seu trineto. Penso que a estratégia de Barão peca por amenizar o conflito étnico e porque repete a posturas de diversos pensadores da "raça brasileira"; por outro lado, ao menos altera o vetor da mestiçagem brasileira.

Se em *Macunaíma* e em *Os tambores de São Luís* temos a representação do negro de modo estilizado, calcada ainda nos parâmetros do clareamento étnico da população e na mestiçagem como solução pacífica para nossos conflitos, em *A casa da água* (1969), de Antônio Olinto, temos outra forma de negrismo. Neste caso, as personagens negras são valorizadas. Os acontecimentos históricos subjacentes às cenas literárias trazem o afrodescendente enquanto sujeito do processo. Embora haja um mosaico de personagens e funções exercidas pelas negras, texto escolhe focalizar a vocação empreendedora de Mariana. A opção de destacar esta personagem ligada ao campo da intelectualidade e do sucesso financeiro por si só contrasta com a imagem corrente das personagens negras na literatura brasileira.

Schumpeter (1985) faz uso da categoria empreendedor, para criticar a teoria econômica clássica e mostrar que este modelo não é capaz de incorporar a análise da dinâmica e do desenvolvimento econômico. Segundo o economista, inovar produz tanto desequilíbrio quanto desenvolvimento num contexto em que a competição não se dá por meio do preço, mas sim da tecnologia. Trata-se de uma situação diferente daquela gerada pelo crescimento econômico enquanto aumento do capital. Este é importante, mas a ampliação de ferramentas para o desenvolvimento do processo produtivo abre campos para outras atividades econômicas. Estas considerações parecem explicar as ações da personagem Mariana:

> A notícia de que o governo ia construir poços não era muito agradável, Mariana percorreu a beira-mar no dia seguinte, viu uma casa que fora bonita, tinha quatro portas de frente, daria uma boa loja, procurou saber quem era o dono, em casa conversou com Antônio:
> - Vamos abrir uma loja de móveis na Marina. Você e o João das Tábuas fabricam os móveis, eu vendo. Além dos móveis, posso vender outras coisas também e importar mercadorias no Brasil.
> Deteve-se um instante e acrescentou.
> - Ou da Inglaterra (Olinto, 1975: 131).

A empreendedora Mariana não age por hábito, nem por qualquer tipo de impulso e/ou condicionamento à rotina ou repetição mecânica, menos ainda orientada por tradições religiosas, étnicas, familiares etc. O sentido de sua ação está centrado na inovação como um valor.

8. Desembarque

O negrismo não é um movimento articulado através de manifestos ou qualquer meio de arregimentação. Trata-se de uma linhagem de romances (e outros objetos artísticos) que utilizam o tema negro enquanto procedimento constitutivo. Enquanto fenômeno, o negrismo de que tratamos encontra ambiente propício já em fins do século XIX, didaticamente falando, mas passa a ganhar força pelos primeiros anos do Modernismo, com *Macunaíma*, de Mário de Andrade; atravessa o século XX, até perder fôlego em meados dos anos de 1980, com *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro. Mesmo assim, encontra forças para chegar à década de 1990, quando é publicado o livro *O trono da rainha Jinga*, de Alberto Mussa.

A linhagem em questão bebe nas fontes do Cubismo europeu, o qual utiliza o negro enquanto tema, a partir de uma enunciação externa e que o coloca como exótico. Pode-se dizer que os sujeitos textuais em ambos os casos atendem a um desejo de renovação temática tanto nas artes plásticas quanto nas Letras. O negrismo no universo do romance brasileiro ainda dialoga com o negrismo poético caribenho, assim como encontra pontos em comum com o negrismo poético brasileiro, com o qual se entrecruza em diversos aspectos. Pode-se dizer que o tema negro é *um* dentre os temas e não *o* motivo mais importante das agendas literárias dos escritores. Arriscaria dizer que, em alguns casos, se tratou de um modismo ou um deslocamento por um circuito temático cuja urgência chamava a atenção não só para os problemas nacionais ainda sem solução, como os étnicos, mas também despertava a atenção de diversos leitores.

No que tange à tematização do negro, são reconhecidos os esforços dos trabalhos dos autores brancos, canônicos ou não, de nossa literatura. Muitas vezes, representaram consciência possível para determinada época. Até os anos 1970, muitos conseguiram cavar espaço para a inserção das alteridades na arte da palavra. Muitos podem questionar que se trata de uma visão externa, sem dúvidas, mas mesmo assim foi uma forma válida de levantar as demandas do outro/pelo outro. Localizo a década de 1970 do século passado, pois considero como divisor de águas a série *Cadernos Negros*, a qual, de fato, consolida uma permanência editorial de autores afrodescendentes, o que resulta na formação de um público leitor. A partir dos anos de 1980, paralelamente à ascendência da chamada literatura afro-brasileira, iniciada na década anterior, o negrismo enquanto procedimento começa a perder o sentido de sua existência. Logo, se estabelece o sistema, na concepção que Antonio Candido desenvolve em *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos* (1959). Não apago as iniciativas anteriores à série citada, mas o sistema não se fechava até então, por diversas razões, que não me são caras discutir aqui. Neste sentido a desassimilação, proposta pelos negristas, é positiva.

Na minha visão, o negrismo contribuiu significativamente para a incorporação da cultura afro-brasileira na literatura *tout court* do país, especialmente do Nordeste, Minas Gerais e em São Paulo, lugares onde a presença de escravos havia sido a maior e a mais longa – e esta parece ser a explicação mais plausível. Por essa razão, evidencia-se, a meu ver, uma ressignificação do nativismo, baseado no elemento africano, em alguns escritores negristas, os quais, sem dúvida, contribuíram apara desassimilar o negro, porém não deixando de recair em exotismos e estereótipos. Trata-se de uma tomada de postura por parte do escritor, tanto para combater a *arte pela arte* e o tradicionalismo quanto para inserir-se como agente transformador social. Contudo, não posso me abster da crítica a estas posturas. E é neste ponto que questiono a eficiência da desassimilação feita de fora, porque, na minha visão, reside aqui outro perigo: um interesse meramente paternalista pelas alteridades. Assim como David Brookshaw, penso que o condicionamento do escritor branco ao simbolismo tradicional da relação *branco X preto* pode trair seu preconceito interior, esteja ou não escrevendo em favor do negro, ou usando sua cultura em demonstração de seu próprio nativismo. E isto também indica sua incessante dependência dos valores culturais europeus.

O negrismo contemplou uma vasta gama de temas. Abordou a abolição, centrando-se em muitos momentos dela; discutiu a falta de projetos para a integração do negro na sociedade; trouxe a chave risível, a fim de inserir, por meio dela, a figura do afrodescendente; questionou a violência incidente contra os de pele escura; resgatou personagens históricas afro-brasileiras; recontou capítulos pouco conhecidos do nosso passado; discutiu imagens de negros recorrentes ao longo de nossa literatura; e, por fim, tratou da miscigenação e do branqueamento como saídas para os problemas étnicos do país.

A autoria dos textos é de sujeitos brancos ou mulatos. Não há a experiência do ser negro colocada de maneira subjetiva, ainda que na tentativa de simular um enunciador interno à negritude. Isso não é um problema, mas evidencia o ponto de vista externo que preside os textos.

Com relação ao ponto de vista, os narradores se colocam em terceira pessoa. A fala pelo outro, que se processa nos romances analisados em nosso trabalho, define o negrismo e o afasta da literatura afro-brasileira propriamente dita. Isso porque os enunciadores se colocam o tempo todo como brancos, ainda que simpáticos aos problemas que envolvem os negros. Em diversos momentos, estes são elementos axiais para a discussão de outros temas, como a formação nacional.

A linguagem, matéria-prima dos romances, aponta para o aproveitamento de ritmos, de palavras e de construções sintáticas já utilizadas em outros momentos, como no negrismo caribenho. Ela se comporta como tentativa de veiculação de todo um conjunto de valores africanos e afro-brasileiros que são disseminados nos textos que analisamos.

Como tenho pontuado aqui e ali neste trabalho, salta aos olhos o lugar de enunciação de textos produzidos pelos autores brancos sobre a cultura negra. Claro que este ato não deixa de trazer avanços. É óbvio que a questão de assimilação e desassimilação envolve mudanças sutis no papel e nas diversas roupagens das imagens de negros. Via de regra, um texto estritamente etnocêntrico, por exemplo, enfatiza os estereótipos negativos do negro, representando-o como selvagem, como violento ou como elemento subjugado na sociedade, de modo a tratar a presença cultural do afro-brasileiro como retrógrada e primitiva, sem promover qualquer relativização (e, sobre isso, já se posicionaram diversos estudiosos). Penso que esta atitude é reflexo de quem aspira que o Brasil seja um país de brancos. O texto negrista, por outro lado, é mais propenso a retratar o negro e sua cultura como possuidores de qualidades instintivas e de uma espiritualidade saudável. Por consequência, o Brasil, transmutado em literatura negrista, é o instrumento com o qual o escritor, se não rejeita, ao menos questiona a cultura e os valores sociais a partir de sua própria classe. Com isso, corre-se o risco de o afro-brasileiro tornar-se essencialmente uma figura mítica e plástica, um produto do populismo e exotismo estético de seu criador.

Especialmente no romance, o branqueamento é a tentativa artificial de conciliação entre os agentes do flagrante conflito étnico-social que o país vive desde a Abolição. E a conciliação é estratégia literária para o projeto negrista: a ficção como operadora de mediação. Contudo, não se pode deixar de reconhecer, há uma relativa defesa dos desfavorecidos, justamente porque a voz senhorial promove antes a cordialidade entre as partes em vez da construção da cidadania plena.

Um dos aspectos mais recorrentes em nossa sociedade é a celebração do contato entre as matrizes culturais que nos formaram. Muitas vezes, este contato é lido de forma bastante suave, como se de fato vivêssemos em uma sociedade harmônica e equitativa, sob todos os aspectos. Como se não houvéssemos passado pela colonização portuguesa, pela escravidão, por diversos conflitos internos e por tentativas inúmeras de diluição de nossas identidades.

Penso que o negrismo cumpre uma etapa de transição entre a literatura etnocêntrica e a literatura afro-brasileira propriamente dita. Diria ainda que aquela ajudou na formulação da consciência crítica e maturação desta. Penso também que este movimento ainda favorece a apropriação do negro enquanto horizonte estético e palatável ao grande público, desde que estilizado e temperado ao gosto dominante, através do exotismo, do erotismo, da cordialidade e da miscigenação.

Quero, isso sim, dizer que o negrismo suaviza a força do discurso da literatura afro-brasileira, justamente porque nega o que ela tem de mais forte: a crítica veemente ao preconceito e a potência do debate acerca dos problemas étnicos a partir do ponto de vista interno.

Referências bibliográficas

BARRETO, L. (1956), *Diário íntimo*, São Paulo.

BASTIDE, R. (1973), *Estudos afro-brasileiros*, São Paulo, Perspectiva.

BOPP, R. (1956), *Cobra Norato e outros poemas*, 6 ed, Rio de Janeiro, Livraria São José.

BRAQUE; et al (ed.) (1999), *Opinions sur l'art nègre*, Toulouse, Toguna.

BROOKSHAW, D. (1983), *Raça e cor na literatura brasileira*, Porto Alegre, Mercado Aberto.

CANDIDO, A (1959), *Formação da literatura brasileira - momentos decisivos,* São Paulo, Martins.

COSTA E SILVA, A. (2009), *O quadrado amarelo*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

DUARTE, E. A; FONSECA, M. N. S. (eds.), *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*, Belo Horizonte, Editora da UFMG.

DUARTE, E. A. (2007), *Machado de Assis afro-descendente: escritos de caramujo*, Rio de Janeiro, Pallas.

GOLDING, J. (1959), *Cubism: a history and an analysis* - 1907-1944, London Publication Year.

GUILLAUME, P. (2006), *La sculpture nègre et l'art modern*, Toulouse, Toguna.

LARANJEIRA, J. L. P. (1995), *A negritude africana de língua portuguesa*, Porto, Edições Afrontamento.

MONTELLO, J. (1976), *Os tambores de São Luís*, 2 ed, Rio de Janeiro, José Olympio.

SANTIAGO, S. (2011), "Destino: Globalização. Atalho: nacionalismo. Recurso: cordialidade", In E. A. DUARTE; M. N. S. FONSECA (eds.) *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*, Belo Horizonte, Editora UFMG, v. 4, pp. 162-181.

SCHWARTZ, J. (1995), "Negrismo e negritude". In J. SCHWARTZ, Jorge (ed), *Vanguardas latino-americanas*, São Paulo, EDUSP, pp. 579-590.

SCHUMPETER, J. (1985), *A teoria do desenvolvimento econômico*, Rio de Janeiro, Nova Cultural.

SOUZA, F. S. (2005), *Afrodescendências em Cadernos Negros e Jornal do MNU*, Belo Horizonte, Autêntica.

VARELA, J. L. (1951), *Ensayos de poesia indígena en Cuba*, Madrid, Ed. Cultura Hispanica.

www.moma.org, [consultado em 17-04-2011].

www.masque-africain.com/masques-africains.html, [consultado em 13-03-2012].

Pedagoginga e autonomia nas palavras de Allan da Rosa

Julio Souto Salom, UFRGS[1]

Resumo: O poeta e educador Allan da Rosa, originário da Zona Sul de São Paulo, propõe o termo "pedagoginga", para nomear as relações estabelecidas entre a criatividade periférica de matriz africana e a cultura oficial dominante, onde a primeira constrói seu espaço de autonomia ao oscilar entre a negociação e o conflito. Observaremos como essas relações se constroem na escrita (poesia, conto, ensaio...) e na fala (declamações, cantos, cursos de educação popular...) desse autor. Para isso, colocaremos sua atividade no seu contexto de produção e circulação, falando tanto de *saraus* periféricos e pequenas editoras independentes (como a *Edições Toró*), quanto da sua presença em espaços de alta legitimidade cultural (universidades, eventos literários...). A análise desse caso particular nos permite pensar a abertura de opções, assim como os dilemas e as ameaças, que referem um grupo artístico concreto (a Literatura Marginal Periférica brasileira contemporânea) no seu contexto sociocultural mais amplo.

Palavras-chave: Literatura Marginal Periférica, Allan da Rosa, autonomia, matriz cultural africana, teoria da legitimidade cultural.

1. Allan da Rosa e a Literatura Marginal Periférica[2]

Allan da Rosa é uma das figuras mais interessantes da recente Literatura Marginal Periférica. Este movimento cultural, político e literário vem se desenvolvendo desde a virada do século no Brasil, formado por escritores e poetas originários das periferias das grandes cidades, principalmente a Grande São Paulo. Ainda que se tenha apontado alguns traços gerais e certas regularidades entre os escritores deste grupo (Nascimento, 2009; Silva, 2011), a heterogeneidade interna é muito importante, tanto em termos de estilo e formas literárias, quanto em termos de trajetórias de inserção nos diferentes meios culturais. Considerando, por exemplo, Paulo Lins, encontramos uma trajetória vivida como excepcionalidade, onde o escritor sempre se percebeu como "o único negro" ou "o único periférico" nos ambientes da cultura elitista. A trajetória de Ferréz mostra um início de semelhante desajuste e raridade ("o único leitor entre seus amigos do bairro"), que vai reencontrando a sua comunidade de origem com a progressiva articulação de um movimento literário autônomo, com características específicas (pensamos nas mudanças entre *Fortaleza da Desilusão,* em 1997, e *Capão Pecado*, em 2000: fenómenos muito diferentes tanto em termos literários como de recepção na sua comunidade e no cenário literário mais amplo). Contraposto a estes dois casos, Allan da Rosa apresenta uma trajetória de morador da periferia que, ainda que também pudesse ser lida em termos de "excepcionalidade", se desenvolve em ambientes culturais especificamente periféricos, de forma que suas práticas e suas obras se configuram como uma peça de um movimento cultural mais abrangente, singulares mas não completamente estranhas. Da vinculação com o movimento hip-hop (a posse *Suatitude*) à participação nos *saraus* periféricos e à organização de cursos de educação popular, passando pelo grupo de capoeira angola ou a fundação da editora independente *Edições*

---

1 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduado em Sociologia e Ciência Política pela Universidade de Valencia (Espanha). Mestre em Sociologia pela UFRGS, com bolsa CNPq, realizando a dissertação *Combater a subcidadania disputando o jogo literário: uma contribuição ao estudo da Literatura Marginal Periférica* (2014). E-mail: *juliosouto2103@gmail.com*.

2 Este texto é elaborado a partir da discussão da minha dissertação de mestrado (Souto, 2014), onde se analisa a trajetória de alguns dos integrantes deste movimento, levantando questões sociológicas relacionadas com a disputa de legitimidade simbólica no jogo literário, a impugnação dos estigmas da subcidadania, ou as dinâmicas de articulação coletiva dos diferentes escritores periféricos.

Toró, a atividade cultural de Allan da Rosa nasce integrada ao movimento cultural periférico, onde são muitos os pares que compartilham o interesse pela cultura própria, articulando práticas cooperativas nesse âmbito. Ao mesmo tempo, sua relação com os espaços culturais da classe dominante se mostra tensa e hesitante, vivida como fonte de estranhamentos, mas também de enriquecimentos: desde a passagem pela USP como graduando e mestrando, até a sua atual situação de reconhecimento no campo literário. O elemento marcante dessas articulações sempre é a vontade de manter a autonomia da cultura própria (negra e periférica), ainda que sem recusar a apropriação de elementos e recursos da cultura dominante (elitista, branca, letrada etc.). Trajetórias semelhantes poderiam ser analisadas em outros escritores da "nova geração" da Literatura Marginal Periférica, nas quais jovens oriundos desses ambientes sociais formam e se formam em circuitos culturais autônomos, sem renunciar à interação com espaços mais elitistas: pensamos em escritoras e escritores como Dinha (Maria Nilda de Carvalho Mota), Rodrigo Ciríaco, Cidinha da Silva, Sacolinha (Ademiro Alves) etc.

2. Sinopse provisória de uma história de vida[3]

Allan Santos da Rosa nasceu em São Paulo em 1976, no bairro periférico de Americanópolis, zona sul da cidade. Ainda que desde a infância desenvolva uma vinculação autônoma ao mundo da cultura escrita (desconhecemos as influências ou motivações dessas primeiras aproximações) suas lembranças escolares são ruins, atribuindo até um "desincentivo" pela prática da leitura. Após começar a trabalhar desde cedo (como feirante, office-boy, vendedor etc.), passou a preparar seu acesso à universidade no Núcleo de Consciência Negra na USP. Este pré-vestibular popular aparece como uma "ilha dentro da ilha", um espaço onde reconhecer-se e refugiar-se dentro do espaço universitário, percebido como estranho e hostil. A vivência universitária como estudante de graduação se realiza nesse *entre-lugar*, frequentando simultaneamente as salas de aula, o CRUSP e o *Galpão Skate Park*[4], entre publicações acadêmicas, *fanzines* e *grafittis*. A vivência da poesia vai amadurecendo, gerando efervescência tanto nos cantos da roda de Capoeira Angola quanto na leitura silenciosa de poetas de todos tempos e lugares, clássicos e contemporâneos, nacionais e estrangeiros. Essa trajetória entre diversos espaços culturais faz que ele mesmo se reconheça como "mestiço" ou "híbrido", uma situação que gera tensão emocional e psicológica:

> **Allan da Rosa:** *Eu sou mestiço*, irmão, eu tô na quebrada e na faculdade, eu sei disso, tá ligado, eu não vou fingir que não sei disso. Eu e a Dinha. O Marcelo entrou no mestrado no MAC... *Trouxe um par de rachadura no peito, que é difícil de gingar em cima...*
> **Entrevistador:** E por quê?
> **Allan da Rosa:** Porque você se depara com um universo que você não conhecia e que tem um monte de opressão interna, um chaveco... ao mesmo tempo tem coisas que são bestas da nossa tradição, acho mais a tradição católica, que é idealizar a pobreza, em vez de idealizar a simplicidade, (...) e aí você chega aqui, chega uma hora que eu tava aqui, eu tava dois dias, meu, é o maior conforto, conforto demais até, eu assim, pô, *será que eu vou virar boy, será que eu vou atrofiar o pensamento?*,

3 Um retrato mais extenso e específico, considerando várias nuances da trajetória biográfica de Allan da Rosa, se encontra no capítulo 8 da minha dissertação de mestrado (Souto, 2014: 169-200). Nesse capítulo especificamos as diferentes fontes com as que elaboramos este breve perfil biográfico, principalmente entrevistas, declarações, ou a breve autobiografia que apresenta na introdução da sua dissertação de mestrado (Rosa, 2009).

4 «O mais marcante para mim foi a presença no *Galpão Skate Park*, um antigo sacolão (mercado do lugar), dominado por seringas usadas, estupros e lixo, que foi também ocupado por jovens da região suburbana do Jd. João XXIII. Ali muito grafite na parede, rampas de skate no chão e a garra de construir bibliotecas e bolar publicações. Foram várias as reuniões e os desagrados com a subprefeitura do lugar, que não nos considerava mais do que jovens inconsequentes. E, principalmente, moleques que não teriam poderio de açambarcar votos. Ali me iniciei realmente no Movimento Hip-hop e passei a integrar a *Posse Suatitude*» (Rosa, 2009: 3).

> que minha mente vai encolher?, não dá, né meu? a periferia tá (*indiscernível*) em outro lugar... mas traz várias... *várias paradas delicadas, espinhosas, sabe?, pra mim trouxe, pra mim trouxe*... (Bin, 2009: 162. Itálicas nossas)

A partir do ano 2004 Allan da Rosa começa a vir a público como poeta e escritor. Faz-se frequente sua participação em diferentes *saraus* periféricos (como a *Cooperifa* ou o *Sarau do Binho*). Participa no *Ato III* das coletâneas *Caros Amigos – Literatura Marginal*, e na antologia de poetas da Cooperifa (*O rastilho de pólvora*, 2004). Em 2005, com o livro *Vão,* da sua autoria, da início ao andamento das *Edições Toró*, uma editora literária independente e semi-artesanal especializada em literatura periférica. Nessa mesma editora publica sua peça de teatro *Da Cabula* (2006), que posteriormente será reeditada na coleção Literatura Periférica da Global (2008), uma editora comercial de distribuição nacional. Ao mesmo tempo, entre 2006 e 2009 o autor volta à USP, para realizar um mestrado em educação fazendo jus a uma bolsa do CNPq. Na discussão teórica desse mestrado aprofundará suas indagações sobre a identidade cultural da diáspora africana, a função da imaginação e a memória, e a atualização das suas potências em encontros e conversas como os saraus, as rodas de capoeira ou os cursos de educação popular. Essas reflexões começam a ser aplicadas no entorno da Educação de Jovens e Adultos (EJA), e deram lugar a uma serie de cursos autônomos de educação popular. Esses cursos abordam diferentes aspectos da cultura afro-brasileira convidando diferentes mestres, coletivos ou pessoas experientes para mostrar seus saberes: trabalho da madeira, desenho e elaboração de máscaras e esculturas africanas, utilização de lenços e danças, preparação de chás e culinária, ou reflexões sobre o crescimento urbano da metrópole paulistana, com a conexão histórica entre as senzalas e cortiços até as quebradas e favelas. A integração da teoria e a prática é mostrada no livro *Pedagoginga, autonomia e mocambagem* (2013), onde se narram as experiências de educação popular articuladas com a discusão de fundamentos conceituais. Após estas experiências, a equipe da Edições Toró têm realizado mais oficinas e cursos autônomos em São Paulo e outras cidades brasileiras, colaborando com diversas organizações. Junto a estas atividades no âmbito da educação popular, Allan da Rosa segue experimentando a ponte poética entre canto e escrita, com livros como *A calimba e a flauta* (2013). Trata-se de um livro-CD de poemas eróticos, realizado em parceria com Priscila Preta, no qual os poemas são musicados e declamados na gravação sonora.

Observamos como a trajetória de poeta é integrada com uma militância cultural em coletivos periféricos e afro-brasileiros, e se percebe uma continuidade natural entre a atividade literária e as práticas de educação popular. Essa compreensão da literatura, marcadamente comunitária e com vontade comunicativa, se reflete nas características estilísticas dos textos de Allan da Rosa, que comentamos a seguir.

3. *Breve historia do veneno paulistano*: o espanto do presente e a tradução do passado

Allan da Rosa participou no *Ato III* das coletâneas *Caros Amigos – Literatura Marginal* com um texto intitulado "Breve historia do veneno paulistano" (2004). Vale lembrar, como pequena anedota, que Ferréz, organizador da coletânea, se mostrou relutante a aceitar o texto em um primeiro momento. Pelo fato do autor ser universitário Ferréz pensou que "não se encaixava no perfil" que pretendia trazer nas coletâneas: aparentemente, ao menos nesses primeiros momentos, o "periférico" era percebido como incompatível ao "erudito", e a universidade mantinha um aura elitista e excludente que não podia ser aceita num volume de literatura "marginal". Só a aproximação pessoal dos autores permitiu superar essa primeira percepção[5].

No texto de Allan da Rosa se apresenta uma revisão histórica do crescimento urbano de São Paulo, tentando explicar o atual estado da cidade: desde o tempo da «ebulição da escravatura", antes do treze de maio de 1888, quando os ex-escravos «tiveram que sair para viração, sem nenhum tipo de apoio», até o enorme crescimento

5 "[Allan da Rosa] teve seu nome vetado porque Ferréz imaginava que, por estudar na USP, Santos da Rosa não se encaixava no perfil sociológico dos autores que a edição pretendia publicar. Este mal-entendido se desfez à medida que os dois escritores passaram a se encontrar com frequência em eventos de hip hop e que Ferréz descobriu que a entrada de Santos da Rosa na universidade foi viabilizada por um cursinho pré-vestibular popular" (Nascimento, 2009: 101).

da megalópole com a explosão da construção civil e a migração interna: «Pau-de-arara descarregava gente vinda do Norte, do Nordeste, de Minas. Direto. E os chegados, cheios de ronco no estômago e brilho na cabeça, ocupavam as lameiras dos bairros distantes». Assim explica como a população trabalhadora foi se agrupando nas «COHABs, CDHUs, BNHs e Cingapuras», onde «uma porrada de gente» se abrigava nos «treme-treme», ou passavam à autoconstrução «enchendo uma laje» (o que é definido como a «verdadeira instituição comunitária"). Ao mesmo tempo, se narram as «artimanhas dos grandes proprietários exploradores», «tentando se distanciar do miserê que criavam»:

> Dos Campos Elíseos (nome que alude a um famoso bairro francês) foram para Higienópolis (esse nome significava a limpeza do bairro, após a expulsão dos pretos do local). E por fim montaram os casarões no alto da Avenida Paulista (Rosa, 2004: 8).

Com a forma de "crônica histórica" e a utilização de uma linguagem nítida e coloquial, parece que Rosa quer traduzir um conhecimento histórico sobre o crescimento da cidade (que pode ter aprendido ou aprimorado na graduação na USP), fazendo-o accessível para os leitores periféricos, ressaltando a importância da história para os problemas do presente. Nesse texto se adivinham as características que marcaram seus futuros artigos na *Revista Fórum São Paulo*[6]: o estilo poético da prosa, que seduz ao leitor pela beleza da composição; a aproximação à linguagem periférica ou ao vocabulário da matriz cultural afro-brasileira, criando um leitor ideal bastante concreto; a abordagem de temas políticos colocando como provocação uma notícia ou comemoração atual, mas visando uma reconstrução histórica dessa temática.

Nos textos mais recentes da coluna *À beira da palavra*, na *Revista Fórum,* se fazem reflexões (em forma de crônicas, poemas ou artigos de opinião) sobre temas de atualidade, comentados com explícito posicionamento político: a desaparição de Amarildo de Souza na UPP da Rocinha, o racismo na seleção de escritores na Feira do Livro de Frankfurt, o machismo da sociedade brasileira levantado por uma pesquisa do IPEA, ou o cruel assassinato de Cláudia Silva Ferreira pela Polícia Militar, onde escreve dos estarrecedores silêncios que essa morte provoca:

> E silêncio por silêncio há o entalado na goela seca, o úmido explodido na face dos filhos de quem foi baleada de frente com um copo de café na mão, jogada no porta-malas da viatura, borrada do cotidiano, estropicada no chão da democracia militar brasileira, sumida da mão que acarinha. E há o que paira entre a respiração ofegante no treinamento da corporação que faz de pessoas, robôs, obcecados por humilhação e vala. O silêncio que voga nas pausas entre os hinos fascistas em honra do esquadrão, na promessa velada de degraus ascendentes a quem matar mais pobre. (Rosa, 22/03/2014).

E nesse fortíssimo texto, é importante uma frase que alude ao sujeito que escreve:

> Há o silêncio que ameaça estrangular no travesseiro, no banho*, de quem se cobra não escrever mais sobre a carnificina do seu bairro, da sua gente, porque arregaça, porque deprime, mas que se pergunta como poderia se calar...*
> E há, na democracia militar brasileira, o silêncio na madrugada da família negra que arriada, devastada, tomba no abismo do sono antes de despertar pro pesadelo (Rosa, 22/03/2014. Itálicas nossas.)

Podemos entender muitos dos textos de Allan da Rosa (e de outros autores da Literatura Marginal Periférica) na situação de tensão descrita, a do escritor que «se cobra não escrever mais sobre a carnificina do seu bairro», mas que se sente obrigado, «se pergunta como poderia se calar». Há esse comprometimento simbólico e político com uma comunidade historicamente oprimida e marginalizada, mas há sobre tudo uma obrigação imediata,

---

6 A partir de Agosto de 2013 até o presente, o autor mantem uma coluna na revista *Forum*, titulada "À beira da palavra". Todos os artigos estão disponíveis no site da revista: *http://www.revistaforum.com.br/abeiradapalavra/* (Acesso a 12/06/2014).

vivenciada, de dar resposta à enormidade da violência e a morte que flagela as periferias. Esse impulso, que desestabiliza e coloca uma ressalva a qualquer interpretação da trajetória literária do autor como um esforço por consagração simbólica ou luta de legitimação no campo literário, aproxima ao escritor à figura do "intelectual orgânico". Tampouco nos textos poéticos, onde a elaboração da linguagem passa a ser o principal objetivo da escrita, se aprecia um hermetismo total que afaste ao poeta da sua comunidade de origem.

4. *Vão*: poemas mandingueiros

Não teria muito sentido separar artificialmente os textos "jornalísticos" e os textos "poéticos" de Allan da Rosa, como se os primeiros estivessem marcados pela função política e os segundos pela indagação literária descompromissada. O próprio autor se recusaria a aceitar essa classificação tosca, que separaria os textos que poderíamos considerar "crônicas realistas" dos "devaneios poéticos". Rosa assume uma noção forte de *imaginário*, que prefigura e configura o real a partir da memória, as lutas por reconhecimento e as práticas estéticas.

> Meu irmão, aprendi e sinto na respiração e na memória de ontem, na vontade do próximo dia e na forma de pisar no chão, que a imaginação não é fuga da realidade, ela é a própria realidade, ela é a respiração do que seja 'material', do que a gente segura com a mão ou põe barriga pra dentro.
> E a estética, seja da aspereza ou do brinquedo, do sussurro ou da sugestão, do enigma ou da rasteira, é política. Explícita (Allan da Rosa, entrevista ao pesquisador, 01/06/2014).

Contudo, nos seus poemas encontramos uma vontade lúdica acentuada, de trabalhar o código linguístico procurando um trocadilho potente ou uma imagem evocativa. Isso permite uma abertura de sentidos a partir dos universos semânticos nos que se enraízam os significantes. Esta atitude atenta com a fonética e a beleza das palavras se articula com uma vontade firme de se manter nítido, claro, comunicativo, acessível para leitores pouco familiarizados com a cultura escrita. Vemos estas marcas nos poemas do livro *Vão*, primeira publicação do autor que aponta os caminhos que serão seguidos posteriormente.
Este livro aposta pela *sugestão* e a *sutileza* na poesia periférica, isto é, uma estética que combina a nitidez da linguagem, semeada de referências populares e periféricas, com a ambiguidade das evocações mais abstratas, sem uma interpretação unívoca evidente. Começamos pelo poema *Desbicando*, que pela sua brevidade e abertura evocativa se aproximaria do "proverbio" ou do "aforismo":

> **Desbicando**
> tirando laça com o Futuro
> somos pipas nos ventos do Ontem
> com as linhas cortantes do Presente
> (Rosa, 2005: 14. Caligrafia manuscrita no original)

O primeiro que chama a atenção é a utilização da primeira pessoa do plural na forma verbal do segundo verso ("somos"), colocando no centro neurálgico do poema um sujeito lírico coletivo, que afirma sua pertença a uma comunidade imaginada (da que se mostram seus atributos: "somos... isto e aquilo"). Sem mais interpretação, esse "nós" enunciado poderia aludir a uma nação, a um bairro, a um grupo social, ou mesmo a uma equipe de futebol. O recorte de sentido dessa comunidade vem marcado pelo campo semântico utilizado, que remete ao jogo das pipas, muito popular nas periferias: o jogo de cortar pipas (ou "desbicar") consiste em "tirar laça" e aproveitar o "vento" até cortar a "pipa" do outro, com o atravessamento da "linha cortante" (isto é, linha que previamente foi passada em cola e vidro moído). Além desse universo semântico, essa interpretação do "nós periférico" ganha força com a contextualização do poema na obra do autor, seja pela apresentação gráfica do livro (cujas características paratextuais remetem a esse universo cultural, como a grafia dos títulos dos poemas, que imita a pichação ou o *graffiti*, ou o encadernado com lãs atadas, lembrando a simplicidade e manha do

artesanato), seja pela trajetória biográfica do autor, marcada pela militância em toda uma série de movimentos sociais e culturais periféricos. Com isso, não nos será difícil associar essa comunidade imaginada ao "povo da periferia", como conceito amplo. Mas o efeito estético do poema, e sua possível interpretação filosófica, se completa com o jogo estabelecido com as palavras que fecham os versos: "Futuro", "Ontem" e "Presente". A importância dessas três palavras, que já parecem ressaltar pela sua situação no final dos versos, se destaca com a inicial em maiúscula. Os três termos constroem uma linha temporal abstrata, evocando um tempo muito amplo que, em conjunção com o sujeito coletivo enunciado, deve ser lido em clave histórica. Esse "povo periférico" que "voa nos ventos do Ontem", poderia sugerir uma releitura ou redescoberta do passado histórico a partir das ferramentas do presente: um empoderamento na ancestralidade. As "linhas cortantes" evocam tanto um arma capaz de "desbicar" outra pipa mais alta, quanto o engenho artesanal e o conhecimento lúdico popular com que foram elaboradas. Em conjunto, essa imagem nos sugere uma apropriação popular e periférica de uma filosofia da história semelhante à de Walter Benjamin, uma "releitura da história a contramão", que não é irrelevante historicismo erudito mas pertinente ação política para o presente e o futuro[7]. Nesse sentido, o primeiro verso volta a encaixar no conjunto, onde a ação, colocada em gerúndio, "tirando laça" (soltar corda do carretel, para deixar a pipa voar mais alto) evoca um movimento de abertura, de conquista de espaços mais altos, de esperança presente para o nós coletivo.

Mas, em qualquer caso, esta interpretação, que marca a esperança para o processo histórico que estaria empreendendo o "povo periférico" do que o eu-lírico faz parte, não é mais que uma leitura possível, construída sobre interpretações e evocações que o poema oferece. Talvez o mais interessante do poema seja isso mesmo, a abertura de sugestões e sentidos possíveis que se abrem pela contraposição ou justaposição de campos semânticos: um referente periférico muito concreto, lúdico e cotidiano (o jogo das pipas), e termos abstratos graves e escritos em maiúscula ("Ontem", "Presente", "Futuro"), que remetem a processos históricos ou a uma filosofia da história.

O poema *Vão*, que dá título ao livro, nos mostra outro belo exercício no qual o trocadilho linguístico parece encontrar-se com a formulação filosófica e a indagação meta-poética. Neste caso, a extensão do texto é algo maior, e se apresenta em formato de prosa poética, que flui solta sem métrica marcada.

> **Vão**
>
> Um tempo entortado, arrastando constrangimentos aos peregrinos, aos executivos, aos mestres e até mesmo às festas e vernissages de esmalte brilhoso. Na febre do dia, debaixo do barulheiro, a teimosia e as saídas mais fáceis e mais curtas. No derrame da noite, nesta guerra paulistana a se declarar. Toda a força de um poema, desenhado na cabeça e escrito em sôfrega privacidade. Um poema se querendo arma, em vão.
>
> De frente pra matança, pra gramática, pra realidade representada do digital. De frente, de lado, de ponta cabeça. Poemas mandingueiros. Escondendo num movimento zombeteiro a tristeza desfigurada, num lamento o grito e o sorriso. E coletadas as

---

7 Nesse sentido podemos ler o artigo *Breve história do veneno paulistano* (2004), que apresentamos antes. Poderíamos destacar outros artigos de "revisão histórica" escritos por Allan da Rosa, como o titulado *Costas Lanhadas. (Revides e Segredos antes do 13 de Maio)* (*Revista Fórum SP*, 18/04/2013). Nesse texto, o autor se posiciona no debate interno do Movimento Negro sobre a comemoração do Treze de Maio, como data significativa para a Consciência Negra. Alegando que a abolição da escravatura de 13/05/1888 não foi uma conquista, mas um "presente" outorgado pela Princesa Isabel, e que por sinal, essa "Lei Aurea" não terminou com a plurissecular exploração do negro no Brasil, certos intelectuais negros tem recusado a comemoração dessa data, defendendo no seu lugar o Vinte de Novembro (lembrando a combativa morte do líder quilombola Zumbi dos Palmares). Exemplo dessa posição é o poeta negro gaúcho Oliveira Silveira, que escreveu o poema *Treze de maio*, expondo esses argumentos: «Treze de maio traição, / liberdade sem asas / e fome sem pão / (...) / Os brancos não fizeram mais / que meia obrigação / (...) / e então vamos rasgar / a máscara do treze / para arrancar a dívida real / com nossas próprias mãos» (Oliveira Silveira, 1970). Como contraponto a esta visão, Allan da Rosa propõe uma releitura da história, para mostrar como essa lei foi uma conquista em base a revoltas, não um presente altruísta: «Décadas antes do 13 de maio que cuspiu uma liberdade requenguela, cagona e manca, vogou um tornado em SP, uma tormenta de legítima defesa e de vingança nem sempre comida fria, que fazia fornalhas das hortas e espetava zagaias em quem tava acostumado a levantar o chicote, a pena ou a xicrinha de porcelana».

> marcas do papel, se delinear um corpo. Índice de um período. Do confessionário, prontas para os olhos do mundo, vão.
> Alí, no meio do óbvio, mergulhando no corriqueiro, em pleno ponto final da Americanópolis. Na fenda do não-entendimento, na rachadura que rasga a parede do tempo milagroso. Dos tempos. Ali, na profusão entre o sonho e a pele, entre a rua e a cama. O vão.
> (Rosa, 2005: 72-73. Caligrafia manuscrita no original).

Como vemos, o estopim do poema é a *triple polissemia* da palavra *vão*. Deve ter sido um trocadilho especialmente grato ao autor, que colocou a palavra como título do livro, uma brincadeira particular que deu lugar a uma imprevisível articulação de sentido. Dessa forma, pareceria que as palavras, com os sentidos e evocações que trazem coladas, estabelecem e determinam as possibilidades que o jogo poético poderá materializar na hora da escrita, colocando uns limites com os que a liberdade autoral deve lidar. Três vezes se escreve "vão": três sentidos diferentes para montar uma constelação triangular de significação, coerente e evocativa.

A primeira estrofe utiliza a fórmula "em vão", isto é, uma ação estéril, inútil, que não tem consequências. Lendo a frase completa: «um poema se querendo arma, em vão». É isto um lamento pela esterilidade da lírica perante a realidade, a incapacidade do poema para transformar o existente? Poderia parecer, mas lembremos da concepção do imaginário colocada antes: «a imaginação não é fuga da realidade, ela é a própria realidade, ela é a respiração do que seja 'material', do que a gente segura com a mão ou põe barriga pra dentro». Com isto em mente, relemos a estrofe completa: se descreve a cidade em "um tempo entortado", um "barulheiro" de dia e uma "guerra" à noite. Nesse cenário agitado, se coloca a contraposição entre o dia febril e acelerado, e a noite que providencia sôfrega privacidade. A noite: tempo de uma poesia que se quer arma (e refúgio?) contra a loucura do dia. Pareceria que o poeta descreve uma situação própria (ou do leitor?), que busca nos breves períodos de liberdade noturna, acabado o tempo de trabalho e correria, encontrar na poesia uma porta vibrante para sair do dia a dia, para transformar o cotidiano... mas é *em vão*, diz.

E mesmo assim, o processo segue. Na segunda estrofe, se utiliza outra acepção da palavra "vão" - "Eles/elas vão" – 3ª pessoa plural do presente indicativo do verbo "ir". Quem são elas, que estão saindo "do confessionário prontas para os olhos do mundo", exibindo-se e pedindo para ser apreciadas por esses olhares anônimos e multitudinários? Palavras, poesias. Mas não quaisquer versos: são «poemas mandingueiros» e gingados, com a capacidade de esconder "tristezas" e "sorrisos" em "lamentos" e "movimentos". Isto é, não são poemas espontâneos como expressão irreflexiva de sentimentos: não é um gritos, mas a elaboração do grito. São artifícios lúdicos feitos com palavras (som e grafia, sílabas e sentidos), ainda que com um fundo emocional ou afetivo. E assim sendo, os poemas seguem indo, mas para onde elas *vão*, qual é seu destino?

Os poemas vão, em vão, para *o vão*. O vão da porta é o entre-lugar entre dois quartos, entre o fora e o dentro, entre dois espaços, entre dois universos. «Entre o sonho e a pele, entre a rua e a cama», diz o poema. Esse é o sentido da palavra "vão" na terceira estrofe: a profusão poética do entre-lugar. E esse abstrato conceitual se concretiza em alguns espaços materiais: o «ponto final de Americanópolis», um espaço conhecido e concreto (uma parada de metrô o de ônibus), que se descreve como uma "fenda", uma "rachadura" que rasga a parede do "tempo milagroso". Uma parada de metrô é um espaço cotidiano pelo que transitamos cada dia ao deslocar-se *de um lugar a outro*, sem que esse espaço de trânsito tenha nenhuma significação específica: é um não-lugar (em termos de Marc Auge). Mas pisado a diário, esse espaço nos predispõe para tempos de divagação e ensimesmamento. Predispõe-nos para a meditação, a epifania e a revelação. Entre o real e o possível, um tempo que paralisa o tempo. Assim se apresenta o poema como uma fenda de tempo sagrado aberta na banalidade do tempo qualquer: um não tempo, o instante messiânico. Os poemas vão, em vão, para o vão.

Temos em definitiva uma concepção do poema como algo essencialmente lúdico (irrelevante, vão), que não se propõe atemporal senão transitivo (efêmero e atual: os poemas vão), e capaz de abrir fendas no tempo, construir entre-lugares diferenciados (o vão da porta). A partir da brincadeira com as palavras, do jogo com o próprio código linguístico, o poema aparece como o próprio tema do poema. Dir-se-ia que *Vão* é uma apologia da poesia, da catarse poética de cada dia. Ao mesmo tempo, a determinação do lugar de fala pelo vocabulário específico ("mandingueiro", "zombeteiro") ou pelas marcas espaciais de espaços concretos ("a guerra paulistana a se

declarar", "no ponto final da Americanópolis") permite situar e apresentar um eu-lírico específico, mas que não renuncia a propor ideias e versos de abrangência universal. Assim o trocadilho brincalhão se converte em um convite, que interpela a um leitor de características específicas propondo a desestabilização da linguagem banalizada e normalizada. Assim o entende Raquel Trinidade, que brinca no texto que assina na contracapa do livro: «Allan, os poemas que saem do seu Ori abrirão os olhos de muita gente. Não será *em vão*!».

5. Educação Popular e Universidade: mocambagem entre a negociação e o conflito

Como dissemos, a atividade poética de Allan da Rosa vai estreitamente unida à sua atividade como educador, especialmente com a organização de uma série de cursos de educação popular focados na cultura negra e afro-brasileira. Estes cursos se desenvolveram com um pé nas práticas autônomas ligadas à cultura popular, e outro em espaços culturais de alta legitimidade (como a USP ou a EJA), mas, como veremos, mantendo a respeito do espaço acadêmico constantes receios e distanciamentos.

Recuperando o fio biográfico para a reconstrução da trajetória de Da Rosa, observamos como sua atividade nas *Edições Toró* foi intensa a partir de 2005, depois do lançamento do livro *Vão*. Nessa etapa, após concluir sua graduação em história, Da Rosa se encontrava «trabalhando numa instituição mais pelo dinheiro do que pelo ofício. (...) Tramava eu que seria apenas por dois ou três meses, mas isso me parecia um lento suicídio» (Rosa, 2009: 5). Nesse contexto, aparecem desejos e inquietações:

> E fagulhava a vontade de continuar estudando, sabedor das minhas grandes lacunas de formação acadêmica. Mas, onde poderia eu chegar e estudar seriamente Poesia, palavras e gestos, que não fosse nas anestesiantes abordagens letristas, que me repeliam? Como bancar aluguel, água, luz e comida no prato? Perguntas antigas de tantos, sementes de desespero. (Rosa, 2009: 5)

E aparece a ideia: «Em fins de 2005, faltando dois meses para o fim do prazo de inscrição na Pós-graduação da Faculdade de Educação, comecei seriamente a pensar um projeto de estudos que envolvesse o que eu realmente queria estudar, aprender» (2009: 6). Ingressando no programa em 2006, disfrutou durante dois anos de bolsa de pesquisa de mestrado do CNPq, defendendo sua dissertação o 2 de abril de 2009.

Como vemos no relato do autor, a inscrição no programa de mestrado da USP não se realiza como parte de um "projeto de vida", ou aspirando a melhores empregos providenciados pela legitimidade simbólica da instituição: «nem pensar pequeno nem pensar medíocre, não buscar apenas um diploma ou um carimbo 'USP' no meu currículo» (Rosa, 2009: 14). Ao contrário, pelas condições conjunturais do campo acadêmico, a opção pelo programa de mestrado aparecia como resposta a inquietações pragmáticas e imediatas muito instigantes. A bolsa da instituição científica permitiria desenvolver com autonomia um projeto intelectual próprio: as atividades relacionadas com EJA, assim como suas produções literárias. Observando como é formulada a questão, o mestrado aparece assim como um "segundo emprego" pouco "cronófago", que providencia condições financeiras favoráveis, recursos materiais e intelectuais valiosos, e especialmente, suficiente tempo para dedicar à escrita e aos *saraus*. Em nenhum momento se cria um vínculo emotivo com o mundo acadêmico, comparável ao que se mostra para as organizações da cultura popular. Assim, no apartado de agradecimentos da dissertação, lemos composições de belas palavras dedicadas a parentes e amigos, aos ancestrais e à Poesia, à Cooperifa, ao povo da Toró e do CIEJA Capão Redondo, onde cada lembrança parece uma ode ou evocação poética. Podemos notar o distanciamento simbólico da instituição acadêmica contrastando a breve nota burocrática que merece, com outro agradecimento nesse mesmo apartado, dedicado aos seus bairros de origem:

> Ao Jabaquara e à Taboão da Serra, pelo beabá, pela atualidade perene, pela atmosfera.
> Pelos exemplos de resistência e de jogo. Pelas lições nas vielas, esquinas e escadões.
> Pelo ritmo. Pelas giras, pelos batuques e pelo rap. Por serem amadas, na luz ou na penumbra. Problemáticas e quebradas, mas nobres e sempre chão e guia.
> Ao CNPQ pelos dois anos de bolsa.
> (Rosa, 2009: viii)

Esse mesmo distanciamento e frieza a respeito da instituição universitária estão presentes no livro *Pedagoginga, autonomia e mocambagem* (2013). O livro se estrutura em duas partes: a primeira, titulada «Teoria Suada» traz um panorama do racismo e a história do negro no Brasil, e apresenta elementos simbólicos importantes da matriz africana (ancestralidade, encruzilhada, roda, aparência, jogo...); a segunda parte, titulada «Prática engenhada», narra a experiência dos cursos autônomos de educação popular organizados pelo autor, envolvendo diferentes pessoas e coletivos ligados à cultura negra, para partilhar aprendizados e construir conhecimento comunitário. Os três termos do título aludem à cultura de matriz africana, e sua situação na estrutura de legitimidade simbólica brasileira: o neologismo "pedagoginga", do autor, sugere uma apropriação afro do termo "pedagogia" (como forma de conhecimento ocidental), matizado com a "ginga" da capoeira para lidar com as contradições que constituem ao negro no Brasil; a "autonomia" reivindica essa posição independente da cultura afro-brasileira, a respeito da "ciência acadêmica" e do sincretismo da cultura nacional brasileira; e a "mocambagem" alude à prática de construir "mocambos" e "quilombos", espaços de moradia e liberdade construídos por negros fugidos e resistentes à ordem escravocrata. Isto é explicado assim:

> Autonomia não significa isolamento nem a ilusão de que nos bastamos por nós mesmos. Pelo contrário, nos recorda sempre a luta de mocambos e quilombos por territórios e regras afirmadas por si mesmo, sem dependência de politiqueiros, barões, banqueiros, ongueiros, personalidades midiáticas. Sabemos que gingou entre negociação e conflito a história de quilombos e refúgios no Brasil e nas Américas, que, atentos às contendas e desacertos entre os vampiros graúdos, aproveitando momentos especiais, cresceram as raízes e os frutos mocambolas. (...) No caso pedagógico, ativista que frisa a negraça, a autonomia se irmana com a mocambagem porque se entende cheinha de referências e pilares antigos, pilares que dançam mas que são firmes, referências de resistência e de anunciação renovadas por novas técnicas e pela efervescência dos dramas e conquistas populares das periferias e subúrbios brasileiros (Rosa, 2013: 116-117).

Essa «ginga entre a negociação e o conflito» é apreciável na relação estabelecida pelo autor com o mundo acadêmico ou com as instituições oficiais de cultura. Assim, observamos como eventualmente aproveita "frestas" abertas para desenvolver projetos próprios, ligados à cultura negra e periférica, mas sem por isso perder a autonomia caindo na ingenuidade ou na inocência: «questão nossa é também o quanto de concessões dadas e de marionetagem não nos engoliu quando abraçamos essa noção de gingar e de adentrar malandramente em espaços desejados» (Rosa, 2013: 116). Talvez por isso, por essa vontade de manter firmemente a autonomia (prática e aparente), não encontramos nenhuma referência no livro à dissertação de mestrado realizada pelo mesmo autor na Faculdade de Educação da USP, ainda que boa parte da primeira metade do livro está calcada nesse trabalho. Como sugere o título, toda essa parte teórica foi "suada", adaptada e trabalhada para tirar o "ranço acadêmico" e fazê-la acessível ao leitor comum, e especificamente ao público negro e periférico. Vejamos um exemplo dessa "tradução", comparando as «Considerações Finais» da dissertação, com seu correspondente no livro, rebatizada como «Segue o Novelo». O trabalho acadêmico diz:

> O paradigma da ciência clássica separa ontologicamente a *res extensa* e a *res cogitans*, fincando esta última na objetividade extrema e totalitária. O paradigma clássico, a partir de sua lógica determinante, objetiva e isoladora, separatista, privilegiando a manipulação técnica "real e racionalista", deixa mínimas ou entupidas frestas às festas das ambiguidades, considerando como equívoco o que não se encaixe perfeitamente a uma geometria mecanicista, como, por exemplo, a imaginação. Manipula a lógica a fim de simplificar a realidade, que é complexa em si.
> (Rosa, 2009: 165)

E se reescreve no livro:

> O paradigma da ciência clássica manipula a lógica a fim de simplificar a realidade, que é complexa em si. Privilegia a manipulação técnica "real e racionalista", deixa as frestas

> mínimas ou entupidas às festas dos símbolos e mitos. Considera como fontes de equívoco a imaginação, a corporeidade, o escambo entre o sensorial e o ideal e o que mais pareça não se encaixar perfeitamente a uma geometria mecanicista. (Rosa, 2013: 100).

E a partir de aí, eliminados os termos que poderiam parecer "difíceis" ou "incompreensíveis" («*res extensa* e *res cogitans*», «objetividade extrema e totalitária»), e acrescentadas figuras poéticas que "suavizam" a leitura («as festas dos símbolos e mitos», «o escambo entre o sensorial e o ideal»), o parágrafo do livro volta a coincidir exatamente com a dissertação, em um trecho que parece acessível tal como foi escrito de início:

> Na Educação, isso leva a privilegiar uma adaptação cabisbaixa às normas, a referendar os modelos sociais premeditados (não raro, hegemônicos) e ao seguimento, em seus paradigmas, dos ideais do produtivismo e do progresso, numa sujeição cavalar a uma ideologia contratual, que visa dissipar qualquer consenso calcado no mito, nas origens (Rosa, 2009: 165; 2013: 100).

Com isto não queremos "denunciar" a "descoberta" do que sabemos que é um processo habitual na produção intelectual: a adaptação de textos acadêmicos muito herméticos para sua publicação em livro, buscando um público diferente ou mais amplo. Destacamos, não entanto, o esforço por apagar as marcas da pesquisa universitária (nenhuma alusão se faz no livro à citada dissertação), enfatizando a condição autônoma dessa produção de conhecimento. Imaginamos que essa reivindicação se fundamenta na experiência de recusa que gera o conhecimento acadêmico em certos ambientes, após muito tempo de "bacharelismo" elitista, com a que "intelectuais universitários" desprezaram o conhecimento popular (e especificamente, os saberes de matriz africana, agredidos pela epistemologia etnocêntrica dominante). Um exemplo dessa desconfiança se encontra na narração do curso *Espiral Negra: Ciência e Movimento*, que «abria o desejo de juntar nego véio e nego novo», onde se pretendia «relacionar o que reconhecemos como cultura em movimento negro ao que se nomeia como ciência e que ocupa currículos, disciplinas e linguagens escolares» (Rosa, 2013: 166-186). Como organizador do evento, Rosa narra os receios mútuos:

> O grande molho desse curso foi a pareação dos mestres mais antigos com a vibração e as dúvidas quentes dos educadores mais novos, (...), com receio inicial de ambas as partes: os mais velhos tinham a consciência que dominavam um saber profundo, suado e cheinho de histórias, mas temiam dividir a exposição desse conhecimento com quem "vinha da universidade e dominava a teoria". Já os mais novos, também receavam o que viria da partilha, apresentando-se com mestres da cultura popular a um público grande, ávido e com boa tendência em questionar a academia. (Rosa, 2013: 168)

O encontro serviu como mais uma "ponte" travada entre o conhecimento tradicional dos mestres, e os saberes institucionalizados da academia. Mas para o sucesso desse encontro, foi fundamental que este casamento se realizasse em um curso autônomo, realizado em um centro cultural muito significativo para a cultura negra (o espaço Quilombaque, em Perus, extremo oeste de São Paulo), e organizado com as dinâmicas e pautas marcadas pelo grupo organizador, sem se submeter a autoridades acadêmicas solicitando a legitimação do conhecimento construído nesse evento.

Todas essas marcas de autonomia se resumem em um verbete que apareceu nos cartazes de divulgação dos cursos: «Apoio: nós por nós» [8], que explicita a independência dos cursos, sem apoio de nenhuma instituição. Em posteriores cursos, os organizadores estabeleceram uma parceria com a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo (o logo da Prefeitura aparece no cartaz, e desaparece o verbete «nós por nós»), passando a organizar os cursos em bibliotecas municipais, e tendo a possibilidade de remunerar educadores que até o momento atuavam

---

8 O verbete apareceu nos cartazes dos quatro primeiros cursos (*Caminhos Africanos e Giros Afro-brasileiros*; *Espiral Negra: Ciência e Movimento*; *Resistência e anunciação*; e *Presença latino-amefricana;* ver Rosa, 2013: 167; 189; 204), e reaparece no último, após terminar a parceria com a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo (*Pretices em cena*; ver Rosa, 2013: 260).

sem cobrar nada. Pelo relato do autor, a relação foi tensa, com algumas divergências importantes, especialmente pela cansativa burocracia, e o interesse da secretaria no «eventismo», «a sanha pelo que seja estrepitoso e caiba nos muitos focos de luz», «valendo mais o quanto sai de divulgação e de renome do que realmente se planta em comunidade». Isso levou aos organizadores a finalizar a parceria, reafirmando «como nossa autonomia é o que temos de mais valioso» (2013: 215-217). Sobre o custeio desses cursos, escreve: «Por que sempre e sempre esperar editais? E, pior, confundir isso com sinônimo absoluto de política pública para 'cultura'? Ou dizer *amém* sorrindo para carimbos que vem de cima?». Após essa exaltação do fazer autônomo, matiza:

> Aqui não voga nenhuma apologia ao miserê ou ao abandono e nenhuma ruguinha de linha contra o que se conquistou em lutas por leis como as do fomento à dança ou ao teatro, (...). Que estes editais sejam mais e melhores, claro, porém a fragilidade e os equívocos de planos que privilegiam espetáculos ou que não agregam as próprias comunidades (...), somam-se a um já vício adquirido e consolidado de bolar projetos e esperar o sim de um edital... (Rosa, 2013: 125-126).

A aposta pela autonomia não se faz desde a renúncia, por princípios morais inflexíveis, ao financiamento público ou a qualquer outro eventual apoio externo. Mas desde a consciência de que a situação de partida, para propostas dessa índole, é complicada; e sabendo que na hipotética "parceria" há sempre o risco de renuncias à autonomia, aceitando normas do apoiador. Por isso a necessidade da "ginga" e a "mocambagem", para estabelecer relações tensas de apropriação de elementos das instituições culturais dominantes (conhecimentos, capacidades, infraestruturas, formas, recursos), sem perder autonomia, nem negar a identidade própria submetendo-se a regras de jogo impostas.

Esses cursos autônomos de educação popular, aos que Allan da Rosa tem dedicado esses últimos anos de trabalho, ilustram sua posição ambígua no campo cultural, tensa e contraditória. À vontade de aprofundar e difundir o conhecimento ancestral de matriz africana, se acrescenta a consciência firme e vivenciada da posição de subalternidade que esses conhecimentos ocupam em termos de legitimidade simbólica, o que condiciona as possibilidades materiais de desenvolver práticas vinculadas a eles. Essa situação de desigualdade e desprezo obriga ao ativista cultural a estabelecer relações tensas com a cultura dominante, às vezes de negociação, às vezes de conflito. Ao mesmo tempo, essas apropriações não são sempre unicamente pragmáticas, existindo a possibilidade de complementariedades enriquecedoras. O que constatamos para suas práticas pedagógicas (ou "*pedagogínguicas*") é apreciável também na sua produção escrita, literária e jornalística.

6. Pedagoginga: hibridação com autonomia

O termo *pedagoginga*, como uma mistura evidente de "pedagogia" e "ginga", parece um termo aplicável tanto às atividades de Allan da Rosa em educação quanto às características do seu estilo poético. O primeiro termo, *pedagogia*, remete a um conhecimento sobre o aprendizado e o ensino altamente codificado, como um conhecimento "racional" e "científico" nos padrões ocidentais. A própria etimologia da palavra nos remete ao grego "paidós" (criança, filho) e "agein" (conduzir, guiar), pelo que se associa aos trabalhos e atividades de educação e desenvolvimento. O segundo termo, *ginga*, é um termo que nos remete à prática da capoeira. Movimento básico do capoeirista mandingueiro, consiste em um balanço constante e fluido do corpo de um lado para o outro. Um movimento ritmado que exprime cadência no jogo, evitando oferecer ao adversário um alvo fixo. O capoeirista consegue assim ser imprevisível e surpreendente. A *pedagoginga* seria assim uma prática educativa que se aproxima ao universo lúdico da capoeira, uma prática ambígua de aprendizado que oscila entre a dança e a luta: misto de Sócrates e Besouro Mangangá. A compreensão das práticas poéticas e culturais como uma política do imaginário aproxima seu fazer poético a este terreno indeterminado de confronto velado, oscilando entre a negociação e o conflito.

A reflexão sociológica sobre estas práticas literárias nos obrigam a repensar alguns dos achados fundamentais da sociologia da literatura, aceitados como consenso na academia. As formulações de Bourdieu (1996) sobre o campo literário, segundo o qual o escritor desenvolve um *habitus* específico ao disputar o capital simbólico

de um campo autônomo, perde capacidade explicativa em uma trajetória como a analisada. Parece mais pertinente pensar nos termos de Grignon e Passeron (1991) e seus estudos sobre as relações de dominação nas práticas culturais. Na perspectiva destes autores, a cultura dominada nunca está totalmente subjugada à cultura dominante, e há sempre espaço para apropriações instáveis ou subversões efémeras que redefinem as relações entre desigualdade política e diversidade cultural. Os recentes estudos de Bernard Lahire (2006a), ao relativizar o caráter monolítico do *habitus* cultural, e colocar em questão o poder do mecanismo da *distinção* para orientar as práticas e preferências dos indivíduos, permite pensar essas aparentes contradições a partir do estudo das trajetórias e a variação de contextos. No caso de Allan da Rosa, observamos como as raízes na cultura popular afro-brasileira e periférica não impedem a aproximação com saberes acadêmicos e elitistas. Também o amplo estudo de Lahire (2006b) sobre os escritores contemporâneos, traz ideias sugestivas que explicariam como a prática literária é sempre compatibilizada com outros trabalhos e atividades, e como esta "dupla vida" é determinante na escrita dos autores. Com estas poucas anotações queremos trazer só uma breve amostra de como o estudo aprofundado e qualitativo de casos empíricos pode seguir colocando em questão alguns dos achados da sociologia, para que esta possa contribuir à construção de conhecimento compartilhado. Restariam por explorar muitas outras dimensões da poética deste escritor, que traz contribuições importantes para a literatura negra e periférica brasileira. Especialmente, poderia se desenvolver o tema da "hibridação" que ele propõe, não como uma síntese harmónica entre opostos, mas como esse "gingado" instável, oscilando entre a negociação e o conflito. Isso resultaria de muito interesse para a discussão referente ao mito da "democracia racial" e sua apropriação perversa do tema da "mestiçagem". Para tal, é muito importante a recuperação que faz Rosa das discussões e debates mobilizados por estudiosos do racismo ou pelo próprio Movimento Negro: de fontes tão importantes como Frantz Fanon, até pesquisas mais contextualizadas no Brasil como as de Kabengele Munanga (1999), referenciado repetidamente por Rosa. Desse último, aproveita especialmente a análise do "mito da democracia racial", que como vimos anteriormente, é uma derivação ideológica de alguns aspectos da obra de Gylberto Freire.

> A concepção da democracia racial garante que a nação brasileira oferece a todos as mesmas chances. (...)
> Esse conceito de democracia racial, amplamente difundido e carimbado diariamente nas instituições brasileiras, pode ser entendido como uma forma de se desviar da questão da gigantesca desigualdade sócio-racial, que vige entre brancos e negros (às vezes rente escalpo. Noutras, sutil e silenciosa, se alastrando como barba na cara). É conhecido, criticamente, como "mito da democracia racial" (mas aqui, novamente, vê-se como se subentende a noção de mito como algo que é enganador, falacioso, ilusório, sem fundamento) (Rosa, 2009: 54).

Dessa forma, a aposta pela "hibridação" oscilante não é ingênua, e firma seus fundamentos nos aprendizados de estudiosos da história e a presença do negro no Brasil: coloca-se a possibilidade da apropriação sincrética do outro, mas sem renunciar a afirmar uma identificação forte com a matriz africana. É nessa moldura que devemos considerar tanto sua obra literária (nas páginas e nos saraus) quanto seus escritos filosóficos e pedagógicos. Ou melhor, *pedagogingados*.

Referências Bibliográficas

BIN, Marco Antonio. (2009) *As redes de escritura nas periferias de São Paulo*. A palavra como manifestação da cidadania. Tese Doutorado, São Paulo: PEPG de Ciências Sociais, PUC-SP. Disponível em *http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/8/TDE-2009-06-04T07:42:49Z-7752/Publico/Marco%20Antonio%20Bin.pdf*

BOURDIEU, Pierre. (1996) *As Regras da Arte: Gênese e Estrutura do Campo Literário*. São Paulo: Companhia das Letras.

GRIGNON, Claude & PASSERON, Jean-Claude. (1991) *Lo culto y lo popular: populismo y miserabilismo en literatura y sociología.* Buenos Aires: Nueva Visión.

LAHIRE, Bernard. (2006a). *A cultura dos invidivíduos.* Porto Alegre: Artmed.

LAHIRE, Bernard. (2006b) *La condition littéraire. La double vie des écrivains.* Paris: La Découverte.

MUNANGA, Kabengele. (1999) *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus Identidade Negra.* Petrópolis: Vozes.

NASCIMENTO, Érica Peçanha. (2009) *Vozes Marginais na Literatura.* Rio de Janeiro: Aeroplano.

ROSA, Allan Santos da. (2004) "Breve história do veneno paulistano". *Caros Amigos Especial. Literatura Marginal: a cultura da periferia - Ato III*. São Paulo: Editora Caros Amigos, abril de 2004. pp. 8-9.

ROSA, Allan Santos da. (2005) *Vão.* Taboão da Serra: Edições Toró.

ROSA, Allan Santos da. (2006) *Da Cabula.* Tabõao da Serra: Edições Toró. [Reedição em São Paulo: Global Editora, 2008].

ROSA, Allan Santos da. (2009) *Imaginário, corpo e caneta: matriz afro-brasileira em educação de jovens e adultos*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. Disponível em: *<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-23032010-144503/>*. Acesso em: 2014-06-09.

ROSA, Allan Santos da. (2013) *Pedagoginga, autonomia e mocambagem.* Rio de Janeiro: Aeroplano.

ROSA, Allan Santos da. (18/04/2013) "Costas Lanhadas (Revides e Segredos antes do 13 de Maio)". *Revista Fórum São Paulo.* Disponível em *<http://www.revistaforum.com.br/abeiradapalavra/2013/04/18/costas-lanhadas-revides-e-segredos-antes-do-13-de-maio/>*. Acesso em 30/05/2014.

ROSA, Allan Santos da. (22/03/2014) "Silêncio por silêncio. À memória de Cláudia Silva Ferreira". *Revista Fórum São Paulo.* Disponível em: *<http://www.revistaforum.com.br/abeiradapalavra/2014/03/22/silencio-por-silencio-memoria-de-claudia-silva-ferreira/>*. Acesso em 30/05/2014.

SILVA, Mario Augusto Medeiros da. (2011) *A descoberta do insólito: Literatura Negra e Literatura Periférica no Brasil (1960-2000)*. Tese de Doutorado, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

SOUTO, Julio. (2014) *Combater a subcidadania disputando o jogo literário: uma contribuição ao estudo da Literatura Marginal Periférica.* Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS.

GT 21
Dinâmicas criminais e dispositivos de controle social: do local ao transnacional

Espaços urbanos, desigualdades e disputas de mercados: apontamento sobre a influência do narcotráfico na criminalidade organizada na América do Sul

Francisco de Paula Rocha Amorim[1]
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
chicoreporter@gmail.com

Juan Mario Fandiño Mariño[2]
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
jm.fandino.marino@gmail.com

Resumo: Partindo do pressuposto teórico de que a criminalidade urbana possui forte componente endógeno de organização, o estudo verificou empiricamente a influência do narcotráfico na prática de roubo nas 22 maiores cidades da América do Sul na última década. Para compreender o fenômeno, a estratégia metodológica adotada aliou técnicas estatísticas à análise de conteúdo, examinando dados oficiais e relatos jornalísticos. Por meio de um modelo multivariado composto por indicadores delitivos e sociodemográficos, constatou-se o impacto da presença do narcotráfico nas dinâmicas locais dos roubos. A exploração qualitativa, por sua vez, expôs a associação entre narcotráfico e roubos de grande monta em arranjos criminais locais. A relação delitiva se daria em três dimensões básicas: (a) mudanças nas metas de sucesso e patamares de renda locais, (b) estabelecimento de clientelas sem condições de custeio dos entorpecentes, e (c) estruturação de mercados ilegais abrangentes decorrentes das redes delitivas multiplicadas para a disposição do tráfico.
Palavras chave: Crime Organizado, Narcotráfico, América do Sul.

1. Introdução

O presente artigo discute a influência do crime organizado no e pelo mercado ilícito de entorpecentes nas dinâmicas dos crimes contra patrimônio na América do Sul. A proposta tem origem na convicção de que o tráfico de drogas para se estabelecer nesta região do planeta contou não apenas com a condição de exclusão social em escala abrangente, mas com uma estruturação endógena da criminalidade. Mais do que produzir efeitos pontuais localizados, o narcotráfico, em nossa visão, tem impacto direto, em nível mais amplo, nos atuais padrões criminais no continente.
Para compreender essa realidade, nos propomos a investigar a criminalidade urbana organizada no continente

---

1 Mestre e Doutorando do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). **Biografia**: Jornalista diplomado, mestre em Sociologia.

2 Doutor em Sociologia, Professor e do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). **Biografia**: Possui graduação em Sociologia - Oberlin College (1970) e doutorado em Sociologia - University of Wisconsin - Madison (1975). É professor titular da UFRGS aposentado.

a partir da relação entre delitos, não apenas instrumentalizados, mas associados –, por vezes, de forma complementar, por outras de forma antagônica – ao mercado ilícito de entorpecentes. Entrentanto, procuramos conhecer não apenas as relações endógenas entre práticas delitivas no seio das organizações, mas apreender as causalidades externas a elas, em uma região do planeta que se carcteriza por sociedades com exclusão simbólica abrangente.

O objetivo geral, pois, do presente artigo foi conhecer as relações causais entre a presença do narcotráfico em uma região e a prevalência de outras práticas delitivas no contexto da nova organização do crime nas grandes metrópoles inseridas no circuito de produção, distribuição e consumo de entorpecentes.

2. Delineamento de uma tipologia de crime organizado

Como passo inicial da pesquisa, acreditamos ser necessária uma rápida delimitação do conceito de crime organizado aqui empregado, que tem como característica sua origem na disposição de utilizar meios ilícitos para atingir os fins pessoais ou culturais.

Para Schabbach (2007: 192), «apesar de sua presença constante no debate midiático, acadêmico e politico, inexiste uma definição unívoca acerca do crime organizado, que esclareça suas características organizacionais, a gama de atividades envolvidas ou o perfil de seus membros». As primeiras tentativas parecem sempre presas a definições jurídicas e não sociológicas. Ao longo das últimas décadas, houve tentativamente esforços de conceituação mais geral do termo. Nos anos 1980, vários autores começaram a destacar as características do crime organizado do último quarto do século. Segundo Schabbach (2007), as distintas definições podem ser reunidas na noção elaborada por Howard Abadinski de que se trata de um empreendimento não ideológico que envolve um número de pessoas em interação social fechada, organizado em base hierárquica com o propósito de assegurar lucro e poder através do engajamento em atividades legais e ilegais, sendo que as posições na hierarquia envolvem especialização funcional e podem ser designadas na base do parentesco ou da amizade, ou racionalmente atribuas de acordo com a qualificação.

A ascensão do crime transnacional, de forma especial pelo contrabando, lavagem de dinheiro e tráfico de entorpecentes, levou a uma ressignificação do conceito por parte de muitos autores que optaram pela introdução de conceito de redes. Neste sentido, podemos trazer a noção de Zaluar, que nos parece apropriada:

> trata-se de um conjunto de atividades em rede que tem um componente de empreendimento econômico, ou seja, implica atividades que se repetem ao longo do tempo (mesmo sem a disciplina, a regularidade e os direitos jurídicos do mundo do trabalho), visa do ao lucro (tanto mais fácil e alto quanto mais bem colocado se está na rede de intermediários e atacadistas) e utilizando moedas variáveis nas trocas baseadas em características comuns as relações secretas ou subterrâneas, bem como se valendo do escambo. (Zaluar, 2004: 159).

A partir dos conceitos acima citados, mas sintetizando uma visão local e temporalmente situada, entendemos que o crime organizado no contexto da América do Sul nas três últimas décadas tem as seguintes características relevantes:

- Incorpora meios ilícitos e não envolve delimitações culturais ou espaciais (nacionais ou regionais).
- Não é fundado sobre a égide de laços étnicos, como as máfias chinesas, americanas e italianas, pautando-se apenas pela necessidade de sobreviver e crescer no campo do poder econômico.
- Se aproveita de uma condição de exclusão social característica do continente para se instalar e recrutar integrantes junto à população que já está na criminalidade comum ou em situação disposicional para o crime.

3. O fenômeno da organização da criminalidade na América do Sul e suas características específicas

Pouco tem se investido na análise sociológica das tendências mais amplas da criminalidade, em nível continental, na América do Sul. Apesar disso, os estudos realizados em níveis meso e microssocial têm garantido a

compreensão, ao menos parcial, de que se trata de um fenômeno possuidor de uma unidade subjacente, lastreada pela desigualdade social abrangente, como avalia Briceño-Leon:

> a Violência não tem sido imune a processos cotidianos ou à transformação da América Latina: violenta foi a conquista, violento o escravismo, violenta a independência, violentos os processos de apropriação de terras e expropriação de excedentes. Porém, na atualidade, falamos de um processo distinto, singular e que se refere a violência delinquencial e urbana. (..) Quando se observa as taxas de homicídio para todos esses países até o início dos anos oitenta, a situação não é comparável, não tem a gravidade que depois mostra, quando desaparecem as ditaduras, amainam as guerrilhas e se decreta a paz e a democracia. Trata-se de uma violência distinta. Uma Violência que podemos qualificar de social por expressar os conflitos sociais e econômicos. (Briceño-Leon, 2002: 14).

Como destaca Briceño-León (2002: 18), no sentido de que «neste contexto, o tráfico de drogas e o roubo de automóveis se converteram em meios proscritos prediletos».

A criminalidade violenta na região tem sido alvo de frequentes reflexões por parte dos pesquisadores brasileiros, nos ajudando a construir nosso problema de pesquisa. Nesse sentido, Tavares dos Santos (2004: 9) pondera que: «cabe salientar as dificuldades de acesso à justiça, a seletividade social da justiça penal e a perda de legitimidade das instituições de controle social».

Sobre o crime organizado no Rio de Janeiro, por exemplo, Zaluar (1999: 98) explica que estes são «os criminosos pobres envolvidos nas malhas do tráfico de drogas assaltando, roubando para pagar dividas com os traficantes, adquirindo capital por meio de sequestro para se estabelecer no negocio». Segundo Zaluar, ainda temos a ligação do tráfico com roubos a partir das possibilidades de aproveitamento das redes do primeiro para escoar o saldo do segundo. A distribuição e receptação de bens furtados e roubados ganha nova dimensão com o estabelecimento do tráfico nas grandes cidades latino-americanas. Se telefones e eletrodomésticos servem de pagamento de dívidas de usuários, carros, motos e joias são usados como moedas de troca usadas por quadrilhas na aquisição de entorpecentes.

> Entender como o ilícito e o ilegal se enraízam no setor informal para comandar um exército de empregados e sócios menores é fundamental. Os furtos, roubos e assaltos de automóveis, de rádios e toca-fitas, de eletrodomésticos, de joias, de dólares, de cargas de caminhão apontam na mesma direção. Se tudo indica que tais objetos não são roubados para consumo próprio, é porque eles entram na circulação de mercadorias, característica do mundo capitalista. Seguem os canais não oficiais, clandestinos, vistos romanticamente como opostos ao "sistema", mas servindo ao mesmo demônio da acumulação infindável e da obtenção de lucro desmesurado. Seria prudente, pois, perguntarmos se, afinal o tráfico é ou não é uma "alternativa de vida", a "única manifestação de revolta" que resta para os jovens, favelados ou não, que se enredam nas malhas do crime organizado cm outras plagas, por pessoas de outras faixas de idade, nas zonas sombreadas da invisibilidade e da impunidade. (Zaluar, 1999: 97).

4. A relação entre tráfico de drogas e roubo como problema de pesquisa

O mecanismo de caráter sociológico que desdobra o crime do tráfico em roubo é a precariedade do funcionamento e a inadequação do ideário institucional legal, acelerado pela penetração do próprio tráfico. Esta condição reflete na desorganização social comunitária, não só nas comunidades mais carentes, mas provavelmente com maior poder de deterioração social nelas. Como explica Fandiño (2012: 144):

> Este colapso se traduz naturalmente em aumentos altamente expressivos do volume de agentes sociais com 'definições majoritárias pró-ilegalidade' ('conversões'

> de segmentos expressivos da população 'de regrados' em 'a favor do crime', no sentido sutherlandiano). Ou seja, aumenta drasticamente o número de pessoas que recebem um bombardeio ideológico (com contrapartidas muito precárias) a favor da ilegalidade e do crime, como opção principal de subsistência e desenvolvimento 'profissional'. Lembre-se aqui que estamos lidando frequentemente com comunidades marginalizadas encravadas em sociedades duais, onde a exclusão simbólica envolve barreiras instransponíveis.

Em um nível mais específico, como característica da criminalidade na América Latina, temos também a entrada do tráfico nas comunidades pobres que impulsiona roubos e furtos por três dimensões básicas[3], a saber: (a) mudanças nas metas de sucesso locais e nos patamares de renda, (b) estabelecimento de uma clientela sem condições de custeio dos entorpecentes, e (c) a estruturação de um mercado ilegal abrangente a partir da rede de contato multiplicada para a organização do tráfico. Esse de interesse especial neste estudo. Detalharemos a seguir cada uma delas:

a) Aliada às novas metas de renda – e em sintonia com as aspirações mais abrangentes da sociedade e sucesso locais –, a restrição mafiosa de oportunidades no mercado das drogas pode estimular muitos aspirantes ao negócio, e também a muitos frustrados nele, a procurar outras atividades delitivas rentáveis. Como esclarece Fandiño (2012: 144), «estas outras linhas devem incluir, principalmente, o roubo (...) É claro que outras formas de delitos patrimoniais devem também fazer parte do cardápio de opções em questão, como o furto». Do ponto de vista econômico, a ascensão do tráfico em um local produz novos patamares de renda e consumo, gerados pelas receitas advindas da venda ilícita de entorpecentes, os quais repercutem nos setores excluídos pela sua maior vulnerabilidade.

Em função da elevação considerável das expectativas de renda introduzidas pela entrada do 'mercado de trabalho' do tráfico este acaba impulsionando indiretamente outras atividades criminais que podem, na realidade ou na fantasia, preencher as novas expectativas. (Fandiño, 2012: 124).

b) Ao passo que as comunidades pobres passam também à condição de regiões consumidoras de entorpecentes, muitos usuários perdem rapidamente a condição financeira para o custeio dos entorpecentes e podem passar a praticar delitos contra o patrimônio, de forma não ou pouco organizada.

c) Certos indivíduos ou grupos envolvidos em outros ramos da criminalidade, novamente com destaque do roubo, encontram nas redes criadas pelo tráfico um mecanismo ilegal para trocas necessárias. Como já referenciamos anteriormente a partir de Zaluar (1999).

Por fim, temos que as formas mais comuns de organização para o roubo – caracterizadas por número pequeno de integrantes, hierarquia simples, poucos recursos e poder logístico limitados, em uma dinâmica interna de crescimento fraca ou inexistente – devem eventualmente dar lugar à primazia de grupos comparativamente maiores, mais complexos e hierarquizados, de recursos muito maiores, de alto poder logístico e de uma dinâmica própria forte. Esse tipo de transformação se dá em função da necessidade de sair adiante na corrida técnica mencionada, não só contra a polícia, mas também contra os concorrentes.

5. Modelo causal conceitual

Apresentaremos agora o modelo causal empregado para avaliar o impacto do tráfico de entorpecentes nos roubos na América do Sul, tendo como base os crimes ocorridos em 22 grandes centros urbanos do continente. Antes de prosseguirmos, é importante explicar que a delimitação do universo e os recortes temporais da pesquisa, além da fonte, os métodos de coleta e análise dos dados, serão apresentados detalhadamente na próxima seção. Para compreender esse fenômeno social em nível continental, investigamos a expectativa de uma ligação entre o tráfico de drogas e a prevalência roubos no universo de 22 metrópoles da América do Sul, com cerca de 1,5 milhão de habitantes e/ou capitais nacionais.

---

3 O texto subsequente se fundamenta e aproveita muitas das ideias elaboradas por Fandiño (2012), e ainda em elaboração.

A partir de informações em jornais locais em dois recortes temporais (2006 e 2011), investigamos o efeito do tráfico de drogas sobre as taxas de roubos nessas cidades, levando em consideração as variáveis que indicassem a constituição social e econômica dessas cidades, além da contenção oficial do Estado. Com essa estratégia metodológica buscamos evidenciar variações das relações causais em pauta. Neste sentido, o estudo aborda exploratoriamente o caráter dinâmico dessas relações.

Para atingir esse objetivo, usamos a estratégia de construção e de modelos longitudinais de painel (Selltiz et al, 1987), incluindo técnicas estatísticas de regressão múltipla, que permitem captar o peso relativo do tráfico sobre as taxas dos roubos. De forma mais precisa, verificamos a forma e intensidade da relação causal entre tráfico de entorpecentes e as taxas de crimes contra o patrimônio nas metrópoles da América do Sul. Assim conseguimos compreender os percursos das relações Tráfico → Roubo nestes locais. Para mensurar os efeitos do narcotráfico na organização dos roubos em nível macroscópico continental, nosso estudo fez uso de regressões lineares multivariadas.

As três variáveis de controle, de caráter contextual à criminalidade, empregadas em nosso modelo causal são: efetivo policial, densidade demográfica e Coeficiente de Gini. Com a primeira, espera-se medir o peso da contenção formal do Estado sobre a violência. A segunda nos serve para avaliar o efeito da concentração populacional na criminalidade em grandes centros urbanos. Por último, com o uso do indicador de desigualdade de renda, nosso intuito é analisar o peso das disparidades econômicas características do continente sobre os delitos pesquisados.

Figura 1. Modelo Causal para Roubos

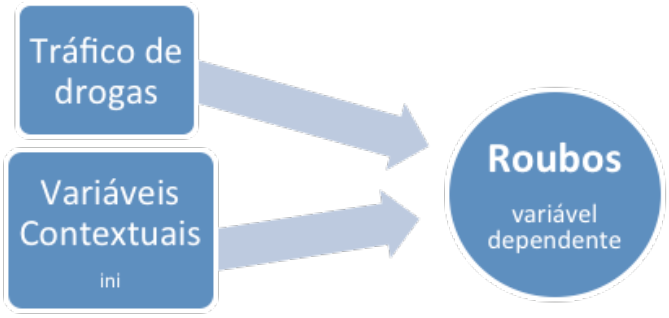

Fonte: autores

À vista do modelo conceitual, formulamos nossa hipótese principal, exposta pela seguinte afirmação: a penetração do tráfico de entorpecentes está associada positivamente às taxas de roubos nos dois períodos pesquisados.

1- Modelo empírico causal

A equação que mensura a influência das variáveis independentes sobre a taxa de roubo utiliza quatro variáveis independentes. Por questões de falseabilidade, as três variáveis contextuais são as primeiras a serem introduzidas. Para cada um dos dois recortes de tempo utilizados (2006 e 2011), uma regressão foi rodada.

Em nosso modelo tem as cidades como unidade de análise, considerando as 22 como universo da pesquisa. As relações podem ser expressas por duas funções:

$$R_t = a + bDen_p + bEfe_p + bGin_p + bT_{2006} + e$$

Sendo:

T_t = taxa de delitos de tráfico de entorpecentes reportados nos jornais em cada recorte (tempos 1 e 2, respectivamente 2006 e 2011).

R_t = taxa de delitos de roubo (tentados ou consumados) reportados nos jornais em cada recorte (tempos 1 e 2, respectivamente 2006 e 2011).

Den_p = densidade demográficao estimada do período
$bEfe_p$ = Efetivo policial bruto estimado do período
$bGin_p$ = Coeficiente de Gini estimado do período
e = erro

7. Metodologia

Nesta seção os critérios relativos aos cortes espacial e temporal da pesquisa.
Universo: nosso estudo não se debruçou o universo de 22 cidades da América do Sul com população estimada superior a 1,5 milhão de habitantes ou que ostentem o status de capital nacional.
Dados: a pesquisa utilizou dados secundários que permitiram ao pesquisador analisar a relação causal entre variáveis dependentes e independentes empregadas em nosso modelo estatístico. Apresentaremos detalhadamente agora como foram selecionadas e coletadas as seis variáveis especificadas em nosso modelo causal básico.
Operacionalização das variáveis contextuais: efetivo policial, densidade demográfica e Coeficiente de Gini.
Para empregá-las tivemos de superar a falta de atualização dos dados para o período pesquisado, entre 2006 e 2011. Optamos por utilizar nas equações apenas os valores mais recentes disponíveis para cada variável com respeito a cada cidade. Ou seja, os valores dessas variáveis nos dois recortes temporais serão constantes, sendo compreendidos como valores no período para cada localidade.
Efetivo Policial – É a variável empregada no modelo para medir a contenção da criminalidade por parte do Estado. O índice para cada cidade é expresso pela taxa de policiais por cada 100 mil habitantes da cidade. Para isso, utilizamos estimativas populacionais disponíveis em sites de órgãos de administração pública ou estudos feitos por organismos internacionais.
Densidade Demográfica – É uma medida de concentração populacional de cada cidade que leva em consideração a razão entre número total de habitantes e área total territorial de cada cidade, sendo expressa em habitantes por quilômetro quadrado.
Coeficiente de Gini – Os dados de cada uma das 22 cidades foram coletados em documentos e sites de instituições nacionais de Geografia e Estatística ou em estudos organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas.
Operacionalização das taxas delitivas (tráfico de entorpecentes e roubos). Passaremos a explicar como foram operacionalizadas as taxas de dois delitos (tráfico de entorpecentes e roubos) empregadas em nosso modelo causal. Antes, se faz necessária uma primeira inferência: os índices utilizados no estudo foram calculados a partir de secundários obtidos em notícias publicadas em sites de jornais diários. As taxas são expressas na razão delito por 100 mil habitantes. Nos dois casos, a estratégia de coleta das informações foi a mesma: todas as informações sobre crimes reportados pelos periódicos locais das 22 cidades foram coletadas durante sete dias entre os meses de junho e agosto nos anos de 2006 e 2011. Foram coletadas apenas informações sobre fatos que ocorreram neste ínterim pesquisado – ou seja, os casos relatados pela imprensa referentes a um período anterior não integram nossa análise. A primeira coleta de dados foi feita por Fandiño em 2006, e a segunda, por Amorim, em 2011.
É importante destacar que não se trata de um compêndio de notícias, mas um banco de delitos. A diferenciação se faz necessária ao passo que uma notícia pode reportar um ou mais delitos e, em sentido diverso, um delito pode ser reportado em mais de uma notícia.
Apresentada de forma mais geral como se deu a coleta de dados nos jornais, veremos a seguir, amiúde, os critérios de seleção utilizados para cada um dos três delitos.
Tráfico de Entorpecentes – Principal variável independente no modelo analítico, a presença do tráfico de entorpecentes foi medida por um indicador que reúne os incidentes de tráfico noticiados, sejam eles prisão de suspeito e/ou apreensão de drogas. A cada caso reportado um delito foi registrado. Quando prisão e apreensão foram reportadas simultaneamente, tratamos, para fins estatísticos como apenas um delito registrado. Por

conseguinte, contabilizamos episódios de tráfico e não número de pessoas presas ou quantidades de drogas apreendidas.
Roubos – Para compor a taxa empregamos o registro de casos de apropriação de bens que se deram de forma violenta ou por grave ameaça. Foram incluídos no índice os delitos tentados e consumados, assim como aqueles reportados a partir da apreensão de objetos ou da prisão de suspeitos, desde que o crime originário tenha ocorrido dentro do ínterim de sete dias de pesquisa.
Mesmo tendo consciência de que apenas parte dos atos delitivos ganha espaço na imprensa, o uso das notícias sobre os delitos de maior gravidade pode oferecer uma espécie de proxy do cenário criminal em uma localidade. Ao escolher essa fonte de dados, estamos apenas optando por uma fonte de dados independente às dos órgãos oficiais.
Neste ponto é importante destacar os critérios de seleção dos jornais e da mídia escolhida. A plataforma mais adequada para captação das informações foi a internet. Sua principal vantagem com respeito aos jornais impressos é sua maior capacidade de veiculação de notícias. É oportuno evidenciar ainda que os jornais regionais têm melhor abrangência dos delitos em suas cidades do que jornais nacionais.

8. Análise de resultados

Antes de apresentar a análise dos dados, é importante reforçar que não estamos, neste estudo, interpretando a relação entre taxas delitivas per se, mas apenas usando notícias publicadas em sites de jornais diários como base para inferências com respeito ao efeito da organização do tráfico em nível continental na ocorrência de roubos e na organização de grupos ligados a esse delito.
A análise parte dos dois modelos estatísticos que mensuram, separadamente, o efeito de variáveis independentes nas taxas de roubos em dois tempos (2006 e 2011). Neste estudo, analisamos os impactos da variável tráfico sobre os roubos nos dois tempos a partir de um mesmo modelo, levando em consideração três variáveis contextuais. Com essa estratégia estatística conseguimos mensurar a força isolada de cada uma das taxas sobre a variação dos roubos. A seguir apresentamos quatro tabelas com os principais resultados sobre as relações entre variáveis independentes e a dependente.

Tabela 1 – R^2 do modelo de regressão da taxa de roubo (2006) a partir de três variáveis contextuais e da taxa de tráfico (2006). V= 22.

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,535[a]	,286	,181	,152467

a. Predictors: (Constant), taxa tráfico 2006, Efetivo Policial, Gini, Densidade Demográfica

Fonte: autores

Tabela 2 – Coeficientes do modelo de regressão da taxa de roubo (2006) a partir de três variáveis contextuais e da taxa de tráfico (2006). V= 22.

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients		
	B	Std. Error	Beta		t	Sig.
1	(Constant)	,399	,239		1,667	,107
	EfetivoPolicial	,000	,000	,295	1,787	,085
	Densidade	-9,000E-6	,000	-,173	-1,029	,313
	Gini	-,564	,463	-,201	-1,218	,234
	Tráfico 2006	,165	,072	,380	2,303	,029

a. Dependent Variable: taxa roubo 2006

Fonte: autores

Tabela 3 – R^2 do modelo de regressão da taxa de roubo (2011) a partir de três variáveis contextuais e da taxa de tráfico (2011). V= 22.

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,643[a]	,413	,326	,174071

a. Predictors: (Constant), Taxa de tráfico (2011), Gini, Densidade Demográfica, Efetivo Policial

Fonte: autores

Tabela 4 – Coeficientes do modelo de regressão da taxa de roubo (2011) a partir de três variáveis contextuais e da taxa de tráfico (2011). V= 22.

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients		
	B	Std. Error	Beta		t	Sig.
1	(Constant)	,671	,279		2,405	,023
	EfetivoPolicial	-2,844E-5	,000	-,035	-,207	,837
	Densidade	-1,168E-5	,000	-,178	-1,165	,254
	Gini	-,927	,536	-,263	-1,732	,095
	Tráfico 2011	,751	,231	,545	3,255	,003

a. Dependent Variable: taxa roubo 2011

Fonte: autores

O modelo se mostrou explicativo, alcançando para o painel 2006 um R^2 de 0,28 e para o de painel 2011 um R^2 de 0,41. Em outras palavras, mais de um terço da variação nas taxas de roubo nos dois períodos pode ser explicado pelo conjunto de variáveis selecionadas, o que estatisticamente para o universo das ciências sociais é um índice satisfatório.

Densidade Demográfica – Aparece negativamente associada nos dois períodos (β de -0,173 para 2006 e -0,178 para 2011) aos roubos;

Efetivo Policial – O índice aparece positivamente associado à taxa de roubo apenas em 2006. Em 2011, sua influência é praticamente quase nula estatisticamente;

Coeficiente de Gini – Aparece negativamente associada nos dois períodos (β de -0,201 para 2006 e -0,263 para 2011) aos roubos;

Taxa de Tráfico – Aparece forte e positivamente associada aos roubos nos dois períodos (β de 0,380 para 2006 e 0,545 para 2011).

9. Considerações finais

Após medir a força das variáveis independentes, a partir de taxas de crimes reportados pela imprensa e indicadores contextuais de 22 cidades, chegamos a um rol de inferências, apresentadas aqui como nossas conclusões finais.

A constatação mais importante é de que a criminalidade no continente tem um forte caráter endógeno de organização. As taxas de roubos reportados nos dois momentos analisados (2006 e 2011) são influenciadas mais pelo tráfico do que pelos indicadores contextuais. A atuação do mercado ilegal de entorpecentes sobre roubos se revelou dinâmica, com progressiva influência do primeiro sobre o segundo delito. Qual seria a explicação? A resposta completa exige novos estudos, mas acreditamos que, ao passo que o narcotráfico se estrutura em uma região, ele passa também a organizar, ao menos em parte, o mercado de receptação de produtos roubados. Outra inferência possível é de que, como ocorre com as grandes empresas nos mercado formal, quadrilhas mais estruturadas se associam a outras bandas criminais especializadas em crimes contra patrimônio, com o intuito de diversificar sua atuação.

O estudo levantou questionamentos importantes sobre o papel das variáveis contextuais na criminalidade em nível continental. Indicou a perda de influência dos efetivos policiais sobre as taxas de crimes de roubo repor-

tados e confirmou a tendência de que essa modalidade de crime contra o patrimônio tem uma relação inversa com a situação de pobreza.

10. Referências

AMORIM, F. (2013), *O impacto do Narcotráfico na dinâmica de homicídios e roubos: relações causais em 32 metrópoles da América Latina.* Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, UFRGS, pp. 96.

BRICEÑO-LEÓN, R. (2002), "La nueva violencia urbana de America Latina". In Briceño-león, R. (ed.), *Violencia, Sociedad y Justicia en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, pp.13-26.

CANO, I.; RIBEIRO, E. (2007), "Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas". In Cruz, M. et al. (ed.),. *Homicídios no Brasil.* Rio de Janeiro: FGV, pp. 51-78.

FANDIÑO, J. (2012), *Sobreviventes, bandidos e rebeldes: o novo caráter da agressividade social na América Latina*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

FIELD, A. (2009), *Descobrindo a Estatística usando o SPSS*. Porto Alegre: Artemed.

SCHABBACH, L. (2007), *Tendências e predicadores da criminalidade violenta no Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado. Porto Alegre, UFRGS.

SELLTIZ, C; WRIGHTSMAN, L; COOK, S. (1997), *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*. São Paulo. Editora Pedagogia e Universitária

TAVARES DOS SANTOS, J. (2004*), Violências e dilemas do controle social nas sociedades da "modernidade tardia"*. São Paulo Perspec. [online]. vol.18, n.1, pp. 3-12.

ZALUAR, A. (1996), "A globalização do crime e os limites da explicação local". In Velho, G. et al. (ed.), *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, pp. 48-68.

Zaluar, A. (1999). "A globalização do crime e os limites da explicação local". In Tavares dos Santos, J. (ed.), *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, pp. 91-100.

Ilegalismos e Segurança Pública na Fronteira do Brasil com a Guiana Francesa.

Jania Perla Diógenes de Aquino UFC[1]
Joana Domingues Vargas UFRJ[2]

Resumo: Focalizamos os municípios amapaenses de Oiapoque e Laranjal do Jari que fazem fronteira com a Guiana Francesa(departamento francês que constitui a única unidade territorial pertencente à União Europeia em solo americano). São analisadas as principais modalidades de crimes e ilegalismos verificados nestas cidades. A partir de questionários, entrevistas, grupos focais e inserções etnográficas envolvendo atores da segurança pública e moradores dos dois municípios, o trabalho ressalta a importância das atividades de contrabando e a mineração ilegal sobre a economia local, argumentando que estas atividades além de envolver uma grande quantidade pessoas, desencadeiam outros ofícios ilegais engendrados para lhes dar suporte. Assim, a mineração ilegal nos garimpos desencadeia o contrabando de gênero alimentícios e vestuário, bem como o transporte ilegal e o tráfico de pessoas para atuar nas chamadas "corruptelas", regiões comerciais que se organizam nas proximidades dos garimpos. Por outro lado, o contrabando de mercadorias em pequenas embarcações no Rio Jari, Rio Amazonas e seus afluentes desencadeia todo um esquema de segurança privada não regulamentado: homens armados são contratados pelos proprietários das embarcações no intuito de se proteger dos chamados "piratas do rio", coletivos criminais que se especializam em tomar de assalto mercadorias contrabandeadas(tais como armas, drogas, roupas, gêneros alimentícios, dentre outras) transportadas em barcos grandes e pequenos. Além de chamar a atenção para as conexões entre diferentes modalidades de atividades ilegais entre si, nos municípios de Oiapoque e Laranjal do Jari, o trabalho enfatiza a ligação destas com atividades legais. São ressaltados, ainda, os desafios que se apresentam às instituições de Segurança Pública nos planos local, nacional e internacional, em decorrência das modalidades de crime recorrente nestas regiões fronteiriças.

Palavras Chave: Fronteira; Crimes; Violência; Segurança Pública

Introdução

A elaboração deste paper resulta de nossa participação na pesquisa "Segurança Pública nas Fronteiras", um diagnóstico coordenado pelo Núcleo de Estudos da Cidadania e do Conflitos Social(NECVU) da URFJ, atendendo a uma demanda da Secretaria Nacional de Segurança Pública-SENASP. Trata-se de uma pesquisa que abrangeu 588 municípios localizados na faixa de fronteira do Brasil com os demais países e territórios da América do Sul, com participação de 178 pesquisadores, entre os meses de fevereiro e setembro de 2013. No âmbito do referido diagnóstico, ficamos responsáveis por realizar trabalho de campo e produzir o relatório sobre o estado do Amapá, experiência que nos levou às questões e dados apresentados neste texto.

1. Apresentação dos Municípios

No estado do Amapá oito dos dezesseis municípios encontram-se na faixa de fronteira: Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Pracuúba, Serra do Navio. Por ocasião do mencionado diagnóstico "Segurança Pública nas Fronteiras" procedemos a realização de um levantamento quantitativo e qualitativo, envolvendo entrevistas, grupos focais e inserções etnográficas nos municípios de Oiapoque(cidade gêmea de Saint-Georges de L'Oyapock - Guiana Francesa) e Laranjal do Jari.

---

1 Professora da Pós-Graduação em Sociologia da UFC.

2 Professora da Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ

1.1 Oiapoque

O Município de Oiapoque foi criado pela Lei nº 7.578, em 23 de maio de 1945. Está localizado no extremo norte do estado, a 580 km da capital Macapá, à qual está ligado por via rodoviária (BR-154), por via marítima e aérea. O município estabelece linha de fronteira com a cidade gêmea de Saint Georges de L'Oyapock e limite internacional fluvial com a Guiana Francesa, por meio do rio Oiapoque que deságua no Oceano Atlântico, próximo ao Cabo Orange.

Mapa - Município de Oiapoque e Fronteiras

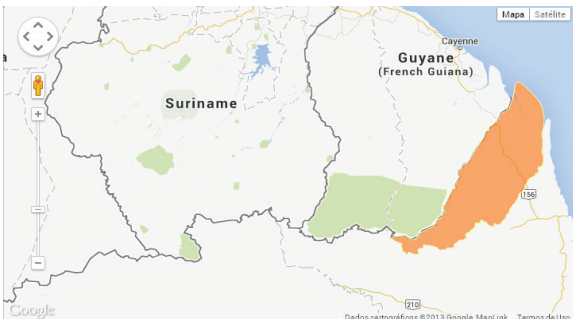

Fonte:http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=160050&search=amapa|oiapoque
(acessado em 20 de setembro de 2013)

O termo Oiapoque, origina-se da língua Tupi (oyap oca), que significa "Casa dos Oiampis" ou "casa dos guerreiros ou parentes". Consta que o lugar onde é hoje a cidade de Oiapoque foi, inicialmente, uma aldeia dos índios Oiampis. Posteriormente, durante a febre de ouro do final do século XIX, foi transformado em vila por imigrantes *créoles* e antilhanos, recebendo a denominação de Martinica. A vila desenvolveu-se servindo de ponto de apoio e de lazer para os garimpeiros e do trabalho dos seus habitantes em usinas de extração de essências de madeiras existentes ao longo do rio Oiapoque. Com o objetivo de neutralizar a influência francesa na região, contestada durante três séculos com a França, foi criada, em 1922, a colônia agrícola de Clevelândia. Em 1927, com a decadência da colônia planejada, a população do núcleo vizinho transferiu-se para a vila Martinica que passou a ser chamada de Vila do Espírito Santo. Em razão da atividade econômica ali desenvolvida e das relações e redes sociais estabelecidas com os habitantes do outro lado do rio, essas populações transfronteiriças caracterizaram-se pelo movimento constante e por trocas legais e ilegais historicamente estabelecidas. Ao longo do tempo, essas relações foram se tornando assimétricas e hoje os brasileiros são vistos como problema pela população guianense em geral, pelo governo local e em particular pela polícia que hoje adota uma política draconiana de cerceamento do ir e vir dos brasileiros que não encontra reciprocidade em relação aos guianenses do lado brasileiro.

Na região encontram-se as maiores tribos indígenas do Estado, dentre as quais os Karipuna (aldeias do Manga), os Galibi do Oiapoque, os Galibi Marwono e os Palikur. Estas diferentes etnias constituem um segmento populacional consideravelmente representativo no contingente populacional do município. Estão situadas nas terras indígenas Uaça, Galibi e Jumenã, demarcadas e homologas, configurando uma grande área contínua cortada a oeste pela BR 156 que liga Macapá a Oiapoque (Vidal, 2009). Na BR 156, aproximadamente 150 km da estrada ainda não foram pavimentados, dificultando o seu tráfego, particularmente durante o período de chuvas. É importante ressaltar que a maior parte da população do Oiapoque é formada por migrantes oriundos de diferentes cidades e regiões federação, sendo mais numerosos os procedentes do Pará e do Maranhão.

Há alta densidade institucional de segurança pública no município com Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional, Justiça, Ministério Público, Conselho Tutelar e Receita Federal e uma Companhia Especial de Fronteira. Segundo os atores institucionais locais, o fato de o município do Oiapoque estar situado próximo à fronteira é considerado positivo para seu o desenvolvimento econômico.

1.2. Laranjal do Jari

O município de Laranjal do Jari foi criado pela Lei nº 7.639, em 06 de dezembro de 1987, está localizado ao Sul do estado (Mesorregião Sul), a 320 km da Cidade de Macapá. Limita-se com os municípios amapaenses de Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Mazagão e Vitória do Jari, e com o Estado do Pará, (ficando bem em frente à cidade de Laranjal do Jari a cidade de Monte Dourado, que pertence ao Município de Almeirim), e ainda com Suriname e com a Guiana Francesa.

Mapa: Município de Laranjal do Jari e Fronteiras

Fonte: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=160027&search=amapa|laranjal-do-jari(acessado em 20 de setembro de 2013)

A denominação de Laranjal deve-se a um pequeno laranjal que existia às proximidades, quando da instalação do povoado, por ocasião da implantação do Projeto Jari Celulose. O Projeto Jari foi o maior latifúndio já pretendido no planeta. O norte-americano Daniel Ludwig comprou mais de um milhão e meio de hectares de terras onde cultivou arroz, criou gado bubalino e instalou a sua fábrica de celulose. Esta fábrica, juntamente com uma usina termoelétrica, foi transportada em plataformas flutuantes que navegaram durante três meses do Japão ao Brasil, aportando no Rio Jari em 1978. O município fica localizado à margem esquerda do rio Jari, em frente à cidade de Monte Dourado - PA, separado pelo rio por apenas 243 metros. Monte Dourado foi concebido para receber os trabalhadores da fábrica de celulose. Projetada com traçados de vias largas, nela foi instalada uma série equipamentos urbanos, tais como escola, hospital, supermercado, etc.. Em flagrante contraste, o lado amapaense do rio Jari sofreu ocupação espontânea composta pelos não contemplados no projeto, pelos que perderam o emprego ou que lá se instalaram em busca de trabalho temporário. Essa ocupação que foi tomando a forma de uma enorme favela em palafitas foi denominada, ainda na década de 1970, de Beiradão, por ser zona de prostituição e local de outras tantas atividades ilícitas. Em 1987, em decorrência de seu rápido crescimento, a ocupação foi transformada no município de Laranjal do Jari. Hoje é o terceiro município mais populoso do estado (considerado também a primeira e maior favela do Amapá) e sua infraestrutura está muito avançada para o que era, com ruas e avenidas asfaltadas, moradias com água tratada, luz elétrica e a estrada, - BR-156 - que interliga a sede à capital Macapá. O rio Jari que é divisor entre os estados do Amapá e Pará é navegável e é muito utilizado, não apenas para escoamento de produção, quanto para o transporte de passageiros. Um dos deslocamentos cotidianos das pessoas que cruzam o rio para irem trabalhar se faz em barco da sede de Laranjal do Jari/AP para Monte Dourado/PA.

2. Segurança Pública e Atividades ilegais no Oiapoque

Operadores das instituições de Segurança Pública entrevistados no município do Oiapoque afirmam que o comércio local está fundamentalmente voltado para o abastecimento dos garimpos ilegais situados na Guiana e que "apesar de ilegais, atividades como o contrabando e tráfico de mercadorias ilícitas dinamizam a economia do município"; Dentre os problemas específicos que a situação de fronteira apresenta no Oiapoque foram

assinalados: mineração ilegal, imigração ilegal, tráfico de crianças e exploração sexual infanto-juvenil, tráfico de mulheres, crimes ambientais, tráfico de drogas e armas, contrabando de ouro.

Quando indagados sobre a sensação de segurança ou insegurança em suas atividades cotidianas, os moradores da cidade que concederam entrevistas ou participaram dos grupos focais afirmaram que não sentem medo de transitar pela cidade, (inclusive à noite), nem presenciaram ocorrências de violência com frequência. As modalidades de crimes que parecem modelar a percepção dos moradores sobre este fenômeno são os furtos e roubos. Foram relatados furtos de objetos como celulares e também grandes assaltos envolvendo pessoas que portavam elevadas quantias de ouro ou dinheiro. Também foram mencionados homicídios ocorridos em anos anteriores, que teriam chocado a cidade, pessoas que foram assassinadas e seus matadores não chegaram a ser identificados pelas polícias locais. Também foi muito recorrente que nossos entrevistados mencionassem crimes sexuais. A exploração sexual de menores associada à prática da prostituição não foi apresentada em tom de gravidade. A percepção predominante é de que as adolescentes na região iniciam-se cedo nas práticas sexuais.Também o estupro apareceu nas falas de vários entrevistados como sendo um crime recorrente e grave. No que se refere às drogas, a população se mostrou assustada com o uso de drogas, sobretudo, o crack, por uma parte dos jovens da cidade. Foram mencionados alguns pontos de venda de droga. Os entrevistados, no entanto, não acreditam que haja circulação em grandes quantidades de drogas na cidade. Um tema que ganhou relevo nas entrevistas e no grupo focal foi a corrupção política tida como disseminada na administração pública do Oiapoque e de outros municípios do estado do Amapá. Um dos entrevistados chamou a atenção para a cassação de quatro prefeitos do município nos último quatro anos. Também, foi citado como recorrentes que vereadores e ocupantes de cargos comissionados na prefeitura sejam cassados por causa de desvio de verbas e por mau uso do dinheiro público.

Os participantes do grupo focal reconhecem a presença de várias modalidades de Polícia na cidade e a elas se referem como bem equipadas. No entanto, a presença de tantas forças policiais diferentes confunde a população que não sabe a qual Polícia recorrer em situações que precisam de atendimento. Não há clareza sobre a divisão de trabalho e atribuições de cada uma das polícias atuantes no Município. Alguns se queixaram da Polícia Militar, apresentada como ineficiente e corrupta. Uma parte dos entrevistados acredita que essa polícia mantém acordos com quadrilhas de assaltantes e traficantes do lugar e os indícios deste vínculo ilegal seriam, segundo ela, a dificuldade que a PM encontra para localizar e prender pessoas que são conhecidas no lugar por assaltar ou vender droga. A Polícia Civil também foi criticada por também ter dificuldades em identificar e prender assaltantes e traficantes atuantes na cidade, mas, sobretudo, pela ineficiência nas investigações de alguns casos de homicídios ocorridos em 2012 que teriam causado comoção na cidade. A Polícia Rodoviária Federal, recém instalada, foi mencionada quanto a sua relevância para conter o contrabando das mais diversas mercadorias e o tráfico de drogas e armas pela via terrestre. Dentre todas as instituições de segurança mencionadas, o BOPE é o que obteve avaliação mais positiva.[3] Alguns entrevistados ressaltaram que o BOPE consegue localizar, prender, e não raro, matar assaltantes e traficantes que as polícias locais já tinham identificado, mas não havia se empenhado em prender.

A figura, que se segue, ilustra as principais dinâmicas existentes entre as cidades de Saint-Georges e de Oiapoque. Atualmente a circulação entre os dois países é realizada por catraia que leva de 10 a 15 minutos entre as duas cidades. Em Saint-Georges os oiapoquenses frequentemente vão fazer compras, em virtude das vantagens quanto ao preço e qualidade dos produtos, principalmente dos eletrodomésticos, além dos uísques, vinhos, perfumes etc. Já o comércio de Oiapoque abastece a cidade vizinha de alimentos, cigarros, móveis e medicamentos. Oiapoque é local de espera para a entrada clandestina na Guiana Francesa, para a atividade do garimpo de ouro ilegal ou para aqueles que buscam trabalho nas cidades de Caiena e Kourou. As principais mercadorias, em circulação do país vizinho para o Brasil são: ouro, moeda, bebidas, eletroeletrônicos, cosméticos e perfumes, munição e armas, mais particularmente a espingarda. As mercadorias mais citadas dentre as principais apreendidas em 2012 foram crack, espingarda e munição. Os tipos de drogas apontados como os mais comer-

3 O Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar – BOPE - atua em todo o estado do Amapá em missões específicas.

cializados, em ordem de maior para o menor volume, foram crack, maconha, cocaína, sintéticos e pasta base. Contudo, de maneira geral, foi reconhecido que o tráfico de drogas não é significativo no município.

As dinâmicas sociais e econômicas do município de Oiapoque estão fortemente vinculados à fronteira com um departamento ultramarino francês - em que a cidade guianense de Saint George é porta de entrada -, e às demandas das regiões onde se desenvolve a mineração ilegal do ouro. As primeiras levas migratórias de brasileiros para a Guiana Francesa datam ainda da década de 1960, estimuladas pelo governo francês para a construção da base espacial de Kourou. Rejeitado a partir dos anos 80, o movimento migratório permaneceu contínuo, motivado pela diferença de moeda, oferta de serviços públicos em geral e médicos em particular, direitos e, mais recentemente, por outras vantagens decorrentes do pertencimento à União Europeia.

Mas foi a partir das demandas relacionadas à mineração ilegal e como ponto logístico de passagem para a Guiana que a cidade de Oiapoque de fato cresceu, respondendo aos surtos da mineração e atendendo ao garimpo ilegal, funcionando como seu centro de abastecimento, de opção de lazer dos garimpeiros e de local de investimento em bens móveis e imóveis daqueles que conseguiram juntar ouro em grande quantidade. Em razão disto, o desenvolvimento urbano de Oiapoque, em contraste com a sua congênere francesa, deu-se desordenadamente, com construções e traçados de avenidas que não seguem padrões arquitetônicos ou urbanísticos. Ainda hoje, parte das ruas não é asfaltada, tampouco apresenta calçamento. As vias públicas são precariamente sinalizadas e vários trechos não dispõem de iluminação. O saneamento básico é insatisfatório ou inexistente em algumas regiões da cidade e a energia elétrica nem sempre é eficiente, sendo recorrentes as quedas e apagões. Embora seja contemplada com várias modalidades de instituições de segurança pública e do Poder Judiciário, além de escolas públicas de primeiro e segundo grau, universidades e pós-graduações particulares, a cidade é deficiente em serviços e equipamentos urbanos, bem como de lazer a atividades culturais.

A recorrência da prostituição de maiores e da exploração sexual de menores na única praça da cidade gerou a insatisfação de moradores, de alguns políticos, bem como de autoridades locais e representantes religiosos, levando o prefeito da cidade a desativar a praça, sob alegação de pretender efetuar uma reforma. O lugar foi aterrado e passou a ser utilizado durante as tardes por jovens, sobretudo, do sexo masculino, para a prática do futebol. Hoje, além de alguns bares, a única atração visível de lazer noturno na cidade é um cabaré localizado nas proximidades da praça que foi desativada. Nos fins de semana, os moradores costumam adotar, como lazer, o banho em algumas cachoeiras localizadas próximas à sede do município. Não há opções na cidade para um turismo de qualidade, voltado para os guianenses; este acaba reduzido à compra de mantimentos e ao turismo sexual.

Uma característica marcante da população do Oiapoque, além de ser composta por vastos contingentes de imigrantes, é ser itinerante. Há um intenso movimento dos indígenas que, há décadas, mantêm contatos frequentes com os moradores das duas cidades gêmeas, vendendo os seus produtos agrícolas. Há um fluxo intenso e contínuo de pessoas indo ou vindo do país vizinho, seja em busca de se inserir na mineração legal ou ilegal, seja em busca de outras oportunidades de trabalho na Guiana Francesa. Também itinerantes na cidade são os funcionários públicos, visto que boa parte deles presta concursos estaduais ou federais para instituições públicas no Oiapoque, mas aguardam uma oportunidade para serem transferidos. Alguns entrevistados argumentaram que a condição temporária de uma parte dos moradores da cidade e a grande quantidade de pessoas que passam pelo município a caminho do país vizinho são, em parte, responsáveis pelo atraso na infraestrutura física e na precariedade de serviços básicos. Sem o intuito de permanecer no lugar não haveria o interesse em reivindicar, dos poderes constituídos, uma ação mais efetiva.

Se o principal ilícito transfronteiriço no Oiapoque é o garimpo ilegal do ouro, há outros ilícitos, tais como contrabando de ouro, tráfico de pessoas, contrabando de armas, contrabando de gêneros alimentícios, circulação de drogas e crimes, como os de roubo e de homicídios, que estão, em boa medida, relacionados a esta atividade. Na atualidade, como a atividade de garimpo vem ocorrendo especialmente nas matas e nos rios guianenses e tendo em vista o aumento das forças de repressão e a desativação, na cidade, das atividades de lazer voltadas para esse público, boa parte dos problemas a ele associados encontram-se hoje situada no lado guianense e em localidades fora da sede do município, embora este seja partícipe importante da situação que os configuram.

O garimpo no Oiapoque teve início ainda em meados dos anos de 1980. Naquela época, o ouro era extraído, tanto do lado brasileiro quanto do lado francês, por meio de balsas instaladas no rio binacional. Nos anos 90, a reação tardia dos governos do Brasil e da França já era insuficiente para fazer frente ao fenômeno, impulsio-

nado com a revelação de um estudo do governo francês confirmando a presença abundante do ouro na região. Com a propagação da notícia, as matas guianenses e o rio Sikini (que deságua no rio Oiapoque) não tardaram a serem invadidos por garimpeiros brasileiros. A maioria, originária de localidades pobres dos estados do Pará e do Maranhão e desejosa de tirar a "sorte grande" no garimpo (praticamente única forma de mobilidade social para essas populações). Em razão do controle (especialmente do lado francês e na década de 2000), outras localidades desenvolveram-se em apoio ao garimpo, como é o caso de Vila Brasil e Ilha Bela, ambas situadas aproximadamente a 100 quilômetros da sede do município e em frente à vila indígena de Camopi.

O garimpeiro é visto como um trabalhador capaz de atos hercúleos para alcançar o seu intento. Trabalha de sol a sol, adentra quilômetros de mata, enfrenta doenças e, muitas vezes, acaba ganhando uma ninharia. Do ouro apurado, só 30% fica com aqueles que fazem o trabalho pesado, (a ser repartido entre eles), uma parcela fica com o gerente e o restante, e maior parte, fica com o dono das máquinas e dos equipamentos – o patrão -, que às vezes nem aparece no garimpo. Além dos garimpeiros, há muitos outros personagens e atividades associadas aos garimpos. Homens que comercializam os mais variados produtos na corruptela, mulheres que para lá se deslocam no intuito de desenvolver atividades comerciais, serviços domésticos e prostituição, além de meninas menores de idade que são aliciadas para trabalhar nos cabarés oferecendo serviços sexuais aos garimpeiros; todos realizando as suas trocas em ouro.

Também há homens e coletivos de homens que ingressam nas cidades guianenses e no universo do garimpo no intuito de praticar assaltos. Seus alvos são os mais variados: garimpeiros que juntam grande quantidade de ouro, compradores de ouro, vendedores que trocam suas mercadorias com os garimpeiros por ouro, etc. Já os assaltantes brasileiros nas cidades da Guiana costumam roubar residências e estabelecimentos comerciais, atividade relativamente fácil, já que a população guianense ainda tem o hábito de sair de casa sem trancar portas ou travar portões de suas residências. Neste sentido as diferentes circunstâncias e personagens por meios dos quais circulam o ouro tornam-se alvo das quadrilhas que migram para os garimpos e corruptelas.

Em Oiapoque, garimpeiros e compradores de ouro e donos de joalherias são também alvos de assaltantes que tendem a se evadirem nas matas. O mesmo ocorrendo com comerciantes que enviam ouro contrabandeado de Oiapoque para Macapá ou que tenham joalheiras de São Paulo como destino final. O trajeto do ouro até Macapá costuma ser feito em transportes ilegais. Até recentemente, ocorria de veículos que transportavam a mercadoria serem interceptados por numerosas quadrilhas de assaltantes armados. Um maior controle exercido na estrada que liga à Macapá, especialmente pela Polícia Rodoviária Federal, tem buscado coibir o contrabando e impedir a ocorrência de roubos.

Quanto às redes de aliciamento de meninas menores, um dos entrevistados, corroborando o que se vem descobrindo a respeito deste tipo de tráfico, afirmou ser muito difícil identificar e desbaratá-las. E a razão desta dificuldade reside, no fato de que as meninas não denunciam, porque depois que começam a ganhar, elas mesmas tornam-se parte do esquema. Em geral, são meninas, com idade a partir dos 13 anos, muito pobres, trazidas por aliciadores do interior do Amapá, do interior do Pará e do Maranhão, conforme a demanda dos donos de cabaré e com base no sistema de dívidas contraídas com despesas de deslocamentos, alimentação e vestuários, muitas das quais realizadas na cidade. O mais comum é as meninas não serem obrigadas a permanecer na atividade e, após saldarem a dívida, passarem a administrá-la sozinhas.

A partir dos anos 2000, a criação do lado brasileiro de áreas de conservação, tal como o Parque de Tumucumaque e, na região do Oiapoque, uma ação mais articulada entre as instituições de segurança pública, de defesa e do meio ambiente (Instituto Chico Mendes e, com destaque, as ações do IBAMA), têm resultado em um maior controle das áreas brasileiras de garimpo. Ocasionalmente são identificadas algumas incidências de mineração ilegal no Parque do Tumucumaque, embora pouco produtiva. Do lado francês, dada a intensidade da atividade (hoje as autoridades francesas estimam em 10.000 o número de garimpeiros brasileiros ali instalados) e a dificuldade de acesso aos sítios de exploração, a estratégia utilizada na repressão tem sido a queima e destruição do abastecimento e do transporte voltados para a realização desta atividade (barcos, combustíveis, alimentos, motores, maquinário, etc.), realizada no lado francês do rio Oiapoque.

Em 2008, segundo um dos entrevistados, mais de 150 locais de garimpo haviam sido identificados pelas autoridades francesas. Hoje, apesar do acordo assinado entre os presidentes Lula e Sarkozi para acabar com

o garimpo na região e mesmo com forte repressão à atividade,[4] especialmente do lado francês, a cidade de Oiapoque permanece como o principal centro de abastecimento desta atividade clandestina. Nas entrevistas realizadas, não raro, os moradores da cidade afirmaram ser a cidade de Oiapoque uma "corruptela" de garimpo, em referência à aglomeração formada de um conjunto de comércios e serviços localizados nas proximidades aos garimpos visando atender a suas diferentes necessidades. De acordo com um dos relatos, há um fluxo de pelo menos 30 garimpeiros chegando todos os dias à cidade, seja para vender ouro, seja para fazer compras ou para se divertir em um dos prostíbulos da cidade, isso sem contar todo o comércio que gira em torno do abastecimento, movimentando a economia da cidade.

Para muitos, a força do ouro hoje já não é mais a mesma do passado. Este foi um discurso recorrente, formulado por diferentes entrevistados que se referiram à decadência da atividade. Para outros, o ouro continua sendo o carro-chefe que movimenta a cidade, porém de forma mais acobertada. A falta de alternativas para o desenvolvimento da região é apontada como uma das principais dificuldades para se proceder ao estrangulamento do abastecimento do garimpo em Oiapoque. Teme-se com isto, que a cidade pare, criando um problema social gigantesco do lado brasileiro.

Ainda assim, as forças de segurança pública, defesa e instituições ambientais vêm atuando, nessa direção, buscando realizar um maior controle nos postos avançados de abastecimento de Vila Brasil e de Ilha Bela. O acesso ao local não é fácil, dada a existência de trechos encachoeirados, mas um pequeno destacamento do exército encontra-se na área, desde 2008, atuando no controle. Depois de idas e vindas, sobre como controlar, a orientação mais recente tem sido de não apreender as mercadorias (por mais que se saiba que são destinadas ao garimpo), visto se tratar de mercadorias compradas legalmente.

De todos os ilícitos que giram em torno do garimpo, os franceses se sentem especialmente atingidos pelo uso descontrolado do mercúrio, responsável pela contaminação dos rios e pela alteração na biodiversidade da floresta. A *Gendarmerie* francesa vê-se confrontada, também, aos crimes de homicídio e de roubos típicos do garimpo e incomum para os padrões de crimes na metrópole francesa.[5] Segundo o comando desta instituição em Saint-Georges, em 2012 foram registrados na Guiana Francesa 80 homicídios, para uma população de 250.000 habitantes, a maioria deles ocorridos na selva em disputas envolvendo garimpeiros brasileiros. E isso sem contar o encontro de ossadas. Os conflitos mais comuns, que resultam em morte, são disputas por mulheres e desentendimentos (geralmente na presença de álcool e eventualmente de crack), justiçamentos, dentre outros. É nesse contexto que o contrabando de arma ganha expressão. Legal na Guiana Francesa, a espingarda de calibre 12 mm, utilizada particularmente pelos indígenas para caçar, acaba sendo letal no garimpo.

Encontra-se instalado na unidade da *Gendarmerie,* em Saint-Georges, um centro de cooperação policial que conta com um oficial de ligação brasileiro, da Polícia Federal, e um oficial de ligação francês, da *Gendarmerie*. O centro é inspirado na Interpol – organização policial internacional – e é hoje prática comum de cooperação entre os países europeus. A cooperação no centro consiste principalmente em trocas de informações em tempo real. Os policiais franceses, conforme por eles explicitado, são impossibilitados de realizar investigações no Brasil e confirmar informações, geralmente obtidas com a detenção de suspeitos, o mesmo sendo válido para a polícia brasileira em território francês. Por meio dos oficiais, as informações em bancos de dados ou inteligência do outro país são acessadas legalmente. Os oficiais que atuam no centro não realizam investigações, mas trocam informações que permitem progredir mais rápido nessas investigações. Em futuro próximo prevê-se a participação da Aduana, como ocorre nesses centros na França. Pedido para que a Receita Federal esteja

---

4Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na Área da Luta Contra a Exploração Ilegal do Ouro em Zonas Protegidas ou de Interesse Patrimonial, celebrado no Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 2008.

5 Em Saint-Georges, a unidade da *Gendarmerie* conta com 5 sargentos, 2 soldados cabos e o apoio de três sargentos da polícia de choque. Na repressão ao garimpo ilegal, além da PAF que é especializada na luta contra a imigração clandestina, conta ainda com o apoio da polícia de choque de Caiena e da Legião estrangeira.

presente foi feito na última reunião da comissão mista de fronteira que se reúne anualmente.[6] A iniciativa é vista positivamente do lado brasileiro, porém há o entendimento de que prevalecem os interesses franceses na cooperação e que este centro só existe porque o interesse deles é maior do que o nosso. De fato, são inúmeras as ocasiões em que a polícia francesa procura uma maior aproximação e a realização de operações conjuntas, não apenas com a Polícia Federal, mas com todas as forças nacionais ali presentes.

Como afirmou um entrevistado: "Brasileiro vai para a Guiana praticar crimes, porque tudo lá é crime, garimpo é crime, prostituição é crime, trabalho ilegal é crime". A lei francesa reforçou a expulsão, desde 2005, com o código que regula a entrada e permanência de estrangeiros no país (CESEDA).[7] A partir de 2007, o código passou a ser aplicado com mais vigor ainda na Guiana Francesa e, segundo a quantidade de entradas ilegais, determinando a recondução, prisão, julgamento (de acordo com alguns relatos, sem intérprete) e deportação. Esse endurecimento em relação ao garimpo e ao seu abastecimento, e também em relação à imigração ilegal, vai de par com o aumento das forças de repressão francesa na região, tanto aquelas referentes à Police aux Frontières (PAF) quanto à *Gendarmerie.* A PAF, por exemplo, que chegou a Saint-Georges com a abertura da estrada RN2, vinda de Régina, teve o seu contingente ampliado desde então. Hoje a Guiana é o local de maior relação polícia população da França.

Também na visão do comando da PAF, o garimpeiro é um explorado. Sujeito a trabalho quase escravo e a contrair malária, ele constituiria o elo fraco da rede (a base da pirâmide desse negócio ilícito). E, por isso, ele não deve ser o principal alvo da repressão. Maior severidade deve ser dirigida àqueles que alimentam o negócio, vendendo gêneros necessários a preços exorbitantes e àqueles que são donos dos garimpos (as cabeças) que, segundo o entrevistado, são comerciantes que moram em Oiapoque e em Calçoene. Mas, argumenta ainda o comando, mesmo tendo informações e fotos dessas pessoas, como elas nunca colocam o pé na França, não é possível pegá-las.

Os discursos do lado brasileiro, em boa medida, dão conta de que muitos daqueles envolvidos na atividade de abastecimento são também trabalhadores que buscam formas de sobrevivência e que não poucas vezes se revoltam com os víveres e equipamentos destruídos. Não raro os conflitos entre a polícia francesa e aqueles pequenos varejistas, que abastecem em *loco* o garimpo, terminam em tragédia. Em junho de 2013, por exemplo, as polícias Civil e Federal de Oiapoque confirmaram que um catraieiro, de nacionalidade brasileira, foi morto por um policial francês. Segundo a Polícia Civil, o catraieiro fazia transporte de produtos clandestinos e de índios da comunidade Camopi para o garimpo de Sikini, localizado na Guiana Francesa.[8]

A alternativa de legalização de garimpos (já existem vários na Guiana) ou de criação de cooperativas, como forma de controlar o uso do mercúrio e tirar da clandestinidade muitos brasileiros, não parece estar no horizonte do governo francês que, tem por prioridade, não a extração do ouro, mas a proteção da biodiversidade das suas florestas. O quanto eles conseguirão ser bem sucedidos no controle e repressão a esta atividade, em uma área tão extensa e com densa cobertura de florestas que é esta região, é uma questão em aberto. Do lado brasileiro a grande demanda é por alternativas de desenvolvimento para a região, por estímulo de atividades econômicas que possam substituir o garimpo e também agora, com a abertura da ponte binacional, que possam substituir a atividade dos catraieiros que será drasticamente reduzida, tirando-os assim do risco de se voltarem para a atividade do garimpo ilegal.[9]

---

6 A Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil/França (CMT) é uma instância de cooperação diplomática que visa facilitar as relações entre a Guiana Francesa e o Estado do Amapá.

7 Trata-se do código francês relativo aos estrangeiros que foi criado em 2004.

8 Cf. notícia disponível em: http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2013/06/catraieiro-morre-em-territorio-frances-corpo-sera-levado-ao-ap.html. Acesso em: 23/10/2013.

9 Os Catraieiros têm protagonizado algumas situações de conflitos violentos, envolvendo inclusive as instituições de Segurança Pública do Oiapoque. No ano de 2011, esse movimento social organizou uma greve de 48 horas, paralisando suas atividades e a atendendo apenas casos de emergência. A iniciativa teria contado com amplo apoio da população local, mas acabou havendo um acirrado conflito com a Polícia Federal.

3.Segurança Pública e Atividades ilegais em Laranjal do Jari

Com base na percepção dos representantes da Polícia Civil, da Polícia Militar e da Justiça entrevistados, os crimes mais frequentes no município são furtos e venda de drogas. Há uma percepção geral de que os tipos mais frequentes de furtos serem a transeunte, em residência, comércio e de motocicletas. O mesmo ocorrendo em relação aos roubos. Com relação às ocorrências de estelionato ou fraude, foram mencionados os pequenos golpes populares, fraudes no comércio e cheques sem fundo. O crime de extorsão foi mencionado apenas por operadores da justiça. Há consenso quanto às duas principais situações em que ocorrem lesões corporais dolosas serem em situação doméstica e brigas de bar, havendo também lesão dolosa decorrente de conflitos de propriedade. Já as três causas assinaladas para os homicídios dolosos foram as brigas de bar, roubo, as situações domésticas e conflitos em acerto de contas entre criminosos. Dentre os crimes sexuais, os mais frequentes em Laranjal do Jari são o estupro ou abuso sexual de menores de idade, exploração sexual infanto-juvenil, atos libidinosos e estupros ou atentado violento ao pudor de mulheres adultas. Dirigir sem habilitação apareceu também de maneira unânime como a mais frequente dentre outras ocorrências. Já os atos infracionais praticados com maior frequência por menores de idade em Laranjal do Jari foram furto e porte de arma.

O peso da prostituição na cidade é um consenso na fala dos entrevistados. Envolvendo muitas vezes menores de idade, a prostituição segue sendo forte na cidade. Ela costuma ocorrer tanto nas ruas, quanto em bares que, de forma precária, oferecem o serviço. Ela está associada ao tráfico e ao consumo de drogas, seja porque muitas vezes as prostitutas são consumidoras e a prostituição é uma forma de gerar recursos, seja porque a prostituição vem associada ao tráfico para os clientes. Além de servir ao usufruto dos habitantes locais, soma-se a demanda de moradores de cidades vizinhas que vêm até Laranjal no intuito de se servirem da prostituição. Além das regiões da cidade onde é comum a concentração de prostitutas e dos bares que oferecem o serviço, há redes de aliciamento, agenciando para os forasteiros as meninas potencialmente disponíveis. Apesar disto, não se fala de tráfico de pessoas, e, segundo depoimentos, apenas algumas poucas mulheres se transferem (muitas vezes sem serem forçadas) para os países fronteiriços (Guiana Francesa e Suriname) para se prostituírem nas regiões de garimpo lá existentes ou então para trabalharem no garimpo.

Outra prática comum é o abuso de menores. Segundo os entrevistados, a prática teria um lastro cultural. Estes são unânimes em destacar a iniciação sexual precoce das adolescentes. É comum que o parceiro seja alguém mais velho – fala-se de pessoas com quarenta, cinquenta e até sessenta anos.

Tanto a prostituição quanto o abuso de menores trazem consigo uma ambiguidade e uma dificuldade do ponto de vista de sua criminalização: “Eu trabalho num crime em que não tem vítimas”, diz o responsável pela Delegacia da Mulher. Ocorre que, não obstante a indignação dos entrevistados, as relações entre meninas menores de idade e homens mais velhos são consensuais – as meninas não se reconhecem na figura da vítima de abuso. Quando reconhecem que há a relação, negam que haja algum tipo de remuneração – também não se reconhecem na figura da prostituta. Nesta linha, é constante a fala de que a prostituição seria algo “cultural” da cidade.

O alto índice de violência doméstica é outro consenso entre os entrevistados. Diretamente relacionada ao consumo de álcool, são frequentes as situações em que o marido agride fisicamente a mulher. As festas locais são apontadas como o palco típico para o estopim das desavenças: os ciúmes e a agressividade dos homens atiçados pelo consumo de álcool cobram seu preço quando as mulheres, enlevadas no clima festivo, tomam liberdades que os primeiros encaram como afrontas ao seu orgulho. Neste contexto, uma figura constante é a Lei Maria da Penha: muitos casos têm sido nela enquadrados. Uma razão recorrente para conflitos entre marido e mulher são as traições conjugais protagonizados por esposas e namoradas. Quando ocorre do homem traído tomar conhecimento da vida extraconjugal de sua esposa, não raro, a violência doméstica ocorre e se traduz em casos de agressões e até tentativa de assassinato contra a mulher adúltera. Em alguns casos, o amante da esposa também passa ser alvo do esposo traído que tenta agredi-lo ou mesmo matá-lo.

Neste mesmo quadro são frequentes os conflitos interpessoais. É comum que, nos finais das festas ocorram brigas e, estas, levem a morte de um dos oponentes. Usualmente tais crimes são cometidos com armas brancas. Tais crimes costumam ocorrer particularmente na região do Beiradão e nos conjuntos habitacionais construídos recentemente. “Fofocas” entre vizinhos,“boatos” e o vai e vem de informações sobre a vida íntima das pessoas, não raro desencadeiam desentendimento, inimizades e agressões. Para alguns entrevistados, um dos

elementos que ameniza a violência nos conflitos entre vizinhos residindo tão próximos, são os laços de parentesco que são desenvolvidos entre os filhos e netos dos primeiros moradores.

Segundo os entrevistados, há um alto índice de furtos e roubos na cidade. Tais crimes são praticados, sobretudo, contra transeuntes e os objetos roubados são dinheiro, celulares e bicicletas. Os crimes estariam relacionados com a parca iluminação da cidade e ao consumo de drogas: os furtos seriam uma forma de os usuários conseguirem dinheiro para alimentarem seu consumo. É frequente também o furto a estabelecimentos comerciais envolvendo arrombamento. Muito se reclama nas entrevistas da falta de iluminação na cidade e da precariedade das vias públicas. A ausência de iluminação é apontada como um facilitador para a prática de roubos a transeuntes à noite.

O consumo de drogas e álcool é outro elemento constante na fala dos entrevistados. Tomando, entretanto, como parâmetro as grandes cidades brasileiras, os entrevistados dizem que os níveis de consumo drogas não se configuram como alarmantes. O crack é uma das drogas consumidas na cidade e alguns usuários têm sido mandados a centros de tratamento localizados em outras cidades, uma vez que Laranjal não dispõe deste tipo de serviço. O consumo de álcool foi apontado por alguns entrevistados como alarmante, estando ele diretamente relacionado à violência doméstica e à violência interpessoal.

Os crimes de homicídios, lesões corporais e roubos – são praticados com o auxílio de armas brancas; há poucas armas de fogo em circulação na cidade. Além disso, os homens seriam frequentemente autuados pelo porte de armas brancas, as quais utilizam quando transitam à noite pela cidade sob a justificativa de se prevenirem contra os roubos praticados nas vias públicas mal iluminadas.

Há em Laranjal do Jari três grupos de traficantes que rivalizam uns com os outros. Eles estão distribuídos pelas diferentes regiões da cidade. Exceto quando acaba seu estoque de mercadorias e, então, precisam realizar empréstimos, os diferentes grupos de traficantes não se comunicam entre si, há certa rivalidade entre eles. Mas nem a população, nem a Polícia consideram essa atividade criminal organizada ou de grande porte. Uma parte dos moradores entrevistados ressaltou a corrupção policial, que permite que esses grupos continuem atuantes, pois a sua permanência é de conhecimento de todos.

Há uma relação umbilical entre Laranjal do Jari e Monte Dourado, cidade vizinha, que pertence ao Pará. Tal relação foi responsável pelo florescimento deuma das principais práticas ilegais da cidade: a prostituição e a exploração sexual infanto- juvenil. Segundo os entrevistados, antigamente era vetada a existência de bares e boates em Monte Dourado, assim como a entrada de pessoas que não fossem trabalhadores da empresa, havendo restrições inclusive para a entrada de parentes. Laranjal, então, especializou-se em oferecer tal tipo de serviço para a cidade de Monte Dourado.

Assim como o projeto Jari Celulose, também o garimpo tem uma dimensão constitutiva para Laranjal do Jari. Até meados da década de noventa, a cidade é descrita pelos entrevistados como uma espécie de corruptela do garimpo. Motivados por disputas em torno do ouro e levados a cabo por "jagunços", os homicídios eram corriqueiros: "não passava um dia sem que morresse alguém". A violência era exercida de forma ostensiva: andar armado pelas ruas da cidade era algo comum e os crimes eram cometidos em plena luz do dia, diante de farta plateia. A exibição de armas e as mortes eram, pois, parte da dinâmica da violência que se configurou em torno do garimpo.Também o garimpo alimentava a prostituição na cidade: neste caso, a ausência de laços familiares somava-se às vultosas – porém fugidias – somas de dinheiro resultantes da caça ao ouro.

Em meados da década de 1990, a cidade recebeu uma "força tarefa" composta por diversos agentes de segurança. Vinda de fora e planejada sem o conhecimento das autoridades locais – demasiadamente comprometidas com a estrutura de poder e violência então vigente – a ação é narrada pelos entrevistados como um marco na história da cidade, tendo abalado a configuração social que havia prosperado no rastro do ouro. Atividade antes intensa e visível, o garimpo arrefece e torna-se uma prática subterrânea feita de forma ilegal nas reservas ambientais e indígenas. Há, contudo, várias pistas de pouso ilegais ativas (em torno de 25 a 30) que dão suporte à atividade garimpeira, as quais, na ausência de aeroportos, acabam sendo utilizadas inclusive pelas autoridades locais. Segundo um dos entrevistados, um desdobramento do garimpo que se advinha no horizonte é contrabando de Tantalita, minério utilizado na indústria do silício, do qual a região é rica.

A maior parte da população é formada de imigrantes de outros estados. Além disto, trata-se de uma população itinerante. Se no período em que a cidade nascia como uma favela de palafitas em uma área de ressaca do Rio Jari, a macro atividade econômica em vigor era a Jari celulose que atraia forasteiros à região, posteriormente outras empresas de celulose também se instalaram nas proximidades do município e a chegadas de novos moradores continuou sendo recorrente. Atualmente, a construção de conjuntos de casas populares, a implantação da hidrelétrica Santo Antônio e do sistema de tubulação popularmente denominado linhão (cuja destinação é levar a energia produzida pela hidrelétrica em construção para outras regiões do país) geram empregos e atrai migrantes de outras cidades do Amapá e de outros estados brasileiros. Laranjal do Jari constitui um município que em diferentes períodos, engendrou processos econômicos que teve por efeito o aumento da população, o crescimento da cidade, a intensificação do comércio, e a diversificação da economia. Desta feita, é recorrente a chegada de forasteiros, sendo que uma parte permanece no lugar e outra vai embora depois de satisfeito seus objetivos de ganho material. Um elevado contingente da população é itinerante. Por testemunhar e em parte participar de tais processos, a população da cidade considera o seu município um lugar economicamente promissor, uma terra de oportunidades.

Embora o município de Laranjal do Jari seja uma fronteira direta com a Guiana Francesa e com o Suriname, este trecho do município corresponde ao Tumucumaqui, um conjunto de serras e montanhas que configuram um parque ecológico e uma vasta região não habitada. Há, em razão disto, um discurso que minimiza o fato de Laranjal ser uma cidade fronteiriça. Ao lado dele, contudo, há apontamentos contundentes sobre os impactos da relativa proximidade entre a sede de Laranjal e a fronteira, e, também o fato de o município fazer fronteira com outro estado. Nesse sentido, Laranjal não está imune às dinâmicas dos fluxos de pessoas e, sobretudo, de mercadorias típicas das regiões de fronteira. O município acaba sendo fortemente afetado pelas dinâmicas transfonteiriças por duas vias específicas: uma terrestre outra fluvial. É somente via Laranjal do Jari que é possível sair do estado do Amapá pela via terrestre. Assim, a cidade faz parte da rota de escoamento de mercadorias contrabandeadas: ouro, drogas e armas que viriam da Guiana Francesa e que chegam ao Brasil a partir de Oiapoque. De laranjal, seriam atingidos outros estados graças a balsa que transporta veículos sobre o Rio Jari, possibilitando que pessoas e mercadorias cheguem ao estado do Pará, de onde pode seguir as direções diversas. No que se refere à dinâmica da criminalidade local, Laranjal do Jari, na condição de cidade fronteiriça é uma cidade que atrai foragidos da Justiça e é local de passagem de carros roubados que atravessam a fronteira entre Amapá e Pará – nas duas direções – para serem legalizados ("esquentados") do outro lado e, então, revendidos.

Informações provenientes de recentes apreensões de drogas indicam que a droga que chega ao Amapá é produzida na Colômbia, Bolívia e Peru, e vem através do Mato Grosso e do Amazonas, chegando até o Pará por rodovias, no primeiro caso, e vias fluviais, no segundo; do Pará, a droga segue em embarcações que aportam em Laranjal do Jari e em Santana. A maconha proviria de estados como Pará e Maranhão[10]. A droga é então comercializada na própria cidade ou segue para outros municípios do Amapá, Pará e Ceará. A maior apreensão de drogas do Amapá foi realizada em Laranjal do Jari. Nela, policiais da Delegacia de Repressão a Entorpecentes da Superintendência Regional da Polícia Federal no estado do Amapá localizaram numa casa que funcionava como depósito de cocaína, local em que foram apreendidos 137 kg de pasta-base de cocaína; 8,5 Kg de cloridrato de cocaína (droga pronta para o consumo); 26 Kg de "barrilha" e 10 litros de solução de bateria (substâncias utilizadas para "arquear" a droga – aumentar seu volume). A droga estava escondida na parede falsa de um dos cômodos da casa, onde havia um vão com largura suficiente para acomodar todo o entorpecente, que se encontrava acondicionado em 132 pacotes, envoltos em bexigas de plástico coloridas.[11]. Também nas proximidades de Vitória do Jari, município vizinho a Laranjal, foram apreendidos pela Polícia Civil, boiando no Rio Jari, 20 quilos de cocaína.[12] Portanto, a condição fronteiriça de Laranjal se

10 http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2013/06/amapa-e-abastecido-por-drogas-vindas-do-mt-e-am-diz-delegado.html

11 http://alcinea-cavalcante.blogspot.com.br/2008/07/145kg-de-cocana-maior-apreenso-de.html; http://www.orm.com.br/plantao/imprimir.asp?id_noticia=353117

12 http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2013/07/policia-apreende-20-quilos-de-cocaina-boiando-no-rio-jari-no-amapa.html

faz mais sentir pela divisa com o estado do Pará, do que pela proximidade com a Guiana Francesa e com o Suriname

É comum ainda o roubo a embarcações. Há pouca ou nenhuma fiscalização das vias fluviais. A descrença dos donos das embarcações na capacidade dos agentes de segurança de resolverem os crimes é tanta que eles sequer comunicam as autoridades quando assaltados e têm buscado alternativas na produção de segurança: navegando em grupos e armados. Os proprietários de embarcações recorrem a medidas de segurança variadas, uma delas é andar em comboio de vários barcos, tendo a bordo homens armados. Há também embarcações que com tambores de combustível constroem na sua parte superior uma espécie de guarita, onde permanecem homens com armamento pesado, estes seguranças estão preparados para efetuar disparos contra qualquer embarcação que tentar se aproximar. Não tendo uma unidade da Polícia Federal na região e a Polícia Civil não tendo transportes adequados para uso nos rios, os barcos estão totalmente vulneráveis aos «piratas» ou «ratos do mar».

O bairro das Malvinas cujo limite é formado por uma região chamada de "beira" ou "beiradão", feita de precárias habitações de palafitas que se projetam sobre a beira do Rio Jari é tida como a região mais marginalizada de Laranjal. Região a partir da qual se deu o nascimento da cidade, é caracterizada pela precariedade ou inexistência dos serviços públicos, com destaque para a ausência da coleta de lixo que assim se acumula embaixo das casas. As palafitas e seus moradores que, no passado, foram alvos de incêndios – alguns criminosos – hoje sofrem com remoções forçadas. É ali, segundo os entrevistados, que as ilegalidades e crimes até aqui apontados teriam maior incidência.Os altos índices de criminalidade levaram o local a ser escolhido para a instalação da Unidade de Polícia Comunitária (UPC): um destacamento da Polícia Militar que atua na lógica do policiamento de proximidade. O sucesso das Unidades de Polícia Pacificadora cariocas é claramente fonte de inspiração para as UPC's. Assim como suas congêneres cariocas, as UPC's tem como marca distintiva a ampliação das funções policiais tradicionais; os policiais da UPC estão envolvidos em uma infinidade de "programas sociais": programas educacionais voltados à prevenção ao consumo de drogas nas escolas, atividades esportivas também em escolas, programas educativos contra a repetência escolar, programas de prevenção à violência doméstica, auxilio na montagem de uma biblioteca comunitária em manutenção de um núcleo de mediação de conflitos *sui generis*[13]. Segundo o discurso oficial, eles teriam sido responsáveis pela redução de 61 por cento do índice de criminalidade local. Ainda no discurso oficial, fala-se de migração da criminalidade para outras localidades nas as quais se planeja, futuramente, a implantação de novas UPC's. Independentemente da confiabilidade dos números oficiais, é unânime a visão de que se trata de uma iniciativa de sucesso, tendo aumentado a sensação de segurança da população local. Embora não houvesse, como no caso do Rio, domínio estrito do território por parte dos traficantes, ainda assim com a chegada da UPC, o tráfico passou a atuar de forma mais invisível. Assim como no caso do Rio de Janeiro, a instalação da UPC, é precedida pela atuação do Batalhão de Choque da Polícia Militar que, nas palavras dos entrevistados, "faz uma limpa" abrindo caminho para o policiamento de proximidade. Assim como no Oiapoque, moradores de Laranjal do Jari tece muitos elogios a esta Polícia, dentre os feitos ressaltados destaca-se a morte de vários traficantes. O medo que esta força policial causa em praticantes de atividades ilegal seria tão evidente que ao saber ou apenas suspeitar de sua chegada, traficantes, assaltantes e matadores fogem da cidade.

A corrupção dos empresários e gestores públicos, em Laranjal do Jari os participantes do grupo focal fizeram menção a corrupção dos gestores do município como um problema que a cidade enfrenta. O caso de corrupção que teria tomado maiores proporções, transformando-se em escândalo, seria os desvios da verba destinada à construção da ponte que ligaria as cidades de Laranjal do Jari no Amapá e Monte dourado no Pará. Esta ponte seria a única via terrestre de saída do Amapá para o Pará e de lá para outras regiões do país.

13 http://www.agenciaamapa.com.br/noticia/33471/

Algumas considerações... para finalizar

Em geral, observa-se, em Oiapoque, correspondência entre os registros de crimes e a percepção dos agentes institucionais e da sociedade civil sobre a criminalidade local. Isto à exceção da venda de drogas (ou tráfico de drogas) que é muito mais dramatizada nas falas (particularmente daquelas captadas com a enquete quantitativa) do que real. Com tintas fortes também são descritos os roubos e homicídios relacionados à atividade de mineração ilegal ali instalada que adquiriu feição própria por se dar em um país fronteiriço peculiar: um departamento francês ultramarino. Foi observado que a ilegalidade da atividade do garimpo faz com que a ela se associe uma série de outras ilegalidades: contrabando do ouro, agressão ao meio ambiente, tráfico de pessoas, prostituição, circulação de drogas e armas. Além dos ilícitos, outros problemas estão a ela relacionados, dentre eles, ausência de direitos trabalhistas e persistência de sistema de barracão (com dependência por dívida) que prevalece nessa e nas atividades comerciais que a acompanham; precariedade de serviços de saúde e de educação, bem como a falta de mobilização para se obter esses benefícios, já que a intensa mobilidade relacionada a esta atividade dificulta um maior associativismo, inclusive para fazer frente à corrupção na política local. A fala que revela que a fronteira do Oiapoque é a única que o Brasil pode dar as costas sem que isso acarrete grandes problemas, emitida por um dos entrevistados, parece sintetizar bem a situação de ilícitos fronteiriços a afetar a região: o tráfico de armas é pequeno e o de drogas é praticamente insignificante, circulando apenas para o consumo local. Mas nessa mesma fala e em muitas outras, a ênfase é dada ao enorme problema, de natureza social, existente na região, que faz com que essa atividade ilícita seja essencial para a economia local. Não apenas a falta de alternativas econômicas e a ausência de projetos sociais caracterizaram a região, mas também a falta de informação, a prevalência de uma cultura do Brasil profundo muitas vezes em conflito com a cultura do país vizinho e também com um Brasil que quer se modernizar, inclusive em relação a suas forças de segurança.

Em se tratando de em Laranjal do Jari, os problemas relacionados à criminalidade são decorrentes de uma série de fatores que contribuem para a desorganização social do município. Fatores econômicos e sociais, historicamente dados, configurados pela forma precária e desordenada em que se deu a origem e desenvolvimento do município, atualizam-se se associando a fatores sociais e econômicos decorrentes do desenvolvimento recente, que estimulam a migração e a circulação de riquezas. A eles se juntam fatores culturais, em que modos de vida tradicionais se chocam com ordenamentos e comportamentos modernos. Sem contar fatores políticos, relacionados à corrupção, que geram impactos sociais diretos com mau exemplo e prejuízo ao desenvolvimento do município. Na criminalidade cotidiana local, destaca-se como problema a violência doméstica e os homicídios. Não há atividade criminal organizada ou de grande porte no município. Contudo, mostrou-se necessária uma maior atenção das forças de segurança pública às vias fluviais da região. De um lado, para fazer frente à criminalidade local, de outro, pela importância do rio Jari e de sua proximidade com o Amazonas, onde rota de tráfico internacional já foi, há algum tempo, identificada. No que se refere à criminalidade local, a ausência destas forças tem levado a população a buscar alternativas privadas para se proteger de crimes que se tornaram frequentes nessas vias. O município também carece de atenção por funcionar como porta terrestre de saída e de entrada do estado do Amapá. No que diz respeito aos problemas de estrutura das instituições de segurança pública no município foram apontados precariedade dos meios de comunicação (internet), escassez de recursos, falta de treinamento e capacitação dos efetivos.

Arranjos morais da "violência urbana": Situações vivenciadas pelos moradores de um bairro classificado como "perigoso".

Renan Lubanco Assis
Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro
renanlubanco@gmail.com

Resumo: Nesta proposta de trabalho intento pensar os diferentes arranjos morais que são tecidos em torno das situações de "violência urbana" em um bairro da cidade de Campos dos Goytacazes, município de porte médio do interior do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. O bairro que será apresentado está situado em uma região classificada como "periférica" do município por periódicos locais e citadinos. Para além das classificações constituídas fora do bairro, viso aqui a problematização da categoria "violência urbana" nos termos nativos, ou seja, como situaçõesdenominadas "violentas" são "efetivadas" no bairro por diferentes espectadores das situações sociais experimentadas.
Para tal proposta, me pauto em um trabalho etnográfico e entrevistas que tenho realizado no bairro para minha tese de doutoramento. O trabalho etnográfico está sendo desenvolvido desde os meados do ano de 2013,que ainda se encontra em andamento. Tenho feito visitas frequentes ao bairro, etnografando eventos, o interior dos transportes públicos que ligam o bairro a área central da cidade e situações experimentadas rotineiramente no dia a dia. Com relação às entrevistas, estas estão sendo realizadas com moradores de diferentes faixas etárias. Minha chegada se dá por meio de um conhecimento prévio de moradores da localidade, e a partir da indicação destes, passo para os seguintes a serem entrevistados, neste caso, o método "bola de neve".
Com a realização de etnografia e entrevistas, tenho notado a constituição de diferentes arranjos locais, nos quais os moradores tematizam situaçõesde "violência". Esta nos termos nativos éclassificada a partir de diferentes moralidades constituídas no bairro. Moralidades que avaliam diferentes situações, o que me permite compreender modos de "efetivação" da denominada "violência urbana" em uma situação social específica.

Palavras-chave: Violência urbana; Quadros da violência urbana; efetivação de práticas tidas como violentas e sociabilidade violenta.

1. "Risco de vida para moradores e comerciantes"

O título deste tópico é um trecho de umperiódico local impresso. Trata-se de uma notícia sobre o aumento do número de homicídios no município. O periódico classificou uma área da cidade como "violenta". Atribuiu a esta a responsabilidade pelo aumento do número de homicídios. Uma questão que não fica clara no periódico é a proporção[1]. A cidade de Campos dos Goytacazes, onde estou realizando minha pesquisa, é cortada ao meio pelo Rio Paraíba do Sul, neste caso, temos a margem direita e esquerda do rio. Na margem direita fica situado o município sede, assim como outros distritos, enquanto na margem esquerda está situado o terceiro distrito: Guarus. Este se desenvolveu no século XX fruto de fluxos migratórios que se iniciou na década de 1920 e se intensificou a partir das décadas de 1960 e 1970 (Assis, 2014).
O periódico citado acima tece uma dualidade urbana, na qual a margem esquerda é responsabilizada pelo aumento da violência. Um fator que chamou a minha atenção foi a diferença quantitativa entre os dois casos. A margem esquerda teve dois números a mais do que a margem direita. O periódico não fez uma contagem da proporção das duas margens para constatar que proporcionalmente a diferença seria grande dada ao quantita-

1 No tocante a discussão envolvendo as classificações do referido periódico, esta encontra-se em Assis (2014), onde este problematiza a notícia do periódico para além de uma abordagem meramente pragmática.

tivo populacional. Não há nenhuma proposta de informação, mas de responsabilização de um dos lados. Em 2014 participei do décimo primeiro congresso argentino de antropologia social, onde apresentei um trabalho acerca das classificações morais urbanas. Estas são importantes para que possamos pensar na forma como os conteúdos urbanos são tecidos nas classificações morais[2].

O caso da notícia citada no início deste trabalho é uma das diversas formas de classificação da margem esquerda do rio Paraíba do Sul. No citado evento eu fiz um paralelo entre os bairros da margem direita e os da margem esquerda. No periódico os "problemas" da margem esquerda estavam associados diretamente ao lugar, enquanto que os da margem direita estavam associados aos citadinos que faziam uso inapropriado do lugar. Neste caso, os problemas da margem esquerda são ecológicos, enquanto o da margem esquerda são desvios de indivíduos ou grupos.

Outra questão que é relevante para a discussão é demonstrar como os temas envolvendo os dois lados são tratados. No caso da margem direita o problema está cercado por cobrança envolvendo "ordem urbana", enquanto que na margem direita o problema é caso de polícia. A margem direita é desorganizada, a esquerda perigosa. A questão colocada é a seguinte? Quem são os "moradores" e "comerciantes". Será que a violência tratada pelo periódico é a mesma que afeta os moradores e comerciantes?

Tratar a violência urbana como algo homogêneo é um perigo quando o assunto é violência urbana nas periferias. Quem são os agentes da violência nas periferias? Ou seja, quem é que vivencia cada tipo de violência na periferia? Eu não trato violência na periferia no singular por compreender que existem violências, não apenas uma violência. Machado da Silva (2004; 2008) faz uma interessante abordagem sobre o crime comum violento. Esta fornece um amplo material para que eu elabore a minha discussão sobre violências na "periferia".Sua proposta é para que abordemos aviolência não como um conceito, mas como um objeto.

A violência pensada como um objeto fornece amplas possibilidades de investigação. Em se tratando do "crime comum" há uma série de modalidades no interior desse objeto. O "crime" é definido pelo direito como tal, mas este fato não soluciona a complexidade de tal prática. O crime é condenado pelo Estado de direito, mas o mundo da vida é muito mais do que um conjunto de normas decididas por um Estado de direito. O Estado possui fronteiras, nas quais a burocracia do estado não consegue penetrar com tanta eficácia. Neste caso, os conflitos são operacionalizados por atores que os vivenciam.

O que o periódico queria dizer sobre "risco de vida para os comerciantes e moradores"? O periódico constrói discursivamente uma noção de crime comum violento como um problema para moradores e comerciantes. Esta perspectiva demonstra o desconhecimento sobre o objeto violência. Ela é tratada como um perigo incontrolável, onde grupos atuam de forma inconsequente na localidade. Para que estes discursos sejam confrontados, faz-se necessário a inserção mais aprofundada no tema, e isto requer trabalho empírico, não a reprodução do discurso midiático e televisivo sobre o crime comum violento.

Esta reflexão não está ancorada em uma perspectiva do bom ladrão, mas no crime comum e violento como um sistema. Não um sistema funcionalista ou estruturalista, masnormativo, onde todos os atores envolvidos possuem competências para reordenarem suas ações continuamente. Um conceito fundamental para pensar no sistema do crime comum é a noção de "sociabilidade violenta". Esteconceito possibilita pensarmos o crime não como uma fatalidade, e sim um arranjo com ações coordenadas. A "sociabilidade violenta[3]" faz com que

---

2 No tocante ao conceito de "classificações morais", me atenho a obra de Afred Schutz, pois este constrói o conceito de "tipificação" e Park, com a noção de "região moral". Com relação a noção de "tipificação", Schutz (2012: 95) atribui esta a biografia dos indivíduos, no caso, estes possuem um "estoque de experiências" que irão contribuir para que o indivíduo construa sistemas morais de classificação.

3 A sociabilidade violenta é constituída por um conjunto de práticas, cuja força física é a principal ordenadora do curso de ação dos afetados por esta forma social. O portador da sociabilidade violenta é aquele que acumula experiências que o conduzem a um engajamento nesta forma de vida, cujo "mal entendido" pode resultar em morte. A força física é um recurso fundamental nesse conjunto de práticas, pois ela provoca submissão dos atores que convivem com as mesmas. Machado destaca o portador da sociabilidade (bandido) como um dominador e o restante da população como dominada, mas afirma que esta é uma forma esquemática, e reconhece o quão "nebuloso" é o que está entre as posições polares, a saber: dominadores e dominados (ver: Machado da Silva: 2008, p. 41-44.).

os atores organizem o curso de suas ações a partir da mesma. Moradores de periferia ou de áreas nobres irão acumular competências para viverem com os denominados "bandidos". A cidade é o lugar comum, e o compartilhamento deste lugar requer o cuidado com vida e bens para o primeiro grupo, e com os bens para o segundo grupo[4](discutirei mais sobre este assunto abaixo).
Afirmarde modo generalizado que há risco de vida para moradores e comerciantes é reduzir a complexidade da "copresença"[5] urbana. É sabido que as cidades brasileiras têm convivido com a ordem social violenta (Machado da Silva, 2004), sobretudo, violência relacionada ao tráfico de drogas. Este é responsável por dimensionar a ordem social das regiões nas quais ele está presente. Pensar em um ordenamento pelo tráfico exige uma reflexão sobre a sua finalidade e orisco para os moradores e comerciantes deve ser pensado dentro de uma situação limite, na qual o curso da ação dos portadores da "sociabilidade violenta" agem de encontro a ordem social local. Este caso deve ser entendido no interior de uma situação, não como um modo de vida.

2. A violência nos quadros de interação

> Cada homem chama de barbarismo o que quer que não seja sua própria prática, pois não temos outro critério de razão além do exemplo e da ideia das opiniões e costumes do país em que vivemos.
>
> Montaigne, 1978, p. 2015

Em entrevista com uma jovem moradora do bairro situado na margem esquerda do rio Paraíba do Sul, ela me relatou uma série de experiências vivenciadas no bairro[6], e eu destacarei aqui dois de seus relatos para compreender como ela significa o quadro no qual interage. Eu a encontrei na universidade que ele estuda, no caso, uma universidade pública. Disse para ela que estava realizando uma pesquisa sobre o bairro e ela começou a me relatar sobre situações vivenciadas por ela pelo fato de morar no bairro. Uma questão que ela me relatou com grande incômodo foi a associação que fazem do bairro a violência. Ela se mostrou muito incomodada.
No primeiro momento da entrevista eu lhe perguntei sobre o bairro, e destacando a sua "visão" sobre o bairro, ela colocou as suas inquietações, como veremos a seguir:

> Eu:o que você acha do bairro de Itaparica,[7]como você o vê?
> Tatiana: Minha visão hoje, que eu to mais fora, assim, do bairro, não só fora do espaço físico, mas assim, como uma cabeça diferente, umas ideias diferente, eu vejo que a sete ou oito anos atrás a minha resposta seria outra resposta, e toda essa violência que ronda o bairro de Itaparica eu não vejo sendo um problema de Itaparica. Itaparica é perigoso... Vários amigos de uma outra faculdade que iniciei, nunca me deixaram

---

4 No tocante a compreensão da "sociabilidade violenta" por Luiz Antônio Machado da Silva, esta destaca a população mais afetada por esta ordem social, no caso, as populações menos favorecidas e moradores. No caso das populações mais favorecidas das sociedades brasileiras, estas não convivem diretamente com os portadores da sociabilidade violenta, portanto, se auto-isolam com objetivo de redução de contato. Como já havia dito, os dois grupos irão ter um curso de ação direcionado pela sociabilidade violenta, seja morador das áreas nobres ou de área periférica.

5 Erwin Goffman (2010) salienta os enquadramentos dos comportamentos em lugares públicos, onde os atores mantém contatos "face a face".

6 No citado bairro tenho realizado uma pesquisa de campo desde o ano de 2013. Além de entrevistas com moradores, tenho realizado incursões etnográficas no bairro. A etnografia tem sido realizada em coletivos (vans e ônibus), na escola de samba do bairro, em bares e em conversas informais pelas ruas.

7 Eu opto por usar outros nomes tanto dos bairros quanto das pessoas para que a identidade possa ser preservada. Não exerço a função de jornalista trazendo a tona problemas urbanos, importa aqui a analise das situações sociais experimentadas pelos atores que a compõem.

> em Itaparica. Que 'lá é muito perigoso, depois das dez tem toque de recolher'. Tipo assim: 'a gente te leva até um certo ponto depois a gente paga um táxi para você, porque lá é perigoso". Essa visão violenta de Itaparica eu vejo em qualquer lugar(...) eu vejo Itaparica como um bairro de classe média baixa, um bairro pobre, mas não vejo tão violento como pregam por ai. Eu não vejo essa violência toda lá não. Eu nunca fui... [ficou pensativa] já vi gente morrendo lá, já vi em outro local também. Por ter uma questão muito grande do tráfico de drogas. Eu já vi em relação a violência de um grupo contra outro grupo, mas eu nunca vi, tipo assim, algo com uma pessoa, vamos considerar, de bem!(...) Eu já vi gente morrendo e o cara correndo com a arma na mão correndo para se esconder. Já vi! Estava cometendo um crime. Eu nunca vi ninguém com arma na cintura se mostrando de grande como nessas grandes comunidades, favelas. Era uma situação do momento, mas de ta amedrontando morador e com arma na cintura eu desconheço, nunca vi.

O trecho da entrevista é relevante para uma reflexão sobre os significados tecidos no interior das situações sociais dos diferentes quadros. A noção de quadros de referências constituídos no mundo da vida é trazida aqui para que possamos compreender como as biografias se constituem e organizam o "mundo vivido" [8].

Ao fazer minha pergunta a Tatiana do modo como ela vê o bairro, ela começa a colocar a violência como um tema central, mas ela aponta a mesma não como um problema do bairro. Ela nega a violência do bairro, apesar de afirmar já ter visto "gente morrendo" decorrente de conflitos do tráfico de drogas. Ela responde a minha pergunta acionando representações levantadas pelos seus pares. Assume ainda que se fosse perguntada anteriormente teria outra resposta. Ela passou para o "outro lado do rio", no caso, margem direita, e começou a problematizar o seu lugar de origem a partir de moralidades[9] dos seus novos pares. Sua resposta é uma defesa em relação a visão dos seus colegas de faculdade, que moradores de bairros situados na margem direita do rio Paraíba do Sul. Ela se refere a outros referenciais sobre o bairro para por em evidência os referenciais que ela tem como moradora do mesmo.

A entrevista evidencia um ponto que pode ser lido como contraditório, quando na verdade traz à tona a teia de significados que o mundo da vida assume. Ela classifica a violência a partir de seus enquadramentos cognitivos, que não são os mesmos de seus pares, portanto não observa o bairro como violento, mas a violência assume uma centralidade em sua fala. Como analisar esta situação? A noção de "quadro"goffmaniana é basilar para que possamos compreender os enquadramentos de Tatiana, pois este conceito fornece ferramentas para que possamos pensar na organização cognitiva da experiência. Isso é o que tentarei expor nos seguintes parágrafos.

Aqui voltamos ao ponto que coloquei acima, da violência não como um conceito, mas como um objeto. Poderemos tomar Itaparica como composta por diversos quadros, e nestes, se inserem diversos grupos, ligados ao tráfico de drogas ou não. A questão é compreendermos como o quadro é sistematizado pelos moradores. Tatiana se coloca em defesa do bairro como um lugar não violento, pelo menos, não em sua visão sobre o mesmo. O ponto que merece atenção é o fato dela estar preocupada em demonstrar como o bairro não é violento.

Para ela o bairro não é violento por não envolvê-la de forma direta em situações de perigo. No caso, o uso da força coloca em risco os "grupos" ligados ao tráfico de drogas, o que para ela não é motivo para associar o

---

8 No tocante a compreensão do mundo da vida, a abordagem deste artigo conta com a contribuição de Schutz (2012) acerca da constituição de experiências vividas pelos atores como aquelas responsáveis pela construção de "estoques de experiências". Estes são responsáveis pala ação do ator no mundo. Além da abordagem fenomenológica acerca da constituição do mundo da vida, conto ainda com a noção de "Quadro" de Erwin Goffman (2012: 34). O quadro se refere aos princípios organizadores da experiência e o envolvimento subjetivo do ator neles. O quadro tem elementos básicos que o ator é capaz de identificar.

9 No tocante a noção de moralidade, conto com a abordagem do Boltanski e Thévenot (1991: 42), na qual os atores colocar a moral como o cerne das competências avaliativas dos atores. Ela está no princípio da construção de uma ordem. Desse modo, os atores atuam a partir de avaliações morais que fazem das situações.

bairro a violência. Ela lida com a violência, mas faz um esforço para situar as açõesdenominadas violentas. Ela afirma ter visto "gente morrendo", e isso já poderia ser suficiente para que ela considerasse o bairro violento, mas isto não ocorre de forma tão simplificada. A questão é que ela não assume a violência comodescrita por seus pares. Tanto ela quanto os seus pares estão em diferentes enquadramentos. Ela interagiu durante toda sua vida no bairro, e compreendea ordem social das situações nas quais a violência é aplicada e esquadra as mesmas fora de sua "realidade", ou seja, de seu quadro de interação no bairro. Já os seus amigos, estes estão em outro quadro, portanto, enquadram os mesmos acontecimentos como se estes fossem predominantes no bairro. O que justifica o modo como lidam ou evitam lidar como o mesmo.

Quando indaguei Tatiana sobre uma situação de violência descrita por ela, pude compreender o modo como enquadra as situações "violentas". Uma situação na qual alguém é morto não se configura um problema em seu enquadramento cognitivo. Um comportamento inadequado dos "portadores da violência" seria uma ação com os "moradores", que ela diferencia dos grupos inseridos no tráfico de drogas. O morador é uma categoria de classificação para aquele que não é um portador da sociabilidade violenta. No tocante a ação que vai de encontro com os "moradores" do bairro, esta é considerada inadequada no interior do quadro, e é o que veremos no trecho a seguir. Ela faz um relato de um jovem que fora assassinado.

> Tatiana: (...) pressionaram muito quando ele estava no crime, mas era algo que deveria ser modificado desde pequeno ali, e que... tavão doido que isso acontecesse logo, que ele morresse, quando ele roubou um lugar (como eu disse antes, isso não é comum ali no bairro. Ninguém do bairro vai ali roubar um comercio ou um morador do bairro). Então já estavam assim, já estavam querendo acabar com ele, e ele era uma pessoa que tava dando um pouco de trabalho em relação a isso, porque, não sei, ele tava procurando fazer as coisas, tipo: saída de culto da igreja. Ele procurava fazer as coisas naquele momento. Parecia que era uma forma dele se mostrar, dele se impor mesmo, tipo; 'eu sou o cara, eu to no meu espaço e respeitem'. Era nesse momento que ele sempre arrumava as bagunças dele. E a morte dele foi seis horas da manhã, seis e pouca da manhã e eu nem sei o que aconteceu com as pessoas, é um 'tamem' contra o outro e eu também acho que a polícia em relação a assim, nem... busca procurar quem fez não, porque é um bandido matando outro bandido e o índice já cresceu depois de morto então não importa muito (...)

Tatiana fala sobre a situação de um jovem de 18 anos que fora assassinado a tiros no bairro. O jovem tinha um grau de proximidade com a sua família, e segundo ela, ele não teve escolha e entrou "nesse caminho", no caso, o envolvimento com o "tráfico". No trecho acima ela destaca a atuação de Cristovam no bairro. Em sua fala Cristovam teria recebido uma série de reprovações dos moradores por não se comportar adequadamente no bairro, o que culminou em sua morte. Ela faz menção a "saída de culto da igreja" como um momento no qual Cristovam deveria ter respeitado. Além desta situação ela relata um roubo no interior do bairro.

O jovem estava associado a "bandidos" do bairro, mas seu comportamento foi inadequado, o que fez com que a morte dele fosse desejada. Neste caso, seu assassinato é naturalizado no interior do quadro. Não houve busca por justiça, ela não lamenta, pelo menos, não na entrevista concebida a mim. As ações dele, ao irem de encontro as situações naturais do quadro, foram repudiadas, e o que midiaticamente poderia ser visto como o aumento da violência, no interior de quadro do qual Tatiana faz parte, seria na verdade uma resposta a mesma. A morte dele não é percebida por ela como violência, mas sim a conduta que ele estava tendo até o momento de sua morte. Cristovam teve uma "experiência negativa" ou uma "não experiência"[10] no bairro, pois não agiu em conformidade com a organização da experiência do quadro que ele estava inserido.

10 Neste caso, ver Goffman 2012, pp. 463-464.

As experiências relatadas por Tatiana esboçam as práticas "efetivadas[11]" nos quadros de interação no bairro. Ver um "cara com uma arma na mão indo se esconder" após cometer um homicídio não é um ato considerado violento, uma vez que a sua prática não rompeu com a normatividade do quadro. Andar armado com a arma "à mostra" seria um comportamento inadequado, pois demonstraria uma situação na qual o portador da sociabilidade violentaentraria em conflito com o "morador". Quando ela fala de situações de violência, não coloca o seu bairro comoreferência, mas refere a outros lugares (grandes comunidades e favelas) como sendo o lugar da violência, não o lugar em que ela foi "nascida" e "criada". Com relação a sua visão sobre outros lugares, não seria a mesma percepção que os seus pares tem sobre o lugar que ela mora?

A "experiência constante[12]"nassituações sociais faz com que construamos as nossas biografias acomodadas a elas, e estasnos leva a naturalização dos quadros que experimentamos em nossa formação biográfica. Isso nos conduz a classificações moraisdo que não conhecemos e do que é conhecido. Cada quadro terá o seu sistema de efetivação de práticas. As práticas apontadas por Tatiana como não violentassão consideradas crime se diante da lei. O que está em questão para Tatiana não é a legalidade, mas a forma como os "grupos de traficantes" lidam como os moradores, os "cidadãos de bem". Os quadros sociais são constituídos por efetividades tecidas na interação, o que faz com que os atores do interior do quadro operem dentro destas lógicas sem estranhamento. Tatiana se deparou com outros quadrosno momento em que saiu do bairro, e isto alterou a classificação moral dela sobre o seu bairro de origem. No primeiro trecho ela destaca que a sua resposta sobre o bairro seria outra antes de ter saído e percebido como os atores de outros quadros percebem o seu.

Como colocado acima em concordância com a posição do Machado da Silva, a violência não pode ser um conceito, mas sim o objeto. Um objeto polissêmico. Nos termos nativos a violência não está no conteúdo, mas na forma. Um homicídio pode não ser percebido como violento se ele não interfere na "natureza" do quadro. Este fator torna a violência um objeto denso e impossível de mensuração sem um trabalho empírico que tenha como interlocutores os que convivem com práticas categorizadas como violentas. Há uma fragilidade evidente nesta abordagem em relação aos quadros dos "grupos" mencionados por Tatiana. Eu trouxeaqui a percepção dela em relação aos fatos que a mesma apresentou. Ela demonstra superficialidade ao dizer "bandido matando outro bandido", o que demonstra limitação cognitiva do quadro em que ela interage. No tópico a seguir intentarei apresentar outro enquadramento de situações classificadas como violentas.

2. "Antes, quando morria alguém, a gente sabia quem matava"

A frase que dá título a este tópico foi retirada de uma etnografia realizada no bairro vizinho ao bairro de Tatiana. Em mais um dia de trabalho de campo encontro um homem aparentando ter entre 30 e 40 anos de idade estava na calçada da casa em frente da sua. Era um dia comum de trabalho, mas ele estava em casa. Eu comecei a conversar com ele e disse sobre a realização do meu trabalho sobre os bairros que ficam naquele entorno. Quando eu falei da pesquisa ele começou a fazer uma série de questionamentos sobre o bairro.

Vizinho ao bairro fora instalado o conjunto habitacional da prefeitura municipal, o conjunto do programa "morar feliz[13]". A fala de Vitor foi direcionada aos novos moradores. Ele começou a fala dizendo o seguinte:

---

11 Conforme Alexandre Werneck (2009; 2012). Este tece o conceito de efetivação, onde ele destaca a produção de efeitos como sendo o principal critério para manutenção de uma imagem simbólica. O autor se propõe a realizar um estudo da "desculpa", eatravés deste objeto elabora o que ele denomina "regime de efetivação". Nesteele tece o conceito "é assim mesmo", onde há um princípio de efetivação das praticas sociais. Este conceito é relevante para pensar como a violência é efetivada nas relações sociais. Estas são ancoradas em fato, e este se dá no momento em que se efetiva, ou seja, produz efeito.

12 Por interações constantes eu gostaria de classificar como os quadros em que passamos mais tempo de nossas vidas. Nossa família é um quadro que possibilita uma série de referências, no qual podemos apreender e classificar outros quadros. Um indivíduo nasce em uma família que irá lhe fornecer uma série de referências sobre diversos aspectos do mundo da vida, portanto, esta interação poderá ser constante em determinado período da vida de um indivíduo.

13 De acordo com Soares (2010), o programa visa atender pessoas em situação de "vulnerabilidade social", a saber, moradores de áreas com riscos de enchente, falta de saneamento, encosta de rios, entre outras situações.

"depois que essas casinhas vieram para cá o bairro piorou muito". Eu perguntei: quais casinhas? E ele respondeu as "casinhas da prefeitura". Continuamos a conversar e eu perguntei como o bairro havia piorado. Ele destacou que houve um aumento da violência e "muita gente estranha na rua". Euquis saber: Estranha como? E ele me respondeu: "uns vagabundinhos[14] mal encarados". Ele se referia a possíveis "bandidos".
Continuamos a conversar e eu comecei a lhe fazer as seguintes provocações: "o bairro não tinha violência antes da chegada das casinhas?" Ele me respondeu que:

> (...) antes matavam as pessoas no bairro, mas quando morria alguém, sabíamos quem matava, tinham os 'ceróis' [categoria nativa para pistoleiros, matadores ou bandos armados] que matava quem tava devendo. Agora morre gente todo dia em ninguém sabe de nada.

Suas palavras são elucidativas em relação ao modo como os arranjos morais em torno da violência são tecidos. A preocupação do Vitor está no fato de não conhecer os novos enquadramentos nos quais os novos moradores estão inseridos. Vitor apresenta produz um juízo de valor sobreos novos moradores como se estes estivessem atuando fora do quadro, no caso, com uma experiência não orientada. Em sua fala existe um arranjo moral que exclui os moradores das "casinhas" do quadro principal do qual ele se sente participante. Neste caso, as práticas criminosas dos moradores das casinhas não são "efetivas". Estes chegaram depois, portanto, há um conflito moral que impede a aceitação dos mesmos como iguais.
No tocante a efetividade dos homicídios que Vitor afirmou saber a autoria juntamente com o que ele chama de "a gente" (se referindo aos moradores antigos do bairro), esta é reconstruída em sua memória para reforçar a não aceitação dos novos moradores. Mais uma vez a violência assume e ao mesmo tempo não assume uma centralidade. Como assim? A principal motivação que ele tem para repudiar a ação dos novos moradores é a relação destes ao aumento da violência. Neste caso a violência assume uma centralidade. Quando perguntado sobre a violência antes da chegada dos novos moradores, esta não passa a ser o problema central. Ela existia, porém ele assumiu ter conhecimento dos arranjos, no caso, era uma violência "natural" ao seu quadro. A centralidade está na chegada dos novos moradores classificados moralmente pelos antigos moradores.
O bairro no qual Vitor mora está vivenciando um processo de periferização no qual ele se coloca como morador do centro. Um fato que deve ser lembrado aqui é a posição do bairro de Vitor na cidade. Por estar situado na margem esquerda da cidade,acaba sendo classificado como perigoso e periférico. No tocante ao perigo, as formas de efetivas de perigo são arranjadas de modo diferenciado para os diferentes enquadramentos. O perigo está na dificuldade de comunicação entre os novos moradores e os antigos. O distanciamento moral entre os moradores cria uma sensação de insegurança.

3. Os quadros da violência urbana

Como destaquei até aqui, a violência tem sido percebida de modos diferenciados nos quadros urbanos. Como destacado no primeiro tópico os diferentes moradores da cidade, ou mesmo de um bairro, estão suscetíveis a diferentes modalidades da violência. Tatiana quando se refere a violência pensa em bandidos armados nas ruas, roubos de comércios ou moradores bairro por"bandidos" do bairro. Seus parespensam a violência como algo generalizado que atua em seu bairro. Eles desconhecem o bairro, o que faz com que eles possam enquadrar o bairro como algo violento a partir de notícias e de ouvir falar. No caso do Vitor, a violência é enquadrada no desconhecimento sobre quem pratica a mesma, o que faz com que ele cristalize cognitivamente uma periferia no seu bairro.

---

14 No tocante a categoria "vagabundinhos", esta está relacionada a categoria "vagabundo", que está associada à pessoa que não trabalha por opção. Esta categoria era um estigma muito presente no "trabalhismo" do período Getúlio Vargas, presidente do Brasil entre os anos 1930 e 1940. Vagabundo hoje é associado não somente ao que não trabalha, mas a um "bandido em potencial". Não se sabe se é "bandido" deste modo se classifica moralmente como vagabundo.

No início deste artigo eu destaquei o modo como a violência urbana orienta o curso de açãodos moradores da cidade de modos diferenciados. Os moradores das áreas centrais estão vivendo a sensação de violência, os moradores da periferia estão expostos indiretamente a ela, o que faz com estes acumulem experiências para conviver com a denominada "sociabilidade violenta". Os mais vulneráveis dessa forma social são os bandidos, atores que lidam cotidianamente com situações violentas, nos quais eles matam e ao mesmo tempo são mortos. O primeiro tópico deste trabalho apontou para um perigo generalizado para os moradores e comerciantes. Tatiana destacou ainda seus amigos de faculdade que pensam em seu bairro como violento em potencial, onde não se pode ir de carro. Eles se recusavam a ir até ao bairro, inclusive. Estas situações demonstram como a violência urbana é percebida em quadros que não estão vivendo direta ou indiretamente com a mesma. Como o próprio Machado da Silva (2004) já colocou em sua abordagem, as classes mais favorecidas da cidade buscam um auto isolamento, o que faz com que estes não lidem diretamente com a violência que eles tanto temem. Neste caso há uma sensação de violência, quiçá fruto de aparelhos midiáticos que enquadram a violência a partir do conhecimento incipiente que se tem sobre ela.

No tocante aos moradores da periferia, estes lidam indiretamente com a violência urbana, o que faz com que estes acumulem experiências para lidarem diariamente com situações classificadas como violentas. O acúmulo de experiências fez com que Tatiana presencie um "cara correndo com uma arma na mão" e não tenha sensação de insegurança, pois ela compreende a situação. Esta faz parte de seu quadro, portanto, ela identifica como ações situadas, não como risco de "vida para moradores e comerciantes". Vitor tem o mesmo acúmulo de experiências de Tatiana, porém ele não está enquadrado nas novas situações nas quais as práticas violentas estão sendo efetivadas. Eu não diria que eles são expostos a violência de forma direta, pois não são aqueles que estão no núcleo de uma sociabilidade cuja força é a coordenadora de ações. Eles experimentam a violência indiretamente, o que faz com que signifiquem a violência a partir de situações relativizadas.

Por fim, os que estão sendo expostos diretamente a violência são aqueles que a praticam, ou seja, estão operando-a, seja por meio de assaltos, tráfico de drogas ou homicídios, principais açõesdo crime comum violento. Os grupos estão convivendo diariamente com situações nas quais o acúmulo de experiência é fundamental para que eles possam se manter vivos. Cristovam não acumulou experiência o suficiente, o que o levou a agir fora do quadro e lhe trouxe consequências. A familiaridade de Tatiana com Cristovam não fez com que ela achasse a sua morte uma injustiça. A sua morte passou a ser justificável pelo fato dele ter se comportado de forma inadequada no interior do quadro.

As diferentes abordagens no que toca a violência urbana terão suas rações para classificar a mesma. No caso do morador da cidade que não está convivendo de forma direta ou indireta com a violência urbana, este irá compartilhar a um medo com seus pares. Medo de andar nas ruas determinadas horas da noite, medo de usar determinados acessórios no centro da cidade, reforço de sua residência com grades câmeras de segurança, segurança privada, entre outras formas de buscar proteção[15]. Mesmo com todo este aparato e todo este medo da violência, eu continuo a afirmar que a violência na qual ele está exposto é situacional. Ele não irá ter uma interação constante com bandidos. Na verdade, os bandidos que o morador da periferia tem contato podem não serem os mesmos dos moradores das áreas centrais da cidade, pois existem diversas modalidades de grupos envolvidos com o crime. Há aqueles que estão inseridos no tráfico e aqueles que praticam furtos. No caso do morador das áreas centrais, estes acumulam experiências para protegerem seus bens, não a vida.

Quanto aos moradores das periferias, estes lidam com situações nas quais devem utilizar a experiência acumulada para não serem confundidos com o X9, uma categoria nativa para aqueles que denunciam as práticas cometidas por criminosos. A "lei do silêncio" é a prática mais conhecida popularmente, mas não é a única prática a ser observada. Em minhas incursões etnográficas tenho percebido os enquadramentos para a copresença com os portadores da sociabilidade violenta. No mesmo dia em que fora realizada a entrevista com Tatiana, entrevistei o Seu Carlos, um ex-dono de bar e hoje "convertido ao evangelho". Ao final da entrevista passaram uns rapazes em frente a sua "venda" e ele me disse: "Olha eles ai, eu não mexo com eles e eles não

15 Ver: Teresa P. Caldeira (2000).

me incomodam". Na copresença com portadores da sociabilidade violenta a "desatenção civil[16]" é outro elemento importante para estar enquadrado nas situações de exposição indiretana ordem violenta.
Esta discussão não está abandonando uma noção de que a de periferia é "afetada diretamente" como aponta o próprio Machado da Silva (2004), pois os territórios onde os "bandidos" estão mais presentes certamente viverá sob tensão constante. O morador da área central não vive uma interação constante com os portadores da sociabilidade violenta. A questão que trago a tona aqui é a normatividade que desaprova ações dos bandidos nas periferias. Estas lhes impedem de atuarem desordenadamente implantando um "regime" de medo constante nos "moradores".
Os bandidos, que são os portadores da sociabilidade violenta em potencial, estes são que sofrem as consequências diretas do crime violento. Na fala de Tatiane o que fica evidente não é uma "onda de medo" constante que faz com que a sua trajetória seja reordenada. O que ocorre com frequência são mortes por acerto de contas entre os "grupos de facções". Neste caso os portadores da ordem violenta são os dominadores de si mesmos. Estes se constituem dominadores e dominados. A afirmação separando dominadores e dominados é simplista, pois os arranjos são bem mais complexos. O que eu quero afirmar aqui é que os "portadores da sociabilidade violenta" sãos os que matam, e ao mesmo tempo, os que morrem. O que devemos tem em mente é que as situações violentas ocorrem dentro de uma ordem sistematicamente controlada, onde as ações são motivadas pela efetividade das mesmas.
A efetividade das ações denominadas violentassão recursos de manutenção do quadro nos quais os moradores de periferia estão inseridos. A violência efetivada pelos moradores de periferia não é mais branda do que a violência que eles temem, pois a força é o recurso nos dois casos. O temor está na falta de enquadramento das ações. "Arrumar as bagunças" nahora da saída de culto da igreja é uma atitude que efetiva o uso da força contra quem não atende as expectativas do quadro, no caso, o bandido que amedronta morador. Conhecer os arranjos nos quais os crimes são praticados cria uma situação de segurança, não de medo.

4. A efetividade dos arranjos morais na sociabilidade violenta.

Como vimos nos tópicos anteriores, fiz a descrições de situações nas quais os moradores da cidade efetivam ou não as práticas na vida cotidiana. Eu fiz a escolha de iniciar o meu artigo com os dados empíricos por serem centrais em minha análise, pois é neles que esta proposta é pautada. Goffman (2012) lança uma pergunta fundamental para compreensão da ação, a saber; "o que está acontecendo aqui?". A partir desta pergunta o ator emoldura a sua ação. Esta deverá ser enquadrada, senão, corre o risco de reprovação, e no contexto no qual a força é recurso justificável, a reprovação poderá incidir sobre o corpo do ator que "interage negativamente" no interior do quadro.
As situações descritas demonstram os arranjos morais particulares que faz com que o bem comum seja anulado em detrimento dos interesses das partes que estão ali envolvidas. No caso, os "moradores" do bairro. Se o princípio dos arranjos envolvesse o bem comum Cristovam não teria morrido em resposta a sua ação, pois sua morte feriu um principio universal. Weberianamente (1999; 2004) falando, o único ente que pode fazer o uso legítimo da força é o Estado.
A efetividade da violência pautada no bem das partes, no caso, dos "moradores" e "pessoas de bem", não atenta para um Estado de direito onde a dignidade e garantia da vida deviria atender ao princípio do bem comum. Neste caso poderíamos entender os arranjos morais em torno das situações denominadas violentas em Itaparica não como uma situação fora do quadro, masfiéis aos princípios da efetividade de práticas que infligem aqueles que possuem uma interação negativa no interior do mesmo. O ator que viola o princípio, por atuar fora do quadro, é enquadrado em um "regime de desumanização" (FREIRE, 2012) onde ele deixa de possuir uma humanidade comum e a sua morte é justificada.
Nos arranjos morais da violência urbana as situações vividas pelos portadores da sociabilidade violenta têm

16 Conceito elaborado por Erwin Goffman (2010). Nesta situação os atores em situação de interação face a face evitam o olhar direto para os outros em lugares públicos. É uma forma de manutenção da discrição.

como princípio a garantia de uma normatividade que atenda as expectativas dos quadros em que estes estão inseridos. As falas apresentadas até aqui destacaram como as situações denominadas violentas atendem expectativas tecidas nos arranjos morais locais. Estes não existem simplesmente pelo medo, mas como toda experiência vivida, pela acumulação de experiências que conferem competências aos que se envolvem direta, ou indiretamente com as práticas cujo uso da força é justificado.

O que deve ser deixado claro neste trabalho são os enquadramentos adotados pelos atores entrevistados e com os quais mantenho uma observação participante. Desde o início deste trabalho a violência assumiu uma centralidade, mas o que deve ser claro é que a mesma é um recurso de ordenamento social que não justificado como um bem comum, mas sim, como um bem de partes. Por isso aderi ao conceito de "efetivação" de Werneck (2009). Este destaca situações envolvendo a "desculpa" como uma forma de efetivar alguma falta cometida. A violência contra o "bandido" que amedronta "moradores" é efetivada. A ação do "bandido" é desaprovada no momento em que ele comete uma prática que não é passível de efetivação.

A ideia de arranjo adotada aqui está vinculada ao pragmatismo francês[17], onde as ações são construídas circunstancialmente. Digamos que um "morador" ou um "comerciante" passe a adotar ações desaprovadas no bairro. Eles serão reprovados e deixarão de ser considerados "pessoas de bem". Vitor me apresentou um caso de um "dono de venda" (comerciante) de seu bairro. Ele fora acusado de ter abusado sexualmente de uma sobrinha de um "maluco do movimento[18]". O dono da venda saiu do bairro sem levar os seus móveis e utensílios da venda. Só lhe restou "fugir" para não "morrer". A "expulsão" do dono da venda fora efetivada pela sua interação negativa.

A ação é o principal recurso da sociabilidade. É ela que irá emoldurar a constituição dos papéis sociais. No caso, o comerciante passa a ser passível de expulsão. Ele não recorreu às autoridades policiais. Ele foi embora para uma praia de um município vizinho e vendeu seu bar e sua casa "baratinhos[19]" para um morador de um bairro vizinho. O dono da venda não ficou "satisfeito" com a negociação. Neste caso ele aceitou a sua condição. É fundamental nestas situações como os papéis são voláteis.

A volatilidade dos papéis sociais na ordem social violenta torna o objeto "violência" um "manuscrito desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos[20]". O entendimento da violência irá requerer do pesquisador a consciência de que ele não verá a plenitude, mas sim alguns quadros da mesma. As experiências apresentadas até aqui foram apresentações de diferentes moralidades sobre as mesmas situações. Eu não apresentei aqui "o ponto de vista dos portadores da sociabilidade violenta", pois estes não foram objeto de minha investigação. Não me considero competente o suficiente para tal empreendimento.

Os registros empíricos apresentados neste artigo destacam como o portador da sociabilidade violenta pode passar do status de dominador para dominado por agir fora do quadro. Eu traduziria o agir fora do quadro com o "vacilo", ou seja, não saber se comportar adequadamente nos espaços sociais onde o crime está circunscrito. Marques (2010) destaca o "proceder" como uma categoria utilizada no "convívio entre ladrões". Neste caso, as relações são emolduradas para que não haja conflito. A "vacilação" seria a interação negativa e o "proceder" uma atitude emoldurada.

---

17 Ver: BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent (1991), On justification: economies of worth, Princeton: Princeton University Press.

18 "maluco" é a categoria nativa para designar qualquer pessoa do gênero masculino. "movimento" é uma referência ao que ele classifica como "boca de fumo", no caso uma localidade onde ocorre o tráfico de drogas. A expressão "maluco do movimento" indica alguém que tem participação efetiva no tráfico de drogas do lugar.

19 Categoria nativa para designar um baixo preço.

20 Clifford Geertz, 1978, p. 20.

5. Considerações finais

Até aqui fiz um esforço exaustivo para pensar os diferentes arranjos morais da violência urbana. A primeira parte contou com uma classificação moral de um periódico local sobre uma área denominada periférica na cidade de Campos dos Goytacazes. Após uma discussão midiática mais abrangente busquei pensar os diferentes quadros da cidade, problematizando como estes experimentam a denominada violência urbana, e por fim, fiz uma elaboração teórica a partir das diferentes experiências nas quais a violência assume uma centralidade.

No tocante ao enunciado do periódico sobre o "risco de vida para moradores e comerciantes", este revela as relevâncias motivacionais que leva o periódico a classificar moralmente a localidade como "perigosa" esta classificação não é livre de juízo de valor, pois traduz uma comparação moral entre a margem direita e a margem esquerda do rio Paraíba do Sul. Pode-se afirmar que uma localidade é "mais violenta" do que a outra que possui um saldo de duas mortes a menos. O periódico tende a supervalorizar o lugar em que ele está inserido, no caso, na margem direita. Pelo menos, é o que a análise das representações contidas no seu conteúdo me permite ver.

Como a Montaigne (1978) já pontuou, o homem chama de barbarismo a prática de outrem, não a sua, pois se coloca no centro Neste caso poderíamos concluir que as moralidades diferentes acabam se supervalorizando em relação a moral de outrem. É a partir deste pressuposto que a periferia se torna inteligível para aqueles que a classificam como tal. O morador da margem direita tem receios de ir na margem esquerda e o morador da margem esquerda, de ir as "casinhas".

O que está posto é um mundo da vida repleto de significados nos quais estão ancorados os diferentes quadros. A cidade é um grande quadro social abstrato. No interior deste quadro existem outros quadros imensuráveis, seja pelos atores que os vivenciam, ou mesmo pela academia com todas as suas ferramentas analíticas. Conseguimos apreender fragmentos do que entendemos por "realidade". Schutz (2012, p.87) destacou que "o conhecimento do homem que age e pensa no mundo cotidiano não é homogêneo; ele é incoerente, apenas parcialmente claro e de modo algum livre de contradições". A partir desta citação podemos pensar na Tatiana quando esta assume uma não violência em seu bairro, quando esta assume centralidade em sua fala.

É compreendendo o lugar de fala dos atores que conseguimos apreender o modo como estes significam o mundo. Significar não é apenas o que se fala e pensa sobre o mundo da vida, mas ainda, o modo como ele é experimentado. As experiências dos meus interlocutores estão marcadas pela formação de suas biografias. É nesse contexto que eles significam as práticas sociais. Os "colegas de faculdade" de Tatiana significam a experiência em Itaparica como passível de uma violência que interfere diretamente no curso d ação daqueles que se aproximam ou moram no lugar. Por outro lado, ela busca formas de justificar a não violência em seu bairro.

Além dos quadros experimentados pelos colegas de Tatiana, fora apresentado aqui o quadro compartilhado por ela e por Vitor, ambos moradores de bairros classificados como "perigosos". Os diferentes acúmulos de experiências possibilitaram a significação desse perigo a partir deoutras molduras, que não aquelas colocadas pelo periódico, ou pelos pares de Tatiana.

A efetivação das diferentes situações vividas serão tecidas situacionalmente a partir de um acúmulo de experiências no interior dos diferentes quadros. Este modo de ser no mundo irá conduzir os atores a buscar formas de legitimar as suas práticas ancorados no mundo vivido, não apenas em sistemas normativos abstratos que não se efetivam no mundo prático. A "violência" em seu sentido prático se redefine a partir dos diferentes níveis de interação que cada um estabelece com ela. Lembrando que ela não é apenas um conceito, mas um conjunto de práticas nas quais os que acumulam experiências suficientes irão se tornar competentes para agir no interior dessa ordem social.

Bibliografia:

ASSIS, R. L. (2014). *Regiões morais urbanas*: a cidade como um complexo de classificações morais. *Paper* apresentado no XI Congresso Argentino de Antropologia Social (XI CAAS), Grupo de trabalho: GT51-Moralidades enlasciudades de la periferia, Rosário, Argentina.

BOLTANSKI, L. ; THÉVENOT, L. (1991), On justification: economies of worth, Princeton: Princeton University Press.

CALDEIRA, T. P. do R.(2000). *Cidade de Muros*: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp.

FREIRE, J. (2010). *Agir no regime de desumanização*: esboço de um modelo para análiseda sociabilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro. Dilemas: Revista de Estudos deConflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 3, n. 10, pp. 119-142,.

GEERTZ, C. (1978). *A interpretação das culturas*. Rio: Zahar.

GOFFMAN, E. (2010). Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes.

_____. (2012). *Os quadros da experiência social*: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Editora Vozes.

MACHADO DA SILVA, L. A. (2004). "Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade violenta no Brasil urbano", em L. C. Q. Ribeiro (org.), *Metrópoles: Entre a Cooperação e o Conflito*. São Paulo e Rio de Janeiro, Perseu Abramo/FASE, pp. 291-315.

_____. (2008). *Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública*. In: Luiz Antônio Machado da Silva (org.), *Vida sob Cerco: Violência e Rotina nas Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Faperj, 35-45.

MARQUES, A. (2010), *Crime, proceder, convívio-seguro:* um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Dissertação de mestrado.Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

MONTAIGNE. (1978), *Les Essais de Michel de Montaigne.* P. Villey (ed.), Paris, Universitaires de France.

SOARES, V. F. da M. dos S. (2010). *Proteção social e Política Habitacional em Campos dos Goytacazes:* O Programa Morar Feliz sob uma perspectiva interdisciplinar. Trabalho de conclusão de curso. Departamento de Serviço Social. Universidade Federal Fluminense Polo Universitário de Campos dos Goytacazes (UFF-PUCG).

SCHUTZ, A. (2012[1967]). *Fenomenologia e relações sociais*: textos escolhidos. Rio de Janeiro: Vozes.

WEBER, M. (1999[1922]). Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed.da UnB.

_____. (2004[1922]). Economia e Sociedade. Capítulo II: Categorias sociológicas fundamentais e da gestão econômica. Brasília: EdUnB.

WERNECK, Alexandre. (2012). *De Adão ao Bom Ladrão*: Uma sociologia pragmatista da moral ampliada por uma perspectiva pluralista de bem inspirada pela desculpa. In: A desculpa: As circunstâncias e a moral das relações sociais. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

_____ (2009). *Moralidade de bolso*: A 'manualização' do ato de dar uma desculpa como índice da negociação da noção de 'bem' nas relações sociais". Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Vol. 2, n. 3,pp 107-141.

População em situação de rua: violência e vitimização sofridas em bairros centrais da cidade de Salvador

Maria de Fátima Cardoso
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública do Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA)
cardosofatima@yahoo.com

Ceci Vilar Noronha
Doutora em Saúde Pública (Universidade Federal da Bahia -UFBA). Professora Associada I do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA.
ceciavilar@gmail.com

Resumo: A população em situação de rua no Brasil apresenta um quadro alarmante no cenário da violência e vitimização. As ocorrências mostram uma cruel realidade, já que os crimes cometidos trazem características particulares do massacre e evidencia o quanto o grupo é estigmatizado desde a chegada na, rua até o momento das bárbaras mortes. O trabalho aqui apresentado origina-se de uma pesquisa em andamento e traz um breve aporte conceitual sobre a violência e a vitimização que contribuem no entendimento dos fatos tratados, permitem fomentar reflexões e ampliar a compreensão do fenômeno em questão. Contempla também uma breve descrição do significado da população em situação de rua, na visão de alguns autores e, por último, apresenta um rápido quadro da violência e vitimização sofrida pela população em situação de rua na cidade de Salvador, nas vozes dos próprios vitimizados e a partir de fatos publicados na mídia.

Palavras-chave: População em Situação de Rua, Violência, Vitimização.

1 INTRODUÇÃO

A literatura que trata da violência vem se ampliando nos últimos anos, principalmente no cenário brasileiro, em decorrência do crescimento dos eventos do gênero que ocorrem no país, nas grandes, médias e pequenas cidades. O último Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2014), publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, traz dados ainda mais preocupantes em relação à violência no Brasil. Entre os diversos números sobre a situação brasileira, destacam-se: «´[...] a cada 10 minutos uma pessoa é assassinada no país. Ao menos 6 pessoas foram mortas por dia pelas polícias brasileiras em 2013`». Foram registradas, em 2013, «´53.646 mortes violentas incluindo vítimas de homicídios dolosos e ocorrências de latrocínios e lesões corporais seguidas de morte`».

Como estará a população de rua nesse fragilizado cenário de insegurança, sem abrigos para tentar se esquivar das manifestações de violência? A resposta a essas perguntas certamente não será buscada neste trabalho, mas elas nos levam a tentar imaginar o que ela faz para sobreviver nas ruas da 13ª cidade mais violenta do mundo, conforme matéria publicada em 14 de novembro de 2014 (A TARDE 2014).

O objetivo do presente trabalho é fazer uma breve descrição do que vem sendo apresentado na literatura no intuito de contribuir para as discussões em torno da violência e da vitimização, particularmente no que tange aos conceitos que balizam as discussões contemporâneas em torno dos citados temas, além de apresentar brevemente algumas reflexões sobre a população em situação de rua na perspectiva desses dois conceitos, destacando ocorrências que denunciam situações de violência e de vitimização sofridas pelo grupo em questão. Mesmo sendo ainda a vitimização, no campo teórico, um conceito tido como em construção, já existe um número consider**ável** de estudiosos que analisam suas faces e sistematizam reflexões em torno da sua expli-

cação e teorização. Aqui, respeitando os limites da presente proposta, serão apresentadas, brevemente, algumas dessas contribuições que poderão permitir futuros avanços nas discussões em torno do tema.
Mas quem são esses atores que sofrem múltiplas violências e vitimizações de origem externa a seu grupo, mas, ao mesmo tempo, convivem internamente com essas mesmas situações? O presente trabalho trará uma sucinta descrição do fenômeno ao apresentar algumas das principais conclusões a que chegaram um grupo de estudiosos contemporâneos. Após essa aproximação conceitual, serão apresentadas algumas situações que ilustram a ocorrência das questões aqui propostas, evidenciadas através de falas que mostram uma maior frequência de violência policial, além de breves recortes da mídia impressa sobre homicídios ocorridos na cidade de Salvador.
É importante destacar o caráter preliminar das reflexões do presente trabalho, **já que ele** considera apenas as primeiras evidências detectadas dentro de uma proposta mais ampla de pesquisa de doutorado.

2 VIOLÊNCIA: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS

Antes de apontar algumas das mais importantes reflexões contemporâneas acerca do tema, considera-se pertinente trazer o significado do termo. Segundo Michaud (1989), "violência" vem do latim *violentia*, que remete a *vis* (força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo para exercer sua força vital). Ainda segundo o autor, «´[...] essa força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica`». No entanto, faz-se necessário que haja uma clareza do alcance de seus efeitos, o que, no caso, segundo ele, estará ligado à «´percepção do limite ou da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar o ato como violento, percepção essa que varia cultural e historicamente`». De acordo com Muchembled (2012:7), a palavra violência aparece na língua francesa no século XIII e caracteriza um ser com um caráter colérico e brutal. Ela define, também, uma relação de força visando a submeter ou constranger outrem. Também para esse autor, «´em termos legais a violência designa os crimes contra pessoas, dos quais fazem parte o homicídio, os golpes e ferimentos, os estupros, etc`». Muchembled (2012:8).
No Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, o verbete *violência* indica as acepções: "qualidade do que é violento", «´ação ou efeito de empregar força física ou intimidação moral [...]`», «´exercício injusto ou discricionário, geralmente ilegal, de força ou de poder`», dentre outros. No dicionário de Aurélio Buarque de Holanda aparecem, entre outros, as seguintes acepções: abuso da força, tirania, opressão, constrangimento exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a fazer um ato, coação.
A violência, no campo das ciências sociais, toma contornos conceituais respaldados nas relações entre os indivíduos. Assim, para Norbert Elias (*apud* Zaluar, 2001:5), ela «´significa destruição física; imposição do silêncio; esmagamento psicológico; perda da confiança na capacidade de lutar`». No entendimento de autores como Marilena Chauí (1999:3), a violência «´consiste no uso da força para: desnaturar, coagir, constranger, torturar, brutalizar, violar relações intersubjetivas e sociais pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror`». Para Domenach (1981 *apud* MINAIO, 2004:15), a violência está «´inscrita e arraigada não só nas relações sociais, mas, principalmente, é construída no interior das consciências e das subjetividades`». Partindo da percepção sobre os efeitos da interação gerada na vida coletiva, Michaud (1989:11) argumenta que «´em situação de interação, os atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos às pessoas: integridade física, integridade moral, posses, ou em suas participações simbólicas e culturais`». Chesnais (1981:18) define violência como «´**ação direta, corporal contra as pessoas; a vida, saúde e integridade corporal ou liberdade individual** estão em jogo`».
No cenário institucional, no caso da Organização Mundial de Saúde (OMS), a violência significa

> [...] o uso da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002:5).

Essa classificação, no entendimento de Minayo (2005), «´acrescenta-se um tipo de violência que aqui se denomina estrutural`». Para a autora, outros elementos estão incorporados nessa categoria: «´processos sociais, políticos e econômicos que reproduzem e cronificam a fome, a miséria e as desigualdades sociais, de gênero, de etnia e mantêm o domínio adultocêntrico sobre crianças e adolescentes`» (Minayo, 2005:24).
Para a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), «´[...] a violência, pelo número de vítimas e a magnitude de sequelas orgânicas e emocionais que produz, adquiriu um caráter endêmico e se converteu num problema de saúde pública em vários países`». A OPAS também alerta para os rebatimentos da problemática no setor de saúde: ele «´constitui a encruzilhada para onde confluem todos os corolários da violência, pela pressão que exercem suas vítimas sobre os serviços de urgência, de atenção especializada, de reabilitação física, psicológica e de assistência social`». (OPAS, l993:1).
Além disso, cabe registrar que a violência pode ser definida como qualquer ação intencional realizada por um indivíduo ou grupo, dirigida a outro, que resulte em óbito, danos físicos, psicológicos e (ou) sociais. As causas e consequências da violência não podem ser generalizadas a todos os segmentos da população. A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 1994) e a Organização Mundial de Saúde (OMS, 1997) reforçam a importância de se avaliarem as causas e consequências dos diferentes tipos de violência na saúde pública.
É importante destacar que «´a abordagem da saúde pública à violência está baseada nos requisitos rigorosos do método científico`». Ela também se caracteriza, sobretudo, por sua ênfase em prevenção. Outra importante reflexão nessa perspectiva é que «´mais do que simplesmente aceitar ou reagir à violência, seu ponto de partida reside na forte convicção de que o comportamento violento e suas consequências podem ser prevenidos e evitados`». (DAHLBERG et al. 2006:1165).
Para Minayo (2005), o setor de saúde concebe duas vertentes sobre o tema da violência. A primeira, de caráter explicativo, tem como base reflexões de natureza filosófica e teórica. A segunda, de ordem operacional, cujo fundamento é a constatação dos «´transtornos biológicos, emocionais e físicos que sua dinâmica provoca no bem estar e na qualidade de vida das pessoas`».
Para concluir essa breve dimensão geral que gravita em torno desse conceito e da saúde pública, é importante compreender que «´[...] a violência não é um problema específico da área da saúde. No entanto, ela afeta a saúde. Ela representa um risco maior para a realização do processo vital humano: ameaça a vida, altera a saúde, produz enfermidade e provoca a morte como realidade ou como possibilidade próxima`». (AGUDELO, 1990:1).

3 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O SIGNIFICADO DA VITIMIZAÇÃO

Para contribuir com a discussão sobre o termo "vítima", Manzanera (1990:66) diz que «´vítima é o indivíduo ou grupo que sofre um dano por ação ou omissão, própria ou alheia, ou por causa fortuita`». A construção do conceito também traz uma subdivisão interessante para mostrar que a vitimização também se configura de diferentes formas. Nessa perspectiva, os sujeitos podem estar submetidos a diferentes tipos de vitimização, como coloca Cardia (2012:10), ao afirmar que existem «´[...] grupos de pessoas mais sujeitas à combinação de diferentes formas de vitimização direta e indireta. Há duas formas de vitimização recorrente: vitimização repetida e vitimização múltipla`». Para ela, a vitimização direta é «´aquela a que se assiste, e estar mais ou menos exposto à violência gera riscos de vitimização. O padrão de assistir a violências é semelhante ao padrão de violência que vitima`».
Um importante estudo que objetiva contextualizar a vítima na sociedade contemporânea é o da pesquisadora Sarti (2011:54). Para ela, «´a construção da pessoa como vítima é pensada como uma forma de conferir reconhecimento social ao sofrimento, circunscrevendo-o e dando-lhe inteligibilidade`».
Na literatura internacional, as explicações para a evolução das taxas de crimes estão centradas nas circunstâncias, integrando a teoria das abordagens rotineiras (COHEN *et al.* 1979). Segundo esses autores, para que um ato predatório ocorra, é necessário que haja uma convergência no tempo e no espaço de três elementos: ofensor motivado, predisposto a cometer um crime; alvo disponível, objeto (ou pessoa) que possa ser atacado; e ausência de guardiões capazes de prevenir violações.

Beato *et al.* (2004:76), discutindo sobre vitimização, descreve os atrativos para as "oportunidades" de ocorrência dos crimes, respaldado nos estudos teóricos sobre os "estilos de vida" (*life style models*) e "oportunidades" (*opportunity models*), categorias utilizadas nos estudos acerca da vitimização realizados por Cohen *et al*. (1981).

No que diz respeito ao fenômeno aqui tratado, pode-se dizer que a população em situação de rua constitui um alvo para a violência pelos níveis elevados de exposição e fragilidade física. Assim, são pertinentes as explicações de Beato *et al.* (2004):

> As vítimas tornam-se ainda mais atrativas quando oferecem menor possibilidade de resistência ou proporcionam maior retorno esperado do crime. Os indivíduos que oferecem menor possibilidade de resistência, provavelmente, reagem com pouca intensidade, o que representa menor risco de aprisionamento para o agressor. (BEATO et al. (2004:76)

Estas breves reflexões sobre a violência e a vitimização são importantes para possibilitar a busca de compreensão das dificuldades e vivências da população em situação de rua nos espaços públicos. Para isso, no entanto, faz-se necessário conhecer a conhecer sua conceituação e principais características.

4 QUEM É A POPULAÇÃO DE RUA?

A população de rua é constituída por pessoas sem moradia, que pernoitam em albergues, nos logradouros da cidade, em casas abandonadas, cemitérios, carcaças de veículos, terrenos baldios ou depósitos de papelão e sucata. Quando organizadas, preferem a denominação de "pessoas em situação de rua", o que caracteriza uma percepção de transitoriedade desse processo exclusão social. Autores como Mizoguchi *et al.* (2007) conceituam o morador de rua como aquele que habita tempos e espaços desvalidos no epicentro do turbilhão urbano. São, pois, pessoas que, por obrigação ou opção, contrapõem-se à lógica da cidade capitalista – «´ ávida pela velocidade dos homens produtivos, atemorizada pela violência e exposta a espetacularização fetichista`» (VIEIRA *et al.* 1994).

A definição dessa população inclui pessoas sem residência adequada e fixa no período noturno. É considerada também uma situação de rua usar ou residir em albergues, instituições, locais públicos ou privados, não designados ou usados como acomodação regular para dormir (STRATIGOS; KATSAMBAS *apud* BRITO *et al.*, 2007).

No que tange às razões para morar na rua, o tempo de permanência e o grau de vínculos familiares mantidos, segundo Vieira *et al.* (1994), essa população pode ser identificada a partir de três categorias. A primeira diz respeito a *ficar na rua* por força de uma situação recente de desemprego, ou qualquer outro motivo para não ter onde morar. Como a rua intimida essas pessoas, elas vão à busca de albergues ou pensões enquanto possuem algum dinheiro, procurando manter contato familiar frequente e persistindo, ainda, num projeto de vida. A segunda corresponde a *estar na rua* – caracterizada por uma permanência mais prolongada nessa situação e pelo estabelecimento de relações com indivíduos na mesma situação. As pessoas, nessa condição, consideram-se trabalhadores desempregados, mas ainda mantêm projetos de sair da rua, embora os contatos familiares sejam menos frequentes. A terceira, que define com mais clareza esse grupo populacional, corresponde a *ser de rua*, já que, nesse caso, a rua passa a ser um lugar básico de referência e espaço de relações. Dessa forma, o aspecto físico das pessoas submetidas a essa situação se modifica em função de condições limitantes de alimentação e higiene e pelo uso de bebidas alcoólicas e drogas (VIEIRA *et al.* 1994).

Varanda *et al.* (2004) observam que, no ambiente institucional dos serviços de saúde, a população de rua é enquadrada, segundo o uso de drogas e sua forma de comportamento, como um "problema" de natureza mental ou psíquica. Porém essa categorização pode ou não ser reconhecida pelos moradores de rua, já que, entre eles, existe uma delimitação de identidades e espaços referenciados pelo uso e o tipo de drogas. Essas divisões e identidades refletem também a internalização da fala institucional como culpa. Os usuários do álcool, por exemplo, são chamados de bêbados, bebuns, alcoólatras. Já eles nomeiam os usuários de outras drogas como

"noia". Os que usam *crack* são "pedreiros". Refletindo a situação relacional entre os grupos e as instituições, tais classificações operam com um conceito de "cronicidade" que relaciona subjetivamente a aparência e o comportamento do indivíduo a determinado "estágio de degradação".

Matos *et al.* (2004) descrevem tipificações atribuídas às pessoas em situação de rua, indicando seus efeitos na constituição de suas identidades: *vagabunda* – incapaz e que não quer trabalhar; *louca* – quando a mendicância é considerada como gênese e produto de distúrbios de personalidade, doença mental ou psicopatia; *suja* – associação do morador de rua à sujeira que deve ser jogada para baixo do tapete; *perigosa* – vinculação mais geral da pobreza com a violência e a delinquência, o que vem a favorecer que todos os cidadãos enxerguem o morador de rua como socialmente ameaçador e criminoso em potencial; *coitadinha* – discurso religioso segundo o qual as pessoas são tidas como dignas de piedade, o que favorece a realização de ações assistencialistas e paliativas.

É no centro das grandes cidades, onde há a presença do comércio e das áreas de grande circulação de pessoas, que a população em situação de rua é concentrada em maior número. Diversas são as razões para isso e, no caso brasileiro, a mais recorrente é a possibilidade de estar próximo às estratégias de mendicância e até mesmo de segurança, já que a visibilidade aumenta. Mas o centro também pode representar uma real ameaça à vida.

Com uma população de 2.902.977 pessoas, Salvador é a terceira metrópole mais populosa do Brasil, ficando atrás do Rio de Janeiro (6.453.682) e São Paulo (11.895.593), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2014); os dados são referentes a 1º de julho de 2014. A primeira capital do país tem, em seu cenário histórico, o registro da presença do fenômeno da população de rua, como expressão da exclusão social e do esgarçamento e (ou) rompimento dos laços familiares. Atualmente, dados levantados pelos órgãos oficiais do município de Salvador, divulgados em 2013, apontam que a capital baiana tem uma população de rua estimada em 3.5 mil pessoas. A maior parte delas vive nas ruas do centro da cidade, principalmente nas regiões do antigo comércio e do centro histórico (A TARDE, 2013, *online*). O perfil dessa população, segundo a mesma fonte, indica que 75% dessas pessoas são do sexo masculino, e mais da metade tem idade entre 25 e 44 anos. Do total, 40% não concluíram o ensino fundamental e 50% se declaram negros, 30% pardos e 20% brancos. A pesquisa aponta como principais motivos que levam tais pessoas a viverem na rua o alcoolismo ou uso de drogas (15%), o desemprego (10%) e os conflitos familiares (15%). Um contingente significativo (30%) é oriundo de cidades do interior do estado e de outras cidades do país.

No cenário nacional, levantamento feito pelo Ministério do Desenvolvimento Social em 2008 identificou 31.922 pessoas em situação de rua nas cidades pesquisadas. Essas pessoas foram encontradas sobrevivendo em diversos locais, como «´calcadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferro-velho, ou pernoitando em instituições – albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio e igrejas`». O perfil da população de rua, em âmbito nacional, revela que prevalecem pessoas do sexo masculino (82%). Em relação à faixa etária 53% estavam entre 25 e 44 anos. Foi encontrado um percentual de 16,2% com idade entre 18 e 24 anos e 13,3% com mais de 55 anos. Em relação à raça ou cor, 39,1% das pessoas entrevistadas declararam-se pardas, 29,5% brancas e 27,9% negras.

Como observado, a população em situação de rua seja no cenário nacional, que municipal, é relativamente jovem. Esse perfil pode denunciar uma evidente situação que precisa ser enfrentada tendo em vista a possibilidade de dotar os indivíduos que fazem parte desse grupo de potencialidade que os reaproximem dos direitos de exercer a sua "cidadania".

5 BREVE CONTEXTO DA VIOLÊNCIA E VITIMIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SALVADOR

Recente publicação sobre saúde e doença, envolvendo esse fenômeno, aponta para a questão da vulnerabilidade e a exposição à violência: «´[...] a violência aparece como uma grande preocupação para essas pessoas, principalmente à noite. Foram relatados vários casos de agressões e mortes quando as pessoas estão dormindo e o medo de ataques noturnos foi trazido em várias entrevistas`». (AGUIAR et al. 2012:118). Os mesmos autores citam algumas das "estratégias de proteção" utilizadas, como é o caso da aglomeração de pessoas para

dormir ou dormir durante o dia e manterem-se acordadas no período da noite e também dormir em locais que não são os de permanência diurna.

As ocorrências de violência e vitimização da população em situação de rua são visíveis aos olhos até mesmo daqueles que preferem ignorá-la ao passarem por perto. Elas se traduzem na aparência física, no comportamento, muitas vezes de receio e medo, ou no olhar e gestos defensivos e combativos. É muito comum deparar-se com uma reação de preocupação com um encontro casual com alguém que passa ao seu lado ou que se firma à sua frente. Em algumas situações, o que se observa é a busca de mecanismos de defesa e proteção, e, quanto a esse cenário, o presente texto buscou focar a vertente das relações da população de rua com a polícia, nas quais se pode verificar a representação da violência institucional. A pergunta, então, é: como se estabelece a relação entre a polícia e a população em situação de rua? A princípio, não se pretende esgotar as respostas a tal questão, mas provocar a reflexão e o desdobramento de um diálogo mais aprofundado sobre esse recorte. Assim, a seguir, serão trazidos à luz alguns aspectos dessa relação conflitosa, geradores de danos de diversas naturezas no cotidiano da população em situação de rua na cidade de Salvador, na Bahia. Para compreender tal situação, considera-se importante trazer para a luz a própria fala dos principais atores.

A população em situação de rua sofre diversos tipos de agressões, algumas perpetradas por comerciantes que duelam com aqueles que utilizam a frente dos estabelecimentos para passar a noite. Além disso, jovens, ao retornarem de festas à noite, lançam objetos, chutam e agridem verbalmente aqueles que dormem nas calcadas e em espaços públicos. Seguranças privados, guardas municipais e policiais "enxotam" moradores de rua dos "espaços privados" ou da sua vizinhança.

Na busca de dados sobre as ocorrências de violência e vitimização, foram coletados depoimentos junto a pessoas em situação de rua. Nas falas de alguns deles, é possível identificar situações onde se evidencia violência. Um dos entrevistados diz:

> *Tenho certeza que muita gente não vê a gente como ser humano, ficam olhando de longe pra gente e, quando perguntamos o que tanto olha, chama logo a policia e querem bater na gente. Já tentaram me agredir, me pegar a pulso, já roubaram varias vezes minhas coisas e vivo com medo. A prefeitura manda lavar a rua para molhar a gente. Quando não sou perseguida por gente da rua, sou perseguida pela policia, pela prefeitura e por outros. Vivo sendo perseguida por aqueles que roubam minhas coisas, que quer abusar de mim sem que eu tenha vontade.* (Terezinha, 26 anos)

Outra entrevistada conta como viveu situações em que foi agredida fisicamente, mesmo estando grávida, ao dormir em um banco de uma das maiores praças públicas do centro da cidade.

> *Já fui agredida tantas vezes que nem sei mais contar. Até quando eu estava grávida desse menino aqui, eu sentia muito sono e dormia muito no banco da praça. Um dia, o policial mandou eu levantar e eu não ouvi, porque a gravidez me dava muito sono, aí ele me puxou pelos cabelos, me jogou no chão, e me bateu.* (Maria Madalena, 35 anos)

A relação com a polícia, na voz dos entrevistados, é tida como conflituosa, pois nela prevalece, na maior parte dos casos, o medo e a desconfiança do que poderia representar proteção. No entanto, eles expressam que, nos conflitos internos ao grupo, a intervenção policial é a única solução e, sem ela apara apartar a situação, pode-se chegar ao extremo, como afirma um entrevistado:

> *Agora com a polícia é assim, você nem pode reclamar que eles batem, se a gente reclamar, vai até preso. Quando tem briga, morador de rua com morador de rua, é difícil tirar. Só a policia mesmo. Às vezes leva preso, mas solta logo, porque não é coisa grave. Eles só levam preso porque desacatou. Tem morador de rua que é ousado, diz desaforo ao policial.* (José, 42 anos)

As queixas de agressões vindas da atuação policial são as mais frequentes e reveladoras de causas do medo. O depoimento abaixo deixa clara a ocorrência desse tipo de violência institucional:

> *A polícia leva nossas roupas de nós e ficamos sem nada para trocar. Ficamos ainda mais sujos e, quando precisamos de um atendimento de emergência,* não tem o que trocar e ai não querem atender a *gente porque tem nojo. Até os documentos da gente a polícia leva quando leva nossas sacolas e nossas coisas. Perdemos os documentos, as roupas. Então fica mais difícil o pessoal atender a gente no posto de saúde, porque tem nojo mesmo.* (Lázaro, 29 anos)

Uma declaração que certamente revela o aspecto psicológico da violência se traduz na fala de uma jovem muito magra, com pela avermelhada do sol, cabelos bem curtos, como se tivessem sido cortados desproporcionalmente e aparentando certo nervosismo quando expressa sua indignação com as agressões sofridas:

> *Sofro quando sou descriminada e quando sou agredida. Agora eu sofro mais quando a agressão é de palavra, porque palavra é pior que bater. Na minha opinião, as palavras fere mais que bater.* (Rita, 23 anos)

Os conflitos que ocorrem dentro do próprio grupo são muito recorrentes e preocupantes. Algumas estratégias são utilizadas para defesa e, em alguns casos observados em entrevistas exploratórias, eles tomam proporções graves. Proteger seus poucos pertences, por exemplo, exige uma vigilância permanente, como pode ser observado na fala abaixo:

> *A gente da rua é que nem cachorro, só que com uma diferença: cachorro briga só na hora de comer... Eu não, se mexer com meus filhos, com minha mulher, nas nossas poucas roupas, eu parto pra cima com tudo.* (TRIBUNA DA BAHIA, 29 de março de 2000:20).

Ir para a rua, para alguns, pode significar sair de uma situação de cobranças, de não aceitação de determinado comportamento e até mesmo uma forma de sentir-se livre. Mas o que se pode observar, frequentemente, são as queixas dos riscos e perigos que a rua apresenta, principalmente aqueles que envolvem a perda da vida:

> *Eu vivi anos na rua e chego a dizer, penso hoje, que o lugar da rua não é um lugar de vida, é um lugar de morte. [...] A situação da rua, nesse sentido, não é humana. Por isso que digo que é um lugar de morte, não de vida.* (Francisco, 50 anos)

Esses breves relatos de casos que envolvem a população de rua constituem uma pequena demonstração do universo que envolve esse fenômeno nas suas mais diversas situações.

Vale destacar que a divulgação da violência e da vitimização da população em situação de rua está presente na mídia, que notifica novas e velhas práticas com aspectos de barbárie, indo desde a violência simbólica até os assassinatos com requintes de crueldade. Tais fatos, cada vez mais frequentes nos grandes centros urbanos brasileiros – e que, muitas vezes, permanecem na impunidade –, constituem uma forte motivação para o conhecimento mais aprofundado dos traços fundamentais desse fenômeno, suas diversas formas de manifestação e os contextos e situações que contribuem para a sua permanência ou a sua expansão.

A mídia local traz registros de mortes de pessoas pertencentes à população em situação de rua com algumas características de crueldade e violência, como a apresentada abaixo:

> *Um homem foi encontrado morto na manhã desta terça-feira (1), no bairro da Barra, em Salvador. De acordo com a polícia, o homem era um morador de rua. A vítima apresenta um corte profundo no pescoço. O corpo foi encontrado na Rua Afonso Celso, que fica a poucos metros do Farol da Barra, tradicional ponto turístico e principal local de concentração dos baianos para comemoração do réveillon. De acordo com moradores da região onde o homem foi encontrado, ele morava naquela rua há alguns anos e era guardador de carros.* (G1 01/01/2013)

Esta outra notícia mostra características semelhantes que podem apontar a suposição de que a vitima pode ter sido agredida enquanto dormia:

> *Morador de rua foi encontrado morto nesta sexta-feira, 3, na Avenida Centenário, em Salvador. O corpo foi localizado por transeuntes embaixo do viaduto Reis Católicos. A vítima, segundo policiais que estiveram no local, tinha lesões na cabeça. Aparentemente foram provocadas por uma barra de ferro encontrada ao lado do corpo do morador de rua. A polícia informou que foram encontrados, no local, colchões e roupas velhas. De acordo com informações da 41ª CIPM, moradores informaram que a vítima morava embaixo do viaduto aparentemente sozinho. A polícia ainda não tem suspeitos do crime.* (A TARDE, 03/05/2013)

A terceira matéria também registra o uso das mesmas estratégias de violência contra a pessoa que utilizava a rua como moradia.

> *Um morador de rua foi agredido e morto na madrugada desta sexta-feira (6). O crime aconteceu na Avenida Tancredo Neves, na 2ª passarela da avenida, sentido Iguatemi, por volta das 1h30. De acordo com a Central de Polícia, Leonardo dos Santos e Santos, 21 anos, foi agredido na cabeça com golpes desferidos por um objeto que ainda não foi identificado. Ele não resistiu aos ferimentos e morreu no local. [...] Não há informações sobre quem cometeu o crime, nem qual seria a motivação dele. (DHPP).* (JORNAL CORREIO DA BAHIA, online, 06/06/2014)

Apesar de o presente trabalho não apresentar dados precisos sobre a investigação policial e a conclusão dos inquéritos, até porque não é esse seu foco, é sabido, através de informações oriundas das instituições de assistência e apoio à população de rua, que geralmente os inquéritos são arquivados com a justificativa da "dificuldade" de identificar os autores dos crimes.

No Brasil o massacre mais marcante contra esse grupo foi o ocorrido na Candelária, Centro do Rio de Janeiro, em 1993. Reportagem publicada pelo *Jornal Folha de São Paulo* em julho de 2013, sobre o paradeiro dos sobreviventes da referida chacina, revela que, 20 anos depois da tragédia, três autores dos 8 assassinatos dos jovens, julgados e condenados a penas entre 204 e 309 anos de prisão, estão em liberdade, beneficiados por indultos ou na condicional. Depois de 21 anos da violência que chocou o país, observa-se que as práticas continuam e a impunidade possivelmente alimenta e motiva os assassinos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo está distante de revelar todas as faces da violência e da vitimização que integram a vivência da população em situação de rua, tendo em vista a multiplicidade e a complexidade das questões que envolvem esses dois temas. Um aspecto importante, que deve ser destacado, é que esse grupo é vitima não só de atos explícitos de violência – agressões e homicídios, divulgados ou não pela mídia –, mas também, como pôde ser observado em algumas falas, de uma violência simbólica.

Vale ressaltar que a violência e a vitimização que afetam o grupo tem origens diversas, com atores diferenciados. Sua origem pode ser interna (conflitos com integrantes do próprio grupo) ou externa (polícia, seguranças de estabelecimentos particulares, ou anônimos). Em todos esses casos, as vítimas não denunciam seus agressores por medo de represálias, já que, na maioria das vezes, como foi dito, os autores não são punidos por seus atos.

Para driblar as possibilidades de sofrer ataques, **são criadas diversas estratégias** de proteção e defesa. Tais estratégias vão desde a mudança do local de permanência à noite para outros com maior circulação de pessoas, ou o recurso dos dormitórios coletivos gerenciados pelo poder público, mesmo não sendo esses espaços aprovados pela grande maioria por diversas razões, dentre as quais adaptação às regras e normas, o que, para eles significa perda de liberdade.

Por fim, desvelar aspectos da "vida na rua" e das violências e vitimizações sofridas pela população de rua leva às diversas dimensões de suas origens e de seus impactos no grupo. Os limites deste trabalho não permitem a discussão de tantas outras faces das questões aqui tratadas, que merecem ser amplamente discutidas e ampliadas no que tange à violência e **à** vitimização. Mas foram apontados aspectos recorrentes, a exemplo de algumas situações de violência e de vitimização, o que abre uma possibilidade de futuro aprofundamento desses dois conceitos a partir de evidências empíricas e de retorno à literatura na pesquisa em andamento.

REFERÊNCIAS

A TARDE. (3013). Morador de rua encontrado morto na Centenário. Disponível em: www.http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1501245-morador-de-rua-encontrado-morto-na-centenario. [publicado em 15-11-2014].

AGUDELO, S. F. (1990). 'La violência: un problema de salud pública que se agrava en la region'. Boletin Epidemiologico de la OPS, n. 11, p. 1-7.

AGUIAR, M. M., IRIART, J. A. B.(2012), **"**Significados e práticas de saúde e doença entre a população em situação de rua em Salvador, Bahia, Brasil". Caderno de Saúde Pública, 28(1), pp. 115-124.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (2014). 8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

BEATO, F. C., PEIXOTO, B. T., ANDRADE, M. V. (2004), "Crime, oportunidade e vitimização". Revista Brasileira de Ciências Sociais, 19(55), pp. 73-90.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. (2005), "Impacto da violência na saúde dos brasileiros". – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome. (2008), "Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua para consulta pública". Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome.

BRITO, V. O. C. et al. (2007), "Infecção pelo HIV, hepatites B e C e sífilis em moradores de rua", São Paulo. Revista de Saúde Pública, 41(2), pp. 47-56.

CHAUÍ, M. (1999), "Uma ideologia perversa". Folha de S. Paulo, 14 mar. 1999. Caderno Mais, p. 3.

CHESNAIS, J. F.(1981) "Historia da la Violence". Paris: Pluriel.

COHEN, L. E.; FELSON, M. (1979), "Social change and crime rate trends: a Routine Activity Approach". American Sociological Review, [S.l.], 44, pp. 588-608, 1979.

COHEN, L. E.; KLUEGEL, J. R.; LAND, K. C. (1981), "Social Inequality and Predatory Criminal Victimization: An Exposition and Test of a Formal Theory". American Sociological Review, 46(5), pp. 505-524.

CORREIO. (2014), "Morador de rua é morto em passarela na avenida Tancredo Neves". Disponível em: http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/morador-de-rua-e-morto-em-passarela-na-avenida-tancredo-neves/?cHash=7f55f8350f468170c1cd928cc8d55edd. [consultado em 10-09-2014].

DAHLBERG, L. L., KRUG, E. G. (2006), "Violência: um problema global de saúde pública". Ciênc. saúde coletiva, 11, suppl., pp. 1163-1178. Disponível em http://www.scielo. br/scielo.php. [consultado em 20-10-2012].

MANZANERA, L. R. (1990), "Victimilogía". 2ª ed. México: Editorial Porrúa.

MATTOS, R. M., PEREIRA, R. F. (2004), "Quem vocês pensam que (elas) são? – Representações sobre as pessoas em situação de rua". Psicol. Soc. 1692), pp. 47-58.

MICHAUD, Y. (1989), "A Violência. In: O problema das definições". São Paulo, Atica.

MINAYO, M. C. S. (2004), "Violência: um problema para a saúde dos brasileiros". In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde.

MINAYO, M. C. S. (2005), "Violência: um problema para a saúde dos brasileiros". In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde.

MIZOGUCHI, Danichi H., COSTA, Luis A., & MADEIRA, Manoel L. (2007). Sujeitos no sumidouro: a experiência de criação e resistência do Jornal Boca de Rua. Psicol. Soc. [online], 19(1), 38-44.

MUCHEMBLED, R. (2012), História da Violência: do fim da Idade Média aos nossos dias. Rio de janeiro Forense Universitária.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS), (1997). "Violência contra a mulher". Geneva, WHO.

OPAS – Organización Panamericana de la Salud.(1993), "Resolución XIX: Violencia y Salud". Washington, D.C: OPS.

OPAS – Organización Panamericana de la Salud.(1994), "Salud y Violência: Plan de Acción Regional". Divisón de Promoción y Protección de la Salud. Washington D.C: OPS.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS), (2002). "Relatório mundial sobre violência e saúde". Brasília: OMS/OPAS.

SARTI, C. (2011), "A vítima como figura contemporânea". Cad. CRH, 24(61), pp.51-61.

VIEIRA, M. A., BEZERRA, E. M. R., ROSA, C. M. M (Orgs.). (1994), "População de rua**:** quem é? Como vive? Como é vista?" São Paulo: Hucitec.

ZALUAR, A., LEAL, M. C. (2001), "Violência extra e intramuros". Rer. Bras. Ciências Sociais, 16(45), pp. 145-164.

Redes criminais em regiões fronteiriças brasileiras: o caso de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero

Camila Nunes Dias
Fernando Salla
Marcos César Alvarez

Resumo: Considerando a crescente importância social e política das regiões de fronteira nas discussões ligadas à segurança pública dos centros urbanos brasileiros, propomos adensar a compreensão sobre as dinâmicas das redes criminais que atuam em alguns destes territórios. A constituição de um cenário de interações entre agentes sociais diversos nas regiões de fronteira produzem uma especificidade nestes locais que justificam o recorte teórico-empírico a partir do recorte geográfico. Neste sentido, as cidades-gêmeas apresentam de forma mais explícita as dinâmicas que conformam as peculiaridades das regiões fronteiriças. Essa pesquisa está empiricamente localizada nas cidades-gêmeas Ponta Porã (MS/BR)/Pedro Juan Caballero(Amambay/PY), região considerada palco de articulações entre diversos grupos que atuam no comércio ilícito de drogas e de armas, especialmente daqueles atuantes em São Paulo, como o PCC. Propõe-se uma compreensão dos arranjos produzidos entre essas redes e outros atores (instituições estatais, outras redes criminais ou a população local) bem como dos efeitos de tais arranjos nas dinâmicas sociais e criminais nas localidades onde elas ocorrem.
Palavras-chave: fronteira, Brasil, Ponta Porã, Pedro Juan Caballero, redes criminais.

1. Introdução

As áreas de fronteira do Brasil com o Paraguai tornaram-se, nas últimas décadas, focos de conflitos sociais diversos e de aumento da criminalidade. Os conflitos sociais aumentaram com o avanço da frente econômica produtora de soja, que se estendeu do sul do Brasil para o interior do Paraguai, provocando a formação de grupos políticos, do lado paraguaio, de resistência ao avanço do agronegócio, ao uso de agrotóxicos e também à destruição florestal (Albuquerque, 2010). O aumento da criminalidade naquelas áreas de fronteira deriva do desenvolvimento de economias ilegais associadas ao contrabando, ao tráfico de armas e drogas, sendo aquela região bastante utilizada para o plantio de maconha.

Essa nova configuração econômica, social e política tem se refletido na violência presente nessas áreas expressa no aumento dos assassinatos nas principais localidades de ambos os lados da fronteira, incluindo Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, cidades-gêmeas enfocadas neste texto. A atuação de pistoleiros e de grupos de criminosos associados a políticos locais e nacionais para viabilizar o funcionamento de suas atividades ilegais, o envolvimento de policiais de ambos os países nas diversas atividades ilícitas da região e, ainda, conflitos envolvendo outras variáveis como a disputa por terras, a luta pelos direitos dos povos indígenas fazem com que esta região esteja imersa numa complexa trama de múltiplas tensões e conflitualidades, algumas das quais pretendemos compreender.

A complexidade e a violência subjacente a essas tramas nestas duas cidades podem ser exemplificadas por dois personagens emblemáticos naquela região. A atuação do juiz federal Odilon de Oliveira, em Ponta Porã, contra traficantes de drogas o colocou sob intensas ameaças[1] que levaram a sua transferência daquela cidade para Campo Grande, onde continua atuando como magistrado, sempre sob forte proteção da Polícia Federal. O outro personagem é o senador paraguaio Robert Acevedo, que já fora governador do Departamento de Amambay, e que em 26 de abril de 2010, na cidade de Pedro Juan Caballero (cidade gêmea de Ponta Porã), foi alvo de um atentado. O carro em que se encontrava foi atingido por diversos tiros que o feriram levemente mas que acabaram matando seu motorista e um guarda-costas. Acevedo foi um colaborador do juiz brasileiro Odilon no enfrentamento ao tráfico de drogas quando foi governador e sempre denunciou o envolvimento

1 Ver http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/389046/noticia.htm?sequence=1

de políticos paraguaios com o crime organizado que atua nas áreas de fronteira. Embora essa tivesse sido a principal explicação, levantou-se também como possível motivação para o atentado as reações do Exército Popular Paraguaio (EPP), que teria ligações com as Forças Revolucionárias da Colômbia (FARC), ao estado de exceção decretado pelo governo paraguaio para cinco províncias do norte do país.

As ameaças e atendatos em relação à atuação desses dois personagens na região estiveram sempre associadas às denúncias de uma possível presença de integrantes de grupos criminosos organizados de grandes cidades brasileiras, especialmente do Primeiro Comando da Capital (PCC). Atribui-se inclusive a participação de membro desse grupo no atentado ao senador. Além desses casos específicos, não são raros os assassinatos e as ameaças à profissionais da imprensa local, sobretudo no lado paraguaio, além de rumores, denúncias e processos contra autoridades locais[2] e nacionais dos dois países.

De qualquer modo, a região de fronteira compreendida por Ponta Porã e Pedro Juan Caballero pode ser um campo fecundo de análise para as Ciências Sociais, seja por conta da suposta presença de grupos guerrilheiros, sobretudo o Exército Popular Paraguaio (EPP), que poderiam atentar contra a soberania do Estado ao controlar territórios (como no caso da Colômbia com as Farc); seja pela presença de grupos criminosos organizados que atuam principalmente no tráfico de drogas mas que ampliam a capilaridade das economias ilegais para outras modalidades de atividades (roubo de carros, tráfico de armas, contrabando de cigarros etc.) e que constantemente estão desafiando as autoridades e sua capacidade de manter a ordem social e o cumprimento da lei; seja, ainda, por conta de serem Ponta Porã e Pedro Juan Caballero cidades-gêmeas, ponto de entrecruzamento de ordens jurídicas distintas, mas que demandam formas de cooperação entre governos locais, regionais e nacionais para a gestão da ordem pública, abalada sobretudo pela presença das economias ilegais. Neste sentido, as cidades-gêmeas apresentam, de forma mais explícita, as dinâmicas que conformam as peculiaridades das regiões fronteiriças (SILVA & OLIVEIRA, 2008). A pesquisa que fundamenta o presente *paper* está empiricamente localizada nas cidades-gêmeas Ponta Porã (MS/BR)/Pedro Juan Caballero (Amambay/PY), região considerada palco de articulações entre diversos grupos que atuam no comércio ilícito de drogas e de armas, especialmente daqueles atuantes em São Paulo, como o PCC. Um dos principais focos da pesquisa é a compreensão dos arranjos produzidos entre essas redes e outros atores (instituições estatais, outras redes criminais ou a população local) bem como a compreensão dos efeitos de tais arranjos nas dinâmicas sociais e criminais nas localidades onde elas ocorrem.

Para contextualizar essas questões do ponto vista histórico, social e geográfico será feito um breve balanço das principais mudanças sociais ocorridas na área de fronteira do Brasil contemporâneo. Trata-se de apresentar e analisar aspectos que podem ser considerados relevantes para a compreensão do recorte empírico apontado acima. Nesse sentido, pretende-se descrever as principais mudanças no cenário demográfico representado tanto pela interiorização do país que levou massas humanas para regiões antes desabitadas, como também pelos movimentos migratórios envolvendo os países vizinhos. Em segundo lugar, pretende-se analisar as mudanças econômicas que marcam as últimas décadas, no país como um todo, mas sobretudo as mudanças que impactaram as regiões fronteiriças. Embora se tenha uma faixa de mais de 16 mil quilômetros de fronteira, envolvendo um variado contexto de atividades extrativas, agrícolas, pecuárias, industriais e comerciais, alguns movimentos, como a expansão do agronegócio, a ampliação principalmente da malha rodoviária e outras formas de comunicação alcançaram fortemente aquelas regiões. A presença de tais atividades reconfigurou em muitos casos as atividades econômicas ali já existentes, fossem elas desenvolvidas por grupos indígenas ou por camponeses. A intensificação das iniciativas econômicas de integração regional também teve papel decisivo no impacto sobre as regiões de fronteira. Sob esse aspecto, é de particular interesse para essa reflexão a análise dos principais espaços de circulação das economias ilegais que operam nas bordas do estado nacional com seus vizinhos. Tais economias como contrabando, tráfico de drogas, tráfico de pessoas etc. têm provocado diversas iniciativas governamentais voltadas para o seu enfrentamento. O trabalho também pretende traçar um perfil das principais formas de violência e criminalidade na área selecionada como recorte empírico. Por fim, serão apresentados alguns resultados preliminares do projeto de pesquisa sobre as redes criminais que atuam em áreas de fronteira com foco privilegiado sobre as cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

---

2 Ver, por exemplo: http://www.correiodoestado.com.br/noticias/secretario-preso-em-operacao-e-levado-para-porto-alegre/217809/

2. Aspectos demográficos

Historicamente, a formação do Brasil esteve associada basicamente à ocupação de população e de atividades econômicas ao longo da faixa litorânea, voltada para o Atlântico, e só gradualmente houve a ocupação do interior do país. Este processo só na segunda metade do século XX é que se intensificou, com a integração das regiões limítrofes do estado nacional. O Brasil conta atualmente com 11 estados (divisões político-administrativas que constituem a república federativa) que possuem parte de seu território junto à fronteira. Como se observa na tabela abaixo, todos esses estados tiveram um crescimento de suas populações percentualmente superior ao ocorrido no Brasil no mesmo período, exceto o Rio Grande do Sul[3].

Tabela 1 – Evolução da População nos Estados de Fronteira, 1950-2010

Estado	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	Variação
RO	36.935	70.783	116.620	503.125	1.130.874	1.377.792	1.562.409	4130,2%
AC	114.755	160.208	218.006	306.893	417.165	557.226	733.559	539,2%
AP	37.477	68.889	116.480	180.078	288.690	475.843	669.526	1686,5%
AM	514.099	721.215	960.934	1.449.135	2.102.901	2.813.085	3.483.985	577,7%
PA	1.123.273	1.550.935	2.197.072	3.507.312	5.181.570	6.189.550	7.581.051	574,9%
RR	18.116	29.489	41.638	82.018	215.950	324.152	450.479	2386,6%
MT	212.649	330.610	612.887	1.169.812	2.022.524	2.502.260	3.035.122	1327,3%
MS	309.395	579.652	1.010.731	1.401.151	1.778.741	2.074.877	2.449.024	691,6%
PR	2.115.547	4.296.375	6.997.682	7.749.752	8.443.299	9.558.454	10.444.526	393,7%
SC	1.560.502	2.146.909	2.930.411	3.687.652	4.538.248	5.349.580	6.248.436	300,4%
RS	4.164.821	5.448.823	6.755.458	7.942.722	9.135.479	10.181.749	10.693.929	156,8%
Subtotal	10.018.402	15.104.008	21.506.813	26.989.554	33.418.712	38.993.707	44.386.552	343,1%
BRASIL	**51.944.397**	**70.992.343**	**94.508.583**	**121.150.573**	**146.917.459**	**169.590.693**	**190.755.799**	**267,2%**

Fonte: IBGE

Alguns dados merecem maior atenção, como o percentual de crescimento da população brasileira de 267,2% enquanto o crescimento nos estados de fronteira foi mais acentuado (343%). Nota-se o expressivo crescimento de população em alguns estados de fronteira[4], ao longo do tempo, como em Rondônia (RO), Mato Grosso (MT), Amapá (AP) e Roraima (RR).

É necessário observar, de acordo com a tabela abaixo, que os estados de fronteira têm um número variável de municípios na faixa de fronteira[5], tendo o estado do Pará (PA) apenas 5 de um total de 143, enquanto o Rio Grande do Sul (RS) tem 197 de 496 e estados como Acre (AC) e Roraima (RR) que possuem todos os seus municípios naquela faixa.

3 O estado do Rio Grande do Sul é região que foi ocupada desde o período colonial, área que por vezes implicava disputas com os espanhóis e posteriormente com os vizinhos Uruguai, Argentina e Paraguai. Isso explica o grande número de núcleos urbanos e de uma população que se manteve mais estável no período relativo a 1950 a 2010.

4 Os estados de fronteira e respectivas siglas são: Rondônia (RO), Acre (AC), Amapá (AP), Amazonas (AM), Pará (PA), Roraima (RR), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS).

5 A faixa de fronteira compreende o território de 150 km a partir do limite entre o Brasil e seu vizinho e está prevista na Constituição Federal, de 1988, no seu art. 20, § 2º, e tem uma regulação específica das atividades permitidas e proibidas nessa área desde 1979 com a lei nº 6.634 de 1979.

Tabela 02 – Número de municípios por estado de fronteira e na faixa de fronteira, 2010

Estado	Total municípios	Fronteira	%
RO	52	27	51,9
AC	22	22	100,0
AP	16	8	50,0
AM	62	21	33,9
PA	143	5	3,5
RR	15	15	100,0
MT	141	28	19,9
MS	78	44	56,4
PR	399	139	34,8
SC	293	82	28,0
RS	496	197	39,7
Subtotal	1717	588	34,2
BRASIL	**5565**	**588**	**10,6**

Fonte: IBGE

De 1997 a 2010, o crescimento da população nos 588 municípios da faixa de fronteira teve uma variação positiva de 14%, saltando de 9.620.508 para 11.764.824 habitantes. Esse contingente de população representa pouco mais de 5% da população brasileira.

Para a reflexão que se segue, é importante ainda observar o montante de população nos municípios da faixa de fronteira em relação ao conjunto do estado, uma vez que há estados com imensas áreas territoriais, como o Amazonas, mas escassamente habitados e outros como Santa Catarina apresentando condições exatamente inversas.

Tabela 03 – Percentual da população residente nos municípios da faixa de fronteira em relação ao conjunto do estado, média 1997-2010.

Estado	Pop. Total	Pop. Fronteira	%
RS	10.587.179	3.315.683	31,3
PR	9.832.748	2.163.942	22,0
PA	6.659.149	189.641	2,8
SC	5.785.693	924.600	16,0
AM	3.037.146	432.585	14,2
MT	2.962.966	716.415	24,2
MS	2.199.436	968.238	44,0
RO	1.436.810	828.774	57,7
AC	617.176	617.176	100,0
AP	542.784	79.321	14,6
RR	144.754	144.754	100,0
Total	**43.805.841**	**10.381.128**	

Fonte: IBGE

Nota-se, na tabela acima, que o estado do Rio Grande do Sul tem a maior população dentre aqueles que estão na fronteira e, ao mesmo tempo, é aquele que tem a maior população relativa na faixa de fronteira ainda que não seja o maior percentual. Observa-se também que, embora o estado do Pará tenha a terceira maior população dentre os estados fronteiriços, é o que tem o menor percentual de população vivendo na faixa de fronteira, uma vez que tem ali apenas 5 municípios dos 143 existentes em todo o estado. Como já foi mencionado os estados de Roraima e Acre têm todos os seus municípios e população na faixa de fronteira.

Para a devida compreensão das atividades que caracterizam os estados de fronteira, é necessário ainda observar que o estado do Amazonas, o maior do Brasil em extensão territorial (1.559.159,1 km2), tinha uma densidade demográfica de apenas 2,23 habitantes por quilômetro quadrado. Somente 14,2% de sua população estava na faixa de fronteira. Interessante, no outro extremo, que o estado de Santa Catarina, com a área de apenas 95.736,1 km2, tenha uma densidade demográfica de cerca de 65 habitantes por quilômetro quadrado[6] e um percentual (16%) de população vivendo na faixa de fronteira, quase equivalente ao do estado do Amazonas, ainda que muito distante em termos absolutos.

Em suma, essa descrição abreviada da situação demográfica dos estados de fronteira mostra a distribuição profundamente desigual da população pela faixa de fronteira, as áreas de maior concentração e serve de base para a reflexão que se segue sobre as principais características econômicas e sociais dessa faixa.

3. Panorama econômico e social da fronteira

A longa extensão da faixa de fronteira do Brasil, com mais de 16 mil quilômetros foi ocupada historicamente por processos sociais bastante distintos, apresenta uma expressiva diversidade natural e só não tem como vizinhos na América do Sul o Equador e o Chile. Essa diversidade é relevante para se compreender as principais características econômicas e sociais ali hoje existentes.

Para a apresentação de um breve panorama da faixa de fronteira sob tais aspectos será utilizado o amplo diagnóstico realizado pelo Grupo Retis, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que serviu de base para novas ações do governo em relação ao desenvolvimento regional daquela faixa (Brasil, 2005). A extensa faixa de fronteira foi dividida em três Arcos (Norte, Central e Sul) com base numa certa homogeneidade econômica, social e cultural que possuem. Cada Arco tem sub-regiões que apresentam, por sua vez, conjuntos de características mais específicos.

Assim, o Arco Norte compreende os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima. O traço comum desse Arco é a predominância da floresta amazônica. A população ali existente é escassa em relação à área que ocupa o estado no país. Foi denominado Arco *indígena* uma vez que há em todos os estados que o integram amplas reservas dessa população e muitas das formas de vida ainda existentes (extrativismo, coleta, pesca) estão associadas à vida dos povos indígenas. Essa região ganhou destaque, nas últimas décadas, com as questões ambientais que passaram a ocupar o debate público mundial; da mesma forma que a presença de grupos guerrilheiros atuantes na Colômbia e a dispersão das rotas de tráfico de drogas também colocaram atenção sobre as fronteiras dos estados.

Embora tenham ocorrido amplos investimentos na malha rodoviária, as comunicações e os meios de transporte se utilizam principalmente dos rios que formam a bacia amazônica. Ao lado das atividades de subsistência e extração que caracterizam as populações ribeirinhas, nas últimas décadas ampliaram-se as atividades de extração de madeira e a formação de fazendas de criação de gado além de atividades mineradoras. Tais atividades motivaram a formação de núcleos urbanos ou a expansão daqueles já existentes sem, no entanto, terem infraestrutura para o desenvolvimento de atividades de maior valor agregado.

---

6 Dados do IBGE para 2010. Ver http://www.ibge.gov.br/estadosat/index.php

O segundo conjunto da faixa de fronteira compreende o chamado Arco Central que reúne os estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A paisagem natural é caracterizada em parte pela Floresta Amazônica e também pelo pantanal. O Arco Central apresenta características econômicas predominantemente agrícolas e pecuárias, ainda que mais recentemente tenham surgido algumas atividades industriais (ligadas ao gado de corte e à produção de derivados de milho e mandioca). Segundo o diagnóstico elaborado pelo Grupo Retis (Brasil, 2005) as atividades econômicas gravitam em torno de quatro 'modelos' que predominam nessa área: a) o das frentes pioneiras combinando as atividades de pequenos e grandes produtores rurais, os primeiros com atividades de baixo valor e os segundos com a criação de gado de corte em grandes extensões; b) o segundo é denominado "pantaneiro" e se organiza em grandes propriedades destinadas ao gado de corte; c) o terceiro modelo é da produção de soja com o emprego de maquinaria e baixa absorção de mão de obra, predominando mais no estado do Mato Grosso, mas não só; d) e o quarto modelo que é o industrial-comercial que se associa ao processo de produção e processamento de soja, milho e mandioca, além do gado de corte.

O Arco Sul compreende os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. É o arco com a maior concentração de população na faixa de fronteira e com maior número de núcleos urbanos. É região de antiga colonização europeia, sendo ocupada tanto por portugueses como espanhóis no período colonial e depois na passagem do século XIX e XX com a presença de amplos contingentes de outros grupos europeus sobretudo italianos e alemães. O traço marcante da região são as pequenas propriedades rurais com produção agrícola de natureza familiar. Mais recentemente houve a expansão da produção de soja e arroz principalmente por meio de arrendamento de terras e também a expansão de investimentos industriais sobretudo no setor de alimentos. Na região mais extrema do país, na chamada Campanha Gaúcha, predomina a criação de gado bovino e ovino em grandes e médias propriedades (Brasil, 2005: 62).

4. As economias ilegais

A intensificação das relações econômicas e dos fluxos de pessoas nas últimas décadas, com a chamada mundialização, também ampliou os tipos, as tramas e as escalas das economias ilegais. O controle sobre as fronteiras, que antes se dava principalmente em função dos aspectos de soberania do estado nacional, passou a ter também como característica fundamental a gestão dos ilegalismos – o contrabando, o tráfico de armas, drogas e pessoas – que se inserem em redes complexas de operação e, por vezes, mundializadas. (NAIM, 2006; ZIEGLER, 2003). A melhoria nos meios de comunicação e transporte de um modo geral no continente tem facilitado as relações comerciais e a mobilidade humana, de tal sorte que em vários pontos da extensa fronteira brasileira surgem também economias ilegais que, cabe destacar, possuem, algumas delas, alcance local e dizem respeito às dinâmicas de existência dos grupos humanos ali existentes. Porém, outras estão articuladas ao comércio internacional e aos mercados urbanos das principais cidades do país. A presença de atividades ilegais se espalha por toda a faixa de fronteira, porém com características muito distintas. No Arco Norte, além do tráfico de drogas, nos últimos anos, o comércio ilegal de animais silvestres e sobretudo de tráfico de pessoas tem chamado a atenção das autoridades. O estado de Rondônia e principalmente o Acre tornaram-se uma rota de entrada de pessoas nas redes desse tipo de tráfico, tendo já ocorrido casos de operações da polícia federal, como a denominada *Shan* que prendeu chineses em 2009 e que se articulava a economias ilegais de outros estados como São Paulo. E, em 2013, houve a chegada de centenas de haitianos. Além desses grupos, que seriam introduzidos no Brasil por "coiotes" mexicanos, entraram pelo norte do Brasil, especialmente pelo Acre paquistaneses, indonésios e afegãos[7].

No Arco Sul, as relações econômicas com os vizinhos são muito intensas impulsionadas pelo Mercosul. E existem pelo menos dois pontos bastante críticos do ponto de vista das economias ilegais, ambos no

7 Ver http://adpf.jusbrasil.com.br/noticias/2981880/pf-investiga-trafico-de-pessoas-na-fronteira

Paraná, representados por Foz do Iguaçu (parte da tríplice fronteira com Ciudad del Este e Puerto Iguazu) e por Guaíra. Em ambos os pontos o contrabando tem sido a principal atividade ilegal mas associada também ao tráfico de drogas. Principalmente Foz do Iguaçu tem apresentado nos últimos anos elevadas taxas de homicídio certamente em decorrência das dinâmicas das economias ilegais e das formas de repressão a elas.

No entanto, em termos das relações transfronteiriças, o Arco Central é aquele que apresenta os maiores problemas com relação às economias ilegais. Estão entre os principais problemas o tráfico de "*Cannabis sativa* e cocaína, procedentes, respectivamente, do Paraguai e da Bolívia, e o contrabando de madeira em tora e soja na fronteira paraguaia" (Brasil, 2005: 58). Há uma forte presença de produtores brasileiros de *cannabis* em terras paraguaias assim como outros que se dedicam às atividades legais como a produção de soja. De qualquer modo, o impacto das atividades ilegais nos espaços urbanos da faixa de fronteira é considerável como se pode verificar, por exemplo nas altas taxas de homicídios (como se comentará adiante) e nas constantes denúncias apresentadas na imprensa em relação a corrupção política.

Alguns municípios do estado do Mato Grosso do Sul fazem parte das principais rotas do tráfico de drogas. Em 2013, em apenas duas ações da polícia federal foram apreendidos 300 quilos de cocaína (uma em abril com apreensão de 100 quilos e outra em julho com 200) ambas envolvendo, por exemplo, o município de Ponta Porã[8]. Como se verá adiante, a condição de rota do tráfico parece ter interferência direta nos níveis de violência em outras cidades como Coronel Sapucaia que apresentam taxas de homicídio muito mais elevadas que a da média para o Brasil ou mesmo em relação a municípios com o mesmo tamanho de população.

O relatório das Nações Unidas sobre o crime organizado transnacional (UNODC, 2010) apontou o Brasil como um importante corredor pelo qual passaria a produção da região andina de cocaína para o abastecimento do mercado consumidor europeu. Além disso, o Brasil, segundo esse mesmo relatório estaria se constituindo como um grande mercado consumidor dessa droga com mais de um milhão de consumidores. Tanto na condição de destino final ou na condição de passagem para essa droga, o fato é que as fronteiras do Brasil tornaram-se um lugar de maior preocupação por parte das autoridades policiais e têm se constituído áreas de intensos conflitos entre grupos criminosos que procuram controlar os fluxos de produção e circulação da droga. Com frequência, as autoridades policiais das cidades de fronteira mencionam a ligação de grupos criminosos organizados das grandes cidades (como o Primeiro Comando da Capital de São Paulo e o Comando Vermelho do Rio de Janeiro) atuando principalmente no tráfico de drogas nas regiões fronteriças.

Especialmente a área compreendida pelas cidades-gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero há décadas apresentam economias ilegais associadas a um forte traço de violência. Um registro jornalístico de 1976 (Bojunga, 1978) dessa parte da fronteira trazia a presença marcante do contrabando e já a intensa atividade de tráfico de maconha. Num ambiente político e social de enorme tolerância para com essas atividades ilegais. Atualmente, essa região é rota de muitos produtos ilícitos que têm como destino os grandes centros urbanos do Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente) e é palco de atuação de numerosas redes formadas por atores situados nas mais diversas posições da cadeia deste comércio.

Neste sentido, o conceito de "esquema" formulado por Costa & Oliveira (2014) nos permite compreender essa diversidade de redes e de atividades ilícitas que conformam um dos aspectos centrais da fronteira possibilitado e dinamizado pelo diferencial fronteiriço. De acordo com os autores, esquema pode ser definido como "um procedimento de caráter regular, realizado de modo parcial ou totalmente ilegal por uma rede de pessoas, unidas por relações mútuas de confiança e segredo, na busca de apropriação de benefícios pessoais, lucro e/ou prestígio social". (COSTA & OLIVEIRA, 2014, p. 211). Para as questões discutidas neste texto, importante salientar que o "esquema" está relacionado com a formação de redes interescalares de pessoas articuladas que não necessariamente apresentem um padrão de organização (p. 213). Os esquemas podem ser desmontados,

8 http://www.dpf.gov.br/agencia/estatisticas/2013

remontados, deslocados. Por isso, o foco da análise numa região específica deve ser compreendido a partir de uma perspectiva metodológica e analítica, mas, que não pode desconsiderar as outras regiões na medida em que os "esquemas" ilícitos se desfazem e refazem rapidamente, de acordo com pressões advindas da atuação das forças de segurança estatais, da concorrência de outros grupos, de melhores condições de comercialização, mercado consumidor etc.

Isso que dizer que não há "esquemas" rígidos, fixos, invariáveis. Há muitos tipos de esquemas, com vários tipos de atores, que varia em sua dinâmica espacial e temporal, bem como no grau de organização que apresenta. Isso traz para a análise a necessidade de considerar essa relativa volatilidade dos esquemas. Relativa porque, também, há esquemas constituídos por grupos mais organizados, mais estruturados e mais sofisticados. Esses grupos, em geral, atuam conectados a outros menores, locais e até com indivíduos isolados, em cada uma das várias etapas do comércio ilícito, considerando desde os produtores até o mercado consumidor final. Não há a pretensão de esgotar a análise sobre tais atividades, mas, sim, de contribuir para uma discussão e para a compreensão dos efeitos sociais produzidos por esses esquemas, principalmente no que diz respeito à violência eventualmente associada a essas dinâmicas, cujo principal indicador aqui considerado será a taxa de homicídios.

5. Violência e homicídios

Os homicídios ocorridos nas duas últimas décadas nos municípios da faixa de fronteira servem de indicadores para a compreensão dos processos de violência existentes em determinadas áreas daquela faixa, bem como permitem levantar a hipótese de uma associação entre tais ocorrências e os conflitos derivados do funcionamento das economias ilegais (tráfico de drogas e contrabando, principalmente) e as formas de sua repressão.

Em trabalhos anteriores (Salla et al., 2011; Alvarez et al., 2013; Salla & Malvasi, 2013) foram analisadas as ocorrências de homicídios nos municípios da faixa de fronteira do Brasil de modo a sustentar a argumentação de que nessa faixa novos padrões de violência estão presentes e provavelmente associados às dinâmicas dos mercados criminais. Não cabe aqui considerar toda a faixa de fronteira mas destacar que em alguns pontos, dentre eles Mato Grosso do Sul, Rondônia e Paraná têm sido as áreas de elevadas ocorrências de homicídios, tanto em termos absolutos com em relação às taxas por 100 mil habitantes.

Na tabela abaixo, observa-se a presença de quatro municípios da faixa de fronteira entre os vinte que no Brasil têm as maiores taxas de homicídio por 100 mil habitantes. Os municípios de fronteira (588) correspondem a cerca de 10% de todos os municípios brasileiros (5565), porém preenchem mais de 30% dos postos na tabela. Duas cidades são do estado do Paraná (Foz do Iguaçu e Guaíra), uma do Mato Grosso do Sul (Coronel Sapucaia) e a quarta do estado de Rondônia (Chupinguaia). É dado relevante como indicador da violência em áreas de fronteira o fato de três dessas cidades estarem entre as dez mais violentas do país. Há ainda a se considerar que a taxa média do país era de 26,5 por 100 mil habitantes no mesmo período.

Tabela 4 – Municípios brasileiros segundo as taxas médias de homicídio por 100 mil habitantes, 1997-2010

			Média 1997 – 2010		
	Estado	Municípios	Homic	Pop	Taxa
1	ES	Serra	367,6	355.916,5	103,29
2	PE	Ilha de Itamaracá	16,4	17.361,6	94,63
3	MS	Coronel Sapucaia	13,1	13.959,5	93,64
4	MT	Colniza	11,5	12.619,2	91,13
5	PA	Tailândia	45,5	50.164,6	90,70
6	PE	Recife	1.320,4	1.467.318,3	89,98
7	ES	Vitória	249,6	301.471,3	82,78
8	MT	Itanhangá	1,6	2.018,6	81,38
9	PR	Foz do Iguaçu	226,3	281.710,1	80,33
10	PR	Guaíra	22,3	28.628,6	77,84
11	ES	Cariacica	265,3	340.951,2	77,81
12	MT	Juruena	5,2	6.731,0	77,47
13	PA	Marabá	143,3	186.578,8	76,80
14	PE	Cabo de Santo Agostinho	124,5	162.580,7	76,58
15	PR	Campina Grande do Sul	29,4	38.513,1	76,41
16	RJ	Duque de Caxias	614,8	810.881,9	75,82
17	SP	Diadema	281,1	371.195,4	75,74
18	PE	Itapissuma	16,4	21.808,3	75,33
19	RJ	Armação dos Búzios	16,0	21.635,9	73,95
20	RO	Chupinguaia	4,4	6.110,6	72,47

Fonte: IBGE/Datasus

Embora os municípios de Coronel Sapucaia (MS) e Chupinguaia (RO) sejam pequenos do ponto de vista populacional a média de homicídios é constante fazendo com que as taxas por 100 mil habitantes sejam elevadas. É de se notar tanto para a tabela acima quanto para as tabelas que se seguem que oscilaram de 26 a 28 as taxas de homicídio por 100 mil habitantes para o Brasil como um todo.

A tabela abaixo mostra o comportamento das taxas de homicídio nos municípios da faixa de fronteira do Paraná. No caso de Foz do Iguaçu, as taxas se mantêm sempre em patamares bastante elevados e no caso de Guaíra o comportamento das taxas é ainda mais expressivo no sentido ascendente. Ambas são cidades nas quais são intensas as atividades de contrabando e de tráfico de drogas, sobretudo a maconha proveniente do Paraguai com destino à São Paulo.

Tabela 5 – Taxas de homicídio por 100 mil habitantes, Foz do Iguaçu e Guaíra (PR), 2000-2010

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Foz do Iguaçu	65,8	87,3	97,1	86,2	99,6	91,2	105,8	92,2	69,6	61,2	73,0
Guaíra	41,9	66,7	45,8	42,5	81,8	129,4	86,7	101,8	135,2	77,5	114,0

Fonte: IBGE/Datasus

Ao se observar alguns dos municípios mais violentos do estado do Mato Grosso do Sul nota-se, pela tabela abaixo, que o mesmo fenômeno se apresenta, porém as atividades ilegais que marcam a região parecem estar mais vinculadas propriamente ao ao tráfico de drogas. Neste caso, porém, além dos carregamento de maconha

provenientes do Paraguai, há esquemas que envolvem os carregamentos de pasta base de cocaína provenientes principalmente da Bolívia, mas, também do Peru e, em menor número, da Colômbia.

Tabela 6 – Taxas de homicídio por 100 mil habitantes, Municípios do Mato Grosso do Sul (MS), 2000-2010

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Ponta Porã	47,6	27,3	53,9	90,6	58,5	37,2	57,1	60,5	65,7	68,5	53,9
Dourados	43,0	39,8	41,5	44,9	40,2	48,1	41,3	44,8	41,6	40,6	48,5
Aral Moreira	24,8	86,8	24,8	62,1	86,9	86,9	49,7	49,7	62,9	31,0	29,3
Coronel Sapucaia	85,9	92,8	160,8	60,7	127,9	125,4	94,9	94,0	124,9	123,6	71,1
Amambai	27,1	43,5	43,0	58,9	29,1	56,8	40,5	55,4	92,8	31,4	43,2
Corumbá	35,5	31,1	33,9	34,7	47,6	36,9	43,5	34,3	26,2	37,2	27,0

Fonte: IBGE/Datasus

É claro que outros e mais sofisticados estudos quantitativos podem trazer uma compreensão mais aprofundada dessas tendências observadas nas tabelas acima. De todo modo, coincidem as elevadas taxas de homicídios nestes municípios com as áreas em destaque nas operações policiais, no noticiário da imprensa, como alvos de ações governamentais destinadas a coibir o tráfico de drogas, a atuação de grupos criminosos organizados, o contrabando, o descaminho e outras atividades ilegais.

Do lado paraguaio, o departamento de Amambay, cuja capital é Pedro Juan Caballero, tem 125.611 habitantes[9], é o que apresenta altas taxas de homicídio por 100 mil habitantes. Com 106 casos, o departamento responderia por cerca de 17% de todos os homicídios do Paraguai e teria uma taxa de 84,3 ocorrências por 100 mil habitantes[10]. O departamento de Amambay além do distrito de Pedro Juan Caballero também compreende o distrito de Capitán Bado (cerca de 12 mil habitantes), que tem na linha de fronteira do lado brasileiro a violenta Coronel Sapucaia (cerca de 15 mil habitantes) com elevadas taxas de homicídio, como se observou acima. Cidades como Pedro Juan Caballero e Capitan Bado parecem ter um peso importante na violência nas áreas de fronteira, ainda que o Paraguai tenha apresentado segundo o Ministério do Interior uma queda na sua taxa de homicídios desde 2012 para 2013 (de 9,7 para 8,76 ocorrências)[11].

A distribuição das taxas de homicídios no Mato Grosso do Sul pode nos dar importantes pistas para compreensão das dinâmicas envolvendo as economias ilícitas nas regiões de fronteira do Estado. Primeiro, é importante salientar a heterogeneidade dos municípios de fronteira no que tange aos homicídios. Embora todos os municípios da tabela acima apresentem altas taxas de homicídios, há algumas disparidades relevantes. Corumbá, por exemplo, que faz fronteira com duas cidades da Bolívia – Puerto Suarez e Puerto Quijarro – apresenta a menor taxa relativa dentro os municípios listados. Neste sentido, são importantes os trabalhos de Oliveira & Costa (2012), Costa & Oliveira (2014) e Costa (2013) que apresentam as configurações locais e algumas dinâmicas econômicas, políticas e sociais que podem ajudar na compreensão das diferenças nas taxas de homicídios.

De acordo com Oliveira & França (2013) o comércio de drogas na cidade de Corumbá, ou seja, na sua dimensão varejista, tem uma composição bastante familiar. Isto é, as "bocas", em geral, se localizam em casas de famílias, sem qualquer possibilidade de identificação do local como um espaço de atividade ilícita. Da mesma forma, os meios através dos quais essas bocas são abastecidas pelas drogas ilícitas que

9 http://www.dgeec.gov.py/sub_index/Pobreza/Proyeccion%20Densidad%20Tasa%202012.pdf

10 http://ea.com.py/v2/el-departamento-de-amambay-tiene-una-de-las-tasas-de-homicidio-mas-grandes-del-mundo/

11 http://www.lanacion.com.py/articulo/152293-disminuyo-la-tasa-de-homicidios-en-2013.html

comercializam, embora tenha bastante variação, parece predominar o "esquema" do tráfico "formiguinha", ou seja, caracterizado no transporte de pequenas quantidades através de "mulas", contratadas especialmente para essa atividade[12].

A fronteira do Brasil com o Paraguai – considerando Ponta Porã e Pedro Juan Caballero - e com a Bolívia – considerando Corumbá e Puerto Suarez/Puerto Quijarro - apresenta diferenças bastante significativas, a começar pelo diferencial de integração entre as duas regiões. Em Corumbá, há uma integração econômica e social bastante incipiente entre brasileiros e bolivianos. As relações assimétricas entre bolivianos e brasileiros se expressam de forma bastante clara nas tensões e conflitos que, por vezes, se explicitam em torno do comércio informal, especialmente, na feira Bras-Bol (COSTA, 2013).

No que se refere a Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, porém, a integração econômica, cultural e social é significativamente maior e se expressa, sobretudo, no enorme centro comercial existente na divisa entre as duas cidades. A integração é tão grande que não há qualquer tipo de barreira física ou simbólica que separa as duas cidades. Tampouco há controle no transito e na passagem – de pessoas, carros, mercadorias etc - de um lado para outro da fronteira. Além da forte integração comercial, a região é, conforme já expusemos antes, palco de inúmeros conflitos envolvendo grupos vinculados à economia ilícita, dentro os quais estão o PCC de São Paulo.

Ao contrário de Corumbá em que as redes que estruturam o comércio de drogas parecem, ainda, ter características mais tradicionais, aqui parece haver um predomínio de organizações mais estruturadas e profissionalizadas no que tange aos processos para abastecimento dos principais mercados consumidores de drogas brasileiros. Tais processos envolvem desde o recrutamento de jovens e mulheres, a inserção no comércio lícito forma ou informal, a lavagem de dinheiro e, obviamente, a corrupção de agentes do estado e autoridades políticas em diversos níveis. A intensidade maior do comercio informal parece, também, se refletir na intensidade maior da economia ilícita e do embricamento dessas dinâmicas com as conformações políticas locais.

6. Caminhos da pesquisa

O quadro apresentado acima traz elementos preliminares que podem contribuir para uma reflexão mais aprofundada sobre as dinâmicas das economias ilegais nas áreas de fronteira da América do Sul, em particular em relação às cidades-gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. Ao se fazer um balanço inicial da produção acadêmicae não-acadêmica sobre as fronteiras, nota-se que boa parte da reflexão se dava, até meados dos anos 1980, em torno das questões envolvendo a soberania nacional, a defesa nacional frente aos vizinhos e a geopolítica. Boa parte da literatura sobre as fronteiras e seus problemas era formulada sobretudo por órgãos governamentais e atores políticos diretamente vinculados a esses órgãos (como as Forças Armadas e o Ministério das Relações Exteriores). Pouco era o interesse da academia em relação a esses temas. À medida em que, nas últimas décadas, avançaram a interiorização e a integração nacional, os fluxos econômicos e de população para as áreas de fronteira, elevando os conflitos sociais – disputas por terras, deslocamentos de populações indígenas ou camponesas etc., maior interesse partiu da sociologia, da antropologia em compreender tais processos, sendo o trabalho de Martins (2008) um dos marcos dessa produção. Parte do interesse de estudos na área acadêmica sobre as fronteiras surgiu com a busca de integração regional, representada sobretudo pelo Mercosul.

O evento do 11 de setembro desencadeou um interesse sobre pontos específicos da fronteira na América do Sul, em razão de uma possível presença de articulações de residentes na tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina com grupos terroristas. Ampliaram-se em relação a essa área os estudos e pesquisas em todos os campos de conhecimento, além de diagnósticos de natureza política e militar (Amaral, 2010, Hudson, 2003).

---

12 Contudo, no mesmo texto, os autores apontam para importantes transformações recentes na dinâmica do comércio ilícito local com a chegada e atuação cada vez mais importante do PCC. É necessário, portanto, acompanhar esses processos para verificar em que medida ele poderá alterar a dinâmica social da região, incluindo, a dinâmica dos homicídios.

A intensificação dos processos de integração entre os países da América do Sul acelerou o trânsito de mercadorias e pessoas, legais e ilegais. Assim, mais que preocupações com a soberania nacional, as fronteiras ganharam destaque no âmbito das estratégias governamentais de controle das economias ilegais como o tráfico de drogas e armas, tráfico de pessoas, contrabando etc.

Todos esses aspectos mais recentes demandaram uma cooperação estreita entre os centros de pesquisa e as agências governamentais. O Grupo Retis da Universidade Federal do Rio de Janeiro desde os anos 1990 desenvolveu um amplo conjunto de pesquisas sobre as fronteiras do Brasil e é a principal referência no mundo acadêmico sobre o tema. Uma de suas mais destacadas contribuições foi fazer um diagnóstico da situação da faixa de fronteira para o Ministério da Integração Nacional (Brasil, 2005). Outros projetos de grande envergadura na área acadêmica foram desenvolvidos como a violência e a segurança pública. Em relação à violência e principalmente sobre os homicídios nessa faixa houve a pesquisa de Salla et al (2011) e mais recentemente Misse (2014) que realizou um amplo diagnóstico da situação da segurança pública na faixa de fronteira.

É nesse contexto que a pesquisa sobre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, cujos resultados bastante preliminares foram acima apresentados, procura aprofundar o conhecimento sobre a expansão das economias ilegais e da violência que a acompanha nos territórios das cidades-gêmeas objeto da reflexão. Questões fundamentais desafiam essa reflexão, como a articulação entre as diferentes economias ilegais entre si; a dimensão de composição dessas economias ilegais com as atividades empresariais de conteúdo legal; os níveis de envolvimento de personagens políticos locais e nacionais com a proteção de tais atividades ilegais; a participação direta e indireta de autoridades do sistema de justiça (policiais, promotores de justiça, juízes) nas redes de sustentação de tais atividades; o perfil dos principais grupos criminosos que operam essas economias ilegais e seu papel na violência que se estabeleceu nessa área.

Se tais questões apontam para dificuldades substantivas do ponto de vista de fontes para a fundamentação da reflexão, indicam também desafios para uma abordagem inovadora de tais áreas. Um primeiro desafio refere-se à produção de dados e análises que permitam uma abordagem comparativa que ultrapasse os marcos e referenciais de um estado nacional. Isso significa analisar as cidades-gêmeas e a própria fronteira na sua porosidade, na sua composição e confluência de autoridades governamentais distintas que mesmo tão próximas territorialmente podem atuar por móveis políticos e administrativos muito distintos. Coloca-se portanto a possibilidade de analisar a fronteira, e nesse caso as cidades-gêmeas, como uma área, uma faixa de território que envolve não apenas um lado, um estado, mas essa complexa articulação de dinâmicas econômicas e intervenções de autoridades locais e nacionais. Significa analisar, por exemplo, como dinâmicas das economias ilegais ou mesmo da violência de um lado da fronteira provocam impactos econômicos, sociais e políticos do outro lado. Em suma, cabe tomar tais espaços como campos complexos de circulação de múltiplas dinâmicas jurídico-políticas, econômicas e sociais.

Um tal procedimento de análise requer a identificação de fontes e dados que favoreceram uma abordagem daquelas dinâmicas em perspectiva comparativa. E superar os obstáculos que se apresentarem em relação à qualidade de dados quantitativos, produzidos por agências governamentais e não-governamentais com divergências de metodologia, de modo a se poder extrair deles elementos que favoreceram análises e comparações.

Por fim, é parte da agenda de uma pesquisa desta natureza agregar estudos etnográficos, observação direta, realização de entrevistas com atores relevantes naquelas cidades de modo a construir uma reflexão que contribua para a compreensão das dinâmicas das economias ilegais e dos grupos criminosos que ali atuam.

7. Bibliografia

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. (2010) *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.* São Paulo: Annablume-Fapesp.

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; ALMEIDA, Letícia Nuñez. (2013) "Violência e Fronteiras: uma análise das políticas públicas nos espaços fronteiriços no Brasil contemporâneo". In: LUKIC, Melina Rocha e TOMAZINI, Carla (orgs.). *As ideias também importam: abordagem cognitiva e políticas públicas no Brasil*. Curitiba: Juruá, pp. 193-217.

AMARAL, Arthur Bernardes do (2010) *A Tríplice Fronteira e a Guerra ao Terror*. Rio de Janeiro: Apicuri.

BAUD, Michiel & SCHENDEL, Willen van (1997) "Toward a Comparative History of Borderlands". *Journal of World History*, 8(2):211-242.

BOJUNGA, Claudio. *Fronteiras: viagem ao Brasil desconhecido*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.* Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Gabinetes de Gestão Integrada em Segurança Pública – coletânea 2003-2009*. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2009.

COSTA, G.V.L.da (2013). Conflitos e disputas na fronteira Brasil-Bolívia: a interdição da feira Bras-Bol em Corumbá-MS.*Antropolítica*, Niterói, n. 35, 2º. Sem., pp. 175-196.

_____. & OLIVEIRA, G.F. (2014). Esquemas de frontera em Corumbá (MS): negócios além do legal e do ilegal. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, vol. 7, n.2, abr/mai/jun, pp. 207-232.

DAS, Veena & POOLE, Deborah. "El Estado y sus márgenes. Etnografias comparadas. *Cuadernos de Antropologia Social*, 27:19-52, 2008.

GODOI, Rafael & CASTRO, Sérgio de. *Fronteiras Abertas: um retrato do abandono da Aduana Brasileira*. Brasília: Sindireceita, 2010.

HUDSON, Rex (2003). *Terrorist and Organized Crime Groups in the Tri-Border Area (TBA) of South America – A report prepared by the Federal Research Division, under na Interagency Agreement with the United States Government*. The Library of Congress, Washington.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2008.

MISSE, Michel (2014) *Relatório do Projeto "Gestão da Política de Segurança Pública nas Regiões de Fronteira".* Rio de Janeiro: NECVU- Senasp.

MISSE, M. (2006) *Crime e violência no Brasil contemporâneo.* Estudos de Sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lúmen Juris.

NAÍM, Moisés.(2006) *Ilícito*: O ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

OLIVEIRA, G.F. & COSTA, G.V.L.da (2012) A cidade e os informantes – inserção etnográfica nos pontos de venda de drogas na cidade de Corumbá/Brasil, na fronteira com Puerto Quijarro/Bolívia. *Composição – Revisa de Ciências Sociais da UFMS*. Número 11, Ano 6, dez.

SALLA, Fernando & MALVASI, Paulo (2013) Homicídios de adolescentes nas cidades de fronteira. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, vol. 104:261-277

SALLA, Fernando; ALVAREZ, Marcos César; OI, Amanda Hildebrand. **Homicídios na Faixa de Fronteira do Brasil**, **2000-2007**. (Relatório de Pesquisa do Projeto Violência e Fronteiras – FAPESP / CNPq). São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV/USP), 2011. 251 p. Disponível em: http://www.nevusp.org/downloads/down251.pdf

SASSEN, Saskia (2010) *Sociologia da Globalização*. Porto Alegre: Artmed.

SILVA, R. M. & OLIVEIRA, T.C.M. (2008) O mérito das cidades-gêmeas nos espaços fronteiriços. Revista OIDLES, Vol. 2, no, 5 , dezembro. Disponível em: http://www.eumed.net/rev/oidles/05/msmo.htm

ZIEGLER, Jean. *Senhores do crime*: As novas máfias contra a democracia. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.

Alegorização da violência, linchamentos e mídia no Brasil de 2014

Laysmara Carneiro Edoardo
(USP - Universidade de São Paulo) laysedoardo@usp.br[1]

Resumo: Rio de Janeiro, madrugada de 02/02/2014. Um adolescente é espancado e preso a um poste por uma trava de bicicleta. No dia seguinte, as imagens são exibidas em rede nacional e uma jornalista refere-se ao fato como 'legítima defesa coletiva'. A partir disso, multiplicam-se manchetes de linchamentos, computando ao todo mais de 50 até o final do primeiro semestre, dentre eles o de Fabiane, espancada até a morte após uma denúncia inverídica postada na rede social *Facebook*. Tal evento, junto à multiplicação do compartilhamento de vídeos amadores e à aclamação positiva do público, aponta o resultado perverso de uma guerra imagética, onde a relação entre violência social e sua alegorização, como derivados diretos do efeito *copycat*, transparece na produção de vidas nuas, bodes expiatórios-emissários e na gestão da vida e da morte, exigindo, para tanto, uma abordagem pautada no paralelo entre mídia e ficção.
Palavras-chave: discurso midiático, biopolítica, imagem, violência, linchamentos.

Os estudos sobre violência no Brasil se aglutinam em um campo de diferentes abordagens, ora voltadas à ineficiência do Estado, ora na relação de classes e desigualdades ou ainda, nas linhas mais radicais, sobre a responsabilização do indivíduo pelos comportamentos violentos e à culpabilização da vítima. Independentemente da linha tomada, cabe o cotejamento entre os eventos recentes e o papel da mídia na sistematização dos fatos, uma vez que traçados os paralelos entre as diferentes variáveis presentes nas causas dos linchamentos no Brasil de 2014, aponta-se como prumo principal a gestão de população e a produção de vidas nuas sob o jugo e a aprovação da opinião pública, muitas vezes testemunha e incentivadora da violência social.

No caso tomado aqui, a violência transmitida pela mídia tradicional (jornais escritos e televisivos) e pelas redes sociais pode ser considerada um dos fatores mais importantes, pois junto à existência histórica de programas policiais transmitidos em horários de grande audiência da televisão aberta, normalmente na hora do almoço e no final da tarde, multiplicam-se os compartilhamentos de vídeos amadores nas *timelines* dos usuários das redes sociais e a proposta normativa de reprodução dos eventos como forma de punição aos criminosos, tomados aqui em termo restrito, já que os praticantes de espancamentos e linchamentos normalmente não são abrangidos nessa categoria e são reconhecidos como justiceiros. Além da violência gráfica presente na ficção, de *snuff videos* e das notícias de crimes, muitas vezes dramatizados por atores nos programas televisivos, circulam agora também vídeos amadores de acidentes automotivos e eventos brutais, em que é possível ver corpos dilacerados e vítimas agonizando até a morte. Em especial no *Facebook*, após mudança técnica que permite a exibição automática dos vídeos postados, tornou-se muito comum deparar com diferentes publicações desse gênero acompanhados de comentários condolentes, o que revela um interesse geral sobre as imagens da violência[2].

A alegorização do crime e o uso da imagem para o tratamento da violência reforçam questão já discutida na psicanálise freudiana, entendendo que existe culpa até mesmo na pretensão de realização de ato nefasto, de modo que assistir um ato violento, pessoalmente e em tempo real, transforma o espectador não só em testemunha mas igualmente em agente, pois que o sujeito participa do fato e pode tentar evitá-lo ou minimizá-lo. Já no que tange às imagens, o papel da mimesis se faz fundamental, uma vez que o espectador é eximido de culpa por não ser o real praticante da ação. Sendo assim, havendo de um lado a reprodução da violência e sua defesa por sujeitos ávidos de 'justiça' e por um público que reitera a prática pela sua audiência, cabe aqui uma discussão do tema sobre o perfil dos escolhidos ao suplício e à punição, bem como sobre as motivações que sustém tais comportamentos e a sua publicização.

---

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil.

2 O evidente fascínio e curiosidade sobre as imagens violentas possibilitou o surgimento de vários vírus com esse apelo, como por exemplo: "Acidente entre moto e ônibus filmado por internautas. Menores não recomendados: *link falso*".

O PACTO DO ESTADO CLÁSSICO E A LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA

A participação política do indivíduo e a formação do Estado, definidos e formatados pela teoria clássica, apresentam diferentes roupagens ao longo da história e a constante redefinição dos seus papeis, e talvez o Jusnaturalismo seja a forma mais clara da relação entre ambos e de sua obrigação ficcionalizada, pois que apresenta a responsabilização do sujeito diante da estrutura política formal e reforça o Estado como uma máquina viva, formada pelos seus membros, em que a condição de sobrevivência e bem viver seja a harmonia e a ordem entre os iguais. Nessa razão, é possível apresentar duas constatações da mesma ficção, duas lógicas interdependentes que sustentam o comportamento violento e a manutenção da legitimidade da violência, seja ela realizada pelo Estado ou pela sociedade civil. Em Rousseau (1999a) a propriedade privada gera como fundamento um estado de guerra entre os homens, enquanto a inexistência de estado civil para Hobbes (2009) também pode produzir o mesmo estado de guerra. Neste sentido, havendo ou não a presença do Estado, materializado nas leis, na polícia ou na rede de serviços, há a produção de um conflito, de uma guerra, que embora motivada por expressões diferentes, exige fundamentalmente a identificação e individualização do inimigo para melhor combatê-lo. A especificidade deste pano de fundo é que, diferente da relação explícita entre classe dominante e dominada, da crise e do conflito entre grupos específicos, tem-se a identificação de um inimigo comum, combatido por todos, reconhecido como o causador formal de toda a guerra generalizada. Este inimigo – o bandido – identificado como o cerne do desequilíbrio e como o gerador fundamental de um processo anômico, deve ser não apenas combatido, mas extinguido do seio social para que se retorne a vivência harmônica entre os cidadãos.

Historicamente, vários personagens são construídos e reverenciados com base neste perfil, com a construção de imagens identificatórias, insígnias capazes de determinar a natureza de qualquer outro sujeito que possa vir a proceder da mesma forma no futuro. O bandido, em especial o ladrãozinho que comete pequenos furtos, é um personagem subversivo muito presente ao longo da história social brasileira, reforçado desde o Exu que, a partir do sincretismo religioso das crenças afro-brasileiras e do catolicismo, interioriza todo o mal diante do Preto-Velho, servil e obediente[3]; ao Malandro, do terno branco, chapéu panamá e navalha, que comete pequenos delitos e inaugura formalmente a imagem do vagabundo. Atualmente debuta a imagem contemporânea do Vida Loka, também construído na consciência coletiva como um bandido mau que comete crimes por prazer e que ridiculariza a posição anacrônica do sujeito diante da ordem, o trabalhador-*zé mané*. No entanto, é, assim como os demais, portador de um código de conduta que deve ser respeitado, passando a viver no limiar entre a vida "comum" e a possível criminalidade, empregando-a quando necessário. Tal código, que contém o respeito às crianças, à comunidade, à palavra e à honra e agrega ainda o conhecimento da causa das comunidades carentes e o questionamento à condição de subvida que a publicidade e o modo de produção reiteram, demonstra que a guerra se institucionaliza e gera o contexto no qual o marginalizado atua, em que é preciso garantir a própria sobrevivência, fazendo com que o fenômeno da morte torne-se programado e previsto, de modo que a sua batalha subjetiva é condição para um progresso pessoal que não será garantido por outro meio formal.

Duas imagens são aí elaboradas, principalmente por meio dos programas e páginas policiais: a do bandido procurado, com insígnias que identificam todos os demais na mesma proporção, colocando-o à caça, e a do bandido supliciado, que é apresentado como um troféu, por meio do seu corpo, rosto, documentos formais e informais de identificação, tais como o registro de identidade ou as tatuagens e vestimentas, servindo de exemplo para aqueles que ainda estão sendo procurados. O discurso que se elabora é o bastante conhecido "bandido bom é bandido morto", o que gera tanto o desejo de ver os resultados da caça quanto a habilidade de esquivar-se todo o tempo da perseguição. Neste sentido, na condição da guerra a produção de características estereotipadas do inimigo é fundamental, já que é produzida aí a legitimidade do uso da violência como um direito delegado junto à redução dos riscos de cometer injustiças, embora nem sempre esse objetivo seja alcançado como veremos a seguir.

---

3 Cf. Dealtry, 2009, p.95.

O papel da imagem e do aparelho/meio, do *videodrome*[4], nesse sentido, é adequar o discurso imagético ao público que o recebe – nunca passivamente –, reforçando a condição da guerra generalizada e naturalizando a violência para além do Estado ineficiente, uma vez que o desviante encarnado no arquétipo de bandido quando é morto pela polícia ou pelo 'cidadão de bem' que realiza 'justiça', gera o reforço de um círculo vicioso, o clamor dos bons contra o Mal. Em ocasiões como essa a vingança e a truculência são sempre foco central, como é possível verificar em vários comentários de vídeos disponíveis no *Youtube*[5], por exemplo:

> *Errar é uma coisa e errar sempre é outra, aposto que não é o primeiro roubo deles. E o pior é que quando sai rouba de novo, bandido bom é bandido morto cara, e ponto final.* (comentário 1, 2014)

Voçe provavelmente nunca foi assaltado e outra vc fica protegendo ladrao seria massa se ele meteçe um tiro na sua Mae (comentário 2, 2014, *sic*)[6]

De acordo com Bobbio (2000), autores clássicos como Marx e Weber reconhecem a ficcionalidade do contrato social e demovem o jusnaturalismo. Contudo, a estrutura simbólica do relacionamento entre indivíduo e Estado pode ser reconhecida com base nas concepções propostas pelos contratualistas ao admitir alguns comportamentos legitimados ainda na contemporaneidade. Destacam-se o não questionamento ao soberano, o Estado como mantenedor da propriedade privada e a democracia como expressão da vontade geral. São estes pressupostos da estruturação do ideário civil liberal o que permite relacionar duas expressões de condições adversas e formas de resolução desses problemas tanto para Rousseau (1999) quanto para Hobbes (2009), já que o estado de guerra é gerado em decorrência das desigualdades e sua consequente elaboração em vícios, a partir da concorrência e da oposição de interesses. A principal diferença entre as duas perspectivas é que para Rousseau (1999a, p.63), esta guerra está pautada no conflito entre as coisas, enquanto que para Hobbes (2009, p.48) são os homens os responsáveis, já que definem as regras do bem e do mal mesmo quando estão sob a égide da lei.

Deste modo, a competição, a desconfiança e a glória, elementos centrais do conflito na perspectiva hobbesiana (2009, p.95), e a busca da estima pública debatida por Rousseau (1999b, p.97), passam a ser elaboradas em uma antecipação[7], na forma de um maniqueísmo legitimado da identificação das causas e dos inimigos, pois que é necessário conhecê-los para enfrentá-los. Ou seja, ainda de acordo com Hobbes (2009), "as paixões que inclinam o homem a querer a paz são o medo da morte, o desejo das coisas que lhe dão conforto e a esperança de obtê-las por meio de seu trabalho" (HOBBES, 2009, p.97), fazendo com que seja reconhecida a ideia de que a guerra só será evitada quando houver garantias de manter bens e a tranquilidade a partir da eliminação dos desobedientes. Ora, o trabalho nem sempre afiança a manutenção das necessidades mais básicas e, por

---

4 Expressão usada por Canevacci (2001; 2005; 2009) para debater as relações entre realidade e construção/representação imagética. *Videodrome*, filme dirigido por David Cronenberg (1983), trata do assunto com relação à televisão e é transportado aqui às diferentes mídias, em especial à internet. Cito fala do personagem O´BLIVION (00:35:17): "*A tela da televisão é a retina dos olhos da mente. Portanto, a tela da televisão faz parte da estrutura física do cérebro. Então, tudo o que aparece na tela da televisão emerge com uma experiência crua para quem assistir. Por isso, a televisão é realidade, e a realidade é inferior à televisão. A sua realidade já é metade alucinação de vídeo. Se não tiver cuidado, irá se tornar uma alucinação completa. Terá que aprender a viver num novo mundo muito estranho. Eu tinha um tumor no cérebro, e eu tinha visões. Eu acreditava que as visões causaram o tumor e não o contrário. Eu sentia as visões tornando-se reais. Realidade incontrolável. Mas, quando removeram o tumor, chamava-se Videodrome*"..

5 No *Youtube* foram levantados por mim, no início do mês de agosto, aproximadamente 13.700 resultados em vídeo para a palavra-chave "linchamento", enquanto que, de acordo com Oliveira (2011, p.08), a mesma busca em julho de 2011 apontava apenas 317 vídeos disponíveis.

6 Ambos os comentários são do vídeo intitulado "Dupla de assaltantes é linchada na rua Natal em Cidade da Esperança" publicado em fevereiro de 2013. Conta em outubro de 2014 com mais de 504 mil reproduções e quase 900 qualificações positivas. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=cWf3kOGlP6o

7 Cf. Hobbes, 2009, p.94.

conseguinte, não garante a condição de paz prevista pelo autor, de modo que, embora os cidadãos estejam cientes dessa condição, tem-se formalizado o campo propício do conflito e o paralelo maniqueísta entre o trabalhador e o vagabundo, o estabelecido e o *outsider*[8], tornando este um dos argumentos mais coerentes e legítimos para a punição daquele que descumpre as cláusulas do contrato.

> Ademais, qualquer malfeitor, atacando o direito social, pelos seus crimes torna-se rebelde e traidor da pátria, deixa de ser um membro ao violar suas leis e até lhe move guerra. A conservação do Estado é então incompatível com a sua, sendo preciso que um dos dois pereça, e, quando se faz que um culpado morra, é menos como cidadão do que como um inimigo. Os processos e o julgamento são as provas e a declaração de ter ele rompido o tratado social, não sendo mais consequentemente, membro do Estado. Ora, como ele se reconhecerá tal ao menos por sua residência, deve ser isolado pelo exílio, como infrator do pacto, ou pela morte, como inimigo público. **Porque, não sendo tal inimigo uma pessoa moral, mas um homem, então o direito da guerra é o de matar o vencido**. (ROUSSEAU, 1999a, p.102, grifo meu.)

A legitimidade da guerra e seu *bellum justum*[9] independem portanto da motivação particular do indivíduo, pois são elaboradas em uma instância que vai além dele próprio e passa pela justificação da violência e pelo controle disciplinatório diante dela, de modo que o bandido, expressão de anomia de uma sociedade que se quer plena, precisa ser extinguido. Assim, a revisão do sistema prisional, a defesa da pena de morte, a redução da maioridade penal, a reformulação das penas e seu consequente reforço são na realidade reflexos do desejo de punição severa dos inimigos, pois que a defesa do suplício e da 'mão pesada' estatal é uma forma de dirimir a produção do crime e da desarmonia social.

> Quisemos enfatizar que para esses (e outros) teóricos fundacionais do estado moderno europeu, o mesmo estado está sempre em perigo de perder o domínio sobre a organização racional do governo pela força do natural no seu interior. Assim, as demandas de justiça popular foram sempre interpretadas como uma expressão das facetas da natureza humana que não foram domesticadas pela racionalidade. (DAS, POOLE, 2008, p.23)

Para além da punição, o 'cidadão de bem' deseja igualmente as ações preventivas nos locais de maior periculosidade, ou seja, nas periferias, tal como a ampliação de quadro policial e ações arbitrárias como as ocupações violentas prévias à implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), acreditando que estas ações podem evitar a prática criminosa, o que acentua essencialmente a ideia de que toda periferia é violenta e que todo morador dela é um bandido em potencial. Caso não seja cumprida a função pelo 'braço forte' do Estado, legitima-se assim o deslocamento do direito de punir à sociedade civil, que se ofende com a infração do bandido contra o pacto da ordem social e garante, por conta disso, um direito aleatório e de difícil vigilância.

ALEGORIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E O SUPLICIAMENTO DOS CORPOS-NUS

Foucault (2000a) admite que a aparência das estruturas possui diferentes alcances, amplitudes cronológicas e capacidades de produzir efeitos, de forma que existem redes, níveis, fios que ligam e engendram os acontecimentos uns aos outros, a partir de diversos agenciamentos. Neste sentido, os campos simbólicos e as estruturas significantes podem ser reconhecidos por meio da "genealogia das relações de força, de desenvolvimentos

8 Cf. Elias; Scotson, 2000.

9 Cf. Bobbio, 2000, p.564.

estratégicos e de táticas" (FOUCAULT, 2000a, p.05), pois já que tendo reconhecida a existência de uma guerra, são os pontos fundantes da discussão os meandros e seus métodos. Mais que a historicidade belicosa e a materialidade da violência, as relações de poder imbricadas neste processo precisam passar pela historicidade discursiva e as suas relações de sentido, reconhecendo as formas de estigmatização produzidas, principalmente pela mídia e pelos seus códigos, no sentido de identificar as formas de reprodução destes discursos, já que reforçam, por sua vez, o papel institucional e a legitimação do processo violento contra o inimigo. Trata-se em suma de uma cultura que une e que separa, a pensar, por exemplo, a elaboração de um inimigo presente na herança cultural[10] desde a figura dos bandidos e mocinhos dos *western* e a sensação catártica da vingança e da edificação de herois diante da maldade 'impura' dos inimigos. *Rambos, Exterminadores do Futuro, Robocops, Capitães Nascimento*[11]*, Jack Bauers* e tantos outros, passam a elaborar a fórmula da construção desses herois a partir da implicação da mimesis, quando o espectador acaba 'realizando' o ato violento junto ao personagem, em que um efeito prazeroso recorre ao ato em si, assentando-se sobre a inadmissão jurídica e moral da realização real de tal ato, porém, evidentemente, legitimando-a ao confirmar a ambição de obliteração do bandido. Neste contexto não se expressa necessariamente o rompante ostensivo, mas incentiva-se a legítima defesa, como o exemplo alegórico do assassinato do Bandido da Luz Vermelha[12], em que o medo generalizado é a justificativa do suplício e a aclamação revoltosa da turba incontrolada. Ademais, a guerra imagética elaborada pela erupção dos *indivídeos*[13] é responsável por elaborar imageticamente até mesmo a sua autoconcepção. A construção do corpo, da cidade, dos espaços transitáveis agora passa por esta relação, em que a tríade cultura, consumo e comunicação torna-se, na verdade, uma composição presente no interior da relação de produção, de trabalho, na construção do valor e também na elaboração de uma mais-valia cognitiva[14]. As mercadorias passam assim a ser multiplicadas como espetáculos visuais, em que a própria dimensão cultural é a responsável por criar "um valor acrescido entre o corpo da mercadoria e o corpo do consumidor" (CANEVACCI, 2009, p.32). A partir disso, as relações estabelecidas com a instância comunicacional geram um fetichismo que transforma a mensagem midiática em algo material, real como uma cadeira[15], promovendo no consumidor um sentimento de pertencimento, em que a massa deixa de ser espectadora e passa a ser, interativamente, parte ativa e produtiva do processo de produção da ficção social.

Estas mercadorias visuais agenciam uma "comunicação aurática reprodutível" (CANEVACCI, 2009, p.13), em uma reinterpretação de Benjamin (1994), e onde "seria o sujeito uma construção ficcional dos meios de comunicação" (CANCLINI, 2009, p.184), elaborado por meio de um "alto índice de aprendizagem 'espontânea', graças à difusão de um duplo elo com o qual envolve o espectador através de um sistema de mensagens cruzadas, feitas de ameaças e de promessas" (CANEVACCI, 2001, p.154). E é deste modo que a imagem passa a constituir novas mitologias[16], o que justifica a ideia do sacrifício[17], do pan/banóptico[18], do deus-déspota[19] e a relação entre a imagem veiculada e a construção da realidade factual. Uma guerra, um bandido, a violência, o bom e o mal passam a ser vivenciados, familiarizados e valorados[20] em conformidade ao que é visto e materializado por meio da mercadoria imagética.

---

10 Cf. Auerbach, 1976.

11 *Tropa de Elite,* dir. José Padilha, Brasil, 2007.

12 João Acácio Pereira da Costa (1942-1998) foi condenado a 351 anos de prisão e o único brasileiro que cumpriu a pena máxima de 30 anos em regime fechado. Foi assassinado 4 meses e cinco dias depois de ter sua liberdade decretada.

13 Cf. Canevacci, 2005, p.105.

14 Cf. Canevacci, 2009.

15 Cf. Canevacci, 2009, p.56.

16 Cf. Flusser, 2009.

17 Cf. Girard, 2004.

18 Cf. Foucault, 1987; Bigo, 2010.

19 Cf. Deleuze, 1996.

20 Cf. Flusser, 2009, p.66; Veiga, 2002, p.45.

> No sentido da superfície, um elemento dá significado a outro e recebe significado de outro. Destarte, a superfície da imagem passa a ser significativa, carregada de valores. Está *plena de deuses*. Mostra o que é "bom" e o que é "mau": os tanques são "maus"; as crianças são "boas"; Beirute em chamas é "infernal", os médicos de uniforme branco são "anjos". A fotografia é hierofania: o sacro nela transparece. (FLUSSER, 2009, p.56, itálicos do autor)

A alegorização da violência se dá, portanto, sobre uma construção ficcional e ritualística da realidade social. Elabora-se a partir de um conjunto de produções de sentido que obviamente expressa as relações de poder e se substancializa nos agentes responsáveis pela reprodução de autoridade, fazendo com que sejam assim sacralizados e, em consequência, transformados em bastiões da verdade. A produção do bem e do mal, por exemplo, é pautada em categorias aprazíveis à manutenção das posições e da também ficcional harmonia social, de modo que a celebração da morte e da punição é a personificação dos valores embutidos nas relações e na avaliação que os sujeitos fazem de si e dos demais, considerando a difusão de notícias como relatos fidedignos dos fatos cotidianos, sem apreender os juízos de valor e as expressões normativas dos discursos midiáticos.

O primeiro programa nacional de apelo popular veiculado no Brasil, intitulado *Aqui e Agora*, data de 1979, produzido e exibido pela extinta Tv Tupi. O programa ficou no ar até 1980, ano em que a emissora encerrou suas atividades e transferiu suas produções para a Rede Bandeirantes. No mesmo ano, o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), estreia *O povo na Tv*, programa de mesmo formato, contando com nomes que se tornariam referência desse gênero nos anos seguintes, tais como Wagner Montes e Christina Rocha, por exemplo. Mas é no início da década de 90 que o mesmo SBT impulsiona a popularidade do gênero com o programa *Aqui Agora*, exibido ao longo de 7 anos com o slogan "*um jornal vibrante, uma arma do povo, que mostra na TV a vida como ela é"* e que provavelmente foi resultado do apelo público a um tratamento mais sensacionalista e hiper-realista dos casos policiais, especialmente em decorrência da Chacina de Matupá em 1990, que se tornou marco histórico do registro de eventos violentos no país. Outro programa policial de grande importância é o *Cadeia Nacional*, exibido pela Central Nacional de Televisão (CNT) e apresentado por Luiz Carlos Alborghetti, responsável pela erupção violenta e pelo estilo intransigente de grande parte dos apresentadores dos programas atuais, em especial de Ratinho (Carlos Massa) que foi seu repórter e estreiou anos despois o programa *190 Urgente*. No final da década de noventa já eram conhecidos os programas que são exibidos até hoje, tais como *Brasil Urgente*, *Cidade Alerta* e o também extinto *Linha Direta* que despontaram igualmente nomes importantes, tais como Celso Russomanno, Sônia Abrão, Gil Gomes, César Tralli, Marcelo Rezende, Roberto Cabrini e José Luiz Datena.

Não por acaso, parte destes nomes além de tornarem-se referências na análise da realidade e da produção de violência social, acabaram entrando formalmente na vida política ao serem eleitos a cargos públicos, o que demonstra o substabelecimento da guerra imagética e como se concede credibilidade aos veredictos apontados nesses programas. É muito comum ouvir nas ruas comentários semelhantes aos enunciados por esses personagens, o que aponta mais uma vez a existência de uma relação estreita entre o ímpeto punitivo e as motivações da prática anônima de violência nas ruas.

Há, assim, um sistema significante que compreende:

> o rosto ou o corpo paranóico do deus-déspota no centro significante do templo; os sacerdotes interpretativos, que sempre recarregam, no templo, o significado de significante; a multidão histérica do lado de fora, em círculos compactos, e que salta de um círculo a outro; o bode emissário depressivo, sem rosto, emanando do centro, escolhido e tratado, ornamentado pelos sacerdotes, atravessando os círculos em sua fuga desesperada em direção ao deserto (DELEUZE; GUATARI,1996, p.60)

mas, principalmente, o bode expiatório, supliciado, que aufere a " vingança pessoal e pública" (FOUCAULT, 1987, p.42) e garante que o crime seja manifestado, anulado e reproduzido contra o "corpo visível do criminoso" (FOUCAULT, 1987, p.42). Ao traduzir a alegoria de Deleuze e Guatari (1996) à proposta de com-

preensão apontada aqui, temos respectivamente o Estado no centro do círculo, interpretado e ressignificado pelos baluartes da mídia televisiva (e atualmente da internet da mesma forma); o público que reproduz o discurso inflamado dos sacerdotes, reproduzindo muitas vezes também as ações violentas apregoadas por eles; os criminosos afastados da convivência social via prisões e apreensões provisórias e, finalmente, o bandido supliciado, espancado e morto pelo público geral. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que um bode emissário é deposto pela marginalização, o bode expiatório é supliciado por conta da "*irrevogabilidade* de sua expulsão e fragilidade das chances de apelar do veredicto que transforma os excluídos contemporâneos em "classes perigosas" (BAUMAN, 2007, p.75, itálicos do autor). Em resumo, gera-se principalmente uma caça às bruxas elaborada por causas externas e internas[21] para a legitimação do conflito e cria-se um mundo que "visto pela TV parece ser constituído de 'cidadãos-cordeiros' protegidos de 'criminosos lobos' por uma 'polícia de cães pastores'" (BAUMAN, 2007, p.19).

O linchamento é, deste modo, a expressão final da celebração da violência, não decorrendo necessariamente da falência do Estado enquanto detentor da violência legítima, mas sim de uma brecha em seu escopo que permite a gestão civil dos indesejáveis. Não se trata obrigatoriamente da produção de um estado de exceção[22] mas a aceitação da violência generalizada em nome da contenção do risco anônimo, produzido, no entanto, na forma de um rosto que aparece nas páginas policiais. Há obviamente aí uma responsabilização também do próprio Estado, que é conivente com a reprodução deste ciclo, pois não determina alternativas legais que limitem a produção do discurso midiático nem responsabiliza de forma efetiva os agentes envolvidos nas práticas ou no seu incitamento. Assim, da mesma forma que há arbitrariedade na execução de justiça do Estado, há também a produção de julgamentos e veredictos pelos programas televisivos e seu público, determinando por fim quais são as vidas sumariamente matáveis que devem ser sacrificadas[23], uma vez que paira sobre os indivíduos a insegurança generalizada e a ameaça da morte perpétua[24].

No Brasil, o primeiro registro de linchamento é baiano e data de 1585[25]. No entanto, o evento mais marcante foi a já referida Chacina de Matupá, ocorrida em 1990, quando três homens acusados de roubo e sequestro foram espancados e queimados vivos diante das câmeras e centenas de pessoas. Foi também o primeiro linchamento a ser exibido integralmente na televisão brasileira e teve em julgamento, realizado apenas 21 anos depois mesmo após prescrição, somente 3 condenados dentre 18 acusados civis[26]. No Código Penal Brasileiro não está prevista a tipificação do crime de linchamento, sendo enquadrado normalmente como lesão corporal, lesão corporal grave, tentativa de homicídio ou homicídio qualificado, definido de acordo com a gravidade das ofensas. A única menção aparece no Art. 345 que preceitua:

fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite:

> Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa, além da pena correspondente à violência. (BRASIL, 1940)

---

21 Cf. Girard, 2004, p.19.

22 Cf. Agier, 2008; Agamben, 2002.

23 O termo linchamento decorre de duas matrizes, Charles Lynch e William Lynch, ambos contemporâneos da Independência Americana no século XVIII. O primeiro voltou-se contra os simpatizantes pró-britânicos e o segundo contra criminosos em uma entidade criada por ele com a finalidade de julgá-los e puni-los (Cerqueira; Noronha, 2004, p.163). Por conta deles, foi criada nos EUA a Lei de Lynch em 1837, com o objetivo de reprimir os linchamentos praticados especialmente contra negros e índios, as vítimas diletas no período. Embora a conduta tenha sido tipificada apenas no século XIX, há registros de acontecimentos ao longo de toda a história, bem como a sua legalidade atual em algumas federações, tal como a lapidação ou o apedrejamento (*Rajm)* praticada em nações que defendem fundamentos islâmicos, tais como Irã, Afeganistão e Nigéria.

24 Cf. Gros, 2012, p.187.

25 Cf. Martins, 1996, p.11.

26 Um último civil ainda aguarda julgamento, adiado para novembro de 2014, 24 anos após o crime.

A considerar que o crime de linchamento não existe formalmente e obviamente não é hediondo – embora também utilize normalmente de violência grave tal qual o estupro ou latrocínio – é possível falar em um amparo à "cultura de extermínio" (SOUZA, 1999, p.331) e ao ato de justiça popular antijudiciário discutido por Foucault (1982, p. 43). Tal condição reforça portanto o incitamento ao *vigilantismo*[27] e à justiça comunitária, uma vez que, de acordo com Martins (1996, p.16), o linchamento normalmente é motivado pelo comunitarismo e pelo pânico de vizinhos, parentes e conhecidos que reconhecem na ação violenta uma forma de produzir justiça contra os criminosos e conjuntamente contra as autoridades ineficientes. Para ele,

> uma hipótese decorrente é a de que *o linchamento é uma forma incipiente de participação democrática na construção (ou reconstrução) da sociedade, de proclamação e afirmação de valores sociais*, incipiente e contraditória porque afirma a soberania do povo, mas nega a racionalidade impessoal da justiça e do direito. (MARTINS, 1995, p.299, itálicos do autor)

Na Chacina de Matupá, ocorrida em novembro de 1990, três homens invadiram uma casa e deram voz de assalto, fazendo reféns crianças e duas mulheres, uma delas grávida, por mais de 24 horas. Após negociação com a polícia, os homens se entregaram e foram levados em uma viatura em direção ao aeroporto, já que o combinado seria a transferência por aeronave para uma prisão em cidade vizinha. Nos autos consta oficialmente uma tentativa de fuga, e muito embora os sete policiais envolvidos tenham sido inocentados, restam suspeitas sobre a facilitação por parte deles para a ação de captura realizada pela multidão. Os três homens foram assim, retirados da viatura, espancados, baleados e finalmente incendiados.

> *Depois que o fogo baixa, ainda se ouvem vários gemidos de dor.*
> *Aí se dá a parte mais impressionante, quando um dos assaltantes – Osvaldo, semi-acordado – começa a responder às demandas daqueles que estavam a ponto de lhe tirar a vida. A câmera foca seu rosto em primeiro plano.*
> *"Pede perdão a Deus!", diz um dos homens. "Perdão, Deus, por tudo o que eu fiz", replica Osvaldo. "Perdoa, meu pai", completa ainda.*
> *Ele ainda responde outras coisas e agoniza por 15 minutos até morrer, com a pele toda queimada e trajando apenas fiapos da roupa não consumida pelo fogo.* (PRATES, 2014)

Este evento se tornou alegórico pela brutalidade com que os assaltantes foram 'punidos' pelos populares, mas foi mais significativo especialmente por conta do registro em vídeo realizado por um cinegrafista amador presente no local. A filmagem cobre os 15 minutos de agonia de Osvaldo e teve fragmentos exibidos repetidamente em tv aberta, circulando até hoje na internet. Como já dito, foi também, por sua repercussão e audiência, um dos principais responsáveis pelo surgimento dos programas policiais e a crescente sensacionalização das transmissões, de modo que se verifica com relativa facilidade a proporcionalidade entre apelo imagético e recepção pública. Dados do Núcleo de estudos da violência da USP (NEVUP) demonstram o crescimento disparatado dos números de linchamentos[28] no ano de 1991, que saltaram, com relação ao ano anterior, em uma centena.

Trata-se do maior índice alcançado em 26 anos e expõe a aplicabilidade da hipótese de realmente efetivar-se o chamado efeito *copycat* (COLEMAN, 2004), verificado quando há uma repetição momentânea de comportamentos que são divulgados insistentemente pela mídia. Entende-se, a partir desta lógica, que a propagação

---

27 Cf. Martins, 1996, p.13.

28 O NEVUP realizou o levantamento a partir do que chamou de Banco de Dados da Imprensa, realizando uma busca por menções em manchetes ou notícias publicadas em jornais que se referiam a graves violações de direitos humanos, entre elas os linchamentos. Utilizou como fonte jornais do eixo Rio-São Paulo e sistematizou um universo total de 21.231 casos registrados.

de manchetes violentas produz o contágio e o incentivo à reprodução dos fatos[29] dada a exposição de uma experiência aparentemente positiva e com final feliz, nesses casos, a punição exemplar do bandido.

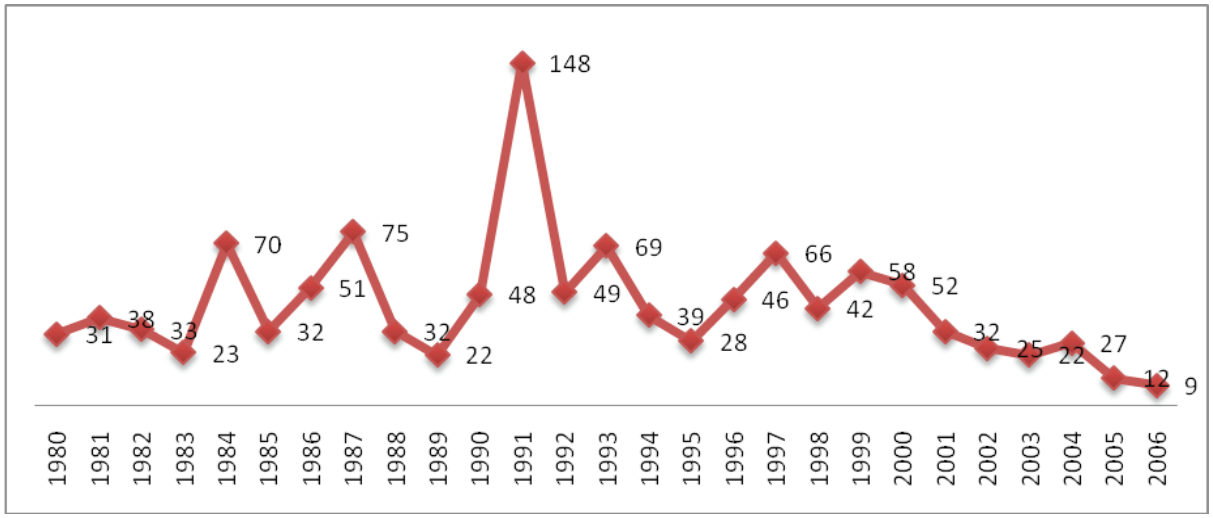

Gráfico 1 – Número de linchamentos ocorridos entre os anos de 1980 e 2006. Fonte: NEVUP, 2014.

Quando "o linchamento aparece como diversão, como um evento alegre e significativo para a comunidade" (CERQUEIRA; NORONHA, 2004, p.166), tal qual uma malhação de Judas, é reconhecido como saída conveniente para a produção de uma sociedade livre de criminosos, já que se reforça o discurso debatido anteriormente sobre a ineficiência da justiça e a obrigação da sociedade civil em livrar-se dos não-contraentes do pacto social. Em 2014, retoma-se esse debate pois foi possível verificar um aumento expressivo, de um mês para outro, na ocorrência de referências aos linchamentos na mídia, juntamente aos comentários de simpatia e adesão vindos por parte do público, o que demonstra que há de fato uma relação estreita entre a disseminação de discursos e relatos (filmados ou não) e a reprodução de retratos fieis na realidade social.

No dia 02 de fevereiro de 2014, um adolescente de 15 anos foi espancado por populares no bairro do Flamengo (Rio de Janeiro). Além de sofrer as agressões, o menino foi despido e preso a um poste por uma trava de bicicleta, vítima, segundo testemunhas, de três homens mascarados. Os bombeiros precisaram ser chamados para libertá-lo e encaminhá-lo ao hospital. De lá, após o atendimento, o adolescente fugiu e permaneceu com a identidade desconhecida até ser apreendido semanas depois pelo ato infracional de furto. Na ocasião, uma mulher ao testemunhar a ação, entrou em defesa do menino, lhe deu um papel para se cobrir e chamou a polícia militar e bombeiros. Durante a espera, bateu uma foto do garoto e postou nas redes sociais para mostrar sua indignação. A imagem teve imediata reprodução e compartilhamento nas redes sociais e o fato foi noticiado amplamente em tv e jornais, nacional e internacionalmente. A importância do papel midiático nesse caso foi tamanha que a própria Polícia Civil chegou a informar "que a delegada titular da 9ª DP (Catete), Monique Vidal, registrou o caso na unidade como lesão corporal, **após tomar conhecimento pela imprensa**" (G1,2014a, grifo meu).

29 Por entender que o efeito *copycat* é operante, o Centers for Disease Control and Prevention (CDC) nos EUA e o Conselho Federal de Psicologia no Brasil preconizam, por exemplo, que suicídios não devem ser noticiados pela grande imprensa, sob pena de promover algum tipo de incentivo sobre pessoas que sofram de algum transtorno psicológico. Um acordo informal acatado pelos jornalistas determina que somente casos que tratem de pessoas públicas ou possam servir como alerta à população devem ser veiculados, no entanto não é sempre que este combinado é respeitado. Em uma breve busca da aba notícias no site de buscas do *Google* em agosto de 2014, aparecem 155.000 resultados para 'suicídio', já para 'linchamento' a busca aponta 358, enquanto 'linchado' resulta em 1.850 e 'linchada' em 2.000. Em outubro, 'suicídio' resulta em 52.000 resultados, 'linchamento' em 393, 'linchado' em 586 e 'linchada' em 2.790 notícias.

No mesmo dia, em telejornal do SBT, a jornalista Raquel Sheherazade chama o caso de "legítima defesa coletiva", corrobora a ação dos justiceiros e refere-se ao adolescente como "marginalzinho"[30], de modo que é possível afirmar com veemência que foi este comentário, também compartilhado e referenciado reiteradamente, o estopim para a manifestação de apoio ao vigilantismo e justiçamento, na medida que ampliaram-se tanto o apoio aberto à violência em resposta à criminalidade quanto as vias de fato nos meses seguintes. Raquel Sheherazade foi acusada de desrespeitar o código de ética do jornalismo no Art. 7° inciso V, uma vez que usou a sua posição na bancada "para incitar a violência, a intolerância, o arbítrio e o crime" (FENAJ, 2014) sendo acionada, junto à emissora, pelo Ministério Público[31], para prestar esclarecimentos sobre a fala em questão. No final do mês de março, após uma série de repercussões negativas, a aceitação da denúncia pela Procuradoria Geral da República e a cobrança por uma responsabilização, a jornalista saiu de férias e retornou às atividades apenas em meados do mês de maio[32], 21 dias após o linchamento de Fabiane Maria de Jesus.

Em levantamento realizado sobre as palavras-chave "linchamento" e "espancamento" no site do G1[33], foram encontradas 62[34] reportagens de linchamentos e tentativas de linchamentos no Brasil apenas no 1° semestre de 2014[35]. No comparativo com os dados trazidos pelo NEVUP, já no mês de janeiro somam-se praticamente as ocorrências de todo o ano de 2006[36], enquanto que, a partir de fevereiro é possível verificar um crescimento de quase 270% nos casos noticiados. Os casos levantados dizem respeito, em sua maioria, a situações envolvendo homens jovens acusados de cometer furtos e roubos ou envolvidos em acidentes de trânsito com vítima.

Do total, 14 pessoas morreram em decorrência dos ferimentos. Entre eles, Alailton Ferreira, adolescente de 17 anos que tinha problemas mentais e sofria de epilepsia. Alailton foi acusado de uma tentativa de estupro e foi espancado duramente conforme mostram imagens que também circularam por algum tempo nas redes sociais. Morreu no dia 09 de abril no estado do Espírito Santo e era inocente. No dia 03 de maio a vítima é

---

30 O comentário na íntegra diz o seguinte: *"O marginalzinho amarrado ao poste era tão inocente que, ao invés de prestar queixa contra seus agressores, preferiu fugir antes que ele mesmo acabasse preso. É que a ficha do sujeito está mais suja do que pau de galinheiro. No país que ostenta incríveis 26 assassinatos a cada 100 mil habitantes, que arquiva mais de 80% de inquéritos de homicídio e sofre de violência endêmica, a atitude dos vingadores é até compreensível. O Estado é omisso, a polícia é desmoralizada, a Justiça é falha. O que resta ao cidadão de bem que, ainda por cima, foi desarmado? Se defender, é claro. O contra-ataque aos bandidos é o que chamo de legítima defesa coletiva de uma sociedade sem Estado contra um estado de violência sem limite. E, aos defensores dos Direitos Humanos, que se apiedaram do marginalzinho preso ao poste, eu lanço uma campanha: faça um favor ao Brasil, adote um bandido."*(SBT, 2014)

31 Até novembro de 2014, data de finalização desta comunicação, ainda não havia sentença sobre o caso.

32 Durante o período eleitoral brasileiro (julho-outubro) a jornalista teve seu quadro de comentários suprimido da pauta do jornal.

33 A escolha pela fonte G1, portal de notícias da Rede Globo, deve-se ao fato de esta ser a maior rede de televisão do país, deter os maiores índices de audiência televisiva e ser considerada pelo senso comum como fonte confiável de transmissão de notícias.

34 As reportagens foram filtradas, tomando-se o cuidado de não assentir nenhum caso em duplicidade.

35 Admito renunciar à totalidade dos casos ocorridos no período recortado pois que, embora tenha considerado a fonte jornalística mais abrangente do país, uma vez que todas as notícias, até mesmo as locais de responsabilidade das retransmissoras, estejam agregadas no portal, não há a garantia que todos os casos ocorridos tenham sido noticiados. Muitos ficam restritos aos municípios e passam por acontecimentos 'normais', citados no máximo nos programas policiais locais.

36 Para esta leitura não foram levantados os dados referentes aos anos que compreendem o intervalo entre o último levantamento do NEVUP (2006) e o realizado por mim no primeiro semestre de 2014, o que certamente prejudica um olhar mais abrangente sobre o período atual, no sentido de verificar se houve a manutenção das baixas ocorrências dos anos 2000 e 2010 e se o crescimento apontado em 2014 de fato trata-se de um salto importante como foi o de 1991. No entanto, entendo que seja possível avaliar as relações propostas na análise, tendo em vista o papel análogo que a mídia apresentou nos dois anos em questão bem como as suas consequências.

Fabiane Maria de Jesus, de 33 anos, espancada por populares no Guarujá (São Paulo) após ser confundida com um retrato-falado, datado de 2012, publicado na *fanpage* do *Facebook* intitulada *Guarujá Alerta*. O *post* afirmava que a mulher em questão sequestrava crianças para utilizá-las em rituais de magia negra e foi o motivador para que ela fosse atacada na rua e espancada com a ajuda de uma bicicleta e um pedaço de pau. Segundo testemunhas que conheciam a vítima, Fabiane sofria de transtorno bipolar mas nunca demonstrou comportamentos violentos, em especial com as filhas, uma de 12 e outra de 1 ano. Fabiane havia saído de casa para ir à igreja buscar a sua bíblia e teve seu destino traçado a partir do *post* compartilhado no *Facebook* por 175 pessoas[37], o que representa a ficção materalizada em si, uma vez que antes de ser dirimido o engano, quem de fato foi espancada foi a mulher como personagem construída a partir do retrato-falado. De acordo com Martins (2014), em texto publicado pelo jornal Estadão, a população linchou "uma inocente que é branca, religiosa, duas filhas, benquista pelos vizinhos, adoentada, pacífica. A típica mãe do Dia das Mães. Seu linchamento é como se esta sociedade linchasse um de seus símbolos fundamentais" (MARTINS, 2014), o que demonstra também a irracionalidade da ação violenta suscitada pela ficção promovida pelas mídias. Trata-se em suma de uma produção de sentido sobre a violência social, determinando assim quais são as ações decorrentes no espaço da rua e as suas justificativas.

O engano sobre a identidade do criminoso, como é o caso de Adailton e Fabiane, bem como do o pedreiro no Rio Grande do Norte no mês de março e do professor de história em São Paulo no final de junho, ambos confundidos com ladrões, atesta que não há um julgamento prévio nas ações promovidas pela multidão, e sim um processo catártico empoderado pelos registros apontados na mídia, não menos ficcionais, tais como os altos índices de criminalidade e reincidência junto às baixas taxas de resolução de crimes e suas punições. Assim, identifica-se uma legitimação da ação violenta na forma de justiçamento até o momento em que a mídia se vê obrigada a modificar seu discurso, em especial em decorrência ao caso de Fabiane, o que aponta uma alteração significativa nos eventos violentos já no mês seguinte. Os casos caem à metade, praticamente à condição 'normal', haja vista a predisposição ao erro presente em situações como essa.

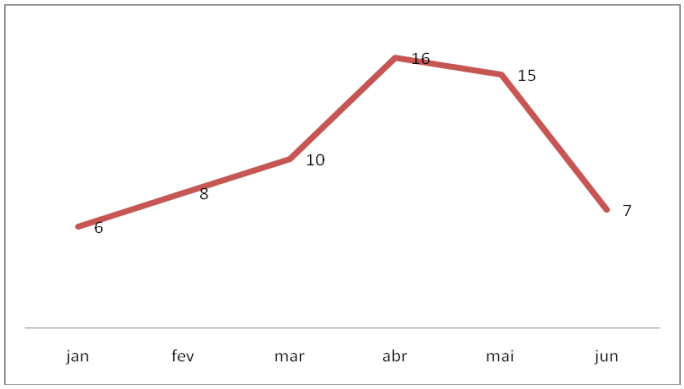

Gráfico 2 – Número de linchamentos ocorridos no primeiro semestre de 2014. Fonte: G1, 2014.

Nesta contenda, rostos, corpos e famílias são expostos, ora como troféus, ora como ameaças, o que nutre a dificuldade de defesa e implementação efetiva dos direitos humanos, cabendo assim a compreensão do fenômeno sobre a hipótese de um Estado indutor de informalidade que é conivente com práticas que definem e influenciam a sua gestão da vida e da morte, neste caso, o discurso midiático e a construção coletiva e ficcional de criminosos puníveis, decorrendo aí uma tentativa comunitária de promover a purificação permanente em defesa da sociedade[38]. A reconhecer que o mito do Estado está pautado na idéia do poder centralizado, abstrato e de racionalidade única (a partir da tradição weberiana e da filosofia política) há de forma clara o contraponto entre esta e a racionalidade advinda da sociedade civil e das comunidades, admitida como de menor relevância.

37 Cf. R7, "Mulher foi espancada até a morte no Guarujá por causa de boato na internet", 05/05/2014. Disponível em http://noticias.r7.com/sao-paulo/mulher-foi-espancada-ate-a-morte-no-guaruja-por-causa-de-boato-na-internet-07052014

38 Cf. Foucault, 1999, p.73.

Entretanto, sabemos que para além da noção ficcionalizada do pacto social ou da 'guerra de todos contra todos'[39] estão presentes outros elementos, dispositivos jurídicos, agenciamentos situados e práticas cotidianas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: VIDA NUA E VULNERABILIDADE

De acordo com Foucault (2000b), "não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele. Somos submetidos à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade" (Foucault, 2000b, p. 28-29), de maneira que é fundamental neste debate admitir que o discurso midiático é um dos produtores dessa condição de verdade e maneja o antagonismo entre o mundo da disciplina e a govermentalidade, ou seja entre a fixação das hierarquias e a gestão de liberdades. Entendendo que a liberdade é um instrumento de poder e que o Estado liberal constitui-se no espaço onde se arbitram as responsabilidades sobre ela, embute-se no indivíduo o compromisso com a disciplinarização de si[40], de modo que ao falhar neste exercício, as punições e supliciamentos do mundo disciplinar podem ser aplicados a ele[41]. A gestão da vida e da morte e a passagem do mundo disciplinar para o mundo da governança constituem para Foucault o nascimento da biopolítica, quando passam a ser determinados, portanto, os riscos e probabilidades de forma calculada. Constrói-se assim a ideia de vulnerabilidade por meio de indicadores oficiais, muitas vezes não menos ficcionais, junto a uma pretensa verdade transmitida pelos meios de comunicação. A partir daí fica evidente a forma pela qual também são construídos os perfis de risco e as suspeitas generalizadas junto ao anseio obstinado de suas inquirições.

"Para Foucault, o referente negativo da biopolítica parecia ser o ponto no qual se produz um corte entre aqueles cujas vidas são administradas e valoradas, e aqueles cujas vidas são julgadas como sem valor, aqueles que, portanto, se 'deixam morrer'" (DAS; POOLE, 2008, p.40). Não por acaso, a primeira vítima midiática dos linchamentos no ano de 2014, portador das insígnias que o determinam desviante e incapaz de promover sua autogestão, é acorrentado nu a um poste, em uma alegorização axiomática do conceito de *homo sacer* de Agamben (2002), tendo determinada para si e para seus agressores uma imunidade jurídica[42], já que, embora a agressão tenha sido registrada em boletim de ocorrência, ninguém foi punido pelo crime praticado[43]. Ainda de acordo com Das e Poole (2008),

> Agamben (1998) ressuscitou a figura do *homo sacer*, uma obscura figura da lei arcaica, como encarnando a "vida nua', para repensar o exercício da soberania não sobre um território senão sobre a vida e a morte. Mas, esta vida é "nua" porque pode ser tomada por qualquer sem nenhuma mediação da lei e sem incorrer na culpa do homicídio. (DAS, POOLE, 2008, p.27)

De tal modo, admito que uma das explicações plausíveis para esse fenômeno está pautada, por um lado, na relação entre a crença sobre o pacto do Estado civil, e as consequentes responsabilizações decorrentes dele, junto à produção e reprodução de 'verdade' no discurso midiático, que tem como função corroborar os valores formais e centrais do poder clássico. Do outro, estão os encargos de autogestão individual em detrimento do

---

39 Cf. Foucault, 2000a, p.241.

40 Cf. Ferguson; Gupta, 2012: Isso indica uma nova modalidade de governo, que funciona através da criação de mecanismos que trabalham "por si mesmos" para trazer resultados governamentais sobre a devolução de risco para a "empresa" do indivíduo (agora interpretado como o empreendedor de sua própria "firma") e a "responsabilização" dos indivíduos que estão cada vez mais "empoderados" para disciplinarem a si próprios. (FERGUSON; GUPTA, 2012, p. 989).

41 Cf. Merry, 2001, p.19.

42 Cf. Das; Poole, 2008, p. 29.

43 No dia 30 de outubro de 2014, dez pessoas foram detidas por tráfico de drogas na Zona Sul do Rio de Janeiro, entre elas os agressores do adolescente amarrado ao poste.

poder disciplinatório e o resultante perverso da produção de vidas nuas, uma vez que havendo a transferência de obrigações ao indivíduo, há também a legitimidade de punição a aqueles que deixarem de cumprir com seus papeis. Assim, os linchamentos são aceitos com relativa naturalidade e incentivados a partir da justificação sobre o caráter falho do sujeito e pela sua 'inabilidade' em manter a harmonia da vida social, pendendo ora para a supressão e controle da anomia, ora para a extinção das vidas não-produtivas, insignificantes e, portanto, matáveis.

Os equívocos com relação ao julgamento de Alailton, Fabiane, o professor André e o pedreiro sem nome, que mesmo inocentes foram espancados, resultando na morte dos dois primeiros, não diminui o desejo de punição catártico que sustenta o fenômeno e demonstra que, embora os parâmetros para o julgamento sejam os mais irracionais possíveis, sustentados pelas emoções e pelo efeito *copycat*, são passíveis de reprodução, uma vez que entre 62 casos, apenas 4 ganharam visibilidade por serem injustos. Assim, enquanto houver a reprodução do discurso pró-violência e o incentivo formal para com a produção de vingança ao invés de justiça, acompanharemos a multiplicação de eventos que justifiquem a eliminação das vidas nuas, ampliando cada vez mais esse rol, no caso brasileiro, para além das variáveis de classe e os índices de criminalidade. Em resumo, compreender o fenômeno dos linchamentos brasileiros no primeiro semestre de 2014 implica em reconhecer a forte influência que os meios de comunicação têm produzido no gerenciamento da vida social, determinando, junto ao Estado de direito, as formas de higienização e regulação de uma impraticável harmonia entre os concidadãos contraentes do pacto social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL (1940), Código Penal, Decreto-lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

AGAMBEN G. (2002), *Homo sacer*. O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte, ed. UFMG.

AGIER, M. (2008), Gérer les indésirable: des camps de refugiés au gouvernament humanitarie. Paris, Flammarion.

ALSAYYAD, N.; ROY, A. (2009), Modernidade medieval: cidade e urbanismo na era global. Novos Estudos, Cebrap, no. 85.

AUERBACH, E. (1976), Mimesis: a representação da realidade na Literatura Ocidental. São Paulo, Perspectiva.

BAUMAN, Z. (2007), Tempos líquidos. Rio de Janeiro, Zahar.

BENJAMIN, W. (1994), Obras escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo, Brasiliense.

BIGO, D. (2010), Du panoptisme au banoptisme. In CHARDEL, P. A.; ROCKHILL, G. (Eds.). Technologies de contrôle dans la mondialisation: enjeux politiques, éthiques et esthetiques. Paris, Editions Kimé, pp. 1–18.

BOURDIEU, P. (1989), O poder simbólico. Lisboa, Difel /Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

CANCLINI. N. G. (2009), Diferentes, desiguais e desconectados. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.

CANEVACCI, M. (2001) Antropologia da Comunicação Visual. Rio de Janeiro, DP&A.

_____. (2005), Culturas eXtremas – Mutações juvenis nos corpos das metrópoles. Rio de Janeiro, DP&A.

_____. (2009), Comunicação visual. São Paulo, Brasiliense.

CERQUEIRA, R.; NORONHA, C. (2004), Cenas de linchamento: reconstruções dramáticas da violência coletiva In Psicologia em Estudo, vol.9 no.2 Maringá May/Aug.

COLEMAN, L. (2004), The copycat effect: how the media and popular culture trigger the mayhem in tomorrow's headlines. New York, NY, Paraview Pocket Books.

DAS, V.; POOLE, V. (eds.), (2004), Anthropology in the margins of the state. Santa Fe, School of American Research Press.

DEALTRY, G. (2009) No fio da navalha. Malandragem na literatura e no samba. Rio de Janeiro, Casa da Palavra.

DELEUZE, G.; GUATARI, F. (1996), Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia. São Paulo, Editora 34.

ELIAS, N; SCOTSON, J. (2000), Os estabelecidos e os outsiders – Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade, Rio de Janeiro: Zahar.

FENAJ. (2014), Código de ética dos jornalistas brasileiros. Disponível em http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf [consultado em 14-08-2014]

FERGUSON, J; GUPTA, A. (2012), Spatializing states: toward an ethnography of neoliberal governmentality. American Ethnologist 29(4), pp.981 -1002.

FLUSSER, V. (2009), Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro, Sinergia Relume Dumará.

FREUD, S. (1974), O mal estar na civilização. In Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vol. XXI, Rio de Janeiro, Imago.

FOUCAULT, M. (1987), Vigiar e punir: história de violência nas prisões. Petrópolis, Editora Vozes.

_____. (2000a), Microfísica do Poder. Rio de Janeiro, Graal.

_____. (200b), Em Defesa da Sociedade. Trad. de Maria E. Galvão. SP, Martins Fontes.

G1 (2014), Adolescente é espancado e preso nu a poste no Flamengo, no Rio. 03/02/2014 20h40. 2014a. Disponível em http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/adolescente-e-espancado-e-preso-nu-poste-no-flamengo-no-rio.html [consultado em 14-08-2014]

G1 (2014), Moradores se reúnem para agredir mulher em bairro de Guarujá, SP. 04/05/2014 07h10. 2014b. Disponível em http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/05/mulher-e-acusada-de-roubar-criancas-e-agredida-ate-morte-por-moradores.html [consultado em 14-08-2014]

GIRARD, R. (2004), O bode expiatório. São Paulo, Paulus.

GROS, F. (2012), Le Principe de sécurité. Paris, Gallimard.

MARTINS, J. S. (1995), As condições do estudo sociológico dos linchamentos no Brasil In Estudos Avançados 9 (25).

_____. (1996), Linchamento - o lado sombrio da mente conservadora. In Tempo Social; REv. Sociol. USP, S. Paulo, 8(2), pp.11-26.

_____. (2014), Seres sem rumo in: Suplemento Geral Estadão. 14/05/2014. Disponível em http://www.estadao.com.br/noticias/geral,seres-sem-rumo,1164950 [consultado em 14-08-2014]

MERRY, S. E. (2001), Spatial governmentality and the New Urban Social Order. American Anthropologist, v. 103, pp. 16–29.

NATAL, A. L. (2012), 30 anos de linchamentos na região metropolitana de São Paulo 1980-2009. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

NEVUP. (2006), Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, Número de casos de linchamento no Brasil entre 1980 e 2006. Disponível em http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=741&Itemid=82 [consultado em 14-08-2014]

OLIVEIRA, D. R. (2011), Quando "pessoas de bem" matam: um estudo sociológico sobre os linchamentos. 35º Encontro Anual da ANPOCS, GT34 - Sociologia e antropologia da moral.

PRATES, M. (2014) Revista Exame - Pior linchamento do Brasil também foi filmado. 09/05/2014. Disponível em http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/pior-linchamento-da-historia-do-brasil-tambem-foi-filmado [consultado em 14-08-2014]

ROUSSEAU, J. (1999a), Do contrato social In. Os Pensadores Volume I, São Paulo, Nova Cultural, 1999a.

_____. (1999b), Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens In. Os Pensadores Volume II, São Paulo, Nova Cultural.

SBT, (2014), Sbt Brasil - opinião de Rachel Sheherazade, 04/02/2014. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=-WKU7w6OsJo [consultado em 14-08-2014]

SOUZA, L. (1999), Judiciário e exclusão: O linchamento como mecanismo de reafirmação de poder. In: Análise Psicológica 2 (XVII), pp. 327-338.

VEIGA, Z. (2002), Telejornalismo e violência social – A construção de uma imagem. Curitiba, Pós-escrito.

"O silêncio pacificador: a questão das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro"

Natalia Iorio[1]

Resumo: O presente artigo pretende, de forma sintética, desenvolver uma reflexão acerca das dinâmicas e transformações das políticas públicas e de segurança pública adotadas nas favelas do Rio de Janeiro, tendo como embasamento empírico o projeto e a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).
Como resultado do trabalho de campo feito nas favelas Cantagalo e Pavão-Pavãozinho e do estudo teórico de temas relacionados à sociologia e antropologia urbana, segurança pública e violência nas cidades. A partir da localidade geográfica e socioespacial escolhida, fundamentou-se uma análise e um parâmetro das ações desta nova forma de policiamento e de política de segurança pública a partir de entrevistas feitas com os moradores da região.
Neste escopo, propôs-se, de forma mais geral, problematizar a questão da segregação urbana e a emergência da violência e do medo nas grandes cidades modernas e contemporâneas, assim como o aparato militar e repressivo do Estado procura resolver e mitigar as problemáticas históricas, sociais, políticas e culturais da sociedade brasileira.
Ainda dentro deste objetivo, teve-se a preocupação de traçar um panorama que ultrapassasse a noção de local, para que se compreendesse de que forma o Estado e suas instituições perfazem o controle social de certas áreas e parcelas populacionais, normatizando e instaurando legalismos e ilegalismos.

Palavras-chave: favela, violência, UPP, Rio de Janeiro

Introdução: pacificando o não apaziguado

As Unidades de Polícia Pacificadora enquanto programa de uma nova forma de policiamento, envolvendo ideias de polícia comunitária, de "pacificação" e de retomada de território, antes comandados por traficantes, agora reavidos pelo Estado, fazem parte de um movimento e um sistema de representações e de repressão violenta da polícia contra parcelas populacionais historicamente distanciadas de serviços públicos, sociais e da cidadania.
Este artigo advém do desenvolvimento de uma pesquisa que se iniciou em 2012 que teve como resultado o Trabalho de Conclusão de Curso, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais[2].
Com o objetivo de compreender as dinâmicas e as transformações nas políticas públicas e nas políticas de segurança adotadas nas favelas do Rio de Janeiro, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), surgiram como recorte empírico, tendo como embasamento os princípios que norteiam o seu projeto e a sua instalação nessas localidades.
A partir deste ponto de partida, a pesquisa, de forma geral, fundamentou-se tendo como cenário as favelas Cantagalo e Pavão-Pavãozinho. Inserido neste ambiente, o intuito foi compreender como a polícia e as medidas governamentais incutidas em políticas públicas tratam as pessoas que moram nas favelas, o motivo pelo qual

---

1 Natalia Iorio é Bacharel em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e, atualmente, é integrante do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, nível Mestrado, pela Universidade Federal Fluminense (PPGA-UFF) sob orientação do Professor Marco Antonio da Silva Mello, onde, sob a continuidade do trabalho iniciado na graduação sobre favelas cariocas e Unidades de Polícia Pacificadora, procura compreender os modos de existir e habitar em favelas sob a ótica da "pacificação".
nataliasociais@yahoo.com.br

2 A pesquisa foi apresentada em dezembro de 2013 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

há policiamentos diversos numa mesma cidade, perfazendo um mapa de repressão violenta e, como a UPP inaugura – ou não – uma nova política de segurança pública.

A escolha das favelas Cantagalo e Pavão-Pavãozinho deveu-se a uma pesquisa de Iniciação Científica acerca dos filmes "Tropa de Elite 1 e 2"[3], em que se desenvolveu entrevistas com moradores de favela de São Paulo e do Rio de Janeiro. Desta forma, tive meu primeiro contato com a favela Cantagalo, que passou a ser localidade da referida pesquisa que dá origem a este artigo.

Como para a UPP, as favelas são aglomeradas em conjuntos de territórios, Pavão-Pavãozinho por ser favela fronteiriça de Cantagalo, se juntou a esta, também, como local das entrevistas. Ao total foram três visitas às favelas, perfazendo seis dias em que caminhei pelas localidades realizando registros fotográficos e entrevistas[4] com os moradores[5].

Como premissa metodológica para obtenção das entrevistas, adotou-se a técnica "bola de neve" (snowball), que consiste numa amostra não probabilística, em que os entrevistados primeiros, indicam novos participantes e possíveis entrevistados e, assim, sucessivamente, até que se atinja um "ponto de saturação", ou seja, a repetição de falas e assuntos já obtidos em conversas anteriores. Além das visitas, fotos e entrevistas, a pesquisa contou com um estudo bibliográfico e análise de dados quantitativos e censitários.

As questões das entrevistas perfazem um roteiro semiestruturado em que se dialoga sobre o antes e o depois do cotidiano dos moradores a partir do evento da instalação da UPP naquele local. São temáticas como trabalho, família, saúde pública, acesso ao lazer, religião, convívio com vizinhos, relação com traficantes e tráfico de drogas, relacionamento com a polícia, ausência/existência de serviços públicos, além de perguntas sobre os termos "pacificação" e "polícia de proximidade", fazem parte do conteúdo do roteiro.

Inserido nos objetivos principais e no escopo da pesquisa, delimitou-se uma discussão antropológica e sociológica sobre a urbanização na sociedade brasileira e como esta nova etapa social e política, em suas incompletudes e contradições, alavancaram medos e violências. Neste ínterim, surgem as primeiras favelas cariocas que, desde então, no século XIX, já angariavam formas e projetos de políticas públicas que tinham como pressuposto a eliminação e/ou "cura" dos favelados.

Esta pauta possuí, como premissa central, a ideia de como certos espaços da cidade, àqueles que em sua maioria, abriga grandes quantidades de populações pobres, são tratados pelos governos e como a polícia é usada como força repressiva para vigiar e ordenar esta parcela populacional. Este recorte analítico recaiu no projeto e nos processos de instalação das UPPs, percorrendo as falas, histórias e memórias dos moradores do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho.

"Pacificando o não-apaziguado" guarda a ideia central de que as UPPs se fundamentam pela *pacificação* em que temos uma prática de guerra e não do *apaziguamento,* como a verdadeira prática de paz. Mais que usos incorretos de uma palavra e conceito, temos a intensificação de um cotidiano ordenado e coordenado pela violência e militarização do cotidiano.

A polícia sobe o morro: o caso da favela carioca

A sociedade brasileira se fundou e se firmou meio a múltiplas colagens de povos, etnias, culturas e línguas. Juntou o índio, o negro e o português num mesmo cenário, recriou formas de produção conforme os desenhos naturais da terra-Brasil, reagrupou em infinitas roupagens o estilo de se viver num clima tropical, meio ao trabalho escravo africano, a sabedoria própria cabocla e a cordialidade luso-brasileira.

---

3 IORIO, Natalia. *Os Filmes Tropa de Elite 1 e 2: impactos nas formas de pensamento de seu público frente à realidade brasileira.* São Paulo: PUC-SP; PIBIC-CEPE, 2013. (Relatório de pesquisa).

4 Ao total, oito das onze entrevistas realizadas foram utilizadas na análise do Trabalho. Além disso, uma entrevista com o Coronel da PMERJ e ex-comandante da UPP, Robson Rodrigues, e uma entrevista com o Deputado Estadual Marcelo Freixo (PSOL-RJ), foram feitas e deram maior fundamentação a discussão teórica da pesquisa.

5 A temática central que envolveu a pesquisa que deu origem ao TCC na graduação, continua sendo utilizada para a construção da Dissertação de Mestrado, donde os resultados, novas entrevistas e observações etnográficas serão incorporadas à análise deste artigo juntamente às entrevistas realizadas anteriormente e mencionadas anteriormente.

Nestes meandros, cresceram as grandes cidades impulsionadas pelo comércio e pelas exportações, onde rapidamente, a explosão demográfica e as migrações se fizeram na escassez de moradias e de infraestrutura. No Brasil com sua colonização portuguesa, as cidades tinham como característica a exploração comercial de onde provinha a maior parcela do poder nacional; sendo tais cidades, em sua maioria no litoral, para a escoação da produção e livre entrada de imigrantes e escravos para o trabalho.

No caso brasileiro em sua longa história de escravidão e servidão, os efeitos colaterais de uma *modernidade incompleta* (MARTINS, 2011: 49) – onde se tem condições materiais para o pleno desenvolvimento econômico, político, social e cultural, mas que se transforma numa aparência sem conteúdo de potencialidades não concretizadas - ressurge sobre o paradigma de um equilíbrio desarmônico, colando em um único corpo social, os benefícios econômicos capitalistas e os atrasos sociais e culturais que, por sua vez, reverberam num impedimento ao desenvolvimento total da esfera econômica.

Da intensa urbanização e do crescimento vertiginoso das populações urbanas, a falta de espaço e de infraestrutura, ocorreram inúmeros problemas e conflitos entre as classes mais privilegiadas e as outras camadas de proletários e pobres. Henri Lefebvre (1972: 7-28) em uma releitura da obra de Engels[6], afirma ser parte do fenômeno urbano a dupla tendência centralizadora do capitalismo que paralelamente faz confluir a concentração demográfica com a concentração de capital. Ou seja, é próprio das cidades e do sistema capitalista como promovente do desenvolvimento urbano e industrial, que haja concentrações de capital numa mesma medida em que se estabelecem grandes contingentes de mão de obra, numa crescente habitacional e demográfica.

A urbanização brasileira serviu-se dos mesmos preceitos capitalistas que as grandes metrópoles europeias, entretanto outros fatores socioculturais intensificaram essa nova configuração espacial. Com a abolição da escravidão em 1888, grande parte dos escravos libertos deixaram as casas de seus senhores para irem se instalar na cidade, em suas próprias casas.

Uma das soluções para as cidades lotadas que se seguiam daí, foi o aparecimento de casebres, "mucambos" (FREYRE, 1961: 153) e palhoças que se avizinhavam próximos aos locais de trabalho dos proletários. Logo, tais áreas e suas populações dantescas e suas espacialidades reduzidas, se impregnaram de doenças e pestes, além de serem locais associados ao crime e à imoralidade. Não tardou para que esses lugares de gente pobre e miserável se tornasse um "flagelo", um "perigo" para a saúde pública (FREYRE, 1961: 182).

Neste cenário urbano, o medo e a sensação de insegurança provocados pelo aumento da criminalidade e de ações violentas, ligavam-se pela relação entre escassez e risco que a estrutura capitalista econômica incutiu nas mentalidades e nas formas de agir do sujeito contemporâneo. No Brasil, essa combinação – perversa – adquiriu inúmeras formas de miséria e pobreza, descambando no aumento das taxas de criminalidade e de homicídio dos centros urbanos nacionais. Segundo Souza,

> [a] criminalidade (...) é, em um país como o Brasil, em larguíssima medida, um subproduto da "dívida social" acumulada há gerações sob a mediação de fatores institucionais (...) e culturais. (2008: 41).

No Rio de Janeiro, a solução para o aumento do contingente populacional, foi os cortiços, recorrentemente chamados de "cabeças-de-porcos", nome dado por ser o primeiro e mais famoso cortiço da cidade se chamar "Cabeça de Porco" (VALLADARES, 2005:24). Ainda no século XIX, o Rio, "acomodou" – conforme pode – combatentes da Guerra de Canudos na Bahia, que vindos de lá, ocuparam um morro na região central a fim de pressionar o Ministério da Guerra a pagar seus soldos atrasados. Esta ocupação, datada de 1897, que mais tarde recebeu o nome de Morro da Favela ou Morro da Providência - Favela pela planta de mesmo nome encontrada em solo carioca e que, também, era vista nos acampamentos de Canudos; e Providência por ser a ocupação do morro pelos soldados uma "tomada de providência" onde o governo se mostrou omisso -, marcou o surgimento de um tipo de habitação que, nos dias atuais, é muito conhecida na cidade carioca e em outras cidades pelo mundo: a favela.

Junto ao nascimento da favela, veio a destruição dos cortiços no centro da cidade carioca com a Reforma Urbana de Pereira Passos, ocorrida dentre os anos 1903 a 1906. Com o prenúncio de uma modernização e elitização da cidade, o então prefeito, Pereira Passos, limpou a cidade dos casebres pobres, fazendo com que

---

6 *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.* (ENGELS, 2008; 67-116).

tais pessoas desabrigadas fossem procurar outros locais para morar. De uma hora para outra, muitas favelas começaram a pontilhar na paisagem fluminense, constrangendo e alarmando os olhares dos governos e da elite. Segundo Valladares,

> [a] favela passa, então, a ocupar o primeiro lugar nos debates sobre o futuro da capital e do próprio Brasil, tornando-se alvo do discurso de médicos higienistas que condenam as moradias insalubres (2008: 28).

Foi nessa época que médicos e engenheiros desenvolveram programas e campanhas para dar fim a "moléstia" das favelas da cidade. No Rio de Janeiro, as ideias de "doença", "contágio" e "patologia social" vinham acompanhadas do estereótipo de pessoas que viviam nessas áreas e um discurso médico-higienista de cunho reformista-progressista, se aglutinava às mentalidades das elites.

Nas décadas de 1930 e 1940 e, com a ditadura de Getúlio Vargas[7], a temática higienista das moradias populares continuou, mas agora, sob uma ótica assistencialista, de construção de hospitais e escolas nas favelas com o intuito de "ensinar" e "salvar" os favelados de sua própria condição de subalternos.

No Rio de Janeiro, medidas, planos e programas adotados ao longo dessas décadas, deixa clara a intenção de embelezamento e extirpação de uma classe trabalhadora pobre e miserável que, sem recursos e dinheiro para melhores estalagens e meios de vida, viriam a ocupar os morros, constituindo o maciço panorama de favelas da geografia carioca que foram, quase sempre, tratados como "patologias sociais" removíveis do cenário urbano.

Na década de 1960 é fundada pela Arquidiocese do Rio de Janeiro, a Fundação Leão XIII e a Cruzada São Sebastião (1955); a construção das Vilas Kennedy entra em vigor no mandato de Carlos Lacerda (1960-65); e é instituído o Plano Nacional de Habitação com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH). Tais práticas e projetos regulamentam um novo plano de urbanização de áreas tidas como degradadas, a fim de promover uma reintegração *asfalto-favela*. Nesta mesma época, as populações faveladas cresciam uma taxa de 7% ao ano, sendo muito mais elevada do que a taxa da população não-favelada, de 3,3% (VALLADARES, 1978: 22).

Observa-se que a partir de 1980 em diante, com o desenvolvimento do crime organizado alavancado pela comercialização do tráfico de drogas, as políticas públicas adotadas, passam a ser voltadas, em maior medida, para a segurança. O que se tem a partir de então, é uma intensificação do aparato militar e policialesco nas favelas e algumas políticas públicas de urbanização e melhorias dos serviços públicos.

Além do estigma social, a ideia de integração da favela com o restante da cidade e sua transição para o moderno e urbano, continua em vigor, pressupondo a repressão policial e a militarização do cotidiano, como medidas de progresso e segurança (SOUZA, 2008:33). A polícia, os tiroteios e a imagem largamente veiculada pela mídia de uma cidade que vive em "guerra", passam a ser cenas e fatos cotidianos da vida carioca.

Ainda, nessa nova roupagem de integração favela-asfalto, nos anos 2000, o turismo surge como uma novidade e uma nova prática dentro da favela. Pacotes e guias turísticos são criados para levar a pessoa não-favelada e/ou estrangeiro à essas áreas, criando a imagem do "exótico", do "nativo" a ser visitado e conhecido.

Atualmente, o Rio de Janeiro é onde ocorrem os maiores crescimentos populacionais de parcelas faveladas considerando outras grandes cidades brasileiras. Segundo Censo de 2010[8], da população total do Estado do Rio de Janeiro de 15.989.929 habitantes, 12,6% moram em favelas, num total de 2.023.744 habitantes; ainda segundo o IBGE, as maiores favelas com mais de 50 mil habitantes, estão nos municípios fluminenses: Rocinha com 69 mil habitantes e Rio das Pedras com 54 mil habitantes.

---

7 Em 1937 é criado o Código de Obras pelo prefeito Pedro Ernesto e, de 1941 a 1944, Vargas institui a construção do Projeto Parques Proletários; todas essas ações com pautas assistencialistas.

8 Dados provenientes do IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Figura 1: Vista da favela da Rocinha. (Foto: Natalia Iorio, 2012).

O importante a ser salientado é, que no Brasil, diversas populações foram separadas, escondidas, mascaradas e solapadas pelo medo e preconceito, seja ele étnico, racial, cultural, social, político ou econômico. Na história da favela e da tentativa da sua extinção e/ou embelezamento, fica evidente a estratégia militar e repressiva do Estado com as forças policiais. Além do que, tal repressão recai em pessoas tidas como perigosas e potencialmente degradadas pela sua situação econômica e pelo seu local de moradia. Nesse caldo contextual, nascem as Unidades de Polícia Pacificadora.

Cabe dizer, que a busca por parte do governo e da elite local em marcar as populações pobres e faveladas em contextos e situações de doença e degradação física e moral, perfaz uma estratégia em que se tem o outro como inimigo a ser controlado e/ou exterminado. Esta lógica se embrenha no discurso político-ideológico de que somente com a força e com a tutela militar se contém o avanço do crime e de pessoas malfeitoras e corruptoras de uma estrutura social e cultural estabelecida.

Decorre daí, que a imagem do policial e das operações policiais no morro são divulgadas como necessárias e tidas como solucionadoras de um problema que, se encarado em sua matriz social, econômica e política, seriam antevistos como problemáticas de ausência de um Estado que garanta direitos civis e de cidadania como acesso à serviços públicos e à moradia.

As UPPs, mais que uma continuidade desta lógica do combate ao inimigo – por ainda se tratar de uma polícia militar e armada, mesmo que vestida de ação comunitária e pacificadora -, dá continuidade ao fosso fundamentado pela estrutura econômica capitalista de escassez e intensificada por um Estado empresarial, onde a pobreza e a miséria são marcas cotidianas da classe trabalhadora e, também, dos desempregados, vagabundos, malandros e moradores de rua.

As UPPs e a nova forma de policiamento

As Unidades de Polícia Pacificadora[9] são um programa de combate à criminalidade atribuído ao tráfico de drogas existente nas favelas cariocas, tendo como intuito a consolidação da "polícia de proximidade", possuindo como norte principal as teorias acerca do Policiamento Comunitário.

De modo geral, as UPPs possuem dois aspectos diferentes do policiamento comum adotados nas favelas do Rio de Janeiro: a proposta de ocupação desses locais de forma permanente e o enfoque na retirada das armas ao invés da violenta erradicação da comercialização de entorpecentes. A premissa central, desta vez, não recai

9 A primeira UPP instalada foi no Morro Santa Marta em Botafogo (Zona Sul) em 2008.

no combate ao tráfico exclusivamente, mas na permanência no local, com a tomada do domínio territorial das favelas pelo Estado e do controle do armamento dos traficantes.

Segundo Rodrigues e Siqueira (2012:11), a instalação de uma UPP reverbera nas melhorias condizentes com a eliminação ou quase inexistência de confronto armado nesses locais. Desta forma, interrompe-se o círculo vicioso de reprodução da violência tanto conduzido pelos traficantes quanto pela arbitrariedade da polícia ao adentrar os morros, quando a tática de policiamento era o confronto com o intuito de apreensão e eliminação dos traficantes.

Os objetivos específicos das Polícias Pacificadoras é a consolidação do controle estatal e da devolução da paz e da tranquilidade públicas aos moradores de favela. Tais conceitos como o de "paz" e "pacificação" são, em si, muito genéricos para o conjunto de ações que o novo modelo de policiamento promete cumprir e, são *slogans* próprios do programa.

As UPPs, entretanto, não podem ser vistas como práticas de uma segurança pública, já que seus preceitos, limites e futuros não estão previamente estabelecidos, assim como os mecanismos de controle externos não foram instituídos, com a instalação das mesmas (RODRIGUES e SIQUEIRA, 2012: 13). As UPPs, hoje, atuam mais como um experimento, um processo em construção, um "grande laboratório" como citou o Coronel Robson Rodrigues da PMERJ em entrevista.

Em relação ao trabalho policial, as Unidades têm como objetivo básico a polícia de aproximação e, como parâmetro principal, o estreitamento de relações entre morador e policial, tendo como estrutura, o convívio cotidiano dentro das favelas. Tal política de proximidade não pode ser confundida com o policiamento comunitário, uma vez que este último, não está no conjunto de ações adotadas pelos policiais da UPP, que seria a de construir relações de convivência e de confiança com os moradores das favelas onde estes procurariam, juntamente aos policiais construir mecanismos de cooperação para a manutenção da segurança no local. Tal conduta de policiamento comunitário perfaz um conjunto de metas futuras para a UPP que não representam a estrutura presente do programa.

Uma série de problemas e contradições permeiam o programa: a falta de uma corregedoria que dê conta de um controle externo das práticas policiais para a consolidação de uma ação formal das etapas a se cumprir até que um policiamento comunitário vigore, o risco de uma estagnação e/ou declínio do programa pela falta de metas futuras, e o eminente risco da corrupção dos policiais (atitude muito recorrente nas corporações da Polícia Militar do Rio de Janeiro).

O risco da corrupção numa UPP se faz ainda maior quando percebe-se a não existência institucional de um órgão regulador das ações policiais. Já que cada território de comando da UPP possui uma estrutura interna própria, com um contingente policial e uma forma de interação própria com a população caracterizada segundo as peculiaridades locais, reafirma-se a dificuldade em dar conta de apreender esses dinamismos e controlar as ações nesses espaços.

As principais demandas atendidas pelos policiais de uma UPP, segundo Rodrigues e Silveira (2012: 39), são as relacionadas com volume de som em festas, rixas e brigas de vizinhos, problemas com mobilidade de pessoas idosas e/ou deficientes, e auxílio referente à saúde como resgate de doentes e feridos. Tais demandas são denominadas pelos próprios policiais como a "feijoada" de cada dia. O tom pejorativo reflete a ideia de que muitos policiais fazem da UPP como não sendo um "trabalho digno de polícia". O ideal de policiamento de combate e repressão moldam as mentalidades de muitos policiais, construindo um conflito e um embate político e ideológico ao policiamento de proximidade e ao seu desenvolvimento dentro da própria Polícia Militar.

As favelas cariocas é, em grande medida, reduto de miséria e pobreza de grande parte de sua população, além de serem áreas de violências domésticas e um sem número de atividades ilegais e ilícitas como o próprio tráfico de drogas. A instalação das UPPs nessas áreas reforça a iniciativa pungente do governo no combate ao crime e na expulsão de pessoas tidas como perigosas. Assim como outrora, a parcela populacional favelada ganha estereótipo de serem perigosas e delinquentes constituindo uma mira da repressão policial e do preconceito étnico e cultural.

A ideia de recuperação de territórios dominados por traficantes pela polícia tangencia o objetivo fundamental das UPPs, porém, a *territorialização* (MISSE, 2011: ix) do espaço físico e político nas mãos do Estado,

também, gera uma segregação socioespacial do ambiente urbano, uma vez que há policiamentos diversos para cada parcela populacional dentro de uma mesma cidade.
Trata-se de ter como meta, uma política de segurança pública preocupada com toda a cidade e, não somente, a legitimação e o estabelecimento de uma polícia dentro de áreas de favelas como sendo locais do perigo e da insegurança. Antes, é preciso uma reestruturação do espaço urbano em que não se crie mais segregações, dicotomias e territorialidades específicas.

A paz e a guerra: a UPP e os moradores do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho

Andar pela cidade do Rio de Janeiro é sempre uma experiência de se enroscar por caminhos de apartamentos altos, casas antigas, biroscas de suco e água de coco e, gigantescos aglomerados de casas e casebres que aparecem entre uma esquina e outra, em cima de um túnel, no fundo de uma rua. Nesse imbricado cenário, andando por ruas desconhecidas, me vi diante de um imenso aglomerado de tijolos e paredes, fundidos ao morro com vista para o mar e, permeado de pessoas vindas de vários cantos do país. Tinha encontrado então, a favela do Cantagalo e sua vizinha, a favela do Pavão-Pavãozinho.
As favelas Pavão-Pavãozinho e Cantagalo estão localizadas na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, entre os bairros de Copacabana e Ipanema, sendo a quinta região a receber a Unidade de Polícia Pacificadora em 2009. Antes da UPP, o território era governando pelo Comando Vermelho, pelo domínio do tráfico de drogas armado; contudo, hoje em dia, discursos continuam a afirmar a existência do tráfico e a memória latente do Comando, reforçando as relações de poder existentes dentro da favela com a instalação permanente da polícia.
A situação fica explícita pela fala do morador de expressão mansa e calma:

> [a] única coisa que mudou é que saiu um armamento e entrou outro, entendeu? Saiu o armamento dos bandidos e entrou o armamento das polícias. Antigamente você via o bandido armado, hoje você vê a polícia. (Morador Pavão-Pavãozinho, 56 anos).

Figura 2: Escada onde se vê pintadas as palavras “CV” de Comando Vermelho. (Foto: Natalia Iorio, 2013).

Descendo a viela principal de acesso ao Cantagalo me detive numa banca de frutas, uma mulher de sorriso fácil e cabelos ralos, meio a uma raiva escondida, afirmou:

> Então, eu não vejo muita diferença não, a UPP, pra mim, só entrou pra maquiar. (Moradora Cantagalo, 31 anos).

A ideia de maquiagem nos remete à concepção da relação simbólica do poder e, também, da memória existente de que a polícia, como outrora, entra no morro exclusivamente para rechaçar moradores pela sua condição habitacional e socioeconômica, além da truculência e letalidade com os moradores e traficantes.

Tal situação aponta para uma série de problemas imbricados no tipo de policiamento realizado pela UPP, já que a memória e a similitude das relações de poder entre traficantes e policiais estão permeados de muita desconfiança e medo. Rodrigues e Siqueira (2012: 39), ainda apontam os reflexos desse tipo de memória da violência na confiança e na disposição do policial em relação aos moradores. Segundo os referidos autores, os policiais se sentem espremidos entre a não consciência do policiamento de proximidade e a hostilidade dos moradores em relação a eles.

Nos caminhos da favela é possível se deparar com muitos sons, buzinas, conversas, roncos de motores, gritos; entretanto, em alguns desses meandros de casas e escadarias, é possível, somente, escutar o silêncio. O sono de um gato no telhado, do garoto empinando pipa no pedaço de casa em construção e das ondas do mar que quebram ao longe. Numa cordialidade entre o barulho e o silêncio, entre uma olhadela e uma sobrancelha arqueada, a seguinte afirmação toma o tom de muitas vozes dos moradores: a UPP trouxe "o mundo pra favela".

Outra moça que caminhava energicamente com seus três cães na coleira é contundente:

> A pacificação, amiga, é o governo podendo fazer sabe o que? Trazer Lady Gaga pro morro com tranquilidade. É o benefício de um governo poder mostrar pro mundo "olha só, estamos aqui!". A gente entende que fica mais fácil pra gente ir na favela visitar. (...) faz um tempo que não tem tiroteio no morro aí. Pô, é mermo heim! Um tempão que não morre gente no morro[10]. (Moradora Cantagalo).

Da fala anterior se pode constatar o que foi recorrente em muitas outras conversas: com a chegada da UPP, houve aumento de circulação de pessoas de fora da favela, a diminuição dos tiroteios e o aumento do turismo, com a abertura de lojas, bancos, hostels e pousadas.

Figura 3: Jogo de futebol na quadra do Pavão-Pavãozinho. (Foto: Natalia Iorio, 2013)

Mesmo que a UPP seja relatada em várias passagens com certo desânimo e descrença de suas melhorias e benefícios, é explicita na voz dos moradores que houve algumas mudanças depois de sua instalação como as mencionadas acima; contudo, no cotidiano dos moradores, as melhorias são acompanhadas de perto pelas falhas. Dentre as faltas estão a má coleta de lixo, assim como a ausência de respeito dos próprios moradores em recolher o lixo e jogá-lo no devido lugar, bailes funks e festas que são proibidas e/ou repreendidas pela

10 A entrevista proveniente desta fala foi realizada em junho de 2013 quando, até então, Cantagalo e Pavão-Pavãozinho não tinham tido problemas de tiroteio após a instalação da UPP. Em outubro de 2013 e no início de 2014, as duas favelas sofreram com confrontos entre moradores, traficantes e policiais da UPP em tiroteios com mortes.

UPP, casos de tortura e extermínio de moradores, como o caso do Amarildo[11] da Rocinha, relatos de extorsões e corrupções policiais, acordos ilegais entre polícia e traficante, entre outros.
De modo crítico, uma moradora do Pavão-Pavãozinho afirmava enquanto arrumava sua banca de bijuterias na ladeira:

> Muitas coisas melhorou com a entrada da UPP, muitas coisas piorou. (...) o governo só colocou a polícia no morro, mais nada. O governo não deu planejamento pra ninguém. Na rua não tem um síndico que é responsável pelo aluguel? Na comunidade também, tinha que ter alguém.

A ideia de organização e planejamento é muito marcada nas conversas com os moradores. Uma das reclamações diante da instalação da UPP é a vinda da polícia sem o acompanhamento de serviços de planejamento do local; ou seja, os moradores esperam que alguma forma de poder possa organizar o espaço de modo a dar coesão e significado a vida cotidiana deles. Em outras palavras, o que se infere das falas, é que antes com o domínio do tráfico, havia certa preocupação por parte dos chefes em manter a favela funcionando de forma coesa, sem desentendimentos e brigas entre moradores.
Quando a polícia adentra a favela e lá se instala com a promessa de permanência, há uma mudança do lugar ocupado pelo "dono do morro" para o lugar agora ocupado pelo policial, fazendo com que se crie uma imagem do Estado gestor daquela localidade e, da necessidade de outra forma de gerenciador do local.
Como descreve Gilberto Freyre, os brasileiros possuem certo sentimento de mandonismo, que ora se configura como senhor ora como serviçal:

> (...) no íntimo, o que o grosso do que se pode chamar "povo brasileiro" ainda goza é a pressão sobre ele de um governo másculo e corajosamente autocrático. (2006: 114).

Por entre esse limiar de comandar e ser comandado, muitos espaços se misturam aos caminhos e becos que percorri subindo o morro. Nesses trajetos é fácil se deparar com objetos quebrados, utensílios de cozinha jogados no chão, pedaços de pipas embaraçados nos fios elétricos, bonecas de plástico, carrinhos, entre outros pedacinhos que serviam de brincadeira para as crianças. As ruelas e vielas são o quintal da brincadeira, o local fora de casa que serve pra conversa repentina com o vizinho, do cochicho e da sociabilidade própria do lugar.

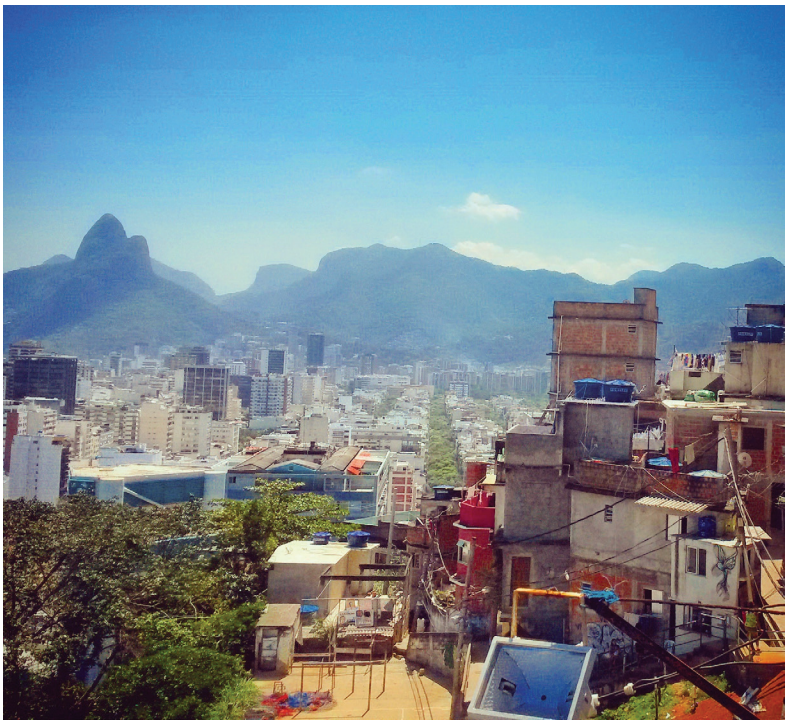

Figura 4: Vista do Cantagalo meio aos prédios do bairro de Ipanema. (Foto: Natalia Iorio, 2014).

11 O caso Amarildo ficou mundialmente conhecido após o desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza, pela UPP em julho de 2013. Seu corpo até hoje não foi encontrado e o caso marca, publicamente, as recorrentes denúncias de tortura e execução praticadas por policiais da UPP.

De tanta cor e detalhe, dois mundos se entrevem nesse cenário, o da guerra e o da paz. Duas dicotomias de um mesmo significado, duas pontas que se unem, duas palavras abertamente pronunciadas pelos cariocas. No arcabouço que une esses dois lados, os moradores incorporaram outro conceito que permeia seus cotidianos que é o da "pacificação".

> É... Não é uma ideia de paz né? Pacificação. Continua o tráfico de drogas, as armas, tudo, então... Acho que é só o nome mesmo. Pacificação acho que só foi o nome. (Moradora Cantagalo, 19 anos).

A jovem da fala, mesmo que altiva e atenta, deixa-se entrever ao mesmo desanimo que ronda a instalação das UPPs de outras conversas. Esse desalento e a sensação de "que tudo continua igual", revela o descrédito e a descontinuidade que o projeto da Polícia Pacificadora tenta inaugurar nas favelas.

Quando a permanência de policiais na favela, sua militarização e a continuidade de seu tom agressivo e violento não vem acompanhada de melhorias nos serviços públicos e na convivência entre moradores, além de uma tentativa ativa de cooperação entre policial e morador, a UPP, lentamente, caminha para a sua ruptura, declínio e perda de ideologia.

Mesmo que a bandeira da "paz" venha a ser pintada pela imprensa e pelos discursos governamentais, essa nova forma de poder e de policiamento, tingida pelo estandarte do fim do tráfico armado e do confronto bélico, reforça, ainda mais, uma prática de segurança segregacionista, em que não se pretende uma real integração entre as "partes" dicotômicas de uma mesma cidade (asfalto-favela).

A UPP para se constituir numa política de segurança pública de fato, deve estabelecer conexões com toda a cidade e fazer valer a importância de que espaços segregados e tratados de forma diferenciada, não contribuem para a cidadania, para a democracia e para o respeito aos direitos civis, políticos e sociais da população. Além desses fundamentos, a Polícia Pacificadora necessita de respaldo institucional e estrutural para modular e formular suas ações de forma controlada, a fim de que arbitrariedades e abusos de poder não ocorram. Há a necessidade institucional e de construção identitária de um policiamento comunitário não ligado à repressão e à letalidade, num esforço conjunto de toda a sociedade civil de se construir mecanismos de segurança para uma cidade única e diversificada.

Considerações finais: o silêncio pacificador

O título deste trabalho tem mais a ver com a sensação vivida quando primeiro adentrei a favela do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho. Não somente lá, mas em qualquer favela que tenha uma UPP, existe um silenciar que não é literal, mas simbólico.

Nas entrevistas, o não dizer ou o quase dizer para logo emudecer, revelava muito mais que um simples calar. Este falar ronda um novo discurso de segurança pública ao redor de um novo policiamento de proximidade implantado somente nos locais de favela. Como outrora, é fácil perceber a cidade dual em que o Rio de Janeiro novamente se pinta. A existência de um policiamento, mesmo que com os ideais de uma polícia comunitária, que estrutura suas ações nestes locais de forma diversa que em outras partes da cidade, revela a clara distinção entre os favelados e aqueles que moram no asfalto.

O ideal de integração, de "pacificação" e do retorno da tranquilidade entre favela e cidade é a grande tônica dos discursos dos comandos de polícia e do próprio governo fluminense. Entretanto, é pela voz dos moradores, que a ausência de um caráter ideológico e político da UPP se faz presente.

A ideia de que a instalação da Polícia Pacificadora é uma *maquiagem* do próprio governo, reflete um vazio valorativo que o trabalho policial de proximidade faz se explicitar nas falas e conversas. Como a própria concepção de modernidade no Brasil, que é incompleta e repleta de contradições e resquícios de práticas e modelos tradicionais, a UPP, também, passa a ser vista com descrédito pelos moradores.

Esse descrédito, ainda se imbrica numa memória presente no corpo e nas mentalidades de quem mora na favela. Longamente envolvidos num cotidiano de confrontos bélicos entre polícia e traficante, os favelados possuem em sua vivência e experiência a marca do medo e da violência, assim como o risco da arbitrariedade da ação policial permeada de preconceitos étnicos e raciais e suspeitas estereotipadas que recaem, em sua maioria, sobre eles mesmos.

A recorrente imagem que os moradores tecem de que apenas houve uma troca entre as "armas dos bandidos" pelas "armas dos policiais", gera um confronto ideológico do próprio papel da polícia dentro das favelas, assim como põe em cheque o objetivo de um policiamento de aproximação. A limiariedade entre o legal e o ilegal tomam contornos multiformes, em que o policial ora é visto como criminoso e o bandido como instaurador da ordem e da segurança, segundo seus meios e práticas próprias. Essa confusão e inversão, gera seus problemas e deixa em aberto um conjunto de ações sem controle e sem fiscalização; o policial, assim como o traficante, possui poder e armas em suas mãos e, daí, pode caminhar entre o criminoso e o legal de forma arbitrária e desconexa.

Esse dilema, ainda é exacerbado, quando a ideia de uma polícia repressiva e violenta se faz presente na ação cotidiana de um policial de UPP e, mais ainda, quando as práticas e ações, assim como as premissas teóricas de um policiamento de proximidade não são transmitidos e informados aos moradores.

Tais limitações descritas são um conjunto de conclusões aferidas das entrevistas com os moradores do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho, mas também, dados provenientes de Rodrigues e Siqueira (2012: 9-52). Contudo, algumas melhoras foram possíveis de serem percebidas e expressadas pelos moradores das favelas escolhidas para este estudo.

Segundo os entrevistados, houve um aumento de pessoas vindas do "asfalto" e de turistas para a favela, assim como um aquecimento no comércio e na inauguração de hostels e pousadas dentro do morro. Uma notável diminuição nos confrontos entre polícia e traficante, assim como a ocorrência de tiroteios, mesmo que o tráfico ainda continue vigorando nos locais e, lentamente, retoma seu poder e eficácia anteriores.

Alguns investimentos privados e públicos, como ONGs e construção de postos de saúde, foram implementados; porém, a coleta de lixo, a proliferação de sujeira em encostas, as obras não finalizadas pelo poder público, casos de remoções de moradores para construção de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) e alguns empecilhos em relação a ajuda mútua entre os próprios moradores, perfazem certas mazelas que ainda se instauram na favela.

No mais, a mudança que a UPP inaugura dentro de um novo modelo de policiamento, faz-se tímido e lento, quando problemas estruturais e institucionais, assim como entraves ideológicos e políticos do projeto de policiamento comunitário não são revistos e reproduzidos por uma formação policial que prime por um profissional que entenda seu papel de proximidade diante da sociedade, sendo que esta, também, deverá ser seu co-agente na promoção da segurança urbana.

Mais ainda, o grande *slogan* ao redor da "pacificação" com o fim do domínio da favela por traficantes e pelo armamento que circulava nestes espaços, pouco a pouco perde eficácia, quando os moradores apontam o retorno gradual do uso de armamentos pelos traficantes reminiscentes e de confrontos e tiroteios envolvendo policiais[12].

---

12 No dia 24/10/2013, ocorreu troca de tiros entre a polícia e um possível traficante na favela do Pavão-Pavãozinho. Fonte: O Globo. Disponível em: http://oglobo.globo.com/rio/policia-vai-ouvir-moradores-sobre-troca-de-tiros-no-pavao-pavaozinho-10523277. Acessado em 19/11/2013.

As UPPs, como nova estratégia de segurança inauguram uma possível nova mentalidade para se entender uma política de segurança pública baseada numa polícia comunitária e próxima da sociedade. Entretanto, seus possíveis benefícios e, aqueles já conseguidos com a sua instalação nas favelas, correm o risco de se degenerarem e degradarem se não houver corregedorias que pontuem e controlem externamente os excessos e vícios dos policiais da Polícia Pacificadora.

Finalmente, torna-se importante, também, uma formação para os policiais de UPP quanto a construir uma identidade policial voltada para os preceitos democráticos, assim como um projeto voltado para as práticas cidadãs de uma cidade "não partida", em que a polícia seja vista como produtora de segurança e de ajuda e, não de medo, violência e segregações.

No mais, o silêncio dos abusos e das atrocidades praticadas por traficantes e policias nas favelas, deve permear-se de dizeres e fazeres, para que a memória e a realidade presente não acabe, novamente, num simples silenciar.

Referências bibliográficas

ENGELS, Friedrich. (2008), As grandes cidades. In: *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.* São Paulo: Boitempo.

FREYRE, Gilberto. (2006), *Casa-grande & Senzala.* São Paulo: Global Editora.

_____. (1961), *Sobrados & Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano.* Rio de Janeiro: José Olympio editora, 1º tomo.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (2011), *Raízes do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. (2012), *Coleção Estudos Cariocas*.

MARTINS, José de Souza. (2011), *A política do Brasil: lúmpen e místico.* São Paulo: Editora Contexto.

_____. (2012), *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história da modernidade anômala.* São Paulo: Contexto.

MISSE, Michel. (2011), *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana.* Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris.

RODRIGUES, André e SIQUEIRA, Raíza. (2012), As Unidades de Polícia Pacificadora e a segurança pública no Rio de Janeiro. In: ISER: Instituto de Estudos da Religião (vários autores). *Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões.* Rio de Janeiro: Comunicações do ISER, n.67, ano 31.

SOUZA, Marcelo Lopes de. (2008), *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

VALLADARES, Lícia do Prado. (1978), *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Zahar Editores.

_____. (2005), *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com.* Rio de Janeiro: Editora FGV.

Desafios para a Segurança Pública na Fronteira Brasil-Paraguai[1]

Lisandra Pereira Lamoso
Programa de Pós-graduação em Geografia
Universidade Federal da Grande Dourados
lisandralamoso@ufgd.edu.br

Resumo: Os municípios localizados na faixa da fronteira brasileira são objeto de estudo do Ministério da Justiça, para elaboração de um plano estratégico para a fronteira, que se estende por 16.886 quilômetros, compondo uma faixa de 150 quilômetros do limite internacional em direção ao interior do território brasileiro. São 11 unidades da federação, com 588 municípios sendo 122 localizados na faixa de fronteira. Desse conjunto, este trabalho relata as condições verificadas nos municípios da faixa de fronteira localizados na porção sul do Estado de Mato Grosso do Sul, divisa com o Paraguai. Destaca-se as cidades gêmeas pela maior integração comercial, migrações e complementaridades econômicas. A pesquisa tem caráter descritivo e relata impressões do cotidiano dos atores envolvidos com a segurança pública e moradores, com destaque para a questão das reservas indígenas e para a atuação do Departamento de Operações de Fronteira. Os relatos fazem emergir casos de violência que não são típicos crimes transfronteiriços (como narcotráfico, contrabando e descaminho, tráfico de armas e munições, crime ambiental, contrabando de mas casos de violência doméstica, exploração sexual principalmente de menores de idade do sexo feminino e homicídios que resultam de brigas de pessoas alcoolizadas. Há uma precariedade infraestrutural no aparato de segurança pública assim problemas na gestão dos recursos humanos, com alta rotatividade e, por vezes, sem capacidade de atuação efetiva nas questões relativas à segurança.

Palavras-chave: fronteira; segurança pública; reservas indígenas; ENAFRON; Departamento de Operações de Fronteira; cidades gêmeas.

1. Introdução

A discussão sobre fronteiras tem recebido especial atenção no Brasil em função da necessidade da construção de políticas públicas que considerem a extensa faixa de contato do Brasil com os países vizinhos sul-americanos. Tal também é resultado de uma política de aproximação político-econômica a título de integração regional. A formação territorial brasileira apresenta seus pontos nodais de circulação e concentração populacional na borda leste, com o Oceano Atlântico protagonista de nossas relações com os principais parceiros comerciais. Voltar a atenção para a borda oeste representa, além do desdobramento de uma estratégia integracionista, uma avaliação concreta sobre a pouca existência de aparatos institucionais e materiais a serviço da população fronteiriça.

Os números dão a real dimensão dessa região de fronteira com os demais países da América do Sul (excluindo Chile e Equador) cuja linha internacional se desenha ao longo de 16.886 quilômetros, compondo uma faixa de 150 quilômetros do limite internacional em direção ao interior do território brasileiro. São 11 unidades da federação, com 588 municípios sendo 122 localizados na faixa de fronteira. Neste conjunto, há municípios com maior relação de intercâmbio pela proximidade física, que são as cidades gêmeas. As mesmas são definidas pela Portaria n° 125, de 21 de março de 2014, do Ministério da Integração Nacional, da seguinte forma:

1 Pesquisa com apoio do Ministério da Justiça, CNPq e Fundect.Trabalho de campo realizado no ano de 2013.

> Art. 1° Serão considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.
> Art. 2° Não serão consideradas cidades-gêmeas aquelas que apresentam, individualmente, população inferior a 2.000 (dois mil) habitantes.

A Faixa de Fronteira é dividida em três grandes arcos: 1) Arco Norte (compreendendo a faixa de fronteira dos Estados do Amapá, Pará e Amazonas, além da totalidade dos Estados de Roraima e Acre; 2) Arco Central (compreendendo a faixa de fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; 3) Arco Sul (inclui a faixa de fronteira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Se comparadas às características da borda atlântica, predomina na faixa de fronteira um desenvolvimento socioeconômico menos denso, infraestrutura de energia, circulação e telecomunicações mais deficiente e uma dinâmica criminal diferenciada, visto a circulação de bens e pessoas entre os países em áreas de baixo monitoramento, o que possibilita o chamado crimes transfronteiriços (narcotráfico, contrabando e descaminho, tráfico de armas e munições, crime ambiental, contrabando de veículos, crime ambiental, garimpo e imigração ilegal).

Para além da análise jurídica-criminal, há relações sociais permeadas pela carência de instrumentos e mecanismos que possibilitem um pleno exercício da cidadania, relativa insegurança, ausência de políticas públicas e dificuldades impostas pela própria localização geográfica distante dos centros de poder que dão retorno às demandas sociais, inclusive porque são municípios de baixa densidade eleitoral e, pelas regras vigentes, com pouca capacidade de atrair a atenção dos atores que estão nos cargos políticos executivos e legislativos.

Em um louvável esforço de diagnosticas as particularidades dos municípios da faixa de fronteira, entre os anos de 2007 e 2011, foram levantadas algumas informações preliminares sobre segurança pública mais especificamente sobre os tipos de crimes mais recorrentes e o perfil organizacional de instituições de segurança pública na região. Esse levantamento mostrou que as taxas de homicídios, considerando localidades de até 50.000 habitantes, são maiores nos municípios localizados na faixa de fronteira que naqueles fora dela. O dado revelou que há questões presentes que merecem o enfrentamento de políticas públicas específicas ou que ao menos atentem para a particularidade dos espaços em questão. Não apenas por isso, mas por outras informações que foram recolhidas, houve uma especial atenção à segurança pública nas fronteiras brasileiras e disso derivou o Plano Estratégico de Fronteiras e do Programa.

O Plano Estratégico de Fronteira foi formalizado em 2011 com a adesão dos Estados com o objetivo de realizar ações integradas entre órgãos de segurança pública e defesa, sob liderança do Ministério da Justiça e do Ministério da Defesa. A ideia de força desse plano é estreitar cooperação e integração entre diversos órgãos com atuação importante na faixa de fronteira, como a Receita Federal, Forças Armadas, instituições dos países com os quais o Brasil tem limites internacionais além da participação dos Governos estaduais e municipais.

O ENAFRON tem por objetivo intensificar o controle e a fiscalização nas fronteiras brasileiras especialmente a prevenção, controle e repressão de delitos transfronteiriços e delitos praticados nas regiões de fronteiras em parceria com estados e municípios. Por iniciativa do Ministério da Justiça, foi lançado o Edital n. de 12 de março de 2012, que selecionou 178 municípios, dentre os 588 que se localizam na faixa e na linha de fronteira, para receberem apoio específico do Governo Federal. Nesse momento se fez necessário um diagnóstico da situação atual da segurança pública nesses municípios para que os investimentos pudessem ser acompanhados e a política implementada fosse passível de avaliação. Este diagnóstico foi financiado através de um termo de cooperação entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Ministério da Justiça) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) através de dois de seus Grupos de Pesquisa, o Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU) e o Grupo RETIS[2].

---

2 Trabalho do Grupo Retis pode ser acessado em http://www.retis.igeo.ufrj.br/.

A convite da Professora Lia Osório Machado, do Grupo Retis, duas equipes de pesquisadores se encarregaram de realizar o diagnóstico solicitado no Mato Grosso do Sul, ficando 21 municípios para a equipe de pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e outros 23 para a equipe da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). A equipe da UFGD ficou responsável pelos seguintes municípios: Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Iguatemi, Itaporã, Itaquiraí, Japorã, Jateí, Juti, Laguna Carapã, Mundo Novo, Naviraí, Novo Horizonte do Sul, Paranhos, Rio Brilhante, Sete Quedas, Tacuru, Taquarussu e Vicentina (Ver Figura 1).

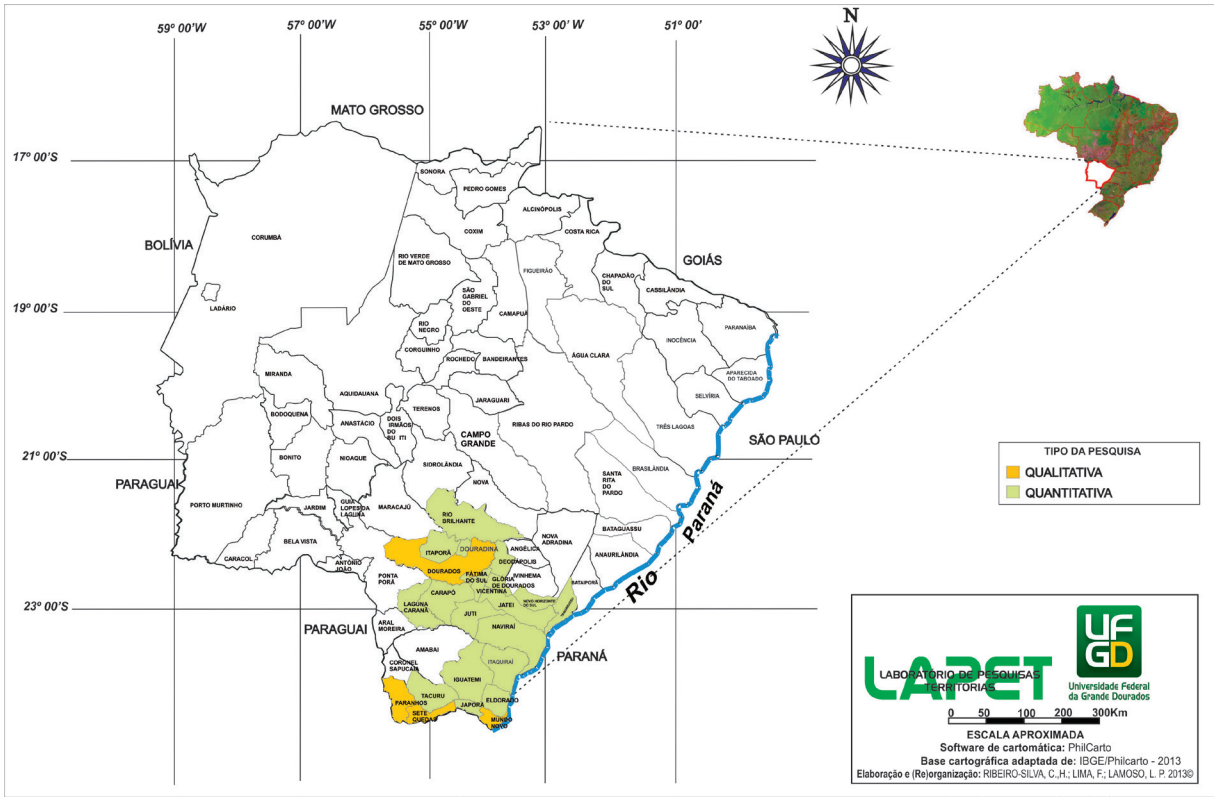

Figura 1 - MATO GROSSO DO SUL: Municípios abrangidos pela pesquisa
Fonte: trabalho de campo.

Dois tipos de levantamento foram realizados quantitativo e qualitativo. O quantitativo aplicado em todos e o levantamento qualitativo apenas em 4 municípios: Dourados, Paranhos, Sete Quedas e Mundo Novo. Foram selecionados pela expressão estratégica, localização e complexidade na rede urbana da faixa de fronteira. Os levantamentos quantitativos consistiram em aplicação de questionários na Polícia Civil, Polícia Militar, Guarda Municipal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Unidade das Forças Armadas, Forçaa Nacional, Corpo de Bombeiros, Unidades Prisionais, Varas Criminais, Juizado da Criança e do Adolescente e/ou Conselho Tutelar, Ministério Público, Receita Federal. No levantamento qualitativo, além dos questionários, foram realizadas entrevistas com representantes da sociedade civil, poder público, instituições de saúde e educação, membros de movimentos sociais e outros definidos a partir do trabalho de campo. Também fez parte da metodologia a realização de Grupos Focais[3], quando reunimos um conjunto de pessoas selecionadas para que discutissem questões colocadas pelos moderadores, emitindo opiniões e gerando debates.

Feita essa introdução, que contextualiza as condições de realização desta pesquisa, o que apresentaremos neste texto são descrições de alguns pontos sobre as condições da segurança pública nos municípios do Mato Grosso do Sul, com destaque para aqueles cujos limites político-administrativos fazem contato com o Paraguai. A esses, uma especial atenção será dedicada com o objetivo de caracterizar algumas de suas peculiaridades

3 Para informações sobre a metodologia, cf. AZEVEDO e CIPRIANO, 2010.

fronteiriças. Não pretendemos estender uma análise teórica para a interpretação dos fatos descritos pois nossa formação acadêmica e limitações conceituais prejudicariam a qualidade da análise. O objetivo é socializar parte da riqueza que foi o contato com agentes da segurança, com comunidade em geral e com o espaço geográfico que em parte explica as condições sócio-econômicas e, concomitantemente, é resultado desse mesmo processo. Afora isso, dados quantitativos estão em processo de sistematização para relatório que será entregue à Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e as informações sobre Mato Grosso do Sul sofreram restrição de divulgação, até a data de 4 de dezembro de 2014, por parte da Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul (SEJUSP). Foi acordado, com os entrevistados, que não seriam publicizados nomes ou outra forma que pudesse identificar a fonte da informação. As informações aqui apresentadas são relatos descritivos, não quantificam os eventos mas trazem para a discussão frações do empírico que se colocam como desafio a nossa interpretação do que são as condições de segurança pública na fronteira.

2. A aproximação com agentes de segurança pública

A receptividade tanto na Polícia Militar quanto na Civil foi muito positiva. Todos se mostraram solícitos ao fornecimento das informações sobre a estrutura física, equipamentos e relatórios de ocorrência. A principal observação diz respeito às condições do trabalho de investigação pois equipamentos simples como filmadoras ou máquinas fotográficas não são comuns nas delegacias da polícia civil, principalmente dos municípios menores. Isso dificulta alguns registros de flagrantes embora por iniciativa pessoal dos policiais, muitos façam uso de equipamentos particulares. Já os peritos e legistas são em número insuficiente e isso acarreta em atrasos na conclusão de processos que dependam se seus laudos.

Nos municípios mais próximos da linha internacional foi detectado uma redução do número de servidores quando consideradas as escalas de trabalho e de férias. Em municípios como Paranhos, Sete Quedas e Japorã as instações da Polícia Militar são bastante modestas, sem restrição de acesso ou garagem para viaturas. Há um grau de exposição que nos pareceu inadequado. Não há dificuldade de acesso ou de, porventura, serem tomados pelo efeito surpresa. Algumas delegacias tem, inclusive, os vidros das salas do delegado pintados de preto para que não se possa perceber a movimentação pelo lado de fora do prédio. São estratégias de improviso enquanto não se reformam e melhoram as condições físicas. O sistema de registro de ocorrências é interligado com Campo Grande, que concentra a sistematização das estatísticas mas invariavelmente a velocidade da internet não permite um trabalho eficiente. Muita ligações são realizadas de forma improvisada, bem como a forma de arquivo da documentação.

Nos municípios menores como Vicentina, Tacuru, Jatei, Taquarussu e os acima citados, as entrevistas com pessoas da comunidade revelaram depoimentos sempre compreensivos com as condições de trabalho e os limites da atuação dos policiais. Um depoimento afirmou: *«do jeito que é eles não tem como fazer muita coisa. A gente vê que eles não tem condições mas fazem o possível».*

Na Polícia Civil as condições materiais se alteram pouco mas chamou a atenção que as salas dos delegados se diferenciam das condições gerais das Delegacias pois reúnem um pouco mais de conforto e mobiliário adequado. Muitos delegados equipam suas salas com sofás, tapetes, cortinas, cadeiras e escrivaninhas para poderem trabalhar em um ambiente mais adequado e confortável. Encontramos algumas delegacias nas quais o próprio aparelho de ar condicionado era de propriedade particular, repassada mediante pagamento para o próximo delegado em exercício, em caso de remoção do atual. Outra observação diz respeito ao grau de compromisso dos delegados em equipar suas delegacias se valendo de parcerias com entidades da comunidade, pedido de doações ao comércio ou órgãos de classe, no que são prontamente atendidos. Assim se adquire um computador a mais, uma impressora melhor, alguma reforma necessária.

Além da questão material, esteve presente no quadro de recursos humanos dos municípios menores uma intenção de ser removido para uma localidade que oferecesse melhores condições não só de trabalho mas de vida social. Os titulares e suas famílias sentem falta de opções de lazer, serviços mais diversificados, escolas, aparato de saúde, opções no comércio. Isso gera uma sensação de transitoriedade, de estar ali de passagem no aguardo de uma remoção que viria como um prêmio pelo bom desempanho. Foram citados centros de Dou-

rados, Três Lagoas, Naviraí e Campo Grande ou mesmo concursos em outras unidades da federação, como um «objeto de desejo». Isso faz com que algumas delegacias não contem com delegados titulares durante toda a semana. Alguns optam por residirem no município de melhor condição e fazer expediente nos municípios menores algumas vezes na semana quando há deficiência no quadro de pessoal.

Trabalhar na fronteira, nas condições materiais postas, também é visto como um risco pois os relatos quanto à porosidade[4] das mesmas é um discurso unânime não só pela população como pelas autoridades da segurança pública. Um dos depoimentos comentou sobre a política do governo brasileiro em acentuar o processo de integração com os países vizinhos acusando a possibilidade de que isso tende a dificultar a ação dos órgãos de segurança, pois tornariam o ir e vir mais facilitado e com isso, mais difícil impedir o contrabando e o descaminho. A proposta de fechamento das fronteiras físicas foi declarada apenas por um delegado embora todos apontassem a dificuldade que é trabalhar em condições de tamanha porosidade.

A fixação dos recursos humanos é um desafio de especial importância para a política pública, que se depara com o dilema entre ter o funcionário por muito tempo na mesma localidade ou promover um rodízio intencional para que os mesmos não criem laços de amizade. Servir durante mais tempo representa dominar o meio, conhecer as pessoas, ter amigos, conhecer redes de poder, influência, saber das trilhas e malícias. Estar durante um curto período de tempo significa perder a oportunidade de construir esse conhecimento, embora um pretenso distanciamento seja enxergado como algo positivo, visto que não criaria vínculos ou possibilidades de cooptação. Após todo trabalho esse é um dilema sobre o qual não temos condições de opinar. São questões complexas que envolvem o exercício profissional mas também desejos pessoais numa linha muito tênue entre o que é bom para o órgão de segurança e o que é desejável pelos servidores.

Nas Polícias Federais e Receita Federal foram encontradas condições materiais boas, prédios novos ou reformados, estrutura física e mobiliário, frota de veículos, agentes com visão de conjunto sobre os desafios que estão postos na condição da fronteia. É muito diferente das condições materiais encontradas nas Delegacias de Polícias Civil e Militar

O ponto que trazemos dessa discussão é a questão da lucratividade. O lucro obtido, principalmente com a atividade do contrabando de cigarros, tráfico de drogas é algo muito sedutor, torna-se difícil o controle e repressão, pois são iniciativas que se multiplicam. As apreensões batem recordes ano após ano, em especial o ano de 2013 quando se estima tenha havido uma super safra de maconha no Paraguai. O lucro líquido de uma carreta com pacotes de cigarros que sai do Paraguai com destino a São Paulo é estimada em torno de um milhão de reais de reais. A oferta de dez mil reais a um motorista pela viagem muitas vezes encontra uma pessoa disponível para o trabalho. Tivemos a oportunidade, durante o trabalho de campo, de presenciar a apreensão de um veículo de passeio no município de Mundo Novo, pela Polícia Rodoviária Federal, em uma atividade de rotina. Semanalmente há carros sendo apreendidos com drogas nas rodovias de Mato Grosso do Sul. As apreensões são transmitidas pela mídia que, dada a banalidade do fato, busca sempre algo mais espetacular como os valores em toneladas ou a criatividade no esconderijo da mercadoria.

Uma das estratégias utilizadas pelos traficantes, cotidianamente relatadas pela imprensa é conhecida como "cavalo louco". A estratégia começa com o roubo do veículo em um estado vizinho, normalmente Goiás ou Paraná, e o veículo vem para a fronteira para ser carregado de drogas. Quando corre o risco de ser apreendido, ele é abandonado, o condutor algumas vezes consegue fugir a pé adentrando cercas, correndo pelo pasto. O carro é dado como perdido, pois quando a operação é bem sucedida ela tem condições de ser lucrativa o suficiente para suportar estas eventuais perdas. Os agentes observam que o veículo carrega um peso excessivo para o seu porte e no caso do "cavalo louco", não há preocupação em camuflar a droga. Os carros são montados abarrotados de mercadoria. Os modelos Tempra e Vectra são muito visados pela potência do motor e pelo espaço interno.

As apreensões em flagrante contribuem para a superlotação dos estabelecimentos penitenciários gerando uma situação de fácil comprovação: que os estados de passagem das drogas, quando tem um serviço mais eficiente de apreensão são onerados pela quantidade de presos que o sistema tem que suportar sem que a expansão da

4 Sobre o termo "porosidade", cf. MACHADO, 2000.

capacidade ou a dotação orçamentária seja proporcionalmente ampliada. No Presídio Harry Amorim Costa, localizado em Dourados-MS, a capacidade instalada (em outubro de 2013) é para 538 presidiários, mais um acréscimo de 180 no anexo, totalizando 718 presidiários. No mês em questão haviam 1.841 presidiários, destes eram 460 em situação provisória, 70 indígenas e 40 paraguaios. Do total, 30% é originário de outros estados que são pegos em atividade ilegal em sua passagem por Mato Grosso do Sul. Na distribuição física, um raio específico (ala) é destinada aos membros de facção criminosa, com destaque para o Primeiro Comando da Capital (PCC). Há membros que se auto denominam Primeiro Comando de Mato Grosso do Sul (PCMS) e alguns do Primeiro Comando de Dourados (PCD).

Facções chamam de "soldados" quem está em liberdade ou na condição de fugitivo, ou quem ainda não foi julgado. O "soldado" trabalha para que aquele que está preso tenha sua família assistida, além de realizar as atividades exigidas pelo alto comando. Agem com crueldade porque isso aumenta seu status na facção. Se identificar como membro de facção é sinal de prestígio no interior dos presídios. Não tem receito de confrontos com atividade de rotina da polícia e procuram envolver o máximo possível os familiares. Chegam a investir em membros da família para que se tornem policiais, custeiam as despesas com cursos universitários e despesas com concursos públicos para cargos em órgãos de segurança pública. Tem uma ética mafiosa, armam uma rede de proteção entre si. Diferem dos "autônomos" que não trabalham em rede e não gozam de proteção.

Foi observada uma extensão da facção em direção ao Mato Grosso do Sul e ao Paraguai, o que levou a algumas iniciativas de aproximação entre as polícias dos dois países. Foi citado na ocasião do trabalho com agentes federais que há uma dificuldade de construir relações e acordos com agentes da segurança do Paraguai porque há uma rotatividade entre eles. Leva um tempo para o reconhecimento mútuo, para que ambos os lados construam uma confiança mútua e num momento seguinte essa relação é interrompida pela substituição do responsável por outra pessoa. A base da cooperação, para além dos acordos na esfera federal, é possível pelo contato pessoal, pela ação e comunicação que pode ocorrer no cotidiano do exercício profissional. Os acordos de cooperação não sobrevivem se as relações no local não lhe derem suporte, se tornam estéreis ou com reduzida eficácia. Os agentes precisam se encontrar, ter fóruns de discussão e de cooperação, de trocas de experiências mas isso tudo pressupõe uma relação de confiança pessoal e esta se constrói a partir de relacionamentos concretos.

Lidar com a criminalidade na fronteira coloca em jogo a segurança pessoal, familiar e patrimonial e, embora os servidores estejam cientes dos riscos quando assumem o exercício profissional e suas vagas nos concorridos concursos públicos, em algum momento as condições reais tornam-se mais extremas. Tivemos a oportunidade de conhecer um agente da Polícia Rodoviária Federal que teve seu veículo pessoal queimado, no estacionamento do Posto de Fiscalização, em uma ação de retaliação de grupos organizados que tiveram os interesses prejudicados pela ação da fiscalização. Nesse mesmo ponto da fiscalização, também presenciamos a reação, por parte do Estado, ao enviar uma operação especial com helicóptero de patrulha para intensificar a fiscalização na linha internacional e passar informações ao pessoal em terra. A aeronave carregava agentes armados, prontos para a abordagem. Ao mesmo tempo, frente aquela clara demonstração de poder por parte da segurança do Estado, sabemos que as operações especiais implicam em custos mais elevados e não são mantidas rotineiramente, além disso, ao se intensificarem as ações em determinada área há um período de "recesso" do crime organizado a mesma até que a operação especial seja encerrada.

Encontramos entre os próprios agentes do Estado, visões opostas quanto as operações especiais. De um lado, ganha-se com aumento das apreensões, treinamento em ações complementares que utilizam mais de uma força, maior reconhecimento do terreno e do *modus operandi*. Há uma intensa mobilização por um período definido de tempo que também tem custos mais elevados. Por parte da comunidade há a percepção de que o Estado possui capacidade de enfrentamento do crime transfronteiriço quando demonstra todo seu aparato material e expõe seus recursos humanos. As operações também implementam ações de caráter cívico-social na faixa de fronteira (como atendimentos médico-odontológicos). O contraponto crítico afirma que as operações são caras e que seus períodos de tempo definidos fazem com que a própria ação do crime organizado aguarde pelo seu término para a retomada das atividades.

3. O cotidiano e suas particularidades

Os moradores de municípios considerados como cidades gêmeas, que compartilham ir e vir, comércio, serviços, laços familiares, eventos legais e ilegais precisam, quase permanentemente, de um poder regulatório que seja consensualmente compartilhado por ambos os países. Em vários momentos, as decisões no nível hierárquico do Estado Nacional demora para chegar ou traz efeitos adversos.

Em Sete Quedas, um caso é ilustrativo da necessidade de compartilhar o que chamaremos aqui de "regulação do cotidiano na fronteira", na falta de um termo melhor será relatado. No município havia um estabelecimento privado de lazer que oferecia shows, espaço para música e dança, com tradicional consumo de bebida alcoólica e se popularizou como alternativa para, principalmente, o público adolescente. Este estabelecimento foi alvo de reclamações de moradores pelo fato de possibilitar consumo excessivo de bebida alcoólica, aumentar o risco de acidentes de trânsito, som alto. Valendo-se do pretexto do incêndio ocorrido na Boate Kiss, na cidade de Santa Maria - RS, que vitimou várias pessoas e atingiu repercussão nacional em busca de maior fiscalização, o estabelecimento de Sete Quedas foi fechado. Encerrou suas atividades em Sete Quedas mas transferiu-se para o núcleo urbano vizinho de Pindotiporã, no Paraguai, bem próximo da linha internacional, com amplo e irrestrito acesso.

O que os moradores passaram a relatar é que, se em Sete Quedas a legislação proibia a entrada de menores de idade e restringia a venda de bebida alcoólica, além de uma relativa fiscalização que impedia a entrada com armas ou objetos que pudessem oferecer risco à vida, o mesmo não ocorre em Pindotiporã, no Paraguai. Lá os frequentadores não são triados por faixa etária e não há restrição a venda de bebida alcoólica ou entrada portando qualquer tipo de objeto ou arma. Os frequentadores passaram a estar mais expostos e as ocorrências negativas em função dessa forma de lazer se acentuaram, dando trabalho aos assistentes sociais.

Este caso é bastante ilustrativo do quanto o cotidiano é compartilhado e da mesma forma as questões que afetam os moradores exigem uma solução compartilhada, minimamente negociada entre Brasil-Paraguai, Sete Quedas/Pindotiporã.

A porosidade do ir e vir foi algo destacado como peculiaridade da fronteira. Houve muitos relatos de que se alguém comete um crime e foge para o outro País, "não acontece nada", muito embora também tivemos registro de que há uma cooperação entre ambas as polícias para recuperação de fugitivos. Esta questão não está resolvida, depende de protocolos locais que sejam referendados em nível federal. Adentrar o país vizinho rompe com as regras da soberania e afeta relações diplomáticas seja qual for o motivo.

A facilidade de comprar armas é outro ponto destacado por moradores e autoridades locais. No Paraguai não há restrição à venda de armas de fogo ou munição, não há controle. O trabalho de campo encontrou duas análises. Uma de que é fácil comprar mesmo sem um objetivo específico. Outra se ampara na questão cultural - as pessoas da área rural tem necessidade de estarem armadas para o enfrentamento de algum animal selvagem, é uma questão cultural possuir arma de fogo, não relacionada à intencionalidade de praticar algum crime ou delito premeditado. Essa facilidade se soma a uma ocorrência cotidiana que não necessariamente possui exclusividade na fronteira, que são brigas ocorridas em bar motivadas pela embriaguez, casos de violência doméstica ou conflitos pessoais. Possuir a arma nessas condições pode levar o conflito ao extremo do homicídio ou de lesão corporal grave.

Qual o maior número de ocorrências atendidas pelos policiais? Não são crimes transfronteiriços. São brigas de bar, violência doméstica, perturbação da ordem por utilização de som alto, acidentes de trânsito. Há um ditado que diz que: «na fronteira não há bala perdida, a bala possui CPF», se morreu foi resultado de encomenda. Esse imaginário garante ao cidadão que não está envolvido em redes ilegais, que goze de tranquilidade, pois acredita que se não se envolver ou mantiver pleno "desconhecimento" do que ocorre ilegalmente, não tem com o que se preocupar com relação a chamada "violência na fronteira". A resposta quando indagados se há sensação de insegurança por morar numa cidade de fronteira, foi de que "a cidade é muito tranquila, se pode dormir de janela aberta", desde que o distanciamento e a ignorância sobre a ilegalidade sejam incorporadas.

Ao mesmo tempo, nos debates ocorridos nos grupos focais, quando questionados se há conhecimento de redes ilegais, a maioria afirma dizer que sim, isso é um fato naturalizado. Os "ilegais" participam da sociedade, possuem negócios legais, são aceitos socialmente e uma sensação de impunidade e normalidade está presente.

Não há um princípio moral de julgamento, as relações são muito próximas, se convive no dia a dia, na rua, no supermercado, na escola, todos se conhecem e se reconhecem. O melhor a fazer é fingir o desconhecimento ou não estreitar o envolvimento social, quando possível.

Em uma das cidades pesquisadas foi enfatizada a questão da prostituição infantil como uma ocorrência possibilitada pelas condições do meio. A mesma faz parte de uma rota em direção ao país vizinho (Paraguai), de muito movimento. Também funciona como ponto de parada e abastecimento, além de possibilidade dos caminhoneiros se utilizarem do custo menor dos pneus no Paraguai para substituírem os pneus usados de trucks e carretas. Esse movimento masculino, em trânsito foi relatado como um potencial fator de exploração sexual infantil e também de prostituição adulta. Ainda mais grave, muitas vezes com o conhecimento e consentimento familiar. Até então, não tinha chamado a atenção a quantidade de cartazes e campanhas de conscientização que vimos nos estabelecimentos públicos, nos fóruns, nos estabelecimentos do CRAS e CREAS, Centro de Referência de Assistência Social e Centro de Referência Especializado de Assistência Social, respectivamente, que fazem o trabalho de acompanhamento dessas situações. A rede de Assistentes Sociais, Psicólogos, Pedagogos, membros dos Conselhos Tutelares, vara da Infância e promotores públicos é extremamente importante nessas situações. É fundamental que existam condições materiais para o pleno exercício das suas respectivas funções além da manutenção de uma rede de compartilhamento e complementaridade na atuação entre os mesmos.

A ilegalidade na fronteira não ocorre apenas nas redes do crime organizado mas está nas entranhas do cotidiano, permeadas pelas opções que são pessoais mais também podem sofrer da ação do sócio-econômico do entorno. Alguns debates nos grupos focais, com a presença de adolescentes relataram a facilidade que existe em "entrar para tráfico". Aqueles que se submetem tem condições materiais diferenciadas, exemplificadas como a possibilidade de comprar carros que são objetos de status, não tem rotina de trabalho exaustivo. Os adolescentes reclamam da falta de oportunidades, principalmente nas cidades menores. Não há opções de lazer, atividades extra-classe, os empregos são escassos e mal remunerados. O aparato estatal intervem em momentos de manutenção da ordem, realizando blitz no trânsito, coibindo embriaguez ao volante e a perturbação do sossego, mas poucos investimentos são realizados para se criar uma alternativa de inserção social e econômica, mesmo com alguns esforços bem sucedidos dos programas de assistência social.

Em um dos depoimentos, um adolescente afirmou ter atropelado um cidadão paraguaio na cidade vizinha. Ele teria sido preso se não fosse namorado da filha de um conhecido traficante da região. Como o "salvo conduto", alega ter sido liberado pela polícia do Paraguai. A moral da história é que fazer parte da rede, da forma que for, tem suas vantagens e pode ser útil.

A proteção em rede é uma das sustentações do Primeiro Comando da Capital (PCC) que, segundo depoimento de vários agentes de segurança, tem expandido seu raio de atuação para o Mato Grosso do Sul e para o Paraguai e há indícios que Mato Grosso do Sul seja o segundo ponto mais importante de atuação da facção. Há um código de obediência que exige a realização de qualquer tarefa, desde a participação no tráfico à eliminação de um inimigo no interior da cadeia ou da penitenciária. Em contrapartida, quando preso, sua família continua recebendo auxílio financeiro e manutenção das condições materiais como alimentação, aluguel, escola dos filhos. É isto que diferencia o membro da facção do "autônomo", além das estratégias extremamente violentas e de um forte aparato econômico que sustenta a estrutura e o poder de combate bélico.

Em outro depoimento, um delegado relatou críticas recebidas pelo fato da polícia apreender mercadorias transportadas do Paraguai para o Brasil por camelôs, trabalhadores informais que possuem barracas nos conhecidos "Camelódromos". Essas bancas são improvisadas e nem sempre algo de taxas recolhidas pelo poder público, portanto, praticam o comércio com elevado grau de informalidade fiscal. Misse distingue diversos tipos de interpretação para a atividade ilegal,

> A atividade ilegal de vendedores ambulantes, por exemplo, pode envolver diferentes tipos de mercadorias. No entanto, no Brasil geralmente diferenciamos aqueles que transacionam produtos "piratas" ou contrabandeados daqueles outros que vendem drogas ilícitas: os primeiros são "camelôs" e a acusação social lhes é muito menos severa do que a que recai sobre os que transacionam maconha ou cocaína a varejo, por exemplo. (MISSE, 2007:141)

Há uma complexidade de análises sobre a condição da informalidade. A definição de Pinheiro-Machado se aproxima da situação tratada porque o comércio originário do Paraguai, invariavelmente, tem suas mercadorias originadas da China. A autora faz referência a,

> (...) a uma cadeia comercial específica, conectada por redes sociais, que gira em torno de mercadorias singulares e envolvendo níveis de contrabando. Nesse circuito, no qual estão produtores de um lado e sacoleiros de outro, é perpassado um sistema em que a informalidade é preponderante devido aos próprios mecanismos ilegais que ele necessita envolver. (PINHEIRO-MACHADO, 2008:120).

Em sua defesa, defendendo a atividade de ser camelô, a senhora alegou que não merecia ser prejudicada com a prisão e apreensão das mercadorias, pois estava trabalhando e não roubando ou matando e que a polícia tinha que se preocupar com outro tipo de crime. O delegado relatou que na sua experiência profissional tem sido comum encontrar pessoas que entram para o tráfico pela porta da mercadoria de baixo valor, como ventiladores, brinquedos, eletrônicos. Como o ir e vir habitual às compras no Paraguai, em determinado momento ela percebe que o lucro pode ser maior ou é convidada a trazer algo menos inofensivo, como um pacote de munição, uma arma, um tablete de droga, aumentando a renda. Aumenta o lucro e aumenta seu padrão de vida que, para ser mantido, exige em contrapartida, a continuidade do delito. Essa "ascensão social" muitas vezes é percebida por vizinhos, pelos familiares. Não se trata de regra, mas de um dos caminhos nos quais se misturam o legal e o ilegal. Da mesma forma, há traficantes que são proprietários de estabelecimentos comerciais, empresas e negócios legais, recolhendo seus impostos e legitimando sua condição material.

4. Fronteiras e Reservas Indígenas

As reservas indígenas, entre todos os pontos abordados no trabalho de campo, foi o que assumiu maior protagonismo. Elas não estavam nos roteiros pré-estabelecidos dos questionários mas foram comparecendo nas declarações dos juízes, delegados, representantes de associações de classe, membros da comunidade.

Não é mais possível pensar em políticas de segurança pública no Mato Grosso do Sul sem considerar a existência e as condições de vida dos indígenas nas reservas e fora delas. Em municípios como Caarapó, Iguatemi. Amambai e Dourados, para citar alguns exemplos, há demandas indígenas para o poder judiciário. Eles tem causas, são chamados a depor e não há um suporte mínimo para isso quando eles enfrentam dificuldades com o idioma. É um desafio melhorar a assistência do judiciário a essas populações.

Um caso citado em trabalho de campo no município de Paranhos houve denúncia de retenção dos cartões emitidos pelo programa social do Governo Federal que possibilita aos indígenas efetuarem compra de alimentos em estabelecimentos comerciais. Após denúncia, as investigações precisam de provas materiais. Nesse momento, o depoimento do indígena é de que ele próprio pediu para o comerciante guardar seu cartão porque ele tem muita facilidade de perdê-lo. Esse depoimento enfraquece as provas contra o comerciante. O que leva o indígena a protegê-lo é o fato de que a relação de dependência está diretamente instalada na relação mercantil, é o comerciante que tem a mercadoria, ele que pode guardar a senha para facilitar o uso mensal, às vezes também se responsabiliza pelo transporte das compras até a moradia na reserva. São relações entendidas como um "favor" sem o qual a utilização do cartão pode ser tornar muito mais difícil.

A população indígena e os recursos dos programas sociais que entram na economia municipal através dos indígenas também provocam dinamismo no comércio de cidades menores. Essa vida compartilhada da reserva-cidade-reserva os coloca em contato com hábitos de consumo que podem ser acessados pela condição aquisitiva que tem, adquirida por meio do trabalho na área rural (muitas vezes em usinas de cana-de-açúcar, outras pela venda de alguma mercadoria ou pelo recurso das políticas públicas de assistência social). O acesso à bebida alcoólica é o mais visível do ponto de vista da influência negativa que acarreta. O alcoolismo é algo já consolidado entre a população indígena e motivador de muitas ocorrências de violência que aumentam as estatísticas dos órgãos de segurança. Há estupros, homicídios, casos se suicídio e violência doméstica que tem a embriaguez como protagonista, para homens e para mulheres.

Se o álcool aparentemente não mantém uma relação com o ambiente da fronteira, o mesmo não se pode afirmar sobre as drogas como maconha e crack. Tomamos conhecimento de relatos de que os traficantes se utilizam de adolescentes e crianças para o transporte e armazenamento de drogas e também do consumo de drogas pelos mesmos. As reservas são pontos de passagem, quando próximas da linha internacional ou áreas de armazenamento, quando localizadas próximas a centros urbanos maiores, como é o caso do município de Dourados.
Na Reserva Indígena de Dourados, realizamos um Grupo Focal com lideranças indígenas e alguns membros do conselho de segurança da reserva. As discussões levantaram o aumento do consumo de drogas pelos adolescentes e uma organização dos mesmos em grupos mais violentos quando sob o efeito das drogas, o que causa temor e insegurança pelos moradores, principalmente quando precisam se deslocar pela reserva no período noturno.
É outro desafio imenso para a política pública. As ocorrências são atendidas pela Polícia Civil, que encontra dificuldades inclusive de localização no interior das reservas. Não há um arruamento clássico, um sistema de localização que seja de conhecimento do policial militar, sempre é necessário contar com a ajuda de alguém da comunidade.
A situação crítica fez com que o Governo Federal enviasse, a título paliativo, policiais da Força Nacional para a atuação nas reservas, repressão ao tráfico de drogas e manutenção da ordem. Esta tarefa não está no rol de operações tradicionais na rotina desses policiais. É necessário um conhecimento da cultura dessas comunidades, de sua forma de pensar e de se expressar, como agir e se comunicar com os mesmos. Na fala de uma das lideranças *"A justiça branca interfere e não resolve porque a autoridade branca não tem o mesmo respeito (...). A Forma Nacional não consegue resolver. Ninguém fala o Guarani na Forma Nacional. Fica varrendo contra o vento."* Sem isso, a relação de hierarquia e uso da força prevalecerão como um complicador do convívio. A princípio, comemorou-se uma relativa tranquilidade e apreensões de armas e drogas, mas a longo prazo é preciso um modelo de segurança pública que seja inclusive discutido com as lideranças.
No Grupo Focal percebemos que há uma dificuldade em entender as leis do nosso sistema judiciário. Em um dos casos relatados, membros do Conselho de Segurança Indígena apreenderam um indígena que havia cometido um delito. Ele foi entregue na Delegacia, o delegado tomou o depoimento e liberou para que aguardasse o julgamento em liberdade, como prega o ritual jurídico, pois não houve a prisão em flagrante. O retorno do indivíduo à convivência com os pares foi motivo de indignação e incompreensão da comunidade. Eles partem de outro código de conduta e há um choque entre as duas formas de agir. Os membros do Conselho de Segurança foram "desrespeitados", perderam a "legitimidade" da ação. Com a autoridade questionada e a ausência de um aparato alternativo, a situação tende a ficar mais critica.
A sugestão que parte deles é uma política de treinamento de lideranças indígenas, pois quem tem o nome indígena é mais respeitado. Um posto policial no interior da reserva, que é uma sugestão antiga que ainda não encontrou sua forma de viabilidade no emaranhado burocrático que permeia a autonomia e a subordinação das reservas do Governo Federal, para que *"em vez de ficar pegando quem vende a droga, pegue o cabeça",* para fechar as bocas de fumo e reduzir o consumo de bebida alcóolica, além de um veículo que os próprios indígenas possam usar para levar os apreendidos para a delegacia e não ter que ficar esperando a chegada da viatura.

5. A Experiência do Departamento de Operações de Fronteira (DOF)[5]

O DOF é a primeira unidade policial integrada no Brasil, que reúne ação conjunta de policiais civis e militares e tem obtido resultados expressivos na apreensão de drogas e no combate aos crimes transfronteiriços em Mato Grosso do Sul. Atua em 51 municípios, em 1.517km de fronteira do Mato Grosso do Sul com Paraguai e Bolívia.
O Departamento de Operações de Fronteira (DOF) foi criado em 28 de maio de 1987 como Grupo de Operações

5 As informações desse item tiveram por base entrevista realizada com o Coronel Dilson Osnei Nazaretti Duarte, diretor do DOF, em 30 de agosto de 2013. Registramos que as interpretações presentes e possíveis equívocos são de nossa inteira responsabilidade.

de Fronteira (GOF) para combater crimes na fronteira como roubo de gabo, maquinário agrícola, camionetes, tráfico de drogas. Estava sediado na capital Campo Grande com rotineiras operações na fronteira próxima a Ponta Porã, durante 1987 a 1989. Com a aceitação de seu trabalho e resultados obtidos, uma Organização Não Governamental foi organizada para reivindicar e fornecer estrutura para que o GOF ficasse sediado no município de Dourados. A ONG foi criada com o nome de SALVE (Sociedade dos Amigos da Liberdade, Vigilância e Esperança) e angariou recursos para a construção da sede em Dourados que foi cedida em regime de comodado. Enquanto o DOF existir ele pode utilizar das instalações. Sua participação financeira também abrange o pagamento dos funcionários civis, despesas como pagamento de "chapas" contratados para descarregar caminhões com suspeita de carga ilegal e ainda as despesas de rotina com a manutenção do prédio, com água, luz, telefone, limpeza. O DOF também recebe recursos da SENASP através de convênios com o Governo Federal e algum recurso vindo, por exemplo, da Itaipu Binacional como contrapartida para a operações de fiscalização no refúgio ecológico da empresa binacional. Em troca, a Itaipu Binacional cede aeronave para voos regulares com duração em torno de 6 horas. Esse sobrevoo em muito auxilia no mapeamento das rotas e da movimentação suspeita nas vias terrestres. A informação é passada para o pessoal da itinerancia em terra e aumenta a eficiência das operações.

A origem de sua atuação ficou marcada no imaginário popular pela violência e pelo temor que impunha aos contrabandistas e ladrões que atuavam na área rural e mesmo em focos na área urbana. Após críticas e a necessidade de reestruturação, aproveitando a ocasião da reestruturação da própria SEJUSP, em 15 de janeiro de 1996 sua denominação foi alterada de GOF para DOF. Em 2006 foi criada a Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes de Fronteira (DEFRON), formada por policiais civis que compartilha as operações com o DOF. O compartilhamento é feito segundo responsabilidades definidas para cada força. Por exemplo, quando os policiais militares do DOF apreendem um suspeito de tráfico este é encaminhado do DEFRON que dá prosseguimento ao seu papel de investigação e providências judiciárias.

Em agosto de 2013 o DOF contava com 113 policiais militares e 8 civis com uma expectativa para que aumentasse para 140 policiais militares e 126 civis para melhor atuação em sua área de cobertura. Para as atividades desenvolvidas, especificidade da atuação e características da área de abrangência, estimativas do DOF é que seriam necessários 350 agentes.

É uma experiência de bom relacionamento entre civis e militares que coleciona resultados no processo de coibição dos crimes transfronteiriços, funcionando como uma força de elite para os policiais militares que tem o objetivo de ingressar em suas fileiras. Para atuar no DOF e DEFRON (um Departamento), o policial precisa se apresentar como voluntário, não pode ter informações que desabonem sua conduta conduta, não pode ter condenações criminais ou estar respondendo processos administrativos disciplinares criminais sob pena de exclusão do serviço público, ter no mínimo 3 anos de experiência na policia, além do curso de formação na instituição de origem. Quando preenche esses requisitos, passa para a apreciação pelo secretário de segurança pública, que homologa ou não o nome. O comando do DOF é sempre coordenado por um oficial militar de formação, da patente de Tenente Coronel ou Coronel.

O desvio de conduta é uma preocupação permanente porque as operações implicam em riscos de vida em situações de confronto. Para isso, é estabelecido a estratégia de rodízio de 30% do efetivo por ano. Esse quantitativo é remanejado, embora o policial possa retornar. Esta estratégia procura contemplar participação de um numero maior de policiais, para que outros tenham oportunidade de conhecer como é o trabalho do Departamento. Esse rodízio se faz entre servidores de diversos municípios do estado. Cursos de capacitação específicos para a atuação são frequentados conjuntamente por policiais civis e militares.

Está subordinado à Secretaria Estadual de Segurança Pública e em termos de ganhos salariais, a diferença dos demais membros da Polícia Militar está em valores adicionais que os membros recebem a título de diárias que dependem da localidade nas quais precisam pernoitar. Escala de serviço é de jornadas 4 dias de serviço por 8 de folga com uma escala reduzida no mês que é de 4 de serviço por 4 de descanso. O serviço de patrulha é itinerante, seus veículos correm a faixa de fronteira e tem amplo poder de circulação em vicinais pouco transitadas e as "cabriteiras", vias de acesso improvisadas pela rota do tráfico. A itinerância é uma das forças da sua atuação. Em 2012 foram feitas 1.614 visitas nas propriedades da faixa de fronteira. Essas visitas são em propriedades rurais como sítios, fazendas, assentamentos, reservas indígenas. Nessas visitas também é comum, além da ação tradicional, que os policiais sejam solicitados (e respondem positivamente) a um transporte de pneu, medica-

mento, sacolões de mantimentos e cestas básicas, por solicitação da pessoas da comunidade. Quando se trata de locais de difícil acesso, sem meios de transporte regular, os veículos do DOF também se prestam a essa função de auxílio social. Isso constrói uma relação de capilaridade em sua atuação e a aproximação é um ativo importante para o desenvolvimento de suas atividades fins.

Por isso, o DOF conta com pontos de apoio na área rural e também na área urbana, onde a equipe pode realizar seu pernoite e fazer suas refeições. Há 300 pontos de apoio nos 51 municípios. Oferece apoio a atividade dos demais órgãos de segurança pública como Polícia Federal, Polícia Militar. Se há uma ocorrência em uma área distante e de difícil acesso, o DOF é solicitado a participar com o pessoal que tem conhecimento da região e veículos próprios para o deslocamento.

Para o DOF, a especificidade da região é a "permeabilidade da fronteira", pela extensão da fronteira seca que não oferece muitos obstáculos à transposição e conta com pouco aparato público de controle, como postos da receita, postos da polícia rodoviária federal, apoio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Essa condição já foi objeto de algumas iniciativas paradiplomáticas. Seu insucesso é creditado, em parte, à rotatividade dos servidores que ocupam cargos de comando nas forças dos países vizinhos. Tanto no Paraguai quanto na Bolívia não há um período mínimo de permanência dos responsáveis na função, tem prejudicado uma relação de longo prazo pois não há continuidade do protocolo de intenções que é negociado no momento que outra autoridade assume o cargo.

Uma relação de desconfiança mútua talvez ainda permeie as relações entre Paraguai e Brasil, algo com reflexos de processos históricos entre os quais a Guerra do Paraguai exerce certo protagonismo. São frequentes ocorrência de roubos de veículos que são levados para o Paraguai. No Paraguai, os proprietários relatam terem adquirido veículos de proprietários brasileiros que levaram os carros até o Paraguai e venderam mas posteriormente, no Brasil, é dada queixa de roubo e envolvem a compensação por parte das seguradoras. Se isso ocorre, é conhecido como "Golpe do Seguro". Do lado brasileiro, a "culpa" é do Paraguai enquanto que o país vizinho alega má-fé dos proprietários brasileiros. É possível que isso ocorra e serve apenas como um exemplo de questões que permeiam a relação entre os países e refletem nessa forma de olhar o outro. Quem atua na segurança na fronteira convive com o olhar do outro diariamente, às vezes dificultando relações de confiança e compartilhamento de estratégias de segurança.

Roubos de veículo, apreensão de maconha e cocaína, tráfico de armas e contrabando de cigarros são atividades mais presentes na atuação do Departamento. Nos municípios do sul do estado, um predomínio da apreensão de maconha e cigarros. Uma carteira de cigarros pode ser adquirida no Paraguai por valores entre R$0,25 e R$0,50 centavos. No Brasil, o preço mínimo é de R$3,50 o que explica a alta lucratividade do contrabando.

Em síntese, a cooperação DOF/DEFRON no Mato Grosso do Sul tem sido alvo de maior atenção dos órgãos de segurança pública, inclusive com algumas perspectivas de que o modelo possa ser replicado nos outros estados da faixa de fronteira. Em tese, quando se altera o espaço geográfico (no sentido mais amplo, formado por características naturais, sócio-econômicas, culturais e políticas) não é automático que uma iniciativa bem sucedida em um espaço resulte no mesmo resultado em outro espaço. Transportar modelos tem suas limitações mas é possível apreender e selecionar estratégias bem exitosas, corrigir percursos. Acumular experiências e aprender com é um dos desafio postos aos órgãos de segurança pública.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto se baseia em relatos dos trabalhos de campo realizados pela equipe de Dourados[6], como parte do diagnóstico encomendado pela SENASP à UFRJ (representada pelos Grupos NECVU e RETIS). São relatos selecionados com o objetivo de registrar informações que trazem um pouco das particularidades da fronteira pesquisada, são parciais, resultam de interpretações subjetivas e se colocam como subsídios a novas agendas de pesquisa.

Na atual conjuntura, estão superadas as análises que restringiam segurança pública a crimes transfronteiriços.

---

6 A equipe de Dourados teve a participação dos Professores Doutores André Luiz Faisting e Jones Dari Goettert, dos auxiliares Ucleber Gomes Costa, Fábio de Lima e Larissa Sangalli, a quem devo agradecimentos pela valorosa contribuição.

Cada vez mais se coloca uma visão ampla que aponta para a necessidade de que a política de segurança pública envolva a universalização do acesso a saúde, educação, oportunidades de trabalho e renda, possibilidades de exercício pleno da cidadania, respeito à alteridade. São esforços que prescindem de cooperação internacional, preferencialmente paradiplomáticas pois é no local da vida cotidiana que os problemas são sentidos, que se pode gestar reflexão e discussão de encaminhamentos efetivos. Na hierarquia do Governo Federal as ações são morosas, estão por vezes distantes dos anseios da sociedade local, embora sejam também fundamentais e relevantes.

No caso do Mato Grosso do Sul também estamos certos de que não há como ignorar que a existência da imensa população indígena requeira medidas específicas de atenção pois partem de especificidades que ainda estamos longe de compreender. Ouví-los e compartilhar das decisões de suas instâncias será proveitoso.

Sobre o sistema repressivo, talvez já tenhamos avançado bastante. É necessário que a materialidade dê suporte às boas intenções, aumentando a rede de presença do aparato institucional, efetivando a modernização técnica do território. A literatura já acumula registros que descrevem como o mundo se alterou, a título de globalização, a porosidade ou permeabilidade não é algo localizado. Os negócios acontecem em redes mundiais, interconectadas em situações nas quais se torna impossível separar o legal do ilegal.

A leitura do território também nos permite afirmar que os estados fronteiriços tem demandas diferenciadas. Arcam com um trabalho de repressão, apreensão e manutenção de estruturas institucionais cuja efetividade repercute em todo território nacional.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, P. R.;,CYPRIANO, L. A. (2010), O uso de grupos focais como métodos de levantamento de demandas por políticas sociais regionais. In Anais II *Encuentro Latinoamericano de Metodologia de las Ciencias Sociales*. Hermosillo, Sonora (México). dez. 2010.

MACHADO, L. O. (2011), "Espaços transversos: tráfico de drogas ilícitas e a geopolítica da segurança. In Fundação Alexandre Gusmão. *Geopolítica das Drogas,* Brasília : FUNAG, 2011.

_____. (2000), "Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade". *Revista Território*. 8, pp. 9-29.

MISSE, M. (2007). "Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro". *Estudos Avançados*, 21(61). Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300010&lng=pt&nrm=iso. [consultado em 12-10-2014].

PINHEIRO-MACHADO, R. (2008). «China-Paraguai-Brasil : uma rota para pensar a economia informal". *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* 21 (67), pp. 117-133. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n67/09.pdf [consultado em 10-10-2014].

Retratos da Violência e Segurança Pública no RN: a nova configuração das cidades médias e a violência urbana a partir da cartografia mossoroense.

Francisco Vanderlei de Lima
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Elcimar Dantas Pereira
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
derlei.lima@bol.com.br

A presente proposta consiste numa pesquisa sobre a percepção da população de Mossoró acerca do enfrentamento e busca de soluções para o problema da violência urbana diante do crescimento das cidades médias, em que se intensificam os problemas típicos das grandes cidades brasileiras. No crescimento dos municípios médios também ocorreu um investimento nos mercados imobiliários com a construção dos chamados condomínios fechados. A classe média destas cidades tem assumido a vida nos condomínios privados como alternativa para o problema de segurança pública, já que nas casas, como residências, há uma maior vulnerabilidade à violência decorrente dos assaltos e furtos. No entanto, as estratégias adotadas por estratos sociais mais abastados no sentido da busca de proteção por meio das residências condominiais privadas, levam a uma crescente desresponsabilização do Estado, pois o comportamento da classe média, se caracterizando fortemente como individualista, prescinde, em suas estratégias de proteção social, de soluções coletivas. Com isso tem-se o abandono dos espaços públicos, tornando-se perigosos, já que o mundo protegido é o mundo dos condomínios. A base teórica que presidirá este trabalho de investigação é a teoria da escolha racional, onde apreenderemos as ações sociais a partir das estratégias racionais, usadas pelos indivíduos, para a obtenção de vantagens na ação, e a noção de hierarquia, largamente discutida na antropologia com as teorias que procuram discutir os modos de vida nas zonas urbanas.

Palavras-chaves: Violência, Cidades Médias, Condomínios fechados, Estado.

Introdução

O problema da violência urbana constitui um dos grandes desafios contemporâneos de análise no campo das ciências sociais no Brasil atual. A temática tem uma relação entre ocupação populacional em condomínios privados, como estratégia individual da classe média para se proteger da violência urbana, e o abandono e desproteção dos espaços públicos destas cidades como praças, bosques, etc. Isso criaria uma lógica urbana baseada em verdadeiras "cidades" dentro de outra, já que os condomínios substituiriam, gradativamente, os convencionais espaços públicos de sociabilidade, acima mencionados. Os estudos recentes sobre a violência urbana têm mostrado um crescente aumento desse fenômeno nas cidades médias. (Waiselfsz, J. J, 2010), coincidindo com um forte processo de urbanização que as caracteriza nesse contexto.

A violência vai de encontro à cidade

Mossoró tem uma população de 259.815 mil habitantes e uma economia baseada na produção salineira, fruticultura, extração petrolífera e um ampliado setor terciário. Na última década, houve um crescimento exponencial do setor imobiliário nas cidades médias em razão da demanda por habitação, haja vista a pujança econômica das mesmas. Ressalta-se que as cidades médias foram as que mais cresceram no Brasil nesta última

década, conforme pesquisa do IPEA (2008). O que caracteriza as cidades como médias é, sobretudo, o número de habitantes. O IPEA considera como de porte médio aqueles municípios com uma população situada na faixa de 100 mil a 500 mil habitantes. No Brasil, houve, nos últimos anos, uma tendência de migração para as cidades médias, em razão das mesmas apresentarem novas oportunidades econômicas e de trabalho, como também uma boa estrutura de serviços e lazer, oferecendo qualidade de vida aos seus habitantes. Na base do crescimento, dos municípios médios, está a realização, por parte do governo Federal, de enormes investimentos, especialmente, no Nordeste brasileiro.

Mossoró, no cenário já descrito, foi alavancada a um patamar de desenvolvimento econômico com forte impacto positivo no setor imobiliário. Os investimentos na cidade se deram, sobretudo, no seu bairro mais nobre, que é a Nova Betânia, onde foi construído o primeiro shopping center do município, o Mossoró West Shopping. No mesmo bairro, próximo ao shopping, foi instalada a Universidade Potiguar. Outros empreendimentos na área, de grandes redes varejistas como o Atacadão-Carrefour e o Hiper Bompreço (Wal-Mart), também foram construídos. Concomitante a estes empreendimentos, foi se dando uma verticalização no plano imobiliário. A construção de condomínios no município é em sua maioria, voltada para a classe média.

Contudo, foi nesse cenário de crescimento econômico, que alguns problemas típicos das grandes cidades começaram a surgir. Destes, destacamos os crescentes índices de violência. Na verdade, as cidades cresceram com o desenvolvimento econômico, mas mantiveram-se ainda sob uma forte desigualdade social. Essa desigualdade tem refletido nos índices de violência da seguinte forma: em Mossoró, no ano de 2009 a taxa homicídios foi de 42 para cada grupo de cem mil habitantes; em 2010, as taxas chegaram 48 por grupo de cem mil habitantes (Essa tem sido a referência utilizada internacionalmente para parametrizar os homicídios). Em 2011, a cidade ostentava uma taxa de 56 de homicídios por grupo de cem mil habitantes, chegando à taxa de 80 casos por grupos de cem mil habitantes até o final de 2011.

Assim, diante da permanência das contradições sociais e de um Estado com dificuldades de resolução dos conflitos, vê-se que os cidadãos procuram estabelecer soluções na maioria dos casos, de forma individual. No que tange ao problema da violência e da segurança pública, as estratégias de proteção são encontradas, na classe média, por meio da habitação dos condomínios privados. Com isso, busca-se a proteção individual, criando verdadeiros "bairros" nestes condomínios, e reconfigurando o conceito de cidade a partir de domínios particulares. A concepção dos condomínios é a de não só estabelecer residências, mas também o de criar espaços de sociabilidade e lazer, "substituindo", gradativamente, os espaços públicos na cidade, como as praças, bosques ou outros que, tradicionalmente, eram ocupados pela população e se construíam, frequentemente, relações de sociabilidade através de encontros e atividades lúdicas e práticas esportivas. Estes espaços mais tradicionais da cidade, pouco a pouco, são abandonados e ficam desprotegidos, pois já não sendo mais áreas seguras as sociabilidades, ali estabelecidas, são transferidas para áreas residenciais privadas.

Estas estratégias das classes médias podem ser apreendidas pela teoria da escolha racional, desenvolvida por teóricos norte-americanos e, dentro das noções antropológicas de hierarquia social, pois haveria um duplo sentido nessa ação: uma, do campo da escolha racional, é aquela em que as escolhas individuais são racionais, mesmo que haja uma consequência social de desordem (Boudon, 1979), neste caso, da perda dos espaços tradicionais de sociabilidade e lazer e de desresponsabilização do Estado. No segundo sentido, numa perspectiva de hierarquia da vida social brasileira (da matta, 1987; Dumont, 1993) demonstra uma concepção de abandono da população mais desassistida que não haveria como se proteger da violência. É possível apreender aí uma representação por parte da classe média de que o problema da violência não é de todos, pois haveria, dentro da perspectiva mais individualista, uma solução ao problema da violência que é o de se refugiar nos espaços privados. Deste modo, a dimensão publica do Estado é afastada e negada, na medida em que se buscam resoluções particulares, criando comunidades diferenciadas do conjunto maior da população, que não tem condições econômicas de se proteger da violência urbana.

Mossoró: da cidade espetáculo ao medo social

As cidades fascinam e amedrontam. Elas espreitam nossos pesadelos, não raro lançamos sobre elas as nossas melhores esperanças. No que diz respeito à análise social não é diferente. A fascinação exercida pela vida metropolitana foi um dos determinantes para o surgimento das ciências sociais; são muitas as dificuldades

em seguirmos o conselho de Georg Simmel de que, diante das "correntes de vida", destravadas pela cidade moderna, "não nos cabe acusar ou perdoar, senão compreender" (SIMMEL, 1979). Compreender esse sítio que é, segundo Simmel, a "sede da economia monetária" tem sido um desafio assumido por gerações de cientistas sociais.

As cidades, diante de um ambiente globalizado, acirram a concorrência, buscando estratégias de desenvolvimento econômico. Uma nova estratégia de gestão - *city marketing* - produz uma apresentação da cidade a partir de marketing e convencimento, com o fim de atrair investimentos e turistas. Sanchez (2004), ao estudar Curitiba, afirma que a city *marketing* é o mecanismo institucional de promoção e venda da cidade. Sua análise considera a relação de competição entre os municípios, onde os seus gestores procuram colocá-los no mapa do mundo, tornando-os competitivos em escala mundial. Assim, expressões de gerenciamento, antes restritas ao setor privado como "orientação para demanda", "atrativos da oferta urbana", "posicionamento competitivo", "produção de imagem" e "planejamento estratégico" aparecem na agenda pública. Souza (2004) observa outro lado destas políticas assentadas num marketing da cidade: o escamoteamento das mazelas do lugar.

É nesse contexto que situamos Mossoró, um município de porte médio, localizado, respectivamente, a 270 e 260 quilômetros de Natal e de Fortaleza. Nossa análise é sobre as mudanças políticas e urbanas, nesta cidade, na última década. Mossoró é o segundo município do Rio Grande do Norte e tem uma população estimada de 215 mil habitantes IBGE (2000) e uma economia baseada na industrialização e exportação do sal, na extração petrolífera e na fruticultura tropical de exportação.

Cidade marcada por um forte simbolismo, um passeio em Mossoró nos oferece bons exemplos de uma característica iconográfica daquela que é o principal município do oeste do Rio Grande do Norte. O que nos chama a atenção, no entanto, é a vinculação dessa simbologia ao político. Até mesmo os símbolos e mitos que enaltecem o lugar são, de alguma maneira, legitimadores de grupos políticos locais.

A cultura traduz as produções simbólicas e materiais de uma dada sociedade; nela também se formam os elementos de dominação e de poder. Em Mossoró, as construções arquitetônicas, os monumentos, os nomes de ruas, de bairros, as celebrações e as festas cívicas demonstram estratégias simbólicas usadas pelos grupos dominantes para a sua permanência no poder.

A história de Mossoró é definida por ciclos econômicos comerciais, com as fases de empório, da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do XX, e algodoeiro. Na primeira fase do empório comercial, os comerciantes estrangeiros constituíam o principal segmento local. Já na segunda fase do empório, somam-se aos estrangeiros um conjunto de profissionais liberais – destacando o médico Almeida Castro e o farmacêutico Jerônimo Rosado - que compunham o segmento da elite política local. Os Fernandes, na década 20 e 30, com sua força econômica vinculada ao plantio do algodão foram dominantes em Mossoró.

A ascensão do mais longo grupo dominante mossoroense, os Rosado, na política institucional, deu-se, sobretudo, quando Jerônimo Dix-sept Rosado Maia, décimo sétimo filho do farmacêutico Jerônimo Rosado, foi eleito prefeito de Mossoró e governador do Rio Grande do Norte, na década de 50. No seu mandato como governador, morre num acidente aéreo e, a partir daí, toda uma mitificação em torno do seu nome e da família passou a ser incorporada ao imaginário local.

As festas cívicas e celebrações são ricas em apontar a bravura e o pioneirismo dos grupos dominantes locais. Mossoró foi transformada em pátria: "país de Mossoró", expressão de um intelectual, Vingt-Un Rosado, vigésimo primeiro filho de Jerônimo Rosado. Quando lhe perguntamos, por que "país de Mossoró", ele nos afirmou:

> (...) numa cidade em que as mulheres se insurgem contra a ordem de alistamento de seus maridos para a Guerra do Paraguai, num protesto conhecido como Motim das Mulheres; em que o povo resistiu bravamente contra o bando de Lampião; libertam seus escravos, pioneiramente, então, esta não é uma cidade, mas um país. Por isso, "país de Mossoró". (Entrevista concedida por Vingt-un Rosado em novembro de 2004)

Os mitos, emblemas e monumentos fazem parte de um arcabouço cultural sempre recorrente nas festas promovidas pelo poder público local. Na segunda metade da década de 90, quando Rosalba Ciarlini – membro da família Rosado - exercia o seu segundo mandato, os investimentos em festas assumiram uma dimensão muito maior do que simplesmente celebrações alusivas ao pioneirismo dos mossoroenses: tornaram-se mega-espetáculos, estratégias de gestão e de marketing político. Foram criados eventos de grande envergadura como Mossoró Cidade Junina, realizada em todo o mês de junho, numa tentativa de aproximar Mossoró do circuito de turismo de eventos, no Nordeste, já tendo Campina Grande e Caruaru como referências; o Auto da Liberdade, em que se comemora, no dia 30 de setembro, a libertação dos escravos em Mossoró. Esta festa deixou de ser apenas uma celebração cívica e tornou-se o grande espetáculo da cidade. Nela, alude-se aos grandes feitos de um povo bravo, corajoso e civilizador. A sua dimensão requer enormes investimentos. São contratados diretores de renome nacional com um elenco trazido de outros estados, com artistas locais transformados em figurantes, interpretando, num gigantesco palco, as bravuras dos pioneiros mossoroenses, decantadas pelos Rosados.

Os laços informais, como relações clientelistas e o empreguismo, foram basilares à manutenção dos Rosados. Contudo, foi, principalmente, no campo simbólico que esta família encontrou sua vocação para a dominação, seja na atuação de um intelectual da família, Vingt-un Rosado, com a publicação de obras locais através da Coleção Mossoroense, seja numa insistente recorrência a personagens e fatos do passado, apresentados nos grandes eventos promovidos na cidade.

Todavia, como no romance de Lampedusa, "O Leopardo", em que o Príncipe de Salinas, personagem principal do romance, pressentia a sua decadência, as oligarquias re-encenam o ato e entram no palco com novos arranjos políticos num contexto institucional marcado por inúmeras mudanças sociais.

A análise das estruturas de poder político em mudanças institucionais num contexto de modernização, resultado do processo de transformações econômicas e reforma do Estado, é o cerne deste trabalho. Procuramos analisar Mossoró num cenário de reestruturação urbana, em gestões que privilegiam as chamadas políticas de *marketing* do lugar. Nessa direção, o texto busca analisar o comportamento de um governo oligárquico diante da confiança ativa à confiança conquistada e cotidianamente alimentada. Ela seria, cada vez mais, a base dos relacionamentos entre indivíduos e instituições nas sociedades pós-tradicionais (GIDDENS, 1993; 2000). Isto pode ser demonstrado no que denominamos de "reinvenção", mais como adequação do que transformação, do poder político dos Rosado em Mossoró e sua reinserção num contexto neoliberal e globalizado.

Encaminhamos as nossas questões no sentido de perceber a relação entre os grupos de poder e a reconfiguração do lugar a partir das gestões baseadas em "festas" como atividades econômicas e estratégias (institucionais ou simbólicas) de permanência no poder a partir da espetacularização permanente do político.

Defendemos a tese de que os elementos de uma cultura política tradicional são articulados à ordem moderna, reiterando o poder de grupos políticos locais que constroem uma teia de relações incorporadoras de discursos modernizantes. O desenho dos programas desenvolvidos pelo Estado e pela prefeitura de Mossoró, nos últimos anos, é um exemplo de um novo modelo administrativo com um padrão de gerenciamento pós-fordista. Souza (2004) afirma que a administração pública baseada num planejamento forte era um modelo típico do fordismo. O enfraquecimento do planejamento vem acompanhado pela popularização do termo *gestão* (denominado, nos países de língua inglesa, de *management*). Para Souza:

> (...) o hiperprivilegiamento da idéia de gestão em detrimento de um planejamento consistente representa o triunfo do imediatismo e da miopia dos ideólogos ultraconservadores do 'mercado livre'. Em outras palavras, ele representa a substituição de um 'planejamento forte', típico da era fordista, por um 'planejamento fraco' (muita gestão e pouco planejamento), o que combina bem com a era do pós-fordismo, da desregulamentação e do 'Estado mínimo' 'Post-Fordist City Politics' é, aliás, o sugestivo título de um trabalho sobre as novas condições do planejamento (SOUZA, p. 31, 2004).

Todavia, as mudanças de gestão pública não significaram rupturas com velhas estruturas políticas, mas adequação a um contexto globalizado que exige uma nova racionalidade na gestão de políticas governamentais.

A pesquisa foi realizada no período de 2002 a 2005. A proposta inicial de investigação era sobre a cooperação entre atores públicos e privados na gestão local de serviços públicos no Brasil. Nesse objetivo, estava implícita a busca por uma apreensão - alicerçada em uma pesquisa localmente ancorada (o poder local em Mossoró) – de um instrumental para a análise e a intervenção social e política no mundo urbano brasileiro a partir de conceitos como os de *governance, capital social, liderança institucional e mobilização de recursos*.

Como os programas desenvolvidos pela prefeitura municipal de Mossoró não eram uma iniciativa local, decidimos analisar a política de *city marketing,* já que os serviços essenciais que propúnhamos estudar nas esferas da saúde, educação e geração de emprego e renda não nos ofereciam uma maior especificidade do poder local. Percebemos muito mais um discurso de modernização em torno desses programas e um rearranjo institucional (ABERS, 1998). Compreendendo os limites republicanos de um poder público marcado pelo mando oligárquico, iniciamos uma leitura da inserção de Mossoró num cenário de modernização do Estado. Daí, depreendemos uma especificidade dos últimos governos mossoroenses: a reinvenção da cidade através de estratégias de *marketing* (SANCHEZ, 2003) e a transformação de festas cívicas em mega-espetáculos, inserindo Mossoró no circuito nacional de turismo através do turismo de eventos.

As festas assumiram um novo significado e o elemento simbólico presente no mando dos Rosados foram incorporados, agora numa roupagem moderna a estes eventos. A análise do trabalho centrou-se no estudo do mando político dos Rosado e seu *aggiornamento*, através da inserção de Mossoró num amplo quadro de reforma do Estado brasileiro.

A realização da pesquisa se deu por meio de levantamento de dados documentais, revisão da literatura pertinente ao objeto, análise de um conjunto de publicações da Coleção Mossoroense sobre Mossoró e suas elites (destacando os Rosados). Além disso, foram realizadas 14 entrevistas em profundidade com três membros da família Rosado, sete intelectuais locais; quatro políticos, como forma de recuperar a história político-cultural do município e as mudanças recentes na gestão. Os atores entrevistados foram escolhidos por seu vínculo familiar e participação política, por se constituírem estrategistas ou intérpretes de políticas implementadas ou mesmo seus críticos.

O trabalho está dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo, fazemos uma discussão sobre as mudanças urbanas a partir do processo de globalização, pensando as cidades médias no Nordeste brasileiro e como, especificamente, Mossoró se insere neste contexto. No segundo capítulo, fazemos uma análise da reforma das estruturas políticas no Rio Grande do Norte a fim de pensarmos a configuração de poder que é base para o poder local em Mossoró. No terceiro capítulo, analisamos a família Rosado, discutindo o poder exercido pelo grupo na cidade. No quarto capítulo, o papel da *intelligentsia* da família Rosado, sobretudo, na figura de Vingt-un Rosado, principal responsável pelo legado intelectual da família, realizando projetos culturais legitimadores do mando oligárquico dos Rosados: a Coleção Mossoroense e a criação da universidade estadual e da ESAM. No quinto capítulo, nossa análise é sobre o investimento angular, nas últimas gestões dos Rosados: grandes espetáculos e eventos culturais que inserem a cidade no circuito nacional de turismo e, ao mesmo tempo, legitimam a família com conteúdos de reafirmação dos mitos locais; mudanças e permanências em Mossoró.

O crescente e acelerado desenvolvimento urbano nas chamadas Cidades Médias acarreta uma série de questões nos quesitos da violência urbana e do medo, o que está mais fortemente ligado à moradia em residenciais fechados. A discussão em torno da formação de enclaves fortificados e segregação social tomava, na evolução urbanística brasileira, os grandes centros urbanos, que cresceram vertiginosamente e concentrava iam concentrando a maior parte da população do país. Esse debate vem se deslocando para o estudo das chamadas cidades médias, na medida em que estas, nas duas últimas décadas, foram que mais cresceram, na cauda da estabilização da economia.

O tamanho demográfico tem sido o critério mais aplicado para identificar as cidades médias, que podem ser consideradas aquelas cidades com tamanho populacional entre 100 mil até 500 mil habitantes (IPEA, 2009). Essas cidades médias ganham importância como centros econômicos.

A importância das cidades médias reside no fato de que elas possuem uma dinâmica econômica e demográfica própria, permitindo atender às expectativas de empreendedores e cidadãos, manifestadas na qualidade de equipamentos urbanos e na prestação de serviços públicos, evitando as deseconomias das grandes cidades e metrópoles. Dessa forma, as cidades médias se revelam como locais privilegiados pela oferta de serviços qualificados e bem-estar que oferecem. (BRASIL, 2009).

Decorrente a esse processo de urbanização e expansão das cidades emerge, com grande pressão, o fator violência urbana. Entendendo que a violência está atrelada a uma noção hierárquica e de poder, individualismo e o processo de segregação social, associados a vários tipos de conflitos sociais e individuais.
A ideia de hierarquia e de dominação aparece no cotidiano da sociedade como fator promocional da desigualdade social, e consequentemente, da violência urbana, que acarreta uma relação entre valores hierarquizantes e individualistas. Além desse fator da desigualdade social, a violência é gerada também por um esvaziamento dos conteúdos culturais no sistema de relações sociais, tal como o valor ético.
[...] a pobreza tomada isoladamente não explica a perda de referenciais éticos que sustentam as interações entre grupos e indivíduos. Isto fica mais evidente nas grandes cidades, devido à exacerbação da iniquidade social gerada pelo contraste agudo dos modos de vida. (VELHO, 1994, p.16).
Nas entrevistas realizadas a esta pesquisa, com pessoas que residem em condomínios fechados, os entrevistados apontam que:

> ‘’[...] a questão da violência está toda embasada nesta questão de exclusão social e na questão da desigualdade. E nos apelos midiáticos para o consumo que sofremos diariamente. ’’ (Morador de condomínio fechado).

A acentuada violência nas cidades causa medo na sociedade, que busca ‘’soluções’’ para esse enfrentamento numa ação de isolamento, o que provoca e desenvolve uma segregação social, na qual muita das vezes contribui ainda mais com a acentuação da violência urbana. A aceleração do fenômeno da urbanização se desenvolve junto à questão da violência. Esse fenômeno traz consigo o ‘’boom imobiliário’’, muito presente nas cidades médias, caracterizado na construção de condomínios fechados, para conter o sentimento de medo e insegurança da classe média, em relação aos riscos vinculados à criminalidade.
Um medo generalizado, ainda que matizado também ele, toma conta de corações e mentes, recondicionando hábitos de deslocamento e lazer, influenciando formas de moradia e *habitat* e modelando alguns discursos padrão sobre a violência urbana. (SOUZA, 2008, p. 54).
Os condomínios desenvolvem um grande sistema de propaganda, pois é passada através de meios de comunicação que a cidade é violenta, perigosa, o que ocasiona um sentimento de medo, sendo os condomínios a saída para esse problema, pois com guaritas, segurança vinte e quatro horas, câmeras, área de lazer restrita, se passa uma sensação de segurança, gerando uma enorme lucratividade aos empreendedores da indústria imobiliária.
Essa ação de deslocamento da população mais abastada para os espaços fechados (condomínios) ocasiona um processo de segregação social, contribuindo para a fragmentação espacial, que vai além do processo de segregação. Esta, por sua vez, se coloca como uma solução artificial, se tornando mais uma fuga que um enfrentamento à violência, deixando intactas as causas que a condicionam.
A opção que a classe média faz por aderir a lógica habitacional dos condomínios fechados condiciona uma espécie de abandono dos espaços públicos (praças, parques), como também ameaça o fortalecimento de valores de civilidade e solidariedade cidadã, na medida em que restringe a vivência da cidade e o contato com o outro, reforçando preconceitos, na linha da ignorância e do medo.

> [...] os ‘’condomínios exclusivos’’ [...] colaboram para deteriorar a qualidade de vida, a civilidade e as condições de exercício da própria cidadania na cidade, sob determinados aspectos. Sob o efeito do marketing imobiliário, da debilidade do debate político de uma burguesia cada vez mais americanizada. (SOUZA, 2008, p. 73).

Esse notável abandono dos espaços públicos e a busca incessante por lugares mais seguros e exclusivos, como os condomínios fechados, contribuem para além do problema da violência urbana, pois provocam um processo de fragmentação espacial entre os grupos sociais. Tal processo associa-se a uma questão individualista, no que concerne a busca por uma saída, um enfrentamento aos problemas da violência, sem contribuir de fato com uma solução verdadeira.
O medo urbano e social gera a sensação que os condomínios residenciais são, não só lugares seguros, como espaços alternativos de sociabilidade. A ideia de segurança, contudo, se fragiliza, quando se percebe a inse-

gurança no entorno, portanto, na cidade. Da segurança do condomínio, se tem uma falsa sensação, como é percebido na análise das falas de um dos nossos entrevistados:

> ‘’[...] O condomínio, em si [...] claro que você leva em consideração a localização, a questão de segurança também... Falsa segurança, sensação de falsa segurança; ninguém está seguro não. ’’ (Morador de condomínio – Bairro Nova Betânia).

A sensação de medo e insegurança que se tem nas cidades, em particular na cidade de Mossoró, é provocada, em alguma medida, pela estigmatização da violência, que se configura muito intensa nesses espaços.
Dessa forma, o aumento da violência urbana traduz um sentimento de “medo da cidade”, levando as classes médias e altas a um isolamento sob os muros de seus condomínios residenciais, e, por conseguinte, numa segregação na cidade.
Por outro lado, o Estado, como instituição responsável pela garantia do bem-estar e proteção da sociedade e do cidadão, no quesito segurança pública, tem-se mostrado negligente, na percepção da população.
A ausência de intervenção do poder público no Rio Grande do Norte, no que refere aos problemas de segurança pública perpassa no cotidiano das pessoas que seguem amedrontadas com a violência na cidade de Mossoró e sua falta de segurança, muitas vezes carecendo, elas, de participarem da vida político-cidadã da cidade, baseada nas relações sociais, por enclausurarem-se em seus espaços privados.
Baseado nas falas dos entrevistados da pesquisa que se segue, observa-se que as pessoas sentem a urgência necessidade de atuação do Estado no quesito segurança pública, bem como apontam os déficits nesse aspecto e comenta sobre o sistema capitalista e suas características de exclusão social:

> “[...] No Brasil, quem é o responsável pela segurança pública é o Estado. [...] Esta violência só vai diminuir quando as demandas das populações mais carentes forem atendidas nos itens necessários como educação, saúde, acesso a uma vida mais digna, moradia, transporte. Enquanto a gente tiver esse sistema que exclui parte das pessoas, tanto faz o combate à violência ser a nível municipal, estadual ou da união, que esses índices vão continuar aumentando.’’ (Morador de residencial fechado – Bairro Nova Betânia).

Em relação a segurança pública na cidade de Mossoró, boa parte dos entrevistados se queixa do descaso que há, da falta de policiamento, dos diversos relatos de violência e principalmente da falta de investimentos e atenção do Governo para com esse problema em questão.

> ‘’Mossoró é uma cidade que precisa de muitos cuidados, e esses cuidados deverão partir primeiro dos poderes públicos, para que o cidadão se sinta comprometido também. [...] Mossoró é perigosa justamente pela falta de segurança, de comprometimento do Governo. ’’ (Morador de residencial fechado – Bairro Nova Betânia).

Essa percepção traduz uma forte desconfiança da população com o papel do Estado em cumprir, constitucionalmente, a proteção da vida, do direito de ir e vir. Por outro lado, afeta, consideravelmente, o modo de vida das pessoas e fortalece a separação entre aquelas classes que passam a residir em enclaves fortificados e os menos abastados.

Conclusão

A pesquisa aponta, inicialmente, para uma tendência das cidades médias que é o crescimento eivado de problemas sociais, especialmente, da violência urbana, aproximando-se das grandes cidades brasileiras. Demonstra, nesse sentido, uma fragilidade no planejamento. Crescimento desordenado que agudiza pobreza e gera segregação. Caudatárias da estabilização da economia vêm os investimentos imobiliários, que servem como refúgio das classes médias ao problema da violência. No entanto, as estratégias e soluções, buscadas pelos segmentos mais

aquinhoados da sociedade, demonstram insuficientes e segregadoras, como vimos, nas falas apresentadas. A solução é fragmentada e individualizada, distanciando-se de respostas estruturais e desresponsabilizando o Estado na dimensão da segurança.

Bibliografia

ANDRADE, Thompson Almeida, SERRA, Rodrigo Valente. (Orgs). (2001),

Cidades Médias Brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA.

BOUDON, R. (1979). *Efeitos Perversos e Ordem Social.* Zahar: Rio de Janeiro.

BOUDON, R.; Bourricaud, F. (1993). *Dicionário Crítico de Sociologia***.** São Paulo: Ática.

DAVIS, Mike. (1993), *Cidade de Quartzo***:** *escavando o futuro em Los Angeles*. Scritta Editorial: São Paulo.

DAMATTA, Roberto.(1987), *A casa & a Rua*, Rio de Janeiro : Editora Guanabara.

DUMONT, Louis. (1993), *O Individualismo*. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: editora Rocco.

GIDDENS, Anthony.(2001), *Estado, Nação e violência*. São Paulo : Edusp.

GIRARD, René. (2008), *A violência e o Sagrado*. 3ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra.

WAISELFSZ, J. J. (2010), *Mapa da Violência 2010*. Anatomia dos homicídios no Brasil, São Paulo: Instituto Sangari..

WAISELFSZ, J. J.(2011) *Mapa da Violência 2011*. Os jovens do Brasil, Brasília: Ministério da Justiça; São Paulo: Instituto Sangari.

Indignação e naturalização: sobre formas de compreender e lidar com a violência policial em uma favela carioca pacificada

Luana Dias Motta[1]
Universidade Federal de São Carlos
luanadmotta@yahoo.com.br

Resumo: Este texto tem como objetivo apresentar, a partir de dados de uma pesquisa de campo de caráter etnográfico, uma reflexão sobre como moradores de uma favela carioca pacificada compreendem e lidam com o fato de as políticas de segurança pública poderem se traduzir em práticas de violência e arbitrariedade policial, em um contexto de pacificação de favelas. A partir dos relatos dos moradores sobre a violência policial, que ocorre mesmo após a implementação da Unidade de Polícia Pacificadora na Cidade de Deus, buscarei compreender e discutir como a indignação frente aos atos de violência e à arbitrariedade policial convivem com certa naturalização, tanto da exposição permanente a essa violência como das estratégias para lidar com ela e se proteger.

Palavras-chave: violência; sofrimento; polícia; pacificação; favela; Rio de Janeiro

1 - Introdução

Este texto tem como objetivo apresentar notas sobre questões que emergiram ao longo da etnografia que realizei na favela Cidade de Deus (CDD), no Rio de Janeiro[2], onde o processo de *pacificação* (implementação de Unidades de Polícia Pacificadora - UPP - para «retomada» de territórios de favelas dominados e controlados por grupos de traficantes) se deu em janeiro de 2009. A menção à existência da UPP na Cidade de Deus é importante na medida em que a política de *pacificação* é apresentada e justificada como um deslocamento na maneira de conceber e implementar políticas de segurança pública para favelas, mas, na prática, não elimina os episódios de violência e arbitrariedade policial. Tomando como pano de fundo o contexto de *pacificação* e os deslocamentos discursivos por ele produzidos, refletirei sobre as experiências de moradores da CDD frente a políticas de segurança pública que se traduzem em práticas de violência e arbitrariedade policial. Assim, a partir de dois casos relacionados à violência policial e seus desdobramentos (um me foi narrado e outro acompanhado pessoalmente por mim), buscarei descrever e refletir sobre as formas como a violência relacionada à política de segurança pública da pacificação é experienciada e compreendida pelos moradores. O argumento central é de que a indignação e uma espécie de naturalização da violência policial[3], além de coexistirem, são incorporados ao cotidiano, seja nas estratégias para lidar com o sofrimento e a humilhação (uma espécie de gestão do medo e da dor) ou no repertório de ações práticas para proteger fisicamente seus corpos dos riscos relacionados a essa violência.

---

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Bolsista da Fundação de Aparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Integrante do Núcleo de Estudos Urbanos NaMargem-UFSCar e do Centro de Estudos da Metrópole (CEM-CEBRAP).

2 Esta etnografia foi desenvolvida no âmbito da minha pesquisa de doutorado, ora em curso, financiada pela Fundação de Amparo Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), cujo objetivo é refletir sobre as formas estatais contemporâneas de gestão dos pobres e da pobreza, a partir da descrição e do mapeamento dos sentidos e conteúdos atribuídos à categoria *social* nas e pelas políticas de gestão da ordem urbana para áreas e populações pobres, especialmente no contexto brasileiro de pacificação de favelas.

3 Como buscarei discutir adiante, ao me referir a uma espécie de «naturalização» da violência não pretendo sugerir que os moradores aceitam passivamente essa situação. Para uma discussão sobre movimentos de mães e parentes de vítimas de violência institucional ver VIANNA, 2014; FARIAS, 2013; BIRMAN & LEITE, 2004.

Para desenvolver essa reflexão, primeiro apresentarei o contexto e a constituição da política das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) e descreverei como, no plano discursivo e de sua apresentação, essa política tem extrapolado as fronteiras da segurança e se constituído no que tenho denominado *contexto da pacificação* ou *política de pacificação.* Em seguida, lançarei luz sobre dois casos relacionados a ações de violência e arbitrariedade policial: o de Dona Clara que me relatou diversos episódios de violência policial cometidos contra ela, seu filho e seu marido; e o caso do menino Lucas, de doze anos, baleado e morto durante confronto entre policiais e traficantes. Partindo dos relatos, discutirei a relação entre violência e sofrimento, mobilizando o conceito de *sofrimento social.*

Portanto, buscarei traçar a relação entre sofrimento social e a legitimidade da política, mostrando como o processo de construção da *pacificação* como uma política legítima e inovadora exige e tem como efeito tratar os episódios de violência (e consequentemente o sofrimento a eles relacionado) como exceções, como não responsabilidade dos policias («morreu com bala de arma de traficante»), como algo justo («aquele que morreu era bandido») e, no limite, como efeito colateral da necessidade de agir com violência. Para analisar essa relação, dialogarei com as discussões foucaultianas sobre o biopoder, para compreender como tem sido construída a possibilidade do *poder de morte* de um Estado que deve *fazer viver* nesse contexto de pacificação.

Na última parte do texto, buscarei descrever como, diante das ações de violência decorrentes de uma política que tem como principal discurso *levar a paz* às favelas e que tem sido reconhecida pelo Estado como legítima, os moradores constroem estratégias que combinam resiliência e indignação, estratégias que tornam possível viver, conviver e suportar a exposição constante ao risco e à imprevisibilidade de uma violência que pode ser letal.

2 - Da cidade em guerra à pacificação como contexto

Em meados da década de 1970, num contexto no qual se buscava compreender as causas do aumento da violência e da criminalidade, se instaura um debate nas ciências sociais acerca do tema da segurança pública. Ao longo da década de 1980, quando há aumento dos crimes violentos e expansão do tráfico de drogas, esse debate ganha centralidade na agenda política de movimentos sociais e governos, bem como na sociedade em geral.

Assim como em diversos campos (direitos das crianças e adolescentes, direitos das mulheres, direito à cidade etc.), o processo de redemocratização, que culminou com a Constituição de 1988, significou muitas mudanças na área das políticas de segurança pública. Entretanto, mesmo após a nova Constituição, enquanto o problema da violência nas metrópoles persistia, a estrutura do sistema de segurança pública se mantinha inalterada. Diante desse quadro, as discussões referiam-se, sobretudo, a como o processo de redemocratização, apesar de ter promovido uma reforma na concepção ideológica e doutrinária, não implicou em mudanças na estrutura do sistema de segurança pública, que manteve práticas e posturas tributárias ao regime militar (Kant de Lima; Misse; Miranda, 2000). De modo geral, as discussões eram polarizadas pelas posições de cunho autoritário (recrudescimento de penas, ações mais repressivas, postura mais «dura» da polícia etc.) e aquelas de cunho reformista (vinculação das políticas de segurança ao debate dos direitos humanos, ampliação do debate junto à sociedade civil, reformas no sistema carcerário etc.).

A partir da década de 1990, frente ao medo e à insegurança gerados pelo aumento dos crimes violentos e de episódios violentos (arrastões, balas perdidas, sequestros etc.), bem como pela consolidação da ideia de que o Rio de Janeiro passava por uma crise da segurança (Kant de Lima, Misse, Miranda, 2008), começa a ser construída a imagem do Rio de Janeiro como uma *cidade em guerra*, sendo a favela a ameaça e o inimigo a ser combatido. Seguindo essa mesma lógica, as políticas do campo da segurança pública passam a se pautar, de fato, na metáfora da guerra, reforçando a ideia de *guerra ao crime* (Leite, 2012). Todavia, desde os anos 2000 parece estar em curso um deslocamento nessa ideia de uma *cidade em guerra*. Além do aumento das políticas sociais e de segurança destinadas à população e aos territórios pobres, o que tem ocorrido atualmente é a mobilização da categoria *social* nos próprios planos das políticas de segurança, bem como ações sociais vinculadas (direta ou indiretamente) às políticas de segurança (Motta, 2014).

É importante destacar que, no Rio de Janeiro, a associação da violência a determinados territórios da cidade é

bastante forte; nas representações dominantes, as favelas seriam o lugar da violência (Birman, 2008; Machado da Silva, 2008). Com efeito, a *violência urbana*, tomada como uma gramática, altera profundamente o lugar das favelas no imaginário da cidade; «o medo se reifica e se espacializa nos perigos imputados aos territórios de pobreza» (Machado da Silva, 2008 : 14). Apesar de esse processo ter se acentuado nas últimas três décadas, a questão da favela como problema remete-se ao seu surgimento, no início do século XX, quando foi associada a uma imagem negativa, lugar da marginalidade, da violência e da degradação moral (Valladares, 2005; Gonçalves, 2013).

É nesse contexto - que combina um processo em que a segurança se coloca como tema central do debate público e a associada da violência determinados territórios da cidade - que o governo do estado do Rio de Janeiro instala, em dezembro de 2008, a primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Por pautarem-se nos princípios (e no discurso) de uma atuação policial que se fundamenta na proximidade e parceria com as comunidades onde se instalam, o projeto das UPP, ao tomar a paz como noção central de seu discurso, parece operar uma inflexão na ideia de *guerra ao crime*, estratégia que, como mencionado, orientou os discursos públicos ao longo das últimas décadas.

As UPP são pequenas forças da Polícia Militar instaladas em comunidades para atuação exclusiva junto a elas. As áreas onde as UPP se instalaram ou podem se instalar são, segundo critérios da Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro, «comunidades pobres, com baixa institucionalidade e alto grau de informalidade, em que a instalação oportunista de grupos criminosos ostensivamente armados afronta o Estado Democrático de Direito» (UPP-RJ, 2013). O objetivo das UPP é consolidar o controle estatal nessas áreas, garantindo a paz e a ordem para as comunidades e a cidade como um todo (UPP-RJ, 2013).

A implantação das UPP, ao propor a ocupação permanente, sem previsão de término e com foco na retirada das armas (e não na erradicação do tráfico de drogas), buscava superar as intervenções pontuais. Se, antes, o padrão das ações policiais em favelas priorizava o combate e a interceptação de confrontos de facções de traficantes, com a retirada das forças do Estado após o controle dessas situações, as UPP previam uma ocupação permanente para a retomada do território pelo Estado, sem prazo para sair, visando combater, prioritariamente, o armamento de traficantes. Nesse sentido, é emblemática a declaração do secretario de segurança pública do Rio de Janeiro ao jornal The Guardian, em 2010: «Não podemos garantir o fim do tráfico de drogas, nem temos essa pretensão (...). O que queremos quebrar é o paradigma do território controlado por traficantes com armas de guerra» (Beltrame apud Rodrigues; Siqueira, 2013).

Apesar de o Decreto n°42.787 de 06/01/2011, que dispõe sobre a implantação, estrutura, atuação e funcionamento das unidades de polícia pacificadora (UPP) no estado do Rio de Janeiro, não estabelecer, prever ou especificar ações e estratégias destinadas ao desenvolvimento social local, ao longo dos meses em que residi no Rio de Janeiro para realizar a pesquisa, pude observar que os discursos sobre a *pacificação* revelam que essa política não é apenas uma política de segurança pública, apesar de este ser seu centro. Inspirada na noção foucaltiana de dispositivo, acredito que a ideia de *contexto da pacificação* faz muito sentido para pensarmos os processos colocados em marcha com e no bojo da pacificação. De fato, a *pacificação* tem produzido uma conjuntura específica, que impacta o cotidiano dos moradores do local, especialmente em função da presença permanente de grande número de polícias dentro da favela.

Apesar de o processo de pacificação significar um deslocamento discursivo da ideia de *guerra ao crime* para a ideia de *paz*/*pacificação*, a política das UPP continua a operar com uma linguagem e uma lógica militares. Assim, esse deslocamento no plano discursivo não implicou o fim de ações policiais violentas nas favelas. Como destaca Fridman (2014),

> a polícia também não mudou substancialmente suas práticas coercitivas e discricionárias de relação com a população favelada. Os moradores continuam submetidos a constrangimentos e atitudes violentas [...], apesar da redução dos tiroteios e da letalidade proveniente dos confrontos com os grupos responsáveis pelo comércio ilegal de drogas. O discurso público da instituição policial passou por alterações [...]. Mas a cultura policial não mudou substancialmente (Idem: 615).

Mas, se a violência policial no contexto da UPP expressa a continuidade da violência policial que sempre existiu, conforme diversos jovens me relataram, por outro lado, essa violência ganha contornos e sentidos específicos, uma vez que se dá em um contexto de *pacificação.* As especificidades desse novo contexto concernem à presença permanente e cotidiana de numerosos policiais dentro da favela, mas também à implementação de uma política de segurança para favelas que se apresenta como distinta das anteriores, justamente por estar calcada em ideias como paz, polícia de proximidade etc. É à luz dessa duplicidade que configura os sentidos da violência policial em favelas *pacificadas* que buscarei, a seguir, refletir sobre as situações de violência que me foram relatadas, destacando a relação paradoxal entre o rotineiro (que atinge a todos) e o privado que perpassa as situações de violência e como essa relação expressa o caráter social dos sofrimentos experienciados.

3 - Os relatos: sobre violências múltiplas

«*Não querem nem saber se é trabalhador ou bandido*»

Já fazia dois meses que eu iniciara o trabalho de campo. Decidi, então, tentar conversar com pessoas que eram atendidas pelo SEBRAE, no Programa de Comunidades Pacificadas, e que ficam esperando com suas senhas para serem atendidas no prédio do CRJ (equipamento público onde funcionam diverso serviços do governo do Estado do Rio de Janeiro). Estava sentada no novo espaço onde funciona a secretaria do Centro de Referência da Juventude (CRJ), que, na verdade, não é uma sala, mas um espaço dividido por uma divisória. Do lado de fora da divisória tem algumas cadeiras (3), onde ficam as pessoas que esperam para serem atendidas pelo SEBRAE; algumas pessoas ficam em dois bancos na área externa e, outras, sentadas num pequeno muro que delimita a passagem da entrada principal ao prédio. Saí para beber água e, quando voltei, Dona Clara, uma senhora negra, com mais ou menos 50 anos, vestindo roupas de malhas bem desgastadas, com os cabelos crespos, curtos e presos comentava com um homem com cerca de 35 anos - ambos esperando para serem atendidos pelo SEBRAE - que estava preocupada em como as coisas estavam difíceis na comunidade, que estava havendo muitos tiroteios e que «parece que a polícia escolhe a hora para fazer isso, de manhã cedo na hora que as crianças estão entrando na escola e no final da tarde, lá pelas 5:30, quando as crianças estão voltando. Porque é assim que eles fazem aqui». O homem fez uma cara de reprovação e disse «eles não pensam que têm criança, que eles entrando assim pode pegar um inocente. Outro dia mesmo, lá perto de Curica, perto da minha marcenaria, a polícia chegou atirando no meio de uma pracinha onde tinha um tanto de criança brincando, a meninada saiu correndo». Eu estava escorada na porta, ao lado deles, e me aproximei mais, ficando de frente para os dois, fazendo tipo uma roda de conversa. [...]. Dona Clara continuou dizendo que as coisas estão ruins, mas que a polícia sempre faz assim, que ela mora nas casinhas novas e que depois da rua dela só tem um matagal, onde policiais levam as pessoas para bater nelas e também corpos. Disse que há poucos dias eles tinham matado oito meninos lá e jogado nesse matagal. E continuou a falar, com um tom de indignação: «Outro dia mesmo eles pegaram meu menino. Ele estava indo buscar a esposa dele no ponto de ônibus, porque ela chega tarde, na hora que a polícia pegou ele. Meu menino gosta de andar com aquelas correntes, boné, radinho, mas ele não é bandido, é trabalhador, segurança, ele é alto, moreno. Os policiais pegaram ele, aí, chegaram lá em casa avisando que eles tinham pegado meu menino. Eu saí correndo e fui onde eles falaram, perto desse matagal. Na hora que eu cheguei, meu filho tava sentado no chão e o policial preparando pra dar um chute na cara dele (ia quebrar a cara dele com aquela bota); eu segurei a perna do policial por trás e ele caiu. Eu fiz isso mesmo, porque, pra proteger meus filhos, eu faço tudo. A gente ficou lá um tempo, mas eles não fizeram nada com meu filho». Eu perguntei a Dona Clara se sempre foi assim, se melhorou depois da UPP e ela disse que sempre foi assim, que, quando a UPP chegou, ficou melhor, mais tranquilo por uns três meses, mas depois foi voltando ao normal e hoje tá tudo como era antes, a polícia fazendo as mesmas coisas que fazia antes; que não queriam saber se a pessoa era trabalhador, a maioria agia assim. Ela continuou: «pra você ter uma ideia, outro dia eles fizeram uma coisa comigo, que eu até chorei, de tanta raiva. Eles entraram, mandando todo mundo entrar pra dentro de casa, com as armas. Eu estava na porta, olhando pra ver o que estava acontecendo e um dos policiais falou pra mim: 'entra pra casa, sua vadia!, Eu fiquei com tanta raiva que até chorei, mas falei pra ele:

'vocês não podem fazer isso, eu sei dos meus direitos, vocês têm que nos proteger!'. E o policial respondeu: 'tá vendo essa farda aqui? Ela não é pra te proteger, não; ela é pra me proteger de gente como você. E entra pra casa, sua vadia!'. Quando é assim, a gente tem que entrar e, se começar tiro, tem que deitar no chão». Nessa hora, a voz de Dona Clara ficou um pouco embargada e os olhos marejaram; os meus também. Mas, como se estivesse se recuperando da tristeza que foi lembrar o ocorrido, Dona Clara foi dizendo: «mas eu sei dos meus direitos, eu falo mesmo, eu não deixo eles baterem nos meus filhos, eu não tenho medo de morrer, não. Eu sou pobre, favelada, mas eu sei dos meus direitos».
Ela continuou contando sobre as arbitrariedades dos policiais e disse: «é assim que eles fazem aqui na favela, porque eles acham que podem fazer o que eles quiserem, porque a gente é favelado. Outro dia, meu marido estava voltando do mercado. Aí, um policial parou ele e começou a gritar, com ele: 'o que você tá levando ai?' e jogaram todas as coisas que estavam nas bolsas no chão, no meio da rua, as coisas rolaram e meu marido teve que ir catando na rua; quebrou as coisas, os ovos quebraram tudo... ». Mas, em um dado momento, ela ponderou «Tem uns policiais que são bons, que não fazem essas coisas erradas, mas a maioria é assim, como eu falei. No dia mesmo que o policial me chamou de vadia e mandou eu entrar pra dentro de casa, o colega policial que estava com ele disse pra ele parar de fazer isso, que eu era mãe de família, para me deixar em paz».

O caso do menino Lucas

Eu não estava na Cidade de Deus quando vi na internet a notícia de que um menino de doze anos havia sido atingido por uma bala depois de uma troca de tiros entre a polícia e supostos traficantes, na Cidade de Deus. As primeiras notícias eram de que o estado da criança era grave, mas que ele ainda estava vivo. No dia seguinte, antes de ir para minha casa na Cidade de Deus, vi a notícia de que o menino não havia resistido e morreu. Era época de copa do mundo e a alegria vinha sendo a tônica pelas ruas e pela vizinhança, mas, nesse dia (véspera de um jogo da seleção brasileira de futebol), quando cheguei à minha casa na Cidade de Deus, percebi que havia um clima de tristeza nas expressões das pessoas. Logo minha vizinha mais próxima me perguntou: «você viu o que aconteceu? A história do menino que morreu? »; eu disse: «Nossa, vi sim, que coisa mais triste». Ela, então, me explicou: «aqui tá todo mundo inconformado, sem acreditar. Ele saiu para ir na casa da tia buscar pimenta do reino, de bicicleta com o irmão mais novo. Quando ele estava voltando, a polícia entrou e o tiro começou a comer solto. Ele caiu junto com o irmão da bicicleta e logo uma vizinha que conhecia ele veio 'é o Lucas, é o Lucas...' O irmão dele estava todo cheio de sangue também...».
Eu intervi: «aconteceu alguma coisa com o irmão também, Cida?» e Cida continuou: «não, ele ficou lá parado sem reação, todo cheio de sangue do irmão... Daí vieram e levaram o Lucas. Era um doce de menino, era sobrinho do Carlos [um vizinho], o Carlos não tá acreditando até agora...» Eu fiquei um pouco emocionada e sem saber muito bem como reagir; ficamos em silêncio por um tempo. Meire, uma outra vizinha e amiga disse: «dizem que a mãe dele está inconformada, está acabada. Imagina, o menino sai pra buscar pimenta na casa da tia pra ela terminar o almoço e leva um tiro... Eu sou mãe, eu sei o que ela deve estar sentindo, ver um filho morrer assim, desse jeito, um filho inocente, um menino que todo mundo gostava». Todos que chegavam comentavam o assunto, a tristeza e a incredulidade com relação ao fato eram grandes. Além da expressão de tristeza, também eram recorrentes as falas de que essa situação não era justa, uma vez que Lucas era um menino inocente, assim como as afirmações de que isso era culpa da polícia, que fazia sempre da mesma forma, entrava atirando. Sobre esse fato, Neide disse: «É mais um menino inocente que morre, mais uma mãe da CDD chorando a morte do seu filho. Até quando isso vai? Do jeito que eles [polícia] fazem, ainda vai ter muita mãe chorando... » E Cida desabafou: «eles falam que vão investigar, eles falam que foi bala de arma de bandido, mas a gente sabe que nunca investiga mesmo. Um dos tios dele [de Lucas] disse que viu as balas que estavam perto do corpo do menino e que eram balas de arma de polícia; ele disse que vai provar que o menino foi morto foi com arma de polícia».
Nesse mesmo dia, algumas horas depois, Cida e Neide conversavam sobre quem ficaria com o filho mais novo de Neide no dia seguinte pela manhã para que fossem ao velório. Ao ouvir a conversa, me ofereci para ficar com o Pedro Henrique e elas disseram que não era preciso, que seria muito incômodo; então, eu insisti e disse

que não havia nenhum problema e que eu sabia da importância de estarem presentes e apoiarem a mãe de Lucas. No dia seguinte, acordei cedo para cuidar do Pedro Henrique e às nove da manhã Neide e Cida, junto com alguns outros vizinhos, saíram para o velório. Por volta das doze horas elas estavam de volta. Cida estava ainda mais abalada após o enterro e chegou contando que muitas pessoas passaram mal e desmaiaram, devido à forte emoção que envolvia o momento, que era agravada pelo forte calor. Contou-me de algumas vizinhas que desmaiaram e tiveram de ser atendidas pelo corpo de bombeiros, mas me contou, muito emocionada, dois acontecimentos que se passaram ao longo do enterro. A primeira cena foi a do professor de futebol de Lucas, que deu um depoimento muito bonito sobre o menino e que disse que sua profissão não tinha mais sentido, uma vez que uma tragédia como essa teria levado um de seus melhores alunos, um dos melhores meninos que já havia conhecido. O segundo acontecimento foi o desmaio, durante o enterro, do irmão de Lucas; o menino, de sete anos de idade, estava com Lucas na bicicleta e, além de também ter ficado exposto ao tiroteio que atingiu seu irmão, ficou bastante ensanguentado quando seu irmão foi atingido e caiu sobre seu corpo. Cida me contou essas duas cenas umas duas vezes. Eu, ao ouvir sobre o desmaio do irmão de Lucas, uma criança de sete anos, pensava apenas como aquelas crianças da vizinhança tinham seus corpos e suas vidas expostos a essa violência e como isso fazia com que elas tivessem, já tão cedo, um conhecimento, uma experiência e uma consciência sobre o que é a morte.

Tanto nos casos relatados por Dona Clara como no caso da morte de Lucas, as falas sobre a violência expressam a faceta rotineira e recorrente das formas de agir da polícia[4]. Ao mesmo tempo, essas mesmas falas revelam que o sentimento e, sobretudo, o sofrimento decorrente desse processo é algo específico. Como fica evidente, na fala de Dona Clara, quando ela afirma que «a polícia sempre age assim», se combinam a indignação e a dor de ver seu filho sendo espancado pela polícia ou de ser chamada de vadia.

> A singularidade da dor de cada perda ou da injustiça de cada morte é combinada, assim, de modo paradoxal, com a imagem da repetição e da probabilidade. No plano dos relatos pessoais e familiares, a repetição aparece quando falam de um agir constante do «Estado» [...]. Essa racionalização não desfaz, porém, o registro da tragédia irredutivelmente pessoal e incompreensível [...], indicando o estranho encontro entre o rotineiro e o trágico; entre o provável e o inimaginável (Vianna, 2014).

Desse modo, ao destacarem como as violências experienciadas estão relacionadas a uma forma específica de a polícia agir em favelas, as falas dos moradores contribuem para que possamos diferenciar conteúdos, episódios e experiências tratados sob a chave da *violência urbana* (Vianna, 2014). Se a ideia de violência urbana, entendida como gramática (Machado da Silva, 2010; 2011), nos permite refletir sobre como tem sido construída a compreensão prática e discursiva da questão da segurança e como as possíveis soluções têm se restringido à demanda por crescente por repressão, direcionada a territórios específicos (as favelas), as falas dos moradores sobre as violências policiais, de modo complementar, nos permitem perceber como essas demandas se traduzem nos territórios de favelas e a que tipo de experiências os moradores desses locais estão expostos.

Essa distinção da face concreta da violência urbana nas favelas e a combinação rotineiro|singular nos possibilitam pensar que «o sofrimento não entra, portanto, no quotidiano das pessoas só por mero acaso, por contingências específicas da vida ou por existirem mecanismos objetivos de 'disfunção social'» (Brazzabeni & Pussetti, 2011 : 5). O mal-estar e o sofrimento, nessa perspectiva, têm uma natureza social e política, uma vez que são impostos por causas externas, podendo, então, ser pensados como sofrimento social (Santos, 2007).

---

4 Machado da Silva e Leite (2007) destacam que a dimensão da recorrência da violência policial é fortemente caracterizada pelos moradores de favelas como imprevisível, uma vez que não é possível prever o momento de incursão da polícia e, principalmente, os critérios para abordagem e ação.

> O sofrimento social, nesta perspectiva, resulta de uma violência cometida pela própria estrutura social e não por um indivíduo ou grupo que dela faz parte: o conceito refere-se aos efeitos nocivos das relações desiguais de poder que caracterizam a organização social. Alude, ao mesmo tempo, a uma série de problemas individuais cuja origem e consequência têm as suas raízes nas fraturas devastadoras que as forças sociais podem exercitar sobre a experiência humana. O mal-estar social deriva, portanto, daquilo que o poder político, econômico e institucional faz às pessoas e, reciprocamente, de como tais formas de poder podem influenciar as respostas aos problemas sociais (Brazzabeni & Pussetti, 2011: 4).

No bojo desse processo de violência e de sofrimento social, ocorre uma outra violência, referente à forma com o próprio sofrimento é tratado. Nas falas, fica evidente um forte sentimento de que tais episódios não são apenas uma violência física e letal, mas também uma violência moral (Birman & Leite, 2004). O caráter moral da violência refere-se ao tratamento dado aos casos e às reivindicações («a gente já sabe no que vai dar a investigação», «a gente sabe que não adianta denunciar»), bem como ao fato de essa violência ser atribuída ao *Estado*[5] (nesse caso, materializado na UPP), o qual, na visão dos moradores, coloca em prática uma violência seletiva, destinada e possível apenas para os que moram em favelas («eles fazem isso porque a gente é favelado», «já entra atirando», «não quer saber se é trabalhador ou bandido»).
Mas a possibilidade de perpetuar o sofrimento está estreitamente relacionada, no caso da violência policial em favelas pacificadas, ao processo de construção da legitimação dessa política de *pacificação. C*omo sugere Fridman (2014), a imagem criada sobre as UPP produziu uma adesão a essa política e, consequentemente, a redução da crítica pública de suas deficiências e fracassos. E essa redução da possibilidade de crítica termina por obscurecer e legitimar a violência policial nas favelas e dificultar a vocalização das denúncias dos moradores.

4 - A UPP como a concretização do *sonho da paz* , a violência como efeito colateral

A implantação do programa das Unidades de Polícia Pacificadora teve grande repercussão na esfera pública, obtendo elogios e apoio quase unânimes dos meios de comunicação e de vários setores da população, sobretudo pela redução do índice de mortalidade decorrente dos confrontos entre policiais e traficantes. Produziu-se, assim, um efeito-demonstração de que essa política representava uma solução para o problema da violência, fezendo do modelo das UPP um exemplo a ser seguido em outros estados e países, como a Argentina.
Como sugere Fridman (2014), a construção da legitimidade da política de pacificação e a adesão a ela está fortemente ancorada na ideia de que essa política instaura um novo momento: a era da cidade pacificada. Em nome e em defesa dessa ideia (dessa utopia, nos termos de Fridman),

> O que se impôs, na verdade, foi a solução militar com a divulgação de seus sucessos e os anúncios das novas regiões a serem cobertas pela proteção policial. A circulação das declarações, opiniões na mídia, reportagens, estatísticas e eventuais júbilos pelas medidas tomadas deixam de fora o que permanece o mesmo, isto é, o jogo e o movimento de forças duradouramente instaladas nas favelas. O «novo» da implantação das UPPs não se traduz no revigoramento da cidadania e da legitimidade dos pobres na mesa das negociações sociais. O «velho», ao ser deixado de lado, permanece intacto (Idem: 614).

5 Vianna (2014) destaca como, nas falas de familiares que perderam parentes vítimas de ações policiais, o Estado assume significados variados (polícia e policiais, legistas, sistema judiciários, governo do estado do Rio de Janeiro).

O que merece atenção é como a lógica que orienta a justificativa das UPP, em conjunto com os discursos acionados e mobilizados para justificar o que *permanece intacto,* sustentam não só a legitimidade dessa política, mas a legitimidade da violência cotidiana que ela produz.

Nesse sentido, as discussões de Foucault (2008; 1988) sobre a biopolítica podem contribuir para pensarmos sobre esse processo. Segundo Foucault (1979), a partir do século XVI, o poder soberano de fazer morrer se torna econômica e politicamente inoperante em uma sociedade que passava por uma explosão demográfica e um processo de industrialização. Assim, a partir da época clássica, o objetivo central do poder soberano passou a ser a incitação, o reforço, o controle, a vigilância, a majoração e a organização das forças submetidas ao soberano, ou seja, desloca-se de um poder de «fazer morrer e deixar viver» para um poder de «fazer viver e deixar morrer». Essa modificação consistiu uma dupla acomodação do exercício do poder soberano, ou seja, as tecnologias de poder sobre a vida, aquelas do *biopoder*, se desenvolvem em dois polos: de um lado, uma tecnologia que individualiza o corpo e incide sobre ele enquanto organismo dotado de capacidades - a anátomo-política - e, de outro, uma tecnologia que se interessará pelos corpos inseridos nos processos biológicos da espécie - a biopolítica (Foucault, 1979).

A eficácia das tecnologias do biopoder consiste precisamente no fato de que ele se abstém **explicitamente** de matar e, em vez disso, se fundamenta nas metas de bem-estar e cuidados da população (Oksala, 2010: 38). Assim, é como se o poder político desaparecesse e fosse substituído pelo poder meramente administrativo e econômico, uma vez que «não há decisões políticas ou debates possíveis quando os objetivos são unânimes» (Oksala, 2010, p.43). No caso em questão, a unanimidade e o consenso gravitam em torno do sonho de uma cidade pacificada, o qual se realizaria com a expansão e consolidação das UPP.

Entretanto, como mostram os casos relatos anteriormente, um poder que *faz viver* pode *fazer morrer.* «O velho direito soberano de tirar a vida ou deixar viver não foi substituído, mas foi bastante complementado com um novo direito de fazer viver e deixar morrer» (OKSALA, 2010: 38).

> O biopoder é, assim, claramente capaz de utilizar violência, mas apenas sob condições muito específicas e restritas por limites definidos. A violência que ele usa tem que ser escondida ou chamada de outra coisa, pois apresenta um problema na racionalidade da biopolítica, o objetivo explícito que é a otimização e melhoria de vida (Oksala, 2010: 38).

Assim, a violência e a arbitrariedade só são possíveis em nome e em defesa da qualidade de vida, do bem estar da população, da paz. É nesse sentido que a construção da legitimidade das UPP está estreitamente ligada à construção da ideia de que essas ações da polícia são necessárias. As práticas estatais de infligir sofrimento pressupõem que é possível causar um dano menor para alcançar um bem maior no futuro. «Entretanto, ao dar definições precisas de dano e bem estar, a ciência e o Estado podem acabar por formar uma aliança na qual se apropriam do sofrimento dos quais definem como refugo social, a fim de alcançar um projeto de sociedade no futuro» (Das, 2008: 451).

Fica evidente, portanto, como a associação dos favelados à *classe perigosa*[6], agora deslocada do plano político para a chave do desvio moral, possibilita a construção de um *outro* radical, que, por isso, precisa ser combatido, considerando o risco que oferece[7]. É pressupondo esse outro radical, moralmente perigoso para o restante da sociedade, que é possível mobilizar certas justificativas e explicações sobre a violência policial, que vai figurar como um efeito indesejado, porém necessário. Dessa forma, as violências policiais poderão ser tratadas como

---

6 Para um discussão sobre o tema ver Valadares (2005); Gonçalves (2013) e Machado da Silva & Leite (2007).

7 É interessante perceber como a duplicidade da ideia de *risco social* orienta essa lógica. As populações em risco (vulneráveis, em risco social) são também as populações de risco (aquelas que constituem ameaça ao restante da cidade). Essa ideia ambivalente sobre a população pobre - que precisa ser ajudada e controlada justamente devido aos perigos que oferece - justifica uma intervenção maciça nos segmentos «precários» e «indesejados» da sociedade, com vista a ajudar os sujeitos na construção de seus próprios projetos de vida, para que se tornem cidadãos integrados na ordem social e moral dominante, evitando, assim, que ameacem a sociedade, os «cidadãos de bem» (Brazzabeni; Pussetti, 2011).

exceções, como acidentes, como engano, como de responsabilidade dos traficantes («o tiro era da arma de bandido») e, no limite, como efeito colateral necessário. No caso do filho de Dona Clara, o problema era que ele parecia com bandido; no caso da morte de Lucas, a perícia demonstrou que a bala que o atingiu não provinha da arma utilizada pelos policias, mas nada foi dito sobre a forma como a polícia entrou na favela no momento do disparo. Em outras palavras, o que está em questão não é a forma rotineira de a polícia agir na favela, muito menos um modelo de política pública com a presença ostensiva da polícia em favelas, mas sim a necessidade de se evitar erros, exceções.

> Como afirma Das (1997), nas sociedades contemporâneas, a violência e o sofrimento infligidos podem ser interpretados como um preço a pagar pelos indivíduos para vivenciarem sentimentos de pertença identitária e social - uma «teodicéia secular» que funciona quer como instrumento social para enfrentar as frustrações, quer como instrumento de poder para explicar e justificar o sofrimento atribuindo-lhe uma alegada «utilidade social» e «pedagógica» (Brazzabeni & Pussetti, 2011: 5).

Vale destacar que, combinado ao discurso do favelado como uma alteridade radical (por isso, perigosa), o processo de implementação de outras políticas públicas voltadas para *o socia,* no bojo do processo de pacificação também tem contribuído para a legitimação de práticas violentas de policiais. Como pude perceber ao longo da minha pesquisa de campo, nas falas e nas práticas dos policiais, fica clara a possibilidade e a necessidade de coexistência de estratégias de controle (violência) e de cuidado (*social).* Se o meio é degradado, se as famílias são desestruturadas, há os que não têm salvação e aqueles que têm. Dessa forma, quanto mais são oferecidas políticas para o social - apresentadas e consideradas como uma alternativa ao crime -, mais é possível sustentar a necessidade de políticas de repressão para aqueles que não agarram as oportunidades que lhes são disponibilizadas. Em outras palavras, cada um deve ter o que merece: aos *trabalhadores,* o respeito e as políticas sociais; aos bandidos, a violência e a força da polícia. Nesse sentido, o aumento e a diversificação das políticas vinculadas à *pacificação* (que não se restringem à segurança pública) parecem ter como efeito a convivência e o reforço mútuo das estratégias de violência e das estratégias de cuidado, uma vez que a violência será legitimada ou justificada pelo fato de os sujeitos não aderirem aos programas, não aproveitarem as oportunidades.
Nessa lógica, políticas como o Programa UPP, assim como outras destinadas às populações pobres, parecem operar na mesma lógica, a qual reifica a maior exposição desses grupos à dor e ao sofrimento, além de negar esses sentimentos como tais, ao defini-los como mal necessário. A exposição sistemática ao sofrimento é justificada por esse poder que deve *fazer viver* como uma espécie de mal necessário para garantir e promover a ordem e defender a sociedade.

5 - Lidando com o risco, explicando a injustiça

É frente a essa lógica de conceber e lidar com a favela e os favelados, que os moradores, em especial aqueles que já sofreram ou têm pessoas próximas que foram vítimas de violência policial, elaborarão estratégias emocionais e práticas para explicar e conviver com essa exposição rotineira à violência. Aqui, vale esclarecer que, ao falar de *explicação,* não pretendo adentrar nas justificativas para as violências específicas sofridas (a cada caso), mas descrever os sentidos atribuídos à violência policial e as estratégias para lidar com ele.
A morte de Lucas ocorreu em um período de bastante tensão na Cidade de Deus; episódios de entrada da polícia, de trocas de tiros e de prisões de bandidos foram recorrentes nas semanas que antecederam o fato e naquelas que o sucederam. Percebi que a atenção para as atividades rotineiras do Pedro Henrique (o vizinho de 3 anos) era maior; além de evitarem transitar com ele na rua, duas situações, uma com a mãe e outra com a madrinha dele, me chamaram a atenção.
A primeira aconteceu alguns dias após a morte de Lucas. Era por volta de 16h e Pedro Henrique brincava com seus carrinhos, instrumentos musicais infantis e bonecos no pequeno quintal da casa da madrinha. Em geral, o portão que dá acesso à rua fica aberto para facilitar a entrada dos amigos que chegarem. Normalmente, Pedro

Henrique entra e sai de casa, alternado suas brincadeiras no espaço do quintal e na calçada, de onde é visto pela janela da frente da casa da tia. Os vizinhos adultos já o conhecem e sempre interagem com ele quando passam e, algumas vezes, crianças das casas vizinhas brincam com ele na calçada. Nesse dia, Pedro Henrique brincava no quintal e, como de costume, o portão estava *encostado* (sem trancar). Como estava acostumado, o menino levou um de seus brinquedos para a calçada e começou a brincar. Eu vi a cena e achei normal; ele estava na calçada, no meu campo de visão. A madrinha foi ao quintal e não o viu. Rapidamente abriu o portão, colocou o menino no colo e disse para ele: «eu já falei que é não pra você ficar na rua!». Pedro Henrique, com uma cara de assustado e não conseguindo entender as razões daquela ordem, ficou parado. A madrinha, como que falando sozinha, reforça: «eu já avisei. Parece que não vê como as coisas estão. Corre o risco de tomar um tiro, de acontecer igual o outro menino».

Ela se referia ao Lucas, uma criança inocente, que morreu enquanto andava de bicicleta. Portanto, tendo em vista o pouco tempo da morte de Lucas e a tensão com a polícia que já vinha das semanas anteriores, a madrinha de Pedro Henrique não deixava mais que ele brincasse na rua, medida adotada para proteger a integridade física da criança e evitar algo mais grave.

O segundo episódio também ocorreu com o Pedro Henrique , quando ele brincava sozinho, como se estivesse em combate e segurando uma arma imaginária (que, naquela ocasião, era representada por uma vassoura). Ele brincava e dizia: «eu vou te matar, pá, pá», corria pela casa e fingia se esconder. Num dado momento, a brincadeira impediu que a madrinha prosseguisse com as atividades, então ela disse: «para com isso, para de brincar com isso». Ele, desapontado e irritado, disse: «pá, pá, eu vou chamar a polícia pra você». No mesmo instante, ela interrompeu suas atividades e com o semblante sério disse: «para com isso, menino, não pode falar essa bobagem, para de falar bobagem». Pedro Henrique, um pouco assustado, deixou a vassoura de lado e foi procurar algo para comer. Eu já tinha visto Pedro Henrique fazer brincadeiras como essa diversas vezes, sem que nenhum adulto o repreendesse. Dessa vez estava claro o clima de tensão que daquele momento; não era indicado falar sobre polícia e era melhor evitar que a criança também o fizesse, evitando qualquer problema ou mal entendido. Me dei conta, então, que nos períodos de maior tensão os assuntos sobre polícia, bandidos, UPP e tiroteios eram evitados.

No que tange aos sentidos e explicações atribuídos aos episódios de violência policial, as falas mais recorrentes e enfáticas são aquelas de descrença sobre a possibilidade de denunciar, de ter sua denúncia ouvida e obter soluções e/ou respostas, sobretudo institucionais. A fala «a gente já sabe onde vai dar essa investigação» é expressiva dessa falta de perspectiva. Os moradores sabem que suas críticas e as injustiças sofridas provavelmente não provocarão ações institucionais efetivas. Entretanto, acredito que essa falta de perspectiva para a resolução justa não significa uma aceitação pura e simples. O fato de essas certezas se tornarem assunto recorrente entre os próprios moradores e de serem reiteradas ao longo de conversas com pessoas «de fora» (como eu) é uma forma de deixar evidente que eles sabem claramente em quais relações de poder estão imersos, bem como os limites de suas possibilidades de denúncia. Nesse sentido, as falas de Dona Clara são emblemáticas, pois combinam a indignação e a clareza dos limites do que pode ser feito: «Eu estava na porta, olhando pra ver o que estava acontecendo e um dos policiais falou pra mim: 'entra pra casa, sua vadia!'. Eu fiquei com tanta raiva que até chorei, mas falei pra ele: 'vocês não podem fazer isso, eu sei dos meus direitos, vocês têm que nos proteger!'. E o policial respondeu: 'tá vendo essa farda aqui? Ela não é pra te proteger, não; ela é pra me proteger de gente como você. E entra pra casa, sua vadia!'. Quando é assim, a gente tem que entrar e, se começar tiro, tem que deitar no chão. [...] mas eu sei dos meus direitos, eu falo mesmo, eu não deixo eles baterem nos meus filhos, eu não tenho medo de morrer, não. Eu sou pobre, favelada, mas eu sei dos meus direitos».

Outro ponto bastante recorrente nas falas dos moradores sobre a violência policial é o questionamento sobre a falta de critérios dos policias, que não distinguem *trabalhadores* e *bandidos.* No relato de Dona Clara, o tom de denúncia e indignação refere-se às ações arbitrárias e violentas da polícia contra os moradores *trabalhadores.* Se o processo de pacificação deveria representar uma mudança também na forma de agir da polícia, na prática, ele não trouxe mudanças efetivas nesse sentido, uma vez que a violência policial persiste. Entretanto, no questionamento feito pela moradora acerca da violência e da falta de respeito dos policiais com os moradores de favelas fica evidente a percepção de que essa é uma forma injusta de tratar os moradores *trabalhadores*

«porque eles não querem saber se é trabalhador ou se é bandido». O ponto central do questionamento ou da revolta não está na forma da polícia agir, mas sim na falta de um critério, na indistinção entre *trabalhadores* e *bandidos*, reunindo todos sob a mesma categoria de *favelados* e dispensando a todos o mesmo tratamento. Em geral, «as críticas são antes ao caráter indiscriminado da ação que não distingue entre 'gente de bem' e 'marginais' [...] criticam menos a violência policial em si e mais a falta de seletividade de seu objeto» (Machado da Silva & Leite, 2007: 572).
A constatação de uma «filtragem» incorreta e dos limites de suas denúncias expressa a clareza que têm sobre o lugar que ocupam no espaço social. Como destaca Vianna (2014) a respeito de etnografia realizada junto a parentes de vítimas mortas pela polícia:

> O registro do perigo rotineiro que aparece nessas falas está atravessado sempre pela percepção de se estar localizado em um ponto de margem, sendo alvo de ações discricionárias e estando sujeito a regulações singulares pelo «Estado», materializado, sobretudo, na polícia militar, seja por meio de controles da vida cotidiana considerados invasivos nas áreas «pacificadas», seja de achaques, risco de execução ou «bala perdida» em quaisquer favelas.

A clareza do lugar social que ocupam não parece indicar uma banalização ou ignorância frente a essa violência, mas o *trabalho do tempo* ao longo de suas vidas. Com efeito, para os sujeitos que vivem expostos a esses riscos, «a vida tem de ser vivida até o futuro, ainda que tenha de ser entendida desde o passado. Nesse projeto de reconstruir suas vidas, podem utilizar a noção de *sanar* não como cura, senão como uma relação com a morte» (Das, 2008: 456), seja ela literal ou social e moral.

6 - Considerações finais

Apesar das assimetrias que marcam essas relações, é possível decantar das falas dos moradores a construção cotidiana de estratégias para explicar essa violência, assim como para se protegerem dela. Ao mobilizar o conceito de sofrimento social para compreender as falas deles sobre os episódios de violência policial, pude perceber que o sofrimento diante da morte de um parente ou da violência sofrida por um filho tem relação com processos sociais e políticos. Com a política de *pacificação*, a possibilidade de infligir e legitimar o sofrimento, decorrente da violência policial, está estreitamente relacionada ao processo de construção das UPP como alternativa eficiente, legítima e viável para a concretização da utopia da cidade pacificada.
O efeito dessa imagem-efeito (Fridman, 2014) tem sido obscurecer e legitimar a violência policial. Os moradores afirmam que após a UPP os tiroteios diminuíram muito, o que melhorou a vida, mas as mortes, violências e arbitrariedades continuam a ocorrer e continua a dificuldade para denunciá-las e esclarece-las. O que há de novo nesse cenário é o fato de ele ser mais legitimado pela população em geral, ou seja, «a *pacificação* funciona persuasivamente muito mais para fora do que para dentro das favelas» (Fridman, 2014). É desse modo que é possível expor esses sujeitos ao sofrimento e ignorá-lo.
Sobre essa impossibilidade de reconhecer a dor do outro, Veena Das (1998; 1999) retoma as discussões de Wittgenstein e Stanley Cavell sobre as formas de vida, para pensar a dor e o reconhecimento da dor do outro. Cavell sugere que a ideia de formas de vida, proposta por Wittgenstein, pode ser lida de duas maneiras, em dois sentidos: um horizontal e outro vertical. O primeiro está relacionado à noção de diversidade humana (refere-se ao fato de as instituições sociais, como o casamento, por exemplo, variarem de uma sociedade para outra) e o segundo sentido, o vertical, marca o limite do que é considerado humano em uma sociedade e fornece os critérios aplicados aos outros. Das (1998; 1999) retoma tal discussão para pensar a violência e o sofrimento no processo de Partição da Índia e do Paquistão, apontando para o fato de que praticar a violência e causar a dor ao outro define os limites da própria vida, daquilo que é considerado humano e não humano; tem a ver com a classificação vertical das formas de vida. Nesse sentido, não reconhecer a dor de alguém que afirma que sente dor não é um fracasso intelectual ou uma impossibilidade da linguagem, mas um fracasso espiritual, na medida em que revela o não reconhecimento da humanidade desse outro (Das, 1998).

Como afirma Butler (2011), a incapacidade de reconhecer a dor do *outro* diz de uma incapacidade de reconhecer e conferir humanidade a esse *outro*. «A insensibilidade humana à dor e ao sofrimento torna-se o mecanismo por meio do qual a desumanização se consuma» (Idem: 30). É importante destacar que esse não reconhecimento da dor do outro não ocorre da mesma forma em todos os grupos sociais; ao contrário, há «formas diferenciales de reparto [del duelo] que hacen que algunas poblaciones estén más expuestas que otras a uma violência arbitraria» (Butler, 2006: 15). E a distribuição diferencial da dor revela qual classe de sujeito tem sua dor reconhecida e, consequentemente, quem é humano e quem não é (Butler, 2006).

> ¿Qué es real? ¿Qué vidas son reales? ¿Cómo podría reconstruirse la realidad? ¿Aquellos que son irreales ya han sufrido, em algún sentido, la violencia de la desrealización? ¿Cuál es entonces la relación entre la violência y esas vidas consideradas «irreales»? [...] Así, si la violencia se ejerce contra sujetos irreales, desde el punto de vista de la violencia no hay ningún daño o negación posibles desde el momento en que se trata de vidas ya negadas. [...] Son vidas para las que no cabe ningún duelo porque ya estaban perdidas para siempre o porque más bien nunca «fueron», y deben ser eliminadas desde el momento en que parecen vivir obstinadamente em ese estado moribundo (Idem: 59-60).

Sem a capacidade para reconhecer a dor, perdemos a possibilidade de estabelecer laços com o Outro e nos opor à violência. É nesse sentido que parece caminhar a construção da favela e do favelado como alteridade radical, diante da qual é possível não só não reconhecer o sofrimento, mas infligi-lo constante e cotidianamente.

7 - Bibliografia

Das, V. (2008). Sufrimientos, teodiceas, prácticas disciplinarias y apropiaciones. In, ORTEGA, F. (org.). *Veena Das*: sujetos del dolor, agentes de dignidade. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Instituto Pensar.

Das, V. (2008b). Lenguaje y cuerpo: transacciones en la construcción del dolor. In, ORTEGA, F. (org.). *Veena Das*: sujetos del dolor, agentes de dignidade. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Instituto Pensar.

Das, V. (1999). Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* 14(40).

Birman, P. (2008). Favela é comunidade? In: Machado, L. *Vida Sob Cerco*: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Birman, P.; Leite, M. (Orgs.) (2004). Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz. Brasília: Pronex/CNPq; Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Brazzabeni, M.; Pussetti, C. (2011). Sofrimento Social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. *Etnográfica,* Lisboa, 15 (3).

Butler, J. (2006). *Vida Precaria*: el poder del duelo y la violência. Trad. de Fermín Rodríguez. Buenos Aires: Paidós.

Foucault, M. (1988). *História da Sexualidade I:* a vontade de saber. 18a ed. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (2008). *Nascimento da Biopolítica*: curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (1999). *Em Defesa da Sociedade*: curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes.

Fridman, L. C. (2014). Delegação de poder discricionário: o sonho de paz. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, 7*, p. 611-622.

Gonçalves, R. (2013) *Favelas do Rio de Janeiro* – História e Direito. Rio de Janeiro: editora Pallas.

Kant de Lima, R.; Misse. M.; Miranda, A. P. (2000). Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal. *BIB,* Rio de Janeiro, 50.

Leite, M. (2012). Da "Metáfora da Guerra" ao Projeto de "Pacificação": favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista de Segurança Pública*, 6(2). São Paulo,.

Machado da Silva, L. (2010). Violência Urbana, Segurança Pública e Favelas - o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno* CRH - UFBA (impresso), 23, p. 283-300.

Machado da Silva, L. (2011). Polícia e Violência Urbana em uma Cidade Brasileira. *Etnográfica (Lisboa)*, *15*, p. 67-82.

Machado da Silva, L. A.; Leite, M. (2007). Violência, Crime e Política: o que os favelados dizem quando falam desses temas? *Sociedade e Estado*, 22(3). Brasília, p. 545-591.

Misse, M. (1993). Crime e Pobreza: velhos enfoques, novos problemas. *Anais do Seminário Brasil em Perspectiva: Os Anos 1990.* Rio de Janeiro.

Motta, L. (2014). Como tem sido possível fazer convergir o social e a segurança: notas preliminares de uma etnografia no Centro de Referência da Juventude da Cidade de Deus-RJ. *38° Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu.

Oksala, J. (2010) Violence and the Biopolitics of Modernity. *Foucault Studies*, 10.

Rodrigues, A.; Siqueira, R.; Lissovsky, M. (2012). Unidades de Policia Pacificadora: debates e reflexões. *Comunicação do ISER,* 67.

Secretaria do Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH). (2014). *Juventude*. Disponível em: http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo? article-id=971945. Acesso em: 28 de julho de 2014.

Unidade de Polícia Pacificadora – UPP-RJ. (2014). Unidade de Polícia Pacificadora. Disponível em: http://www.upprj.com. Acesso em: 15 de junho de 2014.

Valladares, L. (2005). *A Invenção da favela*. Rio de Janeiro: FGV.

Vianna, A. (2014). Violência, Estado e Gênero: Entre corpos e corpus entrecruzados. In: Antonio Carlos de Souza LIma; Virgia Garcia-Acosta. (Org.). Margens da Violência: Subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicano e brasileiro. Brasília: ABA, 1.

"Reabilitação", controle e punição – o caso dos programas correcionais para os condenados federais no Canadá

Izabella Lacerda Pimenta[1]

Resumo: O trabalho refere-se a uma análise etnográfica acerca do sistema de justiça criminal canadense através da perspectiva comparada. São focalizados os programas correcionais "recomendados" para condenados sob a custódia da justiça federal de acordo com seus respectivos planos correcionais. A reflexão é conduzida de modo a privilegiar o contraste entre os preceitos e a visão do Estado e de organizações não-governamentais que atuam na realização dos programas correcionais para os apenados em liberdade condicional, bem como os próprios sentenciados que participam destas iniciativas. A interlocução com os últimos atores permite contrastar a visão correcional do Estado com os dilemas da vida cotidiana enfrentados por eles. Busca-se, nesta direção, compreender como essas formas de controle podem ser lidas como modos de punição, uma vez que a participação não é obrigatória, mas orienta a concessão, ou não, de benefícios dentro e fora do cárcere. De um lado, temos o Estado como uma entidade "compromissada" com a "reabilitação" dos condenados, disponibilizando programas correcionais diversos, assim como as ONGs que recebem investimentos governamentais para desenvolver tais iniciativas. De outro lado, há os presos em liberdade condicional que, diante de alguma violação das regras, ficam passíveis de serem responsabilizados e punidos pelo Estado em razão da não participação nos programas. De maneira geral, as políticas correcionais colaboram para favorecer o aumento da taxa de encarceramento e a expansão dos estabelecimentos prisionais naquele país.

Palavras-chave: sistema de justiça criminal; programas correcionais; "reabilitação"; controle; punição.

O presente trabalho é fruto de uma experiência etnográfica. Assim sendo, guardadas as singularidades de cada um dos casos que acompanhei durante o trabalho de campo, longe de buscar generalizações para empacotar em modelos explicativos os contextos etnográficos e suas variadas dimensões, leituras e possíveis releituras, devo pontuar que a pretensão da antropologia é a "construção de teorias de médio alcance" (Oliveira, 1995). Os dados que aqui se seguem foram construídos em uma organização não-governamental em Ottawa, Canadá, durante os anos de 2012 e início de 2013, bem como no *Correctional Service of Canada* (CSC), mais especificamente na *Ethnocultural Services Section* onde atuei como pesquisadora e estagiária. Em ambos os campos realizei parte da pesquisa de doutorado em Antropologia[2] com vistas a compreender algumas dimensões correlatas às políticas públicas de emprego para presos e egressos do sistema prisional.

---

1 Doutora e Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, Brasil (2014) e pesquisadora visitante do Departament of Criminology - University of Ottawa (Canadá) (2012). Pesquisadora do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (InEAC - INCT) e do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP). Tem experiência na área de Antropologia do Direito e Cultura de Trabalhadores, atuando nos temas: direito e mercado de trabalho, cidadania, trabalhadores urbanos, egressos do sistema prisional, justiça criminal, sistema penitenciário, segurança pública.
lacerda.pimenta@gmail.com

2 Doutorado sanduíche com bolsa concedida no período de Abril de 2012 a Março de 2013 pelo PDSE - Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduíche – da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Pesquisadora visitante do Departamento de Criminologia da Universidade de Ottawa, sob a supervisão do Professor Daniel dos Santos.

A *ONG Ottawan*[3]

Antes da nossa análise propriamente dita é importante salientar alguns aspectos sobre a organização onde foi realizada a pesquisa. A *ONG Ottawan* é uma organização não governamental criada na segunda metade do século XX, cujo financiamento consiste em uma combinação de concessão anual de fundos de variados departamentos do governo, como o Departamento de Segurança Pública, doações de particulares e projetos diversos com o governo canadense. A despeito de ser uma organização não-governamental, não se verifica a existência de uma organização autônoma, desvinculada do Estado. O recebimento de recursos de variados setores do governo, a manutenção de projetos e de parcerias com o Estado são elementos que repercutem significativamente na sua própria forma de existência, o que se reflete, por exemplo, na adoção de algumas categorizações, padrões e formas de tratamento. ONG e Estado compartilham, inclusive, de semelhantes sistemas de punição e controle disciplinar, conforme veremos.

Esta ONG foi pensada como espaço privilegiado para a pesquisa empírica porque é uma das principais organizações voltadas quase que exclusivamente para presos e egressos não somente em Ottawa, contando com escritórios em outras cidades canadenses, tendo em vista "oferecer serviços capazes de auxiliar na integração pró-social das pessoas ao final de suas sentenças, sobretudo, e prevenir que os indivíduos entrem em conflito com a lei". Os serviços e os programas são oferecidos para os "clients" [4], geralmente pessoas cumprindo sentença ainda nas prisões e penitenciárias ou fora delas, isto é, na "community". Os programas são ofertados para esses indivíduos rotulados como "at risk" no sentido de auxiliá-los a viver "within the law".

O governo e as organizações que trabalham para o governo rotulam o preso em *high, medium* ou *low risk offender*. A aplicação de questionários quantitativos é a forma utilizada para se chegar a essa classificação que vai desde o início até o final do cumprimento da sentença. Há uma série de fatores considerados estáticos ou dinâmicos na composição do "criminal profile" de cada prisioneiro. Para cada pergunta respondida, um número é atribuído. Assim, ao final, o "offender" terá o seu "score" e consequentemente a sua classificação em um dos três níveis mencionados acima. Isso traz impactos diretos para o "correctional plan" e a recomendação de "correctional programs" específicos, bem como a sua alocação nas instituições prisionais de acordo com suas "necessidades". Somente para exemplificar, pergunta-se se o "offender" já chegou atrasado ao trabalho. A resposta sendo positiva representa um baixo desempenho no trabalho, especialmente se o motivo do atraso está associado ao consumo de álcool. Como podemos observar:

> Evidências de uma ética de trabalho pobre também podem ser tomadas a partir de um fraco desempenho no trabalho (por exemplo, (...) a casa é descrita como mal conservada, ele /ela está sempre atrasado ou de ressaca no trabalho, na escola ou em casa, este sujeito pode ter sido demitido de vários empregos por conta do fraco desempenho no trabalho). (CANADA, Commissioner's Directive 705-6 - Correctional Planning and Criminal Profile, 2013)

Os variados programas vão desde assistência psicológica; suporte na busca de emprego, treinamento profissional e moradia; programas voltados para escolarização, para tratamento de vícios relacionados a álcool e/ou drogas; programas correcionais; etc. Diante dessa amplitude e tendo em mente meu interesse pela temática do trabalho após o encarceramento, fiz meus investimentos de pesquisa nesta organização.

---

3 Opto por utilizar nomes fictícios com vistas a ajudar na manutenção do anonimato dos interlocutores pesquisados, exceto no caso de instituições governamentais.

4 A categoria "client" é utilizada em campo para referenciar o público geral dos programas de emprego, assim como dos programas correcionais. Em sua maioria, estamos tratando de homens com baixa escolaridade, com idades variando entre 18 e 35 anos, recebendo (na maioria das situações) remuneração mínima estipulada pelo governo - *minimum wage* – ou seguro social. A maior parte deles já desenvolveu algum tipo de trabalho. Outros combinam uma vida associada ao trabalho e à prática de delitos eventuais. Outros abandonam o trabalho formal para se dedicar ao crime enquanto atividade capaz, dentre outras coisas, de gerar provisão pessoal e/ou para os membros da família.

Recebi autorização para a realização da pesquisa no programa de pré-emprego e, posteriormente, no programa de emprego. Esse primeiro investimento etnográfico foi extremamente valioso em razão do ambiente mais informal daquele programa, o que propiciou o estabelecimento de relativa proximidade junto aos "clients". Depois de inúmeras negociações acompanhei diversos casos nos dois programas, permitindo o recorte que aqui se segue.

Em termos gerais, no programa de emprego observei todas as etapas daquele serviço com diversos egressos que buscavam trabalho. Eu procurava adequar minha agenda para acompanhar a primeira etapa – a triagem – e as etapas seguintes com os mesmos egressos junto a uma das consultoras de emprego que, em suas respectivas salas, entrevistavam os "clients" por cerca de uma hora com o intuito de coletar informações para a elaboração dos currículos. A quantidade de encontros após a triagem variava de indivíduo para indivíduo, de acordo com suas demonstrações de interesse em trabalhar e sinais associados à veracidade desse desejo como, por exemplo, não comparecer atrasado em algum dos encontros. Além de observar esses encontros, conversava informalmente com muitos interlocutores no prédio da organização e marcava algumas entrevistas em cafés. Em termos da construção dos dados também dialogava com os funcionários do projeto de emprego, bem como realizei algumas entrevistas ao final da pesquisa na intenção de compreender os ordenamentos práticos e simbólicos daquela iniciativa.

O programa de emprego tomava parte do meu tempo na ONG, todavia possibilitava a minha observação e interação, muitas vezes privilegiada, com os "clients" do *Total Pre-Employment Program*. No programa de pré-emprego era possível observar um constante vai e vem de pessoas entre funcionários, visitantes e "clients" de variados programas. Foi neste espaço que tomei conhecimento dos programas correcionais ofertados na ONG, podendo acompanhar algumas sessões. Ademais, foi no programa de pré-emprego que consegui desenvolver mais aprofundadamente as minhas interlocuções, rendendo muitas conversas informais em variados momentos de sociabilidade e entrevistas.

Como o nosso objetivo aqui é entender especificamente práticas voltadas para a "reabilitação" dos condenados e seus efeitos no caso dos programas correcionais ofertados na ONG, não vamos descrever com mais detalhes os programas acima referidos e que geraram dados complementares aos que se seguem, passíveis de serem trabalhados em outro momento. Uma vez explicitado o contexto onde foram construídos os dados, passamos a focar um caso etnográfico a partir de um programa correcional.

Triple A Program (AAA): the alternatives, associates, and attitudes

O *Triple A Program* é oferecido por um funcionário da *ONG Ottawan* em dois dias específicos da semana, ao final do dia. O público é composto por "clients" em liberdade condicional. O objetivo principal é "reabilitá-los e torná-los cidadãos seguidores da lei", segundo gestores da organização e do próprio CSC, em termos mais amplos: "a premissa básica da Missão e do Mandato do CSC é proteger a sociedade através da reabilitação dos infratores. A provisão dos programas para os infratores é um dos principais mecanismos para enfrentar as necessidades criminógenas dos infratores (por exemplo, os fatores que contribuem para a criminalidade dos infratores)." (Correctional Service of Canada, 2005, p.29)

É relevante pontuar que os "clients" participam do programa por recomendação do *Parole Board of Canada* (PBC), instituição responsável pela formulação e aplicação de condições a serem seguidas por cada preso federal em liberdade condicional. Este tipo de programa é considerado pelos funcionários da ONG um elemento importante para a prevenção e intervenção no caso de "homens e mulheres envolvidos ou em risco de envolvimento com o sistema de justiça criminal". Este serviço de "reintegração social", mais particularmente o *Triple A Program,* costuma ser voltado normalmente para réus primários ou para aqueles considerados de "baixo risco".

Hannah-Moffat (2005) apresenta uma análise das discrepâncias envolvendo teorias do risco e da punição, bem como das estratégias emergentes na identificação e gestão do risco e das necessidades dos apenados. Ela defende que os conhecimentos acerca do risco são fluidos e flexíveis, o que possibilita abarcar uma série de estratégias penais. Neste sentido, ela faz um exame em torno dos significados do risco e seus usos nas classificações dos presos. Ademais, mostra como o conceito de necessidade é fundido com o conceito de risco,

como a necessidade reconstrói o risco e revitaliza o tratamento correcional como uma eficiente estratégia de minimização de risco, admitindo, por exemplo, (e dentre outras coisas) intervenções terapêuticas. A partir disso, a autora aponta que as categorizações baseadas em risco/necessidades e as estratégias de gestão subsequentes fundamentam a emergência de novas políticas de punição, nas quais as peculiaridades dos indivíduos são colocadas em segundo plano, dada a competição por recursos limitados. Isso tem efeitos na redistribuição das responsabilidades de quem gerencia risco/necessidades e legitima estratégias penais menos inclusivas e mais excludentes.

Nesta direção, a classificação oficial utilizada pelo governo canadense em torno da gestão e das políticas prisionais não é assumida pelos interlocutores pesquisados. Praticamente todos os "clients" com os quais tive contato não concordam com a forma pela qual o Estado atribui "scores" aos apenados, classificando-os como "low risk, medium risk, high risk", tanto no início como ao longo do cumprimento da sentença.

Os Programas Correcionais e a Fatia do Bolo

Zeki é um "parolee", ou seja, um condenado federal em liberdade condicional sob a custódia do *Parole Board of Canada*, vivendo sob determinadas condições que, se forem violadas, pode resultar novamente no encarceramento. Ser um "parolee", estar "on parole" indica ter recebido uma sentença a nível federal - período mínimo de dois anos e um dia - a ser cumprida, ainda que parcialmente, numa penitenciária[5]. O "parolee" é, pode-se dizer, um sujeito liminar, ou melhor, alguém que se encontra em uma fase liminar prolongada (Turner, 2005), a liberdade condicional. Estar na margem (Van Gennep, 1978) ou, nos termos de Turner (2005), estar no *limen*, implica uma série de restrições dependendo do registro criminal. De modo geral, os "parolees" não podem manter amizades com outros condenados, ou seja, pessoas que tenham um registro criminal. Nessa lógica, o "parolee" em supervisão pode ser entendido como uma "*persona* liminar" contaminada e, por isso mesmo, potencialmente contaminadora (Douglas, 1966 *apud* Turner, 2005).

Como não está na penitenciária, Zeki não é um presidiário. Por outro lado, ele também não é um "cidadão" canadense como os demais. Ele vive sob a supervisão, sob a custódia do PBC até que, quiçá possa ser algum dia considerado um "law abiding citizen". A única certeza é que ele continuará, até a suspensão do seu registro criminal, um "ex-convict". E, isso se, nesse interregno de tempo ele não incorrer em uma nova sentença ou violar uma das condições.

Conheci Zeki quando assisti a uma das sessões do *Triple A Program: (AAA) the Alternatives, Associates and Attitudes,* ministrada por um funcionário da ONG. Eu havia me interessado por assistir pelo menos algumas sessões. Primeiramente, porque poderia ser uma forma de estabelecer interlocução, bem como entender, sob outras perspectivas, algumas das exigências do "criminal justice system"[6] na supervisão dos "offenders", pois o programa é voltado para presos em liberdade condicional. De fato, existia o meu anseio de acompanhar na prática um "correctional program", ampliando as possibilidades de realização da etnografia. Ademais, na

---

5 No caso dos condenados a nível provincial – sentenças inferiores a dois anos – a pena, quando em regime fechado, é cumprida em prisões, e não penitenciárias. Além disso, os apenados a nível provincial, quando em liberdade condicional estão *"on probation"*.

6 O "criminal justice system" do Canadá é constituído por três partes principais: "legislative", que prevê a criação de leis; "adjudication", na qual figuram os tribunais; "corrections", configuradas pelas prisões, penitenciárias, "probation" e "parole". O trabalho realizado nestes três âmbitos é integrado no "criminal justice system" e tem como precípua a manutenção do "rule of law". Em contraste com a situação brasileira, em que desde a década de 1870, temos separadas "(...) a polícia da Justiça, a segurança pública do processo criminal, e se cria o inquérito policial, inquisitorial, monológico, de responsabilidade do Executivo, como uma fase preliminar de 'formação de culpa' para informar, administrativa e juridicamente, os procedimentos de um processo judicial posterior, conduzido sob o princípio e a lógica do contraditório, a ser executado pelo Judiciário (LIMA, 1995a; MISSE, 2010). Ou seja, o inquérito policial, inquisitorial, se encarrega de filtrar os conflitos a serem administrados pela Justiça, separando-os daqueles que não devem passar da esfera policial, ou por causa de sua gravidade ou por causa da pessoa dos envolvidos ou, ainda, devido à aplicação de outros critérios, oficiosos, internos, à corporação, opacos à sociedade em geral." (Kant de Lima, 2013, p.557)

universidade, eu costumava participar de discussões sobre o assunto e no CSC, tive acesso a um recorrente debate que procurava dimensionar a relevância dos programas correcionais, dentro e fora das instituições, em consonância com o mandato daquela agência:

> 3. O objetivo do sistema penitenciário federal é contribuir para a manutenção de uma sociedade justa, pacífica e segura através de (a) execução das sentenças impostas pelos tribunais por meio de uma custódia segura e humana e a vigilância dos infratores; e (b) apoio à reabilitação de infratores e reintegração na comunidade como cidadãos cumpridores da lei através da oferta de programas nas penitenciárias e na comunidade. (CORRECTIONS AND CONDITIONAL RELEASE ACT, 1992)

A estratégia correcional é baseada no conceito de que os "offenders" precisam dos programas correcionais do CSC, cujo foco é a efetiva "reintegração na comunidade". A premissa básica é de que

> Boas correções significam, com efeito, a redução bem sucedida do risco de reincidência e este deve ser realizado através de: 1 – assistência do infrator quanto ao atendimento de necessidades relacionadas especificamente ao seu comportamento criminoso, de modo que a probabilidade de reincidência seja reduzida; 2 – investimento em programas para este fim e incentivos para os infratores participarem dos mesmos a fim de corrigirem seus comportamentos criminosos; 3 – tais programas se concentram em mudar crenças, atitudes e comportamentos que se relacionam com o comportamento criminoso. (FABIANO, 1991, p. 105 *apud* DUGUID, 2000, p. 196))

Após a sessão apresentei-me ao interlocutor e caminhamos juntos até a parada de ônibus. Durante o caminho, conversamos sobre aquela iniciativa e algumas de suas impressões sobre o "criminal justice system" do Canadá, impressões essas que tinham por base sua trajetória pessoal no sistema. A partir disso, consegui estabelecer uma interlocução com Zeki durante alguns meses, até o meu retorno para o Brasil, sendo que em um dos nossos encontros consegui realizar uma entrevista em um dos cafés de Ottawa.

A sua participação referido programa é uma condição imposta por seu "parole officer" ("P.O."), por se tratar de um preso em liberdade condicional e reincidente no sistema prisional, condenado, dentre outras coisas, por "breaking and entering"[7]. No final de 1995, Zeki começou a cumprir pena no sistema penitenciário federal canadense. Em 2012, cumpria liberdade condicional pela quinta vez. Suas sentenças nunca chegaram até o final porque ele sempre acabava violando alguma das condições impostas pelo *Parole Board of Canada*, sendo encarcerado novamente, o que o tornava, segundo suas próprias palavras, "illegally at large".

Ao todo, Zeki teria passado cerca de 10 anos de sua vida no sistema ("A two years sentence became a ten years sentence"). Além do programa, ele havia sido um "client" do *On the top Employment Services,* referido por seu "P.O.". Por seu desempenho no programa, conseguiu acessar amplamente os serviços oferecidos e está trabalhando regularmente na remoção da lã de amianto no setor da construção civil. Durante uma de nossas conversas, Zeki chegou, inclusive, a elogiar o trabalho realizado no programa de emprego. Atualmente, diz estar cansado da prisão e interessado em concluir, pela primeira vez, o período de liberdade condicional. Conforme afirma: "Agora, eu estou ficando mais velho e estou cansado de ficar preso. Eu tenho 53 anos de idade."

Zeki, que já havia participado de outros programas correcionais, acredita que o governo não está realmente preocupado com os presos e, por consequência, com a sua plena "reinserção" na sociedade. Com base em sua experiência, encara os programas correcionais como uma forma de utilização do dinheiro público para a criação de empregos em variados setores do governo e de organizações, como a *ONG Ottawan*:

---

7 "Breaking and entering" consiste na invasão de domicílio com a intenção de cometer um crime e está previsto como uma ofensa grave na seção 348 do Código Penal do Canadá.

> Você prestou atenção em quem ministra o programa? É uma funcionária da ONG que recebe um pagamento do governo para estar lá trabalhando. Essa funcionária, para ocupar esse cargo, teve que passar por um treinamento oferecido pelo CSC. Quem dá esse treinamento é outra pessoa. É um funcionário do CSC, que também é pago para isso. Tem dinheiro do governo movimentando isso tudo. E por que a gente está lá assistindo a esse programa? Porque precisa de "clients" para isso. Sempre vão recomendar que os "offenders" em liberdade condicional participem destes programas que são praticamente todos a mesma coisa, com o mesmo conteúdo, só que com nomes diferentes e instrutores diferentes. Mas, tem que alimentar o "business", correto? Afinal de contas, todo mundo quer ter uma fatia do bolo ou tem que receber uma fatia desse bolo.

Durante a entrevista, realizada em outro momento da pesquisa, o interlocutor discorreu um pouco mais sobre o sistema de justiça criminal, apontando alguns de seus propalados efeitos perversos. Segundo a sua interpretação, os condenados canadenses têm permanecido cada vez mais tempo no cárcere. Nesta linha, Donohue & Moore (2009) explicitam:

> Sanções de longo prazo, ao invés da reabilitação participativa (...), são recomendadas a fim de manter as comunidades seguras. Subjacente a estas sanções de longo prazo não há uma promessa de curar ou de mudar aquele que foi punido. Ao invés disso, os infratores aqui descritos são elencados como inatos, embora insidiosos, as coisas ficam mais seguramente guardadas quando afastadas em prateleiras pelo maior tempo possível (Bauman, 2007). O infrator é o objeto da retórica punitiva. (p. 321)

Isto posto, se verifica igualmente a ampliação do número de estabelecimentos prisionais, como sublinha o referido interlocutor:

> Eles querem que você saia e retorne para a prisão. Não se esqueça de que isso é um grande negócio! Se nós pararmos de retornar para a prisão, eles terão que cancelar muitos programas, muitos funcionários. É uma roda. E, toda vez que você é preso isso custa seis mil dólares para o governo, mas, de fato, custa apenas uma porcentagem disso. É um grande círculo, um grande negócio. Eles contratam mais pessoas porque eles precisam de mais funcionários e mais programas. Quanto mais eles tentam nos mudar, mais eles fodem com a gente. Eu consigo ver a hiprocrisia nisso tudo. Os empregos relacionados à segurança são um grande negócio. (…) Eles querem globalizar todos nós. Isto é muito superficial. Eles provavelmente sabem disso. Todo mundo quer um emprego na área de segurança. Há hipocrisia nos dois lados. O sistema como um todo é muito hipócrita. A sociedade é hipócrita também.

A esse respeito, cabe citar que, durante conversa com um estudante de criminologia que trabalhava no CSC, ao mencionar o interesse em cursar uma disciplina sobre a abolição das prisões, fui orientada a não sair falando sobre o assunto com qualquer funcionário da instituição: "se não houver prisões no futuro será o fim do nosso negócio. Todos os empregos, estas pessoas trabalhando aqui... O CSC existe porque nós temos pessoas na prisão. E, você sabe como eles mantêm o andamento dos negócios: encarcerando mais pessoas e criando mais penitenciárias." Curiosamente, ele terminou a conversa esquivando-se da autoria de seu conselho com a seguinte frase: "Olha, eu não disse nada, OK?"

No que diz respeito à ampliação do número de estabelecimentos prisionais, é possível apontar uma contradição paradigmática na questão. Isso porque, enquanto os números da criminalidade decrescem no Canadá, o

número de estabelecimentos prisionais aumenta, bem como o tempo médio das sentenças (Piché, 2013)[8]. Essa contradição aparentemente ilógica passa a fazer algum sentido quando associada à dimensão do "business" que, segundo alguns interlocutores, atravessaria o CSC. Era comum, neste sentido, ouvir gestores e funcionários da agência estatal referindo-se ao trabalho ali desenvolvido como "business", o que inicialmente causava-me estranhamento pelo fato dos estabelecimentos prisionais canadenses não serem privatizados. A esse respeito, um funcionário afirmava que o trabalho nem sempre era o elemento mais importante para um "offender" se tornar um "law abiding citizen". Orientado pela lógica correcional vigente no CSC, ele explicava (tentando me convencer sobre) a importância dos programas correcionais na "reabilitação" dos presos e egressos, a partir de fatores como "risk and needs", identificados no plano correcional[9]. De acordo com a sua perspectiva, não adianta pensar em trabalho para um preso que tenha cumprido sentença por agressão doméstica porque, antes de trabalhar, ele deve aprender a controlar sua raiva, tem que aprender que não pode agredir os membros da família. Então, nesse caso, segundo os preceitos evocados no CSC, seria mais importante exigir a sua participação em um programa correcional do que empregá-lo, posto que, por aquela via, seriam aprendidas regras sociais básicas de comportamento que, supostamente, ele não possuía ou não dominava e que podem ter propiciado o crime cometido. Nota-se, no caso, a ênfase dada pelo agente à importância da aplicação de formas de controle correcional sobre os "offenders", de modo a justificar a sua conversão em "clients" das ONGs (e do Estado) e, consequentemente, o ingresso nos programas e seus respectivos serviços de "reabilitação" na correção dos desvios de comportamento e condutas ilegais.

Para ampliarmos nossa compreensão, vale recorrer ao trabalho de Duguid (2000) que, no livro *Can prisons work? The prisoner as object and subject in modern corrections,* nos informa que as "cognitive skills" foram incorporadas na elaboração e aplicação de políticas do Serviço Correcional do Canadá desde a década de 1990. Segundo ele,

> Programas de habilidades cognitivas também foram muito mais fortemente 'correcionais' do que programas educacionais. Apesar de melhorar a alfabetização, oferecendo um diploma de ensino médio ou mesmo créditos universitários, deveria haver alguma ligação destes com os objetivos correcionais, necessidades que foram vistas como sendo diretamente ao invés de indiretamente relacionadas com a reabilitação. Como delineado pelos proponentes das habilidades cognitivas, estas 'necessidades criminógenas' incluem:
>
> atitudes anti-sociais, sentimentos e associações de pares; afeição familiar; identificação com modelos anti-criminosos; aumento do auto-controle e habilidades de auto-gestão; desenvolvimento de habilidades pró-sociais; redução da dependência de substâncias químicas; mudança no nível de recompensas e custos para atividades criminosas e não criminosas. (DUGUID, 2000, p. 193)

Em consonância com uma visão crítica da utilização dos fatores na orientação/elaboração das políticas e programas correcionais, Duguid (2000) salienta a ausência da temática da educação enquanto propósito

---

8 Segundo informações do *Statistics Canada*, o país entre os anos de 2010 e 2011 apresentava cerca de 38.000 presos, sendo que destes 36% serviam sentenças federais, 29% estavam presos em instituições provinciais, 34% eram presos provisórios e menos de 1% estavam sob custódia em outros tipos de detenção provisória, como suspensão da liberdade condicional. Informações obtidas no site do *Statistics Canada*. Disponível em http://www.statcan.gc.ca/pub/85-002-x/2012001/article/11715-eng.htm. Acesso em janeiro de 2013.
De acordo com o *Annual Report of Correctional Investigator* de 2013, os gastos com o sistema de justiça criminal cresceu 23% nos últimos dez anos, sendo que no mesmo período a taxa de crimes no Canadá decresceu na mesma proporção.

9 De acordo com o CSC, o "correctional plan" é elaborado na triagem do preso para identificar o risco, as necessidades e as intervenções necessárias para ampliar a responsabilidade do preso e potencializar uma reintegração segura. Para mais informações, consultar *Commissioner's Directive, 705-6 – Correctional Planning and Criminal Profile*. Disponível em http://www.csc-scc.gc.ca/text/plcy/cdshtm/705-6-cd-eng.shtml. Acesso em 15 de junho de 2013.

institucional e político. Outrossim, lembra a ênfase dada à dimensão "tratamento" em detrimento do "ensino" e da "educação":

> Em uma entrevista com Ian Benson, diretor de educação do English Prison Service, o coordenador do programa de habilidades cognitivas explicou a distinção entre as competências cognitivas e educação, afirmando que: educação é ensinar às pessoas o que pensar; habilidades cognitivas esta relacionada a ensinar às pessoas como pensar. Desnecessário dizer que os educadores levantariam sérias objeções a tal distinção e, de fato, depois de um olhar mais atento sobre o programa de habilidades cognitivas pode haver até a mesmo uma sugestão quanto à inversão desta ordem. (DUGUID, 2000, p. 196)

Voltando à interlocução com Zeki, cabe mencionar a padronização que, segundo ele, é imposta pelos programas correcionais: "Eles são todos semelhantes, mesmo a terapia. Se você vai a uma reabilitação envolvendo drogas é o mesmo princípio e pano de fundo. Eles dão nomes diferentes, mas eles todos são os mesmos programas. Dez anos atrás ele era chamado de comportamento psicosocial. E, ele é o mesmo programa que nós estamos fazendo agora. Seis anos atrés era chamado de prevenção alguma coisa… todos eles repetem a si mesmos."A considerar o discurso de Zeki, não há como deixar de reconhecer nos programas correcionais a presença de uma forma disciplinar de controle social:

> Os programas deveriam ser voluntários. Você vai ao programa porque você quer ajuda, mas a maioria das pessoas está jogando o jogo. Isto é inútil para mim. Eu fui referenciado ao programa por conta do meu histórico criminal. Poucos anos atrás, eles precisavam justificar o motivo de referenciá-lo a um programa: viver uma vida dupla, por exemplo. Então, eles costumavam impor um programa para você. Agora, nós não sabemos. Eu não estava fazendo nada de errado e eu estava trabalhando. É um grande jogo.

A forma homogênea de replicação do conteúdo programático no decorrer dos anos, associada à "quase obrigatoriedade[10]" de participação nos programas (sem uma justificativa das agências estatais e desconsiderando aspectos como a motivação pessoal dos participantes) possibilita que os programas correcionais sejam representados, na maioria dos casos, como formas pulverizadas de controle social dos indivíduos e de seu tempo, especialmente no caso dos presos encarcerados ou em liberdade condicional. Como observa Foucault (1997), "Se a lei agora deve tratar 'humanamente' aquele que está 'fora da natureza' (enquanto que a justiça de antigamente tratava de maneira desumana os 'fora-da-lei'), a razão não se encontra numa humanidade profunda que o criminoso esconda em si, mas no controle necessário dos efeitos de poder. *Essa racionalidade 'econômica' é que deve medir a pena e prescrever as técnicas ajustadas.* 'Humanidade' é o nome respeitoso dado a essa economia e seus cálculos minuciosos. Em matéria de pena o mínimo é ordenado pela humanidade e aconselhado pela política." (p.77, grifo nosso)

De acordo com a explicação oferecida por um "P.O.", "ocupar a mente e o tempo" implica na redução da possibilidade de ocorrência de um novo delito ou violação das regras condicionais, tido, assim, como um controle preventivo de possíveis desvios de comportamento. É como se, estando no programa, o egresso não tivesse tempo para desenvolver ou sequer "pensar em cometer um "crime". Neste sentido, o controle das atividades e do tempo dos sujeitos pode ser interpretado a partir da abordagem foucaultiana do poder disciplinar que, segundo o autor, faz com que todo o tempo venha a se "constituir em um tempo integralmente útil", uma vez que

---

10 Os "offenders", na prisão ou em liberdade condicional, não são obrigados a participar dos programas. O que existe é uma recomendação. Porém, optar por não participar destas iniciativas, segundo grande parte dos interlocutores, implica em dificuldades na concessão de benefícios em geral. As autoridades, segundo um egresso, entendem essa recusa como uma opção, uma escolha do indivíduo por não "melhorar" e não seguir o que se propõe no seu "correctional plan".

> (...) a disciplina organiza uma economia positiva; coloca o princípio de uma utilização teoricamente sempre crescente do tempo: mais exaustão que emprego; importa extrair do tempo sempre mais instantes disponíveis e de cada instante sempre mais forças úteis. (FOUCAULT, 1997, p. 131)

Para além da dimensão puramente do "business", pode-se dizer que os programas atuam alimentando a própria existência, manutenção e ampliação da lógica correcional adotada pelo sistema de justiça criminal canadense que, por sua vez, é replicada na *ONG Ottawan*. O próprio uso comum da categoria "client" pode ser lido pelo viés dessa confluência de perspectivas vigentes no Estado e também na ONG. Aliás, a própria categoria "client" deve ser entendida em associação com outra categoria também essencial: a "accountability", não raro acionada para legitimar os aspectos punitivos do "criminal justice system".

O acesso aos programas e serviços ofertados estabelece relações entre os "clients" e a ONG, pautadas nas noções de compromisso e de "accountability" que, no caso, direciona praticamente toda a expectativa de sucesso ou fracasso dos programas à figura do indivíduo. Por conseguinte, este é tido como o principal responsável por sua inserção no mercado de trabalho e pela adoção de uma conduta dentro da lei. Como observa Kant de Lima (2013), nas sociedades juridicamente igualitárias, "(...) o controle se faz pela internalização da obediência às regras como uma opção dos indivíduos – a normalização –, estas ensejam justificativas consistentes para sua obediência, imputando à desobediência um caráter de imoralidade, muito além de sua possível ilicitude." (p.566) Sendo assim, de acordo com os planos e prioridades do CSC, o foco da gestão institucional deve recair, dentre outras coisas, sobre a responsabilização do preso:

> Nosso Governo está empenhado em garantir que os canadenses possam se sentir seguros em suas ruas e comunidades. Parte disso significa garantir que o nosso sistema prisional realmente corrija o comportamento criminoso. Nós introduzimos várias medidas para fazer exatamente isso. Embora tenha sido muito focada a responsabiliação do infrator, nós também estamos tomando medidas na área de reabilitação. Achamos que é importante que os presos aprendam habilidades do mundo real para que eles possam trabalhar e contribuir para a sociedade uma vez em liberdade, muitas vezes pela primeira vez em suas vidas. (CORRECTIONAL SERVICE OF CANADA, 2014))

Um exame mais detalhado do documento supracitado identifica numerosos pontos nos quais a noção de "accountability" do preso é exaltada como condição para a sua "reabilitação", o que se evidencia na promoção dos programas correcionais:

> O CSC incentiva os infratores a serem responsáveis por seu comportamento e reabilitação através da disponibilização de programas e intervenções mais relevantes, adequadas e eficazes para atender às necessidades da população infratora federal cada vez mais crescente, mais complexa e diversificada. O CSC constantemente avalia e ajusta a alocação de recursos para garantir de forma eficaz e eficiente o apoio à reabilitação do infrator com sucesso. Durante este período de planejamento, o CSC também estará fazendo sua parte para apoiar o Plano de Ação Econômica do Canadá 2012, reduzindo seu orçamento operacional de 295,4 milhões dólares até 1 de Abril de 2014. O CSC passará a implementar medidas de redução de custos que aumentem a responsabilidade do infrator, de alcance da eficiência administrativa e de agilização das operações e execução do programa. Estas e outras iniciativas relacionadas irão auxiliar a concentração dos recursos nas prioridades-chave e principais do mandato e, ao mesmo tempo, garantir que a organização continue a oferecer bons resultados na área de segurança pública para os canadenses. (CORRECTIONAL SERVICE OF CANADA, 2014, grifo nosso)

Oferecer a possibilidade de "reabilitação" e, por conta disso, poder exercer o controle sobre os desvios de comportamento, corrigindo-os é, em síntese, a tônica dos programas correcionais. Como nos lembra o "parolee" Zeki, quando o "offender" escolhe não participar de um programa que lhe foi recomendado, isso pode ser usado contra ele no momento da concessão de benefícios de forma direta ou, geralmente, indireta. Destarte, segundo sua explicação, não participar é recusar explicitamente as alternativas de correção que o Estado, direta ou indiretamente (via ONG), oferece. Dado o caráter praticamente impositivo de tais alternativas, violações cometidas durante o cumprimento da liberdade condicional, assim como os novos crimes praticados podem ser alvos de sentenças mais longas e ainda mais restritivas. Isso pode implicar, dependendo do caso, na reclusão do presidiário em uma instituição de segurança máxima. A título de ilustração, Zeki explica que a "justiça" entende que o "offender" teve a "oportunidade" de mudar, mas optou, isto é, fez uma escolha racional de continuar com a adoção dos seus antigos padrões de comportamento "out law". Por essa razão, ele "deve" ser responsabilizado de forma paradigmaticamente punitiva. Donohue & Moore (2009) nos auxiliam a compreensão desse relato nativo. De acordo com eles,

> Os infratores são devassos e sem esperança, estando melhor reclusos por conta de sua periculosidade. Eles são objetos de punição, remetendo às clássicas noções retributivas, atualmente desfrutando de popularidade revigorada no mundo industrializado. Clientes, por outro lado, são consumidores dos serviços sociais oferecidos (mandato) através do sistema de justiça criminal (CJS). Eles são participantes ativos em sua própria punição e correção porque eles são a tomada de decisão, indivíduos livres. (...) Essa conspiração reúne um poderoso aparato de punição, que não só organiza relações e objetivos de justiça criminal, mas também projeta nos funcionários da justiça criminal e assuntos semelhantes papéis positivos e produtivos. O resultado final imbui atores do CJS (ambos os funcionários e as pessoas em conflito com a lei) com uma forma de relação específica da agência que é projetada para emancipar todos os envolvidos a partir da repressão de 'ser duro' nas estratégias penais. (p. 319-320)

Os processos interativos e comunicacionais estabelecidos entre a organização e os agentes de liberdade condicional são igualmente pautados pela "accountability". Com base nessa perspectiva é que se define a aplicação de punições mais ou menos estritas, dependendo do caso de violação das condições impostas pelo "P.O.". O trabalho conjunto da ONG e do *Parole Board of Canada* permite igualmente a troca de informações e impressões sobre cada "client" que participa dos programas.

Considerações Finais

A ONG se configura enquanto um espaço legitimado de reprodução e controle instrumental exercido no âmbito correcional do Estado, uma vez que reproduz suas lógicas, valores e princípios em conformidade com uma postura "tough-on-crime" (Piché, 2013). De acordo com seus funcionários, a organização busca promover a prevenção do crime por meio de atividades de desenvolvimento social e comunitário, assim como pesquisas voltadas para o desenvolvimento de temáticas relativas à justiça criminal e aos direitos dos apenados. Segundo os discursos apresentados na instituição, a ONG também atua na disseminação de opiniões, avaliando e defendendo mudanças no processo de justiça criminal junto aos gestores de políticas públicas, sobretudo, quanto às questões relativas ao direito penal e sua aplicação. Essa atuação, contudo, pelo o que observei em campo, costuma não ser apresentada sem cautela. Até porque a organização depende, entre outros, de fundos governamentais para sua manutenção e existência, o que, conforme apontado, favorece a consonância entre os seus princípios e a visão correcional do Estado. Daí o seu caráter instrumental. Sendo assim, a emissão de opiniões dos membros da ONG, uma vez avaliadas como demasiadamente críticas ou contrárias às políticas do atual governo, era sempre realizada sem o uso do gravador e, especialmente, em conversas informais.

Na *ONG Ottawan* a presença estatal e a reprodução de suas lógicas são facilmente observadas. Em função disso, além dos protocolos, formulários e relatórios gerados e produzidos segundo os preceitos do Estado, especialmente das políticas correcionais, há uma série de trabalhos desenvolvidos de forma conjunta com os agentes estatais variados do "criminal justice system". Isso visa, dentre outras coisas, a produção, ou melhor dizendo, um esforço institucional de construção de "clients" capazes de se tornarem "law abiding citizens". Para tanto, o Estado também se reproduz na organização através dos programas correcionais e, de modo mais abrangente, no processo de construção institucional dos "clients". Assim, para conseguir acessar os serviços oferecidos os "clients" precisam necessariamente demonstrar que, de algum modo, estão dispostos a incorporar os critérios básicos e institucionalmente indispensáveis. Ou seja, eles devem se apresentar como sujeitos que foram capazes de internalizar aquela específica forma de normalização e controle, permanecendo igualmente sujeitos ao "criminal justice system".

Finalmente, os programas correcionais ofertados na ONG replicam modelos e racionalidades elaborados pelo *Correctional Service of Canada,* como suas respectivas práticas de controle e formas de dominação moral (Foucault, 1997).

Referências Bibliográficas

CANADA. *Commissioner's Directives* (CD's). Acesso em setembro de 2012. Disponível em http://www.csc-scc.gc.ca/acts-and-regulations/005006-0001-eng.shtml

_____. (1992) *Corrections and Conditional Release Act* (CCRA).

_____. (2014) *Corrections and Conditional Release Regulations* (CCRR).

_____. (2013) *Criminal Code.* 1985. Last amended on December 12, 2013.

_____. (2012) *The Safe Streets and Communities Act Regulations*.

DONOHUE, Erin; MOORE, Dawn. (2009) When is an offender not an offender? Power, the client and shifting penal subjectivities. In: *Punishment & Society*. Vol 11(3). p. 319–336.

DUGUID, S. (2000) *Can prisons work? The prisoner as object and subject in modern corrections.* Toronto: University of Toronto Press.

FOUCAULT, Michel. (1997) *Vigiar e punir: nascimento da prisão.* Petrópolis: Vozes.

KANT DE LIMA, Roberto. (2013) Entre as leis e as normas: Éticas corporativas e práticas profissionais na segurança pública e na Justiça Criminal. In*: Revista Dilemas*. Vol. 6 - n. 4, out-nov-dez.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. (1995) Antropologia e a *crise* dos modelos explicativos. In: *Estudos Avançados*, *9*(25), p. 213-228.

PICHÉ, Justin. (2013) A Contradictory and Finishing State: Explaining Recent Prison Capacity Expansion in Canada's Provinces and Territories. In: *Champ pénal / Penal Field*.

TURNER, Victor. (2005) *Floresta de Símbolos*. Niterói: EDUFF.

VAN GENNEP, Arnold. (1978) *Os Ritos de Passagem*. Petrópolis: Vozes.

Mulheres no crime e na violência: controle e relações de poder na Penitenciária Feminina do Paraná (1970-1990)1

Claudia Priori[2]

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo discutir a violência feminina, que historicamente, sempre foi considerada imprópria para elas, diante da naturalização de discursos de uma feminilidade não violenta. Nosso intuito é abordar a presença de mulheres no crime, na violência e nos espaços de reclusão, especialmente as que cumpriram pena na Penitenciária Feminina do Paraná, entre as décadas de 1970 e 1990, destacando as formas de controle e as relações de poder construídas na e pela prisão, e os impactos que esses lugares tiveram na vida delas, seja no âmbito familiar ou social. Para tal abordagem, analisamos os prontuários criminais, e nos utilizamos de referenciais teóricos de Michel Foucault, Erving Goffman, dos estudos das relações de gênero, bem como dialogamos com outras áreas do conhecimento, que possuem referências um pouco mais extensas do que os estudos históricos, no que se refere à violência feminina e o encarceramento de mulheres.

Palavras-chave: violência feminina; relações de gênero; prisão; controle; poder.

1. Introdução

A violência feminina não está presente apenas no cotidiano, nos espaços conjugais, nas relações familiares por meio de crimes considerados femininos como o aborto, infanticídio, envenenamento, abusos sexuais, maus-tratos a idosos, crianças e adolescentes, bem como aos cônjuges. As mulheres cometem os mais variados tipos de crimes, tanto na esfera doméstica quanto na esfera pública, embora em número reduzido se comparado à população masculina.

Encontramos nos espaços de reclusão, as mulheres que cometeram violência e praticaram crimes, sob o julgamento da sociedade, do discurso jurídico e do sistema penal. Elas quase sempre ficam à mercê das políticas públicas diante de uma estatística carcerária, majoritariamente masculina, e assim, elas parecem estar invadindo um espaço que não é delas. Nesse sentido, é importante compreendermos o impacto que esses lugares provocaram na vida das detentas, seja no âmbito familiar ou social.

Analisando os prontuários criminais de mulheres que passaram pela Penitenciária Feminina do Paraná (PFP) – tanto no regime fechado quanto no semiaberto - encontramos as protagonistas de nossa história: autoras de violência e delitos, presas e condenadas. Ainda que a documentação tenha sido produzida sob a ótica institucional da prisão, muitas vezes esses documentos apresentam a vida das detentas de forma fragmentada, sucinta e evasiva, dando leves nuances dos acontecimentos e circunstâncias vividos pelas várias Marias[3], Adélia, Jussara, Edvânia, entre tantas outras, o que nos exigiu grande sensibilidade para ir recompondo os traços de suas histórias.

---

1 Este trabalho é resultado de um projeto de pesquisa financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) – Brasil.

2 Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (2012) na Linha de Pesquisa Intersubjetividade e pluralidade: reflexão e sentimento na história. Professora Adjunta do curso de História da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, Campus de Campo Mourão, Paraná/Brasil, desde 2012.
claudiapriori@bol.com.br

3 Os nomes das internas aqui utilizados são fictícios, mas semelhantes aos nomes originais.

Essas mulheres e tantas outras praticaram uma ampla gama de crimes, tais como contra a vida, contra a pessoa, contra a integridade física, à família, à dignidade sexual[4], ao patrimônio, à sociedade e às pessoas de modo geral. Atrás dessas classificações tipológicas de crimes surgem mulheres que por inúmeros "temas", motivações, infringiram não somente as normas sociais, mas também as leis, impondo com a mesma força e agressividade essas significações tão díspares daquilo que socialmente se esperam delas, de suas imagens e representações.

Os discursos e representações idealizadas são o de uma feminilidade passiva e amistosa em oposição a uma masculinidade ativa e violenta. Um dualismo que coloca a mulher sempre como vítima e o homem sempre como o agressor, o algoz, perdurando uma naturalização do discurso de que as mulheres não são violentas. Contudo, muitas mulheres não se encaixam nessas representações discursivas da feminilidade, não cabem nesse molde estreito de gênero.

A inserção das mulheres no mundo da violência e do crime tem crescido nas últimas décadas alcançando uma visibilidade antes não vista. A crueldade, o sadismo, o prazer em maltratar, agredir, humilhar, dominar, também são práticas femininas importantes que ajudam a compreender a desmistificação da passividade feminina.

2. As mulheres no crime e na penitenciária feminina

Analisando a documentação com lentes de aumento deparamo-nos com mulheres que cumpriram pena no regime fechado e semiaberto, nas décadas de 1970 a 1990, por terem cometido vários tipos de crimes, mas com amplo destaque para os crimes contra o patrimônio (furto, roubo e latrocínio); contra a pessoa, especialmente contra a vida (homicídio), e nas últimas décadas, tiveram um maior envolvimento no tráfico de drogas.

Selecionamos do conjunto pesquisado (740 prontuários criminais de mulheres) a amostra de 42 prontuários, sendo 17 de mulheres que cometeram crimes contra o patrimônio (10 de furto e 07 de roubo); 14 de mulheres incursas em crimes contra a pessoa e a vida (homicídio) e 11 que praticaram tráfico de drogas[5].

Nas últimas décadas tem havido uma maior presença de mulheres nas penitenciárias, engrossando as estatísticas

---

4 Redação dada pela Lei nº. 12.015, de 07 de agosto de 2009 para a redação anterior: "Crimes contra os Costumes", no Código Penal Brasileiro.

5 Conforme o Código Penal Brasileiro (CPB), o crime de furto (artigo 155), se configura ao Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel. Pena-reclusão, de um (1) a 4 (quatro) anos, e multa. Quanto ao furto qualificado, o 4º parágrafo do artigo 155 diz que a pena é de reclusão de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa, se o crime é cometido: I - com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa; II - com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza; III - com emprego de chave falsa; IV - mediante concurso de duas ou mais pessoas. O quinto parágrafo rege que a pena é de reclusão de 3 (três) a 8 (oito) anos, se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior. O 5º parágrafo foi acrescentado pela Lei nº. 9.426, de 24 de dezembro de 1996. O crime de roubo (artigo 157) configura em Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência. A pena-reclusão varia de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa. O latrocínio (roubo seguido de morte) fica evidenciado no 3º parágrafo do artigo 157 do CPB que rege que se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de 7 (sete) a 15 (quinze) anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos, sem prejuízo da multa. O crime de homicídio (artigo 121) se configura em Matar Alguém e a pena-reclusão, pode ser de seis (6) a vinte (20) anos. Se for homicídio qualificado, a pena-reclusão é de 12 (doze) a 30 (trinta) anos. Se for crime tentado (por ex. tentativa de homicídio) o artigo 14 do CPB diz que o crime é tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. A pena de tentativa afirma em parágrafo único que salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços. Na Lei Nº. 6.368/76, que ficou conhecida como Lei de Tóxicos, o crime de tráfico de drogas (artigo 12) configura-se em: Importar ou exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda ou oferecer, fornecer ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a consumo substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Pena-reclusão de 3 (três) a 15 (quinze) anos, e pagamento de 50 (cinquenta) a 360 (trezentos e sessenta) dias-multa.

do encarceramento feminino. Porém, do conjunto que compõe a população carcerária total, a mulher não se destaca.

No que se refere ao estado do Paraná (Brasil), segundo o Censo Penitenciário de 1995, tinha 8.160 pessoas presas, ou seja, 7.865 homens (96,4%) e 295 mulheres (3,6%). A população prisional total do estado representava 5,49% do total nacional, de pessoas presas em estabelecimentos penitenciários e não penitenciários (delegacias de polícia).

A partir de 1995, esses índices têm revelado sensível aumento. No mundo, a porcentagem de mulheres no sistema prisional, atualmente, varia entre 0% e 29,7% (Cerneka, 2009). Na América Latina, a porcentagem de presas oscila entre 3% e 9%. Mesmo havendo nos últimos anos uma maior inserção das mulheres nas estatísticas criminais e prisionais, os índices estão distantes dos relativos ao sexo masculino.

No Brasil, hoje, há uma população carcerária acima de 560 mil pessoas presas. E desse total, pouco mais de 35 mil são mulheres encarceradas, o que equivale a um percentual de 7%. No caso específico do estado do Paraná, a população carcerária atual é de 29.656 pessoas presas, sendo que dessas, 1.347 estão em prisão domiciliar. Em relação à população carcerária feminina, quase 2.500 mulheres estão presas no sistema, o que equivale a pouco mais de 7% da população carcerária total da unidade federativa.

Dentre a amostra selecionada de 42 mulheres, como já mencionado, todas são de nacionalidade brasileira e residiam em municípios paranaenses. A grande maioria era de mulheres brancas, seguidas em índice bem menor de mulheres pardas e negras. As que viviam em união consensual estável predominavam. Em seguida, aparecem as solteiras. Logo depois delas, em índices menores, estão as separadas e divorciadas que empatam com as viúvas. E por último, em menor número, as casadas.

São mulheres jovens, analfabetas ou com baixa escolaridade, apenas uma tinha o ensino superior. Maior parcela delas alegava desempenhar atividades profissionais ligadas às habilidades e afazeres domésticos. A maioria eram mães de 1 ou 2 filhos(as) que ainda estavam nos primeiros anos de vida, embora algumas tivessem uma prole bem maior.

Com raras exceções, são mulheres com baixa ou nenhuma renda. Inclusive, encontramos atestados de pobreza nos prontuários criminais de boa parte das detentas (14), consideradas «presa pobre, na acepção jurídica do termo», não possuindo recursos pecuniários necessários ao pagamento de quaisquer emolumentos ou custas judiciárias.

O perfil sociocultural revelou a multiplicidade de mulheres presentes no crime e na prisão. Contudo, devemos salientar as semelhanças preponderantes entre os históricos de vida de muitas dessas mulheres.

Muitas são as motivações que levaram e continuam a levar as mulheres à prática de delitos e de violência. Fatores socioeconômicos como desemprego, pobreza, exclusão social, aliados a aspectos culturais tais como: histórico de relações familiares conflituosas, abandono, maternidade precoce, envolvimento com pessoas do mundo do crime, falta de aptidão ou oportunidades de trabalho e outros elementos são fatores desencadeantes da violência e do crime.

Os desejos, os impulsos, as emoções, as paixões, as racionalizações e o potencial de agressividade são externados, explicitados na prática do crime, e são temas que possuem significados não apenas individuais, mas sociais. «A criminalidade expressa a um tempo uma relação individual e uma relação social indicativa de padrões de comportamento, de representações e valores sociais» (Fausto, 1984: 17).

A coautoria, o prévio e comum acordo, o recorrente "modus operandi" e a prisão em flagrante são características que ligam a prática dessas mulheres ao crime. A ação em conjunto com outras pessoas conhecidas e familiares - tais como maridos, companheiros, crianças (geralmente filhos e filhas), amantes, namorados, amigos, e até mesmo "pistoleiros" – é uma estratégia comum utilizada por elas para premeditar e facilitar a atuação, dissimulando o crime, bem como garantindo o sucesso da ação e a fuga do local. Entretanto, encontramos amplo destaque para a prisão em flagrante, pois a maioria delas foi surpreendida pela ação policial, especialmente as mulheres praticantes de furto e majoritariamente as envolvidas no tráfico de drogas. Em menor número aparecem as que cometeram homicídio e roubo.

Desde a criação da Penitenciária do Estado do Paraná (Prisão do Ahú) em 1909, o espaço de reclusão para mulheres ocupava o mesmo estabelecimento, embora ficassem presas em ala separada dos homens. Essa ocupação aconteceu até a década de 1960, quando as mulheres foram transferidas para outro espaço -

provavelmente um distrito policial ou outro estabelecimento improvisado - localizado no centro da cidade de Curitiba, capital do estado. Em seguida, foram transferidas para a enfermaria da Penitenciária Central do Estado (PCE) em Piraquara, área metropolitana de Curitiba, onde ficaram até que fosse construída a unidade penal feminina, que teve início em 1960, mas que foi concluída e inaugurada apenas em maio de 1970. A princípio a unidade feminina era chamada de Penitenciária de Mulheres ou Presídio de Mulheres.

Os termos "Penitenciária Feminina", "Penitenciária de Mulheres", "Presídio Feminino" ou "Presídio de Mulheres" já denotam a variável gênero sendo empregada não somente nas denominações dos estabelecimentos penais, mas também na política penitenciária de tratamento às mulheres. Não se fala de presídio masculino, nem de penitenciária de homens, pois quando se diz presídio já está embutida a ideia de que é espaço dos homens. E essa ideia de que cadeia é lugar de homem, contribui de forma negativa para a criação e instalação de unidades penais, bem como a falta de políticas públicas que atendam as necessidades e particularidades das mulheres presas que são bem diferentes das masculinas. Pois como assinala a autora (Santa Rita, 2007:75),

[...] a mulher quando inserida no contexto de privação de liberdade apresenta uma série de particularidades que se relacionam às suas próprias condições biogenéticas: o "ser mãe"; o período de gestação; a fase de lactação, a separação dos filhos que nasceram em ambiente intramuros e extramuros, para citar algumas.

Historicamente, os espaços de reclusão para as mulheres foram edifícios improvisados, criados para outras finalidades e adaptados para receber as presas, revelando o descaso das autoridades públicas no que tange à questão penitenciária para mulheres.

O termo "Casa" aparece nos prontuários criminais, como um sinônimo utilizado por agentes penitenciárias e internas para se referir à unidade penal feminina. A respeito dessa forma carinhosa para tratar a unidade, Eny Carbonar (1987), ex-diretora da unidade, em suas memórias, afirma que as internas também chamavam a PFP de "Casão". Termo que faz alusão à residência, moradia, lar, morada, enfim, casa. Embora as diferenças sejam enormes entre as duas realidades, a única semelhança é que a "Casa" era o local de moradia temporária de mulheres presas provisoriamente ou condenadas. A diferença fica por conta de que ali, naquela "Casa", as "moradoras" não entravam e saiam quando queriam. Elas estavam privadas dessa liberdade.

Se nos primórdios da PFP, a unidade penal assumia características de "Casa", com o aumento considerável de "moradoras" a partir de meados da década de 1980, aquele ambiente foi perdendo os aspectos de moradia e criando um distanciamento entre a unidade e as presas.

Como não podemos chegar às histórias dessas mulheres que passaram pela penitenciária por elas próprias, nos atemos à análise das fontes, averiguando os dados contidos nos exames criminológicos[6], boletins ou informes de atendimento médico, psicológico e do serviço social, realizadas pelo staff penitenciário, ao procederem entrevistas preliminares ou de acompanhamento com as mulheres presas. O staff penitenciário, ou seja, os profissionais técnicos e especializados (psiquiatra, médico(a), psicólogo(a), assistente social, chefes do setor de

---

6 A Lei de Execução Penal (LEP) nos artigos 5º ao 9º trata da Classificação do condenado e do internado. No artigo 8º rege que O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução. Parágrafo único: Ao exame de que trata este artigo poderá ser submetido o condenado ao cumprimento da pena privativa de liberdade em regime semi-aberto. O artigo 9º afirma que A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá: I - entrevistar pessoas; II - requisitar, de repartições ou estabelecimentos privados, dados e informações a respeito do condenado; III - realizar outras diligências e exames necessários. A classificação é feita pela Comissão Técnica de Classificação (CTC) que elabora o programa individualizador e acompanha a execução penal. O artigo 7º da LEP rege que: A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por dois chefes de serviço, um psiquiatra, um psicólogo e um assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade. O Regimento Interno da PFP, através da Resolução nº. 37/93 - SEJU, e o Regimento Interno da PFA, através da Resolução nº. 38/93 - SEJU, nos respetivos artigos 9º estabelecem que a CTC é composta dos seguintes membros: I- Diretor do Estabelecimento, na qualidade de presidente; II- Chefe da Divisão Assistencial e de Prontuário; III- Chefe da Divisão de Segurança e Disciplina; IV- Chefe da Divisão Ocupacional e de Qualificação; V- Um psiquiatra; VI- Um psicólogo; VII- Um assistente social.

segurança, de pedagogia e de laborterapia) são responsáveis dentro da instituição penal, pelo acompanhamento, controle, avaliação e registro da vida das detentas.
O controle dentro da prisão, com uma documentação permanente – embora muitas vezes evasiva e com lacunas - acaba por complementar as avaliações feitas pelos juízes ao condená-las. São esses mesmos pareceres técnicos e especializados que permitirão fornecer conhecimento de possíveis avanços na personalidade das detentas e alcançarem benefícios da lei, tais como progressões de regime e a liberdade.
Em relação a isso, (Foucault, 2010: 234), assinala que:

> [...] a avaliação do tribunal não passa de uma 'maneira de prejulgar', pois a moralidade do agente só pode ser apreciada quando posta à prova. O Juiz precisa, portanto, por sua vez, de um controle necessário e retificativo de suas avaliações; e é esse controle que a prisão penitenciária deve fornecer.

A punição de pessoas envolvidas em atos criminosos não termina com o julgamento criminal, a condenação e a sentença proferida pelo juiz. A vigilância, o controle e a correção estão apenas começando com o encarceramento. Os mecanismos de controle e as formas de poder exercidas pela instituição penal através da observação, vigilância e documentação contínua do registro da personalidade, comportamento e conduta carcerária, além do controle do tempo dos indivíduos e dos movimentos dos corpos, da regulação dos sentimentos e quiçá dos pensamentos vão constituindo novas relações de poder e de saber em relação às pessoas presas. Foucault (2010:237) afirma que o panóptico no sistema penitenciário acontece também e principalmente pelo «sistema de documentação individualizante e permanente».
A historiadora Michelle Perrot (2007:165) afirma que as mulheres encarceradas são «as mais abandonadas, as mais marginalizadas de todas, como se o pior nelas fosse a contravenção à norma do feminino». São marginalizadas não somente por serem privadas da liberdade e dos direitos que a liberdade lhes garante, mas também porque são abandonadas pela família, esquecidas pelos amigos, namorados, maridos ou companheiros e também pelos próprios filhos. As reclusas são privadas da convivência familiar, do amor, do crescimento dos filhos, dos laços de amizade e de tantas outras pequenas felicidades que só a vida extramuros lhes proporcionaria.
Além disso, a prisão monitora o tempo da pena, que se torna objeto de controle, vigilância e disciplina. As ações, refeições, atividades e muitas vezes os próprios sentimentos e desejos são programados. Há um tempo para cada coisa. A prisão exerce ainda sobre as mulheres o controle moral sobre a sexualidade feminina, restringindo as visitas íntimas; sobre o modo de vestir; de falar; sobre os gestos, as condutas e os comportamentos no cárcere, reproduzindo muitas vezes as desigualdades de gênero impostas ao feminino pela sociedade.
Nos primeiros anos de funcionamento da PFP, na década de 1970, localizava-se em ala isolada, no pavimento superior do estabelecimento, a clausura das Irmãs de Caridade[7] que prestavam serviços, orientando o trabalho e aprendizagem das presas, prática comum utilizada historicamente nas casas de correção e nas primeiras prisões femininas dos séculos anteriores tanto na Europa quanto no Brasil. Nota-se assim, como a educação moral, os princípios religiosos e a tentativa de impor bons costumes estavam arraigados no exercício da prática penitenciária para as mulheres.
Mesmo lidando com mulheres que são o oposto das representações e imagens femininas idealizadas, a instituição penal busca reproduzir internamente os referentes sociais externos. Assim, almeja o adestramento das internas, uma docilização dos corpos, das condutas e dos comportamentos com o intuito de que venham a se adequar aos estereótipos e representações sociais de mulheres dóceis, controladas, recatadas, mães, donas de casa, passivas e não violentas.
No que tange ao trabalho oferecido às detentas - tanto trabalho interno quanto externo - suas configurações nas unidades penais expressam as demarcações dos papéis de gênero atribuídos ao feminino, projetando-se em

---

7 Embora no histórico do Sistema Penitenciário do Estado, no site do DEPEN/PR, http://www.depen.pr.gov.br/ consta a informação sobre a prestação de serviços da congregação religiosa na PFP, não encontramos nenhuma menção nos prontuários criminais analisados sobre a presença das Irmãs de Caridade no funcionamento da penitenciária.

funções domésticas e no artesanato, trabalhos considerados mais favoráveis às aptidões e condições das presas. Elas desempenhavam atividades domésticas como o trabalho na cozinha, na faxina, na lavanderia, na costura, no artesanato, bem como na creche da penitenciária cuidando das crianças.
As características desse tipo de trabalho apenas reproduziam o que elas executavam dentro de suas casas – quando executavam - antes de serem presas, e também preenchia o tempo de ociosidade na prisão.
Adélia é um bom exemplo de interna que tanto no regime fechado quanto no regime semiaberto, desempenhou vários tipos de trabalho, interno e externo, como consta em seu exame criminológico, na avaliação social:

> Durante o cumprimento da pena em regime fechado na Penitenciária Feminina do Estado, onde permaneceu dois anos e três meses, exerceu atividade laborativa na limpeza, na cozinha como ajudante e fez cursos de tricô, crochê e corte e costura. Na unidade de regime semiaberto- URSAF- exerce atividade na limpeza e na confecção de trabalhos em crochê, tricô e tapeçaria, trabalhou em regime de trabalho externo na Defensoria Pública e Fundepar. [Parecer do Serviço Social, 1993].

O que motivava muitas detentas ao trabalho externo era a possibilidade que tinham de se sentirem um pouco livres do ambiente prisional, estar em contato com o mundo exterior, ter a oportunidade de conhecer e conversar com novas pessoas, estar em outro local que não o da prisão. A remuneração era também uma motivação ao trabalho externo, pois recebiam 75% do salário mínimo vigente, sendo muitas vezes a única renda que as mulheres reclusas tinham. Porém, parte dessa remuneração era depositada em cadernetas de poupança para a constituição de pecúlio, que lhes eram entregues quando postas em liberdade.
Analisando os exames criminológicos constatamos que várias mulheres enfrentaram muitas precariedades de recursos, buscando o trabalho prisional como uma forma de suprir essas necessidades, entretanto, o que elas recebiam pelos serviços prestados dentro ou fora das unidades penais era um valor muito baixo. Caso interessante é o de Maria Anacleto em que ficam explícitas as precariedades de recursos que ela e outras mulheres vivenciaram:

> Após sua prisão a situação socioeconômica se tornou precária, como não possui residência fixa, sua família se desestruturou, quatro de seus cinco filhos estão vivendo em instituições. A única renda que possui é 75% do salário mínimo referente ao pagamento do trabalho externo. [Setor de Serviço Social, 1994, Maria Anacleto, PFA].

O ensino profissional oferecido às mulheres que passaram pelo sistema penitenciário paranaense entre os anos de 1970 e 1995 teve por base cursos profissionalizantes como o de corte e costura, bordado, tricô, crochê, pintura, ou então, curso de arte culinária, de cabeleireira, de manicure/pedicure, de confeção de bijuterias, entre outros.
Não seria esse tipo de profissionalização uma forma de reforçar, delimitar os espaços cabíveis às mulheres, impondo assim, também na prisão, as marcações sociais de gênero? Seria muito mais vantajoso às reclusas se elas pudessem receber ensino profissional que lhes proporcionassem novas oportunidades no mercado de trabalho, tais como cursos de informática, de marceneiras, jardineiras, eletricistas, construtoras civis, mecânicas, entre tantas outras. Entretanto, as políticas públicas e a legislação penal parecem fechar os olhos às particularidades femininas e suas necessidades de inserção produtiva e social.
Por que tentar enquadrá-las no papel de dona de casa, habilidades domésticas, artesanais e maternidade, se essas próprias mulheres já haviam rompido com esses estereótipos, mostrando que as práticas sociais são bem diferentes das representações?
O impacto da prisão na vida das mulheres não é pequeno. Elas perdem não somente a liberdade, mas muitos dos laços afetivos e familiares. A família se desintegra, os filhos vão para um lado, os maridos, companheiros e namorados para outro. As mulheres reclusas são muitas vezes, abandonadas à própria sorte.

A socióloga Julita Lemgruber (2010: 28) assinala que as mulheres presas, «além da solidão, o que as tortura é a incerteza». Incerteza de onde os filhos estão, se estão bem cuidados ou mal tratados. Os homens presos têm certeza que os filhos estão com as mães; já as mulheres presas, a única certeza que têm é que os filhos não estão com os pais. Primeiro, porque os homens refazem suas vidas, formam novas famílias com outras mulheres. E segundo, porque muitas vezes os pais das crianças também estão na prisão. Assim, as crianças acabam ficando sob a tutela dos avós, tios e tias, ou então sob guarda judicial e são enviadas para abrigos.

A perda de vínculo com a família (pais, filhos, irmãos, tios etc.) é comum na vida das detentas. Às vezes, o pouco contato que se mantinha com os familiares era através de correspondências e/ou telefonemas. As visitas que as presas recebiam na prisão eram de mães, irmãs, tias e cunhadas. Os maridos, companheiros ou namorados quase nunca apareciam. Até mesmo porque a prisão rompia com esses laços amorosos.

Muitas são as mazelas enfrentadas pelas reclusas, desde a desintegração familiar devido à falta de contatos e vínculos com os familiares e filhos (as), até mesmo a perda judicial da prole, como aconteceu com algumas delas, sem contar os sentimentos de abandono, solidão e tantas outras dificuldades.

Edvânia pode ser tomada como exemplo daquelas poucas internas que não tinham filhos (as). Ela havia perdido o vínculo familiar com os cinco irmãos casados após o delito de homicídio do marido. Entrou na prisão já sexagenária e com vários problemas de saúde, abandonada à própria sorte, como indica o exame criminológico: Na unidade, nunca recebeu visitas nem correspondências. Não mantém vínculo familiar com os irmãos devido à distância e situação econômica, segundo declaração da interna. [Avaliação Social, 1995, PFA].

Apreendemos dos prontuários criminais, que na PFP, as visitas sociais (de familiares) ou íntimas (de maridos ou companheiros) aconteciam aos domingos, mas também em dias de festa (natal, páscoa, dia do encarcerado[8] ou outro tipo de "evento" promovido dentro da unidade penal, tal como festa junina, por exemplo). As visitas na Penitenciária Central do Estado (PCE) aconteciam aos sábados, dia em que as reclusas, visitavam seus maridos e companheiros também presos, pois algumas delas eram autorizadas judicialmente a realizar visitas íntimas, desde que comprovados os laços conjugais com o interno visitado.

O direito de receber visitas íntimas, como demonstrou os prontuários criminais, era concedido apenas às internas de bom comportamento, casadas ou que tivessem vivido maritalmente por 3 anos, antes da prisão, desde que comprovados. Esses critérios excluíam as viúvas, as solteiras, as que não podiam comprovar os laços conjugais, bem como as que foram abandonadas na prisão pelos maridos ou companheiros. A visita íntima era concedida como uma espécie de regalia por bom comportamento e com base em critérios excludentes, não permitindo a todas as mulheres reclusas o direito sexual. Mas que direito é esse que não é para todas as reclusas? Que direito é esse que restringe, impõe condições?

Algumas detentas vivenciaram experiências homoafetivas nas relações intramuros. Essas relações compreendiam trocas de carinho, afeto, companheirismo, apoio e cumplicidade. Mas eram também perpassadas por sentimentos de ciúmes, conflitos, envolvimentos em brigas, ameaças e agressões corporais para "defender" ou preservar seu objeto/sujeito de amor, no caso, as parceiras. Além disso, a própria instituição censurava tais relacionamentos separando as presas envolvidas de celas, alas e galerias. Impedia a visita de prováveis parceiras e recrutava cartas entre elas, fazendo de tudo para que as relações homoafetivas minassem. Mas muitas delas conseguiam driblar o staff penitenciário.

Essa regulação sobre a vida das mulheres ocorre mediante o exercício da prática penitenciária, ou seja, através da imposição das normas, regulamentos, comportamento carcerário adequado, instrução e ensino profissional, trabalho e horários para cada tipo de atividade.

---

8 O Dia do (a) Encarcerado (a) é "comemorado" no dia 13 de agosto. Nesse dia, geralmente, as unidades penais promovem às pessoas presas algum tipo de evento, programas sociais, cursos, festas e visitas.

Os deveres das pessoas condenadas são estipulados pela LEP assim como a sujeição às normas de execução da pena[9]. A Lei apresenta também as disposições gerais acerca da disciplina e das faltas disciplinares classificadas em leves, médias e graves[10] que permeiam a prática penitenciária.

As faltas disciplinares consideradas leves e médias são regulamentadas pela própria instituição penal, pelo regulamento interno, no caso o Estatuto Penitenciário do Estado (EPE), assim como as respetivas sanções[11]. A aplicação das sanções disciplinares fica a cargo da Direção da unidade penal e do Conselho Disciplinar.

As sanções disciplinares[12] mais recorrentes e sofridas pelas internas, conforme apuramos da documentação são: advertência verbal; perda de favores (suspensão de telefonemas e visitas); perda de recompensas[13], tais como a concessão de regalias (suspensão de visitas íntimas e de trabalho remunerado, por exemplo); o confinamento celular, mais conhecido como "tranca" que implica na suspensão do banho de sol, a perda de contato com as demais internas, perda do trabalho e consequentemente de remição de pena, de telefonemas e visitas, bem como de outras regalias.

O tempo no confinamento celular variava e varia conforme a gravidade das faltas disciplinares: leves (de 2 a 5 dias); médias (de 5 a 10 dias) e graves (de 20 a 30 dias). Constatamos nos prontuários criminais de mulheres que antes da LEP, portanto, antes de 1984, as sanções disciplinares eram mais rigorosas, sendo aplicadas um tempo maior de suspensão de favores e regalias, e muitas vezes o isolamento individual durava até 60 dias. A

---

9 No que se refere aos deveres das pessoas condenadas, o Artigo 38 da LEP rege: Cumpre ao condenado, além das obrigações legais inerentes ao seu estado, submeter-se às normas de execução da pena. No artigo 39: Constituem deveres do condenado: I – comportamento disciplinado e cumprimento fiel da sentença; II – obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se; III – urbanidade e respeito no trato com os demais condenados; IV – conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou á disciplina; V – execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas; VI – submissão à sanção disciplinar imposta; VII – indenização à vítima ou aos seus sucessores; VIII - indenização ao Estado, quando possível, das despesas realizadas com a sua manutenção, mediante desconto proporcional da remuneração do trabalho; IX – higiene pessoal e asseio da cela ou alojamento; X – conservação dos objetos de uso pessoal. Parágrafo Único: Aplica-se ao preso provisório, no que couber, o disposto neste artigo.

10 Quanto à disciplina, a LEP no Artigo 44 rege: A disciplina consiste na colaboração com a ordem, na obediência às determinações das autoridades e seus agentes e no desempenho do trabalho. Parágrafo Único: Estão sujeitos à disciplina o condenado à pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos e o preso provisório. O Artigo 45 garante: Não Haverá falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar. §1º. As sanções não poderão colocar em perigo a integridade física e moral do condenado. § 2º. É vedado o emprego de cela escura. § 3º. São vedadas as sanções coletivas. No artigo 49 trata das faltas disciplinares que se classificam: em leves, médias e graves. A legislação local especificará as leves e médias, bem assim as respectivas sanções. Parágrafo único: Pune-se a tentativa com a sanção correspondente à falta consumada.

11 Depreende-se dos Prontuários Criminais das mulheres, a existência do Estatuto Penitenciário do Estado (EPE) que regulamentava internamente as normas, disciplina, faltas e sanções disciplinares, antes mesmo de sua oficialização através do decreto estadual nº. 1276/95 de 31 de outubro de 1995. A regulamentação oficial do EPE padronizou para todo o sistema penitenciário paranaense as faltas e sanções disciplinares. As faltas leves e médias, bem como as respetivas sanções são estabelecidas pelo EPE, tanto para as unidades penais femininas – PFP e PFA – quanto para as outras unidades penais. As faltas graves são estabelecidas pela LEP e reforçadas no EPE. As faltas leves são estabelecidas no Artigo 61 do EPE; as faltas médias no Artigo 62 da LEP, e as faltas graves no Artigo 63 do EPE. O Artigo 64 do Estatuto estabelece as sanções disciplinares aplicadas a cada tipo de falta disciplinar (leve, média ou grave).

12 Segundo a LEP, no Artigo 53: Constituem sanções disciplinares: I - advertência verbal; II – repreensão; III – suspensão ou restrição de direitos (artigo 41, parágrafo único); IV - isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo, observado o disposto no artigo 88 desta Lei. Ou seja, deverá ser confinado em cela individual que contenha dormitório, aparelho sanitário e lavatório.

13 O Artigo 55 da referida Lei rege: As recompensas têm vista o bom comportamento carcerário reconhecido em favor do condenado, de sua colaboração com a disciplina e de sua dedicação ao trabalho. O Artigo 56 estabelece o que são recompensas: I – o elogio; II – a concessão de regalias. Parágrafo único: a legislação local e os regulamentos estabelecerão a natureza e a forma de concessão de regalias.

partir da criação da LEP ficou instituído que o isolamento, a suspensão e a restrição de direitos não poderão exceder a 30 (trinta) dias[14].

Encontramos no exame criminológico de Jussara - condenada por furto - referências sobre o levantamento de calúnias o que havia lhe rendido vários dias no confinamento:

A interna foi duas vezes avaliada por entrevista, no intervalo de aproximadamente uma semana; na segunda vez foi avaliada no confinamento, onde foi colocada por sofrer sanção disciplinar. Motivo desta: levantar calúnias contra um funcionário da casa. Segundo relatos de outros funcionários/as, não seria esta a primeira vez que isto acontece. [Avaliação Psiquiátrica, 1992].

Constatamos nesse exemplo de Jussara, que muitas internas também transgrediam e driblavam as normas da instituição, desrespeitavam funcionárias, se envolviam em brigas, intrigas, ameaças, agressões verbais e físicas, se envolviam em movimentos de subversão da ordem e da disciplina e também empreendiam fuga do sistema penal. Sendo assim, ao cometerem faltas disciplinares, elas são punidas através de sanções, sofrem humilhações e isolamento. Muitas vezes, o que poderia ser resolvido com uma advertência verbal ou repreensão acabava sendo punido com sanções disciplinares mais severas.

Não é raro constatar a adequação por parte das internas às normas da "Casa", a jogar o jogo das regras e dos códigos prisionais. Os indivíduos ao adentrarem na prisão, se submetem a um processo de adaptação que Donald Clemmer (Apud Oliveira, 2003:77) denominou de «prisonização, isto é, as pessoas presas em maior ou menor grau, até mesmo inconscientemente vão adotando os modos de pensar, os costumes e hábitos – o 'modus vivendi' da cultura geral da prisão».

Em relação aos processos de admissão na cultura penitenciária (Erving Goffman, 2001: 26), afirma que:

> [...] talvez pudessem ser denominados "arrumação" ou "programação", pois ao ser "enquadrado", o novato admite ser conformado e codificado num objeto que pode ser colocado na máquina administrativa do estabelecimento, modelado suavemente pelas operações de rotina.

Se submeter aos mecanismos de controle do sistema penal é uma estratégia de melhor convivência e sobrevivência na prisão. Ter bom comportamento carcerário não é, portanto, sentimento de conformidade, fraqueza, obediência ou subalternidade, é sinal de esperteza e perspicácia por parte dessas mulheres prisioneiras.

3. Considerações Finais

Fica evidente que se enquadrar aos padrões de comportamento da instituição não significa que essas mulheres concordem ou aceitem passivamente com as normas, regulamentos e imposições do exercício da prática penitenciária. Nem se sintam conformadas com o tipo de trabalho, os horários, as sanções e mesmo as humilhações vividas nos espaços de reclusão. Se enquadrar significa, muitas vezes, aproveitar as brechas do sistema penal para adquirir recompensas como elogios, concessão de regalias, e ainda benefícios da lei e a liberdade.

Percebemos assim, que nos espaços de reclusão, as relações de poder não acontecem somente de cima para baixo, mas são exercidas também na horizontalidade, entre as agentes de segurança penitenciária e as presas, assim como entre as próprias internas, constituindo uma rede de micropoderes. Essa rede de micropoderes se estabelece de várias formas, através do poder econômico (compra de favores, privilégios e regalias); do poder político (receber ordens, cumprir as normas da instituição, sofrer sanções disciplinares) e do poder judiciário (punição ou recompensa através de benefícios da lei).

Constatamos desse modo e de tantos outros, que a vida das mulheres na reclusão não era algo inerte, monótono, pelo contrário, várias coisas aconteciam ao mesmo tempo, embora num tempo programado, controlado pelo

14 Cf. a Lei de Execução Penal de 1984, artigo 58.

exercício da prática penitenciária. E notamos ainda como esse espaço afetava as relações interpessoais dessas mulheres e que muitas acreditavam, contudo, que a vida extra-muros continuava intacta, à sua espera. Mas na realidade não era assim.

4. Bibliografia

CARBONAR, Eny (1987). *De minha cela vejo pássaros*. Curitiba: Líbero-Técnica.

CERNEKA, Heidi Ann (2009). "Homens que menstruam: considerações acerca do sistema prisional às especificidades da mulher". *Veredas do Direito*. Belo Horizonte, (6) 11, janeiro-junho, p. 61-78.

CLEMMER, Donald. *Prisonization in the Sociology E Correction*. Apud. OLIVEIRA, Maria Odete de. (2003). *Prisão:* um paradoxo social. 3ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC.

DECRETO-LEI nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro.

FAUSTO, Boris (1984). *Crime e Cotidiano:* a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense.

FOUCAULT, Michel (2010). *Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão*. Rio de Janeiro: Vozes.

GOFFMAN, Erving (2001). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Perspectiva.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL. Lei nº. 7.210, de 11 de julho de 1984.

LEMGRUBER, Julita (2010). *A Dona das Chaves. Uma mulher no comando das prisões do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Record.

PERROT, Michelle (2007). *Minha História das Mulheres***.** Trad. Ângela M. S. Côrrea. São Paulo, Contexto.

SANTA RITA, Rosangela Peixoto (2007). *Mães e Crianças atrás das grades:* em questão o princípio da dignidade da pessoa humana. Brasília/DF: Ministério da Justiça.

Neocolonialismo, poder e dinâmicas socioterritoriais: a violência contra povos indígenas e comunidades tradicionais no cerrado

Glauber Lopes Xavier
Professor Adjunto da Universidade Estadual de Goiás. Vinculado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG).
glauber.xavier@ueg.br

Eliesse dos Santos Teixeira Scaramal
Professora Adjunta da Universidade Federal de Goiás
eliessescaramal@terra.com.br

Mary Anne Vieira Silva
Professora Adjunta da Universidade Estadual de Goiás. Vinculada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER/UEG).
marymel2006@hotmail.com

Resumo: Cumpre apreender o fenômeno do neocolonialismo e a violência que tem se instaurado sobre os países latino-americanos nas últimas décadas. Para tanto, ocupa-se de tal realidade com base no cerrado brasileiro. Conformado pela violência contra povos indígenas e comunidades tradicionais quilombolas, geraizeiros (moradores do cerrado ao norte de Minas Gerais), vazanteiros (povos ribeirinhos que vivem no cerrado às margens dos rios São Francisco, Tocantins e Araguaia), bem como outras que se organizam e sobrevivem do trabalho familiar, o cerrado tem sido alvo de grandes empreendimentos capitalistas encetados a partir de uma geopolítica que se ancora na ocupação e gestão dos territórios em países pobres ou em desenvolvimento. Destarte, importa perscrutar os agentes envolvidos e as relações de poder que demarcam este fenômeno, considerando o aniquilamento da sociobiodiversidade, dos saberes, tradições, linguagens e práticas simbólicas por meio das quais se edificam os quadros de referência e os sistemas culturais dos povos e das comunidades tradicionais que vivem do/no cerrado.

Palavras-chave: Neocolonialismo. Violência. Povos cerradeiros

Sobre o neocolonialismo e a geopolítica do capital nos países pobres ou em desenvolvimento

As reflexões a serem aqui tecidas fazem referência à um vertiginoso processo de mudanças ocorridas no cerrado1 brasileiro advindas de uma geopolítica internacional do capital. Entende-se que este fenômeno, o qual extrapola a questão econômica, configura um neocolonialismo nos países pobres, bem como em países em vias de desenvolvimento. A própria dinâmica econômica numa perspectiva global aponta para um rearranjo espacial das atividades produtivas, incorrendo em articulações territoriais a fim de assegurar determinada taxa de lucro, dada a ampla concorrência empresarial e a necessidade de redução de custo das mercadorias. Por outro lado, tais transformações dizem respeito às estratégias que envolvem estados-nações em seus projetos de médio e longo prazos, instaurando, assim, um novo modelo de imperialismo sobre tais países, como Índia, África do Sul e Brasil.

Os conflitos socioterritoriais que têm ocorrido e têm se ampliado nos últimos anos no cerrado, segundo maior bioma brasileiro, deslindam essa dinâmica capitalista e impõe a necessidade de investigações no campo das ciências sociais. Um seleto grupo de corporações empresariais, ligado ao complexo da soja, cana-de-açúcar, milho, dentre outros cultivares, associado a interesses de empresas fornecedoras de defensivos agrícolas,

produtos químicos, de toda sorte de produtos para aumento de produção no campo, bem como empresas de máquinas empregadas na produção agrícola, encontram, nos países pobres ou em vias de desenvolvimento, um amplo espectro de aplicação de seus capitais, apropriando-se de inúmeros benefícios. Tais benefícios vão desde a disponibilidade de terras até uma expressiva quantidade de homens e mulheres dispostos à fornecerem sua força de trabalho a baixos salários, passando pelo apoio do Estado no tocante ao financiamento de projetos, isenções de impostos, dentre outros benefícios.

Destarte, essa geopolítica dos territórios e das atividades econômicas que tem como alvo os países do hemisfério sul aglutina interesses diversos, os quais estão ligados tanto ao capital dito produtivo quanto ao capital financeiro. No caso brasileiro ele pode ser apreendido por meio do deslindamento do chamado agronegócio, cujas atividades tem ocupado vastas extensões do território, promovendo violência sobre os povos. Nas reflexões do presente texto importa levar a termo tal fenômeno numa dupla perspectiva, a geopolítica, mas também a perspectiva sociocultural, uma vez que ambas estão associadas e a primeira se vale desta em seu processo de materialização. Noutros termos, o estabelecimento das atividades de agronegócio, associadas aos interesses dos complexos empresariais e mesmo bancos cujos capitais são de inúmeros países pertencentes ao hemisfério norte, ocorre sob algumas bases culturais e ideológicas que podem ser apreendidas a partir dos seguintes binômios: atrasado-moderno; arcaico-tecnológico; marginal-produtivo, dentre outros, mas também outros que fazem alusão ao plano eminentemente cultural: brancos-negros; bárbaros-civilizados; normais-exóticos.

Estes binômios não apenas sustentam a ofensiva sobremaneira europeia e norte-americana por sobre os países pobres, mas estão incrustados no seio das mentalidades, imantados no tecido social como referenciais para as representações coletivas. No limite, são eles que justificam e legitimam tal ofensiva, balizando a dominação econômica, cultural e simbólica. Assim, a violência de que trata este trabalho se institui não apenas nos desdobramentos econômicos que resultam do divórcio entre os povos e seus territórios, territórios nos quais são extraídas as fontes de subsistência, mas fundamentalmente nos desdobramentos atinentes à um plano subjetivo, o qual diz respeito à relação entre estes povos e os territórios na edificação de seus referenciais, valores, códigos culturais, portanto, dos elementos fundantes de suas existências. Na essência, esta violência se instaura a partir de relações totalmente assimétricas, as quais tem como substrato a abjeção do outro (índios, negros, povos tradicionais) e sua subordinação aos ditames do colonizador. Com efeito, àquele que é subordinado são negados os princípios básicos que conferem a condição humana, "[...] uma vez que ninguém pode sem crime espoliar seu semelhante, escravizá-lo ou matá-lo, eles dão por assente que o colonizado não é semelhante do homem." (SARTRE, 1968: 9). Sartre (1968, p: 9) acrescenta que:

> A violência colonial não tem somente o objetivo de garantir o respeito desses homens subjugados: procura desumanizá-los. Nada deve ser poupado para liquidar as suas tradições, para substituir a língua deles pela nossa, para destruir a sua cultura sem lhes dar a nossa; é preciso embrutecê-los pela fadiga.

Nas décadas recentes, os povos cerradeiros tem sido, e recorrendo aos termos empregados por Sartre, subjugados, desumanizados. Cabe pensar estes processos sem promover a equivocada e sempre recorrente dissociação homem-natureza. Assim, a ferocidade empregada na derrubada de matas nativas, na ameaça à fauna e à flora também é o que media a relação homem-homem nos processos de espoliação de trabalhadores rurais, populações tradicionais e comunidades indígenas de seus territórios. Como a última gota de seiva que corre sobre o arbusto de uma árvore cortada é o sangue que escorre sobre os corpos de trabalhadores rurais, índios, remanescentes de escravos, ribeirinhos e demais povos que não apenas habitam o cerrado, mas dali extraem os recursos par a sobrevivência e constroem o sentido de suas vidas. O poder econômico das grandes empresas, aliado a um projeto de crescimento econômico a qualquer custo, aos interesses do capital produtivo, rentista e financeiro internacional, engendram fenômenos territoriais que remetem às mais sangrentas carnificinas da história humana.

À quem tributar a responsabilidade? Tais processos e fenômenos se instituem via grandes corporações e projetos de estados-nações ávidos por mais lucro e mais poder. Trata-se do fundamentalismo do mundo moderno operado a partir das grandes empresas tendo em vista o fornecimento de toda sorte de mercadorias e a acu-

mulação capitalista sob as mais variadas formas. Tudo se é permitido e facilitado no tocante à exploração dos recursos naturais nos países do sul quando o que interessa é o atendimento das demandas advindas de todos os cantos do planeta. É o que Harvey (2004) denomina de acumulação via espoliação. Aproveitar a abundância de terras, os recursos hídricos, as condições climáticas e vegetativas é o intento das grandes corporações a fim de, por um lado, fornecerem mercadorias mais baratas e, por outro, dominar territórios para além das fronteiras dos estados-nações sede. A ofensiva chinesa é, nesse particular, um exemplo emblemático.

No afã de obterem territórios para a expansão da produção de soja, cana-de-açúcar de demais commodities, tendo em vista o abastecimento de seus mercados e a concorrência internacional, imensas glebas de terras têm sido compradas por corporações estrangeiras, especialmente chinesas e europeias, ano após ano, sob os auspícios do Estado, o qual não apenas facilita tais operações, mas as concebe enquanto necessárias e indispensáveis para o progresso, dada a nossa suposta vocação natural para a produção de alimentos e criação de animais, especialmente nas regiões que conformam a chamada nova fronteira agrícola, compreendida por vastos territórios do bioma cerrado localizados nos estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, de forma mais acentuada nos quatro últimos estados.

Sobre o poder e as dinâmicas socioterritoriais no cerrado brasileiro

Tem-se que os constructos teóricos no âmbito do pensamento pós-colonial2 fornecem aportes para a reflexão e apreensão das dinâmicas socioterritoriais no Brasil. Tais escritos permitem apreender a dimensão social, psíquica, econômica, política e cultural da dominação que se faz exercida sobre os mais diversos povos, aqui denominados de subalternos. Assim, não importa ter como desiderato apenas a descrição de fenômenos de ordem econômica e seus desdobramentos sociais em termos de recrudescimento das disparidades materiais de existência e de uma relação desigual entre países centrais e periféricos, mas esmiuçar os processos de subalternização de determinados grupos sociais, problematizar como se operam os mecanismos de dominação numa dimensão psicossocial e, finalmente, apreender o sentido da violência numa ordem neocolonial.

Com efeito, essa démarche intelectual reserva um projeto político em que a emancipação dos sujeitos passa inexoravelmente pela subversão a partir da cultura. Nesse sentido é que as teorias pós-coloniais não se ocupam apenas da compreensão das novas dinâmicas de dominação, mas ensejam postulados a partir dos quais são abertas novas searas de reflexão e de posicionalidade dos agentes. A linguagem é central nesse projeto à medida em que por meio dela se opera um projeto de subversão da ordem das coisas, ou seja, se é por meio dela que o domínio civilizado-bárbaro, norte-sul, ocidente-oriente, branco-negro se faz exercido é nela fundamentalmente que reside um componente político e por ela é que se deve aquilatar as dinâmicas de poder a fim de rompê-las. Compartilhar do debate pós-colonial consiste, em última instância, considerar que os saberes edificados cimentam e legitimam relações de poder e que, portanto, engendrar novas perspectivas analíticas – tendo como elemento axial uma ruptura epistêmica que em linhas gerais diz respeito ao rechaço às perspectivas eurocêntricas de explicação da realidade – não se reduz apenas à um propósito interpretativo, mas eminentemente político. Exatamente por isso a teoria pós-colonial possui significativa influência do chamado "desconstrutivismo francês", que tem, em Jacques Derrida, Michel Foucault, e Gilles Deleuze, seus principais nomes. É este o sentido do termo diffèrance empregado por Bhabha, assim como por outros pensadores pós-coloniais. Segundo Barbosa (2012: 224): "Estes o entenderiam como uma espécie de essência transgressora, para além da lógica dicotômica dos discursos."

As dinâmicas socioterritoriais que tem se estabelecido no âmbito do cerrado brasileiro conduzem as reflexões à processos mais amplos e complexos que, conforme enunciado, tem sido engendrados nos países latino-americanos, asiáticos e africanos por excelência. Tomemos o cerrado como microcosmo desses processos a partir de uma perspectiva em que os fenômenos socioterritoriais são entendidos em sua natureza social, histórica e prioritariamente cultural e antropológica. A violência cometida contra povos indígenas e populações tradicionais, em primeira instância, parece ter como resposta os interesses capitalistas advindos de grandes corporações empresariais. Numa análise mais detida, porém, o que exige o refinamento metodológico e conceitual – nesse particular a obra de Said constituiu um marco para o pensamento pós-colonial – só é possível apreender tal violência quando se leva em conta os parâmetros de comparação entre culturas e povos.

Vandana Shiva (2003), ao apontar o domínio dos países do "norte" sobre os do "sul", exercido por meio dos interesses econômicos de grandes grupos ligados ao mercado de agrotóxicos, defensivos agrícolas, enfim, produtos aplicados à produção agrícola tendo em vista aumento da produtividade, não fazia alusão apenas ao desejo dos primeiros em acumularem capital às expensas dos segundos, mas referia-se ao domínio que se faz exercido a partir das concepções de realidade e, portanto, dos saberes, dos conhecimentos desenvolvidos e aplicados. Exatamente por isso, segundo a intelectual e militante indiana, para além das monoculturas enquanto expressão de domínio dos territórios haveriam monoculturas da mente, em que são cultivados e reproduzidos conhecimentos segundo as premissas do pensamento europeu, os quais, longe de serem neutros e desinteressados, cumprem os ditames de uma dominação cultural à medida em que se tornam hegemônicos. Nesse sentido, com base na problematização dos saberes e da invizibilização/negação dos saberes do "sul", os escritos de Shiva (2003) nos remete àquilo que Said (1990: 51) identificou como força cultural, que, nas palavras do teórico:
A forca cultural não é urna coisa que podemos discutir facilmente - e um dos objetivos do presente trabalho é ilustrar, analisar e refletir sobre o orientalismo como um exercício de forca cultural."

Porém, como o próprio Said coloca, não se pode generalizar sobre uma noção, segundo ele, tão vaga e tão importante como a de força cultural. Assegurado o devido cuidado no uso da expressão cunhada por Edward Said, entende-se que os fenômenos recentes no âmbito dos processos de ocupação dos territórios e espoliação das populações nativas e comunidades tradicionais nos países latino-americanos tem como substrato uma "força cultural". São processos que se instituem a partir de conhecimentos gestados nos grandes centros de pesquisas norte-americanos e europeus e que são levados a cabo por meio da negação de conhecimentos outros engendrados no seio das próprias comunidades, saberes seculares cujo cerne consiste numa relação homem-natureza em que o sentido não reside no domínio que àquele exerce sobre esta. Os conhecimentos hegemônicos, no entanto - uma vez que deslocados do lugar ao qual se voltam e se materializam em práticas (como as práticas agrícolas da chamada extensão rural) – necessitam de legitimação, de sorte que esta legitimação ocorre graças à tradições e instituições historicamente instituídas nos países colonizados. Segundo Said (1990: 33):

> O valor, a eficácia, a forca e a aparente veracidade de urna declaração escrita sobre o Oriente, portanto, baseiam-se muito pouco no próprio Oriente, e não podem instrumentalmente depender dele como tal. Ao contrário, a declaração escrita é urna presença para o leitor em virtude de ter excluído, deslocado e tornado supérfluo qualquer tipo de "coisa autentica" como "o Oriente". Desse modo, todo o orientalismo está fora do Oriente, e afastado dele: que o orientalismo tenha qualquer sentido depende mais do Ocidente que do Oriente, e esse sentido é diretamente tributário das várias técnicas ocidentais de representação que tornam o Oriente visível, claro e "lá" no discurso sobre ele. E essas representações utilizam-se, para os seus eleitos, de instituições, tradições, convenções e códigos consentidos, e não de um distante e amorfo Oriente.

Mutatis mutandis, com base nos processos históricos de dominação colonial encetados pelos países europeus na América, é possível inferir que houve uma construção de representações particulares e idiossincráticas, portanto uma espécie de "força cultural", sobre o território e os povos autóctones, especialmente na porção sul do continente. Contudo, não com o mesmo sentido da relação Europa – Oriente. O sociólogo peruano Aníbal Quijano, ao tratar dessa questão deslinda a lógica investida nas relações de dominação por parte dos colonizadores, apontando como a ideia de raça foi um meio para tal propósito. Quijano vai mais longe ao elucidar que as relações sociais de trabalho, e portanto os papéis sociais desempenhados pelos indivíduos nesse período, operavam-se segundo a classificação das raças. "As novas identidades históricas produzidas sobre a idéia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho". (QUIJANO, 2005: 228). Com isto, observa que as teorizações sobre a relação centro-periferia, as quais tiveram considerável contribuição de Raúl Prebish, acabaram apontando para o núcleo da dinâmica de divisão do trabalho

e acumulação capitalista, a saber, o eurocentrismo e as práticas coloniais. Conforme Quijano: "O capitalismo mundial foi, desde o início, colonial/moderno e eurocentrado." (2005: 230).
Com efeito, a principal contribuição de Quijano está em que não se pode pensar os processos de colonização e de dominação econômica sem levar a termo as tessituras das relações de poder, cujo aspecto axial consiste no constructo da ideia de raça. Às raças cabiam diferentes atividades, uma vez que distintas e hierarquicamente desiguais. Assim, tal constructo legitimava a inferiorização de negros e índios ao passo que naturalizava tais processos. Amiúde utilizada como elemento peremptório de distinção social, às raças sempre eram vinculadas determinadas representações. Esta tornara-se a premissa universal de dominação social segundo Quijano. Atribuir a uma suposta determinação natural as clivagens operadas no seio das relações sociais é não apenas um fim, mas fundamentalmente um meio para o exercício da dominação exercida pelos colonizadores e que ecoam e são reverberadas em tempos hodiernos. Segundo Quijano (2005: 228):

> Na América, a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial.

A questão racial que fundamentou as relações de opressão e dominação por parte dos colonizadores é, conforme mostra Quijano (2005), um traço peculiar do processo de ocupação da América. Diferentemente da construção realizada em torno do oriente como o "outro", os "índios" da América, assim como os "negros" africanos sequer seriam referenciados como povos dotados de outras culturas, valores, referenciéis, mas raças inferiores, constituídas por "primitivos". Foi engendrada, assim, uma arraigada teia de dominação, a qual se ancorou nas representações sobre índios e negros, suas práticas sociais, seus conhecimentos a fim de deslegitimá-las e, pari passu, a isto foi reafirmado o domínio colonial e a supremacia racial branca, posicionando a Europa não apenas como centro econômico, mas, ipso facto, centro de produção e difusão do chamado conhecimento científico, berço da modernidade e do progresso, ao que foram atribuídas aos colonizados as seguintes adjetivações: primitivos, irracionais, retrógrados, atrasados, dentre outras. Sobre esta questão, Quijano (2005: 231) afirma:

> Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas –entre seus descobrimentos culturais – aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. […]Todo esse acidentado processo implicou no longo prazo uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura.

Sem o domínio que se fez exercido a partir da cultura, o projeto de exploração econômica dos recursos disponíveis, bem como a submissão de índios e negros aos piores trabalhos, não teria logrado êxito. Com base nas reflexões aqui apontadas, entende-se que fenômenos recentes de ocupação de áreas do bioma cerrado só podem ser devidamente apreendidos considerando o sentido investido nessa lógica de dominação, ou seja, a colonialidade do poder que esteia a ofensiva capitalista recente e que incorre em resultados extremamente deletérios às populações indígenas e tradicionais. Por outro lado, é premente discutir essa colonialidade do poder no âmbito das disputas territoriais e a criminalização dos movimentos sociais, bem como a colonialidade do poder exercida por uma instância político-institucional que tem, reiteradas vezes, deixado de reconhecer os direitos dessas populações.

Debates recentes em torno da demarcação das terras indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais ilustram bem essa questão. A proposição da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215/20003 que transfere, para o poder legislativo, a prerrogativa de deliberar sobre a política das terras indígenas aponta para uma estratégia em que a colonialidade do poder é demarcada a partir da crítica que se faz à fragilidade atual dessa política. Em pormenores, integrantes do poder Legislativo reivindicam a aprovação da PEC alegando que antropólogos contratados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) não seriam criteriosos e tampouco neutros nos processos decisórios. A principal justificativa consiste na necessidade de se descentralizar essa política, transferindo a responsabilidade para outras esferas do poder.

A estratégia poder-saber, conforme definiu Foucault (2012), é aqui destacada para se referir, por um lado, ao apelo institucional para a tomada de decisões que atingem interesses econômicos históricos, como o monopólio da terra e, nas últimas décadas, os interesses ligados ao agronegócio e, por outro, à crítica ao saber antropológico e aos intelectuais. Ainda que tal estratégia não faça referência à "força cultural" de brancos sobre negros e índios, é esta força que encontra-se no âmago da proposta.

Ou seja, a institucionalização e a judicialização das questões encobrem, velam, as relações de poder e, por seu turno, a violência conformada pelas disputas territoriais entre, de um lado grandes proprietários de terras, advindos de uma elite agrária branca, e, de outro, índios e negros, historicamente alijados de direitos, ainda aludidos como inferiores, primitivos. Não obstante a colonialidade do poder esteja sendo operada de forma sutil e estrategicamente velada, é possível observar que tem sido vertiginosa sua presença nas últimas décadas nos países latino-americanos. É óbvio que em cada país isto se sucede sob determinadas condições. Sobre isto, Quijano (2005: 275) afirma que:

> O que pudemos avançar e conquistar em termos de direitos políticos e civis, numa necessária redistribuição do poder, da qual a descolonização da sociedade é a pressuposição e ponto de partida, está agora sendo arrasado no processo de reconcentração do controle do poder no capitalismo mundial e com a gestão dos mesmos responsáveis pela colonialidade do poder. Conseqüentemente, é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos.

Estas populações vivem nas mais diversas áreas do cerrado brasileiro. São indígenas, quilombolas, vazanteiros (povos ribeirinhos que vivem no cerrado às margens dos rios São Francisco, Tocantins e Araguaia), geraizeiros (moradores do cerrado ao norte de Minas Gerais), quebradeiras de coco e pequenos agricultores. Elas têm, em comum, a relação com a terra, cujo sentido não é o de uma mercadoria, mas fonte de sobrevivência tanto na acepção material quanto na simbólica, cultural, cosmogônica. O conhecimento eurocêntrico, calcado nas premissas da racionalidade e tido por moderno e indispensável para o progresso, torna-se estratégia poder-saber à medida em que é colocado num plano de superioridade em relação aos demais saberes. Assim, o conhecimento dos brancos, ao suplantar os conhecimentos dos negros e índios, promove a violência em sua instância elementar, a negação do outro a partir de suas crenças, valores, perspectivas de realidade, em suma, sua relação com a natureza e com os seus iguais.

Esta violência se materializa nos processos de desterritorialização vivenciados por estas populações, resultando em agressões físicas e assassinatos de índios, negros e pequenos produtores rurais. O cerrado tem sido palco

de intensos conflitos dessa natureza. Contudo, uma teia de poder que envolve interesses do capital ligado à produção agrícola, ao capital financeiro, aos grandes proprietários de terras, dentre outros, opera no sentido de criminalizar os movimentos sociais de luta pela terra e impedir o reconhecimento de direitos de comunidades, como as indígenas e quilombolas. Os arranjos políticos extrapolam a seara do parlamento e mobilizam entidades patronais cujos discursos e posicionamentos são altamente reacionários, conservadores e violentos. É construída, assim, uma retórica de classe cujos pilares discursivos tem em vista deslegitimar a luta dessas populações. O projeto de ruptura com a colonialidade do poder passa inexoravelmente pela desconstrução desse discurso, pela defesa dos direitos das minorias, pelo reconhecimento de suas culturas e de seus territórios.

Breves conclusões

Os recentes processos de desterritorialização de populações indígenas, comunidades tradicionais e pequenos produtores rurais no cerrado fornecem uma espécie de síntese do neocolonialismo e da violência que tem se abatido sobre as populações tradicionais nos países latino-americanos. Interesses econômicos, ligados à grandes corporações europeias, estadunidenses, chinesas, dentre outras nacionalidades, tem promovido alterações substanciais nos territórios brasileiros e de outros países pobres ou em vias de desenvolvimento. Compreender tais processos exige, no entanto, um refinamento e uma vigilância intelectual e analítica. Cumpre considerá-los enquanto manifestação de uma nova dinâmica colonial, a qual se ancora fundamentalmente na negação/inferiorização de povos e seus saberes, seus valores, sua cultura.

No cerrado, populações indígenas, quilombolas, vazanteiros, geraizeiros, dentre outras, bem como pequenos produtores rurais tem sido vitimados pela expansão de monoculturas, especialmente soja e cana-de-açúcar, mas também pela instalação de grandes projetos de exploração de minérios e hidroelétricos. Entende-se que estes fenômenos, além de econômicos, uma vez que o aumento da produção de commodities tem como objetivo o mercado internacional e a obtenção de superávits na Balança Comercial, são eminentemente culturais, pois que resultantes de um domínio que historicamente se faz exercido por brancos dos países do norte sobre negros e índios dos países do sul.

Com efeito, o pensamento pós-colonial apresenta um fecundo cipoal de reflexões sobre as relações de poder e domínio a partir dos ditames da cultura. Ele reserva, para além de construções teóricas a partir de diversas realidades históricas investigadas por seus principais nomes, um sentido político, em que o alcance de direitos passa pela afirmação dos saberes tradicionais. Destarte, não cabe apenas a elaboração crítica das empreendidas econômicas advindas de grandes corporações financeiras e empresariais, mas a reivindicação de espaços nas arenas decisórias e, no que tange o conhecimento, a ruptura com a perspectiva eurocêntrica da nossa realidade. Tal projeto consiste em garantir a existência de múltiplas visões sobre a existência e sobre a natureza à medida em que se tem por claro e inequívoco que o chamado conhecimento racional, hegemônico no ocidente e difundido pela Europa, orientou-se para a dominação de índios e negros, violentando-os tanto do ponto de vista cultural quanto do ponto de vista econômico, do que este não far-se-ia plena e efetivamente empreendido sem àquele.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Muryatan Santana. (2012). Homi Bhabha leitor de Frantz Fanon: Acerca da prerrogativa pós-colonial. Revista Crítica Histórica. Ano III, nº 5. p. 217-231.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. (2014) Proposta de Emenda à Constituição N.º 215, de 2000. Diário da Câmara dos Deputados. p. 69-78. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD19ABR2000.pdf#page=69. [consultado em 14-11-214].

FOUCAULT, Michel. (2012). Ditos e escritos, volume IV: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

HARVEY, David. (2004). O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. (2014). O bioma cerrado. Disponível em: http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado. [consultado em 29-11-2014].

QUIJANO, Aníbal. (2005) Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, pp.227-278. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf. [consultado em 15-09-2014].

SAID, Edward. Orientalismo: O oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SARTRE, Jean Paul. Prefácio. Os condenados da terra, de Frantz Fanon. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SHIVA, Vandana. Monoculturas da mente: Perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

Título do Trabalho: Entre o amor e a violência : Trajetórias de casais que acionaram a Lei Maria da Penha

Autores: Janaína Sampaio Zaranza[1]

Co – autor: Antônio Cristian S.Paiva[2]

Resumo: Neste artigo, exponho a pesquisa, em que faço um estudo sobre as (re)significações do masculino e do feminino vividas por ocasião do recurso à Lei Maria da Penha. Busca-se ver que produções de sentido são geradas e dialogam com os sujeitos que recorrem ao instituto jurídico da Lei Maria da Penha, nesse espaço-tempo vivendo intensa possibilidade de (re)significações do masculino e do feminino. Na instância discursiva em pauta, disputas se dão que dialogam com a Lei Nº 11340, destinada à denúncia de violência contra a mulher e promulgada com o objetivo de focalizar as novas aprendizagens de gênero, impulsionadas pelo dispositivo legal nomeado Lei Maria da Penha.

Palavras chaves: Violência , Mulher, Estado de Exceção,

Lei Maria da Penha – Do Amor à morte eminente.

Esta é uma primeira parte do texto da pesquisa de doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará enfoco os conflitos nas relações amorosas, quando os mesmos passam a ser vivenciados nos espaços públicos destinados à denúncia de violência contra a mulher, a partir da promulgação da Lei Nº 11340 (Lei Maria da Penha), com o objetivo de aferir os impactos subjetivos e sociais produzidos nesses indivíduos. Esse novo ordenamento jurídico reflete o quanto as relações interpessoais passaram a ser base de trabalho para instituições

---

1 Doutoranda da Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, professora da Faculdade Maurício de Nassau. Possui licenciatura(1996) e bacharelado(1999) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará, Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará(UFC), Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, na linha de Pesquisa Diversidades Culturais, estudos de gênero e processos identitários, bolsista vinculada ao CNPQ. Trabalha, hoje, na área de Sociologia e antropologia, com ênfase em Violência, processos relacionais e identitários, atuando principalmente nos seguintes temas: Dimensões da Violência estrutural e subjetiva, colonialismo e pós colonialismo, estudos culturais, educação, sociologia, movimentos sociais, direitos humanos, violência simbólica e violência doméstica.
inazaranza@yahoo.com.br

2 Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (1994), com formação psicanalítica. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (2004). Docente Associado 1 do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. É professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC e do Doutorado Interinstitucional com a Universidade Federal do Amapá. Realiza estágio pós-doutoral com David le Breton, na Université de Strasbourg, France. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Família, das Relações de Gênero e da Sexualidade, pesquisa sobre as temáticas: subjetividade e experiência social, relação saúde e sociedade e etnografia dos saberes psi (privilegiando o diálogo com a psicanálise), Michel Foucault, politicas sexuais contemporâneas, homossexualidade e homoconjugalidade. Coordena o Núcleo de Pesquisas sobre Sexualidade, Gênero e Subjetividade (NUSS), laboratório vinculado à linha de Pesquisa Diversidades culturais, estudos de gênero e processos identitários , do PPG em Sociologia da UFC. É lider do Grupo de Pesquisa Psicanálise & Ciências Sociais, cadastrado no DGP/CNPq.
Professor Dr da Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, professor da Universidade Federal do Ceará e Coordenador Do NUSS/UFC.
cristianspaiva@gmail.com

públicas modernas[3], alterando os mecanismos de controle exercido sobre o privado, refinando as condutas e os usos da violência em decorrência de uma crescente publicização do que antes era vivido como estritamente íntimo. Essas novas formas de regulação institucional, que culpabilizam e criminalizam as práticas de violência conjugal, já apresentam alcances e limites que estão a merecer o olhar atento das Ciências Sociais.

Meu objeto de estudo está na possibilidade de flagrar a mulher quando na tensão vivida por meio de sua nova atuação, a partir do rompimento da violência com a sua posterior trajetória de refazimento. Nesse percurso, as mulheres tentam se fortalecer a partir da denúncia dos maus-tratos – que parece também revelar que o rompimento de uma identidade fragmentada, que se esconde nas dores, também se apresenta como capaz de tecer novas redes de sociabilidades, através do processo de singularização do seu eu feminino.

A lei aprovada fez com que essa mulher saísse do seu mundo privado e expusesse os contextos situacionais relacionados à manutenção de violência. É assim que esta mulher atravessa um percurso de mulher violada/vitimizada para o enfrentamento a Violência doméstica e de gênero. Saí do espaço da violência velada para o enfrentamento a violência vivida.

Esta saída muda sua subjetividade atuar na produção um novo de sujeito histórico – "a mesma mulher mais empoderada". A situação de violência não separa suas duas histórias, mas elabora e consegue reavaliar a situação extremada, vivenciando e refletindo como ultrapassar esta realidade cotidiana. A ida a delegacia para alguns é um ultraje, e movimenta a ira para outros;

> Quando eu sair daqui ela vai ver, o diabo já está cantando na minha cabeça(homem autoetnografado na Delegacia da Mulher – após prisão em flagrante – 11.03.2013)
>
> Doido do homem que confia no bicho que sangra por sete dias e não morrer(Piada feita por autoetnografo no grupo do Nuah -16.05.2013)

Na cabeça de alguns homens as mulheres são vistas como extensão de seus patrimônios, corpos ou sexos, mas ou ler Spivak(2006), Das(1997), Foucault(1999) Versiani(2005), Agambe(2004) mostrando uma identidade deteriorada como Goffman(2004) coloca, ou se trouxer Spivak(2006) um sujeito feminino que não pode ser ouvido ou lido, pergunto como a identidade feminina torna-se sujeitos subalternos[4] que nos pertence seja nossos corpos, nossas mentes, ou em nossos sexos. Conforme Agambe(2004) Em Estado de Exceção, o autor elabora existir pessoas que suas mortes não serão importantes para o Estado denominando de vidas nuas.

Para Agamben(2004), encontramos categoria constituindo como homo sacer, que possui uma vida nua...Ao referi-la o autor constrói parâmetros para o morrer, ou melhor, a morte de ser aceitável incogitávelmente. É de certa forma possível matar, como diz Agamben(2004) Há uma distinção. Nessa "vida", enfim, nesse ambiente em que "vive" o *homo sacer*, não há distinção entre público e privado, direita, esquerda, nada disso tem sentido. Uma espécie de psicopatia social. A percepção da ausência das Instituições. É o nada, o vazio que acaba produzindo o caos. Há uma "máquina biopolítica" (Agamben 2004) que produz esse "novo" *homo sacer*. "Ela produz suco. Suco humano ". Vejamos o relato de uma das etnografadas:

> "Eu acho que isso aí se realmente existe essa lei fica só no papel. Fica só no papel porque eu já vi, por exemplo, o meu ex pai dos meus filhos, eu já fiz vários BOs contra ele aqui [Delegacia da Mulher], ele já foi chamado, outra vez ele me seguiu até aqui, foi detido e sempre indo pra casa. É tanto que ele usa essa frase, ele diz que os papéis de uma delegacia ou um mandado judicial ele faz de papel higiênico, tá entendendo? Aí você se tira o peso da palavra, não tem. Eu não acredito, eu sei que existe a Maria da Penha, a Lei Maria da Penha, mas eu não acredito na serevidade dessa, dessa lei, que ela seja assim realmente severa. Eu não acredito."(etnografa, delegacia da mulher – Fortaleza)

Como nos mostram os estudos feitos pelo autor considera haver o arquétipo do moderno através do estado

---

3 Delegacia de Defesa da Mulher, Juizado Especial da Mulher em Situação de Violência, Centros de Referência de Atendimento da Mulher em Situação de Violência e Casas Abrigos

4 No capítulo 4 irei trabalhar melhor esta questão teórica.

de exceção, denominado *iustitium*[5]. Implicava, pois, uma suspensão não apenas da administração da justiça, mas do direito enquanto tal.Visto que permite observar o estado de exceção em sua forma paradigmática, serve como um modelo a uma situação de exceção, a partir do momento em que são suspensas as obrigações impostas pela Lei à ação dos magistrados. O *iustitium* suspende o direito e, a partir disso, todas as prescrições jurídicas são postas de lado. (Agamben, 2004, 70)

No relato do promotor de justiça colocou que os policiais em caso de chamado de Lei Maria da penha, eles fazem vista grossa, só leva se o cara botar boneco, ou seja, se tiver ao além da infração – sempre conversam , aconselham, fazem com que o homem possa cair em si. Mas se houver algum desacato, ou lesão eles terão que levar.(Diario de campo, maio 2013)

No entanto podemos prever que as estatísticas de morte de mulheres é acima do esperado, o que acontece que a lei existe, o que acontece para estas mortes ocorre? Na ótica da delegada da Delegacia da Mulher.

> Eu tô aqui há 9 anos, mesmo antes da vigência da lei Maria da Penha, o que eu to vendo é que efetivamente nos tivemos 42% no aumento de denúncias, da vigência da lei até aqui, só que efetivamente nos estamos percebendo em razão ao número de denúncias, mas em contra partida nós estamos sentindo um arrefecimento da violência. Eu digo da lei hoje ser forte, de a lei ser realmente respeitada, as medidas protetivas ter um grande puder intimidatório, as vítimas não estão dando continuidade ao que se denuncia isso também prejudica, porque ela vem ela faz o registro da ocorrência quando ela faz, quando ela não é de natureza pública e incondicionada, ou seja, lesão corporal, ela retroage. O que eu vejo em algumas situações é que elas tomam a lei, a vinda na delegacia mas para dar um susto no agressor e não fazer o procedimento policial e o que a gente nota, e se não acontece de forma efetiva o procedimento policial essa violência é gradativa, é o tipo da coisa ela colocou o caso mas não deu seguimento ao inquérito eles ficam mais violentos. (Delegada, entrevistada, 16.05.2013)

O autor complementa a uma situação de exceção, a partir do momento em que são suspensas as obrigações impostas pela Lei à ação dos magistrados. O *iustitium* suspende o direito e, a partir disso, todas as prescrições jurídicas são postas de lado. Mesmo com a lei Maria da Penha, as mulheres se sentindo empoderadas a denunciar, é um estado de exceção no procedimento da lei. Os processos relacionais e sociais ficam impedindo a atuação cabível.

> Isso eu tenho percebido, mas também quando eu falo do aumento da violência real, têm-se se registrado muitos boletins dizendo assim: pois agora eu só fiz ameaçar eu vou ser preso, pois agora eu vou matar. Então existe que o agressor ele não mudou a cultura, ele tem o sentimento de possessividade, e ele quer que a vítima o objeto de desejo dele. Mesmo que ele vá ser preso, ele não deixa de matar e aí nos estamos voltando para um fenômeno bem característico que a pessoa mata a vítima e depois se matar. Isso aí a gente tem notado vem aumentando após a vigência da lei. È um paradoxo, né? Nós temos o aumento da denúncia, um aumento na credibilidade das mulheres, mas em contra partida ainda vendo assim de cara a não mudança da cultura machista. (Delegada, entrevistada, 16.05.2013)

Nesse sentido, o estado de exceção, como forma de manifestação de um vazio jurídico, é o espaço em que esse autor procura capturar a idéia benjaminiana de uma violência pura e inscrever a anomia no corpo mesmo do *nomos*. Segundo Schmitt, não seria possível existir uma violência pura, isto é, absolutamente fora do direito, porque, no estado de exceção, ela está incluída no direito por sua própria exclusão. O estado de exceção é, pois,

---

5 O termo *iustitium* significa literalmente "interrupção, suspensão do direito", quase um intervalo e uma espécie de cessação do direito.(Agambe, 2004, 68)

o dispositivo por meio do qual Schmitt responde à afirmação benjaminiana de uma ação humana inteiramente anômica.(Agamben, 2004, 83-84)

Agamben(2003) textualmente afirma no estado de exceção o conceito de necessidade. O autor coloca o adágio latino *"necessitas legem non habet"*, ou seja, a necessidade não tem lei. Para ele, a uma divergência – dois sentidos opostos, a necessidade não reconhece nenhuma lei e a necessidade cria sua própria lei(*necessite fait loi*). Desta maneira o lícito torna-se ilícito, a necessidade age aqui como justificativa para transgressão em um caso específico por meio da exceção (*Agamben, 2003, 40-41).*

Os homens agem para além da lei, ela intimida, reforça o empoderamento mais será que protege. Veja a algumas questões que as mulheres que passaram pela lei relatam:

> Se eu consigo proteção, estou casada há 12 anos e meu marido sempre teve esses acessos de ciúme, já tinha tentado me enforcar mais meu filho pequeno que na época tinha dois anos pegou no pé dele e ele parou, mas agora ele me acordou de madrugada para saber onde estava as mensagens do meu celular, como disse que havia apagado ficou com raiva e começou a me agredir. Eu queria que a lei me protegesse. Eu poderia me separar, mas tenho três filhos, voltar para a casa dos meus pais com três crianças é impossível, não trabalho, sou de outro Estado, moro aqui com ele e minha sogra, e ela não se importa muito com o que faz.(etnografada na delegacia da mulher 09.05.2013)
>
> Eu vi para vê(...) Eu não vi resultado, eu acho que precisa ser mais vigorosa, tanto que ela fez para essa lei ser reconhecida, eu acho que as mulheres temem mais pela demora, eu não me acho protegida pela polícia, não em hipótese alguma, porque além de ser lento, não que as mulheres na delegacia não façam o trabalho bem feito, elas aqui fazem o trabalho para ser feito. Mas é porque a justiça ela é lenta, tem mulher que das duas uma ou se submeter aquelas ameaças, pela demora. Acaba cedendo, por isso que é chamada de sem vergonha, porque voltam. Mas na verdade seja o medo, ou por outras ela realmente caí na fragilidade e acaba retirando a queixa porque está demorando muito. A mulher por si, ela já é frágil e quando está passando por um momento deste ela se torna mais frágil ainda e aí o que acontece, eu refiro dela está sem apoio, aquela proteção. Ela por muitas vezes oculta da família, fica só, então ela vem buscar um refúgio aqui, na delegacia. E quando ela chega, ela faz apenas um B.O. e aguarde e tem que voltar para casa, acaba não indo nem pra casa, sim voltando para os braços do agressor. (etnografada, delegacia da Mulher – 16.05.2013)

Os relatos mostram a esperança na diminuição da violência como o desespero pela demora na justiça, a delegacia pedi as medidas protetivas, mas quem defere é o juizado. Podemos visualizar como as mulheres ficam a mercê do que pode acontecer. A cada situação apresentada percebemos a identidade da mulher subalterna[6] (Spivak, 2010, p13).

A sociedade indiana, para a autora mencionada as mulheres estão em uma situação ainda mais periférica pelos problemas subjacentes às questões de gênero, o subalterno feminino ainda está ainda mais na obscuridade[7](p.15).

> Em relato de oficial do ronda, relatou que em atividade no fronte(atividade na rua) que a viatura foi chamada por ocorrência da Maria da Penha, ao chegar ao local o agressor foi levando a delegacia, no chegando como o rapaz só estava um pouco embriagado o delegado liberou, duas horas depois a mesma viatura foi acionada por tentativa de homicídio, a mulher companheira do agressor tinha sido espancada

---

6 Spivak coloca que o subalterno não é qualquer marginalizado, para ela o termo deve ser resgatado, retomando o significado de Gramsci lhe atribui ao se referir ao proletariado, ou seja, aquele cuja voz não pode ser ouvida.

7 Ver a mulher que teoriza, vê sua cumplicidade nesse processo do póscolonialismo.

> e esfaqueada com uma peixeira.(diário de campo - relato de oficial do Ronda – 21.03.2013)

Outra forma de deixar as vidas nuas é através da atribuição da fiança por alguns delegados no interior do Ceará mediante a uma ação legal que o Supremo Tribunal Federal considera o homem um direito subjetivo do preso, para entendermos melhor esta realidade o relato explica está ação;

> A fiança na verdade juridicamente falando, o Supremo tribunal Federal determinou como um direito subjetivo do preso, se então o preso preenche os requisitos da fiança tem que a ser concedido, mas a maioria dos presos por violência doméstica a princípio teriam esse direito a fiança. Você tem que entender que a questão relativo a fiança, é questão de lei é uma questão de política criminal. O agressor doméstico é muito difícil, é muito perigoso o agressor retornar para a residência onde ele se encontra, só que o risco eminente para a vítima, que o delegado não tem como de afastar esse risco. A partir do momento que ele concede essa fiança poderá acontecer um mal maior a vítima porque o risco é muito grave. E ele entende que é um risco, mas ele fica infelizmente vinculado as decisões legais, ele se mantém numa situação de vulnerabilidade, diante da aplicabilidade da lei. Então por isso que é necessário essa parceria entre a polícia entre o poder judiciário, entre o ministério público, porque se essa fiança se naturalizar vai cair a mesma coisa da lei 9099, o agressor paga ele saí, volta para casa e mata a vítima, então vai perder toda a eficiência e eficácia da Lei.No meu entendimento não cabe por decretação das medidas cautelares pelo delegado, medidas protetivas e aí a impossibilidade de proteção da vítima, então naquele momento quem deve analisar isso é o juiz (delegada adjunta de Fortaleza – 09.05.2013)

Em desconsideração a prática, o desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul concedeu apelação em favor da não aplicação de fiança no caso de violência doméstica, as últimas decisões têm mostrado que a tendência é buscar a efetividade da Lei Maria da Penha e a proteção da mulher, expondo abaixo as apelação;

STF- ADC 19 – Min. Marco Aurélio:

> “ dessumiu-se que deixar a mulher- autora da representação- decidir sobre o inicio da persecução penal significaria desconsiderar a assimetria de poder decorrente de relações histórico-culturais, bem como outros fatores, tudo a contribuir para a diminuição da sua proteção e a prorrogar o quadro de violência, discriminação e ofensa à dignidade humana” (Informativo n. 654/STF)

Apelação n. 70050937861/2012- TJRS- Des. Jayme Weingartner Neto

> “ Destarte, conceber como atípica a conduta de desobedecer medida protetiva de urgência, levando em conta a excepcional segregação cautelar para os crimes relacionados à violência doméstica, seria- renovando venia aos que pensam diversamente- aumentar a vulnerabilidade da mulher, bem como a sensação de impunidade do agressor, esvaziando a própria ratio da Lei n. 11.340/06, e, no limite, do §8º do art. 226 da CF.

Já no relato das delegadas entrevistadas podemos perceber esta situação.

> “Que tão sendo arbitradas.” Assim, a questão da fiança nos casos da Lei Maria da Penha, pelo menos assim, a DDM em Fortaleza a gente não arbitra fiança, né, a gente faz o procedimento e comunica imediatamente ao Juizado da Mulher né, e qualquer coisa de pedido de arbitramento de fiança seria lá, porque a partir do momento que a gente comunica o preso fica à disposição da justiça, após a gente comunicar a prisão em flagrante, então fica é... à disposição da justiça, então só quem poderia arbitrar

algum tipo de fiança seria o Juizado da Mulher né, que é a parte judiciária competente nesse caso, nos crimes de violência doméstica. Assim, a gente não faz pra evitar, porque assim, já saiu, já sai de casa, já tem aquela situação de violência, a gente teme muito pela integridade física e psicológica dessa mulher, a gente tem medo que haja algum desdobramento em relação a essa ocorrência, né. Muitas vezes ele chega aqui, ele é preso aí na hora que a gente afiança é como se, né assim, não passa essa coisa da prisão; porque foi rápido, ele, ele, ele pagou a fiança, preencheu os requisitos e solta. Às vezes eles saem com mais raiva ainda, colocam mais em risco essa mulher e a gente tem uma recomendação do Ministério Público, né, que atua aqui, do promotor de justiça que, que atua aqui no Juizado da Mulher e ele recomenda que a gente não arbitre a fiança porque, antes disso, o que tem apreciação judicial pra se for o caso transformar em preventiva; e até porque há uma previsão legal de nesses casos de Lei Maria da Penha, de violência doméstica, de violência no âmbito familiar né, a gente não arbitre fiança. Na lei nova de exe... na lei do código do processo penal há uns itens lá, a questão que não se deve arbitrar fiança quando é...é... quando houver caso de violência doméstica, no caso quando haja, haja o risco da integridade física da mulher, então a gente não faz baseado nisso aí né, baseado nessa recomendação. Porque tirar a mulher daquela situação de violência, tirar esse agressor pra imediatamente reinseri-lo no lar, ela estar vai num risco bem maior; e até porque a gente está amparado legalmente; aí por isso que a gente assim não faz isso. Quem faz assim, acha que pela, acha que, usa a própria lei dizendo que está amparado pela lei pra arbitrar a fiança.“É porque assim, tem algumas pessoas que dizem ‘Não porque ele tem o direito, é um direito é...é... é um direito do preso, no caso se a pena é menos, é menor de quatro anos então caberia a..a... ser arbitrada a fiança né, e eles tem medo até de responder por abuso de autoridade né. Baseados nisso eles concedem a fiança,né. Mas nesse caso...é, eles concedem a fiança... Mas nesse caso a gente não, a gente não faz exatamente vendo um dos dispositivos desse, dessa mudança no Código de Processo Penal né, porque no caso de descumprimento da Medida Protetiva cabe a prisão preventiva, então quando cabe prisão preventiva a gente não arbitra fiança pra é...é... soltar esse preso imediatamente após o flagrante, viu? Isso é um entendimento da DDM de Fortaleza.”

DO ATENDIMENTO PELA AUTORIDADE POLICIAL

Art. 11. No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências:
I - garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário;
II - encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal;
III - fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;
IV - se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;
V - informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis.
Art. 12. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal: I - ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada;
II - colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias;

III - remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência;
IV - determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários;
V - ouvir o agressor e as testemunhas;
VI - ordenar a identificação do agressor e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes criminais, indicando a existência de mandado de prisão ou registro de outras ocorrências policiais contra ele;
VII - remeter, no prazo legal, os autos do inquérito policial ao juiz e ao Ministério Público.
§ 1º O pedido da ofendida será tomado a termo pela autoridade policial e deverá conter:
I - qualificação da ofendida e do agressor;
II - nome e idade dos dependentes;
III - descrição sucinta do fato e **das medidas protetivas solicitadas pela ofendida.**
§ 2º A autoridade policial deverá anexar ao documento referido no § 1º o boletim de ocorrência e cópia de todos os documentos disponíveis em posse da ofendida.
§ 3º Serão admitidos como meios de prova os laudos ou prontuários médicos fornecidos por hospitais e postos de saúde.;
Art. 326. Para determinar o valor da fiança, a autoridade terá em consideração a natureza da infração, as condições pessoais de fortuna e vida pregressa do acusado, as circunstâncias indicativas de sua periculosidade, bem como a importância provável das custas do processo, até final julgamento.
Art. 328. O réu afiançado não poderá, sob pena de quebramento da fiança, mudar de residência, sem prévia permissão da autoridade processante, ou ausentar-se por mais de 8 (oito) dias de sua residência, sem comunicar àquela autoridade o lugar onde será encontrado.
OBSERVAÇÕES: - endereço? O mesmo da vítima?
avaliar, no flagrante, condições pessoais do réu, periculosidade, vida pregressa, existência de medidas protetivas e segurança da vítima.
Art. 112- §1º- Em 24 horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente e ao Ministério Público, o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Publica.
§2º- Desde que entenda presentes os requisitos constantes nos artigos 312 e 313 do CPP, a autoridade policial representará pela prisão preventiva do indiciado ou por outra medida cautelar, **encaminhando o pedido juntamente com a comunicação da prisão em flagrante ao juiz**.
Art. 145- A autoridade policial que tomar conhecimento de ocorrência envolvendo a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, preso em flagrante delito o agressor, adotará , de imediato, sem prejuízo de outras medidas, os procedimentos previstos nos arts.11 e 12 da Lei n. 11.340/06.
Cada ação foi perpetrada aos delegados da região norte, sendo aferindo a proibição de estipular fiança ao homem preso por Violência Doméstica. Mas, estas considerações não efetivam ações de proteção a mulher.
No encontro a mulher do terceiro mundo para Spivak fica entre o patriarcalismo e o imperalismo, a constituição de um sujeito e a formação do objeto, a figura da mulher desaparece, não em um vazio imaculado, mas em um violento arremesso que é a figuração deslocada da mulher do terceiro mundo, encurralada entre a tradição e a modernidade.
Para Butler (2009) em Las Vidas lloradas , podemos perceber um aval na morte e na vida de pessoas, principalmente, pois o incidente de 11 de setembro. Mas o autor condiciona o viver de certos segmentos sociais menos especiais que outros. Ao falar os doentes de HIV, mortes em guerra, assim podemos analisar até que ponto a morte e vida de mulheres são importantes para nós.

> Tal vez dicha responsabilidad sólo pueda empezar a realizarse mediante una reflexión crítica sobre esas normas excluyentes por las que están constituidos determinados campos de reconocibilidad,unos campos que son implícitamente invocados cuando,por reflejo cultural, guardamos luto por unas vidas reaccionamos con frialdad ante la pérdida de otras.Antes de sugerir una manera de pensar acerca

> de La responsabilidad global durante estos tiempos de guerra, quiero distanciarme de algunas maneras equivocadas de abordar el problema. Quienes, por ejemplo, hacen la guerra en nombre del bien común, quienes matan en nombre de la democracia o la seguridad, quienes hacen incursiones en otros países soberanos en nombre de la soberanía, todos ellos creen estar «actuando globalmente» e incluso ejecutando cierta «responsabilidad global». No hace mucho,en Estados Unidos hemos oído hablar de la necesidad de «llevar la democracia» a países donde ésta brilla, aparentemente, por su ausencia. (Butler,2009,56)

A autora argumenta sobre que morte podem e devem ser choradas, em estado de guerra, terrorismo, ataques; a morte é advinda de uma especulação, que acontecimentos marcam o morrer, o self, ou melhor, a identidade da pessoa, do grupo, poderá ser ponto engendramento no matar e no morrer. Algumas vidas, ou mortes podem ser choradas ou não.

> Sou Barbara, tenho 32 anos, sou separada três anos e quatro meses, situação ainda não resolvida judicialmente. Sou a primeira filha de um casal que namorou durante 10 (dez) anos. Segundo minha mãe, foram várias idas e vindas até o casamento. Depois de um ano fui desejada, planejada e esperada com expectativa. Mas sem programar, antes de fazer dois aninhos chegaram minhas irmãs (gêmeas), que conforme relato de familiares teve muito ciúme. Sempre protegida por todos (mãe, pai, avós e tios), recebi um tratamento diferenciado, considerada a "preferida". Cresci sempre cercada de muitos amigos e parentes. Gostava de estudar, o que também me diferenciava de minhas irmãs que na maioria das vezes não se davam bem nos resultados finais. Na adolescência comecei a namorar, mais precisamente aos 13 anos. Tive muitos namorados apesar do meu pai ser moralista e dominador. Diante do rigor com que era tratada por meu pai acabei noivando com 1 ano de namoro e dois meses depois me casei aos 19 anos. Acho que muito mais para conquistar minha "liberdade". Ele, gaúcho, sem vínculo familiar no município de Sobral, veio para trabalhar na Grendene. Apesar de possuir uma cultura diferente, nos dávamos bem. Às vezes me pergunto se cheguei a amá-lo de verdade. O relacionamento acabou, durando 10 anos. Tivemos duas filhas maravilhosas, educadas, inteligentes e muito espertas. Atualmente possuem 10 e 7 anos. Como já mencionado nos separamos há 3 anos, amigavelmente e possuímos um "bom" relacionamento até hoje, todos os contatos por causa das meninas.A separação foi uma decisão difícil, pois meu pai não aceitava e continuou tendo muito contato com o ex-marido e deixou de falar comigo por quase dois anos. Até entender que eu precisava ser feliz. Logo que me separei, com menos de dois meses, comecei a namorar. Um jovem dois anos mais novo e muito ciumento. Mesmo assim ficamos juntos por mais ou menos oito meses. Passamos por vários conflitos devido ao ciúme, pois tenho vários amigos. Ele tinha ciúmes até das amigas. Foi difícil terminar o namoro, pois ele não aceitava o fim, me ligava, ia na minha residência, na casa de amigas para tentar que elas me convencessem a retornar. A decisão de terminar foi quando ele me levou para olhar uma casa que estava pensando em comprar para morarmos. O impacto de um novo relacionamento sério com uma pessoa ciumenta como ele me deixou assustada. Em fim terminei. Dois meses depois, fui a uma festa no município vizinho (Santana do Acaraú) e lá conheci o Francisco (o agressor). A amiga com quem eu tinha ido para lá ingeriu muita bebida alcoólica e o transporte que fomos era dela e ele veio nos seguindo até minha casa. Sabendo onde eu morava e trocamos telefone, na mesma semana ele entrou em contato. Conversamos por telefone alguns dias até combinarmos um encontro. Ele me pegou e fomos a uma festa. Ele foi se chegando e quando percebi,

ele já estava morando em minha casa. Dividíamos as contas, claro que eu ficava com a maior parte já que as meninas eram minhas e eu tinha uma renda mensal um pouco maior que a dele. Já tinha conhecimento que ele fazia uso de drogas (cocaína), mas ele relatava que queria ajuda para deixar, pois só usava quando ia para festas. E fizemos um acordo se ele voltasse a fazer uso enquanto estivéssemos juntos, terminaríamos tudo. Porém com quase um ano e meio de relacionamento ele teve uma recaída, se ele usou durante esse tempo, não percebi. Certo dia, sai para a aula e ele saiu, passou a noite fora sem dar nenhuma explicação. Quando chegou no dia seguinte, questionei o que tinha acontecido e ele acabou relatando o uso de drogas. Pedi que ele saísse de minha casa e apesar de prometer que jamais faria isso novamente, mantive minha decisão. Ligou por diversas vezes e não atendi, foi na minha casa e não quis nem conversa. Dias depois ele entrou em contato informando que estava indo para uma clinica de recuperação, pedindo meu apoio. Dei muita força e incentivei. Ele pediu para que eu ficasse recebendo as ligações dele, para que ele tivesse força para realizar o tratamento. Erroneamente tentei ajudar e me arrependo até hoje.Permaneceu por lá dois meses, quando retornou, cometi outro erro, dei uma nova chance. Porém não morávamos junto. Ele passou a morar na residência dos pais. Apesar de tudo gostava dele, acho que esse foi o motivo. Durante três meses ele não fez uso de nenhuma droga, que eu tenha percebido, nem mesmo álcool. Saíamos, festas, restaurantes, confraternizações (natalinas) se passaram e estava conseguindo se manter firme. No dia 07 de abril de 2012, fomos a festa de formatura de um amigo no município de Viçosa, onde iriamos pernoitar e retornaríamos no dia seguinte. Levamos um casal de amigos e fomos de carro próprio. Durante a festa ele voltou a beber. Já de madrugada ele começou a ter ciúmes de um rapaz que lá estava. Não sei quem era, não tive nenhum contato com ele. Quase todos foram dormir e ele continuou bebendo. Quando de repente ele surtou que o rapaz estava paquerando comigo, sendo que eu me encontrava dormido na varanda da casa e o rapaz no segundo piso da casa. Acordei do susto com ele dizendo que isso não ia ficar assim, quando ele correu em direção ao rapaz eu mesmo sem entender fui atrás. Ele subiu no segundo piso, o arrastou do colchão onde ele dormia e começou a chutar e bater. Todos que por lá se encontravam não entendiam o motivo das agressões. Pedimos que ele parasse e fomos embora naquele momento. Eu fiquei arrasada... com vergonha... um tristeza... vim o caminho todo dirigindo e chorando. Na entrada da cidade ele pediu para deixarmos logo o casal e eu disse que ia deixa-lo na casa de sua mãe e ele começou a ficar nervoso e quebrar os objetos do carro (som, porta luva, retrovisor interno) quanto mais nos aproximávamos da casa dela, mais nervoso ele ficava. Tentei, juntamente com o casal, conte-lo em um momento, mas acabei levando um arranhão no rosto e no braço. Parei em frente a casa dele chorando e ele tentando me abraçar e pedindo desculpas, querendo que eu descesse. Pedi que ele pegasse um como de água para mim, na tentativa que ele fosse e eu conseguisse sair com meus amigos de lá. Mas ele percebeu saiu do carro e chutou e quebrou o vidro do carro. Pedi para que o casal me acompanhasse a delegacia, mas eles não quiseram. Deixei eles em casa e fui sozinha a delegacia civil. Lá um policial acionou para o ronda, a viatura chegou e fui com eles até onde ele poderia estar. Ele foi conduzido até a delegacia de polícia civil. Onde foi feito o Termo Circunstanciado de Ocorrência, com meu depoimento e dos policiais. A família dele foi comunicada e logo começaram a me ligar para retirar a queixa. Jamais tiraria. Prestei meu depoimento, fiz exame de corpo de delito e fui para casa deixando ele preso, onde seria conduzido para a cadeia pública. Passada uma semana e não tive mais nenhuma informação. Então na sexta-feira, dia 13 de abril de 2012, uma amigas me chamaram para sair, mesmo desanimada e cansada,

> fui. Sabendo que no outro dia pela manhã iria trabalhar. Fomos a uma festa e quando cheguei por lá obtive a informação que ele por lá se encontrava. Fiquei bastante assustada, pois não sabia que havia sido solto. Não cheguei a vê-lo. (etnografada, entrevistada após a tentativa de homicídio)

Em Os Alemães, encontramos a análise sobre genocídio nazista, entre os genocídios e a validade da teoria de Elias(1990[1897]) dos processos civilizadores. A consciência das pessoas marcam o século XX , como sendo um problema permanente, o genocídio estrutura-se vários pontos importantes da história, Stalin; depois Uganda, Camboja, Ruanda, Bósnia, alguns sociólogos intervém denominado a categoria como genocídio moderno, outros chamariam de limpeza étnica. Podemos demonstrar em números tais taxas. Ao falarmos sobre as mortes de mulheres, no Brasil e na América Latina.

O feminicídio/femicídio é um conceito em construção, que se encontra em desenvolvimento e, como afirma Gómez (1), com base em Sandoval, "el asesinato de mujeres debe ser problematizado en el marco de las grandes estructuras del patriarcado y la misoginia" (p. 22).

Vários países tentam trabalhar com a tipificação penalmente de feminicídio/femicídio significa defini-lo como crime autônomo, diferente do homicídio, com suas próprias penalidades. Para Mota(2012) o desafio é justamente definir que tipo de assassinato de mulheres pode ser nomeado de feminicídio/femicídio. No entendimento de Diana Russell e Jill Radford(1992) analisam esse crime é um homicídio decorrente do fato de ser mulher, "em um contexto social e cultural que as coloca em posições, papéis, ou funções subordinadas, contexto que, portanto, favorece e as expõe a múltiplas formas de violência" como explica Vásquez (2008, p. 203).

Para Mota (2008) o feminicídio ocorre devido :

> (...)as engrenagens que estruturam na cultura a subordinação feminina e a violência contra as mulheres parecem dispor raízes mais profundas do que imaginávamos. É na formação da subjetividade dos sujeitos sociais que se pode compreender a sujeição e a dominação como elementos de constituição desses sujeitos. A persistência e a continuação de homens dominadores e violentos devem ser buscadas não apenas na história individual de cada sujeito, mas, sobretudo, no estado, na sociedade, cujos discursos e práticas interpelam o masculino como dominação e controle e o feminino como sujeição e dependência. Que fatores, valores alimentam esse tipo de interpelação de ser homem macho e controlador e ser mulher subordinada e dependente? Começar ações de prevenção, com disciplinas escolares sobre direitos humanos e relações de gênero, desde o maternal até o nível superior pode ser uma ação positiva de política pública, para firmar valores de reconhecimento, diversidade, direitos humanos e cidadania, pode ser o nosso próximo passo. Não é fazer uma aula, uma palestra ou oficina, mas criar um conteúdo de aprendizado para uma nova forma de ser homem e de ser mulher com base numa vivência de cidadania plena.

Estas questões refletem que as sociedades modernas, racionais que produzem ações civilizadas tendem a perder a realização permanente de um estado final de civilização.

> A armadura de conduta civilizada seria rapidamente desfeita se, através de uma mudança na sociedade, o grau de insegurança que existiu outrora nos acometesse de novo, e o perigo se tornasse tão incalculável quanto foi antes. Medos correspondentes não tardariam em derrubar os limites que hoje lhes são impostos(Elias, 1993, 253)

Não estamos vivendo um momento de guerra aberta, como Elias coloca um violento surto descivilizador na época de Hitler, mas orienta a percepção a formação em longo prazo do estado como formador de um espaço hiante para presenciamos mortes cada vez mais estarrecedoras, indago se o problema da VD de certa forma não caracteriza um genocídio, ou melhor, feminicídio, aberto para que todos possam ver.

BIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

_____ . **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DERBET,G.G. In: CARDOSO, Ruth (org.). **A aventura antropológica.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____, Guita Grin. **Quando a vítima é mulher**: análise de julgamento de crimes de estupro, espancamento e homicídio. Brasília/DF: CEDAC, 1987.

_____, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena & PISCITELLI, Adriana (orgs.). **Gênero e distribuição da justiça**: as delegacias de defesa da mulher e a construção das diferenças. Coleção Encontros. Campinas/ SP: Núcleo de Estudos de Gênero –PAGU/Unicamp, 2006a.

DEBERT, G. G.; SIMÕES, J. A**.** Envelhecimento e velhice na família contemporânea. São In E. V. de Freitas et al. (orgs.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Guanabara e Koogan, , 2006. pp 1366-1373.

DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (org.). **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.17-38.

DURHAM, E. Família e reprodução humana. In: FRANCHETTO, B; CAVALCANTE, M. L;

DURKHEIM, E. (1975). La famille conjugale. In E. Durkheim , *Textes III* (pp.35-49). Paris: Minuit.

HEILBORN, M.L. (Orgs.). **Perspectivas antropológicas da mulher 3**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. pp.15-44.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes.** 2º vol. Rio de Janeiro: Zahar, 1994

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento de uma prisão.** Petrópolis: Vozes, 1987.

_____ . **História e sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____ . **Microfísica do poder.** 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1989.

Giddens, A. (1993). A transformação da intimidade (M. Lopes, Trad.). São Paulo: Editora Unesp.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1988.

GÓMEZ, Olga Amparo Sánchez. Feminicidios en Colombia. 2007 – 2009. Bogotá: Casa de la Mujer, Funsarep, Ruta Pacífica, Vamos Mujer, 2010.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra; São Paulo, SP: ANPOCS, 1993.

_____, Maria Filomena. Feixes, paralelismo e entraves: as delegacias de defesa da mulher de São Paulo e as instituições. **Primeira Versão**. Vol. 132. Campinas/SP: IFCH/Unicamp, 2005.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de gênero e sexualidade**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998. 17 p.

Heilborn, M. L. (2004). Dois é Par. Gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Garamond Universitária.

JAGGAR, Alison M. e BORDO, Susan R. **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

JILL, Radford e Diana Russell, ***Femici tem coordenado ações de: the politics of woman* killing** (Twayne Publishers, New York, 1992)

LÉVI-STRAUSS, Claude. A estrutura e a forma: reflexões sobre uma obra de Vladimir Propp. In: **Antropologia estrutural II**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, [1976]1993.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Uma teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MINAYO, M. C. de S **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 6 ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MORAES, A. F., Universal e Local nas Expressões da "Violência Conjugal". In: **Revista de Ciências Sociais** , Volume 37 – número 2 – 2006.

PONCIONI, P. A 'Feijoada': negociação e violência nas práticas policiais de mediação de conflitos. **Revista Praia Vermelha**, ESS/UFRJ, RJ, n.14/15, 1º/2º sem. 2006, p. 156–183. Disponível em http://www.ess.ufrj.br/download/revistapv_14_15.pdf. Acesso em 28.09.2010.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". In: **Revista Educação e Realidade** n.2, vol.15. Porto Alegre: 1990, pp.5-22.

_____, Joan W. Entrevista com Joan Wallach Scott. **Revista Estudos Feministas**, n. 1, 1998, p. 115.

_____. Joan W. Gênero: uma categoria útil de analise histórica. **Educação e realidade.** Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul. Dez 1990.

SCOTT, P. A família brasileira diante das transformações no cenário histórico global. In: SCOTT, P; COUTO, M. T. (Orgs.). Família, teoria social e identidade brasileira **Revista Anthropológicas**, Recife, ano 9 v 16 (1). Editora Universitária da UFPE, 2006. pp.217-242

RIFIOTIS, T. "As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a judicialização dos conflitos conjugais". **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, 19(1), 2004.

_____T. Alice do outro lado do espelho: Revisitando as matrizes das violências e conflitos sociais. In: **Revista de Ciências Sociais ,** Volume 37 – número 2 – 2006.

RIFIOTIS, T. Nos campos da violência: diferença e positividade. **Antropologia em Primeira Mão**. (19). Florianópolis, SC: UFSC, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SALEM, T. (1978). O velho e o novo: um estudo de papéis e conflitosfamiliares. Petrópolis, RJ: Vozes.

_____.(2007). O casal grávido. Disposições e dilemas daparceria igualitária. Rio de Janeiro: Editora FGV

SINGLY, F. de (2007). Sociologia da família contemporânea (C.E. Peixoto, Trad.). Rio de Janeiro: Editora FGV.

SOIHET, Raquel. "Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano", in: **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997.

VÁSQUEZ, Patsilí Toledo. Tipificar el Feminicidio? In: Anuário de Derechos Humanos. Universidad de Chile, Facultad de Derecho, Nº 4, ano 2008.

ZAHARIADIS, Nikolaos. (1995). *Markets***, States, and Public Policies: Privatization**

in Britain and France. Ann Arbor: University of Michigan Press.

_____. (1999**). "Ambiguity, Time and Multiple Streams"**. In Sabatier, Paul A.

(ed.) *Theories of the Policy Process*. Oxford, Westview Press. MARIA

GT 22
O mundo em uma cidade: repensar e apropriar a cidade na globalização

O Projeto Imagético de Modernidade Urbana: a Construção da Capitalidade em Campos dos Goytacazez 1930/50

Heloiza Manhães Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
helo@uenf.br

> "...as imagens fotográficas fornecem a maior parte do conhecimento que se possui acerca do passado e do alcance do presente." (SONTAG, 2004)

Este artigo busca discutir a trajetória da cidade de Campos dos Goytacazes em busca da afirmação da capitalidade, entendendo que um estudo sobre a história política local e sua relação com as reformas urbanas por meio da imagem fotográfica nos fornece o conhecimento da importância da cidade como "cabeça" de uma região – a região Norte Fluminense - de grande importância dentro do Estado do Rio de Janeiro. Ao propor uma reflexão sobre o processo de construção da imagem representação de capital para a cidade busco associar a essa dinâmica o conceito de capitalidade como objeto de investigação de cidades capitais, Lisboa (Walter Rossa, 2004) e Rio de Janeiro (Bicalho, 2010 e Alvarez, 2000)

Mas, se faz necessário o entendimento do conceito de capitalidade, ou melhor a representação de uma capital. Para Bicalho recorrendo ao estudo da historiadora Catarina Medeiros dos Santos capitalidade só pode ser vista como " condição de um centro chegar a repercutir a sua influência num determinado espaço (...) Há, portanto, a considerar uma vertente dinâmica, expressa na capacidade que o centro tem de estruturar e estabelecer hierarquias no interior de um território e com ele sustentar ligações. Trata-se, afinal de analisar a rede sobre a qual se realiza a articulação entre o centro e suas periferias" (Bicalho Apud Santos, 2010:122).

Assim, a trajetória da cidade do Rio de Janeiro ao longo do século XVIII com a transferência da sede do vice-reinado de Salvador para o Rio de Janeiro (1763) e no XIX, quando da transferência da Corte portuguesa em 1808, se pauta pela construção de uma capital do império português nos trópicos. É inconteste que a ideia de capitalidade da cidade do Rio de Janeiro, centro de articulação de interesses e negócios do império português no Atlântico sul emerge como reflexão da importância de Campos como centro da região norte fluminense e as tentativas das elites locais em busca do exercício de uma capitalidade, expressa no fato de que Campos, no início do século XIX, se projetava como principal centro urbano na faixa territorial entre Salvador e Rio de Janeiro pela sua pujança econômica, desenvolvimento cultural e político[1].

Busco assim apontar elementos que contribuem para a compreensão das relações entre as imagens fotográficas e as informações sobre o tecido urbano nelas contidas, como de fundamental importância no entendimento do projeto político da elite campista - dotar a cidade de um mobiliário urbano condizente com a imagem de capital do estado do Rio de Janeiro - reiteradamente proposto pelas elites políticas. As representações da cidade moderna expressavam as ações das elites com fins propagandísticos do progresso do município, de modo a

1 A prosperidade da planície levou a elite a liderar um movimento em defesa da elevação da vila à cidade, Lei de 28 de março de 1835,- cidade de Campos dos Goytacazes, cabeça de uma nova Comarca. Pela mesma Carta de Lei, a Vila Real da Praia Grande é elevada à cidade com o nome de Niterói, sede da capital da Província do Rio de Janeiro. Instala-se ai um confronto entre Campos e Niterói a ser sede – capital.

garantir o seu lugar na região norte fluminense e cabeça do estado, nos anos 1930/50[2], ideia já presente nos anos 1890 quando as mudanças no cenário urbano expressavam o aparato da modernidade e as alegorias do poder - edifícios suntuosos, praças, reuniões políticas.
A dimensão da modernidade (Berman, 1986) do espaço urbano em Campos dos Goytacazes no período em tela pode assim ser percebida por meio dos registros fotográficos e nos permitem o entendimento das intervenções na geografia urbana, propiciadas por uma elite que buscava um modo de vida fundamentado no quadro da singularidade das práticas sociais definidoras do seu prestígio social e político no cenário fluminense. Projetos urbanísticos incidiam sobre a necessidade de afirmar uma imagem física com as características peculiares a qualquer cidade capital, haja visto a proximidade com a cidade do Rio de Janeiro, cidade - capital -, caixa de ressonância da modernidade urbana e com fortes ligações com o município de Campos, não só no plano econômico e político, quanto no social.
A projeção do espaço urbano é expressa em 1942/43 com a reforma Salo Brand, enquanto empreendimento estrategicamente pensado pelas elites locais em busca de afirmação de Campos como metrópole regional, com condições de sediar a capital do estado do Rio de Janeiro. A construção da cidade moderna é vista como representação simbólica de práticas sociais estabelecidas para obtenção de maior influência na política local, regional e estadual. Assim, o espaço público urbano vai se delineando a partir dos interesses políticos das elites locais.

Campos dos Goytacazes, a cidade moderna.

A cidade de Campos dos Goytacazes, desde os primórdios da colonização, se destaca por suas características singulares, tendo em vista a sua configuração espacial e cultural - a planície dos Goytacaz. Edificada, fora da faixa litorânea do território brasileiro, à margem direita do rio Paraíba do Sul, numa região geo-ambiental bastante peculiar chamava atenção dos viajantes que aqui passaram, dada a sua exuberância. Esse espaço compõe a atual região norte – noroeste fluminense (Soffiati, 1997).
Observa-se tal singularidade no fato dessa região representar uma importante área no processo de formação do Estado do Rio de Janeiro, se constituiu numa das quatro primeiras zonas de ocupação,[3] tendo sucessivas denominações: Capitania de São Tomé, Capitania de Paraíba do Sul, Capitania do Rio de Janeiro e Província do Rio de Janeiro e Estado do Rio de Janeiro, remete ao processo de colonização e desenvolvimento da atividade açucareira (Lamego, 1947)
É alvo de inúmeras disputas, já nos séculos XVI e XVII, entre colonizadores portugueses e colonos da terra, dada à fertilidade do solo e riqueza do seu *hinterland (* Couto Reys, 1997), já em 1677 é constituída a vila de São Salvados dos Campos dos Goytacazes. O crescimento do núcleo urbano se dá a partir de dois polos de irradiação: a Praça São Salvador, núcleo da sociabilidade política e cultura, e o rio Paraíba do Sul, cortando a cidade representava a grande via de transporte de passageiros e mercadorias para os municípios vizinhos. Campo e cidade vão manter assim uma relação contínua, não havia uma delimitação e, sim um entrelaçamento (Alves, 2009).
A prosperidade da vila é demarcada pelo dinamismo das exportações de carne salgada, couros, queijos, algodão e farinha para as áreas circunvizinhas além do aumento da atividade açucareira. No decorrer do Império, a planície é identificada por suas chaminés e uma massa de proprietários rurais. O prestígio do açúcar cresce, o produtor vende suas safras na praça comercial do Rio de Janeiro. (Lamego, 1974).

---

2 Estou adotando o conceito de cidade capital por entender que Campos no hinterland açucareiro fluminense ocupava a posição de capital regional, assim era detentora, dos signos sustentadores do projeto defendido pela elite local, o de dotar a cidade de condições de sediar a capital do estado (Alves, 2013).

3 A colonização da região remete às capitanias hereditárias que constituíram a divisão administrativa do território colonial português, em 1534. A fertilidade dos Campos dos Goitacases despertou a ambição do general Salvador Correa de Sá e Benevides, governador do Rio de Janeiro, além de despertar interesses das ordens religiosas dos beneditinos, dos jesuítas e dos franciscanos. As disputas entre colonizadores e os da terra resultaram no movimento popular de 1748 e demarcaram a região. (Lamego, 1974:134).

O crescimento urbano, a riqueza e a importância social- cultural e política na província atrai atenção dos viajantes, em 1820

> "(...) na margem sul do rio Paraíba, que corta essa fértil planície, cerca de oito léguas do mar, fica uma importante vila, que de certo merece o nome de cidade (...) razoavelmente edificada e possuindo ruas regulares e calçadas na sua maior parte, bem como belos edifícios, alguns dos quais de vários andares. (...) . Vêem-se aí pessoas abastadas, que enviam à capital, todo ano, várias tropas carregadas de gêneros, e talvez umas mil ou mil e quinhentas cabeças de gado para venda. (...) O principal produto é o açúcar e a aguardente dele destilada. (...) Há, entre os habitantes, gente opulenta, possuidora de vastos engenhos perto do rio, em alguns dos quais se ocupam cento e cinqüenta escravos ou mais. (...) Vê-se bastante luxo, especialmente no trajar" (Maximiliano, 1989:98-99).

No início do século XIX domina a máquina, a formação de fortunas com o declínio dos pequenos senhores proprietários e o nascimento da nobreza rural, as relações comerciais se intensificam e vê-se uma pujante urbanização de Campos, o aumento e complexidade da vida citadina. Logo os melhoramentos urbanos são propostos pela elite, resultando num amplo movimento, em 1855, em defesa da cidade como centro da política fluminense pela sua importância cultural e econômica na região. A elite campista reivindica a criação de uma nova Província – a Província dos Campos dos Goytacazes. Projeto recorrente, pois nos anos 1890 tiveram início um amplo debate sobre a mudança da capital de Niterói para Campos, [4] retomado nos anos 1893. O jornal A República, de 6-1-1893 noticia;

> " Ilmos e Exmos Srs presidente e mais membros da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (...) Os abaixo assignados, representando todas as classes, residentes na cidade de Campos, em defesa de seus legítimos interesses empenhados nesta resolução, cumprem o dever de vir significar a Vv.Exas, que nenhuma das cidades do estado do Rio de Janeiro reúne os requisitos que recomendam a cidade de Campos, que deve ser preferida para sede do governo estadual" (Alves:2009,72).

A reflexão sobre o espaço urbano de Campos, tendo como foco central a modernidade aqui referida como estilo de vida, organização social e econômica era o objetivo de uma elite com capital econômico e social que buscava projetar-se na região e na vida política estadual e quiçá nacional e que elegia a remodelação e embelezamento da cidade como meio de integração ao mundo civilizado, o ser moderno;

> "a nova paisagem, altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica, na qual tem lugar a experiência moderna. Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas zonas industriais; prolíficas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras consequências para o ser humano; jornais diários, telégrafos, telefones e outros instrumentos de *media,* que se comunicam em escala cada vez maior" (Berman :1986, 18)

A urbe se inseria nos princípios da modernidade, apresentava uma imagem urbana singular, notadamente pela expansão e transformação na sua estética espacial, se diferenciando dos demais municípios da Província do Rio de Janeiro pelo expressivo número de habitantes, comércio ativo, edifícios como teatro, um Liceu como expressão da instrução pública, um dinâmico serviço de transportes pelo rio Paraíba, além de estabelecimentos mecânicos com máquina a vapor e fundições resultando num grande número de usinas de açúcar movidas a vapor, já em 1859, marcando o progresso incessante (Ribeyroles, 1980).

---

4 A campanha pela escolha de Campos como cidade-capital adquire um aspecto combativo. A Associação Comercial com o apoio dos principais jornais – A República, A Gazeta do Povo e o Monitor Campista envia uma representação à Assembleia Legislativa do Estado do Rio (ALERJ) considerando a conveniência e vantagens da transferência da capital para Campos

Essa modernidade refletia assim a busca da legitimação do papel de cidade capital pela elite local. Projeto evidenciado ao longo do século XX, dada a especificidade do centro urbano; fazia parte de uma das regiões mais prósperas da Província e atual Estado do Rio de Janeiro [5]e, desde a sua fundação se destacava por representar um importante pólo regional, devido ao seu desenvolvimento econômico, social, cultural e político As mudanças na geografia urbana se processaram continuamente, marcadas pelos símbolos da modernidade. A Câmara Municipal, em 1937, reivindica reformas. É enviado o Engenheiro Bellegarde que empreende medidas saneadoras, ruas são calçadas e alargadas, velhas construções são derrubadas para dar lugar a casarões mais adequados aos novos tempos, além da construção de muralhas para impedir as cheias do Paraíba., obras adequadas a uma cidade "populosa, opulenta e civilizada " (Alves, 2009: 86).

Na década de 1840, o processo de expansão urbana vai exigir a elaboração de uma planta cadastral para o município. Em 1842 é convidado o engenheiro Pralon, tem por incumbência o de dotar a urbe de uma planta cadastral, definindo a área urbana e suburbana. Porém, nos fins do século XIX e início do XX, o crescimento da população e as condições higiênico-sanitárias da cidade levaram a elite a reivindicar um plano de melhoramentos urbanos, o progresso se estendia à esfera do político e da cultura e a cidade estava a exigir um novo perfil urbanístico; brilhantes fachadas, decoração primorosa, o estar na última moda, a última máquina, o fim de ruas acanhadas, substituídas por largas avenidas, um cenário condizente com a posição de Campos como centro regional e com condições de ser a sede da capital do estado.

Em 1902, o engenheiro Saturnino de Brito é convidado pelo presidente da Câmara, o médico Benedito Pereira Nunes, a elaborar um projeto urbanístico sanitarista para a cidade, projeto que atendia os anseios da elite local, dotar Campos de condições de higiene nos moldes do cientificismo positivista, garantidores da cidade moderna e civilizada. O modelo a ser seguido era o hausmanniano, expresso na Reforma Pereira Passos para o Rio de Janeiro.

O projeto (Brito,1945:37) abrangia o espaço que se estendia dos Hospitais de Isolamento ao Matadouro, compreendendo a faixa de subúrbio, entre a estrada do Capão e a Av. Visconde do Rio Branco, até as Comportas. Na margem esquerda do Paraíba, atingia Guarulhos, seguindo a estrada até confrontar com o Matadouro. Abarcava ainda a área compreendida pelo prolongamento da estrada do Beco, até a fazenda do mesmo nome e, mais as estradas que vão ter à Usina do Queimado.

Sua análise do centro urbano vai ser pautada pela defesa da derrubada dos miseráveis casebres, critica a estética dos casarões com "pretensões a palacetes". Segundo ele, os edifícios públicos e particulares não apresentavam um cunho de bom gosto arquitetônico condizente com o progresso da cidade nem com uma população que via o conforto e luxo, como critérios do gozo da tradição e da distinção. Caberia adequar a cidade aos novos hábitos da civilização. Os arruamentos, a construção de largas avenidas levariam a uma circulação e ligação das vias expressas, bastante necessárias ao progresso da cidade, os espaços livres, os jardins e parques, áreas habitadas e espaços ensolarados mereciam cuidado especial, sob o duplo aspecto sanitário e estético (Brito, 1945: 118).

A modernidade, tão ao gosto da elite dominante, que buscava usufruir da "última moda", se fazia presente. Não cabia a uma sociedade cosmopolita ruas estreitas e acanhadas, as camadas pobres compostas por negros e mulatos a circularem pela área central da cidade. O que estava em pauta era a construção de uma identidade regional, garantidora das aspirações dos campistas em ver a cidade de Campos elevada à condição de capital. (Alves, 2009).

Considero aqui a modernidade como emblemática no processo de transformações urbanas. Com um pé na

---

5 Na década de 1880, Campos possuía 32 estabelecimentos de ensino, uma biblioteca com cerca de 6000 volumes, 4 livrarias, 2 teatros, 3 lojas maçônicas, 3 associações musicais, além da Sociedade União Artística Beneficiente, fomentadora das atividades culturais; que em 1870 fora responsável pela organização de uma exposição pública dos produtos artísticos, industriais, comerciais e agrícolas do município, sendo a primeira no gênero em todo o Império Em fins do século XIX contava a cidade com serviços de iluminação a gás, em 1883 com energia elétrica, sendo a primeira cidade da América Latina a usufruir de tal benefício. Na década de 1910, foram instalados os bondes elétricos. Tinha uma imprensa combativa, atuando nos acontecimentos políticos e sociais do município. Circulava em 1880 15 jornais, além do Monitor Campista, fundado em 1840, sendo o 3º jornal mais antigo do país (Alves:2013

tradição e um olhar na modernidade, a elite buscou constantemente imprimir ao município melhorias, notadamente no seu centro urbano, o "boulevard" do comércio e da imprensa, cartão postal do cosmopolitismo, do novo, do que é ser moderno, marcado pela grandiosidade de prédios e o deslumbramento do luxo." (Benjamin In Kothe, 1991: 31).

Entendo que, a riqueza econômica da região e a singularidade urbana de Campos como expressão da modernidade e a sua atuação como importante metrópole regional levaram as elites, em diferentes momentos e com interesses diversos, a pleitearem para a região uma posição política mais proeminente, correspondente à sua importância econômica. As ações da elite dominante na Câmara Municipal e no poder executivo almejavam a consagração da cidade moderna com condições excepcionais de vida cultural, social e econômica demarcadora de uma sociedade consagrada pelo estilo e distinção no cenário fluminense (Bourdieu, 2011). Buscavam assim obter espaços de poder dentro do Estado do Rio de Janeiro, garantindo assim projeção política na região norte-fluminense, expressando no seu imaginário o retorno da "Idade do Ouro" [6]e as reformas urbanas se configuravam como projeto político a ser alcançado.

Nesta perspectiva, a questão da modernidade urbana toma um caráter mais contundente, nos anos 1940. O plano de urbanização - o plano Agache – expressava o projeto político das elites: o da construção das condições para Campos sediar a capital do Estado do Rio de Janeiro, patamar para o controle da política estadual.

Enfim, a recorrência da busca da projeção política, via a defesa da capitalidade para Campos ou a efetivação do projeto de autonomia administrativa no cenário da federação, demarcaram os interesses da elite local em assegurar seu domínio econômico e político no nível regional e estadual; no imaginário, a riqueza e suntuosidade arquitetônico-cultural a credenciava ao exercício de um papel mais proeminente na política fluminense.

Salo Brand: urbanização e poder político em Campos

O discurso de uma tradição de riqueza econômica e atuação política de Campos no estado do Rio de Janeiro pelas elites como suporte reivindicatório da capitalidade para o município ganha força nos anos 30 - 40.

Segundo Lamego (1974) a prosperidade econômica de Campos era inegável, não se constituía em apenas num centro municipal-regional; apresentava-se diferente dos outros centros urbanos fluminenses, que no Império atingiram a prosperidade e logo se tornaram decadentes. Ao contrário, a cidade se desenvolveu continuamente com a concentração das usinas, exercendo no *hinterland* açucareiro fluminense a função de capital.

A população urbana vai crescer num ritmo ascendente, em 1920 havia 59.265hab.num total 175.850 habitantes; em 1940 era na ordem de 78.545hab num total de 223.373hab., sendo que em 1950 a população urbana chega a 91.245 hab. O crescimento demográfico refletia o desenvolvimento contínuo da cidade[7], Campos irá contribuir no orçamento para a União, nos anos 1912-1931, aproximadamente 47.806 contos de reis e, para o governo estadual na ordem correspondente a 3/4 quartos de toda a receita do estado do Rio de Janeiro, em torno de 63.741 contos de reis ((Alves,2013)

Segundo Lamego (1974), o progresso de Campos era inconteste. Em 1939 a renda do município atingia o montante de 28302:571$000, ultrapassando a arrecadação federal de muitos estados do norte do país. Para o autor a criação do Instituto do Açúcar e do Álccol – IAA (1933) trouxe notáveis resultados, tornou Campos o principal centro produtor de açúcar do país e a Usina São José ocupava o quarto lugar dentre as maiores usinas do

---

6 Marieta de Moraes Ferreira utiliza esta categoria de análise para explicitar as resistências da elite agrária fluminense às reformas, o referencial é um passado de riqueza que é preciso recuperar (Ferreira, 1994). Esta categoria já fora explicitada por mim no entendimento das características da sociedade campista, pois o desenvolvimento da modernidade urbana se coaduna com as reformas uma vez que o referencial das elites é um passado marcado pela opulência, que perdido, era preciso recuperar (Alves, 2009)

7 O maior crescimento demográfico do estado do Rio de Janeiro, de 1920-1940 foi do norte-fluminense, destacando-se ai Campos, Itaperuna, Bom Jesus de Itabapoana, Cambuci, São Fidélis e São João da Barra (Alves, 2013).

Brasil. O município atraía a atenção de Getúlio Vargas[8] e Amaral Peixoto, não só pelas demandas econômicas e sociais (equação do problema açucareiro e a instabilidade social), como também por se constituir num *locus* de disputas políticas bastante acirradas.

Diante do quadro econômico e político apresentado pela região norte-fluminense, Amaral Peixoto nomeia Salo Brand para compor a diretoria do Departamento das Municipalidades, em 1939. Este conseguiu formar um expressivo grupo político, peça chave na aproximação e cooptação das lideranças políticas municipais e o governo do estado, notadamente no exercício do cargo de prefeito de Campos em 1942 e em 1945. Essa política de cooptação resultou na articulação de uma clientela em torno de si. Para Pantoja (1992:30 " a partir da gestão de Salo Brand no Departamento das Municipalidades, o norte fluminense passou a ser, de longe, a região mais beneficiada do estado, para lá tendo sido canalizados grandes recursos para o fomento de atividades econômicas e vultuosas obras de infra- estrutura (...) a execução do plano rodoviário e a construção da hidrelétrica de Macabu ".

Nesse contexto é que o projeto de reforma urbana toma novo fôlego, era necessário habilitar a cidade para abrigar a capital do Estado. O projeto de modernização urbana era revisitado como parte das ações políticas da elite dominante, na Câmara Municipal e no poder executivo para alcançar espaços de poder no Estado do Rio de Janeiro. Esse se constituía em momento impar uma vez que Salo Brand nomeado prefeito e em perfeita sintonia com o governo estadual representaria a força política capaz de, na visão da elite, recuperar a economia e o esplendor de outrora - a "Idade do Ouro".

Examinar as reformas urbanísticas em Campos e sua interação com a história política local, na década de 1940, dentro do proposto pelos estudos do político (Rémond, 1996; Ferreira, 1994; Alves, 2009) e sua importância social permite vincular esse tipo de estudo como meio fundamental para o entendimento das estratégias dos setores dirigentes em prol do desenvolvimento da região nos dias de hoje.

Importante salientar que, as comemorações do 1º Centenário da cidade, em 1935, demarcavam a importância de Campos dos Goytacazes dentro da região norte-fluminense pela grandiosidade do evento, exprimia o desejo da elite - o de construir a cidade moderna. Representação simbólica desse ideário é a inauguração do Fórum Nilo Peçanha e o lançamento da obra *Cyclo Áureo* de Horácio Sousa, ações comemorativas do centenário. Nesse momento há toda uma discussão em torno das melhorias no cenário urbano. A elite defende uma política de reformas no centro urbano pela imprensa e na Câmara Municipal, o aumento de obras públicas que refletissem a cidade moderna. O festejar adquire um emblemático significado.

O jornal *A Folha do Comércio* publica um artigo sob o título A *Cidade e o Centenário*, no dia 28 de fevereiro considerando o mal estado da cidade "(...) o campista bairrista só quer a casa bem arrumada para ter o que mostrar aos muitos visitantes que, por certo virão se instalar no Hotel Amazonas, no Gaspar em outras hospedarias de cama limpa e mesa farta que sempre existiram na cidade" (Carvalho, 1991:18).

Durante muitos dias, a festa do Centenário é tema obrigatório, tanto para o governo do Estado, o governo municipal e a imprensa. As obras da construção do "majestoso edifício" do Fórum de Campos, para abrigar tribunais e cartórios, sob a responsabilidade do construtor José Benevento exigiam urgência. A edificação se instituía como representação simbólica da importância de Campos como metrópole regional. Em estilo neoclássico, propositalmente construído acima do nível da rua, se sobressaia no cenário do seu entorno, edifícios construídos na década de 1910/20, expressão da *belle époque*[9]. O monumento - documento expressava o esforço de construção da memória e da identidade de uma cidade que se queria capital (Le Goff, 1990; Halbwachs, 1990).

---

8 Em 23-06-1936 Getúlio Vargas visita Campos, no discurso defende a diversificação agrícola para a região, além de enaltecer as riquezas e desenvolvimento social-político.

9 Na inauguração do Fórum o historiador Alberto Lamego em ato solene fez o discurso, o caráter da cerimônia reveste-se do simbólico, na representação das conquistas do progresso da cidade.

Com efeito, a cidade de Campos atinge a década de 1940 sendo portadora de uma imagem cosmopolita, usufruindo de equipamentos urbanos modernos, possuía 8 praças públicas, 134 ruas, 7.812 prédios entre residenciais e comerciais, 05 jornais diários (Folha do Comércio, A Gazeta, A Cidade, A Notícia, o Monitor Campista, sendo o terceiro mais antigo do país), a Associação de Imprensa, fundada em 17-06-1928, o Conservatório de Música, inaugurado em 1936, usufruía dos serviços de correio aéreo, desde 1937. Em 1939 é inaugurada a Livraria Acadêmica e nesse mesmo ano é fundada a Academia Campista de Letras por um grupo de intelectuais, como Nelson Pereira Rebel, Barbosa Guerra, Godofredo Tinoco, Gastão Machado, Mario Barroso, Silvio Fontoura, Izimbardo Peixoto, Alcides Maciel. Tal pujança no campo literário é expressa na obra de José Candido de Carvalho, reconhecido nos meios intelectuais do Rio de Janeiro. A cidade afirma-se como capital intelectual- cultural do norte fluminense notadamente pelo intenso movimento teatral não só pela produção/encenação de peças de teatro e de revista, destacando-se Múcio da Paixão[10], Silvio Fontoura, Gastão Machado que em 1940 inaugura o teatro amador em Campos com a fundação do *Grêmio Teatral Gastão Machado.* O dinamismo cultural é marcante, é inaugurada a Rádio Cultura de Campos (11-11-1934) graças ao entusiasmo de um grupo formado por Amador Pinheiro da Silva, Alcides Carlos Maciel, Avelino Silva, Antonio Pereira Amares, organizadores da Sociedade Radio Cultura de Campos, marco inicial na concretização na instalação de uma emissora de rádio na cidade, sonho realizado graças ao empenho de Mário Ferraz Sampaio. Ia ao ar a Rádio Cultura, com uma programação ao vivo, nas comemorações do Centenário, - os melhores músicos da cidade, dirigida pelo maestro Juca Chaves.

A nova estação de rádio provocou mudanças nos hábitos dos campistas pelos programas musicais, o radio teatro e matérias literárias " tornou-se querida não só dos campistas como dos fluminenses, espalhando suas ondas por todo o território do Rio, sul de Minas e Espírito Santo", serviu de elemento de divulgação do comércio e sociedade campista. (Carvalho, 1991).

O teatro Trianon[11] funcionou ativamente para além do cinema que passara a funcionar nos horários da tarde – o Coliseu, Capitólio, São José, São Salvador –, representava a expressão grandiloquente do fausto e requinte da sociedade campista e era passagem obrigatória de grandes espetáculos de teatro e música. Conferia à cidade, por sua imponência, um ar de civilização, aqui estiveram Henriete Morineau, o veterano

10 Destaque do teatro em Campos, autor, crítico e historiador. Escreveu uma História do Teatro no Brasil, editado por Procópio Ferreira, inúmeras peças e revistas de teatro, uma obra notável do Movimento Literário em Campos, (Rodrigues, 1988:255-261)

11 Construído em 1919, sendo inaugurado em 1921 pelo empresário Francisco de Paula Carneiro, o teatro Trianon possuía um palco de 29m por 11m, contendo 554 poltronas, 156 frisas, 290 balcões, 29 camarotes e 610 galerias, adequado a espetáculos de óperas, operetas, balés, concertos e orquestras sinfônicas. Teve grande movimentação e esplendor na década de 1940, acabou sendo demolido em 1976.

Manuel Pêra e a companhia Delacosta, a companhia Dulcina-Odilon e outros. O "glamour" das festas e a freqüência ao Trianon irradiavam nos municípios vizinhos, expressavam riqueza e notabilidade de uma elite. (Rodrigues, 1988).
Enfim, este "pequeno mundo" definido por uma sociabilidade (Agulhon, 1989) [12] do gosto, de uma atitude cosmopolita, moderna vinculava-se a ida ao Jóquei Clube, a freqüência ao teatro Trianon, o *flâneur* na Praça S. Salvador, o bate papo no Café Hair Life, os encontros na Padaria e Confeitaria Colombo, a circulação por ruas calçadas e amplas avenidas. O convívio social ganhava significação para além das relações afetivas e de amizade, definiam o pertencimento a uma elite portadora de status social e uma rede de participação e penetração política. Enfim, o "viver a vida" contribuía para a manutenção e fortalecimento de redes de solidariedade na obtenção do poder político no âmbito regional, estadual.
Expressivo do deslumbramento de consumo dos signos da modernidade é a construção da rica moradia de Augusto Faria, representante da elite campista com grande inserção econômico-social e política na cidade, sua residência foi centro de festas sociais e reuniões políticas definidora de uma distinção social (Bourdieu, 2000) , foi sede do vice-consulado português no município.[13]
Nesse contexto é que o projeto Campos-capital é retomado e reforçado, momento ímpar para o retorno do acalantado sonho, período de grandes mudanças (Alves, 2013).

O Plano Urbanístico Salo Brand e a construção imagética da cidade – capital

A dimensão do espaço urbano de Campos dos Goytacazes nos anos 1930-50 pode ser observada através dos registros fotográficos.[14] A produção da imagem como representação contribuía para a percepção dos atributos do poder (Mauad, 2007). A monumentalidade arquitetônica, amplas avenidas, bucólicas praças compondo a paisagem permitem uma leitura das intervenções no espaço urbano por uma elite que buscava um modo de vida fundamentado no quadro da singularidade das práticas sociais demarcadoras do seu prestígio social e político no cenário fluminense. Tais informações sobre o tecido urbano assumem relevância no entendimento do projeto de capitalidade para Campos. As representações da cidade moderna expressavam o projeto político da elite local - as ações propagandísticas do progresso do município legitimavam a posição de "cabeça" na região norte fluminense e no estado.
A fotografia fazia parte da exibição, enquanto inovação técnica, enquanto documento, enquanto arte (TURAZZI, 1995). Desde a segunda metade do século XIX, séries fotográficas são encomendadas com o objetivo de divulgação do progresso e belezas naturais do país. Álbuns fotográficos, síntese do cosmopolitismo e da modernidade, são apresentados nas exposições universais. Governos estaduais também vão promover iniciativas de tal porte, álbuns primorosos, enaltecedores da administração e monumentalidade das obras públicas.[15] Tais iniciativas oficiais permitem perceber a visão que fotógrafos e administradores públicos tinham sobre a

---

12 O uso da noção de sociabilidade é aqui apropriado, vincula-se a formas mais específicas de convivência social com os pares, formando uma rede de trocas na vida social organizada, os cafés, revistas, salões, academias (Alves, 2013).

13 Augusto Faria era sócio, junto com o irmão Adriano Faria, da Machado Viana, tradicional casa comercial, fazia parte da Associação Comercial de Campos, presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficiencia. (Alves, 2013).

14 Campos dos Goytacazes irá integrar, quando das viagens o imperador D. Pedro II à cidade, o circuito da fotografia como espetáculo da modernidade. A importância econômica, política e social de Campos serviam de atrativo para fotógrafos como Victor Frond, Phillipe de Freitas e Revert Henrique Klumb, que percorreram a região. Porém, foi fotógrafo alemão Guilherme Bolckau, que se instalou na cidade em 1871, montando um estúdio fotográfico à Rua Formosa, atuando no mercado como fotógrafo de retratos de família, de paisagens naturais e das construções urbanas.

15 No início do século XX, a confecção de álbuns adquire importante significado no registro das mudanças urbanas no Rio de Janeiro, quando da abertura da Avenida Central. Fotógrafos como Marc Ferrez e Augusto Malta foram contratados pela administração pública com a tarefa de retratar as transformações do cenário urbano, edifícios, cenas do cotidiano, costumes e festas, como meio de divulgar a eficiência da administração municipal. Exemplos foram dos Estados de São Paulo e Pará nos anos 1930 (Lacerda,1994:241-243).

cidade, notadamente no governo Getúlio Vargas (1930-1945) em que a fotografia vai adquirir um caráter muito específico, o de servir de propaganda governamental.

Nesse contexto surge o projeto "Obra Getuliana", livro documentário das realizações do governo Getúlio Vargas, proposto pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, como parte das comemorações do 10º aniversário de governo, em 1940. O objetivo do projeto era o de apontar as ações estatais do período por meio de imagens fotográficas, imagens do progresso do país, de diferentes regiões e Estados, como construções de obras, monumentos, instalações e montagem de fábricas, serviços médicos, estradas . Como ressalta Lacerda, a fotografia, o rádio, as publicações vieram a representar veículos de propaganda dentro da ação cultural empreendida pelo Estado, tendo por base a política de "moldagem da opinião pública" (Lacerda, 1994).

Essa nova valorização da fotografia como ilustração enaltecedora das obras governamentais também se expressa no município de Campos. A utilização de uma produção com fins propagandísticos da administração pública pode ser verificada com a publicação, em 1939, *Campos o maior e o mais rico município do Estado do Rio de Janeiro,* pelo então prefeito Mário Pinheiro Mota, cuja apresentação por Sylvio Cardoso Tavares "... quiz o Chefe do Executivo Municipal que se ampliasse [o Serviço de Propaganda], determinou a publicação deste folheto, para distribuição gratuita, tornando, assim, mais amplo e mais completo o conhecimento de tudo quanto resulta de importante na cidade e nos distritos rurais (...) verifica-se, dessa maneira, o empenho do administrador em demonstrar, além das nossas fronteiras (...) como estamos aparelhados, nos diversos setores de trabalho construtor, para elevar bem alto o nome do nosso amado Brasil" denota o objetivo da elite local o de divulgar o progresso da cidade, a pujança econômico-cultural do município, a sua exuberante paisagem e a modernidade de seu espaço urbano; além de ressaltar as afinidades das relações políticas entre o poder municipal, estadual e federal, como garantia de uma maior amplitude e exercício de poder.

O livro chama a atenção por sua estrutura e *layout*. Nas primeiras páginas uma apresentação da importância de Campos e suas relações com o governo fluminense. Em seguida, uma carta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acusando o recebimento de uma carta de Sylvio Cardoso Tavares, chefe do Serviço de Propaganda e Turismo do município, em que congratula o jornalista pelo discurso em comemoração ao Dia do Município. Na página ao lado, uma fotografia de Getúlio Vargas, chefe da Nação, e nas páginas subseqüentes, uma foto do Comandante Amaral Peixoto, com Alfredo Neves, interventor interino do Estado do Rio de Janeiro e Mario Pinheiro Mota, então prefeito de Campos; em seguida, uma foto de Luiz Sobral, que já ocupara o cargo. Inclui ainda a Conferência *Campos e Suas Grandezas,* proferida por Sylvio Cardoso Tavares nos estúdios da Rádio Cultura de Campos.

O texto laudatório é marcadamente uma exaltação ao "glorioso município", recorda uma memória a ser lembrada: dos fundadores à figura da Benta Pereira, perpassando pelo crescimento populacional, econômico e cultural. O propósito é o de ressaltar o valor de Campos como "o maior e mais rico Município, dentre todos os outros da federação" (p.9). Ilustrando o texto uma série de fotografias que expressam a modernidade urbana: a construção do mercado municipal, o ar bucólico da Praça São Salvador, a monumentalidade do Fórum, o rio Paraíba, um trecho da Avenida Sete de Setembro, dentre outros traços que expressam a representação de uma cidade civilizada com condições de sediar a capital do estado.

Se por um lado, a publicação do livro contempla as obras do governo de Luiz Sobral[16] e tem por premissa a divulgação do progresso de Campos, suas possibilidades enquanto importante centro econômico do norte fluminense, por outro, enaltecendo a prosperidade do município no seu discurso ”Campos, espelho do Brasil”, quando de sua visita ao município em 1936, Getúlio Vargas, legitima a idéia da centralidade de Campos como pólo regional e força econômica,social e política dentro do estado do Rio de Janeiro.

A produção fotográfica representa assim um elemento fundamental na produção de uma imagem de cidade adaptada aos novos padrões da modernidade, que tinha todas as condições para sediar a capital do Estado do Rio de Janeiro, ponto central do projeto político das elites.

É interessante notar que também a imprensa ilustrada também esteve presente em Campos, com a publicação das *Revistas Aurora e Gênesis*, na primeira metade do século XX.[17] Tais publicações, além de outras contribuíram, em grande medida, para a imposição de valores e normas, por meio de suas crônicas e narrativas

16 Luiz Caetano Guimarães Sobral, médico, foi prefeito de Campos de 1915 a 1921, de 1923 a 1925 e em 1930. Na primeira gestão, perfeitamente antenado com o governo Nilo Peçanha (1914-1918) e gozando de sua confiança empreende uma série de melhoramentos. A cidade passou por uma verdadeira metamorfose, com o alargamento de ruas, arborização de praças e avenidas, a construção do Mercado Público e do Matadouro Modelo. O centro da cidade, cortado por linhas de bondes elétricos, adquiria uma imagem de efervescência. A pujança urbana incentivava a retomada do desejo de tornar Campos a capital.

17 Segundo Mauad (2005), as revistas ilustradas construíram o perfil de uma época, impondo comportamentos, criando modas e estabelecendo uma estética burguesa como forma fiel de representação da sociedade moderna. O foco por excelência dessas publicações foi a cidade do Rio de Janeiro,alvo de uma política civilizadora, que buscava moldar a cidade à imagem das metrópoles modernas do mundo europeu. As constantes intervenções urbanísticas resultaram no desaparecimento da cidade colonial, tachada de atrasada, anti-estética, suja, para dar lugar a amplas avenidas, cafés e confeitarias, edifícios luxuosos e um cosmopolitismo marcado por um novo padrão de comportamento.

dos acontecimentos nacionais e internacionais. A circulação e leitura das revistas ilustradas irão contribuir na criação de modas, imposição de comportamentos, resultando numa estética do gosto, adquirida pela elite local (Bourdieu, 2007).

Em 1943, ganha expressão a revista *Planície,* resultando do esforço e tenacidade de um grupo de intelectuais envolvidos com a cultura campista, como o poeta Jacy Pacheco, que contou com o apoio de Áreas Júnior, José Honório, João Rodrigues, José Cândido, Oswaldo Lima e Pereira Rebel, que afirma "era o nosso dever para com Campos". Tendo oito exemplares, com periodicidade semestral, circulou de julho de 1943 à janeiro de 1947, seus fundadores tinham por objetivo atender um público amplo, com informações sobre eventos culturais, notadamente as apresentações teatrais; narrativas amenas da vida social, além da produção literária. Porém, conjugo da idéia de que a proposta da revista era a de enaltecer as ações das administrações, na esfera federal, estadual, municipal. Para além da afirmação das realizações governamentais, seus editores pretendiam traduzir a modernização do município, focalizando seu desenvolvimento econômico, os hábitos das figuras da sociedade e também destacar a proximidade das elites campistas com o poder estadual e municipal, ressaltando as relações entre o governo de Vargas, Amaral Peixoto e Salo Brand, então prefeito.

Portanto, a revista, além de constituir um veículo de informação e cultura, também serviu de instrumento de propaganda para projetos e ações governamentais, como podemos observar logo no seu primeiro número, de julho de 1943, à página cinco. Aloísio Faria tece elogios à capacidade administrativa e visão de estadista do "Comandante" Amaral Peixoto, considerando tais requisitos como fatores de desenvolvimento para o Estado do Rio de Janeiro e, particularmente, para Campos.

No mesmo número chama a atenção um amplo artigo, intitulado *O Grande Plano de Obras Elaborado pelo Prefeito Salo Brand, com o apoio do Governo do Estado*, ocupando duas páginas da revista e ilustrado com uma foto emoldurada do Salo Brand. A leitura aponta no entendimento da elite campista como baluarte da defesa do progresso de Campos, sustentáculo do projeto cidade-capital "(...) não deixa passar um só dia sem fazer transbordar o entusiasmo geral do povo, para as noticias auspiciosas de melhoramentos e reconstruções, de realizações e de novas iniciativas, seja nos edifícios que se levantam em linhas modernas, seja nas praças que se embelezam, nas ruas que se alargam, nas estradas que se corrigem, na administração pública que se aprimora, no bom emprego, enfim, das aumentadas e crescentes rendas municipais."

Observa-se que, as mudanças no espaço urbano ganhava particular significado nos anos 1942-45 com o prefeito Salo Brand, contando com o apoio da Associação Comercial, do Sindicato dos Usineiros e da imprensa propõe um projeto de remodelação urbana para Campos. A cidade representava a expressão da vanguarda modernista, movimento de renovação arquitetônica e urbanística proposto no período do estado Novo, pois se integrava no Plano de Urbanização das Cidades Fluminenses. O projeto é encomendado ao escritório Coimbra Bueno, em 1942, além do Plano Diretor para a cidade em 1944, contava com a consultoria de Alfred Agache. [18]

Assimilada pela elite, a fotografia constituía assim, um dos marcos da expressão da cultura e do cosmopolitismo da vida moderna, sendo apropriada como parte de seu projeto político. A inauguração de obras públicas, a remodelação da Praça São Salvador, a ampliação de ruas e avenidas são retratadas e constituíam um capital simbólico fundamental para o exercício do poder. Tais imagens, além de servirem para a projeção no cenário político-social fluminense, constituíam uma estratégia para se pleitear a capital para o município.

Nesse momento, os melhoramentos urbanos são amplamente debatidos pela imprensa. A cidade é pontuada por inúmeras obras. Em 4-1-1942, em artigo, *A remodelação de Campos*, o jornal Folha do Comércio, diário da Associação Comercial, noticia a questão da remodelação do espaço da urbe entendendo que deveria ser entregue ao Agache e que se fizesse também a planta cadastral a partir de uma série de estudos. As ruas centrais muito estreitas nas administrações passadas foram alargadas, porém, segundo o jornal, o trabalho ficara interrompido sem que houvesse uma razão forte para isso, como, a Rua Lacerda Sobrinho cujo alargamento iniciou junto ao Passeio Municipal até a Praça da República em direção ao centro da cidade, ali parou, embora suas

---

18 O Estado dentro da nova administração pública cria programas e projetos arquitetônicos e urbanísticos contando com a participação de uma geração de jovens arquitetos que buscavam um novo paradigma para a arquitetura brasileira. O movimento modernista representava uma ruptura com as formas estéticas e estruturais neo-colonial e se adequava perfeitamente bem com os ideais propostos pelo governo varguista.

condições indicassem a continuidade dos trabalhos de melhoramentos dado o recuo dos prédios que deveriam ser demolidos ou reformados. O jornal considera que o poder municipal ao permitir reformas nas edificações, não resolvera a questão dos alinhamentos antigos, prejudicando as obras de alargamento. As reformas eram necessárias não só na estética das edificações, pois a permanência de prédios antigos comprometia o cenário urbano dentro de uma modernidade pretendida.

O artigo, além de denunciar as condições estéticas do espaço urbano, vê o momento era favorável para solicitar ajuda ao governo federal, entende que não haveria negação diante do desenvolvimento alcançado por Campos - "a remodelação da cidade pode e deve ir sendo executado sem medo de qualquer inconveniente em face do Plano Agache"[19].

A reforma urbanística proposta por Salo Brand – o "Plano Agache"- era bastante ousado, constando à construção de uma avenida, na Beira Rio, de 40m de largura com três pistas, sendo uma de paralelepípedos, para o tráfego pesado; duas asfaltadas para automóveis; e para pedestres dois 'passeios', de quatro metros de largura cada um. O perfil da nova avenida tinha semelhanças ao da Praia do Flamengo.

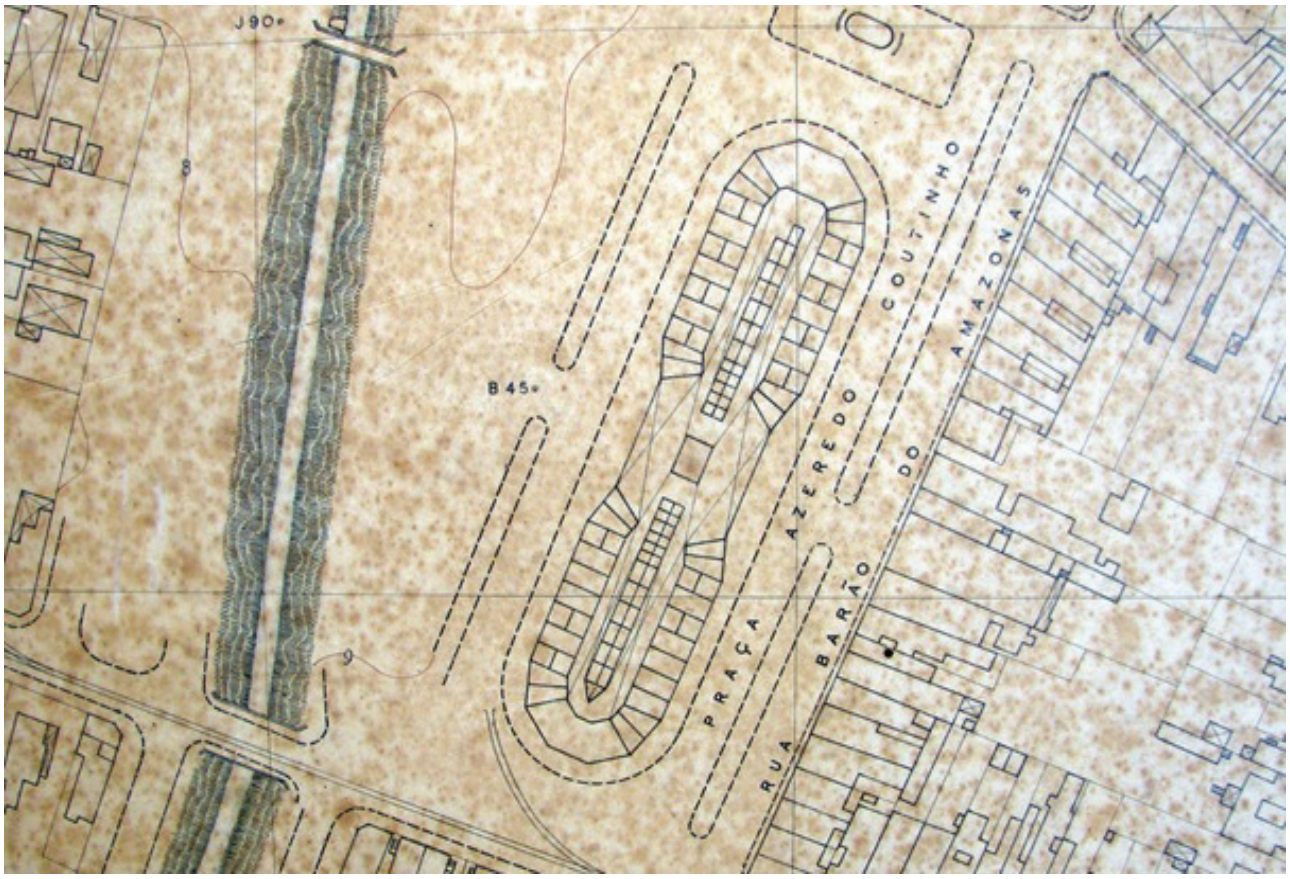

Detalhe da planta da reforma urbana de 1944 - Mercado Municipal
Acervo fotográfico - Leonardo Vasconcelos)

19 O jornal Folha do Comércio por todo o ano de 1942 publica vários artigos em defesa de reformas urgentes para a cidade; do alargamento das vias públicas beneficiando o tráfego, a construção do cais e murada na Beira Rio com meio de se evitar acidentes à construção da rodovia que ligaria Campos a Niterói – a rodovia Amaral Peixoto, além de obras na Baixada .

(Detalhe da planta da reforma urbana de 1944 -
Acervo fotográfico Leonardo Vasconcelos)

Buscando discutir o plano de obras e obter recursos financeiros, o município vai sediar no dia 21 de junho de 1942, o Congresso de Prefeitos do Norte Fluminense, sob a presidência do Interventor Amaral Peixoto, estando presentes o prefeito Salo Brand e mais oito prefeitos de cidades vizinhas, além do Secretário de Educação e de Agricultura do Estado e o Diretor do Departamento das Municipalidades. O total apoio do governo do estado resultava em condições para "a prosperidade de nossas indústrias, a melhoria geral dos serviços públicos, a realização das há tanto esperadas vias de comunicação, os bons preços dos mercados externos para os produtos campistas" (Revista Planície, 1943).

O número 5 da Planície, de setembro de 1945, chama a atenção pela ampla montagem fotográfica referente às comemorações de despedida do prefeito Salo Brand da direção do município. Várias imagens fotográficas compõem a contracapa da revista, numa composição de fotos dos encontros do prefeito com Getúlio Vargas, Amaral Peixoto e os representantes da elite campista.

A revista tece uma série de considerações sobre o projeto de reforma urbana proposto, pelo prefeito Salo Brand, atribuindo ao projeto o título de *Uma nova Campos,* enumera os melhoramentos que estavam sendo realizados; o saneamento do Canal Campos-Macaé, das Avenidas 15 de Novembro e 7 de Setembro até Martins Lage, a remodelação da rede de captação de águas fluviais, a construção do Cais da Lapa. Felicita o prefeito pela realização do empréstimo junto ao "Comandante" Amaral Peixoto o que possibilitava, no seu entender, a viabilização das obras e dos planos com vistas ao saneamento da cidade e, em consequência, o seu embelezamento. Descreve minuciosamente o projeto Salo Brand para a cidade: a construção de uma grande avenida com 40 m de largura e três pistas, sendo uma de paralelepípedos para o tráfego pesado e duas asfaltadas, para automóveis, mais duas vias de passeio para pedestres, com quatro metros de largura. Contempla a construção na Avenida 15 de Novembro de dois refúgios centrais arborizados e ajardinados, com perfil semelhante ao do aterro do Flamengo e a intensificação da pavimentação das ruas. A construção de novas praças e de uma nova ponte de concreto sobre o rio Paraíba. As mudanças não se esgotavam na geografia urbana, haveria a construção de um porto-doca entre as ruas Carlos de Lacerda e Andradas para embarque e desembarque de mercadorias, o que propiciaria o avanço da Avenida 15 de Novembro cerca de 25 m sobre o rio Paraíba. Também os distritos rurais iriam se beneficiar das obras empreendidas pelo município, como Cardoso Moreira e Santo Eduardo, que seriam contemplados com serviços de água e esgotos. O artigo se apresenta como representativo da euforia do progresso. A cidade moderna caminhava a passos largos no empenho da busca da distinção no cenário fluminense.

Consubstanciando a euforia, o artigo assim expressava;

> "Aí estão, portanto, os seguros alicerces de uma nova fase administrativa, aberta pelo Governo Estadual, às amplas perspectivas da Prefeitura e no momento justo em que melhor se apresentam os fatores do nosso progresso – a prosperidade de nossas indústrias, a melhoria geral dos serviços públicos, a realização das há tão esperadas vias de comunicação, os bons preços dos mercados externos para os produtos campistas. Basta sejam cerradas fileiras em torno desse grande ideal de progresso, que agora se vem firmar no terreno prático, como se se desdobrasse à nossa contemplação numa "avant-première" de grande efeito.Não deixemos apenas aos órgãos de divulgação, que tão bem se esforçam, todavia, a incumbência de fazer ressoar lá fora este nosso novo estado de ânimo: formemos também, cada um à sua maneira mas num mesmo sentido, as nossas cidadelas e concluamos a nova mística que deve orientar-nos, feita de apôio e confiança em nossos dirigentes, consubstanciada no firme propósito de resguardar e robustecer, da melhor maneira, o setor que se haja destinado à nossa atividade individual.E voltada ao seu período áureo, saneada e enriquecida, toda disposta de fórma a se mostrar à altura do nobre povo que aqui vive e trabalha, pacífico e feliz, ordeiro e zeloso de sua terra, todos veremos ressurgir, na mesma velha e querida moldura, uma nova Campos" (Revista Planície, 1943).

A imagem abaixo é demonstrativa da efetivação do plano urbanístico de Salo Brand.

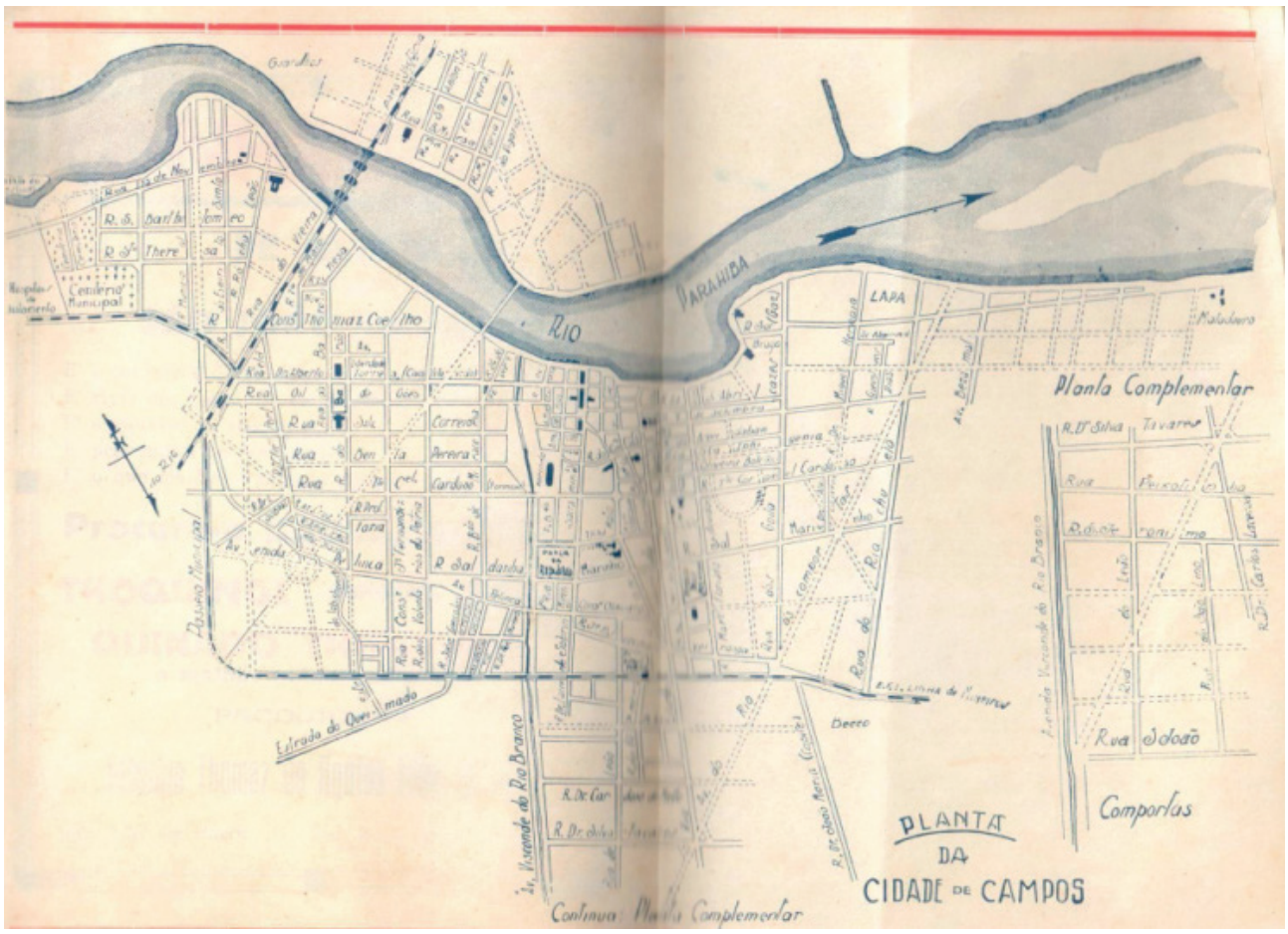

Figura VII – Planta da cidade de Campos dos Goytacazes.Fonte: Guia Geral da Cidade, 1940.

O ano de 1946 é emblemático no entendimento do projeto capitalidade para Campos uma vez que a conjuntura política se mostrava favorável, dado o processo de redemocratização com o retorno da organização de partidos e eleições. Na instalação da Constituinte de 1946[20] e nos debates das eleições estaduais é retomada a discussão sobre a necessidade de interiorização da capital fluminense,
"a contaminação política de Niterói pelos conflitos permanentes existentes na cidade do Rio de Janeiro, bem como a influência da política federal nos negócios fluminenses, fruto da proximidade das duas capitais, foi mais uma vez retirada dos anais da Alerj, para justificar a transferência da capital para Campos" (Ferreira, 1997).

Tal idéia reacendeu na elite campista o desejo de Campos sediar a capital do estado. Nos debates é relançada Petrópolis que vai, mais uma vez, se candidatar à sede do governo estadual, reforçando os argumentos dos que consideravam Niterói com condições inapropriadas para sediar a capital. No entanto, com a aprovação da constituição estadual em 1947 estava garantida a Niterói o estatuto de capital fluminense. Mais uma vez, o sonho acalentado por Campos de se tornar capital do estado se desvanecia.
Nos anos 1950, na administração do prefeito José Alves de Azevedo (1951/55), uma política de mudanças no espaço urbano é retomada, são pavimentadas algumas ruas, sendo asfaltada a Rua do Ouvidor. Na sua política de melhoramentos para a cidade, inicia a construção da Rodoviária de Campos que acabou sendo concluída na segunda gestão de seu governo (1959/62). Transferiu ainda o Horto Municipal, que funcionava à Rua do Ouvidor para a Rua Sete de Setembro, o que contribuiu para a expansão do perímetro urbano.
Destarte, na década de 1940/50 Campos apresentava uma imagem identificada com a modernidade, imagem marcante dada a vida social e cultural intensas, definidora de sua importância no cenário fluminense. Aa publicidade e propaganda da administração municipal se configuravam como elementos relevantes no processo político que levaria Campos a ser a capital do Estado. A legitimidade de tal projeto, a meu ver, já estava sendo construída desde a publicação do livro *Cyclo Áureo*, em 1935, encomendado pelo poder público em comemoração ao aniversário da cidade.
As fotografias, que se apresentavam aos leitores como garantias da veracidade da pujança e modernidades campistas, descritas e enaltecidas pelas narrativas, constituíram, assim, elemento fundamental no projeto político da elite, à procura de fortalecer seu papel na política estadual pela construção de uma cidade moderna, capaz de sediar a capital do Rio de Janeiro. Projeto apresentado como retomada da antiga e saudosa "Idade do Ouro", sonho acalantado por todos. O novo cenário político exigia um discurso legitimador da importância do município na política fluminense e a divulgação de sua trajetória histórica de apogeu e grandeza ganhava sentido naquele novo momento político. Porém, mais uma vez o sonho se desvanecia.
A cidade vai gradativamente perdendo o "glamour" de outrora. Entretanto, a tradição representada pela opulência e sociabilidade da "nobre estirpe familiar", expressão de distinção das demais cidades fluminense, permanecia no ideário das elites Campos – capital do estado do Rio de Janeiro. (Lamego, 1974).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

AGULHON, M. (1989), Visão dos Bastidores In: Ensaios de Ego- História. Lisboa, Edições 70

ALVES, H. M. (2013) A Elite Local e a Modernização Urbana em Campos dos Goytacazes : Um Projeto Político 1930-50. Tese de Doutorado, UENF.

ALVES, H. M. (2009) A Sultana do Paraíba Reformas Urbanas e poder político em Campos dos Goytacazes (1890/1930). Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

ALVAREZ, M. (2000) "Muita gente junta na Praça". Traçados urbanos e Arquiteturas no Rio de Janeiro Colonial 1565-1713. Niterói-UFF, Tese de Doutorado.

20 Salo Brand vai fazer parte da Constituinte de 1946, elegendo-se deputado, em 1947 é indicado para a prefeitura de Campos tendo a incumbência de dirigir o processo eleitoral para a escolha do novo prefeito, no pós 1945.

BERMAN, M. (1986) Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade. São Paulo: Cia. das Letras.

BICALHO, M. F. (2010), Uma nova Versalhes? Sociabilidade cortesã no Rio de Janeiro joanino. In. Fridman, F. e Abreu, M. Cidades Latino – Americanas Um debate sobre aq formação de núcleos urbanos. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

BOURDIEU, P. (2011) A Distinção: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Editora Zouk.

CAMPOS NO ESTADO NOVO. Livro/Folheto publicado na ADMINISTRAÇÃO DO Exmo. Snr. Dr. Mario Pinheiro Mota, Prefeitura Municipal de Campos, Artes Gráficas Escola de Aprendizes Artífices, 1939.

CARVALHO, W. P. (1991) Campos depois do Centenário. V.1. Itaperuna/RJ: Damadá.

FERREIRA, M. M. (1994) Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na primeira república (1889-1930). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ - Edições Tempo Brasileiro, 1994.

KOTHE, F. R.(Org) (1991) Walter Benjamin. São Paulo: Ed. Ática.

LACERDA, A. L.. A "Obra Getuliana" ou como as imagens comemoram o regime. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.7, n.14, 1994, p.241-263.

LAMEGO, Alberto. A terra goitacá. Niterói, Diário Oficial, 1943, 8vol;

LAMEGO, Alberto Ribeiro. O homem e o brejo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lidador, 1974.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. S. Paulo, Ed. Unicamp, 1990. Verbetes. Antigo/Moderno, Progresso/Reação, Memória, Documento/Monumento.

MAXIMILIANO (Príncipe de Wied-Neuwied.). Viagem ao Brasil. Belo Horizonte, Ed Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de S. Paulo, 1989, p.98,99.

MAUAD, A. M.. Poses e Flagrantes: ensaios sobre histórias e fotografias. Rio de Janeiro:EDUFF.

PANTOJA, Silvia. As Raízes do Pessedismo Fluminense. Rio de Janeiro/FGV/CPDOC, 1992.

RÈMOND, René. Por uma História Política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

RIBEYROLES, Charles Brasil Pitoresco.Belo Horizonte, Ed Itatiaia.S. Paulo: Ed da Universidade de S. Paulo, 1980.

RODRIGUES, Hervé Salgado. Campos na Taba dos Goytacazes. Série Municípios. Niterói: Imprensa Nacional, 1988.

ROSSA, W. (2004) D.João III e o Império. Actas, Lisboa

SOFFIATI, Aristides Arthur. Bases históricas da economia regional e do regionalismo no Norte-Fluminense. Campos dos Goytacazes/RJ: 1997.

SONTAG, Susan. Sobre Fotografia. São Paulo, Cia das letras, 2004.

SOUSA, Horacio. Cyclo Áureo.História do Primeiro Centenário de Campos 1835-1935, Damadá Artes Gráficas, 2ª edição, 1985.

TURAZZI, Maria Inês. Poses e Trejeitos A fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889). Rio de Janeiro, Rocco, 1995.

Reverberações da propaganda na cidade

Rafael De Angeli[1]

Leila Domingues Machado[2]

Resumo: Pensar a mídia, a propaganda e os modos de subjetivação contemporâneos. É partir do imaginário que se forma acerca do que circula "no entre" da cidade e à construção e sustentação dessas imagens "prontas" por meio dos conglomerados de mídia que nos propusemos a pensar em algumas conexões sobre os modos que enxergarmos nossas experiências e interferências em nossas cidades e espaços de convivência: interferências que fazemos, que somos e que sofremos. E, para isso, nos propusemos a abordar pontos que são parte de todo um maquinário complexo de produção subjetiva que se desdobra em formas imanentes de operação onde forças político-econômicas que se cruzam, afetos são produzidos, vidas se fazem, se desfazem e se potencializam.

Palavras-chave: mídia, propaganda, subjetividade, cidade.

1. A maior arquibancada do Brasil

Fechando os olhos, imaginemos uma cidade que está vazia. É uma tarefa de esforço leve que faz vir à mente uma imagem um tanto quanto previsível dessa suposta "cidade vazia". E logo percebemos que, após essa brincadeira, nos deparamos com cenas muito familiares já vistas e utilizadas repetidas vezes no cinema, nas novelas, nas fotografias, nas campanhas publicitárias e, sem muito espanto, no nosso próprio cotidiano. É algo que provavelmente fará referência àquela cidade da madrugada, onde apenas os sons e as luzes de sirenes esbarrando nas paredes dos prédios ecoam; ou àquela cidade em meio ao feriado prolongado, onde alguns moradores espaçados caminham a passos lentos nos bairros centrais. Sentimos na própria pele sensações que nos deslocam dos estados de equilíbrio e conforto encarados nas cenas repetidas e estáveis do dia a dia dos grandes centros pois, imagine você, leitor, se percebendo sozinho em meio a esse vazio urbano que carrega tantos pesos e culpas. É a partir do imaginário que se forma acerca do que circula "no entre" da cidade e à construção e sustentação dessas imagens "prontas" por meio dos conglomerados de mídia que nos propusemos a pensar em algumas conexões sobre os modos que enxergarmos nossas experiências e interferências neste meio de carne e pedra[3]: interferências que fazemos, que somos e que sofremos. E, para isso, nos atentamos a pontos que são parte de todo um maquinário complexo de produção subjetiva que se desdobra em formas imanentes de operação onde forças político-econômicas que se cruzam, afetos são produzidos, vidas se fazem, se desfazem e se potencializam.

***

1 Graduado em Publicidade e Propaganda pela UFES – Universidade Federal do Espírito Santo. Mestrando em Psicologia Institucional pela mesma instituição. Pesquisa mídia, propaganda, marketing e suas reverberações nos modos de vida contemporâneos. Membro do LIS/CNPq – Laboratório de Imagens da Subjetividade.
rafaeldeangeli@gmail.com

2 Graduada em Psicologia, mestrado em Teoria Psicanalítica na UFRJ, doutorado em Psicologia Clínica na PUC-SP. Professora da Universidade Federal do Espírito Santo. Leciona no curso de graduação em Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional (PPGPSI). Coordena o Laboratório de Imagens da Subjetividade - LIS/CNPq, grupo de pesquisa e de ações urbanas de arte política, que integra alunos de psicologia, artes visuais, arquitetura e comunicação.
leila.liscnpq@gmail.com

3 "Carne e Pedra" é o título de uma das obras de Richard Sennett.

Um estalo supostamente vindo de uma baqueta na borda da percussão produz um eco que preenche as ruas mostradas na cena dessa mesma cidade vazia que você imaginou há pouco. Nesse instante, alguns pássaros que estavam em repouso fogem pelo céu, ariscos, assustados pelo barulho que anuncia um porvir. Um viaduto, edifícios acinzentados e, em meio a isso, pinceladas de algum verde das copas das árvores e canteiros no chão. Todo esse conjunto de signos passeia por enquadramentos e cortes abruptos que dividem as cenas que expõem alguns cantos dessas ruas vazias. Ninguém está andando pelas calçadas e nenhum carro ou bicicleta ocupa as vias. Nos damos conta de que estamos em uma cidade quieta, silenciada. Uma cidade "sem vida".

A Fiat, grande montadora de automóveis italiana, laçou no Brasil, em maio de 2013, uma campanha publicitária multimeios destinada à televisão, mídia impressa e internet batizada de "Vem pra rua". Em seu vídeo introdutório homônimo à campanha, estas cenas de "cidades vazias" por entre as quais acabamos de passear são, no decorrer do tom crescente e agitado da narrativa de um minuto, ocupados por formações de grupos (Latour, 2012: 55), com pessoas que festejam e correm em demasiada euforia; vibram e sorriem ao redor de televisores e rádios que transmitem uma partida de futebol colorida por verde e amarelo. Por quais razões essas pessoas resolveram se encontrar e assistir a uma partida de futebol? O que as move até o futebol individualmente e, posteriormente, em movimentos de massa? Como é produzido e sustentado um desejo e um consenso acerca de sensações, cores e rituais que giram em torno do esporte? Esses questionamentos foram feitos repetidas vezes e podem surgir se analisarmos diversas situações corriqueiras. Todos emergiram em meio a esbarros nas leituras formais e, também, durante as trocas fluentes e pulsantes que do próprio cotidiano, quando torna-se corriqueiro nos deparamos com agrupamentos onde facilmente identificamos "comportamentos estereotipados" e repetições de formatos dados de se conduzir uma vida que circulam dentro das bordas que delimitam as instituições.

Em meio a essa vida que emerge e toma forma nos mais variados lugares, o futebol é um desses muitos e complexos arranjos. Mundialmente, o Brasil é promovido por uma identidade uniformizada e totalizante de um país de festa, de carnaval, de ginga, de belas praias... e, no meio de todo esse suor e "vida mansa", por um futebol de referência: competitivo, astuto e artístico; bonito de ver. O universo específico do futebol que sustenta essa identidade não é composto apenas dos nossos dribles ensaiados que arrancam aplausos ou das habilidades técnicas de nossa seleção em campo. O futebol, para muito além das jogadas, é produto consistente da cultura de massa e está rodeado de signos altamente comercializáveis, assim como todos os subprodutos identitários que emergem e se reinventam a partir e por meio dele. São produtos e formas de vida subconsequentes que, juntos, arquitetam todo um "jeito-jogador-de-ser" que se expande e dá forma a produtos materiais e imateriais. Os *kits* são complexos, bem elaborados e lapidam uma identidade momentânea, fragilizada e que se apresenta constantemente ameaçada por quaisquer ventos mais fortes que os fluxos mercadológicos assoprem. Futebol é cultura de massa, e

> a cultura de massa produz, exatamente, indivíduos: indivíduos normatizados, articulados uns aos outros segundo sistemas hierárquicos, sistemas de valores, sistemas de submissão (...)" (Guattari & Rolnik, 1996: 22).

Durante a exibição dos jogos, os pacotes de produtos desse conjunto são formados pelas chuteiras, acessórios, penteados e outros itens usadas pelos craques. Para além dos estádios, surgem as roupas perfeitas para estar na boate, o carro utilizado pelo jogador na saída das entrevistas coletivas; além de todas as formas imateriais que são produto de "uma produção de subjetividade social que se pode encontrar em todos os níveis da produção e do consumo" (Guattari & Rolnik, 1996: 22), como a postura adequada para se portar diante das câmeras, os destinos para as viagens ideais durante as férias, a criação de uma estética ideal para as fotos das redes sociais online, etc.

Analisando dessa forma e pensando nas mais variadas situações que podemos vivenciar, nos colocamos a pensar que o caminhar anterior ao encontro no bar ou na rua não é asséptico, alvejado e limpo. Esses grupos que se mostram no vídeo em questão não são compostos por silêncios que apenas se aglomeram afim de celebrar uma partida de futebol ou a vitória de seu time. Latour nos diz que esses mesmos grupos são apenas produtos provisórios de um rumor que não cessa, que não estanca e que é um fluxo contínuo de acontecimentos

e possibilidades. Um rumor que é infindável, composto por vozes multifacetadas provenientes de todo um conjunto de possibilidades de trocas afetivas que estão dispostos aqui, ao nosso redor. Essas práticas afetivas não estão ligadas necessariamente ao contato com outros homens e mulheres, pois não se limita ao humano. Trocas afetivas acontecem quando temos experiências com objetos, com os caminhos que fazemos, com a geografia-arquitetura dos passeios urbanos, com as paisagens, com este texto que você está lendo, etc. As possibilidades de afetar e ser afetado pelo ambiente que nos encontramos são ricas, variadas e se apresentam de forma macro e micro, a todo instante.

Essas ajuntamentos, portanto, são recortes de um social que se agrupa e que, ao mesmo tempo, não produz raízes fixas, estáticas, se distanciando da ideia de que todos naquela formação são uma mesma "coisa" que se apresenta imóvel. Queremos fugir do paradigma de que todas as pessoas que compõe o corpo social tem as mesmas experiências ou são "muito parecidas" entre si, pois limitaríamos toda a efervescência dos movimentos a uma simples análise que pormenoriza, nos conduzindo a exaltar, automaticamente, um discurso de verdade absoluta e imutável. As pessoas exibidas pelas cenas deste vídeo publicitário são afetadas pelos demais corpos com quem dividem aquele espaço provisório e dissolvível que, naquele momento, gira em torno do futebol. Encontros com outros fluxos, com outras formas de sentir, de transpassar ou, também, de transgredir. É um movimento que acontece no social e pelo social. "Para agrupar o social, a colaboração de todos é necessária." (Latour, 2012: 55)

Os cenários que preenchem os enquadramentos principais do vídeo dividem espaço com uma música interpretada pelo cantor Falcão, vocalista de voz marcante e líder d'O Rappa, banda brasileira de origem carioca, reconhecida por trabalhar as letras de suas canções com um teor crítico em relação às questões econômicas e sociais. As situações se mostram em um misto de cenas e cifra que compõem um certo clichê onde futebol e automóveis são enaltecidos, juntos, como verdadeiras e concretas "paixões nacionais". Paixões-clichê que são provocadoras, neste contexto, de pontuações acerca das reverberações provocadas pela propaganda e pelos discursos majoritários produzidos pelos grupos de mídia no corpo social e nos possíveis – e são muitos os possíveis – usos e formas de estar, sentir e viver as cidades contemporâneas. Seu esvaziamento, seu ordenamento, seus horários demarcados, os medos, sua formação arquitetônica e tudo que circula e faz circular por entre os espaços predeterminados e que se reinventam e se remodelam no fazer e desfazer dos movimentos.

Poderia a cidade funcionar da forma como a vemos, sentimos e a modificamos sem "interferência" dos discursos produzidos pela propaganda e pela mídia? Como a propaganda dispersa, "direciona"; potencializa ou mortifica as forças produtivas? Como as relações político-econômicas que atravessam o corpo social e, consequentemente, os conglomerados de mídia, colocam de encontro ou afastam lutas que podem nos canalizar para existências mecanizadas? Como a vibratilidade de nosso corpo[4] é afetada pelas imagens em tons esmaecidos e repetitivos das nossas cidades e que nos são dados *a priori*? Ao entendermos que o social é composto por essa profusão cambiante de inúmeras forças que esculpem nossos modos de existência, buscamos dialogar com autores que discorrem sobre essa complexidade como potência. A Filosofia da Diferença busca pensar na existência, no sujeito e no social por meio desses atravessamentos, amplificando a riqueza emergente das trocas e afetos inevitáveis e seus desdobramentos; e se distanciando de uma ciência que produz uma verdade enrijecida e absoluta.

> (…) numa sociedade como a nossa (…) múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam, constituem o corpo social; elas não podem dissociar-se, nem estabelecer-se, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento do discurso verdadeiro. (Foucault, 1999: 28)

Nas cidades capitalísticas globalizadas e contemporâneas, verdades absolutas anseiam por serem exercitadas dentro do corpo social, comercializadas em uma dinâmica de funcionamento que nos oferece apenas um andar

4 Suely Rolnik desenvolve o conceito de "corpo vibrátil" ao longo de seu trabalho.

vigiado, em círculos, que nos dificulta enxergar as margem, a borda, os limites. Verdades – vistas por um viés de propaganda – devem ser prazerosas, lustrosas e atraentes. São alívios suculentos para os sufocos provocados por um não-pertencimento a um grupo, pelos constantes processos de diferenciação e separação de classes e raças. Tudo isso sustenta uma espécie de ringue onde acontece uma disputa velada entre os corpos, uma dança de diferenciação que o torna "isso" ou "aquilo", dependendo de qual máscara se escolhe para dar conta da existência. As verdades universais são prontas para serem experimentadas e que estão dispostas como em uma prateleira repleta de ofertas. Dessa forma, "não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele." (Foucault, 1999: 28).

Pensar na propaganda e na mídia a partir desta abordagem nos remete ao exercício de não avaliarmos suas reverberações como provenientes de uma natureza boa ou má. Os conglomerados de mídia são constituídos de instrumentos e tecnologias utilizados para propagar uma mensagem mas que, por si só, não formam um clube fechado que "detém" poder e conspiram contra uma suposta "liberdade" que poderia ser generosamente doada ao social. Gostaríamos de nos separarmos, aqui, da ideia de que existe algum ente que maquina todas as técnicas de manipulação e que, cruelmente, as dissipa e pulveriza pelos aparatos de comunicação de massa. Não se trata disso. Cabe a nós, entretanto, sermos atentos às formas de utilização e aos conteúdos das mensagens veiculadas, pois acabam percorrendo linhas de interesse pretenciosas, seguindo os conjuntos de forças que os impulsionam para tais "tarefas".

Os modelos de carros produzidos pela marca são evidenciados, dentro do contexto da campanha publicitária, como peças importantes e quase indispensáveis daquele cenário gasto de nossa rua. Imagine: nos depararmos com uma grande avenida vazia de carros nos provoca, quase que instantaneamente, um olhar de estranhamento, como se algo de errado estivesse acontecendo. Com função de veículos condutores e facilitadores de encontros ou apenas como "acessórios" que compõem as paisagens, os veículos da Fiat ajudam a compor essas repetições exaustivas dos cenários urbanos de nosso tempo: engarrafamentos, ruas ocupadas por carros, horas "gastas" presos em filas intermináveis, pessoas disputando espaço com os veículos, etc. Os veículos passam a ser objetos participativos e necessários à vida urbana ao mesmo tempo que sua propaganda lubridia e mascara todos os sacrifícios embutidos à pertença de um carro: sacrifícios financeiros, de tempo para procurar vagas de estacionamento, de competitividade dentro dos espaços estreitos das vias, etc.

> Independente do seu estilo ou público-alvo, tais imagens são, invariavelmente, portadoras da mensagem de que existem paraísos, que agora eles estão neste mundo e não num mundo além deste, que alguns privilegiados tem acesso a ele e, sobretudo, que podemos ser um desses VIP, bastando, para isso, investirmos toda nossa energia vital – de desejo, de afeto, de conhecimento, de intelecto, de imaginação, de ação etc. (Rolnik, 2014: 20)

Com ideal totalizante dessa produção de discurso calcificado, os veículos da Fiat mostram-se projetados por uma montadora que participa ativamente da vida dos que consomem seus produtos. São polivalentes e acompanham o comprador na ida ao trabalho, no engarrafamento e nos momentos de lazer. Os carros são apresentados ao consumidor como um tiro muito certeiro de que sua vida ganha novos rumos e facilidades depois de sua compra. São, em suma, o "paraíso" e o status de ser um pertencente àquele grupo e retirar dele as suas "vantagens" de diferenciação.

A canção que acompanha toda essa empreitada de agrupamento até o encontro da multidão de fronte ao jogo e nas ruas é um convite instigante à celebração. Sua composição é assinada por Henrique Ruiz Nicolau, àquela época, membro da equipe criativa da produtora "S de Samba". A música foi encomendada pela agência de publicidade Leo Burnett Tailor Made, responsável por essa ação específica para a Fiat. Curiosamente, a canção não foi veiculada em nenhuma rádio por questões contratuais que permitiam seu uso apenas como ferramenta publicitária exclusiva para esta campanha.

Vem, vamos pra rua
Pode vir que a festa é sua
Que o Brasil vai estar gigante
Grande como nunca se viu
Vem, vamos com a gente
Vem torcer bola pra frente
Sai de casa, vem pra rua
Pra maior arquibancada do Brasil
Oooooo
Vem pra rua,
Porque a rua é a maior arquibancada do Brasil
Se essa rua fosse minha
Eu mandava ladrilhar
Tudo em verde e amarelo
Só pra ver o brasil inteiro passar
Oooooo
Vem pra rua,
Porque a rua é a maior arquibancada do Brasil

Para a Fiat, a rua é uma arquibancada. É uma arquibancada que comporta diversidade, pluralismos; é também acolhedora e convidativa. Um local que é para todos. Uma arquibancada que pode ser interpretada, também, por um olhar de audiência da rua, como quem convoca para assistir a um espetáculo que acontece logo aí, no cotidiano. Ao final do vídeo, a campanha é assinada por uma narração que diz: "Vem com quem mais entende de rua. Vem com a Fiat!" e, ao fundo, a trilha sonora perde ênfase e um coro da multidão gritando ganha destaque com a repetição hifenizada de "Vem-pra-rua!"[5]. Lê-se, segundo as agências responsáveis pela execução do material e assessoria de imprensa da empresa, que o propósito desta ação foi construir uma atmosfera que enaltece a ideia pré-estabelecida de nacionalidade diante da Copa das Confederações e reforçar que a Fiat é uma marca íntima da rua; íntima do "estar na rua", pois é líder de vendas em várias categorias do mercado automobilístico nacional.

2. Outros arranjos em uma mesma rua

> O desejo é o sistema de signos a-significantes com os quais se produz fluxos de inconscientes no campo social. (...) O desejo é revolucionário, porque sempre quer mais conexões, mais agenciamentos. (Rolnik, 2014: 29)

O ano de 2013 foi expressivo no Brasil. Inúmeros acontecimentos marcaram data no âmbito político e moveram reflexões acerca dos modos como operamos nossas vivências nos entendimentos de estado-população; isso se pudermos separar essas duas "coisas" ou se, neste dueto, pudermos acrescentar mais um membro complementar: Estado-**mídia**-população. Aqui, em nosso quintal, o arroz com feijão situacional vivido há anos foi repensado, de forma efervescente e exponencial, por movimentos organizados que desencadearam a ocupação das ruas do país por variados motivos. Era ano de tudo; e de tudo ao mesmo tempo: Copa das Confederações, véspera do Copa do Mundo e véspera de eleições presidenciais.

---

5 O vídeo oficial da campanha "Vem pra rua", do qual falamos até agora, está disponível em https://www.youtube.com/watch?v=SxMIwZZPlcM, [Consultado em 10-08-2014].

A partir de junho do mesmo ano, a maioria das capitais e maiores cidades brasileiras assistiram e participaram de uma sequência de protestos que impulsionaram discussões sobre o atual modo de se fazer política democrática no Brasil. As chamadas para a rua emergiram nas redes sociais online no mesmo instante em que a Fiat emprestava seu discurso de comemoração e euforia aos espectadores. O cerne das movimentações foi a capital paulistana, com reuniões iniciais organizadas pelo Movimento Passe Livre que, há mais de 10 anos, impulsiona debates acerca de melhorias do transporte público na cidade de São Paulo. A facilidade de viralização oferecida pelos canais midiáticos descentralizados em relação à mídia hegemônica pulverizaram, por todo o país, um anseio por ocupar as ruas em prol de algum ideal. Esse movimento de ocupação dos espaços foi apelidado de "Vem pra rua", em alusão ao chamado publicitário feito pela montadora, publicitado justamente no início das primeiras aglomerações e funcionando como combustível para as reverberações sucessoras à ação publicitária da Fiat.

Além das críticas às práticas dos modos de gestão governamental vigente – extinção da corrupção, perda de privilégios dos parlamentares, etc. – os protestos alavancaram, como quem pega carona, outras reivindicações pertinentes àquele momento e que são diretamente ligadas às formas adotadas pelo Estado para gerir seu corpo social. Dentre elas, o acesso à cultura, à educação, à saúde, a postura e o papel da Polícia Militar, dentre outras pautas que brotavam dos anseios de grupos políticos que costumamos chamar de "minoritários". Em um sistema econômico onde as rédeas do capitalismo não estão concentradas um centro detentor de poder, observamos um corpo populacional e um desejo coletivo lapidados, produzidos dentro de espaços muito estreitos que não dão vasão às pulsações individuais. O desejo do acesso à cultura de forma livre e descapitalizada cria desencaixes e incômodos a um estado-economia que trabalha com firmeza em um ideal de equalização – e trata-se de uma equalização entre os modos permitidos de existir e os tensionamentos causados pelo mercado financeiro globalizado.

> Através de mecanismos extremamente complexos, (o Capitalismo Mundial integrado) "consulta" o conjunto de esferas econômicas e sociais com os quais deve fazer composições. Esta "negociação" não se reveste mais, como antes, de um caráter explicitamente político. Põe em jogo sistemas de informação e de manipulações psicológicas em grande escala, por intermédio dos meios de comunicação de massa, das sondagens, dos sistemas *welfare*, etc. (Guattari, 1989: 215)

Não há espaço para o artesanato feito no bairro se ele não for capitalizado por um saber artístico erudito que irá torná-lo merecedor de destaques; muito menos se não for assessorado por uma publicidade que o tornará compatível e modelado em uma estética também globalizada e capitalizada. Por meio de exemplos como esses que nos demonstram tentativas de "escape" e afirmação de uma potência de vida que escapa, esbarramos nas desavenças existentes entre Estado-governante e população que, atualmente, vem a calhar em truculência e violência física por parte de sua polícia que vigia e mantém uma ordem, como ocorrido durante as jornadas de julho. Parte dessa efervescência emergiu de uma carona no discurso de uma campanha publicitária que convidava a população para as ruas e tomou uma concretude que parece fragilizada se compararmos às formas dispersas que se apresentavam os pedidos feitos pelos manifestantes.

3. Recorte do que circula e faz circular

Figura 1: Fotografia de matéria publicada do Jornal A Gazeta em 13 de agosto de 2014.

QUARTA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 2014 A GAZETA

Vida.

Grávida, cuide-se ao comprar o enxoval

Muitas grávidas passam o dia inteiro andando de loja em loja. Mas é preciso cuidados para proteger a sua saúde e a do seu filho. Pág. 39

EDITORA: TATIANA PAYSAN

DICAS PARA NÃO VIRAR UMA PANELA DE PRESSÃO

Tirar o foco dos problemas e buscar soluções é fundamental

LEONARDO SOARES

Você já acorda no domingo com aquela sensação de que a semana já vai começar apertada? Isso pode ser um sinal de que a pressão do dia a dia está atrapalhando os seus afazeres em casa e no trabalho.

Mas viver "no fio da navalha" não é nada positivo e comprometer o seu sentimento, o seu emprego e a sua relação com pessoas. Só que há dois fatores a serem seguidos: a pressão tomaticamente escolhem o pior, explica a especialista em comportamento humano Branca Barão.

"A primeira opção é manter o foco no problema, o que causa preocupação, ansiedade e estresse. Já a segunda opção é manter o foco na busca de uma solução para esse problema. A primeira te faz sofrer. A segunda te faz ampliar as possibilidades, resolver e aprender".

Para a psicóloga Marta Zouain, da Psicostore, optar por manter o foco na pressão só vai piorar a situação e manter você dentro dos seus problemas. E quando as soluções aparecem, você não consegue enxergar.

"A pressão faz com que você deixe de fazer atividades que vão contribuir por motivos banais, como o cansaço. Mas só o descanso físico não vai colocar de volta as coisas no lugar".

A principal dica é buscar o que vai trazer prazer a você. "E o prazer é tudo o que voce gosta. É relativo, não existe fórmula. O prazer, para mim, pode ser tomar um vinho com amigos. Para o outro, pode ser outra coisa", explica.

Conhecer-se é outro ponto importante. Pois será mais fácil saber como compensar. "É preciso existir um equilíbrio. Em alguns momentos, o trabalho pode sobressair; em outros, é o lazer que toma mais tempo. Mas a chave de tudo para viver bem é equilibrar", orienta.

ESCAPE

Quem encontrou no que mais gosta a válvula de escape para a pressão do dia a dia foi o educador físico Jean de Oliveira, 26. O dia dele já começa às 6h na academia onde trabalha. E após o expediente, ele também treina. Então, depois de tudo, nada melhor do que relaxar.

"Deixo tudo de lado, pelo menos naquele momento. Todo o estresse e a chateação do dia ficam de lado".

E a forma que Jean encontrou para esquecer os problemas foi investir na música. Há quatro anos ele faz parte da bateria da escola de samba Unidos da Piedade, tocando tamborim nos finais de semana e também após o trabalho, em alguns dias da semana.

"É uma satisfação em me fazer parte da bateria. É uma sensação maravilhosa fazer o que gosto principalmente, com grandes amigos".

E o que dá prazer a Talvez seja hora de d lerar para ser mais f

Fonte: Disponível também online em http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2014/08/entretenimento/vida/1494676-dicas-para-voce-nao-virar-uma-panela-de-pressao.html, [Consultado em 21-08-2014].

"Buscar soluções é fundamental". Manuais prontos de como alcançar afagos em meio aos processos de desterritorialização vivenciados no contemporâneo. As subjetividades contemporâneas podem, por meio dos aparatos tecnológicos disponíveis, serem atravessadas por uma enorme profusão de afetos disparados dos mais variados territórios. Música japonesa e caipirinha nunca tiveram tanta facilidade de tempo-espaço para dividirem a mesma mesa e provocarem diferentes sensações em seus consumidores. A potência dessas possibilidades mostra-se atraente e poderia, sim, dar passagem a todos os atravessamentos de maneira positiva. Há uma valoração criada sobre essa facilidade de trocas proporcionadas por esses mecanismos, mas não podemos deixar de lado uma contrapartida: as mesmas tecnologias globalizadas e globalizantes que respingam todas essas possibilidades de conexões mundo afora são, também, atravessadas pelos modos capitalistas de produção que vivemos. Podemos dar exemplos simples: todas os benefícios de um determinado produto que são oferecidos por uma campanha publicitária chegam de igual maneira às crianças japonesas e chegam, também, às crianças brasileiras, às portuguesas, etc. Todas elas assistem ao mesmo canal de televisão, direcionado à sua faixa etária e aos "seus gostos". Dentro dessa lógica, você pode ter "seus gostos" e poder ser "quem você quiser", mas apenas se estiver de acordo com toda essa estrutura organizacional de distribuição que não aceita desvios. Você pode ser quem você quiser, contato que caiba dentro das ofertas de modos de ser. Essa multiplicidade identitária capturada e transformada em produto é uma forma lucrativa de comercializar realidades prontas e propositalmente endurecidas.

Todas as identidades regionais se proliferam, se desterritorializam e se transformam em função de nichos mercadológicos, em modelos frágeis de representação temporária sustentados por personagens que se reorientam de acordo com a intensidade do fluxo de escoamento da produção, seja ela material ou parte de um imaginário. Vide exemplo do futebol e de seus jogadores ideais, comentados logo no início desse texto. Falamos, até então, de uma subjetividade clonada (Rolnik, 2014: 19), apresentada pelas imagens de mundo produzidas pelos conglomerados político-econômicos de mídia, responsáveis pela popularização do consumo de objetos, serviços e outros formatos pré-moldados de tudo que se vê. Trata-se de um modelo pós-fordista

sustentado pela manutenção e captura constante de um imaginário potente, tendo como uma das principais ferramentas o discurso publicitário e todas as suas verdades produzidas e constantemente servidas em pitadas. Neste contexto, as pulsões de vitalidade e riqueza de agenciamentos ofertados pela "rua real" e por uma cidade que deveria transbordar possibilidades são esvaziados, retornando sempre àquela imagem pesada e negativada desse espaço de estada e de passagem; que carrega o fardo dos conflitos urbanos, da necessidade de uma higiene constante e de uma normatização do fluxo da vida geridos. Dizemos "negativada" por todas as possibilidades existentes nos espaços da cidade tornarem-se alvo do cerceamento e da avaliação de um Estado operando em uma lógica neoliberal de governo e economia que vai ditar exatamente onde é o local ideal para brincar, para trabalhar, para morar. Lógica, essa, que tem pavor às formas múltiplas de existência e que tem todas as suas bases e sustentáculos sensibilizados quando afetados por quaisquer possíveis torções ou desarranjos. Um Estado que valora a vida como forma de existência, mas que lhe oferece e sustenta opções bastante predeterminadas de quais são os formatos que essa vida deve florescer e quais não-formas incomodam e estão suscetíveis a punições. Quanto mais ampliadas as possibilidades de se estar e de sentir o mundo; quanto mais ampliadas forem as formas de reinvenção que se distanciem dos modelos representacionais, maiores são as lutas em prol de um tipo de remanejamento e reinvenção das tecnologias de captura. São formas de resistência.

Para que os estados globalizados de equilíbrio se mantenham, torna-se necessária a valorização de processos de verificação: de uma ciência que aponte exatamente o que deve ser feito em casos de doenças ou "disfunções" emergentes no contemporâneo, como a depressão, a insônia, o déficit de atenção e entre outras; de uma ciência que é empoderada pela possibilidade de estar na tribuna e esbravejar uma determinada verdade acerca dos comportamentos, das legalidades e de todas as punições cabíveis para os desvios; uma ciência dos estudos midiáticos que circula sobre paradigmas mercadológicos que funcionam como pilares de uma superestrutura esquemática de obtenção de pontos positivos acerca das verdades afirmadas em nossos jornais ou peças publicitárias.

Onde está a propaganda em meio a estes inúmeros atravessamentos de forças e qual sua potencialidade em convergir, direcionar, apontar os afetos para rotas de fuga que calham em caminhos circulares? Identidades que fogem e correm, em certo desespero, de um canto para o outro em busca de um ponto de equilíbrio, mas que lhe é tomado a cada necessidade de venda de um novo carro, uma nova chuteira ou um novo estilo de bar para frequentar com os amigos. Cria-se, como a matéria do jornal acima diz, "uma panela de pressão". E sair dessa panela de pressão demanda uma energia de reinvenção e posicionamento perante nossas práticas. Dessa forma, debater o papel do discurso de sustentação sistêmica proferido por uma mídia engendrada em um cenário político-econômico é tentar dar pinceladas sobre como se dão os direcionamentos das linhas de poder deste entre-processos e assistir e ser participante ao mesmo tempo.

A tentativa aqui, leitor, não foi trazer à tona uma "verdade" ou uma "revelação" sobre a mídia, – mais uma, em meio a tantas que disputam espaços em nossos dias – mas tentar traçar relações entre como os discursos se reverberam e criam agenciamentos do desejo. Os mesmos agenciamentos, posteriormente, podem assumir formas momentâneas de agrupamentos que desencadeiam outros fluxos, como os ocorridos em meio às manifestações que aconteceram no Brasil em junho de 2013 e que falamos anteriormente; ou, também, a fluxos que se reorganizem e se reinventem em meio a essas trocas constantes.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. (1999), Aula de 7 de janeiro de 1976. In: *Em defesa da Sociedade* 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes.

FOUCAULT, M. (1999), Aula de 21 de janeiro de 1976. In: *Em defesa da Sociedade* 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes.

FOUCAULT, M. (2007), *A Ordem do discurso* (1970). 15. Ed. São Paulo: Loyola.

LATOUR, B. (2012), *Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc.

ROLNIK, S. (1989) *Cartografia sentimental: Transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. (2000), *Micropolítica: cartografias do desejo*. 6. ed. Petrópolis: Vozes.

GUATTARI, F. (1986) Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo. Trad Suely Rolnik. 3. ed., São Paulo: Brasiliense.

Três em Arte

Eveline Stella de Araujo
pós-doc em Antropologia Audiovisual no LISA-USP/CRIA-FCSH-UNL
evearaujo@hotmail.com,

A proposta deste paper é discutir como se vive da arte em Lisboa a partir de três personagens uma brasileira, uma portuguesa e uma moçambicana. A produção de um filme tem como objetivo revelar os processos de agenciamento, as estratégias de adaptação das imigrantes e suas relações com os locais na busca por espaço e reconhecimento. A arte, como propõe Goldstein, é "*espaço de diálogos e tensões interculturais*" entre diferentes lógicas culturais. O objetivo é identificação dos indicadores responsáveis pela dinâmica da construção das representações socioculturais em ambiente intercultural. Com essa intenção serão acompanhados os processos criativos voltados para a produção de Arte nos espaços público em Lisboa.
Palavras-chaves: Interculturalidade, Mobilidade, Representações Socioculturais, Filme, Portugal, Moçambique, Brasil.

Three in Art

The purpose of this paper is to discuss how to live art in Lisbon from three characters a Brazilian, a Portuguese and a Mozambican. The production of a film will reveal the agency processes, of immigrant adaptation strategies and their relationships with local people and space of recognition of his art. Art, like Goldstein proposes, is "dialogue space and intercultural tensions" between different cultural logics. The goal is to identify the indicators account for the dynamic construction of socio-cultural representations in intercultural environment. With this intention we will be accompanied creative processes aimed at art production in public spaces in Lisbon.
Keywords: Interculturalism, Mobility, Representations, Movies, Portugal, Mozambique, Brazil

"Todas as imagens são produtos culturais e janelas de conhecimento sobre atos e formas de pensamento humano"
(Martins, 2013)

A proposta deste paper é discutir como se vive da arte em Lisboa a partir de três personagens uma brasileira, uma portuguesa e uma moçambicana. A produção de um filme tem como objetivo revelar os processos de agenciamentos, as estratégias de adaptação das imigrantes e suas relações com os locais na busca por espaço e reconhecimento. A intenção desta pesquisa parte do aumento significativo nas imigrações e intercâmbios acadêmicos, profissionais/laborais, e turístico nas últimas décadas e as constantes correntes migratórias africanas para Portugal. Esses fatores despertou questões sobre a relevância das relações interculturais de toda ordem e a necessidade de avaliação das muitas parceiras comerciais ou estudantis estabelecidas.
Considerando as sociedades complexas contemporâneas, Velho (1987,1994,1999) aproxima o conhecimento sobre as diversas culturas que consitituem o Brasil e Portugal ampliando o conhecimento sobre as lógicas do pensamento nesses dois países por meio de pequisa em antropologia urbana. Nesta pesquisa, ora empreendida vai-se na mesma direção, pretende-se contribuir para a compreensão da problemática da mobilidade, da inteculturalidade procurando identificar a partir de quais indicadores são construídas as representações socioculturais em ambientes de interação intercultural, envolvendo Brasil, Portugal e Moçambique. As perguntas norteadoras desta pesquisa são:

- Quais são e como são elaboradas as representações socioculturais nos ambientes de relacionamentos interculturais?
- Qual o papel dos estereótipos nas relações interculturais?
- Se é possível a desconstrução e reconstrução de representações socioculturais pelo convívio intercultural mediado pela produção artística?
- Quais os indicadores que balizam a dinâmica da elaboração de representações socioculturias ?

O processo de investigação encontra-se bastante no início. No momento, realiza-se o levantamento teórico que dará suporte ao roteiro e ao desenvolvimento do método mais adequado para tratar dos temas transversais no filme, como as questões relativas à interculturalidade (Hall, 1997; Goldstein, 2012; Gusmão, 2004), à mobilidade (Augé, 2010; Almeida, 2012) e às representações socioculturais (Bourdieu, 1998; Heinich, 1998; Giddens, 1997). Trata-se de um processo de produção de conhecimento associado a um processo criativo sobre base fílmica, buscando relacionar o ser consciente, o ser sensível e o ser cultural (Ostrower, 2013).
Os desafios científicos estão relacionados na confluência das área de interesse: antropologia, sociologia, artes e comunicação. A pesquisa é composta de uma base de dados virtual e outra real todas como fontes primárias estão de acordo com a Teoria da Ação Fundamentada (Creswell,1998; Glaser, 2001). O método para a produção do filme segue os parâmetros da antropologia audiovisual nomeadamente na linha de Jean Rouch (1960, 1961, 1995), do etnocinema (Loizos, 1993; Da-Rin, 2004), a partir da apreensão de representações socioculturais informadas por pesquisa preliminar. A produção do roteiro, o processo de captação das imagens e sons e o processo de montagem dialogam com a prática cinematográfica construindo o sentido do filme (Eisenstein, 2002), composto pela estética e narrativa, tem como objetivo constituir-se em um cinema enquanto prática social (Araujo, 2014 e Turner, 1997). A história no plano geral do filme irá tratar do modo como determinado gênero (masculino ou feminino) vê e é visto em um ambiente intercultural e, em um segundo plano, o da mensagem, como são construídas as representações socioculturais e por quais indicadores são realizadas as leituras do "outro".
O filme será pensado em três planos: o das personagens, da narrativa, e do design sonoro. Inicialmente, serão definidos o plano geral da história, as cenas chaves - que incluem as situações de conflito e de negociações entre as três artistas que deverão trabalhar juntas em um projeto a ser desenvolvido especificamente para a produção do filme -, e o desfecho. A cada personagem que entrar em cena pela primeira vez ocorretá um entre-ato destinado a mostrar sua origem, do que vivia na sua terra Natal e as motivações para a migração, no caso das imigrantes, e a personagem portuguesa também terá esse entre-ato indicando a trajetória que a levou a esse encontro, suas escolhas anteriores, sua formação e origem familiar. Sob esse aspecto trata-se de situar o papel dos mitos fundadores na elaboração de suas próprias identidades e o quanto isso impacta na construção das representações socioculturais.

Conforme afirma Hall (2003:28-29) :

> *"Possuir uma identidade cultural nesse sentido é estar primordialmente em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta. Esse cordão umbilical é o que chamamos de 'tradição', cujo teste é o de sua fidelidade às origens, sua presença consciente diante de si mesma, sua 'autenticidade'. É, claro, um mito — com todo o potencial real dos nossos mitos dominantes de moldar nossos imaginários, influenciar nossas ações, conferir significado às nossas vidas e dar sentido à nossa história. Os mitos fundadores são por definição, transistórios: não apenas estão fora da história, mas são fundamentalmente aistóricos. São anacrônicos e têm a estrutura de uma dupla inscrição. Seu poder redentor encontra-se no futuro, que ainda está por vir. Mas funcionam atribuindo o que predizem à sua descrição do que ja aconteceu, do que era no princípio*"

Sob esse aspecto, Gusmão (2004) ao buscar compreender as representações e a dinâmica de diferentes grupos de africanos provenientes de antigas colônias portuguesas e de portugueses em uma cultura nacional portuguesa procura diagnosticar as estratégias de integração social e as dificuldades relativas à etnia e classe enfrentadas por imigrantes africanos e sesus descendenntes – luso-africanos. O objetivo de Gusmão (2004) é entender os limites e possibilidades "*postos pela multiculturalidade enquanto política de intervenção social e de constituição de uma ordem social democrática*", em Portugal. A autora afirma que:

> *"os modos de estar numa terra e realidade que discrimina os negros e os nega, ao mesmo tempo que diz ser uma sociedade multicultural e democrática, revelou*

> *existir contradições e conflitos que colocam em questão, em todas as latitudes, as políticas de igualdade e as possibilidades identitárias dos de sujeitos considerados diferentes e estrangeiros*"

As questões citadas acima são importantes para pensar o processo de construção das representações socioculturais de imigrantes das ex-colônias em Portutal, devido à uma autonomia ainda recente dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Estes aparentam ter questões diferentes das do Brasil com Portugal. Mas, qual a relação dos portugueses frente aos imigrantes dessas duas situações, a dos PALOP, ex-colônias que possuem referenciais históricos recentes com Portugal, e o Brasil, país independente e configurado como não mais referente à Portugal. A questão é como se dá a socialização com essas diveras situações em conjunto. Alguns autores que abordam as questões da imigração brasileira em Portugal são: Padilla (2007) e Gomes (2011) abordam as questões de gênero neste processo, Machado (2006) sobre as diversas identidades; Peixoto (2007) sobre as imigrações irregulares, Pires (2002) um balanço geral das correntes migratórias e o lugar do Brasil neste cenário, e Egreja & Peixoto (2011) sobre a mobilidade socioprofissional dos imigrantes brasileiros .

Pires (2002) faz um balanço dos diferentes tipos de migrações, indicando algumas características :

> "imigração laboral, no caso dos originários dos PALOP, que por isso se fixam nas zonas urbanas sem bacia regional de recrutamento de mão-de-obra barata para os sectores em expansão da construção e obras públicas; imigração profissional, de técnicos e empresários no que se refere à imigração europeia, em especial comunitária; e, por fim, combinação entre fluxos de retorno e de imigração no caso dos originários do continente americano".

Em outra pesquisa realizada por Egreja e Peixoto (2011) a imigração brasileira em Portugal aparece compondo as questões de imigrações profissionais e laborais, indicando que a tendência mais comum: "*aponta para uma inserção inicial no mercado de trabalho bastante desqualificada, que a maioria dos imigrantes consegue ir revertendo, embora sem alcançarem globalmente uma mobilidade ascendente que atinja um nível igual ou superior ao estatuto socioprofissional anterior*" ao da chegada em Portugal.

Machado (2006) analisa como o processo de imigração e o 'gerenciamento da diferença' resulta "*tanto no obscurantismo de um conhecimento efetivo das populações imigrantes em Portugal como numa impossibilidade de integração à sociedade portuguesa*", considerando que existe diferença entre imigrantes de diversos países e ex-sujeitos colonizados oriundo do Brasil e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP – mesmo com a distância histórica existente entre os processos de independência.

Padilha (2007), ao tratar da temática de gênero indica uma exotização e erotização sobre a imagem da mulher brasileira no imaginário português. Na revisão crítica da literatura sobre a representação sociocultural da mulher brasileira no contexto português, Gomes (2011) indica uma lacuna nos estudos com a "*inexistência de investigações que abordem de forma correlacionada a construção social desses imaginários, as relações de poder que estão articuladas a esta construção e a forma como as brasileiras lidam com esses imaginários*", o que se pretende sanar parcialmente com a produção de conhecimento para a produção do filme Três em Arte.

A narrativa das três artistas será apoiada em cenários que identifiquem a cidade de Lisboa, enfatizando a representação que a própria cidade tem para cada uma delas, seus pontos de interesse, as críticas ao ambiente, o cotidiano, a circulação em função da produção artística, entre outros dados que venham a ser revelados expontaneamente nas diversas etapas da gravação, ou motivada por alguma provocação entre elas. Três autores são importantes para a compreensão dessa etapa, Magnani (1998, 2012) com os conceitos de circuito e trajetória permitirá a compreensão da forma como a cidade é apreendida pela personagens; Guell (I) (1998) e o entendimento da arte como forma de ação - um meio de intervir no mundo, permitirá evidenciar intervenções singulares; Heinch (1998) e os modos de agenciamento, as estruturas do sistema e as estratégias de ação, permitirá revelar as estratégias e condenscendências estabelecidas nas negociações com o campo da arte. A partir dos conceitos propostos por Magnani observa-se em Lisboa uma grande circulação da própria arte, não sendo necessário ir a um lugar específico para vê-la, esta emerge na cidade a todo instante, como se pode ver

pelas fotos abaixo. Lisboa se constitui desta forma como uma cidade viva, alegre e acolhedora estéticamente, pelo caráter impresso nas paisagens urbanas, mesmo quando essa arte tenha um caráter de protesto. A arte está na rua, no metrô, nas transições de linhas, e evidentemente na arquitetura histórica, na estética da cidade, que equilibra o velho e o novo, a tradição e a inovação.

Foto I - Grafite próximo da Av. Berna

Foto II – Performance no Chiado

Foto III – Performance e apresentação artísitica no Chiado

Foto IV – Torre de Belém - Arquitetura

Fotos V e VI – Painéis nas paredes internas das estações de metrô.

Foto VII – Exposição artística na transferência entre as linhas do metrô.

Foto VIII – No saguão das estações de metrô

Fotos de Eveline S. de Araujo 2014

Todos esses elementos e as conexões dos planos com seus significados serão atribuídos com a montagem, levando-se em conta o tempo e o espaço fílmico, que irá contemplar o trânsito pela cidade motivado pela produção artística.

A história em si possui assim dois planos: o do enredo ou da narrativa mais explícita do documentário, e a mensagem ou subtexto que se quer fixar a partir dela. Essa forma de fazer foi apresentada no filme "O menino que apagou a luz da lua" (Araujo, 2014), derivado da pesquisa de doutoramento "Processos criativos na produção fílmica de jovens de Sapopemba – periferia de São Paulo", (Araujo, 2014). A proposta do método elaborada depois de um exaustivo processo de análise de filmes – que como propõe Penafria (2009) analisar filmes é também uma forma de aprender a fazer filmes - foi associada às reflexões de Eisenstein (2002[1947]: 23) sobre a relação entre imagem e representação. A representação compondo o fragmento, e a repetição de uma ideia gerando a imagem, a noção do todo. Para o autor (Eisenstein, 2002: 21): "*apesar da imagem entrar na consciência e na percepção, através da agregação, cada detalhe é preservado nas sensações e na memória como parte do todo*", ele acrescenta que esta característica é válida tanto para o aspecto visual quanto para o sonoro, no qual uma série é lembrada a partir de seus elementos isolados. Este modo de fazer pretende "esculpir a experiência" de campo e evidenciar os aspectos mais significativos da pesquisa, como propõe Hikiji (2009:145) quando esta faz a leitura de Mac Dougall (1998:29) considerando que:

> *"para o cineasta, afirma, o fazer audiovisual é principalmente uma forma de extensão do eu em direção aos outros, e não uma forma de recepção e reapropriação. Fazer um filme é um modo de indiecar algo para sim mesmo e para os outros, um modo de esculpir a experiência*".

Para Mac Dougall (2009:63), no filme o momento do encontro entre cineasta-antropólogo(a) e os sujeitos pesquisados "*é estendido por um tipo de triangulação, em que cada cena sucessiva situa o autor ainda mais em relação aos sujeitos*". Para ele, os espectadores não podem evitar interpretar esses sinais [quem é o autor, onde ele está nas respostas das pessoas sendo filmadas], que ganham diereção e sentido no decorrer do filme, assim como não conseguem evitar isso de forma incosciente nas trocas da vida cotidiana. Assim, o enquadramento e as conexões entre as cenas indicam a estética e a sensibilidade do autor em relação ao encontro, que coloca em relação pesquisador e pesquisado, segundo Hikiji (2009: 145) *"é a possibilidade de um 'diálogo com' em vez de um 'discurso sobre'"* o outro.

Os processos do fazer fílmico são diversos e sobre este ponto deve-se mencionar a distinção sobre o fazer ou não o guião (roteiro) antes da captação de imagens. Sendo que uma ou outra opção pode significar um modo de fazer do cineasta e o mesmo se repete em todas as suas produções ou um modo de abordagem sobre um

determinado tema conforme o objetivo da pesquisa, podendo o mesmo cineasta optar ora por elaborar um guião ora por uma aproximação com o campo de pesquisa sem um roteiro previamente desenhado. Ambas situações são exemplificadas por Puccini (2009). Entretanto, tanto em uma situação como em outra, a pesquisa preliminar sobre o campo etnográfico que se pretende filmar é sempre necessária, para planejar o melhor modo de inserção no campo, as possíveis dificuldades de gravação que possam ser antecipadas, e porque não dizer o dimensionamento do risco a que se está exposto. Costa (1998) trata das condicionantes do filme etnográfico, sendo que elas partem de três frentes: da pesquisa antropológica; das condições de produção e, por último, do confronto com o real refletido nas questões de representação. Costa (2011: s/n) propõe que:

> *"A escrita é importante como processo para se chegar aonde queremos, mesmo que depois no momento da rodagem não estejamos agarrados ao guião. Em documentário o filme vai-se fazendo, é muito importante é todos os dias da rodagem ir vendo o material e ir percebendo o que é que se fez. Para mim a escrita também continua na rodagem".*

Portanto, em algum momento da elaboração de um filme a escrita é essencial seja na forma de argumento, guião, na montagem ou, e sobretudo, na forma de artigo, realizando a reflexão sobre este fazer fílmico.
Para o tratamento do conteúdo do filme proposto, Três em Arte, parte-se do conceito de Goldstein (2012), ou seja, da arte como um *"espaço de diálogos e tensões interculturais"*, entre lógicas culturais hegemônicas e lógicas culturais criativas ou fora do *mainstream,* com a intenção de evidenciar elementos sócio-culturais que constituem a lógica hegemônica e a lógica criativa, nos diversos espaços públicos voltados para a Arte em Lisboa.
O objetivo inicial da produção deste filme é identificar a partir de quais indicadores, ou elementos, ocorre a dinâmica da construção das representações socioculturais e como estas são atualizadas ou reelaboradas a partir dos filmes e da arte.

A esse respeito Mira (2003: 18) afirma que:

> "*Os meios de comunicação de massa fazem parte da cultura moderna como um todo, existem numa sociedade de base tecnológica, com enormes aglomerados populacionais, gerida por instituições impessoais como o Estado e o mercado e, conseqüentemente, fortemente burocratizada. Mas uma sociedade também marcada por diferenças de classe, gênero, geração; atravessada por diversidades geográficas, étnicas e tantas outras*".

Sugerindo alguns indicadores possíveis de serem encontrados como catalizadores da dinâmica da construção das representações. Os agenciamentos, as estratégias e adaptações na relação entre artista local e artistas imigrantes, tendem a ser revelada durante o processo criativo nas negociações entre as três em arte, processo esse que será regitrado e analisado a partir da etnografia audiovisual.
O método de abordagem dos temas transversais que irão compor o enredo, como as questões relativas à interculturalidade, à mobilidade e às representações socio-culturais, está em fase de adequação não estando totalmente definido. A esse respeito algumas considerações parecem relevantes para a contemporaneidade das representações que se prentende captar como a relação entre o mundo virtual e o mundo real. Assim, a utilização da rede virtual ocorrerá no processo de captação dos dados que irão fundamentar o guião e na divulgação do filme e dos artigos resultantes das reflexões sobre o processo de produção de conhecimento (Ribeiro e Bairon, 2007).
Estão previstas quatro etapas antes das gravações dos processos criativos: 1) formulário pela plataforma Google Docs® contemplando questões que permitam apreender a dinâmica da construção das representações aplicado com as três nacionalidades dividido em faixas etárias e gênero. Serão perguntas abertas, norteadoras, e outras fechadas e objetivas. Esse formulário ainda será testado e adaptado para que obtenha informações significativas para o objetivo proposto. 2) categorização das resposta e análise por software, podendo ser o NVIVO® ou a combinação do WEBQDA® com o CHIC®. 3) A partir dos resultados da segunda etapa, será

elaborado uma sesequência de perguntas norteadoras para realização de entrevistas, que serão gravada em audiovisual, com público representativo do formulário, na perspectiva da entrevista compreensiva (Ferreira, 2014). 4) Essas entrevistas gravadas terão como função o visionamento pelas artistas que participarão do filme, que pela percepção do visionamento e a sua sensibilidade artística irão elaborar em conjunto uma obra ou proposta de intervenção artística que reflita as inquietações e os desejos provocados pelo visionamento. Esse processo de elaboração artística será filmado para a elaboração do filme proposto na pesquisa.
Espera-se, com os indicadores, revelar a dinâmica da construção de representações socioculturais, se há ou não a interferência da questão de gênero neste processo e quais estratégias são adotadas para superar a imagem estereotipada e pré-definida nas relações interculturais. Espera-se evidenciar a partir da produção fílmica tais indicadores e os processos dinâmicos e estratégicos da elaboração de representações socioculturais. A produção desse conhecimento fortalecerá a base dos estudos culturais e comunicacionais quanto a descontrução de estereótipos vinculados tanto à etnia, quanto ao gênero, quanto ao aspecto geracional. A produção do filme tem no seu caráter antropológico revelar as formas de interações culturais entre as três artistas. Mira (2003) indica a necessidade de situr a comunicação como um processo de circulação cultural (apud Martín-Barbero, 1995 e 1997) para compreender as relações entre gênero e mídia. Entretanto, para entender a comunicação como circular seria necessário pensar em situações dialógicas horizontais, sem hierarquia, com semelhança de posições, o que efetivamente não ocorre. Ao espectador, compreendido como um ser atuante no processo de visionamento, estão reservadas as estratégias e astúcias nos processos decisórios sobre as formas como as representações socioculturais lhe chegam e como ele as absorve criticamente ou não. A produção independente de fimes, neste caso, e a participação em festivais corroboram na proposta de ampliar o espectro sobre o visionamento e o questionamento sobre os estereótipos, atuando como uma prática cinematográfica enquanto prática social.

I - Para uma crítica a noção de agência em Guell ver Morphy (2009) - http://www.revistaproa.com.br/03/125-2/-. Indicando que para o contexto dessa pesquisa considera-se a contribuição de Guell com relação ao entendimento de arte como ação e neste sentido dialóga com o conceito proposto por Goldstein de que a arte é um espaço de tensões interculturais, espaço no qual ocorrem enfrentamentos de representações socioculturais.

Referência bibliográfica:

ALMEIDA, S.V. (2012), "Que nação é esta? Tramas identitárias nas artes visuais portuguesas". *Visualidades* online 10(1), p.36-61, jan-jun. Disponível em http://www.revistas.ufg.br/index.php/VISUAL/article/view/23084, [consultado em 20-10-2014].

ARAUJO, E.S. (2014), *Processos criativos na produção fílmica de jovens de Sapopemba, periferia da Zona Leste de São Paulo.* Orientador Paulo Rogério Gallo. Tese de Doutorado, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

AUGÉ, M. (2010), *Por uma antropologia da mobilidade*. Maceió: EDUFAL: UNESP.

BOURDIEU, P. (1998), *O Poder simbólico.* Rio de Janeiro: Bertrand.

COSTA, C. A. (1998), "O filme etnográfico em Portugal: condicionantes à realização de três filmes etnográficos". Disponível em http://www.bocc.ubi.pt/pag/costa-catarina-filme-etnografico.pdf. Acessado em 20 de jun. de 2013.

COSTA, C.A. (2011), "Catarina Alves Costa: A escrita como um processo importantíssimo no cinema", entrevista cedida a Marta Simões. *Rev. Novas e Velhas Tendências no cinema português contemporâneo*, online. Disponível em http://repositorio.ipl.pt/handle/10400.21/905, [consultado em 18-8-2012].

CRESWELL, J. (19998), *Qualitative Inquiry and Research Design*: Choosing among Five Traditions. Thousand Oaks, CA, Sage Publications.

DA-RIN, S. (2004), "O protótipo de um novo gênero". In: *Espelho Partido*. Tradição e transformação do documentário. RJ: Editora Azouge.

EGREJA, C. & PEIXOTO, J. (2011), "Caminhos limitados ou mobilidade bloqueada?: A mobilidade socioprofissional dos imigrantes brasileiros em Portugal". *Sociologia, Problemas e Práticas*, (67), 43-64.

EISENSTEIN, S. (2002 [1947]), *O Sentido do Filme***.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

FERREIRA, V.S. (2014), "Artes e manhas da entrevista compreensiva". Saúde Soc. 3(23), p.979-992. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902014000300979&script=sci_arttext, [consultado em 4-12-2014].

GIDDENS, A. (1997), *Modernidade e identidade pessoal*. Lisboa:Celta.

GLASER, B. (2001), *The grounded theory perspective*: conceptualization contrasted with description. Mill Valley: Sociology.

GOLDSTEIN, I. S. (2012), "Autenticidade e Apropriação: Reflexões a partir da pintura aborígine australiana". *Rev. bras. Ciên. Soc***.** .79 (27), p. 81-106, jun. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n79/a06.pdf, [consultado em 20-10-2013].

GOMES, M. S. (2011). Mulheres brasileiras em Portugal e imaginários sociais: uma revisão crítica da literatura. *CIES e-Working Paper N.º 106/2011*. Disponível em http://cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP106_Gomes_000.pdf, [consultado em 27-10-2014].

GUELL, A. (1997), Art and Agency: an anthropological theory. Oxford: The Clarendon Press.

GUSMÃO, N. M. M. (2004). "Os filhos da África em Portugal: antropologia, multiculturalidade e educação". *Anais - Conlab* - Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais - ICS - Universidade de Lisboa.

HALL, S. (1997), "A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo". *Rev. Educ. & Realidade*, Porto Alegre, 22(2), pp. 15-46, jul./dez. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000200013, [consultado em 23-06-2013].

HALL, S. (2003), *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Liv Sovik (Org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Reprentação da Unesco no Brasil.

HEINICH, N. (1998), *Ce que l'art fait à la sociologie,* Paris: Minuit.

HIKIJI, R. S. G. (2009), "Vídeo, música e antropologia compartilhada: uma experiência intersubjetiva". In: BARBOSA, A.; CUNHA, E.T.; _____ (Orgs). *Antropologia, cinema e outros diálogos.* Campinas,SP: Papirus, p. 143-158.

LOIZOS, P. (1993), "Challenging documentationrealism: the early experiments by JeanRouch". In: Loizos, Peter. *Innovation in ethnographic film*. Chicago: University of Chicago Press, pp 45 – 66.

MAC DOUGALL, D. (1998), *Transcultural cinema*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

MAC DOUGALL, D. (2009), " In: BARBOSA, A.; CUNHA, E.T.; _____ (Orgs). *Antropologia, cinema e outros diálogos*. Campinas,SP: Papirus, p. 61-70.

MACHADO, I. (2006), "Imigração em Portugal". *Estudos Avançados,* 20 (57), pp. 119-135. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a10v2057.pdf, [consultado em 17-10-2014].

MAGNANI, J. G. C. (1998), *Festa no Pedaço: cultura populare lazer na cidade.* São Paulo: Hubitec.

MAGNANI, J. G. C. (2013), *Da periferia ao centro:trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana.* São Paul: Ed. Terceiro Nome: Fapesp.

MARTINS, H. (2013), "Sobre o lugar e os usos das imagens na antropologia: notas críticas em tempos de audiovisualização do mundo". *Rev. Etnográfica* online, 17(2). Disponível em http://etnografica.revues.org/3168, [consultado em 12-10-2014].

MIRA, M.C. (2003), "O masculino e o feminino nas narrativas da cultura de massas ou o deslocamento do olhar". *Cadernos Pagu* (21), p.13-38, online. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a03, [consultado em 12-10-2014].

OSTROWER, F.(2013[1977]), *Criatividade e processos de criação*. Petrópolis: Ed. Vozes.

PADILLA, B. (2007), "A imigrante brasileira em Portugal: considerando o género na análise". *Imigração Brasileira em Portugal, Lisboa, ACIME/Observatório da Imigração*, 113-134.

PEIXOTO, J. (2007), "Trafficking, smuggling and irregular immigration: the new contours of Brazilian immigration in Portugal". *Sociologia, Problemas e Práticas*, (53), pp. 71-90.

PENAFRIA, M. (2009), "Análise de Filmes - conceitos e metodologia(s)". In: CONGRESSO SOPCOM, 6., Abr. 2009, p. 1-10. Lisboa. *Anais...* online**.** Disponível em: http://bocc.ufp.pt/pag/bocc-penafria-analise.pdf. Acessado em 9 de abr. 2013.

PIRES, R. P. (2002), "Mudanças na Imigração". In: Sociologia, Problemas e Práticsa, n.39, pp. 151-166. Disponível em http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/spp/n39/n39a07.pdf, [consultado em 22 de nov. 2014].

PUCCINI, S. (2009), "Introdução ao roteiro de documentário*". Doc Online*, n.06, Agosto 2009, pp. 173-190. Disponível em http://www.doc.ubi.pt/06/artigo_sergio_puccini.pdf, [consultado em 15-04-2012].

RIBEIRO, J. S., BAIRON, S. (2007), *Antropologia Visual e Hipermedia*. Porto: Edições Afrontamento.

ROUCH, J. (1995), "Our totemic ancestors and crazed masters". In Hockings, P. *Principles of Visual Anthropology*. Berlin e Nova Iorque, Mouton de Gruyter, pp. 217234.

TURNER, G. (1997), *Cinema como prática social.* São Paulo: Summus.

VELHO, G. (1987), *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

VELHO, G. (1994), *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Zahar, 1994

VELHO, G.(org.), (1999), *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Referência filmográfica:

ARAUJO, E.S. (2014) **O menino que apagou a luz da lua para dormir**. São Paulo: FSP-USP/SAB Sapopemba, 1 filme (20 min), son., color.

ROUCH, J. (1960), Chroniques d'un été. Jean Rouch, 1 filme (80 min), son., p.b.

ROUCH, J. (1961), La Pyramide Humaine. Jean Rouch, 1 filme (90 min), son., color.

A lógica do progresso no Espírito Santo no século XXI: o capitalismo global e o desenvolvimento portuário na Costa Capixaba[1]

Felipe Ramaldes Corrêa[2]

Flavia Nico Vasconcelos[3]

Resumo: A globalização é um processo hegemônico que integra localidades e indivíduos a uma lógica transnacional. Neste contexto, o capital internacional com apoio e incentivo do empresariado local e do Governo do Estado do Espírito Santo (2010-2014) apresentou um conjunto de propostas para novos terminais portuários espalhados pela costa capixaba. A sociedade civil organizada tem questionado os impactos sociais e ambientais desses novos empreendimentos. Este é o resultado parcial de pesquisa exploratória que visa identificar quais são os novos empreendimentos e os atores participantes do debate. Os resultados parciais sugerem que o capital transnacional se mostra hegemônico e conquistou a comunidade política, empresarial e a mídia local capixabas que, por sua vez, tentam encantar a sociedade com a promessa de emprego e crescimento econômico. Os atores contra-hegemônicos, por sua vez, clamam por seu espaço no processo decisório e alerta à população sobre os riscos e impactos ambientais e sociais.
Palavras-chave: globalização, Espírito Santo, portos, economia capixaba, atores contra-hegemônicos.

Abstract: Globalization is a hegemonic process that integrates localities and individuals to a transnational logic. In this context, the international capital with the support and encouragement of local businesses and the Government of the State of Espírito Santo (2010-2014) presented a set of proposals for new port terminals scattered around the Espírito Santo coast. The organised civil society has questioned the social and environmental impacts of these new ventures. This article presents the initial results of an exploratory research that aims to identify what are the new developments and the actors involved in the new ports debate. Partial results suggest that transnational capital is hegemonic and has won some of the local politicians, business community and media. At the same time, they try to seduce the society with the promise of employment and economic growth. The counter-hegemonic actors, in turn, call for their space in decision-making process and alert the society about the environmental and social impacts and risks of the new developments.
Keywords: globalization, Espírito Santo, ports, capixaba economy, counter-hegemonic actors.

1. Introdução

Nos últimos anos um conjunto de notícias nos jornais regionais veem destacando a conquista de novos empreendimentos portuários para a costa capixaba. Estes empreendimentos são apresentados como vitórias da economia capixaba, prova de sua competitividade. Encantam à sociedade com a promessa de crescimento econômico e geração de empregos.

A frequência dessas notícias e o volume dos investimentos chamaram atenção da sociedade civil organizada e do Ministério Público Estadual e Federal, que passou a questionar e tentar compreender melhor o processo em curso.

---

1 Este artigo é parte da produção do Observatório Cidade e Porto, grupo de pesquisa que conta com financiamento da Universidade Vila Velha UVV-ES.

2 Prefeitura Municipal de Vitória, Subsecretário de Turismo, Mestrando em Sociologia Política pela Universidade Vila Velha, Pesquisador do Observatório Cidade e Porto, feliperamaldes@gmail.com.

3 Universidade Vila Velha UVV-ES, Doutora em Ciências Sociais, Professora do Mestrado em Sociologia Política UVV-ES, Coordenadora do Observatório Cidade e Porto UVV-ES , flavia.nico@uvv.br

Fato é que a sociedade sabe muito pouco sobre esses novos empreendimentos e sobre seu lugar dentro de um projeto de desenvolvimento local de longo prazo. As informações oficiais do governo do ES não coincidem com as informações apuradas pelo Grupo Conexão Abrolhos-Trindade ou com a diversidade de novos terminais regularmente noticiados pela mídia local. A Subsecretaria de Comércio Exterior e Relações Internacionais do Governo do Estado do Espírito Santo reconhece apenas 7 novos projetos em seu portfólio de empreendimentos (Gomes, 2014), enquanto o Grupo Conexão Abrolhos-Trindade e pesquisadores associados mapearam 21 projetos previstos e/ou em licenciamento (Teixeira, 2013).

Esta questão provocou a curiosidade de um grupo de iniciação científica organizado como Observatório Cidade e Porto. Dada a multidisciplinaridade do assunto e os diferentes aspectos sob os quais pode ser abordado, o grupo se dividiu em linhas de pesquisa com ênfases distintas. Uma dessas linhas visa conhecer os planos do governo do Espírito Santo para o desenvolvimento do seu setor portuário, entender quais são e em que fase estão os novos projetos de terminais portuários para a costa capixaba e compreender melhor os impactos desses novos empreendimentos.

É neste ponto que se insere o presente artigo. Pretendemos contextualizar os projetos de novos terminais portuários no Espírito Santo a partir das discussões sobre globalização. Reconhecendo que as interações entre global e local permeiam as esferas econômica, social e política, buscamos na presente proposta levantar indícios e casos que apontem para agência do capital global junto aos atores políticos e à mídia local na condução dos novos projetos portuários para a costa capixaba e a atuação dos atores contra-hegemônicos neste processo.

Trata-se de um estudo qualitativo aplicado ao caso do Espírito Santo; com abordagem dialética para melhor compreensão do desenvolvimento dos processos em curso; com objetivo geral exploratório, com fins de levantar quais são os empreendimentos, onde estarão localizados e quais os atores envolvidos. Para a contextualização teórica sobre globalização, utilizamos bibliografia secundária; para a investigação sobre os novos empreendimentos, utilizamos bibliografia primária, como os Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) dos empreendimentos, o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, documentação produzida pela Subsecretaria de Comércio Exterior e Relações Internacionais do governo do ES e pelo Grupo Abrolhos-Trindade e noticiário dos jornais A Gazeta, A Tribuna, ES Hoje e Século Diário no período de julho de 2013 a setembro de 2014.

O artigo está dividido em duas seções. Na primeira, optamos por uma teoria de globalização – a teoria do capitalismo global – e desenvolvemos os principais aspectos dessa teoria que nos auxiliarão na abordagem do estudo de caso. Pontualmente, destacamos o capital transnacional como agente da globalização e seu papel em promover uma nova classe capitalista transnacional que transformará o aparato estatal em um estado transnacional e se tornará hegemônico sobre as demais frações do capital. A seguir, buscamos associar a agência desse capital transnacional em direcionar o desenvolvimento da economia capixaba rumo à competitividade, à atração do investimento externo e ao progresso identificando os empreendimentos divulgados e a atuação dos atores contra-hegemônicos.

Este é um estudo ainda em andamento e apresenta aqui alguns dos apontamentos iniciais sobre o desenvolvimento de novos terminais portuários na costa capixaba.

2. Forças Hegemônicas e Globalização sob a Perspectiva do Capitalismo Global

A globalização, ou globalizações (Santos, 2011), é um processo multifacetado, complexo e dinâmico. Traz em si a mudança, a qual se realiza de forma paradoxal: integrando o mundo em uma aldeia global (McLuhan, 1993) e fragmentando as sociedades e culturas locais (Huntington, 1996).

O termo Globalização, popularizado e banalizado na década de 1990, carrega diferentes conceitos e abordagens teóricas que se posicionam de maneiras diferentes sobre suas origens, consequências, extensão, forças motrizes e impactos (Sholte, 2005). Dentre as diferentes abordagens possíveis[4], destacamos a chamada "teoria do capitalismo global" (Robinson, 2007; Sklair, 2000; Hardt, Negri, 2001).

---

4 Dentre as diferentes abordagens, podemos citar: teorias do Sistema-mundo; a sociedade em rede; teorias do espaço, lugar e globalização; teorias da transnacionalidade e transnacionalismo; modernidade, pós-modernidade e globalização; teorias da cultura global (Robinson, 2007).

A escola do capitalismo global recebe este nome porque acredita que a globalização é uma nova etapa do sistema capitalista que teve início há cinco séculos; logo, globalização capitalista[5].
A primeira etapa - "Era dos descobrimentos e conquistas" - foi marcada pela substituição do feudalismo europeu por relações capitalistas, levadas para fora da Europa através das expedições de descobrimento e conquistas de novos territórios. A segunda fase – "Era das revoluções, capitalismo competitivo ou clássico" - é quando acontece a revolução industrial, a consolidação da burguesia e o surgimento do Estado-nação moderno. Na terceira fase – "Era dos extremos ou capitalismo monopolista" – destaca-se o surgimento das corporações e do mercado mundial.
A globalização é a quarta fase na história do capitalismo global, também chamada de "Era da informação". Nesta era, do capitalismo global ou globalização, nenhum país ou região está fora do sistema capitalista. Inicialmente, há extensão do capitalismo por todo globo – mercadorização extensiva -, seguida da inclusão de setores que estavam fora da lógica capitalista, como saúde e educação – mercadorização intensiva. A globalização é este processo de expansão extensiva e intensiva do sistema capitalista ao ponto de chegarmos à mercantilização da vida social (Robinson, 2007).
O caráter global do sistema capitalista tem em sua base as tecnologias de informação e comunicação (TIC) e a formação de novas organizações sociais, como a sociedade em rede (Castells, 1999). O avanço nas TIC possibilitou o surgimento de transportes mais rápidos e eficientes, economias de escala globais, mobilidade política e material do capital e, portanto, possibilitou ao capital se tornar transnacional. Apesar dos pesquisadores das teorias do capitalismo global reconhecerem que a globalização é um processo multidimensional, enfatizam que a economia global é o elemento determinante das demais relações estabelecidas.
O caráter transnacional do capitalismo globalizado é elemento central para compreensão do mundo em que vivemos. A transnacionalidade se expressa de maneira clara na economia global. A transnacionalidade vai além das interações internacionais e implica integração; dificulta a oposição exata entre o que é nacional e o que é internacional, pois ambos se entrelaçam. Em outras palavras, e seguindo o raciocínio dos pensadores desta escola, a globalização é a transnacionalização da produção – e não do mercado.
Uma das dimensões da globalização é a produção transnacional. A acumulação flexível ou pós-fordista (Harvey, 2009) é a reorganização e descentralização da produção em corporações com plantas espalhadas pelo globo. Uma das consequências é a dificuldade em determinarmos a nacionalidade de um produto – por exemplo, deixa de ser *made in* Brasil para se tornar *made in* Mercosul.
A economia mundial se diferencia da economia global. A economia mundial estava articulada em um sistema também mundial onde as diferentes produções nacionais (ou circuitos nacionais de acumulação) se articulavam às produções e finanças de outros Estados. Na economia global, que hoje presenciamos, o próprio capital transnacional rearticula seu *locus* produtivo em escala global de maneira a maximizar oportunidades. Para Dicken (1998), no primeiro caso falamos de uma integração superficial, onde as economias nacionais se relacionam mas preservam sua autonomia; no segundo, falamos de uma integração profunda, os fluxos são mais complexos, a produção é fragmentada e realizada em diferentes Estados.
O capital transnacional se associa ao capital nacional/local através de alianças estratégicas, alianças intercorporativas, fusões, aquisições, *outsorcing,* dentre outras formas. Os capitais locais e regionais se organizam ao redor do capital transnacional e fica muito difícil distinguir os circuitos locais dos circuitos globais de produção.
Nas décadas de 1980 e 1990, na maior parte do mundo, a fração transnacional do capital ganhou hegemonia sobre as frações nacional e local do capital, capturando a maior parte do aparato estatal e avançando seu projeto globalizante. "O capital transnacional chega a ser a fração hegemônica do capital em uma escala mundial" (Robinson, 2007: 65, tradução nossa). Seguindo Robinson (2007), a fração hegemônica do capital é aquela que comanda, dá as diretrizes, norteia e condiciona a produção e o caráter social, político e ideológico das relações sociais. Portanto, a globalização não é um imperativo ocidental, mas sim uma ideologia do capital global (Sklair, 2000).

---

5 Mesmo dentro dessa escola, Robinson (2007) aponta para a existência de dois grupos extremos: para uns, o capital agora globalizado controla tudo (Hardt, Negri, 2001); para outros, os Estados Unidos sozinhos ocupam esse espaço. O autor aceita alguns dos pressupostos de ambos os lados, e apresenta sua própria tese com argumentos próprios.

Além do capital transnacional, uma outra dimensão da globalização é a nova estrutura de classes. A classe[6] capitalista transnacional (*Transnational Capitalist Class* - TCC) se destaca como a classe dominante e a dirigente da globalização (Robinson, 2007; Sklair, 2000; Philips, Osborne, 2013). Ela é a agente da globalização, pois é dela o projeto de um capitalismo globalizado. Essa nova classe é transnacional porque está vinculada a circuitos produtivos, financeiros e globais.

Leslie Sklair (2000) entende a TCC como uma nova classe composta por vários grupos sociais: donos e executivos das corporações transnacionais, burocratas e políticos globalizados, profissionais globalizados e elites consumidoras (mídia e comerciantes). Trata-se de uma poderosa elite transnacional, consciente de sua condição de classe – classe para si (Robinson, 2007) -, que projeta uma auto-imagem de 'cidadãos do mundo' e compartilha um estilo de vida parecido (Sassen, 2010).

Esta classe está cada vez menos vinculada ao território, aos interesses e identidades nacionais. Como geradores de rendas, aproveitam-se da mobilidade de capitais propiciada pelas novas tecnologias e pela nova politica econômica liberalizante. Como executivos de grandes corporações multinacionais, sua transnacionalidade se expressa pelo investimento externo direto, adoção de medidas de boas práticas e *benchmarking*, cidadania corporativa e visão global. Como ideólogos, suas ideias atendem aos interesses do capital global e se expressam em ideologias como neoliberalismo e consumismo. Seus interesses são colocados em termos de mercados, e não de economias nacionais. Buscam exercer o poder econômico nas relações trabalhistas; o poder político em amplitude nacional, internacional e global; e o controle ideológico no dia-a-dia através da retórica e prática do consumismo e competição global.

Cabe destacar o conceito cunhado por Sklair (2000) de *tecnopols*, isto é, tecnocratas com características extras: são líderes políticos, vão além de questões técnicas muito específicas e são ativos em promover políticas de reconstrução de sistemas sociais e políticos com problemas[7]. Foram educados em escolas de elite americanas, onde aprenderam a optar pelo livre mercado, sem serem neoliberais radicais, a se posicionar por regimes democráticos e a compreender que as grandes corporações e aqueles que os dão suporte esperam por estabilidade institucional e continuidade política para salvaguardar seus investimentos. Atuam em prol do estabelecimento de uma agenda globalizante que insira seus países no competitivo mercado internacional.

Ao mesmo tempo, as corporações transnacionais propagam o discurso de *ser global localmente*, de promover a competitividade internacional em nome do interesse nacional em qualquer lugar do mundo onde estiverem. Estabeleceu-se a crença de que atrair investimentos externos é uma forma de promover o interesse nacional e de que a implantação de corporações multinacionais em uma determinada localidade desenvolverá o ambiente industrial local. Sklair (2000) conclui que é com esse raciocínio que muitos governos proporcionam às corporações transnacionais subsídios, garantias e outros benefícios fiscais.

O discurso de competitividade facilita aos *tecnopols* inserir seus Estados no sistema capitalista global - os Estados transnacionais (*Transnational States* - TNS) são a terceira dimensão do capitalismo globalizado. Os TNS são uma rede de instituições econômicas e políticas supranacionais que penetrou e transformou o aparato estatal tradicional. Um dos reflexos é que os componentes nacionais dos Estados tendem a se aproximar e atender em primeiro lugar os interesses globais , relegando os interesses nacionais a um segundo plano. Os TNS reproduzem as relações de classe no processo de acumulação e valorização do capital global, logo, reproduzem as TCC.

Segundo Sklair (2000), as TCC articulam políticos globalizantes, profissionais globalizantes e o setor corporativo em busca de seus interesses.

O papel dos políticos é de criar condições de apoio financeiro, fiscal, de infraestrutura e ideológico à inserção das corporações globais nas localidades. Para isso, utilizam-se do slogan de geração de competitividade e enaltecem a geração de renda e de empregos locais. Sistemas democráticos, como o brasileiro, facilitam o jogo de

---

6 Utilizamos o conceito de classe de Robinson (2007: 55): "grupo social que compartilha de uma posição comum no processo de produção e reprodução social e que se constitui com base na luta pelo poder social".

7 Em seu trabalho, Leslie Sklair (2000) cita como exemplos Fernando Henrique Cardoso/Brasil, A. Foxley e Evelyn Matthei/Chile, D.Cavallo/Argentina e P.Aspe/Mexico.

trocas entre as grandes corporações, que financiam campanhas políticas, e as promessas dos políticos de uma legislação trabalhista, de investimentos e de comércio em seu favor. Uma tendência é dos políticos passarem a implementar ações de *benchmarketing*[8] e adotarem receituários de boas práticas para sinalizar ao capital transnacional que seus mercados são competitivos (Sánchez, 2003).

O papel dos profissionais globalizantes é de criar e operar o *benchmarking* e, ao mesmo tempo, perpetuar as ideias de que a competitividade é a chave para bons negócios e de que o *benchmarking* e a adoção de boas práticas são a melhor forma de estabelecer métodos comparativos com outras economias que comprovem internacionalmente a competividade do local.

Ainda segundo Sklair (2000), a TCC usa o discurso da competitividade nacional e internacional para impor maior disciplina na força de trabalho e impor padrões (de qualidade, de produção) que colocam os pequenos competidores fora do mercado. A imposição de boas práticas fora da indústria é mais um passo para a mercadorização da vida social conectado à cultura-ideológica do consumismo.

Para Robinson (2007), o capitalismo global é hegemônico porque sua ideologia se torna dominante e porque pode tanto dar recompensas materiais como aplicar sanções. O processo da globalização é a dinâmica estrutural das transformações sociais, políticas, ideológicas e culturais que alcançam as trajetórias individuais de pessoas arrastadas para uma lógica global – "Milhões de pessoas que poderiam estar à margem ou completamente fora do sistema foram trazidas para seu centro." (Robinson, 2007: 15, tradução nossa). A globalização, portanto, cria novas dependências sociais.

3. O Capitalismo Global no Local: o Capital Transnacional e o Desenvolvimento Portuário na Costa Capixaba

Dividimos esta seção em três partes. Na primeira, apresentamos o desenvolvimento da economia capixaba para então, na segunda parte, apresentarmos as novas propostas de empreendimentos portuários para a costa capixaba. Por fim, buscamos identificar os atores envolvidos nesse debate e o posicionamento dos atores contra-hegemônicos.

3.1 A Longa Internacionalização da Economia Capixaba

A presença do capital transnacional e das TCC nos processos da globalização pode ser notado em projetos de investimentos na economia capixaba que acontecem desde a metade do século XX. A vinculação direta com o mercado internacional é marca da economia capixaba desde seu 1º ciclo de desenvolvimento. A estrutura agrário-exportadora centrada no café predominou no período do meio do século XIX até a década de 1960. Os imigrantes alemães e italianos desbravaram a Mata Atlântica e expandiram os campos de plantio para o interior do Estado. Até o ano de 1962, o café arábica foi o senhor absoluto da economia estadual ocupando mais de 500 mil hectares (CETFAT, 2014).

A partir da crise cafeeira e da política nacional de erradicação do plantio de café, na década de 1960, foi dada a partida num processo de transformações econômicas que alterou profundamente a estrutura produtiva da economia capixaba. Inicialmente, o processo de acumulação foi conduzido pelo pequeno capital local; a partir da década de 1970, o capital nacional e o estrangeiro deram lugar aos chamados grandes projetos industriais (Morandi; Rocha, 2012; Siqueira, 2010). Foi durante este 2º ciclo de crescimento da economia capixaba que presenciamos a transformação da sociedade rural/agrícola em urbano/industrial.

Foram implantadas fábricas com capital multinacional que ainda hoje garantem boa parte dos empregos locais: implantação das unidades de pelotização da Vale (antiga Vale do Rio Doce), em associação com empresas estrangeiras; a planta de celulose da Fíbria (antiga Aracruz Celulose), controlada por grandes grupos nacionais; as unidades de pelotização da Samarco, controlada pela Vale e por um grupo estrangeiro; e a unidade de placas

8 "*Benchmarking* é normalmente definido como um sistema de melhorias contínuas derivadas de comparações sistemáticas com as melhores práticas globais" (Sklair, 2000: 4, tradução nossa).

e chapas de aço da ArcelorMittal Brasil (antiga Companhia Siderúrgica do Tubarão), controlada pelo maior grupo siderúrgico do mundo.

Junto à indústria extrativa, destaca-se também a extração de minerais não metálicos ou de rochas ornamentais – mármore e granito. A concentração de empresas voltadas para o setor garante ao Espírito Santo o posto de maior exportador de rochas ornamentais do Brasil (Governo do ES, 2014).

O comércio exterior se consolida como uma das atividades centrais. O Espírito Santo se especializou na produção e exportação de *commodities*: café verde, rochas ornamentais, placas e chapas de aço, minério de ferro, pellets de minério de ferro, celulose de eucalipto e, nos últimos anos, em óleo bruto de petróleo. As grandes empresas (Vale, ArcelorMittal, Samarco e Fibria) são as principais responsáveis pelos fluxos de exportação (Caçador, 2014).

O sistema de incentivos fiscais do governo do Estado, o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP), garantiu o aumento em grande escala dos fluxos de importações através dos portos capixabas[9]. Morandi e Rocha (1991: 38) estimam que o Espírito Santo conte com 500 empresas operadoras de comércio exterior, que empregam formalmente 50 mil trabalhadores e geram cerca de 7% do PIB estadual.

Toda essa atividade econômica voltada para o mercado internacional tem como base logística um complexo portuário que movimenta 45% do PIB estadual (Caçador, 2014). São 10 unidades: o porto organizado Porto de Vitória – Cais Comercial e Terminal da Flexibras, em Vitória, e Cais de Capuaba, Cais de Paul, Terminal da Companhia Portuária Vila Velha, em Vila Velha; o porto organizado Porto de Barra do Riacho, que conta com o terminal especializado em celulose, o Portocel, e um terminal para escoamento de gás, da Petrobras; Porto de Praia Mole, de uso privativo, que conta com o terminal de carvão mineral da Vale e o terminal de produtos siderúrgicos do condomínio ArcellorMittal, Açominas e Usiminas, em Vitória; o Porto de Tubarão, controlado pela Vale, em Vitória; o Terminal de Vila Velha, em Vila Velha; o Porto de Regência, que escoa petróleo cru da Petrobras, em Linhares; o Porto de Ubu, que movimenta minério de ferro e pellets para a Samarco e Vale, em Ubu (Sindicato dos Estivadores, 2014).

O 3º ciclo de desenvolvimento econômico acontece a partir da década de 1990 (Caçador, Grassi, s/d). Houve uma evolução qualitativa das atividades econômicas importantes para o Estado - os serviços ligados ao comércio exterior, setores de alimentos e bebidas, metal-mecânico, móveis, rochas ornamentais, vestuário, construção civil e serviços imobiliários - somados à expansão dos grandes projetos gerando uma diversificação da economia local, mas com predomínio das *commodities* - reforçado pelo reavivamento da indústria petrolífera. Trata-se da chamada "diversificação concentradora".

A atividade petrolífera foi revigorada a partir da metade da década de 1990 com as novas descobertas da Petrobras. O ES conta com, aproximadamente, 50 campos terrestres e 10 marítimos para exploração de petróleo. A descoberta de petróleo nas camadas pré-sal na Bacia de Campos e pós-sal na Bacia do Espírito Santo trouxeram perspectivas promissoras para o crescimento econômico capixaba (Alves, 2014).

É neste contexto que aparece a oportunidade de crescimento econômico através da construção e operação de novos terminais portuários na costa capixaba.

3.2 A Mercadorização Extensiva: o Loteamento da Costa Capixaba

A mercadorização extensiva (Robinson, 2007) pode ser identificada no que a sociedade civil alerta ser um movimento de loteamento da costa capixaba para e pelo capital transnacional. Segundo informações levantadas pelo Grupo Abrolho-Trindade, este movimento é calcado por um forte processo especulativo, com partes do território costeiro do Espírito Santo sendo apropriados para o uso exclusivo de conglomerados multinacionais. No movimento de novos empreendimentos portuários para a costa capixaba, o capital internacional se mistura e se integra ao capital local, envolvendo empresários e políticos na realização de um projeto apresentado à sociedade como de seu interesse.

---

9 O FUNDAP dava vantagens fiscais às empresas de comércio exterior com base no Espírito Santo e perdurou por 41 anos. A partir de 2013, o governo federal fez valer a proposta de unificação da alíquota de 4% de ICMS para operações interestaduais, reduzindo substancialmente os benefícios do FUNDAP.

No governo de Renato Casagrande (2010-2014) foi criada a Subsecretaria de Comércio Exterior e Relações Internacionais do Governo, vinculada a Secretaria de Desenvolvimento e responsável pela malha logístico-portuária e pela promoção e captação de novos investimentos para esse setor. Segundo informações coletadas na Subsecretaria, existem em seu portfólio 7 projetos de plantas logísticas previstos para a costa capixaba: (a) no norte do Estado: Petrocity, em São Mateus, voltado para a indústria Offshore; Manaby, em Linhares, voltado para a exportação de minério de ferro; em Aracruz há a ampliação do Portocel, com vistas à diversificação do transporte de cargas em complemento à atual exportação de minério de ferro; o Imetame, visando atender à indústria Offshore e o estaleiro Jurong; (b) no sul do Estado consta o C-Port e o Itaoca, ambos em Itapemirim e para atender a indústria Offshore; e o Porto Central, no município de Presidente Kenedy, para atender a logística multicargas (Gomes, 2014).

Já o Grupo Abrolhos-Trindade identificou um número maior de empreendimentos. A pesquisa deles foi feita por meio do acompanhamento de notícias veiculadas na mídia, publicação de licenças prévias e audiências públicas. O grupo sobrepôs em cartografia os portos em operação, os portos anunciados ou previstos, as áreas de Unidades de Conservação de Proteção Integral, as de Uso Sustentável e as áreas que estão em estudo para instituição de novas Unidades de Conservação (Teixeira, 2013).

O Grupo identificou os seguintes portos e terminais previstos para a costa capixaba:

- no litoral norte: em São Mateus, o porto Odebrech, duas áreas do Superporto Leste e o porto Severin; em Linhares, o porto Manabi e o porto de Linhares; em Aracruz, os portos Odfjell, Nutripetro, Imetame, BABR, Terminal GNL e TABR.
- no litoral central, composto pelos municípios da região metropolitana de Vitória, o grupo aponta cinco portos anunciados: Nisibra e Marlim, em Vitória; Superporto de Interlagos, em Vila Velha; e Vale e Bas E&P, em Guarapari.
- no litoral sul, o grupo aponta para o anúncio dos portos Itaoca Offshore e Edson Chouest, em Itapemirim; o Porto Central e o Porto de Presidente Kennedy, em Presidente Kenedy.

O capital transnacional varia conforme cada novo empreendimento: como os americanos da Edson Chouest, responsáveis pela implantação da base logística C-Port Brasil em Itapemirim; os cingapurianos do Estaleiro Jurong Aracruz, do grupo Jurong do Brasil; os holandeses do grupo de Roterdã que negociam instalar e operar o Porto Central, em Presidente Kennedy.

O Grupo alerta que a lógica em que se estabelecem as negociações coloca o ES em uma posição de dependência das especulações impostas pelas multinacionais, que trocam a aplicação do investimento no território por vantagens, bem como ameaçam sua retirada caso não sejam feitas concessões que facilitem sua instalação.

> A tendência geral consiste em substituir até ao máximo que for possível o princípio do Estado pelo princípio do mercado e implica pressões por parte de países centrais e das empresas multinacionais sobre os países periféricos e semiperiféricos no sentido de adotarem ou se adaptarem às transformações jurídicas e institucionais que estão a ocorrer no sistema mundial (Santos, 2002: 39).

A multinacional Edson Chouest ameaçou levar a central logística C-Port Brasil para o Rio de Janeiro devido a demora no processo de licenciamento ambiental. Dois dias após a ameaça de arrendamento de um terreno no Rio de Janeiro, o IEMA liberou a licença prévia, alegando estar dentro do cronograma inicialmente previsto (Filho, 2014).

Constantemente outros empreendimentos utilizam desta mesma prática visando pressionar o poder executivo a agilizar os procedimentos legais em favor das empresas e seus empreendimentos.

Notícias veiculadas regional e nacionalmente tratam de negociações entre o ex-presidente Luís Inácio da Silva e o empresário Eike Baptista, com a participação do então embaixador do Brasil em Cingapura e de ministros do governo, que pressionavam os empresários de Cingapura com a intenção de retirar os investimentos do Estaleiro Jurong Aracruz/ES, e transferir o empreendimento para o Porto de Açu, no Rio de Janeiro. Com a intervenção do então governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, o movimento foi desmantelado e foi mantido o projeto de construção do estaleiro (Lula [...], 2013; Gaspar, Pereira, 2013).

E a concorrência não se dá apenas em nível estatal, mas também de cidades. O exemplo do “superporto” ou

porto de águas profundas caracteriza bem a disputa intermunicipal e o jogo de interesses políticos e econômicos capixabas locais. Reinvindicação antiga dos trabalhadores portuários do OGMO-ES, o Porto de Águas Profundas é um investimento previsto no quarto lote de novas licitações para portos do Governo Federal. Foi pensado para a ponta de Tubarão, em área já degradada e com a profundidade necessária para navios de container, onde já estão os terminais portuários da Vale e Arcelor Mittal.

De acordo com o Deputado Estadual Cláudio Vereza, houve *lobby* dessas empresas para que o empreendimento não fosse instalado no local, pois compartilharia dos mesmos canais de acessos dos atuais terminais portuários (Cometti, 2013). O *lobby* feito pelas empresas já instaladas na área inicialmente prevista foi conduzido através da ONG Espírito Santo em Ação, formada por empresários que atuam no ES. Os empresários buscaram deputados estaduais e representantes do poder executivo do município de Vila Velha e conseguiram um manifesto, acatado pelo governador do Estado, em benefício da instalação do porto de águas profundas em Ponta da Fruta. Logo as manchetes de jornais locais – A Tribuna, A Gazeta e Século Diário - passaram a noticiar que estava em análise uma área alternativa à inicialmente prevista: o balneário de Ponta da Fruta, no município de Vila Velha.

O então prefeito de Vila Velha, Neucimar Fraga, chegou a reunir a população e a sociedade civil organizada em evento que contou com a participação dos consultores que idealizaram o Porto de Águas Profundas – a DTA Engenharia -, representante do Porto de Suape, representante da Codesa e das Prefeitura Municipal de Vila Velha. No evento, material de propaganda dos benefícios da implantação do porto foram distribuídos por representantes do governo local, bem como material da sociedade civil organizada chamando atenção para os impactos ambientais.

A questão levantada pelo movimento ambientalista é que o balneário de Ponta da Fruta é uma área ambiental, tanto terrestre quanto marinha, de alta relevância de preservação e ainda não impactada – diferente da área inicialmente prevista entre os municípios de Vitória e Serra, na ponta de Tubarão. Contudo, o projeto foi apropriado pelo discurso político e apresentado á sociedade como alavanca para o crescimento econômico local.

É neste ponto que entra o papel determinante da sociedade civil em apontar que, apesar do crescimento econômico ser uma meta comum, existem questões ambientais e sociais que vêm sendo deixadas de lado. O movimento aponta para uma lógica de desenvolvimento que, em sua essência, busca a produção e o acumulo de riquezas para a classe capitalista transnacional, deixando à sombra toda uma gama de fatores que diz respeito à uma localidade que não os pertence ou interessa.

3.3 Instâncias contra-hegemônicas: a atuação da sociedade civil organizada

Quanto maior a participação privada e menor a envolvimento e/ou controle do Estado nas definições estratégicas e políticas, o interesse público, coletivo e local tende a ser colocado em segundo plano. O processo de globalização, se não conduzido ativamente pelo poder público, revela seu lado perverso, pautado pela competitividade acelerada, agressiva e acirrada e por consequências sociais negativas. Por outro lado, há vozes que ainda buscam não serem subvertidas pela racionalidade utilitarista hegemônica. Os fóruns contra-hegemônicos surgem nas frestas da modernidade e com grande esforço ressoam um sentimento que nunca morre por completo: uma outra globalização é possível (Santos, 2012).

Findada a ditadura, o Brasil passou a oferecer caminhos para a participação da sociedade na política. Mesmo que estes caminhos ainda sejam restritos e nem sempre respeitados, ao menos agora existem instâncias de participação efetiva. É neste espaço que aparecem os movimentos contra-hegemônicos. Para Avritzer e Santos (2005: 50), junto à prática consensual pela democracia como forma de se fazer política, surgiram também alternativas contra-hegemônicas, que se aproveitam da democracia como um espaço de aperfeiçoamento da convivência humana.

Pesquisadores, movimentos sociais, ONGs, universitários, técnicos de órgãos ambientais do poder executivo e outros segmentos da sociedade civil organizada encontram espaços de atuação e demonstram certa organização para denunciar o que entendem como abusos comedidos pelas multinacionais em parceria com alguns agentes políticos nas especulações relacionadas à instalação de novos terminais portuários pelo litoral capixaba. Apesar do grupo ser difuso, compartilham da preocupação e do chamamento em alertar para os riscos – sobretudo ambientais – associados ao espalhamento de portos pelo litoral capixaba.

> [...] os movimentos funcionam ante o resto da sociedade como uma classe especial de *mediação* cuja função principal é a de expor à luz o que o sistema não disse por si mesmo, a ação de silêncio, de violência, de arbitrariedade que sempre subjaz os códigos dominantes. Os movimentos são os meios que nos falam através da ação. Não se trata de que não empregam palavras e *slogans* ou mensagens, mas que seu papel como intermediários entre os dilemas do sistema e a vida diária das pessoas se manifesta principalmente no que fazem: sua mensagem central consiste no fato de que existem e atuam. Com isto, indicam à sociedade que há um problema que concerne a todos seus membros e entorno do qual estão surgindo novas formas de poder. Do mesmo modo, os movimentos declaram que aquilo que a estrutura de poder apresenta como solução para o problema não só não é a única solução, mas oculta uma série de interesses, o núcleo de um poder arbitrário e a opressão (Melluci, 145).

As principais instâncias formais deste movimento são as ONGs ambientalistas, onde se destaca a ONG Voz da Natureza; o Conselho Estadual de Cultura, vinculado à Câmara de Patrimônio Natural, Ecológico e Paisagístico e à Secretaria de Estado e Cultura; a Frente Parlamentar Ambientalista do Espírito Santo, ligada à Assembleia Legislativa; Comitês Técnicos ligados aos órgãos ambientais; Conselhos Gestores de Unidades de Conservação; dentre outras. O palco principal para os debates são Audiências Públicas e debates promovidos por iniciativas diversas.

Ao situarmos os atores envolvidos no debate sobre os novos terminais portuários na costa capixaba, poderíamos classifica-los em dois grupos: por um lado os agentes hegemônicos ou a classe capitalista transnacional, representados pela elite econômica e empresariado capixaba, por alguns agentes do poder público, pela mídia regional e pelo capital internacional que pregam o crescimento econômico pela atração de investimentos externos; por outro, os agentes contra-hegemônicos que são os ambientalistas, os acadêmicos, as comunidades tradicionais locais e os diversos segmentos organizados da sociedade civil que reconhecem a importância dos investimentos para o crescimento econômico mas, ao mesmo tempo, pedem atenção para os impactos ambientais, sociais e sobre o patrimônio histórico decorrentes da implantação dos novos empreendimentos.

Entre um e outro se posicionam atores públicos representantes do interesse da sociedade, como o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual. A atuação dos promotores do Centro de Apoio Operacional da Defesa do Meio Ambiente/CAOA e procuradores acontece como constituição de fóruns de debates e discussões – as audiências públicas -, onde as várias partes se manifestam. Apesar de atuarem para que a ordem jurídica estabelecida seja cumprida, a sociedade civil organizada reclama que as denúncias feitas ao MPES têm retorno muito demorado. Atuantes junto à questão há também os técnicos ambientais do Instituto Estadual do Meio Ambiente (IEMA) e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA).

A prática adotada pela classe capitalista transnacional é a de encantamento da sociedade através da mídia regional. É recorrente em jornais como A Gazeta e A Tribuna artigos que enaltecem apenas os benefícios econômicos dos novos empreendimentos, destacando sobretudo a criação de empregos. Assim, criam sonhos em alguns grupos e moradores dos locais que receberão os investimentos. Não esclarecem, entretanto, que muitos dos empregos acontecerão somente na fase da construção, cessando com o início da operação dos terminais, ou que muitas práticas locais (como a dos pescadores) deixarão de existir, ou que os investimentos do empreendimento não são acompanhados de investimentos na infraestrutura urbana para acolhimento dos novos trabalhadores, ou dos impactos ambientais dos novos terminais.

No grupo das comunidades locais afetadas destacam-se os pescadores artesanais espalhados por várias regiões da costa capixaba, mas isolados como pequenas minorias que fazem uso do ecossistema marinho para subsistência. Os pescadores artesanais operam um modo de vida próprio, vinculado ao conhecimento tradicional ecológico repassado por gerações principalmente de forma oral e prática, com origens que se misturam entre as técnicas utilizadas pelos índios e inovações trazidas pelos primeiros colonos.

Como representantes da sociedade civil organizada, destacam-se o já citado Grupo Abrolhos-Trindade. O Grupo Abrolhos-Trindade é composto por pesquisadores e ativistas ambientais de diversas áreas de formação:

geógrafos, biólogos, turismólogos e, com destaque oceanógrafos. Seus membros e colaboradores participam de diversos estudos e projetos voltados para temas ambientais. Destaca-se o conjunto de estudos e levantamentos sobre a Cadeia Abrolhos-Trindade, em parceria com o Departamento de Oceanografia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), que sintetiza em um mapa as novas propostas de investimentos portuários para a costa capixaba. Outros representantes da sociedade civil organizada têm papel pontual em questionar especificamente alguns dos empreendimentos. Dentre eles, podemos citar a Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo (FAMOPES), o Fórum Popular em Defesa de Vila Velha e a ONG Voz da Natureza. Mas, foi o Grupo Abrolhos-Trindade que elevou a discussão para o nível estadual. Alguns políticos são presença garantida nas audiências públicas e nos debates sobre a questão: Deputado Estadual Claudio Vereza (PT), a Senadora Ana Rita Esgário (PT) e o vereador Zé Nilton (PT).

Os interessados do meio acadêmico são, majoritariamente, professores do Departamento de Oceanografia/UFES, mas há também professores com atuação relevante no movimento de outros Departamentos da UFES – como o prof. Arlindo Villaschi (Economia), Luiz Cláudio Moisés Ribeiro (História), dentre outros -, além de estudos e pesquisas do Núcleo de Estudos e Urbanismo/NAU. Em 2013, foi criado o Observatório Cidade e Porto/OCP da Universidade Vila Velha/UVV-ES. O OCP é um projeto de pesquisa e de monitoramento do desenvolvimento portuário no ES que conta com alunos de iniciação científica e professores dos cursos de graduação em Relações Internacionais, Engenharia Ambiental e Comunicação Social, tecnólogo em Gestão Portuária e Mestrado em Sociologia Política da UVV-ES. Foram os professores e pesquisadores do Curso de Oceanografia/UFES que cunharam o termo "espalhamento" de portos pelo litoral capixaba e estudaram cientificamente as possibilidades de impactos no ambiente marinho bem como os impactos sociais advindos da formação de novos fluxos migratórios.

O posicionamento dos atores contra-hegemônicos não é consensual, mas são raros aqueles que são contra qualquer tipo de investimento portuário na costa capixaba. Em sua maioria, estes agentes reconhecem a necessidade do crescimento e desenvolvimento econômico. Entendem, porém, que o espalhamento de portos pela costa coloca em risco uma grande diversidade de riquezas do ecossistema marinho capixaba, ambiente cheio de peculiaridades que ainda precisam ser estudadas profundamente e, inclusive, preservado seu valor econômico e potencial turístico; questionam a real necessidade de tantos terminais, sobretudo uns muito próximos a outros; apontam para os impactos sobre o patrimônio natural; levantam a necessidade de se discutir impactos sociais e urbanos da construção de grandes estruturas em comunidades e economias locais muito pequenas ou despreparadas. Em suma, o grupo pede debate, demanda por mais informações e se dispõe a ser parte proativa do planejamento do crescimento econômico capixaba.

Neste sentido e, principalmente com base nas pesquisas oceanográficas, o grupo defende a concentração do desenvolvimento portuário em regiões específicas, já impactadas pelo pela antropização e a realização de um zoneamento ecológico econômico marinho que determine as áreas reservadas para empreendimentos e as áreas estrategicamente relevantes para a conservação do ambiente marinho e costeiro.

O grupo chama atenção para os ganhos gerados pelo acúmulo de conhecimentos provenientes do debate democrático em relação à melhor escolha e definição dos locais e dos processos de instalação dos novos terminais, mas reclamam por não conseguirem legitimar seus argumentos, que são ignorados. Diversos documentos técnicos, científicos, manifestos e cartas[10] foram produzidos e encaminhados para as autoridades locais e até federais. Contudo, toda essa movimentação ainda não foi capaz de ampliar os contatos e o diálogo do TCC com as minorias afetadas pelos novos empreendimentos ou mesmo com o movimento.

Fato é que este grupo contra-hegemônico traz uma perspectiva nova à chegada dos investimentos para a costa capixaba. Caso o TCC consiga ultrapassar o reducionismo econômico e a perspectiva de curto prazo, dará lugar a ações importantes de minimização e mitigação do impacto ambiental, conciliando instalação e operação dos novos terminais portuário com preservação ambiental, urbanização planejada e desenvolvimento social.

---

10 Além de artigos diversos que apontam o potencial ecológico e econômico marinho com base na Cadeia Abrolhos-Trindade, o movimento realizou um mapeamento com a localização dos portos já divulgados, uma carta aberta contra o espalhamento de portos na costa capixaba e documentos técnicos específicos sobre os empreendimentos que dão base a argumentos apresentados em audiências públicas.

Neste caso, tanto a cultura e prática democrática, quanto as noções de sustentabilidade e de planejamento (de longo prazo) avançarão.

4. Considerações Finais

Nem mesmo o Espírito Santo, cercado por estados de grande representatividade no Brasil e queixoso pelo tratamento recebido pelo governo federal, ficou de fora da globalização. A transnacionalidade do capitalismo globalizado eleva o ES a parte integrante da economia global. Traz, para lugares diminutos e de base econômica ainda pouco desenvolvida, o capital transnacional. Integra à produção e mercados globais, a produção, o território e a sociedade de comunidades precárias.

A crença de que é, se não suficiente, ao menos essencial, atrair o capital estrangeiro para o desenvolvimento local foi compartilhada pelos governos local (capixaba) e nacional (brasileiro) nos últimos anos. Pautado por este pensamento, o governo do ES na gestão Casagrande (2010-2014) criou uma subsecretaria específica para cuidar dos portos em nossa costa e para criar oportunidades para estes empreendimentos apoiado no investimento externo. Através do Estado, o interesse global (do capital) se transformou em interesse local (do governo e do empresariado).

Quando as trajetórias individuais são arrastadas para uma lógica global, o discurso de crescimento econômico se torna suficiente. Mas, nas margens desse processo hegemônico despontam atores contra-hegemônicos que relembram aos políticos, aos empresários e à sociedade como um todo quais são os interesses verdadeiramente locais: crescimento econômico com sustentabilidade, com preservação ambiental, com planejamento e desenvolvimento.

O movimento que vem discutindo o espalhamento de portos na costa capixaba é composto pelos mais diversos atores que, se ouvidos, terão contribuído de forma significativa para o amadurecimento da prática democrática no ES e por um futuro melhor para os capixabas.

5. Referências Bibliográficas

ALVES, B. Petrobras anuncia descoberta de petróleo na Bacia do Espírito Santo. *O Capixaba – jornal do extremo norte capixaba.* Disponível em http://jornalocapixaba.com.br/destaque/?p=2131 [consultado em: 23-09-14].

CAÇADOR, S.B., GRASSI, R.A (2014). "Olhar crítico sobre o desempenho recente da economia capixaba: uma análise a partir da literatura de desenvolvimento regional e de indicadores de inovação". *Documentos Técnicos Científicos*. Disponível em http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1144, [consultado em 25-9-2014].

CETFAT. Breve Histórico do Café Arábica no Espírito Santo. Disponível em http://www.cetcaf.com.br/Links/cafeicultura%20capixaba.htm. [consultado em 25-09- 2014.

COMMETI, A. Superporto é necessário, mas em outro lugar. *Século Diário,* 07 nov. 2013. Disponível em http://seculodiario.com.br/13820/10/superporto-e-necessario-mas-em-outro-lugar-1. [consultado em 23-11-2014].

FILHO, A. Um dia depois de ameaça, sai licença de porto em Itapemirim. *A Gazeta*, Espírito Santo, 11 abr. 2014.

GASPAR, M; PEREIRA, D (2014). Lula fez lobby para ajudar Eike Batista – e quase deu certo. *Revista Veja*. 23 mar. 2014. Política.

GOMES, C. B (2014). *Novos empreendimentos portuários para o Espírito Santo*. Vitória. Entrevista concedida a F. R. Corrêa.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. *Rota do Mármore e Granito*. Disponível em http://www.es.gov.br/EspiritoSanto/paginas/rota_marmore_granito.aspx [consultado em 25-09-2014].

HARDT, M.; NEGRI, A (2011). *Império*. Rio de Janeiro: Record.

HARVEY, D (1992). *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola.

HUNTINGTON, S (1996). *O Choque de Civilizações – e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva.

LULA fez lobby para tirar Jurong do Estado (2014). *A Gazeta*, 24 mar. 2013. Cidades.

MELLUCI, A (1994) "¿Qué hay de nuevo en los nuevos movimientos sociales?". In E. LARAÑA, J. GUSFIELD (eds.), *Los nuevos movimientos sociales. De la ideología a la identidade*, Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, pp.119-150.

MORANDI, A. M.; ROCHA, H. C (2012). *Cafeicultura e Grande Indústria – a transição no Espírito Santo 1955-1985*. Vitória: Espírito Santo em Ação.

PHILLIPS, P.; OSBORNE, B (2014). *Project Censored: 2014 Fearless Speech in Fateful Times.* Disponível em http://www.projectcensored.org/financial-core-of-the-transnational-corporate-class [consultado em 30-9-2014].

ROBINSON, W. I (2007). *Una Teoria sobre el Capitalismo Global – producción, classes y Estado en un mundo transnacional*. Bogotá: Desde Abajo.

SÁNCHEZ, F (2003). *A Reinvenção das Cidades – para um mercado mundial*. Chapecó: Argus.

SANTOS, B.S (2011). *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez.

SASSEN, S (2010). Sociologia da Globalização. Porto Alegre: Artmed.

SHOLTE, J.A (2005). *Globalization – a critical introduction*. Great Britain: Palgrave Macmillan.

SINDICATO DOS ESTIVADORES. *Complexo portuário do Espírito Santo.* Disponível em http://www.estiva-es.com.br/images/complexo.pdf [consultado 25-09-2014].

SIQUEIRA, M.P.S (2010). *Industrialização e Empobrecimento Urbano: o caso da grande Vitória 1950-1980*. Vitória: EDUFES.

SKLAIR, L (2000). "The Transnational Capitalist Class and the Discourse of Globalization". *Cambridge Review of International Affairs*, Disponível em www.globalpolicy.org, [consultado em 30-9-2014].

Metrópole Dispersa e Fragmentada: O Caso da Região Metropolitana da Grande Vitória – Espírito Santo – Brasil

Giovanilton André Carretta Ferreira[1]

Glauco Bienenstein[2]

Resumo: Dispersão territorial, fragmentação socioespacial, mutiescalaridade e desregulamentação marcam o processo de globalização financeirizada e a competitividade a qual cidades e metrópoles estão submetidas atualmente, transformando os processos de urbanização e expansão metropolitana que não se enquadram mais nos parâmetros que definiram a metrópole moderna. Adota-se como área de estudo a Região Metropolitana da Grande Vitória/ES, Brasil e suas hinterlândias, litoral norte e sul capixaba, territórios concentradores da dinâmica produtiva estadual que veem recebendo projetos transnacionais de grande impacto local e regional, nas áreas de petróleo e gás, minero-siderurgia e logística portuária. Um fenômeno que reconfigura o território, atrai populações, alteram culturas e cidades, produzem novas formas de sociabilidade, intensificam as desigualdade sociais, lançando novos desafios ao planejamento e à gestão das cidades em múltiplas escalas.

Palavras-chave: Globalização, metrópole, planejamento.

Apresentação

Independente das diversas correntes ideológicas existentes dentro dos estudos urbanos torna-se uma espécie de consenso o fato de que as cidades, em especial, as metrópoles no mundo contemporâneo, vêm sofrendo nas últimas décadas profundas transformações relacionadas a processos econômicos mundiais. Tais processos, associados à noção de globalização, apesar da crítica que refuta a forma evasiva como este termo tem sido trabalhado e a sua baixa consistência conceitual, ao retomarem "*as raízes mais profundas e utópicas do liberalismo*" (FIORI, 1997, p. 87 e 88), têm garantido a força e a difusão das ideias vinculadas ao novo padrão de desenvolvimento capitalista, bem como o seu reinado inconteste no discurso das elites mundiais seja como "*diagnóstico ou como utopia possível*" (FIORI, 1997, p. 87 e 88).

Conforme tem sido indicado pela bibliografia (FIORI, 1997; SANTOS, 2002; SANTOS, 2003), são as relações entre o poder político e o poder econômico, impulsionadas pelos avanços das novas tecnologias da informação, comunicação e transporte, que constituem o núcleo gerador da energia que move e afirma o que tem sido denominado de globalização no mundo contemporâneo. Esta associação cria uma marca distintiva

---

1 Possui graduação em Arquitetura pela Universidade Federal do Espírito Santo (2002), mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005). Atualmente é Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense e professor dos cursos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Vila Velha (UVV) e da Fundação São João Batista - Faculdades Integradas de Aracruz (FAACZ). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Planejamento Urbano e Regional.
giovanilton2002@hotmail.com.

2 Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (1977). Mestre em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993). Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000). Professor Associado IV do Departamento de Arquitetura da Escola de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. Atua nos seguintes temas: grandes projetos urbanos, modelos emergentes de gestão e planejamento urbano, e geografia urbana.
glaucob01@gmail.com

do atual movimento de internacionalização capitalista, onde podemos destacar dois aspectos fundamentais para o planejamento territorial neste processo: a globalização das finanças viabilizadas pelas políticas liberais de desregulação dos mercados – e, dentro desta nova lógica de acumulação, uma competição desenfreada e insana entre os lugares, em especial as metrópoles, com a adoção de políticas urbanas fortemente orientadas pelo mercado, o que, via de regra, têm acarretado na transferência de ativos públicos para a iniciativa privada (privatização) e na transformação da pólis, o lugar dos cidadãos, na urbis, o lugar de consumidores.

O resultado deste novo padrão mundializado de gestão e realização da riqueza capitalista tem acarretado uma profunda transformação na estrutura, morfologia, gestão e funcionamento urbano, que não resolve os problemas deixados pelo padrão intervencionista, que marcou as três décadas do pós-guerra, de crescimento da economia mundial no regime fordista, mas que se somam a novos e complexos desafios que surgem com as transformações em curso.

Soja (2013) aponta que a partir da formação de uma nova e flexível economia, por ele caracterizada como pós-fordista, altamente informatizada há uma profunda globalização do capital, do trabalho, da cultura e a revolução tecnológica da informação e da comunicação que geram um novo processo de urbanização. Os seus efeitos sociais e espaciais enfatizam a diversidade tipológica e cultural, a intensificação das desigualdades econômicas associadas à polarização social e a formas e funções urbanas mutantes e pouco enquadradas nas tradicionais maneiras de tratar o urbano.

Dispersão e fragmentação passam a descrever física e funcionalmente as metrópoles contemporâneas, colocam em xeque a tentativa de urbanistas e planejadores de reunir em conjuntos coerentes polos que tendem a se separar e a se cindir, em uma nova configuração espacial ainda não claramente experimentada, e por isso mesmo desafiadora para os padrões tradicionais de planejamento urbano (MONGIN, 2009).

Dada a força com que essa nova geografia se impõe sobre a sociedade e a cidade, seria possível falar em planejamento para o urbano contemporâneo, através de planos de conjunto ou programas abrangentes que visem limitar e regular o crescimento urbano, em tempos em que parece não haver limites? Neste contexto disperso e fragmentado é possível pensar para a totalidade da cidade e da sua população, frente às sobre determinações impostas às cidades pelo modelo de inserção e competitividade na economia globalizada?

Mais do que apresentar respostas precisas para os questionamentos acima, este artigo que é fruto de pesquisas iniciais para tese de doutorado, no âmbito da temática que trata da relação entre as metrópoles e a globalização, pretende problematizar sobre as transformações em curso, levantar algumas hipótese preliminares e caminhos metodológicos que auxiliem o entendimento dos processos socioespaciais que remodelam as metrópoles contemporâneas.

Neste sentido, o objetivo central deste trabalho é refletir sobre o contexto de crescente complexidade a que estão submetidos os espaços metropolitanos brasileiros e o seu planejamento territorial, em tempos de globalização e desregulação orientada pela lógica capitalista internacional. Adota-se como estudo de caso para a reflexão sobre as transformações na configuração espacial das metrópoles, a Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV e suas hinterlândias, no estado do Espírito Santo, localizado na região sudeste do Brasil. Para tanto, em um primeiro momento procura-se relacionar a metropolização da RMGV dentro do macro contexto histórico e socioeconômico brasileiro da urbanização dependente na periferia do capitalismo. Em seguida são apresentados alguns aspectos específicos da RMGV, uma caracterização do sistema infraestrutural da Grande Vitória que interliga a macro e a microrregião em que está inserida, suas conexões globais e os novos investimentos previstos e em implantação no estado do Espírito Santo. Por fim, dentro do quadro apresentado, procura-se realizar algumas considerações finais sobre as possibilidades de planejamento da metrópole capixaba, a partir de uma análise preliminar dos processos recentes de planejamento estadual - Plano ES-2025, do planejamento metropolitano e dos Planos Diretores Municipais da Grande Vitória.

Urbanização e metropolização brasileira

Industrialização tardia, urbanização dependente e um processo intensivo de metropolização nas principais cidades do país edificaram a "tragédia urbana brasileira", que apresenta suas raízes em cinco séculos de for-

mação da sociedade brasileira, conforme defende Maricato (2000). Uma vasta bibliografia trata do processo espacialmente concentrador da urbanização no Brasil como na América Latina. Apoiando-se nestas referências procura-se contextualizar e analisar a metropolização da Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV, localizada no estado do Espírito Santo, na região sudeste do Brasil, neste duplo contexto: o da urbanização dependente brasileira na periferia do capitalismo e suas implicações para a sociedade e a ordem urbana metropolitana do país; bem como, as principais características deste processo de industrialização/metropolização retardatária da mencionada região, que denominamos como na "periferia da periferia do capitalismo", face à situação histórica de inexpressividade política do estado, na região e no país, e da "desautonomia" em relação aos rumos do seu desenvolvimento.

Um ponto de partida para o entendimento da urbanização dependente brasileira deve considerar o que Florestan Fernandes, citado por Maricato (2000), denomina revolução burguesa no Brasil, a partir de 1930. O centro dinâmico da economia brasileira desloca-se do setor agrário para o industrial visando à substituição de importações. Para tanto, o Estado passa a investir decididamente na infraestrutura de suporte a este processo e a estabelecer uma nova hegemonia política na sociedade brasileira, agora liderada pela burguesia industrial. No entanto, apesar do relativo avanço de forças espontâneas nessa nova conjuntura, com o fortalecimento do mercado interno e certa modernização da sociedade, tais mudanças ocorrem sem que para isso houvesse uma ruptura com os interesses hegemônicos e diminuição das desigualdades regionais no país.

> Essa ambiguidade entre ruptura e continuidade, verificada em todos os principais momentos de mudança na sociedade brasileira, marcará o processo de urbanização com as raízes da sociedade colonial, embora ele ocorra em pleno século XX, quando formalmente o Brasil é uma República independente (MARICATO, 2000, p. 22).

O novo surto de industrialização que se intensifica no pós 2ª guerra mundial, traz consigo um rearranjo nesse processo. Abandona-se a tentativa de uma "*construção autônoma da nação*", reconhecida por Caio Prado Junior (1990, apud MARICATO, 2000), no período compreendido entre 1930 e o fim da Segunda Grande Guerra, marcado pelo fortalecimento do mercado interno e das forças produtivas nacionais, assalariamento e modernização da sociedade. Ao contrário, parte-se para uma nova etapa da industrialização brasileira, que passa a apresentar um significativo e crescente controle do capital internacional. Conforme aponta Celso Furtado (1959, apud MARICATO, 2000, p. 22): "*com essa 'nova dependência' o centro das decisões não é mais interno ao país e nem tem o mercado nacional como seu epicentro. A dependência se aprofunda, bem como a inserção subalterna do país na divisão internacional do trabalho*".

Esse novo contexto apresenta profundas e radicais mudanças no modo de vida, nos valores, na cultura e no conjunto do ambiente construído. Uma trajetória para a modernização é constituída, sem que, contudo, ocorresse a superação do Brasil arcaico. A urbanização brasileira recria o atraso a partir de novas formas, como um contraponto à necessidade iminente de modernização para inserção na economia global de forma dependente. Para tanto, foi necessária a mobilização da força de trabalho dispersa no território e, para isso, a urbanização acelerada foi o mecanismo central da constituição do exército industrial de reserva e da mercantilização da força de trabalho que, associada a uma série de transformações sociais e institucionais da sociedade brasileira, funda as estruturas do capitalismo industrial no país (MARICATO, 2000).

O inchaço das cidades, aliado ao desenvolvimento insuficiente da capacidade produtiva criam uma impossibilidade de gerar condições básicas para a reprodução social da força de trabalho, que é relegada e se reproduz no terciário e na cidade informal. Tal urbanização explosiva, seletiva e localizada estabelece uma rede urbana desarticulada e desproporcional. Cidades que não estavam preparadas para receber o grande contingente de pessoas que para elas foram atraídas geraram tecidos urbanos fragmentados e truncados, transformando-as em sinônimo de grandes áreas de risco, de altos índices de miséria, desigualdades, desemprego, violência e outros problemas, principalmente nas metrópoles.

Nesse quadro de desarticulação entre a questão urbana e a questão social, Ribeiro (2013) chama a atenção para o papel assumido pela organização do território metropolitano neste processo de mobilização da força de trabalho. Apresentando como resultante direta desta mobilização um desemprego estrutural, a organização territorial metropolitana brasileira assume na sua constituição lógicas de mercantilização, restritas a um segmento

limitado da sociedade, juntamente com lógicas não mercantis no acesso ao espaço urbano.

> Em suma, a mobilização da força de trabalho via urbanização implicou na constituição do território da metrópole apenas parcialmente mercantilizado, constituindo um capitalismo urbano funcionando como fronteira da expansão das relações capitalistas (RIBEIRO, 2013, p. 34).

A metrópole brasileira como resultante da industrialização via acumulação primitiva gerou territórios desprovidos, em grande parte, de serviços e infraestrutura básica para abrigar com qualidade de vida a imensa massa de migrantes vindas do campo. A incapacidade de acesso ao solo urbanizado, aliado à ilegalidade e as políticas urbanas regressivas são a base dos extensos assentamentos populacionais metropolitanos, constituídos a partir de um capitalismo industrial sustentado por uma ordem centralizadora autoritária e que teve o território como mecanismo de materialização da gestão dos conflitos sociais.
Dentro deste macro contexto histórico e socioeconômico da urbanização dependente na periferia do capitalismo, é que se constituem as metrópoles brasileiras, e de maneira mais específica, neste trabalho, a Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV, que passa a ser discutida posteriormente.

Economia, política e metropolização na RMGV

A Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV, no estado do Espírito Santo foi constituída pela Lei Complementar estadual nº 58, do ano de 1995, formada inicialmente por cinco municípios Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e a capital do estado Vitória. Posteriormente, nos anos de 1999 e 2001, incorporou, respectivamente, os municípios de Guarapari e Fundão.
Embora tenha avançado economicamente ao longo do século XIX, o estado do Espírito Santo entrou no século XX com uma economia muito incipiente se comparada com seus estados vizinhos, que representavam os grandes centros econômicos do país (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais). Neste contexto de relativo atraso, a dinâmica de desenvolvimento da economia capixaba pode ser sintetizada a partir de dois aspectos principais:

- As raízes históricas da atividade portuária enquanto vetor de dinamização da economia capixaba tendo início no Governo estadual de Moniz Freire (1892/1896 e 1900/1904):

Como marcos posteriores destes esforços podem ser enumerados o início da construção da ferrovia Vitória-Minas (1903), a concessão pelo Governo Federal à Companhia Estrada de Ferro Vitória-Minas, criação da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD[3] na década de 1940 e a escolha do Espírito Santo para realização de suas operações portuárias.

- A implantação no território capixaba, em especial da RMGV, de Grandes Projetos Industriais ligados ao capital internacional.

A crise da economia cafeeira que atingiu seu ápice com a política federal de erradicação dos cafezais, na década de 1960, aliado a convergência de fatores exógenos – programas desenvolvimentistas federais relacionados ao centralismo/autoritário que marcou o período do regime militar –, e endógenos programas e incentivos para industrialização da economia local – que mudaram o perfil de desenvolvimento e integração regional da economia capixaba. Como convergências destes períodos e aproveitando-se das vantagens locacionais e estáticas que já vinham sendo exploradas pela CVRD (pelotização e porto) foram instaladas novas atividades

---

3 A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) criada pelo governo federal brasileiro em 1942 foi privatizada em 1997. Atualmente a Vale é uma das maiores mineradoras do mundo, com sede no Brasil e presente em mais de 30 países. As relações da empresa com o Espírito Santo tem início com a expansão da economia mundial (pós Segunda Guerra) que ampliou as pretensões iniciais da empresa para realizar fortes investimentos integrados em infraestrutura operacional, na reconstrução da ferrovia Vitória-Minas e no Porto de Vitória (VILLASCHI et al. 2011a apud ZORZAL, 2004).

de vulto: projetos de celulose (Aracruz Celulose[4]), de siderurgia (Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST[5]) e portuário[6] (através de lógica de integração Minas Gerais - Espírito Santo - Goiás, voltada para a exportação). Concomitantemente às transformações na estrutura produtiva do campo, a partir da década de 1960, estes grandes projetos industriais e infraestruturais, predominantemente urbanos, intensificam um forte movimento migratório para a capital do estado, com a integração do estado ao modelo econômico brasileiro, pela via da industrialização dependente, viabilizada pelo capital internacional de maior vulto. Essa modernização ocorrida na economia do Espírito Santo, pautada pela desestruturação de sua base econômica anterior, o setor agrário, e de sua reestruturação a partir da industrialização, transcorreu de forma brusca, concentrada na RMGV, geradora de fortes impactos socioculturais e de uma fragmentação/segregação socioespacial (SIQUEIRA, 2001).
Desde os primeiros investimentos de maior porte que ocorreram no estado e, sobretudo, a partir da implantação dos grandes projetos industriais, consolidou-se um caráter da economia política capixaba presente em toda a sua história "*a reduzida autonomia interna com relação aos rumos do seu próprio desenvolvimento*" (VILLASCHI et al. 2011 p. 42). Ou como fora conceituado por Medeiros (1977), a partir da noção de uma "*desautonomia relativa*" com as decisões de investimentos dependendo cada vez menos da dinâmica local e passando a concentrar-se nas esferas de economia nacional e internacional, restringindo as possibilidades de intervenção estratégica dos governos locais nos rumos da economia capixaba. Soma-se a esse quadro de "desautonomia" acima exposto, a forma concentrada como a economia capixaba se desenvolveu e dependente de alguns poucos produtos voltados principalmente para a exportação[7]. Tais fatores tornam a economia local fortemente dependente do setor externo e com flutuações de curto prazo mais voláteis do que a economia nacional (MAGALHÃES e TOSCANO, 2011).
Nesse quadro de consolidação da Grande Vitória podem ser destacados dois pontos fundamentais como resultantes da sua metropolização e das rupturas geradas na ordem até então estabelecida. O primeiro relaciona-se à precarização das condições de vida de uma grande parcela da população da RMGV e os seus consequentes impactos sociais. O acirramento da desigualdade socioespacial, a partir da década de 1980 na RMGV, ao mesmo tempo em que aprofundou o processo de concentração da riqueza nesta região do estado, materializa esta desigualdade através do aumento da miséria, a urbanização desordenada, aliado a ausência e inoperância do Estado. De acordo com Mattos (2011), estes fatores característicos da formação da RMGV confirmam a forte correlação entre a segregação socioespacial e a violência na Grande Vitória, mesmo com a região possuindo um dos mais altos IDH do país, tem se mantido entre as regiões metropolitanas mais violentas do país.
O segundo aspecto diz respeito à ordem político-econômica e está relacionado, conforme Simões (1998) citado por Abe (1999 p. 138), com a incorporação pelos "Grandes Projetos Econômicos" do papel de "Grandes Centros de Poder". Ou seja, a consolidação das empresas ligadas aos grandes projetos no Espírito Santo passa

---

4 Criada em 1972, a Aracruz Celulose é resultante de projeto de reflorestamento da CVRD, visando à implantação de um complexo industrial para exportação. Um projeto integrado para a produção de pasta de celulose em polpa, baseado no tripé floresta-fábrica-porto, apoiado por infraestrutura e urbanização, que veio a modificar substancialmente a vasta região de influência da empresa (ABE, 1999).

5 A ArcelorMittal Tubarão é uma produtora de aço do grupo ArcelorMittal, originalmente fundada em junho de 1976 como Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST). A empresa hoje é o resultado da privatização da estatal CST em 1992 e de fusões no setor de siderurgia passando a se chamar ArcelorMittal responsável por 10% da produção mundial de aço no mundo. Disponível em: http://tubarao.arcelormittal.com/index.asp. Acessado em 20/09/2014.

6 O denominado complexo portuário capixaba é composto pelos portos localizados na Grande Vitória - Portos de Vitória, Terminal de Vila Velha, Terminal de Tubarão, Porto de Praia Mole. E localizados no litoral norte capixaba - Portos de Barra do Riacho (Aracruz) e Regência (PETROBRÁS, em Linhares); no litoral norte - Porto de Ubu (da Mineradora SAMARCO, em Anchieta).

7 No ano de 2012, apenas seis atividades foram responsáveis por mais de 70% da geração de riqueza no Espírito Santo. Dentre essas atividades, a industrial extrativa mineral representou sozinha, 24,8% do Valor Adicionado Bruto (VAB) total (IJSN, 2014). Apenas 5 produtos (principalmente commodities) respondem por mais de 80% dos valores exportados e a economia estadual capixaba, durante o período de 1996-2010, se apresentou como a mais aberta ao comércio exterior do país, com um coeficiente de abertura em torno de 50% (MAGALHÃES e TOSCANO, 2011).

a influenciar sobre diversos aspectos a sociedade capixaba, particularmente na Grande Vitória: da produção do espaço à ampliação da economia de serviços; do comprometimento dos investimentos estatais ao estímulo ao mercado imobiliário; do processo migratório à transformação da estrutura social e o consumo de bens e serviços.

Esta situação parece agravar-se atualmente por uma dupla condição: de um lado, pela intensificação do processo de globalização e, de outro, por conta de uma postura pró-desregulamentação e liberalização, na economia e no planejamento territorial, a partir dos anos de 1990.

Na escala local uma nova onda de investimentos no estado, capitaneados pelos setores de siderurgia, logística, petróleo e gás que extrapolam os limites metropolitanos, intensificam as rupturas geradas com a metropolização e estabelecem novos limites e, consequentemente desafios para a gestão e o planejamento desses novos espaços metropolitanos agora em uma escala urbano-regional.

Sistema infraestrutural da RMGV, conexões globais e os novos investimentos no Espírito Santo

Miranda (2004), a partir de estudo que busca produzir um "*scanning*"[8] da situação relacional da RMGV nas redes mundiais, apresenta a ideia de que entre as cidades mundiais e os territórios dispersos das operações, há os intermédios formados pelas cidades de passagem e as cidades pontes. Dentro desta concepção a localidade é analisada como desdobramento e transversalidade de diversas escalas que perpassam: a escala dos fluxos (atividades decisivas da vida: economia, comunicação e informação, migração, cultura); controles e regulações (envolve articulações entre o Estado, os sistemas infraestruturais e o território corporativo); e finalmente, os espaços dos conflitos (socioespaciais, ambientais, culturais, etc). Neste sentido, a RMGV é considerada pela referida autora:

> /.../ uma cidade de passagem, um dispositivo territorial de um sistema infraestrutural que interliga diversos campos de operações, cidades médias funcionalizadas, multifuncionalizadas ou desfuncionalizadas, cidades mundiais, plataformas e corredores logísticos, vazios econômicos, alguns lugares vivendo predominantemente momentos de reterritorialização, outros impactados pela desterritorialização. Todos e todas transpassados pela torrente dos fluxos da globalização, sua aceleração, sua arquitetura assimétrica das riquezas e ocasionalmente, por zonas autônomas temporárias (MIRANDA, 2004, p. 12).

Dentro desta perspectiva de análise adotada para a RMGV entende-se que a consolidação das situações urbanas contemporâneas, sobretudo as impactadas pela globalização, devem, enquanto recurso de método ser desdobradas em tramas multidimensionais. Sendo assim, os aspectos particulares deste aglomerado urbano: a história, a espacialidade local, a morfologia e os conflitos socioespaciais, por exemplo, não devem ser considerados sob o prisma dos objetos isolados. A referência a escalas mais amplas é indispensável.

A seguir apresenta-se algumas características deste sistema infraestrutural que interliga a macro/microrregião em que está inserida, suas conexões globais e os novos investimentos previstos e em implantação no estado do Espírito Santo.

O quadro geomorfológico e a topografia têm papel extremamente importante na modelagem histórico-espacial, tendo condicionado a ocupação urbana da Grande Vitória. A baía de Vitória é constituída por um braço de mar, que penetra pelo continente, rodeando a ilha de Vitória e um conjunto de afloramentos rochosos - o maciço central, situado na ilha de Vitória; ao norte, no município da Serra, a serra do Mestre Álvaro; em Ca-

---

8 O "*scanning*" refere-se a sequências de seções referidas a uma sucessão topológica, variável em suas coordenadas, mas imanente em sua lógica geradora, que resulta em um registro ou mapa radiográfico de uma seção física explorada para fins de diagnóstico (GAUSA et al, 2001, apud MIRANDA, 2004).

riacica a oeste da capital, a serra do Mochuara, formam um "*recinto*" que determina a ocupação urbana e a instalação das infraestruturas nesta microrregião (ABE, 1999).
No que se refere à estrutura viária, o sistema rodoviário federal principal atinge a RMGV pela BR-262 e pela BR-101, respectivamente no sentido oeste-leste e no sentido norte-sul. A BR-101, na Região Metropolitana possui um contorno que, configura um arco perimetral à área metropolitana, desde o município de Cariacica ao município da Serra, que realiza este percurso à oeste da Ilha de Vitória junto com a ferrovia E.F. Vitória-Minas. O contorno ao sul da baía de Vitória, no município de Vila Velha, é realizado pelo sistema rodoviário estadual através da Rodovia Carlos Lindemberg. A Rodovia do Contorno (BR-101) mais a Rodovia Carlos Lindemberg unem os terminais portuários de Tubarão, Praia Mole, em Vitória, e o Terminal de Vila Velha, os principais terminais portuários do Estado. Estas vias articuladas desenham um arco de desenvolvimento, denominado como Arco Metropolitano (BRISSAC PEIXOTO, 2004).

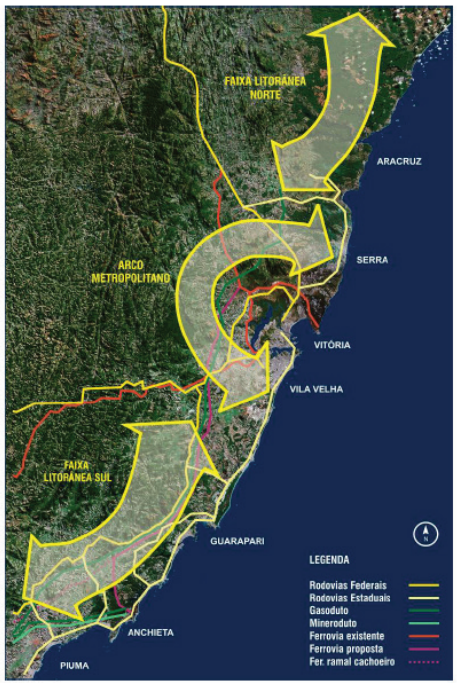

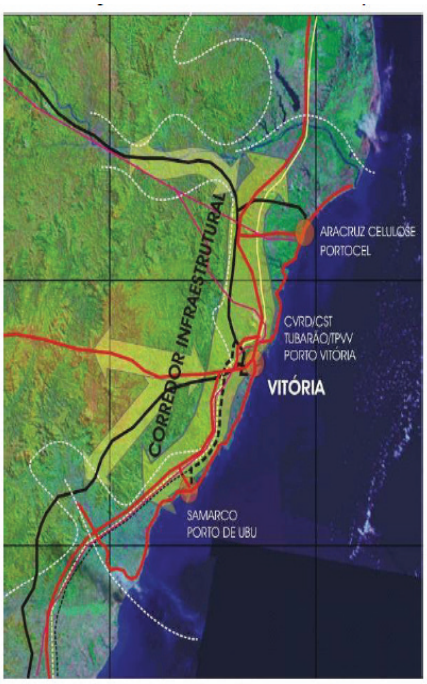

Figura 3: Corredor infraestrutural do Espírito Santo
Figura 4: Arco metropolitano
Fonte: Espírito Santo (2009)

Em direção ao sul, a Rodovia Estadual ES-010 (Rodovia do Sol) liga a RMGV a Guarapari e Anchieta, região turística litorânea (Guarapari) e onde se situa a Mineradora Samarco, juntamente com o Terminal Portuário de Ubu (Anchieta). Na direção Norte, a rodovia ES-010 liga a RMGV ao município de Aracruz, onde se situam as instalações da fábrica da Fibria (ex-Aracruz Celulose) e o Terminal Portuário, Portocel.
Este sistema infraestrutural da RMGV com conexões globais se estrutura pela histórica relação com a macrorregião situada basicamente entre Belo Horizonte (MG) e Vitória (ES), que é determinada por operações de mineração, siderurgia e produção de celulose. Uma configuração territorial constituída pela implantação de infraestrutura industrial e logística em larga escala, concentrando processos urbanos determinantes da modernização do país. Uma região, segundo Brissac (2004, p.2), onde as condições da integração global do Brasil estão sendo em grande parte agenciadas.

> Essa macro-região é um sistema infraestrutural complexo e dinâmico. A implantação de minas, siderúrgicas, projetos de reflorestamento, portos e sistemas ferroviário e de navegação determina a conformação do território. Um sistema operacional que articula extração, processamento industrial, distribuição, exportação e fluxos

> de capital, com abrangência internacional. Uma infraestrutura industrial e logística que torna-se cada vez mais flexível, afetando profundamente as situações urbanas e ambientais locais, com a emergência de novos tipos de atividades econômicas e de ocupação do espaço, gerando novas relações entre empresas, governos e comunidades (BRISSAC PEIXOTO, 2004 p. 2).

Este complexo (mina – ferrovia – porto – navegação) instituído inicialmente pela CVRD antecipou as questões colocadas hoje pela logística e a globalização. Segundo Brissac (2004), a questão central que norteou este sistema foi como transformar um distância física (rota Brasil-Japão) em distância econômica (o custo do transporte). A esta necessidade de chegar mais rentável ao Japão, originou um movimento em direção oposta, do Japão para a região, com a constituição de joint ventures na siderurgia, na produção de celulose e na indústria naval, transbordando posteriormente para o centro–oeste brasileiro, com a exportação de soja. A implantação da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), Aracruz Celulose (no Espírito Santo) e a Cenibra (Minas Gerais) são resultantes da consolidação deste sistema infraestrutural.

Esta engenharia logística revolucionou o transporte marítimo, o sistema portuário então existente, bem como redefiniu inclusive a localização geográfica das novas siderúrgicas, que foram atraídas para regiões costeiras (BRISSAC PEIXOTO, 2004).

Compondo este sistema infraestrutural localiza-se na hinterlândia sul da RMGV a Samarco Mineração[9]. Seu núcleo de mineração é nos municípios de Mariana e Ouro Preto (MG). Na unidade de Ubu, em Anchieta (ES), funcionam as usinas de pelotização e um porto, operado pela própria Samarco. Um mineroduto, com 396 km de extensão, que faz o transporte entre as minas e Ubu. Um sistema de transmissão de dados on-line via satélite permite o monitoramento em tempo real de toda a operação. A Samarco tem geração própria de energia, através das hidrelétricas de Muniz Freire (ES) e Guilman-Amorim (MG).

Com a forte inserção da China na economia capitalista globalizada, esse país passou a ser hoje o maior produtor de aço e o maior importador de minério de ferro do mundo, adquirindo assim a condição de parceiro preferencial do grande capital instalado neste sistema infraestrutural descrito. O modelo de desenvolvimento chinês baseado na expansão agressiva do modelo da segunda revolução industrial, junto à extração de mais-valia da sua classe trabalhadora necessita de importações de matérias-primas, insumos e alimentos oriundos de outros países, entre os quais, o Brasil, aí denotada a importância do Espírito Santo, passando a ampliar esta relação (PEREIRA, 2011). Em 2002, a China substituiu o Japão como o maior mercado de exportação de minério de ferro do Brasil[10].

A atividade de mineração está bastante relacionada ao setor siderúrgico internacional e sujeita ao nível da atividade econômica mundial. A indústria siderúrgica, em função da reestruturação do setor, a partir da década de 1980, passa a adotar formas de flexibilização dos processos produtivos, compactando as etapas produtivas e atendendo a uma demanda caracterizada por produtos diferenciados, com exigências cada vez maiores pela qualidade. O mercado mundial de aço deixa de ser um mercado genérico de commodities e passa a assumir cada vez mais as características dos aços especiais. Há uma nítida mudança de orientação da ênfase na produção para a ênfase no mercado levando a uma estruturação de novos modelos logísticos de distribuição e de serviços (MORANDI, 1997).

O parque siderúrgico nacional iniciou a década de 1990 contando com 43 empresas estatais e privadas. No ano de 1991, começou o processo de privatização das siderúrgicas reduzindo este número hoje para 29 usinas,

---

9 Fundada em 1977, a Samarco é uma empresa brasileira de mineração, de capital fechado, controlada em partes iguais por dois acionistas: BHP Billiton Brasil Ltda. e Vale S.A. É essencialmente uma empresa exportadora, sendo a segunda maior exportadora de pelotas de minério de ferro do mundo comercializando para a indústria siderúrgica mundial em 20 países das Américas, Ásia, África, Europa e Oriente Médio. Disponível em: http://www.samarco.com.br. Acesso em 20/09/2014.

10 A Shanghai Baosteel, maior siderúrgica chinesa, estabeleceu uma joint venture com a CVRD, para a exploração conjunta de minério de ferro. O acordo inclui transportar, na volta dos navios de grande porte, carvão chinês para siderúrgicas brasileiras e dar a Vale acesso à minas de carvão na China (BRISSAC PEIXOTO, 2004).

administradas por onze grupos empresariais. Compondo o Sistema Infraestrutural da RMGV está a antiga Companhia Siderúrgica Tubarão - CST, atua ArcelorMittal Tubarão. Estrategicamente localizada na RMGV, a empresa possui uma área total de 13,5 milhões de m2, sendo que a usina ocupa 7 milhões de m2. A unidade está junto a uma bem aparelhada malha rodoferroviária que inclui a Estrada de Ferro Vitória-Minas-EFVM; a Ferrovia Centro Atlântica - FCA e as Rodovias BR 101 e BR 262. É integrada também a um complexo portuário considerado como um dos mais eficientes do mundo, com destaque para o porto de Praia Mole, administrado pela ArcelorMittal Tubarão, que possui um terminal de produtos siderúrgicos.

Com as mudanças na produção da empresa, a logística de distribuição que restringia-se ao transporte marítimo, agora adicionou outros meios como o rodoviário, o ferroviário e o de barcaças marítimas, além de centros de distribuição. A criação do Terminal de Barcaças Oceânicas (operado pela Norsul Companhia de Navegação) possibilitou à ArcelorMittal Tubarão utilizar a navegação de cabotagem para transportar as bobinas de aço até o porto de São Francisco do Sul (Santa Catarina), onde está instalada a unidade de Vega.

A macrorregião onde está situado esse sistema infraestrutural da RMGV, até o início da década de 2000 possuía as duas maiores empresas produtoras de celulose branqueada do mundo: a Cenibra (MG) e a Aracruz Celulose (ES). O setor de celulose e papel é um setor estratégico na pauta de exportações do país, destacando-se no mercado mundial como o principal produtor de polpa celulósica de fibra curta branqueada, especificamente produzida a partir da madeira de eucalipto[11].

A implantação da Aracruz Celulose, atual FIBRIA S.A. na hinterlândia norte da RMGV, no município de Aracruz, transformou radicalmente a cidade e a região de influência deste empreendimento no norte do estado do Espírito Santo. Alta concentração de terras; expulsão de comunidades tradicionais; impactos sobre os recursos hídricos e a diversidade da produção agrícola; forte migração para a região foram alguns dos preços pagos para a inserção desta região na economia globalizada. Houve também uma radical mudança no perfil do emprego e da renda na região, bem como a estruturação de uma infraestrutura viária, ferroviária e portuária. As estratégias de ocupação desta porção do território capixaba têm produzido novas configurações espaciais e infraestruturais consolidando o litoral norte do Espírito Santo como uma das mais dinâmicas áreas de atração de investimentos do estado.

Mais recentemente, com a reorientação da economia brasileira para as exportações, sobretudo do agronegócio, tem apresentado novos cenários para esse sistema infraestrutural da RMGV, especialmente para os sistemas ferroviário e portuário. O aumento crescente da produção de grãos, sobretudo a soja, na região centro-oeste do país, tem utilizado do dispositivo infraestrutural criado para a cadeia da mineração – siderurgia – celulose, sobrepondo a essa configuração uma nova territorialidade, muito mais extensa, de escala nacional. Ocorre uma flexibilização de todo o dispositivo, uma ampliação da sua escala de atuação e colocam a RMGV na rota de alguns dos principais portos, ferrovias, hidrovias e estradas que levam a produção agrícola brasileira para o exterior (BRISSAC PEIXOTO, 2004).

Verifica-se que com a intensificação desse processo de globalização, caracterizado pela crescente integração das esferas da produção, do consumo e da circulação em todas as escalas geográficas, novas demandas foram colocadas sobre os dispositivos e plataformas logísticas. Em um movimento oposto ao da verticalização infraestrutural, a dispersão e abertura da produção no território suscita novos dispositivos territoriais, como centros da gestão e das operações das redes de circulação (MONIÉ & VIDAL, 2006).

Com a crescente necessidade de modernização das atividades de logística no estado do Espírito Santo, dois aspectos podem ser ressaltados: a consolidação de novos dispositivos aduaneiros complementares e a neces-

---

11 A produção brasileira de celulose está concentrada principalmente nos estados de São Paulo, Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais e mais recentemente a partir de 2009 integra este grupo o estado de Mato Grosso. Com as grandes transformações no setor de papel e celulose, que vem sendo observadas desde a década de 1990, com destaque para recessão e início da liberalização comercial, reforma do estado e privatizações, crises mundiais levaram ao fechamento de plantas e acelerou o movimento de fusões e aquisições no mundo neste setor. Das 28 produtoras de celulose no país, apenas 4 são grandes exportadoras, a FIBRIA S.A. (ex Aracruz Celulose), Suzano Papel e Celulose, Celulose Nipobrasileira S.A. (ex-Cenibra) e a Veracel Celulose S.A. representando respectivamente 38,9%, 17,3%, 9,1% e 3,9% de participação na produção brasileira de celulose (GOMES, 2011).

sidade de ampliação da infraestrutura portuária. Primeiramente, com a finalidade de descongestionar a zona primária de portos, aeroportos e postos de fronteiras, nas operações de despacho aduaneiro foram criados vários recintos alfandegados. Dentre os dispositivos criados a Estação Aduaneira Interior (EADI)[12] se destaca como dispositivo do comércio exterior com densidade sócio técnica, funcional, pela disposição de porosidade e fluidez territorial do comércio exterior, determinadas pela logística globalizada (MIRANDA, 2004). Na RMGV, compondo o seu sistema infraestrutural e localizado no Arco Metropolitano, descrito anteriormente, há 5 EADIs em atividade.

Com relação a expansão portuária, de acordo com informações do governo do estado divulgadas na mídia local, o Espírito Santo vai receber nove novos terminais portuários, totalizando recursos da iniciativa privada da ordem de R$ 13,3 bilhões até 2017, que dependem também de projetos em outros modais logísticos, como ferrovias e rodovias. Na carteira de projetos portuários do Espírito Santo estão: Petrocity (São Mateus), Manabi (Linhares), Portocel (Aracruz), Imetame (Aracruz), Jurong (Aracruz), porto de águas profundas (local a ser definido entre Vila Velha, Vitória e Aracruz), C-port (Itapemirim), Itaoca (Itapemirim) e Porto Central (Presidente Kennedy).

Dentro das preocupações com os impactos desses novos projetos portuários, verifica-se um "*inaceitável varejo*" com que os projetos de construção ou ampliação de portos estão sendo apresentados no país, conforme apontam Gonçalves & Montovani (2014, p. 1), "projetos *que não consideram a sustentabilidade como um valor essencial à construção de uma potência*". As discussões estratégicas em torno destes grandes projetos ficam restritas aos "centros de poder" ligados ao grande capital e aos setores diretamente relacionados dentro do Estado. Os processos de licenciamentos destes grandes projetos carecem de autonomia e participação social.

Nos marcos de uma economia pós-fordista há claramente uma necessidade de novos investimentos e reorganização completa dos sistemas logísticos, conferindo-lhe capacidade de criar sinergias entre atores e articular diferentes esferas de forma eficiência e produtiva (Monié, 2003), neste sentido alguns dos projetos logísticos anunciados são tidos como fundamentais para o aumento da competitividade aos negócios do Estado. No entanto, conforme aponta Monié (2003, p. 62), a inserção dos territórios na globalização não deve se limitar a um indiscriminado projeto de captação dos fluxos do comércio internacional "*sem preocupações com a inscrição territorial desta adaptação ao novo capitalismo*". Ainda segundo esse autor, as políticas territoriais no país ressentem-se de uma articulação entre projetos de desenvolvimento inovadores sustentados na mobilização dos recursos oferecidos pelo território.

Outro aspecto importante levantado por Pereira (2011) é o forte impacto que a modernização industrial no estado gera nos modais de transporte (aéreo / ferrovias / portos / rodovias). Muitos destes modais de responsabilidade do poder público, tanto estadual quanto federal, que se mostram incapazes de atender a demanda, levam a um discurso com um viés ideológico de grande peso na opinião pública capixaba e que se convencionou chamar de "*gargalos logísticos*". Na visão do autor esta situação expressa os interesses do grande capital, travestido de bandeira em defesa do progresso e do bem-estar geral da sociedade (PEREIRA, 2011). Corroborando com este autor, esta dinâmica resultante da intensificação de um ciclo econômico já experimentado pelo estado, reatualiza e reforça a temática, gerando constante pressão sobre o poder público, assim como comprometimento com o assunto, desviando recursos de outras áreas estratégicas, aumentando o déficit em termos de políticas públicas que minimizem os impactos sociais acumulados destes ciclos econômicos.

Para o entendimento do novo ciclo de grandes investimentos econômicos no estado do Espírito Santo, requer remeter, a conjuntura política e econômica nacional e estadual que se formou com a crise do estado desenvolvimentista brasileiro e a hegemonia do projeto neoliberal no país, em fins da década de 1980 e 1990. Este quadro complexo foi acentuado pela grave crise ética e moral das elites políticas capixaba neste mesmo período.

A retomada da governabilidade, do crescimento econômico e da capacidade de planejamento do governo do estado, ocorrido a partir do ano de 2003, foi fruto de uma conjugação de esforços da sociedade civil capixaba e de diferentes instâncias políticas, bem como da retomada do crescimento da economia nacional, na década de

12 A função da EADI é de aceleração das operações de despacho de mercadorias para fins de exportação, ou das mercadorias importadas, liberando destas funções os portos, aeroportos, ou pontos de fronteira.

2000 (ZORZAL e SILVA, 2010). Ao mesmo tempo em que reafirma e intensifica o modelo de desenvolvimento capixaba, baseado na exportação de commodities e na lógica subordinada de integração às redes econômicas globais, parece consolidar a hipótese de que ocorreu uma "*vitória da visão estratégica*" nos rumos do desenvolvimento do estado do Espírito Santo e nos municípios da RMGV.

Este redirecionamento da governança estadual apresenta como característica a implantação dos métodos ligados a gestão estratégica na administração pública, com destaque para: a) adoção do instrumental do planejamento estratégico, como principal ferramenta de governo e como modelo de planejamento hegemônico nos rumos do desenvolvimento do estado do Espírito Santo e da RMGV; b) aprofundamento da lógica econômica já herdada e predomínio nas grandes estratégias dos interesses ligados ao grande capital globalizado; c) uma forte aproximação entre governo e setor empresarial; d) disseminação desse pensamento "estratégico" nas gestões dos municípios capixabas, em especial os da Grande Vitória, dos mais diferentes partidos políticos.

De acordo com Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN (2013), os investimentos anunciados para o Espírito Santo, públicos e privados, com valor individual superior a R$ 1 milhão, no período de 2012-2017 somam R$ 113,0 bilhões, sendo distribuídos em 1.395 projetos. Os dados demonstram que o setor de infraestrutura é o que apresenta a maior parcela dos investimentos anunciados para os próximos anos no Estado. Este setor corresponde ao agregado de: Energia (37%), Terminal Portuário/ Aeroporto e Armazenagem (11,9%) e Transporte (6,3%), que, somados, representam 55,2% do valor previsto para o Estado no período 2012-2017. É possível observar uma maior concentração dos investimentos nas microrregiões Litoral Sul, Metropolitana, Rio Doce e Nordeste, que absorvem 96,3% do total de investimentos anunciados para o Estado. Destaca-se ainda, a diversificação dos investimentos na microrregião Metropolitana em relação às outras microrregiões ao longo da costa, que possuem investimentos muito concentrados nos setores industrial, energético e portuário.

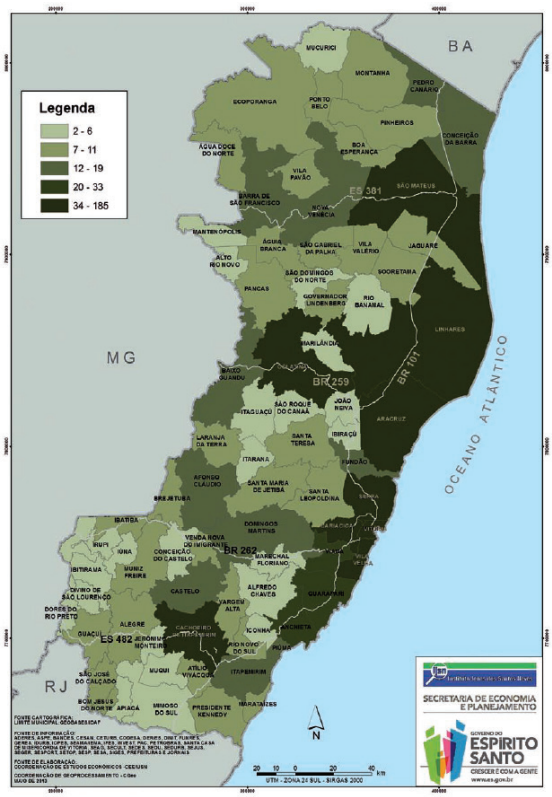

Figura 4: Quantidade de projetos anunciados por município – Espírito Santo 2012 – 2017.

Fonte: IJSN (2013).

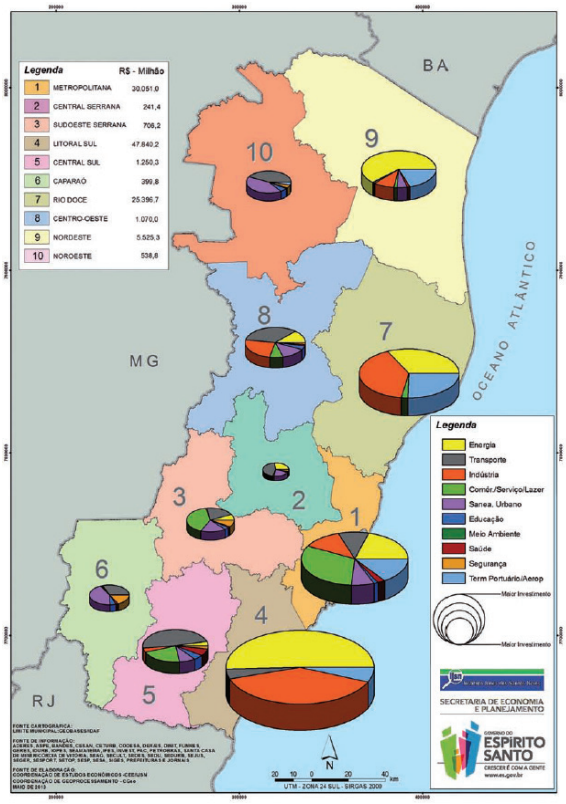

Figura 5 - Volume de recursos e distribuição setorial, por microrregião - 2012-2017.

Fonte: IJSN (2013).

Tem havido, no território estadual, um processo não contraditório que consiste na concentração da importância estratégica econômica, política e cultural na RMGV, enquanto ocorre simultaneamente no âmbito da sua (re) configuração territorial, uma descentralização das atividades e desconcentração dos investimentos anunciados para o estado nas hinterlândias norte e sul da referida região.

De acordo com o atual cenário socioeconômico capixaba e as transformações na escala intra-urbana da RMGV, existem diversas indicações de que estes movimentos fazem com que os limites socioeconômicos (inscritos) do complexo urbano não mais coincidam com os limites institucionais (escritos), gerando consequentemente fortes impactos sobre a expansão urbana de uma futura "Região Metropolitana Expandida", configurada por uma plataforma territorial litorânea com características industrial, infraestrutural e logística que se estenderá desde o município de São Mateus até Presidente Kennedy, envolvendo praticamente a totalidade do litoral capixaba.

A hipótese levantada fundamenta-se nos impactos territoriais de 3 processos simultâneos que atuam sobre a metrópole capixaba: a globalização econômica e suas consequências no que se refere a uma dispersão/fragmentação da urbanização metropolitana e limitações em relação ao seu planejamento; ao cenário de grandes empreendimentos econômicos em implantação e anunciados no litoral norte e sul capixaba; bem como um crescente processo de flexibilização e desregulação dos instrumentos de planejamento e gestão urbanos que atuam a mercê dos processos econômicos em curso, viabilizando, reafirmando e intensificando as tendências de expansão urbana da metrópole da Grande Vitória.

Considerações finais: É possível planejar as metrópoles?

A partir do ano de 2003, são retomados e intensificados os esforços de planejamento no estado, com a adoção de meios políticos e técnicas ligadas ao planejamento estratégico. Com o forte apoio da ONG empresarial Espírito Santo em Ação, da Petrobras, da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), e de outras organizações da sociedade civil, durante o primeiro mandato de Paulo Hartung (2003-2006), foi gestado um plano estratégico para o desenvolvimento capixaba, denominado "Espírito Santo 2025: Plano de Desenvolvimento", popularizado como ES-2025, que passou a orientar e direcionar as políticas e investimentos estatais.

O Plano ES-2025, conforme aponta Barbosa (2010), encarado pelo governo como a construção de um "novo" modelo, baseia-se na integração às redes econômicas globais e a geração de riquezas como elementos centrais, apostando no impacto positivo do crescimento da pauta exportadora capixaba (em volume e preços) no período de 2000/2005, provocado pelo aumento da demanda externa por alimentos, commodities industriais, energia e matérias-primas.

Há uma ênfase na descentralização da economia, dentro da mesma base econômica herdada do período desenvolvimentista, com a criação de novos polos econômicos industriais, sobretudo na região litorânea do estado e a implantação de uma rede de cidades mais equilibrada, com instrumentos de planejamento e gestão capazes de dar conta dos desafios de crescimento, sustentabilidade e qualidade do espaço urbano (ESPÍRITO SANTO, 2006).

No entanto, o planejamento estratégico do estado, do ponto de vista do uso do território demonstra a influência das demandas de grandes multinacionais, que "*tende a implementar um rearranjo do processo de metropolização que deverá estender-se para microrregiões litorâneas imediatamente próximas à RMGV*" (BARBOSA, 2010 p. 112). É possível perceber os resultados sobre o território desta estratégia de "desconcentração" da RMGV, "concentrada" no litoral norte e sul do estado, a partir do adensamento urbano-industrial na hinterlândia da Grande Vitória – municípios de Anchieta (sul), Aracruz e Linhares (norte) - e da perspectiva de implantação e ampliação de novos empreendimentos econômicos tanto nos municípios citados, como ainda em municípios localizados no extremo norte e sul do litoral capixaba - Presidente Kennedy e Itapemirim (sul) e São Mateus (norte).

Com relação aos esforços de planejamento, controle e regulação da expansão metropolitana, podemos considerar que o processo de metropolização da Grande Vitória foi em larga medida acompanhado, do que se poderia considerar um sistema de planejamento metropolitano[13].

Apesar dessa aparente coerência de instrumentos e meios, o sistema de planejamento metropolitano não foi o orientador da dinâmica de desenvolvimento urbano da região. Nesse ínterim, por mais paradoxal que pareça, os agentes envolvidos com o processo de execução foram construindo a cidade sem que se tivesse presente à preocupação com a questão metropolitana.

Em 2005, após 10 anos de institucionalização da RMGV, foi aprovada a Lei Complementar nº 318, que regulamentou um sistema gestor composto pelo Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (Comdevit) e o Fundo Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (Fumdevit), cujo objetivo é construir diagnósticos temáticos e identificar projetos prioritários de interesse metropolitano.

Entre os projetos priorizados pelo Condevit foi elaborado o Estudo Integrado de Uso e Ocupação do Solo e Circulação Urbana da Região Metropolitana da Grande Vitória (2009). Em um primeiro momento, o estudo teve como objetivo elaborar um amplo diagnóstico para avaliar as alterações recentes na dinâmica geral de crescimento e reestruturação urbana na RMGV. Com base neste diagnóstico foram elaborados cenários prováveis para os próximos 15 anos (ano de referência – 2025), uma proposta de Macrozoneamento, diretrizes e instrumentos visando orientar o desenvolvimento da região e integrar os Planos Diretores dos sete municípios metropolitanos (ESPÍRITO SANTO, 2009).

Esta espécie de "embrião" de um Plano Diretor da RMGV, apesar de levantar a preocupação da questão metropolitana e da necessidade de integração dos instrumentos de planejamento e gestão urbanos dos 7 municípios que compõe a referida região, pouco avança em termos de ações integradas e no sentido de uma orientação comum para as legislações municipais visando um desenvolvimento socioespacial metropolitano. Ao contrário, limita-se muito mais a produzir um Macrozoneamento da região, que corresponde a um mapa de correspondência e harmonização das nomenclaturas utilizadas nos Zoneamentos dos 7 Planos Diretores Municipais[14].

As propostas apresentadas não apresentam claramente nenhum tipo de ruptura ou crítica mais incisiva a dinâmica de crescimento urbano estabelecida na Grande Vitória. Não serve como orientador das legislações municipais (Planos Diretores), pois foi construído a partir destas, que tinham acabado de serem elaboradas e aprovadas. Aparentemente, a fim de não contrariar ou constranger os municípios, não há nenhuma tentativa expressa e objetiva de corrigir as prementes incongruências locais e microrregionais existente em algumas legislações municipais, ou romper com as dinâmicas insuladas e pouco cooperativas que caracterizam os PDM´s dos municípios metropolitanos da Grande Vitória.

Não há nos objetivos do estudo e muito menos nos resultados produzidos um indicativo claro de um Projeto de Cidade Metropolitana, claramente definido, debatido e acordado entre o Estado e Sociedade Civil.

Como resultante deste quadro complexo de transformação do território em tempos de globalização econômica e de desregulação no âmbito do planejamento metropolitano e local está o processo de dispersão e fragmentação urbana da Grande Vitória, com a consequente captura da renda da terra por meio dos solos urbanos e rurais, bem como fortes impactos socioambientais decorrentes.

Segundo Zanotelli et al (2013), contribuem para este processo na RMGV: por um lado a extremada concentração fundiária, a evolução exponencial, em 13 anos (1997-2010) das plantações de eucalipto (fomentada pela indústria de celulose), a expansão do espaço urbano e a redução gradual das matas, restingas e manguezais. Na outra ponta deste processo está a permanência de vazios urbanos consideráveis (69% do perímetro urbano da

---

13 Em 1977 a Lei Estadual nº 3.176 distinguiu a Região como de Desenvolvimento Prioritário, instituindo para isso o Conselho de Desenvolvimento - CODIVIT e criando o Fundo de Desenvolvimento da Grande Vitória. A Região passou também a contar desde 1976 com um órgão estadual de planejamento, a Fundação Jones dos Santos Neves (FJSN), que nos anos seguintes seria o núcleo referencial sistemático de equacionamento das questões de abrangência metropolitana.

14 Apenas o município da Serra ainda não havia terminado o processo de revisão do seu PDM no período de elaboração do estudo. Todos os outros 6 município da RMGV haviam acabado de elaborar ou revisar os seus planos, dentro da ampla Campanha "Plano Diretor Participativo: Cidade de Todos", idealizada e realizada pelo Ministério das Cidades em conjunto com o Conselho das Cidades, iniciada em 2005, a fim de cumprir as exigências impostas pelo Estatuto da Cidade.

RMGV), a existência de 66.306 domicílios vagos na região e um mercado imobiliário especulativo aquecido na produção de imóveis (34.863 unidades residenciais em construção em dezembro de 2012).
Cabe enfatizar o papel ativo que o Estado, nas suas distintas escalas de atuação, apresenta neste processo. Por intermédio do desenvolvimento de projetos industriais e infraestruturais, que impulsionam estas distorções no uso e ocupação do território e aquecem uma corrida especulativa em torno destas áreas. Assim como através de "*tolerâncias e transgressões*" impostas aos Planos Diretores e demais legislações ambientais e urbanas (ZANOTELLI et al. 2013).
Reafirmam-se velhas tradições do planejamento urbano no país, assim como surgem novos conflitos, no qual os argumentos da agilidade e do aproveitamento de oportunidade nos Grandes Projetos, na maioria das vezes, fogem ao escrutínio do controle social. Da mesma forma com que passam longe do planejamento metropolitano, da influência da legislação urbanística, no caso dos Planos Diretores Municipais, e dos processos participativos dos quais são derivados. Não raro, os grandes investimentos se impõem ao Plano, promovendo adequações e ajustes neste (OLIVEIRA, 2012). De fato, a lógica das decisões destes projetos globalizados transita por outras escalas de atuação do planejamento (nacional e global), onde os processos de planejamento não são permeados pelas forças sociais locais, tornando ainda mais distante e desafiador pensar em planejamento metropolitano e local em tempos de globalização, mas nem por isso menos importante.

Referências

ABE, André Tomoyuki (1999). *Metropolização da Região da Grande Vitória***.** Tese de Doutorado, São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

Angela Morandi (1997). *Na Mão da História: a CST na Siderurgia Mundial.* Vitória: Edufes.

BARBOSA, Isabella B.M (2010). *O lugar no contexto das redes globais: o pólo industrial e de serviços de Anchieta, ES – uma paisagem em transformação.* Tese de Doutorado, São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

BRISSAC PEIXOTO, Nelson et al (2003). *MG-ES um sistema infraestrutural. Pesquisa inicial da região.* Centro Universitário do Leste de Minas Gerais - UNILESTE MG / Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG / Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, 2003. Disponível em: http://www.pucsp.br/artecidade/mg_es/pesquisa/parte05_MG_ES1.pdf. [consultado em 17-06-2014].

BRISSAC PEIXOTO, Nelson (2004). MG/ES. *Temas Principais.* Texto interno de discussão.

ESPÍRITO SANTO, Governo do Estado (2006). Secretaria de Estado de Economia e Planejamento. *Espírito Santo 2025: Plano de Desenvolvimento.* Vitória/ES.

ESPÍRITO SANTO, Governo do Estado (2009). Secretaria de Estado de Economia e Planejamento – SEP. *Estudo Integrado de Uso e Ocupação do Solo e Circulação Urbana da Região Metropolitana da Grande Vitória.* Relatório III. Diagnóstico Consolidado. Volume I – Relatório Final.

FIORI, J. L (1997). *Globalização, hegemonia e império.* In: TAVARES, M. da C e FIORI, J. L. (org.). Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GOMES, Isabel Menezes de Bulhões (2011). *Segmento brasileiro de polpa celulósica: evolução, competitividade e inovação.* Tese de Doutorado, Piracicaba/SP: Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz".

GONÇALVES, Leandra & MONTOVANI, Mario. *O inaceitável varejo portuário.* Disponível em: http://www.sosma.org.br/90302/o-inaceitavel-varejo-portuario/. [consultado em 01-09-2014].

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN (2014). *Produto Interno Bruto (PIB) Espírito Santo – 2012.* Vitória. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=article&id=4137:produto-interno-bruto-pib-estadual-2012&catid=52&Itemid=252. [consultado em 04-11-14].

INTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN (2013). *Investimentos anunciados para o Espírito Santo 2012* – 2017. Vitória, Espírito Santo. Disponível em: file:///C:/Users/PC/Downloads/Investimentos_Anunciados_2012-2017%20(1).pdf [consultado em 04-11-14].

MAGALHÃES, M. A.; TOSCANO, V. N (2012). *Abertura, concentração e volatilidade: uma análise do comércio exterior do Espírito Santo ao longo do período 1996-2010.* In: MAGALHÃES, M. A.; TOSCANO, V. N. (Orgs.) A Economia do Espírito Santo: novas visões. Vitória: CORECONES, 2012.

MARICATO, Ermínia (2000). *Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado: metrópoles brasileiras.* São Paulo em Perspectiva 14(4), pp 21-33.

MATTOS, Rossana Ferreira da Silva (2011). *Expansão urbana, segregação e violência: um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória.* Vitória: EDUFES.

MEDEIROS, Antônio Carlos (1977). *Espírito Santo: a industrialização como fator de desautonomia relativa.* Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Administração Pública. Escola Brasileira de Administração Pública (Ebap) / Fundação Getúlio Vargas (FGV).

MIRANDA, Clara Luiza (2004). *Dispositivos Territoriais das Redes Mundiais.* Tese de doutorado, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

MONGIN, Olivier (2009). *A condição urbana: a cidade na era da globalização.* São Paulo: Estação Liberdade.

Monié, Frédéric, & Vidal, Soraia Maria do S. C.. (2006). *Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva.* Revista de Administração Pública, 40(6), 975-995. In: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122006000600003&script=sci_arttext. Acessado em 31/08/2014

MONIÉ, Fréderic (2003). *Planejamento territorial, modernização portuária e logística: o impasse das políticas públicas no Brasil e no Rio de Janeiro.* In: MONIÉ, Fréderic e SILVA, Gerardo. A mobilização produtiva dos territórios: instituições e logística do desenvolvimento local. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SIQUEIRA, Maria da Penha (1991). *Industrialização e Empobrecimento Urbano: o caso da Grande Vitória – 1950 a 1980.* Tese de Doutorado, São Paulo: Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Fabrício Leal de (2012). *Grandes projetos e planejamento urbano: práticas recentes das administrações públicas brasileiras.* In: OLIVEIRA, Fabrício Leal de. (org.) [et al.]. Grandes projetos metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

PEREIRA, André Ricardo V. V (2011). *Mais do mesmo: o reforço da integração subordinada do Espírito Santo no sistema capitalista internacional.* SINAIS – Revista Eletrônica – Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, 9(1), pp. 203-232.

RIBEIRO, L. C. *Transformações na Ordem Urbana na Metrópole Liberal-Periférica 1980/2010.* Hipóteses e estratégia teórico-metodológica para estudo comparativo. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles / Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia / FAPERJ – CAPES – CNPQ, 2013. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/ordem_urbana_marco2014_LCR.pdf. [consultado em 10-05-2014].

SANTOS, Boaventura de Souza (org.) (2002). *A Globalização e as ciências sociais.* 2. ed. São Paulo: Cortez.

SANTOS, Milton (2003). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.* 10. ed. Rio de Janeiro: Record.

SOJA Edward W (2013). *Para além da postmetropolis.* Revista da Universidade Federal de Minas Gerais. (20) (1), pp. 136-167. Disponível em: https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/20/7-para_alem_da_postmetropolis_edward_soja.pdf. [consultado em 10-12-2013].

VILLASCHI, Arlindo (org.) (2011). *Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento.* Vitória: Flor & Cultura.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz et al (2013). *O "nó da terra" na Região Metropolitana de Vitória – ES – Brasil.* In: Anais do 14º Encontro de Geógrafos da América Latina. Perú.

ZORZAL E SILVA, Marta (2010). *Trajetória político-institucional recente do Espírito Santo.* In: Instituto Jones dos Santos Neves. Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social. Vitória, ES, 2010.

São Paulo representada: cidades em desenhos de meninas e meninos da educação infantil pública paulistana

Marcia Aparecida Gobbi[1]

Resumo: A partir de pesquisa com crianças de 3 a 5 anos e 11 meses, frequentadoras de CEIs (Centros de Educação Infantil) e EMEIs (Escolas Municipais de Educação Infantil) da cidade de São Paulo, busca-se conhecer as representações que as crianças têm sobre a cidade. Sabemos sobre modos de ver de adultos e adultas, porém pouco se sabe sobre olhares de crianças e pequenas, que representam as cidades, em especial, a multifacetada cidade de São Paulo. Partindo do pressuposto de que creches e pré-escolas públicas são interlocutoras e mediadoras entre pesquisadora, crianças e cidade, elas serão aqui pontos de partida para o desenvolvimento da pesquisa. Saídas fotográficas pelos bairros das subprefetiruas, bem como, coletas de dados dentro de CEIs e EMEIs, serão usados como recurso para se conhecer desenhos, e ainda mais, como a cidade é percebida e representada pelas crianças.
Palavras-chave: cidade, infância, desenho, sociologia.

Quando pensamos sobre a cidade de São Paulo quais as primeiras imagens que nos vêm a cabeça? Que tipo de cidade é São Paulo, aquela apresentada e representada por muitos, sejam eles paulistanos ou não? A cidade de São Paulo representada, indubitavelmente, em grande parte das vezes, tem no caos, numa suposta desordem, no crescimento e na pobreza, grandes chaves que orientam modos de ver de muitos que vivem na cidade ou passam por ela. Há também outras representações que têm nas grandes e famosas avenidas seus ancoradouros. Essas imagens, vale ressaltar, são elaboradas e alimentadas de acordo com diferentes períodos históricos e econômicos e não menos relacionados com o contexto e lugar social ocupado por aquele que imagina, cria e representa a cidade. Assim sendo, temos a presença polissêmica dos modos de ver e compreender a cidade, esse grande centro urbano que é São Paulo, Brasil. Mas, algo merece atenção: essas representações em desenhos e fotografias têm privilegiado determinada faixa etária como testemunho ou informante legítimo: homens e mulheres, mais ou menos jovens, têm se prestado e emprestado suas vozes, linhas e traços, corpos e registros fotográficos como forma de registros da cidade. Contudo, uma pergunta que encontra-se em permanente ebulição é onde estão crianças nessas compreensões. Quando se pensa sobre a cidade de São Paulo, o que pensam, ou melhor, como é a cidade representada pela infância paulistana.

Essa pergunta constituiu-se como mote orientador da pesquisa intitulada **Olhar sobre a cidade: fotografia e desenho na construção de imagens sobre São Paulo a partir de crianças das escolas municipais de educação infantil**[2]**.** As infâncias paulistanas conduziram por longo tempo materiais de desenhos e câmeras fotográficas pela cidade de São Paulo, em suas diferentes regiões, na tarefa de captar imagens e apresentar a cidade pelas crianças e obter conhecimento a partir das crianças. Como essa São Paulo se constitui? Como é vista na infância? O que apresenta de inusitado, interessante, desconhecido? Há formas de organizar a cidade que são vistas somente pelas meninas e meninos? Elas estão se apropriando da cidade ou sendo expulsas da mesma? Os desenhos, considerados fontes documentais e artefatos culturais, portam referencias ou indícios bons para pensarmos e apreendermos essas questões? Como olhar e ver esses artefatos?

---

1 Universidade de São Paulo - e-mail: mgobbi@usp.br
Professora Doutora da Universidade de São Paulo – Faculdade de Educação. Graduada e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. Mestrado e Doutorado na área de Educação e Cultura da Universidade Estadual de Campinas – SP. Artigos e livros publicados na área de infância, em especial a educação infantil, considerando as temáticas desenho como fontes documentais e artefatos culturais.

2 Financiamento CNPq Edital Ciências Humanas de 2012.

São Paulo a ver e ser vista em cada "cantinho": proposta de pesquisa com meninas e meninos

Cidade, em suas múltiplas faces, plena de contrastes, exclusão e dinamismo apresenta-se diante de nossos olhos. São Paulo, cidade vista por muitos olhares, polissêmica que é, constituiu-se como objeto de extensos e fecundos estudos. Moradia, saúde, educação, condições de trabalho compuseram pesquisas e em muito reverberaram entre estudiosos de diferentes áreas, bem como, entre formuladores de políticas públicas preocupados com diferentes segmentos que a compõem. O tecido metropolitano, de caráter bastante heterogêneo, implica preocupações também diversas, afinal, são vários os atores que definem e são definidos diante e dentro da cidade em suas complexas formas de ver e ser vistos, ou por vezes, invisibilizados.

Entre os estudos voltados para a cidade de São Paulo temos em Maricato (1982), Caldeira (2000) os grandes expoentes quando a preocupação é a segregação e a violência urbana. A espoliação urbana, estudada fartamente por Lúcio Kowarick desde a década de 1970, concebe a cidade como espaço democrático de debates, e a aponta também como espaço de direito de todos os que nela habitam, sendo vista como direito de todos, como na acepção de Henri Lefebvre, momento em que deve indagar sobre a possibilidade de apropriar-se dela de modo não hierarquizado ou desigual. Ao pensar sobre a cidade entre muros, Caldeira (2000) apresentará os jovens, que encontram-se entre os que mais matam e morrem nas periferias. Pobreza, desigualdade, segregação, luxo encontram-se como temáticas em diferentes percursos de pesquisas e trabalhos intelectuais sobre a metrópole. Mudanças sociais são evidenciadas proporcionando que conheçamos, sob diversos aspectos, o que a cidade nos apresenta e representa para todos os que a constroem.

Sem querer apresentar uma revisão sobre o tema, procura-se abordar aqui entre os sujeitos para os quais as pesquisas foram destinadas aqueles cujo modo de ver encontra-se ainda desconhecido: meninos e meninas com até 5 anos e 11 meses de idade. Afinal, ao discutirmos sobre direito à cidade, sobre atores atuantes ou invisibilizados, onde estão as crianças e seus modos de representar e viver a cidade que é também construída por elas. Como a cidade de São Paulo, em seus tantos contrastes é vista por crianças pequenas? Quantas cidades existirão nesta cidade sob suas representações em desenho e fotografia? Como são seus modos de ver?

O poeta concretista Augusto de Campos apresenta uma forma de compreender a cidade, ou aos grandes centros urbanos. Vejamos:

atrocaducapacaustiduplielastifeliferofugahistoriloqualubri
mendimultipliorganiperiodiplastipubliraparecipro
rustisagasimplitenaveloveravivaunivora

cidade
city
cité

A cidade é a chave para compreensão e deslocamentos no poema *Cidade, city, cité* do poeta Augusto de Campos. Atrocidade, duplicidade, multiplicidade, vera e vivacidade vivem de modo simultâneo em nossa cidade e em tantas outras as quais esse poema concreto se comporta como uma de suas mais perfeitas traduções. Cidade, em suas múltiplas faces, plena de contrastes, exclusão e dinamismo apresenta-se diante de nossos olhos. São Paulo, vista por muitos olhares, ouvida com seus tantos sons e paisagens sonoras. Polissêmica que é, constituiu-se como objeto de extensos e fecundos estudos e foi a cidade desenhada por João e exibida aqui como convite a que seja vista. Moradia, saúde, educação, condições de trabalho compuseram pesquisas e em muito reverberaram entre estudiosos de diferentes áreas, bem como, entre formuladores de políticas públicas preocupados com diferentes segmentos que a compõem. O tecido metropolitano, de caráter bastante heterogêneo, implica preocupações também diversas, afinal, são vários os atores que definem e são definidos diante e dentro da cidade em suas complexas formas de ver e ser vistos, ou por vezes, de serem camuflados, tornados invisíveis num cotidiano que os oblitera.

Meninos e meninas experimentam a cidade de diferentes formas. Porém, grande indagação é: o que estão olhando ou vendo quando imersos em meio a tantos sons, ruas e avenidas mais ou menos agitadas, pessoas

desconhecidas, casas, prédios, lojas, que revelam diversas formas de cidades. O presente projeto tem como foco central realizar pesquisa voltada para as representações imagéticas da cidade criadas por meninos e meninas frequentadores de creches e pré-escolas públicas de diferentes regiões que compõem a cidade de São Paulo. Tem como metodologia de pesquisa a utilização de desenhos elaborados sobre diferentes suportes e fotografias tiradas pelas crianças com idade entre 03 a 05 anos e 11 meses.

Os desenhos foram coletados a partir de diferentes propostas e observações em que os mesmos são feitos sem determinação de pesquisadores ou professoras. Criados sobre suportes diversos, tais como: areia, papéis de gramaturas e tamanhos diversos, paredes com lápis, giz, carvão, canetas. O desenho nesta pesquisa, são concebidos e foram escolhidos como linguagens, fontes documentais, representações por os considerarmos fontes fecundas e provocadoras de conhecimentos sobre cotidiano, experiências, representações, imaginação e fantasia daqueles que os utilizam, tanto para quem os olha, como para quem se manifesta como fotógrafo ou desenhista (amadora ou profissionalmente). Para essa pesquisa a coleta de desenhos se deu a partir de andanças pelas ruas dos bairros, ora com todo o grupo composto pelas crianças em suas escolas, ora sem acompanhamento escolar e de maneira mais informal criados fora da escola, em suas casas, nas próprias ruas com ou sem seus familiares.

Numa perspectiva não adultocêntrica, busca-se contribuir para o aprofundamento do conhecimento a respeito dos meninos e meninas, especialmente para a elaboração de metodologias de pesquisa com crianças, desenhos e fotografias, suas relações com essas linguagens e tecnologia, tantas vezes presente em seu cotidiano.

As especificidades da infância na cidade de São Paulo e a cidade pelos olhares de meninas e meninos se constituem como foco da pesquisa que busca evidenciar modos de ser e ver da criançada com pouca idade a partir da fotografia e dos desenhos. Procura-se observar: as representações sobre a cidade, construídas pelas crianças. Segunda preocupação volta-se para a construção de modos de olhar e observar as imagens fotográficas e desenhos criados pelas crianças em seus processos de autoria e que envolvem seleção e busca investigativa por criar fotografias e desenhos.

A produção acadêmica nas áreas de infância em especial Sociologia e Antropologia da Infância têm alcançado destaque e importantes resultados, os debates sobre políticas públicas voltadas às crianças da primeira infância cresceram consideravelmente. Contudo, as pesquisas realizadas no âmbito da Sociologia e da Infância na intersecção com a Sociologia da Imagem têm ainda lacunas a serem preenchidas. Esta pesquisa pretende conhecer espaços frequentados e inventados/imaginados pelas crianças pequenas, em distintas regiões paulistanas, experimentados sob as mais diferentes formas, criados, recriados e representados.. Acredita-se que pedaços da cidade – como na acepção do antropólogo Jose Guilherme Magnani – são construídos e inventados e vividos também pelas crianças, em lógicas de convívio, de compreensão e uso, de criação de cumplicidade e códigos, de percepção que são delas e que ainda pouco conhecemos.

As Escolas Municipais de Educação Infantil[3] e os Centros de Educação Infantil são compreendidos aqui como pontos de partida, espaços institucionais de educação fundamentais na cidade e na vida da população, que colaborarão na mediação entre pesquisadoras e crianças. Essa interlocução deve-se ao fato de concebermos as instituições municipais de educação destinadas à primeira infância como fundamentais direitos da criança e lugar em que a construção de culturas infantis acontece cotidianamente nas relações entre meninos e meninas e entre estes e adultos/as que o frequentam. Este fato muito contribui para o cultivo de olhar e experiências sobre a cidade, não somente dentro da instituição escolar destinada à primeira infância, como fora dela, no ir e vir cotidiano, em ônibus escolares ou a pé, trazidos pelos mais velhos, familiares ou não, ou em saídas que frequentemente são organizadas pelos adultos/as para as crianças. Deste modo, creches e pré-escolas se constituem naquilo que estamos chamando de local ponto de partida da pesquisa, promotoras, juntamente com outros segmentos sociais, de olhares e experiências na cidade, que serão inventadas e materializadas em imagens fotográficas e desenhos.

---

3 Doravante Centros de Educação Infantil e Escolas Municipais de Educação Infantil serão chamados de CEIs e EMEIs siglas já conhecidas e facilitadoras da escrita e leitura do texto.

Fundamentalmente, a pergunta orientadora da pesquisa que ora se apresenta é: qual é, ou quais são as cidades de São Paulo criadas, representadas, imaginadas e vividas pelas crianças pequenas? Essa questão desdobra-se em outras, imbricadas que estão. Quem são esses meninos e meninas, como representam e constroem os diferentes espaços e pedaços vividos em tantas experiências diariamente, a partir das creches e pré-escolas, que mediam a construção de culturas e tantos conhecimentos destes sujeitos de pouca idade? Quais suas percepções e suas contribuições, como sujeitos que são, na construção da cidade? Como diferentes espaços são representados por elas?

Entre os objetivos da pesquisa encontra-se: 1) Conhecer, a partir de desenhos e fotografias criadas pelas crianças de 3 a 5 anos e 11 meses, frequentadoras de CEIs (Centros de Educação Infantil e EMEIs (Escolas Municipais de Educação Infantil) paulistanas, como a cidade de São Paulo é representada por crianças pequenas, em suas distintas subprefeituras, quais os pontos de vista de meninas e meninos pequenos sobre a cidade de São Paulo. 2) Conhecer diferentes perspectivas sobre a cidade e experiências de suas vidas nas regiões que compõem a cidade de São Paulo. 3) Conhecer formas de elaboração e seleção de imagens adotadas pelas crianças como autoras de suas fotos. 4) Contribuir com estudos da Sociologia da Imagem, Sociologia da Infância e Estudos sobre a cidade apresentando a oportunidade de interlocução entre elas e a presença de olhares e modos de ver das crianças pequenas, que, por vezes, são desconsideradas entre os adultos/as e suas pesquisas, sobretudo em campos da Sociologia da Imagem e Estudos sobre cidade.

Sabe-se que a infância é uma construção social e histórica. Neste período da vida, meninos e meninas são considerados sujeitos históricos e de direitos, o que constitui formas de estar no mundo manifestas nas relações e práticas diárias por elas vivenciadas, experimentando a cada instante suas brincadeiras, invenções, fantasias, desejos que lhes permitem construir sentidos e culturas das quais fazem parte permitindo-nos afirmar que são ativos, capazes, com saberes diversos, que se manifestam com riqueza demonstrando suas capacidades de compreender e expressar o mundo, colaborando em sua construção não como vasos vazios, como na expressão de Peter Moss (2002), mas, como co-construtoras, numa constante via de mão dupla, nas relações sociais e culturais estabelecidas com todos de idades iguais e diferentes, compreendendo-se as diferenças de classe social, étnicas e de gênero.

A infância, historicamente foi concebida como período de mudez de seus componentes, as crianças eram então compreendidas como mudas da história junto a demais emudecidos tais como mulheres, negros e loucos, Martins (1989). Atualmente a perspectiva de infâncias como construídas social e historicamente, aponta para a compreensão sobre o papel ativo da criança e possibilita perceber que há realidades sociais que só podem ser descobertas, apreendidas e analisadas a partir do ponto de vista das crianças e de seus universos específicos. Elas interagem no mundo adulto, negociam, compartilham e criam culturas, tal como já nos ensinou Florestan Fernandes em sua célebre pesquisa Trocinhas do Bom Retiro, realizada nos anos 1940, em São Paulo. Tendo os estudos de Florestan Fernandes como principio de pesquisas brasileiras que permitem pensar sobre as crianças como construtoras de cultura infantil, acreditamos ser necessário refletir sobre metodologias que realmente tenham como foco suas vozes, seus olhares, suas experiências e seus pontos de vista, objetivando confluir tais conhecimentos àqueles construídos pelos adultos (as) que pesquisam, estudam ou trabalham diretamente com as crianças, naquilo que mais recentemente, podemos passar a chamar de culturas infantis, procurando as especificidades de determinadas práticas sociais de meninos e meninas numa perspectiva de cultura compreendida local e globalmente.

Do ponto de vista das metodologias de pesquisa encontram-se vários autores, tais como Soares (2002), Prado (2006, 2011) em busca de construções de práticas metodológicas que evidenciam a presença da criança como sujeito e participante no processo de pesquisa com o intuito de revelar o ponto de vista das crianças quanto aos diferentes aspectos sociais, com isto obtendo maior proximidade com as infâncias ainda tão desconhecidas pelos adultos.

Apresentam contribuições inestimáveis para a constituição e ampliação de campos de pesquisa que consideram as vozes das crianças e não só. Acreditando que as crianças são sujeitos de direitos e cidadãs agora, tais concepções nos provocam a pensá-las no diálogo com diferentes linguagens podendo expressar-se utilizando-as em seu cotidiano, ou mesmo, que tais linguagens podem nos servir como fontes fundamentais para que conheçamos mais e melhor meninos e meninas, em seus diferentes aspectos. Destaca-se aqui duas delas: desenho e fotografia.

O desenho, já fartamente estudado pelos campos teóricos da psicologia infantil tem, mais recentemente, conquistado espaço em pesquisas que os consideram artefatos culturais e fontes documentais Gobbi,(1997 e 2011) Sarmento (2011), essa consideração deve-se ao fato das crianças serem consideradas como construtoras de culturas. Com isso, indagações frequentes voltam-se em conhecer o que as crianças elaboram e que podem ser considerados elementos, não só, mas também de suas culturas e que apresentam evidencias das mesmas. Desenho e, bem mais recentemente a fotografia, tem se constituído como "bons para se pensar", como diria Levi-Strauss, também sobre a infância e com ela. O desenho apresenta-nos narrativas sobre diferentes contextos e formas de vida, bem como, imaginação e fantasia que são tomadas nas diversas representações.

A fotografia, podemos observar, sobretudo com os estudos de Margareth Mead e Gregory Bateson, tem se inserido como importante recurso nos procedimentos metodológicos de pesquisa e objeto material que pode ser utilizado para investigação social, em especial antropologia e sociologia, em diferentes culturas.. Mais recentemente tem se feito presente em pesquisas com crianças em contextos sociais e culturais, possibilitando, com meninos e meninas compreender espaços, relações, valores, que até então não havíamos percebido nos meios sociais. Como objeto material portador de história, disparador e provocador de memórias, fonte indiciária e expressiva do ser humano, conhecer também os usos sociais dados à fotografia, tal como preconizados por Martins (2009), Bourdieu (2005), torna-se fundamental como ponto de partida para se saber mais e melhor também sobre as infâncias a partir do que elas fotografam.

Afirma-se aqui a importância de considerar as fotografias também como textos imagéticos que informam sobre as relações estabelecidas entre meninos e meninas nos diferentes espaços, com outras crianças e com os adultos, ao mesmo tempo em que informam sobre as próprias meninas e meninos e sua capacidade inventiva de criar imagens fotográficas, fazer escolhas e investigações sobre os assuntos escolhidos. Embora elas nos eduquem, tal como afirma Kossoy (2000, 2007), ainda é perceptível certa dificuldade na aceitação e aplicação das fotografias como campo de investigação na educação, e, em especial, com crianças bem pequenas. As fotos, muitas vezes, ainda são consideradas meras fontes ilustrativas de textos não sendo estabelecido qualquer diálogo entre ambos: imagético e escrito. Nem sempre as imagens podem substituir os textos escritos, porém, podem aliar-se a eles, não se comportando apenas como mero apêndice a contribuir com a escrita, linguagem reconhecida por muitos como mais importantes, o que vem sendo refutado em diferentes campos de pesquisa (Martins, 2008 e Novaes, 2009, Samain 2000 e 2012).

Destaca-se que, ao serem concebidas como fontes para pesquisas sobre as infâncias coadunando-as às Ciências Sociais, Educação e Sociologia da Imagem, isso não significa tê-las como testemunhos empíricos, auto-evidentes, ou ainda, percebê-las como algo que daria a ver a sociedade ou sua história e os diferentes elementos contidos nela de forma testemunhal Fotografia e desenhos são vistos como colaboradores da produção de conhecimento e como tal podem ser tratados como representação social, produto material e segmento de relações sociais evidenciando-as.

Trata-se de propor que coloquemos desenhos e fotografias em pauta, discutindo sua forma e seu conteúdo, considerando sua polissemia. As reflexões sociológicas sobre eles podem contribuir de forma expressiva, evidenciando, entre tantas outras informações, as culturas infantis que emergem, juntamente à suas representações sobre os diferentes contextos sociais vividos e inventados.

Quanto a necessária problematização sobre os olhares que se voltam ou rechaçam as imagens, merece consideração o que propõe Martins (2008) a partir do olhar de estranhamento para com as imagens que é imprescindível, tão compreendidas em nosso cotidiano, nos familiarizamos com elas, dia após dia, que chegamos a ver as imagens sem olhar de fato para elas, não mais reclamam nossa presença, assim como, não nos convocamos para observá-las mais detidamente. Trata-se de promover o cultivo de atitudes críticas em relação às imagens, para que não sejam incorporadas de modo conservador ou mesmo passando a educar os olhos de forma alienada, que pouco investigam as imagens vistas ou o que está ao seu redor no processo de sua constituição. Trata-se de exercício desafiador de estranhar o familiar e familiarizar-se com o exótico DaMatta, (1973). Pode-se inferir que aspectos do cotidiano passam a ser conhecidos sob diferentes pontos de vista, provocando curiosidades naqueles que com elas se deparam e se dispõem à reflexão.

Investigar minuciosamente as fotografias permite conhecer ou levantar hipóteses sobre como as relações sociais estão sendo construídas, tanto pelos fotografados como pelo fotógrafo e tantos outros que, às vezes, anonimamente envolvem-se das mais diversas maneiras com o ato fotográfico. A partir destas expressões imagéticas é possível conversar com as crianças fotografadas e com isso conjugar tais imagens a outras linguagens, compondo narrativas de uma infância que não está em estado de espera daquilo que virá posteriormente, numa expectativa de produzir homens e mulheres prontos, modelos a serem seguidos. Ao contrário, tais estudos e pesquisas se propõem a percebê-los como quem se representa e constrói a si mesmo e aos contextos nos quais estão inseridos no tempo vivido de modo singular e concomitante. Como afirma Almeida (2001), as fotografias são recriações do real, à maneira de quem as faz e, por que não, as vê. Na projeção ou mesmo na exibição das fotos, de modo ritualístico ou como mera exibição de cenas da vida em sequência, aspectos do cotidiano são recriados e aprende-se com eles, numa dinâmica contínua e às vezes pouco percebida por aqueles que estão envolvidos em tais imagens. Há que olhar de modo detido e curioso, perscrutar o que está diante de nós em olhares investigativos.

Não se trata aqui de uma perspectiva segundo a qual desenho ou fotografia possam ser compreendidos como retratos fiéis da realidade, equívoco ainda muito cometido entre nós, ao procurarmos encontrar aspectos fidedignos da realidade nesta forma expressiva. Desavisados, procuramos apaziguar nossos olhares, educados para procurar o que representaria fidedignamente determinadas cenas do cotidiano. Trata-se apenas do que poderíamos chamar de uma verdade iconográfica. É um fragmento que permite, aos olhos sensíveis, refletir e aprender mais sobre os meninos e meninas, capazes e inventivos que esses artefatos são, considerando-os como criações e recriações de diferentes realidades, ao mesmo tempo em que promovem a compreensão sobre modos de ver das crianças envolvidas com a cidade.

É imprescindível investigar a percepção e a recepção das fotografias em diferentes contextos, bem como, as próprias imagens nelas contidas e as condições culturais, sociais e econômicas que envolvem sua produção. Trata-se não de tornar visível, mas de garantir visibilidades escolhidas e inventadas pelas crianças.

Desenhos e fotografias apresentam-se como narrativas culturais criadas também pelas crianças comportando nisso a imaginação e demais elementos do cotidiano. Para compreendermos essas imagens é interessante consider a comunicação com o grupo social nos quais os envolvidos com essas imagens estão inseridos, levando em conta que os mesmos não estão separados do cotidiano, em qual pedaço da cidade essas crianças estão implicadas num processo constante de criação e recriação do mesmo. Trata-se também de registros, marcas históricas deixadas por todos. Descortina-se um cenário diante de nós como pistas a serem seguidas. Imagens cujas presenças podem ficar retidas na retina, no corpo, nos diversos espaços frequentados pelos meninos e meninas. Ela informa, indubitavelmente, mas o denotado pode ser interpretado, lido, questionado nas mais diferentes vertentes, estabelece e faz estabelecer relações sociais no lugar em que ocupa. Mobiliza pessoas e mostra aspectos por vezes velados, em suas narrativas descrevem-se propostas de brincadeiras, de constituição de cidade e do urbano, tantas vezes excludente, sobretudo quando se trata da infância.

Como construção de modos de olhar a foto e dos usos que posteriormente serão dados à ela pelas crianças e por aquelas que as circundam pode-se considerar o conceito de "circularidade" explicitado por Ginzburg em "O Queijo e os Vermes"(1989),que contempla a ideia inspiradora de compreender a circulação de fotografias, as falas que transcorrem a partir delas como algo que constituirá os indivíduos a partir das imagens veiculadas entre os diferentes grupos sociais, já que propõe uma "circulação" das ideias entre a cultura das classes sociais existentes, entre as diferentes construções sociais dos seres humanos, organizando e reorganizando seu pensamento, sua forma de estar e agir no mundo. Significa dizer que tornam-se plenos de possibilidades, desenhos e fotografias como elementos que devem ser considerados importantes na trama social, como educadoras e frutos de processos educativos que também são. Sendo assim, vale asseverar que não somente como fonte ilustrativa ou dado para se confirmar algo sobre a realidade a fotografia, tanto quanto o desenho, são objetos de análise ao mesmo tempo em que são sujeitos compondo diferentes contextos, reafirmando valores e normas, modos de ver e agir das crianças em sociedade, nos diferentes coletivos infantis espalhados pela cidade.

Nas andanças: o método

Qual ponto de vista deve-se adotar para entender o ponto de vista das crianças no que tange a compreensão e representação da cidade em que vive e, neste caso, da cidade de São Paulo? Pergunta como essa refere-se a uma concepção de crianças como seres inventivos, criativos e capazes de construir culturas infantis. Modo como meninos e meninas são compreendidos nesse projeto de pesquisa. Desenho e fotografia são compreendidos como artefatos culturais elaborados também pelas crianças e que nos dizem sobre elas, suas representações e representificações, por vezes, desconsideradas no universo adulto. Representificações também porque, conforme Menezes (2004), ao voltar para os estudos da imagem que a relação com a imagem fotográfica poderá remeter a uma *representificação*, ou seja, não se trata de colocar presente (como na representação), mas, de nos *colocar em presença*. Coloca-nos em presença de fatos e coisas, relações constituídas pela narrativa da imagem, entre o que mostra e o que esconde. Propõe uma experimentação em relação ao que se olha, exige tomada de posição de quem olha. Ao mesmo tempo, ao colocar em presença desenhos e fotografias permitem observar mais detidamente o que as crianças fazer ver, o que procuram mostrar em seus traços e fotografias.

Considerar meninas e meninos e as culturas infantis implica refletir sobre metodologias de pesquisa que levem em conta suas particularidades, que busquem, entre outras coisas, a compreensão de olhares, jogos, investigações entre elas e com elas. Em boa parte das pesquisas realizadas com crianças o uso da etnografia tem se apresentado como profícuo, não se tratando mais de "dar a voz" às crianças, mas reconhecendo a necessidade de promover caminhos em que suas vozes sejam ouvidas e compreendidas. A elaboração de procedimentos de pesquisa em que a presença do adulto pesquisador ou pesquisadora em relação estreita com as crianças, compreendendo seus pontos de vista e suas dicas tornou-se ponto fundante em muitas dos estudos e trajetórias de pesquisas, tal como afirma Soares, 2009.

As crianças são eminentemente parte da sociedade e do mundo (QVORTRUP, 1993) e vivenciam os acontecimentos de nossa sociedade de acordo com suas especificidades, assim como os adultos, jovens e pessoas idosas. Como são parte da sociedade, todos os eventos, grandes e pequenos, terão procedimentos relacionados às crianças, e, em consequência, elas terão reivindicações a serem consideradas nas análises e debates a cerca de qualquer questão social maior.

Buscou-se conhecer aspectos não verbais das culturas infantis e problematizar o que o antropólogo Etienne Samain, apoiado em estudos franceses e ingleses, chamará de predomínio da razão gráfica, fruto de certa domesticação da escrita e desprestigio de outras linguagens. A fotografia, bem como os desenhos, contribuem por possibilitar outros modos de comunicação, organização e representação do mundo, outras formas de criação e relação com a cidade, naquilo que estamos denominando aqui de elaboração de cidades dentro de uma cidade, em que, meninos e meninas, não são apenas protagonistas, como também autoras de suas fotos e desenhos, considerando que estão apresentando imagens cuja concepção resulta de acurada observação das ocorrências visuais, ao mesmo tempo, em que a câmera torna-se extensão do olho ou da mão, quando no uso da fotografia e mesmo de giz, lápis, caneta, carvão, quando se trata do desenho.

Apesar do exercício etnográfico pressupor acompanhamento intenso do e no local em que se pesquisa, num mergulho em situações e contextos sociais e culturais que por vezes diferem daqueles em que o pesquisador se situa ou tratam de outros com o qual a familiaridade está presente, não foi possível permanecer por muito tempo, nossa estada durou semanas em cada EMEI.

Desenhos criados pelas crianças: recriar cidades

Muitas são as pesquisas e as abordagens sobre os rumos e as consequências do processo de urbanização que está em curso, sobretudo em metrópoles como São Paulo e outras nossas conhecidas. No plano da cultura urbana temos a presença da constatada deterioração dos espaços e equipamentos públicos, segregação dos moradores em espaços de confinamento e de violência. Tal visão, presente em diferentes mídias atrai e distancia moradores, constrói e destrói concepções sobre o espaço urbano e as relações sociais neles estabelecidas, numa dinâmica urbana que parece irrefreável ao mesmo tempo em que é fascinante.

As cidades raramente são consideradas quando na perspectiva de meninos e meninas, e ainda menos, quando estes têm pouca idade. Muller (2007) ao pesquisar a cidade de Porto Alegre procurou apresentar quais aspectos são mais relevantes segundo a percepção das crianças em ambientes não escolares a partir de vários encontros com as crianças em diferentes lugares da cidade. Francesco Tonucci, mentalidade fecunda e inventiva, provoca-nos a pensar sobre a cidade como lugar de experiência educativa, passível de estudos empreendidos por meninos e meninas, que discutiram entre grupos sobre as variadas experiências no ambiente urbano. Simpático as vivencias infantis, ao discutir sobre o mundo moderno, provoca-nos a pensar sobre o espaço tradicionalmente identificado como perigoso – o bosque, tal como aparece em contos de fadas – sendo confrontado pela cidade que apresenta em suas ruas os lugares de perigo, agressivo aos olhos e ao estar junto. A rua seria uma espécie de substituta do bosque como antigo lugar de perigo que hoje se transformou em espaço idealizado de harmonia, ao passo que a rua, passou a apresentar-se como promotora de inúmeros perigos, sobretudo às crianças e idosos. Espaço de confronto e conflito, prazer e socialização, instiga-nos saber como as crianças representam estes lugares em fotografias e desenhos e como ao representarem conseguem reapresentar e criar cidades dentro da cidade, tal como nos faz ver Italo Calvino em Cidades Invisíveis, ou ainda, Ferreira Gullar em Cidades Inventadas. Temos várias cidades sendo constituídas.

A cidade e o futebol e outras tantas a conhecer e inventar

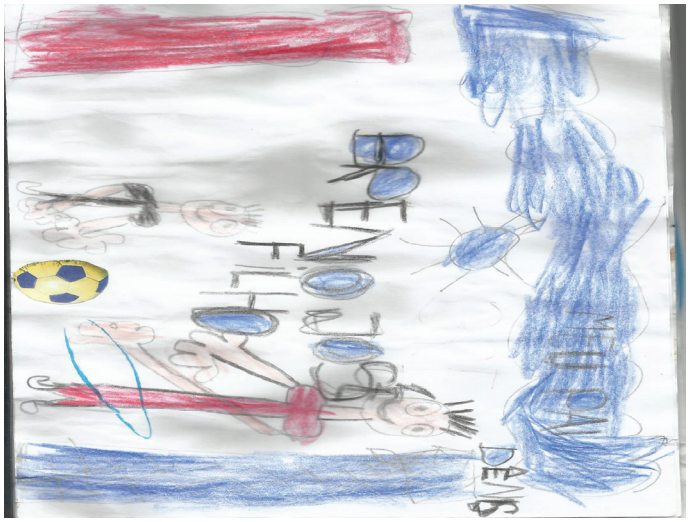

Figura 1 - Breno – lápis de cor sobre papel A4

Breno aponta para a existência do jogo. Se somos ainda o pais do futebol, como corre no imaginário social ainda nos dias atuais é algo a ser investigado. Contudo, Breno apresenta vários contextos de jogos em seus desenhos que merecem atenção. Ele e outros colegas – meninos – apresentam uma cidade em que o jogo em áreas externas é uma prática social aparentemente constante. Vale ressaltar que Breno é morador de um dos bairros da periferia sul paulistana. Residindo no extremo sul da cidade Breno tem certo privilégio de ter próximo à sua casa um campo de futebol em que, ao que consta em falas de moradores e conhecedores da região, trata-se de local muito frequentado aos domingos. Cabe ainda estar atento para as formas de ocupação da cidade e o acesso aos bens de lazer. São poucos. Breno e muitos de seus colegas são beneficiados pela criação dos Centros de Educação Unificada. Os conhecidos CEUs procuram garantir não apenas a escolarização básica, como também o acesso aos bens culturais e esportivos da cidade. Ainda assim, são poucos quando os relacionamos aos números da população local, impondo que alguns busquem alternativas para suas horas de descanso e, por que não, de jogos em que prevalece o futebol.

A cidade é ainda exibida em traços que traçam suas ruas ou mesmo os movimentos que tanto têm nos caracterizado desde o período de urbanização, seguindo os traçados criados pelo Fernando, do mesmo bairro já mencionado, do extremo sul de São Paulo. Segundo a fala que acompanhava a elaboração do desenho, nos encontramos em tuneis e viadutos que tanto têm marcado as veias da cidade. Tal como o mostrado a seguir:

Figura 2 - Fernando – lápis de cor sobre folha branca A4

Essa pesquisa, que ora apresento, encontra-se em período de finalização, são muitos os desenhos coletados o que tem resultado em diferentes informações, diversas formas de ver, sentir e estar em São Paulo, das crianças e não só. Provoca-nos a refletir sobre como estamos e somos, nos diferentes bairros da cidade. O que podemos perceber são as diferentes formulações de cidade representadas pelas meninas e meninos e com presentes formas de serem meninas e meninos paulistanos, embora não tenha dado essa ênfase ao longo da escrita desse texto as relações de gênero, esse conceito encontra-se permeado aos desenhos, aos traços infantis, ficando implícita ao longo da redação dessa comunicação. Há muito o que ver e ficar atento para outras maneiras de constituir e representar a partir daqueles que, por muito, tiveram negligenciadas suas lógicas e formas de organizar mundos.

Bibliografia citada

ALMEIDA, Milton. J. (1994) *Imagens e sons: a nova cultura oral.* Editora Cortez.

CAlDEIRA, Tereza P. R. (2000) *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. EDUSP, SP.

CAMPOS, Augusto de. Site consultado: ww2.uol.com.br/augustodecampos/clippoemas.htm.

DAHLBERG, Gunilla; MOSS, Peter; PENCE, Alan. *(*2003).*Qualidade na educação da primeira infância*: perspectivas pós-modernas. Porto Alegre: Artmed,.

DAMATTA, Roberto, (1973). "O Ofício de Etnólogo ou como Ter 'Anthropological Blues', Comunicaçõesdo PPGAS, 1, Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ.

FINCO, Daniela e FARIA, Ana Lúcia Goulart (orgs) (2011). Sociologia da Infancia no Brasil.Campinas. Editora Autores Associados..

GOBBI, Marcia A. Ver com olhos livres, in: O *coletivo infantil.* FARIA, A.L.G. (org) 2007. São Paulo. Editora Cortez.

GOBBI, Marcia A. Num Click: meninos e meninas nas fotografias. IN. Martins Filho, Altino e Prado, Patricia Dias. (2011) Das pesquisas com crianças à complexidade da infância. Campinas. Editora Autores Associados..

KOSSOY, Boris. (2001)*Fotografia e História*. São Paulo. Ateliê Editorial.

MARICATO, Erminia. (1982). *Política habitacional no Brasil: crítica e perspectivas* Projeto (São Paulo), São Paulo: Ed. Projeto, n. 44, p. 52-53.

MARTINS, José.de S. (2008) *Sociologia da fotografia e da imagem.* São Paulo. Editora Contexto.

MENEZES, Paulo. (2004) O cinema documental como representificação: verdades e mentiras nas relações (im)possíveis entre representação, documentário, filme etnográfico, filme sociológico e conhecimento. IN: NOVAES, Silvia.C. (et alli). *Escrituras da imagem.* São Paulo. EDUSP. FAPESP..

QVORTRUP, Jens. (2005). Macro-análise da infância. In: CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison (Org.). *Investigação com crianças. Perspectivas e Práticas*, Porto: Edições Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, p. 73-96.

SAMAIN, Ettiene (org). (2012). *Como pensam as imagens*. Campinas. Editora da UNICAMP.

SOARES, Natália Fernandes. (2001). *Outras infâncias:* a situação social das crianças atendidas numa comissão de proteção de menores. Portugal: Centro de Estudo da Criança, Universidade do Minho,. (mimeo)

SOARES, Natália Fernandes. *Infância e direitos: participação das crianças nos contextos de vida – representações, práticas e poderes*. (2005)Tese (Doutorado) — Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, Braga, Portugal.

TONUCCI, Francesco. (1996) *La cittá dei bambini*. Editora Economica Laterza. Itália.

Gabinete online: uma nova forma de gestão pública e participação cidadã

Janaina Leite
Universidade Federal do Espírito Santo, janainaleite@hotmail.com

Sergio Denicoli
Universidade do Minho, sergiodenicoli2@gmail.com

Marlon Freire
Universidade de Coimbra. marlonfreire@outlook.pt

Resumo: Este estudo analisa como é possível utilizar meios de comunicação online para promover uma gestão compartilhada entre os cidadãos e as administrações municipais, tendo como objeto a iniciativa "Gabinete Online", promovida pela Prefeitura de Vitória, capital do estado do Espírito Santo, na região sudeste do Brasil. Trata-se de uma videoconferência realizada entre o prefeito e especialistas em áreas específicas, cuja transmissão é pública e em tempo real, via internet, permitindo a participação da população a partir de ferramentas interativas e, posteriormente, em um fórum online de ideias para apresentação de propostas sobre o tema. Dessa forma, qualquer pessoa pode colocar perguntas, expressar opiniões e dar sugestões, colaborando na gestão da cidade. A presente investigação observa as teorias referentes aos processos de decisão política e conclui que os meios online são plenamente adequados para ampliar a participação cidadã nas administrações públicas e para otimizar a entrega de serviços e obras.

Palavras-chave: Gestão Compartilhada, Processo de Decisão Política, Prefeitura de Vitória

Abstract: This study observes the use of online media to promote shared governance among citizens and local government. Our study subject is the "Online Office" initiative, promoted by Vitória City Hall. Vitória is the capital of Espírito Santo state, in Brazil. The Online Office is conducted through a videoconference between the mayor of the city and experts in specific areas. The broadcast is public and takes place in real time via the internet. This allows the participation of citizens from interactive tools, and, subsequently, through an online forum of ideas. Thus, anyone can work on city management asking questions, expressing opinions and giving suggestions. This research observes the theories concerning the political decision making process and concludes that online media are very suitable to expand citizen participation in government and to optimize the development of public works.

Keywords: Shared Governance, Political Decision Making Process, Vitória City Hall

Introdução

As novas configurações digitais da comunicação têm transformado setores importantes da sociedade, a partir de uma lógica moldada pela arquitetura da internet, baseada no princípio do *end-to-end* (Van Schewick, 2010). Tal princípio foca no usuário final as responsabilidades de ações no meio online, moldando os caminhos possíveis para a promoção de uma interação nas redes. É sob esta configuração que os órgãos públicos têm desenhado novas formas de decisão política, baseadas na participação cidadão mediada através da internet.

No âmbito dos debates promovidos pelo *Internet Governance Forum* (IGF)[1], que têm como objetivo discutir o desenvolvimento da internet e propor deliberações em consonância com as lógicas da Organização das Nações Unidas, o *e-government* tem ocupado uma papel preponderante, pois há uma grande expectativa em torno de ações governamentais na área eletrônica. Essas iniciativas são vistas como possibilidades não apenas da promoção de uma tecnologia inclusiva, mas também como algo necessário para o próprio desenvolvimento das nações. Assim, a forma como os governos trabalham os dados ganhou uma atenção mundial, sendo vista como uma oportunidade para promover o crescimento (Gutterman, 2011). A tecnologia passa, então, a ser percebida como uma possibilidade de fomentar ações de interação entre as administrações públicas e a população.

No entanto, cabe ressaltar que a promessa implícita de fomento do desenvolvimento por meio da tecnologia não é um ponto pacífico na academia. Assim sendo, destacamos que neste estudo nos baseamos em uma visão mais desenvolvimentista da chamada Sociedade da Informação (Webster, 1995). Desta forma, levaremos em conta principalmente os aspectos positivos que figuram entre os anseios em torno da tecnologia, mas sem esquecer que há um espectro por vezes demasiado exagerado em achar que o futuro será mais adequado devido ao advento das inovações tecnológicas (Lipovetsky e Charles, 2004).

A opção pela visão mais desenvolvimentista da tecnologia tem a ver com a própria agenda dos Estados, que se apropriam dessa base teórica como forma de promover o chamado *public comeback* (Gómez-Barroso e Feijóo, 2010), que seria um retorno do centralismo do poder público junto aos temas inerentes às redes de comunicação. Após uma forte tendência neoliberal - que prevê a redução da presença do Estado na economia, a necessidade de criação e infraestruturas para a transmissão de dados digitais fez ressurgir o peso estatal e com ele trouxe também uma nova noção de cidadania, que passa pela inclusão digital:

> *A modernização das redes tem sido estabelecida de forma a estender os serviços ao maior número possível de pessoas. Por meio do acesso às ferramentas de comunicação, pode-se participar ativamente na sociedade e na economia. Por isso, a inclusão digital é vista como fundamental para a cidadania na sociedade da informação e na sociedade do futuro.* (Denicoli, 2012: 36)

É nesta lógica inclusiva da tecnologia que se desenvolveu na Prefeitura de Vitória, capital do Espírito Santo, um projeto de aproximação entre a gestão municipal e articulistas da cidade, com *know how* em diversas áreas. A iniciativa, intitulada "Gabinete Online", trata-se de uma videoconferência na qual participam o prefeito municipal e convidados com conhecimentos específicos nas respectivas áreas-tema. Assim, estabelece-se uma *ágora* virtual, que resulta na discussão de medidas que podem ser tomadas para melhorar a oferta de serviços e obras aos munícipes, por parte da administração.

Apesar do debate aparentemente se restringir a convidados, é possível que qualquer pessoa participe enviando perguntas e opiniões através das internet, uma vez que o Gabinete online é transmitido na internet, em tempo real, via *streaming*. Após a finalização do debate, o vídeo da discussão é disponibilizado na rede, podendo ser acessado gratuitamente. Qualquer cidadão também pode participar por meio do envio de propostas relacionadas ao tema, em um fórum virtual que fica aberto durante uma semana após o a realização do Gabinete Online.

Este estudo é, portanto, uma pesquisa em torno do projeto "Gabinete Online", tendo como foco as iniciativas de *e-government*, cujas análises perpassam pelo objeto de estudo escolhido.

---

1 O IGF surgiu em 2006, a partir de uma iniciativa da Organização das Nações Unidas, e reúne diversos atores envolvidos na questão da regulação e discussão da internet. Outras informações disponíveis em http://www.intgovforum.org/cms/. [Consultado em 23-11-2014}.

1. Sobre os processos de decisão política e gestão compartilhada

A gestão compartilhada, a qual se põe em prática por meio do Gabinete Online, pode ser considerada um resgate democrático em tempos em que a noção de representatividade política se perde perante um defasamento entre os representantes políticos e seus representados, o que sugere uma esgotamento progressivo das bases de sustentação do Estado moderno (Loureiro, 2012).

Essa crise de identificação ficou clara nos protestos populares que vêm eclodindo pelo mundo, e que tiveram como marco inicial, dentro da simbologia que receberam, a chamada Primavera Árabe[2]. Tais protestos atingiram o Brasil e chegaram a Vitória, onde cerca de 100 mil pessoas foram às ruas no dia 21 de junho de 2013[3]. As características comuns desses protestos foram a forma de convocação, que ocorreu sobretudo por meio das redes sociais online, e a ausência de lideranças pré-definidas, o que demonstra uma carência institucional de representantes oficiais, político-partidários, que pudessem traduzir os anseios das populações.

A Prefeitura de Vitória, por iniciativa do prefeito Luciano Rezende[4], parece ter percebido a necessidade de se criar novos laços democráticos com os cidadãos, de forma a chamá-los para discutir a gestão do município sem intermediários, configurando essa nova *ágora* de caráter eletrônico.

Seria, então, um resgate do conceito de democracia, mas nos moldes de uma modernidade líquida (Bauman, 2011). A ideia de democracia surgiu na Grécia Antiga, a partir de uma experiência de autogoverno dos cidadãos atenienses durante o período de Péricles, no século V a.C. A etimologia da palavra junta dois termos gregos, "demos", que quer dizer povo ou muitos, e "kracia", que significa governo ou autoridade. Teria na sua gênese o significado de governo do povo, que levaria a uma ideia de um poder representativo, aclamado e exercido por muitos, ao contrário de governos oligárquicos ou monárquicos (Freire, 2014). Foi a democracia grega a inspiração para os governos que se estabeleceram posteriormente por meio do sufrágio, ou seja, do voto, que se tornou um instrumento dos cidadãos para escolher ocupantes de cargos públicos dos poderes Executivo e Legislativo. Mas, na Modernidade de Bauman (2011), com a "liquefação" das entidades nas quais se fundamentou o Estado-Nação, o conceito democrático de coletividade sucumbiu ao individualismo, muito devido aos resultados do capitalismo moderno. Assim, formou-se uma ruptura entre representantes e representados e um vácuo no funcionamento das administrações públicas como legítimos expoentes da vontade geral.

Segundo McChesney (2003), uma sociedade mais democrática é aquela na qual os cidadãos mais participam das decisões e onde os interesses dos públicos estão mais próximos das resoluções. Já o inverso representaria falhas da democracia.

A iniciativa da Prefeitura de Vitória é louvável na tentativa de ampliar os meios de acesso ao processo de decisão política (*political decision making*). Ela se configura como uma importante "desinstrumentalização" dos meios decisórios, mediante práticas correntes de governos menos transparentes, que buscam subterfúgios duvidosos para tomar decisões que vão de encontro às necessidades da população.

Seriam esses subterfúgios muitas vezes baseados na ocultação de informações, evitando assim o debate público. Há ainda a prática da definição de metas ambíguas, que não deixam claro os reais interesses de determinadas medidas tomadas à sombra do debate público, para além da utilização de uma retórica difusa que busca cooptar a opinião pública e anular críticas (Denicoli, 2012).

Na contramão dos processos políticos pouco claros, a Prefeitura de Vitória promove a transparência e se coloca na posição de ouvinte e catalizador, ao incentivar a participação de agentes fora do contexto político-partidário na gestão da cidade.

---

2 A Primavera árabe foi uma onda de protestos de rua, iniciados em dezembro de 2010, que atingiram países como Egito, Tunísia, Argélia, entre outros. Foram protestos sem lideranças definidas, que eclodiram e se sustentaram a partir de informações difundidas nas redes sociais online.

3 DISPONÍVEL em http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2013/06/manifestacao-leva-100-mil-ruas-de-vitoria-e-minoria-destroi-cidade.html. [Consultado em 22-11-2014].

4 Luciano Rezende, do PPS - Partido Popular Socialista, assumiu a administração da cidade no dia 1 de janeiro de 2012. Foi eleito para um mandato de quatro anos, com 52,73% dos votos..

Para Stone (2001), nos processos de decisão política os agentes devem levar em conta quatro desafios, que são a eficiência, equidade, liberdade e segurança. A eficiência requer uma boa aplicação dos recursos de forma a obter benefícios adequados às necessidades dos cidadãos. A equidade seria um equilíbrio nos investimentos, que resultariam em práticas de gestão adequadas às necessidades de cada grupo ou região, de forma a promover uma igualdade dentro do campo de responsabilidade da administração em questão. A segurança seria a garantia de serviços básicos, como saúde e educação, com foco em atividades que vão evitar riscos futuros. Já a liberdade é o limite entre a interferência de um governo na vida das pessoas e a privacidade dos cidadãos. Ou seja, seria a elaboração adequada de medidas, a taxação justa de impostos, a elaboração de leis que garantam o bem estar coletivo, sem benefício de esferas específicas em detrimento de outras.

Mas, o que parece ser algo de simples execução, a ao analisarmos no campo da teoria, empiricamente encontra muitas resistências. Há grupos de interesse com forças para manipular, econômica, social e politicamente, as decisões de gestores. E há ainda a dificuldade dos agentes públicos identificarem, dentro de um sistema de crise de representatividade, o melhor caminho para os investimentos. Portanto, a construção de uma ágora eletrônica demonstra ser uma decisão muito acertada diante da era contemporânea.

O debate fora do campo de interesse político-partidário dá uma dimensão mais apurada dos reais interesses de uma localidade, por estar menos contaminado pelo que Aristóteles (2006 [Séc. III a.C.]), classificou como um dos riscos da democracia: a tentação dos políticos em manter os privilégios inerentes ao cargo que ocupam, sem levar em conta que o povo é soberano e que eles estão exercendo uma função que lhes foi outorgada por vontade da maioria.

Na visão desenvolvimentista da construção das redes digitais, influenciada pelo *public comeback* no setor de telecomunicações, a geração de conteúdos pode ser vista como um efeito colateral que, se for bem utilizado, permite às administrações públicas criarem canais de comunicação direta com a comunidade e, assim, fomentar a participação cidadã, a partilha de dados e a melhoria no atendimento ao público. Seria a concretização da ideia de um governo eletrônico (*e-government).*

O *e-government* é a materialização da relação entre as áreas social aplicada e tecnológica. Seria, portanto, a junção do direito, contabilidade, economia e administração à engenharia e computação (Hoeschl, 2002).

Carter & Belanger (2005), classificam o *e-government* em três categorias:

- *Government-to-Government* (G2G): É a relação intra ou inter governos.
- *Government-to-Business* (G2B): É a relação entre um governo e seus fornecedores e demais empresas.
- *Government-to-Citizen* (G2C): Envolve a relação entre um governo e os cidadãos, podendo ser exemplificado pelos portais de serviços, etc.

É na terceira categoria que estaria inserido o Gabinete Online da prefeitura de Vitória.

As experiências de *e-government* apontam que os países com democracias mais estabelecidas e alto nível de desenvolvimento social, político e econômico, adotaram o sistema como forma de inovar na promoção da democracia (Chen, Chen, Huang e Ching, 2006). Phippen e Lacohée (2006) ressaltam que entre as principais motivações para a adoção de iniciativas de governo eletrônico estão a garantia de mais participação dos cidadãos nos processos de decisão política e a busca por mais eficiência na prestação de serviços públicos e de informação.

Em relação ao nível de aplicação das iniciativas de *e-government,* Bélanger e Hiller (2006) fazem a classificação em cinco níveis, com base na interação entre o governo e a sociedade:

- Nível 1: Disponibilização de informações básicas na internet.
- Nível 2: Comunicação de duas vias, através da qual os cidadãos podem fazer requerimentos e outros pedidos.
- Nível 3: Permite a realização de transações financeiras, como o pagamento de impostos e serviços
- Nível 4: É um nível no qual todos os serviços de um governo estão integrados em plataformas online. Requer um alto grau de engajamento por parte da gestão, para que seja possível manter as plataformas atualizadas e operantes.
- Nível 5: É o nível que permite a participação plena dos cidadãos, que, por meio de plataformas eletrônicas poderiam até mesmo exercer o direito do voto em relação às principais decisões de uma gestão. Permite ainda o total acesso às informações e a possibilidade de realizar diversos serviços online, além de permitir uma grande interação, facilitando a comunicação para receber críticas e sugestões.

A ONU - Organização das Nações Unidas também apresenta um modelo de definição de governo eletrônico[5]. De acordo com Freire (2014), o modelo apresentado pela ONU possui níveis cuja diferenciação varia de acordo com informações disponibilizadas, como links para departamentos e a possibilidade de acesso a informações de arquivo; serviços governamentais; informações unidirecionais governo-cidadão (G2C), como notícias online, regulamentos, relatórios e boletins informativos disponíveis para download; serviços transacionais, bidirecionais, de caráteres financeiro e não-financeiro; aplicativos móveis; serviços integrados e participativos; disponibilização de modelos de interatividade plena.

No caso específico da Prefeitura de Vitória, ainda não é possível definir de forma peremptória em qual estágio a administração do município está. Mesmo porque os modelos apresentados pela ONU e pelos pesquisadores aqui citados são demasiado abrangentes para que se possa incluir a cidade em uma categoria específica. No entanto, pode-se afirmar com segurança que a gestão do prefeito Luciano Rezende tem demonstrado um grande interesse em promover o *e-government* e tem conseguido avanços em campos que passam pela questão administrativa, social e tributária. Em relação ao projeto do Gabinete Online, ele claramente se posiciona na área da participação eletrônica (*e-participation*).

Para Rasmussen (2006) e-participação estabelece-se tendo como o centro o processo de decisão política, sendo que, neste caso, o governo procura se associar aos cidadãos em busca de informações. Mas Freire (2014) alerta para o fato de que a participação eletrônica deve ser encarada como apenas mais uma opção no processo democrático, não podendo ser a sua única ferramenta de participação nas gestões públicas, uma vez que o acesso à internet ainda é limitado, havendo uma grande quantidade de pessoas que não está conectada.

De qualquer forma, ao adotar uma ferramenta de discussão direta com os cidadãos, a Prefeitura de Vitória deu um importante passo rumo à ampliação dos canais democráticos, tão prementes nesta era de quebra de paradigmas em relação às instituições de representatividade política.

2. Gabinete Online: uma experiência de co-gestão

Criado em fevereiro/2013, o Gabinete Online teve sua primeira edição em agosto do mesmo ano. Planejado pela Secretaria de Comunicação da Prefeitura de Vitória, o projeto é executado utilizando como plataformas principais o Hangout[6], para a transmissão das webconferências, e o Ning[7], onde se concretiza o fórum de ideias, com a compilação das propostas enviadas pelos cidadãos e a escolha das melhores por meio de voto aberto. Cada uma das cinco edições já realizadas do Gabinete Online é dividida em três etapas: webconferência, fórum e resposta do prefeito ou autoridade (secretários municipais), por meio de vídeo, às três propostas mais votadas. Todas as propostas enviadas são também respondidas por e-mail pela equipe da Secretaria de Comunicação, que além disso as consolida e encaminha ao gabinete do prefeito.

A transmissão da webconferência e o envio de propostas são realizados pelo *hotsite* gabineteonlinevitoria.com.br, do qual há também uma versão *mobile*. Estimula-se ainda o uso da *hashtag* #gabineteonline para interações em redes sociais[8] – envio de perguntas e comentários – durante a transmissão. Todos os comentários são analisados pela equipe da Secretaria de Comunicação, que dá suporte ao evento e ao prefeito, e respondidos em tempo real ou posteriormente.

---

5 O modelo da ONU está disponível em http://www.un.org/en/development/desa/publications/connecting-governments-to-citizens.html. [Consultado em 23 de novembro de 2014].

6 O Hangout é uma plataforma do Google que permite a realização de Webconferências. Mais informações disponíveis em http://www.google.com/+/learnmore/hangouts/?hl=pt-BR. [Consultado em 28-11-2014].

7 O Ning é uma plataforma que permite a criação de redes sociais específicas, sem a necessidade do usuários conhecer a linguagem de programação eletrônica. Mais informações disponíveis em http://www.ning.com/pt-br/. [Consultado em 28-11-2014].

8 A Prefeitura de Vitória é ativa no Facebook (/vitoriaonline), com 50 mil curtidas; Twitter (/VitoriaOnLine), com 11,6 mil seguidores; e Instagram (@vitoriaonline), com 1015 seguidores.

Esteve (2009) caracteriza três modos distintos de governação na democracia: Burocrático, Gerencial e Governança. O modo Burocrático desenvolve-se a partir dos Estados liberais na segunda metade do século XIX, chegando até os anos 80 do século XX. Nele, há a predominância da burocracia, que deve ser entendida como um grupo de especialistas – funcionalismo – responsável por manter o funcionamento do Estado. "O político eleito com a responsabilidade de governar é o representante dos cidadãos para dar cumprimento às normas da sociedade com a ajuda da burocracia (...) Os políticos, com o apoio da burocracia, identificam e gerenciam o interesse geral." (ESTEVE, 2009, p.38)

No modo Gerencial, os objetivos são a economia, a eficácia e a eficiência (os 3 "E"), o que traz uma preocupação com a produtividade e a adoção de uma gestão empresarial dos serviços públicos. Teve seu apogeu nos anos 90 do século XX e, segundo o autor, ainda é o modo dominante na atualidade.

A Governança Democrática ou Governo Compartilhado, modelo a que o Gabinete Online está diretamente relacionado, surge a partir da crise de representação política e da economia, que ameaçam o Estado provedor e gestor dos recursos coletivos. Há intensa colaboração entre a sociedade civil e o governo na regulação dos assuntos coletivos e do interesse público:

> *"Governança é, portanto, uma nova forma de governar própria da sociedade-rede, é o modo de governar para fazer frente à crescente complexidade e diversidade das sociedades contemporâneas, que se caracterizam pela interação de uma pluralidade de atores, relações horizontais, pela participação da sociedade no governo e sua responsabilidade de fazer frente aos desafios socialmente colocados."* (Esteve, 2009, p.42)

Dessa maneira, a adoção institucional de um instrumento que permita transformar o cidadão em co-gestor da sua cidade, definindo estratégias e prioridades nas ações governamentais, é um passo importante para o estabelecimento de uma forma de governar compartilhada e inovadora, possível pela adoção da tecnologia e da *e-participation.*

2.1 Resultados do Gabinete Online

Entre agosto/2013 e agosto/2014 foram realizadas cinco edições do Gabinete Online, com os seguintes temas: Gestão Compartilhada (30/08/2013); Mobilidade Urbana (20/09/2013); Segurança Pública (20/11/2013); Vitória Alfabetizada (24/06/2014); e Fábrica de Ideias (12/08/2014). Os dois últimos trataram de programas em curso na gestão municipal, relacionados à erradicação do analfabetismo adulto (hoje são cerca de quatro mil analfabetos entre 15 e 59 anos em Vitória) e à conclusão de um prédio público para sediar as iniciativas ligadas à economia criativa e tecnologia na cidade.

Os resultados gerais indicam uma crescente participação popular, e um engajamento mais intenso quando o tema já tem, por si só, grande interesse (caso da discussão sobre mobilidade urbana, que concentrou o maior número propostas apresentadas – 39):

– Facebook - 11.092 interações (entre curtidas, comentários e compartilhamentos); 2.376.853 de alcance;
– YouTube - Total de 35.518 visualizações;
– Instagram - Total de 485 interações (curtidas e comentários nos posts do Gabinete Online nos perfis @lucianorezendevix[9] e @vitoriaonline);
– Site - 116 sugestões nos Fóruns de Ideias; 708 membros inscritos.

9 Perfil pessoal do prefeito Luciano Rezende, bastante ativo em redes sociais.

2.1.1 Gestão Compartilhada (30/08/2013)

A primeira webconferência teve como tema a própria Gestão Compartilhada. Por se tratar de um conceito novo e ainda pouco utilizado, e pela sua importância na caracterização da gestão Luciano Rezende como inovadora e democrática, optou-se por apresentar o modelo à população.

Participantes: Luciano Rezende - Prefeito de Vitória; Andre Telles - especialista em Mídias Sociais; Sergio Denicoli - doutor em Ciências da Comunicação; Rodrigo Rossoni - membro da Transparência Capixaba (organização não-governamental que atua no acompanhamento das ações governamentais, visando sua correção e transparência); Marcilio Riegert - CEO da Start You Up, startup de tecnologia; Renzo Colnago - especialista em Inovação e Tecnologias Digitais.

– Facebook - Total de 2.820 interações (entre curtidas, comentários e compartilhamentos) e 744.289 pessoas atingidas pelos posts do Gabinete Online;
– YouTube - Total de 17.729 visualizações;
– Instagram - Total de 181 interações (entre curtidas e comentários, nos posts do Gabinete Online no perfil @lucianorezendevix);
– Site - 29 sugestões no Forum de Ideias, 35 membros participantes (enviaram sugestões ou comentários), 2.610 visitas (entre 26/08/2013 e 15/09/2013).

Por se tratar de uma primeira experiência do Gabinete Online, cuja temática também não era de domínio público, algumas propostas enviadas ao Fórum de Ideias tratavam de assuntos diferentes do discutido na webconferência. Foram mencionados a necessidade de aumento do efetivo da Guarda Municipal, plantio de árvores, ciclovia, transporte urbano, entre outros. As mais votadas, comentadas em vídeo pelo prefeito, foram:

- Política da educação inclusiva - papel do estagiário na rede municipal de ensino de vitória: 17 apoios / 8 comentários no fórum de ideias;
- Sem religião, por um poder público laico: 7 apoios;
- Reforma geral da Praça dos Namorados: 4 apoios / 3 comentários;
- Ampliar a transparência através da divulgação online: ênfase no orçamento participativo! – 4 apoios / 1 comentário.

2.1.2 Mobilidade Urbana (20/09/2013)

A discussão sobre Mobilidade Urbana ocupa, em Vitória, espaço semelhante ao que vem ganhando em todas as metrópoles brasileiras. A cidade, cuja maior parte do território está em uma ilha, ocupa a área central da região metropolitana, e por isso suas vias são intensamente utilizadas para acesso aos demais municípios. Além disso, o uso das bicicletas como meio de transporte teve grande destaque durante a campanha eleitoral, abordada em debates e programas eleitorais gratuitos.

Participantes: Luciano Rezende - Prefeito de Vitória; Max da Mata - secretário municipal de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana; Simone Chieppe Moura - Presidente da GVBus (Sindicato das Empresas de Transporte Metropolitano da Grande Vitória); Augusto Alvarenga - Arquiteto, professor da Universidade Federal do Espírito Santo e conselheiro do Plano Diretor Urbano de Vitória; Edvaldo Patêz - advogado e ciclista; Jefferson Cabral - ciclista e diretor técnico da Federação Capixaba de Ciclismo; Fernando Mendes - jornalista e coordenador da Transparência Capixaba Jovem.

– Facebook - Total de 879 interações (entre curtidas, comentários e compartilhamentos) e 326.033 pessoas atingidas pelos posts do Gabinete Online;
– YouTube - Total de 2.404 visualizações;
– Instagram - Total de 96 interações (curtidas e comentários nos posts do Gabinete Online nos perfis @lucianorezendevix e @vitoriaonline);
– Site - 37 sugestões no Forum de Ideias; 38 membros participantes (enviaram sugestões ou comentários); 1.370 visitas (entre 16/09/2013 e 13/11/2013).

O Gabinete Online sobre Mobilidade Urbana recebeu o maior número de propostas (39), e não houve entre estas nenhum distanciamento da temática proposta. As mais votadas foram:

- Construção de viaduto ou mergulhão no cruzamento da Av. Dante Micheline com a Av. Norte e Sul: 24 apoios;
- Promover a articulação de ações para assegurar uma gestão integrada da política de mobilidade urbana. Uso racional dos recursos públicos e gestão eficiente para melhor qualidade de vida para todos: 21 apoios;
- Bicicleta - sugestões realmente viáveis: 7 apoios.

2.1.3 Segurança Pública (20/11/2013)

Apesar de não ser uma atribuição do município, a Segurança Pública é um tema que mobiliza a população, a imprensa e, por conseguinte, foi selecionado para a terceira edição do Gabinete Online. Assim como a Mobilidade Urbana, esta temática também recebeu grande atenção durante o processo eleitoral na cidade de Vitória. Uma das ações da atual gestão com maior *recall* é a criação da Guarda 24h.

Participantes: Luciano Rezende - Prefeito de Vitória;Wellington da Costa Ribeiro - secretário municipal de Segurança Urbana; Márcia Barros Ferreira Rodrigues -professora de pós-graduação da Universidade Federal do Espírito Santo nas áreas de Ciências Sociais e História; Thiago Fabres - Mestre e Doutor em Direito e Criminalidade, professor da Faculdade de Direito de Vitória e advogado criminalista; Juarez Oliveira - fundador do Atitude Inicial e coordenador do projeto Vida Urgente, ambos ligados a jovens.

– Facebook - Total de 2.073 interações, entre curtidas, comentários e compartilhamentos e 424.397 pessoas atingidas pelos posts do Gabinete Online;
– YouTube - Total de 4.912 visualizações;
– Instagram - Total de 90 interações (curtidas e comentários nos posts do Gabinete Online nos perfis @lucianorezendevix e @vitoriaonline);
– Site - 35 sugestões no Forum de Ideias; 57 membros participantes (enviaram sugestões ou comentários); 1.587 visitas (entre 14/11/2013 a 20/12/2013).

Como era esperado em razão de sua capacidade de mobilização do interesse coletivo, as propostas enviadas para o Forum de Ideias sobre Segurança Pública tiveram, individualmente, o maior número de votos do Gabinete Online. As três mais votadas indicavam ações concretas a serem executadas pelo poder público – a segunda já está sendo colocada em prática:

Base comunitária da Guarda Municipal no bairro Jardim Camburi: 31 apoios;
Mudanças na segurança: 34 apoios;
Base da guarda próximo à ponte da passagem: 24 apoios.

2.1.4 – Vitória Alfabetizada (24/06/2014)

O projeto Vitória Alfabetizada tem por objetivo a alfabetização de cerca de 4 mil pessoas entre 15 e 59 anos, que segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o número de analfabetos na cidade de Vitória. No período de realização da webconferência, formava-se a primeira turma de alunos. Diferentemente das edições anteriores do Gabinete Online, este teve como participantes – além dos representantes do poder público municipal e de especialistas na temática – duas integrantes do projeto, que puderam falar sobre a sua experiência.

Participantes: Luciano Rezende - Prefeito de Vitória; Adriana Sperandio - Secretária Municipal de Educação; Márcia Machado - coordenadora do Projeto Vitória Alfabetizada; Glória Rodrigues e Anelina Francisco dos Santos - alunas do Projeto Vitória Alfabetizada; David Nemer - candidato a PhD em Informática Social da Universidade de Indiana e autor do livro “Favela Digital: O outro lado da tecnologia”; Jefferson Cabral - Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Espírito Santo e diretor executivo da Universidade de Vila Velha.

– Facebook - Total de 1.681 interações, entre curtidas, comentários e compartilhamentos e 601.855 pessoas atingidas pelos posts do Gabinete Online;
– YouTube - Total de 4.638 visualizações;
– Instagram - Total de 60 interações (curtidas e comentários nos posts do Gabinete Online nos perfis @lucianorezendevix e @vitoriaonline);
– Site - 5 sugestões no Forum de Ideias; 9 membros participantes (enviaram sugestões ou comentários); 1.721 visitas (entre 24/06/2014 a 04/07/2014).

Todas as propostas enviadas foram respondidas ou comentadas por e-mail. As mais votadas foram comentadas em vídeo:

- Superação do analfabetismo no município de Vitória/qualificação para o trabalho: 6 apoios;
- Plano de escolarização de egressos do Vitória alfabetizada: 2 apoios;
- Formar pessoas, não mão-de-obra: 1 apoio.

Dessa vez, não houve engajamento relevante no Fórum de Ideias, o que pode ser explicado pela temática não atrair o público mais presente na Internet ou nas redes sociais.

2.1.5 – Fábrica de Ideias (12/08/2014)

Tendo como sede a antiga Fábrica de Tecidos 747, a Fábrica de Ideias foi inaugurada em julho/2014, após nove anos de obras. A Fábrica de Ideias é um espaço dedicado à formação de empreendedores, com foco nas áreas que são consideradas vocações da cidade de Vitória, como serviços, tecnologia, economia criativa e turismo. Com apenas parte do prédio entregue e previsão para a conclusão das obras internas em 2015, o Gabinete Online teve como objetivo discutir possíveis estratégias de ocupação do espaço, além de apresentar perspectivas e desafios da economia criativa na cidade.
Participantes: Luciano Rezende - Prefeito de Vitória; Leonardo Krohling - Secretário Municipal de Turismo, Trabalho e Renda; Fernando Viana - diretor da Fundação Brasil Criativo; Luciana Paiva - coordenadora da Aceleradora Aceleravix; Fabrício Noronha - diretor da produtora Lab.Muy - Arte y Cultura Digital.
– Facebook - Total de 3.639 interações, entre curtidas, comentários e compartilhamentos e 280.279 pessoas atingidas pelos posts do Gabinete Online;
– YouTube - Total de 5.835 visualizações;
– Instagram - Total de 56 interações (curtidas e comentários nos posts do Gabinete Online nos perfis @lucianorezendevix e @vitoriaonline);
– Site - 10 sugestões no Forum de Ideias; 10 membros participantes (enviaram sugestões ou comentários); 758 visitas (entre 05/08/2014 a 20/08/2014).

As propostas recebidas concentraram-se em possíveis usos para o espaço da Fábrica de Ideias:

- Criação de galeria itinerante: 1 apoio;
- Café com letras: 1 apoio;
- Plano para a economia criativa na cidade de Vitória: 1 apoio.

Apesar de não receber muitas propostas ou votos no Fórum de Ideias, o Gabinete Online sobre a Fábrica de Ideias obteve o maior número de interações no Facebook, o que pode indicar um público habituado a interagir em tempo real, perfil associado aos possíveis frequentadores do espaço.

CONCLUSÃO

A inciativa Gabinete Online, da Prefeitura de Vitória, se insere em um contexto contemporâneo da comunicação mediada por computador, no qual as administrações públicas buscam estabelecer novos meios de contato e interação com os cidadãos, através de plataformas aptas ao chamado *e-government*.

Ao conectar-se com a população por meio das ferramentas online, consegue-se alcançar uma maior resolutividade no que diz respeito às questões que demandam um esforço por parte da gestão pública, mas que, nos trâmites *offline*, esbarram em métodos burocráticos que conduzem o funcionamento dos Estados a uma forma mais limitada e restrita. Assim, utilizando a internet, amplia-se a participação democrática e cria-se uma nova pólis, eletrônica, onde os debates são estimulados pela gestão municipal. Possibilita-se o debate de ideias ampliado e a colocação de propostas por parte de especialistas convidados e também da população interessada em participar da administração.

Pelos resultados obtidos em Vitória, notamos que o Gabinete Online funciona como uma iniciativa de aperfeiçoamento da gestão democrática e como uma excelente ferramenta de discussão e posterior resolução dos problemas da cidade, a partir de observações feitas por *experts*, mas que se aliam aos anseios e necessidades dos habitantes. Reflete, ainda, uma visão pós-moderna de gestão pública, contemporânea e em total consonância com a atualidade, pois os cidadãos estão cada vez mais presentes e atuantes na sociedade em rede.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES (2006) *A Política*, São Paulo: Escala Educacional.

BAUMAN, Zygmunt (2011). Modernidade líquida. Zahar, Rio de Janeiro.

DENICOLI, Sergio (2012). A implementação da televisão digital terrestre em Portigal. Tese de doutoramento. Universidade do Minho, Braga. Disponível em https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/22349/1/Sergio%20Denicoli%20dos%20Santos.pdf [Consultado em 19-10-2014].

CARTER, L., BELANGER, F. (2005). *The utilization of e-government services: citizen trust, innovation and acceptance factors*, in. Information Systems Journal, 15 (1), 5-25.

CHEN, Y., CHEN, H., HUANG, W., CHING, R. (2006) *E-Government Strategies in Developed and Developing Countries: An Implementation,* in Journal of Global Information Management, pg. 23.

ESTEVE, Josep M. Pascual. Governança democrática: construção coletiva do desenvolvimento das cidades. Belo Horizonte: Editora UFJF/Fundação Astrojildo Pereira, 2009.

FREIRE, Marlon (2014). E-Citizen Core – Uma Plataforma de Participação Eletrónica para Apoio nas Tomadas de Decisões Políticas. Dissertação de mestrado. Universidade de Coimbra, Coimbra.

GÓMEZ-BARROSO, J.; Feijóo, C. (2010) 'A comceptual framework for public-private interplay in the telecommunications sector', *Telecommunication Policy* 34 (9): 487-495.

GUTTERMAN, Brian (2011) (ed.). IGF 2011: Internet as a catalyst for change: access, development, freedoms and innovation. Nairobi, Kenya. Disponível em http://www.intgovforum.org/cms/documents/publications/176-internet-as-a-catalyst-for-change-access-development-freedoms-and-innovations/file. [Consultado em 21-11-2014].

HOESCHL, H. (2002). *Quarta instância: Os principais aspectos do Governo Eletrônico*. In Revista Consultor Jurídico, 7 de outubro.

LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sébastien. Os tempos hipermodernos. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LOUREIRO, Luis (2012). O ecrã da identificação. Tese de doutoramento. Universidade do Minho, Braga. Disponível em http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/20462. [Consultado m 12-11-2014}.

MCCHESNEY, R. (2003) 'Theses on media deregulation', *Media, Culture & Society* 25: 125-133.ePhippen, A.; Lacohée, H. (2006). *e-Government - issues in citizen engagement,* BT Technology Journal.

RASMUSSEN, L., DAVENPORT, E. and HORTON, K. (2006). Initiating E-Participation Through a Knowledge Working Network.. In , Proceedings of International Conference on e-Government and e-Business (i3e; IFIP - TC6). Finland: Turku.

STIGLER, G. (1971) 'The theory of economic regulation', *The Bell Journal of Economics and Mangement Science*, 2 (1): 3–21.

STONE, D. (2001) Policy Paradox: The art of political decision making, W.W. Norton, New York.

VAN SCHEWICK, Barbara (2010). Internet architecture and innovation. Cambridge, Massachusetts. The MIT press.

WEBSTER, F. (1995) Theories of the Information Society. London and New York, Routledge.

Sociabilidade (s) em grande centro urbano na sociedade contemporânea: estudo qualitativo com jovens adultos e seus amigos duradouros.

Bárbara Garcia Ribeiro Soares da Silva[1]

Resumo: Esta proposta tem como objetivo principal discutir de que maneira jovens adultos, moradores de grande centro urbano, vivenciam as suas relações de amizade duradouras na sociedade contemporânea. Para tanto, serão expostos alguns dos resultados da pesquisa qualitativa realizada para a conclusão de minha tese de doutorado, em que foram entrevistados 37 homens e mulheres de 24 a 40 anos, pertencentes às camadas médias, todos habitantes da metrópole paulistana. Ao analisar a vida social de tais indivíduos, no campo da amizade, será dada ênfase à sociabilidade urbana; à compreensão da ideia de espaço e tempo; e à influência das novas tecnologias (Internet e telefone celular).
Palavras-chave: amizade, sociabilidade, Internet, telefone celular, jovens, cidade.

1. Introdução

Na sociedade contemporânea são comuns novas formas de sociabilidade ao se observar as relações de amizades duradouras dos jovens adultos, uma vez que é cada vez mais frequente o uso das novas tecnologias, como a Internet e o telefone celular. Durante a realização da pesquisa de campo para a conclusão de minha tese de doutorado, em dois períodos diferentes, no segundo semestre de 2010 e entre dezembro de 2012 a agosto de 2013, foram observadas as sociabilidades: "sociabilidade física" ou tradicional, a "sociabilidade em rede", a "sociabilidade do telefone" e a "sociabilidade do telefone em rede".
Houve diferenças nas formas de sociabilidade vistas, por exemplo, em 2010 era mais comum ser encontrada a "sociabilidade do telefone", já no segundo período, entre 2012 e 2013 foi marcante a presença da "sociabilidade do telefone em rede", uma vez que cada vez mais esses jovens passaram a se comunicar pela Internet pelo uso do telefone celular. Neste artigo, serão tratadas de forma detalhadas algumas dessas análises empreendidas sobre as sociabilidades e a vivência das amizades duradouras pesquisadas.

2. Perfil das amizades duradouras no grande centro urbano

As amizades duradouras de jovens adultos, com idade de 24 a 40 anos, foram estudadas entre os anos de 2009 e 2013 para a conclusão de minha tese de doutorado. É importante esclarecer que essas amizades são definidas por três elementos principais, quais sejam, a afinidade, o afeto e a permanência. A afinidade é caracterizada como as histórias e experiências vividas comumente pelos indivíduos que travam esse tipo de relação social. Portanto, a afinidade não se caracteriza pelos interesses comuns vistos entre os amigos. Uma vez que os jovens consultados para nossa pesquisa de campo apresentam relações de amizade com mais de 10, 20 ou até 30 anos de duração, essas foram definidas como amizades duradouras. Com relação ao afeto, esse se origina e se fortalece da afinidade existente entre os envolvidos e, uma vez consolidado torna-se um elemento marcante desse tipo de relação social.
O depoimento de um entrevistado, listado abaixo, retrata de forma objetiva como a amizade pode se tornar uma

---

1 Bárbara Ribeiro é doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, e mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo. No doutorado, concluído em 2014, foi estudada a função social da amizade duradoura na sociedade contemporânea. A sua pesquisa de mestrado tem como tema a violência conjugal contra mulheres de classes médias no município de São Paulo. A pesquisadora também leciona Sociologia para alunos e alunas do Ensino Médio há 4 anos. babigrss@hotmail.com.

relação duradoura, porque tem dois elementos marcantes: a afinidade e o afeto; sendo o primeiro importante para permitir a aproximação e a troca de vivências, experiências ou histórias em comum, e o outro necessário para a consolidação da relação e também para a sua permanência ao longo da vida.

"A pessoa com quem eu tenho uma amizade mais sublime de todas, é uma menina com quem eu me encontrei num grupo de jovens, quando a gente tinha 15 anos. Então, a gente estava num lugar comum, procurando coisas em comum (...). A gente se conheceu por acaso e aí a gente começou a conversar, e conversar, e se encontrava toda semana, e naturalmente fomos encontrando afinidades um no outro. Ambos tinham vários colegas, amigos com quem conversar, mas nós dois percebemos que a gente tinha muita coisa em comum, a gente foi se aproximando ao ponto que, quando eu me mudei de Minas (...) a gente continuou se comunicando por cartas, semanalmente, a gente tem várias cartas guardadas, logo depois eu voltei para Minas para fazer faculdade, e a gente se reencontrou na mesma faculdade, e a gente ficou mais próximo ainda, porque a gente percebeu as nossas mudanças e, o mais engraçado, é que como o afeto já tinha formado, as afinidades já não estavam mais tão sincronizadas (...). Depois, quando a gente se reencontrou na faculdade, a gente já tinha por volta de 20, mas a gente já tinha o afeto. Então, a gente já não tinha tantas coisas em comum mais (...). Quando eu vim para São Paulo, a gente ficou realmente um tempo sem se ver, a gente só mandava uma carta, a gente falava muito pouco, como nós dois não somos muito desta geração da Internet, então, a gente se comunicava pouco realmente. Porém, logo depois de uns dois anos, ela veio para São Paulo. E a gente se reencontrou aqui, então, a gente se via esporadicamente nesse período, mas não falava muito. Quando ela veio para cá, a gente não se falava muito, e quando ela veio para cá, o afeto continuava o mesmo. E como eu amadureci tanto, as conversas passaram a ser quase as mesmas, assim. A gente amadureceu, cada um de uma forma. As afinidades foram maiores ainda e o afeto permaneceu o mesmo" (Homem).

Os jovens entrevistados possuem amizades formadas principalmente na fase da vida considerada a adolescência e, em menor quantidade, na infância (mas não menos considerável), nas mais diferentes instituições sociais, com destaque principalmente à escola. Essa é a instituição social que propiciou o surgimento da maioria das amizades duradouras estudadas. Mas outras instituições sociais foram mencionadas com bastante frequência pelos entrevistados, tais como a faculdade e a universidade, o local de trabalho, a vizinhança (mesmo prédio ou rua de bairro), e a igreja.

É importante mencionar que o fim da adolescência e o início da vida adulta, na época da formação universitária, considerando-se que todos os entrevistados e as entrevistadas deste estudo qualitativo concluíram o curso Superior, é um momento importante na constituição das amizades pesquisadas, pois boa parte delas se iniciou durante a faculdade. Este é o segundo ambiente social, logo após a escola, que propiciou a origem das amizades duradouras estudadas. Nessa fase universitária, muitas amizades são constituídas e originam-se do próprio círculo social dos envolvidos, ou seja, algum amigo comum, em determinado ambiente social, possibilita a apresentação de pessoas que virão a ser bons amigos.

Em uma fase posterior à formação universitária, o trabalho é outra instituição social marcante na formação das amizades duradouras dos entrevistados. Inclusive é nessa instituição social em que foram encontradas amizades formadas recentemente por entrevistados (as), que já são consideradas como amizades que devem durar ao longo de suas vidas.

A maioria dos entrevistados citou ter pelo menos um/(a) amigo/(a) duradouro/(a) pelo qual, apesar da pouca frequência dos encontros ou de esses acontecerem bem menos vezes do que num período anterior na fase da vida de ambos, como na vida escolar ou universitária, ainda se tem a impressão de que seu último encontro pessoal ocorreu há "pouco tempo" ou até mesmo "ontem". Em resumo, apesar do tempo e do espaço terem se tornado mais influentes nesta relação, a distância entre os envolvidos nesta relação se tornou maior ou o espaço de convívio social se modificou, estes não a impedem de perdurar com a força de antigamente.

A forma de manutenção do contato social entre amigos é outro ponto fundamental para a compreensão das amizades duradouras na sociedade contemporânea. E apesar de os encontros face a face serem menos frequentes, esses não deixam de existir. Mas o contato social à distância torna-se mais frequente, sendo cada vez mais comum o uso das novas tecnologias, como o telefone celular e a Internet, para a manutenção da comunicação neste tipo de amizade estudada. Os depoimentos citados ilustram isso:

"(...) não precisa ir na minha casa toda semana, amigo não é isso, eu acho. Eu posso ficar um ano sem ver que

continua meu amigo(...). Porque nem é sempre que seus amigos estão disponíveis para você e você está disponível para os seus amigos, (...)" (Mulher).
"É que são coisas meio diferentes, este pessoal é mais prático e eu tenho contato assim todo dia a dia. É a maneira que a gente encontrou de manter o nosso dia a dia pós-faculdade, porque é uma equipe muito unida, (...) . Cada um vai para um lado, vai para uma empresa. E a gente ter um meio de comunicação diário ainda é a forma que a gente encontrou de manter uma rotina, de ter um contato diário (...)" (Homem).
Com isso, abordaremos a questão da manutenção do contato social entre os amigos duradouros, o que permitirá discutir as sociabilidades encontradas em um grande centro urbano na sociedade contemporânea.

3. A manutenção do contato social da amizade duradoura e as sociabilidades no centro urbano na contemporaneidade

A permanência é um dos elementos que caracterizam as amizades duradouras, conforme evidenciado no tópico anterior. No entanto, é importante reconhecer que a duração de uma amizade só ocorre pelo fato de haver o esforço de ambas as partes para a manutenção do contato social, não só o contato físico, mas também aquele feito a distância, por meio das diversas formas de comunicação, desde aquelas consideradas antigas (a carta, o telefone residencial), até as novas tecnologias (o telefone celular, a Internet e suas ferramentas de comunicação).
Nas duas etapas da pesquisa de campo, os entrevistados reconhecem a importância do encontro presencial em suas amizades duradouras. Todavia, este não é um de seus elementos característicos. Afinal, conforme verificado por meio da análise das entrevistas, são a permanência, a afinidade e o afeto as qualidades componentes da amizade duradoura. Além disso, são esses elementos que geram a necessidade, ou mesmo a disponibilidade maior, para que o encontro aconteça.
Nesse sentido, grande parte dos entrevistados acredita que o encontro face a face fortalece a relação de amizade, apresentando-se como um diferencial nesse tipo de relação, pois é comum haver um esforço maior para propiciar o reencontro, marcado principalmente por meio da Internet e pelo telefone celular. Conforme este depoimento de uma entrevistada retrata, os amigos se empenham mais para que haja o contato físico, quando a amizade é duradoura:
"Para a gente não basta, porque a gente tem muito assunto, então, só para assuntos práticos. Quando, por exemplo, a gente precisa falar de uma coisa, ele diz pontos práticos, porque o e-mail serve para isso. Quando eu quero ligar mesmo para ele, tem que ligar ou a gente tem que se encontrar. E geralmente é se encontrar pessoalmente" (Mulher).
Os entrevistados também concordam, que o encontro presencial é insubstituível e não é o mesmo que uma conversa tida por meio de uma ferramenta disponível pela Internet, ainda que se use o sistema de vídeo. Todos os entrevistados reconhecem esse fato e acreditam que a possibilidade de manter o contato social pela Internet auxilia a postergar ou a diminuir o sentimento de saudade; comum, devido ao afeto existente nesse tipo de relação interpessoal.
Apesar das considerações a respeito do encontro presencial, deve-se destacar que na maioria das amizades duradouras estudadas é cada vez mais frequente que os amigos se falem pela Internet e pelo telefone celular, do que se encontrem fisicamente.
Logo, para manterem o contato social com seus amigos duradouros, os participantes afirmam que se utilizam dos diversos meios de comunicação disponibilizados pela Internet, tais como: o e-mail ou o correio eletrônico, os programas de mensagem instantânea e as "redes sociais".
Na primeira etapa da pesquisa de campo, realizada no segundo semestre de 2010, houve diferenças quanto aos produtos mais utilizados na comunicação com os/(as) amigos/(as) duradouros/(as) se comparada com a segunda fase da pesquisa, realizada de dezembro de 2012 a agosto de 2013. Tal fato mostra a velocidade com que essas formas de comunicação são alteradas.
Todos os entrevistados durante a primeira fase da pesquisa afirmaram utilizar-se do e-mail para a comunicação com seus amigos duradouros; além disso, foi bastante frequente a menção ao uso de programas de mensagens instantâneas, sendo o *MSN Messenger* o mais citado, seguido pelas demais ferramentas de comunicação dis-

poníveis no correio eletrônico, e as "redes sociais na Internet", como o *Orkut* e o *Facebook*. Entretanto, vale destacar que, excetuando-se o e-mail, esses programas foram citados com uma frequência bem menor na segunda etapa da pesquisa.

Na primeira etapa da pesquisa qualitativa realizada para a conclusão da tese, a forma de comunicação mais comumente utilizada pelos entrevistados com os seus amigos duradouros era o telefone celular, pois muitos afirmaram a sua preferência em ligar, pelo fato de apresentarem certo desconforto com as formas de comunicação eletrônica disponíveis pela Internet.

Já a análise das formas de comunicação entre amigos duradouros na segunda etapa da pesquisa de campo mostra que é mais frequente o uso de aplicativos de telefone celular voltados para a comunicação interpessoal, com destaque ao *WhatsApp Messenger*, que foi citado por muitos entrevistados na fase final da investigação. Também muitos eles acessam as "redes sociais na Internet", como o *Facebook*, pelo telefone celular.

Um dos aspectos discutidos, quando os entrevistados eram indagados sobre as formas de comunicação social existentes - sejam estas usadas via telefone celular ou via Internet, acessada por computador pessoal ou por telefone celular - refere-se à instantaneidade na troca de informação, a qual se tornou um item fundamental ao se considerar, por exemplo, o uso recente do aplicativo *WhatsApp* no telefone celular.

Uma das entrevistadas explica a necessidade de se comunicar de modo imediato nesta sociedade, ou seja, faz referência a uma das características marcantes da "condição pós-moderna" (HARVEY, 1993):

"Olha, já não me acontece mais isso não, sabe por quê? Antigamente eu lembro que eu mandava muito e-mail para os meus amigos. Tipo aqueles e-mails gigantes assim, só que hoje é tudo muito instantâneo" (Mulher).

Além de a comunicação ser instantânea, há uma necessidade maior da rapidez na troca de comunicação, o que não acontece, segundo a entrevistada, com o uso do correio eletrônico, pois, nesse caso, há que se aguardar a resposta da pessoa, às vezes, ao longo do dia ou mesmo por dia/(s).

As novas formas de comunicação, dadas por meio de programas de mensagens instantâneas, disponíveis em aplicativos de telefone celular, e citadas nas entrevistas, sobretudo nas ocorridas em 2013, são um bom exemplo da necessidade de rapidez na comunicação:

"É, porque hoje é assim, é: 'oi, tudo bem?' 'Tudo'. Ah, eu estava não sei onde e aí começa a contar uma história e daí já vem a resposta assim, não tem, tipo, várias histórias e várias coisas e depois vem várias respostas, várias coisas. Agora é como se você tivesse meio que conversando com a pessoa, então é meio simultâneo" (Mulher).

Também foi destacada, além da instantaneidade e da rapidez na comunicação, a impessoalidade que pode ter se tornado maior pelo uso da Internet do que pelo telefone celular.

Com isso, é possível passar a discussão das sociabilidades mais comumente encontradas na pesquisa qualitativa empreendida para a conclusão da nossa tese, que foi realizada com 37 jovens adultos moradores da metrópole paulistana. Antes de apresentar tal discussão, é importante demonstrar como a literatura aborda o tema da (s) sociabilidade (s).

Santaella e Lemos (2010) pesquisaram uma "rede social digital", no caso, o Twitter. No que diz respeito à sociabilidade, estas pesquisadoras consideram que houve uma mudança, pois, na década de 1990, havia uma ênfase na "interatividade entre humano e máquina" e, depois, passou-se para uma "experiência direta de sociabilidade em rede mediada por computador".

O conceito de "sociabilidade em rede" é bastante diferente da sociabilidade tradicional, ou da "sociabilidade física". Há, portanto, uma mudança do paradigma existente a partir das redes sociais. Assim, o conceito de "sociabilidade em rede" diz respeito à forma de sociabilidade que é efêmera, informacional e tecnológica, que pode combinar tanto trabalho como lazer.

Para entender essa mudança de paradigma nas formas de sociabilidade, é importante estudar e analisar a formação de um elemento fundamental nas redes sociais: os laços sociais. O Twitter apresenta-se de forma diferente de outras "Redes Sociais da Internet", ou RSIs, como o Facebook e o Orkut, porque nele, a interação e a formação de laços sociais não dependem de vínculos previamente existentes. Santaella e Lemos (2010, p. 91) esclarecem que "(...) a tônica da interação e da formação de laços sociais no Twitter não é baseada em vínculos preexistentes, mas sim na penetração individual em fluxos de ideias (...)".

Já outra pesquisadora, Recuero (2008), estudou os fotologs como comunidade virtual, apesar de esses também

serem redes sociais. No entanto, os fotologs têm uma "tônica da interação" diferente da RSI estudada por Santaella e Lemos (2010), porque essas comunidades virtuais têm elementos como interação, laço e capital social, inclusive estes são seus elementos definidores.

Recuero (2008) também observou que, em alguns dos fotologs analisados, os grupos constituíam-se de interações mútuas, dialógicas e associadas a uma relação existente (RECUERO, 2008, p. 74). Nesse sentido, os fotologs poderiam ser considerados as RSIs, como o Facebook e o Orkut, já que são formados de laços sociais prévios entre os seus usuários.

A análise dos grupos sociais nos fotologs feita por Recuero (2008), em que os comentários eram habituais e as trocas sociais frequentes, indica que os laços sociais eram mais fortes nesses casos. O tipo de agrupamento social encontrado no ciberespaço por Recuero auxilia a compreender que a utilização desse novo espaço social comunicante, que transpassa as barreiras de espaço físico, também pode ser útil para a manutenção e o fortalecimento de laços sociais de diferentes tipos de sociabilidade.

Há também ainda outra forma de sociabilidade existente ao se considerar as novas formas de comunicação interpessoal e de sociabilidade no mundo contemporâneo, que se baseia no uso do telefone celular e foi denominada de "sociabilidade do telefone" por Richard Ling (2004).

Ao longo do da realização de nossa pesquisa de doutorado, iniciada em 2009 e finalizada em 2014, foi possível observar todas as sociabilidades aqui mencionadas: a sociabilidade tradicional ou a "sociabilidade física", a "sociabilidade em rede" (Santaella e Lemos, 2010) e a "sociabilidade do telefone" (Ling, 2004).

Entende-se que as relações de amizade modificaram-se por interferência das novas tecnologias devido a mudança da "sociabilidade tradicional" para uma "sociabilidade do telefone", que é um aparelho cada vez mais popular e consumido na sociedade contemporânea, com o interesse não só profissional, mas, sobretudo, ligado à vida pessoal, na qual se sobressaem as relações de amizade.

A importância do telefone celular nas amizades duradouras estudadas é notória, dado ser o produto tecnológico preferido para estabelecer a comunicação com os amigos na primeira etapa da pesquisa de campo, pois, naquele momento, muitos entrevistados optaram pela possibilidade de travar a comunicação oral, considerada mais pessoal do que aquela realizada pela Internet, no computador pessoal.

Na segunda etapa da pesquisa de campo, o telefone celular também foi identificado por boa parte dos entrevistados como o principal meio de se acessar a Internet para se comunicar com amigos; usar os aplicativos para a comunicação instantânea e utilizar as redes sociais.

A "sociabilidade em rede" é vista como outra mudança na sociabilidade das amizades nesta sociedade, já que se observou a utilização da comunicação pela Internet, ou a "comunicação eletrônica", por todos os entrevistados e entrevistadas com seus amigos/(as). Portanto, há uma tendência, observada na segunda fase da pesquisa de campo de nossa tese, de se somar à "sociabilidade do telefone" a "sociabilidade em rede".

Assim, com base na análise qualitativa, pode-se falar em uma nova mudança de paradigma, da "experiência direta de sociabilidade em rede mediada por computador" para uma nova experiência da "sociabilidade em rede" mediada pelo telefone celular ou, se possível, uma "sociabilidade do telefone em rede". Há, portanto, um novo paradigma, diferente daquele identificado por Santaella e Lemos (2010), a partir da junção da "sociabilidade do telefone" com a "sociabilidade em rede", denominada como "sociabilidade do telefone em rede".

Logo, somado aqueles três tipos de sociabilidade identificados na pesquisa de campo na metrópole paulistana, a "sociabilidade física", a "sociabilidade do telefone" e a "sociabilidade em rede", há também a "sociabilidade do telefone em rede". Pelo fato de os jovens adultos entrevistados passarem a utilizar o telefone celular para a acessar a Internet, principalmente a partir de março de 2013 até o fim de nossa pesquisa qualitativa (agosto de 2013), pode-se considerar uma nova forma de sociabilidade observada neste centro urbano na sociedade contemporânea: a "sociabilidade do telefone em rede".

4. Conclusão

A pesquisa qualitativa realizada sobre amizades duradouras para a conclusão de nossa tese de doutorado demonstra que elas permaneceram ao longo do tempo, principalmente, graças ao esforço de ambos os indivíduos envolvidos neste tipo de relação social de manter o contato social, ora a distância ora presencialmente. Com relação ao contato social feito a distância entre os/(as) amigos/(as) duradouros/(as) são várias as ferramentas comunicacionais utilizadas pelos entrevistados e entrevistadas para se comunicarem: telefone residencial, telefone celular, Internet e seus produtos e até, em alguns poucos casos, as cartas também foram importantes para contribuir com a duração dessas amizades.

Na primeira etapa da pesquisa qualitativa, foi constatado, nesse sentido, o uso mais frequente do telefone celular para estabelecer a comunicação com os amigos, seja pela facilidade da comunicação oral, seja por meio do envio de SMS ou "torpedos". Também era bastante comum, no segundo semestre de 2010, quando se realizava a primeira etapa desta pesquisa, a comunicação entre amigos feita por meio de programas de mensagens instantâneas, como o MSN *Messenger,* e outros programas disponíveis no próprio e-mail.

Grande parte dos entrevistados utiliza as redes sociais na Internet para se comunicar com seus amigos, tanto na primeira quanto na segunda etapa da pesquisa de campo. Na segunda etapa, foi notório como forma de manutenção do contato social distante entre amigos o uso de programas de mensagens instantâneas, sendo bastante mencionado o Skype, o bate-papo do Facebook e também o aplicativo de comunicação instantânea, WhatsApp, no telefone celular.

A manutenção do encontro presencial está atrelada ao contato social a distância nas amizades duradouras na sociedade contemporânea, pois, conforme identificado na análise qualitativa, a Internet, e suas ferramentas, e o telefone celular são usados para marcar os encontros face a face com os amigos. Desse modo, a Internet e o telefone celular estimulam a marcação de encontros.

Também é evidente a efemeridade do desenvolvimento comunicacional por meio do telefone celular, quando se consideram as duas etapas de pesquisa de campo, já que em 2010 só se falava pelo celular ou se usavam os «torpedos» para se comunicar com os amigos e, em 2013, o aparelho servia para se comunicar também pela Internet, fosse por e-mail, redes sociais, programas de mensagens instantâneas disponíveis somente no celular, ou não.

Na literatura consultada sobre o telefone celular, foi considerada e identificada, por exemplo, por Ling (2004), a possibilidade dessa mudança rápida e a criação de dispositivos mais modernos para facilitar a comunicação e a localização entre as pessoas nas cidades.

Essas evoluções auxiliam a comprovar a tendência de mudança da "sociabilidade tradicional" ou "sociabilidade física" para a "sociabilidade do telefone" (LING, 2004), que se torna um elemento marcante ao se considerar o campo das amizades duradouras na sociedade. A "sociabilidade do telefone" tem se tornado comum em nossa cultura, o que é possível identificar também pelas propagandas brasileiras, que não só vendem este aparelho, mas o incluem em outras situações da vida cotidiana dos indivíduos, que, muitas vezes, estão ligadas a eventos sociais ou passeios nos quais os amigos podem estar incluídos.

Também devido à utilização cada vez mais frequente da Internet pelo telefone celular pelos entrevistados a partir de março de 2013 (no final da segunda etapa da pesquisa de campo), foi possível observar a "sociabilidade do telefone em rede". A "sociabilidade do telefone em rede" é uma mudança de paradigma, diferente do paradigma identificado por Santaella e Lemos (2010) como "sociabilidade em rede". Trata-se, portanto, da junção da "sociabilidade do telefone" com a "sociabilidade em rede", denominada de "sociabilidade do telefone em rede".

E então, indaga-se novamente, conforme já discutido aqui: Será que as relações de amizade se modificaram pelas novas tecnologias? É possível dizer que sim, somente no que tange às formas de manutenção do contato social entre os amigos duradouros. Mas, no que diz respeito à natureza da amizade - ou a sua "essência", tal como alguns/(as) entrevistados/(as) se referiam ao abordar os elementos característicos - ainda são marcantes o afeto e a afinidade, tal como visto em outras sociedades, e a permanência, sendo esta marcante numa sociedade em constante mudança.

Na sociedade contemporânea e urbana, a falta de tempo é comum, seja porque a rotina é exigente e desgastante, seja pelo trabalho, pelo trânsito, pela distância, pela violência e pela sensação de insegurança; além de se ter uma qualidade de vida ruim, pouco tempo para o lazer ou mesmo a inexistência de lugares públicos para o encontro entre as pessoas. Portanto, nesta sociedade, ter um amigo estável, duradouro e principalmente disponível no espaço (seja o comunicacional, seja o físico), pode significar o ponto de apoio necessário num determinado momento, no instante em que se precisa travar um contato social.

5. Bibliografia

HARVEY, David. (1993), *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural,* São Paulo: Loyola.

LING, Richard S. (2004), *The mobile connection: the cell phone's impact on society*, San Francisco, CA: Morgan Kaufmann.

RECUERO, Raquel. (2008), "Comunidades em redes sociais na Internet: um estudo de caso dos fotologs brasileiros". *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.4 (1), p. 63-83.

SANTAELLA, L.; LEMOS, R. (2010), *Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter.* São Paulo: Paulus.

Cosmopolitismo na rede: urbanidade nos relatos de viagem do século XXI

Gianlluca Simi[1]

Lilia Abadia[2]

Resumo: Os discursos sobre as cidades e o modo de vida urbano são frequentemente construídos em oposição às ideias de ruralidade e exotismo. A cidade, assim, reflete uma lógica desenvolvimentista, centrada no imaginário "cosmopolita" e reproduzindo uma visão do mundo binária e eurocêntrica. Nesta comunicação, avaliamos os relatos de viagem publicados em blogues e em redes sociais (Facebook e Instragram) por falantes da língua portuguesa, a fim de analisar as representações visuais e textuais de espaços urbanos e rurais. Dessa forma, Pretendemos: identificar os discursos que circulam nos blogues de viagem e redes sociais; perceber de que forma as viagens se relacionam com um exercício de aquisição de "capital cultural"; entender como o uso de novas tecnologias pode reforçar ideias hegemônicas sobre o mundo (especialmente entre 'campo' e 'cidade'); e finalmente,verificar se essas mesmas plataformas podem se tornar veículos de contra-discursos.
Palavras-chave: Relatos de Viagem; Novas Tecnologias; Cosmopolitismo; Eurocentrismo

Introdução

No presente artigo, examinamos a imagem de cidades e de espaços rurais em relatos de viagem do século XXI. Para tal, focar-nos-emos em blogues de viagem de língua portuguesa e suas respectivas ressonâncias imagética em redes sociais, nomeadamente: Facebook e Instagram. Pretende-se entender de que forma a viagem é usada como uma maneira de se criarem distinções entre as pessoas de acordo com o histórico de contato que se tenha com terras estrangeiras em especial. Ademais, preocupamo-nos em entender a relação entre o desenvolvimento das cidades e dos grandes centros urbanos com o a interpretação atual que é atribuída ao conceito de cosmopolitismo. Isto é, analisam-se as oposições ainda presentes entre cidade e campo: aquela como representante do desenvolvimento e como espaço de interação virtualmente infinita e aparentemente livre entre culturas; este como representante do atraso e como espaço intelectualmente entediante, onde o forte apego às raízes e às tradições impede que haja, portanto, cosmopolismo.

De início, é necessário que se disserte sobre a origem dos relatos de viagem no sentido de serem tentativas de se traduzirem culturas distantes para públicos próximos. Entram aí questões como a expansão colonial e os paradigmas de civilização e de desenvolvimento. Então, faz-se importante dar centralidade às discussões acerca do próprio conceito de cosmopolitismo, com um breve apanhado de seu significado original grego, que já apresentava contradições inerentes à sociedade da época, até o rearranjo de sentido promovido pelo Iluminismo. A partir daí, o cosmopolitismo se torna um conceito ligado à erudição e ao histórico de contato com povos distantes.

---

1 Gianlluca Simi é mestre em Teoria Crítica e Estudos Culturais pela Universidade de Nottingham, onde atualmente faz doutorado na mesma área (CAPES). Sua pesquisa se ocupa do estudo das fronteiras internacionais, em especial aquelas entre Argentina, Brasil e Uruguai. Interessa-se por estudos de fronteira, teoria pós-colonial, estudos urbanos e de migração e integração regional. É bolsista da CAPES - Processo BEX 0937/14-2. Universidade de Nottingham, CAPES. ajxgs@nottingham.ac.uk

2 Lilia Abadia é mestre em Ciências da Cultura pela Universidade de Lisboa. Foi investigadora bolseira em projetos no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (2010-2011), e no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho (2012-2013). Atualmente cursa o doutorado em Teoria Crítica e Estudos Culturais na Universidade de Nottingham. É bolsista CAPES - Processo BEX 0925/13-6. Universidade de Nottingham, CAPES. ajxlr@nottingham.ac.uk

Com isso, parte-se para os percursos metodológicos deste trabalho, já a introduzir alguns dos dados e algumas das conclusões, desenvolvidas com mais cuidado na parte final. Pode-se adiantar, no entanto, que, mesmo quando as tecnologias de informação e comunicação (TICs) pareçam, por si só, promissoras no sentido de, em princípio, permitirem que mais vozes se somem a construção de sentidos, os blogues dedicados a viagens e as redes sociais por eles utilizadas (Facebook e Instagram) mostram poucos indícios de mudança dos paradigmas existentes. Ou seja, os relatos de viagens publicados em blogues de viagem são basicamente atualizações de plataformas técnicas para representações textuais e visuais de centros urbanos e espaços rurais que continuam a alimentar a antiga lógica colonialista, binária e eurocêntrica do mundo.

Relatos de viagem: o cosmopolitismo no imaginário da cidade

Os relatos de viagens são importantes fontes históricas e literárias, sendo geralmente classificados como «literatura de informação» (vide Schneider, 2005). Eles contêm muito além de informações sobre os lugares visitados. A complexidade desse gênero literário reside, entre outras coisas, na variedade de formas em que se manifesta. De acordo com Schneider, os relatos de viagem podem ser «cartas, tratados, diários, crônicas, depoimentos» (2005: 49). Já Almeida defende que os relatos podem consistir em

> notícias sobre as expedições, informes políticos, econômicos, descrições geográficas - enfim, um vasto campo de textos produzidos pelo aparato técnico do Estado –, além de discursos, como os dos conquistadores do Novo Mundo que oscilam entre a exposição burocrática dos fatos da conquista e a auto-apresentação como heróis da coroa (Schneider, 2005: 85).

Assim como o tempo dedicado à feitura do relato, o tempo de permanência e imersão em terras estrangeiras também pode variar. Sendo, portanto, um gênero misto, no qual os documentos muitas vezes encontram-se entre o jornalismo e a literatura. Resta-nos então o questionamento: o que permite que textos tão diversos sejam classificados sob o mesmo rótulo?

Esse gênero literário encontra uma grande abrangência temporal e geográfica, constando como fonte da exploração árabe do al-Ândalus, por volta do século X (Carrizo, 1997; Almeida, 2005), dos ditos 'descobrimentos' europeus a partir do século XV e das respectivas colonizações que encetaram (Zubaran, 1999, Schneider, 2005; Franco, 2011), bem como das aventuras dos viajantes latino-americanos do século XX (Tôrres, 2012).

Tendo em vista uma definição que englobe a diversidade de formatos, profundidade e dimensão dos relatos, podemos pensá-los a partir de duas características fundamentais: (i) o propósito da narrativa - relatar experiências de viagem que não são mediadas e, sim, relatadas em primeira mão - e (ii) seu cunho descritivo[3]. Nesse sentido, ponderando acerca dos relatos de viajantes do século XXI, podemos considerar os blogues de viagem como fontes essenciais para a (re)produção de ideais sobre as cidades, a arquitetura e os monumentos que devem ser apreciados; as atividades que devem ser feitas e formas de comportamento nestes 'outros' espaços. Em outras palavras, os blogues de viagem fornecem as representações sobre as melhores formas de 'apropriação' das cidades. Da mesma forma, eles constroem imaginários sobre os espaços rurais, centrando-se em atividades de aventura, contemplação, exotismo e bucolismo. Assim como outros tipos de relatos de viagem, os blogues de viagem fornecem relatos que «participaram do desenho do mundo tal como o conhecemos hoje» (Almeida, 2005: 83). Isso quer dizer que os artigos dos blogues de viagem consolidam nossas referências sobre espaços rurais e urbanos, reforçando e completando os imaginários que circulam em um mundo cada vez mais globalizado. Sendo assim, faz-se importante refletir sobre o caráter paradoxal dessas fontes documentais, uma vez que, ao mesmo tempo em que reproduzem visões de mundo dos seus produtores, difundem outras formas de sociabilidade. Essa é de fato uma questão bastante debatida entre os estudiosos dos relatos de viagem. Alguns

3 Para uma discussão mais detalhada sobre a classificação de textos como relatos de viagem vide Carrizo,1997.

autores afirmam que essas fontes documentais não dizem mais do que sobre quem os escreveu, tratando-se de um documento mais sobre o autor do que sobre o espaço visitado (Paul Bowles apud Almeida, 2005: 84). No entanto, cabe lembrar que os relatos de viagem são também «produtos de um contexto histórico» (Schneider, 2005: 50). Ao descreverem os espaços visitados, suas características morfológicas, sociais, culturais e políticas, os viajantes estão reificando certas visões de mundo, que, em certa medida, já definiram previamente o olhar dos viajantes. Essas visões não são produtos de um entendimento unicamente individual do mundo, são também construídas socialmente. Os relatos não se tratam portanto de 'descobertas', mas, sim, de processos de negociação entre imaginários e experiências. De acordo com Burke, a importância dos relatos de viagem como fontes para a história cultural reside no fato de esses documentos se centrarem nos «encontros culturais entre culturas distantes e desconhecidas, revelando tanto a percepção da distância cultural como a tentativa de 'traduzir' a cultura desconhecida em algo familiar» (Peter Burke apud Zubaran, 1999: 18). Isso quer dizer que a decodificação dos relatos de viagem exige um processo de cuidadosa desconstrução das relações de poder que formam as imagens sobre os lugares relatados.

Sendo este um estudo exploratório, não nos voltaremos para o exame das circunstâncias materiais das viagens, o tempo de duração da viagem, seus propósitos, financiamentos nem tampouco para a biografia dos seus produtores. O nosso foco consiste no discurso sobre espaços rurais e urbanos e as representações visuais dos mesmos, bem como as suas possíveis repercussões. Nosso objetivo é, portanto, refletir sobre a forma como o imaginário cosmopolita reinventa e/ou cristaliza as relações com o espaço a partir de discursos e imagens. Resta-nos saber: 'o que significa ser cosmopolita?'

Cosmopolitismo é uma palavra elusiva. Em geral, refere-se a um tipo de presença global: o livre movimento entre países, a falar diferentes idiomas, experienciando diferentes culturas em primeira mão. Nessa perspectiva, o cosmopolitismo beira a mera «consciência de classe de frequentes viajantes» (Calhoun, 2008: 106), não podendo, assim, ser visto como uma categoria simples e direta só porque parece se referir a uma certa universalidade. De acordo com Rao, há duas maneiras principais de se entender o cosmopolitismo. Em primeiro lugar, como «universalidade ou qualidade de ser abrangente» (Rao, 2007: 3). Além disso, pode significar «uma aspiração moral de se pertencer a uma comunidade política imaginada que considere todos os seres humanos como membros iguais de um sistema universal» (Rao, 2007: 3). Dessa forma, o cosmopolitismo se refere a cidadania global, ou seja, ao reconhecimento das pessoas como cidadãs cujo sentimento de pertencimento seja com uma humanidade ubíqua, englobando e, ao mesmo tempo, transcendendo todas as divisões em nacionalidades, religiões, idiomas etc.

Ademais, cidadão global é o significado literal de cosmopolita. Trata-se de uma justaposição das palavras gregas para 'mundo' (kosmos) e 'cidadão' (polítis). O termo resultante kosmopolítis, no entanto, implica uma série de amplas interpretações. Kosmos, por exemplo, pode referir-se tanto ao universo como a um único povo. Polítis, por sua vez, refere-se simultaneamente a um membro da sociedade e a uma pessoa livre. No contexto original da Grécia Antiga, poder-se-ia dizer que um cosmopolita é uma pessoa que atendeu a certos critérios para ser considerada como uma pessoa livre em uma sociedade que potencialmente via-se como a epítome do universo.

Foram os modernos rearranjos de sentido, no entanto, que deram origem à ideia usual que se tem, até hoje, de cosmopolitismo. No Iluminismo - movimento cultural da elite europeia que se baseava na razão, na capacidade do pensamento, da articulação lógica -, surge a imagem do cosmopolita - ou, como se dizia inicialmente, le cosmopolite. Esse era «o tipo familiar nas 'guerras eruditas' da época, um indivíduo geralmente descrito nos termos daquilo que eu», escreve Ingram, «chamo de definição anódina: em casa em qualquer lugar, tolerante, liberal» (2013: 34). Foi nessa época em que emergiram as ideias do cosmopolitismo como a qualidade de alguém viajado, falante de vários idiomas, apreciador da diferença e, sobretudo, como a qualidade de alguém que fizesse tudo isso com destreza. O Iluminismo, portanto, trouxe a ideia do cosmopolitismo como uma abertura ao mundo, visto como uma grande coleção de curiosidades provindas de lugares exóticos. A partir dessa rearticulação, o cosmopolitismo deixa de se referir à cidadania e à participação nos processos políticos e passa a quase exclusivamente se referir ao consumo da diferença. O cosmopolita se torna a pessoa que tem acesso à variedade das expressões humanas. Ao cosmopolitismo, como conceito, atribui-se o sentido de viagem, exploração e contato com diferentes culturas, ainda que seja de forma superficial, isto é, ainda que não se trate,

digamos, de um trabalho longo e complexo como o de um antropólogo, mas o contato efêmero do turista ou do viajante.

O que conta, portanto, é ter tido a experiência com o 'diferente', é ter podido, de alguma forma, ver, sentir - em suma, consumir a vida do outro. Assistir à vida do outro de uma posição externa que não carrega as obrigações, as relações nem as estruturas de quem, por exemplo, torna-se o 'nativo' ou a pessoa 'local' - este que assume um duplo papel. Por um lado, o nativo pode ser compreendido através de uma das seguintes posições. Ou, em lugares que são historicamente vistos como menos desenvolvidos, caóticos, indesejáveis a não ser como objeto de observação, o nativo é visto com um certa condescendência, pois está naquele lugar, ou seja, parece estar preso ao lugar que o identifica, sempre em relação aquilo que lhe falta, ao contrário do visitante, que está a transcender os limites da sua localidade, a corajosamente explorar os rincões outros do mundo. Ou, naqueles lugares a que geralmente se aspira, os tais centros do mundo, organizados, pacíficos, desenvolvidos, o nativo é visto como um modelo, de quem se inveja a chance de viver ali. Enquanto ao primeiro tipo de nativo se procura auxiliar, da forma que for, mesmo que seja só pelos recursos levados com o turismo, do segundo tipo se procura aprender lições que serão então levadas consigo. Por outro lado, porém, o nativo é justamente aquele que possibilita a experiência do cosmopolita. Não é este ou aquele indivíduo nativo que o faz, mas, como já mencionado, é o consumo da vida que o nativo parece levar naquele cenário e naquelas condições que possibilita que o cosmopolita de fato o seja. Sem ele, não haveria o cotidiano exótico ou desejado que se consome e se transforma numa espécie de eruditismo global.

Pode-se, portanto, afirmar que o cosmopolitismo se relaciona, em primeiro lugar, com viagens, com turismo, com o deslocamento para além do lugar a que se chamaria de 'casa' ou que portaria aquelas características dentro de cuja abrangência um indivíduo seria identificado como 'local'. Em segundo lugar, infere-se que haja, no cerne da relação entre cosmopolitismo e viagem, uma pulsão distintiva - isto é, algo que diferencie as pessoas entre si com base no histórico de contato com o distante, o exótico, o diferente. Entende-se que exista, então, o que Snee chama de «capital cosmopolita», ou seja, «um subgrupo do capital cultural, usado pela classe média para se distanciar daqueles que não têm o bom gosto de consumir 'diferenças étnicas'» (2013: 146).

Com o avanço inaudito das tecnologias de informação e comunicação (TICs), em especial a fotografia, o capital cosmopolita se reifica: não é só a jornada real em si que caracteriza o bom gosto ou, neste caso, o ser ou não-ser cosmopolita. Souza e De Angelo (2008), por exemplo, argumentam que, logo após a criação da primeira máquina fotográfica, pela Kodak em 1888, houve um crescimento na reprodução de imagens,

> em pouco tempo, fotógrafos e pequenos empresários começaram a investir na produção e comercialização de vistas de paisagem, de cenas da vida rural e urbana, de monumentos históricos e de lugares que iam se tornando, cada vez mais, objetos de desejo das viagens de lazer da burguesia da Belle Époque (Souza e De Angelo, 2008: 163).

Aliam-se, portanto, dois avanços. Não foi só o avanço das tecnologias de reprodução de imagens, como a máquina fotográfica, que impulsionaram o interesse pelas paisagens. Foram criadas, também à época, novas formas de se locomover em massa, mais rápidas e mais acessíveis, como o motor a vapor de trens e navios assim como o automóvel. Ou seja, a expansão das indústrias e de uma mentalidade ainda influenciada pela razão iluminista parecem prometer o encolhimento do mundo, a possibilidade de se ter acesso a partes que, antes, pareciam tão remotas — se não através da jornada física, ao menos através do fato de que começam a surgir as grandes metrópoles, compostas de fragmentos de inúmeras partes do mundo. Assim, o consumo da diferença se torna um marcador de bom gosto, de refinamento, de se estar em sintonia com os desenvolvimentos do mundo moderno. A viagem e os discursos produzidos sobre ela se tornaram muito comuns. As paisagens distantes se tornam, metaforicamente, a nova obra de arte a ser colecionada e exposta.

Dessa forma, o turismo passou a ser mais uma das expressões do desenvolvimento tecnológico, impulsionado pela revolução industrial e embasada em ideais iluministas, ao ponto de criar hoje aquilo que Ahmad chama de «apropriação onívora» (2012: 490). Isto é, o cosmopolitismo moderno se apropria de todas e quaisquer expressões: não há diferenciação clara entre alta e baixa culturas, entre popular e erudito; tudo que é 'estrangeiro'

ou 'exótico', ou seja, tudo aquilo a que se tem acesso através da viagem (real ou virtual) pode ser consumido e usado como construtor de capital porque justamente não interessa tanto o que se consume como o fato de ter-se-lo consumido.

Isso não implica dizer, entretanto, que não existam desigualdades entre as origens daquilo que se consome da/na viagem. Os destinos não são todos equiparáveis: quedam-se discursos que pré-moldam a escolha e a atenção do turista. «Os turistas leem as paisagens à procura de signos, adquiridos de discursos de viagem, de noções pré-estabelecidas dos lugares a fim de compará-los com o cotidiano e de ter prazer em estarem em algum lugar fora do comum» (John Urry, 2002 apud Snee, 2013: 149). Assim, o próprio consumo onívoro de relatos de viagem, de fotos e cartões postais, de programas e documentários sobre terras e povos distantes entre tantas outras formas pelas quais o capital cosmopolita pode ser incrementado - todas são influenciadas pela tessitura acumulada de todos os textos, no sentido amplo da palavra, já produzidos ou não-produzidos sobre os destinos. Igualmente, os próprios relatos de viagem, entendidos como resultados da experiência em primeira mão e não como consumo mediado pelas experiências de outrem, são «frequentemente baseados nas representações prévias do destino em questão, ou seja, os textos dos viajantes são sobre textos anteriores tanto quanto sobre o destino em si» (Jenkins, 2003: 307). Assim, pode-se afirmar que o cosmopolitismo inspirado pelas viagens e pelo consumo da diferença está muito mais condicionado do que se poderia acreditar primeiramente. Isto é, o deslocamento em si, o turismo, a viagem não forçosamente geram contato significativo com a cultura ou com a história locais. Nesse sentido, o cosmopolitismo corre o risco de ser um mero consumo de imagens e representações já estabelecidas.

Finalmente, não parece haver imagem mais cosmopolita do que a imagem da cidade. Impulsionada pelos mesmos avanços tecnológicos que facilitaram o deslocamento a lugares antes distantes e a reprodução de discursos sobre esses lugares, a cidade se confunde com o cosmopolitismo. De um lado, o espaço rural, o campo, é associado com noções idílicas de simplicidade, resumidas ao estado da natureza. De outro, o espaço urbano, a cidade, é associado com worldliness, com a sofisticação cosmopolita do consumo da diferença, com o contato frenético com os avanços da tecnologia (vide Williams, 1973) — entre elas, pois, aquelas que facilitam o deslocamento e o consumo de representações sobre outros lugares (incluindo, obviamente, os relatos de viagem). Em outras palavras, «o cosmopolita é essencialmente uma figura 'mega-urbana': alguém alheio a uma afiliação demasiadamente forte com raízes e, consequentemente, aberto a todas as formas de alteridade» (Hage, 2000: 201 apud Johansen, 2008: 2). O rural é o espaço do obsoleto, do antiquado e do subdesenvolvido - o atrasado ou o deficiente. Já a cidade é vista como vibrante, movimentada, inclusiva e em sintonia com o futuro. O desenvolvimento, portanto, como ideia central da industrialização e da consequente urbanização inaudita de grande parte do planeta, torna-se a força motriz da cidade, onde caberiam virtualmente todas as culturas, todos os povos, todas as diferenças. No campo, está o passado, o que deve ser superado, aperfeiçoado ou, ocasionalmente, aproveitado para o descanso das férias e dos fins de semana ou para o contato com a história ou com 'o eu interior, natural e inocente'.

Percurso metodológico

Os relatos de viagem selecionados inserem-se numa complexa rede de produção de sentido, conhecimento e representações sobre a totalidade do mundo, da qual se destaca a indústria do turismo. Todos os blogues selecionados possuem postagens nas quais dão informações específicas sobre hotéis, passagens e, em alguns casos, informações sobre os documentos de viagem necessários e procedimentos para solicitá-los. Ou seja, os blogues contêm em si mais do que relatos de viagem, apresentam também publicações sobre aspectos logísticos da viagem.

O exame dos blogues foi realizado seguindo o modelo de análise temática proposto por Braun e Clarke (2006). Esse modelo analítico permite uma maior flexibilidade para a condução de uma pesquisa qualitativa e, ao mesmo tempo, fornece ferramentas para a condução de uma análise com rigor científico, que, por sua vez, é conseguido a partir de uma detalhada descrição dos procedimentos realizados. Sendo assim, iniciaremos a descrição com a seleção daqueles que comporiam o corpus de análise, realizada após uma exploração aberta

de blogues de viagem. Para tal, procuraram-se por blogues de viagem que atendessem a dez critérios, a saber: (1) língua portuguesa como idioma principal; (2) organização de um roteiro explícito com os destinos visitados e/ou mencionados; (3) textos sobre viagens e/ou aspectos relativos; (4) fotografias ilustrativas dos destinos; (5) abrangência geográfica de, no mínimo, três dos 6 continentes (África, América, Ásia, Antártida, Europa e Oceania); (6) equilíbrio entre autores portugueses e brasileiros (não foram encontrados blogues de viagem de autores dos outros países lusófonos); (7) equilíbrio de gênero (dois homens, um brasileiro e um português, e duas mulheres, uma brasileira e uma portuguesa); (8) blogue ativo, isto é, com publicações feitas no ano de 2014; (9) no mínimo uma das duas redes sociais consideradas: Facebook e/ou Instagram e (10) não se tratar de um blogue diretamente vinculado a uma agência de turismo.

Um dos problemas enfrentados nesta etapa foi o fato de que não foram encontrados blogues de viagem de outros países lusófonos além do Brasil e de Portugal. Supõe-se que, além do fato de os outros países representarem porções menores do uso da internet em língua portuguesa, o principal impedimento aqui tenha sido a própria falta de contato que nós, como pesquisadores, temos com outras culturas lusófonas além das já citadas. Assim, foi importante manter essa limitação em mente durante todo o processo para se evitarem generalizações sobre todos os blogues de viagem que possam existir em língua portuguesa já que o nosso próprio recorte em si já assinala preponderância das experiências em viagens de indivíduos inseridos nos contextos brasileiro e português.

A próxima etapa consistiu em usar os roteiros apresentados pelos blogues como base para a compilação de destinos tratados em suas publicações a fim de se estabelecer a distribuição geográfica das viagens e/ou das postagens. Supôs-se que a existência de um roteiro organizado pelos próprios autores contivesse todos os destinos já tratados até o momento. Organizaram-se os dados da seguinte maneira: as publicações eram classificadas em relação ao continente, ao país e à cidade centrais ao texto. Houve casos em que o sítio descrito não se tratava de uma cidade, mas perpassava várias delas ou, então, referia-se a um estado ou a uma província inteiros ou até mesmo ao país como um todo. Nesses casos, não se categorizava a postagem com relação à cidade, mas incluía-se na lista o nome da localidade, como, por exemplo, é o caso do Parque Yosemite, nos Estados Unidos, que atravessa vários municípios, que não são eles mesmos a atração, mas, sim, o parque.

	BLOGUE 1	BLOGUE 2	BLOGUE 3	BLOGUE 4
	(em %)			
ÁFRICA	0	2.6	0	17.9
AMÉRICA	25.9	2.6	81.8	0
ÁSIA	0	2.6	5.5	23.4
EUROPA	74.1	92.2	12.7	58.7
OCEANIA	0	0	0	0

Tabela 1: Proporção de relatos dos blogues por continente habitado.

Foi necessária ainda a distinção entre relatos e menções. À medida que os textos eram categorizados, percebeu-se que o fato de uma localidade ser citada pelo blogue não necessariamente implicasse um relato sobre ela. Isto é, poder-se-iam citar sítios por razões logísticas ou para indicar visitas a atrações sem que forçosamente já lá estivessem estado os autores - logo, eram somente menções. Em contrapartida, os relatos são as publicações que tratam de narrativas dos autores sobre viagens que eles tenham feito, ou seja, sobre a sua experiência própria durante a viagem. Essa distinção pareceu-nos mister já que estávamos interessados em saber o que dizem os autores sobre os lugares a que foram - mesmo que nos pareça igualmente interessante analisar o que se escreve justamente sobre aqueles lugares que não foram visitados a fim de se perceber a construção de realidades distantes através de mediações. Verificou-se em todos os blogues um maior número de menções do que relatos, do que se infere que os blogues de viagem já extrapolaram a função de diários, passando a oferecer

outros tipos de informação sobre viagem aos quais os relatos são somados quase como ilustrações que servir-iam para inspirar ou auxiliar o leitor nas suas próprias jornadas. Percebeu-se também através dessa distinção entre relatos e menções que o Blogue 1 na verdade não atende ao critério número (5), pois o autor só esteve de fato em dois continentes, América e Europa.

BLOGUE 1	BLOGUE 2	BLOGUE 3	BLOGUE 4
1:1.14	1:1.06	1:3.62	1:1.44

Tabela 2: Relação entre textos-relato e textos-menção publicados nos blogues.

Foram considerados, para a próxima etapa, somente os relatos de viagem. Calculou-se, dessa forma, a distribuição geográfica das viagens dos autores e, consequentemente, a importância dada a cada destino de acordo com o número de publicações sobre cada um. Ficou clara a preponderância de relatos sobre a Europa, que, em média, era tópico de 59.4% dos relatos, com pontuação significativa em todos os blogues, chegando a constituir 92.2% dos relatos do Blogue 2, por exemplo. A ela, seguiram a América, com 27.6% dos relatos; a Ásia com 7.9% e a África com 5.1% dos relatos. Nem a Antártida nem a Oceania pontuaram nesta etapa. No entanto, cabem duas observações: a média de relatos sobre a América se deveu especialmente ao grande volume de relatos publicados no Blogue 3, onde o continente contou por nada menos do que 81.8% dos relatos. Da mesma forma que se conjetura que uma média hipotética geral de relatos sobre a África seja, de fato, menor do que aquela apresentada aqui. Dois dos blogues, por exemplo, não publicaram nenhum relato sobre o continente africano; um deles publicou 2.6% enquanto o Blogue 4, sozinho, publicou 17.9% de seus relatos sobre a região. Isto é, conclui-se que a Europa ainda seja o grande destino de viagem, mesmo em tempos em que os próprios blogues de viagem prezam os desenvolvimentos de tecnologias a expandir as possibilidades de se conhecerem outras partes do mundo.

Uma última ressalva metodológica diz respeito à identidade dos autores. Em nenhum momento pretendeu-se tirar conclusões analíticas sobre os indivíduos que escrevem os blogues. Além disso, alguns deles faziam menções explícitas aos direitos reservados do blogue, o que impediria a reprodução de trechos e imagens lá publicados. Portanto, preferiu-se manter a identidade dos autores e o nome dos blogues em anonimato, referindo-se a eles simplesmente pelos códigos Blogue 1, Blogue 2, Blogue 3 e Blogue 4.

Por fim, analisaram-se os textos e as imagens publicados nos blogues e as imagens nas redes sociais sobre os destinos a fim de se perceberem elementos em comum no que diz respeito às representações de campo e cidade, de espaços rurais e urbanos, isto é, em relação aos ideais cosmopolitas supracitados. Destacou-se o volume que algumas cidades, ou localidades específicas, tiveram em cada blogue: verificou-se, por razões de concisão, as cinco cidades (ou lugares) sobre as quais havia maior número de relatos e, então, fez-se uma segunda análise a fim de se compreender porque aqueles lugares se destacavam. Através dessa análise foram definidos os três temas principais: desenvolvimento/subdesenvolvimento, belo/feio, Interações e Negociações Culturais. Antes de discorrermos sobre cada um deles, vamos dar a conhecer os blogues analisados.

Blogue 1

Trata-se de um blogue escrito por um brasileiro que iniciou os seus relatos em linha quando fez a sua primeira grande viagem internacional em 2012. A maior parte dos seus relatos incide sobre cidades européias, abrangendo 74.1% das postagens totais do blogue. As cidades (e lugares) com maior número postagens são: Londres, Paris, Lisboa, Praga, Roma e Salar de Uyuni (que abrange diversas cidades e outros espaços que não são urbanos).

Ao contrário dos outros blogues analisados, não há muitas postagens sobre o seu país de origem. Em termos de relatos de viagem na América do Sul, destacam-se os do Chile e da Bolívia, onde foi fazer 'turismo de aventura'. Ainda não realizou sua viagem à Ásia, mas possui uma postagem com os planos para conhecer alguns países nesse continente em 2015.

Em geral, parece fazer grandes viagens concentradas, que rendem bastantes postagens. Dá ênfase às suas experiências e impressões dos lugares visitados, relacionando-as com as coisas que ouviu dizer sobre os lugares em questão. Possui 11523 curtidas no Facebook e 2172 seguidores no Instagram. Não possui imagens no Facebook que atendam aos critérios desta pesquisa, isto é, que sejam ilustrações de destinos. Já no Instagram, foram publicadas 104 fotografias ilustrativas.

Blogue 2

É escrito por uma portuguesa que se assume como encantada pelo seu país de origem. Seus relatos de viagens concentram-se maciçamente no continente europeu, com 92.2% dos totais das postagens. Contudo, visitou países nos continentes africano, americano e asiático. Os lugares com maiores números de postagens são espaços urbanos, sendo eles: Lisboa, Edimburgo, Segóvia, Lyon e Penafiel.

Portugal é, sem dúvida, o país com maior concentração de postagens. A autora parece aproveitar pequenos passeios para postar relatos sobre aldeias e cidades no seu país de origem. Demonstra apreço por vestígios arqueológicos, museus, monumentos e fatos históricos e, sobretudo, por sítios classificados como 'patrimônio da humanidade'. Possui muitas postagens de espaços específicos em cidades e arredores como, por exemplo, museus, pastelarias, vinhas etc. Sua narrativa, muitas vezes, esconde a pessoa do discurso, mencionando informações genéricas sobre os locais visitados e atrações a serem apreciadas. Há, contudo, alguns episódios pessoais que narra e muitas fotografias que ilustram os espaços relatados. Possui 773 curtidas no Facebook, sem imagens válidas, e não possui Instagram.

Blogue 3

Escrito por uma brasileira, este blogue trata a viagem como um exercício em busca de saciedade para a curiosidade. Uma das maneiras com que a autora descreve seu interesse por viagens é com o verbo 'surpreender-se'. É mantido desde 2008 e, dentre os blogues aqui analisados, é o que possui a maior diferença entre o número de relatos e menções: para cada relato, isto é, para cada publicação que trata de experiência própria da autora, há 3.62 outras menções, ou seja, publicações que se ocupam de outros aspectos de viagens, como promoções de bilhetes aéreos, dicas sobre vistos e imigração, textos de terceiros etc. Vale destacar que existem ainda, nesse conjunto de textos que não lidam com a experiência direta da autora, muitas publicações sobre atrações ou aspectos de cidades que a autora de fato não visitou, mas que são apresentadas num tom impessoal, que, de pronto, não permite saber se ela lá esteve ou não. Essa distinção só era possível de ser feita, pois a autora credita as imagens usadas, permitindo verificarem-se, assim, quais destinos foram visitados.

É possível afirmar que este blogue, apesar de ter sido criado para sustentar o interesse da própria autora, agora funciona como uma espécie de portal de informações e notícias sobre possíveis destinos, intercaladas com relatos de experiências em primeira mão. Há uma forte concentração de relatos na América graças à própria origem da autora e a um grande volume de relatos de viagens nos Estados Unidos. Este continente porta 81.8% dos relatos. Os lugares mais relatados são respectivamente: Nova Iorque, Barcelona, Istambul, São Paulo e Miami. Possui 6012 curtidas no Facebook e 1284 seguidores no Instagram. No Facebook, publicou 110 fotos que atendem aos critérios desta pesquisa e, no Instagram, 257 imagens, sendo que, como é comum a todos os blogues, muitas delas se repetem.

Blogue 4

Escrito por um português, quando se trata de apresentar seu trabalho, o autor simplesmente menciona que aquele é um local para partilhar e divulgar viagens feitas por ele. Não há preocupação em explicarem-se as razões da viagem nem as suas consequências. O blogue tem a segunda relação mais alta entre relatos e menções: para cada texto que se refere a uma experiência própria do autor, existe 1.44 menção a outros aspectos de viagem, em especial informações sobre sítios que não puderam ser visitados quando o autor esteve na região. Isso o diferencia do Blogue 3, com a maior desigualdade entre relatos e menções, pois, enquanto lá as menções eram impessoais e, assim, não se poderia dizer se a autora lá estivera ou não, aqui o autor não se preocupa em passar a impressão de ter estado em um lugar onde não esteve. Na verdade, pode-se dizer que seja até mesmo uma indicação concorrente à tentativa de acumular capital cosmopolita do Blogue 3, por exemplo,

já que a maioria das menções se relacionam justamente a sítios que, de certa forma, o autor deixou de visitar. Há forte preferência de imagens a textos neste blogue, sendo que muitos dos relatos são publicações exclusivamente fotográficas.
Outro fato interessante é que, devido a uma viagem em que se transcorreu o continente africano, 17.9% dos relatos são sobre este continente - uma cifra extremamente discrepante dos outros blogues: 0% de relatos sobre a África nos Blogues 1 e 3 e parcos 2.6% no Blogue 2. Ademais, o autor deste blogue parece manter um interesse especial em sítios históricos e arqueológicos, relatos ou menções sobre os quais permeiam basicamente todos os destinos apresentados. Nota-se também que o Blogue 4 parece ser aquele em que há maior equilíbrio na distribuição geográfica dos relatos mesmo que a América, por exemplo, não figure entre os destinos: 23.4% dos relatos são sobre a Ásia e 58.7%, sobre a Europa. As cidades, ou lugares, mais relatadas são respectivamente: Marraquexe, Jerusalém, Guiné-Bissau, Barcelona e Istambul. Houve cá duas particularidades. Em primeiro lugar, a cidade de Jerusalém, mesmo que sob controle de Israel, é uma cidade disputada entre dois Estados (Israel e Palestina); logo, foi classificada sem referência a país, mas somente a continente (Ásia). Em segundo lugar, a maioria dos relatos de viagens feitas em Guiné-Bissau dizem respeito ao país como um todo, sem referências a cidades específicas. Isso se reflete em todos os relatos sobre a África publicados no Blogue 4: mesmo que haja uma forte presença do continente, são os países africanos que são relatados, não as cidades.
O Blogue 4 tem 6326 curtidas no Facebook, onde estão publicadas 1450 fotos de viagem. Já o Instagram tem pouca importância, pois tem 101 seguidores e somente 18 fotos de viagem.

‘A cidade ou nada’: eurocentrismo e a apreciação binária de espaços urbanos e rurais

Como mencionamos anteriormente, as relações de poder são expressas nos imaginários de espaços rurais e cidades formados a partir de oposições duais, nas quais um pólo dessa equação representa algo positivo - pensado sempre como o ponto normativo - e o outro pólo representa algo negativo - o que foge à norma, não tendo ainda alcançado o ‘nível’ desejado. Nesse sentido, selecionamos três temas que representam a dualidade entre os espaços relatados e o imaginário cosmopolita.

Desenvolvido/Subdesenvolvido
Um dos mais proeminentes binômios que sustenta a ideia de cosmopolitismo é a oposição desenvolvido/subdesenvolvido. Neste ponto, os modelos europeus de cidade, tanto o do início da industrialização quanto o atual paradigma ‘sustentável’, surgem como modelo de urbanidade, pertencentes ao pólo positivo do binômio, representando, pois, o nível que as cidades de outras partes do mundo devem aspirar.
O Blogue 4, por exemplo, deixa claro que a imagem que se tem da África é de um continente completamente refém de seu eterno estado silvestre. Predominam imagens de animais, de paisagens naturais e de parcas estruturas urbanas. São coisas bastante sutis por vezes, como, por exemplo, ao citar que a precariedade da delegacia de polícia no Zimbabwe, onde a escrivã anotava os relatos à mão sobre uma mesa de plástico. Em outras cidades africanas e asiáticas já mais conhecidas, predominam as representações já existentes. Em Istambul, por exemplo, queda-se a imagem da cidade quasi-europeia, da mistura entre Ocidente e Oriente e do peso da tradições - tudo isso ao mesmo tempo em que a cidade se mostra como um pólo cosmopolita justamente por estar em processo de crescimento aos moldes ditos ocidentais.
O blogueiro brasileiro deixa claro esse pensamento quando escreve sobre o metropolitano em Paris, defendendo a sua eficácia em relação a críticas sobre o seu mau cheiro, segurança e plasticidade. Para o autor do Blogue 1, o Brasil nunca atingirá o mesmo nível de desenvolvimento da França (e mais especificamente de Paris). O blogueiro até sugere que a única solução possível poderia ser a total destruição do Brasil e sua reconstrução a partir da estaca zero. Essa é uma afirmação bastante explícita da forma como a ideia de desenvolvimento estrutura a apreciação cosmopolita sobre o espaço urbano. Há, contudo, formas mais sutis de servir-se dessa dualidade para reforçar os imaginários sobre desenvolvimento. A sutileza da preponderância do desenvolvimento no imaginário urbano consiste no fato de considerá-lo como um elemento ‘neutro’, ou seja, a norma, impossibilitando outros imaginários sobre o urbano. Isso não quer dizer que outros imaginários sobre o modo de vida urbano não existam. Eles existem, mas geralmente representam o que se está aquém da norma.

Sendo assim, observamos como cidades em países 'periféricos' do 'Sul Global' adquirem uma conotação de atrasadas e subdesenvolvidas, ainda que alimentando uma ideia romântica sobre subdesenvolvimento como, por exemplo, a ideia de poder-se 'voltar no tempo'. San Pedro de Atacama, no Chile, exemplifica essa visão. A cidade é retratada no Blogue 1 como um lugar exótico, como que 'parada no tempo'. O blogueiro mostra-se surpreso com a paisagem que encontrou na cidade e a compara a um filme de faroeste antigo e a uma «viagem no tempo». Essa concepção remonta ao entendimento colonialista sobre o 'Novo Mundo', onde se poderia apreciar o 'primitivo', o mundo na sua forma 'original', ao contrário da Europa, berço do desenvolvimento e da 'civilidade'.

De uma forma semelhante, o Blogue 2 deixa evidente as 'deficiências' de Havana, em Cuba, em termos de estética (descuido com a aparência dos prédios), dificuldade de relação com as pessoas (baseada sobretudo em interesses econômicos), falta de 'liberdades individuais' (como se as injustiças sociais apenas dependessem do sistema político do país). Em relação aos automóveis antigos que circulam pela cidade, a autora escreve que esses refletem o país, um lugar parado no tempo, que necessita de «um empurrão para começar a andar».

Um dos aspectos sutis da ideia de desenvolvimento consiste na associação que se faz a esse conceito e ao de 'cultura'. Nos blogues analisados, a ideia de cultura se manifesta na arquitetura, nos monumentos, nos museus, nas livrarias, na gastronomia. Essas categorias são por excelência atributos europeus e urbanos, uma vez que, mesmo nas cidades do Sul Global, esses atributos são resquícios do processo de colonização - ou concedidos pelos europeus ou fruto do processo de hibridização entre os 'nativos' e os europeus.

Belo/feio

No mesmo sentido, as ideias de belo e feio, pensadas como uma questão de gosto e, portanto, símbolos da individualidade, são na verdade parte de um amplo repertório de imaginários que não escapam às relações de poder. Em relação à arquitetura no Blogue 2, em Lyon, França, a autora considera a Basílica de Notre-Dame de Fourviére um dos espaços religiosos mas bonitos que já viu e a compara à Capela Sistina, no Vaticano, dizendo que sabe que a basílica «não é a Capela Sistina» e, mesmo assim, considera-a um dos espaços religiosos mais bonitos que já visitou. A grandiosidade da arquitetura é, então, ressaltada como elemento de supremacia cultural, uma beleza capaz de encher os olhos.

Da mesma forma com que a arquitetura é estimada como elemento de valor cultural adicionado ao espaço urbano, as pessoas que habitam a cidade também são avaliadas em termos estéticos. Para o autor do Blogue 1, Paris representa o apanágio de beleza. Esse autor escreve que, para além da beleza da cidade, ficou encantado com os habitantes de Paris, que na sua opinião são «pessoas lindas». As pessoas que não atingem as suas expectativas de beleza são «geralmente imigrantes e alguns turistas».

Evidentemente essa ideia de beleza enfatiza a essencialização racial, que o próprio autor reforça, na mesma postagem, ao dizer que: (i) os homens parisienses possuem geralmente cabelos escuros e olhos azuis e (ii) que os negros em Paris têm mais estilo do que os negros de que tem como referência, ou seja, possivelmente os negros brasileiros.

Ainda que exista a preponderância de um ideal estético voltado para a arquitetura, arte, moda e pessoas europeias, as fotografias que compõem o quadro de representações visuais dos blogues esmeram-se para alcançar o belo (mesmo que seja o 'belo do feio'). A fotografia parece ser um meio de distinção dos blogueiros, com o qual adquirem o reconhecimento pelo 'capital cultural' adquirido com as viagens.

Interações e negociações culturais

'Saber estar' é dos pontos que destacamos anteriormente no que toca a ideia de cosmopolitismo. Consiste na percepção de ser-se adaptável e competente na negociação das diferenças culturais. Contudo, essa visão de si mesmo falha em observar que as concepções individuais de mundo são também formadas socialmente. Ademais, a própria noção de que existem pessoas mais capazes de negociar as diferenças do que outras é fruto de um imaginário eurocêntrico sobre o mundo, herdeiro da compreensão Iluminista de 'civilidade'.

O Blogue 2 fornece um exemplo sutil desta capacidade, no relato de uma dificuldade encontrada na viagem a Lyon, quando o mau funcionamento do comboio (trem) resultou na necessidade de apanhar um táxi. A autora relata que foi auxiliada por uma portuguesa, residente na cidade, que traduziu a informação do não-funciona-

mento do trem e sugeriu a solução: ir de táxi até a próxima estação. A autora conta que seguiu as indicações da outra portuguesa e que dividiu o táxi com dois guineenses que já moravam em Lyon há algum tempo, mas não falavam francês. Quando observamos nessa postagem os atores ativos no relato, notamos que foram as portuguesas as que conseguiram desvencilhar-se do problema (a portuguesa que forneceu a informação e a autora do blogue), enquanto os guineenses fizeram um «ruído de fundo», apenas conversando entre si em crioulo.
Os problemas da interação entre viajantes e 'locais' não resulta apenas de dificuldades linguísticas. Há também a questão dos 'perigos' em ser-se originário de uma terra estrangeira, sobretudo quando essa é considerada mais desenvolvida do que o local visitado. Nos relatos do Blogue 2, esses 'perigos' são a importunação dos 'locais' que pretendem tirar vantagens dos turistas, não aceitando o «não como resposta».
Outro exemplo disso é a constante publicação de textos, no Blogue 4, sobre suas experiências com a polícia nos países africanos. Em comparação, não existem, neste blogue, menções a experiências com a polícia em países europeus, por exemplo. Cabe aos países africanos carregar o estereótipo da polícia corrupta e ineficaz. No entanto, isso não significa que o discurso seja de todo inconsciente: o autor do Blogue 4 relata como a polícia do Zimbabwe de fato resolve seu problema quando ele pensava que já não havia nada mais a ser feito. É interessante a comparação que ele faz, ao final do texto, com seu país de origem, Portugal, ao indagar-se retoricamente se lá haveriam resolvido seu problema, dando a entender que não o teriam feito. Ou seja, poderíamos supor que haja tantos assaltos em uma grande capital europeia quanto em uma grande capital africana; não se pode sabê-lo estatiscamente somente através dos relatos de viagem, mas o que predomina são justamente os relatos da violência, da insegurança e da pobreza na África e não na Europa. Da mesma forma que a África nunca é exemplo de urbanização ou de socialização. A Europa exporta os avanços urbanísticos e sociais; é lá que se desenvolvem as soluções criativas para os problemas que, em grande parte, resultaram de processos iniciados também pela/na Europa e amplamente impostos sobre o resto do mundo.
As interações relatadas pelo Blogue 1 são geralmente com outros turistas ou viajantes brasileiros. Nalgumas das postagens, essas interações produzem comparações entre o Brasil e alguns países europeus. O resultado da comparação é sempre desfavorável para o Brasil, considerado incipiente e sem perspectivas de futuro, ressaltando a ideia de desenvolvimento que já discutimos.

Considerações Finais

O presente artigo pretendeu fornecer uma análise exploratória da forma como os relatos de viagem do século XXI consolidam imaginários eurocêntricos e dicotômicos sobre o mundo. Para tal, realizamos uma releitura da literatura sobre relatos de viagem e do conceito de cosmopolitismo. A nossa releitura baseou-se na premissa de que a forma como entendemos e experienciamos os espaços urbanos e rurais são determinadas por uma série de discursos (textuais e visuais) que formam o nosso imaginário. Evidentemente que esses imaginários não são fixos, são antes 'mapas culturais' que se articulam de forma complexa. Contudo, os discursos predominantes sobre as cidades evidenciam as relações de poder entre 'centro' e 'periferia', ressaltando uma lógica ainda colonial sobre o mundo.
Quando dizemos que as concepções hegemônicas sobre o mundo reforçam uma lógica colonial, referimo-nos a reprodução de ideias de desenvolvimento, cultura, belo, 'saber estar'. Todas essas características são valorizadas e entendidas ora como positivas, ora como neutras, ou seja, sendo o ideal a se aspirar ou simplesmente 'a norma'. Como se trata de um binômio, essas características são geralmente contrastadas como o que ficou aquém da 'norma': o subdesenvolvido, o sem cultura, o feio, o que não consegue negociar as diferenças ou não sabe se adaptar.
Além da discussão teórica, procuramos uma abordagem metodológica que permitisse a análise qualitativa de relatos de viagem publicados em blogues selecionadas. Optamos então por um modelo analítico flexível, que permitisse simultaneamente uma compreensão holística dos blogues e o aprofundamento nos temas definidos como principais. Sendo assim, a nossa análise pretendeu, primeiramente, reconhecer os discursos que circulam sobre as cidades, relacioná-los com o exercício de aquisição de 'capital cultural' e de reforço a ideias hegemônicas sobre o mundo. Sendo assim, definimos três temas principais para a discussão: dois deles centrados

nos binômios positivo/negativo - 'desenvolvimento/subdesenvolvimento', e 'belo/feio' - e outro centrado na auto-percepção dos blogueiros e dos seus respectivos 'universos cosmopolita'.
A importância dessas ideias na forma como 'lemos' e vivenciamos as cidades reside no fato de que elas conduzem o nosso olhar, levam-nos a ver e procurar aquilo que já conhecemos; o que não significa que a nossa visão e forma de interação com a cidade sejam estáticas. Pelo contrário, achamos que o modo como 'ocupamos' os espaços e reinventamos a cidade, seja a partir de discursos, seja a partir de uma experiência 'em primeira mão', é bastante dinâmico. Não obstante, embora haja lugar para ambiguidades e contra-discursos, há uma maior força das ideias consolidadas sobre o que deve ser um espaços urbano e rural, o que são lugares exóticos e seus opostos, os lugares desenvolvidos. Por essa razão, faz-se necessário questionar as relações duais que se apresentam como 'naturais' e ponderar sobre a forma como a apreciação pelo estilo de vida cosmopolita resulta na consolidação desses binômios.

Bibliografia

AHMAD, R. (2012). "Habitus, capital, and patterns of taste in tourism consumption: a study of Western tourism consumers in India". Journal of Hospitality & Tourism Research 38(4): pp.487-505.

ALMEIDA, M. C. (2005) "Palavras em viagem: um estudo dos relatos de viagens medievais muçulmanos e cristãos". Afro-Ásia, 32, pp. 83-114. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77003203. [consultado em 10-10-2014].

BRAUN, V. & CLARKE, V. (2006) "Using thematic analysis in psychology". Qualitative Research in Psychology, 3 (2). pp. 77-101.

CALHOUN, C. (2008). "Cosmopolitanism in the modern social imaginary". Daedalus 137(3): pp.105-114.

CARRIZO, S. (1997) Poética del Relato de Viajes, Kassel: Edition Reichenberger.

FRANCO, S. M. (2011) "Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental" In: M. A. Junqueira, S. M. Franco. (eds.). Cadernos de Seminários de Pesquisa. São Paulo: Humanitas, v. II, pp. 62-86

INGRAM, J. D. (2013). Radical cosmopolitics: the ethics and politics of democratic universalism. Nova Iorque: Columbia University Press.

JENKINS, O. H. (2003). "Photography and travel brochures: the circle of representation". Tourism Geographies 5(3): pp.305-328. Disponível em http://dx.doi.org/10.1080/14616680309715 [consultado 15-10-2014]

JOHASEN, E. (2008). "Imagining the global and the rural: rural cosmopolitanism in Sharon Butala's The Garden of Eden and Amitav Ghosh's The Hungry Tide". Postcolonial Text 4(3): pp.1-18.

RAO, R. (2007). Postcolonial cosmopolitanism: between home and the world. Tese de doutoramento, Oxford: Universidade de Oxford.

SCHNEIDER, C. I. (2005) "A Construção da Identidade Brasileira Através do Estudo dos Relatos de Viagem". Akrópolis, 13(1), pp. 49-50.

SNEE, H. (2013). "Framing the Other: cosmopolitanism and the representation of difference in overseas gap year narratives". The British Journal of Sociology 64(1): pp.142-162. Disponível em http://dx.doi.org/10.1111/1468-4446.12010 [consultado em 02-10-2014]

SOUZA, L. A. D. S; DE ANGELO, R. B. (2008). "Cidades (in)visíveis: imagens, caminhos, fotografias e representações". Discursos Fotográficos 4(5): pp.159-178. Disponível em http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/download/1930/1665 [consultado em 15-10-2014]

TÔRRES, R. M. (2012). "A dimensão política dos relatos de viagem no século XX: considerações a partir do estudo de relatos de viagem de brasileiros à URSS". História Social 22 (1), pp. 307-329. Disponível em http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/1215/847. [consultado em 30-09-2014]

WILLIAMS, R. (1973). The country and the city. Nova Iorque: Oxford University Press.

ZUBARAN, M. A. (1999) "O Eurocentrismo do Testemunho. Relatos de Viagem no Rio Grande do Sul no Século XX". Anos 90, 12, pp.17-33. Disponível em http://seer.ufrgs.br/anos90/article/viewFile/6590/3911. [consultado em 02-10-2014].

A fotografia e a urbe: representações conectadas da cidade de Vitória

Rosane Vasconcelos Zanotti
UFES[1] – rosanezanotti@gmail.com

Arthur Gomes de Castro
UFES – arthurgomesdecastro@gmail.com

Frederico Del Fiume Sarcinelli Leonel
UFES – fredericodfs@gmail.com

Julia Pimentel Paternostro
UFES – julia.paternostro@gmail.com

Rosane Vasconcelos Zanotti é professora do Departamento de Comunicação Social da UFES. É graduada em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pela UFES, Mestre e Doutora em Design pela PUC-Rio. Desenvolve pesquisas em comunicação visual e tecnologias contemporâneas da comunicação. É investigadora colaboradora do Laboratório de Antropologia Visual/Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta (CEMRI/UAB Portugal) e investigadora integrada ao Laboratório de Comunicação e Cotidiano/UFES, no âmbito do qual desenvolveu esta pesquisa com os alunos Arthur Gomes de Castro, Frederico Leonel e Julia Paternostro, cujos resultados[2] são aqui apresentados.

Resumo: Os desejos de registro e compartilhamento, tão centrais à midiatizada vida atual, evidenciam como uma cidade é percebida e imageticamente representada. A pesquisa aqui apresentada se apoiou em fotografias postadas em sites de hospedagem e partilha de imagens fotográficas que se associam com a cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo - Região Sudeste do Brasil, levando em conta as diferentes perspectivas e relações que os indivíduos, sejam habitantes nativos, turistas ou imigrantes, têm com a cidade. Evidenciamos, portanto, como a propagação das perspectivas dos indivíduos em relação às urbes resignou estas aos seus gostos e como o conteúdo difundido forma um novo e amplo cartão-postal, que exibe a percepção que os sujeitos têm da cidade que vivenciam.

Palavras-chave: Fotografia, cotidiano, sociedade midiatizada, cidades.

1. A fotografia e a urbe

A fotografia mantém uma relação íntima com as cidades. Turistas, imigrantes ou habitantes nativos fazem registros de todos os seus cenários, desde os tradicionais pontos turísticos até aqueles excluídos do senso-comum.

Entretanto, nem sempre foi assim. Apesar de as cidades terem se firmado como um dos principais temas de interesse desde o surgimento da fotografia, as primeiras imagens eram majoritariamente registros documentais do desenvolvimento, com destaque para bairros, monumentos e elementos arquitetônicos - bastante semelhante ao que exibe hoje boa parte da fotografia divulgada por órgãos oficiais, turísticos ou governamentais.

Os motivos dos registros de antigamente se concentravam predominantemente na área central da cidade, onde estavam os maiores prédios e o centro cultural. Era lá onde estavam também os maiores investimentos,

---

1 UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

2 A pesquisa apresentada contou com o apoio financeiro da FAPES - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo.

tanto privados quanto do governo. Possamai (2008) analisou fotografias antigas da cidade de Porto Alegre e observou que os grandes edifícios eram os julgados como merecedores de destaque, sempre enquadrados de maneira a evidenciar e engrandecer seu tamanho e, consequentemente, a glória da construção.

A fotografia também possui o papel de aproximar realidades fisicamente distantes. Segundo Kossoy (2001), após o advento da fotografia o mundo tornou-se familiar, o ser humano passou a ter conhecimento mais preciso e amplo de outras realidades, antes transmitidos apenas pela tradição escrita, oral ou pictórica. O homem dos diferentes estratos sociais passou então a ter acesso à informação visual acerca de hábitos e de fatos dos povos distantes.

Atualmente, possuímos cada vez mais o dom da ubiquidade graças à velocidade da circulação de informações. Observamos que o acesso à informação visual ocorre em maior escala e em uma esfera virtual, uma vez que a explosão tecnológica, a contínua evolução dos dispositivos móveis digitais e o avanço da mídia possibilitaram a pessoas de todas as partes do mundo, e de diversas camadas sociais, o acesso ao conhecimento acerca de realidades longínquas.

Dessa forma, além de permitir que realidades fisicamente distantes se tornem conhecidas, pode-se entender que o compartilhamento das fotografias por meio das redes sociais seja também um convite à viagem, um estímulo à curiosidade acerca daquele lugar que está sendo exibido – função que já foi desempenhada preponderantemente pelos clássicos cartões-postais.

A distribuição de imagens via compartilhamento nas redes sociais foi impulsionada pelo acelerado desenvolvimento tecnológico vivenciado ao longo do Século XX e início do Século XXI. O avanço do maquinário fotográfico, que se tornou mais barato, se espalhou e passou ainda a se apresentar em conjunto com outros dispositivos – como telefones celulares e *tablets* –, facilitou o processo de entrada da fotografia na vida de diversas pessoas. O ato de fotografar deixou cada vez mais de ser algo próprio dos chamados profissionais e se tornou possível para quase todos. Somado a isto, o advento das redes sociais criou um novo ambiente de interação social, e de comunicação dentro do ciberespaço, onde criação e transmissão de conteúdos passaram a trilhar caminhos mais democráticos, isto é, as pessoas passaram também a ser fonte do conteúdo ali disponibilizado.

Ao se tornar uma importante fonte de conteúdo dentro do ciberespaço, o espectador se torna então um ator (Recuero, 2009). As redes sociais se estabelecem e são definidas como agrupamento de dois elementos: os atores e as conexões entre eles (Wasserman e Faust, 1994 apud RECUERO, 2009). Para Recuero (2009: 25), são os atores o primeiro elemento de uma rede social, são as pessoas, as organizações ou os grupos envolvidos na rede os responsáveis "por moldar as estruturas sociais, através da interação e da constituição de laços sociais". As conexões, por sua vez, são os próprios laços sociais formados pela interação entre os atores. Pensando na imagem de uma rede, como metáfora visual, os atores seriam os nós enquanto as conexões seriam as linhas que interconectam os nós.

Uma vez que a interação entre os atores dentro das redes sociais se dá de maneira distante, os mesmos não são discerníveis inicialmente. Por isso, parte deles próprios o trabalho de auto-expressão e identificação, quando começam a construir suas próprias representações e identidades dentro da rede: os perfis nos sites de redes sociais apresentam personalidades, gostos, opiniões e até fotografias importantes para determinado ator e que ele considera, e necessita, compartilhar. Para Sibilia (2003) essa necessidade de exposição pessoal é o "imperativo da visibilidade", imperativo que surge com o individualismo exacerbado do processo de globalização. Só existe na rede quem é visto, quem estabelece laços sociais com outros, quem ocupa espaço dentro do ciberespaço e constrói um "eu" nele (EFIMOVA, 2005 apud RECUERO, 2009).

Nesse ambiente digital, dominado pelo acesso via redes sociais, e onde todas elas possibilitam a partilha de imagens, consideramos inicialmente para este estudo aquelas que têm na hospedagem e partilha de imagens fotográficas sua principal premissa, são eles o Flickr e o Instagram.

O Flickr promove o intercambio de informações entre pessoas interessadas em fotografia, frequentemente em um nível acima do amador, uma vez que comentários e discussões giram em torno de técnicas e praticas fotográficas. A rede social tem a adesão de muitos fotógrafos profissionais, que a utilizam como ferramenta de portfólio. Um dos principais diferenciais da rede é a possibilidade de compartilhar fotografias em tamanho real, sem reduções e perda de qualidade.

O Instagram surgiu como um aplicativo articulado com a câmera fotográfica do telefone celular, que permite captura, edição e compartilhamento de imagens em uma sequência rápida e descomplicada. As fotos já armazenadas no aparelho também podem ser utilizadas no processo. A diversidade de filtros artísticos que podem ser aplicados antes de que a fotos seja publicada é uma das vantagens do Instagram, que permite ainda o compartilhamento simultâneo em diversas outras redes, como Facebook, Twitter, Flickr, Tumblr e Foursquare. A organização das imagens e a interação são facilitadas, além do uso das *hashtags*, pela marcação de amigos e de locais nas fotos publicadas.

Capturar, editar e compartilhar imagens formam o tripé que responde à forte demanda contemporânea por visibilidade. Além disso, a edição facilitada das fotografias e a atmosfera antiga e artística criada com os filtros que o Instagram dispõe, respondem em grande parte pela grade adesão[3] das pessoas ao aplicativo. Por beneficiarmos nesse estudo a produção amadora e a leitura cotidiana por meio de imagens, majoritariamente observada no Instagram, definimos tal rede como ambiente exclusivo para a coleta dos dados desta pesquisa.

2. Representações conectadas

Com o objetivo de ser visto, cada ator faz uso das diversas ferramentas disponibilizadas nas redes sociais. A *hashtag*, uma dessas ferramentas, é um dos elementos centrais desse estudo. Por organizar imagens de conteúdo semelhante, a *hashtag* contribui para uma narrativa imagética coletiva acerca de determinado tema, conforme poderá ser observado na apresentação da pesquisa a seguir.

Hashtags são definidas por Recuero (2009) como etiquetas de contexto. Tais etiquetas apontam de forma especifica para uma narrativa, que não só contribui para a construção de um contexto mas também permite que a publicação seja buscada a partir de um termo específico. Em geral, a *hashtag* é representada pelo sinal "#" que precede a palavra. A ferramenta, apesar de ter sido difundida através do Twitter, começou a ser utilizada também em outras redes sociais, como o Facebook e, especialmente, o Instagram.

Além de ter como principal funcionalidade arquivar e organizar conteúdos, a *hashtag* também é utilizada para promover a visibilidade desejada pelos atores na rede. No momento que uma postagem é "etiquetada", isto é, no momento em que é atribuído um termo a um conteúdo, todas as pessoas interessadas neste termo poderão acessar conteúdos a eles relacionados via mecanismo de busca, promovendo assim laços sociais entre os nós dessa rede.

No caso do Instagram identificamos que ao incluir uma *hashtag* à descrição da imagem o indivíduo a reconhece como referência sobre determinado tema. Dessa forma, ao acrescentar *hashtags* como #vitoria463anos às suas fotos, o ator, seja ele uma habitante ou visitante da cidade, participa da formação identitária da capital com suas imagens. Ao etiquetar a fotografia que acredita ser pertinente, o sujeito acaba por associá-la ao território, não importa se trata-se da imagem de uma paisagem, um retrato ou uma foto pessoal.

Sendo assim, é possível que ocorra uma interação no momento que um ator publica uma imagem da cidade com a *hashtag* #vitoria463anos e outro, interessado em imagens da capital, realiza uma busca via tal etiqueta, e encontra aquela imagem publicada.

Na profusão diária de registros do cotidiano algumas datas comemorativas fazem surgir na rede imagens a ela vinculadas. Portanto, consideramos nesta pesquisa o dia do aniversário da cidade como uma oportunidade para observar além das referências cotidianas particulares, uma vez que a própria cidade seria o tema de destaque. Para as demais referências cotidianas, isto é, com o intuito de observar cenários diferentes, estabelecemos um mês de intervalo e voltamos a coletar imagens com as mesmas *hashtags* do dia do aniversário da cidade.

---

3 Em fevereiro de 2013 o Instagram divulgou que atingiu a marca de 100 milhões de usuários ativos, isto é, que utilizam o aplicativo ao menos uma vez por mês. Os dados colocaram o serviço em quarto lugar entre os mais populares da web, atrás apenas do Facebook, Twitter e Google+. Em <http://blog.instagram.com/post/44078783561/100-million> [consultado em 01-3-2014]

Buscamos algumas opções de termos alusivas ao nome da cidade: Vitória, Vitória-ES e Eu sou Vitória, a apelidos que os próprios moradores atribuem à cidade: como a sigla VIX e Vitorinha, e à data comemorativa considerada para o estudo: Vitória 463 anos e 463 anos.
Por representar não somente o nome da capital do Espírito Santo e, portanto, reunir uma infinidade de fotografias sem qualquer relação com a cidade, o termo 'Vitória' foi excluído da busca. Os demais foram avaliados a partir do volume de publicações que o utilizavam, uma vez que o objetivo era observar os mais representativos. Com base nesses quantitativos as *hashtags* definidas para a pesquisa foram: **#vix**, **#vitoriaes**, **#463anos**, **#vitoria463anos** e **#eusouvitoria**.
Para a segunda etapa da coleta de dados definimos duas datas, a fim de que uma delas representasse o exato intervalo de um mês após o aniversário da cidade e a outra contemplasse um dia de final de semana – por supormos ter características mais próximas ao feriado de aniversário e contrastar com as atividades cotidianas dos chamados dias úteis, uma vez que o intervalo exato de um mês se deu em uma quarta-feira.
A coleta de dados foi então realizada em três momentos distintos:

1. 8 de setembro de 2014 – segunda-feira, data de aniversário da cidade de Vitória e feriado municipal;
2. 5 de outubro de 2014 – domingo, aproximadamente um mês após o aniversário da cidade;
3. 8 de outubro de 2014 – quarta-feira, exatamente um mês após o aniversário da cidade.

Após coletadas as fotos (arquivamos tanto um *print* da publicação quanto a URL da imagem) foram descartadas aquelas que se repetiam – o que acontecia quando constava em uma mesma publicação mais de uma das *hashtags* pesquisadas.
No dia 8 de setembro foram coletadas 323 publicações, após o cruzamento dos dados 66 fotos duplicadas foram eliminadas e 257 imagens únicas foram consideradas para a análise.
No dia 5 de outubro foram coletadas 167 publicações, após o cruzamento dos dados 6 fotos duplicadas foram eliminadas e 161 imagens únicas foram consideradas para a análise.
No dia 8 de outubro foram coletadas 181 publicações, após o cruzamento dos dados 8 fotos duplicadas foram eliminadas e 173 imagens únicas foram consideradas para a análise.

A analise do conteúdo das imagens coletadas gerou as seguintes categorias:

1. Paisagem – fotografias que exibiam unicamente paisagens.

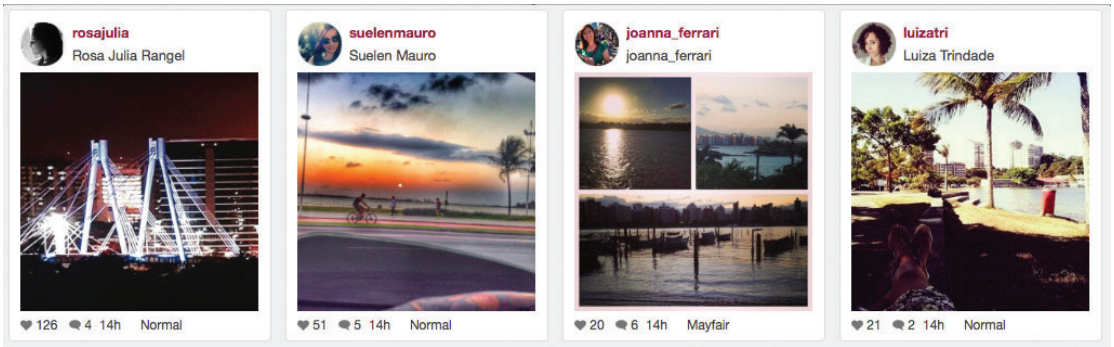

Figura I. Exemplo de imagens da categoria: Paisagem. Fonte: os autores.

2. Pessoas em paisagem – foi considerada a presença de pessoas nas paisagens retratadas, isto é, não se tratavam mais de imagens cujo tema se assemelhava ao dos cartões-postais e sim a retratos de viagens, ou notadamente momentos pessoais.

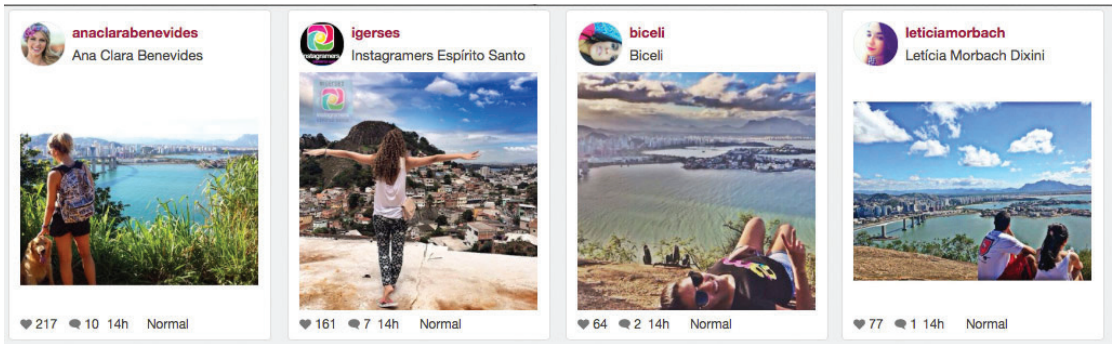

Figura II. Exemplo de imagens da categoria: Pessoas em paisagem. Fonte: os autores.

3. *Selfie* – fotografias com pessoas em primeiro plano, retratos nos quais o cenário era irrelevante.

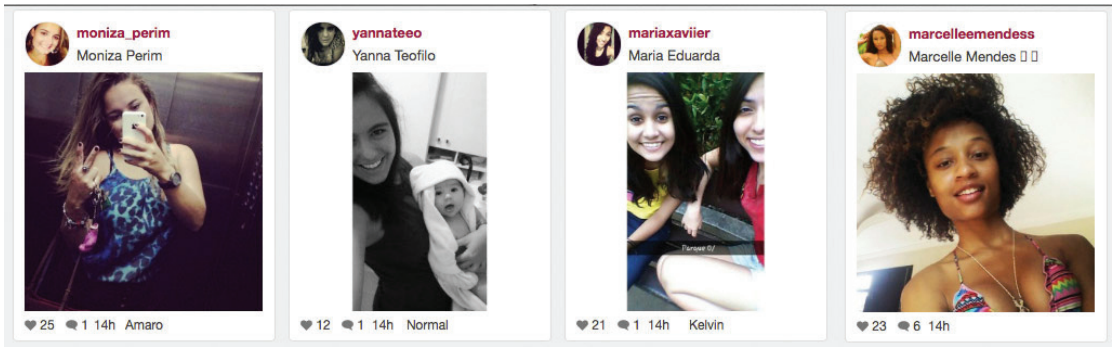

Figura III. Exemplo de imagens da categoria: Selfie. Fonte: os autores.

4. Outros – todos os demais temas encontrados, cada um com pouca repetição no conjunto - como animais, plantas, eventos, documentos e objetos em geral.

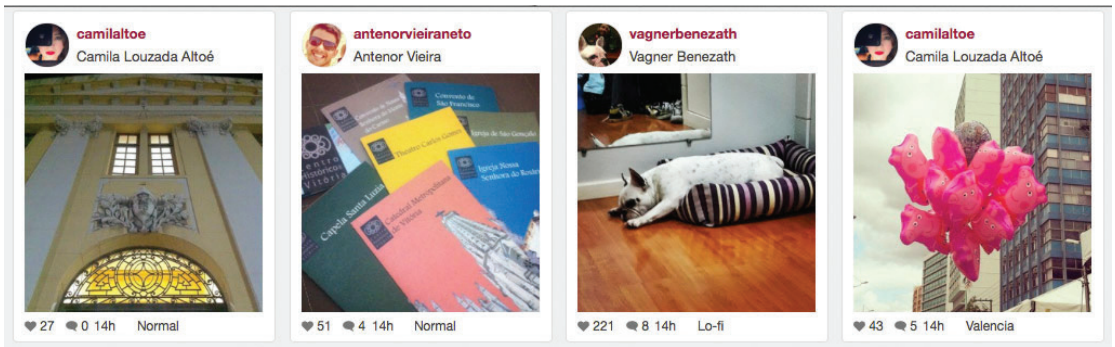

Figura IV. Exemplo de imagens da categoria: Outros. Fonte: os autores.

Descartamos para a análise dos dados as publicações com fins de divulgação comercial, entretanto pontuamos a quantidade expressiva desse tipo de postagens, especialmente no dia útil. No gráfico I – abaixo – observamos que 37% das publicações coletadas no domingo e 73% daquelas coletadas na quarta-feira eram provenientes e exibiam conteúdos relacionados a fins comerciais.

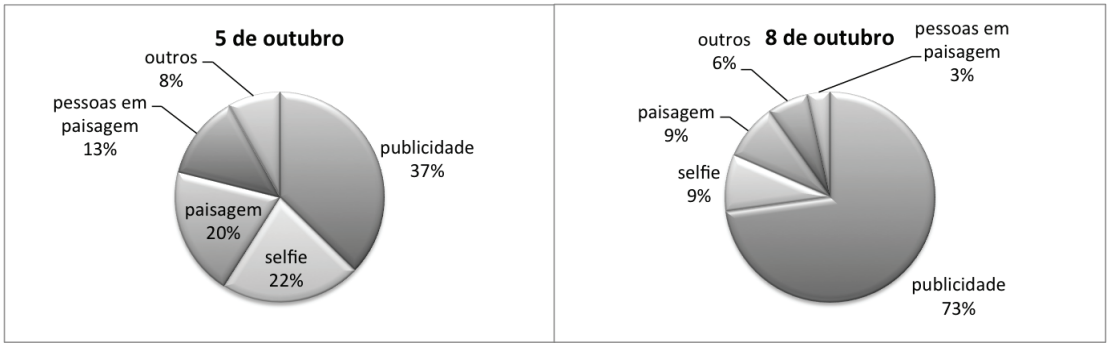

Gráfico I. Imagens pesquisadas nos dias 5 e 8 de outubro – por categoria. Fonte: os autores.

O Instagram possui atualmente mais de 300 milhões de usuários ativos pelo mundo[4]. A rede vem se destacando entre as mídias sociais e está sendo utilizada por grandes e pequenas empresas, que veem nela uma oportunidade de veicular seu conteúdo em um espaço onde o nível de engajamento dos utilizadores é bastante alto.

Observando os resultados obtidos é perceptível que o Instagram constitui um espaço de comunicação publicitária, no entanto não da publicidade oficial mediada pela rede, ao menos até o final de 2014, uma vez que está previsto pela rede o inicio da exibição de publicidade no Brasil para 2015[5].

O fato é que o Instagram não foi projetado para ser um site disseminador de anúncios publicitários e talvez esse seja o maior ponto positivo para as marcas que lá anunciam. As fotos, antes de serem postadas, podem passar por uma rápida edição, ganhando, assim, um novo visual e um certo charme, podendo se confundir com fotos cotidianas de pessoas comuns. Ao contrário do que ocorre nos meios nos quais propagandas convencionalmente são veiculadas – onde os consumidores são bombardeados por anúncio seguido de anúncio, a publicidade no Instagram não é invasiva. Só recebem fotos publicitárias de determinada marca, as pessoas que se decidiram por seguir a mesma. Além disso, atualmente não gera custos de mídia aos anunciantes.

É recorrente encontrar no Instagram perfis pessoais que colaboram com determinadas marcas. Há aqueles que simplesmente compartilham fotos próprias munidas por alguma *hashtag* lançada por tais marcas, também existem os que trabalham para essas marcas mediante remuneração, compartilhando fotos que exibem a marca como parte de sua rotina. Esses últimos, muitas vezes, são perfis de pessoas influentes, que já possuem grande número de seguidores.

Optamos, portanto, por excluir o grande número de publicações com fins comerciais nesta pesquisa. Imagens vinculadas a marcas, empresas, produtos ou serviços, mesmo tendo utilizado as *hashtags* aqui estabelecidas, foram eliminadas antes do cruzamento dos dados e da etapa de análise, uma vez que contemplamos somente imagens publicadas por perfis pessoais.

A seguir apresentamos os resultados observados a partir das quatro categorias de conteúdo já descritas.

3. Representações conectadas da cidade de Vitória

Dentre as imagens publicadas com as *hashtags* pesquisadas aquelas com paisagens se destacaram, independentemente do dia observado.

No dia do aniversário da cidade a paisagem foi o tema de maior relevância: alem de ter correspondido a 59% das imagens, outras 18% delas (o segundo maior índice apurado) exibiam pessoas em paisagem, isto é, o cenário foi contemplado em 77% daquelas fotografias. Já nos demais dias tal categoria dividiu espaço com as fotografias do tipo *selfie*: em 5 de outubro 34% das imagens eram de *selfies* e 32% de paisagens; em 8 de outubro 32% das imagens eram de *selfies* e, igualmente, 32% eram de paisagens.

---

4 http://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/instagram-alcanca-300-milhoes-de-usuarios-ativos-passa-twitter-14793887 [consultado em 11-12-2014].

5 http://www.publicidadenaweb.com/2014/10/09/instagram-vai-exibir-publicidade-brasil-partir-de-2015/ [consultado em 11-12-2014].

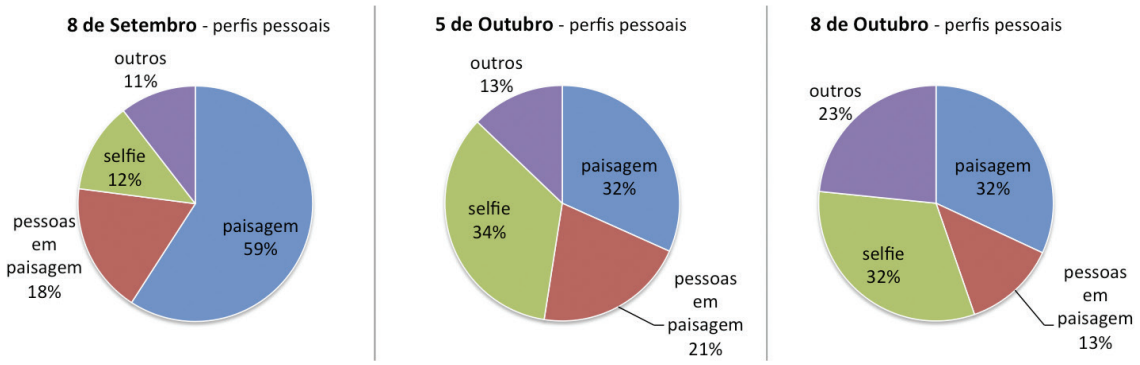

Gráfico II. Total de imagens analisadas em cada dia pesquisado – por categoria. Fonte: os autores.

A visualização desses dados nos permite afirmar que no dia do aniversário da cidade a atribuição de *hashtags* contribuiu para criar um cartão-postal coletivo de Vitória, nomeadamente a partir da recorrência de imagens de paisagens da capital, algumas delas republicadas muitas vezes – por indivíduos diversos.

Tais dados evidenciaram ainda um aspecto que nos permitiu dividir as imagens de paisagem em duas subcategorias: fotos-postais e produção pessoal.

Foram consideradas como fotos-postais todas as publicações que replicaram imagens de perfis oficiais, ou ainda aquelas fotografias que, mesmo tendo sido produzidas pelo sujeito que as publicou, mostravam cenários e enquadramentos similares àqueles das imagens tidas como oficiais. Do total, 56% das fotografias de paisagem foram enquadradas nessa categoria. Já as imagens qualificadas como produção pessoal foram aquelas que registraram a cidade fora dos cenários, dos ângulos ou dos cortes padronizados pelos postais – do total, 44% das fotografias de paisagem foram consideradas produções pessoais.

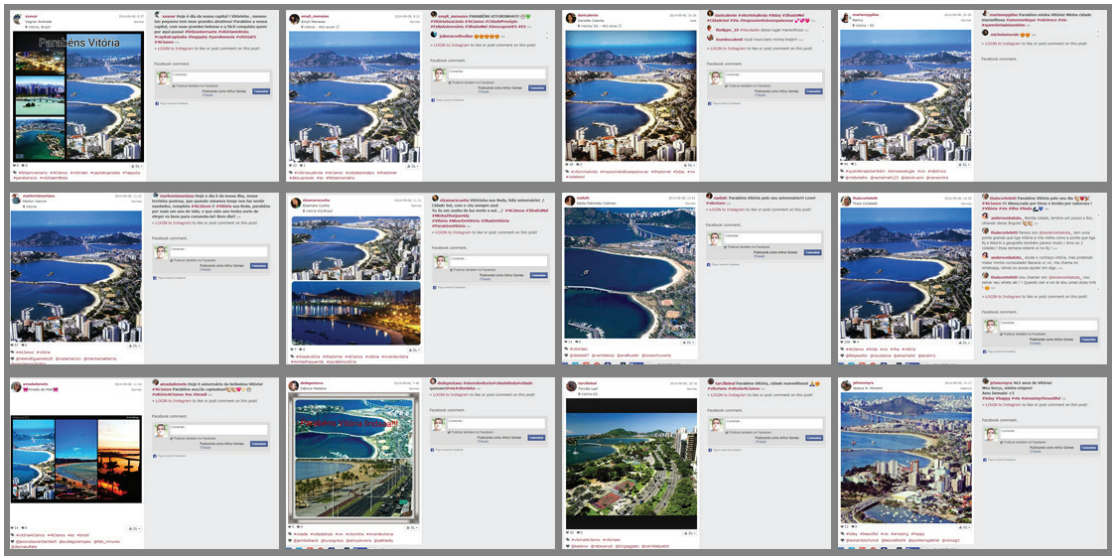

Figura V. Exemplos de imagens do dia 8 de setembro - categoria “paisagem”, sub-categoria “fotos-postais”. Fonte: os autores.

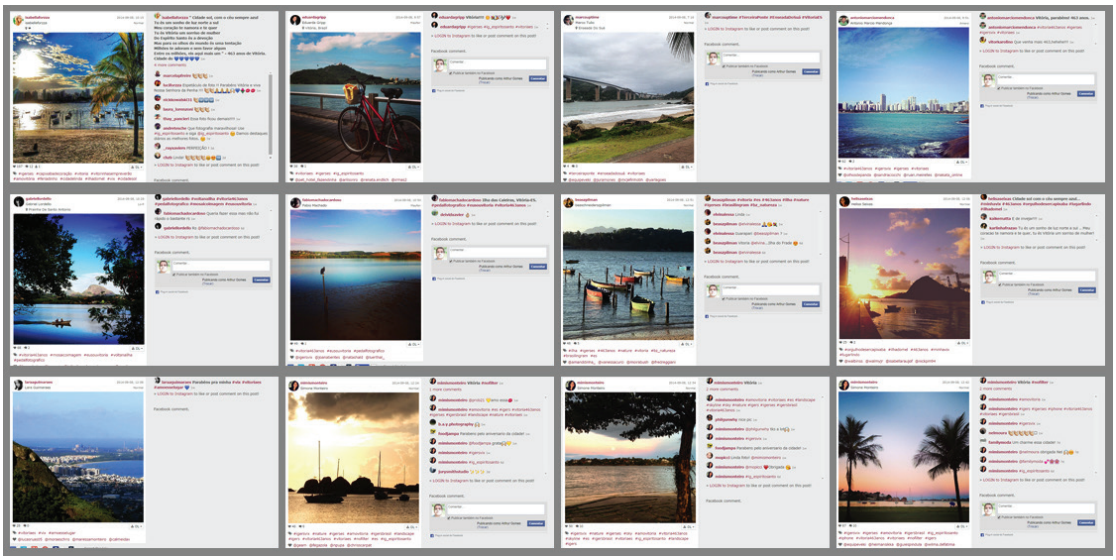

Figura VI. Exemplos de imagens do dia 8 de setembro - categoria “paisagem”, sub-categoria “produção pessoal”. Fonte: os autores.

Em sua pesquisa com cartões-postais de Vitória, Goveia (2011) identificou elementos visuais que deixaram de existir com o tempo no cenário da capital capixaba e, consequentemente, também desapareceram dos postais com o passar dos anos. A “Cidade-Presépio” que configurava o imaginário do início do século XX desapareceu completamente nos dias atuais, do mesmo modo que tal cognome entrou em desuso. Por outro lado, algumas marcas se fizeram presente em todo o período por ele estudado, como as imagens do mar, que ilustravam não só os cartões-postais do início do século mas também os da atualidade.

Os postais de Vitória nunca negaram sua vertente marítima, mas, segundo Goveia (2011), apesar de a cidade estar inevitavelmente vinculada ao mar, uma vez que é uma ilha, a praia raramente apareceu como um espaço de diversão, ocupação e uso. O mar teve, e tem, a função de ocupar áreas no cenário da cidade nos cartões-postais, como um território vazio, como um espaço de composição do recorte geográfico.

As imagens publicadas no Instagram corroboram com tal tradição dos postais. Observamos que entre as imagens de paisagens o mar-paisagem é o principal elemento em 94% daquelas relacionadas como fotos-postais, e em 75% das fotografias classificadas como produção pessoal.

Os dados apurados um mês após a data do aniversário da cidade apresentaram outro cenário. Além da já observada frequência das paisagens outro tipo de tema foi amplamente publicado com as *hashtags* pesquisadas: as *selfies*. Tal característica assinala a presença de um conteúdo vinculado ao cotidiano dos atores na rede social pesquisada.

Além disso, o distanciamento da data comemorativa gerou outro cenário de imagens, não somente pela maior quantidade de cenas cotidianas quanto pela característica dos retratos que foram então publicados.

Na categoria “paisagem” observamos que entre as fotografias que retrataram a cidade nos dias 5 e 8 de outubro, diferentemente daquelas coletadas no dia 8 de setembro, apenas 4% eram enquadradas como fotos-postais, portanto 96% delas se configuraram como produção pessoal.

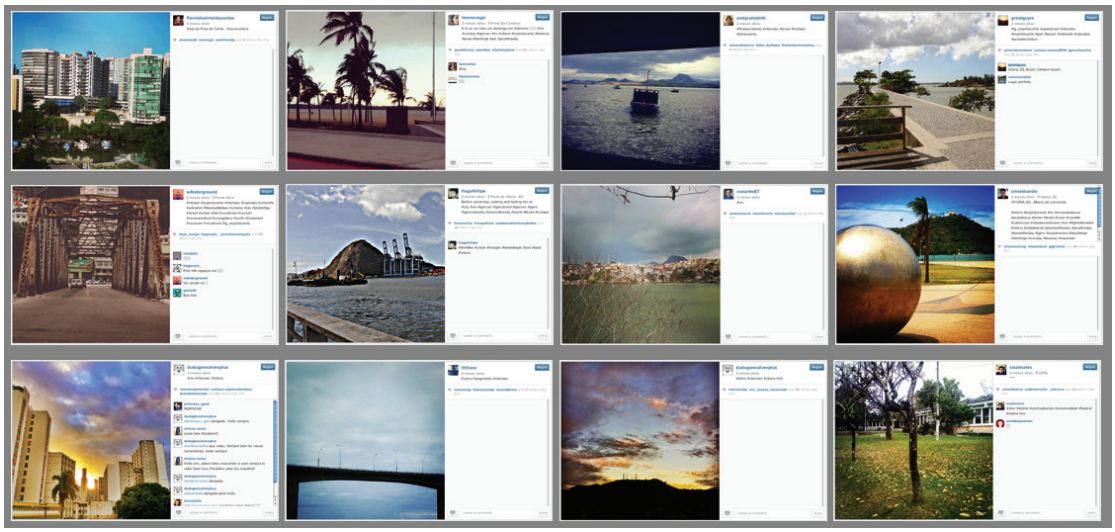

Figura VII. Exemplos de imagens dos dias 5 e 8 de outubro - categoria “paisagem”. Fonte: os autores.

Ademais, observamos com essa segunda etapa de dados coletados uma variedade de cenários – inclusive com menor presença do mar – que contemplaram outros espaços da cidade e outros ângulos.
Tal produção cotidiana de imagens dá conta da vivência dos atores na cidade, das relações e da percepção que moradores e turistas têm de seus espaços, não se trata, portanto, de formas “corretas” de representação da mesma, mas de evidenciar pertencimento, isto é, mostrar que fazem parte de um grupo geográfico, ou ainda de procederem como uma declaração de viagem.
Em termos de representação do espaço, trata-se de uma mescla que vai além do clássico discurso imagético sobre a cidade e gera um discurso próprio e plural a seu respeito.
Os dados encontrados apontam para a premissa de que pensar a cidade e as suas representações é criar vínculos entre o espaço e a subjetividade. Para Jovichelovich (1995), a representação é resultado da construção mental do sujeito, ela é sempre referência de alguém para alguma coisa, dotada de caráter criativo e construtivo. A representação da cidade é como uma imagem mental do urbano criada pelo sujeito e pela sociedade, que resulta, portanto, das suas vivências e relações com o espaço em questão.

4. Considerações finais

A função do cartão-postal, inicialmente, era de carta simplificada, mais simples e barata. Ao representar, no entanto, imagens de pontos turísticos e locais considerados importantes de certo território em uma das faces, o cartão-postal se torna um meio de representação imagética de tal território, e, pensando em um viés quase mercadológico, torna-se uma espécie de publicidade dele.
Seguindo a mesma ideia, as fotos de turismo, agora com tal viés mercadológico escancarado, constroem imagens e representações das cidades de maneira que torne-as atraentes para possíveis visitantes. As cidades se transformam em uma espécie de mercadoria e, com o propósito do “convite à viagem”, são retratadas por tais fotografias de pontos turísticos, mostrando o que “vale a pena” conhecer, o que é considerado importante em tais espaços.
Tanto o cartão-postal quanto as fotografias de turismo são duas das formas de tentar moldar uma espécie de cidade-ideal, mostrando as partes atrativas, aquilo que chama as pessoas a apreciarem a beleza local. Essa cidade, no entanto, não passa de uma colagem de atrativos, de belezas e vistas que carrega experiências, é uma imagem redutiva, impessoal e até mesmo institucional. Acontece uma espécie de “oficialização” da imagem do lugar, somente é mostrado aquilo considerado digno de ser mostrado, o que vende e atrai as pessoas, gerando uma maneira “correta” representar a cidade.

Com o crescimento da internet e das chamadas redes sociais, conjuntamente com o barateamento e popularização dos equipamentos fotográficos, as pessoas passaram a ser produtoras e disseminadoras de conteúdo fotográfico, além de somente espectadoras. Seguindo essa lógica, dentro da pesquisa proposta por este artigo, as pessoas têm então a possibilidade de serem as construtoras de tal imagem das cidades, de criarem um cartão-postal coletivo através do entrelaçamento de imagens subjetivas, contextuais e pessoais. Através do Instagram, ao utilizar *hashtags* como #vitoriaes e #eusouvitoria poderiam criar uma nova imagem da cidade de Vitória, contrapondo-se com aquela institucional e impessoal presente nos cartões postais.

Analisando o Instagram com as *hashtags* escolhidas durante o dia 8 de setembro de 2014, aniversário da cidade de Vitória, o que mais se destacou foi o grande volume de conteúdo reproduzido ou tentando imitar a tal foto de cartão-postal. Os mesmos ângulos dos mesmos objetos se repetiram em diversas imagens. As pessoas podiam recriar a imagem da cidade de Vitória, mostrando seus pontos de vista, mas repetiram fotos dos mesmos pontos turísticos, muitas vezes até colocando material de outras autorias retirado da internet.

Além disso, apesar de todo um discurso contemporâneo de que as pessoas têm liberdade de produção e compartilhamento de conteúdo de maneira mais democrática, através dessas observações percebe-se que dentro de diversas produções pessoais grande parte ainda repetiu o discurso oficial. No aniversário da cidade de Vitória a maioria dos usuários pesquisados buscaram representá-la através dos mesmos enquadramentos e objetos apresentados pelo discurso institucionalizado, com fotografias "dignas" de representar a cidade em seu "grande dia".

Por outro lado, nos demais dias pesquisados, um mês após a data de aniversário da cidade, foi possível observar outros aspectos da representação do espaço urbano: o pertencimento ou o desfrute.

Em suma, a propagação das perspectivas dos indivíduos em relação às urbes resignou estas aos seus gostos e este conteúdo transforma a percepção que os passantes e até os próprios cidadãos têm do lugar onde estão. Enquanto antigamente a fotografia de cidades buscava retratar as edificações, as praças e os veículos, hoje ela está sujeita ao homem, ao cidadão e à presença deste no espaço público.

Referências

CASTELLS, M.; GERHARDT, K. B. (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.

GOVEIA, F. (2011). *Cartões postais de Vitória: vistas de uma idade invisível*. Tese de doutoramento, Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

JOVCHELOVITCH, S. (1995). *Vivendo a vida dom os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais*. In Jovchelovtch, S. (org.). Textos em representações sociais. 2ed. Petrópolis: Vozes.

KOSSOY, B. (2001). *Fotografia e história*. São Paulo: Ateliê Editorial.

POSSAMAI, Z. R. (2008). *Fotografia e cidade*. Artcultura, v. 10, n. 16.

RECUERO, R. (2014) *Contribuições da análise das redes sociais para o estado das redes sociais na internet: o caso da hashtag #tamojuntodilma e #calbocadilma*. Revista Fronteiras (online). Vol. 16, p. 1.

_____, R. (2009). *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina.

SIBILIA, P. (2003). *Os diários íntimos na internet e a crise da interioridade psicológica*. XI Encontro da Compós.

GT 23
Circulações, limites e configurações territoriais e de mercados

A Consolidação da informalidade nos contratos imobiliários na favela de Rio das pedras/RJ – comparando o legal e o informal

Cláudia Franco Corrêa[1]

Juliana Barcellos da Cunha e Menezes[2]

Resumo: O presente artigo é resultado de trabalho desenvolvido por um núcleo de pesquisa, sediado dentro da favela de Rio das Pedras, na Capital do Rio de Janeiro, que observa e analisa as variadas nuanças sociais e jurídicas institucionalizadas no interior da favela que viabilizam o acesso à moradia e a ocupação do solo em geral. Atualmente o referido núcleo conta com participação de pesquisadores de diferentes níveis acadêmicos na área do Direito e outras áreas de conhecimento, que efetivam interlocuções com o método da pesquisa de campo e os institutos jurídicos tradicionais do Direito brasileiro, que em regra, não contemplam as variadas formas de "aquisição" de bens imóveis encontradas em favelas, bem como não recepcionam as variadas formas e ajustes contratuais que articulam a circulação econômica, de maneira especial o contrato de locação.
Desta forma, o presente artigo pretende explicitar as nuanças sociais, econômicas e "jurídicas" decorrentes da locação de quitinetes na favela de Rio das Pedras, onde se estabelece um rentável mercado imobiliário que conta com a participação de atores de dentro e fora da favela.
Palavras-chave: Locação; Quitinetes; favela; informalidade

Introdução

Inicialmente faz-se necessário uma breve introdução do *lócus* estudado, e suas peculiaridades. Trata-se da terceira maior favela do Brasil, segundo dados do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2010), com mais de 80 mil habitantes distribuídos por cerca de 30 mil residências. A favela em estudo difere-se das demais em alguns aspectos, mas primordialmente pela presença quase hegemônica de imigrantes Nordestinos, tal preponderância influencia diretamente nos costumes do local, onde a fiança moral e acordo verbal ainda são largamente observados.
As negociações locatícias lá observadas acontecem através de práticas que associam as regras aplicadas no mercado formal com costumes locais. Neste contexto é possível notar uma série de arranjos que viabilizam o acesso a moradia por meio da locação, como ocorre na importância das relações pessoais nas contratações,

1 Professora Adjunta de Direito Civil da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Professora Adjunta do PPGD da Universidade Veiga de Almeida/RJ
Coordenadora do Núcleo de Pesquisa de Rio das Pedras/RJ
Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho
UGF francocorrea@oi.com.br

2 Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ
Estagiária do Núcleo de Pesquisa de Rio das Pedras
julianabarcellos@globo.com

há efetiva necessidade de se regular essas práticas em normas pressupostas de confiança que somente podem decorrer de um processo de conhecimento prévio (Burgos, 2004).

Outra peculiaridade que tem reflexo no mercado imobiliário local é a presença no seio da comunidade de pessoas oriundas da classe média que devido ao achatamento salarial decorrente da expansão dos salários mais baixos, compensada pela diminuição dos altos salários (Gamo, 1982) observado no Brasil nos últimos anos, buscam na favela uma alternativa de moradia mais acessível e sem a burocracia exigida na cidade formal, de modo que atualmente é possível encontrar, engenheiros, arquitetos, contadores, servidores públicos, advogados e uma série de outros profissionais que exercem funções típicas de pessoas de um segmento social economicamente diverso da maioria dos habitantes de Rio das Pedras.

Como Pontua Magalhães (2013) as favelas, ao contrário do que acredita o senso comum, não são espaços sem lei, limbos ou vácuos de juridicidade, não são espaços caóticos ou desordenados, tanto de uma perspectiva interna que observa as formas de autorregulação, quanto de uma perspectiva externa, referente a ação reguladora do próprio Estado. Desta forma o *modus* de vida dentro da favela acompanha a necessidade dos moradores, tornando-a não apenas uma opção de moradia, mas um estilo de vida, uma vez que a favela assume uma série de funções na vida dos moradores, como o acesso facilitado ao mercado de trabalho e a utilização dos serviços de luz, água e telefonia a preços mais flexíveis.

O que ocorre em Rio das Pedras é bastante semelhante ao observado na maioria das favelas com grande contingente populacional no que diz respeito a locação, haja vista que tal modalidade contratual se perfaz como principal meio de promover a moradia dos seus habitantes. A situação traduz-se pela concentração de imóveis nas mão de poucos proprietários que constroem prédios e alugam as chamadas quitinetes[3].Tal "especulação imobiliária" formada dentro das comunidade gerou um crescimento vertical das favelas[4] registrado nas últimas décadas no Rio de Janeiro, de modo que atualmente é praticamente impossível encontrar uma construção térrea em Rio das Pedras, ao passo que os prédios de cinco ou mais pavimentos tornam-se cada vez mais comuns nas diversas áreas da comunidade e servem de objeto dos contratos de locação que, de maneira muito singular, articulam um mercado plural, tornando exequível a vida comunitária.

Os Contratos de Locação

Na estruturação jurídica brasileira, o contrato de locação é conceituado no artigo 565 do Código Civil, onde diz:

> Na locação de coisas, uma das partes se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de coisa não fungível, mediante certa retribuição.

Segundo Tartuce (2012), considerado um grande civilista brasileiro, a Locação, genericamente, é

> O contrato pelo qual uma das partes, mediante remuneração (aluguel, salário civil ou preço), compromete-se a fornecer a outra, por certo tempo, o uso de uma coisa não fungível, a prestação de um serviço, ou a execução de uma obra determinada.

No que tange às locações urbanas, a Lei 8.245/91, conhecida como Lei do Inquilinato, normatiza as regras pertinentes à locação de imóveis destinados à residência ou para finalidade não residencial, com exceção dos

---

3 Quitinete é um apartamento de pequena dimensão, formado geralmente por apenas um quarto, um banheiro, uma sala e uma cozinha, sendo todos com um espaço extremamente pequeno.

4 O crescimento vertical da favela de Rio das Pedras é comprovado através dos dados coletados pelos dois últimos censos do IBGE. Segundo o Instituto Pereira Passos de 2008 até 2012 houve uma redução das áreas ocupadas por favelas, mas um aumento na população favelada de 27,5%. "o Rio ganhou 210 mil novos moradores em aglomerados subnormais. Desses, uma terça parte se instalou nas regiões da Barra da Tijuca e Jacarepaguá (que tem apenas 12% da população total). O cadastro de favelas indica que combinou-se ali o crescimento horizontal e vertical das favelas antigas (com destaque para o Rio das Pedras)"(CEZAR, 2002).

imóveis de propriedade da União, dos Estados e dos Municípios, de suas autarquias e fundações públicas; de vagas autônomas de garagem ou de espaços para estacionamento de veículos; de espaços destinados à publicidade; em apart- hotéis, hotéis - residência ou equiparados, assim considerados aqueles que prestam serviços regulares a seus usuários e como tais sejam autorizados a funcionar e o arrendamento mercantil, em qualquer de suas modalidades.

> Assim se nota em seu artigo 1º
> Art. 1º A locação de imóvel urbano regula - se pelo disposto nesta lei:
> Parágrafo único. Continuam regulados pelo Código Civil e pelas leis especiais:
> a) as locações:
> 1. de imóveis de propriedade da União, dos Estados e dos Municípios, de suas autarquias e fundações públicas;
> 2. de vagas autônomas de garagem ou de espaços para estacionamento de veículos;
> 3. de espaços destinados à publicidade;
> 4. em *apart*- hotéis, hotéis - residência ou equiparados, assim considerados aqueles que prestam serviços regulares a seus usuários e como tais sejam autorizados a funcionar;
> b) o arrendamento mercantil, em qualquer de suas modalidades.

A partir dessa ótica, extrai-se que a locação em Rio das Pedras deveria ser regulada pela Lei 8.245/90, mas isso não é o que ocorre na prática. As regras lá aplicadas, como será visto, advém de um processo adaptativo e criativo, que demonstra a forte necessidade de inclusão dessas pessoas em uma rede social maior. Desta maneira, os processos imitativos de modelos formais encontrados não só operacionalizam a organização social interna da favela, como estreitam os laços de reconhecimento como parte de uma realidade que ultrapassa as fronteiras da mesma.

Contudo, cabe pontuar que, não só notamos a presença de processos imitativos, como há um verdadeiro processo de criação de regras próprias, são regras de Rio das Pedras, validadas por um processo de consensualidade tacitamente estabelecido ao longo de anos, ou seja, de uma trajetória que se inicia e se desenvolve com a própria história da favela.

Através da experiência de campo, foi possível acompanhar ao longo dos últimos 07 (sete) anos as relações locatícias em Rio das Pedras e constatar que locação dentro da favela é um mercado tão forte quanto o vasto mercado da compra e venda e, se observarmos ambos os modelos contratuais teremos um bom panorama de como se mora na favela.

Passaremos então a explicar um pouco mais detalhadamente como são realizadas as pactuações na favela de Rio das Pedras, com base na experiência obtida depois de alguns anos de trabalho de campo, através do qual tivemos oportunidade de acompanhar o cotidiano de alguns locadores e observar todo o processo de pactuação desde o primeiro contato, normalmente telefônico pois, apesar de haver imobiliárias locais, a divulgação dos imóveis se dá em sua grande maioria por meio de placas de "Aluga-se" espalhadas em postes e muros da favela. Ao longo da negociação são realizadas visitas ao imóvel e é acordada a modalidade de garantia que será praticada, normalmente é utilizada a chamada "taxa" que corresponde a uma quantia que é paga junto com o primeiro aluguel[5]. A referida taxa é devolvida integralmente quando o inquilino entrega o imóvel nas condições previamente acordadas.

Percebe-se que os contratos não são isentos de garantias locatícias, mas não se costuma observar as garantias previstas na lei 8.245/90, como a fiança e o depósito, inclusive porque, tais garantias não teriam aplicabilidade no local, onde poucas pessoas detém imóveis próprios e, por tanto, estariam aptos a serem fiadores, da mesma forma, um número muito restrito de pessoas conseguiria pagar o equivalente a 3 (três) meses o valor do aluguel antecipadamente a título de garantia. Ou seja, a "taxa" corresponde a garantia aplicada em Rio das Pedras, pois

5 Na maioria dos casos observados o valor da taxa corresponde a aproximadamente a metade do aluguel.

viabiliza os reparos necessários caso o inquilino não devolva o imóvel nas condições acordadas e corresponde a um valor razoável para que o locatário preocupe-se em cuidar do bem a fim de reaver a quantia.
Outra situação bastante comum é a indicação de um inquilino por algum parente que já reside a mais tempo na comunidade, nesse caso observa-se ainda a presença da chamada "fiança moral"[6]. Esse costume confirma o valor com que as redes pessoais se manifestam, conhecer alguém para o ingresso na favela supera qualquer garantia pecuniária. Isto é justificável pela necessidade de construção de regramentos esteados na confiança, similarmente ao que se entende no princípio pressuposto da boa-fé objetiva, presente, conforme definição da cultura civilista brasileira, em todos os negócios jurídicos amparados pelos estatutos jurídicos postos (Corrêa, 2012:22)
Aliás, as relações de proximidade em Rio das Pedras se apresentam como parte do processo de ocupação da própria favela. Para morar em Rio das Pedras, faz-se necessário conhecer alguém. O ingresso na favela passa por alguma pessoa que apresenta o novo candidato à compra ou locação de certo imóvel, uma forma de caução moral, para viabilizar a entrada do novo morador.
A reverberação do trato social faz com que a informalidade assuma um caráter para além da formatação contratual e jurídica. Em decorrência das limitações impostas ao capital econômico, como assevera Bourdieu (2001), o capital social assume preponderância nos tratos pessoais a tal ponto que superam as regras do mercado rigidamente concebidas, ajustando reciprocidade e solidariedade nas composições mercadológicas.
Para ilustrar esta importância do capital social em Rio das Pedras vislumbra-se um caso paradigmático, que ocorreu com um locador que é proprietário de um prédio com 10 (dez) quitinetes, localizado próximo à rua Engenheiro Souza Filho, principal rua da comunidade. Ao alugar uma das quitinetes a uma família, o locador recebe um telefonema de um morador antigo do prédio, seu inquilino a alguns anos, informando que a família recém chegada estava "falando mal dele" na comunidade e que era de fundamental importância que o locador se posicionasse, caso contrário iria devolver a quitinete e se mudar.
Mas não é apenas no tocante as garantias locatícias e a forte presença do capital social que os contratos de locação em Rio das Pedras diferenciam-se das contratações formais, afastam-se também no que tange a forma. Na comunidade predomina o contrato verbal, sem prazo determinado; o contrato padrão de 30 (trinta) meses, largamente difundido nas locações residenciais formais, não teria espaço nessa modalidade peculiar de locação praticada dentro das favelas onde observa-se grande mobilidade e raros são os casos em que um inquilino passa mais de 1 (um) ano na mesma quitinete.
Os reajustes não seguem os índices oficiais, como IGP-M[7]. O aumento do aluguel dependerá de cada caso, principalmente da relação que existente entre locador e locatário, pois sendo considerado um bom cumpridor de suas obrigações, o locatário poderá manter-se no imóvel por período superior a um ano sem qualquer reajuste, algo recorrente em Rio das Pedras. O pagamento do aluguel geralmente é antecipado, bastando o pagamento do primeiro mês para o inquilino tomar posse do imóvel. Outro dado importante a ressaltar é a não exigência de quaisquer documentos, como carteira de identidade (RG), cadastro de pessoa física (CPF), muito menos comprovante de renda. Vale destacar que como essas práticas envolvem relações com bastante ênfase na pessoa dos contratantes, as regras vigentes são sempre flexibilizadas conforme o que melhor atender ao interesse das partes. Assim, se um inquilino encontra-se desempregado, haverá a possibilidade de uma diminuição no valor do aluguel por certo prazo; ou mesmo em caráter permanente se este, por alguma razão, vier a ter redução de seu salário (Corrêa, 2012).
Os valores dos aluguéis praticados variam de acordo com a localização geográfica dos imóveis bem como o estado do mesmo. Contudo, há a percepção de que a localização do imóvel contribui para melhor cotação do aluguel, o que também será manifesto nas contratações que envolvam compra e venda.
Como forma de exemplificar e melhor elucidar as questões esplanadas no presente artigo, elencamos alguns valores praticados no referido mercado imobiliário no que diz respeito a locação de quitinetes, concebendo a

6 Funciona como um aval, que é dado por outro morador de reputação ilibada dentro da comunidade.

7 Índice geral de preços do mercado, comumente utilizado para reajuste nos contratos de locação realizados nos moldes previstos na Lei do inquilinato.

divisão da favela pela nomeação oferecida pelos próprios moradores em sua divisão geográfica[8], que, sobretudo, vai demonstrar certa hierarquização de espaços, muito semelhante ao que ocorre em espaços formais, tornando algumas áreas mais valiosas do que outras.
Neste aspecto, a favela de Rio das Pedras encontra-se dividida em 08 (oito) áreas, sendo elas:

1) São Bartolomeu – R$650,00 a R$950,00
2) Pinheiro – R$550,00 a R$700,00
3) Rua Velha – R$ 550,00 a R$700,00
4) Rio Novo e Rio das Flores – R$500,00 a R$650,00
5) Engenheiro – R$550,00 a R$700,00
6) Areal I – R$400,00 a R$450,00
7) Areal II – R$350,00 a R$450,00
8) Areinha - R$250,00 a R$450,00

Obviamente que os valores praticados nessas áreas são determinados a partir de méritos reputados pelos moradores de cada região, como localização, infraestrutura, tipo de vizinhança, condições do imóvel, etc. Desta maneira, os imóveis no conjunto São Bartolomeu são mais valorizados em função de sua localização privilegiada e toda infraestrutura existente, ao passo que na Areinha, pela ausência dessas condições e da proximidade do pantanal, o valor cai sensivelmente.
Assim, quanto mais próximo da região do Centro de Rio das Pedras, local onde se iniciou a ocupação da favela, detentor de uma infraestrutura privilegiada em relação as outras regiões da favela, com melhor acesso à serviços públicos e transporte, mais caro é o aluguel do imóvel.
Atualmente tem ocorrido intensas mudanças no que tange a especulação imobiliária em Rio das Pedras. Antigamente as regiões eram bem segmentadas, e os bairros mais valorizados destacavam-se dos demais principalmente pelo oferecimento de serviços, pavimentação das ruas e menor risco de enchentes, esse era por exemplo o caso do conjunto São Bartolomeu, área considerada "nobre" pelos moradores da favela. Ao passo que a região da Areinha caracterizava-se pelo extremo oposto, as ruas tinham muita lama e havia uma total carência de infraestrutura na região, que sofria constantemente com alagamentos e falta de energia. Porém essa realidade tem mudado a cada dia, as obras de infraestrutura que vem ocorrendo na região do Areal I e II pavimentaram as ruas e becos e acabaram com os famosos "gatos", formalizando o serviço de energia elétrica. Tais mudanças já repercutem no mercado imobiliário local, pois acarretaram uma consistente valorização nos imóveis da região e, por obvio, tem repercutido nas transações imobiliárias.
Notamos ainda que as cláusulas contratuais são construídas de acordo com os costumes locais, que são válidas socialmente independentemente do que possa existir nas formatações jurídicas postas. Isto pode ser evidenciado no caso de descumprimento contratual por falta de pagamento do inquilino e da possibilidade da retomada do imóvel objeto da locação. A maneira como se dá esta retomada é peculiar em Rio das Pedras, posto que na prática há concepção de que, em caso de inadimplemento de alguns meses ou mesmo de apenas um mês, pode o locador retomar o imóvel, fazendo valer de suas próprias mãos, além da possibilidade de retenção alguns bens móveis para compensar os meses que não foram pagos. Os bens que não forem utilizados na compensação poderão ser encaminhados para a casa de amigos ou parentes do inquilino ou mesmo virem a ser deixados em algum lugar de propriedade do locador, numa espécie similar de "depósito público" (Corrêa, 2012:55).
Através do método aplicado da observação participante e da análise comparativa entre as cláusulas comumente praticadas no *locus* estudado e o ordenamento jurídico pertinente ao tema, observa-se que a informalidade está umbilicalmente relacionada a essência dos contratos na favela, que minimizam a burocracia exigida fora da comunidade para viabilizar o acesso à moradia de seus habitantes. Nesse sentido cumpre destacar a função social do contrato de locação em locais favelizados, que funciona como uma forma rápida e eficiente de solucionar a questão do déficit habitacional.

8 Valores fornecidos por imobiliárias e locadores locais, atualizados em Setembro de 2014.

Essa informalidade em questão traduz-se nos diálogos entre locador e locatário onde é possível notar a presença de cláusulas bastante peculiares, mas tratadas com naturalidade por ambas as partes, como por exemplo a majoração do valor aluguel no caso do inquilino ter filhos pequenos. Grande parte da intimidade das famílias é inquirida pelo locador antes de concretizar a locação, como o horário que as crianças saem da escola, se elas passam muito tempo em casa e se o casal pretende ter mais filhos.

Ao questionarmos os moradores acerca do sistema aplicado, notamos que o mesmo é fortemente legitimado dentro da favela, a opinião geral foi praticamente unanime em dizer que o sistema funciona com bastante agilidade, que no caso de inadimplemento o proprietário recupera o imóvel de maneira rápida e eficiente, retornando ao *status quo* contratual anterior de maneira célere. Ao falarmos sobre a alternativa do judiciário, a rejeição foi bastante clara, todos disseram que além de muito lento o judiciário deixa muito a desejar nessas "questões de pobre". Ou seja, por não compreender o sistema aplicado no local o judiciário muitas vezes profere decisões injustas aos olhos dos moradores.

Desta forma, através da análise das nuanças apontadas no presente artigo, fruto de pesquisa realizada há 07 (sete) anos, indicam que o arcabouço jurídico disponibilizado no sistema pátrio não contempla as variadas formas de instrumentos "jurídicos" que organizam a vida de milhares de brasileiros que além de acessibilizar a moradia, estruturam redes contratuais que solidificam um mercado robusto e organizado.

Por fim, cabe pontuar que a locação não só aquece o mercado habitacional, sendo amplamente presente no seara empresarial. Em recente censo realizado pelo núcleo de pesquisa sediado em Rio das Pedras que as autoras do presente artigo são filiadas, onde fora entrevistados quase 4 (quatro) mil empresários, 2.411 empresários afirmaram que os imóveis utilizados para seus estabelecimentos são objetos de contrato de locação, que no geral, aderem as mesmas práticas encontradas nas locações residenciais. Portanto, tais constatações nos permite concluir a importância que a locação assume dentro do universo da favela em questão.

Percebe-se ainda que, as contratações locatícias encontradas em Rio das Pedras são construções que vão além de adaptações de modelos contratuais postos na estrutura jurídica brasileira que partem de uma concepção de organização social contemplada pela identificação de um grupo as esferas legais já existentes, o que seria, grosso modo, uma concepção de legalidade considerando-a como enquadramento do poder em um sistema de lei (Weber, 2010). O que se observa em Rio das Pedras é uma esfera ampla de consensualidade nas regras aplicadas em suas negociações, e, portanto, há um entrosamento em todo processo de identificação conjunta, pois, ao caso, o fundamento do poder de tais regras encontra-se no pertencimento que os regramentos assumem no seio social e repercutem nesse mesmo contexto, subordinando à todos por uma aderência cotidiana que dita se o comando deve ou não ser obedecido.

De fato, como o processo de legitimidade não está necessariamente atrelado a legalidade e sim a esfera de reverberação e aderência do meio social, as regras estabelecidas nos arranjos contratuais se institucionalizam e organizam a favela, viabilizando o morar e o viver de seus moradores com substancial segurança "jurídica", que além das fronteiras do legal surtem os efeitos de segurança desejados de tais negociações.

A falta de parâmetros claros para estabelecer um relacionamento social que seja resultado da conexão entre o real e o legal favorece a institucionalização de fato de práticas sociais reiteradas em conglomerados habitacionais favelizados no Rio de Janeiro.

Fora do sistema oficial, desenvolve-se dentro desse espaço um outro direito não-oficial, que passa a ter vigência paralelamente, com o direito oficial brasileiro (Carbonari, 2008). Esse direito, portanto, torna-se institucionalizado no contexto de Rio das Pedras, legitimando-se, por assim dizer.

Conclusão

Assim, a presente pesquisa utilizou-se da abordagem de campo, não apenas para coletar dados estatísticos, mas para realizar uma aproximação com objeto de estudo e através de uma observação participante, identificar e compreender as práticas imobiliárias locais, viabilizando um processo comparativo entre estas e o ordenamento jurídico vigente, não com o objetivo de pontuar as rupturas mas sim de desconstruir o processo adaptativo identificado e trazer à tona as causas dessa ruptura, o porquê da inaplicabilidade das normas afetas ao tema à realidade dos moradores de favelas.

Por essa forma, o presente artigo pretendeu explicitar nuanças sociais, econômicas e "jurídicas" decorrentes da locação de quitinetes na favela de Rio das Pedras, onde se estabelece um profícuo e rentável mercado imobiliário que participa não apenas moradores da favela, como vários atores que atuam nessas intensas redes de trocas simbólicas.

Algumas dessas nuanças foram apontadas como propulsoras do mercado imobiliário na favela, principalmente no tocante a locação de quitinetes. Vários fatores advindos da informalidade desses instrumentos, muitas vezes não considerados juridicamente são responsáveis pelo funcionamento do micro sistema identificado em Rio das Pedras, que possivelmente dentro de outro contexto jurídico, com outras variáveis, não teria aplicabilidade, mas que dentro deste "micro cosmos" é fundamental para efetivar garantias constitucionais, em especial o direito à moradia.

Referências Bibliográficas:

BOURDIEU, Pierre. (2007) *O poder simbólico*. 10ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BURGOS, Marcelo Baumann (2002), *A utopia da comunidade: Rio das Pedras, uma favela carioca.* 2ª edição. Rio de Janeiro: PUC-Rio.

CARBONARI, Silvia Regina de Assumpção. *"*O Direito de Superfície sob nova perspectiva". *Âmbito Jurídico*, disponível em http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2458%22, [consultado em: 20/11/2014]

CORRÊA, Cláudia Franco (2012), *Controvérsias entre o Direito de Moradia em favelas e o Direito de Propriedade Imobiliária na cidade do Rio de Janeiro: O Direito de Laje em questão.* Rio de Janeiro: Topbooks.

GAMO, Luciano S. (1982), "Dois anos de Política Salarial". *Revista de Administração de Empresas.*

MAGALHÃES, Alex Ferreira. (2013), *Sociologia do Direito: O pluralismo jurídico em Boaventura de Sousa Santos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

MAGALHÃES, Alex Ferreira (2013). *O Direito das Favelas*. Rio de Janeiro: Letra Capital.

TARTUCE, Flávio. (2012) *Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie*. 7ª edição. São Paulo: Método.

VALLADARES, Lícia do Prado. (1980) *Passa-se uma casa: Análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. 2ª edição. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores.

WEBER, Max. (2010) *Conceitos Sociológicos Fundamentais*. (trad. M. Artur), Covilhã: Lusofia.

Da "margem" ao centro: reconfigurações dos regimes territoriais nas favelas do Rio de Janeiro

Marcia Pereira Leite[1]

Resumo: O *paper* analisa os diferentes regimes territoriais que vêm sendo produzidos nos/para os atuais lugares "de margem" no Rio de Janeiro e que se articulam ao projeto de revitalização da cidade como uma "cidade de negócios", no que se convencionou designar de "contexto dos grandes eventos". A temática que o inspira é a produção da cidade e de suas "margens" e a hipótese que orientou a pesquisa consiste em que, no atual processo de produção de "lugares outros" no Rio de Janeiro, determinadas favelas podem estar ou não incluídas, a partir de agenciamentos diversos e da possibilidade de serem reconfiguradas como "territórios seguros" e que oferecem "oportunidades de negócios". Considera-se que a possibilidade de integração urbana de alguns desses territórios, as favelas "pacificadas", sob a condição do sucesso da implementação de um novo modo de gestão da vida e de administração dos conflitos imposto pelas UPPs e da captura de seus moradores pelo mercado através da lógica do empreendedorismo operada pela UPP Social e que mobiliza diversos atores, no campo do mercado, do Estado e das ONGs.

Palavras-chaves: Favelas, UPPs, regimes territoriais, governamentalidade, integração urbana, empreendedorismo.

1. Introdução

Nste *paper* descrevo e analiso as atuais formas de gerenciamento dos territórios de "margem" (DAS e POOLE, 2004) no Rio de Janeiro, discutindo seus efeitos pretendidos em termos da reconfiguração da relação entre *favela* e *asfalto* na cidade. Argumento estar em curso uma redefinição dos regimes territoriais de um certo conjunto de favelas cariocas, que opera por meio da regulação/controle dos modos de vida e do reenquadramento dos conflitos sociais nesses territórios e de sua captura pelo mercado, ao mesmo tempo em que relega outros, aqueles situados no que se redefine como *periferia* da cidade revitalizada como "cidade de negócios", ao campo da incivilidade e do crime e ao tratamento estatal reservado aos "territórios de exceção". Com base em meus dados de campo, analiso os dispositivos governamentais e não governamentais acionados nesta construção e os atores que dela participam..

Sustento que os diferentes regimes territoriais que vêm sendo produzidos nos/para os atuais lugares "de margem" no Rio de Janeiro articulam-se ao projeto de revitalização da cidade como uma "cidade de negócios", no que se convencionou designar de "contexto dos grandes eventos". A temática que me inspira é a produção da cidade e de suas "margens" e a hipótese que orientou a pesquisa consiste em que, no atual processo de produção de "lugares outros" no Rio de Janeiro, determinadas favelas podem estar ou não incluídas, a partir de agenciamentos diversos e da possibilidade de serem reconfiguradas como "territórios seguros" e que oferecem "oportunidades de negócios". Considero que a possibilidade de integração urbana de alguns desses territórios, as favelas "pacificadas", sob a condição do sucesso da implementação de um novo modo de gestão da vida e de administração dos conflitos imposto pelas UPPs e da captura de seus moradores pelo mercado através da lógica do empreendedorismo operada pela UPP Social e que mobiliza diversos atores, no campo do mercado, do Estado e das ONGs.

Analiso, assim, os dispositivos de governamentabilidade e os agenciamentos correspondentes que se inscre-

---

1 Marcia Pereira Leite é doutora em Sociologia pela UFRJ, professora associada do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ e pesquisadora do CNPq, do Coletivo de Estudos em Violência e Sociabilidade do IESP/UERJ e do CIDADES - Núcleo de Pesquisa Urbana do PPCIS/UERJ. marciadasilvapereiraleite@gmail.com

vem nesta racionalidade de gestão urbana que considera a virtualidade de determinados territórios e/ou moradores alterarem o seu lugar nessas "margens" - e nisto residiria a possibilidade de inclusão social que postulam e lhes oferecem -, sobretudo a partir do mercado e do agenciamento de si próprios e de seus territórios de moradia, como, respectivamente, "empreendedores" e novas "mercadorias" disponibilizadas pelo e para o *city marketing.* Desta angulação, discuto os dispositivos de governamentabilidade e os agenciamentos realizados "de fora para dentro" e estimulados para que se reproduzam "de dentro para fora".
Paralelamente, argumento, outras favelas que não apresentam interesse do ponto de vista da reestruturação do Rio de Janeiro como "cidade de negócios" estão excluídas deste projeto, sendo relegadas ao campo da incivilidade e do crime. Neste processo, argumento, está em curso uma redefinição das "margens" da cidade que - distante da matriz tradicional de segregação socioespacial no Rio de Janeiro, aquela que opera por distâncias intransponíveis entre favela e asfalto apesar da proximidade espacial entre essas duas formas de assentamentos habitacionais - reconfigura a "periferia carioca" produzindo diferentes regimes territoriais nas favelas da cidade.

2. As favelas cariocas como "margens do Estado"

Ao longo de seus mais de cem anos de existência, as favelas cariocas foram percebidas e construídas como o "outro" da cidade, um território e uma forma de vida que, enquanto tal, não poderiam nela ter lugar. Constituídas na percepção social como "margens" da cidade, enquanto *território da violência* e de uma sociabilidade avessa às normas e valores dominantes, as favelas são habitadas por uma população identificada por esta designação que a encompassa e que essencializa uma diferença desta em relação ao restante da população da cidade, bem como de seu local de moradia em relação aos bairros. Desta angulação, podemos indicar a construção social da favela como o "outro" da cidade, em três diferentes contextos históricos, em que as favelas foram/são objeto de iniciativas governamentais e não governamentais que podem ser compreendidas como diferentes dispositivos de gestão desses territórios e de suas populações:
(i) Ao final do século XIX, quando as favelas foram percebidas como um problema social, higiênico e estético, que se opunha à utopia de uma cidade limpa e sem miseráveis, alimentando discursos, propostas e políticas de erradicação desses "territórios da pobreza" e da marginalidade que dela derivaria através da destruição desses assentamentos habitacionais e da remoção de seus moradores para outras áreas (distantes) dos bairros mais valorizados da cidade (Valladares, 2005);
(ii) Nos anos 80, quando o tráfico de drogas enquistado nas favelas se internacionaliza e passa a gerar fluxos financeiros vultuosos decorrentes do comércio ilegal da cocaína e intensas disputas pelos seus pontos de venda a varejo, levando os traficantes de drogas ilícitas a se desencapsular, isto é, a não mais exercer sua atividade de modo intersticial no território, mas a buscar (e conquistar) o domínio militar sobre essas localidades com o recurso a armas de grande porte e às mercadorias políticas (Misse, 2006) associadas a este mercado ilegal (corrupção, proteção), as favelas passaram a ser representadas como *o território da violência*, tematizadas quase que exclusivamente pela violência e insegurança que trariam aos bairros, e seus moradores a ser identificados como "classes perigosas". As reivindicações dos moradores de favela por acesso à cidade e à cidadania deixaram de ser apreendidas como expressão dos conflitos de classe - cujo modo de administração envolvia reconhecê-los como expressão da "questão urbana" e, portanto, equacionáveis através de uma integração social progressiva a ser efetivada através de políticas urbanas e sociais territorializadas - para serem tematizadas como uma questão de segurança pública (Leite, 2001). Produziu-se uma leitura restrita da cidadania que justificou o escopo das políticas públicas implementadas nesses territórios: políticas de urbanização limitadas, estímulo a iniciativas não governamentais através do financiamento de projetos sociais pontuais e direcionados seus segmentos "em situação de vulnerabilidade social", sobretudo os jovens (considerados os mais seduzidos pelo crime violento) e uma política de segurança pública baseada na guerra contra traficantes de drogas e no extermínio dos "favelados violentos" como modalidade de controle social desses territórios (Leite, 2013);
(iii) Um terceiro contexto abriu-se com a política estadual de Pacificação das Favelas, iniciada em 2008, mo-

mento da implantação da primeira Unidade de Polícia Pacificadora/UPP em favelas do Rio de Janeiro[2]. Desde então, nessas localidades, as iniciativas estatais voltadas para a redução da violência combinam a implantação de postos de policiamento permanentes e diversos dispositivos governamentais e não governamentais de controle social e disciplinarização dos moradores, que vem sendo denominados pelo Estado como alternativas de/para sua "inclusão social", ao lhes proporcionar (e, desta forma, também ao conjunto da população do Rio) segurança e cidadania.

3. A política de "pacificação" das favelas e de "inclusão social" de seus moradores

O objetivo declarado da política estadual de Pacificação das Favelas é recuperar, através das UPPs, o controle desses territórios para o estado, impedindo o domínio armado dos mesmos pelo crime violento/tráfico de drogas. Nas palavras do Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame:

> " No final de 2008 implantamos o projeto UPP que recebe forte apoio da mídia e da sociedade. A ideia é simples. Recuperar para o Estado territórios empobrecidos e dominados por grupos criminosos armados. Tais grupos, na disputa de espaço com seus rivais, entraram numa corrida armamentista nas últimas décadas, uma disputa particular na qual o fuzil reina absoluto. (...) Decidimos então pôr em prática uma nova ferramenta para acabar com os confrontos. Ocupamos quatro comunidades em bairros distintos em caráter definitivo. Fim do fuzil e início das pequenas revoluções que serão contadas nessas páginas". (...) "Tenho recebido e visitado os moradores dessas comunidades com frequência. Há uma tremenda dívida social que veio desde a colonização destas terras. A maioria negros, pardos, mulatos, pobres e muito pobres. Carências tão grandes que é preciso ajudá-los a pedir, pois lhes é difícil até priorizar as emergências". (Coluna "Palavra do Secretário", 10/9/2009, http://upprj.com/wp/?p=175, acesso em outubro de 2011, grifos meus).

A ocupação desses territórios pela polícia é apresentada (e assim vem sendo socialmente percebida) como condição primeira e indispensável para a integração das favelas à cidade e para o acesso dos favelados às instituições e serviços públicos através do programa: UPP Social, lançado em 2010 com o objetivo coordenar as intervenções dos vários órgãos públicos nas localidades de UPPs e promover parcerias entre os governos municipal, estadual e federal, o setor privado e a sociedade civil para a realização de projetos sociais. A lógica que orienta este programa – ocupação policial do território como condição de possibilidade para a implantação segura e legítima de serviços sociais – é justificada pela concepção de que as favelas seriam até então territórios marcados pela ausência do Estado[3]. Neste sentido, a "pacificação" proporcionaria, de um lado, não apenas segurança para os moradores, mas também a segurança necessária para o funcionamento das instituições nas favelas e, de outro, garante a legitimidade das demandas de seus moradores, não mais submetidos aos interesses dos traficantes de drogas e/ou das associações locais a eles submetidas.

Cerca de um ano depois, entretanto, o projeto UPP Social já se encontrava em franco desgaste. Criticado por grande parte dos moradores de favelas pelo que apreendem como sua "inoperância", foi alocado em posição subalterna no aparelho de Estado. As interpretações correntes (na mídia e entre o senso comum *sa-*

---

2 O Rio de Janeiro tem, de acordo com o Censo de 2010, 1071 favelas. Até o momento de redação deste texto, foram implantadas 37 UPPs nas favelas cariocas. Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, cada UPP produziria efeitos de "pacificação" em todo o complexo de favelas em que está implantada. Assim, seriam atingidas por este dispositivo um total de 257 localidades.

3 Para uma discussão sobre este ponto, enfatizando a modalidade específica de presença do Estado nas favelas e o equívoco da tese de sua ausência nesses territórios, ver, entre outros, Machado da Silva (2008).

vant) atribuíram este fato à vitória da dimensão militar do projeto UPP e ao caráter pouco efetivo da proposta de "integração social" dos *favelados* por parte do Estado. Sem desconsiderar estes aspectos, argumento, com base nos resultados de minhas pesquisas[4], que essa mudança representa um ponto de inflexão no relação do Estado com as favelas "pacificadas", em que o próprio atendimento das reivindicações de seus moradores por bens de cidadania e serviços públicos consistente com o modo de administração dos conflitos sociais pela via da distribuição dos direitos de cidadania através de políticas urbanas e sociais (a que me referi anteriormente) está em questão.

4. Dispositivos e agenciamentos no campo da governamentalidade e produção de regimes territoriais diversos nas "margens" da cidade

A interpretação de meus dados de campo levou-me formular a hipótese de que, no atual reconfiguração da cidade no âmbito do que se convencionou designar como "megaeventos"[5], está em curso a produção de diferentes regimes territoriais para os atuais lugares de "margem" no Rio de Janeiro, que, certamente, dependem de um certo "trabalho de tempo" e do sucesso/insucesso de diversos dispositivos de governamentabilidade que vêm sendo acionados com este objetivo. Dessa angulação, venho analisando como se combinam dispositivos governamentais e não governamentais articulados a este projeto de cidade em uma forma de gerenciamento dos atuais territórios de "margem", em que novos agenciamentos são realizados "de fora para dentro" e estimulados para que se reproduzam "de dentro para fora", de modo que talvez se redefina o seu lugar na cidade do Rio de Janeiro. Tais dispositivos inscrevem-se em uma racionalidade de gestão urbana que considera a virtualidade de determinados territórios e/ou moradores alterarem o seu lugar nessas "margens" - e nisto residiria a possibilidade de inclusão social[6] que postulam e lhes oferecem, sobretudo a partir do mercado e do agenciamento de si próprios e de seus territórios de moradia, como, respectivamente, "empreendedores" e novas "mercadorias" disponibilizadas pelo e para o *city marketing* (Harvey, 2005). A produção da cidade e de suas "margens" vem combinando, através do acionamento prioritário de dispositivos de governamentabilidade e de agenciamentos a eles correspondentes, diferentes regimes territoriais para as favelas cariocas. Com efeito, a grande maioria das favelas cariocas[7] permanece submetida à lógica da metáfora da guerra - cuja face mais perversa é a política de segurança pública baseada no confronto violento, nas elevadas taxas de letalidade de seus moradores e no uso continuado dos "autos de resistência" (Leite, 2013). Paralelamente, em determinadas favelas, as "pacificadas", outro regime territorial vem sendo gestado. Trata-se de promover a integração urbana dessas localidades e a inclusão social de seus moradores, a partir de agenciamentos diversos e da possibilidade desses territórios serem reconfigurados como "territórios seguros" e que oferecem "oportunidades de negócios"[8].

Os principais dispositivos que promovem e sustentam, através dessa nova modalidade de gestão dos territórios de favelas, a possibilidade/virtualidade de alteração de seu lugar na cidade consistem em: (a) militarização do controle social dessas localidades com uma dimensão fortemente repressiva dos segmentos identificados como *favelados violentos* (jovens sobretudo) através das UPPs; (b) normalização dos demais, através de uma nova "pedagogia civilizatória" e com ênfase na aproximação (com) e no trabalho social sobre as crianças e

---

4 Refiro-me às pesquisas "Territórios da pobreza, segregação e políte icas públicas: novas feições da sociabilidade em favelas", que desenvolvo com bolsa PQ/CNPq, e "Virtudes e limites das UPPs - uma avaliação socioantropológica, realizada pelo CEVIS/UERJ que integro, no período 2010/2012 com financiamento da FAPERJ.

5 Refiro-me ao fato da maioria das favelas "pacificadas" situarem-se no chamado "cinturão de segurança" para os megaventos.

6 Para a distinção entre integração social e inclusão social, ver Castel (1998).

7 Notar que tais dispositivos de "pacificação" das favelas cariocas vêm sendo acionados em menos de 25% dessas localidades, cf. a nota 1.

8 Cf. Leite (2011) e Barbosa (2012), que apresenta perspectiva similar em sua prospecção dos futuros possíveis para as favelas cariocas "pacificadas".

uma interferência nas organizações de base das favelas (o "ajudá-los a pedir", a que se refere Beltrame); e (c) reconfiguração das favelas "pacificadas" como "territórios de negócios", através do estímulo, do financiamento e da coordenação de diversas iniciativas de variados atores (internos e externos às localidade) no sentido de "abrir" o território das favelas ao mercado.

O último dispositivo não se refere, evidentemente, ao desbravamento de uma fronteira intocada pelo mercado, pois, desde sua origem, as favelas estiveram integradas à economia e à sociedade capitalistas. "Abrir" as favelas ao mercado antes significa a solução atual encontrada pelo Estado para equacionar o "problema da favela". Se não é mais possível a remoção de cerca de 20% da população carioca de seus territórios de moradia, trata-se de deixar o mercado fazer a sua parte para remover (pelos novos custos da habitação e da reprodução social trazidos pela gentrificação dessas localidades e/ou pela especulação imobiliária que a acompanha, "remoção branca" portanto) aqueles moradores que continuam, nessa nova realidade, a serem *favelados*, i.é, aqueles que, como ouvi de um comandante de UPP em meu campo na pesquisa em curso, não conseguirem "remover a favela de dentro de si". Desta angulação, entendo o controle social repressivo e a dimensão civilizatória da atuação policial como dois dos dispositivos governamentais acionados com esta perspectiva. A abertura ao mercado seria outro, que combina instituições e práticas governamentais e nãogovernamentais, e reconfigura a favela como uma mercadoria.

Mas não se trata apenas do mercado "invadir" a favela através da regularização (e cobrança) dos serviços públicos e das concessionárias desses serviços (esgoto, água, luz, IPTU, etc), embora esta seja também uma dimensão significativa do processo em curso, bem como dos conflitos que daí decorrem (Cf. especialmente, Cunha e Mello, 2011, Ost & Fleury, 2013, Burgos *et alli*, 2011). Nem tampouco de apenas abrir "oportunidades de mercado" na favela "para fora" através da formalização de serviços antes obtidos em mercados ilegais ou ilícitos (regularização do fornecimento de água, luz, gás e TV a cabo, dos transportes). O que está em operação no Rio de Janeiro é, de um lado, a identificação das potencialidades das favelas que são tornadas mercadorias (construção de pousadas, ampliação dos circuitos de turismo em favelas, oferta de bens e serviços aos quais a marca favela agregue valor, por exemplo[9]) e que podem valorizar a terra e as moradias. De outro lado, é o estímulo e patrocínio ao empreendedorismo local, no interior da lógica de *city marketing* que inspirou a formulação deste projeto de cidade pelo governo municipal, em aliança com os governos federal e estadual (Leite, 2012). Ambos, que expressam os agenciamentos estatais e não governamentais do que vem sendo definidos como a "inclusão produtiva" das favelas[10], transformadas em novas mercadorias, e de seus moradores, estimulados a agenciarem a si próprios como empreendedores. Ambos se apresentam como perfeitamente consistentes com o "novo espírito do capitalismo" traduzido na "cité par projets", analisada por Boltanski e Chiapello (1999).

Neste sentido, a "pacificação" possibilitaria a produção do *favelado* como um "novo homem" (como uma espécie de *aggiornamento* do fordismo, claro que em condições bem distintas do processo original): *civilizado* e territorializado. Um novo ator que é interpelado pelos "de fora", através de iniciativas estatais e não governamentais, através de políticas e projetos variados (cursos de capacitação, participação em fóruns diversos[11] e linhas de crédito especiais para desenvolvimento do empreendedorismo em favelas "pacificadas"[12], entre outros) a ser um pequeno empreendedor, produtor cultural/empresário de atividades no território, por exemplo. O trabalho informal transmuta-se no trabalho por conta própria, valorizado pela iniciativa e autonomia, trazendo

---

9 Ver Freire-Medeiros (2013) e Almeida (2012).

10 Cf. o Plano "Brasil Sem Miséria", lançado pelo governo federal em 2011, que apresenta esses territórios e seus moradores, em grande parte ausentes do mercado de trabalho formal e protegido, como beneficiários desta modalidade de inserção social e econômica na sociedade brasileira Ver www.brasilsemmiseria.gov.br/apresentacao. Acesso em agosto de 2012.

11 Entre eles, destaco: o Fórum Nacional e suas publicações *Favela como Oportunidade, Plano de Desenvolvimento de Favelas para sua inclusão social e econômica*, financiadas pelo BNDES, os fóruns organizados pelo projeto Territórios da Paz, da SEASDH, e os organizados pelo SEBRAE/RJ (inclusive virtualmente através de página no Facebook).

12 Conferir o site do SEBRAE, principal responsável por este agenciamento nessas favelas, em: http://www.sebrae.com.br/uf/rio-de-janeiro/atuacao-e-setores/empreend_nas_comunidades_pacificadas.

a marca da favela (agora positiva) como um diferencial para o mercado.
Transformar o *favelado,* produzir este novo homem, primeiro "pacificado" (ou seja, desvinculado dos nós das redes do tráfico de drogas ilícitas e da violência que as acompanha), depois capturado pelo mercado (através da ideologia do empreendorismo que anima as iniciativas estatais e não governamentais no território) parece ser, assim, o imperativo estratégico matriz, nos termos de Foucault (1979), dos dispositivos de alteração do lugar de "margem" das favelas na cidade.
Para finalizar, vale ainda mencionar que se o projeto de "pacificação" de favelas constitui por sua dupla face de controle repressivo e disciplinarização/normalização a condição de possibilidade da reconfiguração das favelas como territórios de negócios, também se configura, especialmente no campo da segurança pública, uma condição central de viabilização do Rio de Janeiro como "cidade de negócios", especificamente para os megaeventos em preparação.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, J. C. S. de. (2012). *A integração turística da favela na perspectiva dos moradores 'pacificados': um estudo de caso no Chapéu Mangueira*. Monografia de Bacharelado em Ciências Sociais, DCS/UERJ.

BARBOSA, A. R. (2012). "Considerações introdutórias sobre territorialidade e mercado na conformação das Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro", *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 6, (2), pp. 256-265.

BOLTANSKI, L. e CHIAPELLO, E. (1999). *Le nouvel esprit du capitalisme.* Paris: Gallimard.

BURGOS, M. B. et. alli. (2011). "O Efeito UPP na Percepção dos Moradores das Favelas", *Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, 11, pp. 49-98.

CASTEL, R.. (1998). *As metamorfoses da questão social.* Petrópolis: Vozes.

CUNHA, N. V. e MELLO, M. A. da S. (2011). "Novos conflitos na cidade: o processo de urbanização na favela", *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 4 (3), pp. 371-401.

DAS, V. & POOLE, D. (ed.) (2004). *Anthropology in the margins of the state.* Oxford: School of American Research Press /James Currey.

FOUCAULT, M. (1979). *Microfísica do poder. Em defesa da sociedade.* Rio de Janeiro: Edições Graal.

FREIRE-MEDEIROS, B. (2013). *Touring Poverty*. London: Routledge.

HARVEY, D. (2005). *A produção capitalista do espaço.* São Paulo: Anablume.

LEITE, M. P. (2013). "La favela et la ville: de la production des 'marges' à Rio de Janeiro", *Brésil(s). Sciences humaines et sociales,* 3, mai, pp. 109-128.

____ (2012). "Da 'metáfora da guerra' ao projeto de 'pacificação': favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro", *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 6, (2), pp. 374-388.

___ (2001). *Para além da metáfora da guerra. Percepções sobre cidadania, violência e paz no Grajaú, um bairro carioca*. Tese de Doutorado em Sociologia, PPGSA/IFCS/UFRJ.

MACHADO DA SILVA, L. A. (org.). (2008). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Nova Fronteira.

OST, S. & FLEURY, S. (2013). "O Mercado Sobe o Morro. A Cidadania Desce? Efeitos Socioeconômicos da Pacificação no Santa Marta", *Dados: Revista de Ciências Sociais*, 56 (3), pp. 635-671.

VALLADARES, L. (2005). *A invenção da favela.* Rio de Janeiro: FGV.

Trabalhadores informais na Lapa: identidade, resistência e territorialidades num contexto de "tolerância zero"

Rosemere Maia[1]

Jéssica Rocha Silva[2]

Resumo: Através do presente trabalho, pretendemos analisar o universo dos trabalhadores informais do bairro da Lapa, Rio de Janeiro, tendo como referência não só as mudanças que se processam no mundo do trabalho e na própria configuração urbana, mas, em especial, as práticas identitárias, de resistência/subversão, bem como as territorialidades que emergem das relações estabelecidas entre esses trabalhadores informais e o Poder Público, os empresários, os moradores da área e demais frequentadores (turistas ou não). O trabalho informal é, na localidade, claramente afetado por ações de ordenamento urbano, caracterizadas por práticas repressivas e higienistas, oriundas do Estado e pautadas no discurso da lei e da ordem. O que se constata é uma atualização de práticas de criminalização da pobreza no contexto citadino, onde fica evidente o aprofundamento das contradições que marcam o espaço urbano, levando-nos a concluir que a esses trabalhadores, dia após dia, nega-se não só o direito ao trabalho, mas também à Cidade.
Palavras-chave: Cidade, Informalidade, Territorialidades, Políticas Urbanas, Criminalização da Pobreza.

Muito prazer, eu sou a Lapa! - E eis que surge o "paraíso" ...

Embora o destaque assumido pela Lapa no contexto da cidade – sobretudo no que se refere à imagem que mantém até hoje (vinculada à boemia e à malandragem) – tenha sua origem já no século XX, o bairro, desde o século XVIII, já se configurava como área importante da Cidade do Rio de Janeiro. Seu principal símbolo – os "Arcos da Lapa" - começou a ser construído nos anos 20 do século XVIII, tendo sido inaugurado em 1750, mas não com o propósito de se tornar uma marca do bairro ou um dos principais "monumentos" da Cidade. Na verdade, o Aqueduto Carioca – seu nome original – foi, à época, a mais importante obra do período colonial e servia como ponte para as águas, resolvendo questões referentes ao abastecimento da Cidade. Somente em fins do século XIX (1896), o aqueduto foi desativado, passando a ser utilizado para a passagem de bonde elétrico, ligando o bairro de Santa Teresa ao Centro.

Em 1751, iniciou-se o processo de ocupação no entorno do seminário e da Igreja Nossa Senhora do Carmo da Lapa do Desterro. Ainda no final daquele século (mais precisamente em 1783), deu-se o aterramento da Lagoa do Boqueirão, surgindo assim o Passeio Público, lugar de lazer para os moradores da época, onde havia uma grande variedade de espécies da flora nacional, além de obras de arte elaboradas pelo Mestre Valentim - como chafarizes, esculturas e pirâmides.

Segundo Duarte (2009), o adensamento populacional da Lapa deu-se, efetivamente, no início do século XIX, quando o Rio de Janeiro, então capital do Império, recebeu, em 1808, a Família Real, que empreendeu esforços

---

1 Possui Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pós-Doutorado em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa. Atualmente, é Professora Associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pesquisadora Integrada ao CESNOVA, da Universidade Nova de Lisboa, além de ter pesquisas apoiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Seus temas de interesse são: cidade, pobreza urbana, segregação socioespacial, cultura, identidades juvenis e consumo. rosemaia@terra.com.br

2 Graduada em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo sido Bolsista de Iniciação Científica/CNPq. Foi recentemente aprovada para o Curso de Mestrado em Serviço Social (2015), no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. jessicarocha15@hotmail.com

no sentido de urbanizar e modernizar a cidade, antes com características de pacata cidade colonial, ocupada por um grande número de escravos, com ruas fétidas devido aos esgotos a céu aberto, sem conservação e iluminação. O bairro passou a ser procurado, à época, principalmente por imigrantes portugueses, que abriram estabelecimentos comerciais, além de ter se tornado opção de moradia para as famílias mais abastadas, que lá construíram imponentes sobrados e casarões (Guterman, 2012).

Entretanto, foi somente a partir da segunda metade do século XIX que a Lapa consolidou seu processo de urbanização (Duarte, 2009). Seus sobrados e elegantes edificações que antes abrigavam famílias da elite passaram a contar com uma população mais empobrecida, formada por trabalhadores que, desejosos de ter acesso facilitado aos postos de trabalho e aos serviços, preferiam residir no Centro. Os segmentos mais abastados, por sua vez, migravam para os bairros banhados pela Baia de Guanabara, localizados na Zona Sul da Cidade (como Glória, Catete, Flamengo, Botafogo), em busca de amenidades e distanciamento do caos que marcava a área central da cidade. Tudo isso contribuiu para uma crescente desvalorização da Lapa.

Nos primeiros anos do século XX, mais precisamente durante o governo de Rodrigues Alves e a prefeitura de Pereira Passos, a cidade (à época, capital) passou por um intenso processo de urbanização e modernização que, segundo Velasques (1994), respondia *"aos anseios por um espaço urbano 'civilizado' e que servisse de símbolo do progresso econômico e cultural do país."* As intervenções levadas a cabo naquele momento não podem ser pensadas descoladas de processos anteriores que culminaram no fim da escravidão, de investimentos na modernização da economia e entrada definitiva do país no mundo capitalista, bem como do estabelecimento de um Estado de caráter republicano.

Tais intervenções traziam impressas uma marca que remetia a uma *"colonialidade do saber"* (Diniz, 2013) – neste caso, um marcante eurocentrismo na forma de pensar a cidade que, no fundo, apresentava uma contradição, pois contrapunha o "desejo" de rompimento com características que pudessem remeter a um passado colonial, à manutenção de uma posição de "colonizado" no que se refere às referências urbanísticas, ao saber técnico de engenheiros, arquitetos, médicos e sanitaristas. Muitos dos discursos que nortearam as intervenções urbanas remetiam-se a referenciais exógenos – pautados na realidade francesa, sobretudo a parisiense. Assim, desconsiderava-se a dinâmica interna do Rio, o(s) modo(s) de vida e as demandas colocadas pelos citadinos, cujas relações se davam através do uso efetivo do espaço urbano, das necessidades objetivas, e não das normativas políticas ou dos saberes técnicos de inspiração européia.

Pechman (2002) menciona que a Reforma Pereira Passos apresentou ao citadinos a possibilidade de uma nova forma de representar e de se relacionar com a cidade e, para tanto, colocou em debate dimensões distintas das vigentes até então de atuar e de se comportar no espaço urbano, necessárias à constituição de uma "nova cidade", pautadas no decoro, na urbanidade e na civilidade. Em função disso, a modernização e o cosmopolitismo que se desejava para a cidade não eram vistos como compatíveis com o que se via, objetivamente, na área central – vielas, sujeira, atividades laborativas e "tipos urbanos" dissonantes frente àquele ideal perseguido. E era justamente nas ruas que essa dissonância se manifestava e, por isso mesmo, pretendia-se, de alguma forma, dar-lhes não só novas formas, mas também uma nova "alma".

A "nova cidade" foi, assim, sendo construída a partir da introjeção de novos costumes, vistos como "civilizados", "modernos", onde tudo aquilo considerado "barbárie" deveria ser expurgado dos espaços públicos e do "campo de visão" dos segmentos abastados, bem como dos visitantes que a ela chegavam. Isso implicou num crescente cerceamento e numa clara repressão aos setores populares e a seu modo de vida. Além de perderem suas casas, os mais pobres também acabaram por perder, em muitos casos, seus meios de sobrevivência – tudo isso em nome da organização do espaço urbano, da modernização, da circulação de mercadorias e pessoas, da ordem e da disciplina. Havia, igualmente, uma clara remissão a discursos higienistas, utilizados para legitimar tais ações. A cidade que galgara o posto de "capital das epidemias", oferecia aos citadinos precárias condições de infraestrutura urbana, além de contar com moradias vistas como espaços de insalubridade e promiscuidade, do crime, lugar de onde germinava o mal que colocava a saúde de toda a população da cidade em risco. Ao expulsar os pobres das áreas centrais, a administração de Pereira Passos *"viabilizou então o desenvolvimento de sua própria negação, ou seja, a proliferação de um habitat que já vinha timidamente se desenvolvendo na cidade e que, por sua informalidade e falta de controle, simbolizava tudo o que se pretendia erradicar. Este habitat foi a favela"* (Abreu e Vaz, 1991, p. 3)

A utilização de todo esse aparato técnico-científico abriu caminho para a intervenção sobre a pobreza (Valladares, 1991), atingindo os espaços de habitação dos segmentos populares – cortiços, num primeiro momento, e favelas, posteriormente-, além de rebaterem no universo do trabalho. Aqueles que não se encontravam inseridos nas fábricas (vistas como espaços de trabalho, por excelência) e que, utilizando-se das ruas, viviam de expedientes ou de atividades que se contrapunham à modernidade e ao cosmopolitismo vislumbrados, passaram a ser criminalizados, sendo vistos como classes perigosas - vagabundos, desordeiros, delinquentes – logo, passíveis de repressão. Eram eles, tal qual descrito por João do Rio, profissionais *"sem academia"* – tatuadores, ratoeiros, catadores de papel, selistas, engraxates, bicheiros, dentre outros-, "notas dissonantes" que tanto constrangiam como ameaçavam aqueles que defendiam o novo projeto para a cidade. Impunha-se uma ética do trabalho (sendo o trabalho assalariado concebido como valor supremo da vida em sociedade, como fator de civilização), sem que se considerasse as reais possibilidades de incorporação pela indústria nascente da mão de obra disponível, formada principalmente por ex-escravos e migrantes. À ética do trabalho, aos olhos da elite, contrapunha-se a ética da malandragem – esta referida a todos aqueles que permaneciam à margem do mercado formal. Para além disso, também se negava/reprimia *"todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante" (*Sevcenko,2003, p. 43).
"*O Rio civiliza-se*"! - slogan lançado, em 1904, na Gazeta de Notícias pelo jornalista fluminense Alberto Figueiredo Pimentel - tornou-se a máxima presente em todas as bocas nestes tempos de reforma da cidade. Logo depois, em 1908, quando a Cidade já exibia ares mais europeizados, "civilizados", o jornalista e romancista maranhense Coelho Neto escreveu um artigo para o jornal "A Notícia", onde atribuía ao Rio de Janeiro a alcunha de "*Cidade Maravilhosa*" – não só em função dos novos atributos que ostentava desde a reforma, mas, sobretudo, por suas belezas naturais -, alcunha que, com o passar dos anos, o Rio incorporaria como "titulo" e/ou marca a exibir.
Durante o Bota Abaixo de Passos, não só a Lapa como toda cidade do Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, sofreu profundas transformações. De acordo com Brandão (2011), deu-se no bairro o desmonte do Morro do Senado e o processo de urbanização do Largo da Lapa, com a abertura da Avenida Beira-Mar, culminando no desaparecimento da Praia da Lapa e de vários casebres e cortiços, principalmente os que se encontravam abaixo dos arcos. Além disso, investiu-se na recuperação do Passeio Público e na construção do Lampadário.

Boemia e malandragem: a constituição de uma marca e a decadência anunciada.

A partir dos anos de 1920, a Lapa – que até então era, fundamentalmente, local de moradia – tornou-se o *"o berço da boemia carioca, reduto da malandragem, paraíso dos sabidos e calvário dos otários, mostruários de mulheres famosas, centro da vida política do país"* (Silveira, 2004, p.121). Segundo Brandão (2011), o bairro ficou famoso pelos seus cabarés, restaurantes, botequins, casas de jogos, cafés, hospedarias, locais que reuniam intelectuais, políticos, artistas, poetas da época.
A imagem forjada duas décadas antes ultrapassaria nossas fronteiras, nos anos de 1940. Segundo Guterman (2012), houve uma tentativa de aproximação do Brasil com os EUA (época da II Guerra Mundial) e assim foi criado, em uma viagem do produtor cinematográfico Walt Disney a América Latina em 1941, o personagem Zé Carioca, um papagaio, ave tipicamente brasileira, com o estilo de malandro e boêmio, características que remetiam à Lapa e a seus frequentadores – contribuindo para a afirmação de uma marca/imagem que permanece ainda hoje.
A Lapa tornara-se o bairro da liberdade, do prazer e dos encontros - como diria o samba da Beija-Flor de 1985, *"o paraíso do prazer e do pecado"*. Lá, podiam ser encontrados artistas e poetas, mas também avistavam-se prostitutas, malandros e travestis. Dentre essa última categoria, destacava-se a figura lendária de João Francisco dos Santos (1900- 1976), ou como era popularmente conhecido, Madame Satã (Green, 2003), um negro, homossexual assumido, e um dos travestis mais conhecidos e temidos do bairro (Duarte, 2009).
Além de Madame Satã, a figura do malandro também não pode ser esquecida quando o universo é a Lapa. Contudo, seu significado sofreu alterações com o passar do tempo (Araújo, 2009). Para a autora, no início

do século XX, o malandro tinha a função de resguardar as casas de shows, clubes e cabarés, protegendo-os dos desordeiros e caloteiros, sendo respeitado e temido. Atualmente, porém, ocorreu uma "estilização" desse personagem, ou mesmo sua "pastichização", uma "prática de imitação", onde podem ser observadas algumas referências ao malandro acumuladas (e atualizadas) ao longo da história". Remetendo-nos a Fuchs (1982), poderíamos então sustentar que o malandro, sob a lógica do pastiche, seria reproduzido não a partir do conteúdo que originalmente carregou, mas sim de um certo número de aparências ou de estilos. Ser malando na Lapa, hoje, é ostentar o chapéu que é a sua marca, colocado à venda por camelôs em qualquer esquina do bairro e até em outros bairros da Cidade – sobretudo no Centro e Zona Sul. Mas, além disso, "*malandro que é malandro respeita o bairro"* (o que significa, dentro do atual contexto de ordenamento e marketing urbano, não macular a imagem de cidade que se pretende "vender" – daí o combate às pequenas "malandragens" que ainda insistem em se fazer presentes na Lapa) – mas sobre isso, trataremos mais adiante.

A "Montmartre dos Trópicos" - título que a Lapa recebeu – atraiu e inspirou uma série de músicos, poetas e grandes escritores, dentre eles Di Cavalcanti, Portinari, Villa-Lobos e Manuel Bandeira, que frequentavam seus bares, cafés e institutos de ensino e cultura lá existentes (Guterman, 2012).

Bairro com múltiplas funções, contava em sua área com muitas residências, casas comerciais e uma importante indústria (a Fundição Progresso, que fabricava cofres e fogões), que lá funcionou até a década de 1970. Embaixo dos arcos, havia todos os sábados a feira-livre, já demonstrando a vocação do bairro para a concentração de trabalhadores vinculados à economia informal, como ambulantes e "barraqueiros".

A partir dos anos de 1940, com o Estado Novo (1937 – 1945), a Lapa entrou numa profunda crise em função da repressão estabelecida pelo Poder Público em relação às atividades lá desenvolvidas, como algumas casas noturnas, dentre elas prostíbulos, bem como casas de jogos. Nesse período, Copacabana também passou a concorrer com a Lapa em termos de vida noturna, provocando um enfraquecimento do caráter boêmio do bairro. (Brandão, 2011)

Nas décadas que sucederam a esse período, a Lapa continuou sofrendo com intervenções urbanas que contribuíram para sua "degradação". Contudo, esse período começou a se encerrar na década de 1980, quando o governo municipal instituiu o Projeto Corredor Cultural, através da Lei Municipal N° 506, de 17 de janeiro de 1984. O projeto englobava quatro áreas da região central do Rio de Janeiro: Praça Quinze, SAARA (Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega), Largo de São Francisco, Lapa e Cinelândia, (Guterman, 2012). De acordo com a autora, O Projeto Corredor Cultural visava "*recuperar a imagem do Centro Histórico do Rio de Janeiro, preservando mais de 1300 edificações*" (Guterman, 2012, p.35).

Como uma Fênix: eis que ressurge das cinzas...

A invasão das cidades, a partir dos anos 80/90 principalmente, por projetos de requalificação urbana demonstra, claramente, a existência de um certo consenso quanto à importância de se recuperar, preservar, revisitar e atualizar o passado, valorizar elementos da cultura local. Mas longe de ser, tão somente, o reconhecimento da relevância histórica e/ou cultural de determinados monumentos, símbolos ou práticas para a população de uma dada localidade, cidade ou país, tais ações, segundo Seoane (2001), têm se sustentado, em parte, pela recuperação do patrimônio arquitetônico obsoleto e degradado, através de projetos afinados com as necessidades da nova economia e com as demandas postas por consumidores e investidores qualificados.

Foi a partir desse momento que a Lapa se recolocou sob o foco dos holofotes. Deu-se, segundo Duarte (2009), um "ressurgimento" do bairro, uma "redescoberta". Isso se deveu à iniciativa do poder público e dos movimentos da sociedade civil para a instalação de novos centros culturais, bem como da iniciativa privada, levando à proliferação de bares, casas de shows, boates, clubes e antiquários, estes localizados principalmente da Rua do Lavradio. Nesse mesmo período, a Lapa também tornou-se palco de vários movimentos sociais, de corte cultural, que lutaram tanto pela transferência do Circo Voador (antes instalado no Arpoador) para o bairro, quanto pela não demolição da antiga fábrica de cofres e fogões - a Fundição Progresso-, refuncionalizada e transformada em um centro cultural. Desde então, ela e o circo, tornaram-se referências importantes no contexto mencionado, abrigando e promovendo shows, eventos culturais, exposições, e oficinas ligadas à arte.

Além das iniciativas anteriormente mencionadas, não podemos deixar de tratar do protagonismo da ACCRA (Associação de Comerciantes do Centro do Rio Antigo), que passou a promover a feira de antiguidades ou Feira do Rio Antigo, inaugurada em 1996, e que ocorre todo o primeiro sábado do mês nesta mesma rua, atraindo visitantes e a população consumidora (Duarte, 2009). Nessa feira, o trabalho informal se apresenta amalgamado com a cultura, já que a feira é, basicamente, composta por barraqueiros que vendem produtos artesanais, sendo todos licenciados para exibição e comercialização de seus produtos – embora não seja difícil encontrarmos alguns ambulantes percorrendo a área, também oferecendo suas mercadorias.

Todo esse movimento, tanto do Estado quanto do capital privado, com o objetivo de resgatar para a Lapa o lugar de pólo cultural deve-se ao acompanhamento de um novo modelo de cidade propagado mundialmente. Ao contrário do observado na virada do século XIX para o XX, o que prevalece hoje é a substituição do imaginário da modernização "*pelo da inserção competitiva na economia mundializada*". (Diniz, 2013, 46) Apesar dessa inflexão histórica, Diniz destaca que ainda hoje a colonialidade dos saberes se mantém, sustentando as transformações que ocorrem na cidade. Entretanto, para além do eurocentrismo que marcou o período de Passos, hoje "*manifesta-se o globocentrismo dos saberes sobre a cidade*". (Diniz, 2013, 46)[3]

Constata-se, na contemporaneidade, um "*empresariamento da gestão urbana"* (Harvey, 1996), onde o Poder Público - em parceria, ou não, com a iniciativa privada-, mobiliza-se no sentido de corresponder às novas exigências colocadas às cidades nestes novos tempos: intervenções urbanas que enfatizam o embelezamento, a criação de infraestrutura em consonância com as demandas postas pelo terciário avançado, o investimento em espaços de cultura e lazer, o controle social, tendo em vista a aposta no aspecto vislumbrado como a grande vocação da Cidade- o turismo.

Torna-se também recorrente na cidade o discurso "**RE**" que, de acordo Mendes (2013), pauta-se em tendências de intervenção sobre o espaço urbano que associam o conceito de transformação das cidades à melhoria da qualidade de vida dos citadinos. Renovar, revitalizar, refuncionalizar, requalificar, reabilitar são processos que as invadem, a partir dos anos 90 principalmente, sustentando-se num certo "consenso" quanto à importância de se recuperar, preservar, revisitar e atualizar o passado, valorizar elementos da cultura local. Além disso, muitas das ações/intervenções contribuem para o estabelecimento de processos de gentrificação, culminando numa mobilidade social e espacial no contexto urbano, produzindo um evidente enobrecimento de determinadas áreas, retirando delas tudo aquilo que possa macular sua imagem, associá-las à pobreza, à desordem, à violência, à degradação.

As intervenções urbanas pautadas no discurso RE têm marcado presença na Lapa. Com o "ressurgimento" do bairro, uma marca também vem sendo (re)criada, marca essa que remete a antigas tradições- sobremaneira ao samba e à malandragem (Guterman, 2012). Utilizando o termo de Hobsbawn (1984), as "*tradições inventadas*" - ou (re)inventadas - possuem uma relação com o passado, pois visam incorporar valores, normas e comportamentos através da repetição, dando assim uma continuidade. Toda essa série de investimentos voltados para o consumo e o lazer tem fomentado o retorno da vida noturna, atraído antigos e novos frequentadores – turistas, pessoas de várias idades e classes sociais que ocupam as ruas e espaços culturais em busca de shows ou programas alternativos, além de vendedores ambulantes, moradores e prostitutas. A Lapa faz jus, assim, ao "título" de "lugar de todas as tribos". A "aura" de bairro boêmio também acaba

---

3 O que se persegue, através das intervenções realizadas com base nesse modelo globalmente difundido, é a inserção de cada cidade no que se convencionou chamar de mercado mundial de cidades e, para tanto, coloca-se como fundamental tanto o investimentos em atividades vinculadas ao terciário avançado, como a (re) descoberta e/ou reforço de elementos que expressem a vocação de cada uma delas, a sua marca, seu "diferencial" em relação às demais. (MAIA, 2006, 63) A cidade é qualificada enquanto mercadoria a partir dos insumos que detêm e que são valorizados pelo capital transnacional, a exemplo do sugerido por Borja & Forn (apud VAINER, 2002, 79). Para tanto, as cidades adotam diferentes modalidades de estratégias de reestruturação e intervenção urbana, buscando uma posição favorável de competitividade do mercado mundial de cidades. Tal qual uma empresa, a cidade passa a ser gerida. Para tanto, preceitos como os relacionados à produtividade, competitividade e subordinação dos fins à lógica do mercado, surgem como centrais nesse movimento de empresariamento da gestão urbana (HARVEY, 1996).

sendo potencializada a cada instante, o que é aproveitado pelos empresários, e também pelo Poder Público, para difundir uma imagem de cidade acolhedora, cosmopolita, onde a "diversidade" de pessoas e culturas sempre poderá se manifestar.

Além desse resgate do caráter boêmio – obviamente que pautado numa certa "domesticação" da boemia, ou em preceitos de "ordem urbana" (sobre os quais falaremos mais adiante) -, também tem havido investimentos por parte do capital imobiliário com vistas à atração de moradores igualmente qualificados –um bom exemplo é o Condomínio "Cores da Lapa", cujo lançamento em 2005 foi acompanhado pela campanha "*Eu sou da Lapa*", que ganhou os espaços midiáticos e tinha em vista a valorização da área.

Verifica-se, assim, a transformação de lugares específicos da cidade moderna em espaços liminares pós-modernos, *"que tanto falseiam, quanto fazem a mediação entre natureza e artefato, uso público e valor privado, mercado global e lugar específico"* (Zukin, 2000, 82), misturando funções e histórias, a exemplo do ocorrido na Lapa. Apesar de todos os investimentos observados no bairro, Mosciaro (2012) afirma que a população menos abastada jamais se ausentará desse espaço, tentando resistir e buscando alternativas para viver (ou sobreviver), neste local. É o vernacular, como diria Zukin (2000) manifestando-se. É a chancela dos sem poder, contrastando com a paisagem imposta pelos detentores do poder (político e econômico) e estabelecendo uma tensão entre o que as instituições querem construir e as criações daqueles que buscam manter ou encontrar seu "lugar" naquele espaço.

Além de toda uma "identidade" que se busca construir/resgatar em relação à Lapa - muito pautada em elementos relacionadas à cultura, ao lazer, às práticas sociais que marcaram a área ao longo do tempo -, em 2012, por força de lei, a Lapa foi "emancipada" do Centro, tornando-se um bairro, o que vem contribuindo, ainda mais, para o reforço de muitos de seus atributos/qualidades "especiais", sua vocação para o turismo e, também, para a moradia, além de justificar ações/intervenções mais incisivas, o que ficaria mais complicado caso houvesse a necessidade de diluí-las por toda a área central – que não compartilha, em igual medida, de todos os atributos conferidos ao citado bairro.

No governo do atual prefeito - Eduardo Paes- um desses projetos pode servir à exemplificação desse processo: o projeto "Lapa Legal" surgiu, segundo Brandão, justamente para valorizar a "vocação multicultural" da Lapa e suas riquezas artística, arquitetônica e histórica (2011, p.13).

Subjacente aos discursos da "regeneração urbana" e da "requalificação do bairro", o que se apresenta, por outro lado, são intervenções que visam a instituição de um "choque de ordem" na região, sendo utilizadas, para tanto, medidas voltadas à fiscalização/repressão aos vendedores ambulantes, ao recolhimento da população em situação de rua e usuários de crack, ao combate às pequenas infrações; enfim, à promoção da ordem pública que, por força das circunstâncias e do projeto que se traçou para a Cidade, vem tendo como meta principal a limpeza urbana, a ordem e a segurança, atualizando práticas higienistas e repressivas que já marcaram a cena carioca em outros momentos da história. Práticas similares ocorrem em outras cidades do mundo, sendo cada vez mais frequentes. Inspiradas na Política de Tolerância Zero, cuja experiência pioneira foi levada a cabo por Rudolph Giuliani, prefeito de Nova Iorque entre 1994 e 2001, tais intervenções têm como fundamento o fortalecimento do poder punitivo como modo de administração dos efeitos das políticas neoliberais sobre os segmentos pobres. (Wacquant, 2001, p. 26). Em se tratando da realidade carioca – e especialmente do bairro em questão – Projetos como "Lapa Legal" e "Lapa Presente" (esta última realizada durante o carnaval de 2014) mostram-se bastante afinados a tal Política e, para tanto, não se medem esforços para evitar que a imagem da cidade seja posta em risco pelas "classes perigosas".

Tornada lugar de espetáculo, a Lapa mercantiliza-se, transforma-se numa grife que tem o seu próprio logotipo (os Arcos), estampados em camisetas, bolsas e acessórios (Araújo, 2009). Seu passado que remete à Madame Satã, aos crimes, às casas de jogos e às prostitutas não deixa de fazer parte do imaginário daqueles que frequentam o bairro, como se fossem parte da sua identidade - mas de uma "identidade domesticada", totalmente sob controle, tornada "inofensiva". Uma imagem que precisa ficar associada a um tempo pretérito, aos cenários do Rio antigo que se pretende restaurar como pátina da história – a exemplo dos sobrados transformados em bares e antiquários presentes na região -, não se admitindo qualquer elemento que possa macular sua imagem associada à cultura e ao lazer, tampouco ao cosmopolitismo e ao "multiculturalismo" que hoje se quer como suas características fundamentais. Daí a intolerância frente a tudo e a todos que possam perturbar/atrapalhar a ordem perseguida, o modelo de gestão adotado, os investimentos lá realizados.

Lapa de todas as tribos - a propósito das múltiplas territorialidades existentes no bairro e os pedaços dos trabalhadores informais.

Todas as questões até aqui apresentadas/discutidas, ajudam-nos a compreender as territorialidades que emergem das relações estabelecidas entre os diferentes grupos/segmentos sociais que se apresentam nesse espaço tão diverso que é a Lapa. Contribuem, igualmente, para demonstrar que, no citado bairro, a rua - esse espaço a quem Le Corbusier chegou a decretar a morte -, efetivamente não morreu. Ainda que a cidade – agigantada e complexificada sob os imperativos do capital e da circulação – tenha, há muito, tornando a vivência cotidiana das pessoas referida aos limites dos apartamentos, às muralhas e grades que circundam os condomínios, aos escritórios e aos "shopping centers (o que, em outras palavras, poderia significar a perda do sentido clássico da rua) -, não foi capaz de romper com a experiência do espaço público, sobretudo naquele bairro. Em relação a isto, afirma Magnani:

> Esta é a riqueza que caracteriza a experiência urbana e que a rua, em sua relação metonímica com a cidade, evidencia. Não se pode ler a cidade a partir de um eixo classificatório único: é preciso variar os ângulos de forma a captar os diferentes padrões culturais que estão na base de formas de sociabilidade que existem, coexistem, contrapõem-se ou entram em confronto no espaço da cidade. (s/d, s/p)

Na Lapa, a rua demonstra sua vitalidade, fervilha a todo instante, criando e recriando pedaços, onde, conforme nos sugere Magnani (1996: 39-41) *"está-se entre iguais"*. Nesses pedaços, constata-se a existência de marcas exclusivas, cujo *"componente espacial [...], ainda que inserido num equipamento ou lugar de amplo acesso, não comporta ambiguidades porque está impregnado pelo aspecto simbólico que lhe empresta a forma de apropriação característica"*. Neles, os sujeitos sociais exercitam-se *"no uso de códigos comuns",* através de "sinais" que demarcam diferenças entre eles e os outros.

A estética, os padrões de consumo, a "simbologia" associada à boemia, à cultura e ao lazer, as intervenções que visam o ordenamento do espaço público, bem como os modelos de comportamento esperados daqueles que frequentam a localidade estão de acordo com um projeto para o bairro e a cidade que se persegue e, nesse sentido, buscam se adequar às exigências impostas pelos segmentos dominantes. Entretanto, não são suficientes para impedir que a heterodoxia se apresente, ou seja, que por meio de "estratégias de subversão", outros sujeitos sociais possam se manifestar - como os trabalhadores informais, grupos vinculados à cena underground, jovens oriundos das classes populares, prostitutas, adolescentes em conflito com a lei. Estes "protagonistas" – nem sempre bem-vindos - acabam por desacreditar *"os detentores reais de um capital legítimo"* (Ortiz, 1983, 22) através da produção de territórios, deixando clara uma resistência aos processos de exclusão a que são submetidos cotidianamente. Paoli e Almeida apresentam elementos para a compreensão deste processo:

> A cidade se torna um patchwork de territorialidades recolocadas e móveis, cujas fronteiras fluidas geram espaços de negociação que visam reverter os limites estreitos da ordenação racional dominante da cidade: um modo de negociar a modernidade excludente, pauperizadora e violenta com a qual, em princípio, essa população tem pouco a ganhar. (1996, 190)

A Lapa é claramente marcada pela existência de uma territorialidade cíclica (Souza, 1995), onde, a depender do horário, do dia da semana, um mesmo substrato espacial pode ser apropriado por segmentos distintos. Nesse sentido, a Lapa diurna em quase nada se assemelha à noturna. Os trabalhadores, moradores, transeuntes que ocupam suas ruas ao longo do dia são, sobretudo nos finais de semana à noite, substituídos por "consumidores" – grande parte composta por turistas ou por uma classe média oriunda de outros bairros da cidade - ávidos pelas suas casas/espaços de espetáculos, seus bares, suas boates.

Também à noite, as calçadas existentes nas principais ruas, becos e avenidas tornam-se a extensão de bares e restaurantes cujos donos espalham cadeiras e mesas e delas se adonam, retirando daqueles que não dispõem de recursos para o "consumo do lugar" o direito de utilização/circulação pelo espaço público, demonstrando claramente que nem todos são afetados ou reprimidos da mesma maneira pelas intervenções que se destinam

ao ordenamento da cidade. A "paisagem" da Lapa *"dá forma a uma assimetria entre o poder econômico e o cultural"*, onde se constata a *"chancela especial das instituições dominantes na topografia natural e no terreno social, bem como a todo o conjunto do ambiente construído, gerenciado ou reformulado de algum modo"*. Fica claro, assim, que *"os interesses capitalistas desempenham um papel essencial como agentes da dialética entre mercado e lugar"*. (Zukin, 2000, 84-85)

A Lapa possui algumas singularidades em se tratando de sua dinâmica territorial. Poderíamos dizer que um primeiro "corte" nesse sentido poderia nos levar a dizer que há duas Lapas e que os Arcos servem como limite entre ambas. De um lado, o espaço seria marcado por um público mais "alternativo" – da cena underground, conforme mencionado acima -, além de estudantes universitários, trabalhadores informais (cadastrados ou não pela Prefeitura), travestis, os botequins "pés sujos", os becos mais sombrios, a famosa escadaria Selaron. Do lado oposto, surgem os bares da moda, as boates, os espaços "disneyficados", frequentados principalmente por jovens de classe média alta - tipo de *"paisagem da pós-modernidade [que] incorpora um cenário ao mundo 'real' do turista, ao mesmo tempo em que afasta esse cenário dos assuntos diários de trabalho, casa, família, trânsito engarrafado e orçamentos domésticos"*. (Zukin, 2000, 91)

Rio Scenarium, Bar da Boa, Carioca da Gema, Favellas, Bar das Quengas, Lapa 40º, Sacrilégio tentam, de alguma forma, reproduzir uma ambientação ligada às marcas do bairro e da cidade, atraindo turistas ávidos por um *"consumo seletivo do tempo como entretenimento", onde os frequentadores/consumidores "pagam uma soma razoável de dinheiro para entrar [...] mas pagam também pela experiência singular de visitar um lugar específico"* (Zukin, 2000, 92) – uma favela recriada, um espaço permeado de objetos que remetem a outros tempos do bairro e da cidade, um "prostíbulo", um bar/sinuca. Zukin nos demonstra que *"essa paisagem onírica é uma aventura de pagamentos"* (ibid.). E assim, os consumidores vão "territorializando" os espaços, a depender das marcas que pretendem partilhar e exibir, das experiências que gostariam de ter e, principalmente, do quanto podem pagar por tudo isso.

Pelas ruas, outras territorialidades são criadas: de prostitutas e travestis, que, apesar da repressão e da hostilidade que, por vezes sofrem, continuam ocupando algumas ruas específicas – sobretudo aquelas que permitem a abordagem rápida e discreta dos "consumidores" de seus serviços-; de usuários de drogas e adolescentes em conflito com a lei que cometem pequenos furtos – estes últimos, quando concentrados em determinada área, definem seu pedaço pelo "medo" ou indiferença que provocam nos demais frequentadores (nesses casos, é bom que se mencione que os territórios são criados e recriados a todo instante, em função mesmo das circunstâncias em que sem encontram, já que são alvos constantes das abordagens dos "agentes da lei e da ordem").

Em alguns "espaços alternativos" e "botequins pés sujos" existentes na área - num contexto que alguns compreendem como referente à "cena underground" - jovens "descolados", militantes de movimentos raciais, grupos LGBT se concentram em busca de um repertório mais delimitado para o consumo, com uma organização de produção e circulação particulares, vistos como mais "autênticos", por fugirem, de certo modo, ao "esquemão" que é imposto em outros lugares. Se mais autênticos, ou não; mais contestadores, ou não; se expressões de resistência, ou não, frente aos modelos e aos ditames do mercado que imperam no bairro, o que muitos que frequentam esses espaços ditos "mais alternativos" também o fazem pelo fato de serem mais acessíveis em termos de custo, onde se pode tomar uma cerveja mais barata, e onde não se exige tanta pompa e circunstância para adentrar no lugar (aliás, em muitos casos, os encontros se dão mesmo na porta dos estabelecimentos, nas calçadas), o que não coloca entre os diferentes grupos, as diferentes "tribos" qualquer fronteira objetiva entre uns e outros. Em geral, o repertório de signos compartilhados por cada grupo é que define as territorialidades que são forjadas, o que nos leva à aproximação da discussão feita por Bonemaisson, que não considera a noção de fronteira como essencial à constituição do território, da mesma maneira que secundariza o papel da apropriação biológica. Assim, sua ênfase se desloca para as relações sociais e culturais *"que um grupo mantém com a trama de lugares e itinerários que constituem seu território"*. (1981: 254)

Num contexto marcado por um grande número de bares, restaurantes e casas de shows que atraem turistas de todos os lugares do Brasil e do mundo, além de um público consumidor local, também se constata a presença de um número significativo de trabalhadores informais. Eles se espalham por diversas partes do bairro, seja na condição de ambulantes ou ainda situados em pontos fixos, como é o caso dos barraqueiros autorizados pelo

Poder Público, que vendem alimentos e bebidas nas proximidades dos Arcos da Lapa – mas no lado oposto àquele onde se concentram os bares da moda, os espaços frequentados pelo público mais seleto. Suas barracas são padronizadas e possuem a logomarca da Prefeitura do Rio de Janeiro. Sua posição estratégica no contexto do bairro faz com que eles consigam atrair, através dos produtos que comercializam (caipirinha, cerveja, churrasco, acarajé, etc), uma clientela diversificada, em certa medida até "fiel". Na área delimitada pela Prefeitura para tais trabalhadores, surgem novas territorialidades, estabelecem-se relações de sociabilidade; lá muitos jovens paqueram, curtem a noite. Esse é o território daqueles que não se adequam/correspondem ao padrão de consumidor/consumo exigido pelos lugares da moda, mas que, da mesma maneira, querem se apropriar da "aura" do bairro, através de tudo o que ele congrega – a boemia, a malandragem, o prazer, a sedução – sempre sob o olhar vigilante dos guardas municipais e policiais militares que, nos finais de semana, ocupam o bairro, numa tentativa de disciplinar os frequentadores, bem como o uso do espaço – sendo seus principais alvos, como já vimos mencionando, os segmentos que possam macular a imagem esperada.

Artesãos também exibem seus produtos (colares, brincos, bolsas e cintos que fabricam) nessa mesma área (e, diga-se de passagem, muitos deles são oriundos de outros países, especialmente da América Latina, conseguindo obter da Guarda Municipal uma tolerância que não é dispensada aos demais trabalhadores informais "nativos" – como aos vendedores ambulantes ou catadores de material reciclável, por exemplo). A ocupação das ruas por jovens com esse perfil deu-se, principalmente, durante e após a Copa do Mundo de Futebol, ocorrida em 2014. Muitos deles vieram para o evento e resolveram ficar pela Cidade, demonstrando um certo espírito aventureiro, uma disposição a correr riscos. Ainda que, no período dos jogos, tenha havido na Cidade um endurecimento do Poder Público no que se refere à repressão às pequenas infrações (aí incluída, por exemplo, a atividade ambulante não legalizada), muitos estrangeiros – sobretudo argentinos e chilenos -, conseguiram se manter na Cidade às custas da venda de quinquilharias, de produtos artesanais. A presença deles se tornou comum na Lapa e também em outros bairros, como no Catete e Copacabana, onde o "Choque de Ordem" se faz presente com frequência. Nessas áreas, demarcam seus "pedaços" com pedaços de tecidos, cangas de praia, tabuleiros ou cavaletes utilizados para exibição das mercadorias, não se sentindo intimidados com a presença dos "agentes da lei e da ordem". Suas vestes e aparência "descoladas", ao estilo hippie anos 60, seu "portunhol" deixam clara a existência de um pedacinho da "América Espanhola" que resolveu se instalar por aqui em busca de oportunidades ou, como já dito, de novas aventuras/experiências. Diante desses visitantes/ "migrantes" que talvez tenham se "apaixonado pela Cidade", o discurso e a prática de tolerância manifestados pelo Poder Público, pelo que pudemos constatar, parece muito afinado com a imagem de hospitalidade, do cosmopolitismo, de valorização do multiculturalismo que se pretende passar ao mundo em relação à Cidade e ao bairro. O Rio "de braços abertos" e a "Lapa de todas as tribos" são máximas que confluem nesse sentido.

Os nossos "camelôs, por outro lado, cuja entrada na informalidade decorre, na maioria das vezes, das transformações decorrentes da reestruturação produtiva - flexibilização das relações de trabalho, desemprego estrutural, trabalho temporário/ intermitente - acabam por se ver nos limites incertos entre o legal, o ilegal, o clandestino, o ilícito e o delituoso (Ruggiero, 2000 *apud* Telles; Hirata, 2007) e, por isso mesmo, tendo suas atividades, seu ganha-pão sujeito à repressão e às ações truculentas derivadas do Poder Público. Toda sorte de repressão, contudo, não é capaz de impedir que se manifestem no bairro, que comercializem suas mercadorias, numa clara demonstração de enfrentamento e/ou resistência, e até mesmo de "malandragem" – uma malandragem que não se quer perniciosa, mas que, segundo Tota, refere-se a *"personagens urbanos, vivendo no limite do miserê (miséria), corporificados nas 'profissões', no cotidiano. Profissões de deserdados, de um lumpemproletariado subproduto da modernidade. Baleiro e jornaleiro – "profissões" de homens sem profissão"*. (2001, 45) No fundo, é o trabalhador que precisa se "virar", "matar um leão por dia" para sobreviver. Esses camelôs/ambulantes, ao contrário de outros grupos de trabalhadores informais presentes no bairro, estabelecem territórios que primam pelo fato de serem "itinerantes", fluidos, já que se manifestam "onde dá", ainda que marcados por regras negociadas e códigos partilhados. Um "território" que pode "evaporar" em questão de segundos: basta que uma única frase soe como aviso: "*Olha o rapa*![4]"

---

4 Abordagem feita pela administração pública, onde fiscais, policiais e guardas municipais percorrem a cidade para apreender mercadorias de vendedores ambulantes não licenciados.

Na Lapa, até bem pouco tempo, uma das principais ruas que cruzava o bairro era fechada ao tráfego de veículos durante os finais de semana, à noite. Transformada em área de livre circulação e permanência de pessoas, passou a ser apropriada pelos ambulantes, que por ela circulavam ou se concentravam nas principais esquinas vendendo seus produtos (em geral, bebidas). Esse tipo de atividade produziu grande incômodo junto aos comerciantes estabelecidos, pois a presença dos camelôs soava como uma "concorrência desleal", por venderem bebidas mais baratas a um público que ocupava as calçadas diante dos bares e ainda curtia, sem custo, a música/atração oriunda desses estabelecimentos. Essa situação causou grande polêmica e culminou na reabertura da rua ao trânsito de veículos e na repressão mais contundente aos ambulantes. Se, enquanto aberta à plena ocupação pelo público, a rua possibilitava o encontro e, também, a emergência de múltiplas territorialidades, com a volta da circulação de veículos e a repressão ao comércio ambulante, restringiu-se a possibilidade de aglomerações diante dos bares, "expulsando" não só os camelôs, mas também os consumidores menos abastados daquela área, aprofundando a divisão territorial e, de certo modo, as práticas segregacionistas existentes entre as "duas lapas", divididas pelos arcos: a mais elitista e a mais popular.

O que constatamos, tanto a partir de observações, quanto de entrevistas, é que o ambulante, apesar de ter sua atividade reprimida/criminalizada pelo Poder Público, é aceito socialmente, tanto que a maioria dos nossos entrevistados concorda que deva haver a expansão da legalização desse tipo de atividade para um maior número de trabalhadores. Assim, defendem aqueles que fazem parte dessa categoria de trabalhadores, julgando-os como chefes de família, desempregados que querem e precisam trabalhar. O mesmo não ocorre quando se referem aos flanelinhas[5], por não concordarem com a forma como se apropriam do espaço público, constrangem motoristas a efetuar pagamentos indevidos por estacionamento em logradouros públicos e, o que é mais grave segundo os entrevistados, podem atentar contra o patrimônio privado caso não sejam pagos pelos serviços que "oferecem" – ou melhor, impõem. Daí considerarem legítima (para além de legal) a criminalização das atividades exercidas por esse grupo de "trabalhadores", que transitam no limite entre o informal e o ilegal. Os flanelinhas também demarcam territórios entre si: cada um tem "seu quadrado". A invasão do pedaço do outro pode tornar-se motivo de contenda e culminar, inclusive, em agressão física.

Segundo o site da Prefeitura, cuja última atualização foi em 2011, a SEOP (Secretaria Especial de Ordem Pública) realizou em 2009 o maior cadastramento de ambulantes já visto na cidade. Foram 35 mil pessoas que compareceram às 19 (dezenove) Inspetorias Regionais de Licenciamento e Fiscalização para se cadastrarem. Assim, toda atividade realizada em espaço público foi cadastrada. Não há, no entanto, registro de fiscalização da Prefeitura sobre a qualidade dos serviços prestados pelos ambulantes credenciados. Porém, é perceptível a melhor organização da atividade, o que passa a impressão ao consumidor de que os produtos comercializados também possuem uma qualidade melhor, são mais higiênicos –o que é de fundamental importância para a imagem que se quer passar aos turistas e consumidores qualificados que circulam pelo bairro e pela Cidade. Apesar do número expressivo de pessoas que compareceram para o cadastro, apenas 25 mil foram consideradas aptas para exercerem a atividade. Dentre essas 25 mil pessoas, somente 18.400 foram licenciadas, obedecendo a alguns critérios como idade, antiguidade na função, condição física etc. Os sete mil restantes estão inscritos no Cadastro Único do Comércio Ambulante (CUCA).

No bairro da Lapa, para além das territorialidades que são criadas e recriadas entre as diferentes categorias de trabalhadores informais que circulam e se relacionam no bairro, também constatamos entre eles o estabelecimento de hierarquias decorrentes, na maioria das vezes, do nível de aceitação social do trabalho realizado, do espaço destinado (ou na falta de) à realização da atividade, do tipo de consumidor que consegue atrair, da adequação à marca que se pretende imprimir ao bairro. Assim, os barraqueiros estabelecidos/registrados, que ocupam a área formalmente demarcada pela Prefeitura para comercialização de seus produtos sentem-se, em certa medida, numa condição superior àqueles que, com frequência, têm que correr do "rapa", que veem suas mercadorias sempre sob risco de apreensão, que vivem na corda bamba. Esses, por sua vez, consideram-se numa posição privilegiada em relação a um outro contingente, que sobrevive da coleta de

5 Flanelinha é a nomenclatura dada ao indivíduo que, não sendo regulamentado, oferece-se para cuidar dos veículos estacionados em vias públicas.

material reciclável e, aos olhos da sociedade e do Poder Público, muitas vezes, "confunde-se" com o lixo que recolhe. Um dos nossos entrevistados que se encontrava nessa última situação fez questão de afirmar sua condição de trabalhador, dizendo que a rua é apenas seu local de trabalho e que não trabalha com o lixo, mas com o que poderá ter outro destino, lamentando as ações repressivas destinadas *"àqueles que apenas querem ganhar seu pão honestamente, enquanto tem muitos políticos e gente rica roubando à vontade, sem qualquer punição."*

Enquanto a Prefeitura "ordena" o espaço público, empreende esforços no sentido de (re) qualificar não só o bairro, mas também frequentadores e "consumidores", os trabalhadores pobres – sobretudo aqueles que desenvolvem atividades informais – tomam consciência da exata medida do que, naquele contexto, significa, nos dias de hoje, a "tal malandragem". Nas palavras do poeta Chico Buarque, hoje a malandragem é outra:

Mas o malandro para valer, não espalha,
aposentou a navalha,
tem mulher e filho e tralha e tal.
Dizem as más línguas que ele até trabalha,
Mora lá longe chacoalha,
no trem da central.

E apesar do "modelo", muitas Lapas é o que há...

> *Eu também imaginei um modelo de cidade do qual extraio todas as outras[...] É uma cidade feita só de exceções, impedimentos, contradições, incongruências, contra-sensos. Se uma cidade assim é o que há de mais improvável, diminuindo o número de elementos anormais aumenta a probabilidade de que a cidade realmente exista. Portanto, basta subtrair as exceções ao meu modelo e em qualquer direção que eu vá sempre me encontrarei diante de uma cidade, apesar de sempre por causa das exceções, existe. Mas não posso conduzir a minha operação além de um certo limite: obteria cidades verossímeis demais para serem verdadeiras.* (Calvino, 1990: 67)

Com essas considerações de Calvino, gostaríamos de iniciar este momento do trabalho dizendo que se o mesmo não se pretende "conclusivo" é porque, a exemplo do sugerido pelo autor, talvez seja modelar em suas incongruências, contradições e exceções, mas nem por isto menos ou mais verdadeiro que outros tantos que também voltaram seu olhar para exceções distintas, anomalias diferenciadas, diferentes contrassensos. E não poderia ser diferente em se tratando da Lapa - ou melhor, das múltiplas Lapas que convivem e se confrontam num mesmo bairro.

Olhar para a Lapa é, justamente, ter a exata dimensão de que por mais que modelos se imponham e tentem fazer valer os ditames de elementos exógenos àquele lugar - num claro anseio de domesticação do uso do espaço público e das práticas econômicas e socioculturais lá existentes – deparam-se com outras ações, que demonstram potencial de "subversão"; veem-se diante de uma "malandragem" "insolente" e boêmia, mas também batalhadora, que redimensiona o próprio sentido da malandragem. Isso porque as expressões culturais e os sujeitos sociais que, de alguma forma, traduzem e redimensionam a aura que a Lapa carrega, criam e recriam estratégias de expressão, através das múltiplas e microterritorialidades que lá se apresentam. Territorialidades que podem ser definidas pelo consumo, pelo trabalho, pelo lazer, pelo prazer, pela violência... Que podem ser cíclicas, itinerantes. Podem criar paisagens, definir lugares, estabelecer limites, ainda que por vezes fluidos, permeáveis, nem sempre inteligíveis. Assim é a Lapa – ou melhor, assim são as múltiplas Lapas - território de todos e de ninguém.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Maurício de e VAZ, Lilian Fessler (1991). Sobre a origem das favelas. In Encontro Nacional da ANPUR, 4, Anais. Salvador, ANPUR.

ARAÚJO, Vanessa Jorge de. A Lapa Carioca, uma (re) apropriação do lugar. 2009. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional).

BONEMAISSON, Joël (1981). Voyage autour du territoire. L'Espace Geographique, Paris, nº 4, pp. 249-262.

BRANDÃO, Joseane Paiva Macedo (2011). Cultura, Patrimônio e Lazer na Construção Social do Espaço Público no Rio de Janeiro: A Revitalização da Lapa. In: Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 11, Anais. Salvador, Universidade Federal da Bahia (UFBA.

CALVINO, Ítalo (1990). As cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras.

DINIZ, Nelson (2013). De Pereira Passos ao Porto Maravilha: colonialidade do saber e transformações urbanas da Região Portuária do Rio de Janeiro. E-metropolis. Rio de Janeiro, n.13, ano 4, pp. 40-48, junho de 2013.

FUCHS, C. 1982. La Paraphrase . Paris, Presses Universitaires de France.

GREEN, James N (2003). *O Pasquim* e Madame Satã, a rainha" negra da boemia brasileira. *TOPOI*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, pp. 201-221, jul-dez 2003.

GURTEMAN, Bruna da Cunha. Cidade-produto, bairro-marca: como a Lapa está se tornando o mais carioca dos bairros (2012). Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional).

HARVEY, David. "Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio" (1996). Espaço e Debates, São Paulo, ano XVI, n. 39, pp. 48-64.

HOBSBAWM, Eri & RANGER, Terence (orgs.) (1984). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 9-23.

MAGNANI, José Guilherme Cantor (1996). Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In. Magnani, J.G.C. e Torres, L. L. (org.) Na Metrópole. São Paulo, Editora da USP/ FAPESP, pp. 12-53

_____ Rua, símbolo e suporte da experiência urbana. Disponível em <http://nau.fflch.usp.br/sites/nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/rua_simbolo%20e%20suporte%20da%20experiencia%20-%20magnani.pdf> Consultado em: 16/10/2014.

MAIA, Rosemere (2006). Políticas urbanas no Rio de Janeiro: requalificação, reordenamento e controle social na busca de competitividade no "mercado mundial de cidades". In GOMES, Maria de Fátima Cabral M. Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas – a questão do comércio ambulante em tempos de globalização. Rio de Janeiro, DP&A: FAPERJ, pp. 62-78.

_____ (2002). Shopping center- o afrouxamento da promessa de assepsia e o lugar da pobreza nos templos de consumo das cidades contemporâneas. Rio de Janeiro, PPGG/UFRJ. Tese (Doutorado em Geografia).

MENDES, Luís (2013). A regeneração urbana na política de cidades: inflexão entre o fordismo e o pós-fordismo. Paraná, Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), v. 5, n. 1, pp. 33-45, jan./jun. 2013.

MOSCIARO, Mayra Ribeiro (2012). Gentrificação na Lapa? um estudo sobre mudanças na área central do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, PROURB/UFRJ. Dissertação (Mestrado em Urbanismo).

ORTIZ, Renato (1983). Introdução. A procura de uma sociologia da prática. In. Pierre BOURDIEU: Sociologia. São Paulo: Ática.

PAOLI, Maria Célia et ALMEIDA, Marco Antônio (1996). Memória, cidadania, cultura popular, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, n. 24, pp. 185 – 192.

PECHMAN, Robert Moses (2002). Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

SEOANE, Maria Luisa Lourés (2001). Del concepto de "monumento histórico" al de patrimonio cultural. Costa Rica, Ciencias Sociales, vol 1, nº 94.

SEVCENKO, Nicolau (2003). Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.

SILVEIRA, Carmen Beatriz (2004). O Entrelaçamento Urbano-Cultural: centralidade e memória na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional).

TOTA, ANTONIO PEDRO (2001). Cultura, política e modernidade em Noel Rosa. São Paulo, São Paulo em Perspectiva, v.15, n.3, jul./set 2001, pp.45-49.

VAINER, Carlos B (2002). Pátria, empresa e mercadoria - Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In ARANTES, Otília et Al (org.) A cidade do pensamento único – desmanchando consensos. Petrópolis, Editora Vozes, pp. 75-104.

VALLADARES, Lícia (1991). Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In Boschi, Renato (org.). Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro, Rio Fundo/ IUPERJ, pp. 81-113.

VELASQUES, Muza Clara Chaves (1994). A Lapa boêmia: Um estudo da identidade carioca. Tese (Mestrado em História Social). Niterói, PPGH/UFF.

WACQUANT, Löic (2001). As prisões da miséria. Rio de Janeiro, Zahar.

ZUKIN, Sharon (2000). Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In. Arantes, Antônio A. (org.) O espaço da diferença. Campinas, Papirus, pp. 80-103.

_____. (1998) Urban lifestyles- diversity and standardisation in spaces of consumption. Urban Studies, v. 35, n. 5-6, pp. 825-839.

Securizando "a Cerca": Criação de buracos jurídicos e controle de massas durante a reunião de cúpula do G20 em Toronto

Joao Velloso[1]

Resumo: Esta comunicação visa discutir as estratégias de controle social adotadas durante a reunião de cúpula do G20 em Toronto (Canadá) em 2010. Mais precisamente eu discutirei a utilização de regimes administrativos a partir da revitalização de uma legislação provincial datada da 2ª Guerra Mundial, o *Public Works Protection Act* (PWPA), e da criação da *Regulation 233/10*, que definiu parte do centro da cidade de Toronto como uma área de "obra pública" nas disposições do PWPA. A criação deste 'buraco jurídico' (Steyn, 2004; Dyzenhaus, 2006; Vermeule, 2009) de duração temporária e específica ao evento, cerca de um mês, provocou conseqüências territoriais e jurídicas bastante excludentes, seja no que diz respeito às intervenções policiais (e.g. detenções em massa, uso desmedido da força, etc.) ou às condições impostas aos manifestantes durante e após o evento (e.g. não manifestar, restrições à mobilidade urbana, etc.).

Palavras-chave:
Penalização de manifestantes; controle social; punitividade; direito administrativo; G20

1) Introdução:

A realização da reunião de cúpula do G20 em Toronto nos dias 26 e 27 de junho de 2010 foi um dos eventos mais controversos na história recente do Canadá. A população local se encontrava dividida e mesmo contrária à realização do evento em Toronto, pois sabiam que junto com tal evento viria necessariamente uma série de transtornos ao dia à dia da maior cidade e centro financeiro do Canadá por conta da segurança dos principais chefes de Estado do planeta, manifestações antiglobalização, policiamento ostensivo, etc. A escolha de Toronto foi exclusivamente do governo federal e mesmo contra as indicações das prefeitura local em realizar a reunião de cúpula sobretudo no *Exibition Place*, Ottawa (governo federal) foi adiante com o plano de realizar o evento no *Metro Toronto Convention Centre* e adjacências (ver figura 1 abaixo). O local escolhido fica no coração do centro da cidade, cercado literalmente pela *CN Tower* e *Rogers Centre* de um lado (Oeste), o *Air Canada Centre* e a *Union Station* (estação central de trem, metrô, ônibus e rodoviária) do outro (Leste), o centro financeiro ao Norte e setor residencial ao Sul (lago Ontario). Securizar o entorno do *Metro Toronto Convention Centre*, região de maior concentração e deslocamento populacional diário no Canadá, não seria fácil e os transtornos e custos para tal atividade seriam notoriamente elevados.

---

1 Joao Velloso é sociólogo e antropólogo, com doutorado em criminologia pela *University of Ottawa* (Canadá), e atualmente realiza um estágio pós-doutoral em direito no *Centre de recherche en droit public* (CRDP) da *Université de Montréal* (Canadá). Ele se interessa na criação e implementação de dispositivos administrativos e em formas plurinormativas de controle social (delinquência de elites, imigração, gangues de rua, etc.). Sua pesquisa atual é sobre a penalização de manifestantes durante a reunião de cúpula do G20 em Toronto (2010) e durante o '*Printemps érable*' (greves estudantis) em Montréal (2012). jvelloso@uottawa.ca

Figura 1: Mapa da região central de Toronto (destaque para locais propostos)

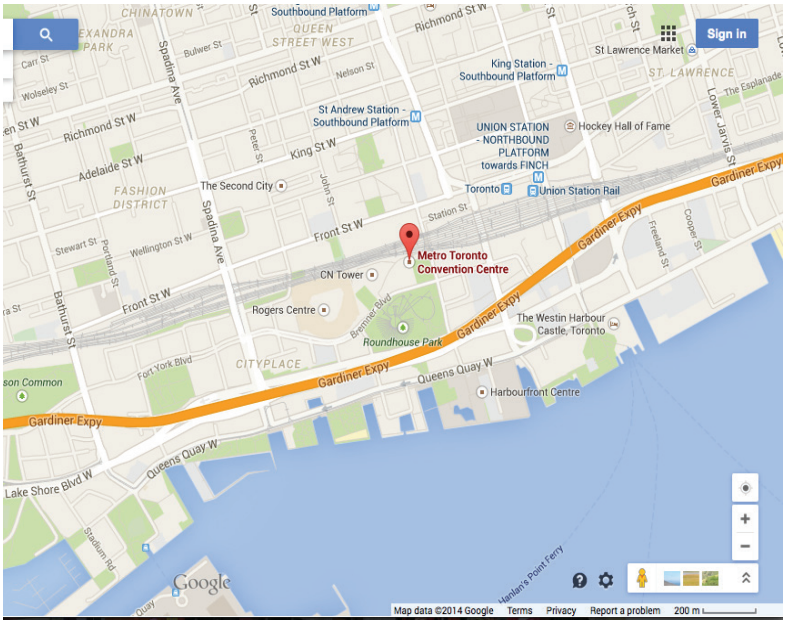

local local proposto pela prefeitura de Toronto pelo governo federal

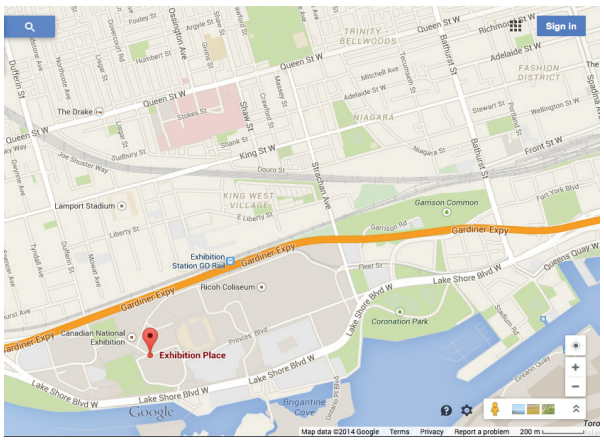

local escolhido pelo governo federal

O comparativo do local à uma cidade como a do Rio de Janeiro, mais familiar à maioria dos presentes aqui neste grupo de trabalho, seria o equivalente de fazer algo em um local fictício na Avenida Rio Branco próximo à estação Carioca (metrô) e que fosse cercado pela Central do Brasil, Rodoviária Novo Rio, terminais de ônibus, estádio do Maracanã, Pão de Açúcar, Cristo Redentor, apartamentos de luxo da orla da Zona Sul e o entorno da IBOVESPA. Tal local fora preferido em detrimento de um local como o MAM (Museu de Arte Moderna) ou a Marina da Glória, de localização igualmente central, mas afastado o suficiente para facilitar a securização do evento e evitar transtornos a população local. Breve, era uma tragédia anunciada. A cidade sabia disso, a população local sabia disso e mesmo o governo federal tinha uma certa ciência disso, pois previu gastar até 1 bilhão de dólares canadenses com gastos de segurança (policiamento, infraestrutura, e apoio militar) e acabou gastando de 1.8 bilhões. Enfim, a realização da reunião de cúpula do G20 no centro de Toronto estava prevista como uma operação de guerra e no pior local possível.

Figura 2: A "Cerca", perímetro interno (*Wikipedia* e *Tomasz Bugajski*)

Figura 3: Ponto de inspeção (*Tomasz Bugajski*) [foto da semana anterior ao evento]

No início de junho a cidade começou a se transformar para receber a reunião de cúpula do G20, sobretudo a região central. Instalaram uma cerca de três metros (3 m) de altura e aproximadamente dez quilômetros (10 km) de extensão como perímetro de segurança do evento (Figura 2). A "Cerca", que ilustra o título do artigo, possuía 38 locais de inspeção (checkpoints, Figura 3) permitindo o controle de acesso de pedestres e moradores da região pré-cadastrados; algo que lembra o que foi vivenciado pelos moradores do entorno do estádio Maracanã durante a Mundial de Futebol FIFA em 2014. Além da "Cerca", foram instaladas 77 câmeras de vigilância adicionais no perímetro de controle que se estendia também ao lago Ontario (Sul) e ao espaço aéreo local. Detalhes dos efetivos de segurança na Figura 4.

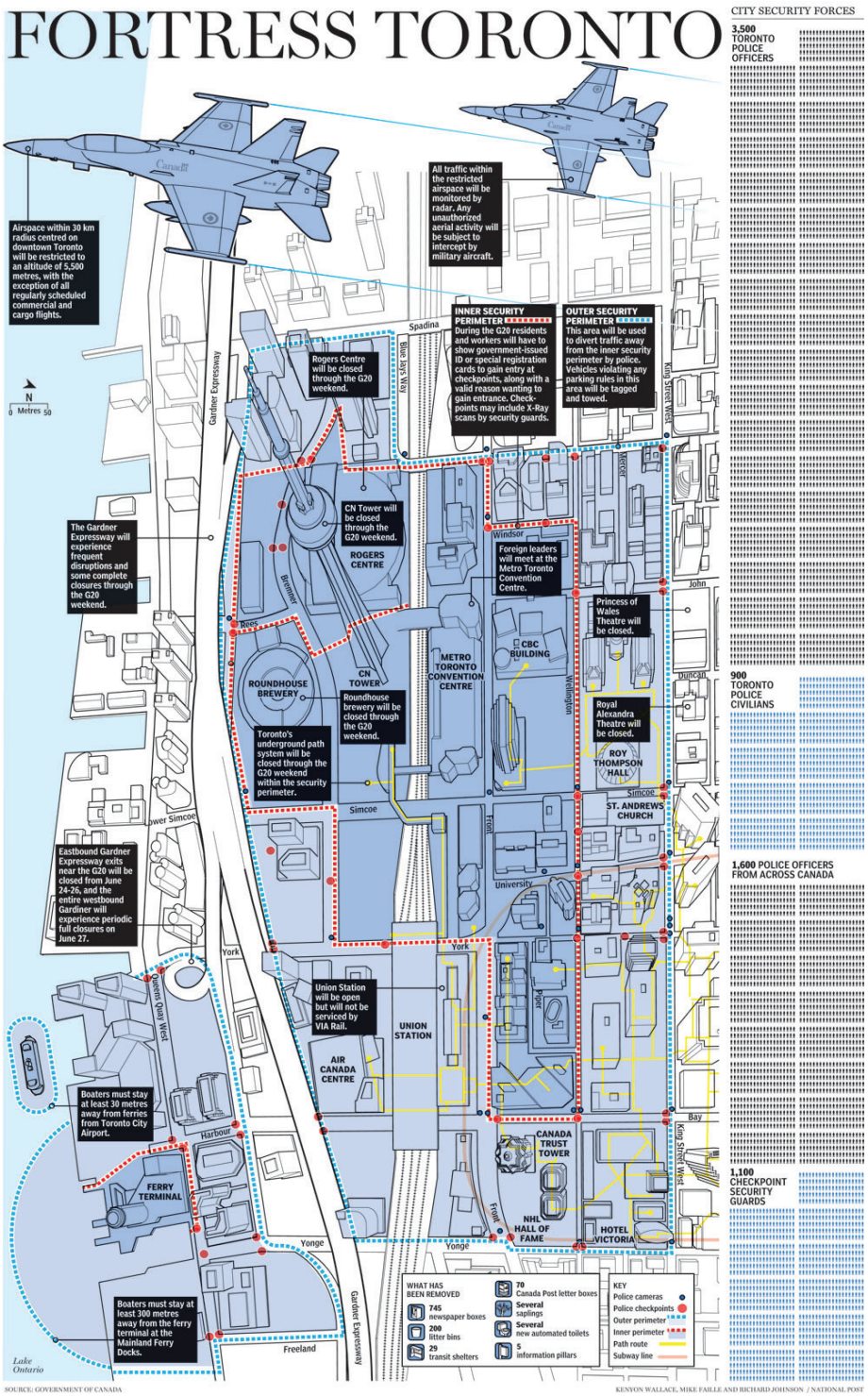

Figura 4: A Fortaleza de Toronto ()

Os efeitos de tal fortificação eram mais do que previsíveis. Nunca antes da história deste país, para usarmos a expressão da moda dos governos Lula, se prendeu tanta gente em tão pouco tempo ou houve tantas reclamações em relação ao comportamento policial. Segundo a polícia, 1105 pessoas foram detidas em dois dias no contexto do G20. Isto representa a maior detenção em massa da história do Canadá, superando e muito os 497 detidos durante toda a *Crise de Outubro* (de outubro à novembro de 1970) no Québec, sobretudo na região de Montréal, ocasião na qual o governo federal do Canadá decretou estado de emergência e usou dispositivos da lei marcial (*War Measures Act*) na reação aos atentados e sequestros cometidos por membros do *Front de*

libération du Québec (FLQ). Em breve, barbarizaram a população (sobretudo manifestantes) de uma maneira mais radical do que quando enviaram o exército para policiar as ruas de Montréal no período mais excepcional em tempos de paz na história do Canadá. Muitos dos detidos simplesmente não entendiam o que estava acontecendo e devo ressaltar que se tratavam de indivíduos atuantes em movimentos sociais e relativa experiência em manifestações. Ou seja, os manifestantes estavam agindo como de hábito, a diferença estava do lado das instituições de controle. O meu interesse neste artigo é de discutir exatamente o tipo de configuração jurídica permite regular eventos deste porte, suprimindo os direitos civis e políticos mais elementares dentro de uma certa legalidade, ao menos do ponto de vista dos ritos de produção legislativa presentes no direito do Estado. O que ocorreu durante o G20 de Toronto não foi uma criminalização de movimentos sociais ou de manifestantes, foi um processo de penalização bem diferente e não regulado necessariamente pelo direito penal ou por regimes regulamentares (*regulatory criminal law* / *pénal règlementaire*) habitualmente utilizados no controle de espaços público no Canadá. Como veremos a seguir, dias antes do evento foi aprovado um regime jurídico especial para lidar com a segurança pública na região central de Toronto durante o G20 e em grande parte foi isto que possibilitou as ações excessivas da polícia e demais agentes de segurança.

2) Perto da "Cerca", todos os gatos são pardos: Um breve panorama do quadro jurídico e dos efeitos de controle

A grande particularidade jurídica da reunião de cúpula do G20 e da gestão espacial do evento foi a redefinição de grande parte do centro da cidade como área de "obra pública" (*public works*). "Obra pública" é uma categoria jurídica que remete ao *Public Works Protection Act* (PWPA)[2], sendo mais ou menos equivalente à obras de infraestrutura ou estratégicas. O PWPA é uma legislação provincial (estadual) do Ontario originalmente promulgada em 1939 como uma lei de emergência no contexto da II Guerra Mundial. O objetivo desta legislação era proteger as infraestruturas, edifícios públicos e qualquer lugar definido como "obras públicas", via legislação complementar, de inimigos em tempos de guerra (McMurtry, 2011). O PWPA sofreu algumas alterações via emendas no período do pós-guerra e ainda estava em vigor até recentemente, apesar de raramente ser utilizado. Aliás, ele só foi "revogado" exatamente por conta dos excessos em seu nome ocorridos durante o G20. Digo revogado entre aspas por dois motivos: 1) por ele literalmente ter sido revogado, e 2) por tal processo estar associado a elaboração de uma nova legislação que atualiza e redefine o PWPA como um todo, o *Security for Courts, Electricity Generating Facilities and Nuclear Facilities Act*[3]; ou seja, a revogação é em grande parte uma reelaboração do PWPA sob um outro nome. Segundo a redação do PWPA da época do G20, "obras públicas" poderiam ser definidas como praticamente qualquer coisa segundo o seu Artigo 1º, incluindo o seguinte:

> "(a) qualquer via férrea, canal, estrada, ponte, infraestrutura de energia, incluindo todos os bens utilizados para a geração, transformação, transporte, distribuição ou fornecimento de energia hidráulica ou elétrica, gás, água, utilidade pública ou outra obra, de propriedade, operada ou desenvolvida pelo Governo do Ontário ou por qualquer conselho ou comissão do mesmo, ou por qualquer corporação municipal, comissão de utilidade pública ou por empresas privadas,
> (b) qualquer edifício público municipal ou provincial [estadual], e
> (c) qualquer outro edifício, lugar ou obra designada uma obra pública pelo *Lieutenant Governor in Council* [chefe de estado provincial, representante da rainha que assina todos os atos do parlamento do Ontário] (item emendado em: R.S.O. 1990, c. P.55, s. 1.)"

2 http://www.e-laws.gov.on.ca/html/statutes/english/elaws_statutes_90p55_e.htm

3 http://ontla.on.ca/web/bills/bills_detail.do?locale=en&Intranet=&BillID=2771

Valendo-se do Artigo 1º do PWPA, o governo provincial aprovou de uma maneira pouco transparente, para não usarmos um termo pior, o *Regulation 233/10*[4] em 2 Junho de 2010. A origem deste regulamento foi uma solicitação por escrito do chefe do Serviço de Polícia de Toronto ao *Minister of Community Safety and Correctional Services*, algo equivalente à Secretaria de Segurança Pública (estadual) no Brasil, pedindo o governo para designar uma parte da região central da cidade como "obra pública" segundo o PWPA e enfatizando que a criação de um perímetro de segurança na área em torno do *Metro Toronto Convention Centre* seria um dos pilares do plano de segurança para o encontro de cúpula do G20 (Ombusdman, 2010: 15). Esta solicitação passou rapidamente pelo governo, sendo logo enviado ao *Lieutenant Governor in Council* para promulgação. Não se tratava aqui de uma grande discussão pública e transparente sobre o *Regulation 233/10* nas tribunas do parlamento ou de suas relações com o PWPA. Este processo fora algo muito nebuloso no mês que antecedia o G20 e, na época do evento, mesmo a ideia de "obra pública" segundo o PWPA era algo que esta fora do imaginário jurídico de grande parte do público especializado. Na verdade, apesar de ter sido promulgado no início de junho, o real significado do *Regulation 233/10* era tão obscuro que o jornal *Toronto Star* observava uma semana antes do G20 que embora o regulamento "tivesse aparecido sem aviso prévio na base de dados legislativos on-line *e-Laws* na semana passada [16 junho], ele não será publicado oficialmente em *The Ontario Gazette* [diário oficial] até 3 de julho – uma semana após a data de revogação do regulamento"[5] (que coincidia com o fim da reunião de cúpula do G20). Enfim, o *Regulation 233/10* era uma legislação administrativa provincial (estadual) que redefinia juridicamente boa parte do centro da cidade de Toronto do 21 ao 28 de junho de 2010, segundo os critério de uma outra legislação administrativa elaborado em uma sessão parlamentar de urgência no contexto da entrada do país na II Guerra Mundial, e que só seria publicada oficialmente depois que ela não estaria mais em vigor. Nas vésperas da reunião de cúpula, ninguém sabia muito bem o que tudo isso significava. A cerca já estava bem visível e isto era até algo recorrente em eventos do gênero, inclusive no Canadá, como encontros de cúpula do G7/8 ou o encontro dos líderes da América do Norte em um passado mais recente (Montebello, QC, em 2007). Não foi declarado estado de emergência ou de sítio para a regulamentação e securização do G20 em Toronto, mas a fortificação e o clima de guerra que se instaurava na cidade era igualmente jurídico, mesmo que não fizesse use de um regime administrativo definido explicitamente como militar.

Mas afinal, por que a solicitação da polícia em definir o entorno da *Fortaleza de Toronto* como uma área de "obras públicas" nos termos do *Public Works Protection Act* ? Quais seriam as implicações jurídicas de tal definição e em termos de segurança pública e de administração de conflitos? Até que ponto esta lei alterava a territorialidade do centro de Toronto? O PWPA nos dava algumas pistas a este respeito e sobre o que poderia acontecer, mas de fato a população local e os manifestantes só se deram conta do que estava acontecendo depois que o *Regulation 233/10* entrou em vigor e começou a ser aplicado. Em resumo, o PWPA dava superpoderes da polícia para o que ela definia como "guardas", incluindo a possibilidade de multar ou prender qualquer pessoa que era negligente ou se recusava à cumprir a Lei; até mesmo os "guardas", via a violação da disposição do dever de prestação do ofício de "guarda".

Segundo o art. 2 (1) do PWPA, um "guarda" poderia ser nomeado por uma série de diferentes autoridades, incluindo os chefes de polícia municipal e provincial, qualquer inspetor da polícia provincial do Ontario (uma patente imediatamente superior à de sargento, sendo equivalente a um oficial ou à alta administração), os gestores municipais políticos e administrativos responsáveis pela localidade onde se encontra a "obra pública" ou pela administração direta da "obra pública" em questão. Toda pessoa nomeada como guarda passa a ter poder de polícia ("*powers of a peace officer*") para os propósitos do PWPA (art. 2 (2)) e tem segundo o artigo 2 (3) a obrigação de obedecer todas as instruções da pessoa que a nomeou ou de qualquer outra autoridade prevista no

4 http://www.e-laws.gov.on.ca/html/source/regs/english/2010/elaws_src_regs_r10233_e.htm

5 "[The regulation] appeared without notice on the province's e-Laws online database last week [June 16], it won't be officially published in The Ontario Gazette until July 3 – one week after the regulation expires"; in: Jennifer Yang, The G20 gives police sweeping powers to arrest people, Toronto Star online, June 25, 2010, retrieved from: www.thestar.com/news/gta/g20/2010/06/25/g20_law_gives_police_sweeping_powers_to_arrest_people.html, last accessed on 13-01-2014

art. 2 (1). Ou seja, qualquer um pode virar "guarda" em um dado contexto e ser obrigado obedecer as instruções das autoridades na aplicação do PWPA a fim de proteger uma "obra pública". Breve, o sujeito vira polícia em um passe de mágica, mas fica submetido à uma dada autoridade. Apenas isso, em si, já é suficientemente problemático, pois o trabalho de um "guarda" (ou de polícia) na prática não é para qualquer indivíduo e isto pode se tornar ainda mais dramático quando pensamos em termos de capacidade de discernimento no uso da força e no poder de polícia. Para piorar a situação, o artigo 2 (4) prevê punições à violação do dever de guarda, seja por: negligência ou recusa de obedecer ordens superiores (2 (4) (a)), falha na execução das funções de guarda ((b)), abandono de função ou do local sem autorização prévia ((c)), ou ainda por agir de forma não compatível com a função de guarda ((d)). A sanção prevista era de uma multa de até 500 dólares ou de detenção de até 2 meses de prisão. Enfim, ser uma "guarda" era em parte uma grande roubada, pois o indivíduo nomeado como um "guarda" estava além de obrigado a obedecer de uma forma praticamente incondicional as instruções superiores, também sujeito a ser punido caso não fizesse o seu trabalho segundo os critérios das autoridades previstas no artigo 2 (1).

Devo ressaltar mais uma vez que o PWPA foi elaborado no contexto da II Guerra Mundial e que estas coisas talvez até fizessem algum sentido em tempos de guerra. Um momento passado bem particular onde havia a presença de uma lógica bastante binária em termos de inimigos e de aliados, assim como uma certa presunção de que toda a população poderia ser um soldado em potencial ou participar ativamente dos esforços de guerra na proteção de infraestruturas estratégicas. Transpor este tipo de racionalidade para um momento de paz, e de sociabilidade democrática, onde se sabe de antemão que parte da população irá necessariamente ao local do evento como parte de suas rotinas diárias ou no contexto de uma manifestação, não necessariamente hostil ou violenta, é no mínimo irresponsável. Os superpoderes de polícia dos "guardas" também seguiam esta lógica, e mesmo sensibilidade jurídica, particular. Segundo o artigo 3 um "guarda":

> (a) pode exigir a qualquer pessoa que entre ou tente entrar em qualquer obra pública, ou dela se aproxime, a fornecer seu nome e endereço, a se identificar e indicar a finalidade para a qual ele ou ela deseja para entrar na obra pública, por escrito ou de outra forma;
> (b) pode realizar busca e apreensão, sem mandado, em qualquer pessoa que entre ou tente entrar em uma obra pública ou em um veículo sob responsabilidade ou controle desta pessoa, ou que ela teve recentemente, ou que ela seja suspeita de ter tido guarda ou controle, ou no qual esta pessoa é um passageiro; e
> (c) pode recusar a entrada de qualquer pessoa à uma obra pública e fazer uso necessário da força para esta finalidade.

Além destes instrumentos de controle disponíveis aos "guardas" para a proteção das áreas de "obras públicas", o PWPA previa igualmente sanções aos que não respeitassem àqueles definidos como "guardas". Curiosamente as sanções eram praticamente as mesmas que os "guardas" estavam sujeitos por desobediência, a saber: multa de até 500 dólares ou detenção de até 2 meses de prisão (art. 5 (1)). A única diferença era o "ou ambas", possibilidade de imposição de multa e detenção, redigido no final do artigo. Já o artigo 5 (2) dava poderes de prender sem mandato aquele que desobedece um "guarda" ou que negligenciasse suas instruções ou aquele "que se encontre ou tente entrar em uma obra pública sem autorização legal". Em resumo, os "guardas" possuíam amplos poderes de polícia no que diz respeito ao controle de identificação (art. 3 (a)), à busca e apreensão (art. 3 (b)), ao uso da força (art. 3 (c)) e à prender alguém (art. 5 (2)), e tudo isso sem a necessidade de amparo judicial (mandato). Vale ressaltar mais uma vez que os próprios "guardas" estavam sujeitos a sanções caso não cumprissem adequadamente sua funções. A lei dizia que o "guarda" poderia fazer e indicava claramente a necessidade de cumprir ordens superiores. Um "guarda" que por ventura não fizesse o controle de identificação, a busca, o uso da força ou mesmo prendesse alguém que tentasse entrar em uma "obra pública" ou não cooperasse com o "guarda", poderia ele mesmo ser multado e preso. A situação era um ordenamento jurídico quase *Hobbesiano* onde havia uma pressuposição de caos, uma guerra de todos contra todos, e que a única forma de se obter segurança e ordem é a partir de um poder soberano quase absoluto (*Leviathan*). Perto da "Cerca" do perímetro de segurança da reunião de cúpula do G20, todos os gatos seriam pardos. Manifes-

tante, morador, pedestre, curioso e mesmo os "guardas". Todos eles estavam sujeitos ao *Regulation 233/10* e ao *Public Works Protection Act*.

Os superpoderes de polícia dos "guardas" eram simplesmente absurdos para tempos de paz e/ ou em um contexto democrático. E ainda havia o agravante de que a população não estava necessariamente ciente disso, a saber: que parte do centro de Toronto era uma área de "obra pública" e que alguém nomeado como "guarda" poderia barbarizá-lo mais do que a própria polícia em condições normais para proteger o perímetro de segurança da "Cerca". Devo ressaltar aqui que via de regra não há blitz ou "duras" policiais no Canadá. Não quero dizer com isso que o Canadá seja um paraíso no que diz respeito às liberdades civis. Não é! A situação é certamente melhor do que em muitos outros países, mas bairros populares, minorias étnicas, aborígenes, populações de rua são bem mais policiados do que a população branca e/ ou de classe média ou alta, produzindo efeitos sistêmicos perversos no sistema penal. Tais intervenções policiais não chegam a ser grosseiras como no Estados Unidos e muito menos do que no Brasil, mas a polícia no Canadá também faz perfilagem (*profiling*) pra lá de duvidosas, sobretudo a partir de critérios socioeconômicos. O meu ponto aqui é que a população de Toronto, e canadense como um todo, está muito mais habituada com uma polícia de tipo cidadã, que presta um serviço público à população e não necessariamente ou exclusivamente ao Estado. No Canadá não há muito o costume de ter que se identificar formalmente à um policial apresentando um documento oficial com foto, sobretudo se enquanto pedestre, e isto em tese vale inclusive para as populações sobre policiadas. A mesma coisa pode se dizer em relação a busca e apreensão sem mandato, pois é algo que ocorre somente em casos bastante particulares ou com fortes indícios que justifiquem tal ação. Neste sentido, a ação de um "guarda" fazendo o controle (ou "dando uma dura", em bom tupiniquim) de um indivíduo que se aproxima da "Cerca" com os poderes previstos no PWPA é algo de estranho; isto não faz parte do referencial e da relação normal que um canadense médio teria com a polícia. Para alguém que viveu grande parte de sua vida no Rio de Janeiro e que foi socializado com suas instituições político-jurídicas brasileiras, é surpreendente as palavras iniciais do Ombudsman do Ontário, André Marin, em seu relatório *"Caught in the Act"* sobre a utilização do *Regulation 233/10* (e do PWPA) durante o G20:

> "O Regulamento 233/10, feito para aumentar a segurança durante a reunião de cúpula do G20, nunca deveria ter sido promulgado. Ele era provavelmente inconstitucional. Os efeitos do Regulamento 233/10, já expirado, violavam a liberdade de expressão de formas que não se justificam em uma sociedade livre e democrática. Especificamente, a aprovação do regulamento desencadeou uma autoridade policial excessiva presente na *Lei de Proteção de Obras Públicas* [PWPA], incluindo o poder de deter e prender pessoas arbitrariamente e de se realizar buscas e apreensões não razoáveis. (...)
> Mesmo se o Regulamento 233/10 fosse válido, o governo deveria ter procedido de uma melhor maneira em sua aprovação. O Regulamento 233/10 alterou as regras do jogo. Ele deu poderes de polícia que não são familiares em uma sociedade livre e democrática. Medidas deveriam ter sido tomadas para assegurar que o Serviço de Polícia de Toronto entendesse o que eles estavam recebendo. Mais importante ainda, a aprovação do regulamento deveria ter sido divulgada de forma agressiva ao público, e não divulgada somente através de canais de informação oficiais obscuros."[6]

---

6 "Regulation 233/10, passed to enhance security during the G20 summit, should never have been enacted. It was likely unconstitutional. The effect of Regulation 233/10, now expired, was to infringe on freedom of expression in ways that do not seem justifiable in a free and democratic society. Specifically, the passage of the regulation triggered the extravagant police authority found in the *Public Works Protection Act*, including the power to arbitrarily arrest and detain people and to engage in unreasonable searches and seizures. (…)
Even had Regulation 233/10 been valid, the government should have handled its passage better. Regulation 233/10 changed the rules of the game. It gave police powers that are unfamiliar in a free and democratic society. Steps should have been taken to ensure that the Toronto Police Service understood what they were getting. More importantly, the passage of the regulation should have been aggressively publicized, not disclosed only through obscure official information channels." (Ombudsman, 2010: 5)

Considerando-se tal regime de exceção pautado de uma forma ou de outra no direito, não é tão surpreendente que houve detenções em massa e vários excessos por parte das autoridades policiais durante o G20. A mistura era extremamente explosiva e tinha tudo para dar errado. Não foi só o Ombudsman do Ontário que se manifestou contra o regime da Fortaleza de Toronto. Vários atores e organizações fizeram duras críticas em relação ao ocorrido na última de semana de junho de 2010 em Toronto. O relatório *"Caught in the Act"* (Ombudsman, 2010) foi apenas a primeira reação mais substancial, divulgada em dezembro de 2010, mas outros relatórios bastante críticos surgiram em 2011 pela parte da *Canadian Civil Liberties Association* (CCLA & NUPGE, 2011), do governo provincial do Ontario (McMurtry, 2011) e mesmo da polícia (Toronto Police, 2011). Em 2012, o *Office of the Independent Police Review Director*, a instituição civil responsável por fiscalizar as atividades policiais (uma corregedoria "de verdade" ou no sentido anglo-americano), também liberou um relatório bastante detalhado sobre "o policiamento do direito de manifestar" (*Policing the right to protest*) com críticas ao plano de segurança e atuação policial durante o G20 (OIPRD, 2012). O nosso objetivo aqui não é o de fazer uma análise detalha dos relatórios e das críticas levantadas por diferentes instituições. Esta tarefa é um trabalho ainda em andamento e sobre o qual me debruçarei em uma ocasião futura. Neste artigo eu farei um tipo de análise um pouco mais precisa e de cunho teórico sobre como a administração de conflitos de grandes eventos internacionais, tal qual a reunião de cúpula do G20, e em grandes manifestações associadas aos chamados "novos movimentos sociais" geralmente extrapolam as fronteiras da justiça criminal e os processos tradicionais de criminalização e de gestão populacional (*gouvernementalité*) a partir de políticas.

3) Governando através de crimes?: Sobre a criação buracos jurídicos e a utilização de dispositivos administrativos

O senso comum criminológico e mesmo sócio-jurídico trabalha com categorias ligadas à idéia de crime ao lidar com o controle social de manifestantes ou de grandes eventos, sobretudo o termo "criminalização de (...)". É como se boa parte da criminologia, e eu incluo aqui a criminologia crítica, olhasse ou se preocupasse apenas para os efeitos das estratégias de controle e as classificassem a partir de categorias já bem estabelecidas na disciplina, ao menos no paradigma da reação social, sem se questionar necessariamente sobre os processos de construção social de um determinado ilegalismo em uma ou mais instituições político-jurídicas. Breve, se há alguma sanção, repressão estatal ou resposta jurídica, trata-se da criminalização de um determinado grupo ou comportamento. Há um certo *blackboxing*[7] (Latour, 1999) dos processos de reação social em função do relativo sucesso do desenvolvimento do pensamento criminológico na explicação da construção social do crime a partir dos anos 1960s (*labelling* e nova criminologia).

A reação social (ou controle social) é um processo sucessivo de transformação de eventos oriundos do "mundo da vida" (*Lebenswelt*) ou de situações problemas em categorias jurídicas que convencionou-se chamar de criminalização (Acosta, 1987, Becker, 1973; Ericson, 1981; Garfinkel, 1967, Hulsman, 1986; Hulsman & De Celis, 1982; Lévy; 1984; Pfohl, 1994; Robert, 1984, 1985). Devo ressaltar aqui que grande parte dos estudos criminológicos, quiçá todos, que contribuíram para a consolidação do termo criminalização eram relativos aos processos institucionais político-jurídicos que resultavam via de regra na categoria crime ou outras categorias jurídicas associadas aos direito penal. Ou seja, tais estudos olhavam os processos de controle social nos quais as resultantes eram crimes, sanção penal, etc. Cinquenta anos de criminologia construtivista certamente contribuiu para que a categoria de criminalização ser vítima de seu próprio sucesso nos termos de Latour. A idéia de criminalização funcionava tão bem, a criminologia estava tão certa dos processos internos de construção social do crime, que bastava focar nos *inputs* e *outputs* do processo de criminalização, do sistema penal, do sistema

7 "An expression from sociology of science that refers to the way scientific and technical work is made invisible by its own success. When a machine runs efficiently, when a matter of fact is settled, one need focus only on its inputs and outputs and not on its internal complexity. Thus, paradoxically, the more science and technology succeed, the more opaque and obscure they become." (Latour, 1999: 304).

de justiça criminal ou categoria análoga. Tais categorias criminocêntricas, centradas na idéia de crime (Velloso, 2013), viraram uma *black box* (Latour, 1999).

O reflexo do imaginário criminológico ao se deparar com uma situação como a da reunião de cúpula do G20 em Toronto é observar os *inputs*, seja em termos de comportamento criminal (manifestantes) ou instituições de controle (polícia e judiciário), dependendo da perspectiva paradigmática do criminólogo, e *outputs* (crimes, sanções, etc.) e com isso afirmar que se trata de um processo de criminalização de alguma coisa ou de um grupo. O problema dessa suposta criminalização de manifestantes ou dos movimentos sociais é que as categorias jurídicas em jogo não eram criminais; aliás, elas eram explicitamente administrativas como vimos anteriormente. E um observador mais atento, deveria em tese duvidar sobre a aplicabilidade do bom e velho *black box* criminocêntrico, mesmo se os efeitos ou resultados das estratégias de controle fossem semelhantes em termos de punição e exclusão social. No caso do G20 não é possível falar em criminalização de manifestantes ou em "governar a partir de crimes" (*governing through crime*: Simon, 2007). O direito era outro que o penal e podemos inferir com uma certa segurança que as lógicas e sensibilidades jurídicas em jogo também poderiam ser bem diferentes. É neste sentido que vale a pena voltar nosso olhar à *black box* e a sua complexidade interna.

A utilização do direito administrativo como uma estratégia de controle social beirando a legalidade não é algo necessariamente novo. Johan Steyn (2004) nos lembra que o uso do direito administrativo, e especialmente do direito militar, é algo recorrente ao longo da história ocidental em tempos de crise. Por exemplo, ele nota que durante a Segunda Guerra Mundial o uso de detenção sem acusação ou julgamento, e a grande deferência do judiciário ao poder executivo eram a norma. Além disso, é sempre bom lembrar que a *1834 Poor Law Act*, tão referida pela criminologia e sociologia criminal, não direito penal e sim administrativo (Driver, 1989; Charlesworth, 2010; e outros). Entretanto, podemos dizer que o uso punitivo de direito administrativo (seja de base militar ou de imigração) tornou-se algo bem mais explícito após o *11 de setembro*, sobretudo no que diz respeito a guerra contra o terror (*war on terror*) via regimes e agências de controle que iam bem além das instituições tradicionais da justiça criminal. O *Department of Homeland Security* também é responsável por políticas de segurança e penais nos EUA, mas tais estratégias de controle são em grande parte plurinormativas, se não essencialmente administrativas.

Johan Steyn, David Dyzenhaus, Adrian Vermeule, entre outros, referiram-se a estes modos de administração de conflitos no cenário pós *11 de setembro* como uma espécie de vazio do Estado de Direito, nomeando-os buracos negros jurídicos ou buracos cinzentos (*legal black holes* ou *legal grey holes*). O conceito de buracos jurídicos foi originalmente desenvolvido por Steyn (2004), usando o regime de *Guantánamo Bay* como um exemplo (direito militar), e mais tarde ele foi matizado como buracos negros e cinzentos, assim como ampliado de forma mais geral e sistemática para o direito administrativo por Dyzenhaus (2006a) e Vermeule (2009). Segundo esses autores, os buracos negros jurídicos consistem em uma deferência judicial explícita ao executivo como se o conflito fosse uma prerrogativa do soberano (poder executivo), enquanto os buracos cinzentos consistem no estabelecimento de limites à ação soberana via normas legais e decisões jurídicas tão insubstanciais que o poder executivo pode agir como se não houvesse restrições alguma. Vermeule resume muito bem as definições de Dyzenhaus (2006b) da seguinte forma:

> "Legal black holes arise when statutes or legal rules 'either explicitly exempt [] the executive from the requirements of the rule of law or explicitly exclude [] judicial review of executive action'. Grey holes, which are 'disguised black holes', arise when 'there are some legal constraints on executive action – it is not a lawless void – but the constraints are so insubstantial that they pretty well permit government to do as it pleases'. Grey holes thus present 'the façade or form of the rule of law rather than any substantive protections'." (Vermeule, 2009, p. 1096).

A noção de buraco jurídico não deve ser entendida como vazios regulatórios absolutos (completamente ilegal ou fora de lei) e sim como uma forma de legalidade particular. Há um certo consenso entre juristas contemporâneos que esses buracos jurídicos se apresentam (ou são dissimulados) em diferentes tons de cinza, sendo de alguma forma regulados pelo direito, mas não necessariamente considerados como parte do Estado de Direito (*Rechtsstaat*). A idéia Schmittiana de exceção (estado de emergência) (Schmitt, 1985, 1999) é fre-

quentemente utilizada por parte dessa literatura para iluminar as situações em que os tribunais são demasiados deferentes ao executivo (Agamben, 2005; Dyzenhaus, 2003, 2006a, 2006b, 2007, 2008; Vermeule & Posner, 2007 e Vermeule, 2009). Embora a maioria dos estudiosos concorde que buracos jurídicos existem e que se manifestam sobretudo no direito administrativo, há um certo debate se esses buracos jurídicos legais devem compor ou não a nossa tradição jurídica liberal. Adotando uma abordagem em parte Diceyniana, Dyzenhaus argumenta que os buracos jurídicos não são desejáveis e que as leis devem ser capaz de responder a todos os dilemas dentro do quadro do Estado de Direito (*Rechtsstaat*). Vermeule, por outro lado, tem uma abordagem mais Schmittiana e considera que os buracos jurídicos não são apenas uma parte de nossa tradição jurídica, mas também inevitáveis, sendo necessários para a manutenção de nossa ordem jurídica[8].

Eu concordo parcialmente com ambas posições em diferentes níveis ao olhar para o papel do direito administrativo na reação social punitiva. O conceito de buraco jurídico cinzento é muito interessante para dar sentido ao regime utilizado durante a reunião de cúpula do G20 de Toronto. Ele se encaixa muito bem ao nível descritivo. No plano normativo, enquanto eu compartilho os ideais de Dyzenhaus, eu também reconheço que um sistema jurídico não pode funcionar na prática, como Vermeule sugere, sem recorrentemente quebrar as suas próprias regras formais. No entanto, eu rejeito o aspecto formal de ambas as abordagens e, especialmente, suas ênfases na ideia de exceção. Em outras palavras, eu considero que este debate contemporâneo em torno dos buracos jurídicos é essencialmente formalista e enviesado à noção de emergência. Na verdade, ambas as posições são válidas quando se adota uma perspectiva crítica e sociojurídica do direito e se considera que o direito não é necessariamente a totalidade coerente vendida pelas perspectivas mais tradicionais do direito ancorado no positivismo e formalismo jurídico. Mas por outro lado, eu defendo que devemos ir além da idéia Schmittiano de um estado de emergência, pois os dados disponíveis sobre o regime da fortaleza de Toronto e de campos anteriores (Tribunal de Imigração e Refugiados do Canadá; Velloso, 2013, 2014) mostram claramente que os buracos jurídicos não são caracterizados por uma excepcionalidade, mas sim pelo caráter ordinário de regimes administrativos[9] que funcionam com mais arbítrio em relação às normas ditas superiores ou fundamentais e com um maior grau de deferência ao poder executivo. Nesse sentido, a idéia de *Homo Sacer* (Agamben, 1998) seja talvez bem mais interessante, útil e precisa para pensar os buracos jurídicos cinzentos – especialmente quando tais regimes não são pensados como "fora da lei" (*outlaw*; fora do direito ou da ordem jurídica) e sim como um regime jurídico especial, onde a maioria das garantias legais, se não todas, estão ausentes. Trata-se de uma situação mais ou menos paradoxal de não-direito no Estado de Direito, uma espécie de pluralismo jurídico dentro do direito do Estado com a coexistência de formas liberais e não liberais de racionalidade jurídica.

Há quatro características dos buracos jurídicos que são particularmente interessantes para pensar a securização da "Cerca" no G20 de Toronto. Primeiro, os buracos jurídicos são ligados ao direito administrativo de forma geral, e não apenas a uma subárea jurídica ou regime especial. Em segundo lugar, eles são completamente dissociados do direito penal, sendo regulado por um conjunto diferente de referências que podem ou não se comunicar com a justiça criminal. Em terceiro lugar, eles incorporam um regime regulatório muito particular, onde o executivo está explicitamente ou implicitamente isentos das restrições legais ao poder do soberano, sobretudo em relação à sanção, inquirição e uso da força. E em quarto lugar, o conceito de buracos legais lança luz às diferentes lógicas que regem o regime de securização de um evento de Estado, ou seja, a supremacia executivo (Schmitt, 1985) ou prerrogativa real (sim, o Canadá é uma monarquia); algo que difere bastante da racionalidade do direito penal liberal, ou seja, a supremacia da lei (Dicey, 1964), mesmo que muitas vezes só em teoria é claro. De acordo com a lógica da supremacia executivo, o "judiciário, embora encarregado do dever de ficar entre o governo e os indivíduos, é em geral muito deferente ao executivo em tempos de paz"

---

8 "(…) the main point I [Vermeule] want to suggest is not that black and grey holes are desirable; it is that they are inevitable. Black holes arise because legislators and executive officials will never agree to subject all executive action to thick legal standards, because the inevitability of changing circumstances and unforeseen circumstances means they could not do so even if they tried (…) and because the judges would not want them to do so in any event." (Vermeule, 2009, p. 1133).

9 Como Vermeule nos sugere em sua conclusão: "Indeed they are inevitable; no legal order governing a massive and massively diverse administrative state can hope to dispense with them, although their scope will wax and wane as time and circumstances dictate." (Vermeule, 2009, p. 1149).

(Steyn, 2004: 1) e ainda mais em tempos de crise e/ ou em questões de segurança (nacional) e política externa. Ben-Asher brilhantemente resume (2009: 9-11), o trabalho de Eric A. Posner e Adrian Vermeule (2007), os quais sugeriram que há três justificativas para essa deferência judicial excessiva ao poder executivo: primeiro, institucionalmente tanto o legislativo quanto judiciário são deferentes ao executivo em situações de emergência; em segundo lugar, o judiciário é dono de uma "deferência epistêmica" para com o poder executivo, mesmo em tempos de paz e por isso eles querem dizer que "deferência tem a ver com o conhecimento de certos fatos para qual o juiz que é deferente supostamente tem menos ou mesmo nenhum acesso" (Ben-Asher, 2009: 10); e em terceiro lugar, os tribunais, historicamente, são deferentes ao executivo em momentos de emergência (ou seja, o mesmo argumento feito por Steyn, 2004) e para eles isto está relacionado com a teoria política de Carl Schmitt, segundo a qual a soberania da lei reside no executivo e não necessariamente no direito. Estes quatro aspetos dos buracos jurídicos enfatizando sua relação com o direito administrativo e, em particular, a ideia de deferência judicial para ações executivas não são desenvolvidas no conceito de criminalização presente na criminologia de países de forte tradição liberal. A transformação de eventos em crimes em um contexto essencialmente burguês segue as regras do direito, sejam elas formais ou não.

Em tal racionalidade jurídica, o direito do soberano de punir é regulado através do direito penal; é preciso *fazer crimes* (Ericson, 1981) no contexto da reação social. Neste sentido, criminalizar é sobretudo um ato político (criação de normas) e jurídico e não uma vontade do rei (poder executivo) como ocorria no Antigo Regime (e.g. *lettres de cachet)*, em vários contextos coloniais (de exploração) ou mesmo em situações de coexistência de lógicas jurídicas liberais e não liberais (Kant de Lima, 1995a, 1995b, 2000, 2010). Enfim, digamos que a normalização da exceção, das formas de penalização e do excessivo uso da força via ações irrestritas do executivo é algo que faz mais parte do referencial criminológico e sócio-jurídico de vários países da Lusofonia e da periferia do que necessariamente das democracias liberais dos países centrais. Esta certa reconstrução do *Leviathan* (Hallsworth & Lea, 2011), com manifestação do poder soberano em estado quase bruto e relativamente irrestrita, é até uma surpresa para a criminologia anglo-americana contemporânea, mas não foge nem um pouco das formas exclusivas de controle social (estatal) vivenciadas em *Pasárgada* e demais favelas do Rio de Janeiro, mesmo antes das UPPs (Unidade de Polícia Pacificadora). A diferença é que para se implementar formas de controle social à la "direito penal do inimigo" de Günther Jakobs em um contexto essencialmente liberal, utiliza-se sobretudo o direito administrativo.

A reação social contemporânea, e talvez igualmente em outros períodos históricos, não é apenas uma questão de governar através de crime/ criminalização (Simons, 2007), mas sobretudo de governar através de diferentes regimes jurídicos. A guerra contra o crime e a chamada "punitividade neoliberal" (Wacquant, 2009; Harcourt, 2010) transformaram de fato a democracia norte-americana, conforme sugere Simon (2007), e eu diria mesmo a canadense, através da imposição de penas mais severas, mas também pela ativação de outros sistemas normativos e formas de sanção e controle. Na verdade, a guerra contra o crime ou a agenda "*tough on crime*" nunca foi focada na criminalidade per se. O crime não é uma particularidade dos eventos ou das pessoas e sim parte integrante dos processos de reação social. A guerra contra o crime sempre foi uma guerra contra o perigoso, o imoral, o incômodo, o anormal, a doença, a raça, a pobreza, etc. Crime sempre foi um aspecto acessório e não essencial desta guerra. A guerra contra os manifestantes durante a reunião de cúpula do G20 em Toronto não foi diferente, a diferença foram os meios. A idéia de governança através de buracos jurídicos se desloca da idéia de crime e da justiça criminal, concentrando-se nos dispositivos administrativos usados alternativamente como formas de controle e punição. Estas formas de reação social que evitam a criminalização e normalizam exceção através de uma combinação de legislações questionáveis baseadas em direito administrativo e com uma grande deferência judicial a ação do executivo não devem ser consideradas como um substituto à proposta de Simon em seu livro *Governing through crime* (2007) e sim como um refinamento do debate (Geertz, 1973). Como Clifford Geertz já nos sugeria há 40 anos atrás:

> "Anthropology, or at least interpretive anthropology, [e eu diria criminologia interpretativa] is a science whose progress is marked less by a perfection of consensus than by a refinement of debate. What gets better is the precision with which we vex each other" (Geertz, 1973, 29).

A securização da "Cerca" durante a reunião de cúpula do G20 via utilização do *PWPA* e do *Regulation 233/10* nos permite trazer nuances à idéia de criminalização, refinando o debate sobre o controle social a partir da elaboração de novas categorias de análise. Mais do que a descrição (densa) de um dado contexto, esta sim é a maior riqueza da abordagem etnográfica: ela nos ajuda a pensar.

Bibliografia:

Acosta, F. (1987) "De l'événement à l'infraction: le processus de mise en forme pénale", *Déviance et société*, 11(1): 1-40.

Agamben, G. (1998) *Homo Sacer***.** Stanford, CA: Stanford Univ. Press.

Agamben, G. (2005) *State of Exception***.** Chicago: Univ. of Chicago Press.

Becker, H. S. (1973) **Outsiders***: Studies in the Sociology of Deviance*. New York: Free Press.

Ben-Asher, N. (2009). "Legal Holes"; *Unbound*, 5(1): 1-20.

CCLA and NUPGE. (2011). *Breach of the Peace – G20 Summit: Accountability in Policing and Governance*. Ottawa: NUPGE and CCLA. Retrieved August 24, 2011, from: http://ccla.org/2011/02/28/take-action-g-20/.

Charlesworth, L. (2010). *Welfare's Forgotten Past: A Socio-Legal History of the Poor Law*. London: Routlledge.

Driver, F. (1989) "The historical geography of the workhouse system in England and Wales, 1834–1883", *Journal of Historical Geography*, 15(3):269-286

Dyzenhaus, D. (2003) "Humpty Dumpty Rules or the Rule of Law", *Australian Journal of Legal Philosophy*, 28:1.

Dyzenhaus, D. (2006a) "*Schmitt v. Dicey*: Are States of Emergency Inside or Outside the Legal Order", *Cardozo Law Review*, 27(5): 2005-2039.

Dyzenhaus, D. (2006b) *The Constitution of Law: legality in a time of emergency*. New York: Cambridge Univ. Press.

Dyzenhaus, D. (2007) "Cycles of Legality in Emergency Times", *Public Law Review* 18: 165.

Dyzenhaus, D. (2008) "States of Emergency"; in: Goodin, R. E.; Pettit, P. & Pogge, T. (eds.) *A Companion to Contemporary Political Philosophy***.** Oxford: Blackwell's, vol.2: 804-12. Oxford: OUP, 91-114.

Ericson, R. (1981) *Making Crime*. Toronto: Butterworth.

Garfinkel, H. (1967). *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

Geertz, C. (1973). *The Interpretation of Cultures: Selected Essays.* New York, Basic Books.

Hallsworth, S. and Lea, J. (2011) "Reconstructing Leviathan: emerging contours of the security state", *Theoretical Criminology*, 15(2): 141-157.

Harcourt, B. (2010). "Neoliberal penality: A brief genealogy", *Theoretical Criminology*, 14(1): 74-92

Hulsman, L.H.C. (1986) "Critical criminology and the concept of crime", *Contemporary Crises*, 10(1): 63-80.

Hulsman L.H.C. and De Celis, J.B. (1982) *Peines perdues: Le Système pénal en question.* Paris: Le Centurion.

Kant de Lima, R. (1995a). *Da inquirição ao júri, do trial by jury a plea bargaining: modelos para a produção da verdade e a negociação da culpa em uma perspectiva comparada (Brasil/ Estados Unidos)*. Tese para Professor Titular da Universidade Federal Fluminense.

Kant de Lima, R. (1995b). "Bureaucratic Rationality in Brazil and in the United States: Criminal Justice Systems in Comparative Perspective", in Hess, David J. & Da Matta, Roberto (ed.) *The Brazilian Puzzle: Culture on the Borderlands of the Western World*. New York: Columbia Univ. Press, 241-269.

Kant de Lima, R. (2000). "*Carnavais, malandros e heróis*: o dilema brasileiro do espaço público", in: Gomes, Laura Graziela, Barbosa, Lívia & Drumond, José Augusto (Orgs.). *O Brasil não é para principiantes: Carnavais, Malandros e Heróis, 20 anos depois*. Rio de Janeiro: FGV.

Kant de Lima, R. (2010). "Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada". *Anuário Antropológico*, n. 2009/II:25-51

Jakobs, G. (2007) **Direito Penal do Inimigo***: Noções e Críticas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

Latour, B. (1999) *Pandora's hope: essays on the reality of science studies*. Cambridge, MA: HUP. [**Ciência em ação**. São Paulo, **UNESP**, 2000.]

Lévy, R. (1984) *Pratiques policières et processus pénal: leflagrant délit.* Paris, CESDIP.

McMurtry, R. (2011). *Report of the Review of the Public Works Protection Act*, report to the Minister of Community Safety and Correctional Services, Toronto

OIPRD – Office of the Independent Police Review Director. (2012). *Policing the Right to Protest*, G-20 Systemic Review Report. Toronto.

Ombudsman Ontario, (2010). *Caught in the Act* – Investigation into the Ministry of Community Safety and Correctional Services' Conduct in relation to Ontario Regulation 233/10 Under the Public Works Protection Act, Toronto

Pfohl, S. (1994). *Images of Deviance and Social Control*. New York: McGraw-Hill, Inc.

Robert, P. (1984) *La question pénale.* Genève-Paris, Droz.

Robert, P. (1985) « Au théâtre pénal. Quelques hypothèses pour une lecture sociologique du 'crime' », *Déviance et société*, 9(2): 89-105.

Schmitt, C. (1985) *Political theology: four chapters on the concept of sovereignty.* Chicago: UCP.

Schmitt, C. (1999) La dictadura: desde los comienzos del pensamiento moderno de la soberanía hasta la lucha de clases proletária. Madrid, España: Alianza.

Simon, J. (2007) *Governing through crime: how the war on crime transformed American democracy and created a culture of fear*. Oxford : OUP.

Steyn, J. (2004) "Guantánamo Bay: The Legal Black Hole"; International and *Comparative Law Quarterly*, 53:1-15.

Toronto Police, (2011). *Toronto Police Service After-Action Review*, G20 Summit, Toronto

Velloso, J.G.V. (2013) "Beyond criminocentric dogmatism: Mapping institutional forms of punishment in contemporary societies", *Punishment & Society,* 15(2): 166-186.

Vermeule, A. (2009) "Our Schmittian Administrative Law", *Harvard Law Review*, 112: 1095-1149.

Vermeule, A. and Posner, E. (2007) *Terror in the Balance: Security, Liberty and the Courts*. New York: OUP.

Wacquant, L. (2009) *Punishing the Poor: The Neoliberal Government of Insecurity*. Durham, NC: Duke University Press.

Entre o legal e o ilegal na tríplice fronteira amazônica (Brasil, Colômbia, Peru)

José Lindomar Albuquerque (UNIFESP)[1]
Luiz Fábio S. Paiva (UFC)[2]

O trabalho analisa os limites entre o legal e o ilegal na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, onde determinadas práticas sociais são autorizadas de um lado do limite e proibidas do outro. Observa-se como se estruturam fluxos e circuitos de pessoas e mercadorias por diferentes legislações nacionais. Esses circuitos são produzidos e produzem o diferencial fronteiriço, isto é, as assimetrias dos preços, serviços e sistemas de controle social de cada um dos três países. As legislações nacionais heterogêneas e as formas de fiscalização, mais rígidas ou flexíveis, mobilizam os deslocamentos entre territórios nacionais. Entre Tabatinga (BRA), Letícia (COL) e Santa Rosa (PER), as fronteiras entre o legal e ilegal mobilizam muitas redes e fluxos em torno, por exemplo, da legalidade das brigas de galo no Peru e Colômbia e a ilegalidade e clandestinidade dessas práticas em território brasileiro.

Palavras chave: fronteira, ilegalismos, práticas transfronteiriças

1 Introdução

As dinâmicas fronteiriças como espaços de interação, reciprocidades e conflitos são as referências de nossa reflexão sobre a tríplice fronteira amazônica (Brasil, Colômbia e Peru). Interessa-nos pensar aqui, ainda de maneira preliminar, algumas questões referentes a como se constituem os ilegalismos como parte da vida cotidiana de moradores que vivenciam uma realidade transfronteiriça. Nossa investigação é resultado inicial de um grupo de trabalho[3] interessado em compreender, entre outras coisas, como pessoas que vivem em uma realidade de tríplice fronteira vivem seu dia a dia, refletem e falam sobre o que acontece na sua cidade e em suas práticas cotidianas. Neste artigo, resolvemos apresentar questões que nos chamaram atenção em nossas incursões primeiras de campo, relacionadas a observações de como as pessoas interpretam sua conduta e a de outros moradores, tendo como referência *o que devem*, *o que podem* e *o que fazem* em cumprimento ou não as normas de conduta esperadas e aceitas como, legalmente, apropriadas.

É oportuno ressaltar que, em nossa investigação, privilegiamos incursões etnográficas, com visitas sistemáticas, idas e vindas do campo. Nestas incursões, andamos pela cidade e procuramos interagir ao máximo com os lugares e pessoas que transitam por Tabatinga (Brasil), Letícia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru). Em nossas andanças privilegiamos o saber oriundo de pessoas que frequentam, moram, consomem, se divertem e constroem sua vida, em alguma medida, na tríplice fronteira amazônica. Apenas quando sentimos a necessidade de evidenciar questões muito específicas, realizamos entrevistas semiestruturadas, com intuito de aprender um pouco mais sobre o muito que os moradores da tríplice fronteira tinham a nos dizer. Em função dos objetivos do projeto, os nossos interlocutores privilegiados foram moradores de Tabatinga, o que não nos furtou de conversar com colombianos e peruanos. Não obstante, acreditamos que, neste primeiro momento, a nossa interpretação segue mais de perto as percepções de brasileiros que moram na fronteira e interagem com peruanos e colombianos em circuitos que tornam a legalidade algo menos jurídico e mais propenso a negociações cotidianas.

---

1 Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), coordenador do Núcleo de Estudos Fronteiriços e membro do Observatório da Tríplice Fronteira. E-mail: joselindomar74@gmail.com

2 Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará e pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência. E-mail: luizfabiocs@outlook.com

3 Os resultados apresentados correspondem as atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto *(In)segurança na Fronteira: uma abordagem sobre como os moradores de Tabatinga falam do perigo e da violência na Tríplice Fronteira Amazônica (Brasil, Colômbia e Peru)*, financiado pelo conselho Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Ressaltamos que, ao pensar sobre as cidades localizadas em áreas de fronteiras internacionais, as consideramos espaços privilegiados para pensar separações, conexões e *circulações* entre inúmeros agentes sociais, econômicos, culturais e políticos locais, regionais, nacionais e transnacionais. As cidades da tríplice fronteira amazônica são portas de entrada e de saída relevantes para questionarmos os lugares comuns dos imaginários fronteiriços, as identidades nacionais essencializadas e os limites territoriais da legalidade do Estado. O trânsito entre modelos de soberanias e cidadanias diferenciados nos permite observar como, ao longo de um mesmo dia de circulação, é possível agenciar diversas formas de acesso a bens e serviços que compõem a realidade transfronteiriça. Nesta dinâmica uma "coca-cola colombiana" comprada no Brasil e emissões de rádio oriundas do peru tratando de problemas de Tabatinga são maneiras de acessar bens e serviços que permitem o consumo e a transmissão de ideias. Voltaremos ao problema, não sem antes apresentar rapidamente algumas características da região.

2 As cidades da tríplice fronteira amazônica

Zárate B. (2012: 11) destaca que as cidades e assentamentos que compõem duas ou tríplices fronteiras, na Amazônia, "son sítios privilegiados aunque muy poco aprovechados para obtener conocimento sobre las complejas realidades de nuestras fronteras". Ao condensar uma multiplicidade de acontecimentos econômicos, políticos, culturais e sociais, tornam-se um desafio significativo para compreensão de cidades permeadas por fluxos transnacionais. Nesta perspectiva, conforme conseguimos perceber, as cidades de Tabatinga (BR), Letícia (CO) e Santa Rosa (PER) são núcleos urbanos bastante diferentes e desiguais. Letícia é a capital do departamento do Amazonas em território colombiano desde 1991, cidade turística e centro regional de venda de produtos importados. A população na sede urbana do município era de 26.726 e na área rural de 43.606, totalizando 70.332 habitantes em 2008. Tabatinga é um município autônomo recente (1983), cidade do interior do estado do Amazonas no Brasil e centro regional da microrregião do Alto Solimões. Conforme o último censo brasileiro em 2010, a população urbana era de 36.371 e rural 15.908, totalizando 52.272 habitantes em todo o município. Santa Rosa, por sua vez, é uma pequena vila em uma ilha do rio Solimões, na divisão política do Peru se chama "centro poblado", dependente da sede do distrito de Yavarí, Islândia. Sua população é em torno de 1000 habitantes. Não se tratam, portanto, de "cidades gêmeas", mas de cidades heterogêneas e assimétricas que foram se aproximando historicamente por meio de inúmeros fluxos e redes comerciais e migratórias.

Estes núcleos urbanos, especialmente Tabatinga e Santa Rosa, são geralmente imaginados como "lugares perigosos e abandonados", "terra de ninguém", "terra sem lei", "espaços de muita violência e impunidade". De longe, estas fronteiras internacionais seriam geralmente imaginadas como territórios periféricos do Estado nacional, limites "sem fiscalização" adequada, abandonados e por onde entra ou sai grande parte das drogas e armas que abastece o crime dos principais centros metropolitanos nacionais e internacionais. Essa representação é produzida especialmente por meio das reportagens de denúncia dos grandes meios de comunicação localizados nas capitais ou cidades centrais desses países[4] (Reis, 2013). Não raramente, as reportagens privilegiam visões estigmatizantes da fronteira, criando efeitos narrativos que privilegiam marcar a condição de lugar destituído de controle e dispositivos adequados às necessidades do Estado de direito brasileiro. Então, uma das características fundamentais do reconhecimento social de Tabatinga consiste em sua dupla reificação, por ser fronteira e ser cidade incrustrada na maior floresta tropical do planeta, a Amazônia (Castro, 2008).

As reportagens nacionais e internacionais sobre Tabatinga, por exemplo, são particularmente relacionadas ao crime e à violência. As diversas dinâmicas econômicas e culturais locais (comércio e migração fronteiriços, turismo, circulações em torno de serviços médicos e educacionais, etc.) não aparecem nestas reportagens. São lugares comuns, temas sem audiência. Convém evidenciar ainda que, grosso modo, a população também não aparece, sendo a fronteira, a selva e a operação em curso os elementos sob os quais o enunciado jornalístico

4 Em linhas gerais, as reportagens sobre Tabatinga na mídia nacional se referem preferencialmente ao tráfico de drogas e a operações da Polícia Federal na Região.

constrói sua narrativa e apresenta a seu público uma imagem da fronteira completamente destituída de suas particularidades.

A imprensa brasileira tem um forte papel de reduzir a fronteira a algumas notas básicas: "violência", "abandono", "insegurança", "perigo". Os agentes da imprensa e do próprio Estado são produtores privilegiados da fronteira enquanto espetáculo: tráfico, contrabando, tiro, morte, medo, operação militar, prisão, fuga. Fundamentados na ideia de Segurança Nacional, agentes de instituições públicas, como o Exército e as Secretarias de Segurança, tendem a demonstrar preocupações lineares com os problemas da fronteira, reduzidos, não poucas vezes, a criação de "barreiras" para conter entradas de armas e drogas que afetam territórios urbanos privilegiados, em geral, as capitais de Estados reconhecidos como "importantes para o País".

O ponto de partida de nossa pesquisa sobre a tríplice fronteira entre Colômbia, Peru e Brasil é por em suspenso a redução da fronteira as notas midiática e estatal da "violência" e "abandono". A pesquisa tem um enfoque nas dinâmicas vividas na fronteira, por pessoas que integram nesse espaço e a ele dão sentido, criando resoluções, experimentando dificuldades, vivenciando seus conflitos e falando dessas experiências cotidianas de um mundo transfronteiriço. Nesta perspectiva, nosso trabalho ambiciona pensar sobre os imaginários da tríplice fronteira, problematizando a compreensão de problemas sociais relacionados ao como as pessoas que vivem nesse lugar falam da "violência", do "perigo" e da "segurança" na região. Assim, nosso interesse passa por compreender esta tríplice fronteira como um lugar repleto de questões correspondentes a uma miríade de processos e situações socioeconômicas e políticos locais, regionais, nacionais e transnacionais.

Este artigo visa problematizar algumas situações contemporâneas dos fluxos de mercadorias e pessoas entre territórios nacionais marcados por distintas legislações e gestões diferenciadas dos controles e permissões estatais (Telles, Hirata, 2010; Telles, 2009; Rabossi, 2010). A abordagem busca um olhar de perto sobre as dinâmicas sociais nesta região e a maneira como as fronteiras são construídas e atravessadas por meio das diversas práticas sociais cotidianas.

3 As fronteiras entre o "legal" e o "ilegal" nas cidades (trans)fronteiriças

A tríplice fronteira entre Tabatinga, Letícia e Santa Rosa é permeada por múltiplos negócios e esquemas (Costa & Oliveira, 2014). Nem sempre é possível perceber as sutilezas do dia a dia no comércio local a primeira vista, sendo necessário está atento a como os moradores se movem em torno de possibilidades abertas pelo transito transfronteiriço. O comércio de fronteira, entendido com um conceito amplo que envolve práticas legais e ilegais, lícitas e ilícitas (eletrônicos, perfumes, alimentos, contrabando, tráfico de armas e drogas, mercado do sexo), movimenta a fronteira e penetra em quase todos os poros da vida cotidiana dessas cidades (trans)transfronteiriças. Neste comércio, as diferentes legislações estatais e os agentes responsáveis pela ordem entram geralmente no cálculo comercial, pois é preciso negociar as travessias de diversas mercadorias em "portos ilegais", dar presentes, ter amizade e dinheiro disponível para o momento das batidas policiais (MISSE, 2007). Além de ter que pagar para obter informações privilegiadas sobre os lugares e agentes que são mais flexíveis para as travessias das mercadorias.

Conforme observamos, os caminhos da fronteira possibilitam muitos arranjos. É preciso ainda contar com alguma sorte, saber os dias em que a fiscalização pode está presente ou ser intensificada. Raramente em nossos dias de circulação na fronteira observamos controles policiais no rio ou na avenida que conecta Tabatinga a Letícia. Contudo, eles existem, "tem dias de fiscalização" e, portanto, é preciso está atento, é preciso "ficar ligado" para não ser abordado. Hábitos em dias de fiscalização podem ser rapidamente reorientados. Logo, aquilo que "todo mundo faz" pode "todo mundo não fazer", em dias que agentes do Estado resolveram está no rio ou na rua, realizando aquilo que, muitos dos nossos interlocutores, nos apresentaram como "algo raro", "difícil de acontecer", mas que acontece "de vez em quando". Como descobrimos na fronteira, o comércio aprendeu a lidar com as conveniências e inconveniências dessas rotinas de fiscalização, dobrando suas aparências e ritmos as possibilidades de maior ou nenhum controle.

Há muitos negócios na fronteira e o próprio limite internacional é um recurso relevante na lógica das transações transfronteiriças. O comércio fronteiriço é produto especialmente das diferenças de preços das mercadorias

e das cotações das moedas nacionais entre um lado e outro do limite político (Valcuende, 2008; Albuquerque, 2012). Ele também depende das diferentes legislações nacionais que instituem que determinadas práticas comerciais sejam legais em um território nacional e ilegais no território vizinho. Nessa dinâmica, é possível encontrar diferentes dispositivos de controle e modelos de fiscalização, assim como distintas disposições para ultrapassar limites legais instituídos. Escutamos bastante dos moradores de Tabatinga a reclamação de que, no Brasil, "pode tudo", enquanto na Colômbia "não se faz as mesmas coisas". Isto ocorre, sobretudo, porque a circulação legal e ilegal de produtos, nos três territórios nacionais em confluência, se construiu em consonância com os dispositivos de controle dos Estados nacionais em fiscalizar "adequadamente" as mercadorias que entram e circulam em cada território.

Sabemos que a lei é um dispositivo de fronteirização cuja finalidade é estabelecer limites, contornos e fluxos entre territórios diversos. As legislações e fiscalizações nacionais em zonas de fronteiras internacionais, paradoxalmente, controlam alguns fluxos, tentam controlar outros e favorecem muitas circulações entre territórios nacionais. Além disso, as formas de nomeação do universo da legalidade/ilegalidade são permeadas por valorações morais. As fronteiras entre o legal e o ilegal são formas de classificação cuja referência segue as orientações políticas dos Estados nacionais, sendo permanentemente problematizadas desde o horizonte das práticas sociais dos agentes fronteiriços.

Diante dessas considerações gerais, gostaríamos somente de destacar a maneira como operam as fronteiras entre o "legal" e o "ilegal", ao considerar as orientações políticas dos Estados nacionais, em territórios fronteiriços, explorando ainda algumas táticas usadas pelos agentes fronteiriços para contornar as respectivas fiscalizações nacionais: 1) o "ilegal" construído na travessia; 2) "legal" de um lado e "ilegal" do outro; 3) a "ilegalidade/clandestinidade" como categoria de acusação do outro nas disputas fronteiriças; 4) "ilegal" dos dois lados da fronteira, mas pouco ou não fiscalizado de um lado e controlado/proibido do outro; 5) "ilegal/ilícito" nos três territórios e a produção de outras fronteiras entre o "legal" e "ilegal" na economia local.

A "ilegalidade" produzida na travessia de mercadorias e pessoas entre territórios nacionais podem ser pensadas aqui especialmente a partir do contrabando de verduras, frutas e importados dos peruanos e da migração fronteiriça de peruanos e colombianos em Tabatinga. A venda de verduras, frutas, rádios, celulares, desde a perspectiva do Estado, é legal no território nacional, mas se tornam ilegais quando atravessam de um território a outro sem pagar os impostos alfandegários ao Estado (Cardin, 2012). Os cidadãos peruanos, colombianos e brasileiros estão em situação regular em seus respectivos países, mas se tornam "ilegais", "clandestinos", "irregulares" se atravessam a fronteira e passam a morar no país vizinho sem se registrar nos órgãos de fiscalização e controle migratório do país de destino. Claro que estas classificações estatais são profundamente questionadas por alguns agentes de fronteira, que não nomeiam o seu comércio como "contrabando" e nem veem sua condição migratória como "ilegal" ou "irregular". São comerciantes que vivem e vendem os seus produtos do outro lado do rio.

É possível também observar que os próprios agentes do Estado não tem clareza ou julgam desnecessário o controle efetivo de determinadas práticas ilegais na travessia. Os alimentos dão prova disso quando policiais julgam "impossível" controlar o fluxo de alimentos, sobretudo, porque isto poderia significar o desabastecimento de Tabatinga e demais cidades da fronteira. Então, é preciso ser "coerente" para que o controle da fronteira não leve a região ao colapso, pois estes fluxos comerciais permitem que, mesmo de maneira não legal, as pessoas possam ter acessos aos produtos que atravessam e passam a compor o repertório de consumo dos moradores da tríplice fronteira. Assim, Tabatinga se tornou uma cidade cuja culinária revela uma forte identificação com o Peru, mesmo o peruano sendo o alvo privilegiado do discurso discriminador do brasileiro nesta fronteira.

Conforme um vereador de Tabatinga, os portos das três cidades não são regulamentados e não têm alfândegas. Em suas palavras, são "portos ilegais" e todas as mercadorias que entram por estes portos vindos dos países vizinhos são "ilegais". As mercadorias vendidas pelos peruanos na região do mercado, próximo ao Porto, são produtos do país vizinho que entram de maneira "clandestina" no Brasil, sem nenhuma fiscalização. Para um barqueiro entrevistado, tudo que os peruanos vendem em Tabatinga vem em forma de contrabando, pois o Brasil permite apenas exportação em grandes quantidades. Os policiais brasileiros às vezes batem neste comércio e levam parte das mercadorias. Segundo esse barqueiro, a Colômbia já permite a importação em varejo, mas tem muita fiscalização, tudo que entrar tem que ter "*papeles*", dificultando também a legalização

desse comércio dos peruanos entre estas fronteiras portuárias. Lidar com policiais e fiscalizações de brasileiros e colombianos é uma tarefa diária dos comerciantes peruanos, considerados ao mesmo tempo "os senhores que alimentam a fronteira" e "suspeitos de ter vínculos com atividades ilegais" relacionadas ao comércio, mas também ao tráfico de drogas.

No tocante à imigração fronteiriça, o vereador destaca que vários dos imigrantes peruanos e colombianos residentes em Tabatinga estão em situação irregular no Brasil, sem documentos migratórios e comprovantes de residência. Se chegar alguma fiscalização da polícia brasileira, dizem que não vivem em Tabatinga, estão "somente trabalhando ou na casa de um parente e amigo, mas que de fato moram na Colômbia ou no Peru" (Vereador, entrevista 20/08/2014). A proximidade territorial permite dizer que não é um "imigrante" ou "estrangeiro", afinal o território de seu país de origem se encontra somente a alguns metros ou quilômetros de onde se encontram atualmente. As fronteiras são tênues e difíceis de ser demarcadas: a) entre colombianos e peruanos que transitam por Tabatinga e moram em Letícia e Santa Rosa ou outros lugares dos países vizinhos, b) os que vivem em Tabatinga e têm documentos de imigrantes, c) os que não têm documentos, d) os que dispõem de documentos falsos, produzidos na fronteira, e) os que são filhos de casamentos mistos e também tem documentação brasileira, f) os que estão em situação irregular, g) os que têm filiação étnica não correspondente às determinações dos Estados nacionais em questão, entre outras situações ainda com investigação em curso.

Convém evidenciar que, conforme o vereador entrevistado, os peruanos e colombianos participam de ocupação de terrenos para construção de moradia popular em Tabatinga. Em uma ocasião, vendo que um dos participantes da "invasão" estava falando em espanhol, a promotora perguntou de onde ele era. A resposta foi imediata: "yo soy brasilero, que ver o documento?". Estas situações são ainda mais interessantes pelo fato de os materiais de construção utilizados na feitura de casas em Tabatinga, geralmente, envolvem o tráfico desses produtos, relatados como um dos "graves problemas" que afetam a economia local. A possibilidade de vinculação dos peruanos com o tráfico de drogas é apontado também como um ponto que torna a situação ainda mais complexa na dinâmica local do mercado imobiliário.

Os Estados nacionais têm suas legislações específicas e os territórios fronteiriços são lugares privilegiados de relativização e de produção de alteridades das normas estatais. Quem vive cruzando uma fronteira internacional dificilmente naturaliza as leis. Afinal de contas, algo que o Estado nacional estabelece como ilegal "do lado de cá" da fronteira pode ser legal "do lado de lá" do limite internacional. Essa fronteira territorial entre o legal e o ilegal produz muitos deslocamentos, negócios e práticas de jogos entre territórios nacionais contíguos.

Um fenômeno instigante nesta fronteira, em seus diversos contornos do legal e ilegal, são as brigas ou rinhas de galo. Elas são legais para o Estado colombiano e peruano e ilegais para o Estado brasileiro. Trata-se de um fenômeno singular de produção e circuito de múltiplas fronteiras e deslocamentos. Os *galleros*, como são conhecidos os criadores de galos de briga, se encontram e realizam as pelejas de maneira legal na Colômbia e Peru. Os brasileiros, em geral, dependem das fragilidades dos sistemas de fiscalização para participar com galos, em linhas gerais, cuidados em criatórios ilegais. As brigas de galo são bastante tradicionais na Colômbia e os lugares específicos de realização das lutas, as *galeras*, têm suas regras próprias de funcionamento: peso e altura dos galos, tempo de luta, tamanho das apostas, etc. Um evento muito específico para que vem de fora, de um país que não tem essa tradição.

Como a atividade é ilegal no Brasil, as brigas de final de semana e os campeonatos internacionais ocorrem legalmente somente nas cidades fronteiriças do lado peruano e colombiano. Os participantes brasileiros se deslocam para os territórios vizinhos com seus galos criados e treinados nos quintais de suas residências ou ainda treinados por colombianos em Letícia. Em uma incursão ao campo, em agosto de 2014, participamos de um evento e observamos que os *galleros* "brasileiros" se concentravam em um bairro de Tabatinga, nos explicando que sua participação envolve certos cuidados para que seus galos não sejam apreendidos. Há indícios de que as lutas de galo também ocorram na cidade de Tabatinga de maneira "clandestina", em lugares mais afastados das áreas centrais. Nos dias que acontecem brigas de galo em Letícia ou durante os campeonatos internacionais, os *galleros* brasileiros transitam com os galos entre os limites nacionais. Eles geralmente passam pela fronteira com os galos escondidos nos bagageiros dos carros.

O trânsito de galos de briga em Tabatinga gera um "ilegalismo" extremamente complexo, em virtude da le-

galidade do mesmo trânsito em Santa Rosa e Letícia. O delegado civil em Tabatinga narra um episódio de apreensão de galos de um colombiano do lado brasileiro da fronteira:

> Eu já tive muito problema com isso. Uma vez eu fiquei com uma apreensão de vários galos aqui. Era um sábado, foi terrível porque além de eu ter um flagrante de homicídio, os galos ficavam cantando ali. O cidadão tentava me explicar em espanhol, e na época eu não tinha o espanhol, não falava quase nada, tentando me explicar que era legal. Eu não conseguia entender, mas foi feita a apreensão, foi feito o encaminhamento para o Ibama, que é o responsável para questões ambientais. Eu acho que ele ia pegar outro rumo. Ele falou: "estou realmente cruzando Tabatinga porque quero ir para Colômbia, quero colocar meu galo para lutar". E ficou insistindo depois, ele queria o galo de volta (Delegado civil, entrevista em 15/08/2014).

Para este delegado, as rinhas também acontecem no Brasil, pois já recebeu denúncias sobre isso. Não obstante, até o momento de nossa entrevista ele não conseguira identificar a localização das mesmas. Segundo nossos interlocutores, as brigas acontecem em território brasileiro raramente, em razão das dificuldades para não "chamar atenção da polícia" e do fato de em Letícia a atividade acontecer livremente, com toda proteção e segurança de uma prática legal.

> há rinha sim, mas ainda não tive uma denúncia que me dissesse o local. Mas como há uma lei que é liberada em Letícia e Letícia é uma cidade gêmea, então é muito difícil você ver em Tabatinga. Eles vão para lá. Mas vez ou outra a gente pega muito que está cruzando com os petrechos de luta: jaula, os esporões, essas coisas (Idem, entrevista em 15/08/2014).

O trânsito de galos de briga revela um dos mais curiosos e significativos exemplos de como os limites do legal e ilegal são fluidos e passíveis de múltiplos manejos, dependendo da situação que brasileiros, colombianos e peruanos desejam contornar. Ser pego no cruzamento da fronteira significa "um azar" e a perda do galo não parece ocorrer sem reinvindicações referentes ao fato de há poucos metros ser completamente possível e legal circular pelas ruas com galos de briga. Apesar da compreensão de um cenário plural, policiais brasileiros, ao falar das apreensões de galo, reivindicam o lugar da legalidade no Brasil e, portanto, da apreensão como um dever referente a uma regra que tem de ser respeitada, mesmo por aqueles que só se encontram em trânsito. Isto nos ajudou a perceber que apesar de certas relativizações, algumas práticas, como a briga de galo, servem como modelo exemplar para que os agentes de segurança possam delinear e impor certas ações ilegais permitidas ou não entre essas fronteiras. Vale lembrar que a mesma disposição de agentes de segurança para apreender galos não é encontrada para, por exemplo, apreender alimentos.

Na *gallera*, percebemos que durante as lutas, os donos dos galos geralmente são os que fazem as maiores apostas, entre 400 e 2.000 pesos colombianos, no dia em que assistimos. Enquanto os *galleros* realizam apostas vultosas, os demais participantes fazem pequenas apostas, de 10 e 20 reais ou pesos colombianos. Entre os boatos que rondam as *galleras*, estão os de que *galleros* tem outros envolvimentos ilegais, relacionados ao tráfico de drogas e associação com pistoleiros que atuam na região da tríplice fronteira amazônica. Estas conexões apontam para um movimento de intersecções entre certas práticas das quais participam pessoas relacionadas aos mercados ilegais e ao crime na região.

A fronteira entre o "legal" e o "ilegal" pode ser compreendida ainda como uma forma de construção de alteridade, ilegal como uma categoria de acusação. "Nós" somos regulamentados e "eles" ilegais. Ilegal e clandestino é o outro nacional, especialmente nos eventos específicos de atritos e conflitos de interesses em uma fronteira internacional. O transporte transfronteiriço é um dispositivo importante para elucidar essas polêmicas discursivas em torno do legal e ilegal. Foi acordado informalmente entre os responsáveis pelo transporte urbano de passageiros das duas cidades que os brasileiros podem levar passageiros de Tabatinga à Letícia, mas não podem trazer de volta. Da mesma forma, os colombianos somente podem trazer de Letícia à Tabatinga, nunca levar passageiro de regresso. O transporte mais atrativo dessa região são os triciclos, os chamados *motocarros*

colombianos ou *tuctucs* para os brasileiros. Os turistas gostam bastante de andar nesse transporte e algumas vezes tentam pegar algum em Tabatinga para retornar para Letícia. Segundo alguns relatos, há situações de conflitos abertos entre mototaxistas brasileiros e motoristas de *motocarros* colombianos quando alguém arrisca pegar um passageiro em solo brasileiro.

Nos últimos anos aumentou bastante a quantidade desse transporte coletivo na cidade de Letícia. Os brasileiros começam a falar da "invasão dos *tuctucs*" e os sindicatos dos taxistas e mototaxistas em Tabatinga pressionam as autoridades municipais para proibir a entrada no Brasil desses triciclos, pois estão prejudicando os seus negócios em torno do transporte transfronteiriço. De acordo com um taxista brasileiro,

> São todos clandestinos, cerca de 300. Estamos com uma luta política pela proibição no Brasil. Há uma lei que proíbe o transporte de passageiros em triciclo. *Vamos usar essa lei.* Tabatinga é Brasil, deve ser válida aqui. Estamos pressionando o prefeito para que faça uma lei proibindo a entrada dos *tuctucs*. Pode ser uma lei municipal. O prefeito não assume pra valer, tem questões eleitorais. Essa luta já tem cinco anos (Taxista, conversa informal, 18/08/2014).

Na ausência do prefeito e vice-prefeito, durante uma semana de julho de 2014, o presidente da câmara dos vereadores assumiu o controle do município de Tabatinga e baixou um decreto proibindo a entrada de triciclos na cidade. A situação repercutiu em agosto, quando estávamos na fronteira e assistimos as mobilizações em torno da proibição que começava a vigorar naquele momento. De acordo com ele, no Código de Trânsito Brasileiro o triciclo não está regulamentado como transporte de passageiro, não é legalizado.

> Também ainda não legalizaram lá, estadual e municipalmente. São somente para serem usados em trilhas e zonas rurais da Colômbia. Permissão para passeio de turismo, trilhas, zonas turísticas. Letícia não tem competência jurídica para esse transporte. Já é um centro urbano e o transporte está sendo usado para fins não turísticos. Eles são ilegais, não tem um controle. (Vereador, 20/08/2014).

O vereador comenta que os *tuctucs* são "clandestinos", "ilegais", enquanto que os taxistas e mototaxistas brasileiros estão regularizados. Para um taxista brasileiro, os *tuctucs* novos são de membros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farcs) que estão chegando à fronteira colombiana. Um colombiano, por sua vez, já afirma que esse aumento é por causa dos "*desplazados*" da guerrilha, que chegam buscando formas de trabalho em Letícia. Alguns pequenos empresários do ramo já têm 5 ou 6 *motocarros* e alugam por dia os triciclos para aqueles que estão fugindo das áreas de conflito e precisam trabalhar. A fronteira é um lugar onde as disputas políticas e territoriais internas de um determinado país se mesclam, produzindo múltiplos conflitos transfronteiriços.

A reação ao decreto por parte dos motoristas dos *motocarros* colombianos foi imediata. Fizerem protesto na frente da prefeitura de Tabatinga e ameaçaram "fechar a fronteira" e proibir os taxistas e mototaxistas brasileiras abastecerem nos postos de gasolina em Letícia, uma vez que a gasolina está mais barata em território colombiano. Um dos motoristas comenta que os condutores de *motocarros* não estão incentivando mais os turistas a vir visitar e fazer compras no Brasil, indicando somente lojas no próprio território colombiano. Nos dias seguintes, o decreto foi revogado pelo atual prefeito e o vereador foi chamado pelo ministério público a se explicar sobre o teor legal desse decreto.

Há ainda práticas sociais que são proibidas de um lado e permitidas do outro, ainda que as diferentes legislações nacionais formalizem como ações ilegais. O uso do capacete para os motoristas de motocicleta é obrigatório no lado brasileiro e colombiano. Entretanto, Tabatinga não tem um Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) local e parte dos motociclistas continuam andando sem capacete, apesar dos avisos de advertência presentes em alguns *outdoors.* Já em Letícia, desde 2006, ninguém pode andar sem capacete, uma vez que fiscalização é bastante presente. A situação de permissividade de um lado e fiscalização intensiva do outro gerou uma situação curiosa, em que pessoas ficavam de prontidão na fronteira para alugar capacetes para brasileiros que iam até Letícia. Relataram-nos que a prática foi presente nos anos de 2008, 2009 e 2010, tendo pessoas que entregavam os capacetes numerados na entrada de Letícia e o recebiam com o respectivo

pagamento na volta do motorista para Tabatinga. O valor era de um real ou cinquenta centavos, sempre pagos na volta de acordo com o tempo gasto. Os capacetes tinham letras específicas de identificação das empresas responsáveis por este negócio de fronteira.

Depois desse período, a polícia colombiana proibiu essa prática comercial. A solução foi os motociclistas comprarem os seus próprios capacetes, que muitas vezes só são usados quando cruzam para Letícia. Alguns levam os capacetes no colo ou braço e somente colocam na cabeça na hora de atravessar o limite internacional. Quando retornam, assim que passam o limite, costumam retirar. Conforme um interlocutor, assim que chega em Tabatinga, "retira o capacete, tem uma sensação de liberdade, o capacete incomoda, já é cultural"(Morador de Tabatinga, estudante, entrevista em agosto de 2014). Somente usam o capacete quando o DETRAN chega à cidade. Todos ficam sabendo rapidamente, assim que os funcionários deste órgão de fiscalização saem, volta a "normalidade" da vida. De acordo com este interlocutor, nas batidas policiais que ocorrem em Tabatinga a polícia não pede capacete nem habilitação, somente o documento da moto para saber se não é roubada. Em Letícia, os policiais colombianos exigem o capacete dos brasileiros, mas não o documento de habilitação, cobrado somente dos colombianos. Desta forma, os motociclistas brasileiros podem transitar entre estas duas cidades fronteiriças sem carteira de habilitação nos dias "normais".

Por último e não menos importante, as drogas (cocaína, pasta base, maconha etc.) são ilegais e ilícitas em todos os lados da tríplice fronteira. Entretanto, as formas de fiscalização dos três estados na fronteira são diferenciadas. O Peru é visto como o país que menos fiscaliza e por onde atualmente mais entra cocaína no Brasil nessa região. A Colômbia/Letícia geralmente é apresentada como o país que mais fiscaliza e mais cumpre as leis, embora parte dessa droga também circule pelo território colombiano. Já o Brasil apresenta mais uma fiscalização intermitente, de acordo com as operações períodos que ocorrem ultimamente nas áreas fronteiriças. Os traficantes de fronteiras internacionais operam de acordo com essas diferenças nas formas de fiscalização e controle estatais dos territórios fronteiriços.

Os negócios do tráfico alimentam setores da economia formal e produzem novas fronteiras entre o legal e ilegal em cada cidade fronteiriça. O traficante pode ser também um comerciante de roupas e sapatos, um mototaxista, um barqueiro, um dono de bordel, um agiota, um *gallero*, entre outros tipos sociais fronteiriços. Assim como as "mulas" responsáveis pela travessia dessas mercadorias podem ter distintas profissões. O tráfico alimenta a economia local dessas cidades e produz uma profunda malha fronteiriça de ilegalismos lucrativos. Os traficantes, conhecidos como *traqueteiros*, participam de um emaranhado de fronteiras entre o legal e o ilegal em seus circuitos de negócios e diversões.

As cinco situações destacadas da maneira como operam as fronteiras entre o legal e o ilegal não esgotam a complexa realidade de contatos e diferenças entre legislações nacionais em uma tríplice fronteira internacional. As separações e exemplos aqui relatados têm mais um papel heurístico de sistematização dessas primeiras observações. Há diversas intersecções entre as situações e os agentes fronteiriços.

4 Alteridade e (i)legalidade

As interpretações de práticas ilegais compõem as maneiras de ver o outro na fronteira. Observamos que, embora exista um reconhecimento de múltiplas atividades ilegais, o outro sempre aparece como o sujeito que "tira mais vantagem" das muitas possibilidades existentes na tríplice fronteira amazônica. Assim, para alguns brasileiros, suas transgressões sempre aparecem como menores do que as dos outros, colombianos e peruanos. Eles ainda reclamam bastante do fato de a fiscalização brasileira permite que os das outras nações façam, no Brasil, o que brasileiros não podem fazer em seus respectivos países. Isto se refere inclusive a certas facilidades na possibilidade de os outros se tornarem brasileiros e dispor de uma "situação legal" no território nacional. Ao se referir aos outros, os brasileiros também hierarquizam e discriminam em suas falas os peruanos, apontados como criminosos envolvidos, entre outras coisas, com o tráfico de drogas advindo de seu país. A falta de controle social no território peruano é algo que, para muito de nossos interlocutores brasileiros, garante a esses sujeitos vantagens muito significativas nos trânsitos da fronteira.

Apesar das múltiplas acusações e do reconhecimento de não cumprimento da lei, os diferentes sujeitos nacio-

nais que compõem a fronteira se conhecem e se reconhecem, entre outras coisas, em virtude do que fazem de maneira legal e ilegal no seu país e no país dos outros. Há coisas que são proibidas, mas feitas de maneira tão recorrente que a prática, em si, possibilita que sejam normalizadas certas ações como moralmente esperadas, mesmo quando são ilegais. A fronteira é transpassada por essas práticas e as facilidades que uns possam ter em relação aos outros gera recorrentes questionamentos. Isto ficou evidente para nós em inúmeras reclamações de brasileiros que relatam ser impossível comercializar qualquer coisa na Colômbia. Para eles, no entanto, o Brasil é um país permissivo, pois permite a prática de comércio, a instalação e circulação de uma série de pessoas que cometem ações ilegais e, portanto, deveriam ser tão controladas quanto são os brasileiros na Colômbia. Desta maneira, encontramos julgamentos de valor que tornam ainda mais complexas os problemas de definição do legal e ilegal, como já destacamos anteriormente, muito pouco fundamentados em preceitos jurídicos e altamente carregados de apelos nacionalistas que constroem relações de alteridade muito específicas ao viver na fronteira.

A realidade transfronteiriça estudada a partir de incursões etnográficas realizadas nas cidades de Tabatinga, Letícia e no povoado de Santa Rosa nos apresentou desafios importantes para realização de um trabalho de pesquisa e interpretação dos dados evidenciados. Isto porque entendemos já nos primeiros dias de pesquisa a necessidade de transpor certos estereótipos que conferem a tríplice fronteira amazônica uma dimensão duplamente reificada. A fronteira e a floresta não são os fatores determinantes da realidade transfronteiriça, mas parte integral de uma vida coletiva que incorpora as determinações legais apenas para deslocá-las para o campo das práticas e experiências vividas em condição de fronteira. Aqui, exploramos apenas inicialmente questões que, sem sombra de dúvida, merecem ser aprimoradas e detalhadas com maior cuidado ao longo de um processo de pesquisa em andamento.

Nossas primeiras incursões, no entanto, permitem que possamos afirmar que as relações entre o legal e o ilegal correspondem a julgamentos morais sobre práticas que incorrem sobre quem sou eu e quem é o outro. Para alguns brasileiros, a necessidade de controle sobre as demais populações da fronteira parece ser uma necessidade presente em falas, que aparentemente sem ter muita clareza do que significa suas reivindicações, acusam os colombianos e os peruanos de "levar vantagem", de "fazer o que os brasileiros não podem" e de "realizar o que os brasileiros são proibidos".

Em linhas gerais, podemos dizer que o fato de Letícia ser uma capital com boa infraestrutura e Santa Rosa um povoado completamente destituído de bons serviços públicos constitui um dado importante sobre como os brasileiros olham para os países estrangeiros. Em muitas falas, enquanto os colombianos aparecem como uma população "amiga e irmã", os peruanos são os miseráveis que, em razão de sua ação criminosa, conseguem ter acesso a comércios e casas no Brasil. Isto reflete nas relações comerciais que são celebradas com a Colômbia e nutrem um caráter menos amigável com o Peru, sendo os peruanos constantemente acusados de contrabando e suas mercadorias depreciadas no cenário tabatinguense.

As fronteiras entre o "legal" e o "ilegal" em territórios urbanos, localizados nos limites internacionais de três países, são inúmeras e favorecem diversas formas de deslocamentos. Aqui somente sinalizamos para algumas situações contemporâneas que possibilitaram pensar a complexa relação entre os mercados de fronteira e as legislações e formas de fiscalização nacionais. Situações a serem aprofundadas nas próximas pesquisas de campo. Não abordamos também as situações que ocorrem nas áreas indígenas e nas regiões rurais em torno do contrabando de madeira, de minério e de carne de animais silvestres entre os territórios nacionais. Também não analisamos essas fronteiras entre legal e ilegal em uma perspectiva histórica nestes contextos urbanos. Outros trabalhos podem ampliar esta perspectiva de análise. Por enquanto, saímos de Tabatinga com a sensação de ainda ter muito para garimpar ao longo do tempo.

5 Bibliografia

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. (2012) Limites e paradoxos da cidadania no território fronteiriço: o atendimento dos brasiguaios no sistema público de saúde em Foz do Iguaçu (Brasil), *Geopolítica(s)*. Madrid, v. 3, n. 2, p. 185-205.

CASTRO, E. (2008). Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. *Cidades na floresta.* São Paulo: Annablume, 352.

COSTA, Gustavo Vilella; OLIVEIRA, Geovanni (2014). Os esquemas de fronteiras em Corumbá (MS): negócios para além do legal e ilegal. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 7 - no 2 - abr/mai/jun 2014 - pp. 207-232.

ZÁRATE BOTÍA, Carlos. (2008), *Silvícolas, siringueros y agentes estatales: el surgimiento de una sociedad transfronteriza en la Amazonia de Brasil, Perú y Colombia -1880-1932.* Leticia: Universidad Nacional de Colombia.

_____. (2012), *Espacios urbanos y sociedades transfronteirizas em la Amazonia.* Leticia, amazonas, Colombia: Universidad Nacional de Colombia Sede Amazonia. Instituto Amazonico de Investigaciones – Imani.

MISSE, Michel. (2007), Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. *Estudos Avançados* (USP), 21 (61), p. 139-156.

CARDIN, Eric G. (2012), Trabalho e práticas de contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai. *Geopolitica(s)*: revista de estudios sobre espacio y poder. Madrid, v. 3, p. 207-234.

OLIVAR, José Miguel. (2013), *Mercados do sexo em territórios transfronteiriços: gênero e circulações na fronteira Brasil-Colômbia. Relatório final FAPESP. Bolsa de pós-doutorado.* Núcleo de Estudos de Gênero –PAGU- Universidade Estadual de Campinas.

RABOSSI, Fernando. (2010), Made in Paraguai. Notas sobre la producción de Ciudad del Este. Papeles del trabajo. Instituto de Altos Estudios Sociales, en Línea, v. 6, p. 7-21.

TELLES, Vera; HIRATA, Daniel. (2010), Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social,* USP. São Paulo, v. 22, p. 39-59, 2010.

TELLES, Vera. (2009), Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 2, p. 97-126.

REIS, Lucas. (2013), Na Fronteira, Pf destrói laboratórios e 'ignora' pés de coca. *Folha de São Paulo.* Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/09/1347212-na-fronteira-pf-destroi-laboratorios-e-ignora-pes-de-coca.shtml

VALCUENDE DEL RÍO, José M. (2008), Fronteras y limites: el caso de la Triple Frontera Brasil, Perú y Bolívia. *Ponto-e-vírgula*, n. 3.

O churrasco de "Choppinho"; rede de relações entre praticantes de jogos (in)formais no espaço urbano.

Rômulo Bulgarelli Labronici[1]

Resumo: O presente trabalho busca apresentar espaços distribuídos na cidade do Rio de Janeiro conhecidos com Agências Credenciadas de Apostas, popularmente conhecidas como *lojas*. Espaços institucionalizados de administração privada sob o aval do Jockey Club do Brasil onde são transmitidas corridas de cavalo dos principais Jockeys Clubs nacionais. Tais espaços confluem uma rede de jogos de aposta administrados e geridos informalmente pelos frequentadores do estabelecimento. Esta associação de práticas distintas com um mesmo fim criam espaços altamente tolerados à prática de apostas independente de sua classificação legal (Ilegalismo, Foucault). Para fins analíticos busco apresentar um evento chave, o "churrasco de Chopinho", apresentando-o como uma *situação social* (Gluckman, 1987) onde é possível observar as redes de relações acionadas entre os participantes dos distintos jogos, suas famílias até mesmo com agentes do poder público.
Palavras Chave: Jogos, apostas, moralidades, Ilegalismos.

1. Introdução:

Chego no Largo do Machado[2] as duas horas da tarde, um pouco mais tarde do que de costume. Apesar do atraso julgo ainda ter bastante tempo para assistir os páreos do dia que começam no mesmo horário de minha chegada nos dias de sábado. As corridas de cavalo nos Jockey Clubes do país são distribuídas em geral entre quintas feiras e segundas, concentrando sua maioria nos fins de semana. Desta forma, os dias de sábado eram os meus preferidos para assistir os páreos, pois além de ter uma maior concentração de corridas[3] eram também os dias onde havia uma maior concentração de apostadores.

Entretanto, ao dobrar a esquina da rua Machado de Assis, me deparo com uma concentração de pessoas acima do normal que me chamou atenção de imediato. Frequentadores assíduos da Agência de apostas dividiam seu espaço costumeiro com o que parecia ser familiares e amigos que até então nunca se fizeram presentes no local. A calçada na frente da *loja*, como também são chamadas as agências ou casas de apostas, encontrava-se tomada por cadeiras de plástico e mesinhas distribuídas ao longo da calçada. No outro extremo da calçada da *loja* havia uma churrasqueira improvisada com tijolos, e um barril de metal cortado ao meio como contêiner para o carvão, sendo utilizado como uma churrasqueira improvisada. Ao lado do churrasqueiro de plantão[4] uma mesa para o corte e distribuição, assim como dois grandes isopores com gelo e cerveja para os demais participantes do evento.

De início me aproximo com certa cautela pois não sabia qual era o motivo de tal evento comemorativo.

---

1 Doutorando em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF), com bolsa-sanduíche para Universidade Nova de Lisboa/ UNL/PT (CAPES/PDSE 2014-2015). É Mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF). Foi Coordenador Acadêmico Adjunto do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu de Direito da FGV DIREITO RIO. É pesquisador do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP/UFF), assim como do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia INCT/InEAC.
romulolabronici@gmail.com

2 Largo do Machado é uma região na zona sul da cidade do Rio de Janeiro.

3 Sábados são os dias em que é possível assistir as corridas dos Jockeys da cidade do Rio de Janeiro e de São Paulo, os Jockeys com os principais eventos nacionais.

4 O churrasqueiro não era uma pessoa fixa. Quem cuida do churrasco e "vigia" a carne alternava de acordo com a vontade individual de cada um. A designação para quem vai ser o churrasqueiro da rodada era também algo que não era imposta por ninguém. Geralmente alguns dos mais chegados ao "Choppinho" se voluntariavam em turnos para "cuidar da carne".

Aproximando da churrasqueira observo "Choppinho" um dos frequentadores mais assíduos da *loja*. Era praticamente possível encontra-lo ao menos um dia dentre os dias em que havia páreos correndo. Seu apelido se deu devido a seus hábitos que juntava necessariamente o jogo com o consumo de bebidas alcoólicas.

> "Antes eu bebia muito e não tinha disciplina, no bar ao lado eu já chegava pedindo um chopinho, foi tanto que começaram a me chamar assim. O apelido pegou e aqui todos só me conhecem por "Choppinho" mesmo".
> Entretanto, mesmo mantendo estes hábitos até os dias atuais, Choppinho agora afirma evitar exageros com o álcool:
> "Eu trago sempre esse isopor de casa com 8 (cervejas) Brahmas, acabando isso eu não pego nenhuma mais no bar. É a minha regra. Se eu começo a exagerar me empolgo e volto doidão pra casa, se eu continuasse nesse ritmo minha mulher ia me botar pra fora de casa."

"Choppinho" fez seu nome entre os frequentadores por ser um bom ganhador. Sua história de "sucesso" nas corridas era digna de ser contada e recontada diversas vezes por frequentadores distintos. "Antigamente", diziam rememorando um passado não tão distante, Choppinho era vendedor ambulante de pastéis e bebidas, um ambulante alimentício. Possuía uma barraquinha onde fritava os pasteis na hora, seu "ponto de venda" era justamente na frente desta mesma Agência no Largo do Machado. Não tinha "um puto no bolso e nem onde cair morto", referindo-se a sua então situação econômica. Seu público alvo era justamente seus atuais companheiros de jogo. Com o passar dos dias vendendo neste espaço demonstra um interesse pelo jogo e pelas potencialidades financeiras que ele pode proporcionar. "Um dinheiro fácil para quem souber jogar". Assim, transformou-se não apenas em um vendedor de pasteis, mas em um jogador assíduo nos cavalos. Sua situação, distinta da de muitos ali presentes, se modificou a partir de uma vitória. Ou, como diriam, uma "grande vitória":

> "Ganhei mais de 20mil com uma jogada, foi uma jogada de mestre. Nesse jogo tem que saber jogar e ler a situação toda, não vou ficar jogando meu dinheiro fora. Esse negócio de ficar dando dinheiro pro Jockey é só pra quem tem muito dinheiro e não sabe o que fazer com ele. Quando eu jogo é pra ganhar."

Do dia para a noite, Choppinho aproveita os lucros de sua "jogada de mestre" e utiliza parte dos recursos para investir em uma mudança de vida. De vendedor de pastéis ele passa então a ser dono de sua própria loja de materiais de construção na zona portuária da cidade. Este feito foi tão inusitado e raro que todos os amigos e companheiros de jogo comentam com frequência. Choppinho, muito orgulhoso de suas habilidades no jogo utilizava este exemplo como forma de se sobrepor[5] entre os demais.

Ao se aproximar da churrasqueira Choppinho me reconhece e me cumprimenta com calorosas boas-vindas. "Tem cerveja, carne, refrigerante, fique à vontade que isso aqui é por minha conta hoje." Já bastante inebriado e com um copo de caipirinha nas mãos, Choppinho demonstra que toda regra tem sua exceção.

* * *

O dia do churrasco de Choppinho, como pretendo apresentar, é atribuído ao patamar de uma *situação social* (Gluckman, 2009p. 229) que expressa em um evento uma amplitude de relações que nem sempre estão em evidência. Os conflitos, as redes e as relações implícitas entre jogadores ficam de maneira mais evidente do que na dinâmica cotidiana das apostas da *loja*. Este evento fez convergir pessoas oriundas de mundos distintos e que se congregam neste espaço a partir de interesses distintos. Ao uso do conceito de situação social, Max Gluckman argumenta:

---

5 O *status* de bom jogador advêm de sua capacidade de fazer eventualmente grandes ganhos. Aquele que ganha uma grande quantia (de valores subjetivos) terá status e reconhecimento como um bom "leitor dos páreos", um bom "estudioso do Programa" e sua opinião será levada em consideração pelos demais. Não apenas no que tange as corridas, mas em relação a qualquer eventual assunto em voga; pois um jogador que faz uma boa leitura dos cavalos faz também uma boa leitura da vida.

> Quando se estuda um evento por parte do campo da sociologia, é conveniente tratá-lo como uma situação social. Portanto, uma situação social é um comportamento, em algumas ocasiões, de indivíduos como membros de uma comunidade, analisando e comparando com o seu comportamento em outras ocasiões. Desta forma a análise revela um sistema de relações subjacente entre estrutura social da comunidade, as partes da estrutura social, o meio ambiente físico e a vida fisiológica dos membros da comunidade. (*idem* p. 238)

As corridas se tornam assim um acontecimento que ocorre em um espaço previamente demarcado e que explicitam relações próprias. Ao tratar o churrasco enquanto uma *situação social*, é possível distinguir os diferentes usos e concepções atribuídas as corridas pelos mais diversos atores sociais.

2. As dinâmicas da agência de apostas

As Agências de apostas estão espalhadas pela cidade de modo que os apostadores não tenham a necessidade de se locomover para o Jockey Club para apostar ou simplesmente assistir as corridas. Esta é em geral a definição que você terá em primeira mão dos frequentadores que lá estiverem. A locomoção como fator principal para que os apostadores se encontrem nestes espaços e não no local efetivo onde é possível assistir pessoalmente os cavalos correrem.

Por mais que este possa, em um primeiro momento, ser o ponto de partida para que um apostador comece a frequentar casas de apostas, estes espaços adquirem dinâmicas próprias e distintas das estabelecidas nos atuais locais de corrida. Grupos que são ali formados adquirem uma autoconsciência de si mesmos criando classificações em comparação com o Jockey e com as demais casas de apostas. Segue o relato de "Verdura", um frequentador costumeiro desta casa de aposta específica:

> No Jockey você vai ter muita gente de nariz em pé. Dificilmente terá um grupo de amigos como nós que brincamos uns com os outros o tempo todo. Eu venho pra cá porque isso aqui é a minha diversão nos finais de semana. Bebo minha cerveja e brinco nos cavalos quando consigo uns trocados. Você também não vai ver esse clima lá em Copacabana [referindo-se a uma outra agência de apostas em outro bairro da cidade].

Deste modo é possível observar como alguns dos frequentadores não estão somente nestes espaços devido a possíveis desgastes com a locomoção. Relações são estabelecidas de modo que se tenha uma preferência por casas de aposta, ou por uma casa de aposta em específico[6] frente a outras.

As agências de apostas não apenas se situam em localidades distintas e distante do Jockey, mas adquirem e sobrepõem, em parte, dinâmicas já existentes nas ruas da cidade. Elas possuem a "liberdade" ou a capacidade de modular suas dinâmicas em conjunto com práticas pré-estabelecidas no meio urbano. Por mais que seu equipamento e material de apostas seja cedido pelo Jockey sua administração é feita por um modelo privado fora de seu controle. Assim, apostadores de uma casa de apostas lidam com uma dinâmica que não está necessariamente enclausurada pelos portões e regras de uma instituição formal ("de nariz em pé") como seria o caso se apostassem exclusivamente dentro do Jockey. A simultaneidade de se estar "dentro" e "fora" de uma casa de apostas ao mesmo tempo obriga os frequentadores a lidar com estes dois mundos; o público e o privado.

Assim como qualquer estabelecimento comercial, as agências de apostas possuem horários de abertura e fechamento, empregados e um funcionamento institucional. Nos fundos estão os guichês de apostas, onde são

---

6 Entretanto, isso não impede que um apostador da Agência do Largo do Machado frequente outras agências ou até mesmo o Jockey Club. Muitos são vistos transitando entre estes espaços sem que isso cause qualquer constrangimento.

realizadas as apostas, é lá que ocorre a formalização dos *palpites* e *barbadas*[7]. No geral esta função é realizada por mulheres que comumente são as únicas no estabelecimento. No centro há um banheiro e ao lado um pequeno bar, onde é possível consumir café, pequenos lanches e bebidas alcoólicas.

Bares ou também conhecidos como "botecos" ou "botequins" são estabelecimentos complementares nestes espaços, quando não estão dentro das próprias agências estão nas proximidades. O consumo de comida e principalmente de bebidas alcoólicas se torna uma confluência de mercados necessária se levarmos em conta que alguns apostadores podem permanecer até 12 horas em uma agência. No trabalho de Souza (2003) com sociabilidade masculina nas ruas da cidade afirma:

> O álcool é um dos componentes da construção de um homem de verdade. É através da compra, partilha e consumo da bebida alcoólica que um homem se faz mais homem perante os outros homens. No grupo da esquina, o consumo é quase exclusivamente de cerveja, muito raramente se consomem bebidas destiladas, que lá são chamadas de bola de fogo. Consumir álcool é motivo de orgulho, todos bradam que bebem muito e conseguem manter o controle de si mesmos (*idem* p.29).

De modo semelhante o consumo de bebidas alcoólicas se faz presente nestes espaços. O auto controle aqui não é uma finalidade em si mesma, mas que mantenha um bom andamento com as apostas em conjunto com o consumo de álcool.

A agencia do Largo do Machado possui uma especificidade interessante se levarmos em conta a altura em que está situada. Ela encontra-se a baixo do nível da rua e parte dela se mistura com a calçada que possui uma pequena escada de três degraus na sua entrada que fazem parte da geografia da região. Esta região, entre a porta e a escada produz um espaço de *liminaridade* entre o "estar dentro" e o "estar fora", zona preferida de alguns dos apostadores, o que permite que o apostador assista as corridas sem estar formalmente dentro do estabelecimento, de modo que possa observar o movimento da rua e fumar seus cigarros livremente. Choppinho é um dos personagens que dá preferência em permanecer neste espaço. Chega sempre antes do primeiro páreo e posiciona seu isopor com suas 8 cervejas no mesmo lugar. A distribuição dos lugares nestes espaços em geral é muito respeitada. Como há apenas uma mesa e quatro cadeiras, um limite baixo para o número de apostadores que comumente se fazem presentes, uma das cadeiras pode ficar vazia por vários minutos sem que ninguém se sente. Antes de se sentar um apostador frequentemente perguntará aos demais apontando para a cadeira vazia: "tem alguém aqui?" Os demais permanecem em pé ou sentam-se nas escadas de frente à agência.

É neste espaço que é possível encontrar a figura do "boleiro" um funcionário do estabelecimento encarregado de organizar e realizar os chamados "bolões". Um jogo realizado pela agência que traduz o acumulado dos resultados dos páreos do dia em uma premiação extra[8], o que aumenta o fluxo de apostadores neste espaço no início dos páreos do dia.

A agência posiciona-se em uma rua sem saída, e de pouco movimento, se comparada as outras ruas subjacentes do bairro. Sua calçada em frente é relativamente maior com uns 4 a 5 metros de largura, espaço devidamente utilizado pelos frequentadores em diversas atividades de jogo. Apostas em cartas, também conhecidas como rondas, e a tradicional loteria do jogo do bicho estão presentes.

Próximo da esquina e alguns metros da entrada da agência está o "Clube do Bola Murcha" como é chamado o grupo que realiza jogos de carta diariamente neste espaço. Jogos de carteado com intuito de ganhos monetári-

---

7 *Palpites* e *barbadas* são duas categorias distintas no que tange a classificação de uma aposta. Um palpite é reconhecidamente como uma forma de classificar uma aposta de maneira individualizada, já uma barbada advém de uma coletividade de estratégias e discussões referentes a um determinado cavalo em um determinado páreo. Apesar desta diferença, ambas as formas são ligadas a uma série de estratégias classificatórias utilizadas nas corridas.

8 Os prêmios dados pelo bolão podem variar de 10 a 30 mil "no acumulado". Este jogo reflete de maneira direta o estado agonístico das corridas. Um cavalo contra o outro e um apostador contra o outro o último que acertar um número determinado de páreos ganha o prêmio. Caso mais de um acerte o total é dividido no "rateio", caso contrário o valor é acumulado. Em geral é possível observar apostadores perguntando aos demais quantos permaneceram no bolão após o final de um páreo.

os não são permitidos em meio público. "Jogar com o dinheiro na mesa chama muita atenção de quem passa, então nós montamos o clube para ter mais legitimidade." Me afirmou um jogador. Jogar cartas é considerado um passatempo e é costumeiro nas praças da cidade. Entretanto, a estratégia adotada pela adoção de uma dinâmica de "clube" permite que o jogo seja realizado e apostado sem que qualquer suspeita de que apostas estejam sendo feitas. Jogar com o dinheiro a mostra remete a imagem semelhante a um cassino, onde a diversão está diretamente relacionada a finalidade de ganhar/perder dinheiro. Entretanto, no clube, cada "associado" realiza uma contribuição mensal de 15 Reais[9] por semana para participar dos jogos. Aos finais de semana essa quantia pode ser alterada dependendo do total de jogadores presentes. O total arrecadado é somado e distribuído entre os ganhadores com maior pontuação. A estratégia deste modelo permite que as cartas estejam associadas ao seu aspecto mais lúdico com a finalidade da diversão pela diversão, ganhos monetários, ainda que presentes, permanecem fora do alcance de transeuntes e de agentes do poder público que eventualmente passem pela rua.

Embora seja possível que esta dinâmica fosse realizada em outros espaços, o "Clube do Bola Murcha" foi criado por jogadores da Agência de apostas, que permaneciam frequentemente neste espaço. As cartas se tornaram assim uma alternativa para diversificar os jogos no local. A escolha do modelo de gestão, do presidente, do tesoureiro e do organizador responsável pelas mesas e cadeira, que não são fixas na rua, é atribuída ao grupo de associados pagantes e que foi desenvolvida pelos membros mais atuantes.

No trabalho de Travassos (1995), o espaço é uma praça pública na Zona Sul do Rio Janeiro, onde homens se encontram para jogar dama é possível observar um pouco mais como estão estruturados as dinâmicas e jogos nestes espaços:

> (...) qualquer homem, a qualquer hora, podia parar junto a eles e ficar quanto tempo quisesse assistindo aos jogos. Não haveria perguntas ou olhares inquisidores. Os jogos estavam abertos a todos os representantes do sexo masculino. (...) Nenhuma placa na praça indicava que tínhamos ali uma versão do Clube do Bolinha a céu aberto e, no entanto, sabia-se de alguma maneira que aquele era lugar de homem (*Idem* p.21).

Ora, num espaço com as características da praça do Largo do Machado é difícil manter limites rígidos, o que se pode é preservar uma parte do espaço e torná-lo um espaço do grupo de jogadores:

> O "território do jogo", espaço delimitado em termos simbólicos, era na verdade quase que literalmente tomado por eles [os jogadores]. Evidentemente nem todas as pessoas eram sabedoras disso e, como era de se esperar, vez por outra algum desavisado sentava-se no longo banco de praça que eles usavam de improviso para jogar ou, o era pior, nas mesas destinadas aos jogos. Eles não falavam nada nem pediam para quem quer que fosse sair. Mas da mesma forma que me expulsaram de uma roda de jogo com um olhar, vi-os repetir várias vezes esse mesmo ato com quem inadvertidamente ocupava aquele espaço. Não se tratava, todavia, de uma apropriação privada ou mesmo semi-privada de um espaço público (Travassos,1995 p.50 *apud* Souza 2003).

Do mesmo modo no Clube do Bola Murcha, o espaço é público e vetado apenas às mulheres, qualquer homem pode ocupar este espaço, qualquer que seja o lugar que more, a classe social, etc., é um espaço público, cuja ocupação não implica em uma apropriação exclusiva dos jogadores, pois o espaço é aberto a qualquer um que se aproxime para observar o jogo, visto que os limites deste espaço são permeáveis.

Por fim, a presença constante de uma figura um tanto insólita de um homem sentado em uma cadeira estrategicamente alocada ao lado dos jogadores de cartas fecha a descrição. Esta figura e conhecida e reconhecida

---

9 Apesar de inicialmente esta contribuição ser fixa de 15 Reais, é possível ver uma grande variação nestes valores devido ao número total de apostadores na semana e dos acumulados residuais.

entre os demais quanto um *bicheiro*. Um bicheiro é um operador da loteria tradicional chamada de o jogo do bicho[10], uma loteria clandestina envolvendo números e bichos sorteadas 4 vezes ao dia. A aproximação entre este jogo do bicho e casas de apostas não é exclusividade desta agência específica. Em outros espaços observados espalhados pela cidade a presença de um bicheiro é comum nas proximidades das agências, embora que a administração do jogo do bicho e das agências sejam controlados por agentes distintos. Nestes espaços o jogo do bicho é visto por muitos como um "passa tempo" ou um simples divertimento inocente, embora sua prática seja ainda considerada uma contravenção penal.

As corridas de cavalos e o jogo do bicho possuem uma ligação que advém de longa data. Tomo como exemplo a convivência com o *bicheiro* "Zé", um *bicheiro* locado no bairro do Catete e que trabalha a muito tempo no jogo do bicho. "Mais de quarenta anos", assim costumava afirmar. Contou-me que seu contato inicial com o jogo do bicho se deu pela então junção entre as corridas de cavalo e o bicho.

> Eu não sabia nada de bicho, eu comecei anotando apostas nos cavalos, ai como era tudo junto eu fui aprendendo a anotar apostas no jogo do bicho também.

Antes, "Zé" afirmava, que era possível apostar em cavalos nos pontos de bicho e em alguns *bookmakers* espalhados nas ruas[11]. (c.f, Labronici, 2012)

Deste modo, a dinâmica presente nas Agências de apostas é disseminada no espaço público entre outras práticas. Atividades institucionais, ilegais, informais e espontaneamente estabelecida pelos frequentadores agregam-se entre si em um espaço multifacetado para jogos. Vale ressaltar a fluidez com que diversos atores que praticam estas atividades adotam meios que possibilitam a alternância sem um comprometimento fixo com um jogo específico. A decisão pela diversificação é individual e esporádica. Jogar um jogo em detrimento do outro ou jogar todos ao mesmo tempo não é considerado ruim ou mal visto, pois não são atividades excludentes ou concorrentes, mas sim complementares.

A temporalidade de cada jogo não exige que o frequentador permaneça no mesmo espaço no mesmo jogo incessantemente o dia todo. É possível que um frequentador perpasse em todos os jogos em um só dia sem que isso atrapalhe o andamento de suas apostas em cada um deles.

Deste modo, as agências, ou simplesmente *lojas*, tornam-se espaços construídos para apostar nas corridas como "regiões morais" [moral region] (Park, 1925 p. 43) no meio urbano, onde a distribuição da população se dá de forma diferenciada das regiões econômicas ou habitacionais ditas convencionais:

> Essas representações em "áreas" ou "regiões" preenchiam um vazio de sentido ao qual a abordagem urbana dos investigadores de Chicago, inspirada na antropologia tanto quanto na ecologia, era particularmente sensível. Essas representações fundiam-se noutra, a do mosaico-urbano que parecia feito de mundos que se "tocavam sem se interpenetrarem", e formavam o quadro teórico no qual se podia definir o controle social na cidade. (Agier, p.118)

O encontro de indivíduos se daria de acordo com interesses convergentes, gostos e temperamentos em locais comuns. O interesse em apostar pode ser caracterizado como sendo dotado de uma moralidade específica que converge pessoas a estas localidades onde esta prática é corriqueira. A noção de mosaico-urbano nos auxilia entender um pouco mais esta colcha de retalhos morais que a vida urbana impõem aos seus habitantes, Robert Park afirma:

> It is inevitable that individuals who seek the same forms of excitement, whether that excitement be furnished by a horse race or by grand opera, should find themselves from time to time in the same places. (Park,1925 p.43)

---

10 Para maiores detalhes sobre o jogo do bicho e suas dinâmicas no meio urbano; ver: LABROICI, (2012).

11 Podemos especular que a criação das agências tenham sido uma forma do próprio Jockey Club capitalizar as apostas, além de uma desvinculação das corridas com a informalidade e o jogo do bicho, entretanto, esta afirmação não pode ser levantada de maneira leviana, haja visto que muitos donos do jogo do bicho são também membros atuantes nas corridas de cavalos.

Tratar locais de corrida como *espaços morais* significa afirmar que para além de uma prática lúdica de diversão corriqueira, o contexto na qual tais eventos ocorrem são devidamente segregados do restante dos olhares da cidade. Não é à toa que no geral as agências de apostas não estão diretamente dispostas nas principais ruas ou nas grandes avenidas, quando muito se alocam dentro de uma lotérica, uma galeria ou em uma rua sem saída ou de pouco movimento. O Jockey Club, local onde as corridas efetivamente acontecem seria exatamente o oposto de espaços segregados ou desviantes, devido a sua localização em um dos bairros mais nobres da cidade, considerado local de elite. Isto se dá como resultado das pluralidades/restrições que a vida no meio urbano lida com moralidades distintas. Devido a carga moral atrelada aos jogos de apostas, locais distintos e específicos são construídos para tal finalidade.

> Every neighborhood, under the influences which tends to distribute and segregate city populations, may assume the character of a "moral region". Such an example, are the vice districts, which are found in most cities. A moral region is not necessarily a place of abode. It may be a mere rendezvous, a place for resort. (*idem* p.43)

Do mesmo modo que afirmo existir espaços para apostas em corridas de cavalo, também é possível encontrar nos espaços de boêmia, meretrício, futebol etc. Espaços que expões os diferentes usos da cidade.

* * *

Uma semana antes do churrasco, um evento ocorreu para que Choppinho decidisse financiar a confraternização com seus amigos e parceiros de jogo. Na semana anterior, como eventualmente ocorre, Choppinho leva uma quantia considerada grande para as apostas, mil Reais. "Isso aqui é pra hoje!" mostrando um bolo de notas recém retiradas do bolso. A atual situação financeira de Choppinho permite que ele gaste grandes quantias com os cavalos sem que isso comprometa o seu orçamento familiar: "é dinheiro de jogo".

Ao *estudar*[12] o programa Choppinho adota a estratégia de apostar no Supperbetting, uma modalidade de apostas que, além do prémio original pago pelo acerto em cada páreo, ganha-se um cumulado pelo somatório dos três últimos páreos. Antes mesmo do final do dia todos os jogadores presentes na agência já estavam com expectativas para saber se Choppinho ganharia a *bolada*[13]. Os ânimos estavam altos e Choppinho já ficara sem voz de tanto que gritara em cada páreo. Torcia para cada um dos cavalos com o máximo de seus pulmões. "Vamos três! Vamos três! Vamos três!!" eram seus gritos para a numeração de um dos cavalos. Ao finalmente ter o resultado de sua aposta confirmada os amigos de Choppinho comemoravam em conjunto pela extraordinária vitória. "Foi uma festa só, me jogavam pra cima enquanto eu gritava que nem um alucinado! Fiquei sem voz até o dia seguinte!" me contava. "Depois que eu acalmei, prometi pro pessoal pagar um churrascão pra comemorar, afinal, não é todo dia que se ganha 36 mil num dia!"

3. A Dimensão moral de um gasto improdutivo

A relação com que Choppinho e os demais presentes possuem com o dinheiro traz a tona a discussão que debate a relação dos "diferentes tipos de dinheiro[14]". As distintas formas de classificação, uso, organi-

---

12 *Estudar* o programa é uma categoria nativa que implica em observar os dados apresentados pelo programa e saber adotar a melhor estratégia de apostas em cada páreo. Um bom estudo implica em uma boa visão das variáveis explicitadas pelo Jockey Club para a melhor elaboração das apostas, resultando em um índice favorável de acertos.

13 Grande quantia de dinheiro

14 Aqui insiro a discussão da autora Viviana Zelizer (1994), que busca entender: "how does Money really work?" (1994 p.5) visando um estudo de como são feitas as distinções entre os diferentes tipos de dinheiro, quando estas distinções são feitas e seu respectivo contexto social, demonstrando que este objeto, ao contrário do que é comumente afirmado, não é alienável por natureza.

zação, trocas do dinheiro e conforme ele é atribuído nas diferentes relações sociais. De um ponto de vista estritamente econômico (no sentido clássico), o jogo aparece como um gasto eminentemente improdutivo que não contribui com a produção e reprodução da vida material, é atribuído a exclusivamente a perda (cf. Figueiro, 2014 p.7). Entretanto, a fuga da noção racionalista e utilitarista é imperativa para entender como que o dinheiro é reconhecido e classificado nas (e para as) apostas nas casas de jogo. Defendo a necessidade da adoção da visão etnográfica para auxiliar a circunscrever o jogo e o dinheiro gasto nele por parte dos próprios jogadores.

Para evitar a visão estrita do uso racional e econômico busco aproximar a perspectiva de uma economia geral que não se detenha meramente num caráter utilitário ou funcional dos jogos, mas que perpasse pela positividade que tais gastos podem anexar aos jogadores. Dado que os prazeres obtidos pelo ato de jogar podem ser maiores (não somente monetários como emocionais e simbólicos) do que as perdas monetárias, objetiva-se, assim, discutir a introdução das variáveis morais ao assunto.

Noutra medida a transgressão moral embutida no universo das apostas é apropriada como contrária a uma atividade útil que não detêm relação com outra atividade, sendo um fim em si mesmo, caracterizando-se pela sua falta de comensurabilidade e previsibilidade. Tratar-se assim de um gasto transgressor, estando fora da norma vigente, expressando-se no jogo a sua onerosa improdutividade com a fuga dos valores inseridos nas forças produtivas causando rupturas na ordem social vigente.

É possível observar em trabalhos como (Burnham 1993, Zelizer, 1994, Reith 2007) que classificam o ato de apostar trazendo consigo a ideia de dinheiro "sujo" oriundo de fins moralmente questionados como, drogas, prostituição e jogos de azar. "Unlike an "honest dollar," "dirty" Money is stained by its ethically dubious origins. (…) Dirty money, it seems, "burn a hole in your pocket and has to be used quickly" (Zelizer, 1994 p.3). A ideia de "dinheiro sujo" insere na reflexão uma noção de transgressão que detém um rótulo generalizante e enrijecido das possíveis formas de classificar os ganhos monetários. A crítica que se vê aos jogos de apostas permeia na fronteira de uma atividade imoral que levará ao vício (cf. Reith 2007) fragmentada a partir do parâmetro em função de um excesso.

O autor Oswald Spengler (1926) interroga de maneira mais clara a definição matemática de que o dinheiro é uma abstração, problematizando uma suposta uniformidade em sua concepção.

> (…) every culture has its own mode of thinking in money, so also it has its proper money-symbol through which it brings to visible expression its principle of valuation in the economic field. This something, a sense-actualizing of the thought, is in importance fully the economic field. This something, a sense actualizing of the thought, is in importance fully the equal of the spoken, written, or drawn figures and other symbols of mathematic (Picles, 2012 p. 54 *apud* Spengler 1926 p.486).

A suposta alienabilidade do dinheiro nas relações é posta em suspenção, pois neste contexto é possível existir tipos e valores distintos de uma mesma moeda. No momento em que Choppinho retira do bolso um bolo de notas afirmando que "isso é pra hoje" apresenta um dinheiro distinto dos demais. Este dinheiro é, como se pode conceber, "dinheiro de jogo", separado e classificado para tal finalidade. Ele é posicionado fora do âmbito do trabalho, e "não é o que paga as contas da casa". O dinheiro de jogo não se atrela a ligação de subsistência e de necessidades básicas. Ele é composto por uma valoração própria de excedente que não fará falta no cotidiano do jogador e sua família após um dia de corrida.

A quantidade monetária atribuída a tal função é extremamente variável e depende de cada caso. É possível observar jogadores que, como Choppinho, elevam o grau de apostas às centenas e até mesmo aos milhares por dia de jogo. Por outro lado é possível também observar jogadores que jogam o mínimo necessário em um único páreo por dia, por não terem condições financeiras (ou simplesmente não estarem dispostos) de bancar altos valores. A concepção deste excedente não é uma relação direta de causa e efeito com os valores altos/baixos ou ganhos/perdas, assim como também não detém uma relação direta com os valores totais gastos.

A irredutibilidade do jogo quanto uma atividade em si mesma e a separação feita pelos apostadores entre "dinheiro de jogo" em contraponto com o dinheiro necessário para sobrevivência fazem com que os ganhos com frequência permaneçam no jogo e seja muitas vezes reinserido no âmbito das apostas.

A nível discursivo, esta questão permanece mais ou menos na mesma medida: (i) "isso aqui é pra eu me divertir", (ii) "nunca deixei nada faltando lá e casa!", (iii) "tenho duas pensões e três filhos na universidade, estão todos lá no bem bom. O que eu faço aqui não é problema de ninguém, só meu!", Os exemplos (i), (ii) e (iii) são afirmações frequentes de jogadores em campo. A afirmação (i) acentua-se no caráter individual e lúdico da atividade. Já as (ii) e (iii) demonstram que apesar da improdutividade inerente ao jogo ele ainda é classificado como inócuo, não interferindo nos demais andamentos e obrigações que o sistema produtivo impões.

Tais justificativas permitem que gastos variáveis sejam realizados em uma atividade que é popularmente reconhecida pela perda monetária. Por outro lado elas não deslegitimam, mas reforçam os distintos e possíveis processos classificatórios do dinheiro.

> Estes relatos narram a tensão que muitas vezes se estabelecem entre o jogo de apostas, a economia doméstica e as obrigações morais que esta implica, na qual é uma tensão expressada na chave econômica: não se faz uma alusão a qualidade do jogo em si mesmo, mas a necessidade de priorizar os usos do dinheiro que afeta o jogo (Figueiro 2014, p.15) [Tradução livre]

O autor mostra como o dilema do jogo é, em primeiro lugar, pôr o dinheiro em jogo. O jogador estaria fora dos padrões quando esta atividade o leva a perder o ingresso para obrigações cotidianas. O autocontrole é o que rege a boa relação do jogador com o jogo e enquanto ela não for rompida, o jogo permanece com seu caráter lúdico.

A hierarquia de valores que se expressa através do destino dado ao dinheiro nos leva a pensar como convivem tais hierarquias no âmbito das apostas. Como os exemplos (i), (ii) e (iii) demonstram, muitos apostadores apelam para o lado lúdico e recreacional acima da perspectiva econômica. Não havendo assim uma transgressão de valores morais, haja visto que todas as necessidades estariam assim sendo supridas.

A fuga da ordem econômica vigente me parece ser o cerne desta questão, onde a aplicação de quantias variáveis em uma atividade que detém um potencial lucrativo mas sem garantias e certezas. A dificuldade e as incertezas do retorno monetário das apostas aumentam o seu prestigio e o seu valor simbólico. O ato de jogar é em si o seu próprio motor de continuidade. Possíveis ganhos são parte inerente deste "passa tempo divertido" que em geral homens utilizam para socializar.

Deste modo, compreender as apostas implica no abandono da visão meramente economicista do prêmio, da racionalidade mercadológica e da utilidade, para centrarmos na positividade dos gastos e da dimensão que ocupa no ponto de vista das relações. Posto que o dinheiro (como mostra Geertz entre os balineses 2003) detém em seus usos variados registros morais.

4. 36 mil para um churrasco

Embora o espaço utilizado para o churrasco seja público, ele é apropriado pelo grupo, tornando-se, assim, um território de uso exclusivo deste, pois ali é um lugar onde além do lazer é também onde se encontram os amigos, se compartilha a comida e bebida, e joga-se muito ou seja, onde se dá a sociabilidade destes grupos. Mesmo sendo numa rua movimentada onde carros e pessoas passam com regularidade o espaço é disputado com o grupo que transformou o local em sua área de lazer[15]. A figura a seguir estabelece uma esquematização da disposição do churrasco, na rua da casa de apostas:

15 Nos trabalhos de Travassos (1995) e Souza (2003) é possível enxergar sociabilidades masculinas nas ruas da cidade com jogos e churrasco, respectivamente. Inseridos de maior profundidade e densidade.

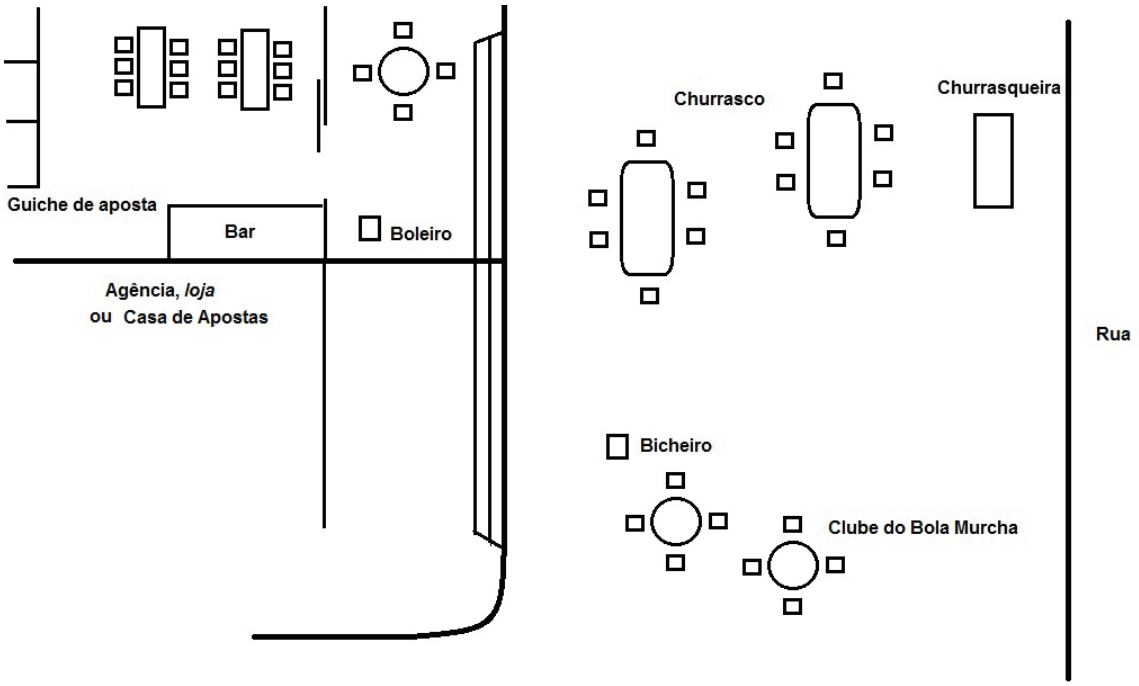

Figura 1: esquematização da esquia onde está situada a casa de apostas, Clube do Bola Murcha, jogo do bicho e do local de realização do churrasco. [Fonte: arquivo pessoal]

O churrasco se desenvolve em um espaço diretamente à frente da casa de apostas. Entretanto, neste dia as distinções entre os grupos ficaram em evidência. O grupo que participa ativamente do churrasco não é exclusivo da agência, nem do Clube do Bola Murcha, ele é composto por uma gama de frequentadores que estão inseridos em ambos os espaços. A participação no churrasco vai de acordo com a afinidade que cada um tem com o "anfitrião" Choppinho ou com algum de seus amigos mais próximos. Seus limites tornam-se claros para qualquer pessoa que passe por ali. Há uma barreira invisível, mas perceptível, seus limites são bem nítidos para todos.

A flexibilização de locomoção proporcionada pelos jogos neste espaço, permite que jogadores de grupos distintos se relacionem uns com os outros. O circuito de amizades varia de acordo com a localidade em que o jogador se insira em um determinado momento. Assim, Choppinho, um jogador que permanece a maior parte do tempo na casa de apostas possui um núcleo mais forte de relações dentro dos frequentadores deste espaço. Suas eventuais incursões ao Clube do Bola Murcha permitiram que ele adquirisse algumas poucas amizades com os frequentadores do local, entretanto pontuais e de menor intensidade se comparado ao da *loja*.

No dia do churrasco foi possível observar a partir da postura maior/menor ativa no evento de como estão distribuídas as relações a partir do ponto de vista do "anfitrião". O churrasco foi planejado para todos os jogadores, entretanto o núcleo central de frequentadores com participação ativa no churrasco se restringia a medida que suas relações se afastavam do elemento central (Choppinho) [16]. Os amigos "mais chegados", assim como o próprio Choppinho, tiveram a liberdade de convidar suas esposas e filhos que permaneciam exclusivamente no churrasco que não apostavam e não se locomoveram para dentro da casa de apostas. Os amigos mais próximos de Choppinho eram os que em geral cuidavam do evento e se revezavam na churrasqueira e distribuíam a carne pronta entre os demais "convidados". Apesar deles serem também frequentadores assíduos do local, no dia as apostas estavam em um segundo plano. O churrasco se transformou no elemento central de lazer para este grupo que incluía o próprio Choppinho, que pouco se preocupou com o andamento dos cavalos naquele dia (se

16 Embora eu tenha presenciado outros churrascos realizados na calçada, não tive a liberdade para fazer parte deles, por estarem sendo realizados por grupos distintos (no geral do Clube do Bola Murcha) nos quais eu não detinha relações. No geral a minha associação é atribuída aos integrantes ao grupo dos apostadores de cavalos e o apadrinhamento nestes casos não ocorreu como no churrasco realizado por Choppinho.

comparado aos demais dias de apostas). A organização do churrasco ficava a cargo deste grupo, que sem uma imposição exterior ou uma organização formal assumiram o papel de gestores do evento. "Aqui todos somos amigos [uns mais, uns menos] e tem que ajudar pra que todos possam curtir" afirmavam.

Outros participantes com menor intensidade já não tomaram a liberdade de trazer parentes ou amigos. Longe disso, apesar de também usufruírem da comida e bebida a presença no churrasco se pautava por permanecer ente os demais por um breve período de tempo, o suficiente para comer e beber e em seguida voltar para a agência ou o Clube do Bola Murcha. Os poucos que se aproximam são conhecidos de algum componente do grupo que param rapidamente para cumprimentar ou para uma brevíssima conversa que, após se despedir do amigo, saia rapidamente. Quando um estranho para, por qualquer motivo, no churrasco, o tempo de permanência no local é breve. Outros buscavam no churrasco uma pausa momentânea entre uma aposta e outra. Havia também aqueles para os quais o churrasco se tornava um evento indiferente, permaneciam jogando como se nada estivesse acontecendo do lado de fora da casa de apostas ou ao lado do clube.

Já o *bicheiro* e o *boleiro,* figuras presentes em todos os dias de jogo, também participaram do churrasco. A dinâmica das apostas no jogo do bicho naquele evento se dava "dentro" do próprio churrasco, pois o bicheiro locomoveu sua cadeira para ficar mais próximo da comida, das mesas colocadas para o evento e das rodas de conversa que se estabeleceram entre os participantes mais ativos. Qualquer um que quisesse realizar uma aposta no bicho teria que "entrar" no churrasco momentaneamente. Já o *boleiro* tinha que, muito a contragosto, se locomover entre a agência e o evento, já que estava impossibilitado de levar o seu posto para próximo do churrasco como fez o *bicheiro.* Afirmava: "hoje eu vou ficar pra lá e pra cá, não tá dando tempo nem de comer uma linguicinha!" Em certos momentos ele era chamado para fazer um bolão o que gerava novas reclamações por estar perdendo parte do divertimento.

Embora Choppinho não fizesse nenhuma distinção entre quem pudesse participar e quem não, esta divisão foi imposta a partir das relações que cada um detinha com o organizador do evento e com o grupo que a partir dele foi estabelecido. A coerção imposta pela formação de um grupo que dominava o churrasco restringia e coibia a participação de qualquer um sem contatos prévios com os participantes.

5. O *agente oculto* e os "malucos" de antolhos

No evento de Choppinho ficou em evidência a participação de um agente que até então somente surgia no âmbito discursivo. As famílias, mais especificamente as esposas, participavam da comemoração e que até aquele momento não se fizeram presentes neste espaço. Por mais que não frequentem estes locais com seus maridos, a todo o momento seu papel é revelado nos discursos dos jogadores, em ligações, mensagens telefônicas, histórias e piadas.

O espaço masculino criado nas casas de jogo estabelece dinâmicas de sociabilidade que não são compatíveis com o universo feminino[17]. As únicas mulheres presentes nestes espaços com regularidade são as que trabalham ou no bar ou nos guichês de apostas. A dialética dos valores de gênero é quase caricatural, pois enquanto homens jogam, mulheres trabalham estando assim em polos opostos. Na única vez que pude presenciar uma mulher apostando ela foi automaticamente taxada de *sapatão*[18] pelos demais. As mulheres neste espaço tornam-se um corpo estranho e são motivos de estranheza quando extrapolam os limites atribuídos pelas dinâmicas de sociabilidades dos jogadores.

Entretanto, por mais que fisicamente não se possa fazer perceber, a figura da mulher, mais precisamente das esposas torna-se um *agente oculto* que a todo momento busca regular os excessos dos jogadores impondo limites de tempo, valores monetários e frequência nas casas de aposta. Ao longo das conversas no cotidiano das apostas eventualmente indagações neste sentido são realizadas: (i) "Minha mulher quer que eu volte as quatro pra casa, mas que se dane, vou jogar mais alguns aqui e inventar uma desculpa." (ii) "Se eu gastar mais

17 Estes espaços estão compatíveis com outros tipos de sociabilidade masculina espalhadas pela cidade do Rio de Janeiro. Ver também: Travessos, (1995) e Souza, (2003)

18 Mulher homossexual.

dinheiro hoje vou dormir na rua, porque minha mulher vai me botar pra fora de casa". (iii) "amanhã eu não vou vir não, prometi ir na Barra [um bairro distante da idade] com a minha mulher." Mesmo que não estando presentes fisicamente elas são seres dotados de agencia e vontades a partir da perspectiva dos próprios jogadores.

No evento de Choppinho a participação das esposas (pelo menos de algumas delas) deixa de ser oculta, entretanto sua relação com o jogo não é alterada. Em nenhum momento elas extrapolam o seu papel e se aproximam da casa de apostas. Sua atuação no dia se dava exclusivamente a participar do churrasco. A casa de apostas permanecia como um "terreno proibido" à elas. Da mesma forma que o seu controle aparentemente desapareceu, pois os jogadores não mais se preocupavam com o tempo permanecido no espaço. A complementariedade entre o churrasco e as apostas permitiam uma flexibilização no controle feminino, que se situava velado pela presença das esposas, deixando de ser explicitado no discurso dos jogadores como de costume.

A representação que os familiares detêm do jogo e seus participantes é bastante homogênea. Ao ser apresentado a elas durante o churrasco era constantemente indagado o que eu fazia ali com seus maridos. Quando as apresentava meus propósitos e a ideia da pesquisa com jogos de apostas e jogadores a resposta delas era: "Mas aqui só tem maluco!" O "maluco" em questão eram seus próprios maridos. Não eram malucos no sentido de serem loucos, pois no geral todos são dotados do mais perfeito controle de suas faculdades mentais. Este adjetivo atribuído pelas esposas se dava pelas escolhas realizadas por eles em função do jogo. De certa maneira elas estavam indagando como alguém pode jogar com tamanha frequência em algo que para um não nativo aparece como uma atividade inútil e sem sentido. Não apenas pelos gastos monetários, mas também "gastos" de energia e tempo em função das corridas.

A mulher de "Paulinho" contou: "ele acorda, fica em pé na cozinha as 4 da manhã de sexta com um copo de café e um cigarro lendo esse papelzinho [o programa do Jockey] pra jogar no dia seguinte. Ninguém normal faz isso!" Pensar nos cavalos, na próxima aposta e nas melhores estratégias de jogo não é algo que ocorre apenas no momento de jogo, mas uma atividade que extrapola os limites espaciais e temporais do Jockey e das casas de jogo.

Da mesma forma jogadores mantêm um impressionante histórico de corridas memorizadas, dados que são constantemente alvos de discussão e debate entre eles. As corridas exigem que os jogadores tenham uma memória cristalizada sobre os resultados e páreos mais importantes e presenciados e uma classificação estratificada dos melhores (jóqueis, cavalos, criadores, haras etc.). Em meio a uma discussão sobre o melhor jóquei que participou do GP[19] do ano de 1989, Sandra, que trabalha no guichê recebendo apostas olha pra mim e indaga: "Você tá jogando?! Cuidado, vai ficar que nem esses caras ai que só pensam em jogo. Pode até passar uma mulher bonitona na frente deles que eles não vão nem perceber, só tem olhos pros cavalos." No momento seguinte em que passa a primeira mulher passa frente à *loja* ela olha pra mim como quem dissesse: "eu não disse?!"

6. Administrando a ordem

Ao longo da realização do evento uma dupla de guardas municipais (GMs) que realizava uma ronda na rua resolve abordar os participantes do churrasco e questiona a legitimidade da realização de tal festa. O primeiro contato entre eles e o grupo o discurso proibicionista impera pela falta de autorização legal. Os guardas afirmavam que seriam forçados a desmontar o churrasco pois estavam causando um constrangimento a ordem do local. Choppinho intervém e questiona a atuação e a liberdade de se poder realizar um churrasco naquele espaço que eventualmente é utilizado por grupos distintos para tais eventos. Sem deixar de mencionar o propósito da comemoração, como se de alguma forma isso fosse causar o mesmo efeito simpatizante que causa nos demais jogadores. Após alguns minutos de negociação acertou-se um prato de carne para cada um que não mais ameaçariam interromper o churrasco. Antes de terminar a ronda os GMs voltam ao local do churrasco e cumprimentam Choppinho agradecendo-o pela comida e não retornam.

---

19 GP, Grande Prêmio do Brasil, a prova mis importante do *turff* nacional que ocorre na cidade do Rio de Janeiro.

A noção de "ordem" embutida no discurso dos GMs nos remete a noção Foucaultiana (1997) de *ilegalismos* que desenha os perfis de um mundo urbano alterado e redefinido formas de produção e circulação de riquezas, que ativam os diversos circuitos da dita economia informal, e se processam nas fronteiras incertas entre o informal e o ilegal, também o ilícito.

> Ilegalismos urbanos não são propriamente uma novidade, sabemos disso. Eles são algo que acompanha a história de nossas cidades, um item quase obrigatório nos estudos urbanos, e já foram tematizados por uma extensa e prestigiosa literatura, para não falar das circunstâncias históricas que presidiram o desde sempre expansivo mercado informal (Teles, 2010 p.97).

A gestão diferencial dos *ilegalismos*[20] na economia do tecido urbano no mercado de diversões assume características distintas quanto a localização em que as atividades são desenvolvidas. Jogo do bicho, cartas, cavalos e churrasco, assumem formas específicas de administração em tais espaços.

7. Ganhar, receber e distribuir

Os motivos para Choppinho realizar e produzir o evento estão longe de ser puramente uma ostentação dos ganhos. O churrasco é um evento de celebração não apenas do sucesso de um, mas de todos. Ele faz parte de uma etiqueta social onde grandes feitos são retribuídos pelo seu reconhecimento perante o grupo.

Já a epígrafe do Ensaio sobre a Dádiva de Marcel Mauss (2003) exprime uma dialética inerente à dádiva: ao receber alguém estou me fazendo anfitrião, mas também crio, teórica e conceptualmente, a possibilidade de vir a ser hóspede deste que hoje é meu hóspede. A mesma troca que me faz anfitrião, faz-me também um hóspede potencial. Isto ocorre porque "dar e receber" implica não só uma troca material mas também uma troca espiritual, uma comunicação entre almas. (cf. Lanna, 2000)

O churrasco se torna nesse sentido parte de uma elaborada etiqueta social presente nesses espaços, onde o ganhador, retribui o apoio, a sorte e compartilha com os demais os grandes feitos nas corridas, da mesma maneira que com isso enaltece o seu próprio status dentro do grupo, que o reconhece enquanto um grande jogador.

8. Referências:

ARGIER, Michel. (2007), Antropologia da Cidade, lugares, situações, movimentos. Ed: terceiro Nome.

BURNHAM, John C. (1993), Bad Habits, drinking, smoking, taking drugs, gambling, sexual misbehavior, and swearing in American History. Ed. New York University Press; New York.

FIGUEIROS, Pablo. (2014), Apuesta, Trasgresión y Soberanía: una reflexión en torno a los jugadores de Quiniela. In:. KULA. Antropólogos del Atlántico Sur, N° 10 Abril 2014

FOUCAULT, Michel. (1997), Vigiar e punir: História da violências nas prisões. Petrópolis, Vozes.

GEERTZ, Clifford. (2003), "Jogo Profundo: notas sobre as rinhas de galo em Bali".:In Clifford Geertz: A interpretação das culturas. Gedisa.

---

20 Nesse ponto será importante recuperar a noção de "gestão diferencial dos ilegalismos" proposta por Foucault. O autor desloca a discussão da tautológica e estéril binaridade entre o legal e o ilegal, para colocar no centro da investigação os modos como as leis operam, não para coibir ou suprimir os ilegalismos, mas para diferenciá-los internamente, "riscar os limites de tolerância, dar terreno para alguns, fazer pressão sobre outros, excluir uma parte, tornar útil outra, neutralizar estes, tirar proveito daqueles" (Foucault, 1997, p. 227 *apud* Telles, 2010 p.102).

GLUCKMAN, Max. (2009), Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: Antropologia das sociedades contemporâneas (Metodos), FELDMAN-BIANCO, Bela (ogr.). 2ª Ed, Ed. Unesp, 2009, p. 237-364

PARK, Robert E & BURGES, Ernest W. The City. (1984 [1925]), Suggestions for investigation of humam behavior in the urban environment. Ed. University of Chicago Press; USA, 1925. Midway Reprint.

LABRONICI, Rômulo Bulgarelli. (2012), Para todos *Vale o Escrito*: Uma etnografia do jogo do bicho. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense PPGA/UFF – Niterói.

LANNA, Marcos. (2000) Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio Sobre a Dádiva, In: Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 14: p. 173-194, jun.

MAUSS, Marcel. (2003), Ensaio sobre a Dádiva. Sociologia e Antropologia. São Paulo;
Cosacnaify.

PICLES, Anthony J. (2012), The Pattern Changes Changes: Gambling Value in Highland Papua New Guinea. Tese apresentada a Universidade de St Andrews.

REIRH, Gerda. (2007). "Gambling and the contradictions of consumption: a genealogy of the 'pathological'subject". American Behavioral Scientist. Vol. 51, No 1. pp. 33 a 55.

SOUZA, Rolf Malungo de. (2003), Confraria da Esquina: O que os Homens de Verdade falam entre si em torno de uma carne queimando Uma etnografia de um churrasco numa esquina do subúrbio carioca. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense PPGA/UFF – Niterói.

SPENGLER, Oswald. (1926), The decline of the West; authorized translation with notes by Charles Francis Atkinson, London: EdAllen & Unwin.

TELLES, Vera. (2010), Nas dobras do legal e do ilegal: Ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social Vol. 2 - no 56 - 2010 - pp. 97-126

TRAVASSOS, Sonia Duarte. (1995), Jogo, Praça Pública e Sociabilidade Masculina. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social PPGAS/MN – UFRJ.

ZELIZER, Viviana A. (1994), The Social Meaning of Money.Pin Money, paychecks, poor relief, & other currencies.Ed. Basic Books; New York

"Camelódromos" do Rio de Janeiro e de Campos dos Goytacazes: jogo político e comércio informal

Prof. Dr. Hernán Armando Mamani[1]

A criação de mercados populares constitui um "modelo" de política municipal, implementada a partir de 1983, na cidade do Rio de Janeiro e imitado nas principais cidades do estado, como Campos dos Goytacazes, em 1991. Instituídos por lei ou por decreto municipal - nos quais os comerciantes informais receberam uma autorização precária para ocupação de um "box" - os "camelódromos", reduziram o conflito entre informais e comerciantes e estimularam um comércio popular rentável e integrado a redes econômicas mundiais. Mas, a partir de 2005, a perseguição ao contrabando e aos produtos pirateados, as novas concepções de política social, bem como a implantação de projetos de renovação urbanos coíbem estes mercados. E as tentativas de remoção dos mercados populares expandem-se ao interior do estado e põem à mostra os atores e as práticas envolvidos em sua regulação. Em tais circunstâncias, este trabalho descreve e analisa a produção, transformação e difusão de políticas e das arenas locais - destinadas a tratar do comércio informal na rede urbana do Rio de Janeiro, a tendo como base a experiência de Campos dos Goytacazes entre 1990 e 2014, comparada, pontualmente, com a do Rio de Janeiro. Cidades nas quais as administrações municipais assumem posturas opostas em relação aos ambulantes.

Este proposta constituiu um desdobramento do projeto de pesquisa "Sociabilidade, Disputada ou Violenta: gramáticas e dispositivos da administração de Tensões Urbanas[2]" dentro do qual tratei do conflito entre comerciantes e camelôs, intermediado pelo município no Rio de Janeiro. Minha atenção fixou-se, naquele caso, nos quadros sociais que orientaram os debates públicos e marcaram de forma durável os graus e modos de tolerância em relação aos informais entre 1983 e 2009. Constatei que, ao longo desse período, podem ser identificados dois momentos. Um primeiro que favorece a tolerância, apresentada como uma espécie de política inclusiva destinada a garantir trabalho a deficientes e desempregados. E, um segundo, no qual a repressão ao comércio informal é estimulado, mesmo quando legalizado, por considerar que estimula uma 'cultura' da ilegalidade e a desordem urbana[3].

Como terei ocasião de mostrar, os arranjos que permitem ou impossibilitam a ação de ambulantes na rede urbana do Rio de Janeiro mudam. No entanto, em todos esses lugares, a política em relação aos ambulantes articula, em proporções diversas, "camelódromos" e a defesa da luta contra a desordem e a retórica do "choque de ordem". Suponho, neste trabalho, que os quadros e os dispositivos "circulam". São "modelos" que a partir do Rio de Janeiro difundem-se e são reproporiados e resinificados nos contextos locais.

É bom mencionar que o caso do comércio popular ou informal sobrepõe-se a vários modos de circulação e de circuitos. A circulação econômica e seus pontos de sustento nos mercados populares localizado em áreas nodais, rede intra-urbana, metropolita rede e a rede urbana regional (circuitos), articula uma economia mundial[4]. Mas, esta dimensão não é condição suficiente para tratá-lo como um problema público nem para a formação

---

1 Hernán Armando Mamani é Professor Assistente da Universidade Federal Fluminense (UFF), Bacharel em Ciências Sociais, Mestre em Sociologia e Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Hernan_a_mamani@yahoo.com.br

2 Coordenado pelo Prof. Dr. Luiz Antonio Machado da Silva.

3 A partir desta gramática, responsabiliza-se as autoridades por ter tolerado os camelôs e a formação de uma 'cultura da desordem' que deve ser erradicada das 'áreas nobres da cidade' mediante uma política de 'tolerância zero" denominada "choque de ordem". Este quadro estabelece, além disso, um consenso entre as esferas e níveis do estado, comerciantes e classes médias da cidade do Rio de Janeiro que, por contágio, difunde-se aos municípios da região metropolitana e do interior do estado e se transforma numa 'bandeira' política e em modelo de ação municipal (Freire *et al.*, 2012)

4 E isto descaracteriza modelos da economia popular como a teoria dos circuitos da economia regional (Santos, 1978) embora possa ser articulada à noção de Involução metropolitana (1991)

de arenas públicas sobre o tema. Nesse sentido, a preocupação com os modelos ou quadros, sua difusão e metamorfose permitem pensar sobre a condição de legalidade múltipla 'desigual e combinada"[5] aplicada aos produtos em circulação. Porém, permite principalmente pensar a formação de arenas públicas locais de alcance restrito, articuladas a outras mais complexas e influentes, o que extrapola o escopo deste trabalho. Busco, apenas, estabelecer pontos de comparação que permitam formular questões. No caso, como se dá o conflito entre ambulantes e comerciantes, como se dá a intervenção municipal, qual é o grau de publicidade do conflito, quais seus referentes e principais atores[6].

O comércio informal de Campos dos Goytacazes

À primeira vista, o comércio informal em Campos dos Goytacazes não se diferencia, muito, do conhecido no Rio de Janeiro: ambulantes vendem balas e refrigerantes, água de coco, refrescos, águas e sanduíches, próximos a pontos de ônibus, hospitais, escolas e supermercados, em bancas permanentes ou móveis ou improvisadas e tem maior frequência e proximidade no centro da cidade. Ali, as lojas e bancas de camelôs e ambulantes parecem misturadas: vendedores de CDs, óculos, celulares, bolsas, roupa, lanches... O "epicentro" deste é comércio popular, composto pelo Shopping Popular Michel Haddad - o "Camelódromo" – juntamente ao Mercado Municipal e, nas ruas que os contornam, as grandes lojas de produtos para festas, louças e panelas baratas, de material de construção e o comércio atacadista de produtos para vendas de periferia ou de roça[7]. Completa esse quadro a multidão de pessoas que transitam diariamente entre 8:00 e 18:00 h. Juntos compõem, provavelmente, o setor e o lugar mais dinâmico da economia campista[8].

O conjunto, que lembra o comércio popular do centro do Rio de Janeiro, pelo tipo de comércio e pela arquitetura, assemelha-se, também, pela sua disposição na cidade (morfologia). De fato, como o complexo de comércio popular do Rio de Janeiro que se dispõe em um corredor que inclui, a partir da rua Uruguaiana, a SAARA até a Central do Brasil, tendo como limites transversais a Av. Marechal Floriano e a Praça Tiradentes. O comércio popular de Campos dispõe-se em um eixo, menor 700 m, aproximadamente, na direção norte, e uns 500 na direção oeste-leste. O Camelódromo e o Mercado Municipal encontram-se na interseção desses eixos que tem, ao sul, a Rodoviária Velha - que recebe o transporte do interior do município da região e alguns ônibus do Rio, e, ao norte, a Rodoviária urbana, na beira Rio, seguindo as Ruas Barão do Amazonas e Beira Valão. O eixo transversal é marcado pela Av. Formosa e pela rua João Pessoa. Surpreende sua extensão e diversidades únicas no interior do estado do Rio de janeiro, somente superada por municípios da Região Metropolitana e, em particular, do centro do Rio de Janeiro ou em bairros como Madureira, Niterói, ou Alcântara.

O Camelódromo, não apresenta o mesmo grau de especialização que o da Uruguaiana, nem a mesma extensão. Porém, o conjunto camelódromo, de mercado municipal, lojas de consumo popular, e atacadistas caracterizam a superposição de mercados, de escalas econômicas, envolvidas no consumo popular. Se desde o ponto de vista morfologia urbana não é possível identificar conflitos senão complementaridades entre "Lojas e Camelôs". E a mesma falta de diferenciação observa-se nos produtos.

Os Camelôs de Campos vendem, principalmente, produtos de origem chinesa. Nas bancas do Centro, predominam a venda de acessórios para celular, eletrônicos, games, Cds e DVDs que correspondem a mais da metade dos produtos oferecidos, seguido, de roupas e acessórios de vestir, brinquedos, acessórios para automóveis ou revistas são minoritários. Outros produtos, como ferramentas, plantas e alimentos ocupam o mercado municipal, ao lado. Em verdade, o camelódromo, o mercado municipal, a coberta encontram-se totalmente "fundidos" ao seu entorno. O tipo de comércio e de produtos ao seu redor pouco se diferenciam

5 Uso este termo da tradição para me referir aos múltiplos estatutos legais das mercadorias oferecidas nos mercados populares Ver Telles (2010).

6 Os dados utilizados tem diversas fontes e estão apresentados como uma contextualização.

7 Diretor da CODEMCA (2008) e observação direta.

8 Esta descrição corresponde a observações realizadas entre 2006 e 2013.

quanto ao público: especializam-se em rubros do consumo popular vendidos a varejo ou, em alguns casos, ao atacado para o comércio da periferia ou da área rural.
Quanto à ação municipal, há dois órgãos da Prefeitura diretamente envolvidos com os camelôs em Campos dos Goytacazes: a Postura Municipal, cujos fiscais controlam o uso das ruas e praças, especialmente pelo comércio ambulante[9], e a Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos (CODEMCA) que administra o camelódromo, as Lojas das duas Rodoviárias da cidade e da Feira de "Mãos de Campos[10] (LEMOS, 2001)". Embora a prioridade da CODEMCA seja o desenvolvimento municipal, possui também algumas atribuições secundárias, a partir da qual tem havido a chamada gestão do "shopping popular"[11], ficando responsável pela manutenção do local. Para este fim, é cobrada mensalmente uma taxa de R$50,00[12] aos camelôs, que é utilizada para cobrir os custos de água, luz, banheiro e funcionários que se tem ali. Paga-se, portanto, pela permissão, uma taxa mensal à prefeitura.

> ...Vamos dizer que toda permissão de uso tem a mesma filosofia. Concede-se algo, para que a pessoa use e ela terá alguns direitos, como luz...água...e isto é intransferível (CODEMCA, 2008).

Atua, ainda, no local, um fiscal da CODEMCA que serve como canal de comunicação de reivindicações e de possíveis conflitos[13].
Este arranjo montado pela prefeitura municipal de Campos, a partir de 1991 – ocasião da criação do Camelódromo de Campos – batizado "Michel Haddad", a partir de 1997 - tem servido, desde 1991, para evitar, por mais de 20 anos, maiores conflitos entre camelôs e comerciantes.

Legislação e camelódromos

A construção, pelo município, de espaços destinados ao mercado informal (conhecidos como Shoppings populares) demonstraria a preocupação do Estado em tentar "formalizar", com o mínimo de normatização jurídica, o desenvolvimento da economia paralela (Silva, 2002: 2). Tal tese é vaga demais. A pergunta deveria ser sobre as causas do apoio e as condições políticas de postura. Por outro lado, neste ponto, contrasta com a experiência do Rio de Janeiro – quais atores e quais as diferenças? A origem do comércio informal no centro da cidade de Campos dos Goytacazes é uma tarefa difícil de precisar. Há informações de que alguns pontos existem na cidade há mais de quarenta anos, bem como uma mítica que o vincula ora à migração sírio-libanesa ora nordestina. Interessa-nos aqui apenas o comércio que se transforma num conflito entre lojistas e camelôs e se transforma num problema público que se soluciona mediante a forma camelódromo cuja presença é ratificada pelas entrevistas e jornais de época (Freitas, 2006).
De fato, comércio informal no centro de Campos ganhou visibilidade quando na Praça São Salvador e ruas próximas – no centro financeiro e comercial – começaram a serem vendidos, em bancas mais ou menos improvisadas, produtos contrabandeados do Paraguai[14]. Mas, os jornais mencionam o problema pelo menos seis anos antes da Camelódromo. As primeiras notícias falam das medidas que a postura municipal tomará contra Artesãos, Vendedores de Cartões de Natal e de alimentos que ocupavam o entorno da principal praça

---

9 Esta atividade é regulada, até 2008, pelo Código de Posturas de 1973.

10 Feira de artesanato do município.

11 Denominação comumente utilizada para se referir ao camelódromo de Campos dos Goytacazes.

12 Valores de 2008.

13 Até 2009 não existia ativamente nenhum tipo de cooperativa ou associação. A partir daquele ano, a associação foi reativada.

14 Isto é apontado por Lemos (2001), por Freitas (2006) e ratificada nas entrevistas.

da cidade (FOLHA DA MANHÃ. 5 de dez. 1985, p. 5). Poucos dias depois, o mesmo jornal informa que "Camelôs Invadem o Centro e vendem de sabonetes a sapatos" e que a venda desses produtos, vindos do Rio de Janeiro e São Paulo, sustenta desempregados que precisam sustentar suas famílias (FOLHA DA MANHÃ, 20 de dez. de 1985, p. 9). Em 23 de Janeiro, pedem solução do Prefeito de Campos, Zezé Barbosa, depois que vendedores de relógios digitais tiveram sua mercadoria apreendida. As soluções negociadas, caso a caso, tendem a remover os camelôs para as imediações do terminal rodoviário urbano (chamado depois Luís Carlos Prestes).

Mudanças significativas ocorrem com a eleição e posse do Prefeito Antony Garotinho Matheus, em 1989, que foi simultânea à eleição de Adailto Rangel, como Presidente da Associação Comercial de Campos dos Goytacazes (ACIC). Este último, liderou uma campanha que unificou os comerciantes para resolver a "questão camelô". A "concorrência desleal aos demais comerciantes, que pagavam impostos e que, pela sua localização - na portas das lojas - atrapalhavam o movimento dos fregueses" (Rangel *apud* Freitas, 2006: 94). O resultado negociado entre a associação dos Camelôs do Centro, a Prefeitura e a ACIC consistiu em retirar todos os camelôs das ruas, criando um espaço destinado às suas atividades: o Camelódromo, também conhecido, a partir de 1992, como "Shopping Popular Michel Haddad" (Freitas, 2006).

O Camelódromo incorporava, em Campos, um tipo de política que vinha sendo implantada na Cidade do Rio de Janeiro nas gestões do PDT: a remoção dos camelôs, cadastrados, para mercados nos quais não concorressem com as lojas. Mas, ao contrário do Rio, não houve nem seleção nem zoneamento. Este processo encerrou o conflito por mais de quinze anos, dado que eliminou a concorrência no Centro.

A avaliação feita pelo Diretor Técnico da Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos dos Goytacazes (CODEMCA), quase vinte anos depois, era que o lugar escolhido para abrigar o Camelódromo era uma área decadente. E que seu uso - regulado, posteriormente, pelo decreto de n° 30, de 15 de maio de 1997 - desobstruiu as estreitas ruas centrais e o calçadão da cidade.

Igualmente, segundo Lemos (2001: 66), esta teria sido uma política bem sucedida dado que

> ...a formação do camelódromo acabou por ir ao encontro dos anseios dos próprios camelôs em ver sua atividade reconhecida pelo poder público Municipal mediante a destinação de um local específico para tais práticas, protegido das intempéries e passível de ser realizado com a maior tranquilidade, já que minimizou a repressão policial. A bem da verdade, não se trata de um processo livre de conflitos, negociações e resistências.

Do ponto de vista econômico, Lemos (2001), sustenta que houve um incremento econômico dado o crescimento das atividades. Por essa via, o camelô aproximar-se-ia do comerciante formal, uma vez que sua banca se torna uma "quase loja", se considerados os produtos e as práticas comerciais. "O seu estatuto do ponto de vista legal pode até ser informal, mas a maneira como estrutura as suas atividades é em observância àquele padrão válido para o comércio em geral" (LEMOS, 2001: 76).

A crítica, esboçada por este autor, é da precariedade da concessão, crítica mais desenvolvida por Silva e Freixo (2014) para o caso do Rio de Janeiro. De fato, no Rio, o Camelódromo da Uruguaiana sustenta-se na Deliberação legislativa n.º 1.876 de 29 de junho de 1992, enquanto, em Campos, o faz com base na Lei nº 8.061, de 10 de dezembro de 2008 - Código de Posturas -. Em ambos os casos, os camelôs recebem uma permissão precária. A diferença é que, em Campos, o comércio de ambulantes, precisa unicamente autorização municipal cujos critérios não estão especificados no texto. Infiro, disto, que o elemento político da relação seja mais forte em Campos que no Rio.

"Choque de ordem e Nova Política"

Aquele quadro transforma-se consideravelmente, a partir de 2009, e prossegue ao longo de 2010 quando, por clara pressão da Câmara de Dirigentes Lojistas de Campos (CDL), da Associação de Comerciantes da rua João Pessoa e Adjascências (ACJOPA) e da Associação Comercial e Industrial de Campos (ACIC), o Ministério Público Estadual exigiu à prefeitura a remoção dos ambulantes do Centro, num prazo curto. O resultado foi a

assinatura de um Termo de Ajuste de Comportamento (TAC) que vem orientando a política para o comércio popular desde então.
Em verdade, nos anos anteriores a 2010, houve um substantivo crescimento do número de ambulantes na Praça das Quatro Jornadas e nas ruas próximas ao Camelódromo. Muitas vezes como expansão das atividades do Camelódromo. E o mesmo ocorria com o mercado da rua Santos Dumont. Mas, a pressão dos lojistas pareceu não afetar os negócios do camelódromo.
O conflito tinha se tornado público em 2009, quando a Prefeitura foi chamada a se explicar diante de uma ação no MP, promovida pela CDL, em 2006. Simultaneamente, a imprensa adotou a retórica da ordem. A "campanha" foi deslanchada, inicialmente, desde o Jornal "Folha da Manhã", na qual o redator chefe defendia a adoção da política do "choque de ordem", tal como realizado na cidade do Rio de Janeiro.

> Duplo sentido
> Uma autoridade municipal falou esses dias que a Prefeitura estava preparando um plano de ação para dar um choque de ordem nas vias públicas. Usou o termo "zoneamento urbano". Nunca um termo foi tão bem colocado para definir a situação atual. Se vai resolver o problema, em um segundo momento, é uma outra questão. Urbanamente falando, a cidade está uma zona." não é problema apenas de bairros periféricos (Barbosa, 07 out. 2009).
>
> Aferindo
> Uma pesquisa de opinião pública vai mostrar que um dos problemas urbanos mais sérios de Campos é a desordem. Ela pode ser vista a olho nu nas esquinas. Neste contexto, destaque para a proliferação de camelôs e a poluição sonora. Não seria tão difícil botar ordem nesta bagunça, que nada tem a ver com problemas sociais, como tentam justificar" (Barbosa, 18 set. 2009). –
>
> Melhorias
> Por falar no Centro, ruas como a João Pessoa começam a receber nova pavimentação. É um "enfeite" para o Natal. As obras mesmo começam em janeiro. O que não pode acontecer neste atual momento é a ampliação do camelódromo na área do Mercado Municipal. Se isso se concretizar, teremos um caos completo". (Barbosa,11 out. 2009).

A conjuntura desta defesa do "ordenamento" do Centro era de exigência - à Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes - de criar condições que aumentassem a rentabilidade de seus negócios. E os camelôs são um dos principais obstáculos, não somente para o aumento das vendas, mas para a circulação e o uso turístico da área central. Esse era o argumento de Joílson Bacelar, Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Campos (CDL), em entrevista publicada no Jornal Folha da Manhã, em 15 de setembro de 2009 .
Assim, dois dias depois, a Folha da Manhã, defende a postura assumida, nos seguintes termos:

> Correta
> A Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) está correta em cobrar, como representante da sociedade organizada, a reorganização da cidade tanto no âmbito da segurança pública quanto no da postura. O problema da Postura em Campos é crônico, porque ela é incapaz de retirar os camelôs que se espalham pelo Calçadão, mesmo a cidade já tendo uma área no Centro que foi destinada a eles.em matéria Segundo (Barbosa, 17 set. 2009).

A partir de então, ordenar o Centro e atender as demandas dos lojistas aparece nos jornais como a principal ação da Prefeitura. Em tais circunstâncias, as primeiras tentativas municipais por realocar o camelódromo

foram malsucedidas e, mesmo com pressões do Ministério Público, não foi possível removê-lo. Os lugares sugeridos não foram aceitos devido às dificuldades no acesso e à distância da área central ou por estar localizada em área de grande movimentação de veículos. Desse modo, os prazos dados pelo Ministério Público foram progressivamente deslocados de 31 de dez de 2009 para 31 de novembro de 2010, e mesmo nessa data a remoção não foi total. E o camelódromo permanece no mesmo lugar.

Os comerciantes do camelódromo demonstraram grande capacidade de pressão, embora, em nenhum momento, tenham realizado manifestações de rua. Mobilizaram parlamentares, a prefeitura e vereadores, condicionando sua saída temporária à reforma e reestruturação do atual camelódromo. A proposta final foi de expandir o número de boxes, abrigando todos os ambulantes do centro, os novos e os antigos. Assim, o número de boxes passaria dos atuais 300 para 500. A última conquista foi a de se deslocarem, apenas, à uma estrutura provisória na rua, ao lado do Camelódromo.

O golpe à resistência do Camelódromo veio, quando, em 25 de março de 2010, uma operação coordenada da Polícia Federal e a Receita Federal apreendeu mercadorias e fechou os boxes daqueles que não tivessem as notas fiscais dos produtos. A operação, conhecida como vinte e cinco de março - em alusão à rua de São Paulo, de onde vem grande parte da mercadoria - apreendeu 60 toneladas de mercadorias, no valor de RS 7.000.000,00 reais. Comentando a mesma operação, o Delegado Titular da Polícia Federal em Campos, Paulo Cassiano, acusou à Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes de ser negligente por não controlar a origem das mercadorias, permitindo a venda de produtos contrabandeados e sem nota fiscal[15]. A reação não se fez esperar; no mesmo dia, diante das reivindicações da Associação dos Vendedores Autônomos do Shopping Popular (AVASP), a prefeitura lançou o programa de Formalização do comercio informal. Assim, segundo o Site da Prefeitura, a Prefeita

> ...determinou à Procuradoria Geral do Município que busque entendimento junto ao Ministério Público Federal, solicitando prazo para que os vendedores autônomos possam se formalizar como empreendedores e continuar atuando no Shopping Popular. A prefeita determinou que seja oferecida toda orientação técnica e capacitação para que os vendedores se transformem em micro empreendedores. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, 25 mar. 2010.

A formalização consiste em registrar os comerciantes no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), através de um contador indicado pela CODEMCA e o pagamento de uma prestação mensal de R$ 58,00. O Presidente da CODEMCA, Jivago Faria, acreditava que, desse modo, teriam acesso ao crédito bancário e as linhas de crédito diferenciadas do Fundo de Desenvolvimento de Campos (FUNDECAM). Tal formalização teve grande aderência, mas não afetou o comércio.

Mais tensas foram as negociações quanto ao local de remoção, dado que o TAC exige a restauração do centro histórico e o desimpedimento da livre circulação – que se arrastaram por mais de três anos e ainda não formam concluídos. O acordo previa a remoção do Camelódromo e o Mercado Municipal. Primeiro, em 2010, removeram-se os vendedores de alimentos - que ocupavam, à noite, as imediações da praça principal (Praça das Quatro Jornadas) - para baixo do viaduto da ponte Leonel Brizola, que atravessa o Centro, a 300m da praça. Previa-se a mesma localização para o Camelódromo e ambulantes do Centro, contudo estes recusaram e saíram da negociação, obrigando a prefeitura a estender repetidas vezes o prazo para remoção todos ao ambulantes[16]. Finalmente, em maio de 2014, os Camelôs foram removidos para o Parque Alberto Sampaio, situado em frente ao Mercado Municipal, a menos de 100m do antigo Camelódromo e dentro do perímetro do comércio popular. Igualmente, o próprio mercado será transferido para as imediações.

Essas transferências fariam parte das obras de revitalização do Centro, dentro da qual o Mercado ocupa lugar de destaque, e que atende às demandas das organizações de lojistas da cidade. Contudo, estas organizações

---

15 http.www/Robertomoraes.blogspot.com/2010/03/delegado-da-polícia-federal-comenta-no

16 Não há registros de conflitos violentos nem ações repressivas por parte da Guarda Municipal

promovem ativamente uma campanha pela restauração do prédio do mercado municipal, valorizado unicamente desde a perspectiva arquitetônica, em detrimento de seus usos e de seu entorno. Paralelamente, a prefeitura demora o início das obras de um novo camelódromo, no mesmo lugar do antigo, enquanto as lojas do entorno reclamam da diminuição das vendas. Por sua parte, os Camelôs temem não retornarem ao antigo ponto. Em suma, o processo encontra-se num aparente impasse.

Conclusões

Deste esboço de comparação entre a experiência do Rio de Janeiro e de Campos dos Goytacazes quanto à circulação dos "modelos" Camelódromo e a "ordem Urbana", concluímos que é possível pensar na difusão. Contudo, a apropriação dos mesmos aos contextos locais estão condicionados às características da arena pública, considerando os atores e o problema em torno do qual a arena pública local se forma. No caso de Campos, em nenhum momento o conflito ultrapassou de forma durável a questão do uso das calçadas.

Nas décadas de 80 e 90, como concorrência desleal, tematizava-se a obstrução da "via pública", por dificultar acessos e observação das vitrines, muito raramente foi apresentada como concorrência em termos de produto e preço. De igual modo, a adoção da retórica ordem carece dos elementos morais e legais que possui no Rio de Janeiro. A desordem urbana limita-se a descuido com a cidade, obstrução de ruas e calçadas, estacionamentos irregulares e carroças. A atenção à desordem foca-se na circulação na cidade e não na condenação ao contrabando e da tolerância dos cidadãos às ilegalidades.

Por outro lado, a atitude das autoridades municipais é, também, diferenciada. Em Campos, desde 1990, senão antes, assumem a defesa dos ambulantes, mas não enfrentam os lojistas. Além disso, o Prefeito e o primeiro escalão do governo envolvem-se diretamente nas negociações. Deste modo, não há, muito espaço, para a formação de mercadorias políticas que envolvam fiscais e policias, dado que o próprio mercado é constituído politicamente.... É verdade que a tolerância da lei é questionada por Policiais e pelo Ministério Público estadual. Mas estes são atores recentes sobre os quais não temos como delimitar o alcance de atuação.

Referências Bibliográficas

BARBOSA Aluysio Cardoso. (2009) Ponto Final. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes,18 de setembro.

BARBOSA A. C. (2009). Ponto Final. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 17 de setembro.

BARBOSA A. C. (2009), Ponto Final. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes,17 de setembro.

FOLHA DA MANHÃ, (1986), Camelôs Querem uma Solução do Prefeito para Continuar trabalhado. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 23 de Janeiro, p. 1

FOLHA DA MANHÃ. (1985). Camelôs Invadem o Centro e vendem de sabonetes a sapatos. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 20 de dezembro, p. 9.

FOLHA DA MANHÃ. (1985). Vigilância da PMC vai retirar Camelôs da Praça. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 5 de dezembro, p. 5.

FREIRE, J. *et al*. A. (2012). A. Problemas públicos e periferias no estado do Rio de Janeiro In: 36ª encontro anual da ANPOCS, 2012. *Anais 36º Encontro Anual da ANPOCS*.

LUBANCO, Renan Assis.

MACEDO, R. (1990) Camelôs vendem de Importados até as tradicionais bugigangas; sabonetes a sapatos. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 16 de dezembro, p. 9.

MISSE, M. (1997). As ligações Perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no rio de Janeiro. *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 93-116.

MISSE, M. (2002). O Rio como Bazar – A conversão da ilegalidade em mercadoria política. *Revista Insight Inteligência*. Rio de Janeiro: Jul., Ago, Set. pp. 68-79.

MORAES, R. (2010) Delegado da Polícia Federal comenta no blog sobre a operação de ontem no Camelódromo em Campos. Disponível em <http.www/Robertomoraes.blogspot.com/2010/03/delegado-da-polícia-federal-comenta-no.html> [Acesso em] 25 de maio de 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAXES. www. Campos.rj.gov.br/exibirNoticia.phd?id_noticias=819>

Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. *Notícias*. Campos, 25 de mar de 2010 –Disponível <www.Campos.rj.gov.br/exibirNoticia.phd?id_noticias=819> [Acesso em 02 de março de 2011].

SANTOS, M. (1990). Involução Metropolitana e economia segmentada. O caso de São Paulo. In: RIBEIRO, A. C. R. *et al. Metropolização e Rede Urbana: perspectivas dos anos 90*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFR.

SILVA, G. B. *et al*. (2014). Soares; Camelôs, autoridades e Mercado Popular da Uruguaiana: uma análise sobre a precariedade na utilização do espaço público. Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Natal, 2-5 de ago.

SILVA, C. M B. C. (2002). O dilema do Estado ante a globalização e a economia informal:sonegação fiscal ou desemprego? Prim@ Facie – ano 1, n. 1, jul./dez.

TELLES, V. S. (2010) Nas dobras do legal e do ilegal: Ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. *Dilemas*: Revista de Estudos de Conflito e Controle SocialVol. 2 – no 5-6 - jul/ago/set-out/nov/dez ,pp. 97-126.

TELLES, V. S. (2012). Jogos de poder nas dobras do legal e do ilegal: anotações de um percurso de pesquisa. In: AZAÏS *et al. Ilegalismos, Cidade e Política.* Belo Horizonte: Fino Traço.

Da conquista da bacia do prata ao mercosul: avanços no processo de integração.

Mirian Beatriz Schneider Braun[1]
Jandir Ferrera De Lima[2]

1 Introdução

O objetivo deste artigo é discutir a conquista do território da Bacia do Prata (Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai), as relações entre os países componentes da Bacia no século XX e, finalmente a formação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e seus impactos mais gerais sobre o desenvolvimento da região durante o século XX e inícios do séc XXI, configurando a crise financeira de 2008 como um marco desse início.

O marco histórico na conquista da região da Bacia do Prata foi a descoberta do estuário do rio da Prata, pela perspectiva de riqueza que a região propiciava em metais preciosos. A partir do estuário, surgiram as primeiras expedições de conquista do atual território argentino. Para GONZÁLES (1991), o estuário do Prata tornou-se o símbolo marcante do domínio espanhol facilitado pela estrutura fluvial da Bacia, onde os rios constituíram uma via de penetração e tomada do interior do continente. A expectativa de grandes riquezas minerais, juntamente com a fertilidade das terras, altamente favoráveis à colonização e à exploração, acarretou um processo de conflitos internos, entre os interesses dos colonizadores e dos povos nativos, que só conseguiram certa estabilidade após a unificação argentina, no final do século XIX e a guerra do *Chaco*, entre Paraguai e Bolívia, em meados do século XX.

Assim, o espaço da Bacia do Prata surge como um marco nas relações econômicas dos países da América do Sul, pois é palco de um jogo geopolítico histórico. O potencial dos seus recursos naturais criou uma rivalidade entre as potências colonizadoras do continente (Espanha e Portugal), transferida para as nações que se formaram nesta área (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia).

O rio da Prata, em cujo estuário ocorre a descarga das águas provenientes do Rio Paraná e outros, foi descoberto em 1515, por Juan Díaz de Solís. Com sua descoberta, o rio da Prata tornou-se o portal das riquezas guardadas no interior do continente, caracterizadas pelas minas de prata do Alto Perú, atual Bolívia (minas de Potosí). O estuário do Prata tornou-se alvo do império Português e Espanhol. Em 1536 acontece a maior expedição espanhola à região fundando então a atual cidade de Buenos Aires, na margem ocidental do Rio, que garantiu o abastecimento de mercadorias, o seu escoamento e o aproveitamento e segurança do próprio estuário. Já os portugueses, através das expedições *bandeirantes*, tentavam achar um caminho na parte ocidental do Brasil, através da região do atual Estado do Mato Grosso, para as minas de Potosí. Essas tentativas facilitaram a anexação de terras pela coroa portuguesa e a descoberta de novos filões de pedras preciosas, no leito de rios da região centro-oeste do Brasil.

Na mesma época (século XVI), a fundação da cidade de Assunção, capital do Paraguai, garantiu ao Império Espanhol um porto seguro no Alto Peru. Assim, iniciou-se um processo de tomada definitiva das terras, alargando o poderio espanhol até o oeste dos rio Paraguai e norte e sul do rio Pilcomayo, se consolidando a partir de 1556, quando termina a fase da busca das minas de Prata, então conquistadas pelos núcleos espanhóis do Peru. Com isso, toma impulso um processo de povoamento, baseado na agricultura e na miscigenação de raças (GONZÁLES, 1991).

---

1 Pós Doutora em Economia Aplicada pela Universidade de São Paulo. Doutora em História pela *Universidad de León*/ Espanha. Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná(UNIOESTE), *Campus* de Toledo, Brasil, email: mirian-braun@hotmail.com

2 Ph.D. em desenvolvimento regional pela *Université du Québec*/Canadá. Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná(UNIOESTE), *Campus* de Toledo, Brasil, E-mail: jandir@unioeste.br

No Brasil, a mineração alcançou seu apogeu no século XVIII, diferente da Bolívia e do Alto Peru, cujo apogeu foi no século XVI. Para FURTADO (1978), a importância da mineração na organização política e produtiva da região foi o fomento de um mercado que desenvolvia atividades econômicas de suporte. A mineração fortaleceu a agricultura e a infra-estrutura, abastecendo as regiões mineiras, principalmente de Potosí, que no seu auge formou uma aglomeração urbana de 160.000 habitantes. Sem contar na importância histórica dos rios platenses, através da hidrovia, estratégica para Buenos Aires, que intermediava o comércio dos excedentes da periferia sul americana para a Europa, e da Europa para a periferia interiorana do continente Latino.

Para FERRERA DE LIMA (1998), não existia em si uma unidade na América Espanhola, houveram sim, vínculos entre regiões satélites e as regiões de extração de ouro e prata. Com o fim desta relação, fomenta-se, na evolução das relações, um processo de desintegração regional, favorecendo o surgimento de oligarquias portuárias, partidários do unitarismo, e as oligarquias do interior, partidários da descentralização política. Além da região platense espanhola, a região do Brasil meridional, em especial dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, tiveram o mesmo princípio de desarticulação regional, onde as populações das áreas litorâneas sempre se opuseram aos interesses do interior, gerando uma série de conflitos, apesar de terem as mesmas características pré-capitalistas.

A partir da independência do Brasil, em 1822, iniciou-se uma luta contra a presença brasileira na região do Prata, resultando na expulsão dos portugueses do atual Uruguai. Isso resulta numa polarização, ante a independência do Uruguai e o Paraguai. A Argentina fica com o controle da desembocadura da Bacia do Prata, caracterizada pelo seu estuário, e o Brasil fica com o controle das nascentes. O equilíbrio surge com o Paraguai e o Uruguai, entre as nascentes e a desembocadura da Bacia, contrabalançando a influência do Brasil e da Argentina (PIFFER et al, 2001).

No caso do Paraguai, seu vínculo comercial com a região do Prata se dava pela exploração de tabaco e erva-mate, abundante nas margens do rio Paraguai. Além disso, o tráfego fluvial cessara em virtude de retaliações argentinas à independência paraguaia. Frente a estes fatos, o governo paraguaio de Carlos López (1841-1862) prioriza o fortalecimento do exército, para depois incorrer nas obras que impulsionariam um processo de modernização dos meios de produção. As atividades militares impulsionaram uma indústria naval, com a construção de sete vapores, o que foi facilitado pela abundância madeira e minério de ferro nas terras pertencentes ao Paraguai. Isso demonstra a intenção de López em integrar-se diretamente ao mercado mundial, saindo da condição de país mediterrâneo e satélite dos interesses da Argentina e do Brasil, conseguindo assim uma influência política decisiva no Prata (CARDOSO e BRIGNOLI, 1988).

Evidentemente, ao império brasileiro e à Confederação Argentina, não cabia um terceiro poder na órbita do Prata, em todo caso, seria útil para ambos garantir a posse de um território rico e estratégico. No Tratado da Tríplice Aliança, o território do Paraguai é dividido antes mesmo de ser conquistado. A Argentina ficou com sua fronteira até a divisa dos rios Paraná-Paraguai. O Brasil aumentaria as áreas dos Estados do Mato Grosso e Paraná, garantindo sua posição a montante dos demais países platenses. Além da expansão territorial, o fator geopolítico era o que mais interessava, e isto sempre foi levado em consideração pelo Brasil. Tanto que no século XX o Brasil inicia a "marcha para o Oeste", cujo objetivo era ocupar as áreas de fronteira e garantir a integração econômica com os países mediterrâneos da Bacia do Prata (Bolívia e Paraguai), via projetos binacionais de aproveitamento de recursos.

2 As relações no Prata no início do século XX

No século XX, através da atuação da diplomacia, na definição das fronteiras e na mudança do arranjo das potências econômicas no cenário mundial, que leva inclusive à duas guerras mundiais, o relacionamento dos países do Prata passa a ser mais tranqüilo. O Brasil, que durante o século XIX atuava com intervenções diretas na região, assume uma postura pacifica que se acentua após as definições das fronteiras nacionais.

Economicamente, as relações dos países da Bacia do Prata também divergem, pelo menos entre as duas maiores potencias regionais: Argentina e Brasil. Isso é demonstrado com a aproximação mais patente do Brasil com os Estados Unidos e da Argentina com a Inglaterra. Em 1895, o Brasil remeteu 38% do total de suas exportações

para os Estados Unidos, enquanto a Argentina ficou na faixa de 7,8%. Em contrapartida, o Brasil importou 15% do total das importações dos Estados Unidos, e a Argentina 4,9%. Deste total, a evolução das exportações do Brasil para os Estados Unidos, ficou em torno de 22%, no ano de 1913, e numa média de 13,25% de 1929 à 1970. Do total das importações, em 1913 o Brasil importou 14% da sua pauta dos Estados Unidos, aumentando para 19% em 1948 e situando-se nos 17%, em 1970. Já com relação à Inglaterra, as exportações do Brasil totalizaram 18% em 1895, caindo para uma média de 10% entre 1913 e 1948. Já a Argentina, exportou 45% de sua produção para a Inglaterra, em 1895, ficando numa média de 50% entre 1913 a 1948. Enquanto isso, as importações do Brasil, provenientes da Inglaterra, ficam em 30% em 1895, mantendo-se numa média de 20% entre 1913 e 1948. Na Argentina, a relação fica em 22% em 1895, e na média de 41% entre 1913 a 1948. (CARDOSO e BRIGNOLI, 1988).

O perfil do comércio exterior demonstra mudanças nas relações comerciais entre as duas principais economias do Prata e marcara os seus interesses geopolíticos na primeira metade do século XX. O advento de uma economia baseada na monocultura-exportadora marca uma nova fase de acumulação na Bacia do Prata, marcando o início do século XX. Com isto, as áreas rurais ganham cada vez mais importância na produção de excedentes para o comércio exterior. As áreas urbanas se especializam na comercialização e a ligação com o comércio exterior. Entretanto, não se modifica a relação com o capital estrangeiro, presença sempre marcante na região platense e que sempre esteve presente no processo de exploração dos recursos naturais e das relações entre as nações da região. Para DONGUI (1976) essas relações econômicas começam a sofrer um zoneamento político internacional, quando na virada do século os Estados Unidos começam a emergir como potência econômica, desenvolvendo uma política agressiva para atingir seus objetivos, configurado na idéia da "América para os americanos".

Durante o período da Segunda Guerra Mundial (1935-1945), tanto a Argentina como Brasil foram favorecidos. O Brasil conseguiu implementar um parque siderúrgico. A Argentina, fornecedora de carnes, cereais e couro à Europa, principalmente à Inglaterra e Alemanha, foi mantida neutra por interesse dos dois países conflitantes, impulsionando a economia portenha a um forte crescimento econômico. A Argentina mantinha-se como único foco sob a órbita européia, o que levou os interesses dos Estados Unidos a tomar atitudes mais drásticas com relação a isso, através de uma política de fomento às rivalidades e fortalecimento do exército brasileiro. Frente ao armamentismo brasileiro, os militares argentinos começaram a se inquietar, fomentando um golpe no país, colocando o General Edelmiro Farrel (1944-1946) a frente do governo, junto com o Coronel Domingo Perón, vice-presidente e ministro de guerra, além de secretario do trabalho. Formou-se um pacto militar-sindical, suporte ao futuro governo de Domingo Perón (1946-1955) na presidência (BANDEIRA, 1993). Perón sempre teve em mente a formação de uma terceira-via, fora do eixo Estados Unidos-União Soviética, constituída pelos países do cone-sul através de um mercado comum, sob a liderança da Argentina. Porém, necessitava do apoio brasileiro que sempre relutou aos interesses da Argentina. Para estabelecer seus planos, Perón fomentou um projeto de industrialização, tentando também estreitar relações com o Brasil numa forma de suporte, e estabelecer vínculos com o Paraguai e Bolívia para uma aproximação comercial.

No final do governo Perón em 1955, a Argentina, o Brasil e o México, contribuíam com 72,4% de toda a produção manufatureira da América Latina, aumentando esta proporção para 77,8%, em 1975 . Estes países iniciaram de certa forma o processo de substituição de importações no início do século XX, condicionados por dificuldades em importar produtos dos setores tradicionais (alimentação, têxteis, calçados, móveis,...), e em fins da década de 60 apresentavam uma industrialização avançada, onde a indústria manufatureira respondia por 20% do PIB, e as indústrias dinâmicas (química, metal-mecânica, petroquímica, energia, papel e derivados,...), respondiam por mais de 50% do produto industrial. Enquanto isso, o restante dos países do Prata, tem um processo de substituição de importações atrasado. O Uruguai inicia em meados da década de 1930, e a Bolívia e o Paraguai nos anos 1950. O resultante deste processo, foi uma estrutura industrial intermediária no Uruguai, e incipiente na Bolívia e no Paraguai, onde a indústria manufatureira é responsável por menos de 16% do PIB, e mais de 70% do produto industrial está ligado a indústrias tradicionais, ou seja, vestuário e alimentos. (CARDOSO e BRIGNOLI, 1988).

No final dos anos 1960, tanto a Argentina como o Brasil seguiram linhas mútuas em relação aos demais

países platenses, como o reconhecimento de governos autoritários na Bolívia, Paraguai e Uruguai, além de planejarem movimentos conjuntos para evitar a influencia de grupos políticos de esquerda, como o que ocorrera no Uruguai e mais tarde no Chile. Isso demonstra uma melhoria nas relações entre Argentina e Brasil durante o governo brasileiro de Castelo Branco (1964-1967), quando foi feita uma conferência para decidir sobre a exploração e o aproveitamento dos recursos naturais da Bacia do Prata.

Nota-se que politicamente e estrategicamente, o Brasil assume uma posição geográfica privilegiada. Tem ao seu redor fronteiras com inúmeros países, uma proximidade com o continente africano e está dotado de inúmeros recursos naturais. Estes fatos, na interpretação de alguns geopolíticos, entre eles SCHILING (1981), o coloca na posição de "satélite privilegiado" em relação aos Estados Unidos e os seus interesses no continente sul-americano. Junto a isso, o Brasil sempre teve interesses em passar de uma supremacia regional para a de uma potência mundial. Para atingir, a princípio a posição regional, lhe interessava acordos no âmbito do Prata que lhe garantisse influência juntos aos países da região. Por isso, o aperfeiçoamento da infra-estrutura viária, atingindo os centros produtores do Prata, garantiria a integração econômica e o intercâmbio com os países do continente sul americano.

A Bacia do Prata, assume assim, um papel institucional e importante nas relações do Brasil e do cone-sul, já que estas apresentavam-se como as economias mais dinâmicas no inicio dos anos 1970. O temor dos militares brasileiros era de que a Argentina restabelecesse o Vice-Reino do Prata via integração com seus vizinhos de idiomas e costumes. Esta desconfiança orientou o governo militar a estabelecer acordos econômicos para resguardar-se de uma possível hegemonia portenha. Entre estes acordos, está a Câmara de Integração Brasil-Bolívia (CIBRABOL), empréstimos do Banco do Brasil a Bolívia para fomentar a agricultura. Além de acordos de cooperação energética com o Paraguai, como a construção da hidroelétrica binacional Itaipu, minando acordos de aproveitamento conjunto das águas do rio Paraná pela Argentina e o governo paraguaio. Apesar da proximidade com o Paraguai, a Bolívia era um país-chave para a Argentina, pois representaria uma conexão com o Pacífico, e a oferta de gás natural, petróleo, jazidas minerais e uma fronteira agrícola em expansão, onde os planos brasileiros coincidiriam com o interesse boliviano de integração dos portos de Santos e Arica, no oceano Atlântico e Pacífico, respectivamente (SCHILLING, 1981).

No inicio dos anos 1970, enquanto o Brasil crescia num ritmo acelerado, a economia da Argentina estagnava, pois a integração viária colocaria a região centro-sul do Brasil, principalmente o eixo Rio de Janeiro - São Paulo como áreas preferenciais para inversões do capital internacional, dinamizando cada vez mais a economia brasileira em contraste com os vizinhos do cone-sul. Historicamente, estes fatos representam, o retorno do Brasil à hegemonia empreendida durante o século XIX na Bacia do Prata, onde coloca-se numa posição estratégica.

A prosperidade brasileira começa a declinar no final da década de 1970 e no inicio da década de 1980, com os dois choques do petróleo e o aumento dos juros internacionais. Mesmo assim, o Brasil ainda mantinha seu papel-chave na região do Prata. Como nas relações internacionais apontavam novas tendências, a Argentina e o Brasil ingressavam numa situação econômica difícil, agravada mais ainda na crise da dívida em 1982. Além disso, a Argentina tinha problemas territoriais com o Chile, levando-a a desenvolver uma política de aproximação mais latente com o Brasil se precavendo em caso de conflitos, o que fomentou no mesmo período um acordo sobre o aproveitamento hidroelétrico do rio Paraná, acabando com as diferenças entre ambos os países nesse assunto.

Em 1985, o Brasil e a Argentina começaram a reordenar sua política regional voltando-se a uma relação bilateral mais acentuada para fazer frente à crise que se processava em suas economias, herança dos governos militares. Nesta orientação, os protocolos firmados pelos presidentes José Sarney (1985-1989), do Brasil, e Raul Alfonsín (1983-1988), da Argentina, conduziram a um projeto de integração produtiva e tecnológica, cuja expansão seria gradual, buscando maior autonomia em relação ao mercado mundial, implementando os primeiros acordos para o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Em 1986, foi assinada a Ata para a Integração Argentino-Brasileira que instituiu o Programa de Integração e Cooperação Econômica (Pice). O objetivo deste programa era o de propiciar um espaço econômico comum, com a abertura seletiva dos respectivos mercados e o estímulo à complementação de setores específicos da economia dos dois países, com base nos princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio, de

modo a permitir a adaptação progressiva dos setores empresariais de cada Estado às novas condições de competitividade.

Em 1988, com vistas a consolidar o processo de integração, Brasil e Argentina assinaram o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, pelo qual demonstraram o desejo de constituir um espaço econômico comum no prazo máximo de dez anos, por meio da liberalização comercial. O tratado prevê, entre outras medidas, a eliminação de todos os obstáculos tarifários e não-tarifários ao comércio de bens e serviços e a harmonização de políticas macroeconômicas. Sua sanção aconteceu em agosto de 1989, pelos congressos brasileiro e argentino. Com as mudanças introduzidas nos programas econômicos dos governos brasileiro e argentino e a adoção de novos critérios de modernização e de competitividade, em 6 de julho de 1990, os então presidentes Fernando Collor de Melo e Carlos Menem firmaram a Ata de Buenos Aires. Um mês depois, Paraguai e Uruguai juntaram-se ao processo em curso, o que resultou na assinatura, em 26 de março de 1991, do Tratado de Assunção para a Constituição do Mercado Comum do Sul, nascia o Mercosul.

O Mercosul marca um avanço nas relações históricas entre os países platenses, sempre marcada pela tentativa de hegemonia regional, cujo único país que conseguiu efetivamente se aproximar desta condição foi o Brasil, haja vista o seu parque industrial diversificado e crescente, a fronteira agrícola fértil e em expansão e a riqueza dos seus recursos naturais. Frente aos países platenses, a estrutura econômica brasileira, apesar de suas contradições internas.

Apesar das possíveis contradições, o Mercosul vem demonstrar uma sensível mudança na política exterior do Brasil e da Argentina, principais economias sul americanas, o que contrasta com a orientação de integração e na convergência de interesses comuns frente aos megablocos (NAFTA e CEE), institucionalizando um novo modelo de acumulação na periferia, baseado na expansão dos mercados internos além de suas fronteiras e na atração do capital internacional, via uma política macroeconômica coordenada nas diretrizes do consenso de Washington. Estas diretrizes assentam-se na reforma e redimensionamento do Estado, abertura comercial e no atrelamento aos fluxos de capitais internacionais, caracterizando medidas ortodoxas, para conter desequilíbrios, tais como inflação, desajustes no balanço de pagamentos e déficit público na economia dos países periféricos.

Da teoria da integração à prática: uma passagem difícil.

Após um início promissor favorecido pelas políticas nacionais que se voltavam superficialmente para a concretização do processo, o MERCOSUL deparou-se com desafios já esperados, como o protecionismo elevado, as disparidades políticas e a falta de mecanismos capazes de acelerar o processo integracionista. Torna-se importante destacar que o motivo de tantos impasses vai muito além do âmbito econômico. As divergências são históricas e estão diretamente relacionadas com a evolução desses países ao longo do século XX (algumas abordadas). De um lado se tem a experiência de relativo sucesso do Brasil, um país que superou condições desfavoráveis (tendo o peso de um passado de escravidão), conseguiu sustentar uma trajetória que gerou uma nação civilizada no século XIX. Do outro lado a cultura aprimorada de Argentina e Uruguai, mas que, no entanto, não tiveram políticas capazes de transformar o sucesso econômico inicial, que contava com recursos naturais e mão de obra abundantes, em uma nação dinâmica e progressiva.

No Quadro 2 são apresentados os principais indicadores sociais, econômicos e demográficos do bloco. Ao analisá-lo são evidentes as disparidades existentes. Apesar desses desafios naturalmente existentes, outros fatores de estagnação são ainda mais desafiadores – os aspectos da institucionalização desalinhados são ainda o grande problema do MERCOSUL.

Quadro 2 – Principais indicadores socioeconômicos e demográficos do MERCOSUL - 2010

	ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAI	URUGUAI
População (em milhões de habitantes)	40,412,376	194,946,470	6,454,548	3,356,584
Área (mil km^2)	2.780,4	8.514,8	406,7	176,2
Analfabetismo (em % da população)	3	11	5	2
Expectativa de vida (em anos)	75	73	72	76
Acesso a água potável (em %)	97	97	86	100
Mortalidade Infantil (1000 hab.)	14	19	25	11
IDH	0,77	0,69	0,64	0,76
PIB (em US$ bilhões)	368,736	2,087,889	18,333	40,264
PIB *per capita* (em US$)	9,1	10,7	2,8	11,9
Exportação (bens e serviços % PIB)	22	11	57	26
Importação (bens e serviços % PIB)	18	12	55	25
Dívida externa (em US$ milhões)	121,2	326,7	4,2	10,2

Fonte: The World Bank (2011), United Nations Development Programme (2011)

Com um PIB que corresponde a mais de dois terços do PIB total do MERCOSUL, ou seja, cerca de 80% do total em 2009, o Brasil, desde a oficialização do bloco, sempre se manteve como o país de maior contribuição dentro do MERCOSUL. A participação argentina no PIB do MERCOSUL corresponde praticamente ao restante, cerca de 16%, uma vez que o PIB do Paraguai e o do Uruguai são bastante pequenos em relação ao PIB argentino. Em média, o Paraguai tem correspondido a menos de 1% do PIB do MERCOSUL, e o Uruguai a algo entre 1% e 2%.

Essa assimetria indica não apenas as diferenças econômicas existentes entre os quatro países-membros, como mencionado anteriormente, como também implica certo padrão no fluxo de comércio do bloco e diferentes percepções e interesses em relação ao mercado internacional, dificultando, de certa forma, a coordenação macroeconômica entre os países-membros, o que seria essencial para a continuidade do processo integracionista.

De acordo com Mello (1996), no início de 1995, o MERCOSUL estava longe de ser uma união alfandegária. Muitas barreiras não tarifárias permaneciam intactas, instrumentos de política de comércio comum estavam parcialmente implementados e as assimetrias políticas conservavam sua capacidade de distorcer a competição regional.

Segundo Bouzas (2001), a maior inovação nesse sentido foi a criação da Comissão de Comércio no Protocolo de Ouro Preto, encarregada de administrar os instrumentos da política comercial comum. Nessa Comissão, no entanto, devido ao fato de estar sobrecarregada pela administração de disputas comerciais internas, a implementação da política de comércio comum foi deixada de lado. Apesar do grande número de conflitos, o Mecanismo de Solução de Controvérsias (MSC) não foi utilizado até 1999.

Ainda no tocante a restrições comerciais, pode-se citar um caso prático em que a regulamentação não funciona e resulta em perdas – a triangulação fronteiriça ou "bens de turismo"[3]. De acordo com o Informe MERCOSUL

3 Os "bens de turismo" são aqueles adquiridos pelo Paraguai, mas que têm como principal destino o mercado brasileiro, como: eletrônicos, eletrodomésticos, perfumes, brinquedos, câmaras fotográficas, computadores, etc.

(1998), nenhuma análise do comércio exterior paraguaio pode ser válida sem considerarem-se os níveis de comércio não registrado. A tradição desse comércio data das décadas 1950 e 1960, quando a economia paraguaia se mostrava mais dependente da argentina. Com a elevação nas transações comerciais do Brasil na década de 1970, o comércio não registrado foi relevante, manifestando-se primeiramente como um aumento sem precedentes de compras de bens do país vizinho.

Com o propósito de reduzir o comércio não registrado fronteiriço e incentivar a sua legalização, o governo brasileiro outorgou taxas preferenciais de tarifas e impostos internos. Essas medidas, no entanto, como se observa na Tabela 4, reduziram apenas o volume de importações não registradas. Já as reexportações aumentaram significativamente. A redução do comércio ilegal fronteiriço dos últimos anos responde fundamentalmente a medidas adotadas pelas autoridades dos países vizinhos que têm sido afetados fiscal e comercialmente por esse tráfico, que burlava a tarifa externa comum.

Tabela 4 – Balança Comercial do Paraguai (em US$ milhões)

	1994	2002	2004	2006
Exportações Registradas (1)	816,9	999,5	1.651,5	1.971,8
Exportações não Registradas (2)	125,7	56,6	68,2	31,6
Reexportações	926,0	823,2	1.039,5	2.665,4
Total (3)	1.871,3	1.830,4	2.759,2	4.668,8
Importações Registradas	2.140,4	1.672,80	2.745,40	5.386,60
Importações não Registradas	1.357,4	465,1	359,9	371
Total (3)	3.497,8	2.137,90	3.105,30	5.757,60
Superávit/Déficit	-1.717,9	- 279,9	-346,1	- 1.088,8

Fonte: Elaborado com base nos dados oficiais estimados pelo Banco Central do Paraguai - BCP (2006).

Notas: (1) produtos nacionais; (2) produtos estrangeiros; (3) inclui ajustes por valoração.

Estima-se que aproximadamente 70% do total das exportações paraguaias (registradas e não registradas) direcionam-se para os países do MERCOSUL. Dessas exportações, cerca de 75% não é registrada, e provêm dos "bens de turismo", que opera com bens importados pelo Paraguai para a reexportação aos países vizinhos (BCP, 2006).

Outro percalço decorrente da desestabilização tarifária do bloco seria o desvio de comércio. Isso ocorre quando os países integrantes do bloco expandem o comércio entre si em detrimento das transações com países mais eficientes, ou seja, ao aumentarem suas importações reciprocamente, os países membros acabam substituindo fornecedores mais competitivos no plano internacional, os quais estão localizados fora da área de integração (PINTO, 2001).

De acordo com Almeida (2008), embora os países tentem aderir ao livre comércio, os setores importantes, os chamados considerados sensíveis, não foram ainda liberalizados e em vários outros as práticas protecionistas comandam, bem como a práticas mercantilistas. As regras e os fundamentos propostos de uma verdadeira união aduaneira são geralmente ignorados na prática, em favor de uma administração puramente nacional dos intercâmbios externos.

Para melhor compreensão, na Tabela 5 são apresentadas as exportações brasileiras dos produtos do contencioso para a Argentina e para o mundo, mostrando os impactos dessa e de outras medidas em termos de números de produtos e de valores de comércio, sem considerar o setor automotivo.

Uma das principais barreiras enfrentadas pelas exportações brasileiras à Argentina foi o valor de critério, que determina um preço de referência para cada produto (normalmente acima do mercado) e exige que as importações realizadas abaixo desse nível sejam oneradas pela cobrança em dobro do *Imposto sobre o Valor*

Acrescentado (IVA) e uma antecipação do imposto de renda. Essa medida afeta 156 produtos e, em 2008, atingiu 4,8% das exportações brasileiras.

Tabela 5 - Exportações brasileiras para o mundo e para a Argentina - Produtos do contencioso (US$ Milhões)

	Núm. Prods.*	2007					2008				
		Mundo (a)	*Part.%*	Argentina (b)	*Part.%*	*Part.% (b/a)*	Mundo (a)	*Part.%*	Argentina (b)	*Part.%*	*Part.% (b/a)*
Valor critério	156	3.585	2,2	735	5,1	20,5	3.978	2,0	852	4,8	*21,4*
Antidumping e salvaguardas	35	1.198	0,7	181	1,3	15,1	1.241	0,6	243	1,4	19,6
Licenças não automáticas	199	4.523	2,8	791	5,5	17,5	4.675	2,4	818	4,6	17,5
Subtotal	390	9.306	5,8	1.707	11,8	18,3	9.893	5,0	1.912	10,9	19,3
Total		160.649	100	14.417	100	9,0	197.942	100	17.606	100	8,9

Fonte: Elaborado pela CNI (2009)

Nota: *Alguns produtos sujeitos ao contencioso não registram valores de comércio bilateral.

De acordo com a CNI (2009), no campo do valor critério, considerando a participação de cada setor sobre o total exportado pelo Brasil para a Argentina, os setores mais afetados são, por ordem decrescente: o de tubos de ferro e aço (1,2% das vendas brasileiras à Argentina, em 2008), o de calçados (1,1%), linha branca (0,6%), pastilhas de freio (0,6%) e têxteis (0,5 %) agregando fios e tecidos de algodão. A importância relativa das exportações para a Argentina sobre o total exportado pelo Brasil para o mundo desses produtos pode ser observada na última coluna da Tabela 5.

Outro aspecto tem a ver com o fato de que a Argentina e o Brasil passaram a ter, a partir de janeiro de 1999, regimes cambiais muito distintos e inconciliáveis: o *currency board* portenho *versus* o câmbio flutuante brasileiro. Nesse âmbito, a experiência da Comunidade Econômica Europeia, no período que se seguiu à derrocada do sistema de *Bretton Woods* em 1972, serve com exemplo – para que o bloco sobrevivesse, não houve opção senão a criação do que ficou conhecido como o Sistema Monetário Europeu (EMU) de bandas cambiais flutuantes (PINTO, 2001).

Vale destacar a existência e a importância do Mecanismo de Solução de Controvérsias. Sálvio e Cabral (2006) salientam que deveriam ser adotadas medidas com vistas a facilitar o acesso dos membros ao mecanismo, uma vez que, em última análise, esses seriam grandes responsáveis pelo sucesso das iniciativas de integração. Pois, uma vez resolvidos os conflitos, os passos posteriores a caminho da integração ocorreriam facilmente.

Se for analisada a trajetória de dezoito anos do bloco, serão encontrados graus distintos de desenvolvimento. Se o entusiasmo inicial fosse cultivado, certamente hoje o MERCOSUL seria uma união aduaneira ou estaria muito perto disso. Na ausência de estímulos endógenos, a partir do Protocolo de Ouro Preto, os elementos da agenda externa do bloco prenderam a atenção de seus membros (1994):

Conformou-se, assim, um quadro ambíguo que perdura até os dias de hoje: de um lado, a dimensão estratégica do MERCOSUL termina associada quase que exclusivamente às suas vinculações e possibilidades externas, seja enquanto plataforma negociadora com a qual seus membros procuram reduzir as assimetrias que marcam suas relações, individualmente, com seus principais parceiros econômicos, seja como eixo de articulação, no âmbito regional, e com os principais pólos dinâmicos da economia mundial. Assim, o MERCOSUL termina afastando-se do sentido de construção de um projeto comum de desenvolvimento e de transformação produtiva que presidiu seu surgimento e os primeiros anos de sua trajetória; simultaneamente, a agenda interna terminou centrando-se nos temas comerciais – notadamente os inúmeros conflitos bilaterais que terminaram ditando percepções negativas sobre o bloco – com esparsos avanços em áreas específicas. (VAZ, 2001, p. 48-49).

Destarte, a convergência de políticas e posições entre as principais lideranças políticas na região e um alinhamento relativo, mesmo que parcial, de políticas de abertura econômica, de liberalização comercial e de propensão ativa ao conjunto de reformas requeridas para o êxito desse processo (pelo menos, de parte delas, as mais relevantes para os objetivos da integração), seria o cenário ideal para a integração sul-americana (ALMEIDA, 2008).

Ademais, como esse cenário se afigura problemático ou de difícil implementação, nas condições atuais da conjuntura sul-americana, uma possível via de progresso seria o desenho de projetos mais limitados de integração, dotados de arquiteturas adaptadas aos objetivos pretendidos, com a mobilização dos instrumentos mais adequados aos fins propostos (ALMEIDA, 2008).

Dessa forma, afigura-se mais pragmático trabalhar em áreas como integração física (ou seja, em projetos de infraestrutura, sobretudo em energia e comunicações) e de facilitação de negócios, não necessariamente no âmbito multilateral – mas possivelmente em escala bilateral ou plurilateral, com esquemas próprios de financiamento e implementação – visando preparar o terreno para a convergência futura dos esquemas e processos sub-regionais de integração.

Como já dito acima, após um início promissor, favorecido pelas políticas nacionais que se voltavam superficialmente para a concretização do processo, o MERCOSUL deparou-se com desafios esperados, dadas as condições de seus membros. Pode-se citar como sendo os principais desafios, geralmente protelados, o protecionismo elevado, as disparidades políticas e a falta de interesse, bem como a falta de mecanismos capazes de acelerar o processo integracionista.

Como corolário, os motivos de tantos entraves vão além do âmbito econômico. A regulamentação desalinhada é ainda o grande problema do MERCOSUL. A "triangulação fronteiriça" é um claro exemplo disso. Os produtos são adquiridos pelo Paraguai e reexportados principalmente para o Brasil a custo superior. Cerca de 70% das exportações totais paraguaias tem como destino o MERCOSUL, e, destas, cerca de 75% são os chamados "bens de turismo", advindos da triangulação de comércio. Apesar de várias medidas outorgadas pelos governos, a ilegalidade do tráfico fronteiriço não diminuiu a níveis desejáveis e os investidores industriais pagam impostos mais altos que aqueles investidores dedicados ao comércio de triangulação fronteiriça, na maioria das vezes perfurando a tarifa externa comum do MERCOSUL.

Outro fator relevante que pode corroborar para as perdas no processo seriam as medidas protecionistas impostas pela Argentina, especialmente no que diz respeito às exportações brasileiras. O "valor critério", o *Antidumping*, as Salvaguardas e as licenças não automáticas são algumas das principais restrições enfrentadas. Tais medidas chegam a atingir 390 produtos da pauta de exportação brasileira, sendo que os principais setores afetados são os de tubos de ferro e aço, os de calçados, de linha branca, pastilhas de freio e têxteis agregando fios e tecidos de algodão.

Observou-se que a criação da Comissão de Comércio no Protocolo de Ouro Preto, encarregada de administrar os instrumentos da política comercial comum seria uma grande inovação e também, de grande valia na harmonização do âmbito institucional. No entanto, devido ao fato de estar sobrecarregada pela administração de disputas comerciais internas (que poderiam ser resolvidas pelo MSC), sua maior tarefa, a implementação da política de comércio comum, foi deixada de lado.

Embora os países tentem aderir ao livre comércio, os setores importantes, os considerados sensíveis, não foram ainda liberalizados e em vários outros as práticas protecionistas comandam, bem como as práticas mercantilistas. As regras e os fundamentos propostos de uma verdadeira união aduaneira são geralmente ignorados na prática, em favor de uma administração puramente nacional dos intercâmbios externos.

A eventual melhoria dos termos de intercâmbio frente a terceiros países e o processo continuado de atração de novos parceiros para o bloco (fato esse que poderia reduzir a magnitude dos desvios de comércio) possibilitaria um ganho relevante se os países tiverem, entre suas metas nacionais estratégicas, não apenas a obtenção de ganhos de comércio, mas também objetivos não econômicos, como, por exemplo, um esforço para aumentar o grau de industrialização.

Como esse cenário se afigura de difícil implementação, nas condições atuais, vale repetir, uma possível via de progresso seria o delineamento de projetos mais limitados de integração, dotados de arquiteturas adaptadas aos objetivos pretendidos, com a mobilização dos instrumentos mais adequados aos fins propostos.

Desta forma, afigura-se mais pragmático trabalhar em áreas como integração física (ou seja, em projetos de infraestrutura, sobretudo em energia e comunicações) e de facilitação de negócios, não necessariamente no âmbito multilateral – mas possivelmente em escala bilateral ou plurilateral, com esquemas próprios de financiamento e implementação –, visando preparar o terreno para a convergência futura dos esquemas e processos sub-regionais de integração.

Indicadores Socioeconômicos do MERCOSUL

Esta seção destina-se a demonstrar a importância do MERCOSUL quando comparado em relação à América Latina. A Figura 2 demonstra a evolução comparada da população do bloco com a população total da América Latina entre os anos de 1950 e 2009.

Figura 2 – Evolução da população da América Latina e do MERCOSUL entre 1950 e 2009

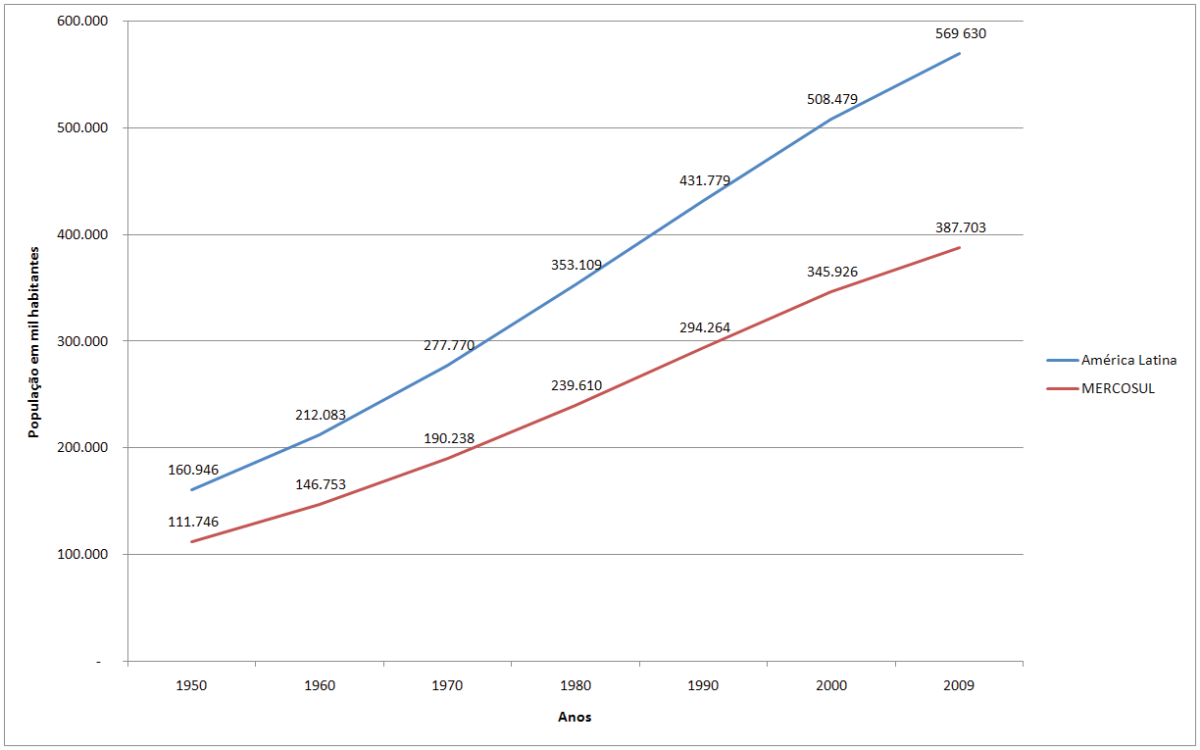

Fonte: CEPAL (2009)

Através da Figura 2 é possível visualizar o crescimento da população total do MERCOSUL considerando os Estados Partes e Associados em comparação à população total da América Latina. No ano de 1950, a população do MERCOSUL era equivalente a 73% do total da população latino-americana, porém nas décadas seguintes observa-se uma diminuição dessa participação percentual, que, no ano de 2009, chegou a 68% do total, ou seja, a população dos países do MERCOSUL cresceu menos que proporcionalmente a população latino-americana, possivelmente decorrência da redução da taxa de natalidade aliada ao desenvolvimento econômico. Destaca-se um aumento percentual em todos os países da população que vive em áreas urbanas, com destaque para o Brasil, que partiu de um percentual de 52,7% em 1970 para 85% no ano de 2010 (CEPAL, 2009).Esses números são interessantes se considerarmos a questão do avanço tecnológico na agricultura forçando o êxodo da população para os centros urbanos, pois isso demonstra que, em todos os países do MERCOSUL, ocorreu a assimilação das novas formas produtivas poupadoras de mão de obra que resultam em resultados positivos para a produção, mas, por outro lado, geram resultados negativos com relação a aspectos sociais.
Passando para as contas nacionais, a Figura 4 demonstra a evolução do Produto Interno Bruto dos países do MERCOSUL entre 1990 e 2008.

Figura 4 – Evolução do PIB a preços constantes de mercado dos estados partes e associados do MERCOSUL entre 1990 e 2008

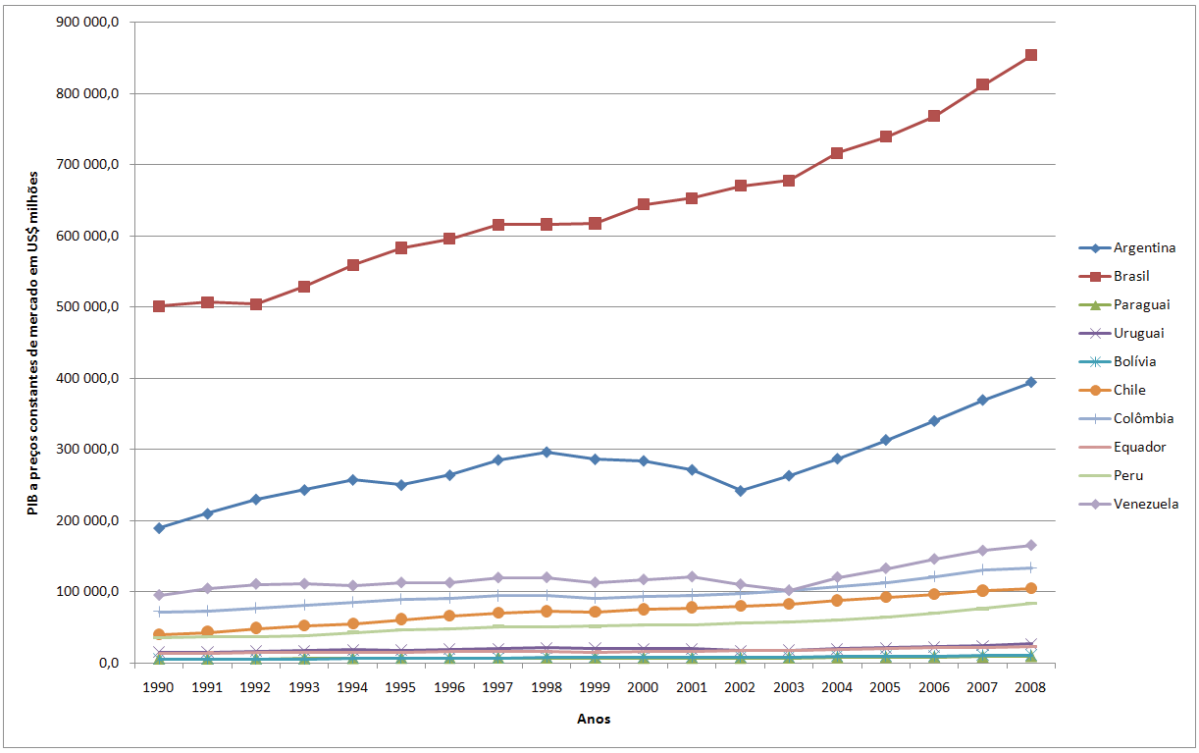

Fonte: CEPAL (2009)

Através da Figura 4 observa-se a grande disparidade do Brasil e da Argentina em relação aos demais países componentes do bloco. Tendo como base o período entre 1990 e 2008, esses dois países foram responsáveis, em média, por 69,89% do PIB do bloco, considerando os Estados Partes e Associados. Para deixar mais clara a heterogeneidade das economias, se considerarmos somente o Brasil durante esse período, o país foi responsável, em média, por 48,77% do PIB do bloco. Já o Paraguai, país com menor PIB, foi responsável, em média, por 0,56% do total, ou seja, o PIB brasileiro em média é 87 vezes maior que o total paraguaio.

A Figura 5 demonstra a evolução, para fins de comparação, entre o PIB total da América Latina e do MERCOSUL e, também, a divisão do total deste entre seus Estados Partes e Associados.

Figura 5 – Evolução do PIB a preços constantes da América Latina e do MERCOSUL entre 1990 e 2008

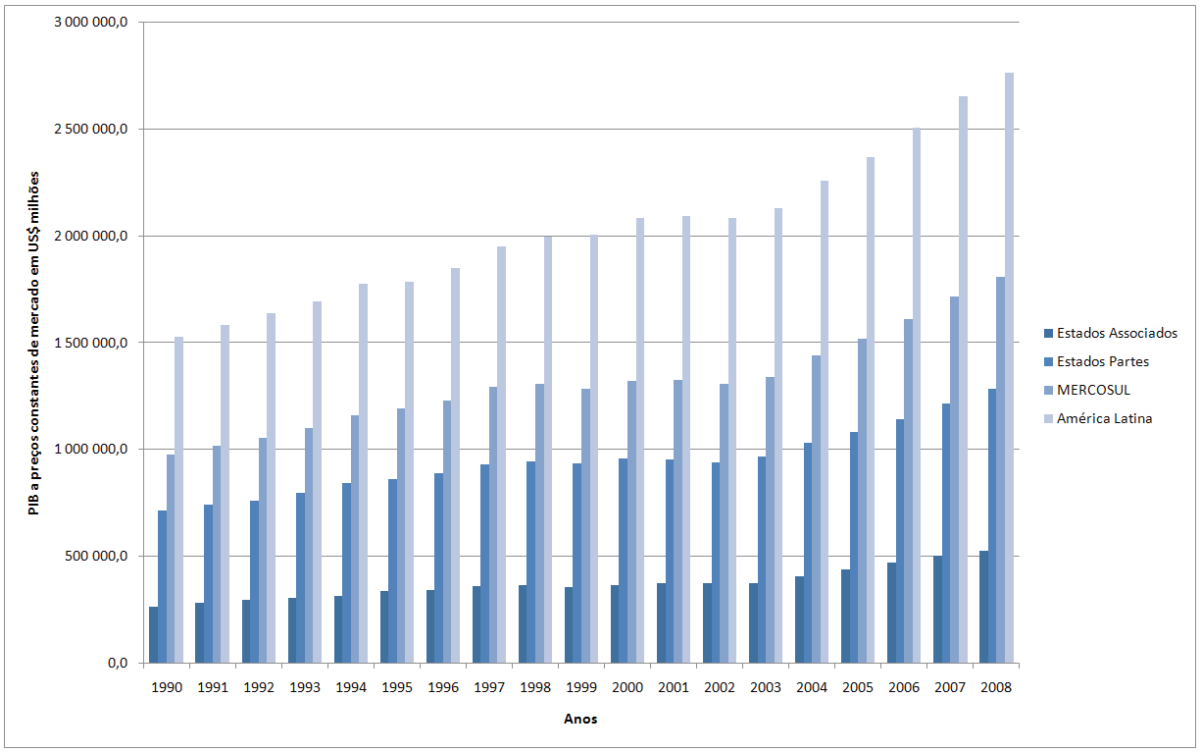

Fonte: CEPAL (2009)

Considerando o PIB total da América Latina, o MERCOSUL representa, durante o período de 1990 e 2008, uma média de 64,56% deste. Se novamente considerarmos o Brasil isoladamente em relação agora à América Latina, durante o período, o país representou, em média, 31,48% do valor total, ou seja, cerca de um terço de toda a riqueza produzida pelos países latino-americanos é advinda do Brasil. Tal situação deixa mais que evidente a grande disparidade na questão econômica da região.

A Figura 6 demonstra a evolução da participação percentual das exportações de produtos primários com relação ao total de exportações.

Figura 6 – Evolução do percentual da participação do setor primário em relação ao total das exportações do MERCOSUL entre 1970 e 2008

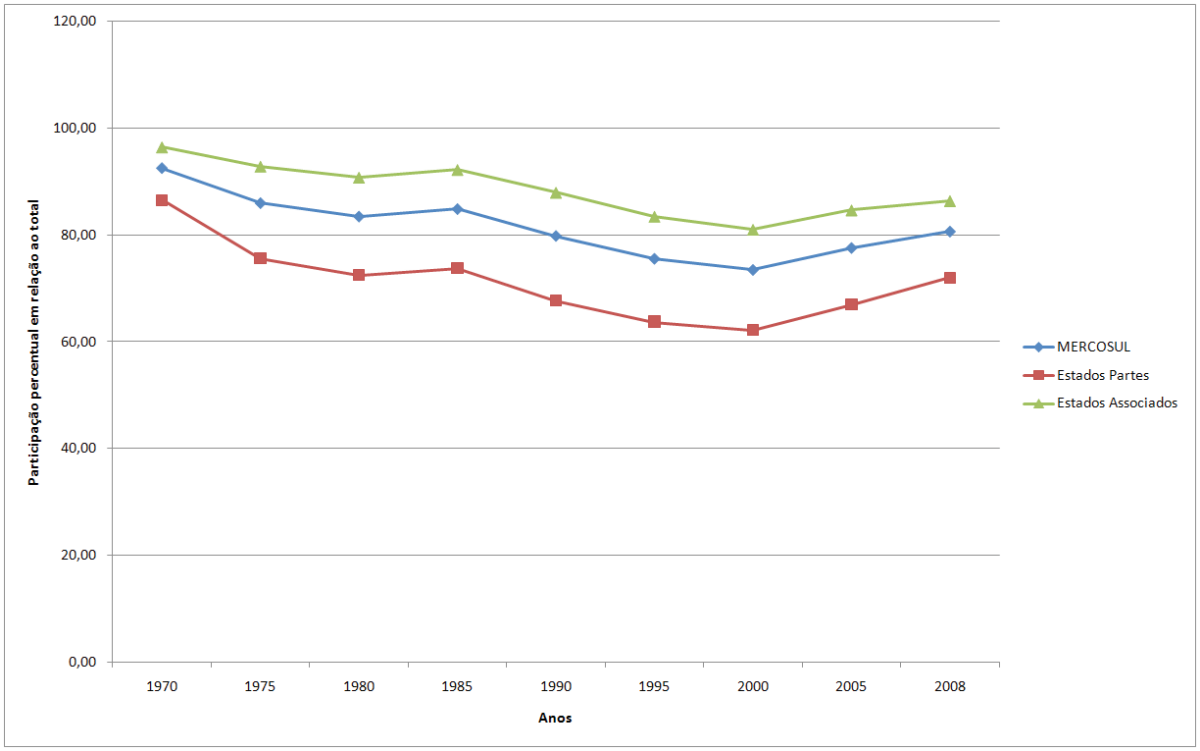

Fonte: CEPAL (2009)

Analisando a evolução percentual do setor primário em relação ao total das exportações do bloco, observa-se uma tendência de baixa nessa participação, tendência iniciada no ano de 1970 até 2000 e, a partir deste último ano, inicia-se uma retomada de crescimento dessa participação do setor primário no bloco como um todo. Vale ressaltar a diferenciação que ocorre entre os Estados Partes nos quais a média da participação é menor que a apresentada pelo bloco, enquanto nos Estados Associados a média fica acima da média do MERCOSUL. Esse resultado pode ser atribuído à Bolívia e ao Equador, que, no ano de 1985, tiveram mais de 99% de suas exportações advindas do setor primário e, no ano de 2008, ainda apresentavam valores superiores a 91,5%.

Figura 7 – Evolução do montante das exportações intra e extrabloco considerando os estados partes do MERCOSUL - 1990 e 2008

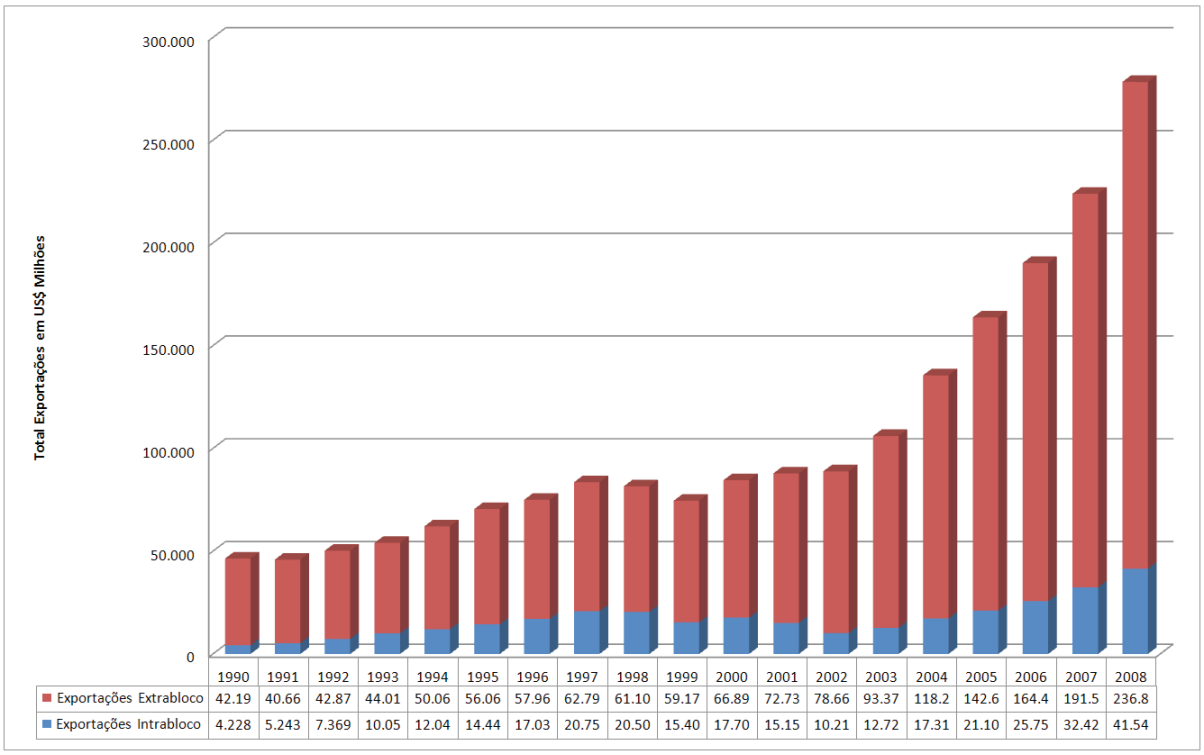

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Exportações Extrabloco	42.19	40.66	42.87	44.01	50.06	56.06	57.96	62.79	61.10	59.17	66.89	72.73	78.66	93.37	118.2	142.6	164.4	191.5	236.8
Exportações Intrabloco	4.228	5.243	7.369	10.05	12.04	14.44	17.03	20.75	20.50	15.40	17.70	15.15	10.21	12.72	17.31	21.10	25.75	32.42	41.54

Fonte: CEI (2010)

Para a análise deste gráfico referente às exportações intra- e extrabloco é válida a retomada das quatro distintas fases que marcaram o MERCOSUL. Na primeira fase (1991-1994), as exportações extrabloco tiveram um acréscimo de 23%, ao passo que as exportações intrabloco cresceram 130%; na segunda fase (1995-1998), embora tenha ocorrido um acréscimo no valor das exportações, ele foi menos significativo que o ocorrido na fase anterior. A terceira fase, marcada pela crise do bloco (1999-2002), demonstra claramente os problemas do acordo integracionista, tendo as exportações intrabloco uma redução de 34% entre 2002 (ano que apresentou o menor valor das exportações intrabloco desde a consolidação do processo de integração) e 1999, entretanto as exportações extrabloco tiveram um caminho inverso e tiveram um acréscimo de 33%. A fase atual, iniciada em 2003 e considerada até o ano de 2008, demonstrou uma retomada consistente das exportações tanto intrabloco, tendo estas um aumento de 227% (em torno de 38% ao ano) e as exportações extrabloco, com um aumento de 154% (aproximadamente 34% ao ano).

A Figura 8 tem como intuito demonstrar a participação percentual de alguns países e blocos comerciais no total das exportações extrabloco realizadas pelos Estados Partes do MERCOSUL.

Figura 8 – Evolução percentual de países e blocos comerciais selecionados em relação às exportações extrabloco dos estados partes do MERCOSUL entre 1990 e 2008

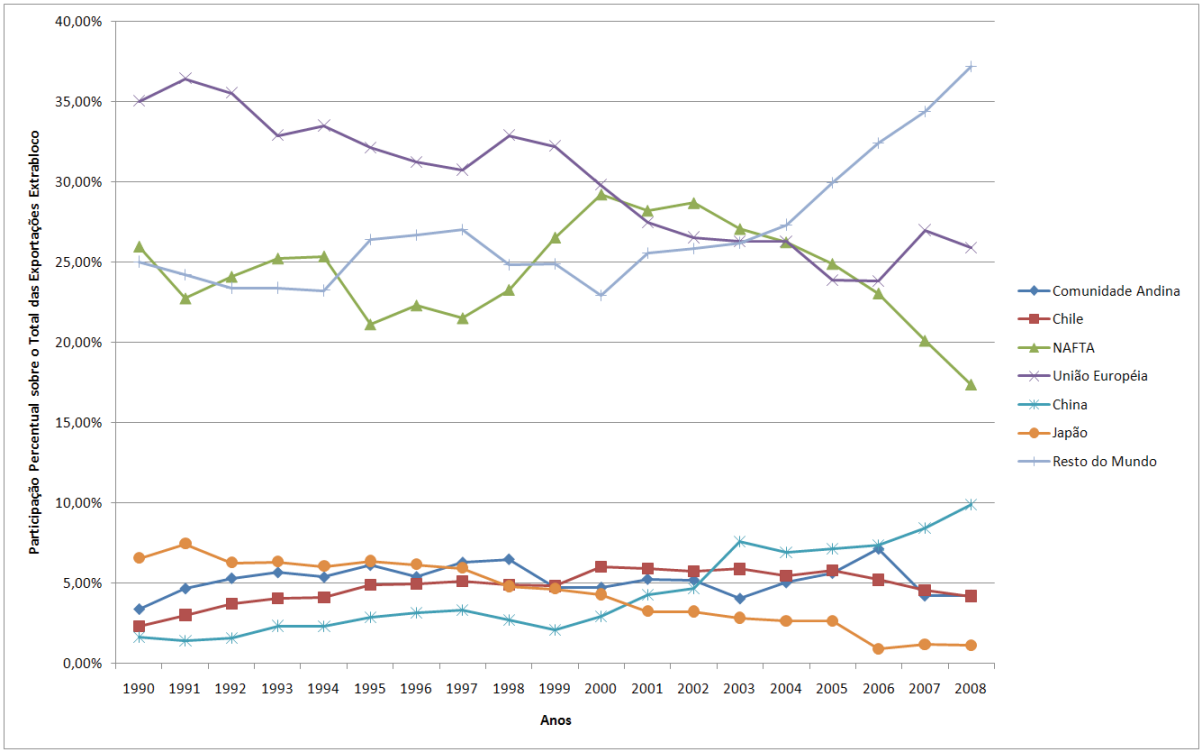

Fonte: CEI (2010)

Considerando o total das exportações extrabloco dos Estados Partes do MERCOSUL a partir de 1990, percebem-se três diferentes evoluções dos países e blocos comerciais selecionados. A primeira forma, uma evolução negativa do percentual aplica-se ao NAFTA (*North American Free Trade Agreement*), ao Japão e à União Europeia, sendo que esta última passou de uma participação de 35% do total em 1990 para aproximadamente 25% no ano de 2008.

Outra forma de evolução da participação frente ao total das exportações é a manutenção de níveis estáveis presente nas negociações com a Comunidade Andina e com o Chile, que mantiveram participações em média de 5% durante o período.

A terceira forma de evolução é representada pelo acréscimo considerável na participação com relação ao total exportado pelos Estados Partes do MERCOSUL. Tal situação é visualizada em relação à China, que passou de uma participação de 1,63% do total em 1990 para 9,93% no ano de 2008; também é observado tal comportamento no total exportado ao Resto do Mundo, que passou de 25% em 1990 para mais de 37% em 2008, evidenciando um processo de diversificação dos parceiros comerciais dos Estados Partes.

Figura 9 – Evolução do total exportado pelos estados partes do MERCOSUL entre 1993 e 2008

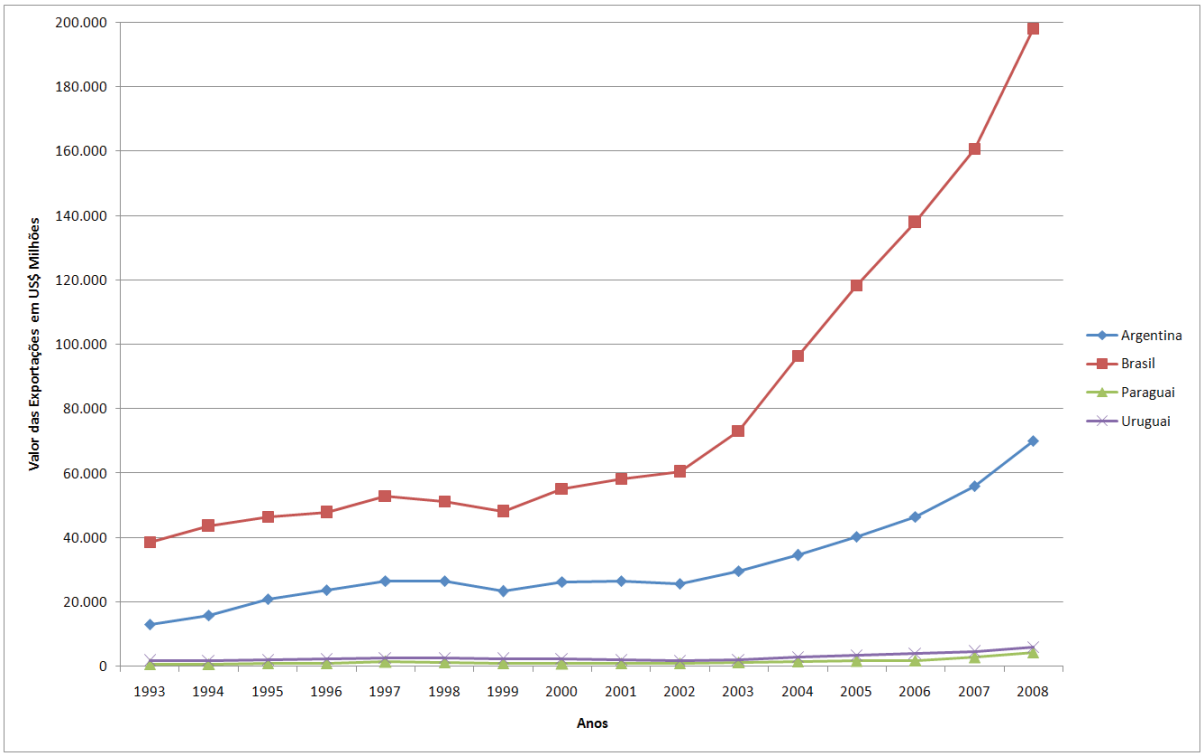

Fonte: CEI (2010)

Através da Figura 9 percebem-se duas situações com relação à evolução do total das exportações de cada Estado Parte do MERCOSUL. A primeira situação diz respeito ao Paraguai e ao Uruguai, que mantêm, durante o período, um montante estável de exportações, com uma pequena melhora a partir do ano de 2004. Por outro lado estão o Brasil e a Argentina, que, de 1993 até 1999, mantinham um mesmo comportamento e que, a partir do ano 2000, passam a ter comportamentos distintos marcados por um distanciamento entre ambos. Esse fato pode ser atribuído à desvalorização cambial que ocorreu no Brasil e tornou os produtos brasileiros mais competitivos internacionalmente do que os produtos argentinos. Somente a partir de 2002, quando a Argentina também desvaloriza sua moeda frente ao dólar americano, que o valor do montante de suas exportações passa a ser retomado.

Figura 10 – Evolução percentual das importações e das exportações intrarregionais em relação ao total importado e exportado nos estados partes entre 1993 e 2008

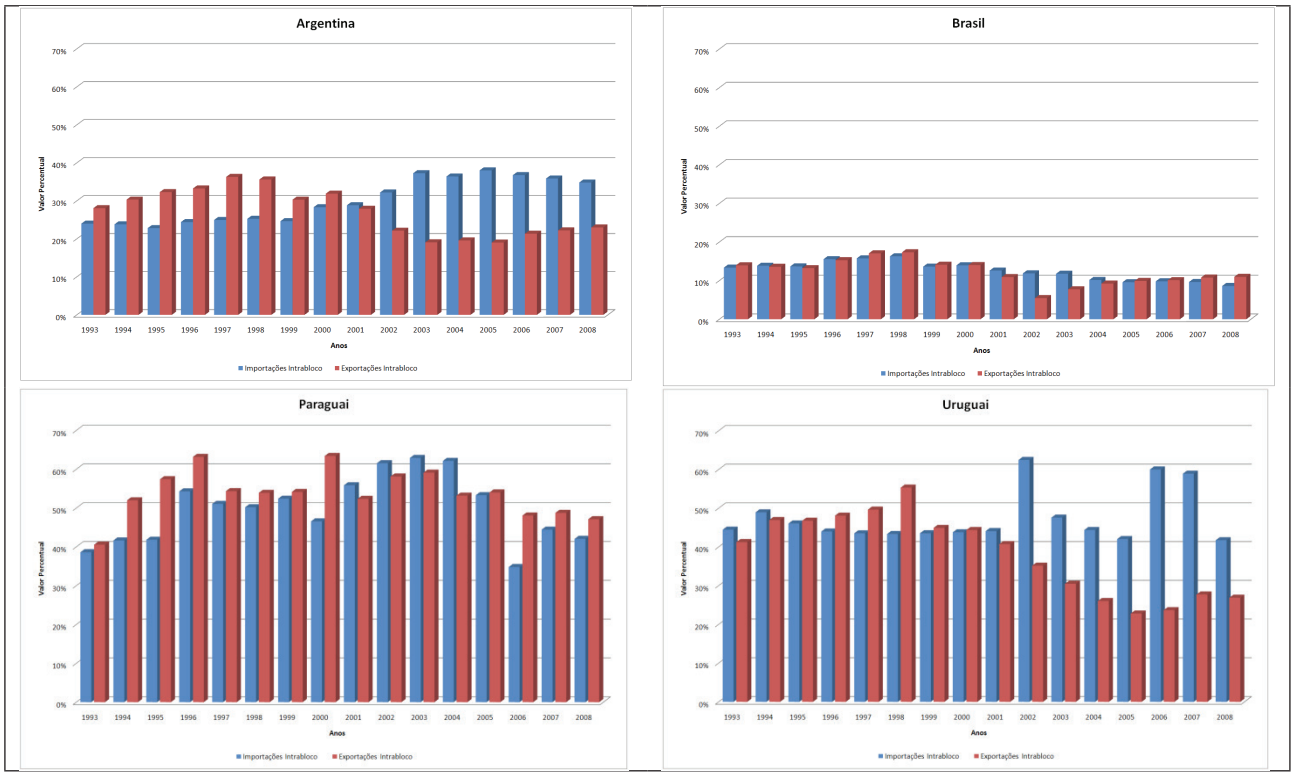

Fonte: CEI (2010)

Analisando a situação através da Figura 10, observa-se que, no caso argentino, as exportações intrarregionais apresentavam acréscimos até o ano de 1998, quando passam a perder importância frente às exportações extrabloco. Com relação às importações, a situação é inversa, sendo que, até o ano de 1998, o comércio intrabloco mantinha-se estável, representando, em média, 24% do total importado e, a partir desse ano, passou a apresentar crescimento considerável, chegando a representar 38% no ano de 2005.

O Brasil, por sua vez, é o país que menos apresenta dependência tanto das exportações quanto das importações intrarregionais. Observa-se uma redução da importância das importações intrabloco a partir de 1998, chegando a pouco mais de 8% do total em 2008. As exportações que apresentavam crescimento até 1998 (chegando a 17% do total) também passaram a perder importância frente ao comércio extrabloco, chegando a atingir pouco mais de 5% no ano de 2002 (possivelmente graças à crise econômica argentina) e retomando seu crescimento a partir de então, porém, em 2008, as exportações intrabloco eram pouco mais de 10% do total.

O Paraguai, com exceção dos anos de 1993 e 2006, apresentou uma pauta de importações intrabloco sempre superior a 40% do total, chegando a mais de 60% entre os anos de 2002 e 2004. As exportações intrabloco também estiveram em todos os anos situadas em faixas superiores a 40% do total.

No caso do Uruguai, as importações intrabloco apresentam-se praticamente constantes ao longo do período, também sempre acima de 40% do total, com exceção para os anos de 2002, 2006 e 2007. Entretanto, as exportações intrabloco, que se mantinham constantes entre os anos de 1993 e 2000, passaram a perder importância e passaram de patamares em torno de 40% para uma média de 25% a partir de 2004.

5. Conclusão

A América Latina, que nasceu atrelada a economia mundial, sempre esteve na órbita dos projetos econômicos das nações desenvolvidas. Este fato por si só não é suficiente para compreender-se a formação dos países da região, pois historicamente, os movimentos de independência que se formaram, principalmente no século XIX, demonstram a tentativa de consolidar espaços de influência política entre grupos internos, que representavam os interesses dos povos que habitavam o interior do continente e os das regiões portuárias. Com a consolidação deste poder regional é que começam a se impor as medidas que definitivamente construiriam as economias nacionais. Por estarem integradas a um mercado mundial, os interesses de formação destas economias nacionais sempre ocorreram na órbita de influência das grandes potências. Na realidade, os projetos de industrialização substitutiva de importações no século XX, representa um movimento na tentativa de se conseguir maior autonomia nos fluxos de comércio mundial e consequentemente auferir os níveis de desenvolvimento dos países centrais. Apesar disto, a economia dos países do Prata, cuja história demonstra claramente a influência dos interesses estrangeiros na sua formação é um marco nas relações do continente americano. Primeiro, por ser um dos espaços mais ricos da América, cuja exploração e integração é facilitada pelos recursos naturais; segundo, pela capacidade de seus países superarem divergências, fato que marca atualmente as negociações para a consolidação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e foi decisivo no decorrer da história destas nações no decorrer deste século.

O Mercosul é na atualidade uma união aduaneira, já existe o livre comércio, e há uma tarifa externa comum para mercadorias provenientes de países não membros. No entanto, não é uma união aduaneira perfeita. Existe também uma série de exceções para livre circulação de determinados produtos, muita tarifa aduaneira ainda está em fase de redução e na tarifa externa comum há uma enorme lista de exceções. Mas ao contrário da União Européia ainda não tem órgão supranacional dotado de autonomia e que deliberem a partir de procedimentos decisórios simples sem a necessidade constante da negociação inter-governamental. Se realmente existe a pretensão de formar um mercado comum, há questões delicadas de terão que ser enfrentadas e que envolvem a soberania dos Estados-partes. Basicamente, são as discussões sobre adotar ou não um caráter de supra-nacionalidade para órgãos comuns, ou seja a criação de um tribunal supranacional.

6. Referencias Bibliográficas

ALMEIDA, P. R. (2008) Dilemas atuais e perspectivas futuras do regionalismo sul-americano: Convergências e divergências. *Temas & Matizes*, 14, pp. 73-95

BANCO CENTRAL DO PARAGUAI – BCP. Estatísticas econômicas 2006. Disponível em: < http://www.bcp.gov.py/index.php?option=com_content&task=view&id=148&Itemid=374>. [Consultado em: 20-02-2010].

CEI. "Estadísticas del Mercosur"**.** Disponível em: <http://cei.mrecic.gov.ar/ html/mercosur.htm>. [Consultado em: 22 -3- 2010].

CEPAL. "Anuário estadístico de América Latina y el Caribe"**.** Disponível em: <http://websie.eclac.cl/anuario_estadistico/anuario_2009/esp/index.html>. [Consultado em : 14- 02-2009].

CONFEDERACÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. Avaliação das medidas argentinas de restrição às exportações brasileiras. 2009. Disponível em: <http://www.cni.org.br/>. [Consultado em: 22-02- 2010].

CARDOSO, C. & BRIGNOLI, H (1988). *História econômica da América Latina*.3° ed. Rio de Janeiro: Graal.

DONGHI, H. (1976). *História da América Latina*. São Paulo: Paz & Terra.

FERRERA DE LIMA, J. (1998). Geopolítica e economia na Bacia do Prata: Algumas considerações sobre sua formação histórica. *Revista Perspectiva*, 22 (80), pp.47-76.

FURTADO, C. (1978) *A Economia latino-americana*. 2° ed. São Paulo:Nacional.

GONZÁLES, C. (1991). *En la tierra de las pampas: Descubrimiento de Chile y Argentina*. Madrid: SM.

MERCOSUL. *Acerca del Mercosur*. Disponível em: <http://www.mercosur.int/ t_generic.jsp?contentid=655&site=1&channel=secretaria&seccion=2>. [Consultado em; 1 – 4- 2009.

MIYAMOTO, S. (1990) Integração Brasil-Argentina: aspectos políticos estratégicos. In: - SEITENFUS, V. et.all (1990). *Temas de integração latino-americana*. Petrópolis: Vozes/UFRGS, pp.104-130.

PIFFER, M.; FERRERA DE LIMA, J.; PIACENTI, C. (2001) *O Prata e as Controvérsias da Integração Sul-Americana*. Cascavel: EDUNIOESTE.

PINTO, N. de F. (2001) O Mercosul e suas consequências: um guia elementar sobre a integração no Cone Sul. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, 29(1), pp. 82-96.

SCHILLING, P. R. (1981) *O expansionismo brasileiro. A geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamarati*. São Paulo: Global.

VAZ, A. C.(2001). Mercosul aos dez anos: crise de crescimento ou perda de identidade? *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, 44(1), pp. 43-54.

GT 24
Saberes, éticas e políticas das religiões afro-americanas

Transformação e pessoa no Terecô de Codó (Maranhão - Brasil)

Martina Ahlert[1]
Universidade Federal do Maranhão (UFMA - Brasil)
ahlertmartina@gmail.com

Resumo: A partir de uma pesquisa etnográfica, esse trabalho discorre sobre a transformação de pessoas e entidades (ou encantados) no terecô de Codó, uma religião afro-brasileira do interior do Maranhão - Brasil. Se o início da trajetória na religião é uma aproximação entre pessoas e entidades, relação que precisa de constantes investimentos, o texto reflete sobre os afastamentos que marcam outro momento da experiência de pais e mães de santo – as situações de envelhecimento, doença e morte. Efetivar separações e desconstituir relações, ou seja, despedir-se das entidades, significa sofrimento e transformação naquilo que os sujeitos são e sabem. Além disso, evidencia um desgaste do corpo e da vitalidade dos pais de santo, consumidos pela dedicação à religião. Simetricamente, o texto se pergunta como essas participações constituem as entidades. Questiona, por fim, como etnografar essas presenças e afetos.

Palavras-chave: pessoa, transformação, terecô, etnografia, religião.

As costas, pernas e braços de Luiza não apresentavam o desempenho de outrora. Com pouco mais de setenta anos, as transformações provindas de seu envelhecimento a assustavam demasiado e falavam sobre as atividades de chefia de sua tenda de terecô[2]. Terecô é a mais popular das denominações dadas a uma religião afro-brasileira encontrada em diferentes cidades do Brasil, mas que é referenciada como proveniente do município maranhense de Codó – cidade onde Luiza vivia e era mãe de santo. Chamado ainda de tambor da mata, encantaria de Barba Soeira, brinquedo de Santa Bárbara ou verequete, o terecô é de provável origem banto (com elementos jeje e nagô) e tem como língua ritual o português (Costa Eduardo, 1948; Barros, 2000; Ferretti, M, 2001; Araújo, 2008). Nele estão presentes entidades chamadas de encantados - seres que tiveram vida terrena, entretanto desapareceram do nosso plano de existência. Quando sumiram, passaram a habitar um entremundo chamado de Encantaria, de onde vêm para dançar, trabalhar, dar conselhos e fazer atendimentos. Nas tendas de pais e mães de santo, como a de Luiza, os encantados – que podem ser organizados em famílias (Ferretti, M., 2000) – dançam a partir dos pontos que os invocam. Em outros momentos, são recebidos fora dos rituais, em situações ordinárias ou ainda quando solicitados para consultas e atendimentos. Entende-se que existam, no Maranhão, três grupos de encantados – os de água doce (encontrados especialmente na região da Baixada), os de água salgada (do tambor de mina, da capital do estado) e os encantados da mata – que formariam a principal família da região de Codó, chefiada por Légua Boji Buá da Trindade (Ferretti, M., 2001; Barros, 2000; Cunha, 2013). Seu Légua ou Velho Légua é a entidade de maior renome na cidade e possui uma família

---

1 Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (PPGAS/ UnB), professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Pesquisa temas relacionados às religiões afro-brasileiras, direitos humanos, política e programas sociais.

2 Tenda é utilizada como sinônimo de salão, barracão ou terreiro – espaço de culto e celebração ritual.

numerosa, com mais de quinhentos membros. Sua personalidade, assim como a de alguns de seus parentes, é marcada pelo apego à bebida alcoólica, pela propensão a causar confusão e por uma postura irreverente e provocadora. Seus relacionados, assim como ele próprio, são associados ao período da escravidão, à mata e à lida com animais.

Nos salões codoenses, os encantados da mata dividem espaço com outras entidades, como orixás, caboclos e caboclos de pena, voduns do tambor de mina maranhense, pretos velhos, pombagiras etc. Igualmente, o terecô está combinado, de diversas maneiras, com a umbanda e com o candomblé, que tiveram suas primeiras tendas construídas em Codó no século passado, provavelmente nas décadas de 1930 e 1980. As diferenças entre entidades e denominações religiosas, assim como suas combinações e articulações, não são marcadas por fronteiras claras e possíveis de conceituar de forma generalista. Normalmente, em campo, eu as percebia de acordo com a trajetória de cada pessoa e com as características das entidades que ela recebia. Atualmente, segundo pesquisadores locais, existem cerca de duzentas e cinquenta tendas chefiadas por pais e mães de santo na cidade, sejam elas de terecô, umbanda ou candomblé, além de quartos e altares que fazem das casas relicários e espaços de cura[3].

Dona Luiza, há muitos anos, *baia* ou *brinca* terecô. O corpo, bronzeado do sol escaldante da região, franzino e ligeiramente encurvado, foi (e ainda é) o contexto por excelência das relações mantidas e reafirmadas com um conjunto de encantados por ela recebidos. É a partir de seu percurso que buscarei problematizar as relações estabelecidas entre pessoas e encantados, dando ênfase à transformação desses diferentes seres. Tenho, nesse sentido, uma dupla orientação: por um lado, desejo pensar as primeiras manifestações das entidades na vida de um sujeito – que, na maioria dos casos, acontecem na infância, e a partir delas, discorrer sobre as formas de relação estabelecidas entre pessoas e encantados. Por outro lado, estou interessada nos momentos de afastamento entre ambos – que, nas histórias que aqui conto, acontecem com o envelhecimento e com experiências associadas ao mesmo. Essa dupla perspectiva está conjugada com a preocupação teórico-metodológica da possibilidade de pensar, simetricamente, encantados e pessoas, suas possibilidades de afeto e participação uns nos outros (Goldman, 1984,1987; Birman, 2005; Rabelo, 2014).

Minha escrita nasce de uma etnografia, resultado da pesquisa de campo realizada durante o meu doutorado, entre 2010 e 2011, quando pude viver em Codó por cerca de um ano. Depois desse período, tenho realizado visitas esporádicas à cidade – para continuar a pesquisa de campo e, ao mesmo tempo, rever amigos e conhecidos. Essas e outras experiências fazem parte da convivência com brincantes e entidades e são também incluídas neste artigo. Elas permitem perceber os efeitos da passagem do tempo e as transformações na vida dos meus interlocutores nestes últimos anos. Como ficará evidente ao leitor, o texto se constrói em torno da trajetória de Luiza, mas trata, igualmente, de elementos vividos por outros pais e mães de santo da cidade.

Pessoa e transformação

No terecô, um brincante do tambor recebe, durante sua vida ou mesmo durante uma gira, diversas entidades. Não é incomum que ele não saiba dizer o número exato de seres que recebe, pois alguns deles se manifestam raramente ou de passagem – isso porque, na incorporação, um corpo que se abre se torna vulnerável a presenças diversas. Em outros momentos, é difícil reconhecer um encantado, haja vista a possibilidade dele se *"apresentar"* de maneiras muito dessemelhantes, confundindo as pessoas e mantendo seu nome desconhecido. Logo, podemos falar em diferentes modalidades de participação dos encantados na vida das pessoas, pois, se alguns encantados apenas passam por seus corpos, existem outros que se manifestam durante grande parte da vida de um sujeito, acompanhando o passar dos anos e participando de momentos fundamentais da trajetória de famílias, quando podem ser vistos fazendo, por exemplo, partos, aproximando casais, participando de funerais

3 A Secretaria de Cultura e Igualdade Racial da Prefeitura Municipal de Codó (criada em 2009) estima que existam, no município, um número aproximado de 200 tendas. A Associação de Umbanda, Candomblé e Religiões Afro-brasileiras de Codó e Região realizou um levantamento sobre a quantidade destes locais e afirma que existem 294 tendas e 109 quartos de santo na cidade.

de entes queridos e demarcando espaços nos ambientes domésticos.
Desta feita, durante a vida dos pais e mães de santo, determinados encantados podem ser companhia frequente nos rituais e no cotidiano. A intensidade dessa presença vai sendo cultivada desde as primeiras manifestações das entidades na vida de uma pessoa – tema sobre o qual escrevo na sequência do texto –, quando uma relação vai sendo construída e desenvolvida no tempo (Rabelo, 2008). A aproximação e a afinidade não são dadas de partida, mas produzidas em momentos onde a "interaction is crucial for a reciprocal learning process" (Cunha, 2013, s/d). Para que essas relações aconteçam, devem ser cumpridos tabus e realizadas atividades como rezas, oferendas, trabalhos e festejos – resultado dos pedidos e da negociação com os encantados.
Semelhante a outras religiões afro-brasileiras, como o candomblé angola descrito por Goldman (2005), também um terecozeiro compreende que "... é inútil esperar ensinamentos prontos e acabados de algum mestre e que deve tratar de ir reunindo pacientemente, ao longo dos anos, os detalhes que recolhe aqui e ali" (Goldman, 2005 p. 109). É no constante investimento no contato com as entidades que pais e mães de santo adquirem conhecimento para exercer sua função. É esse engajamento que os torna pessoas "*sabidas"* e procuradas para diversos trabalhos e alívio de angústias. Nesse sentido, se compreende que o poder de um pai ou mãe de santo (sua *força)* é fornecido pelos seus encantados e é proporcional à dedicação à religião, às promessas e aos tabus que cumprem, às oferendas que apresentam. Desta forma, quanto mais um mestre trabalha (ou quanto mais interage), mas expedito ele se torna.
As relações cultivadas entre pessoas e entidades (ou humanos e deuses, espíritos etc.) são tema importante na literatura sobre as religiosidades (Bastide, 2001; Barros e Teixeira, 1989; Espírito-Santo, 2010; Rabelo, 2014). Essa ênfase também chama atenção para noções diferenciadas de pessoa. Alguns antropólogos destacam o caráter compósito das pessoas, questionando não apenas a compreensão ocidental de indivíduo moderno, mas também indicando para a importância das relações que compõe um sujeito (Strathern, 2006; Pina-Cabral, 2013; Goldman, 1984, 1987). Para pensar pessoa no terecô, me parece possível afirmar que se fala de uma pessoa "múltipla, plural, expansiva, conectada" (Diana Espírito-Santo, 2010, p. 498), de forma que:

> o que existe entre o médium e eles [espíritos] melhor se compreenderá como um projeto contínuo de pessoa em construção – os seres de ambos jamais se encontram em estado fixo ou imutável, mas se nutrem congruentemente um do outro, especificando-se na prática e numa aprendizagem de si, ao longo do tempo (Espírito Santo, 2010, p. 517).

Não há, portanto, uma pessoa acabada, mas em constante transformação. Isso se torna ainda mais evidente em algumas considerações que teço neste texto sobre as primeiras aproximações com as entidades, mas também em suas despedidas. Esse caráter transformacional daquilo que se é, desenvolve-se na trajetória dos sujeitos. Tem como base o corpo que, como sugerirei ao término do texto, é consumido nas relações e, por isso, passa a expressar a presença dos encantados para além dos momentos de possessão.

Nas saias do encantado

Quando conheci Codó, Luiza vivia na cidade há mais de três décadas. Nascida na roça, ela havia, durante a vida, "*feito de um tudo"*: quebrou coco babaçu, limpou terrenos, vendeu laranja em festa de santo, plantou, costurou, criou três filhos. Em meio a todas essas atividades, ela também se tornou mãe de santo e por isso possuía, no espaço imediatamente contínuo à cozinha de sua casa, uma tenda de terecô. A Tenda Espírita de Umbanda Santa Helena[4] – seu nome oficial – era (em sua parte visível ou tangível) um recinto pequeno, cuidadosamente decorado com bandeiras, altares, fitas e desenhos. Ela foi se constituindo e se transformando

4 A denominação "Tenda Espírita de Umbanda" foi assumida pela maior parte dos pais de santo, independente de terem como *"chefes de croa"* (donos da cabeça), orixás, caboclos ou encantados.

com a passagem do tempo, já que, tal como aconteceu com os barracões de outros pais e mães de santo da cidade, o de Luiza começou "*humildezinho"* e cresceu com a colaboração de encantados e pessoas (filhos de santo, clientes, visitantes e parentes).

Esse contar sobre o início das tendas sempre me pareceu prazeroso aos pais e mães de santo – visto que embora destacassem o caráter dificultoso do passado, o estágio atual das tendas (mesmo as pequenas, como a de Luiza) atestava seu trabalho e seu compromisso. Essa dedicação se tornava evidente na substituição das paredes de palha e barro por paredes de tijolo ou na decoração para os festejos anuais que realizavam. Nesse sentido, a constituição das tendas de pais e mães de santo do terecô é, em alguma medida, homóloga à sua trajetória ou percurso. Também eles começaram sem notoriedade e sem filhos de santo. Também eles só haviam se tornado o que eram a partir da colaboração de diversas agências, como esboçarei na sequência do texto.

Para falar sobre isso, remeto às primeiras manifestações dos encantados ou aos primeiros sinais de "*mediunidade"*"[5] sentidos pelos brincantes. Em campo, não era incomum ouvir o contar de delicadas histórias onde, quando crianças, pessoas foram tomadas por entidades no meio da plantação, perdendo o controle do corpo e assustando quem os acompanhava. Ou ainda quando, ao receberem os encantados, quebravam objetos domésticos, rolavam no chão, desapareciam da vista dos familiares. Maria dos Santos, mãe de santo de 76 anos, conta que, ao desparecer após receber um encantado, foi encontrada por seu irmão em uma gira de tambor:

> Aí ele [o irmão] chegou pra lá e me encontrou. Diz que eu era a mais pequena no meio. Dançando, dançando. Aí ele quis assim, um tipo de ignorância, quis me arrancar de dentro de lá, mas o pessoal não deixou. E quem estava comigo [a entidade], disse "eu vou na hora que eu quiser, o senhor não me manda. A menina é minha, quem manda nela sou eu" (Maria dos Santos, 10/08/2011).

A capacidade dos encantados de tomar sujeitos para si, interferindo em suas vidas, apresenta sinais diversos como dificuldades de visão, sonhos estranhos, confusão mental, loucura, doenças diversas não descobertas por médicos. Nas histórias que conheci, essas manifestações surgiam em torno dos sete, oito anos de idade e, por caminhos diversos, levavam ao diagnóstico de *"problema com encantado"*. Esses caminhos falam sobre as particularidades da vida de cada pessoa e podem incluir a aceitação ou a recusa da família, a busca de soluções às aflições junto a médicos, benzedeiras, rezadores.

Luiza lembra que, quando criança, via *"espíritos"* que a convidavam para brincar. Ela subia em árvore e rolava no chão, imitando esses seres e fazendo disso suas brincadeiras. A mãe Chiquinha – sua avó, que a criou desde que nasceu – não entendia o que se passava com a menina, "*porque não tinha essas coisas de espiritismo lá"* e a recriminava violentamente. Aos quatorze anos, Luiza se casou com um primo e passou a residir em um povoado no interior de Codó (antes, vivia na região do Parnaíba, fronteira com o Piauí). Depois do casamento, as aflições relacionadas à sua mediunidade apareceram com maior intensidade e os encantados, que antes vinham para brincar, agora a faziam sumir durante dias, "*correndo louca"* dentro das matas na zona rural. O marido então reunia trabalhadores da roça para saírem à procura de Luiza e a trazerem novamente para casa.

Como na história de Luiza, existem casos de brincantes que não frequentavam tendas quando crianças. Outros, por sua vez, eram levados por familiares, de forma esporádica, para festas de tambor, pois suas famílias possuíam brincantes. Seu João Tavares, pai de santo de 78 anos, acompanhava sua avó em festas de tambor que eram realizadas nas roças da cidade. Foi em sua companhia que recebeu um encantado pela primeira vez. Pedro de Oxum, também pai de santo, não era chamado a acompanhar o avô (na casa de quem vivia), mas, ao acordar com sua saída durante a noite, o seguia pelas ruas da cidade até a tenda para onde ele se deslocava. Quando era percebido pelo avô (que frequentava diversas tendas) já estava dentro da gira, onde era colocado pelas próprias entidades que o carregavam em suas saias.

Em todas essas experiências vividas na infância, o mais comum era, na impossibilidade de ignorar as mani-

---

5 Termo utilizado em sentido diverso da denominação do espiritismo kardecista, para definir a possibilidade de alguém receber uma entidade (em transe ou possessão).

festações dos encantados, buscar *"suspender as correntes"*, retardando o envolvimento com a religião. Essa suspensão era feita com a ajuda de chefes de tendas, procurados e consultados por pessoas próximas à criança. Eles negociavam com os encantados o desaparecimento temporário das suas manifestações, as tornando presentes apenas quando a criança já estivesse mais velha. Na negociação, compromissos eram assumidos pela família do brincante, que poderiam incluir auxílio com o material dos rituais da casa, a realização de rezas e homenagens às entidades, e o agendamento de idas esporádicas à tenda do pai ou mãe de santo.

Apesar das diferenças no que concerne às primeiras manifestações dos encantados, como a mediunidade é vista como *"de nascimento"*, se entende que é praticamente impossível se livrar dela. Desta forma, passado algum tempo, os encantados voltam a se manifestar no cotidiano das pessoas. É preciso então reconhecer sua presença, perguntar o que desejam e aprender a controlar o corpo quando eles descem ou sobem. Esse processo inicial, marcado pelo desconhecimento e mesmo pelo desinteresse em relação aos assuntos do terecô, não raro é vivido por intermédio de constrangimentos causados pelas entidades – que fazem as pessoas subirem em árvores sem conseguir descer, correrem longas distâncias, tirarem roupas e acessórios que carregam consigo.

O aprendizado inicial sobre os encantados normalmente se dá com o auxilio de um pai ou mãe de santo experiente. Apesar dessa mediação inicial, no terecô não existe uma iniciação[6] única e necessariamente marcada pela presença do neófito em um terreiro. Existe sim o que é chamado, pelos terecozeiros de "*preparação*" – um termo polissêmico que remete a diferentes experiências de vida. O período de "*preparação"* de um *"brincante"* é determinado a partir dos encantados que ele recebe e dos ditames dados pelas entidades do pai de santo da casa. Entende-se, como me disse um pai de santo da cidade, que cada pessoa passa por um processo particular quando ingressa em uma tenda de terecô, pois *"cada pessoa vai ter um caminho"* – de forma que, por exemplo, algumas apenas fazem rezas e obrigações durante certo período, outras logo podem dançar nas giras.

No ingresso em uma tenda, o futuro filho de santo deve realizar diversas obrigações, manter tabus, passar por banhos de purificação, entre outras atividades e normativas dadas pelos encantados. Esse período de *"preparação"* conta com a participação do pai de santo que acompanha por algum tempo o recebimento dos encantados e conversa com eles. Esse processo de reconhecer os encantados e "*organizá-los"* faz pais e mães de santo conceituarem o ingresso de um novo filho em uma casa algo muito trabalhoso. Esse aspecto "*pesado*" é distinto da compreensão de um mestre ensinando algo já que, como recordam ao falar sobre seus zeladores, um pai de santo não ensina nada, apenas "*faz"* as atividades e espera que os filhos de santo também o façam posteriormente. Certa vez perguntei a Seu Zé Preto o que tinha aprendido com seu pai de santo e ele me respondeu que:

> Não me ensinou nada. Ele só fez assim, preparou nós, quando chegou um dia ele mandou cada um de nós chamar o nosso guia, depois que chegou e baixou ele disse: "Agora, seu Zé, você vai se virar com os seus guias, você vai cuidar dos seus guias... Você vai zelar por ele, nem pra mim, nem pra ninguém". Então, se nós sabemos um pouquinho, é os nossos guias que dão tudo (Zé Preto, 28/08/2011).

Como percebeu Rabelo (2014) para o candomblé keto em Salvador, no terecô as entidades ou os encantados são também agentes no processo de aprendizado de um neófito. O saber, como é possível notar na fala de Seu Zé Preto, vem das entidades – guias e encantados. É algo que se aprende *"fazendo"*, a partir do momento em que é afirmada a aproximação com as entidades. Como ainda atenta o pai de santo, esse conhecimento nunca é totalizante – sempre se sabe um *"pouquinho"* e não se conhece necessariamente a razão de tudo o que deve ser feito. O mérito do saber, utilizado pelos pais e mães de santo, é dos encantados; provém da relação com esses.

Para percebermos a diversidade destes caminhos que cruzam histórias de pessoas e entidades, remeto ainda à aproximação de Luiza com seus encantados. No momento em que começou a sofrer diversas intervenções das

---

6 A palavra "iniciação", comum em diversas etnografias sobre religiões afro-brasileiras, é pouco usada na cidade – talvez com exceção de pais de santo que também foram preparados no candomblé. Como o terecô foi, algumas vezes, comparado ao tambor de Mina de São Luís, especialmente com a Casa das Minas onde a iniciação foi vista como extremamente complexa e de certa forma 'seletiva' (Costa Eduardo, 1948, revisitado por Bastide, 1971), o ingresso dos *"brincantes"* nas tendas de Codó foi percebido como pouco sofisticado, simples e mesmo 'pobre'.

entidades, ela passou a frequentar a casa de um mestre, perto do povoado onde vivia. Durante toda sua vida, guardou muito respeito à sua pessoa e sua casa. Apesar disso, considerava que o início de sua experiência enquanto médium foi muito solitário. Seus companheiros eram os encantados e um grupo de árvores que, com o passar do tempo, foram lhe ensinando o que sabia sobre a Encantaria. Um pé de pitomba, um de violeta e um de jatobá, que ficavam próximos a casa onde vivia, a ensinaram a fazer curas e atendimentos. Sempre que a mãe de santo era procurada, ela consultava as árvores, acendendo uma vela em frente a cada uma delas e esperando para ouvir seus conselhos[7]. Em seguida, colocou uma "*mesinha"* de cura e passou a ser conhecida nas proximidades de sua residência. Já na cidade de Codó, no início dos anos oitenta, construiu sua tenda.

Construir um quarto de santo, um salão ou tenda é *"assumir a responsabilidade"* – momento fundamental da trajetória de um mestre, quando adota de forma clara e direta às incumbências dadas por seus encantados. É um ato que transcende a mera edificação de um espaço para trabalhos, rezas e festejos, pois com ele se institui um novo status: o *"brincante"* que possui uma tenda se torna um pai ou mãe de santo[8]. *"Colocar barracão"* marca um novo momento da relação com as entidades e é também uma ação direta sobre as aflições que afetam a saúde dos terecozeiros e que são percebidas como resultado da ação dos encantados[9]. A partir desse momento, aumentam as atividades relacionadas aos mesmos e também a força que eles proporcionam ao pai ou mãe de santo.

Nos cadernos do encantado

Embora em campo fosse recorrente ouvir histórias sobre as primeiras manifestações dos encantados na trajetória de brincantes, grande parte dos pais e mães de santo com quem convivi em Codó vivia um momento diferente. Eles já possuíam anos na chefia de suas tendas e muito já haviam trabalhado na companhia (ou presença) dos seus encantados. Alguns mestres, com idades em torno de setenta anos, mencionavam aspectos relativos à "*pesada"* função que desempenhavam. Afirmavam o desejo de se afastar dos seus postos, diminuindo as atividades de seus salões e o atendimento aos clientes. Essa segunda parte do texto trata desses afastamentos e discorre sobre uma transformação na concepção dos sujeitos sobre si mesmos.

Durante a pesquisa de campo, eu tive a oportunidade de conhecer alguns dos encantados de Luiza. Com Seu Bambu Verde (seu chefe de croa), Seu Duardo Légua e Sebastiãozinho convivi com maior frequência, pois compareciam sempre que havia alguma gira, tanto na casa de Luiza quanto fora dela. Eles eram familiares a todas as pessoas que frequentavam ou passavam, ainda que esporadicamente, pela casa da mestra. Vi outras entidades da mãe de santo apenas em rituais com objetivos específicos (como a cura) ou em passagens rápidas (ao final de um tambor, por exemplo).

Há muitos anos atrás, Luiza recebia um encantado chamado Ernesto. Segundo me contou, Ernesto era um senhor velhinho e muito sabido que, consultado nos trabalhos (especialmente de cura), era inquirido sobre o atendimento aos clientes. Em situações de consulta, seu diagnóstico era escrito, por ele mesmo, em um caderno. Quando, depois de uma sessão, a mãe de santo retomava a consciência, era seu marido, que sabia ler (ela não conhecia a escrita na época), quem lhe dizia o que Ernesto anotara no caderno. Depois que o marido morreu, a própria Luiza conseguia entender as anotações do encantado, com quem ainda trabalhou alguns anos, até que ele se despediu e *"não veio mais"*.

---

7 A relação entre as árvores e as entidades é um aspecto recorrente nas pesquisas sobre religiões afro-brasileiras, sendo mencionada desde os primeiros trabalhos sobre a presença negra no Brasil. No tambor de Mina cada entidade tem uma árvore que a representa (Ferretti, M., 2000).

8 Pode haver pais de santo que ainda não possuem salão, como o caso de Pedro, que recebe e trabalha com seus filhos de santo nos quartos de sua casa.

9 Algumas pessoas relacionam a melhora da saúde com a construção de suas tendas. Neste sentido, a mãe de santo Dona Jesus de João Marabaia me disse que, se não fizesse seu barracão: *"Eu iria ficar doida do meu juízo. Eu sonhava sempre e construir aqui foi como tirar um peso das minhas costas"*.

A incorporação no terecô é entendida como perda da consciência – um deslocamento do médium, como "*se ele estivesse dormindo"* – e, por isso, Luiza disse que nunca soube onde os cadernos de Ernesto ficavam guardados. Ela acreditava que eles eram depositados em um lugar conhecido apenas pelas entidades. Há cerca de sete anos, sem querer, ela os encontrou em sua casa. Mexendo nas páginas e lendo o que compreendia, se recordou de uma grande quantidade de pessoas que, com seus encantados, havia acompanhado e atendido. Segundo me contou, percebeu – ao ler nomes e situações de consulta – que muitas das pessoas ajudadas passavam em frente à sua casa, mas não mais conversavam com ela, nem agradeciam o trabalho realizado. Ao constatar a ingratidão das pessoas, sentiu que "*era como se eu tivesse ido embora da terra. Como se eu tivesse saído do meu corpo, numa agonia muito grande"* (Diário de campo, 17/05/2011). Depois do episódio, os cadernos de Ernesto voltaram a desaparecer. Luiza não sabia o que havia acontecido com eles, mas acreditava que algum de seus encantados, em fúria, se desfez dos mesmos. O encontro com os escritos do encantado, porém, foi o episódio que desencadeou uma importante tomada de decisão: ali Luiza percebeu sua intenção de parar de trabalhar como mãe de santo.

Evidentemente, o efeito causado pelos cadernos encontrou ressonância numa miríade de sentimentos que faziam parte da trajetória de Luiza e que, em alguma medida, eram compartilhados por outros pais e mães de santo. Esses sentimentos acompanhavam percepções positivas sobre a chefia das tendas (como a beleza das festas, o prazer em homenagear entidades e ajudar pessoas), mas eram uma espécie de outro lado (inevitável) da moeda: a tristeza da falta de reconhecimento e o esquecimento, o cansaço e as diversas dores no corpo causadas pelas atividades, o envelhecimento. Luiza utilizava continuamente o discurso do esquecimento e a ingratidão como elementos fundamentais para sua tomada de decisão. Iracema, mãe de santo com idade semelhante à de Luiza, também usava os mesmos argumentos, dizendo ainda que cuidar de um salão era uma atividade desgastante e exigia uma dedicação muito grande. Por isso, embora mantivesse seus festejos, não aceitava novos filhos de santo. Maria dos Santos, herdeira de uma tenda muito importante no âmbito do terecô da cidade, ainda que tivesse uma rotina muito ativa, se utilizava de termos semelhantes para demonstrar o momento em que vivia, marcado por dificuldades físicas e pelo peso do trabalho como mãe de santo.

A decisão de parar de trabalhar não depende apenas do mestre, pois está sujeita à negociação que ele faz com seus encantados. Por intermédio de rezas, de alguma oferenda ou por comunicação em sonhos, por exemplo, os encantados são consultados sobre procedimentos como a diminuição dos toques de tambor de uma casa, a não aceitação de novos filhos de santo, a recusa às demandas dos clientes e dos familiares. Além disso, pode-se perguntar sobre o fim de uma festa (um festejo) em homenagem às entidades e o despacho dos elementos que compõem uma tenda – como as pedras onde encantados estão assentados, imagens de santo que compõem um altar, objetos de uso de cada encantado, etc.

Luiza, em conversa com as entidades de sua casa, diminuiu a periodicidade dos toques de tambor até que, em 2014, praticamente deixou de realizá-los (com exceção de momentos extraordinários, como a festa de sua tenda). Há algum tempo, não mais aceitou novos filhos de santo, acompanhando apenas nove mulheres que dançavam com ela há anos. Igualmente, não fazia mais trabalhos de cura ou tratamento – recusou, por exemplo, o pedido de uma vizinha que gostaria que ela diagnosticasse e tratasse uma de suas netas. Mantinha uma rotina de rezas e as velas dos seus altares acesas e, no mais, sentada nos pequenos bancos em frente à sua casa, restava-lhe benzer os passantes e as crianças – uma atividade considerada de pouca complexidade e poder. Quando procurada, indicava a casa de outros pais e mães de santo, tanto para quem estivesse em busca de um local para dançar terecô, quanto para quem precisasse de ajuda.

Essas mudanças, entretanto, não eram apenas uma redução de atividades e responsabilidades. Elas também configuravam um afastamento em relação aos encantados, pois a diminuição das atividades associadas aos mesmos significa um arrefecimento de suas presenças na vida de um pai de santo e daqueles que participam de um salão. Ou seja, quando um pai ou mãe de santo decide 'aposentar-se' das funções de chefia de uma tenda, ele toma uma decisão que em nada é leviana ou simples, mas que desencadeia diversas situações, muitas delas de sofrimento.

Como procurei enfatizar no início do texto, no desenrolar da vida dos pais e mães de santo esses vão, paulatinamente, construindo e reforçando as suas relações com as entidades. Essas relações se dão por intermédio da incorporação – quando o encantado ocupa o corpo do brincante – mas também no cumprimento das obrigações, nos trabalhos aceitos, nas rezas realizadas (ou seja, em diversos elementos além da possessão). As entidades compõem o sujeito, seu ser e seu saber. Neste sentido, se compreendemos que as entidades são parte

da pessoa, a intensidade do sofrimento no seu afastamento fala também de uma despedida que, em alguma medida, é a de si próprio.
Somada a essa dimensão, é possível afirmar que diminuir as relações com os encantados é ainda reduzir a eficácia e o poder. Como se compreende que a força provém dos encantados, para ser forte é preciso participar ativamente de um sistema de prestações, contraprestações e homenagens. Logo, quando um mestre negocia seu afastamento, ele também trata da redução gradual de sua "*força*" ou da energia proveniente das entidades. Isso quer dizer que, nestas situações, o pai ou mãe de santo fica com um poder de ação diminuído e, portanto, não pode mais "*ajudar*" os outros como antes. É uma presença mais vulnerável e é preciso, pois, reinscrever-se de outra forma no mundo (Vianna, 2014) – com capacidades e habilidades transformadas.
As transformações que alcançam pais e mães de santo (e em alguma medida, os encantados) também são sentidas pelas pessoas que frequentam os salões. Por um lado, essas pessoas podem incentivar a diminuição das atividades de uma tenda, quando percebem que pais e mães de santo estão muito cansados ou envelhecidos. Paralelamente, entretanto, falam sobre a ausência das entidades, deixando evidentes as saudades que sentem:[10] nostalgicamente relembram as festas antes realizadas pela casa, a quantidade de pessoas que a frequentavam. Esses lamentos evidenciam algo que me parece ser fundamental na trajetória de um chefe e na constituição de uma tenda: a importância das relações sociais – das quais participam pessoas e entidades. Nesse sentido, o 'se aposentar' da função de pai ou mãe de santo é uma transformação de si, na igual medida em que é uma diminuição das alianças e das relações sociais.

Nos corpos dos mestres

Nas experiências que tenho compartilhado neste texto, o corpo tem lugar central. Ele é ocupado pelas entidades em diversos momentos do terecô, que o tomam para dançar e trabalhar, que o embalam rapidamente ao som dos tambores, que o giram continuamente. Além da dança, as entidades tomam corpos e com eles saúdam conhecidos, benzem visitantes, pagam penitência em frente aos altares ou aos pés de outros encantados. Quando se fazem presentes nesses corpos, os encantados podem reclamar ou fazer brincadeiras com suas condições físicas, dizendo, por exemplo, que eles, mesmo sendo novos, precisam se sujeitar a vir *"em moça velha"* [11] – ou seja, em uma filha de santo idosa. Esboçam ameaças, dizendo que vão deixar os corpos cansados quando *"subirem"* e que vão *"judiar"* do corpo velho que os recebe. Nesse sentido, como relatam outros pesquisadores, ao serem recebidas, as entidades têm a possibilidade de experimentar a corporalidade (Carvalho, 1994; Barbosa Neto, 2011; Birman, 2005) e acrescentar novas dimensões a ela, mostrando, a partir da postura corporal, como sua presença altera as condições do corpo de seu *cavalo*.
Em setembro de 2014, estive em uma gira na casa de Luiza. Naquele momento ela já não tocava tambor regularmente, pois sentia intensas dores nas costas. Suas filhas de santo dançavam, de forma esporádica, em outras casas. No final do evento realizado na tenda, Sebastiãozinho, um encantado-criança recebido pela mãe de santo, ficou conversando conosco sobre a condição física dela. Disse-nos que sabia que ela andava com muita dificuldade e que algumas vezes não conseguia se levantar quando estava sentada. Provocando, se ergueu e sentou várias vezes, dizendo ser esse um problema da mãe de santo e não dele, que era jovem. Continuando a brincadeira, fez uma dramatização que imitava a forma com que ela ficava de pé com dificuldade. As pessoas presentes riram das peripécias do encantado, mas insistiram que ele deveria aconselhar Luiza a procurar um médico, já que ela se recusava a tomar remédios e fazer acompanhamento regular do seu problema na coluna.
"Receber" encantado ocupa, nas práticas do terecô, um lugar importante, mas nos fala de apenas um aspecto da relação com o corpo. O poder dos encantados sobre os corpos de pais e mães de santo não existe apenas na possessão. Como resultado de suas vindas e de sua presença, manchas e cicatrizes surgem e permanecem nos

10 Relatos de saudade e emoção no aparecimento de entidades ausentes surgem também nas descrições do tambor de mina da capital maranhense (Ferretti, S., 1996; Ferretti, M., 2000).

11 Os terecozeiros entendem que os encantados têm uma cronologia diferente dos humanos. Além da contagem dos anos ser variada, eles também têm a capacidade de se apresentar de formas diferentes dependendo de quem os recebe.

corpos dos terecozeiros, mesmo quando as entidades não estão presentes. Dona Concita, uma senhora já idosa, explicava as manchas nas mãos e braços como resultado dos inúmeros partos que seu encantado – *"em cima dela"* – havia feito (sem o uso de nenhuma proteção, como luvas). Semelhante marcação do corpo acontecia com Luiza que, desde que começou a negociar com os encantados a diminuição das atividades de sua tenda, sentia que um dos seus braços não tinha a funcionalidade de antes. Ele perdera a força e a flexibilidade, se tornando cada vez menos útil. Para ela, a debilidade que acometia essa parte de seu corpo era um sinal dos encantados que entenderam que, já que ela não mais trabalharia, não precisava daquele braço funcionando perfeitamente.
A ação das entidades sobre os corpos – na possessão e para além dela – indica outro elemento fundamental da relação entre os terecozeiros, especialmente os chefes de tenda, e os encantados. O corpo é um reflexo de uma compreensão mais geral de que dançar terecô é algo *"trabalhoso"* (haja vista as obrigações, os tabus alimentares e a dedicação). Diante disso, o trabalho na função de pai ou mãe de santo é algo *"pesado"*. Essa qualidade está associada com a necessidade de lidar com um conjunto de seres e seus desejos, assim como com pedidos de clientes, realizados em atendimentos e consultas. Ao realizar algum trabalho, resíduos desta operação sempre permanecem com o pai e a mãe de santo. Esses resíduos, tal como são definidos pelos sujeitos, são energias ou forças ruins relacionadas com situações-foco dos trabalhos – como experiências de conflito ou de doença, por exemplo. Segundo me contou Dona Maria dos Santos, nem mesmo a utilização de rituais de purificação, como banhos de ervas, consegue aplacar totalmente essa negatividade.
Com o passar dos anos da vida de um pai de santo, os resíduos se acumulam em seu corpo e vão confluindo para sua fragilidade, para o acometimento por doenças, para o envelhecimento. Não que o cansaço, a velhice e os problemas de saúde não incidam sobre qualquer pessoa, independentemente de ser pai de santo. Contudo, nesse caso, a exposição ao *"pesado"* e *"trabalhoso"*, a lida com perigo e com diversas energias, a constante busca de equilíbrio e proteção alcançam uma intensidade não compartilhada por todos.
Muito embora todos os trabalhos pesem sobre o corpo de pais e mães de santo, nem todos o afetam igualmente. Os mais onerosos são aqueles considerados os "*trabalhos para o mal",* termo utilizado para se referir às atividades voltadas à mediação de conflitos considerados sérios (que envolvem violência ou morte) – mas nem sempre utilizado em sentido definido. Muitos dos chefes de tenda se recusam a fazer esses trabalhos, considerados uma área de saber que não é dominada por todos. *"Para fazer o mal é preciso saber"* era uma expressão usada para mostrar que eram poucos aqueles que possuíam habilidade suficiente para executá-los sem que isso resultasse na criação de infortúnio para si próprio. Doenças como o câncer e inchaços diversos poderiam ser sinais de má execução da proteção necessária na feitura de trabalhos dessa 'natureza'.
Entretanto, independente da natureza dos trabalhos, eles servem, genericamente, para "*resolver problemas"* e, neste sentido, são sempre pesados. Igualmente, manter uma tenda, perguntar aos encantados o que desejam, conhecer os encantados de cada filho de santo (ou seja, prepará-lo) sempre envolve uma entrega considerada intensa. Podemos sugerir que se as relações, a eficácia e a força de um pai de santo são resultado de seu engajamento e comprometimento com as entidades – pois quanto mais trabalham com os encantados, mais forte se tornam (pois deles recebem a força) –, é essa mesma dedicação que, paralelamente, vai consumindo seu corpo, sua saúde e sua vitalidade. O corpo, nesse sentido, mesmo sem a presença do encantado na possessão, é tomado pelas entidades em um sentido mais amplo (nas marcas, cicatrizes, doenças e desgastes).

Considerações finais

Neste texto escrevi sobre as relações entre pessoas e encantados, no âmbito do terecô, na cidade de Codó. Busquei considerar aqui relatos sobre as primeiras manifestações das entidades, quando aflições que incidem sobre a mente e o corpo dos sujeitos indicam a presença desses seres. Em um segundo momento, tratei das situações de afastamento entre ambos, especialmente no que concerne ao envelhecimento de pais e mães de santo – quando se percebe o desgaste e o consumo dos seus corpos e de sua saúde. Nesse sentido, parece haver, durante o percurso de vida de um terecozeiro, um constante desequilíbrio do seu bem estar, continuamente combatido por diversos procedimentos religiosos, mas também alimentados por eles (me parece que a questão se coloca de forma diversa para Barros e Teixeira (1989) quando indicam a importância do equilíbrio do corpo na noção de saúde no candomblé).

O desenrolar da vida de pais e mães de santo chama atenção para o tempo e para os efeitos da presença das entidades em suas vidas. Entretanto, "*para eles é diferente do que para nós"* – dizem os terecozeiros, para falar sobre a passagem do tempo para os encantados. Apesar da afirmação, não se sabe exatamente como essa contagem é acionada pelas entidades. Entende-se que elas são ancestrais, mas também contemporâneas – pois continuam somando experiências às suas histórias (Ferretti, M., 2000), de forma que podemos imaginar que aquilo que é vivido por uma entidade, quando recebida por um pai ou mãe de santo, torna-se também parte de sua história. As entidades, na relação que constroem com os sujeitos, estão sendo igualmente transformadas.
Etnografar a presença dos encantados – suas possibilidades de afeto ou participação na vida das pessoas – implica levar a sério suas presenças e o impacto das mesmas na vida dos sujeitos (na possessão e mesmo fora dela). Ou seja, procurar considerar as entidades como personagens e interlocutores da pesquisa. Isso não apenas pelo fato de que é possível literalmente conversar com as mesmas, mas também porque impactam e interferem nas relações sociais nas quais, quando estamos em campo, também participamos. Se é difícil definir o estatuto dessas falas e se soa, para alguns, estranho, considerá-las de forma simétrica à fala das pessoas, elas possibilitam reverter a questão e pensar no estatuto que concedemos às falas dos sujeitos – aquilo que expressam e aquilo que conhecem. Evidentemente, não resolvo essa pergunta no texto, mas procuro mantê-la como questão. Por ora, um possível caminho para esta análise é pensar como também as entidades, assim como as pessoas, precisam das relações sociais para se constituir e se transformar.
O afastamento, a despedida e o envelhecimento, por sua vez, parecem destacar uma redução das relações sociais. Os encantados vêm menos, ou nem mesmo são recebidos; os clientes não mais aparecem, pois não recebem tratamento; as falas sobre ingratidão e esquecimento vão se tornando mais frequentes. Esse momento parece, em alguma medida, o oposto dos investimentos de toda uma vida, quando havia uma dedicação intensa aos encantados e pessoas, e mostram o quão onerosas podem ser as relações sociais.

Referências bibliográficas:

AHLERT, Martina. (2013). *Cidade relicário:* uma etnografia sobre terecô, "precisão" e Encantaria em Codó (MA). Tese de doutoramento. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília.

ARAÚJO, Paulo Jeferson Pilar. (2008). Umbandização, candombleização: para onde vai o Terecô? In: *X Simpósio da ABHR /UNESP,* Assis.

BARBOSA NETO, Edgar Rodrigues. (2012). *A máquina do mundo:* variações sobre o politeísmo em coletivos afro-brasileiros. 2012. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BARRETTO, Maria Amália Pereira. (1977). *Os voduns do Maranhão*. São Luís: FUNC.

BARROS, Sulivan Charles. (2000). *Encantaria de Bárbara Soeira:* a construção do imaginário do medo em Codó – MA. 2000. Dissertação de mestrado: Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade de Brasília.

BARROS, José Flávio & TEIXEIRA, Maria Lina. (1989). O código do corpo: inscrições e marcas dos orixás. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org). *Meu sinal está no teu corpo*. Escritos sobre a religião dos orixás. São Paulo: EDICON/ EDUSP, p. 36-62.

BASTIDE, Roger. (1971). *As religiões africanas no Brasil:* contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. São Paulo: Pioneira.

_____. (2001). *O candomblé da Bahia*: rito nagô. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BIRMAN, Patrícia. (2005). Transas e transes: sexo e gênero nos cultos afro-brasileiros, um sobrevoo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(2): 256, maio-agosto, p. 403-414.

BORGES, Antonádia. (2010). Sem sombra para descansar: etnografia de funerais na África do Sul contemporânea. In: *Anuário Antropológico*, p. 215-252.

BRANDIM, Vivian de Aquino Silva. (2011). O sincretismo religioso na obrigação de Dona Constância: o reino de Caboclos e Encantados. In: *XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, 2011.

CARDOSO, Vânia. (2007). Narrar o mundo: estórias do "povo da rua" e a narração do imprevisível. *Mana*, Rio de Janeiro, 13, 2, p. 317-345.

CARVALHO, José Jorge de. (1994). Violência e caos na experiência religiosa: a dimensão diosiníaca dos cultos afro-brasileiros. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). *As senhoras do Pássaro da Noite:* escritos sobre a religião dos Orixás. São Paulo: EDUSP, Axis Mundi. p. 85-120.

CUNHA, Ana Stela de Almeida. (2013). João da Mata family: Pajé dreams, chants and social life. In: ESPIRITO SANTO, Diana. BLANES, Ruy. *The Social Life of the Spirits.* Chicago University Press.

COSTA EDUARDO, Octávio. (1948). *The negro in Northern Brazil:* a study of acculturation. New York: J.J. Austin Publisher.

ESPÍRITO SANTO, Diana. (2010). Parcialidade e materialidade: a distribuição do ser e do saber no espiritismo cubano. In: CUNHA, Maria Olívia Gomes da. *Outras ilhas*: temporalidades e transformações em Cuba. Rio de Janeiro: Aeroplano e FAPERJ. p. 493-548.

FERRETTI, Mundicarmo Maria Rocha. (2000). *Desceu na guma:* o caboclo do Tambor de Mina em um terreiro de São Luís – a Casa Fanti-Ashanti. 2.ed. São Luís: EDUFMA.

_____. (2001). *Encantaria de Barba Soeira:* Codó, capital da magia negra? São Paulo: Siciliano.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo. (1996). *Querebentã de Zomadonu:* etnografia da Casa das Minas do Maranhão. 2.ed. São Luís: EDUFMA.

GOLDMAN, Márcio. (1984). *A possessão e a construção ritual da pessoa no Candomblé*. Dissertação de mestrado: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. (1987). A construção ritual da pessoa: a possessão no Candomblé. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *Candomblé:* desvendando identidades. São Paulo: EMW Editores. p. 87-119.

_____. (2005). Formas do Saber e Modos do Ser. Observações Sobre Multiplicidade e Ontologia no Candomblé. *Religião e Sociedade* 25 (2): 102-120.

PINA-CABRAL, João de & SILVA, Vanda Aparecida da. (2013). *Gente Livre:* Consideração e pessoa no Baixo Sul da Bahia. São Paulo: Terceiro Nome. 159p.

PRANDI, José Reginaldo. (2001). O Candomblé e o tempo: concepções de tempo, saber e autoridade da África para as religiões afro-brasileiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 47, p. 43-58, out.

RABELO, Miriam. (2008). A possessão como prática: esboço de uma reflexão fenomenológica. In: *Mana,* 14 (1), p. 87-117.

_____. (2014). *Enredos, feituras e cuidados*: dimensões da vida e da convivência no candomblé. Salvador: EDUFBA. p. 296p.

STRATHERN, Marilyn. (2006). *O gênero da dádiva*: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas: Editora da UNICAMP.

VIANNA, Adriana. (2014). Violência, Estado e gênero: considerações sobre corpos e *corpus* entrecruzados. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza; GARCÍA-ACOSTA, Virginia (orgs.). *Margens da violência* - Subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicano e brasileiro. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia. p. 209-237.

Dom, iniciação e participação: a indumentária cerimonial no jarê

Gabriel Banaggia
(Museu Nacional/UFRJ – gbanaggia@gmail.com)

Resumo: Essa comunicação visa pensar o triadismo dos princípios do dom, da iniciação e da participação por meio da consideração da indumentária cerimonial do jarê, a religião de matriz africana da Chapada Diamantina, região localizada no interior do estado da Bahia, Brasil. Esse objetivo será buscado fazendo recurso tanto aos comentários que os adeptos do jarê tecem explicitamente a respeito de suas vestimentas sagradas quanto a proposições extrapoladas de suas práticas rituais. Mais do que simples roupas servindo ao reconhecimento das entidades, esses objetos ocasionam transformações substantivas em seus portadores e neles se imiscuem, passando a servir de veículos para sua força pessoal. Essa energia, contudo, está longe de ser transmissível de maneira irrestrita, e o compartilhamento das vestes rituais levanta questões que permitem vislumbrar uma ética e uma epistemologia específicas ao jarê.

Essa comunicação se debruça sobre as vestimentas cerimoniais utilizadas numa religião de matriz africana, propondo por meio delas algumas reflexões iniciais a respeito do triadismo dos conhecidos princípios do dom, da iniciação e da participação que elas mobilizam e por meio das quais operam. Meus exemplos etnográficos vêm de minha pesquisa de doutorado sobre o jarê, religião existente somente na Chapada Diamantina, área serrana de clima semiárido localizada no centro do estado da Bahia, no Nordeste do Brasil. A pesquisa que embasa essa comunicação se dedicou aos jarês da cidade de Lençóis, na Região das Lavras, considerada o berço do culto, tendo sido feita ao longo de quase 14 meses, sendo 12 deles contínuos.

A face mais pública do jarê, que pode ser considerado uma espécie de candomblé de caboclos, envolve festas nas quais os adeptos cantam, dançam e permitem que as entidades das quais são mais próximos se manifestem em seus corpos. Frequentemente envolvem repastos, rituais ou não, e ocasionalmente sacrifícios animais, quando em ocasiões iniciáticas. As cerimônias têm duração variável, em torno de cinco a dez horas seguidas num único dia. Ocasionalmente podem ser repetidas em mais de um dia consecutivo, em geral dois ou três, ao contrário do que ocorria no passado, quando podia haver até nove dias seguidos de festividades. Ao longo de cada celebração os frequentadores sensíveis à ação das entidades costumam chegar a receber até uma dezena delas por noite, no total podendo haver, nas casas com maior número de adeptos, até perto de uma centena de incorporações distintas numa única festa.

Os jarês são antes de tudo festas e, como em qualquer festa, seus participantes procuram se arrumar de modo especial, aprontando-se com bastante esmero. Os fiéis mais próximos da religião trajam roupas específicas à ocasião: ou vestidos ou saias e blusas, no caso das mulheres, e calças compridas e camisas no caso dos homens, por vezes feitas exclusivamente para a festividade. As peças costumam ser feitas com tecidos lisos ou com padrões com detalhes pequenos e na mesma cor dos tecidos, em geral peças reluzentes e com cores vivas. Os trajes cerimoniais são considerados trajes de festa, já que os jarês são ocasiões que celebram não somente eventos mundanos como aniversários ou nascimentos como constituem momentos de devoção e honraria às entidadades sobrenaturais que reverenciam.

Diferentemente do que costuma acontecer nos candomblés, no jarê somente os principais líderes de casas de culto possuem roupas dedicadas a entidades específicas, a maior parte dos frequentadores permanecendo com as mesmas vestimentas que usam ao longo de toda a festa mesmo quando incorporando seus caboclos, termo que é utilizado de forma quase indistinta para se referir aos seres sobrenaturais que se manifestam nos fiéis. Durante as cerimônias, adeptos que precisam trocar de roupa por qualquer motivo, o mais comum deles sendo a chegada de um caboclo que possua uma roupa própria, fazem-no numa alcova localizada ao lado do quarto de santo da casa, que costuma abrigar baús contendo os trajes da pessoa responsável pela casa de jarê.

Ao surgirem no salão manifestando-se num filho-de-santo, os caboclos mantêm seus cavalos de pé, oscilando

muito levemente de um lado para o outro, até que a pessoa esteja em trajes adequados para que a entidade comece a dançar. Como a pessoa nesse momento parece despida de agência, os demais presentes são responsáveis por deixá-la pronta, de modo a praticamente possibilitar a conclusão do processo de incorporação. Ainda que a maior parte dos caboclos não exija uma vestimenta própria, nenhum deles dança caso os pés de seu aparelho não estejam em contato direto com o chão da casa, sempre de terra batida, devendo assim ser descalços, um dos motivos que leva os frequentadores a preferirem o uso de sandálias durante as festas – ou, ao contrário, calçados fechados e amarrados, caso queiram tentar desmotivar suas incorporações. Os caboclos também costumam se recusar a dançar se seus cavalos estiverem usando ornamentos que não lhes pertençam, em especial objetos que lhes circundem os pulsos como relógios e pulseiras, e por via das dúvidas os demais filhos-de-santo removem brincos e colares com pingentes para evitar que machuquem qualquer pessoa durante os movimentos dos caboclos.

Ainda que existam trajes pertencentes a determinadas pessoas e suas entidades, feitos muitas vezes com grande esmero e consistindo num dos maiores presentes que alguém pode oferecer a um adepto, não há jarê que aconteça sem a presença de determinadas peças de vestuário que podem ser usadas por qualquer um dos frequentadores ao manifestar um caboclo, principalmente saias mas também torsos e outros itens. Diversas são as pessoas que podem comparecer aos jarês com calças compridas, curtas ou vestidos inteiriços, até mesmo para desencorajar a ação dos próprios espíritos a tomá-los durante as cerimônias. Quando, de todo modo, quase inevitavelmente esses adeptos acabam recebendo entidades, estas se recusam a começar a dançar até estarem vestidas minimamente a contento, o que costuma incluir saias no caso das mulheres e das entidades femininas e a remoção da camisa no caso de homens recebendo entidades masculinas. Os demais presentes ficam responsáveis por lidar com as demandas da entidade ou de negociar com ela e convencê-la a dançar com o vestuário disponível, quando este não se mostra plenamente satisfatório. Entre os iniciados, existem aqueles que preferem permanecer com turbantes, seus caboclos interrompendo os passos de dança caso sua cabeça venha a ficar descoberta, enquanto há outros que invariavelmente perdem suas coberturas e mesmo preferem permanecer incorporados com os cabelos soltos e em movimento, motivo de orgulho para muitas das mulheres mais jovens que os cultivam longos.

As entidades possuem cores de sua preferência e, por mais que dificilmente se incomodem em incorporarem em filhos-de-santo que estejam trajando roupas de jarê de cores que não sejam as que mais lhes agradam (à exceção do preto, em geral reservada somente para determinados exus), se alegram em dançarem com roupas das cores de que são mais próximos, e mais ainda no caso de vestimentas que lhes sejam exclusivas. Os frequentadores do jarê muito frequentemente reconhecem e fazem reconhecer entidades que se manifestam nas casas de culto em função das cores das roupas que empregam e que são aceitas pelos caboclos – como amarelo ou vermelho para Iansã, azul escuro para Ogum, verde para Sultão das Matas –, bem como graças aos objetos e adereços que empunham e sobre os quais exercem sua influência, em geral da mesma cor de suas vestimentas. A escala de tonalidades denota igualmente um dos critérios de averiguação das proximidades que podem existir entre entidades distintas porém de uma mesma linhagem: diferentes tons de verde indicam caboclos ligados às matas, mais próximos entre si do que das entidades pertencentes às águas, por exemplo, que vestem matizes de azul. Os caboclos do povo velho dão preferência ao branco, aproximando sua indumentária daquela usada pelas nagôs, senhoras que no passado trouxeram do Recôncavo os fundamentos do que viria a se tornar o jarê e que eram reconhecidas de longe por suas vestes, quase sempre de notável alvura, em geral saias compridas e blusas com golas ornadas. Por fim, a linhagem dos espíritos de luz é a que menos se incomoda em trajar roupas do dia a dia, já que composta por seres que os iniciados consideram mais prováveis de terem sido pessoas específicas que viveram entre seus antepassados, a história de muitos deles remetendo à época da escravidão.

Usar as roupas cerimoniais é um também um modo de se aproximar dos caboclos ao se assemelhar a eles, já que quando se fala a respeito dessas entidades eles são sempre descritos como vestindo esses trajes, e as poucas pessoas que são capazes de vê-los mesmo quando não estão incorporados comentam como são essas roupas que ajudam a distingui-los dos seres humanos. O mesmo não se processa de forma tão clara com exus e espíritos de mortos, já que esses em geral trajam roupas parecidas com as dos nossos pares vivos: o traço distintivo dos mortos costuma ser o fato de flutuarem ligeiramente acima do solo em vez de tocá-lo, algo que provavelmente não são mais capazes de fazer. Vestir as roupas dos caboclos é igualmente um modo de poder ter acesso

a uma parcela específica de sua potência, bem como de exibi-la, como um episódio que me contaram diversas vezes exemplifica. Um dos mais importantes pais-de-santo da região, manifestando sua Iansã, era capaz de passar através de fogo sem se queimar. A entidade incorporada, trajando sua roupa cerimonial, repetia o feito ano após ano na festa em sua homenagem, para a qual era acesa uma fogueira com lenha de murici, madeira escolhida especificamente por produzir chamas muito ardentes. No ritual, Iansã chegava ao requinte de deixar cair sua coroa em meio às brasas, abaixar-se calmamente para pegá-la e colocá-la de novo na cabeça antes de sair do fogo, sem que um fio de cabelo sequer de seu aparelho saísse chamuscado.

Outro episódio envolvendo esse mesmo pai-de-santo mostra bem como peças da indumentária sagrada estão longe de ser somente adereços, conectando-se diretamente ao temperamento das entidades. Seu mais importante espírito, chamado Sete-Serra, visitava o pagodô em duas versões distintas. Sempre que chegava ao salão, para cobrir a cabeça o espírito exigia ou seu penacho, ou seu chapéu de couro: enquanto o primeiro gerava uma postura apaziguadora e afável da entidade, tranquilizando seus filhos-de-santo, a utilização do segundo era acompanhada por uma atitude mordaz e impiedosa, diante da qual os presentes se acabrunhavam por recearem ser castigados ao menor deslize. As diferentes coberturas para a cabeça não são meros indícios simbólicos dos comportamentos, mas efetivamente produziam as atitudes em questão, como para mim ficou claro quando me contaram a respeito do que acontecia com pessoas que, de modo jocoso, acabavam por ver sua cabeça coberta por um chapéu de caboclo durante um jarê: a entidade em questão se manifestava de forma certeira.

A indumentária cerimonial tem papel crucial também nos rituais iniciáticos, tanto no que diz respeito à roupa usada pelo iniciador quanto à pelo iniciado. No caso do primeiro, responsável pelo trabalho, que é o nome dado aos rituais de iniciação no jarê de modo geral, ele dá preferência a manifestar entidades determinadas e em versões determinadas com objetivo de poder manipular as forças envolvidas no processo. No exemplo mencionado de Sete-Serra, essa entidade sempre vinha em seu aspecto combativo, forte, para lidar a contento com as demais potências em jogo. Os iniciados trajam roupas em geral feitas especificamente para a ocasião, contando com um véu que lhes tapa o rosto de modo a impedir o contato visual: tanto dele com os procedimentos que o envolvem e que tornarão seu corpo mais poroso à ação das entidades em cena quanto dos demais presentes com ele, já que todo fluxo de atenção tem o potencial de carregar consigo uma interferência, por momentânea que seja, na composição da pessoa. Colares de contas e braceletes de palha completam a vestimenta do iniciando, enquanto o iniciador porta, à guisa de cinto, uma corda branca com alguns nós amarrados que é na verdade o Cordão de São Francisco, objeto constantemente manipulado durante o ritual de modo a estabelecer uma ligações e separações entre os envolvidos, sendo por exemplo amarrado em torno de ambos, disposto em forma circular ou retilínea de acordo com cada momento do ritual.

O sangue, sobretudo o sacrificial, é uma das principais substâncias responsáveis pela transmissão da força que o jarê mobiliza, sendo também sua forma concreta por excelência, justamente por ser, por definição, o fluido vital primeiro. O sangue que é derramado sobre os adeptos e que é oferecido às entidades simultaneamente é e carrega consigo as forças que um pai-de-santo coloca em marcha para realizar curas, para conectar ou separar pessoas e espíritos. Comenta-se como é fundamental que, após o ritual de iniciação, os novos membros da casa de culto durmam ainda uma noite com seus corpos e vestimentas marcados pelo sangue coagulado proveniente das oferendas, que só será removido na manhã seguinte com os banhos que encerram os trabalhos. Após terem passado o restante da madrugada no quarto de reclusão, as pessoas em iniciação são levadas, ainda com as roupas que trajavam durante os ritos, até um rio próximo ao terreiro para serem banhadas. Unem-se à chefia do terreiro em meio às águas e são mergulhadas sete vezes, em seguida recebendo de cada um de seus padrinhos e madrinhas de obrigação por sete vezes o conteúdo de uma bacia cheia d'água sobre a cabeça, bem como lhes são devolvidos seus colares, devidamente lavados.

Inversamente ao que ocorre durante a iniciação, quando pessoas e suas vestimentas são aproximadas por um trabalho, após a morte de um pai-de-santo suas roupas, que podem mesmo chegar a algumas dezenas, são cuidadosamente descosturadas durante o sirrum, o ritual funerário no qual seus pertences são destruídos e despachados. Os trajes de um pai-de-santo, em especial, são, em certa medida, não só formas de intensificar sua proximidade com seus espíritos: configuram materializações de parte dessa conexão e das forças envolvidas no processo de incorporá-los. Como me contaram certa vez, depois que determinado pai-de-santo decidiu abandonar sua sina, virar pastor evangélico e realizar, ainda em vida, seu próprio sirrum, desfazendo-se de

suas vestimentas rituais, uma das consequências menos graves que resultou do processo foi ele ter – mesmo após ter retornado ao jarê – perdido contato absolutamente com uma de suas entidades, que jamais veio a nele se manifestar novamente. Em outro caso, um jovem e ambicioso curador de Lençóis, que teve acesso às vestes cerimoniais de um grande pai-de-santo já falecido da cidade de Andaraí, experimentou vesti-las e acabou enlouquecendo por um tempo considerável, conforme disseram os filhos-de-santo, como consequência. O resultado foi não só um castigo pela atitude desmedidamente audaciosa do jovem: tratou-se de um efeito bastante direto da desproporção entre sua força pessoal e aquela pertencente ao curador falecido, de certo modo presente em – ou acessível por meio de – seus indumentos. A principal casa de jarê de Lençóis não realizou um sirrum completo após o falecimento de seu pai-de-santo, seus adeptos tendo contudo se esforçado para manter o local em funcionamento parcial, a pedido do mesmo, suas roupas recebendo manutenção cuidadosa. Quando fazem cerimônias agora, a cadeira onde esse importante mestre se sentava permanece vazia, e suas roupas são ali dispostas como se vestissem seu trono.

Não só nos ritos de iniciação e nos funerários as vestimentas atuam enquanto veículos de transmissão da força que o jarê coloca continuamente em movimento, mas no funcionamento contínuo das celebrações. Em especial o tecido esvoaçante das saias das adeptas, mas igualmente as fitas, estolas, fios e demais guarnições que costumam adornar os trajes dos pais-de-santo, são postos continuamente em movimento durante as danças, por sua vez movimentando uma série de substâncias viscosas e nubíferas que são ofertadas aos caboclos e por eles também produzidas e espalhadas, como o sangue sacrificial mas também o mel, o dendê, perfumes como a alfazema, fumaça de incenso, de charutos e dos fogos de artifício, talcos, picotes de papel brilhante, pipocas, bem como a transpiração e a saliva. Ficar responsável por enxugar o suor das entidades incorporadas é uma honra que costuma caber aos afilhados das mesmas, que carregam panos destinados à tarefa mas que por vezes são preteridos pelas entidades em favor das saias dos adeptos próximos. O contato dos frequentadores da casa com o resultado da transpiração dos iniciados manifestando seus caboclos, que também se dá de modo farto durante os abraços rituais, é considerado por muitos uma das maneiras de se aproximar da força dos espíritos, cuja evidenciação na forma do suor atesta novamente o trabalho despendido na vinda das entidades. Entre as pessoas mais antigas iniciadas na cidade há quem se lembre com saudade de um ritual no qual uma das primeiras iniciadas da casa mais importante da região, vestida inteiramente de branco, dançava girando no centro do salão enquanto equilibrava sobre a cabeça uma gamela cheia de um mingau branco, dedicado a Oxalá ou a Abaluaê, que chamam de amalá. O mingau ia aos poucos se derramando no corpo e nas roupas da dançarina, devendo ser então diretamente lambido pelas pessoas adeptas da casa, instruídas em seguida a enxugarem seus rostos ritualmente no vestido da filha-de-santo.

Assim como não deveria ser nunca a própria pessoa a responsável por se desfazer de sua indumentária de jarê, o mesmo se passa em relação à aquisição de novas vestimentas, em especial quando se trata de roupas dedicadas a entidades específicas. Esses trajes devem ser preferencialmente recebidos como presentes ou em cumprimento de promessas aos caboclos (mesmo que por vezes promessas que os próprios cavalos assumem a mando de seus próprios espíritos), não fazendo sentido encomendar a alguém por vontade própria roupas para suas próprias entidades. Em raros casos, a empreitada para se tornar um pai-de-santo pode envolver o achado ou a aquisição da parafernália mística pertencente a um outro líder de jarê, que dela queira, ou da qual precise, se desfazer. Nada garante que essa transmissão, contudo, ocorrerá a contento, já que há muitas variáveis possivelmente aí envolvidas, que pode passar pela existência ou não de vínculos de conhecimento ou parentesco entre as pessoas, as proximidades e distâncias das entidades em contato, bem como a capacidade pessoal de cada um, algo que depende da chamada 'natureza' individual de cada ser humano. Houve um caso em que um jovem e ambicioso aprendiz de pai-de-santo da cidade teve acesso às vestes cerimoniais de um grande pai-de-santo já falecido de uma cidade vizinha, experimentou vesti-las e acabou enlouquecendo por um tempo considerável como consequência. Esse resultado foi não só um castigo pela atitude desmedidamente audaciosa do jovem: tratou-se de um efeito bastante direto da desproporção entre sua força pessoal e aquela pertencente ao falecido, de certo modo presente em – ou acessível por meio de – seus indumentos.

Vê-se assim que as roupas no jarê, assim como em grande medida as entidades no culto, ao mesmo tempo transmitem e são transmissíveis, existem e atuam enquanto veículos e enquanto aquilo que é veiculado. Não podem ser facilmente alocadas somente nos polos correspondentes da cultura, da iniciação e do feito: associam-

se àquilo que também deve preferencialmente ser dado ou herdado e dependem para serem adequadamente utilizadas de predisposições entendidas como inatas. Há, de qualquer forma, uma última dimensão que gostaria de mencionar a título de conclusão, voltada para os fenômenos de participação e convivência envolvidos nas relações entre pessoas, roupas e espíritos. Porque afinal, apesar de todos os assuntos aqui abordados em alguma medida fazerem parte das elaborações discursivas e não discursivas dos adeptos do jarê, nenhum ponto de vista é tão explicitamente acionado ao se falar da indumentária do culto quanto o estético.

O que mais se evoca a respeito das vestimentas cerimoniais é sua beleza, o modo como são cuidadosamente confeccionadas, mantidas e consertadas de forma a manter vivas suas cores, seus detalhes, seu movimento. A beleza é uma característica que pode encantar e tocar as pessoas que participam de um jarê, fazendo com que dirijam sua atenção para o vestuário dos envolvidos e daí igualmente para as danças executadas, para os aparelhos por meio dos quais as entidades se manifestam e daí para a beleza delas próprias, que também vêm aos terreiros para serem reverenciadas e admiradas. Se encantar-se por esses compósitos não é uma paixão desprovida de riscos, podendo os participantes acabarem sendo capturados mais do que gostariam, essa é igualmente uma forma que os auxilia a justamente saírem de si mesmos, se deixarem emocionar por potências que sem dúvida lhes superam mas das quais desse modo é possível se tornar mais próximos.

Referências bibliográficas:

ACAUÃ, Benedicto Marques da Silva. 1847. "Relatório". *Revista trimestral de história e geographia*, tomo IX. Rio de Janeiro: Typograhia de João Ignácio da Silva, pp. 227-260.

ARAÚJO, Delmar Alves de. 2002. "Realidade imaginária e concretude representada: garimpando as trilhas do cotidiano" *in* Delmar Alves de Araújo; Erivaldo Fagundes Neves & Ronaldo de Salles Senna. *Bambúrrios e quimeras (olhares sobre Lençóis: narrativa de garimpos e interpretações da cultura)*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, pp. 167-214.

ARAÚJO, Delmar Alves de; Erivaldo Fagundes NEVES & Ronaldo de Salles SENNA. 2002. *Bambúrrios e quimeras (olhares sobre Lençóis: narrativa de garimpos e interpretações da cultura)*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana.

BANAGGIA, Gabriel. 2010. "O mundo vem à Chapada Diamantina. Que mundo vem ao jarê?". *Anais do 34º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*. Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

____. 2011. "Luz baixa sob neblina: por uma antropologia das oscilações em Claude Lévi-Strauss". *Revista de antropologia*, *54* (1). São Paulo: Universidade de São Paulo, pp. 353-377.

____. 2013. *As forças do jarê: movimento e criatividade na religião de matriz africana da Chapada Diamantina*. Tese de Doutorado em Antropologia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BASTIDE, Roger. 1960 [1971]. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo: Pioneira, Editora da Universidade de São Paulo.

BRAZEAL, Brian. 2007. *Blood, money and fame: Nagô magic in the bahian backlands*. Tese de Doutorado em Antropologia. Chicago: University of Chicago.

BRITO, Francisco Emanuel Matos. 2005. *Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina.* Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia.

CASTRO, Yeda Pessoa de. 1998. "Apresentação" *in* Ronaldo de Salles Senna. *Jarê – uma face do candomblé: manifestação religiosa na Chapada Diamantina*. Feira de Santana: Editora da Universidade Estadual de Feira de Santana, p. 25.

FUNCH, Roy. 2007. *Um guia para a Chapada Diamantina*. S.l: s.n.

GANEM, Nadir. 2001. *Lençóis de outras eras, II*. Brasília: Thesaurus.

GONÇALVES, Maria Salete Petroni de Castro. 1984. *Garimpo, devoção e festa em Lençóis, BA*. São Paulo: Escola de Folclore, Prol.

GOLDMAN, Marcio. 2009. "Histórias, devires e fetiches das religiões afro-brasileiras: ensaios de simetrização antropológica". *Análise social*, *XLIV* (190), pp. 105-137. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

____. 2011. "Cavalo dos deuses: Roger Bastide e as transformações das religiões de matriz africana no Brasil". *Revista de antropologia*, *54* (1). São Paulo: Universidade de São Paulo, pp.407-432.

____. 2012. "O dom e a iniciação revisitados: o dado e o feito em religiões de matriz africana no Brasil". *Mana: estudos de antropologia social*, *18* (2).

IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística]. 2010. *Censo demográfico 2010*. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

____. 2011. *Evolução da divisão territorial do Brasil, 1872-2010*. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MORAES, Walfrido. 1963 [1997]. *Jagunços e heróis: a civilização do diamante nas lavras da Bahia*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia.

NEVES, Erivaldo Fagundes. 1998. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia.

PEREIRA, Gonçalo de Athayde. 1910. *Memoria historica e descriptiva do municipio dos Lençoes (Lavras Diamantinas)* republicado *in* Delmar Alves de Araújo; Erivaldo Fagundes Neves & Ronaldo de Salles Senna. 2002. *Bambúrrios e quimeras (olhares sobre Lençóis: narrativa de garimpos e interpretações da cultura)*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, pp. 39-128.

____. 1937. *Memoria historica e descriptiva do municipio de Andarahy*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia.

PINA, Maria Cristina Dantas. 2001. "Os negros do diamante: escravidão no sertão das lavras diamantinas". *Politeia: história e sociedade*. Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, pp. 179-200.

RABELO, Miriam. 1990. *Play and struggle: dimensions of the religious experience of peasants in Nova Redenção, Bahia*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Liverpool: University of Liverpool.

SENNA, Ronaldo de Salles. 1996. *Lençóis: um estudo diagnóstico*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana.

____. 1998. *Jarê – uma face do candomblé: manifestação religiosa na Chapada Diamantina*. Feira de Santana: Editora da Universidade Estadual de Feira de Santana.

____. 2002. "Passado projetado e presente anterior: o século XX que foi possível traduzir" *in* Delmar Alves de Araújo; Erivaldo Fagundes Neves & Ronaldo de Salles Senna. *Bambúrrios e quimeras (olhares sobre Lençóis: narrativa de garimpos e interpretações da cultura)*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, pp. 215-249.

SERRA, Ordep Jose Trindade. 1978. *Na trilha das crianças: os erês num terreiro angola*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Brasília: Universidade de Brasília.

____. 1995. *Águas do rei*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Koinonia.

SILVEIRA, Renato da. 2005. "Do calundu ao candomblé". *Revista de história da Biblioteca Nacional*, *6*. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, pp. 18-23.

SIQUEIRA, Baptista. 1978. *Os cariris do nordeste*. Rio de Janeiro: Cátedra.

TOLEDO, Carlos de Almeida. 2008. *A região das Lavras Baianas*. Tese de Doutorado em Geografia Humana. São Paulo: Universidade de São Paulo.

ZORZO, Francisco Antônio. 2002. "O movimento de tráfego da empresa da Estrada de Ferro Central da Bahia e seu impacto comercial: das iniciativas privadas inaugurais à encampação estatal (1865-1902)". *Sitientibus: Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana*, *26*. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, pp. 63-77.

Humanos e não humanos na feitiçaria e em mobilidade na África Ocidental

Eufémia Vicente Rocha[1]

Resumo: esta comunicação visa apresentar dados da etnografia sobre a produção de humanos e não humanos na feitiçaria e em mobilidade na África Ocidental resultado de uma pesquisa efectuada entre 2010 e 2013. Na sequência, mostra-se a emergência de um espaço em rede delimitado pelos interlocutores da investigação, a partir de Cabo Verde, e que se encontra envolvido por saberes e práticas de feitiçaria descortinada como uma matriz complexa, um pluriverso de posturas e religiosidades onde humanos e não humanos relacionam-se, interagem e negociam desenvolvendo-se juntos. Este contorno etnográfico aponta para um cosmos onde tudo circula e uma feitiçaria enquanto sistema de pensamento e espaço de socialidade.

Palavras-chave: feitiçaria, mobilidade, etnografia,Cabo Verde, África Ocidental

Introdução: *Méstris*[2] e *Korderus*[3], Espíritos e *Ramedi di Tera*[4]

Lerato, uma das minhas interlocutoras durante uma pesquisa iniciada em 2010 e que culminou com a minha tese de doutoramento[5], em um dos nossos encontros falou-me das coisas que, certa vez, circulavam dentro da sua casa; ela sentia vultos que faziam questão de dar sinais de que estavam perto. Acentuava que utensílios mexiam, sacos de plástico esvoaçavam ao sabor do vento sem ao menos haver vento e arranhavam o chão. Como solução para esse distúrbio ela recebeu a visita de uma médium/vidente de um centro racionalista cristão[6] que fez uma corrente fluídica constituída pela própria Lerato e mais uma pessoa que a tinha acompanhado. No centro dessa corrente encontrava-se um balde com água para o qual foram canalizadas orações, água esta usada para borrifar os vários espaços da casa por forma a espantar os espíritos inferiores que ali se tinham concentrado. Porém, de repente, a caneca utilizada para esse acto foi arrebatada das mãos da médium/vidente, desaparecendo, dado que segundo a mesma asalmas desamparadas nunca gostavam da sua presença. Lerato foi incumbida de continuar ela mesma a acção; depois de se tratar das partes internas da casa saíu à rua, por volta das 20:00, e fez de forma igual no pátio e no caminho emfrente à mesma. Nada mais sentiu, pelo menos nos tempos seguintes.

Esses espíritos maus, ainda que existindo como entidades imateriais, engajam-se em relações com o mundo físico, da matéria. Ou podem até ser imaterialidades imanadas do mundo que se pretende que exista somente por meio da visibilidade, isto é, o dos seres humanos, das coisas palpáveis.

---

1 Universidade de Cabo Verde (UniCV)
eufemia.rocha@docente.unicv.edu.cv

Coordenadores:
Diana Espírito Santo (CRIA, FSCH, Universidade Nova de Lisboa)
Marcio Goldman (Museu Nacional, UFRJ)

2 Mestres, curandeiros, adivinhos.

3 Clientes das casas de feitiço.

4 Remédios de terra aludindo a medicina tradicional.

5 Feitiçaria e Mobilidade na África Ocidental: uma etnografia da circulação de *kórda*, *méstris* e *korderus*.UniCV, 2014.

6 João Vasconcelos (2011) afirma que a doutrina chegou a Cabo Verde em 1911 e entre esse ano e 1931 consolidou-se. E, "A ilha de São Vicente foi o primeiro porto de abrigo do racionalismo cristão em Cabo Verde e continua a ser o seu principal alfobre no arquipélago" (p.10).

Os bruxos ou feitiçeiros que, além de poderem « comer » as suas vítimas só com olhos tornando os seus corpos meras carcaças, ou seja, ocas por dentro, também, têm o poder de fazer seus espíritos abandonarem seus corpos, temporariamente, e de se transformarem em qualquer objecto, animal, etc., coisas com propriedades, que se manifestam, que acontecem e que fazem acontecer; ainda, são esses mesmos bruxos cujos espíritospodem ser presos e, consequentemente, seus corpos mantidos presentes em determinado lugar quando se emborca a caneca da qual eles possam ter bebido algum líquido exigindo-se orações específicas para a sua libertação.
Destarte, pode-se mencionar os espíritos que vagueam por esse mundo afora e que são invocados por homens e mulheres para provocarem a morte ou, simplesmente, desequilíbrios, problemas mentais e físicos, nas vidas de outras pessoas, por vários motivos (inveja, cobiça, ódio, vingança, lição, disputa, etc.), através de feitiços ou malefícios; é o caso de salientar-se os espíritos, principalmente, de nossos ancestrais, que nos acompanham e trabalham como anjos da guarda ou daqueles irãs[7] que se afiliam em determinadas *kaza méstri*[8]por meio de contratose com os quais os clientes de tais casas estabelecem novas alianças que devem ser alvo de manutenção contínua por forma a serem protegidos e a manterem esse zelo, porque desejar ou fazer mal a alguém dessa casa implica, automaticamente, o mesmo sentimento e acção contra o irã.
Mas, falando de contratos estes podem ser erigidos até com o demónio, ou seja, a encarnação do mal em pessoa, em troca de bem-estar e bens; o homem enxergando a possibilidade de alcançar inúmeras riquezas, devido à sua tamanha ganância, descarta a sua própria alma que dá em troca quando sela esse pacto.
As ontologias em jogo são povoadas de personagens tanta humanas como não humanas que existem e existem, especialmente, sob manifestação, deixando antever não só um universo, mas um universo múltiplo ou, antes, um pluriverso (Stengers, 2011) colossal no qual cabem uma diversidade de mundos e entidades possíveis.
Foram tratadas, portanto, de inscrições em saberes e práticas terapêuticas (de cura, protecção e adivinhação) que declarados pelos meus interlocutores, por um lado, desvelaram-me o campo e, por outro, permitiram que eu conhecesse melhor e debruçasse sobre um espaço em rede delineado a partir de Cabo Verde e que alcança a subregião africana (e não só) em causa encontrando-se envolvido por conhecimentos e práticas encaixados na feitiçaria, ora descortinada como uma matriz complexa, um pluriverso de posturas e religiosidades onde humanos e não humanos relacionam-se, interagem e negociam desenvolvendo-se juntos.
Logo, a pretensão foi seguir essas redes, rastrear essas associações, estabelecidas pelo colectivo, uma interacção entre os humanos e os não humanos, permitindo uma postura mais "simétrica", ou seja, ver a feitiçaria em mobilidade como tão poderosa quanto a ciência do social ou os *méstris* e os *korderus* tão racionais e objetivos.

> [...] estudiar las relaciones de los objetos puede ser difícil empíricamente pero ya no está a priori prohibido por las "objeciones obvias" de que "las cosas no hablan", "las redes de pesca no tienen pasiones" y "sólo los humanos tienen intenciones". Lo social no está en lugar alguno en particular, como una cosa entre otras cosas, sino que puede circular por todas partes como un movimiento que relaciona cosas no sociales. (Latour, 2005: 156)

Assim, Lerato foi uma das que possibilitou que eu acedesse a mais uma narrativa e vivência apontando para as relações que os caboverdianos, num primeiro momento, têm mantido com um cosmos envolto de produções humanas e não humanas e mostrando, numa fase posterior, que se tratam de memórias, entendimentos e dinâmicas onde a capacidade e o poder de matar, de prejudicar constituem-se, ao mesmo tempo, como a capacidade e o poder de curar (Mbembe, 2013), tramas, igualmente, marcadas pela circulação desses colectivos na África Ocidental e pela presença de outros oeste-africanos.

---

7 Entidade espiritual.

8 Casa de um mestre, curandeiro, adivinho; casa de feitiço.

Colectivos em circulação

Trabalhar com o engajamento desses interlocutores em vários saberes e práticas espaciais e temporais que acabam por circular, por se desterritorializar, apontou para a necessidade de novas construções conceituais que, na antropologia, se impuseram como submetidas à etnografia e, sequentemente, à representação dos próprios sujeitos observados. Logo, para uma análise possível das realidades em questão seria preciso ver as suas visões enquanto teorias que estavam a partir de antropólogos, permitindo-me desvendar as razões, os sentidos, as coerências e as conveniências aliadas a taismatriz e pluriverso.E a intenção não passou por ver esses conceitos de forma tipológica, não como categorias, mas sim como modos de organização e formas de criação (Goldman, 2009).

Organizações e criações que, nesse contexto, são perpassadas por coisas (o mau olhado, o embruxamento, a adivinhação, os remédios, os amuletos, os cheiros, os desejos, as ferramentas, as técnicas, etc.), espíritos e pessoas em mobilidades e que passam a ser entendidas como não fazendo parte de um único lugar, ainda que no respeitante, pelo menos, às pessoas crê-se que elas, normal e naturalmente, estejam e sejam fixas, estáveis, a ponto do migrante ser aquele que existe fora da norma, num estado liminal (Schiller, 2003: 113). Todavia, este é um espaço caracterizado pela presença de caboverdianos residentes no território nacional ou na diáspora, de estrangeiros africanos ou europeus em Cabo Verde ou da/na subregião, de (e/i)migrantes tanto física como virtual ou simbólica, ou seja, todos com condições de residência e estebelecimento variadas e que demonstram o quanto as fronteiras de quaisquer divisões surgem bastante foscas. Pois, reconhece-se um colectivo de humanos e não humanos que se interpenetram, preenchem e compõem a matriz aqui tratada, abrindo a possibilidade de se ter uma visão mais acurada de si e transigindo a visualização da continuidade dentro da matriz e além matriz, não da ruptura ou coisas desconectadas, desvinculadas ou soltas.

A "mobilidade está em toda a parte" debatendo-se o seu papel com base em vários estudos de caso que vão desde os micro movimentos do corpo até às políticas da viagem global (Cresswell, 2006), ou seja, a mobilidade está na matriz feitiçaria e molda-a no seu carácter. Aqui, nada é tomado como garantido, como fixo, ou melhor as relações, as interacções e negociações indicam desenraizamentos; os fluxos constantes predominam e atingem não só as pessoas. O ser móvel, o estar em movimento, posiciona-se como algo normal e mandatório para que a feitiçaria se efective. Os*méstris*, os*korderus* podem circular bem como os espíritos, a *kórda*, o *ramedi di tera*, os santos, orações, livros, curas, etc., ou seja, os não humanos que fazem parte dessas empreitadas.

De outro modo, diremos que todos eles podem mover-se sem serem móveis ao mesmo tempo que podem ser móveis sem estarem a mover-se (Salazar & Smart, 2011).

Não obstante o exposto, a feitiçaria na sua forma tradicional e pela sua carga pejorativa, pelas suas suas conotações negativas ocidentais, carrega uma ideia de que ela é própria de um lugar, ou seja, da África. Se tomarmos como exemplo o Racionalismo Cristão,Plaideau (2009) diz-nos que essa doutrina baseia-se na lei da atracção, ou seja, nodesígnio de que se atrai consoante a vibração do pensamento pondo em oposiçãoo "astral inferior" *versus* o "astral superior" (pertencente aos espíritos evoluídos, os de luz, da 18ª à 33ª classe evolutiva).Os espíritos queficam na Terra, depois da morte se ter concluído, o fazem por estranharem as suasobrigações ou pelaafeição às pessoas, objectos e prazeres físicos ou, ainda, quando estão presos por sentimentos maliciosos e outras situações de desassossego.Sendo assim, essa obsessão podegerar doenças, loucura ou até mesmo a morte. Mais, na óptica do racionalismo cristão,

> ...o pior espírito obsessor é aquele animado de uma missão, ou seja, comandado por um mestre ou *curandeiro*. Sobretudo as pessoas que praticam a magia negra seriam mais frequentemente imigrantes da Guiné ou então Cabo-verdianos formados por chefes guineenses. O esquema persecutório é assim abundantemente mobilizado, ao mesmo tempo em que a origem dele é transferida fora de Cabo Verde, ou seja, à imigração dos africanos do continente nas ilhas. (Plaideau, 2009: 135)

Eu mesma registei, ao longo do trabalho de campo, que a África preenche um lugar particular, de autenticidade,enquadrando-se, sequentemente, como sinónimo de boa *kórda*no que toca à matriz em jogo e que a Cabo Verde impõe-se uma distância tanto física como simbólica daquele continente. Se por um lado, a assumpção

de que a *kórda* pertence a um lugar em específico – a África – faz imperar uma visão sedentária, por outro a metafísica nómada está presente quando tanto humanos e não humanos manifestam-se circulando; os *méstris* e *korderus* movendo-se desafiam-se a si próprios, uns aos outros e dão conta dos seus limites ou, ainda, da inexistência deles; através da mobilidade é que alcançam a experiência da boa *kórda*.

A mais forte feitiçaria não só vem do segredo do passado, mas regularmente vem de outro lugar, de outro povo que é percebido como tendo níveis mais profundos de conhecimento do que nós ou como sendo mais do mal do que nós (Sansi & Parés,2011).

Nessora, nos discursos acerca da historicidade da feitiçaria, todo um conjunto de crenças e práticas associadas a ela, o "fetiche"/feitiço, segundo algumas fontes, foi umaexpressão criada pelos europeus nos séculos XVI e XVII a partir do contacto com a costa Ocidental africana; esse designava os objectos materiais que os "africanos" elaboravam e aos quais estranhamente atribuíam supostas propriedades místicas ou religiosas, passando então a adorá-los.

> Para designar a aberração dos negros da Costa da Guiné e para "dissimular" o mal-entendido, os portugueses (muito católicos, exploradores, conquistadores, até mesmo mercadores de escravos), teriam utilizado o adjetivo "feitiço", originário de feito, particípio passado do verbo fazer, forma, figura, configuração, mas também artificial, fabricado, factício, e por fim, fascinado, encantado. (Latour, 2002: 16)

E, quando a África dos meus interlocutores torna-se a representação da boa *kórda*, um território que, por excelência, colige as práticas da feitiçaria

> [...] o território não é primeiro em relação a marca qualitativa, é a marca que faz território. As funções num território não são primeiras, elas supõem antes uma expressividade que faz território. É bem nesse sentido que o território e as funções que nele se exercem são produtos da territorialização. (Deleuze & Guattari, 1996: 122)

Esta visão de território permite, então, ver uma África que se agencia nos *méstris*, *korderus*, espíritos e *kórda* e que ao mesmo tempo é agenciada por eles, uma África que se cria neles e é criada por eles, constantemente; ela posiciona-se como a relação entre o território e a feitiçaria e vice-versa.Esta África é cortejada tanto por caboverdianos como por (e/i)migrantes que circulam na/pela matriz em questão, mas ainda que, por um lado, acuse um território, originariamente, com estabelecidos e outsiders (Elias & Scotson, 2000), por outro, o conceito de território de Deleuze e Guattari, também, permite pensar uma África como território de vidas e desejos.Logo, damos conta de uma disputa pelo lugar dessa África não só nas suas vidas, mas também nas suas próprias concepções identitárias, ou seja, um debate à volta do pertencimento, reivindicações e negociações identitárias através da (des)legitimação, (des)reconhecimento, da reclamação, de um lugar privilegiado, o da feitiçaria. Mesmo que surgindo questões ora centrais ora secundárias, por vezes rejeitadas outras vezes não respeitantes a esse lugar, isso nada tem de paradoxal visto que os meus interlocutores, pois, afirmam uma identidade que os faz encarnar a própria África e a feitiçaria nos seus corpos e que independe do imaginário nacional. E, por exemplo, os grupos populares caboverdianos acabam por redefinir outras problemáticas que não passam pela caboverdianidade visto ela ser uma categoria frágil e permitir a maleabilidade ou porosidade das suas fronteiras, possibilitando ver

> o reconhecimento daqueles aspectos da identidade cultural que são considerados uma fonte de embaraço mas que não obstante fornecem aos iniciados a sua garantia de sociabilidade comum, a familiaridade com as bases de poder que em certa altura podem assegurar aos desfavorecidos uma certa irreverência criativa e no momento seguinte reforçar a eficácia da intimidação. (Herzfeld, 2008: 17)

Contudo, como já aludido, a feitiçaria implica saberes e práticas que não podem ser entendidas com base na sua definição tradicional. Isto permitiu-me reflectir, por conseguinte, sobre os meus limites enquanto antropóloga, os limites da minha capacidade em levar os meus interlocutores,deveras,a sério. Por outras palavras,

interroguei-me até onde seria capaz de seguir, de acompanhar, o que eles diziam e faziam, até aonde seria capaz de suportar a palavra nativa, do observado, as suas experiências e conhecimentos, até aonde seria, realmente, capaz de escutar o que um nativo tinha a dizer e levá-lo a sério permitindo que me conduzisse a uma reflexão antropológica até ao seu limite, pois eles não mais seriam do que actores dotados de reflexividade própria, teóricos com os quais devia dialogar e aprender acerca desse objecto.
Logo, a feitiçaria é aberta a um questionamento cosmopolítico;trata-se de cosmologias numa pauta de interpelação mútua em que o próprio cosmo está em causa, ou seja, onde se exploram as novas condições de possibilidade da política, mas uma política irreconhecível, uma vez que é prostrada em torno da estranheza tanto humana como não humana (Lolive & Soubeyran, 2007).
A feitiçaria, desta forma, é compreendida enquanto uma matriz que se reporta ao desconhecido constituído por múltiplos e divergentes mundos e as articulações de que estes, eventualmente, são capazes (Stengers, 2005: 995). A "proposta cosmopolítica" de Stengers (2011) deixa transparecer que a questão é como lidar de forma relevante com os factos por forma a tomá-los seriamente em todas as suas dimensões, conexões e imaginações. A ideia não é termos um mundo comum ou tornarmo-nos um, porque existem outras vozes representativas ou novas proposições de união, e não de uma pura negociação de interesses, que remetem para o pluriverso, isto é, não tomar as coisas como garantidas, certas. Daí, a necessidade de aprendermos a prestar atenção à nossa volta, às múltiplas inteligências colectivas, às inteligências locais, às pessoas e naturezas, grosso modo, aos humanos e não humanos e seus vários entendimentos e abrirmo-nos ao *slowing down* e não às vozes argumentativas que seleccionam os factos e os tomam numa economia de prova, de objectividade, de racionalidade.

Considerações finais

Nunca teve-se a pretensão de pesquisar acerca da existência (i)material dos demónios, dos feiticeiros, da *kórda*, ou dos espíritos, mas sim trazer outras noções de moral do mal, causalidade e intencionalidade a ponto de tais entidades puderem aparecer sem serem desqualificadas liminarmente como sendo manifestações culturais descabidas (Viveiros de Castro, 2012).
Então, a verdade não está na prova da existência ou não do demónio, da feiticeira, do espírito, da *kórda*, e por aí adiante. O estimulante é notar que essas entidades são elas mesmas relações (Descola, 1992; Viveiros de Castro, 1996), contactos, encontros e vice-versa. É aqui que as coisas acontecem, fazem acontecer e se vão desencadeando (des)velamentos outros.
Tratamos de relações, mas são relações quenão se encaixam na forma naturalizada pela qual se entende o social ou o conceito de sociedade, um conceito teoricamente obsoleto na óptica de Strathern (1996), mas na socialidade para referir-se à criação e manutenção de relações (Strathern, 2006). São relações permeadas por condutas, representações, discursos, pensamentos, etc., mostradas pela aproximação e conexão entre *méstris*, entre *méstris* e *korderus*, entre *korderus* e espíritos, de diferentes nacionalidades deste continente, para além dele, ou seja, a propensão para se associar com outros, pelo que de comum e de diferente têm, e formar grupos relacionais que apresentam uma nova e distinta alternativa sobre o cosmos, sobre os humanos e não humanos, e sobre a própria antropologia por meio da feitiçaria na/em mobilidade.
Se estamos cientes que os vegetais, os minerais, os objectos, os animais, etc., podem ser transportados de um lado para o outro, também, temos de reconhecer o quão fundamental é a mobilidade dos espíritos, das técnicas, das experiências, dos desejos, das intenções e dos *ramedi di tera* desencadeados, constantemente, de um lado para o outro sem se portar qualquer coisa; uma ideia sempre presente é essa capacidade de aonde quer que estejamos a nível do globo determinados males bem como tratamentos poderem ir ao nosso encontro.
Vivemos, logo, num mundo cujos limites, fronteiras, de uma forma ampla, são maleáveis, ou seja, subjugam-se tanto a humanos como a não humanos, porque não são estanques, fixas. Este é um pluriverso, não um universo, aonde ora pretendemos derrubar ora planeamos erigir fronteiras num campo de interacções, relações, partilhas e diálogos povoado por esses agentes que habitam não só a feitiçaria, mas igualmente a partir dela a migração, a mobilidade, a identidade, o corpo, etc., campo esse que conecta todos esses e muitos outros.
Investimos nesse campo e nesses agentes e preparamo-nos para desafios; posicionamo-nos com armas e escu-

dos de guerra, distinguindo a existência de mundos e a necessidade de impor ou não, consoante os momentos, barreiras e distâncias entre eles que acaba por transbordar a separação entre o visível e o invisível, o material e o imaterial e onde os humanos e os não humanos e suas conexões fazem-se sempre presentes.
As relações sociais que os homens podem estabelecer vão para além dos próprios seres humanos e atingem os seres espiritualizados e tantos outros não humanos com quem se fazem acordos.

Referências Bibliográficas

CRESSWELL, Tim (2006),*On the move: mobility in the modern Western world*, New York:Routledge.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix (1996),*Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*, Vol.3,Rio de Janeiro: Editora 34.

DESCOLA, Philippe (1992),"Societies of nature and the Nature of society". In Adam Kuper (Ed.),*Conceptualizing society*,London: Routledge, pp.107-125.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. (2000), *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

GOLDMAN, Marcio (2009),"Histórias, devires e fetiches das religiões afro-brasileiras: ensaio de simetrização antropológica".*Análise Social*, 190 (44), pp.105-137.

HERZFELD, Michael (2008),*Intimidade cultural: poética social no Estado-Nação*. Lisboa: Edições 70.

LATOUR, Bruno (2002), *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*,São Paulo: EDUSC.

LATOUR, Bruno (2005), *Reensamblar lo social. Una introdución a la teoría del actor-red*, Buenos Aires: Manantial.

LOLIVE, Jacques & SOUBEYRAN, Olivier (Dir.) (2007),*L ́émergence des cosmopolitiques*, Paris: La Découverte.

MBEMBE, Achille (2013),África Insubmissa. Cristianismo, poder e E*stado na sociedade pós-colonial*, Ramada/Luanda: Edições Pedago/Edições Mulemba.

PLAIDEAU, Charlotte (2009),"O Racionalismo Cristão em Cabo Verde, ou Os Espíritos sem Fronteiras". *Debates do NER,*16 (10), pp. 121-137.

SALAZAR, Noel & SMART, Alan (2011),"Anthropological takes on (im)mobility". *Identities: Global Studies in Culture and Power*, 6 (18), pp. i-ix.

SANSI, Roger & PARÉS, Luis Nicolau (2011), *Sorcery in the Black Atlantic*, Chicago/London: The University of Chicago Press.

SCHILLER, Nina Glick (2003),"The Centrality of Ethnography in the Study of Transnational Migration". In NancyFoner,*American Arrivals: Anthropology Engages the New Immigration*, Santa Fé: School of American Research, pp.99-128.

STENGERS, Isabelle (2011),A plea for slow science. Faculté de Philosofie et Lettres, ULB, Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=BuiQDrViJPw,[consultado em: 02-2013].

STENGERS, Isabelle (2005),"The cosmopolitical proposal". In BrunoLatour& PeterWeibel,*Making things public: atmospheres of Democracy*, Germany/Cambridge: ZKM/The MIT Press, pp.994-1003.

STRATHERN, Marilyn (2006),*O género da d*ádiva, São Paulo: Unicamp.

STRATHERN, Marilyn (1996),"1989 debate: The concept of society is theoretically obsolete". In Tim Ingold (Ed.),*Key debates in Anthropology*, London/New York: Routledge, pp.50-55.

VASCONCELOS, João (2011),*Histórias do Racionalismo Cristão em São Vicente de 1911 a 1940*. São Vicente: Comissão Organizadora da Comemoração do 1º Centenário do Racionalismo Cristão em Cabo Verde.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B (2012),*The other metaphysics, and the metaphysics of others*, Paper não publicado.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B (1996),"Os pronomes cosmológicos e o perspetivismo ameríndio". *Mana*, 2 (2), pp. 115-144.

GT 25
Dinâmicas Religiosas no Espaço Brasil-África-Europ

"Religião e *Media Events*: a programação religiosa das emissoras públicas de Televisão da Angola, Brasil e Portugal"

José Reginaldo Aguiar[1]

Introdução

As emissoras públicas de televisão de Angola, Brasil e Portugal têm uma característica em comum. Todas as três transmitem o culto semanal da Igreja Católica. A programação é exibida nas manhãs de domingo, horário mais tradicional da missa frequentada pelos fieis nos templos religiosos. Mesmo sendo controladas por nações oficialmente laicas e operarem sob princípios que garantem a liberdade e diversidade religiosa, a programação de teor católico predomina.

O presente trabalho tem o objetivo de analisar a programação religiosa das emissoras públicas de televisão de Angola, Brasil e Portugal e discutir, criticamente, a distribuição dos horários de acordo com os credos religiosos num contexto de laicidade dos estados. A programação predominantemente católica das emissoras públicas de televisão de Angola, Brasil e Portugal pode ser um dos reflexos da tradição cristã herdada do período colonial, quando não havia separação entre Estado e Igreja.

Na primeira etapa da pesquisa, começamos com uma sucinta reflexão sobre a religião na contemporaneidade, a partir dos conceitos de secularização e dessecularização, fundamentais para compreender os movimentos religiosos atuais e a relação da mídia com esse contexto. No capítulo seguinte, o enfoque é sobre a Religião Católica e as chamadas telecerimônias. Aqui, fazemos uma abordagem sobre as atividades do Vaticano à luz do conceito de *Media Events*, inaugurado por Dayane Katz, com contribuições de autores mais atuais. É nesse contexto, que analisamos as missas televisionadas como estratégia de preservação da hegemonia do discurso católico, apoiada pela forte relação entre a Igreja e a mídia.

O último capítulo trata especificamente dos casos de Angola, Brasil e Portugal com a descrição e análise da programação religiosa das emissoras em questão. Observa-se que as empresas tratam de forma diferenciada as denominações religiosas, oferecendo espaços maiores para os conteúdos de caráter católico.

Religião, modernidade e pós-modernidade

Um dos fenômenos intrínsecos à modernidade é o afastamento da religião do centro das relações sociais. O que acabou sendo chamado de secularização é um movimento de caráter histórico e cultural, consolidado após a Revolução Francesa. Max Weber é um dos clássicos da chamada Teoria da Secularização, quando alcunha esse novo comportamento social de "desencantamento" do mundo. A ideia do autor é demonstrar que a autonomia do Estado em relação à religião, a centralidade das Ciências e o processo de individualização tornariam o mundo menos encantado do efeito mistificador provocado pela religião.

Para Peter Berger (2003:119), a secularização é um processo "pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos." Segundo o autor, a secularização se manifesta

---

1 Aluno do Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (reginaldoaguiar1@gmail.com)

historicamente com a retirada das igrejas cristãs, no mundo ocidental "de áreas que antes estavam sob seu controle ou influência: separação da Igreja e do Estado, expropriação das terras da Igreja, ou emancipação da educação do poder eclesiástico, por exemplo.".

A efetivação política da sociedade secular foi dada a partir do processo de laicização dos estados, que assumiram o compromisso de separar formalmente suas atividades dos preceitos e instrumentos religiosos. A esse processo, Ranquetat (2008: 59-72) explica que "a laicidade é uma noção que possui caráter negativo, restritivo. Sucintamente pode ser compreendida como a exclusão ou ausência da religião da esfera pública. A laicidade implica a neutralidade do Estado em matéria religiosa. Esta neutralidade apresenta dois sentidos diferentes, o primeiro já destacado acima: exclusão da religião do Estado e da esfera pública. Pode-se falar, então, de neutralidade-exclusão. O segundo sentido refere-se à imparcialidade do Estado. com respeito às religiões, o que resulta na necessidade do Estado em tratar com igualdade as religiões.".

Barbier (2005) comenta sobre a diferença entre secularização e laicidade ao afirmar que "o processo de secularização relaciona-se com o enfraquecimento dos comportamentos e práticas religiosas. A laicidade é sobretudo um fenômeno político, vinculando-se com a separação entre o poder político e o poder religioso. Expressa a laicidade, a afirmação da neutralidade do Estado frente aos grupos religiosos e a exclusão da religião da esfera pública.

Segundo Catroga (2006: 297), "nos países católicos do Sul da Europa, termos como sociedade laica, Estado laico, ensino laico, laicidade, laicismo, laicizar, laicização impuseram-se como vocábulos que também constituíam instrumentos de luta contra a influência do clero e da Igreja Católica e, nas suas versões mais radicais (agnósticas e ateias), contra a própria religião."

Para Luckmann (2003: 87-108), mesmo secularizada a sociedade moderna continuou convivendo com expressões religiosas, contrariando o fim da religião pregado pelos autores clássicos da modernidade, como Marx. Segundo ele, "a religião individual ou invisível – como ele preferia chamar – foi a mais adequada à sociedade secular".

Essa constatação é pano de fundo para o entendimento de muitos autores pós-modernos que definem a existência de um processo de dessecularização, caracterizado pela volta da religião não ao centro da relação e legitimação social, mas como um poderoso elemento de controle. Pierucci (1998) esclarece que "entre esses "claros fenômenos de dessecularização", o exemplo conspícuo normalmente citado é essa proliferação de formas de vida religiosa que a literatura sociológica tem agrupado sob o nome de *New Religious Movements* (NRMs), essa multiplicidade crescente de manifestações e formações religiosas extra-eclesiais, paraeclesiais e não-eclesiais que as sociedades mais modernas do Ocidente têm visto surgir e proliferar a partir dos anos 70.".

Filippo Barbano, no prefácio que escreveu ao livro de Luigi Berzano, "*Differenziazione e religione negli anni 80"* (Barbano, 1990), identifica na pós-modernidade, entendida como crise globalizada da modernidade, o momento ideal para a reformulação das teorias sociológicas da religião, uma vez que elas seriam majoritariamente tributárias do doutrinarismo da teoria weberiana da secularização. O propósito é passar a fazer uma sociologia que reconheça a capacidade demonstrada pela religião de resistir ao ataque serrado da modernidade.

Apesar das correntes que enaltecem o enfraquecimento da secularização, alguns autores reforçam que esse movimento continua. É o caso de Ernes Gellner. Para o autor (1994: 16), "... em termos gerais, a tese da secularização mantém-se, de fato, firme. Alguns regimes políticos estão abertamente associados a ideologias secularistas e anti-religiosas, enquanto outros estão oficialmente desvinculados da religião, praticando o secularismo mais por defeito do que por afirmação ativa. No entanto, poucos são os Estados formalmente ligados à religião e, se o estão, trata-se de uma ligação frágil que não é levada muito a sério. A observância e a prática religiosa são reduzidas e os seus eventuais níveis elevados ficam a dever-se, com frequência, ao cariz eminentemente social e não transcendente dos conteúdos religiosos. A doutrina formal é, por isso, ignorada, sendo a participação encarada como uma celebração da comunidade e não como convicção. Os assuntos religiosos raramente merecem destaque".

Religião católica e as telecerimônias

O discurso religioso que originalmente estava vinculado a um lugar e a sujeitos de fala geograficamente limitados pelo raio de ação das igrejas e organizações, agora passa a ganhar um tom mais plural e massivo, absorvendo características do próprio discurso midiático. Uma tentativa das denominações religiosas aumentarem o número de fieis, conduzindo-os através dos canais de comunicação de preferência da sociedade contemporânea, principalmente a televisão.

A lógica da legitimidade dos atores do processo de comunicação que Bourdieu se referiu na obras "Questões de Sociologia" cabe perfeitamente nessa linha de pensamento. Fazendo uma analogia ao sistema de ensino francês, Bourdieu diz que "no caso da religião, para que a liturgia romana funcione, é preciso que se produza um certo tipo de emissores e um certo tipo de receptores. É preciso que os receptores estejam predispostos a reconhecer a autoridade dos emissores, que os emissores não falem por sua conta, mas falem sempre como delegados, como padres mandatários e que nunca se autorizem a definirem por si mesmos o que deve ser dito e o que não deve ser dito." (BOURDIEU, 1983). A reflexão chama a atenção para o discurso feito pelas organizações religiosas no campo midiático, que tentam moldar a audiência, aplicando sentido e significados para expressarem a suas próprias verdades, e contando com a ajuda dos destinatários para reproduzirem o discurso.

> "Com o auxílio dos meios de comunicação de massa, as tradições são colocadas como alternativas de conhecimento, moralidade e de referências para tomada de decisões. As religiões ficam, assim, sujeitas a processos mais reflexivos, os quais contam com a ajuda fundamental dos meios de comunicação, cujos conteúdos fazem-se cada vez mais presentes na organização das interações sociais contemporâneas, seja de indivíduos ou instituições, promovendo a divulgação de ideias e a defesa de pontos de vista." (PEIXOTO et al., 2008).

Parte do conteúdo que é exibido nas emissoras de televisão, por exemplo, está vinculada a eventos e cerimônias religiosos, que já fazem parte a agenda de cobertura das empresas, especialmente as festas de santos, Natal e outras comemorações religiosas, notadamente cristãs católicas.

Antes de analisarmos as telecerimônias religiosas vale fazer referência à teoria dos *Media Events*, inaugurada pelos autores Daniel Dayan e Elihu Katz. Para os autores, os eventos midiáticos são "por definição, não rotineiros [...] são interrupções no fluxo normal das emissões e na nossa vida" (DAYAN e KATZ, 1999: 20). Em geral, são cerimônias "organizadas fora dos media, [...] no sentido em que os media apenas providenciam um canal para a transmissão" (pág. 21). E mais, "celebram o que, globalmente, são iniciativas do sistema e que portanto, são inquestionavelmente hegemónicas. São proclamadas de históricas" (pág. 23). Para os autores,

> "Tal como as festas que interrompem a rotina "diária", os acontecimentos televisivos propõem algo de excepcional para se pensar, para testemunhar e para fazer (...) E, para mais, o acontecimento é em directo. Os acontecimentos são transmitidos à medida que ocorrem, em tempo real. São, além disso, imprevisíveis, pelo menos no sentido de que alguma coisa pode ocorrer mal". (pág. 20)

Mesquista vai além e descreve as telecerimônias no contexto de emissão e recepção de conteúdos específicos e com objetivos claros, ao dizer que "impõe-se como um ato mediático que se visa produzir determinados efeitos em nível da recepção, ligados à contração de consensos políticos, religiosos, culturais" (1997: 75).

Percebendo esse fenômeno midiático que, como lembra Cintra Torres no artigo "Revalidar a teoria dos *media events*" (2006), não é contemporâneo nem uma estratégia somente dos meios de comunicação de massa da atualidade, como o rádio e a televisão, a Igreja Católica vem apostando no poder que as telecerimônias provocam para expandir sua hegemonia e aumentar a visibilidade dos rituais religiosos.

Esse despertar aconteceu nos anos de 1960 a partir das primeiras visitas papais a outros países. "As visitas pastorais dos papas fora do Vaticano constituem fenômenos da contemporaneidade, tendo começado na mesma

época – os anos 60 – em que se iniciaram e se tornaram habituais os directos televisivos por satélite em transmissões planetárias: a televisão, também ela urbi et orbi." (Capucho, C., Torres, E. C., & Burnay, C. D., 2011: 100).

À medida que a Igreja se abre para a missão além dos seus próprios muros, essa perspectiva mais flexível também se reflete numa aproximação consentida e, aparentemente, sem conflitos entre a organização religiosa e os sistemas de poder e interesse externos, entre eles a própria mídia. Como afirmam os autores, "As questões levantadas pela transmissão televisiva de eventos religiosos passam não só pela preocupação teológica com a bipolaridade participação/assistência, mas também pelas consequências para a dimensão espetacular que a televisão acrescenta ao rito (como mostrar as missas e outros eventos sem alterar a substância sagrada?), mas o efémero, condição ontológica dos fenómenos multitudinários, tende a não ser um problema para a Igreja contemporânea." (2011: 103).

Essa "permissão" que a Igreja faz à mídia é comprovada em eventos religiosos mais contemporâneos, cuja essência é a própria realização de cerimônias de grande proporção, com participação presencial de um público em alta escala, e também com emissão em canais de televisão e rádio para todo o mundo. Um exemplo é a Jornada Mundial da Juventude, lançada pelo papa João Paulo II em 1985. Esses eventos tornam ainda mais visíveis essa suposta contradição de interesses em manifestações que misturam ritos sagrados e atividades com menor caráter eclesiástico. "No caso das Jornadas Mundiais e em situações multitudinárias não rituais, mas exclusivamente espetaculares, encontramos a tensão entre a necessidade de manter o rito intacto com a experimentação de novas formas de representação da multidão, mais abertas à contemporaneidade, com explosões de alegria, palmas, cantos mais ritmados, etc." (2011: 101).

Do ponto de vista da mídia, esses grandes eventos destacam também um comprometimento arriscado que as emissoras de televisão têm com as organizações destas cerimônias, principalmente quando são assumidos também pelo departamento de jornalismo das empresas. "A informação jornalística baseia-se no conflito e na crítica, enquanto a celebração cerimonial tem por objetivo a criação de consensos. Certamente, o jornalista pode oscilar entre a adesão e o distanciamento crítico, mas o dispositivo cerimonial em que está integrado reduz ao mínimo a hipótese de um «jornalismo contra-poder» no interior de uma cerimónia pública." (MESQUITA, 2011: 85).

Dayan e Katz reforçam essa tese ao defender que os jornalistas "suspendem a sua perspectiva crítica e tratam o tema com respeito, e até veneração..." (1999: 22). Para os autores, "os jornalistas convertem-se em sacerdotes, isto é, tornam-se oficiantes do rito, integrados na engrenagem cerimonial, quase sem opção intermédia entre a adesão e a rejeição." (1999: 185).

Além dos grandes eventos, a televisão também se destaca pela transmissão de programas regulares que demarcam o território das organizações religiosas no cenário midiático ao longo de anos. É o caso da transmissão dos cultos católicos, comuns em diversas emissoras de TV por tudo o mundo. "Desde 1950, a Igreja deu grande importância à teletransmissão da eucaristia. A televisão foi bem-vinda pelo papa Pio XII na Encíclica Miranda Prorsus de 1957". (Capucho, C., Torres, E. C., & Burnay, C. D., 2011: 102). Segundo os autores, nos anos de 1970, o Vaticano ratifica essa prática através do lançamento de uma nova norma. "A Instrução Pastoral *Communio et Progressio*, do Concílio Vaticano II (1971), cria uma grande abertura da Igreja à comunicação mediática e, no caso concreto das missas televisivas, estimula a sua transmissão." (2011: 102).

À medida que a Igreja transformou seu culto mais importante, que antes era baseado numa experiência comunitária de pequena escala dentro dos templos, num produto midiático e de largo alcance do ponto de vista das audiências, foi obrigada a incorporar nesse mesmo ritual elementos da cena televisiva, criando de fato uma telecerimônia. "Presente nas cerimónias litúrgicas, a TV influi na sua performance. Esta influência do meio num dos rituais mais antigos do Ocidente revela a importância atribuída pela Igreja à dramaturgia e ao seu consumo à distância pelo telespectador." (2011: 102).

O Caso das Tv´s públicas De Angola, Brasil e Portugal

Os países de colonização portuguesa e espanhola preservam até hoje a herança religiosa dos antigos impérios. O perfil religioso dessas nações ainda é majoritariamente católico, apesar das mudanças que vem ocorrendo, principalmente com o crescimento do número de adeptos das religiões evangélicas. No caso de Angola e Brasil, ex-colônias de Portugal, o traço histórico e cultural que afirma os valores católicos é mantido com muito mais evidência. Um dos aspectos que comprovam essa tradição pode ser visto na transmissão dos cultos católicos pelas emissoras de televisão desses países, assim como em Portugal, inclusive e mais evidentemente no casos das emissoras de TV públicas. Partindo do pressuposto que essa herança tem origem no processo de colonização, quando a ação política e exploradora do Império estava intimamente atrelada ao processo de dominação religiosa pela Igreja Católica. "A pregação católica era componente central do império português, que se ia constituindo com o desbravamento dos oceanos Atlântico e Índico. Sustentado por uma série de normas decretadas por Roma de 1452 a 1614, Portugal detinha o que era chamado de Padroado Real - uma combinação de direitos, privilégios e deveres concedidos em troca da atuação missionária nas terras recém-descobertas." (SOUZA, 2011: 02).

> Nessa conjuntura, ocorreu relação de colaboração entre as potências europeias e a Igreja Católica Apostólica Romana, a partir dos interesses de cada parte. Dentre os principais anseios destacam-se as viagens, a catequização dos povos nativos e a organização de sistemas coloniais, balizados na exploração de africanos escravizados e o posterior tráfico internacional de trabalhadores, apoiado pela Igreja católica." (CAREGNATO, 2010: 02).

No caso de Angola, "a evangelização começou quando as caravelas de Diogo Cão chegaram à foz do Zaire em 1482, tendo trazido para Lisboa quatro habitantes dali que foram instruídos na religião Católica e batizados. Estes regressariam ao Zaire em 1491, numa caravela que levava seis missionários. Assim começou a cristianização de Angola." (GABRIEL, 1978: 65-68). Segundo Souza, "a constituição das práticas reconhecidas como católicas pelas autoridades eclesiásticas e pelas monarquias envolvidas, e incorporadas em partes da vida cotidiana de setores das populações locais, especialmente os que ocupavam as posições de maior poder, deveu-se principalmente ao trabalho de missionários e agentes da Igreja, que sustentados pelos governos locais e lusitano, difundiram princípios do catolicismo principalmente no Congo, no Ndongo e no Ndembo."

No caso do Brasil, a ação dos colonizadores que deram passo a exploração da nova colônia também foi constituída por uma forte prática religiosa. "A expansão ibérica significou também a expansão do catolicismo na América Latina, mediante a união da cruz e da espada, do trono e do altar, fato este que não mudou durante as décadas e os séculos, mesmo com a constituição dos Estados-Nações no continente, posto que muitos países adotaram legalmente o catolicismo como religião oficial, com a consequente ausência ou limitação da liberdade religiosa na região. Ao longo do tempo, porém, a situação foi mudando segundo os países e hoje nota-se uma heterogeneidade de posicionamentos no que concerne as relações oficiais entre religião e política, Igreja e Estado." (ORO, 2007: 281-282)

Ao longo dos anos, a relação entre os Estados colonizados por Portugal e a Igreja Católica foi mudando ao sabor das tendências políticas que dominaram as nações. Um fator essencial ligado à independência das então colônias teve repercussão no envolvimento dos Estados com a Igreja. No caso de Angola, por exemplo, desde 1975, quando o país declarou sua independência, a nação vem travando uma relação de conflito com as organizações religiosas, passando de um estado ateísta para um estado laico na atualidade. Segundo o artigo 10º da Constituição da República de Angola, promulgada em 2010, "a República de Angola é um Estado laico, havendo separação entre o Estado e as igrejas, nos termos da lei. O Estado reconhece e respeita as diferentes confissões religiosas, as quais são livres na sua organização e no exercício das suas actividades, desde que as mesmas se conformem à Constituição e às leis da República de Angola." (ANGOLA, 2010).

No Brasil, a separação entre Igreja e Estado também se concretiza com a proclamação da República, em 1890. Na última Carta Magna, promulgada em 1988, o 19º artigo define que "é vedado à União, aos Estados, ao

Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público". (BRASIL, 1988).
Portugal, apesar de ter sido o país que engendrou o mecanismo religioso católico de dominação durante a exploração das ex-colônias, também é considerado um país laico, onde o Estado está separado da Religião. "As igrejas e outras comunidades religiosas estão separadas do Estado e são livres na sua organização e no exercício das suas funções e do culto." (PORTUGAL, 1976).
Mesmo que oficialmente os três países tenham posturas legalmente laicas, não é difícil perceber o quanto estas nações mantêm uma relação vigorosa com organizações religiosas, nomeadamente a Igreja Católica. As emissoras de televisão públicas de Angola (Televisão Pública de Angola – TPA), Brasil (TV Brasil) e Portugal (Rádio e Televisão de Portugal), por exemplo, exibem semanalmente o culto católico, também chamado de missa dominical, com a ocupação de pelo menos uma hora por semana na grelha de programação das emissoras. Em todas as empresas, não foi verificada a transmissão de cultos de outras denominações religiosas.

Angola

Angola é um país da costa ocidental do continente africano e com população de aproximadamente 19.183.590, segundo o Instituto Nacional de Estatística. (ANGOLA, INE, 2014). Não há uma pesquisa atualizada sobre o percentual de católicos no país. Um novo censo demográfico foi realizado no mês de maio de 2014, sendo que os resultados ainda não foram divulgados até o fim da produção desta pesquisa. Informações não oficiais dão conta de um perfil religioso diverso, mas com predominância católica. "Em Angola existem atualmente cerca de 1000 religiões organizadas em igrejas ou formas análogas . Dados fiáveis quanto aos números dos fiéis não existem, mas a grande maioria dos angolanos adere a uma religião cristã ou inspirada pelo cristianismo. Cerca da metade da população está ligada à Igreja Católica, cerca da quarta parte a uma das igrejas protestantes introduzidas durante o período colonial." (WIKIPÉDIA, 2014).
A Televisão Pública de Angola foi criada em 1975, quando realizou a primeira emissão. Segundo o site institucional, a TPA é o principal veículo de informação do país, estando presente na maioria dos lares de Angola com os três canais que emite diariamente, designadamente, TPA 1, generalista e principal da estação, TPA 2, com enfoque para o entretenimento e juventude, e a TPA Internacional, para atender a diáspora angolana e não só, promovendo deste modo a imagem de Angola além fronteiras. No que concerne à religião, a emissora afirma que uma das missões é "assegurar a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião de natureza política, religiosa e cultural". (Disponível em: http://tpa.sapo.ao/tpa/sobre-a-tpa). Mesmo com essa orientação, o único programa de cunho religioso da emissora é a "Missa Dominical", exibido nas manhãs de domingo, com duração de uma hora.

Brasil

O Brasil é o maior país da América Latina e tem a quinta maior população do mundo, com 201.103.330 habitantes, segundo o último censo, realizado em 2010. (BRASIL, IBGE, 2014). Segundo ainda o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população católica corresponde a 64,6% do total. Apesar de ser maioria, o número de católicos vem diminuindo progressivamente e o de evangélicos aumentando, chegando a 22,2% da população total, de acordo com o último censo em 2010. (BRASIL, IBGE, 2014).
A TV Brasil, emissora da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), ligada ao Governo Federal, foi fundada em 2007, a partir da extinção da Radiobrás, criada em 1975 para reunir todas as emissoras de rádio e televisão públicas vinculadas ao Governo Federal. Em relação à programação religiosa, a lei de criação da EBC define como um dos princípios da emissora a "não discriminação religiosa, político partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual". (Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2011.652-2008?OpenDocument).

Em relação à programação religiosa, a TV Brasil também exibe a missa católica aos domingos, com duração de 01 hora. No mesmo dia, é exibido outro programa voltado para os católicos, chamado de "Palavras de Vida", também com duração de 01 hora. A programação da emissora também contém um programa voltado ao público evangélico ("Reencontro" - 0h30) e outro de caráter ecumênico ("Liberdade Religiosa" – 0h30). Isso mostra claramente a prevalência do conteúdo católico na programação da emissora.

Portugal

Portugal é um país europeu da Península Ibérica e tem, de acordo com o último censo (2011), pouco mais de dez milhões de habitantes (10.562.178). (PORTUGAL, INE, 2014). A população católica é maioria absoluta e passa de 81% do total.

A tradição religiosa católica ganha corpo na relação do Estado com a Igreja. A Rádio e Televisão de Portugal (RTP), emissora pública federal, prevê em seu contrato de concessão, "a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião, designadamente de natureza política, religiosa e cultural." (Disponível em: http://www.rtp.pt/wportal/grupo/governodasociedade/missao.php). Apesar da forte relação entre os governos de Portugal e do Vaticano, a diversidade religiosa pode ser vista nos dois canais abertos da emissora. Aos domingos, são exibidos dois programas católicos (RTP 2: "70x7" – 0h30 e RTP1: "Eucaristia Dominical" – 01h). Também aos domingos, o canal dois da emissora exibe o programa "Caminhos" (0h30), de orientação evangélica. E ao longo da semana, de segunda a sexta-feira, a RTP2 exibe o programa ecumênico "A Fé dos Homens", com o total de 02h30 por semana, aproximadamente.

Se somarmos o tempo de todos os programas e dividirmos de acordo com o conteúdo religioso, os programas de orientação católica predominam nas três emissoras públicas de televisão com um total de quatro horas e meia de programação semanal. Os programas evangélicos ocupam uma hora da grelha das três emissoras. Já os programas de conteúdo ecumênico são responsáveis por três horas de programação. Esse predomínio aponta o quanto as emissoras públicas tem uma tendência de acolhimento maior à Igreja Católica, principalmente porque as três empresas analisadas transmitem o culto religioso dominical.

Conclusão

A análise da programação das emissoras públicas de televisão de Angola, Brasil e Portugal mostrou o quanto a Igreja Católica é favorecida tanto em termos de espaço na grelha das emissoras quanto no que diz respeito ao conteúdo dos programas. Apesar de duas das empresas analisadas exibirem programas de outras religiões e também de caráter ecumênico, o único culto transmitido em direto pelas emissoras é a missa dominical.

Esse predomínio do conteúdo católico em forma de telecerimônia pode ser um traço da tradição religiosa herdada pelas ex-colônias de Portugal, que juntamente com a Igreja Católica, deu seguimento ao processo de exploração das nações lusófonas, como Angola e Brasil. Essa parceria entre Estado e Igreja no histórico de colonização, que durou até a proclamação da República no Brasil e a independência, no caso de Angola, mesmo sendo negada oficialmente, ainda se revela de forma contundente na programação das emissoras públicas de televisão.

O viés histórico surge na composição do contexto desse panorama religioso-midiático e é reforçado pela estratégia de audiência por parte das emissoras, já que o público católico predomina nos três países analisados. Mas também é uma estratégia da Igreja, que se apoia na mídia para envolver os fieis existentes na cerimônia mais tradicional, que é a Eucaristia, como também na tentativa de disseminar a doutrina e estimular a adesão de novos católicos.

Referências bibliográficas

ANGOLA. (2014), *Wikipédia, a enciclopédia livre*. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Angola&oldid=39295229. [consultado em 04-06-2014]

ANGOLA. (2010), *Constituição da República de Angola*. Luanda: Assembleia Constituinte.

ANGOLA. (201), *Instituto Nacional de Estatística*. Luanda, Disponível em: http://www.ine.gov.ao/xportal/xmain?xpid=ine&xpgid=boardmain2&xlang=PT&boardId=4424347. [consultado em 04-07-2014]

BARBANO, Filippo. (1990), *Prefazione*, in L.Berzano, Differenziazione e religione negli anni Ottanta, Turim: Giappichelli.

BERGER, Peter. (2003), *O Dossel Sagrado*. São Paulo: Paulus.

BOURDIEU, Pierre. (1989a), *A força do Direito: Elementos para uma sociologia do campo jurídico*, em Pierre Bourdieu, O Poder Simbólico, Lisboa: Difel.

BOURDIEU, Pierre. (1998), *O que falar quer dizer*, Lisboa: Difel.

BOURDIEU, Pierre. (1983), *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, Disponível em: http://www.visionvox.com.br/biblioteca/o/O-Que-Falar-Quer-Dizer-(Pierre-Bourdieu).pdf. [consultado em 22-01-2014]

BRASIL. (1988), *Constituição da República Federativa do Brasi,* Brasília: Senado Federal.

BRASIL. (2010), *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional*. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=5&uf=00, [consultado em 04-07-2014]

BRASIL. (2010), *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demogr.*, Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf. [consultado em 22-01-2014]

CAPUCHO, C., TORRES, E. C., & BURNAY, C. D. (2011), "A construção da festa electrónica na visita de Bento XVI a Portugal". *Comunicação & Cultura*, 11, pp. 95-114, Lisboa.

CAREGNATO, Lucas. (2010), "Domínio colonial português em Angola nos séculos XV e XVI". *X Encontro Estadual de História – ANPUHRS*, Disponível em: http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279060711_ARQUIVO_Artigo-ANPUH-RS-Corrigidoerevisado.pdf. [consultado em 04-07-2014]

CATROGA, Fernando. (2006), *Entre deuses e césares: secularização, laicidade e religião civil*, Coimbra: Almedina.

DAYAN, Daniel.; KATZ, Elihu.(1999), *A história em directo. Os acontecimentos mediáticos na televisão,* Coimbra: Minerva.

GABRIEL, Manuel Nunes. (1978), *Angola. Cinco Séculos de Cristianismo*, Braga: Edição Literal.

GIUMBELLI, Emerson.(2000), *O fim da religião: controvérsias acerca das "seitas" e da "liberdade religiosa" no Brasil e na França*. Tese de Doutoramento, Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LUCKMANN, T. (1989), *Religión y condición social de la conciencia moderna", in Vários Autores, Razón, ética y política: el conflicto de las sociedades modernas,* Barcelona: Anthropos.

MARTELLI, Stefano. (1995), *A religião na sociedade pós-moderna: entre secularização e dessecularização*, São Paulo: Edições Paulinas.

MESQUISTA, Mário.(1997), "Retóricas da Comunicação: do jornalismo às teleconferências", *INTERCOM – Revista Brasileira de Comunicação*, 20 (2), pp. 65-83.

MESQUITA, Mário. (2011), "O tempo cerimonial na televisão ou a nostalgia programada". *Caleidoscópio - Revista de Comunicação e Cultura*, América do Norte, 0, Disponível em: http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/2188 , [consultado em 27-06-2014]

ORO, Ari Pedro & URETA, Marcela. (2007), *Religião e Política na América Latina: uma análise da legislação dos países*, Porto Alegre: Horizontes Antropológicos.

PIERUCCI, Antônio Flávio. (1998), "Secularização em Max Weber. Da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13 (37), pp. 43-73.

PORTUGAL. (1976), *Constituição da República Portuguesa*. Lisboa: Assembleia Constituinte.

PORTUGAL. (2011), *Instituto Nacional de Estatística. Censo,* Disponível em: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011_apresentacao. [consultado em 04-07-2014].

RANQUETART, Cesar Alberto Junior. (2008), "Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos", *Tempo da Ciência* 15 (30), pp. 59-72.

SOUZA, Marina de Mello. (2011), "Missionários e mestres na construção do catolicismo centro-africano, século XVII". *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307650514_ARQUIVO_comunicacaoanpuh2011.pdf. [consultado em 04-07-2014].

O espaço sagrado: adaptações ecológicas e culturais de um Candomblé italiano.

Giovanna Capponi[1]

Resumo: Aqui quero apresentar um estudo de caso acerca do Axè Ilé Alaketú Ayrá. Trata-se de um terreiro de candomblé que foi fundado em 1999 em Arborio, na província de Vercelli, na região italiana Piemonte. Frequentado por migrantes brasileiros mas também por Italianos iniciados, o espaço do terreiro foi construído para melhor ajustar-se às expectativas sociais do contexto Europeu.
Durante o trabalho de campo, que continuo levando a cabo desde 2008, analisei as estratégias de adaptação ecológica e arquitetônica do terreiro, e de provisão dos elementos necessários aos rituais. Mesmo já possuindo 15 anos de atividade religiosa no território, o terreiro encontra dificuldades em ser aceito pelo entorno social. Sendo assim, este trabalho pretende justamente analisar as implicações sociais, políticas e culturais que envolvem o terreiro tanto na sua dinâmica interna quanto na sua relação com a cidade e a região nas quais ele está situado.

Palavras chave: Candomblé, globalização, ecología cultural, diaspora, migrações, religiões Afro-brasileiras.

1. Introdução

O Candomblé é um sistema religioso Afro-Brasileiro baseado no culto iniciático dos orixás, divinidades originarias dos reinos da África Oeste. Os rituais incluem sacrifícios animais, a experiência da transe e a manipulação da energía sagrada. O Ilé Axé Alaketu Ayra foi fundado em Arborio (Piemonte, Itália) em 1999. Está frequentado por imigrantes brasileiros que practicavam o culto antes de vir na Europa e também por italianos que decideram se iniciar na religião. Assim, o espaço sagrado foi re-inventado para cumplir com as expectativas sociais e as regras de um cenário europeu, e foi adaptado para funcionar adentro de um ambiênte ecológico diferente.
Mesmo assim, acho que o maior desafío está representado pela sobrevivência do espaço sagrado num contexto social onde a 'alteridade' gera medo e ansiedade entre os habitantes das aldeias ao redor do terreiro, mas também entre os familiares e os amigos dos iniciados. A experiência da iniciação, da transe e da preparação de oferendas estão percebidas diferentemente por candomblecistas brasileiros e italianos. O espaço sagrado mostra seu poder através a projeção de uma nova identidade transnacional. Vou começar com uma breve introdução sobre a história do Candomblé e as principais características do seu sistema ritual. Depois, vou descrever o caso de estudo italiano e vou analisar a rede de relações dos actores sociais que interagem para dentro e para fora do terreiro. Em conclusão, pretendo explicar porque o terreiro deve ser considerado um lugar ansiógeno que gera um choque cultural no contexto das migrações, e de que jeito os diferentes actores sociais interpretam emoções de medo o vergonha.

---

1 Giovanna Capponi forma-se como antropóloga na Università di Bologna (Itália), e depois na School of Oriental and African Studies de Londres com un MA em Migration and Diaspora Studies. Volta a estudar na cidade italiana de Bologna, obtendo um maestrado em Antropología Cultural e Etnología no ano 2013. Já se ocupou de candomblé brasileiro, de pós-colonialismo e de squatting. No 2014, começou um doutorado na University of Roehampton, em Londres, pesquisando o papel do sacrifício animal no candomblé brasileiro na Itália e no Brasil. Colabora também com o Horniman Museum de Londres, curando uma exposição relacionada ao candomblé. giovanna.capponi@gmail.com, capponig@roehampton.ac.uk

2. Espaço e lugar no Candomblé brasileiro.

Em 2010, em Trafalgar Square - um dos maiores símbolos imperiales da cidade de Londres, o Quarto Plinto da praça monumental esteve ocupado por uma reinterpretação do navio de Nelson na garrafa[2]. Yinka Shonibare, artista Anglo-Nigeriano, ententou celebrar o multiculturalismo Britânico colocando tecidos africanos em lugar das velas da HMS Victory. Durante o mesmo ano, a galería de arte October Gallery, sempre em Londres, exibiu as obras do artista Beninense Julien Sinzogan, lonas pintadas com tinta da China, representando detalhados galeões em navigação, com bandeiras coloridas, velas e misteriosas figuras que acompanham os navios na viagem.

O projeto, chamado Spirit Worlds, foi inspirado diretamente pela religião Yoruba, imaginando uma connecção entre os mundos do invisível e do visível, onde os espíritos dos escravos africanos, os ancestrais (Egungun), juntos com os deuses (Orixás) possam novamente cruzar o Oceano Atlântico para voltar triunfantes até as costas da África Ocidental[3].

Estas são somente umas das diferentes interpretações contemporâneas da pintura Slave Ship, por William Turner, que acabou sendo o símbolo da diaspora africana desde que Paul Gilroy mencionou-o no trabalho Black Atlantic em 1993. Com esta obra, o autor britânico-guyanense quis reposicionar a "dupla consciência" de Du Bois (a divisão da identitade afro-americana entre os lugares "originários" e os "adotivos", entre o "si-mesmo" e o "outro") adentro da mesma viagem diaspórica. O "Atlântico Negro" representa um lugar de construção identitaria, e o centro do Oceano é onde as culturas originârias estão re-localizadas.

Não é minha intenção de apresentar o debate gerado pela obra de Gilroy, mas quero sim argomentar que a memória histórica da colonização e a consciência coletiva são fundamentais para contextualizar o meu estudo de caso.

Aquí, a viagem não é somente metáfora da modernidade, mas também do jeito criativo com o qual as tradições se re-inventam, de acordo com um novo espaço social e ecológico, sem ficar atadas à uma identidade só (Clifford, 1994: 317).

Originando-se das etnias Yoruba, Bantu e Ewe-Fon, o candomblé está normalmente definido como um culto íbrido, onde diferentes elemêntos se misturam e geram um novo sistema de valores e práticas.

Néstor-García Canclini, um antropólogo argentino que pesquisou temas relacionados com a pós-modernidade na América do sur, define a questão da hibridação como uma conjunção de processos culturais onde práticas pre-existentes se combinam gerando novas estructuras e práticas (2007: 112). Porém, junto com a evidente hibridação de diferentes fontes de "Africanidade", há também outros inequívocos elementos barrocos que se podem individuar no resultado final do Candomblé brasileiro, como "silver crowns, golden helmets, lavishly decoraded staffs and scepters, lace blouses, hoop skirts and crinolines" (Van de Port, 2011: 42), revelando os empréstimos estéticos das cortes coloniais portuguesas.

Mesmo formando-se como o resultado de movimentos conflituais e convergentes de colonizadores, escravos, deuses africanos e vestidos barrocos, o candomblé precisa de um espaço especial para realizar a sua performance: o terreiro.

Vou tomar em consideração o trabalho de Roger Bastide (2000. ed. or. 1967) e de Muniz Sodré (1988), dois autores que descrevem a relação entre o espaço sagrado e o ambiente social e ecológico do Brasil, onde o candomblé foi perfilado na sua forma actual.

Em Le candomblé de Bahia, Bastide afirma que o terreiro tem que se-considerar uma "pequena África", um refúgio contra a opressão colonial e um surrogato da cidade e da família do escravo. A chave dessa definição é a palavra ilê, que significa geralmente "casa", mas também "terreiro" em ilê axé ("casa da energía") e "cidade" em ilê-Oyó, ou Ilê-Ifé ("cidade de Oyó" ou "cidade de Ifé"). Seguindo a mesma lógica, o termo agbo-ilê descreve a conjunção de casas habitadas pelos membros do mesmo clãs, agbole define muitos clãs morando na mesma área e um conjunto de agbole é chamado de adugbo (Yiakemi Ribeiro, 1996).

---

2 http://www.yinkashonibarembe.com/artwork/public-art/?image_id=159

3 http://www.octobergallery.co.uk/artists/sinzogan/index.shtml

Portanto, ilê é o termo que melhor chega a devolver a idéia de familiariedade, implicando ao mesmo tempo um vínculo de sangue e uma origem geográfica comum. Muniz Sodré, em O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira, analisa o espaço como questão relacional. De acordo com o trabalho dele, a cidade é a espressão cultural de uma comunidade que se relaciona com o ambiente, com recursos naturais e com outras comunidades contíguas. Porém, os territorios têm uma relação intrínseca com a identidade do grupo.
Lugares de produção e de troca são delimitados e porosos ao mesmo tempo, ligitimando a ação social. O universo ganha significado cultural adentro de um território específico, e coincide com o mesmo. Porém, adotando uma perspectiva cartesiana e cartográfica, o mundo pode ser visto por acima, e a consistência porosa da experiência vivida acaba se configurando nos limites elásticos da vista aérea. Esta perspectiva alienante entrega ào observador o poder de dividir o mundo em coordenadas, gerando espaços diferentes e nomeando a alteridade. Para Sodré, esta é a chave para a comprensão da perspectiva geográfica colonial, que domina e demarca o espaço desde o ponto de vista de um observador distante.
A arquitectura e a urbanização são instrumentos válidos para construir fisicamente a colonia e para arrebatar o mundo da selvagería. Nesse contexto de predios e cidades de estilo europeu como Salvador de Bahia, foi fundado o primeiro terreiro de candomblé, na primeira midade do século IXX. A Casa Branca o Engenho Velho ententou concentrar diferentes representações da cosmogonía Yoruba adentro de um espaço bem demarcado. O visível (orum) e o invisível (ayé) coexistem nos elementos urbanos e públicos da costrução e nos espaços naturais do mato. O aspecto administrativo e político da urbs Africana e os fundamentos rituais se reúnem nessa geografía minimalista (Sodré, 1988: 23-59).
Portanto, o templo, a cidade e a casa se juntam num mundo paralelo (longe da opressão da ordem do espaço colonial) onde os escravos africanos procuram refúgio, indipendentemente da origem individual, e construem o terreiro como a base para uma nova identidade de resistência (Remotti,1993: 41-46). Por essa razão, diferentes divinidades, que tinham a origem delas em diferentes territórios africanos, começaram a ser adoradas no mesmo espaço físico. Esse processo representa o inicio da progressiva universalização do candomblé: de fato, a conexão entre a etnicidade e as práticas rituais se dissolvem quando as origens dos escravos fica ofuscada depois de algumas gerações de afro-descendentes, e como consequência da proverbial "miscigenação" brasileira.
Portanto, o terreiro é uma reprodução da cosmología e do ambiente da África, e é o único lugar onde o sagrado pode ser performado. Porém, as condições ecológicas e estéticas desse espaço são influenciadas pelo entorno colonial e também pela sua arquitectura.

> Mais cet espace sacré est-il aussi l'espace mytique? La construction du temple rappelle-t-elle la création du monde? Le présent rejoue-t-il les gestes des divinités antiques? Il peut paraître que non à première vue. Le maisons dispersées sur le terreiro sont des maisons en torchis ou brinques, comme toutes les maisons de Bahia, quadrangulaires et non rondes, et qui n'ont rien d'africaine. L'homme s'est adapté à son nouveau milieu, géographique et culturel; il a emprunté aux Blancs les procédés de ses maçons et les plans de ses habitations (Bastide, 2000, pp. 101).

Como explicado por Bastide, aceptar a estructura urbana colonial comporta uma revolução espacial.
Por exemplo, as casas abobadas Bantu tinham uma planta circular, e tinham um poste de madeira insertado no chão, no centro da construção, a fim de suportar o telhado. Ao contrário, nas casas quadrangulais brasileiras a função do poste foi dimitida, mas essa característica ganhou um significado simbólico e ritual. O poste, não somente representa o vínculo entre o orun e o ayé, a Terra e o mundo das divinidades, mas também é o lugar onde o axé, a força vital da casa, está localizado.
Agora é preciso explicar a noção de axé, a qual tem um papel muito importante nas práticas rituais do candomblé, sendo considerado o seu elemento fundativo.
Parecido ao mana Melanesiano tomado em consideração por Codrington (1891) e Mauss (2002 ed. or. 1924), o axé pode ser descrito como uma força sujeita às leis da física: pode ser absorbido, manipulado, ganhado, gastado, transmitido desde um corpo até outro através do contato ou através algum tipo di materiais ou objetos, em forma de palavras, contato físico, oferendas de comida, sangue sacrifical, etcetera.

Durante o meu trabalho de campo, a palavra axé foi mencionada durante varias situações: interagir com o próprio pai-de-santo (a autoridade religiosa do candomblé), cozinhar as oferendas, recolher as folhas pelos banhos rituais, abraçar o orixá incorporado o preparar os animais sacrificados. Todas essas ações implícam a manipulação ou o contato a energía sagrada, a qual é imanente em cada aspecto do mundo do candomblé. Mas axé deixa de ser impessoal quando está referido à um orixás em particular. De fato, os orixás (em Yoruba: ori = cabeça + axé = energía), são divinidades que representam carácteres arquetípicos e antropomórfos que estão em conexão com elementos naturais (rios, fogo, tempestas, oceanos, etcetera) mas também com temperamentos humanos. Segundo o candomblé contemporâneo, cada ser humano está protegido por um orixá específico, de acordo com as características, as inclinações e os comportamentos da pessoa.
O "orixá de cabeça" deve ser individuado através da divinação com as caracois, chamada "jogo de búzios", e os rituais de iniciação e as oferendas mudam de acordo com o paladar de cada divinidade.
O terreiro é o lugar onde o axé está colocado e plantado, e é também o lugar apropriado para administrar o poder. Uma vez que os assentamentos, dos diferentes orixás são instalados no espaço sagrado, devem ser alimentados através de rituais como sacrificios e oferendas (Latour, 2005).
Seguindo o mesmo principio espacial, os novicios que são iniciados no candomblé devem ter o axé plantado na suas próprias cabeças. Os corpos dos candomblecistas são ritualmente conectados com o espaço sagrado. Frequentando o terreiro, os iniciados adquirem os conhecimentos e a experiência para manipular o axé, administrar o poder sagrado e alimentar os orixás. Sendo mesmo um culto iniciático, este tipo de conhecimento está limitado aos que participam activamente na religião, e não pode ser revelado ás pessoas de fora. No contexto aqui descrito, o sagrado e o profano são completamente separados desde um ponto de vista espacial (Bastide, 2000).

3. Onde as bruxas foram queimadas: história(s) de um terreiro italiano.

No ano 1990, um escritor italiano chamado Sebastiano Vassalli publicou um romance histórico intitulado La chimera ("A quimera"), ganhando o Premio Strega, o prêmio mais prestigioso da literatura italiana. Selecionando meticulosamente registros históricos da Inquisição Romana na Itália do século XVI (a qual incluía frequentes julgamentos e execuções por bruxaría), Vassalli reconstriu a história de Antonia, uma órfã que foi adoptada por um casal na pequena aldeia de Zardino (o qual já desapareceu) na zona rural entre Novara e Vercelli (e aproximadamente entre Turim e Milão, em maior escala), caracterizada pelos arrozais, na região do Piemonte.
O romance conta a história uma menina que, devido à varias circunstâncias e coincidências, mas também às fofocas dos vizinhos, foi acusada de bruxaría pela Inquisição Romana e enfim, queimada na fogueira.
No ano 2000, exatamente na mesma área rural, uma casa de candomblé foi fundada na pequena aldeia de Arborio. Com um punhado de habitantes (menos de mil pessoas, segundo os dados ISTAT 2011) Arborio empresta o nome a uma variedade de arroz italiano. O fundador e pai-de-santo da casa, Mauro Quintano, é um cartomante profissional, o qual está involvido na religião mas também, como muitos pais-de-santo no Brasil, usa os conhecimentos rituais para a venta de serviços mágico-religiosos para seus clientes.
Para legitimar a presença do terreiro na aldeira, Mauro criou uma associação cultural chamada A.Di.Ca. (Associazione per la Diffusione del Candomblé, "Associação pela Diffusão do Candomblé"). A associação funciona também para amortiçar a desconfiança dos habitantes circunvizinhos, que geralmente consideram o terreiro um lugar de sacrifícios de sangue e sinistras possessões.
Quando Pai Mauro me contou como ele mesmo se iniciou na religião e como o terreiro nasceu, a história estava cheia de detalhes incríveis e coincidências que tendiam a destacar o poder e a vuntade dos orixás por trás dos eventos mundanos. A narração continha uma tia cartomante, encontros com pais-de-santos brasileiros, experiências de glossolalia e possessão e uma verdadeiramente intricada pesquisa de uma casa onde instalar o primeiro terreiro de candomblé italiano. O Ilê Axé Alaketu Airá aparece como uma normal chácara. Porém, objetos rituais, quartinhas, esculturas e tecidos coloridos podem ser individuados no jardím exterior, em cantos

da casa ou pindurados nos galhos das árvores. A casa está distribuída em dois pisos: o mais alto é a moradía pessoal de Pai Mauro e da sua mulher, o de baixo constitui o mesmo espaço sagrado, com um grande barracão (um salão onde acontecem as festas e as danças), um quarto de hóspedes, um pequeno escritório onde Pai Mauro recebe seus clientes para jogar búzios. uma cozinha, dois banheiros, um roncó (o quarto onde os noviços passam o tempo de retiro iniciático). Além disso, tem cinco pequenos quartos sem janelas, os quais constituem os aposentos prohibidos dos orixás, onde os assentamentos estão localizados. No Brazil, os quartos dos orixás normalmente estão colocados no exterior da casa, porém por razões econômicas e de privacidade, Pai Mauro decidiu concentrar todos os assentamentos adentro da casa, em espaços mais pequenos mas longe dos olhos indiscretos dos extranhos. Essa é uma das múltiplas adaptações arquitetônicas que foram precisas no ambiente italiano, onde o clima é mais frio e os frequentadores do terreiro são menos numerosos do que no Brazil. Além disso, a casa está frequentemente descrita por os iniciados que já visitaram terreiros brasileiros como limpa e confortavel na comparação.

> Porque eu lembro, quando fui iniciada [no Brazil] [...] o roncó não era como isso, no chão só tinha terra […] com um telhado, janela não, banheiro não, nada não. Éramos cinco pessoas lá, e somente tinha três pinicos, e todos tinhamos que fazer xixi lá (L. Y.)[4]

Entretanto, os espaços do candomblé devem ser "italianizados" segundo a burocracia dos cadastros e da regulamentação de propriedade, mas também seguindo as normas de higiene que se conformam às noções de limpeza e habitalidade italianas.

Para esclarecer o contexto, vou descrever brevemente o tipo de atividades que são performadas normalmente adentro da casa de candomblé. Quando chega o tempo de celebrar os orixás, sacrifícios e oferendas são feitos para alimentâ-los. Cada orixá tem a sua comida preferida, as suas cores e os seus objetos, portanto todos os candomblecistas devem meticulosamente aderir às regras rituais (Beneduce e Taliani, 2001).

Segundo Bastide (2000, 95) em Nigéria não tinham distinções demarcadas entre as comidas oferecidas para um orixá e o outro, porque os pratos estavam colocados em diferentes santuários. No Brazil ao contrário, todos os orixás eram adorados no mesmo espaço, então a comida oferecida à cada um deles tinha que ser diferente. Este processo deu lugar à criação de verdadeiros livros de receitas onde se explicam os diferentes paladares das divinidades. Além disso, algumas comidas são proibídas para alguns, e a razão dessas proibições encontra-se em mitos coloridos. Por exemplo, durante a festa de Oxalá, o pai de todos os orixás, que está representado como branco e puro, todos os atendentes devem usar roupa branca e limpa, e comidas vermelhas ou escuras, como tomate e café, não podem sed consumidos adentro da casa.

Isso acontece porque, segundo o mito, quando Oxalá estava no caminho para visitar o seu filho Xangô, o trickster Exu sujou-lo com azeite de palmeira e carvão. Portanto, Oxalá chegou com a roupa tão suja que as guardas do rei confundiram-no com um mendigo e aprisonaram-no. Então, somente roupa limpa e comida branca pode ser usada para se relacionar com a divinidade.

A preparação das oferendas frequentemente precisa de uma variedade de ingredientes como ervas, azeite de dendé (palmeira), quiabos, inhame, milho e outras coisas que não são normalmente consumidas na Europa. A adquisição dos ingredientes é possivel somente através das pequenas lojas de productos Africanos ou Asiáticos que se podem encontrar nas grandes cidades de Milão e Turim (seguindo o fluxo migratório de nigerianos, senegalenses, bangladeshianos ou indianos. Em outros casos, plantas especiais são enviadas desde Brasil e cultivadas, ou até substituidas com plantas locais que tem as mesmas propriedades rituais. Por exemplo, o alecrim é usado em vez das folhas de café para os rituais de Oxalá, porque ambas as plantas pertenecem a ele, mas a planta do café não pode ser cultivada no clima temperado do Piemonte.

---

4 Minha tradução: " [...] perché io mi ricordo quando sono andata io a far l'iniziazione, [...] E il *roncó* non era come questo, era il pavimento di terra, [...] con una tettoia, senza finestre, senza bagno, senza niente. Eravamo in cinque dentro con tre vasini, il vasetto da notte, e tutti e cinque ci facevamo pipí."

Porém, alguns ingredientes se podem achar mais facilmente na Itália que no Brasil ou na África. Um exemplo é o azeite de oliva (tempero de Oxalá, o qual como já mencionamos, não gosta de azeite de palmeira). O azeite de oliva puro tem uma difusão recente no Brasil, é muito caro, de importação e frequentemente misturado com azeite de soja, enquanto bem comum na Europa. O mesmo acontece com o mel: na Europa é mais facil achar um mel de boa qualidade e bom preço, porém no Brasil, apesar de ter produção local, o mel é mais caro e frequentemente substituido por um tipo de melaço chamado Glycomel.
As dinâmicas de adaptação do culto à um ambiente social e ecolôgico diferente gera uma troca de bens, objetos, comidas e plantas que se movem através do Oceano Atlântico junto com as pessoas. O processo muda radicalmente os cheiros, os paladares e a estética do ritual de um pais até outro, combinando elementos diferentes numa outra hibridação.
Porém, características diversas não se derretem numa espécie de monstro de Frankenstein da modernidade, mas são compostas e re-compostas no processo que Bernal, mesmo analisando um contexto completamente diferente, descreveu de "existência caleidoscópica".

> The metaphor of the kaleidoscope, which holds disparate fragments (that are incommensurable and cannot be resolved or dissolved even into a hybrid) simultaneously in the same frame of reference and makes out of them a whole or a pattern, seems to speak to the cultural world of the diasporic subject, who must construct meaning and coherence through sheer imaginative agency (Bernal, 2005: 668-669).

T.O., a enteada de Pai Mauro, encarna o sentido dessa existência diaspórica. Ela nasceu em São Paulo, numa familia de candomblecistas e pais-de-santo. Na edade de treze anos, a mãe dela casou com Pai Mauro e as duas se mudaram para a Itália. Com essas palavras, ela lembra-se das dificuldades que eles encontraram quando estabeleceram o terreiro na pequena aldeia de Arborio:

> [...] Isso é porque fazemos as festas na tarde, normalmente tem festas até a noite no Brasil. […] Sim, ao começo tinha festas à noite também, mas eles [os vizinhos] chamaram a polícia porque faziamos demasiado barulho. [...] porque antes essa casa estava abandonada, e eles chamavam-na "casa dos fantasmas". Depois a gente se mudou aqui [...] com roupa branca, os tambores, cantando num idioma que eles não entendem, dizem que praticamos a magía negra. Portanto foi dificil, porque cada vez eles perguntavam… deziam "ela vem da casa dos fantasmas!" (T. O.)[5]

A história de T.O. revela os problemas de se confrontar com um ambiente social hostil, onde as pessoas monstram desconfiânça e medo até a alteridade, mais que simple curiosidade ou perplexidade. Depois de mais de dez anos desde a fundação do terreiro, as coisas não mudaram muito. Os habitantes de Arborio podem ser vistos, às vezes, observando a casa de candomblé desde afora da entrada com olhar desconfiado, ou gritando com muitas risadinhas "Já chegam os de branco!" quando alguém aparece caminhando pelos senderos da aldeia com roupa de candomblé.
Esse comportamento coletivo desempenha a violência do discurso colonial, através da sua constante e incessante repetição. Essa continuidade construi um tipo de conhecimento estereotipado que é difícil de subverter. Vou ententar compreender esse paradigma junto com a análise do estereótipo de Homi Bhabha. Segundo a

---

5 Minha traducão: "Le prime volte le facevamo la sera, e hanno chiamato i carabinieri perché faceva troppo casino… perché prima questa casa era abbandonata, quindi la chiamavano la casa dei fantasmi, poi arriviamo noi *(risate)* con… Con tutti i vestiti bianchi con... le percussioni, e che cantano in una lingua che loro non conoscono, dicono questi fanno della magia nera... quindi è stato un po' difficile , sì perché ogni volta che passavi in paese ti chiedevano... ti dicevano quella abita nella casa dei fantasmi."

interpretação Lacaniana, a diferença (ou différance, mencionando o neologismo de Derrida) entre o colonizado e o colonizador está relacionada com o medo Freudiano da castração. As dissimilaridades percebidas entre o Si Mesmo e a Alteridade representam um vazio cognitivo, produtor de medo e agressividade. Para se defender da ameaça do desconhecido, deve-se subsituir o mesmo com uma máscara. Esse tipo de fetiço preenche a falta de conhecimento do Outro. Então, a produção de informações estereotipadas funciona como um mecanismo de defença, o qual é originado pela abnegação da diferença. É um instrumento para incluir novamente um objeto pouco familiar na esfera da realidade conhecida.

4. Deuses transe-nacionais, bens transe-acionais

A rede de relações na casa de candomblé se desenvolve em varios níveis de interseção. De fato, o terreiro está frequentado por imigrantes brasileiros que querem continuar a prática ritual do candomblé no contexto da diáspora, mas também por italianos que ficaram interessados pela religião e que foram enfim iniciados na casa de candomblé.
A segunda distinção que é preciso tomar em consideração é aquela entre os que frequentam o terreiro pelos próprios interesses religiosos e os clientes que tem contatos com o ambiente ritual somente para comprar serviços mágico-religiosos com fins pessoais.
Ambas essas últimas categorías desempenham um papel fundamental pelo sustento do terreiro, através do trabalho necessário para alimentar a energía sagrada ou através o apoio financeiro. Os clientes pagam pelos animais e pelos ingredientes das oferendas; os iniciados se encarregam de performar os rituais correctamente.
Paradoxalmente, os clientes italianos aparecem desconfiados em frente de um sistema religioso tão diferente, mas confiam no poder do orixá quando se trata de resolver problemas pessonais através de um ritual mágico.
Porém, devemos tomar em consideração que a maior parte dos italianos começaram a monstrar-se interessados na prática religiosa somente depois de ter experiências satisfatórias com algúm tipo de ritual mágico. De fato, o que emerge nas entrevistas é que os iniciados italianos, antes de ter contatos com o terreiro de Arborio, tinham precedentemente praticado ou sentido atração para uma variedade de práticas mágicas como experiências mediúnicas, quiromantía e leituras de tarô.

> Então, imagina, chegou um ponto que eu começei a ler o tarô, sem saber nada disso, e tudo o que eu dezía… pois acontecía mesmo! Então, eu acho que tem pessoal que [...] podem ver além das coisas, eu acredito assim, porque às vezes eu fui para o cartomante. (L.Y.)

> Bom, eu também estava interessada na magia salomónica (L.O.)

> [falando de um médium que conhecía] Você entra nesse quarto [...] ele começa a falar. Ele nem olha para você, e te conta tudo da sua vida, tudo! [...] Ele não esquece nada! (G.A.)

Gostaría de explicar esse fenómeno afirmando que a cultura popular italiana tem muitas referências ao mundo da mágia, especialmente nas áreas rurais, porém não tem rastros nenhum da presência do pantheon e da mitología dos orixás.
Pai Mauro explica maravilhosamente o papel da sua profissão de cartomante no terreiro.

> Desde que coloquei a publicidade com a minha cara [oferecendo serviços mágicos] ao longo da estrada até Vercelli, todo mundo entendeu a função profissional [do terreiro] assim, vamos dizer, [...] se verificou uma abertura maior porque as pessoas individuaram, ligaram as duas coisas, disseram “Mauro faz o profissional e também

> faz isso, porque supostamente tem a que ver com a profissão dele. Então, por absurdo que seja… Isso. Por absurdo aqui é melhor ter um mago do que um pai-de-santo (Pai Mauro).[6]

Aqui pretendo demonstrar como os habitantes de Arborio acham muitas dificuldades em se relacionar com o terreiro como comunidade religiosa. De fato, assuntos religiosos frequentemente provocam conflitos de identidade.
Prandi analisa as tensões políticas entre o pentecostalismo e os cultos afro-brasileiros, onde os últimos são acusados de ser manifestação do mesmo diabo (2007: 19). No caso de Prandi, os orixás são inimigos, porém são reconhecidos como uma cultura que faz parte do pais.
Ao contrário, a cultura popular italiana não percebe a existência do candomblé. A memória histórica italiana falta de iniciações, divinidades africanas, oferendas de comida. Porém nela aparecem bruxas, inquisições e exorcismos de espíritos diabólicos. No romance La Chimera, Vassalli descreve o personagem popular de Don Michele, um sacerdote católico e também um mago que conseguía curar as doenças com ervas, rituais de saúde e fórmulas mágicas (1990: 49). Porém, os habitantes eram menos tolerantes com Antonia, a qual foi acusada de bruxaría e de frequentar os sabbats "vivendo sem a Santa Missa, sem a Santa Confissão, como os animais ou os selvagens do Novo Mundo"[7] (ibid. 193).
Então, o terreiro pode ser classificado pelos habitantes de Arborio somente como um lugar pela venda de serviços mágicos. Nesse caso, a alteridade provoca medo e ansiedade, mas também gera respeito. De fato, os clientes italianos ententam preencher o gap cultural entre eles mesmos e a alteridade colocando as práticas do candomblé adentro as categorías do mágico e o sobrenatural.
Eles não tem interesse nos orixás: somente pagam pelos rituais que podem ajudâ-los a resolver problemas pessoais, então reposicionam o terreiro adentro de um universo de significado.
Desse jeito, o poder dos orixás está reconhecido e as preseças deles na diáspora está legitimada.

5. Conclusão

Hoje em dia, os cultos afro-brasileiros são presentes nos territórios da Itália, Espanha, Portugal e Alemánha, e são motivo de circulação de bens e pessoas de um lugar até outro, re-combinando a própria estética e mudando as próprias dinâmicas segundo o ambiente onde eles se estabelecem (Saraiva, 2010).
Observando os iniciados do candomblé caminhando nos senderos dos campos e dos arrozais do Piemonte, com roupa branca de "fantasmas", podemos quase imaginar que os espíritus africanos de Julien Sinzogan provavelmente decideram mudar as suas rotas para dirigir os seus navios pintados com tinta da China até Europa.
Configurando-se como um espaço liminal entre a identidade e a alteridade, o terreiro gera inquietude em vários níveis. Isso representa uma ameaça pelos de afora, que não compreendem as referências culturais, mas é também problemático para aqueles que encontram dificuldades em compartilhar o sistema de valores que o terreiro incarna.
Enquanto ententa se adaptar ào contexto diaspórico, a casa de candomblé de Arborio reproduz as geografías pós-coloniais de poder e medo. Nesse lugar o gap entre o aqui e o aí parece como um buraco negro da modernidade, pronto para engolir qualquer pessoa que fique ao redor dele. O poder da casa está expressado através da sua vida ritual, onde as os atos perfomativos geram respeito e desconforto ao mesmo tempo. A possessão

---

6 Minha tradução: "M: Poi invece, da quando ho messo il cartello con la mia faccia, andando verso Vercelli, tutti hanno capito anche la funzione professionale, e allora, diciamo così, c'è stata un'apertura maggiore perché hanno individuato, hanno abbinato le due cose, hanno detto Mauro fa il professionista e fa anche quello, quindi evidentemente quello che fa c'entra con la sua professione. Quindi, per assurdo che sia… Esatto. Per assurdo è meglio avere un mago che non un pai-de-santo, qui."

7 Minha tradução: "vivendo senza la santa messa e senza la santa confessione al modo stesso come vivono gli animali o i selvaggi del Nuovo Mondo".

em particular permite à comunidade de sobrevivir, monstrando os efeitos da energía sagrada e, consequentemente, ganhar os favores financeiros dos clientes e dos novicios. Desde esse ponto de vista, a pequena Aldeia de Arborio e o seu terreiro pode ser considerado um espaço pós-colonial, onde a diferença (ou diffèrance) gera sentimentos de incerteza junto com a necessidade de redefinir a própria identidade (Bhabha, 2001: 109).
Porém, o conceito da manipulação do axé, mesmo incompreensivel para um público italiano, ressoa com a idéia de encantamentos mágicos e práticas curandeiras que são prontamente oferecidas por profissionais do setor na televisão comercial ou na publicidade ao longo duma estrada provincial.
Essa mudança de percepção permite um novo nível de comunicação entre mundos diversos, abrindo as fronteiras de um culto que está tornando-se sempre mais internacional. O mistério subentendido nos segredos do candomblé e nas suas danças estáticas, porém, tem o poder de criar dúvidas, dinheiro e fé num imaginário verdadeiramente transcultural.

Bibliografía:

BASTIDE R. (2000 [1967]), Le Candomblé de Bahia, Paris: Plon.

BENEDUCE R., TALIANI S, (2001), "Un paradosso ordinato: possessione, corpi, migrazioni", in U. Fabietti (eds), Antropologia Annuario 1: La possessione, pp 14-40.

BERNAL, V. (2005), "Eritrea on-line: Diaspora, cyberspace, and the public sphere", American Ethnologist, 32 (4), pp. 660-675.

BHABHA H. (2001), I luoghi della cultura, Roma: Meltemi.

CLIFFORD, J. (1994), "Diasporas". Cultural Anthropology, 9 (3), pp 302-338.

CODRINGTON R. H. (1891), *The melanesians: Studies in their anthropology and folklore*, Oxford: Clarendon press.

GARCÍA-CANCLINI N. (1997), Culture ibride, Strategie per entrare e uscire dalla modernità, Milano: Edizioni Guerini Studio.

GILROY, P. (1993), The Black Atlantic, Verso.

LATOUR, B. 2005. Il culto moderno dei fatticci. Meltemi Editore.

MAUSS, M. (1924, ed. or. 2002). Saggio sul dono. Forma e motivo dello scambio nelle società arcaiche, Einaudi.

PRANDI, R. (2007), "As religiões afro-brasileiras nas ciências sociais: uma conferência, uma

bibliografía", Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, (63), pp. 7-30.

REMOTTI, F. (1993), Luoghi e corpi: antropologia dello spazio, del tempo e del potere, Torino: Bollati Boringhieri.

SARAIVA, C. (2010), "Afro-Brazilian religions in Portugal: bruxos, priests and pais de santo", Etnográfica, 14 (2), disponível em http://etnografica.revues.org/292 [consultado em 02-01-2015].

SODRÉ, M. (1988), La città e il tempio: la forma sociale negro-brasiliana, Roma: Edizioni Settimo Sigillo.

VAN DE PORT. M. (2011), Ecstatic Encounters: Bahian Candomblé and the quest for the really real, Amsterdam: Amsterdam University Press.

VASSALLI, S. (1990), La chimera, Torino: Einaudi.

YIAKEMI RIBEIRO, R. (1996), *Candomblé, alma africana no Brasil,* São Paulo: Editora Odudwa.

Tessituras reveladas: protagonismo das mulheres negras

Dra. Joanice S. Conceição[1]

Ms. Vanessa Soares da Silva[2]

Resumo: Nas diásporas[3] africanas espelhadas pelo mundo a religião sempre foi uma forte aliada na reconfiguração das dinâmicas sociais de negros e negros, combinando trabalho, muitas vezes impostos, e as experiências vividas como significativas formas de sobrevivência e manutenção de suas culturas. Essas narrativas revelam saberes e fazeres retidos na memória e no corpo, conservados pela transcendente e permanência de ritos, deslindando relações de convergência entre as práticas religiosas desenvolvidas na África e em espaços luso-brasileiros. Esta comunicação tenciona discutir a participação das mulheres negras nas religiões de matriz africana, sua relação com a cidade, seu corpo e o mundo do trabalho, com as quais elas inscreveram tessituras de sociabilidade, negociação e de reconstituição familiares em múltiplos lugares, tantas vezes adversos.

Palavras-chave: Religião, Feminismo, Espaço Urbano. Trabalho.

Introdução

O período colonial e pós-colonial para os países africanos constitui um dos momentos mais tristes da história da humanidade. Foram nestas ocasiões que grupos inteiros foram dizimados e espalhados por diversas partes do mundo, conhecidas como diásporas. Sabe-se também que a captura e a venda de africanos para as Américas puseram em situações distintas paragens como Haiti, Cuba e, sobretudo, o Brasil, que sofreu grandes transformações tanto no que se refere ao visual quanto ao econômico, mas também na própria concepção da figura da feminina e seu papel na vida da sociedade colonial. À época, em grande medida, na sociedade tida como moderna, a casa era e ainda o é, espaço de circulação e domínio femininos, assim como a rua era lugar masculinizado. Porém, para a mulher negra a rua tornou-se lugar de trocas materiais e simbólicas, como acontecia nas grandes feiras do continente africano. Por conseguinte, o termo feira deve ser entendido de forma ampliada, não significando apenas complemento econômico, mas possibilidade de encontro permuta e estratégias.

Mulher: De África para o Mundo

De acordo com Boaventura Santos (2006), o início do século XIX foi marcado por grande influência do cientificismo iluminista, cujo «modelo de racionalidade foi herdado do século XVI e consolidado no século XIX»; a imposição de uma nova racionalidade pautada pelo desejo de inventariar, catalogar e classificar o

---

1 Pós-Doutoranda –PNPD/CAPES em Antropologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPI; Integrante do Grupo de pesquisa Ritual, festa e performance, da Universidade Federal de Sergipe (UFSE); Grupo de pesquisa Candaces, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Associada ao Centro de Estudos Africanos (CEA), Lisboa/PT. Desenvolve pesquisas nas áreas de Relações Raciais, Gênero: Masculinidades e Feminidades e Religião; Organizou o livro Masculinidades e feminilidades como estratégias de poder; publicou vários artigos versando sobre os temas religião, gênero e racismo. joaniceconceicao@gmail.com

2 Trabalha com os seguintes tema: religião, gênero e políticas públicas. nessadamatta4@gmail.com

3 O Termo diáspora neste artigo serve para se referir, por extensão de sentido, a comunidade de africanos e descendentes fora do continente africano.

mundo através do olhar masculino e branco, passando a uma perspectiva de raciocínio ocidentalizado, que organizava o mundo por um sistema *inteligível* de conhecimento do real, a partir da distinção de características físicas entre brancos e não brancos –índios, africanos, asiáticos. «Parte do pressuposto que as ciências naturais são uma aplicação ou concretização de um modelo de conhecimento universalmente válido» (Santos, 2006:34). Logo, a partir da reflexão do autor mencionado, o conhecimento oriundo do saber africano é destituído de qualquer valor. Todavia, contrariando as perspectivas ocidentalizadas, os conhecimentos de homens e mulheres africanos foram recriados em várias partes do mundo, graças aos saberes e fazeres retidos na memória e conservados por meio da corporeidade, oralidade e rituais que deslindaram em práticas religiosas aliadas ao mundo do trabalho.

Tem-se notícia que as mulheres africanas quando viviam em seu continente eram grandes empreendedoras, principalmente na arte de negociar gêneros alimentícios de primeira qualidade e necessidade. As mais jovens vendiam seus produtos em grandes tabuleiros levados à cabeça; quando idosas conservavam um pequeno comércio nas suas casas ou junto delas. As mulheres não trocavam apenas para sua subsistência, elas acumulavam economias, o que lhes proporcionavam certa independência financeira em relação ao marido. Estudioso da cultura africana traz um relato sobre a participação feminina na economia africana:

> Clapperton observou esposa de Alafin de Oyó 'em todos os lugares negociando' com outras mulheres de classe comum, carregavam grandes fardos em suas cabeças de cidade em cidade. (Drewal, 1989: 225).

A fala do autor acaba por corroborar as informações de que as mulheres em África tinham participação ativa na economia da cidade, eram elas que administravam todo o palácio e ditavam algumas regras sociais quando fiscalizavam o funcionamento do Estado. Sabemos que no processo escravista houve todo tipo de desrespeito. O reino de Daomé em condições de guerra mantinha uma tropa de mulheres que causava pavor nos inimigos, já que tinham muitas estratégias impensáveis pelos seus opositores. Oyó, cidade na África Ocidental, era muito conhecida pelo sistema religioso, que era uma importante fonte de equilíbrio social entre os iorubanos; equilíbrio que exercia grande influência nos níveis social, político e econômico, deste modo a religião tornava-se decisiva para o bom andamento de toda estrutura. «As decisões terrenas eram controladas pelos deuses, ou pelo Deus» (Adèkoyà, 1999:46). Tal fato nos faz supor que com o processo de guerra e a dizimação de vários reinos, pessoas ilustres, como reis, rainhas e pessoas ligadas à parcela nobre das sociedades africanas tenham sido tornadas escravas e enviadas para o Além-Mar, como registrou a historiografia:

> Isto quer dizer que nós recebemos aqui escravos qualificados em diversos tipos de atividades. Por exemplo, durante o reino de Kpengla (1774-1789) cento e cinquenta homens da cidade de Gana acusados de tornarem-se amantes das *ahosi,* as mulheres do palácio real, que eram cerca de 2000 mil, foram vendidos aos traficantes muitos sacerdotes do tradicional culto dos vodun, também foram degredados para o Brasil. (Silveira, 2006:34)

Silveira ressalta a atuação de pessoas pertencentes às escalas mais altas da sociedade africana. Ainda nesta direção, há fortes indícios de que as mulheres chegadas no último contingente não possuíam apenas experiências nos aspectos administrativos, mas também naquilo que dizia respeito à religião, a exemplo das primeiras mulheres fundadoras da Irmandade da Boa Morte, na Bahia e do Tambor de Mina, no Maranhão. Assim constata-se que o poder das mulheres africanas estava para além da economia, o exercício do poder era permeado por bens simbólicos transmitidos através da religião, da dança, dos alimentos e tantas outras expressões.

Apesar das condições desumanas a que foram submetidas as africanas e africanos estes utilizaram diferentes estratégias para manter vivos seus saberes, portanto podemos verificar a força com que suas tradições e culturas religiosas estão presentes e se impõem no tempo e no espaço luso-brasileiro. As estratégias de superação, como o uso do corpo e da memória, certamente foram aliados de peso para que sua diversidade cultural perdurasse por séculos. Contudo, lançar o olhar para a importância da mulher negra e suas descendentes não apenas

em África, mas no processo diaspórico para verificar os mecanismos utilizados para a manutenção de seus elementos identitários é colocar em evidência o protagonismo da população negra que espalhou pelo mundo, através da performance da memória, estilo de vida, modos de fazer e ver. Tais posturas configuram o que comumente chamamos de cultura[4].

As mulheres, aos poucos, foram imprimindo outra dinâmica ao *modus operandi*, unindo e formando inicialmente *ethos* de sociabilidades, tais como as irmandades negras, as congadas, maracatus, nas ruas e a posteriormente, os candomblés. Essas estratégias foram fundamentais para a preservação e manutenção dos conhecimentos africanos que mais tarde tomariam corpo nas territorialidades vividas por elas.

Economia e Protagonismo da Mulher Africana

O contingente de africanos chegados ao Brasil na derradeira metade do século XVIII e no início do XIX era formado principalmente pelos povos da Costa Mina e Golfo do Benin, tornando-se interessante para nós por acreditarmos que foi, supostamente, neste grupo que tenha chegado as primeiras mulheres que transformariam os locais por onde circulavam. Foram essas mulheres que de alguma forma asseguraram a continuidade de sua cultura religiosa, seu empreendedorismo no ultramar; elas protagonizaram uma história de resistência e superação. Neste sentido, podemos destacar a presença de duas irmãs e princesas africanas que chegaram ao Brasil; uma delas, segundo Silveira (2006) foi levada para o Maranhão e faria parte do culto ancestral da Casa Mina; sua irmã, a outra, fora levada para a Bahia e mais tarde atenderia pelo nome de «Iyá Nassô ou Maria Júlia Figueiredo, também Priora da Irmandade e ocupava simultaneamente o cargo de Iyalodê e Eleru nas organizações secretas Ogboni e Gèlède» (Conceição (2011). Ainda em África, no século XVIII as feiras e mercados passavam por significativas mudanças, devido ao crescimento urbanístico das cidades. Neste contexto, as mulheres criaram duas sociedades secretas femininas com o nome de Iyalodê e Gèlède, mais tarde tais sociedades teriam suas congêneres na Bahia, abrigando importantes sacerdotisas do candomblé. A primeira sociedade, como salienta a própria etimologia, significa *Encarregada pelos negócios públicos.* Suas integrantes compunham o conselho urbano, exerciam altos cargos, como funcionárias do Estado, eram ainda, responsáveis pelas questões femininas nos cargos públicos, especialmente pelos assuntos ligados ao comércio. Já a associação Gèlède se ocupava de assuntos relacionados à religião, realizavam cultos ligados à fecundidade, à fertilidade, isto é, suas integrantes cultuavam o poder originário do feminino. Assim como em outras culturas, a religião para os africanos e africanas era ponto de coesão social.

A partir do exposto é possível observar que a participação feminina não estava condicionada apenas à esfera econômica, havia também uma preocupação com os bens simbólicos, que perpassava por toda esfera da natureza como sendo um meio de encontrar alicerce para vencer os conflitos e adversidades cotidianos. Outro fato que nos chama atenção diz respeito à organização familiar iorubana, sistema de poligamia que permite ao homem casar-se com mais de uma mulher. Normalmente o marido vive em uma casa com a primeira esposa e seus filhos e nos arredores as demais esposas e seus filhos, consequentemente são todos parentes. Se olharmos de fora para a estrutura poligâmica poderia dizer em princípio que ao homem é reservada a detenção de todos os poderes sobre as mulheres. Não obstante, ao atentarmos para microestruturas do sistema e a partir da ótica mulher-trabalho e religião podemos dizer que o poder masculino é aparente ou limitado, à medida que os filhos nascidos de cada esposa pertençam à linhagem paterna são das mulheres a responsabilidade de gestar e cuidar da criança, logo elas são aceitas na família do esposo apenas como genitora, cuja «função é de perpetuar a linhagem paterna, fato que nunca permite que elas sejam integradas à família do esposo» Verger (1987). Note que a mulher tem em suas mãos a decisão de ter filhos ou não.

---

4 O termo cultura neste artigo será utilizado como um «padrão de significados transmitidos historicamente, incorporados em símbolos, entendida como um sistema de concepções herdadas expressas em formas de símbolos por meio das quais os homens comunicam, perpertuam e desenvolve seu conhecimento e suas atividades em relação à vida» (Geertz, 1989:103). Tais concepções foram defendidas pelo autor, para quem a cultura é uma teia de significados e como tal deve ser entendida como uma ciência interpretativa, à procura do significado

Outro Verger (1987) também chama atenção para o fato da questão religiosa nas famílias poligâmicas: as mulheres casadas nunca deixam de praticar o culto às divindades de suas famílias, elas não reverenciam as divindades do esposo, ficando, por assim dizer, livres religiosamente. Ora, os fatos apontados por Verger mostram em princípio que o processo poligâmico reserva à mulher um lugar menor na sociedade. Em contrapartida, podemos supor que em tal sistema, por não residir na casa do marido e ter liberdade para praticar o culto de sua família revela certa independência. Não quero aqui desprezar a dominação masculina sobre as mulheres, mas mostrar que as mulheres iorubanas têm uma particularidade que se expressa, dentre outras coisas: desenvoltura para conseguir juntar economia, negociar em feiras, com uma margem de lucro considerável; responsabilidade pela vida da criança, amamentando-a, protegendo-a de toda sorte de intempérie prática no culto às divindades de suas famílias, portanto religiosamente elas não estão atreladas ao culto do marido. Ademais, a responsabilidade pela vida é tarefa insubstituível da mulher, como analisa as teorias do patriarcalismo.

> As teóricas do patriarcado concentraram sua atenção na subordinação das mulheres e encontraram a explicação na "necessidade" do macho dominar as mulheres. Na adaptação engenhosa de Hegel, Mary O'Brien, define a dominação masculina como um efeito do desejo dos homens de transcender a sua privação dos meios de reprodução da espécie. O princípio da continuidade de geração restitui a primazia da paternidade e obscurece o labor real e a realidade social do trabalho das mulheres no parto. A fonte da libertação das mulheres se encontra "numa compreensão adequada do processo de reprodução", numa avaliação das contradições entre a natureza do trabalho reprodutivo das mulheres e a mistificação ideológica (masculina) deste (Scott, 1989:9).

Religião e o papel singular das mulheres negras

> Numa cidade estranha, escravos africanos sentavam-se às portas das lojas e mansões, cantando sua saudade da família e da terra natal. Seus "refrões queixosos" emocionavam outros forasteiros, viajantes europeus, que paravam para ouvir. Nas esquinas das ruas ou no trabalho, os africanos entregavam-se às lembranças do passado vivido à beira dos rios Zaire ou Zambeze. Tocavam os instrumentos musicais da África e reverenciavam os "velhos deuses". (...) Não eram apenas os africanos que relembravam suas terras natais. Enquanto escravos dos Estados Unidos, Cuba, Norte da América do Sul, Uruguai e Argentina também viviam no Rio, os escravos nascidos no Brasil tinham vindo de todo o império brasileiro, por navegação costeira ou caravanas terrestres. (Karasch, 2000:35).

A citação acima deixa entrever a maneira encontrada pelos africanos e seus descendentes para manter viva a sua cultura e sua terra. Ao contrário do que supunha o dono de escravizados, o afastamento de famílias inteiras de seu convívio social, não causou fim dessas famílias tampouco houve o fenecimento de sua cultura; laços foram reconstituídos e recriados a partir dos inúmeros fragmentos das memórias de negros e negras de diversas partes do continente africano. Para Karasch (2000), o grande desafio que se apresentava para o escravizado era justamente o de criar uma vida com sentido em meio, ao que ela chamou de «indivíduos dispares que compartilhavam poucos valores, criava grupos a partir do caos de muitos». Porém, vale salientar a importância das mulheres nesse construir e reconstruir da vida. O papel da mulher na proto-história é comentado pelo antropólogo Dupuis (1989) em seus estudos sobre a paternidade que ao comparar várias mitologias, sintetiza que todo o ser humano deve a vida a uma mulher. «Em época remota quase imemorial e anterior ao período neolítico, isto é, em torno do VIII milênio antes da era cristã». Mokhtar (1983) salienta ainda que, muitas comunidades não concebiam o homem com autoridade paternal tal como concebemos hoje.

Nessas comunidades, a vida religiosa, social e sexual era matrilinear, ou seja, cabia à mulher o exercício de um poder incontestável, já que a filiação era atribuída de modo exclusivo a ela. Isso garantia à mulher, o lugar de um saber mágico e transcendental, tendo em vista a crença de que o «sangue menstrual[5] era poderoso, sinônimo de poder feminino e dominação sexual» (Priory, 2007:102).

Para Dupuis (1989), era comum o desconhecimento de como a vida era gerada nas primeiras sociedades. Essa falta de conhecimento persistiu até o período neolítico, quando foi estabelecida a relação da procriação com o ato sexual, o que acarretaria uma profunda mudança do poder até então centrado na mulher. Tudo o que era aceito e incentivado nas comunidades em que a mulher era figura central, passava a ser interdito na medida em que o homem tornou-se a figura central do cenário –o pai procriador. Tal fato nos leva a afirmar que a ideia de paternidade não passa de uma construção sociocultural que impôs uma nova forma de organização social permitindo aos homens dominar as mulheres e a sociedade a partir de suas vontades.

O protagonismo das mulheres é objeto de inúmeros *itans* africanos, os quais revelam que o poder feminino está representado sob a forma individual ou coletiva. Neste sentido, tem-se então o reverenciar de uma deusa primitiva cujo grande poder se deve ao fato de Iyá Mi –divindade iorubana, guardar consigo o segredo da criação. A ambivalência do seu caráter a faz ancestral e feiticeira, nela se evidencia a peculiaridade de seu papel feminino oriundo da sua força espiritual. O seu poder e a íntima relação com a fertilidade são notados no *itan* referente ao nascimento de um Odú[6], chamado Oxetuá ou Oxeturá, encontrado nos escritos de Verger (1987), Santos (1984) e de Prandi (2001), dentre outros.

Dizia-se, no início dos tempos, quando os orixás criaram o *Aiyê*, que os Irumalês da direita reuniam-se para discutir e tomar decisões secretas sobre o planeta, proibindo com isso a participação das *Iyabás* nas assembleias. Oxum, então, inconformada com tal atitude, resolveu vingar-se usando os seus poderes de Iyami Ajé (minha mãe feiticeira). Decidiu assim, rogar uma praga deixando totalmente estéreis as mulheres e todas as fêmeas que habitavam o *Aiyê* (terra), não adiantando em nada as tentativas masculinas de procriação. Em outras palavras, sem magia feminina, nenhuma vida humana poderia fecundar e toda vida sobre a Terra se extinguiria com o passar do tempo. Assim, todos os Orixás masculinos preocupados decidiram ir consultar Olodumaré, pois receavam ter sua descendência comprometida, algo muito importante para os iorubás.

O poderoso pai que tudo sabia e ouvia soubera da confraria masculina que impôs a exclusão das mulheres nas decisões e também da atitude de Oxum. Assim, diante de sua máxima sabedoria, aconselhou-os a pedirem desculpas a ela (Oxum). Ainda muito ressentida e um tanto caprichosa, Iyami Ajé respondeu que só retiraria a praga se a criança gerada em suas entranhas fosse do sexo masculino. Ou seja, ela propôs algo quase impossível de acontecer. Isso refletia uma característica muito natural das feiticeiras: exigirem missões difíceis ou quase impossíveis de serem cumpridas pelos que as procuravam para que assim pudessem lhes oferecer uma punição. Mas foi assim que ela fez. Então, os Orixás desesperados retornaram ao palácio de Orunmilá[7] a fim de obter conselhos sobre como poderiam resolver tal situação, sendo deste modo, orientados por Ele a estenderem seu axé ao ventre de Oxum que gerou e pariu, graças à magia, um menino a quem deu o nome de Akin Osó, o grande feiticeiro, então batizado por Ifá (O adivinho) o qual se tornou o quinto Odú: Oxeturá[8].

O mito é emblemático, uma vez que nos remete à sacralização da figura materna na qual Iyá Mi não só representa a origem da humanidade como também tem participação na criação do Mundo. Oduduá – representação coletiva do poder feminino consegue concluir a criação do mundo, tarefa inicialmente delegada a Obatalá. (Conceição, 2011:187). Em outras palavras, o poder de representação feminina materializada nas Iyá Mi vai muito além, porquanto é ela que tem o poder de decidir se a vida irá continuar existindo ou não, ou seja, o poder de decisão está nas mãos das mulheres ancestrais e da modernidade.

Ao fazer um paralelo com os ensinamentos religiosos vivenciados no candomblé, a narrativa mítica sobre o

---

5 Este tema foi amplamente debatido por Douglas (1991), Balandier (1976), Conceição (2011), dentre outros.

6 Posição em que caem os búzios ou opelé Ifá quando consultados; caminho; destino.

7 Título complementar de Ifá.

8 Nome do quinto Odú que responde no jogo de búzios significando um caminho de vida e positividade diretamente ligado a Oxum.

nascimento do Odu Oxetuá nos remete à seguinte reflexão: se todas as mulheres do planeta se recusassem a engravidar a humanidade estaria fadada a desaparecer. Iyá Mi é a legitimidade do poder feminino, pois nos revela que o destino de todos os homens é comandado pela força das mulheres. O poder das grandes mães é manifestado mediante a representação das *Iyabás* Oxum, Iyemanjá, Oyá, Obá, Iyewá e Nanã. Como revela o autor:

> No silêncio da madrugada, as mulheres saíam escondidas das suas casas para se reunir em uma grande e velha gameleira. Lá as mulheres se transformavam magicamente em pássaros, morcegos e ratos. Essa transformação fazia com que os braços virassem asas de pássaros ou de morcegos, rostos virassem cabeças de aves. Por vezes, multiplicavam-se em milhares de ratos. Diante da força do poder feminino, os homens começaram a ter inveja e medo. Eles precisavam fazer alguma coisa com as Senhoras da Noite. Foram então ouvir o babalaô - o pai do mistério, o sacerdote - conhecedor dos mitos e da sabedoria milenar dos Iorubá. E ele disse: 'o poder das Senhoras da Noite é muito grande. Não há como combatê-lo'. (Lody, 1987:10-11).

Lody (2010) destaca que o poder feminino é adorado por mulheres e homens. Fica evidente que a grande festa das Máscaras ou *Gèlède* servia para abrandar e celebrar a síntese máxima do poder feminino. O autor destaca ainda que as mulheres simples do mercado eram temidas em suas *egbe* (comunidades) porque quando se reuniam secretamente na calada da noite para adorar as Donas do axé poderoso (Iya Mi), assumiam inúmeras formas animais, capazes de atormentar a todos. Assim o famoso festival das *Gèlède* praticado na Nigéria remetia a esse culto secreto relacionado à fertilidade e à fecundidade, outrora praticado pelas mulheres baianas[9]. Dos fatos supramencionados é importante destacar o fulcral papel das mulheres na reconfiguração das dinâmicas territoriais, religiosas e lúdicas. As mulheres que chegaram aqui escravizadas ou as mulheres que atravessam o Oceano para diversas localidades do mundo chegavam destituídas de poder e bens materiais, porém é certo que na sua memória corporal, afetiva elas traziam consigo os modos de ver, agir e fazer de toda sua gente dos mais recônditos cantos de seus países. Essas pessoas acabam por imprimir no Outro sua cultura como dispositivo de apoio no reconstruir de vidas.

A negra baiana e as primeiras experiências econômicas no Além-mar

Grande parte das mulheres desembarcou na região Nordeste, nos Estados do Maranhão, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e como chegaram no final do tráfico, e as cidades apresentavam certo desenvolvimento, foram aproveitadas inicialmente nos trabalhos domésticos e urbanos. Após 1835, com o tráfico interno, elas iriam dar novas cores ao Rio de Janeiro. Para Lopes (2004) esses aportes civilizatórios moldariam a cultura brasileira, manifestada na arte, religião, nas danças, na gastronomia e outras tantas expressões.

Alguns estudiosos dão conta, dentre os quais, Silveira (2006) que durante o século XVIII tenha chegado ao Brasil, em especial na Bahia, cerca de 460 mil africanos tornados escravos, alterando sobremaneira a população. É claro que as alterações não estavam associadas apenas à questão do visual –roupas, colares, maneira de pentear, marcas étnicas, formas de se alimentar, relacionavam-se também à maneira de se comportar com o mundo exterior à casa e o mundo do trabalho, agregavam à atividade de vender produtos alimentícios, transportados, normalmente, sobre a cabeça, nas ruas das cidades. Ademais, exercia inúmeras atividades, como lavar roupas, vender água, frutos e outros afazeres femininos, uma vez que o homem negro tinha o acesso limitado à esfera doméstica. Contudo, é bom ressaltar que para além do vender comida as recém-chegadas

9 Existem fortes indícios que ainda hoje este culto é realizado na Bahia pelas integrantes da Irmandade da Boa Morte. Tal afirmação se justifica graças a vários vestígios encontrados por Conceição (2011) por ocasião das pesquisas realizadas para concretização da tese de doutoramento.

africanas estavam em todas as partes da cidade, ao passo que articulavam politicamente suas vidas e a vida de pessoas ligadas à religião e seu grupo étnico.
A facilidade de articulação fazia parte das experiências adquiridas em terras africanas, quando administravam os palácios. As mulheres para aléns dos bens materiais, também negociam bens simbólicos. Pierre Verger faz uma descrição das negras provenientes da Costa Mina:

> [...] O hábito de carregar objetos na cabeça faz com que o porte do corpo seja absolutamente reto. As mulheres são mais ágeis nesse modo de carregar: uma laranja, uma xícara, uma garrafa, uma vela acessa, qualquer coisa é levada na cabeça [...] As escravas vão vender nas ruas comidas e guloseimas preparadas na casa de suas senhoras. Elas vendem também frutas e legumes ou artigos de lata que lhe são confiados por suas patroas. (Verger, 1981:217).

O fragmento acima permitir vislumbrar a maneira como as mulheres se apresentavam na sociedade, eram mulheres que não apenas vendiam comida e outros objetos, mas sua ação as colocava em um lugar que até então não se via –a circulação pelas rua. Além disso, o trabalho na rua possibilitava a essas vendedoras a obtenção de informações que de outra forma talvez fosse inviável. Somam-se a isso as experiências de lidar com situação de dominação tendo em vista que a maioria das mulheres provinha de regiões africanas que viviam em constantes conflitos. No Brasil isso foi extremamente útil tanto do ponto de vista político-religioso quanto das estratégias empregadas nas muitas revoltas que elas participavam. As mulheres em África e no Brasil já exerciam suas atividades seguindo uma tradição, pois cabia e pertencia a elas, o exercício de um poder incontestável, impresso pelos poderes da gestação e a filiação, que lhes eram, ou melhor, são exclusivas. A importância da mulher é irrefragável tanto para a religião quanto para o mundo do trabalho. As imagens abaixo revelam diferentes momentos do trabalho feminino; o primeiro são mulheres vendedoras no continente de origem, a segunda figura mostra as mulheres no mercado na Bahia, por fim, a figura 3 mostra uma mulher africana em Lisboa, PT, no ano de 2009 reproduzindo uma das formas de transportar objetos.

Figura 1 Mulher africana em comércio ambulante.

Disponível em solangeemangola.blogspot.com

Figura 2 Quituteiras da Bahia (Caribé)

Disponível em www.revistamuseu.com.br

Figura 3 Mulher africana vendedora em Lisboa- PT

Arquivo pessoal Joanice Conceição

As Negras quituteiras no Rio de Janeiro

No final do século XVIII o comércio escravo entre Bahia e África sofrera reveses, pondo fim ao tráfico contínuo de pessoas. A população escravizada na Bahia diminuía consideravelmente graças a decadência da produção de açúcar, produzida abundantemente no Recôncavo Baiano. Esse e outros fatores foram responsáveis pelo êxodo da população negra escravizada para outras regiões do Brasil, como mostra o fragmento abaixo.

> [...] Dos quinhentos mil que teria pelo início do século XIX, em 1874 não restaram mais, de acordo com as estatísticas, que 173.639 escravos. A decadência do açúcar brasileiro frente à concorrência no mercado internacional e a progressiva importância econômica que assumia o café que se expande em municípios do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, faz com que grandes levas de negros sejam vendidas a preços crescentes para o Sul. As plantações cafeeiras haviam sido supridas no primeiro momento, no segundo quarto do século XIX, pelo excedente de escravos

> acumulado na região mineira. O esgotamento desta fonte, agravado pelo término do tráfico africano, diminui a oferta, subindo astronomicamente a procura e os preços "por peça", já que inicialmente os fazendeiros não consideravam a possibilidade de mobilizar trabalhadores livres como uma alternativa. (Moura, 1995:34).

Como bem mostra a citação, houve um deslocamento dentro do território nacional. Neste sentido, a população negra baiana deslocada para outras paragens não chegava tão somente para o novo trabalho; ela levava também saberes, modos de vida que acabavam por influenciar pessoas, ao passo que também eram transformadas pelo fazer do Outro. Essa atitude pode ser entendida a partir de três palavras: *dar, receber e retribuir.* Tais Palavras fundamentam a obra clássica de Marcel Mauss (2003) – *Ensaio sobre a dádiva* e deram relevância e sentido para a população negra escravizada já que na maioria das vezes os negros e negras trabalhavam na base do cooperativismo, objetivando resultados individuais, como as cartas de alforrias, coletivos bem como as inúmeras insurreições, por exemplo, a Revolta dos Males, ocorrida em 1835, em Salvador, Bahia. É bom dizer que a população negra não resistia apenas por meio da violência física, existiam outras formas de subversão à ordem, tais como as Irmandades e associações.

Moura (1995) relata que muitos fazendeiros da Bahia no início do século XIX encontravam-se em estado depressivo, tamanha a decadência do comércio escravo; muitos deles possuíam a venda de escravizados como a única forma de subsistência, consequentemente, nesse contexto, supomos facilmente que africanos e seus descendentes tenham sido vendidos maciçamente para a região Sudeste, cuja produção de café encontrava-se em grande efervescência. Segundo (Moura, 1995:35) «foram enviados do Norte e Nordeste para o Sul, entre os anos de 1872 e 1876, em especial para o Rio de Janeiro em torno de 25.711». Ressalta-se ainda que fora coincidentemente neste período que Tia Ciata chegou ao Rio de Janeiro e lá se constituiu como mulher emblemática. É claro que a configuração da cidade mudava ao passo que esses novos sujeitos se juntavam aos seus habitantes. A grande população recém-chegada não tardou para conseguir sua alforria. Era uma massa que percorria toda cidade com seus comércios ambulantes: quitutes, frutas, água e toda sorte de serviço era realizado pela nova classe de homens e mulheres *livres e* não livres ou *escravo de ganho* como assim eram denominados. Os espaços da cidade do Rio de Janeiro eram então preenchidos pelos negros e negras advindos da Bahia; o canto dos negros estava por toda parte nas beiras, nos portos, pela madrugada, nas feiras-livres, nas casas das famílias abastadas. Os homens negros «livres» se desdobravam em profissões como carpinteiro, sapateiro, barbeiro, pedreiro, engraxate, ferreiro, etc. homens que vendiam de forma diferenciada seus serviços a quem desejasse comprar. Á medida que eles aprendiam e⁄ou apreendiam, influenciavam o Rio de Janeiro com o modo nordestino de sobreviver e resistir àquela e a outras adversidades.

De acordo com Figueiredo (2007) duas peculiaridades cercavam a predominância feminina no mercado. A primeira delas referia-se ao fato de que esses espaços eram ocupados, em sua grande maioria, pelas mulheres negras oriundas das sociedades tradicionais africanas. A segunda questão diz respeito à definição dos papéis que deveriam exercer as mulheres, isto é, os portugueses, também influenciados por outras sociedades, assim o fazia. «Foi-lhes reservado o comercio de doces, bolos, alféloa, frutos, melaço, hortaliças, queijos, leite, mariscos» (Figueiredo, 2007:144). O autor, ainda constata que esses seriam os elementos que iriam definir o lugar das mulheres no novo território. Pintores como Johann Moritz Rugendas e o francês Jean Baptiste Debret em suas aquarelas registram a atuação dessas altivas mulheres negras que movimentavam o comércio brasileiro, tornando sua atuação, muitas vezes, motivo para as «dores de cabeça para as autoridades locais» (Figueiredo, 2007:144). No entanto, a história oficial contada às crianças e adolescentes insiste em retratar as personagens como mulheres subalternas e dóceis. Podemos exemplificar a partir da ilustração (figura 4), cujo conteúdo retrata a atuação das negras de angu ou *zungu* no Rio de Janeiro. Essas senhoras vendiam seus alimentos nos portos e distritos comerciais (re) significando a partir do alimento outro espaço, no qual tecia redes de sociabilidade e poder (Silva, 2010). Assim como as mulheres africanas ou descendentes, elas cozinhavam pratos quentes para vender aos escravizados que não eram alimentados pelos seus donos, bem como outros transeuntes.

As negras vendedoras de angu garantiram a circulação de mercadorias, alimentando física e psicologicamente escravos e negros forros, sendo consideradas pelas autoridades municipais da época um grande problema. A

historiografia existente sobre as negras de ganho narra que elas brigavam por seus espaços, demarcando seus territórios, soltando a voz para divulgar os seus produtos e protegendo, criando seus filhos com a renda obtida através de seu ofício.

Figura 4:Negras cozinheiras vendedoras de angu no Rio de Janeiro (Rugendas).

Fonte: museuvirtualpintoresdorio.arteblog.com.br/.

Na tela acima, pintada por Rugendas em 1834, há uma demonstração que as mulheres negras viabilizavam a partir de seus caldeirões a circulação de inúmeros saberes e fazeres; cada indivíduo que provava de seus temperos era levado a experimentar e trocar conhecimentos. Assim, através do trabalho, a mulheres tinham informações privilegiadas da cidade, já que muitas pessoas, enquanto comiam, falavam livremente como se elas ali não estivessem. Na reinvenção de seus pratos remontavam um cenário muito maior, já que as tessituras reconfiguradas em seus tabuleiros viam agregadas a uma série de símbolos e valores, recompondo uma solidariedade e um espírito familiar que se organizava a sua volta partir de suas panelas.

Conforme já destacamos e segundo afirmação de (Figueiredo, 2007:145). Elas foram encontradas em todos os grandes centros urbanos do Brasil e sabe-se que a presença das negras de ganho foi muito ativa entre os séculos XVIII e XIX, em toda a região Sudeste. Neste sentido, algumas dessas práticas foram recuperadas no século XXI, quando no Nordeste ainda encontramos mulheres que criam e recriam seus lares através do trabalho de lavadeiras, quituteiras assim garantem o provento de suas famílias, porém continuam alijadas das políticas públicas.

O Rio de Janeiro hoje é conhecido em todo mundo dentre outras coisas por suas belas praias, pelas escolas de samba, mostrando trabalhos bonitos e criativos. Porém não se pode falar em samba sem lembrar-se de uma das figuras mais ilustres, – Hilária Batista de Almeida, conhecida cariosamente por Tia Ciata. Nascida na Bahia, ano de 1854, tendo chegado ao Rio de Janeiro em 1876, constituindo família ao casar-se com o funcionário público João Batista da Silva, com quem teve 14 filhos (Amaral, 2010). Contradição histórica à parte é inegável o valor dessa mulher para configuração cultural carioca, já que Tia Cita exerceu papel de liderança em vários setores, papéis que ainda hoje refletem através do trabalho realizado pelas conhecidas «tias baianas» da feira de Madureira e Osvaldo Cruz. Em momento oportuno voltaremos ao tema das feiras no Rio de Janeiro.

Tia Ciata ganhou notoriedade nos meios populares e hoje há reconhecimento acadêmico pelas grandes realizações culturais, sobretudo, pelos aspectos lúdicos, quando da realização de grandes *sambadas,* como assim eram conhecidas as rodas de samba. Nessas rodas, Tia Ciata e suas companheiras mostravam toda particularidade do modo de sambar da mulher baiana, especificamente as do Recôncavo: as mulheres sambavam e sambam de pés juntos sem tirá-los do chão, denominado como *samba miudinho*. No cenário musical a figura de Ciata é muito prestigiada, haja vista, que foi na sua casa que teria sido composto o primeiro samba registrado, o conhecido samba *Pelo Telefone,* de autoria de Ernesto Joaquim Maria dos Santos –o Donga. Sua casa, localizada na Praça Onze, no centro do Rio de Janeiro, era frequentada por grandes vultos do samba, como Pixinguinha, João da Baiana, Senhô, Mauro de Almeida. O local ficou conhecido como *A Pequena África*, o nome tornou-se

assim conhecido por ser o lugar de encontro assíduo dos negros e negras baianos, geralmente escravizados ou libertos. Dada a fama que o lugar ganhava a cada dia, músicos amadores e compositores anônimos faziam da rua Visconde de Itaúna, 117 – a casa de Tia Ciata a capital da Pequena África.

A história de Hilária Batista de Almeida não se resume apenas às grandes festas realizadas em sua casa. Conta-se que era ligada ao candomblé, frequentava o terreiro de João Alabá, na Rua Barão de São Felix, local onde fora confirmada no santo como Ciata de Oxum, tornando-se mais tarde famosa Iyalorixá. Ademais Tia Ciata também foi integrante da importante organização – Irmandade da Boa Morte. Vale salientar que esta região era efervescente, já que residia o famoso Dom Obá II e lá situava o igualmente famoso Cortiço Cabeça de Porco. Como é conhecido pela historiografia, Tia Ciata adorava festa, sobretudo as rodas de samba, mais tarde passou a chamar-se *roda de samba de partido alto.* A festa estava intrínseca na vida de Tia Ciata, portanto não seria diferente para com as comemorações sagradas, deste modo, os seus orixás eram reverenciados com grandes celebrações, porém as festas mais concorridas eram a de Cosme e Damião e de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da Capital baiana.

Apresentamos ao leitor duas das muitas faces de Ciata, isto é o samba e a religião, mas ela também se destacou no cenário carioca como grande quituteira, como faziam as negras mulheres da Bahia de sua época. Vestida à moda baiana colocou seu tabuleiro de quitutes na Rua Sete de Setembro. Sua roupa era muito elogiada, então resolveu aliar a isso seu tino comercial, logo «começou alugar roupas de baiana para o carnaval e teatro, aumentando sua renda» (Moura, 1995).

Tia Ciata serviu de modelo para uma legião de outras mulheres e logo elas passaram a ser vistas nas esquinas e comércio de toda a cidade, sendo denominadas cariosamente como «Tias». Destacam-se a Tia Veridiana, mãe carnal do sambista de Chico da Baiana, Tia Mônica, Tia Prisciliana, genitora do cantado João da Baiana e outras. «As Tias baianas» tiveram atuação importantíssima para o surgimento do samba, das escolas, no início do século XIX e início do século XX. Elas foram responsáveis pela transmissão de culturas advindas da Bahia, como as festividades, o culto aos orixás de matriz africana, aglomerando em torno de si a comunidade, aos poucos iam impondo o seu modo de vida, modificando a cidade e o modo de vida das pessoas, com as quais conviviam. Ainda hoje podemos encontrar as descendentes das «Tias baianas» nas feiras populares, a exemplo das quituteiras da famosa feira de Osvaldo Cruz no subúrbio carioca.

A feira de Osvaldo Cruz ou *Feira das Ayabás* foi iniciada no ano de 2008, quando mulheres negras, mães, filhas, esposas de tradicionais personalidades do mundo do samba, oriundas dos Grêmios Recreativos de Mangueira, Portela, Império Serrano entre outras escolas que se organizaram para realizar no segundo domingo de cada mês, uma feira gastronômica regada a muita música, bebida e comidas da culinária negra brasileira no bairro de Oswaldo Cruz[10]. O diferencial é que naquele espaço denominado *Feira das Ayabás*, não se tinha representado a escola em si, mas uma «*Tia*», ou melhor, uma *«Dona»* da escola, que trazia uma comida que melhor a representava. A feira reúne diferentes segmentos da cidade carioca: grande parte dos frequentadores é oriunda dos bairros nobres da cidade, mas também nela encontramos pessoas dos morros e comunidades menos favorecidas, portanto é um espaço de livre circulação. É interessante observar que a autoridade das mulheres

---

10 O bairro de Oswaldo Cruz, subúrbio ferroviário da zona Norte do Rio de Janeiro tem em seu entorno um significativo número de comunidades, com altos índices de exclusão e de vulnerabilidade social. O contingente populacional da área é formado pelo deslocamento de famílias vindas do interior para a Capital, assim como de municípios e estados vizinhos.O contingente populacional do bairro contabiliza o número de 35.901 habitantes, sendo que 19.395 são homens e 16.506 são mulheres. Os dados informam que 4.179 mulheres moradoras do local são as responsáveis por seus domicílios, fator que por si só já justificaria a implementação de políticas públicas municipais para a região. A área do atual bairro de Oswaldo Cruz fazia parte da Fazenda do Campinho, atravessada pelo rio das Pedras, até as serras do Engenho do Portela. Com a implantação da estrada de Ferro D. Pedro II, depois central do Brasil, foi fundada em 1898, a estação do Rio das Pedras, atual Oswaldo Cruz, em homenagem ao grande médico sanitarista que erradicou a febre amarela no Rio de Janeiro e implantou o Instituto em Manguinhos. O bairro cresceu ao longo das ruas João Vicente e Carolina Machado, com casario simples, comércio local modesto e vielas que só seriam reconhecidas como logradouros em 1917. Até a década de 1960 o trem e o lotação eram o principal meio de transporte da população local. A tradição do bairro está ligada ao samba, à Escola de Samba Portela e aos seus grandes compositores (Armazém de Dados da Prefeitura do Rio, 2009).

da feira das Ayabás se expressa não só pelas palavras, mas fundamentalmente por seus corpos. Corpos que falavam, movimentavam-se, gesticulavam, impondo-se de maneira altiva e diferenciada. Muitas delas contam em desabafo que cuidam de seus filhos e de suas amigas para que as mesmas fossem trabalhar, relatam como tudo era muito difícil mas que mesmo assim lutam para que os seus filhos e netos não embarquem na vida do crime.

Outras registram as estratégias utilizadas para suprir a ausência dos companheiros, garantindo o sustento de seus lares, por isso recorrem a todo o tipo de trabalho informal: pedreiras, doceiras, cozinheiras, diaristas ou pequenas comerciantes donas de vendas ou de bancas de comida, reatualizando o trabalho outrora exercido pelas mulheres dos primeiros morros cariocas.

A força mítica das «Donas» ancestrais tecendo, em outros tempos, mais táticas para criarem seus filhos, reinventam seus saberes e fazeres a partir do «abuso de seus tabuleiros». O cantor e compositor Marquinhos de Oswaldo Cruz, afirma que numa conversa com um amigo senegalês, ambos rememorando sua infância perceberam a existência de similaridades entre a culinária de seus países, sobretudo na forma de comercialização desses alimentos. Lembrou ainda que muitas famílias da época de sua infância reuniam-se em seus enormes quintais no bairro para celebrar inúmeros acontecimentos ou apenas para realizar grandes almoços regados a muita comida, música, dança e alegria. Todos eram muito bem-vindos para compartilhar da festa. Foi a partir desta memória, e da conversa, aproximadamente em 2004, que o cantor teve a ideia de difundir esta prática tradicional como projeto, em Oswaldo Cruz, buscando reviver e manter essa negra memória com o propósito de garantir a manutenção e permanência de saberes ancestrais. Percebe-se que, houve e há intercâmbio de informações estimulado pela comida, à medida que se constroem conhecimentos comuns e através das práticas materiais e simbólicas estabelecidas pela convergência entre a população negra e o continente africano.

A feira de Osvaldo Cruz, o comércio das mulheres africanas em Portugal são provas de que os conhecimentos ancestrais permanecem retidos na memória e nos sabores comercializados pelas descendentes das «Tias» que nas diásporas viveram e vivem.

Conclusão

Ao longo do texto mostramos as estratégias usadas pelas mulheres para manutenção de suas culturas. A religião e o trabalho foram importantes para que elas avançassem no projeto de cidadania fomentado em séculos anteriores. Contudo, os efeitos do trabalho e da religião exercidos pelas mulheres negras transcendem a esfera local, já que desde África elas viviam a transformar paisagem não apenas do ponto de vista visual com suas roupas coloridas, mas através de novas formas de empreendimentos econômicos.

O trabalho feminino tem sofrido ao longo do tempo muitas transformações, principalmente com o acesso das mulheres ao ensino superior, porém há que se observar que ainda encontramos muitas mulheres negras exercendo trabalho de menor remuneração, em especial os trabalhos domésticos, lavadeiras e outras profissões de menor relevância social. Assim, a análise do trabalho da mulher negra desde o período escravista nos leva a afirmar que ainda há muito que se fazer para que as novas gerações possam ter mais dignidade no seu modo de vida. Mas foi pelo trabalho e pela religião, através de seus corpos que as mulheres negras inscreveram na história sua contribuição muitas vezes negociando, reconstituindo sociabilidades para deslindar tessituras de sucesso. Foi através da religião que as primeiras mulheres negras conseguiram o sucesso que em outros setores sociais ficaram por acontecer. Todavia, uma coisa é certa: as novas gerações têm a força advinda de cada uma dessas mulheres que resistiu para conservar sua marca cultural porque o trabalho de ontem revela cotidianamente o protagonismo de negras mulheres, ademais atualiza a tradição de hoje.

Bibliografia

ADEKOYA, O. A. (1999), *Yorúbá: tradição oral e história*. São Paulo: Terceira Margem.

AMARAL, E. (2010), *Alguns Aspectos da MPB.* Rio de Janeiro: Esteio Editora.

CONCEIÇAO, J. (2011), *Duas metades, uma existência: produção de masculinidades e feminilidades Irmandade da Boa Morte e no culto de Babá Egun.* Tese de doutoramento, São Paulo: Ciências Sociais/Antropologia), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

DREWAL, H. J. & DREWAL, M. T. (1983). *Gelede: art and Power among the Yoruba.* USA: Indiana University, Press.

DUPUIS, J. (1989), *Em nome do pai - história da paternidade*. São Paulo: Martins Fontes.

FIGUEIREDO, L & MAGALDI, A. M. (1985). "Quitandas e quitutes: um estudo sobre a rebeldia e a transgressão feminina numa sociedade colonial". *Cadernos de Pesquisa*. 54 (10), pp. 50-61.

GEERTZ, C. (1989), *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar.

KARASCH, M. (2000) *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)* São Paulo: Companhia das Letras.

LODY, R. (1987), Candomblé: Religião e Resistência Cultural. São Paulo: Ática.

LOPES, Nei. (2004), *Enciclopédia brasileira da diáspora Africana.* São Paulo: Selo Negro.

MAUSS, M. (2003), *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.

MOURA, R. (1995), *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Divisão de Editoração.

PRANDI, R. (2001), *Mitologia dos Orixás***.** São Paulo: Companhia das Letras.

PRIORE. M. D. (ed. 9) (2007). "Magia e medicina na Colônia: o corpo feminino". In: PRIORE. M. D. (org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto. pp. 97-130.

RUGENDAS. J. M. (1979), *Viagem pitoresca através do Brasil***.** Tradução de Sérgio Millet. São Paulo: Ática. Disponível em HTTP://museuvirtualpintoresdorio.arteblog.com.br/17910. [consultado em 21-10-2014].

SANTOS, B. S. (ed. 4) (2006), *Um discurso sobre as Ciências*. São Paulo: Cortez,

SANTOS, J. E. (1984). *Os* nagôs e a morte: Padê, Àsèsè e o culto Égun na Bahia. Petrópolis: Vozes.

SCOTT, J. (1990), Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 2, n. 16, p. 5-22.

SILVEIRA, R. (2006), *O candomblé da Barroquinha*: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de Keto. Salvador: Maianga.

SILVA, V. S. S. (2010), *A roda das Donas: a mulher negra no candomblé*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

VERGER, P (1987). *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de todos os Santos do século XVII a XIX.* São Paulo: Corrupio.

_____ (1981). *Notícias da Bahia – 1850.* Salvador: Corrupio.

Modernidade, Secularização e Religiões Públicas: Os Casos do Islã Político e do Neo-Pentecostalismo

Gabriel Fernandes Rocha Guimarães
Mestre em Ciência Política pelo DCP-UFMG
Doutorando em Sociologia pelo IESP-UERJ

Nas últimas décadas um grande debate tem sido travado em vários países, tanto no universo acadêmico e científico, como na mídia e na opinião pública em geral, acerca do papel da religião na vida pública e até onde ela poderia influenciar diretamente a política e penetrar o estado. Também se tem falado sobre o futuro da religião no sentido de que ela tende a se privatizar, ou seja, cada vez mais ficar circunscrita à vida privada e isolada da vida pública. A tradição ocidental, influenciada fortemente pelo Iluminismo do século XVIII[1], contribuiu para a cristalização da ideia de que, não apenas a Igreja e o Estado devem ser separados, mas que a religião, e o sentimento religioso, devem ser algo condizente à vida privada das pessoas. A revolução científica, conduzida no mundo ocidental, e depois levada a outras partes do globo também teve uma grande parcela de contribuição para o fenômeno conhecido por secularização e pela laicização do estado moderno.

A razão era o rei, a ciência iria pavimentar o caminho para um mundo que logo se livraria da superstição e dos tiranos. A tensão entre autoridade eclesiástica e a nova ordem emergente era evidente em três níveis discretos (Hadden, 2001: PP. 589).

Os três níveis seriam justamente uma visão evolucionista do mundo, sob influência de Charles Darwin, a luta por status e poder oriunda da Revolução Francesa onde era deslegitimado não apenas o poder da monarquia, mas das autoridades eclesiásticas que a sustentavam, e por fim, o advento da ciência e da razão desafiando o monopólio das religiões sobre a mente e a consciência humanas[2].

Mesmo fora do mundo ocidental, o processo de modernização trouxe consigo a premissa de que religião e estado devem ser instâncias separadas. Segundo Albert Hourani (1991), o arabismo nos países do Oriente Médio nas primeiras décadas do século XX, ou seja, o nacionalismo árabe, embora se apropriasse de alguns traços simbólicos do islamismo, se colocava frontalmente contra a formação de um estado islâmico, nos moldes nos quais o egípcio Said Qutb[3] defenderia décadas mais tarde. Os arabistas egípcios[4], por exemplo, viam na recuperação da língua e da cultura árabes uma via específica para levar à modernidade[5] o seu país. E na ideia de modernidade que defendiam estava implícita a separação entre a esfera religiosa, a esfera pública e a esfera estatal (Hourani, 1991). Em suma, mesmo em países fora do eixo ocidental a ideia que a secularização é uma via necessária para a entrada na modernidade e para a boa eficácia das instituições estatais em um mundo onde as diversas esferas da vida passam por um grande processo de separação e diferenciação, se fez presente.

---

1 Embora também por outras tradições. Maquiavel já defendia, que uma espécie de religião republicana recuperada dos costumes e hábitos romanos deveria substituir a religião cristã, pelo menos em algumas áreas da vida social e política.

2 Neste sentido, o primeiro nível está quase amalgamado com o primeiro.

3 Said Qutb é considerado até hoje como um dos principais autores do neo-*salafismo*, isto é, da formação de um estado fundamentado no direito corânico, mas tecnicamente modernizado. Qutb foi executado pelo governo arabista egípcio de Gamal Abdel Nasser em 1967.

4 Em relação ao arabismo egípcio em particular, um dos nomes mais proeminentes foi Taha Hussein. Ele defendia que a nacionalidade egípcia se constituía a partir da confluência de três grandes correntes. A do antigo Egito dos Faraós, a dos árabes e da cultura ocidental.

5 A modernidade aqui, de acordo com Hourani, tem um caráter bastante amplo, direcionando-se tanto à questões tecnológicas e científicas, quanto sociais e culturais e de política externa.

Entretanto, certos fenômenos que vêm ocorrendo também nas últimas décadas[6], como o crescimento das Igrejas neo-pentecostais na América latina, na América do Norte, na África, e os movimentos islâmicos *salafistas*[7] no Oriente Médio, cujo maior trunfo pode ser visto como a Revolução Iraniana de 1979 nos fazem colocar em cheque as diretrizes da herança iluminista ocidental e da ideia de que as grandes separações produzidas pelo advento da modernidade são incompatíveis com o caráter "público" das religiões. A força e ressonância que têm os movimentos *salafistas* da atualidade colocam em cheque tanto as teorias da secularização, quanto a chamada religião do cidadão de Rousseau, a religião civil que seria o fundamento moral das ações de indivíduos em suas localidades e nacionalidades específicas. O *salafismo,* por ter um caráter transnacional, tende a colocar em segundo plano a cultura local, ou mesmo nacional, priorizando a comunidade transnacional dos fiéis, a *Ummah*[8]. Desta forma, teríamos aí uma espécie de "religião do homem" como Rousseau definiu a religião que colocaria todos como irmãos, não importando a sua nacionalidade, ainda que essa "religião global" tenha características próprias. [9]

O advento de igrejas neo-pentecostais como a IURD (Igreja Universal do Reino de Deus) no Brasil e a forma como conseguem se espalhar e arregimentar adeptos por diversos outros países, é outro exemplo de religião transnacional que coloca a comunidade de fiéis em um plano acima da comunidade local[10]. A proposta da IURD de conseguir fiéis, tanto dentro das fronteiras brasileiras, como fora delas, dando a todos os membros, brasileiros ou não, o mesmo *status* de fiéis, faz com que, em certa medida, sua comunidade de crentes se aproxime da *Ummah* islâmica, ainda que sua proposta não tenha um caráter tão eminentemente político, quanto aquela dos *salafistas.* Isto porque os teóricos do estado islâmico, alguns dos principais sendo Said Qutb e o paquistanês Al-Mawdudi elaboraram complexas teorias de um estado islâmico. Al-Mawdudi criou o termo islamo-leninismo, a forma de governo leninista, mas com um conteúdo islâmico, ao invés de socialista. Qutb, por sua vez, escreveu uma obra, *Milestones,* que serve de referência até os dias de hoje para movimentos de inspiração *salafista,* como a Irmandade Muçilmana no Egito. Existem também, em vários países do Oriente Médio, centros universitários e de estudo como a Universidade de *Al-Asra* no Egito, que tornam-se verdadeiros *think tanks* do projeto *salafista*, e onde há estudos aprofundados das obras dos teóricos do direito corânico.

Em relação aos evangélicos, não há este tipo de *think tank*, pelo menos não de forma a ocupar espaços universitários, como outros movimentos o fazem no Brasil[11]. As suas escolas de pensamento estariam concentradas, basicamente nos templos e locais de culto e nos espaços de congregação[12]. Todavia, os evangélicos com suas bancadas atuando em níveis parlamentares, suas propostas para o sistema pedagógico e educacional, também

---

6 Não se quer dizer que fenômenos como os analisados aqui, não ocorressem, em algum grau, em um passado mais distante. O que se quer dizer é que nos dias atuais eles acontecem com um "rosto" particular. Isto será explicado mais adiante.

7 Por *salafismo*, entendemos a luta pela construção de um estado fundamentado no direito corânico.

8 No caso da Revolução de 1979, a Ummah se amalgamou com o nacionalismo dos iranianos, alicerçado na língua e cultura persas.

9 Afirmamos isto pelo fato de existirem vários tipos de propostas, eminentmente religiosas ou não, que se assemelhariam ao modelo de "religião do homem" de Rousseau.

10 É claro que os neo-pentecostais podem se coligar com setores conservadores que atuam intranacionalmente, e com propostas de amplitude exclusivamente nacional.

11 Jeffrey K. Hadden (2001) afirma que nos EUA, a idéia de separação da religião de outras esferas da vida não foi efetivada de forma tão contundente como no continente europeu. Segundo ele, nas primeiras décadas do século XX as universidades norte-americanas eram testemunha de toda uma produção sociológica influenciada por valores e movimentos religiosos, como o Movimento Social Gospel. Havia, segundo ele, inclusive, um conflito entre os *scientists* e os *do-gooders* influenciados pelos movimentos religiosos. Porém, neste trabalho, nos limitaremos ao estudo do neo-pentecostalismo surgido no Brasil, fora o fato de não sabermos se estes movimentos descritos por Hadden se encaixariam na idéia de neo-pentecostalismo, que será explicada mais adiante no texto.

12 É claro que em relação ao Islã político, as mesquitas e *madrasas* também são centros de discussão e elaboração de idéias da mais alta importância, sobretudo nos países onde os muçulmanos não são maioria.

penetram o estado defendendo políticas públicas que vão num sentido contrário às teorias da secularização e à ideia de que a religião na modernidade tende cada vez mais a permanecer nos espaços privados.
De acordo com José Casanova as teorias da secularização deveriam ser complexas o suficiente para ter em conta a "contingência" histórica de que pode haver religiões públicas que não necessariamente colocam em perigo a diferenciação funcional da modernidade. As possibilidades de religiões públicas na modernidade, segundo ele, são muitas[13].
De forma a estar preparado para conceituar tais possibilidades a teoria da secularização precisará reconhecer três dos seus históricos e particulares preconceitos (isto é, etnocêntricos) : o seu viés por formas subjetivas religiosas Protestantes, o seu viés por concepções liberais da política e da esfera pública, e o seu viés pelo estado-nação como a unidade última de análise (Casanova, 1994: pp. 39).
E é sobre essa temática, tomando o *salafismo* e o neo-pentecostalismo como estudos de caso que se trata esse trabalho. Pretendemos, salvo as diferenças entre os dois fenômenos tentar localizar certas tendências no mundo moderno que vão contra as teorias da secularização, enfatizando nos dois casos, a tentativa de construção de uma religião pública, que influencie o estado e suas políticas, assim como o caráter universalista e transnacional de ambas. Enfatizamos também, como elas, ao abordar princípios universalistas, se chocam frontalmente contra projetos de defesa comunitária na linha nacionalista, tendo-se em mente o conceito de comunidade elaborado por Ferdinand Tönnies, a *gemeinschaft*. Uma comunidade fechada, portando hermeticamente valores simbólicos, estéticos e emocionais que apenas os indivíduos socializados em tal comunidade poderiam de fato compartilhar. Esta esfera estética seria o fio condutor de uma comunicação espontânea, livre de qualquer tipo de constrangimentos, que seria acessível apenas aos membros da *gemeinschaft* e absolutamente intransferível a qualquer indivíduo externo a ela.
Não pretendemos neste trabalho criar algum tipo de conceito hiper rígido que explique todo e qualquer fenômeno de des-secularização, mas identificar os mecanismos sociais a partir dos quais se articulam os fenômenos em questão. Os mecanismos sociais seriam hipóteses plausíveis para averiguar tendências que surgem em determinado tipo de contexto.
Um mecanismo social é uma hipótese plausível, ou um conjunto de hipóteses plausíveis que poderiam ser a explicação de alguns fenômenos sociais, a explicação estando em termos de interação entre indivíduos, ou indivíduos e algum agregado social (Hedstrom and Swedberg, PP. 22 e 23).
Também não pretendemos esmiuçar os vários tipos de mecanismos sociais citados por Peter Hedstrom e Richard Swedberg, mas sim trabalhar com sua idéia de mecanismos sociais gerais, no sentido que possam, de forma sistemática e razoavelmente precisa, conectar uma estrutura social ou outro evento ou estado macro-sociológico a crenças, desejos, e oportunidades de algum ator individual (*Hedstrom and Swedberg*).
Argumentamos aqui que o *salafismo* moderno e o neo-pentecostalismo tendem a surgir em contextos de anomia urbana. Isto é, tomamos o conceito durkheimiano de anomia e, nos espaços urbanos onde as relações familiares e tradicionais se diluem, a sua consolidação pode ser a base para a busca por uma nova comunidade, devido a uma crise da integração social.
De qualquer forma, é amplamente evidente que os mercados do capitalismo e os estados administrativos podem viver com uma grande porção de "anomie" social e individual, antes de alcançar uma crise durkheimiana da integração social (Casanova, 1994: PP. 37).
É justamente nesta crise de integração social encontrada nos grandes espaços urbanos que tomam forma essas comunidades religiosas que podem se comunicar através de grandes espaços, não estando presas a um determinado local, ou aos valores tradicionais de uma comunidade fundamentada em longas tradições. Neste sentido são antes *religious communities* que *community cults.* A última seria uma espécie de sacralização da comunidade e a forma mais fácil de ser um membro é justamente nascer nesta comunidade[14]. A primeira seria

---

13 Neste trabalho, não é nossa intenção discutir até onde as possibilidades de tipos de religião pública são mais ou menos democráticas, ou mais ou menos autoritárias. Nossa intenção é apenas discutir a possibilidade de religiões públicas em contextos de diferenciação moderna.

14 Comunidades etno-religiosas como os Judeus, os Coptas do Egito e os Drusos parecem se encaixar bem no termo *cult community* . É uma comunidade onde o político e o religioso, estão amalgamados no seu nascimento, ao contrário da *religious community,* onde o elemento religioso pode chegar (ou chega) em um momento posterior.

constituída através da associação e congregação de indivíduos frente a uma mensagem religiosa. Em suas origens a *religious community* é separada da comunidade política e não é coextensiva com ela, embora ela possa logo assumir um viés político (Casanova, 1994).

Entretanto, embora as *religious communities* islâmica e neo-pentecostal não sejam baseada nas tradições locais, e tendo também pretensões universais, são formas de vida religiosa que acabam por penetrar a vida política em algum momento, como mostrou José Casanova. Mas ainda que tenham grande ressonância na esfera política e no estado, estando longe de representar um processo de dês-politização da esfera religiosa, não são necessariamente, religiões de estado. Pelo menos não no modelo de uma Igreja Ortodoxa na Grécia, por exemplo, onde a Igreja está intimamente associada a uma nacionalidade específica, o que realmente torna os casos estudados aqui diferentes das *community cults.*

Em "Antropologia e Política: Revoluções no bosque sagrado", o estudioso do fenômeno do nacionalismo Ernest Gellner analisa o que ele chama de contraste entre as duas fés abraâmicas, ou seja, o Cristianismo e o Islamismo, ambas nas suas mais variadas vertentes, afirmando que elas seguem cursos históricos em sentidos opostos. O mundo cristão tendendo a se laicizar, enquanto, o Islã, na modernidade, tende cada vez mais a se afastar de suas formas tradicionais aproximando-se de esferas mais eminentemente políticas da vida social e flertando cada vez mais com a ideia de interpenetração entre a religião e o estado. Para o autor, todas as religiões vistas por Weber como religiões de salvação, na modernidade tendem para o laicismo e para a secularização, inclusive o Cristianismo, com exceção do Islamismo, que seguiria uma rota de sentido contrário.

Argumentamos aqui que o Islã globalizado e politizado e o neo-pentecostalismo apresentam, como já foi dito, traços muito semelhantes no que se refere a seus aspectos transnacionais e políticos. A questão da transnacionalidade se torna bastante relevante, quando tratamos de dois fenômenos que se chocam com a comunidade de Tönnies, logo a importância de enfatizá-la neste trabalho.

A questão dos estudos trans-nacionais é o de descobrir, analisar e conceitualizar similaridades, diferenças, e interações entre realidades trans-organizacionais e trans-societais, incluindo as vias nas quais eles moldam fenômenos e dinâmicas fechados, e herméticos através do tempo e do espaço (Khagram e Levit).

Algumas das similaridades trans-societais que o Islã *salafista* global e o Neo-pentecostalismo apresentam são a luta que travam contra a ideia de cultura, seu fortalecimento em nichos sociais des-territorializados, e o desafio que colocam ao moderno estado-nação como unidade última de análise dado ao seu caráter trans-nacional. Isto coloca o estado-nação como uma esfera de análise pouco significativa no presente estudo, como já afirmava Daniel Chernilo:

O estado-nação é um fetiche quando se faz coincidir sua história e características principais com a história e características principais da modernidade. O estado-nação é um fetiche quando é conceituado como representação auto-suficiente, sólida e bem-integrada da sociedade moderna, isto é, quando se pensa como o princípio natural de organização da modernidade (Chernilo, 2010).

Uma vez que estão intimamente atrelados à des-territorialização, os dois fenômenos religiosos não são a recuperação de uma tradição, mas um produto inerente da modernidade e causado pelo próprio sistema de desencaixes analisado por Giddens, um traço do processo de modernização. É claro que em ambos não há a introdução de algo absolutamente novo, porém não almejam recuperar uma "era dourada", ou um passado mítico circunscrito culturalmente, como muitos movimentos nacionalistas o fazem, o que querem é construir comunidades novas e des-territorializadas, algo bastante moderno.

Desta forma, a disseminação de Islã e do pentecostalismo para além de seus países de origem não se enquadra no conceito de diáspora, pois seus seguidores, em geral se encontram em espaços sociais onde ocorre o encontro de indivíduos de várias tradições culturais, onde essas tradições se diluem e a coesão e integração social internos a cada grupo se deteriora, o que não acontece no caso das diásporas. Esses indivíduos não interpretam a religião como um mecanismo cultural que mantenha seus grupos de origem coesos e tampouco trabalham a ideia de uma *homeland* original, para a qual seria possível um dia retornar. Peggy Leviit, citando Cohen, coloca as diásporas como:

(1)migração forçada ou voluntária a duas ou mais regiões (2) uma memória coletiva de uma relação imaginada com uma homeland (3) um comprometimento com a manutenção de laços fortes com a homeland (4) um círculo de experiências de incorporação pela sociedade anfitriã (da marginalidade aos incluídos) e (5) um sentido de conexão à co-etnia em outros lugares da habitação (Levitt, 2001).

Aparentemente, apenas o item um se enquadraria no fenômeno aqui estudado. O islã político *salafista* e o neo-pentecostalismo, não trabalham com a manutenção de uma comunidade original, nem com uma suposta coesão pré-existente, mas almejam esboçar um novo modelo de coesão, em alguma medida, inédito. Em relação ao Islã é notório como isto ocorre, inclusive entre indivíduos que perderam suas ligações com a *homeland*, porém não foram plenamente incorporados à sociedade anfitriã, como acontece com os habitantes das *banlieues* das grandes cidades francesas (Roy, 2004). Ainda que muitas vezes o *salafismo*, (ou neo-fundamentalismo) caminhe junto com a defesa da soberania de comunidades nacionais, como ocorre com o Hamas na Palestina, o Islã na Europa (e em outros lugares) tenta criar uma comunidade de crentes, não fundamentada em comunidades pré-existentes, sejam elas étnicas, linguísticas, culturais, nacionais, etc. Assim sendo, as diásporas consistiriam grupos que, embora distantes de suas comunidades de origem, trabalham com a idéia de nacionalismo proposta por Ernest Gellner:

O nacionalismo é primariamente um princípio político, que defende que as unidades políticas e culturais devam ser congruentes. O nacionalismo como um sentimento, ou como um movimento, pode ser melhor definido nos termos deste princípio. O sentimento nacionalista é o sentimento de raiva gerado pela violação deste princípio, e o sentimento de satisfação gerado pelo seu sucesso (Gellner, 1983: p.1)

A problemática entre o nacional-local e o universal é algo que data da antiguidade, inclusive da Grécia antiga, onde já se discutia questões como cosmopolitismo e localismo, ainda que nos termos da própria antiguidade. Embora o nacionalismo em suas formas modernas não existisse ali, a idéia de etnia já se encontrava presente na forma de definir um grupo fechado, que poderia estar associado tanto a grupos de animais como de pessoas, os últimos tendo como eixo central a religião e os deuses aos quais os homens estavam ligados. Os povos helênicos seriam aqueles supostamente agraciados pelos deuses do Olimpo, de forma que apenas os helenos podiam disputar os jogos olímpicos. Este era o ponto de clivagem entre os helenos e os não helenos (Smith, 1986). Entretanto a idéia de uma Cosmópolis, ou espaços onde pessoas integradas a todo o cosmos também existia, não havendo hegemonia total do etnicismo antigo descrito por Anthony Smith.

A era moderna, sobretudo após a Revolução Francesa, trouxe a tona os projetos de nação que poderiam ser de tendências tanto étnicas (Alemanha, Rússia) quanto cívico-territoriais (EUA, França, Inglaterra) (Greenfeld, 1992), o que, como afirma Chernilo, colocou o estado-nação como unidade última de análise. Ainda assim, não faltaram tentativas de elaborar projetos de sociedade que fossem transversais ao estado e, sobretudo, às nacionalidades, como o próprio socialismo revolucionário[15] e suas diversas vertentes e internacionais[16]. Aparentemente a grande presença de movimentos socialistas revolucionários por todo o planeta, em especial do período que vai da Revolução Russa de 1917, até o fim da Guerra Fria, encobriu, não apenas movimentos étnicos e nacionalistas[17], mas também outros projetos universalistas que também neste período já estavam em curso[18]. Isto porque o socialismo também não enfatizava o caráter nacional dos povos como algo positivo, tornando-se um poderoso oponente para vertentes mais conservadoras do nacionalismo em diversas partes do globo, embora, em outras partes tenha fortalecido nacionalismos emancipatórios. Como afirma Olivier Roy, as lutas emancipatórias de nações oprimidas, durante a Guerra Fria foram palco da ação de movimentos e militantes socialistas que atuavam fora de princípios territoriais. Após a queda do muro de Berlim este tipo de luta não territorializada passou a ter como principal protagonista o islamismo militante (Roy, 2004). Talvez, o mais

---

15 Marx já dizia que os proletários não têm pátria.

16 Quando dizemos socialismo, queremos englobar as suas várias vertentes, uma vez que o socialismo estava longe de ser algo homogêneo, em especial no que se refere às estratégias para sua implementação. Ainda assim, o caráter universalista e mesmo cosmopolita, com algumas exceções, estava presente na maioria de suas vertentes, pelo menos nas vertentes ocidentais do socialismo.

17 Como afirma Anthony Smith.

18 O que queremos dizer é que, em um mundo polarizado, divido entre ocidente capitalista e oriente socialista, as ciências sociais negligenciaram uma série projetos, alguns mais locais de caráter étnico, outros mais universais como o Islã salafista que já ganhava bastante força na guerra fria com as crises do arabismo, sobretudo após a vitória israelense na Guerra dos seis dias em 1967. Pelo menos é este o argumento de Anthony Smith.

relevante dos movimentos globalistas, desafiadores do estado-nação, e mesmo do nacionalismo, ofuscados pela Guerra Fria tenha sido justamente o Islã (Gellner, 1981).

Em relação ao nacionalismo moderno Gellner afirma em *Nationalism,* que o Islã, assim como o marxismo e o liberalismo seriam doutrinas que desafiariam frontalmente o nacionalismo. Isto por que, uma vez que tal fenômeno, segundo o autor, defenderia a congruência quase total entre nichos nacionais-culturais exclusivos e unidades político-territoriais, e o liberalismo e o marxismo com seus olhares voltados para o campo econômico, acreditavam em mudanças sociais e políticas como produto da economia, do modo de produção e das relações de mercado[19], o que geraria estruturas sociais semelhantes em várias partes do mundo, transversais aos estados nacionais e desafiando sua hegemonia[20]. O Islã, por sua vez, pelo menos nas suas expressões mais modernas, seria um desafio ao moderno estado-nação pelo fato de ele constituir um sistema de crenças e valores que, não seriam identificados na cultura, no sentido antrpológico do termo. O que se quer dizer é que, em muitos países da Europa nórdica, setentrional e oriental, da forma como se configurou em finais do século XVIII e ao longo do século XIX, defendeu a idéia de que as estruturas do estado moderno deveriam ser vias de vascularização de interesses nacionais baseados nos valores da *gemeinschaft.* Os núcleos sociais onde essas culturas se localizavam de forma mais consistente estavam no mundo agrário, onde os camponeses supostamente ainda conservavam valores vistos como originais e primevos da nação. Como afirma Gellner, em relação ao embate entre liberalismo e nacionalismo:

Em termos aproximados o Império dos Habsburgo se dividia entre o liberlismo cosmopolita da alta burguesia e as inclinações nacionalistas e socialistas dos grupos étnicos, incluindo os que falavam o alemão. A expressão filosófica do interesse dos primeiros era o ideal de uma sociedade aberta, individualista e cosmopolita, ideia esta refinada por Popper. O interesse dos segundos expressava-se principalmente através do romantismo da "gemeinschaft", de uma comunidade fechada, saturada por relações afetivas íntimas e delimitadas por uma cultura idiossincrática que as sustentava e dotava de rica expressão simbólica. Pofessava seus sacramentos nos campos e no festival de aldeia, não no mercado livre, fosse este de bens ou de idéias (Gellner, 1997).

Apesar de não trabalhar nas linhas do liberalismo ou do marxismo, o Islã moderno, sobretudo aquele de linha wahabista[21], se afasta do modelo de nacionalismo acima descrito por se voltar para a interpretação abstrata de um texto, o Corão, em detrimento da cultura local, a *kultur,* em seu sentido alemão – a chamada "baixa cultura" e suas organizações de base. O Islã reformista defende uma alta cultura islâmica universal, que rompe frontalmente com as tradições locais, e com as autoridades tradicionais, criando espaços sociais e políticos que podem se encontrar em qualquer parte, inclusive em países de maioria não-islâmica. Sendo assim, o Islã reformista cria espaços de interação trans-nacionais que, podem se adaptar às instituições nacionais criando uma espécie de islamo-nacionalismo, mas também podem criar projetos políticos que se afastem completamente do estado-nação, ou, ainda que na prática não se afastem, teoricamente vão para além dele.

A Argélia e seu processo de independência, exemplificaria bem esses fenômeno. As massas urbanas que entravam em confronto com o regime colonial francês, nas maiores cidades argelinas, não defendiam tradições locais, pelo contrário, se opunham a elas (Gellner, 1981). As lideranças locais, ou seja, os santos do Islã rural,

---

19 Não se quer dizer que o marxismo e o liberalismo são escolas de pensamento voltadas apenas e absolutamente para o campo da economia.

20 Não queremos dizer que Gellner negasse a existência de nacionalismos de esquerda, conduzidos por grupos de orientação marxista. O que ele afirma é que o marxismo ortodoxo, é um modelo teórico que propõe a superação do estado nacional.

21 O wahabismo foi uma doutrina reformadora do Islã, elaborada por Al-Wahabi, no interior da península arábica, em meados do século XVIII. Ela propunha o re-estabelecimento de códigos de conduta mais rígidos a partir da interpretação dos textos corânicos, de forma a se desvencilhar de práticas religiosas locais vistas como sincréticas e pagãs e de autoridades políticas locais vistas como demasiadamente restritas ao âmbito clãnico ou parental. O wahabismo via a diluição do Islã nas suas formas mais puritanas como concomitantemente ligada à decadência do estado no mundo árabe, e o fortalecimento da autoridade dos morabitos, ou dos santos, que supostamente não seguiam realmente os preceitos básicos do Islã. Logo, o wahabismo via a corrupção e a decadência como algo intimamente ligado ao afastamento dos traços mais abstratos e universais da religião islâmica.

também conhecidos como Morabitos, exerciam liderança política no mundo semi-nômade, pastoril, clãnico e tribal do deserto e da montanha, tendo pouca noção de nação em seu sentido mais amplo. Desta forma, faziam acordos com o estado colonial francês, já que seus referenciais não iam para além do clã, da família extensa. As massas urbanas, por sua vez, jogadas em uma situação de anomia, com as referências clãnicas e dos santos diluídas, formando, em certos casos, um tipo de proletariado moderno, foram facilmente arregimentadas por idéias como a introdução de um modelo corânico abstrato de traços universalistas aplicado a todo o estado nacional, sendo que suas referências passassem a ser os *Ulemahs*, ou *Mullahs*, os intérpretes e estudiosos do próprio Corão, ou como afirma Gellner, os advogados e juristas do direito islâmico. Embora as lideranças intelectuais do movimento independentista tivessem sido homens de orientação marxista, os principais arregimentadores das massas urbanas, Bem Badis e Tayb Uqbi o faziam com um discurso islâmico reformista, anti-francês e anti-morabito, afirmando que estes líderes locais, além de sincretizar a prática religiosa islâmica com crenças locais animistas, consolidavam alianças com os franceses visto que seu grande norte estava no clã parental que defendiam e não em uma sociedade mais ampla.

Nestas circunstâncias, os Morabitos, como os nobres do Ancien Régime, estavam perdendo suas funções mas não seus privilégios. Os privilégios que retinham estavam garantidos agora pelo poder colonial, que via os morabitos como seus intermediários naturais, e até únicos, com a população indígena. Tais circunstâncias os fizeram mais vulneráveis ao tipo de propaganda que o Movimento de Reforma organizou contra eles (Gellner, 1981: p. 216).

Desta maneira o que Ben Badis e Tayb Uqbi recuperavam em seu discurso independentista e anti-inperialista era alta cultura islâmica universal, repudiando a cultura de bases rurais, e esboçando um projeto de estado-nação bastante diferente do que os germanistas alemães e os eslavistas russos haviam proposto em seus respectivos países. Ainda que nesse caso possa-se falar em um islamo-nacionalismo, uma vez que o objetivo final de Badis e Uqbi era a implementação de princípios islâmicos puritanos propostos pelo movimento *wahabista* em um estado nacional (no caso o argelino) e não um projeto global articulado em redes de escala trans-nacional.

Uqbi nasceu em 1888 e passou grande parte da infância em Hejaz, onde caiu son influência do wahabismo, uma das últimas ondas do reformismo e fundamentalismo muçulmano e base do estado da Arábia Saudita (Gellner, 1981: p.210)

Segundo Gellner, a Revolução Iraniana de 1979 seguiu uma via muito parecida com a argelina, sendo que a diferença foi que no Irã implementou-se um estado islâmico de fato e na Argélia não[22]. Todavia, a recuperação de um Islã puritano, seguido a partir dos textos corânicos, e o enfraquecimento das autoridades tradicionais mostram a dinâmica do que Olivier Roy chamou de Islã mundializado. O Islã mundializado, segundo Roy se dá em função de um processo de des-territorialização e desenraizamento oriundos dos processos de migração, tanto de muçulmanso rumo a outros países muçulmanos quanto rumo a países de maioria não muçulmana, na maior parte dos casos, países europeus. Discutiremos esta questão um pouco mais adiante.

---

22 Uma outra diferença entre os dois casos é o fato de os iranianos serem xiitas. Entretanto, para Gellner a diferença entre sunitas e xiitas não é muito relevante para a análise do Islã político moderno. Primeiro pelo fato de o fenômeno ter, em ambos, em alguma medida, causas semelhantes, como o enfraquecimento dos laços familiares tradicionais, assim das autoridades tradicionais. Ademais, para Gellner o xiismo se aproxima mais do sunismo rural do que do sunismo puritano e urbano, nos moldes da doutrina *wahabista*. Isto porque o xiismo acreditaria na chegada de indivíduos "iluminados" e carismáticos, os *Imam* ocultos que ditariam os rumos da vida social em todas as suas esferas como o próprio profeta Maomé havia feito no século VII. Como estão "ocultos", não se sabe quando de fato aparecerão na cena pública, podendo ser uma questão de dias, anos décadas. Assim a autoridade dos Imam xiitas se aproximaria muito da autoridade dos Morabitos rurais do Maghreb, pois estaria fundamentada especialmente no modelo de autoridade carismática. Neste ponto pareceria uma contradição afirmar que a Revolução Iraniana de 1979 se enquadraria no fenômeno do Islã político moderno. Porém, neste caso, como o direito islâmico foi introduzido em um estado relativamente modernizado, urbanizado e industrializado, não se pode esperar todo o tempo pela chegada de líderes carismáticos ocultos, uma vez que um estado moderno e uma *real politik* precisam ser administrados. Desta forma, ganham proeminência os intérpretes do texto corânico de forma bastante semelhante ao Islã revolucionário sunita, de maneira que Gellner afirma que, na prática, o xiismo iraniano é um xiismo sunificado. Para o autor, a clivagem mais relevante dentro do Islã não é entre sunitas e xiitas, mas sim entre o Islã puritano reformista e o Islã tradicional.

Como afirmamos acima, o Islã político em suas vertentes modernas, muito antes dos processos migratórios inter-continentais já tinha como uma de suas causas um processo de des-territorialização e desenraizamento internos aos próprios países de maioria muçulmana. O desenraizamento viria de um processo de modernização no qual as lideranças do mundo pastoril e tribal perdem a sua *raison d'être,* e os novos habitantes do mundo urbanos se encontram em uma situação de anomia, com suas referências sociais diluídas e formas sincréticas de religiosidade ausentes de sentido. No novo mundo urbano que se formava, muitos dos hábitos interpretados por vários observadores ocidentais, como tradicionais, e parte da cultura, no sentido antropológico do termo, na verdade, eram provenientes de um texto religioso de caráter universal tendo pouco a ver com as hierarquias tradicionais.
Voltando à independência argelina, Gellner afirma que as diferenças entre ela e a independência marroquina vêm justamente do caráter mais urbano e mais modernizado dos argelinos, e do caráter mais rural dos marroquinos. Os grupos de pressão pela independência no caso argelino vinham de massas urbanas, tanto um proletariado quanto um setor trabalhista informal[23], conduzidos por reformistas islâmicos que enxergavam o universo social rural, não como um nicho formador da cultura nacional, como haviam feito muitos dos nacionalistas europeus, mas como a principal via de entrada do colonizador francês. Gellner afirma que muitos dos "costumes" encontrados pelos franceses nas cidades de Argel e Oram, como ouso do véu entre as mulheres dos bairros mais pobres, não eram de fato costumes. Eram a recuperação de preceitos corânicos em um ambiente novo e urbano, algo que muitas vezes suas mães e avós não tinham praticado em suas localidades rurais. Ou se haviam, não o fizeram a com a mesma assiduidade. Logo, não se tratava de tradição e sim, a implementação de preceitos encontrados em um texto religioso concomitantemente a um projeto político mais amplo[24].
De acordo com o autor, durante os séculos que os europeus chamam de Idade Média, no mundo muçulmano, apenas uma pequena elite urbanas seguia os preceitos mais rígidos do Corão. A lei islâmica existia, conduzida pelos *Ulemahs*, em geral originários da classe comercial, que compunham a elite intelectual que circundava o Sultão[25]. Mas a maioria da população não seguia de fato essa lei, pelo menos não da forma como era interpretada pelos seus "advogados", principalmente a população que se encontrava fora do ambiente urbano, os clãs pastoris com seus santos e morabitos. Neste ambiente nem a autoridade do sultão era plenamente exercida, nem a religiosidade mais puritana era praticada. Existia a idéia de um Deus, de *Allah*, mas com ela coexistiam uma séria de divindades pagãs como espíritos e gênios do deserto.
O que muda drasticamente com a modernidade, advinda aos países muçulmanos, em boa medida pelo próprio processo de colonização empreendido por grandes impérios como o inglês, o francês e o turco-otomano, é que alguns países passaram por um significativo processo de modernização e urbanização, o que possibilitou o já mencionado sistema de diferenciações típicos da modernidade. Dois bons exemplos são o Egito e a Argélia. Neste processo de urbanização já existe a diluição das estruturas sociais do mundo pastoril[26].

---

23 Hourani afirma que com o processo de modernização na maior parte do norte da África, e com as migrações campo-cidade, foram formadas verdadeiras periferias urbanas, as *bidonvilles*, onde existia uma população desocupados. Segindo a linha argumentativa de Gellner, Hourani afirma que a primeira geração de migrantes ainda mantinham vivas as tradições familiares e clânicas. Porém, da segunda geração em diante, estas estruturas familiares tendiam a desaparecer.

24 Não se quer dizer que o Islã reformista só irá surgir nos ambientes urbanos. O wahabismo, base do moderno neo-fundamentalismo, ainda que seja originário do mundo da cidade, não surgiu junto a um contundente processo de urbanização. Em geral o reformismo surge quando há alguma decadência das estruturas de poder locais e tradicionais, assim como de suas lideranças. A *jihad* empreendida por Osmani Dan Fodio, em 1803 no norte da Nigéria, embora tivesse como alvo as elites urbanas da etnia Haussá, utilizou como massa de manobra clãs da etnia Fulani, grupos não urbanos. Mesmo o "Islã medieval", quando um Sultão se mostrava demasiadamente corrupto, os intérpretes do Corão podiam conclamar uma revolta e a deposição do Sultão tendo por base reformas sustentadas pelo texto corânico. A diferença para a modernidade é que nesta, o reformismo tende a tentar criar um estado, tecnicamente moderno que implemente a lei islâmica a toda a população através de um aparelho estatal moderno.

25 Aqui o principal exemplo ao qual Gellner se refere é o califado Abássida.

26 É claro que é a urbanização e modernização que mais contam aqui para análise do Islã reformista e mesmo revolucionário da modernidade, uma vez que o país que passou pela mais conhecida Revolução Islâmica, o Irã, não foi colonizado por nenhuma grande potência.

A tradição local começa a se mostrar menos presente, em função da recuperação do "alto Islã", que no universo tradicional estava restrito a uma pequena elite como já foi mencionado.

Contrariamente a idéia generalizada pelos estrangeiros, a típica mulher muçulmana, que vive numa cidade muçulmana, não usa o véu pelo fato de a avó tê-lo usado, mas sim porque esta não o fez. Na sua aldeia natal, a sua avó estava demasiado ocupada com o trabalho nos campos e freqüentava os locais de culto sem o véu, deixando o uso do mesmo para as mulheres de condição superior (Gellner, 1992: p. 30).

O reformismo, a partir de então passa alutar pela congruência entre o incipiente estado moderno e a lei islâmica, aplicada a toda a população, e em todo o território nacional (Gellner, 1981). É a urbanização e a des-territorialização, gerado por um fluxo migratório campo-cidade em uma esfera intra-nacional que acelera o fenômeno do reformismo (ou *salafismo* fundamentalista), ainda que suas raízes ideológicas e intelectuais tenham sido geradas anteriormente.

A aparição de um movimento reformista completo na década que começa em 1920 deve colocar-se em relação com o germinar das primeiras sementes do reformismo islâmico entre um pequeno número de intelectuais, na Argélia, na década que começa no ano de 1890. A rapidez do efeito do Reformismo desde 1920 em diante é ainda mais notável se consideram seus pequenos inícios, qualquer que seja sua data de iniciação, assim como a pouca força de seu efeito anteriormente a 1914 (Gellner, 1981: p. 213).

Já entre os marroquinos, as autoridades rurais tiveram um papel muito relevante, não necessariamente apenas na sua luta por independência dada a mais rarefeita urbanização pela qual passou o Marrocos, mas em períodos posteriores também. A independência foi feita, em boa medida, também por uma *inteligentsia* urbana (tanto marxista quanto islâmica), sendo que as tribos tiveram um papel no processo final de independência (Gellner, 1981). O interessante é que foi justamente a manutenção do *ancien regime* tribal que consolidou o maior obstáculo à implementação tanto de um estado islâmico quanto de um estado laico e moderno no Marrocos.

O direito consuetudinário das tribos berberes, o *dahir,* reconhecido em 1930 pelo estado colonial francês, por exemplo, foi mantido ainda que na ilegalidade, convivendo lado a lado com os traços mais liberais da Constituição e mantendo-se como rival daqueles que viam no direito islâmico a verdadeira via de libertação contra o imperialismo colonial e a influência ocidental. Não se quer dizer que os berberes não fossem muçulmanos, mas a convivência dos preceitos estritamente corânicos com os direitos tradicionais das tribos, baseados em laços de sangue e parentesco não eram aceitos pelos novos reformistas. O principal centro de referência neste caso foram as alinças estabelecidas entre os clãs, de forma que o reformismo islâmico teve um papel bem menos importante que no caso argelino, antes e depois da independência[27]. Pode-se dizer, portanto, que o fundamentalismo islâmico, ou islamo-nacionalista, assim como o neo-fundamentalismo islâmico, é a criação de um estado conduzido por leis universalistas, rompendo com tradições provenientes do universo mais cultural.

A reivindicação típica dos neo-fundamentalistas modernos é: 1) exigir que a supremacia da Charia seja inscrita na Constituição; 2) obter o direito e os meios de contestar toda decisão jurídica em nome da Charia. Esta tática é particularmente utilizada no Egito e no Paquistão (Roy, 2004: pp. 55 e 56).

O neo-fundamentalismo que se desenvolve dentro do mundo muçulmano baseia-se nisto: renúncia das tradições de base nacionais e apelo ao texto corânico universal. Já o Islã neo-fundamentalista que se desenvolverá não apenas no oriente médio, mas nas fronteiras do mundo muçulmano, como Afeganistão, Chechênia e Filipinas, e mesmo nos espaços urbanos europeus, como analisado por Olivier Roy, parece ser a continuação do processo averiguado por Gellner. O que se quer dizer é que o processo de dês-territorialização iniciado intra-nacionalmente continuou inter e transnacionalmente. Segundo Roy, mesmo nos países de Oriente Médio, muitos dos movimentos *wahabistas*, ou neo-fundamentalistas, surgiram de grupos de migrantes provenientes de migrações regionais. Por exemplo, chechenos, palestinos da Cisjordânia e libaneses formando um movimento neo-fundamentalista na Jordânia e no Kuweit. Não são grupos que querem defender uma antiga comunidade[28], mas construir uma inédita em meio ao contundente processo de desenraizamento pelo qual passam.

---

27 Vide a formação de grupos radicais muito mais notórios na Argélia dos anos noventa que no Marrocos do mesmo período. Nos referimos aqui da GIA (Grupo Islâmico Armado),

28 Como os migrantes armênios fazem em bairros armênios de diversas cidades do mundo árabe. Em relação aos armênios no Oriente Médio podemos falar de uma diáspora.

Na Europa, algo parecido acontece. As novas gerações de filhos e netos de migrantes oriundos das ex-colônias que formam movimentos neo-fundamentalistas, seja através das mesquitas e *madrassas*, seja pelas redes virtuais da internet (muitas vezes em ambas), não têm mais nenhum interesse em recuperar os valores e a cultura de suas nações de origem, mas criar uma *Ummah*, uma comunidade de crentes que se articule transversalmente às nacionalidades e línguas. É importante ressaltar que muitos dos convertidos não vêm de famílias, necessariamente originárias do mundo islâmico, como mostra o elevado número de indivíduos de origem caribenha neste tipo de movimento. O número de indivíduos oriundos da África negra sub-saariana também é alto, e há conversões de europeus, embora neste caso o número não seja tão elevado.

Ou seja, a des-territoarialização agora toma medidas transcontinentais, porém, a dinâmica não difere tanto da analisda por Gellner em relação ao neo-fundamentalismo argelino de Ben Badis e Tayb Uqbi na Argélia, Isto mostra o caráter altamente universal e, de certa forma, anti-cultural do "alto Islã". Inclusive, o elemento anti-cultural é algo explícito no discurso dos articuladores do neo-fundamentalismo, seja em terras européias, seja nas fronteiras do mundo islâmico[29]. Roy afirma que, no Afeganistão, quando as primeiras instalações da Al-Qaeda foram estabelecidas, uma das primeiras medidas tomadas por seus militantes junto ao Talibã foi a proibição de qualquer manifestação do folclore dos grupos étnicos locais, seja pela música, pela dança ou por jogos de lazer.

No continente europeu os traços anti-culturais do neo-fundamentalismo também se fazem marcantes. O Islã, em terras européias se articula por indivíduos que, estando mais distantes da implementação de supremacia da Charia na constituição, uma vez que vivem em países de maioria não-muçulmana, se apegam ainda mais a uma comunidade imaginária universal. Como o neo-fundamentalismo aí está impossibilitado de se tornar islamo-nacionalismo, ele se torna ainda mais universalista, anti-cultural e anti-nacional que no próprio Oriente Médio além de ser um elemento de fortalecimento pessoal frente ao marcante processo de individualização pelo qual passam as sociedade ocidentais[30]. O fato de os adeptos deste Islã modernizado não terem um ambiente religioso a sua volta, ou seja, não estarem em um ambiente social de maiorias islâmicas, torna a sua opção político-religiosa ainda mais anti-cultural do que ocorre muitas vezes em países islâmicos[31]. Ela se reduz a um sistema de regras do que se pode, ou não fazer, aplicado cotidianamente em todas as esferas da vida.

O núcleo duro da identidade se torna então um sistema de valores (virgindade das jovens antes do casamento, insistência sobre a família, condenação da "depravação" moral, logo da homosexualidade (Roy, 2004: p. 77).

Em relação à família, é interessante notar que, segundo Roy, a família tradicional no mundo islâmico é a família extensa, para além do núcleo familiar básico, composto por pai, mãe e filhos. De acordo com o autor, é justamente a família nuclear de base que é valorizada pelos movimentos islâmicos situados nos países ocidentais, o que mostra o seu contundente desapego da tradição.

A valorização da família nuclear, a desvalorização da "depravação" da homosexualidade, a criação de uma ética acionada em todas aas esferas da vida no cotidiano, curiosamente, faz parte da doutrina pentecostal, ou neo-pentecostal surgida na América do Sul, sobretudo Brasil. Há grandes divergências entre o que seria pentecostal, ou neo-pentecostal. Aqui utilizamos a distinção que, de acordo com Paul freston, é mais usada pelos autores centro-americanos: uma distinção sociológica clara, onde pentecostalismo estaria ligado a camponeses, artesãos e mercadores de pequenas cidades. O neo-pentecostalismo, por sua vez, se articularia por habitantes de espaços mais tipicamente urbanos. O pentecostalismo é em geral associado a grupos mais homogêneos, e o neo-pentecostalismo, ao contrário, parece se fortalecer em massas urbanas heterogêneas. Desta maneira podemos classificar o fenômeno aqui analisado como neo-pentecostalismo, da mesma forma que o Islã moderno seria classificado por neo-fundamentalismo, ou neo-*salafismo.* O neo-pentecostalismo também é um prjeto trans-nacional, que, em certa medida, se distancia da idéia de cultura e dos valores locais. Também é, em

---

29 A independência do Sudão do Sul em 2011 foi feita sob um discurso anti-islãmico, e seus precursores afirmaram que os grupos étnicos sul-sudaneses por décadas sofreram com as tentativas, muitas vezes violentas, do governo de Kartum de islamisá-los em detrimentos de suas culturas locais.

30 E não ocidentais também.

31 No Irã há um amálgama entre o universalismo corânico e o nacionalismo iraniano persa.

grande medida, originário dos setores urbanos mais atingidos por um processo de anomização social. Em um ambiente social carente de laços sociais mais fortes, e ausente de valores mais nítidos, as Igrejas Pentecostais parecem fornecer um sentido e maior coesão a essas pessoas. Assim como Islã, as estruturas hierárquicas da Igreja tradicional, no caso a Católica, parecem perder seu sentido[32].

A própria tradição parece perder seu sentido, pois, como afirma Ari Pedro Oro, as igrejas neo-pentecostais brasileiras articulam ataques frontais e diretos às crenças afro-brasileiras, colocando-as, como a fonte de todos os males aos olhos do público. Neste ponto há uma grande diferença entre o neo-pentecostalismo e o Islã globalizado, uma vez que o primeiro conduz sessões onde se "libera o corpo do crente dos espíritos malignos", acionados justamente pelos rituais afro-brasileiros. Desta forma, não há um rompimento com a mágica e êxtase em seus rituais, o que ocorre entre os novos muçulmanos do ocidente.

Entretanto, os pontos que mais interessam ao presente trabalho são o caráter público, anti-cultural e anti-tradicional dos dois fenômenos, assim como a desafio que colocam para as teorias da secularização e também suas tendências trans-nacionais[33]. Ainda que práticas ligadas ao êxtase estejam presente nos cultos neo-pentecostais, o objetivo das sessões "de descarrego" é fazer com que qualquer entidade fora de seu prisma monoteísta desapareça. No que se refere à anomia e à individualização, o neo-pentecostalismo parece, além de constituir laços fortes, gerar um fortalecimento de si mesmo no plano individual. Como mostra Ari Pedro Oro, em relação aos adeptos dos cultos neo-pentecostais na Argentina:

Em outras palavras, comparecem ao evento para aumentar o conhecimento religiosos, reforçar a santificação pessoal, revigorar o entusiasmo religioso, fortalecer a auto-estima. Em síntese, aumentar o seu poder pessoal (Oro, 2008: p. 44).

As igrejas pentecostais se estabeleceram, no Brasil através, basicamente de três ondas, ou etapas: a primeira a partir da década de 1910, com a chegada da Congregação Cristã e das Assembléias de Deus, correspondendo a uma nova "onda" pentecostal que se iniciava em Los Angeles naquele período. Algumas dessas igrejas foram fundadas por imigrantes que ainda mantinham alguma relação com seus países de origem. A Assembléia de Deus, por exemplo, foi introduzida no Brasil por norte-americanos de origem sueca. Entretanto, ao ser introduzida em outros países e continentes, essa relação com a *homeland* original se diluiu, como ocorreu com a Assembléia de Deus. Todavia, a recepção do pentecostalismo neste período foi limitada (Freston, 1999).

A segunda "onda começa na década de 1950, sobretudo na cidade de São Paulo com o processo de urbanização e da formação de uma sociedade de massas. Nesta etapa, o pentecostalismo experimentou, segundo Freston, um crescimento mais significativo. O modelo utilizado pelas igrejas na Califórnia, seguindo o padrão da mídia de massa foram amplamente utilizados como:

O uso de tendas de circo fora das igrejas, ênfase na cura divina, um relaxamento nos tabus comportamentais, e maior adaptação às sensibilidades da sociedade de consumo (Freston, 1999: p. 148).

A terceira "onda tem a ver tanto com o processo de urbanização e massificação quanto com o fim do "milagre econômico" do regime militar, ganhando grande proeminência a mais famosa, poderosa e polêmica dessas igrejas, a Igreja Universal do Reino de Deus fundada em 1977, pelo pastor Edir Macedo. A IURD tornou-se, com o passar das décadas uma força política extremamente poderosa no cenário social e político brasileiro, atuando não apenas no território nacional, mas em todos os continentes. Ela foi fundamental na campanha de Fernando Collor de Melo, nas elições presidenciasi de 1989, na arregimentação de votos dos setores de baixa renda, e está intimamente ligada a projetos de implantação do ensino religioso nas escolas brasileiras, assim como a oposição e projetos de lei que permitam o casamento homosexual, adoção de crianças por casais homosexuais e coisas do gênero. A IURD, neste sentido, parece deircionar-se contra o estado laico, pelo menos em algumas de suas esferas, como a educação e o direito. Como na proposta do islã neo-fundamentalista, os preceitos bí-

---

32 Tem-se muitas vezes a impressão de que a Igreja Católica é uma igreja do mundo rural brasileiro arcaico, tendo muita dificuldade em adaptar-se aos setores populares dos grandes centros urbanos.

33 O que queremos dizer é que não pretendemos aprofundar no estudo mda ética mundana que vem dos dois tipos de religiosidade em questão, mas seu caráter de religiões públicas que surgem na modernidade, uma época que muitos acreditavam que a religião se circunscreveria ao âmbito privado.

blicos[34] devem ter algum grau de supremacia sobre a Constituição ou sobre decisões jurídicas. Assim como o Islã que surge no meio urbano, seja nos países islâmicos, seja nas cidades européias, o neo-pentecostalismo propões uma ética universal, abstrata e aplicada ao cotidiano, do que fazer e do que não fazer, em todas as esferas da vida já desprovidas de elementos culturais, no sentido alemão (*kultur*) do termo.

O processo de disseminação administrado pela IURD para fora do território brasileiro encontra vias de vascularização muito parecidas com as encontradas pelo Islã mundializado. A IURD também consegue adeptos nos grandes espaços urbanos preenchidos por levas de migrantes, onde a tradição de seus países de origem se dilui, enquanto que não são plenamente integrados à sociedade anfitriã. O estudo de Oro acerca da IURD fora do Brasil enfatiza o caso mexicano no que se refere às tradições locais. As periferias da Cidade do México, e de outras cidades mexicanas, não se mostraram muito abertas à "novidade" neo-pentecostal, por causa de sua forte tradição *guadalupista,* a devoção a *Nuestra Señora de Guadalupe*, Santa protetora do México. Pode-se notar, como em zonas extremamente empobrecidas, que se as tradições locais se fizerem presentes, o neo-pentecostalismo não consegue se estabelecer com sucesso, ainda que haja pobreza econômica. A necessidade de se construir uma nova comunidade, fundamentada em valores abstratos, proporcionados pelos textos bíblicos não se faz presente.

Além disso, os fiéis mexicanos, especialmente das camadas baixas da sociedade, elaboram em torno da figura da Virgem todo um conjunto de práticas religiosas (ações mágicas, ofertas, contratos, pedidos, promessas, devocionismo pessoal), que uma igreja como a IURD, geralmente explora . Ou seja, o espaço religioso que geralmente a IURD ocupa já está, em grande medida preenchido pelo guadalupismo (Oro, 2004: p. 149).

Na Argentina, notou-se um crescimento da IURD, sobretudo nas periferias de Buenos Aires, enquanto que na França, após uma maior presença nas periferias e bairros de imigrantes de Paris e Marselha, a IURD sofreu um significativo declínio. Nos mesmos espaços onde o moderno islã trans-nacional ganha adeptos, por motivos semelhantes, o neo-pentecostalismo não consegue se fortalecer. Talvez isto ocorra pelo fato destes espaços já estarem, pelo menos em certa medida, ocupados pelo Islã. Ou mesmo por questões de afinidade lingüística, uma vez que as orações na religião islâmica são feitas em árabe, e os imigrantes convertidos, muitas vezes falam alguma forma de língua árabe[35]. Neste sentido específico, a língua e a cultura e podem ser um fator importante dada a dificuldade de se fazer a chamada "tradução global" (Bringel e Carou, 2010)[36].

Nos EUA, por outro lado, em espaços urbanos amplamente habitados por hispânicos a IURD cresce consideravelmente (Kramer, 2003). Pode-se notar que as duas vertentes globalistas da fé abraâmica buscam espaços e ambientes sociais muito parecidos para se estabelecer como uma fonte de coesão social e uma referência política. Ambas buscam uma comunidade trans-nacional de crentes, alheia aos aspectos nacionais locais, ainda que ambas possam convergir (e o fazem) com projetos políticos intra-nacionalmente. Os traços comuns nas duas religiões não são recentes, como afirma Peter Beyer:

A primeira vista, o Islã parece operar, em grande medida como a religião cristã opera: são ambas "abraâmicas" no núcleo estruturante de suas crenças e tradições. E, de fato a salvação/condenação no contexto do pós-vida e a escatologia são importantes e determinantes em ambas as tradições (Beyer, 2006: p. 83).

Mas não apenas no campo da cosmologia elas se tocam, mais recentemente, na forma como articulam sistemas religiosos de sociedades globais, tentando oferecer alternativas semelhantes àqueles mais afetados pelo processo de anomia gerado pela globalização. Ambas também se articulam a partir de mecanismos sociais semelhantes, que seguem uma via tripla, do macro-sociológico, onde os indivíduos são expostos a uma dada situação (no caso a anomia urbana), isto é os mecanismos situacionais, para em seguida irem ao micro-sociológico, onde uma combinação de desejos, crenças, e oportunidades de ação individuais geram uma ação específica, sendo o mecanismo de formação de ações. Por fim, observa-se o fenômeno novamente no plano macro-sociológico,

---

34 Ou pelo menos a forma como estes preceitos são interpretados.

35 Além do árabe clássico, há vários outros, como o árabe marroquino, o árabe sudanês, o árabe yemenita, etc.

36 Aqui fica a questão acerca da conversão em elevado número de caribenhos ao Islã, uma vez que os caribenhos vêm do continente americano. Talvez pelo fato de haver um maior número de mesquitas e *madrassas* nos bairros de imigrantes nas metrópoles europeias. De qualquer forma é algo que mereceria um estudo mais aprofundado.

onde um número de indivíduos interage entre si gerando algum tipo de resultado coletivo, intencional ou não (no caso, os próprios movimentos religiosos), o que seria o mecanismo transformacional (Hedstrom e Swedberg). Contrariamente à afirmação de Gellner, as duas fés abraâmicas (islâmica e cristã) não necessariamente caminham em sentidos opostos na modernidade, mas em sentidos parecidos, se apresentando como respostas a crises de integração social.

Ademais, ambas são formas religiosas contrárias ao "sheilaismo" que, segundo Casanova é uma forma moderna de sentimento religioso centrada na subjetividade puramente individual. Isto é, o indivíduo na sua subjetividade idiossincrática formula qualquer forma de sentimento religioso ou relacionamento com "forças divinas" que deseje. A espiritualidade *new age,* típica do chamado mundo contemporâneo é o exemplo utilizado por Casanova em relação ao "sheilaismo". Também são projetos sociais e políticos que caminham em um sentido contrário ao modelo herderiano, que por sua vez se opunha a qualquer forma de cidadania universal. Herder acreditava nas comunidades nacionais com um início histórico bastante claro, com idiossincrasias culturais, estéticas e emocionais exclusivas dos membros da comunidade[37], antecipando, em algum grau o conceito de *gemeinschaft* de Tönnies. São também produto do processo de desencaixe descrito por Anthony Giddens, como uma das conseqüências da modernidade.

É claro que ambas também apresentam grandes diferenças, como o fato de o neo-pentecostalismo aparentemente ser uma válvula de escape e um modo de sobrevivência em uma sociedade (como a brasileira) onde a cidadania foi construída, em algum grau, pelo acesso a bens de consumo (Sorj, 2000). O Islã *salafista,* por outro lado, parece tentar reconstruir a civilização islâmica em sua vertente mais purificada, ainda que ela não esteja necessariamente ligada a nenhuma nacionalidade específica[38].

Mas, o mais importante é que, salvo suas diferenças e semelhanças, o *salafismo* moderno e o pentecostalismo moderno desafiam as teorias da secularização explicitando a afirmação de Jeffrey Hadden de que no futuro as ciências sociais precisarão dar mais atenção para o fenômeno religioso, assim como as teorias da secularização terão que ser radicalmente revistas. O autor ainda afirma que o futuro nos levará ao ponto de partida de Max Weber no seu questionamento de qual seria o papel das religiões na sociedade humana e os dois casos analisados neste trabalho aparentam nos direcionar no sentido apontado por Hadden.

Bibliografia:

BEYER, Peter. *Religions in global society. Routledge, 2006.*

BRINGEL, Breno e CAROU, Heriberto Cairo. *Articulaciones Del Sur Global: afinidade cultural, internacionalismo solidário e Iberoamérica em La globalización contrahegemônica. Geopolítica(s). 2010, vol.1, num. 1, 41-63.*

CASANOVA, José. *Public religions in the modern world. The University of Chicago Press, 1994.*

CHERNILO, Daniel. *Nacionalismo y Cosmopolitismo: ensayos sociológicos. Ediciones Universidad Diego Portales, Santiago de Chile, 2010.*

FRESTON, P. *"Neo-pentecostalism" in Brazil: Problems of Definition and the Struggle for Hgemony. In: Archives des sciences socials des religions. N. 105, 1999. P. 145-162.*

GELLNER, Ernest. *La sociedad musulmana. Fondo de Cultura Economica, Mexico, 1986.*

GELLNER, Ernest. Razão, Pós-modernismo e Religião. Instituto Piaget, Londres, 1992.

37 O projeto islâmico, assim como o neo-pentecostal se chocam frontalmente com o projeto eurasiano de Alexander Dugin, e da chamada "Nova Direita Cultural" européia de Alain de Benoîst, Pierre Krebs e Javier Esparza, entre outros, e que, a meu ver, é uma retomada do projeto proposto por Herder.

38 O caráter transnacional da ISIS e seus membros, ao formar um estado islâmico no oriente médio nos dias atuais, e a violência com que se direcionam a grupos imersos na *kultur,* como os Yazidis e os Kurdos, ilustra muito bem esse quadro.

GELLNER, Ernest. *Nationalism, 1997.*

GELLNER, Ernest. *Nations and Nationalism. Ithaca,* New York: Cornell University Press. 1981.

GELLNER, Ernest. Antropologia e Política: Revoluções no bosque sagrado. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1995.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. Editora UNESP, 1990.

GREENFELD, L. *Nationalism: Five roads to modernity. Harvard University Press, 1992.*

HADDEN, Jeffrey. *Toward Desacralizing Secularization Theory. University of Virginia, 2001.*

HEDSTROM, Peter and SWEDBERG, Richard. *Social mechanisms: an analytical approach to social theory. Cambridge University Press.*

HERDER, Johann Gottfried. *Another philosophy of History and selected political writings. Hackett Publishing Company, 2004.*

HOURANI, Albert. *A history of the arab peoples*. 1992.

KHAGRAM, Sanjeev anda LEVITT, Peggy. *Constructing trans-nnational studies.*

KRAMER, Eric. A expansão da Igreja Universal do Reino de Deus nos Estados Unidos. Civitas, Porto Alegre, vol. 3, n. 1, jun. 2003.

LEVITT, Peggy. *Between god, ethnicity and country: an aproach to the study of transnational religion. July, 2001. Princeton University.*

ORO, Ari Pedro. A presença religiosa brasileira no exterior: o caso da Igreja Universal do Reino de Deus. Estudos Avançados 18 (52), 2004.

ORO, Ari Pedro. Neo-pentecostais e afro-brasileiros: quem vencerá esta guerra? Debates do NER, Porto Alegre, ano 1, n. 1 p. 10-36. Novembro de 1997.

ROY, Olivier. *L'Islam mondialisé. Éditions Du seuil, 2004.*

SMITH, D.A. *The ethnic origins of nations. Blackwell Publishing, 1986.*

SORJ, Bernardo. A nova sociedade brasileira. Jorge Zahar Editor, 2000.

TÖNNIES, Ferdinand. *Community and Society. Dover Edition, 2002.*

WEBER, Max. *The Sociology of Religion. Beacon Press, 1992.*

Uma igreja "made in Brazil": a Igreja Mundial do Poder de Deus em Portugal

Eduardo Guilherme de Moura Paegle[1]

Resumo: O presente trabalho é resultado das pesquisas entre os meses de maio até setembro de 2012 sobre a Igreja Mundial do Poder de Deus sediada na cidade de Lisboa, através de uma bolsa-sanduíche da CAPES. Investigamos de que forma a referida denominação neopentecostal se insere na Europa, tendo como ponto de partida Portugal, copiando uma estratégia já adotada pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Considerando a importância da oralidade no neopentecostalismo, a importância da mesma língua adotada nos cultos (português) aliado ao discurso de teologia de prosperidade numa sociedade economicamente em crise tem um impacto dessas estratégias sobre os fiéis do mundo lusófono, sobretudo entre os brasileiros e os angolanos no templo sede em Lisboa.

Palavras-chaves: Igreja Mundial do Poder de Deus, neopentecontalismo, teologia da prosperidade, lusófono, Igreja Universal do Reino de Deus.

Introdução

Historicamente, o aumento do pluralismo religioso em Portugal foi evidenciado apenas depois da Revolução dos Cravos[2], de 25 de abril de 1974, que pôs fim ao Estado Novo (1933-1974). Conforme Vilaça (2006:146) o discurso salazarista enfocava um etnocentrismo institucional que identificava a história da sociedade portuguesa com a história do catolicismo lusitano. Desta forma, temos o fato de que:

O Estado Novo, ainda que não tenha hostilizado as Igrejas Evangélicas impediu a sua exteriorização em termos de lhe facultar liberdade de acção em estratégias e métodos proselitistas e as décadas da ditadura acabaram por representar tempos de consolidação organizacional, liderada por uma maioria de obreiros nacionais, de segunda e terceira geração. O salazarismo simboliza, em vários aspectos, um tempo em que o objectivo era a inércia do tempo, a anulação (pelo acantonamento) dos agentes dominados, não apenas do campo religioso, mas em toda a realidade social Vilaça (2006:145- 146)

Com a Concordata[3] de 1940, o catolicismo assegurou relações privilegiadas com o Estado português, evidenciadas pela isenção de impostos aos seminários, igrejas e sacerdotes que conseguiram reaver os bens confiscados há vinte e cinco anos antes. Além disso, na década de 1940, popularizaram-se as peregrinações para o Santuário de Fátima, no norte do país. Ficou bastante conhecida a profunda amizade entre Salazar e o cardeal-patriarca Manuel Cerejeira, conforme Ericson (1984:24-25). O salazarismo foi marcado em termos de propaganda pelo uso dos três f´s: o fado, futebol e Fátima como símbolos da portugalidade.

---

1 Professor de História do Instituto Federal de Roraima (IFRR)
Bacharel e licenciado em História, mestre em História e
Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de
Santa Catarina (UFSC). E-mail: edpaegle@hotmail.com

2 O cravo vermelho tornou-se o símbolo da Revolução de Abril de 1974. Segundo se conta, foi uma florista de Lisboa que iniciou a distribuição dos cravos vermelhos pelos populares que os ofereceram aos soldados. Estes os colocaram nos canos das espingardas. Por isso se chama o "vinte e cinco de abril" de 1974 de revolução dos Cravos.

3 Acordo assinado em sete de maio de 1940 que estabeleceu o relacionamento privilegiado entre o estado português e a igreja católica demonstrando a influência romana no salazarismo.

As igrejas evangélicas em Portugal

Segundo Felizardo (1995:7) as diversas denominações evangélicas já haviam sido instaladas em Portugal nos períodos bem anteriores ao período do Estado Novo (1933-1974), nos quais podemos citar: a igreja luterana alemã (1641), a igreja anglicana (1871), a igreja episcopal lusitana (1868), a igreja presbiteriana (1870), a igreja metodista (1871), a igreja dos irmãos (1877), a igreja congregacional (1880) e a igreja batista (1880). As igrejas pentecostais surgem apenas no período do Estado Novo. Neste sentido, podemos citar o pioneirismo da igreja assembleia de Deus (1934), seguidos pela igreja pentecostal evangélica (1962) e a igreja apostólica (1970), de acordo com as informações de Ericson (1984:44-47)

Na opinião de Vilaça (2006:148-155) a lei de liberdade religiosa em plena ditadura portuguesa de 1971 permitiu o culto nas associações de forma comunitária, mas de fato, pouca eficácia teve, pois manteve o privilégio institucional do catolicismo ligado à manutenção da Concordata de 1940. Após a Revolução dos Cravos, com a Constituição de 1976 ficou assegurada liberdade de escolha do exercício religioso colocando-a no plano individual ao plano da liberdade de consciência, religiosa e de culto, nos moldes da separação igreja-estado, praticada no país, embora o catolicismo continuasse com o forte peso social, seja nas declarações do seu clero, seja no culto à Fátima ou nos valores propagados. Contudo, uma nova lei de liberdade religiosa só foi aprovada em 26 de abril de 2001, garantindo o direito de crença e das convicções religiosas, direito das religiões de existirem como personalidade jurídica, criação da comunidade de liberdade religiosa, além do reconhecimento civil do casamento religioso.

A inserção do neopentecostalismo em Portugal

Na década de 1980, temos a inserção do neopentecostalismo em território português. Destaque neste ponto deve ser dado à igreja maná, criada pelo apóstolo Jorge Tadeu, engenheiro civil moçambicano que fundou a primeira Igreja em 1984. Atualmente a igreja maná está presente em diversos países da Europa, além de Portugal (Holanda, Alemanha, Bélgica, Espanha, Eslováquia, Suíça, Reino Unido, França e Luxemburgo), na América (Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e EUA) e na África (São Tomé e Príncipe, Moçambique, África do Sul, Cabo Verde e Namíbia).

Com o fim da Guerra Fria e a queda do Muro de Berlim, temos a ideia de um universo sem fronteiras políticas e ideológicas ganhando mais força. Para Peggy Levitt (2007:12) a religião, assim como o capitalismo e a política não estão firmemente enraizados num país particular ou num sistema legal. As referências são claramente do mundo globalizado. A religião apresentava dentro do espaço geográfico como um local desregulamentado, ou seja, sem regras definidas, logo como o título da referida pesquisadora ao relatar os fluxos imigratórios associados às crenças religiosas deixava claro essa questão, pois: «Deus não precisa de passaporte». Neste contexto, levado ao plano religioso são as igrejas neopentecostais de origem brasileira expandem o seu ministério para outros países, conforme exemplificado a seguir. Para Refkalesky (2012: p.32):

> Se a igreja fosse um produto da balança comercial, o Brasil estaria com superávit. Nas últimas décadas foi invertida a tendência histórica, para a colonização, de receber mais missionários do que enviá-los para o exterior. Agora são os nossos evangelizadores que conquistam o mundo. A expansão das igrejas brasileiras no exterior segue as mesmas estratégias ligadas ao seu crescimento dentro do seu país. O caminho mais visível é o que envolve alto investimento midiático e a construção de megatemplos.

A expressão «missão reversa» indica que o Brasil deixou de ser importador de missionários para ser exportador. As igrejas «*made in Brazil*» também se espalharam pelo mundo e neste sentido as igrejas neopentecostais tiveram um importante papel nesse processo. De acordo com Campos (1997:428-429) a terminologia é «missão reversa» de efeito bumerangue, no qual os fluxos transnacionais como no caso exemplificado se deslocam muito mais intensamente da origem brasileira para a portuguesa do que no sentido contrário.

A igreja mundial do poder de Deus em Portugal

A igreja mundial do Poder de Deus busca seguir um processo de alcançar outros países para expandir o seu projeto missionário e fazer jus ao seu nome. O fato de Portugal ter a mesma língua do Brasil, de ser a porta de entrada do continente europeu, tornou-o um país estratégico para a expansão missionária da igreja mundial do poder de Deus. Considerando-se a importância do uso da linguagem nas performances do culto, falar a mesma língua faz habitar os aspectos religiosos no mesmo universo de sentido que seria distinto como outros idiomas. Não há nenhuma novidade nisso, pois a igreja universal do reino de Deus já havia entrado em Portugal em 1989, estratégia adotada pelo bispo Edir Macedo com o primeiro culto em dezembro do referido ano no bairro de Benfica, em Lisboa conforme já havia sido colocado pelos estudos de Rodrigues & Ruuth (1999:110-111). Existe uma inserção da igreja universal do reino de Deus entre comunidades lusófonas na França, Holanda, Suíça, Canadá e África do Sul, bem como ex-colônias angolanas e moçambicanas, envolvendo fluxos transnacionais compostos por pessoas, objetos, símbolos, bem como estratégias de tradução cultural em três níveis: a dos receptores da mensagem (a aceitação dos estados nacionais, das populações locais e das denominações religiosas); da adequação dos produtores com o seu aparelho institucional ao novo contexto; e das tradições rituais que envolvem mau-olhado, olho gordo e outros elementos do sincretismo brasileiro evidenciados pelos estudos de Mafra (2002:61-62)

Para Campos (1997:426-427) os pastores da igreja universal do reino de Deus evidenciam uma ignorância com aspectos culturais e linguísticos, em outros países. Não é de estranhar que numa relação tão forte com o Espírito Santo e com a palavra, a ausência de barreiras idiomáticas em Portugal se comparado a países de idiomas não lusófonos, tenha sido um fator linguístico levado em conta para o pioneirismo português no continente europeu. Comparativamente, os pastores da igreja universal do reino de Deus apresentam uma escolaridade inferior ao contexto português conforme Mafra (2002:62). Pelo fato da língua ocupar um papel tão importante no sentido da performance entre os neopentecostais, a chegada dos grupos neopentecostais em Portugal é considerado bastante importante e estratégico.

A igreja mundial do poder de Deus seguiu o modelo da igreja universal do reino de Deus de «*made in Brazil*», espalhando-se para países como África do Sul, Angola, Moçambique, EUA, México, Suriname, Argentina, Colômbia, Bolívia, Guiana Francesa, Uruguai, Filipinas, Japão, Portugal, Suíça e Itália. Portugal é o país no exterior com maior número de igrejas (onze), uma em cada uma dessas cidades: Lisboa, Almada, Amadora, Aveiro, Coimbra, Braga, Porto, Faro, Funchal, Leiria e Setúbal. Podemos dizer que a igreja mundial do poder de Deus atinge blocos que conseguem se consolidar no exterior: 1) Bloco lusófono (Portugal, Angola e Moçambique), 2) Bloco latino-americano, que podemos chamar hispânico acrescido de um país asiático (México, Colômbia, Bolívia, Uruguai, Argentina e Filipinas), 3) Bloco para imigrantes (EUA, Japão e Itália), além da Suíça. A questão da proximidade cultural é um importante elemento para a expansão da referida igreja. É mais difícil se expandir para culturais mais distantes da original brasileira, embora o «jeitinho brasileiro» ajudassem os pastores em atuação no exterior quanto à sua adaptação

A expansão da igreja mundial do poder de Deus já completou quinze anos em Portugal, com inúmeros pastores e bispos de origem brasileira. Buscando alcançar portugueses, atinge no seu público, um considerável número de imigrantes brasileiros e da África lusófona, notadamente Angola e Moçambique. Importante salientar, portanto, que os países de expansão da igreja mundial do poder de Deus são em sua maioria de cultura lusófona. Uma das dificuldades em Portugal é que a lei de liberdade religiosa atribuiu isenção fiscal para grupos com mais de sessenta anos no estrangeiro e com trinta anos no país, o que exclui os grupos neopentecostais brasileiros com presença em Portugal, como igreja sara nossa terra, igreja universal do reino de Deus, igreja internacional da graça de Deus e igreja mundial do poder de Deus, como forma de neutralizar grupos religiosos mais competitivos no mercado de bens religiosos pelas Igrejas tradicionais de acordo com os estudos de Vilaça (2006:155-156).

Apesar disso, podemos dizer segundo Blanes (2008:21) que « (...) o fenômeno religioso contemporâneo não é mais mediado por fronteiras políticas, mas sim num contexto global de circulação e mobilidade urbana ». O mesmo autor (2008:21-23) aponta que é através de uma dinâmica da existência das leis de liberdade religiosa, da incorporação das levas dos imigrantes notadamente brasileiras e africanas, o pentecostalismo, o

neopentecostalismo e o carismatismo reconfiguraram os evangélicos portugueses. Trata-se de um processo de meridionalização (*southernization*) que traz a vitalidade tanto do campo protestante quanto católico ao Velho Mundo. Na análise de Pace & Vilaça. (2010:22) podemos dizer que as religiões estão:

> em movimento, portanto, no duplo sentido: em primeiro lugar, a Europa vai redesenhando a própria cartografia do sacro e, em segundo lugar, ninguém sai ileso da mudança que tal cartografia comporta. Nem as religiões que pretendiam ser imutáveis nem aquelas que sustentam representar a consciência colectiva de nações inteiras nem, finalmente, as religiões desembarcadas na sociedade europeia na bagagem pessoal das biografias de tantos imigrados e dos seus descendentes. Todos, ou melhor, todos os que eles fazem referência aprendem depressa que professar uma fé numa sociedade caracterizada pela alta complexidade sócio-religiosa (ou por uma alta taxa de pluralismo religioso, que é o mesmo) significa aprender a crer no relativo (de má vontade ou fazer cara bonita diante de um jogo feio) e a imaginar os confins simbólicos dos respectivos sistemas de crenças não com fronteiras intransponíveis, mas antes como anteparas móveis que podem ser atravessados livremente.

A relação da igreja do imigrante com a igreja autóctone indica a traição da ortodoxia e das tradições e, sendo assim, significa a adaptação de novas linguagens que traduzam e capte uma reformulação simbólica da religiosidade ancestral arraigada no povo, desempenhando um papel fundamental para os líderes religiosos, o de oferecer essa capacidade interpretativa.

As igrejas «*made in Brazil*» também se inserem nessas (re) configurações e trabalham com uma memória comum por parte dos imigrantes, sendo que alguns casos muitos frequentavam as igrejas neopentecostais no Brasil e buscam esse apoio em Portugal, muitas vezes afastados dos laços familiares com a participação da igreja funcionando também com um ambiente de socialização num contexto diferente. Além disso, podemos dizer que o apelo da igreja mundial do poder de Deus com o seu discurso da teologia da prosperidade tende a ter forte apelo em Portugal, um país sabidamente envolvido num momento de forte crise social e econômica. Esta observação é perceptível quando o endereço da Igreja, na cidade de Amadora, município da periferia de Lisboa e com elevados contingentes populacionais imigratórios tem o seu endereço anunciado como "próximo ao centro de emprego", enquanto em Braga, num ponto de grande circulação como "próximo à estação de comboios".

Não percebemos mudanças significativas nas estratégias em Portugal, comparadas ao Brasil. No pacote de TV a cabo Zon, no canal 175, busca-se atingir o público em suas casas. A sede da rede de TV localiza-se ao lado da igreja em Lisboa, na Rua Dona Estefânia, 177 C, próximo ao metrô Saldanha. Muitos programas vistos em Portugal, seja pelo *site*, seja quanto pela TV, são produzidos no Brasil, fato que presenciamos antes dos cultos em Lisboa. *Folders* divulgando a programação da Igreja na TV e o lembrete dos pregadores sobre a presença nesta mídia era comum em nossa pesquisa de campo. As liturgias e as formas de culto também apresentam as mesmas características daquela das igrejas brasileiras. A receita da igreja mundial do poder de Deus segue a lógica da igreja universal, de acordo com a ideia de que quem viu uma, já viu todas. A igreja mundial do poder de Deus segue fiel ao seu estilo litúrgico, ao carisma, aos milagres, ao tele-evangelismo, às concentrações de fé, oferecendo os mesmos produtos e serviços para a população portuguesa e mesmo para os imigrantes que conheciam a igreja nos seus países de origem, buscando uma relação de reconstrução de continuidade da experiência do fiel do seu país de origem (no caso, o Brasil) para o país de destino (Portugal).

Comparando as realidades neopentecostais entre brasileiros e portugueses, temos na visão de Mafra (2002:126) que:

> De um modo geral, a linguagem da conversão pentecostal não é um recurso cultural disponível no quotidiano português e, inclusive, para a população, há uma certa invisibilidade social dos (neo) pentecostais em diversos meios, sendo comum a recusa das pessoas em deixarem-se identificar por essa(s) religião (ões). O contraste

> com o Brasil, em especial o Rio de Janeiro, é evidente, pois aqui os pentecostais têm uma presença numérica mais significativa e uma visibilidade social construída principalmente nos últimos dez anos. Um contexto como este último favorece a criação das redes sociais e linguagens religiosas e culturais, quer compartilhada, quer disputada, mas, que, de um modo geral, apresentam inúmeras inter-relações, quando não evidentes sincretismos.

A visibilidade e a presença no cotidiano brasileiro muito maior do que no caso português ainda cria obstáculos à presença dos neopentecostais, entre os portugueses, inclusive à da igreja mundial do poder de Deus, que tenta superar gradativamente. Durante o período em que estivemos fazendo pesquisa de campo, tivemos a oportunidade de visitar um culto com a presença do apóstolo Valdemiro Santiago em Lisboa. O referido evento ocorreu em 26 de agosto de 2012, no Campo Pequeno, tradicional local de espetáculos nacionais e internacionais, bem como de touradas, além do ponto de encontro dos torcedores (adeptos) para assistirem os importantes jogos de futebol de Portugal na Eurocopa 2012, através de telões.

Nos dias que antecederam o culto foi feito uma propaganda bastante intensa na sede em Lisboa. A ideia era de criar um impacto. O obreiro Miguel, que conduziu o culto de concentração de fé no dia anterior no templo-sede em Lisboa, lembrou que pelo fato do apóstolo Valdemiro Santiago chegar, ninguém mais perderia a benção e que viriam pessoas da Bélgica, Alemanha, França para se manifestar pela Europa e que era uma ótima oportunidade para convidar familiares e não cristãos. Um caminhão com a placa do evento mostrava uma foto com a imagem do apóstolo Valdemiro Santiago e a sua esposa, a bispa Franciléia com as mãos levantadas com o logotipo e o nome da igreja, anunciava a entrada grátis ao culto das 10h00min do dia 26 de agosto de 2012, chamado de «concentração de milagres com o apóstolo Valdemiro Santiago». Filas desde a madrugada com cerca de cem pessoas dormiram em frente ao Campo Pequeno para não perder nenhum detalhe. Localizamos inúmeros brasileiros de diferentes denominações evangélicas de várias partes da Europa, em grande parte com passagem pelo catolicismo, assembleianas brasileiras de Roma, brasileiras com passagem em religiões orientais e também da igreja internacional do poder de Deus de Lisboa foram alguns dos exemplos encontrados Outro cartaz de divulgação apresentava o apóstolo e a bispa em frente à Torre de Belém, tradicional monumento da capital portuguesa com uma multidão ao fundo com horário e a data do evento acompanhado do logotipo. Envelopes para arrecadação do evento com a bandeira portuguesa no fundo, o apóstolo Valdemiro Santiago e a sua esposa ajoelhados, com os dizeres do versículo de Filipenses 4.19 « E o meu Deus, segundo a sua riqueza em glória, há de suprir em Cristo Jesus, cada uma de vossas necessidades » e as sugestões de contribuições financeiras nos valores de 200, 100 e 50 euros; bem como toalhas «Sê tu uma bênção», com o endereço da sede em Lisboa, funcionavam com material de tentar alcançar mais portugueses nessa obra. No dia da concentração de fé, fiéis foram mobilizados desde cedo da manhã para entregarem folhetos de divulgação do referido evento.

Na entrada do evento, dos fiéis eram divididos em quatro filas, sendo tocados ou pelo apóstolo Valdemiro Santiago ou pela Bispa Franciléia, para depois se acomodarem nos bancos. Era muito comum, o público comparecer acompanhado das bandeiras dos países de proveniência (Alemanha, Itália, Inglaterra, entre outros) que eram constantemente lembrados como forma de mostrar o impacto da igreja por todo o mundo. Dois telões nas laterais e várias câmeras e com pregador constantemente lembrando que o culto estava sendo televisionado para todo o mundo. Milhares de fiéis chegavam com ônibus de suas caravanas com identificação das cidades portuguesas (Porto, Braga, Amadora, entre outros), alguns de metrô. A concentração de fé apresentava diversas características que julgamos importantes.

A primeira característica era de uma nova delimitação do tempo. Num tempo de crise socioeconômica do Estado e da sociedade portuguesa, o evento quis marcar um "novo tempo", como ficou claro nos cultos da sede lisboeta um "antes" e um "depois" do evento, pois marcaria um grande avivamento jamais visto em Portugal. Aquilo que acontecia no Brasil, também seria presenciado em Portugal. Neste sentido, trata-se de um evento extracotidiano, pois não é todo dia que o apóstolo Valdemiro Santiago está em Lisboa. Extracotidiano, no sentido de não rotineiro, embora previsível de acordo com a análise de Damatta (1997:47). Toda a preparação do evento por parte da Igreja mostrava isso.

A segunda característica foi o reconhecimento do público, enquanto sujeitos de um mesmo espaço compartilhado.

Em outras palavras, era preciso evidenciar que a igreja mundial do poder de Deus é globalizada e que estava atingindo várias partes do planeta, com fiéis dos quatros cantos da Terra, que teriam o privilégio de fazer parte de um grupo maior do que a sua igreja local. Localizamos na fila para entrar na arena um senhor português que não frequentava um templo da igreja mundial do poder de Deus, mas que assistia aos programas de TV da referida denominação. Ele era oriundo de Vila Nova de Gaia, cidade vizinha do Porto, localizada no norte do país

A capacidade da igreja mundial do poder de Deus de aglutinar em torno de um evento, pessoas de diferentes origens, em torno de um objetivo comum era um sinal evidente da referida manifestação do poder. O foco comum ou a pedra de toque era o fato de ser "uma concentração de milagres", o que criava expectativas em torno dos presentes. Tal fenômeno é ampliado e reverberado pela mídia. Cria-se uma comunidade afetiva nas palavras de Birman (2003:244). Para Segalen (1998:16) os «rituais reforçam os sentimentos de pertença colectiva e da dependência de uma ordem moral superior que salva os indivíduos do caos e da desordem»

Uma terceira característica é o fato de que a referida concentração de milagres conseguiu unir diferentes elementos: mobilização de recursos financeiros (durante o evento foram pedidos 91 Euros por pessoa para contribuir com a obra), um espetáculo midiático (a escolha do local, a indicação dos bancos que deviam ser ocupados, o posicionamento das câmeras, o *layout* do espaço), um momento final de peregrinação (o fato de muitos fiéis chegarem a Lisboa com esse propósito) pelo que se criou uma simbiose desses elementos apresentados como característicos dos rituais também presentes nas correntes da igreja universal do reino de Deus.

Na inserção da igreja mundial do poder de Deus, chamamos a atenção para algumas questões problemáticas nesse processo. Colocamos três questões centrais. A primeira questão são as suspeitas em relação aos métodos neopentecostais devido às táticas adotadas pela igreja universal do reino de Deus que respingam na igreja mundial do poder de Deus. A segunda questão está articulada na relação da Igreja com a população imigrante, sobretudo brasileira. A terceira dificuldade é a questão da secularização

O primeiro desses problemas é que o legado da igreja universal do reino de Deus, enquanto uma Igreja neopentecostal foi visto, no mínimo, com uma reputação duvidosa por parte da opinião pública e que outras igrejas «*made in Brazil*» tendem a sofrer ainda mais dificuldades com esse legado. Exemplo disso são os seguintes episódios de certa repercussão: a criação de um partido político chamado partido social cristão, que teve que mudar de nome para partido da gente em 1995, pois na legislação portuguesa, os partidos políticos não podem ter vinculação religiosa; incidentes em Póvoa de Varzim em julho de 1995, de fiéis da igreja universal do reino de Deus que estragaram de propósito os tapetes de flores feitos para a festa católica de Nossa Senhora de Belém, e tiveram, por isso, reações negativas da igreja católica, chegando ao ponto de fiéis iurdianos sofrerem agressões físicas; o episódio do Coliseu do Porto, quando a igreja de Edir Macedo tentou comprar essa tradicional casa de espetáculos, que com reação contrária do governo, da classe intelectual e artística acabou não concretizada, bem como as desconfianças por parte de outras igrejas evangélicas portuguesas aos métodos iurdianos como dispostos na obra de Rodrigues & Ruuth (1999: 120-123). Daí que os métodos semelhantes, adotados pela igreja mundial do poder de Deus em relação às perspectivas iurdianas tendem a gerar desconfianças entre os portugueses. A popularidade da rede Record de TV em Portugal muito provavelmente também reforce essa tendência

O segundo aspecto é a dificuldade de alcançar adeptos portugueses. As minorias religiosas, como no caso da igreja mundial do poder de Deus, no contexto português, ainda não conseguiram se desvincular do fato de ser "uma igreja brasileira". Lembro-me que na ocasião de um culto em Lisboa, um bispo falou que «Os fiéis portugueses não respeitavam um pastor português». Considerando que a maioria dos pastores da igreja de Valdemiro Santiago em Portugal é de origem brasileira, fato evidenciado pelo sotaque facilmente observável nas pesquisas de campo, há certo grau de dificuldade em criar uma liderança lusitana emergida dentro do contexto religioso português

O fato dos imigrantes buscarem criar redes de socialização frente a uma realidade num contexto diferente do seu país de origem através da religião não é nenhuma novidade nos estudos sociológicos. No sentido durkheiniano, a integração era importante como forma de evitar a anomia social. Nos dizeres de Vilaça (2008:23) «O facto de existirem valores socialmente partilhados contribui para a formação de grupos e redes de solidariedade que são essenciais à integração social »

Com esta ideia em mente, lembra-se do papel significativo que a igreja mundial do poder de Deus teve com os fiéis brasileiros e da África lusófona, para a criação de redes de solidariedade entre esses imigrantes, suprindo, muitas vezes, a ausência de laços familiares, de amizades, entre outros, numa terra distante. Para Vilaça (2008:30) tanto a etnicidade quanto a religiosidade compõem como formas de laços de pertencimento. O efeito da solidariedade quando se chama o outro de "meu irmão", enquanto reconhecimento dos pares como iguais tem um importante efeito religioso e psicológico, ainda mais, em momentos de crise social e econômica pelos quais Portugal tem passado nos últimos anos. Uma mesma fé e uma mesma origem nacional facilitam a criação de um tecido social mais homogêneo frente às adversidades cotidianas.

O terceiro aspecto é a secularização. Para Casanova (1994:211) a secularização pode ser vista sob três óticas: 1) Como a distinção das esferas seculares das normas e instituições religiosas; 2) Como declínio das práticas e crenças religiosas; 3) Como um relegar da religião à esfera privada. Na análise de Berger (1985:119) a "secularização" é visto como «o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos».

No caso português, após o «25 de abril de 1974», a distinção entre as esferas seculares da privada se acentuou. De um Estado quase totalmente monopolizado pelo catolicismo, passou para um estado concorrencial e com a visibilidade de um maior pluralismo religioso, incluindo os neopentecostais. A questão é que esse processo está ligado à racionalização, à autonomização do indivíduo, ao desencantamento do mundo, sendo que a tecnologia se opõe a qualquer estrutura (religião, ciência, ideologias) despossuída de uma crença absoluta conforme Vilaça (2006:87). Para Rodrigues (2007: 147) a modernidade é vista com dois efeitos: o avanço da racionalização se opondo ao caráter sagrado/religioso e a diferenciação, vista como desengajamento da sociedade em relação ao religioso. De acordo com Davie (1994) a ausência dessa fidelização institucional religiosa que indica a ideia de não fazer parte de grupos religiosos institucionalizados foi apontada como « crer sem pertencer ».

A Europa tem sido vista como uma região muito mais secularizada do que a América Latina. A igreja mundial do poder de Deus busca responder com a fidelização aos seus cultos (através das curas, contribuições financeiras, poder dos objetos sacralizados e carisma dos seus líderes, inserção na TV). O poder mágico do lenço "Sê tu uma bênção" se opõe a uma visão racionalista de mundo que desconsidera qualquer artifício como possuidor de elementos mágicos. O "toque taumatúrgico" também se enquadra nessa questão

Na referida igreja, o indivíduo não é visto como autônomo, pois este não é intrinsecamente mal, mas como vítima de possessão demoníaca, que impede de ser próspero, seja física ou economicamente. Implicitamente uma crítica ao valor do individualismo dado na pós-modernidade

A presença na mídia televisiva e as concentrações de fé são desafios para os defensores do secularismo, que buscam, a todo custo, o desaparecimento de qualquer vestígio de religiosidade na esfera pública. Ainda nos moldes como ocorre no Brasil, os neopentecostais se movimentam no sentido de buscar visibilidade na esfera pública, embora inexista uma bancada evangélica em Portugal, como a que ocorre no Brasil

O neopentecostalismo procura dar sentido à vida, ainda que seja mais do "aqui e agora" do que num plano transcendente. Numa explicação religiosa mais ampla, o secularismo, ao negar qualquer explicação de cunho teológico ou religioso, passa a ser visto como inimigo para os neopentecostais. Pode-se aceitar qualquer explicação sobrenatural (curas, milagres e, mesmo prosperidade avaliada como fruto de bênção divina) dentro da teologia da prosperidade. No contexto português, ainda mais do que no contexto brasileiro, o neopentecostalismo busca um reencantamento do mundo, pois o secularismo como inimigo é mais visível.

Considerações Finais

Buscamos através deste artigo, compreender as estratégias missionárias adotadas pela igreja mundial do poder de Deus em Portugal. As relações entre a identidade brasileira da origem da referida denominação neopentecostal num contexto religioso diferente, como no caso português, caracterizam o processo que chamamos de igreja "made in Brazil" com as especificidades e contextualizações próprias dentro dos fluxos transnacionais do novo mundo em direção ao velho mundo.

Bibliografia

BERGER, P. (1985), *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*, São Paulo: Paulus.

BIRMAN, P. (2003), *Religião e espaço público*, São Paulo: Attar.

BLANES, R. (2008), *Os aleluias: ciganos evangélicos e música*, Lisboa: ICS.

CAMPOS, L. (1997), *Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal*, Petrópolis: Vozes; São Paulo: Simpósio Editora e UMESP.

CASANOVA, J. (1994), *Public religions in the modern world,* Chicago e Londres: Chicago Press.

DAMATTA, R. (1997), *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*, Rio de Janeiro: Rocco.

DAVIE, G. (1994), *Religion in Britain since 1945: Believing without belonging*, Londres: Blackwell.

ERICSON, G.C. (1984), *Os evangélicos em Portugal*, Queluz: Centro de Publicações Cristãs.

FELIZARDO, H. (1995), *História dos baptistas em Portugal*, Lisboa: CEBAPES.

LEVITT, P. (2007), *God needs no passport. Immigrants and the changing religious landscape.* London; New York: The New press.

MAFRA, C. (2002), *Na posse da palavra, Religião, conversão e liberdade pessoal em dois contextos nacionais*, Lisboa: ICS.

PACE, E; VILAÇA, H. (2010), *Religião e movimento. Imigrantes e diversidade religiosa em Portugal e Itália,* Lisboa: Estratégias criativas.

REFKALESKY, E. (2012), "Jeitinho evangelizador."In *Revista de História*, São Paulo, pp.32-34.

RODRIGUES, D.; RUUTH, A. (1999), *Deus, o demônio e o homem: o fenômeno da Igreja Universal do Reino de Deus*, Lisboa: Colibri, 1999.

RODRIGUES, D. (2007), *Sociologia da religião: uma introdução*, Porto: Afrontamentos.

SEGALEN, M.(1998), *Ritos e rituais*, Mem Martins: Publicações Europa-América Ltda.

VILAÇA, H. (2006), *Da Torre de Babel as Terra Prometidas. Pluralismo religioso em Portugal*, Porto: Afrontamentos.

VILAÇA, H. (2008), *Imigração, etnicidade e religião: o papel das comunidades religiosas na integração dos imigrantes da Europa de leste.* Lisboa: Observatório de Imigração.

GT 26
Religiões, cidades, mobilidades: espiritualidade e sentido de lugar entre o local e o global

Sociabilidade confrarial na urbes colonial – religião e sociedade

Gustavo Henrique Barbosa[1]

Os problemas que norteiam este artigo surgiram das interrogações feitas a partir da observação de um dos pontos turísticos de Mariana (a Praça Minas Gerais) – este município que foi a primeira vila (1711) e primeira cidade (1745) de hoje, o Estado de Minas Gerais (Brasil). A forma como as várias Igrejas estão dispostas, presentes para onde quer que se olhe, causa espanto entre os não mineiros[2], e a praça Minas Gerais, neste sentido, chama a atenção do visitante.

A Praça Minas Gerais é formada por duas Igrejas vizinhas situadas em frente à antiga Casa da Câmara e Cadeia da cidade. Um pelourinho – marco da sociedade escravista, disposto entre as Igrejas e a Câmara – compõe a praça. As capelas em questão são a da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Mariana (1777-1793) e ao lado, mas vista de frente, a Igreja da Venerável Ordem Terceira da Nossa Senhora do Monte do Carmo (1784-1826). Diante deste cenário, é mister questionar: por que duas igrejas vizinhas? Elas agregavam o mesmo grupo de fiéis? Sua localização, ambas em frente à Câmara Municipal, guarda algum significado? A partir da observação da praça, sobretudo das igrejas vizinhas, surgiu a ideia de estudar mais detidamente o papel das irmandades de leigos na constituição social de Minas Colonial.

O grande número de igrejas espalhadas pela cidade explica-se, de maneira mais evidente, quando evocamos a importância da religiosidade para a formação daquela sociedade. A grande preocupação do homem colonial com a "boa morte", assim como as incertezas da vida na colônia, levaram homens e mulheres à busca pela proteção oferecida pelas irmandades, confrarias e ordens terceiras. Em virtude das características peculiares que formaram a estrutura eclesiástica na Capitania de Minas Gerais[3], estas instituições acabaram por ocupar posição central, sendo responsáveis pelo sustento do culto público, organizando festas, procissões e oferecendo a seus irmãos amparo na doença, velhice e morte. A caridade cristã e o amparo espiritual são citados como elementos basilares da busca pela filiação a algum destes sodalícios. Acreditamos, porém, que a sociabilidade proporcionada por estes espaços também atraia muitos irmãos. É este aspecto que problematizamos. Pretendemos, aqui, compreender a relação daquela sociedade com as irmandades locais a partir do perfil sociológico dos irmãos terceiros franciscanos marianenses do século XVIII.

Neste trabalho, partimos do pressuposto de que, em uma sociedade escravista e permeada por valores do Antigo Regime português, ser irmão terceiro contribuía para a consolidação de uma posição social ascendente no âmbito local[4]. Entendemos que participar deste grupo que valorizava elementos da ordenação social portuguesa

---

1 Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). Possui graduação em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (2006) e mestrado em História Social da Cultura na Universidade Federal de Minas Gerais (2010). Cursa doutorado em História na UFMG pesquisando relações de poder, hierarquias e distinção social em Minas Colonial através das Ordens Terceiras e associações religiosas de leigos. Desenvolve atividades como professor na área de História, Educação e Metodologia científica. gustavoufop@yahoo.com.br

2 Sobre como as igrejas moldam o cenário dos arraiais coloniais ver: VILLALTA. Luiz Carlos (1988).

3 Refiro-me ao Padroado Régio e à proibição da instalação de clero regular na região.

4 Sobre o conceito de Antigo Regime e o debate sobre sua especificidade na realidade colonial ver: SOUZA, Laura. (2006). FRAGOSO João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (2001); SILVA, Maria Beatriz Nizza da (2005). GROSSI, Ramom (2005).

como a "limpeza de sangue", por exemplo, garantia a seus membros uma das várias "qualidades" que, naquela sociedade, hierarquizavam o corpo social. Assim, para além da questão devocional – igualmente importante – ser irmão terceiro era considerado socialmente positivo e, por isso, compunha as estratégias daqueles homens em busca de uma melhor colocação nas hierarquias que se forjavam naquele contexto. Aos homens de melhor "qualidade" abriam-se oportunidades reais de participação nas esferas do poder e da administração portuguesa, como as companhias de ordenanças, a familiatura no Santo Ofício ou a presença no senado da Câmara local[5].
A partir da construção do perfil prosopográfico[6] do grupo, utilizando como fontes principais testamentos e inventários, procuramos revelar quem eram esses homens e mulheres para entender qual a importância social e simbólica de ser irmão da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Mariana (OTSFM). Quem eram os irmãos terceiros de São Francisco de Mariana? Eram colonos ou reinóis? Casados ou solteiros? Tal ordem agregava um setor social homogêneo? Seus membros pertenciam a qual grupo social? Acreditamos que, desta maneira, contribuiremos para uma melhor compreensão das relações entre ordens terceiras e sociedade nas Minas setecentistas.
As fontes para nosso estudo são os testamentos e inventários registrados pelos irmãos terceiros entre os anos de 1758 e 1808. Este *corpus* documental é riquíssimo, uma vez que trata em detalhes da vida e trajetória de seus testadores (os irmãos terceiros), como também discrimina o universo material deles. Outros documentos importantes são o "Livro de entrada de irmãos" e os "Estatutos" cujo teor auxilia no entendimento dos setores sociais que compunham a instituição. As balizas temporais estipuladas referem-se ao ano de fundação da OTSFM (1758) e à chegada da família real na América portuguesa. O marco final escolhido fundamenta-se pelo fato de a chegada dos Bragança ter provocado mudanças significativas no processo de colonização da América portuguesa, alterando os padrões sociais e culturais até então vigentes[7].

Divisão por gênero

A primeira questão a ser definida na construção do perfil dos irmãos professos na OTSFM diz respeito à sua divisão por gênero. Esta agremiação reunia em seu quadro de irmãos terceiros homens e mulheres.
Em uma confraria que em seu estatuto valoriza o recrutamento de membros *limpos de sangue* e situada em uma região onde a predominância demográfica – sobretudo entre os brancos – era masculina, qual era o tamanho da participação feminina em seus quadros? As tabelas 1 e 2 abaixo são alguns indicativos desta divisão:

Tabela 1: Divisão por gênero dos irmãos da OTSFM segundo os testamentos

	Casos	%
Homens	227	93,41
Mulheres	16	6,59
Total	243	100

Fonte: AHCSM, "Livros de Registros de Testamentos", 1758-1808.

Podemos perceber na tabela 1 que havia um predomínio absoluto de homens entre aqueles que, em seus testa-

5 Sobre as Câmaras Municipais ver FRAGOSO João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (2001). Sobre a familiatura ver: RODRIGUES, Aldair Carlos (2007).

6 O método prosopográfico utilizado aqui para estudarmos o recrutamento os irmãos terceiros de São Francisco e o seu perfil sociológico, foi inspirado nos trabalhos de Jorge Pedreira sobre os comerciantes de Lisboa. PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana, (1995), sobretudo o cap. 4, pp. 191-241. Sobre a rede de familiares do Santo Oficio em Minas. RODRIGUES, Aldair Carlos, (2007). Sobre a atuação das ordens regulares em Minas. SILVA, Renata Resende, (2005).

7 Sobre a vinda da corte e a crise do sistema colonial português ver. NOVAES, Fernando, (1979).

mentos, declaravam-se irmãos da OTSFM. O número chega a 93,41% dos irmãos localizados. A participação feminina na confraria segundo esses dados é de 6,59%. Trata-se de um número baixo quando comparado à participação feminina em outras ordens terceiras coloniais. João José Reis aponta os seguintes dados para as duas principais ordens terceiras baianas <<No século XVII elas (as mulheres) compunham 30% dos que ingressavam na Ordem Terceira do Carmo, proporção que subiu para 39% no século XVIII. Na Ordem Terceira de São Francisco, entre 1760 e 1770, 35,2% dos novos filiados eram mulheres>> (Reis, 2004:58).
William Martins (2001), em estudo sobre os irmãos terceiros carmelitas e franciscanos da Corte, também aponta um predomínio masculino nesses sodalícios. As mulheres estavam mais presentes entre os terceiros carmelitas, num índice de 35% dos irmãos professos. Entre os terceiros franciscanos, o autor apura que a participação feminina chegava a 15,3% do quadro de irmãos professos.
Uma comparação com os registros do "Livro de Entrada e Profissão de Irmãos" pode oferecer um número mais real a respeito da participação feminina na OTSFM.

Tabela 2: Divisão dos irmãos terceiros por gênero segundo o "Livro de Entradas"

	Casos	%
Homens	629	67,93
Mulheres	297	32,07
Total	926	100

Fonte: "Livro de Entrada e Profissão", OTSFM, 1758-1808.

O "Livro..." registra uma presença feminina que chega a 32,07% do total de irmãos. Índice mais aproximado do encontrado em outras ordens terceiras da colônia.
A sociedade mineradora caracterizava-se pela predominância demográfica masculina – característica ainda mais importante entre os brancos. Desse modo, entendemos que a participação feminina no quadro de irmãos da OTSFM pode ser considerada alta. Veremos mais adiante que 75% dessas irmãs eram casadas ou viúvas. Em uma região onde o casamento legítimo e entre iguais era privilégio de poucos[8], entendemos que essas mulheres pertenciam ao lado considerado *positivo* das clivagens sociais que se estruturavam naquele contexto.
Luciano Figueiredo (1993) discute o sentido da presença feminina nas irmandades coloniais mineiras. O autor mostra que as mulheres pobres encontravam grande espaço de atuação, sobretudo nas irmandades que agregavam negros, pardos e mulatos. Essa presença é marcante tanto em relação ao número de irmãs agregadas, como nas possibilidades de participação na estrutura administrativa da irmandade. Isso é o resultado da expressão social alcançada pelas mulheres pobres nas vilas e freguesias mineiras. Já nas irmandades de brancos – como a OTSFM – o pesquisador entende a participação feminina como diminuta em número e poder, o que seria reflexo do papel da mulher na ordem hierárquica propagada entre as elites locais. As ordens terceiras e demais confrarias de brancos, ao valorizar tal visão, conferiam às suas irmãs um espaço pequeno de atuação.
Realmente, a participação feminina em cargos na OTSFM era mínima. Existiam apenas dois cargos na mesa cujo preenchimento estava reservado às irmãs terceiras. Para os homens somavam-se doze cargos, fora o definitório[9]. Desse modo, parece pertinente a interpretação de Figueiredo, uma vez que a presença de mulheres na OTSFM revela-se importante em número, mas não em poder decisório e administrativo.
Como mostraremos adiante na elaboração do perfil do grupo, as irmãs terceiras de Mariana eram majoritariamente colonas pertencentes a famílias antigas da região, descendentes dos primeiros arrivistas portugueses. Sua mentalidade foi formada na intersecção do mundo português com a realidade escravista colonial. Assim, elas valorizavam as práticas sociais e os princípios estratificadores reinóis difundidos pela ordem terceira e seu estatuto. Dessa maneira, as mulheres buscavam naquele espaço, além do apoio espiritual e proximidade com

8 FIGUEIREDO, Luciano (1993:113).

9 Composto por 12 irmãos terceiros anualmente eleitos que participavam das votações e deliberações da mesa administrativa da Ordem.

a fé, reafirmar socialmente a posse das *qualidades* que diferenciavam e delimitavam as hierarquias naquele contexto.

O clero secular na OTSFM

Defendemos aqui que a OTSFM era um espaço de atuação dos leigos em busca de uma vivência religiosa mais efetiva, de ajuda social e sociabilidade. A pesquisa com os testamentos evidenciou que entre seus pares havia membros do clero secular como padres e vigários. Qual o tamanho da participação desses religiosos no quadro de irmãos terceiros da ordem? Qual o sentido da participação deles nessa confraria?
A análise dos registros de testamentos e do livro de entrada de irmãos da ordem aponta algumas respostas a estas questões:

Tabela 3: O clero secular na OTSFM segundo os testamentos

	Casos	%
Leigos	225	92,60
Clérigos	18	7,40
Total	243	100

Fonte: AHCSM, "Livros de Registros de Testamentos", 1758-1808.

Tabela 4: O clero secular na OTSFM segundo Livro de Entradas

	Casos	**%**
Leigos	812	87,70
Clérigos	114	12,30
Total	926	100

Fonte: "Livro de Entrada e Profissões", 1758-1808.

Dentro da amostra coletada nos testamentos do século XVIII em Mariana, encontramos 18 irmãos que se declaram clérigos, o que perfaz 7,4% do total dos irmãos localizados. Já no "Livro de Entrada e Profissão" encontramos um índice maior, de 12,30%. Os números indicam que a OTSFM era um espaço procurado por aqueles que dedicavam-se ao ofício eclesiástico.
William Martins (2001), em sua pesquisa sobre as ordens terceiras fluminenses, encontrou um número baixo de religiosos seculares entre os irmãos terceiros franciscanos. Ao categorizar os membros da ordem por atividade profissional, ele concluiu que apenas 1% de irmãos se dedicava ao ofício religioso. O caráter fragmentário das fontes utilizadas por Martins pode ter distorcido o percentual por ele encontrado[10].Todavia, a oportunidade de participação do clero secular fluminense em outros espaços religiosos e de poder deveria contribuir para a pouca participação destes na ordem terceira franciscana fluminense.
O trabalho de Cristiano Oliveira (2008:108) revela que 10% dos irmãos *ministros* da Ordem Terceira de São Francisco de Vila Rica, durante a segunda metade do século XVIII, eram oriundos do clero secular. Ainda

10 Martins (2003), na parte 3 "Os irmãos terceiros e a vida cotidiana" p.310 – delineia as fontes principais em que se baseia o capítulo. O autor utiliza os "Livros de entrada de irmãos das ordens terceiras franciscana e carmelita. Todavia o autor conta com a série completa de registros apenas para o sodalício carmelita. "Quanto aos livros que reúnem os registros de entrada de irmãos na Ordem Terceira de São Francisco, por diversos motivos não foi possível efetuar analise semelhante, seja por causa do extravio de parte da documentação, seja em razão da escassez de tempo disponível para o preparo do respectivo banco de dados. Assim tais contingências impuseram um método de análise distinto baseado em amostragem."

segundo o estudo, 14,9% de todos os ocupantes de cargos na mesa administrativa da referida ordem também eram religiosos. A comparação com os números da ordem terceira de Vila Rica é complicada, uma vez que Oliveira trabalha apenas com os membros que compunham a mesa administrativa da ordem, enquanto neste trabalho não fazemos tal distinção. Mas são números parecidos que reforçam a ideia de que as ordens terceiras nas Minas exerciam atração sobre os religiosos seculares locais.
A proibição da instalação de ordens regulares no território mineiro pode ter contribuído para que suas ordens terceiras, onde as rotinas e exercícios espirituais eram mais rígidos do que em outras irmandades, atraíssem um número grande de clérigos. O prestígio social de que essas ordens leigas gozavam entre as demais irmandades e a preocupação em agregar, preferencialmente, homens e mulheres cuja *qualidade* fosse atestada, pode ter sido, também, fator preponderante para a atração do clero secular local.

Naturalidade dos irmãos terceiros

Uma configuração do perfil socioeconômico dos irmãos terceiros deve necessariamente contemplar a investigação do padrão de naturalidade do grupo. Os irmãos terceiros eram colonos ou reinóis? Os irmãos reinóis eram naturais de quais regiões de Portugal? E os irmãos colonos eram naturais de quais capitanias? Existiam diferenças no padrão de naturalidade entre irmãos e irmãs? Estas informações estão presentes nos testamentos *post mortem* deixados pelos irmãos terceiros e são analisados abaixo:

Tabela 5: Naturalidade dos irmãos terceiros (homens e mulheres)

	Casos	**%**
Reino	183	75,30
Colônia	31	12,75
Ilhas	19	7,81
Não cita	10	4,12
Total	243	100

Fonte: AHCSM, “Livros de Registros de Testamentos”, 1758-1808.

Em nossa amostra, encontramos 183 irmãos (75,3%) cuja origem geográfica era Portugal e outros 19 irmãos (7,81%) naturais das Ilhas Atlânticas. Trinta e um irmãos (12,75%) eram naturais da colônia. Somando o percentual encontrado entre reinóis e os naturais das Ilhas, chegamos a um total de 83,1% de irmãos terceiros cuja origem era o Reino. Ou seja, havia um predomínio absoluto deste grupo no quadro de irmãos do sodalício. A tabela seguinte mostra a mesma questão, excluindo da amostra as irmãs terceiras:

Tabela 6: Naturalidade dos irmãos terceiros homens

	Casos	**%**
Reino	180	79,30
Ilhas	19	8,37
Colônia	18	7,93
Não cita	10	4,41
Total	227	100

Fonte: AHCSM, “Livros de Registros de Testamentos”, 1758-1808.

Quando excluímos as mulheres da amostra percebemos que o número de reinóis (incluindo os naturais das

Ilhas Atlânticas) fica ainda maior, chegando a 87,67% do total de membros da ordem. É um percentual alto se comparado, por exemplo, com o encontrado por Carla Almeida (2001) entre os inventariantes da Comarca de Vila Rica entre 1750 e 1822. Na média, para os dois períodos por ela estudados, os naturais de Portugal e suas ilhas eram de 60,4%.

Os dados apontam que a OTSFM era um espaço valorizado pelos migrantes portugueses residentes em Mariana e seu termo. A mentalidade deste grupo era marcada pelos padrões sociais e valores ibéricos do Antigo Regime, adaptados à realidade escravista colonial. Deste modo, os critérios de seleção excludentes faziam parte desse horizonte social que, por meio de "qualidades", hierarquizava o corpo social. Os migrantes reinóis em território ultramarino buscavam reproduzir tal prática, uma vez que isso lhes garantia posição social privilegiada. A OTSFM era um espaço de propagação desses valores e práticas sociais.

Entre as irmãs terceiras a lógica se inverte e nos deparamos com uma maioria cuja naturalidade é a própria colônia. Vejamos:

Tabela 7: Naturalidade das irmãs terceiras

	Casos	**%**
Colônia	13	81,25
Reino	3	18,75
Total	16	100

Fonte: AHCSM, "Livros de Registros de Testamentos", 1758-1808.

As irmãs terceiras de São Francisco de Mariana eram majoritariamente colonas. Elas somavam 81,25% do total de irmãs professas. As mulheres de origem reinol compunham uma minoria neste grupo – 18,75% do total. Não encontramos nenhuma irmã que declarasse ascendência africana.

Percebemos, assim, tendências opostas quanto à naturalidade de irmãos e irmãs. Enquanto entre os homens o perfil mais comum é o do irmão de origem portuguesa, entre as mulheres a predominância é de naturais do território colonial.

A pouca participação de mulheres nascidas em Portugal na OTSFM mantém relação com o baixo fluxo migratório feminino português para as regiões ultramarinas. Sendo o empreendimento colonial uma ação majoritariamente masculina, a densidade demográfica feminina era baixa, sobretudo, no território mineiro. A maioria das mulheres que habitava a região era nascida em território ultramarino sendo elas descendentes das primeiras famílias de conquistadores da região.

Pudemos confirmar aqui o cumprimento da determinação presente no estatuto da Ordem de que não deveria ser aceito como irmão candidatos em que não fosse comprovada a *limpeza de sangue*[11]. O critério étnico-racial no recrutamento de irmãos faz-se, assim, importante para aqueles sujeitos.

A noção de *raça infecta* era uma das principais clivagens da ordenação social portuguesa e, em uma sociedade escravista como a de Minas colonial, era fator preponderante na hierarquização do corpo social. O padrão de naturalidade do grupo os colocava entre aqueles partícipes de importante *qualidade*, ou seja, eram homens e mulheres livres.

Sendo a maior parte dos irmãos terceiros naturais do Reino, investigamos quais as regiões de Portugal fornecia mais irmãos para a ordem terceira. Vejamos a tabela 8:

11 *Estatutos municipais da Ordem Terceira do Serafim Humano o Glorioso Patriarca São Francisco da Cidade de Mariana*. Cap. 24, parágrafo 1.

Tabela 8: Naturalidade dos irmãos terceiros reinóis (homens e mulheres)

Província	Comarca	Número	%
Entre Douro e Minho	Barcelos	31	18,67
	Guimarães	24	14,45
	Porto	16	9,63
	Braga	9	5,42
	Penafiel	9	5,42
	Viana	9	5,42
	Valença	8	4,81
	Subtotal	**106**	**63,85**
Trás-os-montes	Vila Real	7	4,22
	Bragança	6	3,61
	Subtotal	**13**	**7,83**
Beira	Feira	6	3,62
	Lamego	4	2,41
	Coimbra	3	1,81
	Guarda	2	1,20
	Aveiro	1	0,6
	Castelo Branco	1	0,6
	Viseu	1	0,6
	Subtotal	**18**	**10,84**
Estremadura	Lisboa	6	3,62
	Setúbal	2	1,2
	Torres Verdes	1	0,6
	Subtotal	**9**	**5,42**
Alentejo	Évora	**1**	0,6
Ilhas		**19**	**11,44**
Total		166	100

Fonte: AHCSM, "Livros de Registros de Testamentos", 1758-1808.

Entre os 202 irmãos terceiros reinóis de nossa amostra, foi possível localizar com exatidão a naturalidade de 166 deles, ou seja, 82,17% do total. O perfil mais comum é o daqueles nascidos na província do Minho, perfazendo 63,85% do total de irmãos reinóis. Entre os minhotos, destacam-se os oriundos da comarca de Barcelos e Guimarães. Em segundo lugar, encontramos os irmãos naturais das Ilhas Atlânticas (11,44%), seguido dos nascidos na Beira (10,84%).

O norte de Portugal contava com um padrão social e demográfico ímpar se comparado com as demais províncias do reino. Nessa região, o fluxo migratório funcionava como uma "válvula de escape" da grande pressão demográfica que concentrava, durante o século XVIII, um quarto de toda a população portuguesa. Segundo Ramos (1993) tais condições favoreciam a migração para as regiões ultramarinas, onde esses sujeitos procuravam melhores condições de enriquecimento e ascensão social.

A origem minhota da população mineira é uma característica debatida nos trabalhos sobre a composição social da região. Donald Ramos (1993) aponta que 2/3 dos migrantes para as Minas eram originários dessa província. Júnia Furtado (2006) em seu trabalho sobre os comerciantes portugueses residentes nas Minas, revela que 77,4% deles eram naturais do norte de Portugal. Carla Almeida (2001), em tese sobre a estrutura produtiva

mineira na segunda metade do século XVIII, mostra que 89% dos portugueses de seu estudo eram também naturais dessa região.
A naturalidade minhota da maioria dos irmãos da OTSFM mostra que seus membros eram imigrantes em busca de enriquecimento e ascensão social por meio da entrada nos negócios ultramarinos. Estratégia importante neste empreendimento era inserir-se nas redes de sociabilidade locais e firmar-se em posição que possibilitasse o acesso a honras, mercês e privilégios reservados para aqueles que gozassem das *qualidades* necessárias. A participação na ordem terceira contribuía nesse sentido, pois era uma instituição que valorizava e reproduzia tal lógica adaptando-a à realidade colonial.
E entre os irmãos colonos? Qual era o padrão de naturalidade?

Tabela 9: Naturalidade irmãos terceiros colonos

Capitania	**Casos**	**%**
Minas Gerais	22	70,96
São Paulo	4	12,90
Rio de Janeiro	4	12,90
Bahia	1	3,22
Total	31	100

Fonte: AHCSM, "Livros de Registros de Testamentos", 1758-1808.

O predomínio, entre os irmãos colonos, era de nascidos na Capitania de Minas Gerais (70,96%), seguidos de migrantes vindos de São Paulo e Rio de Janeiro. As irmãs terceiras colonas compartilham o mesmo padrão de naturalidade encontrado entre os homens:

Tabela 10: Naturalidade das irmãs terceiras colonas

Capitania	**Casos**	**%**
Minas Gerais	9	69,23
São Paulo	2	15,38
Rio de Janeiro	2	15,38
Total	13	100

Fonte: AHCSM, "Livros de Registros de Testamentos", 1758-1808.

Cerca de 70% das irmãs terceiras colonas eram naturais da própria capitania mineradora. Havia ainda em número menor irmãs naturais das capitanias de São Paulo e Rio de Janeiro.
Dado interessante é que todos declararam em testamento serem filhos legítimos, ou seja, fruto de um casamento constituído em *face da igreja*. É o caso, por exemplo, do sargento-mor Antônio José de Freitas[12] que, em testamento registrado no ano de 1804, declarou ser filho legítimo do capitão Martinho de Freitas Guimarães e de sua mulher D. Francisca Tereza de Jesus.
Assim, na segunda metade do setecentos, esses irmãos eram membros de famílias com laços arraigados na região – o que para aquele contexto social constituía importante capital simbólico. A filiação desses sujeitos na ordem terceira contribuía para o fortalecimento do *prestígio* de que ela gozava na sociedade local.

12 AHCSM – Livro de Registros de Testamentos no. 38 fls 31v.

O estado civil dos irmãos terceiros

Para a configuração do perfil dos irmãos da OTSFM faz-se necessário analisar o padrão da estrutura familiar do grupo. Os membros da OTSFM eram majoritariamente casados ou solteiros? Havia diferenças entre o estado civil de irmãos e irmãs? O que elas sinalizam? O concubinato fazia parte do cotidiano dos irmãos terceiros? Como esses números dialogam com a historiografia sobre a composição das famílias da região? Vejamos o que dizem os testamentos consultados:

Tabela 11: Estado civil de irmãos e irmãs da OTSFM

Estado civil	Casos	%
Solteiros (as)	157	60,49
Casados (as)	51	20,98
Viúvos (as)	41	16,87
Não citado	4	1,64
Total	243	100,0

Fonte: AHCSM, "Livros de Registros de Testamentos", 1758-1808.

A maior parte dos irmãos terceiros de São Francisco de Mariana – 60,49% – era solteira quando redigiu seus testamentos. Como vimos anteriormente, os irmãos terceiros eram homens brancos, naturais do reino e as condições demográficas da região dificultavam uma *união legítima* e *entre iguais* como preconizada pela Igreja. A debilidade da ação eclesiástica na capitania, os altos custos do processo e a morosidade burocrática também dificultavam o acesso ao casamento. Assim, a maior parte dos irmãos terceiros era celibatária, ao menos oficialmente.

Opostamente, 37,85% dos irmãos terceiros eram casados ou viúvos. É um índice alto se comparado aos padrões de casamento vigentes nas Minas do século XVIII. Segundo Luciano Figueiredo o casamento legítimo era mais disseminado entre as elites:

> Em Minas Gerais, como em outras regiões coloniais, a concubinagem constitui-se na organização familiar típica entre as camadas populares da sociedade. [...] Fruto das circunstancias, o casamento passaria a representar um símbolo de status, na medida em que, incessível a grande maioria, indicaria uma marca da diferenciação social. (Figueiredo, 1993:113)

A colônia presenciou uma disseminação de uniões consensuais, sobretudo entre as camadas populares. Havia um esforço por parte da Igreja em normatizar a questão difundindo as uniões em "face da Igreja" e combatendo o concubinato. O casamento legítimo era um ideal a ser buscado por aqueles que almejavam uma vida cristã exemplar.

Encontramos apenas um irmão terceiro – José Ferreira de Araújo[13], morador de Catas Altas – que assumiu em seu testamento de 1767 uma relação de concubinato com a forra Antônia Dias Neves, com quem confessou ter tido dois filhos: João e Francisca Ferreira do Araújo, nomeados por ele como seus herdeiros. Possíveis omissões quanto a esta questão nos testamentos consultados podem camuflar o real peso do concubinato entre os membros da OTSFM.[14] Veremos adiante que o número de irmãos com filhos naturais é bem maior, o que nas entrelinhas, evidencia a prática do concubinato em maior número.

---

13 AHCSM – Livro de Registros de Testamentos nº 55, fl. 28.

14 Paiva (2000:32) ressalta as omissões quanto a esta questão que permeavam os testamentos redigidos na segunda metade do século XVIII e que devem ser driblados pelo pesquisador.

O estatuto da ordem exigia de seus membros o gozo de *boa fama* pública e *vida exemplar*. Estes requisitos não estariam presentes em irmãos que vivessem relações consideradas desviantes, como a formação de uma família ilegítima.[15] As possíveis omissões dos irmãos quanto ao seu real estado civil, revela a intenção de camuflar tal conduta familiar, considerada desviante, assim como o apreço destes pelos valores sociais ibéricos difundidos pela ordem terceira.
E quando excluímos da análise os irmãos homens? Qual era o estado civil das irmãs terceiras? Existiam diferenças? O que elas significavam? Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 12: Estado civil das irmãs terceiras

Estado civil	Casos	%
Viúvas	10	62,5
Solteiras	4	25,0
Casadas	2	12,5
Total	16	

Fonte: AHCSM, "Livros de Registros de Testamentos" 1758-1808.

Entre as mulheres, o perfil mais comum era o das irmãs terceiras casadas ou viúvas, num total de 75% dos casos analisados. Se entre os homens brancos o casamento era dificultado pelo baixo número de mulheres casadoiras, entre elas a oferta de maridos era alta em virtude dos padrões demográficos já discutidos aqui. Isso deveria facilitar a formação de famílias legítimas no grupo.
Por pertencerem a famílias tradicionais da região, as irmãs terceiras de São Francisco de Mariana compunham um grupo social específico, sendo a segunda ou terceira geração daqueles primeiros migrantes portugueses chamados – conquistadores – que integravam, nas Minas, a *nobreza da terra.*[16] Este aspecto era importante e favorecia a possibilidade de essas mulheres formarem famílias legítimas, contribuindo para a consolidação de sua boa fama pública e conduta exemplar, além de garantir a reprodução da riqueza e do *status* de sua família.[17]

Os descendentes

A maior parte dos irmãos terceiros de São Francisco de Mariana era composta por homens solteiros. Entretanto, cerca de 37% deles, entre irmãos e irmãs, declararam ser legitimamente casados ou viúvos. Uma vez esboçado este perfil, cabe agora interrogar o grau de legitimidade de seus descendentes. Os irmãos terceiros tinham filhos naturais? Qual o peso destes no total de descendentes dos irmãos?

---

15 *Estatutos municipais da Ordem Terceira do Serafim Humano o Glorioso Patriarca São Francisco da Cidade de Mariana*. Cap. 24. Interrogatórios, item1.

16 SILVA (2005: 10). A autora, neste livro, trata da especificidade da condição de nobre no território colonial. Segundo a autora: "A história da nobreza colonial, mais complexa do que se poderia à primeira vista pensar, e por isso mesmo mais difícil de ser escrita, é a história de serviços prestados pelos vassalos e de mercês concedidas pelos monarcas. Não se trata de uma nobreza de sangue, hereditária, mas de uma nobreza individual e vitalícia, quando muito transmitida aos membros da família mais próxima", p. 10. Era essa a nobreza a que os primeiros habitantes das Minas aspiravam, pedindo mercês que lhes recompensassem o dispêndio de abrir uma nova frente de colonização para a Coroa Portuguesa. Assim constituía-se a "nobreza da terra" com a qual os migrantes portugueses da segunda metade do século XVIII buscavam aliar-se por meio do casamento.

17 BRUGGER, Silvia Maria Jardim, (2007). Ver, sobretudo, o cap. 4, p. 221-228, nos quais a autora joga luz sobre as relações conjugais entre uma nobreza da terra e o fluxo de migração e fixação de reinóis na segunda metade do século XVIII.

Tabela 13: Irmãos terceiros e legitimidade dos descendentes

	Irmãos	**%**
Legítimos	70	73,68
Naturais	25	26,32
Total	95	100

Fonte: AHCSM, "Livros de Registros de Testamentos", 1758-1808.

Da nossa amostra de 243 irmãos terceiros constatamos que 39,1% deles tinham, pelo menos, um filho legítimo ou natural. O número é ligeiramente maior que o encontrado para os irmãos casados. O índice de legitimidade dos descendentes é alto, compondo 73,68% dos casos. A maioria dos irmãos terceiros com filhos naturais declarou em testamento o estado de solteiro.

Dessa forma, é possível afirmar a existência da prática do concubinato entre os irmãos terceiros. Eles não assumiam, todavia, a formação de uma família ilegítima em seus testamentos, como demonstramos. A paternidade de filhos naturais, sobretudo entre os solteiros, e a nomeação daqueles como herdeiros evidenciam, porém, as uniões consensuais.

Podemos citar como exemplo o caso do ajudante Francisco Pereira Freitas[18], morador de Mariana que, no ato de seu registro testamentário, em 1791, declarou-se solteiro, mas assume ter tido dois filhos naturais com Josefa de Tal, nomeados por ele, juntamente com sua concubina, como seus herdeiros; ou o de Manoel Souza Soares da Fonseca[19], morador do Inficionado que, em 1767, também se declarou solteiro, mas disse ter tido um filho natural de nome Antônio Pardo, filho de Theodozia Preta Forra, citados, juntamente com sua alma, herdeiros universais de seus bens.

O índice de legitimidade da prole entre os casados era de 93,33%. Apenas três irmãos casados assumiram ter filhos naturais. Manoel Francisco da Costa[20], em seu testamento, de 1763, afirmou ser casado com Rosa de Trindade, que assistia em Lisboa "para ser freira". Segundo ele "a distância e a solidão" (palavras dele) o levaram a ter, nas Minas, um filho natural com Esperança Angola. Já Antônio da Costa e Souza[21], morador em Mariana, em 1777 se declarou viúvo, mas assumiu a paternidade de duas filhas naturais – Leonarda de Souza Costa e Florência de Souza – nomeadas como herdeiras de seus bens. O terceiro caso é do irmão Manoel Tavares Machado[22], residente no Furquim, casado com Isabel Nunes Barreto. Manoel não teve filhos com sua esposa legítima. Teve, entretanto, três filhos naturais: José, Felipe e Maria – todos descritos por ele como mulatos.

O único irmão terceiro que assumiu em testamento formar uma família ilegítima foi José Ferreira de Araújo.[23] Residente em Catas Altas, no ano de 1767, este irmão declarou-se concunbino da forra Antônia Dias Neves, com quem teve dois filhos: João e Francisca Ferreira de Araújo.

Observamos que os irmãos da OTSFM eram majoritariamente homens, solteiros e sem filhos. Mostrou-se relevante, todavia, o número de irmãos terceiros casados que deixavam, essencialmente, descendentes legítimos. Evidenciamos a prática do concubinato em número restrito. Isso revela que esses homens entendiam que o casamento deveria ser constituído apenas *entre iguais*, reproduzindo as determinações religiosas e civis acerca do padrão da estrutura familiar dita legítima. As uniões consensuais que existiam não eram reconhecidas publicamente. Tal ordenamento endossava nesses homens e mulheres as *qualidades* almejadas por aqueles que buscavam vincular-se às elites comportando-se de modo a não incorrer em uma conduta socialmente considerada como desviante.

---

18 AHCSM Livro de Registro de Testamentos, nº 42, fls 147v.

19 AHCSM Livro de Registro de Testamentos, nº 58, fls 125v.

20 AHCSM Livro de registro de testamentos, nº 68, fls 105.

21 AHCSM Livro de registro de testamentos, nº 52, fls 42v.

22 AHCSM Livro de registro de testamentos, nº 51, fls 17.

23AHCSM Livro de registro de testamentos, nº 55, fls 28.

Títulos e Patentes

Os estudos sobre sociedade e poder em Minas colonial destacam a importância da *nobilitação* para a composição das elites em sociedades oriundas do Antigo Regime português. Em locais de colonização recente como as Minas não havia uma *nobreza de sangue*, tradicional. Por isso, esse *status* era conquistado ao longo da vida, por meio de diversas estratégias que variavam de lugar para lugar. Gozar de prestígio e honra implicava investir na inserção em redes de sociabilidade local, prestar serviços à Coroa e acumular cargos e *privilégios*. Para isso, ter poder econômico era importante, mas não bastava. A posse de certas *qualidades* era essencial e esses dois quesitos se reforçavam mutuamente. Via importante para a nobilitação era receber da Coroa *mercês*, como cargos na administração pública ou postos militares. A inserção no ofício eclesiástico garantia também *status* e privilégios.

Ostentar algum pronome de tratamento ou patente militar era, assim, sinal de *status* e distinção social. Significava ser parte das elites locais ou estar bem próximo delas. Buscamos em nosso banco de dados elementos que permitissem identificar nos irmãos terceiros a presença de tais características. A tabela 14 traz os dados encontrados nos registros de testamentos.

Tabela 14: Irmãos terceiros (homens) com títulos ou patentes nos testamentos

		%
Sem título	170	74,88
Com título	57	25,11
Total	227	100

Fonte: AHCSM, "Livros de Registros de Testamentos" 1758-1808.

Cerca de 25% dos irmãos terceiros traziam junto a seu nome algum título ou patente militar. Tratava-se de um grupo restrito, mas indica a presença de partícipes das elites entre os membros da OTSFM. Entre as qualidades atestadas no nome, destacavam-se as de religiosos, seguidas daqueles com patentes militares (na maioria de capitão ou alferes):

Tabela 15: Qualidades e patentes dos irmãos terceiros

Título/Patente	Número	%
Religiosos	17	29,82
Capitão-mor	1	1,75
Sargento-mor	1	1,75
Capitão	14	24,59
Coronel	2	3,51
Tenente	5	8,77
Guarda-mor	1	1,75
Alferes	8	14,03
Furriel	2	3,51
Ajudante	2	3,51
Licenciado	1	1,75
Doutor	3	5,26
Total	57	100

Fonte: "Testamentos *post-mortem*", 1758-1808, AHCSM.

Tem destaque na tabela o grande número de irmãos religiosos entre os membros da OTSFM. O sacerdócio era reservado àqueles que concorressem com as *qualidades* necessárias. Os candidatos à carreira eclesiástica eram submetidos a um processo de habilitação denominado *Genere, vitae et moribus* (sangue, vida e costumes). Dedicar-se aos ofícios religiosos era, na colônia, uma estratégia interessante para aqueles que buscavam proximidade com o poder. Para Bárbara Fadel (1994), estudiosa dos processos de habilitação no termo de Mariana durante o século XVIII, o sacerdócio era considerado uma carreira profissional. O clérigo ao tornar-se pároco, ocupava um posto na hierarquia eclesiástica e transformava-se, assim, em um *oficial* do rei. Tal condição garantia aos religiosos uma posição de destaque naquela sociedade. Luis Carlos Villalta (2007:31) destaca que <<o atrativo principal, na verdade, estava no fato de o sacerdócio dar foros de nobreza, no interior da sociedade lusobrasileira, de caráter estamental: dava aos clérigos privilégios equivalentes aos dos nobres e, por isso, constítuia um dos instrumentos de ascensão social>>. Desse modo, o estado sacerdotal tinha um sentido correlato ao religioso. Era um importante capital social e simbólico.

Em seguida aos religiosos, destaca-se o grande número de irmãos com patentes militares. A concessão destas era uma prerrogativa do rei, que recompensava seus vassalos através dessa mercê, em recompensa a algum serviço prestado à Coroa. Essa política teve grande ressonância nas Minas durante o século XVIII, o que provocou a criação de inúmeros postos que tradicionalmente não existiam em outras partes do Império.[24] A patente mais encontrada entre os irmãos terceiros era a de *capitão*. Segundo Ana Paula Costa (2006), a patente de capitão, juntamente com a de sargento-mor e capitão-mor, eram as mais altas na hierarquia das companhias de ordenança. Ocupar esses postos demarcava uma posição social importante e dotava o sujeito de grande poder local. Em número menor, mas igualmente relevante, vinham os irmãos terceiros portadores da patente de alferes, considerada dentro da hierarquia uma patente de importância menor.

Já entre as mulheres, essa mesma análise recai sobre a presença do pronome de tratamento "dona" junto aos seus nomes. Tal pronome era utilizado por aquelas senhoras pertencentes a famílias tradicionais da região e cuja reputação social fosse ilibada. Como já foi discutido aqui, localizamos poucos testamentos deixados pelas irmãs terceiras franciscanas. Desse modo, propomos esta análise a partir do registro feito no "Livro de Entrada e Profissão de Irmãos".

Tabela 16: Irmãs terceiras classificadas como "donas" no livro de entrada e profissões

		%
Sem título	170	57
Dona	127	43
Total	297	100

Fonte: "Livro de Entrada e Profissões", OTSFM, 1758-1808.

Entre as irmãs terceiras admitidas no período, 43% delas traziam junto a seu nome a indicação "Dona". É um número alto, mas explicável diante da natureza social dessas mulheres que, como já foi demonstrado, eram oriundas de famílias caracterizadas localmente como tradicionais e as "melhores da terra".

Demonstramos aqui que, segundo os testamentos coletados, 25% dos irmãos terceiros homens traziam junto a seu nome a posse de algum pronome de tratamento. Trata-se de um número restrito em relação ao universo total do número de irmãos terceiros. Sendo a posse de títulos e patentes um importante princípio estratificador, tal percentual mostra que, na verdade, os membros da OTSFM não pertenciam, majoritariamente, às elites locais.

Esses números demonstram a exiguidade de oportunidades de mobilidade social dentro do contexto colonial. Como demonstramos aqui, os irmãos terceiros enquadravam-se na posse das qualidades consideradas essenciais para a boa inserção social de um indivíduo na colônia – uma vez que o grupo é composto por homens brancos e de origem reinol. Entretanto, por meio da análise da posse de patentes e títulos, podemos perceber que eram poucos os que conseguiam transformar essas qualidades em mercês e inserir-se na administração do império.

24 Ver COTTA, Francis Albert, (2004:151).

A posse de escravos

Em território colonial, a riqueza e o poder de um sujeito eram notabilizados, sobretudo, pelo número de escravos em sua posse. Sendo o trabalho manual considerado um defeito, ter escravos tinha implicações simbólicas importantes e era um princípio estratificador para aqueles sujeitos.[25] Assim, procuramos classificar os irmãos terceiros pela posse de escravos. Os irmãos eram senhores de escravos? Qual o tamanho da escravaria? Vejamos os dados:

Tabela 17: A posse de escravos entre os irmãos terceiros

Nº de escravos	Nº absoluto	%
Sem escravos	7	9,72
1 a 4	19	26,39
5 a 9	13	18,05
10 a 19	12	16,70
20 a 49	15	20,80
+50	6	8,34
Total	72	100

Fonte: "Inventários *post-mortem*" 1758-1808, AHCSM.

Pelos dados arrolados percebemos que 90% dos irmãos da OTSFM eram proprietários de escravos. A posse de cativos era uma característica importante dos membros da ordem. Entretanto, a tabela mostra que o tamanho dos plantéis era heterogêneo.

A maioria deles tinha em sua posse de 1 a 4 escravos. O perfil mais recorrente em termos absolutos, assim, era o de pequenos proprietários. Schwartz, citando Francisco Vidal Luna que teve com base em registros de impostos e censos populacionais, demonstrou que o tamanho do plantel médio em Minas Gerais entre 1718 e 1804 era pequeno e variava dentro do percentual encontrado entre os irmãos terceiros, ou seja, entre 1 e 4 cativos (Schwartz, 1995:368).

Todavia, essa não é uma maioria absoluta, pois há dentro do grupo, em número significativo, proprietários médios e grandes. Enquadram-se, assim, os 21% de irmãos que tinham entre 20 e 49 cativos – compondo o segundo perfil mais comum. Outros 8% dos irmãos terceiros tinham em sua posse mais de 50 cativos, ou seja, eram grandes proprietários de escravos.

A estrutura da posse de escravos entre os irmãos terceiros evidencia a importância do regime escravista para a sociedade de Mariana da segunda metade do século XVIII. Trata-se de uma importância econômica, uma vez que a mão-de-obra escrava era essencial para o desenvolvimento das atividades produtivas. Isto se reflete no tamanho do espólio dos maiores proprietários. Mas era também uma importância simbólica, pois compunha os critérios de estratificação daquela sociedade. Uma das clivagens sociais mais importantes de uma sociedade escravista é aquela que separa o senhor de seu escravo. Neste aspecto, os irmãos terceiros de São Francisco de Mariana vinculavam-se ao lado positivo dessa dicotomia.

Conclusão

Autores como Laura de Mello e Souza, Aldair Carlos Rodrigues, Ramom Grossi, entre outros que se dedicam ao estudo da organização do poder na América portuguesa entendem que a *nobilitação* e o *poder econômico* eram dois importantes princípios estratificadores para essa sociedade. Deter grande cabedal financeiro não garantia, entretanto, uma boa posição nas hierarquias locais. A posse do dinheiro facilitava o investimento em

25 Ver SCHWARTZ, Stuart B, (1995), Sobretudo, Cap 9.

estratégias de nobilitação, mas a posição hierárquica do sujeito não dependia apenas de suas posses financeiras. Era necessária a posse de *qualidades* como a limpeza de sangue, a boa fama pública, a pertença às redes de sociabilidade, que poderia ser revertida na investidura de postos na administração ou no recebimento de outras mercês régias.

Revelamos que o grupo era formado, majoritariamente, por homens, reinóis, minhotos, solteiros e moradores do termo de Mariana. Mostrou-se relevante, todavia, o número de irmãos casados ou viúvos (21%) que deixavam, essencialmente, herdeiros legítimos (em 75% dos casos). Cerca de 30% dos membros da ordem terceira eram mulheres naturais da colônia, sobretudo da Capitania de Minas, e a maior parte delas detinha o estado civil de casada. 43% das irmãs terceiras traziam junto ao nome o adjetivo "dona". Já entre os homens, 24% deles eram reconhecidos por algum pronome de tratamento ou patente militar, com destaque para os que se referem aos ofícios religiosos e ao posto militar de capitão. Ou seja, eram oficiais do rei.

A posse de escravos, importante critério para o sucesso econômico e também social dos indivíduos naquele contexto, era disseminada entre os membros da ordem. Cerca de 90% dos irmãos eram proprietários, a maior parte tendo em sua posse de 1 a 4 cativos. Eram pequenos proprietários de escravos. Todavia, essa não é uma maioria absoluta, pois há dentro do grupo, em número significativo, proprietários médios e grandes. Enquadram-se, assim, os 21% de irmãos que tem entre 20 e 49 cativos – compondo o segundo perfil mais comum. Outros 8% dos irmãos terceiros tinham em sua posse mais de 50 cativos, ou seja, eram grandes proprietários de escravos.

De origem reinol, os irmãos terceiros tinham como horizonte social os princípios e valores nobiliárquicos da sociedade portuguesa do Antigo Regime. A OTSFM propagava e difundia esses ideais na região e, por isso, atraía para seu quadro de irmãos os migrantes reinóis. A ordem terceira selecionava seus membros a partir de critérios étnicos que garantiam aos irmãos professos a posse de *qualidades* importantes para a hierarquização social naquele contexto. O caráter urbano da sociedade mineira setecentista contribuía para a valorização desses espaços como lugares de sociabilidade e reforço das hierarquias sociais. Ser irmão da OTSFM significava ser branco, "puro" e de origem reinol – o que era socialmente positivo e, por isso, valorizado. Além de um importante espaço de devoção, a instituição caracterizava-se, assim, como um importante espaço de sociabilidade na cidade de Mariana na segunda metade do século XVIII.

Bibliografia

BRUGGER, Silvia Maria Jardim, (2007), *Minas patriarcal. Família e sociedade. São Jo*ão Del Rei, séculos XVIII e XIX, São Paulo: Annablume.

COTTA, Francis Albert (2004), *No rastro dos dragões: Políticas da ordem e o universo militar nas Minas setecentistas.* Tese de doutoramento, Belo Horizonte: UFMG.

FIGUEIREDO, Luciano. (1993), *O avesso da memória. Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*, Rio de Janeiro: Ed José Olympio.

FRAGOSO João & BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima. (2001), *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).* Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

GROSSI, Ramom, (2005) *O dar o seu a cada um. Demandas por honras, mercês e privilégios na Capitania de Minas Gerais (1750-1808)*. Tese de doutorado. Belo Horizonte : UFMG.

MARTINS, William, (2001), *Membros do corpo m*ístico: ordens terceiras no Rio de Janeiro (1700-1822). Tese de doutoramento, São Paulo: USP.

NOVAES, Fernando, (1979) *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777- 1809)*. São Paulo: Hucitec.

OLIVEIRA, Cristiano, (2008), *Os membros da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica: Prestígio e poder nas Minas (século XVIII),* Dissertação de mestrado, Juiz de Fora: UFJF.

PAIVA, Eduardo França, (2000), *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. Belo Horizonte: Annablume.

REIS, João José, (2004), *A morte é uma festa, Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Cia das letras.

PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana, (1995), Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

RODRIGUES, Aldair Carlos, (2007). *Sociedade e inquisição em Minas Gerais: Os familiares do Santo Oficio (1711-1808)*. Dissertação de mestrado, São Paulo: USP.

SCHWARTZ, Stuart B, (1995), *Segredos internos, Engenhos e escravos na sociedade colonial.* São Paulo: Cia das Letras.

SOUZA, Laura, (2006), *O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII,* São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da, (2005), *Ser nobre na colônia.* São Paulo: Unesp.

SILVA, Renata Resende, (2005*), Entre a ambição e a salvação das almas: a atuação das ordens regulares em Minas Gerais (1696-1759)*. Dissertação de mestrado, São Paulo: USP.

VILLALTA, Luis Carlos, (1988), *O cenário urbano em Minas Gerais setecentista: Outeiros do sagrado e do profano,* In: *Termo de Mariana – História e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP.

VILLALTA, Luis Carlos, (2007), *A igreja, a sociedade e o clero*. In: VILLALTA, Luis Carlos; RESENDE, Maria Efigênia Lage de. (org). *História das Minas Gerais. As minas setecentistas 2*. Belo Horizonte: Ed. Autentica, 2007.

A Migração de Ganeses para a Cidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, Brasil

Letícia Maria Barbosa
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
eticia.barbosa@ufrgs.br

Breve Histórico sobre o início da imigração na cidade de Caxias do Sul.

A imigração no Brasil já ocorre desde o final século XVIII em que a busca dos imigrantes estava voltada para as oportunidades de trabalho e qualidade de vida. A chegada dos italianos ao Rio Grande do Sul mudaria as paisagens das regiões, dentre elas a de Caxias do Sul, conhecida atualmente pela qualidade na produção de vinhos e por ser um polo da indústria de metal mecânico.
De acordo com Uebel & Iescheck (2014) :

> Com a expansão do capitalismo internacional nas duas últimas décadas do Século XX e sua estabilização nos países ditos centrais, bem como seu crescimento atrativo nos países ditos periférico na primeira década do Século XXI, inúmeras especificidades tomaram espaço e ganharam destaque nas esferas econômica, social, política e também geográfica. Todavia, o crescimento populacional e a expansão demográfica, aliados à procura cada vez maior por melhores condições laborais, de vida e bem-estar, colocaram em voga novamente um assunto que era recorrente entre o final do Século XIX e a ebulição da Segunda Guerra Mundial e a posteriori tornou-se esquecido ou subjugado a pontualidades nacionais restritas: as migrações internacionais. (Uebel & Iescheck, 2014, p. 1).

Por volta do ano de 1875 ocorreu uma grande imigração européia para o Rio Grande do Sul onde os principais sujeitos da imigração eram os italianos e os alemães que passaram a dividir espaços com negros, índios e os luso-brasileiros, formando-se assim diversos grupos humanos numa mesma região.
Conforme Zero Hora (2004):

> No Brasil, os italianos começaram a chegar em 1875. A viagem até Caxias do Sul, durava um mês, na terceira classe de um navio superlotado, sem assistência médica, comida precária, dormindo no chão. A maioria dos autores que escreveu sobre a imigração italiana fala em alojamentos infectos, epidemias, mortes, mas não se conhece uma estimativa sobre o total de mortos. Desembarcavam no Rio de Janeiro, onde ficavam de quarentena na Casa dos Imigrantes, na Ilha das Flores, após partiam em vapores para Rio Grande em uma viagem de dez ou mais dias, passando para barcos menores nos quais chegavam a Porto Alegre. Na capital, eram alojados em barracões precários ou dormiam nas ruas e praças próximas. Seguiam, dias depois, em pequenas embarcações, até Montenegro, São Sebastião do Caí ou Rio Pardo. Desses pontos, a viagem prosseguia a pé, em lombo de burro ou carretas. (Jornal Zero Hora, Historia Ilustrada do Rio Grande do Sul, 2004).

A forte imigração no Brasil hoje está na vinda de africanos que vem ao país em busca de oportunidade de uma vida melhor. Os dados apontam que é crescente as solicitações de refúgio feito pelos estrangeiros no Brasil. No Acre, em Brasiléia, a chegada de vários haitianos alertou para esse evento que não limita-se somente a esta localidade. Em Caxias do Sul, por exemplo, haitianos, senegaleses e ganeses estão inseridos na comunidade e criaram suas próprias associações para tratarem de interesses comuns.

Segundo os dados do Ministério da Justiça Federal do Brasil:

> Os dados apontam que em relação a 2011, quando foram registradas 1.138 solicitações de refúgio, o aumento também foi expressivo (76%) em comparação aos dados de 2012. Para 2013, o Comitê Nacional para Refugiados - Conare estima que serão contabilizadas 2.580 novas solicitações, mantendo a tendência de crescimento dos pedidos de refúgio feitos por estrangeiros no Brasil. (Ministério da Justiça do Brasil, 2014, portal.mj.gov.br)

As leis de imigração sobre temas como visita, estada e permanência de estrangeiros no Brasil são regidas pelo Estatuto de Estrangeiro (lei 6.815, de 1989) que especifica que ao estrangeiro que pretenda entrar no território nacional poderá ser concedido os vistos: de trânsito, de turista, temporário, permanente, de cortesia, oficial e diplomático. Os ganeses, no fluxo migratório para a cidade de Caxias do Sul, foram reconhecidos como refugiados, conforme lei 9.474, Art. 1º, de 1997.

> Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que: I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. (Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, Seção I, Do Conceito, www.planalto.gov.br).

Nos últimos anos, Caxias do Sul, tem enfrentado um aporte migratório grande e os principais países dos imigrantes são Haiti, Senegal e Gana. Através dos relatos de nossa pesquisa observamos que este fenômeno migratório nos dias de hoje é imensurável, visto que não há exatidão do número de ganeses que passaram por Caxias na explanação de nossos entrevistados e por não haver registros que confirmem esse fluxo, além da ausência e do desencontro dos dados das instituições governamentais.

Sobre a migração de ganeses para Caxias do Sul, na serra gaúcha em julho do ano de 2014 - O acolhimento

O mês de julho do ano de 2014 surpreendeu os moradores da cidade de Caxias do Sul com a chegada de mais de trezentos imigrantes ganeses que vieram em busca de oportunidades e de uma nova vida no Brasil. Caxias do Sul, localizada na serra gaúcha, no Estado do Rio Grande do Sul, onde uma das principais atrações turísticas é a Festa da Uva, modificou a sua paisagem com a chegada desses novos protagonistas. Os ganeses destacam-se nas ruas de Caxias não somente por serem negros, já que Caxias do Sul é uma cidade colonizada quase que exclusivamente por italianos, mas também pela prática religiosa, visto que muitos ganeses são muçulmanos e estão atualmente no período do Ramadã em que devem jejuar durante o dia e alimentarem-se somente a partir das dezoito horas.

Com a entrada facilitada pelo período da Copa do Mundo, parte dos migrantes ganeses alegam questões como perseguições políticas, étnicas e religiosas para não retornarem à África e pedirem refúgio no Brasil. Em julho do ano atual, no mês do inverno no sul e com temperaturas bem adversas de Gana chegaram, na cidade de Caxias do Sul, na serra gaúcha, mais de trezentos ganeses. Pesquisas locais apontam que essa migração não é um fato isolado e que em outros anos alguns senegaleses e ganeses já haviam chegado a Caxias do Sul e os conflitos étnicos, perseguições religiosas e violentas disputas por terras produtivas entre famílias são os motivos alegados.

Alguns ganeses que vieram com o visto da Copa do Mundo não pagaram nenhuma taxa para obter permissão. Outros, que entraram com visto de turista, desembolsaram o valor do visto. Além desses gastos, os ganeses que chegaram a São Paulo foram orientados pelo centro de atendimento à turistas no aeroporto a se dirigirem a um

abrigo que recebe africanos. Nesse alojamento, eles foram informados de que em Caxias do Sul é mais fácil de fazer os documentos para permanecer no Brasil. A viagem até a Serra gaúcha sai em torno de cem a cento e noventa reais (moeda brasileira). Os ganeses negam a existência de intermediários e dizem que vieram por conta própria e que vieram ao Brasil em busca de uma vida melhor, mas enfrentam inúmeras dificuldades até que o pedido de refúgio na Polícia Federal seja aceito. Além da longa viagem e das dificuldades com o idioma, muitos chegaram a Caxias do Sul, na Serra do Rio Grande do Sul, apenas com a roupa do corpo e uma mochila, após gastar todas as economias da família com os custos de deslocamento e visto.

Os gastos com a viagem, incluindo passagem aérea, passagem de ônibus, e visto saem entre um mil seiscentos e quarenta e dois reais a três mil seiscentos e sessenta e oito reais (moeda brasileira). Os ganeses fazem o trajeto pela Emirates Airlines ou pela Air Maroc. O trajeto pela Emirates Airlines compreende a saída de Acra, capital de Gana, com conexão em Dubai, nos Emirados Árabes pelo valor de mil trezentos e cinquenta reais e a segunda opção de viagem, e mais cara, sai também de Acra e faz conexão em Rabat, capital do Marrocos, e chega a três mil trezentos e setenta e cinco reais.

O acolhimento dos ganeses em Caxias do Sul foi feito através do Centro de Atendimento ao Migrante - (CAM), coordenado desde 2010 pela Irmã Maria do Carmo dos Santos Gonçalves, fundado em 14 de outubro de 1980. A população atendida no CAM era constituída de famílias migrantes e refugiados e a maioria dos migrantes atendidos procediam de cidades da fronteira do Estado, como São Luis Gonzaga, Santana do Livramento, Dom Pedrito, São Gabriel, mas também atendiam os migrantes de Santa Catarina, Paraná, Alagoas, Ceará, Argentina, Uruguai, Paraguai e refugiados da Colômbia. Atualmente, o Centro de Atendimento ao Migrante tem cadastrados 100 haitianos e 800 senegaleses, mas a instituição admite que o número de imigrantes desses países que não estão regularizados ou cadastrados é maior.

O CAM é uma instituição ligada à Associação Educadora São Carlos, da congregação das Irmãs Scalabrinianas, que tem essa missão, esse carisma, de trabalhar com a questão migratória. O CAM, em Caxias do Sul, está dentro da perspectiva da missão da congregação e tem uma área de atuação mais forte que é o da assistência social que contempla alguns programas e serviços, além de possuir uma equipe técnica, equipe de educadores e também algumas irmãs envolvidas nos trabalhos que são totalmente mantidos pela congregação que nasceu para trabalhar com a imigração italiana. A congregação construiu-se através do trabalho de acolhimento ao migrante e hoje existe em 27 países, inclusive em Portugal, na cidade de Amora.

O trabalho do CAM, em Caxias do Sul, é a integração do migrante com a sociedade local. O CAM trabalha com as várias dimensões da integração e uma delas é a questão da documentação. Caxias foi escolhida pelo grupo de ganeses pela questão da possibilidade de trabalho, não só em Caxias do Sul, mas o Rio Grande do Sul, de um modo geral porque é um estado que atrai todo o tipo de imigrante e além de imigrantes internacionais ocorrem outros fluxos migratórios, como os brasileiros do nordeste, por exemplo, que migram para Caxias em busca também de possibilidade de trabalho. Além do trabalho, os ganeses vieram atraídos pela possibilidade de regularidade.

O CAM que fez o contato de acolhimento, sendo enfatizado pela irmã Maria do Carmo que a maioria desses ganeses não ficaram em Caxias e que o CAM não tem controle sobre para onde foram, onde estão inseridos e de que forma foram integrados, esses dados o CAM não possui, a irmã informou que passaram pela cidade de Caxias do Sul quase quatrocentos ganeses, mas a maioria não permaneceu.

Em relação a mobilização para o acolhimento dos ganeses e para o processo de integração quem participou ativamente foi a igreja católica de Caxias, juntamente com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal da cidade. Efetivaram campanha para doação de vestuários adequados ao clima da cidade a fim de distribuí-los entre os ganeses, alojados no Seminário Nossa Senhora Aparecida, na quadra de esportes.

Dos quatrocentos ganeses que passaram por Caxias do Sul, pelo menos cem ficaram instalados no seminário por um tempo, mas logo conseguiram emprego, conforme relata a irmã, alguns foram empregados em um frigorífico de Marau, cidade da Região Norte gaúcha, outros foram empregados por uma rede de hotéis de Gramado, na Região da Serra, além de outro empreendimento no Vale do Caí.

A preocupação da irmã é que esse fluxo de estrangeiros é constante e que o próximo passo, seria o governo municipal montar um comitê para pensar a questão da acolhida e da integração dessas pessoas, a fim de encontrar uma solução mais permanente. Sobre o impacto da chegada de mais de quatrocentos negros ganeses em Caxias

do Sul, a irmã confirma que é o que apareceu na mídia, foi muito debatido e a visibilidade que Caxias ganhou em função desse grupo de imigrantes estarem na cidade, ficou um pouco vinculado ao impacto que isso gerou. A cidade de Caxias já vem há algum tempo recebendo imigrantes africanos e outro contingente, talvez quase o quádruplo, de imigrantes vindos do Senegal, um coletivo muito grande já reside em Caxias do Sul e estão integrando-se nesse processo de trabalho e também nos aspectos de vida da cidade.
Sobre a questão do racismo, a irmã faz referência de que o racismo é brasileiro e que isso não é algo "escancarado" e, de certa forma, existe também em Caxias do Sul, talvez por isso a dificuldade de alguns em aceitarem esses estrangeiros. A irmã comenta sobre o surto de ebola divulgado pelos meios de comunicação e observa que por sorte a vinda dos imigrantes ganeses não foi em "tempo de ebola", salientando que se a imigração fosse atualmente, iriam surgir muitas outras dificuldades.

Foto I
Centro da cidade de Caxias do Sul
Fonte: Letícia Maria Barbosa

O CAM trabalha basicamente com a questão da integração, do ponto de vista da documentação, no que se refere a orientação, encaminhamento, acolhimento, tipo de documentação, de que forma acessar, quais são as possibilidades de regularização. Outro ponto é a questão do trabalho, o CAM trabalha com a confecção de currículos fazendo mediações com as empresas sobre as vagas de trabalho que também são articuladas com o Site Nacional de Empregos - SINE e com outras entidades, isso para qualquer imigrante. Segundo a irmã Maria há em Caxias do Sul uma população de imigrantes bem significativa atualmente e, além dos ganeses, existem outros que já formam um coletivo, uns maiores e outros menores. O CAM desenvolve também a preparação para o mundo do trabalho e para a qualificação profissional, além do aprendizado do idioma português. Utilizam-se muito do *advocacy,* pleiteando e articulando com outras entidades e, nesse sentido, recebendo o apoio do próprio coletivo dos imigrantes para buscar alternativas junto a eles para os seus problemas. Com a ação de discutir os problemas dos imigrantes junto aos seus coletivos, o CAM hoje tem muitas respostas e a interlocução faz ser diferente o trabalho, a partir do interesse do próprio coletivo, diferentemente de ter-se uma população toda como dependente de algumas ações que a entidade poderia fazer isoladamente, sem consultar os próprios interessados. O CAM trabalha no sentido de "empoderá-los" para que eles entendam quais são os direitos, os deveres, as possibilidades e quais os projetos que podem vislumbrar estando em Caxias do Sul. Salienta que para os imigrantes, perceberem esse horizonte é importante e para a integração surtir efeito a

ferramenta que o CAM dispõe é um mural, onde são colocadas as informações para os imigrantes que chegam a Caxias do Sul e para a população migrante interna, divulgando oficinas e palestras, atividades onde se dá o encontro das várias etnias.

O Ponto de Cultura Casa das Etnias, promove a semana das etnias de Caxias do Sul em períodos alternados e a finalidade da semana é resgatar e comemorar a história da formação da comunidade que tem em sua marca forte a diversidade. Criada pelo Legislativo caxiense no ano de 2006, o objetivo do ponto de cultura Casa das Etnias, é a preservação e cultivo das culturas das etnias formadoras de Caxias do Sul, por meio de teatro, dança, música, canto, artesanato, gastronomia e aulas de línguas da imigração.

A presença da mídia com a chegada dos ganeses a Caxias é visto pela irmã de forma positiva e, contrariando a opinião de algumas pessoas, vê de forma positiva o fato da mídia procurar as entidades para esclarecimentos, como procuraram o CAM, dão visibilidade. Segundo a irmã Maria, acredita que seria pior não divulgar a situação, devido ao contingente em que se encontra a cidade de Caxias, que vem recebendo quase que continuamente vários imigrantes.

O Bispo de Caxias do Sul Dom Alessandro Carmelo Ruffinoni e o Padre Edmundo José Marcon, Reitor do Seminário Diocesano Nossa Senhora Aparecida possibilitaram o alojamento do grupo de ganeses no seminário Nossa Senhora Aparecida e contaram também com assistência médica, além de vestuários doados e tradutores voluntários da cidade. Os ganeses foram chegando a Caxias do Sul aos poucos, na primeira turma chegaram em torno de trinta e sete ganeses e assim por diante até se agruparem. A maioria dos chegados eram homens, haviam duas mulheres e dois adolescentes. Hoje em Caxias do sul residem cinco ou seis ganeses, os demais foram para o mercado de trabalho nas cidades próximas como Gramado, Maraú, Nova Araçá, São Sebastião do Caí e alguns foram para outras empresas em outras localidades, além da capital de Porto Alegre. Atualmente a grande maioria que se encontra em Caxias do Sul são senegaleses.

Foto I

Africanos na praça central de Caxias do Sul

Fonte: Letícia Maria Barbosa

Assim como relata a irmã Maria, o Padre Edmundo ressalta que o fluxo migratório em Caxias já vem ocorrendo de tempos em tempos, sendo que historicamente em Caxias já houve a imigração polonesa, a italiana, a migração do campo para a cidade, a migração fronteiriça, a migração do nordeste e hoje o grupo de africanos. O fato de Caxias do Sul possuir um potencial econômico grande, especifico e restrito que é o polo metal mecânico, exige mão de obra especializada, porém dentro desse segmento muitos trabalhos são com mão de obra terceirizada o que, de certa forma, garante o emprego para os imigrantes. Muitos imigrantes possuem qualificação, inclusive alguns tem curso superior e falam duas ou três línguas e, eventualmente, encontram

espaço no mercado de trabalho em Caxias ou em outros lugares do Brasil.
A Policia Federal de Caxias agilizou a questão da regularização de documentos dos ganeses para permanecerem em território brasileiro e, segundo o Padre Edmundo a policia entendeu que diante de uma situação dessas não adiantaria dar um prazo a mais forçando-os a voltarem para o país de origem, visto que muitos dispunham somente do valor que vieram para o Brasil, dessa forma agilizaram os trâmites para fornecer os documentos de refugiados aos ganeses a fim de estes ficassem regulares no país. Estima-se, pelos dados da Policia Federal, segundo informações recebidas pelo Padre Edmundo, que vieram para o Brasil mais de três mil ganeses.

1. A prática da religião islâmica

Os ganes alocados no Seminário Nossa Senhora Aparecida, seguidores da religião muçulmana praticavam seus atos religiosos, como o de rezar cinco vezes ao dia, logo abaixo de uma grande cruz pendurada na parede do seminário. Esse encontro de religiões, conforme alega o Padre Edmundo, não causou incomodo algum, concluindo que o Evangelho é para todos, sem distinção de raça, cor ou religião.
Alguns ganeses que chegaram a Caxias encontravam-se no período do ramadã, em que deviam jejuar durante o dia e alimentarem-se somente a partir das dezoito horas. A palavra ramadã ou ramadão, encontra-se relacionada com a palavra árabe *ramida*, "ser ardente", possivelmente pelo facto do Islão ter celebrado este jejum pela primeira vez no período mais quente do ano.

Foto III
Cruz na parede do Seminário Nossa Senhora Aparecida
Fonte: Letícia Maria Barbosa

É um tempo de renovação da fé, da prática mais intensa da caridade, e vivência profunda da fraternidade e dos valores da vida familiar. Neste período pede-se ao crente maior proximidade dos valores sagrados, leitura mais assídua do Alcorão, frequência à mesquita, correção pessoal e autodomínio.
Algumas literaturas apontam que atualmente o número de muçulmanos na África é crescente e alguns fatores corroboram para que o islã adquiria novos adeptos, entre eles está a competição entre missionários cristãos e muçulmanos e a rápida expansão no continente negro.
Com relação a existência ou não de Mesquita na cidade de Caxias do Sul não encontramos informações que acrescentassem algo a mais ao que já havia sido explanado pela Irmã Maria do Carmo e o Padre Edmundo. No entanto, o jornal da cidade, O Pioneiro, no ano de 2010, noticiou com o título "Muçulmanos de Caxias do Sul comemoram o ano 1432," o que comprova a existência de Mesquita.
O Jornal o Pioneiro, de Caxias do Sul (2010) divulgou o seguinte texto:

> O comércio de roupas é praticamente uma marca da população que professa crença em Alá (Deus) no Brasil e em Caxias não é diferente. Há quase quatro décadas na cidade, os muçulmanos estão à frente de lojas conhecidas da área central. No início da década de 1980, a primeira família muçulmana aportou em Caxias. Em um universo de 435 mil habitantes, os muçulmanos somam menos de 60 pessoas. O comerciante Nasim Fayek, 30 anos, é um dos representantes do clã. Um marco da presença muçulmana na cidade se deu há cerca de seis meses, quando uma sala comercial de um prédio antigo da Rua Visconde de Pelotas, entre as ruas Os Dezoito do Forte e Sinimbu, transformou-se em mesquita, espaço de encontro e oração. Ao contrário dos templos católicos da cidade, grandiosos e caracterizados pelas obras de arte em abundância, a mesquita é pequena, sem quadros ou objetos para adoração, proibidos pela religião. No momento da prece, grande parte recitada em árabe, os fiéis ficam perfilados, ocupando a sala na diagonal, em direção a Meca, a cidade sagrada muçulmana. Às sextas-feiras, dia sagrado dos muçulmanos, todo fiel deve comparecer ao templo. Ao contrário de outras religiões, não há hierarquia no islamismo. Nos cultos, a oração é comandada por aquele que reúne mais condições de conduzir a prece de forma correta. Apesar de pouco conhecida, Caxias já é rota da comunidade muçulmana no Rio Grande do Sul, tanto que em 2011 a cidade sediará pela terceira vez o Congresso Estadual de Cultura Islâmica. (O pioneiro, 30/12/2010, pioneiro.clicrbs.com.br)

Os dados referentes a prática da religião pelos ganeses não são muito discutidos ou comentados entre as pessoas envolvidas no processo de imigração. Conforme a Irmã Maria do Carmo e o Padre Edmundo, a prática religiosa dos quase quatrocentos ganeses que foram acolhidos pelo CAM, nos trâmites dos documentos e alojados no seminário Nossa Senhora Aparecida, foi tratada com naturalidade e respeito tanto por parte dos religiosos de Caxias envolvidos no processo, como do próprio grupo de ganeses onde nem todos eram muçulmanos.

A imigração no Rio Grande do Sul nos dias atuais

Os dados apontam que a imigração de africanos para os vários Estados do Brasil está longe de ter uma pausa, atualmente (26/11/2014), os veículos de comunicação noticiaram o "despacho" (termo usado pelo Jornal Eletrônico Sul21) de quatro ônibus lotados com imigrantes do Haiti para a localidade de Porto Alegre.
Segundo o Jornal Eletrônico Sul21 (2014):

> Mais de 28 mil haitianos já passaram pelo Acre, de acordo com o secretário de Diretos Humanos do Acre, Nilson Mourão, que não soube precisar quantos ônibus ou quantos imigrantes estariam se dirigindo a Porto Alegre. Ele informa que foram os próprios haitianos que decidiram vir para a cidade, já que muitos possuem parentes ou amigos que já estão no Rio Grande do Sul. Nilson Mourão garante que os imigrantes que chegarão em Porto Alegre já possuem lugar para ficar e estão documentados. (Sul 21, 26/11/2014, www.sul21.com.br)

Em agosto do ano vigente, algumas notícias sobre a imigração em relação ao mercado de trabalho para os africanos, já apresentavam alguns dados contrários às expectativas desses imigrantes. Muitos foram alocados em frigoríficos e carvoarias, onde além de receberem o salário abaixo do esperado, diante do sonho de uma vida melhor, assumiram trabalhos, por vezes, até insalubres. Segundo algumas estatísticas, do ponto de vista do mercado de trabalho, os africanos estão sendo utilizados como mão de obra barata.
A falta de oportunidade de emprego e o escasso mercado de trabalho modificou o cotidiano do centro da cidade de Caxias do Sul, tornando-se a prática do comércio informal uma das formas de sobrevivência para os

africanos. Vendem "bugigangas" nas vias públicas mais movimentadas alterando a paisagens da área central da cidade em uma pratica que era pouco comum em Caxias.

Foto IV

Centro de Caxias do Sul

Fonte: Letícia Maria Barbosa

As noticias apontam a preocupação das autoridades de Caxias do Sul com a falta de estrutura e assistência social com vistas a onda descontrolada da chegada de imigrantes que desembarcam na cidade. Essa mesma preocupação afeta as autoridades da capital gaúcha que, ao contrário do que afirmou o Secretario de Direitos Humanos do Acre, Nilson Mourão, o jornal eletrônico Sul21 (2014), noticiou no mês de novembro a desconfiança dos haitianos enviados para a cidade de Porto Alegre, de ônibus em uma viagem que perfaz um trajeto de aproximadamente 4.000km:

> Os mais de 30 haitianos que chegaram em Porto Alegre no início da manhã desta quinta-feira (27) não faziam ideia de onde estavam. Enviados pelo governo do Acre num ônibus que os prometia levar até a Região Sul do país, eles esperavam desembarcar em cidades de Santa Catarina ou em São Paulo, mas acabaram descendo na Capital gaúcha [...] os haitianos desembarcaram na Rodoviária de Porto Alegre, num ônibus, fretado pelo governo do Acre. Mais três ônibus estão chegando na Capital nas madrugadas desta sexta (28) e destes sábado (29) e domingo (30). (Sul21, 27/11/2014, www.sul21.com.br).

Diante dos fatos, mensurar a migração de grupos africanos para o Brasil tornou-se uma tarefa difícil, visto que são diversificados os motivos porque eles chegam ao país, seja para trabalho, estudo, acordos de cooperação ou outros. O movimento migratório atual está sendo acolhido pelo discurso de respeito aos Direitos Humanos, contudo, fatos isolados apontam algumas falhas que incluem a (re)formulação de politicas públicas para os imigrantes no Brasil. No caso específico dos africanos que chegam em grande número ao Brasil a xenofobia, além de casos e situações de cunho racista, demostram que o passado ainda se configura no tempo atual.

Referências bibliográficas

DEMANT, Peter. (2004), *O mundo muçulmano*. 2ª edição, São Paulo: Contexto.

FISCHER, Gustave-N. (199?), Psicologia social do ambiente. (Perspectivas Ecológicas): Instituto Piaget. p. 23-71.

HOOKER, Richard. (2009), *Civilizations in Africa: Ghana*. Disponível em: http://public.wsu.edu/~dee/civafrca/ghana.htm, [consultado em 20-07- 2014].

HORA, Zero. (2004), *História ilustrada do Rio Grande do sul.* 1ª ed., Porto Alegre: Zero Hora.

RAFFESTIN, Claude. (1993), Religião e Poder. In: RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do Poder*. São Paulo, Ática, p.119-29.

ROSENDAHL, Zeny. (2001), *Diversidade*, *Religião* e *Política*. Espaço e Cultura, UERJ. Rio de Janeiro, p. 27-32.

SANTOS, Miriam de Oliveira. (2008), *Alteridades em conflito: imigrantes italianos, alemães, portugueses e a população brasileira na serra gaúcha*. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Universidade Federal da Bahia. Registro ISBN 978-85-61341-16-9. 1-4 de julho.

UR-RAHIM, Muhammad Àta. (1995), *Jesus, um Profeta do Islão.* Al Furgán, Lisboa, 1ª edição.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg & IESCHECK, Andrea. (2014), *Perfil das migrações internacionais para o brasil nos censos de 2000 e 2010: uma análise cartográfica temática.* Congresso Brasileiro de Geoprocessamento (5.:2014 ago. 3-7.: Gramado, RS).

BÁRBARA, Marcelo Santa. (2005), "Brasiguaios: território e jogos de identidades." In: PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir Pacelli (Org.). *Cruzando Fronteiras Disciplinares: Um panorama dos estudos migratórios.* Rio de Janeiro: Revan, Cap. 20. p. 333-346.

BRITO, Fausto (1995), "Os povos em movimento: as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo." In: PATARRA, Neide Lopes (Coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo.* 2ª ed. São Paulo: Fundo de População das Nações Unidas, p. 53-66.

COSTA, Ricardo da. (2009), "A expansão árabe na África e os Impérios negros de Gana, Mali e Songai (sécs. VII-XVI)." In: *História Afro-brasileira* (ISBN 85-88909-20-0-módulo I) Disponível em: http://ww.ricardocosta.com/pub/imperiosnegros2.htm, [consultado em 20-07-2014].

http://zh.clicrbs.com.br, [consultado em 16-07-2014].

http://veja.abril.com.br, [consultado em 29-08-2014].

http://www.doacoes.portalsocial.org.br, [consultado em 30-07-2014].

http://www.sul21.com.br, [consultado em 30-7-2014, 02-09- 2014, 26-11-2014, 27-11-2014].

http://www.oglobo.globo.com, [consultado em 17-08-2014]

http://www. portal.mj.gov.br, [consultado em 03/09/2014].

http://www.cpadnews.com.br, [consultado em 10-08-2014].

http://www.cbnfoz.com.br, [consultado em 20-09-2014].

http://www.pioneiro.clicrbs.com.br, [consultado em 30-07-2014].

http://www.prati.com.br/Genealogia/imigracao2.htm, [consultado em 20-08-2014].

Catimbolândia e as Estratégias Territoriais dos Xangôs Entre as Cidades do Recife e Olinda (1920-40)

Bruno Maia Halley[1]

Resumo: O trabalho aborda a apropriação espacial realizada pelos grupos sociais negros nas circunvizinhanças do rio Beberibe, na periferia do Recife e Olinda (Brasil), outrora chamada Catimbolândia (1920-40) por reunir o mais expressivo número de terreiros de Xangô (religiosidade afro-brasileira) das duas cidades. Com efeito, analisar-se-á a formação deste território à luz do contexto de perseguição étnico-religiosa contra os negros, que resistiram territorialmente através de certas estratégias: disfarces em clubes carnavalescos, em centros kardecistas, enfrentamento direto, controle de acesso etc. Naquele instante, os terreiros eram fiscalizados pelo Estado através da polícia e do Serviço de Higiene Mental de Pernambuco, cujos membros associados regulamentavam o funcionamento dos centros religiosos. Através deste contato, houve a organização do 1° Congresso Afro-Brasileiro, no Recife, em 1934, pouco antes do advento do Estado Novo (1937-1945), que acabou por recrudescer as imposições contra os afro-religiosos, que mais uma vez reelaboraram suas estratégias de resistência.

Palavras-chaves: Higienização; Catimbolândia; Estratégias Territoriais; Xangôs; Recife; Olinda.

1. Notas Introdutórias.

O trabalho aborda a apropriação espacial realizada pelos grupos sociais negros nas circunvizinhanças do rio Beberibe, numa área do nexo urbano Recife-Olinda, outrora denominada pejorativamente por *Catimbolândia*, pelos diários de notícias de 1920/30, em razão da forte presença de xangôs então ali existentes. Com efeito, analisar-se-á a formação deste território, sobretudo na porção drenada pelo rio Água Fria (afluente do rio Beberibe), cujas margens concentravam a maior parcela de terreiros, que em face à perseguição antes vivenciada, articulavam mecanismos de resistência. Subjacente à este contexto, vivenciava-se no Recife um processo de modernização e "higienização", que engendrara o deslocamento dos mocambos e terreiros do centro para os arredores da planície, especialmente para área drenada pelo rio Beberibe.

A partir deste instante observa-se uma forte perseguição aos adeptos do Xangô, tanto das religiões mediúnicas e da Igreja Católica, como do Estado e de seus aparelhos e instituições repressoras, que fiscalizava e fechava os terreiros através da polícia e do Serviço de Higiene Mental de Pernambuco, cujos médicos-psiquiatras e intelectuais regulamentavam o funcionamento ou não das casas de culto. Através destes contatos, estes indivíduos estabeleceram uma relação próxima com os negros, ao ponto de organizarem em conjunto o 1° Congresso Afro-Brasileiro, no Recife, em 1934. Havia, assim, uma mediação cultural nestas relações, no bojo da *Catimbolândia,* compondo as tramas de resistência dos negros, sobretudo quando observadas a partir das imposições do Estado Novo (1937-45), centrado em realizar uma remodelação urbanística no Recife, afora uma "disciplinarização" dos seus habitantes diante do novo.

À luz deste quadro, destaca-se o controle e repressão sobre os negros, tidos como indivíduos de cultura inferior, que, em rebatimento, buscaram criar estratégias territoriais na tentativa de garantir seus mocambos, trabalho e lazer, afora a manutenção de suas práticas. Através destas táticas – disfarces em

---

1 Bacheral e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutorando em Geografia pela Universidade Federal Fluminenese (UFF). Exerceu função de Professor Temporário na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE - Garanhuns) e na Universidade Federal Fluminense (UFF – Campos dos Goytacazes). Trabalhou como Professor Substituto na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ - Maracanã). É Pesquisador Colaborador do Laboratório de Estudos Sobre Espaço, Cultura e Política (LECgeo) da UFPE. bhalleype@hotmail.com

agremiações carnavalescas, enfrentamento direto, controle de acesso etc. -, o "povo de santo" acabou por dotar de significados os espaços, participando efetivamente da transformação dos arrabaldes em bairros ao longo do rio Beberibe. É, pois, na esteira desta geografia histórica que se analisa a apropriação espacial dos negros no nexo urbano Recife-Olinda, num recorte temporal estendido entre os decênios de 20 a 40 do século passado.

2. Catimbolândia e as Estratégias Territoriais dos Xangôs entre as Cidades do Recife e Olinda (1920-40).

Os últimos decênios do século XIX e limiar do XX constituem períodos densos de metamorfoses profundas no Recife. A despeito da crise econômica, a cidade crescia e se modificava, além da função portuária, passava também a ser um centro de prestação de serviços, com um comércio mais diversificado e as primeiras indústrias implantadas. Sua mancha urbana espraiava-se pela planície, por entre os cursos d'água, e começava a subir os morros situados no quadrante norte, especialmente Casa Amarela, Água Fria e Beberibe. Estes lugares recebiam os migrantes oriundos da Zona da Mata, cujos engenhos de "fogo morto" não mais empregavam os trabalhadores da cana. Outrossim, os bairros centrais (Recife, São José e Santo Antônio) já não suportavam abrigar esse contingente, passando também a relocar a população pobre - trabalhadores informais, migrantes e adeptos das religiões afro-brasileiras - para os subúrbios. O caminho deste deslocamento centro-periferia assentava-se nas reformas urbanas, então centradas na modernização e "higienização" do centro do Recife, através de um ideário de cidade moderna à luz dos preceitos europeus, sem as marcas herdadas pela sociedade colonial, imperial e escravista. Evocava-se, assim, uma cidade à semelhança de Veneza, na Itália, em cujos espaços de moldura líquida, não haveria lugar para a cultura do outro, em especial dos povos negros residente nos terreiros dos bairros centrais.

Em face o discurso elaborado pelas autoridades do governo, intelectuais e a elite socio-econômica, as religiões afro-brasileiras e demais manifestações de origem negra, acabaram sendo apreendidas como expressão de arte "inferior" (ALMEIDA, 2001), sendo necessária uma política que eliminasse esta imagem africanizada da cidade. Segundo Ferreira (2000), isto representava uma elaboração ideológica da elite no Brasil, auto-identificava como "branca", desde o período colonial, assumindo as características do branco-europeu como representativas de superioridade étnica. Esta mesma elite passou a estabelecer uma escala de valores, cujas pessoas de traços negros tenderiam a ser desvalorizadas e socialmente repelidas (Id., Ibid.). As manchetes elaborados nos periódicos de 1920 confirmam as atitudes repressivas e as lições coercitivas por parte do aparelho policial aos centros de cultos afro-religiosos em Pernambuco (ALMEIDA, 2001). Conformava-se em algo comumente publicado nos jornais (Folha da Manhã, Jornal do Recife etc.), cartas remetidas pela sociedade civil exigindo a atuação policial contra os terreiros. Alegava-se ser um incômodo os batuques afro-brasileiro, ou mesmo, um problema de ordem social a ser resolvido.

No bojo deste contexto, a modernização dos anos 1930 trouxe no seu conjunto a intensificação de normatizações e controles, então subjacentes à ideia de uma sociedade exemplar em sua conduta moral e um referencial de cidadania, cujo trabalho somente integraria a pessoa à ordem social. E, em nome dessa modernidade, o Estado passou a controlar sistematicamente os afro-religiosos a partir da criação de aparelhos repressores, centrados na formulação de leis para fiscalizar e reprimir as expressões religiosas desses grupos, outrora desclassificados nos discursos das elites, da Igreja Romana, da sociedade médica e da polícia (COSTA, 2009). Um dos órgãos criados fora o "Serviço de Higiene Mental" (SHM), em 1932, chefiado pelo médico-psiquiatra Ulysses Pernambucano. De acordo com Campos (2001), o S.H.M. se propunha denunciar a devassidão, o mau comportamento, a perversidade dos costumes, a preguiça, os males que interpenetravam a loucura... Diante desta realidade, os integrantes dos xangôs eram convidados a visitarem o S.H.M. com o objetivo de serem avaliados. Observa-se, assim, um "controle científico", onde o órgão "substituia a ação da polícia", garantindo o funcionamento das casas de culto e favorecendo, por outro lado, em razão das licenças concedidas, a entrada de médicos aos terreiros. A maior parte das casas visitadas estavam situadas na região do rio Água Fria. Logo, supõe-se que essa preferência resultava de uma maior proximidade física do órgão - instalado no Hospital de

Alienados da Tamarineira - face aos centros de culto do referido rio, o que permitia um melhor acesso e fiscalização por parte dos técnicos.

À luz deste contexto, os interesses se concentravam tanto nos intelectuais quanto nos pais e mães de santo, estes lançados a elaborar estratégias para manutenção de suas práticas religiosas na cidade, colaborando com a ciência em busca de uma desejada tranquilidade. Havia, portanto, uma espécie de troca, entre as lideranças do Xangô e os médicos do SHM., melhor entendida como um movimento de «mediação cultural» (HALL, 2001), uma derivação da «circularidade cultural» (BAKHTIN, 1999), que aos poucos elevou as práticas culturais dos xangôs à condição de "autêntica" cultura popular pernambucana (GUILLEN, 2005). Este processo permitiu à alguns chefes de terreiro o direito de circular pela cidade, proporcionando, por outro lado, um maior contato dos intelectuais com o universo afro-religioso. Desta proximidade, houve a produção dos primeiros livros acerca das religiões de matriz africana no Recife[2], ancorados mais diretamente na realidade das casas situadas às margens do rio Água Fria - terreiros de Pai Adão, Joana Bode, Manuel Anselmo, Apolinário etc.

Entrementes, a vigilância exercida pelo serviço público, não era aceita de forma passiva por aqueles chefes de terreiros não munidos de licenças para manutenção de suas casas de culto, pois não atendiam à ortodoxia ou pureza do xangô "tradicional", outrora associado à ideia de reminiscência africana formadora da nacionalidade brasileira. Doravante, este contexto alimentava uma rede de denúncias, negociações e conflitos no meio dos dirigentes dos terreiros, pois uns gozavam de certo prestígio entre os técnicos desse órgão, enquanto outros eram menos favorecidos, tidos como "sem competência". Seus terreiros eram comumente associados ao "baixo espiritismo", "curandeirismo" ou "charlatanismo" (COSTA, 2009), sendo percebidos como um tipo de mal a ser sanado pelo Serviço, como a qualquer outro problema de saúde encontrado no seio das populações carentes (CAMPOS, 2001).

Em Fundão, o *babalorixá* Manuel Anselmo prestou inúmeros serviços ao SHM., informando práticas e rituais, e denunciando terreiros "impuros", muito em razão dos interesses e disputas dos afro-religiosos pelo "mercado de almas", economicamente responsável pela existência das casas de culto (LIMA, 2005).[3] Essas práticas delatoras representam a circularidade do poder, saber e da cultura entre os inúmeros indivíduos na sociedade, pois ao se apropriarem do discurso competente do outro, eles o reformulam, segundo suas possibilidades, e o utilizam como legitimador e mantenedor de suas práticas (CAMPOS, 2001). Outrossim, essa resistência assentava-se na ideia de preservação da memória dos terreiros, ou da memória do povo de santo. Consistia na continuidade de uma memória coletiva como a memória social de uma comunidade voltada para sua própria preservação (HALBAWACHS, 2006). Com efeito, parcela dos afro-religiosos "associados" aos médicos do SHM fora produtora de novas ressignificações realizadas em seu sistema de culto. Atitudes necessárias à algumas dessas casas como forma diferenciar-se das ditas "sem competência" e, doravante, a partir dessa ressignificação, (re)construir a sua própria memória, ficando livre das repressões dos órgãos responsáveis.

Porém, o poder da repressão não impediu a manutenção da crença, ao contrário, ela buscou outras formas ou estratégias para sobreviver. Nesses termos, o poder não é uma propriedade, ele envolve formas distintas, relações heterogêneas, em contínuo deslocamento. Ele se situa em toda parte, não porque englobe tudo, e sim porque provém de todos os lugares (FOUCAULT, 1996). Nesse sentido, a territorialidade como estratédia do poder era exercida por todos os envolvidos dentro de uma disputa territorial. E no contexto outrora vivenciado no Recife, tratava-se por um lado de um controle de área estabelecido pelo Estado e pelos grupos hegemônicos sobre os terreiros do rio Água Fria, mas também de uma estratégia de sobrevivência

---

2 Notadamente os livros de Vicente Lima, *Xangô*, de 1934, e o de Gonçalves Fernandes, *Xangôs do Nordeste* - Investigações sobre os cultos negro-fetichistas do Recife, de 1937.

3 «Lista dos adoradores da seita que não têm competência: 1.°, Maria Gorda, na rua dos Craveiros, Fundão. 2.°, Zezefinha, na rua das Moças – é casa suspeita. 3.°, Neri, no sitio de Adelaide, na Encruzilhada. 4.° José do Café, na rua do Cipó em Campo Grande. 5.°, Pedro de Alcântara, na rua da Regeneração. 6.°, Pai Noberto. 7.°, Amaro e José Cosme. Filhos de Paisinho de Tegipió vão abrir terreiro. Aviso do babalorixá Anselmo ao Serviço de Higiene Mental» (FERNADES, 1937, p. 17).

dos grupos sociais negros como forma de assegurar o território (terreiro), a moradia (mocambo), e suas práticas religiosas. Assim, como mecanismo de apropriação simbólica material e imaterial, a territorialidade «[...] não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado» (SACK, 1986: 219).

Subjacente a estratégia de manter seu espaço geográfico, através de uma melhor aceitação por parte das autoridades da época, estavam os líderes dos xangôs prestigiados entre os técnicos do SHM., os *babolorixás* Anselmo, Adão, Rosendo, Apolinário, e a mãe Joana Bode (FREYRE, 1968; FERNANDES, 1937; LIMA, 1934). Todos estes fixados nos terreiros do rio Água Fria (Figura 01), fazendo uso recorrente do envio de convites dos "toques" aos intelectuais do SHM, bem como dos regulamentos de funcionamento de seus xangôs.[4] Estas práticas (convites e estatutos), dentro da concepção dos chefes religiosos, expressariam uma seriedade e visibilidade aos seus terreiros, revelando as práticas exercidas, e a diferenciação da casa com outras tidas como "incompetentes".

Por outro lado, este estatuto normatizava os rituais dos terreiros, como também procurava estabelecer os direitos e deveres de cada participante. Por conseguinte, o regulamento revela uma normatização dos rituais, assim como, as relações de poder entre os praticantes da religião. Assim, o poder deve ser analisado como algo que circula, como algo que funciona em cadeia (FOUCAULT, 1993). Ele, «[...] não é apenas uma questão teórica, mas qualquer coisa que faz parte da nossa experiência» (FOUCAULT, 2009: 2), e o seu exercício «[...] não é simplesmente uma relação entre 'parceiros' individuais ou coletivos; é um modo de ação de alguns outros [...] que se exerce por uns sobre os outros» (Id. Ibid.). Logo, o poder se encontra em toda parte, na condição de «um conjunto de ações sobre ações» (Id. Ibid.: 11), mas, sobretudo como uma ação de persuasões, onde se evidencia o comportamento dos sujeitos atuantes.

No contexto analisado, o poder conformava-se nas manifestações organizativas da sociedade, circulando em termos de ação, dominação, carisma, autoridade, disciplina e controle, entre os representantes do Estado e os negros (CAMPOS, 2001). O poder se materializava, também, a partir da força física dos aparelhos repressores, produzindo efeitos na sociedade em diversas posições, e ressignificando os territórios de vivência dentro dos espaços da cidade, em especial dos povoados do rio Água Fria. Neste caso, vale considerar que, se os territórios são espaços de exercício de poder, de relações de poder exercidas (no/pelo) espaço, este poder, contudo, tem múltiplas faces. Deve-se, aqui, considerar desde aquelas do poder político "tradicional", restrito à figura do Estado e/ou das "classes hegemônicas", quanto aquelas mais amplas, que enfatizam também sua dimensão simbólica, como é o caso do "poder simbólico" tal como definido por Bordieu (1989) (apud HAESBAERT, 2011), e que tão bem pode ser visto nos territórios-terreiros, e nas territorialidades elaboradas pelos afro-religioos do Recife.

Esses efeitos tornavam-se mais visíveis quando observado na cidade a preferência por parte das instituições aos adeptos dos xangôs "puros" em detrimento às outras casas de culto associadas negativamente ao *Catimbó* ou "baixo-espiritismo". Isto se torna evidente em certas situações vivenciadas naquela época, indicadoras do favorecimento à essas casas tidas como "ortodoxas" em seus rituais e práticas. A título de exemplo, destaca-se uma carta endereçada ao médico Ulisses Pernambucano, denunciando o pai José Claudino de Almeida do exercício do *Catimbó*, que foi chamado perante o diretor do S.H.M. para prestar depoimento sobre o teor da

---

4 «Estatuto da seita africana em adoração a Santa Barbara situada a Rua Francisco Berenguer n° 147, logar Encruzilhada - Apolinário Gomes da Mota, Babalorixá da referida seita em adoração aos encantados da Costa da África com os seus regulamentos seguintes: [...] Temos que oferecer os nossos sacrifícios a todos os encantados da Costa da África de conformidade com as ordens e respeito, conforme o rito da seita. [...] Temos que foncionar as festas depois dos sacrifícios oferecidos a todos os babarumael. [...] Não poderão os filhos dos santos ir dansar sem que primeiro não cumpram com os seus deveres. [...] Ir ao *Pegí* fazer o seu *adobalê* aos pés dos santos aos pés do seu *babalorixá*, aos pés de sua *inan* e sua *mãi pequena* e ao *Ogan*. [...] Não poderão os filhos de santo tomarem bebidas alcoólicas nem fumarem na ocasião das festas. [...] Os filhos de santo na ocasião das manifestações terão o direito a um *iabá* como a uma toalha para enchugar todos aqueles que estiverem manifestados tendo o cuidado para não deixar nem um cair, estas responsabilidades caberão a *mai pequena* e a todas as *ilais*» (FERNANDES, 1937: 23-24).

mensagem.[5] Em sua defesa, o líder do terreiro São Jerônimo alegou ser a carta uma «arte de sua ex-mulher para prejudicá-lo» (FERNANDES, 1937: 39), pois a mesma encontrava-se agora em outro terreiro. Não se sabe o julgamento de Ulisses, mas o caso revela que um meio utilizado para tornar ilegítimo um concorrente, consistia em acusá-lo de praticar *Catimbó*.

No bojo destas táticas, havia, outrossim, o processo de "reafricanização" por parte de alguns *babalorixás* e *yalorixás* que foram à África em busca de ensinamentos, e assim, de legitimidade perante seus pares. Essa conduta contribuiu para aceitação das religiões dos orixás entre os intelectuais como "autêntica" manifestação da cultura afro-brasileira (SOIHET, 1998). Um dos primeiros reconhecidos foi Adão, que «[...] estivera na África e falava iorubano» (FREYRE, 1968: 102). Contudo, esse reconhecimento ao líder espiritual de Água Fria, associado à certa vaidade e interesse particular, estimulava uma hierarquia entre os xangôs, ao ponto de ser decisiva para não participação de Adão no 1° Congresso Afro-brasileiro, em 1934. Adão «[...] não considerava os outros *babalorixás* seus iguais, pois que sua formação fora realizada na própria África, o que não acontecia com os demais» (MELLO, 1988, s/p.).

Idealizado pelo sociólogo Gilberto Freyre, esse Congresso representou um instante significativo para aceitação dos afro-religiosos no Recife, contando com a presença de médicos do S.H.M., como Ulysses Pernambucano e Gonçalves Fernandes, afora intelectuais, como Edison Carneiro e Solano Trindade, estes centrados em ressaltar o significado das culturas de origem africana na construção da ideia de nação no Brasil. Outrossim, o encontro reuniu lideranças dos xangôs, sobretudo os do rio Água Fria, como Manuel Anselmo, Oscar de Almeida, e Maria Celina, proporcionando uma discussão mais direta sobre a religião dos orixás. A abertura do Congresso foi no xangô de Anselmo, em Fundão (FREYRE, 1968). Fato que comprova a ligação dos intelectuais com os negros daquela área, então sob um "controle científico" do S.H.M.. A sequência do evento fora no Teatro de Santa Isabel, com palestras, musicais, receitas culinárias, e exposições de arte afro-brasileira. Pouco a pouco, novos sinais de incorporação do Xangô adentravam as discussões sociais. Contudo, isto não significava sua plena aceitação, pois as "coisas dos negros" ainda eram vistas como reminiscências de escravos. «A 'folclorização' apaziguadora é capaz de fazer com que a cultura seja aceita e ao mesmo tempo manter os negros 'no seu devido lugar'» (GUILLEN, 2005: 66).

Em 1937, a situação política do Brasil defronta-se com um instante decisivo, com Getúlio Vargas subvertendo a ordem e tornando-se ditador. À luz deste contexto, em Pernambuco, o governador Carlos de Lima Cavalcanti é substituído em funções pelo Interventor Federal Agamenon Magalhães - este marcado pela perseguição às práticas afro-religiosas. Destarte, se por um momento pregava-se o discurso de aproximar o negro à identidade nacional, agora, contudo, evoca-se a ideia de afastá-lo através de políticas de "higienização" e branqueamento associadas ao continente europeu. Havia também o apoio da Igreja Católica que auxiliava o Estado na repressão, construindo nos seus discursos expressões de natureza negativa, a exemplo de satã, aos orixás cultuados pelos afro-religiosos (COSTA, 2009). Afora isso, o negro tivera que confrontar uma segregação dentro das religiões mediúnicas. Os kardecistas construíram a concepção de espiritismo científico, afastando-se das religiões afro-brasileiras, como forma de fazer distinção entre "alto" e "baixo" espiritismo. Tal prática visava uma maior visibilidade social, e, assim, possíveis isenções de taxas para o funcionamento de suas instituições.

---

5 «Eu me sentei para escrever não foi para pedir nem para adular adular só santo grande que tenha para dar. Apois assim eu soube que o sinhor ia proceder a não dar esta licencia se o senhor quizer dar der e se não quizer não der. E eu antes de conhecer chongou ja comia e já bebia e já vestia para isto eu tenho a minhas outras leis meu caximbo grande para me defender eu e Maroca Gorda somos chefe do Catimbó e minhas filhas quaze todas e seu eu trabalhar por uma parte trabalho por outra e não tenho medo de soldado de policia nenhum somente o medo que tenho é dos castigos de Deus... para isto eu tenho *Eichú Gelú* e *Eichú Tamentar* para me defender e se assim for eu quero que me mande os meu retratos quer que é uma colleção que tem lá e não conheço bamba para acabar com o meu terreiro José Claudino de Almeida e se duvidar pode vir a onde eu moro e pode mandar pulicia grande que sae tudo é flechado nas nagrimas Eu moro na mangabeira na casa de Maroca Gorda que tem o maracatu. Dr. Olicío nada mais tenho a lhe dizer mais de uma vez boto o meu nome. (a.) José Claudino de Almeida» (FERNANDES, 1937: 39).

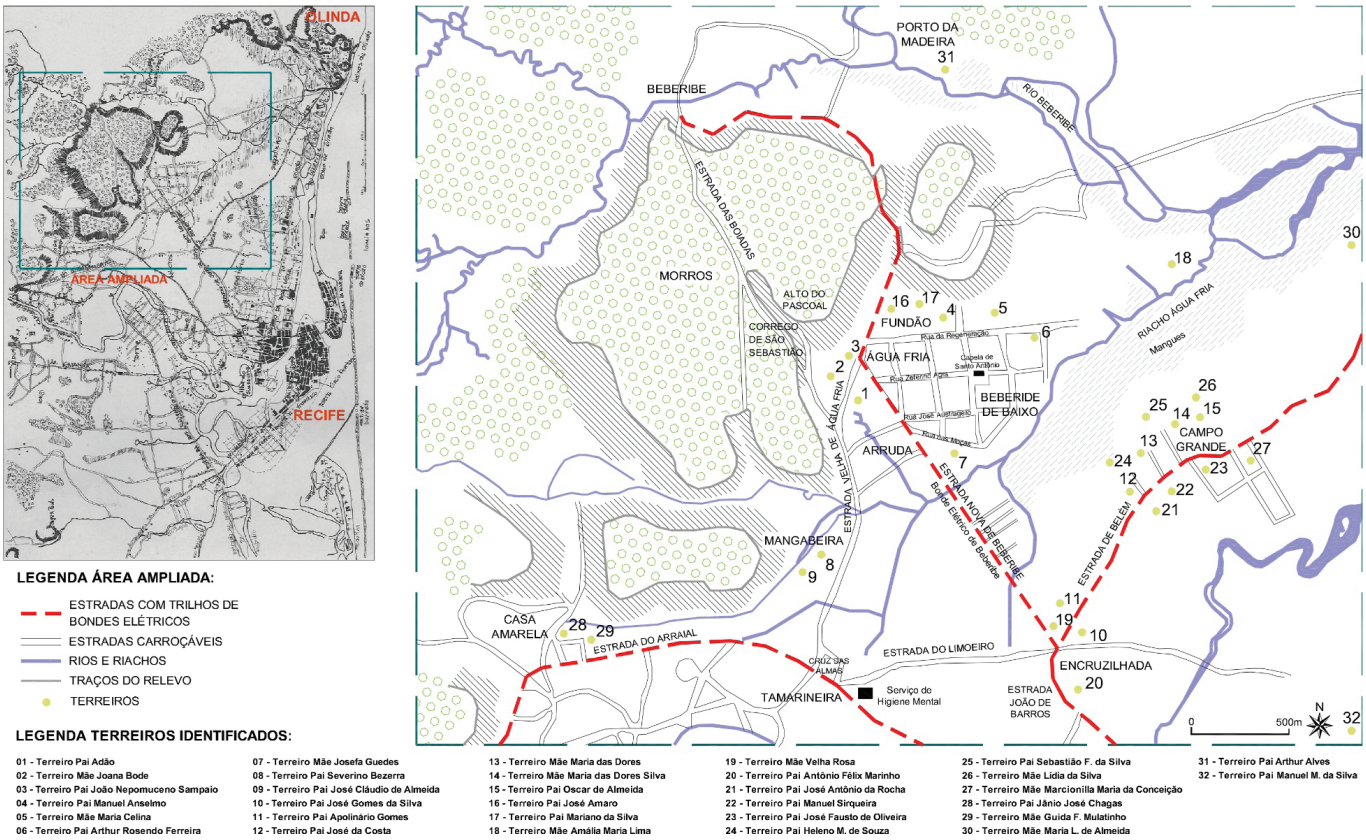

Figura 01:

Pormenor da Localização dos Xangôs nos Arrabaldes do Rio Água Fria – Decênio de 1930 – (Planta da Cidade do Recife e seus Arredores de 1876 – F. H. Carls). Fonte: Menezes, 1988; Lima, 1937; Fernandes, 1937; Cavalcanti, 1935; e Diário de Pernambuco de 1938. Desenho: Bruno Maia Halley / Daniella Burle de Loiola.

Outrossim, a imprensa constituía-se como instrumento do poder hegemônico para veicular, persuadir e propagar representações e imagens sobre situações ocorridas. Ao noticiar a prisão de negros e mulatos, através da exposição de suas imagens, o jornal *Folha da Manhã* colaborava com os representantes do Estado e com os grupos hegemônicos, para reproduzir seus valores e legitimar sua repressão. «Também discriminavam rotulando, excluindo o povo de santo dos espaços sociais, visto nos seus discursos e veiculado pela imprensa como degradante e criminoso» (COSTA, 2009: 39). Não por acaso, terem sido os diários os responsáveis por estigmatizar a região do rio Água Fria, de *Catimbolândia*, expressão criada para designar um espaço de feitiçaria, "charlatanismo", e "baixo-espiritismo", na Zona Norte do Recife (GUILLEN & LIMA, 2007). Por outro lado, estes jornais buscavam exaltar aspectos do Recife relacionados à *Veneza Americana*, cuja área central vivenciava a efervescência das inovações (luz elétrica, elevadores, cinemas, automóveis...), passando a fazer parte da fisionomia das suas ruas cívicas. Nestes endereços, as políticas de reforma urbana centravam-se em remodelar o Recife, objetivando aniquilar os resquícios do passado colonial e escravista da cidade. Segundo o discurso, esses traços remanescentes dificultavam a cidade de alcançar o progresso, sendo necessário o uso de meios higienizadores para embelezar os cenários.

Contudo, ao tomar essas medidas, paradoxalmente ia-se desfazendo de parte da antiga *Cidade-Veneza*, com demolições de sobrados, casarões e igrejas seculares, afora becos e pátios públicos (ALMEIDA, 2001; GOMINHO, 1997). Materializava-se, desse modo, uma política contraditória calcada no desejo de uma *Veneza* a partir da negação da mesma (GOMINHO, 1997). A busca por essa moderna cidade, fez do Recife cada vez mais um espaço disciplinar, do controle das autoridades e colaboradores do Estado Novo. O principal aparato do Estado era o policial, e a Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP/PE) era responsável pela elaboração, a partir da Constituição de 1937, de grande parte das leis coibidoras de práticas consideradas degradantes. Nesse espaço disciplinar, onde se buscava o novo em detrimento ao velho, materializou-se a política de erradicação

dos mocambos, assim como as proibições às atividades informais nas ruas. Outrossim, uma portaria de 1938, proibiu o funcionamento dos terreiros, tidos como espaços de práticas clandestinas. Tal medida procurou eliminar os adeptos dos xangôs, muito devido aos valores racistas do Estado Novo (ALMEIDA, 2001).

A eliminação dos mocambos, por sua vez, tratava-se de uma estratégia forjada numa suposta necessidade de atender os desejos da população, que segundo o governo estava habitando moradias de degradação social, com traços africanizados, sujeita ao contágio físico e espiritual. Dessa maneira, a interventoria se esforçava em eliminar do centro essas habitações pobres, compostas em sua maioria por negros e mulatos. A Liga Social Contra os Mocambos mostrava-se como uma política de concessão de lotes para construção de casas populares (GOMINHO, 1997), mas tratava-se também de um instrumento para "limpar" a cidade, pois à medida que construíam as vilas, demoliam os mocambos. Este fato, conforme visto, acarretou o deslocamento de muitos mocambos e terreiros para áreas mais isoladas. No início de 1930, a "mucambaria" do Recife, ou *Mucambópolis* (MELO, 1940), já totalizava metade das habitações existentes,[6] concentrando-se nos subúrbios pobres: freguesias de Afogados, Várzea, Poço, Graças e Beberibe, pois nesses lugares existiam muitos sítios, cujos proprietários permitiam a ocupação em troca do pagamento do foro.

No decênio de 1940, o Recife assiste um forte acréscimo populacional[7] fruto do povoamento dos outeiros da Zona Norte por uma população de trabalhadores informais, migrantes, e, adeptos do Xangô. Com efeito, as terras de Beberibe e de Casa Amarela, passaram a assistir a maior ocupação dos morros. Nesse sentido, a retração dos mangues, a escassez de moradias na cidade, o baixo poder aquisitivo da população, afora as referidas políticas urbanas do centro, resultaram no deslocamento destas populações para Zona Norte. À luz desse processo, havia naquele instante o início da modernização dos subúrbios, desdobrado dada as transformações engendradas na cidade desde o limiar do século XX, com a abertura e calçamento de ruas, o advento da luz e bonde elétrico, a construção de pontes, canais, prédios etc. Neste contexto, os povoados acabaram por adquirir novas formas e modos de vida, deixando a condição de arrabaldes para se transformarem em bairros (BITOUN, 2000). Por conseguinte, a *Catimbolândia* mostrava-se mais bem conectada ao tecido contínuo da cidade.

Subjacente a esse momento, novas relações de poder emergem, com novas formas e práticas de apropriação, e usos diversos dos espaços. No Estado Novo (1937-1945), o Recife encontrava-se marcado por um espaço de controle e repressão das autoridades, mas também por tramas de resistência negra, entendidas como representações de reconstrução cultural dos grupos subalternos. Nesta direção, Valente (1955) ao tratar dos mecanismos de resistência dos afro-religiosos, atribui como estratégia dos negros, o sincretismo religioso. Segundo o mesmo, os negros recebiam a religião católica, como um anteparo para disfarçar, conscientemente, os seus conceitos e rituais religiosos, adaptando suas crenças ao espaço geográfico em que vivia. «Resistência e assimilação são, portanto, fenômenos interligados, nesse caso específico» (CAMPOS, 2001: 248). A propósito, ainda hoje encontra-se no "Sítio de Pai Adão", geminada ao conjunto da casa, uma capela de arquitetura católica.[8]

Afora esse processo de camuflagem, os negros também disfarçavam seus terreiros em centros espíritas Kardecistas ou em blocos carnavalescos, burlando, assim, à ação repressiva da polícia. Os relatos desses disfarces eram comuns nas matérias dos jornais, que reforçavam a distinção ente o "alto" e "baixo espiritismo": «Muitos macumbeiros, cartomantes, disfarçados de espíritas tentam se instalar no Recife. A Delegacia e Capturas não

---

6 Segundo levantamento realizado por Peres (1932), entre 1931 e 1932, a cidade do Recife abrigava 23.869 prédios e 23.210 mocambos, uma população que girava em torno de 446.178 "almas" (incluindo Fernando de Noronha). De acordo com Gominho (1997), em 1936, este contingente subiria para 491.078, e, em 1939, para 550.389 habitantes, dos quais 164.837 pessoas residiam em 45.581 mocambos.

7 No decênio de 1940, o recenseamento revelou uma população de 347.000 habitantes. A cifra de 524.000 registrada em 1950 exprime um aumento de 51% em uma década. Resultado da forte ocupação dos morros da cidade do Recife neste interstício (1940-50).

8 Em 1937, a Capela de Santa Inês compunha-se de santos católicos, como bem lembra Fernandes (1937): «Ao lado da casa tem a sua capela. Ali, toda cheia de santos católicos, imagens e estampas no altar que toma o fundo da sala, bancos de madeira dispostos como se fossem em igreja, fazem rezas, terços. O mez mariano então é muito concorrido, sendo as orações tiradas por Adão» (FERNANDES, 1937: 59).

os deixou em paz»[9]. Sobre os condinomes dos terreiros, vide alguns exemplos: «Centro Espírita Paz, Luz, Amor e Caridade»[10], e «Centro Espírita João Baptista – Verdade e Luz»[11], etc.
Em face da preocupação das elites intelectuais de estudar esses grupos religiosos; e da cruzada empreendida pelo Estado, a Igreja Católica e o espiritismo Kardecista, para aniquilar os cultos afro-religiosos, as táticas de resistência dos negros acabaram por adquir novas visibilidades, tanto por meios individuais, quanto por coletivos. Embora o contexto fosse marcado por uma dominação social, era possível localizar uma série de significados externos ao modo de pensar hegemônico. Assim, mesmo depois de presos, postos em liberdade, os adeptos insistiram na manutenção de suas crenças. Outrossim, os terreiros burlaram a repressão policial, deslocando-se de um arrabalde a outro. Neste caso, sentido de territorialidade perpassa o território, que se torna móvel, dentro de uma dimensão físico-material. Logo, «muitas vezes, [...], é entre aqueles que estão mais destituídos de seus recursos materiais que aparecem formas as mais vigorosas de apego a identidades territoriais [...]» (HAESBAERT, 2007: 23).
Havia também uma expressão de territorialidade em torno das árvores de *Baobás*. Segundo Freyre (1968), as casas mais ortodoxas possuíam no seu terreiro uma Gameleira, inclusive a abertura do 1° Congresso Afro-Brasileiro fora realizado sob a sombra de um *Baobá* (ainda existente) no terreiro do Pai Anselmo, em Fundão. Embora as casas de culto deslocassem espacialmente, a árvore permanecia, configurando-se num «geossímbolo»[12] identificador da presença afro-religiosa. Assim, o terreiro conformava-se num espaço geossimbólico dotado de certas especificidades – árvores, terra, construções – imbuídas de um valor simbólico para toda sua comunidade religiosa. E, como território, o terreiro se revelava uma «cena de poder e o lugar de todas as relações [...], as quais são amiúde mascaradas», pois «o ideal do poder é jogar exclusivamente com símbolos», o «trunfo imaginário» (RAFFESTIN, 1993: 58-60).
Outra estratégia territorial centrava-se no culto do Xangô "rezado baixo", onde não havia música, celebrando-se as cerimônias com orações sussurradas a altas horas da madrugada. Os negros também faziam uso de «reações inesperadas», como as de um sacerdote que, ao ser levado até a delegacia, incorporou um espírito, amedrontando os policiais na execução de sua fuga (CAMPOS, 2001). Por outro lado, os afro-religiosos também utilizavam a forma de «enfrentamento direto» face alguns grupos contrários às suas práticas, recebendo-os com hostilidade (QUEIROZ, 1999). Isto exemplifica o terreiro como território, e a territorialidade enquanto materialidade: «uma poderosa estratégia geográfica para controlar pessoas e coisas através do controle de área», sendo «[...] utilizada em relacionamentos cotidianos e em organizações complexas. Territorialidade é uma expressão geográfica de poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados» (SACK, 2011: 63).

3. Notas Finais.

Os mecanismos utilizados pelos negros engendraram a reconstrução das redes de sociabilidade e negociações então criadas em torno dos terreiros, contribuindo também com o processo de ocupação da localidade, não obstante a proximidade física do poder e controle do Estado repressor. Neste sentido, Michel De Certau (2005), assegura que há mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros. Caracteriza-se pela atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se

---

9 A "MACUMBA" A SERVIÇO DO FUTEBOL. *Folha da Manhã*, recife, 31 de julho. 1944, p. 4. Edição Matutina.

10 APREHENSÃO DE OBJETOS DE BAIXO ESPIRITISMO. *Folha da Manhã*, Recife, 25 de agosto. 1938, p. 12. Edição Matutina.

11 PERNAMBUCO. Museu do Estado. *Coleção Culto Afro-Brasileiro: um Testemunho do Xangô Pernambucano.* Recife, 1983, p. 106.

12 "Um geossímbolo pode ser definido como um lugar, um itinerário, uma extensão, que por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos, assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade" (BONNEMAISON, 2012, p. 292).

em uma rede de forças e representações estabelecidas. Portanto, a aceitação, resistência, consenso, dissenso representavam, para o "povo de santo", formas distintas de estratégias (CAMPOS, 2001), também compreendidas como territorialidades, ou formas de preservar a memória, práticas e relações culturais.
Paradoxalmente, os mecanismos reguladores elaborados pelo Estado e pela Igreja, ao tentarem extirpar a crença religiosa da sociedade, acabaram por fundamentar sua manutenção na esfera da cultura. Nessa dimensão, existe uma relacão circular feita de influências recíprocas entre a cultura das classes dominantes e subalternas. Não são as ideias que circulam por si mesmas, mas os homens e suas criações (GINZBURG, 1987). «Manipular algo tão abstrato como a moral, as crenças, os valores e os comportamentos dos indivíduos sempre será mais difícil do que impor o extermínio de uma prática» (CAMPOS, 2001: 259-260).
A resistência dos negros, consolidou não somente uma luta na sociedade, mas também engendrou uma série de relações subjacentes, assegurando através destas um espaço de moradia, e de reconstrução simbólica. Na *Catimbolândia*, os negros dotaram de significados os espaços a partir de um cotidiano marcado por relações de vizinhança, parentesco, e compadrio dentro dos terreiros e arrabaldes, estes retransformados em bairros ao longo do processo de expansão do Recife. Na década de 1940, com os fluxos migratórios, houve a consolidação destes bairros, dentro de uma trama de relações de poder imersas por variadas formas de territorialidades: «material, imaterial e como espaço vivido» (HAESBAERT, 2007).

Referências

ALMEIDA, M. G. A. A. (2001), *A construção da verdade autoritária.* São Paulo: Humanitas.

A "MACUMBA" A SERVIÇO DO FUTEBOL, *Folha da Manhã*, recife, 31 de julho. 1944, p. 4. Edição Matutina.

APREHENSÃO DE OBJETOS DE BAIXO ESPIRITISMO, *Folha da Manhã*, Recife, 25 de agosto. 1938, p. 12. Edição Matutina.

BAKHTIN, M. (1999), *A cultura popular na idade média e no Renascimento*: o contexto de François Rabelais. 4° Ed. São Paulo: Hucitec: Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

BITOUN, J. (2000), Territórios do diálogo: palavras da cidade e desafios da gestão participativa no Recife (Brasil). *Revista de Geografia*. Recife, v. 16, n. 2, p. 41-54.

BONNENMAISON, J. (2012), Viagem em torno do território.In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Geografia Cultural – uma antologia.* Rio de Janeiro: EdUERJ.

BORDIEU, P. (1989), *O poder simbólico*. Lisboa e Rio de Janeiro: DIFEL e Bertrand Brasil.

CAMPOS, Z. D. P. (2001), *O combate ao catimbó:* práticas repressivas às religiões afro-umbandistas nos anos trinta e quarenta. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

CERTEAU, M. DE. (2005), *A invenção do cotidiano* – artes de fazer. Rio de Janeiro: Ed. Vozes.

COSTA. V. G. (2009), É Do Dendê! História e memórias urbanas da Nação Xambá no Recife (1950-1992). São Paulo: Annablume.

FERNANDES, A. G. (1937), *Xangôs do Nordeste:* investigações sobre os cultos negro-fetichistas do Recife. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FERREIRA, R. F. (2000), *Afro-descendente:* identidade em construção. São Paulo: EDUC.

FOUCAULT, M. (2009), *Dois ensaios sobre o sujeito e o poder.* Tradução parcial do texto: FOUCAULT, M. (2009), Deux essais sur Le sujet et Le pouveir. In: FREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault. Um parcours philosophique*. Paris: Gallimard, 1984, p. 297-321. Disponível em: http://portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/sujeitopoder.pdf. Acesso em: 23 de março de 2013.

_____. (1996). *Vigiar e Punir:* nascimento da Prisão. 13° Ed. Petrópolis: Vozes.

_____. (1993). *Microfísica do Poder.* 11° Ed. Rio de Janeiro: Graal.

FREYRE, G. (1968), *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife.* Rio de Janeiro: José Olympio Editôra.

GINZBURG, C. (1987), *O Queijo e os Vermes:* o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras.

GOMINHO, Z. O. de. (1997), *Veneza Americana X Mucambópolis – o Estado Novo na cidade do Recife (Décadas de 30 e 40).* Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

GUILLEN, I. (2005), *Xangôs e maracatus:* uma relação historicamente construída. *Ciências Humanas em Revista*, São Luiz, V. 3, n. 2.

GUILLEN, I. C. M; LIMA, I. M. de F. (2007), *Cultura Afro-descendente no Recife:* Maracatus, Valentes e Catimbós. Recife: Edições Bagaço.

HAESBAERT, R. (2011), Da multiterritorialidade aos novos muros: paradoxos da des-territorialização contemporânea. In: JESUS, E. de. (Org.). *Arte e Novas Espacialidades: relações contemporâneas*. Rio de Janeiro: F10 e Oi Futuro, 2011, v. 1, p. 54-65.

_____. (2007), Território e territorialidade – um debate. In: *Revista Geographia,* Rio de Janeiro, Vol. 9, n. 17, p. 19-46.

HALBAWACHS, M. (2006), *A memória coletiva.* São Paulo: Centauro.

HALL, Stuart. (2003), *Da Diáspora* - Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte,

Ed. UFMG.

LIMA, V. (1937), *Xangôs.* Recife: Empresa do Jornal do Commércio.

MELO, M. L. de. (1940), *Pernambuco:* traços de geografia humana. Recife: Gráfica Jornal do Commércio.

MELLO, A. G. De. (1988), *Uma reedição necessária – apresentação dos Anais do 1ª Congresso Afro-brasileiro.* Recife: Editora Massangana, Ed. fac-similar.

PERNAMBUCO. Museu do Estado. (1983), *Coleção Culto Afro-Brasileiro:* um Testemunho do Xangô Pernambucano. Recife.

PERES, A. (1932), *Recife Histórico* (Município do Recife). Recife: Imprensa Industrial.

QUEIROZ, M. R. F. (1999), *Religiões afro-brasileiras no Recife:* intelectuais, policiais e repressão. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

RAFFESTIN, C. (1993), *Por uma Geografia do Poder.* São Paulo: Ática.

SACK, R. (2011). O Significado de Territorialidade. In: DIAS, L. e FERRARI, M. (Org.) *Territorialidades humanas e redes sociais.* Florianópolis: Insular.

_____. (1986) *Human territoriality:* its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press.

SOIHET,R. (1988), *A subversão pelo riso.* Rio de Janeiro: FGV.

VALENTE, W. (1955), *Sincretismo religioso Afro-brasileiro.* São Paulo: Nacional.

A IGREJA E A PRAÇA: a Religião Cristã Batista e sua Influência na Cultura da Cidade de Itapetinga-Bahia

Jussara Moreira[1]

Resumo: A pesquisa tem por objetivo analisar o período da inserção da 1ª Igreja Batista na história da cidade de Itapetinga-BA e a sua influência para a construção da cultura local. A praça e uma igreja católica é um legado português marcante no imaginário do povo brasileiro, que geralmente, ao conhecermos uma nova cidade, a descrevemos sempre pela referência da sua praça com uma igreja, sem nos atentarmos para o fato de informar o cunho religioso ali tratado. Sem fugir a essa regra, Itapetinga situada no interior da Bahia também possui em frente à sua principal praça comercial uma Igreja. O que a diferencia da maioria de outras cidades brasileiras é o fato de tratar-se de um templo de origem Batista. A existência dessa Igreja Protestante no lugar que comumente é encontrada uma Igreja católica gerou o tema desta tese: o que teria levado Itapetinga a edificar um Templo Batista em sua praça central, rompendo com a tradição da herança deixada pela colonização luso-europeia? O caminho para conhecer as causas que foram determinantes no princípio do século XX para o acolhimento na cidade do Templo Batista foi encontrado através da pesquisa qualitativa, tendo por instrumentos as entrevistas semiestruturadas, os documentos de acervos particulares e públicos, questionários aplicados com estudantes universitários e relatos oriundos da memória dos moradores da cidade na faixa etária dos setenta anos. A escolha por essa idade ocorreu devido aos 76 anos de existência - oficial - da 1ª Igreja Batista na cidade, completados em 2014, este é o recorte de tempo na qual ocorreu essa investigação.

Palavras Chave: Religião; Identificação; Representação; Igreja Batista; Itapetinga.

Considerações Preliminares

A cidade de Itapetinga localizada na Região Sudoeste da Bahia, possui aproximadamente setenta mil habitantes[2] e uma história que a distingue da maioria de outros centros urbanos do Brasil: em frente à sua principal praça comercial encontra-se edificada uma Igreja Batista. Entre estes dois símbolos (praça e igreja) estão as passagens originadas desde 1912, que marcaram o crescimento da cidade. Sem dúvida, a qualidade e a diversidade dos livros de histórias, poesias ou estudos locais retratam e registram os fatos ocorridos em Itapetinga, oferecendo aos seus moradores um vasto painel de múltiplas facetas do seu desenvolvimento urbano. Porém, nestas leituras, sem desmerecer o ponto de vista dos seus respectivos autores, não foram encontrados indicativos referente ao tema que gerou a nossa tese: o que teria levado Itapetinga a edificar o Templo Batista em sua praça central, rompendo com a tradição da herança deixada pela colonização luso-europeia?

A praça religiosa de origem católica no imaginário do brasileiro possui uma representação intensa, sendo comum, ao se conhecer uma cidade – de preferência pequena - descrevê-la esteticamente pela referência: "no centro tem uma pracinha com uma igreja". Essa informação contém uma imagem incorporada que automaticamente, narrador e ouvinte vislumbram a exposição de uma praça toda arborizada, cuja sede religiosa é sempre a de uma Igreja Católica. Essa representação ainda estabelecida da cidade de hoje entrecruza-se com aquela da formação urbana do passado, herança da colonização portuguesa no Brasil.

Para Teixeira (2001), Portugal teve a sua urbanização caracterizada por dois princípios: a praça espontânea dos eventos culturais de ascendência medieval e a praça formal gerada através da aplicação de critérios racionais,

---

1 - Atua como docente na Educação Superior - Cursos de Licenciaturas em Biologia e em Pedagogia - da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus de Itapetinga. Tem como orientadora a: Professora Dra. Marisa do Espirito Santo Borin. Doutoranda em Ciências Sociais pela PUC/SP jussamoreira@oi.com.br

2 - Dados retirados do Censo do IBGE 2010.

cujas formas físicas ao serem delimitadas em cada tempo histórico se constituíram em elementos organizadores para a formação e desenvolvimento da estrutura da cidade. «Quando se tratava de uma única praça, era nela que se localizava a Igreja, a casa de Câmara, Cadeia e o pelourinho. Quando existiam duas praças [...] enquanto numa se localizava a Casa de Câmara, Cadeia e pelourinho, na outra localizava-se a Igreja» (TEIXEIRA, 2001: p. 83).

As praças cívicas e religiosas, de acordo com Teixeira (2001) mesmo que, não tenha sido uma transposição fidedigna do modelo urbano português, mas sim, uma adaptação às novas condições das suas Colônias, produziram nestes espaços colonizados, as valorizações como mecanismos de consolidação dos aspectos estéticos, simbólicos e funcionais. Corrobora para esse pensamento Murilo Marx (1980), ao deixar claro que no Brasil era entorno da praça religiosa católica que se edificavam as residências mais suntuosas, os imóveis públicos e o comércio. A praça religiosa, além de manter o convívio entre as diferentes pessoas do local, também servia como um elo de estreitamento das relações da paróquia com os seus adeptos. «Uma igreja, uma praça; regra geral nas nossas povoações» (MARX, 1980: p. 54), ao se concretizaram no desenvolvimento urbano do Brasil foram transformadas em símbolos de manutenção do poder religioso no núcleo social da cidade.

Em Teixeira (2001) a praça vista como um elemento morfológico serviu para a composição da cidade, no sentido, de fornecer a sua mobilidade, funcionalidade, locomoção, utilização e ocupação dos espaços privados/públicos. Sem negar esse aspecto Murilo Marx (1980) destaca também, a praça como o lugar da concepção, conceito este, ligado ao sentimento de pertencimento do morador em relação a sua cidade. Ou seja, se a composição refere-se aos espaços urbanos arquitetados, a concepção absorve os entrelaçamentos urbanos, através das relações afetivas, significados e lembranças incorporadas, criando assim, as representações que são transmitidas pelas gerações por esse «cabedal infinito» como afirma Ecléa Bosi (1994: p. 39) que é a memória pessoal e social.

Partindo deste ponto de vista, a cidade de Itapetinga herdou tanto a composição como a concepção da praça religiosa e cívica. No entanto, em seus primórdios, somente existia um núcleo central, mais tarde transformado em praça religiosa. Foi próximo a este espaço que em 1926 foi ministrado a primeira Missa do local e construída a Capela Católica, sendo posteriormente demolida para a construção da praça cívica. Naquela ocasião, pelas diretrizes da Igreja Católica Romana, uma paróquia somente poderia ser organizada em uma cidade se essa fosse emancipada, como este ainda não era o caso do pequeno povoado, conhecido até então, pelo nome de Itatinga, faltava no local um padre para conduzir a população a "salvação espiritual". Outro fator agravante a vida religiosa de origem católica no pequeno povoado se constituiu pela sua situação geográfica, o local ficava dentro de uma mata fechada, aproximadamente a uns 100 Km da sua sede administrativa que era localizada na cidade de Vitória da Conquista. Essa distância dificultava a presença de um padre, que para chegar em Itatinga tinha que fazer a sua locomoção a pé ou através do transporte animal (MOREIRA, 2009a).

Para Moreira (2009b), a falta de um padre permanentemente na cidade, transformava os moradores de Itatinga em reféns de uma fé periódica. *A priori* esse foi um dos motivos para deixar o espaço aberto pelos católicos, para que os batistas pudessem dentro dos seus princípios religiosos trabalhar com as Sagradas Escrituras, instituindo em 1927 a primeira Igreja Batista da cidade. Dessa legitimação religiosa equivale pontuar como problemática a seguinte questão: como ocorreu a inserção da 1ª Igreja Batista na praça central de Itapetinga-BA e qual foi a sua influência na construção da cultura local? Na tentativa de solucionar o tema trazemos as hipóteses que: a igreja batista localizada na praça central de Itapetinga-BA abriu espaço para a construção da religião protestante marcando a relação cultural religiosa existente na atualidade da cidade; e, a representação construída pela prática religiosa de origem batista, forneceu o corpo histórico, a identificação e a constituição da memória coletiva dos moradores da cidade de Itapetinga-BA.

Ao trilharmos pelo triângulo conceitual de religião, identificação e representação (RIR), reconhecemos a importância de mantermos o permanente diálogo entre os estudos das ciências da religião, da história e da sociologia que especificamente, será tratada pelo olhar de Bourdieu (2003, 2006, 2007 a, b), Durkheim (1973, 2003), Halbwachs (2006), Léger (2009), Weber (2012, 2013 a e b) e Bosi (1994). Os confrontos dessas ideias nos possibilitam perceber que se por um lado, o campo religioso possui em si mesmo um corpo simbólico de domínio no interior dos grupos sociais capaz de determinar a «legitimação de todas as propriedades características que formam os estilos de vida» (BOURDIEU, 2007a: p. 35), por outro lado, ele (o campo religioso)

por provocar a criação de imagens possui um caráter pragmático capaz de nortear através das regras, as ações cotidianas dos indivíduos. Essa é a principal razão pela qual deve se evitar um dos erros mais comuns encontrados quando se analisa a contextualização religiosa: vislumbrá-la apenas dentro de uma conjuntura histórica, ou ligada apenas a fé. A religião além de ser fruto de seu tempo e espaço, também é uma área de conhecimento transdisciplinar em constante diálogo com o mundo e suas diversas áreas de conhecimento. Isto explica porque dentro do universo das visões funcionalistas as organizações religiosas são «representações coletivas, que exprimem realidades coletivas» (DURKHEIM, 2007: p. 155).

A partir do entrecruzamento dos mencionados conceitos, recorremos a abordagem metodológica da pesquisa qualitativa, que de acordo com Chizzotti (1991) permite ao pesquisador trabalhar em um universo de significados, sem precisar reduzir uma investigação a uma mera operacionalização de dados meramente quantitativos. Como instrumentos optamos pelas entrevistas semiestruturadas com moradores de diferentes *status* sociais, que sejam representantes dentro da cidade da sociedade civil e política, por documentos de acervo público e particular, na aplicação de questionários com os estudantes de Biologia e Pedagogia, pois estes serão os futuros professores da cidade, e também, pelo estudo da memória dos moradores da cidade com mais de setenta anos de idade. A justificativa para a escolha dessa faixa etária encontra-se em buscar registrar através das memórias vivas, as vozes, vidas e pensamentos destas pessoas sobre a existência dos 76 anos da 1ª Igreja Batista[3] na história de Itapetinga.

Transversalmente através das representações e memórias desses moradores, pela profusão de suas vozes, foi o melhor caminho para conhecer as causas que motivaram no princípio do século XX, o acolhimento na cidade da 1ª Igreja Batista, tanto no sentido de patrimônio material como imaterial. Conhecer essa realidade é descobrir aquilo que coletivamente foi se projetando na história cultural da cidade, pois, « a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente» (HALBWACHS, 2006: p. 75).

Assim, trataremos inicialmente da história da formação da cidade, não com a intenção de ficar preso ao passado histórico, mas, por compreender, com base nos pressupostos de Halbwachs (2006) que a memória apoia-se sobre o vivido, trazendo para o presente uma constituição viva do passado do sujeito. Em seguida, discutimos os pressupostos teóricos e nossas considerações acerca da difusão e práticas culturais da herança religiosa protestante de teologia cristã batista em Itapetinga-BA.

De Itatinga a Formação da Cidade de Itapetinga

É consenso entre os escritores da região de Itapetinga, dentre os quais destacamos os historiadores Campos (2006) e Gomes (2006) ou a poetiza Jabur (1998), um ponto em comum, todos assinalam como marco inicial para a história da cidade: a atual Praça Augusto de Carvalho (antiga Praça Castro Alves). Inicialmente, neste espaço, houve toda a circulação de transeuntes e movimentação emigratória, como também, foi ali onde sucedeu a formação do Templo Batista que tomou simbolicamente o centro da cidade. O princípio das alegrias, tristezas, riquezas e misérias que afligiram a vida cotidiana do morador Itapetinguense, sobreveio com a chegada daqueles conhecidos por sua população como «os pioneiros»: Bernardino Francisco de Souza, seu irmão Tercílio Francisco de Souza e sogro Possidônio Antônio de Carvalho que, com alguns trabalhadores, em 1912 adentraram as matas da região do Sudoeste da Bahia. Naquela época, as condições eram péssimas para trafegar pelas densas florestas fechadas, o que dificultava a locomoção humana, «fosse por rodovias, em lombo de animais, ou até mesmo quando os interessados se aventuravam a enfrentar longas distâncias a pé» (GOMES, 2006: p. 11).

As dificuldades encontradas pelos pioneiros para adentrar pela mata fechada para chegar ao embrião que formaria a cidade, não deve ser considerada como ponto, limitador para a demarcação histórica e geográfica

[3] 76 anos completados em 31 de julho de 2014 como consta na Ata da Fundação da 1ª Igreja Batista de Itapetinga (Dados recolhidos pela pesquisadora em 28 de junho de 2013).

da história social de Itapetinga. Houve um período antecedente a vinda de Bernardino Francisco de Souza, chamada pelo historiador Emerson Campos (2006, p 17) de «pré-história», cuja raiz se encontra ainda no Século XVI. Este foi o período que sinalizou o primeiro contato do homem branco – entradistas e posteriormente bandeirantes - na atual região Sudoeste da Bahia. Como todo desbravamento de uma nova região, em Itapetinga as suas origens foram marcadas pelos usos das práticas agressivas da exploração da natureza e a força das armas diante dos nativos[4] que ali habitavam. Tratando do século XX, quando os ideais civilizatórios chegaram a região de acordo com Marcus Vanderley:

> Os índios sentiram a presença de estranhos nos seus domínios, os bichos das matas perceberam a presença do invasor, nos rios, antas, capivaras e lontras ouviram e sentiram o troar das espingardas que acordava a região, o toque desbravador do homem e a área de Itapetinga começavam a ser integrada ao mundo "civilizado". (OLIVEIRA, 2003: p. 54).

Mediante, a destruição do habitat natural dos nativos, a terra foi aos poucos ganhando um novo costume e tomando a forma da cultura pastoril. Bronislaw Malinowski justifica esse tipo de ato apontado que: «todo e qualquer costume existe para preencher um determinado propósito e, por conseguinte, todos os costumes possuem um significado vivo e corrente para os membros de uma sociedade» (KUPER, A. 1978: p. 38). Algum tempo depois, outros desbravadores também vieram para as novas terras, entre estes, destaca-se a figura de Augusto Andrade de Carvalho (1892/1956) que separou no ano de 1923, um pedaço de terra para a constituição do povoado, batizando-o pelo nome de Itatinga[5] (OLIVEIRA, 2003).

No transcorrer do tempo, o povo de Itatinga foi obrigado a adicionar o termo "PE", formando então o nome de Itapetinga. Em alguns dos depoimentos recolhidos em nossa pesquisa de Mestrado[6] apareceu esse tema e os 'causos' contados podem ser descritas nas seguintes palavras: «o pé foi adicionado pelo sentido de raiz » ou «o pé foi acrescentado ao Itatinga formando a palavra Ita – PE – tinga, para mostrar que o povo que vive nessa terra firme de gado forte tem o pé no chão». As considerações dos entrevistados, como demonstrou Moreira (2009a) está diretamente ligado ao *status quo* na cidade vinculado a produção da pecuária. Na realidade, a mudança de Itatinga para Itapetinga sucedeu por causa de outra cidade com o mesmo nome que existia no Estado de São Paulo. Getúlio Vargas, que era o Presidente do Brasil na época, ao reformular o planejamento econômico dos municípios, transformando vários setores rurais em urbanos, sancionou uma Lei instituído que nenhuma das « localidades urbanas, no País, tivessem nomes idênticos. Então, fez vigorar o decreto-lei nº. 5.901, de 23 de outubro de 1943, que dispunha sobre as normas para a divisão administrativa e judiciária do País» (CAMPOS 2006, p 144).

Itapetinga, primeiro foi distrito de Vitória da Conquista, com o passar do tempo, ganhou a condição de Vila[7] e por causa de uma divisão territorial do Estado da Bahia, passou a pertencer a cidade de Itambé. A Vila era marcada por ritmos de trabalho, culturas e hábitos diferentes, daquele encontrado ali em seus primórdios (MOREIRA, 2009b). Por sua condição de vila, em 1934 elegeu três vereadores, Augusto Andrade de Carvalho, Juvino Oliveira e Mariano Campos, que a representava junto a Câmara Municipal da Sede em Itambé.

---

4 A Região era habitada pelos povos Mongoió que pertenciam ao tronco Macro-Jê, atualmente com a família linguística extinta. Esse povo, para o botânico e Príncipe Alemão Maximiliano Wied-Neuwied (1940) era diferente de outros povos nômades, dependiam assim, da terra onde moravam para caçar e pescar, quando outros grupos nativos se aproximavam destes locais, haviam disputas e guerras para dominar os espaços. Na medida em que foram sendo evadidos, perderam a originalidade dos antigos costumes, o idioma, os ritos, enfim a própria identidade.

5 Por possuir grande quantidade de pedras brancas o povoado ganhou o nome de Itatinga, nome originado dos idiomas Tupi e Guarani. Onde ita significa pedra e tinga significa branca (MOREIRA, 2009 a).

6 In: Moreira (2009 a).

7 - Vila se confunde com Distrito em muitos aspectos, mas a diferença aparece porque a Vila tem direito de possuir um Administrador do local e ter representantes na Câmara Municipal. Essa oportunidade política que vai transformar Juvino Oliveira em um dos prefeitos mais lembrando pela cidade. In: (MOREIRA, 2009 a).

Com o transcorrer do tempo, em um período de mais ou menos quinze (15) anos ela foi se tornando um dos centros mais ricos do Estado da Bahia (MOREIRA, 2009b; OLIVEIRA, 2003; CAMPOS, 2006).
Evidente que essa produção era baseada na exploração do solo, desmatamento de plantas nativas e abertura de pastos gerando facilidades para a produção bovina. Em 1951 o Líder Político Juvino Oliveira, escreveu uma carta [ao] Deputado Estadual Adelmário Pinheiro relatando «que nessa época Itapetinga, contava com um rebanho bovino superior a cem (100.000) cabeças de gado e começava a produção em média escala da suinocultura e de lanígeros«» (NERY, 1995, p.28). Além disso, como relatou Juvino Oliveira, essa concentração do capital econômico trazia certos benefícios para a região. Primeiro, pelo amplo «desenvolvimento da indústria extrativa de madeira», fazendo com que a Vila exportasse mensalmente cerca de «50.000 pranchões, ripões e tábuas »; segundo, isso transformava, e ainda de forma lucrativa, tudo no seu entorno, em um «grande campo verde», espaço maior e melhor para a produção da cultura pecuarista; terceiro, maior produção pecuarista maior fonte de «renda privada» e, publicamente fomentou o aumento do «comércio interno»; quarto, com a produção primária, surgiram o desenvolvimento das «fábricas de calçados, laticínios, saboarias, curtumes»; quinto, com a arrecadação financeira em alta, logo a Vila passou a «possuir agências bancárias», coisa que não existia ainda em suas proximidades; e finalmente, para viabilizar essa produção era preciso mão-de-obra, o que trazia a imigração de pessoas de várias regiões para a Vila de Itatinga em busca de empregos, fazendo com que desenvolvesse com maior rapidez a área urbana (MOREIRA, 2009a, OLIVEIRA N., 2003, CAMPOS, 2006).
A expansão alcançada pela Vila devido à forte produção bovina para o corte, impulsionou as forças políticas locais na luta pela solicitação da emancipação do município, afinal, a produção econômica de Itapetinga era superior a de sua Comarca, tornando «inaceitável para suas lideranças continuar a depender política e administrativamente de Itambé, uma vez que o Distrito em vários aspectos ultrapassara em muito a Sede, inclusive no volume de impostos arrecadados» (OLIVEIRA N., 2003: p.66).
Nesse contexto, após 15 sessões plenárias dentro da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, o Governador Régis Pacheco sancionou o projeto da criação do «Município de Itapetinga, desmembrando-o do Município de Itambé, [...] como consta na Lei nº. 508 de 12 de dezembro de 1952» (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. 1958: pp. 322-325). A base de produção econômica pecuarista, também, organizou a vida local, e, por sua vez, estabeleceu diretrizes de instituição de poder, pois,

> [...] devido aos hábitos simples e o nível cultural do pecuarista, que teve origem semelhante à maioria dos seus trabalhadores, as diferenças sociais não se mostravam muito evidente inicialmente. Essa aparente semelhança cultural e social conseguia dissimular conflitos e proporcionar uma relação de total cooperação do trabalhador em relação ao produtor rural, o que propiciou uma velocidade maior do capital econômico, fazendo com que as diferenças se manifestassem mais adiante de forma muito mais evidente (OLIVEIRA N., 2003, p. 58).

Enquanto no início da construção da zona pastoril de Itapetinga, a sua economia nasceu de acordo com o médico Orlando Bahia pela «força de mão de obra de base familiar», e foi: «constituída nos moldes do interior brasileiro, à base da honradez, [...] mas, a média social e cultural, alcançava um nível muito aquém do desejado, mesmo para um núcleo ainda em formação» (NERY, 1995, p, 57), com o passar do tempo pecuaristas e trabalhadores rurais vão se distanciando, por fim, as relações de trabalho

> [...] era de total submissão do trabalhador em relação ao pecuarista que assumia uma postura paternalista. Desta forma, o trabalhador rural subordinava-se ao patrão em todos os níveis – econômico e político -. Essa relação criou espaço para a hegemonia política dos produtores através da formação dos denominados "currais eleitorais", onde a escolha dos governantes estaria sempre definida, pelo chamado 'voto de cabresto' (OLIVEIRA N., 2003, p. 71).

Para Oliveira (2003), a história pela emancipação política da cidade de Itapetinga, caminhou ao lado de problemas não muito diferente de outros lugares do interior do Brasil, suas condições sanitárias eram precárias,

não haviam escolas, saúde pública, hospitais, saneamento público e a própria instalação da eletricidade, que era fator preponderante dentro de uma área urbana, somente existia por ter sido implantada através da organização da iniciativa privada, sendo assim, também era destinada apenas aos consumidores capitalizados. Principalmente, pelo fato da cidade está situada em uma zona pastoril, onde bastava saber tratar do boi no pasto, não havia muita necessidade de se ter uma mão de obra especializada. O nível de instrução existente era somente para uma pequena parte da população que contava apenas com o curso primário, - ou seja, o equivalente aos quatro primeiros anos do atual ensino fundamental -, o que para aquelas pessoas não fazia diferença. Pois: « se quase todos os ricos de então, no início de suas vidas, eram vaqueiros, tropeiros, boiadeiros, machadeiros na derrubada das matas, etc., não havia como fazer a separação» (NERY, 1995, p. 59).
As diferenças sociais se consolidaram visivelmente quando a cidade alcançou o status de capital da pecuária, deixando claro o universo de separação entre produtores e empregados. Ainda no período quando Itapetinga era o Povoado ou a Vila de Itatinga, havia sofrido uma forte imigração em busca da terra que era boa para a produção pecuarista. Isto gerou dentro do local uma população maior e mais desejosa de obter melhores padrões urbanos, dentro desse universo, uma das reivindicações dos seus moradores era de se ter a construção de uma igreja, como a mensageira da fé e da formação dos bons costumes, essa é uma análise que merece ser pontuada...

Análise do Eixo Temático: a Religião

O desbravamento e a ampliação da formação populacional, acende no povoado o desejo da formação religiosa, cuja representação simbólica remete a ideia da uma Igreja. Um dia que não se sabe ao certo quando, pois não foi localizado em nenhuma história oficial, no «ano de 1926 passou por Itatinga um Padre de nome Ranulfo Souza, vinha da Paróquia de Vitória da Conquista, foi ele quem ministrou a primeira missa no povoado» (JABUR, 1998, p. 44). Além disso, Como Augusto de Carvalho era um fervoroso católico mandou construir em 1927 um Galpão que servia de Capela e escola. Algum tempo depois, Augusto de Carvalho ergueu a primeira Capela, homenageando-a com o nome de São Jose - a capela ficava a duas quadras da atual Praça Augusto de Carvalho -, Neste local, ele (Augusto de Carvalho) havia enterrado dois filhos (JABUR, 1998).
A devoção de Augusto de Carvalho com o São José, tinha acontecido quando ainda era bem jovem, pois havia ganhado a imagem do Santo de um parente próximo já convertido em Batista. São José, assim é transformado no padroeiro do povoado. A capela foi demolida para a ampliação da construção da praça cívica da cidade (JABUR, 1998). No entanto, não era tão simples como parecia, apenas a arquitetura física de uma Capela não conferia ao povoado a regularidade dos padres no local para a realização dos sacramentos. Os fies tinham as suas necessidades religiosas reféns de um sistema paroquial. A configuração de uma Paróquia é que mantém um Padre permanentemente instalado no local,

> [...] decorre que para existir uma paróquia, a cidade deveria ser emancipada e, este não era o caso do povoado. Além, do que Itapetinga, mesmo tendo a sua capela construída, tinha uma grande dificuldade, naquela época o transporte era feito no lombo de cavalo, ficava então, pela própria distância de Itambé, à espera de um padre, já que este só vinha à localidade quando tinha condições para se dirigir ao arraial. Todos esses fatores foram agravados pelo sistema hierárquico que até hoje existe na Igreja católica. Onde todas as decisões passam pelo poder central conferida na pessoa do Papa no Vaticano, seguido pelo domínio das Arquidioceses, e posteriormente pelo comando das Dioceses até chegar as Paróquias. Dessa forma, a população da cidade, que desejava ter uma edificação religiosa organizada, vivia submetida às ocorrências que são preponderantes dessa hierarquia, portanto, refém de ser submetidos a uma religiosidade periódica (H, 2008).

Por causa desse panorama desenhado por (H), que na contramão da história de outras localidades da Bahia e do Brasil, abre espaço, para a entrada no povoado dos Batistas que em 1928, após um trabalho de evangelização

conseguem estabelecer a «Fundação da 1ª Igreja Batista de Itatinga» (CAMPOS, 2006, p.115). Inicialmente, as pessoas que viviam nas fazendas localizadas no entorno do povoado, se dirigiam periodicamente a Praça Castro Alves (atual Praça Augusto de Carvalho) para as feiras. Aquele era um espaço onde se fazia as trocas pessoais e materiais, também servia de apoio para os viajantes, que no barracão objetivado por Augusto Andrade de Carvalho, descansavam das viagens a pé, no lombo de jumentos ou a cavalos pela estrada que ligava Vitória da Conquista a Ilhéus (MOREIRA, 2013).

Essa proximidade trazida por aquele prenúncio de urbanização, aproximaram alguns batistas que viviam na região, começaram assim, a converter amigos e parentes. O passo inicial para a organização da Congregação requeria um espaço físico. Inicialmente os Batistas alugaram uma casa e passaram a se encontrar nos finais de semana para a adoração dominical e a pregação do evangelho. Surge então um pequeno contratempo, que não se sabe o motivo, o Primeiro Pastor Abílio Gomes, aconselhou que todos os membros voltassem a frequentar as suas Igrejas de origem que ficavam localizadas em Sapucaia ou Itapuí - durante dois anos os batistas se mantiveram afastados oficialmente das atividade religiosas na cidade -, mas isso não impediu que o trabalho de evangelização continuasse no local, pois, no dia 31 de julho de 1938, a Igreja[8] sob a liderança do pastor Arlindo Rodrigues de Oliveira e mais 46 membros fundaram o 1º Templo Batista de Itatinga.

Em 1943 o templo foi construído na atual Praça Augusto de Carvalho, em terreno comprado por um conto de réis, valor que para a época era muito caro, mas mesmo assim, foi arrecado por um pequeno grupo de crentes, tendo em linha de frente o Sr. Aquilino Brito, São estes acontecimentos que para o Pastor Samuel de Oliveira Santos demonstram o tanto que:

> A história da cidade de Itapetinga e da 1ª Igreja batista se confunde. Não podemos pensar no nascimento de uma independentemente do nascimento da outra. Quando os desbravadores da região, os pioneiros da cidade, chegaram derrubando matas, abrindo fazendas, semeando capim e dando início ao arraial batizado de Itatinga, chegaram com eles alguns crentes batistas de diferentes regiões do Estado, notadamente do Sertão de Vitória da Conquista, que buscavam as matas mais ao sul do estado, para possuir a terra. Vinham no propósito de derrubar florestas, abrir clareiras, plantar capim, criar gado e levar o evangelho a todas as criaturas. Aqueles Batistas traziam, sem sombra de dúvida, além do propósito de progredir, também a decisão de, ao lado da semeadura do capim, semear o que traziam no coração e na alma, a semente do evangelho. (CAMPOS, 2006: p. 119).

O Pastor Samuel de Oliveira Santos foi o condutor por cinquenta anos do trabalho da 1ª Igreja, Batista de Itapetinga, para ele a história da cidade e da Igreja se confundem devido a participação ativa da 1ª Igreja em todos os momentos sociais e fatos históricos ocorridos dentro da cidade. Elenca assim, a participação da 1ª Igreja Batista, no início da década de 50, na luta pela emancipação política da cidade; as iniciativas de criação das primeiras escolas da vila, culminando na fundação da ACI (Associação Cultural Itatinguense) e a criação do Ginásio Alfredo Dutra (atual Centro Educacional Alfredo Dutra); a fundação do Colégio Batista Albert Schweitzer. Além disso, a 1ª Igreja Batista realiza atualmente obras sociais através do Centro Batista de Ação Social, atendendo nas áreas de moradia para famílias carentes de residência; cursos profissionalizantes e alfabetização de adultos; atendimento médico e dentário; medicamentos, além de distribuição de cestas de alimentação[9]. Ou seja, pelas palavras do professor Samuel analisamos que a influência da 1ª Igreja Batista na cidade extrapola as questões meramente religiosas. Mediante ao exposto faremos uma breve análise do triangulo religião, identificação e representação (RIR), para trazer uma luz sobre o Lugar da Igreja Batista na praça principal de Itapetinga.

---

8 De acordo com as entrevistas efetuadas por essa pesquisadora junto aos Batistas da cidade, a Igreja se refere ao corpo formado pelos seguidores de Cristo e não propriamente a construção de um templo.

9 Esses dados foram recolhidos pela pesquisadora em março de 2014 quando efetivou uma entrevista com o Pastor Samuel de Oliveira Santos.

Religião, Identificação e Representação (RIR).

O entendimento dos agentes sociais, em ver a Religião, não somente como um veículo de fé, mas também, como uma organização para a manutenção da tradição dos bons costumes e da ajuda humanitária pode ser analisada pela ótica de Bourdieu (2007b), quando ele assinala que o desenvolvimento das religiões consideradas como universais são constituídas por campos relativamente autônomos, e foram essas religiões que na história humana, serviu como marcos para a ampliação das urbanizações. Não seria impertinente lembrar, que a dispersão espacial rural, atrapalhava as trocas econômicas e simbólicas, por conseguinte, a tomada de consciência sobre os interesses coletivos. «O maior mérito de Weber foi o de haver salientado o fato de que a urbanização contribuiu para a racionalização e para a moralização da religião apenas na medida em que a religião favoreceu o próprio desenvolvimento de seu corpo de especialistas incumbidos da gestão dos bens de salvação» (BOURDIEU, 2007b: p. 35).

O campo religioso ao reforçar os estilos de vida constitui-se em não interessado nas trocas monetárias, a sua lógica repousa na ideia da oferenda e do sacrifício. Esse jogo produz nos dominados uma aceitação pacífica da sua condição terrena e simbolicamente, são instituídas as compensações da promessa de salvação divina. Essa consagração religiosa, efetuada na prática social, serve como justificativa para criar identificações e representações, fazendo grupos sociais dominantes manter as suas hegemonias dentro dos espaços sociais.

Dentre as relações cotidianas, muitas vezes se incorpora essas representações sem conhecer o real significado encontrado nos jogos sociais «e a *illusio*, essa relação encantada é um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas que ocorrem no espaço social» (BOURDIEU, 1996: p.139-140). Muitas vezes, o/a homem/mulher é consumido pelo sentido deste jogo, explícito somente para aqueles que detém o poder de conhecimento sobre ele. Nas relações diárias os seres humanos sentem-se instigados a jogar, agem como se fossem os criadores do jogo e/ou por isso, não estão preocupados em ater-se a sua origem, essência ou em comprovar se o fato de sua existência possui alguma explicação. Simplesmente jogam, sustentados pela crença de que conhecem todas as suas facetas e possibilidades de representações.

A religião ao ser examinada como formadora das bases para as construções das representações, para Durkheim (2003) exprimem realidades coletivas, sendo assim, mitos, ritos, crenças e símbolos devem ser vistos como a expressão de uma realidade, pois, não despontam no interior de cada grupo apenas para demonstrar a maneira de agir, mas, destinam-se a manter ou refazer os estados mentais que compõem o grupo social. Seria essa a influência da modelo praça /igreja na área central das cidades?

Podemos responder *a priori*, observando os padrões culturais, sociais científicos que não podem ser conhecidos individualmente, pelo contrário, devem ser reconhecidos pela concepção que deles formulem o grupo. Essa ideia sobre a consciência coletiva foi a gênese que serviu para Durkheim (2003) estudar o sistema religioso primitivo dos povos australianos, concluindo nessa pesquisa que quase todas as instituições sociais nasceram da religião. Ou seja, «se a religião engendrou tudo o que há de essencial na sociedade, é que a ideia da sociedade é a alma da religião» (DURKHEIM, 2003: p. 462).

Nessa convivência, as representações se formam, transformam e evoluem como colocou Durkheim (2003), no entanto, quando buscamos conhecer a ascendência que a religião produz dentro das relações cotidianas de uma cidade, observamos que é importante, considerar aquilo que nos fez ver o Weber quando alertou que «não é da essência da religião que nos ocuparemos, e sim das condições e efeitos de determinado tipo de ação comunitária cuja compreensão será alcançada a partir das vivências, representações e fins subjetivos dos indivíduos» (2012: p. 279).

Para ter uma compreensão da sociedade, Weber (2012) criou os tipos ideais, fundamentando-os a partir daquilo que chamou de «desencantamento» do mundo. O significado de tal expressão está em não se encontrar mais as explicações para os fenômenos naturais, sociais e biológicos através das «mágicas». Através do desencantamento do mundo o cientista pode em suas pesquisas, conhecer fragmentos da realidade. Nesse sentido, o tipo ideal por não existir, pode ser despido de todo e qualquer conteúdo histórico. Weber não entendia a doutrina religiosa como um processo de crença, ao contrário, a sua compreensão era efetuada a partir de um sistema religioso que regulamentava a vida em sociedade através da dominação, por isso,

> [...] compreendemos então, porque Weber é tão atento a questão da dominação religiosa. O agrupamento religioso lhe aparece como um gênero particular de agrupamento de dominação (Herrschaftsverbände), um gênero que ele chama de 'agrupamento hierocrático' (hierokratischer Verband). Para Weber, o agrupamento hierocrático é, com efeito, um agrupamento em que se exerce um modo particular de dominação sobre os homens (LÉGER E WILLAIME, 2009: p: 85).

Sobre a dominação religiosa, «Weber particularmente atento a complexidade do real está no oposto de qualquer perspectiva unilateral e monocultura de explicação» (LÉGER & WILLAIME, 2009, p. 114), assim, ao deter os seus estudos sobre a Religião Cristã, especificamente no movimento protestante, considerou que «a Reforma representou uma outra forma de dominação religiosa, que visava a um controle muito mais estreito da conduta individual, uma regulamentação de toda a conduta da vida» (id., ib., p. 115). Essa Reforma, com efeito, não referenciava a perfeição espiritual e o ideal cristão na retirada do mundo sob a forma da ascese monástica, mas sim, a valorização moral da realização dos crentes em seus deveres na sociedade. «É nesse sentido, que a reforma fez do trabalho o lugar da efetivação do dever cristão. Daí essa concepção da profissão como vocação, bem expressa pelo termo alemão Beruf » (LÉGER e WILLAIME, 2009: p. 116).

Weber (2013b), mesmo não se interessando pela História inicial de Calvino, traz desse tempo uma discussão para ele necessária: a teoria da predestinação.

> O Calvinismo foi a fé em torno da qual se desenrolaram as grandes lutas políticas e culturais dos séculos XVI e XVII nos países mais desenvolvidos – Holanda, Inglaterra e França. Por isso, voltaremos para ele em primeiro lugar. Naquele tempo, e em geral ainda hoje, a doutrina da predestinação era considerada seu dogma mais característico. É bem verdade que têm havido controvérsias quanto a ser este o dogma mais importante da igreja reformada ou apenas um acessório (WEBER, 2013: p.90).

Para compreender a predestinação, deve-se considerar que nossos atos na terra não podem garantir a nossa salvação eterna, porém existem aqueles que serão os escolhidos, estes já foram destinados a salvação. Por não existir a garantia da salvação pelos atos, mesmo que sejam considerados como "bons", desse modo, veicula-se a ideia de que o sucesso da vida mundana é um sinal de que é predestinado (escolhido para a salvação), afinal, se somos prósperos, se engrandecemos a glória divina, então devemos ter sido escolhidos. Porém, aquilo que é acumulado em uma vida de trabalho não pode ser utilizado ou desperdiçado com as coisas do mundo, esta riqueza é sempre produzida para a Glória de Deus e não para a glória humana. Por isso o lema protestante calvinista é o afastamento de tudo que é mundano. Devendo buscar a honra encontrada no trabalho, que deve ser feito para a glória de Deus.

Segundo Weber (2013b) calvinistas e batistas eram opositores, inicialmente, haviam diferenças dogmáticas, principalmente, relacionadas com a teoria da predestinação. Este estranhamento se modificou no fim do século XVII, aumentando os contatos entre si. A aproximação gerou influências recíprocas, fazendo emergir algumas semelhanças nas crenças sobre as regras éticas e a salvação da alma. Ao lado do calvinismo, os batistas romperam com as crenças nos sacramentos, permanecendo apenas com o batismo, para os adultos. A justificação por esta fé era, para os batistas, como eles mesmos repetiram insistentemente em todas as discussões religiosas, uma escolha de fé do sujeito, isto era «radicalmente diferente da ideia do trabalho mundano a serviço de Cristo, como impunha o dogma ortodoxo do protestantismo mais antigo» (WEBER, 2013b: p 131). Com essa prática, o crente Batista demonstra um repúdio a idolatria e transformaram a Bíblia em um veículo de fé e modelo de vida. Esta rigidez em reconhecer a Bíblia, como a única autoridade para a salvação da alma, de acordo com Weber (2013b, p. 133) eliminou toda a crença que restava da doutrina da salvação através da Igreja, batismo e comunhão. Essa total desvalorização de todos os sacramentos como meios de salvação, trouxe a «racionalização religiosa ao mundo na sua forma mais intensa. Só a luz interior da revelação contínua poderia capacitar alguém de fato para compreender até as revelações bíblicas de Deus ».

Weber (2013b) também evidenciou que as cidades ricas do antigo império, foram, as primeiras a aderir ao movimento do protestantismo no século XVI. Encontra-se assim, uma substituição do domínio católico por

aquele que agora era a dominação religiosa cristã vigente. Os protestantes, possuíam um estilo mais rigoroso de controle sobre o cotidiano. Essa diferenciação entre protestantes e católicos, confirmavam que no seio da religião cristã existia uma distinção que ia além da fé e da crença, pois, os protestantes sempre evidenciaram uma tendência específica para a racionalidade econômica, enquanto o catolicismo condenava a usura, e pregava a salvação das almas através da confissão, das indulgências e da presença as missas. Também, os católicos preferiam a segurança e a garantia da vida eterna, enquanto, os protestantes elegeram o trabalho para a construção de sua boa conduta na terra. Para demonstrar a influência da ascese religiosa protestante Weber partiu de uma vertente causal «a mentalidade puritana». Sobre esse aspecto traz a seguinte colocação:

> Até onde se estende a influência da mentalidade puritana, sob todas as circunstâncias e isso é muito mais importante que um simples encorajamento ao acúmulo – favoreceu o desenvolvimento da vida econômica racional da burguesia; foi a mais importante e, acima de tudo, a única influência consistente para o desenvolvimento desse tipo de vida. Foi, diríamos, o berço do homem econômico moderno. Na verdade, tais ideais puritanos tendiam a ser transigidos devido à pressão excessiva das tentações da riqueza, como os próprios puritanos sabiam muito bem (WEBER, 2013b: p 158).

A partir desta constatação, Weber (2013, p 167,) apontou a relevância da reforma protestante para a formação do capitalismo moderno, alertando porém que jamais pretendeu trazer «uma interpretação causal espiritualista da cultura e da história», a sua intenção era apenas fazer um estudo de forma preliminar. Nasce assim, a ideia de Weber (2013b) sobre a ética protestante ou ética do trabalho. Seguindo esta linha de raciocínio, demonstra que a ética protestante está baseada no acúmulo do capital econômico que é produzido pelo trabalho e, não nos gastos, nas despesas e no consumo, essa ética foi determinante para o desenvolvimento do capitalismo.

Weber atualmente é criticado como aquele que não serve mais para a análise dos padrões religiosos capitalistas, já que católicos também atualmente vivem na mesma rota do trabalho como fator de dignidade, mas, o caso específico da religiosidade em Itapetinga, o estudo de Weber (2013) pode ser utilizado, afinal, o convívio pacífico em Itapetinga entre os católicos e os protestantes na origem da cidade teria duas bases de sustentação a) a influência da religião batista, através das «promessas de salvação» e a recriminação das ações mundanas, trazendo para aquelas pessoas os ideias morais; e b) os vaqueiros que eram em suas maiorias católicos não entrariam em atritos contra os fazendeiros batistas.

Pela ótica de Bourdieu (2007b), mesmo que os primeiros (empregados) ocupem posições dependentes dos segundos (patrões), isso não implica uma "ordem" eternamente cristalizada, se existem indivíduos em posições dominantes que elaboram táticas para a manutenção do seu *status quo*, toda regra pode ser quebrada. No entanto, com o desenvolvimento da história de Itapetinga os padrões culturais religiosos de origem Batista também foram assimilados e identificados pelos católicos em suas representações. Por essa razão, a população de Itapetinga, como qualquer outra, deve ser vista como um conjunto de "campos", cuja movimentação estará sempre designada por uma relação de "jogos" e "forças", mesmo que esses não sejam delimitados por uma linha territorial. Razão pela qual, Bourdieu (2007a) ao analisar o "estado do campo", vislumbra as "formas incorporadas", que correspondem em atitudes, tanto para a manutenção como para combater as "representações".

Considerações Finais: A Praça e a Igreja: entre o profano e o sagrado

O sol de verão invade a tarde deste quente dia 12 de dezembro de 2013, as ruas da cidade esvaziadas, anuncia uma tranquilidade que paira no ar revelando o feriado em Itapetinga por completar 61 anos de emancipação política. Andando sempre com certo estranhamento, entre o espanto e a admiração, percorremos a Alameda Augusto de Carvalho que dá acesso a Praça que possui o mesmo nome. A nossa observação no entorno da praça possibilita identificarmos ponto de taxi, sorveteria, agências bancárias, lojas, hotéis, estacionamentos e a imponente Igreja Batista, anunciando simbolicamente os limites do sagrado no espírito da cidade.

O que estamos considerando como sagrado? Para Durkheim (2003) o que separa magia e religião é a presença da igreja. Não há vida religiosa sem igreja. A religião ao ser considerada como um sistema solidário de crenças

e práticas, institui as relações entre aquilo que é considerado como sagrado formando em sua volta uma mesma comunidade moral, ao qual se chama de igreja, portanto, não se trata de uma forma física, mas simbólica, isto não é necessário na formação da magia, assim, "ao mostrar que a ideia de religião é inseparável da ideia de igreja, ele faz pressentir que a religião deve ser uma coisa eminentemente coletiva" (Durkheim, 2003: p. 32). Lembramos das palavras de Geertz (2008: 67) ao dizer que a igreja é um dos "símbolos sagrados que funciona para sintetizar o *ethos* de um povo — o tom, o caráter e a qualidade da sua vida, seu estilo e disposições morais e estéticos". A Igreja em sua forma física, é considerada como um espaço para as práticas das crenças religiosas, pois, provoca a manutenção das tradições, compondo ou modificando a memória e a representação da ordem social e cultural.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas**. Tradução: Sergio Miceli. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. Gostos de Classes e Estilos de Vida. *In*: **A sociologia de Pierre Bourdieu.** (Org.) Renato Ortiz. São Paulo: Olho D' Água, 2003, pp. 73-111.

_____. O Habitus e o Espaço dos Estilos de Vida. *In*: **A Distinção**: Crítica Social do Julgamento. Tradução: Daniela Kern e Guilherme j. F. Teixeira. São Paulo. Edusp. Zouk, 2007a. pp, 434-447.

_____. **Gênese e Estrutura do Campo Religioso**. *In:* A Economia das Trocas Simbólicas. Introdução, Organização e Seleção: Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007b, pp. 27-98.

BOSI, Ecléa**. Memória e Sociedade**. Lembranças de Velhos. SP: CIA das LETRAS, 1994.

CASTRO, A. M de, DIAS. E. F.(org.). DURKHEIM. *In*: **Introdução ao Pensamento Sociológico:** Durkheim et al. Coletânea de textos. 18ª Ed. São Paulo: Centauro, 2005. Pp 31-96.

_____. WEBER. *In.* **Introdução ao Pensamento Sociológico**: Durkheim et al. Coletânea de textos. 18ª Ed. São Paulo: Centauro, 2005. pp. 97-156.

CAMPOS, E. R. **Itapetinga**: a persistente busca pela sua história. Salvador: Secretária da cultura e Turismo, 2006.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa Em Ciências Humanas e Sociais**. SP: Cortez, 1991.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. Martins Fontes, SP, 2003

_____Religião e Conhecimento *In:* RODRIGUES, José Albertino. **DURKHEIM Émile**: Sociologia. Coordenador Florestan Fernandes. 9ª Ed. São Paulo: Ática, 2007. Pp 143-203.

DIARIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Salvador – BA: Publicado em 03 de dez: 1938.

Geertz, Clifford. **A interpretaçã**o das culturas.Rio de Janeiro, LTC, 2008.

GOMES, Mauricio. **Itapetinga Quero Te Conhecer**. Itapetinga-BA. Gráfica Moderna: 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. WILLAIME Jean-Paul. Max Weber (1864-1920). *In:* **Sociologia e Religião** - Abordagens clássicas. Tradução: Ivo Stomiolo. SP Ideias e Letras. 2009, pp.71-124.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – (IBGE). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. XXV. Rio de Janeiro: 1958.

_____.. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acessado em 20 de julho de 2012.

ITAPETINGA. **Lei Orgânica do Município.** Itapetinga: PMI, 1990.

JABUR, Judith. Histórias e Causos de Itapetinga. Vitória da Conquista: BA: Edições UESB, 1998.

KUPER, Adam **- Antropólogos e antropologia.** Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.

MARX, M. Cidade Brasileira São Paulo: Edições Melhoramentos 1980

MOREIRA, Jussara. **Representação dos Moradores da Cidade de Itapetinga Sobre a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB**: A Construção de Um Olhar. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Orientadora Prof.ª. DR. Marisa do Espírito Santo Borin. 2009 a.

_____. Memória e Representação Cultural de Itapetinga. *In*: **Polifonias da Cidade**: Memória, Arte e Cidade. Org.: Yvone Dias Avelino e FLÓRIO, Marcelo. SP: D1Escrever Editora, 2009.

MOREIRA, Jussara. Borin, Marisa do Espírito Santo. Representação dos Moradores da Cidade de Itapetinga Sobre a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB: A Construção de Um Olhar. In*:* **Ciências Sociais em Perspectivas de Diálogos**. ORG. PLÚBIO, C. A. M. *et all.* Vitória da Conquista: BA: Edições UESB, 2013.

NERY. Antônio da Silva. **Juvino Oliveira**: Vida e Obra. Itapetinga-BA. Dimensão: 1995.

OLIVEIRA, Nelma Gusmão. **DE "CAPITAL DA PECUÁRIA" AO "SONHO DE PÓLO CALÇADISTA":** A Constituição da Estrutura Urbana de Itapetinga BA. Salvador: 2003, p. 236. Dissertação: (Mestrado Em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia. Orientador: Prof. Dr. Antônio Eliodoro Lima Sampaio.

TEIXEIRA, Manuel (Coord.). **A praça na cidade Portuguesa**: colóquio Portugal. Brasil. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

WIED-NEUWIED, M. Príncipe de. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

.

Espaços de Crenças na Lavagem de São Roque/Obaluaê em Nazaré – Recôncavo da Bahia: Entre o Catolicismo e as Religiosidades Afro-Brasileiras

Wedmo Teixeira Rosa
Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco e Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – *Campus* Recife
wedmo@recife.ifpe.edu.br

Resumo: O principal objetivo deste trabalho é compreender a significação, instituição e apropriação dos espaços de crenças durante a lavagem de São Roque/Obaluaê realizada em Nazaré, Bahia. Os rituais de lavagens de igrejas são organizados por adeptos de religiões afro-brasileiras e são comuns em muitas festas religiosas dedicadas a santos católicos em Salvador e no Recôncavo da Bahia, como na cidade de Nazaré. Apesar do ritual da lavagem de igrejas ser protagonizado por adeptos do candomblé, essa é uma velha tradição ibérica que, ao chegar à Bahia, harmonizou-se com práticas da religiosidade africana, sendo reinterpretada. Para realização deste trabalho se utilizou um conjunto de procedimentos metodológicas que abrangeu o levantamento bibliográfico, observação, pesquisa documental e entrevistas com agentes considerados relevantes para a investigação empreendida. Constatou-se nesta pesquisa que durante a lavagem de São Roque/Obaluaê alguns espaços de crenças são apropriados e ganham significados representativos para a realização de ritos e práticas religiosas dos participantes, como terreiros, ruas da cidade, largos/praças e igrejas, formando um itinerário geossimbólico nesse tempo sagrado. Verificou-se, também, que há uma relação dialética e cultural entre a Igreja Católica e práticas das religiões afro-brasileiras sintetizada nos espaços de crenças que se formam no período dessa festa religiosa. Este estudo possibilitou reflexões diversificadas sobre o cotidiano do viver urbano de indivíduos e grupos sociais que não experienciam o espaço de forma homogênea, dando significados diferentes aos lugares. Compreender e decifrar esses significados a partir das experiências das pessoas é, também, papel da ciência.

Palavras-chave: Espaços de Crenças. Lavagem de São Roque/Obaluaê. Recôncavo da Bahia. Nazaré – BA.

1 Introdução

Os rituais de lavagens de igrejas são organizados por adeptos de religiões afro-brasileiras e são comuns em muitas festas religiosas dedicadas a santos católicos no Recôncavo da Bahia, sendo que a maior e mais conhecida de todas é a Lavagem do Bonfim[1], que ocorre em janeiro na Basílica do Senhor do Bonfim, localizada na península do Itapagipe, no Bairro da Ribeira em Salvador, no local conhecido pelos baianos como a Colina Sagrada.

Em Nazaré, cidade localizada no sul do Recôncavo da Bahia, a principal festa religiosa desse tipo, a lavagem de São Roque/Obaluaê, é organizada pelo Terreiro de Candomblé *Unzó Gunzo Luanda*[2] e o Centro de Umbanda Centro do Caboclo Boiadeiro[3], fixados no Bairro da Muritiba. Esse evento religioso ocorre todos os anos, sempre no domingo anterior ao dia principal da festa dedicada à São Roque – 16 de agosto –, e durante o tempo sagrado específico da lavagem de São Roque/Obaluaê são valorizados, instituídos e apropriados diversos

1 Para aprofundar o tema, ver Santana (2009).

2 Liderança religiosa: Ialorixá Wilma Maria Pereira dos Santos (Mãe Wilma).

3 Liderança religiosa: Médium Vidente Domingos Tavares Brito (conhecido popularmente como Dojão).

espaços de crenças com grande valor significativo dentro do universo simbólico-religioso do catolicismo, das religiões afro-brasileiras e de práticas da religiosidade popular[4].

No Recôncavo da Bahia, a influência afro-brasileira em práticas da religiosidade popular é visível em diversas manifestações religiosas; lá uma festa em honra a um santo católico pode render homenagens a um orixá. Esse é o caso, por exemplo, da festa de São Roque realizada na cidade de Nazaré, onde percebe-se que grande parte da população além de homenagear o santo católico, reverencia também, em vários momentos paralelos aquele tempo sagrado, o orixá Obaluaê, como na lavagem de São Roque/Obaluaê.

Nesse contexto, o principal objetivo deste estudo foi de compreender a significação, instituição e apropriação dos espaços de crenças durante a lavagem de São Roque/Obaluaê, realizada na cidade de Nazaré – Bahia, a partir do universo simbólico-cultural de práticas religiosas do catolicismo e das religiões afro-brasileiras.

Para realização desta pesquisa se utilizou um conjunto de procedimentos metodológicos que passou pelo levantamento bibliográfico – que se constituiu numa parte representativa do trabalho e contribuiu para aproximação e aprofundamento teórico-conceitual do tema proposto – observação, pesquisa documental e entrevistas com agentes considerados relevantes para a investigação empreendida. O itinerário metodológico estruturou-se a partir de uma abordagem qualitativa para ajudar a compreender a complexidade do fenômeno estudado dentro de seu contexto.

A observação foi realizada com a intenção de descrever tudo que pudesse ser observado e estivesse relacionado ao objeto de estudo, registrando na caderneta de campo os fatos considerados mais relevantes, além de tirar fotos e gravar pequenos vídeos que pudessem ajudar na descrição do fenômeno observado e para sua posterior análise e interpretação. A pesquisa documental foi realizada a partir de artigos de jornais e revistas que tratavam da festa de São Roque e/ou lavagem de São Roque/Obaluaê em tempos diversificados; e dos Livros de Tombos da Paróquia de Nossa Senhora da Purificação de Nazaré, onde foram/são registrados fatos e acontecimentos importantes da paróquia e de sua relação com a população da cidade de Nazaré, como nas festas religiosas, além de vários outras informações.

No entanto, a principal fonte de informação desta pesquisa foram as entrevistas, que por sua vez, foram realizadas a partir dos pressupostos metodológicos da história oral (DELGADO, 2006; LOZANO, 2001; MEIHY; HOLANDA, 2007), utilizando-se a entrevista temática como referência, pois ela ajuda a esclarecer determinados fatos e a fazer interpretações de um tema específico, que, nesse caso, está associado aos espaços de crenças instituídos durante a lavagem de São Roque/Obaluaê. As entrevistas foram realizadas com a finalidade de obtenção de informações e interpretações de sujeitos a partir de suas experiências e vivências relacionadas ao objeto de estudo.

É importante destacar, ainda, que sempre as interpretações feitas acerca do fenômeno estudado foram precedidas de uma descrição a partir da observação e de informações documentais com objetivo de reconhecer a complexidade das vivências religiosas e culturais em sua dimensão espacial e das experiências de indivíduos e grupos sociorreligiosos com os espaços de crenças, para depois fazer qualquer tipo de análise e explicação.

2 A Lavagem de São Roque/Obaluaê em Nazaré – Bahia: origens, significados e representações de uma festa

Segundo Serra (1999: 71), apesar do ritual da lavagem de igrejas ser protagonizado por adeptos do candomblé, essa é uma velha tradição ibérica que, ao chegar à Bahia, harmonizou-se com práticas da religiosidade africana, sendo reinterpretada: «Em Portugal, era comum pessoas devotas fazerem a promessa de lavar uma igreja, em pagamento de graças solicitadas ao respectivo orago. Já em terras lusitanas, essas manifestações de fé acabaram por carnavalizar-se[5] [...]».

---

4 A religiosidade popular é compreendida neste trabalho a partir das interfaces existentes entre as práticas e expressões do catolicismo popular e as práticas e expressões da religiosidade afro-brasileira. Isso porque em muitas festas religiosas no Recôncavo da Bahia as "fronteiras" entre uma e outra prática são inexistentes ou bastante tênues.

5 O termo "carnavalizar-se" não é empregado com conotação pejorativa, mas no sentido de uma grande comemoração.

Os africanos escravizados, especialmente na Bahia, viam nesse tipo de ritual uma oportunidade para manifestação de suas crenças, associando os atos devocionais em honra ao Senhor do Bonfim ao orixá Oxalá, o que fez aumentar a dimensão simbólica da lavagem do Bonfim em meados do século XIX, passando, inclusive, a «ser uma referência, um modelo para outras festas religiosas, e que começou a ser copiada no Recôncavo» (SANTANA, 2009: 175). De acordo com esse autor, no final do século XIX esse ritual foi proibido pelas autoridades católicas nas igrejas baianas que viam os ritos das lavagens como atos profanos e distantes de práticas religiosas da Igreja.

Certamente essa atitude convergiu com as ações da Igreja no Brasil na tentativa de "romanização" de práticas religiosas consideradas populares, fazendo parte do empreendimento da territorialidade católica no sentido de controlar pessoas, objetos e relações sociais em seus espaços eclesiásticos. No entanto, a representação simbólica dos rituais de lavagens de igrejas, especialmente na Basílica do Senhor do Bonfim, já tinha ganhado uma dimensão muito grande entre os baianos, o que fez crescer a participação da população junto aos rituais das religiões afro-brasileiras, que oficialmente já não eram mais proibidos, e os pais e, principalmente, as mães de santo passaram a ser os maiores protagonistas dessa festa, que continuava a acontecer de forma reduzida, limitada ao adro e às escadaria das igrejas. Serra (1999: 71-72 – grifo do autor) discute o caso a partir da Lavagem do Bonfim:

> A proibição teve consequências que o episcopado não previu: limitada a lustração ao adro, acentuou-se, na visão religiosa do povo, o sentimento da significatividade desse espaço ambíguo do umbral, e consolidou-se a ideia de uma alternativa aberta no cerrar-se da porta católica: o rito do candomblé surgiu como a via disponível para o sacramento, quando as sacerdotisas negras assumiram o desempenho dessa reduzida *Lavagem*... então solenizada e reinterpretada segundo os cânones do seu culto, em que o simbolismo dos limiares é muito acentuado.

Santana (2009) assevera que durante a década de 1930 a Igreja passa a aceitar os ritos das lavagens de igrejas, mas tentava controlar as manifestações religiosas populares e os "abusos" profanos, mas sem grande sucesso. A partir daí, pode-se dizer que há uma flexibilização da Igreja Católica no sentido de reconhecer a importância dessa tradição religiosa para os baianos, abrindo suas portas e realizando atos litúrgicos nos dias das lavagens, mas sem permitir a entrada nas igrejas para efetivação desse ritual.

As pesquisas realizadas para este trabalho não revelaram com exatidão quando a lavagem de São Roque começou em Nazaré. Mas, identificou-se que essa prática se iniciou a partir da lavagem da Igreja Matriz (Nossa Senhor da Purificação de Nazaré) realizada por um grupo de moradores do Bairro da Muritiba sob a liderança de Dona do Carmo[6], o apoio da Igreja local (que permitiu e incentivou a lavagem do templo) e da Prefeitura Municipal (que fornecia os potes e lanches para os participantes do evento), tendo mais um sentido de "brincadeira" que conotação religiosa. Depois disso, também começaram a realização da lavagem da Igreja de São Roque (Capela de Nossa Senhora de Nazaré)[7]. Nas palavras de Dona do Carmo:

> Eu era nova, tinha uns 50 ou 60 anos... oxe, quem dava em mim? Eu com 50, 60 anos... ninguém [...]. Aí eu tava conversando aqui em casa... "mas ninguém nunca levou água daqui pra Igreja de Nossa Senhora de Nazaré [Igreja Matriz], se eu achasse com quem, esse ano eu ia levar". Aí uma disse: "se a senhora for eu também vou", outra disse: "ah dona do Carmo, se a senhora for a gente vai" e aí aos poucos foi juntando, foi juntando...Eu saí aqui com... Nós não fomos com pote não... fomos com latinha, com moringa... mas a gente foi levar essa água [...]. No outro ano já me procuraram, porque se eu me interessasse vinha pote, vinha flor, vinha foguete, vinha tudo, e quando chegasse na rua dava até uma merenda. Agora eu não me lembro bem da lavagem de São Roque... A lavagem de São Roque foi comigo também, foi, a

6 Dona do Carmo (Maria do Carmo dos Santos Ferreira) foi depoente para esta pesquisa e faleceu em dezembro de 2013, com 99 anos. Ela se declarava católica.

7 A Capela de Nossa Senhora de Nazaré é chamada de Igreja de São Roque ou do Camamu pela população local.

> lavagem de São Roque foi comigo também [...]. Agora no meu tempo a gente botava dentro da igreja, lavava dentro da igreja, mas agora é do lado de fora. As coisas vão mudando [...].
> **Eu não sou do candomblé, mas tinha as baianas, o pessoal mesmo do candomblé... ia tudo junto... até eu ia de baiana, porque eu tinha minha saia para a lavagem** [...].
> Mas teve um pessoal aí que se interessou e a lavagem de São Roque cresceu muito. [...] Teve um ano que veio os Filhos de Gandhi eu fui encarregada também dessa lavagem. Mas depois que me encostaram... mas, assim, eu também não sou malcriada não... se me procurassem eu podendo... mas também eu já tô muito velha [...]. (Maria do Carmo dos Santos Ferreira, set. 2013).

O Padre Edmilson Ribeiro, que assumiu a Paróquia de Nossa Senhora da Purificação de Nazaré no final da década de 1970, também fala desse momento de criação da lavagem, destacando que a primeira foi para Nossa Senhora de Nazaré na Igreja Matriz e como uma estratégia para atrair mais pessoas para essa festa, só depois surgiu a de São Roque:

> **Antes de mim,** não tinha lavagem, foi eu que iniciei, pra trazer o povo de candomblé pra festa de Nossa Senhora. Tinha tão pouca gente participando que eu incentivei a lavagem [...]. **Eu iniciei exatamente pra dá ao povo do candomblé participação**. Os grupos, todos vestidos de baianas, esse negócio todo... Porque quando se trata de participação meu amigo, no lugar frio, você tem que agir com certa sabedoria. A lavagem não tinha... não se pensou em fazer porque em Salvador tinha as proibições, umas coisas assim, então não se pensou em fazer. No momento exato que deu certo a de 2 de fevereiro, a de Nossa Senhora, pensaram, também vamos fazer a de São Roque. [...] Se deu certo em uma, vai dá em São Roque, melhor ainda, pois é uma festa mais animada e com grande participação popular. (Pe. Edmilson Ribeiro, mar. 2014).

Nesse sentido, com base nas falas dos dois depoente citados, pode-se afirmar que a lavagem de São Roque não tem, a rigor, uma origem mítica ou simbólico-religiosa, mas deve-se destacar que católicos e candomblecistas sempre estiveram presentes nesse evento, e a Igreja teve participação importante na sua criação. Há, pelo menos, 20 anos essa cerimônia ganhou um sentido mais religioso, sendo organizada diretamente por líderes das religiões afro-brasileiras, realizando ritos em homenagem ao santo católico e ao orixá Obaluaê:

> Eu tenho muitos anos fazendo essa lavagem, porque é uma promessa minha. Quebrei o braço e passei um ano e cinco meses doente, fiz três cirurgias e não ficava boa, então eu fiz essa promessa a São Roque e Obaluaê, que se ele me desse essa cura [...] enquanto viva eu tivesse ia fazer essa lavagem. Então, até o dia que eu não me aguentar em pé eu tô fazendo a lavagem de São Roque, da Igreja de São Roque. [...] Eu tenho 20 anos que faço essa lavagem, antes era Dona do Carmo, uma senhora de idade, é que fazia. Ficou um período sem ter a lavagem, foi quando teve esse acidente comigo. Eu vou no preceito, no fundamento, mas tem gente que acha que é festa, não, a minha é no fundamento do Candomblé [...]. (Wilma Pereira dos Santos, set. 2013).

Além de Mãe Wilma, o Médium Vidente Dojão (Domingo Tavares Pinto, set. 2013), que é da umbanda, também organiza um grupo para a lavagem de São Roque: «eu ia pra lavagem com Dona do Carmo... a gente botava todo mundo com lata na cabeça, uns batendo pandeiro, outros tambores... depois que eu abrir o centro eu comecei a organizar melhor a lavagem, por causa dos meus orixás, e eu faço nos preceitos da religião».
Mãe Wilma (para pagar uma promessa individual) e o Médium Vidente Dojão (para homenagear seus orixás) deram continuidade à lavagem de São Roque, que ganhou dimensão simbólico-religiosa e coletiva. Muitos

adeptos do candomblé, umbanda e de outros sistemas de crenças participam dos ritos sagrados desse evento, principalmente para pedir proteção, saúde e purificar o corpo e a alma, acreditando nos poderes das entidades reverenciadas na lavagem.

Existem, também, aqueles que participam da lavagem por diversão, já que no imaginário popular, os rituais desse evento ocorrem no limiar entre o sagrado e o profano, o que aparentemente, pode dar um sentido de diversão apenas. Para Serra (1999: 73), os atos realizados pelas baianas do candomblé nas lavagens, como «um breve derramar de água de cheiro dos potes floridos, um rápido movimento de vassouras agitadas em esfregadelas vigorosas, entre cânticos», são «uma celebração do sagrado», sendo que a folia ocorre por conta do povo que acompanha esses rituais.

Figura 1 – Lavagem de São Roque/Obaluaê – Nazaré, Bahia – 2012-2013

Fotos: Wedmo Teixeira Rosa, ago. 2012/2013.

Durante a Lavagem de São Roque/Obaluaê alguns espaços de crenças são apropriados e ganham significados representativos para a realização de ritos e práticas religiosas dos participantes, como terreiros, ruas da cidade, largos/praças e igrejas, que formam um itinerário geossimbólico nesse tempo sagrado.

3 Os espaços de crenças e o território simbólico-cultural: aproximação conceitual

Os espaços de crenças são aqueles onde diferentes indivíduos e/ou grupos sociorreligiosos expressam sua religiosidade através de práticas e rituais religiosos singulares em um tempo sagrado específico. Os principais espaços de crenças são os espaços sagrados, que têm grande valor qualitativo para o homem religioso, mas as ruas, praças e largos, além de suas próprias casas, podem se constituir em espaços de crenças, especialmente quando esses locais estão no roteiro devocional de uma procissão ou fazem parte do itinerário de alguma cerimônia religiosa, como de uma "lavagem", por exemplo, ganhando significado especial no momento em que a imagem do santo ou o cortejo formado para a lavagem passa em frente à sua residência, em sua rua, na praça da cidade, qualificando esses espaços para demonstrarem sua fé e devoção por meio de diversas práticas e rituais religiosos.

Os espaços/tempos sagrados, que são próprios de uma religiosidade inerente a grande parte do povo brasileiro, podem ser o mesmo e ter significados diferentes para os fiéis do catolicismo ou das religiões afro-brasileiras, como o candomblé e umbanda. Nesse sentido, os espaços sagrados se constituem, muitas vezes, em espaços de crenças onde distintas práticas religiosas dialogam e são reivindicados durante o tempo sagrado, o tempo da festa, por adeptos das religiões citadas, pois se identificam com a divindade e, para tanto, estabelecem uma territorialidade para se apropriarem desses espaços (ou para se revelarem como parte intrínseca desse espaço, aqui e agora), especialmente durante uma festa religiosa, e terem o direito de expressarem sua fé, sua devoção, suas crenças a partir de práticas religiosas singulares em um território que ganha dimensões simbólicas.

Para Claval (1999), a dimensão simbólica do território é discutida pelos geógrafos desde, pelo menos, o período entre as duas guerras, e ganhou aprofundamento a partir da segunda metade do século XX, destacando-se alguns pontos importantes que o autor chama a atenção: i) o debate sobre a dimensão simbólica do território começa a ser sistematizado por Jean Gottman em 1952 quando ele propõe fazer da análise das iconografias uma das bases da geografia política, além do que os trabalhos de inspiração fenomenológica e humanista contribuem nesse intento, especialmente com os estudos de Eric Dardel; ii) a dimensão simbólica do território torna-se um dos temas essenciais da geografia com o desenvolvimento de pesquisas sobre espaço vivido nos anos de 1970 e 1980, no entanto, o conceito de lugar prevalece nas discussões; iii) a geografia se inclina sobre o sentido de enraizamento, sobre os laços afetivo e morais que os grupos tecem com seu espaço de vivência e que marcam a sua história, com realce para os trabalhos de Eric Dardel, Jean Pierre Raison, Joël Bonnemaison, Hongkey Yoon, entre outros; iv) e a abordagem da dimensão territorial na geografia evidencia que as relações que os grupos tecem e mantêm com o seu espaço de vivência não são apenas materiais, mas também de ordem simbólica, o que os torna reflexivos.

Entre os quatro pontos levantados por Claval (1999) como principais aspectos da discussão que envolve a dimensão simbólica do território, o último interessa mais a esta pesquisa, pois o território vai aparecer de forma essencial para compreender a estrutura espacial vivida e as fortes referências simbólicas atribuídas pelos diferentes grupos humanos ao espaço. Assim, existe uma relação entre cultura, referências simbólicas e território, já que

> A reflexão sobre a cultura leva a aprofundar o papel do simbólico no espaço. Os símbolos ganham maior força e realce quando se encarnam em lugares. Os espaço cultural é um espaço geossimbólico, carregado de afetividade e significações [...]. A ideia de território fica então associada a ideia de conservação cultural (BONNEMAISON, 2002, p. 111).

Nesse sentido, a cultura e, como parte dela, as práticas religiosas de determinados grupos e indivíduos dão significados e valores ao espaço de realização dessas práticas. No caso específico deste trabalho e considerando as peculiaridades da lavagem de São Roque/Obaluaê e da religiosidade popular em Nazaré – BA, esses espaços são definidos como espaços de crenças, que, por sua vez, são apropriados por diversos agentes sociais como "espaços culturais" para garantir e manter a existência de rituais e práticas religiosas que fazem parte do universo cultural desses agentes e formam um território simbólico-cultural.

O território tem uma dimensão simbólica que confere ao espaço uma qualidade especial para determinado(s) grupo(s), pois são dotados de referências simbólicas importantes para ele(s). Pode-se, dessa forma, falar do "espaço dos geossímbolos" proposto por Bonnemaison, um espaço carregado de significados, afetividades e valores. Bonnemaison (2002: 109) define um geossímbolo «como um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade». O itinerário da lavagem de São Roque/Obaluaê se constitui em um geossímbolo apropriado por indivíduos e grupos sociorreligiosos que imprimem uma territorialidade sobre esse espaço de movimento (o itinerário) e atribuem a outros espaços, como os espaços de religiões afro-brasileiras, ruas, praças/largos e igrejas/capelas, referências simbólicas, ou seja, geossímbolos que formam o território simbólico-cultural no tempo sagrado instituído pelo ritual da lavagem (ver figura 2).

Figura 2 – Itinerário Geossimbólico da Lavagem de São Roque/Obaluaê

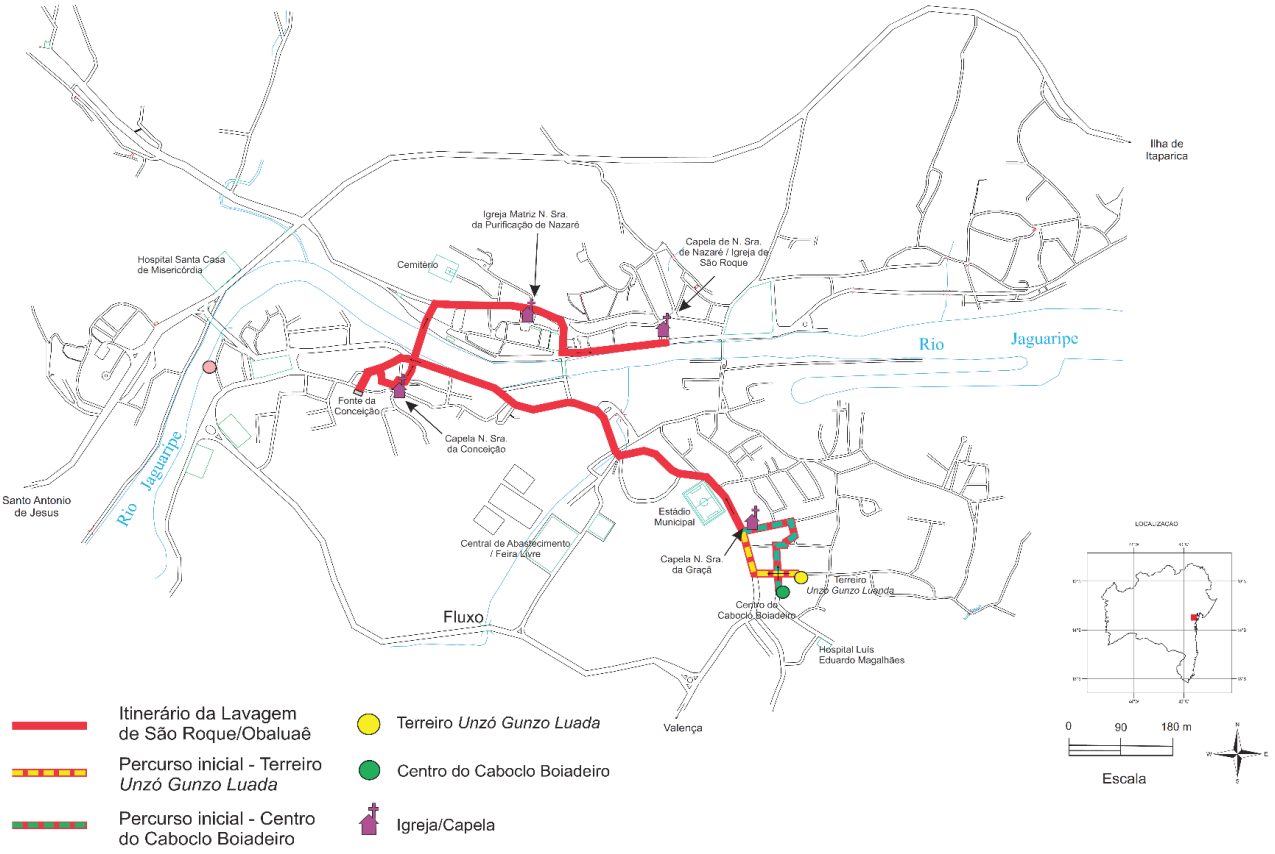

Nazaré, Bahia – 2012 a 2013

Notas: A Lavagem de São Roque/Obaluaê é organizada pelo Terreiro *Unzó Gunzo Luanda* (Candomblé) e o Centro do Caboclo Boiadeiro (Umbanda).
Fonte: Trabalho de Campo, ago. 2012, 2013 e 2014 (Observação). Base Cartográfica: IBGE - Mapa Urbano Digital (Contagem da População 2007).
Elaboração: Wedmo Teixeira Rosa

Assim, uma igreja católica, um terreiro de candomblé ou centro de umbanda, praças/largos, o itinerário da caminhada para realização de lavagens de igrejas podem se constituírem em geossímbolos religiosos que fazem parte de um território religioso, revestindo-o de significados e representações, dando-lhe, ainda, referência espacial material que ajuda o indivíduo e/ou grupo social a reafirmarem sua identidade religiosa e a instituírem espaços de crenças para realizarem seus rituais e práticas devocionais, experienciando o sagrado e expressando sua fé das mais variadas formas, contribuindo, dessa maneira, para uma efetiva apropriação, valorização e vivência desse território.

4 Os espaços de crenças na lavagem de São Roque/Obaluaê: apropriação e significação de igrejas, largos/praças e ruas da cidade

Os rituais para a lavagem de São Roque/Obaluaê iniciam-se nos espaços sagrados das religiões afro-brasileiras onde são preparados o balaio com o *doburu* (pipocas e tiras de coco) e os potes com flores e ervas que serão utilizados para "lavar" o adro da Igreja de São Roque e para o banho de cheiro. Em seguida, a rua se torna protagonista do ritual:

> Depois a gente prepara a rua para seguirmos, todo mundo perfumado, para pegar a água na Fonte da Conceição para fazer a lavagem da igreja... a gente prepara a rua para abrir os caminhos, porque São Roque vai passar por elas, e sua casa e as ruas devem estar purificadas, para o dia de sua festa (Wilma Pereira dos Santos, set. 2013).

Assim, o povo de santo segue em cortejo por algumas ruas da cidade de Nazaré ao som de músicas e cânticos que exaltam a cultura afro-brasileira, saindo do Bairro da Muritiba em direção, primeiro, da Fonte da Conceição, concentrando-se no largo/praça que existe no local realizando os primeiros ritos públicos, onde os potes com flores e ervas são preenchidos com água e abençoados pelos líderes religiosos presentes através de rituais particulares do Candomblé e da Umbanda, finalizando os atos preparativos para a lavagem.

Figura 3 – Espaços de Crenças na Lavagem de São Roque/Obaluaê
Nazaré, Bahia – 2012-2014

Nota: Locais das fotos da esquerda para a direita: 1 – Largo/Praça da Fonte da Conceição; 2 – Capela de Nossa Senhora da Conceição; 3 – Igreja Matriz; 4 – Ruas da cidade; 5, 6 e 7 – Capela de Nossa Senhora de Nazaré (Igreja de São Roque).
Fotos: Wedmo Teixeira Rosa, ago. 2012-2014.

A caminhada se reinicia em direção à Igreja de São Roque (Capela de Nossa Senhora de Nazaré) e são realizadas mais duas paradas, uma em frente à Capela de Nossa Senhora da Conceição – a santa é associada, na cultura afro-católica de Nazaré, a Oxum – e outra na Igreja de Nossa Senhora da Purificação de Nazaré (Igreja Matriz) – associada à Iemanjá – para reverenciar orixás e santos com rezas, agradecimentos e ritos específicos das religiões afro-brasileiras. Nesse momento, alguns iniciados, especialmente aqueles que são mais novos na religião, entram em transe ou, usando uma expressão popular local/regional, "viram no santo", e são auxiliados por *Ogãs* e *Ekédes*[8] que acompanham atentos toda a cerimônia.

O largo/praça da Fonte da Conceição, onde são finalizados os preparativos para a lavagem de São Roque/Obaluaê, as ruas da cidade, que simbolicamente são purificadas com a caminhada, danças e cânticos, e as igrejas, onde são saudados e reverenciados santos e orixás, se constituem em espaços de crenças expressivos para demonstração de fé e vivência religiosa. A Igreja de São Roque, interligada aos outros espaços de crenças pelos itinerários geossimbólicos, é o espaço de crença-ápice do ritual da lavagem, pois às suas portas são realizadas as práticas religiosas que culminam o evento, momento em que as pipocas são jogadas na porta da capela e sobre as pessoas presentes, além de ocorrer à simbólica lavagem do adro da igreja com água de cheiro e vassouras que se agitam ao som de cânticos e palmas. As pessoas que acompanham o ritual dos adeptos das religiões afro-brasileiras, entre elas muitos católicos e indivíduos que se declaram sem religião, oferecem-se para molharem a cabeça com a água dos potes floridos e o banho de pipocas, pedindo saúde e proteção às entidades reverenciadas.

Logo após as celebrações religiosas, forma-se uma roda de samba, ali mesmo em frente à igreja, onde grande parte das pessoas presentes canta e dança alegremente ao som de músicas diversas que marcam o fim dos ritos sagrados. Muitos se dirigem para as barracas de bebidas montadas numa rua ao lado da igreja e continuam festejando o dia ao som de músicas que ecoam dos carros e/ou do mini trio elétrico que permanece no local até o início da novena de São Roque. A maioria dos adeptos do candomblé e umbanda dirige-se a alguns terreiros que comemoram o fim do ritual com uma tradicional feijoada ou outro prato típico da região para aqueles que realizaram as celebrações da lavagem de São Roque/Obaluaê.

Figura 4 – Final da Lavagem de São Roque – Nazaré, Bahia - 2013

Notas: Observe-se o mini trio elétrico na foto à direita; vê-se a roda de samba na foto da esquerda
Fotos: Wedmo Teixeira Rosa, ago. 2013.

8 Os *Ogãs* e as *Ekédes* não incorporam o orixá, não entram em transe. A *Ekéde* coordena, junto com a Ialorixá/Babalorixá, o culto dentro de um terreiro de candomblé e, também, cuida do orixá manifestado, o veste, protege e prepara-o para a festa. Os *Ogãs* são responsáveis por cuidarem da parte real, concreta do terreiro, ou seja, são responsáveis pelos reparos nos quartos de santo, pelos sacrifícios, o toque dos atabaques, cânticos, entre outras funções. (RAMOS, 2011).

A Igreja local não impede as práticas religiosas afro-brasileiras, realizadas por ocasião da Lavagem de São Roque/Obaluaê, no adro da Capela de Nossa Senhora de Nazaré (Igreja de São Roque). Inclusive, pelo menos até 1989, esse evento fazia parte da programação oficial da festa de São Roque divulgado pela Paróquia de Nazaré: «LAVAGEM. Dia 13-08-89 – às 10:00 horas, com saída da Igreja de Nossa Senhora da Conceição com destino à Igreja de São Roque no Camamu, com Baianas, onde **procederemos** a tradicional lavagem» (PROGRAMA - CONVITE, 1989: 2 – grifo nosso). As fontes de pesquisa indicam que a Igreja incentivava esse evento dentro da Festa de São Roque, mas quando ele ganhou maior dimensão simbólica entre as práticas religiosas afro-brasileiras a instituição católica começou a limitar práticas e rituais do candomblé e umbanda, sem, no entanto, impedi-las de acontecer.

Entretanto, a partir do início da década de 1990, a lavagem não foi mais relacionada na programação oficial da festa[9], além do que, registros no Livro de Tombo da Paróquia de Nazaré indicam um início de tensão entre a Igreja e esse evento: «Este ano, como os posteriores, foi pedido e exigido da minha parte, como pároco, a não lavagem do templo, quem quiser realizar este ato que o faça anteriormente [...]» (LIVRO DE TOMBO, 1965-1993: 169)[10]. Segundo as pessoas entrevistadas que trataram desse tema, desde que se iniciou a cerimônia da lavagem ela nunca foi interrompida, o que indica que, apesar da tensão existente em 1989, houve negociações e chegou-se a um consenso entre a Igreja e aqueles que promovem o evento.

Atualmente, no momento da lavagem, as igrejas da cidade permanecem com as portas fechadas, inclusiva a Capela de Nossa Senhora de Nazaré. Os rituais das religiões afro-brasileiras e as cerimônias católicas, apesar de nesse dia ocorrerem no mesmo espaço, são realizados em tempos diferentes: a lavagem, pela manhã, e a novena, à noite. Desse modo, não há misturas de ritos, apenas uma utilização do mesmo espaço de crença. No entanto, há uma aproximação de práticas religiosas católicas e afro-brasileiras que fica por conta das pessoas que participam do evento, já que, além dos candomblecistas e umbandistas, alguns católicos e pessoas que se declaram sem religião, compartilham atos e práticas para vivenciar esse tempo sagrado.

5 Considerações Finais

Os espaços de crenças são tecidos em determinados tempos sagrados por indivíduos e/ou grupos sociorreligiosos para realização de suas práticas, rituais e/ou manifestações religiosas e estreitam a relação do fiel com santos e outras entidades sagradas que permeiam o universo simbólico-cultural da religiosidade afro-católica.

No Recôncavo da Bahia, considerando o catolicismo e as religiões afro-brasileiras, por exemplo, existem espaços de crenças consolidados nas paisagens urbanas e rurais como as igrejas católicas ou terreiros de candomblé. No entanto, em um tempo sagrado específico, como as festas dedicadas aos santos ou as lavagens de igrejas, outros espaços de crenças aparecem nessas paisagens, pois as ruas e praças também podem adquirir significado representativo para as demonstrações de fé e devoção pelo simples fato da imagem de um santo passar por esses locais; por eles fazerem parte do itinerário da caminhada de uma lavagem e/ou por ocasião de qualquer outro evento religioso que qualifique o lugar para as expressões de práticas e vivências religiosas das mais variadas crenças.

Em Nazaré, durante a lavagem de São Roque/Obaluaê, existe uma aproximação entre práticas do catolicismo e das religiosidades afro-brasileiras, com predominância destas, onde os espaços de crenças se constituem referências simbólicas com grande valor significativo para realização de práticas e rituais religiosos de indivíduos e grupos sociorreligiosos.

Existem tensões que permeiam o evento religioso da lavagem de São Roque/Obaluaê, especialmente porque essa é uma festa protagonizada por adeptos das religiões afro-brasileiras, mas que se apropriam e usam espaços hegemonicamente católicos, como as capelas e seus largos/praças, para realização de alguns de suas principais

9 Não se conseguiu localizar todos os panfletos informativos com a programação da festa de São Roque. Mas aqueles que foram encontrados entre os anos de 1990 e 2014, nenhum fazia referência à lavagem de São Roque.

10 16/08/89 – Festa de São Roque, Nazaré – Pe. Almiro Rezende.

práticas e rituais. No entanto, constatou-se nesta pesquisa, que existe uma relação dialética e cultural entre a Igreja Católica e práticas de religiosidades afro-brasileiras onde predomina um "equilíbrio tenso" mantido por um consenso tácito implícito no universo da religiosidade afro-católica.

6 Referências e Fontes

Referências Bibliográficas

BONNEMAISON, J. (2002), "Viagem em torno do território". In: R. L. Corrêa, Z. Rosendahl (orgs.), *Geografia Cultural: um século (3)*, Rio de Janeiro: EdUERJ.

CLAVAL, P. (1999), "O território na transição da pós-modernidade". *GEOgraphia*, Niterói, 1 (2), Disponível em: http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/16/14 [consultado em 21-9-2014].

DELGADO, L. A. (2006), *História oral – memória, tempo, identidades*, Belo horizonte: Autêntica.

LOZANO, J. E. (2001), "Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea". In: J. Amado, M. M. Ferreira (orgs.), *Usos & abusos da história oral*, 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.

MEIHY, J. C. & HOLANDA, F. (2007), *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto.

RAMOS, E. (2011), *Revendo o Candomblé: respostas às mais frequentes perguntas sobre a religião*, Rio de Janeiro: Mauad X.

SANTANA, M. C. (2009), *Alma e festa de uma cidade*: *devoções e construção da Colina do Bonfim*, Salvador: EdUFBA.

SERRA, O. (1999), *Rumores da festa: o sagrado e o profano na Bahia*, Salvador: EdUFBA.

Fontes Documentais

LIVRO DE TOMBO. Paróquia de Nossa Senhora da Purificação. Nazaré, BA: [s.n.], 1965-1993. [Manuscrito]. (Documento consultado na Secretaria Paroquial de Nossa Senhora da Purificação de Nazaré – Nazaré, BA).
PROGRAMA – CONVITE. Festa do Glorioso São Roque. Nazaré, BA: [s.n.], 1989. (Documento consultado na Secretaria Paroquial de Nossa Senhora da Purificação de Nazaré – Nazaré, BA).

Fontes Orais

Dona MARIA DO CARMO DOS SANTOS FERREIRA (*in memoriam*). Aposentada. Ano de nascimento: 1914. Dona do Carmo faleceu em dezembro de 2013 com 99 anos. Entrevista realizada em sua residência na cidade de Nazaré – BA (Bairro da Muritiba), 26 set. 2013. (Duração: 66 min.).
Pe. EDMILSON RIBEIRO. Foi padre da Paróquia de Nossa Senhora da Purificação de Nazaré entre os anos de 1979 e 1988. Ano de nascimento: 1947. Entrevista realizada em sua residência em Vera Cruz – BA (Ilha de Itaparica), 01 mar. 2014. (Duração: 129 min.).
Médium Vidente DOMINGO TAVARES PINTO (Médium Vidente Dojão). Liderança religiosa do Centro de Umbanda Centro do Caboclo Boiadeiro. Entrevista realizada no Centro do Caboclo Boiadeiro na cidade de Nazaré – BA, 24 set. 2013. (Duração: 85 min.).
Ialorixá WILMA MARIA PEREIRA DOS SANTOS (Mãe Wilma). Ialorixá do Terreiro de Candomblé *Unzó Gunzo Luanda*. Ano de nascimento: 1959. Entrevista realizada no Terreiro *Unzó Gunzo Luanda* na cidade de Nazaré – BA, 06 set. 2013. (Duração: 33 min.).

GT 27
Saúde, Cultura e Religião: um diálogo a partir das práticas terapêuticas culturais e religiosas

Corpo, saúde e religação: um estudo sobre praticantes da Macrobiótica e do "Processo Viver de Luz" no Brasil

Juliana Abonizio
Universidade Federal de Mato Grosso
abonizio.juliana@gmail.com

Silvana Maria Bitencourt
Universidade Federal de Mato
silvana_bitencourt@yahoo.com.br

Resumo: A saúde expressa um valor essencial na sociedade contemporânea e, na busca pela saúde e sua manutenção, terapias consideradas alternativas, místicas e de caráter religioso convivem com medicina alopática. Diante da pluralidade de terapias disponíveis no mercado, selecionamos a macrobiótica e o processo do "Viver de Luz" com o objetivo de desvendar os significados de suas práticas. Para tanto, recorremos a dois procedimentos metodológicos, a netnografia e entrevistas em profundidade com participantes que buscavam, nesses grupos, a cura e a manutenção do que consideram saúde. Por meio dos dados construídos, percebemos a construção de um estilo de vida específico, novas inserções e exclusões no tecido urbano, novas práticas de consumo e sua evitação e criação de perspectivas particulares relacionadas aos sentidos da saúde, do corpo e da transcendência.

Palavras-Chave: saúde, alimentação, cura, transcendência.

1. Introdução

As escolhas do que, quando e quanto comer variam entre as culturas e no interior de uma mesma cultura de acordo com os horários, dias da semana, sentidos rituais, funções e estratos sociais, dentre outras variantes. Nesse sentido, as práticas alimentares são construídas dentro de um sistema complexo constituído de aspectos nutricionais, sentidos simbólicos, elementos psicológicos, religiosos, políticos, éticos e ambientais, logo este sistema atua no processo de construção de identidades.

Os estudos de algumas escolhas ou "processos" alimentares pautados em restrições e adições de alguns alimentos podem nos possibilitar a compreender a relação que os sujeitos estão construindo sobre a saúde por meio de experiências curativas que questionam o discurso biomédico, este que tem como premissa que um corpo necessita "comer para continuar vivendo", ou seja, a alimentação equilibrada garantiria a vida de um corpo, portanto, a sua saúde. O discurso sobre a alimentação equilibrada, também conhecido como a famosa "reeducação alimentar", foca-se na ideia que precisamos ingerir diariamente uma "quantidade x de calorias", estas devem ser divididas por meio de quantidade determinada de carboidratos, proteínas, gorduras, frutas, legumes e verduras para garantir a saúde e a prevenção de doenças crônicas como: o diabetes, a hipertensão, o triglicerídeo entre outras. Segundo o discurso médico, a incidência dessas doenças deve-se às "escolhas erradas", aos hábitos e estilos de vida "reprováveis" para se ter uma "saúde perfeita".

Em contraste com esse discurso nutricional visto como "científico", podemos verificar um retorno dos sujeitos à procura de informações sobre a saúde, logo a cura de determinadas doenças por meio de métodos não-ortodoxos, despertando assim a reflexividade e o interesse de atingir um autoconhecimento sobre o seu corpo (Giddens, 2005, Goldenberg, 2010)
Partindo desta reflexão que subsidia uma pesquisa mais ampla ainda em andamento, neste texto abordaremos especificamente as crenças nutricionais ligadas às crenças místico-religiosas e, para tanto, escolhemos dois tipos de crença nutricional diante da multiplicidade de opções existentes – que fazem da cultura contemporânea uma "cacofonia alimentar" (Fischler,1990) – a macrobiótica e o "processo do viver de luz" que parecem divergir das diretrizes da "boa saúde" proposta pela medicina tradicional.

1.2 Metodologia

Para esclarecer a metodologia, é necessário situar que esta apresentação é um recorte de uma pesquisa mais ampla realizada em parceria entre as autoras que utilizam dois recursos metodológicos, a netnografia e a entrevista em profundidade, procedimentos estes que exigem uma imersão duradoura para a construção do objeto sobre o qual será direcionado a reflexão proposta. Considerando que a pesquisa está em andamento e que os resultados que apresentamos aqui são parciais, utilizamos alguns dos dados que já construímos, mas temos consciência de sua incipiência numérica, no caso das entrevistas (até o momento temos apenas duas transcritas) e temporal, no caso dos sítios na internet que nos propusemos a acompanhar. Todavia, ressaltamos que, apesar de poucos os dados coletados, não houve qualquer prejuízo relativo ao rigor com que lhes dedicamos a atenção.
Feitas essas considerações, acentuamos que, para a reflexão aqui apresentada, nos debruçamos primeiramente sobre os livros *O programa Prana: Eficiente e Evolução Agradável*, de Jasmuheen (2006), *Viver de Luz: a fonte do alimento para o novo milênio*, da mesma autora (2000), *Macrobiótica Zen: a arte da longevidade e do rejuvenecimento*, de George Ohsawa, que se tornaram literatura considerada fundamental entre os adeptos destas crenças nutricionais para se compreender a relação dos mesmos com os alimentos, o corpo e a espiritualidade. Posteriormente, realizamos entrevistas semi-estruturadas, a fim de garantir a comparação futura, com os indivíduos que participaram do processo "viver de luz" e da macrobiótica, este em menor número. Salientamos que todos esses livros partem de depoimentos vividos por seus autores e cruzamos esses dados com os depoimentos dos sujeitos entrevistados e daqueles que deram seus depoimentos na internet. Os depoimentos tinham caráter descritivo, relatavam a experiência vivenciada o que nos permitiu uma aproximação do modo como concebem suas escolhas diante de suas perspectivas de saúde e de cura.
Para esta apresentação, selecionamos alguns dos temas que se repetiram no entrecruzamento dos dados, a saber, a responsabilidade individual pela cura e pela doença, a perspectiva de evolução espiritual e coletiva, a orientalização e reencantamento do mundo e a busca por transcendência.

2. A Macrobiótica

Em relação à macrobiótica, podemos observar que sua base parte no que seus defensores denominam de leis naturais que regem o universo. Para eles, o corpo integrar-se-ia ao universo, refletindo sua ordem, se obedecesse às leis que lhe fundamentam, especialmente o equilíbrio entre Yin e Yang, estas duas forças que, segundo eles, existem em tudo. Obedecendo aos princípios Yin e Yang, buscando seu equilíbrio e respeitando as estações da natureza e as classificações individuais de tendência mais Yin ou mais Yang de cada pessoa, constrói-se uma dieta absolutamente particular, embora regida pelos mesmos princípios.
A decisão do que será ingerido, na prática, baseia-se no equilíbrio dessas duas forças opostas que se complementam.

> 1 - Yin-Yang são os dois pólos da expansão pura infinita; eles apresentam-se quando a pura expansão infinita (centrifugação) atinge o ponto geométrico de bifurcação.
> 2 - Yin e Yang surgem continuamente da pura expansão infinita. 3 - Yin é centrífugo;

> Yang é centrípeto. Yin produz expansão, leveza, frio. Yang produz constrição, peso, calor, luz. Yin e Yang produzem energia. 4 - Yin atrai Yang; Yang atrai fin. 5 - Todo fenômeno é produzido pela combinação Yin-Yang em variadas proporções. 6 - Todos os fenômenos são efêmeros, devido às constantes alterações dos componentes Yin e Yang. Tudo está sempre em movimento. 7 - Nada é exclusivamente Yin ou Yang. Tudo encerra polaridade. 8 - Não existe nada neutro. Yin ou Yang está em excesso em qualquer ocorrência. 9 - A força de atração entre as coisas é proporcional à diferença de seus componentes Yin e Yang. 10 - Yin repele Yin; Yang repele Yang. A atração ou repulsão entre duas coisas está na proporção inversa à diferença de suas forças (Ohsawa,1972)

Além das características dos próprios alimentos, se predominantemente Yin ou Yang, as técnicas de preparo também podem torná-los mais yin ou mais yang.

A palavra Macrobiótica foi utilizada por filósofos gregos como Hipócrates, comumente citado entre os adeptos com a máxima "que sua comida seja seu remédio". Considera-se Ekiken Kaibara (1630 a 1716) o pai da macrobiótica. Na transição do século XIX para o XX, o médico japonês Sagen Ishizuka fundou a primeira organização macrobiótica e defendeu que as causas do mal estado de saúde das pessoas e das sociedades advinham do desequilíbrio entre sódio e potássio. Buscando o equilíbrio, todas as doenças seriam curadas. O trabalho de Ishizuka foi continuado e desenvolvido pelo nipoamericano George Ohsawa, que ficou conhecido em várias regiões do globo, ao divulgar a dieta que acreditou ser responsável pela cura de sua tuberculose (Slywitch, s/d). Ressaltamos que também Ishisuka desenvolveu seu trabalho na macrobiótica e a divulgação dessa dieta foi motivada por sua experiência de cura, pois sofria de uma doença de rim considerada incurável pela medicina moderna.

A macrobiótica revista por Ohsawa é chamada macrobiótica zen graças à ligação com essa tradição. Atualmente, também se pratica a atualização da macrobiótica operada pelo discípulo de Ohsawa, Michio Kushi. Contudo, dada a influência grande de Ohsawa no Brasil e a preferência de nossos informantes, focaremos neste artigo a Macrobiótica Zen enquanto princípios que orientam um estilo de vida, apesar de saber que, entre a teoria e a prática, há diferenças, às vezes, bastante significativas.

Vários livros seus, de conteúdos muito similares, são lançados no Brasil a partir da segunda metade dos anos 60 do século XX e se tornam referências para quem se interessasse pelo tema, tendo, o autor, grande entrada em círculos alternativos, mais ou menos ligados à contracultura e "nova era".

A ideia básica da dieta macrobiótica (do grego, macro = grande e bio = vida) era conduzir a uma vida plena e sem doenças. É uma dieta, em princípio curativa, porque desintoxicante, e preventiva, já que a manutenção da dieta impede o corpo de adoecer. Falamos que a dieta é curativa, pois além de se indicar ingestões e emplastros específicos para algumas doenças, a noção de corpo saudável difere da noção do senso comum, sendo muito mais rigorosa, pois a saúde, para os macrobióticos, não é tão somente a ausência de doença, mas estar em estado de pleno gozo e funcionamento do corpo. Para Deus, criador do Universo, não existem doenças incuráveis, estas só o são para medicina ocidental que ignora os princípios universais.

Logo no início do livro de Ohsawa, somos convidados a medir nossa saúde nos critérios macrobióticos: devemos ter excelentes apetite, memória, sono, devemos ter ainda ausência de fadiga, bom humor, capacidade e rapidez de raciocínio e execução, conhecimento da justiça, da ordem da natureza e capacidade de discernimento. O rigor de seus critérios pode ser visto, por exemplo, quando Ohsawa afirma que será considerado saudável somente "Se não esquecerdes nada do que vistes ou ouvistes".

Em sua concepção, sua terapia é simples, clara e segura, baseia-se na prática em 1 - alimento natural 2 - abstenção de drogas 3 - abstenção de cirurgia 4 - eliminação da inatividade.

Em relação à dieta propriamente dita, há a busca por alimentos neutros, bem equilibrados e caminha-se, após a conversão a esse tipo de alimentação, em um processo evolutivo de sete níveis, coroando a evolução com a adoção de um regime considerado perfeito, constituído somente de arroz integral.

3. Processo do Viver de Luz

Baseado no livro de Jasmuheen e denominado pelos praticantes de O Processo, o viver de luz é uma crença nutricional muito peculiar que utiliza jejuns prolongados e considera que o corpo não precisa de nutrientes outros além dos fornecidos pelo prana, termo que significa a energia do universo.

É necessário distinguir dois tipos de praticantes que encontramos nesta pesquisa, aqueles que realizam a experiência de abstenção de comida em São Lourenço, MG, em um local específico para este fim, denominado "O Portal" e aqueles que, inspirados pelo livro de Jasmuheen e experiências de pessoas próximas além da presença de praticantes na mídia, optam por adotar jejuns, totais ou apenas de sólidos, prolongados.

O Portal, como chamado nativamente, tem sua sede em São Lourenço, no sul de Minas Gerais e é dirigido por uma família que auxilia os interessados a passar pelo processo, hospedando-os e orientando-os, mediante um pagamento destinado à manutenção do local. A própria fundadora fez o processo dos 21 dias, como descreveremos a seguir, baseando-se no livro de Jasmuheen. Isso significa, como percebemos nas entrevistas e nos depoimentos recolhidos na internet, que o discurso que fundamenta as práticas é muito parecido entre os participantes, independentemente se fizeram sua prática no Portal ou sozinhos. Porém, apesar desse discurso semelhante, vimos diferenças grandes nas práticas do próprio jejuar e dos impactos na vida cotidiana após o processo.

Entre os participantes independentes e os que realizaram sua vivência no Portal, notamos uma importante diferença, enquanto os últimos não necessariamente modificam suas práticas alimentares ao longo de sua vida cotidiana (e são orientados a fazê-lo pela dirigente do Portal), os segundos apostam a poder viver sem alimentos ou com muito pouco deles.

Conforme os praticantes deste segundo grupo, a necessidade de comer deixou de existir para eles no momento em que deixam para trás os condicionamentos a que eram submetidos, mas, reconhecer que não se precisa de alimentos não significa abster-se deles. Nas entrevistas, foi-nos contado que continuam a comer para não romper os laços de sociabilidade. Afirmando viver sem alimentos, poderiam - e fatalmente seriam, segundo eles- percebidos como indivíduos "anormais" por não precisarem continuar ingerindo alimentos para ter saúde, portanto viver, como qualquer pessoa considerada normal. Poderiam ainda ser identificados como indivíduos "mal-educados", então, ocasionalmente, aceitam ingerir "pratos gostosos" quando são oferecidos, especialmente em festas ou eventos sociais significativos de seus grupos. Com essa ingestão parcimoniosa e desnecessária, segundo eles, conseguem desfrutar da sociabilidade imposta pela partilha de alimentos reconhecida amplamente na bibliografia que discute os aspectos culturais da alimentação. Em suma, negam a natureza do corpo humano, mas não negam a própria cultura, o que resulta em um paradoxo, pois o que negam é o que a sua cultura de origem compreende como natureza do corpo humano e não essa natureza em si.

Considerando os jejuns realizados e suas variantes entre os grupos que dividimos os praticantes, destacamos que, entre os indivíduos que participam do processo no Portal, há apoio de cuidadores durante o processo de 21 dias em jejum, sendo que os primeiros sete dias, um jejum total e os demais dias, um jejum de sólidos. Nessa prática, visa-se o autoconhecimento e, para alguns, também a cura.

Há pessoas, contudo, que realizam este processo de 21 dias sozinhas, o que causa grande apreensão nas famílias que temem a morte por inanição em vez da cura almejada e há ainda os que não fazem exatamente este processo de 21 dias, mas adotam práticas radicais de jejum inspirados na teoria que lhe serve de base. Dentre os últimos, destacamos a entrevistada de cerca de 55 anos que afirmou ter passado aproximadamente de três meses sem comer e vive uma existência de frugalidade, comendo sem necessidade em ocasiões sociais ou por algum prazer palatar, alimentos como pudins, chopp com as amigas, iogurte com frutas secas e frutas em geral. Ela demonstra grande preocupação com a origem dos alimentos, mesmo e apesar de ingerir alguns industrializados, e com a adequação do PH de sua água, o que gera um ritual de expor o vidro ao sol visando tornar o consumo mais saudável. Ao perguntarmos o que ela se recusaria a ingerir, sua resposta foi simplesmente carne. Ela nem sempre foi lacto-ovo-vegetariana, como é hoje, mas considera essa prática mais saudável e ética e, para não causar conflitos com os comensais onívoros, afirma tão somente que se recusa a alimentação

por problemas estomacais, apesar de considerar que a recusa da ingestão de alimentos cárneos provém de uma evolução espiritual.
Histórias como a desta entrevistada não são exceções no universo do viver de luz, há quem fique muito mais tempo em jejum absoluto, mas tais histórias geram desconfiança de outras pessoas, que duvidam dessa possibilidade física. Para seus defensores, é uma questão de mudar a mentalidade e desenvolver a glândula pineal, sendo assim, é a mente que tem poder sobre o corpo.

4. Dietas curativas e vegetarianismo

É importante salientar que a macrobiótica, a alimentação prânica e o vegetarianismo são práticas distintas. A primeira é rica em vegetais, mas não abole necessariamente o consumo de carnes, a não ser em sua versão mais radical, a monodieta de arroz integral, citada anteriormente. Observamos que tal monodieta é praticada esporadicamente, quando os consumidores sentem a necessidade de desintoxicação ou diante de enfermidades. Os que adotam a alimentação prânica podem, ocasionalmente, consumir ou não alimentos cárneos, mas, nos discursos, aparece uma busca pela evitação desses consumos, seja por razões éticas seja por razões de saúde.
Cabe salientar que vegetarianismo também não é uma denominação utilizada somente para uma dieta e nem todos aqueles que se assumem vegetarianos alimentam-se exclusivamente de vegetais. A motivação que levou à conversão ao vegetarianismo influencia diretamente na relação que se tem com a carne. Para Fox e Ward (2008), ao estudar as motivações para a conversão ao vegetarianismo, notaram que a evitação da carne relaciona-se a dois casos básicos além de outros: o combate à crueldade com os animais e a preocupação com a saúde pessoal, o que levou os autores a classificarem em dois tipos principais, os vegetarianos-saúde (*health vegetarian*) e vegetarianos-éticos (*ethical vegetarian*).
Nas entrevistas que realizamos, percebemos como as motivações se modificam ao longo do tempo, se, de início, a motivação era a procura pela saúde, ao passar o tempo, surge uma preocupação ética com os animais e o meio ambiente, isso devido à evolução espiritual, segundo crêem. A carne, algumas vezes, parecia nos discursos dos nossos entrevistados e também nos comentários dos sites que pesquisamos, como sendo energicamente ruim, não do ponto de vista calórico, mas do ponto de vista espiritual.

5. Vida individual e Vida Social

Na atualidade, a responsabilidade pela saúde é vista como sendo prioritariamente do indivíduo. Segundo Lipovetsky, o homem *consumericus* cada vez mais se volta ao homem *sanitas* e os espíritos são invadidos diariamente com dicas de prevenção, cuidados com a saúde, conselhos de especialistas e opiniões nas mídias. O neoconsumidor, segundo o autor, estaria menos preocupado com a visibilidade social do que com o controle do corpo e prolongamento da vida, vivendo uma ideia de soberania pessoal sobre seu corpo, que pode levar – e frequentemente leva – ao controle medicamentoso desse corpo. (2007: 54 e seguintes)
O discurso biomédico também responsabiliza os doentes por suas doenças, uma vez que as pessoas resultam de suas práticas, como expressa o jargão, amplamente difundido, dando origem até a título de programa televisivo: você é o que você come.
A culpa pela doença também é vista entre os defensores dos estilos de vida que tratamos aqui, que consideram, além dos maus hábitos físicos, as más condutas emocionais e espirituais (culpa, raiva, dificuldade em perdoar, egoísmo), que provocam doenças, as quais se deve agradecer pela oportunidade de evolução.
Tanto nos praticantes da macrobiótica quando praticantes da alimentação prânica, vimos a tendência a considerar a saúde e a doença como responsabilidades individuais e também vimos a tentativa de controlar o corpo, não de modo medicamentoso, mas controlar-lhe os desejos e as necessidades inclusive, atestando a soberania da mente sobre o corpo. A mente não deveria seguir os caprichos do corpo, porém, é através da disciplina do corpo, que se julga alcançar estados mentais mais sutis.

Para Ohsawa:

> Por que no Ocidente existem tantos hospitais e sanatórios, tantos remédios e drogas, tantas doenças físicas e mentais? Por que há tantas prisões, tanta polícia e tantos exércitos de ar, mar e terra?
> A resposta é muito simples: somos todos doentes fisiológica e mentalmente. Mas, por que isto está acontecendo numa sociedade tão altamente civilizada?
> É porque ignoramos completamente a causa real de todo o sofrimento, suas raízes filosóficas, biológicas, morais e psicológicas. Como se explica isto? É porque assim fomos educados. A educação moderna não desenvolve a capacidade que têm os seres humanos de conquistarem sua liberdade, felicidade e justiça. Ao contrário, converte o homem em um "profissional", ou seja, em um escravo irracional, ou senhor cruel, de mentalidade curta, simplista e presa ao dinheiro.
> Felicidade ou miséria, doença ou saúde, liberdade ou escravidão, dependem da maneira como conduzimos nossa vida diária e nossas atividades. Nossa conduta é ditada pelo nosso discernimento (1972).

E ainda:

> Os pássaros, os peixes e todos os animais na Natureza são bons volantes e pilotos. Mesmo um micróbio é o seu próprio médico, e não necessita de hospital ou de farmácia. A farmácia é o símbolo ou o barômetro da ignorância do povo, que ignora o "Mea Culpa" (1972).

Além da responsabilidade sobre a saúde individual, a macrobiótica considera os problemas sociais e de saúde enfrentados no mundo contemporâneo resultantes da imposição de um estilo de vida moderno-ocidental e, para salvar o mundo da fome, doença, desigualdade, ira, a dieta macrobiótica reverteria a saúde individual em saúde social. Segundo Ohsawa (1972):

> Se a indústria alimentícia americana pudesse adotar e industrializar os alimentos e bebidas macrobióticos, seria isso a primeira revolução alimentar na história da humanidade e a primeira declaração de guerra contra a doença e a miséria humanas.

Já a alimentação prânica, julga encontrar uma evolução espiritual que pode ajudar a resolver problemas ambientais e sociais. Os milhões gastos com alimentação poderiam ser revertidos em investimentos com outras áreas em benefício humano e ambiental quando a humanidade se visse livre dos condicionamentos mentais que a fazem crer que precisam de alimentos para sobrevivência.
Em ambas as práticas, a mudança vislumbrada estende-se à humanidade, mas o início da transformação é responsabilidade individual. Crê-se que é pelo indivíduo que a sociedade se transforma e há que respeitar os muitos graus de consciência mais ou menos elevados nos quais as pessoas se encontram.

6. Orientalização e Reencantamento do Mundo

Tanto a macrobiótica zen quanto a alimentação prânica desenvolvem sua filosofia utilizando argumentos da sabedoria do antigo oriente, especialmente as contribuições chinesas, a filosofia hindu e ambas filosofias citam a Bíblia, especialmente as falas de Jesus e casam esses argumentos com algumas leis científicas, tanto modernas quanto contemporâneas.
Assim, a frase bíblica que afirma colhermos aquilo que plantamos é interpretada por Jasmuheen como uma antecipação visionária da lei científica da Ressonância.

> Em vez de absorver a energia do sol como fazem as plantas, desenvolvemos a capacidade de entrar em contato – e absorver diretamente – a Força Vital Universal, energia ou "chi" (para os chineses) para dentro de nossas células. Isso ocorre através do domínio da mente, onde o controle e a expectativa fazem uso da Lei Universal da Ressonância, por meio da qual os semelhantes se atraem (2000:9)

Michel Maffesoli (1999) faz uma distinção da modernidade e pós-modernidade, atribuindo à primeira valores centrais como indivíduo, ciência, progresso, história linear, desencantamento e ocidentalização do mundo. Já a pós-modernidade, segundo o autor, seria caracterizada pelos valores opostos; estariam em processo uma orientalização do mundo, uma desconfiança em relação aos valores científicos, o reencantamento do mundo e a convivência entre valores ultracontemporâneos e arcaicos.

É claro que temos de refletir sobre essa orientalização e não tomá-la como tendência única, mas ela pode ser vista na adoção de terapias que durante muito tempo eram desconsideradas no mundo ocidental e que tem se popularizado, ainda que se ocidentalizado neste processo. De todo modo, podemos afirmar que , se a orientalização destacada por Mafesolli (1999) é de difícil comprovação empírica em amplos setores, é facilmente vista nas filosofias que sustentam as práticas de nossos entrevistados e marcando presença em seu estilo de vida mais amplo. Por exemplo, uma de nossas entrevistadas, antes de fazer o Processo, era praticante fervorosa de yoga.

Para Ohsawa (1972), não só o Oriente é reconhecidamente superior, como deve ser recuperado, já que boa parte dos problemas sociais são originados pela colonização e expansão do estilo de vida ocidental:

> Todas as grandes religiões nasceram no Oriente. Do Oriente emana a luz. Graças a elas, os povos orientais, sobretudo os do Extremo Oriente, viveram pacificamente, durante milhares de anos, até a chegada da civilização ocidental. O Japão foi sempre denominado "O pais da longevidade e da paz".
>
> Tudo muda, porém, neste mundo "flutuante", efêmero e relativo em que vivemos. Os países da Ásia e da África foram colonizados pela civilização ocidental. Eram tão pacíficos que abandonaram as suas próprias tradições e adotaram os costumes do Ocidente. A civilização importada torna-se cada vez mais poderosa, as guerras mais cruéis, e a civilização científica é, agora, a nova religião do homem. Nós a admiramos muito. Poderemos, contudo, esperar que ela concorde com a velha civilização da saúde, da liberdade, da felicidade e da paz?

Ao se criticar a ocidentalização do mundo, critica-se, sobretudo, a ciência ocidental, mas não se rejeita totalmente o discurso científico, antes, acrescenta-lhe o místico:

> A capacidade de viver exclusivamente de prana é uma consequência natural de nos tornarmos um instrumento afinado. A pesquisa da medicina holística revela que os seres humanos existem numa realidade física, naquilo que é chamado de sistema de quatro corpos – o corpo físico, o corpo emocional, o corpo mental e corpo espiritual (Jasmuheen, 2000: 9).

E embasa-se sincreticamente na apropriação de definições de dicionário, explanações científicas, mensagens recebidas telepaticamente e conceitos espiritualistas, assim se une Stephen Hawking, Deepak Chopra, medicina holística, memória celular e concepções noveristas de Deus:

> Vamos desenvolver mais o conceito de energia. A energia – segundo o dicionário Oxford, é a "capacidade que a matéria ou radia- ção tem de realizar um trabalho". Segundo Stephen Hawking, em A Brief History of Time (Uma Breve História do Tempo), a expressão "conservação de energia" refere-se à lei da ciência que afirma que a energia (ou seu equivalente em massa) não pode ser criada, nem destruída – mas pode mudar de forma, e muda realmente.
>
> Segundo o Dr. Deepak Chopra em seu livro Ageless Body, Timelcss Mind (Corpo Sem Idade, Mente Sem Fronteiras), mais de 99,9% de todo átomo é espaço vazio, e

> as partículas subatômicas que se movem a grande velocidade através desse espaço são feixes de energia vibratória que transportam informações e codificações únicas. A isso ele dá o nome de "não-substância pensante", pois é algo que não pode ser visto com os olhos físicos.
> Para construir a vida a partir da matéria inerte, a energia e as informações têm de ser trocadas por meio do RNA e do DNA, para que a estrutura celular seja criada.
> (...)
> As religiões chamam essa energia de "Deus" ou "Supraconsciência" e acreditam que seja onipresente, onipotente e onisciente. A física quântica chama essa energia de "grande energia de unificação" e também acredita que ela está em toda a parte, é onipotente e onisciente. Os difusores da Nova Era dão outros nomes a essa energia – "Tudo O Que É", "Inteligência Divina" etc. Todos eles não passam de rótulos para descrever a mesma força ou poder (2000:10-11).

8. À procura de um Si transcendente

Antes que a ciência fosse soberana e se apresentasse como um conhecimento pretensamente único e verdadeiro, havia um mundo "encantado", tocado pela "magia" . Com advento e expansão da modernidade, a medicina tradicional emergiu com grande respaldo da sociedade, logo os especialistas conquistariam a legitimidade para tratar do corpo "do outro", esse "outro" que tem dono, um sujeito com motivações subjetivas (Weber, 1985; Foucault, 1985). Portanto, não havia mais mistérios sobre a vida, tudo podia ser contado, medido, pesado e cronometrado. A ideia de mensuração da realidade - e crença na existência de uma realidade única e dada a ser descoberta- provocou nos sujeitos uma necessidade compulsiva de "tratar a doença" a partir do conhecimento científico e, não "compreender a doença" a partir de um corpo que vai além de sua fisiologia e anatomia, ou seja, o biológico (Roudinesco,2000, Kehl, 2009).
Na contemporaneidade, apesar da força do discurso científico, uma parcela da população já não se satisfaz com suas explicações, provocando um retorno à espiritualidade, assim, como essa compreensão sobre o corpo e suas manifestações de "saúde" e "cura" foram relatadas pelos informantes da pesquisa como um processo transformador no que toca aos seus sentimentos para lidar com seus corpos. Sentimentos como gratidão, amor, respeito à evolução espiritual do "outro" foram apresentados por eles como algo que o processo proporcionou, pois todos falaram que não eram mais os mesmos após o processo.
Segundo eles, essa mudança ocorre gradativamente e o maior obstáculo para chegar a transcendência do ser seria o "ego" , sendo que esta capacidade de controlar os 'desejos da carne" é conquistada de modo gradativo, pois é no momento que o sujeito identifica a força do ego atuando sobre suas escolhas egoísticas, que este começa a trabalhar a culpa, ou seja, resolve parar de fugir de si mesmo, adquirindo o esclarecimento sobre a situação que o levou aquela situação, seria uma necessidade elaborar o passado também.
Trazendo esse pressuposto de não ignorar o passado a partir dos relatos de nossos informantes que experienciaram o processo de viver de luz, podemos constatar que estes se encontravam com seus passados, faziam regressões de suas histórias de vida espirituais a fim de compreender como foram adquirindo problemas no corpo físico e espiritual.
Uma das informantes que teve câncer relatou que durante o processo conseguiu voltar a viver problemas de sua infância, estes que só foram resolvidos durante o processo, assim os problemas foram ganhando novos significados por meio da gratidão sentida pela a oportunidade de se conhecer melhor a partir da doença. Outra informante disse que durante o processo conseguiu voltar aos sintomas de depressão que afetaram sua alegria de viver durante muitos anos, segundo ela, conseguiu durante o processo compreender que necessitava ser mais "humilde", controlando deste modo o seu "ego", ou seja, não fugindo de si , mas dialogando com seus "monstros internos"
Assim sendo, além do retorno à espiritualidade, também podemos observar a influência da psicanálise entre os informantes desta pesquisa, de modo inclusive não consciente, quando mostram que todos os problemas de

saúde e infelicidade são de responsabilidade do sujeito, neste caso, explicações de caráter crítico social não foram mencionados.

Assim, mesmo que vivam no mundo, um mundo com diversas "tentações" alimentares por exemplo, os entrevistados acreditam que conseguem viver de luz, pois são capazes de controlar a necessidade de alimento, esta que segundo eles, não existe no momento que se conhece a energia vital chamada "prana".

Em relação a esta transição no modo de lidar com a saúde entre os métodos tradicionais e métodos alternativos, podemos observar na fala de uma das informantes críticas em relação à ineficiência de métodos tradicionais, pois a mesma já foi depressiva e utilizava de medicamentos controlados, após o entendimento sobre os seus sentimentos e a ineficiência do tratamento alopático que adotava, afirma que o corpo deve ser entendido além das suas manifestações físicas e psíquicas. Além disso, também relatou a dificuldade que tinha de compreender os seus problemas, pois não refletia sobre si. E, essa reflexão sobre "si" para compreender "as dores da alma" podemos verificar a partir dos estudos contemporâneos que criticam os tratamentos convencionais por sua ineficiência.

Nos discursos, vimos que, antes de convertidos, propriamente ditos, são indivíduos buscadores que passam de uma terapia à outra, de uma prática à outra na tentativa de conhecer a si mesmo e ao mundo.

Esse impulso é descrito por Maffesoli (2001) como a necessidade do retorno, da integração com um todo do qual se faz parte. Para voltar ao princípio é preciso colocar-se em caminhada, fazer seu caminho. O processo, não por acaso, denomina-se processo e, segundo um dos entrevistados: "o processo será aquilo que você acredita que ele será", adotando então uma postura idealista.

A busca por um espaço onde se possa reconstruir o sonho da vida, o que Maffesoli chama de Nostalgia do Ninho, pode ser visto nos discursos, tanto na procura do macrobiótico pela integração com a natureza e um modo de vida aldeão, quanto na busca espiritual dos praticantes do viver de luz que acabam por encontrar suas outras vidas, vidas que não são vividas linearmente, na medida em não concebem o tempo progressivo, como diz uma das informantes: "o tempo é infinito, temos todo o tempo".

Eis a busca de um Si transcendente, do qual fala Maffesoli (2001), trata-se de um retorno ao ninho, o retorno à família primeira, aos amigos de outras vidas e além da comunhão com os outros e com a natureza, que caracteriza a pós-modernidade, há a busca por um si que não se enjaula no ego. Trata-se de abstenção e de sofrimento, de enfrentamento que traz a um exercício de ser melhor, uma ascese conduziria à religação com Si, com outros e com o Outro (Maffesoli, 2001). Para o autor, a prática nômade do hedonismo, sendo aquilo que permite uma ampliação de si, englobando tudo, "o divino que está em nós, que está em todas as coisas" (2001: 153) é uma característica da pós-modernidade e nós pudemos observar essa dimensão de busca e transcendência nas falas das pessoas que acabaram por se definir, ao perguntarmos, como buscadores, uma busca que não cessa: não se pode atingir a saúde, para os macrobióticos, isso sempre será uma busca; não se resolve todos os problemas de autoconhecimento com o processo, por isso, se passa por ele repetidas vezes.

Para Maffesoli (2001), o culto dos santos, as peregrinações, os retiros e as práticas orientais (como as que aqui descrevemos) têm essa função: "em cada um desses casos o que está em causa é a medicação da alma graças à errância: perder-se a fim de se reencontrar" (2001:159).

Referências

ADORNO, T; HORKHEIMER, M. (1985), *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar.

FISCHLER, C.(1990), *Ulonmivore*, Paris, Odile Jacob.

FOUCAULT, M. (1985), *A historia da Sexualidade 3. O cuidado de si.* Rio de Janeiro: Edições Graal.

FOX, Nick, WARD, Katie.(2008), *Healt etics and environment: a qualitative study of vegetarian motivacions*/ Appetite 50, 422-429.

GOLDENBERG, M. (2011), *Corpo, Envelhecimento e Felicidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GIDDENS, A. (2005), Sociologia do Corpo: Saúde, Doença e Envelhecimento. In: GIDDENS, A. *Sociologia* (pp. 128-149). Porto Alegre: Artmed.

JASMUHEEN (2006), *O programa Prana. Eficiência e Evolução Agradável.* Rio de Janeiro: Lulu.

JASMUHEEN (2000), *Viver de Luz: a fonte para alimentação do novo milênio.*s.n.t.

KEHL, M. R. (2009). *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boimtempo.

LIPOVETSKY, G, (2007), *A felicidade paradoxal*. São Paulo: Cia das Letras.

MAFFESOLI, M., (1999), *No fundo das aparências.* Rio de Janeiro: Vozes.

MAFFESOLI, M., (2001), *Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas*. São Paulo: Record.

ROUDINESCO, E. (2000), A sociedade depressiva. In *Por que a Psicanálise?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp.13-52.

SLYWITCH, Eric. (s/d) "Definições Macrobiótica". Dr. Eric Slywitch. Disponível em http://www.alimentacaosemcarne.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5:macrobiotica&catid=38&Itemid=149 (consultado em 31/10/2014)

WEBER, M. (1985). *Ensaios de Sociologia***.** 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

Conhecimento e ação religiosa no Marrocos: *moqaddemine* e *jnun* nas arenas rituais da confraria *Hamadsha*.

Bruno Ferraz Bartel[1]

Resumo: O principal objetivo do artigo é analisar os saberes e as práticas rituais desenvolvidas pelos *moqaddemine* da confraria marroquina *Hamadsha* na província de *Meknes-Tafilalet*. Esses agentes religiosos operam uma interação com os *jnun* que, segundo a crença islâmica local, são responsáveis pela produção de infortúnios aos indivíduos. Diante da possibilidade de se ter um membro da família afetado e possuído por esses seres, diversos grupos ligados a *Hamadsha* se encontram disponíveis, mediante a um pagamento, com a finalidade de revelar as identidades dos *jnun* causadores de malefícios e de proporcionar, via a organização de rituais específicos, o combate das forças adversas que englobam as situações de crises de vida dos indivíduos.

Palavras-chave: Islã, Marrocos, *Hamadsha*, ritual, conhecimento.

O artigo explora os saberes e as práticas rituais desenvolvidas pelos *moqaddemine*[2] da confraria[3] *Hamadsha* que visam propor um fim aos infortúnios vividos por indivíduos. Esses agentes religiosos operam uma interação com os *jnun*[4] que, segundo a crença islâmica local, são os responsáveis pela produção de determinadas ações maléficas aos humanos. Minha abordagem parte da premissa de que no Marrocos os *jnun* adquirem uma noção de agência[5] na realidade caracterizada pelo valor de infertilidade[6], que geralmente tendem a ser interpretadas como a manifestação de doenças, situações de desemprego ou crise financeira, conflitos conjugais, dificuldades de obter um casamento ou pela incapacidade de gerar filhos por parte das mulheres (Bartel, 2013; Crapanzano, 1973; Rausch, 2000). Diante da possibilidade de se ter um membro da família afetado e possuído por *jnun,*

---

1 Biografia: Integrante do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC), do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa (NUFEP) e do Núcleo de Estudos do Oriente Médio (NEOM). Áreas de interesse: Ritual e Simbolismo, Sistema de Crenças e Antropologia do Corpo. Doutorando em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
brunodzk@yahoo.com.br

2 Plural da palavra *moqaddim*. O termo significa ser o líder de um grupo religioso que possui como referencial as experiências desenvolvidas por um santo (*wali*, pl. *awliya*). O termo também pode ser entendido como "aquele que se mantém à frente" diante de uma comunidade religiosa (Rabinow, 1977:51).

3 Organizações ou irmandades religiosas (*ta'ifa*, pl. *tawa'if*) que tem como característica a filiação (sistema de linhagens) a um santo e a presença de ritmos musicais na execução de ritos particulares. O termo organização expressa a referência a um local particular para os encontros dos membros de um grupo (Crapanzano, 1973). Essas organizações diferem das ordens *sufis* responsáveis pela construção de caminhos ou vertentes ditas como "místicas" (*tariqa*, pl. *turuq*), existentes nos mais variados contextos islâmicos, e por não apresentarem uma estrutura organizacional marcada pela presença de um mestre (*shaykh*).

4 Plural da palavra *jinn* no Marrocos. O termo se refere aos seres invisíveis feitos de fogo que compõem o universo simbólico da religião islâmica (Boudjenoun, 2009; Rausch, 2000). A palavra *jinn* também é usado nos demais países que possuem o Islã como código e discurso cultural. Um ser feminino deste tipo recebe, às vezes, a denominação de *jinniya*.

5 Entendo por agência os modos de ações causadas por intenções prévias (Gell, 1998).

6 Interpretada como uma consequência das ações dos *jnun*, o termo infertilidade resume as incapacidades sofridas pelos indivíduos na realização de alguma etapa da vida social. No geral, um infortúnio parece provocar o encadeamento de problemas no cotidiano dos indivíduos, o que muitas vezes contribui para a formação de períodos relativos de crise de vida. Porém, há de se reconhecer características distintas tanto para homens quanto para mulheres. Por exemplo: um homem que se encontra desempregado dificilmente encontrará uma esposa para casar e, consequentemente, não terá condições de formar uma família. A dificuldade de uma mulher em prover filhos no casamento pode estabelecer uma série de conflitos conjugais ou, como em alguns casos, contribui para o fim da união matrimonial.

diversos grupos ligados à confraria *Hamadsha* se encontram disponíveis, mediante a um pagamento dos *moqaddemine,* com o objetivo de revelar as identidades dos *jnun* causadores dos infortúnios e de proporcionar, via a organização de rituais conhecidos como *hadrat*[7] ou *liyali*[8], o combate das forças maléficas que englobam as situações de *crises de vida*[9] dos indivíduos.

O meu argumento é que os *moqaddemine* da *Hamadsha* realizam uma manipulação das formas simbólicas[10] compartilhadas (Geertz, 1989a), através de seus rituais específicos, objetivando tanto uma classificação dos *jnun* causadores dos malefícios quanto à produção de uma *eficácia simbólica* (Levi-Strauss, 2012) para os infortúnios. Porém, para além de uma análise somente das forças sociais atuantes aos indivíduos, a partir do contexto marroquino, considero também relevante à produção de uma multiplicidade de significados (multivocalidade) dos símbolos (Turner, 2005) mobilizados pelos *moqaddemine* em contato com os infortunados. Essa abordagem em conjunto me parece útil uma vez que esses agentes religiosos exibem e comprovam os seus poderes, relativos à supressão da situação de crise de vida dos indivíduos, através da circulação das forças religiosas (*baraka*[11]) dos santos (*wali*, pl. *awliya*) identitários da *Hamadsha*.

O problema do conhecimento, que é o que os indivíduos empregam para interpretar e agir sobre o mundo (Barth, 2002), se torna central na problemática de ampliar a capacidade de se compreender o contexto etnográfico religioso contemplado no artigo através da categoria analítica de ritual. As ações investidas pelos *moqaddemine* da *Hamadsha*, sobretudo, a partir da organização das *hadrat* ou *liyali* garantem as possibilidades de distribuição da *baraka* que visa por fim as situações de infortúnios vivenciados pelos indivíduos afetados por *jnun*. Esses rituais podem ser traduzidos em termos de um sistema de comunicação de palavras e de atos organizados pelos *moqaddemine* que interagem com o plano do invisível, relacionado aqui ao mundo dos *jnun*, uma vez que os saberes dos *moqaddemine* podem evidenciar o tipo e a forma de atuação desses seres na realidade humana.

Na tentativa de alcançar alguma eficácia sobre as intervenções proporcionadas por *jnun* aos indivíduos, os *moqaddemine* acabam sendo detentores de um conhecimento específico, contendo respectivamente, o que no modelo proposto por Fredrik Barth (2002) é caracterizado por apresentar três facetas de atuação: um corpo substantivo de afirmações, um alcance médio dessas representações, além de uma organização social onde se possa possibilitar a circulação desses tipos de conhecimentos. Isso acaba permitindo aos *moqaddemine* a constituição de uma posição de autoridade, diante de cada arena ritual desenvolvida, a partir do contato constante com os indivíduos que manifestam estados de possessão atribuídos por *jnun*.

Barth (1975) focalizando a relação entre ritual e conhecimento nos grupos da Nova Guiné utiliza o primeiro termo como um modo de comunicação ou, mais precisamente, como um modo de pensamento que organiza as ações dos grupos sociais. O autor sugere levar em consideração os elementos constitutivos do ritual no

---

7 Plural da palavra *hadra*. O termo significa as sessões rituais *sufis* centradas na figura de um mestre (*shaykh*). Bertrand Hell (2002) utiliza o termo *hadra* como a presença de um agente religioso (santo / *jinn*) na arena ritual. No Marrocos, o termo *hadra* acaba tendo vários usos: pode se constituir tanto pelas sessões de possessão envolvendo *jnun* realizadas entre as confrarias religiosas (*ta'ifa*) quanto aos ritos de êxtase coletivos que evocam a figura de um santo (*wali*) ou, até mesmo, expressam as reuniões espirituais das ordens *sufis* organizadas por um mestre (*shaykh*).

8 Plural da palavra *lila.* O termo se refere ao período da noite onde o ritual se caracteriza por apresentar estados de possessão proveniente de *jnun*. Renée Claisse-Dauchy (1996) define o termo como um ritual noturno organizado por uma organização religiosa (*ta'ifa*) centrada e relacionada na evocação dos *jnun*.

9 *"Trata-se de um ponto importante no desenvolvimento físico ou social do indivíduo, como o nascimento, a puberdade ou a morte"* (Turner, 2005: 35). No contexto marroquino, o termo cria uma totalidade para os problemas ligados ao valor de infertilidade atribuídos aos *jnun*.

10 Entendo as formas simbólicas como unidades de significação (Geertz, 1989a).

11 Benção capaz de provocar prosperidade material, bem-estar físico, satisfação corporal, plenitude ou, até mesmo, sorte (Crapanzano, 1973; Eickelman, 1985; Geertz, 2004; Munson Jr, 1993; Rausch, 2000). O termo *baraka* pode ser interpretado como uma fonte de poder associado a lugares, objetos e a indivíduos dotados de santidade. Neste sentido, a força ou potência equivale a uma benção que emana de um ser e que pode ter o efeito miraculoso na vida de quem entra em contato com a pessoa ou com a coisa que a possui (Cornell, 1998).

contexto de suas mensagens evocadas, interpretadas com referência na *persona* social e nos conhecimentos prévios dos participantes. As agências dos *jnun* sobre os indivíduos fornecem os dados necessários para uma intervenção por parte dos *moqaddemine*, sobretudo, através de uma leitura da corporalidade dos participantes durante as sequências rituais que envolvem os estados de possessão. Durante a realização das *hadrat* ou *liyali* as performances corporais exibidas nos indivíduos adquirem uma centralidade, na ordem dos saberes dos *moqaddemine*, para a decodificação das intenções dos *jnun*.

A formulação desses tipos de conhecimentos possui na figura do iniciador (*moqaddemine*) um campo para se pensar os efeitos acumulativos dessas performances. O iniciador deve ter um domínio sobre esse corpo de conhecimento e, além disso, saber quais itens de cada etapa do processo de iniciação será mobilizado. A sua tarefa, afirma Barth (2000), é por em ação esse conhecimento de modo a fazer com que os iniciados sejam afetados por sua força, e não simplesmente explicá-lo a eles. A revelação de segredos através da manipulação de símbolos concretos pode ser utilizada para alcançar os resultados esperados (Barth, 1975). Mas mesmo que os significados desses símbolos não sejam transmitidos para os iniciantes, já é suficiente que permaneçam ocultos, de modo a reforçar a sensação de que ali existem segredos relevantes (Barth, 2000). Os *moqaddemine* da *Hamadsha* transmitem, de uma forma bastante similar, os seus conhecimentos através dos ritos relacionados à experiência de possessão.

O fenômeno da possessão é um dos aspectos centrais na construção das arenas rituais da *Hamadsha*. As variações quanto à atuação dos *jnun* nesses ritos são classificados a partir de determinados "estágios religiosos", manifestados corporalmente nos indivíduos. O primeiro deles, garante uma experiência inicial de possessão denominada de *hal*[12] onde se reconhece a presença de santos ou *jnun* que, em certa medida, contribuem para a alteração da noção de pessoa[13] do indivíduo afetado por infortúnios. Quanto ao segundo, se postula à liberação de uma força intensa sobre o indivíduo, interpretada como uma interação mais ampla com *jnun,* o que culmina na experiência de possessão denominada de *jidba*[14].

Na análise de ritos do Sri Lanka que contém exorcismos, Stanley Tambiah (1985) interpreta o ritual como um sistema construído culturalmente por comunicações simbólicas. Sua dinâmica é constituída de padrões e de sequências ordenadas em palavras e atos, em geral expressos por múltiplos meios cujo conteúdo e arranjo são caracterizados por graus variados de formalidade (convencionalidade), estereotipia (rigidez), condensação (fusão) e redundância (repetição). O ponto chave deste trabalho é a ênfase dada pelo autor ao caráter duplo do ritual como performance. A noção de ritual apresenta, nesta perspectiva, a reprodução de sequências estereotipadas (padrões), ao mesmo tempo em que lida com o fato de que nenhuma performance se reproduz sobre as mesmas condições quando o assunto são os contrastes desses atos realizados por indivíduos diferentes. A interação ritual exige um nível de conhecimento prévio quanto às sequências desenvolvidas por parte dos indivíduos, o que atesta para um grau de previsibilidade quanto ao valor das ações presentes nos ritos. Mesmo assim, cabe salientar a existência de situações onde a imprevisibilidade impera sobre o ritual o que exige a orientação de outras ações, via conhecimento, no auxílio dessas experiências religiosas díspares.

No caso das arenas rituais da *Hamadsha,* os *moqaddemine* possuem a problemática da possessão como um sistema de comunicação envolvendo os *jnun*. Entretanto, nem sempre essas experiências se realizam de

---

12 O estado de *hal* é descrito como a capacidade do indivíduo de interagir diante da "presença" de agentes religiosos (*wali* / *jinn*) que provocam assim, uma alteração inicial em sua noção de pessoa. O indivíduo em estado de *hal* realiza performances corporais dentro de um esquema padronizado de interações junto aos demais participantes dos rituais da *Hamadsha*.

13 O trabalho pioneiro de Marcel Mauss (2003) analisa a caracterização das pessoas como um fenômeno social e procura construir uma historia social da noção de *persona*. Entretanto, seria mais apropriado dizer, que a possessão estaria intrinsecamente ligada com a noção de pessoa adotada pelo grupo que a pratica (Goldman, 1984). No contexto cultural da pesquisa, a noção de pessoa precisaria ser justaposta ainda aos princípios que sustentariam essas experiências de possessão presentes na *Hamadsha*.

14 O estado de *jidba* é geralmente associado como a anulação da noção de pessoa, devido justamente a perda da capacidade de interação do indivíduo com os demais participantes do ritual. De maneira geral, um indivíduo em estado de *jidba* apresenta performances corporais individualizadas, porém interpretadas conforme as agências impostas pelos *jnun*.

maneira ordenada ou da forma esperada por eles. As agências dos *jnun* conferem uma ordem instável quanto à duração e a condução dos rituais de possessão por parte dos *moqaddemine*. Neste sentido, o desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos para as situações de imprevisibilidade é vital para a garantia da eficácia dessas ações rituais. O controle do estado de *jidba*, por exemplo, assegura uma observação constante aos seguintes movimentos corporais: as projeções do tronco superior para frente e para trás, o uso das faces das mãos fixadas na parte detrás das costas ou na altura da lombar e o balançar da cabeça para múltiplas direções.

Outras possibilidades impostas por *jnun* na elaboração desse estado de possessão são as execuções desses mesmos movimentos corporais pelos indivíduos no chão, agachado ou de frente para os *moqaddemine*. Essas performances são sempre auxiliadas pelos ritmos musicais dos instrumentos da *Hamadsha* (flautas[15] e tambores[16]), o que acaba se transformando em uma das principais formas de comunicação com os *jnun* nas arenas rituais desta confraria. A condução dos ritmos musicais pelos *moqaddemine* estabelece um diálogo com os *jnun* produzindo um padrão ordenado de comportamentos esperados aos participantes, o que dura até o seu momento de mudança em decorrência dos "estágios religiosos" desenvolvidos pelos indivíduos infortunados nas arenas rituais. A passagem do estado de *hal* para *jidba* estabelece o uso de ações contra si mesmo como, por exemplo, espancamentos no rosto ou na testa através do uso das mãos, violação dos cabelos, lançamento do próprio corpo no chão para realizar rolamentos, ou o ataque de pessoas que se encontram próximas do indivíduo possuído, além da alternância de gritos ou choros.

Essas performances são interpretadas pelos *moqaddemine* como trocas exigidas pelos *jnun* com o objetivo de se satisfazerem ou como moeda utilizada pelos indivíduos para manter em suspensão, temporária, os efeitos dos infortúnios atribuídos a esses seres. Entretanto, cabe aos *moqaddemine* o enfretamento dos *jnun* em decorrência da persistência dos efeitos maléficos aos indivíduos. De forma geral, determinadas fases rituais procuram negociar ou, mesmo, eliminar a presença dos *jnun*. A *baraka* disponível entre os santos da *Hamadsha* e as ações rituais desenvolvidas pelos conhecimentos dos *moqaddemine* formam, então, a base da eficácia dessas experiências.

Em situações limites de seu papel social, os *moqaddemine* podem exibir determinadas performances como a ingestão de água quente ou, até mesmo, técnicas de autoflagelação corporal que apresentam cortes nos braços, pernas e, em alguns casos, na língua tendo o auxílio de facas. As utilizações desses recursos fornecem os símbolos concretos que comprovam a dominação das forças[17] dos *jnun* pelos *moqaddemine* o que, em tese, amplia a capacidade desses agentes religiosos em por fim aos infortúnios. Essas ações, neste sentido, garantem uma autoridade[18] aos *moqaddemine* da *Hamadsha* perante aos participantes de suas arenas rituais. Além disso, essas experiências religiosas são responsáveis pela formulação de conhecimentos que procuram, ao seu modo, gerenciar os múltiplos sentidos dados e atribuídos para um conjunto de participantes em termos de um ordenamento ritual acessíveis a todos.

Esta pesquisa faz parte de um período de 10 meses de trabalho de campo[19] entre janeiro e novembro de 2012, na vila de *Sidi 'Ali*[20] (distrito de *Mrhassiyine*), localizada na província de *Meknes-Tafilalet*, no Marrocos. O

---

15 Instrumento conhecido pelo termo *nira*. São flautas de madeira que contém de 06 a 08 furos ao longo de sua estrutura.

16 Instrumento conhecido pelos termos de *taarija* ou *darbuqqa*. Esse objeto de percussão é formado por uma peça de cerâmica contendo dois diâmetros distintos (cerca de 10 e 20 cm respectivamente) em suas extremidades. Na parte de maior diâmetro, a sua borda é coberta e revestida com pele de carneiro.

17 Em alguns casos, os *jnun* são considerados seres portadores de *baraka* (Bartel, 2013; Claisse-Dauchy & Foucault, 2005; Westermarck, 1926).

18 Essa autoridade decorre da capacidade de influenciar os indivíduos a partir da demonstração de que os *moqaddemine* podem controlar a *baraka* dos *jnun* sem que isso implique em uma adversidade para eles.

19 Este artigo é uma análise condensada do capítulo 4 de minha dissertação de Mestrado, defendida em 2013 com o título "A ambiguidade do sagrado: o culto a *Aisha Qandisha* na vila de *Sidi 'Ali*, Marrocos", no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

20 A vila rural de *Sidi 'Ali* possui uma história ligada ao nome de seu santo fundador (*Sidi 'Ali ben Hamdouche*) e está

trabalho etnográfico privilegiou as participações dos indivíduos (maioria mulheres) nos rituais de transe e possessão[21] (*liyali*) realizados nas residências alugadas por peregrinos em *Sidi 'Ali,* ligados ou não[22] a grupos da *Hamadsha*. O método que fundamenta as minhas interpretações foi o da observação participante, que consiste no envolvimento do pesquisador nas atividades do grupo social que se está inserido, a fim de adquirir os princípios conceituais e práticas que organizam as experiências de seus membros[23]. Em termos práticos, isso significa que eu frequentava, com a devida autorização, as residências alugadas ou emprestadas aos peregrinos, com o intuito de se realizar os rituais de possessão através das performances musicais de algum grupo ligado a *Hamadsha,* disponível na vila de *Sidi 'Ali*.

1. O contexto religioso marroquino

No Marrocos contemporâneo[24] o fenômeno do *marabutismo* ainda adquire relevância na formação das irmandades religiosas (*tawa'f*), como é o caso da *Hamadsha*. O termo se refere ao reconhecimento da existência de homens portadores de forças poderosas (*murabitun*[25]) capazes de modificarem a vida dos indivíduos, a partir da noção de *baraka*. Na comparação seminal de Clifford Geertz (2004) entre o desenvolvimento religioso no Marrocos e na Indonésia, o autor distingue duas fontes desse poder: de um lado, o desempenho de milagres (*karamat*) se realiza pela posse de um conhecimento específico e, por outro, se assume através de uma relação hereditária (através de genealogias) com base nesses mesmos homens.
De uma perspectiva etnográfica sobre os ritos e práticas que procuram reduzir ou eliminar as influências de *jnun*, sobretudo através do auxílio de um santo, Mohammed Maarouf (2007) descreve a *baraka* como uma

---

localizada a 18 km de *Meknes*.

21 Utilizarei o termo possessão segundo as proposições de Michael Lambek (1981) onde o autor sustenta que os limites entre o que se denomina de transe e possessão são heurísticos e arbitrários, não podendo, portanto, serem distinguidos e considerados como isolados. A refutação do autor aponta para a utilização de uma classificação que argumenta que ambos os rituais possuem alguma significação moldada através do rótulo de "cultura", sem fazer uma referência para a dinâmica das ações empreendidas. Ambas as experiências (transe e possessão) foram traduzidas como ritos que envolviam a produção do que se conveniou denominar de "êxtase religioso".

22 Não necessariamente uma *lila* deve ser organizada por um *moqaddim* de uma confraria (*ta'ifa*). Este pode ser convidado a organizar o ritual por intermédio de um indivíduo que não seja um discípulo (*murid*) de algum santo (*wali*). Neste sentido, esses intermediários necessitam dos serviços de uma *ta'ifa* no intuito de se livrar da ação maléfica provocada por um *jinn* sobre um conhecido seu.

23 As entrevistas foram conduzidas em francês com os interlocutores do trabalho de campo justamente por minha falta de domínio do árabe coloquial marroquino (*darija*). Desta língua, eu domino apenas o vocabulário religioso e algum conhecimento dialetal para a realização de conversas informais diante das pessoas. Em raras situações, me foi possível utilizar uma comunicação em espanhol com os marroquinos, visto que esta língua se encontra mais presente no norte do país. Em outros casos, recorri também à língua inglesa.

24 O Marrocos é marcado pela diversidade de sua composição étnica e religiosa, e conta com uma população estimada em 32 milhões de habitantes. Em termos de etnicidade, segundo Raphael Chijioke Njoku (2006), a população marroquina é composta, em sua maioria (99,1%), por árabes (69.5%) e berberes (29.6%), além de imigrantes vindos dos demais países da África e da Europa, totalizando um percentual de 0,9%. No campo da religiosidade, cabe destacar a presença de uma minoria de judeus (0,2%) e de cristãos (1.1%); no entanto, a população é predominantemente ligada ao islamismo sunita (98.7%) e com uma multiplicidade de atores que fazem parte de um cenário específico do islã que engloba principalmente a região do *Magreb* (território que abrange o Marrocos, Sahara Ocidental, Argélia e Tunísia).

25 Plural da palavra *murabit*. O termo evoca a noção de homens devotos a Deus (*Allah*) e que acabam exercendo uma autoridade sentimental diante das pessoas (Geertz, 2004). O uso desse termo foi interpretado como equivalente da noção de santidade na maioria dos trabalhos franceses desde o final do século XIX. O termo santo (*wali*, pl. *awliya*) procura expressar as noções de proteção ou de intercessão na vida dos indivíduos (*wilaya*) e a de alguém próximo de *Allah* (*walaya*). Sobre a noção de santidade no Marrocos, ver a discussão de Cornell (1998).

qualidade inerente a certos seres e coisas, traduzindo essas experiências em processos de heranças transmitidas por pessoas reconhecidas como portadoras de uma santidade. Neste sentido, a *baraka* se manifesta em forma de uma prosperidade material, saúde física ou em atitudes benfazejas sobre os indivíduos em contato com essas forças. Além disso, os santos (*awliya*) possuem um valor tanto relacionado ao legado religioso desses homens praticados em vida quanto pelas virtudes que seus milagres obtiveram por meio de suas performances (Crapanzano, 1973; Geertz, 2004).

O papel carismático dos santos no Marrocos produz um fenômeno responsável pela formação e expansão de irmandades religiosas ditas como "populares" (Nabti, 2010). Sua estrutura organizacional possui centralidade na figura do *murid* (discípulo/devoto de santo) como a sua razão de ser. Na perspectiva dessas irmandades, os *moqaddemine* são os responsáveis pela difusão da *baraka,* oriunda de seus santos específicos, e pela manutenção das tradições[26] que remontam a vida e o legado desses homens. Tal fato garante uma diferenciação entre os diversos grupos existentes no país[27].

Essas formas de organizações religiosas apareceram no Marrocos ao longo do século XIII, possuindo mais ou menos a forma de uma tradição *sufi* apresentada através do modelo das confrarias (Crapanzano, 1973). A principal diferença delas para o sufismo se refere quanto à inexistência de um mestre (*shaykh*), caracterizado por um caminho ou método "místico" (*tariqa*) a ser transmitido entre os seus discípulos, em oposição aos tipos de milagres (*karamat*) reconhecidos pelos santos (*awliya*) enfatizados pelos *moqaddemine.* Além disso, a produção dos saberes e das práticas rituais entre os *moqaddemine* é manifestada concomitantemente com o uso de ritmos musicais que auxiliam as performances corporais exibidas durante os rituais de possessão dos participantes, tendo na atuação dos *jnun* a sua centralidade.

As ações dos *moqaddemine* da *Hamadsha,* tradicionalmente, se concentram no centro urbano da cidade de *Meknes* (antiga capital imperial do Marrocos) através de uma rede articulada de atividades religiosas estabelecendo uma integração com as demais vilas rurais do seu entorno. A etnografia de Vicent Crapanzano (1973), no final da década de 1960, demonstrou que as formas de organização responsáveis pelas identidades rituais desta confraria estavam relacionados aos mitos de *Sidi 'Ali ben Hamdouche* (1666-1722) e, de seu discípulo, *Sidi Ahmed Dghoughi*[28]. Além disso, a *Hamadsha* é popularmente conhecida por praticar autoflagelações corporais durante as *hadrat*, onde alguns participantes procuram exibir cortes nas partes parietais e frontais da cabeça com o auxílio de facas (Bartel, 2013; Herber, 1923; Park & Boum, 2005), e, por evocar a figura desses dois santos no confronto com os *jnun* nas *liyali* (Crapanzano, 1973).

Essas ações procuram mediar à circulação da *baraka* dos santos (*Sidi 'Ali* e *Sidi Ahmed)* com a presença dos *jnun* nas arenas rituais da *Hamadsha*, o que acaba culminando nos estados de possessão verificados sobre determinados indivíduos. O ordenamento dessas experiências fica, sobretudo, a cargo dos saberes e das ações religiosas constituídas pelos *moqaddemine* que atuam no controle do desenvolvimento das fases rituais durante a execução das *hadrat* ou *liyali*. Em resumo, *Sidi 'Ali ben Hamdouche* e *Sidi Ahmed Dghoughi* formam o legado religioso (tradição) da *Hamadsha*, entretanto, isso também acaba incorporando outras vias de acréscimos como as próprias experiências dos *moqaddemine* ao longo dessas constantes confrontações envolvendo os *jnun.*

Justamente por não fazerem parte de uma linhagem direta (genealogia) com relação aos santos (*awliya*), que orientam suas virtudes e práticas rituais, os *moqaddemine* da *Hamadsha* possuem uma problemática quanto à

---

26 Entendo por tradição, do mesmo modo como Talal Asad (1986: 14), os *"discursos que visam instruir os praticantes a respeito do propósito e da forma correta de uma determinada prática que, precisamente porque foi estabelecida, tem uma história. Esses discursos se relacionam conceitualmente com um passado (quando a prática foi estabelecida e a partir da qual o conhecimento sobre o seu propósito e performance correta foi transmitido) e um futuro (como o propósito daquela prática pode ser mais bem assegurado no curto e no longo prazo ou porque ela deveria ser modificada ou abandonada) através de um presente (como ela é ligada a outras práticas, instituições e condições sociais)"*.

27 Além da *Hamadsha*, podemos citar a existência da *Aissawa*, *Gnawa* e *Jilala* no Marrocos. Cada organização (*ta'ifa*) possui sua história relacionada a vida de um santo (*wali*) específico, o que acaba, de certa forma, constituindo as identidades religiosas de cada uma dessas irmandades.

28 Não disponho de uma cronologia detalhada referente à vida de *Sidi Ahmed Dghoughi.*

ampliação e a distribuição de sua *baraka,* visto que esta somente se encontra disponível a partir da aquisição de novos conhecimentos. São esses conjuntos de saberes que possibilitam um guia de práticas rituais, por parte desses agentes religiosos, aos dilemas colocados como, por exemplo, da agência dos *jnun* na configuração de suas arenas rituais. Assim, a cada nova experiência realizada com sucesso e sobre a égide de uma eficácia diante dos efeitos maléficos dos *jnun,* isso reforçaria o processo de formação da autoridade religiosa dos *moqaddemine* sobre determinados indivíduos por intermédio do reconhecimento de seus poderes.

2. Ritual de possessão e noção de pessoa: a tríade simbólica na constituição das *liyali*[29]

Os indivíduos com infortúnios são responsáveis por expressar, durante algumas fases de desenvolvimento das *liyali,* performances corporais ligados a determinados estados de possessão (*hal* / *jidba*). A exibição desses estágios fornece as informações iniciais que são utilizadas pelos *moqaddemine* na classificação dos *jnun* causadores de malefícios. O segundo passo, se constitui nas ações rituais desses agentes religiosos de se valer da *baraka* dos santos da *Hamadsha* (*Sidi 'Ali* e *Sidi Ahmed*) no combate a esses seres. A eficácia desse ritual exige um ordenamento das experiências de possessão a partir do reconhecimento das agências dos *jnun* sobre as individualidades humanas. Dito de outra maneira, o fenômeno da possessão necessita ser analisado em parceria com a elaboração da dimensão da noção de pessoa.

Se essa temática produz uma categoria construída ao longo de processos históricos, conforme sugere Marcel Mauss (2003), ela também acaba inevitavelmente produzindo relações de alteridade com particularidades culturais (Geertz, 1989b). Neste sentido, a fabricação do que se define como o "eu" e o "outro" possui relação com os usos de determinadas categorias disponíveis ao sistema religioso islâmico[30]. Quanto a esse ponto, me refiro aos termos de intenção (*niya*), intelecto (*'aql*) e de ego (*nafs*) na formação da noção de pessoa durante as experiências de possessão (*hal* / *jidba*) nas *liyali*.

A *niya* equivale às intencionalidades dos indivíduos, expressos sobre a forma de pensamentos ou de ações práticas, diante das situações do cotidiano. Ter uma intenção considerada "correta" é algo que corresponde às condutas a serem perseguidas ou aos elementos de uma vida exemplar dotados de valor entre os muçulmanos. No Marrocos, a expressão popular corrente *"você possui um coração branco"* (*andak l-qalb byad*) indica uma qualidade valorizada aos indivíduos no desenvolvimento de suas interações.

Os *jnun* estão associados à noção de impureza[31] e seu contato inaugura as possibilidades de se ter infortúnios à espreita na vida dos indivíduos. Portanto, as moralidades que envolvem as intenções humanas são tidas como relevantes porque, segundo as crenças locais, elas produzem efeitos de purificação às individualidades. Entretanto, um cálculo utilitarista (*niya* "correta" = purificação e proteção contra as ações de *jnun*) não se aplica de forma tão direta. O efeito que a *niya* adquire na vida dos indivíduos se constitui muito mais em um mecanismo de defesa do que em uma fórmula definitiva quanto a ser ou não atacada por *jnun*. Logo, a

---

29 A interpretação do ritual de possessão coloca um problema metodológico na elaboração do trabalho de campo. Seria impossível determinar os estados mentais dos indivíduos que experienciam tal fenômeno religioso. Entretanto, seria possível a construção de uma imagem (símbolos públicos) com base em um conjunto de sinais (Feriali, 2009). Meus interlocutores sobre essas experiências foram os familiares ligados aos indivíduos com infortúnios provenientes de *jnun*, os membros dos grupos ligados a *Hamadsha* (músicos e *moqaddemine*) e os demais convidados dos familiares que acabam fazendo parte do público desses rituais na vila de *Sidi 'Ali*. Além disso, por causa da duração extensa das *liyali* (alguns desses rituais podem durar períodos médios de 9 a 12 horas), eu não pretendo descrever todos os preparativos que formam esses rituais. As descrições contidas no artigo visam apenas problematizar os efeitos das interações dos *moqaddemine* a partir dos estados de possessão (*hal* / *jidba*) exibidos pelos indivíduos.

30 O que entendo por sistema religioso islâmico são as terminologias, códigos de conduta e os discursos compartilhados entre muçulmanos, mesmo que haja apropriações diferenciadas a partir dos contextos locais.

31 Sob esse aspecto, as impurezas são um elemento desestabilizador da ordem vigente, e os contatos com suas fontes, logo, perigosos, transportam uma carga simbólica que permite que esse fenômeno exerça um poder de coerção social (Douglas, 1976).

niya adquire a metáfora de um vaso comunicante que pode tanto contribuir para o afastamento quanto para a aproximação desses seres no cotidiano.

O termo *'aql* é usado para designar a capacidade de se julgar os fatos da realidade e, muitas das vezes, o seu uso se associa as noções de razão ou de intelecto[32]. A plenitude das faculdades racionais de um indivíduo é um ponto importante na produção de suas interações sociais. Além disso, ter as disposições mentais voltadas para o exercício pleno das condutas religiosas do Islã também proporcionaria um grau de proteção contra as ações dos *jnun* na vida dos indivíduos.

Ataques constantes de *jnun* podem provocar a anulação por completo do *'aql* as individualidades. Tal fato acaba por produzir os fenômenos de possessão temporária na vida cotidiana ou, até mesmo, a explicação e classificação de casos de loucura (*majnoun*) no Marrocos (Aouattah, 1993; 2008). Uma das interpretações correntes durante as *liyali* é a de que os indivíduos que apresentam o estado de *jidba* perdem a racionalidade de si a partir dos ataques mentais de *jnun*, aumentando assim as suas chances e desenvolver infortúnios por intermédio desses seres.

Por último, o termo *nafs* (*anfos* no plural) se aproxima da ideia de *self* / *ego* (Pinto, 2002; 2006) e seria o responsável por prover as forças interiores (ânimos) às individualidades. Infortúnios estão relacionados aos ataques de *jnun* no que *anima* as interações dos indivíduos de uns com os outros. No Marrocos, é comum atribuir às mudanças de comportamento ou de personalidade de um indivíduo em decorrência da ação dos *jnun* no pensamento humano sobre a forma de sussurros (*waswas*). A intenção (*niya*) de um indivíduo pode resistir por algum tempo as investidas de tais seres, mas não podem garantir a eficácia desses ataques constantemente em seu convívio social. Essas ações acabam por reduzir os graus de sociabilidades desse indivíduo, uma vez que os *jnun* procuram se alimentar de seus ânimos. Neste sentido, os *anfos* seriam uma fonte de satisfação dos *jnun* e, ao mesmo tempo, o lócus de deposição dos infortúnios.

Para os *moqaddemine* da *Hamadsha* a tríade composta pela intenção (*niya*), intelecto (*'aql*) e ego (*nafs*) constitui uma estrutura religiosa por onde se pode canalizar a *baraka* dos santos (*awliya*) no combate às forças maléficas dos *jnun*. A posse dessas categorias faz com que os conhecimentos e as ações rituais desses agentes religiosos possam encontrar meios simbólicos para se expressar. Assim sendo, a seção final do artigo explora a dimensão ritual das *liyali* e procura indicar os ordenamentos dessas experiências no que confere ao fenômeno da possessão como elemento de anunciação da condição vivida pelos infortunados.

3. A luta simbólica: processos de cura nas *liyali* da *Hamadsha*

A organização de uma *lila* na vila de *Sidi 'Ali* envolve o pagamento[33] antecipado de um grupo da *Hamadsha* a partir de um acordo[34] prévio com algum peregrino. O período noturno é privilegiado na composição desse ritual devido à crença compartilhada de que as disposições dos *jnun* se manifestam com maiores intensidades durante esse momento temporal. *"A noite é quando eles [jnun] estão mais próximos de nós; e, assim, eles*

---

32 Para uma análise do termo, sugiro a discussão proposta por Eickelman (1985).

33 Por exemplo, um acordo entre um peregrino e uma *ta'ifa* da *Hamadsha* (6 a 8 pessoas) pode gerar a cifra de 2000 a 4000 *dirhams* (MAD) – moeda corrente no Marrocos – (U$ 228 a 455 dólares em novembro de 2012). Todavia, cifras maiores também são possíveis de acontecer. Certa vez, um organizador de *liyali* me relatou que gastou a cifra de 6000 *dirhams* (U$ 682 dólares em novembro de 2012). Na época, o objetivo do peregrino era a contratação desses serviços para por fim as diversas dores no corpo de sua irmã (32 anos, dona de casa, portadora do ensino médio e residente de *Meknes*) atribuídas às ações de *jnun*.

34 Alguns organizadores de *liyali* possuem múltiplos contatos com os grupos associados às diversas confrarias (*tawa'if)* religiosas existentes no Marrocos (*Aissawa*, *Gnaoua*, *Jilala* ou *Hamadsha*). É comum também que determinados grupos tenham o seu "cartão de visita", incluindo número de telefone e, às vezes, e-mail, como forma de divulgar as suas atividades e seus serviços.

podem se revelar melhor", relata um peregrino[35] que organizou uma *lila* para por fim aos infortúnios vividos de sua esposa. Os exemplos etnográficos a seguir procuram de alguma forma interpretações preliminares sobre o processo terapêutico ou de cura (Crapanzano, 1973; Rausch, 2000) da *Hamadsha* durante a elaboração do meu trabalho de campo.

'Ali (36 anos, técnico de eletroeletrônicos, portador do ensino médio e residente de *Meknes*) alugou todo o 2º andar de uma casa disponível em *Sidi 'Ali* para a organização de uma *lila* com o objetivo de banir a infertilidade (incapacidade de gerar filhos) de sua esposa (*Haja*, 28 anos, dona de casa e portadora do ensino médio). O recinto foi organizado pelos familiares[36] de *'Ali* e este, já à noite, se encontrava repleto de convidados (30 ao todo) aguardando a entrada da *Hamadsha*. O grupo havia subido a escada, contida no primeiro andar, tendo o *moqaddim* à frente enquanto que os demais músicos (05 ao todo) o seguiam, um a um, desempenhando os seus ritmos musicais particulares.

A sala, que continha os convidados de '*Ali,* se dividia em duas áreas: a) uma relativa aos músicos, uma vez que o chão dispunha de alguns tapetes para se sentar. Além disso, se encontrava também um braseiro de cerâmica, responsável pela queima dos incensos (*jawi*) – nas cores branca (*byad*) e negra (*khal*) – indispensáveis[37] na constituição das *liyali* e; b) uma relativa às demais pessoas que ocupavam os sofás (armações de madeira com almofadas na cor bege que serviam de acento e de encosto) ao longo das três paredes do recinto. Após alguns minutos de performances musicais, executadas de pé na entrada da sala, os músicos se encaminharam para o seu lugar reservado. *Mohammed* (32 anos, *moqaddim* da *Hamadsha* desde os 26 anos, portador do ensino fundamental e residente de *Rabat*) procurou se fixar em um ponto central do recinto, se estabelecendo de pé sobre um tapete, bem próximo de *'Ali* e de seus demais familiares.

Enquanto os ritmos particulares da *Hamadsha* se desenvolviam através dos músicos, o *moqaddim* realizava movimentos corporais, em sincronia com os sons provenientes dos tambores (*taarijas*[38]), tais como: oscilações com os ombros, braços, mãos e punhos em múltiplas direções, além de alguns pulos no ar tendo ambos os braços rentes ao seu quadril. Em raras ocasiões *Mohammed* balançava a cabeça, mas quando o fazia procurava acompanhar os seus ritmos com o dos tambores. Após um período entre 10-15 minutos, o *moqaddim* finalizou a primeira parte da *lila,* que visava apresentar o grupo diante dos convidados, por intermédio de um movimento advindas de suas mãos o que foi instantaneamente compreendido pelos músicos. Essas pausas, que se repetem muitas vezes ao longo das *liyali*, abrem as sessões de pedidos e de preces dos indivíduos por *baraka* tendo na figura do *moqaddim*, a centralidade dessas ações.

Qualquer indivíduo durante uma *lila* pode expressar o seu desejo de entrar em contato com a *baraka* dos santos (*awliya*) da *Hamadsha* (*Sidi 'Ali ben Hamdouche* e *Sidi Ahmed Dghoughi*) através da exibição de uma quantia[39] em dinheiro ao *moqaddim*. O agente religioso em questão costuma se aproximar dos indivíduos interessados e, assim que recebe uma quantia em suas mãos, pergunta quem irá receber a *baraka;* além de

---

35 Os nomes dos interlocutores, ao longo da construção da pesquisa, serão trocados por mim como forma de preservar as suas identidades.

36 A limpeza do local e a preparação de comidas para os convidados resumem as atividades principais dos familiares na organização das *liyali*.

37 Determinados incensos evocam a presença de *jnun* enquanto que outros são usados como forma de agradá-los (Bartel, 2013). Durante as *liyali*, alguns familiares dos organizadores circulam com os braseiros na frente dos convidados pedindo para que eles inalem parte da fumaça provenientes desses incensos. Até aqui, esses objetos podem adquirir os significados de purificação corporal, mesmo que momentaneamente, tal como se dá com o uso de perfumes (o uso de garrafas de água de rosa fazem parte de todo um circuito religioso presente em diversas cidades e vilas que possuam centros de peregrinação) ou a de comunicação com *jnun,* via a inalação dessas nuvens de incenso (*jnun* são seres forjados do fogo e expressam simbolicamente a sua existência a partir tanto das brasas contidas nos recipientes de cerâmica quanto nas formas de fumaça através da queima desses minerais).

38 Usarei o plural desse instrumento através do acréscimo do "s".

39 As quantias podiam variar entre 20 a 100 *dirhams* (cerca de U$ 2,20 a 11,30 dólares em novembro de 2012). No final de uma *lila*, podia-se arrecadar algo por volta de 1000 *dirhams* (cerca de U$ 114 dólares em novembro de 2012).

inferir sobre quais motivos se estaria buscando o seu contato. *Rachid* (35 anos, funcionário público, portador do ensino médio e residente de *Meknes*) entregou uma nota de 50 *dirhams* e pediu que a prece de *Mohammed* fosse direcionada para sua irmã que estaria, durante os últimos dois anos, desempregada. Tão logo o *moqaddim* repassou a quantia em dinheiro para um dos músicos, ele recitou as seguintes palavras que formariam uma prece, com o intuito de fazer circular e distribuir *baraka*:

Árabe (*Darija*)	**Transliteração**
A sidi[1] *salli 'ala nbiii*	*Ah meu senhor, reze para os profetas*
Salli 'ala nbi... lay j'el l-mahebba hia lokhra	*Reze para os profetas... talvez Deus provenha o amor para a outra vida*
Lah ybellegh l-maqsoud	*Talvez Deus realize a intenção*
Lah yqdi l-gharad	*Talvez Deus realize o objetivo*
Lah yj'el l-mahabba li lah o ykhelsek lah	*Talvez Deus provenha o amor para ele e ele irá pagar você*
Amin amin ...walhamdo lillah arab l'alamin	*Amém amém...que Deus figure nos dois mundos*

A contra resposta de todos no recinto, a cada uma das seis sentenças pronunciadas pelo *moqaddim*, se dava através da enunciação do termo "amém" (*amin*) e com a fixação das palmas das mãos em formato de concha voltadas para si. A posição dessas mãos diante dos rostos dos indivíduos indicava o recebimento de *baraka* por intermédio das preces do *moqaddim*. Cabe salientar ainda que o uso do termo intenção (*maqsoud*) utilizado por *Mohammed* mobilizava a força da providência divina de *Allah* (a partir da metáfora do amor) para a transformação das vidas dos participantes. Entretanto, o valor desta prece ainda careceria contar com a intenção (*niya*) dos indivíduos na construção desses objetivos[40].

De fato, o *moqaddim* não resumiu a eficácia de sua prece em termos de evocação dos santos da *Hamadsha* no auxílio do cotidiano. *Mohammed,* indo mais longe, argumentou que ele próprio seria o canal por disponibilizar, naquela noite, uma fonte de *baraka* poderosa. Mas o acesso a essa fonte, segundo ele, estaria limitado a somente alguns poucos indivíduos localizados no recinto. Com o auxílio do dedo indicador da mão direita, o *moqaddim* acabou apontando para seis sujeitos (dois homens e 1uatro mulheres) presentes na sala e complementou o seu discurso, afirmando que esses indivíduos[41] possuíam uma capacidade de receber estados de *hal* sobre seus egos (*anfos*). *Mohammed* refez a prece (fato que gerou mais quantias de dinheiro para ele durante o ato) e enfatizou a importância da *baraka* dos santos, por intermédio dele, na supressão dos infortúnios. Neste sentido, os benefícios advindos dos estados de *hal* dos santos só poderiam ser alcançados em parceria com a intenção (*niya*) ou o bom julgamento (*'aql*) dos infortunados.

Algum tempo depois, os ritmos musicais da *Hamadsha* voltariam ao recinto pelas mãos do *moqaddim*, mas, desta vez, envolvendo os estados de *jidba* diante de todos. Duas mulheres saltaram de posições distintas dos sofás localizados na sala e, simultaneamente, correram em direção aos músicos. As performances corporais dessas mulheres se resumiam na permanência dos membros inferiores estacionados em um ponto fixo do chão, tendo ambas as pernas bem rentes uma com relação à outra, porém apresentavam movimentações do tronco superior a partir da projeção da cabeça para frente e para trás, com relação ao eixo do corpo. Além disso, os movimentos dessas mulheres ainda incluíam a posição fixa de ambas as faces das mãos na parte detrás das costas ou na altura da lombar.

---

40 Como a irmã de *Rachid* não se encontrava durante a realização da prece de *Mohammed*, caberia a seu irmão a transmissão desses saberes expresso pelo *moqaddim*. *Mohammed* alertou a *Rachid* que a situação de desemprego de *Haja* só poderia ser superada através da passagem desse entendimento proposto por ele ao cotidiano de sua irmã. O uso do *'aql,* na percepção dos meios para solucionar infortúnios, não depende apenas da vontade de *Allah*, mas sim, se encontra em relação direta com a *niya* constantemente elaborada pelos indivíduos. Neste sentido, a *baraka* dispendida pelo agente religioso produziria apenas as possibilidades iniciais para a constituição de um novo ego (*nafs*).

41 *Mohammed* se referia à esposa de *'Ali* que, segundo ele, deveria se apropriar dos estados de *hal* provenientes dos santos da *Hamadsha* como forma de combater os ataques provenientes de *jnun* que, supostamente, estabeleciam a sua condição de infertilidade (mulher estéril). Cabe destacar que a esposa de *'Ali* esboçou, somente na parte final da *lila,* uma manifestação de estágio de *hal* por intermédio das influências do *moqaddim*.

A repetição dessas performances com a cabeça era de tal ordem, que isso não tardou a queda dos véus (*hijab*) dessas mulheres no chão. Essa situação comprovou a anulação da racionalidade (*'aql*) e o arrebatamento dos "eus" (*anfos*) dessas mulheres por *jnun*, uma vez que a conduta islâmica preconiza o resguardo dos cabelos das mulheres em público, sendo somente permitido diante dos parentes masculinos mais próximos (avós, pai e irmãos). Mas ao invés de tal fato ser interpretado como um ato de desrespeito[42] dentro do Islã, até porque uma das mulheres nem portava o *hijab*, o que estava justamente no centro dessas discussões era a capacidade das agências impostas pelos *jnun* na configuração de uma "outra" noção de pessoa em decorrência dos estados de *jidba*.

A estratégia de *Mohammed* se concentrou na intensificação dos ritmos musicais, após a identificação da presença e da agência do *jinn*-feminino conhecido como *Asiha Qandisha*[43]. O aumento dessas cadências rítmicas nas *liyali* possui como finalidade o esgotamento das forças físicas das mulheres, o que, de fato, aconteceu quando ambas caíram no chão após um período entre 15 a 20 minutos provenientes desses estados de *jidba*. Segundo o *moqaddim*, o controle dos ciclos musicais das *liyali* abre um canal de comunicação com os *jnun* onde negociações são possíveis de acontecer. *Mohammed* optou por essa ação porque, segundo ele, a observação sobre o consumo dos ânimos (*anfos*) dessas mulheres serviria de base para as suas interpretações envolvendo as intencionalidades de *Aisha Qandisha* ao longo de sua arena ritual.

O *moqaddim* considerou, portanto, que suas preces não teriam um efeito eficaz sobre os estados de *jidba* apresentadas por essas mulheres, uma vez que *Mohammed* desconfiou das *niyas*[44] de ambas desde suas entradas na *lila*. *"Somente depois que eles* [*jnun*] *estão satisfeitos é que eu posso recitar uma prece ou propor outra coisa"* (no caso, o uso de incensos que visam purificar ou proteger momentaneamente), me relatou *Mohammed* durante um momento de pausa no ritual[45]. Após uma sondagem entre os organizadores da *lila*, o *moqaddim* descobriu que os infortúnios dessas mulheres possuídas pelo *jinn*-feminino eram relativos as dificuldades delas de se encontrar homens disponíveis para a realização de matrimônios[46]. Na visão do *moqaddim*, somente a partir da *baraka* dos santos, e também por intermédio dele, é que se poderia oferecer alguma resistência, mesmo que temporária, para a condição vivida dessas mulheres no que concerne a transformação verificada na noção de pessoa em decorrência das agências de *Aisha Qandisha.*

4. Considerações finais

Os infortúnios expressos publicamente pelos indivíduos durante a elaboração das *liyali* apresentam alguns desdobramentos relevantes aos processos terapêuticos ou de curas da *Hamadsha*. O primeiro deles se refere às tentativas de resolução dos conflitos explicitados por intermédio das ações simbólicas concentradas na figura dos *moqaddemine*. Um exemplo disso ocorre durante a realização das preces onde alguns símbolos se encontram disponíveis para a produção de múltiplos significados entre os participantes das *liyali*. Enquanto *Mohammed* garantia a circulação e transmissão de *baraka* direcionada a um cliente na arena ritual, a maioria

---

42 A noção de desrespeito ocorre a partir das interpretações sobre a *niya* dos indivíduos com relação aos atos desses em público.

43 A figura de *Aisha Qandisha* se encontra bastante difundida no imaginário popular marroquino. Talvez nenhum dos *jnun* existentes no Marrocos possua uma influência tão ampla como a dela (Lebling, 2010). Referências a este *jinn*-feminino podem ser encontradas em diversos pontos do Marrocos e, inclusive, em outras partes do *Magreb* (Akrimi, 2006). Também conhecida por outros nomes como *Lalla Aisha*, *Aisha Sudania*, *Aisha Hamdouchia* (alusão ao título de ser esposa de *Sidi 'Ali ben Hamdouche)* e, até por vezes, como *Aisha Dghoughia* (alusão ao título de ser esposa de *Sidi Ahmed Dghoughi*), esse agente religioso é alvo de culto em grutas, árvores ou fontes de água, principalmente entre as mulheres (Bartel, 2013; Claisse-Dauchy & Foucault, 2005).

44 Usarei o plural desse termo através do acréscimo do "s".

45 Me refiro aos períodos das *liyali* quando determinadas comidas (cuscuz, frangos com legumes, chás, cafés e doces) são oferecidas aos convidados.

46 As dificuldades de se contrair um casamento formam um símbolo dominante (Turner, 2005) aos infortúnios entre as mulheres que visitam a vila de *Sidi 'Ali* (Bartel, 2013).

das mulheres no recinto aproveitavam esses momentos para também receber parte da *baraka* mobilizada pelo *moqaddim*. Isso se verificou através, e, sobretudo, pela permanência delas com os movimentos das mãos abertas em formato de concha. O valor dessas performances garante uma multiplicidade de motivações no lido com as formas simbólicas disponíveis por parte de alguns convidados.

Quanto ao segundo, referente aos ordenamentos das experiências de possessão (*hal / jidba*), o condicionamento ou a alteração da noção de pessoa desenvolvida pelos indivíduos nas *liyali* fornecem um modelo para se pensar os circuitos de transmissão de *baraka* dos santos atuante da *Hamadsha* (*Sidi 'Ali ben Hamdouche e Sidi Ahmed Dghoughi*). Assim, a figura dos *moqaddemine* exerce uma autoridade por intermédio desses santos, visto o conjunto de afirmações utilizadas, a capacidade de influenciar indivíduos e a estrutura organizacional disponível (Barth, 2000). Em resumo, tais situações garantem um sistema eficaz ao ordenamento das experiências associadas à problemática dos infortúnios e as atribuições e responsabilidades vinculadas às ações desses agentes religiosos.

5. Bibliografia

AKRIMI, S. (2006), "Et Dieu créa Aïcha Qondicha: femmes sacrées et femmes maléfiques dans le maraboutisme tunisien". *Le Portique*, Disponível em http://leportique.revues.org/899, [consultado em 10-12-2012].

AOUATTAH, A. (1993), *Ethnopsychiatrie maghrebine: representations et therapies traditionnelles de la maladie mentale au Maroc*, Paris: L'Harmattan.

_____. (2008), *Interpretations & traitements tradicionnels de la maladie mentale au Maroc*: pour une psychiatrie "culturelle" marrocaine, s/local: Okad.

ASAD, T. (1986), *The Idea of an Anthropology of Islam*, Washington, D.C, Center for Contemporary Arab Studies: Georgetown University.

BARTH, F. (2002), "An Anthropology of Knowledge". *Current Anthropology*, 43 (1), pp. 1-18.

_____. (2000), "O guru e o iniciador: transações de conhecimentos e moldagem da cultura no sudeste da Ásia e na Melanésia". In F. Barth (ed.), *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*, Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, pp. 141-165.

_____. (1975), *Ritual and Knowledge Among the Baktaman of New Guinea*, Oslo, Universitetsforlaget and New Haven: Yale University Press.

BARTEL, B. F. (2013), *A ambiguidade do sagrado: o culto a Aisha Qandisha na vila de Sidi 'Ali, Marrocos*. Dissertação de Mestrado, Niterói: Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense.

BOUDJENOUN, M. (2009), *Djinns & Démons*: *Selon le Coran et la Sunna*, s/local: Tawhid.

CLAISSE-DAUCHY, R. (1996), *Médecine tradionnelle du Maghreb: rituels d'envoûtement et de guérison au Maroc*, Paris: L'Harmattan.

CLAISSE-DAUCHY, R. & FOUCAULT, B (2005), *Aspects des cultes féminins au Maroc*, Paris: L'Harmattan.

CORNELL, V. J. (1998), *Realm of the Saint: power and authority in Moroccan Sufism*, Austin: University of Texas.

CRAPANZANO, V. (1973), *The Hamadsha*: *a Study in Moroccan Etnopsychiatry*, Los Angeles: University of California Press.

DOUGLAS, M. (1976), *Pureza e Perigo: ensaio sobre a noção de poluição e tabu*, São Paulo: Editora Perspectiva.

EICKELMAN, D. F. (1985), *Knowledge and Power in Morocco: The Education of a Twentieth Century Notable*, Princeton: Princeton University Press.

FERIALI, K. (2009), *Music-induced spirit possession trance in Morocco: implications for anthropology and allied disciplines*. Dissertation, Florida: Graduate School of Arts and Science, University of

Florida.

GEERTZ, C. (2004 [1968]), *Observando o Islã. O desenvolvimento religioso no Marrocos e na Indonésia*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1989a [1966]), "Religião como sistema cultural". In C. Geertz (ed.), *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro: LTC, pp. 101-142.

_____. (1989b [1966]), "Pessoa Tempo e Conduta em Bali". In C. Geertz (ed.), *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro: LTC, pp. 225-277.

GELL, A. (1998), *Art and agency: an anthropological theory*, Oxford: Clarendon.

GOLDMAN, M. (1984), *A Possessão e a Construção Ritual da Pessoa no Candomblé*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

HELL, B. (2002), *Le tourbillon des génies,* Paris: Flammarion.

HERBER, J. (1923), "Les Hamadcha et les Dghoughiyy". *Hesperis*, (3) pp.217-235.

LEBLING, R. (2010), *Legends of the Fire Spirits: Jinn and Genies from Arabia to Zanzibar*, London: I.B.Tauris.

LAMBEK, M. (1981), *Human spirits: a cultural account of trance in Mayotte,* Cambridge studies in cultural systems, Cambridge: Cambridge University Press.

LEVI-STRAUSS, C. (2012 [1949]). "A eficácia simbólica". In C. Lévi-Strauss (ed.), *Antropologia estrutural*, São Paulo: Cosac Naify, pp. 265-291.

MAAROUF, M (2007), *Jinn Eviction as a Discourse of Power: A Multidisciplinary Approach to Moroccan Magical Beliefs and Practices*, Islam in África (8), Leiden & Boston: Brill.

MAUSS, M. (2003 [1938]), "Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de 'eu'". In M. Mauss (ed.), *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac naify, pp. 369-397.

MUNSON JR, H. (1993), *Religion and Power in Morocco*, New Haven and London: Yale University Press.

NABTI, M (2010), *Les Aissawa. Soufisme, musique et rituels de transe au Maroc,* Paris: L'Harmattan.

NJOKU, R. C. (2006), *Culture and customs of Morocco,* Culture and customs of Africa, Westport: Greenwood Press.

PARK, T. K. & BOUM, A. (2005), *Historical Dictionary of Morocco*, Historical Dictionaries of Africa, 95, Toronto & Oxford: The Scarecrow Press.

PINTO, P. G. H. R. (2002), *Mystical Bodies*: *Ritual, Experience and the Embodiment of Sufism in Syria*. PhD, Boston: Graduate School of Arts and Science, Boston University.

_____. (2006), "Sufism, Moral Performance and the Public Sphere in Syria". *Revue des Mondes Musulmans et de la Mediterranée,* 115, pp. 155-171.

RABINOW, P. (1977), *Reflections on Fieldwork in Morocco*, Berkeley: University of California Press.

RAUSCH, M. (2000), *Bodies, Boundaries and Spirit Possession*: *Moroccan Women and the Revision of Tradition*, Bielefeld: Transcript.

TAMBIAH, S. J. (1985), "A performative approach to ritual". In S. J. Tambiah (ed.), *Culture, Thought and Social Action*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, pp. 123-166.

TURNER, V. (2005 [1967]), *Floresta de símbolos*, Niterói: EdUFF.

WESTERMARCK, E. (1968 [1926]), *Ritual and Beliefs in Morocco*, New York: New Hyde Park, (I) & (II).

(Footnotes)

1 O termo *Sidi* no Marrocos é usado para se fazer referência a um santo (*wali*). No caso, não pude determinar o nome do santo evocado na prece.

Cura espiritual: a experiência dos frequentadores não espíritas na Instituição Espírita de Caridade Nosso Lar, em Montes Claros, Minas Gerais

Cristiane Martins Gomes
Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES
Programa Institucional de Bolsas de Incentivo a Docência – PIBID - Unimontes/CAPES
cristiane.unimontes@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho é uma analise da experiência de frequentadores não espíritas que buscam a cura espiritual como um caminho para resolver seus problemas, físicos, psíquicos e espirituais.A pesquisa foi realizada na Instituição Espírita de Caridade Nosso Lar na cidade de Montes Claros, no norte de Minas Gerais. Procurou-se explorar na pesquisa o impacto da cura espiritual vista por pessoas que não se declaram espíritas, mas que usufruem da cura espiritual como solução para resolver seus problemas. Não se pretendeu com a pesquisa evidenciar o espiritismo, mas sim mostrar quem são as pessoas que fazem uso de tratamentos espíritas, sejam elas pertencentes ou não a algum credo religioso. O que importou foi entender a visão das pessoas que buscam pela cura espiritual não sendo espíritas. Com base nos objetivos propostos, foram analisadas três questões principais: o motivo que levou os não espíritas até a Instituição Espírita de Caridade Nosso Lar; as mudanças percebidas por eles em sua fé; e a necessidade de saber se a cura espiritual realmente trouxe algum benefício às pessoas que procuraram estes meios alternativos e se o tratamento recebido provocou nelas mudanças religiosas e ou espirituais. Para tanto a pesquisadora valeu-se de um questionário especialmente desenvolvido para essa investigação, aplicado a cerca de 40 não espíritas que frequentaram o centro espírita em estudo durante os anos de 2013 e 2014, sendo feita uma leitura critica dos dados surgidos do levantamento das respostas ao questionário.

Palavras-chave: Cura espiritual. Não espíritas. Experiência.

Abstract: This present work is an analysis of the experience of non-spiritists goers who seek spiritual healing as a way to solve their problems, physical, psychological and spiritual. The survey was conducted in the InstituiçãoEspírita de CaridadeNosso Lar, in the city of Montes Claros, in the north of the state of Minas Gerais. It was sought to explore in this research the impact of the spiritual healing seen by people who do not declare themselves spiritists, but enjoyed the spiritual healing as a solution to solve their problems. It was not intended with the research to put evidence on Spiritism, but to demonstrate who are the people who make use of spiritists treatments, whether or not belonging to any religious creed. What mattered was to understand the vision of those people who seek spiritual healing being not spiritists. Based on the proposed objectives and hypotheses, three main issues were analyzed: the reason that led non-spiritists to the InstituiçãoEspírita de CaridadeNosso Lar; the changes perceived by them in their faith; and the necessity to know if the spiritual healing really brought some benefit to people seeking this alternative means and if the treatment they received caused in them religious or spirituals changes. To achieve that the researcher drew on a specially developed questionnaire for this investigation, applied to about 40 non-spiritists who attended at the spiritist center under study during the years 2013 and 2014. It was also done a critical reading of data arising from the survey of responses to the questionnaire.

Keywords: Spiritual Healing. Nonspiritists.Experience.

1 Introdução

Baseado na dissertação final apresentada ao curso de mestrado em Ciências da Religião, a cura espiritual passou a ser analisada como uma alternativa na cura de doenças, dores e sofrimentos, sobretudo pela perspectiva dos não espíritas. Esta escolha se justificou por perceber a escassez de estudos concretos que demonstrassem como a cura espiritual foi interpretada por estes indivíduos ou como esse processo interferiu no modo de ver sua crença primária.

Para se chegar a uma conclusão mais embasada, passou-se a analisar a realidade norte mineira, mais especificamente na cidade de Montes Claros, tendo como unidade de apoio a Instituição Espírita de Caridade Nosso Lar (IECNL), na qual a presença de pessoas de outras religiões em busca da cura espiritual vem se mostrando regular.

Cabe aqui ressaltar que a importância desta pesquisa residiu no fato de que alguns pesquisadores já tentaram evidenciar a cura espiritual, porém não se tinha conhecimento de que houvesse pesquisas no contexto social norte mineiro, visando identificar quem são as pessoas que vão em busca da cura espiritual nas casas espíritas. Tampouco se sabia se elas seriam ou não seguidoras dessa doutrina.

Todavia, ressalta-se que não se pretendeu com esta pesquisa evidenciar o espiritismo, mas sim mostrar quem são as pessoas que fazem uso de tratamentos espíritas, ou seja, o objeto da dissertação foi analisar os impactos da cura espiritual na religiosidade dos não espíritas.

2 Situando o espiritismo norte mineiro pela perspectiva histórica

O Espiritismo, ao contrário das doutrinas das Igrejas cristãs católicas e evangélicas, coloca no centro de suas crenças e práticas a visão da morte e, principalmente, do pós-morte, enquanto que nas Igrejas cristãs a ênfase é posta na ressurreição. Assim sendo, no espiritismo, o elemento distintivo é a reencarnação (Lewgoy, 2000;Arruda Filho, 2010).

Allan Kardec (2010) utiliza a Bíblia para tecer provas sobre a existência da reencarnação ao tomar como ponto de partida as palavras do próprio Jesus, quando disse a Nicodemos «Em verdade, em verdade te digo: quem não nascer do alto, não poderá ver o Reino de Deus» (Jo, 3:3). Segundo sua interpretação [e dos espíritas], nascer de novo representa a reencarnação e explica.

> [...] Se a crença na reencarnação fosse errada, Jesus não teria deixado de combatê-la, como combateu tantas outras; longe disso, ele a sancionou com toda a sua autoridade e a afirmou como condição necessária [...] (Kardec, 2010a: 99).

Conforme expôs Kardec (1992) o termo espiritismo não se confunde com espiritualismo, pois apesar de serem definidos como sinônimos, o espiritualismo, cujo dogma é seguido pelos denominados espiritualistas, pode ser toda e qualquer pessoa que acredita na existência de Deus (independente da forma representada) e, portanto, dependendo da crença, pode-se colocar contrário ao materialismo espiritual. Já, o espiritismo tem o materialismo como sua característica principal, ou seja, ele se fundamenta não apenas na existência de espíritos, mas na possibilidade de comunicação intra-mundos.

Historicamente, ressalta-se que foram justamente estas filosofias defendidas por Kardec que deu origem ao processo de institucionalização do kardecismo, sendo o marco dessa institucionalização a criação da Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas (SPEE), o qual, de acordo com Betarello (2010) citado por Bueno e Luz (2010), foi o primeiro Centro Espírita do mundo, que serviu de base para outras instituições, bem como, de controle e preservação de seus aspectos doutrinários, possibilitando a disseminação da ideia do espiritismo para outros países.

O Espiritismo, de acordo com Arribas (2013), tomou proporções no Brasil a partir do século XIX por ter ascendência europeia. Trouxe consigo certo prestígio, sendo que tal ascendência do espiritismo no país teve

eficácia com a força ideológica de Bezerra de Menezes[1] que na época buscou firmá-la como religião, pois entendia que só assim conseguiria derrubar as diversas barreiras políticas e jurídicas que envolviam essa religião no país.

Entretanto, analisando a formação cultural religiosa na história é possível observar o quanto o Brasil diferençou e se tornou um país de múltiplas culturas. Um exemplo que pode ser citado ocorreu em meados do século XX, mais precisamente em 1940, em que os católicos ainda perfaziam um total de 95% dos declarantes católicos, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012).

Recentemente, conforme mostram dados apresentados por Negrão (2008), o qual, por meio das estatísticas demonstradas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), informa que o catolicismo estaria sendo representado por 73% dos brasileiros evidenciando, assim, a ascensão de outras religiões, bem como o aumento dos que se declaram sem religião.

Conforme evidencia Lewgoy (2003: 31), os sem religião são «os espiritualistas não organizados, os ateus declarados e as pessoas com variadas simpatias, mas sem afiliação explícitas». Para Stoll (2004: 182), dentro dessa lista incluem também «aqueles que inventam o seu próprio 'cardápio de credos e práticas', desvinculando-se, dessa forma, de marcas de pertencimento definidas».

Igualmente, os dados do IBGE (2012) demonstraram que o aumento de espíritas foi mais expressivo no Sudeste, cuja proporção passou de 2,0% para 3,1% entre 2000 e 2010, sendo Minas Gerais considerada pela pesquisa como o terceiro maior Estado com população espírita, perdendo apenas para o Rio de Janeiro e São Paulo. Entretanto, ainda assim, Minas Gerais passa a ter maior predominância na influência da disseminação da religiosidade, tanto que pesquisadores como Lima (1946), Souza Junior (2007), Silva (2008) e Silva (2012) falam da representatividade da mineiridade na expressão do espiritismo no Estado.

Souza Junior(2007) considera que todas essas mudanças nos moldes da cultura e da crença religiosa, tendo por destaque o aumento da representatividade da religião espírita, se configurou, sobretudo, sobre o processo de mineiridade, especialmente, pelas particularidades da formação cultural do povo mineiro.

Essa condição da mineiridade se firmou, segundo Lima (1946), porque Minas Gerais é a patrona da conservação da cultura e dos bons costumes, sobretudo, na defesa do patrimônio religioso e, portanto, possui uma identidade reservada no processo de defesa de suas crenças. Para Silva (2008: 32) «existe uma 'concepção mineira' de vida, ou, um 'humanismo', uma 'alma mineira' talhada pela mão divina», e isso seria uma forma de Minas Gerais retribuir a caracterização do espiritismo pelo seu desenvolvimento.

Silva (2012) citado por Isaia e Manoel (2012: 35) advoga, por sua vez, que essa identidade particularizada se estabeleceu, sobretudo, com a formação da sociedade mineira, que se configurou por muito sofrimento e sacrifícios e, portanto, compreende que «quando falamos em mineiridade estamos nos referindo às representações, frutos dos mitos construídos em torno do povo mineiro que reafirmam uma identidade, obviamente, mitificada».

Esta mineiridade espírita se confirma, segundo Silva (2012), especialmente, com o apoio de um dos maiores precursores dessa religião, o médium Chico Xavier, o qual transformou cidades de minas através da difusão e melhor adaptação da doutrina espírita para adequar-se a atender essa personalidade mais sofredora e dotada de sacrifícios.

Montes Claros é um exemplo clássico de características híbrida baiana e mineira, tendo em vista, principalmente, sua cultura e a crença popular de sua população, e isso pode ser confirmado através das várias festas religiosas que a cidade tem como tradição, festas estas que envolvem fé em santos e ao mesmo tempo mescla características da cultura negra (Pereira, 2013).

Isto pode ser confirmado por Mendes (2004) ao apresentar um estudo que avalia a cultura da música regional e da religiosidade em Montes Claros, sobre a perspectiva da analise da festa dos catopés, o qual explica muito bem esse hibridismo religioso que também torna viva as características culturais do norte de minas.

---

1 **Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti,** mais conhecido como **Bezerra de Menezes**, foi um médico, militar, escritor, jornalista, político, filantropo e expoente da Doutrina Espírita, conhecido também como *O Kardec Brasileiro* e *O Médico dos Pobres*. Nasceu em Jaguaretama - **CE** em 29 de agosto de 1831 e viveu até 11 de abril de 1900 (Arribas, 2013).

Essas características mostram, portanto, a variação católica influenciada principalmente por outras religiões dotadas de personalidade místicas, como é o caso do espiritismo. Religião esta que, apesar de não ser de grande contingente na região, já possui muita influência principalmente na cultura da cidade que hoje já apresenta, por exemplo, mais de 20 instituições espíritas registradas junto a AME de Montes Claros, à Aliança Municipal Espírita de Montes Claros e noConselho Regional Espírita da 4ª. Região. Contudo, este não é um dado definitivo, pois a exemplo da Instituição Espírita de Caridade Nosso Lar, existem ainda muitas instituições que não se inscreveram, por motivos particulares, juntoà AME (Arruda, 2014).

Tais fatos mais uma vez demonstram a expansão da religião espírita no Brasil, bem como no Norte de Minas. E assim, ao se avaliar o espiritismo sobre o ponto de vista histórico e evolutivo, tem-se que a predominância é a da religiosidade.

Essa adaptação da religiosidade pode ser representada pelo que Camargo (1961) denomina de *continnum*, pois a seu ver o Espiritismo representaria uma estrutura "de mediação" entre outras tradições religiosas. Segundo Camargo (1961: 78), neste processo tem-se observado o que se identifica como o "*continuum*" mediúnico, ou seja, o fato é que a multiplicidade da cultura dos povos faz constantemente com que as crenças se misturem de forma a dar continuidade aos preceitos iniciais das doutrinas, de forma que elas se adaptem às necessidades de cada época e sociedade e, com isso, passem a estar em voga também com o espiritismo popular.Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Betarello(2010: 39) citado por Bueno e Luz (2010) interpreta que o *continuum* se codifica em uma «simbiose doutrinária e ritualística».

Cabe aqui ressaltar que esse efeito *continuum*mediúnico ainda abarca as outras religiões, pois, apesar de terem diversos sentidos e significados, a grande maioria se converge a um mesmo fim, ou seja, tentar responder as diversas indagações, angustias e desejos da necessidade humana (Stoll, 2004).

Observa-se que a principal diferença entre esta doutrina espírita e a maioria das demais religiões é sua crença na possibilidade de comunicação entre o mundo corporal e o mundo espiritual, entendida como uma espécie de transcendência, a qual, de acordo com Betarello (2010), seria o ponto de ligação e abertura para que pessoas de outros credos façam uso do principal objetivo dessa religião sem afetarem as suas crenças, isto é, as curas espirituais.

Para Rose (2005) é justamente o modelo do *contínuum* espiritual que faz com que se aceite o *contínuum* terapêutico como prática da saúde existente na contemporaniedade, acabando por aceitar mais expressivamente a interveção espiritualista no processo de cura ou tratamento de doenças.

Todas estas religiões que se exercem pela condição da cura espiritual-terapêutica formam, segundo Camargo (1961) e Rose (2005), um *continuum* que exerce influência sobre seus polos: espiritual e terapêutico. Assim, sob esta perspectiva, trazendo esta teoria para o campo da cura espiritual no espiritismo, pode-se dizer que este processo intervencionista seria um estado de modificação da consciência de forma que ambos se influenciam e, portanto, ambos podem ser meios a se chegar à cura, relacionando-se ou não.

Rose (2005) compartilha com a ideia de Rabelo (1993) quando explica a noção de cura de forma mais ampliada. Corrobora também com a ideia de Tramonte (2012) citado por Isaia e Manoel (2012), posto que esta envolve tanto a dimensão material quanto a espiritual, as quais podem ser exercidas em quatro níveis: físico, mental, emocional e espiritual e, portanto, a cura se exerce como forma de equilibrar as dimensões, bem como, entre o ser e o divino.

Portanto, não seria incorreto dizer que dentro das condições da diversidade brasileira, no que se refere também à religiosidade, as ditas novas religiões se tornam cada vez mais comuns, isso porque, segundo Valle (2002), a religião tem uma função reordenada de identidades, ou seja «os indivíduos parecem experimentar processo de busca que afetam sua emoção, seus valores e seu comportamento, reconcentrando-os, de alguma forma, no religioso e no espiritual» como consequncia disso «o religiosos exerce, além disso, uma função de inserção e/ou reinserção do indivíduo em um grupo, respectivamente em um meio sociocultural motivador e dotado de sentido» (Valle, 2002: 60-61).

Mendes (2012: 25) permite compreender que isso ocorre porque a dimensão do ser humano implica uma "expressão de sentimentos", muito importantes para se desenvolver uma vivência individual de qualidade, ou seja, por meio de uma interação com o meio ambiente, com os outros e com um Ser Supremo, a espiritualidade é capaz de dar um sentido para a vida.

Como consequência da influência cultural à crença religiosa, Stoll (2003) compreende que são motivos como estes, de desespero dos cidadãos, que o espiritismo brasileiro ganhou sua própria identidade, posto que no Brasilsedádestaque à sua função terapêutica, comopode ser comprovado pela passagem de Bastide (1960: 434): «o Espiritismo praticado nos Centros espíritas no Brasil responde, antes de tudo, ao desejo de saúde física e espiritual». Sob a mesma linha de pensamento Damásio (1994) inStoll, (2003:152) enfatiza que «a prática de tratamento da saúde dos vivos pelas entidades desencarnadas não ocorre com a mesma intensidade na França».
Cabe ressaltar que vem aumentando proporcionalmente à adesão à dupla religiosidade e que a multiplicação de religiões e mistura de crenças no Brasil se justifica pela existência de alterações significativas neste cenário (Andrade, 2009). Sobre isso Betarello (2010) citado por Bueno e Luz(2010) explica que,

> No caso do espiritismo, uma pessoa pode frequentar indefinidamente um centro sem aderir ao grupo ou mesmo conhecer a própria doutrina. Pode inclusive, continuar nominalmente filiado a outra religião, o que normalmente ocorre com os católicos que frequentam os centros espíritas (Betarello, 2010, citado por Bueno e Luz, 2010: 177).

Silva (2002) lança o seguinte questionamento: «onde mais, senão no Brasil, é possível ser católico, judeu ou protestante e mesmo assim acreditar em reencarnação?». Segundo o referido autor, a resposta para essa pergunta se encontra em uma pesquisa realizada pela Vox Populi[2], publicada pela revista Veja em julho de 2000, a qual mostrou a elevação do número de pessoas que se consideram seguidores de duas ou mais crenças e religiões.
Nesse sentido, permite-se dizer que o número de adeptos ao espiritismo passa a ser ainda maior que a quantificada anteriormente, pois, conforme explica Medeiros (2010), vem sendo cada vez mais acentuada nas mídias a presença de fiéis católicos, protestantes e sem religião, confiantes nos valores positivos, nas vantagens e nas funções que permeiam a cura espírita.

3 Métodos e técnicas de pesquisa

Tendo em vista que essa pesquisa foi direcionada para a questão sociocultural, a qual envolveu frequentadores da religião espírita na cidade de Montes Claros, Minas Gerais e, levando em consideração o objetivo aqui proposto, os procedimentos necessários à coleta e análise de dados pertinentes ao estudo, utilizou a tipologia da pesquisa exploratória-descritiva de natureza qualitativa.
Exploratória porque visou proporcionar maior familiaridade com um problema, no sentido de torná-lo explicito (Silva& Menezes, 2005).
Descritiva porque esta tipologia tem como objetivo proporcionar o conhecimento das «características de determinada população, ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis», bem como, realizar um levantamento das opiniões, atitudes e crenças de uma população (Gil, 2010: 54).
Quanto à natureza qualitativa, Goldenberg (1999) esclarece que esse tipo de pesquisa permite um aprofundamento da compreensão de um grupo social, bem como, permite responder questões muito particulares de uma realidade.
Para isso, fez-se um extenso trabalho de campo desenvolvido por meio de entrevistas semi-estruturadas. Os convidados a participar da pesquisa foram informados quanto ao objetivo da mesma, ficando demonstrado o respeito à sua autonomia na escolha em participar.
Seguindo as determinações metodológicas, todas as entrevistas foram aplicadas após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cuja coleta de dados foi efetivada respeitando a autonomia dos mesmos e para garantir a confiabilidade das informações.

---

2 Empresa brasileira especializada em pesquisas de opinião. A empresa foi fundada em fevereiro de 1984 e tem sede em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A presente pesquisa contou com a participação de 40 pessoas com mais de 18 anos de idade, que frequentaram a IECNL no período desta pesquisa.

4 Perfil dos participantes

A pesquisa tomou por informações iniciais: idade, sexo, naturalidade, profissão, escolaridade, religião e tempo de frequência à instituição.
Essas informações, apesar de não terem caráter classificatório, se mostraram representativas para um melhor conhecimento de cada participante. E assim, considerou-se que 55% dos participantes da pesquisa são do sexo feminino, tendo uma predominância de 47,5% para as idades de 20 a 40 anos e 15,0% para a idade acima de 60 anos.
Destes participantes, 95,0% residem em Montes Claros, embora tenha aqueles que sempre visitam a instituição quando vêm à cidade. Estes participantes exercem as mais variadas profissões, como comerciantes (32,5%), funcionários públicos (20%), empresários (7,5%), profissionais liberais (17,5%), autônomos (5,5%), aposentados (10%) e estudantes (10%), tendo grau de escolaridade tendente para os graus superiores de graduação e pós-graduação, o que mostra um grau de entendimento intelectual suficiente para compreensão do tema tratado.
No que se refere às informações diretamente ligadas ao tema proposto percebeu-se uma variedade de crenças que tenderam para o catolicismo e os que não possuem religião, perfazendo, respectivamente, uma proporção de 35,0% e 17,5% dos participantes. A pesquisa ainda contou com a participação dos que se definem como protestante, equivalendo a 12,5%, e os espíritas, com uma prevalência de 22,5%, além dos que se declararam com dupla religiosidade, ou seja, 12,5% dos participantes disseram ser católicos e espíritas ao mesmo tempo.
Destes participantes, 45,5% frequentam a instituição a menos de 1 ano, outros 30,5% frequentam a instituição entre 1 a 10 anos e outros 24,0% frequentam a instituição a mais de 10 anos.

5 Resultados

Dos 40 participantes 10 afirmaram ser espíritas, 5 foram motivados pela busca da cura de uma enfermidade (V.F.R.S., M.E.D.F., I.M.C., J.E.F. e M.C.), outros disseram que se motivaram pela própria fé na religiosidade espírita (M.A. e A.F.V.) e a qualidade da instituição foi o que motivou A.P.A. Já M.O. considerou sua motivação fundamentada no próprio sofrimento, enquanto A.C.F.P. condicionou sua motivação à busca do próprio bem-estar espiritual. Em todos os casos, foi possível perceber que os entrevistados creem na cura espiritual, tendo, inclusive, alguns relatos dessa intervenção. Além disso, ficou evidenciado que todos obtiveram algum benefício em tempos diferenciados, sendo que a maioria obteve resultados imediatos. Fica implícito ainda, que para vários entrevistados, os benefícios foram muitos.
Analisou-se que do total de participantes, 14 se consideram católicos, ainda que frequentem uma instituição espírita, justificado a busca pela cura espiritual como condição que os levaram até a instituição. Assim, quando se buscou compreender se alguém já havia tido algum benefício, apenas L.O.F. não fez relatos, mas deixou esclarecido em respostas anteriores que conseguiu atingir o objetivo que buscava.
Além disso, 5 (cinco) dos participantes se consideram protestantes seguidores da igreja evangélica e que relataram que perceberam mudanças em si mesmos, tendo em vista que todos acreditam que quem faz a cura nesse processo de cura espiritual é Deus.
Com base nos dados, considerou-se ainda que 4 dos participante, se declaram como sem religião, 03 se consideram espiritualistas, e outros 4 disseram ter dupla religião, sendo que todos afirmaram que acreditam em cura espiritual.
De acordo com as informações descritas, considerou-se que a IECNL é visitada e seguida por pessoas das mais diferentes raças, classes sociais e, principalmente, com variadas crenças religiosas, porém com prevalência da religião católica.

Evidenciou-se também que são várias as pessoas que se definem com dupla religiosidade, ou sem religião, ainda que pertencessem inicialmente a religião católica como de origem.
Analogamente, não se pode considerar que estas condições sejam realidade de uma coletividade maior. Mas ainda assim, considera-se que o importante neste caso, é observar o quanto as pessoas de outras religiões passam a buscar na cura espírita respostas e resoluções para seus problemas pessoais. Tanto que a maioria dos que frequentam a IECNL são pessoas de outras religiões, e que mesmo assim, acreditam na capacidade da espiritualidade em suas vidas e no poder dos espíritos, passando a considerar que aquela marca de ressurreição imposta pela religião católica vem sendo vislumbrada com outra possibilidade de se acreditar na reencarnação.
Além disso, deve-se considerar que os participantes que se intitularam como espiritualistas não foram classificados como Espíritas (que seguem todos os preceitos doutrinários do espiritismo), pois, de acordo com Oliveira e Frazili (2012: 65) a espiritualidade pode ser determinada como «uma propensão humana na busca do significado para a vida, que pode ou não incluir uma participação religiosa formal», considerando que nem sempre a espiritualidade é definida como sinônimo de espiritismo ou mesmo como sinônimo de religiosidade, o que compartilha com o pensamento de Kardec (1992).
De todo modo, considera-se que a diversidade aqui foi fundamental para se considerar que a opção por frequentar uma instituição espírita, não dependente da religião, mas da solução de problemas que necessitam de cura.
Assim, espírita ou não, os pesquisados que foram pela primeira vez na IECNL, por algum motivo acreditavam nos acontecimentos espíritas do local, como aconteceu, por exemplo, com M.F.M.C., cujo motivo de frequentar a Instituição foi "a melhora visível do marido".
Destaca-se que os participantes informaram, em sua maioria, que continuam seguindo suas religiões de origem, mas que acreditam no poder dos espíritos, e, portanto, no poder do espiritismo. Daí ressaltar o esclarecimento de Kardec (2005: 19), de que «basta simpatizar com a ideia para ser espírita», pois o espiritismo é algo natural que está enraizado nas pessoas, bastando conhecer melhor a religião para dar "causa" à aceitação de seus conhecimentos.
Com base no próprio sofrimento, alguns participantes tidos como espíritas buscam pelo bem-estar espiritual como fundamento.

> E o que mais poderia ser? o que nos faz sair em busca da oração é o sofrimento real que bate em nossa porta vindo de nós mesmos, o sofrimento tem mil motivos, é quando percebemos que precisamos de ajuda, e buscamos alguém que sabe curar, e ao orar pedi para todos; é um canal aberto com Deus (M.O., 2014).
> O que me motivou foi a fé na espiritualidade, a crença na existência de seres superiores que auxiliadas pelo mestre maior promovem curas e inúmeras ajudas para aqueles que precisam (A.F.V., 2014).

Isso vem a confirmar as ideias apresentadas por Silva (2005), permitindo compreender que o espiritismo está atrelado à condição de qualidade de vida e de bem-estar, pois a doutrina espírita age como um elemento controlador das grandes emoções, estimulando principalmente hábitos saudáveis.
Como se pode perceber, todas as motivações convergem para a compreensão de que todos acreditam na possibilidade da cura espiritual, mesmo que indiretamente, pois mesmo não compreendendo que ao buscar uma cura física, o indivíduo estará buscando também a cura para o espírito, ou vice-versa.
Observa-se que as pessoas que frequentam a religião espírita, seja por crença ou por necessidade, cuidam da dimensão espiritual e que esse seja sempre o principal objetivo, pois acreditam ser esta uma forma de atingir o equilíbrio entre o corpo e a mente, como explanou M.O. e E.A.A., ao externar a crença na cura espiritual, além do evangélico P.M.S. afirmando que:

> A certeza é absoluta, simplesmente desaparece o que te afligia no corpo e na alma. E isso não precisa ser comprovada, basta que cada um saiba exatamente o que foi recebido, para sua cura (M.O., 2014).

> Sim, presenciei e vi que Deus é o nosso maior médico e sempre dá o Dom a algumas pessoas especiais como essa Dona Cida para curar pessoas seja com doença mental, com doença física ou mesmo com doença espiritual (E.A.A., 2014).
>
> Sim, pois, acredito em Deus, vim parar aqui para receber o que ainda não consegui na minha igreja. Para muitos eu não deveria ter vindo, mais o importante é a crença em Deus (P.M.S., 2014).

Estes são fatos confirmadores de que a fé na religiosidade ou na espiritualidade as vezes é suficiente para a cura, pois, apesar de as vezes acontecer fatos que até a medicina não explica, ficando claro que a fé, a crença e a confiança que as pessoas passam a ter em si mesmas e nos eventos trazidos pela religião espírita são essenciais para que a dimensão espiritual seja atingida de modo a influenciar o equilíbrio de outras dimensões. Na opinião de Novaes (1999) isso acontece porque a doença é um elemento da rede psíquica que, por sua vez, se interliga a alma e ao corpo ao mesmo tempo. Para Kardec (1992: 257) «é o laço que une o espírito à matéria do corpo, sendo tirado do meio ambiente, do fluido universal; contém ao mesmo tempo, eletricidade, fluido magnético e, até a matéria inerte», ou seja, é como se a energia fosse então vital para as pessoas.

Na verdade, todos esses comentários e relatos só vêm a reforçar que as experiências vividas na Instituição em estudo permitem compreender que os seus participantes acreditam nas possibilidades do espiritismo ser conduzido como uma religião, que tem como principio a cura espiritual, a qual, por sua vez, tende a permitir a cura do corpo. Essas observações corroboram com as ideias de Kulcheski,Toledo, Vargas e Magalhães(2006) enfatizando que, se a fé possibilita a cura e a cura espiritual não se realiza, isso ocorre simplesmente porque há falta de fé. Contudo, destacam também que não é somente a fé que faz a cura, mas uma junção desta com a energia o que promove um ajustamento energético, o qual, mesmo fora do campo espiritual, produz resultados prodigiosos. Trata-se, portanto, do tratamento pela fé.

O que ficou evidenciado na pesquisa com os participantes frequentadores da instituição é que a cura espiritual existe plenamente, já que todos creem e têm esse fenômeno como um benefício para os frequentadores não espíritas.

Todos os participantes desta pesquisa afirmaram que obtiveram mudanças na sua fé e sua crença, seja fortalecendo ou mesmo mudando de perspectiva. Neste caso, o que fica esclarecido é que a frequência na instituição espírita promoveu um impacto em sua religiosidade, como é o caso do espírita I.M.C., do católico D.R.C., do espiritualista J.P. e do evangélico P.M.S., como é transcrito abaixo.

> Sim, minha fé tornou mais racional no sentido de que eu vou ganhar algo se tiver merecimento, ou seja, ganho e acordo com o que dou, colho aquilo que planto (I.M.C., 2014).
>
> Comecei a questionar minhas crenças e deixei o “pouco” dogmatismo que possuía (J.P., 2014).
>
> Não mudança, mas confirmação e convicção adquiridas em longa busca espiritual em várias religiões como espiritismo, evangelismo pentecostal, religiões orientais como Igreja Messiânicas, Seicho No Ei, budismo, e a doutrina do Santo Daime, assim como a ultima experiência numa nova religião fundada e orientada por extraterrestres, conhecida como Aquantarium. A casa fortaleceu de forma acentuada a realidade da cura espiritual, praticada por espíritos, através de médiuns de cura, como a dirigente da Instituição Maria Aparecida (D.R.C., 2014).
>
> Sim, comecei a olhar a bíblia com outros olhos e a acreditar ainda mais em Jesus e em Deus (P.M.S., 2014).

Além disso, outros impactos percebidos são as mudanças na própria pessoa, o que pode ser confirmado pelas afirmações feitas pelo católico JBS o sem religião A.P.S. e o espiritualista J.P.

> Hoje sou mais alegre e tenho mais disponibilidade para ajudar as pessoas (J.B.S., 2014).
>
> Sim, sofria há 15 anos com transtorno bipolar, hoje não tomo mais remédios e vivo muito bem comigo e com os outros (A.P.S., 2014).
>
> Além da segurança e confiança na luta elo tratamento iniciado, a sensação é próxima do que poderia ser chamado de despertar ou renascimento, ou uma nova postura em relação á vida como um todo, incluindo a questão da morte. Sinto como se tivesse morrido e sendo atendido numa colônia espiritual aqui na terra mesmo e experimentando uma sobrevida – como acontece com doentes terminais. Além da cura psíquica e espiritual e de seus reflexos no corpo e na saúde física em termos de disposição para viver, experimento um reposicionamento em relação a vida na Terra, na sociedade contemporânea e uma atitude renovada e mudança de estilo de vida e morte (J.P., 2014).

Betarello (2010) interpreta que é justamente pela ausência da conotação de proselitismo e por ser encarada com características científicas e religiosas que as instituições espíritas não possibilitam comprovar uma maior adesão de fieis, posto que, em alguns casos uns a interpretam como religião, mas outros, como é o caso do participante J.C.N.G. e L.C.A. que se determinaram como católicos e espíritas encaram essa doutrina como uma filosofia de vida.

Fato é que os impactos na religiosidade inicial dessas pessoas são visíveis, pois mesmo não mudando, ainda assim, se fazem muito mais crentes e fieis às normas de Deus, tendo em vista até mesmo a possibilidade de conciliar espiritismo e catolicismo, espiritismo e protestantismo, espiritismo e espiritualidade, pois, de acordo com Guerreiro (2006), um indivíduo que tenha optado por uma nova religiosidade passa a dar menos importância aos referentes ancorados na tradição familiar e na herança de sua cultura, para se deslocar em busca de novos caminhos, em uma viagem interior na qual a salvação encontra-se dentro de si.

6 Considerações Finais

Com base no que se objetivou com essa pesquisa, ou seja, analisar como a cura espiritual é vivenciada pelos frequentadores não espíritas na Instituição Espírita de Caridade Nosso Lar, em Montes Claros, MG, passou-se a analisar três questões: o motivo que os levaram até a instituição, as mudanças percebidas por si mesmo em sua fé, sua crença e ainda saber se a cura espiritual realmente traz algum benefício às pessoas que procuram estes meios alternativos para se tratarem a ponto de mudarem suas opiniões.

Para isso, a pesquisa de campo se desenvolveu tanto para buscar respostas dos frequentadores da Instituição Espírita de Caridade Nosso Lar, como para buscar as respostas da fundadora da instituição com o intuito de confirmar ou refutar as hipóteses definidas como supostas respostas a essas questões.

A pesquisa permitiu confirmar que os frequentadores não espíritas, e mesmo aqueles que hoje se consideram espíritas, têm a perspectiva da cura espiritual como o fator que mais motiva sua frequência na instituição estudada. Dentre os motivos, denota-se a conformidade de que os problemas de saúde que em sua maioria são desenganados pela medicina convencional, procuram orientação complementar para cirurgias e exames clínicos. Além disso, buscam curas para problemas de visão, dependência química, diabetes, câncer dentre outros. Isso mostra, por sua vez, que os impactos das experiências vivenciadas na IECNL são vários, tendo aprimorado não só a fé ou a crença dos frequentadores, mas como os mesmos expuseram, mudou o seu próprio ser, sobretudo em relação à melhoria de sua qualidade de vida e de seu bem-estar.

Enfim, todos estes pareceres permitiram atingir o objetivo mais esperado por esta pesquisa, que foi analisar os impactos da cura espiritual na religiosidade dos não espíritas, o que foi visivelmente relatado e percebido durante as análises dos dados.

Esse impacto vem resinificar a questão da fé no processo de cura espiritual. Numa prática aberta e democrática no campo religioso no norte mineiro, os frequentadores se mostraram livres, razão pela qual se observou que alguns participantes não demonstraram apego à religião espírita, mas demonstraram simpatia, expondo suas razões, motivos que fizeram partilhar desse método alternativo no processo de cura, o que permitiu crer que o caminho da experiência espiritual é pessoal. E que o "transcendente" e ou "espírito" é ainda visto pelo homem através da fé, podendo atingir caminhos que são do entendimento subjetivo, relativo e ou particular.

Apesar de vivermos em um mundo onde a ciência educa para que nossas ações e atenção suprimem a via espiritual do caminho humano, o sagrado encontra espaço na dor e no sofrimento, o nosso mundo físico real e material vem ditando regras diante de nós, mas percorrendo a história das religiões e das experiências humanas, vimos que desde as sociedades primitivas até hoje, tiveram como componente essencial na construção da experiência humana o fio condutor do mundo espiritual. Ao referenciar em várias etapas da história as presenças das forças ocultas e misteriosas, o homem acabou por consequência a tornar-se um ser espiritual por excelência.

7 Bibliografia

ANDRADE, M. O. (2009),"A religiosidade brasileira: O pluralismo religioso, a diversidade de crenças e o processo sincrético". *CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, 14, Disponível em www.cchla.ufpb.br/caos, [consultado em 15-01-2014].

ARRIBAS, C..G. (2013), **"**O caráter religioso do espiritismo". *Fragmentos de Cultura*, 23(1), p. 3-16, Disponível em **http://seer.ucg.br/index.php/fragmentos/article /viewFile/2709/1650**,[consultado em 20-12-2013].

ARRUDA, W. (2014), "Entidades espíritas em Montes Claros". Disponível em **http://www.wanderlino.com.br/espiritismo/montesclaros.htm,**[consultado em 2014].

ARRUDA FILHO, W. (2010),*Vida após a morte dentro do conceito bíblico:Reencarnação e ressurreição*. Tese de Mestrado, João Pessoa: Universidade Federal de Pernambuco.

BETARELLO, J. (2010),"Unir para difundir: O impacto das federativas no crescimento do espiritismo". In Bueno, C.B.& Luz, N.M. *Espiritismo na Universidade* (Col. 2), São Paulo: Unifran.

CAMARGO, C.P. (1961),*Kardecismo e umbanda: Uma interpretação sociológica*, São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

GIL, A. C. (2010),*Como elaborar projetos de pesquisa*(5ª ed.), São Paulo: Atlas.

GOLDENBERG, M. (1999),*A arte de pesquisar*, Rio de Janeiro: Record.

GUERREIRO, S. (2006), *Novos movimentos religiosos:O quadro brasileiro*, São Paulo: Paulinas.

IBGE (2012), "Censo 2010: Número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião". *Comunicação Social*, un.. Disponível em **http:// censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=1&idnoticia=2170&view=noticia**,[consultado em 10-01-2014].

KARDEC, A. (1992 [1859]),*O que é o espiritismo?* (24. ed.),(Trad. Wallace Leal V. Rodrigues), São Paulo: LAKE.

KARDEC, A. (2005 [1869]),*Revista espírita: Jornal de estudos psicológicos*, 12(3), Rio de janeiro: FEB.

KARDEC, A. (2010a [1866]), *O evangelho segundo o espiritismo* (3. Ed. francesa de 1866. 1ª reimpressão, atualizada),(Trad. Evandro Noleto Bezerra), Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira.

KARDEC, A. (2010), *O livro dos espíritos:Princípios da Doutrina Espírita sobre a imortalidade da alma, a natureza dos Espíritos e suas relações como os homens, as leis morais, a vida presente, a vida futura e o porvir da Humanidade* (91. ed., 2ª reimpressão),(Trad. Guillon Ribeiro), Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira.

KULCHESKI, E.,TOLEDO, L., VARGAS, E.& MAGALHÃES, R. (2006),*O que é cura espiritual?*, São Paulo: Escala.

LEWGOY, B. (2000), *Os espiritas e as letras:Um estudo antropológico sobre cultura escrita e oralidade nos espiritismo kardecista*, São Paulo: Universidade de São Paulo.

LEWGOY, B. (2003),"Chico Xavier e a cultura brasileira".*Revista de Antropologia*, 44(1), p. 53-116.

LIMA, A. A. (1946), *Voz de minas: Ensaio de sociologia brasileira*, Rio de Janeiro: Agir.

MENDES, J. J. F. (2004),*Músicas e religiosidade na caracterização do terno dos catopês de Nossa Senhora do Rosário do Mestre João Farias em Montes Claros, MG*. Montes Claros:Unimontes.

MENDES, J. M. G. (2012),*A dimensão espiritual do ser humano:O diagnóstico de angústia espiritual e a intervenção de enfermagem*, Tese de Doutoramento, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

NEGRÃO, L. N. (2008),"Pluralismo e multiplicidades religiosas no Brasil contemporâneo". *Sociedade e Estado*, 23(2), p. 261-279.

NOVAES, A.M. F.(1999),*Psicologia e espiritualidade*, Salvador, Bahia:Fundação Lar Harmonia.

OLIVEIRA, F. F.& FRAZILI, R.T. V. (2012), "Espiritualidade: Seu significado no contexto do acadêmico de enfermagem". *EENVAP*, 2, p. 61-72.

PEREIRA, R. L. (2013),*Catopés no contexto religioso em Montes Claros: Festeiros de fé e devoção,* Montes Claros: ISEIB.

RABELO, M. C. (1993),"Religião e cura: Algumas reflexões sobre a experiência religiosa das classes populares urbanas",*Caderno de Saúde Pública***,** 9(3), p. 316-325.

ROSE, I. S.(2005),*Espiritualidade, terapia e cura:Um estudo sobre a expressão da experiência no Santo Daime*, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, E. L.& MENEZES, E. M. (2005), *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação* (4. Ed.) Florianópolis: UFSC.

SILVA, F. L. (2002),"Espiritismo a brasileira". *Revista Espaço Acadêmico*, 2(17).

SILVA, F. L. (2005 [1938-1949]),*Espiritismo:História e poder*, Londrina: Eduel.

SILVA, R. M.(2008 [1930-1960]),*Mineiridade, representações e lutas de poder na construção da 'Minas Espírita':Da união espírita mineira a Francisco Cândido Xavier*, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, R. M.(2012), "Representação da mineiridade na vida e na obra de Chico Xavier". In ISAIA, A. C.& MANOEL, I. A. (Orgs.),*Espiritismo e religiões afro-brasileiras: história e ciências sociais*, São Paulo: Unesp.

SOUZA JUNIOR, P. G. (2007), "Mineiridade e adesão religiosa: Uma análise da expansão pentecostal e da resistência católica em duas regiões mineiras",*Revista Sociedade e Cultura*, 10(2), p. 197-207.

TRAMONTE, C. (2012), "Ciência ou fé? Religiões afro-brasileiras e praticas de saúde popular". InISAIA, A. C.& MANOEL, I. A. (Orgs.), *Espiritismo e religiões afro-brasileiras: história e ciências sociais*, São Paulo: Unesp.

STOLL, S. J. (2003),*Espiritismo a brasileira*, São Paulo: USP.

STOLL, S. J. (2004), *Narrativas biográficas:A construção da identidade espírita no Brasil e sua fragmentação*, São Paulo: USP.

VALLE, J. E. R. (2002), "Conversão: Da noção teórica ao instrumento de pesquisa",*Revista de estudos da Religião*, 2, p. 51-73.

Estigma e Dramas Sociais no Convívio com o HIV/Aids em Terreiros de Umbanda em Fortaleza/Ceará.

Violeta Maria de Siqueira Holanda[1]

I. Processos de Saúde-Doença em Terreiros de Umbanda

A tradição e a vivência nos espaços dos terreiros de cultura afro-brasileira revelam o quão dinâmico é a reprodução e troca de saberes e conhecimento que, através de sua visão de mundo, revelam formas de lidar com a saúde e a doença. A importância das práticas, dos mitos e ritos religiosos na interpretação e alcance da cura tem sido amplamente reconhecida nas ciências sociais. Lévi-Strauss (1967) reconhece na interpretação religiosa o rico repertório de imagens e símbolos que longe de apresentarem estados confusos e desordenados, expressam distintas visões de mundo em contextos socioculturais ordenados em um todo coerente.

Os terreiros são considerados espaços sagrados de cura, onde a saúde tem como base a mãe natureza, e as doenças nunca são consideradas exclusivamente físicas ou espirituais. Faz parte da vida da comunidade religiosa a presença de rezas e benzeduras proporcionadas por pais e mães de santo, na representatividade dos espíritos desencarnados e orixás. Assim, os terreiros constituem territórios ricos, culturalmente, em que pessoas moldam concepções, práticas e crenças a respeito da saúde, das enfermidades e das formas de cura, repassados de geração a geração, através da oralidade.

Nessa perspectiva, os símbolos criam realidades, naturalizam imagens em determinados momentos históricos, utilizando a memória social coletiva e as tradições. Para Mauss (1974), no campo religioso, os mitos e crenças exteriorizam o domínio dos símbolos. O simbólico serve de expressão total das coisas, e corresponde aos humanos que os assimilaram e a ele aderem. A dimensão simbólica é um dos traços distintivos do fato social. Mediante os símbolos e as representações presentes nas práticas, mitos e rituais os adeptos da Umbanda e do Candomblé constroem a cultura, a religião, atribuindo-lhes peculiaridades em relação a outras e propiciando a comunicação entre os sujeitos que a formam. Portanto, o modo como eles lidam com a saúde e a doença também estão conectados a um sistema simbólico, às representações sociais construídas histórica e culturalmente.

Diante da complexa ligação entre religião e saúde, esta pesquisa explicita as práticas em saúde no convívio com o HIV/Aids em terreiros de Umbanda na cidade de Fortaleza, capital do Ceará/Brasil. Com o advento do HIV/Aids a partir dos anos 80, um novo desafio se estabelece na comunidade dos terreiros e nas trajetórias individuais das pessoas afetadas pela doença que desde idade tenra participam dessa prática religiosa. As concepções tradicionais de saúde e doença começam a estabelecer relações com as novas formas de controle, prevenção e convívio com o HIV/Aids. Percebemos, então, certa inversão no lidar com a rota da epidemia, onde o discurso e a prática ritual e religiosa refletem sobre a problemática vivenciada por seus adeptos.

O caráter estigmático da Aids alimentado ainda pela ausência da cura científica e pela "vulnerabilidade"1 de infecção, adoecimento ou morte pelo vírus HIV torna o convívio com a questão muitas vezes velado no domínio do privado, das trajetórias e memórias individuais dos sujeitos que a vivenciam. O estigma, enquanto base conceptual relevante pode ser entendido como uma ameaça social, representando algo de ruim, isto é, uma identidade deteriorada por uma ação social (GOFFMAN, 1988). Os portadores de HIV muitas vezes enfrentam uma variedade de desvantagens sociais em virtude do preconceito e da discriminação.

Ao entrevistar alguns umbandistas que vivem com HIV percebemos em suas trajetórias de vida tensões e contradições no convívio de sua situação de sorologia, em muitos casos, de sua homossexualidade. Pai R. de Oxum2, pai de santo e portador do vírus HIV há vinte e quatro anos, narra às dificuldades enfrentadas durante a descoberta de sua sorologia e sua relação com os parceiros de Umbanda e do Candomblé:

---

1 Dra. em Ciências Sociais. Professora Adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).
E-mail: violeta@unilab.edu.br.

> Ai começou a bomba estourar, porque a Fortaleza inteira já sabia... como nós trabalhávamos no José Frota e lá tinha pessoas que era amigo dela, que era do Candomblé e da Umbanda ai souberam do exame dela lá dentro do próprio hospital, tiveram o prazer, o orgulho de espalhar na Fortaleza inteira que R de Oxum e M.B. estavam infectados... Tive situações dentro do candomblé que eu não podia abrir uma casa, que eu não podia fazer filho de santo por causa da infecção... (PAI R. DE OXUM, 2011).

A experiência individual com a estigmatização e discriminação relacionadas ao HIV/Aids muitas vezes é influenciada por crenças culturais e por outras formas de estigmatização existentes na sociedade, tais como em relação às diferenças de sexo, orientação sexual, gênero, "raça e etnia"3, pobreza e, inclusive, religioso, em nosso caso, relacionado a prática da Umbanda. Em geral, a representação negativa de pessoas com HIV/Aids tende a reforçar o medo, a exclusão e o isolamento de pessoas afetadas pela doença. Mais frequentemente, isso cria o que Herbert Daniel descreveu como "morte social", na qual a pessoa não se sente parte da sociedade civil, sem conseguir mais ter acesso aos serviços e ao apoio que necessita (DANIEL & PARKER, 1991).

Neste sentido, o estudo exige um olhar mais atento ao processo de estigmatização do HIV/Aids no contexto dos terreiros de Umbanda em Fortaleza. Enquanto categoria analítica, o estigma aqui se apresenta não tanto como coisas ou disposições psicológicas da parte dos indivíduos, mas como processos sociais ligados às estruturas culturais e ao funcionamento da sociedade mais ampla. Entender o estigma reproduzido no terreiro requer uma compreensão sobre as práticas de saúde em sua dimensão sócio-histórica, que nortearão os processos de negociações, manipulações, escolhas e decisões no convívio com o HIV/Aids nos terreiros.

Por outro lado, ao analisar a experiência do convívio com o HIV/Aids nos terreiros, os episódios de conflitos também costumam ser atenuados com ações de acolhimento realizadas por pais e mães de santo durante os rituais de cura e no próprio cotidiano dos adeptos. O conhecimento de uma longa tradição, o exercício da escuta e do aconselhamento, a disponibilidade de tempo e energia para o acompanhamento no tratamento diminuem as distâncias entre o enfermo e o cuidador, entre o enfermo e a comunidade do terreiro. Destaco aqui o depoimento de J. Índio4, filho de santo e portador de HIV, que encontrou no terreiro de Mãe Constância o acolhimento necessário diante de suas aflições:

> Ela me disse você vacilou, abriu os braços, me abraçou, me beijou e disse: "eu tô aqui pro que der e vier", pronto. Foi o que eu recebi da mãe Constância... não precisa de mais nada, né? Porque eu tenho muito amor, muita consideração por ela. A nossa historia é muito integrada e minha irmã de santo Vilma também sabe. Ficou em cima de mim direto para não me deixar esmorecer, para eu não me deprimir. Com relação a roça, a minha mãe de santo já tinha tido uma experiência anterior com filho de santo que soube que era soropositivo... isso foi na década de 80 e ela o acolheu. Ela botou ele dentro de casa e cuidou dele até morrer, ela não o abandonou, a família o abandonou e quem acolheu foi ela. Então, só disse pra mim o seguinte: "eu num quero saber dessa historia, eu quero saber que você tem problema e vamos cuidar de seu lado espiritual. (J. ÍNDIO, 2010).

Enquanto realidade processual, continuamente negociada e vividamente expressa nos relatos dos portadores de HIV e demais membros da comunidade dos terreiros, as relações sociais, as contradições e os conflitos emergem em meio aos "dramas sociais" e aos meios de cooperação. Turner (1996) em sua análise simbólica sobre o drama social entre os Ndembu na Zâmbia define como:

> Uma sucessão encadeada de eventos entendidos como perfis sincrônicos que conformam a estrutura de um campo social a cada ponto significativo de parada no fluxo do tempo [...] representam uma complexa interação entre padrões normativos estabelecidos no curso de regularidades profundas de condicionamento e da

> experiência social e as aspirações imediatas, ambições ou outros objetivos e lutas conscientes de grupos ou indivíduos no aqui e no agora. (TURNER, 1996, p. XXI e XXII).

Tomando por base a referência de Turner (1996), é possível perceber, na análise sobre os rituais de cura e de aflição entre os Ndembu, um sentido de pertencimento capaz de transcender o permanente estado de tensão interpessoal e conflito político interno às instáveis aldeias. O autor compreende a experiência social como uma experiência de subjetivação realizada através do aprendizado, manuseio e atuação dos símbolos, onde a continuidade da sociedade Ndembu repousa, em última instância, na continuidade de uma "comunidade de sofrimento", cujas tensões e conflitos se expressariam e, de algum modo, resolver-se-iam ritualmente nos ritos de cura e aflição.

No plano teórico, a análise adota dois parâmetros fundamentais: primeiro, que considera a compreensão da reprodução do estigma (ou da identidade deteriorada) em relação ao HIV/Aids em sua dimensão sócio-histórica, e seus efeitos no contexto investigado (GOFFMAN, 1988). E segundo, que se refere à criação e reprodução dos dramas sociais, enquanto experiência social realizada através do aprendizado, manuseio e atuação simbólica, que se reproduz em quatro fases: ruptura, crise, ação corretiva e reintegração (TURNER, 1971).

No contexto do rico universo simbólico da Umbanda encontramos, portanto, a possibilidade de investigação sobre os processos de saúde-doença5 em meio ao estigma e aos dramas sociais vivenciados pela a comunidade em questão, diante do convívio com a problemática do HIV/Aids. Assim, relacionar o universo das práticas em saúde ao contexto religioso da Umbanda significa ainda permitir uma abordagem que considere as diferentes estratégias pelas quais as religiões reinterpretam a experiência da doença e modificam a maneira pela qual doente e comunidade percebem o problema.

Vários estudos (Turner, 1967; Levi-Strauss, 1967, 1975; Kleinman,1980; Rabelo, 1993, 1994) abordam as terapias religiosas sob a perspectiva do culto enquanto campo organizado de práticas e representações, ao interior do qual o especialista religioso manipula um conjunto dado de símbolos para produzir a cura. E, para que os símbolos religiosos funcionem, ou seja, produzam cura, é preciso que sejam compartilhados pelo curador, o doente e sua comunidade de referência; usualmente, toma-se como pressuposto este compartilhar de símbolos e significados entre os participantes do processo de cura.

A biografia individual do adepto portador de HIV é significativa para a compreensão da "situação-doente" e das possíveis superações do problema, além das importantes narrativas por parte dos pais e mães de santo e militantes da luta contra Aids que partilham a vivência do problema. No universo da Umbanda, a herança da ordem religiosa, transmitida, sobretudo, através da oralidade, é de responsabilidade dos pais e mães de santo. Essas lideranças assumem um importante papel no aprendizado religioso dos sujeitos envolvidos, demandando todo um processo de socialização moral e religiosa na comunidade dos terreiros. Essa relação de poder que une pai ou mãe de santo aos seus filhos de santo é considerada indissolúvel e dura até a morte.

Na perspectiva da pesquisa científica, Goffman (2008) analisa a "biografia" afirmando que:

> Quer a linha biográfica de um indivíduo esteja registrada nas mentes de seus amigos íntimos ou nos arquivos de pessoal de uma organização, e quer ele porte a documentação sobre sua identidade pessoal ou esta documentação esteja armazenada em arquivos, ele é uma entidade sobre a qual se pode estruturar uma história – há um caderno a sua espera pronto para ser preenchido. Ele é, certamente, um objeto para a biografia. (GOFFMAN, 2008:73).

Ao relacionar o estudo da "biografia" com o estigma, Goffman (2008), afirma que o pesquisador deve ter uma atenção sobre a relação entre a "identificação pessoal" e a "identificação social"6. Considerando que o estigma e o esforço para escondê-lo ou consertá-lo fixam-se como parte da identidade pessoal, o autor afirma que para construir uma identificação pessoal de um indivíduo, a exemplo do estigmatizado, o cientista utiliza-se também da identidade social deste sujeito, junto com tudo o mais que possa estar associado a ele. Segundo Goffman (2008):

> Pode-se supor que a posse de um defeito secreto desacreditável adquire um significado mais profundo quando as pessoas para quem o indivíduo ainda não se revelou não são estranhas para ele, mas sim suas amigas. A descoberta prejudica não só a situação social corrente mas ainda as relações sociais estabelecidas; não apenas a imagem corrente que as outras pessoas têm dele mas também a que terão no futuro; não só as aparências, mas ainda a reputação. (GOFFMAN, 2008:76).

Portanto, o estigma pode ter um forte efeito sobre a biografia de um indivíduo. E, segundo o referido autor, apesar de todo o "encobrimento" (ou segredo) que o estigma impõe sobre o indivíduo, a revelação da situação de conflito pode estar sempre por um fio. Para Goffman (2008):

> (...) mesmo quando alguém pode manter em segredo um estigma, ele descobrirá que as relações íntimas com outras pessoas, ratificadas em nossa sociedade pela confissão mútua de defeitos invisíveis, levá-lo-ão ou a admitir a sua situação perante a pessoa íntima, ou a se sentir culpado por não fazê-lo. De qualquer maneira, quase todas as questões muito secretas são, ao mesmo assim, conhecidas por alguém e, portanto, lançam sombras sobre o indivíduo. (GOFFMAN, 2008:85).

Durante a pesquisa, percebemos a forte ligação que os filhos possuem com seus pais e mães e santo e, na maioria das vezes, a crise (Turner, 1971) vivenciada pelo sujeito que se descobre soropositivo induz a busca pela ajuda e aconselhamento junto ao sacerdote e/ou a comunidade a que pertence. A revelação faz parte do tratamento na busca pelo equilíbrio espiritual. Este processo pode ser facilitado quando, de alguma forma, o indivíduo encontra um ambiente adequado para sua exposição, seja por uma situação de soropositividade compartilhada pelo sacerdote ou demais adeptos, seja pelo "convívio negociado" que alguns soropositivos encontram em determinados terreiros.

No entanto, também há situações em que o adepto portador do vírus HIV não se sente a vontade para revelar sua soropositividade, o que pode sugerir a existência exacerbada do estigma da Aids e a possível ruptura (Turner, 1971) no relacionamento com aquele terreiro. Seguindo o pensamento de Simmel (1939) "a intencionalidade da ocultação de um segredo assume intensidade muito maior no embate com a revelação. Esta situação dá lugar à ocultação e ao mascaramento muitas vezes agressivo e defensivo, por assim dizer, contra uma pessoa, o que em si é designado como segredo". Mãe Vilma narra uma situação em que um pai de santo ao descobrir que era portador do vírus HIV entra no isolamento e chega a óbito pela depressão e medo da revelação diante de seus filhos:

> Teve um amigo que acabou contraindo outras coisas e se negando. Tinha gente que dizia que morreu de gastrite, de úlcera, de num sei o que, onde a gente sabia que era Aids, a defesa era lá em baixo, sem defesa nenhuma porque num se tratava, porque num aceitava, num se assumia, aí morreu de frustração porque toda frustração leva a depressão, né? E a depressão é fatal. Foi problema dele mesmo, preconceito dele com ele mesmo por ele não querer dizer, já tinha casa aberta, tinha muitos filhos e como é que ia passar isso pros filhos? Teve medo dos filhos o abandonarem, então ele preferiu ficar no abandono e acabou morrendo. (MÃE VILMA, 2012).

Aqui podemos remeter a noção de liminaridade, proposta por Turner (1971). Trata-se de uma fase intermediária caracterizada pela mudança no status social de um grupo ou de um indivíduo. Implica solidão ao invés de sociedade, o afastamento voluntário ou involuntário de um indivíduo de uma matriz socioestrutural. Pode implicar alienação da existência social em vez de uma participação mais autêntica na mesma. Ao observar os aspectos sociais da liminaridade em ritos de passagem Ndembu, Turner (1971) afirma:

> Tais ritos começam caracteristicamente com o sujeito sendo simbolicamente morto ou apartado de relações normais seculares ou profanas e terminam com um nascimento simbólico ou reagregação à sociedade. O período ou fase liminar que se interpõe está, portanto, betwixt and between as categorias da vida social comum. Tentei, então, ampliar o conceito de liminaridade para que ele pudesse abranger qualquer condição fora da, ou nas periferias da vida cotidiana, argumentando que havia uma afinidade entre o meio no tempo sagrado e o lado de fora no espaço sagrado, já que a liminaridade entre os Ndembu é uma condição sagrada. (TURNER, 1971: 47).

A revelação da soropositividade de um adepto junto à comunidade de terreiro a que pertence ocasiona uma fase liminar ao processo de convivência, em que as relações sociais instituídas serão negociadas em meio ao acolhimento e a intervenção "político-solidária" entre os agentes envolvidos.
O convívio negociado pode representar a ação corretiva e reintegração (Turner, 1971) com o grupo, tem haver com a facilidade de relacionamento que alguns portadores do vírus HIV encontram em determinados terreiros de Umbanda. O acolhimento e a intervenção "político-solidária" que ampliam os conhecimentos sobre os riscos de contaminação e os meios de convivência com o HIV/Aids são elementos importantes neste processo. Esta experiência se aproxima do que Goffman (2008:93) define como "cooperação tácita", que significa uma espécie de liberdade de ação que os portadores do estigma encontram diante de pessoas que possuem estigmas iguais ou semelhantes.
Visto que a própria Umbanda foi historicamente uma religião discriminada que acolheu diversos públicos estigmatizados como pobres, negros (também brancos e classe média), prostitutas, homossexuais, portadores de diversas doenças, dentre outros, além de possuírem lideranças estigmatizadas fora da religião, mas respeitadas dentro dela, e que malgrado as perseguições sofridas pela religião, ela permanece viva (re)inventando velhas e novas práticas culturais no desafio pela sobrevivência, torna-se importante considerar na análise da pesquisa a dimensão sócio-histórica da Umbanda, bem como a experiência social no convívio com o HIV/Aids neste processo.
Portanto, as práticas em saúde relacionadas ao convívio com o HIV/Aids nos terreiros de Umbanda serão analisadas sob a percepção das narrativas que revelam configurações singulares estabelecidas em meio de constantes negociações, escolhas e decisões, que repercutem nas trajetórias individuais e nas formas de pensar e viver de um grupo.

II. Revelação da Soropositividade: Crise e Superação nos Terreiros de Umbanda.

A descoberta da soropositividade é sempre um evento de crise, seja de caráter individual ou coletivo. O sujeito sente-se encurralado por uma situação em que não tem controle, onde sua própria vida torna-se fragilizada por uma condição biologicamente instituída, a contaminação pelo HIV. No plano individual, sobretudo, durante os primeiros anos de convivência com a epidemia da Aids, muitas vezes a ameaça da morte tornou o evento um momento profundamente dramático e de tomada de decisão importante: viver ou morrer. Atualmente, a qualidade de vida do portador de HIV tem melhorado substancialmente, através de tratamentos contínuos de controle por exames das taxas de CD47 e a adesão das terapias medicamentosas antiretrovirais mais modernas. No plano social, as relações geralmente são postas em evidência e o convívio passa a ser estabelecido (ou não) pelo grau de tolerância que o outro (ou ambos) vai ter diante da situação. São múltiplos os fatores que determinarão esta tolerância, mas, sem dúvida, a informação e o afeto são elementos substanciais nesta relação.
Ao entrevistar as pessoas que vivem com HIV e que são adeptas da Umbanda, percebemos em suas trajetórias de vida as tensões e os conflitos ocasionados após a revelação de sua soropositividade. O ato da revelação individual, geralmente intermediada pelo profissional de saúde, é um momento de grande tensão e embate para o portador do vírus. De certo modo, o momento histórico da descoberta, onde é mais acessível ou não as formas de tratamento e informações, determinam a condução e o aconselhamento do profissional de saúde diante da situação. A descoberta da soropositividade no início da epidemia muitas vezes foi encarada como uma verda-

deira sentença de morte. O filho de santo H. B. narra às dificuldades enfrentadas durante a descoberta de sua soropositividade:

> Na época, em 92, 94, quando a médica disse que ali estava meu exame e eu só tinha três meses de vida... por que foi assim que ela disse pra mim... a médica era clínica geral e na época quem tinha HIV, Ave Maria! Era grupo de risco, era a morte! E o conselho que ela deu foi pra quando sair dali não me jogar debaixo do carro, nem dar um tiro na cabeça quando chegasse em casa. Foi muito difícil pra mim, tive que superar as dificuldades sozinho. Dali até hoje luto na justiça pela medicação. Por que se não for eu não é ninguém, porque quem tá lutando pela vida é você mesmo. (H.B., 2010).

A. de Ogum, portador do vírus HIV há quinze anos, relata o momento de descoberta de sua soropositividade e o consequente descrédito espiritual que passou a ter após esta revelação:

> Na época, em 1998, isso era uma coisa horrível, era um bicho de dez cabeças, mesmo assim eu enfrentei, não baixei a cabeça, não chorei, quando eu fui saber o resultado do meu exame a psicóloga queria que eu não fosse pra casa por que eu não estava bem, mas eu disse: --- Não, pode deixar, eu estou bem. Eu sempre enfrentei com naturalidade, apesar de ser uma coisa mortal na época, não tinha mais o que fazer, já estava contaminado mesmo, tinha mais era que me cuidar. Depois, foi quando eu comecei a desacreditar em Deus, deixei de acreditar em tudo, não acreditava em nada... Só depois de seis anos quando conheci J., foi que comecei a namorar com ele e passei a freqüentar a Umbanda. (A. DE OGUM, 2012).

A ausência de tratamento levou a morte precoce de muitos portadores de HIV que contraíram a Aids no início da epidemia. Muitos familiares tiveram que abrigar seus parentes adoecidos pela Aids no próprio domicílio até o óbito se consumar. Àqueles que não encontraram apoio nem abrigo por parte dos familiares foram acolhidos por amigos, parceiros e, no caso de alguns adeptos da Umbanda, pela família de santo a que pertencia. Pai R. de Oxum relata a experiência que passou com seu irmão adoecido pela Aids, o estigma enfrentado por parte de familiares e vizinhos, e o impulso que teve em fazer o exame logo após a morte de seu irmão:

> Foi em 86 e 87 se eu não me engano, eu peguei o telefone a noite depois que terminou o jogo e liguei. Ai mamãe falou: meu filho seu irmão está doente, tá muito mal, não eu falei com a minha irmã, foi a minha irmã que me informou que ele já estava internado, estava com HIV, e alias não falaram nem HIV falaram AIDS. Eu tava em São Paulo ai me organizei imediatamente e, em 5 dias, voltei pra Fortaleza. Quando eu volto pra Fortaleza o acolhi, levei pra minha casa, minha esposa não quis porque ela disse que as paredes da minha casa tava tudo infectada de AIDS, separou o prato, o copo, o talher aquilo ali me assustou me apavorou, aquilo dali destruiu comigo, tanto na minha relação espiritual, como material, como homossexual, tá entendendo? Pra mim foi um tapa na minha cara e sabendo a minha esposa que eu também era gay, então aquilo ali me machucou mais ainda, mas encarei, fui levando, ai cheguei pra mamãe, e mamãe mandou trazer meu irmão pra casa dela, por causa da B. e tal, tive que levá-lo pra casa de mamãe. Mas, fiquei dando a assistência pra ele, toda semana, duas vezes por semana. Ai abraçava ele, ele sentia um amor enorme, aquilo dali foi modificando um pouco, até ele não ter mais forças pra resistir e chegou a óbito. Quando meu irmão morreu foi outro terror pra mim. Ai me apavorei e corri, fui para o velório, depois disso uns 15 dias, eu resolvi fazer exames. Eu estava sentindo todos

> os sintomas em cima de mim cabelo caindo, sapinho na boca, é diarréia e assim tudo o que você imaginar, só tudo psicológico, ai quando eu fiz exames, acho que com 15 dias recebi, fui sozinho e o psicólogo foi e perguntou a mim se haveria algum problema de eu saber sim ou não. Eu disse: não pra mim é normal, pode dizer ai, na realidade eu sou gay, vivo uma situação de risco, então, o que eu posso fazer, meu senhor? (...) ta ai, o seu resultado deu positivo. Mas, faça novamente. Fiz, aí deu positivo de novo. Encarei isso na real, não precisava de medicação, que as pessoas só usavam o AZT. Às vezes me internava, fui encarando essas estórias... (PAI R. DE OXUM, 2011).

A partir do depoimento acima, podemos perceber os dramas vivenciados pela pessoa doente de Aids e os impactos causados no convívio familiar. No caso de R. de Oxum, antes da descoberta de sua soropositividade, ele sofreu o estigma da pessoa "informada", conforme define Goffman (2008:39). "Trata-se da pessoa que se relaciona com um indivíduo estigmatizado através da estrutura social – uma relação que leva a sociedade mais ampla a considerar ambos uma só pessoa." Assim, R. de Oxum é obrigado a compartilhar o descrédito da pessoa estigmatizada com o qual ele se relacionou. A resposta desta situação foi abraçar e viver dentro do mundo do estigmatizado, considerando que o próprio mundo de R. de Oxum era semelhante ao de seu irmão, ou seja, era homossexual e tinha consciência das situações de risco que vivenciava. Portanto, mesmo ainda não estando ciente de sua situação de soropositividade, R de Oxum já se sentia socialmente "contaminado" pela Aids e o estigma que ela acarretava.

Mas, R. de Oxum ainda iria enfrentar muitos preconceitos, sobretudo na comunidade de terreiros que pertencia em Fortaleza. Como pai de santo sentiu diversas dificuldades em continuar suas atividades após a descoberta de sua sorologia por parte de seus parceiros da Umbanda e do Candomblé. Ser portador do vírus HIV passa a ter um atributo profundamente depreciativo, um atributo que estigmatiza alguém, que provoca um descrédito (um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem) de um indivíduo em relação aos outros. As relações conflituosas, geradoras de processos sociais de rupturas e crises, estabelecidas no cenário da Umbanda cearense em virtude da revelação da soropositividade e a constituição de uma identidade deteriorada (do estigma) é o que nos chama atenção neste momento da nossa pesquisa.

Os portadores de HIV muitas vezes enfrentam uma variedade de desvantagens sociais em virtude do preconceito e da discriminação. O termo utilizado "aidético" para caracterizar os portadores de HIV/Aids demarca bem o caráter estigmático da Aids. Nas relações cotidianas atitudes como a separação de utensílios domésticos de uso coletivo como pratos, copos e talheres, reproduzem o desejo de distanciamento do convívio social com aquele sujeito afetado pela doença. Essas atitudes foram muito comuns nos terreiros de Umbanda. Os adeptos se sentiam ameaçados pela possibilidade de contaminação com o vírus no convívio com o portador de HIV.

Sabe-se que os impactos que os sintomas da Aids ocasionam ao corpo humano, como a queda de cabelo, a perda de peso e as manchas na pele formatam os "símbolos do estigma", ou seja, "os signos que são especialmente efetivos para despertar a atenção sobre uma degradante discrepância de identidade que quebra ou que poderia, de outra forma, ser um retrato global coerente, com uma redução conseqüente na valorização do indivíduo" (GOFFMAN, 2008:53). Portanto, as características físicas da pessoa doente de Aids ressaltam a diferença diante do outro, provocando reações de medo e isolamento. Neste contexto onde os traços físicos da doença eram mais evidentes, podemos identificar na análise de Goffman (2008:14) sobre o estigma a perspectiva da condição do desacreditado, ou seja, quando o defeito da pessoa estigmatizada pode ser percebido só ao se lhe dirigir a atenção (geralmente visual).

Hoje, embora as terapias antiretrovirais tenham reduzido os impactos que o HIV/Aids causam ao corpo humano e as formas de transmissão do HIV sejam amplamente difundidas8, ainda é comum em alguns terreiros, o medo do convívio social com a pessoa infectada pelo HIV, todavia, a tensão provocada pelo estigma e medo de infecção pelo HIV apresenta-se de forma mais velada. Nesta perspectiva, seguindo mais uma vez a análise de Goffman (2008:14), trata-se da condição do desacreditável, ou seja, quando a condição de portador do HIV não é conhecida pelos demais e nem imediatamente perceptível por eles.

J. Índio, embora fosse um filho de santo de longa convivência no terreiro que frequentava, narra sobre as dificuldades que passou em virtude do preconceito com relação a sua soropositividade, e da necessidade posterior em se desligar daquela comunidade:

> Determinadas funções que requeriam que eu mexesse, eu fui impedido de fazer. Até com relação à alimentação, entendeu? A feitura de axés, e as coisas que lidavam com Orixás e quando eu percebi isso, aí eu me afastei da casa, saí da casa porque as pessoas não tinham a mentalidade que eu poderia pegar em determinados objetos sem contaminar ninguém... fazer determinadas oferendas, fazer determinadas coisas relacionadas aos Orixás, porque eu tinha o vírus... porque eu era contaminado com o vírus. (J. ÍNDIO, 2012).

A relação do alimento nos rituais é de grande importância, e o fato de um filho de santo ser impedido de manuseá-lo pode ser entendido como grande desfeita, visto que é no processo de feitura dos alimentos que se gestam todo um momento de sociabilidade entre os filhos de santo. É na cozinha que eles conversam sobre seu dia a dia e aprendem o ofício gastronômico exigido pela religião. Mãe Constância relata um episódio em que os convidados para uma festa de Umbanda se recusaram a se alimentarem da "comida da casa" em virtude da cozinheira e seu esposo, o qual era o pai de santo anfitrião, serem portadores do vírus HIV:

> Eu me lembro que eu fui para uma festa na casa de R. ele tinha HIV e tinha uma mulher também e três filhos. A mulher também era portadora, ela até já morreu. Ai eu me lembro que a maioria das pessoas que estiveram lá tiveram receio de comer, certo? da comida que ele serviu, certo? Porque tinha sido feito pela mulher dele que era portadora do HIV. Até teve quem fizesse piada... e no sei o que ... ai eu fui e disse: gente, olhe, vocês estão preocupados com o quê? que ela tenha cortado o dedo e pingado o sangue dentro da panela? vocês acham que isso vai transmitir o HIV pra todo mundo que comeu a comida é? era pura ignorância, pura ignorância isso ai. (MÃE CONSTÂNCIA, 2010).

A atitude da mãe de santo diante do episódio revela um aspecto importante no lidar com a problemática do HIV/Aids. Uma atitude que envolve informação, mas também tolerância no conviver com a questão. A autoridade da mãe de santo confere a possibilidade do acolhimento e da inclusão dos sujeitos afetados pelo HIV na comunidade dos terreiros. Percebe-se, portanto, que muitas vezes, são nas próprias reuniões e festas promovidas pela comunidade que o problema vem à tona com suas possíveis formas de lidar com a situação. Podemos inferir que se trata de um "estopim simbólico de um confronto ou embate", conforme os termos utilizados por Frederick Bailey (BAILEY apud TURNER, 1971:33).

A possibilidade de estar em risco eminente de contaminação pelo HIV produz na comunidade o receio de convivência com o indivíduo portador do vírus e, consequentemente, este se torna um símbolo claro de dissidência e de estigma com relação a Aids. Pai R. de Oxum encontra no momento da revelação de sua soropositividade uma oportunidade de exprimir seu drama pessoal, vivenciado a partir dos preconceitos sofridos cotidianamente por seus companheiros de religião:

> (...) Ai foi num encontro de saúde e religião, num seminário. Pronto, lá eu fui até a plenária e falei pra todo mundo a questão que eu tava sendo barrado dentro de Fortaleza por causa da minha infecção do HIV ... ai a Mãe Biata de Iemanjá se apavorou com aquilo, chamou atenção de pai Silvio de Iemanjá que era um dos organizadores do evento e disse que aquilo não podia acontecer, isso era um absurdo, um cúmulo... Mas, eu enfrentei, e disse: --- Infelizmente gente, eu não posso abrir a minha casa. Mas, eu não tenho Parkinson , eu não sou Hipertenso, eu não tenho o coração crescido, não tenho Síndrome de Down, mas, uma síndrome de deficiência adquirida. Pronto, assim eu falei. E disse se alguém fosse com isso mais a diante eu

> iria abrir um processo contra todos os terreiros, e que iam pagar uma indenização, e eu ainda exigiria do Estado também. Ai foi que se trancaram num instante, fecharam a boca, foi onde eu encarei mais, porque se você se fecha ai o povo caia em cima. Então, você tem que enfrentar a realidade, tem que mostrar seus direitos, ta entendendo? Não só como cidadão, mais como ser humano, você é um ser humano, então você tem o livre arbítrio, então num importa, o importante é você fazer com fé, você pode estar aleijado, numa cadeira de rodas, mas se você tocar na cabeça de uma pessoa com fé, você dar saúde a ele, então o importante é a fé. (PAI R. DE OXUM, 2011).

Pai R. de Oxum reveste sua posição de "vitimização" como resultado da exposição da pessoa estigmatizada, para uma argumentação que prioriza reafirmar as limitações recorrentes de outras formas de enfermidades, como ele se refere aos doentes de parkinson, hipertensão, cardíacos, dentre outros. Enquanto indivíduo estigmatizado pela Aids ele tenta corrigir a sua condição de maneira indireta, esforçando-se para romper com aquela situação desfavoravelmente instituída. Busca reconstruir sua identidade social a partir da ênfase que imprime como sujeito de direitos, enquanto cidadão que pode reconstruir sua vida e suas atividades como qualquer outro indivíduo. Há, seguindo uma perspectiva de Goffman (1985) uma manipulação do indivíduo de informações de si mesmo na tentativa de obter uma imagem positiva diante de um contexto relacional, no caso, previamente estigmatizado.

É importante ressaltar que este momento também revela o drama social vivenciado pela própria comunidade de terreiros, e não é a toa que o estopim do problema surge em uma reunião de saúde e religião. As tensões e os conflitos vivenciados no interior daquela comunidade revelam o drama e a necessidade das lideranças tomarem decisões em termos de imperativos e constrangimentos morais muitas vezes arraigados na própria religião. A crise pública ocasionada pela revelação da soropositividade de um adepto junto à comunidade de terreiro a que pertence ocasiona uma fase liminar ao processo de convivência, implicando algumas vezes solidão ao invés de sociedade, o afastamento voluntário ou involuntário de um indivíduo com relação a sua matriz socioestrutural. Ainda pode acontecer do indivíduo portador de HIV ser rejeitado por sua condição em determinado terreiro, ocorrendo uma ruptura definitiva com relação aquele ambiente, mas, em outro, ser acolhido independentemente de suas aflições. Isto muitas vezes acontece quando o terreiro já possui experiência no lidar com a questão, seja quando o pai ou mãe de santo compartilha da condição de soropositividade, seja porque ele(a) já conviveu próximo com a situação. Ressalta-se, ainda, o importante papel de sensibilização da Rede de Terreiros, que tem facilitado o acesso a informação e, consequentemente, a possibilidade de um convívio com o HIV/Aids menos conflituoso.

A crise provocada pela incidência de casos de HIV e os dramas sociais vivenciados no convívio com a doença entre os adeptos da Umbanda em Fortaleza chamaram atenção para o cuidado com a transmissão do vírus e as práticas que pudessem por em risco a contaminação, no caso, àquelas que envolvessem cortes ou a utilização de objetos perfuro-cortantes durante os rituais9. As primeiras ações de prevenção à Aids realizadas nos terreiros foram mobilizadas a partir do envolvimento dos próprios adeptos da Umbanda, sejam eles homossexuais, pessoas vivendo com HIV/Aids ou profissionais de saúde.

Oficialmente, as ações de prevenção nos terreiros foram (e continuam sendo) por muito tempo pontual, tendo seu registro em 1994, a partir da pesquisa desenvolvida por Marilyn Kay Nations em parceria com a Secretaria de Saúde do Estado. Desde lá, o registro de atividades promovidas pelo serviço público de saúde são basicamente àquelas mobilizadas pela Rede de Terreiros, a qual também enfrenta grandes dificuldades para manter a sistematização das ações. Os relatos apontam para o estigma que muitos profissionais de saúde tinham (e continuam tendo) ao adentrarem nos terreiros. J.Índio conta sua experiência em visita realizada por um profissional de saúde em um terreiro de Candomblé:

> Logo no inicio do aparecimento da AIDS, no Fantástico, apareceu uma primeira reportagem sobre Candomblé e AIDS, porque no Candomblé existe um processo, um ritual que a gente chama ritual de cura, que é onde o iniciado é cortado com

> as navalhas para a colocação do Axé, que é o pó dos seus antepassados. Você só é iniciado depois desse processo, a pessoa só pode ser considerada raspada ou feita no Candomblé se você passar por esse processo de cura. E apareceu isso na televisão. Na época, o diretor do hospital daqui de referência foi atrás de saber e eu trabalhava nesse hospital, eu era funcionário do hospital na época, tinha passado no concurso do Estado e eu estava trabalhando uns cinco meses. Eu só trabalhava com pacientes soropositivo, minha função era cuidar de pacientes soropositivos. Quando eu estava no terreiro aí eu vejo adentrar o diretor e algumas pessoas da área, que nunca tinha pisado num terreiro de macumba. Escutaram a reportagem no domingo e no sábado posterior era a festa, e ele foi pra ver se conseguia ver alguma coisa, escutou o galo cantar mais não sabia aonde, preocupado, acho que ele pensava que ia ver sangue nas paredes, quando na verdade não é nada disso. Aí eu fui lá recebi, ele até se assustou quando me viu, que ele já tinha me visto zanzando pelo hospital, funcionário do hospital. Aí eu fiz a sala mesmo não sendo da casa, mas eu sempre tive esses acessos nas casas das pessoas (fala do terreiro), é como uma família. Eu recebi mandei avisar pra mãe de santo que ele estava vindo, que ela se preparasse que ele iria fazer um bombardeio de perguntas. Ela atendeu pra poder desmistificar a historia, porque a preocupação da gente sempre foi essa, tentar desmitificar o máximo. Por que as pessoas tem uma visão muito ruim, principalmente por esse lado. O Candomblé e a Umbanda são religiões que não tem esse preconceito com relação a sexualidade, muitos dos seus integrantes são homossexuais. Hoje em dia a gente não tem mais essa preocupação. Mas, na época que a Aids apareceu tinha essa preocupação ligada a Aids e a homossexualidade e a maioria das pessoas que frequentavam o Candomblé eram homossexuais, porque é uma religião que te aceita do jeito que você é. Então perdemos muita gente dentro do Candomblé e da Umbanda por causa da Aids, várias pessoas conhecidas foram embora certo, mas foram grandes pessoas, pessoas boas muito ligadas a seus santos, muito ligadas a sua religiosidade. A agente teve muita perda, mas a vida segue em frente e a gente não tem que chorar pelo leite derramado, mas, perdemos muita gente assim, que dá muita saudade. (J. ÍNDIO, 2010).

A partir do depoimento acima podemos inferir que a rede de proteção e apoio também acontece por parte dos filhos de santo portadores de HIV com relação aos terreiros. No depoimento, J. Índio deixa claro sua preocupação em preparar a mãe de santo para a visita do médico "desavisado", orientando-a e protegendo-a para possíveis questionamentos indesejáveis. Atitude como esta auxilia na (re)inserção e (re)configuração da identidade deteriorada do adepto portador de HIV na comunidade dos terreiros, além, é claro, do cumprimento contínuo das obrigações junto as suas entidades/orixás de proteção, bem como da dedicação que ele deverá manter com o terreiro a que pertence.

O depoimento também chama atenção para a ocorrência de pessoas que morreram vitimados pela Aids e que eram adeptos da religião. Neste caso, os terreiros acumulam experiências no lidar com a situação. O processo de acolhimento e aprendizado religioso conduzidos por pais e mães de santo e a intervenção de militantes da luta contra a Aids auxiliarão na reconfiguração das identidades dos sujeitos afetados pelo HIV/Aids. Este processo é o que abordaremos no tópico seguinte.

III. Considerações Finais

A análise sobre o estigma no convívio com HIV/Aids nos terreiros de Umbanda revela a riqueza de uma cultura que se fortalece e se renova diante das adversidades que lhes são impostas. Os umbandistas portadores de HIV/Aids, em meios as incertezas, as fragilidades e as vulnerabilidades impostas por sua condição de soropositividade, encontraram no cenário da Umbanda o acolhimento necessário para o reestabelecimento de seu

equilíbrio vital. No entanto, considerando que os valores religiosos não estão desconectados da forma como a sociedade se mantém e se reproduz, a convivência com as pessoas que vivem com HIV/Aids muitas vezes são marcadas pelo estigma que a própria Aids produz, sobretudo, durante os primeiros anos de convivência com a epidemia.

O estigma expressa os significados e práticas culturais que englobam interesses e sinalizam distinções sociais entre indivíduos, grupos e instituições. Nas relações cotidianas nos terreiros, atitudes como a separação de utensílios domésticos de uso coletivo como pratos, copos e talheres, e o medo do consumo de alimentos produzidos por portadores de HIV reproduzem o desejo de distanciamento do convívio social com aquele sujeito afetado pelo vírus. Os adeptos se sentiam ameaçados pela possibilidade de contaminação com o vírus no convívio com o portador de HIV.

A crise provocada pela incidência de casos de HIV e os dramas sociais vivenciados no convívio com a doença entre os adeptos da Umbanda em Fortaleza chamaram atenção para o cuidado com a transmissão do vírus e as práticas que pudessem por em risco a contaminação, no caso, àquelas que envolvessem cortes ou a utilização de objetos perfuro-cortantes durante os rituais. Porém, as primeiras ações de prevenção à Aids realizadas nos terreiros foram mobilizadas a partir do envolvimento dos próprios adeptos da Umbanda, sejam eles homossexuais, pessoas vivendo com HIV/Aids ou profissionais de saúde.

Da crise motivada pela descoberta e revelação da soropositividade do adepto na comunidade dos terreiros, surgem formas variadas de lhe dar com a situação. As tensões e os conflitos vivenciados no interior daquela comunidade revelam o drama e a necessidade das lideranças tomarem decisões em termos de imperativos e constrangimentos morais muitas vezes arraigados na própria religião. Visto que a própria Umbanda foi historicamente uma religião discriminada que acolheu diversos públicos estigmatizados como pobres, negros (também brancos e classe média), prostitutas, homossexuais, portadores de diversas doenças, dentre outros, além de possuírem lideranças estigmatizadas fora da religião, mas respeitadas dentro dela, e que malgrado as perseguições sofridas pela religião, ela permanece viva (re)inventando velhas e novas práticas culturais no desafio pela sobrevivência.

O acolhimento e a intervenção político-solidária que ampliam os conhecimentos sobre os riscos de contaminação e os meios de convivência com o HIV/Aids são elementos importantes neste processo. As ações de acolhimento realizadas por pais, mães e filhos de santo no cotidiano dos adeptos e nos rituais de cura aos poucos atenuam os episódios de conflitos gerados pela problemática do HIV/Aids. O conhecimento de uma longa tradição, o exercício da escuta e do aconselhamento, a disponibilidade de tempo e energia para o acompanhamento no tratamento diminuem as distâncias entre o enfermo e o cuidador, entre o enfermo e a comunidade do terreiro. A iniciativa também reflete o caráter educativo e solidário das ações que envolvem toda a comunidade do terreiro, e que perdura na memória dos indivíduos de várias gerações. No processo educativo, a ameaça e o medo da Aids vai cedendo para uma atitude mais propositiva diante das aflições causadas pela doença.

A experiência com o HIV/Aids entre os adeptos da Umbanda faz com que o grupo compartilhe informações sobre as formas de transmissão e convívio com a doença, onde, muitas vezes, o próprio portador do vírus passa a ser um agente multiplicador da prevenção e do cuidado com a irmandade do terreiro. A superação do preconceito e a (re)configuração da identidade deteriorada, estigmatizada, do umbandista portador de HIV, passa pela aceitação pessoal de sua condição e o reconhecimento e legitimação social de seus pares diante da problemática. Neste sentido, o terreiro efetiva seu caráter acolhedor, de inclusão e participação da diversidade, enquanto o adepto portador de HIV encontra o espaço adequado para o cuidado de si e de sua irmandade do terreiro.

No cenário das práticas de saúde nos terreiros no convívio com o HIV/Aids, o reconhecimento da problemática e das formas de convivência encontram-se mais acessíveis, menos conflituosas. No entanto, a aflição e o acolhimento ao adepto portador de HIV/Aids perduram continuamente, diante da dinâmica da reprodução da própria Umbanda, com seus desafios internos e externos, na (re)invensão das suas práticas culturais, no convívio permanente entre seus adeptos, bem como na luta diária por seu reconhecimento diante da sociedade em geral.

IV. Bibliografia

BASTIDE, Roger (1971), As religiões africanas no Brasil. São Paulo: EDUSP, Pioneira.

_____ (1989), Estudos afro-brasileiros. São Paulo: Perspectiva.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro (2007), Drama Social: notas sobre um tema de Victor Turner. Cadernos de campo, São Paulo, n.16, p.1-304.

CONCONE, Maria Helena Villas Boas (ed.) (1987), Umbanda: uma religião brasileira. São Paulo: FFLCH/USP-CER.

DANIEL, Herbert (1994), Vida antes da morte. Rio de Janeiro: ABIA.

DANIEL & PARKER (1991), AIDS: A terceira epidemia. São Paulo: Ed. Iglu, 1991.

FLEISCHER, Soraya et al (2009), Popularizando o cuidado com a saúde: uma apresentação. Em: Saber cuidar, saber contar: ensaios de antropologia e saúde popular / Soraya Fleischer, Carmen Susana Tornquist e Bartolomeu Figueirôa de Medeiros. Florianópolis: Ed. UDESC.

GOFFMAN, Erving (1988), Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.

_____ (1993), Estigma: La identidad deteriorada. ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores,172p.

_____(1985), A Representação do Eu na Vida Cotidiana. Petrópolis-RJ: Vozes.

HOLANDA, Violeta & ROCHA, Solange (orgs) (2006), Articulando o ativismo em Aids no nordeste. Recife/Fortaleza: SOS CORPO/GRA.

KLEINMAN, A.(1980), Concept and a model for the comparison of medical systems. Social Science and Medicine, London, v.12, p. 85-93.

LÉVI-STRAUSS, Claude (1967), A Eficácia Simbólica. Em: Lévi-Strauss, C. Antropologia Estrutural I. RJ: Tempo Brasileiro.

LOYOLA, Maria Andréa (1984), Médicos e Curandeiros: conflito social e saúde. São Paulo: Ed. Difel.

MAGNANI, J.G.C (1980), Doença e cura na religião umbandista: subsídio para uma proposta de estudo comparativo entre a prática médica oficial e as práticas alternativas. São Paulo: FIOCRUZ.

_____(2002), Doença Mental e Cura na Umbanda. Artigo publicado em Teoria e Pesquisa – Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, n.40/41, jan/jul.

MANN, Jonathan (1993), A Aids no mundo. Rio de Janeiro: RELUME DUMARÁ: ABIA:IMS:UERJ.

MAUSS, Marcel (2003), Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedade arcaicas. Em: Mauss, M. Sociologia e Antropologia. SP: Cosac & Naify, 185-318.

MONTERO, Paula (1985), Da doença à desordem: a magia na umbanda. Rio de Janeiro: Ed. Graal.

_____(1986), A cura mágica na Umbanda. Comunicações do ISER. Rio de Janeiro: Ano 5, n. 20, julho de 1986. ISSN: 0102-3055.

_____(1986), Magia e Pensamento Mágico. São Paulo: Ática.

NATIONS, Marilyn Kay ; MAGALHÃES, M. L. ; ALMEIDA, M. R (2001), Levante a Vida: Resgate a Energia Vital dos Filhos-de-Santo Tocados pela HIV AIDS. Fortaleza, Ceará: Editora Celigrafica Fotolite Ltda.

PARKER, R. & AGGLETON, P (2001), Estigma, Discriminação e AIDS. Rio de Janeiro: ABIA.

PRANDI, Reginaldo (2001), Mitologia dos Orixás. São Paulo: Companhia das letras.

POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENNAR, Jocelyne (1997), Teorias da Etnicidade. São Paulo: UNESP.

RABELO, Miriam Cristina (1993), Religião e Cura: algumas reflexões sobre a experiência religiosa das classes populares urbanas. Cad. Saúde Pública, 9(3): 316-325, jul/set.

_____ (1993), Religião, Ritual e Cura. Em: ALVES, P.C., MINAYO, M.C.S. (orgs). Saúde e Doença: Um olhar antropológico. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 1994.

_____ (1999), ALVES, PCB., e SOUZA, IMA. Experiência de doença e narrativa [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 264 p. ISBN 85-85676-68-X. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>.

RAMOS, Arthur (1934), O negro brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

TURNER, Victor (2005), Os símbolos no ritual ndembu. Em: Floresta de Símbolos. Aspectos do Ritual Ndembu. RJ: Ed. UFF, p.49-82.

_____ (2008), Dramas sociais e metáforas rituais. Em Dramas, Campos e Metáforas. RJ: Ed. UFF, p. 19-54.

_____ (1969), The Ritual Process. Chicago, Aldine.

_____(1996), Schism and continuity in an African society. Manchester: Manchester University Press, 348 p.

_____ & BRUNER, Edward M., orgs. (1986), The Anthropology of Experience. Urbana e Chicago: University of Illinois Press.

Chi Kung: sistema energético oriental de cura?

Dr. Cícero José Alves Soares Neto
Universidade Federal de Uberlândia/UFU
ciceroalves@prove.ufu.br

Resumo: Esta comunicação oral pretende expor o chi kung, como sistema energético oriental de cura, conforme a prática cotidiana dos praticantes. Inicialmente, foca-se nos princípios filosóficos do sistema energético do chi kung, apresentando o arcabouço conceitual em torno do qual se fundamenta uma prática cultivada há séculos no contexto oriental. Em seguida, aborda-se o fundamento paradigmático do "chi" como base do sistema e, então, provoca-se a distinção entre três sistemas energéticos orientais vinculados aos paradigmas do "ki" da corrente japonesa e do "prana" da linha hindu em comparação com o paradigma do "chi" da escola chinesa. Por fim, procura entender o que acontece fisiologicamente no processo energético do sistema do chi kung e como ocorre o fenômeno do que se intitula como cura. Portanto, a intenção final desta reflexão é delimitar objetivamente *o que é o sistema de cura energética do chi kung*? Conceitualmente, o sistema energético apoia-se nos princípios da teoria taoísta para articular uma prática com o sistema energético de cura. Identifica-se o contexto estrutural no qual ocorre a fisiologia energética que provoca o restabelecimento de saúde humana. Metodologicamente, esta contribuição privilegia, inicialmente, uma reflexão teórica com a intenção de contribuir conceitualmente para a compreensão do que seja o sistema energético do chi kung, procedimento energético desconhecido no mundo ocidental, mas que começa a despertar a curiosidade e o interesse após o contato inicial e os resultados advindos da prática ritualística do chi kung. Posteriormente, busca numa investigação etnográfica, entender como ocorre a origem social do ato de adoecer, em geral, e do câncer, em particular, sob a luz paradigmática do "chi", segundo a medicina tradicional chinesa.

Palavras chave: *chi kung, sistema energético, meridianos e paradigma chi.*

Introdução

A proposta analítica desta reflexão pretende focar no sistema energético oriental do chi kung, prática vinculada à corrente chinesa, como mecanismo de transmissão, aplicação e troca de energia humana. A intenção final é decodificar o que é o sistema energético do chi kung, identificar a sua rede conceitual de fundamentação energética e os pressupostos paradigmáticos do funcionamento para entender como ocorre a transmissão de energia humana. Portanto, a meta é, com base no paradigma fundamental do sistema energético do chi kung, compreender o que acontece no corpo humano com a exploração energética do "chi".

A inserção neste campo temático se deu em função da nossa prática com a formação marcial em duas modalidades de artes marciais, uma no estilo externo (karatê) e outra no estilo interno (tai chi). Entretanto, ambas convergem para a compreensão da energia no campo somático. Portanto, o treinamento marcial prepara para o conhecimento da fisiologia energética no canal corporal.

A proposta analítica desta análise pontua-se em três aspectos: inicialmente, aborda os sistemas energéticos e as suas estratégias distintas, além dos seus paradigmas fundamentais (chi, ki e prana) para cada sistema de cura mencionado: chi kung, reiki e pranayama. Com isto, busca esclarecer a distinção fundamental entre os sistemas energéticos que usam os meridianos ou os centros energéticos, os chakras. Como segundo momento, foca a abordagem, de forma singular, no sistema energético chinês, com a sua concepção taoísta. Nesta, apresenta os seus princípios norteadores do sistema energético e o paradigma fundamental da fisiologia energética: o "chi". E traz à tona o papel das emoções no campo corporal humano. Como terceiro registro, fechando a análise, prende-se ao sistema energético do chi kung. Para isto, faz a distinção entre as artes marciais externas, como o karate, e as internas, como o tai chi. O ponto fundamental na abordagem é a

respiração, como ferramenta técnica e terapêutica, para a descoberta e transformação energética do sistema chi kung.
Metodologicamente, esta reflexão limita-se apenas ao campo conceitual, provocando uma inserção nos pressupostos teóricos do sistema energético do chi kung, buscando desvendar o que é o sistema energético do chi kung e o que é o paradigma do "chi" para a articulação estratégica da rede energética.

1.Sistemas energéticos: estratégias distintas

Este capítulo propõe abordar os sistemas energéticos, chi kung, reiki e pranayama; identificando os seus paradigmas, "chi", "ki" e "prana"; e a distinção fundamental entre os modelos energéticos que usam os meridianos e chakras. Portanto, o foco da análise é apresentar uma visão macroestrutural dos sistemas energéticos e delimitar o paradigma fundamental vinculado a cada sistema.

1.1 Paradigmas: chi, ki e prana

O Ocidente, principalmente no Século XX, estreita os laços com a cultura oriental e suas manifestações singulares. Nesta interação, ocorreu o conhecimento dos sistemas energéticos orientais e a familiarização com os modelos particulares de transmissão energética. De modo gradual, os novos paradigmas vinculados aos modelos energéticos foram ocupando espaço na cultura contemporânea na realidade ocidental. Assim, a contribuição da escola chinesa apresentou o paradigma do "chi", que se materializou no ritual do tai chi e no chi kung; da tradição japonesa, o modelo fundamental foi o "ki", que se consolidou no reiki e no kiai do karatê; e, da vertente hindu, ocorreu o paradigma do "prana", que se consolidou no pranayama. Neste conjunto, a raiz de compreensão dos sistemas energéticos orientais reside em identificar prioritariamente os paradigmas que embasam cada um modelo energético e a singularidade da contribuição energética de cada sistema. Assim, a proposta analítica desta reflexão pretende demonstrar a arquitetura de energia vital que cada conjunto sistêmico energético comporta[1], a partir da exposição dos paradigmas energéticos das correntes chinesa, japonesa e hindu.

1.2 Sistemas energéticos: chi kung, reiki e pranayama

Coddington (1978), numa contribuição macroestrutural e significativa para o conhecimento das manifestações energéticas nos mais diversos recantos comunitários, identificou uma diversidade singular e regista os Hunas da Polinésia, com o sistema energético de Mana, os nativos americanos iroqueses denominam de Orenda. Na Índia, o Prana; o Ruach em hebraico e a energia orgone oriunda da interpretação ocidental reichiana. Neste movimento, os modelos energéticos orientais expostos, a partir dos paradigmas apresentados, possuem especificidades que requerem uma particularidade expositiva. Segundo Stein (1995), "*a colocação das mãos no Reiki é, primariamente, sobre os chakras*" (p. 63), pois "*cada chakra regula um órgão nessa área*" (p.63). Acompanhando o raciocínio informativo deste autor, a energia originada do reiki é ativada quando as mãos são postas sobre o corpo humano. E a energia origina-se do ki da terra e do céu, transmitido para o corpo humano (ou animal). E o corpo humano se transforma num canal energético que flui a energia pela coluna e que se manifesta pelas mãos. Portanto, segundo a tradição reikiana, o toque humano transmite energia e calor como contribuição para a cura (STEIN, 1995).
Conforme Carnie (2003), o chi kung tem aproximadamente uma prática de quatro mil anos, porém existe um processo histórico de descobertas deste ritual milenar de cura chinesa que também a denomina de magia natural. Existem três tipos de chi: o chi do céu, o chi da terra e o chi humano. Daí, a concepção de que o

1 Propositadamente, não se enveredou por inserir o paradigma da aura vinculado ao sistema energético. Que este desafio se coloque para a próxima meta analítica.

macrocosmo se localiza no conjunto universal, ficando o microcosmo com o ser humano e a interação entre o macrocosmo e o microcosmo ocorre pelo canal respiratório que ocorre a absorção energética. E segundo a concepção chinesa, o chi penetra por intermédio dos meridianos no corpo humano, principalmente circulação dos doze canais principais. Por causa disto, o objetivo fundamental do chi kung é manter a unidade do microcosmo com o macrocosmo, por meio do equilíbrio energético, holisticamente, visando a unidade da saúde do corpo humano. Portanto, segundo a concepção filosófica da corrente chinesa, o chi é respiração energética que se reflete na integração do macro (grande universo) e microcosmo (pequeno universo).
Kok Sui (2004) identifica, inicialmente, que a cura prânica, terceira corrente energética, vinculada à escola hindu, é a arte antiga de curar que se apropria do prana (ou ki ou energia vital) para revitalizar o corpo físico. Em seguida, apresenta outros nomes de identificação: "*qigong médico (ki gung ou cura ki), cura psíquica, cura vital, toque terapêutico, imposição das mãos, cura magnética, cura pela fé e cura carismática*" (p. 28). E continua a exposição: "*prana, ou ki, é a energia vital que mantém o organismo vivo e saudável*" (p. 28). Argumenta que, em grego, é conhecida como pneuma, em polinésio, mana, e em hebraico, ruah. Diz que existem três tipos de prana: solar, do ar e do solo. E o prana do ar é absorvido nos pulmões por intermédio da respiração ritmada, lenta e profunda. E a língua faz o papel de conexão, ao procurar o céu da boca, do gatilho energético. Portanto, a identificação nominal de cada sistema energético é a questão menor, pois todos adotam a lógica respiratória como fundamento do ritual energético para a aplicação do modelo de cura. Mas, *em que diferem os sistemas energéticos*?

1.3 Distinção fundamental: meridianos e chakras

Apesar desta conjuntura inicial paradigmática exposta, na realidade ocidental instalou-se uma simbiose com os sistemas energéticos orientais, que provocou a perda da identidade da particularidade de cada sistema. O movimento de amalgamento dos modelos energéticos permitiu a descaracterização de cada sistema energético mencionado. A escola chinesa privilegia o funcionamento energético com base nos meridianos, nos condutores energéticos; a linha japonesa centra o seu modelo nos centros energéticos ou nos chakras (ou vórtices). E a corrente hindu também foca, estrategicamente, o seu modelo nos chakras ou centros energéticos. Portanto, enquanto a corrente paradigmática do chi privilegia o processo condutor, os meridianos, para o funcionamento do sistema energético; os outros dois modelos, a japonesa e a hindu, com base nos paradigmas do ki e do prana, privilegiam nos chakras ou nos centros energéticos. Desta forma, é prioritária a distinção entre os três modelos energéticos para que se perceba um rigor conceitual na aplicação dos modelos, ora nos meridianos, pelo sistema chinês, ora nos centros energéticos (ou chakras), pelos sistemas japonês e hindu.

2.Sistema energético chinês (chi kung): concepção filosófica

Neste momento, a intenção analítica é a exposição filosófica do sistema energético chinês, o chi kung, com o fundamento filosófico, a teoria taoísta, com os seus princípios: a polaridade yin-yang, os cinco elementos, o ciclo do controle e o ciclo da criação; e o paradigma fundamental, o "chi", com a sua fisiologia vinculada no canal corporal pelas emoções.

2.1Taoísmo: princípios

Conforme Eckert (2002), o taoísmo, linha filosófica que fundamenta os princípios do sistema energético do chi kung, apresenta as diretrizes básicas: a polaridade yin-yang, a teoria dos cinco elementos, o ciclo da criação e o ciclo do controle e o paradigma do "chi" como energia vital que circula no cosmo. Assim, o princípio da polaridade yin-yang representa "*a lei universal da eterna transformação"* (p. 16). Segundo o autor, os dois elementos atuam interativamente e estão relacionados um com o outro e que, portanto, o "*yin-yang não são conceitos absolutos*" (p. 16). A exposição taoísta da teoria dos cinco elementos (terra, metal, água, madeira e

fogo) retrata "*a relação entre as forças naturais, o corpo e o espírito"* (p. 25). Aplicada tal interação transformadora, percebe-se o efeito do movimento transformativo e interativo da natureza sobre o ser humano e por intermédio de dois ciclos: o ciclo da criação e o ciclo do controle. A lógica da cultura chinesa antiga fundamentou-se nas leis da natureza e aplicou aos fenômenos do mundo material e espiritual para identificar uma relação entre as suas manifestações. A materialização do sistema filosófico taoísta consolidou-se na arquitetura conceitual da Medicina Tradicional Chinesa (MTC). A composição da MTC comporta alguns elementos: a teoria filosófica taoísta, a acupuntura, a fitoterapia, com os remédios originados das plantas, a dieta vegetariana como pressuposto alimentar e os exercícios energéticos (se estáticos, o chi kung; se em movimento, o tai chi). Além disto, o foco do sistema chinês reside no paradigma do "chi" como elemento fundamental de compreensão e interpretação de como isto acontece no contexto histórico.

2.2 Chi: fisiologia energética

O "chi" torna-se o catalisador para analisar fisiologicamente como ocorre a circulação energética no microcosmo, o ser humano como reflexo do que anda acontecendo no macrocosmo, o universo; ou seja, na interação grande universo (macrocosmo) com o pequeno universo (microcosmo). Chia (1999) pergunta: "*o que é o chi e de onde vem*?" Segundo o mesmo autor, "*chi é a força primordial da vida em si. Começa na vida humana com a penetração de um óvulo por um esperma*" (p. 33). E continua: "*chi é o fluxo contínuo de energia que une os vários tecidos, órgãos e funções do cérebro em um todo unificado – uma pessoa"* (p. 33). Sentenciando o papel fisiológico e paradigmático do chi, Page (1991) afirma que "*o chi é o princípio da mutação*" (p. 12).

2.3 Emoções: inserção corporal

Nas argumentações expostas da Medicina Tradicional Chinesa (Bai Ne & Hui He, 1999), o elemento provocador da circulação energética fundamental é a motivação emocional com inserção nos órgãos internos do corpo humano. Neste sentido, torna-se imprescindível a identificação das emoções e os órgãos aos quais se ligam o movimento emocional. Na fisiologia das emoções, o autor citado anteriormente correlaciona cinco órgãos e a vinculação emocional correspondente: o coração vincula-se à emoção da alegria; o baço prende-se à emoção do pensar e da preocupação; o fígado à emoção da raiva; o pulmão à emoção da ansiedade e os rins à emoção do medo. Detalhando cada órgão: o coração, fisiologicamente, tem como elemento o fogo e que não se deve separar o coração da sua função de comandar a mente. O pulmão, que tem no metal o seu elemento, possui a função de controlar a energia do corpo, por intermédio da energia respiratória. Daí, ser fundamental a prática energética vinculada ao exercício respiratório diafragmático como uma forma de inserção de mais energia vital para o corpo humano. O baço, vinculado à emoção da preocupação e do pensar, possui como elemento a terra e a reflexão (em excesso) causa uma estagnação da energia, um bloqueio da energia vital. O fígado, com base no elemento madeira, tem na emoção da raiva o estímulo prejudicial para a fisiologia corpórea. O rim, que se vincula ao elemento água, relaciona-se ao medo e controla os líquidos do corpo. Assim, as emoções são: "alegria, preocupação e do pensar, da raiva, da ansiedade e do medo". E os órgãos correspondentes são: "coração, baço, fígado, pulmão e rins". Deste modo, a conexão de toda essa engrenagem energética se vincula por intermédio dos canais condutores, os meridianos que conduzem a integração entre as partes constituintes do conjunto microcosmo (o ser humano) em interação com o macrocosmo (o universo). E o meridiano assume o papel de condução energética no corpo humano e provoca a vinculação entre os órgãos fundamentais e o sistema emocional. As doenças possuem causas ou origens: fatores climáticos, fatores patogênicos, fadiga, traumas mecânicos e parasitas, dieta imprópria e o sistema emocional com as suas manifestações representativas: "alegria, raiva, ansiedade, medo e preocupação".

Entretanto, na aplicação da interação do sistema emocional com os órgãos humanos, a inserção dos ciclos de criação e do controle que cada sociedade humana cultiva, consegue-se entender como isto ocorre, pois as relações sociais denunciam a arquitetura que a sociedade humana constrói para o sistema de premiação e de reconhecimento ou de punição e controle das ações humanas. Portanto, o contexto social está apresentado para entender como ocorre o processo de energia vital no canal corporal, por intermédio do "chi".

3.Sistema energético: chi kung

Aqui, foca-se num singular sistema energético, o chi kung, esclarecendo *o que* é *e como* funciona, por intermédio do processo respiratório oriental como técnica. Apresenta-se uma distinção das artes marciais, como externas e internas, como um recurso ilustrativo para contextualizar e, então, apontar o chi kung como um caminho de cura?

3.1 Artes marciais; externas (karatê) e internas (tai chi)

Um indicador objetivo de materialização energética dos paradigmas orientais concretiza-se nos rituais das artes marciais. Segundo Page (1991), existem duas categorias: as externas ou duras e as internas. A primeira categoria foca na capacidade corporal usada na luta e competição. O exemplo é o karatê. Daí, a disputa (kumite) entre os participantes ser permitida com competidores em igualdade entre os indicadores: sexo, faixa, idade e tempo de treinamento no dojo, para evitar que um competidor entre em vantagem na disputa e a desigualdade prevaleça entre os competidores. A segunda categoria de arte marcial, a interna, objetiva primordialmente a compreensão de si mesmo, energeticamente falando, pois se vale da energia circular como recurso de conhecimento pessoal. A intenção não é causar danos ao outro, mas servir como canal de desenvolvimento espiritual. Um exemplo ilustrativo é o tai chi e o aikidô, que usam a energia circular como referência de evitar o confronto direto e externo. Portanto, percebe-se na concretização das artes marciais o caminho do tao como recurso de experimentação energética preconizada pelo taoísmo.

3.2 Respiração oriental: técnica

De acordo com Nakamura (1991), existem três estilos da terapia respiratória: *regulação do corpo, regulação da respiração e regulação da mente* (p. 40). Regulação do corpo objetiva pôr o corpo em ordem e adquirir uma postura adequada; a regulação da respiração pretende respirar sistematicamente e a regulação da mente significa esvaziar a mente e preservar a acuidade dos sentidos (p. 40). Nesta perspectiva, o que significa harmonizar a mente com os sentidos? Significa harmonizar os sentidos com a energia vital, visando harmonizar com a força. Então, o raciocínio da autora diz: "*o "ki" é uma energia vital existente tanto no microcosmo (o mundo interior do corpo) como no macrocosmo (o mundo exterior do corpo, incluindo o universo celeste)*. (p. 40). Numa afirmação paradigmática a autora afirma que "*as doenças podem ser curadas pela respiração" (p. 9),* pois *"o mecanismo da respiração oriental como terapia envolve o consciente tensionamento e relaxamento dos músculos, dos nervos e também da mente, mediante a respiração*" (p. 9).

3.3Chi kung: caminho de cura?

Segundo Carnie (2003), o chi kung[2] é uma arte que instrui o praticante a identificar, desenvolver e instrumentalizar a energia que existe em cada ser humano, por intermédio de uma prática disciplinada e metódica de autoconhecimento que se transforma na proposta do exercício respiratório que potencializa a "*energia interna do corpo com o objetivo de alcançar saúde física, mental e espiritual"* (p. 15). Daí, a essência do chi kung: "*arte de harmonizar a respiração com a atenção*" (p. 15). Historicamente, o foco no interesse do chi kung remonta há quatro mil anos e, atualmente, faz parte da cultura chinesa com mais de sessenta milhões de praticantes (p. 17). No início do Século XXI, apesar desta contribuição cultural na sociedade oriental chinesa, os exercícios energéticos tradicionais e os rituais medicinais foram varridos para a inserção das tecnologias ocidentais em substituição à cultura antiga. Somente no Governo de Mao Tse Tung, na década de 1940, ocorreu o florescimento dos métodos antigos de cura chinesa, principalmente pela demanda demográfica em busca de

2 Tem outras grafias reconhecidas: Qigong e Chi kon. ,

recursos sanitários e o sistema de saúde ser reprimido para oferecer infraestrutura de atendimento ao conjunto populacional chinês. Nesta lógica, restou o investimento no Chi Kung, como a fonte energética prioritária e preventiva de adquirir um método de fortalecimento "*do corpo, a mente e o espírito com energia"* (p. 19). O Chi Kung, como sistema energético, tem semelhanças e distinções com o Tai Chi Chuan, pois esta ferramenta marcial originalmente direcionou-se para o estilo suave de autodefesa, valendo-se dos músculos relaxados ao invés de tensionados. Inicialmente, o foco do chi kung é "*gerar, manipular e utilizar essa energia mentalmente"* (p. 21). Ao distinguir a identidade estratégica do exercício marcial entre os dois estilos, o tai chi chuan procura identificar o "*chi no do corpo do praticante*" (p. 21), enquanto que o chi kung busca "*gerar, manipular e utilizar essa energia mentalmente*" (p. 21). Por isto, o praticante de tai chi chuan foca no movimento físico dos músculos, enquanto que o chi kung se concentra no movimento interno energético, ou seja, como ocorre a produção energética do chi no corpo humano.

A contribuição deste último autor ainda diz que existem estilos de Chi Kung: *o mental*, que busca prioritariamente a saúde mental, com a intenção de deixar o cérebro dinâmico, pois a mente fraca será porta de inserção de doenças, naturalmente; *o terapêutico*, no qual o praticante incorpora o manuseio da energia no corpo humano como produto do movimento físico; *o marcial,* no qual a essência é aprender a lutar e a defender. Neste, a meta é a busca da resistência física pelo uso da energia interna; e *o espiritual*, que possui o cuidado de controlar as emoções e o espírito. Deste modo, na China, cada grupo familiar cultivava seu estilo de arte marcial e a ramificação de investimento em cada abordagem, porém, a essência verdadeira do chi kung era "*um método que pode ser usado para curar e prevenir doenças, fortalecer a saúde e evitar o envelhecimento precoce"* (p. 23). Portanto, o chi kung busca entender *o que* é a *energia humana* e *como* desenvolvê-la numa quantidade possível de proteção e sobrevivência da vida. Para isto, utiliza-se dos meridianos do corpo, distribuídos para a constituição do pequeno universo (o corpo humano).

Conclusão

Propositadamente, a intenção é canalizar a reflexão para uma abordagem holística de um sistema energético específico, o chi kung, focando a distinção entre os sistemas energéticos orientais, o reiki e o pranayama, por intermédio dos seus paradigmas "chi", "ki" e "prana". E, também, na distinção estratégica da instrumentalização do uso dos meridianos e dos centros energéticos (ou chakras) para compreender a energia vital como fonte de equilíbrio ecológico. Além dos rituais paradigmáticos mencionados no início desta análise, pode-se, ainda, identificar, o paradigma ocidental grego de pneuma, a bioenergética dos russos, os fluídos do espírito santo dos cristãos e a prática ritualística dos espíritas, por intermédio dos passes. Entretanto, em nenhum momento, se caminhou pela cultura africana que deve ter os seus rituais energéticos semelhantes ao modelo em tela, como a prática do candomblé e outros sistemas energéticos, mas que não foram contemplados neste momento.

Portanto, a análise buscou focar na identidade distinta entre os sistemas energéticos, caracterizando cada paradigma (chi, ki e prana) como fundamento de cada modelo para provocar a distinção pela arquitetura do uso dos meridianos e chakras. Num segundo momento, ao singularizar o sistema energético do chi kung, procurar definir os princípios taoístas e a demonstração da fisiologia energética do chi como inserção corporal por intermédio do sistema emocional vinculado aos órgãos do ser humano. Ao concluir, dá um destaque ao processo respiratório como canal de inserção da cultura do chi para caminhar numa cultura de cura interna para fazer frente ao processo de pressão desgastante (stress) do corpo humano. Qual o caminho de escolha que cada um indivíduo busca para si?

Referências

Amaral, S. (1984). *Chi kun: a respiração taoísta, exercícios para a mente e para o corpo*. São Paulo: Summus.

Bai Ne, Z. & Hui He, Y. (1999). *Teoria básica da Medicina Tradicional Chinesa.* São Paulo: Atheneu.

Carnie, L. V. (2003). *Chi Gung: cura chinesa, energia e magia natural*. São Paulo: Pensamento.

Chia, M. (1999). *A Energia curativa através do Tao: o segredo da circulação de nossa força interior*. São Paulo: Pensamento.

Chi Kung da camisa de ferro: uma antiga e secreta arte marcial chinesa. São Paulo: Cultrix.

Coddington, M. (1978). *Seekers of thTe healing energy: reich, cayce, the kahunas, and other másters of the vital force*. New York, Destiny Books.

Ding, L. (2004). *Tai Ji Qi Gong: exercícios terapêuticos da Medicina Tradicional Chinesa*. São Paulo: Pensamento.

Eckert, A. (2002). *O Tao da cura: a teoria dos cinco elementos aplicada ao qi gong, tai chi, acupuntura e feng shui*. São Paulo: Ground.

Hon, S. C. (2005). *Qigong: taoísta para saúde e vitalidade*. São Paulo: Pensamento.

Jahnke, R. (2005*). A Promessa de cura do Qi: criando um bem-estar extraordinário com o Qigong e o Tai Chi*. São Paulo: Cultrix.

Kok Sui, C. (2004). *Ciência da cura prânica*. 5ª ed. São Paulo: Ground.

MacRitchie, J. (1994). *Chi Kung: mais energia*. Lisboa: Estampa.

Nakamura, T. (1991) *Respiração oriental: técnica e terapia.* São Paulo: Pensamento.

Page, M. (1999). *Ch'i: energia vital*. São Paulo: Pensamento.

Qing, S. J. (1999). *Chikung: a iluminação do coração*. São Paulo: Madras.

Stein, D. (1995). *Reiki essencial: manual completo sobre uma antiga arte de cura.* São Paulo, Pensamento.

Yin, B; Yun, G. (2005). *Cura energética do Qigong: terapia de rejuvenescimento dos cinco elementos*. São Paulo: Pensamento.

Saberes silenciados e silenciosos: saúde e cultura do Vale do Jequitinhonha

Silvia Regina Paes[1]

Rosana Passos Cambraia[2]

Marivaldo Aparecido de Carvalho[3]

Deiviany Santana[4]

Eloizio Fernando das Neves[5]

Resumo: A presente comunicação tem como objetivo ampliar e fomentar a discussão acerca das práticas e saberes populares a respeito da doença e da saúde das comunidades tradicionais do Vale do Jequitnhonha/MG – Brasil. São vastos os conhecimentos e as técnicas de cura das culturas tradicionais (indígenas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhos e outros) que podem contribuir à expansão do conhecimento na área da saúde. No processo de cura há que levar em consideração a dimensão sagrada nas culturas tradicionais: a fé cura. Os conhecimentos das comunidades tradicionais sobre saúde/doença, sobre a natureza, compõem o patrimônio imaterial e correm silenciosamente apesar da discriminação do conhecimento acadêmico. É preciso que esses conhecimentos sejam resguardados, valorizados e levados em consideração pelos acadêmicos e profissionais da área da saúde. Revalorização das epistemologias "alternativas", isto é, as que foram silenciadas ao longo da história, para estabelecer um "diálogo de saberes".

Palavras-Chave: Saúde, Conhecimento Tradicional, Representação Social

Introdução

O artigo aqui apresentado faz parte das reflexões feitas ao longo dos projetos de extensão realizados pelo Grupo de Pesquisa e Extensão em Saúde Coletiva (Grupo Jequi) e pelo Grupo de Estudo e Pesquisa dos índios de Minas Gerais (GEPIMG) os autores, do presente artigo, fazem parte.

O foco dos estudos é a cultura tradicional dos vales do Jequitinhonha e Mucuri em Minas Gerais/Brasil. O objetivo principal é estabelecer um diálogo entre os conhecimentos produzidos por estas culturas e os produz-

---

1 Professora de sociologia nos cursos da área da saúde (Fisioterapia, Odontologia, Enfermagem e Nutrição) e Atualmente é Professora Adjunta III do Departamento de Ciências Básicas (DCB) da UFVJM - Campus de Diamantina – MG/Brasil. Currículo: http://lattes.cnpq.br/7630109886729594 Silvia.paes@ufvjm.edu.br

2 Professora Associada da Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde, depto. de Farmácia, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Currículo: http://lattes.cnpq.br/5804714230015958 rosacambraia@hotmail.com

3 Professor adjunto da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Ministra aula de antropologia nos cursos da saúde (Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição e Odontologia). Curriculo: http://lattes.cnpq.br/3247843316807952 marivascarvalho@hotmail.com

4 Estudante da graduação do curso de Nutrição da UFVJM. deivianysantana@hotmail.com

5 Estudante da graduação do curso de Farmácia da UFVJM.
Agradecimentos especiais à FAPEMIG por apoiar este trabalho. eloiziofernando@yahoo.com.br

idos pela universidade. O objetivo dos projetos desenvolvidos e em desenvolvimento é a busca por novas metodologias, a partir do diálogo participativo entre as comunidades tradicionais e a universidade a respeito das questões relacionadas à saúde. Esta prática se faz necessário no contexto da humanização da saúde preconizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Para um melhor esclarecimento sobre o significado de comunidade tradicional ou cultura tradicional houve a necessidade de rever estes conceitos a partir de alguns autores como Diegues. A compreensão sobre as comunidades tradicionais no contexto do processo de globalização se faz necessário para melhor situá-las no transcorrer do desenvolvimento no Brasil.

As representações sociais contribuíram para uma melhor compreensão dos significados e importância dada aos conhecimentos pelas culturas tradicionais e os representantes responsáveis pelas práticas curativas.

Os conhecimentos sobre tratamentos de diferentes doenças, em uma comunidade, são muito variados. Alguns destes conhecimentos mais gerais, como o uso de chás, são de domínio de toda comunidade e os mais específicos pertencem às benzedeiras ou curandeiros que tratam dos problemas mais difíceis de serem curados. Mas, todo e qualquer conhecimento é coletivo e não se tem um beneficio por saber mais que os demais membros da comunidade. Os benzimentos ou benzeção feitos pelos curandeiros e benzedeiras são gratuitos.

Sendo assim, os conceitos de saúde e doença são produzidos a partir de experiências contextuais, culturais, históricas e sociais, e igualmente construídos são os procedimentos de cura.

1. O conceito de Comunidade Tradicional

Para Diegues (1994) o conceito de cultura tradicional, o qual nos interessa aqui, deve ser compreendido a partir das seguintes características: a) simbologias (mitos, rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas); b) "Auto- identificação"; c) "Noção de território"; d) "ocupação desse território por várias gerações". Estas características estão associadas ao conhecimento que essa cultura tem sobre seu meio ambiente natural.

A Convenção da Diversidade Biológica (CDB) reconhece o conhecimento ecológico das culturas tradicionais e o define como "conhecimento, inovações e práticas das populações indígenas e comunidades locais contidos em estilo de vida tradicional ou como tecnologias pertencentes a estas comunidades".

A maioria dos autores define o Conhecimento Tradicional Ecológico (CTE) como um corpo de conhecimento construído por um grupo de pessoas vivendo ao longo de gerações em contato íntimo com a natureza. Isto inclui um sistema de classificação e um conjunto de observações empíricas sobre o ambiente local e um sistema de autogerenciamento que regula o uso dos recursos. O autor identifica várias características do CTE, mostrando como este é gerado, registrado e transmitido. O CTE pode ser caracterizado como: de tradição oral; observação a partir da experiência prática; fortemente ligado ao contexto social, das relações sociais e espirituais.

Estas caracterizações do CTE demonstram um valoroso conhecimento das comunidades tradicionais, como já salientou Lévi-Strauss no livro "O pensamento selvagem" denominando, o conjunto desses conhecimentos, de "ciência do concreto". Ao mesmo tempo, tem sido demonstrado que a exclusão desses conhecimentos no processo de desenvolvimento trouxe consequências desastrosas para muitas regiões do mundo, onde o conhecimento externo foi imposto sem levar em conta o CT.

O conhecimento nas comunidades locais e populações indígenas é criado socialmente, ou seja, pela coletividade, ao passo que a ciência e a tecnologia são criadas por indivíduos e equipes de investigadores ou empregados das empresas e outras instituições. Assim, mais do que distinguir entre tácito (Polanyi, 1997) e codificado, o CT se caracteriza pela fraca separação deste conhecimento em relação ao conjunto do discurso e da sociabilidade cotidianos.

A indústria farmacêutica foi o principal grupo de interesse e de lobby na promulgação da universalização do sistema de direitos da propriedade intelectual. Essa indústria é um setor no qual as inovações possuem a característica de ser altamente divisível e codificável (Ryan, 1998). Como resultado, o processo de inovação está sujeito aos riscos da fácil imitação e o sistema de DPI, via patentes, apresenta-se como o mecanismo mais eficiente de apropriação privada. O potencial das biotecnologias levou a indústria farmacêutica a adotar uma rota de inovação que depende crucialmente de recursos genéticos, o que conduziu a indústria a fazer um forte

lobby para a extensão do sistema de apropriação via DPI para tais recursos. Ao mesmo tempo, o reconhecimento de um único sistema de produção de conhecimento levou o conhecimento tradicional a ser tratado como propriedade comum, abrindo desta maneira as portas à biopirataria.

Os "povos indígenas e tradicionais tem o papel central na implementação de práticas de sustentabilidade no Brasil (...) sistemas gerenciais dessas culturas abrangem princípios de sustentabilidade e também porque os ecossistemas "naturais" são o resultado de suas práticas tradicionais." (POSEY, 2002, p.347).

Há uma campanha para denegrir os conhecimentos das culturas tradicionais pela mídia, tento como porta voz médicos e especialistas acadêmicos. Enquanto isso, este mesmo conhecimento é apropriado indevidamente pela indústria farmacêutica e legalmente executadas por leis que favorecem o capital e não protegem os direitos das culturas tradicionais.

A diversidade biológica e cultural fazem parte de uma realidade complexa e como tal tem que ser analisada dentro de um contexto amplo de análise e são indissociáveis. Os direitos ao acesso aos recursos tradicionais pelas comunidades devem ser assegurados e a valorização do saber tradicional constitui uma meta a ser ainda alcançado pelas populações indígenas e tradicionais de todo o Brasil.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, em seu Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**,** vai em direção da aquisição de direitos pela comunidade tradicional brasileira. Esta política dá ênfase ao reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, respeitando e valorizando suas identidades, formas de organização e instituições.

Outras iniciativas fazem parte da valorização das comunidades tradicionais como a criação da Universidade da Floresta do Alto Juruá (Uniflora). Ela funciona dentro do Campus da Universidade Federal do Acre (UFAC) e tem como objetivo a formação de profissionais que possam unir o conhecimento científico produzido nas academias com o saber das populações tradicionais da Amazônia.

A proposta da Uniflora é valorizar o conhecimento das comunidades tradicionais que vivem na região - como os seringueiros[16], indígenas e ribeirinhos[7] - levando-o para dentro da universidade, como disciplina, na grade curricular.

O Programa Nacional para Plantas Medicinais e Fitoterápicos do Ministério da Saúde também é um tentativa de valorização das culturas tradicionais; desenvolver pesquisa junto às comunidades; a valorização da indústria farmacêutica nacional e garantir o direito ao conhecimento criado comunitariamente. A iniciativa tem o propósito de desenvolver a produção de insumos de origem vegetal, preferencialmente com cultivo orgânico, considerando a agricultura familiar, o conhecimento tradicional e o científico.

Todas essas iniciativas e compreensão do significada de cultura tradicional levam à necessidade de uma reflexão em um contexto mais amplo de análise para melhor situar as comunidades no interior da sociedade nacional e até mesmo internacional.

2 Comunidades Tradicionais e globalização

Partir-se-á do conceito de evolução que subjaz ao de globalização na tentativa de entender as comunidades tradicionais no contexto da sociedade ocidental. Ao longo de séculos, o significado de evolução está no de civilização, desenvolvimento, modernidade, progresso e globalização. Aqui inicialmente este conceito partirá do significado que Rostow (apud Layrargues ,1997) designou, isto é, "se baseia na idéia de sucessão evolutiva de estágios" e, baseando-se no darwinismo social que, como na natureza, a sociedade humana vai de formas inferiores para superiores. E sempre pensado como um movimento de crescimento para o melhor. Resta a pergunta: melhor para quem?

---

6 Serigueiros são trabalhadores que extraem látex das seringueiras. Estas são típicas da floresta amazônica.

7 Ribeirinhos faz parte da população que vive à margem de rios, principalmente na região norte do Brasil, e a atividade fundamental para sua sobrevivência é a pesca.

Desde meados do século XX questionou-se e pôs-se fim ao conceito de história linear, sobre o qual paira a concepção de desenvolvimento e também a concepção de cultura. Esta passou a ser pensada no plural, e a história como descontínua. Vê-se ainda hoje a força das concepções positivistas que forma o imaginário sobre a realidade.

Para o capitalismo, as diferenças culturais entre os países não seriam devido às variadas formas de se apropriar e interagir com o ambiente, mas sim uma consequência dos retardamentos em relação à modernidade. Essa é a ideologia que movimenta a sociedade capitalista, nas Américas desde 1492 - sobre as culturas ditas não civilizadas e hoje denominadas de tradicionais. Se antes a Europa circulava pelo mundo à procura de expansão econômica e "preocupada" em levar a civilização às culturas indígenas, asiáticas e africanas, hoje, com a primazia dos E.U.A e sob o manto da globalização, faz o mesmo com a conivência e auxílio dos próprios colonizados. O golpe é antigo, antes com o intuito de civilizar, hoje com o intuito de desenvolver ou globalizar, ataca-se a diversidade biológica e cultural do planeta.

Neste sentido, o presente texto pretende levar à discussão os temas sobre saúde e cultura tradicional. Esta vem resistindo silenciosamente de maneira soberba diante das investidas do capital. Vide o caso dos índios guarani[8] que há 500 anos mantêm a sua identidade indígena e lutam por seu território.

Os "zé ninguém" - denominado por Darcy Ribeiro[9] ao fazer referência aos que nasciam das relações sexuais entre índios, negros e portugueses - não tinham uma identidade própria e não eram nem índios, nem negros e nem portugueses, formaram uma cultura a parte. Milhares de "zés" estruturaram o povo brasileiro e, atualmente, em diferentes localidades são denominados de caiçara[10], caipira[11], ribeirinho, sertanejos[12], camponeses. Construíram ao longo de séculos uma identidade própria que desde então se refaz na relação de alteridade. E estão aí marcando presença no século XXI. Como resistiram?

Do ponto de vista antropológico deve-se pensar a identidade não como algo estanque, mas que se faz e refaz a todo o momento. É um processo de ressignificação. Assimila-se o outro e se deixa assimilar por ele. Esse processo é contínuo e se reconstrói no embate com o outro e também através da memória.

Martins (1993), Canclini (2000) e Cândido (1998) concordam em um ponto: não é o moderno que incorpora o tradicional, mas o tradicional agrega fragmentos do moderno (Martins, idem), ou incorpora os padrões modernos (Cândido, idem), ou ainda, como diz Canclini (idem), há uma interação entre modernizadores e tradicionalistas. Eles querem manter parte da tradição como recurso simbólico e os outros estão interessados em modernizar-se. Esse episódio nos remete à reflexão da impossibilidade do moderno se incorporar e se adaptar ao tradicional. O contrário acontece. O grau de flexibilidade do tradicional é consideravelmente maior do que a rigidez do moderno. Há que se repensar e reavaliar os significados desses conceitos.

A investida maior do capitalismo sempre foi sobre o território das comunidades tradicionais em busca de riquezas (plantas, minérios, conhecimento e água). Seja a partir da construção de rodovias, das leis de conservação com criação de parques; proibição de plantio; caça; coleta e pesca; barragem; destruição das florestas, mares e rios; turismo; ou das próprias rivalidades internas ao grupo e outros. Esse foi um processo denominado por Viana (2000) de des-envolvimento que será tratado mais adiante.

Anteriormente a esse processo acima mencionado, ou seja, de desferir ataques sobre os povos tradicionais, implantados pelo capitalismo a partir do século XV, também, com o surgimento da filosofia na Grécia antiga,

---

8 Os guarani foram um dos primeiros índios em contato com o europeu no século XVI. Eles estão presentes nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, além de ser encontrado no Paraguai e na Argentina.

9 Esta denominação foi feita por Darcy Ribeiro no vídeo "O Povo Brasileiro" baseado no livro com o mesmo nome.

10 Caiçara é a denominação do povo que nasceu no litoral e vive da pesca artesanal, da pequena agricultura (horticultura de floresta, itinerante ou de coivara) e coleta. Eles estão localizados no sul do Rio de Janeiro até o norte de Santa Catariana.

11 Caipira é o povo que habita o interior do Estado de São Paulo e vive da pequena agricultura e podem ser denominados de camponeses.

12Sertanejo é um povo que vive no sertão ou no campo e, assim como o caipira, faz sua roça (pequena agricultura).

houve o desvencilhar do pensamento mítico característicos de outras civilizações denominadas pelos gregos de bárbaras. Este fato se intensificou com o surgimento das ciências por volta do século XVI. Mesmo quando a razão estava sob o jugo da fé, na Idade Média, as tradições, por exemplo, no uso de plantas por parte de mulheres, eram colocadas como demoníacas. Há séculos o conhecimento tradicional vem sendo descaracterizado e, hoje, fortemente pelas ciências em geral e pelas questões relacionadas ao meio ambiente em particular. Para muitos ambientalistas, e mesmos alguns cientistas e políticos as comunidades tradicionais são vistas como predadoras e seus conhecimentos como superstições.

No tocante à globalização, Ianni (1997s/d) afirma que é um processo histórico-social de vastas proporções e se impõe aos povos, tribos, nações nacionalidades abalando antigas estruturas. Ainda Ianni (idem) declara que esse fenômeno "compreende relações, processos e estruturas de dominação e apropriação desenvolvendo-se em escala mundial. São relações, processos e estruturas polarizadas em termos de integração e acomodação, assim como de fragmentação e contradição."

Justamente no paradoxo e nas contradições do capitalismo é que reside a possibilidade das culturas tradicionais resistirem à homogeneização pretendida pela globalização. Nos interstícios do sistema é que as culturas tradicionais fincam raízes e resistem ao tempo de mudanças.

A resistência à globalização por parte das culturas tradicionais vem a partir do empoderamento destas. Quando a própria comunidade assume para si os seus direitos e luta por eles. Pode-se pensar neste caso do MST[13], dos seringueiros, das quebradeiras de coco do Maranhão[14], dos caiçaras, pescadores artesanais, faxinais[15], quilombolas[16], pequenos agricultores e outros. Uns mais organizados do que outros. A tradição se mantém e se manterá na sociedade capitalista globalizada justamente porque é e será sempre o contraponto desta sociedade em que a contradição e o paradoxo são inerentes ao sistema.

2.1 Comunidades Tradicionais e desenvolvimento

As culturas tradicionais são postas politicamente e economicamente como um entrave ao desenvolvimento. Na lógica de uma história linear positivista estas culturas representam o atraso, um impedimento para o crescimento. Esta é a lógica capitalista que expande o capital expulsando as comunidades ditas tradicionais de seu habitat.

Porém outras possibilidades de interpretação são feitas e fogem à lógica de análise positivista como as feitas por Layrargues (1997), Sachs (1986) e outros.

Layrargues (1997) ao refletir sobre o desenvolvimento endógeno, próprio das comunidades tradicioanis, defendido por Sachs que, por sua vez, afirma que cada região poderá resolver seus próprios problemas a partir de seus conhecimentos sobre o meio ambiente natural, cultural e suas necessidades imediatas ou em longo prazo. Afirma ainda que a nação do sul pode viver sua própria modernidade, transformando-se sem perder sua configuração original.

Dizia Strong (apud LAYRARGUES, 1997) que o ecodesenvolvimento se caracterizava como um estilo de desenvolvimento das áreas rurais do Terceiro Mundo e se caracterizava pela utilização criteriosa dos recursos locais.

O ecodesenvolvimento se assemelha ao desenvolvimento sustentável, pois incorpora um principio ético já

---

13 Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra. Este é um movimento social brasileiro muito forte e atuante no cenário político brasileiro. Uma de suas principais reivindicações é a reforma agrária.

14 As quebradeiras de coco babaçu lutam pela liberação deste fruto que está localizado em grandes propriedades privadas que as impedem de coletá-lo. A luta delas é pelo "babaçu livre". Este fruto é típico do Brasil e sustenta muitas famílias que dele dependem.

15 Outra povo tradicional que vive no Estado do Paraná e tem na pequena agricultura sua principal atividade econômica.

16 Quilombola é designação comum aos escravos que fugiam dos engenhos de cana-de-açúcar no século XVIII e formavam pequenos territórios denominados de quilombo. Atualmente há vários quilombos por todo o Brasil. São reconhecidos pela Constituição brasileira de 1988 e lutam pelo reconhecimento e legalização de seu território.

consagrado pelas comunidades tradicionais, ou seja, assegurar o direito das gerações futuras a usufruir dos bens naturais, cabendo à geração presente preservá-la. Por outro lado, neste "novo" pensar o desenvolvimento, a natureza entra no cômputo econômico como um valor comercial, como *commodities.* Neste novo discurso aparecem as comunidades tradicionais como fazendo parte do processo decisório. Longe de ser verdade, a maioria das comunidades tradicionais do Brasil está fora do poder de decisão e quando são chamadas, já não podem fazer nada para reverter um projeto de grande impacto.

Estes desenvolvimentos que ganham características "novas" repetem as velhas fórmulas da economia capitalista. Sempre na lógica da expansão do capital. Neste sentido, os recursos genéticos são considerados uma herança natural e cultural de livre acesso e por isso são pressionados pelas novas tecnologias a serem disponibilizados em transações comerciais e a privatização desses recursos. Neste processo entram novos regimes de apropriação – sistemas de Direitos de Propriedade Intelectual (DPI).

Também nesta nova visão economicista as comunidades tradicionais entendem a biodiversidade não como um bem que pertence a um indivíduo particular, mas constitui uma herança coletiva. E são responsáveis pela descoberta, desenvolvimento e preservação de uma enorme quantidade de plantas medicinais que, por sua vez, interessa as companhias ocidentais e instituições de pesquisa através de programas de bioprospecção - é o método ou forma de localizar, avaliar e explorar sistemática e legalmente a diversidade de vida existente em determinado local para servir de insumo na indústria moderna de farmacêuticos, medicina botânica, cosméticos, de pesticidas agrícolas e biológicos, serviços médicos.

O Projeto Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil (NUPAUB/USP[17]) de 1999 fez um inventário dos trabalhos que tratam dos conhecimentos tradicionais relativos ao meio natural das populações tradicionais do Brasil e constatou que estas populações construíram ao longo das gerações, um conjunto considerável de conhecimentos e práticas sobre os ecossistemas e a biodiversidade; diversidade de espécies, de ecossistemas e de genética como fenômeno cultural e não apenas natural, como resultado da ação humana sobre a natureza. Isto significa que a natureza foi humanizada sob outras lógicas que não à da sociedade ocidental predatória, mas que a lógica de dominação da natureza que subjaz nas culturas tradicionais conseguiu ao longo de séculos se harmonizar com os espaços naturais, pois destes dependiam a sobrevivência da comunidade. Sob esta perspectiva é que as culturas tradicionais viveram e algumas ainda vivem dentro da lógica do "envolvimento sustentável" como denominou Viana (2000).

2.2 Comunidade Tradicional e envolvimento sustentável

Para Viana (idem) um dos entraves à implantação do conceito de desenvolvimento sustentável é à distância dos tomadores de decisão em relação à realidade. Parte significativa dos ecossistemas naturais remanescentes do Brasil encontra-se em áreas habitadas por populações tradicionais (índios, caiçaras, quilombolas, caboclos, ribeirinhos e extrativistas). Em geral os técnicos e autoridades desconhecem a ecologia dos ecossistemas naturais e, muito menos a realidade das populações tradicionais que vivem nessas áreas. Os trabalhos realizados nas comunidades são feitos de maneira a excluí-las do processo decisório e feito de maneira não participativa. Os resultados de uma metodologia não participativa são equivocados com informações e interpretações errôneas sobre os espaços naturais e sobre as culturas locais.

O envolvimento sustentável, ao contrário do desenvolvimento tradicional, prima pela valorização do conhecimento das comunidades tradicionais, seus direitos à propriedade e ao manejo dos ecossistemas naturais.

Como afirmou Viana

> O envolvimento sustentável deve buscar reverter o distanciamento do homem em relação à natureza. Ao se envolver as sociedades com os ecossistemas locais, são fortalecidos os vínculos econômicos, sociais, espirituais, culturais e ecológicos. O

17 Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras da Universidade de São Paulo/ Brasil.

> envolvimento sustentável deve criar condições favoráveis para um manejo mais cuidadoso, feito por indivíduos que vivem, convivem, apreciam e conhecem as sutilezas dos ecossistemas naturais.
> O envolvimento sustentável coloca a necessidade de uma profunda mudança na política de conservação das florestas brasileiras. Até quando vamos encarar as populações tradicionais como "invasoras" das unidades de conservação, cujo destino é o seu desenvolvimento rumo às favelas urbanas? Não é hora de apoiar e valorizar essas populações como guardiões das nossas florestas? Até quando vamos analisar os problemas ambientais como se fossem distantes dos cidadãos e cuja resolução é responsabilidade exclusiva dos governos e técnicos? A mudança deve ser radical e urgente.

A questão do desenvolvimento há tempos foi posto em cheque pelas próprias comunidades tradicionais e pelos movimentos sociais no Brasil. E se faz necessário repensar este conceito a partir das contradições que o mesmo apresenta frente à realidade na qual se expõe e, também, suas representações nas culturas tradicionais.
No processo de colonização que se iniciou desde o século XVI, até os dias atuais, travestido de desenvolvimento e globalização, representou uma longa e persistência desqualificação dos conhecimentos das culturas tradicionais brasileira, sejam elas indígenas, negras e outras que se originaram da miscigenação destas.
Como bem resumiu Carvalho

> As nações indígenas contavam pelo menos com vários conhecimentos úteis para a sua sobrevivência diante de uma situação de tamanha adversidade, como os detalhes da fauna e da flora e a familiaridade com o território em geral, cuja dimensão sagrada tentou preservar, apesar da violência simbólica própria da colonização. Já os africanos escravizados tiveram que refazer quase inteiramente seus saberes e códigos culturais de origem, desenvolvendo duas estratégias básicas que distinguem as tradições culturais da Diáspora afro-americana até hoje: ou a fuga do regime escravo, formando as sociedades quilombolas (modelo que existiu simultaneamente em todos os países escravistas do Novo Mundo desde o séc. XVI); ou a sobrevivência no interior do regime escravista, negociando expressões simbólicas com os opressores brancos ocidentais e, a partir daí, recompondo e recriando saberes próprios que lhes permitiu criar tradições culturais que distinguem as comunidades afro-americanas até hoje.Todos esses grupos humanos encontram-se agora em um processo intenso de retomada de seus conhecimentos e valores culturais e sociais tradicionais para afirmá-los diante da sociedade nacional em igualdade de condições com os conhecimentos de origem européia, dominantes e utilizados para representar a nação brasileira, tanto nos espaços internos como nos externos. (CARVALHO, S/D).

A importância de estudar para melhor compreender o conhecimento das culturas tradicionais, suas representações sobre saúde, doença e natureza para que haja avanço significativo na inter-relação ciência acadêmica e ciência do concreto, entre conhecimento acadêmico e conhecimento popular. Somente daí há a possibilidade de construção de um conhecimento mais humanizado que podem contribuir para a formação de novos profissionais na área da saúde, principalmente.

3. Representações sociais, conhecimentos tradicionais e saúde

Os conhecimentos tradicionais de saúde (sejam eles quilombolas, indígenas, caiçaras, dentre outros) são pouco estudados e não são considerados na mediação e resolução de conflitos entre gestores e comunidades. Os conhecimentos das comunidades tradicionais resistem a gerações e passam por um longo processo de mudanças e assimilação e são fundamentais para muitos povos, no entanto, são concebidos erroneamente como inferiores, ou mesmo ultrapassados. Para Castelli & Wilkinson (2002) é importante

entender que o conhecimento nas comunidades locais e populações indígenas, é criado socialmente, ou seja, pelas comunidades, ao passo que na ciência e a tecnologia são criadas por indivíduos e equipes de investigadores.

Segundo Leff (2001), o diálogo entre os conhecimentos acadêmicos e os saberes populares deve conduzir à aplicação das ciências aos problemas ambientais. Assim sendo, para este autor, as universidades devem abrir-se a um processo de pesquisa em conjunto com as comunidades e populações, nas quais existam os problemas ambientais, captando os problemas a partir das bases e devolvendo a elas o saber elaborado, com incorporação de temas como a reconstrução de saberes.

O conceito de ambiente no presente trabalho segue a definição de Leff (2001, pág. 224) que afirma ser o ambiente como "uma visão das relações complexas e sinérgicas gerada pela articulação dos processos de ordem física, biológica, termodinâmica, econômica, política e cultural." Que por sua vez, se entrelaça com o conceito de saúde estabelecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que, em 1948, definiu saúde como "o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença." Apesar desta concepção esbarrar em outras, como as relacionadas às desigualdades sociais, parte-se dela para o início ao diálogo sobre saúde.

Para Moscovici (2003) o conhecimento produzido fora da esfera científica seria elevado a uma forma particular de saber, nem superior nem inferior, mas específico, devendo ser considerado e respeitado. Portanto, estudos das representações sociais levam ao questionamento sobre a racionalidade científica, que defende a ideia de que as pessoas comuns, na sua vida diária, pensam irracionalmente e só podem conhecer a realidade por meio da ciência. Nesta mesma linha de raciocínio, o presente trabalho pretende quebrar com essa visão unilateral e hegemônica da ciência sobre os demais conhecimentos e apontar outras possibilidades, igualmente legítimas, de apreensão da realidade.

Segundo Leff (2003), a crise ambiental não é crise ecológica, mas crise da razão. Os problemas ambientais são, fundamentalmente, problemas do conhecimento. Capra (2006) afirma ser uma crise de percepção. Neste sentido se pode lançar a hipótese de que os conflitos nas relações sociais estabelecidas, por exemplo, entre pacientes, médicos e gestores da saúde são de representações sobre saúde/doença, em especial, um confronto entre diferentes conhecimentos. Mas, a predominância é a da soberania do conhecimento científico sobre os demais.

Para Lefèvre & Lefèvre (2000) a representação social é analisada como um conhecimento que tem a função de guiar, orientar e justificar nossa ação cotidiana, porque as representações sociais são construções que atribuem significações comuns aos eventos da vida cotidiana e possibilitam a convivência e a comunicação numa sociedade. A formulação original de Moscovici (2003) enfatiza que as representações são significações moldadas e perpetuadas através do tempo e da linguagem pela ação dos atores de um grupo social.

Constata-se a fecundidade das representações sociais como marco analítico em diversas áreas de conhecimento e, em particular, no campo da saúde e da doença, como afirmaram Jodelet (2001) e Minayo (2006).

Concorda-se com Bercini e Tomanik (2006) ao afirmarem que "qualquer ação de tratamento, de prevenção ou de planejamento deve levar em conta os valores, as atitudes e as crenças dos grupos a quem se destina à ação".

Enfim, se percebe os limites da formação dos profissionais da área da saúde que se educam a partir de um conhecimento técnico e disciplinar e apresentam dificuldades em lidar com comunidades que têm uma visão de mundo sobre saúde e doença diferenciada da visão acadêmica e da sociedade em geral.

4. Os saberes das comunidades rurais

Na realização dos projetos de extensão e pesquisa da Universidade Federal dos Vales dos Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) junto às comunidades rurais e quilombolas da região dos vales se observa que há um valioso conhecimento sobre tratamentos de doenças e processos de cura efetuado sem que para isso se recorra a tratamentos convencionais em consultórios médicos e hospitalares. Há, por outro lado, uma prática que congrega os conhecimentos da medicinal tradicional e popular.

As comunidades tradicionais, em geral, vivem da pequena agricultura, da caça, pesca e coleta e demonstram preocupações com relação ao seu território devido à proibição de suas práticas tradicionais. De um lado a

presença do parque, com leis proibitivas da prática tradicional. Estas leis orientam para que sejam preservados apenas a fauna e a flora e excluem as culturas que ali vivem. Isso faz com que as ações, de plantio e caça, sejam proibidas pela lei de criação de parques. Por outro lado, há um movimento de saída das famílias de seu território para morar na cidade. Esses fatores levaram à desmobilização das comunidades. Observou-se a falta de incentivo do poder público às suas práticas econômicas de plantio, artesanato e comercialização dos produtos por eles cultivados como um dos fatores que levam também à apatia e saída de seu local de moradia.
Para estabelecer um diálogo entre a ciência e as comunidades tradicionais há a necessidade de se construir uma metodologia participativa de revalorização intercultural com o diálogo horizontal para que a troca aconteça entre saberes diversos e assim floresçam as epistemologias alternativas às já existentes. Para Paul Little o "conhecimento híbrido" oriundo das comunidades tradicionais e das ocidentais podem trazer grandes contribuições e ganhos para ambas as culturas. Ou a intercientificidade como denomina este mesmo autor.
Little (2010) destaca que

> '(...) os sistemas de conhecimento tradicional tendem a ter um alto grau de autarquia: ter uma epistemologia própria e um lugar especifico de utilização. Também são relativamente autossustentáveis; isto é, os grupos sociais não precisam de outros sistemas de conhecimento para manter seu modo de vida. Ou seja, funcionavam como um conhecimento bastante completo para suas sociedades, mesmo que tivessem em contato com os outros sistemas de conhecimento, embora fique cada vez mais difícil manter essa autarquia frente à expansão colonizadora da tecnociência." (LITTLE, 2010, pág. 12/4)

Os saberes das culturas tradicionais ligados à saúde estão intrinsecamente ligados ao conhecimento que estas têm da natureza: da fauna, da flora, das águas, do ar. O conhecimento tradicional passa pelo filtro do conhecimento religioso, do sobrenatural e, muitas vezes, não dependem do conhecimento da medicina convencional. As benzedeiras fazem uso de todos os conhecimentos que elas possuem para realizar a cura. Elas rezam uma oração cristã, usando ervas e minerais como técnica para afastar o mal presente no corpo ou espírito da pessoa ou paciente que as procuram.
O saber da benzedeira, segundo elas mesmas, foi "Deus que deu". "É um dom de Deus". E elas seguem este desígnio com muita responsabilidade e são respeitadas por isso dentro da comunidade e fora dela também.
Percebe-se que os conhecimentos das benzedeiras, por exemplo, revela um modo de vida próprio da comunidade onde ele se organiza e mantém as características peculiares de onde foi gerado e resiste à expansão colonizadora como afirmou Little.

5. Considerações Finais

A convivência com as comunidades tradicionais (quilombolas e de agricultores failiares) do Alto Vale do Jequitinhonha tem demonstrado as possibilidades de construção de uma nova maneira de se pensar à saúde devido à riqueza de conhecimento que essas culturas têm. O conhecimento proveniente dessas comunidades tem uma forte ligação aos espaços naturais onde elas vivem. São conhecedoras de uma enorme quantidade de plantas e técnicas de cura extremamente importantes para a sociedade em geral.
O grau de conhecimento que as pessoas de toda comunidade têm e, algumas em particular, como as benzedeiras, parteiras, raizeiros(a) são hoje reconhecidos como patrimônio imaterial em que o Brasil passou a ter lei que o preserve.
Esses conhecimentos fazem parte do que Lévi-Strauss designou de "ciência do concreto". Para os guardiões[18] dessa sabedoria eles adquiriram tais conhecimentos através de Deus. É um dom que algumas pessoas têm. Ter

18 Guardiões da sabedoria de uma comunidade são velhos e velhas que guardam, na memória, as lembranças da história e cultura de seu povo e a transmitem através da fala.

fé é necessário para que a cura se efetue. Fé em quem pratica a benzeção e de quem recebe o tratamento.
A relação do cuidado, no tratamento de uma enfermidade, na comunidade tradicional, com a religião e espiritualidade não se separam no processo de tratamento. Há por parte dos "especialistas" benzedores, no uso de suas técnicas de tratamento, um sincretismo que faz parte das benzeções e rezas.
O conhecimento de plantas, de animais e minerais é importante para determinar o melhor procedimento de acordo com cada caso avaliado.
A maioria, das benzedeiras, afirmou que é procurada por profissionais da saúde (médicos, enfermeiros e outros) para que elas consigam resolver os problemas que os afligem. Em geral os que mais procuram são os moradores locais. Dependendo da benzedeira, ela é procurada por pessoas de outro local ou cidade. Estes curandeiros são bastante flexíveis e admitem o valor que um medico tradicional tem. O inverso não acontece. Em geral, os médicos formados pala medicina tradicional cientifica não admite a validade de um conhecimento e procedimentos oriundos das comunidades tradicionais.
Em muitos casos, narrados pelas benzedeiras, se conseguem curar seus pacientes depois de os mesmos não terem sucesso com o tratamento da medicina convencional. As técnicas de tratamentos são os mais variados, tais como: uso de pedaços de carvão, ramos de folhas e galhos de plantas, copo de água, rezas, sacudir a criança colocando-a de cabeça para baixo e muitas outras. Estas técnicas são usadas para eliminar mal olhado, vento virado, quebranto, sol da cabeça, cobreiro[19] e outros. Em tratamentos mais sérios, como mordida de cobra, os procedimentos são mais rigorosos como fazer dieta, ficar de quarentena e, também, não procurar o tratamento feito por médicos. Tem que seguir a risca o que o benzedor prescreve.
Pode se observar que os conhecimentos dos "médicos" das comunidades seguem silenciosos, longe dos holofotes da modernidade cientifica convencional. Mas, fazem parte do cotidiano de muitas comunidades rurais e também das urbanas. Em alguns lugares são visíveis, em outros invisíveis. Tem momentos que se mostram e outros se escondem, dependendo se são aceitos ou sofrem preconceitos. Tem benzedeiras que se retraem e deixam de benzer porque sofreram preconceitos por parte de religiosos ou ainda são chamadas de bruxas ou macumbeiras[20].
Os conhecimentos das culturas tradicionais foram e ainda são silenciados pela sociedade hegemônica, mas se pode observar que estas mesmas culturas continuam a exercitar seus conhecimentos e a transmitirem aos interessados que convivem com os conhecedores e pedem para aprender.
As comunidades que vivem em zonas rurais, distantes dos meios urbanos, conseguem ainda preservar com mais autenticidade e exercitar com mais frequência os conhecimentos ligados à cura de doenças. Seja pela dificuldade em ter acesso aos meios convencionais pela distância dos centros urbanos, seja por também acreditarem na eficácia dos tratamentos dos "médicos" (curandeiros, benzedeiras, raizeiros) locais.
Àquelas comunidades que vivem em zonas urbanas ou bem próximo a elas ainda mantém um modo de vida rural, principalmente, reproduzem suas crenças culturais dentro dos novos limites impostos e continuam praticando suas atividades tradicionais ligadas à saúde e seus representantes curandeiros são bastante procurados por um público mais diversificado. Seus quintais estão cheios de ervas e plantas medicinais para uso próprio ou para a benzeção de pessoas que procuram a cura de seus males pelos conhecedores reconhecidos da comunidade.
Enfim, os conhecimentos produzidos pelas culturas tradicionais brasileiras estão ainda cuidadosamente preservados por seus "especialistas" e podem manter um diálogo com outros conhecimentos produzidos na academia. Porém, estes mesmos conhecimentos continuam sendo violados e retirados do domínio da cultura que o produziu para servir de valor econômico para a indústria farmacêutica. Enquanto a mídia e a própria ciência desmerece esses conhecimentos por não passarem pelo filtro dos laboratórios das universidades e das indústrias. As leis não protegem as culturas tradicionais em geral e muito menos protegem os conhecimentos produz-

---

19 Tipos de problemas que as benzedeiras resolvem.

20 Macumba tem um sentido pejorativo, no Brasil, e denomina ritual para fazer o mal. E está carregado de preconceito historicamente marco contra a cultura negra. Porém, macumba em seu sentido exato, é uma espécie de árvore africana e também um instrumento musical utilizado em cerimônias de religiões afro-brasileiras, como o candomblé e a umbanda.

idos por elas. Mas, estes conhecimentos seguem sendo importantes e respeitados por aqueles que não obtêm uma resposta satisfatória pelas ciências convencionais, principalmente no que diz respeito aos tratamentos de doenças.
O conhecimento das culturas tradicionais corre silenciosamente apesar da constante ameaça de silenciamento imposto pela sociedade dominante.

Referências Bibliográficas:

CANCLINI, Nestor Garcia (2000). *Culturas Híbridas.* São Paul:EDUSP, 3ª. ed.

CÂNDIDO, Antônio (1998). *Os Parceiros do Rio Bonito:* Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades.

CARVALHO, José Jorge de. Conhecimentos Tradicionais no Brasil e na América Latina: uma agenda de resistência e criatividade. Dinsponivel em: http://www2.cultura.gov.br/upload/CONHECIMENTOS%20TRADICIONAIS%20NO%20BRASIL%20E%20NA%20AM%C9RICA%20LATINA_1180551213.doc [consultado em janeiro de 2013].

CASTELLI, Pierina German & e WILKINSON, John (2002). Conhecimento tradicional, inovação e direitos de proteção. *Revista Estudos sociedade agricultura.*

IANNI, Octavio (1993). *Teorias da globalização.* 4ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileir, 1997.

MARTINS, J. S. *A chegada do estranho.* São Paulo: Ed. Hucitec.

JODELET, Denise (2001). (Org.). *As representações sociais*: um domínio em expansão. Rio de Janeiro: EDUERJ.

LEFÈVRE Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti (2000). Os novos instrumentos no contexto da pesquisa qualitativa. In: LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A.M.C.; TEIXEIRA, J. J. V. (Orgs.) *O discurso do sujeito coletivo:* uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: Educs.

LAYRARGUES, Philippe Pomier (2010). Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? Proposta 25, 1997. Disponivel em: http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user_35/FICH_ES_32.pdf. [consultado em março de 2010].

LEFF, Enrique (2009). **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis RJ: Vozes, 2001. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414...script. Acesso [consultado março de 2009].

_____(2003). Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, E. (Org.). *A complexidade ambiental.* São Paulo: Cortez, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude (1970). A Ciência do concreto. *O Pensamento Selvagem.* São Paulo: Ed. Nacional.

LITTLE, Paul (2010). (org.) *Conhecimentos tradicionais para o século XXI:* etnografia da intercientificidade. São Paulo: Annablume, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (2006). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.* 9ª edição revista e aprimorada. São Paulo: Hucitec.

_____ (2000). *Pesquisa social*: teoria, método e criatividade. RJ: Vozes.

MOSCOVICI, Serge (2003). *Representações Sociais*. 2ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir***.** São Paulo: Vértice, 1986.

TOMANIK, Eduardo. Ausgusto. & BERCINI, Luciana Olga (2010). Representações sociais sobre saúde e estratégias de enfrentamento das doenças entre dos pescadores das mulheres do município de Porto Rico, Paraná. Disponivel em:
http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/5157/3342
[consultado em fevereiro de 2010].

VIANA, Virgilio (2000). Envolvimento Sustentável e Conservação das Florestas Brasileira. *TECBAHIA (Revista Baiana de Tecnologia)***.** Camaçari, v. 15, jan/abr.

A experiência local com o HIV/SIDA[1]: conflitos entre concepções biomédicas e tradicionais de saúde e doença no Sul de Moçambique

Luiz Henrique Passador[2]

Resumo: Em pesquisa etnográfica realizada no distrito de Homoíne, província de Inhambane, Sul de Moçambique, observou-se de que maneira as concepções tradicionais de saúde, doença e cura (ligadas ao mundo dos espíritos, à feitiçaria, à medicina tradicional e às relações familiares) interferem na interpretação das experiências que a população local tem com o HIV/SIDA e com o discurso e a prática oficiais da biomedicina, desencadeando conflitos e resistências em relação às políticas públicas desenvolvidas pelo Estado e pelas organizações não-governamentais (ONGs) internacionais. Tais conflitos são também atravessados por relações históricas e políticas com o cristianismo, o colonialismo, o contexto pós-colonial e a guerra civil, que geram tensões entre a população local, o Estado e as ONGs, e interferem na relação da sociedade civil com as políticas oficiais de saúde pública.

Palavras-chave: Moçambique; HIV/SIDA; Antropologia da Saúde

Neste texto tratarei das experiências da população com a epidemia de HIV/SIDA que pude observar em Homoíne, distrito da Província de Inhambane, na Região Sul de Moçambique. O tratamento será mais etnográfico do que um debate teórico com a vasta bibliografia acerca do HIV/SIDA em Moçambique. Essa escolha metodológica tem por finalidade produzir dados sobre o trato de uma população rural sulmoçambicana com a epidemia, visto que a maior parte da produção bibliográfica sobre o tema em Moçambique se debruça sobre populações urbanas. O intuito, portanto, é contribuir para o conhecimento etnográfico das experiências de sujeitos concretos com a epidemia, as ações que elas desencadeiam sobre eles e as concepções e práticas que eles elaboram nessa experiência, estabelecendo conexões com os elementos do que emicamente se denomina "tradição" na área pesquisada[3]. Serão privilegiados os dados relativos a concepções e práticas em que há articulações do universo identificado pelos sujeitos como sendo "tradicional", com a epidemia e as ações das políticas públicas (governamentais e não-governamentais) que incidem sobre aquela população.

---

1 O Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) é o agente causador da Síndrome da Imunodeficiência Humana (SIDA). No texto serão utilizados tais acrônimos em acordo com o uso corrente em Moçambique, exceto quando SIDA for trocado por AIDS nos nomes de instituições e nas referências bibliográficas.

2 Docente do Departamento de Políticas Públicas e Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Doutor em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisador associado ao Centro de Estudos Moçambicanos da Universidade Eduardo Mondlane (CEA-UEM), e colaborador do Núcleo de Estudos para a Prevenção da AIDS da Universidade de São Paulo (NEPAIDS), e da Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust (WLSA-Mocambique). Tem experiência como pesquisador colaborador do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (ICICT-Fiocruz), e trabalhos comunitários relacionados ao HIV/SIDA em ONGs no Brasil. lhpassador@gmail.com

3 O que se reconhece como "tradição" é um universo marcado pela relação com os espíritos, e que remete às crenças e práticas relativas aos antepassados, à feitiçaria e à medicina tradicional. Também envolve os sistemas locais de parentesco, político, econômico e de relação com a terra e os elementos da natureza. Via de regra, é um marcador de alteridade e um indexador que se opõe ao que é classificado como "moderno", e que aloca práticas, sujeitos e objetos num tempo passado, sendo reconhecido como característico das populações das zonas mais recônditas, chamadas genericamente como *mato*.

1. Quadro geral da experiência com o HIV/SIDA nos termos da "tradição" em Homoíne

As doenças, no contexto pesquisado, têm sempre o potencial de assumirem o caráter de sintomas do contato indevido com determinadas categorias de pessoas, ou da alegada ação voluntária dessas (pelas vias da feitiçaria ou da ação de espíritos), além de estarem relacionadas a quebras de regras e contato com elementos ambientais poluídos[4]. Dessa forma, as doenças são muitas vezes tomadas como "doenças tradicionais", o que significa que são concebidas para além dos eventos somáticos tratáveis pela biomedicina, sendo tratáveis por terapias desenvolvidas por médicos tradicionais (ou "curandeiros"). Portanto, as doenças oferecem experiências concretas e críticas que permitem articular, num nível pragmático, os princípios que operam na construção da pessoa naquele contexto. Esse fato tem consequências no que diz respeito à experiência com o HIV/SIDA que observei em Homoíne.

Na área pesquisada há um contexto favorável à experiência do HIV/SIDA como doença que não tem para seus sujeitos a mesma especificidade que a biomedicina reconhece, pois pode ser lógica e pragmaticamente associável ao universo das "doenças tradicionais". O dado objetivo que abre essa possibilidade é que seus sintomas não são específicos, pois se repetem em outras enfermidades já há muito conhecidas em Moçambique (como a malária e a tuberculose, por exemplo[5]), e seu desenvolvimento aponta para um quadro clínico que se assemelha àqueles previstos também nas "doenças tradicionais" (o definhamento físico, por exemplo).

Em especial, encontrei referência ao paralelo entre as sintomatologias do HIV/SIDA e da *xivenze*, uma "doença tradicional" que acomete aqueles/as que não respeitam as interdições em relações às viúvas e aos bens de um morto, antes que seja realizado o devido rito de purificação de pessoas e objetos (denominado *kutxinga*). É também clara a associação da SIDA e da *xivenze* com a sexualidade, uma vez que as duas doenças estão explicitamente relacionadas a relações sexuais indevidas ou desprotegidas – no caso da *xivenze*, isso se relaciona aos tabus sexuais que devem ser evitados. Essas analogias mostravam que a SIDA podia ser tomada como um nome novo para uma doença antiga há muito conhecida pelos moçambicanos, e anterior ao advento das campanhas e programas públicos de mitigação da epidemia no país.

Algumas falas que ouvi nesse sentido apontavam que o emprego de um novo nome para uma velha doença relacionava-se com a suposta ambição[6] daqueles que atuavam nos serviços governamentais e ONGs, que há anos proliferavam em Moçambique graças aos financiamentos direcionados ao controle da epidemia de HIV/SIDA (majoritariamente vinculados a organismos doadores internacionais). Essas falas sugeriam uma associação do HIV/SIDA com a ambição de *vientes*[7] ligados ao universo urbano, permeado pelo dinheiro, pelo Estado e pela presença significativa e ostensiva de estrangeiros atuando nas instâncias institucionalizadas de controle da epidemia.

Esse tipo de associação costuma desencadear interpretações que relacionam a doença a riscos predatórios tradicionalmente reconhecidos nessas categorias ambivalentes. A esse respeito, Matsinhe (2005) indica que

---

4 No Sul de Moçambique, de acordo com Honwana (2002), "se houver equilíbrio e harmonia nas relações entre os seres humanos e os seus antepassados, entre as pessoas e o meio ambiente, isso resultará em saúde. Todavia, se de algum modo esse equilíbrio e harmonia forem quebrados, o bem-estar dos seres humanos ficará ameaçado" (Honwana Op. Cit.: 209). Feliciano (1998) descreve uma série de elementos corporais, ambientais e relacionais que desencadeiam doenças e Green (1999) se debruça sobre os componentes ambientais e naturais aos quais se atribuem doenças na perspectiva dos modelos tradicionais.

5 Como apontam Feliciano (1998) e Honwana (2002), nas concepções tradicionais sobre doença no Sul de Moçambique, a tuberculose está relacionada com a quebra de regras e tabus e o contato com o sangue os fluidos sexuais. Newitt (1997) cita a experiência de longa data dos habitantes do Sul de Moçambique com a tuberculose, relacionada principalmente ao circuito do trabalho migratório para as minas da África do Sul desde finais do século XIX.

6 A ambição é tida como o motor que leva as pessoas a procurarem os feitiços para benefício próprio.

7 *Viente* é um termo empregado para se referir àqueles que não são locais, vindos de outras áreas, e normalmente tomados como perigosos e suspeitos.

uma série de "teorias conspiratórias" há muito vinculam o HIV/SIDA a categorias de *vientes* e ao "outro", atribuindo a epidemia a elementos e grupos marcados por alteridades significativas para aqueles sujeitos[8]. O mesmo autor ainda indica que a *viência* está na raiz da elaboração de categorias locais percebidas pela população como pessoas e grupos que oferecem riscos para a transmissão do HIV, que por um lado repetem categorias epidemiológicas internacionalmente reconhecidas como populações vulneráveis (trabalhadoras do sexo, caminhoneiros, mineiros, marinheiros), mas por outro constroem categorias locais fundadas em marcadores de diferença elaborados em torno da origem e da mobilidade interna e internacional (vizinhos, pessoas de outros distritos, pessoas da cidade, "brancos", ONGs, governo, estrangeiros, organismos internacionais e empresas transnacionais). Portanto, a elaboração discursiva de categorias locais relativas ao HIV/SIDA e a pessoas/grupos de risco está fundada nos marcadores de diferença que remetem esses elementos a uma origem externa em relação ao universo social de referência tomado como o "dentro", problematizando seu trânsito como potencialmente perigoso e produtor de malefícios, e desencadeando estratégias de combate, defesa ou de aliança e pacificação.

Um dado paradigmático relativo ao caráter predatório atribuído aos *vientes* e objetos relacionados a eles que orbitam o universo HIV/SIDA em Moçambique, também apontado por Matsinhe (2005), é a crença difundida entre a população de que os preservativos, sendo importados de outros países, chegariam a Moçambique contaminados pelo HIV e seria o seu uso responsável pela infecção e propagação da doença no país.

Retomando a discussão sobre o potencial de identificação do HIV/SIDA com as "doenças tradicionais" naquele contexto, tem-se que mesmo um eventual diagnóstico positivo, realizado nos serviços de saúde pública e aceito por um paciente, poderia permitir que ele e seus pares tomassem o HIV/SIDA como uma espécie de manifestação secundária e oportunista de uma "doença tradicional". Tal interpretação se torna possível quando fundada nas concepções elaboradas em torno de preceitos cosmológicos e ontológicos que definem pessoas, corpos, natureza, sexualidade e toda uma sorte de experiências pragmáticas a partir delas, redefinindo, portanto, a experiência local com o HIV/SIDA a partir de articulações semânticas com os discursos e práticas difundidos pelas políticas públicas de mitigação da epidemia. Nesses casos, a busca pela medicina tradicional seria uma atitude lógica para aqueles sujeitos, para tratar as causas "tradicionais" da doença, sem que isso implicasse o abandono de um tratamento biomédico, pois são potencialmente vistos como complementares.

As pessoas em Homoíne efetivamente buscam os centros e postos de saúde do distrito quando se percebem doentes – mas também buscam tratamentos nos *tinyanga*[9]. Não há, portanto, uma rejeição *a priori* da biomedicina, de seus pressupostos e de seus instrumentos naquele contexto. Há sim, como apontado anteriormente, uma articulação dela com a medicina tradicional colocada em movimento pela agência das pessoas.

O que se assiste naquele contexto, portanto, é ao mesmo processo já experimentado em outros momentos e diante de outros problemas historicamente impostos à população local: uma constante gestão de experiências com as "modernidades" *vientes* (positivas ou negativas) a partir de sua articulação com os princípios lógicos "tradicionais". Esse fenômeno resulta numa espécie de silenciamento da população em relação à SIDA, ao mesmo tempo em que se assiste a uma verborragia dos gestores e governantes em torno da epidemia. Era bastante incomum ouvir as pessoas falarem espontaneamente sobre o HIV/SIDA durante minha pesquisa

---

8 Ver também Pfeiffer (2004), Passador (2009 e 2011) e Passador e Thomaz (2006).

9 Plural de *nyanga*, que é o termo em língua local (citsua) para médico tradicional ou curandeiro. Uma *nyanga* de Homoíne, membro da Associação dos Médicos Tradicionais de Moçambique (AMETRAMO), entidade reconhecida pelo Estado, relatou-me ser procurada por adultos e jovens para tratamentos de doenças sexualmente transmissíveis (DST). Disse nunca ter sido procurada para tratamento de HIV/SIDA, mas não descartava a possibilidade de tal busca vir a ocorrer e de ela usar a medicina tradicional no tratamento. Contudo, nesse caso hipotético, não descartaria o tratamento conjunto com a biomedicina, pois via complementaridade entre as terapias. O vice-presidente da AMETRAMO local, quando questionado por mim, afirmou ser diretriz da associação não tratar casos de HIV/SIDA e encaminhá-los aos centros de saúde para acompanhamento (recomendação explícita do Ministério da Saúde [MISAU] para os médicos tradicionais).

de campo; o tema costumava surgir mais regularmente quando eu o introduzia nas interlocuções com meus sujeitos de pesquisa. Esse silenciamento se dava não pela falta de percepção do impacto objetivo da epidemia por parte da população (as pessoas efetivamente percebiam adoecimentos e mortes no seu entorno), nem pela falta de informação (as mensagens sobre os HIV/SIDA estavam por toda parte), mas pela elaboração de discursos e práticas que remetiam tal impacto para um universo de concepções e práticas elaboradas em outros termos, que não aqueles do discurso oficial e biomédico. Há uma resposta social à epidemia, mas ela se dá em outros termos e outras instâncias que não aqueles das políticas e espaços oficiais. Por isso, é uma resposta "silenciosa" e inaudível pelos gestores das políticas públicas.

Esse silenciamento em relação à SIDA, que muitas vezes é percebido pelos "de fora" como resistência, falta de compreensão e até negação da realidade de uma epidemia preocupante, é resultante de elaborações que a população local faz da sua experiência com o HIV/SIDA, que se distanciam semântica e pragmaticamente dos modelos biomédicos e de intervenção comportamental implantados pelas políticas públicas.

Mas não são apenas as elaborações "tradicionais" que produzem essa espécie de silenciamento. A experiência com o HIV/AIDS em Moçambique é indissociável do aparato mobilizado pelo Estado e pelas ONGs, o que introduz outros elementos e experiências que não apenas a doença em si e seu trato como fenômeno relacionado apenas à saúde. Isso efetivamente gera problemas práticos para a contenção da epidemia, como bem demonstra a concepção acerca da contaminação de preservativos com o HIV, que resulta em rejeição ao uso do insumo pelas concepções polissêmicas que articulam doença, sujeitos, objetos e experiências históricas com concepções "culturais" e construções políticas.

Porém, mais uma vez isso não se configura como silêncio de fato, mas como práxis dos sujeitos sobre os quais incidem a epidemia e as políticas públicas naquele contexto. Não se trata, portanto, e mais uma vez, de um silenciamento por parte da população em relação ao HIV/SIDA, mas sim de uma estratégia posta em movimento para lidar com a epidemia e seus elementos. Em parte fundada na dificuldade mútua que os gestores das políticas públicas e a sociedade civil têm de estabelecerem um diálogo fundado sobre um mesmo modelo interpretativo, gerando discursos e práticas múltiplos e divergentes entre si. Mas em parte, também devido às relações de poder que perpassam as relações entre sociedade civil, Estado e ONGs, estabelecem hierarquias e incidem sobre a experiência do país com a epidemia. De várias maneiras, o idioma da SIDA não é o mesmo para os atores envolvidos naquele contexto, e ele produz desigualdades e estratégias pragmáticas que estão na base dos fenômenos que se observa. É esse "estado de coisas", relativo ao enfrentamento da epidemia de HIV/SIDA numa comunidade rural do Sul de Moçambique, que será relatado e discutido adiante.

2. A SIDA e a sexualidade "tradicional"

Um frei franciscano em Homoíne contou-me que parte dos jovens da escola secundária com quem já conversara a respeito do HIV/SIDA (todos do sexo masculino), dividia-se em três grupos de opinião: os que acreditavam na existência da doença, os que não acreditavam nela e os que acreditavam, mas ainda não tinham certeza se ela de fato existia. Estes últimos eram majoritários. O fundamento dessas dúvidas em relação à existência do HIV/SIDA baseava-se no fato de que a experiência pragmática daqueles jovens com a epidemia de HIV/SIDA não diferia da sua experiência com as "doenças tradicionais". Mesmo o aumento efetivo no número de óbitos, que eles percebiam ocorrer na sua realidade, não aparecia para eles como dado relacionado a uma epidemia específica e nova: aqueles jovens argumentavam que as mortes haviam sim aumentado, mas também o número absoluto da população aumentara, o que lhes permitia normalizar o incremento da mortalidade nos termos de uma proporcionalidade relativa ao crescimento demográfico.

Ainda segundo meu interlocutor, outro argumento recorrente entre aqueles jovens remetia ao universo das "doenças tradicionais" associadas à sexualidade feminina, apontando para uma problematização da promiscuidade sexual nos termos da "tradição". Diz-se que quando uma mulher "se deita" com vários homens, acaba colocando seus parceiros em contato uns com os "sangues" dos outros, o que é potencialmente

poluidor para os parceiros masculinos[10]. A mistura de "sangues" durante a relação sexual seria necessária para a completude e salubridade do intercurso sexual, definindo também o grau de satisfação que os parceiros obteriam na relação. Diz-se que o esperma do homem "lava" a mulher – que é o princípio explicativo para o uso da relação sexual como ato purificador durante a *kutxinga*. Porém, o contato com o "sangue" de parceiros masculinos diversos, depositado numa mesma mulher que "se deita" com vários homens, é tido como potencialmente poluidor e causador de "doenças tradicionais" para esses homens. Por isso, os jovens que duvidavam da existência do HIV/SIDA acreditavam ser a SIDA uma "doença tradicional" que se relacionava à promiscuidade feminina e seus alegados riscos.

Isso estabelecia também uma analogia possível entre essas "doenças tradicionais" e a concepção biomédica de DST, pois ambas as concepções reconhecem nas relações sexuais um evento potencialmente transmissor de males que afetam o corpo. O que nos leva a um dado importante: o discurso biomédico, ao invés de desconstruir as concepções "tradicionais" de doença, pode mesmo fornecer elementos que as ratificam quando manipulados pela lógica dos modelos "tradicionais", ainda que trabalhe com pressupostos e etiologias diversas. Dessa forma, as campanhas oficiais de prevenção às DST e HIV/SIDA que propunham à época da pesquisa a diminuição do número de parceiros, abstinência sexual ou fidelidade, por exemplo, podiam reforçar o reconhecimento "tradicional" de que a promiscuidade sexual é potencialmente poluidora e produtora de doenças, ainda que operem com princípios explicativos díspares.

Se por um lado tal fato poderia facilitar o reconhecimento da necessidade de adoção de práticas preventivas, por outro pode efetivamente reforçar a percepção de que o HIV/SIDA não é uma novidade, já sendo uma doença codificada nos termos da "tradição" e de prevenção previamente conhecida. Portanto, no campo das interpretações, a SIDA e seus riscos podem ser traduzidos nos termos "tradicionais", e as práticas preventivas "tradicionais" podem ser reafirmadas e legitimadas através de elaborações discursivas plausíveis para aqueles sujeitos, ao invés de questionadas e substituídas por concepções e práticas biomédicas.

O que ainda merece ser assinalado, no que se refere à questão das formas como a "tradição" lida com sexualidade, é a inadequação das proposições de certas ações preventivas, desenvolvidas por ONGs e Estado, que esbarram em certos preceitos "tradicionais" e geram resistências às mensagens veiculadas.

Uma das pistas para compreender a inadequação desses discursos preventivos está na forma como eles abordam questões relativas à sexualidade. O que eu percebia causar mais resistências entre meus interlocutores era que a forma vernacular de tratar a sexualidade, presente nos discursos oficiais do Estado e das ONGs, exigia que a sexualidade fosse explicitamente verbalizada. Para o modelo adotado por essas intervenções, era preciso "falar de sexo" e "falar no SIDA" para produzir conscientização sobre os riscos relacionados à doença. Isso esbarrava em dois dados muitos claros que dizem respeito às formas "tradicionais" de lidar com a sexualidade e a doença: não se fala explicitamente sobre sexo e sobre doença em qualquer espaço e ocasião, nem perante qualquer pessoa.

Em Homoíne, a sexualidade não era abertamente discursiva. Sexualidade era questão privada e não pública. Quando verbalizada e publicamente discursada, era majoritariamente para ser problematizada em eventos que remetiam a quebras de regras e tabus. Ou seja, operava como categoria de acusação nessas ocasiões. No mais, a vida sexual não era tema de conversas cotidianas em locais públicos, sem respeitar fronteiras muito bem delimitadas.

Os recortes de gênero e geração são cruciais na organização de espaços, corpos, falas, ações e toda e qualquer sorte de experiência naquele contexto[11]. Eles definem espaços, poderes e autoridades e são os fundamentos que permitem estruturar e dar limites às interações pessoais. Portanto, não apenas o incitamento ao discurso

---

10 As concepções acerca das relações sexuais apontavam que o intercurso sexual envolve a troca e mistura dos "sangues" dos parceiros, fazendo referência à troca de fluidos sexuais. O mesmo é descrito por outros autores como Junod (1996), Honwana (2002.) e Feliciano (1998).

11 Osório e Cruz e Silva (2008) apontam que os jovens encontram barreiras sociais que constrangem conversas sobre sexo e sexualidade fora dos seus círculos íntimos de amizade e convívio informal. Família e escola, por exemplo, são espaços que inibem ou impõem formas de adequação para abordarem o tema, e as raparigas tem maior dificuldade que os rapazes em encontrarem espaços sociais que permitam conversas francas sobre o tema.

sobre a sexualidade traz problemas ou é simplesmente ignorado, como ele é mais problemático quando procura romper as fronteiras de gênero e geração.

Eram esses os principais fundamentos da rejeição a certas ações de prevenção que alguns jovens ativistas de ONGs chegaram a me relatar em Homoíne. Não se fala de sexo e sexualidade abertamente, em público e com estranhos, como exigiam as ações que eles tinham de desenvolver em seu trabalho, ou como impunham as campanhas veiculadas em meios de comunicação. Sequer é aceito que jovens possam ensinar adultos, ou que homens possam falar desinibidamente de sexo com mulheres (e vice-versa). Tampouco se entrega um preservativo em mãos e recomenda-se seu uso se não houver adequação e respeito às hierarquias de gênero e geração nessa relação. Segundo relatado pelos ativistas, o não reconhecimento dessas fronteiras básicas resultava em rejeição da população às suas ações. As ações preventivas perdiam eficácia quando procuravam desconstruir esses limites impostos pelos esquemas sociais que operam naquele contexto. Produziam constrangimentos, rejeição e silêncio entre os sujeitos sobre os quais essas ações incidiam.

As doenças, por seu turno, não constituíam assuntos que devessem ser tornados públicos e de conhecimento de todos. Assumir-se publicamente doente pode vulnerabilizar ainda mais uma pessoa que acredita ser objeto de feitiços. As famílias costumam recolher seus doentes, para que os/as possíveis feiticeiros/as não possam saber se suas empreitadas estão a surtir efeito sobre suas vítimas. Falar sobre si e sobre seus problemas de saúde produzem conhecimentos perigosos, que podem ser usados contra si próprio por potenciais inimigos – como no mais, o não falar sobre si é uma estratégia genérica de proteção da pessoa.

Portanto, as formas de abordagem da sexualidade e da doença, previstas nos modelos transportados de outras realidades para o contexto sulmoçambicano, podem perder eficácia ou mesmo criar respostas de rejeição.

3. A epidemia *viente*: colonialismo, guerra e os fundamentos das "teorias conspiratórias" acerca do HIV/SIDA

Em conversa com um enfermeiro aposentado, que trabalhara no centro de saúde da vila-sede de Homoíne, ouvi dele que a SIDA seria uma doença introduzida no continente africano pelos "brancos" para tentarem mais uma vez tomar a terra dos "pretos", depois do fracasso da empreitada colonial. Noutra ocasião, também numa conversa informal comigo, um senhor ligado à igreja católica referiu-se à SIDA como "genocídio de africanos promovido pelos americanos", que estariam a se aproveitar da "procriação exacerbada dos africanos, que fazem muitos filhos", para introduzirem e disseminar uma doença letal de transmissão sexual.

Essas concepções acerca de uma suposta conspiração de cariz neocolonial, que estaria por trás de uma epidemia propositalmente implantada pelos interesses estrangeiros, eram bastante frequentes de serem ouvidas quando o tema da SIDA surgia em conversas com meus interlocutores, constituindo-se na raiz de uma série de rejeições às formas de controle da epidemia propostas pelo Estado e pelas ONGs. Esse fato, além de operar como fator de resistência da população às ações das políticas oficiais, coloca outra questão importante também relacionada aos riscos que se reconhece no trato com o inimigo *viente*, e que tem sua raiz tanto nos esquemas "tradicionais" de interpretação, quanto nas experiências históricas da população local.

A pessoa que não silencia e não dissimula, torna-se vulnerável às ações de *vientes* e inimigos, porque estes dependem do conhecimento sobre suas vítimas para agirem sobre elas. É o mesmo pressuposto que caracteriza os feiticeiros como ardilosos, pois se aproveitam do conhecimento sobre as vulnerabilidades de suas vítimas para agirem como predadores. A segunda fala citada, portanto, pode também ser interpretada pelo que ela não explicita, mas pressupõe. Sugere que é o conhecimento adquirido sobre a "procriação exacerbada do africano" (ou seja, sua sexualidade associada à produção de descendentes) que permitiria aos "americanos" (estrangeiros e *vientes*) elaborem estratégias "genocidas" (disseminarem epidemias). É ao mesmo tempo uma fala de construção do inimigo pela construção discursiva de sua alteridade ameaçadora e ardilosa, e de reconhecimento da vulnerabilidade local diante de um saber detido pelo inimigo para implantar suas estratégias de conquista. Esse dado não é de pouca importância, pois o controle da epidemia exige e depende da produção de conhecimentos sobre concepções e práticas locais para que as políticas implantadas sejam inteligíveis para a população e incidam sobre os componentes que determinam concretamente suas vulnerabilidades ao HIV/SIDA.

O incitamento ao discurso, que Foucault (2001) aponta ser um dispositivo de poder e uma estratégia para a produção do conhecimento biomédico sobre a sexualidade, é um pressuposto do modelo ocidental de controle dos corpos e da epidemia que está presente nos discursos e práticas oficiais que incidem sobre a problemática do HIV/SIDA em Moçambique. Ele é perceptível pela população que, através das mensagens e ações das instâncias governamentais e ONGs, e dos inquéritos a que responde, se vê incitada a falar sobre o HIV/SIDA e sobre sua sexualidade. Essa demanda confessional oficial é normalmente acompanhada de uma problematização das formas "tradicionais" de vivência da sexualidade (a poligamia, por exemplo) por parte dos agentes responsáveis pelo combate à epidemia, que resulta em outra demanda: "mudança de comportamento" (palavra-chave do discurso preventivo oficial). O mesmo ocorre em relação a todo elemento reconhecido como "tradicional" que remeta a práticas e concepções identificadas como facilitadoras da transmissão do HIV/SIDA ou produtoras de vulnerabilidades (medicina tradicional, ritos que envolvem relações sexuais e incisões na pele, etc).

As falas da população local que problematizam o HIV/SIDA como suposta estratégia de conquista e domínio utilizada por *vientes* se sustentam, por um lado, na experiência concreta de adoecimento e morte que a epidemia produziu, mas também na presença ostensiva de *vientes* associados às instâncias de intervenção para controle da epidemia, que desenvolvem estratégias específicas e práticas bastante características, sendo uma delas o incitamento ao discurso sobre a sexualidade. Dessa forma, o incitamento ao discurso e a posterior problematização de seus conteúdos, que caracteriza essas ações, é também interpretada localmente como estratégia do *viente*, cujo objetivo seria, aos olhos da população, a produção de saberes sobre suas vulnerabilidades para elaborar formas de dominação sobre seu corpo, comportamento e território.

A "vontade de saber" (cf. Foucault 2001) sobre as práticas "tradicionais" da população em grande medida remete aqueles sujeitos à sua experiência colonial porque, estruturalmente, se assemelha à demanda pela produção de saberes sobre os "usos e costumes dos indígenas", que marcou a antropologia do período colonial. Esses saberes revertiam em formulação de políticas de disciplina e controle dos corpos e combate de crenças locais – enfim, problematizavam as formas "tradicionais" e construíam mecanismos de intervenção para transformá-las em favor do projeto colonial de "modernização". Isso não foi substancialmente diferente durante o período socialista pós-independência, que produziu discursos oficiais que condenavam o "obscurantismo", o "tradicionalismo" e o "tribalismo" e, dessa forma, também problematizavam e combatiam as formas locais de crença, comportamento e organização. Que o incitamento ao discurso sobre a sexualidade, a problematização das "tradições" e as ações de promoção de "mudança de comportamento" remetam as ações e agentes do Estado e das ONGs ao universo da *viência*, produzindo desconfiança e resistências na população local, é uma possibilidade diante das experiências históricas anteriores ao advento da epidemia, que utilizavam estratégias semelhantes para fins análogos.

Por exemplo, a profusão de estudos sobre Conhecimentos, Atitudes e Práticas (CAP) relativos ao HIV/SIDA reverte em condicionamento de parte da produção de pesquisas em Moçambique, que são instrumentalizadas pelas políticas voltadas para a "mudança de comportamento" implantadas em escolas, locais de trabalho, etc. Os discursos de estereotipagem da "tradição", que muitas vezes derivam de leituras descontextualizadas que os agentes das políticas públicas fazem desses estudos, chegam aos ouvidos daqueles que vivem por seus princípios através das ações e discursos que esses agentes implementam. A discursividade imposta pelo Estado e pelas ONGs, centrada nas questões da sexualidade e suas práticas "tradicionais" (que inclui a problematização das relações de gênero, da poligamia e dos casamentos "precoces", de ritos como a *kutxinga*, da produção de muitos filhos, etc), tende a ter uma consequência prática que me foi possível observar em Homoíne: a resistência da população local às proposições, às soluções práticas e aos modelos exógenos que informam as políticas oficiais, associada ao silenciamento e à elaboração de estratégias de enfrentamento da epidemia por vias alternativas, indiretas e nem sempre explicitadas para aqueles que gerem tais modelos. Havia muita desconfiança e desconforto da população em relação às mensagens veiculadas, e reiteradas tentativas de contorná-las.

Se há dados que, para a população local, associam o HIV/SIDA às suas traumáticas experiências com o colonialismo e o socialismo, como atestam as "teorias conspiratórias" que elaboram e as estratégias que repetem para lidar com os *vientes* e poderosos, há indícios de que o HIV/SIDA possa também ser traduzido

pelas experiências históricas com a guerra civil. Um exemplo disso é de uma tradução que ouvi durante uma reunião da diretora distrital de saúde com algumas matronas. A reunião tinha por objetivo treiná-las e incorporá-las ao programa de Prevenção da Transmissão Vertical (PTV) oferecido à população feminina. Uma médica estrangeira que participava daquela reunião, ao tentar explicar didaticamente a etiologia e nosologia do HIV/SIDA para as matronas, lançou mão da metáfora militar que Susan Sontag (1989) já apontava ser a principal metáfora associada à epidemia nos países ocidentais: o HIV atuaria como um inimigo estrangeiro que sorrateiramente invade o corpo com seu exército, oculta-se em trincheiras e depois destrói o exército de defesa de sua vítima. A diretora de saúde, também presente à reunião, traduzia a fala da médica para o citsua, a fim de fazê-la compreensível para as matronas. Estas demonstraram não compreender a metáfora militar exposta pela médica. A diretora, então, tomou a liberdade de descrever o HIV como *matsangas*[12] da base de Nhamungue, onde se concentravam os guerrilheiros da RENAMO no distrito. As matronas enfim compreenderam essa metáfora, expressando espanto e temor diante de um inimigo no qual conseguiram reconhecer o ardil e a grande periculosidade, que exigia, portanto, atitudes de defesa e combate.

Portanto, a metáfora da guerra teve uma eficácia simbólica naquele momento. Porém, quando se fala em guerras em Moçambique, há que se prestar atenção que se está remetendo o discurso a um universo histórico e cosmológico bastante específico, que desencadeia memórias e atitudes particulares de guerras fundacionais desde o período pré-colonial, não necessariamente correspondentes às concepções ocidentais, e que podem mesmo operar no sentido de transformar os agentes das políticas de controle da epidemia em sujeitos suspeitos e inimigos. O inimigo naquele contexto é sempre construído como *viente* (e o contrário também é verdadeiro) – como os *matsangas*, que estavam associados, no discurso do governo, a uma "guerra de agressão" promovida pelo "imperialismo" ocidental. Tem-se, assim, naquela metáfora da guerra civil utilizada para explicar os mecanismos de infecção do HIV, a reposição de uma chave histórica que está constantemente sendo operada na construção de alteridades, às quais se consegue, por isso mesmo, reconhecer um tipo de perigo que faz sentido para a população local, desencadeando respostas sociais.

Isso coloca uma questão importante para que se compreenda a produção de discursos locais que inserem a epidemia na perspectiva da *viência* e da conspiração. As "teorias conspiratórias" não são produções exclusivas da população em relação à epidemia, seus signos e sujeitos, mas estão também presentes nos discursos do governo e das ONGs que constroem a "tradição", seus signos e sujeitos como alteridade inimiga, repondo discursos que remetem ao trato dos saberes e formas tradicionais como "primitivismo" e "obscurantismo" – o que, é bom lembrar, deu base à ideologia de defesa da tradição que garantiu apoio da população rural à RENAMO durante a guerra civil (cf. Geffray 1991), inclusive em Homoíne.

As formas de tratar a "tradição" nas políticas públicas também colaboram para a construção discursiva da epidemia como conspiração *viente* inserida numa "guerra", e têm consequências importantes numa comunidade rural que viveu profunda e criticamente a experiência com a guerra civil, como é o caso de Homoíne. Os discursos oficiais, sintomaticamente, referem-se às políticas de controle da epidemia como "*combate* ao HIV/SIDA" e isso está explicito até mesmo nos nomes das instituições governamentais[13]. A problematização e combate à tradição é, desde o período colonial e o período socialista, um discurso que produziu e opôs inimigos internos e externos em Moçambique, e é algo que as políticas oficiais de controle da epidemia e seus sujeitos atualizam involuntariamente.

As resistências a essas políticas resultam, em grande medida, da maneira como essas políticas encaram a "tradição" como uma espécie de inimiga interna e, dessa forma, se constroem como inimigas daquela, o que repõe experiências históricas de conflitos já vividos pela população local, mobilizando respostas já formuladas dentro dessas experiências locais. Quem propõe "guerras" e "combates", e constrói "inimigos", são também os agentes das políticas públicas, contribuindo para a formulação do HIV/SIDA como epidemia *viente*.

---

12 Termo local que designava os guerrilheiros da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), que desencadeou a guerra civil contra o governo da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

13 Comissão Nacional de Combate ao SIDA (CNCS) e Programa Nacional de Combate às DTS/HIV/SIDA (PNC DTS/SIDA), por exemplo.

Assim, tomando por perspectiva a ótica da população local, os sujeitos, discursos, práticas e insumos relacionados às políticas de contenção da epidemia podem logicamente ser associados aos inimigos, *vientes*, e predadores "de fora" e suas "armas", categorias que se constituem em alteridades ambivalentes e desencadeiam socialidades específicas naquele contexto – confronto ou aliança, dependendo do poder que o *viente* detém e dos benefícios que ele traz consigo. Não são apenas os discursos de problematização da "tradição" que concorrem para esse tipo de resposta social. Todo o aparato e financiamentos que a epidemia de HIV/SIDA envolve em Moçambique desde o início da implantação de suas políticas públicas[14], ostensivamente associados a estrangeiros e seus signos, tende a gerar desconfiança por parte da população em Homoíne – mas também formas de alianças diversas. Essa excepcionalidade associada ao HIV/SIDA, que trouxe para o país uma significativa presença estrangeira (marcada por um padrão de consumo muito acima da média dos moçambicanos), que desencadeou campanhas maciças nos meios de comunicação e espaços públicos, instalação de serviços específicos e uma profusão de ONGs que geraram novos empregos e riquezas (produzindo e assimilando novos ricos locais e estrangeiros), marca a epidemia de uma forma muito explícita e concreta, dando margem às interpretações correntes que a associam a um movimento neocolonial.

Quem está associado a todo esse aparato e ao universo do dinheiro que ele representa, é percebido como poderoso, mas ao mesmo tempo, e por isso mesmo, como predador. Esses "novos ricos" produzidos pelos investimentos dos "doadores" em Moçambique são percebidos como pessoas que *comem sozinhas*[15] e, por isso, são objeto de suspeita e desconfiança por parte da população – a associação desses *grandes* com a feitiçaria e a *ambição* que ela traz por trás de si fazia parte de rumores que ouvi em Homoíne. A ambivalência é, portanto, uma marca presente no universo constituído em torno da epidemia e dos sujeitos que orbitam seu aparato institucional, identificado à saúde sim, mas também associado à predação e à ambição dos *vientes* e dos agentes locais que estabelecem proveitosas alianças com eles.

Em Homoíne, esses fatores concorriam para a desconfiança da população local em relação às pessoas, mensagens, ações e insumos relacionados ao "combate" à epidemia, operando como importante variável na determinação de sua relativa ineficácia. Enfim, eram efetivamente promotores de vulnerabilidade ao HIV/SIDA naquele contexto, não seus "combatentes".

4. Articulações entre biomedicina e medicina tradicional

A experiência da população de Homoíne com a biomedicina é uma experiência atravessada por falhas e insucessos. Em 2007, durante o período que fiz a maior parte de minha pesquisa de campo, havia uma única médica atuando em todo o distrito. Era estrangeira e não atendia regularmente todos os usuários dos centros de saúde, pois estava lá para uma dupla função: acompanhar casos de HIV/SIDA e gerir sozinha todo o trabalho que a ONG à qual estava vinculada exigia. Os demais funcionários que atendiam os usuários no centro de saúde da vila-sede – equipamento de saúde mais bem aparelhado do distrito – eram enfermeiros ou técnicos de medicina. Os diagnósticos eram majoritariamente feitos através de uma abordagem sindrômica e os casos mais graves eram encaminhados para os hospitais distantes mais de vinte quilômetros da vila-sede.

A maioria de meus interlocutores que adoeciam e buscavam atendimento nos serviços de saúde pública, quando perguntados sobre o diagnóstico que haviam recebido, não sabia que doença tinha. Eles aceitavam os medicamentos receitados durante as consultas, seguiam os tratamentos (que nem sempre tinham sucesso) e curavam-se sem saber que enfermidade os acometera. Mas tampouco se preocupavam em perguntar aos atendentes qual o diagnóstico de sua doença – isso não parecia fazer sentido para eles. A maioria costumava também receber o diagnóstico de malária para os mais variados sintomas, que por vezes sabiam não estar relacionados àquela doença, mas aceitavam e seguiam o tratamento prescrito. Muitos tomavam antibióticos

14 A respeito da história da construção dos programas de controle da epidemia em Moçambique, ver Matsinhe 2005.

15 "Comer sozinho" é uma metáfora utilizada para referir-se à busca por feitiços para satisfazer a ambição de seus usuários (cf. Passador 2008).

receitados sem que lhes fossem notificados os diagnósticos. Enfim, a relação desses meus interlocutores com a biomedicina oferecida nos serviços de saúde era de aceitação passiva dos diagnósticos, procedimentos e tratamentos ministrados.

A biomedicina não lhes oferecia experiências regulares de eficácia, tampouco de apropriação de saberes sobre os processos de adoecimento e tratamento aos quais eram submetidos. Nem mesmo garantia acesso facilitado aos seus serviços e tratamentos, dada a baixa oferta de aparelhos de saúde no distrito. Diante desse quadro, não causa estranhamento a procura por médicos tradicionais. Porém, encontrei reiteradamente demandas da população pelo acesso à biomedicina, mesmo nas zonas mais afastadas. Era comum, nas minhas idas ao *mato* para realizar minha pesquisa, deparar-me com falas que demandavam acesso das populações locais a serviços de saúde e educação que inexistiam ou eram de difícil acesso. Em boa parte daquelas zonas, no período colonial e logo após a independência, a população ainda tinha acesso a algumas infraestruturas que foram destruídas ou precarizadas em decorrência da guerra civil. Portanto, conhece e demanda as benesses da "modernidade" que já lhe foi acessível, sem que isso, contudo, resulte em abandono da "tradição".

A medicina tradicional tem fundamentos lógicos que se articulam com os sistemas sociais e de crenças que compõem a visão de mundo dos sujeitos pesquisados, e por isso faz sentido e é buscada voluntariamente por eles. Portanto, a substituição dela pela biomedicina não é algo que deva ser imposto pela agenda de controle da epidemia de HIV/SIDA – tampouco isso é uma demanda daqueles sujeitos. Antes disso, elas são articuláveis e não excludentes, podendo coexistir. Porém essa articulação não é de fácil construção.

Ouvi algumas proposições de colegas que trabalhavam nas ONGs internacionais no sentido de incorporarem médicos tradicionais aos espaços da biomedicina, como possível solução para garantir a busca da população por tratamentos hospitalares. Também tive a oportunidade de assistir, na sede da AMETRAMO em Homoíne, a uma reunião dos *tinyanga* com a diretora de saúde do distrito, na qual eles demandavam o direito de atuarem dentro dos centros de saúde (o que, segundo eles, era demanda de seus consulentes) – a diretora rejeitou a proposta, pois essa demanda contrariava as diretrizes do MISAU. Porém, o que os sujeitos da minha pesquisa indicaram é exatamente a inviabilidade desse tipo de proposição. Para eles, a presença dos *tinyanga* nos aparelhos de saúde pública afugentaria os pacientes, visto que estes são tidos como ambivalentes, associados não apenas a curas, mas também à ambição e aos riscos predatórios que ela desencadeia, sendo tomados como potenciais produtores de feitiços. A proximidade com os *tinyanga* é algo que comumente se evita, por haver esse reconhecimento de que eles podem produzir doenças e mortes, além de curas. É comum as pessoas terem o seu *nyanga* de confiança, ao qual não temem. Porém, o *nyanga* do outro é visto como potencialmente perigoso e, por isso, evitado. Isso, potanto, pode inviabilizar a presença desses atores nos espaços onde se busca a biomedicina.

O que pude observar nas maneiras de articular medicina tradicional e biomedicina é um conjunto de soluções que os próprios sujeitos procuravam construir de forma conjuntural. O trânsito complementar entre esses campos é construído pelos sujeitos que por eles transitam, e não dado previamente. Institucionalizá-lo e impor fórmulas de articulação nos serviços pode, portanto, produzir falta de adesão entre os usuários.

Porém, também é fato que a medicina tradicional não é necessariamente uma opção para aqueles sujeitos. Muitas vezes ela é uma imposição de um contexto em que a biomedicina é experimentada como falha, ineficaz e inacessível para uma parcela significativa da população. Principalmente para a população que vive no *mato*, onde o Estado e as ONGs estão precariamente instalados ou são simplesmente inexistentes.

5. Silêncio e verborragia: o difícil diálogo entre as políticas públicas e as respostas sociais

Quero aqui fazer alguns apontamentos em direção a conclusões mais gerais. Durante minhas pesquisas de campo, poucas interlocuções com meus sujeitos de pesquisa desencadeavam conversas sobre o HIV/SIDA que fossem espontaneamente deflagradas por eles. Normalmente, era eu quem introduzia o tema como questão a ser pensada por eles, quando nossas conversas apontavam para fatos que podiam estar relacionados à epidemia. Contudo, o discurso oficial sobre a SIDA era onipresente e inescapável. Suas mensagens estvam por todas as partes, pintadas em muros, pregadas às paredes e *outdoors*, pronunciadas nas rádios e na TV, gritadas

pelos ativistas e estampadas em suas camisetas e bonés, explicitadas pelos *slogans* repetidos como fórmulas nas cerimônias oficias: "a mitigação da epidemia do HIV/SIDA" está sempre lado a lado com "o combate à pobreza absoluta" nos discursos das autoridades. Porém toda essa "verborragia" pública e oficial a respeito da SIDA não rompe o "silêncio" que a população joga sobre ela. Não há correspondência entre a demanda do Estado e das ONGs, e a resposta social à epidemia formulada pela população local. Ao menos, essa resposta social não se dá no mesmo idioma que as formulações discursivas daquelas instituições – a gramaticalidade dos discursos que são elaborados por cada uma dessas partes é bastante díspar.

Encontrei em minha pesquisa discursos recorrentes entre meus interlocutores que diziam estar "cansados" de ouvirem sobre prevenção ao HIV/SIDA em mensagens veiculadas pelos mais variados meios e em palestras que se repetiam em conteúdo e frequência. Eles alegavam já conhecer tais conteúdos, não necessariamente eram contrários às informações transmitidas sobre a doença e tampouco deixavam de compreendê-las. O que eles demandavam eram, sobretudo, tratamento medicamentoso e cura, que reconheciam como soluções satisfatórias e potenciais que a biomedicina poderia produzir e disponibilizar – o que indicava uma percepção de falência da prevenção e deslocamento da demanda social para a medicalização da epidemia, que era uma experiência de relativo sucesso com o Tratamento com Anti-retrovirais (TARV) e a PTV. No entanto, a falta das soluções curativas demandadas por aqueles sujeitos era recorrentemente atribuída por eles a interesses dos agentes envolvidos no controle da epidemia em manter a epidemia operando em Moçambique. Isso repunha e reafirmava algumas questões já discutidas anteriormente, mas também indicava outras importantes, relativas a certo nível de esgotamento a que pareciam ter chegado as relações entre a população local, o Estado e as ONGs na experiência com o HIV/SIDA.

A problemática envolvida na incongruência entre, de um lado, investimentos e ações oficiais para o controle da epidemia e, de outro, a resposta social que a epidemia gerava, não parece estar relacionada a metafóricas "paredes de vidro" que separam esses atores. A dificuldade em estabelecer um diálogo que resulte na articulação produtiva e eficaz das políticas governamentais e não-governamentais com uma resposta social efetiva, congruente com essas políticas, parece dever-se mais a uma "conversa entre surdos" – para manter a argumentação ao nível das metáforas.

Mas não entre "surdos" simétricos e em relação de equidade. Os atores envolvidos nesse diálogo não têm o mesmo poder e os mesmos instrumentos para fazer valer seus pontos de vista. Essa é uma das chaves para se compreender as conexões de sentido que os sujeitos que pesquisei estabelecem entre colonialismo/socialismo e as políticas e discursos de instituições governamentais e ONGs que rondam a epidemia de HIV/SIDA. O poder e os instrumentos do Estado e das ONGs não são os mesmos de que dispõe a população e o diálogo tende, na maior parte das vezes, a tornar-se monólogo sem escuta recíproca – ou produção de hostilidades mútuas.

As ONGs, que em tese deveriam ser as instâncias institucionais de mobilização e representação de uma "sociedade civil" na construção de políticas públicas eficazes, são na sua maioria agências internacionais que procuram implantar agendas e prescrever modelos exógenos de mobilização e participação – "de cima para baixo", criando ONGs e ativistas profissionais e gerando mais clientelismo do que mobilização das populações locais. No mais, o poder econômico dessas agências, com seus vultosos financiamentos, permite impor a um Estado dependente da cooperação internacional agendas de políticas públicas que se alternam ao sabor dos fluxos de capital que os países cooperantes disponibilizam, não permitindo a instalação de políticas continuadas, coerentes e que deem respostas consistentes aos determinantes locais que desenham a epidemia em Moçambique.

A crise na prevenção e a demanda pelas terapias medicamentosas impõem gastos que um Estado pauperizado não consegue arcar sozinho para garantir acesso aos tratamentos, mantendo sua dependência da ajuda internacional. Por outro lado, o Estado autoritário intervém de forma a desconstruir políticas implantadas pelos agentes da cooperação, gerando também descontinuidades – como é o caso da ameaça em abolir os Hospitais de Dia (HDDs) que pairava no início de 2008[16], que produziu reações de descontentamento das ONGs que

16 O MISAU propunha, à época, transferir o atendimento especializado no HIV/SIDA dos HDDs para o atendimento ambulatorial de rotina nos hospitais e centros de saúde, alegando ser uma medida para contornar a estigmatização dos usuários dos serviços especializados e aumentar sua adesão ao TARV. Fazia parte da proposta transferir a PTV para os já existentes Serviços de Saúde Materno Infantil.

investiram na instalação desses serviços e implementação de políticas de atendimento especializado na rede de saúde pública.

Portanto, os problemas que envolvem a (in)eficácia da gestão e controle da epidemia de HIV/SIDA em Moçambique não são apenas de ordem "cultural", mas também, e talvez mais profundamente, de ordem política (se for possível desvincular tais instâncias na prática) em uma democracia que ainda procura se construir sobre os escombros do colonialismo e de uma guerra civil devastadora (que ainda impõe sua lógica à política interna), e sob o impacto de uma epidemia igualmente devastadora, que torna o Estado moçambicano dependente da ajuda internacional, refém dos modelos que essa cooperação propõe – e, muitas vezes, impõe –, mas da qual ele também não demonstra grande capacidade e/ou interesse de abrir mão.

Nesse contexto, a problematização da "tradição" parece até mesmo deslocada e superdimensionada como fator de produção de vulnerabilidades ao HIV/SIDA em Moçambique, transferindo para a população uma culpa, por assim dizer, que não é exclusivamente sua, mas pela qual é a parte mais profundamente penalizada nesse complexo de desarticulações e insucessos.

Em Homoíne, contudo, a "tradição" tinha uma presença crucial que ia muito além do problemático ou do exótico na vida de sua população. A "tradição" organizava a vida daquelas pessoas num contexto de profundas carências e abandono. Não apenas organizava suas vidas cotidianas, como também permitira que elas pudessem reconstruí-las após a desintegração social e entropia das estruturas estatais promovidas pela guerra civil.

As formas de aliança e descendência que organizavam as famílias e as comunidades permitiram que elas pudessem minimamente se recompor das perdas de vidas e dos deslocamentos que a guerra impôs. Permitiram a continuidade da agricultura familiar como forma de garantir um mínimo de segurança alimentar num distrito ciclicamente sujeito a estiagens e calamidades, de solo arenoso e com baixos recursos hídricos. Permitiram reconstituir redes de parentesco e vizinhança, que são redes de solidariedade fundamentais para a circulação de bens, pessoas e ajudas mútuas. Permitiram a reintegração de órfãos da guerra. Os matrimônios, monogâmicos ou poligâmicos, recompuseram o tecido social através das trocas totais entre núcleos de descendência.

Os médicos tradicionais promoveram curas que levaram a reintegrações sociais de deslocados e ex-soldados (incluindo as crianças-soldados produzidas pela guerra), a pacificação entre antigos inimigos de guerra e entre parentes, e o uso de ervas no cuidado à saúde onde não mais havia biomedicina.

As lideranças tradicionais permitiram a reorganização política local que mediou conflitos entre retornados e aqueles que ficaram em suas terras, mediaram conflitos pela terra entre famílias e promoveram a pacificação entre áreas de um distrito cindido pelas rivalidades da guerra.

Enfim, a "tradição" para aquelas pessoas é mais que um sistema de crenças e práticas exóticas que produz vulnerabilidades. É um referencial e um campo de socialidades que permitiram reduzir vulnerabilidades sociais durante e após a guerra civil. Guerra que promoveu, além de atrocidades contra aquela população civil, também um desmanche nas infraestruturas antes existentes, que minou ainda mais a capacidade do Estado em dar cobertura às suas necessidades mais básicas. Enfim, uma guerra que aprofundou o abandono de uma população empobrecida e submetida a formas de autoritarismo e violência desde o período colonial (e até mesmo pré-colonial). Problematizá-la e acusá-la de "minar esforços" de um Estado com viés neoliberal e das ONGs internacionais para conter calamidades, como a epidemia de HIV/SIDA, é, no mínimo, desconhecimento do contexto no qual esses atores incidem com suas políticas.

No distrito de Homoíne, não só a ausência do Estado era uma experiência recorrente, como a sua presença era muitas vezes um problema. As ONGs e seus agentes, inevitavelmente montados em veículos 4x4 com adesivos e rebites expondo suas siglas, nas raras vezes que apareciam, eram alienígenas completamente descontextualizados e exóticos. Como esperar que as mensagens, promessas e críticas que esses atores traziam pudessem ser ouvidas e assimiladas por aquela população? Como confiar nas mensagens de um Estado que produziu experiências seguidas e conjugadas de autoritarismo e abandono? Como reconhecer que os *vientes* das ONGs pudessem entender suas vidas a ponto de reconhecer que as mensagens e críticas que aqueles agentes veiculavam pudessem ter algum fundamento numa realidade que eles pouco conheciam ou que teimavam em estereotipar? A vulnerabilidade ao HIV/SIDA não era apenas um problema ligado à "tradição" naquele contexto, mas condicionada pela pobreza e pela ausência ou inadequação das instâncias e ações governamentais e não-governamentais. A "sociedade civil" que o Estado de Direito e as ONGs internacionais pressupõem não existe

como tal naquelas zonas. Mas existem pessoas e uma matriz social que elas operam e que, minimamente, lhes garante condições de vida.

As vulnerabilidades sociais em Homoíne são múltiplas, profundas e não são promovidas exclusivamente e mais decisivamente por "práticas culturais e tradicionais" que, no mais, são plásticas e se transformam historicamente, e por isso possibilitam estratégias de subsistência daquelas pessoas. A "tradição" incorpora constantemente elementos que conseguem dialogar com sua lógica, pois seus sujeitos pragmaticamente produzem isso quando faz sentido para eles.

Portanto, a "tradição" não é refratária à assimilação de práticas, saberes e insumos externos a ela, quando estes permitem que sua lógica persista sem ser combatida e negada – e a história ensina que isso se dá sem a necessidade de permanência imutável das práticas ditas "tradicionais". Mais que fazer do "combate ao SIDA" uma guerra contra a "tradição", é preciso que os agentes das políticas públicas permitam que aquelas pessoas se apropriem delas e transformem. Mas para isso, é preciso reconhecer que a "tradição" é fundamentalmente um campo dinâmico de produção de sentidos múltiplos.

O inimigo *viente*, naquela "cultura", não é um elemento impossível de ser incorporado. Pelo contrário: as socialidades se constroem de fora para dentro, por alianças e transformações. Basta que se esteja disponível a ouvir seus silêncios e reconhecer seus termos.

Referências Bibliográficas:

FELICIANO, José Fialho (1998). *Antropologia económica dos Thonga do Sul de Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, Coleção Estudos nº 12.

FOUCAULT, Michel (2001). *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.

GEFFRAY, Christian (1991). *A causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*. Porto: Afrontamento.

GREEN, Edward C (1999). *Indigenous theories of contagious disease*. Walnut Creek, CA: Altamira Press.

HONWANA, Alcinda Manuel (2002). *Espíritos vivos, tradições modernas: Possessão de espíritos e reintegração social pós-guerra no Sul de Moçambique*. Maputo: Promédia.

JUNOD, Henri A (1996). *Usos e costumes dos Bantu, tomos I e II*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, Série Documentos nº 3.

MATSINHE, Cristiano (2005). *Tábula rasa: dinâmica da resposta moçambicana ao HIV/SIDA*. Maputo: Texto Editores.

NEWITT, Malyn (1997). *História de Moçambique*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

OSÓRIO, Conceição e CRUZ E SILVA, Teresa (2008). *Buscando sentidos: gênero e sexualidade entre jovens estudantes do ensino secundário, Moçambique*. Maputo: WLSA Moçambique.

PASSADOR, Luiz Henrique (2008). "Eating alone" or when tradition feeds modernity: money and magic in southern Mozambique. *VIBRANT*, 5 (2). Disponível em http://www.vibrant.org.br/downloads/v5n2_passador.pdf [consultado em 05-01-2015].

_____ (2009). 'Tradition', person, gender and STD/HIV/AIDS in southern Mozambique. *Cadernos de Saúde Pública*, 25 (3), pp.687-693. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009000300024&lng=pt&nrm=iso [consultado em 05-01-2015].

_____ (2011). *Guerrear, casar, pacificar, curar: o universe da "tradição" e a experiência com o HIV/Aids no distrito de Homoíne, Sul de Moçambique*. Tese de Doutoramento, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000827401&opt=1 [consultado em 05-01-2015]

PASSADOR, Luiz Henrique e THOMAZ, Omar Ribeiro (2006). Raça, sexualidade e doença em Moçambique. *Revista Estudos Feministas*, 14 (1), pp. 263-286. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000100014&lng=pt&nrm=iso [consultado em 05-01-2015].

PFEIFFER, James (2004). Condom social marketing, pentecostalism, and structural adjustment in Mozambique: a clash of AIDS prevention messages. *Medical Anthropology Quarterly*, 18(1), pp. 77-103.

SONTAG, Susan (1989). *A aids e suas metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras.

"Cada problemado faz uso de um tratado": práticas terapêuticas de saúde em uma casade umbanda no sul do Brasil

Karine Mendonça Rodrigues
(PPGAS/UFRGS) email: kakanurse@gmail.com **GT 27**

Vanessa Flores dos Santos
(PPGAS/UFRGS) email: vanessaf_cs@yahoo.com.br **GT27**

Resumo: Nessa comunicação refletimos sobre práticas terapêuticas, em especial os banhos de ervas recomendados na terreira sob orientação das entidades. Através de uma experiência etnográfica numa casa de umbanda surgem reflexões sobre os agentes que compõem o processo de cura dentro dessa prática religiosa. *As ervas são forças da natureza, faz os limpado*, explica a entidade. A procura por tal terapêutica seria eficaz, porque *constrói e transforma os* corpos; corpos estes vazados e porosos, atravessados e constituídos por inúmeros seres, forças e dimensões (cf. Mol, 2002). Tanto o "aparelho" (corpo que recebe a entidade) quanto o consulente passam por distintos preparos do corpo. Seja num banho para descarrego ou na harmonização das vibrações há uma rede com inúmeras conexões que resultam no tratamento dos males da matéria e do espírito.

Palavras – chave: práticas terapêuticas, Umbanda, religiosidade-afro brasileira, eficácia

1. Introdução

Este comunicação tem por objetivo estabelecer diálogos possíveis entre dois exercícios etnográficos[1] em casas de Umbanda na Grande Porto Alegre, região sul do Brasil, e discussões que versem sobre práticas terapêuticas em meio a contextos religiosos. A Umbanda, popularmente conhecida por relacionar elementos da cosmologia afro-brasileira, como o culto aos orixás do Batuque e do Candomblé, e guias e entidades como os pretos-velhos e caboclos, entidades conhecedoras do preparo de banhos e defumações, agencia seres, entidades, plantas e vibrações em seus tratamentos e preparos.

Em uma primeira inserção etnográfica, acompanhamos os trabalhos e atendimentos em um Centro de Umbanda situado no bairro Passo dos Maias, limite do município de Porto Alegre com Alvorada. Carla e Ariane, nossas principais interlocutoras, dão prosseguimento aos "*fundamentos"* transmitidos ao longo das últimas gerações da família. Aqui, a "família de sangue" também tem relação com a "família de santo", ou seja, parentesco consangüíneo e parentesco ritual. Seu pai e um de seus tios, assim como suas avós (materna e paterna), também eram de religião. Há duas gerações a família prossegue com os trabalhos e ensinamentos quanto a banhos, chás, uso das ervas e trabalhos de descarrego, proteção ou reforço a todos que procuram amparo aos "*males do corpo e do espírito"*.

Num segundo momento, a observação participante deu-se num Centro de Umbanda na cidade de Porto Alegre, do qual trazemos as percepções e reflexões geradas a partir da experiência sobre o uso de ervas por entidades no tratamento terapêutico "*do corpo e do espírito"*, como refere à dirigente da casa sobre o que as ervas atingem os freqüentadores da casa. Para a Mãe Nair, responsável pela Casa do Pai Joaquim, o trabalho com as ervas é muito importante e há que se ter muito cuidado e dedicação. Conta ela que "é muito mais que baixa com o preto velho em passar os trabalhado para a pessoa fazer, tem que se dedicar e estudar, conhecer cada erva para saber o que se está fazendo" e ao dizer isso enfatiza que o trabalho feito com as ervas "é tão sério como o remédio que o médico prescreve".

---

1 Optamos por estender as observações a duas casas de Umbanda na Grande Porto Alegre com a intenção de abarcarmos mais experiências e quanto a práticas e usos terapêuticos das ervas.

Neste trabalho, privilegiamos o preparo dos banhos enquanto prática terapêutica de saúde e a multiplicidade de a*genciamentos eficazes* que tem relação com esses *preparados*: de *potências* contidas nas ervas – aonde cada uma tem relação com um *orixá* ou e*ntidade -,* nos seres, forças e dimensões a atuar. Também, os processos de preparo e construção de corpos que são porosos, sensíveis, vazados e, como não apartados da alma, atravessados por esses múltiplos agentes.

2. A Umbanda e a religiosidade afro-brasileira

"Batucado, Gira ou Umbanda, todas as doutrinas fazem a mesma coisa: faz o uso do que está na natureza. Todos representam (e são) parte de uma força superior". Dessa explicação de uma preta-velha, entidade que se manifesta a partir do processo de incorporação do corpo de uma médium que faz parte do grupo de "trabalhadores" da casa, surge uma elucidação quanto à doutrina umbandista e, como um todo, ao sistema cosmo-ontológico chamado de *linha cruzada* ou *sistema aberto*: diferente da religiosidade afro-brasileira tradicional – conhecida por Batuque ou Nação - que cultuaunicamente os *orixás, voduns* ou *inquices*, de acordo com cada tradição (banto ou iorubá), aqui cruzam-se três linhas: o culto aos orixás no Batuque, culto às entidades ameríndias ou do "povo de angola" como pretos velhos e caboclos da Umbanda e o culto à Gira, ou "povo da rua", tradição da Quimbanda. O "povo da rua" é representado por entidades mais conhecidas por Exus e Pomba-Giras. Na Quimbanda, cruzam-se os cultos de Batuque e Umbanda ao "povo da rua". Apesar de não tratarmos aqui das demais tradições em questão, há que se considerar que em muitas casas de religião há trabalhos e sessões de mais de uma dessas "linhas".

Na esteira de autores da Filosofia da Diferença como Deleuze e Guattari (1995) e Gabriel Tarde (2007) ,é a diferença que faz existir, *existir é diferir*. Assim também estes três cultos cruzam-se e transbordam sem que haja síntese; não há diluição nem estruturação das diferenças em uma *identidade* representacional, mas as múltiplas potências dos d*evires*: "Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas." (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 24). Nesse sistema aberto, cada casa de religião ou mãe-de-santo, ou dirigente da casa, tece novas conexões e comunicações entre planos.

> (...)a lógica rizomática da religiosidade afro-brasileira, ao invés de dissolver as diferenças, conecta o diferente ao diferente deixando as diferenças subsistirem como tais. Um caboclo permanece diferenciado de um orixá mesmo se cultuados no mesmo terreiro e sob o mesmo nome próprio (como, por exemplo, ogum). (DOS ANJOS, 2006,).

Na culto das sete linhas de Umbanda – Oxalá, Iemanjá, Xangô, Ogum, Oxóssi, Iori (as crianças) e Iorimá (pretos velhos), privilegiado em nossos experiências etnográficas, a cada linha corresponde uma *vibração*, ou seja, à potência de Ogum corresponde uma falange de seres e entidades que comunicam e agenciam as qualidades da banda de Ogum no *vencimento das demandas*. Há também a presença de falanges e equipes kardescistas, ou seja, da doutrina espírita, assim como o "Povo do Oriente", as falanges de ciganos, espíritos que atuam em determinados trabalhos e vibram nas energias de fartura e prosperidade.Portanto, a *força superior* referida pela entidade, é expressa nas múltiplas relações entre distintos seres, planos e vibrações que se entrecruzam e expressam-se em cada culto ou casa umbandista.

A não-separatividade entre espírito e matéria, na Umbanda, ou do entendimento ocidental moderno que distingue natureza/cultura ou biológico/simbólico, trabalha conjuntamente em outros planos (perísspirito, nos corpos causais, astral, espiritual) em processos de cura que também se aproximam ao entendimento do que para nós está comumente restrito a uma área "científica". Como em exemplos etnográficos de cosmologias ameríndias, como explicita Surralées (2005), não há fronteiras estabelecidas, o território do corpo não é apartado da alma. Nesse sentido, na esteira das reflexões de Philippe Descola (2005) também sobreo contexto das cosmologias ameríndias, o dualismo estanque das sociedades modernas, que considera somente a separação entre humanos e não-humanos, não dá conta de uma *escala de seres*, como plantas e animais, com os quais se partilha capacidades como consciência reflexiva e intencionalidade. Em nossas observações, podemos referir

à intencionalidade e à capacidade comunicativa de seres outros, como espíritos, entidades e energias contidas nos "preparados" com poderes curativos e direcionadas a casa situação.

3. Agenciamentos eficazes: corpos porosos, potências e vibrações

Tema caro ao campo de estudos de religiões e práticas terapêuticas, o conceito de *eficácia simbólica* permeou muito dos debates problematizados sobre os efeitos de chás, banhos, marofas ou os próprios emaranhados de sons, cores e ritmos que compõem os rituais das religiões de matriz africana, assim como em sistemas cosmológicos outros em que o corpo a ser curado ou tratado não é uma tela, não é representação. Na perspectiva aqui privilegiada, cada cor, ritmo, erva ou entidade comunica e agencia vibrações entre-mundos. Como em trabalho recente de Fátima Tavares e Francesca Bassi (2012) sobre experiências religiosas no Camdomblé e na Umbanda, há que problematizar,

> Como descrever através de categorias adequadas as experiências religiosas que mobilizam "agenciamentos eficazes", ou seja, que não envolvem representações sobre coisas, mas transformações corporais importantes? Um caminho interessante para se recolocar essas questões é o de abordar as experiências no candomblé e na umbanda enquanto agenciamentos que combinam pensamentos, afetos, imaginários e formas de organização social. Rompe-se, assim, com a dualidade implicada nos conceitos de representação e prática, bem como com a discussão sobre a anterioridade de um sobre o outro. (TAVARES e BASSI, 2012, p. 262)

Questionando uma das interlocutoras da casa dirigida pelas irmãs Carla e Ariane sobre as possibilidades comunicativas entre-mundos, ou entre os planos em que as curas atuam, as recomendações guiam-se pelas consultas e demandas situacionais de cada filho.No princípio da caridade - o "fazer o bem sem olhar a quem" - a resposta que também atende à doutrina cristã foi a condição, de acordo com a guia preta-velhapara "dar o passe"[2], *"tudo depende da intenção que se bota no trabalho"*. Como não há separatividade entre espírito e matéria, também não há a dualidade bem e mal. Em um contexto altamente relacional, a intenção que se coloca seja em um tratamento para cura ou em um ebó[3], *agencia* energias que trabalharão em relação a aberturas ou fechamentos de caminhos. Como apontaKnauth (1994) em artigo que trata da doença e da cura nas religiões afro-brasileiras, os remédios indicados por entidades são comparados aos da "medicina oficial", e as terapias são avaliadas positivamente pelos fiéis desde que *funcionem*. Nesse sentido, cabe aos agentes religiosos e também à casa como um todo agenciar e fazer emergir a *eficácia* das "capacidades" da religião.

Conforme a orientação passada pela entidade Pai Joaquim, o banho de guiné, por exemplo, serve para fazer limpeza de carga negativa no corpo e no espírito. No meu caso – Karine - ,ao pedir por um atendimento, a prescrição é a de que "*precisa apenas banhar do pescoço para baixo, pois banhos de cabeça são apenas em casos muito graves, em que a pessoa perde a comunicação com seus protetores e seus centros de forças superiores, localizados na cabeça, ficam prejudicados*". Neste dia, ao consultarmos na terreira de Mãe Nair, podemos observar também a presença de elementos de outras matrizes ontológicas outras, como símbolo de *Reiki,* um princípio energético oriental que trabalha para o equilíbrio e harmonia dos *chakras*, "centros de força", onde se concentram pontos de energia nos corpos. Apesar da surpresa com a presença de símbolos advindos de tradições estranhas às religiões afro-brasileiras, atentamos para as aproximações de terapêuticas centradas em princípios energéticos e vibracionais a curar os corpos – sejam os físicos, astrais ou espirituais. A procura pelas terapêuticas aqui abordadas é *eficaz*, assim,porque *atravessa e transforma os* corpos; corpos

---

2 Momento em que as entidades incorporadas fazem uso do *ectoplasma*, energia doada pelos médiuns, para atuar no plano físico e retirar energias densas e negatividades dos corpos físicos e astrais dos consulentes.

3 Oferenda que é despachada em local específico, como mata, pedreira, beira de rio ou encruzilhada. Pode conter velas, frutas, demais alimentos ou animais.

estes vazados e porosos, afetados e tratados por inúmeros seres, forças e dimensões (cf. Mol, 2002). Tanto o "aparelho" (corpo que recebe a entidade) quanto o consulente passam por distintos cuidados.

4. "Cada problemado faz uso de um remediado": as ervas e seus preparos

Acompanhando uma sessão de pretos velhos - o *povo de angola* – em uma sexta à noite, Carla conversou com a entidade incorporada para que tivéssemos a possibilidade de "*entrevistar a mãe velha e fazer umas perguntas sobre a doutrina e como trabalhar com as ervas*". Situação inesperada, pedimos à entidade que gentilmente cedesse um pouco do seu tempo na sessão e que antes de nós "tomarmos o passe" pudessemos lhe interpelar quanto a alguns procedimentos. Diante de alguns breves questionamentos, a guia espiritual explicou-nos como são os *tratamentos* e as *curas* realizadas ali:

> *Os trabalhados é tudo que tem na terra, os ancestrais já faziam assim.* ***Um representado deuma força da terra****. As ervas têm tratado tanto material quanto de sofrido. Tratado das matérias quanto nos espiritual. O que faz a diferença é que uns entendem mais de mato, outros de terra, outros de mar (povo da mata, a falange de Oxóssi; povo da terra, falange de pretos velhos; povo do mar, os marinheiros, falange de Iemanjá).*

Diante dessa explicação sobre *os fundamentos* da doutrina, como explica Goldman em trabalho sobre o Candomblé (2006), nas cosmologias afro-brasileiras não se está a tratar somente de representações metafóricas sobre o raio que representa Iansã, o controle das doenças por Omolu (no Batuque, Xapanã) ou o local, como o mar que pertence a Iemanjá, mas que em certo sentido, *cada um destes elementos ou locais são Iansã, Xapanã ou Iemanjá*. Assim o uso de rezas, dos *amacis*[4]ou *amassados* também prepara e constrói os corpos para que possam chegar a um mínimo de equilíbrio energético e vibracional esperado ao serem atravessados por potências outras.

Em uma multiplicidade de atendimentos possíveis que se dão no terreiro, há desde os passes que variam de acordo com a sessão: se é preto velho, o galho de arruda atua em uma faixa vibratória para limpar a aura de cada filho e tirar os "carregos". Em sessão de povo da rua, as pomba-giras são interpeladas para questões de amores e afetos; os *exus*, senhores das encruzilhadas, situam-se

> (...) no começo de todo processo de agenciamento da subjetividade afro-brasileira. Qualquer ritual afro-brasileiro tem seu início com um pedido ao exu para que abra os caminhos. Para os teóricos do camdomblé, o exu é o *trikster*, o transportador da energia vital, aquele que faz a intermediação entre as divindades e os homens. (DOS ANJOS, 2006, p. 17).

Em festa cigana, ou atendimento do *Povo do Oriente*, são falanges ou equipes de seres espirituais e elementais que comunicam e viajam entre os planos desmanchando trancamentos de encruzilhadas, atendimentos para questões de saúde ou fartura, ou com certos guias relacionados à tradição das medicinas orientais. Nas imposições de mãos, nas prescrições de chás e nas oferendas com frutas a representar a fartura, há um saber que exige técnica e orientação.

Já na casa de Mãe Nair, segundo ela, além da função de cada erva ser específica, há também muitas formas de se utilizá-la para que se tenham resultados terapêuticos. Ervas usadas para limpezas espirituais como a arruda e guiné, são do grupo de preparos feitos com as ervas frescas, misturadas na água e orienta-se que a pessoa banhe-se apenas do pescoço para baixo. Além de ervas "boas" para limpezas, existe uma classificação dessas ervas que podem ser divididas em três categorias: *quentes ou agressivas, mornas ou equilibradas e frias ou específicas*. Mãe Nair passa todas as informações com muita precisão, com base no conhecimento repassado

4 Tipo de banho em que as ervas são maceradas de acordo com preparação específica das folhas.

através da oralidade, mas também indicando-nos leituras e materiais produzidos de literatura umbandista. As *ervas quentes* são aquelas que têm alto poder energético de limpeza, pois sua ação pode ser comparada a de um ácido, tamanho é o seu poder; as *mornas* parecem como ferramentas poderosas, um verdadeiro repositório de vitalidade e força, servem para regeneração e equilíbrio; por último fala das *ervas frias,* são os conhecidos "chazinhos", aquelas ervas que se usam rotineiramente e que possuem uma ação específica como lavar feridas ou alergias, no caso do chá de marcela.

5. A terapêutica: limpezas, reforços e aprontamentos

Perguntando à entidade interpelada na sessão de pretos-velhos da casa de Passo dos Maias sobre as diferentes recomendações quanto às práticas dos banhos, ela respondeu apontando uma gama de prescrições possíveis: há banhos para limpeza, do tipo descarrego; há banhos magnetizantes, em que não se limpa, mas se faz para que o corpo atraia amor e prosperidade *"qualidades das Oxum*"; há também os banhos de reforço em que se lava a cabeça; e também os aprontamentos para quem tem interesse em se desenvolver na doutrina.
Desenvolver-se na doutrina com o objetivo de tornar-se um *aparelho* (tipo de médium de incorporação, que recebe e manifesta as entidades), também não é para quem quer, mas para quem tem o *dom*. Nesse caso,

> Os filhos primeiro trabalham para permitir que os guias e anjos se aproximem das suas forças, para ficar mais aproximado dos aparelhos. (Ao que eu pergunto: ajuda os filhos a ficar mais forte? Porque alguns filhos recebem a entidade e outros não?). No teu trabalho, cada um tem uma missão. Na nossa doutrina também. No momento que o filho compreende e vai fazer o continuado, com a permissão do comando do trabalho, recebe a permissão. Vai do querer de cada filho.

Para além desse querer, há os cuidados e prescrições a serem seguidos: há "luas" (datas) para cada tipo de preparação e oferendas que também comunicam de acordo com cada linha ou trabalho. No banho de descarrego, em meu caso – Vanessa -, *"bom para ficar mais calma e receber as inspirações para a escrita dos trabalhos"*, o *amaci* é banho de sete ou nove ervas e requer a maceração de um número ímpar de folhas (há também a hora correta para se colher para erva), que após certo tempo resulta em uma tintura, a qual se mistura à água e se joga do pescoço para baixo:

> No banho de nove ervas vai quebra-pedra, guiné, samambaia, onda do mar, canela, alecrim, madressilva, erva da fortuna e manjericão. Tem banho sete e de nove ervas, depende também se o filho quer um ajudado pra ficar mais calmo, pra ficar mais fácil o recebido e inspirado.

Algumas ervas são específicas para a limpeza da casa e não devem ser utilizadas no corpo, como pois são *fortes demais* para o corpo e podem trazer reações desagradáveis, como é o caso da espada de ogum (espada de São Jorge) e da espada de Iansã (parecida com a de Ogum, mas esta tem as pontas das folhas amarelas).
Na casa dirigida por Carla e Ariane, nos banhos de reforço, momento em que se lava a cabeça (diferentes dos banhos de descarrego ou dos banhos cheirosos), podem se usar as mesmas ervas, mas os rituais são outros. A ênfase dos relatos que ouvimos diz respeito à confiança depositada na pessoa com quem se realiza esse tipo de trabalho: *"tem que ser alguém de confiança*". No banho de reforço, o *"chefado"*responsável pelo terreiro fecha a aura usando não só as ervas, mas também um tipo de pomada conhecido como Oró[5]. Com essa pasta, faz-se um cruzado na cabeça do filho. Após a lavagem de cabeça, a pessoa precisa *"ir para o chão",* quer dizer, passar ao menos uma noite na terreira por conta da suscetibilidade que esse tipo de técnica acarreta ao corpo num primeiro momento. Corpo vazado, poroso, a ser feito e preparado, passa uma noite sob proteção dos

5 Alguns chamam de "erva de Xangô", boa para proteção.

pontos de força no terreiro e aos cuidados de quem entende dos *fundamentos.*
Os preparos e rituais feitos pelos filhos de ambos os Centros de Umbanda aqui considerados formam o que podemos chamar de *rede*, um complexo de conexões, ou como definiria Tim Ingold (2000), um emaranhado de fios que se interconectam e que constituem uma teia na qual compõe o processo terapêutico a partir da erva. Essa composição complexa feita de vários agentes é fundamental para que possamos compreender a noção de terapêutica *eficaz*, como já referido.
Os *aprontamentos,* ou iniciações, são momentos que concentram potências de acordo com os guias e entidades de cada filho. *"Mesmo filhos do mesmo orixá, não é nunca o mesmo"*. Difícil num primeiro momento, a explanação quer fazer explicitar que não se trata de um Ogum ou uma Iansã, mas do guia ou *cabeça* de cada filho ou filha. Diferente dos relatos de outras casas às quais ouvimos relatos, Carla nos explica que a lavagem de cabeça pode servir de reforço sem que haja um compromisso maior para com as atividades da casa. *"Se quiser desenvolver, começar a trabalhar, fica a vontade pra frequentar"*.
Para os *aparelhos* que "desenvolvem", há certas proteções e prescrições como o uso das guias. As pulseiras, colares ou tornozeleiras usadas comportam um número correto de miçangas de determinadas cores e combinações de acordo com a linha e entidade de cada filho. De ano em ano, ou com certa frequência, as guias são reforçadas ou trocadas. Para casos de saúde ou em defesas contra demandas, há guias e patuás específicos a serem carregados juntos aos corpos. Num mundo altamente relacional e em meio a tantas mediações, há também interdições e relações de evitação, dentre os cuidados relacionados aos princípios energéticos. Como terapêutica de saúde, os banhos significam uma das formas de tratamento *"dos males do corpo e da alma"*.

6. Considerações finais

Buscamos, ao longo deste trabalho, tecer uma linha de sentido possível entre nossas experiências etnográficas junto a duas casas de Umbanda situadas na Grande Porto Alegre, na região sul do Brasil, a referenciais teóricos relacionados à Filosofia da Diferença e suas aproximações aos sistemas da cosmopolítica afro-brasileira. Consideramos o potencial contido nas discussões aqui consideradas que estão para além de dualismos ontológicos e das separações contidas em um estatuto de modernidade, como biológico/simbólico ou natureza/cultura, para se pensar as práticas terapêuticas de saúde vinculadas a grupos umbandistas.
Nos casos brevemente descritos se evidencia a cura e assim, fabricação, de corpos singulares produzidos ou atuados a partir da "coordenação" (cf. Mol, 2002) ou conjugação de realidades múltiplas e "parcialmente conectadas". Assim, da mesma forma em que corpos, seres, coisas, substâncias e ambientes de diferentes naturezas se conectam ou se misturam – e a doença ou enfermidade surge no momento em que tais misturas ou conexões entre-mundosse desequilibram, se "descoordenam" –, são também misturados, através de suas "conexões parciais", diria Strathern, os discursos, as visões de mundo e, sobretudo, as práticas e os espaços científico e religioso. Pratica-se e crê-se na benzedura, nos banhos e axés, como práticas terapêuticas em um contexto nada convencional para a ciência moderna, relativamente distante dos laboratórios e espaços clínicos "tradicionais". Forças, energias e substâncias ("invisíveis" à maioria, mas percebidas e sentidas) percorrem e atuam sobre os corpos promovendo a saúde (física e espiritual), restaurando o equilíbrio. São "coisas" que juntas compõem um corpo múltiplo e ao mesmo tempo singular.
Tal corpo torna-se de algum modo consciente de sua multiplicidade (ele percebe, através dos sentidos, e assume uma existência múltipla) no momento em que é afetado e atravessado na *prática*. Assim, o que torna tais práticas ou agenciamentos eficazes não são somente o que eles representam, mas sim as *transformações* e *afecções* que eles provocam, os *efeitos* que eles produzem, a *adesão* que eles implicam, e portanto, o que eles *fazem fazer*.
Enquanto prática terapêutica, os tratamentos e curas realizados a partir dos banhos, assim como da utilização das ervas aliadas a benzeduras, passes, oferendas, marofas e aprontamentos, compõem uma multiplicidade de comunicações *entre* planos, ritmos, entidades, seres e energias a atuar nas construções e preparações nesse *sistema aberto.* Pensar em tratamentos terapêuticos que modificam corpos físicos, energéticos e espirituais num contexto que borra margens da materialidade é uma experiência que enriquece nossas reflexões sobre

muitos conceitos antropológicos. Nesses casos apresentados remete-nos ao sentido das relações entre as *coisas* que Ingold (2011) esclarece quanto sendo partes de interconexões que existem e coexistem ao mesmo tempo, não sendo necessário que uma venha primeiro que a outra ou que surja apenas quando outra desaparece para que tenham agência.

Nesse contexto rico em detalhes e possibilidades de reflexões sobre temas já mencionados, podemos ainda pensar sobre outras noções e conceitos envolvendo esse universo, aqui apresentado, como as margens ou fronteiras entre ciência e religião, magia, ritual e natureza/cultura. A abordagem presente na descrição das duas experiências aqui remetidas e narradas, que se *intercruzam* e *transbordam*, sem que haja *síntese,*nos instiga quanto às possibilidades de fazer emergir esses múltiplos seres e agentes entre-mundos.

Discussões envolvendo conceitos e questões tais como*agenciamentos eficazes* em contextos religiosos e *eficácia terapêutica* nos auxiliam a pensar como certas dicotomias presentes a um estatuto de modernidade não são suficientes ou não dão conta das múltiplas e complexas*teias* tecidas nas relações sociais abordadas.

Referências bibliográficas:

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, v. 2. (1995). São Paulo: Ed. 34.

DESCOLA, P. Las cosmologías indígenas de Amazonia. In: SURRALÉES, Alexandre e GARCÍA HIERRO, Pedro. (Org). Tierra adentro: território indígena e percepção do ambiente. (2004). IWGIA. Copenhagen.

DOS ANJOS, J. C. G. No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira. (2006). Porto Alegre: Editora da UFRGS. Fundação Cultural Palmares.

GOLDMAN, M. Formas do saber e modos do ser: observações sobre multiplicidades e ontologia no candomblé. Religião e Sociedade, 2006, v. 26, n. 2, p. 102-120.

INGOLD, T. The perception of the environment.(2000) London: Routledge.

INGOLD, T. Being alive: essays on movement, knowledge and description.(2001). London,

KNAUTH, D. A doença e a cura nas religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul. In: As religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul. Org. Ari Pedro Oro. (1994). Porto Alegre, Ed. Universidade/ UFRGS,

SURRALÉES,A. Horizontes de intimidad. Persona, percepción y espacioen

losCandoshi. In: SURRALÉES, Alexandre e GARCÍA HIERRO, Pedro. (Org). Tierra adentro: território indígena e percepção do ambiente . (2004). IWGIA. Copenhagen.

TARDE, G. Monadologia e Sociologia – e outros ensaios. (2007). São Paulo: Cosac Naify.

TAVARES, F. & BASSI, F. (2012). Para além da eficácia simbólica: estudos em ritual, religião e saúde. Salvador: EDUFBA

Identidade de gênero, corpo e religião: um estudo sobre mulheres mastectomizadas

Danielle Cristina Crespo de Souza[1]

Ana Keila Mosca Pinezi[2]

Resumo: A mulher cujo corpo foi modificado pela mastectomia para a retirada de câncer de mama passará por alterações em um órgão carregado de simbolismos e identificações tradicionalmente associados à identidade feminina. Porém, a identidade social não é estática e se relaciona com várias esferas, entre elas a religiosa, produzindo novos sentidos e valores. A partir dessa noção, este trabalho objetiva compreender como mulheres mastectomizadas reproduzem simbolicamente seus corpos e como a religião aparece como elemento fundamental para isso, parecendo surgir, nos casos estudados, como uma fonte de acolhimento e produção de um novo conceito de corpo e feminilidade que pode, paradoxalmente, remeter a atributos tradicionais de relações de gênero reforçados e valorizados no interior da família. Serão analisados, neste trabalho, discursos advindos de entrevistas abertas realizadas com mulheres que fizeram mastectomia.

Palavras-chave: mastectomia, corpo, identidade feminina, religião.

Não se pode compreender a relação entre corpo e doença se não se compreender também o contexto sociocultural do ator social e se não se desvincular da ideia de que ambos são produções puramente biológicas. Segundo Geertz (2012), o homem/mulher é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, sendo a cultura a matriz que fornece essas teias. Portanto, as fontes simbólicas proporcionam ao indivíduo o auto-reconhecimento e o lugar social em que se situa. Isso se dá em um fluxo de ação social em que as formas culturais podem ser articuladas e, dessa forma, essa dinâmica possibilita a ressignificação simbólica que, por sua vez, alimenta a constante produção da identidade por parte do ator social visto em uma perspectiva relacional. Os processos corporais não estão isolados desses fluxos de ação social e de significações simbólicas (Langdon, 2001). Ao contrário, o corpo é construído socialmente e, nesse sentido, não está pronto, acabado. O corpo expressa uma relação indissociável entre natureza e cultura e é através dele que o ator se insere e gera sentidos em seu grupo de pertencimento em que realiza uma construção simbólica, não uma realidade em si, mas sim uma construção semântica (Le Breton, 2012; 2011). Assim, a corporeidade humana é expressa por meio de representações simbólicas e pode ser entendida como fenômeno social e cultural, que se mostra por meio de gestos, expressões, rituais, técnicas de corpo, jogos de sedução, dentre outros. "O corpo é o vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída" (Le Breton, 2012: 7).

Da mesma maneira que o corpo, a questão de gênero, neste trabalho, é vista por meio de uma perspectiva relacional e em curso, em processo. O conceito de gênero, pensado como uma categoria socialmente construída, pressupõe uma dinâmica ininterrupta nos significados e valores que informam, entre outros elementos, o como o corpo pode ser vivido, os significados de feminino e masculino. Daí decorre uma série de possibilidades que desfazem fronteiras, dicotomias e binarismos.

---

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, UFABC, pesquisa gênero e corpo entre mulheres mastectomizadas. É membro do Grupo de Pesquisa IPLURES (Identidades Plurais e Representações Simbólicas). danielle.crespo@ufabc.edu.br

2 Docente e pesquisadora do Centro de Engenharia e Ciências Sociais (CECS) da UFABC; é docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, da mesma universidade. Tem como temas de pesquisa Religião, Relações de gênero, Corpo, Identidade e Memória. Coordena o Grupo de Pesquisa IPLURES (Identidades Plurais e Representações Simbólicas).na.pinezi@ufabc.edu.br

Apesar do fato do conceito de gênero ter diferentes apropriações teóricas por parte dos estudiosos e intelectuais, há um consenso quanto à ideia de que o gênero não é determinado "naturalmente" no momento do nascimento de um indivíduo ou não é a nomeação de um corpo como macho ou fêmea que torna o sujeito como feminino ou masculino, ou seja, "a construção de gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda vida, continuamente, infindavelmente" (Louro, 2008:18). Gênero, identidade e corpo, portanto, constituem noções que são essencialmente dinâmicas e que justapõem, mesclam, hibridizam, imbricam natureza e cultura em uma interrelação na qual não cabem determinismos ou assimetrias e hierarquias. É essa perspectiva adotada neste trabalho.

É importante notar, aqui, a desnaturalização do que é ser mulher e ser homem. Segundo Heilborn e Sorj (1999), a substituição do termo mulher, uma categoria empírica/descritiva, pelo termo gênero, uma categoria analítica, além de favorecer a rejeição ao determinismo biológico, também enfatizou os aspectos relacionais e culturais da construção social do feminino e do masculino. Homens e mulheres passaram a ser investigados como uma categoria empírica em uma abordagem que focaliza mais a estrutura social do que os indivíduos.

Ainda sobre corpo, pretende-se pensa-lo de forma não dualista, como se vê na visão predominantemente biomédica. Isto é, o corpo não será visto com foco puramente nos conhecimentos anatomofisiológicos, que, desde as primeiras dissecações e os conhecimentos adquiridos a partir dos órgãos e estruturas internas do corpo humano, é tido como uma espécie de máquina, principalmente a partir dos séculos XVIII E XIX (Le Breton, 2011). Essa visão torna o corpo é dissociado do indivíduo como ser social, tornando-o uma entidade autônoma fragmentado e estanque. "A correspondência entre a carne do homem e a carne do mundo é rompida" (Le Breton, 2011: 95). É dessa noção individualizante do corpo que advém a concepção de pessoa, no mundo ocidental, segundo um modelo de posse em que o ator social diz "meu corpo". Dessa forma, as sociedades ocidentais fizeram do corpo mais um ter ou possuir do que uma forma de identificação. O corpo é dissociado do sujeito e tido como um de seus atributos. O indivíduo não é mais parte do todo, mas sim possuidor de um corpo, e é esse possuir que o separa dos demais sujeitos e o encerra em si mesmo (Le Breton, 2011). A essa exclusão do corpo das relações que, inclusive, o constituem, há, segundo Le Breton (2012), a possibilidade de uma reconciliação com elas, uma noção de reconexão que se dá por meio dos sistemas simbólicos compartilhados pelo indivíduo e os grupos dos quais faz parte. Assim, o mesmo corpo que individualiza também produz sentidos e insere o ator social ativamente em um espaço social e cultural (Le Breton, 2011; 2012).

Os significados que dão sentido à vida coletiva, e portanto ao corpo, fluem no cotidiano. Essa fluidez leva à sensação de uma invisibilidade do corpo, que não é algo dado naturalmente, mas construído pelo próprio grupo social. É uma transparência relativa, segundo Le Breton (2011). À medida em que ocorrem as ações diárias do indivíduo, o corpo se torna ritualmente invisível, apagado pela repetição incansável das mesmas situações e familiaridades das percepções sensoriais. O corpo produz e registra sentidos continuamente, a partir de uma espécie de automatismo que só é rompido com situações de dor, doença, mutilação (Le Breton, 2011). O corpo, então, passa a ser percebido com estranheza e o cotidiano é alterado e deixa de ser familiar. No que se refere à doença, tema que trataremos neste trabalho, sabe-se que o seu reconhecimento e sua conceituação não são algo universal. Cada cultura tem sua forma de percebê-la e classificá-la. O indivíduo doente, portanto, a vivencia de forma subjetiva e sua interpretação sobre ela está calcada na sua noção de corporalidade que, por sua vez, é mediada pela cultura.

A situação de doença, dor, mutilação física rompe com o automatismo, naturalização do corpo, tornando-o estigmatizado, ou seja, marcado por atributos depreciativos (Goffman, 2004).

Segundo Goffman (2004), a sociedade estabelece meios de categorizar as pessoas e designar atributos comuns e naturais aos membros que pertencem a uma dada categoria. Por meio dessa classificação se formam as diversas identificações possíveis, que não são fixas. As exigências que os pertencentes a um determinado grupo fazem a um estranho num primeiro momento apontam para elementos fundamentais da identidade social virtual, ou seja, para as atribuições que se supõe que um estranho deva ter "efetivamente" para tornar-se parte desse grupo. As atribuições que o indivíduo de fato possui são chamadas de identidade social real, de acordo com as definições de Goffman. Ao ser recebido em tal grupo o indivíduo pode apresentar discrepância ou diferenças entre as atribuições esperadas e as que de fato possui. Se essas diferenças entre a identidade social virtual e a identidade social real desse indivíduo não forem ultrapassadas por ele, então, ele deixará de ser

considerado como comum e total e passará a ser visto como pessoa cuja identidade é `estragada` e diminuída. Assim, no que se refere à construção identitária do feminino, o câncer de mama e a transformação do corpo pode tornar atributos considerados positivos em depreciativos. Tais atributos depreciativos podem ocorrer não apenas relacionados à própria mama, mas às demais modificações que ocorrem no corpo das mulheres submetidas aos diversos tratamentos propostos para combater o câncer.

Corpo, gênero, identidade, como podemos notar, são categorias em relação e em movimento. É por essa perspectiva que pretendemos pensar como a mulher mastectomizada lida com os padrões de identidade feminina a partir de seu corpo transformado e como o pensa e o remodela pelo olhar da religião.

A partir dessas noções, este trabalho objetiva compreender como mulheres mastectomizadas reproduzem simbolicamente seus corpos e como a religião aparece como elemento fundamental para isso, parecendo surgir, nos casos estudados, como uma fonte de acolhimento e produção de um novo conceito de corpo e feminilidade que pode, paradoxalmente, remeter a atributos tradicionais de relações de gênero reforçados e valorizados no interior da família.

Segundo Geertz (2012), a religião ensina como sofrer o sofrimento. Como um sistema cultural que é, repleta de símbolos e significados que dão sentido à vida, a religião aparece, neste trabalho, como um amálgama do corpo refeito, do lugar do gênero e do enfrentamento da doença. Ela aparece como uma saída no momento em que os sentidos e significados vigentes se tornam esvaziados com a emergência da doença.

A pesquisa empírica foi feita com base no método etnográfico, mas serão utilizadas, para análise neste trabalho, apenas as narrativas de mulheres que tiveram câncer de mama e foram entrevistadas. Elas retiraram parte da mama e fizeram o tratamento quimioterápico em seguida. Todas elas são residentes na grande São Paulo. Algumas foram abordadas em um hospital especializado no tratamento do câncer de mama na cidade de São Paulo. Outras foram indicadas por essas mulheres que, por sua vez, indicaram outras para a entrevista.

Serão utilizados nomes fictícios para identificar as entrevistadas nesta análise.

Maria (entrevistada 6) 44 anos, casada, católica, 2 filhas, fez a cirurgia em outubro de 2013, aos 43 anos. Ela responde à pergunta sobre como reagiu ao saber do diagnóstico de câncer de mama:

> "Eu vejo mulheres que porque caiu o cabelo entra em depressão. Tem umas que chega a morrer por causa disso. Já tem outras que não, né?! Então, tem outras que não, que nem eu, aguenta firme, que quer viver mais. Quer cura, né?!"

A fala de Maria é emblemática porque aponta para o corpo como não o `lugar` do apenas biológico, estático e definitivo, mas como algo plástico e associado à própria vontade de vê-lo curado. Querer viver e buscar a cura, segundo ela, parece ser uma maneira de evitar inclusive a morte. Pode-se ver uma espécie de ordenamento e reinterpretação do caos provocado pela doença. Esse ordenamento nos lembra a eficácia "simbólica" (Lévi-Strauss, 1967) em que os símbolos possibilitam compreender a experiência de dor e de aflição dentro de um universo maior de relações que tem coerência e ordem. A busca de cura, relatada por ela, remete à noção de que ultrapassa a intervenção biomédica. O "aguenta firme" mostra-se como um recurso subjetivo que pode ser visto como uma interpretação da doença vinculada ao contexto cultural do doente. Há também uma disciplinarização do corpo na fala de Maria. O corpo foi disciplinado para "aguentar firme", a fim de receber a cura. Aqui, lembramos M. Foucault no que se refere a tornar o corpo "dócil" para a ação divina (Foucault, 1977).

Ao ser perguntada como sua família reagiu ao diagnóstico e ao tratamento, Maria responde:

> "Ah, no começo eles desabaram também, junto comigo, né?! Mas Graças a Deus, Deus vai dando força e a gente vai suportando tudo, né?!"

A religião, no discurso de Maria, aparece como fonte de "força" diante de uma doença considerada grave. O corpo se torna objeto nesse sentido. É a ação divina e também da medicina que manipulará o corpo para a cura. A fala de Maria também remete a uma fala tradicionalmente feminina, em que a família "desaba" juntamente com ela. Ela é o "esteio" da família do ponto de vista emocional. Suportar também é algo que, tradicionalmente, faz parte do ser mulher.

Perguntadas sobre o que sentiram ao receber a notícia sobre o câncer de mama, Ana e Rosa respondem:

> Péssima, morta! Passei um dia em depressão, assim, triste, mas também foi só esse dia! (Ana)

> Só nesse momento parece que faltou terra no chão! ... Aí falaram que era, que era realmente, era o maligno, mas dava pra fazer um bom tratamento. (Rosa)

Em outro trecho da entrevista Ana retornou à questão da finitude:

> Tem uma diferença assim que eu acho que, que é importante, é que todo mundo vai morrer, né? Então quando a notícia veio a minha sensação é de que eu ia morrer antes da hora. E no final todo mundo morre antes da hora, porque todo mundo queria viver um pouquinho mais. Só que eu tenho consciência que eu tenho uma coisa grave, que pode me tirar, né? Uma coisa muito grave, que pode me tirar, né? Agora eu também posso ser atropelada, então! (Ana)

De acordo com Sontag (1984) no imaginário social, o câncer é uma doença profundamente estigmatizada, por ser imediatamente identificada com a morte e por desempenhar o papel de enfermidade cruel e furtiva, sendo que essa associação é feita "naturalmente". A noção de finitude está presente em especial nos discursos de Ana e de Rosa. Entretanto, Eduarda, apesar de negar sentir tal medo pois seu tumor era "pequenininho", também relaciona a doença à morte e parece projetar essa associação à outras pessoas:

> (...) eu olhei pra trás eu vi tanta coisa que eu me conformei logo de cara, logo de cara (com a notícia do câncer de mama)! Logo de cara, porque "nossa, já está tirando, estou me livrando, não tenho direito de reclamar!" Você olha pra trás, você vê coisa pior. E outra, eu não ia morrer disso. Certeza que eu não ia morrer disso. Falei: "estou tirando, está pequeno". (Eduarda)

Goffman (2004) explica que o estigmatizado pode tentar corrigir de maneira direta ou indireta o que considera a base objetiva de seu defeito. Um dos recursos utilizados pelo estigmatizado é reafirmar as "limitações" das pessoas consideradas normais. Nas falas acima, entende-se que são consideradas `normais` as pessoas que não tiveram um tipo de câncer que levou a modificações do corpo, mas mais especificamente as que tiveram uma doença estigmatizante como o câncer. Portanto, essas mulheres, ao se compararem com pessoas "normais", ou até mesmo com pessoas que tiveram outras doenças, parecem encontrar uma maneira indireta de lidar com seu próprio estigma. Vinculado a isto está a relação com a religião. A notícia do diagnóstico de câncer leva a uma sensação de proximidade com a morte e isso, por sua vez, remete a questões referentes aos "desígnios divinos". É uma outra dimensão que é evocada diante da finitude.

> Que Deus é que sabe! Se tem que ter Ele que resolve. Ele que vê, se ele acha que eu tenho que passar por esse período, ele que me proteja e que vê o que tem que acontecer comigo. Ele é quem sabe. Se eu mereci ter isso por algum motivo, então... (Bertha)

A fala de Bertha remete à noção de merecimento. O "desígnio divino" aparece como uma explicação para o surgimento do câncer. Goffman (2004) diz que o estigmatizado pode ver as privações que sofreu como uma benção secreta, especialmente devido à crença de que o sofrimento pode ensinar muito sobre a vida, sobre outras pessoas e até sobre si mesmo. Ao falar sobre merecimento, Bertha demonstra uma forma de resignação diante da doença. Ana, por sua vez, expressa claramente o quanto se sente "abençoada" por ter tido o câncer:

> Eu acho que eu me encontrei. Eu vou falar uma coisa pra você que as pessoas que ouvem o que eu falo me acham louquinha, mas a melhor coisa que aconteceu na minha vida foi o câncer. Porque o câncer me colocou diante de questionamentos que eu ... é ... colocava vamos dizer numa "penseira". Deixa lá, uma hora eu penso!

> Então o que eu quero ser quando crescer, por exemplo, é uma coisa que eu sempre soube, que eu nunca dei atenção, então, eu tomei uma decisão em novembro, já estou realizando, né? Então, é, talvez eu tivesse passando a minha vida sem realizar determinadas coisas porque eu não acreditava em mim. Então, acho que essa, essa frase assim é uma frase pesada, né? (...) O que é ruim no dia-a-dia é que todo dia eu vivo aqueles 5 minutos de, de desespero, enfim, mas são só 5 minutos, pra me lembrar que eu não posso entrar na roda-viva da vida para fazer as coisas dos outros, sabe? Então! Isso que é muito ruim, mas também acaba sendo muito bom (...) (Ana)

Os discursos de Bertha e de Rosa são representativos do discurso de gênero de mulheres que se resignam a viver a "dureza de ser mulher" e a suportar as dificuldades que sua condição lhes impõe, desde uma relação assimétrica com o companheiro até a negação do prazer e a compreensão de que ela é a responsável pelo bom andamento da casa e da criação dos filhos.

> Fui ao médico, fiz os exames e era mesmo. Isso foi em abril, mas meu marido não estava bem, peguei e fiquei quieta. Não falei nada pra ninguém. Quando foi em setembro, aí ele já tinha melhorado, já estava bem. Se um não está bom e está precisando de ajuda, porque ficarem os dois ali precisando? Então quando um sarou o outro foi se cuidar. Deu tudo certo! (Risadas). (Bertha)

Em seu discurso Bertha deixa claro que seu papel de mulher é fixo e por isso ela deveria primeiro preocupar-se com a família e só depois cuidar-se. O cuidado com seu próprio corpo é secundário. Sarti (1989) explica que simbolicamente o universo doméstico e a família constituem o referencial básico na construção da identidade da mulher, pois ela se afirma como tal ao desempenhar seus papéis de esposa, mãe e dona-de-casa. A identidade de gênero baseia-se, portanto, em uma lógica de reciprocidade, de maneira que há uma divisão de espaços masculinos e femininos no universo social e cada lado tem uma parte a desempenhar. O desempenho recíproco é o que dá sentido às relações de gênero nesses casos. Portanto, se a mulher não desenvolver um desses papéis, poderá pesar sobre ela uma espécie de acusação. A hierarquia de gênero é marcada também pelo englobamento do feminino pelo masculino, sobrepondo-se a ela. Esse tipo de hierarquia é evidente no discurso de Bertha ao expressar que só se cuidou após o marido ter ficado bem.

Perguntada sobre o que é ser mulher, Eduarda responde:

> Acho que é carregar o mundo nas costas! Porque numa situação dessa eu tinha que me preocupar com os filhos e com o marido, porque eu não queria que ninguém chorasse por mim, eu não queria que ninguém se preocupasse comigo e muitas vezes eu tive que ficar durona ali mesmo. Falam de Eva. Eu acho que Deus fez a mulher uma bela de uma criatura. Melhor que homem! (risadas) Você vê o homem lá na mesma situação, sempre uma mulher do lado ali. Agora, a mulher não! Eu ficaria sozinha... O Celso foi companheirão, um amigão! (Eduarda)

Percebe-se, na fala de Eduarda, uma naturalização do papel feminino no seio da família. Eduarda afirma a "regra" geral e, ao dizer que seu marido foi um grande companheiro, parece colocar-se como exceção. Soma-se a isso o elemento religioso que tem a ver com a ideia de que a mulher foi criada dessa maneira pela divindade. Assim, não há o que questionar, uma vez que a naturalização dos atributos femininos feita tem uma relação com a vontade divina. A mulher, segundo Eduarda, conseguiria viver sem um homem. O contrário não seria possível. A isso, Eduarda também atribui a própria criação divina: a mulher seria, por natureza, mais "forte" que o homem. Assim, uma mulher doente ameaçaria o bom funcionamento da família e, em especial, a própria estabilidade do companheiro.

A religião aparece para Rosa, Eduarda e Bertha como o espaço de acolhimento, consolo e força para enfrentar a doença. Machado (1996) explica que a religião tem um importante papel de fomentar a solidariedade comunal, pois há uma forte relação entre as tradições religiosas e a família, em especial entre as mulheres.

> Eles (os "irmãos" da igreja pentecostal) vieram, oraram, fizeram corrente de oração,

> a gente fazia oração pelas madrugadas, pela meia-noite, tinha o meu pastor que cuidava mesmo. Ele ia em casa, orava e pedia. Fizeram corrente de oração durante a noite. Foi muito bom, graças a Deus! E eles cuidaram muito sim, tanto nas partes de assistência quanto assistência material. Não faltou nada, Graças a Deus! (Rosa)

> Se não fosse a irmandade (da igreja pentecostal) orando... Tinha uma irmã que punha a palavra pra "mim" ouvir todo dia. Fui muito agraciada pelo amor da irmandade! (Eduarda)

> Eu não sou desesperada, eu senti tudo normal. Eu só rezava, pedia a Deus pra me proteger e estava nas mãos dele. Dos médicos e dele, lógico. Se existem médicos aqui na terra é pra proteger a gente. Se eles estão aqui é pra alguma finalidade, primeiro Deus e depois eles. Então eu não me desesperei em momento algum. Mas a família ficava mais desesperada do que eu. (Bertha)

De acordo com Machado (1996), ao participar dos agrupamentos pentecostais, homens e mulheres vivenciam experiências bastante diferenciadas, que podem produzir modificações nas relações de gênero. Ambos têm como principal meta buscar a conversão pessoal e efetiva intimidade com Deus. Porém, para as mulheres, importância das conversões se associam a desavenças familiares e a necessidades materiais e espirituais do grupo doméstico. Essa busca representa também o aperfeiçoamento de alguns atributos do "ideal" feminino, apesar de, paradoxalmente, constituir-se em uma tentativa de transcender o lugar de subordinação reservado às mulheres na ordem patriarcal. Há um emponderamento das mulheres pentecostais. Estamos falando da identidade de gênero, em constante construção, e que se relaciona com várias esferas, entre elas a religiosa. A identidade de gênero ocorre em uma dinâmica relacional, ou seja,

> (...) a atribuição de significados masculinos ou femininos está relacionada aos elementos de classe social, orientação sexual, fase de vida, especificidades étnicas, religiosas, questões políticas (...). (Carvalho et al, 2014: 54).

Por sua vez, as relações de gênero não estão dissociadas do corpo, visto como um construto cultural e, portanto, também tem uma relação com um dos domínios da cultura, a religião, que pode evidenciar isso:

> If we are to assert that the body is a cultural phenomenon, religion is a one domain of culture that offers evidence rich enough to help us grasp the significance of that assertion..... (Csordas, 2003: 03).

A fala de Rosa é bastante representativa dessa relação quando fala sobre sua doença:

> (...) A gente que é crente.... você sabe, né?! Também chegamos lá também na igreja e pedi a Deus, né?! Falei "Ó Senhor, se tu me recolher, põe alguém na vida do meu filho que cuida dele, não deixa ele senti falta de nada!" (Rosa)

Rosa, que é divorciada, demonstra ser sua principal preocupação a criação do filho, e busca na crença religiosa um conforto para uma possível dificuldade em desempenhar seu papel de mãe. Diante da doença, Rosa recorre à divindade para que, se caso ela morrer, prover a vida do filho. O grupo religioso parece fazer o papel de um companheiro que ela não tem, um companheiro que a ajudasse com as tarefas domésticas e com as responsabilidades em relação ao filho.

Nesta breve reflexão, podemos perceber que o discurso das mulheres entrevistadas expressa como elas procuram sofrer o sofrimento e como refazem seu corpo e redefinem seus atributos de gênero diante da doença e da mutilação que ela causou. A religião parece ser uma espécie de `cola` que possibilita a refazer a percepção que essas mulheres têm do corpo, do ideal feminino e de feminilidade e a maneira pela qual encaram a iminência de finitude.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, A., P., C., et al; (2012) *Desigualdades de Gênero, Raça e Etnia*. 1ª Ed, pág. 54, Curitiba, Intersaberes.

CSORDAS**, T. J. (2003) Embodiement and experience: the existential ground of culture and self. University Press, Cambridge.**

GEERTZ, C. (2012) *A interpretação das culturas.* Rio de Janeiro: LTC.

GOFFMAN, E. (2004) *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.* 4. ed. Rio de Janeiro: LTC.

Foucault, Michel. (1977) *Discipline and Punish, the birth of the prison.* London: Tavistock.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. (1999) *Estudos de gênero no Brasil* in: MICELI, Sérgio (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré. p. 183-221.

LANGDON, E. J. (2001) *A doença como experiência: o papel da narrativa na construção sociocultural da doença*. Etnográfica, V (2), p. 241-260.

LE BRETON, D. (2011) *Antropologia do corpo e modernidade*. Rio de Janeiro: Vozes.

_____ (2012) *A sociologia do corpo*. 6 ed. Rio de Janeiro: Vozes.

LÉVI-STRAUSS, C. (1967) "A Eficácia Simbólica", in: Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

LOURO, G. L. (2008) *Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas*. Pro-posições, V. (19), n. 2: p. 17-23.

MACHADO, M.D.C. (2005) *Representações e relações de gênero nos grupos pentecostais*. Estudos feministas, Florianópolis, 13 (2): p. 387-396.

SARTI, C. A. (1989) *Reciprocidade e hierarquia: relações de gênero na periferia de São Paulo*. Caderno de pesquisa, São Paulo (70): p. 38-46.

SONTAG, S. (1984) A *Doença Como metáfora*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

GT 28
Migrações, Interculturalidades e Subjetividades

Ascenção social, poder e conflitos a partir da inserção de imigrantes alemães no sul do Brasil.

Patrícia Bosenbecker
Doutoranda em Sociologia/UFRGS
pbosenbecker@gmail.com

Resumo: A migração de alemães para o sul do Brasil durante a segunda metade do século XIX produziu importantes transformações sociais. Incentivada pelo próprio Império brasileiro e pelos governos provinciais do sul do país, essa migração teve como principal resultado o surgimento de pequenos proprietários de terras, centrados em enclaves coloniais. Empresas privadas, algumas com capital estrangeiro, também investiram neste tipo de colonização. A criação das chamadas ‹‹colônias›› de imigrantes produziu inúmeros conflitos, seja por questões agrárias, políticas, por cisões internas nos grupos imigrantes ou desavenças com habitantes locais. Tais conflitos foram ampliados pelo surgimento de uma elite imigrante, em franca oposição aos grupos dominantes, formados por fazendeiros. Este trabalho analisa tal conjuntura a partir do empresário Jacob Rheingantz, administrador de uma colônia em Pelotas, centro político e econômico da província do Rio Grande do Sul, cidade também reconhecida pela sua herança cultural lusitana.

Palavras-chave: imigrantes alemães, colonos, fazendeiros, colonização, elites.

1. Colônias e estâncias no sul brasileiro[1]

Escrevendo em meados do século XX, Jean Roche, pesquisador que desenvolveu um dos mais importantes estudos sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul, descreveu da seguinte maneira a configuração estância/colônia que observou na região que ora pesquisamos:

Uma primeira diferença entre a colônia e a zona de pecuária aparece no número e no traçado dos caminhos. Aqui, as fazendas estão afastadas; raros caminhos rudimentares seguem as cristas, sem que a terra traga outra marca da ação do homem que não a dos arames farpados que cercam as pastagens, e alguns ranchos primitivos. Lá, a quadrícula regular dos caminhos une as roças cultivadas e as casas; as carroças, de quatro rodas, dirigem-se para as lojas dos comerciantes, que balizam as estradas ou se juntam em pequenas aglomerações como Boqueirão e São João da Reserva. (Roche, 1969: 179)

Tais informações são contemporâneas ao centenário da colonização alemã do município de São Lourenço do Sul (1858-1958) e relatam as diferenças na formação da região, assim como o limite visivelmente demarcado entre as fazendas e o espaço colonial. A primeira conformação recebeu povoadores luso-brasileiros e a segunda, imigrantes alemães. Esta dicotomia estância/colônia que persiste em São Lourenço é o ponto de partida para

1 Esta parte do texto integra a dissertação de mestrado da autora, defendida em 2011. Foram realizadas algumas adequações para este trabalho.

o nosso trabalho, com referências aos estancieiros e primeiros povoadores locais e a posterior inserção dos imigrantes alemães em meados do século XIX.

São Lourenço do Sul é atualmente município do Rio Grande do Sul, estado mais ao sul do Brasil. São Lourenço foi elevada à categoria de município, somente em 1884, e sua criação está associada à colônia São Lourenço e à imigração alemã, como fatores propulsores do desenvolvimento comercial, principalmente, através do pequeno porto local – construído pelos estancieiros fora do núcleo colonial - e do crescimento populacional nutrido pela colonização; cabe ressaltar, no entanto, que a fundação do núcleo colonial ocorre, apenas, em 1858, quando já existia uma comunidade fixada nos arredores e uma relativa organização dessa sociedade, derivada do sistema de estâncias, criação extensiva de gado e produção do charque (carne seca), com a utilização de mão de obra escrava.

Esta região começou a ser ocupada por brasileiros e portugueses que receberam sesmarias (propriedades de terra de grande extensão, doadas pelas coroa portuguesa) na margem da Laguna dos Patos, entre o Arroio Grande (hoje no município de Turuçu) e o Rio Camaquã, disseminando as estâncias no pé da Serra dos Tapes. Os detalhes podem ser acompanhados pela Figura 1. Tais concessões eram feitas para militares ou comerciantes vinculados a Rio Grande, cidade portuária no extremo sul do Rio Grande do Sul, fazendo parte da proposta de povoamento da região, respeitando critérios ligados ao seu caráter fronteiriço e aos conflitos com os países vizinhos do Prata, englobando estratégias político-militares que remontam a última metade do século XVIII.

Figura 1 - Mapa de localização de São Lourenço do Sul

Fonte: IBGE

De maneira geral, esse povoamento da região sul brasileira acabou fomentando o estabelecimento das grandes propriedades, sem o caráter agrícola apresentado pelo restante do Brasil. Se em nível nacional se desenvolveu uma rede fundiária baseada no capitalismo comercial, produzindo em larga escala aquilo que o mercado europeu necessitava, no interior e sul do Brasil Colônia o povoamento esteve ligado à criação de gado, ‹‹uma atividade subsidiária da economia de mercado externo›› que também estava associada ao latifúndio ‹‹como decorrência da criação extensiva e da grande disponibilidade de terras›› (Petrone, 1982: 15). O início do latifúndio ocorreu, então, com a ocupação de terras para utilização de campos nativos e a formação de estâncias pastoris.

Em alguns casos, a posse das terras era adquirida através da apropriação das áreas que, com o passar do tempo, acabavam por serem legalizadas. Para Luis A. Farinatti (2007), da mesma forma que os grandes senhores simplesmente se apossavam de faixas de terra durante a primeira metade do século XIX, a ‹‹ocupação simples foi, desde o início dos tempos coloniais, um instrumento utilizado maciçamente por pequenos posseiros produtores de alimentos, que tinham dificuldades para conseguir uma sesmaria.›› (Farinatti, 2007: 101).

A estância, apesar da dedicação à pecuária, mantinha relativa auto-suficiência na produção de alimentos; peões e escravos utilizavam roças e criavam pequenos animais domésticos para o consumo de quem vivia na propriedade (Zarth, 1997: 112). Nas estâncias viviam além de escravos, os principais trabalhadores, peões, agregados, pequenos lavradores e outros grupos que não tinham propriedades próprias e mantinham uma complexa relação com os estancieiros (Farinatti, 2007: 369-374).

A pecuária como forma extensiva do povoamento também foi responsável pela expansão de núcleos populacionais irradiados a partir do eixo Pelotas-Rio Grande, do qual se origina São Lourenço, pois neste contexto surge o povoado do Boqueirão, que é a vila que se emancipará, em 1884, mesmo que tenha perdido, logo depois, o título de sede do novo município para a vila de São Lourenço (atual núcleo urbano). Assim, a atividade charqueadora contribuiu para a ocupação extensiva das imediações, isto é, o charque e a instalação e desenvolvimento das charqueadas foram os responsáveis pela formação de povoados e vilas, em outras palavras:

> desse ciclo pastoril resultou a repartição do eixo centro-sul, do que nasceram São Borja, Itaqui, Uruguaiana, Dom Pedrito, Rosário, Livramento, Quaraí, São Vicente e São Sepé, no interior da campanha; e Piratini, Pinheiro Machado, Canguçu, Tapes, Camaquã e Arroio Grande, na serra do sudeste. Até 1850 estava praticamente apossada a metade sul da Província. (Barroso, 2009: 17)

Como podemos observar, São Lourenço do Sul não aparece na descrição de povoados ou municípios criados com o ciclo pastoril. Nessa época, o povoado era conhecido pela denominação de Freguesia do Boqueirão, mas sua formação é semelhante aos outros lugares citados do sul da província. Um exemplo da configuração deste ciclo pastoril local pode ser percebido a partir das informações contidas no mapa da população de Pelotas de 1833. Segundo este censo, Boqueirão, então 4º Distrito de Pelotas, possuía cerca de 250 casas e 1830 habitantes; sendo que, deste total, 800 moradores eram escravos e outros 250 eram libertos. Esses números são semelhantes aos outros distritos da região, exceto da sede Pelotas que possuía maior contingente escravo.[2] O município de Pelotas era o centro econômico do Rio Grande do Sul e detinha grande influência política nos rumos da província.

Além de estancieiros, formavam o pequeno povoado de Boqueirão,[3] um centro político e social, que reuniu descendentes dos primeiros moradores do local e da região (Rio Grande, Canguçu e Camaquã), capatazes, peões e seus familiares, assim como, um contingente de trabalhadores livres, dedicados ao extrativismo e à agricultura de subsistência, esta última atendia às demandas dos habitantes do povoado e também das estâncias, que nem sempre garantiam, dentro dos seus limites, a produção de todos os itens que necessitavam. Estes lavradores raramente tinham a posse da terra onde produziam e grande parte deles estava subjugada pelo controle político e econômico dos estancieiros (Zarth, 1997).

Esses lavradores e peões tinham origens muito diversas, contemplando desde portugueses procedentes de várias localidades (Lisboa, Porto, Braga, Açores, etc.); brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, de cidades como Curitiba, Laguna, e do próprio Rio Grande do Sul); espanhóis (ou seus descendentes); além de argentinos, uruguaios e um paraguaio. Tal multiplicidade de povoadores, que também é percebida em todo o território do Rio Grande do Sul, é importante para o estudo do grupo, pois estes contribuem na formação das identidades locais.[4] Existiam, ainda, outros imigrantes na região, como

---

2 Ao todo Pelotas estava dividida em cinco distritos. Confira: Mapa da população da vila de São Francisco de Paula, e de seu termo, em dezembro de 1833. (Arriada, 1994: 98).

3 A partir de 1830, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão, que é a gênese do futuro município. O povoado do Boqueirão era a parte mais urbana da freguesia, onde estavam a igreja, o cemitério, a subdelegacia, residências de moradores, incluindo casas para aluguel e alguns comércios.

4 Levantamento de dados realizado pela autora, entre 2007 e 2008, principalmente, nos livros de registros católicos do povoado, relativo ao período de 1848 a 1870, (Cf. BISPADO DE PELOTAS. Livros I, II e III de Batismos da Freguesia Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão). Para anos anteriores e sobre os primeiros grupos familiares da região, conferir livros de registros de Pelotas e Canguçu. As próximas informações também são retiradas desses livros.

era o caso de italianos e franceses, que moravam na Freguesia do Boqueirão, exercendo em geral atividades comerciais,[5] e um considerável número de escravos, quilombolas,[6] libertos e descendentes, que constituindo parte significativa dos habitantes do povoado e arredores.

Entre as primeiras famílias que constituíram o grupo de povoamento do local estavam os descendentes de Joaquim Gonçalves da Silva; da família Centeno, que por sua vez, tem ligações muito próximas com os Gonçalves da Silva; os de José Cardoso de Gusmão, um dos primeiros proprietários de terras na área de São Lourenço; os Cardoso Osório, descendentes de Thomaz Luís Osório; os Baptista Barbosa, filhos e netos do Capitão Antônio Rodrigues Barbosa; os filhos do Cel. Simão Soares da Silva; além dos Rodrigues da Silva; Rodrigues Mendes; Rodrigues de Quevedos;[7] os Rodrigues Prates; os Sanches; os Bilhalva; entre outros tantos nomes que juntos somam cerca de 250 famílias estabelecidas desde 1786 até o final das disputas na região cisplatina.

A igreja do Boqueirão mantém suas atividades ainda hoje, tendo como principais celebrações a Festa de Nossa Senhora da Conceição e a do Divino Espírito Santo, heranças da colonização açoriana e/ou portuguesa. À época da chegada das primeiras levas de imigrantes (1858), o povoado do Boqueirão concentrava as atividades dos moradores locais, principalmente, ao redor da igreja, que era um antigo oratório de estância, construído por moradores da fazenda que deu nome ao lugar e por um dos estancieiros de maior expressão da época, José da Costa Santos, que era avô materno de José Antônio de Oliveira Guimarães, futuro financiador da colônia e um dos responsáveis pelo desenvolvimento da vila de São Lourenço, à margem da Laguna dos Patos, na região das fazendas, fora da área colonial.[8] Costa Santos era um comerciante do Rio de Janeiro, que chega a região no início do século XIX. A família Oliveira Guimarães se estabeleceu na localidade em 1807, quando o avô paterno de José Antônio comprou imensas fazendas no Boqueirão. A família provinha da Freguesia de Santa Eulália de Revelha, Termo de Guimarães, Arcebispado de Braga e, no Brasil, era formada por dois irmãos, ficando outros dois irmãos em Portugal.

Já na área colonial a organização se dava de outra forma. De maneira geral, as colônias possuíam uma organização própria que não só a diferenciava da forma como viviam os moradores dos povoados gaúchos, mas também da forma pela qual viviam os imigrantes ainda na Europa, onde se localizavam em aldeias e raramente no campo, ou seja, a configuração colonial de picadas, que é adotada nesse tipo de colônia, é um aspecto diferenciado do processo, que seguia o modelo de colonização:

> implantado durante a ocupação de São Leopoldo, cuja área foi dividida em doze picadas ou linhas as quais, direta ou indiretamente desembocavam na sede da colônia. Os lotes dos colonos agricultores situavam-se nas picadas. Na sede da colônia

---

5 Acredita-se que, estabelecidos antes ou no decorrer da Guerra Farroupilha (1835-1845), podemos citar as famílias Olimpiado, Labegorre, Marroni, Signorin, Manfrino, entre outras.

6 Segundo as atas da Câmara de Vereadores de Pelotas, pertencentes ao Museu da Biblioteca Pública de Pelotas, em especial as discussões entre os anos de 1847 a 1860, quando aparecem reclamações de moradores da Freguesia do Boqueirão sobre bandos que praticavam ataques a fazendas da localidade e que moravam nos chamados quilombos. Alguns homens foram recrutados na comunidade para destruírem os quilombos, mas devido a contingentes de número insignificante e pouca organização das autoridades, os grupos armados, ao que tudo indica, não foram realizados.

7 Este era um grupo familiar bastante extenso, oriundo de São Paulo, que vem para povoar a região que hoje é o limite dos municípios de São Lourenço e Canguçu. Tal região ficou conhecida como Campos Quevedos, hoje distrito do município de São Lourenço, assim como uma parte da colônia, próxima de áreas que pertenceram à família foi denominada Picada Quevedos.

8 A sede do município de São Lourenço do Sul, na época em que foi elevado a esta categoria, ainda era a Vila de Boqueirão, sendo que o primeiro nome do termo era Conceição do Boqueirão. Somente mais tarde é que ocorre a transferência administrativa municipal para a Vila de São Lourenço, tanto a transferência quanto as alterações na nomenclatura fazem parte de uma acirrada disputa política local, na qual teve importante papel José Antônio de Oliveira Guimarães, idealizador do projeto. A Vila de São Lourenço foi construída a partir do loteamento dos terrenos de Oliveira Guimarães, sendo que o porto era um dos principais negócios que o estancieiro alimentava para prosseguir com sua proposta de alterar o local mais urbanizado do Boqueirão para a Vila São Lourenço.

> encontravam-se a administração colonial, os primeiros comerciantes e artesãos, a igreja, o padre ou o pastor. Invariavelmente, durante todo o processo de colonização, as sedes das colônias que foram sendo instaladas se transformaram em pequenos povoados – vilas ou picadas – que não passavam inicialmente de aglomerados rurais, nos quais se constituíam os centros administrativos das colônias e também seu centro comercial, artesanal, escolar, religioso e social. Esta organização social foi muito importante na reprodução do sistema agrário colonial, na medida em que essas vilas funcionavam como ponto de encontro dos agricultores. (Mertz, 2008: 8)

Contudo, as diferenças entre colonos e estancieiros não estavam apenas na organização de suas propriedades e na forma como construíram os seus sistemas produtivos. Os estancieiros formavam uma espécie de elite dominante, centrada em valores próprios, inserida no contexto da sociedade colonial e, posteriormente, imperial. Ao longo do tempo, construíram uma rede de várias famílias, algumas interligadas por casamentos, outras por alianças originadas na escolha dos padrinhos para o batismo das crianças, criando, assim, relações de compadrio e parentescos fictícios (Hameister, 2007). Os membros destes grupos ainda demonstravam ou desejavam possuir um *status* de superioridade, condutora dos costumes, devendo ser copiados e imitados por todos aqueles que tencionavam fazer parte desta sociedade ‹‹única›› ou, ainda, para aqueles que estavam sob sua influência ou domínio, através das relações de dependência criadas com grupos mais pobres da população local, entre outras relações existentes.

Podemos observar também um sentimento de posse com o lugar, observada a partir dos documentos, quando estes se referem ao povoado do Boqueirão e às propriedades dos estancieiros, o que inclui, no pensamento deles, os escravos existentes na região; gerando nos luso-brasileiros uma tendência de poder, que se apresenta como um meio de legitimação para a posição social que eles próprios se atribuíram, como uma posição de vantagem, seja ela moral ou material. Por estarem fortemente identificados com o meio, ‹‹um local por eles constituído››, demonstram aspectos semelhantes à definição de *estabelecidos* (Elias & Scotson, 2000). E, da mesma forma, os imigrantes alemães podem ser identificados, nesse caso, como os *outsiders*.

Os moradores antigos, os *estabelecidos*, formavam um grupo de famílias que possuíam um passado comum, enquanto os recém-chegados, os imigrantes alemães, raramente apresentavam essa característica. Por exemplo, nos núcleos de imigração alemã de São Leopoldo e de Novo Hamburgo, também no Rio Grande do Sul, estudados por Ellen Woortmann (2000: 209-210), onde grupos migrantes eram divididos pelo governo brasileiro, proprietário das colônias, em picadas, intencionalmente, entre protestantes e católicos. E, ainda, os imigrantes oriundos da mesma localidade eram separados em linhas ou picadas diferentes.

O objetivo da divisão destes indivíduos era evitar a constituição de núcleos fechados, ou seja, aqueles formados por imigrantes que possuíssem vínculos entre si e que pudessem trazer antigas rivalidades para o novo continente, o que poderia, segundo os governantes brasileiros, gerar conflitos internos nas picadas. Portanto, a proposta do governo baseava-se em um tipo de precaução contra rixas e disputas que ele próprio desconhecia e que o levou a interferir na acomodação das famílias na nova localidade e a dificultar o entrosamento destes grupos recém-chegados.

Para Woortmann, essa condição criava ‹‹uma espécie de colcha de retalhos em que uma grande diversidade de trajetórias se entrecruzavam, movidas pelo estímulo da emigração›› (2000: 210). As famílias que formavam as colônias eram, em geral, menores, formadas pelos pais e alguns filhos pequenos, e seu campo de ação limitava-se a uma rede de relações com pouca amplitude, o que contribuía para o seu isolamento. Assim, as decisões destes grupos tinham pouco impacto na nova condição em que se encontravam ou, dito de outra forma, as suas deliberações não penetravam nos grupos já *estabelecidos*, ou maiores e mais antigos, de maneira que pudessem provocar alterações significativas.

Por outro lado, e apesar destes fatores, Woortmann lembra que a emigração não era um projeto individual, pelo contrário, era um projeto ‹‹que envolvia não apenas a família imediata do migrante, mas sua parentela mais ampla e vizinhos››. Neste sentido, as instituições e a interação cotidiana que regiam o contexto social acabaram por definir uma espécie de ‹‹condição de migrante›› dos indivíduos. Como alerta Oswaldo Truzzi (2008: 215), ‹‹indivíduos migraram, às vezes, sozinhos. Mas o fizeram como participantes de um processo social que se

estendia muito além deles próprios.›› Ou seja, a imigração se produz a partir de grupos de pessoas interligadas através de laços íntimos e um destino comum, tratando-se, portanto, de um processo coletivo (Fazito, 2002).
Por outro lado, as famílias antigas que moravam na região há duas ou três gerações, passaram por um processo grupal juntas ‹‹que lhes dera um estoque de lembranças, apegos e aversões comuns›› (Elias & Scotson, 2000: 38). Essa configuração garantia certa coesão ao grupo, que não existia no grupo imigrante, visto nesta perspectiva, como um grupo único e também homogêneo. Os recém-chegados eram para os *estabelecidos* um grupo de pessoas estranhas, sem vínculo com o lugar ou com os moradores mais antigos, que ‹‹tinham raízes profundas no lugar; todos os imigrantes, a princípio, eram pessoas desenraizadas›› (Elias & Scotson, 2000: 67). Internamente, as famílias antigas respeitavam uma hierarquia, onde cada uma tinha uma posição *fixada*; tal ordem, juntamente com os seus critérios, eram somente conhecidos no nível da prática social e não de maneira explícita. Desmobilizar essa configuração não era uma tarefa simples ou fácil, quando possível de ser realizada. Nesse sentido, as elites imigrantes podem ter desempenhado algum papel ou realizado alguma contribuição, merecendo estudo mais detalhado.

2. A colonização alemã e seus principais aspectos [9]

Ao longo do século XIX até meados do século XX, o imigrante ideal para o Brasil foi definido como sendo o agricultor branco, de origem europeia, que migra acompanhado de sua família, por vezes extensa e numerosa. Tal classificação, portanto, visava os possíveis imigrantes europeus, que além de serem diferenciados ‹‹racialmente›› eram classificados pelo potencial enquanto camponeses. Já no Brasil, estas classificações tornam-se qualidades positivas de imigrantes e descendentes, majoritariamente assentados em lotes agrícolas. Assim, surgem nas colônias qualificações como bons colonos, bons agricultores, morigerados, sóbrios, etc. A associação entre imigração e o assentamento agrícola é um dos principais motivos para que a política imigratória brasileira ao longo do tempo estivesse alicerçada, basicamente, mas não exclusivamente, na regulamentação referente à propriedade de terras no país.
As primeiras ações dos administradores brasileiros remontam ao final do período colonial, momento no qual D. João IV fundou a primeira colônia agrícola brasileira (Cf. Seyferth, 2002: 119). A colonização foi construída a partir de decretos, individualmente sancionados, nos quais o governo ditava as regras definindo quais grupos imigrantes eram aceitáveis ou desejáveis (Miles, 1993).
Conforme Giralda Seyferth, o decreto de 25.11.1808, logo após a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, é um dos pontos de partida para a imigração e para as colônias de imigrantes europeus no Brasil, pois permitiu a propriedade para estrangeiros. A colonização varia conforme a região do país, mas o seu principal resultado ‹‹está ligado à formação de uma sociedade rural diferente da sociedade rural brasileira tradicional, onde não havia lugar para o pequeno proprietário›› (Seyferth, 1990: 21). Em algumas regiões, incluindo o Rio Grande do Sul, surge uma sociedade camponesa, baseada na pequena propriedade policultora, trabalhada pela família do proprietário. A ideia era basicamente a de que a pequena propriedade deveria preencher ‹‹espaços vazios››, além de ‹‹criar condições para o aparecimento de uma camada social intermediária entre latifúndio e escravo, camada essa que pudesse ao mesmo tempo ser mercado consumidor, oferecer braços no mercado de trabalho e diversificar a economia com a produção de gêneros...›› (Petrone, 1982: 17)
Desta forma, a substituição da produção escravista para a produção capitalista marcará a transição para dois tipos de sociedade diferentes: na primeira, a propriedade é um privilégio para um grupo bem definido; na segunda sociedade, o investimento na força de trabalho proporcionará melhor gerenciamento nas aplicações da produção, onde a terra transforma-se em equivalente de capital (Lando & Barros, 1980: 41-42). Neste sentido,

9 O trecho a seguir é oriundo da pesquisa de mestrado (Bosenbecker, 2011), completada com novos dados coletados para a pesquisa de doutorado.

torna-se importante a Lei de Terras, promulgada em 1850, [10] que contribui diretamente para a ampliação do processo imigratório no país. A lei foi bastante abrangente, pois acabou com a concessão de sesmarias, permitiu o comércio de terras, bem como estabeleceu as condições para o próprio governo vender as chamadas terras devolutas (ou públicas). Interessa mais particularmente à imigração os artigos 17e 18 desta lei. O primeiro dava naturalização aos estrangeiros que comprassem terras, após 2 anos vivendo no respectivo local, embora a referida naturalização não fosse automática, devendo ser requerida pelo estrangeiro que tivesse interesse na mesma. Pelo segundo artigo, o governo reservou-se o direito, a partir da renda do Estado, de empregar colonos livres em estabelecimentos agrícolas, bem como fundar colônias onde fosse de seu interesse. A partir desta lei, regulamentada em 1854, o processo de colonização do país ficaria a cargo de órgãos ligados ou envolvidos com a questão agrária.

Portanto, a partir da iniciativa do governo imperial brasileiro começou um processo de colonização, que desenvolveu-se sob a tutela do Estado, que organizava, dirigia, instalava e administrava os imigrantes. O governo imperial oferecia vários incentivos, como dinheiro, ferramentas, animais, além de prazos razoáveis para pagamentos das dívidas e concessão dos títulos de propriedades de terra (Roche, 1969: 93). Já o governo da província[11] do Rio Grande do Sul também buscou, pela própria autonomia ou transferência concedida pelo governo imperial, implantar suas próprias colônias e gerir o processo imigratório. Assim, foram contratadas empresas de colonização que cooptavam os imigrantes na Europa, a partir de contratos assinados com o governo local. As principais empresas que atuaram no Rio Grande do Sul foram, entre outras, Montravel, Silveiro e Cia, com um contrato válido para 1856-57, para instalar 1440 imigrantes, e, durante a década de 1860, a Steinmann e Cia.

A colonização alemã tinha grande destaque neste período. Contudo, precisamos refletir sobre a designação *alemã* como característica dessa imigração. A utilização do termo *alemão* para designar o conjunto dos imigrantes direcionados para o sul brasileiro contava com vários grupos de origem germânica: renanos, westfalianos, pomeranos, prussianos, entre outros, além de englobar, por vezes, indivíduos originários da Bélgica, Áustria, Dinamarca, Hungria, etc. O uso do termo *alemão*, ou o seu significado como ser imigrante ou descendente de alemães, é uma construção posterior, inserida na formação e consolidação da identidade do grupo, onde a Alemanha passa a ser a referência, o lugar de origem (Weber, 2002). Este processo tratou de silenciar as diferenças regionais para edificar uma categoria unificadora. Tal solidificação se deve a uma junção de rotulações externas e estratégias defensivas de pequenas comunidades no contexto da sociedade local de estabelecidos, detentores de maiores recursos.

Por outro lado, também revela que ‹‹um grupo não pode ignorar o modo pelo qual os não membros o caracterizam e, na maioria dos casos, o modo como ele próprio se define só tem sentido em referência com essa exo-definição›› (Poutignat & Streiff, 1998: 143). Tais definições tendem a ser globalizantes e são capazes de ativar categorias unificadoras e também diferenciadoras, mas o importante é que a identidade étnica nunca se define somente de uma maneira endógena, pela transmissão da essência e das qualidades étnicas entre seus membros, uma vez que a pertença a um grupo é questão de definição social, através da interação entre a auto-definição dos membros e a definição dos outros grupos - a chamada definição exógena, que é aquela que se dá através da rotulação e da atribuição por um grupo externo.

Já em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, a existência de uma imigração alemã espontânea marcou o desenvolvimento urbano da cidade. Na análise de Magda Roswita Gans (2004), que remonta ao período de 1850-1899, os imigrantes alemães e seus descendentes em Porto Alegre possuíam melhores condições de vida, ocupando especialmente nichos comerciais, ligados à importação de produtos e ao comércio de alimentos

---

10 Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-601-18-setembro-1850-559842-publicacaooriginal-82254-pl.html [Consultado em 05.01.2014]. Regulamentada pelo decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854, que também criou a Repartição Geral de Terras públicas. Disponível em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action? id=75492 &norma=102306 [Consultado em 05.01.2014].

11 No período imperial (1822-1889), os estados eram chamados de províncias, governadas por presidentes provinciais. Com a proclamação da república, os estados da federação passaram a ter como principal dirigente os governadores.

e vestuário. Já nas principais cidades portuárias e comerciais do interior do estado, Pelotas e Rio Grande, a presença de alemães, como imigrantes espontâneos, ocorreu também marcadamente no comércio e na indústria, embora sua inserção na sociedade local pareça não ser mais abrangente (Roche, 1969: 193). Nestas cidades mais importantes, surgiram grandes empresas e comércios destacadamente coordenados por alemães (Singer, 1979; Roche, 1969: 434-449).

No período imperial (1822-1889) foram fundadas no Rio Grande do Sul dezessete colônias do governo imperial, cinco do governo da província do Rio Grande do Sul (com outras sete fundadas no período republicano, entre 1889 e 1918), e calcula-se que existissem cerca de duzentas colônias particulares na virada do século XIX para o XX (Wilems, 1986: 45), de pequeno, médio e algumas de grande porte. Foi a lei de terras de 1850 que possibilitou esta forma de colonização privada. Esta podia ocorrer de formas variadas. O próprio governo imperial podia contratar empresas, que, então, ficavam responsáveis por todo o processo de colonização em determinada região ou as empresas se apresentavam perante as autoridades, e, através de decretos, recebiam licença para comprar terras, demarcar os lotes e introduzir os imigrantes. Estes grupos especializados em colonização podiam ser formados por empresas nacionais ou estrangeiras, ou ainda por empresários ou empreendedores individuais.

Após a obtenção da licença para instalação das colônias, o governo definia o número de imigrantes que a empresa teria direito de introduzir, bem como a nacionalidade dos mesmos, as condições de preços e medidas assistenciais para os primeiros momentos dos imigrantes na colônia. Assim, esse processo de colonização privada era semelhante ao processo utilizado pelo governo, que financiava a instalação das famílias (transporte, ferramentas, sementes), com carência de alguns anos (em geral, 2 a 5 anos) para o pagamento dos valores das passagens, utensílios, sementes e terras. Contudo, as principais características da colonização privada ressoam negativas, como mostrou Willems (1986: 45).

Como podemos observar, as empresas de colonização operavam em diversos setores de um processo complexo, que começa no agenciamento dos imigrantes, no transporte dos grupos, no assentamento em lotes de terra, no registro de estrangeiros e das terras, no fornecimento de alimentos, sementes e ferramentas agrícolas. Em consequência, as empresas também podiam operar no comércio e distribuição da produção das colônias e, por este modo, obter amplo controle comercial, em um sistema altamente lucrativo. Esse sistema se consolidava com as posições administrativas ocupadas pelos empresários como diretores das colônias. Tais aspectos são melhor avaliados partir da trajetória do empresário Jacob Rheingantz e de sua colônia, instalada no município de Pelotas.

3. A empresa familiar Rheingantz e o seu sistema de colonização

Em 1856, Jacob Rheingantz comprou terras do governo imperial para instalar uma colônia de imigrantes. Conforme o contrato assinado, o governo concedia licença para instalar 1440 imigrantes de origem alemã, suíça ou belga, durante o prazo de cinco anos. O contrato também estipulava as obrigações do empresário e a forma pela qual deveria ser procedida a colonização. A primeira leva de imigrantes foi organizada pelo próprio empresário e contou com inúmeros vizinhos da região de origem da família na Prússia.[12] Logo após foram contratadas firmas especializadas que realizavam o engajamento dos imigrantes, encaminhando-os para a colônia. No momento de formação da colônia, Jacob realizou uma sociedade com José Antônio de Oliveira Guimarães. Após adquirir essas terras, Rheingantz passou a buscar apoio, encontrando no líder dos estancieiros um importante aliado. Contudo, o primeiro grande desentendimento seria com o próprio Oliveira Guimarães e os outros fazendeiros.

A colônia recebia também moradores locais interessados em comprar lotes, aquisição que muito dificilmente podia ser feita com fazendeiros. Rheingantz, de certa forma também atendeu essa demanda, muito embora, tenha recebido apoio político e obtido vitórias jurídicas contra pequenos posseiros e outros moradores locais, que tratou de desalojar para aumentar a área da colônia. Contudo, Oliveira Guimarães também começou a

12 Conforme: *Lista dos passageiros que foram engajados como emigrantes, pelo que assinam e que seguem no navio holandês Twee Vienden, cap. W. Nordhoek. Partida de Hamburgo em 31 de outubro de 1857*. Biblioteca rio-grandense. Coleção de Documentos da Família Rheingantz.

lotear sua fazenda para a construção de um povoado, incrementando assim o porto existente na referida fazenda. As disputas começaram a se acirrar entre as elites locais e a elite imigrante, que coordenou o processo de colonização local, com inserção de imigrantes alemães.

A construção do povoado de Guimarães nos remete ao primeiro grande conflito entre os interesses dos grupos alemães e das elites locais. Entre 1857 e 1858, José Antônio de Oliveira Guimarães usando de toda a sua rede de relações e de seu prestígio, tentou transferir a sede da Freguesia do Boqueirão, que ficava mais próxima ao núcleo colonial, para O pequeno povoado que ele estava construindo junto à Fazenda de São Lourenço. Este local era usada como um porto, onde desembarcavam os imigrantes. A ideia do Subdelegado era incentivar o comércio e ampliar o vilarejo com a venda de novos terrenos desmembrados da sua propriedade. Um relatório do padre Francisco Theodório de Almeida Leme para o governo provincial, em 1858, expôs a situação social da freguesia, do povoado e dos primeiros moradores da colônia, e foi uma das ferramentas que o governo utilizou para entender se a transferência da freguesia iria prejudicar ou auxiliar os moradores locais.

Resumidamente, o cônego Almeida Leme mostrou aos governantes a situação de pobreza vivida pelos moradores da região, pois, após a guerra farroupilha, a falência e a morte de muitos moradores que podiam levar ao crescimento do povoado fez com que a freguesia entrasse em decadência econômica e social. Mostrou, segundo relatos dos mais velhos, que os fazendeiros se uniram e escolheram aquele lugar, o Boqueirão, o exato centro de uma região de estâncias, para construírem uma capela, e que, depois de doações desses estancieiros, muitas pessoas se arrancharam ao redor da igreja, formando o povoado. Destarte, a fundação da colônia garantia novos recursos e uma circulação de pessoas pelo povoado do Boqueirão, que significava um potencial de desenvolvimento ao lugar.

Portanto, a colônia e os imigrantes alemães ao mesmo tempo em que incentivavam novos empreendimentos, inclusive para as elites locais, começaram a barrar alguns planejamentos políticos e mesmo econômicos, como ocorreu com os planos de Oliveira Guimarães. Embora existisse um pequeno número de lavradores e outros colonos de origem brasileira na colônia de Rheingantz, ainda havia carência de lotes para parte da população local, o que incentivou o loteamento da fazenda de Oliveira Guimarães, que, ao mesmo tempo, era uma alternativa a propriedade colonial oferecida por Rheingantz aos colonos alemães. Somava-se ainda a nova condição da fazenda de Guimarães, que abrigada o porto, ou seja, representava uma fonte de escoamento da produção e de novos comércios. Contudo, Oliveira Guimarães conseguiu, em parte, alcançar seu objetivo, pois em 1863, ano que já ocupava o cargo de vereador, obteve licença para instalar uma segunda freguesia, que se tornou sede do distrito.

Outro estancieiro vizinho à colônia, Francisco Vieira Braga, tio de José Antônio de Oliveira Guimarães (e também primo), manteve um disputa por mais de uma década com a família Rheingantz, que havia comprado uma sesmaria inteira para transformar em lotes coloniais. O conflito envolvia uma faixa de terras que marcava a divisão da sesmaria que viraria colônia com as terras do estancieiro Francisco Vieira Braga. Mesmo após a sentença judicial ser proferida favorável a medição da área e, portanto, estabelecendo a linha divisória conforme Jacob Rheingantz pretendia, a família Vieira Braga conseguiu na justiça a revisão da questão, fazendo Rheingantz perder a causa relativa ao local exato da divisão das terras. Independente das decisões contidas nesse processo, Rheingantz e os Vieira Braga jamais reconheceram que um ou outro havia ganhado a questão e, ao que tudo indica, os limites não foram resolvidos, ficando a área como estava, parte ocupada por colonos, parte ocupado pelas criações de Vieira Braga.

Durante a primeira década de existência da colônia, Jacob comandou a inserção de imigrantes em suas terras, comercializando a produção, inclusive usando a antiga embarcação que o trouxe ao Brasil, abastecendo a colônia, e dirigindo a vida dos imigrantes e de sua família. Foram catalogadas nesta fase inicial de pesquisa 620 famílias (incluindo homens solteiros), inseridas entre janeiro de 1858 e junho de 1873.[13]

---

13 Conforme: *Relação dos Colonos Chegadas e Destinos que Tiveram*, Códice-299. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul; e listas avulsas de embarque de imigrantes. Biblioteca rio-grandense. Coleção de Documentos da Família Rheingantz. Contudo, é preciso frisar que nem todas as famílias que foram assentadas na colônia foram devidamente registradas, ou possuem registros que sobreviveram ao tempo, uma vez que vários incêndios e inundações afetaram os arquivos locais. Além disso, famílias que vinham de outras localidades no Brasil, ou seja, que migravam internamente, não eram computadas nos dados de entrada na colônia.

O filho mais velhos de Rheingantz, Carlos Guilherme, assumiu a administração dos negócios e da família após a morte do pai, em 1877. Entretanto, Carlos Guilherme tinha novos planos, no intuito de diversificar os negócios. Ainda em 1873, com apoio e recursos do pai, do sogro, Miguel Tito de Sá (um importante político de Rio Grande), e de um sócio alemão, fundou a primeira fiação de tecidos de lã do Brasil, a Fiação Rheingantz, na cidade de Rio Grande, e assim, é considerado como um dos primeiros industriais da região. No âmbito familiar, tratou da educação dos irmãos menores, uma vez que Jacob já havia proporcionado formação para os filhos mais velhos na Alemanha. Carlos Guilherme acabou inserindo os mais novos não somente na administração da colônia, mas no trabalho de sua fábrica. Caso dos irmãos Luiz Valentin, que teve os estudos na Universidade de Zurich intermediados por Carlos Guilherme, e Oscar Felipe, formado em direto, que trabalhou como gerente da fábrica por vários anos.

A trajetória de ascensão da família pode ser comparada com as histórias da inserção dos grupos imigrantes em São Paulo, no qual empreendedores e industriais ganham vulto no final do século XIX e início do XX.[14] Aqui, tratamos de um período um pouco anterior e de apenas um grupo familiar, sendo que a maciça imigração de grupos alemães era coordenada por este grupo familiar. Embora existisse uma parcela de imigração espontânea e urbana, com alguns outros empreendedores, a influência dos Rheingantz nos principais setores é diferenciada.

A história da família Rheingantz é uma história de ascensão social. Os Rheingantz são um grupo empreendedor, que investe ao longo do tempo e através das gerações familiares na colonização, imigração, industrialização e, consequentemente, na urbanização. Neste sentido, entendemos que o empreendedorismo imigrante é a abertura de empresas de propriedade de imigrantes em economias de destino. Tais empresas imigrantes criam empregos para migrantes co-étnicos. (Light & Bhachu & Karageorgis, 2009). As empresas e os empregos gerados são oportunizados por empreendedores imigrantes a partir do acionamento de redes de migrantes, que funcionam como recursos para expandir as oportunidades econômicas que os empreendedores encontram nas economias de destino (Light, 1972).

Contudo, junto com o crescimento econômico proporcionado na região, com as alterações e conflitos no setor agrícola e na comercialização e regularização de terras, com a ascensão de alguns grupos de comerciantes, especialmente da família colonizadora (os Rheingantz), a configuração geral desse processo colonizador mantinha boa parte dos imigrantes em um sistema de exploração. Jacob Rheingantz oferecia lotes coloniais e propriedade de terra para imigrantes que fugiam de condições adversas, como escassez de trabalho, impossibilidade de adquirir terras ou falta de novas áreas produtivas disponíveis na Europa, fome, entre outros sofrimentos.

Em troca, cobrava a passagem dos imigrantes que engajava, depois vinham os suprimentos iniciais, sejam alimentos, ferramentas ou sementes. Em seguida, era necessário pagar o lote agrícola e a regularização do mesmo (taxa e escritura). As primeiras colheitas também eram comercializadas com o empresário. Essas atividades geravam um círculo que parecia não ter fim. Após os pagamentos, os colonos precisavam fazer novas dívidas para as novas plantações, quando não tinham descontados os mantimentos que careciam e, assim, permaneciam os primeiros anos sempre endividados. Quem já possuía um pequeno capital, conseguia uma melhor posição. Famílias mais numerosas podiam plantar mais áreas ou ainda trabalhar para vizinhos ou nas obras coloniais, como construção de pontes e estradas.

Rheingantz era o empresário, quem engajava os imigrantes e os contratava, também era o diretor da colônia, resolvendo os problemas administrativos, as irregularidades nas terras, nas medições, na produção, nos conflitos entre vizinhos, etc. Além disso, acumulava a função de distribuidor e comerciante dos gêneros vendidos e comprados pelos colonos.

As múltiplas atuações do diretor Jacob Rheingantz perduraram por quase uma década sem que sua *posição tríplice* [15] fosse questionada, mas isso não significa que não ocorressem conflitos na colônia. As confrontações

---

14 Como exemplo podemos citar a inserção de imigrantes na região de Ribeirão Preto, ver SANTOS, 2006.

15 Veja: *Relatório do Agente Intérprete da Colonização Lothar de la Rue enviado ao Presidente da Província João Sertório*, em 14 de agosto de 1869. AHRS. Colonização. São Lourenço/empresário/diretor/diversos. Maço 72, caixa 37.

e oposições ao diretor começaram a transparecer, tornando-se perceptíveis aos governantes provinciais a partir de 1865, quando as reclamações, por escrito, começaram a chegar nos gabinetes da Presidência da Província e do Ministério da Agricultura. A investida dos habitantes de São Lourenço teria ganhado força após um processo de despejo que o diretor teria movido contra alguns colonos, o que levou os imigrantes a exporem os procedimentos de Rheingantz. De maneira geral, esses problemas versavam sobre a ampla e irrestrita autoridade exercida pelo diretor. Já em um âmbito mais específico, as denúncias principiaram com a acusação de que Jacob Rheingantz cobrava valores indevidos pela venda dos lotes coloniais e fraudava os recibos de quitação (Bosenbecker, 2011).

Isso não quer dizer que o empresário não atendesse às demandas e reivindicações da comunidade que se formava com o crescimento da colônia e que tinha na família Rheingantz sua referência e sua liderança. A família atendia pedidos de ajuda de colonos doentes ou que carecessem de auxílio frente à justiça brasileira, por exemplo. E representava um imenso contingente de imigrantes alemães, que praticamente não tinham direitos dentro da nação brasileira. Um exemplo recai sobre os imigrantes luteranos, que não tinham registros de suas celebrações, uma vez que no período imperial tais registros competiam a Igreja Católica. Ou seja, era preciso uma série de requerimentos e uma atuação constante das lideranças alemãs para garantir alguns direitos.

Por outro lado, o diretor teria agido de forma imprudente com alguns colonos, discutindo e desrespeitando os imigrantes. Alguns acusavam Rheingantz de abrir cartas que eram remetidas dos parentes, que viviam fora do Brasil. A falta de uma escola pública, em contrapartida as escolas particulares organizadas por Rheingantz, era outra ação bastante criticada, contudo, uma das reclamações mais constantes, e a que mais unia os acusados de liderarem um motim contra o empresário, era a limitação comercial imposta pelo empresário dentro dos limites coloniais. Devido a tais acusações e suspeitas relativas aos procedimentos do diretor, alguns colonos começaram a se organizar em grupos, promovendo reuniões; já outros imigrantes, que não eram essencialmente agricultores, começaram a construir o que podemos chamar de um sistema de oposição ao diretor da colônia.

Um desses sistemas de oposição era encabeçado pelo mestre escola José Pons, que, entre outras atitudes, passou a liderar a formação da uma comunidade católica (Bosenbecker, 2011).[16] Rheingantz tentou impedir o grupo de realizar a construção de uma capela, tentando menosprezar e prejudicar os pedidos de donativos, além de tentar se antecipar a construção da primeira igreja católica da colônia. Entretanto, o diretor não conseguiu o apoio dos colonos, que, ao que tudo indica, já estavam comprometidos com aquela comunidade em formação. A situação tornou-se insustentável quando Rheingantz expulsou dois colonos da sua casa (que era a direção da colônia). Assim, sem que fique claro nos depoimentos do processo que investigou a revolta quem reuniu os colonos, no dia 23 de dezembro de 1867, os imigrantes formaram uma multidão de colonos, que pelas estradas das picadas seguiram em direção à casa de Rheingantz. A reunião de colonos, revolta ou motim do natal de 1867, tornou claros os problemas da colônia, expondo os conflitos e as desavenças existentes entre os próprios colonos e entre os colonos e a família empreendedora. O movimento chamou a atenção dos governos locais, que decidiram intervir na administração da colônia e ajudar a resolver alguns conflitos de terra.

O controle exercido pelas empresas e empresários no processo de colonização também estava na direção e administração das coloniais e, por vezes, na representação dos imigrantes perante órgãos do governo. Tal conjuntura somada ao gerenciamento dos procedimentos agrários e ao monopólio comercial produziu uma série de problemas e conflitos. Problemas relacionados à demarcação, ocupação, propriedade e comercialização dos lotes coloniais preocupavam autoridades, pois geravam invasões, discussões, intrigas, conflitos armados

---

16 A Irmandade de Santa Cecília, em alguns momentos chamada também de sociedade, reunia um grupo de colonos católicos que tentava construir uma comunidade católica, com igreja, padre e escola. Ainda nesse período, esse grupo estava em formação, mas com a doação, feita por José Pons, de um terreno para construção de igreja e cemitério, a sociedade conseguiu efetivar os projetos, incluindo a construção de uma casa paroquial, com jardim para as crianças brincarem nos intervalos das aulas. As informação são procedentes de: Processo crime nº 520. APERS. Comarca de Pelotas. Tribunal do Júri. Réus José Pons, Cristiano Thurow, Jacob Decker, Felipe Schneid, Jacob Vogt, Guilherme Könzgen, Carlos Rheinbrecht, ano 1867. Caixa 006.0311; e Processo nº 144. Comarca de Pelotas Vara Cível e Crime. Ação de Força Nova. Ré Sociedade Santa Cecília, ano 1903. Caixa 006.0220.

e violência entre grupos imigrantes e entre imigrantes e a população nacional, quando esta está presente ou próxima das colônias.

Tais problemas refletiam uma política colonial mal planejada e erros em contratos irresponsáveis, evidenciando também um processo tenso e complexo de ocupação de terras através das colônias (Seyferth, 1999). Acrescenta-se à falta de recursos, ou investimentos, e à incompatibilidade entre o sistema de colonização e as demandas dos colonos, juntamente com a exploração econômica latente em colônias particulares, como ocorreu na colônia gerida por Jacob Rheingantz, no extremo sul do Brasil (Bosenbecker, 2011). Desta forma, os protestos, motins ou conflitos em várias colônias, inclusive naquelas geridas pelo Estado, tornavam evidentes para as autoridades nacionais, e até consulares, o descontentamento dos imigrantes com a forma pela qual o processo de colonização era conduzido.

Referências Bibliográficas

ARRIADA, E. (1994), Pelotas: *Gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835)*. Pelotas: Armazém Literário.

BARROSO, V. L. M. (2009), "O povoamento do território do rio grande do sul/brasil o oeste como direção". *Revista Digital Estudios Historicos*, 2, Disponível em: http://www.estudioshistoricos.org /edicion_2/vera_maciel.pdf [Consultado em: 20/02/2010].

BOSENBECKER, P. (2011) *A colônia cercada de estâncias: imigrantes em São Lourenço/RS (1857-1877)*. Dissertação de mestrado, Porto Alegre: Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ELIAS, N. & SCOTSON, J. (2000), *Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*, Rio Janeiro: Zahar Editor.

FARINATTI, L. A. (2007), *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*, Tese de doutoramento, Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FAZITO. D. (2002), "A análise das redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade." *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST1_Fazito_

texto.pdf, [Consultado em 21.03.2011].

GANS, M. R. (2004), *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX*, Porto Alegre: EdUFRGS.

HAMEISTER, M. D. (2007), "Na pia de batismo: Estratégias de interação, inserção e exclusão social entre migrantes açorianos e a população estabelecida na Vila de Rio Grande através do estudo das relações de compadrio e parentesco fictício (1738-1763).", Disponível em www.abphe.org.br/congresso2003/textos/abph_2003_91.pdf [Consultado em 17.06.2007].

LANDO, A. & BARROS, E. (1980), "Capitalismo e Colonização. Os alemães no Rio Grande do Sul". In: J. H. Dacanal, S. Gonzaga (eds), *RS: Imigração e Colonização*, Porto Alegre: Mercado Aberto.

LIGHT, I. (1972), Ethnic Enterprise in America, Berkeley and Los Angeles: University of California.

LIGHT, I. & BHACHU, P. & KARAGEORGIS, S. (2009), "Migration Networks and Immigrant Entrepreneurship". In: I. LIGHT & P. BHACHU (eds). Immigration and entrepreneurship. Culture, capital, and Ethnic Networks, New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers, pp. p. 25-49

MERTZ, M. (2008), "As origens de um sistema agrário singular no Rio Grande do Sul." *Textos para discussão da Fundação de Economia e Estatística/RS* (40), Disponível em http://www.fee.tche.br/sitefee/download/tds/040.pdf. [Consultado em: 20/02/2010].

MILES, R. (1993), *Racism after 'race relations'*, Londres: Routledge.

PETRONE, M. T. S. (1982), *O imigrante e a pequena propriedade*, São Paulo: Brasiliense.

POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. (1998), *Teorias da Etnicidade*, São Paulo: Ed. UNESP.

ROCHE, J. (1969), *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Globo.

SANTOS, J. R. (2006), "Imigração e Ascenção Social em Ribeirão Preto entre o final do século XIX e meados do XX". *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP 2006_797.pdf [Consultado em 07.12.2013].

SEYFERTH, G. (1990), *Imigração e cultura no Brasil*, Brasilia: Ed.UNB.

SEYFERTH, G. (1999), "Colonização e conflito: estudo sobre "motins" e "desordens" numa região colonial de Santa Catarina no século XIX". In: J. V. T. dos SANTOS (ed), *Violências no tempo da globalização*, São Paulo: Hucitec, pp. 285-330.

SEYFERTH, G. (2002), "Colonização, imigração e a questão racial no Brasil". *Revista da USP*, 53, pp. 117-149.

SEYFERTH, G. (2011), "A dimensão cultural da imigração". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 26 (77), pp. 46-62.

SINGER, P. (1977), *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*, São Paulo: Cia. Editora Nacional.

SKOCPOL, T. (ed.) (1984), *Vision and method in historical sociology*, Editora Cambridge Unviersity Press.

TRUZZI, O. (2008), "Redes em Processos migratórios". *Tempo Social*, 20 (1), pp. 199 a 218.

WEBER, R. (2002), "A construção da "origem": os "alemães" e a classificação trinária." In: A. L. S. RECKZIEGEL & L. O. FELIX (eds.), *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*, Passo Fundo: EdUPF, pp. 207-215.

WILLEMS, E. (1980 [1946]), *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional/Brasília: INL.

WITT, M. (2008), *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul*, Século XX, São Leopoldo: Oikos.

WOORTMANN, E. F. (2000), "Identidades e memória entre teuto-brasileiros: os dois lados do Atlântico", *Horizontes Antropológicos*, 14, pp. 205-238.

ZARTH, P. A. (1997), *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*, Ijuí: Ed. Unijuí.

Africanos e Haitianos no Brasil: imigrações e processos de (des)(re)territorialização

Elcio Cecchetti[1]

Sandra dos Santos[2]

Resumo: O presente trabalho objetiva compreender o movimento migratório de haitianos e africanos (em especial de senegales e ganeses) para a região sul do Brasil. Para tal, intenta analisar como estes migrantes chegam ao país; quais as motivações que os trouxeram até aqui; e como ocorre o processo (des)(re)territorialização destes migrantes na sociedade brasileira. Em sua primeira parte, apresenta reflexões em torno das inter-relações entre globalização e migração na contemporaneidade, onde aparentemente não existem fronteiras para circulação e integração de povos e culturas, fato que, na prática, tem excluídos as pessoas e privilegiado os interesses de mercado. Na segunda e terceira parte, com base na literatura disponível e na leitura crítica de matérias jornalísticas, apresenta-se o contexto, as motivações, o roteiro, o processo de adaptação e as relações com os brasileiros tecidas pelos imigrantes haitianos e africanos (senegaleses e ganeses), respectivamente. Por fim, reflete-se sobre os intensos processos de desterritorização vivenciados por estes imigrantes, que deixaram sua terra natal atraídos pelas possibilidades de melhores condições vida. Conclui-se que tais sujeitos são obrigados a se reterritorializarem na sociedade brasileira na condição de *indesejados*, seja por conta das diferenças fenotípicas, seja por suas condições econômicas ou pelas diferenças culturais, restando-lhes ocupar os *vazios* deixados pelos trabalhadores nacionais no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Imigração; Globalização; Processos de (des)(re)territorialização;

1 Introdução

> O migrante parte de seu território, pedaço querido de que tem que se desgarrar e vai deixando pelo caminho fragmentos de sua vida, de sua experiência anterior. Na poeira da estrada que percorre, vai deixando detritos de sua alma, de sua cultura, de sua memória (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007: 247).

As transformações provocadas pela globalização[3] têm produzido forte impacto sobre os movimentos migratórios em escala mundial. Se até pouco tempo, Estados Unidos e países europeus eram centros de atração de migrantes, com a crise financeira internacional, nações *em desenvolvimento*, como o Brasil, contraditoriamente, começaram a receber significativos fluxos migratórios internacionais.
A constante mudança dos modos de produção e de vida em um mundo globalizado repercute na mobilidade

---

1 Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). No momento, realiza doutorado sanduíche na Universidade de Salamanca (Espanha) com bolsa da CAPES/MEC/Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa Ethos, Alteridade e Desenvolvimento (GPEAD/FURB) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação e Instituições Escolares de Santa Catarina (GEPHIESC/UFSC). elcio.educ@hotmail.com

2 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental - Mestrado Profissional - MPPT, da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC) – Brasil. Bacharel em Turismo. Integrante do Grupo de Pesquisa Ethos, Alteridade e Desenvolvimento -GPEAD/FURB.sandra.turismo27@hotmail.com

3 Globalização aqui entendida na perspectiva de Santos (2013), como ápice do processo de internacionalização do capital. Trata-se de uma globalização perversa, ancorada na tirania do dinheiro e da informação, as quais fornecem as bases a um sistema ideológico que busca conformar as relações sociais e interpressoais a padrões mundializados de consumo.

de imensos contingentes humanos, fenômeno que é facilitado pela evolução tecnológica que possibilita deslocamentos de forma rápida. Por outro lado, conflitos armados, regimes ditatoriais e catástrofes climáticas multiplicam as migrações forçadas e as situações de refúgio (BRASIL, 2014).

Pesquisas e estatísticas recentes apontam que o Brasil está recebendo uma das maiores ondas migratórias de sua história contemporânea. De 2010 a 2013, o número de pedidos de refúgio aumentou 930% (de 566 para 5.882 pedidos). Até outubro de 2014, foram contabilizadas outras 8.302 solicitações, em sua maioria de pessoas provenientes da África (1.687 senegaleses; 1.116 nigerianos; e 1.032 ganeses), Oriente Médio (1.075 sírios) e da América do Sul[4].

De acordo com o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), em outubro de 2014, oficialmente, o Brasil possuía 7.289 refugiados reconhecidos, de 81 nacionalidades distintas. Os principais grupos eram provenientes da Síria[5], Colômbia, Angola e República Democrática do Congo, assim como de angolanos e liberianos, que a partir de 2012, após uma orientação global expedida pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), começaram a receber residência permanente no país, em substituição ao *status* de refugiado (ACNUR, 2014).

Tais registros, no entanto, excluem informações relacionadas aos haitianos que chegaram ao Brasil desde 2010. Apesar de solicitarem refugio tão logo adentram no país, seus pedidos são encaminhados ao Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que tem emitido visto de residência permanente por razões humanitárias[6]. De acordo com dados da Polícia Federal[7], mais de 39.000 haitianos entraram no território brasileiro de 2010 a setembro de 2014 (ACNUR, 2014).

De igual modo, o número de refugiados reconhecidos aumentou expressivamente no período em estudo. Em 2010, 150 pedidos foram reconhecidos pelo CONARE, enquanto em 2014 (até outubro), ocorreram 2.032 deferimentos pelo Comitê, o que representa um crescimento aproximado de 1.240%. Entretanto, a maioria dos solicitantes de refúgio é imigrante que deixou seu país em busca de melhores oportunidades de trabalho ou por conta de conflitos armados ou catástrofes climáticas. Isso ocorre porque, em matéria jurídica, há uma confusão entre situações de refúgio e imigração no Brasil. O motivo reside na vigência do Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980), criado em plena ditadura civil-militar, que dificulta e burocratiza a regularização migratória, vincula ao emprego formal, e fragmenta o atendimento ao migrante em órgãos estatais diversos[8].

Diante desta problemática, o Ministério da Justiça criou uma Comissão de Especialistas com a finalidade de

---

4 Os colombianos lideraram a lista de migrantes internacionais no Brasil entre 2010 e 2012, especialmente por conta dos conflitos armados entre as FARC e o Governo central. No entanto, após os avanços da negociação de paz e, principalmente, pela adesão da Colômbia ao Acordo de Residência do Mercosul, os colombianos foram beneficiados pela obtenção de residência temporária no Brasil por um período de 02 anos, que posteriormente pode ser convertida em residência permanente. A partir do ano de 2013, a maioria dos colombianos que chegou ao Brasil solicitou residência com base no Acordo do MERCOSUL (ACNUR, 2014).

5 O caso dos sírios pode ser explicado pela postura solidária do Brasil com as vítimas do conflito naquele país, inclusive por meio da aprovação da Resolução Normativa nº17 do CONARE, que facilita a entrada no Brasil de quem queira solicitar refúgio em decorrência do conflito sírio, por meio da emissão de um visto de turista válido por 90 dias (ACNUR, 2014).

6 Os haitianos não são considerados refugiados porque não se enquadram nos pré-requisitos estabelecidos pela Convenção de 1951 e pelo Protocolo de 1967 (indivíduos que sofrem perseguição ou fundado temor de perseguição, violência generalizada e desrespeito aos direitos humanos). No entanto, por vivenciarem uma situação inegavelmente calamitosa por conta do desastre ambiental e, diante da ausência de um dispositivo específico que proteja pessoas nesta condição, o Estado brasileiro criou, por meio da Resolução nº 97/2012, o visto por razões humanitárias. Assim, a concessão desses vistos possibilita aos haitianos residir legalmente no país e ter acesso a serviços públicos e ao mercado de trabalho (ALVES, 2014).

7 No cenário mundial, o Brasil é um dos poucos países desprovido de um serviço de migrações, cabendo à Polícia Federal grande parte do processamento dos pedidos de residência e de refúgio (BRASIL, 2014).

8 Esta norma proíbe ao estrangeiro exercer atividade de natureza política, possuir ou operar meios de comunicação social (radiodifusão, por exemplo) e permite as autoridades brasileiras, sempre que considerar conveniente, impedir a realização, por estrangeiros, de conferências ou congressos, incluindo sua expulsão caso atente a segurança nacional, a ordem política ou social.

apresentar uma proposta de anteprojeto de lei de migrações e promoção dos direitos dos migrantes no Brasil (BRASIL, 2014), com o objetivo de adaptar a legislação à realidade de mobilidade humana e globalização econômica, para garantir e promover a dignidade dos migrantes.

Em termos de gênero e idade, os dados do CONARE demonstram que 90% (em 2013 e 2014) dos que solicitaram refúgio são do sexo masculino, com idades na faixa etária entre 18 e 30 anos. O levantamento aponta ainda que a maioria das solicitações de refúgio no Brasil foi apresentada em São Paulo (26% do total de solicitações no período), Acre (22%), Rio Grande do Sul (17%) e Paraná (12%). Regionalmente, estão concentradas nas regiões Sul (35%), Sudeste (31%) e Norte (25%).

Em relação ao número de imigrantes no mercado de trabalho formal, o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), aponta que entre 2011 e 2012, os trabalhadores imigrantes aumentaram em 19% a sua presença no mercado de trabalho formal, passando de 79.578 em 2011 para a 94.688 em 2012. Já entre os anos 2012 e 2013, o aumento foi de 26,8%, passando de 94.688 para 120.056. No acumulado de 2011 a 2013, o número de imigrantes no mercado de trabalho formal cresceu 50,9% (CAVALCANTI; OLIVEIRA; TONHATI, 2014).

Em vista disso, o presente trabalho objetiva compreender o movimento migratório de haitianos e africanos (em especial de senegales e ganeses) para a região sul do Brasil. Para tal, intenta analisar: a) como estes migrantes chegam ao país; b) quais as motivações que os trouxeram até o Brasil; c) como ocorre o processo des-re-territorialização destes migrantes na sociedade brasileira.

Em sua primeira parte, discorre sobre as inter-relações entre globalização e migração na contemporaneidade, onde aparentemente não existem fronteiras para circulação e integração de povos e culturas, fato que, na prática, tem excluídos as pessoas e privilegiado os interesses de mercado. Na segunda e terceira parte, com base na literatura disponível e na leitura crítica de matérias jornalísticas, apresenta-se o contexto, as motivações, o roteiro, o processo de adaptação e as relações com os brasileiros tecidas pelos imigrantes haitianos e africanos (senegaleses e ganeses), respectivamente.

Por fim, reflete-se sobre os intensos processos de desterritorização vivenciados por estes imigrantes, que deixaram sua terra natal atraídos pelas possibilidades de melhores condições vida. Conclui-se que, no Brasil, tais sujeitos são obrigados a conviver com outros costumes e adaptarem-se a uma nova realidade e, principalmente, a ocupar os *vazios* deixados pelos trabalhadores nacionais, aliviando a escassez de mão-de-obra em setores desprestigiados pela população local. Nas localidades receptoras, os migrantes são frequentemente vistos como os *indesejados*, sendo sistematicamente rejeitados, seja por conta das diferenças fenotípicas, seja por suas condições econômicas ou pelas diferenças culturais.

2 Globalização e Migração: inter-relações

Desde os primórdios, a ação de migrar é uma das características da espécie humana. Na contemporaneidade, a migração passou a ser um direito universal, garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948). A mobilidade é parte constitutiva da história da maioria das nações, especialmente do Brasil, constituído desde sua gênese por distintos movimentos migratórios, a saber: nomadismo (indígenas), mercantil (colonizadores); forçado (escravos africanos), estimulado (italianos, alemães, poloneses, açorianos, japoneses, sírio-libaneses); econômico, político e cultural (todos os continentes).

A globalização tem facilitado e, por vezes, estimulado o processo migratório, principalmente diante da visibilidade dos países chamados *desenvolvidos* no cenário econômico internacional. No entanto, a partir de 2008, diante de nova crise do capitalismo internacional, alguns países de *terceiro mundo*, que conseguiram manter o ritmo de suas economias, acabaram por despontar como países promissores e *em desenvolvimento,* chamando a atenção de pessoas em todos os continentes. Dentre este grupo, encontra-se o Brasil, que desde a década de 1980, havia sido caracterizada como uma nação expulsora de migrantes para regiões distantes de suas fronteiras, como é o caso do Japão, Espanha, Itália, Portugal e Estados Unidos. Presume-se que de 1980 a 2000, o Brasil perdeu no mínimo uma população aproximada de 2 milhões de pessoas (1.800.000 apenas na década de 80, e pelo menos meio milhão na década seguinte) (OIM, 2010).

Por outro lado, os países tidos como *desenvolvidos*, ao enfrentarem a diminuição dos postos de trabalho por conta da crise financeira, começaram a modificar suas legislações para restringir e dificultar ao máximo a entrada das constantes levas de imigrantes em suas fronteiras. É neste contexto que se percebe a contradição do projeto de globalização:

> [...] o projeto liberal em matéria de circulação de capitais e mercadorias, sustentado por grande parte dos Estados centrais, entra em contradição com os severos controles impostos à livre mobilidade dos trabalhadores e à fixação das pessoas nos territórios nacionais desses Estados (PELLEGRINO, 2003: 8).

As regras impostas nos diversos países para restringir a imigração, não só pretendem impedir o processo migratório, mas também restringir os direitos sociais, civis e políticos aos imigrantes, limitando, por exemplo, o acesso à saúde, educação, trabalho e moradia mediante a apresentação de documentos de oficialização de permanência no país. As restrições são grandes obstáculos para a idealização de políticas e ações migratórias que sejam condizentes com a promoção dos direitos humanos e a redução da pobreza, uma vez que,

> A migração internacional é resultado das desigualdades entre países – e a globalização acentua essas desigualdades. As inconsistências entre discurso e prática constituem os principais entraves ao crescimento econômico dos países não-industrializados no atual momento da globalização [...] (MARTINE, 2005: 5)

Em linhas gerais, o migrante lança-se a novo(s) território(s) motivado principalmente pela busca de melhores condições de vida, ou seja, o fator econômico é predominantemente impulsionador desta nova jornada, seja por conta das desigualdades sociais presentes em seu país de origem, seja por conta de conflitos armados, crise financeira ou ainda por catástrofes naturais, como é o caso do Haiti. «O migrante vive num mundo onde a globalização dispensa fronteiras, muda parâmetros diariamente, ostenta luxos, esbanja informações, estimula consumos, gera sonhos, e, finalmente, cria expectativas de uma vida melhor» (MARTINE, 2005: 3).
Para o autor, o processo migratório é inevitável e até mesmo é instigado pela globalização. Este movimento poderia ser um elemento positivo na busca pelo fim da desigualdade social, mas, no entanto, os interesses em jogo não partem deste pressuposto e acabam por reforçar a negação de direitos ao limitar a liberdade de ir e vir: «[...] a globalização não se aplica à migração internacional: enquanto o capital financeiro e o comércio fluem livremente, a mão-de-obra se move a conta-gotas» (MARTINE, 2005: 3).
Na prática, a ideologia neoliberal difunde informações de forma a criar percepções de que existe um mundo de oportunidades acessível a todos, instigando a imaginação de que há territórios possíveis para o alcance de uma vida digna, com direitos assegurados a todos os que lá chegarem. Entretanto, essa visão de um mundo sem fronteiras, de livre circulação e integração de povos e culturas, não passa de uma demagogia, que ao final do processo exclui as pessoas e privilegia os interesses de mercado, neste caso, voltados sim, a livre circulação de bens, mercadorias e capitais.

3 A Migração dos Haitianos ao Brasil

A história do Haiti é marcada pelo sofrimento e pela resistência. Com o processo de colonização, a ilha de São Domingos, invadida por Colombo ainda em sua primeira viagem às Américas, foi dividida entre franceses e espanhóis, que praticamente exterminaram a população nativa. Para tornar o território conquistado em uma colônia produtora de manufaturas para a metrópole francesa, foram arrancados da África meio milhão de homens e mulheres para trabalharem como escravos nos engenhos de cana-de-açúcar, sob o comando de 30 mil brancos.
Em 1794, diante da opressão praticada pelos senhores, e com a notícia do fim do regime escravista proclamada pela Revolução Francesa, eclodiu uma rebelião dos escravos, que abandonaram e destruíram os engenhos,

violentando os brancos e exterminando vários proprietários. O caos pairou na ilha por cerca de três anos, até o momento em que Toussaint L'Ouverture, um filho de ex-escravos, organiza uma tropa e derrota o exército francês e, posteriormente, o espanhol e inglês.

Entretanto, em 1801, disposto a reimplantar o regime escravista, Bonaparte envia à Ilha de São Domingo uma expedição de 25 mil soldados, desencadeando um grande conflito que devastou o país. No ano seguinte, Toussaint foi aprisionado e levado à França, onde, em 1803, sucumbiu à dureza da prisão. Porém, isso não garantiu vitória aos franceses, que tiveram numerosas baixas por conta da febre amarela, de modo que Bonaparte viu-se obrigado a enviar mais 34 mil soldados ao Haiti. Mesmo assim, um dos companheiros de Toussaint, Jean Jacques Dessalines prosseguiu o combate e expulsou o exército francês, massacrando a maioria dos brancos. Em 1803, os combatentes proclamaram a independência do território[9], atribuindo nome ao lugar de *Aiyti,* que significa *terra de altas montanhas* na língua dos indígenas *Taínos* (JAMES, 2000). Como forma de retaliação, a partir de 1804, os escravistas europeus e estadunidenses mantiveram o Haiti sob forte bloqueio comercial por 60 anos.

Mas a história conturbada do Haiti não cessou no século XX. Entre 1913 e 1934, os Estados Unidos invadiram o território para defender seus interesses, e entre 1957 a 1986, a ditadura de Papa Doc e seu filho Baby Doc, instalou um regime de terror e assassinatos, além do sucateamento do Estado e da exploração da população. Ao final deste período, o Haiti se tornou a nação mais pobre das Américas, com altíssimo índice de analfabetismo, caos na saúde pública, alarmante epidemia de AIDS e a miséria assolando grande parte da população. Na década de 90, a disputa política interna entre diferentes grupos fez com que a ONU realizasse cinco intervenções internacionais. Desde então, milhares de haitianos partiram clandestinamente, em embarcações arriscadas, rumo aos Estados Unidos.

Em 2010, mais um acontecimento marcou a dramática história haitiana. Um terremoto de sete graus causou a morte de 300 mil pessoas e a destruição da infraestrutura urbana e social. Se não bastasse, no mesmo ano um surto de cólera matou mais de 8.000 pessoas. Em 2012, dois furacões, Isaac e Sandy, atingiram duramente o Haiti, impactando fortemente a produção agrícola. Por conta de tantas adversidades, estima-se que cerca de 10% da população haitiana (1,5 milhões) tenha migrado para outros países (FERNANDES, 2014).

O Brasil entrou para o rol de nações receptoras de haitianos a partir do terremoto de 2010. As razões disso não são muito evidentes. Alguns autores, como Fernandes (2014) acreditam que a presença das tropas brasileiras no Haiti[10] pode ter contribuído para disseminar o Brasil como um lugar de oportunidades de trabalho. Para Alves (2014) a ascensão do país no cenário econômico mundial, as parcerias entre o governo, ONGs e empresas brasileiras no Haiti, a inexigibilidade de visto para a entrada e o crescente endurecimento do controle imigratório por parte dos países *desenvolvidos*, podem ser outros fatores explicativos.

De acordo com *Projeto Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral*[11] (FERNANDES, 2014) as principais razões apontadas pelos haitianos que motivaram sua vinda ao país são: trabalhar e estudar; buscar novas oportunidades; ajudar a família que ficou no Haiti; recomeçar uma vida por ter perdido tudo no terremoto; violência e falta de segurança no Haiti; e por ouvir dizer que o *porto* do Brasil estava aberto. É importante considerar que muitos haitianos possuem formação universitária e experiência profissional, mas dada à situação em que o país se encontra, acabam abandonando a família para tentar a vida em outro país, enfrentando o desafio de aprender outra língua e outra cultura.

As cidades brasileiras que mais receberam imigrantes haitianos foram Tabatinga e Manaus, no Amazonas, e Brasileia e Epitaciolândia, no Acre. A rota dos imigrantes é muito semelhante: os haitianos passam por países andinos, como Equador, Colômbia e Peru até chegarem ao Brasil. Em muitos casos contam com a ajuda

---

9 Foi a segunda colônia a proclamar a independência nas Américas.

10 Desde 2004, o Brasil lidera uma força multinacional da ONU no país, com o objetivo de ajudar na reconstrução e na estabilização do Haiti, na restauração do Estado e no restabelecimento da segurança pública no país.

11 Coordenado por Duval Fernandes, o Projeto foi realizado em parceria entre PUC Minas, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Organização Internacional para Migrações (OIM) e o Grupo de Estudos Distribuição Espacial da População (GEDEP).

de atravessadores (também chamados coiotes) que cobram para auxiliar na travessia. Os custos da viagem chegam a três mil dólares e durante o percurso muitos são extorquidos, outros roubados e alguns sofrem violência física, como estupros e até assassinatos (ALVES, 2014).

O grande fluxo de haitianos tem gerado certa apreensão e tensão nas autoridades e nos moradores de algumas cidades, como demonstram algumas reportagens que citaremos a seguir. A cidade acreana de Brasileia, por exemplo, passou por momentos de turbulência, dada à falta de infraestrutura e preparo dos agentes públicos. O abrigo disponibilizado pela prefeitura com capacidade para até 400 pessoas chegou a abrigar mais de 1.240 imigrantes. Sem condições de custear a situação, o município recorreu ao Governo Federal que remeteu 4,2 milhões de Reais para os serviços de assistência, cuidados com a saúde e auxílio na documentação, mas que não deram conta de suprir as reais necessidades. Por conta disso, e em razão das cheias do Rio Madeira, o governo do Acre fechou o abrigo de Brasileia, instalou outro em Rio Branco e encaminhou 2.200 haitianos documentados para o sul e sudeste do país (ALVES, 2014).

O roteiro de viagem dos haitianos no Brasil é praticamente o mesmo: de ônibus seguem de Brasileia até o aeroporto de Rio Branco. De lá, partem até Porto Velho por via área, nos aviões que abastecem a cidade. De Porto Velho, vão de ônibus até São Paulo, de onde se distribuem pelas cidades do sudeste ou do sul.

Entretanto, a vinda de centenas de haitianos do Acre para São Paulo gerou tensões entre as autoridades. Segundo matéria veiculada pela Folha de São Paulo em 03 de maio de 2014, as autoridades de São Paulo interpretaram o envio dos imigrantes como uma atitude irresponsável do Governo do Acre. Por sua vez, autoridades acreanas justificaram que as cheias e o alto número de haitianos em Brasileia (cerca de 2.500, equivalentes a 20% da população urbana do município) ocasionaram um estado de calamidade pública (MOURÃO, 2014).

Em meio à troca de acusações, os imigrantes foram acolhidos pela Igreja e comunidade local paulistana. Posteriormente, a prefeitura de São Paulo abriu mais um espaço para acolher os haitianos que continuaram a chegar (ALVES, 2014). Muitos deles se inserem no mercado de trabalho em São Paulo e outros seguem para o sul, onde empresas de construção civil e frigorífica absorvem a mão de obra em razão de seu baixo custo. Lamentavelmente, alguns empregadores se aproveitam da situação e ousam oferecer vagas de emprego com salário ínfimo, muitas vezes descumprindo os direitos dos trabalhadores estabelecidos em lei.

Segundo Paolo Parise[12], em entrevista concedida à Lopes (2014) a principal dificuldade dos imigrantes ao chegar à cidade é não saber o que fazer: «Muitos desses haitianos chegam a São Paulo pela rodoviária do bairro Barra Funda, sem nenhum apoio e sem ter lugar para onde ir. Acabam chegando à Missão Paz, no bairro da Liberdade, com ajuda de funcionários do Metrô ou de cidadãos que conhecem a situação e se dispõem a ajudar». Além destas, Parise aponta outras dificuldades são a aprendizagem do idioma, e encontrar um lugar para morar «Eles vão procurar na região periférica da cidade por ser mais barato, mas é uma via sacra encontrar, porque, se para brasileiro é difícil, pede isso, pede aquilo, para eles, é ainda mais complicado». Também destaca a existência do racismo na sociedade brasileira: «Por exemplo, serviços que eles têm direito, como saúde, muitas vezes, encontram funcionários que não têm sensibilidade. 'Vocês estão vindo aqui atrapalhar o serviço que já é precário para os brasileiros...', a gente vê coisas desse tipo acontecerem».

Outra matéria veiculada pela Carta Capital, em novembro de 2014, aborda como o racismo e a xenofobia está afetando os imigrantes que buscam uma vida melhor no Brasil. O contexto da análise é a região metropolitana de Curitiba onde residem cerca de 5 mil haitianos. O preconceito camuflado manifestou-se após o surto de ebola na África. Desconhecendo a localização geográfica do Haiti, muitos são tratados como africanos, causando uma histeria coletiva diante do receio de contaminação pelo vírus. A reportagem apresenta o relato de um jovem haitiano que passou a ser agredido verbalmente pelos colegas da empresa onde trabalhava. «Eles me chamavam de macaco, atiravam banana na minha frente. Um dia começaram a jogar feijão nos meus olhos». Por fim, o atacaram fisicamente a socos e pontapés. Um prontuário médico comprova a agressão. Os culpados foram demitidos e o caso foi parar no Ministério Público do Trabalho (MPT) (RUSCHEL, 2014).

Em paralelo às agressões físicas e do preconceito, alguns haitianos são vítimas de empregados que descumprem

12 Atual diretor do Centro de Estudos Migratórios (CEM), uma das quatro instituições que compõem a Missão Paz, incluindo a Casa do Migrante, em São Paulo.

a legislação trabalhista. Segundo o Ministério do Trabalho, atualmente corre em segredo de Justiça uma ação de 13 haitianos contra empresas curitibanas por preconceito, não cumprimento da legislação e exploração do trabalho (RUSCHEL, 2014).

Algumas instituições, como a Casa Latino-Americana (Casla) e a Secretaria Municipal do Trabalho de Curitiba, coordenam uma série de políticas para a inserção dos haitianos em condições decentes. Umas das agentes é Laura Eskelinen, finlandesa que cursa Direito na Suécia e que em Curitiba assessora os advogados no setor jurídico da Casla. Ela manifesta-se perplexa por não compreender como um país como o Brasil, constituído por imigrantes e com forte miscigenação, «consegue ser tão racista» (RUSCHEL, 2014).

A questão do preconceito é também identificada pela pesquisa *A diáspora haitiana: da utopia à realidade*[13]. Segundo os dados levantados, um terço dos haitianos declara sofrer alguma forma de preconceito pelo fato de serem negros, por exemplo. Os pesquisadores declaram que o racismo se manifesta em associações dos haitianos a uma *praga* ou *epidemia*. *Estão por toda parte* dizem alguns moradores da cidade de Cascavel/Paraná, contexto onde foi realizada a investigação. Proliferam igualmente expressões do *racismo à brasileira*, com afirmações do tipo: *eles são muito educados*, *eles são trabalhadores*, *eles têm os dentes branquinhos*, aponta a pesquisa (MARTINS, 2014).

O estudo também evidencia que mesmo os haitianos que chegam com maior qualificação não encontram empregos correspondentes à sua formação. Entre os entrevistados havia um agrônomo trabalhando como operário na indústria da alimentação, uma professora primária trabalhando como cozinheira, um historiador empregado como cobrador de ônibus municipal, além de um cientista político empregado na construção civil. Na opinião dos próprios entrevistados, isso se deve à discriminação da sociedade brasileira.

4 A Migração dos Africanos ao Brasil

A migração é uma característica histórica dos povos da África. No passado, foi motivada pela busca de segurança, terras férteis para a agricultura e, mais tarde, pela dinâmica do comércio transariano entre o Mediterrâneo e o atual Sudão e as costas Este e Oeste. Posteriormente, o regime colonial alterou a motivação e a composição dos fluxos migratórios por meio da criação de várias estruturas econômicas e políticas, estabelecendo limites territoriais e regimes fiscais (TOLENTINO, 2009).

Grande parte das ex-colônias africanas alcançou sua independência somente a partir da metade do século XX. Mas, as fronteiras estabelecidas pelos europeus agregaram ou separaram territórios étnicos tradicionais, o que acentuou os conflitos armados entre civis ao longo das últimas décadas. As várias guerras civis, as disputas políticas e a forte dependência de auxílio econômico internacional, aliado ao baixo crescimento econômico, os altos índices de analfabetismo e de desemprego, o risco constante de epidemias (AIDS, ebola, malária...) e desigualdade social, entre outros, são fatores que explicam a constante onda migratória africana, especialmente para os países da Europa e das Américas.

Atraídos por promessas de trabalho, centenas de ganeses, senegaleses e nigerianos tem deixado seus países dispostos a começar uma nova história no Brasil. As rotas utilizadas por boa parte deles se inicia no Equador porque lá não é exigido passaporte, visto ou autorização para circular pelo país[14]. Depois, eles seguem para o Paraguai, Argentina e ao Brasil, especialmente ao estado do Rio Grande do Sul.

Outros preferem cruzar a fronteira com o Acre e depois seguem em direção ao Sul do Brasil. No entanto, na condição de imigrantes ilegais, para burlar a fiscalização na fronteira do Acre para conseguir chegar até a cidade de Epitaciolândia, esses imigrantes estariam pagando até R$ 450 para taxistas do município de Assis

---

13 Sob a Coordenação de José Renato Vieira Martins, a investigação é empreendida pelo Grupo de Estudos sobre o Haiti da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), com colaboração da Universidade de São Paulo (USP) e da Fundação Friedrich Ebert.

14 No caso dos senegaleses, a viagem até o Equador é feita de avião a partir de Dakar, capital do Senegal, com escala em Madri/Espanha.

Brasil, quando normalmente o custo seria de R$ 30. A viagem é feita pela madrugada, quando as fronteiras do Acre estão desprotegidas. Há casos ainda de imigrantes senegaleses que se passam por haitianos para entrar no país com mais facilidade, principalmente após novo surto do ebola na região ocidental da África (MARCEL, 2014).

Outros ainda aproveitaram a realização da Copa do Mundo no Brasil para conseguir a permissão para entrar no país: «Eu usei a Copa do Mundo como um pretexto. Ia ser muito difícil entrar no Brasil se não fosse desse jeito. Em Gana, não é fácil conseguir um visto de viagem», conta Adams, ganês que trabalhou como vendedor durante cinco anos para conseguir comprar a passagem para vir ao Brasil. O mesmo ocorreu com Gerhardt, engenheiro, com pós-graduação e que fala cinco idiomas: «Antes de vir eu pesquisei sobre a economia do Brasil na internet e decidi que aqui é um bom lugar para começar a vida. Em Gana, mesmo formado, eu não conseguia um salário de mais de R$ 600. E aí eu pensava: quando vou poder comprar um terreno, construir uma casa, casar, dar uma boa educação aos meus filhos?» (FELIPE, 2014).

Aproveitando a Copa do Mundo, os estrangeiros entraram no país com vistos de turista, válidos por 90 dias, e decidiram ficar em busca de emprego e melhores condições de vida. O governo brasileiro emitiu 8.500 vistos para ganeses virem assistir à Copa do Mundo. Foi desse jeito que muitos entraram no país, pois 1.100 não regressaram depois da Copa.

A cidade gaúcha de Caxias do Sul, que tem cerca de 500 mil habitantes, recebeu 1,8 mil senegaleses nos últimos três anos. «É uma migração laboral. Ela ocorre em busca de trabalho. A Europa, que já foi um destino, está em crise. Já existiam senegaleses na Argentina há 10 anos. Agora, eles vieram para o Brasil e estão em Caxias do Sul», explica Vania Herédia, socióloga da Universidade de Caxias do Sul (UCS), em reportagem publicada no periódico da instituição (ESPEIORIN, 2014).

Mas a presença dos africanos, assim como a de haitianos, tem deixado a população local apreensiva, conforme depoimentos exibidos pelo Programa Fantástico, em agosto deste ano: «Não acho justa a convivência deles aqui no meio da gente», diz um morador; «Sem falar todas as doenças que eles estão trazendo», diz uma mulher; O pessoal daqui vai perder emprego por causa disso. Porque por qualquer mixaria eles estão trabalhando», afirma um senhor; «Acho que inclusive até aqueles que estão vindo aqui têm que ir embora!», reclama uma senhora (FELIPE, 2014).

Entretanto, é preciso fazer lembrar que justamente a busca por novas oportunidades de trabalho e condições melhores de vida fizeram com que a Serra Gaúcha recebesse os primeiros imigrantes italianos e alemães, a partir da segunda metade do século XIX. A questão reside na cor da pele destes novos migrantes: «A população de Caxias é cheia de preconceitos. Ela sempre foi. Durante a colonização, não se podia ter escravos. Nunca se habituou a convivência com os negros. Caxias não tem uma multiculturalidade. Se fossem pessoas brancas não teria essa dimensão de problema», enfatiza Vania Herédia à matéria da UCS (ESPEIORIN, 2014).

De acordo com o levantamento feito pela reportagem do Programa Fantástico, entre empresas da Serra Gaúcha havia cerca de 7 mil postos de trabalho que não eram ocupadas pelos moradores da região. Contradizendo a opinião pública, os exames admissionais realizados pelas empresas não diagnosticaram nenhum africano com doença contagiosa ou que impeça trabalhar. Força física, subordinação e respeito à hierarquia ajudam a explicar porque muitos empresários optam pela contratação de africanos (FELIPE, 2014).

A reportagem de Simon (2014) ilustra as conquistas e dificuldades de dois imigrantes senegaleses que vivem em Caxias do Sul. Michel, de 25 anos, atualmente é dono de uma gráfica no centro da cidade. Ele chegou a Minas Gerais em 2010, passou pelo Paraná e, por último, foi para o Rio Grande do Sul. O objetivo do senegalês era trabalhar em uma gráfica, já que no seu país de origem exercia a função de diagramador. Em Minas não conseguiu o trabalho porque não dominava a língua portuguesa. No Paraná, trabalhou em um frigorífico durante três meses. Após mudou-se para Passo Fundo onde permaneceu por um ano e meio. Quando percebeu que dominava a língua portuguesa, partiu em busca do sonho: o de ter a própria gráfica. Para isso, desde que chegou ao Brasil não mediu esforços para se qualificar: «Fiz curso de AutoCAD, de manutenção de computadores e agora estou fazendo aulas para criar sites. Nós, senegaleses, somos muito trabalhadores. A gente gosta de serviço».

A história de Bili é muito parecida. Ele chegou a Fortaleza em 2010 e viajou para Rio de Janeiro, São Paulo até chegar a Passo Fundo. No norte gaúcho, Bili trabalhou durante três meses em uma empresa do setor de

alimentação até se estabelecer em Caxias do Sul. Lá trabalhou durante três anos como operador de máquina em um frigorífico até juntar dinheiro suficiente para abrir uma loja que oferece serviços de telefonia e de transferência de dinheiro para o exterior. «Vi que faltava esse tipo de serviço aqui. Quando eu cheguei não sabia de onde ligar para casa ou mandar dinheiro. Então resolvi abrir a empresa». O senegalês diz que apoia os conterrâneos que chegam aqui. «Sei que é difícil para eles. Não é fácil conseguir um emprego que pague bem, mas tem que ter coragem e encarar os desafios» (SIMON, 2014).

Estes dois casos corroboram com a análise da Profa. Vania Herédia de que os africanos vêm com a determinação de trabalhar. «Por serem muçulmanos, eles são bastante disciplinados e praticamente não se envolvem em conflitos. Não consomem bebidas alcoólicas e não apresentam aquela malícia tão comum ao brasileiro. Os únicos registros encontrados na polícia dizem respeito a casos de racismo. Eles foram as vítimas» (ESPEIORIN, 2014).

Conseguir chegar ao Brasil, de fato, é uma grande batalha. Mas, conseguir a legalização, aprender o português, superar a distancia e a ausência de familiares, a viver as vezes em situação precária e enfrentar os preconceitos dos brasileiros são outros obstáculos que precisam vencer

Em vista disso, Vania Herédia questiona o discurso do senso comum que entende que os estrangeiros estão a «tirar a riqueza de Caxias». Para ela, os senegaleses ajudam a mostrar que o mundo vai muito além da praça. «Eu acho que para nós o processo de migração é um ganho. Nós vamos nos abrir culturalmente. Entender que tem diferenças, entender um pouco o mundo. O ganho é mais nosso do que deles. Só que as pessoas têm medo disso» (ESPEIORIN, 2014).

5 Africanos e Haitianos e seus processos de (des)(re)territorialização no Brasil

Todos um só Haiti
Ninguém migra por migrar
Migra-se por necessidade
Migra-se por medo
Migra-se por coragem
Migra-se por amor
Migra-se por ódio
Migra-se para fugir
Migra-se para encontrar
Migra-se para morrer
Migra-se para nascer em outro lugar
(MARTINS, 2014: 33)

Compreender o conceito de território é de fundamental importância para analisar os processos identitários pelos quais os imigrantes estão sujeitos ao deixarem seus contextos originários. Em consonância com Haesbaert (2006), entende-se por território o recurso básico onde se realizam relações sociais mediadas na e pela materialidade do espaço. Nenhuma pessoa ou grupo social se constituiu como tal sem estar inserido em um determinado contexto geográfico, territorial.

O território, portanto, não inclui somente aspectos de ordem material, mas comporta valores, princípios éticos, afetivos, simbólicos, metafísicos, que atuam como balizadores e construtores de identidades pessoais e coletivas. Perder ou deixar um território, não se refere apenas a uma perda material e concreta, mas, sobretudo, privar-se ou distanciar-se de uma instancia simbólica de sentidos referenciais para a existência. Em suma, o território é lugar e *subjetivação*; é também *abrigo*, o espaço onde os sujeitos se sentem *em casa,* enquanto membros pertencentes de uma determinada cultura, organização ou grupo social.

Nesta perspectiva, *territorializar* é estabelecer relações de apropriação do espaço, incluindo o poder sobre a (re)produção cultural, social, política, econômica e simbólica no território, em nível pessoal ou social. Ao

revés, *desterritorializar* significa «[...] exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto recurso ou apropriação (material e simbólica) indispensável à nossa participação efetiva como membros de uma sociedade» (HAESBAERT, 2006: 315).

O processo de territorialização, por consequência, é resultado das relações de poder que está em jogo no processo de apropriação e/ou controle do território, seja de forma concreta ou simbólica. Neste *jogo,* alguns grupos utilizam estratégias de produção ou manutenção de hegemonia social, através de mecanismos de exclusão social, que objetivam dissolver os laços territoriais do outro. Em uma sociedade capitalista, a posse e controle dos recursos econômicos são fundamentais para gerenciar os processos de territorialização, principalmente para constituir bolsões de mão-de-obra e massas consumidoras de produtos, elementos essenciais para manutenção do sistema.

Os processos sociais de exclusão e desigualdade, disputas geopolíticas e comerciais sobre os territórios, ao lado das crescentes catástrofes ambientais – muitas delas provocadas pela devastação ambiental -, são grandes responsáveis pela intensa mobilidade humana na contemporaneidade, que se manifesta nas levas de imigrantes *ilegais* e refugiados que se veem obrigados a se *desterritorializar* para sobreviverem ou almejarem um futuro melhor.

O fenômeno da globalização, tal como tem se apresentado na atualidade, consiste em um *movimento desterritorializador* ligado aos processos de expropriação, precarização e/ou exclusão segundo a lógica de acumulação capitalista, que estimula a diminuição das fronteiras territoriais para facilitar a fluidez e mobilidade das pessoas, sejam elas nômades, viajantes, turistas, imigrantes, refugiados, exilados, extraditados..., obrigando-os a se reterritorializar em outra parte (movimento de construção de novo território). Mas, neste caso, é evidente que esta territorialização é desigualmente distribuída entre sujeitos ou grupos sociais, e como tal,

> [...] haverá sempre, lado a lado, ganhadores e perdedores, controladores e controlados, territorializados que desterritorializam por uma reterritorialização sob seu comando e desterritorializados em busca de outra reterritorialização, de resistência e, portanto, distinta daquela imposta pelos seus desterritorializadores (HAESBAERT, 2006: 259).

O movimento migratório de africanos e haitianos ao Brasil é, não obstante, um movimento *desterritoralizador*. Diante dos processos exclusão e desigualdade a que historicamente foram submetidos e, além disto, no caso haitiano, dada a devastação ocasionada pelas catástrofes ambientais, para muitos, aspirar um futuro melhor exige desprendimento de seus territórios. Após penosa e ariscada viagem, adentrar um território distinto, na condição de *ilegalidade*, é vivenciar a experiência do desenraizamento e, ao mesmo tempo, a angustia diante da reação imprevisível daqueles que controlam a fronteira. Acolhida ou rejeição? Reconhecimento ou hostilidade? Qual será a reação do(s) outro(s) que não os espera?

Uma vez introduzidos no território receptor, os imigrantes buscarão formas para se *reterritorializar* no novo espaço, a fim de manter sua identidade cultural. Embora seja necessário apreender o idioma do novo território, preservar a língua materna é essencial para conservar os laços com a terra natal. Mas haverá perdas e ganhos diante do violento deslocamento. A religiosidade, as relações sociais, a organização do tempo, a expressão corporal e artística, diante da inserção no território alheio acabarão assumindo novos contornos identitários.

No Brasil, além da falta de uma política migratória que reconheça o imigrante como um ser de direitos, africanos e haitianos se *reterritorializam* em meio ao estranhamento e a hostilidade de parte dos membros das comunidades receptoras. Para muitos grupos sociais, estes imigrantes são indesejados. Embora a elite empresarial brasileira advogue a carência de mão de obra especializada, e apesar de muitos imigrantes africanos e haitianos possuírem experiência profissional e formação acadêmica, no mercado de trabalho, as vagas que lhes restam são justamente aquelas não preenchidas pelos próprios brasileiros. Esses postos de trabalho são aqueles que exigem maior esforço físico ou atividade repetitiva braçal e que recebem menor remuneração, em geral, um salário mínimo.

Mais uma vez, por mais que se difunda a ideia de que o povo brasileiro é acolhedor, o tratamento dado aos imigrantes, principalmente em se tratando de negros, pobres e não falantes do português, revela o preconceito

e a xenofobia camuflada na sociedade. Os comentários encontrados em diversas matérias utilizadas neste trabalho expressam o quanto se precisa avançar na perspectiva do respeito e reconhecimento da alteridade. Registros como: «Se não endurecer a política, muito mais imigrantes pobres, sem cultura chegarão»; «Já temos muitos problemas, saúde, educação... vamos aceitar mais gente?»; «O Brasil é pobre demais, miserável demais, para se dar o luxo de ficar recebendo miséria e atraso de outros países. O Haiti é a síntese do atraso e do subdesenvolvimento». Este pensamento, de algum modo, é acolhido e reproduzido por grupos midiáticos conservadores que recorrem ao sensacionalismo para atrair mais audiência. Frequentemente apresentam a situação como uma «ameaça»[15], um «caos»[16], uma «invasão»[17], um «surto»[18].

Mas existem outros olhares. Antonio Martins, do site *Outras Palavras*[19], coloca de maneira diferente a problemática: estamos abertos aos não brancos? O jornalista destaca que parte dos brasileiros não percebeu que o país foi constituído por diferentes fluxos migratórios ao longo da história, e que além do mais, a população brasileira está longe de ser predominantemente branca.

Há que se perceber e tentar minimamente compreender, que a imigração, por vezes, representa um ato desesperado daqueles que já não tem mais expectativas em seu território de origem. O que lhes resta é fugir de uma situação limite, onde já não há mais esperança. Buscam não somente um novo país, mas se reterritorializar em territórios que lhes sejam menos sofríveis, que lhes possibilitem visualizar novos horizontes e esperança no futuro.

Referências

ACNUR. (2014), "*Refúgio no Brasil: Uma Análise Estatística: janeiro de 2010 a outubro de 2014"*. Agência da ONU para Refugiados, Disponível em <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014>, [consultado em 09-12-2014].

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. (2007), A singularidade: uma construção nos andaimes pingentes da teoria histórica. In: *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história,* Bauru, SP: Edusc.

ALVES, L. A. (2014), "*Por que o Haiti está aqui"*. Outras Palavras, Disponível em <http://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/por-que-o-haiti-esta-aqui/>, [consultado em 10-12-2014].

BRASIL. (2012), "*Resolução normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012"*. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti, Conselho Nacional de Imigração, Disponível em <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A350AC8820135687F345B412D

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 97.pdf>, [consultado em 11-12-2014].

BRASIL. (2014), "*Anteprojeto de lei de migrações e promoção dos direitos dos migrantes no Brasil"*. Ministério da Justiça. Comissão de Especialistas, Disponível em http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10947.pdf, [consultado em 11-12-2014].

CAVALCANTI, L., OLIVEIRA, A. T., TONHATI, T. (Orgs.) (2014), "*A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro"*. Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, Disponível em http://portal.mte.gov.br/obmigra/dados-do-obmigra-revelam-aumento-do-numero-de-trabalhadores-imigrantes-no-mercado-de-trabalho-formal.htm, [consultado em 10-12-2014].

---

15 Disponível em: http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2014/04/mp-ac-requisita-investigacao-sobre-noticia-de-virus-ebola-entre-imigrantes.html. Consultado em 5-12-2014.

16 Disponível em: http://noticias.r7.com/blogs/andre-forastieri/2012/01/24/o-brasil-nao-precisa-de-imigrantes-haitianos-e-o-haiti-nao-precisa-do-brasil/. Consultado em 5-12-2014.

17 Disponível em: http://oglobo.globo.com/brasil/acre-sofre-com-invasao-de-imigrantes-do-haiti-3549381

18 Disponível em: http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-04-16/brasil-pede-ajuda-para-combater-coiotes-e-surto-de-imigrantes-do-acre.html. Consultado em 5-12-2014.

19 Disponível em: http://outraspalavras.net/blog/2014/10/09/brasil-e-nova-imigracao-integracao-e-preconceito/. Consultado em 5-12-2014.

ESPEIORIN, V. (2014), *"A nova cara do imigrante"*. Revista UCS, Caxias do Sul/RS, 11 (2), Disponível em: http://www.ucs.br/site/revista-ucs/revista-ucs-11a-edicao/senegal-a-nova-cara-do-imigrante, [consultado em 10-12-2014].

FERNANDES, D. (2014), "*Projeto Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral"*. PUC Minas, MTE, OIM, GEDEP. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/geral/publicacoes/, [consultado em 10-12-2014].

HAESBAERT, R. (2006), *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade,* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

JAMES, C. L. R. (2000), *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*, São Paulo: Boitempo.

MARCEL, Y. (2014), *"Africanos se passam por haitianos para cruzar a fronteira do Acre"*. G1 Acre, Disponível em http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2014/09/africanos-se-passam-por-haitianos-para-cruzar-fronteira-do-acre.html, [consultado em 10-12-2014].

MARTINE, G. (2005), *"A globalização inacabada. Migrações internacionais e pobreza no século 21"*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, 19 (3), pp. 3-22.

MARTINS, J. R. V. (2014), "*A diáspora haitiana: da utopia à realidade"*. UNILA, USP e FFE, Disponível em http://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/haitifinal.pdf, [consultado em 10-12-2014].

MOURÃO, N. (2014), "*O envio de haitianos do Acre para São Paulo é irregular? Não"*. Folha de São Paulo, Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/05/1448801-o-envio-de-haitianos-a-sp-pelo-acre-e-irregular-nao.shtml>, [consultado em 10-12-2014].

OIM. (2010), "*Perfil migratório do Brasil 2009"*. Organização Internacional para as Migrações, Disponível em http://www.mte.gov.br/trab_estrang/perfil_migratorio_2009.pdf, [consultado em 11-12-2014].

ONU. (1948), "*Declaração universal dos direitos humanos"*. Organização das Nações Unidas, Disponível em http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php, [consultado em 5-12-2014].

PELLEGRINO, A. (2003), *"La migración internacional en América Latina y el Caribe: tendencias y perfiles de los migrantes"*. Cepal, Naciones Unidas (Serie Población y Desarrollo, 35), Disponível em: <http://www.eclac.cl/>, [consultado em 10-12-2014].

RUSCHEL, R. (2014), **"***Medo do ebola aumenta o preconceito contra haitianos"*. Carta Capital, Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/revista/825/ignorancia-viral-5389.html>, [consultado em 10-12-2014].

SANTANA, F. (2014), *"Número de pedidos de refúgio cresce 800% em quatro anos no Brasil"***.** Programa Fantástico, Disponível em <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/08/numero-de-pedidos-de-refugio-cresce-800-em-quatro-anos-no-brasil.html>, [consultado em 09-12-2014].

SANTOS, M. (2013), *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, São Paulo: Record.

SIMON, C. (2014), "Senegaleses empreendedores são exemplos para ganeses em Caxias". G1, Disponível em: http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/07/senegaleses-empreendedores-sao-exemplos-para-ganeses-em-caxias.html, [consultado em 09-12-2014].

TOLENTINO, N. C. (2009), *"Migrações, remessas e desenvolvimento: o caso africano"*. SOCIUS: Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa Nº 09/2009, Disponível em https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1884/1/WP_9_2009.pdf, [consultado em 09-12-2014].

Memórias africanas em contextos de crise e deslocamentos: reforço e/ou (re)construção de identidades

Zeila de Brito Fabri Demartini
Universidade Metodista de São Paulo/CERU-USP/CNPq
zeila@usp.br

Resumo: Este texto aborda algumas questões que sempre estão presentes quando se faz referência a grupos de imigrantes: os processos de deslocamento e as trajetórias por eles realizadas em diferentes contextos, assim como os processos de construção/reconstrução de identidades que os acompanham. No caso dos portugueses e luso-africanos que vieram da África para o Brasil, cruzam-se em suas trajetórias as vivências e referências a três continentes distintos, o que as memórias evidenciam. As identidades estão em reconstrução, envolvendo processos de negociação e transformação em função dos "outros", que também são múltiplos. As identidades são uma espécie de "lugar virtual".

Palavras-chave: Memórias africanas; deslocamentos; identidades; São Paulo; portugueses, luso-africanos e africanos.

1 Introdução

Este texto aborda algumas questões que sempre estão presentes quando se faz referência a grupos de imigrantes: os processos de deslocamento e as trajetórias por eles realizadas em diferentes contextos, assim como os processos de construção/reconstrução de identidades que os acompanham.

O que parece haver de comum, em todos os deslocamentos, de qualquer natureza e de diferenciados grupos, é que os imigrantes carregam durante suas vidas as marcas dos contextos nos quais viveram, por pouco ou por muito tempo.

A discussão dessas questões têm interessado já há muitos anos principalmente antropólogos, sociólogos e psicólogos, preocupados em grande parte com os problemas de assimilação/integração de imigrantes na nova sociedade, assim como também por administradores com as políticas de Estado a serem adotadas e os nacionalismos que os deslocamentos entre nações evidenciam (BASSANEZI, 1996). No Brasil, país historicamente receptor, os conflitos identitários que os processos imigratórios e as novas vivências colocam aos imigrantes têm sido objeto de preocupação de estudiosos pelo menos desde o início do século XX; da mesma forma também das autoridades que sempre parecem ver nos que chegam ameaças ao *status quo* e aos demais grupos já existentes na sociedade de adoção. Os nacionalismos e as políticas de estado envolveram muitas vezes um "olhar" sobre os grupos de imigrantes que os estigmatizou como aqueles que iriam perturbar a "ordem" existente, mesmo quando as situações de crise exigiam a presença de mão-de-obra estrangeira.

Nesse texto, faremos referência aos imigrantes que, por suas origens, sempre foram os menos "visualizados", pela política e até pela sociedade brasileira: os portugueses e seus descendentes; de modo especial, focalizaremos os imigrantes mais recentes, provenientes de países africanos (Angola e Moçambique) que vieram para São Paulo durante as décadas de 1970 e 1980.

Nesse período ocorreram fluxos migratórios de portugueses e luso-africanos das antigas colônias portuguesas da África em direção a São Paulo, motivados pelas pressões políticas das difíceis e complexas realidades africana e portuguesa, além das econômicas, que os diferenciaram das levas migratórias anteriores. No caso específico desses imigrantes, cruzaram-se em suas histórias as vivências sócio-culturais de contextos muito distintos: 1) dado seu pertencimento à famílias de origem portuguesa, o contexto português colonizador como referência; 2) o contexto de vivência africano, muitos tendo aí nascido e 3) o contexto paulista/brasileiro de adoção.

Concordamos com os estudiosos que chamam a atenção, de um lado, para a complexidade da situação colonial

(que envolveu Portugal e suas colônias na África), de onde vieram os imigrantes focalizados; de outro lado, para a ainda restrita produção acadêmica sobre as implicações dos movimentos políticos em Portugal e nas suas colônias na África para os que aí residiam, no tocante às dimensões familiares, culturais, educacionais, religiosas, além dos sentimentos e conflitos que os acompanharam. Quanto aos chamados "colonos brancos" da África (portugueses e descendentes) que vieram para o Brasil, a literatura é quase inexistente (GRAÇA, 2005; FERNANDO, 2005; TALI, 2001; PIMENTA, 2005; MAXWELL, 2006; SERRANO, 2008).
Embora não seja conhecido o número de colonos portugueses que vieram para o Brasil nos quinze anos após a independência das províncias portuguesas, sabe-se que desembarcaram aos milhares em solo brasileiro (OITENTA ANOS, 1992; RIBEIRO, 1996). Assim, procuramos explorar as complexas teias envolvidas em sua vinda, sua inserção na sociedade paulista e as relações estabelecidas com a já antiga e sedimentada "colônia" portuguesa existente em São Paulo; tentamos visualizar como se configurou o processo migratório, as vivências das famílias e a reconstrução de identidades nesse novo contexto de adoção.

2 Situação colonial, deslocamentos e identidades

Renato Ortiz (2000), ao discutir o conceito de identidade em suas múltiplas formas nas Ciências Sociais, propõe o que foi sugerido por Lévi-Strauss:

> (...) a identidade é uma espécie de lugar virtual, o qual nos é indispensável para nos referirmos e explicarmos um certo número de coisas, mas que não possui, na verdade, uma evidência real. (...) No entanto, em qualquer caso a identidade é fruto de uma construção simbólica que os tem como marcos referenciais. A rigor, faz pouco sentido buscar a existência de "uma" identidade; seria mais correto pensá-la na sua interação com outras identidades, construídas segundo outros pontos de vista (…) Por outro lado, ao dizer que ela é uma construção simbólica, estou afirmando que ela é um produto da história dos homens. Isso me permite indagar sobre os artífices dessa construção, os diferentes grupos sociais que a portam, os interesses que ocultam, as relações sociais que prescrevem. Posso então operar com um quadro no qual coexiste um conjunto de identidade em concorrência e conflito (ORTIZ, 2000, p. 78-79).

As observações do autor são fundamentais para se pensar as situações vivenciadas por esses imigrantes que vieram das antigas colônias portuguesas, ao longo de suas trajetórias: todos eles vinculavam-se, de maneiras diversas, à Portugal, nação colonizadora das regiões africanas das quais faziam parte, como residentes. Considerando, como Ortiz, que a nação define um espaço geográfico no interior do qual se realizam as aspirações políticas e os projetos pessoais e que o Estado-nação não é apenas uma entidade político-administrativa, ele é uma instância de produção de sentido, concordamos com sua afirmação de que "a identidade galvaniza as inquietações que se exprimem em sua territorialidade" (ORTIZ, 2000, p. 86). Como, na África, a descolonização se faz em nome da autonomia dos povos e a nação traduz o desejo de independência, é possível pensar nas múltiplas formas assumidas pelas identidades dos colonos brancos que aí viviam; de um lado, tinham como referência a nação portuguesa, que de várias formas tentava construir uma identidade nacional em seu império colonial; de outro, os projetos de nações e a busca de novas identidades nesse processo de independência e criação de novas nações desejadas.
As relações de dominação e de submissão existentes entre a sociedade colonial e a sociedade colonizada caracterizam a situação colonial. Balandier (1951; 1993) também chama a atenção para a importância dos fatos políticos e dos métodos administrativos na compreensão da situação colonial, antes e depois das independências das colônias; para ele, a administração de um país colonial supõe outras formas de ação, outros empreendimentos, pois se trata de controlar o país, de "tê-lo", e segundo ele, o sistema administrativo se insere no próprio coração das sociedades colonizadas. O fluxo forçado de portugueses e luso-africanos brancos para o Brasil no período considerado está associado a momentos agudos de crise vivenciados pela sociedade colonial. Após a independência das províncias ultramarinas, terminaram por predominar as propostas de país dos

militantes pela independência das colônias, ou seja, as propostas de separação total, sem a formação de alguma comunidade de países lusófonos constitucionalmente positivada (CORREIA, 1991; TALI, 2001; CHABAL, 2002; GRAÇA, 2005; FERNANDO, 2005).

É possível afirmar que, seja em Portugal, seja nas ex-colônias africanas, todas estas propostas políticas e movimentos revolucionários afetaram os diferentes grupos de população, marcando profundamente os que imigraram nesse período conturbado pré e pós-independências. Como bem afirmou Sayad (2000) não se vive no seio de outra sociedade sem que algo permaneça dessa presença. As marcas dos contextos de origem, vivências, conflitos e ideias são "carregados" pelos que se deslocam. Suas memórias remetem a eles, e, através delas, torna-se possível compreender, de um lado as complexas relações que envolveram esses países e o Brasil e de outro, as trajetórias familiares e os novos deslocamentos dos que imigraram na década de 1970 para São Paulo.

O que é importante ressaltar é que os imigrantes remetem à situação colonial não estando mais lá, isto é, falam de um contexto do qual se deslocaram. Se a não presença na sociedade colonizada, ou na colonial, coloca um afastamento espacial, há, por outro lado, a possibilidade de se obter, por meio de relatos orais, as representações dos envolvidos sobre as mesmas, de forma mais distanciada e até menos comprometida politicamente, dada pelo afastamento. A análise das memórias dos imigrantes entrevistados, provenientes de Angola e Moçambique revelaram em grande parte a complexidade da situação colonial, os pertencimentos a vários grupos, as alianças com as "minorias" dominantes e com os dominados, agora sob um "olhar" de quem já está em outro contexto, isto é, no Brasil.

As memórias de homens e mulheres que se deslocaram nos anos de 1970 e 1980 da África (tendo ou não lá nascido), obtidas sob a forma de relatos orais, remetem a lugares, pessoas e acontecimentos e permitem a apreensão das identidades dos sujeitos. As narrativas permitem verificar como os continentes se cruzam na construção destas memórias, construídas individual ou socialmente. Seja vindos diretamente das "colônias" africanas para o Brasil, seja de Portugal para a África e para o Brasil, ou da África para Portugal e para o Brasil, os entrevistados fazem referências a estes lugares tão distantes, mas tão próximos quando pensam em suas vivências. O sentimento de identidade está aí presente. Como bem observou Michael Pollak:

> Podemos portanto dizer que *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (...) A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (POLLAK, 1992, p. 200-215).

Optamos por trabalhar nesta pesquisa com a perspectiva da diversidade de sujeitos para a apreensão de aspectos da vivência e cotidiano destes imigrantes em São Paulo. Foram realizadas histórias de vida com doze imigrantes portugueses e descendentes oriundos de Angola nos anos de 197, e de Moçambique com oito.

O processo de pesquisa nos levou, assim, a considerar as trajetórias e identidades múltiplas que foram sendo construídas/reconstruídas pelos portugueses e seus descendentes em seus deslocamentos de Portugal para a África e da África para o Brasil. Relembramos aqui que os relatos orais foram obtidos cerca de 30 anos após os deslocamentos, ganhando assim novas significações quando os consideramos. Pensamos ser diferente quando o imigrante afirma, logo após o processo de deslocamento, "sou português", "sou africano", e quando esta identidade é reafirmada logo no início das narrativas, muitos anos depois, em outro contexto.

As trajetórias dos imigrantes entrevistados foram muito variadas, tendo em comum apenas o fato de que todos saíram do continente africano no mesmo momento: o da eclosão dos movimentos de independência, nos anos de 1975 e 1976. Alguns deles pertenciam a famílias que vieram de Portugal para Angola ou Moçambique já há muitos anos, portanto eram "portugueses" nascidos nas colônias; outros, foram quando crianças de Portugal para a África e, outros ainda, foram quando já eram jovens ou adultos. Suas memórias remetem a esses

diferentes contextos e às diferentes formas como vivenciaram a realidade africana, alguns com grandes dificuldades, outros já dispondo de recursos econômicos que lhes permitiam ter boas condições de vida. O que foi possível perceber é que, o deslocamento para a África era visualizado pelas famílias da maioria deles como uma possibilidade real de ascensão social (nesse caso excluindo-se os que se deslocaram de Portugal apenas para cumprir o serviço militar, que era obrigatório para aqueles que não conseguiam aprovação em seu processo de escolarização regular, nem obtinham dispensa do mesmo). Na África, segundo narram, a convivência entre portugueses/descendentes e negros africanos era reduzida, geralmente estabelecida nas relações de trabalho (negros sendo empregados)--os portugueses que chegaram muito pobres conviveram com negros em escolas assistenciais ou públicas.

Nas memórias dos imigrantes ressaltam também, sobre os aspectos educacional e cultural, o que Balandier (1951; 1993), Paulo (1996), Noré e Adão (2003) e outros estudiosos chamaram a atenção: as tentativas de imposição do modelo colonizador português nas diferentes escolas e as resistências várias, principalmente entre os mais envolvidos nas campanhas pelas independências; as discriminações e preconceitos na prática pedagógica; os distanciamentos entre portugueses e negros.

As memórias remetem a consciências políticas diversas, com participação de alguns em grupos vinculados aos interesses do governo português, assim como outros nas lutas de libertação das colônias africanas. Do ponto de vista das circunstâncias políticas do período, pudemos ir delineando um "mapa político" da situação colonial, com os vários grupos existentes, as alianças por eles estabelecidas, assim como a indicação de algumas propostas para as sociedades em constituição. Por meio dos relatos orais dos imigrantes, apreendemos críticas contundentes tanto aos chefes políticos de Portugal, como às lideranças dos movimentos revolucionários; especialmente, "fomos nos aproximando" das lideranças envolvidas nos processos revolucionários. Verificamos a existência de projetos de país, vinculados aos diferentes atores políticos envolvidos no processo colonial, nas décadas de 1960 e 1970.

De modo geral todos eles falam do seu tempo em Angola e em Moçambique como um período em que a família conseguiu realizar-se economicamente, em que as atividades sociais e de lazer eram variadas e frequentes. As guerras de independência romperam esse cotidiano, em que a maioria dos que imigraram usufruía os direitos e vantagens estabelecidos pelo governo português para seus colonos da África. Com as guerras, os colonos de origem portuguesa, tanto os que se consideravam mais conservadores como os que se colocavam do lado dos revolucionários, tiveram seu cotidiano e suas trajetórias drasticamente alterados: foram obrigados a deixar os territórios que até então consideravam "sua terra"; sentiram-se abandonados pela nação portuguesa, a qual até então julgavam pertencer; não se sentiam bem recebidos como pertencentes às novas nações que se constituíam, mesmo quando haviam lutado pelas suas independências; e mudaram-se para o Brasil, contexto que não fazia parte de seus projetos de vida anteriores.

Alguns relatos dos entrevistados permitem compreender esse rompimento das trajetórias que, de um modo ou de outro, os levaram a confrontar suas vivências culturais com os de outros contextos e outros povos, reforçando algumas identidades já existentes, levando a reconstruções e elaboração de novas.

Tomamos as narrativas de três entrevistados para exemplificar de que maneira se constituíram como angolanos e como a mudança de contexto alterou suas trajetórias e criou conflitos.

O entrevistado **E1** nasceu em Angola logo após a chegada da família em 1950, narra como, para ele, a vivência em terra africana era diferenciada da que existia em Portugal, permitindo uma identificação com a mesma:

> Eu me via muito mais, eu e meus irmãos, nós nos víamos como angolanos. O laço afetivo com Portugal era muito pequeno. (...) Sabe, porque o estilo de viver em Angola, como a gente tinha em outras colônias, ele era muito mais liberal, muito mais aberto do que em Portugal. Portugal, até o próprio Fernando Pessoa, ele tem um texto em que ele fala disso: certo provincialismo que existe. Talvez, até por ser um país tão pequenininho, as pessoas se metem muito na vida umas das outras, e tal. E Angola era um país novo, tudo por construir. As pessoas não estavam preocupadas com a vida do Zé, do João, do Francisco. As pessoas queriam é cuidar da sua vida e desbravar terrenos, fazer tudo que fosse preciso fazer. Então eu me via, eu nunca me vi, nunca me lembro de ter pensado em migrar, tanto que eu resisti até a última hora. (**E1**)

Para ele, foi muito difícil aceitar que tinha que deixar "seu" território, principalmente porque participava dos movimentos pela independência:

> (...) Na época, eu era adolescente e eu me lembro bem das conversas que, lá, em função de ser... de que todo mundo tinha medo de polícia, política, da PIDE. Conversa dos mais velhos, meu pai com os amigos era tudo com meias palavras, mas a gente andava ali pela casa, a gente ouvia (...). Em Angola todo mundo conspirava pela independência, não sei em Moçambique, não posso falar, porque não conheço, mas imagino que seria a mesma coisa. Essa conspiração, ela existia. As pessoas queriam, sabiam que Angola tinha muito mais potencial que Portugal, como país... (...) Era assim, algo que estava latente que em algum momento se fosse via Marcelo Caetano ou fosse qualquer outro, que o pessoal iria brigar por uma independência em Angola, não tenha a menor dúvida. A separação com relação a Portugal era mais do que esperada, e sonhada pelo pessoal que morava lá porque ficava evidente que Portugal naquele momento, pelo regime que tinha em Portugal era um freio a Angola como se desenvolver. Era um desejo de liberdade, mesmo, de dizer assim: "olha esse país é grande demais para ficar ligado a Portugal. (**E1**)
> (...) tentando fazer um pouco a análise do que aconteceu: quando você emigra por vontade, como eu vejo meu sogro aqui em Santos, meus tios que vieram, meus pais mesmo quando foram para Angola, eles não tinham essa ligação afetiva do querer voltar à terra porque eles saíram da terra porque realmente lá não estava dando o que eles queriam. O nosso caso que fomos praticamente obrigados a sair, embora tenha sido uma decisão de: "está! Nós vamos." Mas foi um "nós vamos" à custa de uma situação de guerra. A sensação de que alguma coisa foi quebrada, para você. E quebrou uma trajetória de vida que você tinha planejado, você tinha sonhado, de repente ela se quebrou. (**E1**) (grifo nosso)

Saíram de Angola em direção ao Brasil, porque aqui tinham parentes (um tio) e a língua falada era o português. Portugal não foi o país escolhido dada a forma como os colonos foram tratados:

> (...) Até hoje, a grande maioria do pessoal não aceita a maneira como Portugal tratou a emigração, a descolonização. Portugal não levou em consideração quem era angolano, que estava em Angola ou Moçambique ou Guiné Bissau, em qualquer lugar. Passou, até porque era o partido comunista que estava gerenciando Portugal, na época. Passaram a considerar como únicos elementos para negociar a descolonização, os movimentos ditos de libertação. A população local nunca foi escutada, nem branca, nem população local, mesmo. Nunca foi ouvida no processo. (**E1**)

O projeto futuro do entrevistado é retornar à Angola, sua terra; enquanto isso, mantem, pela internet, contato com outros angolanos que, como ele, imigraram para várias partes do mundo; a identidade angolana os integra, embora dispersos, tem uma comunidade virtual, referida a um território africano.
A narrativa de **E2**, nascido em Luanda em 1961 dois dias antes de estourar a revolução, remete à vida da família em Angola, à saída e à identidade angolana assumida. O entrevistado inicia seu relato assumindo a identidade angolana:

> Sou angolano, viemos para o Brasil em maio de 75, por causa da guerra que estava existindo lá em Angola e vim, no caso, eu, meu pai, minha irmã, veio a família inteira. Porque que nós resolvemos vir aqui para o Brasil? Nós resolvemos vir para o Brasil porque antes a gente tinha vindo passar férias aqui e nós gostamos daqui, do Brasil. O meu pai foi visitar as oficinas da VASP, na época prometeram emprego para ele e tudo, teve uma briga lá dentro do departamento, queriam que ele fosse trabalhar, tudo, e meu pai falou: "Bom...", a situação lá estava começando a ficar

> ruim, muita guerra, muita briga, e guerra civil começando a se desenhar, então nós resolvemos vir para o Brasil.
> (...) O contato que nós tínhamos era assim: tinha uma tia da.. que era irmã da minha avó, que ela. No caso, a minha, a minha tia ela foi.. ela veio para o Brasil e a minha avó foi para Angola. Existia o movimento de imigração, a saída dos portugueses pra várias partes do mundo, muita gente vinha para o Brasil, no caso dessa tia minha, veio para o Brasil. Fazia cinqüenta anos que as irmãs não se viam, então nós viemos por causa dela.(**E2**)

As guerras marcaram as trajetória da família e suas memórias:

> O clima em Luanda.. a revolução, na realidade, ela começou dois dias antes de eu nascer, 24 de fevereiro de 61, eu nasci em 26 de fevereiro de 61. Minha mãe fala que ela estava na maternidade e estava escutando os tiros de metralhadora, não é, e a revolução começou mesmo na nossa terra, em Luanda, nessa época, em 24 de fevereiro de 61 e daí saiu e foi para o interior, aí onde começou uma guerra, de guerrilha, entre os soldados portugueses na época com os movimentos lá de Angola. (...) De libertação, que na época era o MPLA, que tomou posse do governo, que acabou ganhando a guerra, e depois esse MPLA foi.., havia mais dois movimentos que era a FNLA e a UNITA, e depois quando nós viemos para cá, começou uma briga interna, uma guerra interna entre eles, onde quem acabou ficando no poder foi o MPLA, com a ajuda de Cuba, do Fidel Castro que ajudou a implantar mesmo e a entrar por Angola e dentro de Angola houve guerra civil entre eles. (**E2**) (...)
> Nessa época começou a haver um tipo de um movimento de transição, falaram que iria ser independente, começaram a preparar um governo e aí foi quando começou a briga, uma guerra civil entre os partidos, (...) quem acabou dominando a capital foi o MPLA e os outros acabaram indo para o interior e começou uma briga entre eles e depois na época da independência, quem tomou posse, quem estava com a capital foi o MPLA, e houve um outro governo paralelo, uma outra cidade em Luanda, chamada Nova Lisboa, que depois essa guerra interna acabou expandindo até o MPLA, com a ajuda de Cuba, acabar conquistando tudo. (**E2**)

O entrevistado conta que foram os primeiros da família a vir embora, os demais achavam que dava para ficar, mas chegaram à conclusão de que realmente não havia condições e saíram: "A maior parte, por parte da minha mãe, como a gente já estava aqui, acabaram vindo para o Brasil, agora, parentes do meu pai, foram todos para Portugal." Passados mais de trinta anos, **E2** continua identificando Angola como "minha terra":

> Quero ver se mais um tempo, estou programando para não ir à Angola, mas à Portugal, que eu tenho parentes. Para Angola, eu estou deixando mais para frente, que acabou a guerra, tudo. Se eu for lá agora, acho que.. vou esperar reconstruir a minha terra melhor para chegar; se eu chegar lá, vou ter um choque, como era bonito, chegar lá e ver tudo, talvez destruído e tudo como já me contaram pessoas que foram pra lá e diz que é.. a pessoa chega lá e toma um choque. (**E2**)

Os conflitos em Angola e Moçambique marcaram não só os homens, mas também as mulheres. Assim, **E3**, que se considera africana, chama a atenção para o fato de que sobre as mulheres "brancas" havia não só ameaças de morte, mas de abuso sexual, que ela atribui a disputas entre os grupos, após a independência. Apesar da saída forçada, a identidade africana continua sendo por ela assumida:

> (...) Sou africana, já sou filha de africanos. As minhas bisavós já foram para a África. As minhas avós eram crianças e os meus avós é que eram já adultos quando foram, não é? Então os meus pais já são africanos, eu sou africana e se não tivesse vindo para cá, provavelmente os meus filhos seriam africanos. (**E3**)

Quando faz referências à política portuguesa, a entrevistada considera-se como parte de um "outro", de uma outra pátria, que não Portugal:

> (...) Era uma coisa que eu não sabia o que é que estava acontecendo. Só que eu vinha de uma guerra. E vindo de uma guerra, aquilo que você já presenciara, na televisão, que todo mundo presencia, das bombas e tal, eu vinha desse ambiente, então de repente, olha, acabou a guerra, o Antônio conseguiu um emprego, em Portugal ainda estava aquele... aquele, apesar de ter passado em Portugal, ainda aquele movimento da revolução, em que nós não éramos aceitos pelos portugueses, éramos retornados, e eu não conseguia entender o que era este "retornado", que eu não tinha saído de lá, como é que eu era retornada? Eu era refugiada, retornada jamais! Talvez alguns que fossem portugueses que morassem em Angola, estavam retornados. Eu não estava retornada para coisa nenhuma, não é? Então eu estava uma apátrida, a gente não sabia, não tinha emprego, em Portugal, não tinha lugar para ficar. (...) eu cheguei a Portugal e eu fui execrada, no sentido que logo na minha recepção, quando eu desembarquei no aeroporto em Lisboa, foi ter uma manifestação de comunistas, do PC, partido comunista português, uns baderneiros, porque isto eu sei que eram, não é, em que gritavam: "Roubaram os negros, agora vão roubar os brancos! Vão embora para vossa terra!" Eu não tinha roubado ninguém, e eu não era retornada. (...) Um choque, decepção total, porque nós estávamos sendo colocados de uma determinada forma que não batia, eu dizia: "Gente, o que é isto? O que é que está acontecendo?" E sem contar que tinha ficado em Angola, aquela coisa, quer dizer, nós já tínhamos um ano debaixo da guerra, então a tua cabeça já está completamente... desestruturada. (**E3**) (grifo nosso)

A existência de uma nação "colonizadora"/imperialista, de um lado, e, de outro, os projetos de nações independentes nas regiões africanas, marcaram profundamente as trajetórias, as representações e os sentidos atribuídos pelos indivíduos a cada uma das nações, das territorialidades, e, assim, suas identidades nacionais; por trás das identidades manifestas--"sou português", "sou- africano", sou "luso-africano", "sou angolano", "sou moçambicano" etc. estão presentes as histórias das nações e as dos sujeitos envolvidos.

Como se pode constatar nesses processos mais recentes de deslocamento para o Brasil, Portugal geralmente aparece como nação de referência (primeira opção para os portugueses e luso-africanos), mas com a qual entram em conflito, em decorrência de divergências políticas, disputas no mercado de trabalho, rejeição pelos residentes em Portugal etc. surgindo o Brasil como opção viável pelas possibilidades existentes no momento (redes de apoio aos imigrantes em São Paulo). Também observamos a referência nos relatos às freqüentes separações no processo imigratório, e a constituição de famílias com "convivências" diferentes em Portugal, na África, no Brasil.

As memórias exprimem suas formas de sentir os acontecimentos e suas identidades.

3 Algumas anotações finais

O que podemos afirmar é que os imigrantes que vieram para o Brasil nesse período são fruto dessa "nova" sociedade; mesmo quando se assumem como portugueses, eles o fazem como parte desse Portugal que eram, para eles, as colônias; afinal, Portugal tentava projetar-se como uma "nação imperial", os que para lá foram como colonizadores acreditavam-se parte dessa nação portuguesa, mas fora de Portugal.

De modo geral, poucos entrevistados fazem referência à incorporação da "brasilidade" em seus relatos, assumem-se como "africanos", "angolanos", moçambicanos", "luso-africanos" ou "portugueses"--são exceções os "luso-afro-brasileiros" (nenhum se assumiu como "brasileiro").

É interessante observar que os que se assumem como africanos parecem remeter aos territórios africanos em que a maioria branca era a "dominante", não discutindo abertamente a presença da maioria negra no poder,

apenas questionando as guerras e a miséria pós-independência. Para além das questões econômicas e políticas, da perda de bens, dos deslocamentos forçados, há uma questão étnico-cultural marcada por preconceitos que parece permanecer em aberto, ou ainda, pode ter se acentuado com os processos de independência, em que os portugueses "brancos", aliados ou não, tiveram que deixar seus contextos de origem. Há entre os que vieram para o Brasil, preconceitos, mágoas, tristezas, decepções cruzando os mares, em direção à África e à Portugal. Essas são questões a serem pesquisadas em profundidade.

A partir das entrevistas realizadas durante o processo de pesquisa, as gravadas e as não gravadas, podemos afirmar que é impossível tratar os processos imigratórios de forma homogeneizadora sem considerar as especificidades dadas pelos contextos de adoção, que, como vimos, podem ser mais de um.

As vivências em território africano, as aspirações pela contrução aí de nações independentes e a decepção pela má acolhida em Portugal podem ter reforçado em muitos imigrantes a identidade africana em oposição à portuguesa. O que interessa observar , entretanto, é que a boa acolhida e a vivência por cerca de trinta anos em território paulista não parece ter implicado na incorporação da identidade brasileira. Os sujeitos continuam se referindo aos territórios anteriores, à nação portuguesa ou às nações africanas, por eles projetadas. Como afirma Ortiz (2000), as identidades são construções simbólicas que se fazem em relação a um referente; nesse caso, à nação.

A permanência em território brasileiro/paulista parece ter sido vivenciada por muitos como provisória, pois o sonho ainda é poder voltar para as terras africanas, sonho que parece manter viva a identidade africana, angolana, moçambicana. Ao mesmo tempo, a pesquisa, embora exploratória, permitiu captar um outro movimento em curso entre as famílias dos que vieram da África: alguns dos seus membros estão se deslocando nos anos recentes para Portugal, que nesse momento se lhes apresenta como mais receptivo, social e economicamente.

Não podemos supor o que estes novos deslocamentos poderiam representar no processo de re-construção de identidades: o retorno não seria mais para as ex-colônias nas mesmas condições em que as vivenciaram; também Portugal não é o mesmo.Mais uma vez, reiteramos que as identidades são produto da história dos homens (2000).

No caso dos que vieram da África para o Brasil, cruzam-se em suas trajetórias as vivências e referências a três continentes distintos, o que as memórias evidenciam. As identidades estão em reconstrução, e, como diria Pollak em processo de negociação e transformação em função dos "outros", que também são múltiplos. Retomando Ortiz (e Lévi-Strauss) as identidades são uma espécie de "lugar virtual".

4 Referências:

BALANDIER, G. « La situation coloniale: approche théorique » In : *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Vol. XXI, p. 44-79.

BALANDIER, G. A noção de situação colonial. *Cadernos de Campo*, 3 (3), 1993, p. 110.

BASSANEZZI, M. S. C. B., "Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico". In: Neide Lopes Patarra (Org.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo,* 2 ed. São Paulo: FNUAP, 1996, 1:1-38.

CHABAL, P. (Org.). *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. Bloomington: Indiana University Press, 2002.

CORREIA, P. P. *Descolonização de Angola*: A jóia do Império Português. Luanda: Editorial Inquérito/Ler & Escrever, 1991.

FERNANDO, E. *O último adeus português*. Portugal: Oficina do Livro, 2005.

GRAÇA, P. B. *A construção da nação em África:* ambivalência cultural de Moçambique. Coimbra: Almedina, 2005.

MAXWELL, K. *O império derrotado*: revolução e democracia em Portugal. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NORÉ, A.; ADÃO, A.. "O ensino colonial destinado aos 'indígenas' de Angola: antecedentes do ensino rudimentar instituído pelo Estado Novo", *Revista Lusófona de Educação* 1 (2003): 101-26.

OITENTA ANOS. *Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo, 1912-1992*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

ORTIZ, R. *Um outro território*: ensaios sobre a mundialização. São Paulo: Olho D'Água, 2000.

PAULO, J. C. (1996). Vantagens da instrução e do trabalho: "escola de massas" e imagens de uma "educação colonial portuguesa". *Educação & Culturas*, Portugal, (5), 99-128.

PIMENTA, M. F. T. (2005). *Brancos de Angola*: autonomismo e nacionalismo (1900-1961). Coimbra: Minerva Coimbra. (Coleção Minerva – História, 24).

RIBEIRO, J.T.P. "Migração internacional Brasil-África: Angola em destaque". In: Neide Lopes Patarra. (Coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo,* 2 ed. (Campinas: FNUAP/NESUR/NEPO, 1996), p. 122-32.

POLLAK, M. "Memória e identidade social," *Estudos Históricos* 5 (10) (1992): 200-15.

SAYAD, A. "O retorno: Elemento constitutivo da condição do imigrante," Travessia: Revista do Migrante 13, especial (2000): 14.

SERRANO, C. *Angola:* nascimento de uma nação, um estudo sobre a construção da identidade nacional. Luanda: Kilombelombe, 2009.

TALI, J. M. M. *Dissidências e poder de Estado. O MPLA perante si próprio* (1962-1977). Ensaio de história política. Luanda: Editorial Nzila, 2001. Vol. I, 1962-1974.

A capoeira apropriada pelos Europeus, novos usos e significados da prática "Afro-brasileira"

Daniel Granada[1]

Resumo: Arte "popular" de origem "Afro-brasileira" a capoeira se espalhou por diversos países do mundo a partir da década de 1970. Atualmente é praticada nos cinco continentes, sendo reapropriada e resignificada de acordo com demandas do contexto local. Fruto de uma tese de doutorado defendida em 2013, o artigo explora as novas apropriações feitas sobre a capoeira no Reino Unido em Londres e Manchester. Esta pesquisa foi realizada por meio de observação participante e etnografia multisituada (Marcus, 1995) entre os anos de 2009 e 2011 e de entrevistas com capoeiristas que utilizam a prática na realização de espetáculos ligados à dança e ao teatro, criados e apresentados pelos próprios capoeiristas locais em sua maior parte não-brasileiros integrantes dos grupos. Estas apropriações mostram as adaptações criativas operadas pelos agentes no sentido de relocalizar a prática "Afro-brasileira" num contexto transnacional abrindo novos espaços de inserção sua e atribuindo novos significados a esta prática.

Introdução

O crescimento da prática da capoeira em diversos países do mundo tem sido notável, a capoeira começou sua expansão no mundo a partir da década de 1970. Esta comunicação é fruto de uma tese de doutorado defendida em 2013, explora as novas apropriações feitas sobre a capoeira no Reino Unido em Londres e Manchester. A pesquisa foi realizada por meio de observação participante, etnografia multisituada (Marcus,1995 ; 2002) entre os anos de 2009 e 2011 e de entrevistas com capoeiristas que utilizam a capoeira como técnica do corpo (Mauss, 1950: 380) na realização de espetáculos ligados à dança e ao teatro. Os casos estudados evidenciam a busca de diferenciação no "mercado da capoeira", prática que se insere como "bem cultural" cuja distinção está associada à valorização positiva de um "bem cultural" associado ao Brasil e a uma "maneira de ser brasileira" que responde a representações locais sobre o "Brasil" e a "brasilidade".

A noção da existência de um "mercado da capoeira" ou um "campo social transnacional da capoeira" repousa sobre ideia da constituição de um mercado, onde um campo ou um mercado podem ser vistos como um espaço estruturado de posições dentro do qual estas posições e as interações que delas decorrem são determinadas pela distribuição das diferentes formas de recursos ou "capitais" (Bourdieu, 2002: 113-20). Bourdieu assinala que: « *pour qu'un champ marche, il faut qu'il y ait des enjeux et des gens prêts à jouer le jeu, dotés de l'habitus impliquant la connaissance et la reconnaissance des lois immanentes du jeu, des enjeux, etc.* » (Idem, pp.114). Levitt et al. (2004: 1009) utilizam o termo "campo social" como « um conjunto de redes interconectadas de relações sociais através das quais as ideias, as práticas e os recursos são trocados, organizados e transformados de forma desigual» (tradução do autor). Neste artigo o emprego do termo "mercado" ou "campo social" ligado a prática da capoeira, coloca em relevo as disputas existentes entre os diversos grupos de capoeira em Londres, evidentemente que estas disputas não são somente com relação a dinheiro, mas poder e reconhecimento entre os praticantes. A existência destas disputas não impede também a colaboração entre capoeiristas e grupos que atuam na cena local e transnacional da capoeira.

---

1 Doutor em etnologia e história pela Université de Paris Ouest Nanterre La Défense e University of Essex. Professor adjunto de antropologia e sociologia na Univates (Brasil). Desenvolve pesquisas sobre a expansão da capoeira no mundo desde 2002, é autor de diversos artigos sobre o processo de transnacionalização da capoeira e do livro "La capoeira em France et au Royaume-Uni", L'Harmattan, 2014. Os temas de interesse são as trocas globais, a transnacionalização de bens simbólicos, processos migratórios e a diáspora haitiana no Brasil. dangranada@gmail.com

A presença da capoeira

Os primeiros estudos que assinalaram a presença da prática da capoeira fora do Brasil foram estudos dedicados a compreender a imigração brasileira nos Estados Unidos (*cf.* Margolis, 1994 ; Ribeiro, 1999 ; Penha, 2001 ; Martes, 2003). Muitos dos brasileiros que emigraram em busca de melhores condições de vida e trabalho durante os anos 1980 e 2000 levaram em suas bagagens a prática da capoeira, ou descobriram, uma vez fora do Brasil a possibilidade de ganhar a vida mantendo contato com uma prática do país de origem.

A emigração dos brasileiros para os Estados Unidos é um movimento migratório caracterizado, entre outros, pela importância dada às redes transnacionais estabelecidas pelos brasileiros na explicação do fenômeno (Martes, 1999 ; Margolis, 2003 ; Patarra, 2005). Uma pesquisa realizada em Boston em 1995 demonstra que os brasileiros que optavam por emigrar para os Estados Unidos partiam em busca de oportunidades de trabalho que lhes era negada no Brasil (Sales, 1999: 33). A emigração de brasileiros para aquele país seria uma emigração de "classe média", porque para que ela se efetive são necessários pelo menos os recursos que garantam a compra das passagens de avião (Sales, 2005).

A crise econômica dos anos 1980 no Brasil, chamada a "década perdida", é vista como o fator decisivo que desencadeia a emigração de brasileiros. Sales (1999: 28) acrescenta o fator político associado principalmente às esperanças e desilusões do período da redemocratização do país, marcado pelo fracasso de diversos planos econômicos, aumento do desemprego e da inflação. Patarra (2005) explora a heterogeneidade dos movimentos migratórios a partir do Brasil e para o Brasil, ela assinala a existência de diversos fenômenos e diversos grupos sociais que emigram. A autora acentua a necessidade de levar em conta na explicação dos fenômenos migratórios do Brasil contemporâneo a importância da circularidade destes movimentos, bem como, as redes sociais que se constituem e se reforçam (Patarra, 2005: 25-26).

Nos estudos sobre Brasileiros nos Estados Unidos, a capoeira, o samba e a batucada são frequentemente apresentados como manifestações de "brasilidade" ou "afro-brasilidade". Entretanto, alguns destes estudos concluíram que a participação de brasileiros não era muito representativa em número de praticantes dentro destes grupos (Margolis, 1994: 307). Os grupos de capoeira e de batucada são, fora do Brasil, grupos de expressão de brasilidade que na maior parte não são compostos por brasileiros. Em geral somente o professor e um pequeno número de brasileiros integram estes grupos, apesar da grande presença de brasileiros nos Estados Unidos. Margolis (1994) interpreta a pouca presença de brasileiros nestes grupos como um exemplo da falta de laços comunitários entre eles, ou falta de interesse dos brasileiros nas práticas de seu país. Entretanto, o que é interpretado pela autora como falta de engajamentos da parte dos brasileiros, se mostrou durante a pesquisa de campo como uma das características centrais do processo de implantação da capoeira fora do Brasil. Durante minha pesquisa de campo a maior parte dos praticantes de capoeira nos grupos estudados na França e no Reino Unido, era de não brasileiros. De maneira geral o número de brasileiros não é muito expressivo nos grupos de capoeira fora do Brasil, mesmo em cidades como Paris e Londres onde a imigração brasileira é considerável.

Após esta primeira vaga de estudos sobre a imigração brasileira nos Estados Unidos, dois estudos foram dedicados à análise da prática da capoeira e de sua apropriação fora do Brasil: os estudos pioneiros de Travassos (2000) sobre a capoeira nos Estados Unidos e de Vassalo (2001) sobre a capoeira na França.

As teorias sobre as migrações internacionais ocupam um lugar central na explicação da expansão da capoeira fora do Brasil. Trabalhos como o de Aceti (2011) sobre a expansão da capoeira na Europa, bem como os estudos de Guizardi (2011) que trata da capoeira na Espanha e em Madrid, mostram a importância atribuída às teorias sobre imigração para explicar a expansão da capoeira na Europa. Entretanto a perspectiva das migrações internacionais apresenta dois problemas centrais. Primeiro, o quadro assimilacionista (Capone, 2010: 236-237) destes estudos pode ser questionado, porque é justamente através da valorização positiva no espaço público, de um "bem cultural" do país de origem, que o capoeirista consegue sua integração no país de acolhimento. Segundo, porque não são unicamente os imigrantes brasileiros que fazem parte destes grupos, em geral somente o mestre ou professor são brasileiros, pontualmente um ou outro aluno é brasileiro. Dos grupos que estudei três tinham os professores não brasileiros, bem como a grande maioria dos alunos em Paris e Londres. Alguns grupos sendo compostos exclusivamente por não brasileiros. Não se trata de esquecer a contribuição das teorias sobre as migrações internacionais na explicação do fenômeno de expansão da capoeira fora do Brasil, mas é

necessário enquadrar o fenômeno dentro de uma perspectiva que considere a participação dos não brasileiros no processo de relocalização da prática fora do Brasil. Por relocalização entendemos o processo de apropriação e a capacidade de ação (*agency*) dos praticantes, no sentido de aclimatar a prática ao novo contexto, transformando-a em versões locais e regionais adaptadas e apropriadas criativamente dentro dos contextos nos quais os agentes operam.

Diferentes etapas da expansão da capoeira fora do Brasil

O primeiro momento da expansão da capoeira fora do Brasil está ligado à apropriação da prática por grupos folclóricos compostos por brasileiros que partiam em turnê para apresentações (Assunção, 2005: 186-189). Assunção assinala que o primeiro capoeiristas a se apresentar fora do Brasil tenha sido Mestre Arthur Emídio. Alguns anos mais tarde será Nestor capoeira o primeiro a dar aulas de capoeira no velho continente por volta de 1970 em uma escola de dança de Londres (Assunção, 2005: 187-8).

Com o passar dos anos o número de escolas de capoeira se multiplica, assim com o número de praticantes. Se atualmente o número de grupos e de praticantes é bastante elevado, no início dos anos 1980 não era difícil para os aventureiros se afirmarem como professores de capoeira mesmo com pouco conhecimento da prática. Muitos destes praticantes vão ficar conhecidos como "capoeiristas do avião", ou seja, aqueles que descobriram uma vez no exterior que seria possível viver da prática da capoeira. A segunda leva de capoeiristas se situa por volta de meados dos anos 1990, estes novos aventureiros já possuem experiência com a capoeira no Brasil e sabem das histórias de sucesso de alguns de seus pares que conseguiram sobreviver através do ensino da capoeira no exterior. Esta segunda vaga vai proporcionar o aumento do controle pelos pares sobre o "mercado da capoeira" fora do Brasil, tornando mais e mais difícil para que os aventureiros se imponham neste novo contexto.

A terceira vaga da expansão da capoeira está diretamente associada aos praticantes locais, são eles que muitas vezes convidam os capoeiristas a vir se instalar fora do Brasil. A aliança com os praticantes locais é fundamental para o sucesso da instalação dos brasileiros, os alunos locais desempenham um papel de verdadeiros intérpretes e tradutores da prática para o contexto local. Não é raro que os brasileiros encontrem namoradas no interior dos grupos, estas namoradas vão desempenhar um papel central na organização dos grupos, exercendo um papel de secretariado e frequentemente alojando o capoeiristas e pagando suas contas, como explica Aceti (2011: 441). No caso dos praticantes locais se lançarem como professores de capoeira é fundamental que eles tenham alguma ligação com mestres ou grupos brasileiros, que os validam enquanto praticantes legítimos de capoeira. Deste modo o praticante local é autorizado a dar aulas, mas deve, por outro lado periodicamente organizar oficinas e convidar os mestres de sua escola para vir participar.

Apropriação da capoeira fora do Brasil

Os grupos ou rodas de capoeira são apenas a face mais evidente do processo de expansão da prática fora do Brasil, assim é possível identificar dois níveis do processo de expansão da capoeira fora do Brasil, um nível micro que se relaciona com a transnacionalização e se refere à escala dos indivíduos (Hannerz, 1996: 6) e grupos que a praticam e outra associada à globalização que indica os processos mais amplos de difusão de imagens e narrativas diversas sobre a capoeira através da mídia e outros veículos de comunicação (*cf.* Granada, 2008).

A capoeira tem sido fonte fecunda de inspiração para diferentes tipos de produções artísticas e midiáticas. Ao nível das apropriações e criações dos indivíduos e grupos existem experiências que transcendem o espaço "tradicional" da roda de capoeira e procuram inserir a prática dentro de contextos mais amplos, principalmente relacionados com o teatro e a dança. A pesquisa conduzida entre 2009 e 2011 coloca em evidência a apropriação e relocalização da prática da capoeira no Reino Unido, três casos exemplares foram selecionados em razão de suas características associadas à criatividade e capacidade de ação dos indivíduos e grupos. Eles foram resumidos e colocados em evidência neste trabalho.

London School of Capoeira (LSC)

No Reino Unido as experimentações realizadas com o teatro e dança têm sido frequentes e conseguem atrair bom público. No caso da LSC dirigida pelos Mestres Sylvia e Marcos os espetáculos associando capoeira e dança possuem uma longa trajetória. Desde o princípio das atividades de dança e capoeira fizeram parte da trajetória de Mestre Sylvia. Esta experiência pessoal se reflete no seu grupo desde a sua criação. Sylvia conta ter começado a ensinar capoeira na escola de dança The Place em Londres em 1988. Em 1993 eles decidem criar uma companhia de dança, a Passo Co., desde então criaram oito espetáculos e participaram de diversos comerciais para a televisão. Apesar do sucesso conquistado no Reino Unido, Sylvia lamenta que atualmente um dos grande eventos de seu grupo está perdendo espaço e importância. Ela explica que em 2004, quando o grupo realizou seu festival anual, o batizado dos alunos, eles tinham alugado um teatro de seiscentos lugares durante duas noites, para as quais os ingressos foram todos vendidos com antecedência, entretanto em 2012 eles alugaram uma sala de 150 lugares para apenas uma noite. Segundo Sylvia a redução no público se explica pela presença de outros grupos no mercado da capoeira londrina, para ela os grupos que realizam espetáculos de baixa qualidade são os responsáveis pela desvalorização dos espetáculos que mesclam dança e capoeira. O depoimento de Sylvia demonstra que a presença de outros concorrentes no mercado local da capoeira pode não ser apreciada do ponto de vista daqueles que se encontram a mais tempo no local.

Grupo Kabula

Outro grupo que realiza experiências fazendo a capoeira dialogar com outras modalidades artísticas é o grupo de capoeira Kabula, dirigido por Mestre Carlão. Formado nos grupos de capoeira angola entre Niterói e Rio de Janeiro a trajetória de Carlão é marcada por uma ligação com o meio universitário, principalmente na Universidade Federal Fluminense de Niterói – RJ. Esta ligação fez com que seu grupo tivesse um grande número de estudantes de graduação e mestrado entre seus integrantes, estes alunos influenciaram os rumos do grupo propondo uma série de atividades além da capoeira. No ano de 1996 Carlão, que na época era professor de capoeira, parte pela primeira vez do Brasil para Londres para fazer um mestrado em arte e performance na Queen Mary University of London sobre o tema da capoeira. Ele decide então criar o grupo de capoeira Brincadeira de Angola, começa a dar aulas e recebe um grupo de alunos ligados ao teatro, entre eles Greg Hicks, ator da Royal Company of Shakespeare. Greg vai ter um papel influente na trajetória de Carlão e na formação do grupo em Londres, o que demonstra a importância dos praticantes locais no processo de expansão da capoeira fora do Brasil.

Greg foi um dos primeiros alunos de Carlão, ele é atualmente um dos principais intérpretes de Shakespeare. Quando realizamos a entrevista em 2010, ele atuava no papel principal de Rei Lear em Londres e Nova Iorque. Na época Greg explicava conhecer Carlão há mais de treze anos e manter uma grande amizade com ele, pois tinham inclusive morado juntos por anos em Londres. O contato de Greg com a capoeira foi marcante, ele afirma que juntamente com Carlão eles desenvolveram um método utilizando a capoeira para auxiliar a interpretar Shakespeare no teatro. Segundo Greg, este método é único e original, na época da entrevista este método já havia sido aplicado em Madrid e Londres, em trabalhos dirigido a atores de teatro. Ele acrescenta que se dedica a desenvolver e aperfeiçoar esta técnica e que a utiliza no cotidiano de seu trabalho de ator. Antes de entrar em cena ele se prepara realizando movimentos de capoeira, ele canta as músicas e incentiva os atores do grupo a seguir seus passos no aquecimento. Segundo Greg, ele e Carlão discutiram muito sobre as possibilidades de utilização da capoeira enquanto preparação de atores e com relação ao desempenho em cena com o objetivo de fazer o ator "jogar" em cena, o que para ele é totalmente inovador, em suas próprias palavras:

> Eu acredito que aquilo que você encontra na capoeira, o dialogo conectado, a ligação com a arte, a pergunta, a enganação, a malandragem, o companheirismo, a qualidade, o desafio, a decepção... todas estas coisas você encontra em uma peça de teatro. Então eu realmente creio nisso. Eu trabalho em uma companhia de teatro muito

> tradicional e estabelecida. O Royal Shakespeare Company é a melhor companhia de Shakespeare no mundo, então não é fácil despertá-los com a capoeira. Nós fizemos muitos workshops lá. Nós fizemos durante os anos talvez seis a oito vezes.

A apropriação da capoeira e sua relocalização operada por Greg em seu trabalho de artista de alto nível o fez influenciar uma das companhias mais "tradicionais" de teatro. Mas outras atividades também são fruto da influência de Greg, ele está por exemplo, na origem da peça *In Blood*, que eles apresentaram no teatro Arcola em 2009, onde a capoeira fazia parte do enredo da peça e outros membros do grupo atuavam. A influência de Greg e seu auxílio proporcionaram a Carlão outros espaços de inserção da prática da capoeira que vão além do espaço de treinamento do grupo e seus praticantes, estabelecendo um diálogo entre ela e outras formas artísticas. Em junho de 2011, em um festival de dança em Manchester Mestre Carlão realizou uma série de oficinas de capoeira para dançarinos, dentre as atividades que foram realizadas por ele estava a realização de performances utilizando os movimentos da capoeira em parceria com um aluno Sébastien, de um grupo de capoeira local.

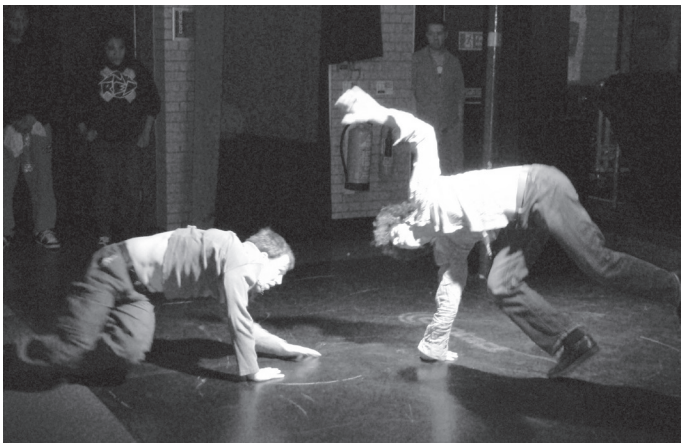

Figura 1: Mestre Carlão (direita) e Sébastien, performance, Manchester 2011

© Daniel Granada

Além destas performances Carlão participou de uma atividade dentro do festival enquanto percussionista. Se tratava de um duelo de dança contemporânea entre bailarinos locais e outros que se encontravam em Los Angeles na Califórnia, realizada com o auxílio do programa Skype a dança e a música eram apresentadas em conjunto entre os praticantes de ambos os locais. Enquanto alguns dançavam no palco, as imagens dos outros dançarinos era projetada em uma tela translúcida posta frete ao palco, simultaneamente os dançarinos interagiam. A possibilidade de associar a capoeira a dança e teatro permite novas inserções da capoeira. Estas atividades, fruto da inventividade do Mestre e de seus alunos, exprimem a vontade de Carlão de expandir a prática da capoeira para outros praticantes dentro do processo de relocalização da prática fora do Brasil.

Grupo Cordão de Ouro Londres

O caso da apropriação feita pelo grupo CDOL se liga de maneira importante ao líder do grupo Mestre Poncianinho. Filho de pai mestre de capoeira e mãe bailarina, Poncianinho tem sua vida profundamente associada à capoeira, a tal ponto que quando perguntamos como a capoeira modificou sua vida ele responde que a capoeira sempre fez parte dela. Poncianinho trabalhava em navios cruzeiros fazendo espetáculos e performances para turistas como capoeirista, foi numa destas viagens que ele conheceu uma jovem inglesa que viria a se tornar sua companheira. É razão deste encontro que ele decide partir para Londres. No ano de 2000, Poncianinho se instala na cidade, segundo ele sem a intenção de trabalhar com a capoeira. Pouco a pouco, frequentando as rodas, os alunos de outros grupos começam a solicitar a ele para dar aulas. É assim que Poncianinho afirma que

seu grupo começou, quase por acaso. A ascensão do jovem capoeirista no mercado local foi rápida. Seu estilo adaptável fez com que logo ele conseguisse um papel de destaque face aos outros capoeiristas que estavam há mais tempo no país.
O momento de maior notoriedade de seu grupo foi após ele ter sido selecionado para realizar a gravação da nova marca do canal televisivo da BBC de Londres. A rede de televisão queria modificar a antiga marca de um globo terrestre, considerada velha e desatualizada. Neste sentido a capoeira é relocalizada pela BBC One para promover sua imagem "multicultural". Não apenas a capoeira, mas oito novos "idents" foram preparados com outros tipos performances como jogadores de basquete em cadeiras de roda, dançarinos de break dance, de salsa, ballet, jogadores de rugby fazendo o haka, meninas em uma rave e acrobatas. Todas estas performances visavam traduzir a nova imagem da BBC One e substituir o globo, que simbolizou a marca durante quase quarenta anos. Os novos "idents" foram apresentados quarenta vezes por dia entre março de 2002 e agosto de 2005, é preciso assinalar que em 2002 a audiência do canal era de 81 por cento da população do Reino Unido (The Guardian, 2002).

Figura 2: BBC "Idents" Capoeira 2002

Poncianinho afirma que é a partir dos "Idents" que os ingleses passaram a se interessar pela capoeira, neste sentido seu trabalho teria auxiliado bastante a difusão da capoeira no país. Na esteira do sucesso dos "Idents", Poncianinho participou a seguir de um dos filmes de Harry Potter (Harry Potter e o Calice de Fogo, 2005). Esta inserção na mídia reforça o trabalho que ele realiza nas salas de dança em Londres. Poncianinho trabalha sete dias por semana dando aulas em diferentes locais da cidade, alguns destes são escolas de dança bastante conhecidas como The Place e The Danse Attic, que fica no bairro de Chelsea em Londres.
Juntamente com seus alunos Poncianinho promove espetáculos associando a dança e a capoeira, estes espetáculos são dirigidos por ele mesmo e contam com a participação de seus alunos como dançarinos. Outros espetáculos e performances são realizadas em diferentes bares da cidade. Barish, que treina com Poncianinho há mais de dez anos afirma que juntamente com outros colegas realizam espetáculos de capoeira nos bares, conta com humor que nenhum daqueles que se apresentam é brasileiro, mas ele se sente um brasileiro por adesão e se diz muito feliz de poder representar a "cultura brasileira" em Londres.

Considerações finais

Se o Brasil ainda permanece a terra mítica da capoeira, a expansão da prática não repousa mais exclusivamente sobre um movimento migratório. Os capoeiristas europeus são cada vez mais numerosos, eles dirigem grupos e se apropriam da capoeira. O papel crescente dos capoeiristas locais não brasileiros vem sendo progressivamente reconhecido pelos mestres brasileiros a través do reconhecimento de treneis, instrutores

professores, contramestres e mestres. Os capoeiristas locais operam uma verdadeira interpretação e tradução da prática da capoeira ao contexto local, o que torna evidente que a prática da capoeira é apropriada e relocalizada criativamente pelos seus praticantes, dando lugar a novas interpretações e aplicações da prática afro-brasileira. Os casos apresentados acima demonstram a capacidade de ação (*agency*) dos atores no processo de relocalização da capoeira. Fora do Brasil é preciso inventar e adaptar a prática para uma inserção mais vantajosa no "mercado de produtos étnicos" já bem diversificado em metrópoles mundiais como Londres.
O que a experiência da expansão da capoeira deixa claro é a possibilidade de reinvenção e negociação com novos contextos, nos quais as alianças com praticantes locais se mostram com potencialidade criativa. Portanto é a partir da capacidade de adaptação e da liberdade criativa que os grupos de capoeira organizam novas formas de praticar a capoeira dialogando com a música, a televisão, o cinema, a dança e o teatro em um processo que está em constante construção.

Bibliografia

ACETI, M. (2010), "Ethnographie multi-située de la capoeira : de la diffusion d'une pratique «sportive» afro-brésilienne à un rituel d'énergie interculturel". *Ethnographiques.org,* 20, Disponível em http://www.ethnographiques.org/../2010/Aceti, [consultado em 20-10-2010].

_____ (2011), *Devenir et rester capoeiriste en Europe. Transmissions interculturelles et mondialité de la capoeira Afro-Brésilienne.* Tese de doutoramento, Besançon:Laboratoire de Sociologie et d'Anthropologie, Université de Franche Comté.

ANDERSON, S. (2001), "Practicing Children". *Journal of Sport and Social Issues*, 25(3), pp. 229-250.

ASSUNÇÃO, M. R. (2005), *Capoeira: The History of an Afro-Brazilian Martial Art,* London: Routledge.

BOURDIEU, P. (2002 [1982]), *Questions de Sociologie*, Paris: Éditions de Minuit.

CAPONE, S. (2010), "Religions « en migration » : De l'étude des migrations internationales à l'approche transnationale". *Autrepart*, 4a (56), pp. 235-259.

FERREIRA, D. G. S. (2008), "Adaptação em Movimento: O processo de "transnacionalização" da capoeira na França", *Revista Antropolitica*, 24.

_____. (2009) Contemporary capoeira narratives in commercial advertisements in France and the United Kingdom. Conference Capoeira from regional to global, University of Essex.

GLICK SCHILLER, N., LEVITT, P., (2004), "Conceptualizing Simultaneity: A Transnational Social Field Perspective on Society". *International Migration Review*, 38 (3), pp.1002-1039.

GRAVINA, H. (2010), *Por cima do mar eu vim, por cima do mar eu vou voltar*. Tese de doutoramento, Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GUIZARDI, M. L. (2011), *Todo lo que la boca come. Flujos, rupturas y fricciones de la capoeira en Madrid*. Tese de doutoramento, Madrid: Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Autonoma de Madrid.

HANNERZ, U (1996), *Transnational Connections*, London: Routledge.

HYTNER, J. (2002), "The Old lady gets a makeover". *The Guardian*. [réf. du 8 avril 2002]. Disponivel em http://www.theguardian.co.uk, [consultado em 19-10-2010].

JOSEPH, J. "″Going to Brazil″: transnational and corporal movements of a Canadian-Brazilian martial arts community". *Global Networks,* 8 (2), pp.194-213.

_____ (2008), "The Logical Paradox of the Cultural Comodity: Selling an "Authentic" Afro-Brazilian Martial Art in Canada". *Sociology of Sport Journal,* a (25), pp.498-515.

MARCUS, G. (1995), "Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography". *Annual Review of Anthropology*, 24, pp. 95-117.

_____ (2002), "Au-delà de Malinowski et après Writing Culture : à propos du futur de l'anthropologie culturelle et du malaise de l'ethnographie". *Ethnographiques.org*, 1, Disponível em http://www.ethnographiques.org/2002/Marcus.html, consultado em 13 de março de 2011.

MARGOLIS, M. (1994), *Little Brazil: Imigrantes brasileiros em Nova York*. Campinas: Papirus.

_____ (2003), "Na virada do milênio a imigração brasileira para os Estados Unidos". In A. C. B. MARTES, S. FLEISCHER (eds.), *Fronteiras Cruzadas*, São Paulo: Paz e Terra, pp. 51-72.

MARTES, A. C. B. (1999), *Brasileiros nos Estados Unidos – um estudo sobre imigrantes em Massachusetts,* São Paulo: Paz e Terra.

_____ (2003), "Raça e etnicidade – Opções e Constrangimentos". In A. C. B. MARTES, S. FLEISCHER (eds.), *Fronteiras Cruzadas*, São Paulo: Paz e Terra, pp. 73-98.

MAUSS, M. (2004 [1950]) "*Sociologie et Anthropologie*". Paris : Presses Universitaires de France.

PATARRA, N. L. (2005), "Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo". *São Paulo em Perspectiva*, 19(3), pp. 23-33.

PENHA, M. M. (2001), "African Heritage and National Representation: Two cases of Brasilidade in New York City". *Raízes e Rumos*, 7, pp.372-388.

REIS, R. R., SALES, T. (org.) (1999), *Cenas de um Brasil migrante*, São Paulo: Boitempo.

RIBEIRO, G. L. (1999) "O que faz o Brasil, Brazil: Jogos identitários em São Francisco". In *Cenas do Brasil Migrante,* São Paulo: Boitempo, pp.45-85.

TRAVASSOS, S. D. (2000), *Capoeira, difusão e metamorfoses culturais entre Brasil e Estados Unidos*. Tese de doutoramento, Rio de Janeiro: Programa de Pós,graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

VASSALLO, S. P (2001), *Ethnicité, tradition et pouvoir : le jeu de la capoeira à Rio de Janeiro et à Paris.* Tese de doutoramento, Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales.

Direito humano à educação e migrações internacionais: reflexões a partir do caso dos estudantes bolivianos nas escolas de São Paulo

Giovanna Modé Magalhães
Doutoranda Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
giovannamode@hotmail.com

Resumo: Nesta comunicação, nosso objetivo é apresentar os resultados de pesquisa realizada na cidade de São Paulo sobre os imigrantes bolivianos nas escolas públicas e, a partir dos dados encontrados, propor um diálogo entre educação, direitos humanos e migrações internacionais. O estudo se inseriu no ponto de encontro entre dois debates globais contemporâneos: de um lado, os que envolvem a complexidade das migrações internacionais e, de outro, os que tratam das tensões relativas à *universalização* de direitos em sociedades desiguais e discriminatórias. Em particular, serão destacadas reflexões sobre o lugar do imigrante nas discussões que abordam a questão da alteridade e as relacionadas tensões entre igualdade e diferenças. Ao longo da pesquisa, percorremos a literatura contemporânea sobre migrações internacionais e sua interface com o campo dos Direitos Humanos. Além disso, foram realizadas visitas a escolas e entrevistas a estudantes, professores, diretores e mães de alunos imigrantes.

Palavras chave: migrações, educação, direitos humanos, bolivianos.

Esta comunicação pretende compartilhar alguns aspectos de pesquisa[1] realizada na cidade de São Paulo sobre os imigrantes bolivianos nas escolas públicas, a qual tratou de maneira abrangente da realização dos direitos educativos destas populações, abordando múltiplas perspectivas. Aqui, daremos ênfase às reflexões sobre o lugar do imigrante nas discussões que abordam a questão da alteridade e as relacionadas tensões entre igualdade e diferenças, relacionando tais abordagens com a situação encontrada na pesquisa. Indagaremos, em particular, *se* e *como* os/as imigrantes bolivianos/as estão inseridos nos sistemas educativos, como constroem a relação com a comunidade escolar local, quais as características que têm marcado essa trajetória escolar e qual o sentido dessa passagem pela escola brasileira para eles e elas. Esse direito universalmente consagrado para *todas* as pessoas tem sido realizado nesse caso?

A atualização do direito humano à educação em diferentes instrumentos internacionais que sucederam à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 mostra que a realização plena deste direito transcende o acesso à escola e envolve não só questões ligadas à aprendizagem como também ao seu sentido. Em sua Observação Geral n°. 13 sobre o Direito à Educação, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DESC) das Nações Unidas afirma, em 1999, alguns critérios para a realização dos direitos educativos[2]. De acordo com este documento, o direito à educação se realiza quando a educação está disponível, acessível, aceitável e adaptável. Disponível no sentido de que haja instituições e programas de ensino em quantidade suficiente; acessível, sem obstáculos econômicos, legais ou discriminatórios; aceitável, contando com padrões mínimos de qualidade; e adaptável em relação à flexibilidade capaz de responder às necessidades dos estudantes, nos mais diferentes contextos sociais e culturais. Essa proposta ficou conhecida internacionalmente como o modelo dos "4 As" (por sua sigla em inglês: *available, accessible, acceptable, adaptable*) e vem progressivamente sendo debatida e atualizada por autores e organismos internacionais como uma forma de se verificar a realização deste direito.

---

1 Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, ver MAGALHÃES, G. M. (2010) e publicação em MAGALHÃES, G.M. & SCHILLING, F. (2012).

2 Por sugestão da então relatora especial da ONU para o direito à educação, Katarina Tomasevski, pioneira a ocupar este cargo, com mandato que se estendeu de 1998 a 2004.

De maneira geral, os e as imigrantes nos mais diversos contextos têm esbarrado em violações ligadas à acessibilidade (toda a questão de documentação exigida como uma evidente barreira), bem como de aceitabilidade (não é aceitável uma educação que discrimina) e adaptabilidade (diferenças que estão sendo ignoradas, a começar pela linguística). Nesse sentido, olharemos especificamente para estas duas últimas dimensões no caso da população boliviana em São Paulo, buscando compreender como a questão da alteridade e da diferença vem sendo tratada nesse contexto.

Um dos eixos de análise da pesquisa era justamente observar a relação entre os e as imigrantes bolivianos/as e suas famílias com a comunidade escolar local – direção, professores/as, e outros alunos/as não estrangeiros. Entender alguns pormenores do processo de diálogo e integração. As conversas exploratórias iniciais haviam mostrado uma tensão envolvendo a questão da diferença, havendo relatos de discriminação e indícios de violência; seria importante observar se isso procedia, se ocorria dentro da escola e, mais que isso, se a escola por sua vez estaria de alguma maneira mediando essa tensão.

Contexto local e os novos fluxos migratórios

São Paulo está entre as grandes cidades receptoras de imigrantes. Sua dinâmica atual continua atraindo não só brasileiros/as de diversos outros estados mas também estrangeiros, de uma maneira, no entanto, distinta das grandes migrações que caracterizaram o século 19 e a primeira metade do século 20. Com novos contornos e inserida em um contexto global bastante diferente, a metrópole tem como um dos notáveis fluxos de pessoas aquele originado nos países vizinhos latino-americanos. Dentre estes, o maior, segundo a nacionalidade, é o de bolivianos/as, que se sobressai tanto nas estatísticas oficiais como nas estimativas de pessoas em situação irregular[3], ou seja, sem a documentação necessária para viver e trabalhar em território brasileiro.

Em geral, trata-se de uma migração de pessoas em busca de trabalho e um dos motores, nesse sentido, foi o desenvolvimento de oficinas têxteis na cidade – estima-se hoje entre 10 e 12 mil delas concentradas principalmente na região central. São homens, mulheres, jovens, crianças, idosos, cujas condições de vida já foram objeto de denúncias públicas, envolvendo exploração de mão de obra barata e trabalho infantil. Na rede municipal de ensino paulistana, existem 1.446 alunos e alunas nascidos na Bolívia (dados de 2009), além dos que estão matriculados na rede estadual[4] e dos que estão em idade escolar e fora de qualquer escola.

Além da pesquisa bibliográfica interdisciplinar, levantamento sobre o tema na mídia, análise de documentos públicos e da normativa nacional e internacional, realizamos visitas aos principais locais de sociabilidade dos bolivianos/as em São Paulo. Percorremos, ainda, diversas instituições – a maioria de caráter não-governamental – que conformam uma espécie de rede de apoio aos e às imigrantes bolivianos/as em São Paulo. Foram de grande valia os relatos, acervos e registros dessas organizações[5]. Finalmente, fizemos as entrevistas com atores da comunidade educativa: professores, direção, pais, estudantes.

---

3 A dimensão da população boliviana que vive no Brasil varia de acordo com a fonte. Os dados do Censo 2000 contabilizaram 20.015 bolivianos vivendo em território brasileiro. Já a Polícia Federal falava em 32.416 pessoas regularizadas. O Consulado da Bolívia fala em 50 mil indocumentados, enquanto a Pastoral do Imigrante acredita que o número está entre 70 e 80 mil. O Ministério do Trabalho e Emprego tem estimativas menores – entre 10 e 30 mil. O Ministério Público fala em 200 mil bolivianos ao todo (incluindo regulares e irregulares).

4 Número não disponível.

5 Entre elas, destacam-se a Pastoral do Imigrante, a Casa do Migrante, o Centro de Estudos Migratórios (CEM), o Centro de Apoio ao Migrante (CAMI), e o Serviço Pastoral do Migrante (SPM), todas mantidas por entidades filantrópicas religiosas.

Diferenças, desigualdades, discriminação

Para a análise da situação dos imigrantes de origem boliviana nas escolas de São Paulo, diversos debates teóricos eram necessários, sendo um deles os **debates recentes sobre as diferenças culturais e suas conexões com uma sociedade desigual –** dentro e fora dos sistemas educativos, já que, neste caso, os muros da escola são uma fronteira porosa. O imigrante traz consigo suas referências, religião, idioma, costumes e, em alguns casos, como o da população boliviana em São Paulo, traz também características étnicas. Ele é, em todo caso, um sujeito diferente. Como essa diferença se manifesta no cotidiano?

Essas indagações em torno do estrangeiro travam um diálogo direto com alguns estudos sobre o reavivamento das diferenças circunscrevendo a análise nas tensões contemporâneas levantadas por Touraine (1998) quando pergunta se, de fato, poderemos viver juntos. Dialoga, por outro lado, com as novas formas de racismo discutidas por Foucault (2002) nos debates sobre o biopoder e a biopolítica.

Maffesoli (2001: 40) afirma que estranho, o errante, o nômade, assim como o estrangeiro, são figuras presentes no imaginário e permeadas por notável ambiguidade. São aqueles cuja atração pela vida aventurosa desperta curiosidade, mas, ao mesmo tempo, são os bárbaros que vêm perturbar a quietude do sedentário. Para o autor (2001: 83), essa presença estranha, na modernidade, insere-se numa dialética de enraizamento – errância, resultando numa espécie de "distância-unida": eles causam estranhamento, mas só o fazem porque já são parte.

Larrosa (2002), por sua vez, concorda que o estrangeiro seja aquele ser geralmente enigmático que não podemos ignorar tão facilmente e cuja simples presença provoca reações contraditórias, inquietantes. Por outro lado, diz este autor, o estrangeiro é também aquele que traz algum conforto na medida em que permite que nós possamos nos sentir em casa, fazendo de nós mesmos os proprietários desta casa. De tal maneira, é a figura que permite uma arrogância em nossos discursos e uma solidez em nossa própria identidade. Se a busca fosse por uma verdadeira compreensão desse estrangeiro, ela passaria por sentir a estranheza de si mesmo e não poder mais estar tão à vontade dentro de casa, passaria por um autoquestionamento e uma quebra das certezas de sua própria identidade. Diz o autor:

> El otro extranjero aparece, en un primer momento, como pura extrañeza. ¿Quién podría conocerlo realmente? Permanece indescifrable bajo la cubierta de una gentileza quizá excesiva, de una amabilidad a veces exagerada y siempre desarmante. Otras veces se muestra hosco y como replegado sobre sí mismo, construyendo en torno a su piel una barrera que nada atraviesa, lleno de aristas, exhibiendo una voluntad tozuda y encarnizada de aislamiento. ¿Quién podría acercarse a él? Amable o enfurruñado, su presencia remite constantemente a una ausencia sin fondo. Volviendo hacia nosotros su rostro opaco o su rostro falsamente transparente, su proximidad sólo señala hacia una lejanía desmedida (LARROSA, 2002: 70).

Essa perspectiva de estranhamento da qual falam Maffesoli (2001) e Larrosa (2002) tem marcado, de certa maneira, a recepção de imigrantes nos últimos anos e provocado debates ao seu redor. As condições como os estrangeiros migrantes foram integrados nos mais diversos países varia de acordo com as políticas locais de acolhida e com o próprio contexto histórico da chamada sociedade receptora, mas, de todo modo, não deixam de ser relações ambíguas. E não apenas os imigrantes propriamente ditos, aqueles que viveram a experiência migratória, mas também seus descendentes, filhos e filhas, aqueles que muitas vezes vivem todos os dilemas de ser um imigrante sem nunca ter migrado de fato (SAYAD, 1998).

Bauman (2008) se debruça sobre a mesma perspectiva, discutindo especialmente a chegada massiva na Europa de imigrantes das mais diversas partes. Se os que estão inseridos no mercado de trabalho ainda contam com o salvo conduto de estarem contribuindo com a economia local, como afirma um discurso facilmente detectável na contemporaneidade, os que não estão – como os refugiados, os que buscam empregos, as crianças – são alvos frequentes desse discurso ambíguo, diz o autor. São, acima de tudo, estranhos e suspeitos. Desnecessários, portanto. Poderiam ser olhados à luz do que Bauman chama de populações "supérfluas". Seriam uma espécie de "resíduo humano" sem função útil que desempenhar no país que aparecem às vezes provisoriamente, às vezes sem perspectiva alguma de volta. Os "membros tardios do clube da modernidade", lembra o autor

referindo-se aos países em vias de desenvolvimento, têm a produção em massa de refugiados como uma de suas principais indústrias (BAUMAN, 2008: 28). São aqueles que trazem aos estabelecidos, emprestando a expressão de Norbert Elias (2000), o sentimento de ameaça e os lembram das tragédias do mundo.
Ao analisar a dinâmica contemporânea nas grandes metrópoles, onde a chegada de pessoas de diferentes lugares, que falam diferentes línguas e vivem de distintas formas, Bauman (2008) afirma que "compartilhar o espaço com estrangeiros, viver perto deles sem tê-los convidado e sofrendo sua incômoda presença" é uma circunstância que resulta difícil aos habitantes das cidades. Uma certa "mixofobia" seria, segundo Bauman (2008), a reação previsível e generalizada ante a inconcebível e angustiante variedade de tipos humanos e costumes que coexistem nas ruas das cidades contemporâneas.
A tendência, nesse sentido, seria uma segregação cada vez maior, em que se isolam as pessoas julgadas inferiores a partir do ponto de vista social, o que, por sua vez, gera um medo ainda maior desse desconhecido. "Os estrangeiros tendem a parecer mais amedrontadores quanto mais distantes, desconhecidos e incompreensíveis os vemos", afirmou Bauman (2008: 35), perguntando, em seguida, qual seria a possibilidade de uma experiência compartilhada se não se compartilha o espaço de vivência?

Identidades culturais, um debate revigorado

Essa dinâmica do convívio entre imigrantes e população local pode ser inserida no debate sobre o revigoramento das identidades culturais que se observou, internacionalmente, a partir do final dos anos 60 (WIEVIORKA, 2006: 141). Por um lado, aparecem e reaparecem movimentos étnicos, regionalistas e nacionalistas. Desponta o movimento homossexual, o feminismo volta a ser uma força contestadora, a deficiência ganha outro discurso e passa a ser vista como diferença. Já a partir dos anos 1970, destacam-se outras expressões da diferença cultural que tem por característica principal conjugar demandas de reconhecimento propriamente cultural com demandas sociais.
Na prática, evidentemente, as duas tendências se misturam, conforme explica Wieviorka (2006), especialmente quando atores reivindicam a diferença cultural para fugir de um cenário de profunda exclusão e desigualdades. Nesse caso, não é raro que o racismo venha reforçar as dificuldades propriamente sociais e contribuir à resposta que constitui então a afirmação de uma identidade. Diz o autor:

> Assim, para poder suportar uma existência dolorosa, condições de trabalho no limite do intolerável, ou um salário miserável, pessoas para quem, além do mais, o engajamento político ou social está descartado, ou parece inacessível, vão atribuir a certos marcos culturais um sentido central (WIEVIORKA, 2006: 142).

Para ilustrar, usa justamente o exemplo das populações imigrantes na França, que muitas vezes voltam-se para o islã não por crença ou por partilharem dos valores e da religião de seus pais, mas porque isso lhes confere um sentido à existência numa sociedade que tende a menosprezá-los, desqualificá-los ou excluí-los. Dessa forma, a diferença cultural não permanece dissociada, ao menos de maneira duradoura, de uma temática social em que "a injustiça, as desigualdades, a queda, mas também o egoísmo de categorias mais afortunadas tem o seu lugar".
Face às demandas de reconhecimento cultural que surgiam, esse debate, até os anos 90, vai ser marcado, especialmente no mundo anglo saxão, por uma notável divisão entre dois pólos, que ficaram conhecidos como liberais e comunitários. Enquanto os primeiros representavam uma tendência assimilacionista, que demandava a dissolução dos particularismos culturais, ao menos nos espaços públicos, os segundos remetiam à tolerância aos costumes e à diferença, desde que estas não perturbassem a ordem pública. Uma terceira linha, minoritária, defendia um acordo que garantisse os direitos culturais às minorias e não simplesmente a "tolerância".
O debate sobre a integração de imigrantes de origem estrangeira na sociedade de acolhida foi um dos vetores dessa análise dicotômica. Para Touraine (1998: 226), a análise tem considerado essas duas opções opostas. A primeira delas é a *assimilação* – ou seja, uma integração facilitada ao mesmo tempo por um sistema escolar

unificado e integrador e pelo consumo de massa. Filhos de africanos de origem magrebi na França, por exemplo, passam rapidamente a identificar-se como franceses. Neste caso, destaca o autor, tanto a experiência americana como a francesa mostram que uma forte assimilação não exclui fortes reações negativas e preconceitos racistas (TOURAINE, 1998: 227). A segunda opção seria manter a população imigrada numa situação à parte ou organizada em comunidades localmente homogêneas e autocontroladas, como ocorre com os turcos na Alemanha e com as *chinatowns* nos Estados Unidos e na França. A primeira quer fundir os diferentes grupos numa unidade nacional, enquanto a segunda respeita a pluralidade, mas não estabelece comunicação entre as partes.

Boaventura de Sousa Santos trata do mesmo debate, em *A Gramática do Tempo* (2006), também separando claramente essas duas linhas predominantes das reflexões. De um lado uma perspectiva antidiferencialista, caracterizada pela negação da diferença, pela busca de cidadãos homogêneos em torno de um padrão; e de outro, uma perspectiva que chama de diferencialista, esta baseada na absolutização da diferença, no total relativismo cultural.

Santos comenta o predomínio da forma antidiferencialista da busca pela universalidade, fenômeno que foi levado ao extremo na França, por exemplo, onde o sistema educativo nacional, ao lado do direito e das forças armadas, tem sido peça central em sua aplicação (SANTOS, 2006: 292). De fato, esse debate vai influenciar de maneira decisiva os discursos educacionais do ponto de vista sociológico, especialmente no que diz respeito à educação de filhos de imigrantes. Nesse mesmo sentido, Wieviorka (2006) lembra que uma questão central era a seguinte:

> Se desejamos que nossas sociedades fabriquem cada vez mais sujeitos pessoais, capazes de construir sua própria existência como seres livres e responsáveis, o que seria preferível, quando se trata de filhos de imigrantes: educá-los no particularismo cultural de sua família e de seu meio de origem ou retirá-los o mais rápido possível dele, para permitir-lhes aceder diretamente ao universal, no caso, à cultura geral da sociedade? (WIEVIORKA, 2006: 150).

Essa dicotomia segue presente nos debates contemporâneos ao mesmo tempo em que fica evidente a necessidade de novos elementos à análise. Uma primeira modalidade de deslocamento são os novos estudos sobre hibridismo, fusão, mesclas, uma linha que afirma o não isolamento dos fenômenos culturais e identitários, mas linguagens que se misturam e se fundem constantemente, como bem mostram os estudos de Néstor García Canclini, em especial *Culturas Híbridas* (2003). Outros deslocamentos incluem, por exemplo, a inserção da noção de sujeito, como o fez Alain Touraine (1998), como veremos mais adiante.

Os estudos sobre hibridação trouxeram novas contribuições para os discursos sobre identidade e cultura. Canclini (2003: 19) define a hibridação como "processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas". Um conceito, portanto, que propõe contradições, diálogos e confrontação nas sociedades contemporânea. Para o autor, ao se intensificarem as interculturalidades migratória, econômica e midiática, vê-se não somente a fusão, a coesão, a osmose, mas também a confrontação e o diálogo. As concepções e as práticas híbridas são recursos para reconhecer o diferente e elaborar as tensões das diferenças.

O autor ilustra exemplificando dois contextos que condicionam os formatos, os estilos e as contradições específicas da hibridação: as *fronteiras* e as *grandes cidades*. Ao passo em que as fronteiras rígidas estabelecidas pelos Estados modernos se tornam porosas, poucas culturas podem ser agora descritas como unidades estáveis, com limites precisos baseados na ocupação de um território delimitado. Por outro lado, as megalópoles multilingues e multiculturais tornam-se cada vez mais centros em que a hibridação fomenta maiores conflitos e maior criatividade cultural. Como lembra o próprio autor em *Globalização Imaginada (*2003), há em nosso futuro muito mais opções que McDonalds e Macondo, recomendando o cuidado com a polarização entre a homogeneização globalizante e resistência comunitária absoluta.

Racismo renovado

Wieviorka (2006: 143) afirma que esse desenvolvimento das identidades culturais é indissociável de outro fenômeno que tem lugar nos anos 80: o surgimento de renovadas formas de racismo, agora não mais centradas na inferioridade da natureza, tal como pregava o racismo biológico do século XIX, mas sim um racismo centrado na diferença cultural. O discurso, nesse caso, é de que as vítimas são tão diferentes que são incapazes de integrar-se à sociedade, bem como de partilhar valores do grupo dominante. O aumento da chegada de diversos grupos imigrantes viria, mais uma vez, a aumentar esse debate.

Parece-nos pertinente, como um outro eixo importante para a leitura dessas novas formas de racismo, perguntarmos de que maneira estão relacionadas à noção de racismo de Estado trabalhado por Michel Foucault (2002), quando, no contexto das discussões circunscritas na *biopolítica* e no *biopoder*, trata do movimento de "fazer viver e deixar morrer". Combinada e complementar à análise da sociedade da disciplina, regida pelo controle dos corpos, Foucault debate nas aulas do Collège de France (1975-1976) a emergência de outro tipo de poder, aquele que se exerce sobre a vida, sobre as populações - essa novidade do século XVIII. A biopolítica e o biopoder ocupam-se de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, da taxa de reprodução, das demografias, uma espécie de bioregulamentação da vida pelo Estado. Enquanto a soberania se ocupava em "fazer morrer" ou "deixar viver", esse novo mecanismo de poder vai se ocupar de "fazer viver" e "deixar morrer". A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, diz Foucault. Se a disciplina como tecnologia de poder se instala já no final do século XVII e consolida-se ao longo do século XVIII, o biopoder emerge durante a segunda metade deste mesmo século XVIII.

Decorre da biopolítica e do biopoder a própria lógica moderna da "normalidade". "A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação", diz Foucault (2002). A norma é, portanto, uma característica marcante da modernidade. Controlar a sociedade significa procurar as manifestações da anormalidade para posteriormente classificar os desvios, as patologias, as deficiências, as qualidades, os vícios (VEIGA-NETO, 2001). Os "anormais", nesse sentido, vêm sendo inventados e multiplicados pela modernidade: pessoas com deficiência, psicopatas, os surdos, os cegos, os aleijados, os rebeldes, os pouco inteligentes, os estranhos, os homossexuais, os 'outros', os miseráveis. Ao classificar as anormalidades/desvios, o desafio será, a partir de técnicas de governo, normalizar e, no limite, matar.

Na obra *Em Defesa da Sociedade* (2002), Foucault expõe como a emergência do biopoder inseriu o racismo – já há muito tempo existente em nossas sociedades – como um mecanismo de Estado, como mecanismo fundamental de poder. Para o autor, o racismo é, "primeiro, o meio de introduzir, afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer" (FOUCAULT, 2002). O racismo é o mecanismo pelo qual o Estado justifica seu direito de matar, numa sociedade biopolítica, fundada na afirmação da vida. Souza e Gallo (2002), fazendo referência a esse mesmo campo de análise foucautiana, lembram que o exercício do racismo é o de um apagamento das diferenças, que são nocivas e precisam ser *eliminadas*.

> E o que é mais interessante: o direito de matar é justificado como uma afirmação da própria vida, uma vez que a eliminação do diferente, do menos dotado, do menos capaz implica a purificação da raça, o melhoramento da população como um todo. A cada um que morre, o conjunto resultante é melhor que o anterior (SOUZA e GALLO, 2002: 47).

Boaventura Sousa Santos (2006) chama de *exclusão* essa inferiorização da diferença. Trata-se de fenômeno hierárquico, de natureza social e cultural, caracterizado por sistemas de segregação. Pertence-se pela forma como se está excluído, diz o autor, recorrendo aos dispositivos de normalização foucautianos que mencionamos em que se qualifica e desqualifica um grupo ou pessoa. Neste caso, varia em cada momento e em cada sociedade a forma como se classifica um determinado grupo, dizendo se deve ser objeto de assimilação, segregação, expulsão ou, em seu extremo, extermínio.

> A distinção é feita segundo critérios através dos quais o Estado tenta validar socialmente as diferenças entre o louco e o criminoso perigoso e o não perigoso; entre o bom e o mau imigrante, entre o povo indígena bárbaro e o assimilável; entre o opositor e o comunista ou, mais recentemente, o terrorista; entre o desviante sexual tolerável e o intolerável; entre o muçulmano fundamentalista e o não fundamentalista (SOUSA SANTOS, 2006: 285).

À inferiorização das diferenças, Santos soma, na análise da modernidade ocidental, o fator da *desigualdade*, que nos parece ser uma dimensão fundamental para entendermos o lugar das discriminações vividas pelas populações migrantes. Nossa sociedade, diz o sociólogo, é marcada por um sistema hierárquico de integração social. Grande parte dos trabalhadores migrantes, nesse caso, estaria na parte inferior dessa hierarquia socioeconômica, cujo grau extremo seria o trabalho escravo. Na prática, os grupos sociais se inserem simultaneamente nos dois sistemas, através de combinações complexas. Os migrantes seriam assim subsidiários dessas duas formas de iniquidade – *desigualdade* e *exclusão*. São, antes de mais nada, vulneráveis às variações do mercado de trabalho – crises de emprego levam, por vezes, à expulsão dos imigrantes (SANTOS, 2006: 294). E mesmo quando se acolhem os imigrantes, varia a disponibilidade para reunião da família, acesso ao sistema escolar para seus filhos, e, acima de tudo, os critérios para a aquisição da nacionalidade.

Eliminar o imigrante – sua presença ou sua diferença – é uma dimensão do cenário contemporâneo percebida não só nos discursos como já traduzida em políticas e práticas, como diversos trabalhos já abordaram. A busca desesperada por uma migração controlada, que garanta a entrada apenas dos trabalhadores/as necessários à economia do país naquele determinado momento, por períodos e em condições pré-estabelecidas, já se mostrou uma equação falida. A complexidade da mobilidade internacional inclui, para além do trabalhador regularizado e suas famílias, os milhares de refugiados – ou aqueles que tentarão essa condição – ou mesmo aqueles que simplesmente se arriscarão a entrar no país sem sua permissão. Frente a esse descontrole, percebe-se pelo menos duas consequências: de um lado, fronteiras mais rígidas, que vão do endurecimento da concessão de vistos à construção de gigantescos muros físicos – e, de outro, uma deterioração da maneira como esse individuo é visto, acolhido no interior de um determinado país (Canclini, 2003).

À pergunta que deu origem ao livro de mesmo nome, *Poderemos Viver Juntos? Iguais e Diferentes*, Touraine (1998: 9) reconhece que, sim, já vivemos juntos: vemos as mesmas coisas na televisão, conhecemos as mesmas marcas mundiais, tomamos as mesmas bebidas, usamos a mesma tecnologia, participamos da mobilização da opinião pública internacional em casos notórios. No entanto, ressalta o autor, nossa comunicação se faz limitada, nos comunicamos apenas através dos signos da modernidade, sem que sejamos capazes, no entanto, de compreender os signos uns dos outros. Nesse sentido, desenha uma das perguntas centrais em nossa discussão: para além de viver juntos, como podemos combinar nossas diferenças com a unidade de determinada vida coletiva?

É no contexto desse debate que este autor propõe a *inclusão da noção de sujeito* como centro da análise e a *construção de mediações sociais mais fortes*. O sujeito, ao invés de ser visto como um indivíduo dividido entre um consumidor ou um membro fiel da comunidade, deve ser considerado como alguém que manifesta resistência, desejo de individualidade, reconhecimento de si mesmo em cada comportamento e em cada relação social, que não está totalmente vulnerável nem às leis do mercado nem às ordens da comunidade.

De maneira complementar, o autor mostra a preocupação com a renovação da figura moderna da democracia, afirmando que é preciso ao mesmo tempo reconhecer o pluralismo e manter regras de direito universalista (TOURAINE, 1998: 63). "A convivência depende da obtenção de leis, instituições e formas de organização social cuja finalidade principal seja proteger nossa busca de viver como sujeitos de nossa própria existência", diz (1998: 190). Para o autor, a análise sociológica deve descobrir o que podem ser a liberdade, a solidariedade e a igualdade numa situação social em que "o lugar central, o do príncipe, está vazio, onde a sala do trono é varrida por correntes de ar e invadida por bandos de espectadores e de paparazzi", afirma (1998: 20).

> Só podemos viver juntos, isto é, combinar a unidade de uma sociedade com a diversidade das personalidades e das culturas, se colocarmos a ideia de sujeito pessoal no centro de nossa reflexão e de nossa ação. O sonho de submeter todos os

> indivíduos às mesmas leis universais da razão, da religião ou da história, sempre se transformou em pesadelo, em instrumento de dominação; a renúncia a todo princípio de unidade, a aceitação de diferenças sem limites, conduz à segregação ou à guerra civil. Para sair deste dilema, este livro pinta o sujeito como combinação de uma identidade pessoal e duma cultura particular com a participação num mundo racionalizado e como afirmação, por este mesmo trabalho, de sua liberdade e sua responsabilidade. Só esta aproximação permite explicar como podemos viver juntos, iguais e diferente (TOURAINE, 1998: 25).

A discriminação dos imigrantes bolivianos em São Paulo

Todo este percurso nos debates contemporâneos relativos à diferença e às novas e renovadas formas de racismo e discriminação fornecem elementos chaves para olharmos os conflitos frente à entrada e permanência de bolivianos/as na cidade. Notamos e registramos alguns elementos que evidenciam tensões e discriminação nas ruas, nas praças, nos poucos espaços de convivência – conflitos que irão se manifestar de maneira direta dentro das escolas, nas relações com a comunidade escolar e nas trajetórias desses imigrantes. Relataremos alguns deles.

Antes da existência da feira dominical na Praça Kantuta, os bolivianos se reuniam na Praça Padre Bento, no Pari, onde ficava o ponto de encontro das tardes e noites de domingo. Entretanto, em 2002, os moradores daquele bairro fizeram um abaixo-assinado pedindo à prefeitura a expulsão dos bolivianos do local, e colocaram uma placa "A praça é nossa! Exigimos respeito. Estamos aqui há mais de 100 anos". Alegavam que a região havia deixado de ser "um lugar tranquilo e familiar" por conta da presença desses estrangeiros. Em razão disso, a prefeitura conseguiu, naquele mesmo ano, o novo local para os encontros.

Outras manifestações alarmantes – e de certa forma representativas dos diversos discursos existentes em torno da comunidade local – encontramos nos meios de comunicação eletrônicos, provocadas por algumas noticias de iniciativas que acolhiam mulheres bolivianas nas maternidades paulistanas, como "Maternidade de SP cria projeto especial para mães bolivianas"[6], reportagem em que se relata o caso do Hospital Leonor Mendes, na Zona Leste, que, frente ao recebimento de bolivianas grávidas, desenvolveu ações pontuais como capacitação em espanhol para os atendentes e permitiu a presença de um grupo voluntário que orientava as imigrantes explicando principalmente que se procurassem o hospital não seriam deportadas como pensavam até então. Diante da nota, encontramos o seguinte comentário publicado na Internet:

> Sáb, 03/01/09 15:32, Anônimo
> Faça-me o favor! Pagar imposto para sustentar estrangeiro ilegal? Vou votar nulo eternamente e só voto no sujeito que determinar que para ter direito aos serviços públicos de São Paulo (educação e saúde) deverá ser nascido aqui ou comprovar um mínimo de cinco anos de trabalho registrado aqui. Que palhaçada fazem com nosso dinheiro! E para darem mais cria! Para exigirem creche, merenda, vales diversos! E os trouxa pagando! Futuramente, mais prisões sempre abarrotadas. Nossos governos estão matando a galinha dos ovos de ouro.

A tensão aqui percebida remete à discussão que fizemos anteriormente, em que Bauman (2005: 26) nos lembra o desafio das cidades, que se tornam cada vez mais lugares repletos de desconhecidos que convivem em estreita proximidade. "Surge o medo do desconhecido, do estrangeiro indesejável", diz o autor. E como seria possível reverter esse quadro se os locais de convivência são limitados? Se um não conhece nem reconhece o outro?

---

6 GONÇALVES, Alexandre. **Maternidade de SP cria projeto especial para mães bolivianas**. Agência Estado. 14/01/2009.

Cada vez mais muros, divisões, guetos, fronteiras. A escola passa a ser, mais do que nunca, um dos únicos e possíveis locais de encontro: os vizinhos que não se falam, as pessoas que estranham a feira dominical, os que acham "absurdo" as gestantes bolivianas terem atendimento no hospital público. Muitos dos moradores e moradoras que dividem o bairro com os imigrantes dividirão a mesma unidade escolar. Resta saber como essa dinâmica se manifesta lá dentro, e mais que isso, que tipo de mediação social, como diz Touraine, a escola estaria exercendo nesse sentido.

Entre os muros da escola

Em nossas entrevistas com pais, estudantes, professores e diretores, um de nossos objetivos era justamente verificar como se davam tais relações, perguntando se o direito à educação vinha sendo realizado particularmente em suas dimensões de aceitabilidade e adaptabilidade.

Desde o início da pesquisa uma característica se fez notar posto que reiteradamente relatada: os bolivianos eram descritos como estudantes silenciosos e, muitas vezes, invisíveis dentro das escolas. Esse silêncio e essa invisibilidade pareciam comportar muitos sentidos e ambivalências: por um lado, uma vontade de muitas pessoas de não enxergarem aqueles estrangeiros; por outro, parecia ser entendida como um não querer ser notado por parte dos próprios imigrantes.

São, assim, descritos como alunos que falam baixo, silenciosos, tímidos. Pouco notados, pouco percebidos. Essa descrição era comum na fala dos professores e dos funcionários que, em geral, mostraram não conhecer muito quem eram. O diretor D1, por exemplo, não sabia o idioma que os alunos falavam entre eles: *nunca percebi, o que sei é que falam (espanhol) com a mãe; a mãe às vezes tem mais dificuldade de português.* O professor P2 traz como uma primeira constatação a diferença que nota no comportamento das crianças: *Para nós eram diferentes por conta do comportamento que é diferente dos brasileiros. Os brasileiros são muito efusivos e os bolivianos mais retraídos, bastante mais retraídos.*

Dentro da sala de aula essa característica se expressava de maneiras diversas, como relatou a professora P1.

Eu sei que eles têm domínio do português, mas eles têm medo de se expor. Então eles falam muito pouco, falam muito baixo, tem uns que nem respondem a chamada. (...) E eles não perguntam. Eles não falam, então tem alunos que eu sei a voz porque eu vou lá e converso com ele, senão nunca escutaria. Você pergunta: "Você mora aqui na esquina" ele responde: "Não, não sei". Eles falam "não sei" para a maior parte das perguntas que você faz. (...) Daí eu fiz alguns seminários, mas ele não participava. Ele preferia ficar com "zero" do que falar.

Nas entrevistas com as mães e estudantes bolivianos, o silêncio e a timidez apareceram de duas formas: de um lado como uma qualidade, uma forma de respeito ao ambiente escolar que traz consigo uma reverência à figura do professor. Por outro lado, a mesma característica foi relatada por outros/as como um problema a ser superado: seria uma timidez responsável pela falta de defesa frente às agressões verbais cotidianas que mais tarde vivenciaram. O primeiro significado, por exemplo, aparece na fala de E5, menina boliviana de 17 anos, quando diz que:

Os professores elogiam muito nós bolivianos, a gente é bem educado na sala, a gente não briga com professor, é porque a gente estuda, tiramos notas. Aí eles (os brasileiros) ouvindo isso falam `ah, você é muito bonitinho, tem que fazer bagunça`.

Essa percepção apareceu na fala de alguns professores, que em geral reconhecem que "a maioria é formada por alunos médios ou muito bons" e arriscaram uma interpretação, ainda que com dúvidas e desconfiança, como P3: "*Acho que esse silêncio não deve ser só timidez, mas uma forma de reverência".*

A mesma fala de E5 que comentamos acima, estudante do terceiro ano do ensino médio, trouxe a segunda forma de ver essa mesma característica, quando este relatou uma situação em que teve de responder "à provocação" de colegas que mexiam com ela e com outros amigos bolivianos: *Porque eles são tímidos sabe... tem uns certos meninos que mexem com você, mas se você não falar na hora eles vão continuar mexendo, isso que eu penso*.

A mesma percepção emergiu enfaticamente na entrevista de M3, mãe, quando insistiu:

Boliviano siempre es tímido, tiene miedo a falar, no fala nada, se calla (...) É de menino que eu falava para

eles (para os filhos) que tem que saber defenderse, que tem que saber falar. Eu sempre ensino para eles que todos somos iguales. O que temos de diferente é o color, a profissão, mas somos iguales. Falo que no hay miedo. Só que as mães bolivianas não fazem isso. Não falam muito, fazem com que eles tenham medo, ficam na própria casa fechados, onde trabalha pai e mãe. [7]

Esse traço, esse notável silêncio nos conduz a outra reflexão, muito presente na conversa com professores, diretor e outras pessoas não imigrantes de dentro e de fora da escola: diz respeito ao *pouco* conhecimento que se tem sobre a população de origem boliviana que vive em São Paulo. *Não conheço, não sei bem, acho que, parece, não tenho certeza* foram expressões que recorrentemente apoiaram os entrevistados quando narravam sobre sua experiência com os estudantes bolivianos, como apareceu na entrevista da professora P1, contando sua chegada à escola:

Em todas as classes, a gente tem pelo menos um. E em geral não fica em um, são dois, três... Chega a 10% da classe. Logo que cheguei me impactou, falei: "como que tem uma comunidade dessa aqui? (...) Achei que (os demais professores) conhecessem algo sobre eles, mas aí ao longo do tempo eu vi que não, eles me disseram que havia uma feira, mas na verdade a maior parte dos professores nunca nem foi nesta feira.

A professora P1 aponta um notável incômodo cada vez que ela tenta falar sobre o tema da imigração na sala de aula. Alunos bolivianos da sexta série pedem para que não fale deles como estrangeiros.

Ficam muito incomodados. (...) Eu não sei porquê. (...) eu mesma conheço a Bolívia muito pouco, da questão dos bolivianos no Brasil também muito pouco. (...) Até tento, mas aí eu vejo que eles ficam tão incomodados. E aí um dia eu só chamei alguns "Vocês querem que eu não fale disso?" e falaram "Não quero, quero que você não fale disso, fale de outras coisas".

Outra passagem interessante do relato desta mesma professora é sobre uma experiência com a turma de oitava-série, onde tentou tratar da xenofobia e das migrações em outros países, já que muitos alunos/as – brasileiros/as neste caso – já expressaram de alguma maneira seu desejo de migrar.

Eles têm a ideia, têm o sonho de que eles vão para os Estados Unidos, e como imigrante vão chegar lá com lugar de destaque, vão ganhar a vida. (...) Então eu pergunto: "Você trata bem estrangeiro?" "Não, mas comigo vai ser diferente porque eu vou me misturar". "Não vai! Você acha que você tem a cara". E a gente fica nessa discussão. E na última aula que tivemos essa discussão, tem uma boliviana na classe, e ela ria, ria.... E ela nunca se manifestou, ela normalmente fica quieta.

Uma fala interessante para ilustrar essas ambivalências foi a de E5, de 17 anos. Conta que quando chegou, sete anos atrás, não teve dificuldades para se integrar, era a única boliviana na sala de aula naquela época e foi bem recebida pelos colegas. Entretanto, comenta de uma possível mudança nessa dinâmica nos dias de hoje, quando se fazem notar outros tantos colegas de sua nacionalidade na mesma escola.

Foi numa boa, recebi apoio de todos, porque eu era a única boliviana na sala, e um montão de brasileiros. Eles me olhavam assim e falavam "nossa, você fala espanhol?" e vinham perguntar um monte de coisas da minha cultura. Perguntavam como era lá, como era a Bolívia. E eu dizia que era um lugar bonito mas que era frio, e eles diziam "ah, eu quero ir lá". Eles foram legais, sim, diziam para qualquer problema que eu não soubesse para falar para eles. (...) Os professores foram legais também. Mas, sabe, do tempo de lá para cá mudou muita coisa. Agora tem sim um preconceito contra os bolivianos que chegam no Brasil.

Diante do desconhecimento, de um lado, e da discriminação silenciosa do outro, emergiam, não raro, indícios de um encontro de certa maneira conflituoso num dos únicos lugares onde a convivência entre imigrantes e nativos era certa, a escola.

Entre nossas perguntas iniciais, constava uma questão sobre como os filhos de imigrantes bolivianos, no caso os nascidos no Brasil, se consideravam com relação à dupla nacionalidade[8]. Havíamos percebido, na conversa com os professores, que passar a ser identificado como brasileiro era uma forma de resolver parte dos conflitos;

---

7 Optamos pela transcrição integral das entrevistas, preservando sua oralidade e possível mistura de idiomas.

8 Filhos de bolivianos nascidos no Brasil são brasileiros natos (desde que os pais não estejam a serviço do Estado boliviano), de acordo com o art. 12 da Constituição Nacional. Os filhos de genitor boliviano nascidos no Brasil também podem vir a ser bolivianos natos, segundo o art. 36 da Constituição boliviana, se forem inscritos nos consulados da Bolívia no Brasil ou pelo fato de "avecindarse en el territorio nacional" boliviano.

na visão dos professores, parecia que entrariam ali numa zona de conforto mais segura, como contou P3:
Tem alguns que você pergunta: "você é boliviano?", e ele diz "não, eu sou brasileiro, meu pai que é boliviano", como se tivesse algum problema. Como falavam os nordestinos antes.
Um dos discursos foi inclusive o da priorização do português, em especial nos lugares públicos. No caso dos descendentes nascidos no Brasil, todos os casos com quem cruzamos não tinham dúvidas: eram brasileiros antes que bolivianos. M4, mãe de uma menina de que nasceu no Brasil e hoje tem 12 anos, confirma:
Ela fala que não é boliviana, sempre fala que nasceu aqui. Ela não gosta que eu falo que ela é boliviana, eu não sei porque, pois desde pequena ela ficou com bolivianos. Uma vez falei para ela que era boliviana e ela disse que não, que quem nasce no Brasil é brasileira.
A existência de processos discriminatórios, baseados no preconceito por parte da comunidade escolar local, era uma premissa presente em nossas hipóteses iniciais, desenhada a partir de conversas exploratórias, que não apenas se confirmou como ganhou contornos maiores que prevíamos. Ainda que dificilmente aparecesse no início das entrevistas, cenas e relatos de discriminação e preconceito, em graus e dinâmicas variadas, marcaram todos os relatos, de mães e estudantes, professores e pessoas de dentro e fora da escola.
Mesmo que o tom geral da entrevista tentasse não realçar a existência de conflitos, situação exemplificada em falas como "está tudo bem, vivemos e estamos bem integrados aqui em São Paulo e na escola", como foi o caso de E5, menina de 17 anos que realmente pareceu estar satisfeita com a trajetória escolar e com as perspectivas futuras, o tema aparecia, e na grande maioria das vezes com relatos de experiências pessoais. No caso desta estudante, surgiu de relance quando narrou a dinâmica dos grupos de brasileiros e bolivianos:
São grupinhos, né, e de repente vem os brasileiros querendo saber: "o que vocês estão falando?". E nós dizemos "nada". Mas eles pensam que porque a gente está rindo, a gente está rindo deles, entendeu? Não tem nada a ver. Daí vem, às vezes briga, xinga... Daí um dia eu disse para eles "a gente contribui para o seu país".
O jovem E4, de 18 anos, que igualmente trouxe um discurso inicialmente marcado pelo "está tudo bem", sem se deter sobre os conflitos gerados por sua presença na turma de EJA de uma escola municipal, no final da entrevista revelou que não raro sofre discriminação:
Eu tenho um pouquinho de medo de errar o português e ser discriminado por isso sim, porque tem pessoas lá no Brás que falam "ei estrangeiro o que tá fazendo aqui, devia ser deportado para a Bolívia.
Na perspectiva dos professores, essa dinâmica é vista, percebida e relatada como uma discriminação explícita que se manifesta claramente nas salas de aula. Como relata a professora P1, ou o diretor D1:
Na sala de aula as crianças diziam: "ah, o Bolívia ali professor". E eu dizia, "não, esse é o Cristian, ou o Vilmar etc..", para poder ir tirando isso. (D1)
Os argumentos são os recorrentes. Que eles não deveriam estar aqui, quando eles conseguem dinheiro para ir para outros lugares, ou voltar para a Bolívia ou Argentina, dizem: `Aí que bom que eles foram (...) Por exemplo, estou lá explicando outra coisa que não tem a ver, e ele fala alguma coisa `Olha, sai da frente aí seu boliviano, porque você devia voltar para a tua terra em vez de ficar me atrapalhando`. Algo como: `Minha família mora aqui sempre e agora tem que disputar com você`. Não assim exatamente com essas palavras porque as palavras deles envolvem sempre palavrão, vários. E daí você não vê reação. (P1)
Outro professor é bem explícito:
Eles devem reproduzir o que os pais falam em casa. Parece que a relação no bairro é tensa, a relação do espaço, de como estão tomando nossos empregos. (...) Dizem: "ah, professor, eles sujam tudo, porque não voltam para o país deles? Falam que os bolivianos não tomam banho, tem essa questão. E mantém distância. (...) Às vezes me sinto despreparado também, não vou dizer que sei trabalhar com todas essas coisas que não é verdade, pois estamos falando de uma questão nova. É diferente por exemplo da questão do negro – pois eu sou negro, eu tenho uma bibliografia, já li muito até para me encontrar. Mas em relação à história da América espanhola, sou totalmente ignorante. (P3)
A possibilidade de conversar com imigrantes fora das escolas explicitaram o tema da discriminação e do preconceito e sua articulação de maneira nítida com relatos de violência física. A menina E6, que tem 19 anos e não frequenta a escola no Brasil, contou sobre o caso de seu irmão, de 7 anos. Após sofrer situações de violência e presenciar outras cenas de violência na escola onde estava, a mãe decidiu mandá-lo de volta para a Bolívia. O caso mais extremo que recolhemos foi sobre um garoto boliviano que foi agredido até morrer dentro da escola:

E6 *É que lá tinha muita discriminação. O menino trazia coisinhas assim balas, e os brasileiros tiravam dele, aí foi um dia que ele não quis dar. Acho que ele estava doente, que tinha alguma coisa no estômago, um tumor, não sei. E nesse dia eles bateram até machucar.*
M3 *– não foi uma vez, bateram várias vezes. Só que o menino falava para su mãe e su mãe tímida não falou nada, deixou o menino, não deu importância. (...) Ele (o seu filho) ficou muy traumado, tinha sete anos, e ele também apanhou.. Então cuando murió el menino, acho que fizeram reunión com los padres, mas como a mãe era boliviana ela não fez nada, não falou nada. Eu não fui até lá, foi meu filho que me contou tudo.(...) Muitos meninos bolivianos já não queriam mais ir à escola, meu filho falava "vão a bater em mi e eu vou morrer". Eu falava para ele que não, que não ia morrer, que tinha que saber defenderse. Eu fui com el, aí vino não sei se era directora ou algunas professoras, e falei para elas "mi filho no quiere venir a la escuela", que acontece? E ela disse: "aqui não aconteceu nada". E eu disse: como não, muitos meninos não querem vir, vocês tem que tener cuidado, vocês estão encargadas disso. Aí ela disse: ai não senhora, aqui está tudo bem, tivemos apenas um pequeno acidente. Falei que no era um pequeno acidente, que morreu um menino, vocês tem que tener mais cuidado. Se morreu um hoje, amanhã é outro que está morrendo. Eu pedi para ela: por favor, pongan mais atención a los meninos bolivianos mais que todo, por favor. No pasó nada.*
E6*: Acho que foi um senhor lá na escola, não sei quem era, acho que do Ministério da Educação, falar que aquilo não podia, tanta discriminação, tinha muitos pais que estavam assim contra. Alguns diziam que os bolivianos tinham que ter uma escola à parte, mas esse senhor queria unir, que todos somos iguais, falava que tinha que ser a mesma escola, eu sei porque eu fui naquela reunião depois que morreu o menino. Tinha muita discriminação antes. Agora já não tem tanta.*

Considerações finais

Neste estudo, buscamos entender *como* está sendo realizado o direito humano à educação para os e as imigrantes da Bolívia que vivem em São Paulo e um balanço inicial dessa trajetória mostrou que ainda há um logo caminho ainda a ser percorrido. Nesse trajeto, um passo importante é certamente tirar o tema da invisibilidade. Pouco se sabe sobre os bolivianos/as que estão nas escolas. São pouco notados, pouco percebidos, desconhecidos. Consequentemente, nas políticas públicas não há ações focalizadas que considerem suas especificidades em nenhuma esfera (municipal, estadual ou federal), nível ou modalidade de ensino.
A universalização do direito à educação aqui é tensionada por questões de naturezas diversas. Nesta comunicação, destacamos alguns desafios no interior das instituições escolares, olhando especificamente para a *aceitabilidade* dessa educação, exercício que trouxe elementos importantes que caracterizam um ambiente que pouco promove a aprendizagem e desafia a promoção dos direitos humanos – quando não contribui para o contrário.
De um lado, meninos e meninas sem nome, chamados de "Bolívia" pelos colegas e cuja voz é raramente ouvida pelos professores, foram descritos como calados, retraídos, silenciosos, falam pouco, participam pouco. E o que diz esse silêncio? Medo? Indiferença? Respeito à instituição escolar e reverência ao/à professor/a? São distintas possibilidades de compreensão que apareceram nos diferentes discursos.
De outro lado, colegas, professores, funcionários da escola, que sabem muito pouco sobre eles e elas. Num primeiro momento, essa presença parece despertar uma reação ambígua: parecem estar perto e longe ao mesmo tempo, mas ainda são estranhos em todo caso. E se causam estranhamento, diz Mafesolli (2001), é porque já são parte.
Isso, já dizia Sayad (1998), ocorre quando os nacionais passam a vê-los/as ali, ao lado, reivindicando qualquer coisa para além de servir como mão de obra num setor em os brasileiros/as estariam muito pouco dispostos a ocupar. Aos poucos, dividirão o mesmo espaço, em nosso caso a mesma escola, a mesma rua, o mesmo posto de saúde. Nesses (des)encontros, escutamos discursos como "estão roubando nossos trabalhos", "não atendem a nós mas atendem a eles". "por que não voltam para a Bolívia?"
Muitos reproduzem dentro da escola essa explícita relação conflituosa que estabeleceram no bairro – xingamentos, provocações, episódios de violência. A discriminação encontrada nos relatos evidencia uma relação tensa que se trava dentro da escola, com uma urgente necessidade de mediações. Pelo que pudemos

perceber nos relatos que obtivemos, essas mediações estão fragilizadas, os professores e funcionários ainda transitando sem saber o que fazer, com poucos elementos para intervir.

No que tange, finalmente, à *adaptabilidade* desse direito, os desafios parecem de magnitude particular. Como é possível considerar as especificidades de alunos e alunas que nem sequer são notados? Estudantes cujas vozes são desconhecidas de muitos professores e da comunidade escolar? Nesse ponto, o idioma é uma questão de partida a ser pensada. Percebemos que, ao menos na chegada dos e das imigrantes, ele se configura como um impeditivo é preciso primeiro "acostumar-se com o português" e só depois buscar a escola.

Por outro lado, existe a questão do idioma nativo, que mencionamos anteriormente. Que lugar deve ter o espanhol – ou no caso dos que mantém línguas indígenas – o quechua ou aymará? A escola por séculos teve um papel estratégico na consolidação de um único idioma no país, tanto no caso do português aqui como no do espanhol nos países vizinhos. No caso dos imigrantes, que lugar ocupa o idioma nativo? Deve novamente ser esquecido?

Esse "esquecimento" por parte de crianças, adolescentes e jovens pareceu ter um duplo lugar, ligado à questão da identidade. É um traço que os identifica como bolivianos ou bolivianas e, frente ao cenário de discriminação, melhor escondê-lo.

Um dos temas contemporâneos das grandes cidades é o de como compartilhar o espaço. Os imigrantes, nesse contexto de renovados deslocamentos entre países, passam a viver ali ao lado, como diz Bauman (2008: 35), sem "terem sido convidados". Esse desconhecimento tem causado, não raro, uma segregação cada vez maior e gera ainda mais estranhamento. Ao olhar para essa relação em diversos lugares do mundo, o autor constatou que "os estrangeiros tendem a parecer mais amedrontadores quanto mais distantes, desconhecidos e incompreensíveis os vemos". Em nosso estudo, exceto para grupos muito restritos, percebemos um diálogo ainda pequeno, tímido e insuficiente. A convivência nos espaços públicos é limitada, as fronteiras são reais. Não são reconhecidos, ao contrário, continuam sendo desconhecidos e estranhos.

Quebrar essa lógica, invertendo a dinâmica e provocando o reconhecimento, é um dos desafios que encontramos. Mas qual a possibilidade de uma experiência compartilhada se não se compartilha o espaço de vivência? Uma experiência que vá além de uma convivência ali lado a lado, mas numa real combinação das diferenças numa unidade de determinada vida coletiva, como indaga Touraine (1998)? A escola pública é um dos únicos e poucos espaços compartilhados, é ali que algumas barreiras deveriam ser derrubadas.

Referências

BAUMAN, Z. (2008), *Archipiélogo de Excepciones*, Madrid: Katz.

CANCLINI, N.G. (2003), *A Globalização Imaginada*, São Paulo: Iluminuras.

_____. (2003), *Culturas Híbridas* – estratégias para entrar e sair da modernidade, São Paulo: EDUSP.

ELIAS, N. (2000), *Estabelecidos e Outsiders*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

FOUCAULT, M. (2002), *Em Defesa da Sociedade*, São Paulo: Martins Fontes.

LARROSA, J. (2002), "Para que sirven los extranjeros?" In *Educação e Sociedade*, vol. 23, n.79, pp. 67-84.

MAFFESOLI, M. (2001), *Sobre o nomadismo – vagabundagens pós-modernas*, Rio de Janeiro - São Paulo: Record.

MAGALHÃES, G. M. (2010), *Fronteiras do Direito Humano à educação: um estudo sobre os imigrantes bolivianos nas escolas públicas de São Paulo*, Tese de Mestrado, São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

MAGALHÃES, G.M. & SCHILLING, F. (2012), "Imigrantes da Bolivia na escola em São Paulo: fronteiras do direito à educação", *Pró-Posições,* 23 (67), pp. 43-63.

SILVA A. (2006), "Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade". In *Dossiê Migrações,* São Paulo, 20 (57), pp. 157-170.

SOUSA S. B (2006), *A Gramática do Tempo – para uma nova cultura política*, São Paulo: Cortez.

SOUZA, R, GALLO, S. (2002), "Por que matamos o barbeiro? Reflexões preliminares sobre a paradoxal exclusão do outro", *Educação e Sociedade*, 23 (79), pp. 39-63.

SAYAD, A. (1998), *A Imigração*, São Paulo: EDUSP.

TOMASEVSKI, K. (2006), *Human Rights Obligations in Education: The 4-A Scheme*, Wolf, Nijmegen.

TOURAINE, A. (1998), *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*, Petrópolis: Vozes.

VEIGA-NETO, A. (2001), "Incluir para Excluir". In C. SKLIAR, J. LARROSA (eds.), *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*, Belo Horizonte: Autêntica, pp. 105-118.

WIEVIORKA, M. (2006), *Em que mundo viveremos?,* São Paulo: Perspectiva.

Timorenses em Portugal: Planeamento Familiar em Contexto Migratório

Helena Isabel Borges Manuel[1]

Resumo: A história de Timor-Leste, antiga colónia portuguesa e atualmente um estado independente, foi marcada por conflitos, violência e ocupação por parte de diversas potências. Ao longo do tempo ocorreram diversos fluxos migratórios, sendo Portugal um dos principais países de acolhimento. O estudo de investigação apresentado tem como objetivos descrever as representações e práticas, relativamente ao planeamento familiar, de mulheres timorenses residentes em Portugal, e identificar as principais mudanças ocorridas com a mudança de contexto sociocultural. Trata-se de um estudo qualitativo realizado com vinte mulheres timorenses, em que foi utilizada a entrevista semiestruturada como instrumento de recolha de dados. Estes foram analisados mediante a técnica da análise de conteúdo. Os resultados mostram que o processo de aculturação e de adaptação a um novo contexto social, cultural e económico das mulheres timorenses residentes em Portugal apresentou algumas dificuldades e teve consequências no seu comportamento reprodutivo. Os problemas económicos, o desempenho de novos papéis sociais e a modificação da estrutura familiar levaram à ocorrência de algumas mudanças nas suas representações e práticas de planeamento familiar, nomeadamente a redução do número desejado de filhos e o maior recurso à contraceção. A interrupção voluntária da gravidez é, em geral, desaprovada por questões de ordem religiosa e moral, sendo aceite apenas em situações particulares.

Palavras-chave: Imigrantes timorenses, Portugal, Planeamento Familiar.

1. Introdução

A saúde sexual e reprodutiva, já reconhecida como fundamental para os indivíduos, os casais e as famílias, é agora vista como essencial para o desenvolvimento das comunidades e das nações. O mau estado de saúde com origem na sexualidade e na reprodução permanece uma importante causa evitável de morte, incapacidade e sofrimento, particularmente entre as mulheres no mundo em desenvolvimento. Para muitas delas, a gravidez e o parto são situações de risco. A pobreza, a falta de educação, o baixo estatuto social e a falta de acesso a serviços de saúde materna de boa qualidade podem significar que em cada ano vários milhões de mulheres sofrem de incapacidade resultante de doenças hipertensivas, hemorragia ou outras complicações da gravidez, e mais de meio milhão morre por complicações na gravidez e no parto. À exceção de 1%, todas estas mortes ocorrem nos países em desenvolvimento, e quase todas são evitáveis. A deficiente saúde materna contribui, por seu lado, para a morte de recém-nascidos (World Health Organization, 2008).

Sendo por vezes considerado como sinónimo de "anticonceção" ou de "contraceção", o planeamento familiar ultrapassa esse domínio, sendo atualmente integrado no contexto mais amplo da saúde sexual e reprodutiva. Trata-se de um conceito de saúde, individual e parte integrante do processo de desenvolvimento dos povos, definido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como sendo «uma certa maneira de pensar e de viver, aceite voluntariamente pelos indivíduos e pelos casais, com conhecimento das atitudes e decisões tomadas, a fim de promover a saúde e o bem-estar do grupo familiar» (Moita, 1997: 17). Nesta definição fala-se em

---

1 Helena Isabel Borges Manuel doutorou-se em Psicologia Intercultural pela Universidade Aberta (UAb), sendo investigadora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI) da mesma Universidade na área "Saúde, Cultura e Desenvolvimento". É licenciada em Enfermagem e em Relações Internacionais, com uma pós-graduação em Desenvolvimento e Cooperação Internacional e um mestrado em Comunicação em Saúde. Nos últimos anos fez pesquisa e publicou trabalhos sobre a saúde reprodutiva dos timorenses. A sua atividade profissional tem sido desenvolvida em Portugal, Cabo Verde, Brasil e Timor-Leste nas áreas da saúde, desenvolvimento e cooperação internacional. lenaborges@hotmail.com

"aceitação voluntária", acentuando-se bem que o planeamento familiar nunca deve ser imposto, ficando ao critério do casal a sua aceitação ou rejeição.

Embora os benefícios do planeamento familiar sejam bem conhecidos, pelo menos 120 milhões de casais não usam qualquer forma de contraceção, mesmo quando querem espaçar as gravidezes ou limitar o tamanho das suas famílias, enquanto os casais com acesso à contraceção podem não ter acesso a um método seguro e eficaz que satisfaça as suas necessidades. Como resultado, cerca de 40% das gravidezes não são planeadas e cerca de 42 milhões de mulheres recorrem ao aborto provocado, colocando muitas delas a sua saúde e as suas vidas em risco por as suas gravidezes serem interrompidas por pessoas sem qualificações em circunstâncias inseguras e, talvez, ilegais. Os adolescentes, especialmente do sexo feminino, encontram-se particularmente vulneráveis a problemas de saúde sexual e reprodutiva. A falta de conhecimentos, a incapacidade de negociar a (não) relação sexual ou o sexo seguro, e a imposição cultural do casamento numa idade precoce, combinam-se para produzir uma elevada incidência, entre os adolescentes, de coerção sexual, infeções sexualmente transmissíveis e baixo recurso à contraceção e consequentes gravidezes, sendo 4 em 10 abortos inseguros efetuados por jovens entre os 15 e os 24 anos (World Health Organization, 2008).

Para que uma escolha informada possa ter lugar, a comunicação desempenha um papel vital no planeamento familiar. Uma comunicação eficaz confere às pessoas o poder de procurarem o que é melhor para a sua própria saúde e para exercerem o seu direito a cuidados de saúde com qualidade. As decisões relativas ao nascimento dos filhos e à utilização de métodos contracetivos têm maior probabilidade de satisfazer as necessidades das pessoas quando refletem os seus desejos e valores e são baseadas em informações credíveis e relevantes, além de medicamente apropriadas. Para fazerem escolhas informadas, as pessoas necessitam de ter conhecimentos sobre planeamento familiar, de ter acesso a um conjunto de métodos e de obter apoio, nas suas escolhas individuais, por parte das políticas sociais e normas comunitárias. Os programas de comunicação revestem-se de especial importância, uma vez que constituem um complemento à informação recebida através dos técnicos de saúde (Upadhyay, 2001).

Para todas as mulheres e todos os casais, o planeamento familiar, o uso de métodos de regulação da fecundidade e a aceitação ou recusa de uma eventual gravidez estão ligados a modelos sociais e culturais. Para se chegar a uma compreensão real do fenómeno demográfico, as atitudes das pessoas não devem ser deduzidas apenas das opiniões individuais. As diferentes motivações dos homens e das mulheres têm origem na sua experiência social, pelo que a motivação para o planeamento familiar não deve ser procurada no abstrato, mas dentro das estruturas sociais e culturais onde as pessoas estão inseridas (World Health Organization et al. 1987).

Os migrantes são confrontados de uma forma geral com dois modelos de representações sociais da procriação. No que respeita às migrações europeias, as sociedades de origem valorizam sobretudo a família alargada, indispensável numa economia essencialmente rural, enquanto nas sociedades de acolhimento, onde o modelo económico industrial se encontra muito mais desenvolvido, a constituição familiar se reduz à família nuclear, única organização familiar possível num mundo urbanizado. Nestes países, durante o período de crescimento económico dos anos 1960-70 o trabalho feminino e a incitação permanente ao consumo acentuaram esta tendência para a redução do tamanho da família. Alguns anos mais tarde, a crise económica teve as mesmas consequências: para manter um nível de vida cada vez mais ameaçado, os casais começaram a ter menos filhos. Além destes dois conceitos opostos, também os processos de formação da família são diferentes. Enquanto nos países europeus se verifica um progressivo adiamento do nascimento do primeiro filho, os jovens casais migrantes preferem ter filhos durante os primeiros anos do casamento (Donnay et al. 1985).

A migração é uma experiência económica com grande impacto sobre as relações conjugais e familiares, e também um processo de socialização, particularmente para muitas mulheres que são confrontadas pela primeira vez com o mundo do trabalho industrial. A atividade profissional crescente das mulheres imigradas modifica a sua imagem tradicional, ligada à maternidade, abrindo as portas a outros papéis. Estes fenómenos, que explicam a modificação da fecundidade nos migrantes, evoluem progressivamente e entrelaçam-se de uma forma complexa. Diversos estudos têm demonstrado que, em geral, o número de filhos desejados pelos migrantes da segunda geração é inferior ao que os seus pais desejaram. Esta mudança de atitude não se deve somente ao fosso entre gerações, mas depende também de outros aspetos, sendo o mais importante o desejo de integração na sociedade de acolhimento, e portanto o grau de aceitação dos seus valores (Organisation Mondiale de la Santé et al. 1986).

Em situação de multiculturalidade e aculturação, os indivíduos vindos de outras culturas são obrigados a efetuar escolhas múltiplas e, por vezes, difíceis, tendo de aprender a integrar regras culturais complexas e a conseguir descentrar-se em relação à sua cultura, o que pode desencadear numerosas tensões, ansiedade e stresse, devido ao desejo de integrar elementos da cultura do país de acolhimento e, simultaneamente, de manter tradições enraizadas desde há muito tempo (Ramos, 2004).

A situação no país de origem constitui um importante fator de influência sobre as expectativas, necessidades sentidas e procura de planeamento familiar. A legislação, as infraestruturas, os valores éticos, religiosos e antecedentes culturais, e o treino dos prestadores de cuidados de saúde do país de acolhimento também têm um efeito importante nos serviços que podem ser oferecidos (UNHCR, 1999).

A história de Timor-Leste, antiga colónia portuguesa, foi marcada por conflitos, violência e ocupação por parte de diversas potências. Embora a migração de timorenses se tenha iniciado no período de administração colonial, foi sobretudo a partir de 1975, com o deflagrar da guerra civil e a posterior invasão e anexação do território pela Indonésia, que este fenómeno se tornou mais significativo. Como consequência do repressivo regime militar, milhares de timorenses viram-se forçados a deixar o território e a procurar refúgio no exterior, tendo sido Portugal e a Austrália os principais países de acolhimento. A vinda de timorenses para Portugal constituiu assim, para a maior parte deles, uma migração forçada e, para muitos, uma situação transitória (Viegas, 1997).

Posteriormente, um novo grupo de timorenses procurou refúgio em Portugal devido à crise que se seguiu ao referendo de agosto de 1999, data em que a população optou, na sua grande maioria, pela independência de Timor-Leste. Em 2001 chegaram a Portugal diversos estudantes bolseiros, vindos ao abrigo do Programa de Cooperação com Timor-Leste na área da Educação. Nem todos concluíram os seus cursos, devendo-se o insucesso escolar sobretudo ao fraco domínio da língua portuguesa e à falta de preparação que traziam do ensino básico e secundário. Alguns regressaram ao seu país, outros arranjaram contratos de trabalho em países como a Irlanda. Em 2002, com a independência de Timor-Leste, cessou o estatuto de refugiado em relação aos timorenses. Em 2004 deixou de haver assistência social para as residências, pelo que os timorenses que permaneceram em Portugal tiveram de alugar ou comprar casa própria. Alguns regressaram a Timor, mas muitos foram trabalhar para outros países.

O estudo de investigação apresentado tem como objetivos descrever as representações e práticas, relativamente ao planeamento familiar, de mulheres timorenses residentes em Portugal, e identificar as principais mudanças ocorridas com a mudança de contexto sociocultural.

2. Um Breve Olhar sobre Timor-Leste

2.1. Contexto histórico, socioeconómico e cultural

Timor-Leste situa-se na região do Sudeste Asiático, na área do Índico–Pacífico, ocupando a parte leste da ilha de Timor. Após quatro séculos de colonização portuguesa, deu-se em 1975 a sua invasão e posterior anexação pela Indonésia, tendo a população mantido uma firme resistência contra os invasores. A 30 de agosto de 1999 teve lugar um referendo em que os timorenses votaram maioritariamente a favor da independência, o que desencadeou um surto de violência e destruição ao longo de todo o território por parte de milícias pró-integração e de militares indonésios, forçando a deslocação de grande parte da população. Foi então lançada uma operação humanitária em larga escala, seguida de um período de administração transitória liderada pelas Nações Unidas. A 20 de maio de 2002 tornou-se um país independente e passou a denominar-se "República Democrática de Timor-Leste".

Trata-se de um pequeno país que possui 1 066 409 habitantes e enfrenta um rápido crescimento populacional desde 1999, com uma taxa de crescimento anual de 2,4%, tendo 41,4% da população idade inferior a 15 anos (National Statistics Directorate et al. 2011).

Timor-Leste possui um índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,620 que lhe confere o 128º lugar num total de 187 países. A esperança de vida é de 67,5 anos, e 4,4 o número médio de anos de escolaridade (UNDP,

2014). Os indicadores de saúde encontram-se entre os mais baixos da Ásia de Leste; no entanto alguns deles apresentam melhorias recentes. O rendimento *per capita* é baixo e uma elevada proporção da população vive abaixo da linha de pobreza, dependendo principalmente da agricultura.

Em Timor-Leste são faladas dezasseis línguas distintas, muitas delas subdivididas em dialetos locais (Hull, 2004). O tétum, que tem funcionado como língua franca, é uma das duas línguas oficiais, com o português. Este, sendo considerado um fator de identidade nacional, não é dominado por grande parte da população, sobretudo a mais jovem, escolarizada em *bahasa* indonésio. Do ponto de vista da língua e práticas costumeiras, uma vez que em grande medida tendem a convergir, os timorenses podem ser classificados em grupos etnolinguísticos, com características próprias em termos de língua, costumes, materiais produzidos e estilos arquitetónicos (Hicks, 2001).

Os timorenses são tradicionalmente animistas. O seu culto é dirigido aos espíritos de antepassados e a objetos comuns sagrados (*lulik*), considerados portadores de poderes sobrenaturais, guardados nas casas sagradas (*uma lulik*). Os rituais (*estilos*), realizados em relação a vários acontecimentos da vida como o nascimento, o casamento, a morte e até atividades laborais, consistem, essencialmente, em oferendas e sacrifícios de animais e terminam, em regra, com um banquete em que é consumida a carne das vítimas. Os portugueses introduziram o catolicismo, mas foi particularmente durante a ocupação indonésia que o número de católicos cresceu, representando atualmente 98% da população, existindo também alguns protestantes, muçulmanos e hindus (National Statistics Directorate - Ministry of Finance et al. 2010). No entanto, subsistem muitas das suas crenças e práticas tradicionais.

O parentesco tem grande importância em Timor-Leste. A herança da propriedade, a residência pós-marital para o casal e as relações estabelecidas pelo casamento (ou afinidade), são aspetos fundamentais da organização social timorense. A propriedade da terra e a elegibilidade para cargos políticos são transmitidas ao membro de um grupo (linhagem ou clã) recrutado primariamente pela descendência. Isto passa através da linha paterna entre a maior parte dos grupos etnolinguísticos, sendo acompanhado por um dote, uma oferta ao grupo dador da mulher, que tem como resultado a integração dos descendentes do casal na linhagem ou "casa" (*uma*) do avô paterno e a noiva ir viver com o seu marido junto ao povoado do pai deste. No entanto, alguns grupos têm um sistema de descendência matrilinear, tornando-se os filhos membros da linhagem da mãe, indo o noivo residir próximo do pai da sua esposa (Hicks, 2001).

Em Timor-Leste subsiste uma organização social tradicional, onde a família alargada desempenha um papel significativo numa economia essencialmente agrícola. A taxa de fecundidade é elevada e há uma preferência generalizada por famílias numerosas, com curtos intervalos entre nascimentos. Existe entre todos os timorenses o desejo da conceção de filhos, que são naturalmente aguardados na sequência do casamento, pelo que a esterilidade é encarada de forma negativa. Geralmente o homem e a mulher casam-se primeiro de forma tradicional, em que é negociado o valor do *barlake* entre as famílias (sendo geralmente a família da mulher que recebe bens de valor superior), podendo mais tarde casar-se pela Igreja. O *barlake* tem sido progressivamente abandonado por parte de algumas famílias, ou tornado simbólico, mas ainda é frequente entre diversos grupos etnolinguísticos e contribui para o desejo de um elevado número de filhos por parte dos timorenses que o praticam. Embora as filhas tragam riqueza para as famílias ao receberem bens de valor mais elevado devido ao *barlake*, ter filhos do sexo masculino também é vantajoso por estes colaborarem nas tarefas agrícolas e virem a ser os herdeiros da terra das famílias, por assegurarem a continuação da linhagem ou da geração e a transmissão dos bens e das tradições familiares. A inexistência de filhos ou o nascimento de um número de filhos inferior ao desejado leva, por vezes, ao final da relação conjugal e à devolução dos bens envolvidos no *barlake* (Manuel, 2007, 2008, 2012).

2.2. Saúde Reprodutiva

A saúde reprodutiva constitui uma área prioritária de intervenção em Timor-Leste. Inquéritos à população realizados após a independência revelaram uma das mais elevadas taxas de fecundidade do mundo, a par com uma baixa taxa de uso de métodos contracetivos. Estes resultados, conjugados com a situação de pobreza, as limitações de saúde e o elevado grau de iliteracia da população, levaram o governo de Timor-Leste a

considerar o planeamento familiar como um dos fatores determinantes para a intervenção no âmbito da saúde reprodutiva, a fim de reduzir as taxas de mortalidade materna e infantil através da melhoria da saúde das mães e do espaçamento dos nascimentos. A aprovação oficial da Política Nacional de Planeamento Familiar deu-se em 2004, sendo apoiada pela maior parte da população, incluindo líderes da Igreja Católica de Timor-Leste (Ministério da Saúde de Timor-Leste, 2004).

Dados mais recentes revelam uma descida da taxa de fecundidade de 7,8 filhos por mulher em 2003 para 5,7 em 2010, associada a uma taxa de utilização de métodos contracetivos de 22,3%. Quanto à cobertura de cuidados obstétricos essenciais, mantém-se insuficiente, sendo a taxa de mortalidade materna de 557/100 000 nados-vivos (National Statistics Directorate - Ministry of Finance et al. 2010).

Além de limitações inerentes ao sistema de saúde, uma complexa interação de fatores sociais, económicos, ambientais e culturais contribuem para esta situação. A reduzida proporção de assistência qualificada no parto pode ser atribuída a barreiras geográficas de acesso, a dificuldades de transporte, à falta de estabelecimentos de saúde culturalmente apropriados e de qualidade, a um insuficiente número de parteiras nas áreas rurais, ao desconhecimento dos benefícios do parto assistido por um profissional qualificado e à generalização do parto em casa. A cultura exerce uma forte influência sobre o comportamento das mulheres e famílias no que respeita à fecundidade, à gravidez, ao parto e ao período pós-parto. Timor-Leste possui uma grande diversidade etnolinguística/cultural, pelo que muitas das crenças e práticas variam e não são generalizáveis a todo o país (Manuel, 2012, 2014).

3. Metodologia

No estudo de investigação apresentado, de cariz exploratório e descritivo, foi utilizada uma metodologia de natureza qualitativa. A recolha de dados foi efetuada entre março e julho de 2002, através da realização de entrevistas semiestruturadas à população em estudo, constituída por uma amostra intencional de vinte mulheres timorenses residentes na Área Metropolitana de Lisboa.

A análise de conteúdo foi a técnica utilizada na análise dos dados, segundo Bardin (1977). Após a transcrição das entrevistas, foi efetuada a caracterização da população em estudo, a que se seguiu uma análise categorial em que se procurou estabelecer um paralelo entre a situação vivida em Timor-Leste e a que passou a verificar-se após a sua vinda para Portugal, relativamente ao planeamento familiar.

4. Resultados do Estudo

4.1. Preferências de Fecundidade

Os filhos são muito valorizados pelas mulheres timorenses residentes em Portugal. Além de ser emocionalmente gratificante, ter filhos é para muitas delas culturalmente importante na medida em que tal significa riqueza e assegura a continuidade da família. Educar os filhos, obter ajuda e proteção no futuro também são fatores considerados relevantes.

Estas mulheres desejam ter filhos de ambos os sexos. O número que referem como ideal varia entre dois e oito, manifestando a maioria vontade de ter mais filhos em relação ao número atual. No entanto, são revelados alguns fatores que condicionam esse desejo e constituem motivos para a redução do número de filhos adicionais enquanto residirem em Portugal, nomeadamente as dificuldades económicas que se fazem sentir no país e o facto de terem deixado de contar com o apoio de uma família alargada. Para algumas, a mudança de meio sociocultural, o acesso a mais informação e a entrada num diferente mundo de trabalho são fatores que têm influência nas suas atitudes em relação à fecundidade, levando-as ao desejo de limitar o número total de filhos. Opera-se, assim, uma modificação da imagem tradicional da mulher, ligada à maternidade, abrindo-se-lhes as portas a outros papéis.

4.2. Adesão ao Planeamento Familiar

Na época colonial portuguesa os timorenses não tinham conhecimentos sobre planeamento familiar, o recurso à contraceção era muito limitado e baseado, essencialmente, em medicamentos à base de plantas e outras práticas tradicionais. Após os indonésios terem invadido e começado a governar o território, foi introduzido em Timor-Leste um programa de planeamento familiar, *Keluarga Berencana* ou *KB* na língua indonésia. Um dos obstáculos à implementação deste programa em Timor-Leste relacionava-se com a falta de apoio por parte da Igreja Católica. Geralmente, apenas em determinadas situações de risco era aceite, por parte dos representantes da Igreja, o recurso a métodos contracetivos "artificiais". Além disso, muitas mulheres não só não reconheciam os seus possíveis benefícios, como também consideravam que podia ser prejudicial à saúde e ao desempenho das suas tarefas diárias. A adesão ao programa foi mais fácil por parte daquelas que reconheceram o valor do espaçamento dos nascimentos em relação à economia do agregado familiar, bem como à saúde da mãe e do filho (Manuel, 2007, 2012).

Grande parte das participantes no estudo obteve conhecimentos sobre planeamento familiar através de técnicos de saúde, tendo este processo sido mais significativo em Portugal. Os meios de comunicação e os contatos sociais também foram mencionados, tanto em Timor como em Portugal. É interessante a referência ao facto de certos padres terem desenvolvido ações de ensino sobre o assunto em Timor-Leste.

Estas mulheres estão, em geral, mais informadas sobre planeamento familiar após a sua vinda para Portugal, e algumas delas não tinham sequer conhecimentos relativos ao assunto em Timor-Leste. Constatamos a existência de algumas limitações ou obstáculos ao planeamento familiar, praticamente todos decorrentes da situação vivida em Timor-Leste por se tratar de uma sociedade fechada, onde pouco se fala de questões ligadas à sexualidade e ao planeamento familiar. De acordo com algumas timorenses residentes em Portugal, a falta de informação leva a que fiquem com ideias negativas sobre o assunto, o que se deve por sua vez, em grande parte, ao tipo de educação e à falta de diálogo com os pais. Por outro lado, também existia oposição por parte de representantes da Igreja Católica mais conservadores quanto à utilização de métodos contracetivos que não os naturais, atitude que foi alvo de algumas críticas.

Também a iliteracia, que é elevada em Timor-Leste, dificulta a aceitação do planeamento familiar, sobretudo em meio rural, onde há menor acesso à informação e à educação. Algumas mulheres timorenses não tinham, quando em Timor-Leste, quaisquer conhecimentos relativos ao planeamento familiar; outras já tinham alguma informação mas todas elas ficaram, de um modo geral, mais esclarecidas após a vinda para Portugal.

Outra limitação residia no medo que vários timorenses tinham do programa de planeamento familiar indonésio pelo facto de recearem as suas possíveis consequências, na medida em que o mesmo era acusado de ser coercivo e de ir contra os direitos humanos, tendo mesmo como objetivo a esterilização das mulheres timorenses e, pela via da contenção da reprodução, a consequente exterminação do povo timorense. Tal seria, ainda, coadjuvado pelo processo de transmigração de indonésios para o território timorense. De acordo com as informações obtidas, o programa KB pode ter, no mínimo, carecido de consentimento informado, levando à desconfiança por parte de alguns timorenses. Para que possa ter lugar uma escolha informada, a comunicação desempenha um papel vital, pois as pessoas necessitam de ter conhecimentos sobre o assunto, ter acesso a um conjunto de métodos e obter apoio, nas suas escolhas individuais, por parte das políticas sociais e normas comunitárias. Pelo que apurámos, esta situação estava longe de ser uma realidade em Timor-Leste.

Algumas mulheres timorenses atribuem importância ao planeamento familiar pelos benefícios para a saúde que daí podem resultar, pelo facto de o espaçamento dos nascimentos e da diminuição do seu número lhes permitir ter maior disponibilidade e atenção para com os filhos, e também por poder prevenir problemas conjugais.

A necessidade de recorrerem ao planeamento familiar tornou-se particularmente evidente para algumas timorenses que, ao virem para Portugal, foram confrontadas com as exigências da vida profissional e citadina. Elas reconhecem que, dessa forma, podem mais facilmente conciliar a maternidade com a vida profissional, para além dos benefícios económicos daí resultantes. Algumas consideram ainda que os conhecimentos sobre planeamento familiar são importantes para a prevenção de situações de risco nos jovens.

Quanto à utilização de serviços de planeamento familiar, apenas uma mulher admite tê-lo feito em Timor-Leste. No entanto, a situação modificou-se em Portugal, uma vez que a maioria já recorreu a estes serviços em centros de saúde, hospitais ou centros de atendimento a jovens desde a sua chegada ao país.

Estas mulheres tiveram, na sua maioria, gravidezes não planeadas, originadas pela falta de conhecimentos sobre contraceção e à falha ou interrupção dos métodos utilizados. Muitas já tinham ouvido falar de métodos contracetivos em Timor, mas poucas os tinham utilizado. Após a vinda para Portugal, passaram a estar mais informadas e a recorrer mais à contraceção, sendo também mais amplo o leque de métodos utilizados.
São atribuídas, por vezes, consequências negativas a certos métodos contracetivos. Ao Dispositivo Intrauterino (DIU) são associados alguns efeitos secundários, nomeadamente a hemorragia, a dor e rejeição. Quanto à pílula, um dos métodos mais utilizados por este grupo de mulheres, são apontados alguns efeitos colaterais, tais como vómitos, emagrecimento e danos nos ovários. Finalmente, surge a injeção contracetiva, à qual são atribuídos aumentos de peso, problemas nas vias respiratórias e hemorragias. Estes efeitos levaram, em certas situações, à interrupção do método utilizado. Em relação ao método natural do calendário, é apontada a sua baixa eficácia devido à relativa frequência com que ocorrem gravidezes nas suas utilizadoras.
Existe, na maior parte das vezes, partilha das decisões relativas ao planeamento familiar com o parceiro, o que é significativo, tendo em conta a situação geral de subordinação da mulher ao homem em Timor-Leste.
Podemos depreender, da análise efetuada, que o fraco recurso à contraceção em Timor-Leste poderá estar relacionado, em parte, com as preferências das mulheres em termos de fecundidade, uma vez que várias delas gostariam de ter mais filhos caso estivessem em Timor. No entanto, em Portugal sentem maior necessidade de limitar o seu número, pelo que esse fato poderá ter tido influência no aumento do recurso à contraceção após a vinda para este país.
Por outro lado, a falta de informação e de acesso – sobretudo nas zonas rurais – ao planeamento familiar por parte das mulheres timorenses, em simultâneo com a desaprovação manifestada pela Igreja Católica e com a desconfiança que algumas sentiam relativamente ao programa indonésio, terão potenciado essa situação em Timor-Leste.
A vinda destas mulheres para Portugal terá, assim, levado ao desaparecimento de alguns obstáculos e ao aumento da sua adesão ao planeamento familiar. A existência de maior abertura em termos sociopolíticos e o acesso à informação e a serviços de saúde com mais qualidade constituem fatores que contribuíram para algumas modificações nas suas representações e práticas relativamente ao planeamento familiar.

4.3. Perceções sobre o Aborto

O aborto constitui um dos mais sensíveis e controversos aspetos da saúde reprodutiva e, não sendo geralmente incluído no planeamento familiar, com este está intimamente relacionado. A interrupção de gravidezes não desejadas acontece, em alguns casos, por falta de informação e acesso a métodos contracetivos; noutros devido à falha desses meios ou por outras razões pessoais, sociais ou económicas que levam à sua prática.
Ao auscultar a opinião das mulheres timorenses sobre o aborto, constata-se que este é, em geral, desaprovado por questões de ordem religiosa e moral, sendo aceite apenas em determinadas situações. A sua prática é conhecida, quer em Timor-Leste quer em Portugal, bem como alguns dos processos utilizados para esse fim.
Várias das mulheres entrevistadas não se quiseram manifestar quanto às práticas abortivas das mulheres timorenses, referindo desconhecimento em relação ao assunto. Quanto às que revelam ter conhecimento, os motivos referidos que levaram à interrupção voluntária da gravidez (IVG) são a gravidez na adolescência, tanto em Timor-Leste como em Portugal, a irresponsabilidade, o espaçamento das gravidezes devido ao desconhecimento (em Timor-Leste) de métodos contracetivos, a gravidez extraconjugal, o receio de malformações e o incremento da prostituição (em Timor-Leste).
Alguns dos processos utilizados na IVG que estas mulheres manifestam conhecer consistem na ingestão de medicamentos tradicionais usados em Timor à base de plantas, frutos e outras substâncias, acompanhados por vezes de massagens abdominais. Também é feita referência ao recurso a técnicos de saúde, em Timor-Leste e em Portugal, e à realização de manobras violentas para a indução do aborto.
Três das entrevistadas atribuem ainda aos indonésios a prática do aborto forçado, ou seja, efetuado sem o consentimento das mulheres.
Ao auscultarmos a opinião sobre a prática da IVG, embora metade das mulheres a desaprove, algumas concordam com a mesma em determinadas situações, tais como a falta de condições para criar os filhos, o

caso particular da gravidez ocorrida nas prisões indonésias, a malformação fetal e a gravidez numa mulher toxicodependente.
Quanto aos motivos de desaprovação da IVG alegados pelas mulheres timorenses, prendem-se com questões de ordem religiosa e moral. Se, para umas, a IVG é um pecado e, como tal, proibida pela Igreja, para outras trata-se de algo moralmente reprovável, o que está de certa forma relacionado com a questão, igualmente mencionada, do direito à vida.

5. Considerações Finais

O processo de aculturação e de adaptação a um novo contexto social, cultural e económico das mulheres timorenses residentes em Portugal revestiu-se de algumas dificuldades, e teve reflexos no seu comportamento reprodutivo. O contacto com um meio cultural diferente, a modificação da sua estrutura familiar, o desempenho de novos papéis sociais e alguns problemas económicos levaram à redução do número desejado de filhos. As suas representações e práticas relativamente ao planeamento familiar sofreram algumas mudanças, para o que contribuíram fatores como a transição para uma sociedade mais aberta e com caraterísticas distintas em termos sociais, políticos e religiosos, e o acesso a serviços de saúde com mais qualidade.
Para concluir, é importante referir que os serviços de planeamento familiar devem ser acessíveis às populações migrantes e prestar cuidados adequados às suas necessidades. Cada grupo cultural tem características específicas, pelo que não se deve obedecer a um modelo rígido, mas proceder a uma adaptação aos diversos condicionalismos, respeitando as tradições, a cultura, conceitos morais e religiosos.
As dificuldades de comunicação resultantes do desconhecimento dos valores, crenças e práticas dos utentes podem comprometer a qualidade e a eficácia dos cuidados de saúde prestados. Para habilitar os profissionais de saúde a lidarem com a diversidade cultural no desempenho das suas funções, devem ser desenvolvidas competências de acordo com as necessidades culturais.

Referência Bibliográficas

BARDIN, L. (1977), *Análise de Conteúdo*, Lisboa: Edições 70.

DONNAY, F., THOSS, E. (1985), *Aspects of Family Planning and Migration*, Copenhagen: World Health Organization.

HICKS, D. (2001), "Traditional Society in East Timor". In M. A. C. Gomes (coord.), *Cerâmicas de Timor Loro Sa'e*, Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau.

HULL, G. (2004), *The Languages of East Timor: Some Basic Facts (Revised 24.8.2004)*, Díli: Instituto Nacional de Linguística, Universidade Nacional de Timor Lorosa'e. Disponível em: http://web.archive.org/web/20080119191225/, [consultado em 20-10-2009].

MANUEL, H. I. B. (2007), *Conhecimentos, Atitudes e Práticas sobre Planeamento Familiar de Mulheres Timorenses residentes em Portugal*, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).

MANUEL, H. I. B. (2008), "Mulheres Timorenses em Portugal: Representações e Práticas sobre Planeamento Familiar". In N. Ramos (org.), *Saúde, Migração e Interculturalidade: perspectivas teóricas e práticas*, João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, pp. 261-310.

MANUEL, H. I. B. (2012), *Crenças, Atitudes e Práticas de Saúde Reprodutiva em Timor-Leste: Uma*

Abordagem Intercultural. Tese de doutoramento, Lisboa: Universidade Aberta.

MANUEL, H. I. B. (2014), "Maternité et naissance à Timor-Leste, et les défis de la mise en oeuvre d'un système de santé moderne". In B. A. Corte-Real, C. Cabasset, F. Durand (dir.), *Timor Leste contemporain: L'Émergence d'une nation*, Bangkok: Institut de Recherche sur l'Asie du Sud-Est Contemporaine (IRASEC), pp. 221-254.

Ministério da Saúde de Timor-Leste (2004), *Política Nacional de Planeamento Familiar*, Díli: Ministério da Saúde e United Nations Population Fund (UNFPA).

MOITA, M. G. (1997), "Um Pouco da História do Planeamento Familiar". *Sexualidade e Planeamento Familiar*, 2 (13-14), pp. 15-18.

NATIONAL STATISTICS DIRECTORATE - MINISTRY OF FINANCE, ICF MACRO (2010), *Timor-Leste Demographic and Health Survey 2009-10*, Díli: National Statistics Directorate & ICF Macro.

NATIONAL STATISTICS DIRECTORATE, UNFPA (2011), *Population and Housing Census of Timor-Leste, 2010, Volume 2: Population Distribution by Administrative Areas*, Díli: National Statistics Directorate & United Nations Population Fund (UNFPA).

ORGANISATION MONDIALE DE LA SANTÉ, BLAT CENTRE FOR HEALTH AND MEDICAL EDUCATION (1986), *Besoins spécifiques des migrants en matière de planification familiale*, Copenhague: Organisation Mondiale de la Santé, Bureau Régional de l'Europe.

RAMOS, N. (2004), *Psicologia Clínica e da Saúde*, Lisboa: Universidade Aberta.

UNDP (2014), *The 2014 Human Development Report - Sustaining Human Progress: Reducing Vulnerabilities and Building Resilience*, New York: United Nations Development Programme (UNDP).

UNHCR (1999), *Reproductive Health in Refugee Situations: an Inter-Agency Field Manual*, Geneva: United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR).

UPADHYAY, U. D. (2001), *Informed Choice in Family Planning: Helping People Decide. Population Reports*, Series J, 50, Baltimore: Johns Hopkins University Bloomberg School of Public Health, Population Information Program.

VIEGAS, T. V. (1997), *Migrações e Associativismo de Migrantes: Estudo do Caso Timorense*. Dissertação de Mestrado, Lisboa: Universidade Aberta.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (2008), *Providing the Foundation for Sexual and Reproductive Health: A Record of Achievement*, Geneva: World Health Organization, Disponível em http://www.who.int/reproductivehealth/publications/general/hrp_brochure.pdf, [consultado em 20-10-2010].

WORLD HEALTH ORGANIZATION, BLAT CENTRE FOR HEALTH AND MEDICAL EDUCATION (1987), *Guidelines on Psychosocial Problems of Family Planning Clients*, Copenhagen: World Health Organization (WHO), Regional Office for Europe.

A Saúde das Crianças Migrantes: Realidades, Dificuldades e Desafios

Ivete Rosária Almeida dos Milagres Monteiro[1]

Resumo: Os fluxos migratórios existentes em Portugal transportam consigo novos desafios, tanto às populações migrantes como aos profissionais de saúde. As crianças são particularmente susceptíveis a estas mudanças e a sua saúde é influenciada de forma significativa pelo bem-estar, integração e segurança dos seus pais, mas também pelas oportunidades de crescimento e desenvolvimento que encontram e que lhes são proporcionadas. Ao analisarmos as diferentes realidades relacionadas com a saúde das crianças migrantes encontram-se múltiplas situações: famílias que pretendem estabelecer-se em Portugal e integram-se no Serviço Nacional de Saúde, famílias que complementam as práticas de saúde do seu país com as indicações dadas no país de acolhimento, e famílias, ou alguns elementos, que vêm com o propósito de encontrar uma solução para um problema de saúde e que são "forçadas" a permanecer no nosso país para resolver uma situação de saúde da criança. Torna-se fundamental conhecer estas realidades e construir, em conjunto, estratégias e soluções para um crescimento harmonioso, saudável e feliz das crianças migrantes.

Palavras- chave: saúde infantil; migração e saúde; profissionais de saúde; criança migrante; estratégias de saúde.

Introdução

A migração é um acontecimento de vida marcante para qualquer família, sendo responsável por alterações profundas na sua dinâmica e no seu estado de saúde. A separação, muitas vezes forçada, do núcleo familiar, o afastamento das redes de apoio e o confronto com uma realidade diferente são fatores determinantes na saúde destas populações, as quais muitas vezes por desconhecimento ou por se encontrarem em situação não regularizada, optam por um afastamento ou por uma introspeção que se revelam nefastas. Também as barreiras linguísticas e culturais e as carências económicas acentuam este afastamento da área da saúde. Acrescem a estas circunstâncias, expectativas e esperanças que, por vezes, não são concretizadas de imediato. Segundo Anacleto et al (2009)

> Uma das características comuns a grande parte da população imigrante é a sua vulnerabilidade que pode manifestar-se numa acumulação crónica de desvantagens sociais, manifestadas por uma maior dificuldade em arranjar emprego, conseguir acompanhamento médico ou ter sucesso escolar. Estes factores podem conduzir estas populações a processos de exclusão com manifestações de frustração revolta, desadaptação, dependência de álcool ou drogas, distúrbios mentais, violência ou vandalismo.

Pussetti (2009) reforça a ideia que a migração afeta a saúde mental dos indivíduos conduzindo a um aumento das psicopatologias resultante não só de fracturas identitárias (distância da cultura de acolhimento, ruptura de

---

1 Ivete Rosária Almeida dos Milagres Monteiro, nasceu a 23.10.1973 em Moçambique.
Concluiu em 1994 o Curso Superior de Enfermagem.
Em 2005 fez a defesa da sua tese de dissertação "Ser Mãe Hindu" apresentada no âmbito do Mestrado em Comunicação em Saúde.
Em 2014 iniciou o Doutoramento em Ciências da Educação na vertente Psicologia da Educação na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
Exerce a sua atividade profissional como enfermeira especialista em Saúde Infantil e Pediatria, estando nos últimos anos ligada à vertente de Neonatologia.
Integra o grupo Saúde, Cultura e Desenvolvimento do CEMRI da Universidade Aberta. ivete.monteiro@gmail.com

ligações com o contexto de origem) mas devido a fatores económicos e políticos. Também Ramos (2004, 2008, 2009) aborda amplamente esta questão ao referir que existem múltiplos fatores de origem social, política, cultural e ambiental que interferem nas questões de saúde e doença e que podem afetar não apenas a saúde mental e física, o bem-estar e a qualidade de vida dos homens e das mulheres migrantes, como interferir no acesso aos cuidados de cuidado e no modo como podem usufruir dos mesmos. Efetivamente, a saúde é uma área sensível quando se aborda a temática da migração, sendo inevitável que as mudanças de estilos de vida, o afastamento da sua rede familiar e a necessidade de adaptação a novas dinâmicas provoquem instabilidade que têm inevitavelmente repercussões físicas e psicológicas.

A decisão de ir para outro local, país ou continente é revestida de muitas opções, muitas decisões e inúmeras incertezas, frequentemente não resolvidas e que se mantêm e acompanham a família migrante. Quando na família existem crianças essas dúvidas acentuam-se e acrescem preocupações como a educação, a transmissão de valores, a identidade. A preocupação em proporcionar às crianças as melhores condições para crescerem e se desenvolverem é constante para estas famílias. Subjugando muitas vezes as suas próprias necessidades, procuram para os membros mais jovens as melhores oportunidades, a esperança de uma nova vida. Esta consciencialização e preocupação com as crianças é real, generalizada e constitui em si, um projeto de vida.

As crianças migrantes são consideradas um grupo particularmente vulnerável pois direta ou indiretamente são sujeitas a alterações profundas que afetam o seu desenvolvimento. Elas são particularmente sensíveis às mudanças das condições ambientais, bem como às restantes alterações resultantes da migração, tais como insatisfação dos seus pais, afastamento dos seus modelos e dos elementos familiares de referência que forneciam segurança e conforto como por exemplo os avós. A alteração do padrão de interação mãe-criança, das pessoas que cuidam, das redes afetivas e sociais influencia inegavelmente o bem estar da criança (Ramos, 1999, 2012a, 2012b). A adaptação a uma nova realidade implica muitas vezes a alteração de papéis tidos como certos na sociedade de origem, a uma reestruturação inesperada de prioridades e a uma mudança forçada de comportamentos que as crianças, muitas vezes, não conseguem interiorizar e compreender.

1. A Saúde do Migrante

A Organização Mundial de Saúde (2010) refere que os migrantes costumam apresentar níveis inferiores de saúde, uma maior dificuldade no acesso aos serviços de saúde, sendo que os processos de exclusão social são a principal causa das desigualdades na saúde nas populações migrantes e minorias étnicas. Estes processos manifestam-se de diferentes formas acentuando-se o desequilíbrio evidente de poder, que tem repercussões económicas, sociais e culturais.

O acesso aos cuidados de saúde é uma das maiores preocupações dos migrantes. Sujeitos a inúmeras adaptações no país de acolhimento, a população migrante encontra-se mais susceptível a alterações na saúde. Inseridos numa sociedade que não é a sua, afastados da sua família e de práticas que lhes davam segurança e um sentimento de pertença, e sujeitos a condições sociais e económicas muitas vezes precárias, a saúde do migrante pode deteriorar-se com maior facilidade. Ao migrar o indivíduo enfrenta frequentemente alterações ao nível da saúde causadas por inúmeros factores (alterações climáticas, mudanças do estilos de vida, adaptação a diferentes comidas e hábitos, baixo rendimento, afastamento da família e dos amigos entre outros aspectos) (Ramos, 2004). Também Sousa (2006:18) refere que «A acessibilidade aos sistemas de saúde está intimamente ligada a factores políticos, económicos e sociais, onde a dialética bem-estar económico leva a um melhor estado de saúde e onde a probreza favorece a doença». O aparecimento de sinais e sintomas a nível físico, psíquico e social é frequente, encaminhando o migrante de forma inevitável para a procura de cuidados de saúde e influenciando a sua integração na sociedade de acolhimento. As dificuldades sentidas na área da saúde são entendidas como um sinal de fraqueza, de debilidade, de cobardia por parte do migrante e constituem, para muitos, uma sobrecarga adicional para o país que acolhe os migrantes. A população que acolhe os migrantes cria expectativas e constrói modelos, idealizando pessoas com uma boa capacidade física, dispostas a trabalhar arduamente, se necessário, e que não tragam mais encargos e problemas para o país. Se o migrante não vai ao encontro destas expectativas, é visto como um fardo e é olhado com desconfiança. Este fardo é agravado, se

aparecem problemas de saúde, que funcionam como um empecilho à rentabilidade que o imigrante poderia ter. De uma forma geral, os migrantes vivem em situações de maior risco para a saúde do que a população autóctone. Porém, o recurso a instituições de saúde é feito muitas vezes em última instância. O desconhecimento, a necessidade de mostrarem que são elementos válidos na sociedade de acolhimento, as práticas diferentes e o recurso à medicina tradicional, ou, simplesmente, a ausência do domínio da língua do país de acolhimento são algumas das razões para os migrantes não recorrerem aos hospitais e centros de saúde. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), muitos factores limitam o acesso dos migrantes aos serviços de saúde, tais como o estigma, a discriminação, a exclusão social, as diferenças culturais e linguísticas, a separação da família e as normas socioculturais, e os obstáculos financeiros e administrativos. Afastados da medicina em que confiavam, no médico e nos medicamentos que sempre os curaram, o migrante ao não se identificar com os mesmos hábitos de cuidar, tem tendência a distanciar-se cada vez mais e a isolar-se das práticas do sistema de saúde do país de acolhimento. Para além desta situação de não identificação, a incredulidade do país receptor sobre as práticas tradicionais no tratamento e na cura que o migrante traz e nas quais acredita, bem como o desvalorizar dos medicamentos caseiros contribuem para aumentar a desconfiança do migrante em relação ao sistema de saúde. Por desconhecimento, por vergonha ou simplesmente porque as práticas medicinais são muito diferentes, o migrante não recorre aos serviços de saúde com frequência, a não ser em casos pontuais ou de extrema gravidade. As crenças que herdaram dos seus antepassados e os medicamentos tradicionais, que comprovaram através dos tempos os seus efeitos e benefícios são postos em causa no país de acolhimento. A ciência substitui a tradição e o conhecimento empírico, pondo em causa tudo o que o migrante acredita. Se, por um lado a confiança no que lhe foi ensinado prevalece, por outro lado, o alcance dos efeitos rapidamente desejados e oferecidos pela medicina mais moderna sobrepõe-se muitas vezes, manifestando-se mais tardiamente um sentimento de culpa e de desacreditação no seu passado. Aliada a esta insatisfação está também a problemática económica, factor determinante no recurso à medicina convencional. O alto custo dos medicamentos constitui apenas uma das muitas razões para a pouca aderência da população migrante ao sistema de saúde do país de acolhimento. Efetivamente, adicionando à dificuldade de comunicação e aos valores e à cultura diferentes, o custo elevado dos medicamentos leva a uma fraca aderência às prescrições e à opção por manter os cuidados e as práticas a que estavam acostumados, aumentando cada vez mais a distância do país de acolhimento. Apesar destas constatações verifica-se na prática diária dos profissionais de saúde que os migrantes têm uma preocupação acrescida com as suas crianças, dirigindo-se mais frequentemente a estas instituições para resolverem situações de doença aguda quando estas estão diretamente relacionadas com os seus filhos.

2. A Saúde da Criança Migrante

A saúde da criança migrante tem sido alvo da atenção de profissionais de diversas áreas. Estes profissionais ligados às mais variadas vertentes como a saúde, a psicologia, a sociologia, a antropologia e a política, entre outras, procuram conhecer de que forma as alterações impostas pela mudança para outro país influenciam o bem estar da criança. Ao analisar a problemática da saúde e da criança, esta revela-se complexa pelo que se torna imprescindível conhecer cada contexto, cada família e cada criança. Com efeito, o conhecimento e a reflexão sobre cada família e cada criança revela-se como elemento fundamental, demonstrando e aprofundando um conhecimento que passa de meramente teórico e metodológico para um conhecimento afetivo.

Quando se fala da saúde de uma criança migrante, este conceito reflete fielmente as necessidades de toda uma família onde esta criança se insere. Ou seja, o estado de saúde de uma família migrante influencia inevitavelmente a saúde das crianças dessa mesma família, entendido claro está o conceito de saúde englobando as suas vertentes física, social, psíquica e espiritual. Uma família migrante sofre inúmeras alterações na sua dinâmica no país de acolhimento (Ramos, 1990, 2002, 2012a,b). É frequente o elemento masculino ter de suportar inicialmente o encargo económico de toda a família, tendo por vezes dois ou mais empregos, enquanto a mãe fica em casa a organizar a vida doméstica e a educar os filhos. Mais tarde também ela procura alguma atividade complementar (desenvolvida em casa ou próximo dela) que contribua para o orçamento familiar, mantendo no entanto a responsabilidade pela educação e desenvolvimento dos seus filhos. Estrela (2009) refere-se a esta

alteração dos papéis conjugais afirmando que esta situação tem repercussões no tempo que a mãe dedica ao seu filho, limitando o tempo que passam juntos e alterando inevitavelmente a reprodução dos cuidados à criança que tinham sido interiorizados no país de origem. Tendo em atenção estes aspectos facilmente se percebe que a interação mãe-filho sofre influência das condições do meio envolvente, das necessidades da família, dos próprios conceitos de saúde e parentalidade da sociedade de acolhimento. Se na sociedade de acolhimento é habitual as crianças irem para creches ou jardins-de-infância, onde interagem com outras crianças, o facto da família migrante não colocar as suas crianças nestes locais por desconhecimento, por falta de condições económicas ou simplesmente por culturalmente as suas crianças serem criadas pela família alargada pode conduzir a dúvidas, incertezas, angústias que põem em causa o papel de mãe. É frequente as mães sentirem que não são capazes. Estão divididas entre o que lhes foi ensinado desde sempre pelas mães e familiares e entre o que lhes é ensinado pelos profissionais. Ramos (1990: 321) defende esta ideia ao dizer que

> ... um número importante de mães tem dificuldade em encontrar e desempenhar com 'segurança' os gestos necessários a prestar aos seus filhos, divididas entre o saber e hábitos tradicionais de educação, transmitidos nos seio das suas famílias, de geração em geração, considerados como 'ultrapassados', e as práticas ditas 'modernas' que lhes são sugeridas ou impostas... quando a mãe se encontra insegura e em conflito quanto aos comportamentos e práticas a adoptar, a ansiedade que daí resulta não deixará de ter influência na sua relação com a criança e no desenvolvimento da sua personalidade.

Esta dualidade entre o que sempre foi tido como certo e o que lhes é ensinado por uma sociedade tida muitas vezes como mais evoluída e melhor contribui para sentimentos de insegurança e insatisfação, que muitas vezes se repercutem nas crianças migrantes.

Não querendo generalizar, e numa perspectiva empírica comprovada, no entanto, por estudos científicos nesta área (Aronowitz, 1984) as crianças migrantes são mais isoladas, apresentam mais distúrbios de comportamento tais como ansiedade, agressividade, dificuldade de relacionamento com os seus pares. É certo que o facto do ambiente familiar seja sólido e constante facilita aos pais a percepção real das necessidades dos seus filhos. Este facto parece ser atenuado constatando-se que a educação dos filhos, os cuidados com a sua saúde e o seu bem-estar são mais facilmente regulados se existirem familiares próximos, que os possam ajudar e aconselhar sobre esses cuidados e o recurso aos serviços de saúde. Existem diversos autores que abordam a temática do suporte social e a relacionam com a saúde (Angel & Worobey, 1988). As suas conclusões vão ao encontro ao que se constata na prática diária, as mães migrantes recorrem inicialmente às opiniões e conselhos de familiares e amigos antes de procurarem ajuda profissional. A sua concepção de saúde e doença, a forma como valorizam as queixas também é influenciada por factores culturais e sociais, bem como pelo seu próprio nível de saúde e bem-estar e a sua capacidade de se adaptar (Ramos, 2006, 2009, 2012c). Gonçalves et al (2003) no seu estudo ilustram esta situação com um testemunho de um inquirido que diz

> A população africana não encara a doença como uma preocupação, recorrendo apenas aos serviços de saúde em caso de extrema necessidade... o povo africano é muito positivo... uma pessoa está doente, não vai logo ao hospital, põe na cabeça que vai ficar bom logo uma semana...

Referem ainda o recurso frequente a «métodos alternativos» como forma de evitarem a utilização dos serviços de saúde: «Com as folhas é melhor do que ir ao hospital.» Acreditam também que a «medicina natural é a escolha mais adequada para a resolução da maior parte dos problemas de saúde»; «a minha mãe, quando tem uma dor, vai buscar folhas de vespa... fricciona e aquilo passa»; «o povo africano acredita na medicina sem condicionantes... gosta mais de ir para o que é natural...», e que existe alguma relutância para tomar medicamentos: «Tinha que tomar não sei quantos comprimidos por dia e ficava sempre com dores de cabeça». Também no estudo realizado por Monteiro (2007) com mães hindus na região de Lisboa é referido o recurso inicialmente às práticas e costumes tradicionais, e só mais tarde, ou em casos de maior gravidade, aos serviços de saúde do país de acolhimento. A mesma autora (2010) refere que a sabedoria popular e o conhecimento prático a nível

da saúde são essenciais e são transmitidos através das gerações, pelo que frequentemente se recorre a medicamentos caseiros em detrimento de consultas médicas. É, no entanto, real a percepção que as mães migrantes recorrem mais aos serviços de saúde se consideram que existe por parte dos outros uma familiaridade com as suas experiências de vida, os seus medos e as suas dúvidas.

As crianças são consideradas como um grupo particularmente vulnerável nas questões de saúde. Segundo Mota, Franco & Motta (1999) a migração é considerada um *life event* que produz alterações significativas na dinâmica familiar e nas relações sociais e afetivas que ocorrem dentro de uma família. Estes autores aprofundam esta questão identificando especificamente a alteração dos padrões de organização familiar e a alteração da interação mãe-criança como determinantes nos estados de saúde e doença. O grau de satisfação da mãe é considerado um fator determinante da saúde da criança, tanto a nível físico como a nível emocional. Vários autores corroboram esta ideia ao afirmarem que o bem-estar materno traduz-se no aumento da sensibilidade às necessidades da criança e na procura de respostas de qualidade que beneficiem o seu crescimento e desenvolvimento. Estas respostas podem ser encontradas nos seus próprios conhecimentos adquiridos no país de origem, mas também nos conselhos de familiares e de amigos que constituem as redes de suporte. Efetivamente, pode-se constatar muitas variantes que influenciam positivamente a saúde da criança tais como a existência de redes de apoio (familiares, vizinhos) que contribuem para a segurança e para a estabilidade da família, a capacidade de adaptação na nova comunidade, bem como a criação de novos laços sociais e afetivos. Paralelamente, a presença de fatores negativos tais como a difícil adaptação à alteração de papéis dentro da família, a imposição de novos valores da sociedade de acolhimento têm repercussões na saúde da criança migrante.

3. A Realidade em Portugal

Em Portugal existe uma população migrante muito abrangente constituída por famílias oriundas de diversos países. A abolição de fronteiras no espaço europeu foi favorável à mobilidade de pessoas que procuram em Portugal novas oportunidades, relacionadas com a melhoria de condições socio-económicas. Paralelamente, os protocolos a nível de saúde estabelecidos com outros países, nomeadamente os Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), permitiram que famílias com problemas de saúde, tivessem acesso a cuidados de saúde de melhor qualidade, resolvendo ou tratando de doenças e situações que no país de origem seriam tidas como irresolúveis ou definitivas. Deste modo, assiste-se nestes anos a um acréscimo do número de imigrantes de diferentes culturas que escolheram o nosso país para se estabelecerem. Com efeito, se inicialmente se observava que o recurso aos serviços de saúde era feito por migrantes vindo das ex-colónias (migrantes de origem africana e indiana), atualmente constata-se que este leque se alargou consideravelmente, abrangendo crianças de origem brasileira, asiática e também filhos de migrantes oriundos de países de Leste. Deste modo, podemos afirmar que os migrantes não constituem um grupo uniforme de pessoas. Pelo contrário, são muito diferentes em termos de nível de educação, salário, estrato social, acesso aos serviços públicos, práticas culturais, crenças, língua. É esta diversidade que deve ser considerada quando se cuida da população migrante, em particular quando se cuida de crianças migrantes.

As famílias migrantes existentes em Portugal procuram, sobretudo a nível da saúde infantil, respostas que não só resolvam situações de doença mas também que promovam o seu bem estar psicológico e emocional. Encontramos diariamente situações distintas que necessitam por isso de respostas diferentes. Famílias que vêm para Portugal e procuram a integração no sistema de saúde português, famílias que estando em Portugal (por vezes, já há muitos anos) desconhecem os seus direitos e por isso não usufruem dos cuidados de saúde recorrendo aos seus conhecimentos e às práticas adquiridas no país de origem para os cuidados de saúde das suas crianças.

De uma forma geral, as famílias que escolhem o nosso país para viver têm redes de suporte primárias constituídas por familiares e amigos que inicialmente os acolhem, dão orientações e contribuem para a estabilidade e para a integração destas famílias. Estas redes são responsáveis por favorecerem a complementariedade das práticas antigas com os cuidados mais técnicos da sociedade de acolhimento, darem informações, articularem com os serviços de saúde, funcionarem como tradutores quando a língua constitui um obstáculo e encaminharem os novos migrantes no sentido da legalização e da criação de laços com a sociedade de acolhimento. Tam-

bém as associações e os grupos existentes contribuem para este enraizamento e facilitam esta articulação. Estas famílias, que beneficiam destes apoios informais, fazem um percurso que se pode considerar linear apesar das dificuldades e dos obstáculos naturais a que estão sujeitos. Surgem porém outras situações que muitas vezes são detectadas apenas quando estas famílias recorrem aos serviços de saúde por situações de maior gravidade. Os pais de crianças e utentes menores encontram muitas vezes dificuldades burocráticas no acesso aos serviços de saúde resultantes do desconhecimento das próprias pessoas que trabalham nestes serviços. Bäckström, Carvalho & Inglês (2009) no seu estudo referem que os centros de saúde dificultam, muitas vezes, a inscrição das crianças, encontrando também pais que se queixaram de lhes terem sido cobradas taxas mais elevadas no atendimento de crianças.
Este conjunto de fatores e de situações exige uma resposta rápida, fundamentada e adequada por parte dos profissionais de saúde.

4. A Resposta dos Profissionais

A componente cultural adquiriu nos nossos dias uma importância irrefutável. Mais do que fazer uma abordagem reducionista circunscrevendo os cuidados de saúde aos aspectos físicos e psicológicos, os profissionais de saúde estendem a sua atenção para a vertente cultural. Como é possível prestar cuidados a um doente esquecendo o seu meio social, os seus valores, as suas crenças? Com efeito, a cultura de uma pessoa acompanha-a e determina o seu modo de agir, o seu modo de pensar, o seu modo de estar na vida. Estes aspectos devem merecer a atenção dos profissionais de saúde de forma a dar uma resposta adequada às necessidades das diferentes culturas que atualmente compõem o panorama demográfico do nosso país. Conhecer e compreender as heranças socio-culturais dos indivíduos tornou-se um imperativo, ao qual urge dar uma resposta.
As diversas culturas que fazem parte da sociedade portuguesa possuem as suas próprias redes sociais, de solidariedade e de regência constituindo comunidades com crenças, valores e estilos de vida próprios que as caracterizam e que no conjunto formam a sua identidade. É essa identidade que os profissionais de saúde devem respeitar, moldando e adequando os seus cuidados à realidade cultural dos indivíduos dos diversos grupos étnicos que já existem ou que se vão formando, fruto de processos migratórios que ocorreram ou que ainda estamos a vivenciar.
Como já foi anteriormente referido, a imigração é um processo por vezes doloroso, onde a adaptação a uma nova realidade, a uma nova vida, entra frequentemente em confronto com a necessidade e o desejo de preservar a cultura, os valores que foram transmitidos e os hábitos e costumes que foram sendo desenvolvidos ao longo da vida do migrante. Este confronto efetivo e constante traz inevitavelmente consequências que se repercutem em várias áreas nomeadamente na área da saúde (Ramos 1999, 2006, 2012a,b,c).
A atitude dos profissionais de saúde deve passar inevitavelmente por esta consciencialização, mas também por um conhecimento profundo do conceito de saúde e de doença dos indivíduos migrantes, pelos seus hábitos e pelo entendimento de quando e como recorrem aos cuidados de saúde. As políticas de saúde devem envolver o migrante na sua própria cultura, nos seus rituais não tentando impor soluções descentradas de uma realidade que o migrante quer a todo o custo preservar. A procura dos cuidados de saúde da população migrante é frequentemente determinada pelas suas necessidades, mas também pelas suas experiências anteriores ou pelas experiências que indivíduos da sua comunidade tiveram. Com efeito, muitas vezes por desconhecimento, medo ou relutância, os migrantes adiam por tempo indeterminado a sua ida aos serviços de saúde. É comum o tratamento das enfermidades através de práticas e rituais que herdaram da sua cultura, recorrendo só em última instância aos cuidados de saúde do país de acolhimento. Esta segunda, e por vezes última, opção prende-se com diversos factores entre os quais a situação de ilegalidade no país de acolhimento, a sua residência e a falta de conhecimentos sobre os acessos aos serviços de saúde. Gonçalves et al (2003) no estudo que desenvolveram sobre o acesso aos serviços de saúde dos migrantes africanos além destes factores reportam-se também aos aspectos económicos e aos factores culturais, tais como os conceitos de saúde e doença e o recurso à medicina tradicional. As barreiras culturais e linguísticas existentes entre os prestadores e os utentes são também consideradas factores cruciais na integração da população migrante nos sistemas de prestação de cuidados de saúde nos países de acolhimento.

A imigração irá continuar a ser uma realidade em Portugal, assim como de forma global na União Europeia pelo que a equidade no acesso aos cuidados de saúde deve ser encarada como um imperativo não só político, económico e humanitário, mas também social que diz respeito não só ao governo mas a todos nós, que fazemos parte desta sociedade. Se é verdade que os imigrantes estão expostos a um risco acrescido a nível da saúde, este risco aumenta exponencialmente quando falamos de crianças migrantes. A sua vulnerabilidade, a situação familiar dos pais, as condições habitacionais, a dificuldade de integração dos pais na sociedade de acolhimento, os obstáculos culturais, a dificuldade na aprendizagem da língua são factores que contribuem para uma maior incidência ou pelo menos, para um risco de doença aumentado (Ramos, 2002, 2006, 2012a,b,c). Se não houver um verdadeiro conhecimento por parte dos profissionais de saúde desta realidade não existe educação para a saúde nem promoção de hábitos de vida saudáveis que resistam. Anacleto et al (2009) no seu estudo sobre a criança migrante dirigem a sua atenção para os problema sociais destas crianças enfatizando que «é importante sensibilizar e formar todos os profissionais de saúde de forma a estarem mais alertas e aptos na detecção e encaminhamento das situações de risco social» (p. 745). Os profissionais de saúde assumem assim, uma responsabilidade acrescida no estabelecimento de condições propícias à saúde e ao desenvolvimento saudável das crianças. A formação destes profissionais visa sensibilizar para esta temática, mas sobretudo para a detecção precoce de situações que possam afetar a saúde das crianças.

O estabelecimento de políticas viáveis que favoreçam a inclusão e o apoio às famílias migrantes e às suas crianças em particular, na área da saúde, constitui um importante passo para a promoção da saúde infantil. Essas políticas devem-se iniciar pelo direito ao acesso à informação dos pais sobre o estatuto de residência que permite que usufruam dos benefícios do Serviço Nacional de Saúde português e estender-se às práticas concretas no terreno, conhecendo os hábitos de saúde destas crianças. A criação de programas de saúde infantil que incluam a saúde das crianças migrantes revela-se fundamental para atingir princípios básicos como da equidade e da defesa dos direitos fundamentais das crianças. É importante a consciencialização que a atuação deve ter em atenção duas vertentes: a da prevenção e a da educação. Sem menosprezar a detecção atempada de situações, o tratamento e a intervenção, a opção pela prevenção assume-se como a estratégia preferencial na abordagem desta problemática.

Analisando e procurando sistematizar alguns pontos relacionados com a saúde do migrante torna-se fulcral que os profissionais de saúde conheçam e compreendam a experiência de quem migra, proporcionem um contexto de valores culturais compreensíveis ao migrante, que os motive a irem procurar ajuda. Paralelamente, o reconhecimento de que se o migrante não tinha por hábito recorrer aos serviços de saúde no seu país de origem, também é pouco provável que o faça no país de acolhimento. A nível das crianças a percepção de que, o nível sócio-económico dos pais influencia o seu entendimento sobre os cuidados de saúde à criança, mantendo muitas vezes o recurso a práticas populares ancestrais, associando as rotinas de saúde preconizadas pelo país de acolhimento é fundamental.

Os serviços de ação social devem ser parte integrante de um acompanhamento contínuo que não se deve restringir apenas à resolução de problemas, mas sobretudo deve apostar na antecipação e na prevenção de situações que possam pôr em risco a saúde destas crianças. As políticas sociais devem defender a equidade de oportunidade de acesso aos serviços de saúde, visto que se continua a verificar uma assimetria significativa entre a população autóctone e a população migrante, com um resultado manifestamente negativo para os imigrantes.

Podemos considerar que as mulheres e as crianças migrantes, que estão entre as populações mais vulneráveis, devem ser consideradas uma prioridade e alcançadas, se necessário, através de programas de cuidados de proximidade. As visitas de seguimento (apoio domiciliário) para o conhecimento das dificuldades no contexto familiar destas crianças é um exemplo de boa prática com estas famílias. Também na realização de um contacto telefónico pós-alta, tenta-se que exista uma articulação entre os diferentes serviços, tanto internos como externos (articulação com os cuidados de saúde primários) para dar uma resposta exequível e válida aos pais destas crianças. O local de trabalho e a residência podem ser usados como ponto de entrada para a prestação de serviços de saúde e informação aos trabalhadores migrantes e suas famílias, e combater os maiores perigos para a saúde.

Para terminar, os profissionais de saúde precisam de ter uma perspectiva holística dos seus utentes, e em par-

ticular das crianças migrantes, e essa perspectiva inclui cuidar da pessoa, inserindo-a no seu contexto social, económico e cultural, avaliando as suas necessidades e procurando respostas dentro do seu próprio nicho ecológico. Conhecer as diferentes culturas, a forma como encaram a saúde e a doença, a relutância em tomar medicamentos e as práticas relacionadas com a doença é fundamental para a compreensão e para a resolução dos problemas de saúde da população migrante. É importante que as pessoas sintam que a informação é sua, tomando elas próprias decisões mais conscientes e adequadas. A resposta deve traduzir-se sempre na promoção do acesso a cuidados de saúde equitativos, de qualidade e culturalmente adaptados.

Bibliografia

ANACLETO, V., SANTOS, C., LUÍS, C., NUNES, P. & BRITO, M. J. (2009), "A criança migrante num serviço de Pediatria – Que problemas sociais?". *Acta Médica Portuguesa*, 22, pp. 743-748.

ANGEL, R. & WOROBEY, J.L. (1988), "Single motherhod and children's health". *Journal of Health and Social Behavior*, 34, pp. 198-204.

ARONOWITZ, M. (1984), "The social and emotional adjustment of immigrant children: A review of the literature". *International Migrant Research*, 18, pp. 237-257.

BÄCKSTRÖM, B., CARVALHO, A. & INGLÊS, U. (2009), "Imigração e saúde: o gabinete de saúde do CNAI enquanto observatório para o estudo das condições de acesso dos imigrantes aos serviços de saúde". *Revista Migrações*, 4, pp.161-189.

ESTRELA, P. (2009), "A saúde dos imigrantes em Portugal". *Revista Portuguesa De Medicina Geral E Familiar, 25*(1), pp. 45-55.

GONÇALVES, A., DIAS, S. , LUCK, M., FERNANDES, J. & CABRAL, J. (2003), "Acesso aos cuidados de saúde de comunidades migrantes: problemas e perspectivas de intervenção". *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 21 (1), pp. 55-64.

MONTEIRO, I. (2007), *Ser Mãe Hindu. Práticas e Rituais relativos à Maternidade e aos Cuidados à Criança na Cultura Hindu em Contexto de Imigração*. Lisboa: ACIDI, IP.

MONTEIRO, I., & RAMOS, N. (2010), "Ser mãe hindu em contexto de migração em Portugal". In Actas do Congresso Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Florianopolis: pp 1-11.

MOTA, E. L. A., FRANCO, A. L., & MOTTA, M. C. (1999), "Migration, stress, and psychosocial factors as determinants of children's health". *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *12*(1), pp. 119-132.

PUSSETTI, C., FERREIRA, J. F., LECHNER, E., & SANTINHO, C. (2009), *Migrantes e saúde mental. A construção da competência cultural*. Lisboa: ACIDI, IP.

RAMOS, N. (1990), "Educação precoce e práticas de cuidados infantis em meio urbano". In: *Actas do Colóquio Viver (n)a Cidade.* Lisboa: pp. 315-325.

RAMOS, N. (1999). Conferência: *''Saúde e multiculturalidade. A criança e a família em contexto migratório",* In *Congresso Internacional sobre estilos de vida e comportamentos aditivos - Saúde comunitária e exclusão social.* Lisboa, Fundação. Calouste Gulbenkian, 24 e 25 de Novembro de 1999.

RAMOS, N. (2002), "Educação, saúde e culturas – Novas perspectivas de investigação e intervenção na infância". *Revista Portuguesa de Pedagogia*, (36,1,2,3), pp 463-487.

RAMOS, N. (2004), *Psicologia Clínica e da Saúde*. Lisboa: Universidade Aberta.

RAMOS, N. (2006), "Migração, Aculturação, Stresse e Saúde. Perspectivas de Investigação e de Intervenção". *Psychologica,* FPCEUC, 41, pp. 329-350.

RAMOS, N. (2009), "Saúde, migração e direitos humanos". *Mudanças-Psicologia da Saúde*, 17 (1), pp. 1-11.

RAMOS, N. (2012a), "Família e maternidade em contexto migratório e intercultural". In N. Ramos (org). *Família, Educação e Desenvolvimento no séc. XXI. Olhares Interdisciplinares*. IPP, ESEP*:* 21-28. E.Book.

RAMOS, N. (2012b), "Migração, Maternidade e Saúde. Revista: *Reportório, Teatro e Dança*". *Número Temático – Movimento Criatividade e Cura.* Ano 15, nº 18 (2012,1): pp. 71-83. UFBA (online).

RAMOS, N. (2012c), "Comunicação em Saúde e Interculturalidade – Perspectivas Teóricas, Metodológicas e Práticas". *RECIIS – Revista Eletrónica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde.* Rio de Janeiro, 6 (4).

RAMOS, N. (org.). (2008). *Saúde, Migração e Interculturalidade*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.

SOUSA, J. (2006), *Os imigrantes ucranianos em Portugal e os cuidados de saúde*. Lisboa: ACIDI, IP

Riscos laborais de homens e mulheres migrantes e segurança no trabalho.

Maria da Conceição P. Ramos
Professora da Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP/UP) e Investigadora do CEMRI/UAb
cramos@fep.up.pt

Olívio Patricio
Professor do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa (ISA/UL)
opatricio@isa.ulisboa.pt

Resumo: A qualidade de vida associada às condições de trabalho de mulheres e homens migrantes, revela riscos laborais significativos com repercussões na saúde e segurança no trabalho (SST). Existem aspetos especialmente problemáticos: elevadas taxas de emprego dos imigrantes em sectores de alto risco; trabalho temporário e precário, com horas extraordinárias e com problemas de saúde, proporcionando acidentes e doenças profissionais; o seu elevado desemprego, e de longa duração, no contexto da crise económica; barreiras linguísticas e culturais à comunicação e formação em SST. Os riscos para a segurança e saúde no trabalho das mulheres têm sido subestimados relativamente aos riscos incorridos pelos homens, na investigação e prevenção. As imigrantes estão fortemente representadas nos empregos atípicos e precários, com horários e condições de trabalho nocivas para a saúde e conciliação com a vida familiar. É necessária uma abordagem holística à SST e mais estudos sobre os riscos profissionais incorridos pelos(as) trabalhadores(as) migrantes.

Palavras- chave: riscos laborais; qualidade de vida no trabalho; trabalho migrante e género; saúde e segurança no trabalho.

1 - Introdução

Esta comunicação propõe-se analisar as questões dos riscos laborais, qualidade de vida no trabalho, saúde e segurança no trabalho dos migrantes segundo o género a partir de investigações europeias e internacionais sobre a temática.

A qualidade de vida associada às condições de trabalho de mulheres e homens migrantes, revela riscos laborais significativos com repercussões na saúde e segurança no trabalho (Ramos, N., 2006, 2010; Patrício, 2010; Ramos, M. C., 2010, 2012).

Embora nem todos os trabalhadores migrantes estejam em situação "de risco" relativamente à sua saúde e segurança no trabalho, existem aspetos de precariedade laboral que suscitam preocupações à qualidade de vida, designadamente:

- as elevadas taxas de emprego dos imigrantes em sectores de alto risco;
- o seu elevado desemprego, nomeadamente de longa duração, e de contratos temporários, no contexto da crise económica, como mostram as estatísticas da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico);
- as barreiras linguísticas e culturais à comunicação e à formação em SST;
- o facto de, com frequência, os imigrantes trabalharem em trabalhos perigosos, por turnos, em vários empregos e em horas extraordinárias e/ou terem problemas de saúde, são mais suscetíveis de sofrerem lesões e doenças profissionais;
- também, num grau superior à média, estão inseridos na economia informal, resultante da frequência dos estatutos irregulares de imigração e do carácter estrutural da informalidade na economia e no mercado de trabalho.

2 – Riscos laborais dos trabalhadores migrantes

Existem mais de 115 milhões de imigrantes na OCDE, cerca de 10% da população total (OCDE, 2014). Os trabalhadores imigrantes estão mais expostos ao risco de se associarem a trabalhos mais perigosos e menos saudáveis e ocupações menos qualificadas, em especial na construção, serviços domésticos, atividades de limpeza, hotelaria, comércio, etc. (Eurofound, 2007; Ramos, 2007; Eamranond & Hu, 2008).

A análise das condições de trabalho revela que mulheres e homens migrantes se confrontam com riscos de trabalho significativos com repercussões na saúde e segurança no trabalho, como maior risco de acidentes de trabalho nos homens, que estão fortemente representados no sector da construção, ou a invisibilidade e informalidade das condições de trabalho das mulheres, que trabalham em grande número no serviço doméstico, considerado como extenuante, repetitivo, e com frequentes dores musculares originadas pelo trabalho, onde frequentemente não existe horários de trabalho e se verifica muitas situações de exploração, dependência e submissão (Salazar, 2001; Cox, 2006).

Os imigrantes têm uma tendência para ocupar cargos denominados segundo a terminologia anglo-saxónica como "*three D*" por serem *"dirty, dangerous and difficult"* (OIT, 2004), que mesmo com os riscos laborais inerentes possam ser mais bem remunerados do que seriam no seu país de origem. Trabalhos de risco podem ser mais atractivos para imigrantes com baixa qualificação, fraco nível de escolaridade e capacidade limitada para falar fluentemente a língua do país de acolhimento (Orrenius & Zavodny, 2013).

Estudos recentes em vários países desenvolvidos indicam que é mais provável os imigrantes ocuparem cargos de risco do que os nacionais, o que está associado ao facto dos imigrantes terem uma maior taxa de acidentes no trabalho do que os nacionais na maior parte das economias avançadas (Eurofound, 2007; Orrenius & Zavodny, 2013).

O Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal (GEP/MTSS) registou em 2008 que cerca de 19,6% dos acidentes de trabalho identificados aconteceram na construção civil. Os trabalhadores estrangeiros têm um peso superior de sinistralidade neste sector, correspondente a 25,8%.

A Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (OSHA), publicou em 2010 um relatório sobre acidentes ocupacionais de trabalhadores imigrantes em diferentes países europeus, tendo identificado que aos trabalhos desempenhados por imigrantes estão associados maiores riscos de sinistralidade e que os imigrantes estão mais frequentemente envolvidos em acidentes de trabalho do que os nacionais https://osha.europa.eu/pt/publications/corporate/ar_summary_2010

Os dados europeus revelam que são os trabalhadores da construção, onde trabalham muitos imigrantes, que declararam maiores riscos de segurança no local de trabalho (49%, comparativamente com 28% no total de trabalhadores), sendo neste sector onde se verificam as taxas de sinistralidade mais elevadas.

Este relatório europeu (2010) salienta que os imigrantes estão mais expostos a riscos ocupacionais porque estão mais associados a trabalhos mais exigentes ou aceitam piores condições de trabalho, ou seja: t**êm maior número de h**oras de trabalho; trabalham ao fim de semana; têm trabalhos mais monótonos, exigentes e perigosos; aceitam funções abaixo das suas qualificações e menores salários; têm turnos menos atrativos; as suas atividades estão mais expostas a químicos ou a substâncias perigosas; têm menor propensão para tirarem férias ou baixa por doença, muitas vezes por medo do desemprego; revelam maior desconhecimento das condições de segurança e dos direitos de prote**ção laboral, associado a dificuldades linguísticas e culturais.**

Estudos concluem igualmente que muitos imigrantes, particularmente os ilegais, são relutantes em reclamar devido às condições inseguras de trabalho, por estarem preocupados em perder o seu trabalho, ou ser expulsos, ou porque não estão cientes dos seus direitos como trabalhadores (Orrenius & Zavodny, 2013), o que poderá conduzir a situações de exploração, trabalho forçado e mesmo tráfico humano. No Relatório Anual sobre Migração e Asilo de 2011, a Comissão Europeia estima existir entre 2.5 e 4 milhões de migrantes irregulares nos Estados membros da UE. O aumento das taxas de desemprego nos últimos anos, levou a que muitos dos tradicionais países de origem implementassem medidas restritivas à entrada de imigrantes. Tais medidas conduziram ao aumento da imigração ilegal de homens e mulheres.

A literatura e investigação empírica evidenciam que a experiência migratória tem um profundo impacto na saúde e bem-estar psicológico, podendo estar associada a maior risco de morbilidade psiquiátrica e afetar a saúde mental e qualidade de vida dos imigrantes (Ramos, 2006, 2008). São importantes medidas de promoção de saúde mental, com implicações nas políticas públicas de acolhimento da população imigrante e nas práticas nos serviços de saúde. Acresce que, por razões legislativas, estruturais, organizativas, económicas, culturais e linguísticas, muitas vezes o acesso aos serviços de saúde é-lhes negado, o que contradiz com o facto de o direito à saúde ser universal.

Acresce salientar que os imigrantes nem sempre falam a língua do país de acolhimento e não conhecem a legislação que regula os seus direitos, o que levanta questões de informação, administrativas e de comunicação, nomeadamente no trabalho e na saúde, estas situações agravando-se em caso de clandestinidade (Ramos, N., 2007; Reis & Ramos, 2012). Face às diferentes culturas no trabalho é importante garantir a segurança e saúde através da participação e comunicação (European Agency for Safety and Health at Work, 2013b).

3– Saúde e segurança no trabalho do género feminino

Assistimos ao crescimento das migrações internacionais femininas no contexto da mundialização e das transformações dos mercados de trabalho, mas os riscos para a segurança e a saúde no trabalho das mulheres têm sido subestimados relativamente aos riscos incorridos pelos homens, tanto na investigação como na prevenção (Patrício, 2010; EU-OSHA, 2013a). Na Europa, as mulheres representam 53% dos migrantes (ILO/IOM). Seguindo a tendência mundial de feminização das migrações, tem-se verificado que em Portugal o número de mulheres migrantes aumentou significativamente nos últimos anos. Em 2011, segundo os Censos (INE), a população estrangeira residente em Portugal era constituída maioritariamente por mulheres (52,3%). Esta relação alterou-se na última década, uma vez que, em 2001, os estrangeiros em maior número eram os do sexo masculino (54%).

Mulheres e homens estão concentrados em certos empregos, enfrentando perigos específicos a esses tipos de trabalho, pelo que se exige uma abordagem que tenha em conta a dimensão do género nas questões de saúde e segurança no trabalho. No entanto, quando se evocam os riscos no trabalho, pensa-se mais nos homens que trabalham em ambiente de alto risco de acidentes, como no setor da construção, e não nas mulheres que trabalham em serviços de saúde, sociais, domésticos, etc.

Há categorias profissionais onde predomina a mão-de-obra feminina (limpezas, cuidados de saúde e ensino) e as mulheres migrantes integram-se geralmente em postos de trabalho e setores específicos, em trabalhos tradicionalmente femininos: enfermeiras, empregadas domésticas, serviços na restauração e hotelaria, entre outros (Ramos, M. C., 2011). Nos trabalhos domésticos as mulheres migrantes são afetadas por problemas de exposição a riscos de tipo ambiental (principalmente substâncias químicas de limpeza), riscos de tipo ergonómico e riscos de saúde associados a um trabalho extenuante originando frequentes dores musculares (Ahonen et *al*., 2010). Por exemplo as mulheres imigrantes que desempenham tarefas de limpeza têm problemas derivados de movimentos repetitivos e rigidez postural e as que se ocupam de pessoas dependentes sofrem uma maior exposição e esforços e um risco elevado de lesões nas costas.

As imigrantes nos trabalhos domésticos são afetadas também por problemas psicossociais, grandes exigências emocionais, escassa perceção de apoio, insegurança, monotonia, problemas de stresse, de sono, ansiedade, cansaço e tristeza, contexto de isolamento, relações de submissão e dependência, sobretudo para as empregadas "internas", vulnerabilidades acrescidas no contexto migratório (Ramos, N., 2010). Estas trabalhadoras são mais suscetíveis de serem alvo de exploração e abuso dado que desempenham tarefas em áreas de fraca regulação e proteção social, como no trabalho doméstico, onde encontram muitas vezes condições de vida e de trabalho difíceis, com baixos salários e ambiente de trabalho pouco seguro. Há uma economia subterrânea/informal que absorve os migrantes, nomeadamente no caso das empregadas domésticas, em que muitas trabalham sem estar declaradas e sem proteção social.

Em 2011, reconhecendo a necessidade de um instrumento específico para regular o trabalho doméstico, tendo em conta as condições particulares em que se realiza, e atendendo a que este trabalho é realizado maioritaria-

mente por mulheres e migrantes, são adotadas na OIT a Convenção nº 189 e a Recomendação nº 201, que vêm completar as normas internacionais existentes.
Os abusos e a exploração das trabalhadoras migrantes são menos suscetíveis de identificação do que os sofridos pelos homens migrantes, porque ocorrem em situações laborais menos visíveis, como o trabalho doméstico e a prestação de cuidados, que se caracterizam por serem realizados em contexto fechado e em privado. Assinale-se também os turnos de trabalhos diários prolongados (de 12 a 16 horas por dia), longas semanas de trabalho, de sete dias sem folgas, violação da integridade física (castigos, intimidações…), bem como más condições de vida que incluem alimentação e alojamento inadequados.
As imigrantes estão fortemente representadas nos empregos atípicos e precários, com riscos acrescidos e horários e condições de trabalho nocivas para a saúde e conciliação com a vida familiar (Patrício, 2010; Ramos, N., 2010, 2011; Ramos, M. C., 2010, 2012).
Uma abordagem holística à segurança e saúde no trabalho, incluindo a interface trabalho-vida doméstica, a eliminação das discriminações na atividade e saúde e a organização do trabalho e do emprego, é necessária para prevenir riscos profissionais e melhorar as condições de trabalho dos migrantes, tanto para homens como para mulheres. Como assinala a Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (EU-OSHA), são necessárias boas práticas para garantir que empregadores, representantes dos trabalhadores e outras entidades interessadas encontrem soluções nos locais de trabalho que previnam os riscos destes trabalhadores.

4 – Crise económica e degradação das condições de trabalho dos migrantes

A crise económica provocou consequências profundas no trabalho e nos serviços públicos, com consequências para a qualidade de vida dos migrantes e nacionais na Europa. Os migrantes tendem a estar sobre representados em sectores sensíveis às flutuações económicas, geralmente têm contratos menos seguros e são na maioria trabalhadores temporários, com menor estabilidade de emprego. A crise agudiza as clivagens e tensões entre grupos raciais ou étnicos. As mulheres e homens migrantes podem ser vítimas de discriminação e xenofobia, situação que se agrava quando estão em situação irregular (Ramos, M. C., 2010). No atual contexto de crise global, os Estados e as populações tendem a responder com protecionismo e xenofobia, procurando soluções por caminhos discriminatórios e de curto prazo, cujas consequências agravam a dramática situação dos trabalhadores mais desfavorecidos em tempos de crise, como é o caso dos imigrantes (Awad, 2009; Eurofound, 2013c). Estes trabalhadores constituem um grupo especialmente vulnerável aos efeitos da crise através do desemprego, subemprego, economia informal, emprego flexível, precariedade salarial e laboral e empobrecimento.
É frequente o trabalhador estrangeiro ser visto como intruso, invasor, ameaça, e não como gerador de riqueza coletiva, facilitando a prosperidade da economia dos países em que trabalham e uma mais rápida saída da crise lado a lado com os restantes trabalhadores. A migração internacional tem contribuído para o crescimento e a prosperidade dos países de acolhimento dos trabalhadores imigrantes. Estes fornecem uma fonte valiosa de mão-de-obra semiqualificada e não qualificada a muitos países industrializados e uma fonte de mão-de-obra altamente qualificada a países desenvolvidos, contribuindo para manter a competitividade dos países que os acolhem, como no caso de Portugal (Ramos, M. C., 2007).
Mas a competitividade não pode ser dissociada da qualidade do trabalho e das condições de trabalho. Cabral e Duarte (2011) fazem uma comparação entre os trabalhadores portugueses e os imigrantes em Portugal (europeus, brasileiros, dos países africanos de língua oficial portuguesa, e outros), entre o período de 2002 e 2008: cerca de 45% dos imigrantes têm contrato fixo e quanto aos portugueses essa percentagem é de 77%, salientando-se que só os imigrantes originários da UE15 é que conseguem ter uma percentagem de contrato fixo superior a 50% face ao contrato temporário, sendo esta de 66%; por fim, constata-se que os portugueses têm um salário médio que não é ultrapassado por nenhum outro conjunto de imigrantes, com a exclusão dos oriundos da UE15, os quais recebem em média cerca de 1470 euros, face aos portugueses que auferem 860 euros.
Nos países da OCDE (2014) a migração para fins de trabalho tem vindo a diminuir de forma contínua com a recessão económica. Esta quebra foi particularmente assinalável no Espaço Económico Europeu, onde a

migração para fins de trabalho diminuiu quase 40% entre 2007 e 2012. A crise atingiu os imigrantes de forma significativa: dos 15 milhões de novos desempregados na OCDE desde 2007, aproximadamente 1 em 5 nasceu num país estrangeiro (OECD, 2014).
Para além do desemprego, a crise agudiza o trabalho precário e atípico sob diversas formas: trabalho a termo, trabalho temporário, trabalho não declarado, salários em atraso, exposição dos trabalhadores a riscos profissionais, controle de custos nas empresas com potencial repercussões nos acidentes de trabalho, etc.
Diversos fatores são influenciadores da saúde dos migrantes, tais como: determinantes socioeconómicos; condições de vida relativamente piores que as da população do país de acolhimento; condições de trabalho precárias e exploração laboral; rutura de laços familiares; dificuldade de integração e consequente isolamento, etc. A saúde mental degradou-se para certos grupos de trabalhadores na Europa, assim como o aumento da incidência de certas condições de trabalho como fonte de stresse e de doença num contexto de flexibilização e intensificação do trabalho (Ramos, 2006; Thébaud-Mony, 2007; Thébaud-Mony & Robatel, 2009). Problemas de desqualificação profissional, subemprego e desigualdade de oportunidades e discriminação, constituem não só uma perda de recursos humanos valiosos e de coesão social, mas comportam também riscos psicossociais para os próprios migrantes, nomeadamente mulheres (Ramos, M. C., 2010; Marin-Avellan & Mollard, 2011).

5 – Políticas públicas para uma melhor qualidade de vida no trabalho

A qualidade de vida está condicionada pela boa qualidade dos serviços públicos e também pela integração na sociedade recetora. A migração internacional é um dos fenómenos relevantes no setor da saúde pública.
Situações de precariedade, irregularidade administrativa e limitado acesso a determinados serviços determinam a "invisibilidade" da presença dos imigrantes nas fontes de informação tradicionalmente utilizadas na investigação em saúde pública, e a exploração laboral, com consequências para a qualidade de vida e saúde em geral.
"As políticas públicas em matéria de riscos profissionais permanecem profundamente ancoradas na lógica das seguradoras e do espaço da negociação salarial. (…) A ruptura só se opera quando as vítimas se organizam colectivamente e interpelam a justiça em nome dos princípios e direitos fundamentais, como o direito à vida, à saúde, à dignidade" (Thébaud-Mony, 2010: 73).
A Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (Eurofound, 2013a), assinala que os aspetos multidimensionais da qualidade de vida devem ser conjugados com políticas públicas eficazes, europeias e nacionais. A Eurofound (2013b, 2014) recomenda que a crescente atenção política para os aspetos multidimensionais de bem-estar e saúde dos migrantes ou nacionais, tem de ser conjugada com a ação pública eficaz para combater as desigualdades sociais e integrada nas políticas gerais a nível europeu e nacional.
A Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (EU-OSHA) foi criada pela União Europeia em 1996, é sediada em Espanha, em Bilbao, e o seu principal objectivo é pesquisar, desenvolver e distribuir informação sobre segurança e saúde, principalmente através da organização campanhas para consciencializar os cidadãos sobre estes temas, de forma a contribuir para fazer da Europa um lugar seguro, saudável e mais produtivo no trabalho.
A fim de proteger melhor os mais de 217 milhões de trabalhadores da UE contra os acidentes de trabalho e as doenças profissionais, a Comissão Europeia apresentou em 06/06/2014 um novo *Quadro Estratégico para a Saúde e a Segurança no Trabalho 2014-2020*, que identifica os principais desafios e os objetivos estratégicos da saúde e segurança no trabalho. Este novo quadro estratégico europeu pretende facilitar o cumprimento da legislação, sobretudo entre as micro e as pequenas empresas, que revelam maiores dificuldades nessa tarefa e "contribuir para a melhoria da qualidade do emprego assim como da satisfação com o emprego, melhorando em simultâneo a competitividade e a produtividade das empresas europeias, em especial as pequenas empresas, e reduzindo os custos para os sistemas de segurança social".
O dever das empresas chamarem a si as responsabilidades sobre as condições de saúde e bem estar de cada trabalhador é defendido pela Organização Mundial de Saúde e tem assumido espaço nas orientações estratégicas europeias. Nos modelos de gestão de saúde e segurança no trabalho também ganham espaço as questões psi-

cossociais e a prevenção das doenças relacionadas com o trabalho. As longas horas de trabalho e o não respeito pelas regras de ergonomia colocam em risco homens e mulheres em todo o mundo (OIT, 2009).
A Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) é o organismo do Estado português que visa a promoção da melhoria das condições de trabalho em todo o território continental através do controlo do cumprimento do normativo laboral no âmbito das relações laborais privadas e pela promoção da segurança e saúde no trabalho em todos os setores de actividade públicos ou privados. Um objetivo estratégico da ACT é o de promover a redução dos acidentes de trabalho. Na sua estratégia está a "consolidação da ACT como a entidade pública de referência na promoção da segurança, saúde e bem estar no trabalho e da garantia de elevados padrões de cumprimento dos normativos em matéria laboral, num quadro de uma globalização justa e de um desenvolvimento sustentável, e de igualdade de oportunidades" (ACT, 2013: 15).
Um sistema de saúde e segurança no trabalho é o "conjunto de ações necessárias ao funcionamento com qualidade dos serviços de saúde e segurança no trabalho nas empresas, através da certificação das entidades prestadoras de serviços e da promoção da formação técnica em saúde e segurança no trabalho, bem como da dinamização da rede de prevenção de riscos profissionais" (ACT, 2013: 17).

6 – Algumas propostas e considerações finais para trabalhadoras e trabalhadores migrantes

A deterioração física e mental das pessoas é um dos sinais da erosão da qualidade de vida, da coesão social e do nível de integração social. É necessário atender às consequências humanas, sociais e económicas da desvalorização do trabalho, incluindo as condições de empregabilidade dos trabalhadores. As propostas têm que atender a uma justa remuneração e segurança do emprego, qualificação e desenvolvimento profissional, prevenção dos riscos para a vida e saúde das pessoas e integração social e dignidade do trabalhador.
São necessários mais estudos sobre os riscos profissionais incorridos pelos trabalhadores migrantes, homens e mulheres e os países de acolhimento devem integrar estas preocupações nas suas políticas de imigração. Importa integrar o género na avaliação dos riscos no local de trabalho e na qualidade de vida dos migrantes. A dimensão do género na prevenção dos riscos é consagrada como objetivo na legislação comunitária.
Há determinantes que influenciam as condições de trabalho dos imigrantes: escassa informação sobre direitos, deficientes relações laborais, incumprimento da legislação laboral, relações de submissão, hostilidade, características do mercado de trabalho, condições de trabalho perigosas, circunstâncias da situação migratória, etc.
É necessário colocar a agenda da qualidade de vida (Eurofound, 2013a,b, 2014) e do trabalho digno e decente da Organização Internacional do Trabalho (BIT, 2005, 2007; OIT, 2008) no centro das migrações de homens e mulheres e aprofundar o debate que contribua para a formulação de políticas públicas orientadas para a proteção laboral dos migrantes. Apesar do desemprego continuar a registar níveis elevados nos países da OCDE e da União Europeia, a migração continua a ter uma função a desempenhar na satisfação das necessidades do mercado de trabalho e na dinamização do crescimento económico.

Bibliografia

Ahonen, E. Q. et al. (2010), "Invisible work, unseen hazards: the health of women immigrant household service workers in Spain", *American Journal of Industrial Medicine*, 53, 4, p. 405-416.

Autoridade para as Condições de Trabalho (2013), *Estratégia 2013//2015*, ACT.
Awad, I. (2009), *The global economic crisis and migrant workers: impact and response*. International migration programme. International labour office.

BIT (2005), *Introductory report: decent work – safe work*, Genebra: OIT.
Bureau Internacional do Trabalho (2007), *Locais de trabalho seguros e saudáveis: tornar o trabalho digno uma realidade*, Lisboa: OIT.

Cabral, S. & Duarte, Cl. (2011), "Os imigrantes no mercado de trabalho português". Banco de Portugal, *Boletim Económico*, primavera 2011, p. 103-124.

Comissão Europeia (2014), Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões *relativa a um quadro estratégico da UE para a saúde e segurança no trabalho 2014-2020*, Bruxelas, 6.6.2014, COM (2014) 332 final.

Cox, R. (2006), *The servant problem, domestic employment in a global economy*, London: I.B. Tauris.

Direção Geral da Saúde (2013), *Programa nacional de saúde ocupacional (PNSOC) 2º ciclo 2013/2017*, Lisboa: DGS.

Eamranond, P. & Hu, H. (2008), Environmental exposures in immigrant health. *Environmental health insights*, 1, p. 45-50.

Eurofound (2007), *Employment and working conditions of migrant workers*. Dublin: European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions.

Eurofound (2013a), *Third european quality of life survey – quality of society and public services*, Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Eurofound (2013b), *Third european quality of life survey – quality of life in Europe: social inequalities*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Eurofound (2013c), *Impact of the crisis in working conditions in Europe*. Dublin: European Foundation for the improvement of living and working conditions.

Eurofound (2014), *Third european quality of life survey – quality of life in Europe: trends 2003-2012*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

European Agency for Safety and Health at Work, EU-OSHA (2013a), *New risks and trends in the safety and health of women at work*. Luxembourg: Publication Office of the European Union.

European Agency for Safety and Health at Work (2013b), *Diverse cultures at work: ensuring safety and health through leadership and participation*. Luxembourg: Publication Office of the European Union.

International labour office (2004), *Towards a fair deal for migrant workers in the global economy*. International Labour Conference. Geneva: ILO.

Marin-Avellan, L. E. & Mollard, B. (2011), *L'impact psychosocial du sous-emploi sur la vie des femmes migrantes qualifiées travaillant à Genève (Suisse)*, Genève: OIM.

OECD (2014), *International migration outlook*. OECD publishing.

OIT (2008), *Trabalhadoras e trabalhadores migrantes: alcançar a igualdade de direitos e oportunidades*, Lisboa: OIT, Trabalho digno para todos.

OIT (2009), *Segurança e saúde no trabalho para homens e mulheres*, Lisboa: OIT, ACT, Trabalho digno para todos.

Orrenius, P. M. & Zavodny, M. (2013), "Immigrants and risky occupations". In K. F. Zimmermann & A. Constant (eds.), *International handbook on the economics of migration*, Edward Elgar Publishing, p. 214-226.

Patrício, O. (2010), "Prevenção e segurança no trabalho, mobilidade e género. *Seminário Internacional Fazendo Género 9 – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, UFSC, Florianópolis, 23-26/08/2010.

Ramos, M. C. P. (2007), "Imigração, Desenvolvimento e Competitividade em Portugal", *Revista Economia e Sociologia*, nº 84, 2º semestre, p. 71-108.

Ramos, M. C. P. (2010), "Migrações e Género – Trabalho, Empreendedorismo e Discriminações". In *Seminário Internacional Fazendo Género 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos,* UFSC, Florianópolis, 23-26/08/2010, Anais eletrónicos (http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/)1278297633_ARQUIVO_ ComunicacaoFlorianopolisMCPR(1).pdf

Ramos, M. C. P. (2011), "Migrações internacionais e género: dinâmicas de participação das mulheres portuguesas imigrantes". In R. Boschilia & M. L. Andreazza (orgs.). *Portuguesas na diáspora: histórias e sensibilidades*. Curitiba: UFPR, p. 137-160.

Ramos, M. C. P. (2012), "Migrações, género e saúde no trabalho". In *Congresso Ibero Americano de Pesquisa Qualitativa em Saúde*, Lisboa, 11-13 de Outubro 2012, Grupo de Trabalho "Saúde, Migrações e Interculturalidade" coordenado por N. Ramos.

Ramos, N. (2006), "Migração, aculturação, stresse e saúde. Perspectivas de investigação e de intervenção", *Psychologica*, nº 41, p. 329-350.

Ramos, N. (2007), "Comunicação e interculturalidade nos cuidados de saúde", *Psychologica*, **nº 45, p. 147-169.**

Ramos, N. (2008) (Org.), *Saúde, Migração e Interculturalidade*, João Pessoa: EDUFBA.

Ramos, N. (2010), "Género e Migração – Questionando dinâmicas, vulnerabilidades e políticas de integração e saúde da mulher migrante". In *Seminário Internacional Fazendo Género 9 – Diásporas, Diversidades, Deslocamentos,* UFSC, Florianópolis, 23-26/08/2010, Anais electrónicos (http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/) 1278173824_ARQUIVO_Natalia 1RamosFG9.pdf

Ramos, N. (2011), "Género e migração: dinâmicas e políticas sociais, familiares e de saúde". In R. Boschilia & M. L. Andreazza (orgs.) *Portuguesas na diáspora: histórias e sensibilidades*. Curitiba: UFPR, p. 263-282.

Reis, L. & Ramos, N. (2012), « Imigrantes brasileiros em Lisboa e utilização dos serviços de saúde », In B. Padilla et al. *Novas e velhas configurações da imigração brasileira na Europa*. Lisboa: ISCTE, p. 103-111.

Salazar, R. (2001), *Servants of globalization: women, migration and domestic work*. Stanford: Standford University Press.

Thébaud-Mony, A. (2007), *Travailler peut nuire gravement à votre santé*, Paris : La Découverte.

Thébaud-Mony, A. & Robatel, N. (orgs.) (2009), Stress et risques psychosociaux au travail, *Problèmes politiques et sociaux*, nº 965, Paris : La Documentation Française.

Thébaud-Mony, A. (2010), Riscos, *Laboreal*, 6, (1), p. 72-73.

Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (UE) -http://www.osha.europa.eu/pt

Autoridade para as Condições de Trabalho (Portugal) - http://www.act.gov.pt

Bureau Internacional do Trabalho – Programa de Segurança e Saúde no Trabalho e Ambiente (Safework) – www.ilo.org/safework

European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions - Fundação Europeia para a melhoria das condições de vida e de trabalho – http://www.eurofound.europa.eu

European Risk Observatory – http://riskobservatort.osha.europa.eu

Famílias Migrantes nas Cidades Interculturais: Acolhimento, Solidariedade e Saúde

Natália Ramos[1]

Resumo: As questões das migrações são da maior relevância e atualidade na sociedade contemporânea globalizada e nos diversos setores, nomeadamente no âmbito individual, social, intercultural, científico e político. Os percursos migratórios em relação ao passado são hoje mais diversificados, complexos, feminizados, qualificados, internacionalizados e individualizados, atingindo todos os continentes, países, géneros, classes sociais e gerações e implicando os vários domínios da vida pública e da vida privada, nomeadamente da família. Investigações e organismos internacionais e nacionais assinalam os desafios e oportunidades colocados pelos fluxos migratórios ao nível da multi/interculturalidade das sociedades e dos contatos interculturais, das políticas respeitantes ao acolhimento, integração social, solidariedade e saúde das famílias oriundas de diferentes universos culturais, bem como no âmbito da comunicação intercultural e da gestão dos contactos e espaços interculturais nas cidades, sendo estas caraterizadas por uma crescente pluralidade e diversidade étnico/cultural. A mobilidade familiar e a feminização das migrações promovem oportunidades para a família e para a mulher ao nível identitário, social, educacional e económico implicando, igualmente riscos e vulnerabilidades, nomeadamente de saúde e familiares, particularmente para as mães e as crianças. Através de uma abordagem multidimensional e intercultural e de investigações teóricas e empíricas, propomo-nos analisar algumas problemáticas psicossociais, culturais e de saúde colocadas às famílias e mães migrantes e discutir desafios originados pela migração ao nível das subjectividades, identidades, papéis e relações familiares, maternidade e saúde, bem como estratégias e políticas públicas de acolhimento e integração, promotoras dos direitos, participação, solidariedade e bem-estar destas famílias.

Palavras-chaves: Migrações e Interculturalidade; Famílias Migrantes; Mulheres Migrantes; Interculturalidade e Saúde; Migrações e Identidades; Cidades Interculturais.

Introdução

Minha família anda longe (…),
Tão longe, a minha família!
Tão dividida em pedaços!
Um pedaço em cada parte.
Minha família anda longe.
Cecília Meireles, "Memória", in *Poesia Completa*

O aumento da globalização e das migrações internas e internacionais no contexto europeu e mundial, fizeram aumentar a multi/interculturalidade nas sociedades e o número de famílias, crianças e adultos originários de culturas diferentes. A multiculturalidade, no sentido da coexistência numa mesma sociedade de várias culturas e etnias distintas, e o contacto intercultural, ou seja, o encontro de pessoas e de grupos diferentes do ponto de vista cultural, étnico ou linguístico, são elementos que caracterizam cada vez mais o tecido social, profissional

---

1 Professora Associada da Universidade Aberta, Lisboa. Pesquisadora do Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais (CEMRI) onde Coordena o Grupo de Investigação "Saúde, Cultura e Desenvolvimento". Doutorada e Pós-Doutorada em Psicologia, especialidade Clínica Intercultural, Universidade de Paris V, Sorbonne; Especializada em Antropologia Fílmica, Escola Prática de Altos Estudos, Paris, Sorbonne. Autora e realizadora de trabalhos escritos e fílmicos, nomeadamente sobre questões interculturais e migratórias e suas interfaces psicossociais, educacionais, identitárias, familiares, comunicacionais e clínicas/sanitárias. Tem coordenado projetos de pesquisa nacionais e internacionais e orientado/acolhido investigações de Mestrado, DoutoradoePós-Doutorado.E-mail:natalia@uab.pt.

e familiar do mundo atual, exigindo uma abordagem multidimensional, integrativa e multi/interdisciplinar.
Muitas famílias, homens, mulheres, crianças e jovens são obrigados a abandonar a sua terra natal e sujeitos à separação familiar, emigrando no interior do seu país de origem ou para outro país, para fugir da pobreza, da falta de oportunidades, da violência e opressão dentro do próprio núcleo familiar ou comunitário, de conflitos étnicos, religiosos ou políticos, bem como pelo desejo de emancipação, de concretizar sonhos, de alcançar autonomia e independência financeira e afetiva ou como estratégia para oferecer melhores condições de vida aos filhos e/ou demais membros da família.
A experiência migratória é complexa e ambivalente. Ela envolve a separação da família e da cultura de origem, enquanto suportes de apoio e segurança, bem como as condições de deslocamento e acolhimento, as quais vão influenciar a adaptação e o sucesso ou insucesso do processo migratório. Viver, nascer e crescer em contexto migratório e intercultural poderá constituir um processo enriquecedor e positivo capaz de favorecer o desenvolvimento, o bem-estar, a autonomia, o dinamismo e a criatividade dos indivíduos e das famílias, como igualmente provocar inadaptação, conflitos, stresse, doença, sofrimento e vulnerabilidades, nomeadamente sociais, identitárias, comunicacionais, sanitárias e familiares, devido às ruturas, transformações e mudanças psicológicas, culturais, linguísticas, laborais, sociais, familiares, ambientais e políticas (Camilleri,1990; OMS, 1983; Ramos, 2004, 2008a,b,c, 2009, 2014; Mozère, 2004; PNUD, 2009). São sobretudo as famílias, em particular as mães, as crianças e jovens as mais vulneráveis a estas ruturas e mudanças e as que sofrem transformações mais profundas e variadas ao nível da sua re(construção) identitária. Para as famílias migrantes, o desenraizamento cultural, o isolamento familiar e social, diferentes referências e valores e novos espaços sociais e culturais poderão originar sentimentos de exclusão, sofrimento, conflito e discriminação.
O acolhimento, integração e bem-estar das famílias migrantes nas sociedades recetoras estão relacionados com um conjunto complexo e variado de fatores, onde se destacam fatores psicológicos, sociais, económicos, culturais, jurídicos e políticos, que reenviam ao estatuto social, económico e jurídico do indivíduo e da família migrante na sociedade de acolhimento, aos seus recursos individuais e estratégias de adaptação, às suas redes sociais e de suporte, às atitudes da sociedade de acolhimento e às estratégias e políticas públicas dos governos e dos Estados.
As questões respeitantes à diversidade cultural, às relações interculturais e às migrações, particularmente familiares, são da maior importância e atualidade social e política, ao nível da pesquisa, da formação e da intervenção nos diferentes domínios. Elas constituem um desafio mundial, europeu e nacional, sendo objeto de preocupação dos cidadãos, dos profissionais e dos Estados - sejam países de origem, de trânsito ou de destino de migrantes -, de Portugal e da União Europeia (UE) e de vários organismos nacionais e internacionais, nomeadamente: a Organização das Nações Unidas (ONU, 2006); a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE, 2000); a Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2010); a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 2001, 2005); a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2008, 2011); o Conselho da Europa (CE, 2001); a Associação Americana de Psicologia (APA, 2003); o Alto Comissariado Para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, 2010). Estes organismos têm apresentado propostas e sublinhado os múltiplos desafios colocados pelos crescentes fluxos migratórios ao nível da multi/interculturalidade das sociedades, das estratégias e políticas públicas nos diferentes sectores, nomeadamente no que respeita: à integração social, ao acolhimento e solidariedade das populações oriundas de diversos universos culturais, em particular das famílias migrantes, à gestão dos contactos culturais e dos conflitos, bem como à gestão e organização intercultural dos espaços nas cidades multiculturais.
Neste sentido, o Conselho da Europa e a Comissão Europeia, insistem em que é necessário promover a "Cidade Aberta e Intercultural" e acolher a diversidade cultural e as comunidades migrantes nas cidades ditas "globais" (Sassen, 2001), de modo a responder às caraterísticas e necessidades das sociedades atuais. Esta necessidade é reforçada por Sandercock (2004) quando defende que o diálogo e a coabitação intercultural têm de estar presentes no quotidiano e assentes em dois tipos de direitos fundamentais: o *"*direito à cidade*"*, enquanto espaço coletivo, promotor da participação e de integração de todos na vivência da cidade; o *"*direito à diferença*"*, enquanto promoção e valorização da diversidade, das identidades, da alteridade e da comunicação intercultural.
As problemáticas do domínio intercultural, resultantes nomeadamente dos movimentos migratórios implicam aprender a viver, a comunicar e a trabalhar com o *Outro*, exigem competências de cariz psicológico, social,

cultural, pedagógico e comunicacional, baseadas na experiência da alteridade e da diversidade e no equilíbrio entre o universal e o singular (Ramos, 2010, 2011, 2013, 2014). Nesse sentido, o Conselho da Europa (2001) acentua que é necessário evitar os perigos e conflitos que podem resultar da ausência de competências para viver e comunicar num mundo multicultural, interativo e global. Estas competências irão contribuir para a diminuição dos estereótipos, preconceitos e discriminação, os quais podem originar problemas nas relações entre os indivíduos e as culturas e influenciam os comportamentos, as atitudes, o bem - estar e a saúde dos indivíduos e das famílias. Do mesmo modo, a Associação Americana de Psicologia salienta a necessidade de integrar as questões da multi/interculturalidade e da diversidade na educação, formação, investigação, prática profissional e mudança organizacional, assim como a necessidade de produzir bases teórico-conceptuais e investigação empírica relevante neste domínio, tanto em Psicologia como em disciplinas relacionadas, que justifiquem e forneçam suporte às orientações e intervenções no âmbito da interculturalidade (APA, 2003).

1. Migrações e Famílias Migrantes na Atualidade

No mundo globalizado contemporâneo, há novas mobilidades e novas configurações dos percursos migratórios face a novos contextos sociais, demográficos, ambientais, laborais e políticos, tais como: a globalização; a urbanização; o envelhecimento demográfico nos países desenvolvidos; as necessidades do mercado de trabalho em muitos países industrializados; o desemprego e as crises internacionais que afetam os países desenvolvidos e em desenvolvimento; o aumento crescente da migração feminina; o turismo internacional; as catástrofes ambientais; os conflitos étnicos, políticos e religiosos; o surgimento de políticas migratórias em países que as não possuíam; a mobilidade gerida por uma governação mundial das migrações; as novas formas de mobilidade estudantil e qualificada; as necessidades de serviços domésticos e de "cuidados" aos idosos e às crianças nos países envelhecidos; os novos meios de comunicação (os *media*, a internet); as facilidades de deslocação e rapidez dos meios de transporte; o desenvolvimento de redes entre países baseadas na história, família, cultura. Assistimos, nas últimas décadas, ao crescimento, complexidade, internacionalização e diversificação das migrações, principalmente femininas, como também à generalização e globalização do trabalho, nomeadamente do trabalho feminino migrante, encontrando muitas mulheres migrantes trabalho no serviço doméstico. No mundo globalizado de hoje, ainda que muitos migrantes sejam objeto de medos, preconceitos, violência e exclusão, homens e mulheres continuam a deslocar-se dentro ou para fora dos seus territórios, por motivos económicos, políticos, de conflitos e guerras, laborais, de desigualdades sociais e de género, académico-científicos, individuais/subjetivos ou de desastres e catástrofes ambientais. Os fluxos migratórios estão na origem de profundas transformações identitárias, espaciais, territoriais e interculturais e implicam os vários domínios da esfera pública e privada, nomeadamente familiar. Segundo a OCDE, um terço das migrações internacionais são migrações familiares, a reunificação familiar sendo a principal via de entrada da imigração para a União Europeia e EUA, verificando-se que 75% dos fluxos migratórios anuais são constituídos por cônjuges, filhos e outros familiares, ainda que os projetos migratórios sejam cada vez mais autónomos e individualizados (Ramos, 2008a,b, 2009, 2011a,2012a, 2013).

A migração constituiu assim um fenómeno importante, sobretudo na Europa, na Ásia e na América do Norte, registando-se perto de mil milhões de pessoas em situação de mobilidade no mundo (OCDE, 2012). Mundialmente estima-se que haja 740 milhões de migrantes internos e 240 milhões de migrantes internacionais. Destes migrantes internacionais, 50% são mulheres, constituindo a feminização das migrações uma das características das migrações contemporâneas e 33 milhões são crianças e jovens menores de 20 anos de idade, que migraram com as suas famílias ou sozinhos (Castles & Miller, 2003; ONU, 2012). Para além das crianças e jovens que migram, muitos outros são direta ou indiretamente afetados pela migração, inclusive as crianças e jovens que são deixados no país de origem aos cuidados de parentes ou vizinhos quando um ou os dois pais emigram. O número de migrantes internacionais aumentou significativamente, registando-se na década de 70 apenas 75 milhões. Só na União Europeia (UE), o número de migrantes provenientes de países extra europeus aumentou 75% desde 1980, sendo a Europa o continente que acolhe o maior número de migrantes no mundo e o mais feminizado, a migração feminina representando 53,4% da população imigrante neste continente. De destacar

que dos países da União Europeia, é a Alemanha que acolhe o maior número de cidadãos estrangeiros, num total de 7,2 milhões, seguida da Espanha, com 5,6 milhões, e do Reino Unido, com mais de quatro milhões. Em 2010, a China foi o principal país de origem dos migrantes que se deslocaram para os países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE, 2012). Os que migram devido à insegurança, a catástrofes, a guerras ou por motivos políticos representam cerca de 14 milhões. As migrações forçadas de pessoas, geralmente tráfico de mulheres e crianças por redes criminosas internacionais, atingem 12 milhões de indivíduos (ONU, 2012).

Não só a migração internacional, mas também a migração de áreas rurais para áreas urbanas, ocorre de forma intensa, como, por exemplo, na África Ocidental, onde a maioria das crianças e jovens migrantes se desloca para a cidade, acompanhando os pais, outros familiares ou cuidadores, que procuram emprego ou outras oportunidades de vida (Black & Hilker, 2004; Van de Glind, 2010). A título de exemplo, a percentagem de população infantil migrante da China atingiu quase 10% em 2008, ou seja, foram 27,3 milhões as crianças que participaram de migrações internas com os seus pais neste ano (UNICEF, 2010). No entanto, é significativo o número de jovens que se deslocam sozinhos dentro dos países. Uma análise de dados de pesquisas em 12 países constatou que um em cada cinco adolescentes migrantes entre os 12 e os 14 anos de idade havia migrado sem um dos pais (Mckenzie, 2006). Na África Ocidental e na Ásia Meridional, onde as taxas de migração juvenil independente são particularmente altas, a maioria dos jovens migrantes deixa a sua casa familiar entre os 13 e os 17 anos de idade (Whitehead & Hashim, 2007). Muitos destes jovens crescem em áreas rurais pobres, onde é habitual o êxodo em busca de trabalho para completar o rendimento familiar, seja durante parte do ano, seja durante períodos de dificuldades financeiras ou por períodos mais longos. Estima-se que só na Índia quatro milhões de crianças e jovens migrem temporariamente, sozinhos ou com as suas famílias (UNICEF, 2012).

Em Portugal, segundo os Censos de 2011, residiam em Portugal 394.496 indivíduos de origem estrangeira, representando 3,7% do total de residentes do país. Mais de metade desta população estrangeira é constituída maioritariamente por mulheres (206.410), sendo os homens 188.086 e 51,6% reside na região de Lisboa. A maior comunidade estrangeira é a brasileira (28%), seguindo-se a cabo-verdiana (10%), a ucraniana (9%), a angolana (6,8%), a romena (6,2%) e os originários da Guiné-Bissau (4,1%). Em Portugal entre as mulheres estrangeiras, as brasileiras são as mais numerosas, representando 57,9% da comunidade brasileira. O estado civil mais representado na população estrangeira é o de solteiro (53%), seguido dos casados (39%), da união de facto (28,2%), dos divorciados (6%) e dos viúvos (2%). A título de exemplo, para os chineses (59,3%), moldavos (56,3%), ucranianos (56%) e ingleses (55,95%) o estado civil mais representado é o casado. Já a união de facto é mais representativa nos PALOP, com São Tomé e Príncipe (55,6%) e Cabo Verde (51,7%) a dominarem este tipo de união. Os chineses encontram-se no extremo oposto, verificando-se que apenas 5,3% declararam esta forma de conjugalidade (INE, 2012).

O Instituto Nacional de Estatística (INE, 2011) destacava que, em 2009, os nascimentos em Portugal de filhos de imigrantes representavam 10,4% da totalidade dos nascimentos neste ano, sendo os brasileiros os que contribuem com o maior número de crianças e que se mantêm em primeiro lugar na união com portugueses. Em 2010, 25,3% dos recém-nascidos no Algarve eram filhos de mãe de nacionalidade estrangeira (sobretudo de origem africana dos PALOP, brasileira e europeia de leste). Os dados do INE (2011) registam, igualmente um aumento de casamentos mistos em Portugal, ou seja, entre portugueses e estrangeiros.

Por outro lado, Portugal tem reforçado a sua diáspora no mundo, nomeadamente feminina, tendo o número de portugueses que emigraram nos últimos anos aumentado significativamente, estimando-se que o número de portugueses e descendentes no estrangeiro atinja cerca de 5 milhões de indivíduos. As estimativas da emigração apontam para cerca de 110 mil portugueses que saíram do país só em 2013, cujo destino foi sobretudo o Reino Unido, a Suíça e a Alemanha (Pires *et al*. 2014).

Importa registar que mais de 50% dos migrantes e refugiados em todo o mundo

vivem em áreas urbanas, contribuindo para a diversidade cultural associada à urbanização e para a intensificação da população urbana, constatando-se que mais de metade da população mundial (65%) habita hoje em zonas urbanas e suburbanas (ACNUPR, 2009). Deste modo a sociedade e as políticas públicas terão de fazer face às necessidades e expectativas criadas por esta população, particularmente pelos indivíduos e famílias migrantes que afluem às cidades e que partilham espaços, atividades e o quotidiano. Com efeito, a cidade

tornou-se o *locus* privilegiado de grandes processos migratórios, devido às enormes transformações políticas, económicas e sociais registadas nos finais do século XX, trazendo essa população migrante uma grande diversidade cultural e todo um conjunto de novas experiências de vida e culturais, enriquecendo o tecido social e cultural urbano. A chegada destes migrantes e famílias à cidade exige um período de adaptação às novas condições de vida em outro ambiente ecológico e social, implicando a aprendizagem de elementos da nova cultura de acolhimento tais como a língua, o desenvolvimento de redes sociais para a integração no mercado de trabalho e na vida quotidiana e o acesso a informação e serviços básicos para a satisfação das suas necessidades e resolução dos seus problemas. Nesta adaptação são obrigados, nomeadamente a vencer as barreiras linguísticas, comunicacionais, culturais, administrativas e políticas, bem como a ultrapassar outras barreiras e dificuldades que encontram no seu quotidiano (Ramos, 2001, 2008). Para estes indivíduos e famílias migrantes, a utilização dos novos espaços que passam a fazer parte do seu dia-a-dia pode originar sentimentos de isolamento, exclusão e discriminação, quando não existem elementos relacionados com as suas vivências culturais e espaços abertos a todos os membros da sociedade. Daí a importância em compreender as relações entre os espaços, as culturas e os indivíduos, e as implicações sociais e políticas advindas dessas mesmas relações (Francis, 2003). Os espaços públicos fazendo parte do quotidiano de todos os cidadãos, deverão constituir espaços de coabitação intercultural e abertos a todos os membros da sociedade, minorias e maiorias, necessitando as políticas e os governos nacionais e locais de promover espaços de integração, participação, comunicação intercultural e convívio nas cidades onde se concentram a maioria das famílias migrantes do mundo (Carr *et al*., 1992, Thompson, 2002, Ramos, 2013).

O acolhimento dos migrantes e a gestão da diversidade cultural nas zonas urbanas constitui uma das grandes preocupações atuais, tendo o Conselho da Europa e a Comissão Europeia lançado em 2008 - Ano Europeu do Diálogo Intercultural - o projeto "Cidades Interculturais" (2008), tendo como objetivo: combater os preconceitos, a discriminação e a luta pela igualdade de oportunidades, adaptando as estruturas de gestão, as instituições e serviços às necessidades de todos os seus habitantes e cidadãos; desenvolver em cooperação com as empresas, a sociedade civil e os diferentes agentes públicos, um conjunto de políticas e atividades de modo a promover os contactos entre os diferentes grupos culturais, diminuir os conflitos e a violência e consolidar políticas públicas que tornem a cidade mais sustentável, atrativa, acolhedora e solidária para todos.

2. Politicas e Estratégias de Acolhimento, Integração e Proteção dos Migrantes

No acolhimento, integração e bem-estar das famílias e indivíduos migrantes são determinantes as atitudes e comportamentos da população de acolhimento, assim como as estratégias e políticas públicas da sociedade recetora. As migrações têm conduzido à implementação de programas e políticas para responder às necessidades destas populações tendo como objetivo políticas efectivas de integração, nomeadamente ao nível social e jurídico, assumindo particular importância a definição dos direitos dos trabalhadores migrantes e das suas famílias. Neste contexto foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (Resolução n.º 45/158, de 18 de dez. de 1990) a "Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias" que entrou em vigor em 2003. Para o Comité Económico e Social Europeu (CESE, 2004), esta Convenção tem como objectivo: "a protecção dos direitos humanos e da dignidade das pessoas que emigram por razões económicas ou laborais em todo o mundo, mediante legislações adequadas e boas práticas nacionais". A Convenção contempla a proteção internacional de determinados direitos humanos fundamentais para todos os trabalhadores migrantes e suas famílias, definidos na "Declaração Universal dos Direitos Humanos", da Organização das Nações Unidas (ONU). Esta Declaração adotada em 1948 pela ONU, representa um marco histórico ao nível da defesa dos direitos humanos fundamentais, reconhecendo a dignidade inerente a todos os seres humanos e a proteção dos seus direitos. Entre estes direitos está o direito de mobilidade, consagrado no artigo 13.º (ONU, 1048): "Todo o indivíduo tem o direito de circular livremente e escolher a sua residência no interior de um Estado. Todo o indivíduo tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país".

A defesa do direito ao trabalho digno e equitativo está também consignada no artigo 23.º desta Declaração da ONU:

> Todo o indivíduo tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego. Todos têm direito a salário igual para trabalho igual. Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita, bem como à sua família, uma existência de acordo com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social.

A promoção do trabalho digno e da não discriminação de género e no trabalho constitui igualmente um dos objetivos da "Organização Internacional do Trabalho" e dos "Objetivos de Desenvolvimento do Milénio" e tem como finalidade o respeito pelos princípios e direitos fundamentais no trabalho, para mulheres e homens autóctones e migrantes, realizado em condições de igualdade, segurança, liberdade e dignidade humana, bem como contribuir para a erradicação da pobreza e violência e para a igualdade de género (ILO, 1999, 2004; Daly, 2001; Elder, 2004). Para combater as desigualdades e discriminações de género a OIT adotou na Conferência Internacional do Trabalho (ILO, 2004) a "Resolução sobre Igualdade de Género, Igualdade Salarial e Proteção da Maternidade", com o objetivo da promoção da igualdade de género nas atividades do trabalho. Também para garantir os direitos dos trabalhadores domésticos, onde encontramos muitos indivíduos migrantes, sobretudo mulheres, a OIT (2011) adotou a "Convenção dos Trabalhadores Domésticos", que procura garantir aos empregados domésticos um conjunto de direitos, de modo a que a sua situação, a este nível, não seja diferente da situação dos outros trabalhadores. Nos últimos anos, a Comissão Europeia (2012) desenvolveu um conjunto de medidas para prevenir e combater o tráfico de seres humanos e o trabalho forçado, fenómenos que violam os direitos humanos e impedem o desenvolvimento individual, social, económico e prejudicam a saúde, bem como medidas para a assistência às vítimas e a intervenção penal contra os traficantes e abusadores. Destas vítimas, entre os mais vulneráveis encontram-se as crianças, jovens e as mulheres que realizam trabalho doméstico e os trabalhadores migrantes em situação irregular.

No contexto europeu, a "Convenção Europeia de Assistência Social e Médica" (1953), ratificada por Portugal em 1977 e a "Carta Social Europeia" (1961), ratificada por Portugal em 1991, constituem instrumentos fundamentais para a garantia dos direitos de proteção social e de saúde, em situação de igualdade com os nacionais, da população estrangeira residente nos Estados membros do Conselho da Europa. Ao nível europeu, foi igualmente desenvolvido o Projeto "Migrants – Friendly Hospitals – MFH" (2002-2005), tendo como objetivo identificar áreas prioritárias de intervenção com vista a facilitar o acesso à saúde dos migrantes, reduzir as barreiras linguísticas e a iliteracia dos utentes e promover cuidados de saúde culturalmente competentes. Um dos produtos deste projeto europeu foi a "Declaração de Amesterdão para Hospitais Amigos dos Migrantes numa Europa Etnoculturalmente Diversificada" (WHO, 2004), onde são feitas recomendações para uma política de saúde de acolhimento às populações migrantes e onde foram selecionadas três áreas de intervenção prioritárias: melhoria da interpretação e tradução na comunicação clínica; produção de informação amiga do migrante e formação em cuidados materno-infantis; formação dos profissionais de saúde para a aquisição de competências culturais, de modo a capacitar os profissionais para uma melhor gestão da interculturalidade, nomeadamente em contexto hospitalar (Ramos, 2012,c)

Em Portugal, várias estratégias e políticas têm sido desenvolvidas ao nível governamental, tendo em vista a proteção e a promoção dos direitos das populações migrantes, nomeadamente das famílias e mulheres migrantes. O Alto Comissariado Para a Imigração e Diálogo Intercultural *(*ACIDI) integrou no "Plano para a Integração dos Imigrantes" (PCM /ACIDI IP, 2010) várias medidas tendo em vista a promoção da saúde das populações migrantes, bem como dos profissionais que cuidam destes grupos, tais como: promoção do acesso dos imigrantes ao Serviço Nacional de Saúde; plano de formação para a interculturalidade dos profissionais do SNS; implementação de um programa de serviços de saúde amigos dos imigrantes; institucionalização de procedimentos com vista a uma melhor gestão dos acordos de saúde e agilização do acesso dos imigrantes e seus acompanhantes aos serviços de saúde; investimento na promoção da saúde mental dos imigrantes. O ACIDI integrou também neste plano medidas com o objetivo de promover as questões

de género e dos direitos das mulheres migrantes, nomeadamente: reforço do *mainstreaming* de género no acolhimento e integração de imigrantes; divulgação, junto das mulheres imigrantes, de informação sobre os seus direitos e deveres específicos enquanto mulheres; capacitação dos agentes de mediação intercultural, no atendimento em serviços públicos, em questões de género e na área da violência doméstica; promoção da participação das mulheres no movimento associativo e na área do empreendedorismo; prevenção da violência doméstica e da violência de género junto dos homens e das mulheres migrantes; desenvolvimento de ações de combate ao tráfico de seres humanos; criação da "Rede de Apoio e Proteção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos"; encaminhamento e acolhimento para o "Centro de Acolhimento e Proteção para Vítimas de Tráfico"; consolidação do "Observatório sobre o Tráfico de Seres Humanos", nomeadamente a produção, recolha, tratamento e disseminação de informação e conhecimento sobre tráfico de seres humanos e outras formas de violência de género, em colaboração com a coordenação do "Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos".

Também o "V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação" 2014-2017 (V PNI, 2013), enquadrando os compromissos assumidos por Portugal nas várias instâncias internacionais, pretende reforçar a intervenção, sobretudo, nos domínios da educação, saúde e mercado de trabalho através de medidas e políticas públicas destinadas a combater as desigualdades de género, a melhorar a situação das mulheres em situação de maior vulnerabilidade, nomeadamente das mulheres migrantes, e a promover os direitos e a construção da igualdade entre mulheres e homens.

3.Famílias e Mães Migrantes - Dinâmicas Psicossociais e de Saúde

Os migrantes são confrontados com numerosas perdas e mudanças, nomeadamente familiares, culturais, linguísticas, sociais, biológicas, territoriais, ambientais, políticas, religiosas, das redes de convívio e amizade, elementos que podem aumentar os riscos e vulnerabilidades em relação aos problemas de saúde mental e física e dificultar a adaptação e integração na nova sociedade. O processo migratório envolve dois polos que o indivíduo migrante terá de gerir. No primeiro polo, trata-se de "emigrar", de sair, de abandonar, de perder o "envelope" protetor e tranquilizante dos lugares, das sensações, dos hábitos, primeiras marcas e elementos nos quais se estruturou o funcionamento psíquico e cultural. No segundo polo, trata-se de "imigrar", de elaborar, de reconstruir individualmente e num curto espaço de tempo o que diferentes gerações elaboraram e transmitiram pacientemente às gerações mais jovens.

A experiência migratória envolve uma mudança psicossocial profunda semelhante a um luto ou a uma incapacidade, estando, em geral, associada a stresse e sofrimento, mais ou menos significativos, segundo os diferentes tipos de migração, verificando-se igualmente que as características dos países de origem dos migrantes e dos próprios migrantes influem também na adaptação e saúde destes nos países ou regiões para onde emigram (Ramos, 2004, 2008a,b,2009). Com efeito, múltiplos fatores interferem na integração das famílias migrantes na sociedade de acolhimento e nas mudanças de valores, atitudes e comportamentos: o tempo decorrido desde a chegada ao país de acolhimento; o nível de escolaridade; a origem urbana ou rural da família; a situação económica da família no país de chegada; a estrutura e funcionamento da família; a rutura ou manutenção dos contactos com a cultura de origem; o nível de integração e as possibilidades de contacto da família migrante com a sociedade de acolhimento, nomeadamente ao nível do trabalho, associações, grupos de mulheres, serviços de saúde ou educativos.

As migrações envolvem a separação da família enquanto rede de apoio, pelo que as condições de deslocamento influenciam os benefícios e resultados decorrentes. Em situação de migração, a família separa-se da vida comunitária tradicional, reduz-se a uma família nuclear ou monoparental, a qual deverá assegurar sozinha as responsabilidades partilhadas até aqui pela família alargada ou pela comunidade, verificando-se uma diminuição ou perda das redes de apoio familiar e suporte social, situação que vem reforçar o isolamento e a vulnerabilidade das famílias. São particularmente as mães e as crianças, sobretudo nos primeiros anos de vida, as mais vulneráveis ao stresse, às transformações e às dificuldades resultantes do processo migratório e de aculturação (Ramos,1993, 2004, 2008b, 2009).

Muitas mulheres e famílias, de ontem e de hoje, passam a deslocar-se dos seus países e a abandonar as suas casas para trabalhar em países mais ricos, sendo obrigados muitas vezes a deixarem os seus filhos no país de origem ao cuidado de outros familiares, sobretudo mulheres (mães, irmãs, tias, meninas), ou de empregadas domésticas mais pobres. Sobretudo mulheres ou mães de família, migram para cuidarem de outros, principalmente crianças, idosos ou doentes, nos países de acolhimento, o que alguns autores designam de "maternagem transnacional" (Hondagneu-Sotelo & Ávila, 1997), de "cadeias globais de assistência" ou de "cadeias globais de cuidados" (Hochschild, 2000; Ehrenreich & Hochschild, 2003, 2004). Esta situação exige novos arranjos familiares e tem implicações psicológicas, familiares e sociais importantes para as famílias, sobretudo para as mães que partem e para as crianças que ficam, os designados "orfãos" das migrações, e tem tendência para se repetir no tempo e no espaço (Parrenas, 2001, 2005; Ramos, 1993, 2004, 2008b, 2011a, 2012c). A separação familiar não poderá ser apenas traumática e fonte de sofrimento para as crianças que ficam, como também para as mulheres e mães que ficam e que vêm partir os seus maridos ou filhos. São numerosas as narrativas escritas e cinematográficas sobre vivências dolorosas de migrantes, de mães, pais e filhos separados pela migração, por exemplo, como testemunha Zachmann (2013) na sua obra escrita e fílmica sobre a separação de filhos e mães decorrente da migração, neste caso, mães que ficaram do outro lado do mediterrâneo longe dos seus filhos que partiram.

Os desafios decorrentes da necessidade de equilíbrio entre a vida familiar e o trabalho, entre as responsabilidades familiares e laborais podem favorecer vulnerabilidades e stresse para as famílias migrantes, sobretudo de baixos recursos e para as mulheres. Na conciliação entre o trabalho e a família, e dado o número de horas que dedicam ao trabalho doméstico e ao emprego e ao menor nível de apoio por parte de redes informais ao longo da vida conjugal, estas famílias, principalmente as mulheres, sofrem consequências negativas para o seu bem-estar e saúde e limitações nas suas opções entre cuidados familiares e emprego. No país de acolhimento, o trabalho assalariado das mães migrantes (não exercido frequentemente no país de origem ou radicalmente diferente), a dupla jornada de trabalho, o isolamento familiar e social, novos modos de vida e novas referências socioculturais, por vezes contraditórias, trazem mudanças no estilo de vida, nas práticas reprodutivas e de fecundidade, em particular na diminuição do número de filhos e nas práticas de maternagem, por exemplo, diminuição do período de aleitamento materno e abandono de algumas práticas tradicionais de cuidados e socioeducativas. A migração poderá assim dificultar a vivência da maternidade e a educação dos filhos (OMS,1983; Ramos, 2004, 2008b, 2009a, 2011a, 2012a,b).

Com efeito, o contexto de migração poderá representar uma fonte de stresse para a família, sobretudo constituir uma situação de risco, sofrimento, conflito e depressão para a mulher, sobretudo durante a gravidez, no nascimento e após o parto, com consequências para a mãe e para a criança, devido às ruturas, ao isolamento, à solidão, às dúvidas e ansiedade que acompanham esta etapa. Nas famílias migrantes, por um lado, a maternidade é vivida como uma nova etapa na constituição da família, com um aumento de responsabilidades e exigências; para outras, sobretudo para algumas mães, é vivida com angústia, medo e solidão devido ao desenraizamento familiar e social. Em contexto migratório, o nascimento, momento de rutura psíquica e física, reativa, em geral, o sofrimento, a memória, a perda e a dor do exílio e da separação. A migração poderá vulnerabilizar a vivência da gravidez e da maternidade e as primeiras interações com a criança pelos condicionalismos impostos pela migração, nomeadamente a aculturação psicológica, a solidão/isolamento e o individualismo. A maternidade em situação migratória favorece conflitos de maternagem e disfuncionamentos culturais e psicológicos que são também verificados nas mulheres e famílias autóctones das sociedades ocidentais, problemas ligados ao isolamento das famílias, sobretudo das mães, às mudanças e conflitos culturais, à necessidade de conciliar diversos papéis e identidades na vida familiar e profissional e à cultura do individualismo, muito presente na sociedade atual ocidental (Ramos, 2008b, 2009, 2011a, 2012a; Munk-Olsen *et al*. 2006; Ny *et al*., 2007; Fung & Dennis, 2010).

Para as mães migrantes, esta situação poderá constituir-se traumática e fonte de sofrimento, sobretudo para as mulheres que vêm de meios tradicionais, por exemplo de África, Asia, América Latina, onde a mãe e a criança são fonte de cuidados e acompanhamento da família e da comunidade envolvente, sobretudo da comunidade feminina. A migração origina numerosas ruturas neste processo de transmissão, de partilha e de construção de sentido, traduzindo-se, por exemplo, na perda de apoio e acompanhamento pelo grupo, falta de suporte

familiar, social e cultural e dificuldade em atribuir um sentido culturalmente aceitável a disfuncionamentos, tais como a tristeza da mãe, as queixas psicossomáticas, o sentimento de incapacidade materna, as interações mãe - criança desarmoniosas ou os distúrbios psicológicos e somáticos da criança.
A perda dos laços comunitários e familiares significa a perda da proteção física, psicológica, familiar e da tradição. Para algumas mulheres, dar à luz, ser mãe, longe da cultura materna, da família, sobretudo para as que vêm de meios culturais e familiares onde estes elementos são fundamentais na transmissão, na saúde e na educação, bem como conciliar diversos papéis familiares e profissionais, este luto, afastamento e mudanças podem interferir nas práticas de *maternagem* e originar insegurança e mudanças no papel materno, devido às contradições culturais e desequilíbrio entre as representações e a realidade vivenciada (Stork, 1988, Ramos, 2004, 1995, 1996a,b, 2008b, 2011a). A família, sobretudo a mãe migrante, transplantada de uma cultura para outra, isolada, desenraizada, corre o risco de não saber com a mesma segurança quais os gestos e os comportamentos a adotar, pois as referências não são as mesmas e o sistema referencial vacila. As práticas de saúde e educativas das sociedades industrializadas, muito dependentes dos especialistas e frequentemente diferentes, podem colocar em causa os comportamentos tradicionais das famílias migrantes, levando-as a questionar se os seus saberes são maus ou ultrapassados. A situação de conflito cultural, a insegurança e ansiedade daí resultantes estão na origem de *conflitos de maternagem* prejudiciais para a saúde, para a relação mãe-criança e para as competências maternas e familiares. As dificuldades psicossociais, emocionais e culturais, sobretudo nos primeiros anos de migração, a insegurança, a depressão e o isolamento das relações sociais e familiares e a sobrecarga de trabalho poderão provocar, em certos casos, um empobrecimento nos cuidados e estimulações dos filhos, um desequilíbrio no sistema de interação mãe–pai-criança, uma inadequação das respostas parentais, em particular maternais, às necessidades da criança ou mesmo o fortalecimento de certas práticas religiosas ou protetoras, nomeadamente práticas mágico-religiosas (Stork, 1088, Ramos, 1995, 1996a,b, 2000, 2004, 2009, 2011a, 2012a,b).
De destacar que estudos sobre a saúde das mulheres migrantes, nomeadamente, na União Europeia, América do Norte, América Latina e Ásia, registam, sobretudo, problemas de saúde reprodutiva, apontando piores indicadores de saúde associados a estas mulheres, bem como maior tendência para assumir comportamentos de risco e menor predisposição para adotar comportamentos de prevenção. Muitas mulheres migrantes têm poucos conhecimentos sobre os serviços sociais e de saúde, utilizam, em geral, menos frequentemente os serviços de saúde reprodutiva do que as mulheres não migrantes, não recebem com frequência cuidados pré-natais, ou recebem-nos de modo inadequado ou tardio, apresentam uma menor utilização de métodos contracetivos e maior vulnerabilidade às doenças sexualmente transmissíveis, registando mais gravidezes indesejadas, taxas mais elevadas de aborto espontâneo, de recém-nascidos com baixo peso e de mortalidade e morbidade materna, perinatal e infantil (Ramos, 2004, 2008b, 2009a, 2012a,c; Rademakers *et al*., 2005; Machado *et al*. 2006; Bragg, 2008). A título de exemplo, na Holanda as taxas de mortalidade perinatal e infantil são mais elevadas nas famílias imigrantes do que na população holandesa (Troe, 2008), enquanto que no Reino Unido, as taxas de mortalidade infantil são cerca de 1,5 vezes superiores em filhos de mulheres migrantes do que em crianças inglesas (Smith, 2000). Já na Noruega, constatou-se um número mais elevado de bebés com baixo peso à nascença nas mães imigrantes, comparativamente às mães autóctones (Vangen *et al*., 2002). Em Portugal, dos nascimentos verificados entre 1995 e 2006, destaca-se a maternidade em idades mais jovens e maior frequência de nascimentos de bebés prematuros de baixo peso nas mulheres imigrantes africanas, comparativamente às mulheres portuguesas (Harding *et al*, 2006).

4.Considerações Finais

É necessário proporcionar ao indivíduo migrante e à sua família um enquadramento informativo, social, familiar, cultural, educativo, político e jurídico, capaz de transformar o risco, o isolamento, o desenraizamento e a rutura que comporta a situação migratória, num processo estruturante, capaz de transformar a vulnerabilidade, a exclusão e o sofrimento frequentemente associados à migração, num processo dinamizador, participativo, criativo e inclusivo.

As organizações e os serviços de acolhimento e apoio deverão favorecer uma intervenção global, coordenada e culturalmente competente, adaptada às características, expectativas e necessidades individuais, sociais e culturais das famílias, que favoreça o acesso aos diferentes serviços e o combate à exclusão social, bem como conceber as diferenças individuais e culturais não como um problema, mas como uma oportunidade de enriquecimento e desenvolvimento individual e coletivo.

Um mundo globalmente interdependente necessita de uma nova abordagem de cidadania para as populações migrantes e autóctones, que incorpore a dinâmica da mudança, da diversidade cultural e os princípios fundamentais dos direitos humanos, em estratégias e políticas que promovam o desenvolvimento humano, o bem-estar, a solidariedade, a inclusão, a igualdade de oportunidades e o pleno acesso à cidadania de todos os indivíduos e grupos, em particular dos indivíduos e famílias migrantes.

Nas sociedades multiculturais, em particular nas cidades, é necessário promover culturas abertas, solidárias e sustentáveis, construir espaços de integração, participação e de convívio intercultural e desenvolver políticas públicas de integração social e de respeito e defesa dos direitos humanos e das identidades. É importante que os governos nacionais e locais tenham em conta e respondam às necessidades e expectativas dos seus cidadãos, em particular, dos que são oriundos de outros universos culturais de modo a que os espaços públicos e privados constituam espaços promotores de saúde, criatividade, diálogo intercultural e expressão identitária. A cidade intercultural deverá assim constituir um espaço aberto e participativo, lugar privilegiado de acolhimento, de coabitação intercultural, de solidariedade e de bem-estar para todos, sobretudo para aqueles, indivíduos e famílias, que sofreram a separação e a perda da família e da terra-natal devido à migração e ao exílio.

São numerosos os que através de narrativas escritas, musicais ou fílmicas destacam o percurso e a história das famílias migrantes (histórias tantas vezes dolorosas e pessoais), a força da memória, dos vínculos familiares e identitários ao país de origem, a dor do exílio, da separação e da perda, o mito e a nostalgia de retorno dos migrantes ao país natal, à terra-mãe, à *mãe*, como ilustra este poema na voz de Pedro Abrunhosa (2014):

(…) Deixei o meu amor p'ra trás.
Faz tanto frio em Paris.
Sou já memória e raiz,
Ninguém sai donde tem Paz.
Quero ir para casa,
Embarcar num golpe de asa,
Pisar a terra em brasa,
Que a noite já aí vem.
Quero voltar para os braços da minha mãe,
Quero voltar para os braços da minha mãe.

Pedro Abrunhosa, "Quero voltar para os braços da minha mãe", in *Contramão.*

Bibliografia

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION-APA (2003), "Guidelines on Multicultural Education, Training, Research, Practice and Organizational Change for Psychologists", *American Psychologist*, 58 (5), p. 377-402.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (2009), *Global Trends: Refugees, Asylum-Seekers, Returnees, Internally Displaced and Stateless Persons,* Genebra: UNHCR.

BLACK, R., HILKER. L. (2004), *Migration and Pro-Poor Policy in West Africa*, Brighton: University of Sussex.

BRAGG, R. (2008), "Maternal deaths and vulnerable migrants", *Lancet,* 371 (9616), p. 879- 881.

CAMILLERI, C. (1990), *Les Strategies Identitaires*, Paris: PUF.

CARR, S., FRANCIS, M., RIVLIN, L. G., E STONE, A. M. (1992), *Public Space,* Cambridge: University of Cambridge.

CASTLES, S. & MILLER, M. (2003), *The Age of Migration*, New York: Guilford Press.

CESE (2004), *Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a "Convenção Internacional para os Trabalhadores Migrantes",* JO, nº C 302, 7 de Dezembro 2014.

COMISSÂO EUROPEIA (2012), *Estratégia da União Europeia para a Erradicação do Tráfico de Seres Humanos, 2012-2016,* Bruxelas: CE.

CONSELHO DA EUROPA (2001)**,** *Diversity and Cohesion: New Challenges for the Integration of Immigrants and Minorities,* Strasbourg: Pub. do Conselho da Europa.

DALY, M. (2001), (org.), *Care Work: The Quest For Security*, Geneva: ILO.

ELDER, S., SCHMIDT, D. (2004), *Global Employment Trends for Women*, Geneva: ILO.

EHRENREICH, B., HOCHSCHILD, A. (Eds.), (2002), *Global women: nannies, maids and sexworkers in the new economy*, New York: Henry Holt and Company.

FRANCIS, M. (2003), *Urban Open Space: Designing for User Needs*, vol. 3, Washington: Island Press.

HARDING, S. *et al*. (2006), "Birth Weights of Black African Babies os Migrant and Non-Migrant Mothers Compared With Those of Babies of European Mothers in Portugal in Portugal". *Annals of Epidemioloy,* 16(7), p. 572-579.

HOCHSCHILD, A. (2000), "Global care chains and emotional surplus value". In W. Hutton, A. Giddens (Eds) *On the edge: living with global capitalism*, New York: Free Press.

HONDAGNEU-SOTELO, P., AVILA, E. (1997), "I´m here but I´m there". The meanings of Latina transnational motherhood", *Gender and society*. 11 (5), p. 548-571.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2012), *A População Estrangeira em Portugal,* Lisboa: INE.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (1999), *Decent Work.* Repport of the Director General, Internacional Labour Conference, 87th Session, Geneva: ILO.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (2004), *Global Employement Trends for Women,* Geneva: ILO.

MACHADO, M. C. *et al.* (2006), *Iguais ou diferentes? Cuidados de saúde materno-infantil a uma população de imigrantes*, Lisboa: Bial.

MCKENZIE, D. (2006), "A profile of the world's young developing country migrants", *World Development Report*, The World Bank, p. 3-7.

MOZERE, L. (2004) "Travail informel et projet de vie. Les domestiques philippines à Paris". In N. Barbe & S. Latouche (Dir.), *Economies Choisies, Mission à l'Ethnologie*. Cahier n° 20, Paris : Ed. de la Maison des Sciences de l'Homme, p. 93-108.

MUNK-OLSEN, T. *et al*. (2006), "New parents and mental disorders", *Journal of the American Medical Association*, 269 (21), p. 2582-2589.

NY, P. *et al.* (2007), "Middle Eastern mothers in Sweden, their experiences of the maternal health service and their partner´s involvement", *Reproductive Health*. (4), p. 9-12.

OCDE (2012), *International Migration,* Paris: OCDE.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (2008), *Igualdade de Género no Coração do Trabalho Digno,* Genebra: OIT.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (2011), *Convenção Nº 189 Sobre o Trabalho Digno para o Trabalho Doméstico. 100ª Conferência Internacional do Trabalho* (CIT), 16 de Junho 2011, Genebra: OIT.

OMS (1983), *Migration and Health: Towards and Understanding of Health Care Needs Ethnics Minorities,* Netherlands: Ed. M. Colledge.

ONU (2006), *Migrations Internationales et D*éveloppement, New York : ONU.

PARRENAS, R. (2001), *Servants of globalization: women, migration and domestic work*, California: Stanford University Press.

PARRENAS, R. (2005), *Children of Global Migration,* Stanford: Stanford University Press.

PIRES, R. P. (2014), *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2014,* Lisboa: Observatório da Emigração e Rede Migra (ISCTE-IUL), CIES-IUL, DGACCP.

PCM/ACIDI, IP. (2010), *II Plano para a Integração dos Imigrantes, 2010-2013,* Lisboa : ACIDI, IP.

V PNI (2013), *Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação 2014 -2017,* Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2013, Diário da República, 1.ª série, n.º 253, 31 de dezembro de 2013.

PNUD (2009), *Lever les Barrières. Mobilité et Développement Humain. Rapport Mondial sur le Développement Humain,* PNUD.

RADEMAKERS, J., MOUTHAAN, I., NEEF, M. (2005), "Diversity in sexual health: Problems and dilemmas", *The European Journal of Contraception and Reproductive Health Care*, 10(4),p. 207-211.

RAMOS, N. (2001), "Comunicação, cultura e interculturalidade : Para uma comunicação intercultural". *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 35 (2), p. 155-178.

RAMOS, N. (2004), *Psicologia Clínica e da Saúde, Lisboa: Universidade Aberta.*

RAMOS, N. (2008a), "A diversidade cultural na cidade: problemas e desafios". In L. Rubim e N. Miranda (org.). *Transversalidades da Cultura*, Salvador: EDUFBA, p. 133- 179.

RAMOS, N. (2008b) (org.), "Migração, aculturação e saúde". In N. Ramos (org.), *Saúde, Migração e Interculturalidade,* João Pessoa: EDUFPB, p. 45-96.

RAMOS, N. (2008c), "Crianças e famílias em contexto migratório e intercultural. Desafios às práticas e políticas educacionais, sociais e de cidadania". In N. Ramos (coord.), *Educação, Interculturalidade e Cidadania,* Bucareste: Milena Press, p. 53-72.

RAMOS, N. (2009). "Saúde, migração e direitos humanos". *Mudanças – Psicologia da Saúde,* 17 (1), p. 1-11.

RAMOS, N. (2010), "Interculturalidade e Alteridade: dinâmicas, contextos e políticas". In L. Toutain, J. Serafim, Y. Geffroy (org.), *Perspetivas em Informação Visual: Cultura, Perceção e Representação,* Salvador: EDUFBA, p. 42-56.

RAMOS, N. (2011a), "Género e Migração: Dinâmicas e políticas sociais, familiares e de saúde". In R. Boschila E. & M. L.Andreazza (org.). *Portuguesas na Diáspora. Histórias e Sensibilidades*, Curitiba: EDUFPR, p. 263-282.

RAMOS, N. (2011b), "Educar para a interculturalidade e cidadania: Princípios e desafios". In L. Alcoforado *et al*. (Org.) *Educação e Formação de Adultos. Políticas, Práticas e Investigação*, Coimbra: Ed. da Universidade de Coimbra, p. 189-200.

RAMOS, N. (2012a), "Migração, Maternidade e Saúde". *Reportório, Teatro e Dança. Número Temático – Movimento Criatividade e Cura,* 15 (18), p. 71-83.

RAMOS, N. (2012b), "Família e maternidade em contexto migratório e intercultural". In N. Ramos *et al.* (org.), *Família, Educação e Desenvolvimento no Século XXI*, Portalegre: IPP/ESEP, p. 21-28.

RAMOS, N. (2012c), Comunicação em Saúde e Interculturalidade – Perspetivas Teóricas, Metodológicas e Práticas, *RECIIS – Revista Eletrónica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 6 (4).

RAMOS, N. (2013), "Interculturalidade(s) e mobilidade(s) no espaço europeu: viver e comunicar entre culturas". In H. Pina, F. Martins, C. Ferreira (eds.), *Grandes Problemáticas do Espaço Europeu: Estratégias de (Re)Ordenamento Territorial no Quadro de Inova*ção, Sustentabilidade e M*udança,* Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto, p. 343-360.

RAMOS, N. (2014), "Migrações, interculturalidade e conflito". In J. Serafim e S. Santana (org.), *Narrativas e Conflitos. Cultura, Mídia, Cinema*, Salvador: EDUFBA, p. 155-179.

SANDERCOCK, L. (2004), "Reconsidering multiculturalism: towards an intercultural project". In Ph. Wood (ed.), *Intercultural City Reader* (I), Bournes Green: Comedia.

SASSEN, S. (2001), *The Global City*. New York, Princeton: Princeton University Press.

SMITH, G. *et al*. (2000), "Ethnic inequalities in health: a review of UK epidemiological evidence", *Critical Public Health.* 10 (4), p. 375-408.

THOMPSON, C. W. (2002), "Urban open space in the 21st century". *Landscape and Urban Planning,* 60, p. 59-72.

TROE, E. (2008), *Ethnic differences in fetal growth, birth weight and infant mortality*, Rotterdam: Erasmus Universiteit Rotterdam.

UNESCO (2001), *Déclaration Universelle sur la Diversité Culturelle,* Paris : UNESCO.

UNESCO (2005), *Convention sur la Protection et la Promotion de la Diversité des Expressions Culturelles,* Paris: UNESCO.

UNICEF (2010), *Children in China: An Atlas of Social Indicators,* Pequim: UNICEF.

UNICEF (2012), *Situação Mundial da Infância – 2012. Crianças em Meio Urbano*, New York: UNICEF.

VANGEN, S. *et al*. (2002), The heavier the better? Birthweight and perinatal mortality in different ethnic groups", *International Journal of Epidemiology*, (3), p. 654-660.

VAN DE GLIND, H. (2010), *Migration and Child Labour: Exploring Child Migrant Vulnerabilities and Those of Children Left Behind,* Genebra: International Labour Office, ILO.

ZACHMANN, P. (2013), *Mare Mater: Journal Méditerranéen,* Marseille: Actes Sud.

WHITEHEAD, A., HASHIM, I. (2007), *Child Migration, Child Agency and Inter-generational Relations in Africa and South Asia,* Brighton: Development and Research Centre on Migration, Globalization and Poverty.

Filmografia

RAMOS, N. (1995), *Maternage Portugais,* Betacam SP, Paris: Univ. Paris V 35mn.

RAMOS, N. (1996a), *Isabelle,* Lisboa : UAb, 23mn.

RAMOS, N. (1996b), *Une famille portugaise à Paris*, Paris : Univ. Paris V, 20mn.

RAMOS, N. (2000), *Ishtar et Sotis. Premiers liens, premières découvertes,* Paris : Univ. Paris V, 13mn.

STORK, H (1988), *Techniques de maternage dans différentes cultures*, Paris : Univ. Paris V, 40 mn.

ZACHMANN, P. (2013), *Mare Mater*, Marseille: Actes Sud, 52 mn.

Au pair: uma faceta do fluxo migratório do trabalho doméstico

Michelle Franco Redondo[1]

Resumo: Neste texto analisaremos o Programa de Intercâmbio Au pair como uma forma de fluxo migratório relacionado ao trabalho doméstico _mercado do trabalho do cuidado_ e refletiremos sobre a relação entre as suas participantes e as famílias que as recebem.O fato das au pairs estarem em uma categoria intermediária entre estudante e trabalhadora e o contato intercultural se dar no ambiente doméstico traz muitas ambivalências e contradições, as quais discutiremos. No aspecto subjetivo, as au pairs passam por uma mudança, pois, nos seus países não seriam babás e escolhem esse Programa por não tratá-las como tais. Mas, suas tarefas cotidianas e a relação com a família as aproximam dessa denominação. Assim, para além das diferenças culturais com as quais devem lidar, necessitam redefinir algumas das suas percepções sobre sua posição na sociedade que se encontram e sobre o trabalho doméstico.

Palavras chaves: Au pair, trabalho do cuidado, trabalho doméstico,fluxo migratório feminino.

Au pair: uma faceta do fluxo migratório do trabalho doméstico

1 – Apresentação

Helena Hirata (2001) e Lilia Montalli (2003) analisam a relevância da globalização sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho assalariado, em especial nos anos 1990, quando se registra um crescimento da participação feminina na vida econômica, tanto no trabalho formal, quanto no informal (Bruschini 1994; 2014). Apesar dessa maior participação feminina, as autoras, assim como Liliana Segnini (1998; 1999), salientam que o trabalho de homens e de mulheres é marcado pela divisão sexual do trabalho. Esta é caracterizada por dois princípios: o da divisão – há trabalhos considerados de homens e outros, de mulheres; e o da hierarquia – o trabalho dos homens vale mais do que o trabalho das mulheres (Kergoat, 2000: 35).

A maior participação das mulheres no mercado de trabalho assalariado modifica a divisão sexual do trabalho presente na organização familiar. Mas, as mudanças encontradas na esfera doméstica são ainda mais lentas e de menor repercussão em relação ao universo do trabalho assalariado. A ideia de afetividade, assim como a desvalorização que permeiam os afazeres relacionados à casa e aos filhos podem ser razões que expliquem essa maior dificuldade em alterar a divisão sexual do trabalho no lar. Nesse sentido, o trabalho doméstico é, geralmente, mais associado às mulheres que aos homens.

Assim, a necessidade de reorganização doméstica, devido à maior participação feminina no mercado de trabalho, gera uma demanda de mão de obra, que na sua maioria é feminina, para realização do trabalho doméstico. Esse, quando exige a atenção direta de uma pessoa à outra é denominado trabalho do cuidado. Por isso, dizemos que a necessidade de mão de obra para o cuidado com a casa e os filhos origina "mercado do trabalho do cuidado", que por sua vez, é responsável por um fluxo migratório feminino.

Em geral, esse fluxo migratório é dos países subdesenvolvidos para os países conhecidos pelo seu desenvolvimento, muitas vezes representados geograficamente por países do sul e países do norte. Isso ocorre pelo grande número de idosos e de crianças nos países desenvolvidos dos quais os familiares são podem se ocupar (Hirata et al. 2007).

Nesse texto procuraremos mostrar que o Programa de Intercâmbio Au pair pode ser analisado como um fluxo

1 michelleredondo@gmail.com
Ecole Doctorale Pratiques et Théories du sens Université Paris 8 Vincennes Saint-Denis e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Universidade Estadual de Campinas

migratório que responde a demanda do trabalho do cuidado, assim como possui características típicas da migração feminina − a essencialização dos papéis de gênero, a invisibilidade do trabalho e a modalidade de trabalho desprotegido−; porém, por estar inserido dentro de um discurso de intercâmbio, permeado por uma ideia de afetividade (as *au pairs* serão tratadas como membro da família) é ignorado pela literatura que discute imigração, contribuindo para a invisibilidade do trabalho do cuidado e de possíveis casos de abuso e exploração das *au pairs.* Para tanto escolhemos apresentar e analisar a origem e a definição do que seria o *"au pair"*, em relação a terminologia, a história, assim como os parâmetros para a participação do Programa de Intercâmbio; também analisaremos a história de duas *au pairs* para exemplificar como essa experiência pode se concretizar e refletir sobre ela.

Dessa maneira, interpretamos o Programa de Intercâmbio *Au pair*, não apenas como uma simples forma de viagem, mas também como parte de um fluxo migratório que passa do trabalho doméstico para o trabalho do cuidado. Portanto, ao analisarmos o Programa de Intercâmbio *Au pair* dessa perspectiva sociológica consideramos que a situação das suas participantes, as *au pairs*, insere-se nas condições de trabalho de cuidado não apenas pelas tarefas exercidas, mas também por ir ao encontro de uma necessidade mercadológica desse tipo de atividade nos países que as recebem.

2- Metodologia

A referência teórica desse trabalho é a teoria do cuidado *(care).*[2] Essa teoria, que foi introduzida nos meios acadêmicos a partir dos anos 80 por Carol Gilligan (2008), enfatiza os trabalhos exigentes de atenção direta de uma pessoa para com outra_trabalho do cuidado _e tem como pergunta motriz: *"Quem se ocupa do quê e como?"* (Paperman, 2009: 103 tradução nossa) Ao respondê-la, podemos descrever, analisar e criticar a organização social e política dessas atividades.

A perspectiva do cuidado, além de colocar o trabalho de cuidado no centro de uma discussão sociológica para que se possa pensar a organização social de outra maneira, destaca a sensibilidade associada a esse tipo de trabalho. Essa sensibilidade aparece na atividade exercida, por meio das prioridades definidas pelos próprios envolvidos na execução do trabalho. Assim, a ética da perspectiva do cuidado valoriza a experiência vivida pelos envolvidos, integrando-a à dimensão epistêmica e permitindo uma elaboração das emoções e dos sentimentos. Dentro dessa ética, as emoções não são vistas como um obstáculo à razão ou como fonte de distorções da moral.

Nossa pesquisa teve início em 2008, quando realizamos uma observação participante encerrada em 2010. Durante esse período analisamos 20 questionários e realizamos 25 entrevistas semi-dirigidas com au pairs brasileiras que estavam em Paris e nos seus arredores. Em 2012, retomamos as entrevistas,porém desta vez com babás e ex-au pairs. Escolhemos o método de entrevista semi-dirigida para permitir que os entrevistados falem de suas prioridades e impressões, sem deixar os aspectos que nos interessam de lado.

3- Definição e Origem

A palavra *"au pair"* é designada a um programa de intercâmbio cultural em que uma família, que recebe como designação o termo "família de acolhida", "host family", em inglês, oferece a uma pessoa de outro país, na maioria das vezes mulheres[3], determinadas condições de acolhimento que serão retribuídas, basicamente, com o cuidado com os filhos da família. As pessoas que participam desse programa também recebem a denominação *"au pair"*.

---

2 Utiliza-se a expressão em inglês *"care"* ao lado da sua tradução para assinalar de qual teoria exatamente estamos falando, para que não haja dúvidas de que estamos considerando o arcabouço que ela nos oferece, não simplesmente substituindo a palavra "doméstico" por cuidado.

3 Por isso e por essa pesquisa ter seu foco nas pessoas do sexo feminino, tomarei a liberdade de generalizar o termo "au pair" para o feminino durante o presente trabalho.

A origem da palavra vem do francês e significa "a par" ou "igual". Por isso podemos dizer que, através da nomeação do programa procura-se colocar a estrangeira que receberá essa denominação em uma situação de igualdade com a família com a qual conviverá. Nesse sentido o programa au pair seria um programa "ao par", "entre iguais". Embora a tradução do termo seja pouco conhecida a ideia de igualdade aparece como contraponto a um trabalho convencional e uma das formas de estabelece-la é afirmando que a au pair será considerada como um membro da família, mesmo que por um período determinado de tempo.

O *"au pair"* é uma prática que existe há muito tempo, mas não se conhece ao certo sua origem e trajetória. Sabe-se que no fim do século XIX, garotas inglesas e alemãs viajavam à França para aperfeiçoar seus conhecimentos na língua francesa e conhecer a cultura do país. Após, a Primeira Guerra Mundial tal prática foi incentivada para encorajar reconciliações internacionais. De forma breve, o relatório que explica o Accord Européen (acordo europeu), o qual será aqui citado em sua nomenclatura em francês -*"Rapport Explicatif do Accord Européen"* - nos conta que o *"au pair"* se tratava de um acordo amigável entre famílias que se conheciam ou por indicação de conhecidos. Com o passar do tempo, em especial após a Segunda Guerra Mundial, essa prática foi tomando novas formas e ficou mais difundida de forma que o Conselho Europeu procurou definir parâmetros e formulou o *"Accord européen sur le placement au pair"* (Acordo europeu sobre *"au pair"*).

A história do *"Accord européen sur le placement au pair"* começa em 1964 quando foi dada à Assembléia Consultiva do Conselho da Europa uma proposta de recomendação relativa ao *"au pair"*.No final de 1965 o Comitê dos Ministros encaminhou ao Programa de trabalho para as atividades intergovernamentais du Conselho da Europa um pedido de normas escritas sobre a mesma questão. A iniciativa de buscar uma regulamentação para a questão *"au pair"* por órgãos distintos demonstra a preocupação emergente com o assunto, que de acordo com o *" Rapport Explicatif "* devia tanto por se tratar de um fenômeno original quanto pelo aumento da sua prática, que aos olhos dos governantes se tornava uma questão de imigração temporária a ser estudada e regrada. Portanto, notamos que as autoridades se preocuparam com o fluxo migratório *"au pair"* e viram sua possibilidade de expansão, assim como a necessidade de regulamentação.

O *"Accord européen sur le placement au pair"* continua sendo uma base para as questões relacionadas ao *"au pair"* porém, atualmente, o discurso de intercâmbio (trocas culturais) é muito incentivado. Podemos notar isso através do ECAPS- *"European Committee for Au Pair Standards"* um comitê que foi estabelecido em Abril de 2006 e esboçou um conjunto de definições, regras e regulamentos pertinentes as *au pairs*, as famílias anfitriãs e as agências sobre o programa *au pair* na Europa. Esse comitê se inspirou no *"Accord européen sur le placement au pair"*, mas diferente dele esboça os parâmetros para as agências de intercâmbio e tem um discurso que destaca a questão afetiva.

O *"European Committee for Au Pair Standards"* coloca como um dos papéis da *au pair* "Agir e integrar como um membro da família" e como um dos papéis da família "Tratar a *au pair* como um membro da família", ou seja, coloca a ideia de que se estabeleceria entre a *au pair* e sua família de acolhida uma relação familiar. Essa ideia não é explorada pelo *"Accord européen sur le placement au pair"*. O *"European Committee for Au Pair Standards"* enfatiza, inclusive baseados na ideia de "membro da família", a prática au pair como um programa de intercâmbio cultural e relata as regras também para as agências de intercâmbio. Atualmente, há um maior esforço em caracterisar o *"au pair"* como um programa de intercâmbio, pois essa ideia alimenta uma rede de negócios.

Para melhor compreender o que é o Programa *au pair*, serão apresentados alguns dos paramêtros estabelecidos pelo *"Accord européen sur le placement au pair"* e esses serão comparados com os utilizados no "*European Committee for Au Pair Standards"*.

4- Parâmetros que definem o «Au pair»

4.1- Flexibilidade

O primeiro artigo do *"Accord européen sur le placement au pair"* deixa claro que os países devem se comprometer, **dentro do possível**, a colocar em prática todas as definições do acordo.

> Article 1er
> Toute Partie contractante s'engage à promouvoir sur son territoire, dans toute la mesure du possible, la mise en œuvre des dispositions du présent.

O que nos faz compreender que caso seja impossível acatar uma definição, por questões de ordem legislativas, parlamentar, administrativa ou uma situação objetiva[4], por exemplo; não será considerada uma violação ao *"Accord européen sur le placement au pair"*.
Partindo dessa "abertura" entendemos por que encontramos diferenças sobre a legislação *au pair* de um país para o outro e notamos o caráter normativo do *Accord*.
A flexibilidade em algumas normas pode ser apenas um respeito ao interesse de cada país e sua cultura, mas, permite uma abertura para abusos. Hess e Puckhaber (2004) não utilizam o *"Accord européen sur le placement au pair"* como base de avaliação, mas defendem a ideia de que é a ausência de leis governamentais que permitem o abuso do trabalho da *au pair* por agências e famílias.
O "*European Committee for Au Pair Standards"* admite que de acordo com cada país há leis para o programa *au pair*, mas é dever seguir os parâmetros dados pelo comitê e acrescenta que deve haver uma fiscalização para que as normas e regras de cada país sejam cumpridas.

4.2- Significado do estatuto *"au pair"*

Uma das grandes preocupações do *"Accord européen sur le placement au pair"*, demonstrada logo o seu início, é a de mostrar que *au pair* é uma categoria específica, intermediária, entre a das estudantes e a das trabalhadoras.

> Considérant que les personnes placées au pair constituent une catégorie spécifique tenant à la fois de l'étudiant et du travailleur, sans entrer pour autant dans l'une ou l'autre de ces catégories, et qu'il est par conséquent utile de prévoir pour elles des dispositions appropriées.

Por isso, como podemos ver no parágrafo 2 do artigo 2, do mesmo Acordo, são chamadas de "*personnes placées au pair*" (pessoas classificadas como *au pair*)

> Article 2
> 1. Le au pair consiste en l'accueil temporaire, au sein de familles, en contrepartie de certaines prestations, de jeunes étrangers venus dans le but de perfectionner leurs connaissances linguistiques et, éventuellement, professionnelles et d'accroître leur culture générale par une meilleure connaissance du pays de séjour.
> 2. Ces jeunes étrangers sont ci-après dénommés "personnes placées au pair".

Nesse artigo vemos o aperfeiçoamento do idioma como a finalidade do programa *au pair*. Essa finalidade impede que a *au pair* seja considerada só como trabalhadora, são as prestações que ela deve realizar que a aproximam dessa categoria. Ao pensarmos nesses aspectos que nãoracteriza a *au pair* nem como uma trabalhadora, nem como uma estudante, podemos dizer que há um cuidado para que o programa *au pair* não perca seu caráter de intercâmbio, mantendo a *au pair* em uma categoria intermediária.
O *"European Committee for Au Pair Standards"* também fortalece a ideia de que a *au pair* não é uma trabalhadora e específica que ela deve ser tratada como membro da família.
Acreditamos que esses cuidados são tomados, pois permitir que *au pair* seja uma trabalhadora e como tal assalariada, assim como permitir a profissionalização "livre" no país anfitrião poderia estender sua permanência e a transformaria em uma nova questão ao Estado.
O limite de tempo e de idade também são fatores que colaboram com a manutenção do caráter de intercâmbio. Vejamos mais particularmente.

---

4 Essa interpretação do Accord está explicita no *Rapport Explicatif* do mesmo, que pode ser visto no site http://conventions.coe.int/Treaty/fr/Reports/Html/068.htm

4.3- Duração do programa

No artigo 3 do *"Accord européen sur le placement au pair"* encontramos a delimitação do tempo que deve durar a experiência de *au pair*. De acordo com ele a duração inicial não pode passar de um ano, mas, no entanto, é possível ser prorrogado por mais um ano.

> Article 3
> Le au pair, dont la durée initiale ne dépassera pas une année, peut cependant être prolongé de manière à permettre un séjour de deux ans au maximum.

O *"European Committee for Au Pair Standards"* descreve os mesmo limites. Os sites e agências especializadas trabalham, em geral, com o tempo de seis meses a um ano de programa, isso porque, na maioria dos casos não é a agência que se ocupa da prorrogação de contrato, a família e a *au pair* fazem isso sem precisar dela. Porém, ao informar sobre esse aspecto um dos sites mais conhecidos pelas pessoas que procuram esse programa , o *au pair world*, diz que a duração não pode ser inferior a três meses e sua prorrogação após um ano só pode ser feita por seis meses.

4.4- Idade permitida

Sobre os parâmetros para a idade encontramos no parágrafo 1 do artigo 4 que a candidata deve ter a idade igual e maior que 17 anos e no máximo 30 anos. No mesmo artigo, mas no parágrafo 2 diz que sob justificativa, as autoridades competentes do país receptor podem modificar a idade limite.

> Article 4
> 1. La personne placée au pair ne sera pas âgée de moins de 17 ans, ni de plus de 30 ans.
> 2. Toutefois, à titre exceptionnel et sur demande justifiée, des dérogations peuvent être ées par l'autorité compétente du pays d'accueil en ce qui concerne la limite d'âge supérieure.

Os limites de idade são definidos de acordo com parâmetros de escolaridade.

Toma-se como princípio que antes dos 17 anos os estudos básicos ainda não foram terminados e devem ser uma prioridade; e que depois dos 30 anos é uma idade onde os estudos já deveriam ter sido concluídos. Porém, há uma flexibilidade em relação à idade máxima, pois de acordo com o *"Rapport Explicatif"*, pode haver pessoas que desejam aperfeiçoar seus estudos, atividade que tem demandado cada vez mais tempo para ser finalizada. O *"European Committee for Au Pair Standards"* estabelece o mínimo de 18 anos e o máximo de 27, acrescentando que a *au pair* não deve ter 27 completos. O que se diferencia bastante do que foi estabelecido pelo *"Accord européen sur le placement au pair"* e do que encontramos nos sites e agências.

Ao buscar informações nas agências e sites encontramos variações tanto dentro de um mesmo país, quanto de um país para o outro, mas sempre respeitando os limites que estavam estabelecidos no *"Accord européen sur le placement au pair"* o que nos mostra que, embora o *"European Committee for Au Pair Standards"* seja mais recente seus paramêtros não são os divulgados em relação a esse critério. Reflexo do que acreditamos ser a falta de um real comprometimento com a questão *au pair*. Existe a tentativa de organização, identificando suas ideias básicas, construindo órgãos para esclarecer dúvidas ou fiscalizar, mas não há respaldo governamental e jurídico suficientes. Isso fica claro ao observamos o site do *"European Committee for Au Pair Standards"* que diz que cada país irá implementar seu programa *au pair*, mas com base no conjunto de padrões que o comitê apresenta, ou seja, poderia ocorrer variação nos limites da idade, mas não os ultrapassando, e o limite máximo apresentado por esse comitê não é o utilizado.

As variações dentro de um mesmo país acontecem porque as agências definem o perfil do público que querem atingir. Em relação à França encontramos variação de 18 a 28 e de 19 a 29. Para participar do programa com 17 anos é preciso uma autorização dos pais e a família de acolhida precisa se responsabilizar pela *au pair*.

4.5- Reflexões sobre os parâmetros que definem o *au pair*

Visto a especificadade do status *au pair* _os cuidados com a definição em uma categoria que não seja estudante nem trabalhadora, o limite no tempo de permanência e os limites na idade_ percebemos sua particularidade. A qual, para nós, está diretamente ligada á manutenção do caráter temporário do programa, justificado na terminologia intercâmbio (trocas culturais). Ideia muito explorada pelo *"European Committee for Au Pair Standards"*, na qual a definição do status, a restrição no campo de estudos, assim como, no tempo de permanência e na idade estão fortemente interligados.

Deve ser lembrado que a migração não é um problema apenas para o país que recebe os imigrantes, mas também para aqueles de onde eles partem, em especial quando se trata da população jovem. Por conseqüência, podemos dizer que as medidas tomadas para evitar uma imigração não temporária das *au pairs* não se restringem a proteger os países que recebem essas imigrantes, mas também, aqueles de onde elas partem, para que os mesmo não tenham sua população jovem e potencialmente, economicamente ativa desfalcada. Portanto, os cuidados tomados em fazer uma nova categoria que não compreenda nem a categoria de estudante nem a de trabalhadora, é aquilo que mantém a grande especificidade desse grupo. Isso serve tanto para proteger os países que recebem as estrangeiras quanto para aqueles de onde elas partem, com vistas à manutenção de um status que parece economicamente viável para todos os envolvidos e que hoje alimenta uma grande rede de empresas: as agências de intercâmbio como resposta de uma necessidade do mercado do trabalho do cuidado.

5- Parâmetros do contrato Au pair

Existe um contrato que deve ser assinado pela família de acolhida e a *au pair*.é o "ACOORD de placement *au pair* d'un stagiaire mode famílial"chamado simplesmente de "Accord"(Acordo). Nele encontramos os dados da família e os da *au pair*, o tempo de duração do contrato; as obrigações da família e a descrição dos direitos da *au pairs* que serão concedidos, assim como a descrição das atividades que deverão ser realizadas durante a semana e, para finalizar, os aspectos da rescisão do contrato. O *"Accord européen sur le placement au pair"* também oferece parmêtros em relação ao esse contrato.Nos referiremos a esse contrato pela sua designação em francês, *Accord.*

O artigo 6 do *"Accord européen sur le placement au pair"* nos diz que há coisas que são tratadas diretamente entre a família de acolhida e a *au pair* e elas serão oficializadas através do Accord

Article 6

1. droits et devoirs de la personne placée au pair et de la famille d'accueil, tels qu'ils sont définis dans le présent ,
2. Un exemplaire de l' visé au paragraphe précédent sera déposé dans le pays d'accueil auprès de l'autorité compétente ou de l'organisme désigné par elle.

O que mais nos interessa é que o "*Rapport Explicatif"* descreve que houve divergências a respeito de considerar ou não esse *Accord* como um verdadeiro contrato de trabalho, porém devido a falta de regulamentação sobre a imigração de trabalhadores, isso não foi possível.

3. font l'objet d'un écrit, à conclure entre les parties en cause sous forme d'un document unique ou d'un échange de lettres, de préférence avant que la personne au pair n'ait quitté le pays où elle résidait ou au plus tard au cours de la première semaine de son accueil. "La nature de cet a fait l'objet de longs débats, les uns souháitaient qu'il soit considéré comme un vrai contrat de travail, les autres ne pouvant l'admettre en raison notamment de la stricte réglementation de l'immigration des travailleurs.

Essa passagem nos faz, mais uma vez, refletir que as definições, limitações e normas sobre o "*au pair"* estão sempre em um campo "intermediário" (não trabalhadora, mas também não estudante, não membro da

família, mas também não uma funcionária) por falta de regulamentação clara para outros campos referentes aos estrangeiros. Como se a criação do "*au pair"* acontecesse como uma facilidade para não lidar com questões migratórias e de trabalho. Sendo esse mais um ponto de conveniência para esse estatuto. Porém, o artigo 7 alerta para que se conserve a independência da *au pair*, pois supõem os riscos que podem ocorrer com a divisão da vida familiar.

> Article 7
> L' visé à l'article 6 précise notamment les conditions dans lesquelles la personne placée au pair sera amenée à partager la vie de la famille d'accueil, tout en disposant d'un certain degré d'indépendance.

Esse artigo, além de reforçar o objetivo do *Accord*, traz um alerta para excessos em relação ao quanto a família exige da *au pair* e/ou o quanto a família mantém uma relação na qual a *au pair* seja totalmente dependente. De acordo com o *Rapport Explicatif* fazer esse alerta é para que evitar uma "escravização moderna", demonstrando a possibilidade de abuso de uma situação. Porém, em nenhum momento o *"Accord européen sur le placement au pair"* estabelece as medidas do que seria abuso e não comenta a respeito das conseqüências que a família sofreria caso ocorresse algum problema.

Não são apenas as penalidades que são desconhecidas, também não há muita clareza sobre que atitudes tomar caso aconteça algum problema. As agências seriam as responsáveis pelas *au pairs* que realizam o programa por meio delas, mas sabemos que em geral, as garotas buscam outra família por si mesmas. As agências costumam argumentar que há necessidade de um tempo maior para a adaptação e/ou não estão em um bom período para buscar uma família. Além disso, após estarem na França as *au pairs* tem mais intimidade com o processo, criam uma rede de relacionamento com outras *au pairs* que as auxiliam na busca de uma nova família. Para quem não veio por meio de agência à medida a se tomar é procurar à inspetoria do trabalho mais próxima da casa da família. Porém, essa informação é pouco divulgada e o que ocorre na prática é a iniciativa individual pela busca de outra família.

5.1- Reflexões sobre o contrato *au pair*

O *Accord* além de ser o documento que declara a *au pair* no país, deveria ser o documento que comprovaria todas as coisas acordadas entre a *au pair* e família. Mas, sabemos que na prática, o *Accord* funciona mais como um cumprimento de protocolo, de extrema importância por estar diretamente ligado ao pedido de visto, do que por um documento no qual ambas as partes se basearão durante o tempo do programa. Por isso, é comum garotas que possuem o visto, por já terem estado em outra família, não fazerem um *Accord* com a segunda família, o que quer dizer que elas não são declaradas como *au pair*.A indeferença em relação a fazer um *Accord* se justifica na experiência que mostra que as tarefas mais específicas do dia-a-dia são tratadas nos primeiros contatos, por email, telefonemas e muitas coisas são estabelecidas durante a convivência. Esse é um ponto delicado na relação *au pair* e família de acolhida, pois, muitas vezes a falta de clareza detalhada desde o início dos afazeres e do papel de cada um dos lados traz conflitos.

São inúmeros os relatos das *au pairs* que se incomodam com o fato de uma ação que se iniciou como um ato de educação e partilha ter se modificado em uma obrigação. Parece que o grande incômodo acontece devido ao que as *au pairs* entendem como abuso. O abuso da disposição, da confiança e da ideia de família. A mesma tarefa definida como obrigação e executada todos os dias não parece um problema. Mas, caso seja algo que se torne uma obrigação tácita torna-se um. É possível que isso ocorra, pois nesses momentos há uma ruptura da ideia de parceria, para algumas, a ruptura da ideia de membro da família para outras, que nada mais é do que a conscientização clara do por que a *au pair* está na casa. Aproximando-a de uma realidade sempre disfarçada pelo discurso do programa. Realidade que aproxima a *au pair* de outros tipos de trabalhadora e seria esse o grande motor da discórdia. Não apenas por uma questão contratual, mas sentimental.

Relataremos uma parte da experiência de duas jovens *au pairs* que ilustraram alguns dos aspectos discutidos até aqui.

6- Experiências de "au pairs"

6.1- A história de Rita: Mãe ausente, *"au pair"* presente.

Rita, se ocupa de Bete uma menina de 5 anos e Igor, um menino de 4, que moram apenas com o pai. Ela chama as crianças das quais se ocupa de "meus filhos", quase em tom de brincadeira.

Por Rita não ter o hábito de se queixar nos chamou a atenção um dia em que ela repetiu mais de uma vez que estava sentindo muita responsabilidade em cuidar das crianças. Ela nos explicou que sua sensação não era tanto pelos afazeres cotidianos que devia cumprir com as crianças _ os horários, o preparo com a comida, arrumar as coisas _ mas, sim, com a necessidade que elas tinham de atenção e carinho.

Rita dizia passar mais horas com as crianças do que qualquer outra pessoa da família. Sua rotina era: acordar as crianças, dar o café da manhã, prepará-las para ir para escola e leva-las. No final da tarde, Rita devia: buscar as crianças na escola, dar banho, preparar a janta e colocar pra dormir. As quartas-feiras ela ficava o dia todo com as crianças. O pai trabalhava alguns dias durante toda a noite, por isso dormia pela manhã e quando as crianças chegavam ele já estava no trabalho. Durante os finais de semana, as crianças ficam com os avôs paternos, que moravam a 20 minutos da casa.

Rita fica praticamente sozinha com as crianças durante a semana, o que faz com que ela não esteja só presente no cumprimento dos compromissos que as crianças têm. Ela nos diz: "Sou eu que educo aquelas crianças.".

Para além da ausência de outro adulto, podemos notar a proximidade da sua relação com as crianças como exemplos que ultrapassam sua rotina como pessoa *au pair*. Ela nos conta que mesmo o pai estando em casa se as crianças choram ou sentem dores no meio da noite vão para o quarto dela buscar conforto e ajuda.

Imitando voz de criança, ela interpreta Igor entrando no seu quarto com a mão na barriga dizendo: "Rita, tô com dor de barriga", caminhando em direção a cama e deitando. Sem que ela tenha tempo de oferecer um remédio Igor está dormindo ao seu lado, sem nem ao menos ter ido ao banheiro.

Ele teve atitudes mais explícitas sobre querer ficar perto de Rita e simplesmente entrou no seu quarto dizendo que queria carinho e dormiu com ela. Rita ainda nos conta que muitas vezes no final de semana quando eles vão se despedir, Igor pede para que ela vá junto com eles.

Com Bete a relação traz outros tipos de "confusão". Mas, não deixa de ser uma relação próxima e também nos ajuda a compreender o porquê Rita em determinado momento sente o peso da responsabilidade na execução da sua função como pessoa *au pair*.

Rita denomina a relação que Bete tem com ela de uma relação de amor e ódio. Pois, algumas vezes ela diz com raiva à Rita que a mesma não é sua mãe e ela quer sua mãe por perto. Sobre esse aspecto questionamos Rita se ela se sente mal quando isso acontece. Ela respondeu que as vezes sim e acrescentou que por isso, um dia disse à Bete que a mãe dela não estava preocupada e quem estava ali era ela.

Ela diz que o comportamento de Bete piora depois de ter ido visitar a mãe. "Ela sempre volta meio arisca.", diz Rita, que nos contou que uma vez Bete disse que a casa não era de Rita e sim do seu pai. Instantaneamente ela pensou que tinha sido a mãe que havia dito isso e ao questionar Bete ela confirmou a suspeita.

Esses exemplos ilustram um pouco da relação de Rita com as crianças e o porquê ela se sente com muitas responsabilidades. Mas, não só o tempo fez com que Rita, percebesse o peso que isso poderia ser, além do prazer que evidentemente ela encontrava em se relacionar de forma tão próxima as crianças, mas o fato de que fazia um mês que a mãe não via as crianças e Bete dizia muitas vezes que queria vê-la.

"Me corta o coração" disse Rita, ao nos contar sobre como Bete e o Irmão ficavam. Ela fez contato com a mãe das crianças para relatar o desejo dos filhos. A mãe das crianças ligou de volta no celular de Rita, que é o meio de comunicação da mãe com os filhos, e prometeu vê-los dali alguns dias.

Rita não se incomoda apenas com a forma que a mãe lida com as crianças, ela também critica o fato de que o pai delas dar mais atenção para o filho da namorada do que para os dele e disse isso para o mesmo. Ou seja, Rita não está na casa como uma funcionária que executa seu trabalho e vai embora. Ela esta sempre envolvida com as questões da família, porque as mesmas afetam não só sua rotina, mas sua forma de sentir as coisas.

Rita tem uma relação muito próxima com os avôs paternos das crianças, com quem discute sobre o comportamento do pai. Além disso, ela sente a confusão das crianças com sua presença, assim como o ciúme da mãe. Isso poderia também ocorrer em outras histórias, mas no caso de Rita, ela não possui os limites

impostos pela presença física de outros adultos, pela divisão de tarefas e funções.
A responsabilidade de Rita é sentida de uma forma ao ponto de ela nos dizer que às vezes sente como se as crianças só tivessem à ela, e isso de uma certa forma passou a incomodá-la. Durante nossa entrevista ela relatou uma conversa que teve com o pai das crianças a respeito dele trabalhar durante a noite e não avisá-la:

> Falei assim: _Mathieu, eu não sou a mãe das crianças. Eu falei: _Desculpa, mas eu não posso ter essa responsabilidade de ficar todas as coisas com as crianças, sem você me avisar. Eu posso ficar. Eu não estou falando que eu vou me negar a ficar com as crianças a noite, mas você precisa falar pra mim.

Nesses dizeres vemos que Rita, tenta colocar sua função mais próxima da de alguém que presta um serviço. Sua queixa está na naturalidade que é tratada a questão dela estar em casa a noite e por consequência ficar com as crianças. Essa questão acontece tanto pelo tempo de convivência como pela forma do programa de intercâmbio *au pair*.
Rita completa seus dizeres mostrando como se sente e que ela tem uma vida a parte da vida da família e da casa.

> Eu falei assim. Isso pra mim é uma falta de respeito. Porque se algum dos meus amigos me liga e fala assim, "Rita" vamos sair agora, e é 10 horas da noite, eu sou grande, eu sou de maior, eu posso sair; eu posso ir e voltar a hora que eu quiser. Eu não posso ser responsável todas as noites pelas crianças sem que você me avise. Eu não sou mãe das crianças, me desculpa.

O incomodo da Rita, esta também no fato de que ela não apenas se tornou disponível sem ser avisada, mas também com mais frequência:
«Antes quando você trabalhava a noite você me avisava, mas era uma semana no mês, ou duas, não era todo dia como você esta fazendo. Você precisa me avisar. »
O pai justifica seu comportamento dizendo que não esta se divertindo ou indo dormir na casa da namorada e sim trabalhando.
Na sequência da conversa que Rita teve com o pai da sua família de acolhida. Ela lembra-o que se ela ficar todas as noites com as crianças ela passara a trabalhar bem mais de 30 horas por semana. E ele responde que depois que as crianças estão dormindo ela não esta mais trabalhando. Rita responde ao pai perguntando se estará tudo bem caso ela saia e deixe as crianças sozinhas enquanto dorme.
Aqui também vemos uma questão comum em relação a vida das *au pairs*. Mesmo que seja imprescindível a presença delas, elas não estão trabalhando caso a criança esteja dormindo ou com outro adulto.
Rita termina o relato desse episódio vivido com o pai dizendo:

> «Não tenho que ser mãe; pera ae!»

6.2- A história de Marcia: *"Au pair"* presente, mãe ausente

Marcia tinha dia certo para sair da sua segunda família de acolhida. Por isso começou a procurar outra família com antecedência. Encontrou uma família que tinha apenas um bebê de 7 meses, Miguel, que teria 9 meses quando ela começasse a trabalhar. Ela trabalharia 25h semanais, receberia 300 euros por mês, mais vale transporte mensal e 80 euros para se alimentar. Teria um quarto, chamado de chambre de bonne, no mesmo prédio que a família morava. «Com vista para Torre Eiffeil. »
Marcia nos contou que logo na entrevista a mãe da família decidiu que queria que ela ficasse. «Ela ligou para o marido dela para perguntar se ele podia me conhecer. Se ele gostasse de mim, ela me contrataria ». Marcia sentiu que a mãe simpatizou com ela desde o primeiro momento, ela também ficou feliz. «Pensei: Vou morar no 7éme! » ela nos conta.
Marcia estrutura sua fala ao contar sua experiência com essa família contanto o que ela pensou da família e, logo em seguida, como ela descobriu que estava equivocada. Completando sua ideia muitas vezes com a frase: « Eles foram mentirosos ».

A primeira decepção de Marcia ocorreu logo no primeiro dia. Ela havia acordado com a mãe que chegaria no dia 10 e começaria a trabalhar no dia 15. Então, pensou que teria 5 dias livre para arrumar todas as suas coisas e descansar. Mas começou a trabalhar assim que chegou na casa. Relata que mal teve tempo para colocar suas coisas no quarto e foi viajar com a família. Depois as desilusões vieram desde coisas simples e de uma expectativa individual de Marcia, como a mãe da família ser professora de francês e por isso poderia ajudá-la na aprendizagem da língua, até coisas que realmente interfeririam no seu trabalho e bem estar. Tanto por omissão de informações- durante a entrevista, a mãe da família estava grávida, e não contou para Marcia, que em determinado momento passaria a ter duas crianças na casa- quanto por expectativa de Marcia- que imaginou que os 80 euros que ganharia para comer durante o mês seriam suficientes, pois também poderia comer na casa da família. Ela ficou muito feliz, pois na sua família anterior era a mulher que fazia as compras para ela.

De acordo com Marcia, Miguel era uma criança tranquila, mas ele tinha um atraso na coordenação motora. Marcia nos conta: «Se eu colasse ele no chão ele não se virava nem para um lado, nem para o outro ». Marcia acreditava que era falta de estímulos, que provavelmente a antiga *au pair* uma polonesa, só deixava ele no berço. Marcia tem essa suspeita, pois durante a entrevista a própria mãe de Miguel lhe disse que não havia problema nenhum ele ficar o tempo todo no berço, isso ajudaria ele a ser independente.

A rotina de Marcia era: levantar todos os dias as 8h da manhã, descer na casa da família para trocar e dar mamadeira à Miguel e fazê-lo dormir novamente. No começo Marcia ficava ao lado do bebê até ele dormir novamente, mas com o tempo apenas se ele chorasse. A mãe estava na casa todos os dias, mas não queria levantar.

Os pais chegavam a deixar Miguel 3 dias consecutivos com Marcia para irem viajar e não telefonavam para saber se estava tudo bem com Miguel. Mas, enquanto Marcia estava de férias no Brasil a mãe de Miguel escrevia dizendo que estava cansada e que Marcia precisava voltar.

A necessidade que tinham de Marcia, às vezes, não respeitava nem seu único dia de folga. Se as fraldas acabassem no domingo a mãe ligava para Marcia pedindo para compara-las. «Era a minha folga e se eu dizia algo ela dizia que estava grávida e precisava que eu fizesse. »

Marcia, não tinha apenas o cansaço físico das horas trabalhadas também havia um desgaste emocional. Ela diz:

> Eu me sentia a mãe do Miguel, era muito pesado para mim. Psicológicamente era muito pesado para mim. Se ele ficava doente era eu que levava no médico, eu que comprava os remédios. Eu que cuidava do caderno de vacinação do Miguel. Tudo, tudo, tudo.

Mesmo a mãe estando na casa e tendo tempo livre, parece que ela não dividia as responsabilidades com Marcia, a qual estava ali para se encarregar de tudo que fosse relacionado ao Miguel e por isso Marcia nos disse com ênfase:

«Ela não gostava do filho, não cuidava dele.»

6.3- Reflexões sobre a História de Rita e a de Marcia

Ao tomar conhecimento da história de Rita e de Márcia, uma pessoa pode dizer que cada uma delas têm características individuais e tomada de decisões baseadas nelas que incentivam determinadas situações. Mostrando uma tendência comum que as pessoas têm de fazer seus julgamentos isentando as questões sociais do mesmo. Tendência que dentro da lógica do Programa de intercâmbio *au pair* é reforçada.

No caso de Rita, por exemplo, podíamos dizer que outra pessoa não iria permitir que as crianças dormissem com ela, outra pessoa poderia exigir outro telefone para que as crianças se comunicassem diretamente com a mãe, outra pessoa podia até não se incomodar com a tristeza das crianças ao não ver a mãe.

A respeito de Marcia podíamos dizer que ela poderia deixar a cozinha desorganizada, que ela podia dizer que não poderia ir ao médico sozinha com a criança, que ela poderia ter tentado sair antes, que ela poderia ser menos eficiente e também impor limites. Poderíamos mesmo comparar as duas histórias e dizer que Rita se queixou com a família de uma forma explicita, assim como Martha também poderia ter feito.

Mas, para nós, mesmo que em outras proporções a maioria das questões e ambiguidades que vimos através da história de Rita e Marcia, poderiam ser encontradas em outras histórias. Até mesmo algumas coisas que em um primeiro momento possam ser consideradas como "uma questão de personalidade" se olharmos mais de perto e levantarmos as circunstâncias nas quais as situações ocorreram veremos que há fatores externos que colaboram para a organização das ações. Por exemplo, quando Rita teve a conversa, na qual se queixa de parecer mãe das crianças, com o pai da sua família de acolho, suas condições eram bem distintas das condições de Marcia, não só pela evidencia da ausência física da mãe, vejamos:

Faltavam apenas 3 meses para acabar o prazo de Rita como *au pair* dessa família, eles já sabiam que ela ia embora e ela havia conseguido outra família. Ainda assim, pode ser que outras pessoas não teriam tido uma conversa como Rita teve. Mas, sabemos que Rita tinha esses fatores que a deixavam segura para "se colocar", além de uma relação desde o início construída de forma que possibilitava uma maior liberdade.

Rita sempre disse que se sentia como se estivesse na sua própria casa quando estava na casa da família. Ela se ocupava da organização e limpeza da mesma tendo total liberdade, fazendo como pensava que deveria ser feito. Além disso, ela e o pai da família têm quase a mesma idade e amigos em comum, ou seja, ela está em um ambiente no qual a questão hierárquica e as relações de poder e dominação são menos explicitas.

Ainda assim, nós que acompanhamos toda ahistória de Rita sabemos que havia momentos nos quais não era simples se posicionar e como a questão afetiva era presente. Rita dizia que às vezes se sentia mãe das crianças, filha dos avós e irmã do pai, seus conflitos se complexificavam. Por exemplo, ela não conseguiu dizer a família que iria começar o próximo ano letivo trabalhando como *au pair* em outra família, inventou que não precisaria mais trabalhar, pois ganhou uma bolsa de estudos e iria apenas estudar.

Ao pensarmos sobre a experiência de Marcia, poderíamos dizer que sua experiência traumática na primeira família, da qual nos conta ter sido expulsa ao tentar conversar com o pai sobre a falta que fazia um aquecedor no quarto, pode ter atrapalhado seu discernimento e dificultou a imposição de limites. Mas sabemos que mesmo sem uma experiência anterior muitas pessoas *au pair* tem medo de ficar sem família.

Além disso, embora ao relatar sua história Marcia tenha suas ideias e os abusos verbalizados de forma clara, quando os fatos estão acontecendo existem muitas outras coisas que os permeiam, dificultando a identificação clara dos mesmos. Ao relatarmos algo, ele já se deslocou de alguma forma do momento ocorrido e passou pela tentativa de organização. Sendo assim, as evidências que são apresentadas foram retiradas de algo que não as deixavam tão claras no momento ocorrido. Portanto, dizer que bastava um posicionamento do indivíduo é também desconsiderar como as coisas acontecem nas relações entre as pessoas que estão envolvidas nas condições proporcionadas pelo sistema *"au pair"*.

Dizer que a ação do indivíduo mudaria toda a situação vivida por ele é desconsiderar as forças sociais, o que reforça um pensamento comum que identificamos, durante as entrevistas e durante a nossa observação participante: a ideia de que se as pessoas *au pairs* passam por determinadas situações é porque elas têm uma forma de reagir que a estimula e a incentiva. Sendo que as palavras "estimula e incentiva" parecem ser interpretadas como "determina", se levarmos em conta a falta de ação diante das situações. Essa ideia pode ser vista tanto no julgamento de outras pessoas sobre as atitudes de uma pessoa *au pair*, quanto das pessoas *au pairs* para si mesmas. Julgamento que muitas vezes desestimula a força de um grupo e a ação individual. Pois, não incentiva o levantamento de críticas à uma estrutura e as formas de nos relacionarmos com elas.

Marcia nos conta:

> é minha personalidade procurar fazer o melhor, me envolver. Minha mãe brigava comigo, ela dizia: Você ocupa o espaço da mãe dele e ela não precisa fazer nada, você toma a iniciativa. Deixa de ser tão responsável!

Marcia explica seu posicionamento: «*Mas eu tenho medo de ser menos responsável e o Miguel ficar solto"*. »
E completa: «*Talvez seja minha culpa"*. »

Na justificativa dada por Marcia identificamos uma questão relacionada ao trabalho do cuidado, a responsabilidade que se tem por aqueles que precisam de cuidado, no caso um bebê Mas, Marcia, assim como a sua mãe tem dúvidas se não é ela a culpada pelas situações que passa.

Muitas vezes em conversas informais também ouvimos julgamentos que culpabilizam as pessoas por passarem por determinadas situações, o que demonstra um hábito bastante comum que as pessoas têm de retirar as ações de um âmbito social e colocá-las apenas sob responsabilidade do indivíduo.

7- Considerações finais

Na década de 1970 o número cada vez maior de garotas que viajavam a outros países para ficar em casas de família para trocas culturais foi considerado exigiu atenção por ser considerado um fluxo de imigração temporária que necessitava de parâmetros para sua regulação. Devido a inexistência de uma legislação adequada para estrangeiros de imigração temporária definiu-se o os parâmetros para as *"au pair"* baseados em categorias já existentes, a de estudante e a de trabalhadora. Por essa razão, assim como pelo fato de que na prática as *"au pairs"* não são membros da família, mas também, não possuem uma relação estritamente de trabalho com a família, consideramos que as *au pairs* pertencem a uma categoria intermediária, ambígua na sua própria definição que reflete dificuldades observadas nas experiências vividas por elas. No caso das *au pairs* brasileiras podemos acrescentar mais um aspecto "intermediário", pois elas não pertencem à classe social mais rica no seu país, tampouco a mais pobre. A criação da categoria *au pair* tem o intuito de proteger os países que recebem as estrangeiras e aqueles de onde elas partem, pois busca manter o caráter temporário dessa imigração, não permitindo que os primeiros fiquem com a sua população jovem desfalcada e os segundos com um maior número de migrantes. Mas, na prática os arranjos entre as *au pairs* e as famílias são inúmeros ultrapassando as delimitações previstas.

Atualmente, embora, muitas vezes, o programa de Intercâmbio *au pair* seja visto pelas "*au pairs"* como uma estratégia para conseguir ir a outro país, tanto em relação ao visto, quanto á condição financeira; e os países que a recebem necessitam de mão-de-obra para o trabalho do cuidado os estudos que o associam esse programa de Intercâmbio às questões migratórias são limitados.

Nesse trabalho mostramos como se organiza o Programa de Intercâmbio *Au pair* com o intuito de que ao conhece-lo podemos melhor associa-lo à migração, que atualmente responde a demanda de mão de obra para trabalho do cuidado. É sabido que essa demanda incentiva, em especial, a migração de mulheres, pois esse tipo de trabalho é associado a tradicionais e essencializados papéis de gênero. Nessa perspectiva podemos dizer que o Programa de Intercâmbio *au pair* reflete a reprodução da divisão sexual do trabalho.

Embora a associação das mulheres aos trabalhos de cuidado seja comum, a especificidade das *au pairs* é que elas também reforçam a ideia de que a ocupação com a casa e os filhos não deve ser remunerada. Pois, o discurso afetivo que permeia o Programa (a pessoa *au pair* será como "um membro da família") descaracteriza as atividades exercidas pelas *au pairs* como trabalho. Sendo assim, elas não se reconhecem como trabalhadoras domésticas e as famílias não sofrem os encargos de uma relação de trabalho. Esse não reconhecimento, embora tenha um papel fundamental na escolha pelo programa, colabora com a invisibilidade e a desvalorização do trabalho de cuidado.

As agências deveriam ser as intermediárias entre a *au pair* e a família que a recebe. Mas, embora elas prometam segurança, clareza e comodidade no processo para participar do programa, elas se ocupam basicamente de colocar a família em contato com a *au pair* e se apoderando da flexibilidade a respeito da legislação para *au pairs* adequam algumas normas e regras como é mercadologicamente mais conveniente. Dessa maneira, se há problemas entre a família e *au pair* eles devem ser resolvidos entre eles, sem o apoio de um órgão que possa colocar essa relação em maior equilíbrio. Tendo em vista que na relação *au pair* e família constatamos três tipos de dependência: a burocrática, pois precisam da família para obtenção do visto; a econômica, pois as *au pairs* são vinculadas à sua família de acolhida por necessidades básicas_ comida e moradia; e a afetiva _ pois, na grande maioria dos casos, ao chegar à França, as *au pairs* brasileiras não conhecem ninguém além da sua família anfitriã. Ademais, algumas experiências vividas pelas *au pairs* nos permite constatar a particularidade desse estatuto que podem originar uma maior dificuldade na distinção da relação de trabalho e da relação pessoal entre os envolvidos, que muitas vezes acarreta uma culpabilidade individual. Dessa maneira, podemos constatar que, assim como acontece em outros casos de migração feminina, as *au pairs* vivem situações de desproteção que podem acarretar abusos e exploração.

8- Bibliografia

BRUSCHIN M C.A. (1994). "Trabalho da mulher no Brasil: Tendências recentes." In*:* Saffiotti HIB, Vargas Muñoz-Vargas M, organizadores*. Mulher Brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

_____. (2014). "Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos". *Cad. Pesquisa*, Disponível em : http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742007000300003. [consultado em 28-11-2014].

GILLIGAN, C. (2008). *Une voix différente. Pour une éthique du care*. Paris, Flammarion .

KERGOAT, D. (2000) . "Division Sexualle du Travail et rapports sociaux de sexe. " In *Dictionnaire critique du Feminism*. H. Hirata, F. Laborie, H.Le Doaré, D.Senotier (coord.) *Dictionnaire critique du féminisme*, Paris : PUF.

HESS,S & PUCKHABER, A. (2004) 'Big sisters' are better domestic servants ?! Comments on the booming au pair business. *Feminist review,* p. 65-78,

HIRATA, H & KERGOAT, D. (2007). *" Novas Configuaões da divisão sexual do trabalho"*. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p.595-609, sept./déc.

MONTALI, L. (2003), *Relação família-trabalho: reestruturação produtiva e desemprego*. São Paulo Perspec.

PAPERMAN P. (2009). "D'une voix discordante : désentimentaliser le , démoraliser l'éthique" In MOLINIER, Pascale; LAUGIER Sandra. *Qu'est-ce le ? Souci des autres, sensibilité, responsabilité*. Paris, Petite Bibliothèque Payot.

SEGNINI, L. (1998). *Mulheres no trabalho bancário: Difusão Tecnológica, Qualificação e Relações de Gênero*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

_____ .(1998). *Mulheres no trabalho bancário: difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero*. São Paulo, Edusp.

_____. (1999) "Reestruturação nos bancos no Brasil: desemprego, terceirização

e intensificação no trabalho". *Educação e Sociedade,* ano XX, n.67.

VEMEULEN, G. (2007).*EU quality standards in support of the fight against trafficking in human beings and sexual exploitation of children: exploratory study of the potential and feasibility of self-regulation or public-private co-operation* Antwerp: Maklu.

Marcadores de diferenças na construção do desejo afetivo-sexual: Privilégios e desvantagens nas relações lésbicas em Barcelona

Katucha Rodrigues Bento
University of Leeds
sskrb@leeds.ac.uk

Resumo: O presente ensaio sociológico incide sobre as dimensões discursivas de um grupo de lésbicas-brancas-espanholas que vivem em Barcelona para interpretar o problema social delimitado pela branquidade. As entrevistas em profundidade ajudaram a explorar a construção de si dessas mulheres, e como elas constroem noção de "outras" mulheres, no sentido de compreender a produção de marcadores de diferença e de privilégio. O objetivo é permitir uma discussão sobre as diferenças sociais na nova configuração que Barcelona mostra em sua população. Esta investigação provoca o debate sobre a branquidade, a fim de desvendar a sua heteronormativa, a hierarquização de marcadores sociais através das realidades de experiências sociais dessas mulheres, entre "outras" mulheres.

Palavras-chave: Branquidade, Lésbicas, Marcadores de Diferença, Construção de Si, "Outra", Barcelona.

I. Introdução

O presente artigo parte de um trecho da dissertação de mestrado apresentada na Universidade de Barcelona, entitulado "*Desire, Difference and Whiteness: Women's Construction of Self and Other Women*" (Desejo, Diferença e Branquidade: A Construção de Si de Mulheres e das Outras Mulheres) no ano de 2013 sob a orientação de Oscar Guasch. O foco do estudo foi explorar a dualidade de privilégios e desvantagens presente no contexto da branquidade, neste caso, estruturado pelas características: mulheres, homossexuais (lésbicas, como categoria de desvantagem social); e europeias e brancas (como categorias de privilégios). Esse contexto da branquidade é o que marca essa divisão hierárquica sobre o privilégio racial relacionado com gênero, nacionalidade, idioma, como sugere Peggy McIntosh (1988). Sendo assim, o estudo buscou dar um alcance empírico sobre como as mulheres-homossexuais-brancas-espanholas constroem a percepção de si próprias e de seus desejos, explorando a continuidade dos marcadores de diferença dentro das esferas das intimidades, afetos e desejos. A relação entre branquidade e colonialismo ajudam a pensar como os marcadores de diferenças são estabelecidos na sociedade atual e delineiam formas de relações, percepção de si dos sujeitos e suas formas de agência.

O presente artigo pretende entrar no debate sobre branquidade questionando também as formas de privilégios dentro das diversas que demarcam "nós" e "outros". Peggy McIntosh (1988) inicia um debate sobre branquidade fazendo uma autorreflexão referente aos seus próprios privilégios como mulher branca. Desta mesma forma, será apresentado o trecho da pesquisa referente a construção do desejo afetivo-sexual de lésbicas que vivem em Barcelona e como os marcadores de diferenças podem atuar na configuração das relações, intimidares e construção da "outra". A questão do privilégio também parte meu questionamento enquanto mulher negra, em ocasiões hipersexualizada, em outras inferiorizada, mas até o momento em que passei a indagar, nunca fui acuada por conta da minha orientação sexual. Essa invisibilidade da heterossexualidade é um privilégio. A partir do momento que começo a me questionar sobre esses assuntos, passo a ser questionada sobre o meu rigor sociológico e meu verdadeiro "desejo", provocando desentendimentos no campo familiar e acadêmico. Sendo assim, penso que esta pesquisa seja uma oportunidade para desvelar o "não visto" e questionar o que está estabelecido como o "normal" e "adequado" nos padrões sociais (normativas fundadas no patriarcado) e científicos (a ilusão da neutralidade).

No presente artigo não tratarei os aspectos políticos e formas de reivindicações do coletivo de lésbicas como formas de perceber a invisibilidade também como uma forma de inferiorização, de maneira a marcar profunda-

mente as reivindicações políticas na agenda do coletivo LGBTQI. Para esta análise, a dissertação de mestrado completa aborda estes temas de maneira mais profunda. Entretanto, reconheço que o debate sobre as subjetividades na construção do sujeito lésbico configuram os espaços físicos e simbólicos, construindo políticas identitárias e agenciamento do coletivo[1].

Howard S. Becker (1998) traz ao debate científico sobre sabedoria convencional e indivíduos não-convencionais para questionar regras estabelecidas sobre a boa pesquisa, com base em "imagens"; uma boa "amostragem"; "conceitos" fundamentados; e métodos de "lógicas", a fim de organizar as minhas observações e procedimentos empíricos e explorar sistematicamente as possibilidades e implicações de minhas descobertas. Com este ponto de vista, foi possível abrir os "olhos para as possibilidades que a prática mais convencional não vê" (Becker, 2007: 9). Com essa referência, eu era capaz de experimentar formas e linguagens para fornecer análises de fenômenos sociais (Becker, 1998) da branquidade através das narrativas de experiências de vida e trabalho etnográfico que esta pesquisa permitiu.

As dimensões hierárquicas utilizadas nesta pesquisa são baseadas em três pilares: os conceitos de dominação masculina (Bourdieu, 2002), sob a qual as mulheres presentes nesta pesquisa fazem parte tanto como sujeitas quanto reprodutoras dos princípios simbólicos que denotam a dominante e dominada. Esta é uma construção social em que os corpos tem um papel distintivo na construção da diferença e do desejo. No caso das mulheres nesta pesquisa, podemos identificar a força da dóxa impondo o domínio simbólico (branco, masculino, burguês) em discriminações incorporadas em diversos signos e reproduzidas através de pressões objetivas (Bourdieu, 2002). Esse domínio se ativa ora como uma disposição desfavorável nos eixos sexualidade e gênero, ora como vantagens sociais que dependerão do eixo da dominação simbólica no que tange a classe e raça dessas mulheres.

A segunda dimensão é a construção de branquidade (Dyer, 1997; Frankenberg, 1993; Ware, 2004, etc) com base no imperialismo, a raça, o cristianismo que simboliza a concretização de privilégio e uma forma de investigar as desigualdades sociais. O escopo da pesquisa trata como a branquidade marca os privilégios de raça, nacionalidade, língua que determinam superioridade dentro do contexto europeu, espanhol, de Barcelona, e mais especificamente, catalão. Isto permite uma análise mais aprofundada sobre como se dá o privilegio de branquidade nas trajetórias de vida destas mulheres, como são marcadas e discriminadas por estarem fora das normativas sociais de branquidade, ou seja, ser mulher e homossexual; como podem reproduzir discriminações ou marcadores sociais através deste prisma; e finalmente quais fatores que contribuem para poder superá-los.

A terceira dimensão parte do ponto de vista pós-colonial (Mbembe, 2001; Young, 2005) em que a escravidão a opressão e a institucionalização do racismo definem o impacto sobre os aspectos políticos, sociais e culturais da sociedade contemporânea. Aqui a pesquisa assume o colonialismo como um marco importante para estabelecer toda a relação de dominação masculina e branquidade no contexto de Barcelona. As relações de poder, violência, afetividade e subjetividades são marcadas pelo colonialismo, um processo que cristalizou as ideias de raça, desenvolveu fantasias e desejos marcados pela cor da pele, institucionalizou o racismo através da presença do estado, e assim, da nação. Em termos da percepção das diferenças como inferiores com base no preconceito e as normas de civilização, comportamento, baseadas nos significados imaginários que dividem o "West and the Rest" (o Ocidente e o resto) (Hall, 1992), enquadrando a divisão entre "nós"(superiores) e os "outros" (inferiores). Esse sistema gerou marcadores de diferenças que até hoje vivemos e recriamos, e um de seus exemplos é a importância que as mulheres pesquisadas dão para possíveis companheiras que falem catalão ou "entendam o que Catalunha significa": a complexidade da formação da identidade e percepção de si através de performances e fantasias da nacionalidade, raça, gênero, sexualidade e língua.

Neste cabedal de interseccionalidades encontrei um território não muito explorado para discutir branquidade na Espanha dentro das dinâmicas afetivo-sexuais e sociabilidades no universo do grupo de lésbicas que vivem na cidade de Barcelona entrevistadas nesta pesquisa. A construção de si e das "outras" mulheres traz a tona

---

1 Por exemplo, as pesquisas de Fachini (2008), França (2006), Guasch (1991), Platero (2008) sobre homoerotismo, interações homoafetivas, "subcultura homossexual", in/visibilidade dos sujeitos lésbicos, entre outros aspectos que formam a questão social, política e simbólica no universo homoafetivo, ajudando a pensar sobre a dinâmica das vidas de mulheres que gostam de mulheres.

as questões epistemológicas pós-coloniais e pós-raciais que a academia espanhola, todavia não aprofundou. Desta forma, esta pesquisa exploratória se debruçou em analisar a relação dessas mulheres com marcadores de diferenças em seus corpos e corpos de "outras" mulheres, estabelecendo uma diversidade de erotismo; performances homoeróticas e desejo com base em ideias de raça, nacionalidade e contornos corporais. Às vezes, tais concepções estavam se reproduzindo as convenções sociais, ou juízo de valor com base na raiz do colonialismo.

Para apresentar o estudo o artigo apresentará a metodologia para o desenvolvimento da pesquisa. Em seguida, será discutida a construção do desejo, da beleza e do prazer como fatores articulados com os marcadores de diferenças, descrevendo as partes do corpo e características que são mais ou menos excitantes (*appealing*). Por fim, o artigo apresenta as principais reflexões referentes a este estudo. Trata-se uma tentativa de trazer para a importância e necessidade de estudos sobre branquidade na Espanha, a fim de promover a reflexão contínua sobre a nossa condição social na sociedade. Como pesquisadora, agradeço a todas as mulheres que dividiram comigo suas historias de vida, ao coletivo gay de Barcelona, aos pesquisadores e meu orientador, Oscar Guash que fizeram leituras das minhas análises, entretanto, as possíveis falhas ou limitações destas pesquisas são apenas minhas.

II. Problema e Metodologia

Considerando-se que a construção de si e da "outra" é um processo contínuo, o presente artigo apresenta a dimensão discursiva de dez entrevistas de mulheres brancas que vivem em Barcelona, os quais consideram a sua sexualidade no momento presente como homossexuais (lésbicas). Suas experiências ajudaram a localizar como elas qualificam seus desejos, diferenças e privilégios para discutir o assunto de branquidade e colonialismo no contexto da cidade de Barcelona. Isso foi possível através das narrativas de histórias de vida dessas mulheres, onde apontam suas percepções do que é a conviver com pessoas de diferentes proveniências geográficas, raças, religiões, cultura.

É importante apontar que a diversidade de cor, religião, cultura, ideologias políticas, origem geográfica e os estereótipos que informam a diferença, grupos separados em uma hierarquia social importam nesta análise. Esta separação é marcada pelo discurso da branquidade, incorporado no colonialismo, o sexismo, a xenofobia e racismo. O tema da imigração toca todas as áreas da interseccionalidade, projetando o desejo das mulheres e suas construções da "outra" e de si. Ele aparece na pesquisa como um modelo de diferença ou como algo positivo, e / ou, por vezes, negativo. A diversidade – sobretudo no que tange a nacionalidade e língua – apareceu em diversas formas de classificação, ora através de algumas expressões como «latinos de merda» ou «muçulmanos de merda»; ora como a reprodução do desejo positivo que indicavam o bom cheiro de mulheres negras e do tamanho de suas bundas. Dados como esses apontam para a importância da ideia de nação e imigração como um fator no contexto da pesquisa.

Junto com a questão da invisibilidade branca para colocar marcadores de diferenciação em hierarquias sociais, a superioridade nacional é determinante para problematizar e questionar as referências que as mulheres entrevistadas apontam sobre como uma mulher ideal poderia ser. Essa invisibilidade da raça e origem geográfica sugere que "branco" não é um grupo de "minorias étnicas", e ser "um espanhol" ou "um catalão" legitima um impacto/domínio de poder assumido com base em referências de beleza, inteligência, desenvolvimento e supremacia, fazendo com que as experiências sociais se tornem um problema social. O conhecimento da História, questões políticas e dados demográficos sobre a população em Espanha, a sua formação, construção, reprodução e identificação como parte de uma nação; ou negar ser parte de uma nação (espanhola) foram cruciais para descrever como essas mulheres constroem as "outras "(mulheres). Neste caso, a língua falada pela "mulher desejada" e sua religião permeiam a identidade racial e nacional das entrevistadas.

Desta forma, a intereseccionalidade aparece não apenas como uma perspectiva teórica, mas metodológica ao entender que a análise da construção de si vai além dos essencialismos que marcam um grupo determinado pela sexualidade. O protocolo para a entrevista foi construído para abordar a complexidade da construção de si, histórias de vida e subjetividade. Para explorar os marcadores de diferenças, perguntei sobre as experiências de

discriminação vividas pelas mulheres entrevistadas ou reproduzidas por elas em relação às "outras" mulheres. Além disso, a minha intenção é entender a complexidade do desejo dessas mulheres, ou a curiosidade de estar com uma mulher diferente. Ambos os elementos [discriminação e desejo] podem conter discursos coloniais de explorar terras distantes e corpos "exóticos" (Young, 2005) através do corpo e subjetividades de uma "outra" mulher. Para dar confiabilidade e validade do protocolo, um estudo piloto foi desenvolvido com três mulheres e publicado no ano de 2012 com o título "Está na cor da pele?: Uma discussão sobre raça em Barcelona" (Bento, 2012). O estudo mostrou a importância da interseccionalidade em falar sobre as experiências de discriminação das mulheres entrevistadas e de uma gama mais complexa que envolve o racismo, que vai além da cor da pele (Bento, 2012). Este estudo piloto reforçou a hipótese de que há uma reprodução da discriminação delimitado pelo problema social da branquidade e contribuiu para atualizar o protocolo na presente pesquisa.
O método de bola de neve foi utilizado para encontrar um amplo conjunto de mulheres e idades, que não estivessem ligadas apenas com movimentos sociais para garantir pontos de vistas diversos. De fevereiro 2012 a fevereiro de 2013 foram entrevistadas dez mulheres, com idades entre 25 e 65 anos. A diversidade também está implícito na classe social das mulheres. Uma das limitações desta pesquisa é que a maioria das mulheres são nascidas na Catalunha, o que implica uma falta de diferentes origens geográficas de Espanha. Por outro lado, foi uma questão importante para levantar aspectos sobre uma nova ideia de nação e identidade que permeia o espaço geográfico, político e social catalão. Em geral, cada entrevista teve a duração de 100 minutos. No total, foram registrados 24 horas da história de vida das mulheres e percepções. As entrevistas foram realizadas em uma única sessão, e em apenas dois casos foram necessárias uma segunda entrevista. Todas receberam um breve resumo sobre o tema da pesquisa e foram informadas que sua identidade seria anônima.

III. O Sex Appeal, o Erótico e o Exótico: "Eu gosto de mulheres, mas nem todas!"

Caminar tu cuerpo
adivinar el pulso de tu placer
tenerlo entre mis manos
entreteniendo el mío
sujetar las bridas
manteniendo el paso
caballo loco de deseo
darle suelta
galope tendido
sobre la pradera de tu piel, mía.
Mabel Escribano ("Galope", 2013)

O *sex appeal* (apelo sexual) apontado pelas mulheres entrevistadas ajudam a explorar dois temas: elementos de desejo e repulsa em relação às mulheres que elas consideram como "outras"; e a experiência de discriminação e violência para (in)formar como as mulheres lidam com marcadores de diferenças endereçados à elas, conforme identificado por outros (sociedade). Vou relacionar os dois temas com referências à branquidade em suas vidas sociais, ora representada, ora vividas e ora sofrida por elas. Branquidade, como já mencionado, é a construção histórica de um estado hegemônico. A invisibilidade do privilégio se torna significativa no contexto particular da Europa, Espanha, Catalunha e, mais especificamente, em Barcelona, que no fundo que permanece na sociabilidade contemporânea, como as normas e discursos coloniais.
Neste sentido, as entrevistas mostraram marcadores de diferenças como atributos de gênero, tipo de corpo (gordinho, sem curvas, tetas grandes, etc.) e idioma como formas das intersecções aparecerem no campo, contribuindo para o debate estabelecido neste estudo. Note-se que os cruzamentos não se limitam àqueles que estou apresentando aqui, permitindo que o leitor poderá contribuir com interpretações encontradas relevantes e considerar as limitações das palavras na construção das dimensões discursivas e construções de si que vão além do escopo deste artigo.

Para examinar o terreno do desejo, o estudo explorou perspectivas sobre o discurso das mulheres brancas sublinhando o seu interesse em relação a "outras" mulheres. Mas neste caso, quem são as "outras" mulheres? A pesquisa encontrou algumas perspectivas em que as entrevistadas forneceram vários tipos de construções e estereótipos que revelam a complexidade de suas interações afetivo-sexuais. Essa aproximação também traz em foco o racismo, a discriminação, a intolerância religiosa e xenophobia, contextualizando o discurso colonial e branquidade em que a construção do desejo se realiza. O corpo exótico, o estranho, o outro são categorias articuladas pela diferença cultural, nacional e racial. Nenhuma das mulheres entrevistadas tiveram experiências interraciais em suas famílias, e não foi surpresa que tanto a rejeição e aceitação da diferença estavam voltados para uma reflexão ilusória de que a "outra" possa ser.

Quando perguntei às entrevistadas se já tinham tido ou se gostariam de ter uma experiência afetiva e/ou sexual com alguém diferente do que ela a resposta era mais direta -em apontar quem é o diferente, a "outra" de maneira geral- do que quando perguntava sobre sua percepção racial em relação a si. Apenas duas responderam diretamente "branca", a maioria disse que nunca haviam planteado essa ideia antes e outras disseram que esse não era uma questão relevante, já que a questão de classe na sociedade é o determina as diferenças sociais. Primeiramente, a questão do privilégio da raça em não ter a necessidade de tomar consciência sobre sua raça do ponto de vista ontológico, e do ponto de vista social, é o que McIntosh (1998) aponta como fator de privilégio da branquidade. A resposta direta da pergunta iria se remeter as diferenças como raça, nacionalidade, religião, língua, e os tipos de mulheres. Aí sim a construção racial aparece com objetividade. Em primeiro lugar, a raça foi mencionado principalmente como a construção social radical de oposição ao branco: preto. Cor, proporções das curvas do corpo, cheiro, e cabelo foram fatores que as entrevistadas deram mais importância. Leire, 28 anos, disse que o seu desejo para com mulheres negras aumentaram depois de ter sido beijada por uma mulher negra em um balada. Ela estava na Dinamarca, um local que, segundo ela, era muito diferente dos locais que frequenta, "*com pessoas diferentes*". Ela disse que queria experimentar uma relação sexual com uma mulher negra:

> L: É uma coisa diferente de mim. Pra mim, tudo o que é diferente, proibido ou estranho me atrai.
> K: Sei…
> L: Não estou dizendo que as pessoas negras são estranhas, mas pra mim sim, elas são, porque eu não… Eu não convivo com elas. Eu não tenho amigos negros… Eu não.

Vale a pena olhar de perto a construção de Leire sobre a diferença, aliada com algo proibido e estranho como uma violação das normatividades fundamentadas em ideais de supremacia branca. Ao dizer que ela é orientada por idéias racistas e patriarcais (supremacia branca) não implica dizer que Leire é racista, mas sim que é guiada por normas culturais que o privilégio branco não revela. Frankenberg (1993), em sua pesquisa sobre as mulheres brancas em relações interraciais, destaca a desonra e transgressão como fatores relacionados com a escolha de um parceiro negro. Transgressão e curiosidade também são levantadas por Rebeca (35 anos):

> Bom… você sabe aquelas mulheres negras? Eu acho que são subsarianas, com aquela cor negra, tão negra! E o tipo de pele… Ohhhh!!! Eu gostaria disso, sabe? (…) É um outro tipo de cheiro, sabe? Alguma coisa assim. Bom, isso aconteceu com uma das minhas amigas… Enquanto a gente jantava uma amiga contou que o namorado dela era negro e ela me contava e eu disse "Deeeeuusss!" Eu gostaria disso, mas tirando o fato de que ele [o namorado da amiga] é homem, certo? Mas sim, sim, sim, eu percebi isso de ver como minha amiga babava por ele e agora vai ter um bebê com esse cara. E eu falo "Uau! Isso é legal!".

O desejo expresso pelo "cheiro das pessoas negras" é inscrito pela exotização do corpo e da origem articulando o *sex appeal,* o desejo. Rebeca usou um recurso normalmente dirigido às pessoas negras: o cheiro, a cor e a

pele. Nas sociedades ocidentais, as pessoas brancas não são conhecidas pelo seu cheiro, sua cor não é questionada, nem o "tipo" de pele. A reprodução de estereótipos é exposto como uma discriminação positiva. Bento (2006) diz: "A hiper sexualização do povo negro é proeminente neste caso. Aqui surge a importância que os rótulos e estereótipos têm na construção de interpretações e identificação de grupos ". (Bento, 2006: 66). Neste caso, a cor da pele informa diferentes formas de tratamento e relacionamentos levantando expectativas de comportamento ou performance sexual. Tais expectativas passam a ter diferentes conotações a medida em que o tema das relações afetivas passa para algo mais duradouro. Neste caso, Leire diz:

> *Eu tenho a classe social em mente, sim. Isso é… Bom… Talvez mais do que eu gostaria. Porque no começo isso não importa, mas… hei! Eu quero saber. Eu sei que isso é uma grande besteira, mas tipo no outro dia ela [*a namorada*] me disse que seu irmão é um pintor [*de paredes*]. Bom, eu não gostei disso. Por que? Bom, porque eu sou uma idiota! No começo eu não gostei… A primeira sensação eu não pude evitar, mas depois eu pensei: 'bom, ele pinta paredes, com certeza ele ganha muito dinheiro, e além disso, isso não me interessa'. Mas, ei! se ela tivesse dito que ele é um pintor de quadros, eu teria gostado mais, porque eu realmente gosto de pinturas e apreciaria ainda mais.*
> *O que acontece é que aqui [*em sua casa*] há muitos livros, muita cultura, então isso faz com que sejamos classe média, classe média baixa, mas o fator cultura, fator livros, fator conhecimento, filosofia, arte, literatura, humanidades, ideias… Tudo isso é muito importante pra mim.*
> *Se ela fosse de uma classe muito baixa, por exemplo, bom… no final… isso poderia ser uma coisa boa, mas isso não é determinante. Agora, se ela me diz que ela tem quatro casas, uma em Paris e uma em Nova Iorque, eu diria que eu gosto disso [*risos*] porque eu posso ir pra Nova Iorque [*risos*].*

Considerando a classe social nessa discussão é elementar para a construção de discursos coloniais -uma razão importante para "abrir novos caminhos" em busca de riquezas- e reproduzindo uma criação social baseada em valores capitalistas. De acordo com bell hooks (2000), uma análise de classe e crítica ao sexismo une as lutas de libertação de todos os povos oprimidos. Por isso, a importância de que uma mulher de classe média dá à questão de classe em um relacionamento impõe e delineia a classe dominante na realidade capitalista. A consciência de que ela mostra por estar errada sobre esta consideração (é a maior besteira de sempre (...) eu sou um idiota ") não elimina o facto de que ela sustenta a estrutura dominante de organização econômica (o capitalismo).

Para além da classe, as entrevistadas também apontaram a identidade nacional como um fator importante de contraste. Nataly, 26 anos estava entusiasmada em apresentar todos os elementos que ela considerava importantes para determinar o desejo ou aversão em relação a outras mulheres, de acordo com o que ela entendia por classificação racial. Seus apontamentos eram, sobretudo, referentes a nacionalidade e religião. Ela disse que, em geral, as lésbicas que conhece não saem com garotas da América Latina: *"Sudaca '*(um termo depreciativo para os latino-americanos) *é ok, mas não colombianas ou equatorianas (...) [porque] elas são muito estressadas, têm mau caráter e são muito agressivas. Não!"*. Para entender melhor como ela se colocava referente às escolhas de suas amigas, a seguinte questão é levantada: 'você sairia com alguma garota latina?'. Ela diz: "*Bem, em primeiro lugar eu não gosto muito. Mas não é impossível (...)"* e dá mais detalhes sobre seus desejos em relação às mulheres:

> N: *Bom… Muçulmanas usando o véu, nem pensar!!! Acho que não conseguiria.*
> *K: Por que?*
> *N: Preconceitos, eu acho. Eu sei que é mal, mas não! Uma muçulmana não praticante talvez… Não sei.*
> *K: Uhum…*

> *N: Mas não é só isso, sabe? Por exemplo, se for uma espanhola [*fazendo referencia com a mão com desdém à "outra", como se Espanha fosse longe de onde estávamos*] e super fascista ou super espanhola, mesmo que tenha nascido aqui [*na Catalunha*], nem pensar! Podemos ter uma transa de uma noite, mas nada mais. Mas se ela é da Europa e respeita o que é Catalunha, então tudo bem. Não teremos muitos problemas.*

Aqui Nataly situa religião em hierarquias, sugerindo que uma muçulmana que usa o véu não poderia ser uma possível combinação com ela por causa da religião, e além disso, nem mesmo uma espanhola que não compartilhe sua percepção sobre "o que é Catalunha". Este link espontânea entre o Islã e nacionalidade espanhola abraça o que ela considera ser longe de sua realidade cultural, baseada no que ela percebe sobre sua identidade catalã. Um pensamento semelhante foi criado por Marta (44 anos) que passou toda a sua vida em um bairro de Barcelona conhecido por sua diversidade. Trata-se de um lugar habitado por imigrantes, ciganos, grupos marginais -de gays a viciados em drogas. Marta revela que teve momentos de conflito com os muçulmanos da região: *"a cultura muçulmana é muito mais atrasada do que a ocidental, que é onde a questão do conflito reside"*. Na sua perspectiva, não é uma questão cultural ou educacional, mas religiosa, o que torna difícil encontrar um terreno comum: *"Eu admito que isso [*o Islam*] é quase o suficiente para me fazer dizer não"*.

As expressões e ideologias exibidas vieram juntamente com a concepção de cultura, religião e comportamento associadas a quem é a "outra": diferente. Esta articulação de marcadores de diferença é informada na interação ou na ausência de interação com as pessoas que eles consideram ser diferente delas. É possível entender isso como uma estrutura discursiva que tem a ver com o modelo geopolítico definido pela imigração pós-colonial. O aspecto eurocêntrico de um tal ponto de vista -a partir do privilégio e da supremacia- segue um ciclo que se demonstra profundamente cristalizado na relação de poder estabelecida pela branquidade. Nataly nos explica que se as garotas não são europeias, poderiam ser consideradas, mas… "*Talvez não do Afeganistão ... Os países com uma má vibração [*mala óstia*] ... Paquistão, ... istão ... quistão ... Esta Península Árabe ..."*A argumentação imbuída de uma interpretação provincial do que são os países árabes se reduz ao lugar com uma "mala óstia", generalizando suas especificidades e excluindo as mulheres destes locais da possibilidade de ter qualquer contato afetivo ou sexual devido à nacionalidade, e mesmo que ela soubessem, entendessem ou respeitassem o "que a Catalunha é".

Nataly diz que ela se sente atraída por "quase todas as mulheres" e que ela prefere a feminilidade das garotas: *"Eu nunca gostei do estilo masculino (butcher), porque eu sei que eu gosto de mulheres e mulheres que se parecem com as mulheres"*. Ela aborda sua atração por um tipo muito específico de mulher: *"Eu gosto de garotas com Rasta. Quatro ou cinco, não toda a cabeça, meia cabeça raspada, o modo como se vestem ... É mais do estilo, mais do que a cor. Mas sim... Elas são geralmente brancas... Mas isso é também por causa do ambiente que vivo"*. A contradição entre a alegação que gosta de quase todas as mulheres, e em seguida, listando uma série de fatores que excluiria a adequação de uma mulher - em termos de nacionalidade, religião ou estereótipo - é evidente. O curso de seu discurso levou a determinar uma construção ocidental do desejo informado pelo estilo de roupas e cabelo, e comportamento (respeitando a sua ideia da Catalunha), em que não ter fé (Islam), e onde não nascer (Península Árabe). A partir destes pontos levantados e com base no trabalho de campo feito para esta pesquisa, há mais possibilidades que Nataly encontre alguém que não goste em Barcelona, do que alguém que goste.

A diversidade de Barcelona é muito relevante, normalmente apresentada pelas entrevistadas para descrever experiências multiculturais durante suas infâncias, ou durante a sua vida adulta, quando começaram a sair para festas gay (fiestas de ambiente). Ariel (33 anos), diferente de Nataly, diz: "*gosto de todas as mulheres!"*, salientando que em Barcelona há mais "variedade" de pessoas como um aspecto positivo e enriquecedor. Mercedez (65 anos), que mantém um relacionamento de cinco anos com uma mulher colombiana, declara que ela vê a diversidade da cidade de uma forma muito positiva, mas avisa: "temos de saber como misturar as culturas. Cada cultura tem de ser conhecida em sua essência". Ariel e Mercedez, além da diferença de geração, cresceram na diversidade da cidade e mantiveram relações estreitas com pessoas de diferentes origens e nacionalidades. As referências de Ariel e Mercedez ao multiculturalismo vêm em oposição ao conceito de que Nataly

e Marta mantêm acerca de muçulmanos, evocando sentimentos desconfortáveis, inquietos, ou inseguros. As representações simbólicas de uma religião são refletidas na divisão de pessoas, nacionalidades, cores e classe em reflexos que levam ao desejo.
Dentro dessa relação de poder, o idioma também foi estabelecido como um mecanismo de hierarquia em um relacionamento ou uma questão importante para o processo seletivo da mulher desejada. Adriana (29 anos) me contou sobre sua ex-namorada marroquina:

> "*Eu acho que nós estávamos em uma relação paternalista de ambos os lados, e eu não sei se a tratava como uma igual. O seu [da namorada] paternalismo veio à tona porque ela era mais velha do que eu, de apenas 3 anos, e ela me tratava tipo: "Eu sou o mais velho e você é uma menina"*.

Adriana me disse que ela usou uma linguagem às vezes para fazer piadas irônicas que a ex-namorada (marroquina) não entenderia porque o catalão não é sua primeira língua. Neste ponto, é possível compreender a língua e a linguagem como uma questão que cruza e (in)forma uma posição social, cultural e política de um indivíduo na sociedade. Neste caso, raça e língua são significativamente moldadas pelas ideias de nacionalidade e de pertença. Avtar Brah (1996) diz que a aparência é importante em regimes de poder, e foi assim que os discursos sobre o corpo passaram a se relaciona com a racialização da "outra". O poder radicalizado opera dentro e através dos corpos, configurando hierarquias não apenas entre dominantes e dominados, mas entre cada uma dessas categorias de pessoas. (Brah, 1996). Desta forma, o marcador que determina dominante e dominado na relação de poder é fluido, mostra que a dinâmica é complexa e revela o jogo nas relações de poder em que o grupo de lésbicas entrevistado pode estar nos dois lados, dentro de uma estrutura de dominação que procura homogeinizar, "normalizar", enquadrar, colocando em um "contrato universalista toda e qualquer reivindicação de acesso dos dominados ao direito e ao destino comum" (Bourdieu, 2002).
O corpo ainda é importante para definir que tipo de mulheres as entrevistadas gostam. Quando perguntadas sobre o que gostam no aspecto físico de "outras" mulheres, normalmente responderam: "o olhar" (e não dos olhos). Após se sentirem mais confortáveis com a entrevista, descreveram detalhes explicando do tipo de corpo que mais gostam de "outras" mulheres. A maioria deu importância para seios grandes. Os quadris são também um factor considerado como sexy, mas uma delas foi específica sobre o fato de que prefere *"pequenos quadris e um corpo magro com tetas não tão grandes"*. Assim, a construção social da beleza e do mecanismo de poder endereçadas ao corpo: as formas, tamanhos, movimentos e comportamento, reproduz as funções, as sensações e prazeres que vão além da materialidade física (biologia) do erotismo. É um fator complexo que vai além da consciência objetiva delimitada pelas paredes de crisálida está relacionado a confusão que é rever o modelo original do 'ser' (Bataille, 1987). O erotismo e o desejo também estão de acordo com o que foi reproduzido historicamente através do colonialismo, a branquidade, e subjetividades do "self", fazendo da "outra" aquela que contem qualquer característica de diferença que a sua identidade não tem, dentro do framework da branquidade. A "outra" é uma pessoa fluida, com características fluidas, que se estabelece de acordo com a constante dinâmica de prismas que definem a construção de si.

IV. Considerações Finais

"*A pessoa conscientizada tem uma compreensão diferente da história e de seu papel nela. Recusa acomodar-se, mobiliza-se, organiza-se para mudar o mundo.*"
(Paulo Freire, 1994.)

Esta pesquisa exploratória, buscou encontrar maneiras de contribuir para o sobre a branquidade no contexto social da Catalunha e Barcelona. Estes resultados empíricos requerem mais investigação para sugerir maneiras de analisar, criticar e reformular questões sobre discriminação social, da exclusão social e da violência social. É essencial reunir novas questões e experiências de importância sociológica, política, filosófica e antropológica

para refinar novas maneiras de «fazer» sociologia. As entrevistadas nesta pesquisa são demonstram os privilégios e desvantagens de viver em uma sociedade plural e dinâmica. Europeias e brancas, mulheres e lésbicas fizeram deste estudo uma ferramenta para discutir questões de privilégios, poder e supremacia a partir de uma perspectiva sociológica. Suas narrativas sobre si mesmas criaram uma oportunidade para reconstruir um sujeito histórico, parte de todo o cenário que forma e informa a reprodução do problema social delimitado pela branquidade. Tal fator delimita as relações de poder na sociedade dentro do tempo e espaço ao qual pertencem, de maneira que lhes permita agir, sentir e perceber a si mesmas e as "outras". Entende-se que as experiências de viver o "self" apresentadas nesta pesquisa, demonstram uma construção dupla e dialógica que define *"as historias dos sujeitos e os sujeitos das histórias"* (Nicolazzi, 2004: 109). O espelho de privilégios reflete dinâmicos sujeitos (dominantes e dominados, privilegiados e desavantajados) e novos prismas sociais.

A análise do colonialismo mostra como a estrutura de poder se forma através de mecanismos violentos, em que todos internalizam as hierarquias e formas de dominação. Desta forma, o grupo de lésbicas que participaram no estudo como interlocutoras denuncia o quanto a sociedade as leva a participar dessas relações de poder, cristalizadas no colonialismo, fundamentadas pela branquidade. Elas recebem as "outras" mulheres das formas que aprenderam a vivenciar as diferenças e discriminações, muitas vezes baseadas na forma que elas mesmas foram recebidas na sociedade: o desprezo, rechaço, sexualidade curiosa, corpo misterioso, gênero marcado pela inferioridade.

Este artigo destaca as relações de poder e suas implicações sobre os valores coloniais, o estabelecimento de uma heteronormatividade, e sexismo inextricavelmente relacionados à branquidade, edificando as noções de raça, sexualidade, gênero, classe social, a identidade nacional, religião e identidade cultural. Esta constatação empírica era visível e discutida em momentos particulares de entrevistas em profundidade. O dinamismo da presente realidade social nesta pesquisa é analisado em um esforço para fornecer uma consciência crítica sobre a nossa sociedade atual. Ele está em constante mudança, e nova «leitura do mundo» do sujeito (Paulo Freire, 1994), envolvida com novos pensamentos da sociedade contemporânea e acontecimentos antigos, que todavia se manifestam nas relações sociais. Esta é a razão de esta pesquisa ligar o colonialismo com branquidade, o patriarcado com a perspectiva feminista. A transformação contínua da Sociologia está conectada com a dinâmica das estruturas sociais. Nenhuma categoria utilizada na pesquisa foi concebida como estático. Atenção aos detalhes locais como padrões de imigração, identidade nacional e de pertença são uma fonte vital nas discussões sobre a injustiça social e da discriminação.

Em seguida, é importante fazer considerações sobre "o exótico como erótico", definidos por meio de marcadores de diferenciação enraizados no colonialismo. A sensualidade da boca ou cheiro de mulheres negras são construídos pelo argumento da diferença, como um fator positivo de «pessoas exóticas". Por outro lado, as entrevistadas articularam uma estigmatização dos muçulmanos, marroquinos e latino-americanos -especialmente colombianos e Ecuadorians- aludindo inferior moral e intelectual capacidade, beleza, sensualidade e erotismo. Estas considerações fazem parte da fantasia coletiva plantada por idéias coloniais e se baseiam em um eixo normativo e diária, representando as hierarquias sociais. As imagens de si e do outro apoio e reforçar as divisões na sociedade e reproduzem as desigualdades que permanecem dentro das estruturas sociais.

Em geral, considerando o aspecto físico (a aparência) da "outra" é algo habitual e normal para estabelecer pontos de diferença, atração, repulsa. Esta diferença da "aparência" é baseada em aspectos tais como a língua (idioma) ou a religião ("Eu não gosto da beleza muçulmano"). Juan Carlos Moreno Cabrera (2008) destaca as possibilidades destrutivas do nacionalismo linguístico e como isso pode justificar e legitimar as desigualdades políticas e culturais. A discriminação linguistica sofrida na Catalunha durante a ditadura militar não pode ser reproduzida em contextos contemporâneos, a fim de classificar ou marginalizar um sujeito em nome da manutenção de sua própria língua em detrimento à "outra". A religião também é um dispositivo da opressão qualificado pelas ações dos órgãos para definir a «beleza». O corpo e a "aparência" informados não são atraentes, dependendo da realidade religiosa, criando novas relações de poder.

À medida que os privilégios continuem invisibilizados, através do estabelecimento de um "outro subalterno", a sociedade (ocidental) não será capaz de compreender os problemas sociais e sua dimensão política. No contexto do racismo, a interseccionalidade importa e raça não pode ser essencializada como determinantes de identidades, assim como qualquer outro marcador de diferença. Mas sem dúvida, trata-se de um fator fundamental

que precisa ser considerado dentro da interseccionalidade, para que se possa entender a sociedade, e suas relações. É perigoso e perverso pensar que a discriminação é parte da imaginação das pessoas "inferiorizadas". Esta é a razão pela qual o discurso colonial prevalece, a construção de corpos não-brancos como exótico. Civilidade, beleza e normalidade são parte do eixo da branquidade. Assim, os aspectos físicos e simbólicos da "outra" na vida diária são baseados nos privilégios.

O grande desafio que estudos como este apontam é transcender os essencialismos que os marcadores de diferenças estipulados pela branquidade reforçam, hierarquizando indivíduos e gerando racismos, discriminações. Segundo Stuart Hall (1992), o contato entre o "*West and the Rest*" (o ocidente e o resto) permanece em nossa conjuntura social, baseando-se em forças imperialistas do capitalismo e de uma cultura globalizada, que tende a ser hegemônica e promove uma nova forma de colonialismo. Mas os papéis e processos não são estáticos, e é por isso que a estrutura global, nas sociedades ocidentais, que forma construções sociais pode ser direcionado para novos caminhos e pensamentos. Os marcadores de diferença podem fazer sentido como ferramenta de empoderamento das diferentes nuances e matizes possíveis para refletir construções de si de formas mais dialógicas e menos hierarquizadas. E se este breve artigo provoca de alguma forma ainda mais questionamentos sobre como lidamos com as diferenças e como podemos superar a branquidade, então a proposta cumpre seu papel.

Bibliografia

Bataille, G. (1987). *O Erotismo*. Porto Alegre: L&PM.

Becker, H. S. (1998). *Tricks of the Trade*: How to Think About Your Research While You're Doing It. Chicago: University of Chicago Press.

_____ (2007). *Telling about society*. Chicago: University of Chicago Press.

Bento, K. (2006) *Balada de Branco e Balada de Preto*: Atualização da Democracia Racial nas festas de samba em São Paulo? Graduate Coursework for the Foundation School of Sociology and Politics of São Paulo, São Paulo, Brazil.

_____ (2012). Está na cor da pele?: Uma discussão sobre raça em Barcelona. *Seminário Acadêmico APEC 2012*: Entre o Atlântico e o Mediterrâneo: 20 Anos de Intercâmbio e Saberes, Barcelona, España. Avaliable in < http://www.apecbcn.org/seminario/seminarios-anteriores/>. Access on 14 June 2013.

Bhabha, H. (1983). *The other question*: the Stereotype and Colonial Discourse. *Screen,* 24(6): 18-36.

Bourdieu, P. (2002). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Brah, A. (1996). *Cartographies of diaspora*: contesting identities. London: Routledge.

Cabrera, J. C. M. (2008). *El nacionalismo lingüístico*: Una ideología destructiva. Barcelona: Peninsula.

Dyer, R. (1997). *White*. London: Routledge.

Frankenberg, R. (1993). *White Women, Race Matters*: The Social Construction of Whiteness. London: Routledge.

Facchini, R. (2008). *Entre umas e outras*: mulheres; (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.

França, I. L. (2006). 'Cada macaco no seu galho?': arranjos de poder, políticas identitárias e segmentação de mercado no movimento homossexual. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21(60).

França, I. L. (2012). *Consumindo Lugares, consumindo nos lugares:* Homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Freire, P. (1994). *Cartas à Cristina.* São Paulo: Paz e Terra.

Guasch, O. (1991). *La Sociedad Rosa*. Barcelona: Anagrama.

Hall, S. (1992). The West and The Rest: Discourse and Power. In: Hall S, Gieben B. (eds.) *Formations of modernity*. Cambridge: Polity Press in association with the Open University.

hooks, b. (2000). *Feminist Theory*: From Margin to Center. Cambridge: South End Press.

Mbembe, A. (2001). *On the Postcolony*. Berkeley: University of California.

McIntosh, P. (1998). White Privilege and Male Privilege: A Personal Account of Coming to See Correspondences through Work in Women's Studies. In: *Wellesley College Center for Research on Women Working Papers Series* 189.

Nicolazzi, F. (2004). A narrativa da Expriência em Foucault e Thompson. In: *Anos 90*, Port Alegre, 1 (9), 20: 1-38, jan./dez.

Platero, R. (Lucas) (2008). La construcción del sujeto lésbico. In: R. Platero (org.), *Lesbianas: Discursos y representaciones*. Romanyà Valls: Ed. Melusina.

Sahlins, M. (1976). *Culture and Practical Reason.* Chicago: The University of Chicago Press.

Young, R. J. C. (2005). *Desejo Colonial*. São Paulo: Perspectiva.

Ware, V. (org.) (2004). *Branquidade*: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond.

Etnobiografia e migração no documentário autobiográfico: uma análise de *Mare Mater* (2013) de Patrick Zachmann

Sandra Straccialano Coelho
LAF/Póscom (Universidade Federal da Bahia - UFBA)
sandrixcoelho@gmail.com

Resumo: Considerando, assim como Michael Renov (2008), que os relatos em primeira pessoa são parte significativa da cultura contemporânea no âmbito do cinema documentário, o presente trabalho propõe um primeiro passo na abordagem de um conjunto específico de produções nas quais o documentarista coloca em questão a herança de um passado familiar marcado pela migração. O objeto a partir do qual essa análise se inicia é o diário cine-foto-biográfico *Mare mater* (2013), de Patrick Zachmann, obra marcada pela tentativa de reconstruir uma memória familiar em vias de desaparecimento, e na qual o relato do realizador e de sua mãe se cruzam à narrativa de outros jovens argelinos que navegaram (*mare/mer*) para Marseille, deixando suas mães (*mater/mère)* na terra natal. A análise que será apresentada tem como objetivo inicial discutir, mais especificamente, a pertinência do conceito de etnobiografia (GONÇALVES, 2012) para a compreensão do fenômeno a ser investigado.

Palavras-chave: documentário; autobiografia; migrações; memória; identidade; etnobiografia

1. Introdução

A partir da investigação e do visionamento constante de filmes documentários autobiográficos, tarefa que vem sendo realizada nos últimos anos no âmbito das atividades do Núcleo de análise do cinema documentário do Laboratório de Análise fílmica da Universidade Federal da Bahia (LAF-Póscom/UFBA), algumas continuidades e tendências vêm tomando corpo e sugerindo novos caminhos de investigação. Parte de um amplo espaço autobiográfico (LEJEUNE, 2008), que tem se afirmado com especial vigor nas últimas décadas, e no qual as mais diferentes formas de inscrição subjetiva dos autores têm se concretizado, o cinema (e ainda mais especificamente o documentário) coloca seus desafios particulares para a consideração e análise da narrativa autobiográfica[1].

Contudo, longe de serem um problema, tais desafios parecem apontar, pelo contrário, para a vitalidade com que a análise dos documentários autobiográficos pode contribuir na compreensão de temas sensíveis da contemporaneidade tais como o da memória e o das migrações. Apoiando-se em Foucault (1984), para quem a afirmação de diferentes subjetividades se tornaria, em breve, um dos grandes temas do debate contemporâneo, Michael Renov (2008) irá justamente defender a tese de que o cinema autobiográfico compreende e ao mesmo tempo é afetado pelas dimensões política e social, refutando assim um certo lugar comum, segundo o qual a "essência" do documentário estaria vinculada a um caráter explicitamente militante e necessariamente voltado para a análise e denúncia do(s) outro(s) – uma crença que, se levada a seu extremo, obviamente excluiria a possibilidade dos cineastas falarem de si próprios no campo documental.

Frente a um contexto atual, onde a discussão de políticas identitárias está cada vez mais na ordem do dia, o autor assume, assim, a indissociabilidade entre o individual e o social igualmente no âmbito do documentário, identificando-a e analisando-a em diferentes produções da época, que vão desde o confessional *Tarnation* (2003) de Jonathan Cahouette, à polêmica presença de Michael Moore em seus filmes-denúncia sobre determinados aspectos da sociedade norte-americana.

---

1 Na terceira parte de *O pacto autobiográfico* (2008), Philip Jeneune irá discutir vários desses desafios a partir da emergência de festivais e mostras dedicadas ao cinema autobiográfico que começaram a se tornar mais frequentes a partir dos anos de 1980.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, porém dedicada especificamente à análise de filmes e vídeos autoetnográficos, Catherine Russel (1999) observa, ainda, que tais experiências em grande parte são

> […] produzidas por muitos para os quais etnicidade ou raça moldam suas próprias histórias enquanto alegoria de uma comunidade ou cultura que não pode ser essencializada. Temáticas do deslocamento, imigração, exílio e transnacionalidade são proeminentes nesse modo de fazer filmes. [...] Histórias de família e histórias políticas se desdobram, enquanto processos difíceis de rememoração e luta. Imagens específicas, que ressoam através de distâncias temporais e espaciais. […]
> Um tema proeminente no cinema pessoal contemporâneo é a encenação do encontro com o(s) pai(s) do cineasta ou avó(s), que encarnam uma história cultural particular de deslocamento [...][2] (RUSSEL,1999: 278; tradução nossa)

É especificamente sobre esse último conjunto mais restrito de documentários autobiográficos de que fala a autora, nos quais cineastas decidem se confrontar com histórias familiares marcadas pela migração[3], reconstruindo assim memórias por meio de sons e imagens em movimento, que o presente artigo pretende lançar seu olhar. Para tanto, propõe tomar como objeto inicial *Mare Mater*, obra ao mesmo tempo literária, fotográfica e cinematográfica, realizada pelo fotógrafo francês Patrick Zachmann em 2013.

Nessa obra, tecida em três níveis – e na qual o autor tenta (re)construir uma memória familiar em vias de desaparecimento –, a investigação do passado de sua mãe, sefardita argelina que migrou quando jovem para a França, se cruza à narrativa de jovens que atravessaram o mar mediterrâneo (*mare/mer*) em busca de trabalho no continente europeu, deixando suas mães na terra natal (*mater/mère*); ambos, jovens imigrantes e sua respectivas mães, são registrados pelas câmeras do fotógrafo e cineasta em *Mare Mater*, compondo, dessa forma, junto às imagens da família do autor, um tecido narrativo intrincado especialmente interessante para pensar as potências do autobiográfico em sua relação com dinâmicas da alteridade.

A partir da análise provisória dessa obra – já que dedicada, mais especialmente, a sua faceta cinematográfica nesse primeiro momento –, se pretende discutir, ainda, a pertinência do conceito de etnobiografia como chave de análise particularmente interessante para dar conta dessa dimensão específica onde o individual e o subjetivo, signos mais aparentes do autobiográfico, se articulam a dimensões históricas, políticas, sociais e culturais que os atravessam e ao mesmo tempo constituem, sem contudo reduzi-los.

No entanto, vale dizer que o objetivo central do presente artigo não é o de empreender uma discussão teórica exaustiva sobre a etnobiografia em si, mas, mais especificamente, tentar operacionalizá-la e discuti-la a partir da análise de *Mare Mater*. Mesmo assim, antes de iniciar tal análise, é importante estabelecer alguns dos princípios da etnobiografia que se julgam especialmente relevantes para o desenvolvimento da reflexão proposta e que têm como base, sobretudo, o trabalho que vem sendo desenvolvido atualmente pelo antropólogo brasileiro Marco Antonio Gonçalves (2008, 2012).

---

2 …also produced by many for whom ethnicity or race casts their own history as an allegory for a community or culture that cannot be essentialized. Themes of displacement, immigration, exile, and transnationality are proeminent in this mode of filmaking. […]Family histories and political histories unfold as difficult processes of remenbering and struggle. Specific, resonant images across distances of time and space. [...]
A proeminent theme in contemporary persona cinema is the staging of an encounter with the filmmaker's parent(s) or grandparent(s) who embody a particular cultural history of displacement [...]

3 Aqui se incluem documentários contemporâneos das mais diferentes proveniências, dentre outros, o brasileiro *Passaporte Húngaro* (Sandra Kogut, 1997), o norteamericano *Nobody business* (Alan Berliner, 1996) ou o israelense *The Flat* (Arnon Goldfinger, 2011), por exemplo.

2 Notas sobre a etnobiografia

O termo etnobiografia, tal qual foi apropriado por Gonçalves para a análise de aspectos da cinematografia de Jean Rouch (GONÇALVES, 2008), se viu retomado, inicialmente, a partir da caracterização que o documentarista argentino Jorge Prelorán fez de sua própria produção etnográfica, marcada por relatos de vida de sujeitos marginalizados que foram registrados por sua câmera nos anos de 1960 na Argentina. Segundo essa autocaracterização inicial, a etnobiografia traduziria a emergência das histórias de vida de tais sujeitos nos filmes enquanto decorrência da relação estabelecida com o documentarista, sendo, assim, mais do que "as" histórias daqueles sujeitos, o espelho dos diferentes encontros entre estes e o cineasta.
Em sua análise, contudo, Gonçalves opta por partir de uma noção mais ampliada da etnobiografia, baseada em MacDougall (1998), expandindo-a para além da esfera da produção documental do tipo "histórias de vida". O ponto central, e que irá permitir ao autor aproximar a etnobiografia do cinema de Jean Rouch nesse primeiro momento, é a ênfase na ideia de uma produção documental centrada na dinâmica do encontro entre cineastas e sujeitos filmados. Desse ponto de vista, e no que concerne mais especificamente ao contexto da antropologia fílmica[4], a etnobiografia não seria,

> [...] uma tentativa de produzir uma visão autêntica de dentro procurando 'apreender o ponto de vista nativo' mas sim um modo de definir a complexa forma de representação do outro que se realiza enquanto construção de um etno-diálogo, para usar uma expressão rouchiana, em que o cineasta e antropólogo estão diretamente implicados. Portanto, **etnobiografia é, antes de tudo, produto de uma relação e de suas implicações a partir da interação entre indivíduos situados em suas respectivas culturas e tendo como pano de fundo suas representações culturais sobre a alteridade**. (GONÇALVES, 2008: 206; grifo nosso)

Em trabalho posterior, Gonçalves (GONÇALVES, 2012) irá avançar nessa discussão, explicitando a inclusão de relatos autobiográficos no escopo da abordagem etnobiográfica e identificando, agora, como centro de interesse da etnobiografia, a possibilidade de problematizar simultaneamente "as experiências individuais e as percepções culturais, refletindo sobre como é possível estruturar uma narrativa que dê conta desses dois aspectos na simultaneidade" (GONÇALVES, 2012: 20).
Assim, a partir de inevitáveis relações de alteridade, que o autor ressaltara em um primeiro momento, narrativas biográficas e autobiográficas seriam, igualmente, uma forma relevante de acesso ao social e ao cultural. Nesse sentido, Gonçalves irá pontuar, como elemento fundamental de análise, a consideração da necessária articulação entre pessoa e personagem que constitui esse tipo relato, independente de qual espécie de narrativa (auto)biográfica esteja em questão: entrevista, texto literário ou narrativa audiovisual. Reunindo ambos os aspectos fundamentais da etnobiografia em uma nova formulação, o autor afirma, enfim, que "**Etnobiografia, portanto, é produto de um discurso autoral proferido por um sujeito num processo de reinvenção identitária mediada por uma relação**" (GONÇALVES, 2012: 24; grifo nosso).
Nem exercício essencialmente subjetivo, nem total distanciamento ou racionalização da experiência vivida, o relato de vida (seja ele de si ou do outro), seria assim constituído, simultaneamente, no intrincado encontro entre sujeitos e no intervalo possível entre ambas as posturas (subjetividade e objetividade), decorrendo, necessariamente, de um exercício de construção onde a invenção de si, a imaginação e a criatividade não podem estar excluídos do horizonte da análise. Dessa forma, a consideração de relatos biográficos e autobiográficos pelo viés da etnobiografia teria como uma de suas tarefas principais o desvendamento da construção desse relato, considerado, sobretudo, em seus aspectos textuais (estratégias discursivas, literárias ou audiovisuais utilizadas, por exemplo) e performáticos (no sentido das dinâmicas de alteridade constituídas e reveladas na narrativa).

---

4 Antropologia fílmica X visual

Compartilhando dessas afirmações, a etnobiografia parece surgir como uma via de análise promissora para a consideração dos relatos autobiográficos no campo do cinema documentário. Mais especificamente, no que tange aos documentários que aqui se pretende investigar, pautados pela tentativa de reconstrução de uma memória familiar marcada pelo deslocamento, pode representar uma ferramenta interessante para a compreensão das diferentes relações estabelecidas pelos cineastas na tarefa de construírem a si próprios como personagens de um passado muitas vezes até então pouco conhecido. Nesse sentido, não é por acaso que, em grande parte desses filmes, na tentativa de incorporarem uma determinada herança cultural, documentaristas costumem partir do encontro com seus pais, avós ou demais familiares para falarem de si.

Ao mesmo tempo, é importante notar que esse movimento de apropriação de um passado migratório pela pessoa-personagem do cineasta revela uma estratégia de autoinscrição do sujeito que se expande para além das fronteiras da narrativa familiar, já que permite inscrevê-lo, igualmente, na memória coletiva de um determinado grupo ou comunidade. Nesse sentido, pensar essa produção documentária recente pelo prisma da etnobiografia pode responder também à necessidade de analisar esse espaço difícil de ser delimitado entre o individual e o social e cultural. Um espaço que emerge como igualmente fundamental seja para o documentário autobiográfico e a etnobiografia, seja para a compreensão da própria experiência migratória, e cuja narratividade singular merece ser considerada com maior detalhe no corpo das obras.

3. *Mare mater*: análise provisória da obra

Fruto de um trabalho de três anos, realizado com o apoio do projeto "Marseille-Provence 2013"[5], e destinado originalmente para o espaço dos museus, *Mare Mater* é, simultaneamente, texto literário, filme documentário e registro fotográfico, com cada um desses registros invadindo um ao outro e formando uma espécie de trançado no qual, muitas vezes, eles se sobrepõem. Assim, fotografias preenchem uma boa parte das páginas do livro, assim como compõem a tela em muitos momentos do filme; do mesmo modo, trechos do livro estão presentes no comentário narrado pelo diretor que acompanha as imagens em movimento e a projeção do documentário também faz parte da exposição fotográfica que vem sendo exibida em museus.

Dessa sua natureza tríplice, decorrem diferentes possibilidades de leitura e de escolha sobre como acessar a obra, o que justamente torna difícil a apreensão e análise simultânea de todas elas. Do ponto de vista dos objetivos do presente artigo, sua vertente cinematográfica evidentemente ocupará o centro da atenção, o que não quer dizer que esse percurso seja melhor ou mais válido do que qualquer outro. Contudo, acredita-se não apenas na possibilidade, como na legitimidade de uma abordagem específica da faceta documental dessa obra, tendo em vista sua carreira autônoma para além do espaço das galerias e museus (em 2014, *Mare mater* foi exibido nos Festivais de cinema documentário de Lussas e Edimburgo).

Fotógrafo independente, associado à agência Magnum a partir dos anos de 1980, Patrick Zachmann tem se dedicado já há algum tempo às questões da memória, especialmente àquelas vinculadas a contextos migratórios[6]. É no contexto dessa trajetória pessoal que o autor inscreve *Mare Mater* para o leitor logo no início de seu "diário mediterrâneo" (faceta predominantemente literária da obra), ao mesmo tempo em que constrói a ponte necessária entre seu novo projeto e o desejo de pesquisar sobre o passado de sua mãe:

> Já faz bastante tempo que trabalho sobre a imigração, a memória e a identidade. Já tratei desses temas sob o ângulo do desenraizamento provocado pelo exílio e sob aquele da dupla cultura. Essa carta branca sobre o tema do Mediterrâneo vai me

5 http://www.mp2013.fr/

6 Sobre esses temas, Zachmann realizou o curta-metragem *La mémoire de mon père* (1998), *Bar centre des Autocars* (2008) e o webdocumentário *Un somalien à Paris* (2010), além de contar com uma longa trajetória a respeito no campo da fotografia.

> permitir continuar essa pesquisa me vinculando, dessa vez, à questão da separação dos migrantes de suas mães.
> Paralelamente, comecei um trabalho sobre minha mãe, judia da Argélia. Esperei até meus 55 anos para lhe interrogar sobre sua história. Estávamos em 2011 e ela tinha quase 90 anos. Ela já apresentava graves problemas de memória devidos a uma degeneração do hipocampo. Se recordava com dificuldade de sua infância e juventude, mas se lembrava ao menos de uma coisa: de que tinha desejado esquecer[7]. (ZACHMANN, 2013: 22; tradução nossa.)

Assim como *Mare mater*, o diário se organiza em uma estrutura tríplice, cujo código de leitura é evidenciado para o leitor nas primeiras seções do livro (ZACHMANN, 2013: 41): impressos em negro, os registros dos itinerários dos migrantes e de suas mães que ficaram do outro lado do mediterrâneo; em laranja, as tentativas de reconstituição da história de Rosi Zachmann pelo filho; em cinza, os diferentes exercícios de autorreflexão de Patrick Zachmann sobre seu próprio trabalho (espécie de diário de campo do autor, construído ao longo do projeto).

Percebe-se que Zachmann explicita suas intenções logo no início do diário, revelando didaticamente a seus leitores aspectos do modo de construção da obra. A despeito da multiplicidade de níveis e de percursos possíveis a serem percorridos em *Mare mater*, o autor parece se esforçar por direcionar, na medida do possível, a leitura que será feita de seu trabalho – em outras palavras, é possível entender a escolha por imprimir em cores diferentes cada um dos três fios narrativos do diário, assim como a própria inscrição da obra em uma trajetória anterior, como fruto do desejo de conduzir a recepção em certo sentido. Ao mesmo tempo, ao relacionar seu projeto de pesquisa sobre os migrantes e suas famílias com aquele de recuperar o passado de sua mãe, o autor sela o pacto necessário que permite inscrever *Mare mater* em um modo de leitura autobiográfico.

Na sua faceta documentária, contudo, as coisas não se passam necessariamente da mesma forma e cumpre perceber por meio de quais estratégias audiovisuais o espectador é levado a relacionar os diferentes itinerários presentes no filme segundo uma chave de leitura que gostaria de chamar, a partir de agora, como auto-etnobiográfica, já que construída, sobretudo, no encontro com a história de outros personagens com os quais a narrativa familiar do diretor se vê articulada – histórias que se relacionam, por sua vez, com a temática específica e atual da intensa migração para a Europa via mar mediterrâneo, assim como com o espectro mais amplo da experiência migratória e suas consequências. Interessa analisar, dessa encruzilhada entre temas e personagens, de que forma emerge a pessoa-personagem do cineasta.

Seguindo ainda a mesma estrutura tríplice que parece nortear *Mare mater* em todos os seus diferentes níveis, Zachmann centra o documentário no encontro com três jovens migrantes (Issam, Noureddine e Nizar) e suas respectivas mães que permaneceram do outro lado do mediterrâneo (Fathia, Badra e Sabah). Intercaladas a essas narrativas, entrevista sua própria mãe, Rosy, em diferentes momentos do filme, assim como parte para a Argélia em busca de dados mais precisos sobre a história de sua família, refazendo, no sentido inverso, a viagem que fora empreendida pela mãe décadas atrás quando esta migrara para a França.

Contudo, com exceção de um autorretrato junto a Rosy que foi registrado no início dos anos de 1980 (e que figura igualmente na capa azul do diário, junto à fotografia de um jovem visto de costas enquanto olha para o horizonte infinito do mar), o espectador não vê a figura de Patrick Zachmann ao longo dos aproximadamente

---

7 "Cela fait longtemps que je travaille sur l'immigration, la mémoire et l'identité. J'avais déjà traité ces sujets sous l'angle de déchirement provoque par l'exil et sous celui de la double culture. Cette carte blanche sur le thème de la Méditerranée allait me permettre de continuer cette recherche en m'attachant cette fois à la question de la séparation des migrants avec leur mère.
Parallèlement, j'avais commencé un travail sur ma mère, Juive d'Algérie. J'ai attendu l'age de 55 ans pour l'interroger sur son histoire. Nous étions em 2011 et elle avait presque 90 ans. Elle était déjà atteinte par des graves troubles de la mémoire dus á une dégénérescence de l'hippocampe. Elle se rappelait à peine son enfance et sa jeunesse mais elle se souvenait au moins d'une chose, c'est qu'elle avait voulu oublier."

50 minutos que dura o filme. Sua presença na cena, porém, se dá de forma constante, sobretudo por meio de uma das principais estratégias utilizadas no cinema em primeira pessoa: o comentário[8].
Ao considerar os desafios da autoinscrição no domínio do cinema, Philip Lejeune aponta para a centralidade e importância desse recurso, justificando-o da seguinte forma:

> […] um cineasta pode registrar seu presente e armazenar imagens autênticas que utilizará depois em sua montagem. De outro lado, pode recolher vestígios do passado, em particular fotografias, e nos mostrar. Enfim, a voz *off* permite recuperar a confiança cega que temos na linguagem articulada e também expressar a relação com o passado que a imagem por si só tem dificuldade em mostrar. (LEJEUNE, 2008: 228)

Já para Catherine Russel, apesar de extremamente usual e eficaz, o comentário em primeira pessoa seria apenas uma das possibilidades por meio das quais os cineastas poderiam se inscrever em seus filmes. Segundo a autora, existiriam ao todo quatro níveis fundamentais de autoinscrição no audiovisual (e que, consequentemente, representariam quatro níveis fundamentais de análise):

> Uma característica comum da autoetnografia é a voz *over* na primeira pessoa, que é intensamente e inequivocamente subjetiva. Isto é, no entanto, um dos três níveis em que um cineasta ou *videomaker* pode se inscrever, os outros dois sendo como origem do olhar e como imagem corporal. As múltiplas permutações possíveis dessas três "vozes" – o que fala, o que vê e o que é visto – é o que gera a riqueza e diversidade do cinema autobiográfico. Somada a essas três vozes existe outra forma de identidade, que é a do cineasta de vanguarda como *bricoleur* e editor.[9] (RUSSEL, 1999: 277; tradução nossa)

Comentário, ponto de vista a partir do qual a imagem é registrada, imagem corporal e montagem seriam, dessa forma, elementos fundamentais a serem investigados para uma análise da inscrição autoral em documentários autobiográficos. Contudo, para fins da discussão aqui proposta e dentro dos limites possíveis desse artigo, dificilmente seria viável dar conta de todos esses aspectos de *Mare mater* com a profundidade necessária.
Frente a essa limitação, optou-se por centrar a análise na consideração de dois trechos especialmente oportunos para disparar a discussão e nos quais o comentário se destaca como estratégia da *mise-en-scène*. Serão analisadas, mais especificamente: a sequência de abertura, momento em geral crucial nas narrativas cinematográficas para o estabelecimento de um pacto com o espectador sobre o principal modo de leitura a adotar (e que, no caso específico da narrativa autobiográfica é um elemento primordial de sua própria afirmação enquanto tal); a sequência dedicada ao encontro de Zachmann com Noureddine, tendo em vista a especificidade da relação que é estabelecida entre esse personagem e o cineasta no interior do filme.

---

8 Adota-se, aqui, a definição defendida por Claudine de France para o desenvolvimento de uma metodologia de análise do comentário como estratégia da *mise-en-scène*. Segundo a autora, comentário se refere a todo discurso a respeito da própria imagem ou relativo à ação mostrada que emana de um falante qualquer no filme, seja ele o próprio cineasta, os sujeitos filmados (autocomentários) ou ainda um indivíduo exterior ao registro (FRANCE, 1990)

9 "A common feature of autoethnography is the first-person voice-over that is intently and unambiguously subjective. This is however one of the three levels on which a film or videomaker can inscribe themselves, the other two being at the origin of gaze and as body image. The multiple possible permutations of these three "voices" - speeker, seer, and seen – are what generate the richnessand diversity of autobiographical filmaking. In addition of these three voices is another form of identity, which is that of the avant-garde filmmaker as collagist and editor"

3.1 Arquitetando o pacto autobiográfico: sequência de abertura

A tela negra como que se divide em três faixas horizontais e, naquela central, surge a imagem fixa do oceano e do céu, ambos azuis. Curiosamente, essa faixa de horizonte infinita, porém limitada pelo negro da tela, surge ligeiramente dividida em três partes iguais, já que seu centro aparece inicialmente mais definido do que as laterais. Essa impressão de divisão interna à imagem é efêmera e logo surge, sobre a linha do oceano, o título do filme escrito em branco. Esses poucos segundos iniciais são acompanhados pelo som de uma música instrumental melancólica tocada ao piano; uma melodia que irá pontuar diferentes momentos do filme, contribuindo para a criação de uma ambiência sonora que confere tonalidade particular às imagens às quais se vê articulada.

Terminados os créditos iniciais, compostos unicamente da indicação do título e da autoria do filme, a faixa central novamente se divide em três: ao centro, a mesma imagem do oceano e do céu azuis; nas laterais, duas imagens em movimento igualmente preenchidas pelo mar, mas em que é possível reconhecer o litoral de uma cidade e barcos que navegam próximos a ele (curiosamente, a linha semicircular desenhada pelo litoral que se vê à esquerda é semelhante àquela que é desenhada na água por um barco à direita) – a ideia de movimento, conferida sobretudo pela navegação dos barcos e pela ondulação da superfície da água se vê reforçada, nesse momento, pelo ruído de mar que invade o plano sonoro e passa a compor, junto à melodia tocada ao piano, o tecido acústico desse trecho.

Essa divisão em tríptico, que permite multiplicar uma tela por três, será utilizada várias vezes ao longo de todo o filme, e foi pensada, inicialmente, para o espaço original da exposição *Mare mater* no MuCEM, em Marseille, na qual foram utilizadas três telas de cinco metros cada, uma ao lado da outra, para a exibição do documentário[10]. O efeito mais evidente do uso corrente desse recurso no filme é semelhante ao que ocorre na apreensão das diferentes formas de registro que compõem *Mare mater* (registros literário, fotográfico e cinematográfico), já que o espectador se vê exposto, na maior parte das vezes, a estímulos e informações simultâneas que cumpre a ele relacionar ou não de acordo com múltiplas possibilidades de associação.

A imagem central finalmente será substituída por sucessivas imagens fixas, em preto e branco: fotografias de diferentes fachadas de prédios vistas em perspectiva que se supõe serem da cidade cujo litoral aparecera nas laterais da tela. Nesse momento específico, uma das associações possíveis é a de que o espectador se vê convidado a deixar o mar, desembarcando, porém, numa paisagem ainda difícil de decifrar – o azul do céu e do oceano contrasta com o cinza de construções urbanas caracterizadas por intermináveis fileiras de janelas fechadas que não permitem vislumbrar aquilo que existe no interior dessa nova paisagem. Nesses segundos iniciais do filme, o comentário do diretor vai se sobrepor às imagens, conferindo-lhes novos sentidos e conduzindo, dessa forma, ao estabelecimento de outras leituras:

> Se trata de uma viagem; uma viagem de memória e de exílio. Essa viagem tece o fio de todos os destinos que eu cruzo. Aquele dos migrantes, deixando seus países na margem sul do Mediterrâneo, fugindo do desemprego, do tédio e da ausência de futuro. Aquele das mães, que uma manhã descobrem que seus filhos partiram. Às vezes eles não retornam, às vezes os filhos perecem no mar. E quando eles conseguem alcançar a outra margem, a Europa nunca é tão rica, tão bela, tão acolhedora como imaginavam. É a história da separação entre filhos e suas mães; é também a história de minha mãe, agora próxima do final de sua vida e que deixou a Argélia com a mesma idade que os jovens migrantes que hoje vou ao encontro.[11]

---

10 Segundo entrevista do diretor, disponível em: https://cinemadocumentaire.wordpress.com/2014/12/04/questions-de-montage-6-sur-mare-mater-patrick-zachmann/. Acesso em 04/12/2014.

11 Todos os trechos do comentário citados foram traduzidos livremente a partir da versão original francesa do filme.

Enquanto essa fala se desenrola, vários homens, assim como uma mulher acompanhada por uma criança, são vistos de costas enquanto observam o oceano a partir do convés de um navio. Não é possível identificá-los enquanto personagens individuais de uma narrativa nem no plano das imagens nem no do comentário: são homens e mulheres sem rosto e sem nome, "migrantes" e "mães" genéricos de uma história que é compartilhada por muitos. Uma história que, inclusive, parece ultrapassar o quadro da experiência migratória, pois é a história, enfim, "da separação entre filhos e suas mães"; história dos migrantes do mar mediterrâneo, mas também da perda de uma mãe específica: a do comentarista e realizador do filme, que se vê confrontado com a proximidade da morte de sua própria mãe.

Porém, o ciclo de identificações entre a história pessoal do cineasta e a dos migrantes não se encerra nesse fato e possui, em verdade, raízes mais profundas, já que sua mãe, subvertendo a ordem que parece imperar nesse universo em que homens costumam deixar a casa materna para migrar, é, também ela, uma migrante. Nessa subversão de papéis, caberá simultaneamente ao cineasta e a sua mãe a identificação com o lugar dos jovens migrantes que logo em seguida serão entrevistados, fotografados e filmados por ele – o que compõe uma dinâmica de relações complexas entre personagens que vão compartilhar histórias e papéis ao mesmo tempo distintos e semelhantes no interior da narrativa fílmica.

Nos segundos finais dessa sequência de abertura, a tela se verá ocupada apenas pela imagem central das construções imponentes da cidade. As duas outras telas laterais, até então ocupadas por imagens do oceano, logo ressurgem para amplificar a presença dessa paisagem urbana e marcar o desembarque definitivo nesse novo espaço. Todas essas imagens por fim se dissolvem no negro da tela e o mesmo ocorre, simultaneamente, com a música do piano, abrindo espaço para a emergência dos primeiros personagens e pontuando o final da sequência de abertura do filme. Do ponto de vista do espectador, bombardeado nesses primeiros minutos por diferentes imagens ainda pouco referenciadas, se percebe que seu principal ponto de apoio nesse momento é o breve comentário proferido pelo cineasta – uma fala que, ao mesmo tempo em que revela o tema do filme, permite encenar a presença dessa voz para além do lugar de um contador de histórias, ao conectar seu destino ao dos demais personagens que ainda estão por surgir.

3.2 O encontro com Noureddine ou de quando os fios narrativos se estreitam

Noureddine não é o primeiro migrante a ter sua história narrada no filme. Logo após a sequência de abertura, surgem imagens do encontro do cineasta com Fatiha, mãe de Issam, um jovem argelino de 17 anos recém-chegado a Marseille e que, assim como o último dos entrevistados, Nizar, aceitara participar do projeto do qual resultará *Mare mater*. Logo após essa sequência, dedicada sobretudo a reproduzir trechos de entrevistas realizadas com mãe e filho, encenadas na tela segundo a estrutura usual em tríptico, será a vez de Rosy Zachmann e sua história ocuparem o centro da atenção no filme. Dessa forma, o fio narrativo da busca do realizador pelo passado familiar se vê retomado e poderá continuar a ser tecido junto aos demais ao longo do documentário.

Noureddine e sua mãe, Badra, serão os próximos na ordem de aparição dos personagens e descobre-se, na verdade, que se tratam de antigos conhecidos de Patrick Zachmann. Ao som de uma melodia tocada ao piano, iniciada ainda durante a sequência dedicada à mãe do cineasta, surgem, nas duas telas laterais, imagens distintas: à esquerda, a imagem em movimento onde se vislumbra o perfil em contraluz de um homem ao volante de um carro; à direita, uma fotografia em preto e branco de um jovem que ocupa o primeiro plano da imagem na lateral direita do quadro. Alguns segundos mais tarde, por meio da sobreposição do comentário do diretor sobre tais imagens, será possível identificá-las como registros de uma mesma pessoa; registros distanciados entre si não apenas pela tela central negra que os separa, mas igualmente pelos vinte anos que transcorreram entre o primeiro encontro de Patrick Zachmann com Noureddine e a execução de *Mare mater*.

Descobre-se ainda, mais uma vez pela intervenção do comentário, que o primeiro encontro entre eles estivera de alguma forma igualmente ligado ao desejo do cineasta de investigar o período em que sua mãe vivera na Argélia – em 1992, frente à incumbência de realizar uma reportagem sobre uma família argelina, Zachmann decidira partir para Oran, visto que Rosy crescera na mesma região. Naquele momento Noureddine tinha

trinta anos e, logo depois desse primeiro encontro com o cineasta, migrara clandestinamente para a Alemanha. Ciente desse fato, Zachmann reencontra o personagem na Argélia, duas décadas depois, para investigar como transcorrera essa história pessoal de migração.

O lugar de Noureddine como migrante no interior do filme é distinto dos demais entrevistados, sobretudo no que diz respeito à temporalidade. Sua experiência migratória faz parte do passado e, assim como no caso de Rosy Zachmann, precisa ser relembrada e narrada para que seja conhecida. Contudo, ao contrário de Rosy, Noureddine se recorda com facilidade da experiência vivida na Alemanha, definindo-a como uma grande decepção; já para a mãe do cineasta, o passado representado pelo período anterior à migração, por estar vinculado sobretudo à pobreza e às dificuldades vividas por sua família na Argélia, merece ser esquecido. Desse ponto de vista, é possível dizer que a história de Noureddine representa, na economia narrativa do filme, o outro lado da migração – aquele do fracasso – e passa, assim, a projetar sua sombra sobre os destinos ainda incertos de Issam e Nizar, personagens que iniciam, no presente das filmagens, suas trajetórias como migrantes.

A articulação entre presente e passado no filme, especialmente marcante nos momentos dedicados à história de Rosy Zachmann, é igualmente significativa na sequência de Noureddine, e se vê construída não apenas pela composição entre as diferentes imagens simultâneas que compõem a tela, mas, igualmente, pela articulação destas com o comentário que as acompanha. Em um primeiro momento, é a voz de Zachmann que conduzirá esse comentário, revelando detalhes de seu encontro anterior com o personagem e permitindo, assim, a identificação de Noureddine pelo espectador.

Após essa breve introdução, no entanto, o cineasta passa a palavra para o ex-migrante. Inicialmente, não é possível localizar a origem de sua voz nas imagens, já que sua fala vai ocupar o plano do comentário ao mesmo tempo em que registros em preto e branco do trabalho anterior de Zachmann em Oran são exibidos. Essa estratégia permite, contudo, inscrever duplamente o personagem em um mesmo momento do filme, já que em muitas das fotografias que são exibidas na tela será possível ver a imagem de Noureddine ainda jovem. A fala que se ouve, localizada em um presente que não se vê, se articula, assim, à figura de um corpo que se localiza no passado, mas que agora é presentificado pela imagem. Logo em seguida, no entanto, Noureddine surgirá na tela central como mais um dos entrevistados do diretor e, dessa forma, sua fala abandona o plano do comentário para se tornar sincrônica com sua figura. Fica evidente, da descrição desse trecho bastante breve, o papel fundamental da montagem, e especialmente da articulação entre sons e imagens no filme, nas relações estabelecidas entre as diferentes temporalidades que compõem o personagem e que, ao mesmo tempo, vão constituir sua relação particular com a história familiar do cineasta.

A figura de Noureddine, a partir desse momento, será ora alternada, ora simultânea com a de sua mãe, Badra. De modo geral, essa mesma composição, em que imagens de mães e seus filhos ocupam simultaneamente espaços distintos das três telas que compõem a cena fílmica, será utilizada para todos os entrevistados, permitindo ao cineasta relacionar trechos de entrevistas realizadas em momentos e/ou lugares distintos. No entanto, é curioso notar o fato de que, na sequência com Noureddine e Badra, Zachmann tenha igualmente privilegiado esse recurso, tendo em vista que mãe e filho viviam juntos na Argélia no momento em que as filmagens foram realizadas. Ao contrário de Issam e Nizar, separados geograficamente de suas mães, se percebe que a distância entre Noureddine e Badra no interior do filme é, sobretudo, fruto de uma construção cinematográfica (mãe e filho vão aparecer reunidos no mesmo enquadramento apenas uma vez durante toda a sequência dedicada a eles).

Na contramão do uso desse mesmo recurso, se observa, ainda, que a articulação simultânea entre imagens e vozes de mães e filhos instalados em margens opostas do mediterrâneo permitirá transpor, ao menos cinematograficamente, a distância geográfica que existe entre eles. Percebe-se, assim, que o cineasta explora de formas distintas esse mesmo recurso ao longo do filme, seja para construir encontros e diálogos até então impossíveis, seja para encenar distâncias imperceptíveis ao olhar. Sons e imagens, muitas vezes dispersos no tempo e no espaço, se encontram para reunir os fios narrativos dos diferentes personagens de *Mare mater* (incluindo entre eles, os personagens do cineasta e de sua mãe).

A trajetória peculiar de Noureddine como migrante no interior do filme não se encerrará, contudo, no passado. Decepcionado com a experiência anterior na Europa, mas igualmente insatisfeito com o presente vivido na Argélia, ele revela para Zachmann o plano de migrar, em um futuro próximo, para o Canadá. Repetindo mais

uma vez sua própria história, mas também aquela comum a tantos outros homens, o futuro migrante não revelará seu plano para a mãe.

Ao final dessa sequência, que parece afirmar a inevitabilidade da experiência migratória, assim como da separação entre mães e filhos, o futuro se presentificará na tela: uma mensagem de Noureddine (aparentemente enviada por email para Patrick Zachmann) vai sendo impressa aos poucos no espaço negro que se estende ao lado de uma foto colorida do personagem em um cenário noturno e urbano. Intitulada "*Happy New Year",* a mensagem informa ao cineasta sobre a chegada de Noureddine e sua família no Canadá em janeiro de 2013 (portanto, pouco tempo antes da finalização do filme). Assim que ela termina de ser impressa, ouvem-se as vozes de Noureddine e Patrick Zachmann em um suposto diálogo telefônico que passará a ocupar o plano do comentário, ao mesmo tempo em que fotos da família do migrante em território canadense são exibidas.

A conversa, que se inicia com a descrição das primeiras impressões de Noureddine e sua família sobre o país, logo se dirige para a reação de Badra frente à nova migração do filho, tema que é estimulado por Zachmann e que se vincula ao principal interesse do cineasta no projeto *Mare mater*. Contudo, o interesse do documentarista logo também passa a ser o do seu personagem, a partir do momento em que este último lhe devolve o questionamento, ao perguntar sobre Rosy. A relação entre cineasta e migrantes no filme, que até então se estabelecera de maneira mais próxima a do entrevistador e entrevistados (a despeito das possíveis aproximações construídas entre as histórias pessoais de cada um deles), de alguma maneira se transforma no momento em que o migrante coloca essa pergunta. Nesse instante, um efeito de espelhamento se produz entre Patrick e Noureddine, aproximando-os aos olhos do espectador e singularizando sua relação quando comparada àquelas estabelecidas com os demais personagens do filme. Ao final desse diálogo telefônico, Zachmann revela o declínio do estado de saúde de sua mãe, encerrando a sequência.

Ao se colocarem um no lugar do outro durante esse breve diálogo, Zachmann e Noureddine permitem que os fios que tecem suas histórias se enlacem de maneira mais próxima. Ao mesmo tempo, devido à aproximação que vai sendo construída desde o início do filme entre o destino dos diferentes migrantes, trajetórias familiares e migratórias parecem constituir, enfim, uma mesma história, simultaneamente única e universal. A experiência de Noureddine, considerada no filme pelo prisma da relação particular que é construída entre ele e o cineasta, surge, dessa forma, como uma espécie de denominador comum que permitirá reunir os fios das diferentes temporalidades e trajetórias presentes no filme.

4. Considerações finais

A partir do principal objetivo estabelecido ao início do texto – qual seja o de operacionalizar, por meio da consideração de *Mare mater,* uma primeira análise de documentários autobiográficos pautados pela temática da migração segundo a perspectiva etnobiográfica –, acredita-se ter sido possível vislumbrar alguns trajetos possíveis para seu desenvolvimento futuro. Da análise dessa obra, dois recursos principais se evidenciaram como fundamentais na construção de um relato que, ao mesmo tempo em que intimamente vinculado a um projeto pessoal e subjetivo do cineasta, só se constitui enquanto tal por meio da relação estabelecida com os demais personagens do filme, segundo uma dinâmica de identificações e distanciamentos cinematograficamente arquitetados.

O comentário, ferramenta das mais recorrentes nas narrativas autobiográficas audiovisuais, aqui também vai ocupar um lugar central, mas não somente como recurso que permite ao cineasta se inscrever na matéria fílmica enquanto voz em primeira pessoa. Aliado às diferentes possibilidades de articulação entre sons e imagens exploradas pela montagem, o comentário poderá, por exemplo, se ver apropriado por outros personagens de *Mare mater* em certos momentos do filme, sugerindo a existência de um certo grau de compartilhamento sobre o qual certamente será interessante avançar do ponto de vista da abordagem etnobiográfica. Simultaneamente, percebeu-se, ainda, que esse recurso cumpre um papel fundamental na recepção, já que possibilita ao espectador contextualizar os múltiplos estímulos audiovisuais decorrentes da opção por uma cena fílmica quase sempre multiplicada por três (especialmente nos momentos em que boa parte das imagens exibidas na tela são compostas por diferentes registros fotográficos). Por outro lado, evidenciou-se, para além dessa

sua função referencial, o fato de que o comentário cumpre uma função importante ao permitir agregar novos sentidos aos sons e imagens que por ele são muitas vezes recobertos.

Por fim, a montagem, estratégia por meio da qual a presença de uma primeira pessoa nem sempre é tão evidente como no caso do comentário, surge, ao final dessa breve análise, como recurso central a partir do qual diferentes dinâmicas de alteridade, fundamentais para a construção da pessoa-personagem do cineasta no filme, são estabelecidas em *Mare mater*. Destaca-se, nesse sentido, a intensa exploração das possibilidades da cena em tríptico que carateriza o filme, as quais permitem relacionar em um mesmo momento diferentes personagens, tempos e espaços ou ainda construir, no interior de uma única cena, um mesmo personagem segundo as diferentes temporalidades que o constituem (como no caso de Noureddine). Pela articulação característica entre sons e imagens no filme, foi possível, ainda, superar distâncias entre os personagens ou mesmo contruí-las, em um jogo de aproximações e distanciamentos que, ainda que inerentes à interação entre sujeitos, nem sempre podem ser facilmente revelados ou traduzidos. Nesse sentido, a cena cinematográfica surge como possibilidade para uma abordagem de tais relações, mobilizando elementos específicos cuja análise pode contribuir para uma melhor compreensão dessas dinâmicas, especificamente no que tange à experiência migratória e suas consequências.

A opção pelo uso constante de três telas em uma mesma cena, aliada pela montagem às possibilidades do comentário, permitiram a Patrick Zachmann se constituir não apenas como alguém interessado na migração e na história de migrantes específicos, mas igualmente como personagem da narrativa migratória que une os diferentes personagens do filme. Foi possível perceber, pela análise, de que forma o desejo de conhecer e de se reconhecer como personagem de uma história familiar passa pela aproximação e conhecimento de outras tantas histórias que se julga semelhantes, para assim poder construir, por meio do uso criativo de sons e imagens em movimento, uma narrativa que é ao mesmo tempo pessoal, familiar e coletiva.

Nesse tecido audiovisual composto por múltiplos fios que é *Mare mater*, o espectador e o analista se vêem desafiados, assim, a seguir as diferentes tramas de relações que podem ser estabelecidas no filme: entre os diferentes filhos, Patrick, Issam, Noureddine e Nizar; entre Rosy, migrante do passado, e esses jovens migrantes; entre Rosy, Fatiha, Badra e Sabah; por fim, entre todas as mães e filhos presentes no filme – e porque não, também, entre aqueles outros filhos de que o filme não fala, mas que, como o cineasta, sabem que um dia estarão igualmente separados de suas mães.

Referências

FOUCAULT, M. (1984), "The subject and power", in B. Wallis (ed) *Art After Modernism: Rethinking Representation*. New York: New Museum of Contemporary Art.

FRANCE, C. (1990), "Reflexions sur le commentaire de film ». *Cinéma, rites et mythes contemporains*, n.10, p.1-19.

GONÇALVES, M.A. (2008), *O real imaginado: etnografia, cinema e surrealismo em Jean Rouch*, Rio de Janeiro: Topbooks.

_____ (2012), "Etnobiografia: biografia e etnografia ou como se encontram pessoas e personagens" In: GONÇALVES, M. A. & MARQUES, R. & CARDOSO, V. Z. (org.) *Etnobiografia: subjetivação e etnografia*, Rio de Janeiro: 7 Letras, p.19-42.

LEJEUNE, P. (2008), *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*, Belo Horizonte: Editora UFMG.

MACDOUGALL, D. (1998), *Transcultural cinema.* Princeton: Princeton University Press.

MAL, C. (2014), "Questions de montage #6: *Mare Mater* (P. Zachmann)" [entrevista com o diretor]. *Le blog documentaire*, Disponível em https://cinemadocumentaire.wordpress.com/2014/12/04/questions-de-montage-6-sur-mare-mater-patrick-zachmann/, [consultado em 04-14-2014].

RENOV, M. (2008), "First-person films: some theses on self-inscription" in AUSTIN, T., DE JONG, W. (ed.) *Rethinking documentary: new perspectives, new pratices*, Nova York: Open University Press, p. 39-50.

RUSSEL, C. (1999), "Autoethnography: Journeys of the self" in RUSSEL, C. *Experimental Ethnography: The Work of Film in the Age of Video,* Duke University Press, p. 275-314.

ZACHMANN, P. (2013), *Mare mater: journal méditerranéen* [inclui DVD do documentário *Mare mater*, 52min], Marseille: Actes Sud.

Brasileiras e brasileiros na Alemanha: tensões e ambiguidades na (re)construção discursiva de identidades nacionais

Glauco Vaz Feijó[1]

Esse artigo, apresentado no GT *Migrações, interculturalidades e intersubjetividades: identidades, representações e artes*, durante o XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, faz parte de uma investigação mais abrangente, na qual trabalho com narrativas de trajetórias de vida brasileiros/as vivendo na Alemanha, buscando ressaltar os processos de ambiguidade e tensão marcados pela negociação entre uma memória cultural compartilhada e memórias comunicativas construídas no processo da narrativa (Assmann, 2010). Dessas narrativas, uma é aqui ainda interpretada com o uso de ferramentas da Análise Crítica de Narrativa, conforme proposta de Motta (2013), e com categorias interpretativas da Análise Crítica de Discurso, mais especificamente da Representação de Atores Sociais (RAS) proposta por Van Leeuwen (2008). Na reconstrução do resumo da narrativa para interpretação, utilizo procedimentos definidos por Labov (2006, 2010), parto do evento mais reportável da narrativa para uma pré-construção narrativa feita por uma sequência retrospectiva de causalidade (Labov, 2006) e chego a uma síntese da narrativa reproduzida abaixo por episódios[2], que são tomados como unidade de interpretação, conforme Van Dijk (1981)[3].

E1-Antecedentes[4]

mv1	OR	*Meu nome é Gabriela S., eu nasci em XXXXX, em 1985. Morei lá até os 18 anos e*
	CN	*depois fui estudar em outra cidade. Tenho duas irmãs, família normal.*
mv4	IN	*Eu casei em 2008 e... por causa do casamento que eu vim pra cá, por isso que eu vim*
encx	CA	*pra Alemanha.*
mv3	OR	*E eu estudei Teologia, quatro anos e... Teologia também já tem a ver com a imi-*
encx	CN	*gração, com a Alemanha. E por eu ser da Igreja Luterana também tem uma ligação, tem... é a Pátria da igreja Luterana de... pode-se dizer que a é Alemanha, né? Por isso já tem essa ligação.*
mv2	OR	*Meu pai fala alemão, por eu ter raízes alemãs, né? Eu não sei se é a terceira ou a quar-*
	PE	*ta geração. O avô do meu pai só falava alemão, nunca chegou a aprender Português.*
mv5	CN	*Digamos, a Alemanha não é um país que eu não tive contato, eu acho que com a língua, com as coisas aqui... Era muito mais familiar vir pra cá do que pra um outro lugar, assim. Não era uma coisa totalmente desconhecida, a própria cultura... esse negócio de fazer... fazer muito bolo, de fazer bolachinha no Natal, assim, muita coisa a gente ainda tinha preservado assim, né? Então, não foi digamos um choque de cem por cento, quando eu cheguei aqui algumas coisas foram bem familiares, assim.*

Em E1 predomina uma estratégia narrativa que vai se repetir em outros episódios da história, mas que

---

1 Professor do Instituto Federal de Brasília, Campus Brasília, e doutorando em regime de cotutela no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília e na Faculdade de Filosofia (Instituto de Romanística) da Friedrich-Schiller-Universität Jena, Alemanha. Bolsista de duplo doutorado CAPES/DAAD. glauco.feijo@ifb.edu.br

2 A montagem dos episódios é feita com excertos do texto original considerados suficientes e necessários para reproduzir o teor dos episódios identificados a partir da pré-construção narrativa. Os excertos selecionados são ordenados na mesma sequência em que aparecem na íntegra da narrativa.

3 Seria muito difícil nos limites desse artigo uma descrição mais detalhada dos procedimentos aqui utilizados de reconstrução narrativa (Labov, 2006, 2010), de interpretação narrativa (Motta, 2013) e de interpretação discursiva (Van Leeuwen, 2008), limito-me então a destacar as referências de leitura.

4 Abreviaturas usadas na apresentação dos episódios: AN – antagonista; AV – avaliação; CA – complicação; CN – construção do narrador; E – episódio; encd – encadeamento; encx – encaixe; IN – inflexão; mv – movimento; OR – orientação; PE – personagem; PR – protagonista; RE – resolução. Essas categorias são indicadas por suas abreviaturas, só são compreensíveis a partir do texto interpretativo que segue cada episódio.

é solidamente construída desde o primeiro momento da narrativa. A narração gira quase que exclusivamente em torno da construção biográfica do narrador, que será alçado ao papel de protagonista nos movimentos de conflito. A única personagem que aparece, *a família*, serve também para a construção do narrador: «*família normal*», que marca a personalidade ordinária imaginada para a narradora; e *pai e avô que falavam alemão*, o que aproxima a narradora dos antagonistas que surgirão na narrativa, ajudando também a marcar as ambiguidades e tensões do conflito dramático. E1 tem, portanto, a função primordial de traçar linhas identitárias da narradora, as quais serão objeto de reconstrução na narrativa.

Sobre os atores sociais que compõem o episódio, Gabriela inicia a narrativa se nomeando e se individualizando e continua se incluindo ativamente como sujeito de suas ações e, sobretudo, apresentando os motivos que a aproximariam da Alemanha, caracterizando certa «naturalidade» no fato de ter migrado para esse país: «*Meu pai falava alemão, por eu ter raízes alemãs, né?*», «*O avô do meu pai só falava alemão*». A única inclusão de ator social por assimilação serve também para reforçar essa aproximação e «naturalidade»: «*muita coisa a gente tinha preservado assim, né?*». Sendo que o ator «a gente» pode, no contexto de E1, ser interpretado como a família da narradora, com suas tradições culturais vinculadas à imigração alemã, ou, em um contexto histórico ampliado, como os descendentes de imigrantes alemães no sul do Brasil, cujo projeto de marcar a distinção cultural do resto do país é bastante conhecido e celebrado.

Cabe chamar a atenção uma estratégia que se repetirá na concatenação dos episódios da narrativa. No movimento quatro de E1, a narradora encaixa a ação que será desenvolvida em E2. O encaixe, em que um episódio é anunciado ou ocorre em outro, é preferido ao encadeamento, ou mera justaposição, em quase todas as concatenações de episódios, o que indica uma tessitura complexa da narrativa, que pode estar relacionada com as estratégias para resolver os conflitos que conduzem à narradora ao evento mais reportável: o pânico que surge inesperadamente de um contexto incialmente bem sucedido de adaptação, experimentado por uma narradora compreensiva, curiosa e aberta ao diferente.

E2-Os primeiros anos

mv1	IN CA	*Eu vim pra cá por causa do meu esposo. Ele foi convidado a fazer Doutorado, pela Igreja Luterana e... nós chegamos aqui dia 28 do 10 de 2008.*
mv2	CA CN AV	*E... só que eu não tinha nenhuma ideia, nunca tinha feito viagem Internacional, a língua eu só ouvia do que os outros falavam assim, que tá heiß ou que... assim tinha bem pouco conhecimento antes. E daí eu cheguei aqui, a gente chegou já era começo do outono, já tinha um mês de outono e no outro dia já nevou. Acho que as primeiras duas semanas a gente não tem muita dimensão do que é, né? Depois assim, que a gente vai vendo que as coisas que a gente cozinha é difícil de achar. Assim, a coisa bem básica do dia a dia assim, aprender a contar o dinheiro diferente. Aos poucos a gente vai vendo que a gente não tá mais em casa, assim, vai ficando bem claro, né? E isso ficou bem claro porque eu sou bem comunicativa, assim, eu gosto de conversar, de fazer amizade. Mais aí uma pessoa ficar sem conseguir falar, sem se comunicar com as pessoas, é difícil, assim. Isso foi acho que a primeira barreira que eu senti assim foi a língua.*
mv3	CA CN	*Eu me sentia que nem uma criança e tinha que aprender a atravessar a rua, porque eu tinha que apertar o botãozinho e não podia atravessar antes do sinal vermelho, que não podia isso, não podia aquilo, assim, a gente se sente como se a gente tivesse que aprender de novo a viver... hum... aprender a viver de novo, tudo, né?*
mv7	AV	*Então... mas essas descobertas todas assim, isso não me doía tanto.*
mv4	CA	*A comida foi uma coisa, assim, que claramente eu vi que daí eu já não tava mais no Brasil. Assim uma coisa que agora vai ter que mudar porque essas coisas tu não acha mais, tu não vai poder comer as mesmas coisas, né?*

mv5 encx	IN RE PE CN	*Então acho que a partir da comida, dessa pesquisa de ver o que é que eles comem, eu observo muito quando eu vou na casa deles, o que que eles comem, com o que é que eles temperam, eu olho as cozinhas, tudo assim que eu puder, nos mínimos detalhes perguntar, porque como boa dona de casa no Brasil, assim, né? Eu acho que é um universo que, que, não sei, a partir da cozinha eu cheguei na Alemanha.*
mv8	AV	*Doeu, o começo aqui, mas eu não consigo ver a minha vida já sem esse período. Assim... Graças a Deus hoje eu posso dizer também assim que eu gosto, que tá tudo bem, porque no começo essas barreiras assim, que nem tudo foram coisas boas.*
mv6	AV RE PE PR	*Então... foi legal aprender assim, no começo doía bastante. Ah, vai estragar o meu cabelo, vai não sei o quê, né? Aí depois foi indo mais no automático, não sei... Eu, eu acho que eu convivi com muito pouco brasileiro no começo e isso foi bom porque eu adquiri muita coisa deles, assim. Às vezes eu acho que eu não sou mais, eu não posso dizer que eu sou cem por cento brasileira, porque eu adotei muitas coisas, muitas coisas mesmo dentro de casa.*

O início de E2 é marcado pela introdução de um novo predicado que não segue a sequência de predicação que vinha sendo desenvolvida em E1 (Van Dijk, 1981: 181), mas que se vincula a E1 pelo encaixe feito em seu movimento quatro. A primeira inflexão significativa na história marca também a passagem de E1, essencialmente de orientação, para E2, que é aberto com uma complicação no segundo movimento: o estranhamento, avaliado como difícil e doloroso.

Essa primeira complicação traz os primeiros sinais da ambiguidade que marca a narrativa. A alegada aproximação com a Alemanha, com seus costumes e inclusive certa proximidade com o idioma, que teriam impedido um «choque de cem por cento», desaparece e ganha destaque o estranhamento com o novo mundo, com hábitos cotidianos e, sobretudo, com a língua, exatamente com os elementos de proximidade mencionados no primeiro episódio. Em E2 a narradora deixa indícios que podem explicar o evento mais reportável da narrativa, a sensação de não-pertencimento e as barreiras de comunicação, mas essas sensações são ainda minimizadas pela tentativa de integração, que vai parecer bem sucedida.

Duas personagens que assumirão papéis centrais nos conflitos dos episódios seguintes já são mencionadas aqui, mas ainda não assumem seus papéis de protagonismo e antagonismo. No movimento cinco surge a personagem coletiva «eles», que assumirá papel de antagonismos em ações posteriores, em mv6 surge a personagem coletiva «brasileiro», que dividirá o protagonismo da história com a narradora em algumas ações posteriores.

As tensões que marcam processos identitários de brasileiros/as vivendo no exterior já aparecem nas entrelinhas em E2 e serão explicitadas mais adiante. Para sujeitos informados por um discurso de identidade nacional que se fundamenta em características de plasticidade, abertura ao outro e vários outros predicados associados à miscigenação sobre a qual se funda o discurso hegemônico de identidade brasileira, a reconstrução identitária marcada pela experiência da imigração pode, em um extremo imaginável, levar ao paradoxo que marca as tensões nas narrativas de Gabriela. Se somos marcados pela plasticidade e pela miscigenação, se é essa nossa característica irremediável, em uma análise lógica, no processo migratório, poderíamos tender a nos moldar à sociedade de acolhimento, deixando de ser brasileiros/as e, dependendo de como é vista a sociedade de acolhimento, deixando de ser flexíveis. Em uma situação logicamente possível, em um contexto migratório, nossa plasticidade poderia nos levar à inflexibilidade. É claro que isso não ocorre como em um silogismo assim tão simples, e talvez porque isso não ocorre, começam a nos incomodar as ambiguidades de nossos discursos identitários. Embora identidades sejam sempre ambíguas, há também sempre um esforço para apresentá-las como coerentes, esforço muitas vezes narrativo. Esse esforço narrativo de Gabriela e as emoções que dele surgem revelam e são revelados pelas tensões desenvolvidas nas novas relações sociais construídas no contexto de imigração.

A primeira ação narrada para enfrentamento dessas tensões e conflitos até aqui ainda não revelados se aproxi-

ma do que Bhabha (1998) definiu como mímica, como uma tentativa de se comportar como o outro, um projeto que pode não ser plenamente aceito por esse outro. A estratégia da mímica está presente no quarto movimento de E2, que serve também de encaixe para E3, onde a estratégia será melhor desenvolvida e inicialmente narrada como bem-sucedida e apaziguadora, o que contradiz a própria mímica, que, segundo Bhabha, traz em si um potencial desafiador. Conforme Bhabha, «o discurso da mímica é construído em torno de uma ambivalência, para ser eficaz, a mímica deve produzir continuamente seu deslizamento, seu excesso, sua diferença» (Bhabha, 1998: 130). Os deslocamentos de sentido acionados na mímica, que se sustenta nas incertezas e ambivalências que emolduram o conflito dramático da narrativa de Gabriela, não verão seu potencial ameaçador ser realizado, pois vão se chocar com o projeto dramático de conciliação construído pela narradora. Veremos que o projeto de Gabriela será ele próprio deslocado da mímica para outra estratégia de manejo das tensões e ambivalências no processo de (re)construção identitária acionada em sua narrativa.

O paradoxo da plasticidade acima mencionado se mostra com toda clareza na afirmação que fecha o segundo episódio: «Às vezes eu acho que eu não sou mais, eu não posso dizer que eu sou cem por cento brasileira, porque eu adotei muitas coisas, muitas coisas mesmo dentro de casa». Deixar de ser brasileira e construir uma nova identidade estrategicamente mimética se encaixa, a princípio, com o discurso de uma identidade brasileira fundada na plasticidade. Contudo, a «miscigenação» inscrita na memória cultural brasileira passa antes por um imaginário em que identidades se encontram e se perpetuam ao se miscigenarem, do que pela assimilação de um elemento pelo outro ou pelo enfrentamento. A miscigenação inscrita em nosso imaginário comum é antes conciliadora que revolucionária. Visto por esse lado, a plasticidade inscrita no discurso de uma identidade brasileira, e acionada na vontade de integração de nossa narradora, não pode ser bem sucedida com a mímica, pois a mímica implica em transformar-se no outro e, ao mesmo tempo, contra o outro, não em transformar-se com o outro. Deixar de ser cem por cento brasileira não conduz a protagonista à apaziguação de conflitos, nem a leva a assunção positiva dos enfrentamentos. É a busca de equilíbrio, e não a transformação no outro ou contra o outro, que marca as estratégias acionadas para a resolução do conflito dramático.

Em E2, a narradora transita em quase todos os oito movimentos entre momentos de aproximação e afastamento das experiências narradas. As aproximações são feitas com a representação por papéis gramaticais participantes atribuídos à própria narradora, como em «*nós chegamos aqui dia 28*», ou «*eu não tinha nenhuma ideia*»; ou «*eu cheguei aqui*», ou ainda «*eu sou bem comunicativa*». Os afastamentos lançam mão, sobretudo, da generalização e assimilação na construção de outros atores sociais que surgem neste episódio.

Os afastamentos aparecem a partir do segundo movimento e se alternam com a aproximação até o movimento final. Em mv2, após a narração da chegada à Alemanha em primeira pessoa ser encerrada com um poético e simbólico «*e no outro dia nevou*», a narradora abre mão da representação por papéis gramaticais participantes e introduz na narrativa o pronome «a gente» generalizador. Notem que agora «a gente» não se refere mais à narradora e ao seu marido, mas sim a «as pessoas». Nas primeiras avaliações introduzidas na narrativa *(«a gente não tem muita dimensão do que é, né?»*, «*a gente vai vendo que a gente não tá mais em casa*»), a narradora deixa de empreender um esforço de autoidentificação com as afirmações feitas, generalizando seus sentimentos como se fossem sentimentos compartilhados por qualquer pessoa que passasse por aquela situação, atribuindo-lhes um caráter de normalidade. No decorrer de toda a narrativa, a generalizações usadas pela narradora estão muitas vezes ligadas a movimentos de avaliação, o que pode ser entendido pela estratégia de «equilíbrio de antagonismos» utilizada na resolução das tensões. Ao avaliar, a narradora o faz genericamente. Ao generalizar, a narradora alivia a carga de comprometimento pessoal na tensão dividindo seu comportamento, ou o comportamento conflitivo com toda a humanidade.

Além das generalizações, em E2 atores sociais são representados especificamente por meio da assimilação, essa forma de representação será a mais frequente nos momentos em que o conflito dramático é revelado sem tentativas de conciliação e é fundamental na construção de protagonismos e antagonismos. No quinto movimento, o ator social coletivo que assumirá o papel de antagonismo nas ações de conflito acirrado é introduzido por meio do pronome pessoal «eles». O «eles» de «*eu vou na casa deles, o que que eles comem, como é que eles temperam*» poderia ser substituído por «os alemães» ou por «o alemão», como ocorrerá em outros movimentos da narrativa. «Eles», «os alemães», «o alemão» são RAS coletivo operadas por meio da assimilação de todo um grupo humano em uma entidade que existe nos discursos de invenções de nacionalidades e que é

recriada narrativamente tanto pelo próprio grupo como por grupos externos em um processo relacional constante de (re)invenções identitárias. Quase sempre que lança mão da assimilação nas RAS, a narradora reforça seu movimento de afastamento, mas, neste caso não estamos falando de um afastamento que busca a «neutralidade», que se indica com o uso da generalização, mas de um afastamento que busca o par diferença-identidade. Ao construir o «eles», Gabriela constrói o «nós», onde se inclui. Contudo, isso não é sempre tão simples assim nos processos identitários.

Os desvios que tornam mais complexos os processos identitários são acionados já no sexto movimento de E2, pois se em mv5 Gabriela introduziu «os alemães», representados por assimilação, em mv6 ela deixa claro que isso não significa sua adscrição imediata e irrestrita ao «nós, brasileiros», que surge representado aí também por assimilação. Gabriela põe-se, antes mesmo da revelação das tensões e do conflito dramático, no entre-lugar, de onde sai ora para um lado, ora para o outro, acionando ora a estratégia da mímica, ora a estratégia do equilíbrio de antagonismo que termina por marcar de forma mais intensa as resoluções das tensões identitárias de encontro como o «eles» narrativamente (re)construído com base em discursos de identidade nacional. «Eles» e «nós» começam a ser construídos em E2 e Gabriela está em algum lugar entre esses polos.

E3-Começar de novo

mv1	IN CA AV	*Outra coisa que... uma parte assim também que foi difícil foi porque eu morei noves meses num lugar, numa casa de estudante que tinha tudo, assim, tava bem equipada mais ou menos que nem aqui onde vocês moram. E depois a gente se mudou pra um lugar que não tinha nada, né? E daí isso também foi pra mim... eu me senti vazia de novo, como se eu não tivesse... não sei, é... não sei se acho que é não só por ser brasileira, eu acho que a pessoa é assim, acho que ela precisa do mínimo de coisas pra achar que aquilo é seu.*
mv2	CA AV	*Essa mudança, daí a gente teve que fazer amizade nova... foi assim... tem que de novo cavar teu lugarzinho ali pra ver onde é que tu vai ficar, né? Foi assim já bem complicado.*
mv3	IN CA PE	*Daí... eu comecei a estudar alemão e... e logo... logo também, quando eu cheguei em YYYY, comecei a trabalhar com uma senhora é Tagesmutter, que cuida de criança. E isso foi muito bom porque ela me mostrou a cidade, assim, ela me... além dela falar bastante, assim... eu aprendi muito alemão com ela. E ela me ensinou muitas coisas, ela me mostrou onde é que eu podia ir no ginecologista, qual o Praxis, qual o médico que eu podia ir... todas essas coisas básicas, assim, que... que... sei lá... que mãe que fala, né?*
mv4	OR AV PE	*Daí... eu acho que eu trabalhei quase dois anos com ela, e, assim, a partir também foi surgindo trabalhos como pra trabalhar com criança, né? Porque a criança também ela não julga tanto a gente na língua, a gente fala e eles não ficam rindo, ou... E daí ali eu me achei também. E... o próprio convívio com as mães, apesar de eu não ter filhos, eu entrei num universo muito de família assim.*
mv5 encx	IN CA	*E... só que no meio disso tudo eu ainda não tava com meu alemão tão bom, então com as pessoas que eu tinha confiança de falar, eu falava e era eu. Mas a com a maioria das outras pessoas, ou quando eu tinha que ir na rua e comprar uma coisa e falar com uma pessoa que eu nunca tinha falado, era como se meu alemão todo tivesse voado fora da minha cabeça.*

Em E3 a mudança para outra cidade na Alemanha serve para adiar a assunção dos conflitos e tensões já indicados em E2, pois permite ainda narrar as dificuldades encontradas como sendo dificuldades cotidianas, inerentes a uma mudança de cidade, agravadas pela situação de migração, mas que, na verdade, independeriam

dessa situação. Adiar ao máximo a assunção do conflito tem um papel importante na (re)construção identitária que será marcada pelo aprendizado com elementos da nova cultura e a manutenção de características de personalidade atribuídas à cultura de origem. Contudo, essa construção não pode ser ainda explicitada, pois ela será feita a partir da declaração dos conflitos e identificação dos antagonistas, algo que ainda não é plenamente realizado em E3. Neste episódio, as emoções narradas são interpretadas como sentimentos universais, não ligados à cultura de origem: não sei se acho que é não só por ser brasileira, eu acho que a pessoa é assim, acho que ela precisa do mínimo de coisas pra achar que aquilo é seu.

Em E3 Gabriela usa em dois momentos a determinação na RAS. Logo no primeiro movimento, ela usa a determinação por identificação ao se categorizar a si mesma por meio de sua nacionalidade, mas o faz não para atribuir características ao seu comportamento, mas sim para negar que o comportamento esteja vinculado à categoria brasileira, e ela faz isso emendando à categorização uma nova generalização na qual volta a compartilhar suas angústias com toda a humanidade: «*não sei, é... não sei se acho que é não só por ser brasileira* (categorização por identificação), *eu acho que a pessoa* (generalização) é assim, acho que ela (generalização) *precisa do mínimo de coisas pra achar que aquilo é seu*».

No terceiro movimento de E3 há uma significante passivação que se relaciona diretamente às estratégias acionadas pela narradora neste processo. A passivação é acionada juntamente com a introdução da personagem *Tagesmutter*, representada por meio de sua profissão, uma profissão fundamentalmente doméstica. Em termos de RAS trata-se de uma determinação por categorização por funcionalização. A escolha dessa forma de representar tem relação direta com a estratégia da narradora de mostrar suas tentativas de integração à sociedade acolhedora por um dos caminhos mais íntimos e seguros possíveis, pelo lar. A *Tagesmutter* não é nomeada (não sabemos seu nome), nem assimilada, pois não é inserida pela narradora no grupo «eles», «os alemães». Ela é, além de *Tagesmutter*, a figura que representa para a narradora uma mãe. É nessa relação de filha e mãe em que se coloca a narradora que aparecem as representações por passivação prenhes de sentidos. A narradora aqui é representada quatro vezes pelo pronome «me» *(«ela me mostrou a cidade, assim, ela me...* », «E*la me ensinou muitas coisas, ela me mostrou onde é que eu podia ir*»), que a coloca na posição de beneficiária de um processo material cujo papel gramatical participante é representado pela *Tagesmutter*. Informada por um discurso inscrito em nossa memória cultural e que predominará nos outros episódios da narrativa, discurso no qual «os alemães», são assimilados em um grupo cujos traços diacríticos extremos seriam a arrogância e a brutalidade, de um lado, e a competência e inteligência, de outro, a narradora precisa individualizar a *Tagesmutter*, cujo comportamento pode ser descrito de várias formas: solidário, carinhoso, receptivo, sendo que nenhuma das descrições possíveis se próxima aos traços diacríticos atribuídos na memória cultural aos alemães.

A outra personagem que participa deste episódio, *as crianças*, reforçam o ambiente familiar construído pela narradora. A narradora entra na Alemanha pelo lar e passa figurativamente a pertencer a uma família alemã. É esse aparente sucesso nas estratégias de pertencimento que tornam o evento que se segue o mais reportável da narrativa, que é encaixado ainda nesse episódio em seu último movimento (mv5) por meio da quebra sequencial de predicação (Van Dijk, 1981: 181).

E4-As tensões e os medos

mv1	CA	*E aí eu comecei a sentir meio pânico de... de... de sair, de... assim, eu comecei a perceber que eu ia precisar de ajuda, assim, né? E daí a gente falou com uma médica da comunidade o que é que a gente poderia fazer.*
mv2	AV CN	*Talvez o sentimento da falta... da saudade... e coisa, começou a vir mais tarde. Acho que... as descobertas foram maiores e eu tentei, assim, também, tentei me esforçar pra que... achar que o lugar era meu, né? Não rejeitar, assim, eu não queria expor, eu sabia que eu tinha que ficar.*
mv3	CA AN	*E daí eu pedi ajuda, porque... eu tinha pavor, assim, eu não podia andar de ônibus, que eu sempre achava que as pessoas estão só se brigando, que o jeito do alemão de ser, né?*
mv4	AV PE PR AN	*Brasileiro é sentimental, a gente não fala na cara das pessoas as coisas. E eles falam. É um jeito tão estúpido de tratar as pessoas às vezes, assim, que eu, eu... isso é uma coisa que a gente vê lá em casa e a gente não consegue se acostumar. E assim tem épocas que se irrita mais e épocas que se irrita menos. Porque... eu vi também situações a última vez que eu estive no Brasil também que eu não gostei, porque as pessoas apitam no trânsito... Mas as pessoas não são assim de graça estúpidas contigo.*
mv5	AV PE AN	*Eu sei que tem muita gente que vem pra Alemanha e não se esforça assim pra seguir as coisas, eu me esforcei e cada coisa que eu aprendi eu faço. Mas eles às vezes têm muito pouca paciência, eles precisam muito da gente, e eles não são nem um pouco gratos, as coisas que a gente ajuda eles.*
mv6	CA PE	*E isso foi criando assim uma raiva e meu alemão também não melhorava, porque eu era só matriculada na Uni e era muito poucas horas de aula, daí a gente pediu ao pessoal da Bolsa pra que eu fizesse um Curso, daí intensivo, e se eles pagariam isso.*

E4 se inicia justamente com o evento mais reportável da narrativa: o pânico que surpreendentemente surge de uma relação até então aparentemente harmoniosa. Essa complicação que inaugura E4 e redefine as estratégias narrativas a partir de então é avaliada logo em mv2 por meio do reforço do caráter no narrador construído até então. O pânico surge repentinamente após terem sido pretensamente superadas as dificuldades iniciais, «naturais» a um processo de mudança, devido ao esforço de adaptação empreendido pela narradora. Os elementos para essa construção do narrador são provavelmente informados por um discurso de construção identitária que reforça a plasticidade e o acolhimento como narrativa e nega o conflito e a segregação. Mas esse discurso entra em colapso na situação de migração, pois, como dito, em um extremo possível, pode levar ao desaparecimento de uma identidade que se pretende destacar.

O pânico é o estopim para a assunção do conflito e para a evidenciação da tensão dos processos de reconstrução identitária acionados. Protagonistas e antagonistas surgem nomeadamente nesse episódio e passam a conduzir as ações empreendidas. No terceiro movimento volta à cena a personagem coletiva «os alemães». Já mencionada uma vez em E2, essa personagem assume aqui o papel de antagonismo, de «*pessoas estão só se brigando, que o jeito do alemão de ser*». No movimento imediatamente posterior surgem os protagonistas, aqui representados pela personagem coletiva «os brasileiros», direta e imediatamente confrontada com a personagem antagonista «os alemães»: «*Brasileiro é sentimental, a gente não fala na cara das pessoas as coisas. E eles falam. É um jeito tão estúpido de tratar as pessoas*». Aqui se torna também claro que a narradora foi construída com os mesmos elementos que caracterizam a personagem coletiva protagonista «os brasileiros». A narradora divide parcialmente com «os brasileiros» o protagonismo das ações, na medida em que se identifica com eles, mas assume a centralidade no protagonismo na medida em que os supera em seus próprios termos, posicionando-se em um *entre-lugar* entre «os brasileiros» e «os alemães», absorvendo mesmo do antagonista o

que ele tem de bom, mas mantendo os aspectos positivos de sua «identidade originária». Essa mudança de estratégia da *mímica* para o que chamo de «equilíbrio de antagonismos», em clara alusão à obra de Freyre (2006), ou, melhor ainda, a alguns de seus intérpretes (Araújo 2009) se torna mais evidente nos episódios seguintes.
Em E4 o «equilíbrio de antagonismo» se mostra ainda ameaçado e os movimentos cinco e seis revelam essa ameaça. Em mv5 a relação de conflito assumida pela narradora entre a protagonista «os brasileiros» e a antagonista «os alemães» é expandida para enfatizar que é o caráter da antagonista que leva ao conflito: «*Mas eles às vezes têm muito pouca paciência, eles precisam muito da gente, e eles não são nem... nem um pouco gratos, as coisas que a gente ajuda eles*». O pronome «eles» refere-se claramente ao antagonista «os alemães», mas «a gente» amplia o protagonismo nesse movimento para além da personagem coletiva «os brasileiros», aqui «a gente» está no lugar de «estrangeiros», o que conduz a um caminho de embate cuja resolução poderia não passar mais pelo «equilíbrio de antagonismos» que marca o discurso hegemônico de uma identidade nacional brasileira. A narradora se afasta da serenidade e abertura com que foi imaginada a sua personalidade e se aproxima da raiva, sentimento que leva a outra grande inflexão na narrativa e a outro episódio que surge, o único, por encadeamento.

E5-Sou de lugar nenhum

mv1 encd	CA IN PE PR RE	*Daí eles pagaram e eu fui pro Brasil nesse ano e também foi uma coisa bem estranha, eu ficar dois anos aqui e depois ir pra lá. Foi muito especial, assim, receber... ser recebida no Aeroporto... eu pedi assim que só fosse a família, que não fizesse, que não precisava fazer nada de festa ou coisa assim... foi bem emocionante, assim. Mas quando eu cheguei lá, eu tinha comigo mesmo uma preocupação assim de... de... de não sentir saudade, de não querer ficar, sabe? Porque meu lugar é na Alemanha agora. Eu me esforcei pra não sofrer com um sentimento que ia vim, sabe? Eu acho que por isso que... que eu fiquei assim tensa, mas depois eu fui vendo: não, minha casa é lá. Porque eu ligo muito casa às coisas que a gente, o nosso canto, assim... eu preciso pertencer em alguma coisa ou em algum lugar ou ver que aquele lugar é meu e eu vi que lá não era mais.*
mv2	AV PE AN	*As coisas de pensar assim, meu, ficar duas horas ficar se arrumando no banheiro isso é típico de brasileiro. E a gente aqui na Alemanha, a gente começa a dar bola pra outras coisas mais importantes do que ficar se arrumando pra outras mulheres te olhar e... Assim, essa questão da vaidade também me... me... me encantou aqui, porque eu não preciso provar pra ninguém quem eu sou, não preciso provar pra ninguém a roupa que eu visto ou se eu me arrumo, ou se eu faço as minhas unhas, se... Isso é uma coisa muito positiva pra mim aqui, as pessoas me consideram eu sendo o que eu sou, o que eu faço, o que eu falo, não o que eu visto. E no Brasil tem muito isso, a aparência, né? E que aqui não tem.*
mv3 encx	CA	*E... daí no meio de tudo isso eu tava tomando remédio pra curar esse medo, porque eu tinha pavor. E graças a Deus agora já melhorou, isso melhorou de acordo com o nível de alemão que eu tinha. Óbvio, né? Porque era o medo porque eu num... era insegura e realmente tinha insegurança de não saber.*

O episódio da ida ao Brasil tem um papel fundamental na tessitura da narrativa, opera como uma pausa na qual se delineia o novo projeto identitário fundado no «equilíbrio de antagonismos», que se vincula imediatamente a elementos da memória cultural brasileira, nomeadamente aos elementos criados durante a construção discursiva de uma identidade brasileira imaginada pelo ensaísmo acadêmico modernista das primeiras décadas do século passado.
Ao voltar ao Brasil, após ver fracassada sua estratégia de pertencimento fundada na mímica, a narradora se descobre também afastada de seu local de pertencimento anterior. No segundo movimento desse episódio, Ga-

briela se distancia pela primeira vez da personagem coletiva «os brasileiros» e assume características de personalidade (não-vaidade) e não apenas de hábitos (costumes culinários) da personagem coletiva «os alemães», os antagonistas são aqui positivamente avaliados em contraste com «os brasileiros», grupo ao qual a narradora já também não pertence confortavelmente. A narradora não é rude como «os alemães», mas sim sentimental como «os brasileiros». Contudo não é mais vaidosa (ou fútil) como «os brasileiros», pois aprendeu a se preocupar com «*coisas mais importantes*» como «os alemães». É em meio a esses «processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais» (Bhabha, 1998: 20), que Gabriela tem que encontrar a coerência necessária para a reconstrução identitária marcada pelo «equilíbrio de antagonismos». A estratégia tão familiar aos textos de invenção de uma nacionalidade brasileira no início do século passado tem que ser ressignificada pela narradora no contexto da migração em um posicionamento de negociação de valores culturais e de «experiências intersubjetivas e coletivas de nação» (Bhabha, 1998: 20), que marca os entre-lugares tão bem interpretados por Bhabha (1998). A resolução das tensões narradas toma então o caminho da instabilidade e do incômodo que vai perseguir a narradora. Conforme Araújo que o «equilíbrio de antagonismos» inscrito em nossa memória cultural pela interpretação freyreana da formação da sociedade brasileira leva a uma situação «sincrética, mas nunca sintética», leva a um «luxo de antagonismos que embora equilibrados, aproximados, recusam-se a se fundir em uma nova identidade, separada, indivisível e original» (Araújo, 2009: 201). O «equilíbrio de antagonismos» é, pois, sempre instável e, para nossa narradora, incômodo. Além disso, em nenhuma de suas acepções o «equilíbrio de antagonismos» busca um «ponto intermediário entre polos extremos, em condições de reduzi-los ou neutralizá-los» (Araújo, 2009: 210). O equilíbrio não é o meio, mas sim um espaço de tensões e ambivalências e/ou de ambiguidades no qual se move a narradora em seu projeto de reconstrução identitária.

Após perceber que precisa pertencer e ver-se no entre-lugar, não mais no Brasil, mas ainda não na Alemanha, Gabriela afasta-se em mv2 de uma identidade brasileira com a qual não se identifica, por meio da RAS coletivo «o brasileiro» por assimilação: «*ficar duas horas ficar se arrumando no banheiro isso é típico de brasileiro. E a gente aqui na Alemanha, a gente começa a dar bola pra outras coisas mais importantes*». Com a comparação, a narradora não só se afasta de uma identidade brasileira, como busca se aproximar de traços de uma identidade alemã em um mesmo movimento.

A volta ao instável equilíbrio ameaçado pela raiva no último movimento de E4 é assegurada narrativamente no encaixe do episódio seis dentro do episódio cinco, feito no último movimento de E5, pois «*graças a Deus*» a situação melhorou. Ressalta-se que, nos termos de Van Dijk (1981), a passagem entre E5 e E6 é marcada pela introdução de um «novo« indivíduo, neste caso de um «indivíduo renovado», diferente das outras mudanças de episódios, marcadas por alterações de predicação e de espaço e não por alterações no sujeito.

E6-Pertencendo

mv1	RE AV	*Eu voltei do Brasil e comecei a fazer um curso intensivo de alemão em fevereiro e em maio eu tava pronta e saltou assim, meu, foi... da água pro vinho.*
mv2	CA PE AV	*E daí de novo, eu já conhecia a Anita, mas e aí ela começou a estudar comigo e daí acho que pra nós duas também foi muito especial ter alguém que falasse português e que tivesse quase na mesma situação que a gente... e tal, né? Então de ver que outras pessoas também passam aquilo que tu passa, assim... Foi... foi bem bom...*
mv3	PE AV NA PE	*A Anita às vezes é meio insegura com a fala dela e daí ela acha que eu falo melhor do que ela e daí as duas vamos fazer as coisas juntas e fluiu, foi bem especial, assim, ter... Mas eu acho que também foi bom encontrar ela só depois desse tempo, sabe? Porque eu noto que ela é uma pessoa que mora aqui mas ela quase não tem contato com alemães. Então ela preservou muito a cultura dela, ela cozinha coisas do Brasil, ela se veste muito como brasileira ainda, né? Que no Brasil é saltinho, maquiagem e tudo... E... e eu já estou totalmente... alemã, eu penso assim, quando eu olho pra ela.*

mv4	PR RE AV	*Não sei se é um problema de personalidade, que é fácil então cê ser influenciável por outra pessoa. Não sei, mas eu me sinto feliz assim, como se eu tivesse agregado mais coisa e conhecido mais coisa... e eu acho que qualquer agora país que eu morasse, mesmo eu sendo brasileira, tendo os meus gostos, os meus temperos, as minhas coisas, eu ia sempre querer aprender e fazer sempre mais e agregar assim as coisas, né?*
mv5	AV PR	*Estudar não Uni de YYYYY já é uma viagem, porque é só estrangeiro, cada curso de alemão que tu vai, tu conhece gente de tudo quanto é lugar do mundo, então... ali tu já ganha muito culturalmente, né? ... assim, não é só vir pra Alemanha, é todo contato que isso te traz, por ser estudante, assim. Isso foi muito legal. Hoje eu tava pensando se eu não tivesse vindo pro país eu acho que eu não aprenderia a língua assim do jeito que eu aprendi, sabe? É muito mais... não é só uma língua, é uma cultura que se aprende, é muito especial, é muito legal.*
mv6 encx	AV PE AN	*As pessoas são bem instruídas, educadas. Mesmo que... que... que a resposta às vezes vem muito... muito grossa, as pessoas sabem o que é educação, elas sabem, elas têm muito conhecimento, assim, acho que a escola aqui é muito boa, a gente nota assim que elas são bem cabeça e pensa bem mais adiante que a nossa. E... eu não sei, é... eu quero é ter uma imagem das pessoas queridas que eu conheço, das pessoas que... que me tratam bem, que... Mas...*

E6 é o episódio da construção do instável «equilíbrio de antagonismos», alcançado por movimentos de afastamento e de aproximação às posições antagônicas. No primeiro movimento a causa superficial das tensões anteriormente inconciliáveis é resolvida sem muita problematização, o aprendizado do idioma elimina a causa superficial do pânico, elemento mais reportável da narrativa, que surge e desaparece de forma repentina.

A personagem Anita, introduzida no segundo movimento, é fundamental para a construção do novo projeto identitário. Anita serve como ponto de aproximação e afastamento da narradora de um dos extremos da relação de antagonismo. Anita incorpora a personagem coletiva «os brasileiros» que deixa de compartilhar o protagonismo da história com a narradora. Na narrativa de Gabriela, Anita passa por um processo de reafirmação identitária, que é também uma reconstrução, que pode ser vista como uma assunção de estereótipos de uma identidade brasileira, marcada pela vaidade que se acentua ao ser comparada com um certo comportamento alemão, mais estoico e racional. Olhando para Anita, Gabriela não se enxerga mais e, «*mesmo se isso for um problema de personalidade*», ela avalia positivamente as consequências desse «problema», pois «*mesmo eu sendo brasileira, tendo os meus gostos, os meus temperos, as minhas coisas, eu ia sempre querer aprender e fazer sempre mais e agregar assim as coisas*». Gabriela não deixa de ser brasileira, mas se vê diferente de Anita após a experiência migratória, não deixando de avaliar nas entrelinhas a personificação de estereótipos que de certa forma enxerga em Anita.

Em E6 se concretiza um segundo movimento de afastamento identitário fundamental ao equilíbrio buscado por Gabriela. Se antes o pânico afastou a narradora da mímica, em E6 ela realiza um afastamento talvez mais difícil que a coloca no entre-lugar, se é certo ela já havia anunciado antes que não era mais «*cem por cento brasileira*», em E6 esse afastamento de uma identificação como «*os brasileiros*» é o movimento mais significativo, realizada por meio da construção da personagem Anita que incorpora a identidade brasileira com a qual a narradora já não consegue se identificar totalmente. Anita é construída pela narradora como um *alter ego*, um outro eu vinculado ao passado, suplantado na (re)construção identitária vinculada ao processo migratório. Anita é «a brasileira», é o que Gabriela não quer ou não pode mais ser. Anita é o contraponto aos alemães, ao que Gabriela não quer ou não pode vir a ser. A construção de Anita é um evento que cristaliza e permite ver o tempo e o processo histórico em suas três dimensões: o que foi, o que é e o «vir a ser» condensados no mesmo momento.

Nesse episódio, a personagem antagonista «os alemães» também é reconstruída, mas em termos positivos. Recorrendo também a estereótipos, no caso o da racionalidade e do acúmulo de conhecimentos julgados vá-

lidos, a protagonista se aproxima da personagem antagônica ao adquirir essas competências. Ao permitir a aproximação não mimética a seus antagonista, a narradora permite também o afastamento da personagem coletiva «os brasileiros», sem que seja necessário negar o pertencimento, ainda que modificado, a essa identidade coletiva.

As aproximações e afastamentos acionados por meio da RAS em E6 permitem um retorno momentâneo ao equilíbrio. Mas o «equilíbrio de antagonismos» é um equilíbrio instável, reticente, característica muito bem marcada pela última palavra de E6, pela adversativa «mas», seguida de pausa graficamente indicada com reticências. Adversativa e pausa nos conduzem de novo aos conflitos que constituem o entre-lugar onde se posiciona a narradora.

E7-A persistência das tensões e das ambiguidades

mv1	CA PR AN	*Eu tenho a imagem positiva, mas a imagem negativa é que tudo que é alemão é bom. Tudo que é daqui é melhor, assim, que eles são muito exigentes quando eles vão fazer férias em algum lugar ou que... que... ou assim porque eles tão pagando uma coisa, então... eu não sei... eu ainda tenho mais coisas negativas do que positivas pra dizer de um alemão, sabe? Isso me incomoda. E eu sempre fui assim, eu quero ver sempre as coisas positivas. Eu acho que a vida não tem graça, se só ficar no negativo, né?*
mv2	CA AN PR	*Eu acho que é esse negócio que eu falei das pessoas às vezes são muito estúpidas, assim... De achar que pode falar qualquer coisa par ti porque tá falando a verdade, sabe? Isso... isso dói muito. Foi um conjunto de ações que aconteceram, que eu fui criando assim uma raiva e uma falta de amor total, por qualquer pessoa, sabe? E daí com outras situações que a gente foi passando, daí eu fui criando essa distância, ah, os alemães são maus.*
mv3	AV AN PE	*Quando eu conhecia alguém que era legal, daí de novo dava uma luz assim. Mas... assim, eu tenho a impressão que eles não gostam de pessoas, brasileiro gosta de pessoas, o brasileiro é feliz. Eles têm que ter muita coisa pra ser feliz, a gente não, né?*
mv4	AN PR	*Isso que... acho que me irritava muito assim. De ver as condições que as pessoas viviam no Brasil e de ver as condições que eles viviam aqui, e ainda nunca tá bom, nunca tá bom, nunca tá bom, sabe? Isso me irritava muito, assim.*
mv5 encx	RE IN	*Agora já entendo... Aprendi a ter um pouquinho mais de compaixão, acho que é a palavra certa. Sabe? Não julgar sempre negativo. Ah, eles pensam assim, porque assim e assim aconteceu.*

No penúltimo episódio o conflito dramático atinge o seu ápice. A narratividade em E7 é marcante e é alcançada pela inflexão do primeiro movimento que abala a estratégia de reconstrução de identidades fundada no «equilíbrio de antagonismos» que vinha sendo construída nos episódios anteriores. E7 é o episódio onde predomina o suspense, onde se anuncia o desenlace necessário após a elevação do conflito dramático ao seu extremo. Qual solução poderá dar a narradora ao seu «equilíbrio de antagonismos» após um distanciamento tão grande da personagem antagonista: «*os alemães são maus, eles não gostam de pessoas, brasileiro gosta de pessoas, o brasileiro é feliz*»?

O antagonismo mais evidente é construído sobre estereótipos de identidades e comportamentos vinculados a pertencimentos nacionais. Experiências que confirmam os estereótipos são reforçadas e experiências que os negam são relegadas ao lugar de exceções. Os alemães são estúpidos, os brasileiros, felizes; os alemães não gostam de pessoas, os brasileiros sim; os alemães não são generosos, os brasileiros sim. Essas representações construídas em cima de estereótipos e de sua generalização para «*qualquer pessoa*» incomodam a narradora ao ponto de levá-la à crise de pânico e à busca de uma resolução que passa por processos de reconstrução identitária que rearticulam elementos discursivos da memória cultural, mas não rompem com esta. O sujeito

constituído na experiência é também interpelado pelo discurso, e precisa retrabalhá-lo por meio da memória comunicativa na busca do ponto para a resolução provisória das tensões e da volta ao instável «equilíbrio de antagonismos» com que a narradora vai encerrar esta narrativa de composição aberta, como são abertos também os «equilíbrios de antagonismos».

E8-Compaixão: um projeto identitário

mv2	AV PE	*Também, é um fato, é uma verdade, que o povo que mora no Ostdeutschland* é mais aberto, um pouquinho mais, assim, satisfeito do que o povo do norte, porque eles passaram mais trabalho e tal, né? Eu acho isso uma verdade, também. Eu acho o povo aqui muito mais aberto, mais simpático, assim. A gente viu isso na igreja, as pessoas, assim, nossa, tratam a gente muito bem, perguntam, se a gente não vai, eles já tão perguntando, ou ligando, sabe?
mv4	RE PR PE	*Eu quero ter essa impressão dos alemães, eu quero levar essas coisas boas, sabe? E as coisas ruins eu quero esquecer, eu quero deixar, e foi, e eu cresci com isso, chorei, passou, sabe? Eu tento ser assim, porque se eu levar muito, sempre muito a sério, levar sempre só levar só o negativo, só reclamar das coisas, assim, não... todo mundo que tá ao redor de ti não vai gostar de conviver contigo. Isso pra família eu acho muito importante.*
mv1 encx	CA AV AN PR	*Claro, falta família, né? O brasileiro é assim, a gente... os alemães não são assim com a família do jeito que a gente é, a gente precisa de família, né? Eles, não. Uma vez por ano, duas no máximo, e olhe lá. «Ah, minha mãe tá doente, ah, ela vive sozinha», ou contrata alguém pra cuidar, mas não vai, sabe? Assim, é... E a desculpa deles, muitas vezes, é de não incomodar os outros, né? Porque tudo incomoda, o barulho incomoda, o vizinho incomoda, assim... Eles são um povo egoísta.*
mv3	AV	É... Mas tudo foi assim, não posso dizer que foi uma catástrofe. Foi... tudo foi se ajeitando. Até hoje, tudo que tem de novo assim, ser positivo.
mv5	AV PE PR	*Eu sei que também vai doer bastante ir embora daqui. De novo aquela, eu não sei quando é que eu vou ver de novo essas pessoas, que eu tenho contato hoje aqui, que são a minha família no momento, né? E, talvez eu vou sentir agora o sentimento inverso, quando eu chegar lá. Sabe? O mesmo sentimento de deixar, quando eu fui embora, eu vou sentir esse sentimento ao contrário, deixar a Alemanha. E o futuro eu quero muito, muito falar alemão com meus filhos, muito, assim.*
mv6	RE PR	*Que eu nunca fui criada com essa... Eu acho que os teus filhos vão ser criados com isso, né? Que... que... das duas nacionalidades, e, de pensar a mamãe morou lá, ou eu morei lá quando era pequeno, eu não tive essa dimensão, assim, eu num... Ou de... de saber que meus pais falam outra língua, não tinha nenhum, nenhum contato. E eu quero trazer isso, esse universo, essa visão de mundo, que o mundo é grande, que a pessoa pode morar em outro lugar, que a gente pode aprender com os outros, que a gente pode ter muito prazer, assim, com isso, sabe? Aproveitar muito, assim.*
mv7	RE PR	*Ah, eu não consigo mais ver minha vida sem esse período aqui. Eu acho que isso tava já planejado antes, (risos) porque... não sei, eu me sinto mais feliz, mais segura.*

Mesmo que constantemente interpelada pelo discurso, pelos estereótipos encravados na memória cultural e reafirmados pela experiência que a constitui como sujeito, a narradora busca também na experiência narrada a solução para as tensões inerentes a um processo de reconstrução identitária fundado na marcação das diferenças. Em um movimento também surpreendente na organização da narrativa, Gabriela aciona na conclusão

um elemento inédito e que entra na construção narrativa repentinamente e sem a preocupação com as incoerências que poderiam daí saltar.

A narradora, que morou por um ano no lado ocidental da Alemanha e depois se mudou para o lado oriental do país, aciona, em sua volta ao equilíbrio instável, elementos de uma memória cultural alemã que diferencia os alemães entre ocidentais e orientais, estes mais abertos e simpáticos. Não importa que tanto as situações de conflito anteriormente narradas quanto a crise de pânico tenham ocorrido na Alemanha Oriental, essa é uma forma que a narradora encontra para reestabelecer a identidade que constrói desde o primeiro episódio da narrativa, uma identidade forjada no entre-lugar entre o sentimentalismo, a felicidade e a cordialidade do brasileiro e o estoicismo, a razão e, por fim, também a simpatia dos alemães, mesmo que sejam apenas os alemães orientais.

Em E8 predominam as RAS por assimilação, nas quais «os alemães» são mais uma vez negativamente descritos. A diferença aqui está na estratégia utilizada de dividir o grupo «os alemães» em «*o povo que mora no Ostdeutschland*» e «*o povo do norte*». A estratégia é fundamental para a resolução da narrativa e a volta à «instável estabilidade» do «equilíbrio de antagonismos». Na nova especificação arranjada para «eles», os alemães orientais são mais abertos, mais simpáticos, «*tratam a gente muito bem*». Deixa-se entender então que «os alemães maus» são apenas os alemães do oeste, o que não deixa de ser ambíguo, pois as experiências negativas que levaram ao pânico foram vividas em uma cidade do lado oriental da Alemanha. Também não fica claro se a divisão entre alemães orientais e ocidentais é mantida quando a narradora retoma a assimilação e generalização com o uso do pronome «eles». Na verdade parece haver uma oscilação, ou melhor, uma ambivalência, pois não creio que quando Gabriela volta a afirmar categoricamente sobre os alemães que «*eles são um povo egoísta*» que ela esteja se referindo apenas aos alemães ocidentais como povo. Por outro lado, parece-me possível que, ao falar da saudade que vai sentir das «*pessoas, que eu tenho contato hoje aqui, que são minha família ano momento*», a narradora esteja se referindo também aos alemães orientais, mas não aos alemães ocidentais.

Não faz parte da memória cultural compartilhada por Gabriela, nem nos discursos sobre identidades nacionais que informam suas experiências, a representação dos alemães orientais como mais simpáticos e abertos, isso é algo que «aprendemos» quando vivemos na Alemanha Oriental. Claro que a representação não deixa de ser informada por outros discursos sobre identidade nacional ou por outras memórias culturais a que Gabriela passa a ter acesso ao viver na Alemanha oriental, mas isso não é o mesmo que ser informado pelos discursos e memória cultural que fizeram parte de toda a vida anterior de Gabriela. Essa «quebra discursiva» ou «intercâmbio de memórias culturais» tem um potencial de transformação que os argumentos construídos apenas sobre discursos anteriores não têm. Talvez essa seja, quiçá, uma das muitas chaves para entender como operam os processos de (re)invenção identitária em uma situação de encontro intercultural.

A interpretação da narrativa de Gabriela permite pensar sobre algumas estratégias acionadas nas (re)construções identitárias fomentadas pelos movimentos de imigração internacional, que se formam narrativamente a partir de elementos discursivos fincados em uma memória cultural compartilha acionadas pela memória comunicativa que se constrói no momento da narração e, assim, reconstrói a própria memória cultural ao reinterpretá-la e reutilizá-la. Inserida em um contexto maior de investigação sobre representações discursivas de processos identitários em narrativas de brasileiros/as vivendo no exterior, essas interpretações de discurso e de narrativas nos ajudam a entender como também fazemos história ao contar e ouvir histórias.

Bibliografia

ARAÚJO, R. B. (2009), "'Antagonismos em equilíbrio' em Casa-Grande & Senzala de Gilberto Freyre". In A. Botelho, L. Schwarcz (orgs.), *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 198-211.

ASSMANN, J. (2010), "Communicative and cultural memory". In A. Erll, A. Nünnung (eds.). *A companion to cultural memory studies*, Berlin: De Gruyter, pp. 109-118.

BHABHA, H. (1998), *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG.

FREYRE, G. (2006), *Casa-Grande e Senzala*. São Paulo: Global.

LABOV, W. (2006), "Narrative Pre-Construction". *Narrative Inquiry*, 16, pp. 37-45.

LABOV, W. (2010), "Where should I Begin?", In D. Schiffrin, A. De Fina, A. Nylund (Eds.), *Telling stories: language, narrative and social life*, Washington/DC: University Press, pp. 7-22.

MOTTA, L. G. (2013), *Análise crítica da narrativa*, Brasília: Editora da UnB.

VAN DIJK, T. A. (1981), "Episodes as units of discourse analysis". In D. Tannen (Ed.), *Analyzing Discourse: Text and Talk*. Georgetown: Georgetown University Press, pp. 177-195.

VAN LEEUWEN, T. (2008), *Discourse and Practice: new tools of Critical Discourse Analysis.* New York: Oxford University Press.

"ELE GINGA QUE NEM BRASILEIRO!": transnacionalização cultural e a negociação dos espaços de subjetividade na Alemanha.

Fabio Araújo Fernandes[1]

Resumo: O trabalho visa contribuir com o debate sobre as migrações contemporâneas e seus fluxos culturais utilizando como foco o processo de transnacionalização da pratica da capoeira para Europa. Movimento que teve inicio na década de 1970, influenciando os rumos desta arte-luta e produzindo mudanças nos lugares onde se estabelece. O desafio desta comunicação é lançar mão das experiências dos capoeiristas em seus processos de reconstrução de si e dos discursos sobre a capoeira, porém sem perder de vista as forças hegemônicas que atuam e impõem as "regras do jogo". Para isso, o universo da capoeira é entendido como um espaço intersticial de negociação do local com tendências globais. Desta forma, hábitos, costumes e práticas de diferentes procedências são postas em fricção criando condições de possibilidade para uma multiplicidade de novas formas de subjetividade.

Palavras-Chave: Antropologia, migrações contemporâneas, capoeira, capoeiragem, *in between,* subjetividades.

Apresentação

Era um dos eventos de capoeira que fizeram parte da minha pesquisa de campo para doutoramento em Antropologia Social em outubro de 2012 na Alemanha. Eu estava para iniciar um jogo com um aluno experiente durante a roda de encerramento do segundo dia de cursos e workshops, quando o mestre que estava tocando berimbau Gunga[2], e por isso era quem comandava a roda, cantou uma música dizendo: "cuidado com o alemão, que o alemão é danado"! Era uma mensagem cantada para mim, para que eu tomasse cuidado com a astucia de meu parceiro de jogo. Em uma conversa informal após as atividades do dia, o mesmo demonstrou um certo desanimo com o fato de ser chamado de 'alemão'. Ele me confessou: "parece que eu nunca serei reconhecido como um capoeirista em si. Um dia destes um mestre me disse que eu estava muito bom para um alemão".

No decorrer de minha pesquisa de campo, o tal lugar de "alemão", que surgia de maneira veemente naquele dia, acabou se tornando uma constatação bastante recorrente. Com a chegada do outono eram nítidas as mudanças comportamentais que iam ocorrendo com o frio e a falta de luz natural. As pessoas ficam mais intimistas e consideravelmente mais mal humoradas, deixando aflorar seus sentimentos. O descontentamento em ser rotulado como um capoeirista alemão veio no escuro do outono providencialmente iluminar um importante ponto a ser analisado.

Estava sendo apresentado para mim um conjunto de expectativas corporais, performáticas e sensitivas gerada pelos brasileiros que objetificam enquanto um "Outro" os não brasileiros. Um processo de estigmação con-

---

1 Doutor em Antropologia Social pela PPGAS-UFSC em Florianópolis em parceria com DAAD e Instituto de Etnologia da Universidade de Munique (LMU) Alemanha. Pesquisador do Núcleo de Antropologia do Contemporâneo – TRANSES. Desenvolve pesquisa sobre capoeiragem migrações e subjetividades contemporâneas. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo NAEA-UFPA onde desenvolveu trabalhos sobre desenvolvimento, sustentabilidade cultural e análise de politicas públicas. MBA em Gestão Empresarial pela FGV-RIO/IDEAL. Núcleo de Antropologia do Contemporâneo - TRANSES/UFSC fabferbrasil@hotmail.com

2 Instrumento percussivo simbólico dentro da capoeira. Consiste em um arco feito com um arame grosso e uma madeira roliça com uma cabaça redonda em uma extremidade. O Berimbau Gunga é o de cabaça maior e som grave. Na capoeira, normalmente quem o toca assume a administração do jogo, além de determinar com seu som mais grave o ritmo e o estilo do jogo a ser jogado.

struído para valorizar um sentimento de pertença e ajuda mútua entre brasileiros visando minimizar uma situação desfavorável por estarem na situação de imigrantes. Em contraposição, podemos perceber na fala do meu companheiro de jogo um desconforto pelo lugar de subalternidade à ele imposto. Situação que se complicaria aos que almejam se estabelecer como professores de capoeira. Como ser um professor ou mestre "gringo"? Há um lugar possível de destaque para não brasileiros? Como estes e outros lugares de subjetivação foram ganhando forma na Alemanha?

Com o objetivo de dar subsídios para responder as perguntas acima, o artigo aqui apresentado pretende fazer uma breve revisão histórica da construção destes lugares de objetivação/subjetivação proporcionados pela migração da prática da capoeira para Alemanha e alguns de seus possíveis reflexos no Brasil. Quais as estratégias delineadas pelos capoeiristas (alunos e professores; brasileiros e não brasileiros) no processo de construção de um discurso sobre si mas também sobre a capoeira em terras germânicas? Além disso, buscamos também problematizar as forças temporais e espaciais que interferem nestes processos para dar uma melhor contextualização dos discursos apresentados pelos participantes da pesquisa.

Iniciaremos nossa incursão conceitual com a teoria defendida por Soares (2001) de que a capoeira seria uma pratica surgida pela necessidade de convivência de escravos provindos de diversas etnias africanas para o Brasil na era colonial. No entanto, teríamos que acrescentar à isso as influências decisivas das relações com o contexto histórico em que a pratica da capoeira surgiu. Uma visão de mundo colonial e escravocrata dominada por dicotomias como brancos/negros, colonizador/colonizado, tradicional/moderno, centro/periferia, oriental/ocidental. Com o propósito ideológico de poder e controle eurocêntrico, foi disseminado uma lógica homogeneizadora que colocava as diferenças subjugada às essas dicotomias.

Em contraposição, estratégias de autoafirmação e reinvindicação de uma ancestralidade africana se tornaram o principal argumento de legitimação de subjetividades marginais neste processo. Conforme Mbembe (2010), as ideologias nativistas e instrumentalistas nascem como uma forma de ressignificação do status discriminado para algo mais positivo. Vários discursos nacionalistas, que defendem um "resgate" às tradições ancestrais dos povos oprimidos pelo sistema colonial, surgiram no continente Africano. Pela necessidade de desvinculação de uma relação subalterna para com a cultura ocidental europeia.

Logo, a pratica da capoeira é, em um primeiro momento, objetivada enquanto pratica escrava surgida no Brasil durante a era colonial. Uma construção que se utiliza de um enfoque etnocêntrico e discriminador colocando não só a capoeira mas toda a pratica identificada como negra em um lugar de atraso e selvageria ao mesmo tempo que apaga ou desqualifica suas conexões indígenas e principalmente europeias[3]. Em um segundo momento, seguindo as estratégias de autoafirmação acima descritas, seus praticantes passaram de não civilizados, arruaceiros e foras da lei da época colonial para, a partir da década de 1930, se enveredar pelos caminhos do resgate cultural sendo depois de então considerados legítimos guardiães das tradições brasileiras afrodescendentes.

Apesar de todo o avanço alcançado, Bhabha (1994) nos provoca a pensar que ainda ha muito a percorrer. O autor afirma que para que tenhamos uma melhor percepção dos desdobramentos causados pelo colonialismo, se faz necessário uma linguagem que supere as bases de oposição dadas no sistema colonial. As dicotomias entre negros e brancos, culpados e vítimas, precisariam ser ultrapassadas por um espaço de tradução, assumindo uma realidade mais relacional do fenômeno. O chamado de "movimento pós-colonial" surge como uma proposta de transpor as barreiras naturalizadas na construção do conhecimento sobre as culturas não ocidentais erguidas a partir do colonialismo. Muito embora as bases dicotômicas venham sendo bastante combatidas e criticadas, elas permanecem exercendo uma forte influência quase que ontológica nas produções acadêmicas sobre a capoeira.

Para dar conta dos fenômenos observados e tentarmos fugir ao máximo dos discursos dicotômicos sobre a capoeira utilizamos como base da construção teórica a proposta de Bhabha no sentido de manter o foco na dimensão relacional. Acreditamos que por estarem em constante tramitação por entre diferentes contextos, o

---

3 Através do olhar modernizante e dicotômico em que os viajantes europeus como o Alemão Rugendas (1835) descreviam algumas das praticas observadas durante suas expedições, podemos perceber o esforço em qualificar as praticas entre negras, indígenas e brancas desconsiderando seus aspectos relacionais e, portanto, híbridos.

processo de reconstrução de si feito pelos praticantes de capoeira na Alemanha se dá de maneira transitória e inacabada. Através do entrar em relação com diferentes quadros referenciais é que os praticantes de capoeira na Alemanha em específico, mas talvez os capoeiristas em geral, se delimitam corporal e culturalmente enquanto sujeitos ou multisujeitos. Neste caso, suas trajetórias e experiências só fariam sentido se captados, mesmo que de maneira fractal, através das relações lógicas que eles estabelecem em cada situação observada. Somente através das conexões é que poderíamos alcançar os múltiplos contornos pelos quais estes sujeitos vão se compondo.

Conforme Bhabha (1994), a diáspora africana ocorrida no processo colonial escravista produziu um lugar de fronteira denominado por ele de *in between*, ou seja, um espaço relacional produtor de diferenças. Por ser uma pratica diretamente associada à esse processo diaspórico africano, defendemos a idéia de que o ensino e pratica da capoeira se afirma enquanto um destes *in between*. Um "entre lugares" produtor de novas possibilidades de subjetivação. Um espaço de tradução cultural legitimado para manipulações de códigos e símbolos de diferentes e por vezes distintas procedências.

Ainda com o propósito de fugirmos do significado essencializado que o termo "capoeira" acabou obtendo em grande parte das produções acadêmicas, utilizaremos do termo "capoeiragem" para o fenômeno pesquisado. É necessário que se esclareça que este não é um termo novo nos estudos da capoeira, sendo bastante utilizado para significar uma forma mais antiga do jogo, sem normas explícitas e praticada nas ruas largos e praças. A proposta adotada na pesquisa pretende fazer um resgate deste termo retirando as premissas de algo representativo do passado e dando-lhe ares mais contemporâneos. Um termo mais agradável para a proposta defendida por trazer em seu significado uma idéia de ação, subversão e fluidez contemplando assim os aspectos relacionais, híbridos e liminares do fenômeno observado.

A possibilidade de reunir teoria e prática dando vazão à dinamicidade das relações interculturais e intersubjetivas, nos possibilita atribuir aspectos contraditórios e por vezes paradoxais que o colonialismo perpetua dentro do ambiente da capoeira. O jogo de manipulação, apropriação e ressignificação de discursos entendidos como relações de poder que atravessam as fronteiras, influenciando espacialidades e temporalidades das perspectivas envolvidas.

Para que tenhamos uma melhor análise do material levantado, relacionamos a capoeiragem na Alemanha em três períodos distintos. 1. A ida de alguns capoeiristas através de grupos parafolclóricos em espetáculos sobre cultura brasileira da década de 1970 e 1980. 2. Um aumento significativo das migrações de capoeiristas do Brasil para Europa e o acirramento das disputas internas entre os mestres e grupos de capoeira da década de 1990 3. Amadurecimento de uma posição mais transnacional da capoeiragem estabelecendo redes ou circuitos de relacionamentos menos hierarquizado já no século XXI. São fases que correspondem diferentes momentos de negociação cultural instaurada pela prática da capoeira na Alemanha.

Todavia, para que possamos melhor entender como se dá a capoeiragem na Alemanha, e consequentemente na Europa, teremos que perseguir primeiramente as condições históricas e contextuais que tornaram possíveis a sua valorização tanto neste continente como no próprio território brasileiro.

1. Entrecruzando Diásporas – *as condições de possibilidade instaurada pelos fluxos migratórios brasileiros até 1960*

Com o a crise dos países vencidos na I Guerra Mundial e com o subsequente advento da II Guerra Mundial, grandes fluxos migratórios se estabeleceram na Europa em direção às promissoras possibilidades das nações tidas na época como em desenvolvimento. No caso do Brasil, a imagem mundialmente positiva instaurada desde o Estado Novo do inicio do século XX e a necessidade de mão de obra adaptada ao processo de industrialização fez deste um grande receptor de fluxos migratórios Europeus (ASSIS;SASAKI, 2001)

Provavelmente entre os anos 1940 e 1950, o empresário Miecio Askanasy aportou no Rio de Janeiro. Seguindo uma tendência de migrações de Alemães para o Brasil iniciado desde o século XIX. Ele se depara com as apresentações turísticas parafolclóricas descobrindo talentos, pesquisando e, por fim, agenciando um show com bailarinos, músicos e cantores que visava o mercado Europeu. O espetáculo era composto na sua maioria

de artistas negros e as cenas eram referentes a ritmos afro-brasileiros tendo o samba como linha central. Se estabeleciam portanto no final da primeira metade do século XX um entrecruzamento das diásporas africana e germânica dando vazão a novas composições e deslocamentos.

O primeiro espetáculo brasileiro empresariado por Miecio a se estabelecer na Europa foi o de nome "Brasiliana" no ano de 1951. Posteriormente - pelos anos de 1973 - foi a vez do "Brasil Tropical" transpor o Atlântico e iniciar uma turnê tendo as apresentações de capoeira como um dos diferenciais. De acordo com as informações de Assis e Sasaki (2001), durante a década de 1970 a situação brasileira ainda era a de pais "receptor de migrações" sendo o caso dos espetáculos mencionados algo pontual que não aguçava o interesse acadêmico sobre o assunto. Mesmo assim, um elo importante se formava conectando diferentes temporalidades e espacialidades que trouxeram a capoeiragem para novos rumos. A experiência pessoal do empresário alemão no Rio de Janeiro e Salvador promove um canal de comunicação bastante peculiar entre o momento de disseminação de manifestações folclóricas entendidas como tradicionais afro-brasileiras para Europa.

Um pouco antes, durante a década de 1960, o movimento negro de independência e valorização cultural das nações africanas ganhava força nos Estados Unidos. Era um momento de efervescência politica que reivindicava igualdade de direitos civis entre negros e brancos, repercutindo fortemente em movimentos de valorização e reconhecimento da cultura negra daquele país. O movimento *Black Power*, a *Soul Music* e o *Funk* entre outros conquistavam o seu espaço na sociedade estadunidense, se transformando logo em um produto cultural de grande potencial internacional. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006)

É dado o pontapé inicial para todo um movimento de conscientização de uma conexão transcontinental constituída pela diáspora africana desde o processo colonizador. Vem a tona uma comunidade imaginada negra que articula manifestações culturais como o movimento rastafári jamaicano assim como os movimentos nacionalistas de libertação em todo o continente africano e o movimento negro estadunidense. Uma nova onda de cultura negra se espalha navegando pelos mares do Atlântico Negro e conectando atitudes, ritmos, corpos e estilos em uma mimese *black power*. Como disse um mestre que chegou em Berlim na década de 1980. Naquela época não se fazia muita distinção: "Era tudo Negro!".

Fotografia 1 -

Encenação do Navio Negreiro do Grupo Furacões da Bahia em 1971 quando se apresentavam pelo Brasil.
Fonte: Arquivo pessoal de Mestre Martinho Fiuza.

A *onda black* aporta no Brasil em 1970 através do repatriamento de alguns artistas exilados pelo regime militar. Eles vinham quase sempre dos Estados Unidos, trazendo as "boas novas" do primeiro mundo. Com efeito, o movimento *Black Power* aporta no país com ares modernizantes, influenciando toda uma geração. *"Falar*

como fala um Black Brother, andar como anda um Black Brother"[4] era a palavra de ordem que abriam novas portas aos herdeiros da diáspora africana no Brasil. Na fotografia 1 podemos ver um exemplo da influência *black power* nas apresentações folclóricas afro-brasileiras, nela os bailarinos estão a apresentar uma encenação denominada Navio Negreiro. Todos negros seminus, fazem uma aversão à escravidão e às origens africanas, porém utilizando perucas que representam uma das marcas do movimentos negro estadunidense.

Fotografia 2

Grupo Brasil Tropical em 1973 quando embarcaram para Europa. Fonte: Arquivo pessoal de Mestre Martinho Fiuza.

Criava-se na cidade do Rio de Janeiro os circuitos *Black* que se apropriavam da forma de se vestir e de falar, dos penteados, do gingado *Soul* e do gosto musical que deram a estes sujeitos um capital cultural que os conectavam a um processo global. Mestre Martinho Fiuza e Mestre Paulo Siqueira, um dos primeiros capoeiristas a se estabelecerem na Alemanha, se mostraram não terem sentido muitos problemas de adaptação. O movimento *Black* que se alastrava "por aqui" era o mesmo que gerava um grande interesse entre os europeus e integravam todos os negros "por lá".

Utilizando da grande visibilidade da cultura *black* na Europa, muitos capoeiristas artistas começaram suas investidas pelas principais metrópoles do "primeiro mundo". Eram palestras, apresentações e workshops sobre a cultura negra brasileira que encontravam um mercado interessado em consumir estes produtos bastante massificados por entre os veículos de comunicação como TV, rádios e jornais. Curiosos ávidos por experimentar novidades, abrir horizontes e se conectar com uma visão de mundo que estava sendo formada.

De acordo com Nestor Capoeira (1995) em 1979 existiam ao todo dez capoeiristas ensinando e fazendo shows de ritmos brasileiros e capoeira por toda Europa. Eram herdeiros dos grupos de espetáculos já mencionados que rodaram todo o velho continente disseminando esta arte luta. Se formava naquele tempo uma rede de solidariedade entre os capoeiristas que iam se encontrando através dos espetáculos e shows brasileiros, se conhecendo e trocando experiências. Mestre Paulo Siqueira, Mestre Marinho Fiuza e Mestre Saulo se conheceram através destes circuitos artísticos, criando posteriormente um circuito de eventos e workshops específicos de capoeira.

4 Trecho da música "Qual é?!" do artista Marcelo D2.

Fotografia 3

Grupo Brasil Tropical em suas apresentações pela Europa em 1975. Mestre Martinho Fiuza é o primeiro da Esquerda tocando Berimbau. Fonte: Arquivo pessoal de Mestre Martinho Fiuza.

Ainda conforme Nestor Capoeira (1995), durante as décadas de 1970 e 1980 a principal renda destes capoeiristas vinham dos shows e apresentações de capoeira, mais do que as aulas de capoeira em si. Uma lógica que se faz presente até os dias atuais através dos circuitos de eventos e workshops iniciado naqueles tempos. Principalmente durante o verão, momento de férias e de maior mobilidade, os alunos dos professores e mestres circulavam por estes eventos, dando aos mesmos uma maior quantidade de público e renda, oportunizando uma maior visibilidade local do trabalho desenvolvido por cada um.

Era um primeiro período da capoeiragem na Alemanha onde ela assumia um papel importante de representante da cultura brasileira. Neste momento podemos dizer que uma construção de alteridade radical se instaura, marcando a capoeiragem como um espetáculo e corporificando os seus praticantes como artistas. Uma alteridade exotizada porém sem conflitos maiores entre, de um lado, o negro brasileiro espetáculo e, do outro, o branco alemão espectador. Eram subjetividades até então postas em dimensões diferentes umas das outras. Uma relação à distancia interpelados por um ambiente delimitado entre artista e plateia.

Voltando ao caso do "Brasil Tropical", as redes de contato assim com os circuitos de shows iniciais eram todos estabelecidas pelo empresário Miecio Askanavy, tendo os artistas pouca interferência. Com o passar do tempo, linhas de fuga vão se estabelecendo, estreitando as conexões entre este espectador alemão e os capoeiristas artistas principalmente através das aulas de capoeira. Era uma trilha de rastros deixados pelos contatos pessoais feitos durante as turnês e que iam sendo revisitadas pelos capoeiristas através de convites para que retornassem para ministrarem workshops, seminários e apresentações de capoeira. Fato que ia aproximando o seu público para além de meros expectadores. Os alemães aos poucos foram se transformando em praticantes entusiasmados pela cultura brasileira que era divulgada não somente pelos shows, mas também pelas rádios, documentários, entrevistas e matérias de jornais televisivos. Inicia-se um caminho de subjetivação que vai criando zonas de interlocução maiores instaurando aos poucos um conflito de perspectivas e expectativas. Um jogo de espelhos que vai se acirrando com o tempo.

2. Capoeira "for Export" – *a capoeiragem como um campo de disputas na década de 1990*

O histórico posto que o Brasil detinha de "país receptor" dos fluxos migratórios internacionais até 1980 se viu abalado pelas frequentes noticias de deportação que os brasileiros estavam sofrendo nos países "desenvolvidos". Era um sinal de que o Brasil tinha começado um processo de emigração. Toda a década de 1980, culminando no inicio da década de 1990, apontava para um grande fluxo de emigração de brasileiros rumo ao "primeiro mundo". De acordo com Assis e Susuki (2001) *apud* Sales (1994) entre 1985 até 1987 cerca de 1,25 milhões de brasileiros deixaram o país. As emigrações que eram vistas até a década de 1970 com algo pontual, vira a mesa e transforma o Brasil de receptor à fornecedor de emigrantes no cenário mundial.

Como fruto do grande fluxo migratório ocorrido na década de 1980 chamado por Sales (1994) de "a década perdida", as politicas de controle pela Europa foi se intensificado. Leis que limitavam e dificultavam os vistos de permanência e até de entrada de brasileiros trouxeram um ambiente negativo de clandestinidade, criminalidade e marginalidade para os brasileiros no estrangeiro.

Mestra Maria do Pandeiro sentiu na pele este processo de fechamento das fronteiras europeias para com os brasileiros na década de 1980. Ela saiu do Brasil em 1987 viajando de mochila nas costas pela Europa terminando por se estabelecer em Bremen, cidade portuária ao norte da Alemanha. Sua experiência de migração nos traz um outro modelo de negociação cultural por ter conseguido sua permanência, depois de quase ser deportada, através de um grupo feminista que reivindicou o seu visto de permanência nesta cidade. A alegação do grupo era de que queriam ter aulas de capoeira mas somente se fosse com uma professora mulher acionando de tal sorte dispositivos historicamente caros a imagem da cidade.

A cidade de Bremen é a segunda mais antiga cidade-estado do mundo, onde se desenvolveu um espirito de liberdade cultural e autonomia aduaneira iniciado por sua participação na liga Hanseática. Estas e outras características socioculturais e históricas contribuíram para que a mestra criasse vínculos com o lugar onde fundara durante a década de 1990 o Grupo Dandara de Bremen.

Por se autodenominarem adeptos da Capoeira Angola, o esquema de graduação do Dandara é um fator bastante peculiar. Para representar as diferentes etapas e graduações de seus alunos adultos a Mestra usa cintos de cores diversas e utiliza cordel para as crianças. Ou seja, ela se utilizou de um acessório tido como tradicional na vestimenta da Capoeira Angola (a utilização do cinto e da camisa colocada para dentro da calça) adaptando-a a questão das graduações.

Quando estive em um de seus eventos no ano de 2012, após a cerimônia de troca de graduação ocorreu uma apresentação cultural dos alunos do grupo. A apresentação tinha como tema as aventuras dos Músicos de Bremen (historia infantil criada pelos irmãos Grimm) no sertão do nordeste brasileiro. De acordo com a mestra:

não é a primeira vez que usamos a ideia dos Músicos de Bremen como tema, mas dessa vez pensamos em mandá-los (Os músicos de Bremen) para o Brasil em vez de ficar em Bremen. Lá conheceram um coronel que capturou o burrinho e o fez trabalhar colocando nele uma cangalha. Os outros pediram socorro ao bando de lampião, que o libertaram do coronel. O burro agradecido resolveu ficar por lá mesmo com os cangaceiros e os outros animais o esperam até hoje em Bremen (Entrevista dada através do Facebook, 2013).

> A fábula *Músicos de Bremen* fala-se sobre um burro, um cachorro, um gato e um galo que, sofrendo os maus tratos e exploração do campo, resolvem migrar para a cidade-estado de Bremen. Uma cidade independente, basicamente protestante, onde o comércio desenvolvido através de seu porto, o segundo maior da Alemanha, oferecia um território de liberdade das "amarras feudais" da época. A fábula revela a imagem desenvolvida de defesa às diferenças e um lugar de liberdade e autonomia.

Imagem 1

Painel usado como fundo de palco para a encenação dos Músicos de Bremen no Sertão Brasileiro:
Fonte: Pesquisa de Campo (Fernandes,2012)

Imagem 2

Um dos painéis usados como fundo de palco com as imagens dos músicos de Bremen com o bando de Lampião.
Fonte: Pesquisa de Campo (Fernandes, 2012)

Por um outro lado, a década de 1990 significou um momento particular de mudanças na capoeiragem pela Europa. O aumento significativo de capoeiristas que chegaram por essa década trouxe também um acirramento das disputas internas por legitimação. Estilos, grupos, linhagens, entre outros elementos foram ganhando maior importância, trazendo um ambiente de rivalidade e de tensionamento de todo tipo de diferenças.

De acordo com Mestre Paulo Siqueira, eram em sua maioria pessoas que vinham motivadas pelo aparente sucesso que alguns capoeiristas estavam tendo, mas que não tinham a mínima ideia do iriam enfrentar:

> O pessoal que trabalha com arte está mil anos na frente. Pessoal de cabeça aberta. Não são conservadores. É o meio artístico [...] No começo (década de 1970), eram pessoas que frequentavam o meio da artes que vinham pra cá. [...] Eu com 16 anos já fazia fotografia, já fazia concertos. Era o Movimento Black Rio. A galera se vestia como Black. [...] Não eram pessoas que não tinham acesso a cultura. Eram pessoas esclarecidas. Agora é diferente. Conheço muitos que vem e tem dificuldade de se adaptar. (Transcrição de conversas por telefone, dezembro 2013)

Para Paulo Siqueira a maioria dos capoeiristas que chegavam à partir de 1990 tinham ou tem poucas relações com o meio artístico. Foram formados em um momento de efervescência da pratica da capoeira com viés mais desportivo e marcial em todo Brasil. A capoeiragem tinha se transformado em um ambiente cada vez mais polarizado, dividido entre vertentes, linhagens e estilos. Sem o mesmo jogo de cintura e adaptabilidade, vinham obstinados a replicar *ipsis literis* o que vinha acontecendo no Brasil.

Com o aumento substancial de praticantes e o acirramento das diferenças foram-se criando redes isoladas de eventos mas que seguiam o mesmo modelo das turnês instaurada pelos espetáculos de dança na Europa. Uma importante característica que é adicionada aos circuitos é que estes assimilaram, em maior ou menor grau, as disputas e segregações instituídas no Brasil. As relações com alguns mestres e seus grupos de capoeira brasileiros, que nas décadas de 1970 e 1980 eram pontuais, se transformaram em conexões frequentes e até essenciais dentro destes circuitos.

O poderoso discurso da ancestralidade instaurou um momento de resgate às origens valorizando mestres reconhecidos por representar e defender as raízes de cada segmento da capoeira. Através deste modelo, suas presenças se tornam quase uma obrigatoriedade nos eventos por serem aceitos como representantes legítimos

de sua linhagem ou estilo. O que antes se apresentava como um "convidado de honra" aleatório de renome da capoeira se transformou em obrigatoriedade criando elos mais estáveis dos circuitos com o Brasil.
Uma lógica de grupo se estende do Brasil e invade os circuitos de capoeira na Europa, criando redes que estreitavam laços facilitando as migrações dos capoeiristas brasileiros para a Europa. São redes de reciprocidade e ajuda mutua que competem entre si, construindo na maioria das vezes discursos, códigos e significados diferenciadores e excludentes um dos outros. A intensificação da construção de particularidades vão construindo barreiras simbólicas com o intuito de dificultar a convivência e circulação dos sujeitos capoeiras por entre circuitos diferentes já que a diferenciação de códigos e regras criam rituais que servem como barreiras simbólicas entre os circuitos.
No final de Novembro de 2012, eu fui a mais um evento de capoeira ao sudoeste da Alemanha. Eu tinha feito alguns contatos com o mestre que, mesmo tendo chegado após a década de 2000 é reconhecido por algumas pessoas ligadas ao segmento artístico e musical da cidade como uma referência sobre capoeira. O local de treino era uma academia de artes marciais tendo como piso um tatame para judô.
Cheguei na cidade por volta das 19h e lá fazia 7º C. Uma luxúria de calor neste período do ano já que em Munique, cidade onde eu morava, nem no mais ensolarado dos dias, a temperatura não passava de 3ºC. Fui direto à academia de fitness onde um conhecido amigo dá aulas ficando hospedado na casa de seu aluno durante minha permanência na cidade.
Começava lá os contrastes de posições e situações que a viagem me proporcionaria. Como em todas as vezes que visitei este conhecido, fui muito bem recebido, convidado a dar ao menos uma parte da aula e tratado com importância e respeito.
Após uma noite de sono na casa emprestada fui até o ginásio onde o evento aconteceria. Só consegui chegar ao local com ajuda de um amigo que tinha carro e GPS, pois o evento não ocorreu na academia de artes marciais, lugar normal dos treinos onde eu já havia estado. Tratava-se de um lugarejo bem afastado do centro e por isso pitoresco e bastante calmo.
Logo na entrada havia um rapaz que fazia o controle de alunos e professores. Nós nos cumprimentamos e ele gentilmente perguntou meu nome para fazer a conferência na lista dos participantes. Feita a apresentação, o brasileiro, que mora há algum tempo na casa do mestre, notou que meu nome não estava na lista. De imediato esbocei certa indignação, já que eu teria antecipadamente avisado ao Mestre de minha presença no evento. Passado o impacto percebi que esta seria uma ótima oportunidade de ser um desconhecido e experimentar um lugar de aluno durante o evento.
Conversei com o rapaz da entrada e paguei a taxa para participar do evento. Participei em alguns momentos da aula de iniciante e tentei ao máximo estar nos espaços de alunos. Um dos Mestres convidados para dar as aulas do evento chamou todos ao centro e mostrou duas sequências de movimentos, uma para os iniciantes e outras para os avançados. Minha primeira surpresa foi quando ele me colocou na turma dos iniciantes dando como explicação: "primeiramente tem que aprender o básico".
Os movimentos em si não eram de todo novidade para mim, mas sim os detalhes das posições que braços e pernas teriam que estar. A mesma metodologia que tive em minha formação de capoeira só que com outras regras. Por exemplo o alinhamento das pernas para a execução de um chute giratório não se fazia de maneira vertical em direção ao oponente, como eu havia aprendido, e sim de maneira perpendicular. Tentei levar a situação com naturalidade e me esforcei para fazer os movimentos passados pelo mestre da melhor forma possível.
O experiência descrita acima nos trazem alguns fatores políticos e subjetivos que atravessam a capoeiragem e que fazem dela algo múltiplo e por vezes antagônico. Naquele momento, os meus 15 anos de praticante de capoeira não estavam sendo validados, pois os movimentos eram executados de maneira diferente dos que eu havia aprendido. O que fez de mim naquele momento um iniciante, ou seja, podemos vislumbrar nesta passagem como se institui um sistema de legitimação de experiências e saberes bastante comum na década de 1990. Uma lógica que se afirma pela negação ou desvalorização de um conhecimento "outro".
O acirramento das disputas internas na capoeiragem naquela época produziram uma necessidade de marcar de maneira mais veemente as diferenças. No caso descrito ha uma necessidade em desenvolver metodologias de ensino com maior controle na performance e do processo de construção de subjetividades. O momento exigiam modelos mais rígidos visando o apagamento das diferenças internas em prol do estabelecimento de fronteiras

mais estáveis estipulando as diferenças como externas. Elementos como estilos de jogar, vestimentas, disposição dos instrumentos durante a roda, regras e maneiras de se portar vão se tornando cada vez mais importantes neste processo. É legitimado portanto um controle rígido sobre o corpo na capoeiragem. Uma espécie de apagamento das individualidades em prol do fortalecimento do grupo, onde cada segmento desenvolvia um processo de subjetivação particular baseados em diferentes formas de controle e disciplina.

Um segundo aspecto a ser resgatado deste momento da capoeiragem seria a sua defesa tanto em termos nacionalistas quanto tradicionalistas. O fato de ser defendida enquanto patrimônio cultural brasileiro, assim como a implementação de estruturas bastante hierarquizadas colocavam cada vez mais os não brasileiros em um lugar desprovidos de privilégios. Os antes "iguais" e "parceiros" da década de 1970 agora são deliberadamente acomodados em lugares de consumidores de um produto cultural *made in* e *by brazilians*. O estereotipo, tanto nacionalista quanto tradicionalista, assumem uma hegemonia posicionado os não brasileiros em "quase não lugares". Uma grande maioria, independentemente de estilo ou linhagem, adotaram o modelo acima descrito, gerando um descontentamento e desolação por parte principalmente dos que almejavam galgar posições de prestigio.

A contradição percebida por Assunção (2008) de a capoeira conter um discurso contemporâneo de símbolo nacional brasileiro, ao mesmo tempo em que um produto cultural *for export* cada vez mais se acentua, apresentando assim os seus limites conceituais. Visando problematizar um pouco mais o esgotamento da ideia de "identidade nacional", podemos exercitar algumas breves articulações do que vem sendo acompanhado a fim de apontar alguns caminhos possíveis. Para dar conta de desatar o nó paradoxal manteremos o foco no processo de negociação e legitimação dos espaços de subjetivação destes praticantes para perceber como ela vai sendo conduzida pelos sujeitos.

3. "Ligando Mundos": *transnacionalidade, hibridação e os novos espaços de subjetivação no século XXI*

Como visto, nas décadas de 70 até 90 a situação era bastante recortada por uma alteridade de termos nacionais, ou seja, brasileiros e não brasileiros praticantes. Até a década de 90, mesmo com alterações no que se refere ao modo que se estabeleciam tais relações, ouve uma hegemonia em que, de um lado, ficavam os alunos não brasileiros, e do outro os professores e mestres brasileiros. Mesmo esse modelo ainda encontre ressonância nos dias atuais, ele vem perdendo o seu poder argumentativo. Atualmente cada vez mais estão os praticantes de capoeira não brasileiros a dar aulas, dominando de maneira fluente a linguagem corporal, comportamental e linguista da capoeiragem, como também administrando grupos e associações de capoeira em toda a Alemanha.

Com efeito, o que vem acontecendo, principalmente após a virada do século XXI, é um borramento significativo de diferenças ligadas a nacionalidade. Uma ruptura com os modelos nacionais de criação de diferenças na capoeiragem. Os praticantes de capoeira na Alemanha deixaram de ocupar majoritariamente o lugar de consumidores de uma "cultura brasileira" e passaram a vislumbrar cada vez mais posições de agentes tradutores e produtores desta prática. Isso não significa que antes disso não existiam agências por parte dos não brasileiros, mas que estas agências ou modos de subjetivação não eram reconhecidas ou seus resultados apropriados pelo lado brasileiro da questão.

Tal fato pode ser justificado pelos cerca de 40 anos de fluxos migratórios, oportunizando várias gerações de capoeiristas, inclusive a formação de professores e mestres não brasileiros. A prática e o ensino da capoeira na Alemanha, portanto, atravessaram diferentes processos de apropriação que influenciam de maneira contundente os signos e significados da capoeiragem. São influências que circulam de maneira transnacionalizada, já que estes fluxos percorrem caminhos não mais delimitados à nacionalidade tramitando em vários lugares por onde a capoeira é praticada, inclusive no Brasil.

Traremos agora os exemplos de Momitto e de Vaqueiro, para problematizar as maneiras com que as características nacionais são transpostas provocando uma mistura de elementos por vezes tidos como distintos. Uma analise de suas experiências podem fornecer indícios importantes dos aspectos que surgem como novos

elementos de diferenciação. Aspectos que apontam para as novas estratégias utilizadas na construção de alteridades em um contexto de maior transnacionalidade.

No ano de 2006, Mohamed Alvez, conhecido como Momitto - uma "latinização" da abreviação "Momo" utilizada na Tunísia para o nome Mohamed - veio da Tunísia para estudar Tecnologia da Informação (T.I). Em Freiburg ele teve seus primeiros contatos com a cultura "latina" através do ritmo da salsa começando a ter aulas com o professor Bráulio Rosero, conhecido como Lio, provindo do Equador. Após algum tempo ele aprendeu espanhol através das músicas "latinas" e começou a dar aula de Salsa para pagar seus estudos. Segundo ele: "As aulas de salsa eram boas porque eu não precisava mais trabalhar em tempo integral e assim tinha mais tempo para os estudos" (Momitto, comunicação oral, 2013).

Depois disso é que veio a conhecer a capoeira, que para ele foi um "movimento natural". Momitto é um dos alunos mais graduados e participativos do Contramestre Arrupiado, Ivam da Silva, pertencente ao grupo Terreiro de Capoeira[5]. Agora ele diz não se identificar mais como um tunisiano. Ele se autodenomina latino-americano, legitimado por transitar entre espaços voltados a música latina em Freiburg, assim como pela prática da capoeira que definem e estabelecem as suas redes de contato. O tunisiano "latino-americano" residente na Alemanha foi umas das peças-chave na minha pesquisa pela facilidade e a destreza com que manipula elementos culturais dos mais diversos.

Fotografia 4

Momitto e Contramestre Arrupiado na academia de fitness onde Arrupiado da aulas.
Fonte: Pesquisa de campo (Fernandes, 2013).

Imagem 3

Logo marca do Grupo Terreiro.
Fonte: Pesquisa de campo (Fernandes, 2013).

Momitto tem a latinidade enquanto algo que Ella Shohat (1992) definiu como "identidade hifenizada[6]". A inserção da capoeiragem neste lugar de legitimidade "latino-americano" construído em Freiburg, serviu para mim como um elo de ligação prático-teórico bastante fecundo. Fiz um cruzamento das experiências da capoeiragem em Freiburg com as pesquisas de Garcia (2012) sobre migração e identidade nesta cidade. Método que acredito oportunizar maior visibilidade às condições de possibilidade disponíveis em cada contexto onde a capoeiragem se insere situando estas experiências no tempo e no espaço.

É de se surpreender com a quantidade de jovens que se pode observar andando pelo centro de Freiburg. São estudantes, na maioria universitários, que fazem das ruas da cidade antiga e das proximidades dos prédios que abrigam as várias faculdades e institutos da *Albert-Ludwig-Universität*, lugares de quase sempre intenso

5 Grupo fundado em 1979 por Mestre Squisito em Brasília-DF. Este grupo possui atualmente vários mestres, contramestres e professores espalhados pelo mundo.

6 Termo utilizado para falar das construções identitárias influenciadas por rupturas causadas por múltiplos deslocamentos - geográficos, culturais, linguísticos e psíquicos que vivenciam", bem como pelas questões de gênero, etnia, classe social e outras diferenças.

fluxo de pessoas. A cidade é reconhecida por seu espírito ecológico, e também pela alta qualidade de vida, mas principalmente pela sua diversidade cultural fundamentalmente apoiada pela influência da Universidade que se tornou um ponto de encontro de estudantes diferentes nacionalidades.

Freiburg também é conhecida por ser a mais quente e ensolarada da Alemanha dando à ela características climáticas mais tropicais. Aliado à isso, e por consequência da diversidade cultural universitária, os latinos são historicamente bastante representativos na cidade, não só em quantidade mas como em organização e ativismo politico-cultural (GARCIA, 2012). O autor fala de um grande boom que a cultura latino-americana obteve em Freiburg desde a virada do século XXI tendo como base a língua espanhola e ritmos como Salsa, Merengue e mais recentemente a Bachata.

Estes seriam alguns aspectos que acredito interferir de maneira mais substancial na prática da capoeira nesta cidade. Vimos através de Momitto como a capoeiragem é inserida no cenário cultural de Freiburg por este viés "latino-americano" fornecendo elementos para a construção de novas subjetividades.

Por fim Christoph Johann Maier - conhecido por professor Vaqueiro - teve seu primeiro contato com a capoeira aos doze anos através do filme Hollywoodiano *Only the Strong* de 1992. Interessado pelo que tinha visto no filme e com a ajuda dos pais, foi a procura de um local de treino de capoeira, encontrando assim o estúdio de dança *Tanz Studio* e o *Grupo Contemporana* de Martinho Fiuza. Para Vaqueiro a capoeira ajudou a olhar de maneira diferente a sua própria cultura (Bávara) e a dar mais valor a natureza peculiar de sua região – no caso os Alpes, Floresta da Bavária com seus rios e lagos.

A capoeira teve influência direta na sua escolha acadêmica e em sua vida particular. Ele se graduou em letras com especialização em língua portuguesa e agora dá aulas de alemão e português, assim como aula de capoeira. Em 2012 Vaqueiro se desligou do grupo de seu Mestre, decidindo, junto com seus alunos, a fundar o grupo denominado "Ligando Mundos". Uma separação delicada pois nas entrevistas de ambos se nota o respeito que um tem pelo outro. A reverencia e gratidão do discípulo para com seu mestre assim como o reconhecimento do mestre do talento e disciplina do único discípulo autorizado por ele à dar aulas de capoeira.

A logomarca do grupo "Ligando Mundos" é a bandeira da Bavária e um berimbau que faz referência a bandeira do Brasil por ter o cruzeiro do sul e a faixa branca da bandeira brasileira, juntos com uma pomba a voar no canto esquerdo. Algo de uma carga simbólica significativa do esforço em articular diferentes signos e símbolos. A proposta de ser uma instituição a ligar diferentes mundos promove uma composição hibrida de elementos que a priori não pertenceriam a mesma ordem relacional.

Fotografia 5

Professor Vaqueiro corporificando em sua ginga e vestimentas a capoeiragem.
Fonte: Pesquisa de campo (Fernandes, 2012)

Imagem 4

Logo marca do grupo Ligando Mundos misturando elementos da bandeira da Bavária com o berimbau contendo o cruzeiro do sul fazendo uma referencia a bandeira brasileira.
Fonte: Pesquisa de campo (Fernandes, 2012)

O primeiro contato com Vaqueiro se deu em um final de semana de agosto de 2012 no evento de verão do Grupo Ligando Mundos em Starnberg. Uma cidade perto de Munique que fica ao redor do lago com mesmo nome. Conhecida pelas grandes mansões, residências de personalidades famosas da Bavária e de toda Alemanha. Surpreendeu-me o seu português brasileiro fluente em nosso primeiro bate papo até o ginásio onde se daria uma parte do evento. Posteriormente mais surpresas viriam com a boa desenvoltura tanto quando tocava berimbau quanto quando jogava na roda de abertura do evento.

Vaqueiro nos traz uma outra composição tanto simbólica quanto corporal e subjetiva. Simbólica por, entre outras coisas, articular na logomarca de seu grupo símbolos da Bavária – região onde nasceu e vive – com símbolos da capoeira e do Brasil. Corporal e subjetiva por dominar com certa naturalidade a língua e o gingado significativos de brasilidade na capoeira. O filho de pescadores produz combinações conectando aspectos locais com a capoeiragem bastante particulares, mas que não estão fixas. Percebi que em cada evento dele que eu ia, novidades se faziam presentes. Novos mestres convidados, movimentos e gingados diferentes, até na estrutura da programação dos eventos sempre estão a se alterar em um devir permanente por entre possibilidades.

4. Capoeiragem In Between – tendências e outras considerações finais

Na virada do século XXI novos desafios são lançados às pesquisas sobre migração. Os fluxos contemporâneos se apresentam mais complexos e com uma multiplicidade de aspectos que as abordagens anteriores não davam mais conta. Os novos migrantes se utilizam de múltiplas relações sociais transpondo fronteiras geográficas, culturais e políticas. De acordo com Sasaki e Assis (2000), os pesquisadores Glick-Schiller, Basch e Blanc-Szanton foram os primeiros a sugerir o conceito de transnacionalização como mais adequado à esse novo momento dos fluxos migratórios internacionais.

Se faz necessário perceber o fenômeno da migração de uma maneira holística e relacional, onde varias subjetividades locais se relacionam de maneira mais orgânica e imbricada. A natureza e a intensidade das mudanças, tanto na sociedade de origem quanto na de destino, ficam cada vez mais aceleradas estreitando os elos entre elas e outras localidades à elas conectadas. A complexidade dos fluxos contemporâneos colocam a necessidade de repensar categorias como nacionalismo, etnicidade e raça pelo borramento e combinações de elementos diferenciados por tais categorias.

Em se tratando de construções de alteridade com o foco nas relações, vimos como vem se estabelecendo de maneira hegemônica uma "lógica de circuito" no universo da capoeira como um todo. No geral, um aspecto que me chamou a atenção foram conexões que se estabelecem e se mantem através destes circuito de eventos de capoeira. Eles parecem ter uma importante função de reciprocidade aos moldes da *kula*[7] de Malinowski.

Há uma certa cobrança implícita em ir aos eventos organizados pelos professores e mestres que estiveram presentes ao teu evento. Há uma quase obrigação de que sejam convidados os que te convidaram para participar e/ou dar um workshop. Caso contrário um mal estar é gerado, potencializando cisões ou reconfigurações destas redes. A quebra destas redes de reciprocidade produzem uma situação onde algum tipo de retaliação se faz necessária. Em contrapartida, mestres e professores, mas principalmente seus alunos, boicotam o evento do contraventor causando, além da redução de ganhos financeiros e de prestígio, uma reciprocidade do mal estar causado por sua ausência.

Os convidados dos eventos portanto dizem muito sobre as características que seus organizadores escolheram e defendem para si mesmos e para seu grupo. São modos de subjetivação que se identificam, pelo menos no momento, com a autoimagem que o mestre ou professor toma para si e para seu trabalho. Da mesma forma, as rupturas na lógica da reciprocidade potencializam alterações na maneira de entender a si mesmo e o seu grupo em relação tanto ao universo da capoeira quanto na sociedade em que o mesmo está inserido.

---

7 Ponto chave da obra "Os Argonautas do Pacífico Oeste", a *kula* é um complexo sistema de trocas e reciprocidade formando um circuito fechado entre populações de várias ilhas da Nova Guiné. Uma forma de sociabilidade que geram sentimentos de pertença ao mesmo tempo que mantém as diferenças internas entre as populações.

Com isso, as redes de sociabilidade que a prática capoeira articula, vem ganhando cada vez mais importância como um grande delimitador de alteridades nas ultimas décadas. As diferenciações pelas redes aos quais estão conectadas determinam as condições de possibilidade e expectativas compartilhadas por cada circuito. No entanto, por representarem arranjos bastante dinâmicos, com a maior parte de suas relações instáveis, proporcionam formas de pertencimento mais fluidas e temporárias. A desnaturalização de símbolos de identificação e diferenciação, como a ideia da nação ou nacionalidade, geram novas e transitórias possibilidades de arranjos no processo de subjetivação.

O modelo de um circuito de eventos criado na década de 1970 que conectavam os poucos mestres de capoeira e seus alunos, se replica de maneira substancial durante a década de 1990. Formam-se então vários circuitos de festivais e eventos que estipulam diferenciações e coalizões entre os professores, mestres e seus alunos. Estes criam suas redes de contato, afinidade e reciprocidade com outros professores e mestres, organizando circuitos de eventos que cada vez mais tendem a competir entre si. Todavia, como dito anteriormente, estes circuitos não são estáticos, muito pelo contrario, estão sujeitos à todo tipo de rearranjo.

A virada do século XXI, se instaura como um novo momento da capoeiragem na Alemanha devido a sua transnacionalização simbólica, significativa e subjetiva. Com isso, outras articulações até então impensadas se fazem possíveis através do borramento de algumas fronteiras por antes naturalizada. São associações criativas que surgem pelo acumulo de experiências práticas com os diferentes contextos por onde tramitam em função da capoeiragem. Fato este que apontam a importância de se levar em conta as características locais onde os fenômenos são observados.

Nos exemplos apresentados podemos perceber a presença da cidade enquanto um lugar que orienta a reconstrução dos capoeiristas migrantes através de seus códigos e regras socioculturais específicos. Neste sentido, a Alemanha oferece um mosaico de diferenças regionais, não só culturais, como políticas e sociais. Devido a sua herança histórica de fragmentação, a Alemanha é formada por um conjunto de regiões independentes que possuem sua própria legislação, dialetos e costumes.

Pelo fato de circularem no meio artístico do Rio de Janeiro e Salvador, tanto Martinho Fiuza quanto Paulo Siqueira e Saulo adquiriram um capital cultural que dava a estes sujeitos acesso a uma cultura globalizada, que seria de suma importância para se estabelecer na Alemanha. O estilo *Black Power* de se vestir, as influências do jazz entre outros hábitos disseminados naquela época viabilizou a migração para as grandes cidades alemãs como Munique, Hamburgo e Berlim. Situação não distinta de Momitto onde a associação entre a capoeiragem com uma "identidade latinoamericana" se fez possível devido a particularidades da cidade de Freiburg. Pois possivelmente tais estratégias não teriam o mesmo espaço de legitimação em outros contextos.

Um outro caso emblemático se faz presente através da Mestra Maria do Pandeiro que se utiliza de elementos característicos do imaginário da cidade onde reside ha vinte anos associando-os a história de Lampião e o sertão brasileiro. Tanto isso quanto os cintos coloridos usados como graduação, conectam elementos concebidos em diferentes mundos ou estruturas socioculturais. Através da mestra, diferentes cosmologias sofrem um processo de fricção, proporcionando com o tempo um espaço intersticial que é o próprio lugar de subjetivação por onde a mestra foi se reinventando. Um lugar que associo ao conceito *in between* de Bhabha (1994), por se posicionar entre mundos, entre estruturas lógicas concebidas de maneira distintas sem conexões a priori, nem temporais tampouco espaciais.

Mestra Maria do Pandeiro são muitas "Marias". Uma malabarista que foi se aproveitando das possibilidades postas à ela para cunhar um lugar seu. Desbravadora de novos espaços de subjetivação onde a mulher se torna protagonista, escultora ativa de seus múltiplos "eus" possíveis. Uma tendência que vai dando as mulheres patamares cada vez mais de destaque em um cenário historicamente masculino da capoeiragem.

A criatividade torna-se um aspecto chave para lançar um olhar às multiplicidades que vão tomando forma. Uma reinvenção constante de si, mostrando várias facetas das subjetividades possíveis de serem corporificadas. Os casos de Momitto e Vaqueiro podem servir como um bom exemplo das hibridações produzidas pelos próprios sujeitos entre seus lugares de origem e destino. Momitto, se reinventa desfigurando tratados de propriedade referentes a elementos tidos como pertencentes a campos identitários distintos.

Vaqueiro também desponta como parte deste grupo que estabelecem no inicio do século XXI outros modos possíveis de subjetivação para a capoeiragem. O discípulo de Mestre Martinho Fiuza ao mesmo tempo que

cria novas fronteiras, subverte-as fazendo de si uma ponte entre as partes. A associação que faz na logomarca de seu grupo entre a região da Bavária, a capoeiragem e o Brasil representa a situação de liminaridade que sua própria subjetividade hibrida produz. Um *in between* conectando através de si diferentes culturas e escalas territoriais - já que a Bavária é uma região e o Brasil um país.

Através de Momitto e Vaqueiro chegamos também na sensação de incomodo ou de confusão conceitual expressas nas frases "nem parece um alemão", "pareces um brasileiro" ou "jogas bem capoeira para um alemão". Estas são expressões proferidas por alguns brasileiros para tentar explicar alguns não brasileiros praticantes de capoeira pelo fato dos últimos dominarem fluentemente as linguagens da capoeiragem. Um desconforto classificatório que coloca em cheque não só as antigas construções de alteridade até então naturalizadas na capoeiragem como também a construção do "ser brasileiro" como uma categoria da ordem do "dado" no universo da capoeira.

A ideia de brasilidade, de uma cultura brasileira produzida no Brasil, é desterritorializada, desvinculando a brasilidade como algo produzido apenas no território brasileiro. Como efeito do descolamento entre a "cultura brasileira" com o território brasileiro, produzidos pela prática da capoeira na Alemanha, articulam com o tempo novos modelos de subjetividades mantendo-se, no entanto, algumas expectativas como o gingado e a língua portuguesa como fundamentais.

Outro fator importante sobre o idioma se faz presente através do lugar/função dos tradutores no universo da capoeira. São lugares de destaque e de importância no processo de negociação cultural não só durante os eventos, mas no dia-a-dia dos treinos e do grupo do qual fazem parte. São eles que ajudam na organização, captação de patrocínios e dos espaços de treino e que, por isso, criam uma relação de dependência dentro e fora do circulo social da capoeiragem. Nos casos onde o tradutor é o cônjuge, a relação se torna ainda mais complexa por incluir questões de convivência afetiva e até legal, já que muitos conseguem o visto de permanência por serem casados com um(a) nativo(a).

Os desdobramentos contemporâneos que foram apresentados nos conduziram a uma melhor percepção do que denominamos de capoeiragem *in between*. Um espaço legitimado ao longo do tempo como representativo da cultura produzida pela diáspora africana em território brasileiro culminando com a recente aprovação da capoeira conferida pela UNESCO como patrimônio da humanidade. Conferimos também que a capoeiragem não se esgota somente pelo embaralhamento cultural das diferentes etnias africanas no Brasil, mas também pelos atravessamentos que vão ocorrendo e determinando mudanças nos rumos por ela tomados.

A força colonizadora portuguesa assim como o entrecruzamento com a diáspora alemã demonstram a importância de se levar em conta tais influências para que se possa dar conta dos rumos que a capoeiragem vem tomando. Tal abordagem desvendam aspectos liminares e de intensa negociação cultural fundamentais para o surgimento de novas composições e significações para o universo da capoeira. Um *modus operandi* que em um momento estabelece e em outro subverte fronteiras culturais entrelaçando símbolos e códigos. Visamos por fim ter promovido um debate crítico e reflexivo sobre as influências coloniais produtoras de desigualdades que ainda se fazem presentes tanto nos discursos acadêmicos quanto nativos sobre a capoeira apontando alguns outros caminhos também possiveis.

Referências

ALBUQUERQUE, W. R. de ; FRAGA FILHO, W. (2006), *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares.

ASSIS, G. O & SASAKI, E. M. (2001), "Os novos migrantes do e para o Brasil: um balanço da produção bibliográfica". In: Castro, Mary Garcia (Coord). *Migrações Internacionais: contribuições para políticas Brasil*. Brasília, CNPD. p. 615-669.

ASSUNCAO, M. R. (2008), "Da 'destreza do mestiço' à 'ginástica nacional': narrativas nacionalistas sobre a capoeira. Antropolíticas". *Rev. Cont. de Antropologia e Ciência Política*. UFF, Niterói, n. 24, p. 19-40,1. sem.

BHABHA, H. *The Location of Culture*. London; New York: Routledge, 1994

GARCIA, F. A. (2012), *Latinos en Alemania: política local, identificaciones*

colectivas y participación ciudadana en la ciudad de Friburgo. Madrid: Ed. Bubok, pp. 245.

MBEMBE, A. (2010), "Formas Africanas da Escrita de Si". *Artafrica*, Disponível em http://www.artafrica.info/html/artigotrimestre/artigo.php?id=21, [consultado em 15 de outubro de 2013].

Nestor Capoeira. (1995), *The Little Capoeira Book*. Berkeley, CA: North Atlantic Books, 1995.

RUGENDAS, J. M. (1835), *Malerische Reise in Brasilien*. Paris; Mulhausen, Engelmann & Cie.

SALES, T. (1994) "O Brasil no contexto das recentes migrações internacionais", In LAVINAS, L.CARLEIAL, L. M. da F. NABUCO, M. R. (Eds.), *Integração, região e regionalismo*, RJ: Bertrand Brasil, p.249-271.

SHOHAT, E. (1992), "Notes on the Post- Colonial". *Social Text*, nº 31/32, Third World and Post-Colonial Issues, pp. 99-113

SOARES, C. E. L. (2001), *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro* (1808-1850). Campinas, Ed. da UNICAMP.

Desconstruindo o Mito da Rivalidade Brasil X Argentina no Futebol: O Caso Tevéz no Corinthians

Rodolfo Jakov Saraiva Lôbo
Doutorando em Administração de Empresas
FGV-EAESP
rodolfojakov@hotmail.com

Nayara Silva de Noronha
Doutorando em Administração de Empresas
FGV-EAESP
nayara.noronha@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de identificar a construção social da imagem do ídolo Tévez, jogador argentino no período em que representava o time brasileiro Corinthians. A partir do estereótipo de rivalidade no futebol entre Brasil e Argentina, tentamos compreender como um jogador argentino se transformou em um ídolo brasileiro. Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica em manchetes de sites reconstruindo a trajetória midiática de Tévez no Brasil, nos anos de 2005 e 2006. Mais do que simplesmente reconstruir a trajetória do jogador argentino no time brasileiro, este ensaio pretende contribuir para uma discussão maior: a desconstrução do pressuposto de rivalidade entre nacionalidades seja ela no esporte ou em qualquer outro âmbito.

Palavras-chave: rivalidade; Brasil; Argentina; intercultural; futebol.

1. Introdução

Conviver com o outro e com as diferenças culturais não são objetos de estudo recentes. A história da humanidade nos mostra que o homem sempre se aventurou a explorar além das fronteiras geográficas e culturais. O que mudou hoje é o modo como a face intercultural passa a assumir uma posição cada vez mais importante nas esferas econômicas e sociais. Se antes existia a clara noção de cultura dominante, atualmente, há um culto à convivência com a diferença e a pluralidade de mundos (Freitas, 2008).

Questões interculturais estão presentes em diversos cenários. O esporte talvez seja um dos melhores exemplos de convivência intra e intercultural. Ele tem essa capacidade de unir as pessoas, promover a cidadania e reduzir os preconceitos. Não importa a cor, a classe social, a origem, o esporte é um espaço democrático. No caso do Brasil, o futebol é aquele que apresenta maior representatividade entre as diversas modalidades de esporte.

Apesar de o futebol ser um esporte de origem europeia, o Brasil é o país do futebol. Pode até ser que nem todos os países concordem com tal afirmativa, mas na verdade, é difícil argumentar diante as nossas cinco Copas do Mundo. O futebol, importado no final do século XIX, caiu no gosto dos brasileiros e faz parte da nossa identidade nacional. Temos orgulho dos jogadores brasileiros como Pelé, Garrincha, Zico, Romário, Ronaldo e tantos outros nomes que ajudaram a escrever a história do Brasil no mundo do futebol. Quando a seleção brasileira entra em campo, o Brasil para e parece que esquecemos todas as nossas diferenças para juntos, numa só voz, torcemos pelo país.

Mas não é só em épocas de Copa e em jogos da seleção que o futebol se faz presente na vida do povo brasileiro. Durante todo o ano, os campeonatos regionais, a Copa do Brasil e principalmente, o campeonato Brasileiro leva o brasileiro aos estádios e já faz parte da rotina de domingo assistir os jogos pela televisão. O amor pelo time de futebol, apesar de também suscitar a violência entre clubes, não percebe as diferenças. É como se, ao vestir a camisa daquele time, toda sua identidade passasse a ser a de torcedor.

Contudo, o futebol é preferência nacional em outros países, como na Argentina. Os nossos "Hermanos", segundo Helal (n.d) também utiliza deste esporte como alicerce de sua identidade nacional. Talvez seja por isso que há o mito de rivalidade entre Brasil e Argentina. Ainda que haja outras importantes seleções de futebol, é a equipe argentina considerada a nossa maior rival. E não é só em jogos da seleção. Quando um time brasileiro joga contra um time argentino na Taça Libertadores, vemos os comentaristas resgatando o mito da rivalidade. Tal mito dificulta a gestão intercultural dos clubes de futebol. A prática de jogadores de outras nacionalidades comporem as equipes é algo comum nesse esporte. Como se não bastasse à dificuldade de gerir as diferenças culturais entre os jogadores, quando se trata da compra de passes de jogadores argentinos, os clubes de futebol têm essa preocupação a mais: desmitificar a rivalidade.

Recentemente, há um caso curioso de idolatria de um jogador argentino no futebol brasileiro. Em 2005, o passe do jogador Carlito Tévez foi comprado pelo time brasileiro Corinthians e ele fez história no clube. A identificação da torcida com Tévez foi algo surpreendente e ele virou, rapidamente, um ídolo corintiano, contrariando o mito de rivalidade entre brasileiros e argentinos.

Assim, nosso trabalho teve o objetivo de identificar a construção social da imagem do ídolo Tévez, jogador argentino no período em que representava o time brasileiro Corinthians. A partir do estereótipo de rivalidade no futebol entre Brasil e Argentina, tentamos compreender como um jogador argentino se transformou em um ídolo brasileiro. Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica em manchetes de sites reconstruindo a trajetória midiática de Tévez no Brasil, nos anos de 2005 e 2006.

Mais do que simplesmente reconstruir a trajetória do jogador argentino no time brasileiro, este ensaio pretende contribuir para uma discussão maior: a desconstrução do pressuposto de rivalidade entre nacionalidades seja ela no esporte ou em qualquer outro âmbito.

2. Interculturas e o Esporte

Não há como negar a importância dos aspectos interculturais na nossa sociedade contemporânea. O encontro de diferentes culturas está cada vez mais presente na vida social, econômica e organizacional. Se antes a diversidade cultural precisava ser dominada, hoje é impossível não conviver com o diferente e o estrangeiro. Na vida social, há uma valorização no intercâmbio de pessoas, de vivências em outros países, de acolhimento ao estrangeiro. Na vida econômica, os blocos econômicos tentam minimizar as fronteiras e barreiras entre os países. Na vida organizacional, as empresas precisam gerir as diferenças e transformá-las em competitividade. Assim, as discussões sobre a interculturalidade estão em voga.

Há duas correntes principais nos estudos interculturais. A primeira, a anglo-saxã, utiliza a terminologia "Cross-cultural" que se caracteriza por pesquisas comparativas das culturas a partir de diferenças nacionais e internacionais, com forte apoio de instrumental quantitativo. A outra é a abordagem europeia que se denomina "intercultural" e desenvolve pesquisa interacionista sobre as consequências dos encontros interculturais. Neste trabalho, utilizaremos a perspectiva europeia.

A conviver diversidade cultural é uma dos mais árduos desafios hoje enfrentados pela sociedade. O intercultural é, de acordo com Freitas (2000), a interação de um indivíduo ou grupo de no mínimo duas culturas nacionais diferentes. Assim, gerir o intercultural é lidar com a alteridade, a familiaridade e a estranheza presentes nas diversas esferas da sociedade contemporânea.

Diversos contextos sociais como a educação, o esporte, as comunicações, as políticas públicas e outros evidenciam que a prática intercultural é algo irreversível. Não é apenas a necessidade econômica que coloca o aspecto intercultural em destaque. São as relações humanas que precisam ter maior sensibilidade, tolerância e respeito às diferentes culturas (Freitas, 2008).

O esporte é um exemplo em que a interculturalidade se faz presente. Primeiro, no esporte, as diferenças culturais devem ser esquecidas diante a prática esportiva. Ele é um instrumento capaz de promover a cidadania, no qual todos os esportistas são considerados iguais na ação do esporte. Ademais, as equipes esportivas representam nações e, por conseguinte, suas culturas, por isso identidades nacionais estão ali presentes. Não obstante, as organizações esportistas precisam gerir os aspectos interculturais tanto dos jogadores, quantos dos

campeonatos. A torcida também é outro componente nessa difícil equação de administrar a interculturalidade. Entre as modalidades de esporte, o futebol, é no caso do Brasil o que melhor representa a cultura brasileira. Ele já faz parte do sentimento de identidade nacional do país. E nós, brasileiros, temos orgulho quando nossa seleção ou nosso time entra em campo. O futebol tem uma cultura própria que misturada com questões interculturais torna-o nosso objeto de estudo.

3. A Cultura do Futebol

O esporte tem suas origens nas brincadeiras, sendo parte da cultura global, na qual celebrava a beleza dos corpos. O esporte moderno, característico dos dias atuais, tem como forte presença a racionalidade, pelo controle das pulsões (Elias & Dunning, 1995), com isto o esporte passou a ser movido por inúmeras regras, visando à competitividade e a diminuição da violência, mas sem perder a excitação que o esporte traz.

Dentro da gama de esportes existentes, o futebol tem uma grande importância na cultura de alguns países, principalmente os europeus e latino-americanos. Surgido no século XIV, por volta do ano de 1314, há um consenso que o surgimento do futebol tem origem na Inglaterra. Contudo, a Itália discorda e diz ter sido o primeiro país do futebol. (Garlhardo & Almeida, 2013).

O futebol foi trazido para o Brasil por Charles Miller, filho de um industrial brasileiro que viveu na Inglaterra em 1894. Miller trouxe bolas de futebol da Inglaterra e deu início a prática futebolista brasileira. O futebol era um esporte da elite branca, praticado pelos filhos de industriais, assim como Miller. Acostumados à vida boa, os jovens não aceitavam o empate, sendo este uma das dificuldades no processo de consolidação do esporte no país. De maneira descentralizada e de âmbito nacional, os primeiros clubes surgiram em São Paulo, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro.

Na sociedade brasileira, segundo Da Matta (1994), os times estavam acostumados a jogar e não a competir, como em um eterno treino. Como o futebol estava centrado em valores como o favor e a hierarquia, a popularização deste esporte foi o primeiro professor de democracia e de igualdade. Com o futebol a sociedade brasileira aprendeu a respeitar as leis, regras e as diferenças culturais. São Paulo foi o primeiro estado brasileiro que deu certo com o futebol. Sua liga foi fundada em 1901 e logo em 1902 já teve o primeiro campeonato paulista de futebol.

Neste início do século XX, o Brasil vivia um período de grande imigração europeia e africana. Entretanto, como jogo de elite, a população negra e pobre só pode praticar o esporte a partir de 1920. A ginga da capoeira foi rapidamente incorporada à prática esportiva. Com as imigrações e abolição da escravatura, o Brasil procurava uma identidade própria. Assim, o futebol colaborou para a formação da identidade nacional, pois unia toda a população por uma única causa: torcer pelo time que representava o Brasil.

Para dar consolidar esse sentimento em favor da identidade nacional, a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) foi criada na tentativa de congregar os diversos interesses das ligas estaduais de futebol, bem como representar o Brasil junto à Federação Internacional de Football Association (FIFA) (Garlhardo & Almeida, 2013).

O primeiro jogo que representou o Brasil diante outras nações foi formado por uma equipe combinado entre Rio-São Paulo. Este time derrotou por 2 a 0, o time inglês do Exeter City, em um jogo realizado no estádio das laranjeiras no Rio de Janeiro. Esse foi o início da história do futebol brasileiro (Garlhardo & Almeida, 2013).

Atualmente, o futebol é um poderoso instrumento de integração social brasileiro, no qual os menos favorecidos socialmente, em uma sociedade bastante hierarquizada, conseguem por meio da experiência futebolística uma relação horizontalizada do poder, sem utilizar de intermediários. Ademais, o futebol também oferece igualdade de poder para as camadas mais pobres por meio da sensação de vitória quando seu time vence. (Da Matta, 1982).

Para Guterman (2006, p.9) "o futebol no Brasil tem peso equivalente ao de uma religião oficial". É comum que o time de torcida do pai também será aquele que o filho irá torcer, como uma herança.

Foi por do meio do futebol que o Brasil se destacou nas diversas competições esportistas. A conquista de cinco copas do mundo da Fifa é vista como a mais gloriosa delas. Até hoje o Brasil é o maior vencedor entre todas as seleções em copas do mundo.

Por isso, no exterior, o futebol brasileiro é um dos mais aclamados. Quando alguém identifica um brasileiro em terras estrangeiras, logo estes estão associados a figuras de jogadores de futebol famosos, como Pelé, Ronaldo, Neymar entre outros.
A cultura do futebol no Brasil é extremamente forte e por diversas vezes para fortalecer esta cultura a seleção precisa de adversários a "altura", que são chamados de rivais. Apesar da tradição do futebol europeu, o maior rival brasileiro, popularmente determinado, é a Argentina. Há muitos debates que esta rivalidade permeia. Além dos embates para saber qual é a melhor seleção? Ou quem é o melhor jogador: Pelé ou Maradona? Qual time tem o maior número de vitórias? Recentemente o conclave da Igreja Católica que elegeu um Papa Argentino mostrou a força do mito futebolístico interferindo até em questões relacionadas à religião. "O Papa é argentino, mas Deus é brasileiro" é um exemplo de brincadeiras em torno da rivalidade Brasil e Argentina.

4. Rivalidade Brasil e Argentina

No imaginário popular há uma ideia que a Argentina é o principal rival do Brasil. Os narradores da televisão de futebol enaltece esta rivalidade, chamando nossos Hermanos de maior adversário. Até hoje existe uma competição envolvendo apenas os dois países: a Copa Rocca. Ela é também chamada de Superclássico das Américas, talvez para salientar ainda mais o mito da rivalidade, o que não era a ideia inicial do fundador da Copa, o presidente argentino Júlio Argentino Rocca. Para o fundador, a pretensão era que a Copa Rocca servisse de estímulo para a juventude dos dois países cultivasse ainda mais o futebol. Desde o seu início em 1914 até os dias atuais, o Brasil venceu 11 títulos da Copa Rocca e a argentina conquistou 4 títulos.
Fazendo um rápido levantamento dos títulos oficias mais importantes da FIFA dessas duas potencias do futebol mundial, o Brasil é detentor de 5 Copas do mundo, 8 Copas américas e 4 Copa das confederações, já a Argentina tem 2 Copas do mundo, 14 Copas américas e 1 Copa das confederações. Neste quesito, o Brasil tem mais prestígio internacional por ser o recordista de levantar a taça da copa do mundo, título mais importante no mundo do futebol.
Porém, essa rivalidade é cultuada pelos dois países? Segundo Helal (n.d), há uma diferença entre os torcedores de Brasil e Argentina. Analisando matérias de jornais, declarações de imprensa e estudos acadêmicos, o autor afirma que os argentinos admiram muito mais o futebol do Brasil do que o contrário. Alguns exemplos são citados por Helal (n.d), como o uso da bandeira do Brasil sem constrangimento pelos argentinos e o gosto pelas músicas brasileiras toca frequentemente na Argentina.
Quando Helal (n.d) analisou os jornais argentinos durante o período de copas do mundo de 1970 a 2006, consegue demonstrar que a imprensa argentina "tendia" a torcer pelo Brasil quando esta jogava contra uma equipe europeia. Na final da Copa do Mundo de 1994, entre Brasil e Itália, o jornal *Clarín* fez uma enquete com os argentinos, indagando para quem eles iriam torcer, o resultado apontou que 59,5% dos entrevistados torceriam pelo Brasil. Já na final da Copa de 2002 contra a Alemanha, o tradicional jornal esportivo argentino Olé, publicou em seu site que 55,6% dos argentinos preferiam que o Brasil ganhasse a copa (Helal, n.d).
No Brasil, ao contrário, a imprensa ressalta que gosto da vitória em cima de times argentinos. Ganhar é bom, mas ganhar da Argentina é melhor ainda, contribuindo para fortalecer esta rivalidade. Parece que na Argentina não há esta necessidade e importância para tal mito. Helal (n.d) acredita que isso tem haver com o fato de o Brasil precisar de um adversário para se afirmar como nação do futebol.

> A popularização da nacionalidade brasileira foi construída em grande parte por meio do futebol, enquanto na Argentina o "nacional" já existia antes desse esporte, por meio das escolas públicas, a partir da época em que Faustino Sarmiento (1811-1888) governou o país, entre 1868 e 1878. O investimento que Sarmiento fez nas escolas tinha como intenção levar os imigrantes a encontrar ali um ideal de nação argentina. Já no Brasil, o primeiro movimento em torno de uma "construção" de identidade nacional ocorreu na Semana de Arte Moderna em 1922, mas foi só a partir da década de 1930 que novas formas de conceituar o país - encontradas, por exemplo, nas

> obras de Gilberto Freyre (1900-1987), *Casa Grande e Senzala* (1933), e de Sergio Buarque de Holanda (1902-1982), *Raízes do Brasil* (1937), passaram a dominar o meio intelectual. Nas obras de Nina Rodrigues (1862-1906) e Oliveira Viana (1883-1951), por exemplo, a miscigenação racial era vista como algo negativo e não como um valor positivo, como na obra de Freyre (Helal, n.d, p. 3).

De fato que o mito da rivalidade é cercado de muitos sentimentos, se de um lado tenha mais "ódio" e do outro "admiração". Quando jogadores brasileiros enfrentam equipes argentinas, cada um torce por sua nação. Entretanto, quando um jogador argentino passa a defender as cores de um time brasileiro, como a torcida enxerga esta relação? Afinal é um "rival" defendendo o time que os brasileiros torcem. E quando este time tem uma torcida apaixonada, será que a rivalidade é deixada de lado?
Tais questionamentos ilustram um caso emblemático no futebol brasileiro que aconteceu no Sport Club Corinthians Paulista, quando teve a chegada do jogador argentino Carlitos Tévez. O Corinthians é um clube que detém a segunda maior torcida do Brasil, torcida esta que se autodenomina "bando de loucos", que transformou o Tévez em um ídolo corintiano em 2005.

5. O ídolo argentino: o caso do Tévez no Corinthians

5.1 O jogador Carlitos Tévez

Carlos Alberto Tévez, também chamado de Carlitos Tévez nasceu em Ciudadela, Argentina no dia cinco de fevereiro de 1984, cresceu em uma favela de Buenos Aires, chamada Fuerte Apache. Quando tinha apenas 10 meses de idade, um acidente com água fervente caiu sobre Tévez que sofreu queimaduras de terceiro grau, onde até hoje ele carrega as marcas deste acidente.
Desde muito cedo Tévez demonstrou grande habilidade com a bola, passou pelo juvenil do All Boys, onde ficou de 1992 a 1996, em 1997 com apenas treze anos foi chamado pelo Boca Juniors, time o qual era torcedor fanático, passou também pela seleção sub 15 e sub 17 da Argentina. Sua estreia como profissional ocorreu em 21 de outubro de 2001.
Tévez foi ídolo do Boca Juniors, tendo conquistado diversos títulos, entre eles o torneio da libertadores da américa e o Intercontinental no ano de 2003. Ficou no Boca Juniors até dezembro de 2004, quando foi comprando pelo Corinthians. Atualmente Tévez joga pelo Manchester City da Inglaterra, além de ser constantemente convocado pela seleção Argentina, tendo inclusive participado das duas últimas copa do mundo.

5.2 A chegada ao Corinthians e os primeiros conflitos

Tévez chega ao Corinthians em janeiro de 2005 por intermédio da recém parceira do Corinthians, a MSI (Media Sports Investment) que tinha como seu principal investidor o iraniano Kia Joarabchian, esta parceria era bastante nebulosa, tendo a MSI sido acusada de lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, essa parceria mandaria em 51% do departamento de futebol do clube e em contrapartida faria diversos investimentos, principalmente com compra de grandes jogadores, sendo o primeiro grande investimento o Tevéz.
No início de sua estadia no Corinthians Tévez teve alguns conflitos com jogadores e o atual técnico do Corinthians, Tite, também era perseguido pelos adversários e pelos árbitros dentro de campo, em uma entrevista polêmica, Tévez chegou a afirmar: "Não tenho "ganas" de continuar aqui. Não consigo jogar assim. Parece que um argentino não pode triunfar no Brasil" (TÉVEZ VENCE A BARREIRA DA RIVALIDADE, 2013).
Dentro das principias confusões entre Tévez e os demais jogadores do Corinthians, destaca a briga entre Tévez e Carlos Alberto, outra grande estrela do time, que trocaram socos, ambos só foram advertidos, outra a briga ocorrida no treinamento do time foi entre Tévez e o zagueiro Marquinhos, o zagueiro logo em seguida foi emprestado ao Atlético Mineiro e Tévez recebeu apenas uma multa financeira, gerando insatisfação no grupo, onde os demais alegavam privilégio ao jogador (TÉVEZ VENCE A BARREIRA DA RIVALIDADE, 2013).

5.3 O ídolo da Fiel

Mesmo com um cenário adverso com os seus companheiros, Tévez logo no início do Campeonato Brasileiro e um crescente entrosamento entre a equipe, aos poucos ia conquistando bons resultados para o Corinthians, o mais simbólico jogo do Tévez foi no clássico Corinthians 7 x 1 Santos, onde Tévez teve uma atuação de gala, marcando 3 gols. Outro ponto que ressalta a idolatria ao Tévez, é que ele sempre jogou bem nos clássicos contra Palmeiras e São Paulo.

Tévez ao longo do Campeonato Brasileiro de 2005 ia levando o Corinthians ao título nacional, fora de campo sua idolatria aumentava com a chamada Tévezmania, que além de aumentar o público corinthiano no estádio, sua camisa 10 era a mais vendida, o gorro que o atacante utilizava era bastante utilizado pelos torcedores, além de seu corte de cabelo, o próprio jogador se admirava por tamanha admiração dos torcedores (TÉVEZ MANIA TOMA CONTA DA CIDADE, 2013).

A torcida corintiana além de admirar um atacante que faz muitos gols, admira o jogador que se doa para a equipe, mostrando raça e força, Tévez desde o início sempre demonstrou isto dentro de campo, o site meutimão (administrados por torcedores) diz que a raça e a técnica fizeram de Tévez o responsável direto pelo título do Corinthians de 2005. O site do meutimao diz que desde a época de Marcelinho Carioca, a fiel não tinha um ídolo tão admirado, ele pondera que teve diversas polêmicas com outros jogadores, mas que sua vontade de jogar bola superou estes obstáculos e que até hoje é considerado um dos grandes ídolos do Corinthians (TÉVEZ, 2013).

Tévez sempre teve características como raça em campo, lutando pelas jogadas sem fugir das divididas, isto fazia de Tévez cada vez mais adorado pelos torcedores corintianos, isso fez com que mesmo com problemas com seus companheiros e adversários, desde o início tinha conquistado a Fiel torcida corintiana, Tévez entusiasmado com a torcida do Corinthians, afirmou a revista placar em 2005 que:

Foi instantâneo (ganhar o coração dos corintianos). Eles logo se deram conta de que vim para dar o máximo, que não pensava em me poupar. E me bancaram até a morte. (...) Eu me identifiquei muito com os corintianos. É gente humilde, sofrida, de bairros pobres. Igualzinho aos torcedores do Boca. Fico encantado que me vejam como um. Se o Corinthians não me quiser, eu não jogo mais no Brasil. Virei torcedor do Corinthians. Quando eu parar (de jogar), se o Corinthians enfrentar o Boca, terei de torcer por um empate.

O site do globoesporte.com, diz que até os argentinos se surpreenderam com o desempenho de Tévez no primeiro ano, aonde ele chegou a marcar 31 gols (considerado um número alto para o futebol mundial) e principalmente por ser considerado um ídolo pela torcida, um argentino sendo idolatrado por brasileiros, o diário esportivo "Olé" disse que esperava sim que Tévez fosse ser ídolo, o Olé afirma que: "Quando se fala de clube, o fanatismo é outro. O torcedor quer que o jogador vá bem, independentemente se ele é do Brasil, da Argentina, do Peru ou da Venezuela" (FASE DE TÉVEZ IMPRESSIONA ATÉ ARGENTINOS, 2013).

5.4 A saída do Corinthians

Terminando o ano 2005 como campeão brasileiro e capitão da equipe, Tévez seguia feliz no Corinthians e sonhava em conquistar a taça libertadores de 2006, naquela época inédita para o clube. Mas depois de uma boa primeira fase nesta competição, o Corinthians acabou sendo eliminado pela equipe do River Plate nas oitava-de-final da competição, isto foi o início do fim do ciclo do Tévez no Corinthians.

Somado a isso Tévez depois de voltar da Copa do Mundo de 2006, onde defendeu a seleção da Argentina, o Corinthians ia mal também no campeonato brasileiro, onde parte da torcida já o xingava e o via como um problema para a equipe, e para piorar o Corinthians contrata um novo técnico Emerson Leão, que logo no início tirou a faixa de capitão de Tévez, alegando que ele não se comunicava bem com os demais companheiros, além de Leão não gostar do futebol do Argentino (Tévez colecionou alegrias e confusões quando esteve no Corinthians, 2013).

Diante deste cenário a MSI que detinha os direitos federativos de Tévez decidiu negociar a sua saída do time, cercada também como toda sua passagem de muita polêmica, Tévez rumou ao futebol europeu, mas precisamente para o time do West Ham da primeira divisão inglesa, chegando ao fim o ciclo do argentino no Corinthians. Mas até hoje a torcida cita o nome de Tévez quando se trata de um grande reforço para a equipe.

6. Considerações Finais

O Brasil está sendo e será palco, nos próximos anos, de grandes eventos esportivos: Copa das Confederações está acontecendo agora em 2013; no ano que vem, acontecerá Copa do Mundo de 2014 e em 2016, receberemos as Olimpíadas. Sem querer aqui discutir sobre os novos estádios de futebol, as mudanças estruturais que estão (ou deveriam estar) acontecendo pelas cidades brasileiras, os bilhões de reais empregados (e desviados) em tais obras, as manifestações em frente ao Estádio Mané Garrincha ou as vaias à presidente Dilma na abertura da Copa das Confederações, o fato é que o Brasil é e será o cenário que está recebendo e irá receber o "mundo" nos próximos anos.

Diante disso, é evidente a necessidade de se pensar sobree questões interculturais. O Brasil, historicamente, é um país de diferentes culturas. Nosso povo é formado por uma mistura de índios, portugueses, africanos, imigrantes europeus como os italianos, alemãs, japoneses e outros. Não tem como pensar no Brasil dissociado do intercultural. Contudo, agora, todos os holofotes do mundo estão voltados para o país: receberemos as maiores competições mundiais esportivas.

Mais do que nunca, a gestão intercultural nos esportes se faz necessária. O país carece de se reestruturar para receber milhões de estrangeiros e não é só um problema de infraestrutura, os aeroportos, os hotéis, o comércio, os prestadores de serviços estão sentindo a necessidade de se adaptar frente às nuances dos aspectos interculturais.

O respeito à outra cultura é imprescindível para o esporte. No caso apresentado, mostramos a construção social da imagem do ídolo corintiano Tévez, um estrangeiro defendendo um time brasileiro. Jogadores de outras nacionalidades é uma prática comum nos esportes. Contudo, tratava-se de um jogador argentino, a nação rival do Brasil, pelo menos no senso popular. O amor da torcida pelo jogador demonstra não haver fundamentos para continuar a incitar o mito de rivalidade Brasil e Argentina. Quando o jogador passa a vestir a camisa do time, questões de nacionalidade são esquecidas. Naquele momento, ele é apenas um corintiano e não um argentino. Todas as diferenças são esquecidas pelo belo passe realizado, pela garra de correr atrás da bola, pelo gol da vitória.

Em tempos como este, o pressuposto de rivalidade entre nacionalidades precisa ser descontruído. Estamos vivenciando a era multiplicidade e da globalidade, não há motivos para instigar rixas entre diferentes culturas, pelo contrário, tolerar e respeitar a diferença são indispensáveis para se viver em uma sociedade intercultural.

Gostaríamos de apontar algumas limitações deste trabalho: primeiro, os dados que reconstruíram a trajetória de Tévez é midiática e online. A falta de outras fontes de coletas de dados limita as análises. Ademais, a falta de dados empíricos também é outro fator limitante. Sugerimos que haja um aprofundamento no trabalho, entrando em contato com sujeitos que vivenciaram a presença do jogador no Corinthians, como responsáveis pela diligência do clube, equipe técnica que atuava no time na mesma época, membros da torcida Gaviões da Fiel e até mesmo com o próprio Tévez, se possível.

Referências Bibliográficas

Biografia e vida de Carlitos Tévez. Disponível em: http://pt.infobiografias.com/biografia/36768/ Carlitos-T%C3%A9vez.html, [consultado em 02-06-13].

Biografia Tévez. Disponível em: http://esporte.uol.com.br/futebol/biografias/2775/Tévez, [consultado em 02-06-13].

Carlitos Tévez. Disponível em: http://www.todopoderosotimao.com/p_idolos/Tévez.htm, [consultado em 04-06-13].

Confira a trajetória de Tévez no Corinthians. Disponível em: http://esportes.terra.com.br/ futebol/brasileiro2006/ interna.html, [consultado em 03-06-13].

DA MATTA, R. (1982) *Universo do Futebol: Esporte e Sociedade Brasileira.* Rio de Janeiro: Pinakotheke.

DA MATTA, R. (1994) Antropologia do Óbvio – Notas em torno do significado social do futebol brasileiro. *Revista da USP – Dossiê Futebol.* (22), pp. 10-17.

Em tarde de Tévez, Corinthians humilha o Santos. Disponível em: (http://esportes.terra.com.br/futebol/brasileiro2005/interna/0,,OI742144-EI4847,00.html, [consultado em 06-06-13].

ELIAS, N. & DUNNING, E. (1995) *Deporte y Ócio en el Proceso de la Civilizacion.* México: Fondo de Cultura Económica.

Freitas, M. E. (2000). Como vivem os executivos expatriados e suas famílias? *Relatório de Pesquisa FGV*. 7.

FREITAS, M. E. (2008) O imperativo intercultural na vida e na gestão contemporânea. *Revista Organização & Sociedade.* 15(45), pp. 79-88.

GALHARDO , W. C. & ALMEIDA, M. A. B.(2013). A monocultura do futebol no Brasil: uma análise sociológica. *EFDeportes.com, Revista Digital*, 18(179), pp. 1-9.

GUTERMAN (2006) O Futebol Explica o Brasil: O Caso da Copa de 70 (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

HELAL R. G. (N.D) Os Hermanos nos amam. Disponível em: http://comunicacaoeesporte.files.wordpress.com/2010/10/os-hermanos-nos-aman-ronaldo-helal.pdf, [consultado em 25-05-13].

La Biografia de Carlitos Tévez. Disponível em: (http://horadefutbol.com/2008/06/la-biografia-de-carlitos-Tévez/, [consultado em 05-06-13].

MARTINELI, G. (2005) Tévez vence a barreira da rivalidade. Disponível em: http://globoesporte.globo.com/ESP/Noticia/Arquivo/0,,AA1080686-4272,00.html, [consultado em 04-06-13].

_____. (2005) Tévezmania toma conta da cidade. Disponível em: http://globoesporte.globo. com/ESP/Noticia/Arquivo/0,,AA1080680-4272,00.html, [consultado em 08-06-13].

Tévez. Disponível em: http://www.meutimao.com.br/idolos-do-corinthians/Tévez, [consultado em 05-06-13].

Tévez: Polêmico dentro e fora dos campos. Disponível em: http://globoesporte. globo.com/ESP/Noticia/Arquivo/A1079434-4272,0.html, [consultado em 08-06-13].

Tévez nega privilégios no Corinthians. Disponível em: http://www.fatimanews.com.br/noticias/Tévez-nega-privilegios-no-corinthians_17027/, recuperado em 05 de junho, 2013, [consultado em 07-06-13].

TOLOVIA, E. (2005) Fase de Tévez impressiona até argentinos. Disponível em: http://globoesporte.globo.com/ESP/ Noticia/Arquivo/0,,AA1078881-4276,00.html, [consultado em 09-06-13].

_____. (2005) Tévez quebra recorde pessoal de gols. Disponível em: http://globoesporte.globo.com/ ESP/Noticia/Arquivo/0,,AA1079075-4402,00.html, [consultado em 09-06-13].

VALENTINI, D. (2005) Tévez briga com Marquinhos e acaba com treino do Corinthians. Pelé.net. Disponível em: http://esporte.uol.com.br/futebol/ ultimas/2005/04/29/ult59u93161.jhtm, [consultado em 08-06-13].

WINCKLER, B. (2011) Tévez colecionou alegrias e confusões quando esteve no Corinthians. **iG São Paulo.** Disponível em: http://esporte.ig.com.br/futebol/Tévez+colecionou+alegrias+e+confusoes+quando+esteve+no+corinthians/n1597077623999.html, [consultado em 09-06-13].

Migracões e Interculturalidade: Reflexos nas Representações Marianas na América Latina e no Brasil

Iran de Maria Leitão Nunes
Universidade Federal do Maranhão
irandemaria@hotmail.com

Resumo: Visamos compreender, numa abordagem multi/intercultual, como os fluxos migratórios e os contatos interculturais ocorridos na América Latina e no Brasil refletiram nas variantes de suas representações marianas. Partindo dos estudos de Boff (2006), Montecino (1993) e Ramos (2004), os relacionamos com as representações do ideal mariano (NUNES, 2006), nos embasando na concepção de representação de Chartier (1990) e de identidade de Dubar (1997). Realizamos investigação intercultural comparativa, evidenciando-se o ideal mariano como referência do feminino e de maternagem entre latinos/as e brasileiros/as, num processo de (re)criação de suas identidades e de hibridismo cultural. Isto porque o ideal mariano associou-se aos diferentes contextos e culturas diversas que o incorporaram na construção da identidade das mulheres, inclusive, na América Latina no Brasil, em decorrência da colonização portuguesa e espanhola e dos contatos interculturais, entre europeus, indígenas e negros. Mudanças que provocaram transferências das imagens indígenas e negras para aquela mariana notoriamente europeia.

1. Introdução

A identificação da mulher com a maternidade e com o ideal mariano proposto pela Igreja Católica repercute em sua inserção na família e no mercado de trabalho, especialmente, na docência. O ideal mariano se configurou não exclusivamente a partir de quem foi Maria, mãe de Jesus, no Século I, mas, sobretudo, a partir do que ela passou a representar através dos séculos, para os cristãos do ocidente.

De acordo com Pelikan (2000, p. 296): "Em virtude do papel que desempenhou na história dos últimos séculos, a Virgem Maria, mais do que qualquer outra mulher da história ocidental foi tema de reflexão e discussão a respeito do que significa ser mulher". O ideal mariano tornou-se, portanto, referência para as atividades ditas femininas, como o magistério, vinculando-o ao cuidar, à dedicação, à maternagem, termo usado como tradução da palavra inglesa *mothering*, para evidenciar o caráter histórico-cultural da criação de filhos, distinguindo-o da dimensão biológica da maternidade, expressa no termo *motherhood.*

Partindo dos estudos de Boff (2006), Montecino (1993) e Ramos (2004), os relacionamos com as representações do ideal mariano (NUNES, 2006), nos embasando na concepção de representação de Chartier (1990) e de identidade de Dubar (1997).

Aos estudos de Ramos (2004) sobre questões multi/interculturais e cuidados e práticas de maternagem, relacionamos com possíveis concepções culturais e representações do ideal mariano (NUNES, 2006), visamos compreender, numa abordagem multi/intercultual, como os fluxos migratórios e os contatos interculturais ocorridos na América Latina e no Brasil refletiram nas variantes de suas representações marianas.

Optamos pela investigação intercultural comparativa, para tanto, realizamos levantamentos bibliográfico e documental nas bibliotecas do Externato Marista, da Universidade Aberta e Nacional de Lisboa.

Conforme afirma Burke (1992 p. 13), "os registros oficiais em geral expressam o ponto de vista oficial", assim, os historiadores "[...] devem examinar uma maior variedade de evidências. Algumas dessas evidências são visuais, outras orais". Desta maneira, buscamos outras vias para tentarmos ampliar nossa investigação, no caso, as fontes iconográficas, encontradas nos acervos da autora e de Ramos (1993) e de domínio público.

Os estudos interculturais e a abordagem comparativa, quer seja colocada a tônica na diversidade dos contextos socioculturais ou na universalidade e especificidades, representam uma metodologia importante, em que as culturas aparecem como um importante laboratório natural de pesquisa e podem ajudar a compreender as

diferenças interindividuais e a variabilidade dos mecanismos comportamentais e psíquicos e as experiências de socialização, culturais e educacionais.

A cultura está estreitamente relacionada com as representações, com o comportamento, a educação e o desenvolvimento humanos, verificando-se variações ao longo do espaço e do tempo, das épocas, das gerações e da diversidade de culturas (Ramos, 2004). Neste caso específico, evidenciando-se o ideal mariano como referência do feminino e de maternagem entre latinos/as e brasileiros/as, num processo de (re)criação de suas identidades e de hibridismo cultural.

Isto porque o ideal mariano associou-se aos diferentes contextos e culturas diversas que o incorporaram na construção da identidade das mulheres, inclusive, na América Latina no Brasil, em decorrência da colonização portuguesa e espanhola e dos contatos interculturais, entre europeus, indígenas e negros. Mudanças que provocaram transferências das imagens indígenas e negras para aquela mariana notoriamente europeia.

A America do Sul, demarcada pelo Tratado de Tordesilhas (1494) e pelo Tratado de Madri (1750), teve suas terras e as nações indígenas que lhes habitavam colonizadas pelos portugueses e espanhóis. Assim, os europeus assumiram para si a dupla missão de cristianizar e civilizar estes povos, num "processo civilizatório" que se refletiu em suas culturas, religiões, línguas e modos de ser.

No Brasil a presença dos negros ocorreu a partir dos primeiros carregamentos de navios para o tráfico de africanos escravizados, condição esta oficialmente extinta em 13 de maio de 1888. De acordo com Mugana & Gomes (2006, p.20) eles foram retirados de três regiões: África Ocidental (atuais Senegal, Mali, Níger, Nigéria, Gana, Togo, Benin, Costa do Marfim, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Camarões); África Centro-ocidental (Gabão, Angola, República do Congo, República Democrática do Congo – antigo Zaire, República Centro-Africana); África Austral (Moçambique, Namíbia e África co Sul).

Nações indígenas e africanas, que no processo de colonização portuguesa e espanhola, de miscigenação e nos contatos interculturais, entre europeus, indígenas, negros e mestiços, contribuíram para as transferências das imagens indígenas e negras de Maria para aquela mariana trazida pelos europeus. Compreendendo estas representações de acordo com Chartier (1991, p.184), isto é, "como instrumento essencial da análise cultural" e "como relação entre uma imagem presente e um objeto ausente, uma valendo pelo outro porque lhe é homóloga".

Convém registrar, que concepção da maternidade como expressão de afeto, proteção, educação e cuidado, foi se constituindo social e historicamente, nas diversas culturas ao longo de séculos, como bem demonstraram Ariès (1978), Casey (1992), Colin e Laborie (2009). O que se traduz as palavras de Woodward (1999, p. 247) ao afirmar que:

> A maternidade é também uma identidade que muda ao longo do tempo, sendo historicamente especificada. Há diferentes maneiras de compreender a maternidade nos diferentes momentos históricos e decorre dos contextos e dos discursos vigentes.

Esta visão tem por base as teorias do instinto materno e do modelo de maternidade total, que postulam que a mãe seria a única capaz de cuidar de seu filho, visto que ela estaria preparada biologicamente para exercer esta função. Teorias que foram discutidas e questionadas por Badinter (1980) em sua obra que versa sobre "o mito do amor materno"; bem como por Pérez (2010) ao discutir o processo educativo a que as mulheres foram e são submetidas ao longo da vida em torno do mito e dos saberes naturais da maternidade, dentre os quais o cuidado aos filhos.

Nesta perspectiva, iniciamos o artigo discorrendo sobre o ideal mariano como uma construção multi/intercultural; em seguida nos reportamos aos estudos sobre a maternagem, permitindo-nos evidenciar como os fluxos migratórios e os contatos interculturais ocorridos na América Latina e no Brasil refletiram nas variantes da imagem mariana. Esperamos que presente trabalho traga contribuições às discussões sobre migrações; interculturalidade e intersubjetividades, nos limites que a natureza deste trabalho.

2. O ideal mariano e maternagem: uma construção multicultural

Sendo venerada pelas primeiras comunidades cristãs já no final do século I, Maria, tornou-se tema de diversos tratados nos séculos II e III, constituiu-se o centro das atenções do período Patrístico, a partir de

representações construídas social e historicamente. Culto este que se difundiu, proliferando o número de catedrais, principalmente no século XII, que ficou conhecido como o século mariano.
No século seguinte, o culto a Maria tornou-se tão importante que, de acordo com Beauvoir (1989, p. 123), é possível dizer que nele "Deus se fizera mulher; uma mística da mulher desenvolveu-se, portanto, no plano religioso". A partir desse século, estendendo-se até o século XV, a principal tradução do ideal mariano foi a representação de Maria como *Mater Dolorosa*, isto é, a Mãe Sofredora e Dedicada, aos pés da cruz, acompanhando a paixão e morte de seu Filho.
Como reação às críticas protestantes os católicos envidaram esforços no sentido de preservar a devoção a Maria Virgem e Mãe, cuja legitimidade do culto foi afirmada no Concílio de Trento (1545-1563). Houve o nascimento de numerosas congregações religiosas consagradas a seu culto; a fundação de confrarias e congregações marianas; o culto às imagens de novas invocações; e a construção de novos santuários.
No século XVII, o ideal mariano alcançou "um segundo ponto culminante, em especial na França, que emergiu como líder espiritual da cristandade ocidental" (COYLE, 1999, p. 83). Entretanto, no século seguinte, no contexto do Iluminismo, o culto a Maria sofreu um declínio; mas, em decorrência, principalmente das diversas aparições de Maria (A da Medalha Milagrosa, da *Rue du Bac*, Paris, em novembro de 1830, a de *La Salette*, nos Alpes Franceses, em setembro de 1846, e em fevereiro de 1858, em Lourdes) houve uma renovação da espiritualidade mariana no século XIX, que se constituiu no marco inicial da "Era de Maria". Este período mereceu o seguinte comentário de Haughton (apud COYLE, 1999, p. 87):

> A Rainha coroada e majestosa das imagens mais antigas e até a jovem Mãe meiga, enérgica e confiante da iconografia medieval, deram lugar a uma virgem submissa, melancólica e dificilmente adulta, que durante o século XIX recebeu cada vez menos coração e nenhuma coroa. Até a visão de Bernadete em Lourdes, de uma "Senhora" irreprimívelmente alegre e jovem, mas régia, foi modificada para satisfazer às exigências do momento: cabeça inclinada, corpo murcho, expressão resignada; e as mulheres, em especial as mulheres "religiosas", deviam identificar-se com esse modelo. Muitas o fizeram, incorporando de tal forma essa atitude ao subconsciente que nenhum outro modo de ser piedosa podia ser imaginado.

De acordo com Nunes (2006, p. 166) Maria tornou-se uma referência, também, para as feministas da época, como aconteceu em 1848 mediante a atuação de Jeanne Deroin (1805-1894), quando estas defendiam a mãe "como o protótipo de mulher, pois preenchia as condições de cidadã", faziam-no tomando por base os ensinamentos da Igreja Católica, e, segundo Scott (2002, p. 125), compreendendo que:

> A mãe correspondia àquela mulher que assumia deveres socialmente definidos e ao exemplo graças ao qual o próprio significado da reciprocidade e da obrigação tornava-se transparente. Na lógica da Constituição, os deveres eram correlatos aos direitos; na das feministas, seguia se, portanto, que era necessário conceder direitos a todos aqueles que cumpriam seus deveres. Mais ainda, para que suas obrigações fossem cumpridas com sucesso, era necessário que se lhes permitisse o exercício de seus direitos: É especialmente a santa função da maternidade, considerada incompatível com exercício dos direitos da cidadania, que impõe à mulher o dever de cuidar do futuro de seus filhos e que dá à mãe o direito de intervir não só em todos os atos da vida civil, mas também nos da vida política.

Para Jeanne Deroin (1805-1894): "a tarefa mais importante de todas é a produção do ser humano" (DEROIN apud SCOTT, 2002, p. 126) e a Virgem Maria era "a perfeita representante da produção feminina autônoma, pois concebeu Cristo sem a cooperação do elemento masculino; era também a mediadora entre o reino do espírito e o da matéria".
Assim, com larga abrangência o entusiasmo pelo ideal mariano ainda estará presente nas seis primeiras décadas

do século XX, reforçado pelas aparições de Fátma, em Portugal, no ano de 1917, e pela multiplicação de movimentos marianos.
O ideal mariano foi se forjando de forma paradoxal: Maria é Virgem e Mãe, ideal que permeia a história da cristandade, repercutindo no modelo feminino apresentado às mulheres, em diferentes tempos e espaços, e em múltiplas culturas, conforme enfatizou Pelikan (2000, p. 155):

> O paradoxo de Maria como Mãe Virgem não apenas ilustrou como também modelou, efetiva e decisivamente, o paradoxo da visão católica ortodoxa da sexualidade, resumida na glorificação da virgindade, acima do casamento - e pela instituição do sacramento do matrimônio, mas não da virgindade. [...] As tensões representadas por esse paradoxo se estenderam por grande parte da história do cristianismo e, principalmente, durante o esforço para definir o significado da moralidade e da vida cristã.

Vemos, também, que as identidades das mulheres foram e ainda são forjadas, a partir de uma representação androcêntrica do feminino, a qual tem como suporte ideológico o racionalismo, a primazia da razão, considerando como irracional e, portanto, inferior, tudo que se relacione ao aspecto afetivo e sensível do ser humano.
Ressaltamos que o ideal mariano no Ocidente evidenciou um único acontecimento da vida de Maria: sua maternidade. Maria é considerada "a Mãe", por sê-lo do Filho de Deus, como creem os católicos; entretanto, sua maternidade é virginal, como afirma o dogma mariano definido pela Igreja Católica. Este dogma mariano sobre a virgindade de Maria foi reconhecido pela primeira vez no Concílio de Constantinopla II, em 553 d. C. e foi definido no Concílio de Latrão, em 649 d.C. A natureza e objeto deste trabalho não nos permitem discutir a questão religiosa sobre a virgindade de Maria, por ser uma questão de fé.
Em decorrência, Maria é também reconhecida como mestra e educadora de seu Filho, Jesus, e da Igreja, sendo invocada como "Educadora e Mestra". Desta maneira, a visão de Maria, como educadora extrapola o âmbito cultural eclesial católico e encontra-se presente no modelo proposto às mulheres professoras, no processo de feminização do magistério, numa amálgama de suas duas expressões: Mãe e Virgem, estabelecendo-se, assim, um vínculo entre ele e a maternagem.
Segundo Ramos (2004, p. 162) "o cuidar humano, nomeadamente os cuidados às crianças, é um fenômeno universal, mas as suas expressões, processos e estilos variam segundo os diferentes contextos e culturas". Nesta perspectiva, a autora distinguiu três estilos culturais de maternagem (2004, p. 164):
1. Estilo de maternagem do tipo proximal, predominante na África, Ásia e América Latina, inclusive no Brasil;
2. Estilo de maternagem do tipo distal, preponderante no tipo de maternagem norte-americano e norte-europeu;
3. Estilo de maternagem próximo-distal, presente no estilo de maternagem português.
Estabelecendo as características dos estilos de maternagem preponderantes no Brasil e Portugal, Ramos (2004, p. 164) descreve o primeiro com o predomínio das "interacções tácteis, cinestésicas, vestibulares e a proximidade corporal entre o adulto e a criança.
A comunicação verbal é importante, sendo, no entanto, o contacto corporal e o diálogo tônico-motor que estão na base da comunicação entre o adulto e a criança". Já no segundo estilo, as interações passam, sobretudo, pela voz e pelo contacto visual. Os contactos corporais não são predominantes, mas as interações verbais e visuais são muito ricas e predominantes.
Para o terceiro estilo, a autora afirma que nele "coexistem harmoniosamente as interacções tácteis e cinestésicas, características do estilo proximal, e as interacções pela voz e pelo olhar, características do estilo distal, particularidades que o distinguem na Europa". Como hipótese explicativa Ramos coloca a "influência da cultura africana, asiática e ameríndia do Brasil".
Assim, vemos que em variados contextos e culturas encontram-se os dois processos identitários heterogêneos: a atribuição da identidade pelas instituições e agentes em interação direta com o indivíduo – processo relacional (Identidade para outro); e a incorporação da identidade pelos próprios indivíduos – processo biográfico (Identidade para si), como proposto por Dubar (1997) na construção identitária da mulher, à luz do ideal mariano.

3. Entre a maternagem e as lutas

Como vimos, o ideal mariano associado aos diferentes contextos e culturas diversas que o incorporaram, e assim contribuiu na construção da identidade das mulheres latino americanas por meio de atos de atribuição e pertença (Dubar, 1997) reforçadores de um perfil feminino dócil, abnegado, materno.

Buscando reconhecer se e como os diferentes estilos de maternagem predominantes no Brasil e em Portugal se traduzem na representação do ideal mariano vivenciado nestes países, identifiquei que em terras portuguesas a Virgem Maria representa o modelo da feminidade cristã, o "ideal feminino", a "mãe ideal". Como símbolo da maternidade, de maternagem, de proteção, de dedicação e educação ela é objeto de grande culto e veneração, como ilustram as numerosas festas, orações, esculturas e capelas que lhe são dedicadas em todo seu território.

Assim, a maternidade e as atividades de maternagem são fortemente marcadas por esta representação divina inscrita na cultura portuguesa, através das variadas representações, símbolos e iconografia, nas quais a Virgem Maria apresenta-se com o menino Jesus ao colo, nos braços, nos joelhos ou debruçado sobre o seu peito, como nas imagens de "Nossa Senhora do O", considerada a protetora da gravidez e das mulheres grávidas e de "Nossa Senhora do Leite", a protetora das mães que amamentam.

Foi possível constatar que as imagens marianas encontradas em Portugal traduzem muito do estilo de maternagem próximo-distal (RAMOS, 2004), presente no estilo de maternagem português, no qual as interações tácteis e cinestésicas se somam aquelas manifestadas pelo olhar.

Se em Portugal imagem de Maria é de uma mulher branca, maternal e protetora, ela difere um pouco daquela presente na América Latina, e, como afirma Montecino (1993, p. 66): "o processo de sincretismo religioso, de diálogo cultural, relata as diversas transferências das imagens indígenas e espanholas" (tradução nossa).

Assim temos como exemplos: a padroeira da América Latina, a Virgem de Guadalupe, no México; a Virgem de Copacabana, na Bolívia; a Virgem de La Tirana, no Chile, que trazem em seus rostos os traços indígenas e mestiços; e, no Brasil, apesar de a imagem de Nossa Senhora Aparecida não trazer esses traços em sua face, sua cor negra favoreceu sua identificação com os escravos e pobres do País.

No que se refere à imagem de Nossa Senhora Aparecida convém registrar que no ano em que ela foi encontrada, 1717, a vila de Guaratinguetá, por onde passa o rio Paraíba do Sul em que ela foi encontrada, ficava no Vale do Paraíba. Este era o caminho dos escravos negros que chegavam nos navios negreiros no porto de Paraty ao se dirigirem para as fazendas para trabalhar. Bem como, era passagem dos viajantes com destino às capitanias de São Paulo e do Rio de Janeiro, razão pela qual Alvarez (2014) atribui a propagação dos acontecimentos em torno dos milagres e da devoção à "santinha negra".

Na América Latina, inclusive no Brasil, há relatos de aparições de Maria como mulher branca "guerreira e conquistadora", na expressão de Montecino (1993, p. 78), sendo a Virgem Conquistadora "a imagem mariana mais forte dos tempos da conquista" (BOFF, 2006, p. 236), dentre elas:

A Virgem do Boldo, no Chile, em 1559, que cegou os índios dando vitória aos espanhóis;

Nossa Senhora do Peru, que em Cuzco, intercedeu em favor dos espanhóis;

Nossa Senhora da Vitória, em São Luís do Maranhão, que, na Batalha de Guaxenduba, em 1613, favoreceu os portugueses em sua luta para expulsar os franceses do solo maranhense.

Entretanto, a referida autora registrou que no continente latino-americano, a face materna de Maria predominou sobre sua figura de guerreira.

Segundo Boff (2006, p. 233) "ao lado do movimento de independência política, liderado pelas elites *criollas*, houve também outro de natureza libertadora, levado adiante por índios e outras categorias de oprimidos. E nesse movimento também não faltou a presença e a inspiração de Maria.".

Dentre estes movimentos, o autor destaca: as insurreições Maia, em 1708, no Yucatán em 1761, contra os espanhóis; no México, em 1712, ao aparecer para a índia Maria Candelária, da tribo dos Zentales, em Chiapas; em 1764, no Equador, na sublevação dos índios de Riobamba; entre os anos 1791 e 1792, no Haiti, na rebelião de *Romaine-la-Prophétesse*; e na Bolívia, em 1812, na luta das mulheres de Cochabamba contra o exército espanhol.

E, analisando a presença do marianismo na América Latina, Evelyn Stevens (apud MONTECINO, 1993, p. 29) comentou:

> Mais que uma prática religiosa é um estereótipo cultural que dota homens e mulheres de determinados atributos e condutas. O marianismo e o machismo operariam conjuntamente na ordem social mestiça, em vários padrões ideais relativos aos gêneros. Como estereótipo (espiritualidade, pureza, abnegação, sacrifício, virgindade, maternidade, etc.) o marianismo pode ou não se realizar nas práticas cotidianas femininas, porém o fundamental é que este "ideal" dá a todas as mulheres latino-americanas um forte sentido de identidade e de continuidade histórica (tradução nossa).

Entretanto, Samara (1997) chama a atenção para as controvérsias geradas em torno deste tema, no que diz respeito ao interesse das mulheres latino-americanas em manterem o *status-quo,* visto que "as diferenças tradicionais entre os sexos são funcionais para ambos", conforme sugere Jane Jaquette (apud SAMARA, 1997, p. 40). O que, no entanto, para ela, serve para mostrar a complexidade da vida das mulheres da América Latina, "onde 'marianismo' e 'machismo' são tomados com parâmetros para explicar diferenças, desigualdades e a própria identidade".

A relação de Maria com a construção identitária latino-americana é afirmada no Documento de Puebla (1979, p. 153), "A devoção mariana pertence à identidade própria dos povos da América Latina", e segundo Boff (2006, p. 104) "De fato, Maria está intimamente ligada neste Continente não somente à história dos povos e sua identidade cultural, mas, também às nações e a sua construção política".

Ao procurarmos estabelecer a relação entre o estilo de maternagem (RAMOS, 2004), predominante na América Latina e no Brasil, que tem por base a proximidade corporal e o diálogo tônico-motor entre a mãe e a criança, e as imagens marianas latinas e brasileiras nos deparamos com duas constatações:

1. Em duas delas, Nossa Senhora de Guadalupe e Aparecida, Maria está sozinha, como Virgem;
2. Em duas outras, de Copacabana e de La Tirana, ela apresenta-se com Jesus Menino ao colo, apesar de nomeadas como Virgens, bem como na imagem de Nossa Senhora da Vitória.

Nestas imagens Maria traz menino Jesus ao colo, mas de forma diferenciada da iconografia portuguesa. Ela o coloca em sua mesma posição corporal: voltados para frente, o que me traduz uma postura de vencedores. Na escultura de Nossa Senhora da Vitória, ela eleva o Menino Jesus, o que reforça esta percepção.

Em todas estas imagens Maria está coroada, é Rainha, tem o cetro, como nas imagens da Virgem de Copacabana e de La Tirana. Nestas representações iconográficas constatamos a proximidade corporal entre Mãe e Filho, que revelam a face materna de Maria, mas revelam, com muita evidência, sua face "guerreira e conquistadora".

4. Algumas considerações

Visamos, com o presente artigo, compreender, numa abordagem multi/intercultual, como os fluxos migratórios e os contatos interculturais ocorridos na América Latina e no Brasil refletiram nas variantes de suas representações marianas.

A configuração da multiculturalidade latino-americana e brasileira está interligada às sociedades espanhola e portuguesa com predomínio da cultura europeia sobre as nações indígenas e povos africanos.

Observamos que as estratégias identitárias (Dubar, 1997) dos índios e negros entre a continuidade e a ruptura, como forma de resistência, trouxeram novas representações da imagem mariana. O que se deu ao romperem com a representação europeia da Virgem Maria, na manifestação de sua imagem como índia, mestiça ou com a tez negra, num mesclar-se dos mecanismos de atribuição e de pertença (Dubar, 1997) pela incorporação destas "novas imagens" marianas pela Igreja Católica e seus membros.

Em sendo uma primeira incursão sobre o tema e considerando a natureza do trabalho, muitas questões ainda se apresentam por aprofundar, com uma análise pautada no multiculturalismo crítico, que nos permitirá compreender melhor as representações de etnia/raça, classe social e gênero presentes na construção identitária dos povos em foco, especialmente suas mulheres, reconhecendo a cultura em seu caráter conflitoso e pleno de diversidades. Entretanto, consideramos que trazer a temática para o debate propiciará desvelar as questões que nela se encontram implícitas.

Bibiografia

ALVAREZ, R. (2014). *Aparecida: a biografia da santa que perdeu a cabeça, ficou negra, foi roubada, cobiçada pelos políticos e conquistou o Brasil.* São Paulo: Globo.

BADINTER, E. (1980). *O amor conquistado*: *O mito do amor materno.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BOFF, C. (2006). *Mariologia Social*: *o significado da Virgem para a sociedade*. São Paulo: Ed. Paulus.

BURKE, P. (1992). Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP.

CHARTIER, R. (1991). *A História cultural: entre práticas e representações.* Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa; Rio de Janeiro: Difel.

COLIN, F. & LABORIE, F. (2009). Maternidade [verbete] In: HIRATA, H.(Org) *Dicionário crítico do feminismo.* São Paulo: Editora UNESP, p.p 133-138.

COYLE, K. (1999). *Maria na tradição cristã: a partir de uma perspectiva contemporânea.* Tradução de Bárbara Theoto Lambert. São Paulo: Ed. Paulus.

DUBAR, C. (1997) *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Tradução de Annette Pierrette R. Botelho, Estela Pinto Ribeiro Lamas. Porto: Ed. Porto.

MONTECINO, S. (1993). *Madre y Huachos: alegorias del Mestizaje Chileno*. San Thiago: Ed. Cuarto Próprio.

MUGANA, k. & GOMES, N.L. (2006). *O Negro no Brasil de Hoje.* São Paulo: Global.

NUNES, I. M. L. (2006) *Ideal mariano e docência: a identidade feminina da proposta educativa Marista.* Tese de Doutoramento em Educação, Natal: Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

PELIKAN, J. (2000). *Maria através dos séculos: seu papel na história da cultura.* Tradução de Vera Camargo Guarnieri. São Paulo: Companhia das Letras.

PÉREZ, T. G. (2010). "Educar mitos, enseñar roles saberes para La maternidad*". Faces de Eva. Revista de Estudos sobre a Mulher*, 23, pp.41- 54.

RAMOS, N. (2004). A família nos cuidados à criança e na socialização precoce em Portugal e no Brasil uma abordagem intercultural comparativa. IN: COVA, A. & RAMOS, N. & JOAQUIM, T. (Orgs). *Desafios da Comparação. Família, Mulheres e Gênero em Portugal e no Brasil.* Oeiras, Portugal: Celta Editora.

RAMOS, N. (1993). *Maternage en milieu portugais autochtone et immigré. De la tradition à la modernité. Une étude ethnopsychologique*. Tese de Doutoramento em Psicologia. Paria : Paris V: Universidade René Descartes, Sorbonne, 2 vol.

SAMARA, E. de M. (1997). O discurso e a construção da identidade de gênero da América Latina. In: MATOS, M. I. S. & SOLER, M. A. (Org.). *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea.* São Paulo: EDUC.

SCOTT, J. (2002). *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Tradução de Élvio Antônio Funck. Florianópolis: Ed. Mulheres.

WOODWARD, K. (1999). Motherhood: identities, meanings and myths. London: SAGE Publications. The Open University.

Migrantes, identidade e políticas oficiais de colonização para a Amazônia Legal Brasileira: o caso de Nova Xavantina/MT

Natália Araújo de Oliveira[1]

Resumo: Este trabalho busca identificar e interpretar lógicas simbólicas de pertencimento e exclusão advindas do contato entre diferentes grupos migrantes, à luz de linhas interpretativas relacionadas à identidade, migração, sociabilidade, memória e fronteiras simbólicas. Para tanto, o faz a partir de pesquisa qualitativa realizada em uma cidade de Amazônia Legal Brasileira - Nova Xavantina, Mato Grosso. Os grupos estudados são indígenas Xavante; Pioneiros – que migraram durante o regime de Estado Novo de Getúlio Vargas; e Gaúchos, que partiram do sul do país em políticas de colonização durante a ditadura militar. Como resultado, aponta-se que o contato com o não índio permite ao Xavante reafirmar sua identidade. Já os Pioneiros demonstram tensões identitárias quando seu papel histórico é questionado, e com isso evidenciam a existência de fronteiras simbólicas. Enquanto isto, os Gaúchos atribuem a si próprios o pioneirismo, por haverem desenvolvido a região a partir de seus valores de trabalho e coragem.

Palavras-chave: Migração; identidade; interação; grupos etno-culturais; Nova Xavantina/MT.

1. Introdução

A expansão da fronteira agropecuária brasileira na região da Amazônia Legal[2], iniciada a partir da década de 1940 durante o governo de Getúlio Vargas já foi analisada a partir de vertentes econômicas e políticas (IANNI, 1978). Entretanto, a análise desses acontecimentos a partir dos grupos envolvidos no processo constitui-se um ponto a ser discutido. Ao se mencionar os grupos envolvidos, fala-se dos indígenas, primeiros habitantes da região e também dos expedicionários da Marcha para Oeste, que responderam ao chamado nacional para desbravar o Centro-Oeste brasileiro e migraram para a região a partir da década de 1940, transformando-se posteriormente em Pioneiros. Outro grupo envolvido no processo de povoamento da Amazônia Legal brasileira é composto por sulistas, que migraram a partir da década de 1970 por meio das políticas de colonização do governo brasileiro para desenvolver esta região, sendo conhecidos como Gaúchos na nova região, independentes se migraram do Rio Grande do Sul, Paraná ou Santa Catarina.

Em virtude do processo de expansão agrícola do Centro-Oeste brasileiro esses grupos foram ao Mato Grosso, entrando em contato nesse novo espaço e uma cidade que bem caracteriza essa interação é Nova Xavantina, localizada no interior do estado e integrante da Amazônia Legal brasileira. Esta pequena cidade[3] é fruto de diferentes políticas nacionais de colonização e, anterior a estas políticas, já era habitada pelos indígenas de etnia Xavante, que dão origem ao nome do município[4]. A migração desses grupos permite pensar sobre lógicas simbólicas de pertencimento e exclusão advindas do contato entre diferentes grupos etno-culturais migrantes, objetivo deste artigo. Com esse intuito, fundamenta-se em trabalho de campo etnográfico realizado na cidade de Nova Xavantina.

---

1 Bacharela em Turismo pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Mestra em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e doutoranda em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E mail: natalia.oliveira@ufrgs.br.

2 A Amazônia Legal compreende os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão, compondo uma área de aproximadamente 5.000.000 km2.

3 Segundo dados do Censo 2010 (IBGE, 2011), a cidade de Nova Xavantina possui 19.082 habitantes.

4 Há inúmeras pessoas na cidade que vieram de outros municípios e que não pertencem a estes grupos, contudo, essas migrações foram espontâneas, diferentes da migração seminômade dos Xavante e das migrações por projetos nacionalistas como dos Pioneiros e Gaúchos.

A etnografia tem como objetivo entender o outro, compreender sua visão de mundo. Aliada a ela, a técnica para a coleta de dados foi a observação participante, processo pelo qual se mantém a presença do observador em uma situação social com o objetivo de realizar uma investigação científica (SCHWARTZ; SCHWARTZ apud CICOUREL, 1975). Também se fez necessária a realização de entrevistas, visto que elas permitem uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações sobre os comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos (GASKELL, 2008). Realizaram-se entrevistas semiestruturadas e de grupo focal com membros dos três grupos estudados. A observação foi realizada em diferentes locais que permitem captar momentos de sociabilidade, tais como festas, bares, Centro de Tradição Gaúcha, Festa do Pioneiro da Marcha para Oeste, escolas.

Com os preâmbulos iniciais do trabalho feitos, discutem-se agora os referenciais teóricos que foram utilizados e, em seguida, apresentam-se, em uma abordagem histórico-social, os grupos aos qual essa pesquisa se refere, assim como as políticas de colonização realizadas pelo governo federal com o intuito de expansão da fronteira agrícola brasileira que culminaram por colocá-los em interação em um novo espaço. Posteriormente, mostram-se os resultados encontrados e, nesse momento, os migrantes estudados têm voz e suas falas são utilizadas para melhor contextualizar os resultados[5].

2. Pressupostos teóricos

Para se refletir sobre as lógicas simbólicas de pertencimento e exclusão advindas do contato entre diferentes grupos migrantes é necessário compreender os pressupostos teóricos de grupos étnicos, fronteiras simbólicas, identidade, memória coletiva e interação. Para tanto, Weber (1994) ajuda ao definir grupos étnicos como os que, devido às semelhanças no habitus externos ou nos costumes – ou em ambos, ou ainda em virtude de lembranças da colonização e migração, possuem uma crença subjetiva na procedência comum, de maneira que esta é importante para a propagação de relações comunitárias, não sendo relevante a consanguinidade.

O pertencimento a um grupo étnico é definido a partir das fronteiras étnicas (BARTH, 1998), um limite social que define o grupo e não apenas sua cultura. Essa fronteira cria uma barreira simbólica que define os membros e não membros de um grupo, no qual a atribuição e identificação são realizadas pelos próprios atores.

Cada grupo cria, no contraste com o outro, sua identidade, o que dá esse trabalho a ideia de identidade contrastiva (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976). A identidade contrastiva constitui-se, então, a essência da identidade étnica, ou seja, a base na qual esta se define, implicando a afirmação do *nós* diante dos *outros*. Como afirma Agier (2001), o ponto inicial da identidade coletiva é que somos sempre o outro de alguém. Assim, como esclarece Pollak (1992), a construção da identidade é um fenômeno produzido em referência aos outros, estabelecida a partir dos critérios de aceitabilidade e de credibilidade, que se faz por meio da negociação direta com o outro. Ou, ainda como nos diriam Elias e Scotson (2000), é a partir destes critérios de aceitabilidade que definimos quem são os estabelecidos e quem são os *outsiders* de cada grupo.

Como comenta Le Goff (1990), a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, seja individual ou coletiva. A memória, nas palavras de Pollak (1992, p: 9), pode ser definida como "operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar". Ou seja, a memória envolve sentimentos e pertencimentos entre coletividades. Como lembra Halbwachs (2006), a memória é um fenômeno construído coletivamente e submetido a mudanças constantes.

Essas coletividades, em contato, formam os momentos de interação e sociabilidade analisados nessa pesquisa. De acordo com Simmel (1983), a sociabilidade ocorre em um ambiente no qual os únicos interesses envolvidos são o sentimento e a satisfação mútua de estarem socializados. Logo, continua o autor, para que haja sociabilidade é preciso que exista interação.

Goffman (1983) define a interação como a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata, podendo ocorrer em qualquer ocasião. Nesses momentos de interação,

5 Os nomes de todos os entrevistados foram trocados com o intuito de preservar suas identidades.

de acordo com Goffman (1999), as regras culturais regulam o modo os indivíduos se comportam e organizam socialmente o comportamento dos que são envolvidos na situação.
A situação de interação, de acordo com Simmel (1983), possibilita momentos de conflito. Estes, por si, permitem situações de construções e destruições, sendo considerado, então, socialmente importante, visto que atuam como força que integra os grupos, pois permite aproximações que ocorrem justamente em virtude deste. Sendo assim, o conflito é visto por Simmel como parte fundamental das relações sociais, isto é, toda sociedade necessita de harmonia e desarmonia e não existem grupos que vivam uma espécie de pura união. Outro ponto importante que surge ao se falar de conflito, para Simmel, é sua capacidade de criar uma espécie de patamar no qual diferentes grupos nivelam-se, pois discutem sobre um mesmo ponto.
Corroborando Simmel, Agier (2001) afirma que o conflito configura-se numa intervenção construtiva, podendo resultar em um novo quadro social. Dependendo do tempo histórico no qual esteja inserido, o conflito forma novos arranjos interacionais. Sendo assim, deve-se observar a relação que resulta a partir das forças e formas cristalizadas socialmente no conflito, pois ele é um fator de mudanças e reordenações históricas. O conflito é ainda uma dimensão que estipula limites e circunscreve espaços, no momento em que criva o singular e o desigual das partes constitutivas das sociações.

3. As políticas nacionais de colonização e seu reflexo na identidade coletiva de Pioneiros, Xavante e Gaúchos

Durante o Estado Novo (1937-1945), o presidente Getúlio Vargas quis integrar a região Centro-Oeste à economia nacional, e deste modo, criou a Marcha para o Oeste em 1938, um projeto nacionalista que defendia a ocupação territorial das chamadas "terras vazias", expressão getulista usada para caracterizar a região que devia ser ocupada. O discurso governamental declarava ser necessário povoar as áreas do Centro-Oeste brasileiro para assegurar a soberania do território nacional, protegendo-o de supostos invasores internacionais.
A Marcha para o Oeste foi uma grande campanha de migração para o interior do país e neste projeto estavam contempladas a criação de colônias agrícolas em diferentes estados — Amazonas, Pará, Mato Grosso, Paraná e Goiás — "destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas (...)" (Decreto n° 3.059, de 14 de fevereiro de 1941).
Segundo Esterci (1997, p: 4), com o objetivo de incentivar a migração, o presidente Vargas viajou a diferentes locais, no quais afirmava que "(...) o programa do 'Rumo para o Oeste' é o reatamento da campanha dos construtores de nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura". Deste modo, a bandeira era utilizada como manipulador ideológico para incentivar a migração, pois os bandeirantes eram colocados como heróis e modelos a serem seguidos (CANCELLI, 1984). Como comenta Cancelli (1984), a coragem dos desbravadores do sertão precisava ser revivida pelos futuros Pioneiros do Centro-Oeste, mesmo que esses, em sua maioria, fossem o flagelo da cidade grande e das agruras do Nordeste.
Cinco anos após sua criação, a Marcha para o Oeste concretizou-se com a Expedição Roncador-Xingu, organizada em 1943. Esta era a parte prática da Marcha para o Oeste, sendo responsável por abrir picadas e, assim, construir as primeiras estradas da região. De acordo com os irmãos Villas Bôas (1995), a Expedição Roncador-Xingu tinha a atribuição específica de fazer contato com os índios existentes na região e a Fundação Brasil Central (FBC)[6] era responsável por implantar núcleos populacionais nos pontos ideais marcados pela Expedição.
O lançamento da Expedição, realizado em São Paulo, buscou reatualizar o mito heróico do bandeirante. Os expedicionários saíram de São Paulo no dia 07 de agosto de 1943, e chegaram ao rio das Mortes (onde se localiza Nova Xavantina) no dia 28 de fevereiro de 1944. A chegada ao rio das Mortes representou um grande marco para Expedição e, naquele local, formou-se um Centro de Atividades, denominado Ministro João

6 A FBC foi criada por meio do Decreto-Lei n° 5.878, de 04 de outubro de 1943, e consta neste documento que sua missão era "desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental" (FRANÇA, 2000, p: 44).

Alberto. Este povoado foi elevado a Distrito de Barra do Garças[7] em dezembro de 1963, sendo denominado Distrito Ministro João Alberto e no dia 3 de março de 1980 surgiu a cidade Nova Xavantina.

Os migrantes que participaram do Projeto eram homens pobres, principalmente nordestinos que, segundo o discurso oficial, seriam os novos bandeirantes, construtores de um novo país. Por meio desses discursos se percebe o objetivo de construir ou atribuir uma nova identidade para os migrantes que viessem à Amazônia Legal, que deixariam de ser os pobres nacionais para transformarem-se em heróis nacionais, o que revela a possibilidade de transformação da identidade, como comentou Agier (2001).

Segundo Lima Filho (1998), esses homens, denominados inicialmente bandeirantes, tornaram-se, depois funcionários da Fundação Brasil Central, que lhes deu poder, prestígio e *status* social. Posteriormente foram absorvidos por outro órgão do governo, a Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) e com a extinção da Fundação Brasil Central em 1967, foram aposentados e instaurou-se uma crise de identidade, colocando em relevo a noção de Pioneiro. Esta crise desencadeou a formação de uma comunidade de Memória, que evocou o passado da Marcha para o Oeste, no qual as categorias Sertão, Fronteira, Índios e Bandeirantes, assim como a noção de Patrimônio, foram organizados de maneira a sustentar as narrativas referentes ao processo de reconstrução da identidade dos Pioneiros. Assim, em 1987 os Pioneiros, juntamente com seus familiares, uniram-se para organizar a Festa do Pioneiro da Marcha para o Oeste, que se realiza todo mês de fevereiro até os dias de hoje[8], e no ano de 1993 criaram a Associação dos Pioneiros da Marcha Para o Oeste.

Outra política ocupacional lançada pelo governo federal a fim de promover a migração para a Amazônia Legal brasileira foi realizada durante a ditadura militar. Naquele momento era necessário abafar as tensões sociais por terra que iniciam na região Sul do país e, para tanto, o governo lançou mão de projetos de colonização que levariam os sulistas para conquistar o *El dourado* na região Amazônica, onde, de acordo com o discurso oficial, estes bravos homens levariam o progresso ao Mato Grosso, construindo uma grande civilização no local da futura terra prometida. Novamente a doutrina de ocupação dos ditos espaços vazios era colocada em prática.

Inicialmente o governo lançou suas próprias colonizações e, para tanto, criou emendas para dar incentivos fiscais, criou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e transformou o Banco de Crédito da Amazônia (BCA) em Banco da Amazônia (Basa), dando ao novo banco maiores recursos e poder, entre outras ações. Todavia, a partir de 1973, o governo abandonou a colonização oficial, reconhecendo-a como ineficiente e até demagógica, e passou a dar apoio ostensivo às colonizações particulares, considerando-as ideais para ocupar e desenvolver a Amazônia (SCHAEFER, 1985).

As colonizações particulares, que se tornaram a partir de então a maior via de entrada de agricultores sulistas na Amazônia Legal brasileira, transformaram-se em um grande negócio econômico, no qual se comprava terra a preço baixo ou a adquiria direto da União. Desta maneira, construía-se uma infraestrutura básica (isso quando a mesma realmente era construída) e revendia aos colonos por preços bem superiores (FERNÁNDEZ, 2007).

Ainda sobre esta válvula de escape que é a Amazônia Legal brasileira, Tavares dos Santos (1993) afirma que sempre há excedente de "nacionais pobres" e, consequentemente, uma possível "tensão social", o Estado assume a orientação das correntes migratórias, levando esta população a locais ainda não tomados pelos latifúndios e, em seguida, o Estado organiza o assentamento destes migrantes em núcleos de colonização.

Os colonos migrantes começaram a partir em julho de 1972 e, ao chegar à Nova Xavantina, encontraram o chamado espaço vazio ocupado por Xavante, Pioneiros e posseiros. É válido ressaltar que as políticas oficiais de colonização desqualificam os moradores da região a fim de promover a migração, chamando-os de ociosos, sem iniciativa e dinamismo, além de outros termos pejorativos.

---

7 Cidade a 150 quilômetros de Nova Xavantina.

8 A ideia de criação dessa Festa foi de um Pioneiro e de um filho de Pioneiro, que se espelharam no Centro de Tradição Gaúcha criado na cidade pelos gaúchos que haviam chegado por meio dos projetos de colonização. Segundo os idealizadores da Festa, os verdadeiros Pioneiros da região estavam jogados ao léu, e teriam que fazer algo, tomar conta da cidade. Assim, a Festa surgiu como um ato de resposta à disseminação da cultura gaúcha na cidade (LIMA FILHO, 1998).

Nesta situação, confrontos com indígenas foram registrados, tanto em Barra do Garças quanto em Nova Xavantina (FRANÇA, 2000), na primeira fase da colonização, classificação feita Tavares dos Santos (1993), que divide esse processo em quatro. A primeira fase corresponde ao assentamento dos colonos e caracteriza-se pela agricultura de subsistência (que durou de 1972 a 1974). Na segunda fase, que vai de 1974 a 1979, ocorreram grandes colheitas de arroz. Em seguida, veio a crise (1973 a 1983) devido ao esgotamento do solo pela monocultura do arroz. Nesta época, quase metade dos colonos se endividou e a situação se agravou de tal maneira que o Banco do Brasil começou a confiscar as máquinas agrícolas dos inadimplentes. O último período da colonização começou em 1984 com a possibilidade de correção e melhoramento do solo por meio de uma usina de calcário na região. Logo, iniciou-se o plantio de soja e o Banco do Brasil liberou créditos a curto prazo, dando início a uma nova fase.

Ao chegar ao novo espaço, estes gaúchos, imbuídos de "levar o progresso ao Mato Grosso" trouxeram também suas práticas culturais e, dessa maneira, se reuniram para criar um Centro de Tradições Gaúchas no novo espaço. O Centro de Tradições Gaúchas – Centro Oeste Pampeano foi juridicamente fundado em 1986, todavia, as reuniões para sua criação já ocorriam desde 1979. De acordo com seu estatuto (1986), o CTG tem o objetivo de promover e cultivar as tradições do Rio Grande do Sul. Deste modo, percebe-se que tanto o grupo dos Pioneiros quanto o grupo dos Gaúchos se preocupou em manter a memória do seu grupo na cidade e, para tanto, estabeleceram na cidade associações que buscam, por meio de rituais, transmitirem seus valores e conhecimentos.

Esses dois grupos, o dos Pioneiros e dos Gaúchos, ao chegarem à Nova Xavantina encontraram o espaço ocupado pelos indígenas da etnia Xavante. Estes indígenas migraram para a região do rio das Mortes, onde se localiza Nova Xavantina, entre 1820 e 1870[9], fugindo das investidas dos brancos. Todavia, esse contato foi inevitável em virtude da integração da região Centro-Oeste à economia nacional durante o governo Vargas e, com a maciça colonização sulista no Mato Grosso, intensificou-se o contato entre indígenas e não índios.

Os primeiros contatos entre os xavante e os brancos reforçaram a visão dos não índios quanto a esta etnia, pois os Xavante são conhecidos como índios bravos e guerreiros. Sendo assim, antes do primeiro contato pacífico muitos brancos morreram, sendo conhecidos os casos dos padres João Fughs e Pedro Sagilotti, mortos a bordunadas em novembro de 1934, quando tentavam contato com esses indígenas, além do grupo enviado pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), morto em 1941. Entretanto, com o desenvolvimento dos projetos governamentais para ocupação do Centro-Oeste o contato acabou sendo estabelecido a partir de 1946.

Todavia, na cosmovisão Xavante, eles pacificaram os brancos. Cardoso de Oliveira (1976) relata que o sertanista Francisco Meireles, o primeiro a manter contato pacífico com estes indígenas, ao se aproximar do chefe Xavante, recebeu de presente um colar, que foi colocado em seu pescoço com palavras cuja tradução literal seria: "Amanso-te branco"! Esta informação é importante por revelar como os Xavante se veem perante a sociedade envolvente, desde a pacificação até os dias de hoje. Nesta perspectiva, Fernandes (2005) afirma que os Xavante se veem enquanto agentes do contato e, sendo assim, todas as ações partem deles, isto é, os Xavante escolhem que caminho seguir, o que fazer e quando fazer.

Ainda sobre os primeiros contatos com os não índios, com a instalação das bases da Fundação Brasil Central em Xavantina, os Xavante começaram a frequentá-la com assiduidade, o que incomodava os brancos. Este aparecimento constante dos Xavante na área urbana estava intimidando a fixação de colonos na terra e ameaçava a colonização. Ademais, a população acusava os indígenas de se servirem conforme lhes dava vontade quando visitavam as casas e o comércio de Xavantina, o que representava um grande problema para um local com suprimento precário, visto que, nesse período, Xavantina era ainda uma base para penetração, contando apenas com um campo de pouso e um destacamento da Força Área Brasileira. Logo, o Serviço de Proteção ao Índio foi acionado para delimitar áreas específicas aos indígenas (MAYBURY-LEWIS, 1974).

---

9 Pouco que se conhece sobre a história dos Xavante, sabe-se que até início do século XIX eles viviam no norte de Goiás, entre o Tocantins e o Araguaia. Os antigos Xavante se declaravam provenientes do grande mar, Öwawẽ, de onde teriam migrado em tempos imemoráveis para o interior do Brasil, rumo aos grandes planaltos (MAYBURY-LEWIS, 1974; LACHNITT, 2003).

Com a chegada de sulistas a partir de década de 1970, a região se transformou e os indígenas perderam a evidência. Ao retornar à região xavante em 1982, o antropólogo Maybury-Lewis afirma que

> a região de fato, tinha sido invadida por sulistas, gaúchos do Rio Grande do Sul à procura de terras na amplidão do interior, esperando enriquecer com gado e arroz. Os restaurantes da cidade serviam churrasco e tocavam alegres músicas gaúchas, muito diferentes da música melancólica do interior, produzida pelos nativos. Os nativos, e ainda menos os nativos indígenas, em todo caso não estavam muito em evidência (...) Barra dos Garças fervilhava com as histórias a respeito de como bandos Xavantes tinham ido a uma por uma dessas casas de fazenda e obrigado seus donos a encilhar o cavalo ou a pegar o seu Toyota e a partir na mesma hora. Mulheres chorosas descreviam como tinham olhado para trás, pela última vez, para suas casas e visto os Xavantes entrando nelas e levando seus pertences. Essas eram pessoas que tinham se mudado para território indígena, certas de que os índios, uma vez 'pacificados', nunca expulsam os 'civilizados'. (MAYBURY-LEWIS, 1990, p: 402-403)

Apesar de terem sido estabelecidos em territórios indígenas, é constante a presença destes no espaço citadino. Isto acontece porque, de acordo com França (2000), os Xavante vem a cidade para trabalhar (na Funai); para estudar ou para acompanhar parentes que estudam; para tratamento de saúde; para receber pensões e aposentadoria; e, ainda, para resolver questões judiciárias, pois a cidade possui comarca.
A partir das migrações, salientadas nesse tópico, Xavante, Pioneiros e Gaúchos chegaram à Nova Xavantina entrando em contato nesse novo espaço, sendo esse momento de interação, desde os primeiros contatos, o objetivo do próximo tópico.

4. Onde as identidades se encontram e se separam: identidade e sociabilidade em Nova Xavantina

Com o objetivo de se compreender lógicas simbólicas de pertencimento e exclusão que envolve os grupos migrantes estudados, apresentam-se os resultados. Para tanto, faz-se necessário realizar uma divisão dos grupos sociais com o intuito de se ter um melhor ordenamento das respostas encontradas, sendo a cronologia da chegada dos grupos usada como critério.
Os resultados apresentados acerca dos Xavante revelam angústia destes para com o homem branco, além de discriminação, falta de reconhecimento, estigma, manipulação e um discurso de que os nãos índios deveriam reconhecer a importância dos indígenas do país.
Sobre os primeiros contatos entre Xavante e não índios, ocorridos na década de 1940, o Xavante Ari afirmou que:

> o primeiro encontro foi violento. Dizem que a primeira vez que o branco viu índio foi aquele medo: corre, corre, corre, todo mundo pra dentro da mata pra se esconder. Dizem que um grupo de guerreiros esperou anoitecer e prepararam muitas coisas pra poder matar o homem branco, esperaram anoitecer.

Sobre o início do contato pacífico, continua o indígena,

> esse contato melhorou depois que a doença, depois que essa tal gripe foi adicionado na aldeia de índio. Quando vieram os padres, que nem bicho, foi amansando o índio. *Mas o índio Xavante mesmo não se entregou fácil não*, não se entregou fácil pra poder entrar em contato com o branco. Até os padres foram mortos, só o segundo grupo que começou a entender (grifo nosso).

Muitos anos depois e mesmo com o contato pacífico, os Xavante afirmam que ainda são vistos com estranheza pelos brancos, sendo alvos de preconceito e estigma, nesse caso, estigma tribal, como aponta Goffman (1988), marcado pelo atributo físico indígena que carregam. Logo, é difícil que se criem vínculos verdadeiros entre brancos e índios, por mais que o contato seja constante sempre há uma desconfiança. Assim, afirmou um indígena, ao ser questionado se tinha amigos não índios.

> assim, ter tem, assim eu tenho vários amigos, só que não tem aquele que você confia (...) tem uns que são amigos mesmo de verdade, que você conta, se diverte, tem uns que são amigos só de boca, aí é ruim. Os que a gente confia é mais assim entre nós mesmos, entre Xavante mesmo (Valdir).

Todavia, às vezes a atitude de rejeição é recíproca, havendo os Xavante que evitam contato com o branco, sendo estes, principalmente, os mais antigos, haja vista que "gente antiga evita muito a proximidade do branco, fica revoltado, quer bater, diz: eu o odeio". Esse ódio é direcionado a qualquer branco, independente da época em que chegaram à região, pois todos são brancos em virtude da pele que possuem. Os mais jovens tentam argumentar afirmando que não são esses brancos de agora que mataram os Xavante, mas, para alguns, esse argumento não convence, pois "são todos brancos e estão todos errados". Entretanto, há também os que relatam uma maior aproximação com os chamados Pioneiros, visto que seu contato pós-pacificação se revelou mais amistoso, o que talvez seja compreendido pela concepção Xavante de que foram eles que amansaram os brancos, e não o contrário. Logo, é comum serem citados nomes de Xavante que trabalharam na Fundação Brasil Central e até o fato de crianças Xavante que foram criadas por Pioneiros. Contudo, por mais que esse contato seja amistoso, "não mistura, sempre dividiu, né", ou seja, o indígena afirma que podem até manter contato com o branco, mas a nação Xavante continua autêntica.

Ainda sobre o assunto de misturas interétnicas, em especial sobre casamentos interétnicos, os Xavante revelam ter conhecimento de que isto já tenha acontecido, mas apontam o final fatídico deste tipo de relacionamento, pois "não dura muito tempo não, não dá certo não. Pode até casar, ter filho, mas não dá certo.". O único caso conhecido e relatado tem como final a separação e um casal de filhos. Questionados sobre quem ficou com os filhos e se eles são vistos como Xavante, os indígenas contaram que os filhos ficaram com a mãe, mas que são vistos como Xavante sim, pois "se eles não falassem a língua nossa, aí era diferente. Mas eles falam muito bem a nossa língua e também a língua portuguesa". Essa fala revela que o traço separador, neste caso, não se restringe a sinais diacríticos, mas também à oralidade Xavante combinada a boa oralidade do português, vista como essencial para apreender o mundo dos brancos.

Quanto ao encontro com Gaúchos, este se revela bastante conturbado em virtude das lutas por demarcação de terras indígenas ocorridas, principalmente, na década de 1970, cujo conflito se acentuou porque grande parte dos fazendeiros que estavam em terras indígenas eram colonos Gaúchos vindos para a região a partir dos projetos de colonização ocorridos nesse período. Sendo assim,

> com Gaúcho amizade nem se fala, que sai briga sabe, eles também têm esse sistema. Se passar um ali e ver que nós estamos aqui, nem passa por aqui, quer dizer, não é uma discriminação não, isso já vem do começo sabe (João).
> É ódio do passado, tá escrito até no sangue (Pedro).

Desta forma, os fazendeiros são vistos como maiores inimigos dos Xavante, nesse caso, representados principalmente pelos Gaúchos, pois "são os caras que querem tomar terra". Quando começaram a ser formar as fazendas na região, muitas áreas dos Xavante foram tomadas e os Gaúchos "chegaram sem permissão, fazendo corte na área, mas como o Xavante não quer, foi pra cima. Muito índio foi morto também, muito fazendeiro foi morto", ou seja, com o Pioneiro foi o próprio Xavante que decidiu a hora de fazer o contato, a hora de amansar o branco. Já os Gaúchos chegaram e invadiram, não tendo os Xavante a possibilidade de decidir com antecedência o que deveria ser feito. Os Xavante afirmam, então, que os Gaúchos não gostam deles e que tomaram suas terras, pois "o Gaúcho, ele não gosta do Xavante (...) O Gaúcho guerreou com Xavante, mataram criança, mulher, morreu no cerrado".

Após a apresentação das relações sociais dos Xavante, cabe descrever como os Pioneiros convivem, entre si e com os outros grupos etno-culturais que vivem na cidade. Para tanto, a abordagem do contato inicial faz referência aos Xavante, já fixados na região no período em que começaram a chegar os primeiros expedicionários. Os expedicionários entrevistados vieram para cá quando os primeiros contatos amistosos com os Xavante já haviam sido realizados, todavia, eles sabiam contar as histórias de primeiro contato com esses indígenas. Essa lembrança de fatos que sequer se presenciou revela que o processo de memória depende não só da capacidade do indivíduo, mas, também, de seu interesse e, deste modo, é mais provável que uma lembrança seja mais precisa quando corresponde a um interesse, uma necessidade especial, nesse caso, a importância de se ter conhecimento dos fatos relacionados à Expedição Roncador Xingu. Desse modo, contam os expedicionários que

> O coronel mandava o povo ir lá explorando, explorando, até que foi que um dia os índios apareceram naquele pomar, então apareceu aquele tanto de índio, chega ficou tudo vermelho de urucum. Aí o coronel mandou o pessoal ir lá levar espelho e rapadura. Eles [os Xavante] olhavam assim, viam eles e quebravam o espelho. E a rapadura eles provavam, achavam bom e levavam (Carlos).

O expedicionário mais antigo entrevistado, conta sobre esses primeiros encontros:

> Os Xavante foram os índios que deram mais trabalho pra nós porque nós chegamos aqui eles ainda não estavam totalmente mansos. Tinha a SPI, serviço do governo, que estava cuidando deles. Vinha subindo esse Rio das Mortes cuidando desses índios Xavante. Daí morreu padre, morreu gente e os índios eram muito bravos (Sebastião) .

Sobre a braveza dos Xavante, afirma um Pioneiro: "Os Xavante ficaram aqui na região deles, mais na beira do Araguaia, por aí, era uns índios perigosos (...) bravo. Mas eles já falavam português (...) mas eram perigosos. Eu sei que a gente sofreu muito, né". Essa fala revela que, apesar do Xavante ser categorizado como bravo, havia homens a sua altura, que sofreram para lidar com eles, mas que conseguiram obter um relacionamento amistoso, ou seja, eles eram bravos, mas nós éramos corajosos. Sendo assim, há, por parte dos Pioneiros, o reconhecimento da identidade Xavante como índios bravos.

Quando questionados sobre o relacionamento atual com os Xavante, revelam os Pioneiros que estas são boas, pois consideram os Xavante amigos e afirmam que os Xavante os respeitam. Os Pioneiros garantem que a recíproca é verdadeira e que eles também reconhecem a importância dos Xavante para a cidade.

Quanto aos Gaúchos, o relacionamento entre eles se revela tranquilo, contanto que os Gaúchos não tentem ter para si o pioneirismo que "pertence" a eles. Perguntados sobre como foi quando os Gaúchos começaram a chegar à região, afirmam os Pioneiros:

> Os Gaúchos, quando saiu essa estrada, o Projeto de Getúlio Vargas era fazer estrada e colonização, esse foi o plano dele. Aí, quando saiu essa estrada, fizeram a loteamento e onde passou a estrada que era da Fundação foi tudo colonizado, aí onde os Gaúchos tomaram parte, vieram fazer lavoura (...) vieram trabalhar, fazer o plantio deles, né (...) soja, milho, arroz, trigo, algodão, tudo é lavoura deles.

Os Pioneiros reconhecem que o período da vinda dos migrantes Gaúchos para a região foi um tempo próspero para a cidade, pois havia emprego e, como declaram outros Pioneiros, ocorreu, a partir de então, uma maior movimentação de pessoas, além do desenvolvimento financeiro na região. Sobre esse desenvolvimento, comenta seu Antônio

> A gente tem um fato muito interessante, aqui desenvolveu até, posso dizer, assim rapidamente, em um curto período porque os sulistas vieram pra cá. Porque *os Pioneiros semearam uma semente*, mas com essas mudanças de órgãos públicos, que é complicado, parece que vai mais não vai, a Fundação coibia pessoas de fora

> que não fossem funcionários, uma espécie de regime militar, uma espécie de uma base militar, não deixava pessoas particulares virem por aqui. Mas como surgiram terras por aí, devolutas, veio o Norberto Schwantes, que era um Gaúcho lá, por sinal pastor da igreja luterana. Ele trouxe a leva de Gaúchos aqui pra melhorar a região. Aqui é muito fértil, a terra aqui é muito fértil e trouxe o pessoal. Por aí veio o desenvolvimento. *Nós semeamos a semente e essa semente ela hoje está dando frutos maravilhosos*. Não foi em vão o suor que nós derramamos, as lágrimas que nós derramamos (...) [Ficou emocionado]. Então, aqui derramou o sangue de pessoas para o bem do desenvolvimento dessa região (...) (grifo nosso).

Por meio desse discurso, percebe-se que os Pioneiros reconhecem a importância dos Gaúchos na região e veem como essencial sua chegada para desenvolver o município, que não crescia em virtude da própria Fundação, pois esta impedia a entrada de outros que não funcionários dos órgãos do governo. Assim, com a abertura da região para outras pessoas, ocorreu um desenvolvimento que eles não puderem oferecer, devido ao órgão federal que representavam. Além disso, sua missão na região já havia sido realizada, pois eles já haviam *semeado a semente,* que, com a chegada de outrem, pode crescer e frutificar, resultando na prosperidade da cidade. Metaforicamente, o mais difícil já havia sido realizado, o solo já estava pronto, os Pioneiros já o tinham semeado.

Os Pioneiros afirmam que o relacionamento com o Gaúcho, no início, pode ter sido até de estranheza, mas, à *posteriori,* revelou-se uma convivência harmônica. Logo, afirma seu Carlos sobre o relacionamento inicial:

> Sempre tinha um, um, como é o nome que fala assim que ele é preto e eu sou branco, como é que dá o nome?
> Pesquisadora: Racismo?
> Carlos: Racismo, sempre tem aquele racismo, você sabe disso. O Gaúcho sempre é meio racista com nós sem sermos Gaúchos. Então era assim, mas então foi acostumando, foi acostumando, então foi casando Gaúcho com mato-grossense, inclusive uma filha minha casou com Gaúcho, e então é, encaixou todo mundo. [Risos]. Encaixou, por que é assim, no começo você sabe que é assim, os bichos chegavam querendo ser o tal.

Essa fala revela o conflito inicial entre os dois grupos de migrantes. Esse conflito, visto sob uma ótica de sociação, tal como posto por Simmel (1983), apresenta diferentes fatores de dis-sociação. Nesse caso, cada grupo coloca os seus motivos, todavia, resolvendo, por fim, dualismos divergentes e tendo, como resultado, a integração dos grupos em uma miscigenação no município.

Ainda sobre o relacionamento entre os migrantes, quando os Gaúchos chegaram à região, afirma seu Antônio que não era ruim, mas "havia uma separação pelo fato dos Gaúchos serem mais desenvolvidos, enquanto o pessoal que morava do lado antigo era mais parado". Por esse motivo, os Gaúchos tinham uma pequena separação, afirma o entrevistado. Sobre o relacionamento nos dias de hoje, é descrito como continuidade da boa convivência estabelecida anteriormente. Logo, "tá tudo beleza, não tem problema, tá tudo em paz".

Posto já os dois grupos, cabe agora relatar como os Gaúchos veem e se relacionam com os Xavante e com os Pioneiros. Sendo assim, principio o relato falando sobre o encontro dos Gaúchos com os Xavante, na década de 1970.

Muitos Gaúchos afirmaram que, quando chegaram à região, os índios já haviam se afastado e estavam alojados em aldeias mais distantes. Todavia, mesmo assim o contato existiu, ocorrendo, inclusive a invasão de algumas fazendas pelos Xavante, que julgavam aquele território como deles. Logo, afirmou um gaúcho:

> é, invadiu aqui [os Xavante], ali ao redor, tinha muito índio. E não podia dar confiança pra eles, às vezes eles iam à fazenda e queriam tudo, até gado eles queriam pegar. (...) E quando encontrava não podia dar atenção pra eles que eles ficavam pedindo as coisas (Jair).

Nessa perspectiva, o relacionamento considerado pelo Gaúcho se limitava somente a ouvir a tal pedição dos indígenas. Acerca desse relação, afirma um entrevistado:

> Não, toda vida foi aquela, sabe (...) aquele negócio assim que não quer muito contato com os índios, né. Só que também não sei nem o motivo, o porquê, mas até hoje é assim, né. A gente nunca quis muito contato com índio e até hoje, né. Tu vês que a gente quase não tem conhecimento com índio. Nunca acho que conversei com índio (Ana).

Há ainda os que tiveram um relacionamento maior com os Xavante pelo fato de terem passado um tempo trabalhando na aldeia, durante o Projeto Xavante[10]

> Olha, eu cheguei aqui em 1978, em 1980 eu fui fazer trator lá na aldeia dos Areões, fiquei dois meses lá ilhado, arrumando trator, colhedeira. Na época, os índios plantavam arroz. (...). Aí eu prestava serviço mecânico para os índios. São gente boa, só não gostam de trabalhar, né (Raul).
> Pesquisadora: Não?
> Não, índio não gosta de trabalhar não, só índia. Só trabalha índia, índio não trabalha. Eu tive dois meses morando lá dentro da aldeia, mas graças a Deus nunca tive atrito com nenhum índio, nem pode, também, porque se tiver vai pro xilindró, né. Mas nunca tive nada contra, gente amiga. Arrumei muito índio amigo lá dentro. Muito bom, até hoje conhece uns, na rua cumprimenta (Raul).

A amizade dos Gaúchos com os Xavante se resume, então, apenas em não criar intrigas ou problemas com estes, pois são vistos como protegidos pelo Estado, tendo regalias que os trabalhadores normais não têm, recebendo salários sem ter que trabalhar, enfim, os Gaúchos, tal como muitos outros brasileiros, consideram os indígenas como sujos, incapazes, fedidos, folgados, preguiçosos e ladrões, perpetuando estigmas. Até atributos considerados favoráveis pelos próprios Xavante são negados pelos Gaúchos:

> Eu já conhecia índio, só que era de outra raça. Chama de bugre, né (Alberto).
> Pesquisadora: e os daqui eram bravos?
> Alberto: Nunca! Eu já mexi muito com "indiaiada" e nunca tive problemas (Alberto).

Vale salientar que, para o Xavante, o termo bravo só reforça a sua identidade de guerreiro, da qual ele tanto se orgulha e, enquanto os Pioneiros reconhecem esta identidade e a reforçam, os Gaúchos a negam. Logo, nesse caso, uma identidade se afirma negando atributos da outra. A partir do exposto, percebe-se que, para os Pioneiros, os Xavante são bravos, e eles, Pioneiros, são corajosos, o que lhes permite participar de uma categoria, pertencer a um mesmo grupo de valentia. Essa reflexão lembra que as categorias de atribuição e identificação são realizadas pelos próprios atores que definem a pertença a um grupo e, desse modo, os Pioneiros, por um momento, estão no mesmo grupo dos Xavante.
Quanto ao relacionamento entre esses grupos, atualmente, os Gaúchos afirmam ser mais tranquilo, pois hoje "eles estão mais civilizados (...) hoje tá bom, aquela época não dava da gente confiar". Todavia, não se nega

---

10 Projeto econômico patrocinado pelo governo, iniciado no ano de 1977 que tinha como objetivo inserir no território Xavante a rizicultura mecanizada em grande escala para a produção de excedentes comercializáveis. O intuito era tornar as terras indígenas "produtivas" e "rentáveis" por meio da introdução de "tecnologia moderna". O plano foi extremamente problemático, pois sua implementação exigia conhecimentos como habilidade tecnológica, perícia administrativa, investimento financeiro, conhecimentos de química de solos assim como de pessoas hábeis para manobrar máquinas como tratores e colheitadeiras. O projeto teve grandes efeitos sociais, exacerbando tensões e gerando competição tanto no interior das comunidades Xavante, assim como entre elas. Na década de 80 a Funai já não conseguia controlar a situação e os projetos foram suspensos.

que "os Xavante são muito difíceis até hoje". Ainda hoje se afirma que "os índios são nojentos porque moram no meio de porco, galinha, essas coisas".
Durante as histórias de vida relatadas, perguntou-se sobre a vinda para a região, como foi quando chegaram. Entre essas questões, havia uma em que indagava sobre quem os Gaúchos encontraram quando chegaram. As respostas, muitas vezes, surpreenderam, pois poucos mencionaram a presença do pessoal da Fundação Brasil Central. Grande parte revelou uma negação dos Pioneiros já presentes na região, sendo assinalados como únicos moradores na região os próprios Gaúchos, que também estavam migrando, cuja presença na cidade era citada como exclusiva.

> Pesquisadora: Quando o senhor chegou aqui na região, quem já morava aqui?
> Ah, aqui já tinha bastante sulista, porque essa colonização que o Norberto e Édio implantaram aqui, foi tudo pessoas oriundas lá do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, do sul do país (Amauri).

Existem também os que entenderam a pergunta voltada para quem estava disponível para trabalhar na região e, além disso, houve os que não desconsideraram qualquer ocupação anterior, afirmando que aqui tinha "só mato (...) a gente tinha que ir abrindo assim, com facão assim, abrindo assim pra poder entrar pelos meios. Só mato, mato, mato, mato". Outros até consideram a existência das casas da Fundação Brasil Central, mas é como se não existissem pessoas morando nelas.

> Quando nós chegamos aqui só tinha a cidade velha lá embaixo. Depois veio a povoação, o finado Norberto Schwantes foi comprando áreas e foi povoando, trazendo povo do sul. De toda região do sul trouxe gente. Mas quem cresceu isso aqui foi o finado Norberto Schwantes, no início. O finado Norberto Schwantes, ele não morou aqui, ele morava no Rio Grande do Sul e ele começou a Canarana[11]. Tratou a Canarana, vinha sempre de avião, ele não cobrava passagem do avião, era uns dois mil reais, hoje. Quem comprava a área não pagava a passagem (Édison).

Sendo assim, para os Gaúchos, como diz esse último depoimento, apesar de já ter casas da FBC, a povoação só chegou quando eles vieram para a região. Perguntou-se também sobre o relacionamento que foi estabelecido com o pessoal da FBC, já que muitos não falaram nestes moradores espontaneamente. Sobre esse relacionamento ouviu-se diferentes vezes:

> Boa. Meu dialeto era um e o deles [Pioneiros] era outro. Eles não entendiam o que eu falava e eu não entendia o que eles falavam. A gente conversava mostrando as coisas (Édison).
> A gente custou entender porque na época, logo que a gente chegou aqui, a linguagem deles, um sotaque bem diferente do nosso, né. O Gaúcho não entendia o mato-grossense. Nossa, a gente demorou assim pra saber o que significava aquela palavra que ele estava falando. Eles viam a gente falar, Gaúcho falar, ah, era estranho demais. Eles não nos entendiam, nós não o entendíamos. Mas, depois, com o passar do tempo, foi melhorando (Ana).

Depois desse período de entendimentos por gestos, afirmam alguns Gaúchos, o diálogo começou a fluir e até amizades surgiram, "a não ser com os índios que nós não fizemos muita amizade. Todo mundo era amigo, a gente se fazia favor". Há ainda os mais sinceros que afirmaram que

> não, com esses aí havia uma questão assim, o pessoal que veio do sul, esses que vieram pela colonizadora, eles consideravam o povo daqui *preguiçoso*, fazia pouco, já

11 Cidade de colonização gaúcha que fica a 180 quilômetros de Nova Xavantina e foi colonizada pela mesma empresa que trouxe Gaúchos a Nova Xavantina.

> existia uma certa discriminação, espécie de preconceito, não assim que influenciasse de ter assim uma inimizade, um confronto por parte deles que moravam aqui. Havia num certo momento um elogio, porque aí eles viram, de uma hora pra outra um grande movimento, que aqui era pacato, era parado, virou nesse movimento de caminhões, de tratores, de máquinas, movimento na cidade, comércio crescendo, influenciando, abrindo, aumentando, então eles elogiavam, né, *o trabalho desses Gaúchos, de Pioneiros, de desbravadores,* que enfrenta os desafios, ao mesmo tempo também criticavam que havia uma certa discriminação, porque aí o pessoal que veio do sul se achava assim na condição do poder, eu posso fazer, vou fazer, dou conta de fazer, essas coisa tudo. Então existia esse negócio assim, ao mesmo tempo em que eles elogiavam e que viram aquele movimento tudo, mas também havia uma certa crítica, e aí depois, também, quando começou a quebrar ficou assim na memória do povo de que o Gaúcho, o sulista que veio era "nó cego", então ficou também conhecido assim, sendo um preconceito, né, que no fundo, no fundo é um preconceito, né (Roberto) (grifo nosso).

Esse discurso mostra como os moradores da região eram colocados pelas políticas de colonização e como os Gaúchos introjetaram este discurso. Destaca-se também, as palavras "pioneiros" e "desbravadores" associadas a eles, Gaúchos, e não aos expedicionários da Expedição Roncador Xingu, o que revela uma disputa pelo pioneirismo na região, afinal, os Gaúchos se dizem importantes porque foi a partir da chegada deles que a região se desenvolveu.

Sobre o relacionamento atual com o pessoal da Fundação, eles relataram ser tranquilo, e afirmam ainda que "o povo ai gosta de nós, da gente até hoje, até hoje a gente conversa, tenho muitos amigos ainda daquela época". Questionados sobre haver ocorrido miscigenação ou não, após virem para Nova Xavantina, os Gaúchos afirmaram que "misturou muita raça" e que "aqui tem gente de todos os estados do Brasil (...). Agora tem uma mistura aqui que eu nem sei mais dizer quem é quem. Aí começou todo mundo se entender". Deste modo, muitos filhos de Gaúchos acabaram casando com mato-grossenses, goiano entre outros, resultando na miscigenação que transforma Nova Xavantina em um espaço multicultural.

5. Considerações finais

O contato entre os grupos analisados na pesquisa e outros estabelecidos posteriormente, proporcionou à cidade de Nova Xavantina miscigenação, diversidade cultural e relações multiculturais, possibilitando, também, a reconstrução diária de identidades assim como a afirmação das fronteiras culturais estabelecidas. Esta miscigenação faz com que novas identidades surjam e estas se tornem os atores da cidade, transformando este município em um espaço multicultural com uma cultura que se diferencia da identidade mato-grossense característica da capital Cuiabá e seu entorno.

Ressalta-se que o relacionamento entre os grupos estudados é permeado por relações de integração e conflito, seja dentro dos próprios grupos, seja entre eles, pois a cada momento tensões são criadas ou desfeitas. Esse embate, abordado ao longo destas considerações, vem mostrar, como posta Simmel (1983), que o conflito não só aniquila antigas ou novas estruturas, ele (re)cria novas formas, ou as mantém sob determinadas condições. Essa possibilidade de manutenção e surgimentos de novas formas está intrinsecamente vinculada ao processo identitário, que igualmente envolve momentos de (re)construção assim como manutenção de valores.

Inicialmente, é preciso considerar que estar em contato com o branco não torna o Xavante menos indígena, pois os vínculos étnicos continuam assim como a valorização aos costumes próprios. Além disto, esses valores, na cidade, na constante interação com outro, costumam ser (re)afirmados, reelaborando-se as formas de ser índio no contexto citadino. Todavia, esse contato entre os Xavante e os demais grupos revela também tensões latentes no campo do estigma que o indígena sofre. Outrossim, há ainda o fato de que os Xavante não vieram para a região de Nova Xavantina com o intuito de realizar sonhos de prosperidade econômica nem em nome de

um pátria constituída modernamente como estado-nação. Sua perspectiva de civilização, assim como de vida cotidiana é outra e eles não compartilham dos ideais não indígenas de progresso, domínio e transformação. Essas perspectivas levam a compreensão do por que destes indígenas não disputarem da maneira acirrada o espaço citadino com Pioneiros, Gaúchos e outros, vendo como espaço ideal para professar suas tradições, a aldeia.

Já os Pioneiros revelam, na interação com o outro, seu orgulho e brio por realizarem algo importante não só para Nova Xavantina, mas para todo país, pois vieram para a região respondendo a um chamado nacional do presidente Vargas. Assim, o pioneirismo é reafirmado como uma identidade coletiva que pertence somente a um grupo, ao deles. Logo, por mais que outros tenham realizado feitos importantes para o município, somente eles são Pioneiros da cidade, independente se exista uma Associação que os agregue ou não. Deste modo, a interação com os outros grupos revela-se, a princípio, cordial, afinal Nova Xavantina tornou-se, posteriormente, um espaço do contato e de miscigenação graças às interações dos grupos que já estavam aqui. Contudo, as tensões ocorrem quando este pioneirismo é questionado ou desdenhado. Desse modo, o pertencimento ao grupo dos Pioneiros não está ligado necessariamente a uma instituição física, todavia, liga-se a fronteiras simbólicas que envolvem a participação em uma determinada época vivida coletivamente por um grupo. Logo, relacionar-se com Xavante e Gaúchos é participar de um cotidiano possível somente por que eles, Pioneiros, cimentaram estas relações.

Enquanto isso, os Gaúchos também vieram para a região atendendo a chamados nacionais para se povoar a Amazônia Legal e trazer o progresso a uma região apresentada como inóspita e atrasada, por ser habitada por indígenas e por homens ociosos. Desse modo, frequentemente esses homens atribuem o pioneirismo da região a si próprios, pois foram eles que, com seus valores de trabalho e coragem "quebraram o cerrado", plantaram, colheram e desenvolveram este espaço. Assim, somente eles, Gaúchos, que compartilham os mesmos valores de trabalho e coragem, podem dizer que são os pioneiros responsáveis pelo desenvolvimento da região. Sendo assim, suas interações estão pautadas nesta perspectiva.

Com esses apontamentos, é possível perceber como se condensam as ideologias de cada grupo, revelando suas mistificações épicas e seus atributos de autovalorização adquiridos ao longo do tempo, indo desde sua migração até os dias de hoje. É possível ainda ver os momentos em que as identidades se encontram, em que as memórias coletivas são celebradas e em que as fronteiras são estabelecidas.

Finalizando e reproduzindo o pensamento de Agier (2001) acerca das cidades, afirma-se que Nova Xavantina permitiu o encontro de indivíduos que trouxeram consigo seus pertencimentos étnicos, suas origens regionais assim como suas redes de relações familiares. Desse modo, desenvolveram-se nesta cidade, na prática, os relacionamentos entre identidades e, na teoria, a dimensão relacional da identidade. Esses relacionamentos alteraram ou modificaram os referentes dos pertencimentos originais (étnicos e regionais) e essas transformações atingiriam os códigos de conduta, as regras da vida social, os valores estabelecidos, entre outras formas culturais que norteiam a vida de cada um. Em outras palavras, o processo identitário, no momento em que depende da relação com os outros (seja por meio de encontros, conflitos etc.) é o que transforma a cultura.

Referências

AGIER, M. (2001), "Distúrbios identitários em tempos de globalização". *Mana,* 7, pp.7-33.

BARTH, F. (1998), "Grupos étnicos e suas fronteiras". In P. Poutignat, J. Streiff-Fenart, *Teorias da etnicidade*. São Paulo, UNESP, pp. 188-227.

CANCELLI, E. (1984), *Estratégia para o flagelo.* Dissertação de Mestrado, Campinas, Programa de Pós Graduação em História do Brasil, Universidade Estadual de Campinas.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. (1976), *Identidade, etnia e estrutura social*, São Paulo, Pioneira.

CICOUREL, A. (1975), "Teoria e método em pesquisa de campo". In A. Z. Guimarães, *Desvendando máscaras sociais*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, pp. 87-121.

ELIAS, N; SCOTSON, J. (2000), *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade,* Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

ESTERCI, N. (1977), "O mito da democracia no país das Bandeiras". *Pesquisa antropológica,* Rio de Janeiro, 18.

FERNANDES, E. R. (2005), *Entre cosmologias, estratégias e performances: incursões Xavante à Funai.* Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Brasília, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília.

FERNÁNDEZ, A. J. C. (2007), *Do Cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso.* Tese de doutoramento em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FRANÇA, M. S. C. de. (2000), *Xavantes, Pioneiros e Gaúchos: relatos heróicos de uma história de exclusão em Nova Xavantina.* Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Brasília, Programa de Pós Graduação em Antropologia social, Universidade de Brasília.

GASKELL, G. (2008), "Entrevistas individuais e grupais". In G. Gaskell, M. Bauer, *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático,* Petrópolis, Vozes, pp. 64-89.

GOFFMAN, E. (1988), *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada,* Rio de Janeiro, LTC.

GOFFMAN, E. (1999), *Os momentos e seus homens,* Lisboa, Relógio D'Água.

HALBWACHS, M (2006), *A memória coletiva,* São Paulo, Centauro.

IANNI, O (1978), *A luta pela terra:* história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia, Petrópolis, Vozes.

LACHNITT, J. (2003), *A epopéia Xavante,* Campo Grande, UCDB.

LE GOFF, J. (1990), *História e memória*, Campinas, UNICAMP.

LIMA FILHO, M. F. (1998), *Pioneiros da Marcha para Oeste: memória e identidade na Fronteira do Médio Araguaia.* Tese de doutoramento em Antropologia Social, Brasília, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília.

MAYBURY-LEWIS, D. (1974), *A sociedade Xavante,* Rio de Janeiro, Francisco Alves.

MAYBURY-LEWIS, D. (1990), *O selvagem e o inocente.* Campinas, UNICAMP.

POLLAK, M (1992), "Memória e identidade social". *Estudos Históricos,* 5 (10), pp. 200-212.

SCHAEFER, J. R. (1985), *As migrações rurais e implicações pastoris: um estudo das migrações campo-campo do sul do país em direção ao norte de Mato Grosso,* São Paulo, Loyola.

SIMMEL, G. (1983), "Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal". In E. Moraes Filho (org.), *Georg Simmel: sociologia.* São Paulo, Ática.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. dos (1993), *Matuchos: exclusão e luta – do sul do país para a Amazônia,* Petrópolis, Vozes.

VILLAS BÔAS, O.; VILLAS BÔAS, C. (1994), *A Marcha para Oeste*. 5 ed, São Paulo, Globo.

WEBER, M. (1994), *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.* 3 ed., Brasília, Universidade de Brasília.

Representação da migração no cinema documentário autobiográfico

José Francisco Serafim[1]
Natália Ramos[2]

Resumo: O tema da migração tem sido expressivamente representado no cinema tanto ficcional quanto documental, sobretudo a partir dos anos 1960. Nesta comunicação será analisada a obra de dois cineastas que realizaram documentais autobiográficos que abordam de forma diferenciada a questão da migração em seus filmes. No primeiro caso, o cineasta brasileiro, David Perlov migra para Israel no final dos anos 1950 e nesse país realizou durante dez anos aquela que seria sua grande obra, *Diários* (1973-1983), através da qual elabora uma reflexão sobre o país de adoção, Israel, como também o país onde nasceu, o Brasil. Já Sandra Kogut, ao realizar em 2001 *Um passaporte húngaro*, busca não somente tornar-se cidadã húngara como também mergulhar no passado e nas raízes familiares, identitárias e diaspóricas, sobretudo da avó nascida austríaca que se torna húngara pelo casamento e é obrigada a migrar para o Brasil em 1937.

Palavras-chave: migração; cinema documentário; autobiografia; diáspora; memória; identidade.

Introdução

As migrações fazem parte da história da humanidade e são uma constante e característica do mundo contemporâneo. A multi/interculturalidade e a mobilidade das populações têm aumentado no mundo globalizado e esta situação vem colocar numerosos desafios e oportunidades à sociedade, às relações interculturais, às questões identitárias e comunicacionais, aos diferentes sectores de actividade e domínios científicos, tecnológicos e artísticos (Ramos, 2005, 2008, 2009, 2010, 2013, 2014; Ramos & Serafim, 2009).
O cinema desde muito cedo, praticamente desde seu surgimento ira abordar questões vinculadas à migração em obras ficcionais, constituindo um exemplo o filme *O Imigrante* de Charles Chaplin, de 1917. Neste documento cinematográfico vemos o ator se envolver em inúmeras peripécias em decorrência de seu estatuto de imigrante nos Estados Unidos, o que de alguma forma remete para a sua própria história pessoal, já que Chaplin, originário da Inglaterra, fixou residência nos Estados Unidos em 1912. Mas se esta questão já está presente nos primórdios do cinema ela não terá muitos seguidores, e teremos que esperar os anos 1960/1970 para ver uma grande quantidade de obras realizadas em diversos países do mundo que abordam a questão migratória e diaspórica seja frontalmente ou de forma secundária. Trata-se sem dúvida de um reflexo daquilo que o mundo estava vivendo, ou seja, a descolonização e o final das guerras coloniais e a vinda em grande quantidade de populações antes colonizadas em direção aos países colonizadores, contribuindo para o aumento dos fluxos migratórios. É certo que não podemos deixar de refletir sobre a questão da mobilidade humana em sentido mais amplo, ou seja, movimentos populacionais sempre ocorreram ao longo da história da humanidade por diversas razões, por exemplo, o deslocamento forçado de uma grande quantidade de pessoas, nomeadamente da África que foram trazidas, sobretudo para o Novo Continente, A América, como escravos. Sobre esta questão muitos filmes foram realizados. Mas será a partir sobretudo da década sessenta do século passado, que o cinema tan-

1 Professor na Faculdade de Comunicação/UFBA. Pesquisador do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas/UFBa e do CEMRI/UAb. Pós-Doutorado na Universidade Aberta, Lisboa e Filmuniversität Babelsberg Konrad Wolf (Potsdam/Alemanha). Autor de livros e artigos sobre cinema. Realizador de filmes documentários. serafinjf@gmail.com.

2 Professora Associada da Universidade Aberta, Lisboa e coordenadora do G. I. "Saúde, Cultura e Desenvolvimento" do Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais (CEMRI. Doutorada e Pós-Doutorada em Psicologia, Universidade de Paris V, Sorbonne; Autora e realizadora de trabalhos escritos e fílmicos em diferentes domínios. natalia@uab.pt.

to ficcional quanto documental, trará obras contundentes sobre a complexa e por vezes dolorosa questão da migração. Por exemplo, no Brasil, foram realizados vários documentários (muitos censurados na época) sobre a migração interna no país, ou seja, de pessoas que migravam do nordeste pobre e menos desenvolvido para o sudeste e centro-sul, mais rico e desenvolvido, procurando trabalho e melhores condições de vida, como é testemunhado no filme documentário *Viramundo* de Geraldo Sarno de 1965. Aqui são retratadas algumas das dificuldades de integração e o sofrimento, desenraizamento cultural e conflitos sociais, interculturais e interpessoais vividos por estes migrantes na adaptação a um novo meio espacial, social, cultural, laboral e religioso. Mais recentemente esta questão é novamente tema de muitos filmes, por exemplo, o filme *A imigrante* de James Gray (2013) evoca a chegada no início do século XX de imigrantes, sobretudo do leste europeu, em Long Island nos Estados Unidos. A emigração para os Estados Unidos, nos anos 20 do século passado, à procura do "sonho americano" é ilustrada através da história de uma jovem polaca que chega a Nova Yorque em 1921, deixando atrás de si a família e a sua Polónia Natal, enfrentando sozinha, indefesa e sem abrigo a grande cidade desconhecida, acabando por ver-se envolvida no mundo da prostituição.

Filmes como *Welcome* de Philippe Lioret (2009) mostram a terrível condição de diversos cidadãos do mundo que chegam a Calais, no norte da França, na esperança de conseguir emigrar para o país vizinho, a Inglaterra, situação que se repete em outras regiões europeias e norte americanas, como ilustra o filme ao narrar a história de um professor de natação que decide ajudar secretamente um jovem refugiado curdo, que tenciona atravessar o canal da Mancha a nado. Já em *A Jaula de ouro* de Diego Quemada-Diez (2013), seguimos a trajetória de dois adolescentes que deixam o seu país natal, o Guatemala, fugindo de condições de miséria e exploração e que afrontam o risco de morte, a fome e a solidão para chegarem a Los Angeles em busca de uma vida melhor nos Estados Unidos.

O cinema documentário trará algumas obras extremamente incisivas sobre a questão da migração, por exemplo, o filme de Chantal Akerman, *Do outro lado* (2002), mostra a fronteira do México com os Estados Unidos e os esforços e artifícios utilizados por mexicanos que tentam o "salto" para o outro lado da fronteira, tentando chegar aos Estados Unidos, à "jaula de ouro", como designam este país, através da emigração ilegal.

Alguns documentaristas vão abordar esta questão sob um ponto de vista mais pessoal, autobiográfico, contando a sua história ou de seus familiares através de uma narrativa na qual ao abordarem outros temas tratam igualmente do deslocamento, da mobilidade e da mudança ocorrida em sua família e das conseqüências dessa situação migratória. Algumas obras documentais merecem ser destacadas, por exemplo, o filme de Alan Berliner (1996), *Nobody's Business*, no qual o diretor fustiga o seu velho pai, judeu imigrante do leste europeu, que chega a Nova Iorque fugindo do nazismo e da perseguição e ali refaz a sua vida. O filho interroga o pai sobre a sua condição de migrante e, sobretudo sobre o seu passado e a sua terra natal. O pai, bastante incomodado e irritado, refere que ele não fez todo esse caminho para que o seu filho, totalmente inserido na sociedade e cultura norte-americana, venha intrometer-se, bisbilhotar sobre esse passado, que não quer recordar e que considera estar morto (talvez porque lhe é muito doloroso), e então o pai vai pronunciar a frase leitmotiv do filme, *Nobody's Business*, que significa, "isso não interessa a ninguém".

Já o documentário *Family* do casal dinamarquês Sami Saif e Phie Ambo (2001), retrata o diretor do filme em empenhada busca das suas origens e da sua identidade. Em certo momento de sua vida, e também após a morte da mãe e do irmão dinamarqueses, Sami decide sair em busca do pai originário do Yemen, que havia abandonado a família dinamarquesa e se mudado para o seu país de origem ainda quando Sami era criança. Assistimos ao longo calvário e sofrimento do jovem cineasta em busca desse pai ausente/presente que já não tinha nada para oferecer ao seu filho, e que nem sequer quis revê-lo. Contudo, ao fazer a viagem até ao Yemen, esta não foi em vão, pois o diretor consegue descobrir toda uma parte da sua família paterna, para ele até então desconhecida, resgatando assim, algumas das suas raízes familiares e culturais.

No Brasil três filmes recentes abordaram, ainda que de forma secundaria, mas com bastante pertinência, a questão da migração e exílio. No filme *Diários de uma busca* de Flávia Castro (2011), a cineasta procura retraçar a sua história de migrante na França, através do resgate da sua história de vida e da trajectória familiar, bem como da memória dos pais militantes políticos dos anos 1960 e forçados ao exílio e migração em diversos países latino-americanos e europeus. O filme resgata a história política e de exílio do seu pai, o jornalista e ativista Celso Afonso de Castro, acabando por resgatar também a história dos exilados brasileiros da década

de 1960. Por seu lado, o documentário *Os dias com ele,* da cineasta Maria Clara Escobar (2013), tenta reunir o passado pessoal, histórico e diaspórico, ao ir em busca da memória compartilhada e traumática, da retoma de contato com seu pai, Carlos Henrique Escobar, filósofo e dramaturgo preso e torturado durante a ditadura militar no Brasil, que havia emigrado por motivos políticos para Portugal, tendo entretanto nesse país constituído uma nova família. A relação e o diálogo com seu pai, assim como a memória do passado, são marcadas pela experiência traumática da tortura e do exílio e evidenciam-se muito difíceis, complexas e dolorosas. Já Petra Costa (2012) realizadora de *Elena,* busca através do seu filme pessoal, intimista e dramático, narrar e compreender o passado, a separação e a perda, a história dolorosa e o suicídio da irmã mais velha morta ainda jovem, que havia emigrado para Nova Iorque, tentando resgatar o seu percurso de vida, no Brasil e em contexto migratório, e a sua memória. A jovem emigrante Elena chega a Nova York cheia de sonhos e projectos, nomeadamente de estudar arte dramática e de ser actriz de cinema, sonhos que se transformaram em desilusão, que a conduzem ao suicídio. É um filme de saudade e despedida, simbolizada nomeadamente através de uma concha, oferecida por Elena à sua jovem irmã Petra, com a mensagem: "Quando você sentir saudade, encoste a concha no seu ouvido e assim a gente pode se falar", concha que Petra, saudosa de sua irmã, escutaria muitas vezes nos tempos seguintes.

Observa-se então que a questão migratória está presente em muitos filmes realizados a partir dos anos 2000, seja pela temática como também pela forma narrativa escolhida, a primeira pessoa, o eu, a autobiografia. Mas, certamente todos esses filmes são devedores de um grande documentarista originário da Lituânia, Jonas Mekas. Mekas nasceu na Lituânia em 1922, com o advento da segunda guerra mundial e em conseqüências da guerra para seu país, foge para a Áustria, conseguindo migrar para os Estados Unidos em 1949. Jonas Mekas dará início àquela que será certamente a sua grande obra, os seus diários. Começa a filmar cenas da sua vida, dos seus amigos, manifestações políticas, culturais etc., reunindo vasto material autobiográfico. Nos anos 1971 retorna a Lituânia, após uma ausência prolongada, e realiza um filme sobre esta viagem, *Reminiscências de uma viagem a Lituânia* (1972) no qual vemos Mekas retomar o contato com sua mãe e irmãos e reencontrar as suas raízes familiares e culturais.

A fim de substanciar a discussão iniciada acima sobre o cinema autobiográfico e migração, serão abordados dois exemplos bastante singulares em termos de proposta e de dispositivos utilizados, mas que se enquadram de forma pertinente no subgênero em questão, sendo eles os *Diários* de David Perlov e *Passaporte Húngaro* de Sandra Kogut.

Memórias, afetos e migração: Diarios de Perlov

O caso de David Perlov é sem dúvida exemplar no sentido de ter realizado uma obra coesa e homogênea no que tange aos objetivos e à forma como mostra o seu cotidiano e as suas preocupações pessoais, cinematográficas, políticas e identitárias (Dittmar, 2012). Perlov nasceu no Rio de Janeiro em 1930, de pai judeu, que havia nascido em terras palestinas e migrado para o Brasil no início do século passado. Perlov acompanha o seu avô vivendo em algumas cidades brasileiras, Belo Horizonte e São Paulo, onde passará boa parte de sua vida até os 20 anos, quando se instala em Paris, onde viverá durante 7 anos antes de partir para residir em um Kibutz, no recém criado estado de Israel. Casa-se com Mira com que tem duas filhas gêmeas (Yael e Naomi). Em Paris, a sua proximidade com algumas das personalidades vinculadas ao cinema como Henri Langlois, Jean Vigo, e Joris Ivens de quem se tornará assistente será decisiva para desenvolver o seu interesse pelo cinema. Em Israel se torna cineasta, realizando sobretudo alguns documentários e poucas ficções que serão exibidos em Festivais de cinema do mundo, obtendo certo reconhecimento que lhe abre as portas para a escola de cinema de Tel Aviv onde ensinará cinema durante vários anos. Em 1973 inicia o que será certamente a sua grande obra, mais propriamente um filme dividido em seis partes, realizado durante doze anos, até 1985, no qual acompanhamos Perlov em suas inquietações e interrogações sobre a sua família, a sua profissão e o seu país de adoção. As seis partes do filme são também díspares, correspondendo a diferentes etapas temporais, ou seja: o *Diário I*, começa em 1973 e vai até 1977; o *Diário II* situa-se entre 1978 e 1980; o *Diário III* vai de 1981 a 1982; o *Diário IV* inicia-se em 1982 até 1983; o *Diário V* situa-se de março a julho de 1983, enquanto que o *Diário VI*

vai de julho a setembro de 1983. Os filmes têm temporalidades diferenciadas, os primeiros estendendo-se de forma sintética por vários anos e os últimos apenas por alguns meses de um mesmo ano.

O *Diario 1* inicia-se com uma voz over que identificamos com sendo a do próprio cineasta que logo nos informa da sua proposta: "Maio de 1973, comprei uma câmera, começo a filmar eu mesmo e para mim mesmo. O cinema profissional não me atrai mais. Filmo todos os dias a procura de outra coisa. Procuro antes de mais nada o anonimato. Preciso de tempo para aprender a fazê-lo." Este será o início de um filme que durara mais de dez anos. A motivação do cineasta em se voltar para si mesmo e para os seus como tema de um filme é devido ao descontentamento com a indústria cinematográfica israelense. Encontramos aqui similitudes com a proposta do cineasta francês Alain Cavalier quando nos anos 1990 decide igualmente partir para uma proposta mais pessoal, intimista e claro diarista (Chauvin, 2014), sobretudo a partir da obra *Le filmeur* (1999). Todos os seis Diários de Perlov têm a duração de aproximadamente 50 minutos, e nos mostram aspectos do cotidiano do cineasta, sua família, amigos, colegas, estudantes etc. Em pouco tempo o exterior começa a penetrar o filme, a invadi-lo, mesmo quando filmando da janela de seu apartamento em Tel Aviv, uma rua comum ou uma manifestação política. Uma das particularidades dos diários filmados e, sobretudo dos filmes diários é a utilização da voz *off*. No filme de Perlov ela estará presente em todos os episódios e dialoga com outras sonoridades: diálogos, sons urbanos, músicas extra diegéticas etc. Já no primeiro episódio o cineasta nos apresenta o seu antigo apartamento, lugar privilegiado para diversas filmagens e nos mostra um alto edifício em construção que será a nova moradia da família. Perlov nos apresenta a sua esposa e as duas filhas gêmeas e logo nos leva para outro espaço urbano, a cidade de São Paulo, local onde viveu vários anos, e de onde se ausentou por mais de 20 anos e onde vemos as ruas, o trafego, toda esta sequência sendo acompanhada não somente com as palavras de Perlov, mas com uma música de Johan Sebastian Bach, que lhe dá um tom nostálgico. A cada mudança espacial ou temporal, temos uma cartela que informa o local e a data, que são elementos construtivos da prática diarista. Temos aqui não somente uma visão de mundo íntimo e doméstico, mas também preocupações que tangenciam questões políticas que são mais abrangentes e até mesmo tomadas de posição relativas ao estado de Israel e sua relação com as nações vizinhas. Estamos face a uma forma de diário que parte do íntimo para extrapolar para questões mais amplas, sociais e conjunturais. Perlov seguirá rigorosamente a sua proposta de trabalhar o presente filmado, que será revisto e reelaborado através do comentário que remete a esse passado imbuído de uma reflexão. Temos aqui essa dupla temporalidade, que através dos comentários de Perlov em som pós-sincronizados, nos faz um balanço das suas experiências vivenciadas no momento da filmagem.

A seqüência de São Paulo estará presente no *Diarios I*. Logo no início do filme, Perlov regressa a São Paulo, durante as férias da universidade onde ensina, após uma ausência de 20 anos. Este será um momento importante para Perlov que ainda não ousara como ele refere, filmar seu irmão, mas somente a empregada doméstica da casa do irmão, veremos, sobretudo ruas, tráfego e pedestres, esta primeira viagem constituindo o reencontro com o país que deixou nos anos de 1950. No final do *Diarios I*, Perlov nos mostra dois de seus amigos do Brasil que vieram visita-lo em Tel Aviv, constituindo um momento para recordar vivências passadas e certamente reavivar a memória sobre histórias e experiências comuns. Nesse sentido, Perlov pede à esposa do amigo que cante uma música que ela havia cantado quando ainda eram jovens, e então a amiga inicia uma bela melodia em espanhol, mas a memória falha e Perlov irá ajudá-la a se lembrar da letra da música. Observamos aqui a importância que o cineasta dá ao país em que nasceu, mesmo se o diretor está completamente integrado e inserido na sociedade de acolhimento.

O *Diarios V* será praticamente todo ele dedicado à mobilidade espacial, primeiro Paris, onde agora vivem as suas duas filhas, depois Amsterdam e Colônia na Alemanha. Esta parte finaliza com sendo uma introdução ao próximo diário, onde vemos o diretor em um taxi se dirigir ao aeroporto Charles de Gaulle em Paris e ouvimos a voz *off* de Perlov: "Já sabemos que é hora de voltar para casa. Sinto saudade de São Paulo. Sinto saudade do Brasil. Quero chegar no Brasil." O *Diarios VI* será quase completamente consagrado ao Brasil, sua terra de origem e de infância e juventude. No *Diários VI*, Perlov perdeu a timidez que observamos no *Diarios I*, ou como ele afirma "é menos cerimonial, mais concreto" e filma frontalmente seu irmão e diversos amigos, inclusive aquele que o havia visitado em Tel Aviv. Esta parte do *Diários* é repleta de um tom nostálgico que, inclusive, permeia todo o filme. Através desta parte dos *Diários* compreenderemos melhor a peculiar situação de mobilidade deste jovem migrante, que nasceu no Rio de Janeiro, depois parte com a família para Belo

Horizonte e finalmente, com dez anos de idade se instala em São Paulo. Perlov revisita os espaços sociais e culturais importantes na sua juventude e nos mostra com grande generosidade pessoas e lugares importantes para sua formação e identidade. Em uma sequência filmada na Estação Ferroviária da Luz em São Paulo, ele chega a refletir sobre a importância daquele local para a escolha de sua futura profissão. Em voz *off* ouvimos: "Será que foi aqui olhando essas cenas e enquadramentos que nasceu meu amor pelo cinema". Após três meses revisitando lugares e pessoas, para, como ele mesmo afirma "resolver finalmente os problemas com meu passado", o vemos aparentemente reconciliado com o país e acultura onde nasceu e viveu até ao início da vida adulta, com a procura da sua identidade. Antes de retornar a Tel Aviv, Perlov, faz uma pausa em Lisboa e filma ruas, pessoas e bondes, ao som da língua portuguesa. Esta será a última parte dos *Diários*, e Perlov a dedica quase inteiramente ao país onde nasceu. Observa-se que o filme permite ao cineasta elaborar uma reflexão, reconciliação e ponte intercultural entre dois países e culturas importantes para ele, o de adoção, Israel e o outro onde nasceu e cresceu, o Brasil. Mesmo se Perlov esta totalmente inserido em Israel é com nostalgia e saudade que vivencia esta curta permanência no Brasil e, sobretudo com carinho que relembra em muitos momentos a sua "madrasta negra", Dona Guiomar, de Belo Horizonte, aquela que cuidou dele até aos dez anos, quando se mudou para São Paulo. Na sequência final do filme, que se passa em Lisboa, enquanto a imagem nos mostra pessoas subindo em um bonde ao som da Avé Maria, ouvimos a voz *off* de Perlov: "no transistor escuto a Ave Maria com sotaque português e não brasileiro. Avé Maria Miguel, Avé Maria Sofia, Ana, Dona Guiomar". Ao relembrar com saudade e carinho os nomes das pessoas queridas já desaparecidas, presta a elas uma singela homenagem e retorna às origens afectivas, familiares e culturais.

Passado e presente na reconstrução pessoal da migração: Passaporte Húngaro

Sandra Kogut, cineasta brasileira, nascida no Rio de Janeiro, decide em 2002 realizar uma obra documental que apresenta como o seu percurso na busca da identidade e cidadania húngara. Sandra é neta de avós húngaros que emigraram por razões políticas para o Brasil fugindo da invasão alemã na Europa. Quando a realizadora decide iniciar o seu filme, ela mesma está vivenciando uma experiência migratória já que reside há alguns anos em Paris. Em uma entrevista a diretora explica os motivos que a levaram a iniciar tal empreitada, ou seja, uma busca de diálogo e de reencontro com o seu avô que também ele próprio, sofreu com a administração brasileira a fim de conseguir a cidadania do país para onde havia emigrado. No início do filme vemos um telefone e a voz de dois interlocutores em francês. Inicialmente uma voz feminina, a da cineasta, pergunta se ela sendo neta de húngaros poderia obter a cidadania daquele país. Do outro lado, outra voz informa que seria preciso conseguir a documentação que comprove que seus avós eram húngaros e em possessão desta documentação ela poderia dar início à tramitação burocrática visando a obtenção da cidadania húngara. A partir deste momento acompanharemos o périplo da cineasta pelos meandros da administração do consulado da Hungria em Paris, situação vivenciada por muitos migrantes nesta situação em diferentes países no mundo.

Este é o motivo aparente da realização do documentário, a busca pela obtenção de uma cidadania, mas o que aparece de forma subjacente é a relação da diretora com questões vinculadas ao seu passado, às suas origens e aos seus antepassados. Em uma sequência do filme vemos a diretora filmando a avó, que explica a vinda para o Brasil e como ela havia adquirido a cidadania húngara, já que havia nascido na Áustria. Ao se casar com o avô da diretora, ela perde a cidadania austríaca e torna-se húngara. A avó relembra que quando deixaram a Hungria, foi carimbado nos passaportes dela e do marido a letra "K", que significava aquele que parte definitivamente e recorda que o marido havia ouvido de um policial: "Um judeu sujo a menos". O filme retrata um doloroso momento da história recente da humanidade, quando milhares de pessoas, sobretudo, de origem judaica, foram obrigadas ao exílio, a abandonar os seus lares, países e a sua cultura, a fim de fugir à invasão nazista e à provável morte ou prisão em campo de concentração. Esta história está entrelaçada na busca da diretora pela cidadania do país dos avós. Em uma sequência do filme vemos a cineasta em Budapeste na busca de seus familiares que ficaram na Hungria, e a grande emoção que acompanha o encontro com esses parentes até então desconhecidos. A memória e o passado são aqui igualmente reativados e os familiares húngaros relembram fatos, histórias e momentos importantes da família. Sandra não fala a língua húngara e a comunicação com os

familiares se fará em inglês. Fruto de contexto migratório e diaspórico, Sandra, busca conhecer melhor aspectos da sua família de origem e assim reconstruir a sua própria história pessoal, familiar e identitária.
Assim *Passaporte H*úngaro evidencia muito mais do que a simples busca por uma cidadania de uma descendente de migrantes, sendo este também um pretexto para se abordar e discutir questões mais amplas que dizem respeito não somente ao caso da diretora, mas que consegue nos fazer refletir sobre o problema trágico do exílio e da migração forçada, como foi o caso da diáspora do povo judeu nas décadas de 1930 e 1940 na Europa. Mesmo se a busca de um passaporte é um pretexto, a diretora consegue obter no final do filme a tão procurada cidadania húngara, tornando-se cidadã daquele país.

Em Guisa de Conclusão

As modalidades de abordagem da migração e exílio no cinema documentário são plurais e bastante diversificadas. Neste texto buscou-se trazer a questão do ponto de vista autoral, pessoal, autobiográfico, através sobretudo da obra de dois cineastas que trouxeram em seus filmes formas diferenciadas e personalizadas para falar da(s) sua(s) história(s), memória(s) e vivência(s) migratórias. David Perlov (1973-1983), em seus *Diários* abordou a questão migratória em praticamente todas as seis partes da obra, realizando sobretudo uma reflexão sobre a sua trajectória de vida tanto no país de adoção, quanto no país onde nasceu, através de um tom pessoal e intimista, tal como se observa no diário escrito. O filme, dessa forma, permite a David Perlov se questionar sobre aspectos de sua vida, da sua identidade e da sua memória, relembrar momentos, percursos, lugares e pessoas.

Já a diretora Sandra Kogut (2001) ao realizar *Passaporte Húngaro*, busca muito mais do que simplesmente uma nova cidadania, mas sim ir além da história pessoal, quando pensa, discute, relembra aspectos do passado familiar, quando seus avós foram obrigados a migrar para o Brasil. Observa-se aqui o interesse de uma jovem em conhecer melhor a sua própria história, raízes culturais e identidade, e ao fazê-lo nos revela aspectos de uma história que vai além da pessoal, trazendo consigo a história, a memória e a tragédia coletiva de um povo que se viu obrigado a deixar seu lugar de origem a fim de poder sobreviver e conquistar liberdade. As duas histórias pessoais e coletivas, com maiúscula e minúscula, se imbricam através do olhar pessoal e autobiográfico de Sandra Kogut.

Bibliografia

CHAUVIN, J.S. (2014) "Journal extime", In *Cahiers du Cinéma – Novembre* nº 705, Paris: Ed. Cahiers du Cinéma, pp. 16-17.

DITTMAR, L. (2012) "In the Eye of the Storm. The political Stake of Israeli i-movies", In A. Lebow (Editor). *The Cinema of Me. The Self and Subjectivity in First Person Documentary.* New York: Wallflower Press, pp. 158-178.

RAMOS, N. (2005) "Contribuição do método fílmico para o estudo das representações sociais: perspectivas teóricas e de pesquisa". In A. Silva *et al*. (Org.). *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais.* João Pessoa: EDUFPA, pp. 365-400.

RAMOS, N. (2008) (org.). *Saúde, Migração e Interculturalidade.* João Pessoa: EDUFPB.

RAMOS, N. (2009). "Saúde, Migração e Direitos Humanos". *Mudanças – Psicologia da Saúde.* 17 (1), pp. 1-11.

RAMOS, N., SERAFIM, J. (2009). "Cinema e mise en scène: Histórico, método e perspectivas de pesquisa intercultural". *Revista de Artes Cénicas - Reportório – Corpo e Cena.* 12 (13), pp. 89-97.

RAMOS, N. (2010). "Interculturalidade e Alteridade: dinâmicas, contextos e políticas". In L. Toutain, J. Serafim, Y. Geffroy (org.). *Perspectivas em informação visual: cultura, percepção e representação.* Salvador: EDUFBA, pp. 42-56.

RAMOS, N. (2013). "Interculturalidade(s) e mobilidade(s) no espaço europeu: viver e comunicar entre culturas". In H. Pina, F. Martins, C. Ferreira (eds). *Grandes problemáticas do espaço europeu: estratégias de (re)ordenamento territorial no quadro de inovação, sustentabilidade e mudança.* Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto, pp. 343-360.

RAMOS, N. (2014). "Migrações, Interculturalidade e conflito". In J. Serafim e S. Santana (org.). *Narrativas e conflitos. Cultura, Mídia, Cinema*. Salvador: EDUFBA, pp. 155-179.

Filmografia

ANDRADE, J.B. (1973). *Migrantes*, Brasil, 7 mn.

AKERMAN, C. (2002). *Do outro lado* (De l'autre cote), França/Bélgica, 99 mn.

BERLINER, A. (1996). *Nobody's business*, EUA, 58 mn.

CASTRO, F. (2011) *Diários de uma busca*, Brasil, 105 mn.

CAVALIER, A. (2005). *Le filmeur*, França, 97 mn.

CHAPLIN, C.(1917). *O imigrante* (The immigrant), EUA, 25 mn.

ESCOBAR, M. C. (2013). *Os dias com ele*, Brasil, 107 mn.

GRAY, J. (2013). *A imigrante* (The immigrant), EUA, 120 mn.

LIORET, P. (2009). *Bem-vindo* (Welcome), França, 110 mn.

MEKAS, J. (1972). *Reminiscências de uma viagem a Lituânia* (Reminiscences of a journey to Lituania), EUA, 88 mn.

PERLOV, D. (1973-1983). *Diários* (Yoman), Israel, 110 mn.

PETRA, C. (2012). *Elena*, Brasil, 82 mn.

QUEMADA-DIEZ, D. (2013). *A jaula de ouro* (La jaula de oro), Guatemala/Espanha/México, 110 mn.

KOGUT, S. (2001). *Passaporte Húngaro*, Brasil/França/Bélgica/Húngria, 72 mn.

SAIF, S. & AMBO, P. (2001). *Family*, Dinamarca, 91 mn.

SARNO, G. (1965). *Viramundo*, Brasil, 40 mn.

Tradições mantidas por mulheres Açorianas em Rhode Island

Ana Isabel Mateus da Silva[1]

Resumo: Durante vários séculos, a emigração havia-se sistematicamente constituído numa das soluções preferidas e mais apetecíveis para resolver as dificuldades económicas e para a manter a estabilidade numérica populacional nos Açores.
Estima-se que entre 1960 e 1980, emigraram aproximadamente 85,000 açorianos que se estabeleceram primariamente nos Estados de Massachusetts, Rhode Island, e Califórnia.
Em *Rhode Island*, as mulheres Açorianas tentaram manter algumas tradições Açorianas; nomeadamente a nível da alimentação e comemorações festivas (Espirito Santo, Natal, Páscoa, confecionando alguns pratos típicos e doces).
Assim, abordamos algumas das tradições mencionadas por três Mulheres em que a 1ª geração emigrou já adulta, a 2ª geração ainda criança e a 3ª nasceu em *Rhode Island* e não conhece a ilha onde nasceu mãe e avó – ilha de São Miguel.
Salienta-se como a organização das festas é feita pela 1ª geração e a colaboração da 2ª geração. Já a 3ª geração apenas participa em atividades que sejam Bilingue.

Palavras chave: Mulher; Açores; Tradições

Introdução

O nosso interesse pelas tradições Açorianas mantidas nos Estados Unidos, mais propriamente nos Estados de Massachusetts e Rhode Island deve-se ao facto de ser natural dos Açores (ilha de São Miguel) e ter família que emigrou nos anos 60 para Rhode Island.
Quando criança, participei em eventos na ilha de São Miguel, que ao longo dos anos foram-se modificando ou mesmo até desaparecendo. Numa das idas a Rhode Island constatei que as mesmas se mantinham na sua essência por Micaelenses e seus descendentes, alguns emigraram ainda crianças, mas mantiveram sempre contato com a família de origem ou foram transmitidas as tradições de geração em geração com algumas modificações.
Numa breve pesquisa nos jornais locais encontramos essencialmente nomes de homens na organização dos eventos nos quais mantêm as tradições Açorianas, mas o que se vê na prática são as mulheres a fazerem e organizarem todo o trabalho, eles apenas colaboram (Machado e Silva, 2014).
De acordo com Leal (2007) a primeira fase de emigração é a partir de finais do século XIX e tem como motor principal a caça à baleia. Foi com esta atividade que se estruturaram as primeiras comunidades açorianas na Nova Inglaterra e na Califórnia.
Este movimento migratório manteve-se até ao declínio da caça à baleia ocorrido em finais do século do século XIX. No caso da Nova Inglaterra, os emigrantes passaram a dedicar-se à pesca e à agricultura, a maioria dos imigrantes emprega-se na indústria têxtil, essencialmente nas cidades de New Bedford MA e Fall River MA, que se tornam então os dois mais importantes centros têxteis dos EUA (Estados Unidos da América).
Esta situação de emigração manteve-se até à grande depressão de 1929 e apresenta números expressivos. Em 1870 o número de emigrantes açorianos nos EUA foi de 9.000, em 1930 era de cerca de 280.000 (incluindo neste número a 1ª e a 2ª gerações) (Williams 1982: 52 cit Leal, 2007).
Para o mesmo autor, as décadas de 1960, 1970 e 1980 foram marcados por uma emigração significativa de

---

1 Ana Isabel Mateus da Silva, Doutorada em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Aberta, Mestre em Comunicação em Saúde, Enfermeira Especialista em Saúde Mental e Psiquiatria, Investigadora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI), Grupo de Investigação *"Saúde, Cultura e Desenvolvimento"*.
Tem desenvolvido investigação e publicado nas áreas da criança e do adolescente. Investigadora do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais anizabel 063@gmail.com

açorianos. Na Nova Inglaterra assiste-se a uma emigração essencialmente oriunda da ilha de São Miguel, com contingentes mais pequenos de outras ilhas (Faial, Pico, Santa Maria, Terceira, Flores, Graciosa).
Não se sabe ao certo os números dessa emigração e a dimensão atual das comunidades. Mas sabe-se que entre 1960 e 1980, a emigração açoriana para os EUA foi de pelo menos a 182.000 emigrantes. Atualmente a comunidade açoriana nos EUA deverá corresponder a cerca de 90% do total de luso-americanos residentes nos EUA. Segundo os dados do Censo norte-americano de 1990 (Mulcahy 1998 e 2001) elevavam-se a 900.000 indivíduos, dos quais cerca de 232.000 nascidos em Portugal. Destas 900.000 pessoas que dizem ter ascendentes portugueses, cerca de 30% – mais ou menos 275.000 – viviam na Califórnia e cerca de 35% – mais ou menos 317.000 – nos estados de Massachusetts e Rhode Island, na Nova Inglaterra (Leal, 2007).
As iniciativas legislativas dos Estados Unidos, em 1962 e 1965, alargaram e aboliam as restritivas quotas de emigração para os países do sul da Europa, incluindo Portugal a quem foi atribuído o número de 8,719 vistos, apenas no ano de 1965. E, muito embora o limite máximo de 20,000 imigrantes nunca tivesse sido atingido pela emigração portuguesa nos anos que se seguiram, este conjunto de circunstâncias e acontecimentos marcariam o início de um dos mais intensos períodos de emigração portuguesa para os EUA, e originariam o maior êxodo da população açoriana num período inferior a duas décadas.
Apesar da sua encantadora simplicidade geográfica, as ilhas são notoriamente difíceis de definir. Uma ilha não é apenas qualquer pedaço de terra rodeado por água, uma vez que é necessário ter em conta limiares mínimos e máximos em termos de dimensão, o efeito das marés e a eventual existência de ligações físicas – aspetos que influenciam necessariamente a legitimidade de qualquer 'candidatura' ao estatuto de ilha (Depraetere e Dahl, 2007; Baldacchino, 2007). Por sua vez, a definição de 'ilhéu' (no sentido de pessoa 'local' de uma determinada ilha) encontra-se permeada por um conjunto ainda maior de ambiguidades. Apesar de serem muitos os que se orgulham de serem "nascidos e criados" na sua ilha, a maioria dos atuais ilhéus é capaz de identificar, entre os seus antepassados, alguns que não o foram. Mesmo antes da vaga de colonização europeia, a vida em muitas ilhas – especialmente as mais pequenas – apenas era possível porque, paradoxalmente, era possível abandoná-las (Newitt, 1992: 11).
A emigração durante muitos anos foi vista como a única "saída" possível face à intimidade opressiva e totalitária imposta pelo contexto sociocultural local (Baldacchino, 1997).
Hoje em dia, são muito poucos os ilhéus que nunca estiveram 'no exterior'; e, no caso de muitas ilhas, é bastante significativa a proporção da população que, num qualquer
momento se encontra ausente na metrópole ou no continente (Lowenthal, 1987,citado por Connell, 2007). O mesmo autor acrescenta que é por isso que as ilhas (e os ilhéus) "se caracterizam invariavelmente" por uma forte propensão para a emigração (pp: 455).
De acordo com King e Connell (1999), os emigrantes ilhéus, apesar de serem originários de "pequenos mundos", têm "vidas globais", mantendo ligações fortes com a ilha de origem (através de visitas, envio de remessas, apoio a associações locais, relações comerciais entre os locais de origem e de destino, entre outras).
Este artigo para além da pesquisa bibliográfica tem por base três entrevistas que fizemos a três gerações de Mulheres, em que a primeira e a segunda geração nasceram em São Miguel e a terceira nasceu em Rhode Island, bem como a nossa observação no terreno.
Assim, as 3 entrevistadas ao serem questionadas sobre as tradições que mantinham e que transmitiam às gerações seguintes mencionaram de imediato as Domingas (Irmandades do Espirito Santo), as Grandes festas do Espirito Santo, as festas da paróquia, o Natal, a Páscoa e os Romeiros.
Vamos fazer uma pequena abordagem a cada uma destas festas focando as tradições mantidas e não referimos os Romeiros, uma vez que tal como em São Miguel estas Romarias são feitas por homens e as mulheres apoiam a nível da comida e vestuário.

I. Irmandades do Espirito Santo

As Festas do Espírito Santo fazem parte da cultura açoriana, realizam-se ao longo do período de sete a oito semanas que medeia entre o Domingo de Páscoa e os Domingos de Pentecostes e da Trindade, e podem ser definidas como um conjunto de cerimónias em louvor do Espírito Santo. Na organização das festas encontram-se irmandades, totalmente independentes da Igreja, que escolhem entre os seus membros o imperador [2], designação dada à pessoa que organiza as Festas.
A ornamentação da casa para a dominga do Espirito Santo não revela qualquer tradição açoriana, apenas mantêm durante a semana anterior à dominga a reza do terço em comunidade à noite. Esta reza é feita essencialmente por mulheres da 1ª geração, a segunda geração está presente e a 3 às vezes (Silva, 2014).

Figura I – Casa decorada para uma Dominga do Espirito Santo

Fotografia cedida por Machado, tirada em 1992

Estas festas são rituais muito elaboradas, das quais fazem parte, dois tipos de festas: as de cariz religioso, de entre os quais se destaca a coroação. Esta consiste na colocação da Coroa ao imperador e as outras pessoas convidadas – realizada pelo padre no final da missa (figura II). A Coroa do Espírito Santo é uma coroa em prata bastante trabalhada (como se pode ver na figura III), terminando em cima com uma pomba, que constitui a insígnia central de um conjunto de que fazem ainda parte um ceptro e uma salva (tudo em prata).

Figura II – Coroação

Fotografia cedida por Machado, tirada em 2013

2 Mordomo na ilha de São Miguel

Como podemos verificar na figura II, são as mulheres que estão a coroar e algumas crianças. Normalmente é apenas um Homem – o imperador que também faz parte da coroação.
Estas coroas são na maioria das vezes levadas de São Miguel, bem como o ceptro e a salva, aquando das suas visitas à ilha ou solicitam para serem levadas por familiares e ou amigos.

Figura III – Coroa do Espirito Santo

Fotografia cedida por Machado, tirada em 2014

Para além desta cerimónia de cariz religioso, fazem parte um conjunto diversificado de refeições, dádivas, e distribuições de alimentos (tal como em São Miguel), à base de carne de vaca, de pão de trigo, massa sovada e pão de leite (figura IV), que está à disposição de todos os que quiserem aparecer na festa. Aqui, as mulheres fazem a massa sovada, o pão de trigo e o pão de leite utilizando a mesma receita que trouxeram de São Miguel.

Figura IV– Distribuição de Massa Sovada

Fotografia cedida por Machado, tirada em 2014

Nos Açores as festas do Espirito Santo fazem parte da cultura, nos EUA ocupam também um lugar fundamental entre a diáspora açoriana. A recriação das Festas do Espírito Santo constitui uma das tendências centrais da vida religiosa e social dos açoriano-americanos. A data do início não é muito precisa mas, a partir do início do século XX, surgem as primeiras expressões da implantação do culto.
Sabemos que em 1914 é o ano da fundação da Irmandade do Divino Espírito Santo da Trindade. A irmandade foi reorganizada a 2 de junho de 1939 e incorporada no estado de Massachusetts a 27 de fevereiro de 1962 (Portuguese Times, 2014).
Podemos verificar a importância nestas festas das mulheres ao pesquisar nos jornais locais os agradecimentos que são feitos pelos Imperadores à notoriedade da importância de algumas mulheres, como por exemplo: "Deixo aqui uma homenagem a título póstumo a Maria José Chaves pela sua dedicação à irmandade (…)" (Gabriel, 2014).

Tal como já referirmos anteriormente as festas do Espirito Santo vão para além desta dimensão religiosa, o movimento de recriação das Festas do Espírito Santo nos EUA está também ligado a fatores de natureza cultural e social. Nas condições criadas pela emigração, as Festas do Espírito Santo constituem (de acordo com a sua original vocação açoriana de rituais simbolizadores da identidade coletiva) um dos principais marcadores da identidade étnica açoriano-americana (Leal, 2007).

II. As Grandes Festas do Divino Espírito Santo da Nova Inglaterra

Sob a invocação do Espírito Santo tem lugar aquela que pode ser considerada como a grande festa étnica dos açoriano-americanos – e, de um modo geral, dos luso-americanos – da América do Norte: as Grandes Festas do Divino Espírito Santo da Nova Inglaterra. Estas realizam-se todos os anos no último fim de semana de Agosto, em Fall River, no estado de Massachusetts (Leal, 2007)

De acordo com Leal, 2007, a sua criação remonta a 1986, entre os quais se destaca Heitor de Sousa, emigrante da Ilha de São Miguel, freguesia de Rabo de Peixe.

Como a grande maioria das festas étnicas realizadas no contexto norte-americano, estas festas, colocam uma ênfase particularmente forte em valores como a tradição e a autenticidade. O seu objetivo genérico é o de recriar a terra de origem na terra de acolhimento com recurso à base de dados da cultura popular (Leal, 2007).

As Grandes Festas do divino Espirito Santo, de acordo com Machado e Silva, 2014) têm a duração de cinco dias, de 5ª feira à 2ª feira seguinte. Na 5ª feira é inaugurada com o arraial e na 2ª feira termina com o banquete de encerramento. ***É feita*** no Kennedy Park, na proximidade do distrito central de Fall River, uma das áreas mais açoriano-americanas da cidade. Tal como em muitas ilhas dos Açores ***(à exceção de São Miguel)***, o recinto da festa é simbolicamente dominado por um Império, designação dada ao pequeno edifício ritual onde, no decurso da festa, são guardadas a Coroa e outras insígnias do Espírito Santo (figura V). O Império, em madeira pintada e com iluminações noturnas, é montado somente para a grande festa, e nas suas imediações encontra-se uma grande Coroa em madeira pintada, que é também iluminada à noite. No relvado envolvente, encontra-se instalado o arraial, com barracas de comes e bebes, pavilhões de venda de artesanato, stands de venda de vários produtos, além de um coreto e de um palco onde decorre a programação musical da festa.

Figura V – O Império

Fotografia cedida por Machado, tirada em 2014

O programa das grandes festas tem-se mantido ao longo dos anos, apenas muda os grupos que atuam e as bandas de música.
Assim, na quinta feira começa pelas 17H com a abertura da iluminação no Kennedy Park e seguindo-se espetáculo com vários artistas.
Na sexta-feira começa pelas 17H com a entrada das Insígnias do Divino Espírito Santo, Bênção e distribuição das Pensões com a presença de normalmente um Bispo e uma banda de música; segue-se a Inauguração das exposições de Artesanato Açoriano e Produtos Regionais dos Açores. Pelas 20H as Folias do Espírito Santo e Espetáculo com artista. Pelas 21H – Arrematações, seguindo-se um artista, termina pelas 11H.
No sábado pelas 9:30 H- Cortejo de Bodo de Leite e Desfile Etnográfico saindo das Portas da Cidade, percorrendo a Columbia Street e South Main Street, em direção ao Kennedy Park, onde ***é*** distribuído leite e massa sovada a todos os presentes "Em Louvor do Divino", pelas 14H - Festival de Folclore com vários ranchos quer dos Estados Unidos, Açores e Canadá. Segue-se as Arrematações, concertos de bandas e artistas, encerra pelas 23H.
No domingo, o dia mais importante da festa começa pelas 12H com a Missa Solene de Coroação na igreja de Santana, segue-se a Procissão de Coroação onde se incorporam as Mordomias, Bandas Filarmónicas da Nova Inglaterra, Canadá e Portugal.
A procissão sai do Kennedy Park via South Main St., Columbia St. Broadway, Bradford Ave. até ao Kennedy Park. Pelas 17H o Concerto por uma Banda de música, seguindo-se as Arrematações, os artistas e encerra pelas 22H.
Na segunda-feira apenas fazem pelas 18H o Banquete de Encerramento das Grandes Festas do Divino Espírito Santo, normalmente num restaurante de açorianos (Machado, 2014).
O percurso do cortejo etnográfico se estende ao longo das ruas da área central de Fall River, onde são particularmente evidentes os sinais da presença "açoriana", o cortejo etnográfico das Grandes Festas sublinha antes do mais a importância que Fall River ocupa como centro simbólico da comunidade luso-americana. Esse estatuto advém-lhe da circunstância de ser a cidade norte-americana onde a população de origem portuguesa é numérica e sociologicamente mais representativa. Fall River tem uma população de origem portuguesa que se eleva a 50 % da população total. Dado o facto da esmagadora maioria dessa população ser açoriana, essencialmente micaelense – Fall River é de resto frequentemente tratada, na imprensa açoriana e na imprensa étnica luso-americana, como a "décima ilha" do arquipélago (Leal, 2007).
Podemos mesmo referir que nas ruas de Fall River encontramos pessoas conhecidas com muita frequência nos supermercados ou em lojas, algumas frequentaram a mesma Escola ou trabalharam connosco ou simplesmente conhecemos.

III. O cortejo etnográfico (ou parade)

As Grandes Festas são geralmente apresentadas como a maior "festa portuguesa" fora de Portugal. Tendo lugar naquela que é considerada a mais emblemática cidade "açoriana" dos EUA, as Grandes Festas têm um público estimado em mais de 100.000 pessoas, proveniente sobretudo dos estados da costa leste dos EUA – Rhode Island e Massachusetts – mas também, da Califórnia e do Canadá, mas num número mais reduzido. Estas festas foram pensadas e concretizadas como um evento com capacidade de congregação do conjunto da comunidade luso-americana, não só ao nível da Nova Inglaterra, como ao nível da América do Norte no seu todo (Leal, 2007).
Não estamos de acordo com Leal, 2004 ao referir que o cortejo em muito pouco se assemelha ao cortejo do Espirito Santo nos Açores, uma vez que em Fall River foi pensado como um evento com capacidade de congregação do conjunto da comunidade luso-americana não só ao nível da Nova Inglaterra como ao nível da América do Norte, estaríamos de acordo se não existisse a Grande Festa do Espirito Santo em Ponta Delgada, a qual foi baseada na Grande Festa do Espirito Santo em Fall River e teve início em 2004.
Podemos comparar duas fotografias que se seguem, com alguns anos de diferença e as mulheres é que se mantêm no cortejo.

Figura VI - O cortejo etnográfico

Fotografia cedida por Silva, tirada em 1978

Figura VII - O cortejo etnográfico 1

Fotografia cedida por Machado,tirada em 2014

Silva, 2014 salienta que nestas festas continuam a procurar a ilusão de uma continuidade no tempo. Aqui, como noutros casos, a linguagem da tradição é uma linguagem decididamente inovadora, associada à criação de novos sentidos de comunidade e à busca criativa de novos enraizamentos.

Tendo como objetivo a exibição etnomimética da cultura popular açoriana, mas organizando-se de facto de acordo com o modelo norte-americano da *parade* étnica, o cortejo etnográfico das Grandes Festas pode pois ser visto como uma das melhores ilustrações da orientação bifocal que marca em plano de relevo as Grandes Festas.

A organização do cortejo etnográfico é feito pela 1ª geração e 2ª geração e a 3ª geração participa no cortejo (Machado, 2014).

IV. As festas de cada paróquia

As festas de cada paróquia são muito semelhantes às festas das freguesias nos Açores e na Igreja de São Miguel em Fall River, são uma réplica das festas da ilha de São Miguel, quer seja a nível religioso bem como a nível gastronómico.

As festas diferem em número de dias uma vez que em São Miguel são de sexta-feira a segunda-feira e em Fall River é de sexta-feira a Domingo, não havendo as arrematações da segunda-feira como em São Miguel.

De acordo com Machado e Silva (2014), o programa dos 3 dias é idêntico; começa na sexta-feira com o Arraial com bandas de música e artistas, no sábado à tarde com missa de festa, seguindo-se a mudança da imagem de São Miguel acompanhada por bandas filarmónicas. À noite arraial com bandas de música e artistas.

No domingo preparam os tapetes ao longo das ruas onde passa a procissão, como podemos ver na figura seguinte, esta poderia ser uma imagem de um tapete na ilha de São Miguel e são as mulheres da 1ª geração que têm a iniciativa e a 2ª geração colabora e a 3ª geração vai na procissão.

Figura VIII – Tapete nas festas de São Miguel

Fotografia cedida por Machado, tirada em 2014

A procissão é formada com várias imagens, incluindo a veneranda imagem do padroeiro, São Miguel. A procissão percorre o itinerário habitual:

Essex Street, Clinton Street, North Main Street, Brownell, N. Court Street, Oregon Street, Morton Street, Brightman Street, Saint Mary Street e Essex Street. Participam cinco filarmónicas.

À noite Arraial com bandas de música.

Figura IX - Os anjos na procissão da festa de São Miguel

Fotografia cedida por Thrue, tirada em 2014

A acompanhar estes três dias existem os stands (as barraquinhas) de comida e bebida açoriana, onde podem saborear as comidas tradicionais (Fava rica, morcela com ananás, inhames, arroz doce, malassadas, massa sovada e vinho caseiro).

Figura X – Malassadas

Fotografia cedida por Machado, tirada em 2014

É feito nos 3 dias as arrematações, bazar e stands de venda de produtos dos açores. Na figura seguinte podemos ver um stand da Ilha de São Miguel onde podemos ver entre outras coisas, figuras bordadas do Senhor Santo Cristo e os refrigerantes da Ilha de São Miguel: Kima e laranjada.

Figura XI – Stand ilha de São Miguel

Fotografia cedida por Machado, tirada em 2014

V. O Natal

O Natal é uma festa muito importante para os açorianos e por isso querem mantê-la viva, uma vez que para os Americanos a festa mais importante é o dia 4 de Julho, dia da independência (Machado e Silva, 2014)
No natal mantêm as tradições religiosas, nomeadamente a missa do galo e a nível das comidas fazem alguns doces: a massa sovada, o arroz doce e os suspiros (a primeira e 2ª geração).

Figura XII - arroz doce

Figura XIII - massa sovada

Figura IV - suspiros

Fotografias cedidas por Machado, tiradas em 2014

Mantêm a tradição de "mijinha do menino jesus" Uma das especificidades natalícias das ilhas dos Açores (ilha terceira e São Miguel) que vão a casa de familiares e amigos no dia de Natal e nos dias que se seguem, o que implica comes e bebes essencialmente doces e licores (Machado e Silva, 2014).
Os cantares e os ranchos "são expressões sociais" também utilizadas entre o Natal e o Ano Novo. Durante estes dias "é típico cantar os bons anos".

VI. A Páscoa

Tal como em São Miguel a Páscoa é celebrada com a família e amigos, depois das cerimónias religiosas (Machado, 2014), vão às cerimónias na quinta-feira santa onde assistem à Missa da Ceia do Senhor (Bilingue), Lava-pés, Transladação do Senhor Sacramento ao lugar da Reserva e segue-se a adoração ao Senhor Sacramento até à meia-noite.
Na sexta-feira Santa a Liturgia da Paixão e Morte do Senhor (Português) e a via Sacra em Inglês, com a Adoração da Santa Cruz. Mantêm a tradição de Abstinência e Jejum na sexta-feira Santa.
No Sábado Santo a Solene Vigília Pascal e Missa da Ressurreição (Bilingue) No Domingo de Páscoa missa da manhã em Português.
Silva, 2014 referiu que a ***nível da gastronomia mantêm o folar*** que é feito na sexta ou sábado e comido no Domingo de Páscoa, normalmente para as crianças fazem como faziam em são Miguel um folar com um ovo só.

Figura XV – o folar de Páscoa

Fotografia da autora, tirada 2012

As festas religiosas são celebradas pela 1ª e 2ª geração e a 3ª por vezes acompanha, mas não gosta de ir à missa quando é só em português, já o folar é essencialmente feito pela 1ª geração, mas apreciado pela 2ª e 3ª geração o (Silva, 2014).

Considerações finais

Podemos pensar que os espaços insulares parecem apresentar uma especial propensão para gerarem emigração. A explicação para tal tem sido sobretudo encontrada na escassez de recursos, que se acredita ser mais pronunciada nas ilhas, que são espaços limitados, e onde há por isso, senão maiores dificuldades em comportar grandes pressões demográficas, pelo menos uma perceção mais evidente da finitude dos meios. A emigração funcionaria então, à luz desta perspetiva, como uma "válvula de escape" inevitável para as ilhas, ou, dito noutros termos, um imprescindível "mecanismo de ajustamento económico"(Royle, 2001).
O diálogo entre terra de origem e terra de acolhimento, entre Tradição e Tradução é estruturante da grande maioria das formas culturais características da comunidade açoriano-americana (Leal, 2007).

Estas famílias mantiveram e mantém algumas tradições da sua terra de origem, bem como participaram em festas e jantares, seguidas de leilões e recolha de donativos, nas coletividades de emigrantes açorianos e seus descendentes para patrocínio de melhoramentos em igrejas e impérios do Divino Espírito Santo e aquisição de instrumentos musicais para as filarmónicas da sua terra Natal

A 2ª geração encontra-se presente nas Grandes Festas, tanto em ranchos folclóricos, como nas bandas filarmónicas, como nas delegações de escolas portuguesas de alguns clubes.

Esta presença da 2ª geração resulta em larga medida de um esforço consciente da 1ª geração para participarem nas tradições quer festivas quer a nível da gastronomia.

Como podemos verificar ao longo do texto as tradições são mantidas pela 1ª geração com a colaboração da 2ª geração e a 3ª geração participa em algumas tradições mas apenas se for em bilingue.

Em termos de conclusão referimos o que Silva nos disse em relação aos filhos (3ª geração) : "os os meus filhos são americanos, são luso-americanos, eles acompanham-me nas atividades portuguesas, culturais portuguesas, mas a preferência deles, evidentemente, não é um clube português. (...) Eles vivem o ambiente americano, são americanos, falam inglês, estudam em escolas americanas. A simpatia que eles possam ter ou não ter pela ascendência dos pais (...) é uma coisa um pouco limitada, porque, enfim, eles não esperam beneficiar de nada desse sector cultural que é o português.

Referências bibliográficas

BALDACCHINO, G. (1997), *Global Tourism and Informal Labour Relations: The Small Scale Syndrome at Work*. London: Mansell.

BALDACCHINO, G. (2007), *Islands – objects of representation*, Geografiska Annaler B, 87, pp. 247-251.

CONNELL, J. (2007), "Island migration", In G. Baldacchino (eds.), *A World of Islands*. An Island.

CONNELL, J. (2007). "Migration", In G. Baldacchino (eds.), *A World of Islands. Charlottetown:Culture, Difference*. Londres: Lawrence & Wishart, pp. 222-237.

DEPRAETERE, C & DAHL, A.L (2007), "Island locations & classifications" In G. Baldacchino, (eds.), *A world of islands: An islandstudies reader, Charlottetown, Canada and Luqa, Malta*, Institute of Island Studies: University of Prince Edward Island and Agenda Academic, pp.57-105.

GABRIEL, J. (2014), *Festa centenária da Irmandade do Império Micaelense em Hudson*Portuguese Times online, Disponível em http://www.portuguesetimes.com/admin/archive/Edicao%202243.pdf, [consultado em 10-12-2014].

HOYLE, B. & BIAGINI, E. (1999), *Insularity and Development: International Perspectives on Islands*. London: Pinter.

KING, R. & CONNELL, J. (eds.) (1999), *Small Worlds, Global Lives: Islands and Migration*. London: Pinter.

LEAL, J. (2007), *Açores, EUA, Brasil: Imigração e Etnicidade*. Direcção Regional das Comunidades, Nova Gráfica, Lda.

Machado (2014). Entrevista com a autora.

NEWITT, M. (1992), "Introduction", In H. M. Hintjens & M. D. D. Newitt (eds.), *The Politic*al, Malta: Progress Press, pp. 36.

PORTUGUESE TIMES (2014), *Grandes Festas do Espírito Santo da Nova Inglaterra*. Newspaper Online de 20 de Agosto, 1(1), Disponível em http://portuguesetimes.com/admin/archive/Edi%C3%A7%C3%A3o%20 2252%20-%2020%20de%20agosto%20de%202014.pdf, [consultado em 10-12-2014].

PROGRAMA DA GRANDE FESTA DO ESPIRITO SANTO. Disponível em http://cacores.ca/index.php?option=com_content&view=article&id=471%3Aprograma-das-grandes-festas-do-divino-espirito-santo-da-nova-inglaterra-2014&catid=44%3Aeventos-externos&Itemid=244&lang=pt, [consultado em 13-12-2014].

ROYLE, S. (2001), *A Geography of Islands. Small Islands Insularity*. London: Routledge.

SILVA, M. (2014). Entrevista com a autora

THRUE, E (2014). Entrevista com a autora.

Casa de Lava, o cinema e a narrativa sobre diásporas

Dra. Astreia Soares[1]

Dr. Luiz Henrique Barbosa[2]

Dra. Maria Cristina Leite Peixoto[3]

Resumo: O trabalho discute, a partir da análise do filme *Casa de Lava* (Portugal, França e Alemanha, 1994) de Pedro Costa, como o cinema de ficção representa situações diaspóricas em países africanos de língua portuguesa. Ressalta encontros entre personagens da cultura portuguesa e cabo-verdiana, que parecem impossíveis no período em que se passa o filme e que se tornaram frequentes no mundo contemporâneo. Identifica na narrativa ficcional, que retrata seus personagens em situações paradoxais, diversas da de seu local de origem, como se concebem nova formas de identidades fluidas, não fixáveis, intercambiáveis e mais representadas pelo "estar" do que pelo "ser". Esta análise aborda motivações dos personagens para se deslocarem de seus contextos familiares, seus encontros e estranhamentos e apoia-se em teóricos dos estudos culturais para compreender os impactos das situações interculturais na formação da identidade do sujeito contemporâneo.

Palavras-chave: Cinema. Casa de Lava. Diáspora. Deslocamentos. Identidade.

O filme Casa de Lava (Portugal, 1994), de Pedro Costa, é tomado neste trabalho como objeto de referência para discussão das narrativas que se tem feito por intermédio do cinema a respeito da diáspora africana. Embora o termo "diáspora" venha sendo aplicado por alguns autores (Cohen, 1997; Mcload, 2000) de forma distinta de outros termos como migração, pós-colonialismo e deslocamento usaremos este conceito em um sentido amplo que contempla diferentes formas de mobilidade humana.

A diáspora é um fenômeno que está inserido na dinâmica social e se intensifica nas sociedades contemporâneas. Quanto mais se ampliam as necessidades e desejos de mobilidade, mais vemos alterações com relação à manutenção das tradições e da constituição das identidades dos sujeitos.

Nas sociedades contemporâneas, a tradição, mesmo mantendo-se como um conjunto de referências que ainda afeta os padrões interativos, ficou exposta à discussão pública e à crítica, sofrendo não só perdas quantitativas, mas também mudanças qualitativas.

Da mesma forma, de acordo com Hall (2003) a cultura e identidade modernas não seguem mais modelos culturais fechados. Para ele, no lugar antes idealmente ocupado pelo "ser" encontramos agora o "tornar-se" ou o "estar", condições que se referem a uma forma de identidade fluida, resultado de um processo de proliferação das diferenças e das combinações hibridas. A cultura global foi sendo transformada pelos movimentos diaspóricos de tal forma que cultura e identidade não se restringem mais a modelos homogêneos. As experiências de deslocamento narradas no filme *Casa de Lava* podem ser vistas como antecedentes históricos de um processo que se tornou cada vez mais crescente na esteira da globalização e que sempre teve destaque na história do povo africano.

Não é nossa intenção aqui lastimar uma relação com a tradição que se vê modificar, mas ressaltar as características das identidades hibridas (Bhabha, 2001), que provocam novos modos de pensar sobre identidade cultural a partir das paisagens que se desenham por meio das narrativas sobre diásporas. O sujeito que se desloca de seu

---

1 Doutora em Sociologia e Antropologia pela UFRJ, professora e pesquisadora do Mestrado em Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade Fumec. astreiasoares@gmail.com

2 Doutor em Literatura pela PUC Minas, professor e pesquisador do Mestrado em Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade Fumec. luizhb@fumec.br

3 Doutora em Sociologia e Antropologia pela UFRJ, professora e pesquisadora do Mestrado em Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade Fumec. mcrislep@fumec.br

local de origem parece estar em posição privilegiada para questionar as visões de mundo totalizadoras ou que pretendem ser inteiras ou puras. Ao contrário, o estudo das narrativas sobre estes deslocamentos, como acontece neste filme de Pedro Costa, nos mostram visões de mundo que se constituem como desordenadas e hibridas. O percurso de Leão e Mariana, personagens centrais do filme, nos alerta para a ideia de que as raízes culturais não são seguras e fixas. Ao contrário, as mudanças e movimentos inerentes à dinâmica social levam as pessoas a terem que continuamente arquitetarem para si mesmo rotas culturais itinerantes. Levados à condição de personagens centrais pelo cineasta, Leão e Mariana são dois exemplos de sujeitos que vivem à margem da sociedade portuguesa e, como tal, precisam desenvolver, como nos alerta Bhabha (2001), a arte de repensar os modos dominantes com os quais história, identidade e comunidade são oficialmente apresentados. Por pertencerem à borda suas referências são intersticiais e hibridas.

> Se a experiência da dispersão dos povos que saem de sua terra de origem e passam a viver em outro lugar não faz com que haja o abandono das tradições, elas não são mantidas "puras" na situação de vida pós-deslocamento. Os conteúdos tradicionais são remodelados continuamente e não garantem um retorno não conflituoso às origens nem a ausência de dificuldades de readaptação, podendo acarretar inclusive a impossibilidade de reinserção sociocultural. Muitos sentem falta dos ritmos de vida que experimentaram, muitas vezes mais cosmopolitas do que o conheciam anteriormente ou passam a não reconhecer sua terra e a sentir-se deslocados nela.

A diáspora produz impactos socioculturais relevantes, tanto no nível macro - economia, papeis de gênero, indicadores populacionais, culturas-, quanto no nível micro, com a criação de sujeitos desterritorializados, deslocados e desenraizados. Estes, pela experiência adquirida no processo migratório, com o estabelecimento de relações interculturais e o cruzamento de trajetórias e identidades diversas, tornam-se portadores de novos valores e visões de mundo que ajudam a reinventar culturas, tradições e a si mesmos. A diáspora engendra, pois, a possibilidade de emancipação, mas também a geração de conflitos, tensões e insucessos.

A produção cinematográfica tem contribuído para aumentar a visibilidade da diversidade cultural e dos processos que acompanham a dinâmica da globalização, dentre os quais a mobilidade e seus impactos na sociedade e na cultura. Particularmente no cinema que trata de países africanos de língua portuguesa, cineastas têm se dedicado aos temas do deslocamento, do exílio, da diáspora, da experiência de não pertencimento vivenciada por indivíduos e grupos e da relação estabelecida entre tradição e modernidade nos locais em que essas situações são recorrentes. Nesse contexto, o cinema se afirma como uma mídia portadora de significação e um meio privilegiado de comunicação e representação para comunidades diversas.

O caso da África mostra que, apesar das dificuldades em se falar de um cinema africano - o que implicaria um processo consensual de construção de valores comuns às suas múltiplas etnias -, pode-se identificar que há um interesse do cinema de evidenciar uma outra relação de identidade "para além das fronteiras artificiais e fictícias herdadas da colonização e que definem os contornos dos estados modernos africanos (Bamba, 2010: 271). De acordo com Bamba (2010), diante de uma realidade atual desoladora, o cinema africano recorre aos seus mitos fundadores, às grandes epopeias oralmente transmitidas e à literatura, para criar uma estratégia de superação e revanche ao colonialismo. Isso não significa, porém, que filmes africanos se limitem a uma volta ao passado, às tradições orais e costumes locais; eles chamam atenção para questões do presente, tais como as tensões entre a modernidade e a tradição no mundo globalizado, avançam no sentido de ultrapassar as imagens culturais estereotipadas e expressam questões importantes para as sociedades locais que tentam se reestruturar em meio a turbulências políticas e econômicas de longa data. Mesmo com a falta de investimentos e as questões político-ideológicas que envolvem o seu passado colonial, o cinema africano segue na busca por representações sobre o continente que ocorrem, muitas vezes, num quadro de instabilidade social e trazem à tona questões ligadas aos conflitos entre o novo e o velho, entre a tradição e a modernidade, entre as culturas global e local, estimulando cineastas a fazer dessas questões algo bastante recorrente nos filmes que realizam. Diretores e roteiristas – africanos ou não – que trabalham com a temática de África irão nos apresentar significativos olhares simbólicos sobre fatos que correspondem a um mundo tido como real, carregados de significa-

do e impregnados da sua percepção. Ou seja, não são produções imparciais e neutras. Na análise essencial de Marc Ferro (2010), esta seria uma característica inerente ao fazer cinematográfico, em geral. Para ele, o filme teria o papel de ajudar na "construção de uma contra-história", que se torna liberada da história oficial e de arquivos escritos unicamente a partir da memória conservada pelas instituições formais.

Esta perspectiva discutida por Ferro torna-se mais complexa quando falamos dos arquivos restritos, registros incompletos e memória pouco resguardada da arte e da cultura de muitos países, principalmente dos países africanos tradicionalmente alijados dos processos produtivos das artes. Nos parece razoável supor que o cinema encontra-se em um terreno de maior liberdade de movimentos para circular entre o que é tido como real e o que é tido como ficcional.

Marc Ferro (2010) nos vale novamente como referência, quando diz que o cinema é um produto da cultura que se relaciona de forma bastante próxima com o discurso, tanto como veículo de construção de relatos históricos, quanto por sua importância sociocultural dentro das sociedades. Ou seja, o cinema pode ser entendido como meio de construção e legitimação de um dado discurso, quer seja ele de conteúdo histórico, político, social, antropológico, etc., que compõe o relato sobre a identidade coletiva ao mesmo tempo em que o torna público.

O filme *Casa de Lava*, no nosso entender, permite mostrar como o cinema de ficção sobre África representa situações diaspóricas com seus discursos sobre a diversidade cultural, movimentos, estranhamentos, encontros com o outro, processos de formação de uma identidade fluida, etc. Interessa-nos verificar, além desse conteúdo, a sua forma de construção, a sua maneira de narrar.

No cinema de ficção encontramos uma estreita relação entre filme e narração. Tal relação não era percebida nos primórdios do cinema quando sua estética se aproximava mais da fotografia do que da arte de contar uma história. Foi o que aconteceu, por exemplo, com os filmes mudos, que centraram grande parte de suas ações em um único quadro. Diferentemente dessa estética, encontraremos produções que utilizam a montagem paralela, ou seja, a alternância de duas ou mais linhas de ação que formarão um significado implícito a ser interpretado pelo espectador.

A partir desse momento, a narrativa passa então a ser a forma privilegiada para a produção dos filmes e o interesse daqueles que compram um ingresso para assisti-los. Diante disso, torna-se necessário analisar as diferentes formas pelas quais ela se apresenta e de que maneira sua composição influenciará a significação construída pelo espectador. Já que nos interessa perceber como o produto fílmico chega até ao espectador e não apenas o seu processo de produção, afastaremos da abordagem estruturalista de investigação de filmes, que tem o objetivo de voltar-se unicamente para o produto, na tentativa de identificar elementos ou dispositivos comuns às narrativas, para adotar a abordagem cognitivista desenvolvida por Bordwell (1985), cujas ideias foram assim sintetizadas por Robert Stam:

> Para Bordwell, a narração é um processo no qual os filmes fornecem indicações aos espectadores, que utilizam esquemas interpretativos para construir histórias ordenadas e inteligíveis em suas mentes. Do ponto de vista da recepção, os espectadores planejam, elaboram e por vezes suspendem e modificam suas hipóteses sobre imagens e os sons apresentados na tela. Do ponto de vista do filme, a narrativa opera em dois níveis: (1) o que os formalistas russos chamam de *syuzhet,* isto é, a forma concreta, ainda que fragmentada e fora de sequência, como os acontecimentos são contados; e (2) a fábula, ou seja, a história ideal (lógica e cronologicamente ordenada) que o filme sugere e que o espectador reconstrói com base nas indicações oferecidas pelo filme. A primeira instância, a *syuzhet* (trama) orienta a atividade narrativa do espectador ao fornecer diversos tipos de informações pertinentes com respeito à causalidade e as relações espaço-temporais. A segunda é um construto puramente formal caracterizado pela unidade e coerência. (Stam, 2009: 269).

A abordagem de Pedro Costa no seu segundo longa-metragem tematiza o deslocamento dos sujeitos que seguem um trajeto de ida e volta, durante o qual ocorrem experiências que lhes afetam a subjetividade. Com referências sutis ao contexto sociopolítico português, o filme *Casa de Lava* dá ênfase às dimensões existenciais de indivíduos que se deslocam, apontando para a complexidade do fenômeno da diáspora.

A enfermeira Mariana (interpretada por Inês Medeiros), que viaja de Portugal a Cabo Verde, antiga colônia portuguesa, acompanha Leão (interpretado por Isaach de Bankolé), operário cabo-verdiano que após sofrer um acidente durante o trabalho em Portugal, retorna, em coma, à sua terra de origem. A primeira visão que é dada ao expectador é de imagens aéreas, portanto da ótica de Mariana de dentro do avião que os conduz, que retrata a Ilha do Fogo como paisagem vulcânica. Se esta é a "casa" de Leão, é também uma casa de lava e de tudo que isto pode representar em termos de natureza inóspita.

Os dois são "deixados" na ilha, retratada como uma terra seca, característica que se estende à maneira com a qual os moradores, mulheres, em sua maioria, recebem o filho que retorna. A sensação de abandono e de solidão incide não só sobre os dois personagens; pode-se inferir que trata-se de uma condição social de maior alcance, como indicam os percursos dos personagens: "um que vai de Cabo Verde – terra avessa a toda vida, sede do Tarrafal e do "campo da morte lenta para os presos políticos do Estado Novo" – a Portugal e outro, que vai de Portugal a essa ilha de terra infértil para onde ninguém volta"

Merece destaque no filme a sua forma de narrar a história. Ao lado de imagens em movimento que irão contar a história dos personagens a partir do percurso de Mariana, teremos imagens congeladas de personagens, lugares e objetos da ilha que parecem nos apontar para outras versões de sua história. Essa pode ter sido uma tentativa do diretor de mostrar no plano estrutural os diferentes pontos de vista apresentados por aqueles que produzem deslocamentos em sentidos opostos.

As condições que levaram Leão para Portugal e a frieza de como é recebido ao voltar para "casa" não são reveladas por uma narrativa linear. É Mariana que vai se encarregar de buscar maneiras que a levem a desvendar este mistério ao longo da trama. Para isto, ela trava contato com outros personagens moradores da Ilha que parecem colocados ali como peças isoladas. As suas relações também não são reveladas claramente para a visitante estranha ao local.

Uma das razões do clima desconfortável de sigilo que se apresenta pode ser o receio da população com relação ao regime opressor de Salazar. A menção ao Tarrafal, campo de concentração para onde foram mandados os opositores de seu regime, anunciam a razão do distanciamento, da insegurança e do silêncio. Aqui o expectador é introduzido também por Pedro Costa a um contexto histórico e político que foi desencadeador de tantos deslocamentos, na sua maioria involuntários, do povo Português e dos países africanos de língua portuguesa. A personagem Edite e seu filho são exemplos de prováveis desterrados de seu local de origem em Portugal, chegando ali para acompanhar o marido que teria feito oposição política ao regime de Salazar.

Mariana, contudo, não se intimida diante dos mistérios e da reserva da população local. Ainda que em Portugal esteja revestida de elementos de exclusão, por ser mulher e não pertencer à elite social, econômica e política, no Cabo Verde carrega consigo a força de um Portugal colonialista. Sua coragem para proteger Leão ou para se livrar da tentativa de estupro, por exemplo, não advém exclusivamente de suas características pessoais mas, em grande parte, por representar ali a figura do colonizador.

Nesta condição se reveste de uma superioridade de perita branca na colônia para determinar atitudes de higiene, para vacinar crianças ou para dissuadir outros interessados em migrar para Portugal em busca de um futuro melhor.

Mariana e Leão se distinguem pela nacionalidade, pelo gênero, pela etnia e pelos lugares distintos que ocupam na estrutura social, mas se aproximam pelo deslocamento, pela desvinculação à terra de origem e pela busca de uma vida melhor. Porém, Leão não encontrará acolhida em sua terra natal. Na condição de retornado a casa espera-se que vá encontrar ali uma retomada de sentido de sua vida, a revelação de quem ele é, de onde é originário, a qual contexto pertence. Voltar para casa deveria ser o retorno a um lugar onde é bem-vindo, onde seria cuidado pelos seus e estaria entre aqueles que se parecem com ele. Esta casa, contudo, não se desenha em formas nítidas e sim incompletas, obscuras e deixadas a um passado fragmentado e descontinuado com o presente.

Leão é um deslocado e este senso permanece mesmo com seu retorno ao território geográfico da Ilha. Ainda que as noções de nacionalidade, etnicidade ou raça configurem-se como esferas de pertencimento dos indivíduos a grupos pretensamente homogêneos, estes modelos não parecem ser mais suficientemente adequados diante das consequências da mobilidade humana e suas diásporas. O modo como as pessoas deslocadas pen-

sam seu lugar e sua terra dificilmente geram sentido direto de pertencimento. Outras possibilidades identitárias surgem deste contexto colocando os sujeitos na condição de *in-between*. Conforme ressalta Hall (2003), esta é uma posição excitante que encerra em si novas possibilidades e até mesmo privilégios.

Baseando em Hall, podemos dizer que Leão experimenta uma dupla diáspora: submetido a trabalho em condição semelhante a do trabalho escravo em Portugal e como sujeito isolado e discriminado pela origem e pela raça no contexto colonial. Hall destaca que estas são duas formas diferentes de subordinação, mas ambas exigem do sujeito a capacidade de se adaptar infinitamente a culturas mais poderosas. Neste sentido, as diásporas são um extraordinário laboratório cultural em que as tentativas de sobrevivência são trabalhadas e experimentadas. Tampouco Mariana achará o que procura, já que tem dificuldades em se comunicar e interagir com os nativos. São indivíduos que encarnam a história de todos aqueles que querem partir, descentrados não só de seu mundo mas também de si mesmos, cujo modo de vida tem sido tratado por análises sociológicas acerca da modernidade tardia.

Para Hall (2003) a experiência da diáspora na modernidade representa tanto a possibilidade de mobilidade quanto a falta de um destino, de uma chegada segura e definitiva: estamos todos sem rumo, somos parte de um processo que suscita sentimentos ambíguos de pertença e de deslocamento, memória e esquecimento.

Mesmo considerando que a experiência da modernidade se expandiu pelo mundo de forma desigual e combinada com culturas diversas (cf. Domingues, 2004), de modo geral pode-se dizer que é notável o fato de que as tradições perderam quase que completamente sua capacidade de moldar comportamentos e de ter credibilidade frente a indivíduos com grande disposição para utilizar a razão como referência na condução de sua vida. Como parece acontecer com Leão e Mariana, as identidades se tornam desvinculadas de tempos, lugares, histórias e tradições específicas.

O *desencaixe* das relações sociais (Giddens,1997) e as novas experiências daí advindas promovem uma nova postura dos indivíduos, obrigados a lidar com perigos e riscos de dimensões supralocais; ao mesmo tempo, cria novas oportunidades emancipatórias, o que lhe dá um *caráter duplo*. Essas condições de vida obrigam à administração dos riscos e oportunidades criadas a partir de várias influências, muitas vezes desconectadas de um local específico, dando origem a novas formas de relacionamento social, baseadas na *reflexividade*. Isso significa que, em decorrência das condições da vida contemporânea, os sujeitos precisam utilizar mais intensamente sua capacidade de refletir sobre as condições sociais de sua existência e orientá-la com os recursos que dispõe. Assim, em referência à diáspora, observam-se nos deslocamentos contemporâneos processos de reorganização das crenças e da tradição, produzidos numa sociedade cujo motor é "a insaciedade das expectativas que ela suscita e cuja condição cotidiana é a incerteza ligada à busca interminável dos modos de satisfazê-las" (Hervieu-Léger, 1999: 42).

A intensa mobilidade populacional ocorre no quadro dessas expectativas, nem sempre alcançadas por aqueles que mudam de lugar, seja em busca de uma vida melhor, seja da inserção na "modernidade", seja de um sentido para a vida. Impelidos a se lançar no mundo, em geral, neles permanece algum sentimento de identificação com a cultura de origem e pela vontade de retorno à casa. Contudo, o retorno a um lugar seguro não constitui tarefa simples, como demonstram os personagens de *Casa de Lava*. Casa se transforma em um lugar mítico e para o qual não se retorna, mesmo quando voltam ao seu território geográfico de origem.

Nesse trajeto de busca, uma multiplicidade de possibilidades nos são apresentadas e se coloca a necessidade de escolha sobre o que fazer. Essa decisão pode inclusive ter a tradição como referência, transformada em *uma* das opções entre tantas outras possíveis, como, por exemplo, lançar-se no mundo. Essa, segundo Giddens, é a verdadeira condição de "autenticidade" da vida moderna, e tem amplas consequências sociais.

Mariana e Leão parecem não contar com as orientações e os mecanismos de controle da ansiedade disponibilizados pela tradição, mas isso não garante segurança e alívio. Conforme Giddens (1990), a aplicação do conhecimento humano à natureza e à sociedade e a consciência do risco advindo disso, trouxeram dimensões preocupantes e criaram novas situações subjetivas. Cresce assim a *insegurança ontológica,* que, segundo o autor, provém da dissolução da tradição e implica na vivência de "vertigens" emocionais, na perda de confiança no conhecimento tradicional, na instabilidade da auto-identidade e da sociedade circundante.

Como recurso para lidar com a insegurança que resulta da dissolução da tradição, os indivíduos podem recorrer aos sistemas peritos, mas não descartam outras possibilidades.

Bauman (1998) interpreta este contexto como *o mal estar da pós-modernidade* que ele analisa apontando que ser moderno significa estar em movimento. Isso não é propriamente uma escolha, no mundo pós-moderno todos os habitantes são nômades, mas nômades à procura de um local para se fixar. Essa procura tem sido inglória, já que "depois de cada curva surgem novas curvas, com novas frustrações e novas esperanças ainda não destroçadas". (Bauman, 1998:92).

O filme *Casa de Lava* nos permite perceber representações das dimensões das diásporas,

> ao tratar das situações de indivíduos em mobilidade e das maneiras com que lidam com
> informações e experiências adquiridas, bem como com o modo pelo qual tentam se construir como novos tipos de sujeitos. Sobre isso, Hall afirma que
>
> A experiência da diáspora, (...) é definida (...) pelo reconhecimento de uma diversidade e heterogeneidade necessárias; por uma concepção de 'identidade' que vive com e através, não a despeito, da diferença; por hibridização. Identidades de diáspora são as que estão constantemente produzindo-se e reproduzindo-se novas, através da transformação e da diferença. (2003: 75).

No caso da África, o cinema tem sido importante nesse processo de construção/reconstrução identitária que pretende extrapolar e superar as fronteiras coloniais, como é o caso do filme aqui analisado. No filme *Casa de Lava* percebe-se a criação de uma trama que além de tratar dos impactos da diáspora na subjetividade de seus participantes, indica as dificuldades das relações sociais dos personagens envolvidos nos processos contemporâneos de mobilidade.

Os Estudos Culturais problematizaram esses impactos nos contatos entre culturas das populações colonizadas e culturas dos países colonizadores, revelando significativas dificuldades na relação com a alteridade. No filme, a enfermeira Mariana, perdida e confusa, tenta se envolver com os habitantes da aldeia, mas não os compreende. O próprio Pedro Costa confirma as dificuldades de relacionamento com o outro, conforme seu depoimento:

> Quando cheguei a Cabo Verde, conheci pessoas que se comportavam, que se moviam, agiam e falavam ao contrário do que tinha lido, visto e pensado à distância; tive que aprender uma língua que não conhecia, o crioulo, e isso foi o primeiro sinal para o que viria a acontecer (...) Apetecia-me mais filmar com as pessoas da aldeia do que com os atores que tinha levado comigo e muitas vezes queria estar sozinho com a câmara em frente desses "enigmas", mulheres, crianças, animais, cemitérios…. Interessava-me pelas histórias que me contavam ou que imaginava e acabava por me perder nelas.

Porém, o cineasta conta que fez amigos em Cabo Verde e que retornou diferente a Lisboa, portando um "grande saco" com as entregas solicitadas pelos moradores da ilha cabo-verdiana aos compatriotas habitantes dos bairros cabo-verdianos em Portugal. "E foi assim que entrei nas Fontainhas, para onde eram destinadas a maioria das entregas ( ). Essas cartas, foram uma espécie de salvo-conduto, de palavras mágicas, para entrar no bairro onde fiquei até hoje".

Conforme revela o depoimento, o cineasta, diferentemente de seus personagens, parece ter sido bem sucedido em encontrar seu lugar. Mariana e Leão, por sua vez, desencaixados de suas tradições, de suas comunidades e de si mesmos, mostram que a modernidade é uma "promessa que não se cumpre minimamente" (Domingues, 2004, p.155). Apesar disso, permanece o esforço para a construção de novas identidades numa sociedade movida pela não satisfação das expectativas que ela própria criou, e que cotidianamente promove a incerteza sobre os modos de satisfazê-las.

Referências

BAMBA, Mahomed. Introdução. *In:* MELEIRO, Alessandra (org.). *Cinema no mundo: África*. v. 1. São Paulo: Escritora Escrituras, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. (1998), *O mal-estar da pós-modernidade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BAUMAN, Zygmunt. (1999), *Globalização*; a*s consequências humanas.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BHABHA, Homi K. (2001), *O local da cultura.* Belo Horizonte: Editora UFMG.

CASA de Lava. Direção: Pedro Costa. Produtor: Paulo Branco. Portugal, 1994. 110 min. Son., Color.

COSTA, Pedro. *Entrevista,* Disponível em http://www.artecapital.net/entrevista-158-pedro-costa, [consultado em 1-12-2014].

COHEN, Robin. (1997), *Global diásporas*. London: UCL Press.

DOMINGUES, José Maurício. (2002), *Interpretando a modernidade*. Rio de Janeiro: FGV.

DUMAS, João. *Alguns encontros*: *de Casa de Lava a juventude em marcha,* Disponível em http://www.revistacinetica.com.br/costadumans.htm, [consultado em 23-3-2014].***Casa de Lava* a /2010**

FERRO, Marc. (1996), *História das colonizações*. São Paulo: Companhia das Letras.

GIDDENS, Anthony.(1997), "A vida em uma sociedade pós-tradicional". In: BECK, Ulrich.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Modernização reflexiva*. São Paulo: Unesp.

HALL, Stuart. (1996), "Identidade cultural e diáspora". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.24, p.68-75, 1996.

HALL, Stuart. (2003), *Da Diáspora: identidades e mediações culturais.* Belo Horizonte: Editora UFMG.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. (1999), *Le pèlerin et le converti*. Paris: Flammarion.

McLEOD, John. (2000), *Beginning poscolonialism*. Manchester: Manchester University Press.

STAM, Robert.(2009), *Introdução à Teoria do Cinema*. Campinas: Papirus.

As narrativas e discursos da(s) política(s) de integração de imigrantes dos partidos políticos na Espanha

Belén Fernández Suárez[1]

Resumo: Esta comunicação analisa as narrativas e discursos sob a integração dos imigrantes dos principais partidos político com representação parlamentar na Câmara Baixa espanhola. Em especial, farei especial finca-pé na sua visão sobre o debate cultural na integração. A nossa hipótese é que existe uma confluência no discurso com as políticas restritivas na Europa, que exigem um maior esforço (assimilacionista) por parte das pessoas imigrantes, e uma visão negativa sobre a multiculturalidade e a integração grupal. Há consensos coma que a acomodação deve ser responsabilidade individual, e também dissensos em quanto a temas coma a igualdade de direitos. A interculturalidade, um conceito que foi agradável para a maior parte das forças políticas, deixou passo a uma visão mais assimilacionista por parte dos partidos mais conservadores.

Palavras-chave: discursos políticos, narrativas, partidos políticos, imigrantes, integração, interculturalidade.

1. O discurso político em matéria de imigração na Espanha

A importância do estudo do discurso sob integração de imigrantes achasse no feito da sua capacidade para influenciar à opinião pública, e por suma ao conjunto da sociedade. O discurso político pode gerar câmbios sociais e também reproduzir uma ordem social estabelecida (Berger e Luckman, 1966; Foucault, 1992; Bourdieu, 1999, Dijk, 2003a). O discurso político dominante levanta visões da realidade, e é quem de classificar e definir problemas sociais (Bourdieu, 1999). O poder dos discursos está no emissor, serão as elites as que possam aceder ao domínio público, e nas margens estarão as palavras dos silenciados e excluídos da sociedade (Van Dijk, 2003b).

A linguagem tem uma importante solidez no âmbito político porque as políticas públicas têm um carácter argumentativo. As resoluções políticas são ditas a través da linguagem. A legitimação social nas políticas públicas precisa de uma boa comunicação da lógica e das premissas que justificam a sua posta em marcha. A verbalização da ideia provoca uma definição da realidade que se fez mais sólida pela súa inclusão na agenda mediática (Majone, 1992; Lakoff, 2007).

No presente relatório analiso como os distintos partidos políticos espanhóis pensam a integração de imigrantes, utilizando entrevistas qualitativas em profundidade realizadas aos principais atores com representação parlamentar na câmara baixa estatal, e fazendo um seguimento dos seus posicionamentos públicos: discursos em sede parlamentar, documentos internos e externos, e novas de prensa escrita.

Os representantes políticos empregam uma linguagem própria que pode qualificar-se com neutral, no senso de ter a capacidade de expor os sucessos como objectivos (Gil Araujo, 2007). Este discurso político no caso espanhol está a ser condicionado pelo facto de ser a Espanha a fronteira Sul de Europa, e esta realidade exerce uma influência no discurso político, onde tem mais peso os conteúdos relacionados com o controle de fronteiras, e uns posicionamentos que defendem posições restritivas nas políticas migratórias.

Na Espanha, a construção de um discurso político (discourse-building) sob imigração é um processo no que destacam os argumentos restritivos, é dizer, aqueles que percebem a imigração como um problema a resolver, ideia que já estava presente nos inícios da sociologia da Escola de Chicago. O linguista estado-unidense Lakoff (2002) afirma que o sucesso dos partidos conservadores em matéria de comunicação devesse á súa capacidade de estruturar os debates políticos arredor de uns valores básicos e mui enraizados na imensa maioria dos cidadãos. As políticas de esquerdas e direitas baseassem na sua percepção divergente da família e a moral. Os

1 Professora de Sociologia na Universidade da Corunha (Galiza, Espanha). belenfernandez@udc.es

valores progressistas têm como ideal um modelo de família democrático e permissivo, em cambio, a moral conservadora tem como exemplo valores conservadores e estritos para a família (Lakoff, 2006).
No âmbito das migrações triunfou a visão conservadora que defende castigar a imigração irregular, o discurso de proteção das fronteiras, a escasseza de recursos sociais e económicos para todos e todas, o discurso nativista de perda da identidade e da necessidade de proteger a mesma para o qual é indispensável um maior controle sob a integração dos estrangeiros na sociedade de destino (Lakoff, 2006).
A imigração é conceptualizada em termos de subalternidade, que é retroalimentada através dos meios de comunicação, é dizer, são maioria as representações culturais negativas que estão á procura de estigmatizar aos imigrantes (Nash, 2005). O feedback existente entre meios de comunicação e os discursos políticos pode ver-se na influência que têm as novas da prensa escrita na formulação de perguntas de controle parlamentário pela oposição ao governo na câmara baixa, e na própria argumentação dos diversos parlamentários (Fernández Suárez, 2011).
Em traços largos, a opinião sob imigração dos atores políticos obtém consenso nos termos empregados e na linguagem da política, é o que se denomina teoria pública da integração da imigração (Favell, 2000). Não só se construí a imagem social da imigração senão que se define a própria sociedade de acolhida (Gil Araújo, 2007). O produto dessa interação é sempre uma dicotomia dum "eles" negativo e um "nós" positivo (Van Dijk, 2003a; Sayad, 1991).
A imagem do imigrante está associada a metáforas étnicas como a existência de um mito ancestral comum ao conjunto da colectividade, o pensamento de que o vínculo étnico supõe um passado compartido e unidimensional, que as pautas culturais de esta colectividade aparecem na vida quotidiana, a colectividade está ligada a um território, e finalmente, percebesse ao imigrante como ancorado na súa identidade comunitária (Lurbe, 2008).
No caso espanhol, o discurso político sob a imigração é um continuum heterogéneo de posições que oscilam entre o defensivo-paternalista e o utilitarismo-humanista. Existem matizes nas narrativas e também há um contexto de oportunidade política que faz que se produza um intercâmbio de roles que depende da ideologia e da posição no governo e na oposição, junto com o sesgo de que normalmente as pessoas encargadas de trabalhar a temática da imigração nas distintas forças políticas soem ser sensíveis á questão.

2. Análise do discurso político partidário sobre integração de imigrantes na Espanha

Até o último cambio legislativo em matéria de regulação da população estrangeira no ano 2011, a política espanhola em temas migratórios afastava-se grandemente do ocorrido no contexto europeu e na legislação dos contratos de integração para estrangeiros (Carrera, 2006). Estos contratos forçavam aos imigrantes a ir a cursos de formação de língua, culturais e informativos sob o funcionamento da sociedade de destino, e a cambio poderiam ter aceso ás prestações e serviços do Estado receptor. Este retorno dos princípios assimilacionistas na União Europeia teve apoios em determinados partidos políticos na Espanha e nos seus discursos. Foi o principal partido conservador da Espanha, o Partido Popular, quem desde o governo regional da Comunidade Valenciana propôs a aplicação de este tipo de contratos para imigrantes. Esta aposta fui ganhando adeptos em forças conservadoras, e o próprio partido socialista no governo do Estado no 2009 aprovou este mecanismo na lei de direitos e deveres dos estrangeiros na Espanha 2/2009. A regulação legislativa mais importante obriga aos estrangeiros a realizarem um "esforço de integração" para lograr a renovação das licenças de residência e trabalho temporal.
O primeiro Plano Estratégico de Cidadania e Integração (PECI, 2007-2010), aprovado pelo Conselho de Ministros do 16 de Fevereiro de 2007, define a integração de imigrantes como o *"proceso bidireccional y dinámico de ajuste mutuo por parte de todos los inmigrantes y residentes de los Estados miembros"*, na qual a *"integración implica el respecto de los valores básicos de la Unión Europea"* (PECI, 2007). Esta visão da integração destaca três ideias força: a integração coma um processo social dinâmico e longo no tempo que deve ser reproduzido e anovado, a integração precisa de um esforço mútuo ou bidirecional de adaptação à nova realidade por parte da sociedade de acolhida e da população imigrada, e finalmente, este esforço tem como marco os princípios básicos da União Europeia (PECI, 2007).

O segundo Plano Estratégico de Cidadania e Integração (2011-2014), aprovado pelo Conselho de Ministros o 23 de Setembro de 2011, assome esta definição de integração e fala de quatro pilares básicos que conduzem as políticas públicas em esta matéria: o principio de igualdade e de não discriminação, o principio de cidadania, o principio de inclusão, e o principio de interculturalidade como mecanismo de interação positiva entre pessoas de distintas procedências e culturas, e dentro do respeito à diversidade cultural (PECI, 2011). Este plano percebe a interculturalidade como um modelo de convivência que precisa ser partilhado e estar baseado no consenso para lograr as suas metas. É necessário que toda a cidadania se involucre no processo de integração de imigrantes junto com as Administrações Públicas. Um dado que nos amossa a evolução e peso do principio de interculturalidade é o facto de que no primeiro plano este termo só aparece 47 vezes, e no segundo plano chega a ser nomeado em 128 ocasiões.

¿Na Espanha existe uma visão partilhada do modelo de integração de imigrantes pelas distintas forças políticas? ¿Há consenso arredor da proposta intercultural? O conceito interculturalidade é aceitado pela maioria de partidos políticos, mais percebido como um ponto intermedio entre a posição assimilacionista e o visão multiculturalista, modelos que não atopam defensores (de forma explícita) entre os partidos políticos na câmara baixa espanhola. A investigação qualitativa descobriu que os partidos conservadores vêem às forças progressistas próximos a defender o modelo multicultural. Porém, os partidos da esquerda percebem aos conservadores como colocados no asimilacionismo. O medo da direita política é ser qualificada de xenófoba, e o da esquerda organizada em partidos é de ser definida como "bonzinhos" (*woolly liberal* em inglês) na sua visão sobre a chegada dos imigrantes.

Podemos ilustrar alguma afirmação das realizadas com os seguintes extratos das entrevistas feitas a representantes de partidos políticos na legislatura 2008-2011:

> "*En el ámbito internacional siempre solemos hablar mucho del principio de interculturalidad, como algo, una especie de medio camino entre el modelo francés de la asimilación y el modelo anglosajón que ellos tienen de la multiculturalidad, o multiculturalismo. Lo que pasa es que ese argumento que yo he defendido muchas veces no deja de ser un poquito tramposo. En el fondo nuestras políticas de normalización se parecen un poco más a la alquimia francesa que a la del multiculturalismo. Pero bueno, esto casi es como reflexión personal sobre dónde estamos*" (Pessoal político de confiança do governo socialista na legislatura 2008-2011).

> "*Nos ubicamos en la interculturalidad, como todo el mundo en España. Ahora la discusión es qué entendemos por interculturalidad (...) Creo que todo el mundo formalmente está en la interculturalidad, nadie hoy defendería una posición puramente multiculturalista o puramente asimilacionista. Pero tampoco creo que haya una doctrina excesivamente desarrollada por los partidos políticos y que las prácticas en dónde se gobierna tienden a ser un multiculturalismo mal entendido. Se tiende a enfatizar banalmente las diferencias, se tiende a clasificar a la gente por sus orígenes y desde esto promover el asociacionismo o las políticas de integración. Se busca la captación de voto en esa clave étnica de organización de los tipos de inmigrantes. Mi sensación es que está bastante generalizado, por eso digo que la retórica siempre es intercultural, pero la práctica siempre es multicultural mala*" (Deputado na Câmara Baixa na Espanha na legislatura 2008-2011, Partido Nacionalista Basco)

Um traço da narrativa produzida pelas forças políticas espanholas, contudo comum ao resto de territórios europeias, é a percepção de uma maior dificuldade para acomodar aos imigrantes mais afastados culturalmente, concretamente, à imigração muçulmana que se concentra com maior intensidade nalguns territórios como é o caso da Catalunha. A problemática principal na chegada de população marroquina muçulmana é o conflito na gestão da diversidade religiosa que se materializa em problemas pela locação na construção de mesquitas

ou pelo uso do véu nos espaços públicos. A islão fobia é uma classe de xenofobia que é difícil de perceber em muitos discursos públicos, entendendo por este conceito a visão do Islão como um bloco compacto e monolítico que se opõe ao cambio social, um tipo de crença ilhada e que não têm valores em comum com outras culturas com as que tem que conviver; pensasse que a cultura do Magreb é inferior à cultura ocidental, e se percebe a mesma como sexista, irracional ou primitiva, ao que podemos somar a sua vinculação com o terrorismo internacional, claro, tudo esto provoca um choque de civilizações como sinalava Samuel Huntington (Martín Muñoz, 2012).

Podemos ilustrar estas afirmações escolhidas com os seguintes fragmentos das entrevistas realizadas no caso espanhol:

> "Nosotros hemos debido asumir el discurso del partido en cuestiones como el burka, y ahí se ha iniciado una fricción y un debate político en relación a algunas cuestiones relacionadas con inmigración, que antes no habían existido. Si es verdad que nosotros llevamos mucho tiempo desde el grupo del Partido Popular bastante hartos de este lenguaje políticamente correcto que suele tener el tripartido municipal porque en la calle hay problemas. Hay choques de convivencia, hay problemas en las escaleras, hay problemas en los espacios públicos dónde hay lugares en los que la gente mayor en esos barrios no se atreve por la noche en verano a bajar al parque porque está ocupado entre comillas por pandillas de jóvenes (…) Y cuando hablas con el gobierno de estos problemas, dicen: "Cuidado con la xenofobia que nos pueden acusar de eso". No, no, no estamos hablando de eso" (Vereador municipal do Partido Popular na oposição na Catalunha).

> "La población magrebí es la que origina un choque más importante. Ahora que hay crisis económica el choque es más importante. Ahora hay competencia por los servicios, y competencia por el trabajo" (Vereador municipal dum partido conservador na oposição na região de Madrid)

3. Conclusões

A finais do século XX o Estado Espanhol convertesse num país de imigração, quanto o resto dos países europeias tiveram uma longa tradição de ser receptores de imigração nos último medio século. O debate sobre o modelo de integração de imigrantes na Espanha está influenciado pelas críticas feitas pela academia às propostas assimilacionistas e multiculturais na Europa, que foram posta em dúvida pelas sua falência na acomodação das pessoas imigradas. Os partidos políticos buscam uma terceira via que passa pola defesa duma interculturalidade textual, é dizer, que obteve um lugar destacado nos documentos técnicos oficiais, porém não é uma pratica habitual e teve pouco peso nas narrativas dos partidos políticos sob a imigração no território espanhol.

O relegue do multiculturalismo na Europa foi visto pola academia nos seus trabalhos recentes (Meer and Moddod, 2011: 2; Faist, 2009; Jokkpe, 2004). As razões de este retrocesso podem sintetizar-se em quatro causas: o multiculturalismo não considerou a importância das desigualdades económicas, pensa-se que o multiculturalismo é uma fonte de fragmentação social e motivo de divisões sociais, o multiculturalismo é percebido pela população nativa como um *folk evil,* e finalmente, culpabilizaram ao multiculturalismo do terrorismo internacional (Meer and Moddod, 2011). Este ataque ao multiculturalismo faz que nenhum partido político goste de ser etiquetado como próximo a esta visão da integração dos imigrantes. Não obstante, o multiculturalismo como perspectiva crítica associasse com maior facilidade aos partidos situados na asa esquerda (Jupp, 2003), pelo menos desde a percepção das forças conservadoras.

Para a versão liberal da postura assimilacionista os estrangeiros devem adoptar a identidade nacional do pais receptor como adscrição primaria do individuo, a identidade está por cima de qualquer outra adscrição no caso de conflito (Bauböck, 2002). Trás deste modelo de integração escondem-se o medo a que os estrangeiros

mantenham fortes laços de lealdade com comunidades forâneas que puderam ter interesses contrários aos da sociedade receptora (Bauböck, 2002). A posição assimilacionista está vinculada a partidos conservadores que são quem estão mais preocupados pelo mantimento duma identidade bem seja nacional-estatal ou nacional-periférica. O conceito de interculturalidade pode definir-se por uma série de traços que contrastam com o multiculturalismo: uma procura de maior interação e diálogo além da sozinha coexistência que propôs o modelo multicultural, a interculturalidade não pôs o enfâse no grupo senão no individuo, e busca uma maior síntese entre pessoas, também teve como objetivo aumentar a coesão social e uma cidadania nacional, e finalmente, critica praticas culturais não liberais como parte do processo de dialogo intercultural (Meer e Moddod, 2011).
No trabalho de campo feito são os partidos políticos de direitas quem fez mais incidência na necessidade de que os estrangeiros façam parte e se integrem na sociedade de acolhida. Os partidos nacionalistas catalães também procuram uma maior identificação dos imigrantes com o processo de construção nacional. Por partidos nacionalistas referimo-nos a aqueles que primam a defesa da identidade regional, a sua língua e cultura, a preservação dos seus valores sociais e os distintos modos de vida, junto com a defesa dos seus interesses económicos (Hepburn, 2009). O nacionalismo cívico catalão promove por uma banda, a diferença através do respeito às culturas dos imigrados, e por outro lado, a assimilação na língua e cultura catalãs.
Existe pouco desenrolo no discurso dos partidos políticos na Espanha em matéria de integração de estrangeiros. O conceito de interculturalidade é percebido coma uma terceira via entre o assimilacionismo e o multiculturalismo, sendo num primeiro momento, um lugar partilhado com maior ou menor entusiasmo. Os estremos em matéria de integração de imigrantes estão mal vistos no térreo político. A esquerda com responsabilidades de governo na Espanha na etapa do presidente Zapatero tentou não dar-lhe relevância na agenda política e mediática às questões relativas à imigração, a ração fui que consideravam que este era um debate perdido a favor das forças conservadoras. Não obstante, para os técnicos e altos funcionários a interculturalidade é um conceito, que quando menos no campo da educação fica bem empregar.

4. Bibliografia:

BAUBÖCK, R. (2002), "Farewell to multiculturalism? Sharing values and identities in societies of immigration". *Journal of International Migration and Integration*, vol. 3 (1), pp. 1-16.

BERGER, P. L., LUCKMANN, T. (1968), *La construcción social de la realidad*, Madrid: Martínez de Murguía.

BOURDIEU, P. (1999), *¿Qué significa hablar,?* Madrid: Akal.

CARRERA, S. (2006), "Programas de integración para inmigrantes: una perspectiva comparada en la Unión Europea". *Revista Migraciones*, 20, pp. 37-77.

DIJK, T.V. (2003a), *Dominación étnica y racismo discursivo en España y América Latina*, Madrid: Gedisa.

DIJK, T.V. (2003b), *Racismo y discurso de las élites*, Madrid: Gedisa.

FAIST, T. (2009), "Diversity: A new mode of incorporation?". *Ethnic and Racial Studies*, 32 (2), pp. 171-190.

FAVELL, A. (2000), *Philosophies of integration: Immigration and the idea of citizenship in France and Britain*. Londres: Palgrave Macmillan.

FERNÁNDEZ SUÁREZ, B. (2011), "El discurso político parlamentario en España sobre el control de fronteras". In Ribas-Mateos, N. (coord.), *El Río Bravo Mediterráneo. Las regiones fronterizas en la época de la Globalización*, Barcelona, Bellaterra, pp. 351-363.

FOUCAULT, M. (1992), *La Arqueología Del Saber*, México: Siglo XXI.

GIL ARAÚJO, S. (2007) "Discursos políticos sobre la Nación en las políticas catalanas de integración de inmigrantes". In Zapata Barrero, R. y Van Dijk, T.A. (comp.), *Discursos sobre la inmigración en España: Los medios de comunicación, los parlamentos y las Administraciones*. Barcelona: Fundación CIDOB, pp. 223-268

HEPBURN, E. (2009), "Regionalist party mobilisation on immigration". *West European Politics*, 32 (3), pp. 514-535.

JOPPKE, C. (2004), "The retreat of multiculturalism in the Liberal State: Theory and Policy". *The British Journal of Sociology*, 55 (2), pp. 237-257.

JUPP, J. (2003), "Immigration, asylum and extremist politics". Paper presented at The Challenges of Immigration and Integration in the European Union and Australia Conference, 18-20 February, University of Sydney, Australia.

LAKOFF, G. (2002), *Moral politics. How liberals and conservatives think*. Chicago: The University of Chicago Press.

LAKOFF, G., FERGUSON, S. (2006) "The framing of immigration", The Rockridge Institute, Link: http://smlk.es/YJOAOq

LAKOFF, G. (2007), *No pienses en un elefante*. Madrid: Editorial Complutense.

LURBE I PUERTO, K. (2008) "Sobre la reapropiación de la "metáfora étnica" para alterizar las minorías transnacionales". In Santamaría Lorenzo, E. (comp.), *Retos epistemológicos de las migraciones transnacionales*, Barcelona: Anthropos, pp. 79-108.

MAJONE, G. (1992), *Evidence, argument, and persuasion in the policy Process*, Yale University Press.

MARTÍN MUÑOZ, G. (2012) "La islamofobia inconsciente". In Martín Muñoz, G., Grosfoguel, R. (ed), *La islamofobia a debate. La genealogía del miedo al islam y la construcción de los discursos antiislámicos*, Madrid: Casa Árabe, pp. 35-46.

MEER, N., MODDOD, T. (2011), "How does interculturalism contrast with multiculturalism?". *Journal of Intercultural Studies*, pp.1-22.

NASH, M. (2005), *Inmigrantes en nuestro espejo. Inmigración y discurso periodístico en la prensa española*. Barcelona: Editorial Icaria.

SAYAD, A. (1991), *L'immigration ou les paradoxes de l'altérité*, Bruselas: De Boek-Wesmael.

5. Documentos legais e oficiais:

Ley Orgánica 2/2009, de 11 de diciembre, de reforma de la Ley Orgánica 4/2000, de 11 de enero, sobre derechos y libertades de los extranjeros en España y su integración social. Boletín Oficial del Estado, nº. 299 del 12 de Diciembre e 2009.

Ministerio de Trabajo e Inmigración (2011): Plan Estratégico de Ciudadanía e Integración (PECI, 2011-2014). Link:
http://extranjeros.empleo.gob.es/es/IntegracionRetorno/Plan_estrategico2011/pdf/PECI-2011-2014.pdf

Ministerio de Trabajo e Inmigración (2007): Plan Estratégico de Ciudadanía e Integración (PECI, 2007-2010). Link: http://extranjeros.empleo.gob.es/es/IntegracionRetorno/Plan_estrategico/pdf/PECIDEF180407.pdf

A PROFANAÇÃO DA POLÍTICA MIGRATÓRIA BRASILEIRA: os migrantes como centelha subversiva da ordem globalizada e a comunidade que vem

Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Brasil
madwermuth@gmail.com

Resumo: Ao se consolidar como uma das mais importantes economias mundiais, o Brasil passa a atrair a atenção dos migrantes. No entanto, situações recentes envolvendo a imigração no paísdemonstram tem sido adotada nesse setor uma política securitarista e autoritária, responsável pela transformação do migrante em *homo sacer*. A obra de Michel Foucault e Giorgio Agamben é utilizada para a compreensão de como a vida dos imigrantes se converte em *vida nua* em um ambiente biopolítico no qual o estado de exceção se converte em paradigma dominante de governo. Nesse rumo, questiona-se se a lógica dos direitos humanos que subjaz à construção dos Estados Democráticos de Direito e dos marcos regulatórios minuciosos acerca do tema da imigração funcionam efetivamente ou se são, reflexamente, a principal fonte da produção de *vida nua.* A proposta de profanação agambeniana é então colocada como condição de possibilidade para uma nova perspectiva de análise da questão.

Palavras-chave: Imigração. Biopolítica. Profanação.

Abstract: Brazil, as one of the most important economies in the world, starts attracting the attention of the foreigners – especially due to the closed European frontiers. However, recent situations involving immigration in Brazilian territory show that the country has been adopting an authoritarian safety policy, responsible for changing the immigrant into homo *sacer*. The work of Michel Foucault and Giorgio Agamben, in this direction, is used for comprehending how the life of the immigrant - particularly those that find themselves in irregular situation – converts itself in «naked» life in a biopolitical environment in which the state of exception becomes the dominant paradigm of govern.Still, it is questioned if the logic of human rights subjacent to the construction of the Democratic Estates of Law and the detailed regulatory marks related to the topic of immigration effectively work, or if they reflect the main source for producing the naked life. The proposal of agambenian profanation is then brought as a condition to the possibility for a new perspective of analysis of the matter.

Key-words: Immigration. Biopolitics. Profanation.

1 Considerações iniciais

O tema da imigração no Brasil convida à reflexão. Em primeiro lugar, porque o país vem se consolidando como uma das economias mundiais mais importantes, e começa a atrair a atenção dos imigrantes. Em segundo lugar, porque o Brasil ainda não possui uma regulamentação jurídica adequada do tema, razão pela qual os imigrantes aqui residentes – particularmente os que se encontram em situação irregular e sem qualificação suficiente para o mercado de trabalho – tem enfrentado uma política securitarista e autoritária que se aproveita da margem discricionária que o vácuo legislativo acerca do tema proporciona.

Com efeito, a política migratória brasileira é marcadahistoricamente por uma postura excessivamente utilitarista e, complementarmente, repressivista: ao «bom imigrante» o país abre as portas e concede incentivos; à «má imigração» são direcionadas medidas restritivas e policialescas que afrontam diretamente direitos fundamentais dos migrantes.

As medidas desenhadas pelo atual Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980) são anacrônicas e demonstram muitos pontos de conflito com o Texto Constitucional. Em boa medida, isso se deve ao fato de que o referido Estatuto encontra-sefundamentado em preocupações relativas à segurança nacional típicas do período em que o país viveu sob regime ditatorial.

O Projeto de Lei nº 5.655/2009 – que visava a substituir o Estatuto em vigor –continua atrelado ao mesmo paradigma: na sua redação os procedimentos administrativos permanecem extremamente burocratizados e são verificados ainda alguns retrocessos em relação à Lei vigente. Medidas policialescas injustificadas – como, por exemplo, a que prevê que o imigrante deverá comprovar sua estada regular no território nacional sempre que houver exigência nesse sentido por parte de autoridade policial ou seu agente –permeiam a redação do Projeto. A discriminação se evidencia quando se estabelece, por exemplo, que a política migratória objetivará, primordialmente, a admissão de mão-de-obra especializada adequada aos vários setores da economia nacional.

Verifica-se, portanto, que a inspiração da legislação brasileira tem sido o paradigma que coloca o imigrante em uma situação constante de suspeição, ou seja, como uma fonte potencial de riscos, criando situações de discriminação que violam o disposto no Texto Constitucional, notadamente no que se refere a um dos objetivos da República Federativa do Brasil, qual seja, «promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação» (art. 3º, inciso IV).

Essas disposições legais, quando combinadas às práticas altamente arbitrárias dos órgãos encarregados pelas políticas migratórias no Brasil – particularmente a partir da atuação da Polícia Federal – demonstram a existência de uma cesura entre nacionais e imigrantes e, dentre os últimos, entre imigrantes «úteis» e «inúteis» ao desenvolvimento econômico do país, o que permite evidenciar o caráter biopolítico da gestão da imigração no Brasil.

Com efeito, essas sucessivas cesuras são típicas do estabelecimento de um racismo de Estado – consoante revelado na obra foucaultiana – e servem para fragmentar o contínuo biológico ao qual se dirige o biopoder. Como resultado dessas cesuras tem-se a produção da vida nua, do *homo sacer*, figura do direito romano arcaico resgatada pela obra agambeniana eque ilustra perfeitamente o *status* dos imigrantes – notadamente os que se encontram em situação irregular – na contemporaneidade. Basta, para tanto, uma análise dos episódios envolvendo os imigrantes bolivianos em São Paulo e os haitianos no Acre e na Amazônia.

Diante de um contexto tal, o pensar de alternativas, o estabelecimento de novos rumos, e a construção – ou remoção – de marcos regulatórios adequados assume especial relevância, considerando-se que o país ainda está em fase de deliberação legislativa quanto ao assunto[1]. E essas alternativas começam justamente a partir do momento em que uma nova compreensão acerca do «ser» dos imigrantes diante da nova configuração da sociedade mundial acontecer. É com esse tema que se ocupa o presente artigo, ou seja, com a proposição de uma nova perspectiva de análise da questão da imigração, descomprometida com ideais utilitaristas e repressivistas.

2 A multidão migrante: para além do utilitarismo e do repressivismo

Há, na contemporaneidade, uma forte tendência em considerar a população migrante enquanto supérflua, passiva e, portanto, destinatária apenas de medidas punitivas de cunho segregacionista, que visam a afastá-las do convívio daqueles indivíduos que se encontram plenamente integrados na sociedade globalizada. O combate aos «parasitas sociais» – seja por meio das políticas criminais punitivistas assentadas no paradigma

1 Cumpre salientar, aqui, a importância da 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio – Comigrar,iniciativa governamental que inova ao abordar a questão migratória no Brasil, por meio da mobilização nacional e internacional dos diversos atores interessados no tema, fomentando, assim, a discussão dos conceitos centrais da política migratória brasileira.Uma síntesedas propostas elaboradas no quadro das dezenas de Conferências Livres ocorridas pelo país em preparação da COMIGRAR nacional pode ser obtida em: <http://oestrangeiro.org/2014/04/11/livres-as-conferencias-que-vao-garantir-o-sucesso-da-comigrar/>. Acesso em: 2 abr. 2014.

da «tolerância zero», seja por meio das normas que vêm sendo recentemente implementadas principalmente nos países centrais europeus tendo por objetivo frear os fluxos migratórios e/ou regulamentá-los em relação a interesses estritamente utilitaristas/mercadológicos – são um claro exemplo disso[2].

Não se pode olvidar, também, de mencionar a cada vez mais frequente contaminação das políticas migratórias por conceitos/práticas gestados no bojo do chamado Direito Penal do Inimigo[3], notadamente após os atentados terroristas ocorridos no início deste milênio e da constante associação que começou a ocorrer entre imigração e terrorismo[4].

O que ocorre, na verdade, como assevera Sayad (1998: 56), é que todo o discurso sobre o imigrante e a imigração é um discurso imposto. Mais do que isso, «é até mesmo toda a problemática da ciência social da imigração que é uma problemática imposta.» E o fato de se perceber o imigrante, defini-lo, pensá-lo, ou simplesmente falar dele sempre como um problema evidencia uma das formas dessa imposição. Efetivamente, nos discursos construídos sobre o tema, é comum associar a figura do migrante a problemas sociais: os imigrantes e o desemprego, os imigrantes e a habitação, os imigrantes e a educação, os imigrantes e/ou seus filhos e a escola, os imigrantes e o direito de voto, os imigrantes e sua integração, os imigrantes e a velhice, etc. É necessário, então, retirar o migrante da condição de sujeito de risco que lhe é relegada por esses discursos, ou seja, desativar esses dispositivos que geram assimetrias e lógicas excludentes e que conduzem à mixofobia[5].

Uma nova perpectiva para análise do tema da questão da imigração pressupõe, nesse rumo, primeiramente, a superação da concepção equivocada de que os migrantes são os principais vitimados pela nova ordem mundial e ocupantes por excelência dos não-lugares reservados aos excluídos da *multidão* global. Na realidade, essas classes estão incluídas na produção social: «apesar da infinidade de mecanismos de hierarquia e subordinação»,

---

2 Paradigmaticamente, pode-se referir, aqui, a Diretiva nº 2008/115/CE, denominada Diretiva de Retorno (aprovada pelo Parlamento Europeu em 16 de dezembro de 2008 e publicada no Jornal Oficial da União Europeia em 24 de Dezembro de 2008), que estabelece medidas de maior controle ao fluxo migratório, particularmente no que se refere à promoção do regresso voluntário de imigrantes ilegais e ao estabelecimento de normas mínimas para o período de detenção e para a interdição de entrada na União Europeia. A normativa concede aos Estados-Membros uma autonomia procedimental e grande poder discricionário na aplicação das ações nela contidas. A Diretiva em questão tem sido objeto de acirrados debates jurídicos, pois se mostra incompatível com as Constituições nacionais dos Estados-membros da União Europeia, bem como com o Direito Internacional dos Direitos Humanos. Além disso, colide com o próprio direito regional, particularmente com documentos como a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (Nice, 2000) e a Convenção Europeia dos Direitos Humanos (Roma, 1950). O texto integral da Diretiva encontra-se disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=TC&reference=P6-TC1-COD-2005-0167&language=PT>. Acesso em 15 jul. 2014.

3 O penalista alemão Günther Jakobs (2004) propõe a adoção da dicotomia conceitual Direito Penal do Inimigo *versus* Direito Penal do Cidadão para designar as concepções de autor das quais deve partir o Direito Penal no enfrentamento da criminalidade no contexto mundial atual, sob a alegação de que, sem essa diferenciação, não existe outra alternativa para o combate a determinadas formas de delinquência – notadamente o terrorismo. Na perspectiva da teoria de Jakobs, o inimigo não é apenas desprovido do estatuto de cidadão, mas também de *pessoa*, perdendo, consequentemente, os direitos e garantias que em sua confrontação com o sistema penal deveriam ser-lhe assegurados

4 Bauman (2005: 71) ilustra de um modo bastante claro como o «parasita social» e o «terrorista potencial» acabam por se misturar no estereótipo que estabelece coletivamente em relação à figura dos migrantes. Refere o autor que «o novo medo dos terroristas foi misturado e cimentado com o ódio aos 'parasitas', sentimento bem entrincheirado, mas que precisa de constante alimento, matando dois coelhos com uma só cajadada e dotando a atual cruzada contra os 'parasitas da previdência' de uma nova e invencível arma de intimidação de massa. Enquanto a incerteza econômica não é mais preocupação de um Estado que preferiria deixar para seus súditos individuais a busca individual de remédios individuais para a insegurança existencial individual, o novo tipo de temor coletivo oficialmente inspirado e estimulado foi colocado a serviço da fórmula política. As preocupações dos cidadãos com seu bem-estar foram removidas do traiçoeiro terreno da *précarité* promovida pelo mercado, no qual os governos dos Estados não têm capacidade nem vontade de pisar, e levadas para uma área mais segura e muito mais telefotogênica, em que o poder aterrorizante e a resolução férrea dos governantes podem ser de fato apresentados à admiração pública.»

5 Expressão utilizada por Bauman (2009) para designar o «medo de misturar-se».

eles «estão constantemente expressando uma enorme força de vida e produção.» (Hardt & Negri, 2005: 175). Para que se possa compreender isso, é necessário cambiar as perspectivas de análise do social. Antes de enxergar nos migrantes apenas vítimas e/ou agentes de situações conflitivas e problemáticas, é preciso reconhecê-los como agentes poderosos. Sua exclusão é apenas parcial e quanto mais observarmos suas vidas e atividades, mais constataremos sua enorme força criativa e o quanto fazem parte da produção social. E, cada vez mais incluídos nesses processos de produção social, os migrantes também se tornam parte da multidão. Com efeito, a sua inclusão em várias formas de prestação de serviços, seu papel central na economia de diversos países, sua mobilidade em amplas migrações, bem demonstram o quanto esse processo encontra-se avançado em âmbito mundial (Hardt & Negri, 2005).

Economicamente, há uma tendência em considerar os migrantes enquanto um mero exército industrial de reserva, uma massa de trabalhadores industriais em potencial que se encontram em uma condição temporária de desemprego mas que podem a qualquer momento ser reintegrados à produção ocupando, por exemplo, postos subalternizados que não são preenchidos pelos cidadãos «qualificados». Esse exército de reserva, então, passa a ser concebido como uma ameaça constante que pende sobre a classe operária existente: em primeiro lugar, porque sua pobreza serve de exemplo assustador para os trabalhadores do que pode eventualmente lhes acontecer; em segundo lugar, porque a oferta excedente de mão-de-obra que essa população representa significa uma redução do custo de mão-de-obra que acaba, assim, solapando o poder dos trabalhadores em face dos empregadores (por exemplo, servindo como potenciais «fura-greves»).

O ressurgimento dessas velhas teorias sobre o papel negativo desempenhado pelo «exército industrial de reserva» ocorre no contexto da globalização, quando as grandes corporações tiram vantagem sobre enormes diferenças salariais e de condições de trabalho em diferentes países, por meio de uma espécie de *dumping* trabalhista que adota a estratégia de deslocamento de empregos pelo mundo afora para baixar seus custos. Nesse contexto,

> os operários dos países dominantes vivem constantemente sob a ameaça de que suas fábricas sejam fechadas e seus empregos, exportados. Assim é que o sul global pobre aparece na posição de um exército industrial de reserva, manipulado pelo capital global contra os trabalhadores não só no norte global como também em outras áreas do sul global. (Hardt & Negri, 2005: 176-177).

Essa lógica viabiliza um aumento da exploração dos trabalhadores imigrantes, criando, segundo Santos (2012: 365), «uma camada de explorados-nômades a serviço de patrões-sedentários»[6]. Segundo essa racionalidade, os migrantes são «usados, abusados e logo descartados quando não forem mais necessários para o desenvolvimento das economias nacionais, para depois serem devolvidos aos seus países de origem.» Trata-se, em última análise, de uma tipologia dicotômica, segundo a qual «o forasteiro-nômade é 'mau' porque vem para ocupar o lugar econômico do nacional 'bom'». Isso implica

> um *ressentimento* econômico dos sedentários-nacionalistas em relação aos nômades/cosmopolitas, e este ressentimento materializa-se ou em legislações repressoras, ou em ações econômicas de franca e aberta exploração, sem concessão de direitos, instrumentalizadas por ameaças de denúncia às autoridades responsáveis pelo controle dos fluxos migratórios. (Santos, 2012: 365).

---

6 Santos (2012: 356) utiliza os tipos do «pastor» e do «camponês» para investigar axiologicamente os processos de institucionalização da persecução penal dos movimentos migratórios, salientando que «tais tipos não equivalem necessariamente e *in concreto* a quaisquer eventos reais, porém materializam dois modos-de-ser-no-mundo que expressam, tipologicamente, a situação problemática historicamente vivida pelos imigrantes e refugiados e os seus perseguidores.» Isso porque «o pastor e o camponês, figurados pela narrativa genealógica e mitológica, são dois modos-de-ser-no-mundo; dois mundos que se afirmam e se opõem, tornando-se, com o passar do tempo, pretextos teóricos para questões metafísicas, ideológicas e depois políticas. Cosmopolitismo dos viajantes nômades contra nacionalismo dos camponeses sedentários, oposição que agita a história desde o neolítico até as formas mais contemporâneas do imperialismo.»

Um câmbio de perspectiva na análise da temática requer, então, que os migrantes não mais sejam considerados enquanto integrantes de um exército de reserva e que, por isso, apenas oneram um Estado que cada vez mais se esvai. Pelo contrário, é necessário compreender que, mesmo os desempregados e subempregados contemporâneos são ativos na produção social, sendo que as suas próprias estratégias de sobrevivência diante da escassez e da ausência da tutela estatal exigem uma extraordinária habilidade e criatividade.

Deve-se considerar, também, que a luta dos pobres contra essa condição – o que em grande parte é representado pelos movimentos migratórios – não é apenas uma poderosa arma de protesto, mas sim uma afirmação do seu poder biopolítico, revelando, assim, um «ser» que é mais poderoso que o «ter». Se ao longo do século XX os movimentos dos pobres nos países dominantes superaram a fragmentação, o desânimo, a resignação e até mesmo o pânico ocasionado pela pobreza, ao exigir dos governos nacionais a redistribuição da riqueza, hoje esses movimentos são potenciados, assumindo um caráter mais geral e biopolítico, pois colocados em nível global. Suas linguagens se misturam e interagem formando não uma linguagem unificada, mas uma força comum de comunicação e cooperação (Hardt & Negri: 2005).

Essa produção de subjetividade e do comum formam, então, juntas, uma relação simbiótica em forma de espiral. Quer dizer, «a subjetividade é produzida através da cooperação e da comunicação, e por sua vez esta subjetividade produzida vem a produzir novas formas de cooperação e comunicação, que por sua vez produzem nova subjetividade, e assim por diante.» E, nessa espiral, «cada movimento sucessivo da produção de subjetividade para a produção do comum é uma inovação que resulta numa realidade mais rica.» Essa realidade mais rica, por sua vez, pode ser compreendida como a formação do corpo da *multidão*, «um tipo fundamentalmente novo de corpo, um corpo comum, um corpo democrático.» (Hardt & Negri, 2005: 247-248).

Quer dizer: ao contrário do que se afirma majoritariamente, o exemplo dado pelos excluídos da sociedade globalizada pode ser compreendido justamente enquanto um importante contributo para a revitalização do tecido societal. A virada paradigmática proposta, então, perpassa pela mudança de compreensão do que «são» os migrantes: antes de qualquer consideração meramente utilitarista, é imprescindível que se desvele a sua dimensão humana. Em última análise, é preciso libertá-los do cumprimento de qualquer tarefa, de modo a permitir a sua existência mesma, mirá-los enquanto «potencialidades».

No universo do debate atual sobre o tema, assentado na lógica do nacionalismo e da soberania, cria-se um espaço de tolerâncias no qual só há espaço para os pares daqueles que se amoldam ao padrão considerado universal, qual seja, o do «modo-de-ser do camponês-sedentário-nacionalista», na expressão de Santos (2012: 361), assentado na ideia de permanência, de tradição, aprisionamento e exclusão, amparados por discursos «recheados de preconceito, de injustiça, de discriminação e de violência em relação ao 'Outro', que facilmente transformam-se em repressões pelos aparelhos de Estado, até mesmo pela via penal.»

Por outro lado, o modo-de-ser dos migrantes parte de uma lógica absolutamente diversa: existir enquanto «pastor-nômade-cosmopolita» – segue Santos (2012: 361-362) – significa compreender a «diferença, no Outro, num vir-a-ser de encontros com o pluralismo e com a diversidade.» Aqui, os discursos assentam-se na ideia de encontro, de renovação, de liberdade, inclusão, enfim, de «hibridização de tradições que levam a novas e inusitadas combinações dos seres humanos, culturas, ideias, políticas, filmes, canções.» Nesse rumo, os migrantes representam «movimentos em busca de vida», razão pela qual se pode afirmar que os valores que os alimentam «são fundamentalmente vitais, pois têm como referência os seres humanos, valoram os seres humanos.»

Essas matrizes fluidas, articuladas por meio de redes, podem configurar um perfeito exemplo de globalização ascendente ou contra-hegemônica. Isso porque não existe «a» globalização: o que ocorre apenas é que «frequentemente o discurso da globalização é a história dos vencedores contadas por estes», o que faz com que os derrotados sejam olvidados (Sousa Santos, 2008: 195). Portanto, na esteira de Sousa Santos (2008: 195-196), é preciso reconhecer a existência de «globalizações», ou seja, de «feixes de relações sociais» que envolvem, necessariamente, conflitos e que, na medida em que se transformam, também transformam a globalização. Assim, para além da globalização (hegemônica) econômica, é possível falar em outras globalizações, contra-hegemônicas – como por exemplo o cosmopolitismo e o patrimônio comum da humanidade – que, em todo o mundo, oferecem «diferentes formas de resistência – iniciativas populares de organizações locais, articuladas com redes de solidariedade transnacional – que reagem contra a exclusão social» de forma a abrir espaço para «a participação democrática, para a construção da comunidade, para alternativas a formas dominantes de

desenvolvimento e de conhecimento, em suma, para novas formas de inclusão social>>, constituindo, assim, <<um novo movimento democrático transnacional.>>
Nesse sentido, como destaca Ferreira (2011: 264), os imigrantes, pela sua própria existência – e não necessariamente por meio de manifestações políticas conscientes – acabam por subverter o lugar comum (*topoi*) e obrigam a coletividade <<a questionar a validade de conceitos e identidades estanques, fixas, imutáveis (conceitos e identidades *emuralhadas*).>> Isso porque os migrantes <<promovem o pensamento e a prática do *kosmopolites*, fazendo com que a Soberania territorial, dogmática e exclusiva, seja contestada.>>
Nesse ponto, como condição de possibilidade para que essa nova leitura do tema da imigração seja empreendida, é imprescindível a compreensão de que, no fundo, a democracia e o totalitarismo fundam a sua soberania em um mesmo movimento, qual seja, o que faz da vida sua condição de possibilidade, o movimento que por meio da exclusão busca alcançar o que se lhe afigura como mais estranho: a *zoé*, a vida nua – conforme o panorama descortinado pela obra foucaultiana (2010, 2012) e agambeniana (2004, 2010).
Como ressalta Pérez (2010: 48), <<en el fondo, todo regímen político, sea democrático o no, sigue fundamentando su soberania en la posibilidad de decidir quién pertenece y quién no pertenece a la comunidad, quién es el amigo y quién el enemigo, qué merece vivir y qué merece morir>>. Todo Estado, por mais democrático que se conceba, <<necessita desplegarse como máquina gubernamental para poder produzir zonas de excepción, de vida nuda, para poder distinguir a cada instante *bíos* y *zoé*.>> Isso é imprescindível para que se possa contar com uma reserva de vida nua disposta a converter-se em qualquer forma de vida social e politicamente funcional. Buscar a superação dessa lógica é medida que se impõe. E éa partir dessa superação que uma nova perspectiva de compreensão da imigração – nos moldes até então delineados – é viabilizada, como se procurará demonstrar no tópico que segue.

3 A profanação como condição de possibilidade para a recuperação do <<ser-tal>> dos migrantes

Diante do panorama até aqui analisado, condição de possibilidade do novo paradigma acima assinalado pressupõe uma vida em comunidade que supere a lógica soberana. Nas palavras de Pérez (2012: 48), requer <<una entidad sin soberanía – entendiendo que el movimento soberano original implica la distinción entre *zoé* y *bíos* –, una comunidad que tendría la possibilidad de superar la escisión entre *zoé* y *bíos* debido a su carácter positivo, no excluyente.>>
Ferrajoli (2010: 118) sustenta, a propósito, que nossa cultura, na atualidade, tem se esquecido das origens pouco luminosas da Ilustração jurídica e dos direitos universais:

> aquellos derechos – *peregrinandi, migrandi, degendi* – fueron proclamados como iguales y universales en abstracto aun cuando eran concretamente desiguales y assimétricos en la práctica, por ser inimaginable la emigración de los *indios* hasta Occidente, y servían para legitimar la ocupación colonial y la guerra de conquista de mundos nuevos por parte de nuestros jóvenes Estados nacionales.

A realidade contemporânea é diametralmente oposta. A situação se inverte e a reciprocidade e universalidade daqueles direitos tem sido sistematicamente negada. Os direitos se convertem em direitos de <<cidadania>> e, em razão disso, são direitos <<exclusivos y privilegiados, a partir del momento en que se trató de tomarlos en serio y de pagar su coste.>> (Ferrajoli, 2010: 118). Verifica-se, aqui, claramente, o movimento apreendido pela obra agambeniana (2010): por meio dessas declarações de direitos (que representam a passagem da soberania régia e de origem divina à soberania nacional), o súdito se transforma em cidadão, de modo que com o seu nascimento marca-se a inscrição da sua vida nua na lógica da soberania. As declarações de Direitos, nesse sentido, seriam justamente o *locus* da inscrição moderna da biopolítica. Por esse viés, as declarações de direitos fundamentais, ao lado da sua função emancipatória, cumprem também com a função de abandono da vida nua à violência dos mecanismos de poder.

Nesse sentido é que a obra de Agamben (2013) se afigura de extrema importância. Isso porque, ao analisar a noção de comunidade, o autor busca subtrair dela qualquer fator negativo: tudo passa a ser inclusão, pertencimento, propriedade, possibilidade. A comunidade, aqui, é expropriada de todas as identidades para que possa se apropriar do pertencimento mesmo (existencial).

Na verdade, na proposta de Agamben, em última análise, a dicotomia inclusão/exclusão perde qualquer sentido, tornando-se obsoleta. Desta forma, o autor busca uma nova política, assentada na lógica da amizade e em uma outra experiência do tempo que seja capaz de expor o homem efetivamente às exigências de compartilhamento da existência. O indivíduo, nesse marco, não precisa cumprir com nenhum requisito, elaborar nenhuma justificativa, senão somente «ser tal qual é». Daí a afirmação de Agamben (2013: 9) no sentido de que «o ser que vem é o ser qualquer», ou seja, a única divisão admissível em uma comunidade é a divisão puramente existencial. Não se admite, aqui, divisões e partilhas de classes de fundação comunitária (por exemplo, lugar de nascimento, língua, raça, etc) ou a ausência genérica de condições de fundação (comunidade negativa).

Nesse contexto,

> o ser-*qual* é recuperado do seu ter esta ou aquela propriedade, que identifica o seu pertencimento a este ou aquele conjunto, a esta ou aquela classe (os vermelhos, os franceses, os muçulmanos) – e recuperado não para uma outra classe ou para a simples ausência genérica de todo pertencimento, mas para o seu ser-*tal*, para o próprio pertencimento. Assim, o ser-*tal*, que permanece constantemente escondido na condição de pertencimento ('há um *x tal que* pertence a *y*') e que não é de modo algum um predicado real, vem, ele mesmo, à luz: a singularidade exposta como tal é qual-*se-queira*, isto é, amável. (Agamben, 2013: 10-11).

Assim como o ser, deve-se propugnar por uma *comunidade* que vem: esta não é a comunidade que virá, mas a comunidade que nunca chega, que está em constante devir. Uma comunidade que vem – e que, por consequência, jamais termina de chegar – se afigura, nesse contexto, enquanto condição de possibilidade para que se possa evitar a expressão soberana por excelência e as cesuras que lhe subjazem: distinções entre o que está dentro e o que está fora, entre o que é próprio e o que é estranho, entre nacionais e estrangeiros, enfim, entre *zoé* e *bíos*. Como destaca Pérez (2012: 48), «una comunidad que jamás termina de llegar nunca está lo suficientemente acabada para dar lugar a tal movimiento soberano.» Em razão disso, a comunidade que vem só pode ser uma comunidade na qual a política é a amizade, ou seja, a «com-divisão» da própria existência.

O ser que vem, e que habita a comunidade que vem, então, é aquele que permanece, ao mesmo tempo, aberto e singular. Ele se funde no geral preservando sua singularidade. Em síntese, é o ser inacabado, aberto a outras possibilidades. Este ser amável definido por Agamben (2013) é o ser com todos os seus predicados, o ser tal qual é.

Com efeito, o amor não se dirige apenas a algumas peculiaridades do ser amado (características físicas ou psicológicas específicas, por exemplo), e tampouco prescinde destas particularidades em nome de uma insípida generalidade (amor universal): ele quer o ser com todos os seus predicados, o seu ser tal qual é. Deste modo, «a singularidade qualquer (o Amável) não é jamais inteligência de alguma coisa, desta ou daquela qualidade ou essência, mas somente inteligência de uma inteligibilidade.» (Agamben, 2013: 11). Em outras palavras, isso significa que reconhecer alguém como amigo, como um ser amável, é justamente não poder reconhecê-lo como «algo», uma vez que «não se pode dizer 'amigo' como se diz 'branco', 'italiano' ou 'quente' – a amizade não é uma propriedade ou uma qualidade de um sujeito.» (Agamben, 2009: 85).

Ser *tal-qual*[7], sem deixar de estar exposto a ser de outra maneira é o que revela, segundo Agamben (2013), o

---

7 «Tal qual. Aqui a anáfora *tal* não remete a um termo referencial precedente (a uma substância pré-linguística) e *qual* não serve para identificar um referente que dê ao *tal* o seu sentido. o *qual* não tem outra existência a não ser o *tal*, e o *tal* não tem outra essência a não ser o *qual*. Eles se contraem um sobre o outro, se expõem mutuamente, e o que existe é o ser-tal, uma tal qualidade absoluta, que não remete a nenhum pressuposto.» (Agamben, 2013: 90).

milagre do mundo. Esse «ser tal qual» – do mundo e de todo o ser – é o «irreparável»[8], aquilo que é assim e não de outra maneira, mas que está exposto a ser de qualquer outra forma. Somente a partir do momento em que o «irreparável do mundo» é percebido, ou seja, em que as coisas em sua exposição sejam como são, é que se torna possível a salvação, uma salvação imanente que implica, antes de tudo, uma comunidade sem soberania: trata-se da salvação do caráter profano do mundo.

Nesse rumo, «ser tal qual» é ser exposto, o que significa uma vida sempre aberta a tomar esta ou aquela forma, mas sem jamais consolidar-se de maneira permanente em uma forma de vida dada, senão ser «forma-de-vida». Dito de outra forma: em oposição às diversas formas de vida codificadas socialmente, a forma-de-vida é aquela que não demanda a separação entre *zoé* e *bíos*: ela conserva a potência e se encontra aberta a ser de qualquer forma. Trata-se, aqui, segundo Pérez (2012: 49), de «una vida que conserva su apertura, su exposición; de ahí que Agamben apunte que en tal forma-de-vida es imposible separar o aislar algo como la vida nuda.» Deste modo, «en una comunidad sin soberanía la separación de *zoé* y *bíos* resulta improcedente, porque la *bíos* conserva la apertura y exposición de la *zoé*.»

Em síntese: é preciso pensar para além do sujeito, ou seja, pensar uma «singularidade qualquer (*quodlibet*)» (Agamben, 2013). A resolução do nexo entre lei e vida só é possível a partir dessa forma-de-vida que veda qualquer distinção entre *zoé* e *bíos.* Unidas, *zoé* e *bíos* se apresentam como condição de possibilidade para a superação de qualquer forma de exceção – e, reflexamente, produção de vida nua.

Enquanto devir perene, a comunidade se opõe a qualquer forma de acabamento, o que suscita a questão sobre como escapar à concreção do processo e permanecer como abertura às possibilidades. Assume relevância, então, a ideia de inoperosidade cunhada por Agamben (2013) e que serve como resposta à objeção. Aqui, a saída não reside em uma potência que nunca passa ao ato. Pelo contrário, ela pressupõe uma potência que, ao passar ao ato sobrevive nele: suas possibilidades não se esgotam no ato, mas permanecem apesardo ato. Segundo Pérez (2012: 50), a potência «permanece como capacidad de desplegar el *poder de no ser*, resistirse a la concreción y al agotamiento en formas de vida últimas y acabadas.»

É importante destacar que o poder de não ser não se afigura enquanto mera passividade. Ele é considerado um poder verdadeiro, uma potência negativa que se esforça em não se esgotar, em não se concretizar nem em sua total negação nem em sua total afirmação. Eis o «ser tal» dos migrantes.

Assim como é capaz de ser, este poder é capaz de não ser. Como salienta Agamben (2013: 40), «somente uma potência que pode tanto a potência quanto a impotência é, então, a potência suprema. Se toda potência é tanto potência de ser quanto potência de não ser, a passagem ao ato só pode advir transportando [...], no ato, a própria potência de não ser.»

Nesse ponto, deve-se compreender que a noção de inoperosidade cunhada por Agamben não está relacionada à ideia de levar algo à inércia, à ineficácia. Pelo contrário, o autor preocupa-se em pensar uma categoria que viabilize um novo uso do que é posto em inoperosidade, razão pela qual «o movimento que torna inoperoso deve portanto deixar a potência intacta, cancelando somente as finalidades e as modalidades nas quais o seu exercício era investido.» (Nascimento, 2012: 220). Dessa forma, as funções de uso do que é conduzido à inoperosidade sofrem uma considerável variação, mas não se anula inteiramente a possibilidade de usar.

Em Agamben (2013: 103), «inoperosidade não significa inércia, mas *katargesis* – isto é, uma operação na qual o *como* substitui integralmente o *que*, na qual a vida sem forma e as formas sem vida coincidem em uma *forma de vida*.» Assim, pode-se acrescentar que «a inoperosidade sugere um modo diverso de ser, um modo diverso de agir e de viver, ainda que isso determine apenas a transformação do mesmo.» (Nascimento, 2012: 220).

O conceito de inoperosidade, portanto, se mostra fundamental para que se possa pensar em uma forma de se desarticular a relação entre direito e violência, de modo a desativar e tornar inoperosos os dispositivos

---

8 Como esclarece Agamben (2013: 43-44), «irreparável significa que elas [as coisas] são consignadas sem remédio ao seu ser-assim, que elas são, antes, precisamente e somente o seu *assim* [...]; mas significa, também, que, para elas, não há literalmente nenhum abrigo possível; que, no seu ser-assim, elas estão agora absolutamente expostas, absolutamente abandonadas.» Mais adiante, o autor (2013: 85) complementa: «O Irreparável não é nem uma essência nem uma existência, nem uma substância nem uma qualidade, nem um possível nem um necessário. Ele não é propriamente uma modalidade do ser, mas é o ser que já sempre se dá nas modalidades, *é* as suas modalidades. Não é *assim*, mas *o* seu assim.»

que viabilizam o aprisionamento do homem às redes biopolíticas da contemporaneidade. Daí a afirmação de Agamben (2011) no sentido de que nada é mais urgente do que a inclusão da inoperosidade nos próprios dispositivos.

Nesse rumo, pode-se afirmar que a superação da soberania não somente implicaria chegar a uma comunidade na qual é impossível a cisão entre *zoé* e *bíos* e, por consequência, não existe a figura da exceção. Em um modelo tal, tudo é pertencimento e se torna absolutamente desnecessário o isolamento e a divisão. Não há espaço, portanto, para a mixofobia. Nesse modelo, é possível, então, «ser tal qual é», ou seja, ser pura exposição, possibilidade que se nega a assumir uma forma de vida determinada.

Em um mundo tal, Ferreira (2011: 263) reconhece que o imigrante não mais seria um problema. Ele apenas seria uma pessoa que se locomove por onde quer, escolhendo o lugar da sua residência, da sua morada. Nesse sentido, a figura do imigrante é interessante para a compreensão da proposta agambeniana: «ao mesmo tempo em que é visto como problema por muitos governos atuais, ele pode ser visto como uma potencialidade subversiva de derrubar as muralhas, derrubar as fronteiras.» Os migrantes trazem, assim, em sua própria característica de «'andar pelo mundo', 'viajar pelo mundo', uma centelha revolucionária (semelhante aos ciganos...).»

Agamben (2013) assevera que a vida nua foi, paradoxalmente, excluída da política e, concomitantemente, incluída e capturada através da sua exclusão, o que significa que a vida nua pode ser compreendida enquanto o fundamento negativo do poder. Na biopolítica moderna, essa separação atinge sua forma extrema: o cuidado e a decisão sobre a vida nua se tornam aquilo que está em jogo na política. Isso fica muito evidente a partir do que aconteceu nos estados totalitários do século XX: em todas essas experiências, o poder (que também assume a forma da ciência, como no exemplo do nazismo) é quem decide, em última análise, sobre o que é uma vida humana e sobre o que ela não é. É por isso que o autor propõe o «pensar numa política das formas de vida, a saber, de uma vida que nunca seja separável da sua forma, que jamais seja vida nua.»

Aqui, a tarefa da *profanação* se apresenta como primordial e assume o sentido de fazer com que as coisas que saíram da esfera do humano por meio da «consagração» sejam restituídas ao livre uso dos homens. Se a consagração designa a separação entre a esfera dos deuses e dos homens[9], etimologicamente, «puro, profano, livre dos nomes sagrados, é o que é restituído ao uso comum dos homens.» (Agamben, 2007: 65). Assim, «profanar designa o ato de restituir ao livre uso e comércio dos homens o que antes fora separado por algum tipo de consagração, interdição, indisponibilidade.» (Nascimento, 2012: 224).

É importante, então, destacar a diferença estabelecida entre secularização e profanação: a primeira «é uma forma de remoção que mantém intactas as forças, que se restringe a deslocar de um lugar a outro», de forma que «a secularização política de conceitos teológicos (a transcendência de Deus como paradigma do poder soberano) limita-se a transmutar a monarquia celeste em monarquia terrena, deixando, porém, intacto o seu poder.» Já a profanação refere-se à «neutralização daquilo que profana. Depois de ter sido profanado, o que estava indisponível e separado perde a sua aura e acaba restituído ao uso.» Assim, enquanto a secularização assegura o poder remetendo-o a um modelo sagrado, a profanação «desativa os dispositivos do poder e devolve ao uso comum os espaços que ele havia confiscado.» (Agamben, 2007: 68).

O ato de profanar pode ser compreendido, então, como uma forma especial de negligência, que ignora a separação operada pela religião, ou melhor, faz dela um uso particular. Profanar não significa apenas a abolição das separações, mas, sobretudo, aprender a fazer delas um novo uso, brincar com elas.

Desse modo, a profanação pode assumir a forma de um jogo, que nada mais é que um uso totalmente incongruente do sagrado, uma vez que «a maioria dos jogos que conhecemos deriva de antigas cerimônias sacras, de rituais e de práticas divinatórias que outrora pertenciam à esfera religiosa em sentido amplo.» Com efeito, «o jogo libera e desvia a humanidade da esfera do sagrado, mas sem a abolir simplesmente. O uso a que o sagrado é devolvido é um uso especial, que não coincide com o consumo utilitarista.» Nessa ótica, «da mesma forma que a *religio* não mais observada, mas jogada, abre a porta para o uso, assim também as potências da economia,

9 Analisando a etimologia do termo religião, Agamben (2007: 66) constata que *religio* «não é o que une homens e deuses, mas aquilo que cuida para que se mantenham distintos.»

do direito e da política, desativadas em jogo, tornam-se a porta de uma nova felicidade.>> (Agamben, 2007: 66-67).

Aqui, novamente, o <<ser tal>> dos migrantes permite uma aproximação à ideia de profanação: não sendo nem <<daqui>> nem <<de lá>>, o migrante se torna forte, justamente por dissolver a noção do <<cá>> e do <<lá>> enquanto expressões da soberania e, consequentemente, rígidos e excludentes. A partir desse processo, o cá e o lá se fundem, dando lugar a <<outra coisa>> (Ferreira, 2011).

Segundo Agamben (2004), <<a tarefa que nos espera consiste, portanto, em pensar integralmente, de cabo a cabo, aquilo que até agora havíamos definido com a expressão, de resto pouco clara em si mesma, 'vida política'>>. Em outras palavras, é possível, então asseverar que o autor convida a reexaminar as bases da autoridade jurídico-política para, ao invés de justificar o poder soberano, conceber uma comunidade política que não o pressupõe. Agamben projeta uma comunidade que está além da tradição da soberania. O abandono das narrativas patrióticas e uma inextrincável relação entre política e subjetividade se impõem.

Para tanto, o autor refere que é preciso ter em mente que <<a profanação não restaura simplesmente algo parecido com um uso natural, que preexista à sua separação na esfera religiosa, econômica ou jurídica.>> Como evidenciado pelo exemplo do jogo, a operação da profanação <<é mais astuta e complexa e não se limita a abolir a forma da separação para voltar a encontrar, além ou aquém dela, um uso não contaminado.>> (Agamben, 2007: 74). A profanação se afigura, então, como um <<contradispositivo>> (Agamben, 2009: 45).

Um bom exemplo disso pode ser buscado em uma profanação que ocorre na natureza:

> o gato que brinca com um novelo como se fosse um rato – exatamente como a criança fazia com antigos símbolos religiosos ou com objetos que pertenciam à esfera econômica – usa conscientemente de forma gratuita os comportamentos próprios da atividade predatória (ou, no caso da criança, próprios do culto religioso ou do mundo do trabalho). Estes não são cancelados, mas, graças à substituição do novelo pelo rato (ou do brinquedo pelo objeto sacro), eles acabam desativados e, desta forma, abertos a um novo e possível uso. (Agamben, 2007: 74).

Aqui reside o ponto fundamental: a profanação e o comportamento libertador que lhe subjaz (como o do gato que brinca com o novelo) reproduzem e ainda expressam gestualmente as formas da atividade da qual se emanciparam. No entanto, esvaziam essas formas de seu sentido e da relação imposta com uma finalidade, promovendo a sua abertura e a sua disponibilização para um novo uso. Há, aqui, um duplo processo de libertação: no exemplo do gato, o jogo com o novelo representa a libertação do rato da condição de presa, mas também representa a libertação da atividade predatória do gato do fato de estar necessariamente voltada para a captura e a morte do rato mas, ao mesmo tempo, ele apresenta os mesmos comportamentos que definiam a caça.

Deste modo, é possível afirmar que a atividade que resulta da profanação se transforma em um puro meio, o que significa que ela se transforma em <<uma prática que, embora conserve tenazmente a sua natureza de meio, se emancipou da sua relação com uma finalidade, esqueceu alegremente o seu objetivo, podendo agora exibir-se como tal, como meio sem fim.>> Em síntese: <<a criação de um novo uso só é possível ao homem se ele desativar o velho uso, tornando-o inoperante.>> E mais: <<as formas desse uso só poderão ser inventadas de maneira coletiva.>> (Agamben, 2007: 74-75).

Nesse rumo, tornar inoperante a noção de soberania que promove a separação entre *zoé* e *bíos* só é possível por meio da profanação. A biopolítica contemporânea se consolida enquanto um domínio *sobre a vida*. A profanação, então, é uma forma que se coloca à disposição da humanidade para que se possa resistir a este domínio. Por meio da profanação é possível tentar uma nova política, um novo ser humano, uma nova comunidade, ao promover justamente o *avesso* à vida nua, qual seja: a potência *da* vida. Em outras palavras: a potência da vida humana como potência de ser mas também como potência de não ser (exposição às possibilidades).

No caso dos migrantes, isso significa considerá-los <<tal qual são>>, ou seja, não esperar que eles cumpram com esta ou aquela função no contexto de uma determinada sociedade, mas viabilizar que eles sejam potencialidades. Com efeito, o ser <<tal qual>> dos imigrantes pode ser considerado como uma importante forma de resistência

que emerge na sociedade do controle biopolítico. Como já salientava Foucault (2012: 106), as formas de resistência que surgem nesse modelo de sociedade não são enraizados em uma espécie de «Grande Recusa». Pelo contrário, o que existe são

> resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder.

Na ótica foucaultiana, essas resistências estão distribuídas no tecido social de modo irregular, disseminando-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, provocando, não raras vezes, o levante de grupos ou indivíduos de forma definitiva. No entanto, essas grandes rupturas são exceções: é mais comum que esses pontos de resistência sejam móveis, transitórios, e que introduzam na sociedade clivagens que se deslocam, rompendo unidades e suscitando reagrupamentos, percorrendo os próprios indivíduos, recortando-os e remodelando-os, enfim, traçando nos seus corpos e almas regiões irredutíveis.

Segundo De Giorgi (2006: 109-110), essas resistências se desenvolvem em uma «molecularidade de conflitos difusos», ou seja, são caracterizadas «pela multiplicidade de formas, pela irredutibilidade a qualquer práxis hegemônica, pela hibridação contínua das práticas e pela amplitude com que se manifestam.» Elas estão localizadas justamente no interior de uma determinada economia e racionalidade «para sabotá-las, subtraí-las, torná-las ineficazes», ou seja, «minar a sua eficácia por dentro, quase um axioma daquilo que podemos definir como uma genealogia do nexo poder-resistência.»

Essas formas de resistência configuram-se como práticas de contestação dos dispositivos que obrigam os indivíduos a acatar identidades pré-constituídas e a se colocar em espaços de controle pré-dispostos. Tratam-se de resistências singulares, na maior parte das vezes subterrâneas, que sempre se tenta ocultar ou invisibilizar, mas que delineiam uma nova cartografia das resistências biopolíticas (De Giorgi, 2006).

A melhor política migratória, aqui, se afigura justamente como aquela que não se ocupa em definir papéis – por exemplo, relacionando ou condicionando a imigração às exigência do mercado e trabalho e/ou ocupando-se precipuamente do controle de fronteiras em defesa dos direitos da cidadania em oposição aos direitos dos *áliens*, utilizando-se, para tanto, de medidas de cunho repressivo na esfera penal. Desde a década de 1970, já se afirmava, nesse sentido, que «a única política possível em termos de imigração é precisamente uma ausência de política.» (Sayad, 1998: 60).

É esta a luta pela ética que se impõe na contemporaneidade: não se está mais diante da necessidade de cumprimento da norma existente, ou da realização desta ou daquela essência humana, desta ou daquela vocação histórica. A luta pela ética é a luta pela liberdade, ou seja, a luta para que todos possam experimentar sua própria existência como possibilidade ou potência, ou seja, potência de ser e de não ser.

Os imigrantes são um exemplo paradigmático disso. Como destaca De Giorgi (2006: 113-114), o desejo de mobilidade, de subtração e de fuga dos migrantes

> esbarra diariamente nos dispositivos de controle e de localização forçada da multidão, expressando uma 'crítica prática' a eles. As políticas de controle das migrações se traduzem numa expropriação sistemática dos desejos, das motivações e das expectativas que inspiram os projetos migratórios. Na metrópole pós-fordista, é retirada a palavara ao migrante, a linguagem e a possibilidade de comunicar a própria condição existencial lhe são tolhidas, reduzindo-o, assim, à afasia. Vemos desenvolver-se aqui, de modo exemplar, a racionalidade dos dispositivos de controle pós-fordistas. Ao mesmo tempo classe trabalhadora e classe perigosa, excesso positivo e excesso negativo, os migrantes devem ser privados exatamente daquelas faculdades comunicativas, linguísticas e afetivas que fazem deles uma subjetividade constitutiva da força de trabalho social. o objetivo é contrastar o auto-reconhecimento de si como parte da multidão, de impedir a construção de laços e

> formas de cooperação social e política que possam dar corpo à rebelião. Os migrantes constituem então uma imagem paradigmática da multidão pós-fordista e indicam, sobretudo, as formas de resistência a que ela pode dar vida, dentro e contra o novo regime do governo do excesso.

Uma política – ou a-política – migratória adequada a essa perspectiva, portanto, pressupõe abandonar as soluções que nos foram apresentadas pela modernidade. É preciso abandonar a visão de que tudo pode ser resolvido por meio do cumprimento da norma. Em síntese: a profanação pressupõe um abandono na aposta no «Estado de Direito». Isso porque «*o fato novo da política que vem é que ela não será mais a luta pela conquista ou pelo controle do Estado, mas a luta entre o Estado e o não-Estado (a humanidade), disjunção irremediável entre as singularidades quaisquer e a organização estatal.*» (Agamben, 201: 78).
Torna-se necessário considerar que as singularidades quaisquer não tem nenhuma possibilidade de formar uma *societas*, o que decorre do fato de não possuírem nenhuma identidade para fazer valer e nenhum laço de pertencimento para ser reconhecido. Quando se considera que um Estado pode reconhecer qualquer reivindicação de identidade que seja, também se deve considerar que esse mesmo Estado não tolera que singularidades quaisquer façam comunidade sem reivindicar uma identidade ou que homens copertençam sem uma condição representável de pertencimento, afinal, o Estado não se funda no laço social – do qual seria expressão – mas na sua dissolução – que ele interdita (Agamben, 2013).
Revela-se necessário, então, mostrar o direito «em sua não relação com a vida e a vida em sua não relação com o direito», o que significa abrir entre eles um «espaço para ação humana que, há algum tempo, reivindicava para si o nome de 'política'.» Na verdade, esta política sofreu um eclipse duradouro justamente porque foi «contaminada pelo direito, concebendo-se a si mesma, no melhor dos casos, como poder constituinte (isto é, violência que põe o direito), quando não se reduz simplesmente a poder de negociar com o direito.» (Agamben, 2004: 133).
Na verdade, a política verdadeira é apenas aquela que revela e corta o nexo entre a violência e o direito. É somente por meio dela, e do espaço que ela abre, que se torna possível colocar a questão a respeito «de um eventual uso do direito após a desativação do dispositivo que, no estado de exceção, o ligava à vida.» Assim, a uma palavra não coercitiva – ou seja, que não comanda e não proíbe – que diz apenas ela mesma, corresponde uma ação como puro meio que mostra só a si mesma, sem relação a nenhuma finalidade ou objetivo. No espaço entre as duas, aparece então «não um estado original perdido, mas somente o uso e a praxis humana que os poderes do direito e do mito haviam procurado capturar no estado de exceção.» (Agamben, 2004: 133). Nesse rumo, buscar pelas singularidades quaisquer, que se apropriam do próprio pertencimento e que recusam toda identidade e condição de pertencimento é o primeiro passo desse processo.

4 Considerações finais

A temática da imigração assume, na contemporaneidade, papel de destaque nas discussões dos mais diversos campos do saber. Invariavelmente a imigração é vista como uma ameaça diante do enxugamento do Estado de Bem-Estar Social e do consequente parasitismo social representado pelos imigrantes. O desmantelamento do *Welfare State* diante do assalto das políticas neoliberais é acompanhado pelo sentimento de que os seus resquícios são privilégios que os cidadãos autóctones precisam defender e, nesse intuito, os discursos xenofóbicos novamente entram em cena.
Além disso, a insegurança e o medo que passam a caracterizar a vida nos grandes centros urbanos na contemporaneidade – particularmente em decorrência dos atentados terroristas ocorridos no início do milênio – são canalizados para determinados focos, em âmbitos concretos ou em grupos que, independentemente do fato de serem precursores de mais delinquência ou não, são temidos pela sociedade em razão da criação de estereótipos. Nesse rumo, os imigrantes também passam a ser associados à megacriminalidade típica da sociedade contemporânea. A «potencialidade terrorista» representada pelo *alien* contribui, nesse sentido, para a construção de uma imagem distorcida – principalmente no que se refere aos imigrantes irregulares –, que reflete nas respostas institucionais aos fenômenos migratórios.

As políticas migratórias, nesse sentido, passam a ser implementadas com o objetivo primordial de controle de fluxos migratórios, reforçando, reflexamente, o ambiente social pautado pela mixofobia ou, em outras palavras, pelo medo de misturar-se com os imigrantes. A gestão da imigração cada vez mais se dá em nível de segurança, com destaque para o controle das fronteiras e para o reforço dos instrumentos jurídicos e meios materiais que possam potencializar a luta contra a imigração irregular, em detrimento da integração dessa população. No caso brasileiro, isso fica bastante evidente na forma como a questão da imigração historicamente é gerida pelo Estado.

Como se procurou demonstrar ao longo do presente trabalho, a ideia da profanação se afigura, na contemporaneidade, como um terreno fértil para o pensar de alternativas à problemática da imigração que extrapolem os limites das soluções que perpassam por concepções meramente utilitaristas ou repressivistas dos fenômenos migratórios e que transformam os migrantes, antes de qualquer coisa, em meros *objetos*. Essas concepções encontram-se plasmadas em leis excludentes que condenam boa parte dos imigrantes a uma situação de clandestinidade, contribuindo, assim, para a construção de uma categoria de seres humanos carentes de direitos e garantias. Em última análise, trata-se da construção de uma categoria de indivíduos sem direitos, mas submetidos constantemente a controle policial, em um movimento que revela, então, o nexo originário entre direito e violência – descortinado pelo estudo da biopolítica a partir da obra de Michel Foucault e Giorgio Agamben –, pois permite a compreensão de que os imigrantes são expostos às mais variadas formas de violação sem que possam invocar qualquer norma jurídica em sua defesa.

A profanação, nesse sentido, é a categoria agambeniana apresentada como condição de possibilidade para que se revele a comunidade que vem, ou seja, para que haja uma reflexão sobre alternativas que signifiquem a resolução do nexo entre direito e violência. Com efeito, a discussão estabelecida na obra agambeniana sobre a «comunidade que vem», ou seja, um modelo de comunidade que supere a lógica soberana e as cesuras entre vida política (*bíos*) e vida matável (*zoé*) que lhe subjazem é bastante profícua: trata-se de um modelo isento de qualquer fator negativo no qual tudo passa a ser inclusão, pertencimento. Em última análise, trata-se de uma comunidade expropriada de todas as identidades para que possa se apropriar do pertencimento mesmo, ou seja, do pertencimento meramente existencial.

Em relação aos migrantes, isso significa o pensar de uma forma de considerá-los «tal qual são», sem esperar que cumpram com esta ou aquela função no contexto de uma determinada sociedade. Em outras palavras: significa viabilizar que os migrantes sejam potencialidades.

Nesse sentido, buscou-se fazer o reexame das bases da autoridade jurídico-política para que se pudesse conceber uma noção de comunidade que não pressupõe o poder soberano, mas que o desativa, ao colocar no centro da análise a projeção de uma comunidade que está além da tradição da soberania, por viabilizar o florescimento de «singularidades quaisquer». Trata-se de instaurar um novo horizonte político na esfera de uma comunidade que vem, apostar em uma reviravolta de termos e, acima de tudo, em uma consciência sustentada pela inseparabilidade da política e da subjetividade; enfim, acreditar em uma política livre de qualquer banimento, onde tudo é pertencimento, potencialidade, possibilidade.

Nesse sentido, o presente trabalho não se propôs a estabelecer um modo de fazer, mas sim a revelar uma possibilidade, suscitar o debate acerca de uma potencialidade, que perpassa pela compreensão do «ser tal» dos migrantes, expropriados de qualquer finalidade social ou econômica. Afinal, permitir-se o sonho da profanação é condição de possibilidade rumo à transformação.

Bibliografia:

AGAMBEN, G. (2004), *Estado de exceção.*São Paulo: Boitempo.

AGAMBEN, G. (2007), *Profanações.*São Paulo: Boitempo.

AGAMBEN, G. (2009), *O que é o contemporâneo? e outros ensaios.* Chapecó: Argos.

AGAMBEN, G. (2010), *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I.* Belo Horizonte: Editora UFMG.

AGAMBEN, G. (2011), *O reino e a glória.*São Paulo: Boitempo.

AGAMBEN, G. (2013), *A comunidade que vem.* Belo Horizonte: Autêntica Editora.

BAUMAN, Z. (2005), *Vidas desperdiçadas.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BAUMAN, Z. (2009), *Confiança e medo na cidade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

DE GIORGI, A. (2006), *A miséria governada através do sistema penal.*Rio de Janeiro: Revan.

FERRAJOLI, L. (2010), *Derechos e garantias: la ley del más débil.* Madrid: Editorial Trotta.

FERREIRA, C. E. R. (2001), "O imigrante como um subversivo prático-político, possibilidade de um 'novo mundo' – o projeto universal-cosmopolita dos Direitos Humanos em contraposição à Soberania territorial". *Emancipação,* 11 (2), pp. 253-266.

FOUCAULT, M. (2010), *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

FOUCAULT, M. (2012), *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber.* Rio de Janeiro: Edições Graal.

HARDT, M. & NEGRI, A. (2005), *Multidão:guerra e democracia na era do Império.* São Paulo: Record.

JAKOBS, G. (2004) "La autocomprensión de la ciencia del Derecho penal ante los desafíos del presente". In. F. MUÑOZ CONDE (coord.), *La ciencia del Derecho Penal ante el nuevo milênio,* Valencia: Tirant lo Blanch, pp. 53-64.

NASCIMENTO, D. A. (2012), *Do fim da experiência ao fim do jurídico:*percurso de Giorgio Agamben. São Paulo: LiberArs.

PÉREZ, M. L. B. (2010), "Giorgio Agamben. Del biopoder a la comunidad que viene". *Araucaria: Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades,* 12 (24), pp. 28-52.

SANTOS, A. L. C. (2012), "A repressão das diásporas em tempos globais e os direitos humanos dos migrantes". In. BEDIN, G. A. (org.), *Cidadania, direitos humanos e equidade,*Ijuí: Editora UNIJUÍ, pp. 337-374.

SAYAD, A. (1998), *A imigração ou os paradoxos da alteridade.*São Paulo: Edusp.

SOUSA SANTOS, B. (2008), "Nuestra América: reiventar um paradigma subalterno de reconhecimento e redistribuição". In. SOUSA SANTOS, B., *A gramática do tempo: para uma nova cultura política,* São Paulo: Cortez.

GT 29
Hibridismos e performatividades: as artes como argumento para se pensar o social

Senhor juiz, pare, agora! - O protagonismo feminino no movimento musical que revolucionou o mercado e os costumes: 50 anos da Jovem Guarda.

Marcelo Dantas[1]

Marilda Santanna[2]

Resumo: O movimento musical da Jovem Guarda, surgido nos anos 1960, teve grande impacto na modernização do mercado musical brasileiro, influenciando o consumo cultural e o comportamento. Esse estudo analisa uma de suas características fundamentais: o protagonismo feminino nesse mercado, que influenciou as mulheres brasileiras na revolução dos costumes. A partir do sucesso de artistas como Wanderléa, Martinha, Rosemary, Elizabeth, Vanusa - e da influência de sua imagem e discurso nas mídias - as mulheres jovens da época lideraram uma verdadeira revolução de comportamento no Brasil, quebrando o tabu da virgindade, adotando da pílula como método anticoncepcional, a moda como expressão de uma nova liberdade, e a ambição profissional como novo horizonte de vida. A Jovem Guarda não assumia conotações ideológicas, mas sua influência foi fundamental na modernização da sociedade brasileira.

Palavras-chave. Jovem guarda; 50 anos; protagonismo feminino; Wanderléa, Vanusa.

Introdução

A Jovem Guarda, movimento musical que marcou a música brasileira dos anos 60 e se tornou o maior fenômeno de público no Brasil, surgiu como a influência do rock americano e do pop inglês. Desde o final dos anos 50, o mercado brasileiro de música passou a contar com a presença do rock, que se tornou um sucesso internacional a partir de Elvis Presley e Bill Halley cantando *Rock Around the Clock (*Jimmy DeKnight / Max Freedman), e que sofreu no Brasil a adaptação para a língua portuguesa em versões de canções estrangeiras, de origem norte americana e europeia. Nesse período aparecem os primeiros artistas representantes dessa música jovem,

---

1 Doutor em Sociologia das Organizações - Université de Paris VII - Dennis Diderot (2000). Graduação em Comunicação (1982), especialização em Gestão Pública (1991) e mestrado em Administração pela Universidade Federal da Bahia (1993). Professor e pesquisador da UFBa. durante 16 anos. Professor Adjunto do CECULT – Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas da UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, e Pesquisador nas áreas de Economia da Cultura, Gestão Cultural, Identidade e Cultura, Cultura Organizacional, Diversidade Cultural e Gestão Pública e Social. Livros publicados: Olodum - De Bloco Afro a Holding Cultural (1994), Diversidade Sexual e Trabalho (2012). mdantas50@gmail.com

2 Professora Dra. do Programa de Pós graduação em Cultura e Sociedade Pós-cultura IHAC- UFBA. Coordenadora do grupo de pesquisa Canto de cada canto associado ao Centro de estudos Multidisciplinares em cultura – CULT. Cantora com três álbuns lançados. Este Texto é fruto da pesquisa de pós-doutorado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa em 2013-2014. Bolsa Capes processo 3251-136. E-mail: marilda62@gmail.com.

Cely Campelo e seu irmão, Tony Campelo, além de Sérgio Murilo e Ronnie Cord, fazendo sucesso com a "garotada".

O impacto mercadológico desses artistas mostra pela primeira vez o potencial do público jovem – formado por adolescentes de um Brasil que começa a deixar de ser um país rural para entrar num processo irreversível de urbanização. Mas é o sucesso espetacular de Cely Campelo, com cinco grandes *hits* que iriam ser tocados de norte a sul do país, que vai mostrar às gravadoras, o potencial futuro desse mercado jovem: *Estúpido Cupido* (Stupid Cupid, de Howard Greenfield / Neil Sedaka, versão: Fred Jorge), *Broto Legal* (de H.Earnhart, Versão: Renato Corte Real) , *Lacinhos Cor de Rosa* (de Mickey Grant – versão: Fred Jorge), *Banho de Lua (*Bruno De Filippi/ Franco Migliacci. Versão: Fred Jorge) e *Biquini de Bolinha Amarelinha* (Itsy bitsy teenie weenie yellow polka dot bikini, de Lee Pockriss e Paul Vance. Versão: Hervé Cordovil), este último gravado também por Ronnie Cord.

No auge do sucesso, em 1961, Cely Campelo abandona a carreira para casar com seu namorado de muitos anos. Com isso o mercado – que acabara de descobrir um novo veio, o público jovem, fica órfão da rainha do rock brasileiro. Sem perder tempo, as gravadoras e os produtores e empresários da música começam a buscar novos talentos para ocupar esse vazio. É aí então que surge a geração de artistas que mais tarde iria ser chamada de Jovem Guarda. Ao invés de uma nova rainha do rock, o mercado vai descobrir e lançar nos primeiros anos da década de 60, algumas dezenas de artistas jovens, antenados com a música pop internacional, já influenciados pelo rock e pela aura de rebeldia que ele encarnava.

Essa nova safra de artistas, induzida pelas gravadoras, vai seguir o mesmo caminho: fazer versões em português de músicas estrangeiras que faziam sucesso nos seus países ou no mundo, com ritmos dançantes influenciados pelo rock americano mas já recebendo também o impacto do pop que, para alguns autores, nasce com os Beatles. O grupo inglês logo se tornará o maior sucesso mundial da música na primeira metade dos anos 60, consolidando a tendência de crescimento daquele novo nicho de mercado – o consumidor jovem. Imediatamente, versões em português são gravadas e lançam com sucesso as carreiras de artistas como, Roberto Carlos, Erasmo Carlos, Wanderléa, Jerry Adriani, Wanderley Cardoso, Eduardo Araújo, entre outros.

Esses artistas surgem no momento em que uma nova música brasileira faz sucesso internacional: a Bossa Nova. Tendo surgido no final dos anos 50, com a liderança e o talento de Tom Jobim e João Gilberto, a bossa nova já surge com um peso de clássico e, com seu retumbante sucesso e reconhecimento, vai influenciar os artistas da época e ganhar o mundo. Entretanto, no Brasil, não é essa música que vai mobilizar as novas gerações. Os jovens da primeira metade dos anos 60 querem uma música que fale sua linguagem e que represente sua vida. É uma fase de intensa urbanização no Brasil e os jovens das grandes cidades, inspirados pela música internacional e pelo ícones de rebeldia que já havia assimilado do cinema americano – como James Dean e Marlon Brando – vão iniciar uma verdadeira revolução de costumes no Brasil e é a música da Jovem Guarda que vai representar essa tendência. Pela primeiras vez, no Brasil, vai haver uma clara distinção entre a música consumida pelos adultos (pelos pais) e a música preferida dos jovens.

Apaixonado pela bossa nova, Roberto Carlos vai tentar o sucesso com músicas do gênero e nada vai acontecer. Finalmente, entrando na lógica do mercado, ele resolve gravar rock e estoura em todo o Brasil, em 1962, com *Splish Splash* (Bobby Darin – Jean Murray. Versão: Erasmo Carlos), seguindo a onda das versões em português do rock americano ou inglês. Em seguida, ainda no mesmo ano, ele conquista novamente o primeiro lugar nas paradas com *Parei na Contramão*, que se torna o primeiro grande sucesso composto pela dupla Roberto Carlos-Erasmo Carlos. No final do ano ele lança um LP com as duas canções e, a partir daí, nada mais represa a onda rejuvenescedora que vai dominar o mercado da música no Brasil.

O sucesso de tantos jovens artistas nas rádios estava relacionado com o surgimento de programas voltados para esse segmento de público, como é o caso de *Ritmos para a Juventude*, inicialmente em estúdio, que se tornou o grande sucesso desde que passou a ser produzido e dirigido por Antonio Aguillar e realizado em auditório, com plateia ao vivo, na Rádio Nacional, em São Paulo. Em 1961, a TV Paulista (atual Rede Globo) convidou-o para levar o programa para a TV. A partir de então o movimento foi crescente, conquistando fatias importantes da audiência. Na época, o programa misturava a apresentação ao vivo de artistas já profissionais, com discos gravados, com novos talentos que, graças ao sucesso de suas apresentações eram contratados pelas gravadoras para se lançarem em disco (AGUILLAR, 2005).

Esse novo fenômeno da música jovem influenciada pelo rock e depois pelo twist, acabaria sendo batizada de "Iê-iê-iê", numa referencia a um refrão de uma canção de grande sucesso dos Beatles, *A Hard Day's Night*, que foi também o título do primeiro filme do grupo e que no Brasil foi lançado como *Os Reis do Iê-iê-iê*, de Richard Lester. Essa música jovem, na sua primeira fase, vai ser a mera adaptação de músicas estrangeiras, cantadas em português. Esse detalhe foi fundamental para duas questões: por um lado gerou uma certa unanimidade da crítica em desprezar esse movimento por considera-lo cópia; por outro, conseguiu manter o público jovem brasileiro cantando em português enquanto o mundo todo consumia esses sucessos na língua inglesa.
O primeiro grande sucesso em gravação original – escapando da tendência em voga das versões foi composições de Roberto Carlos e Erasmo Carlos, *Parei na Contramão*, totalmente influenciada pelo rock. Pela primeira vez, o peso de divulgação das rádios se somou aos programas de TV com apresentações desses jovens artistas, promovendo essa música jovem e a tornando um importante fenômeno no mercado da música no Brasil.
Esse fato preparou o mercado consumidor para o que viria a seguir: a partir do momento em que conseguem se estabelecer com sucesso, os novos artistas começam a compor suas próprias canções e a fazer sucesso com elas. Resultado, enquanto o mundo inteiro consumia a nova onde de música pop do mercado americano ou inglês, o Brasil consolidava as carreiras e a obra de uma nova geração de artistas, talentosos, irrequietos e criativos, cantando em português. Esse fenômeno garantiu as bases para que entre os anos 60 e 90 do século XX o Brasil se tornasse o segundo maior mercado do mundo a consumir música produzida no próprio país e chegasse a ser o sexto mercado mundial da música, de um modo geral.

Jovem Guarda – um programa de TV

A TV no Brasil, ainda restrita às grandes capitais e com pouquíssima penetração no interior, começa a buscar – através dos anunciantes e da crescente indústria brasileira – novos segmentos de público e descobre os jovens como consumidores. Os artistas jovens formam a primeira geração da música brasileira que usa a TV – além do rádio, já consagrado – como meio de divulgação das músicas. Para dar mais impulso a esse movimento, a inovação do *videotape*, adotada pela TV brasileira em 1965, vai permitir que os programas ao vivo, restritos aos mercados locais, comecem a ser exibidos em outras praças. São os primeiros passos do que mais tarde se tornariam as grandes redes de TV, atingindo todos os Estados brasileiros nos anos 70.
Em agosto de 1965, estreia o programa *Jovem Guarda*, na TV Record. Os três apresentadores do programa – Roberto Carlos, Wanderléa e Erasmo Carlos – no auge de suas carreiras, convidam artistas da mesma "tribo" para se apresentarem no programa. Uma amizade do início de suas carreiras, que se transforma no núcleo central de um movimento. O sucesso do programa, que chegou a atingir 90% da audiência, mostrou que o rock definitivamente havia conquistado seu espaço entre os jovens brasileiros, apesar de todas as críticas ao gênero vindas da esquerda e da direita. Para um público totalmente adolescente, a primeira edição do programa apresentou durante uma hora shows com Os Incríveis, Tony Campello, Rosemary, Ronnie Cord, The Jet Blacks e Prini Lorez, além das performances individuais dos três apresentadores. A plateia ficou ensandecida durante todo o programa, assim como acontecia nos shows dos astros do rock internacional. O programa duraria praticamente três anos e daria um batismo definitivo àquele movimento de música Jovem que marcaria toda a década de 60 no Brasil, Até 1968, as tardes de domingo pertenceriam à Jovem Guarda e o mercado da música brasileira nunca mais seria o mesmo. (ANAZ, 2014).
A expressão Jovem Guarda vai ser atribuída a esse segmento da música jovem a partir do programa *Jovem Guarda*, exibido nas tardes de domingo pela TV Record de São tem origem incerta, mas alguns atribuem ao uso de uma expressão de Lênin, o revolucionário russo, que teria afirmado em um famoso discurso, citando uma frase de Engels: "O futuro pertence à jovem guarda porque a velha está ultrapassada". Isso seria irônico, já que a Jovem Guarda foi vista por boa parte da imprensa e da crítica como um movimento musical alienado, ou sem posição política. Mas o mais provável, é que o nome tenha sido inspirado numa coluna do Jornal Folha de São Paulo, assinada por Ricardo Amaral, dentro da página diária de Tavares de Miranda. Chamada de Jovem Guarda, a coluna falava da juventude de classe alta de São Paulo. (ARAUJO, 2006).

Dos tempos da brilhantina ao *flower power*

O Brasil da passagem dos anos 50 para a primeira metade da década de 60 era um país em profundo processo de transformação. Nos anos JK entre 1955 e 1960, o país vive um acelerado processo de industrialização, com um enorme impacto modernizador na nossa economia e repercussão na sociedade, nos costumes, nos valores morais e culturais. Entre as décadas de 50 e 70, em um caso único no mundo da época, o Brasil saiu de país rural para país urbano. Além desse processo que mudou a face do país, o ambiente político foi marcado por uma ruptura, com a substituição de uma democracia modernizadora por uma ditadura militar. A geração da Jovem Guarda surge pouco antes do golpe militar de 1964 e chega ao auge ainda na primeira fase do regime, antes do seu endurecimento e da violência que marcaria o aparelho repressivo a partir do final daquela década.

No mundo, a década de 60 se caracteriza por movimentos e momentos históricos emblemáticos para se compreender o ambiente contemporâneo. Um destes mo(vi)mentos, a contracultura, provocou transformações sociais e comportamentais, jamais dantes imaginadas, numa parcela da população jovem que se organizou informalmente no mundo ocidental para lutar por paz e amor.

A contracultura como fenômeno social não tem expressão nas lutas de classe. Mas sim na Igualdade de direitos para as mulheres, homossexuais, movimento contra a discriminação racial, liberação das drogas, aborto, movimento pró-paz, pró-ecológico, liberdade religiosa, preservação da espécie, a paz e o desarmamento. Para Gonçalo Junior, "a Contracultura pode ser considerada a libertação do sujeito, para que dela surja a libertação social como um todo" (2009, p.3).

Importante lembrar que a contracultura se situa historicamente num grande momento de conflito de âmbito nacional e mundial. No Brasil a ditadura militar sufoca todo tipo de liberdade de expressão. Nos Estados Unidos a guerra do Vietnã envia jovens para batalhas sangrentas, na França, o maio de 68 provoca conflitos que transcende a questão política. Para Goffman;Joy "o que interessa a Contracultura é o poder das idéias, imagens e da expressão artística. Não a obtenção de poder pessoal e político" (2007, p.13). Assim a Contracultura mudou a cara do sujeito do Ocidente. Nesta perspectiva, tomamos como representação destas mudanças, o papel da mulher nesta sociedade em ebulição também pela descoberta da pílula anticoncepcional feminina, o que possibilitou uma revolução sexual e comportamental nas mulheres que, até então, se iniciavam sexualmente só após o casamento; além de um discurso mais atuante, conquistado pelas mulheres brasileiras em 1932 com o direito do voto feminino.

As ondas da Contracultura também invadem via *intelsat* a América do Sul de forma geral, e em particular, o Brasil, que através da música, das notícias em jornais, revistas e pela Televisão, seus códigos de conduta baseados na desobediência civil pacífica, mudam o jeito de pensar e agir dos jovens.

Tomemos como ilustração as práticas musicais que sempre fizeram parte do ambiente social, se reconfigurando de tempos em tempos. Alguns ambientes se tornam mais férteis para que estas práticas assumam contornos que permitam compreender como e porque estas florescem em determinados ambientes. É nesta perspectiva que tomamos a Jovem Guarda como um mo(vi)mento musical dos anos 60 que quebrou paradigmas de comportamentos e de consumo cultural numa camada da sociedade brasileira influenciada pela música jovem dos *Beatles* e da contracultura, rompendo com a tradição até então vigente. É o Brasil modernizado sem ser moderno que abriga este contingente de jovens, em sua maioria do interior, da periferia, que vai lançar 'olhos novos para o novo', como bem disse Oswald Andrade.

Ortiz afirma que a modernização no Brasil está na nossa tradição e história. No entanto, esta mudança está intimamente relacionada à implantação da indústria cultural no País. Por outro lado, a consolidação de uma cultura de mercado foi praticamente ignorada pelos intelectuais da época. Para eles, o que interessava como discussão neste momento era a questão nacional denominada por Ortiz de "silêncio".

> Na época, o instrumento teórico em uso não permitia ver uma indústria cultural que se organizava para o mercado, para um público que não se diferenciava segundo as cisões de classe (in LIPPI,1988, p.2).

É neste panorama que a juventude brasileira envolvida pelas ondas do rádio e pela televisão começa a se expressar através da música, da moda e de comportamentos que vão definir um novo jeito de interferir e interagir no mundo. Em especial, as mulheres assumem um protagonismo neste processo, ditando regras e normas que vão influenciar toda uma geração na construção de espaços de concorrência e poder entre gêneros. Simone de Beauvoir no seu livro *O segundo sexo* cuja frase emblemática "não se nasce mulher, torna-se mulher" revoluciona os padrões femininos da época, pautados na mulher educada para ser esposa e mãe ou freira. No entanto, o final dos anos 50 e a década de 60 vão provar o contrário. As mulheres assumem o proscênio nas lutas por direitos iguais e sobem ao palco ditando comportamentos e moda também através da música como foi o mo(vi)mento da Jovem Guarda.

O protagonismo da mulher na música popular brasileira

O período entre guerras atinge também a produção musical no Brasil que tinha o rádio como veículo difusor, interrompendo constantemente sua programação diária para irradiar boletins e notícias referentes aos combates entre as nações envolvidas. Enquanto a Europa sofria os efeitos da guerra, os Estados Unidos viam crescer seu poderio político, econômico, cultural, conquistando mercados dantes sob as mãos da Europa, exportando toda uma cultura do entretenimento que se fortalecia através do cinema, da música e dos costumes e bens de consumo, bem como um comportamento de um público jovem cada vez mais ávido por novos modelos de consumo.

No Brasil, a própria transição do modelo europeu, com suas influências dos musicais *music hall*, *féerie, café cantante, revista*, vê seu poderio diminuir diante da entrada avassaladora da produção norte-americana. A indústria cultural expandia seus tentáculos para outros continentes através do cinema, da música, das revistas que imprimiam novos modelos de "bem estar"[3], cujos produtos, tais como eletrodomésticos e de toucador, de beleza, servem para imprimir um novo modelo de comodidade a uma população ávida por bens de consumo e de protótipos exibidos nos filmes e revistas tendo as estrelas como modelo a ser seguido.

Assim, o construto da própria intérprete brasileira é indissociável do modelo da indústria cultural implantado no mundo a partir do advento do cinema e do rádio, que serve de divulgador destes produtos artísticos. Neste sentido, as negociações que deslocaram a hegemonia do modelo de cultura europeu para o modelo norte-americano trazem para o mundo consequências até hoje presentes no que se refere à velocidade e efemeridade das informações dos tempos contemporâneos.

A obra artística como mercadoria e construção identitária pode ser destacada nos trabalhos de inúmeros artistas. Entretanto, tomamos a intérprete como porta-voz desta construção em nomes representativos como Araci Cortes, fazendo do samba um símbolo de brasilidade no teatro de revista, com sua graça e malemolência; a própria Carmem Miranda, que imortalizou o traje e trejeitos da baiana, com a ajuda inestimável de Dorival Caymmi; ou mesmo a *pop star* Madonna, que possibilita a criação de um novo "eu-mercadoria" (KELLNER, 2001), podem nos servir para traçar uma elaboração de como se constitui e se constrói a intérprete no Brasil. Esta construção é indissociável, evidentemente, dos meios de comunicação de massa, que, através inicialmente do teatro de revista musicado, dos impressos tais como jornais, revistas e partituras, e posteriormente dos sulcos, através do gramofone e do acetato, bem como das ondas sonoras do rádio e da imagem televisiva e do DVD, possibilitam narrativas que se tornam hegemônicas e que podem ser identificadas no trabalho de algumas intérpretes emblemáticas nesta construção.

Importa destacar a década de 30 como um momento simbólico para a música popular brasileira. Destacam-se aí as transformações do samba[4] – particularmente no Rio de Janeiro –, até se constituir como um gênero genuinamente brasileiro, inclusive o evento das escolas de samba que a partir de 1935 se integram de forma definitiva aos

---

3 Morin aponta que o "bem estar" aparece com mais clareza "com os bens de consumo e de uso produzidos pela economia industrial – e precisa-se como um *estilo de vida* ligado à habitação, aos transportes e aos lazeres modernos (1998, p. 216).

4 Maiores informações a respeito das transformações do samba neste período em Sandroni (2001).

festejos do Carnaval[5] carioca, além da popularização das emissoras de rádio, que ampliam e diversificam cada vez mais sua programação, criando talentos que se tornam referência para a posteridade, particularmente a partir de 1932, com o decreto que permitiu a comercialização da rádio, proporcionando assim contar com patrocinadores, ampliar seus elencos e a valorizar cada vez mais a música nacional. Vale lembrar que, neste período, a grande quantidade de cantores era infinitamente maior que as cantoras. Nomes como Francisco Alves, Sílvio Caldas, Carlos Galhardo e Orlando Silva detinham a preferência nacional de forma esmagadora.

A própria temática que gravitava em torno destes artistas, segundo Faour (2006), até o final dos anos cinquenta:

> Não eram tanto as de amor inatingível , mas sim do amor não realizado ou mal resolvido. As letras traziam com mais frequência a mulher como inimiga em potencial do homem – a culpada por tudo que desse errado no relacionamento. Ela poderia ser a traidora, a perdulária, a exigente demais, a excessivamente crítica, a não compreensiva, e em linhas gerais uma "perdida", sem coração. (2006, p.31)

Por outro lado, tinha-se o Carnaval como ambiente para amenizar esta temática, mas vez por outra o próprio Carnaval sucumbia ao tema. A própria Carmem, com o seu primeiro sucesso – *Ta-hí*, (Joubert de Carvalho) – passou pela temática da *dor de cotovelo*, suavizada pelo seu jeito brejeiro e debochado de interpretar. Vejamos, então, o surgimento de algumas destas intérpretes no cenário artístico brasileiro, cujas trajetórias servem para delinear uma elaboração de identidades culturais associada ao fenômeno do surgimento das estrelas na *indústria da música*, e em especial, as da Jovem Guarda.

Salve, salve as rainhas do rádio!

A respeito deste fenômeno, tomamos como ilustração dois grandes ídolos das décadas de quarenta/cinquenta nos idos da Era de Ouro do Rádio, com a ascensão de duas grandes intérpretes da música brasileira: Emilinha Borba e Marlene, bem como na grande referência da formação da intérprete no Brasil, alavancada principalmente pelo rádio e pelo cinema, que exibia as estrelas em películas patrocinadas pela Atlântida e pela Vera Cruz, além do Carnaval.

As disputas se travavam, sobretudo, entre as favoritas da Marinha – a carioca Emilinha – e da Aeronáutica – a paulista Marlene. Esta, estrela absoluta do programa de Manoel Barcelos; aquela, do programa de César de Alencar. Ambas serviam de modelo para uma infinidade de fãs-clubes espalhados pelo Brasil através do disco, do rádio, do cinema e das revistas que divulgavam à exaustão seus sucessos, provocando uma disputa tão acirrada entre seus fãs que se chegou a sugerir um Tratado de Tordesilhas musical dos anos cinquenta "dividindo o Brasil entre fãs de Emilinha e Marlene" (ALBIN, 2004, p.160). Assim, as jovens fãs que viam nestas estrelas/rainhas a realização de seus sonhos, de um dia poderem também alcançar o sucesso como o seu ídolo, alimentavam na época a frustração da derrota de Martha Rocha no concurso de Miss Universo por duas polegadas a mais.

Emilinha Borba gravou inúmeros sucessos em marchinhas carnavalescas como a emblemática *Chiquita Bacana*, (João de Barro e Alberto Ribeiro), no Carnaval de 1949 e *Tomara que chova* (Paquito e Romeu Gentil), no Carnaval de 1951. Além das marchinhas e dos programas de rádio[6], a artista também participou de inúmeros filmes tais como *Estou aí, Aviso aos navegantes* e *Poeira de estrelas*.

Marlene, de origem italiana, começa sua carreira profissionalmente na rádio Tupy de São Paulo, mudando

---

5 Fred Góes (2006) traça uma pequena história da presença das mulheres no Carnaval brasileiro desde o entrudo, passando pela marchinha carnavalesca *Oh Abre Alas*, de Chiquinha Gonzaga, chegando à também precursora D. Ivone Lara, como mulheres compositoras num ambiente eminentemente masculino. O autor refere-se também a Elza Soares, puxadora da Salgueiro em 1969, "até desembocar contemporaneamente nas rainhas dos trios elétricos baianos, Margareth Menezes, Daniela Mercury e Ivete Sangalo. Representantes portanto, de uma já longa dinastia de mulheres bandeirantes a desbravar territórios muitas vezes dominados pela figura masculina para neles fazer surgir, luminosa, a presença da mulher". (p. 109)

6 Fez parte do *Cast* da Rádio Nacional durante 27 anos, e foi campeã de correspondência durante 19 anos consecutivos pela mesma emissora; e mais de 50 vezes foi capa da *Revista do Rádio*.

posteriormente para o Rio, onde estreia no cassino Icaraí, Niterói. Mais tarde, assina contrato com a rádio Mayrink Veiga e o Cassino da Urca, até 1946, quando a casa fecha devido à proibição de jogos de azar. Apresenta-se também em *boites*, passando de *crooner* a estrela no Copacabana Palace. No entanto, sua carreira ascende com a ida para a Rádio Nacional, em 1948, no programa de César de Alencar. Eleita pela primeira vez Rainha do Rádio em 1949, ganha seu próprio programa de nome *Duas Majestades*, permanecendo como estrela absoluta até o fechamento da emissora.

Outras duas grandes representantes da construção da intérprete no Brasil da época de ouro foram Dalva de Oliveira e Ângela Maria. A primeira, anunciada como *a menina prodígio da voz de ouro* inicia-se na música ainda criança, ao ser descoberta pelo maestro que a observava se sentar ao piano tentando tirar melodias, após a limpeza do salão de dança. Assim, convidada pelo maestro, "apresenta-se num cirquinho de tablado" (ALBIN, 2004, p. 171). A artista inicia sua carreira, como era de praxe na época, em programas de rádio, mas também devido ao seu potencial vocal e afinação perfeita, faz participações em operetas no Teatro Glória, no Rio de Janeiro. Ao conhecer, no teatro, o futuro marido e parceiro Herivelto Martins, se junta à dupla *Preto e Branco* até trocar o nome do trio, por sugestão de César Ladeira para *Trio de Ouro.* Sua gravação antológica de *Ave Maria no Morro* (Herivelto Martins e Grande Otelo) e a marcha-rancho *Praça Onze* (Herivelto Martins) são ilustrações emblemáticas do trio.

Ângela Maria é outra grande intérprete da chamada Época de Ouro. Carioca, é considerada por especialistas a intérprete mais popular dos anos cinquenta. Também chamada de *Sapoti* (apelido dado pelo então presidente Getúlio Vargas), surge nos programas de calouros, depois se torna *crooner* no Dancing Avenida, até ser convidada para integrar o *cast* na rádio Mayrink Veiga. Inicia sua carreira imitando Dalva de Oliveira, até encontrar seu estilo próprio, sendo eleita Rainha do Rádio em 1954. Interpreta em sua grande maioria sambas-canções cujos temas versavam sobre o perfil feminino estereotipado, seus amores, afazeres domésticos, o posto de rainha do lar etc. Canções como *Mamãe*, (Herivelto Martins e David Nasser), gravada em 1956, bem como *Esmeralda*, *Garota Solitária* e *Cinderela*, gravadas respectivamente em 1960, 1962 e 1966, todas três de Adelino Moreira, eram representações bastante presentes no imaginário da sociedade da época. Mas Ângela também gravou sambas que faziam elegia à pancada na mulher, como o seu primeiro sucesso *Meu dono, meu rei*, (Cyro Monteiro e Dias da Cruz). Gravou também composições que fugiam das temáticas da violência, como o samba-canção de Dorival Caymmi, *Nem eu,* em 1953.

Tanto Dalva quanto Ângela podem ser consideradas intérpretes com características vocais do *bel canto*, cuja extensão permitia um repertório recheado de choros, lamentações e despedidas sofridas, bem como representante – no caso de Ângela – do sonho feminino de busca da felicidade através do casamento.

Estas artistas como Dalva de Oliveira, Ângela Maria, Nora Ney, Linda e Dircinha Batista, Dóris Monteiro, Maysa, Carmem Costa, Dolores Duran, Elizeth Cardoso, Lana Bittencourt, Isaurinha Garcia, Alaíde Costa e Ellen de Lima, foram eleitas Rainhas do Rádio em diferentes décadas. Suas vozes ecoaram carregadas ainda de *textos* cujos temas vão de uma ingênua brincadeira com jogos de palavras – presente nas emboladas – até desilusões amorosas, sonhos de um amor ideal, violência doméstica contra a mulher, bem como temas cotidianos daquela época, sempre retratados pelo ponto de vista do compositor, que detinha quase cem por cento das canções registradas. (SANTANNA, 2009:146)

Entretanto, a década de cinquenta se apresenta de forma bastante profícua para a música brasileira, não só em gêneros gestados nesta época, como a Bossa Nova[7], mas também por compositoras e intérpretes femininas que se lançam no mercado fonográfico e fogem ao ambiente do Carnaval, dos sambas e marchinhas, cujo ambiente se situava nos bairros da Lapa e Vila Isabel, dentre outros; bem como do rádio como um dos únicos e mais importantes veículos de difusão.

Nora Ney, Maysa e Dolores Duran são três grandes representantes da denominada *música de fossa*, cujos temas

---

7 Pode ser considerada como um novo jeito de cantar (o canto falado, sussurrado, com texto bem pronunciado) em contraposição ao bel canto, a "grande voz". Outra característica marcante da bossa nova é a forma como se toca o samba, particularmente ao violão num diálogo entre o canto e este instrumento recheado de acordes dissonantes para a época, enriquecido pelas letras de temas mais leves. Vale ressaltar o crédito da *invenção* da batida da bossa nova a João Gilberto, bem como seu canto "falado". Tom Jobim, Roberto Menescal, Carlos Lyra, Johnny Alf, Nara Leão, dentre outros, são também grandes representantes do gênero.

apontam para a desilusão amorosa, as angústias e solidão do pós-guerra adornados por gêneros como o samba-canção, de preferências nos bairros da Zona Sul do Rio de Janeiro, de forma geral, e em Copacabana de forma particular, sede emblemática das classes média e alta naquele período. As *boites* se tornam os lugares mais apropriados para este momento da música brasileira, regado a cigarros e bebidas para destilar uma desilusão amorosa adornada por cálidas vozes que falam de adeus e solidão. Mesmo porque, com a proibição de jogos de azar e o fechamento de todos os cassinos, boa parte dos artistas e boêmios migram para as *boites.*

Assim, o final da década de cinquenta e início de sessenta se configura num momento especial da música brasileira, em que a música romântica, a fossa emblematizada também na voz da *divina* Elizeth Cardoso, cujo álbum antológico *Canção do amor demais* (1958), com arranjos de Tom Jobim e violão de João Gilberto e letras de Vinicius de Moraes, plasma uma nova forma de interpretar sambas-canções.

Como era de se esperar, soa estranho o novo estilo que se formatava em 1958 também pela batida do violão de João Gilberto, do seu canto falado e da harmonia mais dissonante para os padrões auditivos da época, provocando uma tempestade de críticas, que reagem de forma passional ao novo, embalado também pelo governo de Juscelino Kubitschek, ele próprio cognominado o *Presidente Bossa Nova*, que tem também como meta um Brasil cosmopolita, do desenvolvimento.

Neste sentido, a Bossa Nova torna-se ideal como novo produto musical no mercado internacional, feito só conseguido até o momento por Carmem Miranda, assumindo o proscênio da representação da brasilidade, tendo o Rio de Janeiro como paraninfo.

Assim, o final da década de cinquenta vê o ocaso dos sambas e marchinhas de cunho carnavalesco. Estas são paulatinamente substituídas pelos sambas-enredos das escolas de samba do Rio de Janeiro e temas como vingança e violência contra a mulher, convivendo, mas sendo substituídos, por composições como *Você e eu, Samba de verão, Fotografia* e *Amazonas,* dentre outras. O *poeta da bossa nova*, Vinicius de Morais, também transitava por temas românticos revelados em *Minha namorada, Eu sei que vou te amar, Sem você* e *Garota de Ipanema,* gravadas por intérpretes masculinos e femininos, mas imprimindo um tom mais coloquial, mas não menos sofrido.

Ainda de forma tímida, mas não menos importante, as compositoras e intérpretes no Brasil começam a extravasar sua produção poética em parcerias com músicos e movimentos como o que antecedeu a Jovem Guarda, passando dos "anos dourados" para os "anos rebeldes", na figura emblemática de Celly Campello, depois Sônia Delfino, embaladas por versões ou letras originais cuja temática variava do comportamento dos *bad boys* americanos à vida romântica infantil das garotas e seus relacionamentos com os namorados. Assim, por mais que se sonhasse com "o bom rapaz" com "um pão" ou com "um brotinho ajuizado", no fundo, todas elas buscavam a liberdade e a conquista da independência profissional, financeira . Uma nova mulher se formatava neste momento.

A Jovem Guarda acontece como representante da música *pop/rock* no Brasil, nas vozes de Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Wanderléa, Vanusa, Waldirene, Martinha, Meire Pavão, Lílian (da dupla Leno e Lílian), cujas versões eram cada vez mais frequentemente embaladas pela indústria fonográfica e pela televisão, já como um novo símbolo de integração nacional. Estes artistas falavam para uma juventude farta de guerras, que, já prenunciando a Guerra do Vietnã e a Guerra Fria, buscava identidade(s) que também expressassem uma visão romântica do mundo e normas de comportamento contra o consumismo. Além disto, tomava fôlego o apelo pela liberação sexual, relacionada ao surgimento da pílula anticoncepcional e expressa através dos cortes de cabelo e das mini-saias, além da música dos *Beatles* e de gírias que sugeriam um Brasil plugado nos EUA e no mundo; um Brasil transmitido via *intelsat*.

Ruptura com ternura

O novo Brasil, dos anos 1960, em acelerado processo de modernização, trazia à tona um novo segmento da sociedade, em processo de expressão cada vez mais evidente: a juventude. Essa juventude urbana não mais se identificava com as nossas divas da música. As roupas sempre pareciam como vestidos de baile. Não havia diferença de figurino entre as cantoras das faixas do 20, 40 ou 50 anos – todas usavam roupas de luxo, formais,

e, portanto, as divas não tinham uma idade, eram divas; ou melhor, para os jovens, essas divas eram velhas. O modelo havia caducado e eles não se identificavam com isso. As divas passaram a lembrar os pais, foco de protesto e rebeldia constante dos filhos.
O primeiro esboço de ruptura, com o surgimento de Cely Campelo, entretanto, fracassou como modelo para essa nova juventude, que queria mais do que uma música alegre e dançante. É fundamental destacar que o rock que Cely representa é o rock ingênuo, dançante e com letras quase infantilizadas e inofensivas. O som era de rock, mas um rock ingênuo, juvenil, mais próximo da música de praia americana, como rock pré-Beatles de Frank Avalon, um dos *teenage idols* da época, que se tornou sucesso mundial com a série de filmes "Beach Party".
Cely Campelo abandonou a carreira, no auge do sucesso, para casar com o seu namorado. Essa atitude, típica do comportamento feminino dos anos 50, representava a maioria conservadora e, simbolicamente, a aposentadoria precoce de Cely Campelo acabou representando a saída de cena desse comportamento como regra. A sociedade precisava, as mulheres ansiavam, e a música iria apresentar as mulheres jovens com outro modelo de conduta, muito mais rebelde e combativo. As jovens artistas, cheias de talento, mas também de determinação, da opção da carreira artística como uma profissão como um caminho para a independência, a liberdade e a autonomia.
Com as artistas da Jovem Guarda, teremos as primeiras divas jovens, com figurinos que representavam rupturas com as tendências clássicas e apontando para novas formas de vestir. As mulheres foram encurtando as saias e ousando nos cortes e nas cores. A nova moda jovem internacional, que faria sucesso a partir da *swinging London* e do impacto icônico da modelo Twiggy e da estilista Mary Quant vai influenciar as artistas da Jovem Guarda que se distanciarão dos modelos das cantoras tradicionais.
As artistas da Jovem Guarda adotaram a moda jovem que começava a despontar e criaram um *gap* geracional entre as roupas que vestiam e o figurino de suas mães. Wanderléa, a mais influente nesse quesito, usava minissaias muito mais curtas do que a lançada pela estilista inglesa Mary Quant e tornada ícone mundial pela modelo Twiggy. Com humor, uma vez Wanderléa declarou: "Mary Quant inventou a minissaia um palmo acima do joelho e eu usava minissaia um palmo abaixo do púbis". Esse comportamento desafiador das mulheres influenciadas pela Jovem Guarda abriu caminho para a rápida popularização do uso da pílula anticoncepcional no Brasil a partir da segunda metade dos anos 60. Foi a geração de mulheres que mudou o Brasil e o mundo.

As divas da rebeldia

O primeiro grande destaque de artista jovem feminina da música brasileira foi, sem dúvida, Wanderléa. Cantora desde criança, quando ganhava todos os programas infantis de calouros – muito comuns na época – e que hoje, mais de 50 anos depois, voltam à moda com o *The Voyce - Kids*, que acontece em Portugal e outros países – ela chega à adolescência proibida pelo seu pai, um libanês severo e conservador, de cantar profissionalmente. Naquela época, inicio dos anos 60, uma das únicas opções para a carreira antes de gravar discos era cantar em boates ou casas noturnas, naturalmente "desaconselhável" para uma jovem menor de idade. Mesmo assim, decidida a lutar pelo seu sonho, a artista conseguiu a cumplicidade de um dos seu 13 irmãos, que a levava, escondida do pai – para se apresentar nesses lugares. Assim, a artista foi treinando sua vocação e talento e aprendendo os macetes da profissão. Finalmente, descoberta por uma gravadora, ela foi convidada a fazer parte do *casting* e os executivos tiveram que convencer pessoalmente o seu pai.
Graças a essa experiência acumulada, Wanderléa se lançou profissionalmente já pronta: grande domínio de palco, charme e uma voz única, doce e afinada, mas que não escondia seu temperamento forte. O destino estava traçado e Wanderléa fez sucesso desde o primeiro disco. A partir daí realizou uma sucessão de canções alternando ritmos dançantes e canções românticas e permanecendo sempre entre as artistas mais tocadas nas rádios da época. –
Wanderléa sobe ao palco pela primeira vez aos quatro anos de idade cantando Caminhemos em uma festa. Mas é com a idade de nove anos, já morando na Ilha do Governador, no Rio de janeiro, que passa "a se apresentar nos programas *O clube do guri* (Rádio Mayrink Veiga) e *Vovô Odilon* (Rádio Tupi)" (PUGIALLI, 2006, p.21). Mas é com o samba de Ataulfo Alves, *Mulata assanhada* que a ternurinha ganha reconhecimento, e acobertada

pelo irmão burla a vigilância do pai rígido, de origem turca. No seu repertório samba, bolero e chá-chá-chá. Em julho de 1962 grava pela Columbia em 78 rotações a música *Meu anjo da guarda* (Rossini Pinto e Fernando Costa), sob a regência do maestro Astor e sua orquestra. Wanderléa assina contrato com a CBS e aparece com bastante frequência em musicais na TV.

Wanderléa, "a Ternurinha", torna-se uma figura bastante representativa deste período, ditando moda, seja nas coreografias sensuais que imprimia, ao dançar com a mão na pélvis, no uso de mini-saias com botas e as pernas de fora, ou ainda com roupas coladas ao corpo. Suas roupas vão virar moda, reproduzidas e vendidas em todo o Brasil, tornando-se uma referência no vestir-se das brasileiras na faixa dos 20 anos. Wanderléa, além de cantar dor-de-cotovelo e amor adolescente, também se mostra dona do seu nariz ao interpretar do amigo Erasmo Carlos *Prova de fogo,* em 1967; ou ainda em *rocks* como *Estou com raiva de você* (Papa,s New bag Ain't Nothing But a Hag - de Carter – Versão: Roberto Livi) e *Pare o casamento* (Stop the wedding - Resnick/Young - Versão:Luis Keller) que revela o desespero do amor que está prestes a se casar com outra. Mas por outro lado, numa sociedade judaico-cristã, ousa ordenar ao juiz, autoridade máxima, diante de todos, a parar o casamento. A rebeldia estética assumia contornos políticos no mundo como rebeliões na França e na Tchecoslováquia, bem como movimentos contra as ditaduras militares instauradas em diversos países latino-americanos.

Sem nunca ter um discurso político, no sentido mais tradicional, Wanderléa influenciou toda uma geração de jovens mulheres brasileiras em lutar por um espaço de igualdade. Ela mesma uma jovem, em meio a executivos de gravadoras, emissoras de rádio e TV e empresários do meio musical, lutava para manter a sua autonomia, como ela diz numa entrevista, expressava sua rebelião contra o machismo, competindo com seus amigos homens, principalmente Roberto Carlos e Erasmo Carlos, que gostavam de exibir o símbolo de poder masculino dos novos-ricos: o carrão. "Eu nunca fui de ostentar. Tive meus carrões importados na época. Mas era para competir com o Roberto e com o Erasmo [risos]. Tive um Cadillac presidencial à prova de balas! Tudo por causa de uma rivalidade com os dois. Sempre quis um carro mais bonito que o deles. Pensava: "Se eles podem, também posso". Encomendava os meus carros e, quando eles chegavam, os dois ficavam de olho, dizendo: "Olha o carro novo que a Wandeca comprou". Era pura rivalidade de mulher com homem. Inclusive porque o meu pai também tinha uma coisa de que mulher não tinha que dirigir. Ter meu carro era uma forma de contestar" declarou numa entrevista à revista TPM, (2009).

Um dos grandes nomes femininos da Jovem Guarda, Rosemary lança pela *Chantecler* em julho de 1961 acompanhada pela orquestra de guerra Peixe o bolero Fala coração e o samba *Também sou mulher*. Em julho de 1963 grava o compacto duplo pela RCA as canções Eu te seguirei, Broto para amar, Igual a ti não há ninguém e Sempre aos domingos. Em novembro do mesmo ano a cantora lança pela RCA um compacto simples das versões. *Meu coração* (Cuore – Heart, I hear you beatingMann - Weill - R. Wheeler - Rossi Versão: Helio Justo) e Il ballo del mattone (As danças dos brotos – Verde Canfora – Versão: Helio Justo), obtendo sucesso. Em março de 1964 a imprensa noticia a elegância da cantora Rosemary na revista do Rádio 758. O maior sucesso de Rosemary aconteceu com *Feitiço do Broto* (Carlos Imperial) uma canção que a levou a se tornar a maior rival de Wanderléa. Loura platinada, enquanto Wanderléa tinha na época cabelos castanhos, Rosemary sempre se colocou como mulher independente, nunca declarou namoros nem casamento e permaneceu como uma espécie de diva inatingível até os dias de hoje.

Entretanto, temos em Vanusa, que surgiu já na fase final da Jovem Guarda, um perfil um pouco diferenciado, que, além de intérprete, compunha a grande maioria das letras dos seus álbuns, passando por temáticas que iam do questionamento dos casamentos fracassados à mulher submissa e à violência do homem contra a mulher, numa atitude que para a época se configurou em quebra de tabus. Canções como *Manhãs de setembro* (1973) e *Rotina,* ambas com música de Mário Campanha, além de *S.O.S. Mulher* (1982), já apontava para uma intérprete incomodada com o papel da mulher na sociedade. Em *Mudanças*, um marco em sua carreira em parceria com Sérgio Sá, gravada em 1979, a intérprete se torna, segundo relato da mesma, em " uma exímia lutadora nas palavras" (*apud* FAOUR, 2006, p.141), nos versos:

> Hoje eu vou mudar/vasculhar minhas gavetas
> (...)
> Deixar de ser menina pra ser mulher

Hoje eu vou mudar
Pôr na balança a coragem
Me entregar no que acredito
Pra ser o que sou sem medo
Dançar e cantar por hábito
E não ter cantos escuros pra guardar os meus segredos
(...)

Mudanças, Sérgio Sá e Vanusa, 1979

Entre os anos sessenta e setenta, além de Vanusa, outras compositoras e intérpretes ousaram expor seu ponto de vista em canções que começavam a expor o universo feminino de forma mais contundente. Dentre elas: Rita Lee, Marina, Ana Carolina.

O papel das estrelas

Os mitos contemporâneos são representados por estas estrelas que só ganham visibilidade por força da mídia; sem seus dispositivos, o mito não acontece. Necessário ressaltar que a mídia – mais especificamente, a indústria da mídia/música –, não fabrica estes mitos segundo o termo cunhado por Lipovetski: *paixonite de massa* (1989). As agências da indústria cultural fabricam o *star system* produzindo a tal "paixonite de massa", alimentando o funcionamento da engrenagem da cultura da mídia. Esta teoria apóia-se unicamente no fenômeno da produção, não levando em consideração a heterogeneidade da recepção, não considerando o público como agente pensante e crítico, co-autor da obra, e o próprio artista como agente *criador* que se utiliza do seu poder simbólico para "enfeitiçar" com suas vozes de sereias, os fãs/fiéis.

Tomemos o conceito de Morin – o *mito das estrelas* – como "o processo de divinização a que é submetido o ator de cinema, e que faz dele ídolo das multidões" (1987, p. 26). O autor utiliza a analogia entre mito e religião para dar conta do fenômeno das estrelas de cinema. Parece que esta analogia refere-se ao que mantém e fortalece o vínculo social, estreitando os laços que se estabelecem entre os membros da sociedade através do processo de identificação que se verifica entre o público e os heróis midiáticos, e que este fenômeno não deixa de ser um modo laico de re-ligação. Re-ligação entre o herói midiático e o público.

Assim, uma nova categoria de mito é desenvolvida no âmbito da sociedade contemporânea. Estas estrelas tornam-se mito pela capacidade de agregar certos valores do imaginário de determinados segmentos sociais reproduzido pelos fãs que se identificam com elas, elegendo-as como modelo de conduta. O ritual de adoração é verificado pelo culto às revistas, que revelam desde a sua intimidade até o pensamento referente a determinado assunto, a fofocas e mexericos que lhe dizem respeito, ou ainda, o novo álbum ou DVD lançado no mercado, bem como sites e blogs. Estes rituais, no entanto, têm caráter eminentemente profano.

O templo das estrelas são os fãs-clubes, com os santinhos distribuídos entre os fãs/fiéis, as fotografias, de preferência autografadas, ou mesmo o último CD ou DVD com uma dedicatória única e exclusiva para cada um dos fãs/fiéis; são os *blogs* cada vez mais visitados pelos fãs/fiéis que de maneira interativa dialogam com seu ídolo e acompanham sua carreira passo a passo.

Assim, o caráter do culto às estrelas é profano, só sendo possível o seu avatar pela mão branca do fenômeno da *tierce culture* ou *mass culture* (MORIN, 1969), ou *cultura da mídia* (KELLNER, 2001). "Essas novas mercadorias são as mais humanas de todas, pois vendem a varejo os ectoplasmas de humanidade, os amores e os medos romanceados, os fatos variados do coração e da alma" (MORIN, 1969, p. 16).

Este fenômeno mítico/midiático transmitido pelas ondas sonoras digitais e imagéticas e transmitido de forma cada vez mais veloz, contudo, é provocado por uma cultura que:

> Fornece pontos de apoios imaginários à vida prática e por pontos de apoio práticos à vida imaginária: ela alimenta o ser semi-real, semi-imaginário que cada um secreta no exterior de si (sua alma), e o ser semi-real, semi-imaginário que cada um secreta

no exterior de si e no qual se envolve (sua personalidade) (MORIN, 1969, p. 16) .

Até os anos 1950, os ídolos da Era do rádio não pregavam jeitos e modos de consumo. Como o advento da Indústria Cultural, os ídolos, a partir dos anos 1960, não só vendem produtos, como usam os produtos que vendem, estimulando assim, o fã a ser "igual" ao ídolo. Neste sentido, o fenômeno da *Beatlemania* é ilustrativo. No Brasil, o sucesso do programa e o impacto crescente da televisão no mercado de consumo brasileiro fizeram da Jovem Guarda uma fábrica de fazer fãs. O programa funcionou como uma plataforma de lançamento de produtos, licenciamentos, merchandising, como conta o próprio Erasmo Carlos (2009): "Com o programa Jovem Guarda estourado em todo o Brasil, Roberto, Wanderléa e eu ditávamos moda entre a juventude da época. Meus discos vendiam como água e os shows lotavam. Para completar, havia a minha *grife*, Tremendão, lançada junto com a Ternurinha (da Wanderléa) e a Calhambeque (do Roberto). Meus produtos – chapéus de caubói, cinturões, botas, bonecos – eram obrigatórios para os fãs".
"

Fãs *forever*

A Jovem Guarda no Brasil, se torna o mo(vi)mento ideal para este novo fenômeno. Assim, o grito de independência proferido nas canções destas jovens intérpretes como Wanderléa na canção *Estou com raiva de você* ou em *Pare o casamento,* e de Waldirene, "a garota papo firme que Roberto falou" na canção do mesmo nome que afirma: "sou a garota que eles pensam que vão conquistar/ pois já pensei, e nem bola vou dar..." São artistas que já denotam uma independência amorosa, num jogo de sedução. Ainda na mesma canção Waldirene diz: "Se tenho mil razões por ser assim/a minissaia fica bem em mim/eu vou deixar a turma toda louca/a turma toda com água na boca". Então, elas detêm o poder de provocação, independência, escolha de parceiros.
È comum nas canções da jovem guarda o recitativo. Ao final da canção usa-se trechos da mesma para reforçar o discurso da independência, da demarcação deste território conquistado. Ao falar de território, até a performance no palco das intérpretes da jovem guarda, se transforma. Há um descongelamento do artista no palco. O Rock prenuncia esta atitude já a partir dos anos cinquenta. Mas, ainda são os homens que remexem e rebolam a pélvis.
Com a Jovem Guarda, as intérpretes, além de se vestirem de forma transgressora, e por vezes, unissex, exibirem em sua grande maioria cabelos louros platinados; ainda criam coreografias e movimentos ilustrativos nas canções. Como exemplos, Vanusa ao cantar *Sunny* (Bobby Hebb) exibe uma *performance* que vai ao chão gritando. Aliás, esta sua *performance* se repete ao cantar *Era uma garoto que como eu amava os Beatles e os Rolling Stones* (C'era un ragazzo che come me amava i Beatles e i Rolling Stones - Migliacci e Lusini - Versão: Brancato Júnior). Ou a mão de Wanderléa em riste, ao exigir que o juiz pare o casamento: "senhor juiz, pare, agora!. Lembranças e memórias da infância assistindo na TV "As jovens tardes de domingo".
Essa relação de complexidade psicológica, marcada por uma identificação com o outro, o artista, que se pretende libertadora, se estabelece de forma mais evidente na indústria cultural principalmente a partir do advento do pop nos anos 1960. A aparente ausência de limites do processo de massificação da indústria cultural está expressa nas grandes audiências e nas gigantescas plateias dos shows ao vivo, tornando a popularidade dos artistas e produtos um fenômeno social e cultural muito além das mensurações do seu impacto econômico e mercadológico.
Em 2015, meio século depois da estreia do Programa Jovem Guarda na televisão brasileira, seus artistas continuam vivos não somente na lembrança nostálgica dos que viveram aquela época. Eles continuam fazendo shows pelo país, todos em torno dos 70 anos, guardando uma jovialidade que parece milagrosa e - com exceção de Roberto Carlos, cuja carreira se desenvolveu em centenas de novas músicas que marcaram essas cinco décadas, permanecendo como o artista brasileiro de maior sucesso na música até hoje – independente da trajetória de cada um, ao final das contas, a carreira se manteve por 50 anos cantando os mesmo sucessos de Jovem Guarda. Até dezembro de 2014, havia já nove projetos de turnê de celebração dos 50 anos da Jovem Guarda sendo propostos aos artistas, para turnê pelo Brasil durante o ano de 2015. Os fãs da época se eternizaram de tal maneira que, de certo modo, congelaram a obra desses artistas à produção da época, numa espécie de fantasia de eterna juventude. Como uma Jovem Guarda *forever*.

Referências Bibliográficas

AGUILLAR, Antonio. (2005), *Histórias da Jovem Guarda.* São Paulo : Globo. 220 p.

ALBIN, Ricardo Cravo. (2004), *O livro de ouro da MPB: a história de nossa música popular de sua origem até hoje*. Rio de Janeiro : Ediouro.

ANAZ,Silvio. (2009), *A importância da Jovem Guarda*. Revista Superinteressante (Digital). Disponível em.:
ARAUJO, Paulo Cesar de. (2006), *Roberto Carlos em Detalhes*. São Paulo : Planeta. 504p.

CARLOS, Erasmo. (2009), *Minha fama de mau*. Rio de Janeiro : Objetiva. 360 p.

FAOUR, Rodrigo. (2006), *História sexual da MPB: a evolução do amor e do sexo na canção brasileira*. Rio de Janeiro : Record.

GOFFMAN, Ken; JOY, Dan. (2007), *A contracultura através dos tempos: do mito Prometeu à cultura digital*. Rio de Janeiro : Ediouro.

JUNIOR, Gonçalo. (2009) *Liberdade cabeluda: o inusitado caráter político da contracultura brasileira.* Disponível em http://revistapesquisa.fapesp.br/2009/01/01/liberdade-cabeluda/. [Acesso em 09/12/2014].

KELLNER, Douglas. (2001) *A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, São Paulo : EDUSC.

LEMOS, Nina. (2009), *Sem perder a ternura*. Revista TPM (Digital). Disponível em: http://revistatpm.uol.com.br/revista/81/sem-perder-a-ternura/page-2.html. [Acesso em 11/12/2014].

LIPOVETSKI, Gilles. (1989), *O império do efêmero: a moda e seus destinos nas sociedades modernas*. São Paulo : Companhia das Letras.

MORIN, Edgar. (1989), *As estrelas: mito e sedução no cinema*. Rio de Janeiro : José Olympio.

_____ . (1969), *Cultura de massa no século XX: o espírito do tempo*. 2.ed. Rio de Janeiro : Forense.

_____ . (1999), *Cultura de massas no século XX: necrose*. Rio de Janeiro : Forense Universitária.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. De. (1988), *Moderno, seja conservador*. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol.1, n.2, p. 310-316.

ORTIZ, Renato. (1994), *A moderna tradição brasileira.* 5.ed. São Paulo : Brasiliense.

PUGIALLI, Ricardo. (2006), *Almanaque da Jovem Guarda*. São Paulo : Ediouro.

SANTANNA, Marilda. (2009), *As donas do canto*. *Uma interpretação sociológica das estrelas-intérpretes no Carnaval de Salvador.* Salvador : EDUFBA.

Processos de Mestiçagem na brincadeira do Cavalo Marinho

Carolina Dias Laranjeira[1]

Eloisa Leite Domenici[2]

Resumo: A comunicação trata de discutir a estética-poética da tradição do Cavalo Marinho por meio da crítica a análises, anteriormente realizadas, por autores cujas abordagens são referenciais no estudo do folguedo. Procurando ressaltar os pontos de vista destes autores, propomos compreender as particularidades da formação desta brincadeira encontrada na Zona da Mata Norte pernambucana, nos concentrando sobre o caráter mestiço e barroco encontrado nela. O assunto aqui abordado faz parte de pesquisas desenvolvidas pelas autoras buscando a compreensão metafórica e simbólica do gesto do brincador do Cavalo Marinho e suas potencialidades técnico-expressivas, tendo em vista uma perspectiva que considere os parâmetros estéticos dos agentes desta tradição. Tais pesquisas se inserem em um campo de investigação que busca considerar os conhecimentos produzidos nas brincadeiras populares se contrapondo à utilização de paradigmas clássicos do pensamento ocidental para interpretá-las.

Palavras-Chave: Cavalo Marinho; Culturas tradicionais; dança popular; mestiçagem.

Introdução à brincadeira

O presente artigo trata de discutir a estética-poética da tradição do Cavalo Marinho por meio da crítica a análises, anteriormente realizadas, por autores cujas abordagens são referenciais no estudo do folguedo. Procurando ressaltar os pontos de vista destes autores, propomos compreender as particularidades da formação desta brincadeira encontrada na Zona da Mata Norte pernambucana, nos concentrando sobre o caráter mestiço e barroco encontrado nela. O assunto aqui abordado faz parte de pesquisas desenvolvidas pelas autoras buscando a compreensão metafórica e simbólica do gesto do brincador do Cavalo Marinho e suas potencialidades técnico-expressivas, tendo em vista uma perspectiva que considere os parâmetros estéticos dos agentes desta tradição. Tais pesquisas se inserem em um campo de investigação sobre as epistemologias do corpo brincante (Domenici, 2009), abordagem que busca considerar os conhecimentos produzidos nas brincadeiras populares se contrapondo à utilização de paradigmas clássicos do pensamento ocidental para interpretá-las.

O Cavalo Marinho, na denominação de seus agentes, na sua maioria, trabalhadores da cana-de-açúcar da Zona da Mata Norte de Pernambuco, é uma *brincadeira*. Nela encontram-se entrelaçados música, dança, poesia, bonecos e diálogos predominantemente cômicos entre figuras[3] (que pode ser associadas aos *tipos*[4] linguagem teatral) normalmente mascaradas. A brincadeira se desenvolve na presença

---

1 Carolina Dias Laranjeira é Professora adjunta do Departamento de Artes Cênicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e dançarina-pesquisadora do Grupo Peleja. ca.laran@gmail.com

2 Eloisa Leite Domenici é Docente e pesquisadora do Bacharelado Interdisciplinar em Artes da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da UFBA, Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-SP), Líder do Grupo de Pesquisa Corpo Brincante domeniceloisa@gmail.com

3 As figuras do Cavalo Marinho foram classificadas por Hermilo Borba Filho (2007) em três categorias, como humanas, seres fantásticos e animais, com a ressalva de que cada dono do brinquedo poderia agregar novas figuras de acordo com a sua imaginação.

4 As figuras podem ser associadas aos *tipos*, dentro do universo teatral. Estes se referem aos papéis cujas características

permanente de três figuras, Capitão, Mateus e Bastião - os dois últimos, figuras cômicas e grotescas, são acompanhados, em alguns brinquedos, por Catirina – e ainda, de um banco de tocadores formado por um conjunto de instrumentos: bage (espécie de reco-reco de madeira), mineiro (chocalho em formato cilíndrico de metal), pandeiro e rabeca. Estruturado por episódios norteados pelos diálogos entre as inúmeras figuras que passam pela festa em homenagem aos Santos Reis do Oriente promovida pelo Capitão onde Mateus e Bastião foram contratados para « tomarem conta » dela, o Cavalo Marinho pode durar até 8 horas.

No início da brincadeira, normalmente, os brincadores formam uma pequena roda dentro da grande roda formada pelo público para um jogo corporal rítmico chamado de *tombo do marguio*, também conhecido como *mergulhão*. Depois, os tocadores situados ao lado do Capitão, chamam as figuras tocando toadas[5] específicas para cada uma delas. Estas entram na roda, com gestualidade e padrões de movimentos próprios, até chegar ao Capitão, com quem, geralmente, buscam negociar algum tipo de serviço ou mercadoria. Os textos das conversas são previamente conhecidos dos brincadores, mas sempre ricamente improvisados, muitas vezes, com o objetivo de "apanhar" outros brincadores em armadilhas verbais - em geral com algum sentido sexual implícito - as chamadas *puias*. Além da comicidade desses episódios, há os momentos religiosos ligados ao catolicismo e a prática religiosa local da Jurema. O primeiro envolve um episódio longo com o mestre e a galantaria, identificado como a *dança dos arcos*, quando se canta para a Estrela do Oriente e se presta homenagens a vários santos, dentre eles São Gonçalo do Amarante. O outro momento se refere à figura do Caboclo de Arubá, entidade da Jurema. O brincador que desempenha esta figura, muitas vezes em um aparente transe, se debruça com todo o seu corpo sobre cacos de vidro friccionando sua pele diretamente contra os pedaços de vidro partidos de duas garrafas[6].

A brincadeira sempre é finalizada com a morte e a ressurreição do Boi que antigamente fazia parte de um episódio com várias figuras e, atualmente, vê-se resumido a um encerramento festivo onde ele entra para fazer algazarra, perseguindo público e brincadores ao som das toadas. Apesar do mote principal da brincadeira ser a festa que o Capitão oferece em homenagem aos Reis do Oriente, cada episódio é independente um do outro, não há uma narrativa linear a ser contada, a brincadeira se desenvolve pelo brincar e não em função da representação de uma história.

Dramaturgia do fragmento, da inclusão e da mistura

Desde o primeiro relato publicado sobre a brincadeira, escrito pelo Padre Lopes Gama na revista *O Carapuceiro* em circulação no Recife em 01 de janeiro de 1840, seu caráter fragmentado, descontínuo, não linear e barroco é ressaltado. Nas palavras do sacerdote, frustrado por não encontrar «enredo, verossimilhança e ligação» neste

---

são gerais e amplas, como aqueles encontrados na *Commedia dell'arte*. Diferenciam-se dos papéis individualizados, podendo ressaltar um traço psicológico, meio social ou atividade (Pavis, 2001) por meio de trejeitos, que lhe dão características físicas próprias repetidas e perpetuadas por certa tradição. No Cavalo Marinho, podem estar ligadas às funções do trabalho nos engenhos ou do cotidiano das cidades, como o Mané do Motor (funcionário responsável pelo motor no engenho), Barre Rua (varredor de rua), Pisa Pilão (trabalhador responsável por moer grãos), Verdureiro, entre outros, ou a traços de personalidade, como a Véia do Bambu (velha de comportamento lascivo), Mané Taião (bobo, "abestalhado"), Valentão, entre outros.

5 Toada na brincadeira, segundo Murphy, é o termo genericamente usado para se referir a uma cantiga, podendo significar também uma linha melódica específica da cantiga. Sua forma poética corresponde, na maioria das vezes, à de quatro versos, verso e refrão (MURPHY, 2006).

6 Esclareço que a figura do Caboclo de Arubá não se encontra nem em todas as brincadeiras nem em todos os brinquedos. As figuras, a ordem dos episódios e a duração de cada brincadeira variam a cada apresentação. A brincadeira pode variar entre 1 hora e 8 horas, dependendo da circunstância.

«desenfado popular», o bumba-meu-boi[7] é definido como «um agregado de disparates» (Gama, 1840, *apud* Borba Filho, 2007: 14). Entretanto, o que mais aflige o sacerdote – e parece ser esse o principal motivo que o leva a escrever esta crítica em seu diário –, é que de «certos anos para cá» as brincadeiras passam a acontecer com mais um episódio onde se vê «um sujeito vestido de clérigo e algumas vezes de roquete e estola para servir de bobo da função» (GAMA, 1840, *apud* BORBA FILHO, 2007: 14). Esta sua última observação além de evidenciar o humor, a ironia e a crítica social presente na brincadeira, nos mostra o quão dinâmico é o seu processo de constituição. Um episódio antes inexistente é agregado e logo passa a fazer parte da brincadeira, modificando sua estrutura, oferecendo novos nexos de sentido à sua dramaturgia. É curioso também observar que a mesma figura do padre é encontrada atualmente nas apresentações de Cavalo Marinho como parte do episódio da Velha do Bambu. Segundo Inácio Lucindo[8], mestre do Cavalo Marinho Estrela do Oriente de Camutanga (PE), este episódio foi recentemente agregado à brincadeira por Mestre Batista[9], dono do brinquedo de Chã de Camará.

Percebemos desta maneira movimentos de inclusão e permanente reinvenção da brincadeira, por meio da absorção de elementos aparentemente díspares. Hermilo Borba Filho (2007) acrescenta informações exemplares destes movimentos de inclusão fortemente caracterizado pela heterogeneidade e abundância. O autor destaca que,

> o bumba-meu-boi, na sua formação, lançou mão de todos os elementos do romanceiro, da literatura de cordel, das toadas de pastoril, de canções populares, de louvações, de loas, de tipos populares, de assombrações, do bestiário, a tudo acrescentando a improvisação dos diálogos e as danças, na fixação do mais importante espetáculo popular, num sincretismo artístico-folclórico-religioso dos mais completos (Borba Filho, 2007:16)

Talvez, pudéssemos arriscar a dizer que teria sido isto, chamado pelo autor de sincretismo, que encantou e, ao mesmo tempo, perturbou Mário de Andrade em meados do Século XX, ao se deter sobre o bumba-meu-boi que segundo ele, seria a mais exemplar e a mais estranha das danças dramáticas encontradas por ele em suas incursões Brasil adentro. Em seu livro *Danças dramáticas do Brasil* (1982), Mário de Andrade, cria uma nova categoria para as brincadeiras como o Cavalo Marinho, caracterizadas por possuírem coreografia, música e drama. A brincadeira aqui estudada, corresponderia às danças dramáticas compostas por episódios de Reisados que finalizam com o episódio do bumba-meu-boi, a partir da classificação de Andrade (1982).

As reflexões do poeta, etnógrafo, folclorista e músico enfatizam o processo de composição ou formação das danças dramáticas através do que chama de justaposição discricionária, ou seja, elementos que se aglutinam em torno de um tema central que originou a manifestação. A presença de um entrecho dramático e de episódios que se juntam a ele com assuntos afins, seria sinônimo de unidade integradora e atributo das danças mais valorizadas pelo autor. Entretanto, como ressalta a antropóloga Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (2004), a visão ambivalente do autor sobre o bumba-meu-boi oscila entre a integração e a fragmentação. O princípio de integridade que guiaria seu projeto de formação artística nacionalista embasado na cultura popular,

---

7 As brincadeiras analisadas pelos autores tratados neste artigo se referem ao Cavalo Marinho como bumba-meu-boi. A possível equivalência entre as duas brincadeiras, também é observada por Monteiro (2011) ao ressaltar que a classificação das brincadeiras não podem ser restritas aos seus nomes, pois há manifestações diferentes com o mesmo nome e outras iguais nomeadas de maneira distinta. Entendemos que seria este último o caso do Cavalo Marinho e do Bumba meu boi pois tratam-se de manifestações presentes na mesma região, dos estados de Pernambuco e Paraíba, com figuras semelhantes, todas elas presentes em brincadeiras observadas recentemente na região da Zona da Mata Norte pernambucana ou relatadas por brincadores entrevistados.

8 Relato colhido em entrevista concedida à Carolina Dias Laranjeira em janeiro de 2010 em Camutanga (PE).

9 Mestre Batista foi um dos grandes mestres de Cavalo Marinho da Zona da Mata, segundo relato de brincadores, faleceu em 1991. Segundo brincadores entrevistados durante pesquisas de campo realizadas entre 2004 e 2011, este mestre inovou o estilo da brincadeira acelerando o andamento rítmico das toadas, agregando novas figuras à brincadeira como a Velha do Bambu e os Bodes , assim como o jogo do Mergulhão ou Tombo do Marguio. Muitos dos Cavalos Marinhos que brincam atualmente seguem seu estilo.

no entender da autora norteado por uma sensibilidade romântica, é abalado pela constatação de que as danças se formam por fragmentos, sem sentido aparente, sem conexão. Andrade observa que nas danças dramáticas:

> No geral o assunto dá ensejo a um episódio só, rápido, dramaticamente conciso. E esse núcleo básico é então recheado de temas apostos a ele: romances e outras quaisquer peças tradicionais mesmo de uso se grudam nele; textos e mesmo outros núcleos de outras danças se ajuntam a ele. Às vezes mesmo estas aposições não têm ligação nenhuma com o núcleo (Andrade, 1982: 54).

Esta observação coincide com nossa visão sobre a brincadeira do Cavalo Marinho e contradiz as noções postuladas pelo autor de unidade temática e síntese estética pressuposta por um enredo principal. Cavalcanti (2004) destaca as contradições do pensamento do escritor na sua formulação do que seriam as danças dramáticas mostrando os motivos encontrados por ele para explicar a fragmentação das danças.

> A unidade formal das danças dramáticas oscila então entre uma definição integradora, que postula a existência de um núcleo temático básico a comandar as agregações por aposição, e uma visão fragmentária, em que os temas agregados não teriam mesmo nenhuma ligação com o suposto núcleo. Apesar da aparente contemporaneidade dessas duas maneiras de existência dessas danças, a visão fragmentária associa-se à presença das deletérias influências urbanas e aos males da civilização. Mário de Andrade hesita contudo todo tempo entre essas duas visões, e a brecha aberta para a fragmentação desordenada, por sua vez associada à perda do caráter sintético e dramático do «núcleo básico», terá importantes consequências na solução do texto (Cavalcanti, 2004: 66).

Como alerta Gruzinski (2006) o positivismo que influenciou tantos historiadores – e diversos pesquisadores do início do século XX como Mário de Andrade – propagou a falsa ideia de que as épocas se sucederiam por meio de movimentos lineares e de progressão. Juntamente com esta visão, a noção de origem se formularia nos levando a construção de outras duas noções, as de pureza e de autenticidade, supostamente localizadas em sociedades e culturas de tempos passados (Gruzinski, 2006: 58). O autor ainda acrescenta que, geralmente, atrelada à visão de temporalidade linear se encontraria a concepção de ordem e estabilidade que entraria em confronto com as realidades mestiças. Por trás das interpretações que se paralisam por se depararem com caos e fragmentação, estaria sempre uma comparação superficial com a estrutura de pensamento clássico ligada a uma falsa ideia de linearidade por meio da qual a sociedade ocidental se desenvolveria. Na tentativa de entendermos por outros ângulos como as dinâmicas de formação da brincadeira acontecem, a fragmentação não pode ser vista como uma falta de coerência, como perda de um sentido anteriormente existente (como defende Mário de Andrade) ou uma mera junção de fragmentos.

Corporalidade, imaginário e sentidos no/do Cavalo Marinho

Ao tratarmos da *fragmentação* no Cavalo Marinho atualmente, é possível aproximarmos os modos de representação encontrados na brincadeira dos novos modos de atuação no teatro contemporâneo. Apesar de ser gerado por lógicas diferentes das do teatro contemporâneo, o fato da fragmentação na brincadeira, pode ser observada como um traço estilístico comparado às peças contemporâneas, pois mesmo pertencendo a contextos e tradições diferentes, não deixa de fazer parte de fenômenos estéticos semelhantes. Como já notou Mariana Oliveira (2006) a tendência de aglutinação, confluência de temporalidade, fragmentação e simultaneidade, estão todas presentes em ambos, Cavalo Marinho e Teatro Contemporâneo. Entretanto, não caberia enquadrá-lo em projetos estéticos contemporâneos, nem em procedimentos de composição que se utiliza de técnicas de fragmentação da narrativa, não estaria ligado a um lógica da fragmentação do sujeito

contemporâneo, nem tão pouco fruto de um esquecimento ou da perda de partes antes coerentes como diz Mário de Andrade (1982).

Qual seria então esta lógica que leva à fragmentação no Cavalo Marinho? Ela poderia estar ligada à organização do pensamento do brincador e à sua dinâmica cognitiva? E ainda, como seria possível identificar a simbologia do Cavalo Marinho, uma brincadeira cuja coesão é feita de fragmentos que se juntam aparentemente de forma aleatória? Será que podemos falar de uma simbologia, ou de várias? O que o capitão que contrata dois empregados para tomar conta de sua festa tem a ver com o mestre que dança com sua galantaria, trajada de uniforme ao mesmo tempo militar e nobre, erguendo seus arcos coloridos, para Santos Católicos? E o essas figuras têm a ver com o Caboclo de Arubá que sobe sobre vidros estilhaçados? E ainda, como isso tudo pode estar relacionado ao boi e a já conhecida simbologia cíclica de morte e renascimento atribuído a este personagem nos folguedos?

A sobreposição de tempos históricos, e de maneiras de entendimento sobre a brincadeira, parece evidenciar uma lógica própria de se pensar e de entender o mundo que é bastante particular. De que modo essas sobreposições estariam ligadas ao pensamento metafórico do brincador? Nesse sentido, parece que o Cavalo Marinho está mais para um catalisador de diversas imagens e simbologias do que um representante de uma única simbologia, de uma única cultura. Seria mais interessante nos debruçar sobre a brincadeira considerando-a como parte dos processos de mestiçagem tão particulares aos processos históricos da América Latina[10], que por confluências e imbricação de culturas diversas e divergentes produziram modos de se viver e de se pensar que não se limitam às identidades, às dicotomias e à linearidade reinante no pensamento ocidental. Como diz o pesquisador e professor, especializado em literatura hispano-americana e semiótica, Amálio Pinheiro (2007; 2010), «as sociedades mestiças ficaram treinadas em tradução: esse gesto sintático de assimilar e incluir o outro em si e o em si no outro (mesmo, e especialmente quanto mais pareçam estranhos, desconhecidos e inimigos)» (Pinheiro, 2010: 09).

> Não se trata de acúmulo externo de informações enciclopédicas, mas de interconexão interna e movediça dos materiais e linguagens. Daí que as noções de descontinuidade, inacabamento e não-ortogonalidade estejam na base da constituição mental e empírica (ainda esperando investigação) do continente (Pinheiro, 2010: 11).

Assim, podemos analisar a brincadeira a partir de parâmetros de Pinheiro (2010) dados por meio de suas leituras sobre a literatura da América Latina. O Cavalo Marinho, já em si, um complexo de expressões artísticas que agrega dança (samba composto por *pisadas*, *tombos* e *trupés*), música (toada), drama (apresentados por figuras mascaradas), objetos (máscaras, bonecos de bichos e seres fantásticos) e poesia (loas), se constituiria por processos de inclusão, onde dentro e fora se misturam: uma história lida em um livro se torna uma situação encenada, um jogo visto em um brinquedo é assimilado em outro. Também se estruturaria pela aproximação do alto e do baixo: aos cantos e louvores em homenagem aos santos católicos interpõe-se as puias, piadas de conotação sexual. Além disso, a junção de diversos elementos provavelmente vindos de outras expressões culturais como o romance medieval, o boi, a dança dos arcos, a figura vinda da prática religiosa da Jurema,

---

10 Como explica Otávio Paz citado por Amálio Pinheiro (2007: 71), a Espanha chega ao México já misturada por diversas culturas como os celtas, romanos, fenícios, visigodos, árabes e judeus. Aqui, na América interagem com outras tantas civilizações e culturas indígenas resultantes de confluências maias, zapotecas, totoacas, mixtecas, nahuas. Da mesma forma Portugal, também com as mesmas heranças mestiças que a Espanha, chega às terras indígenas interagindo com estes povos provocando deslocamentos e misturas, assim como o fizeram, mais tarde, com os povos e civilizações africanas, com culturas diversas. A complexidade marca estas misturas que se dão em um contexto onde os Europeus, os invasores, chegam com o objetivo de fazer "a conquista das almas, com corpos e dos territórios do Novo Mundo" (Gruzinski, 2006: 63). Gruzinski, nos chama atenção para o fato de que as mestiçagens americanas se dão dentro de um movimento de ocidentalização, não podendo ser reduzidas a apenas fenômenos culturais. Não confundir com a ideia de mestiçagem que foi propagada no inicio do sec. XX como sinônimo de branqueamento, ou durante o Estado Novo, como fundamento político-ideológico usado para forjar uma identidade nacional brasileira.

quase circense, e as misturas de temporalidades ainda nos mostraria o caráter proliferante, fragmentário, superabundante, instável e simultâneo de que nos fala o autor, ao reconhecer as configurações barroco-mestiças presentes em diversas séries e códigos da cultura latino-americana.

Ao mesmo tempo em que é possível observar as misturas por junção de elementos heterogêneos, pode-se encontrar, pela maneira como se utiliza o corpo para dançar e «botar figuras», uma unidade na recorrência de movimentações e qualidades gestuais sugerindo um imaginário comum corporificado pelos brincadores. Seria então possível compreender as imagens e metáforas que dão força a esse repertório gestual do brincador?

O cotidiano do passado no engenho e as atividades do trabalho com a cana – ainda atuais para alguns brincadores –, se atualizam na brincadeira, também de forma concreta, se considerarmos que a lida com a cana se torna preparação do corpo brincador, possibilitando que a brincadeira dure horas seguidas, em termos de resistência física e de qualidade de tônus muscular. Além das figuras que remetem diretamente às funções de trabalho no engenho, como o Mané do Motor e o Pisa Pilão, a movimentação pode ter ligação com as ações do corte da cana não de forma representativa, mas por meio do aspecto tônico ao trazer a experiência do corpo do trabalho para o corpo que dança. Nesse entrelaçar do cotidiano com a brincadeira, com o vivido no engenho em outros tempos e com o que se brinca atualmente, poderíamos encontrar outras metáforas, outras simbologias presentes na gestualidade do brincador?

O mestre de Cavalo Marinho Inácio Lucindo responde a esta questão ao explicar como e por que o trabalho da cana se relaciona com a organização postural característica de movimentações próprias do Cavalo Marinho como os *trupés* e os *tombos*.

> Tem a ver com o corte da cana porque só se corta cana se se envergar, só se alimpa mato de enxada, se se envergar, só se apanha o caçuá cheio de materiá pra botar num burro se ele se envergar; só cava um buraco pra plantar uma semente de cará se envergar, ele só alevanta o matombo se ele ficar cacundo; se ele for avuador de cana manual, ele só avoa cana, que é do tempo da cana manual, que a gente da cultura, da paia da cana, do canaviá, se abaixar, envergar, pra apanhar o feixe de cana pra avoar no ar, pra semear a cana, o semeador de cana manual ele tem que se abaixar pra botar o mói de cana no braço, é isso aqui [mostra como as pernas estão dobradas e o posicionamento do corpo inteiro], se ele ficar assim [mostra a forma errada, de cócoras, com as duas pernas paralelas] não é, a perna é essa e a outra é essa [mostra a forma correta: de cócoras com a planta de um dos pés de apoio encostada toda no chão e o outro pé apoiado apenas pelo metatarso e dedos. Com os braços ele faz a mímica de apanhar a cana e apoiá-la no outro braço que flexionado, envolve a cana], ói ele fica aqui no descanso e no que ele encheu aqui ele sai pra semear cana no braço; se for no balaio, ele bota o balaio aqui, se enverga aqui, enche de trombonho de cana, pega o balaio bota na perna pega na riata que tem aqui e vai semeando a cana; se ele for semear adubo na cana ele tem que samear, apois, se o cabra é sambista ele vai sambar, se a brincadeira é de tombo ele tem que se envergar, porque o corpo é quem dá a mola, a mola é quem leva o corpo, a mola é quem trás o jogo e a mola que faz o sambar. Se o cabra num tiver corpo nem lá não vá, porque uma estaca em pé num pode se manobrar. É ou num é? Uma estaca faz nadinha em pé, só leva prego, só leva grampo...[11]

Pelas palavras e performance – pois sua fala é acompanhada de uma gestualidade que recria a situação em questão embrincando materialidades gestuais e verbais – do brincador as atividades de seu cotidiano de trabalho se relacionam com a inclinação do tronco necessária para brincar de maneira específica. Nesse sentido, o brincador aponta processos de continuidade envolvendo cotidiano e brincadeira, passado e presente

11 Entrevista concedida à Carolina Dias Laranjeira (Camutanga-PE, janeiro de 2010).

que implicam não apenas em uma forma específica de entender a brincadeira mas também em qualidades particulares presentes em seu fazer. Assim, nesta explicação, poética e, ao mesmo tempo, muito prática, podemos entender esta postura enquanto função técnica-expressiva da dança. Seu discurso bastante consciente da importância desta técnica para o corpo que samba ilumina processos de conhecimento complexos presentes na brincadeira. Pelo viés de sua materialidade a brincadeira ganha novas dimensões de leitura.

Importante pensar que essa relação não ocorre somente em um sentido, do trabalho para a dança, mas opera também levando para o cotidiano as metáforas da brincadeira. No rebatimento de uma informação sobre a outra, forma-se um circuito de produção de conhecimento entre cotidiano e brincadeira que cria novos conhecimentos e formas de linguagem. Dessa forma, com os sentidos agregados no circuito, o imaginário se enriquece e torna mais complexo o pensamento, considerando que o pensamento se constrói com metáforas (Lakoff; Johnson, 1999). Nesse sentido, a comunicação das comunidades que praticam a brincadeira carrega metáforas e lógicas que somente são compreendidas quando se alcança corporalmente essa compreensão. Há uma dimensão considerável do processo de significação que somente a experiência corporal pode alcançar. Dizendo de outra maneira, são palavras que roçam o corpo, que vibram as fibras musculares. É por isso que nossa cultura não se aprende pelos livros, mas na relação direta do corpo com os objetos.

Podemos imaginar, portanto que a quantidade de conhecimento em torno da brincadeira – do Cavalo Marinho ou de outras do repertório popular - é muito maior do que ela mesma. São processos, como estes que comentamos, que aumentam a taxa de significação (Pinheiro, 2000), constitutivos daquilo que o sociólogo Boaventura Sousa Santos chama de subjetividade barroca desestabilizadora, "ao mesmo tempo lúdica e subversiva" (Santos, 2006: 209).

Considerar os pontos de vista dos brincadores pode propiciar novas maneiras de se pensar as brincadeiras tradicionais e também novas maneiras de pensar e fazer nossa própria prática artística.

Referências

ANDRADE, M. (1982), *Danças Dramáticas do Brasil* (Tomo I), In: ALVARENGA, O. (ed.), Belo Horizonte: Itatiaia.

BORBA FILHO, H. B. (2007), *Espetáculos Populares do Nordeste*, Recife: Editora Massangana.

CAVALCANTI, M. L. V. C. (2004), "Cultura popular e sensibilidade romântica: as danças dramáticas de Mário de Andrade". *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* 19 (54), Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n54/a04v1954.pdf, [consultado em 10-09-2011].

DOMENICI, E. L. (2009), "A Pesquisa das Danças Populares Brasileiras: questões epistemológicas para as artes cênicas". *Caderno GIPE-CIT*, Salvador, 23 (12), pp.07-17.

GRUZINSKI, S. (2006), *O Pensamento Mestiço*, Rio de Janeiro: Companhia das Letras.

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. (1999), *Philosophy in the Flesh - The Embodied Mind and Its Challenge to Western Thought*, New York: Basic Books.

MONTEIRO, M. F. M. (2011), *Dança popular*: espetáculo e devoção. São Paulo: Terceiro Nome.

MURPHY, J. (2008), *Cavalo Marinho Pernambucano*. Belo Horizonte: UFMG.

OLIVEIRA, M. S. (2006), *O Jogo da Cena do Cavalo Marinho: Diálogos entre Teatro e Brincadeira*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Centro de Artes e Letras, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

PINHEIRO, A. (2010), "Notas sobre conhecimento e mestiçagem na América Latina", *Repertório: Teatro e Dança*, Salvador, 14 (13), pp.09-12.

SANTOS, B. S. (2007), *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*, São Paulo: Cortez.

Cruzamentos (Impre)Vistos com o Povo Português Dentro: Teatro de Revista, Performance Arte, Poesia Experimental

Cláudia Madeira
(FCSH-UNL/ ICS-UL)
madeira.claudia@gmail.com

Resumo: Quando se pensa em *Teatro revista à portuguesa*, *performance arte portuguesa* ou *poesia experimental portuguesa* não se consideram, geralmente, as zonas de intersecção entre estes géneros artísticos. Contudo, estas três categorias quando se têm juntado, quer num mesmo espectáculo ou processo artístico, quer no mesmo tempo histórico, têm formado objectos ou processos artísticos em Portugal particularmente críticos à "portugalidade". Procuraremos analisar nesta comunicação alguns exemplos destas zonas de cruzamento.

Palavras-Chave: cruzamentos artísticos, hibridismo, "portugalidade", teatro de revista, performance arte, poesia experimental

1. Uma revista à portuguesa. Do Teatro Praga?

O Teatro Nacional Dona Maria II produziu no ano de 2014 um espectáculo cujas características suscitaram alguma diferenciação em relação ao panorama mais geral da criação e recepção teatral portuguesa. O espectáculo chamou-se *Tropa Fandanga - Uma revista à portuguesa do Teatro Praga* e, para quem conhecesse esse Teatro, ou pelo menos o identificasse como um teatro mais "alternativo", avesso a fórmulas pré-definidas, essa distinção era identificada no próprio título da peça: revista à portuguesa e Teatro Praga, pareciam traduzir uma estranha associação, uma vez que geralmente estes dois géneros artísticos são apresentados em palcos diferentes do campo teatral. A ligação entre estes dois pólos teatrais apenas parecia ser possível, após uma leitura mais atenta do título, quando se percebia que se tratava afinal de "uma" revista à portuguesa do Teatro Praga, o que poderia remeter para uma revista à portuguesa ao modo ou à moda do Teatro Praga. O que foi e não foi verdade. Efectivamente durante o espectáculo foi usada a mesma estrutura do teatro de Revista, ainda que num estilo que tanto oscilava entre o género mais convencional e artificioso intrínseco à revista, como aos géneros da *performance* e da poesia experimental ou visual.

O Teatro Praga, desde a sua formação, em 1995, tem feito um percurso relativamente rápido das margens do campo artístico português para o seu centro, sendo que os seus espectáculos que tinham como local de apresentação privilegiada espaços provisórios e não convencionais, têm sido nos últimos anos apresentados em salas institucionais da arte como o Centro Cultural de Belém, onde o grupo esteve, em 2013, a convite desta instituição em residência para desenvolver a peça *Tempestade*, sendo também nesse estatuto que apresentou entre Fevereiro e Março de 2014 na sala principal do Teatro Nacional, esta revista à portuguesa, que posteriormente foi apresentada em Paris, na MC93, Maison de la Culture de la Seine-Saint-Dinis.

Mas não foi esse percurso de integração no campo artístico que traduz o principal factor de diferenciação desta criação no contexto nacional. Esse factor adveio, principalmente, do Teatro Praga desenvolver um género de teatro que se aproxima frequentemente da *performance arte*: apresentando-se com um carácter experimentalista, testando os limites do próprio género em que se situa, podendo incorporar nos seus espectáculos quer qualquer disciplina artística como o próprio real, utilizar um guião fechado ou incorporar improvisação, textos dramáticos ou textos criados em colaboração entre os vários elementos que compõem o grupo, actores e não actores — onde se inclui, por vezes, o próprio público que é convidado a participar activamente no espectáculo —, espaços não convencionais ou convencionais, duração pré-estabelecida ou não. Em suma, podendo traduzir eventos únicos e irrepetíveis ou estar em cena uma temporada artística, como foi o caso desta revista à portuguesa.

Essa contínua experimentação manifesta-se na própria estruturação de um grupo fluído, onde se cruzam regras colectivas mas também individuais de trabalho. Sendo um grupo de dez criadores, subdividem o seu trabalho artístico por grupos mais pequenos, em que os restantes elementos que não vão "actuar" participam no processo através de um trabalho de bastidores, como técnicos de som, etc. Esse processo, que é cíclico (a cada projecto há um revezamento entre os que ficam no *palco* e os que ficam nos *bastidores*), pode levar a que duas ou mais peças do grupo (com criadores diferentes) possam estar em cena, em locais diferentes, no mesmo período temporal. Por outro lado, os criadores deste grupo desenvolvem frequentemente colaborações com outras companhias e artistas: quer participando individualmente noutros projectos como a Sensurround, os Cães, etc., quer procurando a integração de criadores exteriores nos seus projectos, como foi o caso, entre outros, da artista plástica Catarina Campino ou do performer Nelson Guerreiro. Essa complementaridade individual ou colectiva com outros criadores e grupos promove a entrada sistemática de novos *inputs* do exterior, que se traduz numa espécie de formação contínua.
Deste processo experimental surge esta possibilidade de se poderem rever num modelo da Revista à portuguesa fazendo jus à afirmação presente na peça: "so'dona revista nós queremos ser os vossos herdeiros", que reafirmam no programa deste espectáculo, em conversa com o Director do Teatro Dona Maria II, vigente à altura, João Mota:

> no nosso caso, sempre houve esse fascínio pelo género da revista. Algo que tem muito que ver com a forma como nos vemos a nós mesmos. Volta e meia surge a necessidade de procurar a nossa tradição, os nossos antepassados. E sempre tivemos essa dificuldade, a de nos conseguirmos incluir numa linha. E fomos sendo empurrados para várias. Como se fossemos herdeiros ou da 'nova dança' ou da 'performance' ou do 'teatro de texto' ou do espectáculo musical pop, etc. (...)
> E será também por isso que encontrámos na revista os nossos 'pais'. Tal como na revista, não nos apoiamos na linha narrativa com princípio, meio e fim. A própria relação com o público, muito direta, é outra das nossas características, e no trabalho de actor estamos pouco interessados numa vertente psicológica. Todas estas características somadas e a própria colaboração com outras artes e áreas de pensamento (refiro-me, neste caso, ao vídeo, à música, às artes plásticas, até à filosofia) aproximam-nos muito da revista.(…)
>
> Outra das características do espectáculo de revista de que nos sentimos próximos é o facto de se trabalhar para as pessoas que estão na sala e para o momento do espectáculo. O facto de as coisas se poderem alterar a qualquer momento sempre fez parte dos nossos espectáculos. À medida que fomos lendo mais sobre a revista e vimos espectáculos de revista fomos encontrando mais pontos em comum. (…)
>
> (…) neste espectáculo, não quisemos subverter esta estrutura e retórica. O que nos interessou foi experimentar o género e não testá-lo para saber se ele está vivo ou morto. São os nossos actores em palco, é a nossa forma de actuar (...). Tentámos, sem perder a nossa forma de trabalhar, inserir-nos no género.

2. Intercessões entre *teatro de revista*, *poesia experimental* e *performance arte*

É precisamente este carácter experimental do próprio género do Teatro de Revista, ainda que em moldes distintos, que a aproxima da *poesia experimental* e *performance arte*. Efectivamente estes géneros tão diferentes, inclusíve no período de emergência — a Revista com um cariz popular surgiu em meados do século XIX, a *poesia experimental* e *performance arte* com um enfoque mais erudito e elitista, emergiu durante os anos 60-70, tendo como alguns protagonistas Ana Hatherly, E. de Melo e Castro, João Vieira, António Barros,

entre diversos outros, que utilizaram o seu corpo como instrumento poético e "arma política" — coexistiram num mesmo tempo social e ditatorial, os anos 60-70 do século XX, partilhando nesse contexto algumas características, que passarei a enumerar:

- *Traduziram formas de crítica social ao regime ditatorial*

O Teatro de Revista sendo um género enquadrado por figuras e estilo caricaturais aproveitava os segundos sentidos, para camuflar a sua mensagem de modo a fugir à censura; a poesia experimental fazia essa crítica através do que Melo e Castro chamava o "terrorismo do signo. Subversão do símbolo e da sintaxe. Guerrilha da Semântica." (Melo,1977:15).

- *Foram afectados por preconceitos da crítica e da academia*

São poucos os autores académicos que se dedicaram ao tema da Revista à portuguesa, dois contudo são referenciais: Luiz Francisco Rebello, com o seu livro, *História do Teatro de Revista em Portugal*, em dois volumes, editado pelas Publicações D. Quixote, 1984-1985, e o livro de Victor Pavão dos Santos, A *Revista à Portuguesa. Uma História Breve do Teatro de Revista*, ed. O Jornal, de 1978.

A justificação para o não tratamento por parte dos estudiosos de teatro do género da Revista, deve-se em grande parte a um preconceito "culturalista", na expressão utilizada por Luiz Francisco Rebello. Salvo raras excepções, de que se podem destacar os casos de Joaquim Madureira, Eduardo Scarletti e António Pedro, e mesmo assim alguns com controvérsias, como é o caso deste último, que também foi poeta e pintor experimental — dizia este em 1946 que "a coisa mais parecida com o teatro em Portugal são os espectáculos de revista", para em 1958, depois de ter começado a encenar teatro dizer "a revista é uma coisa e o teatro é outra. Uma é entretenimento, o outro é obra de arte" — a maioria dos teóricos consideravam a Revista como um género menor, isto apesar, como refere Rebello, deste ser um género que "em linguagem transparente e directa nos períodos de liberdade, recorrendo à elipse e à metáfora sempre que esta é reprimida e condicionada - franqueia um documentário sociológico altamente significativo. Da regeneração de 1851 à revolução de Abril de 1974 e às vicissitudes a que esta tem sido submetida, é possível seguir quase a par e passo, através de rábulas, dos sketches e das canções das revistas, a trajectória sociopolítica do país. Razão de peso para os sociólogos se debruçarem sobre os seus principais aspectos, já que os críticos literários e dramáticos parecem desdenhá-la ..." (Rebello, 1995:18).

Também a poesia experimental sofreu do mesmo tipo de preconceitos da crítica, sendo que, neste caso, o preconceito se devia à própria transgressão, "ao elitismo intelectual", facto que levou a que fossem alguns dos seus criadores, também académicos, como Ana Hatherly e Melo e Castro a desenvolverem as principais obras teóricas sobre o tema. Nas palavras de Ana Hatherly a acção que estes poetas desenvolveram:

> Foi de uma audácia muito grande, durante anos sofri horrores das perseguições que nos fizeram por causa disso. Eu só fui para a faculdade depois do 25 de Abril e não imagina as perseguições que me faziam ainda. Diziam que nós estávamos a destruir a cultura e estávamos, mas no sentido em que era necessário desconstruir para construir. Não era por desrespeito pela cultura, pelo contrário, nós na Po.Ex até Camões pusemos, sempre adorámos Camões. Na verdade tivemos sempre o maior respeito pelos valores culturais, não podíamos era ficar a fazer a mesma coisa. Custou muito, era preciso ter uma grande audácia e depois pagámos o preço que foi o descrédito completo. Diziam que não éramos artistas, poetas nem coisa nenhuma. Éramos uns brincalhões, aparvalhados que andavam por ali. Ao Melo e Castro até pancada ofereceram!
>
> Nós acreditávamos no que estávamos a fazer, mas foram décadas de perseguição. Só depois do 25 de Abril é que as pessoas que dominavam a cena portuguesa, começaram a ver, a ter contacto com o que se fazia lá fora. Porque todos nós, os do grupo experimental, somos pessoas que viajam muito, que estudaram no estrangeiro, têm família estrangeira, podendo estar em contacto com o que se faz lá fora. Só as novas gerações é que nos entenderam, o que nos deu a certeza de estarmos a fazer uma coisa importante. As gerações mais velhas não nos entendiam, reagiam mal.

> Se as pessoas reagiam mal é porque tínhamos tocado nalgum nervo. Isto é como ir ao dentista. Ai! Percebe? É muito bonito dizer isto mas na altura era extremamente doloroso. (Ana Hatherly[1]).

> Nessa época, a Po.Ex suscitou uma reacção violenta porque a sua acção era violenta: era não só um acto de rebeldia contra o *status quo* mas também um questionar profundo da razão de ser do acto criador e dos moldes em que ele vinha sendo praticado, do mesmo passo recusando a crítica oficial com todo o seu cortejo de repressões e obscurantismos. (Ana Hatherly, 1985, p. 15)

- *Sofreram uma diminuição de expressão após o período revolucionário de 1974*

Surgindo a partir delas outras expressões como os cafés-teatros e a performance, facto que se revelou quer na constante retrospectiva de modelos da revista após 1974, quer na invisibilidade que o género da poesia experimental/performance arte deteve por exemplo quando surgiram novos géneros híbridos, como a nova dança portuguesa. Destaque-se o depoimento de Fernando Aguiar que, tendo desenvolvido uma iniciativa de arte urbana no início dos anos de 1990 em Lisboa para a qual convidou alguns artistas dos anos 60-70 e os jovens artistas da *nova dança* e *novo teatro,* verificou por parte destes últimos um total desconhecimento da actividade artística da geração anterior:

> Quando eu desenvolvi a Semana da Juventude convidei muita gente nova e fiquei muito admirado porque eles não faziam a mínima ideia do que se tinha passado para trás. Eles estavam convencidíssimos que estavam a inventar a *performance* naquele momento, no princípio dos anos 90. Eu fiquei um bocado parvo, aliás ofereci os catálogos a toda a gente até porque eu tinha a ideia que nós quando começámos 10 anos antes, preocupámo-nos com aquilo que existia para trás e com os movimentos que havia na América e noutros sítios. E aquela geração dos anos 90 estava-se completamente nas tintas para o que tinha acontecido para trás, não tinham informação nenhuma. Para eles tinham inventado a *performance*. Eu penso que isso foi um bocado o espírito daquele movimento da Nova Dança. Não se preocuparam em estudar, em procurar informação. E para eles estavam a fazer qualquer coisa que estava a ser inventado na altura. Isso sucedeu concretamente na *performance*. Realmente sempre me fez impressão como é que tanta gente, não quer dizer que fossem todos, mas a grande maioria estavam a fazer esse tipo de trabalho convencidos que estariam a fazer alguma coisa de novo a 100%, nunca se preocuparam com a história das artes plásticas, da *performance*. (Entrevista a Fernando Aguiar em Madeira:2008)

3.Crítica e farsa

Esta revista à portuguesa do Teatro Praga, enquanto exercício de intercepção de mundos da arte à primeira vista opostos, conseguiu construir durante a sua temporada artística no Teatro Nacional uma audiência variada composta por um público de Teatro de Revista (mais velho) e o seu público específico (mais jovem). Este hibridismo onde se misturam ou justapõem géneros e públicos apesar de se apresentar como algo diferenciador não é, contudo, inédito no panorama português, recentemente outros espectáculos de teatro como o *Grande Salão*, de Martim Pedroso, têm também vindo a usar este mesmo carácter mais farsesco, neste caso tendo como principal tema a dinâmica inerente à rede social *Facebook.*

---

1 Excerto retirado de uma entrevista desenvolvida por Maria João Fernandes e Carla Carbone apresentada na revista ARTE TEORIA, Revista do Mestrado de Arte da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, nº 1, 2000.

Mas, encontramos esse mesmo acento crítico a uma certa "portugalidade", por exemplo, na apresentação de Almada Negreiros da sua *Conferência Futurista* no Teatro da República em 1917. Apresentando-se vestido de fato de macaco e tendo por pano de fundo a estrutura de um quadro voltado do avesso Almada vai proferir esta conferência denominada n'*A Capital* como *O Elogio da Loucura*, onde foram apresentados: o *Ultimatum futurista às gerações portuguesas do século XX*, da sua autoria de Marinetti; o *Manifesto Futurista da Luxúria*, de Madame de Saint-Point; a conferência também de Marinetti *Music-Hall et Tuons le Clair de Lune*, tendo sido anunciados, ainda que nunca tenham acontecido: "um espectáculo prático e positivo do Futurismo" de cuja segunda parte faria parte "uma comédia futurista em que tomam parte interseccionistamente, os melhores números de variedades actualmente em Lisboa e ainda uma tourada". (Santos, 1993). E, ainda, num contexto internacional iremos encontrar este mesmo estilo num dos mais críticos espectáculos que foram feitos ao regime imperialista português, no período da ditadura de Salazar, período onde a expressão de "portugalidade" passou a ser conotada com a ideologia do regime, o espectáculo traduzido mais tarde como *O Canto do Papão Lusitano - Peça com música para dois actos* de Peter Weiss, escrito em 1965 e estreado em Estocolmo no Scala Theatre em 20 Janeiro de 1967, e posteriormente apresentado nos Estados Unidos da América em 1969.

Esta peça farsesca musical procurava colocar em dialéctica o passado e o presente da história do colonialismo lusitano; a retórica grotesca dos colonizadores e os factos acerca da economia e da violência colonial (cujo motor era a força de trabalho dos colonizados, que trabalhavam nas plantações, incluindo mulheres e crianças). Lê-se nas indicações da peça: "a figura do PAPÃO encontra-se à direita do palco. Deve ser desmesurada e ameaçadora. Pode, por exemplo, ser feita de ferro-velho. À altura da cara há um postigo, praticável do interior. A cara do actor que profere as tiradas do actor aparece neste postigo. O postigo deve poder fechar-se ruidosamente. O Papão deve estar montado sobre gonzos, de modo a poder-se, no fim da peça, fazê-lo cair de borco" (1969:3).

Voltamos a encontrar esse mesmo teor nalgumas peças de Mário Viegas, como *o manifesto anti-Cavaco* (1995) ou *os ais,* ou mesmo nalgumas homenagens recentes que têm sido feitas a este artista, como o vídeo-performance *Ai! Homage to Mário Viegas, desenvolvido em 2012* por Lilia Mestre e Marcos Simões. Também algumas *performances* de Margarida Mestre este tom de farsa está presente, nomeadamente quando esta reactualiza o fado trágico-cómico da Mariquinhas. É o caso do projecto *Trilogia do Corte* de 2004, apresentado em palcos não convencionais como a ZDB, Maus Hábitos, etc., onde se mistura à poesia experimental e visual um sabor a revista reactualizada.

Também no espectáculo *Ubus* de Ricardo Pais, uma produção do Teatro Nacional de São João, de 2005, já estavam presentes vários elementos que encontramos nesta Revista dos Teatro Praga. Em *Ubus,* o encenador, volta ao teatro de Alfred Jarry, que iniciou a vanguarda teatral e que foi referente para todos os movimentos modernistas que utilizaram a *performance* (futurismo, surrealismo, dadaísmo), para um "contributo para a desdramatização da pátria". Uma pátria que na peça de Jarry, apesar de identificada com a Polónia, é sinónimo tanto de *parte nenhuma*, como de *toda a parte* e, portanto, que também pode ser sinónimo de Portugal. É nesse sentido que Ricardo Pais constrói neste espectáculo uma hiper-figuração e encenação barroca folcloralista e carnavalesca sobre a sociedade e gente portuguesa: as personagens vestem fatos aos retalhos, *sete saias*, deixando os seus sexos estriónicos (rabos e falos) à vista, calçam meias tradicionais, *à serra da estrela*, e tamancas. Figuração a que se acrescentam leques feitos de tesouras, sanitas fixas ou móveis (com rodinhas), que lhes servem de assento ou veículo. *Personagens-marionetas* individuais, como Dom Ubu complementam-se com figuras colectivas como os ranchos ou marchas *quase-populares* que invadem o palco.

A linguagem é aí interpretada como um jogo repentista, lúdico, competitivo no sentido da superação dos seus próprios limites, próxima do grotesco, que tem o seu mote no boçal "Merdra*"* recriado em *loop* durante o espectáculo em múltiplas variantes. Essa linguagem inscreve-se assim num "registo adolescente" (Klein, 2003), que se autonomiza dos universos infantis e adultos, porque produto excessivo dos dois, e nesse excesso introduzindo o fantasma de ser ele mesmo a sua própria origem, num processo de auto-fundação, auto-concepção.

É através desta auto-concepção, da criação de uma personagem com uma autoridade estranha, que se impõe para além das suas origens, que o híbrido nasce nesta peça à volta do tema do poder. Dom Ubu aparece como uma personagem desregrada, dessocializada, desestabilizadora que se insurge, num acto onde afinal qualquer um se pode tornar rei. Nesse jogo de poder só se pode inscrever então um jogo de palavras infantil:

Rei - Cobarde, miserável, magano, profano, muçulmano!
Dom Ubu – Javardo, bebardo, bastardo, lusafardo, tartado, rato-pardo, moscardo, saboiado, polacardo!

Esse jogo de palavras remete ainda para um condensado de cantares como a cantata trágica da rainha, o coro dos insurrectos, o coro dos fiscais.
Ricardo Pais acrescenta assim ao quadro de Jarry um excesso de cenário (Jarry veiculava mais a "falta" de cenário); uma obra colectiva feita por música, composta ao vivo por Victor Rua, dança, teatro, figurinos, poesia visual que nos surge num écran; mas continua a inscrever esta Patafísica artística numa crítica política ao momento histórico que se vivia à altura.
Esta "portugalidade" folclórica atravessa os dois espectáculos *Ubus* e *Tropa Fandanga*. *Tropa Fandanga*, sublinha o carácter caricatural que é próprio do Teatro de Revista, acentuando a tipificacão das figuras através da foclorização contemporânea dos figurinos, aqui menos tradicionais e mais contemporaneizados, procedendo assim a uma crítica aos costumes próprios de uma certa "portugalidade" através de um texto inédito construído em co-autoria pelos vários elementos do grupo, em cima do tema que lhes foi proposto pelo Teatro Nacional: a comemoração dos 40 anos do fim da Guerra Colonial e dos 100 anos do início da primeira Guerra Mundial. O mote da guerra torna-se fórmula onde cabem afirmações da crise actual - "o mundo é uma panela de pressão, é como aquela senhora grávida que está prestes a explodir", "guerra ao desemprego", "a guerra serve para espalhar a palavra: portugalidade", "nós queremos uma revista revolucionária", "mais vale estar em guerra do que em crise", onde se encaixa o tema sério que faz parte da própria estrutura da revista, apresentado por Joana Manuel, a partir da intervenção que esta tinha feito no dia 23 de Fevereiro de 2013, no Auditório da Faculdade de Ciências de Lisboa, no quadro da Conferência Nacional - "em defesa de um Portugal soberano e desenvolvido"; como também temas *icónicos* que aqui são hibridizados - "a guerra dos mundos", "a vida é bélica", "a guerra entre aspas", "alegoria da trincheira", "sodona revista", "o bigode", "a tropa e o fandango", "futebolocausto", "três F's" (Fátima, fado, futebol), "linda de suza", "nacional ultramarino", "falazar", "galo de Tróia".
Neste espectáculo, construído com a colaboração de diversos artistas plásticos, alguns dos quais também performers, a poesia visual surge através de cartazes e de referências a expressões do facebook.
E é a partir do *facebook* justamente que surgiu o espectáculo o *Grande Salão* de Martim Pedroso, que teve origem no uso e questionamentos que esta rede suscitou ao encenador, levando-o a criar esta peça em co-criação com os 18 intérpretes que nele participaram, alguns seus conhecidos, outros que se juntaram à peça por terem afinidades com o tema e o trabalho do encenador. A sua construção dramatúrgica, que procurou recriar a "aleatoriadade" inerente ao próprio dispositivo, surgiu dos próprios exemplos retirados do Facebook, o mesmo acontecendo na construção das personagens, que foram sendo criados no processo. Começou por ser um projecto sem *plafond*, construído em residência no espaço Negócio da ZDB, mas rapidamente ganhou visibilidade, sendo apresentado em salas e para públicos muitos distintos como o espaço da ZDB, o Teatro São Luís, o Tivoli, o Teatro Viriato ou o Festival Materiais Diversos, sendo o exemplo escolhido para entrevistas radiofónicas comemorativas dos 10 anos do Facebook e do Dia Mundial do Teatro.
Para se compreender melhor o que foi exposto segue-se a apresentação de um excerto da entrevista que Martim Pedroso deu à *RTP Play- Fila 3*, sobre o espectáculo:

> O Grande salão é um *cabaret*. Como dizia a Lisa Minelli, "Life is a *cabaret"*. Nós acabámos o espectáculo com essa música precisamente e realmente "life is a *cabaret*" e o Facebook é um *cabaret*. Portanto, é um bocadinho essa analogia que nós fazemos. O espectáculo é isso, é um *cabaret* sem muitos efeitos, é muito baseado no ritmo da representação, na construção das personagens e no frenesim que há de passagem de temas uns para os outros, portanto, tanto se está a falar de política, ou que "enho vontade de ir à casa-de-banho" ou que "a minha filha está a chorar" ou que "Deus nosso Senhor" e que "devo tudo a Deus nosso Senhor" … Isto é para dizer que há toda uma série de assuntos e temas que passam uns para os outros sem qualquer tipo de critério, isso é a grande diferença entre fazer uma peça a partir do

> Facebook que acaba por tentar reproduzir o ritmo da leitura que se faz quando se está num mural, ou de fazer uma peça de um autor ou sobre um tema mais específico. Há uma facilidade de mudar de temas uns para os outros ou até de voltar aos mesmos temas passado duas ou três cenas que não têm nada a ver com esse tema (…). Cada mural tem a sua dramaturgia o que também é engraçado. Nós tentámos arranjar toda essa unidade dentro dessa aleatoriedade. (Martim Pedroso, Fila 3 RTP Play, 1 Fev. 2014)

Se procurarmos uma linha de *performance arte*, podemos centrar-nos um pouco no trabalho desenvolvido por Susana Chiocca, performer do Porto, que conjuntamente com António Lago desenvolveu em 2007 o projecto *A Sala*, uma sala de estar da sua própria casa que, estes artistas resolveram partilhar com todos os que quisessem apresentar *performance*, de diversas disciplinas artísticas e gerações. Em 2005, na mesma altura que os *Ubus* de Ricardo Pais se apresentavam no Teatro Nacional, Susana Chiocca apresentava uma acção performativa na galeria Boavista do Porto que denominava *O circo vai desaparecer?,* que foi complementada com a distribuição e colagem de de cartazes e *flyers* na rua e sua difusão via email. Na mesma galeria desenvolveu em 2011, a performance com alusão ao contexto português *à espera que o nevoeiro passe*, que traduziu o processo desta artista a escrever essa frase numa parede, e em 2013 apresentou numa praça de Amesterdão a performance registada em vídeo que reflectia a tensão político-social na Europa, onde a artista arremessa contra uma fotografia de Ângela Merkel colada no chão vários pequenos galos de Barcelos.
O trabalho recente do poeta experimental António Barros, artista que fez parte do grupo dos poetas dos anos 60-70, tem vindo também a recuperar esta crítica política e social à portugalidade contemporânea. Nas comemorações dos 40 anos do 25 de Abril inseriu no seu Facebook, um a um, 40 poemas visuais em cravos negros, enviando-os depois num livro para a Assembleia da República, sob o título de *Lástima*. Antes disso já tinha postado uma foto-montagem de Amália Rodrigues com uma lágrima, tendo iniciado esse processo numa recolha dos *grafities* das ruas da cidade de Coimbra de 2011 e que gerou o que este chamou a "urban collage" *mudos os tempos, mudas as vontades* - "uma apropriação urbana em modo de homenagem a José Ernesto de Sousa". Já depois de Abril de 2014 apresentou as obras *Portugal: Braço(a)deus_Palavras nuas. "A Poesia Está na Rua", 40 anos depois*, *BN - A Bandeira Nacional [Estudo de requalificação]*, e *Portugal no seu melhor*. Qualquer destas peças desmultiplicando-se em "denúncias" sobre as condições sócio-económicas dos portugueses, a seu poder menor perante o poder dos representantes políticos e o papel da arte nesse contexto.

4. De onde vem e para onde vai a farsa?

Não sendo o recurso ao estilo crítico mais farsesco um processo novo mas, como evidenciámos, presente especialmente em períodos de maior conflito social e, nesse contexto podendo atravessar desde géneros mais populares a outros mais alternativos e/ ou eruditos, subsiste a questão de onde vem e porquê este acento actual num certo estilo trágico-cómico, absurdo ou de farsa?
Mike Featherstone, num artigo a que denominou *The body in consumer culture* (1982), refere que as "vanguardas artísticas" seguem a herança de um modelo de 'pequena tradição', marcado pela irreverência do Carnaval, modelo que passou das margens para o centro, como nos mostra a análise da socióloga Vera Zolberg no seu livro *Outsider Art* (1997), através do papel importante dos "novos intermediários culturais", que vão assim permitir que a pequena burguesia experimente, dentro de uma certa medida "o descontrole controlado das emoções". E a partir deste enquadramento poderíamos desenhar uma linhagem (não linear) que na origem incluiria as festas gregas e romanas, a comédia de Aristófanes, passando por Gil Vicente, em Portugal, até a alguma boémia do século XIX e à intervenção marginal ou subversiva das vanguardas modernistas e pós-modernas.
O estilo farsa "está para se impôr", desde a afirmação de Marx, no *18 de Brumário de Luís Bonapare*, posteriomente usado por Slavoj Zizek no seu livro *Da Tragédia à Farsa* (2009) de que todos os grandes acontecimentos e personagens da História mundial sobrevêm duas vezes, surgindo os acontecimentos da

primeira vez como tragédia, e da segunda como farsa, que vários autores se vêm dedicando ao tema. É, nesse sentido, que Jean Marie Domenach, na sua obra *O retorno do trágico* (1967) refere que o nascimento da tragédia contemporânea tem a sua origem no extremo oposto da própria tragédia, ou seja, no cómico, e especialmente nas suas formas mais subalternas, da farsa e da paródia (Domenach,1967:56).
Esta mistura entre as várias facetas do trágico e da comédia, permitem à arte uma hibridização e imprevisibilidade mais próxima da própria vida, possibilitando incorporar neste repertório personagens, situações, acções e falas, estruturadas segundo o critério abstracto do "em geral" (Kierkegaard,2009:64). Daí que nestes géneros a própria reacção do espectador, também seja imprevisível (podendo-se ficar num estado de espírito triste ou fora de si de tanto rir) (*idem*), ou hoje, mais frequentemente, indiferente, pois como nos diz Michel Meyer em *Le Comique et le Tragique* (2007) "já à bastante tempo que as comédias não fazem rir nem as tragédias chorar".

Bibliografia

Domenach, Jean Marie (1967), *O retorno do trágico*, Lisboa e Rio de Janeiro, Moraes Editores.

Featherstone, Mike (1982), "The body in consumer culture", *Theory, Culture & Society,* September, vol. 1, nº2, pp.18-33.

Fernandes, Maria João; Carbone, Carla (2000), "Entrevista a Ana Hatherly", Lisboa, *ARTE TEORIA, Revista do Mestrado de Arte da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa*, nº 1.

Hatherly, Ana, Perspectivas para a Poesia Visual: Reinventar o Futuro", em Fernando Aguiar, Silvestre Pestana, orgs. (1995), *Poemografias – Perspectivas da Poesia Visual Portuguesa*, Lisboa, Ulmeiro.

Kierkegaard, Søren (2009 [1848]), *A Repetição*, Lisboa, Relógio D´Água.

Madeira, Cláudia (2008), *O Hibridismo nas Artes em Portugal,* Tese de doutoramento, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

Melo e Castro, E.M. de (1977), *In-Novar*, Porto, Plátano Editora.

Meyer, Michel (2007), *Le comique et le Tragique*, Paris, PUF.

Programa do espectáculo (2014), *Tropa-Fandanga – Uma revista à Portuguesa do Teatro Praga*, Lisboa, Edições TDMII.

Rebello, Luiz Francisco (1984-1985), *História do Teatro de Revista em Portugal*, Lisboa, Publicações D. Quixote, II Volumes.

Santos, Victor Pavão dos (1978), *A Revista à Portuguesa. Uma História Breve do Teatro de Revista*, Lisboa, ed. O Jornal.

Santos, Victor Pavão dos Santo (1993), *O Escaparate de todas as artes ou Gil Vicente visto por Almeida Negreiros*, Catálogo da Exposição Comemorativa do Centenário do Nascimento de Almada Negreiros no Museu do Teatro, Lisboa, SEC, IPM, Setembro.

Weiss, Peter (1969), *O Canto do Papão Lusitano – Peça com música em 2 actos*, tradução de Mário Gamboa, Ruedo Ibérico, Paris.

Zizek, Slavoj (2009), *Da Tragédia à Farsa*, Lisboa, Relógio D´Água.

Zolberg, Vera, Cherbo, Joni Maya (1997), *Outsider Art – Contesting boundaries in contemporary culture,* United Kingdom, Cambridge University Press.

Memória e performance, na ravina da cultura

Isabel Pinto
Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, Universidade Católica Portuguesa
vilhalpandos@hotmail.com

Resumo: O meu projeto de pós-doutoramento centra-se numa coleção de mais de duzentos textos de teatro manuscritos. Trata-se de um vasto conjunto de peças de teatro copiadas entre 1780 e 1797 (http://purl.pt/index/geral/aut/PT/37851_P1.html), à guarda da Biblioteca Nacional de Portugal. Iniciativas internacionais como 'Performing the Archive' (http://melhogan.com/website/performing-the-archive-pta-initiative-uc-boulder/) e 'Living Archives' (http://livingarchives.mah.se/) que, apesar de recentes, já contam com uma bibliografia significativa (Gough and Roms, 2002; Jackson and Kidd, 2011; Borggreen & Gade, 2013), e ainda projetos artísticos como 'Undercover' (2010/ 2013) (http://www.kb.dk/en/dia/udstillinger/tidligere/undercover.html), fizeram-me pensar e conceber novas formas de divulgar publicamente a referida coleção. A ideia fundamental é a exploração performativa de material histórico, com base na correspondência entre a leitura de manuscritos e a composição visual da performance. Assim, a partir da condição dos manuscritos enquanto ícone do passado, proponho uma abordagem que preconiza a acessibilidade da experiência histórica a cada momento presente. A materialidade dos manuscritos é, então, sujeita a novos contextos de interação, que, no conjunto, pretendem convir um outro modo de partilhar uma cultura.

Palavras-chave: memória; performance; manuscritos; arquivo; cultura

A globalização, ou seja, o mundo em que vivemos, também pode ser perspetivada enquanto desafio para pensar o legado cultural, que está a ser redimensionado a uma nova escala, esbatido por fronteiras e nacionalidades. À luz deste contexto, a identidade surge revestida de novos sentidos, e, consequentemente, o mesmo legado cultural, com os diferentes tipos de património que nele se articulam e complementam, adquire outra pertinência e escopo.

A partir do já estabelecido Novo Historicismo, e com base na assunção de que o conceito de arquivo está em efetiva mudança, há que pensar que o historiador é influenciado pelas novas formas de arquivo, que hoje se conformam largamente à mediação tecnológica do digital. Já não é possível escrever sobre acontecimentos do passado sem considerar a crescente acessibilidade de informação histórica, bem patente em bases de dados, digitalização de fontes primárias, padrões de visualização de data, etc. O novo dinamismo tecnológico do arquivo inevitavelmente perpassa e medeia as nossas incursões ao passado. O arquivo de hoje permite-nos novas relações entre figuras, acontecimentos, circunstâncias, desafiando-nos a representar um passado também ele em mudança, rumo a um futuro que a cada instante se adivinha. Por outras palavras, é um passado mais perto do futuro que hoje temos ao nosso dispor, uma espécie de «Digital Historicism», como formulado em Fickers (2012: 26):

> If we are to move in that direction, future historians cannot escape the productive confrontation with the new technical, economic and social realities of the digital culture. Instead of digital escapism and methodological conventionalism the discipline of history is rather in need of a new digital historicism. This digital historicism should be characterized by collaboration between archivists, computer scientists, historians and the public, with the aim of developing tools for a new digital source criticism.

A noção de arquivo estende-se, assim, ao campo do virtual, adquirindo, por esta via, uma dimensão doméstica e quotidiana, impensável há anos atrás. O arquivo deixou de estar confinado ao espaço convencional da biblioteca, do museu, etc., e ocupa agora o amplo espaço indeterminado do mundo computarizado. Atendendo a esta contínua propagação, tanto na vida quotidiana como na investigação serial, faz sentido recuperar o inconformismo do arquivo, tal como o pensou Derrida.

Em Derrida (1995), *Mal d'Archive*, estão em jogo duas conceções de identidade: aquela que provém de um aparato psíquico e somático, a memória, e outra ligada a um artificial aparato documental, o arquivo. A interrogação dos fundamentos do arquivo leva Derrida a propor uma condição que é a «febre do arquivo», a qual também advém do contacto de Derrida com um arquivo em particular, o de Freud.

É a partir do pensamento de Freud sobre o subconsciente e respectiva evidência, dispersa por vestígios materiais, que Derrida vai defender que não há registos originais, fontes primárias, mas somente vestígios a engendrar vestígios. Trata-se de conseguir repensar o arquivo nas suas múltiplas vertentes, enquanto espaço público, fonte reguladora de autoridade, conceito estratégico e princípio de mediação tecnológico. Um arquivo pressupõe uma «mise en ordre» (Derrida, 1995: 16). As condições para arquivar alimentam-se de tensões, contradições e aporias, nomeadamente a que implica a conjugação de uma promessa de tempo vindouro com o registo e preservação do passado. É esta tensão que nos interessa explorar, pela performance, propondo uma experiência presente dos vestígios do passado, que constituem, parcialmente, o arquivo. A performance, neste contexto, desenvolve ainda outra tensão: a da efemeridade da experiência artística em confronto com a desejada perenidade do arquivo. Além disso, a performance do arquivo faz convergir o aparelho psíquico da memória individual e o desígnio de uma memória coletiva e institucional, e entre estas funda-se e desenrola-se uma zona de mútua influência transformadora. A ambivalência entre memória individual e a noção coletiva que perpassa o conceito de património é inerente à própria existência do arquivo.

Consequentemente, Derrida (1995: 55) questiona «Nous ne trouvons plus de sens assuré à des questions telles que celles-ici: disposons-nous *déjà* d'un concept de l'archive? D'un concept de l'archive qui en soit un? Qui soit un concept et dont l'unité soit assurée?». O autor desenvolve esta questão fundamental ao esclarecer que um conceito de arquivo implica uma noção fechada de património, de legado, e a assunção de uma garantia de autenticidade. Contudo, de acordo com o mesmo autor, mais do que assumir-se como pertence, ou seja, um conjunto de vestígios, referenciando o passado, o arquivo deve convocar a problemática do porvir, o momento possível da sua reinvenção. Assim, o que a performance pode fazer no campo do arquivo é: «pense-t-on l'avenir à partir d'un événement archivé» (Derrida, 1995: 127). A performance expande a repetição que o arquivo encerra, e que é condição de futuro, mas como é em si mesma irrepetível, acaba por alimentar inevitavelmente a vida tensional do arquivo rumo ao porvir.

O mal do arquivo que Derrida conceptualiza é aquele que lhe atribui a violência da institucionalização, acompanhada da unidade e homogeneidade que a orientam. Mais do que uma realidade nacional e una, hoje o arquivo, nomeadamente o património literário e artístico, deve visar diferentes realidades comunitárias, em constante interação linguística, técnica, literácita, etc. Porque novas identidades emergem no contexto contemporâneo, cada vez mais vário, o património é de todos os que compõem o tecido social, cultural e político que o enquadra. É esta nova dinâmica social que justifica quer a ideia de «viver» o arquivo quer a sua conceptualização enquanto fértil terreno de experimentação, adotando o pressuposto de que o arquivo não é estanque, silencioso e imutável, mas exatamente o contrário.

Este artigo está estruturado em quatro partes: numa primeira, «Perspetivas sobre arquivo e performance», faço uma revisão dos principais contributos, sobretudo, mas não exclusivamente, no âmbito teórico da mútua influência entre arquivo e performance; na segunda, apresento uma contextualização histórica, focando a tradição do escriba e as características gerais da coleção teatral que investigo, com vista a enquadrar da melhor maneira as iniciativas por mim desenvolvidas na senda do movimento «performing the archive»; na terceira, descrevo e documento, com alguma exaustão, três performances que promovi, sendo que em duas delas também fui intérprete, para divulgar publicamente a minha investigação em torno de um arquivo de teatro; na quarta, e última, faço uma síntese das principais ideias teóricas e práticas apresentadas e desenvolvidas ao longo do artigo.

1. Perspetivas sobre arquivo e performance

Na última década, o trabalho sobre a relação entre arquivo e performance tem sido intenso, sistemático e desenvolvido a vários níveis, por artistas, investigadores e arquivistas, que num esforço conjunto procuram cruzar as narrativas emanadas do arquivo com a dimensão comunitária da performance. A título de exemplo, em 2002, a revista *Performance Research* promoveu uma edição especial *On Archives and Archiving*. Este número reúne contributos diversos que abarcam desde a questão da imponderabilidade na escrita da história do teatro até ao uso de conceitos de arquivo nas performances de determinados artistas.

Michal Kobialka (2002) argumenta que o historiador de teatro deve ter em consideração que um documento não pode ser arquivado na sua totalidade, ou seja, há vestígios da sua realização discursiva, da sua concretização em acontecimento de que o arquivo não consegue dar conta. Essa realidade silenciada no e pelo arquivo pode ser campo fértil para a exploração performativa. O documento é um vestígio da língua do passado, mas é-o em muito menor grau dos seus acontecimentos, como, por exemplo, espetáculos. Este é apenas um dos domínios em que a prática performativa pode situar-se, e que envolve não tanto a tentativa de reconstrução da ação passada, mas a inscrição do documento, entendido num sentido lato que não se restringe ao vestígio escrito, como ação presente. Kobialka também desenvolve a assunção de que um objeto histórico pode ser repensado em termos de acontecimento passado, passível de ser recriado através de uma determinada narrativa, em função do modo de representação escolhido. Esta nova maneira de abordar o objeto de estudo da história implica novos desafios na relação entre o historiador e os objetos do arquivo.

Por ação da performance, um objeto pode ser alvo de múltiplas perspetivas e enquadrado em tantas outras narrativas. Para além de que, desta maneira, estamos a dar a ver os seus modos de representação, não a *ler*, mas a *ver*, estamos, pois, a consubstanciar a sua representação.

Helen Freshwater (2002) reporta-se ao arquivo de teatro de Lord Chamberlain, «The Lord Chamberlain's Plays and Correspondence Archive», que se estende até 1968, e cuja natureza é censória, ou seja, esta personalidade/autoridade, e o restante pessoal a ela adstrita, estava encarregue de decidir que peças podiam ser representadas nos palcos ingleses. A ideia-chave da autora consiste em apresentar este arquivo como caso exemplar da crença na perdurabilidade dos efeitos da performance, para além do seu término material. Lord Chamberlain teria por certo que a performance afetava o público, e todos aqueles que com ele contactassem, mesmo depois de finalizada. Claro que, considerando que se trata de um arquivo de censura, os efeitos eram, à falta de melhor prova em contrário, nefandos, de possível contágio generalizado e bastante difíceis de erradicar:

> The Lord Chamberlain and his staff were firmly convinced that theatre possessed performative influence. Their interventions were motivated by a belief in the influence of physical enactment; created by a concern over the body-to-body transmission of corrupting imagery and identities; produced because of anxiety that performance did indeed 'remain'; and pursued to such lenghts because of fear of a contagious, corrupting – almost viral – spread of repeated acts. (Freshwater, 2002: 51)

É importante ter em mente que aquilo que a autora defende relativamente ao arquivo de teatro de Lord Chamberlain, em pleno século XX, aplica-se igualmente às circunstâncias que envolvem a coleção manuscrita de teatro da Biblioteca Nacional: uma sociedade, em que a produção artística, mormente a teatral, era vista como potencialmente perigosa para os costumes e identidade da nação; também no Portugal setecentista o teatro era olhado pela censura como comportando essa carga emocional extra de visualização dos vícios e de transmissão de sentidos corpo a corpo. De facto, Freshwater (2002: 53) chega mesmo a propor: «Far from being a marginal, or a neglected concept, I would suggest that the conviction that performance circulates long after its initial realization is foundational to all projects of censorship which concentrate upon the performing arts».

O artigo de Freshwater deve ser lido em resposta ao trabalho pioneiro de Schneider (2001), segundo o qual a supremacia de uma lógica do arquivo desacredita parte do poder e realidade da performance enquanto expressão artística, ao assumir, como pressuposto fundador, que esta não perdura para além do momento da sua

realização, ou seja, ao dar por demasiado garantida a sua natureza efémera. A mesma lógica priva a performance de qualquer valor documental, sendo que, por oposição, este radica, por inteiro, no arquivo. Schneider defende, pelo contrário, que a performance comporta em si a força ritual, que adestra a transmissão de conhecimento através dos tempos e ao longo de gerações, dando, como exemplo, a importância das narrativas orais e da dança e gesto em determinadas comunidades. A autora sugere, então, que a performance seja revista enquanto espécie diferente de arquivo, que, através da mimese, logra ser alvo de análises psicanalíticas, ideológicas e discursivas.

Esta última proposta parece-me, todavia, problemática, porque, antes de mais, me parece que Schneider está a confundir, e a nivelar, o tipo de análises que podem incidir sobre a performance com a performance em si. Também não é menos verdade que ainda que a origem da performance seja ritualística, numa parte do mundo ela deixou de chamar a si essa função social e religiosa.

Do meu ponto de vista, o que torna a interação entre arquivo e performance tão fértil e desafiadora é, a um tempo, o conflito e a complementaridade que os anima. O conflito resulta, em primeira instância, da antítese entre corporalização e arquivo; o arquivo é o contido, aquilo que se pode referenciar, exorta determinadas funções linguísticas, e perpetua a reconstrução da lacuna que se interpõe entre as suas partes. A performance é transmissão de memória por intermédio de uma composição visual, que instiga, mais do que a ser reconstruída, a ser imaginada e interpretada; é a transmissão de memória que percorre em simultâneo o espaço individual e coletivo. O arquivo impõe-nos, *a priori*, o público, é de todos e para todos; a performance é para todos e cada um de nós.

O corpo é uma categoria além do arquivo, é uma força natural, e artificial, que comporta uma memória individual, muitas vezes indizível; o corpo no qual assenta a performance é uma categoria ontológica, o arquivo é um vestígio complexo do corpo. É ainda nesta complementaridade que a relação densa entre performance e arquivo pode ser equacionada: o confronto do corpo vivo e animado contra o despojo lacunar do arquivo, embora ele mesmo evidência da perseverança do corpo. O corpo antecede o arquivo, logo a performance é anterior ao arquivo, uma condição necessária para a sua existência e dúbia conformidade. Num certo sentido, pode pensar-se numa incessante tensão entre performance e arquivo: a performance é a produção, a invenção, o espaço em que a memória se confronta e reinventa, o arquivo o utensilio, o vestígio, uma parte que instiga a sua própria presentificação.

Elaine Aston (2002: 78), remontando igualmente à efemeridade da performance, sugere: «Is it possible for performance to 'house' a culture resistant to and different from the dominant cultural order that would prefer to mark it absent rather than present». A própria natureza efémera da performance tece a sua resistência à crescente normalização cultural; a performance resiste a tornar-se mais um objeto de consumo, forjando a sua não durabilidade; a performance não dura o tempo suficiente, no seu esplendor material, para se reduzir a mais um bem de consumo. Assim, presentemente, a efemeridade da performance pode ser vista como álibi da sua resistência: «the inability to be reproduced and repeated is the strength of performance because it resists the economics of reproduction and remains traceless within the ideologies of capital» (Borggreen and Gade, 2013: 13).

Jackson and Kidd (2011) trazem-nos um volume que resulta de uma conferência internacional vinculada a um projeto «Performance, Learning and Heritage» (2005-08), desenvolvido pela universidade de Manchester, descrevendo e problematizando várias experiências que combinaram a prática performativa com o espólio museológico; um conjunto de iniciativas que decorreu em museus com a participação de atores, que propuseram uma outra abordagem dos objetos expostos através da performance. Contudo, esta dinamização do espaço museológico pressupunha claros e delineados objetivos educativos. Através da performance, pretendia-se aduzir eficazmente informação sobre o espólio do museu, de modo a que os visitantes dali saíssem com um conhecimento mais aprofundado e integrado do mesmo.

No mesmo volume, Paul Johnson (2011: 53) chama a atenção para o facto de o termo «performing heritage» ser suficientemente abrangente para abarcar muitos tipos de património e muitas modalidades de performance, que não se cingem à vertente pedagógica e educativa:

> The term 'performing heritage' can include an array of different types of heritage and a multiplicity of performances. It can take place in historic sites, appropriated

> or purpose built buildings such as galleries or museums, in archives or libraries, or it can be more elusive and hidden amongst communities, either real or virtual. The heritage component can be social, cultural, political, artistic, architectural, industrial, scientific, botanic or some combination of these. The interpretation of it through performance can be radical or reactionary, open or closed, educational or artistic, participatory or pedagogic. The performances can be first or third person, scripted or improvised, on a stage or site-specific, fixed or promenade, open or closed, solo or ensemble, unique or recurring, flamboyant or subdued, devised or written, central to the interpretative strategies or peripheral to them.

O mesmo autor também preconiza que se os espaços consagrados especificamente à conservação e apresentação do património conseguem modificar os objetos pela sua integração nesses mesmos espaços, o mesmo se aplica ao uso desses objetos numa performance, pois a performance logra recontextualizá-los, alterando a sua semântica. Esta ideia está subjacente a qualquer interação que proponhamos entre arquivo e performance, dado que a recontextualização de acontecimentos passados à luz do presente pode certamente convir um esboço de futuro, numa dinâmica que confunde um linear entendimento do tempo e da história.

Laurajane Smith (2011) apresenta e discute uma noção radical de património, segundo a qual o que comumente responde por essa designação só adquire realidade na medida em que é entendido enquanto performance cultural, no sentido em que são os usos próprios e distintos que nós consignamos a certos objetos que os fazem prevalecer enquanto património. Logo, o património não existe *per se*, mas apenas se instância de um determinado tipo de processo e ação cultural.

Em Borggreen e Gade (2013), a cada vez maior proximidade entre performance, arquivo e investigação é reconhecida e espelhada. Esta tendência resulta do facto de as categorias que os compõem não serem estanques, mas sim interdisciplinares e sob múltiplas influências: «Literally performing the archive here attests not only to a will to push the boundaries, but to a more fundamental understanding of the archive as a medium and an organism rather than a stable repositor» (Borggreen e Gade, 2013: 22). O arquivo perspetivado enquanto meio impulsionador da ação artística e cultural suscita uma reavaliação do próprio arquivo e dos objetos e singularidades que o constituem.

Segundo Roms (2013), é fácil reconhecer que os objetos que compõem o arquivo surgem investidos de um significado intelectual e afetivo, que emana diretamente do saber que, enquanto promessa, esses documentos oferecem. Esta conceção permite-me defender que o uso de objetos do arquivo numa performance é um ato com dimensão política, pois anula a fronteira entre o institucional e o pessoal, dissecando as possibilidades de interação do legado institucional com o universo pessoal da recriação artística. Assim, aquilo que supostamente é de todos, e delimita uma suposta identidade nacional, pode ser apropriado pelo indivíduo e redimensionado à imagem da sua idiossincrasia, ou seja, o objeto do arquivo não está a uso para rescrever uma história, mais ou menos exemplar, da identidade portuguesa, mas sim para participar numa ação à escala de um «eu» em relação. Esta permuta entre níveis de identidade retira unidade e homogeneidade ao arquivo e, ao invés, atribui-lhe um registo pessoal, próximo, tangível.

O projeto «Undercover» (2010/ 2013), da autoria do grupo dinamarquês Hotel Pro Forma, assumiu-se como instalação que ocupava a cave da Royal Library, em Copenhaga, em estreita ligação com o arquivo nacional dinamarquês. Esta instalação mediou entre o visitante e o arquivo, por exemplo, ao tornar visíveis espaços habitualmente ocultos do arquivo, conferindo-lhes, por extensão, o valor de património. Adicionalmente, o visitante era convocado a agir e interagir, em determinados momentos, com elementos expostos. Desta maneira, o visitante converte-se em performer, sendo que a própria sobrevivência e funcionalidade do arquivo, e da própria instalação, recaem sobre essa dimensão actancial.

Em jeito de síntese, gostaria de recuperar uma questão axial, colocada em Clarke (2013: 370):

> Why not re-perform art history, as well as rewriting it through art history? What about an embodied approach to historiography, experiential ways of understanding and remembering performance? How can we understand, intervene and get mixed up in art history by doing it physically, as well as researching and writing about it?

O autor reconhece a existência de novos horizontes para o conhecimento histórico, que pode não se restringir à investigação formal, e consequente urdimento de uma narrativa escrita, incorporando ainda formas de interação artística, que, simultaneamente, expandam a funcionalidade e a semântica do arquivo e nos possibilitem outro tipo de perspetiva sobre os objetos históricos.

2. O vínculo histórico de três performances

De seguida, revejo a informação histórica que, no essencial, enquadrou as três iniciativas, no âmbito de «performing the archive», que descreverei na secção seguinte. Trata-se de especificar os acontecimentos passados com os quais as performances realizadas queriam interferir, convocando-os para a problematização do presente e do futuro.

2.1 A tradição do escriba: técnica e métodos

Harold Love (1998) descreve com minúcia a tradição do escriba ou copista, centrando-se, todavia, no século XVII, e confinando-se geograficamente à Inglaterra. No entanto, o perfil, as técnicas e métodos descritos podem aplicar-se a uma visão mais geral sobre este grupo profissional.

A par com a crescente circulação de impressos, durante os séculos XVII e XVIII, a circulação de manuscritos foi sempre cultivada enquanto possível alternativa de publicação, ou seja, a existência de uma classe profissional especializada que se encarregava de fazer cópias assegurava que também era possível publicar por via manuscrita, ideia igualmente defendida em Lisboa (2005). Neste contexto, os manuscritos obedeciam a normas e preceitos estabelecidos de apresentação e disposição do texto pela página, e nada era deixado ao acaso. A dimensão da página e a respetiva esquadria eram meticulosamente pensadas em função da cópia encomendada.

Os textos a copiar eram, por princípio, aqueles em relação aos quais existia forte demanda e que, simultaneamente, não pressuponham forte concorrência da imprensa. Claro que o contínuo contexto de censura que vigorou em Portugal, desde a chegada da Inquisição, em 1536, até ao primeiro quartel do século XIX, mais concretamente até à Constituição de 1822, introduz modificações nestes pressupostos. Se pensarmos, para melhor nos situarmos, que a partir de 1768, com a instituição da Real Mesa Censória, todos as peças, assim como a restante literatura, para serem representadas ou impressas, tinham de ser apresentadas em versão manuscrita à censura para obter a indispensável licença, então é fácil antever o largo campo de ação, e progressão, que existiria para a profissão de copista por esta altura. A atividade de António José de Oliveira, copista resiliente de cerca de duzentos textos de teatro (http://purl.pt/index/geral/aut/PT/37851_P1.html), ao longo dos dezassete anos que medeiam entre 1780 e 1797, deve certamente ser vista à luz deste sistema.

A circulação de manuscritos era justificada e perpetuada por muitas práticas de leitura. Era habitual, e agora reporto-me, em particular, ao século XVIII, que antes de imprimirem as suas obras, os autores as dessem a ler a pessoas do seu círculo intelectual, ou da sua confiança, para obterem uma opinião crítica, um simulacro de receção pública. A título de exemplo, Manuel de Figueiredo, prolífico dramaturgo, em 1775, confiou a sua tradução da tragédia de Corneille, *Le Cid*, a Isidoro Soares de Ataíde, solicitando-lhe o favor da postura crítica e do juízo literário.

Já Alexandre António de Lima, dramaturgo e poeta, enviou a Pedro José da Silva Botelho, criado de D. José I, um libreto, com outro papel apenso, de diferente natureza, provavelmente em manuscrito, pois não é esperado que uma impressão junte dois textos de tipologia diversa, para lhe dar novidades do reino, uma vez que o destinatário se encontrava ausente da corte em Janeiro de 1755. O libreto, com o papel apenso, acompanhava uma carta do autor para o mesmo Pedro José, da qual existe treslado, numa coletânea manuscrita das obras de Alexandre António de Lima, pelo copista António Correia Viana, com data de 1780 (Biblioteca da Ajuda - Pasta 50 - I-13, nº 12, ff.171-194).

A par com estes exemplos, é do conhecimento geral sobre esta época que um número significativo de obras para ser impresso tinha de recolher os favores, pecuniários inclusive, de um patrono, alguém a quem socialmente

fosse reconhecida a relevância e o poder para encimar uma dedicatória. Ora, em busca de um patrono, o autor era prescrito a enviar uma cópia da sua obra para apreciação do, até aí, candidato a patrono. Esperando agradar, o autor subscrevia-se atenciosamente e colocava-se sob os auspícios da magnanimidade.
A própria proliferação de academias literárias, a Academia dos Aplicados (1722) e a Academia dos Ocultos (1745), a que Alexandre António de Lima, alegadamente terá pertencido (Barbosa Machado, 1741), e a Arcádia Lusitana (1757-1774), etc., teriam dependido largamente da troca de cópias manuscritas entre autores, como condição *sine qua non*, para perseguir a desejada discussão literária e estética. Necessariamente, este forte clima de circulação de ideias também correspondia a uma acesa troca de manuscritos de natureza diversa, os quais eram alvo de tantas outras leituras. Importa ainda mencionar que os teatros também encomendavam regularmente cópias das peças na íntegra ou apenas das partes, que continham, em separado, o conjunto de falas relativo a cada personagem interveniente no espetáculo. Daqui se infere que a indústria teatral setecentista também se alicerçava nesta prática de circulação de manuscritos.
Quanto à mão profissional que o copista deveria idealmente ostentar, Love (1998) especifica que nesta não participa propriamente o virtuosismo, que, por exemplo, hoje em dia, associamos a uma caligrafia exemplar, mas antes uma letra, a um tempo, legível e regular. Além disso, o copista tinha por obrigação considerar os fins a que a cópia se destinava e a tipologia de texto em questão, ou seja, em termos de distribuição do texto pela página, não era o mesmo estar a copiar um discurso sobre um tema específico ou um texto de teatro, com a sua divisão em atos e cenas, e as correspondentes indicações cénicas, de diferentes tipos. Como máxima geral, independentemente do grau de competência e virtuosismo do copista, ele deveria ser mero facilitador, o mais impercetível e discreto possível, entre leitor e obra, cultivando um registo intencionalmente impessoal.
As cópias de António José de Oliveira filiam-se nesta tradição (Fig. 1), revelando uma caligrafia legível e regular, com a folha de rosto a evidenciar uma esquadria distinta, uma uniforme distribuição do texto pela página ao longo de todo o manuscrito e, no geral, com poucas ou nenhumas emendas, sendo que, por regra, o copista rubricava o manuscrito no final.

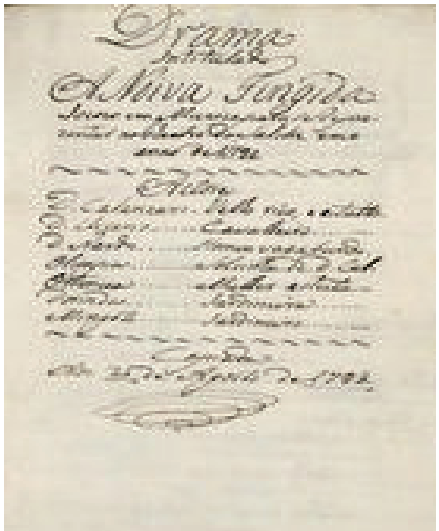

Figura 1: Manuscrito do Drama intitulado *A Noiva Fingida*, cópia de António José de Oliveira, 1793. Biblioteca Nacional de Portugal, COD. 1396//6.

Os conhecimentos técnicos a que um copista estava obrigado eram numerosos e compreendiam desde a preparação da tinta até à feitura dos cadernos que iriam compor o manuscrito:

> The 'Writing School' taught spelling, arithmetic, the elements of accounting and in some cases shorthand; however, the main emphasis was on training in the costumary business hands, and its head was normally an acknowledged writing master. At all levels beyond the elementary, instruction would also cover such matters as the cutting

> of pens, the mixing of ink, the folding of paper into quires, the ruling of margins, the ensuring of equal lineation, the casting-off of copy, and the correct placing of catchwords and page numbers. (Love, 1998: 93-94)

Esta excelência técnica era a base da perseverança de um copista na sua profissão, que inclusive implicava a escolha da luz certa sob a qual proceder à cópia. Era um mundo com regras e ditames próprios, mas que obedecia, como hoje, à implacável lei da oferta e da procura. Sabe-se, adicionalmente, que as cópias manuscritas não eram produtos baratos, com o preço médio da cópia a situar-se nos dois mil réis (S.A.,1761-1766).
Desta resenha histórica, infere-se que o manuscrito preserva códigos de representação do corpo: em primeira instância, o corpo do próprio copista, ajustado à necessidade da produção técnica da cópia; em segunda instância, o corpo social que reclamava a vasta disseminação de manuscritos para inscrever diferentes práticas culturais e económicas. No caso particular dos manuscritos de teatro, há ainda a considerar o corpo das personagens que articula a cena teatral.

2.2 A coleção teatral de António José de Oliveira (1780-1797)

Do vasto panorama teatral do século XVIII, emerge a figura de António José de Oliveira, copista de aproximadamente duzentos textos de teatro, entre 1780 e 1797 (considerando apenas os textos datados), conservados em 34 volumes, com cerca de 5 a 6 textos cada um, na Biblioteca Nacional de Portugal.
A maioria dos textos desta coleção, que terá dado entrada na Biblioteca Nacional entre 1836 e 1910, considerando o selo aposto nos códices, é traduções/ adaptações, a que se associam autores espanhóis, franceses e italianos, ressalvando-se um inglês e um suíço: Alvaro Cubillo de Aragón, Apostolo Zeno, Carlo Goldoni, Diderot, Edward Young, Filippo Livigni, Giovanni Guarini, Jean-Baptiste Rousseau, Jean Racine, Molière, Pedro Calderón de la Barca, Pietro Metastasio, Salomon Gessner, Voltaire, entre outros. Quanto a autores/ tradutores portugueses, a resenha é mais breve e compreende nomes como Alexandre António de Lima, António Ferreira, António José de Paula, António José da Silva, Domingos dos Reis Quita, Francisco José Freire, Jerónima Luísa da Silveira e Teresa de Mello Breyner.
Os géneros que a compõem são igualmente numerosos, formando um eclético conjunto, e abrangem desde o pastoral e o histórico, passando pela ópera, comédia, drama, burleta, tragédia até à farsa e tragicomédia, aos quais surgem associados, como espaços de espetáculo, o Teatro do Bairro Alto, o Teatro da Rua dos Condes, o Teatro de S. Carlos, etc.

3. Performance Manuscrita

De seguida, à guisa de contributo para o arquivo, documento três performances, duas ao vivo e uma em vídeo, ocorridas em espaços bastante diferentes entre si. Nelas, queria expor o vínculo histórico que norteia a minha investigação de pós-doutoramento, ecoando a relevância, em termos quotidianos, dos manuscritos na minha vida, e testemunhando como, para mim, os manuscritos já não circunscrevem apenas um saber específico, mas antes se instituem como modo de vida, em analogia ao que prevalecia no século XVIII. A problemática do tempo, do significado alargado que determinados objetos podem alcançar na nossa vida, mas, por contraste, não na sociedade em geral, esta vontade de reconfigurar culturalmente os manuscritos do meu estudo, instigaram-me a atuar em sentidos diferentes, embora em planos convergentes.

3.1 Manuscritos ou A exaltação do corpo

A 20 de Dezembro de 2013, apresentei, na Galeria da Boavista, em Lisboa, no âmbito da iniciativa *Demimonde*, juntamente com outra intérprete, Eunice da Silva, do grupo cultural Freya, uma performance que consistia na tentativa de gerir a funcionalidade da minha ligação a manuscritos de teatro do século XVIII para comunicar com o Outro. Eu e os vários manuscritos, presos e unidos por fio de pesca, constituíamos, por assim dizer, uma identidade, e, depois, para além de nós e da nossa relação diária, existia o Outro.
Eu queria dar a conhecer, revelar, fazer percetível uma parte significativa do meu dia-a-dia: eu, que passava

horas quotidianamente a ler manuscritos, a tentar decifrar com a maior minúcia possível a letra do copista, a tentar articular com eficácia a disposição dos apartes, a cotejar os manuscritos a par com fontes impressas, sentada, debruçada, a uma distância conveniente, as pernas mais distendidas ou mais encolhidas, a cabeça ligeiramente inclinada ora para um lado ora para o outro… Como converter essa experiência numa fonte de comunicação e entendimento com o Outro? Como fazer uso da vivência acumulada para falar de mim a alguém que não está perto, mas de quem se deseja a aproximação? Talvez ler os manuscritos, na melhor e mais clara voz possível, não fosse o suficiente; encetar uma narrativa biográfica, no registo de «eu, ontem», e, depois, «eu, hoje» e, mais adiante, «eu, amanhã» talvez também não soasse a nada que merecesse ser conhecido… O que fiz foi propor/ sugerir/ sugestionar o contacto direto do Outro com os manuscritos do meu labor e minúcia; criar contextos de interação, através do corpo, entre o Outro e os manuscritos. Eu assegurava a mediação, cobrindo parte dos manuscritos com o meu tronco, como se houvesse, simultaneamente, qualquer coisa a esconder e a revelar; escondendo-me eu mesma entre os manuscritos e a parede (Figura 2); puxando pelo fio dos manuscritos e esperando o contrapeso que talvez viesse do lado oposto; tendo a iniciativa de fazer uma construção com cadeiras e manuscritos, e transformando-os, no fim, em último reduto, entre o domínio da ação com e pelos manuscritos, a narrativa de um encontro mediado por esses objetos históricos, e a reclusão a que nos conduzem enquanto modo de vida. A outra intérprete seguia-me de perto, tentava interpretar o sentido de cada uma das minhas ações para reagir, mostrando estar a par, atenta e imersa naquela relação com e pelos manuscritos. De um lado, o vislumbre da possibilidade de conformar os manuscritos a práticas comunicativas do século XXI, e do outro uma esfera de silêncio e penumbra.

Fig. 2: Na Galeria da Boavista, *Demimonde*, a 20 de Dezembro de 2013. Fotografia do Grupo Freya.

3.2 O que fazer quando tudo é manuscrito e digital?

Manuscritos digitais? Como é que o corpo reage ao estímulo digital, concretamente a manuscritos de teatro do século XVIII, manipulados digitalmente, adquirindo formas e disposições variáveis? O arquivo é, desta forma, reconfigurado tecnologicamente, integrando-se no registo vídeo de uma performance, que foi concebida de raiz para esse contexto de media-arte (Osthoff, 2009), realizada no estúdio da Fundação para a Computação Científica Nacional, a 18 de Abril de 2014.

Permitia-me, então, questionar a premissa de que a digitalização, o compósito universo de objetos digitais, propicia a descorporalização, a regressão do corpo a um estado de anulação. Foi como reação a esta quase evidência, que eu procurei diferentes respostas no corpo, e pelo corpo, para expandir e prolongar os estímulos digitais, neste caso, os manuscritos, para além da sua imaterialidade. Procurei trazê-los à superfície de uma

outra sensibilidade, assente na forma, no tato, na expansão do corpo, na interposição dos seus limites, e na dinâmica de chegada de novos estímulos, em ritmo regular.
A sucessão de formas digitais manuscritas (Figura 3), estelares, invertidas, em profusa contiguidade, etc., deu origem a uma coreografia em cadência, no âmbito da qual o movimento se processava em resposta à chegada de um novo estímulo digital, o que derivou em pequenos momentos de rutura na transição entre estímulos. Os movimentos encetados procuravam sublinhar as diferentes realidades manuscritas que se iam interpondo, espelhando, e nunca atenuando, a dificuldade que estimula a interação com o digital através do corpo: persevera-se, pelo corpo, na aceitação do repto de um mundo visual e iconográfico, que nos incita a outra maneira de percecionar, de nos percecionarmos.
Escolhi para este solo um fato preto de corpo inteiro, mas com mangas desmesuradamente compridas e rebuçadas a vermelho. Queria assemelhar-me a uma silhueta negra, ainda que integrando uma miríade de cor, contra a paisagem pardacenta, embora vivaz, dos manuscritos digitais, de modo a que o movimento resultasse destacado e enfatizado. O meu aspeto predizia uma origem indeterminada, entre o mundo dos jogos-vídeo, ou da arte circense, e o da contida excentricidade pós-moderna.

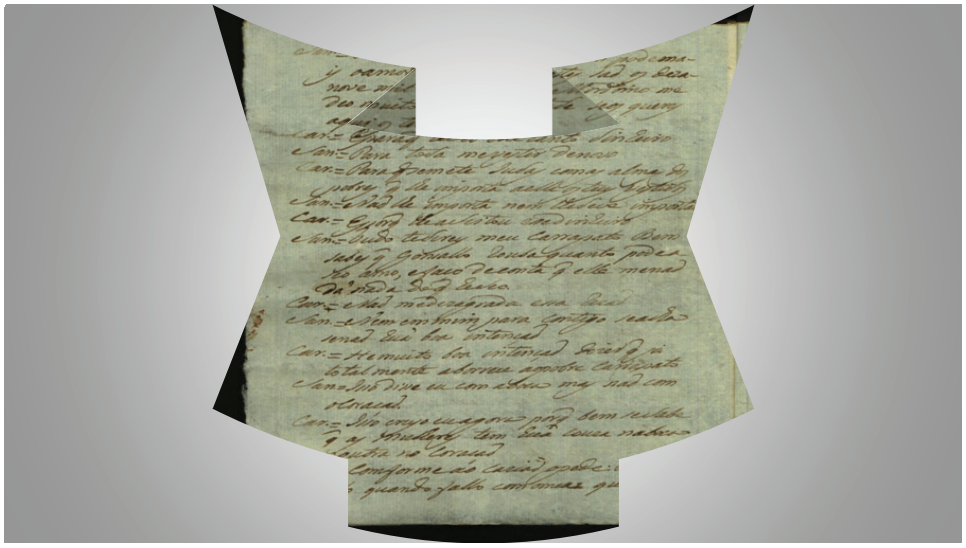

Fig. 3: Uma das formas manuscritas que integram a performance-vídeo, de Abril de 2014. Fundação para a Computação Científica Nacional.

3.3 *A ninfa Siringa ou Os amores de Pan e Siringa* (1741)

A última performance decorreu a 8 de Outubro de 2014, na Biblioteca Nacional de Portugal, enquadrada na mostra «Do manuscrito ao espetáculo: a coleção de António José de Oliveira», patente de 1de Outubro até 31 de Dezembro de 2014. O que propus aos atores do grupo Freya, Sérgio das Neves e Eunice da Silva, foi a apresentação de um fragmento de cada ato da ópera *A ninfa Siringa ou Os amores de Pan e Siringa*, um original de Alexandre António de Lima, publicada pela primeira vez em 1760, embora apresentada anteriormente, em 1741, no Teatro do Bairro Alto, por altura do Carnaval.
Um pressuposto importante e fundamental era o de que a mostra deveria funcionar e ser articulada enquanto cenário e espaço cénico, no qual toda a ação se desenrolaria. A mostra/ cenário era, então, composta por seis vitrinas, nas quais estava exposta uma seleção dos manuscritos de teatro, copiados por António José de Oliveira, e um placard com um cartaz a anunciar a mesma.
Os fragmentos da peça foram escolhidos por mim, mas obtiveram a anuência e entusiasmo dos intérpretes, que os descreveram como «cómicos e engraçados». A apresentação durou aproximadamente dez minutos e nela intervinham as personagens principais da peça de Alexandre António de Lima, a saber: Pan, Siringa, Coscorão e Golosina. O Sérgio desempenhou os papéis de Pan e Golosina e a Eunice os de Siringa e Coscorão. Os

primeiros, Siringa e Pan, são os amos, os senhores, enquanto os segundos, Coscorão e Golosina, são os criados, que prestam serviço doméstico e toda a espécie de assistência.
A mitologia desempenha o seu papel na intriga, uma vez que o episódio dos amores de Pan e Siringa é daí retirado. Pan está apaixonado por Siringa, que insiste em desprezá-lo, não lhe restando, então, outro remédio senão discorrer longamente sobre a sua infelicidade com Coscorão, que, por sua vez, faz pouco dele e da sua leviandade, assumindo uma atitude arrojada de contraposição de tom e vontade face ao senhor. Já Golosina espelha o comportamento da sua senhora, Siringa, ignorando também Coscorão, que igualmente protagoniza intentos e iniciativas amorosas, toscas, atabalhoadas e nada sérias, em relação a ela. A linguagem da peça é repleta de ambiguidades arrojadas, concentradas, sobretudo, no desempenho dos servidores, Coscorão e Golosina, confrontando a divisão de classes e introduzindo uma dimensão sexual e erótica.
A apresentação levada a cabo foi, simultaneamente, provocadora e histórica, porque se apropriou dessa ambiguidade, acrescentando-lhe um vigor físico que este teatro não teria na origem, por se tratar de teatro de sombras com bonifrates (Ameno, 1759). Penso, contudo, que a mesma ambiguidade poderia ter sido alvo de uma interpretação ainda mais eficaz e intencional, e esse constitui um filão de trabalho futuro. Quanto à vertente física da performance, esta estabeleceu um contraste interessante com o espaço confinado da mostra, com as vitrinas relativamente próximas umas das outras, prefigurando caminhos, veredas, que podiam ser explorados quer para o encontro quer para o desencontro das personagens (Figura 4): Pan procurou Siringa, Coscorão encontrou-o, mas depois Coscorão fugiu; Siringa chegou a ser encontrada, mas, depois, para evitar o reencontro, transformou-se em junco, e nunca mais foi vista, apenas ouvida; mas afinal era só mais uma vez Coscorão a esconder-se de Pan…
A artificialidade de meios da ópera cómica da primeira metade do século XVIII ficou igualmente expressa na caracterização dos intérpretes, cuja maquilhagem exagerada fazia lembrar bonecos, embora não de cortiça e animados por arame como os originais, isto apesar da indumentária negra, também em alusão às sombras do teatro do Bairro Alto e da Mouraria nas décadas de 30 e 40. Houve inclusive momentos cantados, numa referência clara às árias que intervalavam a contracena falada nesse género teatral.

Fig. 4: Na Biblioteca Nacional de Portugal, *A ninfa Siringa ou Os amores de Pan e Siringa*, a 8 de Outubro de 2014. Fotografia de Isabel Pinto.

Estes três momentos, no todo, pretendem refletir uma forma experimental de rescrever a história do teatro, como Kobialka (2002) e Clarke (2013) o preconizaram, tentando mitigar as lacunas silenciosas dos documentos ao convertê-los em objetos artísticos atuais, participantes em composições visuais, que alicerçam a mobilidade e dinamismo do arquivo; também testámos a perdurabilidade da influência da performance para além da sua realização material (Schneider, 2001; Freshwater, 2002), recorrendo a objetos históricos, dos quais se pede que desejavelmente se sobreponham aos limites temporais. São dois níveis de memória que, assim, estão em jogo: o da memória da performance, e sua transmissão, e o que provém dos objetos por ela apropriados.
No impulso de verificar as implicações práticas da conceção da performance enquanto arquivo de tipo diferente,

conforme sugerido por Schneider (2001), apenas posso atestar que os movimentos repetidos nas primeiras duas performances fazem parte do meu repertório coreográfico, sendo que não os consigo separar do mundo ocidental em que me encontro inserida. Quanto à última performance, a sua recuperação atual de práticas do teatro setecentista permanecerá enquanto a memória da performance se mantiver viva e em franca transmissão. A carga intelectual e afetiva, própria dos objetos do arquivo, de que nos falava Roms (2013), foi estímulo para a ação, para o movimento, para a relação com o Outro. O arquivo adquiriu, então, uma dimensão pessoal, dinamizou-se, evadiu-se do espaço institucional, para permear outro nível de realidade, onde dá lugar à narrativa singular, embora investida de ecos de outras histórias passadas. A permeabilidade do tempo é um resultado direto da interação entre performance e arquivo. De acordo com Smith (2011), estamos a prolongar o processo de reinvenção do património, escolhendo lembrar os manuscritos de António José de Oliveira, vestígios da arte intrépida de um tecnicista, e o ecletismo insubordinado do teatro setecentista.

4. Conclusão

Neste artigo problematizei a relação, sempre questionável, entre arquivo e performance, revendo conceitos fundadores, como o dinamismo do arquivo, a temporalidade da performance, e a desejável 'desunião' do arquivo, e perspetivando, sinteticamente, a tensão vital entre arquivo e performance em termos de «o confronto do corpo vivo e animado contra o despojo lacunar do arquivo, embora ele mesmo evidência da perseverança do corpo». Além disso, tive oportunidade de me filiar numa abordagem mais alargada do conhecimento histórico, a qual reitera a importância da performance quer como método quer como meio de disseminação.

Porque este artigo tem como base um arquivo de teatro, era fundamental tecer algum tipo de narrativa, ainda que necessariamente sintética, em redor do mesmo, apresentando informação histórica relevante, centrada na tradição do escriba e na própria coleção manuscrita que é objeto da minha investigação. Esta informação, coligida ao longo de anos de contacto com o arquivo, foi o impulso para a performance, que a convoca e interpela.

Por fim, documentei três instâncias da relação prática, material e visual, entre arquivo e performance, que articulam o uso da performance para expandir a semântica de uma coleção teatral, e do manuscrito, em particular, em suma, três tentativas para veicular o mote de que os manuscritos e a investigação histórica podem ser integrados numa narrativa pessoal sobre um 'eu' que ocupa os dias a ler textos que mais ninguém lê, ou seja, a ideia insistente, levada às últimas consequências, de que, pela «performance manuscrita», era possível sair dessa reclusão, dessa exclusividade indesejada.

5. Bibliografia

AMENO, F. L. (ed.) (1759), *Teatro Cómico Português ou Colecção das Óperas Portuguesas*, Vol. I, Lisboa: oficina patriarcal de Francisco Luís Ameno, pp. v-vii.

ASTON, E. (2002), "Feminist Performance as Archive: Bobby Baker's 'Daily Life' and *Box Story*". *Performance Research*, 7 (4), pp. 78-85.

MACHADO, D. B. (1741), *Biblioteca Lusitana, histórica, crítica e cronológica*, Vol. I, Lisboa Ocidental: na oficina de António Isidoro da Fonseca, p. 93.

BORGGREEN, G., and R. Gade (2013), "Introduction: The Archive in Performance Studies". In G. Borggreen and R. Gade (eds.), *Performing Archives/Archives of Performance*, Copenhagen: Museum Tusculanum Press, pp. 9-34.

CLARKE, P. (2013), "Performing the Archive: The Future of the Past". In G. Borggreen and R. Gade (eds.), *Performing Archives/Archives of Performance*, Copenhagen: Museum Tusculanum Press, pp. 363-385.

S.A. (1761-1766), *Contas do Princípio do Teatro da Casa da Ópera do Bairro Alto* (manuscrito), BNP, COD. 7178, f. 140v.

DERRIDA, J. (1995), *Mal d'Archive, une impression freudienne*, Paris: Éditions Galilée.

FICKERS, A. (2012), "Towards a New Digital Historicism? Doing History in the Age of Abundance". *Journal of European History and Culture*, 1 (1), pp. 19-26.

FIGUEIREDO, M. de (1806), *Teatro de Manuel de Figueiredo*, tomo XII, Lisboa: na Impressão Régia, pp. 557-595.

FRESHWATER, H. (2002), "Anti-theatrical Prejudice and the Persistence of Performance: The Lord Chamberlain's Plays and Correspondence Archive". *Performance Research*, 7 (4), pp. 50-58.

JOHNSON, P. (2011). "'The Space of "Museum Theatre': A Framework for Performing Heritage". In Anthony Jackson and Jenny Kidd (eds.), *Performing Heritage: Research, Practice and Innovation in Museum Theatre and Live Interpretation*, Manchester and New York: Manchester University Press, pp. 53-66.

LIMA, A. A. de (1760), "A ninfa Siringa ou Os amores de Pan e Siringa". In F. L. Ameno (ed.), *Teatro Cómico Português ou Colecção das Óperas Portuguesas*, Vol. III, Lisboa, na oficina de Francisco Luís Ameno, pp. 86-187.

_____ (1780), *Rasgos Métricos e Prosaicos* (manuscrito), cópia de António Correia Viana, Biblioteca da Ajuda - Pasta 50 - I-13, nº 12, ff.171-194.

LISBOA, J. L. (2005), "Tanta virtude... em papéis correndo. (Persistência e poder do manuscrito no Antigo Regime)". In Márcia Abreu e Nelson Schapochnik (orgs.), *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas, II Congresso de História do livro e da leitura*, Campinas: Mercado das Letras, pp. 246-258.

LOVE, H. (1998), *The Culture and Commerce of Texts: Scribal Publication in Seventeenth-Century England*, Amherst: University of Massachusetts Press.

KOBIALKA, M. (2002), "Historical Archives, Events and Facts: History Writing as Fragmentary Performance". *Performance Research*, 7 (4), pp. 3-11.

KUHLMANN, A. (2013), "Undercover' by Hotel Pro Forma, Performing the National Archive: Staging Cultural Heritage at the Royal Library in Copenhagen". In G. Borggreen and R. Gade, *Performing Archives/ Archives of Performance*, Copenhagen: Museum Tusculanum Press, pp. 292-309.

OSTHOFF, S. (2009), *Performing the Archive: The Transformation of the Archive in Contemporary Art from Repository of Documents to Art Medium*, New York, U.S.A. and Dresden, Germany: Atropos Press.

ROMS, H. (2013), "Archiving Legacies: Who Cares for Performance Remains?". In G. Borggreen and R. Gade (eds.), *Performing Archives/Archives of Performance*, Copenhagen: Museum Tusculanum Press, pp. 35-52.

SCHNEIDER, R. (2001), "Performance Remains". *Performance Research*, 6 (2), pp. 100-108.

SMITH, L. (2011), "The 'doing' of heritage: heritage as performance". In A. Jackson and J. Kidd (eds.), *Performing Heritage: Research, Practice and Innovation in Museum Theatre and Live Interpretation*, Manchester and New York: Manchester University Press, pp. 69-81.

Perspectivas Interdisciplinares Na Formação Artístico-Cultural

Adalberto Silva Santos[1]

Resumo: O texto apresentado discute como o processo de integração da Universidade Federal da Bahia ao Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) acolhe perspectivas interdisciplinares na formação de graduação. A criação dos mecanismos necessários para a estruturação de bases interdisciplinares permitiu surgimento de experiências de ensino-aprendizagem que habilitam intérpretes memórias. A partir de pequeno relato sobre os mecanismos que nortearam esse processo de reestruturação, o artigo apresenta como a integração de conteúdos interdisciplinares na formação artístico-cultural, vinculados a programa de pós-graduação, centro de pesquisa e área de concentração, tenta promover formação inclusiva que alia perspectiva interdisciplinar ao compromisso com atores sociais concretos.

Palavras-chave: universidade, interdisciplinaridade, formação, performance.

I - Introdução

As universidades públicas brasileiras foram criadas tendo como base o modelo de racionalidade que marca o pensamento moderno. Tal modelo tem como pressuposto a redução das complexidades e, assim como na matemática, estruturas complexas devem ser reduzidas a sua forma mais simples para serem equacionadas. Como pensa Max Weber (1999), o desenvolvimento existente nas sociedades modernas levou à prevalência de forma de racionalidade que se define pela relação meio-fins, ou seja, pela organização de meios adequados para atingir determinados fins.

Com a consolidação desse modelo, setores da vida social (artes, ciências) ficaram submetidos a critérios técnicos de decisão racional e questões sociais que não podiam ser resolvidas na perspectiva da relação meio-fins, e que fugiam do âmbito das questões relativas à economia e à eficácia dos meios passaram a ocupar posições de menor prestígio na escala social. Outra característica desse modelo de racionalidade é a extrema especialização, baseada na ideia de campos disciplinares autônomos.

Esse modelo se mostrou eficiente ao tratar vários aspectos da vida, mas vem mostrando sinais de fragilidade, levando vários pensadores a reclamarem outros modelos de racionalidades pautados no diálogo entre razões e disciplinas. Se por um lado, as fronteiras entre os campos disciplinares, aos pouco, foram se mostrando porosas; por outro lado, as sociedades contemporâneas são marcadas pelos signos das multiplicidade/diversidade, multiplicidades de atores reclamam diversidade de formas de agir e pensar o/no mundo, pois a percepção da diversidade pressupõe o reconhecimento de diversas formas de organização do saber e da vida.

O mundo esquadrinhado e reduzido a sua forma simples já não responde aos anseios de sociedades e seres complexos que precisam ser entendidos nas suas complexidades. Instaurar o pensamento complexo, sem, no entanto, esquecer que determinados aspectos da vida são simples, requer novos procedimentos metodológicos que possam, como pensa Edgar Morin (2002), reunir aquilo que se separou e, sobretudo, buscar novos caminhos para encontrar o novo naquilo que cotidianamente se faz.

A partir do final do século passado, inicia-se em alguns centros acadêmicos vinculados, sobretudo, aos estudos da Pedagogia, preocupação com a extrema atomização do conhecimento existente nos currículos escolares. Tal atomização redunda na produção de alunado que detém visão fragmentada do real, desvinculada do contexto histórico e distanciada da realidade. Como saída dessa problemática aponta-se a interdisciplinaridade como

1 Professor Adjunto do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia-UFBA
adalberto832@gmail.com

possibilidade de superação da fragmentação do conhecimento, tanto nos currículos escolares como na produção de conhecimento.
Mas se por um lado, o pensamento interdisciplinar tem avançado do ponto de vista conceitual, por outro lado, as proposições apresentadas como alternativas para maior integração dos conteúdos educativos têm demonstrado a necessidade de fundamentos teórico-práticos que deem suporte à ação interdisciplinar e, ao mesmo tempo, forneça categorias para a análise e a avaliação.

II - Reordenamento do ensino universitário brasileiro

Muitas têm sido as ações desenvolvidas visando reinscrever as funções das universidades públicas brasileiras nos contextos que marcam a sociedade atual. Nesse sentido, o projeto político de gestão da Universidade Federal da Bahia-UFBA nos últimos anos, ao mesmo tempo em que, impulsionado por determinações federais, fortaleceu a formação interdisciplinar, reflete preocupação com os principais problemas que afetam as realidades que circunscrevem o seu raio de ação, sem esquecer os determinantes, regionais, nacionais e globais, na certeza de que a produção de conhecimentos é fator importante para o processo de desenvolvimento.
O ensino interdisciplinar ganha forma na UFBA, primeiramente, em projetos e programas de pesquisa e/ou extensão, para alcançar no início da última década a pós-graduação e no final da mesma década atingir as atividades de ensino de graduação. Ao longo dos últimos anos, a Universidade empreendeu esforços que permitiram, ao lado do desenvolvimento e fortalecimento de áreas disciplinares, desenvolver projeto de formação interdisciplinar em graduação,
Com a adesão da UFBA ao Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a busca por acolher novas necessidades interdisciplinares tornou-se ainda mais oportunas. Instituído pelo Decreto Federal de nº 6.096, de 24 de abril de 2007 e integrando o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Reuni foi criado para que o Governo Federal pudesse promover o crescimento do ensino superior público. Por meio de diversas ações, inclusive com a transferência de recursos financeiros para as universidades que aderiram ao Programa, criaram-se as condições para se levar a cabo projeto de expansão física, acadêmica e pedagógica.
Os efeitos da iniciativa ainda necessitam de tempo e maiores estudos para serem expresso, mas, de todo modo, as contratações de professores e técnicos, bem como a reforma e ampliação de infraestrutura vem permitindo o aumento de vagas nos cursos de graduação, a oferta de cursos noturnos e a promoção de inovações pedagógicas que permitiram a instalação do primeiro curso de graduação interdisciplinar.
Por outro lado, a emergência da política de cota, reservando vagas para estudantes egressos das escolas públicas e nessas para estudantes que se definem com afrodescendentes ou indígenas, permitiu ao ensino superior público incorporar em seus quadros discentes provenientes de estratos sociais que, historicamente, foram excluídos do ensino superior público.
A implantação, em 2009, do Instituto de Humanidade, Artes e Ciências Professor Milton Santos – IHAC, no âmbito da Universidade Federal da Bahia, em certa medida, veio no sentido de acomodar tanto a necessidade de ampliação ditada pelo Governo Federal para integração ao Reuni, como também, serviu para acomodar os anseios por fortalecimento de perspectiva formadora interdisciplinar. Apesar dos poucos anos, o IHAC tem se notabilizado por proposta inclusiva, agregando em seus cursos cerca de 1300 estudantes por ano, provenientes dos mais variados estratos da sociedade, para tanto tem intensificado estudos e proposta que integram pesquisa/ensino/extensão para dar forma a um projeto inclusivo responsável.
Os estudantes, ao ingressarem na IHAC, escolhem um dos quatro bacharelados interdisciplinares - BI, a saber, Bacharelado Interdisciplinar em Artes, Bacharelado Interdisciplinar e Humanidades, Bacharelado Interdisciplinar em Saúde ou Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia. Os cursos têm duração mínima de três anos e ao final os concluintes obtém título de Bacharel Interdisciplinar em uma das áreas escolhidas.
A estrutura curricular é dividida em etapas. Na Etapa de formação geral, os estudantes participam de um elenco mínimo de 15 conteúdos, divididos em 03 (três) semestres, visando, além de introduzi-los em temas específicos

da sua área de escolha, articular a transmissão de saberes, seja pela existência de conteúdos comuns a todos os bacharelados, seja pela obrigatoriedade de trânsito de saberes e de estudantes. Na Etapa de Formação Específica é dada aos estudantes a possibilidade de permanecer na Grande Área de sua escolha ou buscar aproximação com campos profissionais. No primeiro caso, a estrutura curricular é flexível e aberta, proporcionando ao estudante formação generalista no campo do respectivo BI. No segundo, a estrutura curricular é organizada de forma a permitir aos estudantes o ingresso em uma Área de Concentração formação profissional de caráter interdisciplinar As Áreas de Concentração possuem estrutura curricular específica e diferenciada, são ofertadas pelas demais unidades da UFBA ou mesmo pelo IHAC. Também nessa etapa os estudantes têm que cumprir, minimamente, 15 conteúdos, distribuídos em 03 (três) semestres.

Para efeito desse artigo, merece destaque a área de Concentração em Políticas e Gestão da Cultura, modalidade que integrada ao conjunto de práticas pedagógicas devidamente sintonizadas com a vocação interdisciplinar dos BI's, visando dotar os estudantes do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e do Bacharelado Interdisciplinar em Artes de habilidades e competências teóricas aplicadas ao campo da cultura.

Quadro I - Estrutura curricular da Área de Concentração em Políticas e Gestão da Cultura

BI de Humanidades					
Área de formação			Área de concentração		
1º semestre	2º semestre	3º semestre	4º semestre	5º semestre	6º semestre
Estudos sobre a Contemporaneidade I	Estudos sobre a Contemporaneidade II	Cultura Científica	Teorias da Cultura	Cultura e desenvolvimento	Optativa da área de concentração
Optativa do BI de Humanidades	Optativa do BI de Humanidades	Optativa do BI de Humanidades	Políticas Públicas	Gestão de organizações culturais	Optativa da àrea de concentração
Língua Portuguesa, Poder e Diversidade	Leitura e produção de textos em língua portuguesa	Optativa de Humanidades	Organizações e sociedade	Oficina de texto em Humanidades	Políticas culturais
Estudos das Humanidades	Optativa de Humanidades	Optativa de Humanidades	Optativa da àrea de concentração	Optativa da àrea de concentração	Optativa da àrea de concentração
Cultura Artística	Cultura Científica	Cultura artística	Livre	Livre	Livre

BI de Artes					
Área de formação			Área de concentração		
1º semestre	2º semestre	3º semestre	4º semestre	5º semestre	6º semestre
Estudos sobre a Contemporaneidade I	Estudos sobre a Contemporaneidade II	Ação e mediaçã através das artes	Teorias da Cultura	Cultura e desenvolvimento	Optativa da área de concentração
Políticas Culturais	Cultura humanística	Cultura humanística	Políticas Públicas	Gestão de organizações culturais	Optativa da àrea de concentração
Língua Portuguesa, Poder e Diversidade	Leitura e produção de textos em língua portuguesa	Optativa de artes	Organizações e sociedade	Produção e difusão do conhecimento em artes	Optativa da àrea de concentração
Ação artística I	Ação artística I	Optativa de artes	Optativa da àrea de concentração	Optativa da àrea de concentração	Optativa da àrea de concentração
Cultura científica	Optativa de artes	Cultura científica	Livre	Livre	Livre

Outra importante característica da estrutura do IHAC é a articulação de atividades de pesquisa integradas ao ensino de graduação e pós-graduação, e da organização em Centros Interdisciplinares de Pesquisa e Extensão. Entre esses últimos merece destaque, para efeito desse artigo, o Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura-CULT. Fundado em 2003, CULT foi transferido para o Instituto de Humanidades, Artes e Ciência Professor Milton Santos e reúne pesquisadores, professores e estudantes da área da cultura.
As atividades de pesquisa no IHAC também estão, estrutural e academicamente, associadas ao ensino de pós-graduação, através de três programas de pós-graduação: O Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (mestrado e doutorado), O Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Estudos sobre a Universidade (mestrado) e o recém-criado Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (mestrado).

III - Articulação interdisciplinar em cultura/arte

As possibilidades advindas da integração de graduação, pós-graduação e de centro de pesquisa interdisciplinares – articulados em torno do tema da cultura através da área concentração em Políticas e Gestão da Cultura, do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura e do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – vão permitir que deslizamentos de conteúdos outrora ancorados em bases disciplinares proponham encontros novos que reconfiguram os campos de pesquisa/ensino em cultura.
Por outro lado, a cena cultural contemporânea tem permitido que diferentes configurações artístico-culturais reclamem novas configurações teóricas. Mas, sobretudo, impõe àqueles que tomaram a si a tarefa de ensinar arte, desenvolver configurações metodológicas que possam alimentar os novos contextos artístico-culturais. Como entender as performances, sejam elas performances culturais ou artísticas, que incendiam a cena cultural de inúmeras cidades? Como entender as diferentes configurações do corpo, quando atravessado por imagens e

por circuitos efêmeros que implodem o hiato entre o criador e a criatura, desnudando aos olhos dos espectadores o ato criativo e seu processo criador?

Figura I - Espetáculo de rua - Aguascaliente/México - 2013

Foto: Adalberto Santos[2]

Figuras II e III - Nego Fugido – Acupe/Brasil - 2014

Foto: Adalberto Santos

2 Todas as fotos desse artigo fazem parte do acervo de imagens do projeto "Intérpretes de Memórias", coordenado pelo autor.

Figura IV - Caretas de Saubara/Brasil -2014

Foto = Jamilson Souza

Figura V - Caretas de Acupe/Brasil – 2014

Foto = Jamilson Souza

Não seria equivocado afirmar que a criação e a criatividade gozam de prestígio na sociedade contemporânea, pois a capacidade de inovação e a incitação ao novo ou renovado se constituem em aspectos centrais de seu desenvolvimento. A percepção de que a necessidade de inovação não é apenas uma necessidade restrita aos campos artístico-culturais, fez com que a força vital desencadeada através das experiências oriundas da formação artístico-cultural tenha deslizado para novos contextos sociais.

Aos poucos deslizamentos de conteúdos outrora vinculados ao campo das artes têm permitido o surgimento de formas de expressão que visam à reconstrução formal de aspectos pré-lógico e pré-conscientes (SUBIRATS, 1989), fazendo com que cada vez mais o caráter objetivo dos processos artísticos se funda na transparência expressiva/simbólica da intuição individual.

Quando se avalia que foram as grandes obras artísticas que configuraram as identidades sociais dos homens modernos, pode-se aventar que na contemporaneidade a configuração das identidades impõe o surgimento de novos procedimentos criativos «(...) envolvidos com as preocupações, os desejos e mesmo a visibilidade dos normalmente excluídos por raça, classe ou gênero (...)» (CARLSON, 2009:163). Da mesma forma, pode-se afirmar que o compromisso com formação artístico-cultural inclusiva pressupõe a pesquisa de novos processos para o ensino de arte que possam traduzir os anseios de atores sociais concretos.

Entre as pesquisa desenvolvidas no IHAC mercê destaque, para feito desse artigo, proposta que assume-se a performance como uma prática por natureza interdisciplinar. Mas como formar o performer, na medida em que, nessa atividade, o processo criativo se desnuda no ato criador? O que vem a ser performance e em que medida a performance pode se converter em estratégia de formação interdisciplinar em artes. Teixeira e Gusmão (2000:09), citando Bert States (1996) afirmam que «o conceito de performance […] é dos mais controversos, possuindo o desacordo com a relação à sua essência embutido em suas próprias definições, o que o torna ainda mais instigante como objeto de investigação», sobretudo quando avaliam que o termo performance influenciou investigações em campos como a sociologia, antropologia, linguistica e artes.

IV - Do cotidiano à arte da performance

Ao pensar os profissionais das artes logo vem à mente a qualidade nata que a maioria acredita ser necessária para a realização desse ofício. Ser ou não ser talentoso, ter ou não ter vocação, são pressupostos que definem o desempenho deste grupo. Noutras áreas, ser hábil para determinadas tarefas é premissa básica para avançar na execução de certos ofícios. Há ainda profissões para as quais a indagação que vem à mente não diz respeito ao talento ou habilidade, mas a uma formação sistematicamente construída.

Conquistar "espaço" profissional é então fruto de talentos, vocações, habilidades ou de boa formação. Contudo, um grande contingente de jovens ao tentar ingressar no universo profissional tem essa definição marcada pela

necessidade de trabalhar, não importando onde, nem mesmo como. Contribuir para o rendimento familiar será a marca definidora do perfil profissional e é sob esta ótica que irá nortear sua vida. Para esse, a vocação é o trabalho, a habilidade é trabalhar e a formação é definida no aqui e agora do labor.

No entanto, não se pode esquecer que o ensino universitário no Brasil vem incorporando aspirações de contingente populacional antes excluído do ensino superior público. A política de cotas e as possibilidades advindas do REUNI fizeram convergir para universidades públicas conjunto de jovens que tem necessidades diferentes dos jovens de classe média alta que tradicionalmente compunham a maioria dos ingressos nos cursos universitários públicos.

O Instituto de Humanidade, Artes e Ciências Professor Milton Santos – IHAC, no âmbito da Universidade Federal da Bahia, tem se notabilizado por proposta inclusiva, agregando estudantes de variados estratos da sociedade. Diversos jovens, através dos Bacharelados Interdisciplinares-BI, têm a possibilidade de incluir a universidade como vetor de transformação de suas vidas. No entanto, muitos são os problemas enfrentados, no que diz respeito aos alunos do BI em Artes, a falta de vivência anterior no campo limita o aproveitamento das possibilidades que a UFBA pode oferecer.

Para enfrentar essa problemática pretende-se oferecer um curso a estudantes e egressos de escolas públicas de segundo grau, ancorado nos pressupostos interdisciplinares que embasam o BI, preparado estudantes que desejem ingressar na UFBA através do BI em Artes e, ao mesmo tempo, difundindo práticas interdisciplinares em artes.

Foi somente na modernidade, com o surgimento de novas formas de compreender o mundo e nele agir, que os atores sociais se converteram em objetos de interpretações teóricas que deram substancia a novas formas de perceber como se processa a identidade. Trabalhos que se dedicaram ao estudo das formas como atores sociais participam da confecção do tecido social têm permitido compreender as manifestações cotidianas enquanto ato performático. Nesse campo, pode-se destacar a sociologia de Pierre Bourdieu que ampliou os estudos sobre os processos de dominação e de estruturação das práticas e das representações ao campo das performances sociais cotidianas. De forma distinta, Erving Goffman destaca os aspectos performativos da interação humana, ressaltando o caráter dramático acionado pelos indivíduos quando apresentam a si próprios e suas atividades a outros.

Ambos são congruentes no que se refere ao tema da modernidade. As teorias propostas se constituem numa reflexão peculiar, nelas fazem perceber como os processos de interação desencadeados pelo imaginário moderno estão intimamente ligados à produção de atores portadores de domínio reflexivo de sua representação em público. A vida moderna criou situações sociais frágeis e incertas que impõem aos atores domínio sobre suas representações. Uma leitura apressada poderia levar à compreensão de que o cotidiano se traduziria num campo árido de disputa entre atores que circulam num mundo de fachada. Mas os pressupostos teóricos que orientam a produção deste artigo não traduzem o entendimento de que o caráter performático, proposto pelo imaginário moderno, fez das práticas cotidianas algo facilmente manipulável, nem tão pouco comunga com a ideia de que a vida social seria resultante da capacidade de diferentes atores acionarem mecanismos para controlar a impressão que dão de si, mediante a seleção de comportamentos que julgam apropriados.

As obras desses dois autores alertam para o fato dos grupos humanos possuírem mecanismos para atuarem sobre as trajetórias individuais de seus membros. A teoria proposta pelo francês implicou na descrição dos meios pelos quais uma comunidade objetiva um sistema de disposições inscrito no habitus de um grupo, classe ou fração de classe, já a proposição do americano indica a impossibilidade de consenso entre os vários indivíduos em interação. Assim, reforçam a ideia de que as interações não são suscetíveis de controle por nenhum dos atores e de que as teias simbólicas que erguem não têm centro.

Por outro lado, se o que faz determinados empreendimentos artísticos serem denominados como performáticos for o fato deles «(...) requerem a presença física de seres humanos treinados ou especializados, cuja demonstração de certa habilidade seja a performance.» (CARLSON, 2009:13); ainda assim precisaríamos melhor entender o termo "performance" quando aplicado a propósito desse estudo.

Pierre Bourdieu, ao formular o conceito de habitus, demonstra que o tecido social se estrutura de acordo com modos de comportamento repetidos e socialmente sancionados, e se, como pensa Carlson (2009), todo ato performático for em si um ato consciente, pode-se ampliar o conceito de performance para o tecido social com fez Goffman e pode-se pensar em performance social cotidiana.

A consciência da ação é o elemento que perpassa todas as correntes teóricas que tratam os processos interativos como performance, quer parta-se dos estudos originários das teorias sobre performance nascida nos Estados Unidos e que tem em Richard Schechner como seu percursor; quer percorra-se os estudos sobre os processos de interação social desenvolvido nos Estados Unidos, em especial por Erving Goffaman, ou ainda pela sociologia francesa de Pierre Bourdieu.

Performance é assim resultado de atos pensados e executados por seres humanos treinados, mas não necessariamente especializados. Quando pensado como atos humanos que necessitariam de treinamento especializado, o conceito se traduz como arte da performance e vincula-se ao campo das artes cênicas. Nesse caso, a representação se constitui como

> (…)uma prática coletiva de construção de um texto espetacular para um público determinado, (…), uma prática coletiva de construção de uma cerimônia cênica que supõe uma ritualidade específica e cujo objetivo maior é a criação de um estado vivencial por intermédio da técnicas e das linguagens teatrais. (CARREIRA, 2000:41).

Já a compreensão de que o ato performático é resultante da demonstração/exibição consciente de certa habilidade, permite incorporar a noção de performance aos atos daqueles que sabem que, em determinados momentos da sua vida cotidiana, estão desempenho um papel. Nesse caso, o caráter de demonstração implica na exibição de modelo de comportamento reconhecido e codificado culturalmente, e a habilidade do performer se traduz na reprodução de um comportamento social cotidianamente; não há ensaio, nem repetição já que o processo de interação não está sobre controle do performer. Assim, estamos sempre em estado de espetáculo, somos todos performers. Nesse caso a arte da performance é uma cerimônia social que se articula com práticas sociais com condicionamentos, ou seja trata-se de uma construção social que retrata a sociedade e ao mesmo tempo só pode existir como evento de socialização (DUVIGNAUD, 1979)

Quando observamos as bases empíricas que deram sustentação ao pensamento dos autores até agora trabalhados percebe-se que, partindo, sobretudo, dos estudos de Goffman é possível acompanhar a performatização vinculada a estabelecimentos sociais concretos, em especial nas atividades vinculadas às práticas laborais. Cabe, no entanto, construir bases teórico-metodológicas que permitam, além de apontar a performatização como parte integrante de diversos momentos da vida cotidiana e resultante do trabalho especializado do artista, desvendar-lhe seus aspectos metodológicos.

V - Intérpretes de memórias

A proposta que agora se apresenta pretendeu converter experiências cotidianas de jovens, provenientes de escolas públicas de segundo grau, em "imagens" materializadas através de projeto que privilegia o corpo, a voz e o movimento como locus de saber-fazer. Desta forma, a participação em processo interdisciplinar em artes, permitiu restabelecimento do elo entre expectativa/desejo e realização através de um trabalho, incentivando do-os a incluiriam a formação artísticas de nível superior em artes como projeto de vida, criando a possibilidade de pensar o exercício artístico interdisciplinar enquanto possibilidade profissional.

Não se faz necessário o olhar de especialista para perceber performance nos jogos interativos que marcam a vida das diversas coletividades. Por assim pensar, acredita-se que uma metodologia que vise atuar na produção do performer deveria intensificar o caráter dramático inerente às praticas cotidianas e apoiar-se em processo formador que vise o desenvolvimento/treinamento de habilidades.

As memórias corporais e rítmicas presentes nas performances sociais cotidianas foram evocadas como ponto de partida para a criação de "balé sonoro" a partir dos elementos narrativos encerrados no corpo. A ressignificação dos elementos simbólicos cotidianos encadearam o treinamento das habilidades necessárias à passagem da performance cotidiana à arte da performance cênica. Os participantes puderam desenvolver processo que lhes permitiram criar e reconhecer a contribuição de habilidades oriundas das suas vivências na elaboração de produto artístico.

Foi necessária a realização de duas fases que, gradativamente, mesclaram experiências, convergindo para o produto final. Num primeiro momento, as oficinas foram desenvolvidas separadamente, abordando e catalogando as ideias e ações emergentes do cotidiano dos participantes ou da sua visão de mundo. Na segunda etapa, foi criada a unidade entre as linguagens. Por meio dessas estratégias, desenvolveram-se as possibilidades narrativas do corpo, intensificando os elementos essenciais à narração propriamente dita (ênfase, fala), realçando os elementos mímicos ou gestuais encerrados no corpo, o desenvolvimento da criatividade, incentivando à observação do universo cotidiano, recolhendo desse, detalhes que povoam memórias e fantasias.
A partir de jogos e brincadeiras trabalharam-se os elementos essenciais ao exercício da atividade cênica. Por meio dessas estratégias, trabalharam-se as potencialidades vocais e cênicas e através de uma série de exercícios e jogos, como máquinas sonoras e cênicas, diagonais, trabalharam-se elementos como harmonia e afinação e foram produzidos os elementos que posteriormente convergiriam para o espetáculo.
O processo de investigação, ao se apropriar de elementos do cotidiano, estimulou o desenvolvimento de potenciais criativos e assim, podem estabelecer amarras entre sonhos e habilidades; e, aos poucos, permitiu o domínio de fazer/saber que habilita intérpretes de memórias, integrando à perspectiva interdisciplinar o compromisso com atores sociais concretos. Depois de transmitida, do ponto de vista sonoro/corporal noções do fazer artístico, elaborou-se as habilidades do performer. Basicamente consistirá em estabelecer "amarras" entre o universo criado pelos participantes, fazendo a ponte final entre habilidades desenvolvidas e sua estetização.

Procedimentos e métodos

Foram desenvolvidas duas oficinas em centros de cultura nas regiões de Alagados e do Subúrbio Ferroviário de Salvador. A escolha das localidades deve-se a configuração dos bairros e a história que marcam seu nascimento. Ao longo de cinco meses os alunos foram incentivados a produzirem narrativas que retratam as memórias locais, recolhidas, aleatoriamente, em conversa com os mais velhos do local. Os resultados foram uma série de cenas musicadas que retratam a realidade vivida pelos moradores.
A região dos Alagados, como o nome já diz, nasce na região de maré. O bairro, outrora, estava sob as palafitas. As casas eram de madeira e sustentadas por estacas que erguiam os imóveis acima do nível do mar. Gradativamente, a região foi sendo aterrada surgindo bairros como Mangueira, Uruguai. Massaranduba. Hoje a região encontra-se aterrada em quase toda sua totalidade, mas os problemas estruturais se intensificam na medida em que a população cresceu.
As narrativas que em surgiram giraram em torno da vida do bairro. Dos problemas com a violência, com a chuva e temas do dia a dia. As possibilidades sonoras desenvolvidas nos exercícios e jogos se traduziram em peças musicais que reforçam a narrativa, convergindo para a produção de espetáculo sonoro/musical que fala do vai e vem no principal ponto de ônibus da localidade. Os personagens criados são pessoas simples, envolvidas em afazeres diários e que tentam reproduzir a vida, apesar das dificuldades do dia-a-dia. "Linha 0222" é um espetáculo com cerca de uma (01) hora e terá sua estreia no dia 19/12 no Espaço Cultural Alagados.

Figuras VI e VII - Núcleo Alagados – 2014

Fotos – Daiana Paim

Figuras VIII e IX - Núcleo Alagados – 2014

Foto – Daiana Paim

A região do subúrbio ferroviário tem sua história marcada pela presença da linha férrea. Outrora reduto de veranista, a região se compunha de vários povoados a beira mar que recebia veranistas do centro de Salvador no período de verão. A vida da localidade girava em torno de atividades vinculadas ao mar, bem como em torno de soluções para as dificuldades que a localidade enfrentava em função de, no passado, não está plenamente integrada à cidade e padecer de problemas de infraestrutura urbana, como ausência de água encanada.

As narrativas que dali foram depreendidas retratam o tempo dos avós, quando o povoado vivia uma vida simples, em torno da mariscagem, da pesca e de atividades domésticas de ganho, como lavar roupa para as senhoras do centro. “O apito do trem” retrata a vida no povoado nos idos da década de 1970, quando o local ainda não contava com infraestrutura urbana básica e a vida era marcada pela presença do mar e pelo apito do trem. O espetáculo sonoro/musical será exibido no Centro Cultural Plataforma no dia 22 de dezembro.

Figuras X a XIII - Núcleo Subúrbio Ferroviário – 2014

Fotos – Daiana Paim

VI - Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre (1996). *As regras da arte:* gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras.

CARREIRA, André (2000). O risco físico na performance teatral. In: TEIXEIRA, João Gabriel L.C. & GUSMÃO, Rita (orgs.). *Performance, cultura e espetacularidade.* Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

DUVIGNAUD, Jean (1972). *Sociologia do comediante*. Rio de Janeiro: Zahar.

CARLSON, Marvin (2009). *Performance*: uma introdução crítica. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

GOFFMAN, Erving (2008). *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes.

MEDEIROS, Maria Beatriz de (2000). Bordas refeitas da linguagem artística da performance: suas possibilidades em meios tecnológicos. In: TEIXEIRA, João Gabriel L.C. & GUSMÃO, Rita (orgs.) *Performance, cultura e espetacularidade*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

MORIN, Edgar (2002). *Os setes saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO.

SCHECHNER, Richard (2003). O que é performance?. In: *O Percevejo*. Ano 11, nº. 12, p. 25-50.

SUBIRATS, Eduardo (1989). *A cultura como espetáculo*. São Paulo: Nobel.

TEIXEIRA, João Gabriel L.C. & GUSMÃO, Rita (2000). Performance, tecnologia e sociedade. In: *Performance, cultura e espetacularidade.* Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

WEBER, Max (1999). *Economia e sociedade*. Brasília: Editora da UNB.

ZAMBONI, Silvio (1998). *A pesquisa em arte*: um paralelo entre arte e ciência. Campinas: Editora Autores Associados.

Performance cultural das quadrilhas juninas: tradição, memória e identidade

Eufrázia Cristina Menezes Santos
eufraziacms@hotmail.com

Resumo: O trabalho aborda uma das performances culturais mais apreciadas na Região Nordeste do Brasil – as quadrilhas juninas – , analisando-as no contexto da festa de São João na cidade de Aracaju/SE. Essa dança popular combina a dança, a música e o teatro em suas apresentações públicas transformando-se, por assim dizer, em operetas que se desenrolam a partir de temas que remetem a personagens, valores e símbolos do universo cultural da festa e/ou do imaginário popular. Hoje, os elementos plásticos e teatrais importam tanto quanto a dança, ou talvez mais, constituindo um ponto de conflito entre os dançarinos a proeminência ou não desses elementos no conjunto de suas apresentações. Pretende-se, assim, discutir o trabalho de restauração da dança pelos seus *performers*, para sublinhar o caráter comunicativo e, ao mesmo tempo, subversivo dessas performances no processo de transmissão de conteúdo culturais.

Palavras –chave: Festas Juninas, performances culturais, quadrilhas juninas, arte

Considerando as múltiplas variações regionais e locais, no modo de celebrar as festas juninas no Brasil, focalizaremos uma das performances culturais[1] mais apreciadas na região nordeste – as quadrilhas juninas - analisando-as no contexto das comemorações realizadas na cidade de Aracaju[2].

O termo quadrilha no universo dos festejos juninos é utilizado para nomear tanta a dança característica do ciclo, quanto a entidade civil . No primeiro sentido a quadrilha é definida como uma dança coletiva, inspirada na contradança francesa do século XIX, que ganhou feições próprias no Brasil a partir da combinação e rearranjo de elementos de outras matrizes estéticas e musicais. Dela tomam parte diversos pares para realizarem movimentos e passos de acordo com determinadas coreografias, diante de um público por ocasião dos festejos juninos. O segundo sentido refere-se a quadrilha enquanto entidade civil, com estrutura e organização próprias. Nas análises que se seguirão será impossível dissociar a dança do grupo e vice-versa, já que não iremos falar da dança *per se* e sim situando-a nos quadros social e cultural das festas juninas.

A festa de São João sempre ensejou a formação de vários tipos de quadrilhas com perfis diferenciados: quadrilhas escolares, de família, de vizinhos, de amigos. Nesse contexto festivo, a formação de uma quadrilha pode ocorrer de maneira espontânea ou improvisada, por razões puramente lúdicas, evocando o sentido da festa enquanto divertimento gratuito à margem da rotina e do cotidiano. As quadrilhas improvisadas podem

---

1 As performances culturais caracterizam-se por ocorrerem durante um determinado período de tempo; englobando , um programa organizado de atividades, um conjunto de performers, uma audiência e um lugar ou ocasião para realizar a performance. As performances culturais compõem-se de mídia cultural ou seja, modos de comunicação que incluem a linguagem falada e os meios de comunicação não lingüísticos, tais como o canto, a dança, a encenação, as artes plásticas e gráficas, para expressar e comunicar o conteúdo de uma determinada cultura. (Singer apud Turner, 1987, p.23).

2 A análise apresentada está ancorada nos resultados do projeto de pesquisa intitulado: Gente que brilha: análise sócio antropológica das quadrilhas juninas de Sergipe". Participaram como bolsistas do Programa de Iniciação Científica CNPq/UFS, Eliseu Ramos dos Santos e Rebecca Aimée M. Ribeiro. A pesquisa de campo foi realizada entre junho de 2010 a junho de 2012. O presente trabalho tem como referência empírica as quadrilhas juninas de Sergipe, que constituem por si só um universo bastante heterogêneo. Dentro desse universo maior efetuamos um recorte mais específico, tomando como unidade de análise apenas as quadrilhas da capital que participam de concursos organizados pelo poder público local e pela iniciativa privada. O trabalho de observação etnográfico restringiu-se ao concurso " Levanta Poeira", organizado pela TV Sergipe, afiliada da TV Globo, e ao concurso do Centro de Criatividade 'João Alves Filho", promovido pela secretaria de estado da cultura.

surgir nos arraiais de bairro, em festas de rua, nos condomínios residenciais, ou em qualquer outro espaço que favoreça esse tipo de formação temporária. No entanto, neste trabalho as análises circunscrevem-se às quadrilhas institucionalizadas que têm uma associação durável e participam dos certames públicos. Justifico a escolha. Esse tipo de quadrilha acompanhou a modernização das festas juninas desencadeada nas três últimas décadas do século XX. Neste processo de reconfiguração, elas foram perdendo paulatinamente suas características de dança comunitária e baile rural, enquanto adquiriram uma dimensão mais espetacular.

A promoção de concursos de quadrilhas contribuiu para afirmar essa dimensão de espetáculo, criando um formato de quadrilha mais urbana, competitiva e estilizada, voltada para a conquista de títulos e prêmios. Mas esse aspecto por si só explica o processo de reconfiguração das quadrilhas juninas. Seria interessante relativizar a ideia de competição, não se fixando apenas no sentido estrito do termo, uma vez que esses concursos não perdem suas características lúdicas, nem o desejo da vitória chega a eliminá-las. Os quadrilheiros conseguem combinar a essência do espírito ludico – "ousar, correr riscos, suportar a incerteza e a tensão – como ideias de competição – luta, exercício, aplicação, resistência e sofrimento (Huizinga, 1990). Não obstante, ao sentido de brincadeira que a execução desta dança coletiva pode encerrar, devem-se somar a este, as motivações de ordem material (conquista de prêmios em dinheiro e títulos) e subjetiva (conquistar a vitória, obter prestígio e reconhecimento).

A dinâmica desses certames engloba premiações em dinheiro, ampla divulgação das apresentações públicas na mídia escrita e televisiva, exibição de suas performances em circuitos turisticos, além da inserção na programação oficial dos arraiais públicos organizados pelos governos estadual e municipal. Todos esses fatores contribuiram no processo de reestruturação de um número expressivo de quadrilhas em Aracaju. Elas abandonaram o amadorismo e se institucionalizaram sob a forma de centros ou associações culturais, alterando suas estruturas organizacionais. Hoje, ela compreende, além da diretoria, especialistas como coreógrafos, estilistas, costureiras e músicos que dividem entre si competências específicas direcionadas a criação, organização, gerenciamento e publicização da produção artística do grupo.

Os concursos tiveram um papel decisivo no processo de reconfiguração das quadrilhas na medida em que passaram a instituir padrões organizacionais e estéticos; a determinar o tempo das exibições (trinta minutos), a escolher os locais de apresentações (ginásios de esportes), a definir o número de pares, entre outros aspectos. Os itens de seus regulamentos passaram a delimitar os elementos mais importantes no conjunto da apresentação, com ênfase na qualidade espetacular

Esse modelo de quadrilha estimula a formação de grandes plateias (verdadeiras "torcidas organizadas" com seus efusivos "gritos de guerra"), que lotam ginásios de esporte, arenas e outros espaços públicos durante a realização de competições locais, regionais ou nacionais. Como resultado, as noções de exibição, competição, luxo e competência passaram a balizar suas apresentações com mais força.

As quadrilhas urbanas tornaram-se assim um empreendimento artístico-cultural cuja atuação não se restringe mais ao ciclo junino. Mediante contratos, acordos ou recebimento de algum tipo de subsídio, elas realizam apresentações públicas ao longo do ano, em feiras e salões de turismo, em shoppings, condomínios, clubes, etc. Esse processo de espetacularização dos grupos de quadrilhas não é, todavia, um caso isolado, ele se integra à formação de um mercado cultural que alimenta e serve de mola propulsora para as indústrias do turismo e do entretenimento. Na região Nordeste, as apresentações públicas das quadrilhas em feiras, "forródromos", centros históricos e arraiais públicos integram a programação oficial da festa como uma das principais "atrações" do "espetáculo junino" oferecida aos turistas.

O espetáculo das quadrilhas

A dança dos grupos de quadrilhas juninas, do ponto de vista artístico, é uma dança espetáculo, ou seja, é uma dança dirigida a uma audiência. Neste formato a arte coreográfica torna-se consciente, formalizada e hábil (Langer, 1980.),ou seja, os movimentos executados pelos quadrilheiros, não são puramente espontâneos, antes são fruto de um aprendizado que exige o domínio de técnicas corporais (Mauss, 2003).

Aos elementos cinestéticos (experiências corporais, tensões musclares, sensações de quilíbrio, impulsos)

somam-se outros elementos visuais, audíveis ou teatrais que transformam a dança da quadrilha em arte.

Hoje não existe um padrão único ou predominante para se dançar quadrilha, como já existiu num passado recente. Contemporaneamente a execução dos movimentos e dos passos se dá de acordo com as várias coreografias previamente definidas e ensaiadas pelos quadrilheiros. A criatividade, os modismos, a competição favorece a cada ano o surgimento de novas coreografias criativas e sofisticadas.

A formação clássica das quadrilhas com pares de dançarinos em fileiras *vis-à-vis* ou em círculo, para execução dos passos, ainda ocorre, mas não são mais os elementos definidores do perfil como eram no século XIX quando a quadrilha era dançada nos bailes europeus e americanos.

Por se tratar de um corpo de baile, são a dança e a música indissociáveis na construção do espetáculo. Independente do tema desenvolvido, o processo de criação coletiva se fundamenta na musicalidade nordestina, cujo repertório serve como pano de fundo para a produção visual dos grupos.

O espetáculo oferecido pelas quadrilhas e suas significações resultam da combinação de vários elementos, como trajes, adereços, acessórios, músicas, narrações e pantomimas. O uso de roupas especiais, em nada semelhantes às usadas na vida ordinária, pode se interpretar como um ritual de inversão que possibilita uma visibilidade e reconhecimento não desfrutados cotidianamente.

O corpo de baile de uma quadrilha de grande porte chega a colocar oitenta quadrilheiros em cena para realizar coreografias de grande complexidade, as quais exigem a observância do ritmo e o sincronismo dos movimentos durante sua execução. Os desenhos coreográficos variam bastante a partir de uma proposta de conjunto que busca harmonia e correspondência entre o tema da quadrilha e os seus repertórios musical e coreográfico. Àqueles podem assumir a forma de uma caravela, de um coração, de uma letra, de uma asa ou qualquer outro tipo de forma que esteja associada ao tema que é desenvolvido por meio da música, da dança, do teatro e da pantomima.

Os desenhos coreográficos variam a cada ano ao sabor da criatividade dos coreógrafos amadores ou profissionais. Em algumas quadrilhas a coreografia é definida em conjunto pelos próprios quadrilheiros e não por um especialista. O trabalho de discussão em busca de um consenso se dá, sobretudo, durante os ensaios periódicos. Além dos passos tradicionais do xaxado, xote, baião, ciranda e o galope, já amplamente incorporado pelos grupos de quadrilhas, os marcadores e coreógrafos buscam inspiração em outras danças regionais, folclóricas ou estrangeiras, ancorados quase sempre por um trabalho de pesquisa anterior.

As quadrilhas dialogam fortemente com o contexto musical do período de suas apresentações e chegam a incorporar as danças da moda, como aconteceu com a lambada nos anos oitenta e mais recentemente, com o kunduro de origem angolana. As coreografias podem se tornar a marca identitária de um grupo a exemplo do caracol da quadrilha junina Unidos em Asa Branca[3], cujo desenho coreográfico tenta imitar a concha espiralada desse molusco. O grupo efetuou uma releitura desse passo considerado pelos quadrilheiros como "tradicional". Para tanto buscou inspiração no espetáculo musical SAMWAAD - A Rua do Encontro, produzido pelo coreógrafo Ivaldo Bertazzo, mais precisamente, na coreografia da serpente - uma espécie de dança que reproduz esteticamente o movimento desse animal por meio de movimentos sincronizados, precisos e harmoniosos. A beleza estética do movimento reinventado e executado ao som de músicas mais dançantes teve uma grande aceitação do público presente no Festival de Quadrilhas Juninas da Rede Nordeste, em 2009. A coreografia teve um reconhecimento tão amplo que hoje é reproduzida por outras quadrilhas de Sergipe e de outros estados.

A indicação das coreografias a serem realizadas, assim como a coordenação dos movimentos coletivos dos quadrilheiros é de responsabilidade do marcador. Hoje ele atua também como uma espécie de animador, cujo papel é estimular a interação dos quadrilheiros com o público. Em outros estados o marcador faz a marcação de fora, sem dançar com o grupo, em Sergipe, ele realiza as duas atividades simultaneamente por meio de gestos e com o auxílio de marcações musicais.

As quadrilhas são acompanhadas por trios de pé de serra ou por conjuntos musicais que integram, além da

---

3 A quadrilha Unidos em Asa Branca foi fundada em 1980 por jovens do conjunto residencial Senador Leite Neto, localizado na zona sul de Aracaju-SE. Em 2009 foi campeã do concurso de quadrilhas da Rede Globo Nordeste.

sanfona, triângulo e zabumba, outros instrumentos musicais – guitarra, baixo, flauta, pife, agogô, viola, violão e pandeiro. Hoje a contratação de um bom trio pé de serra é um dos itens mais caros no orçamento das quadrilhas, oscilando entre dez a quinze mil reais. O repertório musical é amplo e diversificado englobando vários estilos e gêneros musicais como o xaxado, o xote, o baião, a ciranda, o forró, o coco, marchas juninas, músicas sacras, folclóricas e românticas.

As quadrilhas juninas de Aracaju, por assim dizer, se transformaram em operetas, conseguindo combinar a expressividade da dança, da música e do teatro. O repertório musical, coreográfico e gestual desse teatro musicado se dá a partir da definição de um tema que poderá está ou não associado ao universo simbólico da festa. O quadro abaixo nos dá uma visão dessa diversidade temática.

I. Tabela de temas de quadrilhas juninas 2011

Quadrilha	Município	Tema - 2011
Balanço Nordestino	Salgado	Cordel, Romance no sertão
Calcinha Preta	Campo do Brito	As Cores do São João iluminando o Sertão
Cangaceiros da Boa	Japaratuba	Regionalizei meu Coração para Dançar o Brasil no nosso São João
Caprichosos de São João	Riachão do Dantas	São João na Roça é Assim
Forró do Catete	Rosário do Catete	Meu Divino São José
Luiz Gonzaga	Aracaju	A Tradição de Sergipe para o Brasil
Massacará	Carmópolis	Romeu e Julieta
Pioneiros da Roça	Aracaju	Retratos e Canções do Nordeste
Xodó da vila	Aracaju	O cangaço em verso em prosa
Quadrilha	**Município**	**Tema - 2012**
Unidos em Asa branca	**Aracaju**	O Rei Sol no país da miscigenação
Todos em Asa Branca	Estância	Viajando pelo sertão nordestino
Abusados na Roça	Aracaju	Os cangaceiros também amam
Pisa na brasa	Indiaroba	O cangaço e o xaxado
Arrasta pé	Canindé de São Francisco	Uma noite de São João cantada por Luiz Gonzaga, rei do Baião

Fonte: Arquivo do grupo de pesquisa Ritual, Festa e Performance

Os temas das quadrilhas quase sempre remetem: à tipos sociais do sertão ou da zona rural como o vaqueiro, o sertanejo; à símbolos da região como a caatinga, a asa branca, o mandacaru; à mitos religiosos como a fama de santo antônio de santo casamenteiro; à figuras emblemáticas como Luiz Gonzaga, Padre Cícero e Lampião e aos mais diversos personagens do imaginário popular.

O tema exerce influência na produção das suas imagens, define o cenário, o modelo das vestimentas, os destaques, os ornamentos, a coreografia e os repertórios musical e gestual. Com a escolha anual dos temas, os quadrilheiros acabam promovendo um diálogo dos grupos com outros universos simbólicos, o que favorece a troca e o contato com diferentes manifestações culturais, bem como a introdução de novos símbolos e linguagens.

No final dos anos noventa do século XX, distingue-se um movimento no interior das quadrilhas, semelhante ao que Cavalcanti (1994) observou nas escolas de samba, na década de 70. Qual seja as imagens tornaram-se recursos eficazes na construção do espetáculo produzido pelas quadrilhas. No caso das escolas de samba cariocas, a importância conferida à dimensão plástica dos desfiles (fantasias,adereços e alegorias) pelos meios de comunicação, usurpou a primazia do samba enredo e privilegiou o visual que enfatiza seu caráter espetacular.

Ao que parece, esse mesmo fenômeno tem atingido as quadrilhas juninas nos últimos anos. Hoje, o visual, a estética – que se materializam nos cenários, ornamentos, efeitos especiais, vestuário – importam tanto quanto a dança, ou talvez mais.

As quadrilhas a exemplo das escolas de samba possuem também destaques, diferenciados dos demais participantes por ostentarem indumentárias mais luxuosas, e escolhidos entre os personagens mais tradicionais, como os noivos, a rainha e o rei do milho ou o casal Lampião e Maria Bonita. Anualmente, os destaques podem mudar, conforme variem os personagens do tema escolhido, por exemplo, príncipes, sinhazinhas, curisco, etc. A diferenciação interna entre os componentes refletem privilégios, preferências, laços de afetividades que atuam nas redes de relacionamento do grupo, causando muitas vezes conflitos e dissensões.

A definição do tema reflete o gosto popular pela novidade, pela invenção e pelo artifício. Tais preferências faz ecoar as belas palavras de Maravall (2009:356), quando discute a importância destes elementos na cultura barroca: "o novo agrada, o nunca visto atraí, a invenção que estréia embeleza". Essa constatação se mostra igualmente válida para entendermos as motivações e os valores atuantes no processo de criação do espetáculo das quadrilhas.

O traje caipira, emblemático das festas juninas enquanto "festa de interior", foi submetido a uma releitura por parte de alguns grupos de quadrilhas, que agora o apresentam em versões urbanas e esteticamente elaboradas. O antigo estereótipo do nordestino feio, pobre, maltrapilho, desengonçado e com dentição precária, perdeu espaço para representações contemporâneas do nordestino que mora em zonas urbanas e compartilha dos avanços da modernidade. Além disso, as velhas camisas quadriculadas e os vestidos de chita foram substituídos por tecidos mais nobres, decorados com lantejoulas, canutilhos e outros elementos brilhantes utilizados na confecção das roupas das damas e dos cavalheiros[4].

Esse quadro mais amplo nos permite dispor as quadrilhas em duas vertentes: a primeira, formada pelos grupos reféns de narrativas, clichês e estereótipos atribuídos a região nordeste a partir de certos recortes temáticos como sertão, seca, miséria, cangaço, banditismo e violência. Essas representações negativas muitas vezes são encenadas de forma jocosa, uma espécie de paródia que permite o público ri de si mesmo, revelando o pontecial de crítica social expressa nos conteúdos culturais levados a cena. A segunda vertente é representada pelos grupos que sublinham a diversidade cultural da região, criando e encenando por meio da arte das quadrilhas juninas, novas imagens do Nordeste de caráter mais positivo.

O ritual das quadrilhas a exemplo de outros gêneros performáticos que integram o ciclo junino, constituem ocasião também para difusão de "saber social, memória e sentido de identidade através de ações reiteradas, denominadas por Richard Schechener de comportamento restaurado" (Taylor, 2003:18). Este caracteriza-se sobretudo por ser um comportamento vivo o que lhe permite ser rearranjado ou reconstruído independente dos sistemas causais (social, psicológico, tecnológico) que lhes originaram. Nesse sentido, os ensaios das quadrilhas constituem a ocasião por execelência em que os *performers* realizam o trabalho de restauração desta dança. O comportamento restaurado implica em escolhas, em revisões, logo é importante lembrar que "às vezes, mudanças em representações tradicionais são feitas pelos que estão dentro e não impostas de fora" (Schechener, 2001)

Victor Turner (1987) considera que essas performances culturais "não são simples reflexos ou expressões de uma determinada cultura, ou mesmo de suas mudanças, mas,"agentes potenciais de transformação, representando uma espécie de olho, por meio do qual as culturas veem-se a si mesma". O autor acredita que conteúdos tradicionais dramatizados nas performances não tem existência *a priori,* não estão fixadas de forma

---

4 O valor do traje varia de acordo com o gênero, investe-se mais significativamente no traje feminio. Em 2008, de acordo com informações veiculadas no site da infonet (www.infonet.com.br) o traje feminino da quadrilha Abusados na Roça, custou R$ 600,00 e o traje masculino R$ 300,00. Em 2011, de acordo com informações do presidente da quadrilha Unidos em Asa Branca, o traje feminino desta quadrilha custou R$ 600,00 e o traje masculino R$ 300,00. Os gastos oscilam também de acordo com a obtenção ou não de patrocinadores e do repasse de subsídios pelo poder público. Na maior parte das quadrilhas, a compra do traje é de responsabilidade do quadrilheiro, apenas um pequeno número consegue subsidiar parte dos gastos, ficando o restante a cargo dos quadrilheiros que são em sua grande maioria estudantes do ensino médio ou que exercem profissões de baixa remuneração.

definitiva, ao contrário, elas são criadas, negociadas, influenciadas e perparsadas por diversas ideologias. O significado real dessas performances são sempre contextuais, deriva da união do script (texto cultural) com atores e audiência numa situação cultural particular. O texto cultural longe de se manter inalterado é submetido a várias restaurações, a exemplo do que se verifica nas performances das quadrilhas.

O casamento da roça constitui uma modalidade de teatro popular anualmente encenada nas apresentações públicas das quadrilhas. Das diversas versões teatralizadas, duas são mais recorrentes: a primeira dramatiza o desespero de uma solteirona ou de uma viúva que imploram a intervenção dos santos juninos para arranjar marido. O casamento desta última associa-se mais fortemente à figura de São Pedro, a quem ela dirige súplicas e promessas; aquela, por sua vez, clama a intervenção de Santo Antônio.

Nessa versão, o ritual do casamento encena a mediação entre Deus e os homens, que é exercida pelos santos no catolicismo popular. Esse modelo relacional, ao revestir-se de caráter afetivo e familiar, cria uma aura de intimidade entre os santos e seus devotos.

A segunda versão encontra alicerce no conflito familiar deflagrado pela descoberta de uma gravidez extraconjugal. O casamento caipira assume, aqui, ares de drama ritual, pondo em cena o choque de duas famílias motivado pela "perda" da virgindade. Em nome da honra familiar, os pais exigem a reparação do ato ilícito, por meio do casamento. Na maioria das narrativas, a mediação da discórdia cabe ao delegado da cidade ou ao padre. O primeiro, com armas em punho, irá intimidar o noivo com ameaças de violência física e simbólica (em muitos casos, insultos verbais poderão ser atirados contra a sua pessoa). O padre, por outro lado, representa o poder social, político e espiritual da Igreja, instituição que historicamente intermediou vários conflitos, em especial nas pequenas comunidades, onde o braço forte do Estado era impotente. Após várias tentativas de fuga frustradas, o noivo por fim aceita casar sob as bênçãos da igreja católica. Segue-se uma grande festa, para comemorar a reintegração do jovem casal à comunidade.

Um dos componentes da quadrilha, travestido de padre, celebra o casamento. Procura-se ater às vestes sacerdotais conhecidas, como a batina, a estola, a casula, a sobrepeliz e o solidéu; há, porém, espaço para a inventividade, quando trajes repletos de brilho e bordados substituem os tons discretos e formais da indumentária litúrgica. Ressalte-se que não se trata, entretanto, de reprodução fidedigna, pois seu uso em cena atende apenas a fins estéticos e lúdicos. Nesse sentido, as quadrilhas devem figurar como herdeiras de uma cultura cômica popular, vez que reverenciam o gosto pelas inversões rituais, paródias, sátiras e pelo realismo grotesco. (BAKHTIN, 1999)

Nos últimos anos, as cerimônias, que passaram a ser cantadas, ganharam um caráter mais romântico, sobretudo nas quadrilhas de Aracaju, que apresentam noivos fazendo juras de amor enquanto entoam os *hits* românticos do momento.

As quadrilhas juninas em cena

Durante o mês de junho, o público aracajuano, presente às exibições de quadrilha junina, pode apreciar diferentes estilos e formatos afiliados a um mesmo gênero, o que nos leva a pensar ser mais coerente referir-se a *quadrilhas juninas*, no plural. O emprego do singular poderia suscitar a insustentável ideia de que haveria um padrão ou modelo irretocável da dança a ser universalmente seguido. No plano da arte popular, tais padrões, quando existem, ao contrário de permanecerem inalterados, são fortemente tributários de um núcleo histórico, refletem o espírito de uma época, e movimentam-se dentro de um quadro de forças bem definido. Nessa imensa engrenagem, posta em marcha pela engenharia social, enquanto alguns elementos estéticos coreográficos e musicais poderão ser abandonados ou esquecidos, outros serão acrescentados ou modulados. Explicitemos.

No contexto dos concursos, a dança, que surge como elemento predominante em algumas quadrilhas, é secundarizada em outras pelos aspectos dramáticos e teatrais. Há ainda aquelas que privilegiam os elementos visuais e plásticos na apresentação. Nesse sentido, os múltiplos significados das quadrilhas não estão inscritos na sua forma. O surpreendente hoje poderá tornar-se rotineiro amanhã: a novidade do presente será *u*ltrapassada pela moda do ano vindouro. Esteticamente, cada um desses elementos, ou sua combinação, produz efeitos artísticos específicos cujo objetivo é impressionar, suscitar emoções e interações naqueles que assistem aos

espetáculos produzidos (coreográfico, musical, teatral ou estético) ou nos que deles participam. Ressalte-se, todavia, que a preponderância de um elemento não impede que os demais integrem o conjunto da cena. Na realidade, esses rearranjos informam também as escolhas estéticas, culturais e políticas efetuadas por cada grupo.

Se, por um lado, é verdade que os quadrilheiros, enquanto produtores de cultura, conseguem efetuar suas escolhas estéticas e dialogar com a sociedade do espetáculo, por outro, o público avalia diversamente o quanto lhe é apresentado, sem concessões à unanimidade. Lembremos, ademais, que a quadrilha não se desenvolve sob um olhar passivo do público, que, ao contrário, formula avaliações coletivas e individuais a cada apresentação, fazendo-as circular rapidamente entre os quadrilheiros, nas conversas informais e, mais recentemente, nas redes sociais.

Apesar da força dos grandes concursos para determinar tendências, modismos ou até mesmo estimular uniformização a partir de um modelo hegemônico de apresentação que privilegia cenários, efeitos especiais, acrobacia, etc., esse processo de homogeneização dificilmente se efetiva por completo no plano da cultura. O São João e as quadrilhas juninas não são fenômenos simples e de sentido único. O processo de elaboração coletiva acionado em diferentes contextos históricos revela as marcas impostas por cada época às expressões da vida coletiva. (Heers,1987).

O fato é que as quadrilhas hoje representam uma forma de cultura popular, com elementos de reconhecimento e identificação aos quais as pessoas respondem. A tradição, que está longe de significar aprisionamento ou persistência de velhas formas, diz respeito a maneiras de associação e articulação de elementos e linguagens (HALL 2006:239). Resta muito a dizer sobre as quadrilhas, e, ao mesmo tempo, a ouvir o que têm a nos dizer em suas performances. Assim é que poderemos compreender a emoção dos quadrilheiros, quando cantam a plenos pulmões "Na minha quadrilha só tem gente que brilha. Só tem gente que brilha e minha quadrilha"[5].

Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail (1999), *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. *O contexto de François Rabelais*. 4 edição. São Paulo: Hucitec.

-CANCLIN, Nestor. (2000), *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP.

-CAVALCANT, Maria Laura Viveiros, (1994), *Carnaval Carioca. Dos bastidores ao desfile*. Rio de Janeiro: Funarte; UFRJ.

-HALL, Stuart. (2003), "Notas sobre a desconstrução do popular". In: SOVIK, Liv (ed.), *Da diáspora*: *identidades e mediações culturais*, Tradução de Adelaide La Guardia Resende, Belo Horizonte: editora da UFMG.

HUIZINGA, Johan, (1990), *Homo Ludens*, Tradução de J. P. Monteiro, São Paulo: Perspectiva.

HEERS, Jacques, (1987), *Festas de Loucos e Carnavais*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

LANGER, Susanne, (1980). *Sentimento e Forma. Uma teoria da arte desenvolvida a partir de filosofia em Nova Chave*. São Paulo: Perspectiva.

MARAVALL, José Antônio, (2009). *A cultura do Barroco*, São Paulo: Edusp.

MAUSS, Marcel. (2003). "As Técnicas do Corpo". In: *Antropologia e Sociologia*. São Paulo: Cosac e Naify.

-TURNER, V.W, (1987) , *The Anthropology of Performance*, New York: Paj Publications.

- TYLOR, Diana, (2003), "Hacia una definición de performance". In *O Percevejo*, Revista de teatro, crítica e estética, ano 11, n.12, pp. 17-24.

5 Trecho da música Festrilha, autoria de Alcimar Monteiro.

A Identidade em Performance no Ticumbi de São Benedito

Michele Freire Schiffler[1]

Resumo: presente trabalho analisa a importância da literatura oral e da performance na construção da identidade cultural de comunidades remancescentes de quilombos e senzalas na região Norte do Estado do Espírito Santo, Brasil.
Como *corpus,* foi empregado o teatro popular regional, conhecido como *Ticumbi* de Conceição da Barra. Essa performance cultural é realizada na cidade de Conceição da Barra, às margens do rio Cricaré, cujas águas conduzem à comunidade de Barreira, principal responsável pela organização do festejo. A dramatização é realizada nas ruas da cidade, em honra de São Benedito, e conta com a interação entre os brincantes e a plateia. Protagonizada por antigos moradores de comunidades rurais quilombolas, os participantes trazem vivos traços do passado escravocrata brasileiro, representando e atualizando histórias de lutas e traumas de seus antepassados. O discurso proferido diante da audiência evidencia tensões sociais que estão vinculadas à questão territorial, à corrupção política e à matriz cultural híbrida, que semantiza simbolicamente a força de sua ancestralidade.
O tempo em performance mescla não apenas histórias de território nacional, mas também revivem a Diáspora Atlântica ao celebrar elementos culturais de matrizes africanas que seguem vivos na memória popular e atuam de maneira efetiva na consrução de identidades plurais e multiculturais dos habitantes das comunidades quilombolas envolvidas.

Palavras-chave: Ticumbi; performance; identidade; ancestralidade; comunidades quilombolas.

1. Introdução

A sociedade contemporânea é marcada pela pluralidade e pela diversidade. A formação cultural brasileira é exemplificativa desse contexto multicultural, contando com a fusão de diferentes povos. Este artigo enfatiza especialmente as tradições ibéricas e de matrizes africanas que se somaram à cultura tradicional de matrizes indígenas em território nacional.
A diversidade social e ideológica é expressa por meio de formações discursivas que são veiculadas esteticamente pela representação simbólica do mundo a partir da literatura oral e da performance cultural em diferentes parcelas da população.
O *corpus* sobre o qual se debruça esta pesquisa diz respeito, especificamente a uma performance cultural de comunidades quilombolas que se reúnem para festejar São Benedito por meio do teatro popular conhecido como Ticumbi, o qual é realizado na região Norte do Estado do Espírito Santo. Trata-se de uma produção cultural híbrida e de caráter popular.
Segundo a legislação brasileira, são consideradas remanescentes de quilombos as comunidades formadas por grupos étnico-raciais que, por critérios de auto-atribuição, demonstrem relação histórica com o território, em que seja possível presumir a «ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida» (Brasil, 2003).

---

1 Natural do Rio de Janeiro, RJ, Michele Freire Schiffler possui graduação em Letras (Português/Espanhol) pela Universidade Federal de São Carlos (2002) e mestrado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2006). Doutora em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo, realizou pesquisas junto ao Centro de Estudos Africanos do ISCTE, Portugal. Dentre suas produções, destacam-se os artigos "Cantares Ticumbis: resistência e memória na literatura oral de comunidades quilombolas", de 2013, "Ticumbi e Performance: o real e o fantástico na escrita do corpo" e "A Performance Cultural do Ticumbi de Conceição da Barra, ES, Brasil: identidade e ancestralidade", de 2014.
miletras@yahoo.com.br

Quanto ao termo "comunidade", ele é problematizado por Hall (2009), na perspectiva de entendimento da questão multicultural. Segundo o autor, o vocábulo traz em si forte senso de identidade do grupo. Nas comunidades culturais, estão presentes costumes e práticas sociais distintas da vida cotidiana, que mantêm elos com os locais de origem, expressos, sobretudo, nos contextos familiar e doméstico. Tais fatores contribuem nas autodefinições e na autocompreensão dessas comunidades.

No processo de reconhecimento identitário, o fenômeno do hibridismo é evidente nas comunidades remanescentes de quilombos, no entanto, não é um fenômeno inédito ou recente. Faz parte da história dessas comunidades e da história das organizações humanas, a partir de narrativas de dominação, de lutas e de migrações, para estabelecimento de hegemonias e expansões territoriais, políticas e econômicas.

O contato e o choque entre culturas, estabelecidos por processos de dominação, é amplamente verificado na história das comunidades que descendem de povos escravizados, já residentes no Brasil ou trazidos no período da Diáspora Atlântica e conformados no processo colonial nacional.

No jogo de culturas que se forma, estruturam-se processos de negociação cultural e identitária, com constantes processos de atualizações discursivas e performáticas que difundem e sedimentam tradições, construindo identidades plurais e coletivas. Nesse processo, o passado e a ancestralidade são trazidos à tona pela memória e inscrevem-se na construção do presente em atividades culturais que visam à construção de um porvir mais justo.

A justiça social e a luta por reconhecimento penetram a performance cultural com formações ideológicas que trazem à tona a dimensão política do fazer artístico. Assim como as culturas, no passado foram postas em choque, na contemporaneidade os confrontos e jogos de dominação não cessaram.

As diferenças culturais e hegemônicas engendram contradições e profundas desigualdades sociais e de acesso a oportunidades e direitos constitucionais, como moradia, saúde e educação, que afetam profundamente o cotidiano das comunidades quilombolas em questão.

A oralidade performática configura-se então como representação simbólica do passado e do saber ancestral que revive e atualiza demandas antigas e atuais decorrentes não apenas de contradições e a agendas políticas, mas também provenientes de narrativas tradicionais, saberes ancestrais que se renovam cotidianamente em práticas sociais de representação cultural.

O signo da resistência se faz presente nas manifestações culturais desde tempos imemoriais e está presente nos versos declamados ao longo da performance cultural do Ticumbi e também na denominação do conjunto de comunidades que participam dos festejos, conhecidas como pertencentes à região de Sapê do Norte.

O nome da região remete não apenas ao lugar de existência, mas também como signo de territorialidade e pertença. O nome "Sapê do Norte" é uma metáfora, que remete uma gramínea extremamente resistente e típica da região, o sapê, que sobreviveu não só ao roçado das comunidades e ao gado, mas também aos tratores e à monocultura do eucalipto que se instalam na região e pressionam as comunidades a abandonarem suas terras (Oliveira, 2009). Dessa forma, o nome dado à comunidade simboliza a resistência das populações tradicionais, que há séculos lutam pelo reconhecimento de seus direitos de sobrevivência, de cultura e de posse da terra na região.

A observação da arte performática das comunidades quilombolas evidencia forte correlação com as dificuldades e as lutas vivenciadas por protagonistas sociais ao longo de séculos. Para pensar as demandas sociais e as identidades culturais representadas esteticamente, é necessário conhecer um pouco da história do Ticumbi e acompanhar, como audiência, as formações disursivas e ideológicas imersas na performance cultural dos brincantes quilombolas.

2. O Ticumbi de São Benedito

O Ticumbi é uma representação popular, um teatro de rua, que funde diferentes gêneros literários, compondo uma representação linguística e temáticamente híbrida. Sua apresentação é composta de diferentes etapas, que envolvem as comunidades e conferem a elas sentimento de coletividade e pertença.

As apresentações ocorrem ano a ano, sempre nos dias 31 de dezembro e 1 de janeiro. No entanto, o processo de construção performática tem início meses antes, inicialmente centrada na figura do Mestre, responsável

pela composição dos versos que serão enunciados e tratarão do cotidiano das comunidades. Por volta do mês de outubro têm início os ensaios, que envolvem os brincantes que compõem o coro de congos e os personagens protagonistas, que revivem antigas tradições dos reinos africanos: os reis de Congo e de Bamba e seus secretários.

Antes da apresentação, há, ainda, um ensaio geral, no dia 30 de dezembro, que se configura em momento de grande celebração no encerramento de mais um ciclo. A celebração em homenagem ao santo tem início com uma procissão pelas ruas da cidade de Conceição da Barra, no último dia do ano, em que os congos tocam pandeiros e viola, cantando junto com a audiência louvor a São Benedito e à Virgem da Conceição. No percurso, seguem duas imagens de São Benedito: a da comunidade de São Benedito e uma pequena imagem do santo, feita em madeira e guardada na comunidade de Barreiras como símbolo de resistência e luta contra a escravidão (é o chamado São Bino ou São Biniditinho das Piabas).

No dia 1 de janeiro, logo pela manhã, na frente da Igreja da Comunidade de São Benedito, tem início a dramatização popular. No meio da rua, é encenada a história dos reis africanos, intercalada pelo canto do coro, com versos e toque de pandeiros que levam a audiência a acompanhar com o corpo o ritmo cadente e o gingado dos brincantes, chamados congos.

O enredo encenado diz respeito à disputa entre os reis de Congo e de Bamba pelo direito de celebrar a fé em São Benedito por meio de um "Baile de Congos". O rei de Congo, tradicional no ofício toma ciência pelos congos de que um rei forasteiro tem interesse em realizar a celebração. Diante disso, o rei de Congo manda seu secretário em uma embaixada ao rei de Bamba, a fim de dissuadi-lo da ideia, respeitando o poder da espada do rei de Congo e o fato de ser ele o rei mais velho (incorporando, portanto, a autoridade da ancestralidade).

Como não há acordo, são travadas duas guerras, uma por meio de desafios verbais propostos entre os reis e os secretários, que seguem a cadência da oralidade e ssumem características de improviso, algo típico da performance cultural. Após a guerra verbal, há a guerra bailada, representada pelo toque das espadas e por um bailado que simula o gingado da capoeira e o enfrentameno físico entre os reis.

O vencedor da guerra travada é o rei de Congo, que impõe aos vencidos o batismo católico e convida a todos para que se juntem em um grande baile, dançando e cantando o Ticumbi, juntamente com o povo devoto, o público, que os acompanha, encerrando a dramatização.

O enredo evidencia o hibridismo constitutivo da performance, envolvendo elementos culturais de matrizes africanas, como as roupas e os adornos empregados (capacetes totênicos, *mpus*, roupas e saiotes brancos) e a história de luta inerente ao Antigo Reino do Congo, que protagonizou a disputa entre o *mani* Congo e o *mani* Bamba, nos longínquos anos de 1614, em que, segundo M'Bokolo (2003), houve uma crise de sucessão e rebelião por parte do duque de Bamba.

Somam-se às matrizes africanas, as histórias de luta das comunidades marcadas pelo escravismo e pela consequente segregação e desigualdade social historicamente estabelecida em terra brasileira. A religiosidade católica, assim como a estruturação do auto popular estabelece fortes laços com a tradição cultural Ibérica, cujo contato remonta ao imperialismo sobre as sociedades africanas e brasileira.

As origens históricas e míticas do Ticumbi auxiliam no entendimento da linguagem artística, de modo a refletir a realidade e as demandas das comunidades e dos povos que as engendraram, constituindo e articulando esses elementos.

2.1 Ticumbi: origens históricas

As possibilidades de atribuição das origens do Ticumbi são múltiplas. Remetem ao passado africano, à realização das tradicionais congadas no Brasil e à tradição oral das comunidades onde se realiza o auto popular. Os ecos se fazem sentir em diversos níveis, desde o plano geográfico, passando pelo linguístico e se firmando em nível antropológico pela celebração de ritos de passagem realizados na região Nordeste de Angola, coincidindo com a referenciação geográfica indicada em mapas do antigo Império Lunda.

Etimologicamente, Lyra (1981) e Neves (1976) atribuem o significado do nome Ticumbi a diversas origens, havendo incertezas quanto a seu significado:

> o nome parece ser corruptela de cucumbi. O cucumbi, cuja origem banta foi posta em relevo por Nina Rodrigues, parece ter sido uma forma mais primitiva e essencial de congada (...) a diversidade dos nomes se deve apenas a denominações regionais e considerando a todos como danças que acompanham a coroação do Rei de Congo. (LYRA, 1981, p. 37)

A busca pelo termo "Cucumbi" levou à identificação geográfica da região Nordeste de Angola que, segundo divisão política anterior à Independência, tinha por posto administrativo, no distrito de Cacolo, a localidade de Cucumbi, conforme observado na Figura 1.

Figura 1 – Mapa da antiga divisão administrativa de Lunda.

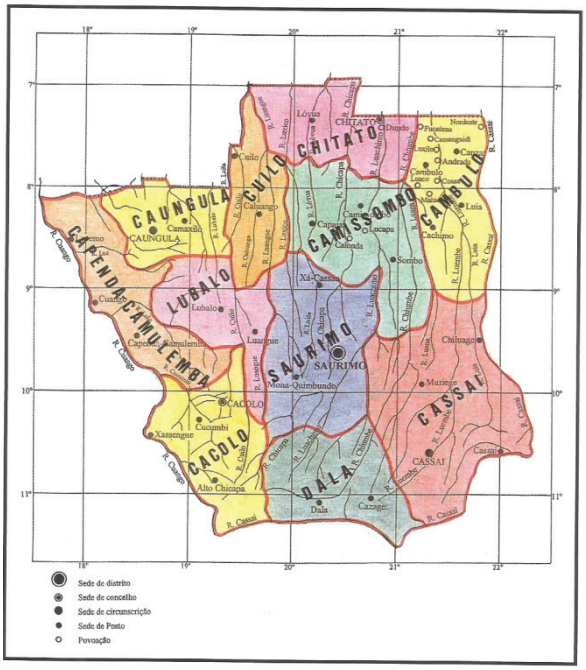

(Fonte: Martins, 2008: 385)

A variedade *kicumbi* também foi referenciada por Lyra (1981), estando atrelada à atividade ritual. A partir dessa linha de investigação, foram encontradas duas referências a ritos de passagem femininos, ambas vinculadas a comunidades angolanas.

A primeira referência parte da tradição oral e é registrada pelo periódico angolano *Cultura: Jornal Angolano de Artes e Letras.* Na edição de novembro de 2013, há referência ao Txicumbi, rito de passagem feminino ainda hoje existente em Angola.

Segundo Kamuanga (2013: 4):

> Txicumbi, na língua Cokwe, que em português significa iniciação feminina, é um ritual tradicional orientado por uma Txilombola (tia ou madrinha), visando à preparação de qualquer jovem antes do casamente, registrado o primeiro ciclo menstrual.

Ao analisar ritos e divindades angolanas, Ribas (1975) faz referência ao *Kubala* o *Kikumbi*, ritual referente à "transgressão da primeira regra". Nesse caso, o kikumbi está associado ao não cumprimento do período que deve ser guardado pela mulher que presenciar a primeira regra de uma jovem, sob o peso de que malefícios sejam vinculados durante toda a sua vida.

> Quando uma mulher surpreende a primeira regra de uma jovem, deve guardar continência durante o período que durar essa manifestação. A quebra desse preceito

> – kubala o kikumbi – origina o malefício de Hito e Solongongo, os quais prejudicam a moça na sua procriação, pois os filhos morrem na tenra idade ou nascem já mortos. (Ribas, 1975: 91)

Caso ocorra a transgressão, os agravos serão revelados por sonhos e a "vítima" deverá passar por tratamento especial, a fim de reverenciar os seres espirituais, ficando isolada do convívio social por oito dias. Além disso, deverá ter o acompanhamento da mãe-de-umbanda, que a auxiliará em tarefas rituais e deverá estar presente no dia do parto. O agravo é tão severo, que deverá o ritual deverá ser repetido até o segundo ou terceiro filho. O caráter mágico e místico enuncia-se a todo o momento na tradição da memória.

Do ponto de vista linguístico, o vocábulo *Ticumbi* guarda relação com a língua cokwe, falada na região Nordeste de Angola e correspondente ao território Lunda-Cokwe, ponto de convergência das referências geográficas e ritualísticas do Ticumbi.

O Ticumbi de Conceição da Barra pode ser definido como uma dança dramática de origem popular que se aproxima das celebrações conhecidas como *congadas*, festas processionais realizadas na África sob diversos aspectos: «festas de colheitas, de iniciação, de prevenção de danos, de esconjuros e conjuros a forças poderosas e a outras forças invocadas» (Lyra, 1981: 21). No entanto, o Ticumbi não se relaciona integral e somente às congadas.

O Ticumbi é um auto popular ou dança dramática, uma representação de caráter folclórico. É um teatro rudimentar, de rua. Segundo Bakhtin (1993), as formas de teatro medieval condizem com a cultura cômica popular. A dramatização do Ticumbi encontra sua origem nos autos jesuíticos e no primitivo teatro medieval ibérico e de outras terras, como a África.

Essa fusão de elementos culturais deve-se, em grande medida, à condição escrava do negro. No entanto, também se constitui como caráter tradutório de comunidades marcadas por processos de desterritorialização e diásporas. Nesse sentido, o transnacional também se constitui como elemento de significação e tradução cultural. Todo o enredo usa do jogo de palavras, da ambivalência e do ritmo como estratégia discursiva para transmitir sua mensagem aos membros da comunidade.

A luta por liberdade foi profundamente marcada pela condição escrava do africano no Brasil, bem como pela luta por reconhecimento e por direitos constitucionais que ainda hoje são negados a comunidades tradicionais como as de Sapê do Norte, que protagonizam e não deixam morrer a celebração do Ticumbi.

Lyra (1981) faz referência a uma cerimônia que ocorre na região do alto Zaire, chamada Kicumbi, uma dança executada durante o período de iniciação das moças na vida sexual, que tem por característica o "toque", assim como nas danças de roda de diversas tribos africanas da bacia do Zaire. Ambas referenciadas por Nei Lopes (2012) em seu *Novo Dicionário Banto do Brasil*.

O toque é também um traço constitutivo do Ticumbi, seja durante o toque de ombro ou a dança dos congos, seja pelo recorrente toque de espadas que marca o ritmo das embaixadas entre secretários e reis de Congo e de Bamba.

Assim como nos rituais africanos, a dança dramática aponta para uma fusão, a qual também ocorre no Ticumbi: o mundo religioso e mítico mescla-se ao social do contexto. Sua força é inquestionável.

> No ritual, música e dança, irremediavelmente ligadas, integram o processo de intercomunicação. A música inscreve-se na pauta viva que é o corpo. Cantar e dançar, para o negro, é alguma coisa como ouvir as batidas do próprio coração, sentir a vida inscrevendo nela a morte. (Lyra, 1981: 39)

Na dramatização, é possível observar a participação dos reis de Congo e de Bamba (representados por suas coroas totêmicas, capa colorida, espada na cinta, e peitoral vistoso, com espelhos, flores e papel brilhante) e também: a) seus secretários (que trazem capa e espada como os reis e, na cabeça, enfeites em forma de animais); b) dos Congos (com suas tradicionais roupas brancas, flores coloridas na cabeça e pandeiros – conforme Figura 2); c) do violeiro (que dá o tom com seu violão e as vestes brancas, acompanhados do colorido chapéu de flor, como os dos Congos); e d) do Mestre (que comanda a todos com seu apito e o som de seu pandeiro).

Figura 2 – Ticumbi de Conceição da Barra em 2012.

(Fonte: Schiffler, 2014: 117)

No Ticumbi, mesclam-se: dança, gingado dos guerreiros, cantos entoados em conjunto pelos congos e diálogos proferidos pelos reis e seus secretários. Além disso, a musicalidade é comandada pelo violeiro e pelos pandeiros dos Congos. Estruturalmente, é evidente que a literatura oral do Ticumbi também é híbrida, revelando a diversidade e a riqueza da cultura local.

2.2 Origens Míticas: a lenda de Benedito Meia-Légua

No que se refere ao caráter mítico do Ticumbi, a origem está relacionada às crenças e narrativas orais das comunidades quilombolas de Sapê do Norte. Segundo a tradição popular, os festejos em homenagem a São Benedito remontam a um personagem lendário e guerreiro: Benedito Meia-Légua.

A história desse líder está na memória dos integrantes das comunidades de Sapê do Norte e registrada, assim como outros "causos" dos remanescentes de quilombos, nas páginas do escritor Maciel de Aguiar (2005).

A partir de 1820, Benedito Meia-Légua iniciou uma luta pela libertação dos escravos que perdurou por quase 60 anos. Benedito vinculava a fé em São Benedito à Revolução, uma vez que carregava em seu embornal uma pequena imagem de São Benedito.

Foi responsável pela organização da *Irmandade dos Homens Pretos,* a qual realizou diversas ações pela libertação, luta e alforria de muitos escravos, além da construção da Igreja de São Benedito e da organização da festa de São Benedito, dramatizando lutas entre os reis de Congo e de Bamba.

As ações de Benedito envolviam invadir as fazendas, saquear e libertar escravos que se uniam a um exército de revolucionários atuando em sequenciais invasões. Organizavam grupos que atacavam ao mesmo tempo em diferentes lugares. Nesses ataques, sempre havia um homem no grupo caracterizado como Benedito Meia-Légua, levando um embornal com um toco de madeira para representar a pequena imagem de São Benedito.

Desse fato veio o mito, começava-se a espalhar a ideia de que o líder revolucionário era onipresente e imortal, tendo em vista que era sempre uma surpresa desagradável para os senhores descobrir o falso Benedito no tronco central do mercado de São Mateus.

Gradativamente, a união do povo negro foi sendo alcançada, de modo que a saudação entre eles era: "Viva São Benedito! Viva o negro liberto!", em uma clara demonstração de união entre a fé e a política. O líder lutou até aproximadamente os 80 anos, quando, já velho e doente, retirou-se para o sertão de São Mateus, vivendo em um tronco de árvore na região de Angelim. Mais uma vez vítima de delatores, foi encontrado e queimado dentro do tronco que, segundo relatos, ardeu por três dias. Nas cinzas, algo sobreviveu: a imagem de São Benedito, chamada pelos devotos de "São Biniditinho das Piabas", o São Bino, carregado ainda hoje envolto em fitas e flores nos braços de sua protetora durante a encenação do Ticumbi de Conceição da Barra.

Nas representações do Ticumbi, a hereditariedade é de fundamental importância para a perpetuação da tradição. Tertolino, o Mestre Terto, como é conhecido, ouviu de seu avô que ele era nagô, dizem que seu nome era Silvestre. Silvestre Nagô foi secretário do quilombo do Negro Rugério, grande líder quilombola, que, segundo Aguiar (1995), foi o primeiro a introduzir a brincadeira para homenagear São Bino e levar a diversão ao povo do Quilombo do Morro de Nossa Senhora de Sant'Ana. A memória e os "causos" que circulam entre as

comunidades de Sapê do Norte atestam um passado escravo marcado por uma história de fé, luta e resistência. O Ticumbi concretiza e celebra todas essas histórias.

3. A Performance Cultural

Os estudos de Performance tratam da diversidade e da abrangência da produção artística marcada pela oralidade. As definições são amplas e é necessário considerar o contexto sociocultural e estético em que se realizam. Para o estudo da performance são necessários componetentes de diversas áreas do conhecimento, como a estética, a literatura, a sociologia, a antropologia, dentre outros.

Por se tratar de uma estética de caráter popular, que tem por componentes fundantes a oralidade, a presença da audiência e o improviso, sua definição torna-se também ampla, em função da profusão de formas estéticas que se enunciam no decorrer do ato performático.

Para a análise da representação cultural em questão, serão utilizados termos como "literatura oral", em função das características de gêneros literários nela presentes, como a narratividade, a expressão lírica e a dramatização de caráter popular; e, como um suporte mais amplo da representação dramática, o termo "performance cultural", a partir da análise dos componentes de hibridismo estético e cultural, do tempo cíclico que se articula e da troca estabelecida com a audiência.

As definições quanto à performance partem de diversos aspectos, sejam eles o caráter social, a perspectiva da memória, teatralidade ou a percepção por parte do público. Zumthor (2007), por exemplo, adota como pontos fundantes de sua análise a importância de um receptor que, diante de um ato de enunciação, manifesta uma sensibilidade corpórea que a dimensão unicamente da literatura como forma escrita não se propõe a captar.

Desde esse ponto, a performance sempre está relacionada à prática da enunciação, independente de sua forma constitutiva (conto, canção, rito ou dança). Trata-se de um ato performativo para aquele que contempla e aquele que desempenha, «uma colocação do sujeito em relação ao mundo e a seu imaginário», por meio da teatralidade (Zumthor, 2007).

O referido autor defende a expansão da ideia de performance, englobando o termo "recepção", no momento em que todos (atores e plateia) cristalizam uma percepção sensorial, um engajamento do corpo, determinando sua relação com o mundo e interferindo na percepção do literário. Nesse ponto, a voz assume papel fundamental, sendo ela emanada pelo corpo e, pela oralidade, envolve o espectador.

A enunciação, portanto, tem papel de destaque. Configura o lugar em que o literário se articula na percepção e aquele em que se encontraria um homem particular, feito de carne e sangue, apto à percepção e à troca de signos e sentidos. A performance, por sua estrutura dramatizada, teatralizada é o espaço para o desdobramento dessa troca com o público.

Nessa prática, o tempo e o espaço são regidos simultaneamente, sendo que a finalidade da transmissão é, em grande medida, a resposta do público. São nessa troca que se operacionalizam relações extremamente importantes para as comunidades participantes: a transmissão de saberes e o reconhecimento da cultura perante a sociedade. Em um contexto, ao mesmo tempo, cultural e situacional.

Outro ponto característico da performance é seu caráter heterogêneo, assim como o modo vivo de comunicação poética. Além disso, é corrente nos estudos de performance a defesa da ideia de que o arquivo material não é a única forma de sistematização do pensamento, sendo o conhecimento e a memória do corpo fontes imateriais de grande valor histórico e cultural.

A esse conhecimento contido e transmitido no e pelo corpo através das performances, Taylor (2002) chama "repertório", palavra que traduz os saberes transmitidos performaticamente pela manifestação da memória. O "repertório" reúne performance, canto, dança, música, lembranças traumáticas, entre outros elementos que, ao longo do tempo, sobrem modificações.

> Há maneiras contínuas de preservar e transmitir a memória, que vão dos 'arquivos' aos 'corpos' ou ao que chamo de 'repertório' do pensamento/memória do corpo, com todos os tipos de modos mistos e midiáticos entre eles (Taylor, 2002: 16).

A multiplicidade de linguagens artísticas e gêneros textuais, como o lírico e o dramático, envolvidos no ato performático também são elementos característicos desse fenômeno. Além disso, são reconhecíveis: a constante troca estabelecida entre atores e plateia; a formação identitária, em constante transformação a partir das trocas enunciativas e da atualização do repertório; as formas possíveis de intervenção social; e as projeções utópicas a partir da resistência criativa dos *performers*, bem como a possibilidade de ruptura e transgressão que permeiam não só a campo político-social, mas também a percepção do tempo cíclico da performance.

Ravetti (2002) assinala a performance como sendo marcada pela oralidade, uma evocação das próprias práticas, movimentos coreográficos, recitação, discursos de variados estilos, musicalização, emoções pessoais e de grupo, expressão vocal, corporal e facial. Outra marca é a subjetividade, que une experiências e memórias individuais e coletivas. Desse modo, a performance do "eu", na ficção, atribui novos valores e sentidos ao presente. Nessa perspectiva, ainda que remeta ao passado, a performance não é fixa na tradição, é um mecanismo complexo de negociação, recriação e instauração de significados.

A performance nasce e se desenvolve como um híbrido, ou pela mistura de gêneros, de suportes, de conteúdos, ou porque, como todo processo de hibridação, implica contaminação, contágio entre todas as partes envolvidas e a consequente modificação dos agentes participantes, não se trata, obviamente, de influências unidirecionais: as artes performáticas interferem na política e a política na arte (Ravetti, 2002: 57).

A constituição híbrida do ato performático é compartilhada também por Schechner (2000). A heterogeneidade deve-se ao fato de as performances serem produzidas em um contexto em que as culturas se chocam, se influenciam e interferem umas nas outras, hibridizando-se com energia. Formalmente, a performance é reconhecida pela mistura de gêneros estéticos, como o teatro, a dança e a música, mas não se limita a eles, compreendendo também ritos cerimoniais e jogos, performances da vida cotidiana, entretenimentos populares, dentre outros.

Outro fator que contribui para a pluralidade estrutural e temática da performance é seu registro múltiplo, que envolve a percepção dos atores, dos autores (em nível individual e coletivo), bem como dos espectadores. Em função dessa heterogeneidade, nenhuma performance é idêntica à outra, uma vez que os sistemas estão em fluxo constantemente e os significados, em negociação.

De maneira sintética, Schechner (2000: 14) define que:

> [...] la performance es un tipo de conducta comunicativa que forma parte de, o es contigua con cerimonias rituales más formales, reuniones públicas y otros varios medios de intercambiar información, mercancía y costumbres.

É nesse espaço de trocas que se estabelecem as relações e as negociações entre atores e público, edificando a via para construção de lugares de projeção discursiva por parte de posições laterais ou periféricas, criando formas possíveis de intervenções sociais e simbólicas.

O âmbito cênico e político-social da performance envolve a teatralização e a agitação política, o que implica a exposição radical do sujeito enunciador e do local de enunciação, a recuperação de comportamentos e histórias do passado, a exibição de rituais, a encenação de situações pessoais ou coletivas e a representação das identidades como um trabalho de constante restauração, sempre inacabado.

É nesse processo de negociação de significados, troca de informações e espaço de enunciação que os membros das comunidades articulam seu discurso revelando as tensões presenciadas no cotidiano, bem como a desigualdade social e os problemas enfrentados pelo grupo. É na performance que a cultura se mostra mais livremente, assim como seus anseios, suas lutas e suas tradições.

Em razão da multiplicidade de elementos estéticos, culturais e enunciativos envolvidos no ato performático, Schechner (2000: 19) afirma serem "inter" os estudos de performance: intergenéricos, interdisciplinares, interculturais e, portanto, instáveis, dinâmicos, produto de interações e resistentes a uma definição fixa. Para o autor, «aceptar el 'inter' significa oponerse a establecer ningún sistema fijo de conocimiento, de valores o de temas. Los estudios de la performance son inconclusos, abiertos, multívocos y auto-contradictórios».

Em função de tantos "inter", a performance não pode ser vista como fenômeno isolado, faz parte se uma série de ações conjuntas (ensaios, reuniões, almoços comunitários, festejos na comunidade, procissões e a dramatização em si) que abarcam não só os membros da comunidade, mas se entrelaçam a um público espectador que os assiste com as mais diferentes crenças, sensibilidades e juízos estéticos.

Na performance, o real e o simbólico fundem-se no transporte dos fatos ao público e ao ficcional, novos e indeterminados sentidos são construídos, abrindo espaço para a expressão simultânea de conteúdo estético e social. O que era experiência passa a ocupar o local da ficção como estetização, denúncia e possibilidade de transformação.

A performance, assim, além de ser um local de resistência e memória, é também espaço de negociação de identidades culturais e oposição à imposição de comportamentos e às políticas que mantêm as comunidades à margem do reconhecimento social, processos estes que são efetivados diante do público e que nele também reverberam.

Em função de tamanha diversidade e riqueza cultural e etética, o contexto performático se edifica como espaço de construção e negociação de identidades culturais a partir da memória, da representação simbólica dos conflitos passados e contemporâneos, a partir de múltiplas linguagens, como o canto, a dança, a poesia e o teatro. Seu caráter público e sua temática de resistência conduzem ao espaço de diálogo e intervenção social e política.

No ato performático, não raras vezes, estão presentes também objetos simbólicos e códigos sensoriais, visuais e auditivos que carregam em si valores estéticos que recriam códigos culturais e simbólicos, de modo a inserir a performance no espaço do rito (Martins, 2002).

O termo performance, pela sua ambivalência simbólica, é referenciado na literatura de diversas formas. Performance ritual, performance do corpo e performance que se crê são atribuições possíveis.

A performance ritual compartilha saberes filosóficos e metafísicos, envolvendo, pela tradição e pela memória, a valorização da ancestralidade como base cultural, a importância da fé na congregação comunitária, a necessidade de união das diferentes comunidades sob um mesmo signo de pertença e tradição cultural, assim como a importância da história de luta e resistência, que deve sobreviver entre os membros mais jovens da comunidade.

Dentre os saberes estéticos, há a percepção do ritmo, a constituição das coreografias, a ornamentação e a indumentária dos personagens constantes da encenação dramática (em que o corpo, pela coreografia, transmite um conhecimento), ademais do cuidado com a estilística textual, articulada formal e semanticamente.

Na composição estética da oralidade, Martins (1997) destaca: a tensão do narrador, o uso de refrão, a recorrência de expressões figuradas de forte efeito discursivo e o uso de vocativos no final das sentenças, a fim de incluir o ouvinte no texto em performance. São elementos que utilizam como veículo condutor a memória individual do narrador e a memória coletiva da comunidade.

O Ticumbi, sobre o qual se debruça este trabalho, como performance ritual (pois engloba cerimônias e festejos em sua dinâmica), é também um ritual de linguagem, em que, por meio da encenação, os atores estabelecem uma troca de sentimentos e reflexões com a plateia, firmando uma tensão constante entre o passado na África (seus ancestrais e sua cultura), no Brasil (sob o signo da diáspora e da escravidão, além do contato com o colonizador europeu) e o presente nas comunidades remanescentes de quilombos.

Nesse processo, o tempo passado, ritualizado na performance, é reinventado como forma de apreensão do presente. São formas da memória que, a partir do individual, configuram a coletiva. Esse movimento, no entanto, articula-se com vistas ao porvir, a uma projeção utópica de um futuro mais justo e igualitário. O tempo desdobra-se em uma relação contínua de passado, presente e futuro que irrompem no momento da enunciação e simultaneamente produzem significados, identidades e rupturas. Nessa perspectiva, o espaço ocupado pela ancestralidade e a memória das culturas africanas vem à cena.

O corpo em performance atua como *locus* de escrita da memória e da ancestralidade, traduzindo relações entre culturas e tempos por meio do movimento, da voz, da coreografia, da linguagem, do figurino dos desenhos na pele e no cabelo, dos adornos e dos adereços.

A escrita do corpo é performance ritual, sendo, portanto um ato de inscrição. Como tal, dá visibilidade a histórias e tradições, possibilitando dizer, compartilhar e refletir sobre experiências traumáticas, lutas cotidianas e demandas sociais.

Segundo Taylor (2002: 41):

> [...] a performance provê o caminho da memória, o espaço de reiteração que permite ao povo reapresentar antigas demandas por reconhecimento e poder, que ainda hoje fazem sentido. (…) As performances dialogam com a história do trauma, sem

> que sejam elas mesmas traumáticas (…) criam uma experiência reivindicatória, facilitando o testemunho, que é em si oposto ao colapso traumático.

Em um estado de constante refazer-se, as performances gravam e transmitem conhecimento por meio de movimento físico do corpo, assentando as memórias históricas que constituem a comunidade. Dessa forma, trazem também o reconhecimento social e a união dos membros de comunidades marcadas por histórias de preconceito, violência e marginalização, como as comunidades remanescentes de quilombos sobre as quais se debruça este trabalho.

Em meio a diversas disputas nos campos sociais e político, a performance inscreve sua territorialidade pelo poder da palavra. Atua como luta e transformação diante dos membros das comunidades participantes e do entorno. Atua também como instrumento público de afirmação identitária e cultural, trazendo à tona saberes seculares, reafirmando a importância da ancestralidade e projetando um porvir carregado de esperanças e possibilidades.

4. O Ticumbi: identidade e representação social

O Ticumbi, como performance cultural e ritual, reúne em si tradições, mitos e saberes ancestrais. A partir dele, sujeitos inscrevem sua história por intermédio da linguagem simbólica da literatura oral, construindo metáforas sociais que enunciam as contradições e as lutas travadas pelas comunidades quilombolas brasileiras. A percepção do caráter plural e híbrido da linguagem e da tradição contida no Ticumbi contou com a participação, como audiência, na referida performance cultural. Para a compreensão do petencial de representação simbólica do mundo em que estão imersas as comunidades, o que envolve não só sua relação com o presente, mas também a forte presença da ancestralidade, é necessário referenciar alguns fragmentos que compõem os versos da dramatização.

O auto popular é dividido em diferentes partes, sendo a primeira, de valor marcadamente ritual, constituída por uma "marcha de rua", que se realiza no dia 31 de dezembro sob a forma de procissão nas ruas da cidade de Conceição da Barra. Essa marcha era utilizada, em tempos de escravidão, como um pedido de licença às autoridades para que a "brincadeira" fosse realizada. Atualmente, sua função é chamar o público e perdir a bênção da padroeira da cidade: Nossa Senhora da Conceição.

Em toda a dramatização, a estrutura dos versos, que compõem tanto os diálgos quanto os cantos dos coros de congos, remete aos versos redondilhos, tanto maiores como menores, ou seja, alternando-se em unidades ritmicas entre cinco e sete sílabas métricas, na grande maioria dos versos. O metro mais curto dá mais movimento e rapidez à enunciação das cantigas, conferindo agilidade ao bailado e aos versos. Retoma-se, portanto, uma estrutura vocal que encontra raízes na tradição oral do teatro popular e na lírica do medievo europeu.

São identificadas diversas partes constituintes da performance, como: a marcha de rua, realizada no dia 31 de dezembro; e a marcha de entrada, a chegada do Rei de Congo, as danças preparatórias, as embaixadas, as guerras, as danças de júbilo, as danças finais e os vivas, que ocorrem no dia 1 de janeiro.

Para efeito ilustrativo da amplitude social e do caráter político que a performance artística assume, será destacado um fragmento da "chegada do Rei de Congo", sobre o qual serão realizadas observações de caráter literário, estético, social e político, conforme transcrição realizada por Schiffler (2014: 159-164).

Secretário do Rei de Congo: Licença, senhor paciência!
Eu peço que a excelência o povo cala
Enquanto o Rei de Congo
Chega nesta praça e fala!

Me vala valoroso Rei de Congo
Rei de Congo assim chamado,
Que foi rei em Costa d'África
E que em Guiné foi apresentado.

Me vala o valoroso Rei de Congo!
Hoje aqui neste dia,
Que vós sois o Rei mais velho
E de grande soberania.
(...)

Rei de Congo: Sacretário, Sacretário!

Secretário do Rei de Congo: Rei Senhor, para que chamastes?

Rei de Congo: Eu já vivo tão cansado,
E cansado eu vivo aflito,
Não achamos um assento de cadeira
Para nós se descansar,
Ao lado do violeiro,
Perto de São Benedito?

Secretário do Rei de Congo: Sim, senhor, senhor meu Rei.
Mandei pedir no Palácio do Planalto
E a resposta veio ligeiro.
Dizendo que lá têm muitas,

Pra aqueles que lá nasceram.
Que as que têm tão ocupadas,
Por mentirosos, corruptos,
Gananciosos e caloteiros.

Então mandei ver na escola
e logo me atenderam.
Coitada das professoras,
Que são de classe tão sofrida,
Mas educam o mundo inteiro.

São elas quem educam
Padre, pastor, prefeito,
Presidente e outros governos,
Cuidam bem de seus maridos,
Vai pra beira das estradas
Pra tentar uma carona
Pra educar nossos herdeiros.

Foram na sala da diretora,
Pegaram uma linda cadeira,
Feita pela mão de Inácio
Porque é vontade dele,
Está ao lado de São Benedito
E perto do violeiro.

Meu Reis pode se descansar
Seu descanso derradeiro.

Rei de Congo: Vem senhor sacretário,
Que longe de mim não ficais,
Para executar as ordens
Quando eu por ti chamais.

Secretário do Rei de Congo: Nesse baile sacristia,
Todo cheio de alegria,
Vamos começar com
Uma linda melodia.

Os congos dançando,
Cantando e encantando,
E fazendo cortesia
Com suas mãos para o alto.

Pedindo paz para o mundo,
Dando um basta à violência
E clemência à pedofilia
Louvando a São Benedito

E saudando essa gente "gandé"
Que a todos nós acompanha
No combate do meu reis
Há de ser de grande valia.

O momento de chegada do Rei de Congo é quando se realiza a apresentação dos protagonistas. Nessa parte é realizada a caracterização dos personagens a partir das identidades culturais forjadas no passado africano, delineando um dos pontos da híbrida formação cultural das comunidades. Logo na segunda estrofe é apresentado o protagonista da história, a partir de sua condição geográfica.

O texto "Me vala valoroso Rei de Congo / Rei de Congo assim chamado, / Que foi rei em Costa d'África / E que em Guiné foi apresentado" localiza o antigo Império do Congo na costa africana e seu contato aberto para o Atlântico. A referência à Guiné pode ser metonimicamente interpretada como a região do Golfo da Guiné e indicação da diáspora Atlântica.

Como valor de reconhecimento identitário, a terceira estrofe carrega em si o valor da tradicionalidade, da ancestralidade e da soberania, representada pelos versos: "Que vós sois o Rei mais velho / e de grande soberania".

Outro fator que chama a atenção para o caráter identitário e o reconhecimento do grupo diz respeito à função do auto: homenagear São Benedito, a fim de firmar o compromiso de sua fé.

O caráter de resistência inerente à oralidade é tecido de maneira evidente a partir do diálogo entre o Rei de Congo e seu Secretário, conferindo à performance o significado de "jornal cantado". Esse olhar de denúncia para com a sociedade em que estão inseridos os personagens segue por diversas partes da dramatização, efetivando-se até o momento das guerras, em diferentes versos.

A crítica começa a ser tecida por meio de uma relação metonímica expressa pela busca de uma cadeira. O contexto, no entanto, indica que se trata de muito mais do que um objeto decorativo. Metaforicamente, a cadeira representa a busca por um lugar, uma trégua, um descanso, uma segurança.

A relação despertada metonimicamente pela cadeira-lugar, cadeira-lar, diz muito sobre as lutas das comunidades pelo reconhecimento de direitos, como o direito à posse de terra, o direito à moradia na região de onde compartem a tradicionalidade e a forte relação com a terra e com seus ancestrais.

A referência à cadeira tem início com os versos "Não achamos um assento de cadeira / pra nós se descansar", encerrando o ciclo eufemicamente com os versos "Meu Reis pode se descansar / seu descanso derradeiro". Encontrado seu lugar, o rei poderia morrer em sua terra e nela proceder ao ciclo de encontro com seus ancestrais.

São apontadas diversas críticas relacionadas ao cotidiano da comunidade, indicando problemas não só de ordem local, mas também nacional, o que faz com que o Ticumbi exponha simbólica e esteticamente as problemáticas enfrentadas pelas comunidades quilombolas e por muitos brasileiros.

O questionamento acerca da cadeira permite o debate sobre aqueles que poderiam fornecer-lhes a autonomia e o encontro de seu lugar. A busca começa pelo governo, que constitucionalmente deveria garantir-lhes os direitos mínimos de moradia, saúde, educação e respeito ao patrimônio cultural de que são guardiões.

No entanto, a resposta vem de negações e consciência dos problemas que assolam o cotidiano de todos os brasileiros: a corrupção, conforme evidenciam os versos: "Mandei pedir no Palácio do Planalto / E a resposta veio ligeiro. / Dizendo que lá têm muitas, / Pra aqueles que lá nasceram. / Que as que têm, tão ocupadas, / Por mentirosos, corruptos, / Gananciosos e caloteiros." Mais do que crítica ao comportamento indevido dos políticos, o que se observa é um testemunho da descrença de que o governo pode garantir uma condição digna de vida a sua população.

Os versos seguintes dão continuidade à denúncia, dessa vez, no que se refere ao trabalho das professoras. Denunciam as dificuldades, caracterizando-as como uma "classe tão sofrida", que enfrenta diversos obstáculos diariamente, como "vai pra beira da estrada / pra tentar uma carona", possui dupla jornada, "Cuidam bem de seus maridos", mas persevera "pra educar nossos herdeiros". O reconhecimento ao nobre ofício vem da consciência de que, sem professores, ninguém ocuparia os cargos de prestígio que assumem na sociedade, por exemplo, "padre, pastor, prefeito / presidente e outros governos".

Vale destacar, ainda atrelada à metonímica "cadeira", que se não são os governantes que lhes concedem um lugar para se fixar e descansar, é na escola e na educação que eles encontram instrumentos para tal: "Então mandei ver na escola / e logo me atenderam". A crença no potencial da educação como agente transformador da realidade social foi compartilhada pela audiência, que os aplaudiu veementemente após tal afirmativa.

Assentado em seu lugar e referenciado pela sacralidade do "baile de sacristia", o Rei observa seu secretário convocando os congos e toda a gente "gandé" para a alegre festa. Segundo Lopes (2012), «Gandé *s.f.* Criancice, tolice. Possivelmente, de gandaia», ressaltando o caráter jocoso e de brincadeira, na língua banto. Enuncia-se uma identidade cultural estabelecida pelo passado africano comum, expresso em língua banto, e são apresentados outros elementos de resistência, como o clamor quanto ao fim da violência e a denúncia quanto à existência de casos de pedofilia. O que se deseja para todos, enfim, é a paz. São Benedito não só é louvado, mas em sua honra surge o clamor para o perdão dos erros cometidos.

O tronco linguístico banto se configura como elemento formador da identidade e como fator de reconhecimento e orgulho das matrizes africanas de sua cultura.

O pequeno fragmento é elucidativo do potencial transformador da performance cultural inserida no contexto das comunidades remanescentes de quilombos do Norte do Estado do Espírito Santo. Essa produção artística, híbrida cultural e esteticamente, permite pensar o social e as contradições que marcam historicamente a realidade de grande parcela da população brasileira.

Em um momento de comunhão entre *performers* e plateia, entre passado e presente e entre ancestralidade e contemporaneidade, são edificadas identidades plurais, híbridas e diversas que denotam a riqueza da cultura brasileira por meio do patrimônio cultural imaterial de sua literatura oral.

A materialidade linguística e a criação literária no auto popular ou dança dramática do Ticumbi tem em sua base a tradução híbrida de sua representação cultural. Não apenas na memória e nas heranças guardadas, mas na própria construção de seu discurso. Canto e dança, personagens e enredo estão fundidos em uma performance cultural que traz em si elementos líricos e cênicos para concretizar relações humanas e recriar subjetivamente elementos da realidade diversa e plural das comunidades remanescentes de quilombos de Sapê do Norte.

São africanidades e brasilidades que se fundem ao milenar canto da cultura popular, trazendo referências da cultura ibérica medieval, dos povos de matrizes africanas que de seus diversos reinos convergiram para São Mateus e tantas regiões brasileiras. Homens profundamente marcados pela diáspora africana e pela violência que não desistiram de exibir sua realeza.

Nesse espaço plural e diversamente rico, a realidade fora dos dias de festa não passa despercebida e o "jornal cantado" do Ticumbi traz para a boca de cena seus proclamas e suas lutas imemoriais. São diversas também as possibilidades de interpretação simbólica dos cantares, que se realizam de maneira lírica, intensa e diferente, em cada uma das pessoas que participam da performance cultural, seja como plateia ou como *performer.*

É no espaço público das ruas, palco das performances, que tradição e memória se encontram, produzindo a ponte para refletir sobre os erros do passado, a história, o constante silenciamento e as injustiças do presente.

Nesse espaço plural, a valorização do hibridismo cultural ressalta a riqueza dos diversos matizes que compõem a beleza da cultura brasileira.
É a partir da arte e da performance que diferentes veredas se cruzam e sobre as quais se funda a identidade cultural das comunidades que encontram na arte o veículo para a transmissão se sua voz, potencializada por intermédio da linguagem como forma de expressão no mundo e representação do mundo.

Bibliografia

AGUIAR, M. de. (1995), *Benedito Meia-Légua: a saga de um revolucionário da liberdade.* São Mateus, ES: Editora Brasil-Cultura; Centro Cultural Porto de São Mateus.

AGUIAR, M. de. (2005), *Brincantes e Quilombolas*. Porto Seguro: Brasil Cultura.

BAKHTIN, M. M. (1993), *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais.* São Paulo: Editora Hucitec.

BRASIL. Decreto 4887, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm, [consultado em: 20-11-2014].

HALL, S. (2009), *Da Diáspora: identidades e mediações culturais.* Belo Horizonte: Ed. UFMG.

LOPES, N. (2012), *Novo Dicionário Banto do Brasil.* 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Pallas.

LYRA, M. B. C. de. (1981), *O Jogo Cultural do Ticumbi.* Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

M'BOKOLO, E. (2003). *África Negra: história e civilização (até o século XVIII).* v. 1. Lisboa: Vulgata.

MARTINS, J. V. (2008), *Os Bakongo ou Tukongo no Nordeste de Angola.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

MARTINS, L. M. (1997), *Afrografias da Memória: o Reinado do Rosário no Jatobá.* São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições.

MARTINS, L. M. (2002), "Performances do Tempo Espiralar". In G. Ravetti, M. Arbex (orgs.), *Performance, Exílio, Fronteiras: errâncias territoriais e textuais.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, pp. 69-92.

NEVES, G. S. (1976), *Ticumbi.* Cadernos de Folclore, 12. Rio de Janeiro: MEC / Funarte.

OLIVEIRA, O. M. de. (org.) (2009), *Culturas Quilombolas do Sapê do Norte: farinha, beiju, reis e bailes dos congos.* Vitória: Instituto Elimu.

RAVETTI, G. (2002), "Narrativas Performáticas". In G. Ravetti, M. Arbex (orgs.), *Performance, Exílio, Fronteiras: errâncias territoriais e textuais.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, pp. 47-68.

RIBAS, O. (1975), *Ilundo – Espíritos e Ritos Angolanos.* Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola.

SCHIFFLER, M. F. (2014), *Literatura Oral e Performance: a identidade e a ancestralidade no Ticumbi de Conceição da Barra, ES.* Tese de doutoramento, Espírito Santo: Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Espírito Santo.

TAYLOR, D. (2002), "Encenando a Memória Social: yuyachkani". In G. Ravetti, M. Arbex (orgs.), *Performance, Exílio, Fronteiras: errâncias territoriais e textuais.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, pp.13-46.

ZUMTHOR, P. (2007), *Performance, Recepção, Leitura*. 2. ed. São Paulo: Cosac Naif.

Da ponta da língua à imagem em movimento: uma experiência/vivência artística/cultural em uma comunidade brasileira

Clarissa Bittencourt de Pinho e Braga[1]

Marise Berta de Souza[2]

Umbelino Brasil[3]

Resumo: Nesse artigo propomos refletir sobre as ações do Programa Narrativas, Imagens e Sons da Cidadania, Edital PROEXT/MEC 2014, que visou integrar discentes e docentes da UFBA com estudantes do ensino médio de Lauro de Freitas (Bahia-Brasil) através do desenvolvimento de práticas expressivas de linguagens artísticas que cobrem o arco da narrativa oral ao audiovisual. O programa se desenvolveu na perspectiva freireana. Para Paulo Freire, "a leitura do mundo antecede a leitura da palavra". É nessa perspectiva que se deve considerar o território e a cultura do sujeito que, a partir das suas memórias, realiza a sua própria leitura do mundo e possui suas próprias reflexões. Em um processo de socialização, essas leituras são compartilhadas, negociadas e ligadas aos fluxos das experiências artísticas, culturais e sociais vivenciados. Nesse contexto, foram produzidas narrativas audiovisuais que expressaram e refletiram a atmosfera das suas referências, considerando a diversidade dos diferentes espaços de sociabilidade.

Palavras-chave: Narrativas, identidade, diversidade cultural, Paulo Freire, audiovisual.

Introdução

Nesse artigo analisamos uma proposta desenvolvida em Lauro de Freitas, município que se situa na Região Metropolitana de Salvador (Bahia – Brasil). Lauro de Freitas foi a designação que recebeu em 1962 a antiga Santo Amaro de Ipitanga e onde se situa a praia de Buraquinho, que serviu de laboratório experimental para a produção do primeiro longa-metragem de Glauber Rocha: Barravento, raiz baiana do Cinema Novo. Seis décadas após a produção do emblemático filme, o município passa a funcionar como uma extensão de Salvador, faltando aos seus novos habitantes uma identidade afetiva e efetiva que recupere a memória do local.
Foi nesse campo de atuação que encontramos as parcerias para o desenvolvimento do projeto Narrativas, Imagens e Sons da Cidadania: a Associação São Jorge Filho da Goméia, (entidade que abriga o Ponto de Cultura Bankoma, que vem ao longo dos últimos anos criando mecanismos de mobilização e empoderamento na comunidade); a Secretaria de Cultura do município e a Escola Estadual Kleber Pacheco.

---

1 Clarissa Bittencourt de Pinho e Braga é professora Adjunta II do IHAC-UFBA, doutora em Educação pela FACED-UFBA. Coordena o projeto de extensão Canto do Conto e a pesquisa: "Narrativas da Chapada Diamantina". E-mail: clarissabbraga@gmail.com.

2 Marise Berta de Souza é professora Adjunta II do IHAC-UFBA, doutora em Artes Cênicas pelo PPGAC-UFBA. Coordenadora de TV e Mídias Digitais da PROEXT-UFBA, Coordenadora do mestrado Profissional em Artes-UFBA e do programa de extensão "Narrativas Imagens e Sons da cidadania". Membro do Grupo CULT (IHAC/FACOM-UFBA). E-mail: mariseberta@uol.com.br.

3 Umbelino Brasil é professor Associado I da FACOM-UFBA, doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas FACOM-UFBA, Pós- Doutor em Comunicação PPGCOM -UFPE, pesquisador e realizador cinematográfico. Membro da Rede de Investigadores do Cinema Latino-Americano- RECILA. E-mail: umbelino@ufba.br .

O projeto consistia em sensibilizar um grupo de alunos da população local sobre suas identidades, suas perspectivas e seu futuro, através da capacitação no audiovisual. Os jovens escolhidos da Escola Estadual Kleber Pacheco tinham como monitores/ integrantes do projeto, alunos da UFBA. O objetivo era levar os participantes a desenvolver uma consciência crítica e cidadã, a partir da elaboração de vídeos que tivessem como temática suas referências pessoais e se relacionassem com as tradições culturais do município.
Utilizamos como método a perspectiva freireana. Para Paulo Freire, "a leitura do mundo antecede a leitura da palavra". É dessa forma que Freire nos mostra a importância do aprendizado significativo, que deve considerar o território e a cultura desse sujeito que, a partir das suas memórias, realizou a sua própria leitura do mundo e possui suas próprias reflexões. Em um processo de socialização, essas leituras do mundo são compartilhadas, negociadas e refletidas já na perspectiva do grupo. E, nesse contexto, são desenvolvidos audiovisuais através de oficinas, considerando não somente a educação escolar, como também a diversidade dos saberes apreendidos nos diferentes espaços de sociabilidade.
O processo permitiu também a articulação entre ensino formal e não-formal, uma vez que possibilitou o trânsito entre o conhecimento escolar e universitário, os saberes populares e o conhecimento não-formal, produzidos nas outras organizações da sociedade, além da escola.
Para isso, tudo começou com o levantamento da história de vida dos sujeitos e de que forma ela poderia contribuir para o projeto do grupo. A partir de então, foi proposto o registro da memória social da comunidade de Lauro de Freitas através da constituição de um acervo audiovisual. No entanto, o resultado mostrou-se bastante diferente do esperado e, por isso mesmo, representou um processo muito mais rico em aprendizagem para professores, alunos da UFBA e alunos da Escola Estadual Kleber Pacheco.
A expectativa inicial era que os temas escolhidos pelos alunos refletissem a identidade de uma comunidade onde a maioria da população é negra, ou seja, esperávamos ver essa identidade refletida na escolha de temas como as religiões de matizes africana, mestres griôts, danças ritualísticas ou estética afrodescendente. No entanto, nos deparamos tanto com temas ligados à culinária africana – representado pela baiana de acarajé –, à capoeira, quanto com temas como o ballet clássico oferecido por um centro espírita, grafite, abandono de animais e hip hop. Nesse contexto, acrescentamos às leituras reflexivas sobre narrativas, oralidade, audiovisual e educação não-formal, a definição de cultura de Teixeira Coelho (2008) e o hibridismo cultural de Nestor Canclini (2006).
Para analisar os resultados do projeto, dividimos o presente artigo em cinco partes: na primeira, apresentamos o lugar onde o projeto foi desenvolvido; em seguida, discutimos sobre comunidades, identidades e territórios; na terceira parte desse artigo, analisamos as narrativas a partir da perspectiva freireana; por fim, refletimos sobre a experiência da produção de audiovisuais e apresentamos algumas considerações finais.

1. De Santo Amaro de Ipitanga à Lauro de Freitas

Lauro de Freitas é um município localizado na Região Metropolitana de Salvador. Antigamente chamava-se Santo Amaro de Ipitanga e só em 1962 recebeu essa designação, o que contribuiu para distanciar a comunidade local de suas raízes. Foi na praia de Buraquinho, localizada no seu litoral, que foi rodado o primeiro filme realizado em longa-metragem do importante cineasta brasileiro Glauber Rocha: Barravento, raiz baiana do Cinema Novo. Foi esse fato que nos impulsionou a realizar esse projeto em Lauro de Freitas.
Em diversas oportunidades o cineasta declarou que o contato que manteve com a população de Buraquinho foi fundamental para a sua formação humanística e política. O convívio com a colônia de pescadores, o relacionamento com a cultura e religião afro-brasileiras através dos capoeiristas e do povo de santo, atores naturais do drama humano apresentado no filme, foi decisivo para a construção do seu método original, que deu vida aos personagens da história contada em Barravento, mantendo-se fiel à tradição da oralidade pela qual recuperava a capacidade narrativa. A re (descoberta) da potência da experiência transmitida boca a boca, que constitui "a fonte de criação de todo narrador" Benjamin (1994), irrigou o cinema épico de Glauber Rocha, conferindo-lhe originalidade. O cineasta que imantou o expressivo movimento do cinema moderno brasileiro, o Cinema Novo, revelou ao mundo a condição dos oprimidos, estimulado pelas expectativas

políticas vislumbradas no horizonte de mudança presente no contexto do país no final da década dos anos 1950, direcionando o seu olhar para as fontes culturais que ainda preservavam o potencial narrativo do mito.
Passadas seis décadas em que a praia de Buraquinho foi locação do emblemático filme da história do cinema brasileiro, o desenvolvimento econômico alterou o cenário e trouxe para a cidade uma nova e crescente população. A cidade passa a funcionar como uma extensão de Salvador, faltando aos seus novos habitantes uma identidade afetiva e efetiva que recuperasse a memória de Santo Amaro de Ipitanga, incorporasse e motivasse a defesa da nova comunidade que passou a integrá-la.
Os alunos do ensino médio das escolas públicas de Lauro de Feitas são oriundos de comunidades afro-descendentes (88% da população) e vivem em situação de vulnerabilidade social. O perfil econômico do município acusa, nessa localidade, uma concentração de famílias de baixa renda, habitantes de áreas com precária oferta de serviços públicos e culturais. Lauro de Freitas alcançou o segundo pior índice de mortalidade por homicídios entre jovens de 12 a 29 anos, entre todos os municípios do país com mais de 100 mil habitantes.
O índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (VJV) é apurado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) a pedido da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do Ministério da Justiça (MJ). O indicador baseia-se nos dados consolidados pelo último Censo Demográfico, realizado em 2010, e retrata questões que influenciam a vida de jovens entre 12 e 29 anos de idade.
A Escola Estadual Kleber Pacheco está localizada à margem esquerda da Estrada do Coco, no bairro de Portão, segundo maior bairro em população do município. Portão, é assim descrito pelos historiadores Gildásio Freitas e Emanuel Paranhos:

> Portão, originalmente, foi o nome de uma Fazenda localizada à margem do Rio Joanes(...). Basicamente, foi uma povoação, onde moravam pescadores e pequenos agricultores, talvez achegados da Fazenda Portão e do Engenho Japara, bem próximos ao assentamento. Caracteriza-se por sua forma alongada que se estende até a beira do rio, sem a existência de uma grande praça principal. Hoje, o local vive cercado por condomínios luxuosos e fechados e é tradicional reduto de manifestações afro-brasileiras (Freitas; Paranhos, 2008: 12).

É nesse campo de atuação que encontramos as parcerias para o desenvolvimento desse projeto: A Associação São Jorge Filho da Goméia - entidade que abriga o Ponto de Cultura Bankoma, que vem ao longo dos últimos anos criando mecanismos de mobilização e empoderamento na comunidade; a Secretaria de Cultura do Município e a Escola Estadual Kleber Pacheco.
Nesse escopo, julgamos importante a imersão e o contato desses estudantes com o ambiente audiovisual, que poderão, ao concluir o ensino médio, ampliar as suas perspectivas de trabalho a partir da experiência com a produção de artefatos audiovisuais. A vivência poderá impulsionar os jovens, também, a buscar formação universitária em áreas relacionadas à Comunicação, Cinema, Produção Cultural, Rádio e Televisão, entre outras.
No entanto, os resultados nos surpreenderam, não só pelas temáticas escolhidas pelas equipes que se formaram para produção dos audiovisuais, como também pelo processo de sensibilização pelo qual passaram os alunos da Escola Estadual Kleber Pacheco e os monitores provenientes da Universidade Federal da Bahia – UFBA.
A leitura que fazemos do processo vivenciado é que o elemento comum das identidades dos sujeitos participantes não era a etnia, mas a violência sofrida pelos jovens, em suas diversas modalidades, o que confirmou os dados estatísticos apresentados anteriormente. Dessa forma, as temáticas escolhidas para o desenvolvimento das peças audiovisuais refletiram possíveis formas de superação dessa violência, que ora se apresentavam sob a forma de reivindicação da ancestralidade afro-descendente, ora através da arte, de novas formas de estética jovem.
É importante pontuar, também, que a adesão ao projeto não ocorreu de forma linear. Assim, se no encerramento do projeto a convergência ocorria para um sentimento de “somos fortes apesar de”, no início, as vezes parecia ocorrer um sentimento de “somos fortes, apesar de vocês”. Nesse processo, os monitores, também eles moradores de comunidades vitimadas pela violência, foram fundamentais para o processo de aproximação.
No final, o diálogo estabelecido entre alunos, professores e monitores, foi enriquecedor para todas as partes e

resultou em um processo de trocas refletido em um produto final que agregou diversas perspectivas de leitura do mundo, mosaico multifacetado de existências.

2. Sobre comunidades, identidades e territórios

Em 2008 a Bahia dividiu simbolicamente o seu território em 26 Territórios de Identidade, posteriormente sendo ampliado para 27. O objetivo dessa divisão foi subsidiar políticas públicas tendo como ponto de partida a centralidade da cultura no mundo contemporâneo. Dessa forma, o Estado foi simbolicamente fracionado em aglomerados de municípios que tinham em comum alguns aspectos culturais tais como: manifestações populares, modos de vida, religiosidade, formas de produtividade, entre outros. Exemplos desses territórios são: Portal do Sertão, Território do Sisal, Bacia do Paramirim, Chapada Diamantina, entre outros, que revelam no nome o tipo de agrupamento que foi desenhado. Lauro de Freitas está situado no Território de Identidade da Região Metropolitana de Salvador – e assim percebemos que a sua identidade está obliterada por algo maior.

Fonte:http://maisculturanoportaldosertao.blogspot.com.br/p/o-territorio.html.Acesso:25-09-2014

O conceito de território desenvolvido foi inspirado na obra do geógrafo brasileiro Milton Santos (2000), que ao abordar a geografia cultural, descreve o território como um espaço recheado de representações simbólicas, sobre as quais se constroem as identidades. Assim, destaca a importância do estabelecimento de laços, que ocasionam um sentimento de pertencimento, fortalecendo os membros de uma comunidade ou local.
Isso significa que não só a geografia delimita a comunidade, mas o conjunto do compartilhamento das crenças, manifestações culturais, etnias, vivências, histórias e um passado compartilhado que fazem com que aquelas pessoas residentes em um determinado território se sintam parte de um grupo. Para o autor, nesta concepção, o território supera a definição de apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. Ao considerar a dimensão humana e as relações estabelecidas nas localidades, o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é, portanto, o chão mais a identidade, o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (Santos, 2000: 83).

Mas as comunidades não vivem isoladas. As pessoas se socializam e interagem em seu ambiente local, seja ele a vila ou a cidade, formando redes sociais com seus vizinhos. Com a facilidade dos meios de transporte e meios de comunicação contemporâneos, essas interações ganham contorno mundial. Assim, as identidades locais entram em intersecção com outras fontes de significado e reconhecimento social, seguindo um padrão altamente diversificado que dá margem a interpretações alternativas. (Castells, 1999: 79). Ou seja, há um reagrupamento e reposicionamento dos grupos e das suas identidades culturais. Para Bauman (2003) as comunidades não são mais um local de aconchego.

> "Exatamente essa fissura nos muros de proteção da comunidade se torna trivial com o aparecimento dos meios mecânicos de transporte; portadores de informação alternativa (ou pessoas cuja estranheza mesma é informação diferente e conflitante com o conhecimento internamente disponível) já podem em princípio viajar tão rápido, ou mais, que as mensagens orais originárias do círculo da mobilidade humana "natural". A distância, outrora a mais formidável das defesas da comunidade, perdeu muito de sua significação". (Bauman, 2003: 18)

Por entender a importância da memória é que propomos, no projeto analisado nesse artigo, a produção dos audiovisuais. Não estamos, com isso, condenando os trânsitos e as interseções entre a comunidade e o mundo globalizado; apenas, explicando o porque das expectativas iniciais sobre o projeto terem respostas diferentes daquelas que esperávamos. Diferentes, mas igualmente enriquecedoras e representativas dessa nova comunidade que dialoga com o mundo; isso porque, a comunidade "natural" que dialoga com o mundo e esquece as suas raízes pode se revelar frágil, enquanto que aquela que incorpora elementos do mundo e se redescobre dentro desse (novo) mundo tende a fortalecer seus laços identitários:

> "A comunidade de entendimento comum, mesmo se alcançada, permanecerá portanto frágil e vulnerável, precisando para sempre de vigilância, reforço e defesa. Pessoas que sonham com a comunidade na esperança de encontrar a segurança de longo prazo que tão dolorosa falta lhes faz em suas atividades cotidianas, e de liberta-se da enfadonha tarefa de escolhas sempre novas e arriscadas, serão desapontadas". (Bauman, 2003: 19)

Quando iniciamos o projeto, o primeiro passo foi fazer os alunos refletirem sobre o seu próprio território de identidade, a fim de despertar no grupo o sentimento de pertencimento. Nossa expectativa era que a memória surgisse nas narrativas dos participantes de forma ressignificada pelas novas gerações.

Kessel (2009) afirma que a memória coletiva contribui para um sentimento de pertencimento a um grupo, que possui um passado comum e para a construção da identidade desse grupo, "compartilhada não só no campo histórico, do real, mas, sobretudo no campo simbólico". Mas a memória também se modifica conforme as relações que esse grupo estabelece com e entre os diferentes grupos, portanto: (...) a memória é um objeto de luta pelo poder travada entre classes, grupos e indivíduos. Decidir sobre o que deve ser lembrando e também sobre o que deve ser esquecido integra os mecanismos de controle de um grupo sobre o outro.

A autora relaciona as memórias do grupo aos territórios, aos espaços que esses grupos habitam, pois os espaços são importante referência na memória dos indivíduos, "donde se segue que as mudanças empreendidas nesses lugares acarretam mudanças importantes na vida e na memória dos grupos" (Kessel).

Por isso, a primeira oficina de sensibilização apresentou a forma como essa comunidade era vista pelas estatísticas da violência – já apresentadas em tópico anterior – e pela mídia local. Para isso, além da abordagem de Kessel (2009) utilizamos o conceito de Hall (1996: 41), que afirma que a identidade surge não tanto da plenitude, já presente dentro de nós enquanto indivíduos, mas da insuficiência da totalidade, que é preenchida a partir do que nos é exterior, pela forma como imaginamos sermos vistos pelos outros.

Nesse contexto, a nossa intenção com o projeto era, não só reafirmar laços construídos pela memória, mas gerar outro processo de identificação, uma reação pela forma como se é visto. Hall (2000) acredita que a globalização faz aflorar um fascínio pela diferença, pela alteridade, reposicionando a relação entre o global e o local. Para Said (1995) é na fricção dessa nova articulação entre o global e o local, no fluxo ou na troca, que as novas possibilidades identitárias tomam corpo.

No entanto, para Silva:

> "A globalização, entretanto, produz diferentes resultados em termos de identidade. A homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e a cultura local. De forma alternativa, pode levar a uma resistência que pode fortalecer e reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidade" (Silva, 2000: 21)

Por isso, práticas e culturas locais são muito importantes para as comunidades que representam. Neste contexto, a autoria como proposta educativa contribui para a manifestação de cada sujeito que tem a possibilidade de traçar caminhos individuais e coletivos de aprendizagem a depender de seus interesses e suas referências culturais e sociais.

3 - As narrativas dos sujeitos como proposta metodológica

O programa Narrativas, Imagens e Sons da Cidadania possui uma abordagem Freiriana, onde a história assume lugar de destaque na construção pedagógica do sujeito.

> "A visão mecanicista da História que guarda em si a certeza de que o futuro é inexorável, de que o futuro bem como está dito que ele virá, nega qualquer poder à educação antes da transformação das condições materiais da sociedade. Da mesma forma, como nega qualquer importância maior a subjetividade da História" (Freire, 1997: 97).

Dessa forma, adotamos como procedimento metodológico a teoria da ação dialógica. De acordo com Freire (1997), é através da cultura que os oprimidos conseguem resistir ao "invasor" e fortalecer a sua identidade. Por isso, defende que as ações culturais devem ser problematizadoras das condições dos sujeitos nelas envolvidos; o caminho, para o educador, é sempre o diálogo. No entanto, Freire defende que esse diálogo não pode ser neutro, pois faz parte do papel do educador conscientizar os educandos sobre sua condição de oprimido. É isto que Freire denomina "Pedagogia da Libertação".

Ao utilizarmos Freire no contexto do projeto buscávamos mostrar aos jovens de Lauro de Freitas as diferentes leituras que são realizadas sobre as suas condições: desde aquelas que denunciam o ambiente violento no qual eles se encontram, como também as que revelam o importante contexto histórico-cultural que deu origem à formação do município.

Para isso, reunimos professores em uma perspectiva interdisciplinar de unidades diversas como a Faculdade de Comunicação (FACOM), os Bacharelados Interdisciplinares locados no IHAC – Instituto de Humanidades, Artes e Ciência Milton Santos e o Instituto de Matemática da UFBA. Em uma proposta de integração, o programa provocou a articulação dos conteúdos das pesquisas dos docentes tais como: narrativas, oralidade, empreendedorismo e audiovisual.

O caminho metodológico percorrido, tendo em vista a articulação entre pesquisa e extensão, foi trilhado com base na pedagogia de problematização de Paulo Freire, e encontrou esteio em uma ação interdisciplinar que se pautou na práxis dialógica, emancipadora e de empoderamento para todos os participantes, seguindo as seguintes etapas:

1 – Seleção dos monitores alunos do IHAC – os alunos do IHAC passaram por um processo seletivo, que teve como requisito a vivência e experiência dos candidatos. A avaliação foi desenvolvida sob a forma de narrativa do sujeito aprendiz, contemplando as possibilidades de contribuição para o programa e perspectivas de aprendizagem. A partir do levantamento do perfil dos inscritos, foram formados grupos de trabalho para as diferentes fases do programa, totalizando 12 alunos da UFBA participantes de diferentes cursos de graduação. Uma vez formada a equipe de alunos, foram realizadas reuniões e oficinas para consolidar o desenvolvimento da interdisciplinaridade, reconhecimento situacional, construção do referencial teórico metodológico e definição de estratégias a serem trabalhadas na comunidade;

2 – Preparação para intervenção - O grupo integrante do – alunos e professores – definiu a proposta das práticas que seriam implementadas no projeto. Foi estabelecido que as Oficinas seriam conduzidas pelos alunos monitores, partindo-se, em seguida, para a construção coletiva dos recursos didático- pedagógicos operacionais.
3 – Seleção dos alunos do Colégio Estadual Kleber Pacheco – após várias visitas ao colégio e de conversas com os diretores e professores foi selecionado o público-alvo, turmas das 7 ª e 8º séries do Ensino Básico, com faixa etária oscilando entre 13 e 16 anos, e o turno do funcionamento do projeto definido no contra-turno, ou seja, no horário oposto ao das atividades curriculares. A convocação dos alunos foi feita pela direção do Colégio através de chamada geral aos interessados. As atividades foram iniciadas com 40 alunos.
3 – Oficina de Reconhecimento das Realidades e Empreendedorismo: nesta oficina os alunos da UFBA, do Colégio Kleber Pacheco e professores, trocaram experiências em que a polissemia dos diferentes locais de fala foi enfocada. A oficina teve como objetivo fazer com que os sujeitos participantes conhecessem a si mesmos, interagindo com a comunidade de Lauro de Freitas e discutindo seus sonhos e perspectivas, transformando-os em metas e em motes para o desenvolvimento dos produtos audiovisuais. No final da oficina foi promovida uma avaliação onde os alunos da UFBA e do Colégio, através de um debate, refletiram sobre o aprendizado, sugerindo melhoramentos, e apontando suas expectativas para a etapa seguinte.
4 – Oficina de Narrativas Orais – Nessa oficina trabalhamos com um texto sobre contadores de historias e comunidades narrativas. A ideia foi chamar a atenção dos alunos para as pessoas da comunidade que eram guardiões da memória do município. Nesse sentido, não focamos o olhar apenas nos moradores antigos, mas ampliamos para a possibilidade de haver outros tipos de contadores de histórias que exercessem a mesma função.
5-Oficina de Linguagens e Narrativas Audiovisuais – A oficina capacitou os estudantes para a construção da leitura crítica sobre as imagens. Constou de exibição de filmes, escolhidos a partir dos interesses e demandas dos participantes, seguidos de discussão mediada pelos professores. Ao final, os alunos refletiram e produziram um texto crítico, em equipes mistas, compostas por estudantes da Universidade e do Colégio, sobre as imagens vistas. Os sistemas de significação de que o cinema se utiliza para estruturar sua linguagem também foram abordados, constando basicamente da exposição dos princípios de utilização e posicionamento da câmera; captação e uso do som; edição e montagem. A complexidade dos elementos de significação do cinema foi tratada, demonstrou-se o papel desempenhado pelo aparato técnico na composição do sentido da narrativa audiovisual, e o léxico da gramática cinematográfica conjugado em seus variados tempos e ritmos.
6- Oficinas de produção: Elaboração de roteiros, imagens e sons. Nessa etapa ocorreu a realização dos produtos audiovisuais, a partir dos dados levantados nas etapas anteriores. Essa foi a fase em que se deu a aproximação efetiva e o aprendizado das técnicas audiovisuais, concomitante à realização dos produtos.
7 – Oficina de Empreendedorismo: Nesta etapa de fechamento do programa retornamos os sonhos e expectativas da primeira etapa, verificaremos se foram contemplados, e incentivaremos o debate sobre novas prospecções dos alunos sobre os produtos audiovisuais realizados.
Em todas as etapas os monitores, supervisionados pelo conjunto de professores, utilizaram de recursos audiovisuais (filmes, músicas, fotos, imagens), recursos tradicionais (textos e aula expositiva) e recursos interativos (provocações e dinâmicas lúdicas, visuais e sonoras). Os estudantes do colégio estadual Kléber Pacheco vivenciaram e experenciaram as práticas audiovisuais a partir do tripé metodológico que envolve o conhecimento, a ação e a reflexão, e isso sem se limitar à perspectiva do puro agir sem que este esteja devidamente contextualizado, pois o objetivo e a conexão que se dá a partir da articulação desse tripé reside na ampliação e aprofundamento dos canais de discussão, reverberação e ressignificação dos conteúdos disponibilizados e discutidos, pois de acordo com Paulo Freire (1996:14) "A verdadeira reflexão crítica origina-se e dialetiza-se no interior da 'praxis' constitutiva do mundo humano'.
Durante o processo, ficou clara a potencialidade do desejo e a possibilidade da leitura do mundo pela registro, invenção e criação audiovisual, como meio e estímulo ao desenvolvimento intelectual. Alia-se à essa percepção, outra de igual valia, a potência do acolhimento afetivo, evidenciada pela troca afetiva ocorrida. Para Piaget (1986), o desenvolvimento intelectual manifesta-se a partir de um elemento cognitivo e um afetivo, o que inclui interesse, sentimentos, desejos tendências, valores e emoções. O afeto floresce no mesmo espaço

que a cognição ou inteligência. Na convergência entre a cognição e a afetividade, o programa Narrativas, Imagens e Sons da cidadania se espraiou e fez emergir carências, precariedades e exposição da situação de vulnerabilidade na polifonia dos discursos dos jovens, que foram compartilhadas e orientadas pelo viés da superação. Diante dessa realidade, destaca-se a maturidade do grupo de alunos monitores que não se limitou a cumprir as etapas programadas, mas favoreceu e alimentou essa fricção, promovendo a motivação necessária a um ambiente favorável à convivência e à trocas afetivas positivas, propulsoras do desenvolvimento autônomo dos estudantes, pavimentando um caminho a ser percorrido onde aprendizado e prazer estão no mesmo campo e despertam sensações e espaços de aprendizagem fincados na confiança e conhecimento mútuos.

No propósito de garantir a continuidade desse trabalho, ao término das oficinas, os materiais instrucionais foram tratados e as informações sistematizadas. No momento, está sendo elaborada uma cartilha contendo o relato das experiências de todas as dimensões vivenciadas pelos integrantes do projeto integrando a perspectiva dos professores, monitores e estudantes.

Quanto à avaliação dessa prática, ressalta-se que a avaliação pelo público será feita a partir da exibição dos produtos audiovisuais, seguida de debates onde questões como cultura local, identidade, juventude, memória e cidadania poderão ser estimuladas. A avaliação pela equipe de execução está ainda em processo, discussões nesse sentido foram realizadas ao final de cada etapa, considerando as avaliações dos alunos envolvidos como material para orientação do percurso. No final (o projeto está em processo de conclusão), além do conteúdo dos audiovisuais produzidos, a equipe irá avaliar a qualidade técnica. Esse processo será realizado com os alunos envolvidos, a partir de audiências, onde o produto final será debatido.

3. Narrativas Audiovisuais para ler e viver o e no mundo

Eric Hobsbawm, (1995) afirma a posição de centralidade ocupada pelo cinema e audiovisual nesse século e assinala que a era da reprodutibilidade técnica, caracterizada pela reprodução e acesso massivo das obras de artes, não só incide na transformação que ocorre na forma como se dá a criação, mas, também, na maneira como o homem passa a perceber a realidade.

Nesse contexto, o sociólogo francês Pierre Bordieu (1979) entende como necessário que a experiência das pessoas com o cinema contribua para desenvolver uma competência para ver, isto é, uma determinada disposição, legitimada socialmente, para compreender e analisar qualquer história contada em linguagem cinematográfica. O autor, ao tratar dessa competência para ver, assevera que ela não se adquire apenas no ato de se ver o filme: ela é oriunda da imersão das pessoas na atmosfera cultural de suas vivências, das suas referências culturais e sociais. Isso leva ao entendimento de que, as experiências culturais e o modo de ver do grupo social de pertencimento permitem que sejam desenvolvidas determinadas maneiras de leitura e de manejo com os produtos culturais, especialmente o cinema e o audiovisual. "Ver filmes, é uma prática social tão importante, do ponto de vista da formação cultural e educacional das pessoas, quanto a leitura de obras literárias, filosóficas, sociológicas e tantas mais". (Duarte, 2009: 16).

Dessa forma, desenvolver a competência para ver, produzir e acionar os recursos necessários para apreciar os mais diferentes produtos audiovisuais, afasta-se da perspectiva de escolha pessoal e constitui-se em uma prática social importante que atua na formação das pessoas contribuindo para distingui-las socialmente. Em sociedades impregnadas pelo audiovisual como a nossa, a assimilação dos sistemas de significação e o domínio dessa linguagem é condição para o trânsito nos vários campos sociais e garantia para a construção da cidadania cultural.

Por isso, o projeto Narrativas, Imagens e Sons da Cidadania se desenvolveu na perspectiva freireana. Para Paulo Freire (1999), "a leitura do mundo antecede a leitura da palavra mundo". O autor nos mostra a importância da experiência e da vivência na formação do sujeito e do cidadão no processo educativo. O aprendizado significativo, portanto, deve considerar o território e a cultura desse sujeito, que realizou a sua própria leitura do mundo e possui suas próprias reflexões acerca das suas leituras cotidianas. Em um processo de socialização, essas leituras do mundo são compartilhadas, negociadas e refletidas pelo grupo. E, nesse contexto, deve-se levar em consideração não somente a educação escolar, como também a diversidade dos saberes apreendidos nos diferentes espaços de sociabilidade, portanto, isso implica na valorização da educação não-formal também.

Gohn (2001: 98) afirma que a educação não-formal designa um processo com cinco campos ou dimensões, que correspondem a suas áreas de abrangência: a aprendizagem política dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas cotidianos; a aprendizagem de conteúdos da educação escolar formal em outros espaços de aprendizagem; e, por último, a educação desenvolvida na, e pela mídia.

É a partir dos cinco campos definidos por Gohn (2001), que o programa "Narrativas, Imagens e Sons da Cidadania" sustentou sua proposta, ao privilegiar a linguagem e as técnicas da comunicação audiovisual e integrar a comunidade universitária à sociedade, em uma experiência que privilegia o território na qual a comunidade participante está inserida; propõe o aprendizado com foco na capacitação técnica e na formação cidadã; reflete sobre a educação desenvolvida e mediada pela mídia e articula com os conteúdos desenvolvidos no âmbito da escola.

Nesta perspectiva, o projeto articulou um programa sobre a cultura e a formação da identidade da juventude afrodescendente em uma localidade do município de Lauro de Freitas investindo na formação audiovisual de novas gerações com o objetivo de proporcionar o acesso a conhecimentos necessários para qualificar o que veem e ampliarem a sua capacidade de avalição e crítica, além de possibilitar a iniciação à produção, impulsionando-os a alçarem o primeiro voo estético audiovisual.

Apreciar e produzir audiovisual na companhia de quem transita por ambientes em que essa prática é estimulada, no caso os professores e estudantes de audiovisual e comunicação da UFBA, favoreceu o compartilhamento e o aprendizado dos "jovens aprendizes" que desempenharam um papel ativo, interagindo com esse grupo, que complementava a formação ministrada no interior da escola, com outros modos de transmissão e produção de conhecimento. As interações e as circunstâncias em que o audiovisual se estabelece são espaços privilegiados de relações e experimentação de sociabilidade, abrindo a possibilidade de uma intersecção ampla e potente entre os sujeitos sociais envolvidos no processo, em função do estabelecimento de vínculos e das trocas efetivadas a partir do reconhecimento dos valores, interesses e objetivos comuns.

Dessa forma, a UFBA que já tem experiências positivas neste sentido, através da TV UFBA, uma vez que já produziu e exibiu durante a programação do Novembro Negro da TVE, no ano de 2010, uma série de reportagens especiais com os temas, Memória, Cultura, Estética e Identidade e Infância, consolida a sua experiência audiovisual e alarga o seu horizonte na incorporação de práticas pedagógicas participativas.

Considerações Finais

O programa Narrativas, Imagens e Sons da Cidadania ao integrar discentes e docentes da UFBA com estudantes do ensino médio de Lauro de Freitas (Bahia- Brasil) através do desenvolvimento de práticas expressivas de linguagens artísticas - que cobriram o arco da narrativa oral ao audiovisual - possibilitou um instrumental diferenciado no uso dos suportes de comunicação, através de uma formação integradora, afetiva e inclusiva, resultando numa intervenção na própria realidade dos participantes envolvidos na implementação do projeto, levando-os, assim, a reconhecerem-se como agentes transformadores e promotores de atitudes e consciência cidadã, pois não se pode desconhecer que a produção audiovisual é um processo especializado e a produção de imagens é tributária, em grande medida, do modelo econômico e social estabelecido.

Dessa forma, refletir sobre a produção de imagens e o acesso às técnicas de produção e comunicação audiovisual constituiu-se em um instrumento diferenciado de conhecimento e construção de cidadania. O valor simbólico, cultural e social do audiovisual não está mais em discussão na contemporaneidade. Nas sociedades mais desenvolvidas mundialmente, os bens culturais audiovisuais são considerados recursos estratégicos para a construção e reconhecimento de identidades nacionais e culturais.

Assim, em seu escopo, o projeto buscou privilegiar a produção de saberes, crenças e visões de mundo dos seus atores sociais, promovendo discussões sobre produções audiovisuais cujos conteúdos relacionem-se com a cultura popular local e com a diversidade cultural brasileira, além de investir em uma linguagem inovadora e qualificar os estudantes/participantes para uma maior compreensão do discurso audiovisual e manuseio dos

meios e técnicas. Ocupação militante, pois o audiovisual, em que pese a sua importância destacada no mundo contemporâneo, ainda é visto como recurso adicional ao processo da educação institucionalizada.

Neste contexto, este projeto descortinou para o seu público o interior e a fisiologia das imagens em movimento, dos meios e técnicas o que é fundamental em uma sociedade cujo repertório literário não pára de ceder espaço às programações mediadas pelo mundo da imagem. Uma nova leitura, mais crítica, dos discursos audiovisuais em vigência, terá sua eficácia alargada se o processo de conscientização acompanhar-se de um mergulho na etapa prática da produção desses discursos.

Como foi sugerido durante todo o texto, a proposta dessa prática, que conjuga pesquisa e extensão, atuação pedagógica e prática social emancipadora, conduz ao protagonismo dos sujeitos, e posiciona-se em fluxo horizontal, de forma a permitir o câmbio entre conhecimentos da academia a da sociedade.

Com esse posicionamento acredita-se que a experiência trazida por essa aproximação entre Universidade e Comunidade desenvolveu o exercício da inovação e aprendizado de todos os seus agentes no convívio com diferenças, identidades e territórios, em um arranjo promissor de fortalecimento da formação cidadã, alargando o compromisso da Universidade Brasileira com as questões que lhe concerne ao demonstrar o seu compromisso e projetar o seu horizonte.

Referências Bibliográficas

BAUMAN, Z. (2003). *Comunidade – A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.

BENJAMIN, W. (1994). *O narrador : considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*.In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, p. 197-221**.**

BORDIEU, P. (1979). *La Distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit.

CANCLINI, N. G. (2006). *Culturas Híbridas: Estratégias para entra e sair da modernidade*. 4ª Ed. São Paulo: Editora EDUSP.

CASTELLS, M. (1999). *O poder da identidade. A era da Informação: economia sociedade e cultura.* Vol. 2. São Paulo: Ed. Paz e Terra.

COELHO, T. (2008). *A cultura e o seu contrário: cultura, arte e política pós-2001*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural.

DUARTE, R. (2009). *Cinema e educação*. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

FREIRE, P. (1999). *Criando Métodos de Pesquisa Alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação.* In: BRANDÃO, C.R. (org.) Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense.

_____(1996). *Pedagogia do Oprimido*. 48ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREITAS, G.; PARANHOS, E. (2008*). Livro da História de Lauro de Freitas: antiga Freguesia de Santo Amaro de Ipitanga 1608-2008, 400 anos*. Lauro de Freitas: JSP JornaleGráfica,3ªEd. GOHN, M. G. (2001). *Educação não-formal e cultura política Impactos sobre o Associativismo do Terceiro Setor*. 2ª Ed. SãoPaulo: Cortez.

HALL, S. (1996). *Identidade cultural e diáspora*. In: Cidadania. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 24. Brasília: Iphan/MEC.

_____(2000). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A.

HOBSBAWM, E. (1995). *A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.

KESSEL, Z. (2014). *Memória e memória coletiva***.** Disponível em: www.museudapessoa.net. Acesso em: 18 nov. 2014.

MARTIN, M. (1990). *A linguagem cinematográfica*. São Paulo: Brasiliense.

PIAGET, J. (1982). *O nascimento da inteligência na criança*. Rio de Janeiro: Zahar.

SAID, E. (1995). *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

SANTOS, M. (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.

Porque essa lâmina nas palavras? O experimentalismo nas artes como um signo histórico dos meados do século XX.

Edwar Castelo Branco
Universidade Federal do Piauí
edwar2005@uol.com.br

Jaislan Honório Monteiro
Instituto Federal Tecnológico do Piauí
jaislanufpi@gmail.com

Resumo: O pré-texto consiste na análise de filmes rodados em câmeras domésticas de superoito milímetros, nas cidades de Teresina e do Rio de Janeiro, em princípios da década de 1970. O foco do estudo incide sobre filmes do "Espectro Torquato Neto", através dos quais, com base em autores como Michel de Certeau, se procura descrever as táticas comunicacionais utilizadas por jovens realizadores no momento em que estes se viram historicamente implicados na necessidade de utilizar linguagens experimentais como instrumentos de bricolagem dos códigos culturais de seu tempo.

Palavras-chave: História, Brasil, Linguagem, Filmes, Arte Experimental.

Introdução

Sob a ditadura militar (1964-1985) o campo artístico brasileiro experimentaria profundas rupturas, em diferentes frentes, configurando uma taxonomia que traria para o cenário público categorias tais como Poesia Concreta, Cinema Novo, Poema Processo, Tropicália, Poesia Marginal, etc. Esta reconfiguração, que por sua vez revelava o fracasso dos esforços racionalizantes com os quais as formas dominantes de pensamento no Brasil pretendiam interpretar e intervir na realidade nacional (VELHO, 1969: 11), tendia historicamente a um reposicionamento do papel social da arte e dos artistas, chegando mesmo a forçar a constituição de um novo acordo tácito entre consumidores e produtores das obras de arte (ZÉ, 2004: 22).

Dentro deste contexto a estética experimental – entendida como uma intervenção que é feita com o intuito de provocar uma ampliação conceitual no campo artístico – podia ser encontrada com frequência em letras de músicas, em peças teatrais e, especialmente, em diversos filmes, a maioria dos quais era enquadrada no chamado "Ciclo Marginal". Mas ao lado deste surto criador e rebelde, a censura atuava reprimindo e limitando o espaço de criatividade de parcelas da juventude que atuavam no campo artístico. E isto não representava um aspecto específico para a história do Brasil, pois como já se percebeu em relação a todo o ocidente, em uma sociedade moderna, marcada pelo controle da produção e da circulação dos discursos, "não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar de tudo em qualquer circunstância" (FOUCAULT, 1996: 09).

Mas mesmo sabendo-se parte de uma sociedade intensamente vigiada, os jovens envolvidos com a arte experimental, além da transgressão comportamental, visavam à constituição de uma contra-linguagem, através da qual fosse possível expressar seu inconformismo em relação ao seu tempo (CASTELO BRANCO, 2005a). Essas vanguardas artísticas queriam, além de dizer coisas inovadoras, dizê-las de forma diferente. Desse modo, grande parte da energia crítica dessa geração de descontentes vai ser canalizada para atividades até então não utilizadas pelas formas tradicionais de luta política. Pode-se mesmo dizer que, sob a pressão da mundialização, estes jovens redescobriram a política forçando-a a escorregar do macro para o micro (CASTELO BRANCO, 2005b), encontrando em diferentes formas de expressão artística os instrumentos de sua dicção.

Os apontamentos que se seguirão são resultantes de um esforço que visa uma reflexão mais detida sobre a inventividade do cotidiano efetuada pelos cineastas ditos marginais do início da década de 1970. Trata-se,

do ponto de vista deste trabalho, de sujeitos que, sob o impacto da pós-modernidade, buscavam, através da linguagem cinematográfica, ressignificar o mundo à sua volta. Os filmes em formato não-comercial que serão tratados aqui expressariam, à luz da teoria que se está utilizando, um movimento sub-reptício e astucioso, através do qual fragmentos da juventude brasileira compunham, face às formas dominantes de pensamento no período, suas artes de fazer (CERTEAU, 1994).

Objeto marginal ou marginalização do objeto? itinerários de uma pesquisa

Através de pesquisa realizada no âmbito do grupo de trabalho *História, Cultura e Subjetividade*[1], foi possível encontrar uma quantidade considerável de filmes curtas-metragens produzidos em películas de super-8 milímetros no início dos anos setenta. Esta descoberta, por sua vez, poderá resultar, naquilo que diz respeito aos estudos sobre cinema no Brasil, numa significativa redefinição, tornando insuficientes muitas das delimitações e teorizações anteriormente fixadas em torno desse tipo de produção artística. O mérito desta pesquisa, portanto, reside no esforço para arrastar para a claridade um vultuoso conjunto de filmes experimentais, forçando uma visibilidade que enxergue a produção superoitista fora do âmbito do eixo Rio-São Paulo.

Os filmes aqui tratados, portanto, além de expandirem significativamente o conhecimento histórico que se tem da chamada "marginália setenta", poderão demonstrar que as manifestações artísticas dos anos setenta – especialmente o chamado "cinema marginal" – ainda oferecem um vasto campo de intervenção para a pesquisa histórica. Ainda que tais filmes constituam um conjunto de fontes pouco usuais nos estudos históricos, estes, quando lidos em termos de seu capital simbólico, permitem analisar as formas como os seus produtores se relacionavam com seu tempo, procurando inscrever sentidos sobre o mundo. Partindo da premissa de que os signos muitas vezes figuram sem a bela simplicidade das letras do alfabeto ou das tabuletas de trânsito (BARTHES,2001:178), este texto quer fazer funcionar o conjunto cultural presente na estética *underground* das fontes em estudo, de forma a fazer tagarelar seus silêncios e provocar uma ampliação conceitual da história cultural brasileira.

Um dos aspectos a se ressaltar é o fato de que a produção fílmica que está sendo tratada não encontrou espaço de veiculação nos circuitos exibidores da época, seja por problemas de mercado – rompimento com a lógica produção-distribuição-exibição – seja pela quebra da linearidade típica da narrativa fílmica – começo/meio/fim – ou, mesmo, por problemas com a censura, restando-lhes apenas os circuitos alternativos. Mas certamente a questão do mercado teve enorme peso. Não apenas no sentido de limitar a veiculação, mas especialmente na definição dos parâmetros de interlocução dos jovens cineastas. Sendo um gerador de energia e liberdade violentíssimo (JOSÉ, 1984), a prática de utilizar o super-8 para determinados segmentos da juventude estava atrelada ao desejo e à necessidade de transformar o objeto de consumo em instrumento de produção (MACHADO JÚNIOR, 2005). Isto demonstra que o uso do super-8 transcendia o simples recurso a uma técnica emergente nas décadas de sessenta e setenta e incidia sobre um esforço, por parte dos jovens realizadores em estudo, para utilizar este objeto não apenas como um novo recurso técnico, mas como um instrumento de transgressão. Neste caso, a atividade de consumir um produto comercial – as bitolas de uso doméstico – era assumido como uma atitude de bricolagem, de inventividade, de criação e de produção. Isso por que os sujeitos, mesmo estando inseridos numa sociedade capitalista/consumista, não consomem de maneira passiva os produtos da indústria cultural. Estes homens ordinários assim o são justamente porque, através de uma bricolagem inventiva, conseguem se apoderar deliquentemente dos códigos culturais e reinventar o cotidiano que pretendem usar. No limite, o ordinário se faz exatamente no esforço para reconduzir as práticas e as línguas à vida cotidiana, como ensina Certeau (1994), trazendo a linguagem de seu uso filosófico de volta ao seu uso ordinário (WITTGENSTEIN, 2005).

Esta utilização do super-8 como uma espécie de instrumento de uma guerrilha semântica fez-se intensamente

---

1 Trata-se de grupo de pesquisa liderado pelo professor Edwar de Alencar Castelo Branco, certificado pela CGP/UFPI e cadastrado no diretório de grupos de pesquisa do CNPQ. Seu objetivo é reunir, no âmbito da UFPI, os trabalhos cujos interesses temáticos e teóricos façam a articulação entre História, Cultura e Subjetividade.

presente no universo de parcelas da juventude urbana nos anos 1970 (CASTELO BRANCO, 2014). Com o benefício da fala de Durvalino Couto Filho – o qual atuou como ator, diretor e *câmera man* em vários dos filmes em estudo – é possível afirmar que os superoitistas também procuravam utilizar as bitolas domésticas como uma espécie de arma em favor de uma guerrilha artística: "O cinema super-8 era utilizado como o filme da família. Ele era um filme utilizado para filmar casamento, aniversário, batizado, mas a gente fez isso como uma proposta de guerrilha artística" (COUTO FILHO, 2006).

O que se está propondo é que a produção superoitista, vista em termos de sua época, representaria um esforço de parte de seus realizadores para abrir brechas e ocupar espaços alternativos no âmbito da produção artística. E mais do que isso: representaria mesmo o interesse em interferir na realidade social fazendo coincidir arte e vida. A partir dessa produção marginal é possível entender a época em estudo como um período de redefinição de valores e de conceitos em vastos campos. Torquato Neto, o poeta que viria a se tornar um dos ícones do Movimento Tropicalista (FAVARETTO, 2000), ao assumir a editoria da coluna *Geléia Geral* no jornal carioca *Última Hora*, entre o final de 1971 e o início de 1972, transformou aquele espaço numa espécie de trincheira da arte experimental, especialmente do chamado cinema marginal. Isto acabaria fazendo com que o poeta d'*Os últimos dias de paupéria* catalisasse, em torno de si, a fúria dos adversários do cinema marginal, especialmente a fúria do cineasta Glauber Rocha. Isto porque coube a Torquato teorizar os parâmetros da produção fílmica marginal em sua relação com a realidade brasileira dos "anos de chumbo", valendo-se do espaço que tinha em *Última Hora*. A importância de Torquato e de sua coluna pode ser medida em termos de avaliações como a seguinte:

> Não seria exagero afirmar que, hoje, a coluna *Geléia Geral* tornou-se material indispensável para o estudo e para se ter o *feeling* da polêmica história da cultura do início da década de setenta. (...) Lendo o conjunto de *Geléia Geral* temos a impressão de estar numa cabina de cinema vendo um superlonga-metragem de época. Correm na tela, a vinte e quatro quadros por segundo, Chacrinha, João Gilberto, o impacto de *revolição* (lição de voltar a querer) de José Celso com Gracias Señor, a fantástica descoberta do *imagine* de Lennon, da *Chinoise*, de Godard, o som que surgia com os novos baianos, os foxes e sambas de Luis Melodia, os ecos e os sinais dos grandes "ausentes", como Hélio Oiticica, Glauber, Caetano, Gil, Macalé. E mais brigas, tiros, crises a quarenta graus (HOLANDA, 1983: 12).

Um dos centros do programa tático de Torquato, no sentido certeauriano, consistia em conclamar seus leitores e simpatizantes a olhar a realidade com "o dedo no disparo", portanto atuando "dentro do campo de visão do inimigo, no espaço por ele controlado" (CERTEAU, 1994: 100). Ao mesmo tempo o poeta formulava táticas que permitissem, a si e a seus leitores, desviarem-se das redes de vigilância do Estado:

> não se esqueça de que você está cercado, olhe em volta e dê um rolê. dá pra descobrir as brechas. eu ando por debaixo da avenida muito antes do metrô. ou será que eu não odeio tanto a ditadura da classe média que não queira transar com a moral dela? (NETO, 1982: 348).

Relativamente àquilo que Torquato Neto pensava especificamente em relação ao papel do cinema e especialmente em relação às utilidades do super-8 como instrumento de uma guerrilha semântica que refundasse sua época, o excerto transcrito a seguir configura uma bela síntese:

> Quero liquidar com todas as teorias de montagem, tempo, gramática fílmica, etc. Isso tudo já se transformou numa linguagem. Eu quero liquidar essa linguagem e partir de volta a um *aproach* bem primitivo, como uma criança. Sem conceituações. Buñuel falou que qualquer tipo de filme já é uma resposta a um princípio onírico, uma espécie de sonho. De maneira que eu quero agora romper com os conceitos

> estruturais e começar de novo (...). Acredito que a estrutura dos signos no cinema é mais importante do que a montagem. A montagem reprime as imagens e os signos (...). Qualquer filme é a projeção de um sonho reprimido. E eu quero que esse sonho seja liberado, seja livre, sem nenhum limite. O cinema agora é feito por cineastas, "filmakers", e eu quero que ele seja feito por todo mundo. Super oito... Oito crianças... Isso será o cinema liberto (NETO, 1982: 186).

O discurso torquateano configura-se como emblema do confronto que reúne ao mesmo tempo e sobre a mesma atmosfera fragmentos de uma gramática fílmica baseada nos cânones da sétima arte e uma nova enunciação que busca uma renovação de forma a solapar as certezas da teoria do cinema. Desse modo, os filmes em super-8 produzidos nos anos 1970 podem ser entendidos como importantes instrumentos de intervenção na rede de significados instituídos e controlados pela sociedade, uma vez que estes empenharam-se no sentido de ampliar os limites deste ambiente fechado que é a época, implicando no cinema o novo acordo tácito já referido.

Por uma nova geografia da cidade: citadinos delinqüentes e a ressignificação do espaço urbano

Por mais diversos que possam ter sido os lugares nos quais a atividade juvenil atuou rodando curtas-metragens experimentais, a cidade acabou por figurar como o palco privilegiado no desenvolvimento dessa guerrilha semântica. Uma guerrilha que objetivava efetuar novas leituras a partir da localização e ocupação dos lugares da cidade por meio de movimentos táticos. Numa atividade que ia além de um gesto meramente contemplativo, os jovens cineastas concentravam várias de suas manifestações principalmente no centro da cidade, o que talvez decorresse do fato, já percebido, de que

> o centro da cidade é instituído antes de tudo pelos seus jovens, pelos adolescentes. Quando estes exprimem a sua imagem da cidade sempre tem tendência a restringir, a concentrar, a condensar o centro; o centro é vivido como lugar de troca das atividades sociais...das atividades eróticas no sentido amplo do termo. Melhor ainda, o centro da cidade é sempre vivido como espaço onde agem e se encontram forças subversivas, forças de ruptura, forças lúdicas (BARTHES, 2001: 278).

Dentro desta lógica os realizadores experimentais dos anos 1970 estavam interessados, antes de tudo, em estabelecer uma nova semantização sobre a experiência da cidade, usando "o espaço físico da rua, reavaliando seu funcionamento e introduzindo novas atitudes" (MACHADO JÚNIOR, 2005:07). Essa atividade, a qual se dá quase sempre através das deambulações do homem ordinário na sua flanância investigativa pela cidade, é própria da vivência urbana, marcada pela necessidade de ler desenfreadamente a explosão de signos que a cidade propicia. Afinal, já foi percebido que quem caminha pela cidade "é uma espécie de leitor: recolhe fragmentos de enunciados para anunciá-los em segredo. À nossa revelia somos todos esse leitor de vanguarda quando estamos numa cidade" (BARTHES,2001: 228).

Essa atividade que se exerce no centro e em muitos outros lugares da cidade se dá, como dito, através do uso de procedimentos táticos. O exercício tático está atrelado necessariamente à ocupação de um lugar, um lugar próprio, controlado por regras estáveis. O ato de fazer filmagens na cidade de Teresina no início da década de 1970, entrecortando ruas, vielas, avenidas, praças e demais lugares possuidores de uma organização própria, é uma intervenção que se faz no sentido de buscar um novo equilíbrio. Rompendo a sintaxe imposta pelos projetos urbanistas e comportando-se segundo os moldes que lembram a conceituação certeauriana de *caminhante delinquente* (CERTEAU, 1994), os realizadores em estudo, lutando ao mesmo tempo contra a precariedade técnica de seus equipamentos e a conjuntura política brasileira da época, empreenderam lances astuciosos de reorganização espacial a partir de uma elaboração própria dos seus quadros de referência. E estes movimentos táticos dariam a ver um momento de fundação de um novo discurso, de uma nova forma de nomear a realidade. As astúcias e estratégias das formas dominantes de pensamento, ávidas em capturar e enquadrar as

diferentes subjetividades, reduzindo-as ao uniforme, não conseguiram impedir que os consumidores da cidade se articulassem a outros jogos de linguagem. A trajetória desses realizadores contraventores é uma marca da dinâmica da história contemporânea brasileira, quando várias foram as linguagens experimentais utilizadas por segmentos da juventude com vistas a obterem uma nova forma de se dizerem e de se inscreverem no debate político-cultural de sua época.

A prática do fazer cotidiano, do divagar pelos territórios da burla é sempre acompanhada pela noção de que o espaço em que se pratica tais ações é o lugar do outro, o que pressupõe a necessidade do movimentar-se constante para não ser capturado. Essa atividade produtiva que desemboca num novo e transgressor discurso, emana de uma equação formada pela experiência individual somada à interação com outras práticas que a precedem. Dessa forma os filmes experimentais podem ser compreendidos como uma resultante dos "diálogos" que, por sua vez, resultam da interação entre as experiências individuais e as experiências que estas catalisaram, pelos mais variados canais, das diversas manifestações culturais do período.

Por trás de toda a inventividade desses realizadores, é possível perceber uma intenção política no agir com vistas à problematização do cotidiano surpreendente que os cortavam. Na medida em que estes desenvolveram suas táticas enquanto consumidores de câmeras em super-8, potencializaram um arsenal histórico através do qual é possível enxergar, na produção superoitista, o esforço não apenas de fundação de uma nova linguagem filmográfica, mas de problematização dos códigos culturais de uma época.

Fotogramas táticos: exemplares do espectro Torquato Neto

A seguir faremos o estudo específico de seis filmes rodados em bitolas domésticas, entre 1972 e 1974. De modo geral os realizadores destes filmes se filiaram à influência das controvertidas personalidades de Torquato Neto e Davi Aguiar, ambos mortos tragicamente. Peças raras da memória áudio-visual brasileira,estes filmes constituem aquilo que, do ponto de vista deste trabalho, configura o "espectro Torquato Neto" na filmografia piauiense. A sua apropriação histórica é feita no sentido de problematizar esta produção, abrindo uma clareira que se espera promissora nos estudos históricos no Piauí e no Brasil. No estágio em que nos encontramos, com apenas parte da pesquisa concluída, já é possível, com uma rápida síntese dos filmes recuperados e digitalizados, demonstrar a força de seu valor histórico e cultural. Os seis filmes apresentados a seguir constituem a íntegra do "espectro Torquato Neto":

O terror da vermelha – Torquato Neto, Teresina, 1972.

As perambulações de um assassino perseguindo suas vítimas pelas ruas de Teresina são utilizadas para uma investigação sobre o caráter formal do cinema e, bem como, para uma reflexão intimista de Torquato sobre sua vida e seu tempo. O Terror da Vermelha, espécie de *serial killer* interpretado por Edmar Oliveira, constitui o alter ego do autor e é em torno dele que o filme problematiza a linguagem enquanto instituinte da realidade, o que pode ser exemplificado com a intrusão de elementos plásticos e poéticos avessos à ficção cinematográfica contemporânea, como cartelas com as expressões vir – ver – ou – vir, as quais irrompem inesperadamente em diferentes quadros do filme. Este resulta de um percurso afetivo de Torquato Neto por Teresina e, mesmo, por sua existência, o que se revela na citação de outros filmes, como o *Nosferato*, de Ivan Cardoso. Além do protagonista – Edmar Oliveira – atuaram Conceição Galvão, Geraldo Cabeludo, Claudete Dias, Etim, Durvalino Couto, Paulo José Cunha, Herondina, Edmilson, Carlos Galvão, Xico Ferreira, Arnaldo Albuquerque, os pais de Torquato, Heli e Saló e o próprio Torquato, que aparece rapidamente em uma cena em que é assassinado em frente ao Liceu Piauiense, destacado lugar de confluência daquela geração. Arnaldo Albuquerque e Carlos Galvão atuaram também como câmeras. O filme tem duração de vinte e oito minutos, o que representa quase dez rolos de filme super oito milímetros.

Davi Vai Guiar – Durvalino Couto Filho, Teresina, 1972.

Trocadilho com o nome do principal protagonista – Davi Aguiar –, o título remete às intenções centrais do filme: utilizar as noções de guia e contra-guia para, a partir de um deslocamento sobre a cidade de Teresina, ir dando visibilidade e afrontando os instrumentos panópticos de controle do espaço urbano, como os sinais de trânsito. O elenco do filme reuniu basicamente o grupo que, em torno e a partir das influências de Torquato Neto e de Davi Aguiar, agitaram a cena juvenil em Teresina no início da década de setenta. Além do protagonista participaram os jovens Josipio, Robin, José Aurélio, José Alencar, Vitório, Lino, Paulo Mourão, Pierre Baiano, Fauzer Bucar, Pereira, Nazaré Lages, Rubem Gordo, Pilongo, Eleonora Paiva, Ana Ferreira, Naire Vilar, Luizão Paiva, Edvaldo Nascimento e José Ferreira. O trabalho com as câmeras foi responsabilizado principalmente a Arnaldo Albuquerque, auxiliado por Edmar Oliveira e Durvalino Couto Filho. Este último escreveu o roteiro e dirigiu as filmagens. O filme tem duração de dezoito minutos e meio, o que representa a utilização de pouco mais de seis rolos de filme super oito milímetros.

Coração Materno – Haroldo Barradas, Teresina, 1974.

O filme, de Haroldo Barradas, revela a grande influência dos tropicalistas sobre a primeira geração de realizadores experimentais no Piauí. Seu principal argumento é a apropriação da música homônima de Vicente Celestino, cuja releitura feita por Caetano Veloso, no disco *panis et circensis*, de 1968, a recolocou nas paradas de sucesso. Com o benefício da tragicidade expressa pela música – a qual narra o brutal assassinato de uma velhinha por um filho apaixonado que pretende dar o coração materno de presente à amada – o filme problematiza as relações entre pais e filhos e revisita as sociabilidades juvenis, procurando desconstruir a noção de amor romântico. Com elenco bem menor do que aquele de *Davi vai guiar*, o filme tem duração de quatorze minutos – o equivalente a pouco menos de cinco rolos de filme super oito milímetros. – e tem como protagonistas os jovens Pereira, Pierre Baiano, Edmar Oliveira e Arnaldo Albuquerque. Este último atua também como operador de câmera e editor das imagens.

Miss Dora – Edmar Oliveira, Teresina, 1974.

De todos os filmes do espectro Torquato Neto este é o que apresenta a dicção mais clara quanto ao esforço de síntese das marcas identitárias dessa geração. Provavelmente em razão dos sentimentos despertados por uma diáspora que levara os jovens realizadores embora de Teresina, em busca de melhores condições de estudo e, mesmo, de mais espaço para sua arte, o filme possibilita pensar uma cartografia sentimental dessa geração. Articulado em torno do bar *Gelatti*, principal ponto de encontro de parte da juventude teresinense no início dos anos setenta, o filme toma *Miss Dora*, espécie de diva dos superoitistas, como centro de um enunciado que procura significar o lugar – enquanto espaço praticado – daqueles jovens e colocar em destaque o momento de emergência do corpo feminino erotizado no espaço público. Além do próprio Edmar Oliveira, que concebeu e dirigiu o filme, atuaram Dora, José Alencar, Ruth, Gordinho, Zé Henrique, Zé Raimundo, Franzé, Laurindo, Marcelina, Durvalino Couto, Xico Pereira, Edinha e Moisés. O filme tem duração de treze minutos, o equivalente a pouco mais de quatro rolos de filme super oito milímetros.

Porenquanto – Carlos Galvão, Rio de Janeiro, 1973.

Expressando as primeiras peripécias dos jovens realizadores piauienses após a diáspora que os espalhou por diferentes cidades do Brasil, este filme, rodado no Rio de Janeiro, permite ter uma visão ao mesmo tempo romântica e trágica dos morros da capital carioca. A trama retoma a temática do *serial killer* – presente, aliás, em quase todos os filmes dessa geração –, o qual, munido com uma foice, cepa cabeças ao mesmo tempo em que dá visibilidade à natureza – ainda preservada – que compõe o morro. Além de permitir pensar as matérias de expressão que compunham algumas subjetividades juvenis na época, o filme também é útil para indagar sobre as metáforas que, do ponto de vista de seus jovens realizadores, constituíam o humano. O elenco foi

composto por Celso Braga, Ceição, Milton Faria, Gordo, Augusto, Zé Carlos e Joãozito. Arnaldo Albuquerque e Carlos Galvão operaram a câmera. A duração é de vinte e seis minutos, o equivalente a pouco menos de nove rolos de filme super oito milímetros.

Tupi Niquim – Xico Pereira, Rio de Janeiro, 1974.

A metáfora central do filme é aquela que remete a um Brasil cindido entre o centro e a periferia – ou, se preferir, entre o litoral e o sertão –, o que está expresso logo no início com cenas mostrando a travessia de uma ponte que liga distintos lugares. A trama se desenvolve em torno do estranhamento de um sujeito recém chegado ao Rio de Janeiro. Este estranhamento, articulado em torno de um amor platônico e passional do protagonista por uma espécie de diva da cidade, oferece um bom instrumento para se pensar o multiculturalismo brasileiro e o processo de captura de subjetividades jovens por instrumentos como a mídia. O elenco foi composto por Ceição, Milton Faria, Gordo, Augusto, Zé Carlos, Joãozito, Frei Paulo, Xico Pereira, Carlos Galvão, Celso Braga, Carminha, Luiz Sérgio Braga, Cibeli Caseri e Teresinha. Carlos Galvão também operou a câmera neste filme que tem duração de 17 minutos, correspondentes a seis rolos de filme super oito milímetros.

Conclusão

Numa primeira aproximação com a produção fílmica aqui apresentada, é possível constatar que esses filmes ganham significado exatamente no seu esforço de instituir uma "contra-linguagem", ou, retomando a Wittgenstein (2005), pelo seu interesse em trazer a linguagem de seu uso filosófico de volta ao seu uso ordinário. A partir das imagens que emanam dos filmes em estudo, foi possível constatar a presença de uma fragmentária rede de experiências empreendidas em diferentes espaços de Teresina e articuladas a um forte entusiasmo pela realidade local. Mas ainda há muito a fazer.

Por um lado, já se concluiu que o cinema marginal – rótulo sob o qual se pode, apenas para efeitos didáticos, inscrever os filmes em estudo – é parte de um multifacetado universo artístico-cultural que representou a resposta de parcelas da juventude brasileira à emergência da condição histórica pós-moderna no país (CASTELO BRANCO, 2005a). Mas há especificidades da linguagem filmográfica que demandam estudos complementares, os quais se somarão a este para responder o que/quem eram aqueles garotos que, munidos de bitolas de cinema de uso doméstico procuraram intervir em sua realidade a partir de uma ampla interlocução com sua época.

Do mesmo modo, ainda resta friccionar esta produção fílmica com aquela que já mereceu vários estudos dentro e fora do âmbito acadêmico. Mas, principalmente, é ainda preciso, em benefício das histórias por detrás desses filmes, mantê-los como acontecimentos. Intempestivos e perturbadores, surpreendentes. Livrá-los do perigo – praga para os historiadores – das imagens promissoras da evolução, preservando-os em sua dimensão acontecimental, significará não reduzi-los, dentro da linha evolutiva da cultura brasileira, a um mero desdobramento de um marco qualquer.

Fontes e Referências

Filmografia:

O terror da vermelha. Torquato Neto, Teresina, 1972. 28' - cor/som.
Davi Vai Guiar. Durvalino Couto Filho, Teresina, 1972. 18' - cor/som
Coração Materno. Haroldo Barradas, Teresina, 1974. 14' - cor/som.
Miss Dora. Edmar Oliveira, Teresina, 1974. 13' - cor/som.
Porenquanto. Carlos Galvão, Rio de Janeiro, 1973. 26' - cor/som.
Tupi Niquim. Xico Pereira, Rio de Janeiro, 1974. 17' - cor/som.

Bibliografia:

NETO, Torquato. *Os últimos dias de paupéria*. São Paulo: Max Limonad, 1982.

BARTHES, R. *A Aventura Semiológica***.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CASTELO BRANCO, E. de A. *Todos os dias de Paupéria*: Torquato Neto e a invenção da Tropicália. São Paulo: Annablume, 2005a.

CASTELO BRANCO, E. de A. Entre o corpo-militante-partidário e o corpo-transbunde-libertário: as vanguardas dos anos sessenta como signos da pós-modernidade brasileira. In: História UNISINOS, 9(3) 218-229, São Leopoldo (RS), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, set/dez 2005b.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*: 1 – artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

COUTO FILHO, Durvalino. Entrevista concedida a Jaislan Honório Monteiro em 06/02/2006.

FAVARETTO, C. Tropicália, alegoria alegria. 3 ed. São Paulo: Ateliê editorial, 2000.

FOUCAULT, M.. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HOLANDA, H. B. de. *Poetas rendem chefe de redação* (II). Jornal do Brasil, Coluna B. Rio de Janeiro, Sábado, 12 de fevereiro de 1983.

JOSÉ, Ângela. O cinema maldito. In: *Antologia Prêmio Torquato Neto*. Rio de Janeiro: Centro de Cultura Alternativa/RIO ARTE, 1984.

MACHADO JÚNIOR, R. O cinema experimental no Brasil e o surto superoitista dos anos 70. In: AXT, Gunter; SCHÜLER, Fernando (orgs).*4x Brasil* **.** Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2005.

VELHO, G. (org.). *Sociologia da arte IV.* São Paulo: Zahar Editores, 1969.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

ZÉ, Tom. *Tropicalista lenta luta*. São Paulo: Publifolha, 2003.

O constructo do gênero feminino no alvorecer dos anos 80 em Teresina.

Julinete Vieira Castelo Branco
Professora Assistente da Universidade Federal do Piauí. Doutoranda em História (UFPI/UFPE).

Pedro Vilarinho Castelo Branco
Professor Adjunto da Universidade Federal do Piauí. Professor do Programa de Doutorado – UFPI/UFPE

Resumo: Este trabalho analisa a construção discursiva do feminino em Teresina-PI nas últimas décadas do século XX. O principal argumento organiza se em torno da ideia de que nos anos 1980 os discursos propagados em jornais e revistas femininas, buscavam oferecer parâmetros culturais que favorecessem, por um lado, o rompimento com uma mentalidade patriarcal, marcada por valores morais católicos e, por outro, o surgimento de novas práticas sociais das mulheres, fatores que deveriam redefinir as identidades femininas, as práticas familiares, e mesmo a percepção do casamento e da conjugalidade. A pesquisa também dialoga com autores que problematizam, no âmbito da pesquisa historiográfica, as ideias de identidades culturais, relações de gênero e as mudanças nas práticas familiares e na conjugalidade no final do século XX.

Palavras-chave: Gênero. Mídia. Família. Conjugalidades. Identidades.

Este trabalho analisa a construção discursiva acerca do feminino em Teresina-Piauí, nos anos 80 do século XX. O principal argumento organiza se em torno da ideia de que nessa década, os discursos, propagados em jornais e revistas femininas, buscavam oferecer parâmetros culturais que favorecessem, por um lado, o rompimento com uma mentalidade patriarcal, marcada por valores morais católicos e, por outro, o surgimento de novas práticas sociais das mulheres, fatores que deveriam redefinir as identidades femininas, as práticas familiares, e mesmo a percepção do casamento e da conjugalidade.

A configuração social na década de 80 em Teresina se desenhava com o reflexo dos impactos das mudanças culturais que ocorriam no Brasil. No tocante ao gênero feminino, esse cenário não se apresentava diferente. Percebe-se, nessa época, a existência de uma propaganda discursiva para moldar os novos perfis desejados para uma sociedade ainda apontada como «patriarcal» e construída sob as bases de valores morais católicos. Nesse sentido, havia nos canais midiáticos e na imprensa jornalística local a necessidade premente de uma construção discursiva acerca do modelo feminino. Porém, nem Eva, nem Pandora, a mulher definida pela mídia, seria mais adequada aos novos parâmetros sociais ditados pela sociedade de consumo, que se sustentava m com as mudanças promovidas pela economia.

Esse novo modelo insere-se no formato de uma conduta feminina pensada pelo mercado capitalista e pela ordem do consumo. Novas regras e novos pensares eram formatados por meio das nuances elementares ditados pela sociedade capitalista brasileira, que buscava se inserir na nova ordem econômica mundial, com a veiculação de propagandas de produtos direcionados especificamente para mulheres. Nesse sentido, no cenário de Teresina havia uma transição de valores consumistas, que permeavam o constructo do gênero feminino, já iniciado e esboçado nas duas décadas anteriores.

Busca-se, para uma compreensão ampla dessa leitura do perfil feminino, o estudo e análise de três modelos de jornais impressos, «O Dia», «O Estado» e «Jornal do Piauí», porém, nessa primeira etapa da pesquisa, será utilizado como veículo de análise, as mensagens e imagens dos anos de 1980 e 1981, encontrados nas publicações realizadas no Jornal «O DIA».

Assim, no sentido da afirmação do entendimento da construção de uma mentalidade, que transparecia nessa década, que buscava rejeitar estereótipos consolidados nos moldes patriarcais, que sobrevalorizasse o indivíduo masculino e as práticas de família tradicional. Assim, a percepção de uma redefinição de parâmetros femininos é visível nos anos 80, na direção de construção de novas práticas familiares e sociais das mulheres, fatores

que deveriam redefinir as identidades femininas, as práticas familiares e mesmo a percepção do casamento e da conjugalidade.

A história das mulheres, a partir do século XIX, foi vinculada à história do movimento feminista e à luta pela igualdade dos gêneros masculino e femininos em sociedade, movimento iniciado nesse momento, com as lutas pela abolição e por meio da literatura a participação feminina é evidenciada. Com base no argumento de Andrea Gonçalves, citada na análise de Borges (2008), em sua obra História e Gênero, as mulheres adentraram ao espaço do trabalho, com as lutas pelo sufrágio universal e a organização da economia no século XIX, fez com que as mulheres adentrassem os espaços públicos, como faz essa referência:

> Além da questão da luta pelo sufrágio universal, em que a autora traz a síntese dos processos de adoção do direito ao voto para as mulheres em diferentes países, a questão do trabalho das mulheres, abordada em «As transformações invisíveis», ocupa a última parte do capítulo. Andréa ressalta que a organização da economia no século XIX fez com que as mulheres fossem gradativamente incorporadas aos espaços públicos por meio do trabalho, ainda que ocupassem escalões inferiores e precisassem, inicialmente, da autorização de seus maridos. Para finalizar, analisa como o «modelo vitoriano» de controle sobre as sensações e os sentimentos ajudou a difundir o arquétipo da «rainha do lar», também denominado no início do século XX de «matriarcado orçamentário». A autora defende que o trabalho doméstico, apesar de não ser remunerado, é produtivo e que muitas mulheres souberam resistir às tendências contrárias à sua emancipação mesmo que estivessem restritas ao lar.

Pela ótica do universo feminino, percebe-se que este também está atrelado a compreensão da afetividade, nesse sentido, busca-se para essa compreensão, entender como a condição feminina foi articulada nesse período e sobre ela as mudanças interiores ligadas à sensibilidade feminina, ao trabalho e á condição de sujeito social. Para tanto, busca-se provocar um diálogo com Lipovestky (2000), Certau (1982), Foucault (2008) e Hartog (2011) para a compreensão de uma análise histórica da afetividade feminina, bem como para o entendimento das percepções que envolviam o ser feminino com as mudanças provocadas nessa década.

E nesse árduo caminhar da escrita acerca da condição feminina, há que se lembrar da relação profunda entre o passado e o presente, provocada pela operatividade histórica, que Certau (1982: 8) propõe ao refletir acerca da compreensão histórica e da historiografia:

> A historiografia (quer dizer «história» e «escrita») traz inscrito no próprio nome o paradoxo – e quase o *oximoron* – do relacionamento de dois termos antinômicos: o real e o discurso. Ela tem a tarefa de articulá-los e, onde este laço não é pensável, fazer como se os articulasse. Da relação que o discurso mantém com o real, do qual trata, nasceu este livro. Que aliança é esta entre a escrita e a história?

Foucault (2008: 9) em sua «Arqueologia do Saber», ao explicar o conceito de descontinuidade, revela que a análise histórica exige uma análise das descontinuidades:

> E, assim, o grande problema que se vai colocar – que coloca – a tais análises históricas não é mais saber por caminhos as continuidades se puderam estabelecer; de que maneira um único e mesmo projeto pôde-se manter e constituir, para tantos espíritos diferentes e sucessivos, um horizonte único; que modo de ação e que suporte implica o jogo das transmissões, das retomadas, dos esquecimentos e das repetições; [...] o problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite; não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos.

O autor reforça ainda que as descontinuidades é o impensável, o que se manifesta sobre os acontecimentos dispersos, que se tornou agora fundamental na interpretação histórica:

> a noção de descontinuidade toma um lugar importante nas disciplinas históricas. Para a história, em sua forma clássica, o descontínuo era, ao mesmo tempo, o dado e o impensável; o que se apresentava sob a natureza dos acontecimentos dispersos - decisões, acidentes, iniciativas, descobertas - e o que devia ser, pela análise, contornado, reduzido, apagado, para que aparecesse a continuidade dos acontecimentos. [...]. Ela se tornou, agora, um dos elementos fundamentais da análise histórica. (2008: 9)

Nesse sentido, considerando o descontínuo como elemento determinante de análise, Foucault considera ainda sobre esse conceito que:

> Enfim, não é simplesmente um conceito presente no discurso do historiador, mas este, secretamente, a supõe: de onde poderia ele falar, na verdade, senão a partir dessa ruptura que lhe oferece como objeto a história - e sua própria história? Um dos traços mais essenciais da história nova é, sem dúvida, esse deslocamento do descontínuo. (2008:10)

Por essa leitura, a descontinuidade das práticas femininas patriarcais se revela no alvorecer desses novos anos piauienses, que surgem nos jornais, como uma abertura para nas iniciativas que demonstravam novos lugares do feminino. Nesse sentido, são constantes as imagens de mulheres no discurso midiático jornalístico, nas várias vertentes comunicativas, sejam nas propagandas, sejam nas matérias sociais. A ênfase se revelava no sentido de uma abertura ou construção imagética das possibilidades da sociedade para o público feminino.

Com essa intenção, em igual movimento rítmico a cidade vai se adequando aos novos anseios femininos, que ora se manifestavam. Percebe-se na leitura dos jornais, uma construção de interesses econômicos, políticos e sociais voltados para a adequação de um perfil que se moldasse às novas mudanças provocadas por essa década. Assim, às mulheres cabia a condição de sair do espaço doméstico e abraçar o mundo à sua volta. Nos jornais analisados, elas despontavam já nos concursos públicos, nos vestibulares, bem como nas vertentes políticas.

O uso da leitura imagética nos jornais é utilizada nesse estudo, como um valioso artefato de análise histórica, por meio da compreensão de que há a necessidade do trabalho com o imagético na análise histórica. Sendo assim, o recurso é apresentado ao contrário da leitura iconográfica somente, mas,com diferentes possibilidades e perspectivas acerca desse artefato, rejeitando-se, então, seu papel estático, buscando para tanto, propor uma interpretação mais próxima e diversificada do real.

Há, nessa leitura, sobretudo, o próprio desejo feminino de romper com os valores, que antes, definiam-se como elementos de um pensar patriarcal que impedia sua ascensão social. A rejeição dar-se-ia ao mundo doméstico, às práticas ditas femininas, provocando uma inserção aos espaços dados como «masculino». Sendo assim, práticas consideradas não domésticas daquele modelo social foram percebidas, a exemplo de atitudes mais independentes da influência familiar, a liberdade de expressão, bem como a própria atuação mais assídua da imagem feminina nos jornais da capital.

É com essa intenção, que se propõe desenhar o estereótipo definido para esse novo constructo feminino. Para tanto, a leitura do jornal «O Dia» demonstra as modificações que foram exigidas anteriormente ao público feminino, como resultados de uma conscientização maior das lutas das décadas anteriores.

Essa leitura também permitiu a visualização e análise das imagens veiculadas nos jornais, como elemento desse constructo, tanto a expressão como a intenção de explorar as novas possibilidades para o universo feminino no Estado, seja nas formas de trabalho, nos estudos, bem como nos modos de exposição, através das vestimentas, à essa sociedade, que já se imprimia como um ditame às novas mutações de um novo tempo, os anos 1980.

Lipovestsky (2000:218), ao analisar a inserção da mulher no trabalho, cita que *instalou-se um ciclo de dominado pelo reconhecimento e sua valorização social;* O autor afirma que os anos 60 inauguraram uma novo tempo,

enfatizando a desconstrução da unanimidade feminina relacionada ao ideal de «fada do lar». Nesse sentido, destaca a insatisfação em relação à condição feminina, que se arrastou desde essa década de maneira a criar novos parâmetros de reconhecimento social sobre o gênero feminino. Nesse sentido, o autor explica esse anseio de mudança social e a abertura ao espaço do trabalho iniciado e difundido pelos EUA:

> Em 1963, o livro de Betty Friedam, a mulher mistificada, que teve 1,5 milhão de exemplares vendidos, teve o efeito de um choque cultural ao destacar « o mal estar indefinível» da dona de casa dos grandes subúrbios americanos, seu isolamento e suas angústias, o vazio de sua existência, sua ausência de identidade. O ideal de fada do lar já não tem mais a unanimidade: na imprensa, multiplicam-se os artigos que evocam a insatisfação da mulher de interior, suas frustrações, a monotonia de sua vida. As acusações contra a mulher sem profissão não vão mais cessar e serão radicalizadas pelas novas correntes feministas.

Essa insatisfação com o papel feminino, ainda nessa década, remete as mulheres à uma condição de ser ativo dentro da sociedade, buscando uma forma de inserção às áreas do conhecimento que são vinculadas à conquista do espaço do trabalho profissional. Nessa época, os números apontam que essas mulheres saem nessa direção para a conquista de uma sociedade mais igualitária até o início dos anos 80. Como destaca Lipovetsky (2000:221):

> Nesse impulso, a opinião pública evolui maciçamente no sentido da aprovação do trabalho profissional da mulher. Nos Estados Unidos, em 1970, 80% das mulheres brancas consideravam muito preferível que a esposa permanecesse em casa; sete anos mais tarde, apenas 50% pensavam assim. Em 1969, , 46% dos franceses se reconheciam no ideal de uma família em que só o homem exerce uma profissão e a mulher fica em casa"; em 1978 essa porcentagem cai para 30%. Depois, a legitimidade da atividade assalariada feminina se acentuou ainda mais. No presente, 77% dos franceses estão de acordo com a ideia de que o marido e mulher devem ambos contribuir para os recursos do casal. E no que se observa a essa questão, já não se observa distância significativa entre os sexos nem segundo a condição matrimonial, nem segundo a idade. Por toda parte, o reconhecimento social do papel profissional da mulher avançou a despeito de desemprego em massa persistente; no começo dos anos 80, 59% dos europeus se declaravam de acordo com a ideia de que "em período de forte desemprego, um homem tem mais direito a um trabalho do que uma mulher, dez anos mais tarde, 55% recusam essa ideia.

Nos moldes americanos, essa influência literária entra no Brasil, e no Piauí. Além do discurso jornalístico, a literatura muito colaborou para esses novos pensares, livros e revistas veiculados na cidade de Teresina. Nos jornais surgiam crônicas abordando essa angústia de mudança social. Florbela Espanca, bem como, várias poetas femininas se destacavam nos artigos jornalísticos como as novas opções literárias das jovens da cidade, como influências literárias de recusa à submissão do papel proposto pelos valores católicos e patriarcais.

Nesse sentido, as dicas de literatura apresentada nos Jornais, já ensaiavam um impacto nos comportamentos femininos devido ao alcance de escritoras, que já mostravam-se incomodadas em décadas anteriores aos valores imbuídos à condição feminina. Com os modelos dos pensares de Florbela Espanca, Dinah Silveira de Queiroz, no final dos anos 70, já ousavam abrir caminhos possíveis, para um grito de alerta a favor do rompimento com os valores antigos atrelados ao perfil das mulheres brasileiras.

O artigo escrito no Jornal «O Dia» de 30 de abril de 1980, revelava no título essa preocupação social: «A palavra feminina no Brasil e em Portugal». Nesse texto, as influências literárias brasileiras, aliavam-se aos pensares portugueses, lançando o ponto de discussão para esse novo desafio. Como é perceptível na apresentação das obras literárias a seguir:

Figura 1

A palavra feminina no Brasil e em Portugal

No Brasil e em Portugal a mulher conhece a sua emancipação no final da década de 70, nas letras do nome "O nome das coisas" de Sophia de Mello Breyner. Ainda recebeu o Prêmio Pascoaes da Secretaria de Estado da Cultura de Portugal em 1977 e motivou a reedição dos "sonetos" de outra escritora participante, pela Espanca.

Aqui a literatura feminina ficou por conta do lançamento de "O Conto da Mulher Brasileira", reunindo trabalhos de 19 escritoras, algumas conhecidas, como a futura imortal Dinah Silveira de Queiroz, outras estreantes, mas todas abordando a condição feminina e relacionamento da mulher com o homem, a família e a realização profissional.

A reedição dos "Sonetos" de Florbela Espanca se deveu à atualidade de seus versos, escritos por uma mulher que morreu jovem, aos 36 anos, em 1930, mas que naquela época já pressentia a libertação da mulher. Florbela escreveu mais com a emoção, mas escreveu bem e não deixou de expressar os sentimentos ou a sensibilidade feminina.

Sophia Andersen, além de poetisa, é ensaísta, tradutora e faz literatura infantil. Um dos mais belos poemas de Cecília Meireles, "Romanceiro da Inconfidência", ela fala sobre as grandes sonhadoras da Inconfidência Mineira, que ousaram ir além do seu tempo, mas que foram esquecidas pelo tempo. Ainda em poemas, Cecília Meireles, a mulher portuguesa, escritores de um de seus interpretes, aos 18 anos, publicou recentemente seu primeiro livro de poemas.

No caso da antologia brasileira, a condição da mulher e abordada do ponto de vista social, mas particularmente o da mulher da classe média, classe a que pertencem a maior parte das 19 escritoras. Ligia Fagundes Teles aparece com "Os Companheiros", do genero fantástico. Dinah Silveira de Queiroz com "Port Morse" denuncia o casamento como instituição. Cristina de Queiroz com "O Piano" mostra a mulher submissa a familia e aos padrões de boa conduta. Edla Van Steen, a pioneira da antologia, com o conto "Os mortos Não Têm Desejos". Márcia Denise com "Relatório Final". Sonia Coutinho, baiana, com "Cordélia, a Caçadora". Nélida Piñon e Julieta de Godoy Ladeira.

Artigo: A Palavra feminina em no Brasil e em Portugal.

Fonte: Jornal «O Dia» de 10 de abril de 1980. p.12.

A intenção de mostrar essa preocupação dos papéis, nas linguagem poética das escritoras portuguesas e brasileiras. O texto mostra ainda, o alcance da relação literária entre Brasil e Portugal e destaca o interesse do tema feminino no final dos anos 70, com o impacto da publicação «O nome das coisas», da escritora portuguesa Sophia de Mello Breyner, premiada na categoria poesia, com o «Prêmio Teixeira Pascoaes» pela Secretaria de Estado da Cultura de Portugal em 1977.

Essa obra traz à luz, outra influência marcante da literatura feminina, a escritora Florbela Espanca, que participou do concurso com a reedição de seus «sonetos».O artigo revela no Brasil, a ênfase com a obra: « O conto da Mulher brasileira». Nesse concurso, a participação brasileira, foi bastante enfática, entre as 19 escritoras que concorriam, entre elas, estavam os nomes de Dinah Silveira de Queiroz, Ligia Fagundes Teles, Cristina de Queiroz, Edla Van Steen, Márcia Denise, Sônia Coutinha, Nelida Pinnon e Julieta de Godoy Ladeira. Todas elas abordando a temática da condição social feminina, a crítica brasileira deu ênfase à condição social da mulher de classe média alta, tendo em vista a realidade dessas escritoras em sociedade.

Nesse sentido, as palavras dessas mulheres impulsionaram o público feminino piauiense a buscar horizontes, através da literatura para a compreensão do seu constructo de ser social. E assim, revela nas imagens jornalísticas as palavras de Foucault: «A história tenta fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam» (Foucault in Hartog. 1994 p. 154)

As mulheres passam a tornam-se elementos novos na configuração da sociedade brasileira e piauiense. Girava em torno dessa ideia, a construção pensada para uma sociedade dita moderna.

Percebe-se que a influência literária provocou a construção de um discurso feminino contrário ou de rejeição aos valores cristãos e costumes familiares tradicionais à época, em Teresina. As mulheres, nos primeiros anos da década de 80, buscam enquadrar-se nas falas oriundas da vanguarda dos anos 60, da busca pela por novas práticas e costumes que as levassem a buscar novos lugares e modelos sociais, com liberdade de expressão, tanto nas atitudes, como nas formas de apresentação por meio da literatura, da moda e etc.

Nesse sentido, compreende-se que a história aponta caminhos para a interpretação das práticas culturais de um tempo. Em consenso com Hartog (2011. p.9), que afirma: há lugares para a história que permitem confrontar o passado e o presente interrogando de outra forma os documentos e os acontecimentos, buscando articular o que desaparece com o que aparece.

Assim, as mudanças do tempo são definidas nas palavras de Certau, (1975, p.119) «A escritura da história visa a criar no presente um lugar a preencher, um dever-fazer [...]» e por essa ótica, é perceptível na imprensa jornalística, uma inserção cada vez maior, das mulheres nas páginas, seja por meio de propagandas, seja por meio das páginas femininas, que revelam novos lugares surgidos com as mudanças da sociedade de Teresina.

Os novos espaços se abrem por meio de iniciativas femininas para o estudo e a educação, com o aumento das vagas nas escolas particulares, públicas e nas universidades. Há um número crescente de novas escolas da

rede particular, que possibilita o crescimento cada vez maior em números, da população feminina que busca a qualificação, para o mercado de trabalho. E nesse sentido, as mulheres são atraídas por um papel exterior a casa e aos trabalhos domésticos. Embora, essa mudança já existisse nas outras décadas, nos anos 80 foi vinculada a essa ideia, uma nova percepção feminina acerca de lugares, trabalho e renda.

Pretende-se a partir desses caminhos, iluminar alguns pontos acerca da reflexão do constructo do gênero feminino no pensar de uma sociedade marcada por valores culturais cristãos, estabelecendo uma conexão com as mudanças culturais, que invadiam a era dos anos 80, com a necessidade e velocidade urgente das mutações trazidas pelas décadas anteriores na condição do ser feminino.

Nesse sentido, acredita-se que nesse ínterim entre os anos 60 e 80, a última década foi definidora e consolidou novos padrões, que se apresentaram de forma agressiva ao mundo feminino. Na cidade de Teresina, os valores cristãos e, fortemente repassados pela igreja e pela família, ainda inseridos na educação familiar, são desalinhados e desmontados pela busca de novos comportamentos, práticas e iniciativas que inserem as mulheres no mundo do trabalho e da mídia. Há, assim, uma percepção de rompimento com as práticas dos anos anteriores, com a inserção da maioria das mulheres nas escolas e abrindo um espaço maior ao mundo da intelectualidade, até então, discreto a essas e aberto ao gênero masculino.

Assim, as páginas dos jornais são abertas às mulheres, com matérias específicas, produtos específicos e propagandas que mostravam o ideal de um novo perfil para atendimento ao público feminino, com dicas de como se vestir para o trabalho e para a vida social.

Segundo Castelo Branco (2013.p.2) O gênero feminino, enquanto constructo cultural atravessou mudanças decorrentes dos ritmos culturais impostos às sociedades. Sendo assim, importa lembrar que desde a antiguidade, as formas de pensar a conduta feminina remete às mulheres uma condição voltada para o espaço que se define como familiar e doméstico.

O novo lócus para uma condição do ser feminino adequava-se à lógica de um tempo que promovia mudanças bruscas, no ritmo da configuração das sociedades capitalistas, onde as mulheres, como seres ativos sociais, não poderiam mais se prender ao universo da casa e do lar. Tornou-se urgente a criação de um discurso que legitimasse esse novo perfil, que impulsionaria também os espaços do trabalho, do lazer e do entretenimento.

Nesse sentido, surgem, nessa década, na cidade de Teresina,possibilidades de crescimento profissional, com a abertura de vestibulares e concursos públicos para mulheres. Assim, a realidade, que se apresentava, buscava inserir o público feminino numa outra categoria social, com o incentivo à saída do espaço doméstico e exigia a participação feminina nas áreas que se apresentavam promissoras à época, a exemplo da educação. Como é demonstrada nas imagens do Jornal «O Dia» de 14 de Março de 1980:

Figura 2

Aprovados no concurso de professor Classe-F

O DIA

olícia armada vade fazenda orende vigia

Marido mata mulher com três balaços

Página 8

Muita gente foi ver o resultado do concurso

Irregularidades

material da Fen

Artigo - Aprovados no Concurso de Professor Classe –F.

Fonte: Jornal « O Dia» de 1º de Março de 1980.

Nesse período, nascem também outras formas de inclusão feminina na sociedade de Teresina, por meio de um maior número de escolas particulares com ensino destinado a homens e mulheres, através do financiamento do ensino privado. Dessa forma, as mulheres adentravam as escolas de Ensino de Segundo Grau (atual Ensino Médio) , que preparavam para a entrada na Universidade Federal do Piauí.

Nesse sentido, observando os modelos desenhados para homens e mulheres na sociedade piauiense, isso nos inclina a buscar entender seus papéis, suas habilidades, suas formas de vivências, numa sociedade em transição política, onde há um fluxo de desejos de mudanças por uma maior cidadania e expressão, ainda bastante restrita na sociedade brasileira.

Assim, escrever essa história nos remete pensar esses modelos representados como formas de inclusão, de participação, bem como novas aspirações e ousadias exigidas e configuradas por um novo tempo político, urbano, social. Nesse sentido, a fala de Foucault em Hartog, nos insere nesse novo pensar acerca da sociedade piauiense, em quais lugares e sentidos inserem-se e como se manifestam:

> [...] O vão, o vazio, o nada, o apenas dito se tornaram para mim lugares em que se pudesse estudar o homem e a mulher em seus esboços, suas raivas e seus fracassos. O que excede, quebra ou desloca a normalidade formava espaços sobre os quais inclinar o olhar, de onde contar a história na "raiz calcinada do sentido". (Hartog, 2011.p.11)

A construção do ser feminino, ainda nos anos 80 do século XX, estava alicerçada fortemente aos dogmas cristãos, que definia, como meta para uma boa educação para as mulheres, os valores que determinavam o casamento e a boa conduta feminina em sociedade, sendo assim, os valores religiosos desenhavam o modelo que a sociedade ainda aceitava e conduzia na transição dos anos de Ditadura militar.

Por essa ótica, há a visualização de uma condição feminina em transição, que ora se transmuta, ao aceitar as mudanças sociais e se equilibra em bases sociais ainda tradicionais promovidas pelos rituais católicos e exigidos nas práticas religiosas. Percebe-se que o início da década, promove ainda uma imagem feminina criada nos anteriores, porém, com a exigência de uma nova busca de lugares, que vão aos poucos, definindo esse constructo fabricado pela explosão midiática televisiva de uma propaganda de sociedade que nascia com as novelas de TV.

Ainda no final dos anos 70, programas televisivos como «Malu Mulher» em rede nacional, mostravam uma nova face de mulher, que rompia com os valores do casamento. Os mesmos despertavam para uma outra possibilidade de vivência, sem a dependência da condição masculina. Essa crítica já surgida nos anos anteriores, então, se mostrava como possibilidades em jornais e programas de televisão em todo o país.

Convivia-se ainda, nesse momento, em sociedade com a moral cristã, que definia valores da época medieval, como o casamento heterogâmico, a virgindade. Nesse sentido, a Igreja responsabilizar-se ia por pregar ainda a doutrina da sexualidade. Embora, após as décadas anteriores de luta contra a repressão sexual e identitária.

Dessa forma, a Igreja continuaria a ter um papel importante de conservação de condutas familiares. Embora, convivesse também com práticas sociais distantes e diferenciadas em sociedade, ainda forjava um pensamento em torno da relação heterogâmica e com base no modelo pregado por ela de Adão e Eva. Assim, muitos desses valores perpetuavam na condição familiar dos anos 80, na cidade de Teresina.

Há séculos e como afirmou Le Goff (Vainfas, 1986. p.6) a doutrina cristã da sexualidade construída no Ocidente, recusava o prazer. Embora, esse modelo fosse relacionado à Antiguidade, no século XX, ainda havia resquícios dessas práticas, pois, cabia às moças jovens ainda sonhar com o ritual do casamento e da vida em família. Porém, as práticas veiculadas nas imagens da televisão e dos jornais no início dessa década, já apontavam novos caminhos para o pensar feminino.

Abria-se assim, no decorrer desses novos anos, uma proposta de mudança para o perfil feminino cristão. Às mulheres cabiam agora, o espaço do trabalho, a conquista de vagas na universidade, bem como, a opção de casar ou não. Embora, a Igreja definisse padrões culturais, de conduta, os valores ligados ao feminino, por ela pregados remetiam á ideia de casamento e preservação familiar.

Com relação aos valores clericais influenciados nessa década, alguns curiosamente, são remetidos ao século III e IV, quando a ideia cristã, era defender não o casamento, mas, a virgindade como forma de retornar ás origens e à imortalidade. Assim, o mito da virgindade permaneceu ao longo dos tempos, vinculado à pureza e à castidade feminina, como uma defesa de conduta social, seu significado transparece na literatura desse período:

> Entre o fim do mundo terreno e a salvação possível, a virgindade era a garantia da ascese, o retorno à origem e à imortalidade, como dizia Metódio. Era, antes de tudo, a expressão corporal da alma triunfante sobre a morte, sobre o devir, sobre o tempo. O corpo virgem pregava Crisóstomo, era o templo da alma apta para o movimento ascendente rumo a Deus, Ser virgem era, assim, dedicar-se à contemplação, exercício inseparável no dizer de Gregório de Nissa, da incorruptibilidade do corpo.Virgindade e verdade, virgindade e vida, virgiinidade e liberdade, eis associações recorrentes nesse discurso de renúncia. Renúncia que, no dizer dos padres, significava exatamente o contrário, isto é, a busca, ascesed, libertação do mundo decadente, imortalidade. Espiritualização absoluta do corpo, a virgindade era mesmo divina, conforme as palavras de Métodio.

Percebe-se que a virgindade, enquanto mito, atravessou séculos e permaneceu no imaginário feminino como uma opção de conduta e valor social. Nos anos finais do século XX, esse valor, mesmo sob a influência literária e midiática, ainda insistia em permanecer nas famílias, como forma de educação cristã. Ainda existindo, uma recusa das famílias tradicionais à condição de um modelo de mulher, que transgredisse essas normas e buscasse adequar-se aos novos impactos culturais provocados pela influência da Televisão.

A partir do dinamismo midiático com os programas de Televisão passados pela TV Clube de Teresina, as propagandas passam a ser cada vez mais incisivas no sentido de mostrar novos parâmetros, que poderiam ser adotados pelo público feminino. Sendo assim, a busca por novos espaços e por novas iniciativas profissionais, mostrados em propagandas e comerciais, passaram a influenciar esse novo modelo, que buscava romper com as práticas femininas antigas, embora, essa ainda fosse fortemente, influenciada pelos valores da educação cristã. Nesse sentido, é perceptível um esforço midiático no sentido de aberturas de novas possibilidades de espaços para a inserção feminina, tanto para mulheres, como para meninas, na sociedade de consumo, como revela o destaque na manchete "Modas Anos 80" no Jornal «O Dia» de 1º de Abril de 1980:

Figura 3

Artigo: Moda Anos 80.

Fonte: Jornal «O Dia» de 1º de abril de 1980. p.12.

Esse modelo ainda presente nessa sociedade foi construído no modelo do sistema patriarcal, quando as mulheres tinham seus destinos já definidos pelos interesses familiares, assim, às moças correspondiam aos papéis de esposas cuidadosas, excelentes donas de casa e mães aos moldes cristãos. Nesse sentido, nenhuma possibilidade de participação era dada ao ser feminino, nem mesmo os desejos, sonhos e expectativas de crescimento pessoal, sendo assim, elementos ignorados por essa sociedade que visava ao destaque ao masculino.

Esse modelo se consolidou durante dois longos séculos, e reforçados pelo romantismo, que por si só, desenhava o imaginário do ser feminino como a completude do ser masculino, que também foram construídos e marcados pelos contos de fada. Ao refletir sobre o mito cinderela, Rocha,(2009:18) analisa: «os estereótipos dos contos de fada passaram a ser perseguidos como modelos de união e felicidade conjugal – ele «másculo» ativo, forte, poderoso e protetor; ela: «feminina» passiva, frágil, dependente e protegida.»

A discussão acerca do mito «cinderela» foi discutida durante todo o século XX, embora, anteriormente, já existissem tentativas de mudança social feminina, estas já haviam sido levantadas pelo trabalho de pensadores iluministas no século XVIII, que defendiam a educação feminina, sendo esta considerada um impulso para a discussão sobre a igualdade social, política, cultural e econômica entre os sexos.

O perfil feminino construído nos anos 80, em Teresina, aproxima-se da imagem de mulher- sujeito esboçada por Lipovetsky (2000: 221), acerca da condição feminina em comparação aos anseios da década de 1960, quando o gênero feminino exprimia razões econômicas para justificar sua atividade profissional:

> Ainda no começo dos anos 60, as mulheres invocavam motivos econômicos para justificar sua atividade profissional: melhorar o orçamento familiar, permitir que os filhos continuem seus estudos. Apenas uma minoria de mulheres reconhece trabalhar por gosto ou para independente. O trabalho fora do lar é no mais das vezes considerado secundário, subordinado aos papéis familiares.[...] incapaz de fundar uma identidade plena.

Nessa discussão, o autor aponta a forma como as sociedades democráticas contemporâneas compreende o trabalho feminino e constrói anseios de mudança social. Por esse parâmetro, Lipovetsky analisa:

> Essa relação com o trabalho feminino deixou de ser predominante nas sociedades democráticas contemporâneas. Muitos fatos testemunham isso. Antes de tudo, observa-se que o casamento e os nascimentos interrompem cada vez menos a vida profissional feminina, pelo menos até o terceiro filho: continuidade da atividade feminina que traduz um envolvimento mais profundo, mais identitário na vida profissional. Por outro lado, as mulheres exprimem muito mais do que antigamente desejos de desenvolvimento pessoal em sua atividade assalariada. Agora, o "Interesse pelo trabalho", assim como a iniciativa e a responsabilidade profissional, são expectativas prioritárias das mulheres ativas. O trabalho feminino já não aparece como um último recurso, mas como uma exigência individual e identitária, uma condição para realizar-se na existência, um meio de auto-afirmação.

A imagem feminina, nessa direção, vincula-se à condição de uma realização profissional. O início dos anos 80 trouxe uma energia de mutação acerca das práticas relacionadas ao trabalho. Embora, os espaços que se abririam fossem aqueles destinados aos trabalhos mais voltados para esse público, considerados atividades femininas.

Porém, é com essa inserção que as mulheres piauienses deslocam-se do mundo doméstico e se lançam às possibilidades da nova era ao mundo do trabalho. Assim, o campo político abre-se para o público feminino, iniciando uma inclusão das mulheres na área política. Surgem mulheres prefeitas em cidades do interior do Piauí, mulheres deputadas e vereadoras.

Embora, nesse momento, existisse também uma iniciativa da mídia jornalística com a abertura de um espaço para o público feminino, com a criação de uma página social, com ênfase e voltada para as atividades das mulheres da elite de Teresina, página Jornalista Elvira Raulino, que destacava seu nome, nesse sentido, percebe-se um iniciativa de inserção do feminino na mídia, ressaltando as qualidades e trabalhos desenvolvidos pelas mulheres. Na mesma página, há uma homenagem às mulheres, com a manchete, «Mulher 80», a intenção era destacar feitos de uma personalidade feminina vinculada à classe média alta. Como se observa no Jornal «O DIA» de 1º de Março de 1980:

Figura 4

: Artigo: A Mulher 80 Tem:

Fonte: Jornal «O DIA» de 1º de Março de 1980.

Nas colunas sociais dos jornais de Teresina, uma personalidade sempre presente nesse período, representava a Primeira Dama do Estado, Myriam Portella Nunes. Que nesse mesmo ano, foi homenageada e recebeu como prêmio um «Troféu de prata», por ter sido escolhida como «Mulher 80». A mesma estava à frente da CAC, Comissão de Assistência Comunitária, e compunha a Liga das Senhoras Católicas de Teresina, uma instituição que vinculava os princípios religiosos e políticos para desenvolver ações sociais. Como mostra o Jornal " O Dia de 1º de Março de 1980.

Figura 5

Artigo: Povo alagado vai receber residências.

Fonte:Jornal " O Dia de 1º de Março de 1980.

A presença feminina no espaço político torna-se comum, com a adesão de mulheres aos cargos políticos, como evidencia o Jornal de 13 de Março de 1981, que evidencia a prefeita da cidade de Nossa Senhora dos Remédios, Deusa Castelo Branco Rocha. Lipovetsky (2000:233) esclarece ainda que essa mudança comportamental é promovida pela dinâmica individualista da sociedade de consumo contemporânea e definida pela autonomia do sujeito feminino:

> Na escala da história, o processo de racionalização social que organiza o mundo da produção-consumo-comunicação de massa não é o que arruína ou ameaça o Eu, mas, bem mais, como veremos que generalizou e ampliou as exigências da autonomia do sujeito feminino. Se a aspiração das mulheres ao trabalho constitui uma manifestação fundamental da nova dinâmica individualista, nada seria mais redutor do que a confundi-la com uma exigência de autonomia individual e de vida relacional ampliada.

A partir dessa nova era, é perceptível nesse modelo de sociedade, a maioria das mulheres buscavam seu lugar ao sol, já não queriam depender do poder masculino e rejeitavam a condição exclusiva da reprodução, reivindicando, agora, os mesmos empregos, as mesmos salários que os homens e lutando para serem julgadas a partir dos mesmo critérios objetivos de competência e de méritos adotados para os homens no mercado de trabalho.

Os números do quadro de casamentos no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em Teresina, em 1980 foram modificados com o aumento do número de divórcios existentes naquele ano, devido às incompatibilidades no casamento e na imposição da sociedade ainda patriarcal.

Nesse sentido, os casamentos mostram uma fragilidade no sentido, de conservar os antigos valores masculinos e femininos, que ainda eram padrões para uma consistente relação entre homens e mulheres. Os dados censitários mostram que o número de divorciados aumentou muito nas média e alta classe sociais. O jornal informa que a Lei, aprovada desde de 1977, que ampara o divórcio, e aplicado no estado em Janeiro de 1978, aparece como alternativa de solução para os problemas conjugais. Na matéria, o Piauí demonstra também um número em menor escala, comparado às outras cidades do país, 200 casos registrados no Estado. Como é visível na manchete do Jornal «O Dia» de 28 de Março de 1980:

Figura 6

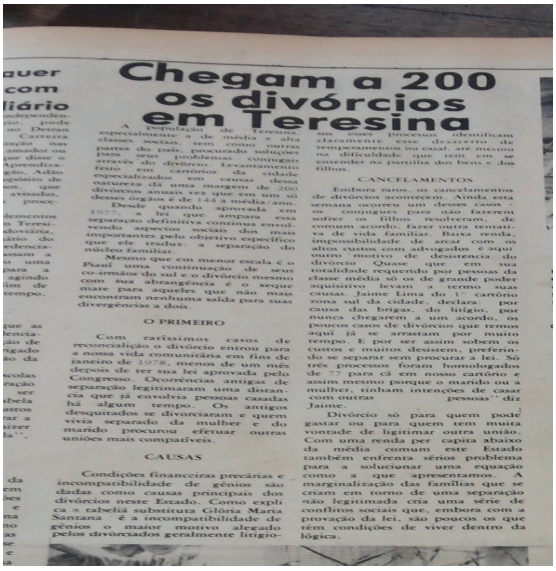

Chegam a 200 os divórcios em Teresina

A população de Teresina, especialmente a de média e alta classe social, tem como outras partes do país, procurado soluções para seus problemas conjugais através do divórcio. Levantamento feito em cartórios da cidade especializados, em causas desta natureza dá uma margem de 200 divórcios anuais ver que em um só desses órgãos é de 144 a média/ano.

Desde quando aprovada em 1977 a lei que ampara essa separação definitiva continua envolvendo aspectos sociais dos mais importantes pelo objetivo específico que ele traduz: a separação do núcleo familiar.

Mesmo que em menor escala é o Piauí uma continuação de seus co-irmãos do sul e o divórcio mesmo com sua abrangência é o xeque mate para aqueles que não mais encontram nenhuma saída para suas divergências a dois.

O PRIMEIRO

Com raríssimos casos de reconciliação o divórcio entrou para a nossa vida comunitária em fins de janeiro de 1978, menos de um mês depois de ter sua lei aprovada pelo Congresso. Ocorrências antigas de separação legitimaram uma distancia que já envolvia pessoas casadas há algum tempo. Os antigos desquitados se divorciaram e quem vivia separado da mulher e do marido procurou efetuar outras uniões mais compatíveis.

CAUSAS

Condições financeiras precárias e incompatibilidade de gênios são dadas como causas principais dos divórcios neste Estado. Como explica a tabelia substituta Glória Maria Santana é a incompatibilidade de gênios o maior motivo alegado pelos divorciados geralmente litigio-

sos esses processos identificam claramente esse desacerto de temperamentos no casal, até mesmo na dificuldade que eles em se entender na partilha dos bens e dos filhos.

CANCELAMENTOS

Embora raros, os cancelamentos de divórcios acontecem. Ainda esta semana ocorreu um desses casos: os conjugues, para não fazerem sofrer os filhos resolveram, de comum acordo, fazer outra tentativa de vida familiar. Baixa renda, impossibilidade de arcar com os altos custos com advogados é aqui outro motivo de desistencia do divórcio. Quase que em sua totalidade requerido por pessoas da classe média só os de grande poder aquisitivo levam a termo suas causas. Jaime Lima do 1º cartório zona sul da cidade, declara: por causa das brigas, do litigio, por nunca chegarem a um acordo, os poucos casos de divórcios que temos aqui já se arrastam por muito tempo. E por ser assim sabem os custos e muitos desistem, preferindo se separar sem procurar a lei. Só três processos foram homologados de 77 para cá em nosso cartório e assim mesmo porque o marido ou a mulher, tinham intenções de casar com outras pessoas'' diz Jaime.

Divórcio só para quem pode gastar ou para quem tem muita vontade de legitimar outra união. Com uma renda per capita abaixo da média comum este Estado também enfrenta sérios problema para a solucionar uma equação como a que apresentamos. A marginalização das famílias que se criam em torno de uma separação não legitimada cria uma série de conflitos sociais que, embora com a provação da lei, são poucos os que têm condições de viver dentro da lógica.

Artigo: Chegam a 200 os divórcios em Teresina.

Fonte: Jornal «O Dia» de 28 de Março de 1980.

Entre as causas apontadas pelos cartórios, para o aumento nos casos de divórcios estavam: a maior delas, sendo a incompatibilidade de gênios e as condições financeiras precárias e por último aparece a dificuldade de entendimento na partilha dos bens e dos filhos como causadores do desacerto de temperamentos no casal.
Por meio desse cenário, observa- se que Teresina revela uma nova configuração em seu quadro social, mais adequada às mudanças ocorridas nos outros estados brasileiros. Mas, mesmo com o desenho de uma configuração social moderna nas relações sócias e na conjugalidade, percebe-se a existência de uma resistência de permanência de valores ainda nos meios de comunicação, no sentido de mostrar uma transição notória para uma sociedade que se transfigura, para assumir novos parâmetros de valores, que urgem numa sociedade com definições antigas do modelo patriarcal.
Percebe-se a manutenção de algumas propagandas, veiculando ainda o modelo familiar preferido pela maioria de grupos sociais que ainda permaneciam vinculados ao padrões religiosos promovidos pelos valores católicos. Sendo assim, era comum nas imagens a figura ainda da mulher, como esposa, dona de casa, mãe e cuidadora da família. O interesse aparece na condição destacada pela esposa, como garantia da base familiar, exaltando o casamento como uma importante instituição, que agrega os interesses do núcleo familiar.
Esse discurso, já presente no decorrer dos anos 1950 e 1960 em Teresina, quando marcavam a ambiguidade de alocar o papel feminino no cenário dos «Anos Dourados», quando era comum dar lugar à essência feminina, aos ideais de mãe, esposa.
Nesse cenário, Cardoso analisando as crônicas jornalísticas, analisa (2003: 185)

> Em Teresina, emergem, nos anos 1960, discursos que têm essa estratégia discursiva, em que o intuito é encaminhar as mulheres para o âmbito doméstico, embora, seja importante ressaltar que, nas fontes pesquisadas, sobressai-se o caráter histórico da situação feminina. É que, tanto nos discursos que visam circunscrever as mulheres ao âmbito da casa, quanto os que objetivavam uma conciliação entre os papéis tradicionais (mãe, esposa e dona-de–casa) e a profissionalização, o fazem a partir da demonstração da mutação da situação feminina, usando-a como base da argumentação e interpretando-a positiva ou negativamente**.**

Desse modo, verifica-se que nas três últimas décadas do século XX, a ascensão das mulheres ao trabalho significou o abandono ás práticas realizadas no lar e á condição de uma discreta conquista á liberdade social . Nesse sentido, as décadas posteriores aos anos 60 foram determinantes para a consolidação de valores propagados, mesmo que ainda de forma muito distante da realidade do universo feminino.
Percebe-se, assim, que as novas práticas femininas, mesmo já existindo nos anos anteriores, apareciam também de forma pontuais, as quais realizadas por determinadas mulheres da sociedade piauiense, que objetivavam seguir um caminho contrário aos das suas mães e avós, que conceberam em sua essência, a educação patriarcal e buscaram repassar ás filhas por meio da efetivação do casamento religioso e civil.
Esse modelo de casamento nos anos 70, segundo Santana (2008:99) era reforçado pela influência religiosa e já sofria os impactos do final da década, com a divulgação da Lei que legitimava o divórcio :

> É interessante destacarmos que a Igreja Católica, enquanto instituição de grande influência sobre o povo brasileiro e teresinense, também se posicionava a favor desse modelo tradicional de família. No discurso católico, era corrente uma ênfase em questões centradas na família e no papel da mulher. Daí porque esta sempre estava prescrevendo modelos femininos que mantivessem o equilíbrio da família. Um argumento que, de certa
> forma, se constitui muito fortemente, no século XIX e inicio do século XX e que ainda estava muito presente na segunda metade do século XX, quando a questão do divórcio tornou-se um tema em destaque entre os anos de 1975 e 1977, período de sua regulamentação no país.

Na maioria das vezes, aquelas são mulheres de classe média e classe média alta. Sendo assim, são essas mulheres, conforme Cardoso (2003:192) que vão abrindo caminhos ao futuro mais promissor à parcela feminina, que recusava a vivência doméstica e o casamento. Assim, nesse período, evidencia-se uma transição comportamental, que se concretiza evidentemente com a chegada dos anos 1980. Como é perceptível na afirmação de Cardoso (2003:195):

> Conforme podemos ver, nos anos 1960, o feminino vai sendo escrito entre o público e o privado, sob perspectivas ambíguas, pois, por um lado, se diz que ser mulher é ser mãe, esposa e dona de casa; por outros, acrescenta-se a estes papéis o de profissional, de maneira que este deveria funcionar em complementação àqueles.

Portanto, nesse momento, este cenário social em Teresina, não é diferente de outras cidades do país, pois, mesmo se configurando um tempo promissor, encontrava ainda entraves sociais antigos, como por exemplo, a conduta masculina, que por sua vez, encontrava dificuldades de aceitação ao universo que se abria às mulheres. Nos anos 80, esses entraves ainda persistirão de forma consistente, pois, os homens, em sua maioria, educados com a educação patriarcal, ainda buscavam como objetivo de vida, o casamento, a esposa, a constituição da família nos moldes sociais e culturais antigos.

Por fim, esses modelos patriarcais masculinos irão colidir com a presença atuante de mulheres no trabalho, nas escolas e universidades. Sendo que, nessa década, a consolidação de uma liberdade social de pensamentos e ideais femininos, é mais presente, em sociedade, devido à influência tanto dos jornais, como das novelas de Televisão, mostrando ao público feminino outros elementos de mutação, traduzidos em vestimentas, empregos, cursos que irão conduzi-las a um novo âmbito social, tão sonhado e estigmatizado nas décadas anteriores.

Essa mudança é identificada por Rocha (2009: 185), quando discute a racionalização do conceito de estética feminina nos anos 80:

> A partir da década de 1980, passaram a ser bombardeadas pela mídia, que exibia mulheres jovens, sempre com corpos perfeitos. Verdadeiras misses, torturadas por horas de exercícios físicos e cirurgias plásticas...Foi um verdadeiro surto em massa por esse ideal estético. As academias de ginásticas e clínicas de cirurgias plásticas proliferaram e foram incorporadas como padrões normais de comportamento. A pressão social foi realmente grande, mas, a maior cobrança foi da própria mulher em relação a si mesma.

Nesse sentido, os signos e significados do tempo histórico e contemporâneo somam-se ao ritmo da informação e da tecnologia enviado pela mídia e incentiva os sujeitos sociais a uma aventura do inesperado, do intangível, do incompleto, em suas vivências cotidianas, valores e sentimentos, onde as permanências tornam-se efêmeras e as emoções são indefinidas, condicionando-as aos interesses impostos pela cultura circulante. Assim, o universo do eu feminino, no início dos anos 80, passou por uma redefinição, uma transição de valores, costumes, sentimentos provocados pela Era do consumo. Em consequência, houve uma ruptura no modo comportamental da juventude feminina, que despertou a sociedade piauiense, nesses novos tempos a adequar-se aos anseios de uma também nova gênese de mulheres mais preparadas para a vivência fora do lar, ao abraçarem novas carreiras e desafios para a configuração uma nova geração.

Bibliografia

BORGES, Joana Vieira. *Gênero e história das mulheres na historiografia.* (2008) Disponível em *Rev. Estud. Fem. vol.16 no.3 Florianópolis Sept.* http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300027

CARDOSO, Elizângela Barbosa. (2003) *Múltiplas e Singulares*: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970). Teresina: Fundalão Monsenhor Chaves.

CASTELO BRANCO, Julinete Vieira. CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. «*Amo tanto e de tanto amar*» - a arte de Chico Buarque e as possíveis imagens e dissonâncias culturais do amor e da solidão acerca do ser feminino. Anais do VI SEMHIPI- História, gênero e sexualidades.UFPI. Picos, 18 a 22 de Novembro de 2013.

CERTAU, Michel de. *A Escrita da História*. (1982) .Tradução de Maria de

Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FARGE, Arlette. *Lugares para a história* .tradução Fernando Scheibe . – Belo Horizonte : Autêntica editora, 2011

FOUCAULT, Michel. (2008). *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luís Filipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

LIPOVETSKY, Gilles. (2000). *A terceira mulher:* permanência e revolução do feminino. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras.

ROCHA, Patrícia. *Mulheres sob todas as Luzes:* a emancipação feminina e os últimos dias do patriarcado. Ed. Leitura. Belo Horizonte:

SANTANA, Márcia Castelo Branco (2008). *Discursos, desejos e tramas*: o comportamento feminino em Teresina nos anos setenta do século XX. Teresina: Dissertação de Mestrado em História do Brasil. Universidade Federal do Piauí.

VAINFAS, Ronaldo. (1986). *Casamento, Amor e Desejo no Ocidente Cristão.* Editora Ática.

Figuras:

1. Artigo: A Palavra feminina em no Brasil e em Portugal. **Fonte:** Jornal «O Dia» de 10 de abril de 1980. p.12.
2. 2.Artigo - Aprovados no Concurso de Professor Classe –F. **Fonte:** Jornal « O Dia» de 1º de Março de 1980
3. Artigo: Moda Anos 80. **Fonte:** Jornal «O Dia» de 1º de abril de 1980. p.12.
4. Artigo: A Mulher 80 Tem: **Fonte:** Jornal «O DIA» de 1º de Março de 1980.
5. Artigo: Povo alagado vai receber residências. **Fonte**:Jornal " O Dia de 1º de Março de 1980.
6. Artigo: Chegam a 200 os divórcios em Teresina. **Fonte:** Jornal «O Dia» de 28 de Março de 1980.

A memória coletiva virtual sob a forma de vídeos colaborativos

Lícia Maria Costa Fajardo Cerqueira[1]

Resumo: Atualmente observarmos a existência de vídeos criados de forma colaborativa, a partir de imagens provenientes de uma memória coletiva virtual presente em plataformas de compartilhamento de vídeo, verdadeiras extensões das capacidades humanas de arquivar e organizar as mais diversas lembranças. A evolução dos equipamentos de gravação e surgimento da internet desempenham importante papel no desenvolvimento do processo, que pode ser comparado à formação da própria memória humana. O artigo analisa esta prática baseando-se principalmente, nos conceitos de extensão, defendidos por Herbert Marshall McLuhan e de memória apresentados por Maurice Halbwachs.

Palavras-chave: colaboração, vídeo, memória.

Introdução

O presente trabalho é parte da pesquisa sobre a participação popular na criação de vídeos de forma colaborativa a partir de imagens disponíveis em plataformas de compartilhamento e a formação de uma memória coletiva virtual nesse ambiente. O objetivo é relacionar ao desenvolvimento desta nova prática, explorações do professor Herbert Marshall McLuhan e conceitos de memória coletiva, individual e histórica, presentes na obra do sociólogo Maurice Halbwachs. Pela análise das produções audiovisuais disponíveis hoje na internet, é possível perceber que a obra de McLuhan, assim como a de Halbwachs parecem antecipar o processo evolutivo comunicacional ocorrido nas últimas décadas. Suas ideias são atuais e podem perfeitamente ser aplicadas hoje.
A comunicação humana por meio de imagens evoluiu muito ao longo da história. Nas mais diversas manifestações, das pinturas rupestres às imagens produzidas por aparelhos celulares, a intenção de registrar os fatos parece representar o ideal de prolongar a capacidade de sua memória e perpetuá-la de alguma forma.
A imagem videográfica surge como meio de expressão do indivíduo em um cenário onde equipamentos inacessíveis ao consumidor comum eram os únicos capazes de representar a realidade tal como se dá em imagens. Assim, as câmeras compactas de gravação possibilitaram, a um público amador, a criação de imagens do cotidiano. Com a evolução destes equipamentos e sua incorporação a outros dispositivos, a câmera tornou-se algo comum nas mãos de muitos, que passaram a utilizá-la como meio de gravação de acontecimentos diversos.
Ao mesmo tempo, a evolução da internet e o surgimento de uma cultura particiativa criaram um ambiente altamente receptivo ao novo cidadão produtor de imagens e, com a emersão das plataformas de compartilhamento de vídeo, locais onde estas poderiam ser arquivadas e recuperadas a qualquer tempo; a construção de obras baseadas em recortes tornou-se uma nova prática, aparentemente tão natural como a própria organização do pensamento ao estruturar memórias e contar uma história.
Este artigo pretende reunir argumentos que relacionem a prática da criação de vídeos de forma colaborativa e a possibilidade de armazenamento externo das mais variadas informações, ao que se pode chamar de extensão das capacidades humanas de ver e memorizar, bem como ao processo mental de organização de ideias para a expressão de um pensamento.

---

1 Alunado mestrado em Comunicação e Sociedade, linha Estética, Redes e Linguagens da Universidade Federal de Juiz de Fora. liciafajardo@gmail.com

1. O homem estende-se

A obra de McLuhan procura investigar profundamente a capacidade do homem em criar extensões de seu corpo e mente, bem como entender as modificações sócio-culturais que tais criações promovem. A roupa como extensão da pele; o carro como extensão dos pés; enfim, toda tecnologia criada para ampliar suas capacidades.
McLuhan entendia como mídia não somente os meios de comunicação, mas todas as criações que, de alguma forma, possibilitassem um avanço comunicacional. Exemplo disso é a relação que o autor estabelece entre a invenção da roda e a urbanização, quando uma série de invenções posteriores e desdobramentos históricos levaram à integração do campo e da cidade (1964, p.206). Assim, a maioria de seus estudos voltou-se aos efeitos da mídia sobre o comportamento humano, as modificações provocadas no entorno; e, sobretudo, como os meios de comunicação criavam uma ambiência e influenciavam o comportamento sociocultural. Nas palavras de A. R. Trinta:

> A principal tese que Marshall McLuhan defenderá, em aulas, livros e em entrevistas, será a de que é a índole mesma dos *meios* – e não seu eventual conteúdo – que tem alcance e consequências de ordem psíquica; e, por extensão, sociocultural. Considerando-se que cada tecnologia *estende* um modo de ver, sentir e fazer coisas, dotando de proporções bem definidas a toda percepção, isto implicará uma recomposição, um novo equilíbrio sensorial atingido. (...) cada readaptação efetuada altera nossa captação dos fatos do mundo pelos sentidos e significa um modo diferente de perceber nosso entorno; completado o processo, verificam-se mudanças nas interações e nas instituições, vale dizer, na *cultura* como um todo. (Trinta, 2003, p.7)

A Marshall McLuhan preocupava a fragmentação do ensino, com disciplinas ensinadas separadamente; para ele, uma análise mais profunda revelaria que todas as áreas de conhecimento se interconectam. McLuhan acreditava que tal padrão de ensino contribuía para a formação de "cidadãos incapazes de entender o mundo cibernético em que vivem" (p.389), pois a cultura letrada, a forma como se articulava o pensamento dos cidadãos leitores era diferente daqueles que já cresciam influenciados por outros meios, como o rádio e a televisão.
O mundo já recebia fortes influências da tecnologia elétrica, por isso o professor insistia em dizer que precisávamos entender padrões, reconhecê-los enfim, para que não fôssemos "tragados" pelo vórtex da mídia. Era necessário compreender que qualquer meio ou veículo carregava dentro de si outro meio ou veículo; e que o acúmulo de informação levaria à extensão da consciência e à criação de novas formas de articulação do pensamento, como afirma V. A. Pereira:

> Como um desdobrar do entrecruzamento das temáticas das *extensões* e do *meio*, surge uma outra, trazida pelas temáticas anteriores, e muito importante em todo o trabalho de McLuhan. A idéia de uma extensão da consciência que será conquistada não apenas com o contínuo acúmulo de conhecimento ao longo da história, mas, principalmente, com as novas possibilidades de rearranjar tais conhecimentos, através das mídias eletrônicas. (Pereira, 2004, p. 151)

A evolução dos meios eletrônicos na informática elevaram o computador de máquina de calcular a "cérebro eletrônico", com capacidade de armazenar informações e executar diferentes tarefas. Com isso, a máquina passou a fazer parte do cotidiano das pessoas, que a levaram para suas casas. Criou-se um novo hábito, o de passar horas em frente a ela, como que em comunhão de pensamentos, num mergulho no interior da estrutura inteligente. Com o passar dos anos, novas tecnologias permitiram a digitalização da informação, seja ela texto, som ou imagem. Assim, o computador pode ser percebido como o meio que traz em si todo tipo de informação, todos os meios anteriores a ele. Após o surgimento da internet, sua ligação em rede criou possibilidades de comunicação e armazenamento exteriores à própria máquina, em ambientes virtuais seguros, nos quais a troca de informações atingiu uma capacidade nunca imaginada, o que aumentou a simbiose entre homem e máquina:

> Ao colocar o nosso corpo físico dentro do sistema nervoso prolongado, mediante os meios elétricos, nós deflagramos uma dinâmica pela qual todas as tecnologias anteriores — meras extensões das mãos, dos pés, dos dentes e dos controles de calor do corpo, e incluindo as cidades como extensões do corpo — serão traduzidas em sistemas de informação. (McLuhan, 1964 p.77)

A partir da introdução da Web 2.0, denominação pela qual ficou conhecida a nova forma de interação entre os usuários e alguns *web sites* agregadores de conteúdo dinâmico e aberto à participação do público, pode-se identificar o surgimento de novas oportunidades de comunicação. Tais oportunidades transformaram não apenas as formas de interação entre usuários, mas também a produção e difusão de inúmeros projetos culturais, até então centrados na noção individual de autoria. O novo contexto da *web* promoveu uma sensível mudança na produção e compartilhamento de conteúdo, permitindo o afloramento de uma inteligência coletiva que, hoje, determina novos padrões de produção cultural. Segundo H. Jenkins:

> "A expressão Cultura Participativa contrasta com noções mais antigas sobre a passividade dos espectadores dos meios de comunicação. Em vez de falar sobre produtores e consumidores de mídia como ocupantes de papeis separados, podemos agora considerá-los como participantes interagindo de acordo com um novo conjunto de regras, que nenhum de nós entende por completo". (JENKINS, 2009, p.30)

O "interator", (Murray, 2003) já não era mais o mesmo consumidor de antes. Seu comportamento se afasta da ideia de passividade perante os meios. Agora, munido de informações, acesso à produção e a um público que aumentava em número a cada dia, este cidadão reconheceu a possibilidade de expressar suas opiniões e a explorou em todos os sentidos. Assim se deu uma explosão de *websites* pessoais, e *blogs* sobre os mais diversos assuntos. Tudo sempre caminhando lado a lado com a abertura constante do acesso a estas ferramentas. Com imagens, o processo não foi diferente. Desta forma, surgem em locais específicos, como os *sites* de compartilhamento de vídeo, imensos arquivos, em que recursos de edição e imagens prontas substituem pincel e tinta na manifestação do pensamento criativo.

2. Vídeo e YouTube - um meio sempre carrega consigo o meio anterior

Como afirmado anteriormente, de acordo com o pensamento do professor McLuhan (1964), os meios de comunicação são transformadores; do mesmo modo sempre trazem em si características do meio a que sucedem. Em relação ao cinema, o surgimento do vídeo (do latim, "eu vejo") pode ser considerado uma evolução no que diz respeito ao acesso a tecnologias de produção de imagem por parte do receptor. A rapidez da montagem, a facilidade de manuseio e a preterição da revelação tornou acessível o uso deste equipamento. A posterior popularização possibilitou maior acesso pelo usuário comum; desta forma, grande parte dos trabalhos realizados em vídeo refletiam esta condição de produções amadoras. Como explica L. Santaella (2007), a evolução dos equipamentos, principalmente no que diz respeito ao fato de terem se tornado cada vez menores e com menor custo, favoreceu o acesso a eles. Quem os possuía era então capaz de produzir suas próprias imagens. Com a entrada no mercado das ilhas de edição, editar um vídeo com características profissionais já não era trabalho exclusivo das produtoras.

O surgimento da internet elevou toda esta prática a um novo patamar, principalmente após o surgimento da *web* 2.0, em que a distância entre produtor e usuário tornou-se ainda menor. Sites interativos nos quais as pessoas poderiam opinar e até mesmo modificar o conteúdo começaram a surgir, revelando novas possibilidades de cocriação. Nesse contexto, surge em 2005, o *YouTube*, com a proposta de ser um local para *upload* de imagens na internet. Os criadores do *site*, Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim, ex-funcionários do site de comércio *on-line Pay Pal*, pensaram em criar um espaço onde as pessoas pudessem arquivar suas experiências e divulgar a amigos e familiares suas imagens. Em 2006, a Google adquiriu o *YouTube* e deu ao serviço uma nova dimensão. Para Burgues e Green:

> A missão aparente ou declarada do YouTube foi repetidamente transformada tanto pelas práticas corporativas como por sua utilização pela audiência. Em agosto de 2005, poucos meses após o nascimento do serviço, o "Quem Somos" da página oferecia apenas tentativas e dicas vagas para explicar os possíveis usos do YouTube (...) Nesses primeiros momentos o site trazia o slogan Your Digital Video Repository ("Seu Repositório de Vídeos Digitais"), uma declaração que, de alguma maneira, vai de encontro à exortação atual, e já consagrada, Broadcast yourself (algo como "Transmitir-se"). (Burgess e Greenn, 2009, p. 20)

O site passou a difundir a ideia de ser um lugar destinado à expressão pessoal. Atualmente, com um novo aspecto visual e novas funcionalidades, como a possibilidade de edição *on-line*, o *YouTube* tornou-se um fenômeno de audiência. As estatísticas de acesso impressionam:

> Em abril de 2008, o YouTube já hospedava algo em torno de 85 milhões de vídeos, um número que representa um aumento dez vezes maior em comparação ao ano anterior e que continua a crescer exponencialmente. A comScore, empresa de pesquisa de mercado da internet, divulgou que o serviço respondia por 37% de todos os vídeos assistidos nos Estados Unidos, com o segundo maior serviço do tipo, a Fox Interactive Media, ficando com apenas 4,2%. (Burgess e Green, 2009 p.18)

Segundo números atuais[2], o *site* é acessado mensalmente por mais de um bilhão de usuários únicos. Mais de seis bilhões de horas de vídeo são consumidas por mês, ou seja, quase uma hora para cada pessoa do planeta, cem horas de vídeo são enviadas a cada minuto, 80% do tráfego vêm de fora dos EUA e o serviço está localizado em 61 países. De acordo com a Nielsen, empresa que estuda o comportamento dos consumidores em mais de 100 países buscando conhecer tendências e hábitos, o *YouTube* atinge mais adultos dos EUA entre 18 e 34 anos do que qualquer outra rede a cabo. Neste cálculo há todo tipo de imagens postadas por todo tipo de usuário.

3. Colaboração a partir de imagens arquivadas

Mas o *YouTube* representa ainda mais, pois pode ser pensado como extensão do cérebro humano, como arquivo de uma memória coletiva, produzida por pessoas diferentes e catalogado a partir de um sistema simples de indexação por palavras-chave. Os vídeos tornaram-se uma forma de expressão de ideias. Produções, que levam ao espectador desde "dicas" domésticas a complexos manuais técnicos, são gravadas e crescem em número no *YouTube*, como informações e lembranças estocadas no cérebro, que podem ser acionadas a qualquer momento, para resolver qualquer situação. O cérebro expandido do ambiente virtual comporta informações que o usuário desconhece, inseridas por outros usuários e prontas para serem acessadas quando houver necessidade. Nesse ambiente, a criação de vídeos de forma colaborativa surge como manifestação natural, assim como a organização de ideias e memórias para a expressão de um pensamento, uma opinião ou para se contar uma história usando imagens do banco de dados universal. A memória gravada narra a história em diferentes pontos de vista. Os fatos políticos e sociais ocorridos no mundo e dos quais tomávamos conhecimento pela leitura e o estudo, hoje nós os vemos com outros olhos, os olhos de quem vivencia a experiência, o que nos faz desenvolver um contato maior com a realidade, quase uma presença coletiva.
Exemplo deste tipo de produção é o vídeo "Brasil em Cartaz", do artista paulista Thiago Correa que conta, por meio da música, uma história sobre as manifestações ocorridas em junho de 2013 no Brasil. Correa desenvolve

2 De acordo com informações observadas na página de estatísticas do YouTube, disponível em http://www.youtube.com/yt/press/pt-BR/statistics.html. Consultada em 13 de agosto de 2014.

um trabalho de *mashup*, uma mistura de músicas e ritmos, e disponibiliza sua obra gratuitamente para *download*. O artista vive das apresentações que faz, uma prática crescente entre a nova geração de profissionais que se promovem quase somente pela internet, dela incorporando o modo de ser: um mix de informações com código aberto. O projeto Brasil em Cartaz é totalmente colaborativo. Usando frases de cartazes como letra da música e imagens produzidas por manifestantes em todo País, o vídeo exemplifica o processo de escolha e edição de imagens disponíveis nas plataformas de compartilhamento por um indivíduo que centraliza todo o processo de criação formando um produto novo. Um tipo de curador, como sugere (Jenkins, 2013).

O vídeo Brasil em Cartaz hospedado na página do *YouTube* já obteve mais de 166 mil visualizações, suas horas de exibição somam 282 dias; foi compartilhado 2.435 vezes e as datas dos comentários mostram que é constantemente visitado[3], o que revela a característica atemporal deste tipo de projeto. As imagens deste vídeo encerram diferentes níveis de qualidade, mas todas apresentam forte apelo visual. Pela montagem feita, é possível dimensionar a importância do movimento e até mesmo se sentir parte integrante dele. Fatos que constituem a história, contados por quem participou dela. A memória que um dia foi gravada em barro e em pedra agora é reproduzida tal qual a realidade no espaço virtual.

4. Memória coletiva e memória histórica no pensamento de Maurice Halbwachs

Em seu livro "A memória Coletiva", Maurice Halbwachs defende a importância do convívio social e do acúmulo de conhecimento na formação da memória individual; também menciona o fato de as memórias dos outros tenderem a ficar impregnadas em nós, não apenas por meio de um convívio direto, como também mediante o que lemos em livros, escutamos em uma música ou vemos em uma pintura. A descoberta de um novo lugar pode ser um reencontro com algo que se soma a outras lembranças, moldando nossa percepção.

> A primeira vez que fui a Londres, diante de Saint-Paul ou Mansion-House, sobre o Strand, nos arredores dos Court's of Low, muitas impressões lembravam-me os romances de Dickens lidos em minha infância eu passeava então com Dickens. Em todos esses momentos, em todas essas circunstâncias, não posso dizer que estava só, que refletia sozinho, já que em pensamento eu me deslocava de um tal grupo para outro (…) Outros homens tiveram essas lembranças em comum comigo. Muito mais, eles me ajudam a lembrá-las para melhor me recordar, eu me volto para eles, adoto momentaneamente seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois sofro ainda seu impulso e encontro em mim muito das ideias e modos de pensar a que não teria chegado sozinho, e através dos quais permaneço em contato com eles. (Halbwachs, 1990, p. 26)

Ao mesmo tempo, a memória revivida coletivamente necessita de certo amparo individual para se formar e fortalecer. Para o autor, é impossível lembrar-se de um fato que não tenha ficado gravado no "espírito" do indivíduo, como se, para recriar um fato, precisássemos de informações presentes em nós que, junto com informações fornecidas por outros atores, comporão aquilo que foi vivenciado em sua totalidade, no que ele descreve como "necessidade de uma comunidade afetiva":

> Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras, para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum.

---

3 De acordo com as informações observadas na página do vídeo Brasil em Cartaz no YouTube, consultada em 14 de agosto de 2014.

> Não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta construção se opere a partir de dados ou noções comuns que se encontrem tanto em nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. (Halbwachs, 1990, p. 34)

Da mesma forma, a recriação de vídeos, que utilizam imagens produzidas por outras pessoas, necessita de algum tipo de afinidade que relacione o pensamento do autor às imagens colhidas no banco de dados, formando o que podemos chamar de montagem a partir de pontos de contato. Mas quais seriam esses pontos de contato, entre pessoas que não se conhecem, mas compartilham experiências parecidas gravadas no cérebro virtual? No caso do vídeo "Brasil em Cartaz", podemos sugerir que o fundamento comum a todos os atores tenha sido a participação nas manifestações ocorridas em junho de 2013. Não necessariamente a presença física nas ruas durante os eventos, mas qualquer tipo de envolvimento, como assistir pela televisão, ou compartilhar informações nas redes sociais. A semelhança de ideias e o pensamento, que comungava dos mesmos ideais naquele momento de efervescência, foi capaz de aproximar pessoas desconhecidas, em suas criações, revelando um sentimento comum dentro de uma sociedade. Houve ali uma empatia que possibilitou a formação de uma ideia e finalmente, de uma obra completa, criada a partir de vários fragmentos.
Tais imagens poderão ser recuperadas no futuro para ilustrar o que aconteceu durante um determinado período, assumindo a forma de informação:

> Durante o curso de minha vida, o grupo nacional de que eu fazia parte foi o teatro de um certo número de acontecimentos, do quais digo que me lembro, mas que não conheci a não ser pelos jornais ou pelos depoimentos daqueles que participaram diretamente. Eles ocupam um lugar na memória da nação. Porém, eu mesmo não os assisti. Quando eu os evoco sou obrigado a confiar inteiramente na memória dos outros, que não vem aqui completar ou fortalecer a minha, mas que é a única fonte daquilo que eu quero repetir. (...) Carrego comigo uma bagagem de lembranças históricas, que posso ampliar pela conversação ou pela leitura. Mas, é uma memória emprestada e não minha. (Halbwachs, 1990, p.54)

As memórias daqueles que souberam dos eventos por notícias de televisão, jornais ou internet, ou daqueles que participaram ativamente do movimento nas ruas estarão impregnadas de imagens produzidas por outros atores. Nelas haverá detalhes, como o grito em coro dos manifestantes e suas sombras projetadas na cúpula do Congresso Nacional. Hoje podemos perceber através da tecnologia a presença da memória em grupo que Halbwachs pôde pressupor:

> Não estamos ainda habituados a falar da memória de um grupo, mesmo por metáfora. Parece que uma tal faculdade não possa existir e durar a não ser na medida em que está ligada a um corpo ou a um cérebro individual. Admitamos todavia que haja, para as lembranças, duas maneiras de se organizar e que possam ora se agrupar em torno de uma pessoa definida, que as considere de seu ponto de vista, ora distribuir-se no interior de uma sociedade grande ou pequena, de que elas são outras tantas imagens parciais. (Halbwachs, 1990, p.53)

O *YouTube* parece incorporar esse ambiente que conserva a memória em partes, pedaços da memória do grupo, enquanto o organizador, sujeito que seleciona as imagens na criação de sua obra, seria aquele que assume o ponto de vista.

Considerações Finais

As explorações de McLuhan levantaram questionamentos sobre os efeitos dos meios nas atividades humanas, seu modo de enxergar os fatos e de se relacionar em sociedade. Anteriormente, os estudos de Halbwachs sobre a formação da memória demonstraram a importância do convívio social, de tudo o que rodeia o homem na formação de sua memória. Numa comparação com a referência de McLuhan, sobre fundo e figura, poderíamos dizer que do objeto homem, neste caso específico, suas memórias, refletem sua relação com o fundo, ou seja, seu entorno.

As criações humanas estendem suas capacidades em todos os sentidos e chegaram à potencialização de seu sistema nervoso central na era eletrônica. A informatização de nossa rotina e especialmente nossa presença em rede, nos oferece demonstrações claras do funcionamento deste ambiente externo tão relacionado a nossos próprios sentidos. Os equipamentos criados para comunicação, informação e lazer logo passaram a sofrer adaptações e hibridizações que os levaram a caber na palma de nossas mãos, tornando o ato de gravar os acontecimentos diários quase tão natural quanto o ato de ver. A evolução da internet e sua popularização, que permitiram a conexão de quem quer que seja ao banco de dados universal, trouxeram novas possibilidades de conhecimento e construção da memória individual e coletiva.

Ao mencionar especificamente as plataformas de compartilhamento de vídeo, locais de arquivamento exclusivo de imagens, que têm no *YouTube* seu maior representante, nós nos aproximamos ainda mais do que se passa dentro de nossas mentes. Assim como o homem que molda seus pensamentos, agrupando memórias em forma de imagens impregnadas de influências externas, que refletem o seu meio, o editor de vídeos colaborativos cria uma história a partir de imagens produzidas por outros, imagens estas que captam diferentes realidades em diferentes pontos da aldeia global, como se estas imagens moldassem também a sua história. Desta forma, uma infinidade de obras podem ser recriadas por quem quer que tenha acesso a estes recursos, tendo a afinidade de ideias como ponto de apoio e inspiração para a construção de uma nova obra.

Referências

BURGUESS, J. & GREEN, J. (2009), *YouTube e a revolução digital: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade.* Tradução Ricardo Giassetti, São Paulo: Aleph.

HALBWACHS, M. (1990), *A memória coletiva.* Tradução Laurent de Léon Schaffter, São Paulo: Vértice/ Revista dos Tribunais.

JENKINS, H. *Cultura da convergência.* 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

JENKINS, H. & FORD, S. & GREEN, J. (2013), *Spreadable Media: Creating Value and Meaning in a Networked Culture.* New York: NYU Press.

MCLUHAN, H.M. (2011), *Os meios de comunicação como extensões do homem.* Tradução Décio Pignatari, São Paulo: Cultrix.

MURRAY, J. H. (2003), *Hamlet no Holodeck: o futuro da narrativa no ciberespaço.* São Paulo: Itaú Cultural, UNESP.

PEREIRA, V. A. (2004), "*Consciência e memória como objetos da comunicação: o approach de Marshall McLuhan".* Famecos, 24, pp. 149-157.

SANTAELLA, L. (2007), *Linguagens líquidas na era da mobilidade,* São Paulo: Paulus.

TRINTA, A. R. (2003), "*Marshall McLuhan, essencial".* Lumina, 6, pp. 1-14.

CORREA, T. (2013), "Brasil em Cartaz". Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=PJ6NnGEiucM, [consultado em 14-08-2014].

Captar a fuga dos instantes no tempo: o super-8 entre a antropologia e a arte Rio São Francisco, Brasil

Elson de Assis Rabelo[1]

Resumo: Esta comunicação discute um momento da trajetória do poeta e fotógrafo baiano Euvaldo Macedo Filho (1952-1982), em particular quando da produção do filme em super-8 intitulado *Curral das Barcas*, no final dos anos 1970. A partir de uma sofisticada noção de documento e do propósito de fazer "antropologia visual" das culturas, paisagens e habitantes das margens do rio São Francisco, o artista, que vinha realizando destacada produção fotográfica, decidiu filmar as barcas estacionadas durante a construção da Barragem de Sobradinho, no sertão baiano, problematizando, através da dimensão visual, a crise da navegação fluvial e os rumos dos projetos desenvolvimentistas executados naqueles espaços pelo regime autoritário por que passava a sociedade brasileira. Em relação à geração superoitista que lhe antecedeu e a várias de suas referências artísticas, o fotógrafo faz um uso documental do super-8, demarcando, também, um posicionamento político e um deslocamento do olhar sobre os espaços do chamado "rio da integração nacional" e suas transformações.

Palavras-chave: Cinema super-8. Configurações espaciais. Rio São Francisco.

> Minha fotografia é a visão crítico-lírica
> de aspectos da Realidade, faces da vida.
>
> Euvaldo Macedo Filho.

A epígrafe que abre este texto faz parte das muitas assertivas do poeta e fotógrafo brasileiro Euvaldo Macedo Filho sobre sua prática particular e sobre a fotografia de modo geral. Documento, poesia, memória, esses são alguns dos conceitos correntes em suas notas pessoais, deixadas organizadas sob a forma de cadernos ou avulsas, com um sem número de referências artísticas do modernismo, do concretismo e do tropicalismo.

Nesta comunicação, discutimos em particular, um momento da trajetória do fotógrafo, e um dos artefatos então produzidos que ganhou destaque por escapar da produção que o notabilizara no interior do Estado da Bahia, em finais dos anos 1970: o filme em super-8, testado como ferramenta de documentação de determinados eventos vividos pelos habitantes das margens do rio São Francisco, e experimentado a partir de uma poética visual que já vinha sendo elaborada por uma intensa prática fotográfica. Tomaremos metodologicamente o filme *Curral das Barcas* como vestígio de uma sociedade, mas especificamente como uma prática enunciativa que se posicionava socialmente e demarcava, através da imagem, de seu conteúdo e expressão, o impacto das transformações históricas sobre os modos culturalmente situados de ver e de conhecer. Essa visão, que o artista chama de "crítico-lírica", se nos apresenta com a espessura própria da sedimentação de camadas de linguagem que, naquele momento, eram evocadas no manejo do aparelho de filmagem, considerando-se que, depois dos anos 1960, tanto a crítica quanto a lírica, como as próprias concepções de "realidade", buscavam novas poéticas com as quais se manifestar, num Brasil que vivia o auge de um regime de exceção.

Filho de pai médico, Euvaldo Macedo Filho nascera numa família de classe média, em Juazeiro, na Bahia, em 1952, tendo aí falecido em 1982, em meio a uma meteórica e exaustiva carreira de produção fotográfica e poética, depois de ter interagido na cena dos coletivos artísticos locais Êxodus e Círculo de Convivência Cultural (ASSIS, 2014). Juazeiro, então, era um porto secular da navegação fluvial, um espaço constituído

---

1 Professor do Curso de Artes Visuais, da Universidade Federal do Vale do São Francisco, Bahia, Brasil. Doutor em História do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco, Brasil. Mestre em História e Espaços, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil. Pesquisador da área de História, atuando principalmente nos seguintes temas: história, fotografia e visualidade; usos sociais das imagens; história e literatura; discursos e imagens sobre as culturas populares; configurações e identidades espaciais. elson_rabelo@hotmail.com

pelo cotidiano das partidas e chegadas dos paquetes e navios a vapor, os quais cruzavam a Bahia até as Minas Gerais – o que teria justificado, para os cronistas do passado, que o rio São Francisco fosse chamado de "rio da integração nacional", numa alcunha estratégica de grande interesse para o Estado nacional. Entre Juazeiro e o Recôncavo Baiano, o imperador Dom Pedro II mandara construir, no século XIX, uma ferrovia, fazendo dessa cidade interiorana um importante entreposto comercial, até a chegada do predomínio do transporte rodoviário, a partir dos anos 1950 (CUNHA, 1978).

A agitada Juazeiro também se notabilizara pelos carnavais, pela arquitetura, pelas religiões e pela música populares, e por ter seu nome projetado junto com um dos ícones da bossa nova que ali nascera, o violonista e cantor João Gilberto. O jovem Euvaldo Macedo Filho, após abandonar um curso superior de Economia para sair em busca de experiências artísticas e de formação na área de fotografia, nas cidades de Salvador e do Rio de Janeiro, retorna a sua terra, no começo dos anos 1970, e desencadeia um conjunto variado de processos artísticos, especialmente na poesia, em cooperação com outros nomes de sua geração, como o pintor Antônio Carlos Coelho e o poeta Pedro Raymundo. Cada vez mais voltado para a fotografia, Euvaldo, no entanto, passou também a se dedicar a seus projetos particulares de documentação das práticas culturais locais, que iam de feiras e mercados a rituais religiosos, de viagens de navio ao universo do trabalho e das brincadeiras infantis. Situemos um pouco dessa trajetória e seus resultados no ato fotográfico.

1. A fotografia e a constituição de um olhar documental

Desde que descobriu a fotografia, com seu irmão, em casa, e desde que, na mesma época, ganhou de presente o livro *Antropologia Visual*, de John Collier Jr, Euvaldo Macedo Filho se tornou quase um obsessivo pela prática. Entre 1975 e 1982, o fotógrafo realizou duas viagens fluviais subindo o São Francisco pelo norte e oeste baiano, nos anos imediatamente anteriores à obstrução desse tipo de percurso pela construção das barragens para eletrificação e regularização do curso do rio. Essas viagens eram sempre acompanhas de alguma câmera, especialmente uma Rolleiflex, e um caderno de notas, através dos quais o fotógrafo se aproximava dos procedimentos antropológicos para observar as culturas e habitantes do rio São Francisco, e propor sua reinterpretação visual a partir do cruzamento com outras referências artísticas (Andrade, 2002: 65-73).

É preciso situar tais referências, lembrando que elas formavam uma verdadeira constelação, na qual figuram, dentre vários outros exemplos referidos nos numerosos escritos deixados pelo artista: a prosa de Guimarães Rosa; a poesia de João Cabral de Melo Neto, Carlos Drummond de Andrade e Torquato Neto; a música de João Gilberto, mitificado por aquela geração de jovens; citações dos modernistas Modigliani, Duchamp, Picabia; e, no campo da fotografia, Henri Cartier-Bresson e André Kértesz; além de Glauber Rocha, no cinema. Além disso, diante dos milhares de diapositivos deixados, anotações, impressões de trabalho, críticas à sociedade, o cotejamento específico sobre seus escritos e suas imagens, muitos deles não catalogadas, tem permitido discernir sobre quais projetos foram concluídos, que formas se impuseram ou tenderam a se tornar mais dominantes.

A proposta artística geral parecia a de uma recriação do ponto de partida de sua trajetória, isto é, as margens do rio São Francisco, recriação que levou o fotógrafo a se interessar pela captura de imagens de vários agentes sociais: músicos, feirantes, romeiros de festas de santos, penitentes, lavadeiras e dois exemplares de categorias temporais profundamente metafóricas, a infância e a velhice, para as quais o gênero do retrato é reinventado, na dimensão expressiva das fisionomias e das marcas da passagem do tempo nos rostos. Isso não impedia de que os personagens retratados às vezes fossem isolados do seu entorno social, havendo poucos indícios de cenários que seriam típicos, excetos nas fotos de feiras e nas de lavadeiras. Seu olhar oscila, portanto, entre a estetização e a localização dos indivíduos, pois, embora o fotógrafo se deslocasse espacialmente em busca dos lugares onde estariam as situações e agentes sociais, nem sempre a fotografia se interessará em compor encenações anedóticas.

A primeira exposição de Euvaldo foi nomeada de "Tristes Margens", com fotos como a Figura 2, de lavadeiras do bairro dos Angaris, situado na periferia de Juazeiro e na beira do rio, de modo que o título jogava com o

duplo sentido geográfico e social. Desde o começo de sua trajetória, as fotos mostram um artista preocupado com a opção por um estilo que privilegia o preto e branco, com cuidados técnicos, como a nitidez e a definição dos planos, e interessado na tipificação social que era comum a vários textos escritos e visuais da época, incluindo a imprensa, a prática fotográfica comercial de estúdio na cidade e o próprio Euvaldo, que chegou a publicar fotos de vaqueiros sertanejos em uma revista.

Figura 1

Figura 2

Retrato de idosa. In: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (2014). *Catálogo da Exposição "Imagens, vestígios do tempo: fotografias de Euvaldo Macedo Filho"*. Petrolina: SESC.

"Lavadeiras". In: MACEDO, Odomaria Rosa Bandeira; ASSIS, Antonio Carlos Coelho & EGÍDIO, Chico (2004). *Euvaldo Macedo Filho – Fotografias*. Petrolina: Gráfica Franciscana.

As imagens desses tipos sociais tidos como tradicionais conotavam sua permanência numa cidade que se entendia em franco desenvolvimento econômico-social, nos anos 1970, com as grandes transformações a que era submetido o rio São Francisco. Esse foi o caso também das fotos de penitentes, personagens bastante conhecidos pela sociedade juazeirense, observados pela imprensa, por curiosos e estudiosos e, nesse caso em particular, objeto de experimentações formais que escapavam a uma ideia de documentação meramente transparente. Se considerarmos os vários sentidos possíveis de ser atribuídos e as implicações éticas relacionadas à feitura de imagens como a da Figura 3, podermos apostar a interpretação de que o fotógrafo escolheu borrar o rosto e o corpo do fotografado, não mostrando as feridas da penitência física ou o sangue, fazendo antes um jogo visual metafórico com os significados religiosos do preto-e-branco. Como muitos observadores constatavam, fotografar os penitentes, em especial, exigia certa negociação, pois interferia na dimensão da invisibilidade, tanto da noite quanto do anonimato e do segredo da prática desses indivíduos habitantes da sombra (LIMA, 2006).

Figura 3

Foto de Euvaldo Macedo Filho para a contracapa do livro: SOUZA, Izabel Marques de (1978). *Penitentes: uma chama de fé*, Juazeiro: Biblioteca Pública Aristóteles Pires de Carvalho.

Nas diferentes facetas de um trabalho fotográfico que ele chamava de documentação, ou mesmo de "antropologia visual", o artista passou a se interessar não apenas ou exatamente pela tipificação dos agentes sociais, o que já fica claro no experimento com a foto do penitente. Os artefatos produzidos por sua prática vieram a se aproximar daquilo que foi dito sobre o Cinema Novo, o qual teria se colocado num "nível [...] de avaliação do homem brasileiro como objeto de análise antropológica" (Galvão & Bernadet, 1983: 155). É por isso que, além de fotógrafo das paisagens ditas naturais, com destaque para o rio, ou que remeteriam ao universo da navegação, Euvaldo se mostra um formidável retratista dos agentes sociais. É difícil, nesse sentido, situar suas imagens entre o anedotário e a denúncia social, especialmente se lembrarmos que a maior parte das fotos produzidas foram deixadas apenas em negativo, sem ter circulado nos anos 1970 e, portanto, sem ter sofrido maiores investimentos retóricos para além da estetização promovida por Euvaldo em seus manuscritos, como no texto poético a seguir:

> tudo começou quando? por acaso como pinta uma foto
> que a gente nem espera. o segundo. tudo. Muito como
> eu sei que é tudo. tudo é mágico como viver é muito
> tudo. o olho e o relâmpago: clic. o bater das pálpe-
> bras, a batida do coração, etc. olhar e ver são duas
> coisas muito diferentes. olhar até ver até crer. fé.
> ou um lance de olho de lince.
> fotografar: sensibilidade, bom gosto, etc. etc.
> fotografia, magia, ato de bruxo, bruxaria de amor.
> como vê a natureza o olho de deus? fotolhar, foto
> grafar, fotografar, mostrar o.
> a câmera – para mim é – é um instrumento mágico onde
> gravo a fuga dos instantes no tempo. fotografia: o
> mágico encanto. não sei se era claudel quem dizia
> que, se o mundo havia de ser salvo, seria pelos
> poetas. o grande defeito da fotografia é que ela
> foi inventada muito tarde. você não gostaria de
> ver a cara de napoleão depois de
> waterloo? (Macedo Filho, 2014).

Essa espécie de poesia em prosa, que decompõe as palavras, ignora maiúsculas e cria o neologismo "fotolhar", sem dúvida, tem relação com sua admiração pela poesia concreta, pelo tropicalismo e pela obra de Guimarães Rosa, como também com o trânsito do artista entre os poetas de Petrolina, em Pernambuco, e Juazeiro, na Bahia, onde ele vivia. O poema dá a entender um pouco do vínculo estabelecido entre a imagem fotográfica e o tempo do instantâneo (a batida das pálpebras, o coração, o clic e o relâmpago, a fuga), no que o próprio fotógrafo fazia referência a Henri Cartier-Bresson e André Kérstez. De certa forma, esse universo fotográfico é construído para contar histórias com o olhar, produzir narrativas que conotassem a multiplicidade de durações temporais, condensadas no instantâneo mas que remetessem a experiências sociais e variáveis de tempo que eram mais amplas, como na busca por fotografar a infância e a velhice. Cabe dizer que essas narrativas efetuavam um rasgão deliberado no regime de discursos e imagens daquele momento de assombroso desenvolvimentismo, que propagandeava a eletrificação, o rodoviarismo e a agricultura irrigada em diferentes suportes e veículos de visualização. Na medida em que se criava outras possibilidades de ver dentro desse regime, era elaborada uma visualidade um tanto romântica e deslumbrada pelos poderes de pesquisa temática da fotografia. Nesse sentido, Euvaldo dizia pretender alçar as formas visuais do São Francisco de suas gentes à beleza da interpretação do canto de João Gilberto – o tempo da bossa nova, do violão, da saudade, no qual seu olhar documental foi treinado.

2. O super-8: o artístico e o documental

Segundo nos parece, na trajetória de Euvaldo Macedo Filho, a bitola em super-8 oferecia outras possibilidades técnicas e visuais de documentar e narrar o tempo. No final dos anos 1970, foram captadas, com duração de 23 minutos, imagens das barcas e pessoas estacionadas no Porto de Juacema, situado acima do município de Juazeiro durante o enchimento da Barragem de Sobradinho. Essa Barragem seria construída para controlar a vazão do rio São Francisco com vistas a auxiliar na geração de energia de outra hidrelétrica, a de Paulo Afonso, na cachoeira de nome homônimo, já próxima ao curso fluvial inferior. O impacto da obra, no sentido de comprometer decisiva e negativamente a continuidade da navegação, além de inundar a área de quatro cidades baianas, já havia chamado a atenção da imprensa em nível nacional e era motivo de celeuma na sociedade local, por causa da necessidade de transferência dos habitantes (REALIDADE, 1972: 75-76). As imagens em movimento foram reunidas em edição póstuma, sob o título *Curral das Barcas*, que trazia uma metáfora espacial por referência à prática de levar o gado para ser abatido nos currais. Como ocorria desde o período colonial, o rio São Francisco fora marcado pela presença de atividades econômicas como a pecuária: no final dos anos 1970, era a vez das barcas da navegação serem levadas a um curral para esperar por seu derradeiro abatimento.

Por outro lado, Euvaldo acompanhara notícias da trajetória do poeta e cineasta marginal piauiense Torquato Neto, que, pouco antes de morrer, em 1972, deixara uma pequena obra ficcional em super-8, dentro de seu propósito de experimentação estética e existencial sobre a linguagem que impactou toda uma geração de superoitistas. O olhar de Torquato, mais ou menos aproximado ao dos cineastas marginais de sua geração e da geração imediata, faz parte de todo um momento de contestação de códigos de comportamento por parte da juventude, particularmente por viverem as restrições da ditadura civil-militar brasileira, mas também por relerem as tradições modernista, regionalista, culturalista e esquerdista no que se referia a pensar a cultura brasileira (Castelo Branco, 2005).

O olhar de Euvaldo é distinto: *Curral das Barcas* não é uma crítica aos valores burgueses ou a seus códigos, nem à tradição brasileira, nem às formas de ver estabelecidas – como às vezes ele pretendia, de acordo com seus escritos. No caso de *Curral das Barcas*, sua opção é, antes, por documentar as transformações no São Francisco através da filmagem do porto de Juacema – que se constituía, por assim dizer, o reverso de uma das paisagens construídas para o São Francisco mais visualizadas e divulgadas pelas imagens da época: a Barragem de Sobradinho, monumento em concreto que, instalado no meio do sertão, o transformava em mar, conforme as profecias do beato Antônio Conselheiro, com água abundante por centenas de quilômetros quadrados de um Lago Artificial.

Curral das Barcas não pode ser chamado de cinema marginal, portanto, tendo em vista que o campo de enunciados em que Euvaldo opera (o do documental, da análise antropológica) tampouco é criticado desde dentro, mas testado em uma situação social específica. Mantendo-se dentro do campo da arte e da experimentação, e considerando-se as referências respeitosas a Glauber Rocha, e uma noção sofisticada de documento, Euvaldo tenta se aproximar, com sua câmera, do tempo do tédio dos agentes sociais: os tripulantes das barcas e suas famílias, doravante viviam na incerteza sobre a continuidade de seu trabalho e sobre receberem ou não indenização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF).

Numa breve descrição, poderíamos dizer que o filme não tem um roteiro claro. Euvaldo parece apenas fazer *travellings* por entre as numerosas barcas, aplicando o *zoom* sobre o rosto das pessoas no seu interior, as quais lhe devolvem o olhar curioso. A câmera se detém para individuar algumas das barcas, grandes e pequenas, movidas a vela e a vapor; ela as torna personagens, sobretudo as que têm nomes, os quais são recortados em quadros: Marta Rocha, lembrando a famosa Miss Brasil; Yemanjá, a deusa das águas salgadas, no Candomblé; topônimos como Ypiranga, Abaeté, Nova Olinda, Igarité, Duas Américas; as que se chamavam como as caravelas Nina, Santa Maria, ou a constelação Cruzeiro do Sul; e uma, em especial, que seria representativa do tempo da espera pelas decisões a serem tomadas sobre o destino daqueles indivíduos– Deus Dará (Figura 4).

Figura 4

Figura 5

Recorte de letreiro com nome de uma barca e recorte de imagem de um gibão de vaqueiro.
In: CURRAL das Barcas. Dir.: Euvaldo Macedo Filho. Juazeiro, s/d. 1 DVD (23 min), son. color.
[Captação original em 197?, Super-8].

Em duas tomadas sucessivas, embora não haja um figurante, e talvez por isso mesmo, a câmera de Euvaldo se detém, sobre um objeto considerado simbólico: um gibão de vaqueiro, largado no chão (Figura 5). Junto à desagregação de um tão celebrado tipo social, o ribeirinho que praticava a navegação, o filme joga com outro signo tornado estereotípico do sertão brasileiro, em particular da região Nordeste. Desde o século XIX, uma abrangente produção artística, na literatura, na pintura, no Cinema Novo, na fotografia, incluindo a do próprio Euvaldo Macedo Filho, a figura social do vaqueiro era representada numa relação naturalista com o meio, relação simbolizada em seu gibão de couro, como roupa do trabalho com a pecuária, mas como indumentária das festas de vaqueiro, tão celebradas, sob o registro do folclore, nos anos 1970. No filme em questão, também esse símbolo parecia sofrer uma derrota. Barranqueiros do São Francisco, vaqueiros do sertão, tripulantes das barcas, os tipos sociais parecem ser negados por esse olhar documental, através da indicação de sua transitoriedade, de seu aspecto passageiro diante de transformações históricas e espaciais das quais eles sofreriam o impacto negativo, e não gozariam apenas dos benefícios da eletrificação, da regularização do rio e da agricultura irrigada, que eram propagandeados pelo Estado e pela mídia. Talvez por isso também os indivíduos e mesmo as famílias que estão nas barcas apareçam, em *Curral das Barcas*, dormindo, conversando, espreguiçando-se em uma rede, ou seja, destituídos dos aparatos que os tipificariam de acordo com estereótipos esperados (Figuras 6 e 7).

Figura 6

Figura 7

Recortes de imagens: o sono e a conversa. In: CURRAL das Barcas. Dir.: Euvaldo Macedo Filho. Juazeiro, s/d. 1 DVD (23 min), son. color. [Captação original em 197?, Super-8].

A noção de documento desenvolvida na execução dessa peça fílmica se mostra de difícil classificação, inclusive, pela crítica especializada. O super-8 nascera para documentar a vida íntima e familiar das classes médias e de seu universo de consumo, e isso lhe rendeu a alcunha de ser um "simples documento", por dispensar créditos na sua exibição e, para alguns, não constituir nem obra nem mensagem (Odin, 2012: 23). E, no entanto, nessa trajetória em particular, na qual o ato fotográfico de um artista busca se completar de forma tateante no ato cinematográfico, podemos ver um indicativo de que nenhum documento é simples documento, seja ele uma fotografia, seja um "documentário" ou um filme com "instrução documentária" – ambos artefatos aos quais foram atribuídos os preconceitos da "servidão ao supostamente documental", mas que, detidamente situados, podem ser vistos como intervenção artística e posicionamento político (Martins, 2011: 159. 174). Através do que se vê e do que não se vê nas imagens do filme de Euvaldo estão conotadas certas problemáticas dos espaços do interior do Brasil, de seu desenvolvimento econômico-social e do impacto sobre seus grupos sociais. Em outras palavras, o filme toca nas dimensões imaginária e testemunhal, por vários motivos: no gibão do vaqueiro, no letreiro "Deus Dará", na imagem de uma carranca – figura de proa célebre na navegação pelo São Francisco – ao lado da bandeira brasileira pintada em um barco, e em particular nas opções de enquadramento que mantém relações inequívocas com o não-enquadrado, o fora de campo visual (DUBOIS, 2012: 179-180).

Mais obviamente, o primeiro não-enquadrado que as imagens indiciam é o próprio cinegrafista, constrangedoramente inquirindo o sono dos homens deitados nos convés e que devolvem a mirada incomodados. Como opção estética, e em alguma medida política, o grande não-enquadrado, aqui, quando se decide enquadrar barcas e pessoas em Juacema, é a Barragem de Sobradinho, situada em algum outro lado distante do Porto e apenas suposta, tendo em vista que fora sua construção que ocasionara o estacionamento das barcas naquele curral. A opção de enquadramento de Euvaldo é também política porque efetua um corte, um destacamento de uma situação social deixada de lado pelo planejamento oficial, fazendo relativizar e desviar a visão do que merece ser documentado: o reverso do olhar, seu ponto cego, é a prática desenvolvimentista mais celebrada da época; o privilégio do olhar, seu ponto de *zoom*, são rostos, conversas, tédios e sonos humanos.

Bem poderíamos dizer que essa noção de documento quer se processar "no olho da história", em vários sentidos: no sentido visual, porque se propõe mostrar, no tempo em que ocorrem, os processos sociais, elaborando o evento e o dispondo em sua angulosidade, em sua potência de movimentar e problematizar as configurações sociais e suas práticas constituintes, como a navegação e a Barragem; testemunhal, porque o sujeito que filma se desloca espacialmente para participar, em alguma medida ética e estética, do que está sendo mostrado, e, nesse sentido, Euvaldo continua não se incomodando em constranger, quando a câmera se fixa, durante quase dois minutos, sobre um rapaz, sobre seus gestos que conotam desocupação e parecem narrar visualmente um tempo improdutivo; vestigial, enfim, porque esse fragmento de imagem, que o fotógrafo deixou sem edição ao morrer, remete a práticas sociais mais amplas, ainda que deliberadamente não exibidas, e que provocaram tudo o que está se passando diante da câmera. Nesse marcador vestigial, o filme, se for, também ele, pensado

como intervenção "crítico-lírica", se propunha a exibir aquilo que ia se perder no tempo, mas que restaria inscrito numa linguagem que tenta fazer a crítica dos próprios símbolos sociais, como na imagem do gibão ou no letreiro "Deus-Dará", apropriado semioticamente (DIDI-HUBERMAN, 2012: 49-60).
Em que pese a postura artística inquieta e incisiva de Euvaldo Macedo Filho, sua perspectiva antropológica, através desse filme, parece algo antimoderna, com alguma tendência esquerdizante e melancólica diante do fim da navegação. Em dado momento, uma família de três pessoas encara a câmera, uma moça sobe degraus com uma panela – eles estariam vivendo em um tempo suspenso, no qual o olhar estaria antropologicamente preso, lamentando a desagregação de modos de vida que se passavam inteiramente dentro dos barcos. Os textos escritos e, sobretudo, as imagens do artista vê as experiências culturais do São Francisco profundamente atravessadas pela historicidade, embora algumas figuras insistissem em permanecer, provocar e renovar o olhar, como os penitentes. No caso do super-8, as imagens em movimento, captadas por uma câmera portátil que contribuiria para a itinerância a que o fotógrafo estava acostumado, serviriam para retirar do real essas camadas fugazes de tempo e lhes dar sentido.

Referências

ANDRADE, Rosane de (2002). *Fotografia e antropologia*: olhares fora-dentro, São Paulo: EDUC; Estação Liberdade.

ASSIS, Antonio Carlos Coelho de (2014). *Euvaldo Macedo Filho*: um olhar para além da fotografia. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Artes Visuais), Juazeiro: Universidade Federal do Vale do São Francisco.

BURKE, Peter (2004). *Testemunha ocular*: história e imagem, Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EDUSC.

CASTELO BRANCO, Edwar (2005). Destruir a linguagem e explodir com ela. In: _____. *Todos os dias de Paupéria*: Torquato Neto e a invenção da Tropicália, São Paulo: Annablume.

CUNHA, João Fernandes da (1978). *Memória histórica de Juazeiro*, Juazeiro, s. e., [Versão digitalizada por OLIVEIRA, Albano de Souza. Salvador, 2012].

CURRAL das Barcas. Dir.: Euvaldo Macedo Filho. Juazeiro, s/d. 1 DVD (23 min), son. color. [Captação original em 197?, Super-8].

DIDI-HUBERMAN, Georges (2012). *Imagens apesar de tudo*, Lisboa: KKYM (Coleção Imago).

DUBOIS, Philippe (2012). *O ato fotográfico*, 14. ed. Campinas: Papirus, 2012.

GALVÃO, Maria Rita & BERNARDET, Jean-Claude (1983). *Cinema*: repercussões em caixa de eco ideológica, São Paulo: Brasiliense; Embrafilme (O nacional e o popular na cultura brasileira).

LIMA, Roberto Alves Cunha de (2006). Escrituras nos corpos, na roça e na cidade: as diferentes penitências no Médio São Francisco. *Sociedade e Cultura*. Goiânia, v. 9, n. 1, p. 105-120, jan.-jun. 2006.

MARTINS, José de Souza (2011). *Sociologia da fotografia e da imagem*, 2. ed. São Paulo: Contexto.

ODIN, Roger (2012). Filme documentário, leitura documentarizante. *Significação*. São Paulo: USP, ano 39, n.º 37.

Realidade. São Paulo: Abril, ano VI, n. 72, mar. 1972. p. 75-76.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (2014). *Catálogo da Exposição "Imagens, vestígios do tempo: fotografias de Euvaldo Macedo Filho"*, Petrolina: SESC.

SOUZA, Izabel Marques de (1978). *Penitentes: uma chama de fé*, Juazeiro: Biblioteca Pública Aristóteles Pires de Carvalho.

O TEATRO DE REVISTA COMO PALCO DE TROCAS CULTURAIS: Um diálogo entre o Brasil e Portugal

Marilda Santanna[1]

Resumo: Este texto, fruto da pesquisa de pós-doutorado realizada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, busca caracterizar e comparar o teatro de revista brasileiro e português, quanto às categorias: convenções, estrutura, personagens-tipo e temas. As revistas brasileiras selecionadas foram: *O Mandarim* de Arthur Azevedo e Moreira Sampaio, encenada em 1884; *O Rio de Janeiro em 1887* de Moreira Sampaio e Lino D'Almeida e a Revista Carnavalesca *Gato, baeta e carapicu* de Cardoso de Menezes, com música de Mossurunga, encenada em 1920. As revistas portuguesas selecionadas foram *Tim tim por tim tim* da Cia. de Souza Bastos que chegou ao Brasil em 1892 e a revista *Bola de sabão* de Lino Ferreira e Arthur Rocha, encenada em 1918 em Lisboa, com músicas de Luz Junior. Utilizou-se um recorte histórico do final do século XIX, do ano de 1884 ao final da década de 1920. Esta pesquisa assume um caráter qualitativo e trabalha numa perspectiva Multidisciplinar, considerando contribuições que vêm da História, da arte em geral e do teatro musicado, em particular, da Sociologia do cotidiano e dos Estudos Culturais. Utilizou-se como fontes, os textos encenados, livros sobre o tema, matérias de jornais e revistas em meio impresso e eletrônico, partituras, arquivos públicos, fotografias, dentre outros. Questões abordadas: Quais características se aproximam e se distanciam dos espetáculos selecionados do Teatro de revista no Brasil e em Portugal? Quais elementos foram destacados nas Revistas brasileiras e portuguesas para caracterizar os personagens-tipo na construção de identidades? Como a sociologia da vida cotidiana pode ser útil na análise de espetáculos teatrais e quais heranças este teatro musicado apresenta na sociedade contemporânea de ambos os países estudados? Buscou-se pensar o cotidiano e as trocas culturais de ambos os Países a partir de abordagens multidisciplinares, abarcando as culturas portuguesa e brasileira.

Palavras-chave: Teatro de Revista. Brasil. Portugal. Trocas Culturais.

1 Introdução

No período entre guerras, transformações impostas às economias mundiais interferiram diretamente em diversos aspectos nas dinâmicas culturais até então vigentes. Neste sentido, as trocas culturais promovidas pela circulação de companhias teatrais francesas, portuguesas, espanholas e italianas promoveram uma nova dinâmica cultural no Brasil e na então capital do Império, posteriormente República, o Rio de Janeiro, e demais capitais.

Reis e Werneck (2012: 68) descrevem no capítulo as Rotas do Teatro entre Brasil e Portugal, de maneira elucidativa, o processo para compreender o trânsito das companhias de teatro e o mito Luso-Brasileiro: "No campo das artes da cena, admiração e reverência, rivalidade e disputa, visão de oportunidades financeiras e defesa de matrizes estéticas figuram no lastro de uma história de travessias".

Neste sentido, as autoras ratificam que o campo artístico teatral com início no século XIX forma-se a partir da iniciativa privada em sintonia tanto com o governo português quanto com poder imperial brasileiro, promovendo "dinâmicas de consumo do entretenimento e tensões sociais nas cidades" (REIS e WERNECK, 2012: 69).

---

1 Professora Dra. do Programa de Pós graduação em Cultura e Sociedade Pós-cultura IHAC- UFBA. Coordenadora do grupo de pesquisa Canto de cada canto associado ao Centro de estudos Multidisciplinares em cultura – CULT. Cantora com três álbuns lançados. Este Texto é fruto da pesquisa de pós-doutorado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa em 2013-2014. Bolsa Capes processo 3251-136. E-mail: marilda62@gmail.com. Grupo de Trabalho:29B

A representação do cotidiano presente nas revistas está muito próxima do que os formistas como Simmel e Mafesolli denominam de uma espécie de fantasia, uma realidade carregada de situações pontuais e efêmeras (PAIS, 2002). Os textos selecionados, cada um no seu tempo, apresentam estas realidades. Para caracterizá-las usamos as convenções, conforme Veneziano (2013); são elas: a alusão, a sátira, o *double sens*, imprensa, teatro, personagens-tipo, dentre outros. Além destas, nos textos analisados destacamos, também, como convenção à família e à localidade. Além disso, algumas estruturas presentes nos textos foram modificadas pelos autores. Passemos, pois, para as análises dos textos selecionados.

2 O Mandarim ou "A Gargalhada Que Abalou o Rio"

Revista cômica de 1883, encenada em 1884 em um prólogo e três atos, divididos em 11 quadros. O mandarim se passa na corte do Rio de Janeiro do século XIX, narra a história do mandarim Tchin-Tchan-Fó, que em visita ao Rio de Janeiro com sua esposa de cabelinho na venta, Peky, pretende negociar possibilidades da imigração chinesa para substituição da mão de obra escrava e verificar se a cidade tem condição de abrigar seus conterrâneos. O casal pretende, também, abrir um negócio de bugigangas no Rio de Janeiro.
Enquanto a licença não sai, o casal conhece, por meio do Barão de Caiapó, as belezas e mazelas da capital do Império, que passa então em revista os fatos e calamidades acontecidos no ano anterior, como a febre amarela, a emigração chinesa no Brasil, a crítica à escravidão em geral e a submissão da mulher escrava em particular, a disputa e os conchavos da imprensa com os latifundiários, a cocote que sempre quer tirar algum proveito do visitante ilustre, dentre outros fatos. Alguns personagens-tipo desfilam durante a visita do Mandarim. Ainda no prólogo, o Mandarim é apresentado à política pelo Barão de Caiapó que a designa como o fio condutor de todas as calamidades publicas. A política como mediadora pede aos males perfilados que se apresentem, à proporção que ela os menciona. Vejamos:

> Lá vai a ama-de-leite, a desgraçada
> Cujo sangue é vendido a quem mais der,
> A abandonar o filho foi forçada
> Porque não pode a escrava ser mulher.
> A escravidão! A pavorosa mancha
> Provocante cocote sem pudor…
> A subscrição lá passa toda ancha
> Da tranchinha lá passa o jogador.
> O agiota lá vai que, sem consciência,
> Dinheiro empresta a dez por cento ao mês.
> Lá segue a loteria, essa indecência.
> E o jogo um filho que o demônio fez!
> Eis o quiosque. A polícia pondo em talas,
> Serve aos malandros para rendez-vous.
> Lá passa o esperto vendedor de balas
> De ovo, altéia, hortelão, parto e caju.
> Lá vai o bonde, o matador horrível,
> Das pernas dos transeuntes o terror!
> A Mofina, lá vai negra: irascível
> Lá passa um tipo de comendador!
> O Mendigo! O cacete! O vagabundo!
> O músico ambulante dos cafés…
> O Engraxate….O cortiço nauseabundo…
> O Capoeira, que as armas tem nos pés, O poeta lírico…

A partir desta descrição das mazelas da cidade do Rio de Janeiro e seus tipos populares, os fatos vão sendo apresentados quadro a quadro, tendo como fio tênue o triângulo amoroso do Mandarim com a cocote Olimpia e Peky, esposa do Mandarim. Neste quiprocó, Lucas, enamorado da Cocote Olimpia, que o rejeita, pois não tem como sustentá-la, com ciúme, ajuda Peky a salvar o mandarim das garras da cocote que na cena final revela que é chinês e foi raptado por um marinheiro Francês, que o trouxe para o Brasil.
O Mandarim apresenta uma estrutura de revista de fim de ano inspirada nas revistas portuguesas; porém com uma diferença: Os fatos e personagens se referem a acontecimentos no Brasil no ano em questão. Os *compères*, barão de Caiapó e O Mandarim, convenção portuguesa adotada no Brasil, vão costurando os quadros com os acontecimentos do cotidiano que despertaram a atenção e curiosidade na população. Neste texto destaca-se a cocote Olimpia, um personagem-tipo[2] que ganha projeção ao longo da existência do teatro de revista, transformando-se em mulata, baiana, dentre outros nomes.
Ainda sobre os personagens-tipo, Neyde Veneziano (1991: 120-121) nos traz que "todo o teatro popular, e em especial a revista, trabalha fundamentalmente com tipos" e Flora Süssekind (1986: 94) complementa, dizendo que "um dos procedimentos mais constantes nas revistas é justamente a tipificação".
Além dos personagens-tipos, algumas convenções vão aparecendo ao longo dos quadros desta revista, tais como o quadro da imprensa e do teatro. Convenções bastante recorrentes tanto nos textos portugueses quanto nos brasileiros.
Como ilustração, reproduzimos uma passagem da cena da imprensa no Mandarim:

> Diário Popular (despertando) Ai! (Jornal do comércio e Diário do Rio aproximando-se) .
> – Dêem-me remédios...
> Jornal do Comércio [...] assinaturas, nem uma gota!...Acionistas! Nana...anúncios!
> Qual!

Já na revista *O Rio de Janeiro em 1887*, também de Arthur Azevedo em parceria com Lino D'Almeida, que será tratada mais adiante, no quadro 9 da imprensa do I Ato, quem está moribundo, precisando de cuidados é a revista *O Cruzeiro*, patrocinada pelos fazendeiros escravagistas. Um pequeno fragmento do texto para ilustrar.

> Gazeta de notícias- Mas está tão abatido...
> Cruzeiro- Que tem isso? Logo que nasci, desenganaram-me!
> Gazeta de notícias- Sim, lembra-me que o vizinho era muito amarelo em pequeno.
> Cruzeiro- Mas vou arribando sempre, com o favor de Deus...
> Gazeta da Tarde – (Á parte) – e dos fazendeiros.

A crítica ao teatro é outra convenção bastante recorrente no teatro de revista em geral, e o de Arthur Azevedo em particular. Neste texto, *o Rio de janeiro em 1887*, no quadro 13 cena V, há o desfile dos teatros do Rio de Janeiro e a programação em cartaz em cada um deles. Cada um dos teatros apresenta ao Zé Povinho "sua" programação, descrevendo seus sucessos e fracassos e os gêneros que cada um elege como referência para o êxito na afluência do público. Neste quadro, passam-se em revista os gêneros leves como operetas, revistas, teatro-circo, variedades, a óperas, dramas, tragédias.
Em todos os textos analisados, exceto a revista carnavalesca brasileira *Gato, Baeta, Carapicu*, aparecem a crítica ao teatro. Tomaremos como ilustração a passagem desta convenção na revista o Mandarim no II ato quadro 6 cena II. Nesta cena, uma crítica às instalações dos teatros no Brasil.

---

2 Diversos personagens, tipos, caricaturas sociais, alegorias e fantasias, eram postos em cena, na revista, para uma imediata identificação pela platéia. Os tipos, como o Zé-Povintoho, o Bilontra, a Cocotte, a Mulata e o Mulato, o Caipira ou Matuto, o Malandro e o Português surgiam no palco das revistas. Existe um fio tênue entre a personagem e a caricatura, os quais se distinguem pelo que fazem, ou seja, por suas ações. Vários autores foram importantes na conceituação da personagem. Pallotini (1989) Prado (1968), Brait (1985) Aristóteles (1985).

Mandarim – quem vem a ser isto?! Uma praia de banhos?
Olimpia – Não. São os nossos teatros
Mandarim – Teatros?! Estas barracas?!
Olimpia – O hábito não faz o monge.

No texto da revista portuguesa de Carnaval *Bola de Sabão* de Lino Ferreira e Arthur Rocha, a crítica não se dá ao espaço físico, mas sim aos gêneros. O personagem-tipo *marido* interrompe o "sabão macaco" para dizer que todos os membros vão se dividir para ir ao teatro, fazendo críticas ao modo de fazer revista e lamenta a falta que faz o Gil Vicente. Os próprios autores criticam alguns textos de revistas encenados, apontando como problemas a falta de criatividade e qualidade dos textos que vão à cena.
Na revista *Tim tim por tim tim* a crítica ao teatro está presente no quadro 5º cena 1 do II ato, no diálogo entre Lucas e Ulisses, no modo de fazer teatro antigo e moderno. E no 2º ato quadro 3 cena 1 o diálogo de Ulisses com Lucas e o cozinheiro demonstra uma crítica ácida a alguns autores do teatro de revista

Ulisses – Não temos o que fazer.
Lucas – E por isso queremos ser escritores dramáticos.
Ulisses – Vimos aprender como se faz uma revista.
Cozinheiro – Chegam tarde.
Lucas – Isso é que não pode ser. A revista não é cousa a que se guarda.

Em Portugal, o Teatro de Revista[3] chegou da França em meados do século XIX, tornando-se um dos gêneros mais populares do país durante mais de um século. Dois personagens-tipo obrigatórios foram criados no teatro de Revista português: O compadre e a comadre. Ela, sempre elegante e bonita, e ele, cômico e popular. Esta dupla aparece em cena até os anos 1920 do século XX e passa a ser substituído pelo "Zé povinho", personagem inventado por José Bordalo Pinheiro que aparece como compère na revista *O Rio de Janeiro* em 1887, de Arthur Azevedo e Lino D'Almeida. Neste texto, Zé povinho[4] chega ao Rio de Janeiro e guiado por Política vai conhecer as calamidades da cidade, ao mesmo tempo em que foge de sua mulher ciumenta "Opinião".
O ambiente político se passa quase no alvorecer da República e da Abolição da escravatura. Nesta análise percebeu-se que são apresentadas convenções já recorrentes nas revistas de ano, a exemplo da *Imprensa* no quadro 10 nas cenas 21, 22, 23, 24, 25 e 26, citada acima. Nestas cenas descreve-se de forma metafórica a situação dos jornais e revistas da época, demonstrando que a sobrevivência dos mesmos está intimamente ligada à prescrição de um coquetel de remédios formado por: assinaturas, acionistas, anúncios. Os que não conseguem este tripé de manutenção vão se adaptando às situações para manterem-se de pé.
Outra convenção, neste texto de Arthur Azevedo e Lino D'Assunção, é a presença do espectador. Este personagem-tipo aparece pela primeira vez no texto na cena I no quadro 2, dirigindo-se ao público, já emitindo uma opinião de que terá coisa nova. E anuncia que a aparição do "espectador" no inicio do I ato é uma convenção da revista francesa denominada de *Monsieur du parterre*. O referido personagem já começa a cena anunciando a esperteza dos autores em começar a peça pelo Couplet final. E ainda: "Um sujeito que finge ser do público, que fala como por acaso" (AZEVEDO, 2002: 378).
Veneziano (2011) comenta esta passagem, dizendo que o comportamento quase didático das personagens em explicar sua função no espetáculo, bem como o seu desenrolar, tinha por objetivo, fixar o gênero diante do público. Os personagens-tipo brincavam de tal maneira com o público, sob uma pretensa naturalidade, permitindo assim a forma lúdico-didática da metalinguagem, uma característica das revistas de ano, e em particular desse texto, que tem como compère, Zé Povinho e política.

---

3 Maiores informações sobre o Teatro de Revista em Portugal consultar Rabello (1984) Santos (1978).

4 Zé Povinho, personagem criado por José Bordallo Pinheiro em 1875 para retratar o povo português. Pouco depois parte para o Brasil e publica suas caricaturas em dois grandes jornais: *O Psit!!!* e o *Besouro*, além de desenhar para o Mosquito. Permanece no Brasil por três anos com a mulher e um dos filhos, retornando depois para Portugal.

Política aparece em cena a partir do quadro 2 do I ato e se encarrega de mostrar a cidade para o visitante. Nos textos que aparecem a convenção do compère, todos eles são cicerones e ciceroneados em visita ao Rio de janeiro nas revistas *O Mandarim* e *O Rio de Janeiro em 1887* e em Lisboa, no caso de Lucas e Ulisses em *Tim tim por tim tim*. Nas revistas *Bola de sabão* e *Gato, Baeta e Carapicu*, os compères, são utilizados nas "costuras" de cenas e quadros que se sucedem.

3 *Tim Tim Por Tim Tim*

Estreia em Portugal, em 23 de março 1889, no teatro da Rua dos Condes, este espetáculo tornou-se um divisor de águas em uma nova fórmula de fazer teatro de Revista tanto em Portugal, quanto no Brasil (em 1892), com mais de 100 apresentações.

Tim tim por tim tim é uma Revista fantástica e de costumes, em um prólogo, 3 atos e 12 quadros com músicas de diversos autores e coordenadores. Reproduzimos a 8ª edição da publicação feita pela Livraria Popular de Lisboa de Francisco Franco, da coleção de coplas de diversas óperas-cômicas: "Representada com o maior sucesso nos teatros da Rua dos Condes, Trindade, Avenida, Real Colyseu em Lisboa, Príncipe Real e Carlos Alberto do Porto e os principais teatros do Brazil, contando cerca de 4.000 representações" (s/d: 87).

O texto, conforme prólogo da revista de Sousa Bastos, conta a história de Ulisses, o herói grego, que segundo a fábula estivera no território ibérico e fundara Lisboa. Entediado pela rotina resolve sair em busca de preencher o tempo. Vai até Mercúrio que lhe apresenta o Dia, a Noite e as Quatro Estações, a fim de que se decida a melhor maneira de passar o seu tempo.

Após assistir as apresentações das estações do ano, Ulisses parte para passar o verão em Lisboa e decide escrever uma revista. Busca inspiração num desfile de mulheres diferentes, que passam dos temperos e especiarias a uma pleiade de diferentes nacionalidades e profissões, uma Italiana, uma espanhola, uma portuguesa, uma francesa, uma baiana, uma parteira, uma telegrafista, uma doutora, além de uma cena comparativa entre o teatro novo e o antigo. O grande diferencial de *Tim tim por tim* foi fugir das caricaturas vivas, das piadas políticas, e se apoiar na malícia, no duplo sentido e no desfile de mulheres. Imprimindo um novo modo de fazer revista à portuguesa, que será copiada pelos brasileiros.

O ritmo da peça era marcado pela busca de Ulisses e Lucas (o marceneiro aposentado), por fatos que os pudessem inspirar a escrever uma revista. Mesmo com um fio condutor que garantia a unidade da peça *Tim tim por tim tim*, sempre acontecia de enxertos de canções, cenas, episódios, se afastando enquanto gênero do teatro Aristotélico e se aproximando do teatro épico de Brecht. Era um novo "jeito" de se fazer teatro à portuguesa, inaugurado por Sousa Bastos.

Alguns pesquisadores de teatro afirmam que este novo modelo de encenação foi provocado pela Lei Lopo Vaz[5]. Outros afirmam o contrário, que a estreia de *Tim tim* foi um ano antes da popularmente denominada "Lei da rolha".

Ainda no prólogo da peça, o tédio e o tempo ocioso foi o que provocou a saída de Ulisses em busca de aventura em Lisboa. O diálogo de Ulisses com o Tempo no I ato do quadro 2, cena 1 reflete este estado de insatisfação:

Tempo – Vens fazer uma viagem de recreio?

Ulisses – Pura e simplesmente. A gruta de calypso tornou-se-me um fastio insuportável.

Ainda nesta revista, a figura da baiana, um personagem-tipo, conhecido nos palcos, que na peça é representada pela atriz Pepa Ruiz, descrita numa das cenas mais famosa desta revista, a Cozinha dramática, todos os temperos e especiarias são representados por belas coristas que vão exibindo, cada uma, seus sabores picantes e apetitosos. Essa cena tornou-se uma grande influência em uma série de revistas montadas no Brasil.

Ulisses e Lucas pedem ao cozinheiro que os apresente algo mais original para uma cena interessante. O

---

5 A Lei Lopo Vaz, popularmente conhecida como lei da rolha, diferentemente dos registros dos pesquisadores do teatro de Revista no Brasil (VENEZIANO, 1996), só foi sancionada em 7 de abril de 1890, um ano após a estreia do espetáculo de Sousa Bastos, *Tim tim por tim tim*. Portanto, este espetáculo não sofre qualquer tipo de censura neste sentido (REBELLO, 1984 e SANTOS, 1978).

cozinheiro então propõe um concurso internacional de mulheres dos diversos países e as canções populares daqueles países. Entram em cena a Italiana, a Francesa, a espanhola e uma baiana! A Pepa Ruiz, vestida de baiana aparece no quadro 3º do II ato na cena 2 como uma vendedora de mingau cantando o Lundu baiano:

P'ra fazer bom mugunzá,
Todo cuidado se emprega;
Como eu jeitosa não há,
Baiana pura não nega!
Doce apurado,
Leite bem grosso,
Côco ralado
Prove seu moço!
Ah!
Prove e depois me dirá
Se gostou do mugunzá,
Ia! Ia! Ia!
Aqui está meu mugunzá!

Essa cena era feita, segundo relatos da época, na plateia. Pintada de preto, ela perguntava aos homens se queriam provar 'seu' mugunzá. Segundo Veneziano (2011: 62), "Não há registros anteriores de número de plateia com *double sens* na revista brasileira. Provavelmente o *Mugunzá* tenha sido o primeiro número de plateia com motivos brasileiros".

Na presente análise percebeu-se uma íntima ligação das baianas, mulatas, cocotes, com o *double sens*. Principalmente depois da chegada de *Tim tim por tim tim* no Brasil. Nem Olímpia, personagem-tipo de *O Mandarim*, nem "Opinião", personagem-tipo de *O rio de janeiro em 1887*, apresentavam ainda esta convenção. Já a lavadeira Sebastiana e a loura, creoula e mulata de *Gato, baeta, e Carapicu*, já traziam esta convenção nas suas performances.

Para ilustrar o verdadeiro furor provocado pela cena cheia de *double sens*, destacou-se a crítica veiculada no Jornal *Tim tim por tim tim* sobre a performance da atriz Pepa Ruiz em cena:

> A atriz Pepa, [...] encantou o nosso público com a elegância estonteadora da sua plástica, e soube, com a malícias das suas endiabradas cançonetas, cujas escabrosidades foram proferidas sob o calor das mais desartificiosa ingenuindade, aquecer até ao rubro o enthusiasmo dos amadores d'estas esphecies de malaguetas theatraes. (TIM TIM POR TIM TIM, 28/12/1889).

Ainda neste mesmo quadro, após a "baiana" que se apresentava pintada de preto, surge em cena a portuguesa. Mas, o grande sucesso neste espetáculo era a Pepa Ruiz cantando *Caluda, José* e o Lundu baiano *Mungunzá* (SANTANNA, 2014: 4).

Para Veneziano (1996: 2),

> Tim tim por tim tim foi a revista portuguesa mais remontada no Brasil, durante anos e anos, em diversas cidades. Quando chegou, fez de inicio, mais de 100 apresentações consecutivas, influenciando nossos autores e mostrando a possibilidade de se trocar a força da crítica política pela força dos apelos sexuais.

A figura da baiana, que se confunde por vezes com a mulata, surge no Teatro de Revista brasileiro em 1890, quase que simultaneamente, em duas revistas – *A República* de Artur Azevedo e *Bendengó* de Oscar Pederneiras (TAVEIRA, 2010). Portanto, antes da chegada de *Tim tim por tim* ao Brasil. No entanto, o *double sens* chega com a Pepa Ruiz e sua "baiana".

Vejamos uma passagem deste personagem-tipo na revista carnavalesca *Gato, Baeta e Carapicu* de Cardoso de Menezes (1920):

> A baiana entra e se apresenta.
> Baiana – Sou sempre o prato do dia; sempre a Bahia há de dar o que falar.
> Diz a baiana em um verso que se confunde com a mulata:
> Sempre fui o bom bocado
> De Seabra a Mangabeira
> Do Brasil está provado
> Sou a mulata faceira...
> Não invejo Pernambuco
> Nem São Paulo ou Rio Grande
> A qualquer deles machuco
> Quando mestre Ruy s'expande

Santanna (1999: 35) afirma que:

> O personagem-tipo, diferentemente do estereótipo, opera uma síntese das características de um gênero, mais que uma soma de dados externos, o que faz que ele adquira maior espessura dramática e possa, então, estabelecer diferentes relações com outros personagens no decorrer da peça. Esta síntese realizada pelo personagem-tipo permite-lhe um sem-número de possibilidades de ação, daí sua longa existência teatral.

4 Revista Carnavalesca no Brasil: Samba, Mulher, Carnaval e Malandragem

A partir das revistas carnavalescas define-se uma nova maneira de se fazer revista à brasileira, se descolando assim da influência portuguesa. Uma nova linha dramatúrgica e uma atuação diferenciada são características encontradas no novo modelo da Revista à brasileira. Além disso, a ligação do teatro de revista com a música popular urbana do inicio do século XX é outro fator para o sucesso desse novo modelo.
Para análise do texto da Revista de Carnaval optou-se por *Gato, Baeta, Carapicu*[6] de Cardoso de Menezes. Sua estrutura apresenta-se em 2 atos, 5 quadros e uma apoteose. Seu enredo, História e Heródoto, respectivamente, mãe e avô de Victoria sugerem um prélio Carnavalesco entre *Gato, Baeta e Carapicu* para assim tomar a mão de Victória em casamento. O tema é o Carnaval do Rio de Janeiro de 1920[7] e o júri formado por arte, luxo e ideia é organizado-coordenado por fantasia, que fornece estes três elementos para a disputa da mão de Victória. Como cenário a cidade do Rio de Janeiro, e como compère, Carioca, personagem-tipo que se confunde com o malandro[8]. A mulata e o malandro são os dois personagens-tipo que mais se fixaram na formação da identidade brasileira dentro e fora do Brasil.
Esta revista apresentada pela Cia. de Teatro São José desfila no palco um sem números de personagem-tipo que se notabilizou como uma representação da identidade Brasileira deste período. Dentre eles o já citado carioca que se confunde com o malandro, a lavadeira Felizarda, representada por uma de nossas maiores atrizes, Otília

---

6 Gato, Baeta e Carapicu são os três maiores clubes Carnavalescos deste período analisado. Respectivamente Fenianos, Tenente do Diabo e Democráticos. Mais informações sobre estas sociedades carnavalescas (VENEZIANO 1996: 50-53).

7 Há controvérsias de alguns pesquisadores sobre o ano de estréia desta revista. Venezianov (1996), diz que foi em 1912. E Chiaradia (2012) que exibe o cartaz da revista na página137, e no anexo, revela que a estreia da mesma aconteceu em 24 de janeiro de 1920. Optamos, então, pela data da segunda fonte.

8 Mais informações sobre este personagem-tipo em Da Matta (1980).

Amorim, o português Sr. Manoel, encarregado de alugar os quartos onde mora Carioca, só para citar os mais emblemáticos.
Para Da Matta (1980: 204) "O malandro é um ser deslocado das regras formais da estrutura social, fatalmente excluído do mercado de trabalho [...] e altamente individualizado seja pelo modo de andar, falar ou vestir-se".
Este personagem-tipo ganha mais corpo com as revista de Carnaval. No entanto, encontramos, ainda na contemporaneidade, esta convenção em Ópera de Malandro[9] de Chico Buarque, cuja estreia foi em 1978, numa vertente do teatro musicado brasileiro, já influenciado pelos musicais americanos, mas mantendo uma identidade nacional.
Na canção Homenagem ao Malandro, este personagem representa, também, o político brasileiro, os corruptos. Vejamos:

Agora já não é normal
O que dá de malandro regular profissional
Malandro com o aparato de malandro oficial
Malandro candidato a malandro federal
Malandro com retrato na coluna social
Malandro com contrato, com gravata e capital
Que nunca se dá mal
Mas o malandro prá valer
Não espalha, aposentou a navalha
Tem mulher e filhos e tralha e tal
Dizem as más línguas que até trabalha
Mora lá longe e chacoalha
Num trem da central

Outra convenção frequente nas revistas em geral, e nas de Carnaval, em particular, são os personagens-tipo as lavadeiras. Felizarda é uma delas. Representada por Otília Amorim em *gato, baeta e carapicu*, o poeta Orestes Barbosa diz que ela foi a "precursora do samba no palco" e, também, grande dançarina de maxixe.
A esta altura o *double sens* já fazia parte das convenções das revistas. E a fala de Carioca a Folia e Fevereiro ao apresentar Felizarda é elucidativa: "Carioca – Felizarda é mestra a segurar no pau do estandarte… A maosinha dela está habituada que é aquela garapa [...] pra cima pra baixo, prá baixo prá cima".
Mais ilustrativa ainda é a canção cantada pela lavadeira na cena 3 do I ato (p. 22):

Eu tenho um gato pretinho yôyô
Gato de estimação...
Deste tamanho assimzinho...!
yô yô!
Cabe dentro da mão!
Pras poucas vezes que come yô yô
Não mia, nem mesmo chora...!
Mas, quando, acaso tem fome, yô yô,
Bota a linguinha de fora!

Além da lavadeira, pode-se destacar a cena onde aparecem três personagens-tipo femininos: a branca, a creoula e a mulata. Pelo linguajar de cada uma delas percebem-se suas origens. Aliás, as Revistas tornam-se um palco de invenção de sotaques e trejeitos até hoje bastante difundido na representação dos tipos brasileiros dentro e

9 Este espetáculo acabou de ser remontado em julho de 2014, no Rio de Janeiro, pelo diretor João Falcão, tal a atualidade do tema.

fora do País. Também nesta cena aparece um número de plateia já prenunciado pela Pepa Ruiz ainda no século XIX.
No teatro de revista, o *double sens,* ou duplo sentido, como já ilustrado acima foi amplamente utilizado pelas atrizes, que provocavam os cavalheiros na plateia com músicas picantes e insinuantes. Na cena 3 do I ato, a creoula, a branca e a mulata perguntam a Carioca se ele viu o rapaz que havia marcado o encontro com cada uma delas. Cada uma à sua maneira se dirige ao compère que indaga:

> Carioca – Mas, do que se trata?
> Branca – Oiça-me senhor
> Mulata – Assunte moço
> Creoula – eu explico, nhônhõ...

Pelo linguajar de cada uma delas é revelada a origem social das mesmas. No entanto, as três estão à procura de alguém que sustente seu luxo em troca de carícias. Nesse período, algumas discussões afirmativas, tais como, o papel da mulher na sociedade, a exploração da mão de obra escrava, dentre outras, apresentavam-se de certa maneira sexualmente naturalizadas. Aliás, este era um ingrediente fundamental para o sucesso de uma revista em geral, principalmente após a estraia de *Tim tim por tim tim*.
A revista *Gato, baeta e carapicu* traz em sua dramaturgia o germe dos concursos das escolas de Samba carioca da atualidade nas categorias de julgamento: Ideia, Luxo e Arte, associada a um júri representado, no caso do texto, pelo povo, imprensa e artista.
No quadro 6, cena 1, aparecem os personagens imprensa e artista, com o compère carioca que pergunta à imprensa quem deve levar a mão de victória: Gato baeta ou carapicu?

> Imprensa – Qualquer deles tem direito à victória. Lembra-te meu amigo, de que, fazendo parte do jury que tem que julgar o valor dos préstitos com que eles se apresentaram, devemos ser imparciais...
> Artista – realmente, todos tiveram a arte, o luxo e a ideia a seu lado.

O juri decide que a disputa da victória se dará novamente no Carnaval de 1921.
Ao final, apoteose. Uma convenção que se mantém nas Revistas Carnavalescas do Brasil.
Diferente da revista de Carnaval *Gato, Baeta e Carapicu*, de Cardoso de Meneses, que além das disputas dos blocos o local da disputa é a Capital Federal, Rio de Janeiro, a revista de Carnaval portuguesa, *Bola de Sabão*, além de tema eminentemente político, a ascensão da Nova República, o ambiente em que esta se apresenta são os teatros que acolhem e promovem grandes bailes de Carnaval com bufett incluído, baile à fantasia, dentre outras atrações; além de dramas, poesias, farsas, revistas que estavam em cartaz e se mantinham no Carnaval, até revistas de Carnaval, encenadas nos dias da folia.

5 *Bola de Sabão* É Um Sopro Que Evola e Desaparece

A revista Carnavalesca *Bola de sabão* (1918) de Lino Ferreira e Arthur Rocha, com músicas de Luz Junior, constituída de 1 ato e dois quadros foi encenada no teatro República, em Lisboa, no Carnaval de 9 a 12 de fevereiro de 1918.
O texto relata, em especial, a ascensão de Sidônio Pais[10], presidente da República de Portugal pelo Partido Nacional Republicano e suas consequências na sociedade no período de guerra mundial.

---

10 Sidônio Pais líder de um golpe militar em Portugal que inaugura a República Nova, decreta o regime presidencialista, tornando-se presidente em 9 de maio de 1918. Sua ascensão ao poder, no entanto, é efêmera. Vítima de um atentado em novembro de 1918, o presidente-rei, como também era denominado, não resiste e é enterrado no Panteão Nacional a 21 de dezembro de 1918. Disponível em: <http://www.museu.presidencia.pt/presidentes_bio.php?id=28>. [Consultado em 13-8-2014].

Para isso, os autores usam como metáfora os diversos tipos de sabão para compreender o que se passava na cidade no novo regime. Em especial, o sabão macaco (representa o povo), um tipo de sabão bastante popular criado em Portugal, que no Brasil é conhecido como sabão massa. Neste ambiente relata as dificuldades enfrentadas pela sociedade para manter o país em "ordem" e a truculência da polícia e do governo para este fim.

No primeiro ato os personagens são: Mota, o contínuo; varredeiras 1, 2, 3, 4, 5; sabão gordo, amarelo, azul e branco; macaco e um lacaio. Todos limpando a "Real Academia Republicana dos Sabões". A discussão gira em torno de quem será limpo ou não. Denotando a varredura que o regime provocou com a subida de Sidônio Pais ao poder. No segundo quadro a cena se passa numa repartição de turismo e o poder dos militares em aprovar ou suspender os jogos de azar, o conceito de democracia e as mazelas de quem não apoia o governo.

Neste quadro, o primeiro oficial, Lucas, pede que entre os que estão à sua espera. Três personagens femininos que representam a regulamentação do jogo são interrompidos pelo Macaco (sabão), que sempre de forma metafórica narra a falta de alimentos, a pancadaria para manter a ordem, a crítica a oposição e a situação. Ainda no segundo quadro, mais adiante, entra o forasteiro reclamando que foi vítima do conto do vigário, pois o pacote que lhe foi entregue não correspondia ao prometido. Macaco responde que o conto do vigário é uma espécie de programa do partido. O macaco continua suas "denúncias" do novo regime ao perguntar ao Sr. Lucas sobre os preparativos para a próxima viagem para divulgar a propaganda nas províncias dos atrativos de Lisboa: Principalmente dos combates nas ruas, dos assaltos aos estabelecimentos, das granadas a entrarem por uma casa a dentro… um encanto!

Ainda neste quadro entra uma *família*, convenção também presente na revista *Gato, Baeta e Carapicu*, se queixando das consequências dos efeitos da revolução. Na análise dos textos, ambas as revistas carnavalescas apresentam esta convenção.

Diz a família – Um pavor, um pavor!

Diz a sogra – Nós andamos a ver os destroços nas ruas de Lisboa.

Nesse quadro, cada membro da família relata fatos acontecidos pelo bem de Sidônio no Poder. Mudam de assunto ao serem perguntados de onde vieram. Então, o Macaco começa a recomendar visita aos pontos turísticos de Lisboa, até o marido interromper para dizer que todos os membros vão se dividir para ir ao teatro. Uma convenção bastante presente nas revistas: O meta-teatro; esta convenção já foi destacada nas revistas analisadas.

Criticam o modo de fazer revista e lamentam a falta que faz o Gil Vicente. O Terceiro quadro, os personagens são fantasia e sabão macaco. Funciona como uma apoteose, mas diferente da mesma, criticada por fantasia que diz:

– São sempre a mesma coisa, uma cena escura que se transforma para uma cena clara.

Nos textos analisados percebeu-se uma série de convenções que são quebradas como a entrada do espectador na peça *O Rio de Janeiro em 1887*, do couplet no inicio da peça em *O Mandarim* e a queda da apoteose em *Bola de Sabão*. As convenções também são criadas para serem quebradas. Vejamos o exemplo em *bola de sabão*.

Macaco diz que gosta mais dos finais das peças antigas que terminavam com um recitativo cuja mensagem é uma crítica às escritas sem graça e o retorno do povo ilustrado a apoiar, proteger o artista. Ainda neste quadro Macaco resume o que vem a ser o título da revista.

"Bola de sabão é um sopro que evola e desaparece…"

Como as Revistas de Carnaval em Portugal se apresentam somente no período momesco, ou seja, os quatro dias de Carnaval, as críticas veiculadas são muito poucas e em forma de pequenas notas como a que reproduzimos, a seguir, sobre as apresentações de *bola de sabão* na coluna *Apreciaçõe*s da Revista do Teatro de Fevereiro de 1918.

> Desde o Carnaval que tendo-me posto junto de mim um alguidar com uma água ligeiramente assabonetada, e uma pequena cana, eu assopro, sem constrangimento, no canudinho e vejo uma bolinha de sabão iriar-se e desfazer-se logo, mas iriar-se … Como eu, desde que começaram a fazer a experiência definitiva, estou mestre

> no assumpto, deitei uma vez de fóra o ouvido e quis-me parecer que a um crítico rabujento ouvi dizer que a bolinha era bonitinha e que se passavam agradavelmente uns minutos, que não escrevia coisas estheticas, pois seria ridículo, em semelhante caso, servir-se de termos fora do comum…Mais lhe ouvi que é o que se chama "revista sem espectáculo", que os versos são os do género e felizes, malgrado, não raro, d'um segundo sentido pronunciado de mais; que a música enquadrava bem, que Angela ia airosa e atraente, magnificamente (mais Diana que *guita*), que Thomaz Vieira lhe continuava a merecer atenções…N'isto, um barulho de ensurdecer, me chamou a boca à caninha e continuei a assoprar isto, que pelo visto é para barulho, pois de traz me chegava tanto como da frente *sidonista* a ser o fado:
>
> [...]
> Ficou tudo Sidonim
> Sidonim paes pim
> Foi no grande trinta e um
> Sidonim Paes pum
> 'Stoiravam balas assim
> Sidonim paes pim!
> Como se fossem em *Verdum*
> Sidonim paes-pum! (Revista do Teatro, 18 de fevereiro de 1918).

O fado sidonim[11] interpretado pela atriz e cantora Ângela Pinto se tornou um sucesso na época.
Os anúncios nos jornais para a propaganda dos teatros que ofereciam bailes, também, servem de ilustração para compreender como funcionava neste período o carnaval em terras lusitana. "Carnaval, sábado, domingo, segunda e terça-feira, surpreendentes espectáculos seguidos de deslumbrantes bailes – Bilhetes à venda" (Jornal *O Século*, 7 de fevereiro de 1918: 3).
Entretanto, o texto mais ilustrativo que consegue traduzir o espírito do Carnaval de Portugal na época chamado "O Carnaval Português de outras épocas" é de Rafael Ferreira (1947: 194):

> Chegadas as quatro noites de Carnaval, todos ou quase todos os teatros se transformavam em vastos salões de bailes, unindo-se as platéias aos palcos, por meio de estrado, s ou mecanismos, como no Trindade e depois no D. Amélia.
> Em D. Maria, realizavam-se os melhores bailes, os camarotes estavam mais perto para as brincadeiras, a sala era a mais aconchegante e mais quente, e o Carnaval ainda traz uma pontinha de frio.
> Em S. Carlos também se folgava bastante, chegando ali a jogar-se o Entrudo com pastéis de nata!
> Mas D. Maria deu sempre a maior nota de alegria e espírito.

Os Carnavais de rua são descritos por este mesmo autor da seguinte maneira:

> Quanto ao Carnaval nas ruas, era o Chiado o ponto culminante das diversões.
> [...] Nos três dias de Carnaval, eram as carruagens pelo Chiado às quatro filas, duas a subir e duas a descer; e, quando parava a bicha, passavam as cegadas e as paródias, as danças da luta e as dos padeiros e saloios; e apareciam, também, em garbosa marcha, os pitorescos batalhões da Ajuda, de alfama e de Campo de ourique. (FERREIRA, 1947: 196-197).

---

11 Devido o meu trânsito na área acadêmica em música e teatro, estreei um pequeno concerto no auditório do ICS da Universidade de Lisboa em 21 de maio e no Dia Mundial dos Museus, 17 de maio no Museu Nacional do Teatro e apresentei este fado e a cançoneta o Mugunzá num concerto que denominei de "Café com pão".

No Brasil, samba, mulher, carnaval e malandragem. Em Portugal, bailes de máscaras, revistas, buffet e a orquestra da marinha a tocar valsas, polcas, mazurcas e quadrilhas.
Uma convenção que as revistas Carnavalescas no Brasil lançam mão é a apoteose. No entanto, os autores de *Bola de Sabão* lançam mão de uma convenção do teatro Clássico para terminar o espetáculo, representado no texto do diálogo de Macaco e fantasia e o recitativo do còmpere Macaco.

Macaco- Gosto mais da forma como as peças acabavam antigamente
Fantasia- Com fogos de vista?
Macaco- Não; com a saudação ao público.

Recitativo
Era d'uso no tempo passado
Ao abrir a representação
A presença do povo ilustrado
Vir o artista pedir proteção

Mas o uso passou como passa
O que é velho, o que é relho e sediço
E quem escreve hoje em dia sem graça
Já não pede desculpas por isso

Este instante porém é usado
P'rá voltar ao costume de então
É à presença do povo ilustrado
Vem o artista pedir proteção

(cae o pano)

5 Conclusão

A partir dos textos analisados, pôde-se perceber que o trânsito entre Brasil e Portugal, tendo como referência as revistas analisadas, com base nos temas e convenções, tais como còmpere, alusões, personagens-tipo, caricatura, teatro, política, *Double sens*, família, dentre outros; servem como instrumento de análise para se compreender uma sociedade, suas mazelas, alegrias, o pensamento de um povo que transforma a realidade em ficção ao levar a cena fatos acontecidos no dia a dia e que são reinventados e por vezes se tornam tradição.
A efemeridade e a velocidade com que os fatos em cena são apresentados refletem o gênero que se nutre da sátira, da paródia, da alusão para demonstrar a insatisfação que reina na província e na matriz. Ambas sofrem da mesma mazela. A corrupção, a falta de cuidado com o povo, o tédio, o cotidiano que de tão lento se transforma numa aparente letargia, numa morosidade, tais quais os personagens retratados que só fazem criticar, mas não oferecem soluções. São personagens fixos. Não são seres psicologizados, com uma espinha dorsal que transforme e os transforme.
Talvez este seja o grande legado destas trocas. A apatia com que estes personagens transitam nestas cidades, sem oferecer solução. Neste sentido, o teatro épico de Brecht não serviria para ilustrar este gênero em sua totalidade. Talvez mais na forma do que no conteúdo. Pois em Brecht, os personagens que não têm nome, a música que adentra a cena sem ser anunciada, os quadros que se sucedem, aparentemente, de maneira aleatória, têm um propósito: Acordar a sociedade para transformá-la com as próprias mãos. E não só criticá-las como fazem as revistas.
Dito isso, os textos analisados, tanto no Brasil quanto em Portugal, revelam jeitos, pensamentos e costumes de uma época que nos parece distante, mais ainda com alguns temas atuais, como na canção de Chico Buarque citada acima.

Os ingredientes presentes nos textos de ambos os países são praticamente os mesmos. Alusão compère, o teatro, a política, a família, a cidade (Portugal e Rio de Janeiro), os personagens-tipo, o *double sens*, a imprensa. Alguns em maior ou menor grau que os outros.

Como, por exemplo, em *Bola de sabão* não se encontra *double sens*. Em *Tim tim por tim* a política não há. A alegoria da arte se encontra em grande medida nos três textos brasileiros analisados: *O Rio de Janeiro em 1887*, *O Mandarim* e *Gato, baeta e Carapicu*.

A crítica ao teatro está presente nos textos Brasileiros, exceto *Gato, baeta e Carapicu* e nos portugueses em ambos os textos analisados.

As personagens-tipo tais como coccote, mulata-baiana, estão presentes em todos os textos, exceto em *Bola de sabão*, que, se formos comparar a descrição acima da atuação de Ângela Pinto, cantando o fado Sidonim entraria também neste rol. O que difere é o jeito e a quantidade dos ingredientes. Cada um é utilizado ao gosto do freguês, no caso, do dramaturgo.

Nas revistas de Carnaval analisadas do Brasil, *Gato, Baeta e Carapicu* e de Portugal, *Bola de Sabão*, realmente se encontram grandes diferenças no que se refere ao tema apresentado. Na revista Brasileira o Carnaval é a grande vedete, com todas as suas alegorias, como se dando um descanso para temas de cunho político; ao contrário de Portugal, que aproveita, justamente, o Carnaval, para denunciar as atrocidades cometidas pelo governo de Sidônio Pais ao assumir o poder em 1917.

Nesse sentido, o Carnaval pode se tornar, também, um espaço para a permissividade da liberdade de expressão. Mesmo que a metáfora, a sátira, a alusão de se "limpar a sujeira" com o sabão e a vassoura, seja a única maneira de denunciar os excessos, neste momento é permitido, "até esquecer a carestia", como na fala de carioca na revista brasileira.

Assim, a identidade como uma festa móvel da qual relata Hall (1992), serve tão somente como um mecanismo para compreender um jeito de ser "Português" e um jeito de ser "Brasileiro", mas, que, no frigir dos ovos, fica difícil separar a clara da gema. Pois ambos se amalgamaram de tal maneira que o que os separa é um oceano, ao mesmo tempo em que os une.

Os textos analisados, também, sugerem que havia uma grande preocupação crítica, satírica com a sociedade representada.

Diante do exposto, percebeu-se nos textos e nas documentações analisadas para este estudo, que o teatro de revista em Portugal sobrevive, ainda que de forma tímida nas montagens de Felipe La Feria no Teatro Politheama e no parque Mayer no Teatro D. Maria Vitória. E, percebemos por meio dos dois espetáculos que pudemos assistir que há afluência do público e de uma maneira geral idosos que viveram naquela época áurea.

No Brasil, a influência que o teatro de Revista de forma geral nos deixou, e de forma particular sofreu influência do jeito de Portugal fazer revista, estão presentes nos programas de humor exibidos nas TVs brasileiras, em especial na rede globo com o programa *Zorra total*, exibido no sábado à noite, e seus quadros de caricatura política, sátiras, personagens-tipos populares, dentre outros.

Por fim, este texto reflete resultado parcial do tema em foco, uma vez que o mesmo ainda se encontra em processo de estudo e aperfeiçoamento.

Referências

AZEVEDO, Arthur & SAMPAIO, Moreira. (1985) O Mandarim. In. *Teatro de Arthur Azevedo*. Rio de Janeiro: INACEN.

BASTOS, S., STICHINI. M., PLÁCIDO & CONDES. (s/d)*Tim tim por tim tim*. Lisboa (Cópia manuscrita).

CHIARADIA, F. (2001), *O Theatro São José: a menina dos olhos de Pascoal Segreto*. Rio de Janeiro: Unirio.

GARCIA, C. N. (2003), *Culturas híbridas: Estratégias para entrar e sair da Modernidade*. São Paulo: USP.

GOMES, T. M**.** (1998), *Lenço no Pescoço: o malandro no teatro de revista e na música popular*. Dissertação de mestrado, pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas.

HALL, S. (2003), *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: UFMG.

_____. (1992), *Identidade Cultural na Pós-Modernidade.* 5.ed., Rio de Janeiro*:* DP&A.

MARTINS, J. S. (1998), "O senso comum e a vida cotidiana: tempo social". In: *Rev. Social. USP*, São Paulo, 10(1): 1-8.

MATTA, R. (1980), *Carnavais, Malandros e Heróis*. 2.ed., Rio de Janeiro: Zahar.

MENEZES, C. (1920), *Gato, baeta e carapicu*. Rio de Janeiro (Cópia mecanográfica).

MUSEU da Presidência da República. *Presidentes – Primeira República – Sidónio Pais*. Disponível em: <http://www.museu.presidencia.pt/presidentes_bio.php?id=28>. [Consultado em 13-8-2014].

PAIS, J. M. (2010), *Lufa-lufa Quotidiana: Ensaios sobre Cidade, Cultura e Vida Urbana*. Lisboa-ICS.

PAIS, J. M. (2009), *Sociologia da Vida Cotidiana: Teorias, Métodos e Estudos de Caso*. Lisboa: Imprensa de Ciências sociais.

REBELLO. L. F. (1984), *História do Teatro de Revista em Portugal*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2.v.il.

REIS, Angela de Castro; WERNECK, Maria Helena. (2012)*Rotas de teatro*: entre Portugal e Brasil. Rio de Janeiro:editora 7 letras.

SANTANNA, M. (2014), **"**Pepa Ruiz tim tim por tim tim: uma vedeta transcontinental". In: *Revista GAMA, Estudos Artísticos*, v.2, n.4, julho-dezembro. Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, p.136-144.

_____. (1999), *Sorriso de Mulher: Tipos de Comicidade em Personagens Femininas de Comédias MusicaisBbaianas (1986-1995)*. Dissertação de mestrado. Curso de Pós-graduação em Artes cênicas. Universidade Federal da Bahia.

SANTOS, V. Pavão**.** (1978), *A Revista Portuguesa*. Lisboa: O jornal.

VENEZIANO, N. (2010), *As Grandes Vedetes do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado (Coleção Aplauso).

_____. (1996), *Não Adianta Chorar**:** Teatro de Revista Brasileiro*...Oba! Campinas, SP: UNICAMP.

_____. (1991), *O Teatro de Revista no Brasil: Dramaturgia e Convenções*. Campinas: Unicamp.

Colagens e Remixagens na Emergência de Novas Expressões Culturais: o Caso do Carnaval em Salvador

Rodrigo Peronti Santiago
Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (IAU-USP)
peronti@sc.usp.br

Fábio Lopes de Souza Santos
Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (IAU-USP)
sotosantos@uol.com.br

Resumo: No início do século XX, as vanguardas heroicas produziram experimentações que justapunham formas fragmentadas para a elaboração de um novo tipo de imagem – a chamada colagem – vinculando a arte a uma espécie de "forma de destruição criativa". No entanto, entre os anos 1960 e 1970, essa experimentação parece ter se expandido a outros campos, passando da arte erudita a manifestações populares urbanas. Apoderada por camadas excluídas como estratégia de visibilidade, a colagem associou-se incialmente à música na forma de remix, caracterizando-se, em linhas gerais, por possibilidades de apropriação, desvios e criação livre a partir de outros formatos. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo refletir sobre expressões culturais presentes no carnaval em Salvador, Brasil, especificamente sobre o trio elétrico e os blocos carnavalescos, estabelecendo leituras que relacionam sua evolução técnica e estética à lógica da remixagem que, como uma espécie de "colagem das minorias" ou "colagem popular urbana", por sua vez podem também ser compreendidas como desdobramento ou resposta a processos de modernização pelos quais passava a capital baiana desde meados da década de 1940.

Palavras-chave: colagem; remixagem; carnaval; arte e cidade.

1. Introdução

Segundo Manfredo Tafuri (1994), o predomínio das relações capitalistas de produção industrial no final do século XIX produziram um universo "reificado" do cotidiano. Técnicas, incremento da produção como o taylorismo, com ênfase em operações pontuais, e divisão de funções dos trabalhadores visando o aumento da eficiência, aprofundariam processos de fragmentação que, expandindo-se a partir das fábricas, acabariam por atingir a sociedade como um todo. Instaurava-se, nesse momento, uma crise na produção de significados devido a uma «crescente distância entre representação e coisa desencadeada pela modernidade, como perda da experiência ou como defasagem entre arte e vida» (Santos, 2000: 54). Na tentativa de superação dessa defasagem, as vanguardas heroicas, partindo do desejo de dissolução da arte na vida e tendo como objetivo final a transformação do cotidiano, iniciam experimentações estéticas baseadas em "estranhamentos semânticos" que produziriam um divórcio radical entre significante e significado e a criação de sistemas de signos inéditos. Tal estranhamento consistiu no rompimento de associações habituais que, paradoxalmente, tornariam ainda mais explícito o "estranhamento" perante o cotidiano regido pela produção industrial.

Essa atitude significou a redução do "material" formal ao puro signo, ao puro objeto a partir do desmonte e fragmentação da linguagem para a fundação de um novo domínio sobre o real, reconhecido como arbitrário, não sujeito a nenhum *a priori* formal. Os materiais provenientes de tal desmonte foram então reorganizados e remontados de maneiras inusitadas, chocando-se entre si, produzindo significados inéditos. Assim, para Tafuri, segundo a leitura de Santos

> O remédio vanguardista voltava a arte contra a própria arte, rompendo as frouxas amarras que ainda a mantinham presa a si e ao mundo; a vanguarda colocou entre

> parêntesis o referente e perscrutando minuciosamente as relações internas das formas as redesenhou por meio de experiências externas de quebras, apagamentos e descontextualizações (...) Este processo de experimentação com a linguagem levou à redução dos componentes da obra artística à condição de "material": a estrutura da obra de arte perdeu sua articulação como totalidade orgânica, metamorfoseando-se em "montagem" do material liberado (Santos, 2000: 54).

Essa nova experimentação estética configurou-se em uma técnica de produção visual que justapunha formas previamente criadas para a elaboração de uma nova composição: a chamada colagem ou *collage*. Desse modo, a arte responderia à defasagem em que se encontrava, vinculando a fragmentação desencadeada pelos novos processos de produção industrial a uma nova linguagem (Tafuri, 1994). Embora seja possível detectar empregos anteriores da colagem, sua emergência de forma deliberada e inovadora nas artes plásticas ocorreu em obras de Picasso e Braque, realizadas na primavera de 1912. Em *A Carta*, o primeiro utilizou-se de um selo postal italiano aplicado sobre sua composição; em *Natureza Morta com Cadeira de Palha*, Picasso incluiu na obra um pano pintado à tinta óleo simulando um padrão de cadeira de palha, estabelecendo os limites da tela utilizando uma corda. A pesquisa sobre a colagem foi expandida por seus colegas cubistas como Gris, sendo posteriormente recriada por sucessivos movimentos como o Dadaísmo, Surrealismo, a Pop Art, etc.
Partindo das reflexões de Tafuri sobre a fragmentação do cotidiano pelas relações capitalistas de produção industrial, compreendendo a colagem como a linguagem que acabou por vincular essa espécie de "destruição criativa" à arte erudita, o presente trabalho apresenta uma investigação sobre a emergência dessa forma artística na arte popular urbana[1] em meados do século passado. A colagem, nesse novo contexto, será entendida como remix, isto é, «possibilidades de apropriação, desvios e criação livre (...) a partir de outros formatos» (Lemos, 2005). Estabelecendo, por outro lado, relações com as discussões de Néstor Canclini sobre a formação cultural da América Latina, entendido pelo autor como resultado de um processo de hibridação, este trabalho tem como objetivo refletir sobre algumas expressões culturais do carnaval da cidade de Salvador, Brasil, mais especificamente o trio elétrico e os modernos blocos carnavalescos, estabelecendo leituras relacionando suas mudanças técnicas e estéticas à lógica da remixagem que, como uma espécie de "colagem popular urbana", pode também ser compreendida como um desdobramento ou resposta ao radical processo de modernização pelo qual passava a capital baiana desde os anos 1940, que atingiria seu ápice no final da década de 1960.

2. O carnaval de Salvador como remix

Para Miguez (1998), a história do carnaval de Salvador no século XX pode ser sintetizada em três momentos: a criação do trio elétrico em 1950; o surgimento do bloco afro, por volta de 1975; e a consolidação dos modernos blocos de trio, já na década de 1980. Segundo Godi (1997), essa foi a passagem «das multidões às massas elétricas», momento em que novas tecnologias e informações provenientes da indústria cultural atingiram a

---

1 Entendemos por arte popular urbana um conjunto de novas formas de produção artística surgido entre as décadas de 1960 e 1970, que se relacionam a um período de inovações políticas inesperadas no lugar de um momento de confirmação de antigos esquemas sociais e conceituais (Jameson, 1991). Nesse momento, a antiga concepção de classe social e proletariado como principal força motriz das mudanças sociais começou a esmaecer em favor do deslocamento, para o primeiro plano, de diversas categorias sociais e políticas já não compreendidas em termos de classe, condensadas em figuras como a do colonizado, da raça, da marginalidade ou do gênero – as chamadas "minorias". No Brasil, nesse período, a concepção modernista de identidade nacional já não conseguia responder às novas complexidades desencadeadas pela explosão da população urbana, pela expansão da industrialização e pela forte integração do país à comunicação de massas via rádio e televisão que favoreceria a chegada de novos dados culturais provenientes do *mass media* internacional. O Tropicalismo, movimento que operaria na justaposição de elementos do universo tradicional/popular com referências da indústria cultural, pode ser tomado como um dos melhores exemplos de uma produção artística atenta a esse novo momento.

capital baiana, mesclando-se à uma herança tradicional local. Nesse contexto, a atuação de Dodô (Antônio Adolfo Nascimento) e Osmar (Osmar Álvares Macêdo), reconhecidos como os criadores do trio elétrico, assim como a emergência dos modernos blocos carnavalescos, foram essenciais no desencadeamento de profundas alterações no carnaval de Salvador.

2.1 Da dupla ao trio elétrico

No início da década de 1970, em uma entrevista concedida ao cantor e compositor Caetano Veloso sobre as origens do trio elétrico, Dodô e Osmar recordam fatos ocorridos por volta de 1940, quando a dupla fazia parte da formação do "Três e Meio", conjunto musical fundado por Dorival Caymmi antes de sua partida ao Rio de Janeiro. Por intermédio do conjunto, contam que assistiram a uma apresentação de um violonista recém chegado à Bahia, chamado Benedito Chaves, que trazia uma novidade – um violão elétrico. Segundo Osmar, tratava-se de uma «caixa sonora e um microfonezinho preso ao violão» (Macêdo et al. 1972), que, no entanto, acabava produzindo microfonia assim que o volume era aumentado. Mesmo com os indesejáveis ruídos, o som inédito do instrumento impressionou profundamente a dupla que iniciaria experiências visando seu aperfeiçoamento e eliminação dos problemas sonoros, enfim evitados com o emprego de madeira maciça no violão. «Ai então o Dodô descobriu que com um simples cepo maciço não havia microfonia» (Macêdo et al. 1972), recorda Osmar. O entrevistador Caetano Veloso então indaga Dodô: «Você tinha conhecimento de guitarras americanas com esse mesmo processo de usar madeira maciça para evitar a microfonia?» (Macêdo et al. 1972). E Dodô responde:

> Eu me lembro bem que naquela época, em 1940, eu vi um catálogo da *Sears* e tinha a propaganda de instrumentos elétricos. Embaixo havia instruções para procurar uma posição apropriada do amplificador, para evitar a microfonia. Isso prova que o processo da madeira maciça não era descoberto ainda (Macêdo et al. 1972).

Com humor Caetano conclui: «Quer dizer então que a guitarra elétrica foi inventada na Bahia?!» (Macêdo et al. 1972). E todos riem.

Nessa entrevista, Caetano Veloso retoma uma declaração dada anos antes, em 1967, após a apresentação de sua música "Alegria, Alegria", durante o III Festival de Música Popular Brasileira da TV Record, "o festival da virada". Na ocasião, tentando explicar a um repórter a revolucionária composição, reconhecida como um dos marcos do Movimento Tropicalista, e a inserção inusitada de guitarras em sua melodia, Caetano diz: «(...) lá no Rio escreveram assim 'Caetano vai usar guitarras, quando chegar na Bahia vai tomar uma surra de berimbau'. Quer dizer, eles não sabiam que os baianos estão além!» (Veloso, 2010).

As atividades de Dodô e Osmar desde a década de 1940, músicos e também eletrotécnicos (Moura, 2000), confirmam as declarações de Caetano em 1967. Após aprimorarem o violão elétrico, a dupla iniciou uma série de pesquisas visando a amplificação do som de instrumentos de cordas, desenvolvendo diversos instrumentos musicais a partir dos escassos recursos que possuíam em mãos. Em 1942, criaram o chamado "pau-elétrico", um instrumento eletrificado confeccionado apenas com o braço de um violão, que anos depois daria origem à "guitarra baiana", uma versão mais bem acabada do instrumento, com 4 a 5 cordas, de tamanho semelhante a um bandolim.

A invenção do trio elétrico entre 1950 e 1951 pode ser entendida como a confluência de todas as experiências que vinham sendo acumuladas pela dupla e que haviam, de certa forma, os colocado na ponta do desenvolvimento tecnológico agregado à música, até mesmo em nível mundial. O primeiro passo no episódio da criação do trio remete ao desfile do "Clube Carnavalesco Misto Vassourinhas" de Recife, que em 1950 fazia uma apresentação especial uma semana antes da abertura oficial do carnaval de Salvador (Macêdo et al. 1972). Tratava-se de uma fanfarra formada por 65 músicos acompanhada por um rico estandarte abre alas que, ao som de frevos, arrastava uma multidão pela rua Chile, principal via da capital baiana na época. Percebendo o enorme sucesso que o Vassourinhas fazia, Dodô e Osmar tiveram a ideia de preparar algo semelhante para o carnaval. Com poucos recursos, mas aproveitando-se do extenso know-how como eletrotécnicos, a dupla criou a "batucada elétrica", utilizando-se de um velho Ford modelo 1929 conhecido como "fobica", dois

grandes alto-falantes, dois instrumentos elétricos (um violão eletrificado e um pau-elétrico), alimentados pela bateria do automóvel. Enfeitada com os dizeres "Dupla Elétrica", a fobica participou do tradicional corso de veículos que acontecia pela rua Chile durante os dias de folia. Dodô ao violão elétrico e Osmar ao pau-elétrico embalando frevos eletrificados, foram a sensação do corso de 1950, animando intensamente os foliões por onde passavam. Animados com o sucesso, no ano seguinte, Dodô e Osmar providenciaram um veículo maior e mais equipado, e convidaram mais um membro para se juntar à dupla, Temístocles de Aragão, ao qual foi dado um "triolim" – um instrumento resultante da fusão de violão e cavaquinho eletrificado desenvolvido por Dodô. Desse modo, em 1951, Dodô, Osmar e Aragão formaram o primeiro "trio elétrico", uma expressão que se generalizaria a partir de então, servindo para designar qualquer conjunto com instrumentos elétricos, tocando sobre a carroceria de um caminhão.

2.2 Os trios elétricos em Salvador

O sucesso de Dodô, Osmar e Aragão chamaria as atenções de um empresário local, afinal, segundo Osmar, o trio elétrico arrastava «500 metros de gente na frente e mais 500 metros de gente atrás» (Macêdo et al. 1972). Atento à ótima oportunidade de propaganda, o dono de uma fábrica de Salvador – a Refrigerantes Fratelli – os contrataria para o carnaval de 1952, oferecendo-lhes um pequeno caminhão todo iluminado, decorado com a publicidade das bebidas. O patrocínio da Fratelli duraria até 1958, quando foi substituído pelo da multinacional Coca-Cola em 1959, no último carnaval de Dodô e Osmar em um trio elétrico; eles retornariam apenas em meados da década de 1970. Contudo, na época o hábito de seguir os caminhões enfeitados durante os dias de carnaval já estava estabelecido e novos trios apareceram, dando continuidade à "folia elétrica".

Durante os anos 1960, os caminhões aumentaram gradativamente de tamanho e seus equipamentos se tornaram cada vez mais poderosos e sofisticados. O trio elétrico se transformava em um fenômeno cultural baiano, atraindo multidões cada vez maiores, carnaval após carnaval. No entanto, sua abrangência ainda era quase restrita à Bahia (ou no máximo ao Nordeste do país, como em Pernambuco). Ao final daquela década, procurando divulgar o fenômeno para o restante do Brasil, Caetano Veloso compôs "Atrás do Trio Elétrico", música que, no entanto, seria lançada justamente no período em que o compositor encontrava-se preso pela ditadura militar. Sobre a música, Caetano recorda: «Aquele carnaval – o de 69 – foi o carnaval de 'Atrás do Trio Elétrico', minha marcha-frevo que divulgou esses conjuntos musicais dos Carnavais baianos e desencadeou seu desenvolvimento (...)» (Veloso, 1997: 403).

Em 1972, por ocasião de seu retorno após um período de exílio em Londres determinado pelos militares, Caetano foi homenageado no carnaval de Salvador justamente por um trio elétrico. Naquele ano o Tapajós, o maior da época, lançou a "Caetanave", um grandioso caminhão decorado em estilo espacial futurista, que provocaria uma verdadeira revolução estética nessa atração carnavalesca[2]. Vale ressaltar que na época espaçonaves, astronautas e viagens interplanetárias povoavam intensamente o imaginário popular devido a corrida espacial entre os EUA e a URSS. Se os soviéticos haviam colocado o primeiro homem na órbita da Terra em 1961, ao final daquela mesma década os norte-americanos levariam o primeiro homem à Lua. No mesmo ano da "Caetanave", a espaçonave Apollo 17 tornou-se a última missão tripulada à Lua.

No curso da evolução do trio, 1973 foi um ano em que a revolução se deu no campo musical: Armandinho, filho de Osmar, incorporaria elementos musicais provenientes do rock'n'roll ao som dos trios. Tal fusão abriria caminho para experiências posteriores, que "remixariam" «frevos com pitadas de *progressive rock*, *glitter* e *heavy metal*» (Veloso, 1997: 289).

---

2 Temas futuristas e relacionados à conquista do espaço passaram a ser recorrentes na indústria musical e cinematográfica. Em 1968, o diretor Stanley Kubrick, em parceria com o escritor de ficção científica Arthur C. Clarke, produziram o filme "2001: Uma odisseia no espaço", uma fábula sobre a relação entre humanidade e tecnologia, tendo como cenário a exploração espacial. Em 1969, o multifacetado David Bowie, que posteriormente, sob a alcunha de Ziggy Stardust, se autoproclamaria um "alienígena do rock'n'roll", lançaria o single "Space Oddity", em que conta as angústias de um solitário major que se perde nas profundezas da galáxia. Nesse mesmo ano, no Brasil, o Movimento Tropicalista também soube captar o imaginário do momento na música "Dois mil e um", composta por Tom Zé e Rita Lee, que, mesclando inusitadamente viola caipira e rock psicodélico, fala sobre os dilemas filosóficos de um astronauta.

A década de 1970 foi o momento em que vários artistas redescobriram o carnaval da Bahia, passando a participar frequentemente dos festejos em Salvador. Em 1976 o grupo Novos Baianos, um dos maiores representantes da ética e da estética hippie e da contracultura na cena musical brasileira, também aportaram no carnaval da capital baiana. O grupo criou seu próprio trio elétrico, sendo o primeiro a adicionar um andar superior na carroceria do caminhão para as apresentações e a introduzir outra importante inovação: a voz. Embora o número de alto falantes já fosse maior e mais potente nessa época, o princípio técnico empregado até meados dos anos 1970 ainda era basicamente o mesmo da época de Dodô e Osmar, permitindo apenas apresentações instrumentais. Em 1975, Moraes Moreira, um ex-integrante dos Novos Baianos, já havia tentado "puxar" músicas no trio, mas os altos zunidos das caixas de som encobriam sua voz. Em 1976, os problemas técnicos foram finalmente solucionados e os Novos Baianos puderam cantar as músicas para o êxtase dos foliões. Estava enfim maduro o modelo atual do trio elétrico, pronto para ser transformado na década de 1980 em um formidável negócio pela indústria cultural, convertendo-se em uma das maiores atrações turísticas da cidade de Salvador e até mesmo do Brasil.

2.3 Os blocos carnavalescos

Ao lado dos trios elétricos, os modernos blocos carnavalescos também alteraram profundamente a cena do carnaval da capital baiana, carregando a lógica do remix em sua constituição. A partir de meados da década de 1960, ocorreu uma mudança importante na organização dos blocos de Salvador. Emergiram novos tipos de associações não mais relacionadas a categorias profissionais, como por exemplo o afoxé[3] Filhos de Gandhi, formado por estivadores do porto, mas criadas a partir de uma classe ou de uma afirmação étnica, todavia, travestida. Assim, surgiria o movimento dos "blocos de índio", associações formadas por afrodescendentes, sendo a primeira delas o Cacique do Garcia, de 1966. Além do início de uma proposta de definição étnica, essas associações carregavam consigo uma nova característica em relação às anteriores. Embora desde os fins do século XIX existissem afoxés cujos integrantes se vestiam com penas e portando arco e flecha, essa manifestação era uma reverberação do candomblé, aludindo a figuras de orixás (Moura, 2001). Já nos anos 1960, entraria em cena a forte influência da indústria cinematográfica na adoção de representações iconográficas tipicamente hollywoodianas, que, por sua vez seriam, ainda, retrabalhadas (remixadas) no interior do próprio bloco. Como aponta Moura (2001), as fantasias dos novos blocos de índio remontavam nitidamente aos índios da América do Norte adversários dos *cowboys* do cinema, mescladas a adereços feitos de espelhos, plástico e outros materiais sintéticos, cujo repertório musical exaltava o poder de um "índio negro".

Na virada para a década de 1970, outros dados culturais inseriram-se no universo cultural baiano, criando um cenário favorável para a emergência de uma "reafricalização" do carnaval de Salvador. Neste momento os blocos de índio entraram em declínio, dando lugar, progressivamente, aos blocos afro, o segundo divisor de águas da história do carnaval baiano conforme Miguez (1998). Nesse momento, assim como Caetano Veloso em relação aos trios no final dos anos 1960, Gilberto Gil, outra figura central do Tropicalismo, teve uma importante atuação na revitalização e divulgação dos blocos afro.

Exilado juntamente com Caetano em Londres, Gilberto Gil comenta que no seu retorno à capital baiana por volta de 1972, encontrou o afoxé Filhos de Gandhi praticamente extinto:

> Me lembro que assim que voltei [de Londres], no primeiro Carnaval, me disseram que os afoxés não saíam mais. E, de fato, fui encontrar uns vinte Filhos de Gandhi, com os tambores no chão, num canto da Praça da Sé. Eles não tinham mais recursos, mais força para ocupar um espaço no Carnaval baiano. Fui procurá-los para entrar no afoxé, foi como uma coisa devocional, uma promessa, uma vontade de pôr meu prestígio para funcionar em prol daquela coisa bonita que é o afoxé (Gil, 1982: 227).

3 O afoxé é originalmente um ritmo da religião de raízes africanas Candomblé que também passou a significar Candomblé de rua: um cortejo que sai durante o carnaval.

Desse modo, como uma forma de incentivo, Gil lançou em 1975 a música "Filhos de Gandhi", cujo sucesso ajudou na recuperação do afoxé, gravando também dois anos depois a música "Que Bloco é Esse", de autoria do primeiro bloco carnavalesco afro de Salvador, o Ilê Ayê.
Para Godi (1991), se o nascimento dos blocos de índio tinha significado a afirmação de uma determinada singularidade étnica, nos anos 1970 «a assunção travestida nos blocos de índio [evolui] para uma assunção explícita nos blocos afro» (Godi, 1991: 51). Esse foi o período de impacto de informações provenientes do cenário externo, como a nova política africana, os movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos e a cena musical negra capitaneada por artistas como James Brown e a Motown, que proporcionariam «uma excitação vigorosa dos padrões estéticos negros tradicionais na Bahia, armando-se uma teia de legitimação recíproca entre estes e as novidades que chegavam pela mídia» (Moura, 2001: 32).

3. Carnaval: uma expressão cultural híbrida

Desde a atuação de Dodô e Osmar em fins da década de 1940, aplicando o conhecimento de eletrotécnicos na produção de instrumentos eletrificados; passando na década de 1960 pela emergência dos blocos de índio e seus adereços "hollywoodianos"; até os anos 1970, quando caminhões convertem-se em gigantescos palcos itinerantes embalando as "massas elétricas", ao mesmo tempo em que os blocos afro influenciados por um cenário externo tomaram ruas e avenidas, a lógica do remix sempre permeou o carnaval baiano. Nossa hipótese é que a remixagem constituiu o elemento central na alteração dos padrões dessa festa popular, podendo ser entendida como um desdobramento do processo de modernização pelo qual passava a cidade de Salvador desde meados da década de 1940. Dessa maneira, refletir sobre esse processo nos parece fundamental para compreensão das novas formas que o carnaval adotou a partir do último meio século.

3.1 Salvador: a segunda cidade mais moderna do Brasil

Como observado por Carvalho (2008), com a transferência do governo geral para o Rio de Janeiro em 1763, o declínio da base agroexportadora local e, posteriormente, com a constituição de um mercado unificado nacionalmente e a concentração industrial no Centro-Sul do país, Salvador experimentou um longo período de estagnação que acabou por deslocá-la de uma posição central para uma posição secundária no cenário político e econômico nacional. Assim, a capital baiana alcançou as primeiras décadas do século XX empobrecida, com a maioria de sua população economicamente ativa formada por descendentes de escravos não escolarizados, pouco industrializada e que lentamente se urbanizava desde o final do século XIX. Até o início dos anos 1940, segundo Almeida (2008), a economia baiana caracterizou-se por um «débil dinamismo ou pela instabilidade de suas atividades agroexportadoras, pela dominação quase absoluta do capital comercial sobre o conjunto das atividades econômicas regionais e, ainda, por baixas taxas de expansão urbana e industrial» (Almeida, 2008: 20).
Para Moura (1990), o pouco dinamismo e o ritmo vagaroso das mudanças favoreceram a consolidação de procedimentos tradicionais em vários aspectos da vida social, inclusive na moradia, cujo déficit desencadeou invasões, loteamentos clandestinos e outras formas de habitação precária. Como resposta a esse quadro, já estavam em curso algumas discussões que tinham como objetivo o desenvolvimento de um planejamento global para a capital baiana, em contraponto a planejamentos pontuais e ao crescimento urbano espontâneo e desordenado. A Semana de Urbanismo, realizada em 1935 pela Comissão Organizadora do Plano da Cidade, que levantou os principais problemas de Salvador (condições sanitárias, dificuldade de transporte, deterioração do patrimônio cultural e aproveitamento de recursos naturais) foi a primeira ação nesse sentido. Os diagnósticos verificados no seminário serviriam de base para o plano que começou a ser implantado com a criação, em 1943, do Escritório do Plano Urbanístico da Cidade de Salvador (EPUCS).
As atividades do EPUCS significaram a criação de um modelo moderno de cidade, que procurou entender o espaço urbano em sua totalidade. Para atingir seus objetivos, o escritório realizou uma série de investigações bastante abrangentes que compreenderam desde as condições do ambiente físico até economia urbana.

> A partir do entendimento geomorfológico de Salvador e da ocupação histórica que privilegiara o topo dos morros, o EPUCS identificou e adotou um sistema radioconcêntrico de ocupação, com vias radiais ligando os bairros ao centro e vias concêntricas fazendo as ligações bairro-bairro. Eram previstas ainda a articulação entre cumeadas e vales; a separação do tráfego por modos de circulação que incluíam os automóveis, os bondes e os pedestres; e a criação de vias de tráfego rápido nos vales da cidade, então livres (Andrade Júnior, 2013: 29).

O sistema viário foi entendido como um dos basilares da estrutura urbana, sendo pensando como um sistema integrado formado por duas redes de avenidas articuladas entre si: uma para o tráfego mais lento, de acesso aos bairros, que seria implantada nas partes mais altas da cidade, interligadas por viadutos; e a outra que seria construída nos vales, as avenidas de fundo de vale ou simplesmente as "avenidas de vale", o aspecto mais conhecido do plano. A primeira dessas avenidas – a Avenida do Centenário – começou a ser implantada em 1949 como parte das comemorações do IV Centenário da fundação de Salvador. Todavia, o restante do sistema viário, viadutos e túneis, só começariam a ser efetivamente implantados nos anos 1960, com a criação da SURCAP – Superintendência de Urbanização da Capital, em 1959. Já as demais avenidas previstas seriam construídas apenas no final da década, durante o governo municipal de Antônio Carlos Magalhães.

Embora seguindo a expansão do sistema viário expressando o desenho da cidade definido pelo EPUCS (Pereira, 2008), a construção das avenidas de vale no final dos anos 1960 deixou de lado aspectos importantes que haviam norteado o desenvolvimento do plano na década de 1940, tais como os sociais, marcando-se por uma modernização excludente e autoritária, aliada a interesses imobiliários e intimamente ligada à promulgação da Lei da Reforma Urbana, de 1968:

> Prefeitura de Salvador, que detinha a maioria das terras do município, transferiu sua propriedade para (algumas poucas) mãos privadas (...) A abertura das avenidas de vale extirpou do tecido urbano mais valorizado um conjunto significativo de assentamentos de população pobre, que ocupavam tradicionalmente os fundos até então inacessíveis dos numerosos vales de Salvador. Além disso, o governo municipal erradicou invasões populares localizadas na orla marítima, área reservada ao turismo, outro componente da estratégia de crescimento e modernização da cidade (Carvalho et al. 2008: 85).

Com a Lei da Reforma Urbana, promulgada na véspera do Natal de 1968, a municipalidade vendeu a preços baixos 21 km² de glebas públicas a agentes econômicos, principalmente incorporadores. O Estado foi o responsável prioritário pela criação da infraestrutura (as avenidas de vale) e os agentes pelas obras que dariam origem aos novos bairros. Desse modo, com a expansão viária, incorporou-se novos espaços ao tecido urbano, anteriormente ocupados informalmente por famílias de baixa renda, aumentando muito o valor das áreas próximas às avenidas, e expulsando as famílias pobres para regiões ainda mais distantes. Segundo Godi (1991), além do fator midiático, como já discutido, o surgimento dos blocos de índios no carnaval ligava-se intimamente a essas operações urbanas radicais em Salvador ocorridas nos anos 1960. Seria justamente no interior de comunidades desterritorializadas pelas construções das avenidas de vale, que o movimento de blocos de índio teria sido desencadeado por uma necessidade de construção de novos sentidos de lugar e pertencimento (Moura, 2000). Chamavam-se também pejorativamente de índios os moradores dessas regiões distantes.

Como aponta Moura (1990), dessa maneira a municipalidade renunciou a se comprometer com a solução do problema da moradia popular. As invasões coletivas que ocorriam há tempos em Salvador, intensificaram-se ainda mais a partir de então, assim como sua «perseguição pela polícia de choque e pelos tratores das construtoras interessadas em edificar nos locais onde se instalaram» (Moura, 1990: 28).

Desse modo, seria então criada a «segunda cidade mais moderna do país depois de Brasília» nas palavras de Milton Santos (1995), no entanto fruto de uma modernização autoritária que excluiria de seus benefícios a maior parcela da população da capital baiana.

4. O engenheiro e o *bricoleur*

Em nossa leitura, a modernização autoritária e excludente realizada em Salvador parece ter desencadeado efeitos inesperados sobre sua maior festa popular – o carnaval. Se compreendermos a modernização como um planejamento que acaba por desmontar uma cidade e sua cultura tradicional, segregando social e espacialmente uma grande parcela de seus moradores, foi então a partir dos fragmentos resultantes desse processo que essa população passou a agir afim de reencontrar um lugar no novo cenário constituído.

Nesse ponto, é interessante a reflexão realizada por Lévi-Strauss sobre as diferenças entre o *bricoleur* e o engenheiro. Para o autor, o *bricoleur* é aquele que executa um trabalho usando meios e expedientes que denunciam a ausência de um plano preconcebido e se afastam dos processos e normas adotados pela técnica. Caracteriza-se especialmente pelo fato de operar com materiais fragmentários já elaborados, se contenta com "o que está à mão", ao contrário do engenheiro que para dar execução ao seu trabalho necessita da matéria-prima, ferramentas específicas e o um projeto específico. O universo instrumental do *bricoleur*

> é fechado, e a regra de seu jogo é sempre arranjar-se com os "meios-limites", isto é, um conjunto sempre finito de utensílios e de materiais bastante heteróclitos, porque a composição do conjunto não está em relação com o projeto do momento nem com nenhum projeto particular mas é o resultado contingente de todas as oportunidades que se apresentaram para renovar e enriquecer o estoque ou para mantê-lo com os resíduos de construções e destruições anteriores (Lévi-Strauss, 2008: 33)

Assim, com astúcia, em uma atitude baseada no "fazer render o que se tem em mãos", excluídos de processos modernizantes podem inaugurar novas experiências, remixando novos dados à sua realidade local, algo que em Salvador entendemos ter resultado em alterações na configuração tradicional de seu carnaval.

5. Considerações Finais

Canclini (2008), estabelecendo reflexões sobre a questão da modernização nos países da América Latina, levando em conta a complexidade cultural e a multiplicidade de lógicas de desenvolvimento em um continente tão heterogêneo, vê na hibridação, que mescla tradição, modernismo cultural e modernização socioeconômica, o processo chave para a compreensão do contexto latino-americano.

> Como a hibridação funde estruturas ou práticas sociais discretas para gerar novas estruturas e novas práticas? Às vezes, isso ocorre de modo não planejado ou é resultado imprevisto de processos migratórios, turísticos e de intercâmbio econômico ou comunicacional. Mas frequentemente a hibridação surge da criatividade individual ou coletiva. Não só nas artes, mas também na vida cotidiana e no desenvolvimento tecnológico (Canclini, 2008: XXII).

No entanto, para o autor, seriam ainda raras «as investigações que examinam os procedimentos pelos quais culturas tradicionais (...) unem-se sincreticamente a diversas modalidades de cultura urbana e massiva, estabelecendo formas híbridas de existência do 'popular'» (Canclini, 2008: 248). O presente trabalho procurou justamente estabelecer algumas dessas investigações, tendo como objeto de estudo a evolução do carnaval em Salvador entre as décadas de 1940 e 1970. Como visto, após a transferência da capital do Brasil para o Rio de Janeiro, a cidade experimentou um longo período de declínio no cenário nacional. Por outro lado, a decadência desencadeada pela transferência do eixo político e econômico para o Centro-Sul do país, acabou por preservar na capital baiana, além de um rico patrimônio arquitetônico, um vasto conjunto de heranças culturais tradicionais. E assim, na década de 1950, quando um tardio processo de industrialização mais vigoroso chega à Bahia, encontra traços ainda um tanto arcaicos no interior daquela sociedade. Somada à industrialização, em Salvador inicia-se a implementação do plano urbanístico do EPUCS, que culminaria com a abertura das "avenidas de vale" no final da década de 1960, rasgando locais antes ocupados por populações de baixa renda.

Paralelamente, é nesse momento em que o Brasil ingressa definitivamente na órbita da cultura de massa via rádio, cinema e TV, que difunde novas concepções culturais.

Dessa maneira, a partir da entrada em cena de uma miscelânea de dados que fraturariam antigas visões, emergiram novos sujeitos (como os eletrotécnicos Dodô e Osmar, os "índios" e os "afros") e por meio deles um novo carnaval que soube remontar fragmentos e remixá-los a uma nova realidade local. É importante lembrar que até por volta da década de 1940, conforme Moura (2000), os dias de folia na capital baiana ainda carregavam fortemente heranças de sociedades carnavalescas do século XIX. Assim, para participar dos blocos e cortejos, era preciso ser associado ou possuir algum tipo de ligação com o grupo dos desfiles, por exemplo uma relação religiosa ou profissional. Ao restante dos foliões restava apenas assistir os cortejos nas calçadas ou ao meio-fio. A criação do trio elétrico por Dodô e Osmar entre 1950 e 1951, transformou isso. Osmar lembra que o trio possibilitou a participação maciça da população no carnaval: «(...) nesse sistema de diversão, o povo participa, o povo é que faz a folia, ao passo que, no sistema tradicional, escolas [de samba] e blocos, o povo fica apreciando, de espectador» (Macêdo et al. 1972: 3). Nesse novo cenário, justaposições entre elementos arcaicos e modernos, assim como trânsitos entre popular e erudito, entre cultura e mercadoria se multiplicaram, numa espécie de consumação do Tropicalismo (talvez não seja mera coincidência a presença de Caetano e Gilberto Gil nos trios e blocos carnavalescos).

Vale ressaltar que a utilização da lógica do remix por camadas populares urbanas não é um fenômeno exclusivamente baiano. Nesse âmbito, pode-se verificar que o chamado movimento hip hop de Nova York, por exemplo, que assim como os trios e blocos explodiria entre as décadas de 1960 e 1970, também parece possuir em sua essência a hibridação e desvios de uso processados por populações excluídas social e espacialmente[4], fato que favorece a leitura de que a remixagem não se trata de um fenômeno local, mas da emergência de uma nova experiência cultural, relacionando-se, nessa visão, à leitura de Fredric Jameson (1991) sobre o surgimento de um novo tipo de vida social relacionada ao advento do chamado capitalismo tardio ou multinacional, que permitiu o desenvolvimento de novos aspectos formais da cultura a partir dos anos 1960.

Como uma "colagem das minorias", o remix aproxima-se das discussões de Tafuri acerca das experimentações produzidas pelas vanguardas heroicas que justapunham formas fragmentadas para a elaboração de uma nova composição. No entanto, pode-se compreendê-lo como um processo novo por ter sido desencadeado, ao contrário das proposições da arte erudita no início do século XX, não como uma forma de experimentação estética, mas pela necessidade de sujeitos que, assim como o mito popular de Pedro Malasartes, souberam «transformar todas as desvantagens em vantagens, sinal de todo bom malandro e de toda e qualquer boa malandragem» (Da Matta, 1997: 274).

Tal malandragem, expressa por meio da bricolagem que criou novidades alterando os padrões da folia carnavalesca, teria sido uma resposta aos processos de planejamento e modernização próprios da "lógica do engenheiro" pelos quais passava Salvador na época, utilizando os termos de Lévi-Strauss. Todavia, o que se assistirá a partir da década de 1980 será uma nova fixação das formas do carnaval, processada não mais pela tradição, mas pela indústria cultural. Assim, em meio ao seu atual empresariamento e conformação como atração turística, resta saber se algo da força criativa do *bricoleur*, que décadas atrás revolucionou a maior festa popular do Brasil, conseguiu de algum modo sobreviver.

---

4 Assim como Salvador, Nova York passou por diversas operações urbanas que, se por um lado traziam consigo a ideia de modernidade e desenvolvimento, por outro lado fundamentavam-se em uma política de isolamento e divisão de comunidades potencialmente rebeldes, evitando a formação de massas de instabilidade social. Uma das intervenções mais polêmicas foi a construção da *Cross Bronx Expressway* (CBE), entre os anos 1940 e os anos 1970. A CBE rasgou o tecido urbano do South Bronx, transformando-o em um verdadeiro agreste urbano, renegado ao abandono, foco constante de incêndios criminosos, imerso na extrema pobreza e violência. Seria nessa paisagem fragmentada, repleta de destroços das intervenções urbanas, que jovens e adolescentes agrupados por afinidades étnicas e sociais se organizariam em gangues juvenis, numa busca por formas alternativas de afirmação de identidade diante da segregação social e espacial, vindo a criar posteriormente o *graffiti writing* e a estabelecer as bases do movimento hip hop.

Bibliografia

CANCLINI, N. (2008), *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*, São Paulo: Edusp.

CARVALHO, I., PEREIRA, G. (2008), *Como Anda Salvador e sua Região Metropolitana,* Salvador: Edufba.

DA MATTA, R. (1997), *Carnavais, Malandros e Heróis: para a Sociologia do Dilema Brasileiro,* Rio de Janeiro: Editora Rocco.

GIL, G. (1982), *Gilberto Gil: Literatura Comentada,* São Paulo: Editora Abril.

GODI, A. (1991), "De índio a negro, ou o reverso". *Cadernos CRH Suplemento*, pp. 51-70.

JAMESON, F. (1991), "Periodizando os anos 60". In H. B. Hollanda (ed.), *Pós-modernismo e Política.* Rio de Janeiro: Rocco, pp. 81-126.

LEMOS, A. (2005), "Cibercultura e baianidade". Argonauta Cibernético, 1(1), Disponível em http://argonautacibernetico.blogspot.com.br/2010/02/cibercultura-e-baianidade.html, [consultado em 10-jun-2014].

LÉVI-STRAUSS, C. (2008), *O Pensamento do Selvagem,* Campinas, SP: Papirus Editora.

MACÊDO, O; VELOSO, C. (1972), "História do trio elétrico". *Revista Veja,* 182, pp. 3-5.

MIGUEZ, P. (1998), "A contemporaneidade cultural na cidade da Bahia". *Bahia Análise & Dados*, 8 (1), pp. 50-53.

MOURA, M. (2001), *Carnaval e Baianidade: Arestas e Curvas na Coreografia de Identidades do Carnaval de Salvador.* Tese de doutoramento, Salvador: Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia.

MOURA, M. (1990), "*Notas sobre o verbo invadir* no contexto social de Salvador". *Caderno do CEAS*, 125, pp. 25-41.

SANTOS, F. (2000), *Modernismo e Visibilidade: Relações entre as Artes Plásticas e a Arquitetura.* Tese de doutoramento, São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

SANTOS, M. (1995), "Salvador: centro e centralidade na *cidade* contemporânea". In M.A.F. Gomes (ed.), *Pelo Pelô: História, Cultura e Cidade,* Salvador: Edufba, pp. 11-30.

TAFURI, M. (1994), "Formalismo y vanguardia entre la NEP y el primer plan Quinquenal". In J-L. Cohen, C. Cooke, (eds.), *Constructivismo Ruso: sobre la Arquitetura en las Vanguardias Ruso Soviéticas hacia 1917,* Barcelona: Ediciones del Serbal, pp. 15-65.

VELOSO, C. (2010), "III Festival de música popular brasileira da TV Record". In R. Teixeira, R. Calil (dir.), *Uma Noite em 67*. São Paulo: VideoFilmes, Record Entretenimento, 93 min.

VELOSO, C. (1997), *Verdade Tropical,* **São Paulo: Companhia das Letras.**

Nos Acordes da Legião: Juventude, Política e Urbanidades (Anos 1980)

Raimundo Nonato Lima dos Santos[1]

Resumo: O artigo discute os encontros entre juventude, política e urbanidades, na década de 1980, a partir da análise da vida e obra de Renato Russo, líder da banda Legião Urbana. Situa social e historicamente o referido artista e sua produção musical no período que compreende o fim da Ditadura civil-militar e o início do processo de redemocratização do Brasil. Fundamenta-se em fontes bibliográficas, além de privilegiar o uso de letras de música da referida banda. Segue o aporte teórico-metodológico de Antonio Carlos Brandão (2004), Marcos Napolitano (2008) e Sandra Jatahy Pesavento (2007), entre outros. O texto apresenta um panorama da década de 1980 e especialmente da juventude urbana com suas dores, alegrias e sonhos.

Palavras-chave: Renato Russo. Juventude. Política. Urbanidades. Década de 1980.

1. Renato Russo e a Legião Urbana

Renato Russo morreu no dia 11 de outubro de 1996, à 1h: 15min., sozinho, no seu apartamento na rua Nascimento Silva, no bairro Ipanema, zona sul do Rio de Janeiro, por problemas decorrentes do vírus HIV. Tinha AIDS desde 1990 e, ao contrário de Cazuza, nunca admitiu publicamente ser portador dessa doença. No entanto, no seu último disco – A Tempestade – traduziu poeticamente a sua dor, especialmente na letra da música "A via láctea" (CONVERSAÇÕES, 1996; DAPIEVE, 2006).

Todos os grandes jornais do Brasil se mobilizaram para produzir matérias sobre a vida e morte desse cantor de rock. O telejornal de maior audiência do Brasil – Jornal Nacional, da TV Globo – reservou metade de sua programação à trajetória artística desse roqueiro. Houve até uma polêmica na redação desse telejornal, se valia ou não a pena reservar tanto tempo da programação a um cantor. A decisão foi tomada pela alta hierarquia da TV Globo. Com a aprovação do diretor de Jornalismo da emissora, Evandro Carlos de Andrade, o editor-chefe Mario Marona decidiu que se produzisse uma grande matéria sobre Renato Russo e a Legião Urbana e, ele próprio, pesquisou imagens de arquivo para ilustrar essa trajetória artística (DAPIEVE, 2006).

A polêmica na redação do Jornal Nacional teria sido iniciada por Lilian Witte Fibe, que fazia par com William Bonner na apresentação desse telejornal. Ao que parece essa jornalista não gostava do estilo musical desse recém-defunto e, por isso, desconhecia a importância deste, para o cenário musical brasileiro. Além da decisão já tomada pelo alto escalão da TV Globo o que pesou na reserva de metade de tempo desse jornal televisivo foi a expressiva discografia da Legião Urbana e os altos números que a acompanhavam[2].

A banda de rock Legião Urbana que tocava para meia dúzia de pessoas, no início de sua formação em Brasília em 1982, passou para a marca de um público de 60 mil pessoas, num único show. Como o ocorrido na Casa

---

1 Mestre em História do Brasil – UFPI. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: cidade, identidade, memória, educação e história republicana brasileira. Atualmente desenvolve pesquisas no campo temático "História das Cidades" para o Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na qual estuda as sociabilidades urbanas em espaços culturais da cidade de Teresina-PI, no período de 1984 a 1994. Atua também no campo artístico, desenvolvendo pesquisas teórico-estéticas nas áreas de História e Teatro, com a coordenação e direção do Grupo teatral TEMPUS. raimundolima2011@ufpi.edu.br

2 A expressiva discografia da Legião Urbana inclui: *Legião Urbana* (1984), 550 mil cópias; *Dois* (1986), 1,1 milhão de cópias; *Que país é este* (1987), 770 mil cópias; *As quatro estações* (1989), 1,1 milhão de cópias; *V* (1991), 465 mil cópias; *Música para acampamento* (1992), 270 mil cópias; *O descobrimento do Brasil* (1993), 430 mil cópias; *Por enquanto* (uma retrospectiva, em seis CDs), 20 mil cópias; *A tempestade ou O livro dos dias* (1996), 400 mil cópias. Renato gravou ainda dois trabalhos solo: *The Stonewall celebration concert* (1993), cantado em inglês, que vendeu 200 mil cópias; e *Equilíbrio distante* (1995), interpretado em italiano, 550 mil cópias. (grifos do autor) (CONVERSAÇÕES, 1996: 11).

de Shows Jockey Club Brasileiro, na Gávea, no Rio de Janeiro, no mesmo dia da morte de Cazuza, por complicações decorrentes da AIDS, no dia sete de julho de 1990 (DAPIEVE, 2006).

Em meio a todos esses números não havia como negar a importância de Renato Russo e da Legião Urbana para o cenário musical brasileiro. Ele foi considerado um guru (mesmo contra sua vontade), o maior interprete da juventude brasileira das décadas de 1980 e 1990. Era um mito vivo. E, após sua morte, sua legião de fãs continuou lhe rendendo "honras e glórias". Essa "fé" em Renato Russo e na Legião Urbana se perpetuou e continua viva com as novas gerações. Fato corroborado pelos inúmeros eventos/shows que acontecem todo ano, em todo o Brasil, comemorando o seu aniversário em 27 de março e, lembrando-se de sua morte em 11 de outubro. Sem falar da expressiva discografia póstuma[3] que é consumida religiosamente pelos antigos (que foram contemporâneos a Renato Russo) e novos fãs (que só conheceram Renato e a Legião Urbana por meio de uma memória herdada [POLLACK, 1992] de seus pais, amigos mais velhos, além de discos e vídeos[4]).

Renato Manfredini Júnior nasceu no dia 27 de março de 1960, às 4 horas da manhã, na clínica Santa Lúcia, bairro Humaitá, no Rio de Janeiro. Era filho do paranaense e economista do Banco do Brasil, Renato Manfredini e da pernambucana Maria do Carmo Manfredini, uma professora de inglês. Em 1962 nasceu sua irmã Carmem Teresa. A família Manfredini – oriunda de Sesto Cremonese, perto de Milão, norte da Itália – morava numa casa avarandada na rua Maraú, bairro Bananal, Ilha do Governador (DAPIEVE, 2006).

Os Manfredini eram uma típica família de classe média urbana – num país ainda predominantemente rural e com altos índices de pobreza – que tentava sobreviver em meio ao excêntrico e meteórico governo de Jânio Quadros (ele governou o Brasil por apenas seis meses, de janeiro a agosto de 1961) e ao conturbado mandato de João Goulart. A infância de Renato Manfredini Júnior se deu na tempestuosa década de 1960, com a crise da Democracia, o golpe militar em 1964 e a implantação de uma ditadura civil-militar que perdurou até o ano de 1985.

No período mais tenso da ditadura civil-militar – com a implantação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968 que dava plenos poderes ao presidente, como fechar o Congresso Nacional, ampliar a censura e perseguir, sem restrições, todos os opositores do governo; com a intensificação da oposição ao regime militar, a partir de 1969, por meio da formação de grupos armados como Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares), Aliança Libertadora Nacional (ALN) e o Comando de Libertação Nacional (COLINA) (SKIDMORE, 1998) – o pai de Renato Júnior saiu do Brasil para fazer um curso nos Estados Unidos. Assim, a família Manfredini passou uma temporada, de 1967 a 1969, em Nova York. Período importante para dona Maria do Carmo, professora de inglês, e para seus dois filhos, Renato e Carmem Teresa, que estavam em idade de alfabetização. De volta ao Rio de Janeiro Renato Júnior prossegue seus estudos na filial da Cultura Inglesa. Quando os Manfredini se mudaram para Brasília em 1973, Renato passou de aluno a professor da Cultura Inglesa. A desenvoltura na língua dos Beatles e de Elvis Presley levou o professor Renato de apenas 17 anos

---

3 Foram lançados oito discos póstumos: ***Uma outra estação***, gravado de janeiro a junho de 1996 concomitante às gravações do CD A Tempestade (julho de 1997); ***O último solo***, terceiro disco solo, póstumo (novembro de 1997); ***Mais do mesmo***, antologia com 16 músicas (março de 1998); ***Acústico MTV*** (gravado em janeiro de 1992, mas só lançado em outubro de 1999); ***Renato Russo*** (antologia da série Bis – junho de 2000); ***Como é que se diz eu te amo*** (álbum duplo ao vivo – março de 2001); ***Presente*** («com Renato Russo e convidados, em gravações de variadas épocas» e também com superposições posteriores. Inclui o áudio de três entrevistas – março de 2003); ***As quatro estações ao vivo*** («gravado no Palestra Itália, estádio do Palmeiras, em São Paulo, nos dias 10 e 11 de agosto de 1990, exceto a faixa 'Se fiquei esperando o meu amor passar', gravada no Mineirinho, em Belo Horizonte, no mesmo mês. Lançado em duas versões, uma simples, outra dupla, em março de 2004») (DAPIEVE, 2006: 176-179).

4 Além de matérias jornalísticas que constantemente são exibidas na TV temos conhecimento de cinco grandes produções audiovisuais que contam a trajetória de Renato Russo e da Legião Urbana: o programa especial ***Por toda minha vida/ Renato Russo*** da TV Globo (2007); o programa especial da TV Globo ***Legião Urbana e Paralamas do Sucesso juntos*** (exibido em 1988 e lançado em DVD e CD em 2009); o ***Concerto Sinfônico Legião Urbana ao vivo,*** gravado no Rock in Rio, produzido por MZA Music, Artplan e TV Globo (2011); o filme ***Faroeste caboclo*** de René Sampaio, inspirado na música homônima de Renato Russo, produzido pela Europa filmes (2013) e o filme ***Somos tão jovens*** de Antonio Carlos da Fontoura, produzido pela 20th Century Fox (2013).

a ser escolhido para discursar para o príncipe Charles, da Inglaterra, em sua visita oficial ao Brasil, em 1978 (DAPIEVE, 2006).

Renato morou em Brasília de 1973 a 1984 na Super Quadra Sul 303. Na capital federal se formou em Jornalismo (passou no Vestibular de Comunicação do Ceub [Centro de Ensino Universitário de Brasília] em 1977), foi repórter, locutor de rádio (1983) e lecionou inglês na Cultura Inglesa. Numa entrevista à jornalista Sônia Maia, da revista Bizz, especializada em Rock, em abril de 1989 Renato Russo comentou a sua efêmera e traumática experiência como locutor de rádio em 1983. Perguntado se tinha oportunidade de colocar no ar suas músicas preferidas, ele foi enfático ao responder que

> Nunca!!! Eles me despediram. Era *hipertriper* careta, um emprego mesmo. [...] O primeiro bloco que eu fiz era sobre os filmes dos Beatles. Então começava com "Hard Day's Night", depois "Help"... mas eles não deixaram. E aí eu fui despedido. Acho até que nem foi por causa disso. É que eu era meio rebelde, ficava dando muitas sugestões, mudava as listas – eu ia até a discoteca e trocava tudo! (CONVERSAÇÕES, 1996: 106-107).

Apesar dessa rebeldia juvenil, no que auge dos seus 23 anos, forjados nos chumbos da Ditadura, Renato apresentava-se, segundo fontes biográficas (CONVERSAÇÕES, 1996; DAPIEVE, 2006; RUSSO, 2000) como um bom menino. Na escola, tanto no Rio de Janeiro quanto em Brasília, era bem quisto por "todos". Chegou a homenagear suas professoras de alfabetização do Colégio Olavo Bilac, onde estudou na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, na letra da música *O descobrimento do Brasil* (1993), do disco homônimo: «[...] A professora Adélia,/ a tia Edilamar/ e a tia Esperança» (LEGIÃO URBANA, 1993. Faixa 6). Segundo o jornalista Arthur Dapieve (2006) o Colégio Marista, em Brasília, confiava tanto em Renato que lhe enviava as provas para responder em casa no período de 1975 a 1977, quando ele estava de tratamento contra a doença epifisiólise que lhe furtou o andar por um ano e meio.

Nesse período traumático da vida de Renato ele passou a ler de tudo e a ouvir muito rock. Era apreciador dos escritores românticos e dos poetas ingleses, tendo preferência por Fernando Pessoa e Carlos Drummond de Andrade. Dessas intensas leituras surgiu o "Russo" de seu nome artístico em homenagem aos seus pensadores favoritos, o matemático e filósofo inglês Bertrand *Russel*, o também filósofo Jean-Jacques *Rousseau* e o pintor primitivista Henri *Roussau*, ambos franceses. Na música, a sua formação clássica que herdou do pai, ouvindo Schubert, Rachmaninoff, Purcel, Eric Satie e o seu favorito Wagner se desenvolveu em paralelo à audição de Beatles, Elvis Presley, Bob Dylan, muito rock progressivo e depois o rock punk.

Nos anos 1970 o Brasil e o mundo foram abalados pela crise do petróleo. A Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), no final de 1973, quadruplicou o preço do barril. Essa crise do capitalismo promoveu a alta da inflação, a queda na produção, aumento do déficit da balança comercial e um alto índice de desemprego, levando o mundo a uma grave recessão. Houve uma ampliação da desigualdade social (no Brasil e no mundo) e da distância entre os então chamados países de Primeiro (como Estados Unidos e Inglaterra) e Terceiro Mundo (como Brasil e Argentina). Foi nesse contexto de crise econômica mundial que surgiu dois estilos musicais, entre outros, o *rock progressivo* e o *punk rock*.

O estilo *progressivo* tornou-se uma das bases do experimentalismo do rock, fazendo fusões da música erudita com o jazz e promovendo o desenvolvimento da eletrônica musical com o uso de sintetizadores. Entre os grupos que se destacaram, na configuração inicial desse movimento, estão o Genesis e o Pink Floyd.

O estilo *punk* foi o mais radical e corente com aquele período. Isto é, expressava o descontentamento de jovens pobres, ou até mesmo de classe média, com a realidade triste em que viviam. O movimento punk, idealizado por Malcom McLaren, pregava o primitivismo do rock e das atitudes. Ou seja, bastariam três acordes, com uso de guitarra, baixo, bateria, vocal e amplificadores baratos para se fazer uma revolução musical que implicaria em mudança comportamental. A bricolagem (faça você mesmo) identificava os jovens desse movimento que, de forma agressiva, por suas roupas rasgadas e atitudes firmes, inspiradas nas principais bandas como Sex Pistols, The Clash, The Damned, Buzzcoks e Ramones, procuravam subverter a ordem com um movimento contracultural que utilizava o som e suas ideias como armas contra o sistema capitalista (BRANDÃO, 2004).

No período de hibernação forçada de Renato, por causa da epifisiólise, ele criou uma banda fictícia de rock,

a **42nd Street Band**, na qual o vocalista (ele próprio) se chamava **Eric Russel**. Nome inspirado nos seus pensadores favoritos, comentados anteriormente.

Segundo o jornalista Arthur Dapieve (2006), a 42nd Street Band foi um ensaio para a formação da primeira banda, real, de Renato – o **Aborto Elétrico**. Essa banda foi gestada dentro do contexto de vivência de Renato com a "turma da Colina". A Colina foi o nome dado a quatro prédios construídos para abrigar professores e funcionários da UNB, na Asa Norte de Brasília. Neste espaço frequentavam os filhos de diplomatas brasileiros e estrangeiros, de professores universitários e de demais funcionários públicos. Alguns destes, que formavam a turma da Colina, são conhecidos atualmente no cenário musical brasileiro, como os filhos de diplomatas brasileiros Fernando Ouro Preto (o Dinho, vocalista do Capital Inicial), Eduardo Villa-Lobos (o Dado, que junto com Marcelo Bonfá e Renato Russo formaram o núcleo sólido da Legião Urbana), e os filhos de militares Herbert Viana e Renato Rocha. Herbert é o vocalista dos Paralamas do Sucesso e na época foram os padrinhos que lançaram a Legião Urbana. Renato Rocha (Negrete ou Billy) participou das primeiras formações da Legião Urbana, permanecendo até o lançamento do terceiro disco em 1987. Saiu por desentendimentos com o grupo (DAPIEVE, 2006).

Com a turma da Colina Renato Russo ouvia muito rock progressivo e depois punk rock, cujos discos importados ele conseguia com professores de inglês e com amigos que viajavam para a Europa e traziam as novidades encomendadas por Renato e sua turma. Esse grupo de amigos, adolescentes de classe média, procurava seguir um comportamento que eles consideravam punk: invadiam festas e tocavam suas músicas, sem pedir licença; usavam roupas rasgadas; pintavam o cabelo; usavam acessórios excêntricos (correntes e alfinetes por todo o corpo, etc.); faziam pichações e dançavam rock desordenadamente. Num contexto de Ditadura Civil-Militar essas ações resultavam quase sempre em prisões. Esses adolescentes não chegaram a sofrer torturas e/ou assassinatos porque eram filhos de militares e/ou de diplomatas. Porém, mesmo assim, sofriam humilhações e perseguições. O clima era tenso e pavoroso. O medo era não só da polícia, mas também da sociedade conservadora e reacionária que não permitia "esquisitices" e comportamentos fora da ordem. O próprio Renato Russo, numa entrevista à revista Bizz em maio de 1989, comentou a dificuldade de se viver nesses "tempos de repressão".

> Era tão louco, nem eles sabiam o que era. Implicavam com todo mundo. Era a época da redemocratização. A Colina, que era nossa base bem no comecinho, era também a residência dos professores da UNB – gente de esquerda que não podia falar... E volta e meia vinham as joaninhas – não, nem joaninhas, era veraneio mesmo. Essa história de "Veraneio Vascaína" é por causa disso. Eles entravam na universidade, aquelas coisas de bater em estudante etc. O nome Aborto Elétrico é justamente porque eles inventaram, em 68, os cassetetes elétricos que davam choque. Numa dessas batidas, uma menina que estava grávida, nada a ver com a história, levou uma tal daquelas cacetadas e perdeu a criança! Coisa de mau gosto! Então, Aborto Elétrico era o que representava a música da gente. Agora, a repressão existia em vários níveis, em todos os lugares. Tinha de se ter muito cuidado com o que se falava – não podia falar mal do governo, nada. Nem bzzzzzzzz. E era só verem um grupo de jovens juntos que vinham estragar, tipo desmanchar prazer. (CONVERSAÇÕES, 1996:119).

Como podemos perceber nesse depoimento de Renato Russo, a banda punk rock Aborto Elétrico surgiu em 1978 como uma resposta contra a repressão civil-militar que a turma da Colina vivenciava em Brasília. A formação da banda se deu a partir do gosto musical comum de três amigos pelo Sex Pistols. Renato amava o baixista dessa banda, Sid Vicious. Foi dessa forma que encontrou o seu guitarrista André Pretorius, filho do embaixador da África do Sul no Brasil. Isto é, Renato quando o viu próximo do bar Taberna em que estava com amigos em Brasília, acho-o parecido com o Sid Vicious. Logo fizeram amizade e decidiram formar uma banda inspirada no Sex Pistols. Em 1978 começaram os ensaios da banda punk rock Aborto Elétrico (em vários locais, um deles foi um puxado da embaixada da África do Sul) com Renato Russo no baixo, André Pretorius na guitarra e Felipe Lemos (o Fê, filho de professor universitário) na bateria.

A primeira apresentação do Aborto Elétrico ocorreu em janeiro de 1980, num pequeno bar chamado "Só Cana" no Centro Comercial Gilberto Salomão em Brasília. O trio de roqueiros punks não se incomodou com a estrutura do bar, pois o que mais importava naquele momento era ter um espaço para se apresentar e alguém que pudesse ouvir suas histórias, seus sonhos juvenis. Lá, encontraram esse "porto seguro". Ficaram tão entusiasmados com a primeira apresentação que se anestesiaram da dor física naquele dia em meio a muitas adversidades – o baterista Felipe Lemos estava com caxumba e febre de 40 gruas e o guitarrista André Pretorius acabou cortando os dedos nas cordas do seu instrumento ao tocar, pois havia perdido a paleta.

O "sangue, suor e dor" da primeira apresentação pareceu ter valido a pena. A pequena plateia, depois de ter ouvido o pequeno repertório de cinco músicas, pediu bis. No dia seguinte o boca a boca divulgou o sucesso daquele show, especialmente em escolas privadas de classe média, como os colégios Objetivo, Elefante Branco e Marista (CONVERSAÇÕES, 1996).

Apesar do sucesso inicial, a efêmera trajetória do Aborto Elétrico foi cheia de altos e baixos. A banda teve vários fins e recomeços. O fim definitivo ocorreu em março de 1982 quando Renato Russo brigou com Felipe Lemos por causa da música Química.

Sozinho, Renato Russo virou o **Trovador Solitário**. Abria as apresentações das bandas nos shows e recebia muitos elogios e críticas. Porém, o "Trovador Solitário" não ficou sozinho por muito tempo. Numa festa conheceu Marcelo Augusto Bonfá. E, juntos – no segundo semestre de 1982 – formaram uma nova banda – a Legião Urbana. Renato no baixo, Bonfá na bateria e o guitarrista geralmente era convidado.

A primeira apresentação da Legião Urbana ocorreu em 5 de setembro de 1982 na cidade mineira de Patos de Minas. Era um festival de rock realizado no Parque de Exposições da cidade. Outra banda brasiliense que se apresentou nesse festival "Rock no Parque" foi a Plebe Rude. A Legião tinha apenas alguns meses de existência e para aquele primeiro show contava com Renato no baixo, Marcelo Bonfá na bateria, Eduardo Paraná na guitarra (ele foi convidado para ficar fixo na banda, mas logo saiu por diferenças técnicas: ele era instrumentista profissional ao contrário de Renato e Marcelo) e Paulo Paulista Guimarães no teclado. O batismo da Legião nesse primeiro show foi tenso. Apesar de estarem participando de um festival de rock, o público daquela cidade interiorana não estava acostumado com aquele tipo de música e muito menos com o comportamento punk daqueles jovens roqueiros.

Logo quando chegaram à cidade, os roqueiros brasilienses sofreram uma forte vigilância tanto da polícia quanto da sociedade conservadora. E, mesmo com a abertura política – a Anistia e o freio na Censura –, ficou muito constrangedor o fato de um evento patrocinado pela Prefeitura Municipal de Patos de Minas estar recebendo artistas cujas letras de suas músicas faziam críticas ásperas ao sistema de governo vigente, bem como aos valores sociais até então predominantes.

Apesar dessa tensão inicial, a Legião Urbana não se furtou ao sucesso e continuou sua trajetória. O "improviso" do primeiro show cedeu espaço para uma melhor qualidade técnica e organizacional. Assim, a turma da Colina organizou em abril de 1983 um Festival de Rock em Brasília no Auditório da Associação Brasiliense de Odontologia (ABO). Nesse festival se destacaram quatro bandas – ***Legião Urbana***, (que já contava com a participação fixa de Dado Villa Lobos), ***Plebe Rude***, ***XXX*** e ***Capital Inicial*** (ainda sem Dinho Ouro Preto nos vocais).

Depois do sucesso na ABO a Legião Urbana fez várias apresentações em Brasília e em outras cidades. No meio dessa escalada ascensional, Renato Russo cortou os pulsos, depois de uma longa bebedeira. E, para piorar, perdeu parte dos movimentos das mãos, por um período, impedindo-o de tocar baixo. Para solucionar esse problema Marcelo Bonfá convidou o baixista Renato Rocha (Billy ou Negrete) que passou a fazer parte da banda. A Legião virara um quarteto. No meio de três homens brancos, de classe média alta, estava um negro, "careca", filho de militar, de classe média baixa e vindo de uma região suburbana (São Cristovão) do Rio de Janeiro (CONVERSAÇÕES, 1996; DAPIEVE, 2006).

A banda havia completado sua formação – pelo menos até 1987, quando Renato Rocha saiu da Legião e se consolidou o trio que permaneceu junto até o fim com a trágica morte de seu vocalista.

Das muitas viagens da Legião, a que foi mais significativa foi sua chegada em São Paulo, no período de 1983 a 1984. Foi nesta grande cidade brasileira que os legionários perceberam que eram rebeldes sem causa em Brasília. Isto é, os jovens de São Paulo já tinham adquirido independência (tão sonhada pelos brasilienses), pois

trabalhavam desde cedo, moravam sozinhos, casavam, faziam sexo livremente. Diferente do que ocorria em Brasília. Os "punks de verdade" de São Paulo assustavam a Legião. Também ocorreu em São Paulo a consciência do porquê do nome Legião Urbana. Ou seja, o contato com a metrópole os fez perceberem empiricamente a grandiosidade dos problemas urbanos e sociais – na década de 1980, o Brasil tornou-se predominantemente urbano e intensificou-se o processo de verticalização das capitais; houve um inchaço populacional que não foi acompanhado satisfatoriamente por um planejamento administrativo municipal, estadual ou federal, resultando na deterioração das condições de vida devido aos graves problemas de infraestrutura urbana (SANTOS, 2007; CARVALHO, 2009) – que se faziam presentes em todo o Brasil. Perceberam também que todos eram oriundos de grandes cidades brasileiras. Portanto, toda sua bagagem cultural era urbana. O próprio Renato Russo explicou em entrevista que a denominação da banda, inicialmente, tinha mais um cunho emocional e místico. Isso ocorreu

> Porque eu nunca percebi nossas letras como uma coisa urbana. Era, mas eu via mais como uma coisa emotiva. [O nome da banda fora dado] Por causa da turma e porque éramos da cidade. Eu sempre inventava nomes para a turma. [...] E eu nunca tinha percebido o lance da cidade mesmo, desemprego... Isso me espantava muito. Agente morava bem [em Brasília] e em São Paulo fomos para lá no bas-fond mesmo, na sujeira. (CONVERSAÇÕES, 1996:125).

Nas viagens ao Rio de Janeiro, a Legião Urbana alcançou sua sagração. Depois de muitas apresentações e da circulação de fitas demo por rádios FM cariocas a banda assinou contrato musical com a gravadora EMI-Odeon, apadrinhada pelo produtor musical e jornalista José Emídio Rondeau. Em 1984 – no auge da campanha *Diretas já* que reivindicava o retorno do voto universal para presidente da República – a Legião Urbana gravava o seu primeiro LP homônimo.

O disco fora lançado no começo de 1985, mas sua repercussão só ocorrera no segundo semestre desse ano. Era um disco bastante político, coerente com o momento histórico em que vivia o país. Isto é, estava acabando a Ditadura Militar, depois de 20 anos, e começando um governo civil do presidente José Sarney[5]. Era quase impossível a juventude – especialmente a engajada politicamente – não gostar daquelas letras críticas de *Será, A dança, Geração Coca-Cola, O Reggae*, entre outras.

O sucesso da Legião Urbana (550 mil cópias vendidas do primeiro disco) superou as expectativas da gravadora EMI-Odeon. A banda mudara definitivamente de Brasília para o Rio de Janeiro em 1985. E, assim, a banda e seu vocalista foram arregimentando uma legião de fãs que assiduamente frequentava seus shows e consumia seus discos e suas ideias. Renato Russo tornou-se "quase sem querer" um guru da juventude "intelectualizada" das décadas de 1980 e 1990. E são justamente as suas ideias, contidas em suas letras, que discutiremos no próximo tópico.

2. A Legião jovem, política e urbana

A década de 1980 se configurou como um período conservador, apesar da abertura política promovida pelo presidente Ernesto Geisel (1974-1979). Esse reacionarismo político e social, herdeiro do regime militar brasileiro, não era compartilhado pela maioria dos jovens. Estes, por sua vez, também herdeiros dos "anos de chumbo" (resistência política do movimento estudantil e de grupos armados), ainda lutavam por direitos políticos e sociais e levantavam bandeiras universais de *preservação do meio ambiente* e o *desarmamento nuclear*. O Brasil e o mundo ainda vivia o clima tenso da Guerra Fria que ficou mais tempestuoso com o governo do presidente estadunidense Ronald Reagan (1981-1988). Este ex-ator de cinema implementou uma

---

5 Apesar da expressiva mobilização popular, a campanha "*Diretas já*" não obteve êxito. As eleições de janeiro de 1985 ainda foram indiretas. Porém, a luta não foi em vão. O candidato da oposição ao governo militar, Tancredo Neves, venceu as eleições. Mas não pode tomar posse devido a uma doença que lhe levou à morte. Assumiu então o seu vice José Sarney, governando de 1985 a 1989.

política que ampliava as ações conservadoras, anticomunistas, armamentistas e de intervenção na política interna dos países latino-americanos (BRANDÃO, 2004).

Foi nesse período de transição da Ditadura para a Democracia, nos anos 1980, que a banda Legião Urbana se configurou como uma das principais intérpretes da juventude brasileira destacando os aspectos políticos e urbanos que a envolviam[6]. E, para além dos rótulos – juventude engajada, alienada, desbundada, etc. – que identificavam os jovens dos anos 1960 e 1970, a Legião Urbana, por meio de suas músicas, representou uma juventude múltipla que rompia a mera classificação etária e se autoconcebia, consciente ou inconscientemente, como «[...] uma experiência cultural e social em contínua transformação» (SILVA, 2013: 15).

É importante destacar que quando utilizamos a música como fonte histórica, estamos cientes das especificidades metodológicas de seu uso, como por exemplo, a necessidade da análise que contemple letra e música de forma agregada, especialmente nos estudos de música popular. Há também a possibilidade de análise histórico-musical por meio do conceito de *representação* onde o artista representa em si o mundo e também passa a representá-lo por meio de suas músicas, num movimento continuum de evocação de ausências e presenças (BATISTA, 2013).

Com base nesta concepção de representação entendemos que Renato Russo e a Legião Urbana representavam musicalmente os *modos de ser* da juventude brasileira. Juventude essa que não pode se prender a fatores biológicos ou a uma visão tradicional do *ser jovem* que esta sempre atualizado, que faz uso de gírias, que tem uma sede insaciável de adrenalina, que procura transgredir arbitrariamente os valores e regras jurídicas, que se deixa levar facilmente pelos ditames do sistema capitalista com sua sociedade de consumo (SILVA, 2013). A juventude é tudo isso e muito mais. Não há uma linha evolutiva onde todos seguem os mesmos passos. Por isso entendemos que o comportamento jovem dos anos 1980 (e também de outras épocas) criava novidades e também reproduzia o que já era feito num eterno movimento de rupturas e continuidades. É nesse sentido que Renato Russo explicava ao jovem brasileiro, por meio de uma poética que causava um *choque de realidade* que «[...] Você é tão moderno/ Se acha tão moderno/ Mas é igual a seus pais/ É só questão de idade/ Passando dessa fase/ Tanto fez e tanto faz». (A Dança. In: LEGIÃO URBANA, 1985. Faixa 2).

Os quatro discos dessa banda de rock (*Legião Urbana*, 1985; *Dois,* 1986; *Que país é este*, 1978/1987; *As quatro estações*, 1989) discutiam temas que eram comuns a todos os jovens daquela época e também questões universais e atemporais como o amor e o conflito de gerações. Os principais temas discutidos eram a alienação adolescente, o consumismo, amizade "colorida", briga entre amigos e entre namorados, dúvidas em relação à sexualidade, descoberta e (auto) repressão da sexualidade não-heterossexual, relacionamento homossexual, amor platônico, decepção amorosa/ fim de romances, crise existencial, pressão social sobre estudantes/ aprovação no vestibular, solidão/ depressão/ desconfiança no outro, vício em drogas/ abstinência forçada (por falta de dinheiro), monotonia e delitos juvenis, a normalidade das contradições da vida, sede de liberdade, suicídio, conflito de gerações, desagregação familiar, espiritualidade.

Essa radiografia da juventude despertou uma legião de fãs que se viu representada naquelas letras ora ásperas, ora sentimentais, ora espirituosas. Os jovens viviam tempos de alienação promovidos pela indústria cultural que a cada dia ofertava "novos produtos", especialmente com o avanço tecnológico-informacional gestado na década anterior. Essa alienação e o consumismo desenfreado foram poetizados por Renato Russo em músicas como *A dança* e *Geração Coca-Cola*. Nesta última, Renato afirmava que «Desde pequenos nós comemos lixo/ Comercial e industrial» (LEGIÃO URBANA, 1985. Faixa 6) e, n'*A dança* diz que

---

6 Na década de 1980 houve a ascensão do rock nacional influenciado pelos movimentos *punk* e *new wave* oriundos da Europa e dos Estados Unidos. Esse rock brasileiro era destinado especialmente ao público jovem e urbano daí porque cantava suas dores, amores, sonhos e ilusões. Esse estilo musical tornou-se, *quase sem quer*, mais um produto cultural da sociedade de consumo. O uso de sintetizadores e as formas ora agressiva, ora leve, ora irônica e bem humorada de tratar a realidade vigente em âmbito político, econômico e social, marcaram as bandas de rock que surgiram em todo o país – rompendo o eixo Rio-São Paulo – das quais podemos destacar as que tiveram sucesso nacional como Capital Inicial, Paralamas do Sucesso, Plebe Rude e Legião Urbana de Brasília; Engenheiros do Hawaii e Nenhum de Nós do Rio Grande do Sul; Camisa de Vênus da Bahia; Ira, RPM, Titãs e Ultraje a Rigor de São Paulo; Barão Vermelho, Biquíni Cavadão, Blitz, Herva Doce, Kid Abelha e os Abóboras Selvagens do Rio de Janeiro (BRANDÃO, 2004; ALZER, 2004).

> Não sei o que é direito/ Só vejo preconceito/ E a sua roupa nova/ É só uma roupa nova/ Você não tem ideias/ Pra acompanhar a moda/ Tratando as meninas/ Como se fossem lixo/ Ou então espécie rara [...] Que é só um objeto/ Pra usar e jogar fora/ Depois de ter prazer./ Você é tão moderno/ Se acha tão moderno/ Mas é igual a seus pais/ É só questão de idade/ Passando dessa fase/ Tanto fez e tanto faz. (LEGIÃO URBANA, 1985. Faixa 2).

Apesar de ter escrito essas letras de músicas quando ainda era um adolescente, demonstrava bastante maturidade, principalmente ao afirmar que essa alienação juvenil (preconceito, consumismo, falta de alteridade, artificialismo das relações humanas) «É só questão de idade/ Passando dessa fase/ Tanto fez e tanto faz». Ou seja, a juventude estaria mais frágil em relação aos processos dominantes do sistema capitalista, mas bastaria estudar um pouco mais e fazer o «dever de casa» – como é dito na música Geração Coca-cola «Vamos fazer nosso dever de casa/ E aí então vocês vão ver/ Suas crianças derrubando reis/ Fazer comédia no cinema com as suas leis» – ou perceber empiricamente com a "escola da vida", ao longo do tempo, para descobrir esse sistema de dominação capitalista e lutar contra ele.

Essa «questão de idade» também remete ao conflito de gerações, onde o jovem «Se acha tão moderno/ Mas é igual a seus pais». A maturidade de Renato ao discutir temas sociais e pessoais em suas letras se ampliou com a paternidade no final dos anos 1980 (Dado Villa-Lobos e Marcelo Bonfá também se tornaram pais nesse mesmo período). A música *Pais e filhos* (LEGIÃO URBANA, 1989. Faixa 2) tornou-se o hino de pais e filhos que viviam em constantes conflitos de gerações. A paternidade de Renato e de seus companheiros Dado e Bonfá lhe fez versar profundamente sobre a desagregação familiar (pais separados, filhos que moram em casa de parentes ou na rua, falta de diálogo) e a cobrança exagerada dos pais sobre os filhos (e vive-versa) que pode levar a consequências trágicas, como o suicídio da parte mais fraca – os filhos (mas que também pode ser os pais «Você culpa seus pais por tudo, isso é absurdo/ São crianças como você»). O jovem pai Renato Russo fez seu sermão providencial que acabou virando uma ladainha entre os seus legionários – «É preciso amar as pessoas/ Como se não houvesse amanhã/ Porque se você parar para pensar/ Na verdade não há».

Os conflitos envolvendo os jovens não ocorriam apenas entre gerações diferentes e no âmbito familiar. As contendas faziam (e ainda fazem) parte do universo juvenil. Em alguns casos começava com uma amizade "colorida". Isto é, amigos começavam a namorar e, por vários motivos, como falta de companheirismo e traição, perdiam o amor e a amizade, fato discutido em algumas músicas de Renato como *Ainda é cedo*: «Uma menina me ensinou/ Quase tudo que eu sei/ [...] Eu só queria estar ali/ Sempre ao lado dela/ [...] Mas egoísta que eu sou/ Me esqueci de ajudar/ A ela como ela me ajudou/ E não quis me separar/ [...] Sei que ela terminou/ O que eu não comecei/» (LEGIÃO URBANA, 1985. Faixa 4).

Nessas brigas entre amigos e/ou namorados falava-se tudo, até os segredos, como o medo de revelar uma possível homossexualidade: «E o que ela descobriu/ Eu aprendi também, eu sei/ Ela falou: 'Você tem medo'. Aí eu disse: 'Quem tem medo é você'./ Falamos o que não devia/ Nunca ser dito por ninguém».

Essas dúvidas em relação à sexualidade, a descoberta e (auto) repressão da sexualidade não heterossexual, bem como os relacionamentos homossexuais foram discutidos em músicas como *Soldados, Teorema* (LEGIÃO URBANA, 1985. Faixa 9 e 10)*, Daniel na cova dos leões, Quase sem querer* (LEGIÃO URBANA, 1986. Faixa 1 e 2) *, Maurício, Meninos e meninas* (LEGIÃO URBANA, 1989. Faixa 8 e 9). Nessas músicas Renato faz uma autobiografia (assim como em todas as outras músicas), que por meio de sua poesia, promovia a identificação dos jovens heteros e não heterossexuais. Isto porque a homossexualidade não era discutida abertamente, mas por meio de códigos. A sua formação católica e o moralismo social que execrava os "diferentes" contribuíram para que ele mesmo achasse que «[...] era doente, que era estranho, que ia morrer e seguir direto pro inferno. Isso por alto [...] Quando eu era adolescente não sabia direito como funcionava o mundo e sofria uma pressão muito grande para ser igual aos outros» (CONVERSAÇÕES, 1996: 186).

Sobre as dúvidas juvenis em relação à sua sexualidade, Renato afirmava que «Tenho medo de lhe dizer o que eu quero tanto/ Tenho medo e eu sei porquê:/ Estamos esperando» (Soldados In: LEGIÃO URBANA, 1985. Faixa 9) «Faço nosso o meu segredo mais sincero/ E desafio o instinto dissonante. A insegurança não me ataca quando erro/ [...] E o teu medo de ter medo/ Não faz da minha força confusão./ [...] Mas, tão certo quanto o

erro de ser barco/ A motor e insistir em usar os remos,/» (Daniel na cova dos leões In: LEGIÃO URBANA, 1986. Faixa 1).

Quando chegava a maturidade juvenil e se esvaiam as incertezas quanto à sexualidade não heterossexual, ainda restava o medo de encarar a sociedade conservadora dos anos 1980 e as desilusões amorosas. Renato Russo só passou a falar abertamente de sua sexualidade em 1989 por ocasião do lançamento do disco "As Quatro Estações" da Legião Urbana, confirmando inclusive que boa parte de suas músicas tratavam dessa questão que passou a ser explícita na canção *Meninos e Meninas* quando ele diz que «e eu gosto de meninos e meninas». Apesar de Renato defender a liberdade de expressão e a coerência entre discursos e ações, desde os tempos da banda Aborto Elétrico, sua hesitação de não querer revelar sua homossexualidade estava no fato também de que a sociedade vivia em pânico por causa da epidemia de AIDS no Brasil nos anos 1980. A mídia difundiu o medo na sociedade que passou a associar a AIDS às práticas homossexuais, principalmente porque os maiores índices de infectados estavam entre os membros desse "grupo de risco". O radialista paulistano Afanasio Jazadji (também foi deputado estadual entre 1987 e 2007) chegou a propor, em seu programa de rádio, num tom fascista o segregacionismo em guetos para evitar que a "peste gay" se espalhasse ainda mais pelo Brasil. A revista Veja publicou em abril de 1989 uma polêmica matéria que num moralismo violento previa a morte do cantor Cazuza (ele declarava abertamente sua preferência bissexual e estava muito debilitado fisicamente em decorrência do vírus HIV; morreu em sete de julho de 1990) e desqualificava sua obra (ALVES, 2012).

Diante dessa realidade cabia aos homossexuais se esconderem e/ou procurar guetos no Brasil ou até mesmo em outros países, como na cidade de São Francisco nos Estados Unidos. A cidade de São Francisco era o reduto dos homossexuais[7] e para lá se dirigiam todos (que tinham condições financeiras) aqueles que queriam amar livremente meninos e meninas, sem o preconceito da sociedade. Por isso os jovens homossexuais abastados do Brasil falavam em suas conversas privadas que «Às vezes faço planos/ Às vezes quero ir/ Pra algum país [EUA/São Francisco] distante/ Voltar a ser feliz» (Maurício In: LEGIÃO URBANA, 1989. Faixa 8) ou

> Quero me encontrar, mas não sei onde estou/ Vem comigo procurar algum lugar mais calmo/ Longe dessa confusão e dessa gente que não se respeita/ Tenho quase certeza que eu não sou daqui [não se refere apenas ao espaço/Brasil, mas também à sua condição de homossexual]/ Acho que gosto de São Paulo/ Gosto de São João/ Gosto de São Francisco [não refere-se apenas ao santo, mas também à cidade de São Francisco nos EUA] e São Sebastião/ E eu gosto de meninos e meninas (Meninos e meninas In: LEGIÃO URBANA, 1989. Faixa 9).

Essa interpretação da juventude brasileira também se dava no âmbito político. Isto é, a Legião Urbana também ficou marcada por suas músicas com muitas críticas político-sociais[8]. O rock dos anos 1980 tornou-se o principal meio de expressão dos jovens, especialmente com o freio na censura no começo desta década. Por meio deste veículo de comunicação a Legião Urbana falava de (quase) tudo: Campanha das Diretas já, Desconfiança

---

7 Durante a 2ª Guerra Mundial, todo militar americano [EUA] suspeito de homossexualidade era encaminhado a São Francisco, onde era avaliado por uma junta que decidia o seu futuro na instituição. Entre 1941 e 1945, quase 10 mil militares gays e lésbicas foram dispensados na cidade. Muitos ficaram por lá mesmo, formando a base da colônia gay. Houve mais uma grande migração, nos anos 70, quando a região da rua Castro ficou conhecida mundialmente como o cacófato "a Meca Gay". Hoje, a população homossexual da cidade é de 15%, maior do que qualquer metrópole americana (URBIM, 2009).

8 Entre os vários estudos sobre as ações juvenis há a abordagem que concebe a juventude engajada politicamente e o Movimento Estudantil das décadas de 1960 e 1970 como paradigmas para os jovens e movimentos sociais (estudantis ou não) posteriores. Isto é, os jovens dos anos 1980 em diante teriam obrigatoriamente que seguir os passos da juventude engajada dos anos 1960 e 1970, caso contrário, seriam desqualificados como jovens, assim como foram os "outros", apelidados pejorativamente de desbundados. Nesse sentido podemos dizer Renato Russo e a Legião Urbana foram engajados, no entanto, não ficaram presos a nenhum paradigma, daí porque suas críticas político-sociais foram se resignificando ao longo de sua trajetória nos anos 1980 e 1990. Para maiores informações sobre os estudos em torno da categoria juventude e suas diferentes abordagens confira SILVA, 2013.

na redemocratização (*Será, Por enquanto, Tempo Perdido, Andrea Doria, Há tempos*); Consumismo, alienação (*A dança, Geração Coca-cola*); Perseguição policial a militantes políticos (*Petróleo do futuro, 1965/ Duas tribos*); Colonização cultural dos EUA, corrupção, revolução burguesa juvenil (*Geração Coca-cola, O Reggae, Que país é esse?*); Desigualdade social, uso de drogas na adolescência (*O Reggae, Índios, Faroeste caboclo*); Guerras, política intervencionista do presidente estadunidense Ronald Reagan (*Soldados*); Exploração do trabalho nas fábricas, injusta justiça do trabalho, degradação ambiental (*Fábrica*); Discussões teóricas descontextualizadas (*Conexão amazônica*); Racismo, falta de políticas públicas para pobres, inflação (*Faroeste caboclo*); Juventude perdida, desnorteada, crise de paradigmas (*O Reggae, Tempo perdido, Andrea Doria, Índios, Depois do começo, Há tempos, Eu era um lobisomem juvenil*); Perseguições, prisões, torturas e assassinatos a militantes políticos (*1965/ Duas tribos*).

Essa postura engajada de Renato Russo e da Legião Urbana pode ser articulada com a concepção contemporânea de intelectual da antropóloga Santuza Cambraia Naves (apud BATISTA, 2013). Isto é, para esta antropóloga o *artista intelectual* seria aquele que faz uso da sua arte para representar criticamente sua realidade presente. Nessa concepção, o artista não precisa ser necessariamente um ativista político ligado a um sistema político-partidário. Ao produzir uma *arte do seu tempo* ele já estaria participando do cenário político e cultural de sua região, pois tal feito, por si só, exige uma constante interação entre diversos campos do saber como a ciência, a filosofia, a poesia, o teatro e a música.

A influência punk de Renato Russo e da Legião Urbana foi diminuindo ao longo da década de 1980. Porém, o engajamento político não deixou de existir. Mudou apenas a forma de se expressar – de uma linguagem mais direta e áspera como em *Geração Coca-cola* para um estilo mais metafórico como em *Há tempos* e *Quando o sol bater na janela do teu quarto* (LEGIÃO URBANA, 1989. Faixa 1 e 4).

Como dito anteriormente, Renato Russo auto-recepcionava suas músicas como algo emotivo. Só com a primeira viagem da Legião Urbana no começo dos anos 1980 a São Paulo foi que ele percebeu suas letras como essencialmente urbanas. Isto é, o *ethos urbano* (PESAVENTO, 2007) pulsava nas veias de Renato – e sua turma da Colina em Brasília – e refletia em suas letras. A partir desse meio urbano ele fez diversas composições discutindo juventude e política e chegou a focar especificamente na questão citadina ao discutir temas como desigualdade social, uso de drogas na adolescência, violência policial, chacina de adolescentes (*O Reggae, Faroeste cabloco, Mais do mesmo*); violência urbana e sua banalização, a justiça desigual do Estado (*Baader-Meinhof Blues*); espetacularização de acidentes de trânsito, burocracia excessiva no atendimento médico (especialmente público) (*Metrópole*); Tráfico de drogas, abstinência em drogas (forçada por falta de dinheiro), depressão (*Conexão amazônica, Faroeste cabloco*); Espaços de sociabilidade juvenil em Brasília, inflação, espetacularização da violência urbana, falta de políticas públicas para a população pobre citadina (*Faroeste caboclo*); segregação urbana: "morro" X "asfalto", articulação dos espaços urbanos: amizade entre um negro pobre da favela e um branco rico do "asfalto" (*Mais do mesmo*); problemas de infraestrutura urbana: abastecimento irregular de energia elétrica e água encanada (*Eu era um lobisomem juvenil*).

Na música *Tédio [Com um T bem grande pra você]* a capital federal aparece como o cenário da hipocrisia social de candangos e brasilienses onde a monotonia promovida pelos poucos atrativos à juventude pobre e também de classe média levá-los-ia a cometerem pequenos delitos, como pode ser observado nos versos:

> Moramos na cidade, também o presidente/ E todos vão fingindo viver decentemente/ [...] Não tenho gasolina, também não tenho carro/ Também não tenho nada de interessante pra fazer/ [...] Se eu não faço nada, não fico satisfeito/ Eu durmo o dia inteiro e aí não é direito/ Porque quando escurece, só estou a fim de aprontar/ Tédio como um T bem grande pra você. (Tédio [Com um T bem grande pra você] In: LEGIÃO URBANA, 1978/1987. Faixa 3).

Quando esta música foi gravada em 1987, Brasília tinha apenas 27 anos de idade. Ou seja, ainda era habitada predominantemente por funcionários públicos federais, que faziam o trajeto de casa para o trabalho, e vice versa, cotidianamente e possuía poucos espaços de sociabilidade juvenil, alguns concentrados na região da cidade conhecida como Asa Norte. Aos jovens que ainda não trabalhavam – especialmente os filhos desses funcionários públicos – restava ir para escola (como os colégios privados Objetivo, Elefante Branco e Marista),

para a casa de amigos e/ou "dormir o dia inteiro e aprontar à noite". Percebemos também nesta música, especialmente no refrão – «Tédio como um T bem grande pra você» – que é cantado com muita ênfase por Renato Russo, uma das características da juventude urbana que é a busca incessante por novidades, por espaços onde esses jovens pudessem expressar livremente suas ideias e curtir o lado bom da vida, sem preocupações econômicas ou políticas.

A necessidade de mais espaços de sociabilidade juvenil também fora sentida pelos jovens urbanos de Teresina, capital do Piauí. No entanto, esses teresinenses não viviam entediados "com um T bem grande", como ocorria em Brasília na visão poética de Renato Russo. Na capital piauiense os principais espaços de sociabilidade juvenil, nos anos 1980, especialmente para as práticas musicais eram o Ginásio de Esportes Dirceu Arcoverde (mais conhecido como Verdão), o Theatro 4 de Setembro, o auditório Herbert Parentes Fortes, o Centro de Artesanato e os bares Tarot e Nós & Elis (MEDEIROS, 2013).

Na canção *Música Urbana 2* (LEGIÃO URBANA, 1986. Faixa 9) Renato Russo sintetiza, ao nosso ver, o *ethos urbano* das cidades brasileiras que estavam passando por um processo de modernização que aparecia naquele contexto dos anos 1980 como um trator que avançava sem pedir licença, destruindo a materialidade dos *lugares de memória* (NORA, 1984) de tempos antigos e abrindo espaço para o tempo moderno.

> Em cima dos telhados as antenas de TV tocam música urbana,
> Nas ruas os mendigos com esparadrapos podres
> cantam música urbana,
> Motocicletas querendo atenção às três da manhã -
> É só música urbana.
> Os PMs armados e as tropas de choque vomitam música urbana
> E nas escolas as crianças aprendem a repetir a música urbana.
> Nos bares os viciados sempre tentam conseguir a música urbana.
> O vento forte, seco e sujo em cantos de concreto
> Parece música urbana.
> E a matilha de crianças sujas no meio da rua -
> Música urbana.
> E nos pontos de ônibus estão todos ali: música urbana.
> Os uniformes
> Os cartazes
> Os cinemas
> E os lares
> Nas favelas
> Coberturas
> Quase todos os lugares.
> E mais uma criança nasceu.
> Não há mais mentiras nem verdades aqui
> Só há música urbana.
> Yeah, Música urbana.
> Oh Ohoo, Música urbana. (Música Urbana 2 In: LEGIÃO URBANA, 1986. Faixa 9).

Na música acima, Renato Russo como um flâneur que faz suas caminhadas pelas *cidades invisíveis* descreveu a materialidade do *ethos urbano* que atravessava as cidades brasileiras ao dizer que «Em cima dos telhados as antenas de TV tocam música urbana». Isto é, a televisão era a melhor forma de se conectar com o mundo e acompanhar as novidades. No entanto, devido aos altíssimos índices de inflação e à falta de créditos, os eletrodomésticos se configuravam como artigo de luxo, onde apenas uma pequena parcela da sociedade poderia adquiri-los. Porém, mesmo com esta crise econômica a maior parte da sociedade brasileira (de baixa renda) também usufruiu dessas benesses da modernidade, subvertendo a ordem e desenvolvendo a prática do "televizinho". Ou seja, as pessoas que não tinham condições financeiras de adquirir um aparelho de TV assistiam a programação televisiva na casa de um vizinho que possuísse.

A televisão como um dos símbolos da vida moderna urbana trazia consigo o benefício do lazer privado no

aconchego do lar – que acabou esvaziando muitas salas de cinema em todo o Brasil, ainda na década de 1970. Mas essa vida moderna urbana também trouxe muitos problemas à sociedade e, tais questões, não ficaram imunes ao olhar panóptico de Renato Russo, daí porque ele apontou em seus versos e no tom grave de sua voz o aumento da mendicância e de crianças de rua; a violência urbana dos acidentes de trânsito, do uso e tráfico de drogas, dos assaltos e da repressão policial; a baixa qualidade da educação pública que não conseguia atender a demanda social; a poluição visual e do ar com muitos cartazes, outdoors e um aumento crescente da frota de automóveis; o problema da mobilidade urbana com poucos transportes coletivos; e a crescente desigualdade social com o inchaço das cidades onde cabia ao pobre habitar a horizontalidade das favelas (nos referimos ao sentido simbólico, pois muitas favelas ficavam localizadas em morros, como nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro) e ao rico a verticalidade das coberturas. Mas apesar desses muitos problemas urbanos, Renato Russo encerra a canção num tom otimista, onde o nascimento da criança – «E mais uma criança nasceu» – pode representar tanto a continuidade como a ruptura dessa realidade, uma vez que as cidades não são feitas apenas por gestores públicos e pelas elites econômicas, mas sim pelas relações sociais de todos os citadinos. Portanto, seria possível subverter a ordem desses controladores urbanos, pois «Não há mais mentiras nem verdades aqui/ Só há música urbana».

O *ethos urbano* nas letras de Renato Russo fazia uma gradação das cidades visíveis, sensíveis e imaginárias (PESAVENTO, 2007). O Brasil na década de 1980 havia se configurado como predominantemente urbano. Essa urbanidade não era representada apenas na concretude das ruas, praças e construções, mas também (e principalmente) nas relações sociais vividas nesses espaços. Essa vivência se exprimia por meio de cheiros, imagens, sabores, contatos físicos e sons. E foi justamente esse som da música urbana que a sensibilidade poética de Renato Russo representou.

Renato Russo e a Legião Urbana foram os *filhos da revolução* da juventude engajada, punk e citadina dos anos 1970 e 1980. O fim da ditadura civil-militar e o processo de redemocratização brasileira influenciaram esses jovens roqueiros de Brasília. Assim, por meio da música, do rock, eles construíram um perfil, múltiplo, da juventude brasileira destacando as suas ações políticas e seu *ethos urbano*.

Bibliografia

ALVES, Luciano Carneiro (2012), "Canções para a diversidade: Renato Russo celebra Stonewall (1994)". In CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar; MONTEIRO, Jaislan Honório (eds.). *História, arte e invenção: narrativas da história*, São Paulo, Intermeios; Brasília, Cnpq; Teresina, EDUFPI, pp. 147-158.

ALZER, Luiz André Brandão França; CLAUDINO, Mariana Costa (2004), *Almanaque anos 80*, Rio de Janeiro, Ediouro.

BATISTA, Juliana Wendpap (2013), "Pensando a música no tempo: reflexões sobre a pesquisa em história e música entre os séculos XX e XXI". In NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; MEDEIROS, Hermano Carvalho (eds.), *História & Música Popular*, Teresina, EDUFPI, pp. 13-41.

BRANDÃO, Antônio Carlos; DUARTE, Milton Fernandes (2004), *Movimentos culturais de juventude,* – 2 ed. reform. – São Paulo, Moderna, (Coleção Polêmica).

CARVALHO, José Murilo de (2009), *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, – 12 ed. – Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

CONVERSAÇÕES com Renato Russo (1996), Campo Grande, Letra Livre Editora.

DAPIEVE, Arthur (2006), *Renato Russo: o trovador solitário*, Rio de Janeiro, Ediouro.

MEDEIROS, Hermano Carvalho (2013), *Acordes na cidade: Música Popular em Teresina nos anos 1980*, Dissertação de Mestrado em História, Teresina, Universidade Federal do Piauí.

NAPOLITANO, Marcos (2008), *Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*, – 3 ed., 2ª reimpressão

– São Paulo, Contexto. (Repensando a História)

NORA, Pierre (1981), "Entre memória e história: a problemática dos lugares", Projeto história: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo, pp. 7-28. Disponível em: http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf. [consultado em: 19-07-2012]

PESAVENTO, Sandra Jatahy (2007), "Cidades visíveis, sensíveis Cidades, Cidades imaginárias". *Rev. Bras. Hist.,* **São Paulo, v. 27, n. 53 Disponível em** http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002&lng=en&nrm=iso, [consultado em 24-04-2010].

POLLAK, Michael (1992), *Memória e identidade social: estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, pp. 200-212.

RUSSO, Renato (2000), *Renato Russo de A a Z: as ideias do líder da Legião Urbana*, Campo Grande, Letra Livre Editora.

SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos (2007), *História, memória e identidade na cidade de Timon-MA na década de 1980*, Dissertação de Mestrado em História, Teresina, Universidade Federal do Piauí.

SILVA, Paulo Ricardo Muniz (2013), *Cajuína e coca-cola: identidades e estéticas juvenis em Teresina nas décadas de 1970 e 1980*, Dissertação de Mestrado em História, Teresina, Universidade Federal do Piauí.

SKIDMORE, Thomas (1998), *Uma história do Brasil*, – 4 ed. – São Paulo, Paz e Terra.

URBIM, Emiliano (2009), "Por que São Francisco é a capital gay?" *Revista Superinteressante*, Disponível em http://super.abril.com.br/cotidiano/sao-francisco-capital-gay-617862.shtml [consultado em 28-03-2014].

Discografia

LEGIÃO URBANA (1989), *As quatro estações,* Rio de Janeiro, EMI-Odeon.

LEGIÃO URBANA (1986), *Dois,* Rio de Janeiro, EMI-Odeon.

LEGIÃO URBANA (1985), *Legião Urbana,* Rio de Janeiro, EMI-Odeon.

LEGIÃO URBANA (1993), *O descobrimento do Brasil,* Rio de Janeiro, EMI-Odeon.

LEGIÃO URBANA (1987), *Que país é este – 1978/1987*, Rio de Janeiro, EMI-Odeon.

GT 30
Novos estudos em relações étnico-raciais: sociabilidades e políticas públicas nos países de língua portuguesa

Políticas raciais e políticas de informação: «cor» ou «raça» nos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Gabriele dos Anjos[1]

Resumo: O trabalho consiste em uma análise de como a questão sobre "cor ou raça" nos levantamentos censitários brasileiros realizados entre 1890 e 2010 está ligada aos referenciais ideológicos das políticas que tratam das questões raciais. As formas pelas quais essa informação é capturada e tratada variam ao longo do tempo. Essas formas de captura e tratamento dependem de estruturas de oportunidades políticas, nas quais diferentes agentes sociais posicionam-se quanto às relações raciais na sociedade brasileira; dependem também das concepções de "sociedade" e "nação" presentes nas instituições estatais. São consideradas as posições de agentes sociais quanto à existência da questão nos levantamentos censitários e de seus usos, e o recente processo político no qual o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incorpora as novas demandas de informação racial, o que tem efeitos na dinâmica da produção da informação sobre cor ou raça pelo estado brasileiro.

Palavras-chave: raça e sociedade – políticas raciais – Brasil

Introdução

Esse texto apresenta uma análise de como a questão sobre «cor ou raça» nos levantamentos censitários brasileiros realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) está ligada aos referenciais ideológicos que orientam a formulação de políticas públicas. A variação ao longo do tempo das formas pelas quais o IBGE captura e trata a informação sobre cor ou raça corresponde à absorção pelo IBGE das demandas de informação dos agentes sociais em diferentes estruturas de oportunidades políticas. Corresponde também a concepções de «sociedade» e «nação» brasileiras disseminadas pelo aparato estatal e partilhadas pelos responsáveis pelo Censo. Desde o início do século XXI, configura-se uma conjuntura em que as definições que orientam a coleta da informação sobre cor nos levantamentos estatísticos circunscrevem um grupo social – os «negros», mas também os «indígenas» ou outros – que é objeto de formulação e implementação de políticas públicas «raciais». O Estatuto da Igualdade Racial (Brasil, 2010: 3) define como «população negra» «[...] o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam auto-definição análoga». Dotando a coleta de informações sobre cor ou raça de um novo sentido enquanto política de informação, esse uso das definições do IBGE no planejamento e execução de *policies* surge sob condições específicas, e está relacionado a mudanças na captura da informação estatística implementadas por esse Instituto.

---

1 Historiadora, Mestre (1999) e Doutora (2005) em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Trabalha desde 2002 na Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. gabriele@fee.tche.br

A análise das mudanças de orientação quanto à captura e tratamento da informação mostra que o «indicador social» cor, não é um «dado da realidade» o qual basta ser registrado e «lido» em suas variações. Antes, o formato desse indicador é dependente das condições sociais e políticas de sua produção. Dessa forma, para se ter uma idéia das possibilidades de uso científico ou técnico da informação sobre cor como um «indicador social» válido, é necessário romper com uma posição de naturalização do social e negação da política, correspondentes a um uso acrítico do «indicador» e voltar-se para sua história, para as condições de sua permanência nos levantamentos estatísticos nacionais e das mudanças em sua concepção, captura e usos sociais[2].

Esse texto está estruturado da seguinte forma: em primeiro lugar, são brevemente apresentadas as discussões e tomadas de posição em torno da questão sobre cor ou raça nos levantamentos censitários. Em segundo lugar, é analisado como o "quesito cor" tem sido pesquisado ao longo do tempo pelo IBGE, sugerindo-se uma periodização correspondente a cada configuração de uso social e

político do indicador. Os dois itens seguintes apresentam a análise de como a informação sobre cor está relacionada às conjunturas políticas de cada período, e de como forças sociais concorreram para a continuidade ou mudanças na concepção e uso do indicador. No último item é apresentada a análise de como o IBGE absorve e incorpora as novas demandas de informação racial no início do século XXI. Por fim, são apresentadas algumas considerações finais sobre a dinâmica da produção da informação sobre cor ou raça pelo Instituto.

1 - As categorias raciais do Censo e seus «problemas»

As categorias de cor ou raça[3] do IBGE - «branca», «parda», «preta», «amarela» e «indígena» são questionadas por diferentes consumidores de estatísticas raciais. Esse questionamento diz respeito principalmente à tríade de categorias branca-parda-preta, e é sobre elas que a análise está centrada. Para os militantes do movimento negro, o que se questiona é a existência de uma categoria intermediária entre «branca» e «preta», que abre aos respondentes a possibilidade de declaração de uma cor mais clara ou «branqueamento» nas respostas (Marx, 1998: 163). Ela promoveria uma negação da «negritude» e dificultaria a criação de uma identidade comum entre os «não brancos» (Loveman; Muniz; Bailey, 2011: 4; Marx, 1998: 254; Munanga, 2008; Skidmore, 1992b p. 13).

Para os cientistas sociais, a tríade é questionada por a) impedir a observação e o estudo das desigualdades entre brancos e não brancos, observada por indicadores como renda, escolaridade, coeficiente de mortalidade infantil (Wood; Carvalho; Horta, 2010: 123); b) estar ligada a uma interpretação das relações raciais brasileiras segundo a qual o mulato ocuparia uma posição social intermediária que mitigaria as diferenças entre brancos e pretos (Bailey; Loveman; Muniz, 2013; Marx, 1998: 67; Skidmore, 2001: 65). Além disso, os próprios termos usados para classificação são criticados por alguns autores, por c) não condizerem com as categorias utilizadas pela população (Bailey; Telles, 2002: 3; Loveman; Muniz; Bailey, 2011: 3). Enquanto a categoria «parda» captura todos os que não se enquadram nas outras categorias, e ou abarca todas as categorias mistas e intermediárias, ela não seria usada pela maior parte da população, que parece preferir a categoria «morena», apenas parcialmente ligada à miscigenação (Telles, 2011: 13; Bailey; Telles, 2002: 6-7; Loveman; Muniz; Bailey, 2011: 4).

---

2 Essa análise é feita a partir de diferentes fontes empíricas: além dos resultados dos levantamentos censitários e de outras pesquisas do IBGE, são considerados manuais de instrução aos entrevistadores e os questionários de coleta de informação. É também analisada a bibliografia sobre a coleta de informação sobre cor/raça e seus resultados, o que inclui a própria produção do IBGE sobre o assunto.

3 Muito embora a noção de «cor» possa ser tomada como forma de classificação racial brasileira (Bernardino, 2004: 20), esse texto toma as noções de «cor» ou «raça» tais como definidas pelos agentes sociais em pauta. No caso, os termos «raça» e «cor» parecem ter sentidos intercambiáveis; no entanto, seus usos merecem um estudo à parte, pois a ênfase na «cor» pode denotar uma negação da diferenciação racial (ver Camargo, 2010: 245).

Além disso, são também consideradas d) as possibilidades de reclassificação a partir de diferentes critérios de identificação racial (Muniz, 2012: 255; Bailey et al., 2013: 110), e e) seus efeitos na caracterização que os cientistas sociais fazem da dinâmica racial brasileira, especialmente das relações entre raça e desigualdade social. Bailey, Loveman e Muniz (2013) observam que a magnitude das desigualdades de renda de acordo com as divisões raciais varia de acordo com o esquema racial utilizado pelos cientistas sociais. Assim, pode-se demonstrar com informações estatísticas a pertinência de uma divisão binária entre brancos e não-brancos no estudo da desigualdade social (Wood; Carvalho; Horta, 2010). Mas também pode-se demonstrar com o mesmo tipo de informação que as desigualdades raciais contribuem muito pouco para o quadro da desigualdade social, que é comum às diferentes divisões raciais, e que dentro de cada categoria racial existem diferenças sociais significativas (Loveman; Muniz; Bailey, 2011: 15).

Esses questionamentos e tomadas de posição indicam uma intensa demanda por informação estatística válida, que cresce com o aumento dos recursos técnicos para a realização das pesquisas censitárias e domiciliares. No entanto, esse uso está baseado em primeiro lugar, na mudança nas formas de captura da informação pelo IBGE; outra, nas formas de tratamento e análise da informação daí resultante. Portanto, há que se considerar também os usos governamentais da variável cor ou raça, determinantes na permanência dessa variável nos levantamentos nacionais.

2 – A classificação racial do IBGE e as formas de captura da informação

As respostas a uma questão não codificada da Pesquisa das Concepções Étnico Raciais da População (PCERP), realizada em 2008 pelo IBGE em alguns estados brasileiros (IBGE, 2011), mostram que ao não se codificar a pergunta sobre cor ou raça do indivíduo, obtêm-se uma distribuição da população em 14 categorias raciais, não necessariamente ligadas à «cor».

Tabela 1 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade, total e distribuição percentual por cor ou raça, nas 14 categorias mais frequentes, segundo Unidades da Federação - 2008

Unidades da Federação selecionadas	Pessoas de 15 anos ou mais de idade																
	Total (1)	Distribuição percentual por cor ou raça nas 14 categorias mais frequentes (%)															
		Branca	Parda	Preta	Indígena	Amarela	Morena	Morena clara	Negra	Mulata	Mestiça	Alemã	Clara	Italiana	Brasileira	Outras
Total	47.540.099	49,0	13,6	1,4	0,4	1,5	18,7	3,0	7,8	0,6	0,6	0,5	0,4	0,4	0,8	1,4
Amazonas	2.158.153	16,2	23,3	1,7	1,5	1,6	40,5	8,6	3,6	0,4	0,2	-	1,2	-	0,1	1,0
Paraíba	2.755.674	31,9	10,9	0,7	0,4	0,8	37,6	8,1	4,3	1,3	1,2	-	0,6	-	-	2,2
São Paulo	30.616.595	51,4	14,5	1,3	0,2	1,9	17,0	2,1	8,9	0,4	0,4	-	0,3	0,1	0,4	1,1
Rio Grande do Sul	8.110.801	63,5	3,8	1,6	1,1	0,4	10,5	1,9	5,0	0,5	1,3	3,0	0,7	2,0	2,9	1,9
Mato Grosso	2.113.582	30,4	18,6	2,0	0,2	1,0	29,4	6,1	9,7	0,3	-	0,1	0,3	0,0	0,2	1,4
Distrito Federal	1.785.294	29,5	29,5	0,7	-	1,0	16,3	4,8	10,9	2,8	1,9	-	0,2	-	-	2,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Nota: Cor ou raça declarada de forma espontânea.

(1) Exclusive sem declaração.

Tabela 2

Pessoas de 15 anos ou mais de idade por cor ou raça nas Unidades da Federação selecionadas 2010

Unidades da Federação	Cor ou raça					
	Total	Branca	Parda	Preta	Indígena	Amarela
Total	50.224.479	62,3	30,0	6,0	0,4	1,3
Amazonas	2.327.972	21,5	68,7	4,7	4,1	1,0
Paraíba	2.813.647	39,2	52,8	6,2	0,5	1,3
São Paulo	32.401.281	64,5	28,0	5,9	0,1	1,5
Rio Grande do Sul	8.464.425	84,0	9,8	5,6	0,3	0,3
Mato Grosso	2.255.487	37,9	51,4	8,4	1,0	1,2
Distrito Federal	1.961.667	42,4	47,2	8,4	0,3	1,7
Fonte: IBGE - Censo 2010 Demográfico						
1 - Dados do Universo.						
2- exclusive sem declaração						

Ao se comparar os dados da Tabela 1 com os do Censo de 2010, circunscritos segundo a mesma delimitação da PCERP, presentes na Tabela 2, observa-se grandes diferenças na distribuição segundo cores ou raças. Principalmente os «pretos» apresentam uma proporção significativamente menor na auto-classificação não codificada: são 1,4% da população total nessa classificação, e, na auto-classificação pré-codificada do Censo, são 6,0% do total dos Estados selecionados. Os «pardos», na primeira classificação são 13,6% e na segunda, 30,0% - uma diferença de cerca de 16,4 p.p. Os brancos, por sua vez, apresentam uma proporção menor na pesquisa não codificada: são 49% na pesquisa de 2008 e 62,3% no total dos Estados selecionados do Censo de 2010.

A comparação entre essas duas pesquisas mostra que o formato de pesquisa com as classificações tradicionais é apenas um dentre possíveis. Mas, além disso, a aparente uniformidade da classificação censitária para a cor ou raça, observável nos Censos ao longo do tempo, encobre diferenças nas definições de algumas de suas categorias. Assim, antes de tudo, é preciso conhecer como o «quesito cor» teve suas categorias definidas e foi coletado ao longo do tempo pelo IBGE. Observe-se o quadro sinóptico a seguir:

Quadro 1 – Classificações raciais utilizadas nos Censos Nacionais.

Categorias de cor/raça	1872	1890 (Raça)	1920 (1)	1940	1950	1960	1970 (1)	1980 (3)	1991(3)	2000 (3)	2010
Branca	Presente	Presente, também entendido como resultado de mestiçagem		Presente	Presente	Presente		Presente	Presente	Presente	Presente
Preta	Presente, combinado à condição de livre/ escravo	Presente, apenas para africanos ou nascidos no Brasil por uniões endogâmicas		Presente	Presente	Presente		Presente	Presente	Presente	Presente
Parda	Idem	Ausente		(2)	Presente, designando os que se declararam índios, mulatos, caboclos, cafuzos	Presente, designando «mulato, caboclo, cafuzo, etc.» e indígenas vivendo fora dos aldeamentos indígenas		Presente «para as diferentes de branca, preta e amarela, tais como mulata, mestiça, índia, etc.»	Presente «declarações diferentes de branca, preta amarela ou indígena, tais como mulata, mestiça, cabocla, cafuza, mameluca, etc.»	Presente «pessoa que se enquadrar como parda ou se declarar mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça»	Presente
Mestiça	Ausente	Designa população originada da mistura de «pretos» com os contingentes migratórios «brancos». Não abrange pretos+caboclos nem pretos+mestiços		(2)	Ausente	Ausente		Ausente Subsumido na categoria «pardo».	Ausente Subsumido na categoria «pardo».	Ausente Subsumido na categoria «pardo».	Ausente
Caboclo	Presente, compreende os indígenas	Ausente		(2)	Ausente - Subsumido na categoria «pardo»	Ausente Subsumido na categoria «pardo»		Ausente	Ausente Subsumido na categoria «pardo».	Ausente Subsumido na categoria «pardo».	Ausente
Amarela	Ausente	Ausente		Presente	Presente	Presente		Presente «só para pessoa de raça amarela»	Presente	Presente «de origem japonesa, chinesa, coreana, etc.»	Presente
Indígena	Ausente	Ausente		Ausente	Ausente - Subsumido na categoria «pardo»	Presente, designando apenas «indígenas vivendo em aldeamentos ou postos indígenas»		Ausente Subsumido na categoria «pardo»	Presente «dentro e fora do aldeamento»	Presente, «para os que vivem em aldeamento, como as que vivem fora de aldeamento»	Presente (com questões específicas)

Fontes: IBGE 1940a, 1950a, 1960a, 1980, 1990, 2000, 2010; «Instrucções ...», 1890; «Recenseamento ...», 1872; Camargo, 2010 .

(1) Não houve investigação do quesito «cor» neste Censo.
(2) Todas as categorias declaradas designando mestiçagem foram subsumidas com um traço horizontal («-») na coleta. (Camargo, 2010) .
(3) Quesito pesquisado apenas para a amostra.
Note-se, em primeiro lugar, que, enquanto que as categorias «branca» e «preta» sempre constaram dos levantamentos estatísticos nacionais sem definições desde o primeiro Censo nacional, assim como a «amarela» – única que evoca claramente «origem» em sua definição - , as categorias «parda», «mestiça», «cabocla», «indígena» tiveram intersecções, inclusões, exclusões e substituições ao longo do tempo. Nos Censos de 1950 e de 1980, a categoria «parda» englobava «indígenas», e em 1960, somente «indígenas» fora dos aldeamentos. A categoria «cabocla», que em 1872 compreendia os indígenas, seria, nos Censos seguintes, subsumida na categoria «parda». Da mesma forma, a categoria «mestiça» foi subsumida na categoria «parda». Mas em 1890, substituía a «parda» de 1872, incluindo somente os filhos de «pretos» e «brancos», excluindo outros casos de miscigenação (Camargo, 2010: 235).
As diferentes definições de algumas categorias levam a questionar a validade de análises das variações ao longo do tempo dos contingentes populacionais segundo a cor (Camargo, 2010: 248). Internamente ao IBGE essa dificuldade de encontrar uma correspondência «efetiva» entre a declaração de cor e a cor «verdadeira» (vale dizer: na ausência de um critério único disseminado entre a população e sancionado pelo estado) justificou a supressão do quesito «cor» em dois Censos por parte da direção do IBGE, o de 1920 (Camargo, 2010: 238 ; Loveman, 2009: 460) e o de 1970 (Costa, 1974 ; IBGE, 1970: 3). Também justificou que no Censo de 1940 houvesse a instrução de preenchimento do quesito «cor» com um traço («-») para as categorias diferentes de «branca», «preta» e «amarela» durante a coleta de informação, tratadas como «parda» na análise (Camargo, 2010).
Em segundo lugar, é preciso considerar as formas de coleta e como elas capturaram a produção e a oferta de classificações raciais existentes no Brasil. A não institucionalização do racismo no Brasil, que implicou na inexistência de barreiras oficiais de acesso a recursos a determinadas "raças" (Marx, 1998) pode ser relacionada à aceitação pelas instituições de estatística nacional das respostas dos entrevistados aos questionamentos sobre «cor»"[4]. Isso tanto nos Censos realizados até 1950, cujos formulários podiam ser preenchidos por «chefes de família» ou «indivíduos», ou pelos recenseadores, quanto, a partir de 1960, quando se baseou em declarações prestadas a uma questão pré-codificada, em questionários preenchidos pelo recenseador (IBGE, [1960a]: 28; IBGE, 1950b: 5 ; Instrucções..., 1890: 5; IBGE, 1940b: 4 ; IBGE, [1960a]: 7).
Nos Censos de 1960 ao de 2000, o que se tem é a tradução, para as categorias do Censo, orientada nos manuais do recenseador, das designações raciais usadas pelos entrevistados. Enquanto as categorias «branca» e «preta» parecem ser automaticamente tomadas como dadas, pois nos manuais do entrevistador nada é dito sobre elas, a categoria «parda» inclui a maior diversidade de designações possíveis: «mulato», «caboclo», «cafuzo», «mameluco», «mestiço». Também é aberta a possibilidade de que essa categoria inclua qualquer designação diferente das categorias «branca» e «preta». Isso é observado no Censo de 1980, cujo manual do recenseador orienta: «[...] considerar [...] Parda, para as [cores] diferentes de branca, preta e amarela, tais como: mulata, mestiça, índia, etc.» (IBGE, 1980: 1), ou ainda no Censo de 1991, cujo manual do recenseador orienta «Será assinalado o retângulo Parda para as declarações diferentes de branca, preta, amarela ou indígena, tais como mulata, mestiça, cabocla, cafuza, mameluca, etc.» (IBGE, 1990: 60).
É somente no Censo de 2010 que as declarações deixam de ser traduzidas e passam a ser enquadradas. No Censo de 2010 os respondentes são obrigados a escolher dentre as cinco categorias oferecidas, só se aceitando respostas iguais às categorias do Censo. As instruções para a coleta ao recenseador são as seguintes: «Leia as opções de cor ou raça para a pessoa e registre aquela que for declarada. Caso a declaração não corresponda a uma das alternativas enunciadas no quesito, releia as opções para que a pessoa se classifique na que julgar mais adequada». Dessa forma, a categoria «parda» tem uma definição tautológica, como « pessoa que se declarar

4 Embora se saiba que em determinadas situações impossibilidade do entrevistado responder, outra pessoa do domicílio pode responder em seu lugar a essa questão (Osório, 2003: 12), está-se levando em conta as instruções do Instituto para coleta de informação.

parda» (IBGE, 2010: 192). Nesse levantamento, consolida-se a função clara da informação sobre raça e etnia na definição de políticas públicas. O levantamento desse quesito corresponde definitivamente às necessidades de informação das instituições voltadas à definição de políticas para grupos étnica ou racialmente definidos.

A operação de enquadramento das respostas às categorias pré-codificadas no Censo parece corresponder a um esforço de fixação dessas categorias junto à população – e, por seu caráter pervasivo, o Censo parece ser um dos poucos mecanismos de fixação das classificações raciais em escala nacional (Osório, 2003) – ao mesmo tempo em que se toma como garantido que essas categorias encontram correspondência com as categorias existentes e disseminadas no território nacional. Às instituições estatais interessa não só conhecer e absorver um grande número de designações à miscigenação, que também são objeto de pesquisas. Interessa fundamentalmente impor um termo que, na comunicação entre os informantes e o IBGE, suplante qualquer outro. Interessa, finalmente, disseminar junto à população uma designação que encontrará correspondência nas políticas raciais.

Se essa forma de captura da informação está ligada a uma conjuntura político-institucional específica, o caráter contingente dessas definições e formas de apreensão das respostas aponta para as dificuldades em capturar e analisar a informação racial em um país com uma miríade de classificações raciais. No entanto, essas dificuldades também são fruto das formas pelas quais as burocracias estatais concebem a relação entre raça e nacionalidade brasileira. Além disso, é preciso considerar que as informações oficiais sobre raça servem a propósitos políticos e sociais que variaram ao longo do tempo (Nobles, 2000: 1738). Assim, é pertinente considerar como esses usos sociais e políticos da informação racial influíram e influem nas definições das categorias raciais oficiais e suas formas de coleta.

Melissa Nobles propõe uma periodização para a história da categoria "cor" nos Censos. Em um primeiro período (1872-1910), o Censo refletiu as concepções populares e das elites sobre a composição racial brasileira. Em um segundo período (1920-1950), o Censo promoveu e reportou o branqueamento da população nacional, e de 1960 a 2000, o Censo passa a ter as categorias raciais questionadas dentro do IBGE e por grupos da sociedade civil (Nobles, 2000: 1743). Embora concorde com a descrição dos processos presentes na periodização de Nobles, proponho que se considere outra periodização. Em todos os Censos estão em pauta a visão das elites políticas e intelectuais (dos quais os responsáveis e formuladores do Censo são parte) quanto à composição racial nacional, e em particular, a visão das elites sobre a miscigenação racial no Brasil (Loveman, 1999: 913). Mas estão em pauta também suas concepções de nação (Loveman, 2009; Marx, 1998; Skidmore, 1992b). No entanto, existe um momento de mudança, quando diferentes agentes passam a influenciar as orientações a partir das quais são levantadas as informações sobre raça. Assim, é possível considerar dois grandes períodos para a República[5]. Um primeiro período abrange seis Censos (o realizado em 1890 até o Censo de 1970), em que uma determinada concepção das elites estatais quanto ao lugar das raças na nação dominaram a coleta, análises e usos da informação censitária. No segundo período, que abrange quatro Censos (o de 1980 até o de 2010), as concepções dominantes sobre a composição racial brasileira são questionadas por diferentes grupos sociais que até então não participavam do planejamento estatal. Esses grupos passam a demandar outro formato das informações estatísticas, mais adequado ao que querem demonstrar sobre a composição racial no Brasil. Essas demandas são progressivamente assumidas pelo IBGE, e são resultado dessas demandas as mudanças nas formas de captura da informação sobre raça no último Censo.

3 – O primeiro período (Censo de 1890 ao de 1970): nação, miscigenação e categorias censitárias

Nos censos realizados durante o período republicano até o de 1970, o quesito cor estava, implícita ou explicitamente, conectado ao «problema» da miscigenação racial. Essa problemática ocupou as elites

5 No Censo de 1872, realizado no período imperial, o levantamento sobre cor estava orientado por preocupações quanto à contagem e identificação da população escrava, e era secundário em relação ao quesito sobre condição livre ou escrava (Camargo, 2010: 228; Loveman, 2009. p. 442, Marx, 1998: 73).

intelectuais e políticas brasileiras, e, de forma geral, as elites de países com escravidão ou conflito inter-étnico no momento em que a condição de livre ou escravo deixa de ser a principal distinção social (Loveman, 2009: 442; Marx, 1998: 73). Entre o final do século XIX e o primeiro quarto do século XX define-se um pensamento sobre as populações de ascendência africana e sua inserção na «nação». Para as elites nacionais, ou «aqueles em condições de fazer política social», tratava-se das possibilidades do Brasil tornar-se mais uma das nações civilizadas e em progresso, mas com um grande contingente populacional inculto e miscigenado, o que, na visão européia, condenava o Brasil ao retrocesso e à degeneração (Loveman, 1999: 914). A própria Diretoria Geral de Estatística, em 1872 propunha o estabelecimento de uma política educacional como solução para esse problema (Camargo, 2010: 228; Loveman, 2009: 443). No entanto, o que se impõe entre essas elites é a idéia de que o Brasil se civilizaria pelo «branqueamento» de sua população (Andrews, 1996: 485; Loveman, 2009). Essa concepção propunha que a população brasileira iria se tornando progressivamente branca pela mistura entre as raças, contribuindo para isso tanto o decréscimo «natural» da população negra - por conta de uma taxa de natalidade mais baixa, doenças e desorganização social, ou seja, por conta da ausência de políticas de mitigação das péssimas condições de vida de ex-escravos e seus descendentes - e a imigração de europeus ao Brasil (Camargo, 2010: 231-232 ; Loveman, 2009: 466; Skidmore, 1976: 81).

As estatísticas oficiais são usadas para demonstrar esse processo. Muito embora o quesito racial nos Censos tenha sido, em vários momentos, questionado por membros do IBGE a partir de argumentos técnicos – e justamente esse, da imprecisão das categorias raciais, e da possibilidade de declarações «inverídicas» sobre a «raça» do informante – , nas publicações do IBGE a «raça» é central para a imagem de nação brasileira, é parte do trabalho de «[...] não apenas descrever a realidade, mas de modelar o auto-entendimento nacional» (Loveman, 2009: 439). Assim, mesmo no Censo de 1920, no qual o quesito racial não foi pesquisado, em seu texto de introdução, é assinalado que o Brasil atingiria a pureza étnica através da miscigenação e da imigração européia (Andrews, 1996: 486; Loveman, 2009: 463; Skidmore, 1976: 220-221), usando-se os dados dos Censos anteriores para corroborar essa afirmação. Essa afirmação do branqueamento se repete na Introdução do Censo de 1940 (Skidmore, 1976: 228). Assim o Censo, uma publicação garantida pelo estado, endossa uma visão de sociedade e nação peculiarmente racista como «científica» (Loveman, 2009: 463).

Além disso, tanto a auto-declaração como a existência de uma categoria intermediária entre «preto» e «branco» parecem contribuir para a afirmação do branqueamento. Isso porque se os responsáveis pelo planejamento censitário queixam-se da reserva de parte da população em declarar-se como mestiça (Camargo, 2010: 235), é justamente a categoria intermediária, o «parda» que possibilita a declaração de mestiços como «brancos» e dos «pretos» como «pardos», de acordo com um esquema de classificação racial em que o mais claro é mais valorizado (Marx, 1998: 163; Wood; Carvalho; Horta, 2010: 120). Embora esse argumento seja comum àqueles que querem enfatizar o quanto o sistema preto-pardo-branco impediu uma identidade entre os não-brancos (Marx, 1998: 163), como se essa identidade fosse historicamente necessária (a partir de Loveman, 1999: 914), os dados censitários mostram que, entre 1872 e 1960, a proporção de declarados de cor «branca» não cessa de crescer. Com os declarados «pretos», ocorre o contrário, eles decaem para cerca de metade da proporção original (Tabela 3).

Tabela 3- Distribuição percentual da população, segundo cores selecionadas, Brasil, 1872-2010

	1872	1890	1920 (1)	1940	1950	1960	1970 (1)	1980	1991	2000	2010
Cor											
Branca	38,14	43,97		63,47	61,66	61		54,2	51,6	53,7	48,7
Parda	42,9	41,4		21,2	26,5	29,5		38,8	42,6	38,9	41,6
Preta	19,7	14,5		14,6	11	8,7		5,9	5	6,2	8,2

Fonte: Camargo, 2011; Wood, 2010; Censo 2010.

Nota: (1) Quesito não pesquisado

Na segunda metade do século XX consolida-se como «[...] ideologia semi-oficial do estado» (Andrews, 1996: 488) uma visão de nação segundo a qual a marca distintiva da sociedade brasileira seria a miscigenação entre «raças» distintas e a incorporação de elementos culturais de «raças» consideradas inferiores no mundo ocidental (Skidmore, 1976: 210-211). Difundida em outros países para «[...] promover uma imagem favorável do Brasil» (Skidmore, 1976: 229) ela mostraria uma «superioridade» do país em relação a outros com políticas explícitas de segregação e dominação racial (Andrews, 1996: 488; Skidmore, 1976: 228). Essa ideologia, conhecida como «democracia racial», dominante entre as elites culturais e políticas de então e ainda disseminada na população brasileira (Skidmore, 1992b: 12; Skidmore, 2001: 65; Winant, 1992: 179), ao contrário de outras concepções racistas, confere um caráter positivo à presença de «raças» não brancas na composição social da nação. Uma série de políticas de estado estão ligadas a essa concepção: o fim do apoio à imigração européia durante o Estado Novo, o incentivo às expressões culturais como o samba e o candomblé por Vargas (Marx, 1998: 170-171), tomadas como componentes de uma cultura «brasileira» mais abrangente (Marx, 1998: 257). A própria ausência do quesito cor no Censo de 1970 pode ser relacionada à importância da idéia de harmonia racial nas concepções dominantes de nação e de unidade nacional do período, que foram reforçadas durante o regime militar (ver Loveman, 2009 sobre o Censo de 1920; Skidmore, 1992b: 10). Quando se lê o documento que condensa as discussões internas ao IBGE sobre a permanência do «quesito cor» neste levantamento censitário (IBGE, 1970), vê-se que nelas é observada a «[...] impossibilidade de fixação de conceitos válidos que tornem mais uniformes as declarações» (IBGE, 1970: 3), o que já era considerado pelos elaboradores dos Censos anteriores (Schwartzmann, 1999: 85); no entanto o quesito é também considerado um dos poucos meios de se conhecer «[...] o caldeamento das raças formadoras da etnia brasileira» (IBGE, 1970: 3), uma «[...] classificação historicamente consagrada [...]», com expressões «[...] continuamente usadas [...]» (IBGE, 1970, anexo 1: 4). Ao final dessas discussões, a decisão final, que contou com o voto do então presidente do IBGE, foi de excluir o quesito. A decisão do IBGE acompanha outras políticas de silenciamento da questão racial - a consideração dos estudos sobre discriminação racial como «subversivos», a expulsão da universidade de pesquisadores com perspectivas críticas sobre a situação do «negro» na sociedade brasileira, proibição de veiculação do tema discriminação racial pela imprensa (Andrews, 1996: 491; Marx, 1998: 172; Skidmore, 2001: 66), em uma conjuntura de crescente demanda de informações sobre a temática e de intensificação das críticas à condição social da população não-branca.

Uma cartilha produzida pelo IBGE (1960) a ser difundida junto à população para que essa cooperasse com o recenseamento de 1960 ilustra o caráter da concepção de harmonia entre raças e sua presença no trabalho do IBGE durante o período considerado (Figura 1). Ela apresenta a miscigenação como central para a formação do «brasileiro»: «Nosso povo resulta de uma mistura que aos poucos vai formando o tipo brasileiro». Ao não haver uma discriminação entre raças perante o estado brasileiro, estas são tomadas como equivalentes às «cores», também indistintas perante o estado-nação: «todos somos brasileiros, com os mesmos direitos e obrigações».

Essa idéia de que o estado não discrimina as raças e consagra a mistura delas (Nobles, 2000: 1744), absorvida e disseminada pelo IBGE, impede aos elaboradores do Censo de propor uma definição estanque entre as categorias raciais oficiais. Para a concepção e coleta de dados censitários sobre cor ou raça, a idéia de «democracia racial» redobra a ideologia do branqueamento. Em primeiro lugar, porque ela mantem o esquema preto-pardo-branco já existente. Em segundo lugar, porque, ao mesmo tempo, ela desestimula o uso das informações estatísticas para um exame crítico das condições de existência dos sub-grupos raciais e principalmente porque impede a possibilidade de proposição de políticas de estado segundo esses critérios.

Figura 1 – O IBGE e a miscigenação entre as "raças".

As pessoas que vivem no Brasil pertencem a várias raças.

Nosso povo resulta de uma mistura que aos poucos vai formando o tipo brasileiro.

Primeiro moravam aqui os índios. Depois da Descoberta, vieram os portuguêses e outros europeus, de côr branca. Depois, os pretos da África.

Misturaram-se essas pessoas, constituíram família, tiveram filhos. Êstes, por sua vez, também foram constituindo família e tendo filhos.

A mistura de côr deu como resultado o tipo mestiço, que constitui mais da quarta parte do total da população brasileira.

Como está formado agora nosso povo? Vamos saber, respondendo cada um qual a sua côr.

Branca?
Prêta?
Parda?
Amarela? (chineses, japoneses, etc., ou seus descendentes).

Qualquer que seja a côr da sua pele, você deve orgulhar-se dela. Porque no Brasil, como você sabe, tôdas as raças são respeitadas: todos somos brasileiros, com os mesmos direitos e obrigações.

Fonte: IBGE, 1960: 13.

4 – O segundo período (a partir de 1980): novas demandas por informação censitária

A partir do final dos anos 70 dois grupos sociais vão investir na pesquisa censitária: cientistas sociais e grupos ligados ao chamado «movimento negro». São eles que vão pressionar a direção do IBGE, ao final dos anos 70, para a inclusão da questão sobre cor no Censo de 1980 (Andrews, 1996: 496). As informações censitárias passam a ser consideradas por esses grupos como essenciais para demonstrar que a «democracia racial» seria um «mito».

Para os cientistas sociais, trata-se da intensificação da demanda por informações censitárias que configura uma nova tendência de estudos, até então tributários de métodos qualitativos e da pesquisa histórica (Skidmore, 2001). Para essa nova ênfase parece ter contribuído, em primeiro lugar, a política de formação de professores universitários no exterior, a qual propiciou que cientistas sociais entrassem em contato com metodologias quantitativas e problemáticas de raça por parte daqueles que estudaram nos Estados Unidos. Em segundo lugar, também devem ser consideradas as influências que o enfraquecimento do sistema de segregação racial norte-americano teve sobre a percepção do Brasil como país «menos racista» que os Estados Unidos (Andrews, 1996: 492; Skidmore, 2001: 70).

Os estudos a partir do final dos anos 70 destacam a persistência das desigualdades raciais, independentemente de outros fatores sociais como classe ou escolaridade, utilizando-se, para isso, de dados dos Censos e das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNAD) (Skidmore, 1992a: 58; Skidmore, 2001: 64). Esses estudos mostram que os que se declararam de cor «preta» e «parda» estão socialmente mais próximos, e mais distantes dos declarados de cor «branca» (Andrews, 1996: 499; Marx, 1998: 68). Com os resultados dessa análises passa-se a questionar a diversidade racial brasileira, e a impossibilidade de estabelecer diferenças entre dois grandes grupos raciais. Isso vai contra estudos anteriores, que destacavam a imprecisão e a diversidade das classificações raciais brasileiras e a posição intermediária do mulato (Skidmore, 1992b: 10; Skidmore, 2001: 67).

Para o movimento negro, composto por uma miríade de organizações (Winant, 1992: 186), trata-se de denunciar as «[...] barreiras impressionantes à existência física e cultural [...]» da população negra, e o «esquecimento e a desvalorização» pelas políticas públicas (Sant´Anna, 2009). Trata-se também de afirmar uma identidade negra distinta, e seus valores e tradições. A idéia de que a miscigenação produziria uma indistinção entre raça, um Brasil «moreno» de vários matizes de cores, é fortemente questionada (Sant´Anna, 2009). A categoria «parda» do Censo – que, conforme se lê nos manuais do entrevistador do IBGE, designa a miscigenação e abriga a diversidade de classificações raciais possíveis - é reinterpretada a partir do critério da ascendência racial e agregada à categoria «preta» para constituir a população «negra».

Essa junção de categorias é acompanhada por uma campanha de mobilização da população em 1991, promovida por organizações do movimento negro, ONGs voltadas para o «social» e centros de pesquisa universitários (Sant´Anna, [2013?]) para que essa não busque «clarear» sua cor «verdadeira» ou negar sua ascendência africana na declaração censitária (Marx, 1998: 260; Winant, 1992: 179). A partir do diagnóstico de que o Censo de 1980 «não refletia o peso percentual da população afro-descendente à época», a campanha tinha por objetivo que a população declarasse sua «cor» a partir da conscientização de suas origens étnicas», tentando impor ao IBGE e à população outro princípio de classificação racial, baseado na origem, e não na aparência física (Loveman, 1999: 915; Sant´Anna, [2013?]). Para o movimento negro trata-se principalmente de fomentar uma categoria identitária que configure um contingente populacional perfeitamente demarcável: a população «negra», não pela cor, mas pela ascendência. Além disso, interessa demonstrar, com os dados censitários, a relevância numérica da população «negra», mostrando a importância da proposição de *policies* e legitimando seus porta-vozes na cena política (Sant´Anna, 2009; para uma perspectiva analítica, ver Loveman, 1999: 915).

A discriminação racial e a condição do negro na sociedade brasileira como problema tratável no espaço político ganha terreno a partir dos anos 80, primeiro com a criação de estruturas governamentais municipais e estaduais, e, a partir dos anos 90, com uma série de iniciativas do Governo Federal para tratamento da questão (Htun, 2004; Skidmore, 2003: 1394; Winant, 1992: 188), que culminaram com a criação da Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR) em 2003. Nesse processo, estão envolvidos ativamente militantes do movimento negro que passam a atuar na política partidária e em instituições estatais, professores

universitários e também técnicos mais diretamente ligados à instituições de pesquisa estatais, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Htun, 2004: 76-77). Como resultado disso, o «[...] estado brasileiro adota progressivamente uma visão centrada na raça» (Bailey; Peria, 2010: 594).

A pertinência da classificação racial na elaboração de políticas públicas, até pouco tempo estranha a um estado que afirmava a miscigenação e a indefinição de raças, traz a exigência de demarcações raciais claras que possibilitem a identificação de uma população-alvo, sua quantificação, e a caracterização de suas condições de existência para a proposição de políticas. É por isso que o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, publicado em 2009, propõe uma série de ações a populações demarcadas pela raça, e nele se prevê o estímulo à «[...] inclusão do quesito raça ou cor em todos os formulários de coleta de dados de alunos em todos os níveis dos sistemas de ensino, público e privado», ou «[...] promover a identificação e levantamento sócio-econômico de todas as comunidades remanescentes de quilombo do Brasil», e «[...] registrar a identidade etnicorracial dos beneficiários nos diversos instrumentos de cadastro dos programas de assistência social, de segurança alimentar e de renda da cidadania» (Brasil, 2009, online).

Assim as categorias raciais do IBGE vão receber um novo uso. Em primeiro lugar, mantem-se a auto-declaração como principal procedimento de identificação dos «negros» na implementação de políticas de ação afirmativa (Htun, 2004: 74). Em segundo lugar, consolida-se no IBGE e para outras instituições estatais a junção de «pretos» e «pardos» para a composição da população «negra» (entre outros, Bailey; Peria, 2010: 594). Essa reclassificação, que até o final dos anos 80 era vista por cientistas sociais usuários dos dados do IBGE como sem «critérios científicos», e inspirada pelo movimento negro (ver o posicionamento de Carlos Hasenbalg em Hasenbalg et al., 1987: 33) é questionado por alguns cientistas sociais como arbitrário e baseado em critérios sem ligação alguma com a história nacional (Bailey; Peria, 2010: 600; para uma tomada de posição «intelectual» de grande repercussão, ver Bourdieu; Wacqüant, 2002). Outros cientistas sociais, no entanto, referendam esse uso das categorias do IBGE, com base em justificativas técnicas. É o caso de Wood, Carvalho e Horta (2010), cujo trabalho considera que como «[...] uma grande proporção de pretos [na coleta censitária] reclassifica-se ao longo do tempo, a distinção entre pretos e pardos é altamente instável comparada à dicotomia entre brancos e afro-brasileiros [...]», sendo necessário «[...] desmanchar as categorias censitárias pardo e preto em uma única designação afro-brasileira» (Wood; Carvalho; Horta, 2010: 123). Mesmo tratando-se de uma operação analítica, ela conflui com outras tomadas de posição que orientam ações de estado. Assim, as ciências sociais participam desse processo de redefinição dos usos das categorias raciais censitárias, justificando-o tecnicamente e demonstrando a presença de desigualdades raciais no país. Importa destacar que essa é uma operação propriamente política e para ela concorrem os interesses de pesquisadores das ciências sociais e militantes do movimento negro.

5 – IBGE, mudança e permanência das categorias raciais

Desde o final dos anos 70, o IBGE se mostra permeável a essas demandas. É bastante possível que tal porosidade esteja relacionada ao investimento no aperfeiçoamento dos quadros técnicos do órgão, bastante similar à política de qualificação dos professores universitários do mesmo período. Nos anos 70, a direção do IBGE retirou a questão sobre cor do Censo, mas também fomentou «[...] convênios com centros nacionais e internacionais de pesquisa», o que teria estimulado «[...] a reflexão crítica dentro do IBGE, inovando seu escopo das pesquisas e metodologias» (Oliveira, 2003: 34). É a partir dessas condições institucionais que uma pesquisadora do IBGE propõe que a pergunta sobre cor seja incluída em uma pesquisa amostral, de forma não-codificada, visando conhecer as «regularidades» do vocabulário racial e a «ambiguidade racial ou étnica brasileira» (Costa, 1974: 101-102). De fato, a PNAD de 1976 inclui uma questão não codificada sobre cor. A análise dos resultados dessa pesquisa é feita por três outras pesquisadoras do IBGE (Oliveira; Porcaro; Araújo, 1985), utilizando-se a pós-codificação «negro» como junção de «pretos» e «pardos». Para essa re-classificação as pesquisadoras do IBGE se baseiam no «pensamento social brasileiro», ou como as ciências sociais trataram «[...] pretos e pardos em suas manifestações sociais e culturais» (Oliveira; Porcaro; Araújo, 1985: 11). Baseiam-se também em «[...] pesquisas sobre identidades étnicas [...]» e «[...] contatos com entidades negras» (Oliveira; Porcaro; Araújo, 1985: 11).

Os anos 1990 e 2000 marcam a continuidade da preocupação com a captura dessa informação internamente ao IBGE. Em 1998 é introduzido um conjunto de questões na Pesquisa Mensal de Emprego para apreender como as categorias do IBGE estariam adequadas à «[...] forma pela qual a população se identifica [...]» e se um critério de origem seria ou não mais pertinente que o critério de cor (Schwartzmann, 1999: 85). Em 2008, a Pesquisa das Características Étnico-raciais da População foi feita também para aprimorar os levantamentos estatísticos de raça/etnia (IBGE, 2011; IBGE, 2013). Essa pesquisa, que tem como base um questionário bastante complexo, é fruto da atual conjuntura de tratamento da questão racial pelo estado e dos debates sobre a pertinência das formas de levantamento estatístico e suas categorias frente às «repetidas demandas da sociedade». Ou seja, sua própria elaboração envolveu o contato, em reuniões e seminários, de técnicos do IBGE com o movimento negro, ONGs voltadas à questão indígena, além de secretarias estaduais e instituições de pesquisa (IBGE, 2013). A PCERP abrange questões sobre auto e hetero-identificação, questão não codificada sobre identificação de cor ou raça, percepção da discriminação racial, e dimensões que configuram a identificação de cor ou raça (IBGE, 2011).

Esse esforço ganha progressivamente legitimidade no IBGE. Se o primeiro estudo sobre a questão racial realizado por pesquisadoras do IBGE só pode ser publicado nove anos após a pesquisa que lhe deu origem, em um recuo da direção do IBGE à posição não racialista vigente nas instituições estatais (Skidmore, 2001: 66; Skidmore, 1992a), é o próprio presidente de IBGE que apresenta os resultados da pesquisa de 1998 em artigo de uma revista da área de ciências sociais (Schwartzmann, 1999). A pesquisa de 2008 ganhou uma publicação exclusiva, nos moldes da publicação do Censo.

Tais pesquisas não possibilitam a introdução de outras classificações nas pesquisas censitárias ou domiciliares. Antes, elas representam uma diversificação das preocupações do IBGE, informadas principalmente pelo conhecimento das ciências sociais sobre a questão. Essa diversificação possibilita a realização de análises e proposição de hipóteses, mas em paralelo às classificações existentes. Schwartzmann (1999: 90) apresenta os argumentos que fundamentam essa opção: a imprecisão dos termos que poderiam substituir a cor «parda», negação da dicotomia brancos e não-brancos, pouca adesão da população ao critério de origem. Assim, o IBGE opta por manter sua forma de captura das classificações raciais nacionais, e incorpora questões sobre «raça» e «etnia» a pesquisas pontuais, que diferentemente do século XX, contam com mais recursos tecnológicos para sua realização.

No entanto, as demandas estatais por delimitação de uma população-alvo de políticas de ação afirmativa parecem estar ligadas ao enquadramento das respostas no Censo de 2010: se «pretos» e «pardos» são oficialmente classificados como «população negra», público de inúmeras políticas atuais, é preciso que a população utilize-se somente dessas categorias para auto-classificar-se no momento da pesquisa censitária, em concordância com as necessidades estatais de circunscrição e identificação. Essa solução composta mantem a cor «parda» sob novas condições.

Considerações finais

A análise apresentada procurou demonstrar como os levantamentos estatísticos sobre «cor» ou «raça» são resultado de opções politicamente orientadas. Esses levantamentos parecem ser resultado de duas dinâmicas estreitamente relacionadas. A primeira delas é técnica e diz respeito à organização da coleta de informação e seus problemas, e às formas com as quais o IBGE procurou lidar com a imprecisão das categorias disseminadas entre a população. Dentro de um esquema de captura que prevê sempre a auto-declaração, há que se ter uma categoria que registre a miscigenação, ou no mínimo, a miríade de classificações possíveis. Em meio à impossibilidade de suprimir essa categoria, o IBGE permanentemente tentou estabelecer uma regularidade à captura da «fluidez» da informação. Em vários momentos os problemas relacionados a essas tentativas são apontados pelos técnicos do Instituto. No entanto, a opção do que fazer está principalmente submetida à dinâmica política, que diz respeito ao levantamento estatístico como empreendimento estatal, e, assim, submetido às forças políticas dominantes.

Até 1970, a informação sobre cor ou raça não tem um papel central na formulação de políticas. Ela é parte de uma não-política, ou da ausência de políticas voltadas à população identificada como «negra», informada

pelas ideologias do branqueamento, e da «democracia racial». Em uma conjuntura de paulatina absorção da questão racial como preocupação estatal, a informação estatística ganha importância, e passa a ser central nos procedimentos de identificação das populações-alvo das *policies*. Nesse sentido, as demandas de definição conceitual de cientistas sociais e militantes são reforçadas pela demanda estatal. É isso que define a diversificação de pesquisas sobre o tema e os procedimentos de enquadramento das respostas sobre cor ou raça no último Censo. Tanto essa diversificação quanto esse enquadramento não suprimem a cor «parda», e atendem às demandas por vezes divergentes dos diferentes grupos: ativistas que querem constituir uma população «negra», cientistas sociais a favor ou contra a demarcação racial e o estado, que quer demarcar uma população-alvo e informar a formulação de políticas públicas.

Referências

ANDREWS, G. R. (1996), "Brazilian Racial Democracy: an american counterpoint". *Journal of Contemporary History*, London, 31 (3), pp. 483-507.

BAILEY, S. R.; LOVEMAN, M.; MUNIZ, J. O. (2013), "Measures of 'race' and the analysis of racial inequality in Brazil". *Social Science Research*, Orlando, 42 (1), pp. 106-119.

BAILEY, S. R.; PERIA, M. (2010), "Racial quotas and the culture war in Brazilian academia". *Sociology Compass*, Malden, 4(8), pp. 592-604.

BAILEY, S. R.; TELLES, E. E. (2002), "From ambiguity to affirmation: challenging Census Race categories in Brazil". Disponível em http://www.sscnet.ucla.edu/soc/faculty/telles/Paper_AffirmationandAmbiguity.pdf . [consultado em 10-12-2012].

BERNARDINO, J. (2004), "Levando a raça a sério: ação afirmativa e correto reconhecimento". In Joaze Bernardino e Daniela Galdino (orgs.). *Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade*. Rio de Janeiro: DP&A, pp. 15-38.

BOURDIEU: ; WACQUANT, L. (2002), ˝Sobre as artimanhas da razão imperialista". *Estudos Afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, 24 (1), pp. 15-33.

BRASIL. Decreto nº 6.872, de 4 de junho de 2009. (2009), "Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PLANAPIR". *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5 jun 2009. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6872.htm . [consultado em 19-03-2013].

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2010), "Estatuto da Igualdade Racial: Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. 2010". Disponível em www.njobs.com.br/seppir/pt/ . [consultado em 01-03-2013].

CAMARGO, A. de P. R. (2010), "Classificações raciais e formação do campo estatístico no Brasil (1872-1940)". In SENRA, N.de C.; CAMARGO, A. de P. R. (Org.). *Estatísticas nas Américas*: por uma agenda de estudos históricos comparados. Rio de Janeiro: IBGE, pp.229-263.

COSTA, Tereza C.N.A. (1974), "O princípio classificatório 'cor', sua complexidade e implicações para um estudo censitário". *Revista Brasileira de Geografia*, 36 (3), pp. 91-103.

HASENBALG, C. et al. (1987), "Diagnósticos: análise de dados e do Sistema escolar". *Cadernos de Pesquisa*, 63, pp. 30-35.

HTUN, M. (2004), "From 'racial democracy' to affirmative action: changing State Policy in Brazil". *Latin American Research Review*, Austin, 39 (1), pp. 60-98.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (1940a). *Censo Demográfico:* Instruções ao agente recenseador: C.D. 1.30: Recenseamento Geral de 1940. [Rio de Janeiro]: IBGE.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (1940b), *Recenseamento geral de 1 de setembro de 1940:* Boletim de família. [Rio de Janeiro]: IBGE.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (1950a), *Censo Demográfico*: Instruções ao Recenseador: CD 1.30: Recenseamento geral de 1950. [Rio de Janeiro]: IBGE.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (1950b), *Recenseamento Geral do Brasil [1 de setembro de 1940]*: Censo Demográfico - População e Habitação. Rio de Janeiro: IBGE.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (1960a). *Censo demográfico:* Instruções ao recenseador – Recenseamento Geral do Brasil, [S.l.: s.n.].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (1970), *O quesito cor no Censo de 1970*. Rio de Janeiro: IBGE.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (1980), *Nono Recenseamento Geral do Brasil – 1980:* Censo Demográfico: CD-1.04 - Instruções para preenchimento. [Rio de Janeiro]: IBGE.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (1990), *Décimo Recenseamento Geral do Brasil – 1990:* Censo Demográfico: CD 1.09 - Manual do Recenseador. [Rio de Janeiro]: IBGE.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2000), *Censo Demográfico 2000:* Manual do Recenseador – CD 1.09. Rio de Janeiro: IBGE.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2010), *Censo Demográfico 2010*: Manual do Recenseador – CD 1.09. Rio de Janeiro: IBGE.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2011), *Características étnico-raciais da população*: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro: IBGE.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), (2013), *Banco de Metadados*. Disponível em http://www.metadados.ibge.gov.br/detalhePesquisa.aspx?cod=ER . [consultado em 28-07-2013].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (1960), *ABC do recenseamento*: 1960. Rio de Janeiro: IBGE.

INSTRUCÇÕES para o segundo recenseamento da população da República dos Estados Unidos do Brazil em 31 dezembro de 1890 (1890), Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

LOVEMAN, M. (1999), "Making 'race' and nation in the United States, South Africa, and Brazil: taking making seriously". *Theory and Society*, 28 (6), pp. 903-927.

LOVEMAN, M. "The race to progress: Census taking and nation making in Brazil (1870-1920)" (2009), *Hispanic American Historical Review*, 89 (3), pp. 435-470.

LOVEMAN, M.; MUNIZ, J. O.; BAILEY, S. R. (2011), "Brazil in black and white? Race categories, the census and the study of inequality". *Ethnic and racial studies*, 35 (8). Disponível em http://dx.doi.org/10.1080/01419870.2011.607503 . [consultado em 09-12-2012].

MARX, A. W. (1998). *Making Race and Nation*: A comparison of South Africa, The United States, and Brazil. Cambridge: Cambridge University Press.

MUNANGA, K. (2008), *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*: identidade nacional versus identidade negra. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica.

MUNIZ, J. O. (2012), "Preto no Branco? Mensuração, relevância e concordância classificatória no país da incerteza racial". *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 55 (1), pp. 251-282.

NOBLES, M. (2000), "History Counts: a comparative analysis of racial/color categorization in US and Brazilian Censuses". *American Journal of Public Health*, 90 (11), pp. 1738-1744.

OLIVEIRA, J. S. (2003), *"Brasil mostra a tua cara": imagens da população brasileira nos Censos Demográficos de 1872 a 2000*. Rio de Janeiro: ENCE; IBGE. (Texto para Discussão – Escola Nacional de Estatística, n. 6).

OLIVEIRA, L. H. G. de; PORCARO, A. M.; ARAÚJO, T. C. N. (1985). *O lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro: IBGE.

OSÓRIO, R. G. (2003). *O sistema classificatório de "cor ou raça" do IBGE*. Brasília, DF: IPEA. (Texto para discussão, n. 996).

RECENSEAMENTO Geral do Império – 1872: lista de família. [S.l.: s.n.], [1872?].

SANT´ANNA, W. (2009), "*Não deixe sua cor passar em branco*: o que esperar para o Censo de 2010". 25 jun. 2009. Disponível em http://cenbrasil.blogspot.com.br/2009/06/nao-deixe-sua-cor-passar-em-branco-o.html . [consultado em 01-03-2013].

SANT´ANNA, W. (2013?), "*Não deixe sua cor passar em branco: responda com bom s/censo: Uma experiência de intervenção social na realização de um Censo Nacional"*. Disponível em http://www.eclac.cl/celade/noticias/paginas/0/34650/SANTANA_No__.pdf . [consultado em 05-03-2013].

SCHWARTZMANN, S. (1999), "Fora de foco: diversidades e identidades étnicas no Brasil". *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 55, pp.: 83-96.

SKIDMORE, T. E. (1976). *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SKIDMORE, T. E. (1992a), "EUA Bi-Racial VS. Brasil Multirracial: o contraste ainda é válido?". *Novos Estudos CEBRAP,* São Paulo, 34, pp. 49-62.

SKIDMORE, T. E. (1992b), "Fact and myth: discovering a racial problem in Brazil". Indiana: Kellogg Institute. (Working paper, n. 173).

SKIDMORE, T. E. (2001), "Temas e metodologias nos estudos das relações raciais brasileiras". *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 60, pp. 63-76.

SKIDMORE, T. E. (2003). "Racial mixture and affirmative action: the cases of Brazil and the United States". *The American Historical Review*, 108 (5), pp.1391-1396.

TELLES, E. E. (2011). *Racial ambiguity among the brazilian population*. California Center for Population Research, May 2011. (On-Line Working Paper Series). Disponível em http://www.sscnet.ucla.edu/soc/faculty/telles/Paper_RacialAmbiguityBrazil.pdf . [consultado em 11-12-2012].

WINANT, H. (1992). "Rethinking Race in Brazil". *Journal of Latin American Studies*, 24 (1), pp. 173-192.

WOOD, C. E.; CARVALHO, J. A. M. de; HORTA, C. J. G. (2010). "The color of child mortality in Brazil, 1950-2000: social progress and persistent racial inequality". *Latin American Research Review*, 45 (2), pp. 114-139.

Representação de Raça em Escola Pública na cidade de Cachoeira – Bahia: as relações raciais e a construção da Identidade Negra.

Beatriz Giugliani[1]

Introdução

Essa comunicação apresenta um recorte da Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, que discute a questão racial na Escola Municipal Montezuma, na cidade de Cachoeira (Bahia) [2]. Assim, proponho relatar alguns aspectos do trabalho de campo em tal contexto escolar, a partir da escolha metodológica de seguir os fluxos da prática da observação participante, bem como das entrevistas semiestruturadas. Trago, pois, parte da experiência vivida com os estudantes do 5° ano A/2012 (crianças entre 9 e 12 anos de idade), na tentativa de analisar o que significa a *cultura negra* nesse contexto singular e sua relação com o mundo negro – com a identidade negra.

Os extratos cotidianos serão também espaços privilegiados para a reflexão. De acordo com minha proposta etnográfica, de uma antropologia que seja escrita – e também lida – desde o corpo, o texto em si é estruturado a partir do plano da experiência. Com isso, a narrativa da experiência deverá ser restaurada, a fim de propiciar o acesso a uma discussão que se constrói na imbricação entre as dimensões do sensorial e do racional.

Chamo atenção para o território da pesquisa, Cachoeira (BA), uma cidade maior que sua geografia, pela sensibilidade de reinvenção de seu povo. Estamos no coração do Recôncavo Baiano, esse lugar histórico e cultural, uma cidade construída à foz do Rio Paraguaçu e que, em meados do século XVI (início da colonização portuguesa), viveu lutas pela consolidação da independência do Brasil e participou de batalhas pela emancipação da Bahia. Hoje, constitui-se em patrimônio histórico.

Se as desigualdades estruturadas nos séculos XVIII e XIX pela supremacia branca – que contou com a mão de obra escrava de africanos e indígenas – continuam inalteráveis, apesar da vida moderna trazida pelo capitalismo dos centros urbanos, como esperar que não fossem em bases raciais que se organiza "a nossa reação, nossa defesa e nossos grupos táticos de guerrilha cultural", propõe Pinho (2010: 22). Tendo como eixo central e metodológico a observação participante, o trabalho de pesquisa acompanha o cotidiano dos sujeitos/atores (estudantes da Escola Montezuma). Para isso, tentamos dialogar sobre a realidade de nossos sujeitos a partir de uma etnografia crítica, que nos possibilite perceber, por exemplo, qual o lugar da questão racial nesse contexto escolar e nos percursos dos estudantes em formação.

Portanto, para essa etnografia, ou melhor, para essas etnografias, uma vez pensadas nas suas várias dimensões (etnografia da criança, etnografia da criança negra, etnografia da escola no contexto da modernidade), a descrição é uma interpretação, é encontrar sentido dos significados e ampliar o universo do discurso social (GEERTZ, 1989: 4). Nesse momento, é oportuno trazer ideias que sejam alternativas e representem um conhecimento integrativo para "todas as lacunas, lapsos e ignorâncias conscientes que são apresentadas pelos líderes da cultura dominante, dando voz àqueles que convivem com a realidade opressora e desigual" (GUHA, 1988: 35; FIGUEIREDO, 2010: 91).

---

1 Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Coordenadora de Campo do Grupo de Pesquisa Corpo e Cultura – UFRB/Projeto "Brincadeira de Negão", investigação em andamento sobre a produção de subjetividades masculinas racializadas de jovens estudantes nas cidades de Cachoeira e São Félix, no Recôncavo Baiano, Bahia. Especialista em Pedagogia da Arte pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/2008). Especialista em Educação Psicomotora (UFRGS/1986). Graduada em Licenciatura Plena em Música (UFRGS/1979). Atualmente dedica-se principalmente nos temas sobre raça, educação/escola, desigualdade racial, identidade cultural/racial, representação de raça, relações raciais. bgiugliani@yahoo.com.br

2 Dissertação orientada pelo Professor Dr. Osmundo Pinho.

Raça e escola

A compreensão das determinações materiais e históricas da desigualdade racial, em nosso País, e as possibilidades de superação dessas mesmas determinações tomará corpo nesse artigo ao se entrelaçarem com as temáticas *raça* e *educação*. Os brasileiros afrodescendentes constituem a segunda maior nação negra do mundo, tendo um contingente de 97 milhões de negros (pretos e pardos) nas estatísticas oficiais[3] – autodeclarados –, e 91 milhões de brancos. Isso demonstra o descaso histórico com a problemática racial brasileira, fruto da ideologia que impediu, por muito tempo, o reconhecimento do problema racial no País.

Essa discussão deve enfrentar um primeiro desafio: demonstrar a existência de uma questão racial. Em comparação com os sistemas escravistas dos Estados Unidos e do Caribe, a ideologia da democracia racial no Brasil tem raízes na antiga tese da *brandura* da escravidão brasileira, diz Martins (2004; apud D'ADESKY, 2006: 66-67). De acordo com o autor, é a partir da visão idílica de uma sociedade rigidamente hierarquizada, mas patriarcal, que surge a ideologia da democracia racial, que dá crédito à ideia de que, após a escravidão, os ex-escravos adquiriram cidadania imediata, oportunidades e possibilidades iguais de mobilidade social.

Para Antônio Sérgio Guimarães:

> A solução brasileira ao problema da integração dos ex-escravos negros e de descendentes dos povos indígenas à sociedade nacional passou, primeiro, por negar a existência de diferenças biológicas (capacidades inatas), políticas (direitos), culturais (etnicidade) e sociais (segregação ou preconceito) entre esses e os descendentes de europeus, com ou sem misturas (2001: 122).

Em seguida, o autor aponta para a segunda solução, ou seja, a incorporação de todas as diferenças originais em uma só matriz sincrética e híbrida.

Ora, a invisibilidade da temática racial, no Brasil, persiste até os dias de hoje e nos faz *encarar* para o interesse dessa pesquisa, *raça* não apenas como uma categoria política para organizar a resistência ao racismo, mas também como uma "categoria analítica indispensável" (GUIMARÃES, 1999; GUIMARÃES, 2002: 50), de importância crucial, diríamos, à medida que o País busca consolidar a democracia, a luta pela cidadania do negro através dos movimentos negros organizados.

Portanto, essa questão não pode diluir-se nas "questões gerais" do povo brasileiro (SANTOS, 1994). Mesmo que uma geração de negros (as) brasileiros (as) participe de um movimento de inserção profissional e intelectual em setores historicamente negados – e estejam vivendo um processo de ascensão social –, o racismo e a discriminação racial continuam sendo o alicerce da estrutura social de um Brasil explicitamente desigual, afirma Paixão (2006: 21-22). O modelo nacional de relações raciais consagra e eterniza as disparidades entre brancos, negros e indígenas em nosso País, conclui o autor [4].

Quando se analisa o povo negro, no campo educacional, e no caso dessa pesquisa, numa instituição pública de ensino básico, a desvantagem é destacada e condiciona seu estatuto de cidadania como de "segunda classe". "Segunda classe" pode conferir um *status* um tanto forte (mas não menos evidente) ao se tratar de nossa escola, nosso objeto de pesquisa. Atentamos para o fato de que estamos pesquisando uma escola no Recôncavo Baiano, onde 88% da população é negra (dados do Censo IBGE@cidades/2010). *Estamos tratando como minoria uma maioria.*

Mesmo em se tratando de uma escola de maioria negra, o currículo reverencia uma única cultura, a cultura branca, europeia: a cultura do colonizador. A omissão de conhecimentos sobre os negros – e a intenção de desenraizá-los e de cultivar mentalidades escravizadas – tem sido o objetivo do sistema de ensino brasileiro de modo geral, por meio de conteúdos homogeneizados.

O modelo sincrético e híbrido da identidade nacional brasileira, evocado por Guimarães (acima), não democrático, construído pelas pressões política e psicológica exercidas pela elite brasileira dirigente foi

---

3 Censo IBGE/2010.

4 Raça, segundo o autor, é "a única categoria que revela que as discriminações e as desigualdades que a noção brasileira de *cor* enseja são efetivamente raciais e não apenas de classe" (GUIMARÃES, 2002: 50).

assimilacionista. O processo de construção da identidade nacional seguiu uma ideologia hegemônica baseada no *ideal do branqueamento*. Esse ideal, perseguido individualmente pelos negros e seus descendentes mestiços para escapar dos efeitos da discriminação racial, esclarece Munanga (2008: 95), "teve como consequência a falta de unidade, de solidariedade e de tomada de uma consciência coletiva, enquanto segmentos politicamente excluídos da participação política e de distribuição equitativa do produto social".

Imersos na pesquisa, no trabalho de campo, na observação participante, frequentemente nos vimos falando sobre um tema *desconhecido*, *inexistente*. Desigualdade? Discriminação? Racismo? Cultura Negra? Raça? Assim foi que, quando indagada sobre situações de racismo na instituição, a diretora disse ter vivenciado apenas dois casos, em oito anos, na direção da escola. Estávamos a insistir em diferenças culturais, no estigma da desigualdade? Os nossos agentes arregalaram os olhos: a palavra *negra/negro* não soa como qualquer outra - é forte, causa desconforto, gera mal-estar.

Do campo

A falta de diálogo entre escola, currículo e realidade social – e sobre as culturas negadas, estabelecidas historicamente – permanecem revigorando as desigualdades raciais, posicionando os afro-brasileiros em desvantagem com relação ao acesso a bens simbólicos e culturais. A política assimilacionista, presente nas relações do Estado com a comunidade negra, e a perspectiva eurocêntrica consolidam esse espaço escolar majoritariamente branco.

Em campo (mais precisamente na sala de aula do 5° ano A/2012, e por ocasião do Dia das Mães), observamos cartazes em homenagem a elas. Esses cartazes incluíam imagens de mulheres brancas, o que levou a pesquisadora a questionar sobre tal representação. Assim, quisemos saber qual dentre aquelas figuras recortadas se parecia com a mãe deles. A primeira reação que tiveram foi de espanto. Logo em seguida, a menina D. respondeu:

– Ora, as revistas que nos deram para recortar só tinham mulheres brancas, pró! Não pudemos fazer nada!

Em seguida, B. ressaltou:

– Mas tem uma aí que deve se parecer com a mãe da A. J.! – E, apontando para a figura de uma mulher branca, com cabelos loiros, complementou: – Sim, aquela ali.

Continuamos nossas indagações:

– Mas que revistas são essas que só tem fotografia de pessoas brancas?

– A gente até encontra pessoas negras, mas tem que procurar muito! – respondeu o menino V.

Esse silêncio e essa ausência de referências podem se transformar em sintoma para aqueles que se veem submetidos ao sofrimento do racismo.

Os cartazes foram expostos sem nenhuma abordagem analítica (nem crítica nem reflexiva). Entretanto, em campo, a pesquisadora pôde refletir, com o grupo, a inexistência de figuras de mulheres negras nas revistas de grande veiculação nacional e, talvez, "formar neles atitudes favoráveis às diferenças étnico-raciais das pessoas com as quais convivem na sociedade" (SILVA, 2001: 19). *"O real sempre vai sobrepor-se à representação não concreta"*, corrobora a autora (*ibidem*). Esse pode se constituir em um paradigma nesse processo contínuo para a desconstrução de estereótipos que podem estar interiorizados na representação do negro como subalterno pouco inteligente, etc. Assim, vale salientar o que nos ensina Dzobo (1992): "Aprende-se, pois, observando a realidade exterior" (GONÇALVES E SILVA, 2010: 47). Entretanto, pudemos verificar que, juntamente com os cartazes feitos pelos estudantes – colados na parede –, estava um cartaz-modelo que soubemos, através da professora regente da classe, ter sido elaborado pela professora do turno da noite.

Figura 1 – Cartaz Modelo

Fonte – cartaz elaborado por professora/s e exposto na sala de aula (5° ano)/2012

A partir daí (como vimos acima), os estudantes construíram seus cartazes. É importante verificar o que está no campo, ou seja, a invisibilidade e a reduzida representação do negro tanto em livros didáticos quanto em revistas de maior circulação. Constrói-se a *ilusão da não existência* e a *condição de minoria* ao *segmento negro*, mesmo nas regiões onde ele constitui-se maioria.

Assim, os cartazes que os grupos elaboraram em homenagem às suas mães, segundo os próprios estudantes, não as representavam (figuras 2 e 3).

Figura 2 –Homenagem Às Mães/2012

Fonte – cartaz elaborado em grupo (grupo a) por estudantes da turma e exposto na sala de aula do 5° ano/2012

Figura 3 – Homenagem Às Mâes/2012

Fonte – cartaz elaborado em grupo (grupo b) por estudantes da turma e exposto na sala de aula do 5° ano/2012

Estamos diante da discussão da *ideologia hegemônica* e o *ideal do branqueamento*, construídos pelas elites brasileiras na passagem do século XIX para o século XX. Dessa forma, a branquidade[5] estabeleceu-se como norma e padrão de comportamento, com efeitos perversos sobre a cultura e as identidades negras, que continuaram sendo desvalorizadas e estigmatizadas.

Conforme Ana Célia Silva, a desconstrução da ideologia que desumaniza e desqualifica pode contribuir para o processo de reconstrução da identidade étnico-racial e da autoestima dos afrodescendentes, passo fundamental para a aquisição dos direitos de cidadania (2001: 26).

Combinados, dois aspectos chamam nossa atenção: a *realidade exterior*, que vem através das relações diversificadas (sociais e raciais), fazendo da escola o primeiro espaço de vivências das tensões sociais e raciais, e o *processo de desenvolvimento cognitivo, emocional e social* no qual se encontram as crianças nessa etapa.

As mensagens que circulam nesse meio, muitas vezes com conteúdos ideológicos que atendem ao padrão dominante (MENESES, 2003: 96), são incorporadas diretamente pelas crianças. Assim, ao fim e ao cabo, tais ideias estabelecem uma relação tensa entre nossos atores, haja vista a intensidade das cores (nosso grupo pesquisado é 99% autodeclarado negro). Podemos destacar, aqui, o tratamento dispensado para a colega D. que se autodeclara preta. Descontraidamente, na sala de aula, em atividades músico-corporais, um pequeno grupo de meninas, na ausência de sua professora regente, sentindo-se mais livre (na nossa percepção), começou a chamar D. pelo apelido de sua mãe (Xeréu)[6] e a rejeitá-la, não querendo sua presença. Perceptivamente, D. adotou, nesse momento, uma postura introvertida, sentou no fundo da sala e baixou a cabeça. A atitude da menina fez com que o pequeno grupo direcionasse atenção para outras coisas.

"As mil formas de fazer o negro odiar a sua cor são veiculadas habilmente, dissimuladamente", ratifica a professora Ana Célia Silva (2001: 16).

A ideologia do branqueamento acontece quando se internaliza uma imagem negativa de si própria e uma imagem positiva do outro, isto é, o sujeito estigmatizado tende a se rejeitar, buscando aproximação com o outro, estereotipado positivamente, com seus valores tidos como melhores e perfeitos, desvela Silva (2001: 16).

Ainda segundo a autora: "aparecer desempenhando papéis subalternos pode contribuir para a criança que pertence ao grupo étnico/racial invisibilizado e estigmatizado desenvolver um processo de autorrejeição e de rejeição ao seu grupo étnico/racial" (2001: 18).

Para Gomes (1996: 71), uma teoria que também se apresenta com intensidade na escola é a da democracia racial – nos mesmos termos daquela defendida por Gilberto Freyre. Segunda a autora, "essa corrente ideológica, divulgada a partir da década de 30, traz certo *alívio* à sociedade brasileira". Ou seja, as várias etnias/raças que compõe a nossa sociedade convivem historicamente de forma harmoniosa e sem conflito em nosso país. A teoria privilegia o discurso da igualdade e omite as diferenças. Assim, falar sobre diferenças é discriminar. Talvez, quando as dinâmicas cotidianas de exclusão vierem à luz, quem sabe possamos observar rigorosamente as leis que protegem nossas crianças negras da discriminação.

O mito da democracia racial brasileira possui um poderoso ingrediente que o diferencia das democracias raciais latino-americanas e o transforma na versão mais forte desse dogma. Esse ingrediente diferencial se revela na ênfase da miscigenação, relata Hasenbalg, tida como indicadora de tolerância racial, e na apologia da mestiçagem (1996: 237). E coloca claramente: "Ao se falar ou agir contra essa definição, pode-se incorrer em custos políticos e sociais elevados. Um desses custos é a sempre repetida acusação de se tentar importar um problema que inexiste na sociedade brasileira".

---

5 Alves (2010: 26) nos dá três traduções para o termo *whiteness:* branquitude, branquidade e brancura, e explica que "as mais usadas são branquitude e branquidade, porém o trabalho de Dávila (2006), publicado em inglês como Diploma of Whiteness" foi traduzido como "Diploma de Brancura", expressão que tem implicações teóricas , já que brancura é, por vezes, sinônimo de cor de pele, e a branquitude é mais discursiva que empiricamente observável". No artigo de Michael Apple (2002), o tradutor Tomaz Tadeu da Silva explica a escolha do termo branquitude como forma de marcar linguisticamente as diferenças ideológicas entre os conceitos de branquitude e negritude. Por apresentarem o mesmo sufixo, os dois termos poderiam ser semanticamente aproximados, mas negritude apresenta significações mais positivas relacionadas ao orgulho racial ou consciência racial, ao passo que branquitude não apresenta a mesma conotação.

6 Xeréu: de baixa qualidade, malcuidado (a) www.dicionarioinformal.com.br/xereu - Os colegas tinham conhecimento do apelido da mãe da referida estudante.

> Essa situação revela uma contradição. Se o Brasil acredita ser uma democracia racial e propala a existência da harmonia racial, por que a discussão sobre a questão racial e a diversidade não se constitui em um dos eixos da reflexão educacional e dos currículos escolares brasileiros? Como pode o Brasil ser uma sociedade que lida tão bem com a ancestralidade africana e com a presença negra na sua conformação histórica e cultural se há um desconhecimento quase generalizado sobre história, cultura, relações políticas, formas de luta e resistência e problemas que afligem a África, a diáspora africana e a realidade da população negra brasileira? Estas são indagações desencadeadas pela atual luta do Movimento Negro em prol de uma educação antirracista (GOMES, 2010, p. 104).

Por suposto, uma das primeiras experiências de campo que tivemos na Escola Montezuma foi dia 28 de novembro de 2011, quando, envolvidos numa atividade que propunha uma conversa sobre o dia da "Consciência Negra", um estudante disse: *"é o dia que a gente lembra os negros"*. *"Tem um bocado de negro na Bahia"*, falou outro colega – *"mais negros do que brancos*", completou um terceiro. E ainda tratou de complementar: *"não é só negro que é discriminado, de branco pra baixo tudo é discriminado"*, afirma. E continuaram a se expressar: *"se a gente diz que é negro, nos discriminam"*; *"se branco tá correndo, é esportista; se é negro, é ladrão"*. Estava sendo revelado ali o sentimento negativo da diferença, o sentimento da diferença racial e das categorias raciais, já percebidas e relatadas por sujeitos de 9 a 12 anos.

A nossa intenção, ao destacar essa experiência, é pautar *o que acontece no nosso campo*, ou seja, os padrões assimétricos de reprodução social no Brasil e a sua relevância no aspecto da desigualdade em termos de educação, renda e oportunidades. Contudo, é preciso levar a efeito essa discussão considerando o contexto e a estrutura social da forma como é vivida pelos sujeitos na Escola Montezuma.

"A escola não é um campo neutro onde, após entrarmos, os conflitos sociais e raciais permanecem do lado de fora" (Gomes, 1996: 69). Pelo contrário, é lá que as relações se intensificam por serem relações imersas na alteridade. Ora, as teorias raciais estão presentes na sociedade e no cotidiano escolar. Não surgem espontaneamente; elas sofrem, sim, um processo de retroalimentação, e acabam por legitimar o racismo presente na prática social e escolar. Gomes revela – com dados empíricos – que os discursos presentes no ambiente escolar reproduzem aqueles de Nina Rodrigues sobre a incapacidade intelectual do negro. Nossos dados empíricos também registraram conversas dos estudantes onde substituem o nome próprio da colega D., que se autodeclara preta, pelo apelido *Xeréu* (relatado acima) que, segundo eles, remete ao apelido da mãe de D.

O lápis cor de pele ou a representação de raça

Faz sentido quando dizemos, então, que essas teorias e concepções mantêm sua força ideológica também entre parcelas significativas da comunidade negra. Na Escola Montezuma, mesmo sendo frequentada por maioria negra, a cultura negra é eventualmente representada apenas em dias de homenagens (como o Dia da Consciência Negra e o Dia do Folclore).

Entre o *destaque eventual* dado à cultura negra e à afro-brasileira e a ausência de um planejamento que inclua atividades relativas à diversidade (que relevem os elementos da cultura negra), fica claro que esta permanece silenciada na escola; um silêncio que corresponde à inexistência e não simplesmente ao ato de calar-se, omitir ou abafar, mas como uma maneira de não ver, de relegar: "um *pacto* que não deve ser quebrado, pois senão teríamos que refazer o currículo da escola", sentenciam Abramowicz *& ali* (2010).

Não basta, no entanto, sensibilizar a escola brasileira quanto à diversidade de maneira geral e à questão racial especificamente, nem apenas refazer o currículo. Diante do contexto das relações raciais no Brasil, o Movimento Negro tem cobrado um posicionamento ético e responsável das instituições sociais envolvidas diretamente pelos processos de formação humana, assim como uma mudança mais ampla, abarcando toda a sociedade brasileira, que não englobe somente negros e negras (Gomes, 2010, p. 102). Esse processo, acredita a pesquisadora, proporcionará "uma reeducação social e cultural no trato com a diversidade, questionando e problematizando o mito da democracia brasileira" (*ibidem*).

O campo, a *nossa* escola pesquisada, indica estar excluindo a especificidade identitária e tornando invisíveis as diferenças. A escola, aqui, mostra-se como um espaço sem conflitos – em perfeita harmonia –, o que revela a presença das teorias e das concepções racistas que mantêm sua força ideológica.

Durante a realização da pesquisa (buscando captar as impressões, representações dos nossos sujeitos para investigar como estes representam a cultura negra no contexto escolar), lançamos mão da técnica do desenho (auto e heterorretratos), considerando-o como "representação simbólica", como um instrumento pertinente de coleta de dados, ou seja, entendemos o desenho como uma interpretação intelectual do estudante – e não como uma cópia do real[7].

> O pressuposto é que a materialidade, a interação entre os pares, as relações raciais e sociais vivenciadas e o imaginário dos nossos sujeitos interferem na representação gráfica. Vale dizer que é importante, também, a observação do *processo de produção* que envolve a criação dos *autorretratos e* dos *retratos dos colegas*.

Poder acompanhar esse ato de elaboração do desenho e escutar as opiniões das crianças sobre as suas próprias criações contribui para um maior entendimento dos significados atribuídos a elas. Mais: através do desenho infantil, somos capazes também de *olhar, sentir* e *ler* (GOBBI, 2005). Permite, assim, que se conheça mais sobre quem o produz, suas percepções acerca de sua realidade vivida e do que é produzido. Nesse aspecto, o desenho é uma das linguagens da nossa cultura que mais auxilia na compreensão da realidade; ao utilizá-lo, evocamos a expressividade para representar o percebido e o imaginado.

Tínhamos convicção, enfim, que a linguagem do desenho permitiria que elas, as crianças, inventassem e experimentassem ideias, ações, desejos e sentimentos das mais variadas formas, deixando transparecer as suas emoções e o seu imaginário (PILOTTO, SILVA e MOGNOL, 2004: 4).

Ao distribuir as folhas de papel, os lápis de cera, de cor e canetinhas, pedimos que se agrupassem em pequenos grupos, para todos terem acesso aos materiais. A pesquisadora ainda solicitou que o desenho (*o autorretrato ou o retrato do colega*) fosse colorido. Brinquei com eles ao dizer que, se o desenho ficasse sem cor, iria parecer que somos transparentes, ou melhor, que as pessoas retratadas eram transparentes. Uma brincadeira – ou uma provocação – para que, de certa forma, eles refletissem sobre as cores, as manuseassem, as elegessem conforme as suas impressões a partir da realidade perceptiva e visual. Iniciada a atividade, e percorrendo as carteiras, percebi que muitos estudantes estavam preferindo colorir as suas "representações simbólicas" com o tal do "lápis cor de pele".

Ah, o lápis cor de pele… Pois há muito se ouve falar no lápis cor de pele. O lápis cor-de-rosa, rosa claro[8] é convencionalmente tratado como cor da pele. Mas aí, fazemos a pergunta: da pele de quem? Do porquinho recém-nascido? De que pele se está falando? As peles têm várias cores. Não?

As meninas da sala, na sua maioria, ao se retratarem ou retratarem o/a colega, resolveram o problema da cor da pele, utilizando o tal (e famigerado) rosa – o lápis cor de pele. Porém, insistimos, sugerindo que, se as tantas cores disponíveis não contemplassem as suas percepções visuais (e/ou imaginativas), poderiam misturá-las até chegarem à cor mais parecida, a que lhes parecesse representar o mais aproximado da sua compreensão.

Contudo, existem padrões/convenções de cores já pré-concebidas nas suas mentes imaginativas através das suas prévias experiências vivenciadas, e o lápis cor de pele talvez possa sugerir a solução do problema da cor de pele: generaliza, homogeneíza e suaviza o pertencimento racial.

---

7 A criança desenha o que sabe, o que sente, o que percebe. Ver mais em: Pillar (1996: 41).

8 Ao me deparar com essa situação, postei-a em uma rede social, e um dos comentários foi de que, talvez, as crianças estivessem associando essa cor ao tom de pele dos personagens dos gibis e dos livros infantis. Teríamos que investigar mais.

Figura 4

Autorretrato de A. J

Figura 5

Dª Retrata D.

Fonte – desenho realizado pela estudante

Pesquisando corpo negro e cabelo crespo como ícones da identidade negra, Nilma Gomes (2002) diz que "na escola, não só aprendemos a reproduzir as representações negativas sobre cabelo crespo e corpo negro, como aprendemos a superá-las, se incluídas em nosso currículo e em nossos debates pedagógicos" (p. 50). Parafraseando Lélia Gonzalez (1988), quando essa autora comenta sobre as manifestações culturais de origem africana no continente americano, podemos dizer que as representações aqui observadas estão encobertas pelo "véu ideológico do branqueamento" e são "recalcadas por classificações eurocêntricas que minimizam a importância do negro".

A negação da identidade negra no contexto escolar

A sociedade em geral – e a educação em particular – assimilam e reproduzem o imaginário brasileiro a respeito da população negra como sendo uma população inferior. Durante anos, a elite brasileira uniu esforços em busca de mecanismos que negassem nossa condição de País negro. Uma negação que tenta se perpetuar, mesmo na atualidade, quando o Brasil possui o maior contingente de população negra fora do continente africano. Ao longo da historiografia brasileira, o racismo tem se reatualizado e atuado continuamente na produção de desigualdades e subordinação.

A escola (como uma instituição que reproduz as estruturas da sociedade) também reproduz o racismo como ideologia e prática de relações sociais que invisibilizam e imobilizam as pessoas, inferiorizando-as e desqualificando-as em função da sua raça ou da sua cor.

A educação é direito de todos, é direito constitucional (conforme artigo 205 da Constituição Federal de 1988). Contudo, muitas pesquisas oficiais, realizadas nos últimos anos, assinalam que é na escola o lugar onde se produzem e se reproduzem as desigualdades raciais. Interesses, necessidades de diferentes grupos sociais e étnico-raciais entrecruzam-se, preponderando aqueles que têm poder de influir nas decisões políticas, ficando esquecidos ou sendo desqualificados os demais (GONÇALVES E SILVA, , 2003; GONÇALVES E SILVA, 2010: 38).

> Questões como a discriminação do negro nos livros didáticos, a necessidade de inserção da temática racial e da História da África nos currículos, o silêncio como ritual a favor da discriminação racial na escola, as lutas e a resistência negras, a escola como instituição reprodutora do racismo, as lutas do Movimento Negro em prol da educação começam, aos poucos, a ganhar espaço na pesquisa educacional do País, resultando em questionamentos à política educacional. Desencadeia-se um processo de pressão ao Ministério da Educação, aos gestores dos sistemas de ensino e às escolas públicas sobre o seu papel na superação do racismo na escola e na sociedade (GOMES, 2011: 112-113).

Como resposta às pressões históricas do Movimento Negro (que insistia em colocar a diversidade étnico-racial e o direito à educação no campo da equidade, ao mesmo tempo em que indagava sobre a implementação de políticas públicas de caráter universalista), no ano de 2003, é sancionada a Lei n° 10.639/03 (BRASIL, 2005) – já referida neste trabalho –, que torna obrigatório o ensino de história da África e das culturas afro-brasileiras e indígenas nas escolas públicas e privadas de educação básica[9].

Nesse sentido, a referida lei, mais a Resolução CNE/CP 01/2004 e o Parecer CNE/CP 03/2004[10] somam-se para garantir o direito à educação e à diferença.

Concordamos com Gomes quando diz que "a sua efetivação como política pública em educação vem percorrendo um caminho tenso e complexo no Brasil" (2011: 116). Isso porque é possível perceber que as iniciativas para a concretização de tal política carecem de enraizamento, além de certo desconhecimento diante do trato pedagógico da diversidade étnico-racial por parte de professores e gestores. Segundo a autora, a concretização depende da indispensável e, necessariamente, da "mobilização da sociedade civil a fim de que o direito à diversidade étnico-racial seja garantido nas escolas, nos currículos, nos projetos político-pedagógicos, na formação de professores, nas políticas educacionais, etc." (*ibidem*).

Paradoxalmente aos dilemas encontrados na implementação da Lei 10.639/03 e suas diretrizes, sentimos soprar um ar relativamente propício para a renovação de programas curriculares que possam trazer, efetivamente, o fortalecimento e o reconhecimento das contribuições dos negros à sociedade brasileira. Aqui estabeleceríamos uma ponte com o que foi formulado no início desse artigo, ou seja, a superação da situação de subalternização dos saberes produzidos pela comunidade negra, da presença dos estereótipos raciais nos livros didáticos, da estigmatização do negro e, como revela Gomes (2010: 104) brilhantemente, "da versão pedagógica do mito da democracia racial – igualdade que apaga as diferenças", podem ser transpostos através de projetos que incluam pedagogias diferenciadas, aquelas que propiciem a expressão do mundo africano e afrodescendente e sua valorização, suas especificidades e suas peculiaridades, seu jeito de ser, de sentir, de se relacionar. A escola pública e a escola privada brasileira estão desafiadas a revisar posturas, valores, conhecimentos, currículos, mesmo porque agora é lei.

Considerações finais

Há urgência de uma nova mentalidade para "romper com significados produzidos em perspectivas eurocêntricas e que têm sido adversos a africanos e a afrodescendentes, por instigá-los a se submeter a interesses e pensamentos que se pretendem universais" (GONÇALVES E SILVA, 2010: 42). Para isso acontecer, precisamos construir pedagogias diferenciadas (como dissemos acima) e ratificamos, inclusive no modo de abordagem dos temas estudados. Sem saber da história, da cultura, das relações políticas, das formas de luta e resistência que afligem a África, a diáspora africana e a realidade da população negra brasileira, não podemos propalar a existência de uma harmonia racial no Brasil, aponta Gomes (2010: 104); caímos no fosso da folclorização, por exemplo, da superficialidade nas abordagens da cultura africana. "Essas são indagações desencadeadas pela atual luta do

---

9 Em 2008, essa Lei sofre alteração e passa a incluir a história e a cultura indígenas, passando para a Lei 11.646/08. No entanto, manteremos a numeração original para ser coerente com o contexto histórico da pesquisa e com o enfoque étnico-racial contido nela.

10 A Lei nº 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio; o Parecer do CNE/CP 03/2004, que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas; e a Resolução CNE/CP 01/2004, que detalha os direitos e as obrigações dos entes federados ante a implementação da Lei, compõem um conjunto de dispositivos legais considerados como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas, desencadeada a partir de 2000. É nesse mesmo contexto que foi aprovado, em 2009, o Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileiras e Africanas (BRASIL, 2009).

Movimento Negro em prol de uma educação antirracista, que tem na Lei 10.639/03 a sua maior expressão", completa autora (*ibidem*).

Uma política educacional que pretenda recuperar as culturas negadas não pode se restringir à sua discussão, uma vez por ano reduzindo-se a unidades e lições isoladas, a exemplo das datas comemorativas. Nem, tampouco, dispensar a participação dos estudantes, por exemplo, da organização e das definições das próprias manifestações.

No caso dessa pesquisa, o que ressaltamos a partir da representação de raça por parte dos estudantes se amplia quando nos deparamos com a descontinuidade das práticas pedagógicas aplicadas, assim como a desconexão com a vida social da comunidade. O diálogo intercultural, ou melhor, a proposição de uma fala emancipatória no interior da escola, que considere a existência de um "outro" ativo e concreto, parece-nos que abre caminhos para formular questões desafiadoras como *a forma de lidar com a diversidade*, ou mesmo *a construção de uma educação antirracista*.

> Não há nenhuma *harmonia* e nem *quietude* e tampouco *passividade* quando encaramos, de fato, que as diferentes culturas – e os sujeitos que as produzem – devem ter o direito de dialogar e interferir na produção de novos projetos curriculares, educativos e de sociedade (GOMES, 2012: 103).

Portanto, convém destacar que qualquer análise das políticas educacionais, no Brasil, não pode negligenciar os marcos históricos, políticos e econômicos, bem como a relação com o Estado e a sociedade civil – nos quais estas se inserem (GOMES, 2011: 120).

Para pesquisar e compreender o ponto de vista e os significados das crianças é preciso que renunciemos algumas hipóteses adultas (e ocidentais), tais como a convicção de que suas ações diárias são comuns. Procuramos, a todo o momento, reconhecê-las como sujeitos capazes de descrever experiências, relatar vivências e interagir ativamente com os adultos e com as outras crianças. O campo que descrevemos, junto com atividades corporais sugeridas aos grupos pesquisados (2011/2012), esteve atrelado ao exercício de escutá-los e observar o dinamismo das situações internas vividas por eles, de forma sensível e ativa. Quem são essas crianças que estamos pesquisando?

O reconhecimento e as transformações necessários para a emancipação do povo negro não podem mais esperar. Mesmo que alguns setores da sociedade ainda vejam com desconfiança a adoção da raça como categoria de análise para o entendimento das relações raciais e das formas de racismo, o Movimento Negro persiste ao re-significar e politizar a raça – compreendida como construção social –, reeducando e emancipando a sociedade brasileira e a si próprio (GOMES, 2012: 741) através de novas ações e novos conhecimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo.

Reconheço (e registro), por fim, a premência de que se some às novas ações pela luta por emancipação social e pela superação do racismo outras formas de organização política para a produção de novas pedagogias e novos conhecimentos, dada a complexidade das formas de opressão e dominação que devemos contrapor.

Referências bibliográficas

ABRAMOWICTZ, A.; OLIVEIRA, F.; RODRIGUES, T. C. (2010), A criança negra, uma criança e negra. In: ABRAMOWICTZ, Anete; GOMES, Nilma (Org). *Educação e Raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas*, Belo Horizonte, Autêntica Editora.

ALVES, Luciana. (2010), *Significados de ser branco: a brancura no corpo e para além dele.* Dissertação de Mestrado, São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

APPLE, Michael. (2002), Consumindo o outro – Branquidade, educação e batatas fritas. In: _____, *A escola básica na virada do século – cultura, política e currículo,* São Paulo, Cortez.

D'ADESKY, Jacques. (2006), *Antirracismo, Liberdade e Reconhecimento,* Rio de Janeiro. Daudt.

DAYRELL, Juarez. (1996), A escola como espaço sociocultural. In: DAYRELL, Juarez (Org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura.* Belo Horizonte: UFMG, pp. 136-162.

GEERTZ, Clifford. (1989), *A interpretação das culturas***.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

GOBBI, Márcia. (2005), Desenho infantil e oralidade. In: FARIA, A. L.; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri;

PRADO, Patrícia Dias (Org.). *Por uma cultura da infância: metodologia de pesquisa com crianças*. 2ª edição. Campinas, São Paulo, Autores Associados.

GOMES, Nilma Lino. (1996), Educação, Raça e Gênero: relações imersas na alteridade. *Cadernos Pagu_(6 7),* pp. 67-82.

_____. (2010), Diversidade étnico-racial e Educação no contexto Brasileiro: algumas reflexões. In: _____(Org.). *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais.* Belo Horizonte, Autêntica Editora, pp. 57-73.

_____. (2011), Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na Educação Brasileira: desafios, políticas e práticas. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação,* v.27, n. 1, jan./abr., pp. 109-121.

_____. (2012), Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem fronteiras*, v. 12, n. 1, jan./abr., 2012, pp. 98-109.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. (2003), Aprender a conduzir a própria vida: dimensões do educar-se entre afrodescendentes e africanos. In: BARBOSA, Lúcia de A. et al. (Org.). *De preto a afrodescendentes: trajetos de pesquisas sobre relações étnico-raciais no Brasil.* São Carlos: EDUFSCar, pp. 181-197.

_____. (2010), Estudos Afro-Brasileiros: africanidade e cidadania. In:

ABRAMOWICTZ, Anete; GOMES, Nilma (Org.). *Educação e Raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas.* Belo Horizonte, Autêntica Editora.

FIGUEIREDO, Carlos Vinícius da Silva. (2010), Estudos Subalternos: uma introdução. *Raído,* Dourados, MS, v.4, n.7, jan./jun., pp. 83-92.

GUIMARÃES, A. S. A. (2001), A questão racial brasileira (os últimos quinze anos). *Tempo Social Revista Sociológica.* USP, São Paulo 13 (2), Nov., pp. 121-142.

_____. *Classes, Raças e Democracia.* Editora 34, São Paulo, 2002.

HANSENBALG, C. A. (1996), Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. In: MAIO, M. C. & SANTOS, R. V. (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade.* Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, pp. 235-249.

KREUTZ, Lúcio. (1998), Identidade étnica e processo escolar. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XXII. *Anais Caxambu*: *ANPOCS*, pp.79-96.

MENESES, Maria Paula G. (2007), Os espaços criados pelas palavras – Racismos, etnicidades e o encontro colonial. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais.* Belo Horizonte: Autêntica, pp. 55-76.

_____. (2003), Agentes do conhecimento? A consultoria e a produção do conhecimento em Moçambique. In: SANTOS, B. S. (Ed.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as Ciências Revisitado*. Porto: Afrontamento, pp. 683-715.

MUNANGA, Kabengele. (2008), *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil.* Autêntica Editora, Belo Horizonte.

PAIXÃO, Marcelo. (2008), *A dialética do bom aluno: relações raciais e sistema educacional brasileiro.* Rio de Janeiro: FGV.

PILLAR, Analice Dutra. (1996), *Desenho e construção de conhecimento na criança.* Porto Alegre, Artes Médicas.

PINHO, Osmundo. (2010), *O mundo Negro: hermenêutica crítica da reafricanização em Salvador.* Curitiba, Editora Progressiva, 2010.

SANTOS, Hélio. (1994), Uma teoria para a questão racial do negro brasileiro (a trilha do círculo vicioso). *Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 8, n. 3, jul./set., pp. 56-65.

SILVA, Ana Célia. (2003), A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabelenge (Org.). *Superando o racismo na escola.* Brasília, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental.

SILVA, Tomaz Tadeu. (2011), Currículo e identidade social: territórios contestados. In: _____(Org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação.* 9ª ed., Petrópolis, Vozes.

SILVÉRIO, Valter Roberto. (2010), A socialização e a identidade: a escola e o dilema étnico-racial. In: ABRAMOWICZ; GOMES (Org.). *Educação e Raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas*. Autêntica Editora. Belo Horizonte.

O Desafio da Gestão Da Diversidade Étnico-Racial em uma Universidade Pública Brasileira

Yone Maria Gonzaga[1]

Antonia Vitória Soares Aranha[2]

Resumo: A gestão da diversidade étnico-racial ainda é um campo incipiente nas políticas públicas brasileiras. Visando ampliar os estudos nesta área, apresentamos a presente comunicação que tem como objetivo analisar como a inclusão de maior número de estudantes negros/as na UFMG, ocorrida a partir de 2009, ano em que a instituição implementou a política de bônus sócio-racial tem interrogado os processos de gestão vigentes e exigido da universidade a proposição de novos modelos de gestão pedagógicos, acadêmicos e administrativos. Os dados analisados foram obtidos através de análise documental, análise dos dados socioeconômicos coletados pela Comissão Permanente de Vestibular (COPEVE) e participação das autoras na Comissão de Estudo e Acompanhamento de Medidas de Inclusão Social no Corpo Discente da UFMG – CAIS/UFMG.

Palavras Chave: Gestão - diversidade étnico-racial – universidade - políticas públicas

1 – Introdução

A educação brasileira tem sido apontada em relatórios oficiais e pesquisas acadêmicas como um campo em que as desigualdades sociais e raciais são persistentes, em que pese os avanços verificados na primeira década do século XXI. Tais iniquidades, amplamente denunciadas pelos movimentos sociais, sobretudo, os movimentos negros, vêm colocando em xeque os discursos de que o Brasil é um país justo e democrático e têm exigindo do Estado brasileiro ações efetivas para a sua superação.

A partir dos anos 2000, políticas que objetivam à promoção da igualdade racial e a superação do racismo vêm sendo implementadas de forma mais sistemática, em vários setores da sociedade brasileira, pelos setores público e privado. No campo educacional, merecem destaque as políticas de ação afirmativa (cotas e/ou bônus), destinadas a garantir o acesso de estudantes autodeclarados negros/as em instituições de ensino superior.

A democratização de acesso de estudantes oriundos de camadas populares e negros às universidades, iniciada a partir do ano de 2002, quando, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, implantou as cotas sociais e raciais, bem como a consequente adesão de outras universidades ao mesmo processo potencializaram as discussões sobre inclusão e permanência, as quais se intensificaram a partir da regulamentação da Lei Federal 12711/2012 (conhecida como Lei de Cotas), que implementou a reserva de vagas com recortes étnico-racial e social nas universidades públicas federais, o que vêm exigindo das administrações públicas o incremento de novos processos de gestão da diversidade étnico-racial.

O campo de gestão das políticas afirmativas com recorte étnico-racial no Brasil ainda é incipiente, contudo, tem enfrentando grandes desafios, onde se destacam os embates políticos e ideológicos travados pelos setores favoráveis e contrários à implementação das mesmas, mesmo após a vigência da "Lei de Cotas".

Entre as críticas formuladas pelos setores oponentes à adoção das políticas afirmativas, em especial, cotas para negros nas universidades, a questão da meritocracia é evidenciada. Outros argumentos são reivindicados

---

1 Yone Maria Gonzaga – Mestre e Doutoranda em Educação na Faculdade de Educação da Universidade federal de Minas Gerais. Desenvolve estudos nas temáticas das relações étnico-raciais, trabalho e educação. Atua na formação de professores/as da educação básica para as temáticas mencionadas. yonegonzaga1@yahoo.com.br

2 Antonia Vitória Soares Aranha – Professora Titular da Faculdade de Educação da Universidade federal de Minas Gerais. Ocupou o cargo de Pró-Reitora de Graduação na UFMG, é orientadora de Mestrado e Doutorado, onde desenvolve pesquisas nas áreas de educação e trabalho.antoniavitoria@uol.com.br

por estes setores: não é possível definir quem é negro e quem é branco no contexto brasileiro em função da miscigenação, as cotas sociais são mais democráticas pois garantem oportunidades aos brancos pobres também; ou ainda, o emprego de políticas que garantam reservas de vagas para estudantes negros/as poderia levar a um confronto racial – fato desconhecido pela sociedade brasileira. Todavia, o que se esconde por trás de tais argumentos é uma tentativa de manutenção das "vantagens da branquitude", a qual assegura aos jovens brancos a maioria das vagas disponíveis nas instituições de ensino superior, principalmente, nos cursos que conferem aos/às concluintes maior retorno financeiro e simbólico.

Já os setores que defendem a adoção das políticas afirmativas usam como principal argumento o de que a raça deve ser entendida não no sentido biológico, mas como uma construção social, portanto, tem uma repercussão significativa no modo como os homens e as mulheres negros são vistos, vivem ou morrem. Defendem a continuidade das políticas universalistas, mas exigem a adoção das políticas afirmativas, porque elas guardam em si um potencial transformador, que contribui para a superação das desigualdades.
Independentemente, da intensidade dos debates em torno das políticas afirmativas, aos poucos, elas vêm sendo se institucionalizando e essa inflexão do Estado Brasileiro é resultado de um longo processo de lutas dos movimentos sociais, sobretudo, dos Movimentos Negros. Um exemplo emblemático é a adoção de reserva de vagas com recorte racial nas universidades, o que tem possibilitado o acesso de jovens negros nos espaços acadêmicos.
A chegada em maior número de estudantes negros às universidades públicas federais, na opinião de Sant´Anna(2006), e "o fato deles estarem, acima de tudo, se organizando em torno de um direito tem fortes implicações sobre a futura geração de afro-descendentes". Porém, esta mesma chegada, traz tensões para o ambiente acadêmico, pois, a chegada de outros sujeitos impõe a utilização de outras pedagogias (ARROYO,2012) e demandam novas formas organizativas, administrativas e burocráticas.
Neste sentido, torna-se relevante conhecer as experiências iniciais da Universidade Federal de Minas Gerais no processo de implementação do bônus sócio-racial.

2. Revisão de Literatura

2.1 Políticas Públicas com recorte racial: a reserva de vagas (cotas)

Em 15 de outubro de 2012, o Diário Oficial da União publicou a regulamentação da lei 12711, que trata da reserva de vagas para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, de no mínimo 50% (cinquenta por cento) de estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, observando, também os critérios econômicos.
A lei garante, ainda, a reserva de percentual destas vagas para preenchimento por curso e turno de estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à destes coletivos pretos, pardos e indígenas na constituição da população da unidade da Federação onde se encontra instalada a instituição, segundo os dados organizados pelo último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Essa legislação vai ao encontro de luta histórica dos movimentos sociais, sobretudo, dos movimentos negros e de militantes anti-racistas e representa a inflexão do Estado às demandas colocadas por setores da sociedade, os quais vêm reivindicando ações em prol da democratização do acesso e permanência no ensino superior de grupos sociais historicamente discriminados.
Estas lutas que ganharam maior visibilidade a partir da primeira deste século, principalmente, após a participação brasileira na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, realizada em Durban, 2001, contribuíram para fundamentar as demandas pelas Políticas de Ações Afirmativas, que, neste texto, são entendidas como

> Conjunto de políticas públicas e privadas, de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de Gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação

> praticada no passado, tendo como objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e emprego (GOMES, 2001, p.40).

As ações afirmativas se definem também por serem de caráter compensatório, uma vez que "buscam corrigir situações de discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado, presente ou futuro, através da valorização social, econômica, política e cultural destes" (Moehlecke, 2002).

Mesmo após a publicação do estatuto legal, a implementação de Políticas públicas direcionadas para a população negra, nas universidades públicas federais, continua causando controvérsia no seio da sociedade brasileira. Nota-se que a crítica à adoção de ações afirmativas para grupos e populações marginalizadas é menos intensa do que quando se destina especificamente aos sujeitos negros. Neste aspecto, o discurso se bipolariza: cotas sociais versus cotas raciais.

No afã de conter o avanço de conquistas do segmento negro nas universidades públicas, os "contrários" às leis de cotas reatualizam velhos discursos: *mestiçagem* (o Brasil é um país mestiço, portanto, a mestiçagem é "uma vantagem e não um problema" como nos diz CARVALHO (2005, p.96); *mérito acadêmico (*a meritocracia individual seria negada, reforçando a ideia de que aos negros falta a "aptidão" para tal nível de ensino); *defasagem da educação básica* (o Estado deve investir na educação básica para que os/as estudantes oriundos de escola pública sejam preparados e tenham possibilidade de pleitear uma vaga no ensino superior); *inconstitucionalidade* (buscam respaldo em ordenamentos jurídicos, como artigo 5º. da Constituição Brasileira, o qual apregoa que "todos são iguais perante a lei", para dizer da inconstitucionalidade do Estado promover ações diferenciadas para determinados grupos).

Esse argumento da inconstitucionalidade foi utilizado pelo partido político Democratas em questionamento às cotas raciais implementadas pela Universidade de Brasília (primeira federal a aderir ao sistema) e foi rechaçado pelo Supremo Tribunal Federal, em votação histórica, ocorrida em abril de 2012. Em seu voto, o relator Ricardo Lewandowiski salientou que

> a aplicação do princípio da igualdade, sob a ótica da justiça distributiva, considera a posição relativa dos grupos sociais entre si. Mas, convém registrar, ao levar em conta a inelutável realidade da estratificação social, não se restringe a focar a categoria dos brancos, negros e pardos. Ela consiste em uma técnica de distribuição de justiça, que, em última análise, objetiva promover a inclusão social de grupos excluídos ou marginalizados, especialmente daqueles que, historicamente, foram compelidos a viver na periferia da sociedade (voto do Relator) disponível em www.stf.jus/arquivo/cms/notícias/anexo/ADP.

Apesar de toda a articulação de parte da sociedade brasileira avessa às políticas e dos discursos com conotações racistas veiculados, principalmente, pela mídia hegemônica, "até 2008, 51% das universidades públicas estaduais e 41,5% das universidades públicas federais brasileiras haviam adotado alguma ação afirmativa" (SANTOS, 2012, p.11).

Na avaliação da pesquisadora do IPEA, Luciana JACCOUD, "os programas de ação afirmativa vêm democratizando o acesso ao ensino superior e diversificando o perfil racial e social do corpo discente das instituições" (JACCOUD, 2008, p.153). Partindo do pressuposto de que é prerrogativa do Estado promover a justiça distributiva, garantindo aos cidadãos acesso aos bens socialmente produzidos, como a educação de qualidade e, se há quase uma década convivemos com as experiências afirmativas nas universidades públicas brasileiras, nos cabe refletir como tem sido a gestão destas políticas focalizadas nos espaços acadêmicos. Quais as ações têm sido viabilizadas pelo Estado no intuito de garantir a permanência bem sucedida de estudantes que acessaram as universidades públicas utilizando a política de reserva de vagas (cotas) ou bônus?

Em pesquisa documental, encontramos considerável referencial teórico versando sobre a conceituação de políticas afirmativas, a implementação das mesmas nas universidades públicas, bem como de pesquisas de trajetórias de estudantes oriundos das camadas populares. Todavia, são incipientes os estudos destinados

a compreender como tem se efetivado os processos de gestão da diversidade racial e como a mesma tem impactado os processos acadêmicos e administrativo-burocráticos de tais instituições, o que demonstra a relevância deste trabalho.
Ressaltamos que neste artigo o conceito de raça, "refere-se ao reconhecimento de uma diferença que nos remete a uma ancestralidade negra e africana. Trata-se, portanto, de uma forma de classificação social construída nas relações sociais, culturais e políticas brasileiras" (GOMES, 2010, p.2).
Na categoria "negros" são incluídos todos os sujeitos autodeclarados pretos e pardos, seguindo classificação utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

2.2. - Ampliando a compreensão sobre as políticas afirmativas no Brasil

- Políticas Públicas

A definição de políticas públicas ainda é um campo em discussão (HEIBORN, 2010, p.15), contudo o termo Políticas Públicas tem aparecido com frequência nos debates nacionais.
De acordo com a pesquisadora SOUZA (2006, p. 20), o ressurgimento do mesmo é decorrente de três fatores: a política de contingenciamento de gastos imposta pela legislação de diretrizes orçamentária aos governos federal, estadual e municipal; o repensar do papel do Estado na proposição de políticas universalistas de bem-estar a todos os cidadãos; e, por último, as demandas por inclusão trazidas por setores alijados dos bens sociais, como educação, saúde, trabalho, segurança, lazer, transporte, alimentação, etc., sobretudo nos países em desenvolvimento, onde a convivência lado a lado de riqueza e bolsões de miséria, denota que a democracia não está de todo consolidada.
A política pública pode ser definida como um conjunto de decisões que produzem ações relativas à alocação imperativa de recursos por parte de instituições governamentais. Tais decisões são de caráter público, pois visam atender os interesses de uma sociedade ou parte dela. As ações conjugam decisões e interesses e são estrategicamente selecionadas "conforme a hierarquia da preferência dos atores envolvidos, expressando uma adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis para alcançá-los" (SIMAN, 2005, p.36).
Neste trabalho, Políticas Públicas devem ser entendidas como

> o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p.26).

Tomando por base este conceito, percebemos que a implementação de políticas públicas repercute na economia e nas sociedades, criando antagonismos e tensões, haja vista os argumentos "dos contrários" às cotas raciais (FRY, 2008), o que nos leva a pensar o quão necessário se faz romper com os conceitos hegemônicos e valores construídos ao longo da história que hierarquizam ou discriminam determinados grupos em função do pertencimento racial ou características fenotípicas, tornando-os invisíveis ao alcance de tais políticas e negando-lhes o usufruto dos direitos garantidos a todas as pessoas.
À proposição de políticas antecede o conhecimento dos sujeitos a quem se destinam. Por essa razão, para se conceber ou implementar as políticas públicas é preciso explicar as interrelações entre Estado, política, economia e sociedade, trazendo para a arena da discussão "disciplinas que partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos, como economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão, ciências humanas e sociais aplicadas" (SOUZA, 2006, p.27), sem perder de vista o sujeito coletivo para o qual as mesmas são traçadas.
Concebendo as Políticas Afirmativas com recorte racial para ingresso de estudantes negros/as nas universidades federais como Políticas Públicas implementadas pelo Estado Brasileiro, a partir das demandas políticas apresentadas pelos Movimentos Sociais Negros, intelectuais anti-racismo e assumidas por alguns setores

sociais, cabe-nos interrogar, com urgência, como têm sido o processo de gestão das mesmas no interior destas instituições, pois, na concepção de SISS,

> o papel desempenhado pela variável educação nos processos de implementação da cidadania dos afro-brasileiros se reveste de fundamental importância por guardar uma estreita relação com a inserção de membros desse grupo nos vários níveis ocupacionais e de renda no mercado de trabalho (SISS, 2012, p.29).

3. O desafio de Gestão da diversidade racial

Etimologicamente, a palavra gestão advém do verbo latino gero, gessi, gestum, gerere e, de acordo com BUENO (2007, p.387), significa gerência, ou administração. Para os pesquisadores FIDALGO e MACHADO (2000, p.172), gestão é "a ação de administrar e se ocupar de interesses, atividades ou situações, organizando e fazendo uso adequado dos meios disponíveis".

Na avaliação de MANNING, LAUDARES et all, a gestão pública pode ser entendida como

> a máquina que implementa as políticas públicas (órgãos governamentais, servidores públicos, sistema de gestão financeira e as regras processuais que os normatizam), em vez de uma máquina que elabora políticas públicas (corpos legislativos, gabinete, dirigentes, etc.) MANNING, LAUDARES et all (2009, p.98).

São prerrogativas do Estado prover e gerenciar as ações públicas que vão ao encontro das demandas da população, distinguindo que tipo de política se adequa a que tipo de necessidade garantindo a equidade "aos coletivos diversos - tratados historicamente como desiguais" (GOMES, 2010, p.6).

Considerando o tensionamento gerado na sociedade em torno da implementação de políticas de discriminação positiva no ensino superior e o período relativamente curto de efetividade de tais políticas em universidades brasileiras, o processo de gestão da diversidade étnico-racial configura-se como algo novo, um campo em aberto, carregado de tensão, uma vez que envolve interesses e posições diversificadas.

No momento em que os dados do Censo Demográfico de 2010, revelam que a população autodeclarada negra ultrapassa os 50% da população brasileira, (43,1% pardos e 7,6% pretos), torna-se imprescindível que o Estado brasileiro reconheça que, por razões históricas políticas e sociais, este segmento têm tido seus direitos negados e implemente políticas afirmativas voltadas para este público, e se ocupe dos processos de gestão das mesmas, pois não basta implantar a política, é preciso monitorar, avaliar e fazer as adequações necessárias.

ZONINSEIN (2006, p.21) nos chama a atenção:

> as ações afirmativas não podem ser concebidas como mero processo burocrático de realocação de recursos disponíveis, com investimentos de baixo custo e a expectativa de resultados automáticos. Para serem efetivas, é necessário considerar a gestão das instituições envolvidas, bem como a proposição de mecanismos institucionais destinados a maximizar seus benefícios potenciais.

Para este autor,

> essas ações devem ser desenhadas para combater especificamente as desigualdades herdadas, que resultam não só da falta de recursos econômicos do indivíduo, mas também de sua identidade étnico-racial (FERES, ZONINSEIN, 2006).

A chegada de coletivos negros, indígenas, quilombolas, etc. às instituições de ensino superior impõem ao Estado, de modo geral, e às universidades, de maneira específica, um desafio: a realização da gestão pública dos recursos disponíveis para propiciar, de fato, condições equânimes de permanência destes sujeitos.

As pesquisadoras Mayorga e Miranda afirmam que

> a ação afirmativa na universidade "deve possibilitar o debate público e a politização dessa experiência, para que a política de permanência não se transforme em um paliativo das desigualdades, mas em algo que, de fato, envolva toda a comunidade acadêmica, possibilitando que ela se implique nessa transformação (MAYORGA, MIRANDA, 2012, p.2).

Neste sentido e corroborando a análise das pesquisadoras, caberá à universidade outro desafio: promover a capacitação dos quadros funcionais para atuarem em consonância com as proposições afirmativas definidas em seus órgãos deliberativos, garantindo, assim, os direitos dos ingressantes que optaram pelas políticas. E, para justificar a necessidade de envolver os profissionais em processos formativos com a temática racial, recorremos ao Plano de Ação de Durban, ratificado pelo governo brasileiro, que preceitua em artigo 133:

> Insta os Estados desenvolver e fortalecer a capacitação em direitos humanos com enfoque anti-racistas para servidores públicos, incluindo o pessoal da administração da justiça, particularmente, os serviços de segurança, serviços penitenciários e de polícia, bem como entre as autoridades de serviços de saúde, educação e migração.

Acreditamos que não basta a disponibilização de recursos financeiros e a formulação de sofisticados programas administrativos, se as pessoas responsáveis pela gestão da política, não tiverem incorporado a noção de que a diferença (social, racial, de gênero ou orientação sexual) é um valor para a instituição e que os sujeitos ingressantes na universidade nestas condições são sujeitos de direitos.

4. Políticas afirmativas e a inclusão social na UFMG: o trabalho da CAIS

Em resposta ao movimento por democratização de acesso ao ensino superior, em 2008, o Conselho Universitário da UFMG instituiu a Política de Bônus, que consistia na aplicação de bônus de 10% na nota das provas dos candidatos ao vestibular que tivessem cursado os sete últimos anos da Educação Básica em escola pública, além de mais 5% para aqueles que, na mesma condição, se declarassem negros (pretos e pardos).
Embora tenha sido considerada, por um grupo de docentes da instituição, "uma resposta tímida e fraca diante do potencial político e pedagógico de uma universidade do porte da UFMG e das demandas de democratização do acesso em curso que articulam a questão socioeconômica com a étnico-racial" (ARANHA et al, 2008, p.2), já no primeiro vestibular em que se utilizou a política de bônus sociorracial na UFMG, constatou-se que a mesma tinha sido exitosa, como avaliou Aranha:

> um total de 34% dos alunos aprovados no Vestibular 2009 em todos os cursos foi beneficiado pelo sistema de bônus. Se verificarmos os dados de alguns cursos, o quadro é ainda mais expressivo: em Medicina, um dos cursos mais elitizados da UFMG, seriam aprovados, sem o bônus, apenas 19 alunos (5,8%) com as características dos atuais "bonistas". Com o bônus foram aprovados 92 candidatos, ou seja, 28,75%. Se fizermos o mesmo cálculo para os cursos de Medicina Veterinária e Direito, os resultados também são animadores: no caso do primeiro, foram aprovados 47 "bonistas" (39,2%). Sem o bônus, apenas 21 alunos (17%) das escolas públicas teriam sido aprovados. Direito Noturno aprovou 82 "bonistas" (41%). Sem o programa, teriam sido apenas 28 (14%) (ARANHA, 2009, p. 2).

Na mesma época foi instituída a Comissão de Estudo e Acompanhamento de Medidas de Inclusão Social no Corpo Discente da UFMG – CAIS[3], que tinha como objetivo central

> propor políticas institucionais de inclusão social para que o público que ingressou na UFMG, a partir de 2009 via bônus, assim como aqueles que já são estudantes desta Universidade vivenciem o direito à igualdade de oportunidades no ensino superior. Visa, portanto, ações voltadas para a democratização do acesso e para a garantia de condições de permanência bem sucedida do corpo discente da UFMG (Boletim CAIS 2010).

3 Boletim: A UFMG além dos padrões, disponível em www.ufmg.br/cais

Para dar efetividade aos trabalhos demandados pela CAIS foram criadas duas subcomissões: Acompanhamento e de Avaliação. A partir de então, os membros da CAIS realizaram diversas atividades com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre a temática étnico-racial e a inserção de estudantes negros/as nas universidades públicas. Além disso, buscaram dar visibilidade à política aprovada e discutiram a necessidade de criação de um ambiente institucional favorável à sua implementação.

Dentre as atividades realizadas, destacamos as que buscaram agregar novos sujeitos e ações em prol da temática étnico-racial: mesas redondas com a participação de docentes de outras instituições federais de ensino que já haviam implantado a política de reserva de vagas (cotas ou bônus) para aprender com a experiência destes/as; rodas de conversas com setores da sociedade civil; participação na Semana da Consciência Negra promovida pelo Sindicato da categoria dos trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação; aulas públicas de cidadania, visando maior aproximação com o corpo discente; parcerias em atividades culturais que priorizavam a questão racial, lançamento da campanha "Política de Bônus: A UFMG além dos padrões", com o objetivo de divulgar a política interna para a comunidade acadêmica e, externamente, para cursinhos pré-vestibulares, como o realizado pelo Educafro, dentre outras.

No campo acadêmico: tentativa de estabelecer o contato os estudantes "bonistas" para levantamento de suas demandas; apresentação das políticas institucionais de assistência estudantis disponíveis; oferta de cursos de língua inglesa; redação de textos acadêmicos e qualificação na Disciplina de Cálculos 1, disciplina com grande índice de reprovação de estudantes da área de exatas, "bonistas" ou não; sensibilização de estudantes "bonistas" para participação em projetos de pesquisas e de extensão, como os organizados pelos/as docentes integrantes do Programa Ações Afirmativas na UFMG; participação no Programa Institucional de Recepção dos Calouros, com realização de palestra com o tema: Políticas Afirmativas e democratização do acesso de negros e indígenas no ensino superior.

Algumas das aprendizagens produzidas neste período de implementação da política de bônus foram registradas em artigos acadêmicos publicados em revistas científicas e também no Boletim oficial da instituição.

4.1- Gestão da diversidade étnico-racial em uma universidade pública: campo de aprendizagens

Embora se reconheça a relevância dos trabalhos realizados pela CAIS, verificou-se que a institucionalização da política afirmativa continua sendo um grande desafio nesta universidade. O que ficou evidente no primeiro momento foi a dificuldade institucional em lidar com a temática étnico-racial, especialmente, aos aspectos relacionados aos sujeitos negros, o que na literatura sobre relações raciais, tem sido conceituado como racismo institucional que, segundo JACCOUD (2009, p.157), "Não se expressa por atos manifestos, explícitos ou declarados de discriminação, orientados por motivos raciais, mas, ao contrário, atua de forma difusa, diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes grupos raciais".

A inexistência de um órgão ou setor na estrutura organizacional, com autonomia, de uma equipe multiprofissional qualificada capaz de executar as atividades e de recursos orçamentários destinados à realização das ações cotidianas, impediu e/ou postergou a efetivação de diversas atividades planejadas, as quais dariam visibilidade à política e permitiriam o atendimento às demandas trazidas pelos estudantes "bonistas".

Durante a vigência da política de bônus, a instituição se deparou com situações, até então, não vivenciadas, nem planejadas, como a interposição de recursos por parte de alguns candidatos reprovados nos vestibulares para o curso de Medicina. Insatisfeitos, questionaram judicialmente a constitucionalidade da política. Tais questionamentos geraram algumas tensões internas, exigindo da universidade ações efetivas para contrapor os argumentos e sustentar a legitimidade da política aprovada em seu Conselho Deliberativo Superior.

Também outras instituições que haviam aprovado algum tipo de política afirmativa foram questionadas juridicamente. De acordo com SANTOS, "os profissionais do direito se depararam com novas demandas sociais em que a política universalista das nossas instituições passou a ser questionada, através do princípio de que os desiguais devem ser tratados desigualmente (SANTOS, 2012, p.13)".

4.2 - Contexto Atual

Nos últimos anos, constata-se a presença de maior número de negros/as estudantes na UFMG. Este resultado é decorrente dos Programas de Inclusão Social formatados na universidade, como o "Programa Ações Afirmativas", que busca acompanhar jovens negros/as, principalmente os de baixa renda, em suas trajetórias acadêmicas e auxiliá-los/as em sua permanência. Há a preocupação em realizar ações voltadas para o fortalecimento acadêmico (participação em projetos de iniciação científica, congressos, seminários, grupos de estudo, dentre outros), além de contribuir para a continuidade de seus estudos em nível de pós-graduação como descrevem as pesquisadoras TEIXEIRA et al (2006).

O segundo programa é a adoção de uma política de expansão de vagas no período noturno, visto como medida de inclusão social. Tal deliberação foi baseada em estudos que compararam os perfis socioeconômicos de estudantes dos turnos diurno e noturno. É sabido que os cursos noturnos têm um elevado potencial de inclusão, uma vez que incorporam, em maior número, estudantes oriundas camadas mais populares e estudantes de segmentos étnicos e raciais desprivilegiados, diagnosticam BRAGA e PEITOTO (2008).

A implementação do Bônus sócio-racial também contribuiu para o ingresso de homens e mulheres negros nos cursos de graduação na UFMG, todavia, segundo o pesquisador Ernesto AMARAL (2013)

> a principal desvantagem dos bonistas parece ser a de que estão sub-representados em cursos mais concorridos. Existe uma desigualdade de acesso ainda muito grande no que tange ao curso em que os bonistas, de fato, entram na universidade.

Para chegar a estes resultados, o mesmo analisou dados socioeconômicos coletados nos vestibulares da universidade, entre 2000 e 2010, pela Comissão Permanente do Vestibular (COPEVE). Procurou também perceber se houve aumento significativo de estudantes provenientes de escolas públicas, levando ainda em consideração informações sociais, econômicas, familiares e cursos de escolha dos vestibulandos.

Ainda segundo o autor, de uma forma geral, os resultados da pesquisa sugerem que

> o acesso à UFMG está se democratizando. Pessoas que antes não tinham condições de ingressar na universidade, por terem estudado em escolas públicas e serem negros, agora possuem melhores condições de concorrer com alunos brancos e provenientes de escolas privadas.
>
> Porém, tais análises são apenas o início de uma avaliação da eficácia da política de bônus. Além de analisar o aumento de estudantes aprovados no vestibular que possuem condições socioeconômicas desfavoráveis, é preciso investigar: (1) se tais alunos estão permanecendo na universidade; (2) se eles estão obtendo rendimentos acadêmicos no mesmo nível daqueles que não foram beneficiados pelo sistema de bônus; (3) se o rendimento acadêmico na universidade está se mantendo semelhante ao nível de anos anteriores à implementação do bônus; (4) se os alunos beneficiados pelo sistema de bônus estão sofrendo algum tipo de preconceito ou discriminação na universidade; e (5) se há diferenças entre o impacto do bônus nos diferentes cursos da universidade.

A universidade somente poderá responder às questões elencadas, se desenvolver uma política pública efetivamente afirmativa.

Por força da lei 12711/12, a UFMG implementou em 2013, a "lei de cotas" com recorte social e racial, o que certamente contribuirá para a chegada de estudantes com o perfil socioeconômico e racial em maior número e mais diverso do que o da maioria do atual corpo discente. A inserção destes coletivos exigirá da universidade um processo de revisão e adequação de suas políticas internas e o diálogo mais profícuo com a sociedade externa.

Os "novos" sujeitos demandam novas pedagogias e produzem novas epistemologias e incitam à superação do discurso de que as políticas universalistas, por si, superarão as injustiças e violências que ainda padecem.

A temática étnico-racial precisa ganhar capilaridade no contexto universitário e perpassar toda a estrutura

administrativa e acadêmica. Para isso, avaliamos que algumas medidas que contemplem a necessidade e as especificidades destes "novos" sujeitos são emergenciais. Destacamos: acompanhamento sistemático dos/as estudantes, verificando, inclusive, o desempenho acadêmico de seu corpo discente. Tal medida será estratégica no sentido de produzir informações que possam subsidiar a elaboração de ações institucionais de apoio à formação acadêmica destes/as estudantes, concorrendo para a permanência bem sucedida do corpo discente.
E ainda, a revisão dos critérios de disponibilidade de recursos para as ações afirmativas; incentivo à participação em eventos acadêmicos e científicos; possibilidade de participação em projetos de iniciação científica; organização de cursos de qualificação voltados para a temática étnico-racial para todos os servidores/as, primeiramente, os/as que atuam em setores que lidam diretamente com o corpo discente, como as Pró-Reitorias, Seções de Ensino, Divisão de Registro Acadêmico.
Finalmente, o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, tal qual determina a Lei 10639/2003, deve ser inserido nos currículos de todos os campos do conhecimento e não somente nas áreas destinadas à formação de professores. O resgate da história de homens e mulheres negros e sua participação efetiva na construção social, política e cultural da sociedade brasileira pode contribuir para que atos de discriminação racial, como o ocorrido no início de 2013, não mais aconteçam.
Em março/2013, um grupo de estudantes da Faculdade de Direito da UFMG, protagonizou cenas que circularam nas redes sociais, causando a indignação em grande parte da sociedade mineira. Em uma das imagens produzidas durante um trote, uma jovem aparece pintada de preto com um cartaz de papelão escrito "Caloura Chica da Silva" - em referência à escrava que viveu no século 18 e entrou para a história brasileira, aparece acorrentada pelas mãos e rapaz com fenótipo racial branco segura a corrente.
Este episódio, que aos olhos de muitos não passou de uma simples "brincadeira", mostra como são sutis as amarras do racismo e como ele persiste nas práticas sociais. Além disso, o mesmo impõe à instituição a adoção de medidas coibitivas baseadas nos preceitos legais, mas, sobretudo, impõe a esta mesma universidade a necessidade de incluir em todos os seus processos formativos, sejam eles acadêmicos ou de capacitação profissional, o ensino da temática étnico-racial, argumentando, principalmente, que a diferença, não deve ser entendida como inferioridade, mas como um direito e deve ser respeitada.
Em resposta ao ocorrido a universidade, através de mensagem dirigida à comunidade universitária, repudiou o trote, criou comissões para a sua apuração e realizou a punição dos envolvidos. Este episódio, apesar de lamentável e criminoso, potencializou as discussões na universidade acerca da necessidade de "aprimoramento institucional e a construção de um ambiente inclusivo, democrático, fraterno e solidário, imprescindível ao desenvolvimento contínuo da convivência e das práticas universitárias, enfatizando as renovadas questões relacionadas à Diversidade" (disponível em www.ufmg.br/notadareitoria.pdf 11.07.13).
Em novembro de 2014, a instituição anunciou a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, motivada, principalmente, pela mudança do perfil do alunado da Universidade, o que se deu em razão do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), da adesão da Universidade ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e da Lei de Cotas.
A PRAE será responsável pela assistência, pelas ações afirmativas e pelo estímulo ao protagonismo acadêmico dos alunos.

5. Concluindo

Como o Estado brasileiro, através das universidades, pode garantir à sociedade o conhecimento científico e cultural, sem desconsiderar as epistemologias trazidas pelos sujeitos ingressantes no ensino superior, através das políticas de cotas e/ou bônus?
Ao lembrar que a população negra vivencia há séculos uma realidade injusta e desigual e que lentamente começa a mudar, a ministra chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, durante a abertura da Recepção de Calouros na UFMG, em 05.08.13, asseverou, que a transformação efetiva dessa realidade só ocorrerá quando mulheres e homens negros, que constituem mais da metade da população, puderem exercer "o direito básico de participar das decisões políticas, sociais e econômicas; ou seja, o direito de participar de

forma digna e integral de todas as instituições, inclusive da universidade".
Enquanto universidade pública, a instituição tem de assegurar a todos os coletivos a possibilidade de conviver em ambiente em que o seu pertencimento étnico-racial não se torne um motivo de exclusão e, para cumprir este preceito, cabe-lhe a tarefa de implementar, gerir e avaliar todas as suas políticas, atuando assim para a constituição de uma sociedade plural e verdadeiramente democrática.
Nesta perspectiva, avaliamos que o processo de Gestão da diversidade étnico-racial em uma universidade pública brasileira é um campo aberto e que possibilita diversas de aprendizagens, se estivermos dispostos a aprender a partir da convivência com a pluralidade de experiências, indagações e conhecimentos trazidos por homens e mulheres negros/as que, a partir dos anos 2000, chegam em maior proporção aos campi universitários.
Considerando que o Estado Brasileiro tem proposto políticas públicas com recorte étnico-racial com vistas à promoção da igualdade racial, cabe à instituição universitária atuar de forma eficaz para a implementação e gestão de tais políticas. No caso específico da UFMG, fica a expectativa de que a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis possa representar um passo a mais no processo de democratização do acesso de jovens negros à educação de qualidade e que valorize as diferenças..

Referências

AMARAL, Ernesto Friedch de Lima. *Análise do perfil dos alunos ingressantes pela iniciativa do* bônus (2013). disponível em **w**ww.ernestoamaral.com/docs/presentations/BONUS2013a.pdf).

ARANHA, Antonia Vitória S. et al. *Para além do bônus*: a urgência de ações afirmativas na UFMG. Boletim da UFMG – Ano 34, no. 1606, Belo Horizonte, 21.04.2008.

ARANHA, Antonia Vitória S. *Bônus sociorracial na UFMG*: vitória da inclusão e da democracia. Boletim UFMG – Ano 37, no. 1639. Belo Horizonte, 02.02.2009.

ARROYO, Miguel. Outros Sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRAGA, M. M.; PEIXOTO, M. C. L. 2008. Expansão dos cursos noturnos na UFMG: uma política efetiva de inclusão social? IN: PEIXOTO, M. C. L.; ARANHA, A. V. *Universidade pública e inclusão social*: experiência e imaginação. Belo Horizonte: Editora UFMG. p. 92-118.

BUENO, Silveira. *Minidicionário da língua portuguesa*. Silveira Bueno. -2ª.ed. São Paulo: FTD, 2007.

CARVALHO, José Jorge de. *Inclusão étnica e racial no Brasil*: a questão das cotas no ensino superior. São Paulo: Attar Editorial, 2005.

CONFERENCIA DE DURBAN. Declaração e Programa de Ação da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, DURBAN, África do Sul, 2001 (relatório).

FIDALGO, F.; MACHADO, L. *Gestão Bipartite*. Dicionário da Educação Profissional. SESTACAD/NETE-UFMG: 2000

FRY, Peter, Que imagem do Brasil está por detrás das cotas raciais. IN: PEIXOTO, Maria do Carmo de L. & ARANHA, Antonia Vitória (orgs.) *Universidade pública e inclusão social:* experiência e imaginação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. *Ações Afirmativas & Princípio Constitucional da igualdade.* Rio de Janeiro/ São Paulo: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino. *Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas*. Disponível em www.anpae.or.br/iberolusobrasileiro. 2010/cdrom/94/pdf. Acessado em 15.08.13.

JACCOUD, Luciana. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. IN: THEODORO, Mário (org.) *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil*: 120 anos. Brasília: IPEA, 2008, p.135-70.

MANNING, Nick; LAUDARES, Humberto et.all. Reformas de Gestão Pública: o que a América Latina tem a aprender com a OCDE? IN: MEDEIROS, Paulo; LEVY, Evelyn. (orgs.) *Novos caminhos da Gestão Pública*: olhares e dilemas. Rio de Janeiro: Qualitymark; Brasília, DF: CONSAD, 2009.

MAYORGA, Cláudia; MIRANDA, Shirley A. *As cotas e o desafio da permanência***.** Boletim UFMG no. 1796-Ano 39, de 29.10.2012.

MOEHLECKE, S. 2002. *Ação afirmativa*: história e debates no Brasil. Cadernos de Pesquisa, n.117, p. 197-217.

SANTOS, Jocélio Teles dos (org.). *Cotas nas universidades*: análise dos processos de decisão. Salvador: CEAO, 2012.

SIMAN, A. *Políticas públicas*: a implementação como objeto de reflexão teórica e como desafio prático". FAFICH/UFMG, 2005 - Tese de Doutorado.

SISS, Ahyas. Afro-brasileiros e educação superior: notas para debate. IN: COSTA, Hilton et.all. (ogs.) *Uma década de Políticas Afirmativas*: panorama, argumentos e resultados. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012, 247p.

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas*: uma revisão da literatura. Disponível em www.sielo.br/pdf/soc//n. 16/a03n.16.pdf, acessado em 01.11.2012.

TEIXEIRA, I. A. de C.; PRAXEDES, V. L.; PÁDUA, K. C. (Org.). *Memórias e Percursos de Estudantes Negros e Negras na UFMG.* Belo Horizonte: Autêntica. 2006

Dinâmica das trocas simbólicas entre pesquisadores e entrevistados: análise preliminar a partir dos dados do IBGE de 2008

Rômulo Barreto da Mata[1]

Resumo: O presente estudo busca compreender os usos e apropriações das categorias de classificação racial entre pesquisadores e entrevistados e dos seus efeitos no mercado de trocas raciais. Segundo os dados da pesquisa sobre as características étnico-raciais da população do IBGE de 2008, mais de 90% dos entrevistados souberam declarar a própria cor ou raça. O desafio é analisarmos o interesse do Estado pela classificação racial dos indivíduos e ajustá-los à dinâmica de trocas promovidas pelos sujeitos pesquisados, como forma de apreensão das estratégias realizadas em situações práticas de negociação de Valores raciais, confrontando marcadores identitários dos entrevistados com às categorias de cor ou raça previamente ofertadas pelos pesquisadores. O resultado de tais interações sugerem a negociação de uma forma de moeda simbólica específica, com sua precificação baseada no maior ou menor valor que se dá pela cor ou raça dos agentes em determinado tempo histórico e de acordo com o grau de consolidação de produção do capital racial.

Palavras-chave: Sociologia; Antropologia; Cor; Raça; Economia Racial; Capital Racial;

1 - Introdução

Passados mais de 150 anos do período de produção de um conjunto de ideias e valores fundados na crença de superioridade social dos europeus em relação aos povos africanos, a questão racial ainda segue pautando as discussões sobre desigualdade e discriminação, levantando polêmicas e exercendo sua influência no debate sobre relações raciais contemporâneas.

O presente estudo tem como objetivo analisar de que forma e sob quais condições as categorias classificatórias de cor ou raça produzem seus efeitos na dinâmica de trocas entre pesquisadores e entrevistados, no contexto de pesquisas de caráter censitário, e de como tais categorias de cor se relacionam ao conceito de classe. Para pensarmos os conceitos trabalhados no texto, faremos uma breve digressão histórica, percorrendo a trajetória de construção social da noção de raça, especificamente no que se refere ao chamado pensamento social brasileiro. Em sequência, analisaremos o processo de (des)construção das categorias classificatórias de cor e raça articulados com o conceito de classe para buscar evidenciar as transformações nos usos e sentidos atribuídos aos significados no período histórico. Após o término da análise histórica da noção de raça, retomaremos o estudo empírico com base na análise dos dados do IBGE de 2008, procurando relacionar os conceitos analisados com os resultados obtidos pela pesquisa oficial, como forma de se pensar os usos e apropriações da categorias classificatórias na dinâmica de trocas entre pesquisadores e entrevistados.

2 - A questão da raça no pensamento social brasileiro

Talvez poucas ideias estejam tão relacionadas com o período de modernização do Brasil quanto o conceito de raça e da resultante invenção do mito da democracia racial. Se a classificação dos indivíduos ou grupos sociais por certas atribuições físicas ou culturais resultasse apenas numa simples atividade cognitiva de conhecimento

---

1 Mestrando do Programa de Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, possui Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (2013), Especialização em Tradução de Inglês pela Universidade Gama Filho (2013) e Bacharelado em Direito pelo Faculdade de Direito de Campos (UNIFLU - 2007). Realizou pesquisas sobre relações raciais e análise tradutória de textos antropológicos. Atualmente investiga o papel das categorias de cor e raça no mercado de uniões matrimoniais. romulo_mata@h

sobre o *outro*, talvez a questão racial já estivesse superada e silenciada pela história. No entanto, esta prática ainda parece estabelecer hierarquias e princípios de divisão que engendram mecanismos de dominação e exploração do homem sobre o homem, sejam de ordem econômica ou simbólica. E se pensarmos que o Brasil foi o último país a extinguir legalmente a escravidão dentre as nações inseridas no contexto da lógica escravista, restariam poucas vozes silenciadas e logo poderiam surgir questões importantes para o debate proposto.

Que é *raça*, afinal? Qual a sua origem, de onde surgiu a ideia de estabelecer princípios de classificação e divisão entre seres humanos, a partir de características percebidas como distintas? E por que, no caso específico do Brasil, para falarmos de raça – ou nos abstermos do debate – precisamos relacioná-la com o processo de construção do *mito da democracia racial*? Qual a origem deste conjunto de ideias e valores reproduzidos no senso comum que, na sua essência, volta-se contra o próprio conceito que lhe fornece o sentido e o transforma em *tabu*, negando o seu uso na prática das relações cotidianas?

A ação humana de perceber o *outro* como diferente e classificá-lo como tal em seus próprios termos culturais, parece guardar profundas relações com a própria constituição das primeiras sociedades, e da própria maneira como elas estabeleciam suas relações de trocas materiais e simbólicas. Antes mesmo da Europa moderna conferir sentido próprio ao conceito de raça, e estabelecer com isso princípios classificatórios de distinção entre brancos e negros, diversos grupos sociais se apropriavam da noção para «designar a natureza dos indivíduos pertencentes a esses grupos» (BARROS, 2001:11). A diferença parece estar nos usos e apropriações do conceito, variando de acordo com o sistema de significados constituídos por cada sociedade situadas em um contexto histórico específico.

Na Antiguidade, por exemplo, gregos e romanos buscavam explicar as diferenças da cor da pele pelo clima. Na visão dos gregos, «os negros seriam mais escuros porque o sol havia bronzeado as suas peles e frisado seus cabelos. Os brancos seriam claros, por falta de sol» (BARROS, 2001:11). Note-se aí que a tonalidade de pele não estava associada com uma ideia de superioridade ou inferioridade de um grupo em relação a outro. Nem mesmo a escravidão era estruturada dessa maneira. Tanto para os gregos quanto para os romanos, a cultura (linguagem, religião, moral), era o principal elemento de distinção entre eles e os *Outros*, na conhecida visão etnocêntrica grega sob a forma de signos opostos «civilizados» e «bárbaros».

No entanto, foi apenas com o surgimento da expansão marítima dos países Europeus em meados do século XV, que o significado de raça e da diferença entre sociedades começaram a ganhar contornos de significado bastante similares como a noção difundida atualmente. De acordo com Barros, entre os séculos XV e XVI, predominou um modelo explicativo do mundo social fortemente influenciado pelo dogma religioso cristão, que basicamente justificava a escravidão por razões de ordem espiritual, ou seja, "algumas sociedades não seriam destinadas ao desenvolvimento e a o progresso pelo fato de seus habitantes serem classificados como «pagãos», «hereges» (BARROS, 2011:11)

A produção da diferença entre homens livres e escravos exerceu grande influência na maneira como os Europeus percebiam as características dos diferentes povos africanos que sofreram o processo brutal de mercantilização da vida dirigidas ao trabalho escravo nas colônias do Novo Mundo. Categorizar e classificar homens guardava estreita relação, portanto, com o projeto de expansão econômico e colonial europeu. Naquela época, acionar os termos «negro» e «branco» era se referir a categorias sociais construídas pelo homem europeu, como tentativa de mitigação ou diminuição de diferenças tribais que poderiam dificultar o comércio de escravos. Uma espécie de *razão prática* – no sentido de Bourdieu –, como uma forma de redução dos múltiplos sinais corporais e signos distintivos visando com isso ressaltar uma diferença mais marcante e essencial em sua realidade prática de exploração, ou seja, a diferença da cor da pele (BARROS, 2011:6-7).

A «equalização» da diferença foi, nesse sentido, substancializada na cor da pele, que resultou numa propriedade importante para a noção de raça, e posteriormente no estabelecimento de diferenças categoriais entre negros e brancos.

O argumento de Barros se aproxima muito da visão de Sansone, para quem o fenômeno se daria pela «racialização das relações sociais» (SANSONE, 2003:27). O autor revela que a própria visão do senso comum brasileiro do que significa o continente africano, deve-se muito à construção histórica da noção de raça. Para ele, «a transformação do africano numa pessoa *negra*/*preta* no Novo Mundo deu-se paralelamente a um processo constante de categorização, classificação e ordenação de coisas e povos africanos na Europa e na própria África.» (SANSONE, 2003:27)

Se pensarmos que o contato entre civilizações culturalmente distintas implica invariavelmente no conhecimento ou de sua relação com o *Outro*, ou seja, na invenção de categorias de classificação estranhas ao grupo oposto, podemos deduzir, a partir de Ianni (2004), que a existência de hierarquias sociais subjacentes ao processo de interação entre grupos de cores distintas tendem a produzir um desequilíbrio na correlação de força, podendo variar de acordo com os recursos que cada uma delas possuem no instante de realização de suas trocas materiais e simbólicas (IANNI, 2004:21).

Nesse sentido, o processo de classificação e definição de categorias sociais de distinção social, ocorridos durante o período de escravidão no Brasil, foi de importância fundamental para a produção do *estigma* com relação aos negros, em função da associação simbólica do termos «escravo» e «negro», em oposição ao homem livre, ou seja, o branco europeu português. Para Goffman, a sociedade opera com suas representações a partir de dados empíricos da natureza, e com isso «estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias» (GOFFMAN, 1975:11)

Mas qual seria a relação do estigma com o processo de construção social do conceito de raça? Podemos dizer que o processo de coisificação do homem torna as relações sociais estruturalmente assimétricas, e esta condição influencia no processo de conhecimento e categorização do mundo social. Ora, se ao escravo negro era atribuído um papel de inferioridade e extremo descrédito social — pois sua humanidade fora suprimida e tornada coisa de valor mercantil —, tal assimetria de condições causava também um desequilíbrio no processo de construção de categorias e princípios de classificação do mundo social, cabendo ao portador passivo do estigma a inculcação de categorias raciais dadas pelo sujeito ativo produtor do estigma, ou seja, do homem branco.

Partindo deste pressuposto, a escravidão potencializou a discrepância entre o *ser percebido* e o *ser preconcebido*, ou o que Goffman conceituou de *identidade real* e *identidade virtual*. As preconcepções do homem *branco* em relação aos *negros* promoveram o aumento da distância entre a identidade virtual e real, durante o processo de internalização do estigma depreciativo, gerando com isso expectativas normativas que entravam em conflito com a identidade real do indivíduo negro. (GOFFMAN, 1975)

Pensar, portanto, sobre raça e de sua manifestação social última dramatizada pelas práticas racistas, é também analisar o processo de produção social do estigma, que impôs aos negros uma condição de extremo descrédito e depreciação em relação aos brancos, tanto de ordem material quanto simbólica. Analisando por este aspecto, não se torna surpresa o fato de que, na época de transição da sociedade rural escravocrata para a moderna capitalista, os negros tenham sido percebidos nos discursos e teorias científicas de motivação racial, numa posição de inferioridade social em relação às demais raças.

O conceito de raça, deste modo, pode ser compreendido como uma categoria social de distinção construída historicamente (MACHADO, 2004:24), e constitutiva da relação dialética existente entre os grupos categorizados racialmente como brancos e negros. Raça branca ou raça negra fazem parte, nestes termos, de uma construção social histórica, e desta forma atua de forma estruturante nas práticas sociais, tornando-se reprodutoras do pensamento racial e dos princípios classificatórios centrados na ideia da raça como fator de distinção entre grupos sociais.

Se uma das grandes novidades da ciência moderna foi de estabelecer uma ruptura epistemológica entre o sujeito de conhecimento e objeto conhecido – penso no homem *kantiano* -, aos homens negros coube, nas teorias raciológicas do século XIX, menos o papel de sujeito produtor e mais o de sujeito-objeto receptor do conhecimento («o problema do negro», «a questão do negro», por exemplo), permanecendo numa posição de permanente inferioridade em relação ao homem branco, detentor por muitos anos do monopólio dos bens de indagação científica das relações raciais. Tal raciocínio talvez aponte para os possíveis efeitos desta relação duradoura de assimetria de condições na produção social do conhecimento científico, e de como os atores inseridos no espaço de produção cultural construíram o mundo social dos seus objetos de investigação à sua própria imagem e semelhança etnocêntrica, ou seja, partindo da apropriação e mobilização de categorias que incidiram sobre a própria estigmatização e reforço depreciativo dos negros, refletindo no seu valor racial.

3 - Raça e Classe: conceitos de uma realidade do passado sobre a realidade dos conceitos do presente

Talvez uma das formas mais eficazes que as Ciências Sociais possuem, para pôr em prova o caráter de validade científica das teorias clássicas e das condições históricas que possibilitam a construção do pensamento sociológico, se dê pelo exame reflexivo das práticas sociais pretéritas, ajustando-as ao exame das práticas sociais do tempo presente. Do contrário, não se justificaria o esforço teórico de desconstrução das categorias da realidade teórica, mediante o efeito de desnaturalização da realidade empírica, ou seja, do processo de ajuste da razão teórica pela razão prática (BOURDIEU, 1990). Como analisar as teorias e os conceitos-chave concebidos pelo autores clássicos das Ciências Sociais, para pensarmos o fenômeno da produção de marcadores raciais de distinção, na dinâmica de relações recíprocas que os homens promovem entre si, com objetivos de acúmulo de vantagens cumulativas que provocariam mudança de suas posições no interior das classes sociais?

A classificação social dos indivíduos a partir de critérios fisionômicos não é recente, tampouco circunscrita ao desenvolvimento da sociedade capitalista moderna. Talvez ela se confunda com o próprio surgimento da linguagem como um sistema simbólico de classificação e nomeação das coisas do mundo, no estabelecer de princípios elementares de oposição, partindo da emissão de sons ou fonemas opostos que, ao se complementarem, acabam constituindo uma cadeia de signos que, em última análise, formam um todo linguístico coerente e complexo, fundindo-se aos múltiplos sistemas humanos de produção de sentido e de significação do mundo.

O esforço de explicação sobre as origens e causas da distinção entre os indivíduos, pela apropriação de um critério racial[2], somente teve seu início no século XVIII, bastante influenciado pela biologia - que alcançou *status* científico com Lineu -, cuja reapropriação da Teoria da evolução de Darwin resultou numa perspectiva racial utilizada mais tarde pelos evolucionistas sociais.

Os critérios de diferenciação entre os indivíduos e grupos relacionados às noções de cor ou raça, atuavam como um tipo de crença que refletia o espírito de uma época, semelhante à um efeito de teoria (BOURDIEU, 2012: 246). Deste modo, tais princípios de nomeação e classificação produzidos pela ordem das ideias, aderiam na ordem das coisas, por meio de sua apropriação simbólica e manifestadas em suas práticas sociais concretas.

Em outras palavras, podemos pensar - assim como em Weber - numa ação social motivada por valores raciais, pela apropriação dos meios de acumulação de bens ou categorias de cor, visando com isso o estabelecimento de um plano racional de ação, motivados por ideias em torno da raça, para alcançar um fim desejado, qual seja, o acúmulo de vantagens raciais em relação aos outros competidores –, sob a forma de lucros simbólicos. Podemos citar como outro exemplo, no plano institucional, uma política de Estado motivada por teorias de purificação racial, como as que ocorreram no Brasil durante a formação do Estado-nação (SCHWARTZ, 2011).

Mas como podemos pensar o conceito de classe nos clássicos do pensamento sociológico, para apontar seus pontos de convergência e divergência em relação a noção de raça, com o objetivo de estabelecermos uma conexão de sentido entre os termos, e indicarmos a relação existente entre as esferas sociais de produção de bens materiais e simbólicos que orientam e influenciam as práticas sociais?

O conceito de classe em Marx opera como unidade analítica fundamental para a explicação da correlação entre forças produtivas e relações de produção. Desta relação dialética, articulamos com uma outra, ou seja, ao par analítico formado pelos detentores da posse e não-posse dos meios de produção. A importância de caráter ontológico que o autor confere ao conceito de trabalho assume uma relação de imanência com a própria concepção materialista da história. Como o próprio autor chama atenção, os homens, nas relações que estabelecem consigo mesmos, fornecem os meios necessários de produção das suas próprias condições materiais de existência (MARX, 2013).

---

2 O conceito de raça é compreendido neste trabalho como uma categoria social de distinção construída historicamente, mediante a relação dialética produzida entre grupos categorizados racialmente a partir de um sistema de predicações raciais ajustados a uma estrutura social de produção de categorias raciais de determinado país. Ex: nos EUA, pelo sistema de classificação binário; No Brasil, por um *continuum* de cores.

O trabalho, portanto, é percebido pelo autor como um dispêndio de força humana, física e mental, necessárias para a transformação das coisas da natureza em objetos úteis, dotados de valores de uso para a satisfação das necessidades humanas, e por valor de troca para a satisfação das necessidades de mercado, do modo de produção capitalista. A substância do valor, deste modo, é o próprio trabalho do homem, ou seja, «dispêndio da mesma força de trabalho humana» (MARX, 2013:117). Com o desenvolvimento das forças produtivas, o homem se vê desapossado dos próprios meios de produção de suas necessidades, mediante o processo de complexificação da sociedade pelo fenômeno da divisão social do trabalho, vendo-se compelido a vender sua única mercadoria disponível, ou seja, sua força de trabalho.

Tanto em Marx quanto em Weber, as coisas da natureza não possuíam um valor intrínseco, com o qual se possa conferir alguma qualidade útil ou propriedade quantificável. Somente com a sua posterior transformação, ou seja, com o uso da força de trabalho para a produção de coisas úteis, os homens conferem Valor de utilidade às coisas. Se Marx buscava analisar o processo histórico de transformação do mundo pelo trabalho, através do movimento dialético entre forças sociais antagônicas, Weber volta-se para a produção do sentido que os homens conferem à si mesmos em suas ações, racionalmente motivadas, de transformação do mundo material, influenciados por uma ética de melhoria de vida e dignificação social pelo trabalho (WEBER, 2005).

A noção do mundo exterior em Marx se apresenta como algo a ser explorado ou transformado com o objetivo de atender as necessidades humanas. Weber se aproxima de Marx, quando identifica na ética protestante uma característica de dominação do mundo, percebendo o capitalismo como um sistema de produção que não conhece competidor a sua altura. Marx percebia o desenvolvimento do modo de produção capitalista mais como uma *necessidade*, influenciada por múltiplas determinações causais e caracterizadas por uma racionalidade supra-individual, ou seja, uma racionalidade imanente na história. Já Weber concebia uma racionalidade específica manifestada não pela história, já que a história era irracional e não se podia prever a sua lógica de operação.

De forma paradoxal, os indivíduos agiam de maneira racional para Weber, mas as intenções não correspondiam aos objetivos ou fins alcançados e desejados. Logo, pela totalidade das condutas racionalmente motivadas e irracionalmente resultadas, tem-se a expressão de um irracionalismo extracorpóreo, assim como num processo burocratizante da vida social. Nesse sentido, o capitalismo se impulsionaria na Europa na época motivado por valores ético-religiosos, que percebiam a transformação do mundo das coisas pelo trabalho como um *dever*, uma força mágica – e portanto irracional – de coerção para a ação social influenciada por valores culturais.

Podemos estabelecer uma relação de complementaridade entre dois termos: *dever* e *necessidade*. O *dever da necessidade* em Marx se entrelaça com a *necessidade do dever* em Weber, na medida em que a produção das necessidades materiais da vida permitiriam criar as condições simbólicas de possibilidade ou de impossibilidade para a produção das *necessidades do dever*. Mas qual seria a *necessidade do dever,* numa sociedade de mercado consolidada, já desapossada dos elementos ético-religiosos ascéticos protestantes motivadores das condutas racionais dos indivíduos? Talvez pela *necessidade do* dever da distinção, de se diferenciar pela disputa dos bens e serviços em circulação, cujas relações de competição estabelecem princípios de visão, divisão e classificação do mundo social, tais como na produção da distinção pela apropriação, distribuição e circulação de categorias de cor ou raça no mercado de trocas de valores raciais.

4 - Novos olhares e perspectivas sobre as relações raciais no Brasil e nos EUA

É possível o prestígio ou a honra social estar relacionada a posse ou acúmulo de categorias raciais? Como pensar estes conceitos em países que adotaram regimes econômicos com base na escravização de povos africanos e que foram diretamente influenciados pelas teorias raciais do século XIX?

Tanto o Brasil quanto os EUA foram fortemente influenciados pelas doutrinas evolucionistas, que partem de comparações das populações humanas que se apresentavam aos olhos das nações europeias como distintas em relação aos seus aspectos constitutivos, afirmando assim a superioridade ocidental.

Partindo de traços fenotípicos distintos em relação aos seus, o homem branco europeu reapropriou-se de

dados empíricos - a cor da pele por exemplo -, convertendo em evidências de superioridade e justificativa de dominação sobre outros povos.

No século XIX, tanto no Brasil quanto nos EUA, noção de raça articulou afinidades morais e estéticas, legitimadas em proposições científicas que hierarquizavam e separavam a «humanidade humanizada» da «desumanizada», a «barbarizada» da «civilizada», a «apurada» da «degenerada».

As categorias de distinção humana que possuem como eixo classificatório a noção de raça são, para Barros (2011), monopólio do grupo detentor dos meios simbólicos de classificação racial, dos brancos em relação aos negros, articulados à lógica de dominação operadas pelo sistema de exploração direta do homem sobre o homem, possibilitado por três séculos de escravidão colonial, cuja mão de obra era constituída por homens e mulheres trazidos exclusivamente do continente Africano.

No entanto, as categorias de cor e raça não assumiriam a mesma forma classificatória nos dois países. No Brasil, os termos «pardo» e «mestiço» apontam para diferenças significativas na forma que os atores percebem a si e os outros, em contraste com relação aos usos e apropriações dos termos raciais na sociedade norte-americana. Nesse sentido, os termos branco e negro no EUA definem grupos diferentes e separados, reforçados por políticas segregacionistas. No Brasil, o estabelecimento de gradações de cor não permitem a definição de polos fixos e antagônicos que encerrariam conceitos precisos e fechados (DAMATTA, 1997). Como afirma Nogueira (1998), classifica-se segundo um princípio de gradação cromática. Tais esquemas de classificação constituiriam uma forma de mediação categorial peculiar que produziria um equilíbrio simbólico entre categorias[3] antagônicas[4] de cor - negros e brancos, compatível com o fenômeno da miscigenação, problematizada por Freyre (2006).

Quando Weber analisa o efeito da igualdade estamental numa democracia moderna como a dos Estados Unidos, e da suposta igualdade de estima social entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção daquela nação, evidentemente ele está tratando de indivíduos pertencentes à população branca, que não estabelecem relações recíprocas centradas na noção de raça como forma de estabelecerem distinções entre si. Apesar do autor não ter se aprofundado no estudo sobre a noção de raça e de seus desdobramentos na sociedade moderna, ele fornece pistas importantes que podem contribuir para análise do fenômeno.

O autor compreende que a noção de raça, ao analisar o fenômeno racial nos estados do sul dos EUA, embora ele guarde relações com os aspectos fisionômicos e antropológicos para o estabelecimento de distinções entre brancos e negros, ressalta que o fato de reforçarem suas descendências em comum pela produção de disposições iguais, transmitidas entre gerações, criam um vínculo social tão relevante quanto a provável pertinência de uma assinatura genética em comum (WEBER, 2000:267).

Para o autor, mesmo que entre os brancos e negros americanos possa haver uma ruptura das regras impeditivas de relacionamentos sexuais inter-raciais, comprovado por ele pelo próprio acionamento da categoria «mulato» para se referir ao cruzamento entre as raças, ainda sim, o investimento simbólico manifestado pelo interesse por ambos os grupos em confirmar a separação racial, acaba-se tornando «socialmente condicionados pelas tendências, esquematicamente já conhecidas e vinculadas neste caso à raça, à monopolização de poder e honra sociais» (WEBER, 2000: 268). Logo, os grupos raciais acabam se apropriando do discurso de uma origem em comum, de disposições compartilhadas visando a própria preservação e aumento de suas vantagens sociais.

Sendo assim, a dinâmica de trocas de categorias raciais teria um efeito nulo entre a população branca na disputa pela elevação de seu status social, na medida em que seus Valores raciais se equivalem (homem branco

---

3 Vale a pena esclarecer que consideramos que estas categorias classificatórias profundamente articuladas às relações objetivas de dominação (estruturas), articuladas pelos *habitus* dos agentes, sendo que por *habitus* entendemos por "sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente "reguladas" e "regulares" sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente." (ORTIZ, 1994:61).

4 De acordo com Bourdieu, a forma de apreensão dos signos culturais pelos esquemas de percepção presentes nas estruturas psíquicas dos agentes são derivados dos elementos simbólicos dispostos nas estruturas sociais objetivas, ou seja, são exteriores aos indivíduos e pré-existentes à eles.

= homem branco). Se são equivalentes, não há relação de trocas de valores raciais, logo não há valorização de suas categorias/identidade racial. O investimento simbólico tornaria-se nulo ou infinito, não oferecendo nenhuma possibilidade de ganhos e perdas sob a forma de lucros simbólicos. Mas e se tais valores raciais acumulados fossem postos em disputa e negociados com os demais grupos de cores e raças distintas?

Os detentores de categorias raciais somente poderiam adquirir uma possibilidade de atribuição de valor à sua moeda simbólica, quando fossem confrontadas com as categorias raciais opostas ou diferenciadas socialmente.[5] Em outras palavras, quando são postas em negociação no mercado de trocas raciais, pela atribuição de pesos e valores raciais distintos. Mas é possível falar num mercado pelo qual os indivíduos, nas relações que promovem entre si, buscam obter lucros e vantagens a partir da acumulação de categorias relacionadas a cor ou raça? É possível a existência de posições de classe a partir da posse simbólica de valores de cor?

Tomemos como exemplo a esfera das relações matrimoniais inter-raciais. Para os homens negros, casar-se com uma mulher branca, significaria estabelecer para si uma qualidade social específica, partilhada por uma parcela de indivíduos (WEBER, 2002:131). A estratégia[6] de aquisição de *status* pela apropriação de determinada qualidade social (Casar-se com mulher branca), possibilita aos negros uma maior mobilidade no interior das classes econômicas, e uma maior probabilidade de obtenção de vantagens em relação aos indivíduos que não detém os meios de acúmulo de bens raciais socialmente desejados, e que o posicionariam numa situação de *status* mais elevada (WEBER, 2002:131).

No Brasil, um homem negro que casa com uma mulher branca – ainda que pertencente às classes populares – *casa pra cima*, ou seja, eleva o seu *status* social, passa a ter acesso a espaços sociais anteriormente interditados em função de seu baixo índice de «brancura». Logo, seu embranquecimento racial constitui um acúmulo de valor racial em razão da estratégia de seleção marital pela mulher mais branca, que detém a posse ou é reconhecida socialmente como possuidora de categorias raciais socialmente mais valorizadas em relação à mulher negra, em desvantagem simbólica na corrida pela disputa matrimonial.

Nos EUA, os negros, ao contrário de adotarem estratégias de apropriação de categorias raciais distintas das suas - como ocorre entre os negros brasileiros influenciados pela ideologia do embranquecimento racial -, dado a forte violência e exclusão social motivadas pelas leis segregacionistas, parecem ter criado uma economia de produção de valores raciais própria, cuja característica principal se deu pela conversão simbólica positivada do esquema binário de classificação racial inventado pelos brancos – penso aqui no princípio de corte de Roger Bastide – para realizarem seu *acúmulo primitivo* de valor racial, relacionados a uma reserva simbólica de signos associados a uma identidade de valorização da cor negra. Penso aqui em movimentos sociais como o *Black is beautiful*, ocorrido na década de 70, ou seja, na tentativa permanente de inversão simbólica de uma *doxa* estética eurocêntrica dominante, fortalecida pela dinâmica interna de trocas raciais entre os próprios negros, nos mais diversos domínios sociais de produção de valor.

A estratégia de valorização do negro norte-americano, como forma de combate a depreciação tanto material quanto simbólica de seus ativos raciais, se deu mais pela formação involuntária de espaços sociais de convivência mútua entre os negros, cuja dinâmica conferia um grau de refratabilidade social em relação aos demais espaços de convivência dos brancos e dos demais grupos raciais. A ausência de um *continuum* de cor, que possa operar nas dinâmicas intersubjetivas de negociação de categorias de cor no mercado de trocas de raciais, representa um impedimento econômico para a sua livre circulação, e que possam ser trocadas por outras categorias socialmente mais valorizadas.

Por exemplo, no Brasil, uma mulher pode se autodenominar parda, mas não conseguir obter uma equivalência simbólica ou aceitação social de sua categoria racial auto-atribuída, sendo heteroclassificada em retorno como

---

5 Penso aqui, de maneira homóloga, do estudo das mercadorias de Marx, onde ele diz que as mercadorias só podem ser objeto de troca se possuem grandezas distintas, ou seja, valores de uso distintos (MARX, 2013).

6 Acionamos aqui o termo "estratégia" no sentido acionado por Bourdieu (2011), ou seja, não para designar condutas atribuídas tradicionalmente às formas conscientes do racionalismo econômico, mas antes num sentido homólogo às estratégia do campo econômico, da ação do interesse pelo desinteresse, pelo qual os agentes buscam a acumulação e preservação de uma espécie de capital simbólico.

preta. Com isso, a partir da depreciação de seus ativos raciais, ela pode adotar uma estratégia de investimento simbólico, pela transfiguração positiva das propriedades físicas de sua moldura social, a partir da técnica de alisamento capilar por exemplo, que poderá lhe conferir vantagens sociais acumulativas e possibilitar ganhos simbólicos com a maior probabilidade de aceitação social de sua nova categoria parda ou morena.
É como se sua mudança de *status* a fizesse experimentar algo próximo daquilo que o homem branco tanto do Brasil quanto dos EUA – penso aqui no indivíduo branco, heterossexual e de classe média de Goffman – experimentasse desde a mais tenra infância, ou seja, a possibilidade da existência do absoluto, a capacidade, ainda que ajustada às suas condições materiais, de possuírem maiores chances e oportunidades em relação aos homens negros, ao transitarem por esferas e domínios da realidade social no qual estão disponíveis bens e serviços em disputa voltados para o seu acúmulo.
Pensamos aqui no acesso ao mercado de trabalho e no sistema de ensino superior. Nesse sentido, seria possível para os indivíduos disporem, seja da forma dada ou adquirida, de categorias raciais ou sistemas de predicações de cor que possuam a capacidade de realizarem trocas de bens dotados de valor, pela sua compra ou venda, de acordo com o grau de precificação simbólica que se atribuem às categorias *auto ou hetero-atribuíveis* de cor ou raça? Como podemos verificar tal dinâmica de trocas se manifestando na realidade empírica?

5 - Dinâmica de trocas simbólicas entre pesquisadores e entrevistados: estudo de caso empírico

Na campo de estudos censitários, especificamente na área dedicada ao conhecimento da composição racial da população, os termos classificatórios acionados por pesquisadores e entrevistados que designam as identidades/ características raciais dos indivíduos, têm encontrado, ao longo da série de estudos promovidos tanto por órgãos oficiais do Estado quanto por institutos de pesquisas privados, fortes dissonâncias nas classificações de cor mobilizadas pelos indivíduos e as categorias censitárias do IBGE apropriadas pelos pesquisadores.
A conhecida oferta de múltiplas categorias de cor produzidas pelos indivíduos, no instante de sua identificação racial, evidenciada por diversas pesquisas que buscam compreender o fenômeno das relações raciais, confronta-se, através da situações de co-presença entre pesquisadores e entrevistados, com a restrita oferta seletiva de categorias de classificação racial ofertadas pelos órgãos oficiais, ocorrendo em muitos casos uma operação de reajuste simbólico, por parte dos pesquisadores, das categorias de cor enunciadas pelos indivíduos com aquelas formalmente inscritas nos *surveys*.
O presente estudo empírico busca lançar um olhar sobre os possíveis efeitos de tais variações classificatórias nos resultados estatísticos obtidos pela pesquisa do IBGE sobre as características étnico-raciais da população (PCERP) de 2008, e como tal dinâmica de trocas entre pesquisadores e entrevistados se relaciona com a noção de cor e raça mobilizadas pelos indivíduos em situações de mobilização de signos identitários de cor.
Segundo os dados da pesquisa de 2008, mais de 90% da população entrevistada nos estados selecionados soube dizer a própria cor ou raça. Destas, mais de 80% - com exceção dos entrevistados em Mato Grosso -, apontou a cor da pele como uma categoria classificatória hierarquicamente superior em relação às demais, seguida de perto pelos traços físicos da face, ou seja, o cabelo, a boca e o nariz (média de 57%). Os dados confirmaram pesquisas anteriores que detectaram uma maior preponderância da aparência atuando como um critério classificatório em detrimento da ascendência ou de sua origem biológica, assim como ocorre nos EUA. Nos espaços sociais onde a cor ou raça exercem sua influência, a maioria dos entrevistados considerou que o casamento seria uma esfera das relações sociais cuja apropriação de tais categorias se daria com menor intensidade em comparação ao mercado de trabalho e a escola, por exemplo.
O estado da Paraíba foi o que apresentou a maior diferença entre a autodenominação de cor ou raça e a heteroclassificação racial dada pelos pesquisadores, especificamente entre as categorias «morena» e «parda», ambíguas e de difícil categorização. A diferença significante entre a autoclassificação de «morenos» (45,7%) e a reduzida autodenominação de pardos (10,9%), podem indicar uma forma específica de investimento racial prévio dos entrevistados, apropriando-se de categorias raciais socialmente valorizadas como forma inconsciente de obtenção de vantagens sociais sob a forma de lucros simbólicos. Por outro lado, na dinâmica de trocas

entre os pesquisadores e entrevistados, observamos uma adequação das possibilidades de ganhos acumulativos do *capital racial* do entrevistado, com as exigências e expectativas normativas prévias de classificação do pesquisador, sugerindo uma depreciação simbólica do valor de seus papéis raciais sob a forma de redução ou rebaixamento da sua classificação anteriormente ofertada (moreno), conformando-se ao fim da negociação para uma categoria de menor valor e prestígio social, ou mais próxima do seu real valor de mercado (pardo).
Evidenciamos, em nossa análise, um percentual maior de indivíduos autodeclarados negros em comparação aos pretos, apontando uma gradual conversão de ativos raciais identitários já desvalorizados e estéreis, para aqueles de maior valor racial, tomados como signos de luta política e aderente ao discurso de luta do Movimento Negro, no que tange à consolidação das políticas de ações afirmativas.
No que tange às uniões matrimoniais e o grau de variabilidade racial entre os parceiros - tomando a declaração da raça do pai e da mãe dos entrevistados como parâmetro - os dados apontaram para um grau maior de endogamia racial entre os brancos nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Já nos Estados da Paraíba, do Amazonas e Distrito Federal, observou-se uma maior heterogeneidade entre os casais cuja cor da mãe classificada como branca apresentava uma superioridade numérica em relação à cor do pai não branco. Entretanto, a opção «convívio social» obteve um percentual maior de preferência em relação às demais regiões de contatos inter-raciais, sugerindo maiores estudos sobre como, de que forma, e em qual grau o convívio social influenciaria nos ganhos e perdas de bens e recursos no mercado de uniões matrimoniais.

6 - Considerações finais: É possível pensarmos na noção de capital racial?

Neste trabalho, vimos que, na sociedade moderna, assim como no campo econômico, os homens disputam bens e recursos materiais buscando com isso obterem os meios necessários para a acumulação de bens e serviços. Com a consolidação do sistema capitalista e a posterior complexificação das relações humanas, que criou formas sofisticadas de invenção de novas necessidades, os indivíduos adquiriram novos estímulos para o preenchimento de suas expectativas de ascensão social, não apenas buscando a satisfação de suas necessidades vitais, como a manutenção de sua própria existência, mas também na busca da satisfação de seus desejos mais íntimos, de acordo com o tempo histórico e o grau de desenvolvimento das forças produtivas e culturais.
O interesse desinteressado de satisfação das necessidades assume, na sociedade de mercado, formas de investimento cada vez mais diferenciadas e sofisticadas de produção e acúmulo de valor. No caso da produção de valor racial, ela opera pela lógica do dispêndio de força de trabalho psíquica para a produção de categorias, mediante a transmutação da cor da pele humana em signos classificatórios dotados de valor. Nesse sentido, o ato de classificar as coisas do mundo é um ato de investimento simbólico, e como tal assume formas variadas de manifestação, sempre ajustadas as esferas sociais de circulação e negociação dos bens categóricos. Tais categorias de classificação racial atuam nestas esferas como moedas simbólicas, precificadas de acordo com seu grau valorização ou depreciação. Por sua vez, os valores raciais convertidos em bens simbólicos, lançam-se, através das relações recíprocas entre os indivíduos, ao mercado de trocas de bens raciais, disponíveis para a acumulação de seu capital, não redutíveis ao capital econômico. Também não se confunde com outras formas de capitais simbólicos, como o capital cultural. Falamos aqui, talvez, de uma forma específica de capital, dotado de propriedades específicas, cujo espaço de produção, circulação e distribuição se dá no mundo da vida, não circunscrito sob as fronteiras de uma realidade social específica, mas difuso e fragmentado, que consegue penetrar em todos as franjas do social, sob o qual e pelo qual os mecanismos de percepção do indivíduo, estão dispostos a mobilizar e a investir.
Embora a noção de cor ou raça não tenha sido concebido na sociedade capitalista, ela adquire uma narrativa sofisticada e legitimada através do discurso científico, agregando valor racial ao conceito e influenciando com isso nas escolhas e preferências dos homens, com fins de acumulação do *capital racial*. Uma das maneiras mais intrigantes de se tentar compreender, explicar o processo dinâmico deste fenômeno social de produção da distinção se dá na esfera das relações afetivas, mediante a precificação simbólica dos caracteres somáticos dos agentes (cor da pele, nariz, cabelo e boca), com graus de aumento ou diminuição de valor racial de acordo com a sua aparência física.

A dinâmica de trocas de bens raciais assume uma forma altamente sofisticada de disputa por grupos sociais com o tempo, assumindo uma forma eufemizada e dissimulada de disputa, através da relação entre brancos e negros no período pós-abolição, cujo fator de influência no mercado de uniões matrimoniais por exemplo, operaria como uma espécie de tributação simbólica bastante desigual entre os grupos brancos e negros, dando aos primeiros uma isenção de categorias depreciativas em relação aos segundos, conferindo maiores oportunidades sociais para o acesso aos bens postos em circulação - ou uma forma eficiente de oferta de créditos prévios -, tornando as condições sociais de existência daqueles classificados como brancos a própria condição de existência do absoluto, ou seja, a naturalização da desnecessidade de qualquer reflexão prévia de suas condições sociais que permitiram suas próprias condições de vantagem em relação aos negros pelo acesso aos bens em circulação do mercado, ou na corrida desigual entre homens brancos e negros pelo sucesso no mercado de uniões matrimoniais.

O processo de transformação da marca ou algum traço fenotípico distintivo dos negros e brancos em valor racial contribui para o processo de discriminação e diferenciação social, marginalizando os negros e impedindo o seu acesso aos bens e serviços de uma sociedade capitalista de mercado. O processo de transfiguração da cor da pele em valor, simbolizado em algum signo, emblema, ou estereótipo, se reproduz nas estruturas de relações entre brancos e negros.

E se o fenômeno do branqueamento desencadeasse a criação de uma economia simbólica das cores, onde as categorias raciais atuassem não somente como um mero dispêndio psíquico de classificação das coisas do mundo, mas também, numa sociedade de mercado que opera sob a lógica competitiva, como um investimento simbólico, onde tais signos assumissem valores e pesos distintos em função da cor socialmente valorada e utilizada para localizar cada indivíduo ou grupo social, com possibilidades de lucros e perdas simbólicas, configurando um mercado de valores raciais?

A ideologia de branqueamento racial pode ter contribuído para produzir uma sistematização inconsciente de condutas e práticas racistas de autonegação da cor entre os mais negros, produzindo uma grande desigualdade entre nos ativos raciais negociados pelos grupos econômicos em disputa, o que sugerem maiores estudos sobre os possíveis efeitos sociais desta dinâmica de trocas simbólicas na economia dos bens raciais.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, J. D. (2011), *Diálogos Latinoamericanos*. Construções Sociais da Cor e da noção de Escravidão - reflexos sobre as ideias escravistas no Brasil Colonial. Num 18. Assrhus Universitet: pp. 1-19.

BOURDIEU, P. (1990), *Coisas Ditas*, São Paulo, Brasiliense.

BOURDIEU, P. (2011), *A Dominação Masculina*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BOURDIEU, P. (2012), *O poder simbólico*, Rio de Janeiro: Betrand Brasil.

FREYRE, G. (2006), *Casa Grande & Senzala*, São Paulo: Global Editora.

GOFFMAN, E. (1975), *Estigma: Notas sobre a Manipulação de uma Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar.

IANNI, Otávio. (2004), Dialética das relações raciais. *Estudos Avançados*. 18 (50). São Paulo, pp. 21-30.

MACHADO, E. A. (2004), *Desigualdades "raciais" e ensino superior: um estudo sobre a introdução das "Leis de reservas de vagas para egressos de escolas públicas e cotas para negros, pardos e carentes" na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2000 - 2004)*. Tese de doutoramento, Rio de Janeiro: IFCS, UFRJ.

MARX, K. (2013), *O Capital: crítica da economia política*, São Paulo: Boitempo.

NOGUEIRA, O. (1998), *Preconceito de Marca: as relações raciais em itapetininga.* São Paulo: EDUSP.

ORTIZ, R. (1994), *Pierre Bourdieu/ Sociologia*, São Paulo: Ática, pp.14-25.

PCERP, IBGE. (2008), Características Étnico-Raciais da População. *Um estudo das categorias de cor ou raça*. BRASIL: Governo Federal.

SANSONE, L. (2003), *Negritude sem etnicidade: O local e o global nas relações raciais, culturais e identidades negras no Brasil*, Salvador: Edufba; Pallas.

SCHWARTZ, L. M. (2011), *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930***.** São Paulo: Companhia das Letras.

WEBER, M. (2000), *Economia e Sociedade*. Brasília: Universidade de Brasília.

WEBER, M. (2002), *Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC.

WEBER, M. (2005), *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Construindo memórias na zona portuária do Rio de Janeiro

Márcia Leitão Pinheiro (UENF)[1]
Sandra de Sá Carneiro (UERJ)[2]

Em novembro de 2013 o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, durante a reinauguração do Centro Cultural José Bonifácio anunciava a candidatura do Cais do Valongo como Patrimônio da Humanidade, pela Unesco. A pergunta que não quer calar deste então é como um local de sofrimento, tortura e de tráfico de seres humanos pode ser apresentado com certo orgulho como um "patrimônio" da humanidade, qual o sentido de patrimonialização que está embutido aí?

O objetivo deste artigo é discutir como as noções de diáspora e a herança africana vem sendo construídas pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro que se volta à implantação do Projeto Porto Maravilha, criando o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, que ressalta processos de objetificação cultural e de patrimonialização que precisam ser ainda melhor compreendidos. Consideramos assim que a mobilização das categorias diáspora, legado e memória africana, com o objetivo que pauta a candidatura do Cais do Valongo à Patrimônio da Humanidade, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) devem ser problematizados. Para isso, começamos a indagar: Como são construídas estas categorias no discurso e nas ações urbanísticas e políticas da prefeitura? Em um contexto de uma cidade cuja história sempre foi marcada pela tentativa de soterrar os vestígios da presença de escravos, bem como relegar às margens da sociedade as expressões culturais negras. Portanto, o entendimento das práticas e dos sentidos produzidos viabilizam reflexões acerca da centralidade da categoria diáspora, bem como da África no cenário político atual da cidade do Rio de Janeiro.

A ideia de diáspora africana integra hoje um conjunto de estudos sobre as sociedades contemporâneas que outrora receberam milhares de africanos para o trabalho escravo em diversos países do Atlântico, como destacam alguns autores (Clifford, 1994; Hall, 2003; Gilroy, 2001; Vale de Almeida, 2008, Singleton e Torres de Souza, 2009), inclusive o Brasil, como explicitam estudos antropológicos, geográficos e historiográficos (Sansone, 2002; Araújo dos Santos, 2011; Pereira, 2007). Considerando discursos e práticas que integram novas configurações culturais que desafiam a antropologia (Sahlins, 1997), analisamos aqui como a diáspora e a África são interpretadas, referidas e valorizadas na criação e legitimação do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana (ou Circuito da Celebração Africana) pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro como parte do Projeto Porto Maravilha.

Para o desenvolvimento dos temas aqui abordados, utilizamos o material de divulgação do projeto Porto Maravilha, fartamente disponibilizado ao público em geral por meio de folders, *sites* e matérias jornalísticas, produzidos principalmente pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp), gestora do projeto. Recorremos ainda a materiais disponibilizados por órgãos governamentais em relação com o projeto da prefeitura.

---

1 Doutora em Antropologia pelo PPGSA/IFCS da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Adjunta e pesquisadora da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em religiosidade, atuando principalmente nos seguintes temas: produção musical, juventude(s), etnicidade, educação, territorialidade.
(e-mail: marcialpx@hotmail.com)

2 Doutora em Antropologia pelo PPGSA/IFCS/UFRJ. Professora Adjunta de Antropologia e pesquisadora do Depto de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais do IFCH/UERJ. Pesquisadora do CNPq. Pós-doutorado em Antropologia na Universidade de Santiago de Compostela, Espanha (2010). Tem experiência na área de Antropologia Urbana, Antropologia da Religião e Antropologia do Turismo, atuando principalmente nos seguintes temas: religião, turismo, peregrinação, ensino religioso, cultura popular e estudos urbanos.
(e-mail: sandradesacarneiro@uol.com.br)

Cais do Valongo e Zona Portuária

A prefeitura da cidade do Rio de Janeiro afirma conduzir um projeto de revitalização da Zona Portuária, apontando a necessidade de recuperação de prédios e monumentos com o encaminhamento de revitalização de áreas urbanas, buscando alterá-las arquitetônica e moralmente, pois considerada como degradada e historicamente associada à malandragem, a prostituição, a pobreza**.**

Sabemos que a história da cidade do Rio de Janeiro é marcada e configurada por imigrações voluntárias e/ou forçadas, sendo que, no segundo caso, tem sido apontado que ela se tornou, sobretudo com a vinda da família real portuguesa, no maior entreposto de comercialização de seres humanos oriundos de regiões africanas para a realização de trabalho escravo em regiões como Minas Gerais, Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, e o Recôncavo da Guanabara, por exemplo. O Rio de Janeiro utilizaria do trabalho de escravos para a realização de obras que contribuíssem para o escoamento de alimentos e ouro, portanto a cidade e seu porto passaram a ter papel de destaque nas relações econômicas que sustentavam a economia portuguesa (Tavares, 2012).

O Cais do Valongo resultou de medida tomada por D. João no tocante as operações portuárias - embarcações, mercadorias –, tendo efeito nas relações comerciais e sociais, sobretudo com o conjunto de atividades – estabelecimentos relacionados ao deslocamento e comercialização de seres humanos - ligadas à diáspora aqui em destaque. O porto estava localizado no Cais Central, atual praça XV, e foi transferido para região que ficava entre o Morro da Conceição e da Saúde. Isso conduziu para longe da vida urbana as atividades de exportação e importação, como explosivos e outras mercadorias (Honorato, 2011). O discurso da prefeitura destaca que no atracadouro acontecia o desembarque de escravos trazidos dos países africanos, tendo-se, portanto, sua relevância para a transação portuária no mundo atlântico.

Além do Cais do Valongo e da casa de engorda, havia extensão de terra para sepultamento daqueles trasladados deste a África e que morriam na entrada da Baia da Guanabara ou na área do Cais do Valongo antes da venda. Tratava-se do Cemitério dos Pretos Novos, fundado em 1772 e em vigência até 1830, no qual cerca de 6 mil corpos de africanos foram ali sepultados. Desse modo, o porto e o cemitério eram centrais para a atividade de comércio de seres humanos (Pereira, 2007). Encontrava-se ainda, na esquina com a Prainha, a cadeia do Aljube destinada a receber quilombolas e escravos acusados de crime (Arantes, 2010).

As atividades portuárias, intensificadas com a transferência da capital da colônia para o Rio de Janeiro, bem como a relevância da cidade para o circuito de trocas estabelecido com as regiões interioranas, contribuíram para a ocupação da Zona Portuária por traficantes de escravos, armadores, marinheiros e pescadores, por exemplo (Mello, 2003). Ali residiam, trabalhavam e se divertiam, formando modos de vida e sociabilidade com forte contribuição para a caracterização moral e cultural da região.

As moradias estavam ligadas aos trabalhadores pobres e aos malandros, à população considerada 'marginal', por ser frequentadora das tabernas, armazéns e moradora dos cortiços. Tratava-se de tipo de residência popular, caracterizada por uso coletivo de áreas como banheiro, tanque e pátio. Tais locais eram chamados por "valhacouto de desordeiros", como coloca Chalhoub (1996) -, que se disseminaram pela cidade a partir de 1850 (Vaz, 1994). Os cortiços foram condenados por médicos sanitaristas e fadados ao desaparecimento, pois vistos como espaço de proliferação de doenças e de vícios. Isto aconteceu sob a atuação do prefeito Barata Ribeiro, no século XIX, que conduziu o desmanche do cortiço "Cabeça de Porco", localizado no centro da cidade, sendo iniciativa de destruição para renovação da cidade. A demolição, elogiada pela imprensa, tem sido apontada como a origem da favela da Providência, haja vista que muitos moradores expulsos acorreram para o morro próximo, que já contava algumas casas e a dona do cortiço Cabeça de Porco era proprietária de lotes na localidade. Portanto, estaria aí o início da favela na cidade, afirmando-se com a chegada dos ex-combatentes de Canudos (Chalhoub, 1996; Vaz, 1994; Valladares, 2000).

Além do trabalho e moradia, pode-se falar da sociabilidade promovida nas ruas e estabelecimentos comerciais localizados nas imediações do cais, que tinham a frequência de trabalhadores do cais, vadios e prostitutas. Afora as relações amistosas, conflitos ocorriam, possibilitando falar na "rivalidade étnica" – agressões verbais e físicas -, entre africanos, que trabalhavam no porto como escravos, portugueses, brasileiros pardos e pretos e brancos de outras nacionalidades. Estes se confrontavam nas ruas, nos armazéns para o consumo de paraty

e café, e casas de pasto. Os armazéns não eram espaço somente de divergência porque neles eram registradas conversas, comemorações por pagamento de trabalho no porto, bem como de espera por novo trabalho. Ainda na Zona Portuária havia agremiações de lazer, como a Sociedade União das Flores e rodas de samba (Arantes, 2010). Sobre a área, sem excluir a vizinha Cidade Nova, a investigação histórica sobre festividades na cidade do Rio de Janeiro tem enfatizado as celebrações populares e religiosas, com participação de africanos, como a coroação do rei do Congo, que cooperaram para a construção da cultura da cidade (Gomes, 2003).

Alguns historiadores (Mattos e Abreu, 2011; Gomes, 2003), por outro lado, apontam a Pedra do Sal, local histórico de carregamento de sal por escravos, como reduto do samba, do choro, berço do carnaval carioca, onde foram organizados os primeiros ranchos da cidade e também ocorriam as festas de santos do candomblé. Atualmente é caracterizada por vigência da comunidade quilombola Pedra do Sal. Há intensas festividades como rodas de samba que atualizam a referência da região no mapa cultural da cidade. Em 1987, o valor histórico e cultural desse local passou a ser oficialmente reconhecido e a localidade foi tombada como "testemunho cultural mais secular da africanidade brasileira" (Mattos e Abreu, 2007:19).

Diáspora: o que se diz quando se fala sobre este assunto

Refletir sobre o uso da noção de diáspora africana pelo governo municipal da cidade do Rio de Janeiro termina por evidenciar alguns pontos: saber como integra e é atualizada por um campo de práticas, significados e atores sociais. Isto requer compreender a dinâmica de sua aplicação, sendo possível a partir da reflexão sobre as transformações que estão em curso na Zona Portuária, como parte do processo de implantação do projeto Porto Maravilha, conduzida pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

A intervenção urbanística em curso, iniciada em 2009, mobilizou setores da sociedade civil, inclusive o Movimento Negro (definido no singular pelo canal de divulgação do Projeto Porto Maravilha, que não especifica qual segmento se manifestou[3]), religiosos de matriz africana e intelectuais, muitos desses com conhecimento prévio da existência de lugares-chave da imigração de africanos na cidade do Rio de Janeiro.

O termo diáspora tem sido utilizado para destacar o deslocamento de população em decorrência de interesse econômico, que pode ser voluntária ou forçada, e/ou tensões de ordem religiosa, política ou étnica, não se restringindo ao passado, como a dispersão judaica e aquela pertinente à prática colonial. Ele também é utilizado em reflexões sobre as mobilidades transnacionais, identidades e culturas diaspóricas registradas na contemporaneidade, como evidencia Clifford (1994). Tomada como distinto de viagem por não ser um deslocamento temporário, a diáspora, segundo Clifford (*op.cit.*), combina distância e raiz, à medida que tem a ver com formas de vida em comunidade, solidariedade e continuidade de identificação mesmo distante do lugar de origem.

Na cidade do Rio de Janeiro vemos o termo diáspora circular nos textos e discursos de representantes da prefeitura, estando ele referido ao deslocamento de seres humanos pelo oceano Atlântico em decorrência da escravidão. Estima-se que tal dispersão obrigatória, entre o século XVI ao XIX, movimentou mais de 20 milhões seres humanos (Ngoenha, 2014) que foram retirados de regiões africanas em benefício da empresa de acumulação de riqueza, sendo direcionados para o continente americano (Singleton e Torres de Sousa, 2009). A imigração foi caracterizada pela mercantilização desses seres humanos que tiveram suas biografias alteradas, haja vista terem sido afastados de seus contextos sociais e direcionados para outros (Kopitoff, 2010). Acontecia assim a perda de seu referencial espacial, com a venda e a inserção no regime escravista. Inegável que tal prática diaspórica tenha produzido sofrimento, fuga, castigo, humilhação e morte, mas, sendo este o lado mais traumático, os africanos que aqui chegaram, e inseridos na sociedade como escravos, continuaram a ser "produtores de cultura".

Somente na entrevista do presidente do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) vimos sinalizado o que seria o Movimento Negro referido nos textos oficiais da prefeitura. Ele seria formado pelo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (Comdedine) e a Coordenadoria Especial de Promoção da Política de Igualdade Racial (Ceppir). Disponível em https://blogportomaravilha.wordpress.com/page/5. Acesso em 20/07/2014.

A relevância de abordar o conceito diáspora está nos significados que tem historicamente apresentado, sobretudo quando pesquisadores se voltam às experiências históricas. A investigação deste termo pontua estudos geográficos, historiográficos, arqueológicos, bioantropológicos que têm contribuído para o entendimento da especificidade do processo de dispersão das populações africanas, as condições de entrada nas regiões do mundo, as comunidades formadas por escravos, que tipo de imigrante africano foi disperso, bem como a contribuição para a diversidade cultural (Araújo dos Anjos, 2011; Pereira, 2007; Honorato, 2008; Tavares, 2012).

Diversas abordagens sobre a escravidão contemplam os movimentos de resistência, a busca por dignidade, por emancipação e também modos de produção de pertencimento feitos em países com populações negras (Hall, 2003; Gilroy, 2001; Singleton e Torres de Souza, 2009). No entanto, o interesse no movimento de deslocamento não se resume a ele, mas, principalmente, na elaboração de "formas geopolíticas e geoculturais" pelo Atlântico. (Gilroy, 2001, p.25). Isto não quer dizer que se deva falar em sobrevivências e essencialismos, sobretudo porque, como diz Gilroy (2001), a diáspora não se resume a movimento e manutenção do mesmo. Por isso o significante se torna tão atual.

O deslocamento de seres humanos pelo Atlântico para a empresa escravista e a produção de culturas e identidades têm pautado reflexões que forjam figuras do Atlântico para tratar das especificidades da diáspora e da escravidão. Quando se fala em Atlântico pardo busca-se refletir sobre a dispersão africana sob a condução portuguesa caracterizada pela miscigenação, vide o Brasil. Se no Atlântico negro, como cunhou Gilroy (2001), havia a dificuldade de conciliar as atitudes de ser ou não ocidental, no Brasil, parte do congênere intitulado pardo, a luta se definiu, de um lado, por aquisição de cidadania e direitos civis e, de outro, pela formulação e manutenção de expressões culturais. Isso tem sido conduzido sem abdicação da figura da África, isto é, de algo inventado no país, e, muitas vezes, tratado como essência (Vale de Almeida, 2008).

Como significante, a África tem sido utilizada para integrar as arenas de disputa, os discursos oficiais e aqueles dos movimentos negros. Têm-se a criação de traços e objetos pautados no farto universo simbólico do que é a África. Trata-se dos usos e abusos caracterizados pela presença na criação da religião, no discurso relacionado à nação moderna, na produção da cultura popular, da cultura negra (Sansone, 2002; Vale de Almeida, 2008).

Quando se analisa os documentos oficiais e os depoimentos de representantes do governo municipal e integrantes de órgãos públicos relacionados ao Projeto Porto Maravilha podemos perceber que no discurso sobre a criação do Circuito da Celebração Africana é apontada a ligação do Cais do Valongo com a diáspora. Mas, entendemos, como nos lembra Sansone (2002), que seu uso é aí definido conforme interesses políticos. Isto porque o legado negro é visto como estratégico para a construção e a promoção da cidade que, convertida em produto de *marketing* urbano, acaba por eliminar possíveis obstáculos que poderiam prejudicar a venda dessa cidade transformada em mercado para o consumo. Dentro desta lógica são escolhidos locais ou como diz o presidente do IRPH, "selecionar o passado[4]", que aliados ao Projeto Porto Maravilha ajudam a promover a imagem da cidade. Dito isto, qual o desdobramento?

A obtenção do título de patrimônio da humanidade é o objetivo da prefeitura em ampliar a participação do Rio de Janeiro no rol de cidades internacionais com título de Patrimônio Mundial, conforme aprovação da Unesco. Para tanto, os discursos proferidos durante a inauguração do Circuito da Celebração Africana, no ano de 2011, evidenciam como uma certa "seleção" de eventos passados passa a ser utilizada como instância de sua requalificação.

Na inauguração do Circuito da Celebração Africana, um componente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (Comdedine), órgão de assessoramento da prefeitura, afirmou que o Cais do Valongo não era objetivo do processo de revitalização da zona portuária, muito embora sua localização fosse de certa forma prevista e calculada por alguns pesquisadores e, por sua vez, cabia à prefeitura, menciona o conselheiro, fazer do cais um monumento urbano. Segundo consta, esta era pelo menos a reivindicação do Movimento Negro, no entanto, sabemos da dificuldade de tomar este termo como constituído homogeneamente, haja vista os diferentes segmentos que o abarcam.

Ainda de acordo com o representante do Comdedine, a relevância do Cais do Valongo está na ligação que

4 Disponível em https://blogportomaravilha.wordpress.com/page/5/. Acesso em 4/07/2014.

teria com pontos de aportagem e embarque localizados em Dakar e Cabo Verde, que já foram reconhecidos como Patrimônio da Humanidade, podendo o mesmo ocorrer com o referido cais localizado no Rio de Janeiro.

A fala deste conselheiro e os textos relacionados ao Circuito da Celebração Africana evidenciam ainda que a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro parece forjar um discurso sobre a diáspora e a África, que são integrados de forma não problematizada e até mesmo naturalizada em seu projeto de modernização da cidade. Diferentemente do que intervenções urbanas anteriores asseguraram, agora houve a exposição dos lugares que registravam a política escravista. Além disso, passou-se a fazer menções às tradições de africanos e negros brasileiros. Mas, se em uma primeira leitura podemos dizer que ocorreu uma alteração do fazer político diante do repensar o planejamento da cidade, por conseguinte, vemos que o que tem orientado as propostas da prefeitura é a promoção de uma determinada imagem de cidade. Esta inclui explorar seus potenciais de negócio, como o porto e o turismo, com a eleição de determinados locais, fatos e acontecimentos históricos, em detrimento de outros.

A diáspora e o Circuito da Celebração Africana, objetos do discurso e das articulações do poder municipal, acabam por compor inusitadamente patrimônio referido às populações africana e negra, poucos presentes no patrimônio cultural nacional (Fonseca, 2009). Se a história e o patrimônio desvalorizaram e soterraram presenças de escravos e traços de sua existência (Abreu e Chagas, 2009), cabe à política de revitalização forjar uma narrativa urbana. Todavia, ao lado da ênfase dada à memória da diáspora africana, por referência à população afro-brasileira, a prefeitura conduz seu projeto de mercantilização da cidade e faz da diáspora e da África objetos em seu fazer político, que envolve investimentos públicos e privados.

Conforme já dissemos o Circuito da Celebração Africana, localizado na Zona Portuária, integra locais relacionados à história das populações africana e negra. Assim, suas práticas culturais também contribuem para sua conceitualização, haja vista a relevância que a memória, como será visto mais adiante, passa a ter para o reconhecimento desses lugares. A porta de entrada e saída de cativos africanos e local de existência de negros e africanos estavam assim situadas no que atualmente se conhece por Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro, que vem sendo redefinida com as obras e ações do Porto Maravilha.

A ressignificação de lugares na cidade do Rio de Janeiro relacionados à diáspora africana e à população africana e negra é peculiar ao considerar que no Brasil prevaleceu o interesse em negligenciar os traços negros e africanos da sociedade. Exemplo emblemático desta situação é a construção do Cais da Imperatriz sobre o Cais do Valongo, em 1843, para o desembarque da futura esposa de D.Pedro II. No início do século XX, o rebatizado Cais da Imperatriz foi soterrado e deu lugar a uma praça, como afirma o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Também não podemos nos esquecer da destruição de locais de moradia popular e das campanhas de saúde que investiram na limpeza de áreas insalubres, querendo isso dizer a expulsão de africanos e negros de algumas regiões da cidade, a vacinação contra doenças, sendo realizada em conjunto com a modernização da cidade pertinente ao reordenamento das políticas de dominação (Chalhoub, 1996).

Compromissos sacramentados: o que dizem o prefeito e as autoridades.

A política de revitalização em curso não é avessa ao planejamento empresarial – com combinação público-privado-, dando outros usos aos espaços da cidade a fim de tornar o Rio de Janeiro uma cidade competitiva diante dos investimentos internacionais (Diniz, 2013). Com atuação também na área cultural, projetos de revitalização, como ocorridos em cidades como Bilbao, Barcelona e Lisboa com traços específicos destacados, são conduzidos no Rio de Janeiro na medida em que isso proporciona a produção de consenso entre os habitantes. Ainda viabiliza a credibilidade e a legitimidade que impulsiona investimentos e perfaz sua dimensão externa (Carvalho, 2000). O discurso oficial trata assim de executar planejamento capaz de alterar ruas e praças, construir vias e lugares a serem ocupados por empresas, estabelecer espaços museais, como o Museu do Amanhã e Museu de Arte do Rio, citados anteriormente.

Assim, o projeto de revitalização urbana em curso, cujo *slogan* é “um sonho que virou realidade”, incide sobre

espaço com reconhecida contribuição cultural para a cidade. Nela também há lugares, traços e objetos que contribuem para o conhecimento da vida na cidade, como visto na seção anterior. Isso compreende os locais que têm sido relacionados à diáspora africana e mobilizados para compor a "memória da África", como afirma o conselheiro do Comdedine.

Com o andamento das obras do Projeto Porto Maravilha, foram retomadas as escavações arqueológicas realizadas na Zona Portuária, precisamente no terreno onde ficava o Cemitério dos Pretos Novos. Este foi detectado em 1996, com as obras realizadas no terreno de uma residência, sendo o material humano e os objetos resgatados por arqueólogos, apesar da coleta feita por pedreiros. A pesquisa iniciada foi interrompida e retomada, em 2009, com o suporte do Museu Nacional e do Instituto dos Pretos Novos, fundado no terreno onde os restos mortais foram encontrados (Tavares, 2012).

Quando se fala em diáspora, há um lugar que a prefeitura concede maior presença em seu discurso e publicação. No editorial da revista Porto Maravilha, intitulado "Porto Maravilha, preservando a história, a arquitetura e a cultura da região portuária", o prefeito ressalta o compromisso do projeto com a cidade e sua história já que tem sido possível:

> Valorizar o patrimônio local e integrar moradores são dois de nossos principais desafios no processo de revitalização da Região Portuária. Reforçando essa linha de trabalho, importantes relíquias do Rio Antigo foram reveladas recentemente. Durante as escavações, nas obras de drenagem da Av. Barão de Tefé, ruínas do Cais da Imperatriz e do Valongo foram encontradas a pouco mais de um metro de profundidade. Verdadeiro e valoroso tesouro da nossa história serão recuperados e farão parte de um memorial a céu aberto[5].

> A fala do chefe do Executivo enfatiza o Cais do Valongo como um patrimônio referência da diáspora dos africanos no país, precisamente no Rio de Janeiro – importante atracadouro na empreitada comercial, explicitando a relevância de trazê-lo à exposição, demarcando sua referência para a constituição da cidade - sendo reintegrado ao urbano devido à política municipal.
>
> Em 20 de novembro 2013, na cerimônia de reinauguração do Centro Cultural José Bonifácio (CCJB), para onde futuramente estão previstas exposições referidas à cultura afro-brasileira e expostos os milhares de artefatos encontrados no decorrer das escavações realizadas – apontados como próprios dos desembarcados escravizados - o prefeito, atento a legitimar o Projeto Porto Maravilha, afirmou:
>
> É muito importante entregar restaurado esse espaço cultural, num dia tão simbólico de reflexão da questão do negro no Brasil. Esse projeto de revitalização da Zona Portuária foi mais um elemento agregrado. Ter descoberto o Cais do Valongo e toda essa história da diáspora negra e desse roteiro africano tem sido muito importante e só valoriza mais os aspectos culturais do Porto Maravilha. Aqui já era um centro cultural há algum tempo, e agora foi recuperado e revitalizado fisicamente para que possa receber discussões, conteúdo e debates pra essa região que está cercada de história[6].

Podemos perceber como são redefinidos lugares antes ocultados, componente da hierarquia entre partes da cidade e pessoas, que passam à exposição por sua associação com um projeto de revitalização, que conta com investimento internacional, acompanhamento de representante do Projeto Rota do Escravo[7] da Organização

---

5 Revista Porto Maravilha n.04, p.02, 2011, disponível em http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/revistas/Boletim%20do%20Porto%204%20web.pdf. Acesso em 26/08/14.

6 Depoimento disponível em http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=4470401. Acesso em 05/06/2014.

7 O projeto deve início em 1994, na cidade de Ouidah, ou Ajudá, no Benin, considerado o segundo maior porto escravista

das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e de órgão do governo federal, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Ao mesmo tempo, o prefeito destaca que a "diáspora negra" e o "roteiro africano", delimitado pela prefeitura, passaram a fazer parte do Porto Maravilha, ampliando seu eixo cultural, tentando com ele compor o consenso e a legitimidade pertinente ao projeto que desenvolve. O presidente do IRPH observa, no *blog* do Projeto Porto Maravilha, que o Circuito da Celebração Africana juntamente com o Museu de Arte do Rio (MAR) e o Museu do Amanhã contribuirão para o desenvolvimento do turismo cultural devido suas especificidades.

No "sonho" de transformar a Zona Portuária em "maravilha", a prefeitura terminou por lidar com diferentes atores que colocaram questões, práticas e sentidos para o Circuito da Celebração Africana. Neste caso, podemos mencionar aqueles cujo posicionamento apontava para a cautela pertinente aos sítios, sobretudo as ruínas do Cais do Valongo, há tempo localizado, e que as escavações das empreiteiras poderiam destruir. As práticas do Executivo precisaram estar relacionadas com a necessidade de monitorar a exploração de subsolo, como prevê a legislação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), conforme destaca a arqueóloga coordenadora do projeto conduzido na área do Valongo.

O relatório do "Seminário Internacional Herança, Identidade, Educação e Cultura: gestão de sítios e lugares de memória ligados ao tráfico negreiro e à escravidão", realizado pela Fundação Cultural Palmares e a Unesco, em agosto 2012[8], destaca que foram encontrados no Cais do Valongo diversos objetos como enfeites feitos com piaçava, amuletos, miçangas, estojos de metal, cachimbos e anéis, sendo catalogados como objetos de matriz africana e alguns considerados de ritos religiosos. Segundo a arqueóloga, a descoberta dos objetos colocou a necessidade de conhecer seus significados e, devido a "formação católica da equipe arqueológica", foi necessária a cooperação de líderes religiosas designadas de matriz africana, integrantes de GT organizado pela prefeitura da cidade do o Rio de Janeiro para constituir o Circuito da Celebração Africana, para definição dos significados de tais objetos. Com a atuação das sacerdotisas, os objetos passaram a ser vistos como definidores de "identidade étnica e cultural" e poderão compor um "memorial".

No trabalho de construção da memória da diáspora e da África na Zona Portuária, além dos trabalhos de especialistas em arqueologia, em patrimônio, antropologia, membros de distintos órgãos da prefeitura, como o presidente do IRPH, do conselheiro do Comdedine, entraram em cena também outros especialistas: as sacerdotisas das religiões de matriz africana, apresentadas como integrantes do GT organizado para constituir o Circuito da Celebração Africana. Como já apontado, elas cooperaram no reconhecimento dos objetos encontrados nas escavações do Cais do Valongo, mas não ficaram nisso. Em 2012, percorreram os lugares do Circuito da Celebração Africana para identificar os lugares de sacralidade e circunscrever sua relevância cultural e simbólica e, iniciaram, no mesmo ano, com apoio do Comdedine, a cerimônia de Lavagem do Cais do Valongo para celebrar a ancestralidade, a força espiritual ali presente já que foi ponto de desembarque de milhares de africanos. Para as sacerdotisas, a cerimônia resgata e preserva a cultura africana, que compõe a identidade brasileira, e exalta também aqueles que chegaram ao cais e se tornaram ancestrais. Desse modo, pelo eixo religioso, fazem uma apropriação do Cais do Valongo, também desenham sua singularidade e adicionam ao lugar seus saberes e práticas religiosas. A cerimônia conta com a presença de uma sacerdotisa experiente na Lavagem do Bonfim, na Bahia, é realizada num momento em que a Unesco avalia lugares para a eleição a Patrimônio da Humanidade, e, no caso, as ações políticas destacam o Cais do Valongo, integrante do Circuito da Celebração Africana. Para as religiosas, ele, o cais, passa a ser o espaço de celebração por excelência, já que testemunha a diáspora, registra sentimentos, conhecimentos, acontecimentos e ancestralidade, tendo, assim, sua ligação com o registrado pela história.

O fazer, as elaborações verbais e simbólicas das sacerdotisas são apropriadas pela prefeitura, que em seus meios de divulgação operacionaliza a constituição da memória e, com isso, faz do Cais do Valongo um lugar de memória (Nora, 1993). Portanto, podemos entender o objetivo de inscrever o Cais do Valongo, e não o Circuito da Celebração Africana, no catálogo de "patrimônio da humanidade". O trabalho de construção

---

durante o comércio atlântico de seres humanos.

8 O seminário foi realizado pela Fundação Cultural Palmares e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO).

de memória, que não pode prescindir das sacerdotisas das religiões de matriz afro e as ações da prefeitura permitem destacar o que faz com que o Cais do Valongo venha a ter propriedade de simbolizar, de comunicar, de abarcar a dimensão do agir, que seja o espaço de mediação entre seres humanos, coisas, vivos e mortos, passado e presente (Gonçalves, 2003).

Sobre a patrimonialização da região

Sabemos que estudos históricos e arqueológicos já haviam apontado para a identificação de lugares que integram o Circuito da Celebração Africana, sobretudo o Cais do Valongo e o Cemitério dos Pretos Novos, em datas anteriores ao início das obras do Porto Maravilha (Tavares, 2012; Honorato, 2008; Pereira, 2007). Mas, também foi possível perceber que há um jogo, uma performance, entre os representantes das entidades e de órgãos governamentais que se voltam à constituição do Circuito da Celebração Africana e seu reconhecimento como patrimônio.

Hoje, as cidades passam a ser entendidas como um lócus que dispõe de um patrimônio valioso e digno de ser conhecido. É um processo que se caracteriza por uma invenção ou uma reinvenção de tradições, também por certa folclorização de determinadas práticas urbanas, por uma culturalização de locais ou de "centros históricos" (Cordeiro, 1997; Costa, 1999) e, por uma transformação da arquitetura e achados arqueológicos em monumentos.

Entendemos que foi dentro desta perspectiva que o Circuito da Celebração Africana foi elaborado e criado em 29 de novembro de 2011, através do Decreto nº 34803. Todavia, a prefeitura justificou sua iniciativa devido aos seguintes fatores: a) a importância histórica e cultural dos remanescentes revelados pelas pesquisas arqueológicas executadas na Região Portuária do Rio de Janeiro; b) a necessidade de socializar os diversos sítios arqueológicos existentes na região, notadamente o Cais do Valongo e o Cemitério dos Pretos Novos; c) a necessidade de criar um agenciamento urbano que defina os limites do sítio arqueológico do Cais do Valongo, promova sua segurança e conservação, e apresente sua história; d) a vinculação dos diversos sítios arqueológicos à Diáspora Africana e à Cultura Afro-Brasileira; e) o ano de 2011 foi eleito pela ONU com Ano Internacional dos Afrodescendentes e, f) neste ano, completa-se 200 anos da construção do Cais do Valongo.

O Decreto de criação do Circuito da Celebração Africana também instituiu o Grupo de Trabalho Curatorial do Projeto Urbanístico, Arquitetônico e Museológico do Circuito, definindo como membros fixos do GT a vice-presidente do Comdedine, o representante da Cdurp, responsável pela condução do Projeto Porto Maravilha e a Coordenadoria Especial de Promoção da Política de Igualdade Racial (Ceppir) e, como membros convidados, mencionava o nome de nove pessoas, sem a indicação da instituição ao qual pertenciam ou representavam, sugerindo que a participação se daria de forma individual. A coordenação do GT ficou a cargo do Subsecretário do Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design do Gabinete do Prefeito. Portanto, a função de gerencia e administração do GT caberia a uma pessoa diretamente vinculada ao prefeito Eduardo Paes. O GT da Herança Africana, como passou a ser informalmente chamado, tinha por objetivo apresentar em 30 dias o recorte conceitual, histórico-cultural, de abrangência do circuito e sua delimitação territorial. À primeira vista estas ações pareciam atender às exigências do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) de participação popular na elaboração do Circuito da Celebração Africana e do projeto. No entanto, a composição do GT, em que pesem as participações "populares", indica que tanto sua coordenação quanto os demais membros fixos seriam assumidos por pessoas ou grupos que tinham uma vinculação estreita com o governo municipal. Além disso, ao final de suas atividades, o grupo elaborou, em 2011, uma carta denominada como "Recomendações do Cais do Valongo", que nunca teve ampla divulgação devido às divergências internas e substituição de alguns integrantes originais.

Acreditamos que existem práticas que se tornam fundamentais no processo de "enquadramento" (Pollak, 1992), de uma memória da diáspora africana (afrodescendente) na localidade. Apesar disto, não se pode deixar de admitir que o "enquadramento" não invalida outras inscrições, sobretudo com a participação de setores diversificados da sociedade. Estes apresentam leituras diferenciadas sobre os patrimônios da região, contribuindo para que as interpretações estejam sempre abertas a novas possibilidades.

Espaço de luta e de tensão em relação ao futuro das tradições locais, do patrimônio material e imaterial, a Zona Portuária ainda hoje pode ser pensada dentro de toda uma dinâmica que implica nas relações sociais que se dão no cotidiano da vida local, com seus múltiplos espaços de música, de dança, de religiosidade e formas de sociabilidade. Nesse sentido, é pertinente apontar o Circuito da Celebração Africana como relevante para a história e a identidade negra e religiosa. Concordamos que os citados espaços e as práticas neles desenvolvidas integram a produção discursiva de identidade, viabilizando refletir sobre a diáspora africana porque esta tem relação com a "cultura expressiva e um conjunto de valores e sentimentos comuns – incluindo os que passaram para a sociedade em geral – que ajudaram a constituir uma identidade que pode ser mobilizada na arena das lutas pelo poder e pela diferenciação" (Vale de Almeida, 2008:30).

Algo a mais pode ser afirmado. O governo local em nome do processo de revitalização tem agido de forma autoritária sob o manto da "participação popular" e acaba por impor e determinar o que deve ou não ser lembrado, patrimonializado[9], etc. Levando sempre a uma relação tensa entre o espaço idealizado e o vivido, entre a cultura essencializada e aprisionada "nos patrimônios" e a cultura "viva", em movimento que transforma o cotidiano da vida local com diferentes modalidades de música, de religiosidade, de personagens, modos de vida e formas de habitar.

À guisa de conclusão

Na origem da "invenção", "re-invenção" e divulgação de um local como patrimônio ou turístico estará sempre subjacente um processo cultural, através do qual as atrações naturais ou culturais existentes são transformadas em algo que as transcende mas que também poderiam ser entendido por referência ao grupo social ao qual se dirige. Seguindo Gonçalves (2005:16-17), patrimônio cultural é herança, mas é também propriedade, por isso, defendemos que não basta uma decisão política do Estado para legitimar um patrimônio e criar o "Circuito da herança negra". É preciso 'ressonância' junto a uma população, a um público. Segundo o autor, patrimônios culturais seriam entendidos mais adequadamente se situados como elementos mediadores entre diversos domínios sociais e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias cruciais, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres, etc.

O Circuito da Celebração Africana também pode ser considerado parte da estratégia, do cálculo, da produção, mapeamento e imposição das relações de força empreendidas por detentor de poder (Certeau, 2008). Isto corrobora os usos e os sentidos em circulação que o integra, sobretudo o tratamento dispensado ao Cais do Valongo para a obtenção do reconhecimento como Patrimônio da Humanidade. Para tanto, composições de organismos governamentais e de participação popular não são menosprezados, sobretudo quando possibilitam articular conhecimentos e sentimentos sob a capa da identidade étnica e homenagem aos ancestrais, que configuram cerimônias que terminam por delimitar um nível da construção da memória no campo do essencialismo e da objetificação.

Entendemos que ao se deparar com a vigência de determinados sítios, a prefeitura passou a evocar a diáspora africana, o que evidencia como é reinventada e usada conforme interesses políticos, como feito com a África no Brasil (Sansone, 2002). Por fim, não podemos esquecer que a placa inaugurada no Cais do Valongo expõe a biografia (Kopitoff, 2010) do lugar, afirmando seu posicionamento no específico mercado transatlântico, passando a lugar de desembarque de uma princesa, portanto depurado de sua antiga marca, depois ocultado e, por fim, posto à mostra por um projeto de revitalização urbana. Este se apresenta capaz de transformar a região, o próprio cais, posto relacionado ao passado e ao presente, e conceder mais um patrimônio da humanidade à cidade. Portanto, temos assim a implicação simbólica do Cais do Valongo na costura do consenso feito pela prefeitura. Uma espécie de memória coletiva oficial e institucionalizada, que passa a orientar o uso prático e simbólico do espaço urbano.

---

9 Como aponta Guimarães (2014: 29) foi depois da criação do Corredor Cultural do Centro do Rio de Janeiro (década de 1980) que começaram as propostas de patrimonialização da Zona Portuária.

A herança negra é enaltecida desde que decididamente controlada, ajudando na promoção comercial e turística da cidade. Portanto, a "redescoberta" de locais emblemáticos da diáspora africana, como o Cemitério dos Pretos Novos e o Cais do Valongo acabam por passar por um processo de espetacularização e de turistificação e são apresentados ao público em geral como lugares a serem consumidos e menos como lugares de memória. Acreditamos que estas "descobertas" seria uma importante ocasião para uma discussão mais aprofundada sobre o legado social que as populações negras deixaram para a cidade e, especialmente, para uma discussão sobre direitos urbanos fundamentais. Mas, em nome da revitalização urbana, vemos mascarados não só a herança africana, como o processo de gentrificação em curso e, com isso, a transformação de bairros populares em espaços enobrecidos, inacessíveis à população de origem. O projeto governamental é evidente: é preciso afastar os elementos que contaminam – a pobreza, os negros -, enfim todos aqueles que estão à margem e podem de alguma maneira "poluir" o cenário principal onde se desenrolam as ações dos grandes empreendedores da cidade-espetáculo. Enfim, como tem alertado Delgado (2007) é a cidade convertida em fábrica de sonhos e simulacros.

Bibliografia

ABREU, R. e CHAGAS, M. (2003), "Introdução". In: R. Abreu, Mário Chagas (Org.). *Memória e patrimônio*: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro, DP&A, pp.13-16.

ARAÚJO, A. L. (2009), "Caminhos Atlânticos: memória, patrimônio e representações da escravidão na Rota dos Escravos". *Varia História*, vol. 25, n.41, pp.129-148.

ARAÚJO DOS SANTOS, R. S. (2011), "Cartografia da diáspora África-Brasil". *Revista da ANPEGE*, vol.07, n.01, pp. 261-274.

CARVALHO, M. de. (2000), "Cidade Global: anotações críticas sobre um conceito". *São Paulo em Perspectiva*, 14(4), pp.70-82, Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n4/9753, [consultado em 28-07-2014].

CASTRO, C. (2006), "Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro". In:G.Velho (org.) *Antropologia Urbana:* cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de janeiro, Zahar, pp.80-87.

CERTEAU, M. de. (2008), *A Invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis, Vozes.

CHALOUB, S. (1996), *Cidade febril*: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo, Companhia das Letras.

CLIFFORD, J. (1994), "Diasporas". *Cultural Anthropology*, vol.09, n.03, pp.302-338, Disponível em http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1525/can.1994.9.3.02a00040/pdf, [consultado em 23-08-2014].

CORDEIRO, G. Í. (1997), *Um lugar na cidade:* Quotidiano, memória e representação no bairro da Bica. Lisboa, Don Quixote.

COSTA, A F.(1999), *Sociedade de bairro:* Dinâmicas sociais da identidade cultural. Oeiras, Celta.

DELGADO, M. (2007), *La ciudad mentirosa*. Madrid, Los Libros de la Catarata.

DINIZ, N. (2013), "De Pereira Passos ao Porto Maravilha: colonialidade do saber e transformações urbanas da Região Portuária do Rio de Janeiro". *Revista Eletrônica E-metropolis*, n.13, ano 04, pp.41-47.

FONSECA, M. C. L. (2003), "Para além da *pedra e cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural". In: R. Abreu, M.Chagas (Org.). *Memória e patrimônio*: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro,DP&A, pp. 59-79.

GILROY, P. (2001), *O Atlântico Negro*: modernidade e dupla consciência negra. São Paulo, Ed.34; Rio de Janeiro,Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

GOMES, T. de M.(2003), "Para além da casa da tia Ciata: outras experiências no universo cultural carioca, 1830-1930". *Revista Afro-Ásia*, 29/30, pp.175-198.

GONÇALVES, J. R. S. (1996), *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/ IPHAN.

_____ (2003),"O patrimônio como categoria do pensamento". In: R. Abreu, M.Chagas (Org.) *Memória e patrimônio*: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro, DP&A, pp. 25-33.

_____ (2005), "Ressonância, materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônio". *Horizontes Antropológicos*. ano 11, no.23.

HALL, S. (2003), *Da Diáspora*: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte, Editora UFMG; Brasília, Representação da UNESCO no Brasil.

HONORATO, C. (2011), "Porto do Rio de Janeiro: entre o passado e o futuro". In: F. Gonçalves dos Santos (Org.) *Portos e Cidades*: movimentos portuários, atlântico e diáspora africana. Ilhéus, Editus, pp. 123-142.

HONORATO, C. de P. (2008),Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758 a 1831. 2008. Dissertação de mestrado em História, Niterói, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense (UFF).

KOPITOFF, I. (2010), "A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo". In: A. Appadurai (org.) *A vida social das coisas*: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói, EDUFF, pp.89-121.

LOPES, J. S, L. (2006), "Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação". *Horizontes Antropológicos*, ano 12, n. 25, pp. 31-64.

MATTOS, H. e ABREU, R. (2011), 'Remanescentes das comunidades quilombolas': memória do cativeiro, patrimônio cultural e direito à reparação. *Iberoamericana*, XI, 42, pp.145-158.

NGOENHA, S. E. (2014), "Emancipação". In: L.Sansone e C. Furtado (Orgs). *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador, EDUFBA, 2014. pp.151-164.

NORA, P. (1993), "Entre memória e história: a problemática dos lugares". *Projeto História,* N° 10, pp.7-28.

PEREIRA, J. C. M. da S.(2007), *Á flor da terra*: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Garamond: IPHAN.

POLLAK, M. (1992), "Memória e Identidade Social". *Estudos Históricos,* vol.1, no. 10.

SANSONE, L. (2002),"Da Àfrica ao Afro: uso e abuso da África entre os intelectuais e na cultura popular brasileira durante o século XX". *Afro-Ásia*, 27, pp. 249-269.

SINGLETON, T. and TORRES DE SOUZA, M. A. (2009),"Archaeologis of the african diaspora: Brazil, Cuba and United States". T. Majewski, D. Gaimster (eds.) *International Handbook of Historical Archaeology*, XV, pp. 449-469.

SMITH, M. K & ROBINSON, M. (2009), Tourism and Cultural Change 7. Cultural Tourism in a Changing World: politics, participation and (re) representation. Chevedon, Chammel ,View Publications, 2009.

TAVARES, R. B. (2012), Cemitério dos pretos novos, Rio de Janeiro, século XIX: uma tentativa de delimitação espacial. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Rio de Janeiro, Museu Nacional, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

VALLADARES, L. (2000), "A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.15, n.44, pp.5-34.

VAZ, L. F. (1994), "Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro". *Análise Social*, vol. XXIX (127), (3), pp.581-597.

Sites consultados:

https://blogportomaravilha.wordpress.com

http://www.iphan.gov.br

http://www.labhoi.uff.br/

http://www.palmares.gov.br

http://portomaravilha.com.br

http://portomaravilha.com.br/web/esq/revistasPortoMarav.aspx

http://www.rio.rj.gov.br

http://www.unesco.org

Teoria multiculturalista, reconhecimento e movimentos indenitários no Brasil: o caso das políticas públicas direcionadas aos povos quilombolas no governo Lula

Aparecido Silva[1]

Monique Rodrigues[2]

Resumo: Este trabalho pretende investigar as políticas voltadas aos povos quilombolas no Brasil no governo Lula e a articulação destes movimentos a partir de uma leitura multiculturalista de Stuart Hall, Charles Taylor e Boaventura, além de uma análise sobre a atuação dos movimentos sociais a partir da perspectiva dos autores latino americano Sonia, Arturo e Evelina que elencam o desempenho destes movimentos como uma atuação que leva a proposição de uma política cultural, impondo uma luta pelo significado social e quais os limites e potencialidades desta perspectiva na consolidação dos diretos quilombolas. Parte-se do aspecto de formação da identidade étnica como algo construído a partir da interação e da formação de determinados sinais diacríticos, como postulado por Manuela Carneiro da Cunha. Foca-se esta perspectiva na relação entre a formação de movimentos identitários e a resposta estatal frente a estes movimentos e suas demandas.

Palavras-Chave: Multiculturalismo; Quilombolas; Políticas Públicas.

É notório perceber que a Constituição de 1988 é um marco para a sociedade brasileira, pois foi na chamada Constituição Cidadã que muitas reivindicações dos movimentos sociais foram atendidas. Neste sentido, as comunidades remanescentes de quilombos se inserem enquanto sujeitos com possibilidades de garantirem o direito participativo na esfera política brasileira. A concepção de quilombo e suas especificidades trazem desafios no que diz respeito à identidade promulgada pelo Estado liberal e a perspectiva de cidadania universal. «O quilombo, como direito, é uma espécie de potência que atravessa a sociedade e o Estado em suas mais diversas formas: ele embaralha as identidades fixas, a configuração do parentesco, da região e da nação e instaura a dúvida sobre a capacidade do Estado em ser o gestor da cidadania e o ordenador do espaço territorial» (LEITE, 2008:277).

Essas questões trazidas pelos quilombos são fortemente potencializadas a partir das formas de organização dos movimentos sociais, que levam a cabo a promulgação de uma política cultural a partir da associação identitária. Os pontos historicamente levantados na defesa do quilombo vão muito além da demarcação de terra, levantam também uma luta por um significado social a partir da defesa deste resgate histórico da formação do quilombo como organização política e social e a defesa deste traço na formação da identidade afrodescendente e sua inclusão no país. Os novos movimentos sociais é uma denominação usualmente utilizada para identificar aqueles movimentos que possuem uma atuação levando-se em consideração novas redes de associação que geram no interior de suas lutas novas redes indenitárias. Conjugam-se para além da classe social, emergindo neste contexto lutas em diversas frentes de opressão ligadas, por exemplo, a gênero, ao racismo e a questão indígena. No Brasil, estes movimentos foram impulsionados pelo processo de redemocratização, na década de 80, já que com a nova constituição de 1988, as minorias passaram a ter seus direitos garantidos na constituição, gerando neste contexto uma nova possibilidade de reivindicação.

---

1 Aparecido Silva é bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro -UERJ e mestrando pelo Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense -UFF. Bolsista Capes. aparecidosilva25@hotmail.com

2 Monique Rodrigues é bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro -UERJ e mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense - UFF. Bolsista Capes. monik_rj@yahoo.com.br

O estabelecimento de uma política cultural em seu sentido mais amplo (ALVAREZ et al. 2000) torna-se ponto característico destes novos movimentos sociais. Não é só no âmbito político e econômico que estes movimentos estabelecem seus discursos, mas também na esfera social e cultural. Nesta perspectiva, a cultura é política, já que faz parte de sua prática aspectos, ideias e concepções culturais que definem papéis sociais. É sobre a transformação de paradigmas que fundamentam estes papéis que os novos movimentos sociais formam sua base de atuação, colocando em discussão concepções antes consolidadas e pondo em cheque uma luta pelo significado social. Nesta perspectiva, os novos movimentos sociais propõem

> (...) uma concepção alternativa de cidadania (...) vê as lutas democráticas como contendo uma definição não só do sistema político, como também das práticas econômicas, sociais e culturais que possam engendrar uma ordem democrática para a sociedade como um todo. (ALVAREZ et al. 2000:16)

Contudo, para os autores, este aspecto cultural condiz com os movimentos sociais como um todo, indo muito além desta categorização entre novos e velhos movimentos.

> É importante enfatizar o fato de que na América Latina de hoje, todos os movimentos sociais põem em prática uma política cultural. Seria tentador restringir o conceito de política cultural àqueles movimentos que são mais claramente culturais. Nos anos 80, essa restrição resultou numa divisão entre movimentos sociais "novos" e "velhos". Os novos eram aqueles para os quais a identidade era importante, aqueles engajados em "novas formas de fazer política" e os que contribuíam para formas novas de sociabilidade. (...) Os capítulos seguintes mostram claramente que os movimentos populares urbanos de favelados, de mulheres e outros, também põem em movimento forças culturais. Em suas lutas contínuas contra os projetos dominantes de construção da nação, desenvolvimento e repressão, os atores populares mobilizam-se coletivamente com base em conjuntos muito diferentes de significados e objetivos. Dessa forma, as identidades e estratégias coletivas de todos os movimentos sociais estão inevitavelmente vinculados à cultura. (ARTURO et al. 2000:23)

1. O movimento negro brasileiro: do quilombismo ao artigo 68 da Constituição de 88 e sua relação com o projeto multiculturalista

O movimento negro possui uma atuação altamente entrelaçada com esta perspectiva de levantamento de uma política cultural a partir de suas reivindicações. Com articulações que perpassam a fronteira nacional e exigências que na sua maioria estão ligadas a questão da identidade, de pertencimento e de reconhecimento como ação política, o movimento negro brasileiro e a posterior concepção quilombista que fez parte de toda essa organização estabeleceu sua relevância na inclusão de reivindicações de cunho identitário na atual Constituição brasileira.

Promovendo uma contextualização histórica da origem e desenvolvimento da ideia de quilombo enquanto reivindicação política no país, Ilka Leite descreverá que «nos anos 30 do século XX, a Frente Negra Brasileira, recuperou essas noções de quilombo com o propósito de denunciar a ideologia do embranquecimento e a exclusão dos negros do projeto republicano de modernização do país» (LEITE, 2008:280). Essas ideias foram amplamente promulgadas pelo quilombismo (NASCIMENTO, 1980). Abdias do Nascimento, importante ícone do movimento negro no Brasil, propõe em última instância uma reorganização sociopolítica da sociedade levando-se em consideração o resgate simbólico dos quilombos, primeira composição democrática e comunitária estabelecida no Brasil. Os quilombos se organizavam utilizando como referencial os valores culturais da matriz africana, possuindo uma estrutura democrática e produção diversificada para a manutenção do seu sustento, além da promoção de trocas e intercâmbios com populações vizinhas. Essa corrente promove

uma estratégia de valorização da identidade africana, mas também coloca como pauta da agenda política a discussão e resgate desta organização em prol de um país que leve em consideração seus aspectos multiculturais, tendo como foco a mobilização política da população afrodescendente a partir de seus próprios referenciais culturais e históricos. [3]

O quilombismo engloba-se na estratégia aderida pelo movimento negro brasileiro de lançar o sujeito afrodescentente enquanto protagonista de sua própria história. Uma estratégia de descrever a perspectiva negra a partir de um olhar do próprio negro, levantando os seus traços de singularidade. Para Abdias, o quilombismo é um projeto que também promove a inserção de um projeto que venha reestruturar a sociedade brasileira, já que pretende trazer os elementos oriundos da organização quilombola para um projeto de país como um todo, podendo ser um dado positivo para o desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Segundo o autor as culturas africanas são caracterizadas pela intensa diversidade e equidade de suas relações e formas de distribuição de riquezas.

> As culturas africanas são aquilo que as massas criam e produzem; por isso elas são flexíveis e criativas, assim como bastante seguras de si mesmas, a ponto de interagir espontaneamente com outras culturas, aceitando e incorporando valores científicos e/ou progressistas que por ventura possam funcionar de modo significativo para o homem, a mulher e a sociedade africana (NASCIMENTO, 1980: 46).

Para Abdias, no Brasil são os quilombos os principais representantes desta esfera africana.

> Os quilombos, que variavam segundo o tamanho das terras ocupadas e o número de seus habitantes, via de regra mantinham bem organizada e eficiente produção agrícola, formas de vida social instituída segundo modelos africanos adaptados à nova realidade da América (NASCIMENTO, 1980:47).

A promoção da inclusão do quilombo no projeto de estruturação do Brasil, para o autor, está inscrita na estratégia pan-africanista de se utilizar os instrumentos da cultura africana como estratégia de luta contra o imperialismo e o neocolonialismo. Utilizando-se a cultura negra como instrumento de libertação, propõe-se que os afrodescendentes sejam considerados enquanto sujeitos de sua cultura e modo de formação estrutural socioeconômica, que neste caso muito tem de referencial o quilombo. Prevê-se que estes aspectos sejam levados em consideração enquanto projeto de formação da sociedade brasileira, principalmente nos mecanismos comunitários e igualitários de sua formação.

> O quilombismo se estruturava em formas associativas que tanto podiam estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso que facilitava sua defesa e sua organização econômico-social própria, como também assumiram modelos de organizações permitidas ou toleradas, frequentemente com ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio mútuo. Não importam as aparências e os objetivos declarados: fundamentalmente todas elas preencheram uma importante função social para a comunidade negra, desempenhando um papel relevante na sustentação da continuidade africana. Genuínos focos de resistência física e cultural. Objetivamente, essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, lendas, afochés, escolas

3 Dados oriundos do site http://www.abdias.com.br/movimento_negro/quilombismo.htm. Visitado em 2 de novembro de 2014.

> de samba, gafieiras foram e são os quilombos legalizados pela sociedade dominante; do outro lado da lei se erguem os quilombos revelados que conhecemos. Porém, tanto os permitidos quanto os "ilegais" foram uma unidade, uma única afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A este complexo de significações, a esta práxis afro-brasileira, eu denomino de Quilombismo (NASCIMENTO, 1980: 255).

O quilombismo a partir desta ampla descrição vai além da concepção usualmente identificada como uma política meramente agrária, envolvendo sobretudo uma proposta de rearticulação da sociedade brasileira levando-se em consideração os aspectos quilombistas de sua própria configuração histórica. Um traço de uma perspectiva igualitária a partir do reconhecimento da diversidade e a busca de políticas que venham a favorecer os diversos grupos que compõe a sociedade é fruto de sua concepção, possuindo determinados aspectos que se aproximam do projeto multiculturalista. A teoria multiculturalista é usualmente definida de duas formas. Em primeiro lugar, o conceito é acentuado de maneira descritiva a qual se refere às relações sociais, enfatizando a diversidade cultural, religiosa e étnica em uma determinada sociedade. O segundo sentido é o prescritivo, que está relacionado às políticas de reconhecimento de identidade e de cidadania diferenciada que os poderes públicos devem por em prática, em nome dos grupos minoritários.

Os defensores desta corrente, Stuart Hall (2013) e Charles Taylor (1994), advogam que essa política é fundamental para a implementação da justiça social no Estado liberal moderno, visto que a concepção universal de cidadania e igualdade não conseguiu atender as demandas dos grupos minoritários. O multiculturalismo, desde seu surgimento em meados do século XX ligado à dinâmica imperialista, colonial e pós-colonial que puseram o colonizado em contato com o colonizador a partir das condições históricas da diáspora, vem ganhando força e espaço para se pensar a questão da diferença. O conceito tem sido utilizado para assinalar a convivência de diversos grupos culturais na sociedade moderna. Neste sentido, se diz que o multiculturalismo tem em sua essência o reconhecimento da diversidade, que pode garantir os direitos, a convivência e o reconhecimento de vida em comum entre os distintos povos. O conceito torna-se urgente e necessário a partir de questões como o aumento da pobreza e o desenvolvimento da desigualdade na esfera global, intensificando os aspectos que engendram a dominação, mesmo com o fim do colonialismo. Se no passando não distante a relação de dominação se dava entre colonizado e colonizador, no contexto pós-colonial essa relação ocorre nas relações internas, ou seja, no interior da sociedade local, tendo uma repercussão na esfera global. Segundo Hall,

> (...) essa dupla inscrição pós-colonial ocorre em um contexto global onde a administração direta, o controle ou o protetorado de um poder imperial foi substituído por um sistema de poder assimétrico e globalizado, cujo caráter é pós-nacional e pós-imperial. Suas principais características são a desigualdade estrutural, dentro de um sistema desregulamentado de livre mercado e de livre fluxo de capital, dominado pelo Primeiro Mundo; e os programas de reajuste estrutural, nos quais prevalecem os interesses e modelos ocidentais (HALL, 2013:63).

Estes aspectos trazem intensos desafios ao Estado liberal moderno e sua pretensa neutralidade frente a estas questões, mostrando que sua atuação é em muitos aspectos pluricentral e multidimensionada, tendo como função mediar estas diversas questões, mas sem perder de vista seu caráter dominante.

> O Estado é uma formação contraditória, o que significa que ele possui distintos modos de ação, atua em diferentes locais: é pluricentrado e multidimensional. Exibe tendências bem distintas e dominantes, mas não apresenta a inscrição de um caráter de classe único. Por outro lado, o Estado continua a ser um dos locais cruciais na formação social do capitalismo moderno, onde práticas políticas de diversos tipos

> são condensadas. Em parte, a função do Estado consiste em unir ou articular em uma instância complexa uma gama de discursos políticos e práticas têm pouca relação com o domínio político em si e se ocupam da transmissão e transformação do poder-sendo que algumas dessas práticas têm pouca relação com o domínio político em si e preocupam com outros domínios articulados ao Estado, como por exemplo, a vida familiar, a sociedade civil, as relações econômicas e de geração (HALL, 2013:197).

Para o autor, o Estado funciona como sistematizador e regulador da sociedade, pois ele tem o poder de condensar diversas práticas sociais e estabelecer um processo de diminuição que pode ocorrer pelo viés de classe ou pelo viés de grupos sociais. Neste sentido, o autor diz que deve-se repensar a diferença dentro do Estado, tendo como foco um conceito de Estado plural e multicultural. Pode-se elencar Stuart Hall como um importante precursor do conceito de multiculturalismo, abrindo espaço para outras análises também relevantes para esta questão. Neste sentido, pode-se considerar também as contribuições de Charles Taylor, que vai trabalhar este conceito, acrescentando a necessidade da ideia de reconhecimento e identidade.

Taylor defende uma política de reconhecimento da diferença na esfera pública que reconheça a necessidade de uma implementação política nas instituições e na legislação, tendo como pano de fundo uma defesa de grupos minoritários presentes na sociedade e que vivem sobre uma condição de subcidadania em sociedades multiculturais. Por isso, fortalecer as identidades e criar políticas que levem a concessão de direitos diferenciados a grupos específicos fortalece a identidade e também o movimento de resistência destes grupos. Neste sentido, Taylor defende uma cidadania a qual esteja conjugada ao reforço, a manutenção e o reconhecimento de diferentes grupos culturais circunscritos em um determinado contexto social. Sua defesa foi bem elucidada na teoria do reconhecimento (TAYLOR,1994) na qual ele evidencia alguns aspectos da política atual de reconhecimento que é designada como multiculturalismo. Nesta perspectiva, o autor faz uma relação direta entre reconhecimento e identidade, visto que, segundo sua premissa, é a partir do reconhecimento das múltiplas identidades, que se constrói a valorização de determinados traços e uma relação direta que garanta o reconhecimento do outro, reconstruindo-se assim a ideia de ser humano. Neste sentido, esta relação não é tida como algo dado e sim construído a partir da relação com o outro. Segundo Taylor,

> A tese consiste no facto de a nossa identidade ser formada, em parte, pela existência ou inexistência de reconhecimento incorreto dos outros, podendo uma pessoa ou grupo de pessoas serem realmente prejudicadas, serem alvo de uma verdadeira distorção, se aqueles que a rodeiam reflectirem uma imagem limitativa, de inferioridade ou de desprezo por eles mesmos (TAYLOR, 1994:45).

Neste sentido, para o autor, quando alguns grupos não são reconhecidos, ou quando esse reconhecimento ocorre por vias negativas, pode levar aos indivíduos pertencentes a esses grupos a formulação de uma identidade falsa, alterada e restringida.

> Também surgiram argumentos semelhantes em relação aos negros: que a sociedade branca projectou durante gerações uma imagem de inferioridade da raça negra, imagem essa que alguns dos seus membros acabaram por adaptar. Nesta perspectiva, a sua auto-depreciação torna-se um dos instrumentos mais poderosos da sua própria opressão (TAYLOR, 1994: 46).

Partindo disso, o autor demonstra algumas possibilidades de se transpor o diagnóstico por ele levantado. Para reverter essa situação é preciso criar mecanismos que rompam com a identidade depreciativa que foi imposta não só aos negros, mas a todos os grupos étnicos que foram estigmatizados pelos colonizadores brancos. Após percorrer os caminhos da honra e posteriormente da autenticidade, a política do reconhecimento pode ser entendida de duas formas. Em primeiro lugar, pela esfera da formação da identidade, a qual está ligada os

aspectos mais íntimos de sua formação e a segunda, pela esfera pública que vem se ampliando na atualidade. Na visão de Taylor, a política de reconhecimento surge, justamente para atender o cidadão de segunda classe, termo utilizado para designar a hierarquia instaurada socialmente. O autor denota que o cidadão em sua maioria vive sobre uma pobreza herdada, justamente por não ter sua identidade reconhecida e valorizada tal qual a identidade dominante. A crítica à cidadania liberal, com seus pressupostos universais, ocorre pela propagação da ideia da igual dignidade universalizada em que de forma geral os direitos para todos são garantidos de forma factual e não de fato. Fazendo isso, quando se pensa em cidadania a partir deste pressuposto, leva-se em consideração a questão nacional, ou seja, o Estado-nação como identidade geral, não observando as particularidades existentes nesse território múltiplo cultural. Este foi um aspecto muito disseminado em um determinado momento histórico a partir da expansão dos ideais iluministas e fortalecimento do ideal e construção do Estado nacional liberal moderno. Estes aspectos foram cruciais para que a cidadania ficasse restrita a grupos privilegiados da sociedade. Para Taylor resolver esse *hiatus, é* reconhecer as diferenças, reestruturando o conceito de cidadania liberal iluminista defendida até então.

> Queixam-se do facto de o conjunto, supostamente neutro, de princípios que ignoram a diferença e que regem a política de igual dignidade ser, na verdade, um reflexo de uma cultura hegemônica.Se assim é, então só a minoria ou as culturas subjugadas são forçadas a alienarem-se. Consequentemente, a suposta sociedade justa e ignorante das diferenças é, não só inumana (porque subjuga identidades), mas também ela própria extremamente discriminatória, de uma maneira subtil e inconsciente (TAYLOR,1994:.63).

Boaventura (2003) também traz importantes reflexões neste sentido. Para ele, o multiculturalismo pode ser considerado como uma política de emancipação de determinados grupos minoritários, justamente por que no capitalismo frequentemente não fica clara a ideia de emancipação, devido ao fato de nem sempre serem mostradas as condições de possibilidades que se tem nesta disputa, que é em muitos aspectos desigual, marginal e exclui a grande maioria da população. É nesse sistema excludente que a teoria multiculturalista encontra na cultura um campo para se pensar a política, e na economia uma ferramenta para se refletir sobre a necessidade da luta pela redistribuição e pelo reconhecimento. O multiculturalismo está imerso num sistema global capitalista, sendo assim, as lutas culturais podem acontecer nas esferas global, nacional e também na esfera subnacional. Segundo Boaventura,

> A defesa da diferença cultural, da identidade coletiva, da autonomia ou da autodeterminação podem, assim, assumir a forma de luta pela igualdade de acesso a direitos ou a recursos, pelo reconhecimento e exercício efetivo de direitos de cidadania ou pela exigência de justiça. Ela pode tomar a forma de defesa e promoção locais e comunais de resolução de conflitos ou de exigência de integração plena, como cidadão, no espaço do Estado-nação e de acesso, sem discriminações, à justiça oficial, estatal (SANTOS, 2003:43).

Neste sentido, o que está subentendido por trás do multiculturalismo é uma ideia de cidadania multicultural a qual pode ser entendida como um espaço de busca, uma articulação de luta, de reconhecimento e também de redistribuição de bens materiais e simbólicos. Para Boaventura, esse caminho de reivindicação multiculturalista leva a uma construção de uma esfera pública mais democrática. A busca por este projeto coletivo de sociedade pode ser entrelaçada as ideias trazidas pelo quilombismo no qual justamente se buscava reforçar as diferenças para que se promova a igualdade, levando-se em consideração todos os aspectos culturais que compõem uma determinada sociedade. O quilombismo, então, apresenta-se como uma idealização de sociedade na qual

> (...) os afro-brasileiros possam exigir uma sociedade fundada na justiça, na igualdade e no respeito a todos os seres humanos, na liberdade: uma sociedade cuja natureza intrínseca torne impossível a exploração econômica e o racismo. Uma democracia autêntica, fundada pelos destituídos e os deserdados deste país, aos quais não interessa a simples restauração de tipos e formas caducas de instituições políticas, sociais e econômicas as quais serviriam unicamente para procrastinar o advento de nossa emancipação total e definitiva que somente pode vir com a transformação radical das estruturas vigentes (NASCIMENTO, 1980: 262).

O que se coloca em questão é a proposta de não adaptação do negro aos moldes capitalistas e sim a reformulação de sua organização social a partir dos aspectos consolidados em sua história com a formação dos quilombos, importando para este modelo a concepção de igualdade e comunitarismo típicos da organização quilombola. Esses aspectos foram fundamentais para o estabelecimento do quilombo enquanto um traço importante para a organização do movimento negro. Na década de 70 e 80, Abdias do Nascimento, parlamentar da época, e militantes levaram estas questões à Assembleia Nacional Constituinte reivindicando o quilombo como um importante traço da inclusão da etnia negra no país, que culminou na sua inclusão na constituição cidadã de 1988.

> A Constituição Federativa do Brasil de 1988 consignou o quilombo como um direito territorial. O Artigo 68 prevê a regularização fundiária das terras dos "remanescentes das comunidades quilombos", associando-o, portanto ao amplo conjunto de direitos humanos fundamentais(CFB/88-Título I- direitos e garantias fundamentais, título II, cap. II- dos direitos sociais), e para além destes, também ao direito às manifestações culturais específicas e à proteção do patrimônio cultural(CFB/88 –Artigos 214 e 215 sobre patrimônio cultural brasileiro) (LEITE, 2008:280).

O avanço da inclusão deste tema na Constituição não impediu, contudo, que esta questão tivesse dificuldades de se concretizar de fato, muito influenciada pela estrutura fundiária do país, no qual a concentração de terra é um fato muito presente e difícil de ser transformado, atrelando-se a isso a formação de decretos que dificultaram a consolidação da demarcação. Por isso, tona-se importante o estabelecimento de um estudo da legislação do país, focando-se principalmente no momento da chegada de Luis Inácio Lula da Silva a presidência do Brasil, fato que trouxe intensas expectativas de resolução deste tema, procurando-se compreender os avanços e entraves que vieram a partir disso.

2. Um percurso pela legislação: do artigo 68 da Constituição de 1988 à Instrução Normativa 57 de 2009

Segundo os dados coletados pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em 2010 existem mais de 3000 comunidades quilombolas identificadas no país, embora apenas 1527 grupos sejam registrados pela Fundação Cultural Palmares, no mesmo ano[4]. Apesar de ser um número bastante significativo, houve parcas regulamentações até o ano citado.

> Embora o direito das comunidades quilombolas à propriedade das terras originárias/ocupadas esteja assegurado na Constituição desde de 1988, apenas 185, uma ínfima parcela de 6% das 3000 que se estima existir, lograram regularizar seus territórios. Dos 104 territórios quilombolas regularizados, 25 foram tramitados pelo governo

4 Dados coletados do site https://gestaoseppir.serpro.gov.br/.arquivos/relatorio_gestao_pbq2009

> federal, 75 por governos estaduais e outros por meio de títulos concedidos pelo governo federal e governo estaduais (cada um para uma porção do território), somando 971.376,0752 hectares onde reside uma população estimada em 11.491 famílias (DUTRA, 2011: 17).

A diferença estabelecida entre o número de territórios e de comunidades se dá pelo fato de em um mesmo território viver mais de uma comunidade quilombola. Os dados demonstram uma intensa disparidade entre o número de comunidades registradas e de demarcações efetivas. Essa morosidade na regularização coloca os quilombolas em condição de vulnerabilidade que é intensificada pelo embate com o agronegócio e mineração, culminando em diversos casos de conflitos de terra pelo país. Estes entraves levantam importantes reflexões sobre o assunto, visto que a partir de 1988 com a inserção das reivindicações do movimento negro, que incluía na sua pauta as questões quilombolas enquanto mecanismo de reparação no dispositivo constitucional abriram-se importantes possibilidades de alcance dessas lutas no campo e na cidade. Além disso, a chegada à presidência de um governo de base popular e com propostas progressistas ampliou as expectativas de avanço nesta questão. Como essa conjuntura, com suas amplas possibilidades de avanço, se estabeleceram na prática, culminando nestes números apresentados acima?

Para iniciar as reflexões sobre o assunto, vale apresentar os anos que se estabeleceram entre a formulação do artigo constitucional e a primeira demarcação. Foram necessários sete anos para se firmar o que estava estabelecido no artigo 68 da Constituição, com a efetivação da primeira titulação de terra quilombola. Em 1995, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) concedeu o título de propriedade da terra à Comunidade Boa Vista, localizada no município de Oriximiná, no Pará. Essa demarcação foi fruto de uma intensa articulação e pressão do movimento local, a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO). Isso evidencia a importância da articulação quilombola que se estabelece na esfera local, mas também a nível nacional. Neste mesmo ano, ocorreu em Brasília o "I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas", além da "Marcha Zumbi dos Palmares: contra o racismo, pela cidadania e a vida".

Esta primeira demarcação torna-se um marco importante, já que estabeleceu parâmetros a serem seguidos em futuras demarcações e denotou caminhos para a implementação do artigo 68. Contudo, apesar de toda mobilização, este primeiro passo não foi suficiente para que esta questão avançasse a nível federal. As demarcações continuavam sem avanço significativo e em 1999, novos entraves foram gerados a partir da 11ª reedição da Medida Provisória 1.911, no qual prevê que a responsabilidade da titulação passaria a ser incumbência do Ministério de Cultura. Essa mudança foi uma estratégia do governo Fernando Henrique Cardoso para que a questão agrária não fosse modificada, já que retirava a incumbência do Incra, colocando em cheque a desapropriação de terras no país. Atrelado a isso, o então presidente em 10 de setembro de 2001 editou o decreto 3.912 estabelecendo que, para que houvesse a titulação da terra quilombola, era necessária a comprovação de que as terras estivessem ocupadas desde 1888, ou seja, a comprovação de 100 anos de usucapião. Essa edição comprometeu o avanço promulgado pela Constituição desfavorecendo a demarcação. O resultado do decreto 3912/2001 foi a completa paralisação das titulações das terras de quilombo por parte do governo federal. Nenhuma terra de quilombo foi regularizada durante a vigência deste decreto (DUTRA, 2011).

A partir de todos estes entraves, para promover a implementação do artigo 68, os quilombolas, então, articularam-se em diversos âmbitos, criando associações a nível estadual e federal, além de encontros para pressionar e organizar suas ações. São mais de vinte organizações estaduais ativas distribuídas nos estados de Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins. A mais recente delas é o Conselho Estadual Quilombola da Bahia, criado em Abril de 2010 (Dutra, 2011).

Outro encontro é realizado para pressionar as iniciativas que favoreçam os direitos quilombolas. Durante o "II Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas", realizado em Salvador no ano de 2000 foram estabelecidos os seguintes objetivos da organização: Lutar pela garantia do direito pela terra e pela implementação de projetos de desenvolvimento sustentável das comunidades; preservar os costumes,

a cultura e a tradição entre as gerações das populações quilombolas; propor políticas públicas levando em consideração a organização pré-existente das comunidades de quilombo, tais como o uso comum da terra e dos recursos naturais, sua história e cultura em harmonia com o meio ambiente, que são as referências da vida; zelar pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes como continuadoras da cultura e tradição quilombolas; combater toda e qualquer discriminação racial e intolerância religiosa; lutar pela garantia do direito à terra e pela implementação de projetos de desenvolvimento sustentável das comunidades (DUTRA, 2011). Estes tópicos se tornam importante referência para a luta quilombola a nível nacional.

No ano de 2003, as esperanças são renovadas com a chegada de Luis Inácio Lula da Silva à presidência. Com grandes perspectivas de avanço no que diz respeito às questões agrárias no país e consequentemente a demarcação de terras quilombolas, o presidente corresponde a estas expectativas revogando o decreto de 2001 e criando a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) a qual passou a ter status de ministério. Na sua formação, a Seppir teve como ponto inicial dos trabalhos a criação de uma nova regulamentação fundiária para os quilombolas, que foi promulgada em 20 de novembro deste mesmo ano, dia da consciência negra. Neste dia foi assinado o Decreto 4.887, que revogava o decreto anterior, abolindo a obrigatoriedade de comprovação de uma posse de cem anos e concedeu o direito à auto-identificação dessas populações, tendo como fundamentação a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além disso, o novo decreto transferiu da Fundação Cultural Palmares para o Incra as atribuições relativas aos procedimentos de regularização das terras ocupadas pelos quilombolas e estabeleceu a previsão de atos necessários à desapropriação de imóveis com título de domínio particular, quando couber.

Estes aspectos trouxeram grandes possibilidades de avanço para a efetivação das demarcações de terras quilombolas e estavam ao mesmo tempo conjugadas as questões já levantadas em termos antropológicos no que diz respeito a auto identificação como um ponto importante no entendimento das relações interetnicas. Hoje torna-se importante pensar a etnicidade levando-se em consideração as questões e desafios promulgados pela modernidade. Parte-se do entendimento de que não existe uma identidade pura, uma etnia que não seja perpassada por outros elementos. Sendo assim, as distinções e classificações só podem ser pensadas pelos próprios grupos, e não por um agente externo.

Manuela Carneiro (1986) apresenta essa ideia de forma elucidativa na sua pesquisa sobre uma comunidade de descendentes de brasileiros ex-escravos alforriados e libertos que retornaram para a África em Lagos, na atual Nigéria. Neste caso a autora percebe que não se levara para a diáspora uma identidade intacta, tenta-se levantar aqueles traços que o grupo considera mais significativo. Neste sentido,

> Grupos étnicos são vistos como formas de organização novas e adaptadas ao "agora e aqui", e que compartilham uma identidade porque também compartilham interesses econômicos e políticos. Organizam-se em grupos que possam disputar com grupos rivais o acesso ás fontes de recursos (CUNHA, 1986:90).

Partindo da perspectiva relacional, na qual o grupo forma sua identidade a partir da fronteira, do contato com os grupos, o que vale perceber é quais os sinais diacrítcos, os sinais de distinção levantados por determinado grupo para se autodeclarar enquanto pertencente a uma comunidade étnica distinta.

> As implicações para os estudos afro-americanos são evidentes: não me parece que se possa manter - se ainda houvesse alguém para querer fazê-lo – a ideia de uma tradição cultural que se adapta a novos meios ambientes e se perpetua como pode diante dos obstáculos que esse novo meio lhe antepõe. Ao contrário, a noção que se depreende é que a tradição cultural serve, por assim dizer, de "porão", de reservatório onde se irão buscar, à medida das necessidades no novo meio, traços culturais isolados do todo, que servirão essencialmente como *sinais diacríticos*, para uma identificação étnica. A tradição cultural seria, assim, manipulada para novos fins e não uma instância determinante. (CUNHA, 1986: 88)

A autora relaciona esta questão diretamente ao aspecto econômico, sendo os grupos étnicos formados a partir das questões políticas e econômicas contemporâneas em pauta visto que, «ser membro de um grupo étnico na diáspora implica exibir permanentemente sinais diacríticos que atestam que se pertence ao grupo e se seguem suas regras, e portanto que se pode ser um depositário fiel. A etnicidade seria então um modo de o grupo se apropriar de um nicho econômico». (CUNHA, 1986: 93). A auto identificação quilombola então torna-se um importante elemento da consolidação dos direitos em questão. Contudo, a implementação do decreto trouxe consigo intensas retaliações, ocasionando o recuo do governo federal, como mostra Dutra (2011).

> Os avanços do Decreto 4.887/2003, no entanto, foram minados pelo próprio governo ao longo dos anos e à medida que as pressões contrárias às titulações das terras quilombolas foram crescendo. Por meio de normas internas ao Incra e a Fundação Cultural Palmares, o governo Lula acabou por introduzir uma série de empecilhos burocráticos nos procedimentos para a regularização das terras quilombolas que tornaram o processo mais moroso e custoso e, consequentemente, mais difícil de ser concluído. (DUTRA, 2011:22).

A partir dos dados coletados pela Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP), [5] apenas doze terras foram tituladas em oito anos de governo Lula e dos 984 processos abertos, 77,1% não haviam avançado em nenhum trâmite além da formação do número de protocolo. Uma ampla frente de oposição ao projeto de titulação das terras quilombolas é formada e sua atuação vai desde a formulação de projetos que procurem tratar esta questão como inconstitucional, como a inserção da mídia com a propagação de reportagens que visaram descaracterizar e colocar em cheque tal legitimidade de apropriação. Além destas duas frentes, o movimento contrário aos quilombolas, tem como principais representantes a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a Confederação Nacional da Indústria, a Associação Brasileira de Celulose e Papel, a Sociedade Rural Brasileira e o Estado de Santa Catarina. (DUTRA, 2011:26). Dentre as ações legislativas pode-se citar a proposição de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3239/2004, promovida pelo Partido da Frente Liberal (atual Democratas) e os projetos do deputado federal Valdir Colatto (PMDB-SC) vinculados em 2007, são eles: Projeto de Decreto Legislativo (PDC 44/2007), para sustar a aplicação do Decreto nº 4887/2003 [6]e o Projeto de Decreto Legislativo (PDC 326/2007), que objetiva retornar a competência para titulação das terras quilombolas ao Ministério da Cultura por meio da alteração do Decreto 4887/2003[7]. Atrelado a este contexto, mesmo sem a consolidação efetiva da demarcação de terras no país, as manifestações de oposição se intensificaram a partir de 2007 na mídia. Segundo o Dossiê Imprensa Anti-Quilombola[8] mais de 60 reportagens contrárias foram publicadas ao longo de 2007.

> De forma geral, a imprensa acusou o governo federal de reconhecer comunidades como quilombolas sem critérios e extrapolar os direitos assegurados pelo Artigo 68 do ADCT da Constituição Federal. Um dos alvos dos ataques foi o Decreto 4.887/2003 considerado muito permissivo, pois adota o critério antropológico da autoidentificação para definir quais comunidades são quilombolas. Vale esclarecer que tal critério é o mesmo que o utilizado na Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da OIT (DUTRA, 2011: 27).

---

5 Fonte: http://www.cpisp.org.br/terras/html/por_que_as_titulacoes_nao_acontecem.aspx Visitado em 5 de novembro de 2014.

6 Fonte: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=352032 visitado em 5 de novembro de 2014.

7 Fonte: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=364358 visitado em 5 de novembro de 2014.

8 Mais informações no site http://www.koinonia.org.br/oq/dossies_detalhes.asp?cod_dossie=2

Essas matérias atreladas aos movimentos de oposição gerou consideráveis entraves à consolidação dos direitos quilombolas no país e o governo Lula, que trouxe grandes esperanças para a implementação de uma política agrária que favorecesse aos quilombolas, na prática mostrou muitas defasagens no que diz respeito a estas expectativas, recuando frente às pressões contrárias à demarcação. Em 2008, o governo publicou com a alegação de dar maiores garantias ao processo, a Instrução Normativa Incra nº 49/08[9], instrução que garantiu o aumento da burocratização do processo de demarcação e titulação. Apesar da tentativa de recuperar os avanços com a republicação da instrução normativa nº 56/2009, feita a partir da pressão da coordenação quilombola do Incra, a medida com obteve êxito e 13 dias depois a medida foi revogada republicando-se a instrução normativa de 2008, agora como Instrução Normativa 57/ 2009. [10] Essa instrução culminou em diversos entraves burocráticos, dentre eles: o desrespeito ao direito de autoidentificação, já que agora a identificação como remanescente de quilombo passou a estar condicionada a certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares, prevista não mais pela simples declaração da comunidade interessada, mas pelo aval de um corpo técnico; a geração de dificuldades para a identificação do território com a inclusão de diversos tópicos à pesquisa antropológica local, que gerou maior burocratização e morosidade ao processo; as restrições aos convênios e contratações, que gera empecilhos à contratação de novos antropólogos que possam dar conta da demanda gerada pelas novas normas; o aumento dos prazos para as contestações e introdução do efeito suspensivo, que passam a ter um prazo de 270 dias, deixando o procedimento de titulação oficialmente suspenso durante este prazo. (DUTRA, 2011: 29).

Esses aspectos retratados trouxeram intensos agravos à questão quilombola no país no âmbito federal, sendo os estados os maiores responsáveis pelas titulações de terras. Dos 104 territórios quilombolas regularizados até 2011, 75 foram titulados por governos estaduais e somente 25 pelo governo federal. (DUTRA, 2011). Apesar dos embargos causados, a resistência e mobilização quilombola favoreceu a criação de um plano de políticas públicas específicas ampliando o reconhecimento desta população. Um exemplo disso foi o Programa Brasil Quilombola (PBQ). O programa reúne ações do Governo Federal para as comunidades remanescentes de quilombos. A SEPPIR, para fins de aplicação do PBQ, considera o levantamento da Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, que mapeou 3.524 dessas comunidades – dentre as quais 1.342 são certificadas pela Fundação. As metas e recursos do PBQ envolvem 23 ministérios e órgãos federais e têm como principais objetivos a garantia do acesso à terra; ações de saúde e educação; construção de moradias, eletrificação; recuperação ambiental; incentivo ao desenvolvimento local; pleno atendimento das famílias quilombolas pelos programas sociais, como o Bolsa Família; e medidas de preservação e promoção das manifestações culturais quilombolas.[11]

Apesar de ser considerado um avanço a formulação destas políticas específicas, ampliando o reconhecimento e visibilidade desta população enquanto detentora de direitos, estes programas também denotam uma ineficiência do gasto orçamentário, promovendo uma intensa diferenciação no orçamento aprovado para tal medida e o gasto efetivado, como mostra o relatório produzido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC).

> Encerrado o ano de 2007, último ano do Plano Plurianual 2004/2007, elaborado e aprovado no primeiro ano do primeiro mandato do presidente Lula da Silva, o balanço orçamentário-financeiro do período indica que, ao baixo desempenho verificado no período de 2004/2006, somou-se o demonstrado em 2007. Após terem sido atualizados os valores pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) de fevereiro de 2008, foram constados que cerca de R$ 139 milhões deixaram de ser aplicados nas ações que compõem os três programas orçamentários estruturantes da política de promoção dos direitos das comunidades quilombolas e dos afrodescendentes

9 Fonte: http://afro-latinos.palmares.gov.br/_temp/sites/000/6/pdf/IN49-290908.pdf visitado em 5 de novembro de 2014.

10 Fonte: http://www.incra.gov.br/institucionall/legislacao--/atos-internos/instrucoes/file/243-instrucao-normativa-n-57-20102009 Visitado em 5 de novembro de 2014.

11 Dados oriundos do site http://www.portaldaigualdade.gov.br/acoes/pbq. Acessado em 28/10/2014.

de modo geral. O Programa Brasil Quilombola teve no período 2004/2007 um orçamento aprovado de R$ 150,26 milhões, aplicando desse montante pouco mais do que R$ 48,49 milhões (32,27%). O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável pela regularização das Terras Quilombolas, só conseguiu aplicar no período 2004/2007 cerca de 21,75% do orçamento autorizado para a pasta, que foi de R$ 104,10 milhões. È certo que boa parte desse recurso se destinava ao pagamento de indenizações aos ocupantes das terras demarcadas e tituladas, mas também é certo que cerca de R$ 5,94 milhões deixaram de ser aplicados, entre outras coisas, na elaboração de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) dos territórios quilombolas. No apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas, deixou de ser aplicado R$ 1,6 milhão. A Seppir também deixou de aplicar cerca de R$ 17,13 milhões nas ações decapacitação de agentes representativos das comunidades e no fomento a projetos de desenvolvimento local. [12]

3. Considerações finais

A partir do que foi retratado acima pode-se concluir que mesmo com uma conjuntura favorável estabelecida pela implementação do direito territorial quilombola na Constituição Brasileira de 1988, esse aspecto não foi suficiente para que essa questão se consolidasse de fato. A despeito dos elementos promulgados pela discussão gerada a partir reflexões trazidas pela corrente teórica do multiculturalismo, atreladas ao quilombismo amplamente discutido pelo movimento negro brasileiro e incorporados à luta quilombola, o que se concretizou foi um intenso distanciamento entre o arcabouço legal e a efetivação destes direitos. A questão agrária no Brasil continua a ser algo que se perpetua sem grandes alterações, em que a concentração de terras ainda é uma questão representativa do país.

Pode-se dizer que a política da diferença busca reconhecer e promover políticas focais para inclusão dos grupos minoritários. A política da diferença não pode ficar apenas na tolerância e no reconhecimento cultural, visto que a questão, se limitada a isso, não resolve os problemas nas sociedades multiculturais. É preciso fomentar o reconhecimento dessa diferença na via pública. Neste sentido, reconhecer e valorizar as identidades é um dos aspectos fundamentais na sociedade contemporânea. De todo modo, esse conjunto de questões apresentadas acabam indicando que a efetivação desses direitos enquanto possibilidade de inclusão social, dificilmente será levada a cabo sem que a compreensão das distinções socioculturais e históricas desses grupos e a relevância das questões promulgadas pela etnicidade sejam explicitadas.

O que se pode pensar é que as profundas diferenças ocasionadas pelo racismo faz com que a frase de Abdias de que «na América se pratica a discriminação racial de maneira mascarada, sutil, aberta e encoberta» (NASCIMENTO, 1980) possa ser pensada de forma crucial para esta questão. Visto que o racismo à brasileira sabe atuar de forma sutil nas complexas relações de poder, colocando-se em cheque as mudanças estruturais necessárias a real consolidação do projeto multiculturalista.

Bibliografia

ALVAREZ, S., DAGNINO, E. , ESCOBAR, A. (2000) “Introdução. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos”. In: ____. (orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG.

CUNHA, M. C. (1986), *Religião, Comércio e etnicidade: uma interpretação preliminar do catolicismo brasileiro em Lagos no século XIX* In Antropologia do Brasil. Mito, história, etnicidade, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo

12 Dados coletados do site http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/notas-tecnicas/nts-anteriores/nts-2008/NT.%20139%20-%20QUILOMBOLA.pdf/view . Acessado em 2 de novembro de 2014.

DUTRA, M. V. F.(2011), *Direitos Quilombolas: Um estudo do impacto da cooperação ecumênica.* Rio de Janeiro*:* Koinonia Presença Ecumênica e Serviço

HALL, S.(2013), *Dá diáspora: identidade e mediações culturais.* Belo Horizonte: UFMG

NASCIMENTO, A.(1980) *O Quilombismo*, Petrópolis: Vozes

LEITE, B.I. (2008), "Os quilombos e a Constituição Brasileira". In Oliven, R.G., Ridenti, M., Brandão, G.M. (org), *A Constituição de 1988 na vida brasileira*, São Paulo: Hucitec, pp: 276-295.

PEREIRA, L.A. (2011), O Quilombismo: uma alternativa de organização social. In O pensamento social e político na obra de Abdias do Nascimento. Dissertação de Mestrado, Rio Grande do Sul, PPGS/UFRGS.

SANTOS, B. (2003), *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

TAYLOR, C. (1994), *Multiculturalismo: Examinando a política de reconhecimento*, Portugal: Instituto Piaget.

GT 31
Cenas musicais, cenas urbanas, cenas juvenis: fragmentos de uma polifonia

Entre o local e o global: articulações do funk brasileiro e do kuduro angolano1

Debora Costa de Faria[2]

Resumo: Este artigo propõe investigar as articulações entre o local e o global levando em consideração dois gêneros musicais considerados populares e periféricos – seja pela localização geográfica nas grandes cidades onde são criados, seja por sua posição na indústria da música. A partir da investigação do funk brasileiro e do kuduro angolano, a análise busca entender o modo como essas manifestações culturais por um lado apropriam-se criativamente de referências globais e, por outro, alcançam espaços fora dos contextos nos quais são produzidos. Separadamente, os dois surgem em circunstâncias históricas e culturais bastante diversas. Juntos, são entendidos a partir de um fenômeno que parece alcançar diferentes partes do mundo. Um fenômeno no qual jovens, em sua maioria residentes dos enclaves sociais das grandes cidades concebem e divulgam seus trabalhos, por meio da tecnologia barata e do desenvolvimento dos meios de comunicação, inventando novas estéticas e novos modos de se fazer música.

Palavras-chave: funk brasileiro, kuduro angolano, música, apropriação

Introdução

O funk brasileiro e o kuduro angolano possuem trajetórias distintas, ainda assim, apesar de terem se desenrolado em contextos sociais e culturais bastante peculiares, há algumas semelhanças entre os dois gêneros de música e dança que permitem compará-los. Considerados juntos, são parte de um fenômeno maior no qual as estéticas sonoras produzidas por jovens das e nas periferias das grandes cidades, são "descobertas" e valorizadas (pelo menos em parte), por artistas dentro e fora de seus países. Além disso, ambos são resultados de bricolagens pois, a reelaboração e a mistura de referentes musicais globais e locais, são partes fundamentais de sua constituição. São ainda, possíveis graças a uma série de processos que permitem um acesso mais amplo às tecnologias e aos meios de produção musical; estes são vistos, por sua vez, a partir de sua possibilidade de tornar visíveis o funk brasileiro e o kuduro angolano por meio de seus produtores, suas práticas e expressões culturais. Esses jovens passariam a ocupar, nesse sentido, a posição de protagonistas, ao encararem não apenas o papel de ouvintes, como também de criadores.

---

1 Este artigo é baseado na dissertação de mestrado recém-defendida, "O local e o global no funk brasileiro e no kuduro angolano" (2014).

2 Mestre em Ciências Sociais pela Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH/UNIFESP). E-mail: dcfaria@unifesp.com.br

Trajetórias musicais

Do funk brasileiro

O funk não nasceu no Brasil, teve início nos Estados Unidos e é fruto de um conjunto de experimentações e transformações sofridas pela música negra norte-americana, desde os anos de 1930. O blues, sua versão eletrificada, o rhythm and blues e mais tarde o soul, são algumas das influências que propiciaram não apenas a criação do rock, como também da funk music. Ícone do orgulho negro, no fim dos anos de 1960, funky, palavra cujo significado anterior referia-se ao mau cheiro dos corpos, passou então a significar não apenas um estilo musical, pois, como aponta Hermano Vianna (1987: 45), «tudo pode[ria] ser funky: uma roupa, um bairro da cidade, um modo de andar e uma maneira de tocar música». Outro gênero de fundamental importância para a composição do funk brasileiro[3], é o hip hop (entendido como um amplo movimento que reúne o rap, sua forma musical, o *breaking*, sua dança, *DJing*, sua forma de discotecagem e o grafite). Fruto da fusão da atmosfera dos *sound systems* jamaicanos com a black music norte-americana, já no momento de sua criação o rap começa a constituir-se como uma das formas mais importantes pelas quais as vozes e os desejos dos jovens negros e latinos menos abastados começam a ser ouvidas. Para o que nos interessa, é a partir das experimentações do DJ Afrika Baambata, que mescla acidentalmente esse gênero com a música eletrônica da banda alemã Kraftwerk, que o *miami bass*, base musical inicial para o que virá a ser conhecido como funk carioca será possível (VIANNA, 1987; SÁ, 2007).

Nesse contexto de apropriações e reapropriações criativas, o funk e mais tarde, o próprio o *miami bass* são tomados e ressignificados pelos cariocas a partir dos anos de 1970. Sem uma influência direta da indústria cultural essas músicas foram tomadas e ressignificadas por jovens entusiastas e promotores de festas recheadas pela sonoridade norte-americana. Já naquele momento, esses bailes começaram a se espalhar para outras cidades brasileiras, onde vêm ganhando novas peculiaridades e vão se firmando como uma das maiores manifestações culturais da juventude até os dias de hoje. Para se ter uma ideia dessa adesão, já na época em que faz sua pesquisa de campo, Hermano Vianna (1987) identifica essas festas em mais 700 lugares apenas no grande Rio. A música de MCs Júnior e Leonardo, "Endereço dos bailes", demonstra, nesse sentido, uma profusão desse tipo de festas, por onde circulavam não apenas essas músicas, mas jovens em busca do que poderia ser uma de suas principais diversões:

> O Vidigal também não fica de fora/Fim de semana rola um baile shock legal/A sexta-feira lá no Galo é consagrada/A galera animada faz do baile um festival/Tem outro baile que a galera toda treme/É lá no baile do Leme, lá no morro do Chapéu/Tem na Tijuca um baile que é sem bagunça/A galera fica maluca lá no Morro do Borel/Refrão: Ê, ê, ê, ah! Peço paz pra agitar,/Eu agora vou falar o que você quiser escutar/Ê, ê, ê, ê! Se liga eu quero ver/O endereço dos bailes eu vou falar pra você/Vem Clube Íris, vem Trindade, Pavunense/Vasquinho de Morro Agudo e o baile Holly Dance/Pan de Pillar eu sei que a galera gosta/Signos, Nova Iguaçu, Apollo, Coelho da Rocha, é.../Vem Mesquitão, Pavun, Vila Rosário/Vem o cassino Bangu e União Vigário/Balanço de Lucas/Creib de Padre Miguel/Santa Cruz, Social Clube, vamos zoar pa dedéu/Volta Redonda, Macaé, Nova Campina/Que também tem muita mina que abala os corações/Mas me desculpa onde tem muita gatinha/É na favela da Rocinha lá no Clube Emoções/vem Coleginho e a quadra da Mangueira/Chama essa gente maneira/Para o baile do Mauá/O Country Clube fica lá Praça Seca/Por favor, nunca se esqueça,/Fica em Jacarepaguá [...]

---

3 Propomos chamar o funk de "brasileiro" por constatar que o gênero tem-se espalhado por todo o país, no entanto, quando estivermos nos referindo aos seus momentos iniciais, à sua apropriação por jovens do Rio de Janeiro, o adjetivo "carioca", parece ser mais apropriado.

A despeito da frequência desses eventos, revelada pela quantidade dos bairros nos quais esse tipo de música era presente, limites vêm sendo impostos à manifestação das festas em algumas comunidades do Rio de Janeiro. Tais inibições ora confinam os bailes às comunidades cariocas, ora impedem que eles sejam realizados nesses lugares, como tem acontecido mais recentemente durante o processo de implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas favelas cariocas. Isso ocorre, pois, nesse caso, a autorização para a realização dos bailes fica a cargo da autoridade policial, inviabilizando muitas vezes, seu acontecimento. Medidas restritivas têm sido tomadas também na cidade de São Paulo onde atualmente chamam atenção as batidas conhecidas do funk brasileiro que ganham novos tons ao ter adicionadas a elas letras nas quais o consumo de roupas, óculos, carros e bebidas de marcas famosas é supervalorizado. Estamos nos referindo ao funk ostentação e isso ocorre por conta dos bailes que tomam as ruas das periferias, com o som alto, gerando reclamações por parte dos moradores e ações por parte do poder público. As ressalvas com relação ao gênero, não são uma novidade e o acompanham desde o seu surgimento. De maneira geral, elas tendem a descaracterizá-lo como uma manifestação musical relevante, considerando-o como uma música (de) pobre, por um lado e, a entendê-lo como um problema, por outro. Essa desconfiança com relação ao funk brasileiro gira em torno de diversas esferas, a começar por sua nominação, no momento em que é comparada e desqualificada em relação ao funk norte-americano; passando pelo conteúdo das letras, o movimento dos corpos; e chegando à sua relação presumida com a marginalidade.

Um episódio significativo, nesse sentido, e que ajuda a revelar a pecha carregada pelo funk brasileiro, ao longo dos anos, é aquele que ficou conhecido como "arrastão". Ocorrido em outubro de 1992, em um contexto de descrença com relação às instituições sociais e políticas brasileiras, a movimentação em massa de jovens negros pela praia de Ipanema, zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, causou repercussões negativas e ajudou a criar e dar visibilidade ao personagem do funkeiro como uma figura nociva e perigosa. Embora tenha acontecido há mais de 20 anos, até hoje esse episódio suscita discussões em torno da associação feita entre gosto musical, pobreza e marginalidade, juventude e mobilidade na cidade. Discussões ainda atuais e sempre reavivadas por novos e instigantes fenômenos juvenis, haja vista as discussões geradas pelos "rolezinhos[4]" e pelos pancadões de rua, ambos em São Paulo. O primeiro, ocupou os noticiários brasileiros entre o final do ano de 2013 e os primeiros meses de 2014 e foi caracterizado pelos encontros marcados via redes sociais, entre jovens que lotavam os shoppings da cidade e por sua quantidade preocupavam os lojistas pelo seu suposto perigo. Quanto ao segundo, esses eventos, como mencionamos, têm sido constantemente alvos das reclamações de moradores das regiões onde acontecem por conta da música alta proveniente dos carros equipados com equipamentos de som, ao bloqueio de vias públicas e ao suposto consumo de entorpecentes. Ainda assim, nos últimos anos pode ser notada uma valorização do gênero - ou, pelo menos, de algumas de suas vertentes –, pelos meios de comunicação que usam suas batidas em peças publicitárias e como trilha sonora de telenovelas, além de ser respeitado e elogiado, por suas inovações sonoras, por músicos brasileiros consagrados e até mesmo produtores estrangeiros. O funk brasileiro parece estar, nesse sentido em um pêndulo, no qual ora é identificado como uma produção cultural, ora como um assunto a ser resolvido pela segurança pública. Nesse sentido, concordamos com Dayrell (1999) para quem faltam análises capazes de lidar com as questões relacionadas com a juventude e que fujam da dimensão do espetáculo ou do problema.

Ainda com todas essas discussões, notamos três modos possíveis de circulação e valorização do funk brasileiro, para além das comunidades onde são criados. Não devem ser encarados entretanto, de forma evolutiva, mas, sobretudo, complementar e, em relação com um movimento contrário, aquele de detração do gênero. O primeiro é o dos funkeiros que circulam e através de suas performances alcançam o asfalto, as pistas de dança da classe média e do mundo. O segundo, aquele no qual o funk brasileiro conquista admiradores de gêneros consagrados pela crítica e pela audiência. E o último, no qual a música ultrapassa os espaços das comunidades, do estado do Rio de Janeiro e do Brasil, alcança e passa a ser produzido pela classe média, por produtores e DJs internacionais.

---

4 Para mais análises desse fenômeno consultar: "Rolezinho no shopping: aproximação etnográfica e política" (2014), de Alexandre Barbosa Pereira e "Rolezinhos: sociabilidades juvenis, discriminações e segregação urbana" (2014), de José Gomes da Silva e Darlene Fróes da Silva.

Do kuduro angolano

Embora tenha ganhado seu nome já em terras angolanas, o kuduro não passa ileso às controvérsias. Primeiro, pois, por conta delas, deixou de ser "cu duro" para tomar a forma de escrita atual, depois, porque uma das controvérsias que o envolvem gira em torno de quem teria criado não apenas o nome, mas a dança e a música como um todo. Para além dos significados mais óbvios e a clara relação que a dança tem com o movimento dos quadris e a bunda dura, a historiadora norte-americana Marissa Moorman (s/d) destaca o fato de que "cu", em quimbundo, uma das línguas nacionais angolanas, tem relação com o "lugar", denotando, deste modo, a vida dura dos angolanos, entremeada pelas dificuldades econômicas e as sucessivas guerras pelas quais passou o país desde as lutas pela independência. Vida dura e que contrasta com o crescimento que Angola tem alcançado nos últimos anos, capaz de colocá-la em uma posição de destaque entre os países africanos que mais têm crescido durante última década.

O kuduro nasce e é produzido nesse contexto de conflitos e desigualdades, crescimento econômico e esperança. Nesse misto de "pesadelo e utopia", Nadine Sierget e Stefanie Alisch (2011) identificam uma estreita relação entre o kuduro e a identidade nacional angolana. Essa percepção é importante pois leva as pesquisadoras alemãs a indicar três plataformas sobre as quais o kuduro se realizaria e que ao menos discursiva e simbolicamente, seriam tão mais legítimas quanto mais próximas estiverem de Angola. São elas: Luanda, Lisboa e as "pistas de dança ao redor do mundo".

A Luanda do período da guerra civil (1975 – 2002) foi uma das testemunhas dos deslocamentos daqueles que à sua maneira tentaram encontrar um meio de fugir dos conflitos e de suas consequências perversas. Cidade menos diretamente afetada pelos embates entre MPLA (Movimento Pela Libertação de Angola) e Unita (União para a Independência Total de Angola), forças que outrora opuseram-se à dominação portuguesa, mas, a partir da independência, passaram a lutar pelo poder, Luanda e seus musseques[5], tornaram-se então, um dos refúgios da população advinda do interior. Outro, foi o movimento daqueles que saíram do país em direção a Portugal, também em busca de melhores condições de vida, estudo e trabalho. Esses movimentos complementam-se para constituir a formação do kuduro, pois, os musseques têm desde o tempo da luta pela independência abrigado movimentos musicais populares com forte atrelamento à questão da identidade nacional, como ocorreu nos anos de 1950 com o semba e, atualmente, ocorre com o kuduro, eleito como um dos símbolos de uma Angola vibrante e contemporânea (MOORMAN, s/d; SHERIDAN, 2013). O segundo movimento é interessante pois, é a partir do contato com as novidades sonoras europeias que jovens tentam fazer experimentações utilizando a tecnologia de produção musical para articular as referências globais, o *techno* e o *house*, são algumas delas, às expressões musicais locais, como as músicas de carnaval, o semba e a kizomba. A batida angolana é o primeiro resultado dessas experimentações que mais tarde vão gerar o kuduro. Sebém, um dos precursores do movimento aponta:

> [...] A guerra em Luanda não aconteceu, mas como havia a necessidade dos jovens irem para tropa, então quem já tinha 15, 16 anos já estava a sofrer ameaças de ir para a tropa. Não era preciso esperar 17, 18 anos. Então como as Forças Armadas, as Forças de Angola precisavam de jovens para começar a formar recrutas e depois irem combater, eles não queriam saber filho de quem, sexo masculino vai, então tinham que fugir todos pra Europa. Os pais mandavam seus filhos pra Europa. Foi nessa época que minha mãe me pegou e também e mandou-me para a Europa e eu cheguei lá pronto. E então estás a ver, o que que acontece? Quando os jovens saem de Angola pra Europa a estudar ficam anos e anos, fazem família, crescem, estudam e tudo, mas, quem vai consumir [o kuduro] agora? É o povo que não tem possibilidade de sair de Angola! Ouvem, levam kuduro numa K7 e vão ouvindo, vão imitando, vão curtindo [...] Então, eles seguraram o kuduro porque na cidade já não tinham jovens pra curtir, pra ouvir kuduro. Então, o que que acontece? O

5 Bairros pobres comumente comparados às favelas brasieiras.

> kuduro começa a ser consumido no musseque, na cidade já não tem ninguém. Então o pessoal do musseque já estava a começar a gostar, só começou a puxar mais pra ali. Eles imitavam bem, dançavam bem, faziam melhor, então achavam que não tinham preconceito em atirar-se no chão e remexer a bunda. Então eles consumiram a ponto dos cantores depois começarem a sair de lá.

Embora tenhamos preferido destacar a fluidez nas relações entre "cidade" e "musseque", a fala do músico é bastante interessante pois, revela uma oposição que alimenta as discussões em torno do gênero. Quem o teria inventado? Apesar das controvérsias, Tony Amado coloca-se como seu mentor, pois teria criado a dança que o caracteriza, inspirado nos movimentos do ator belga Jean-Claude Van Dame[6]. Onde teria sido criado? Sebém[7], como um dos jovens que experimenta a vivência europeia afirma, como pudemos notar, que a música nasceu na cidade, entre os jovens de classe média e não nos musseques, onde hoje é praticado. Controvérsias a parte, ainda assim, é comum entre os pesquisadores do gênero e seus praticantes que ele e suas transformações sejam destacados a partir da ideia de gerações. Elas não têm relação apenas com a faixa etária, mas, demonstram as mudanças sonoras, estéticas e no conteúdo lírico que o gênero tem sofrido ao longo de sua criação e recriação. Marissa Moorman (s/d) neste sentido destaca:

> A primeira geração (incluindo artistas como Sébem, Virgilio Faia, Tony Amado e os Radicais) é tida como a criadora do gênero (embora as disputas continuem sobre o que aconteceu quando, quem foi o primeiro etc.). A música dessa geração é descrita como "música de animação" – música para fazer as pessoas dançarem, tipicamente superficial em termos de conteúdo, mas cheia de energia, de batidas vibrantes, música da qual "Estamos sempre a subir!" é um exemplo clássico. A segunda geração (Nakubeta, Come Todas, DJ Killamu, Puto Prata, Os Lambas, Fofandó, Noite e Dia) desenvolveu o conteúdo e a batida da música, acrescentando rimas e refrões mais complexos e começou a produzir videoclipes. A terceira geração de artistas (Bruno M, Agre G, Puto Tuga, Puto Lilas) oferece letras mais elaboradas, propõe desafios verbais com outros artistas (chamados'bifes') e se identifica com bairros específicos em Luanda (MOORMAN, s/d: 08-09).

A identificação com os bairros onde vivem – quase sempre o pano de fundo para os videoclipes dos artistas –, é experiência fundamental para os kuduristas, são diversas as menções a eles, assim como, as disputas em torno de quem seriam os músicos ou grupos defensores e representantes deles. Assim, Bruno M, constantemente louva o bairro dos Combatentes, em uma música ele canta: «Os Combatentes será sempre minha fortaleza urbana/A voz é o maior meio de expressão humana» ou ainda os Lambas que cantam: «Era uma vez no Sambizanga/ Nasceu um grupo chamado Os Lambas/Bruno King, Nagrelha e Amizade/Aos poucos conquistamos a cidade». Embora tenha sido estigmatizado por alguns anos por sua presumida relação com a marginalidade e o crime, Bruno M e Os Lambas são exemplos disso, ao que parece, atualmente o gênero tem sido cada vez mais inserido na sociedade angolana, sendo parte de trilha sonora de telenovela e programas de rádio, ganhado espaço na Televisão Pública Angolana (TPA), com programas como o "Sempre a subir", ou ainda, constituindo premiação própria, já que a Rádio Escola, promove anualmente um concurso popular para eleger os melhores kuduristas.

---

6 Tony Amado conta que sua dança inspirou-se em uma cena do filme *Kickboxer – O desafio do dragão* (Título no Brasil, 1989). Nela, o personagem interpretado pelo ator belga Jean-Claude Van Dame, está embriagado e movimenta seus quadris ao som de uma música saída de uma jukebox. Essa dança, logo tornada luta, constitui-se, nesse caso, como um dos elementos fundamentais na narrativa de criação do músico angolano.

7 Sebém é conhecido por ter sido um dos primeiros a fazer animações, cuja principal característica assentava-se no fato de o músico cantar sobre as batidas de música eletrônica.

Há ainda espaço para o gênero no recém-lançado Angolan Music Awards. Além disso, o kuduro é passível até mesmo de representar um país que embora ainda enfrente sérios problemas sociais, cresce vertiginosamente devido à exploração de recursos naturais, especialmente petróleo e diamantes.

Mas o kuduro tem transitado ao longo dos anos, não apenas nos candongueiros (transporte coletivo angolano) que atravessam as ruas de Luanda, como também por meio das ondas migratórias – afinal durante os deslocamentos articulam-se recordações do passado e as realidades presentes –, como também através dos meios de comunicação, em especial a internet. As outras plataformas, sugeridas por Alisch e Sierget (2011), Lisboa e as pistas ao redor do mundo, têm a ver com essa fluidez alcançada pelo gênero. Portugal tem desde a década de 1970, recebido grande afluxo de imigrantes africanos oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), e, como não poderia deixar de ser, muitos deles levaram em suas bagagens as culturas dos lugares onde nasceram. O kuduro é um desses gêneros musicais que aos poucos começa a despontar como uma forte referência nas regiões periféricas de Lisboa e algumas cidades de seu entorno (MARCON, 2011). A título de exemplo, o Buraka Som Sistema, uma das bandas portuguesas mais conhecidas e que usa o kuduro como referência, como o próprio nome indica, é oriundo de Buraca, um bairro popular na cidade de Amadora. Entretanto, como Marcon (Idem) sugere, há uma outra dimensão que deve ser levada em consideração no que tange ao gênero de música e dança angolana, e que está para além do renomado grupo Buraka Som Sistema. Ele aponta, nesse sentido, que o kuduro assume um papel fundamental como parte da socialização dos jovens de ascendência africana, pois está presente nas reuniões familiares, nas escolas, nas festas das quais participam e na internet, sendo por isso, parte constituinte de suas experiências nos bairros periféricos.

Quanto à terceira plataforma, "as pistas de dança ao redor do mundo", há duas perspectivas possíveis de serem consideradas: a daqueles imigrantes que escolhem assentar-se para além do contexto lusófono, como no caso dos integrantes da banda Les Princes du Kuduro e a dos DJs e produtores internacionais que valorizam o kuduro (assim como o funk brasileiro e outros gêneros juvenis, situados nas periferias de todo o mundo), por sua inventividade sonora (ALISCH e SIERGET, 2011).

Funk brasileiro e kuduro angolano: entre o local e o global

Estudos daquelas que foram denominadas escolas de Chicago e de Manchester e que ajudaram a criar as teorias da Antropologia Urbana, a partir dos anos 1920, já apontavam para as complexas teias nas quais estão envolvidos aqueles cuja moradia e vivência situam-se no ambiente de grandes metrópoles. Isso porque analisam nossa sociedade como uma complexa trama de grupos identitários, práticas e códigos culturais que não se excluem mas, ao contrário, estão em profundo diálogo e elaboração criando cotidianamente processos de construção de alteridades e identidades. Nesse sentido, pesquisadores têm apontado a dificuldade de analisar os fenômenos urbanos e juvenis a partir das teorias clássicas, nas quais os indivíduos e a sociedade são apresentadas de forma cristalizada. A título de exemplo, se Hermano Vianna (1987) pensa a inviabilidade de conceber a festa, neste caso, os bailes funk, a partir de um modelo teórico clássico no qual qualquer elemento da sociedade teria uma função demarcada e específica, de maneira análoga, Dayrell (1999) percebe que tais perspectivas são também insuficientes para explicar fenômenos juvenis contemporâneos, já que muitas dessas observações privilegiam a apreciação dos sujeitos a partir de seus atrelamentos às instituições convencionais como a escola, o trabalho e a igreja, ainda importantes, mas cuja força parece ter-se dissipado ao longo dos anos. Assim, com a possibilidade de deslocamento da produção de identidades para outras instâncias, além dessas entidades formais, abrem-se espaços novos espaços formativos e formas mais fluidas de constituição dos sujeitos. Como aponta Stuart Hall (1998: 11),

> O sujeito, que anteriormente tinha a experiência de uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto, não de uma, mas de muitas identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais aberto variável e problemático.

Os protagonismos juvenis manifestos por meio das expressões musicais têm se beneficiado bastante deste momento. Reforçamos que contextualmente os dois gêneros que aqui nos interessam, o funk brasileiro e o kuduro angolano, têm historicidades bastante particulares. Se separadamente, estão envoltos, portanto, por suas próprias peculiaridades, considerados juntos podem trazer à tona elementos importantes e que caracterizam, em parte, o mundo no qual vivemos. Um deles é justamente o fato de terem sido geridos em um contexto no qual as identidades podem ser consideradas cada vez menos estáticas e cada vez mais fluidas. Uma sociedade na qual a adesão a manifestações culturais pode transcender a localidade e encontrar caminhos para além das fronteiras físicas e simbólicas da vizinhança, da cidade e do país de origem. Tomá-los em conjunto, significa, nesse sentido, tentar entender não apenas o que têm em comum apenas entre si, como também com outras formas musicais ditas "periféricas", e que muitas vezes estão atreladas à participação juvenil. Esses jovens usam e abusam dessas possibilidades, facilitadas pelo incremento das tecnologias de criação e difusão de música, para produzir seus sons, suas imagens, anseios e estilos de vida. Alexandre Barbosa (2014), chama a atenção para o que denomina de "rede global periférica"; uma rede produzida por meio de contínuas criações e recriações das referências globais mas, que também é capaz de devolver ao mundo uma inventividade que se destaca dentro e fora dos países onde são criadas.

Jovens de seu tempo, funkeiros e kuduristas estão duplamente conectados com o mundo, seja através da rede mundial de computadores, onde podem ser instituídos espaços alternativos de socialização e criação coletiva, seja por estarem atentos e receptivos às múltiplas experiências proporcionadas por suas vivências que ao longo do tempo vêm se diversificando de maneira mais intensa. Essas transformações seriam nesse sentido, capazes de engendrar novos modos de produção e construção dos sujeitos, cuja constituição não dependeria apenas de instituições tradicionais ou formais. A globalização é parte desse processo, e a música, por sua plasticidade, componente de análise privilegiado nessa conjuntura. Dayrell (1999:27) sugere que «a música é uma dimensão presente na história cultural da humanidade, acompanhando as transformações do homem e da sociedade, expressando, de alguma forma, nas melodias e nas letras, a relação do indivíduo com o seu mundo, no seu tempo».

Mais uma semelhança entre os dois advém do fato de que o funk brasileiro e o kuduro angolano são gêneros formatados nos cenários urbanos, sendo atualmente criados, em sua maioria, por jovens residentes nos enclaves sociais de grandes cidades, por vezes, distantes daquelas onde estão instaladas as grandes gravadoras. Eles têm como mediador privilegiado o uso (legal ou ilegal) de recursos tecnológicos para a construção de seus sons, gerando outros tipos de relação com a indústria da música, seus ouvintes e interlocutores mais diretos. Em comunhão com essa ideia, alguns desses aparatos tecnológicos são bastante hábeis em se apresentar como uma alternativa para as expressões musicais, em um contexto aparentemente mais democrático. Seus slogans prpõem independência, possibilidade de escolha e protagonismo em relação à grande indústria da música, seja na fruição, seja na produção musical. Assim, o site de compartilhamento de músicas e vídeos, YouTube com o seu *Broadcast yourself*, sugere ao usuário que ele pode criar sua própria programação, enquanto o Fruit Loops, software de criação e edição de música, com o seu *From the brain to the speakers*, sugere que a possibilidade de criação musical possa acontecer sem que hajam intermediários e, finalmente, o site Soundcloud, com o seu *Hear the world's sounds,* sugere acesso ao acervo infinito das sonoridades de músicos de todo o mundo. Esse campo de possibilidades com relação à circulação no cenário global preenche o imaginário de alguns de seus produtores. Durante o processo de pesquisa recolhemos algumas frases em torno das quais esse imaginário é construído e que apontam para os desejos de que as trajetórias pessoais e musicais articulem-se local e globalmente: "From Buraka to the world" (De Buraka para o mundo), é o nome do primeiro disco da banda portuguesa que também na música "New Americans part 2" proclama, "Doa a quem doer, faço kuduro para o mundo". Em 2013, foi lançado o filme "From Angola to the world", que acompanhou alguns dos kuduristas angolanos mais famosos. Além disso, a funkeira Valesca Popozuda, conclama "Da favela para o mundo", enquanto a Liga do Funk, organização de incentivo ao gênero brasileiro, invoca "Do funk para o mundo", tendo aqui a música como catalisadora dessas possibilidades. Essas trajetórias virtuais – não entendidas apenas com relação à conectividade, ou, menos ainda como uma contraposição em relação ao real – são importantes por demonstrarem a potência desse universo de possibilidades avistado pelos seus produtores e tendo como base a visibilidade alcançada por esses gêneros nos últimos anos, a despeito da posição que ocupam na grande indústria da música.

O termo periferia, nesse sentido, não circunscreve-se apenas tendo como referência os espaços sociais e geográficos amplamente presentes nas grandes cidades, uma outra dimensão dele tem sido relevante, principalmente quando o assunto é a música. Embora os espaços abertos pelas novas tecnologias pareçam ter ampliado a produção e o acesso a esse tipo de música, quando ponderamos sobre a periferia também consideramos a relação que esses gêneros têm tido com a grande indústria música, da qual nem sempre fazem parte. Esta relação, entretanto não é determinada e tem variado, visto que apesar de terem sido criados à margem da grande indústria do entretenimento, mas, por vezes estão em diálogo, mesmo que transitório, com ela. Como aponta Caio (2013: 2), «as estéticas periféricas se revelam estratégicas e astutas, uma vez que desvendam profundas nuances mercadológicas numa dialética de resistência e integração».

A despeito disso, podem ser considerados dentro de um contexto mais amplo no qual as sonoridades produzidas nas periferias despontam como um grande celeiro criativo no qual produtores estrangeiros vão em busca e "descobrem" novas estéticas musicais. A cantora anglo-cingalesa M.I.A., o produtor norte-americano Diplo e o DJ e jornalista alemão Daniel Haaskman, são alguns nomes mais mencionados quando esse interesse estrangeiro é colocado em questão.

Entretanto, até o momento há poucos indícios de que esses gêneros, apesar do alcance global que têm conseguido nos últimos anos, tenham se estabelecido como estilos de vida para além de seus contextos criação, o Brasil, no caso do funk, Angola e Portugal, para o caso do kuduro. A ideia é reforçada se os compararmos a duas outras manifestações musicais periféricas que ao se internacionalizarem carregaram consigo seus estilos de vida específicos, mas agregando as realidades e demandas locais. Estamos nos referindo ao hip hop (por meio de sua expressão musical, o rap), e, ao reggae jamaicano, dois gêneros inicialmente periféricos, mas, conhecidos por suas transnacionalidades. Com isso não estamos negando a difusão global que o funk brasileiro e o kuduro angolano têm alcançado nos últimos anos, mas, considerando que a adesão a eles é aparentemente mais efêmera. Sugerimos, nesse sentido, que é nas localidades onde esses gêneros são constantemente criados e reinventados, as cidades brasileiras, no caso do funk, as cidades angolanas e aquelas situadas na Grande Lisboa, para o caso do kuduro, que são encontradas uma adesão menos transitória a eles. São nesses lugares que a fruição e as experiências relacionadas aos gêneros são menos fugidias e onde são encontradas maiores possibilidades de vínculos; onde apesar dos graus variados de comprometimento e identificação com essas expressões musicais e de dança, podem ser encontrados os usos mais correntes de símbolos, estilos visuais, modos de se vestir, de falar e de se comportar, característicos do funk brasileiro e do kuduro angolano.

Entretanto, isso não torna suas práticas, músicas e anseios sobre o mundo, menos globais; sobretudo, em um contexto no qual a imaginação e o imaginário aparentemente transcendem espaços simbólicos e físicos, configurando deste modo, uma entre as variadas possibilidades de articulação entre o local e global.

Referências bibliográficas

ALISCH, Stefanie e SIERGET, Nadine. Angolanidade revisited, 2011. Disponível em: http://www.buala.org/pt/palcos/angolanidade-revisited-kuduro. Última consulta em 09/2014.

CAIO, M.S. (2013), "Kumbia villera, Kuduro e Technobrega: repercussões e repertórios dinâmicos das cenas musicais". Comunicação no XXIV Congresso da Associação Latinoamericana de sociologia.

DAYRELL, J. (1999) "Juventude, grupos de estilo e identidade". *Educação em revista,* pp. 25-39.

_____ (2002) "O rap e o funk na socialização da juventude". *Educação e Pesquisa*, pp. 117-136.

FARIA, D.C. (2014), *O local e o global no funk brasileiro e no kuduro angolano*. Dissertação de mestrado. Guarulhos: Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo.

HALL, S. (1998). *A questão da identidade cultural*. Textos didáticos. São Paulo, SP: IFHC/Unicamp.

_____ (2006), *A identidade cultural na pós-modernidade.* Rio de Janeiro: DP&A Editora.

MARCON, F; TOMÁS, C. (2012) "Kuduro, juventude e estilo de vida: estética da diferença e cenário de escassez". *Tomo* (UFS), pp. 137-167.

MOORMAN, Marissa. "Sempre a subir!": música e dança kuduro na Angola póscolonial. Texto não publicado.

SA, S. (2007) "Funk carioca: música eletrônica popular brasileira?!". *E-Compós* (Brasília), pp. 3, 2007.

SHERIDAN, Garth (2013) "Luanda and Lisbon: *Kuduro* and Muscking in the diaspora In: Martins, R., M. de Barros, et al., Eds. *Hispano-Lusophone Community Media:identity, cultural politics, difference.* Herefordshire, Sean Kingston Publishing,

VIANNA, H. (1987), *O baile funk carioca: festas e estilos de vida metropolitanos*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BARULHO NAS RUAS ESCURAS:
Estilo de vida e redes sociais nos agrupamentos roqueiros

Irapuan Peixoto Lima Filho
Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC).
irapuanpeixoto@yahoo.com.br

Resumo: Esta pesquisa procurou investigar a formação de agrupamentos de roqueiros, fãs do gênero musical rock, na cidade de Fortaleza, Ceará, Brasil, ao longo da década dos anos 2000. Constatou-se que os roqueiros professam um estilo de vida roqueiro, baseado em um complexo conjunto de signos que se expressam por meios de formas de pensar, valores morais e normas de comportamento; que precisam ser exibidas e avaliadas pelos demais simpatizantes. Esses roqueiros movimentam mais do que cenas musicais espalhadas pela cidade: constroem uma verdadeira rede social, chamada de rede roqueira, que se articula e se torna capilarizada pelos vários territórios, indo além dos bairros "ricos" e desenvolvendo-se especialmente nas periferias. A organização em rede permite, ainda, a formação do que chamamos de agrupamentos roqueiros, coletivos mais ou menos organizados que subdividem os adeptos nas várias vertentes musicais do rock, como *metaleiros, alternativos, punks, hardcores, emos, bluseiros* etc. Cada um desses agrupamentos partilha com os demais os signos gerais do estilo de vida roqueiro, mas também promovem identificações próprias e únicas que os levam a ter uma existência particular em conjunto ao todo. Mesmo com a percepção comum, esses agrupamentos não exibem uma relação necessariamente pacífica uns com os outros, abrindo o palco de disputas simbólicas pela legitimidade de quem é o "roqueiro de verdade" e quem é o "modista". A metodologia da pesquisa envolveu a ida aos eventos (shows, festas, festivais etc.) promovidos em torno do rock, bem como a frequência aos espaços de sociabilidade usados pelos roqueiros na cidade (praças públicas, *shoppings centers*, espaços de consumo, entorno das festas etc.); utilizando-se a observação atenta e realizando-se entrevistas formais semiestruturadas com os participantes dos mesmos. Também foram usadas outras técnicas por meio da imersão do pesquisador no fenômeno pesquisado por quatro anos, de modo que conversas informais, sites da internet, material de divulgação, discos de bandas, dentre outras estratégias, também foram usadas para perceber a realidade da rede roqueira.
Palavras-Chave: Estilo de vida, rock, redes sociais, juventude.

Barulho nas Ruas Escuras:
Estilo de vida e redes sociais nos agrupamentos roqueiros

O presente artigo visa analisar a formação de uma movimentação social de roqueiros na cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, no Brasil, percebendo como a ação dos sujeitos configura uma rede social que chamamos de rede roqueira. Isto possibilita uma série de articulações de grande impacto, mesmo que o "ser roqueiro" naquela cidade represente uma condição *outsider*.

Percebe-se que esses roqueiros vivenciam um estilo de vida muito específico, carregado de significações que consolidam valores morais e normas de comportamento. Estes seguem como orientadores das regras de pertença dentro da vivência do estilo de vida, regularizando "quem pode" e "quem não pode" fazer parte dos grupos que se formam a partir dele. No caso de Fortaleza, conceituamos a existência do que chamamos de agrupamentos: coletivos nos quais se vivencia o estilo de vida na prática, mas que guardam distinções entre si, pois o rock é um estilo musical muito diversificado, e por isso, se produzem maneiras diferenciadas do que se entende como "ser roqueiro".

Além disso, pretendemos usar a análise da movimentação em torno da rede roqueira para construir uma reflexão sociológica sobre a adesão aos grupos sociais e as maneiras como eles são articulados internamente para a expressão de um estilo de vida.

1. A rede roqueira em Fortaleza, a cidade e suas sociabilidades

Fortaleza está no Nordeste brasileiro, sendo a quinta maior cidade do país, com uma população de 2.571.896 habitantes e densidade demográfica de 7,786,44 hab/km2, a maior dentre as capitais do país (IBGE, 2014).
Embora não goze da força econômica de outras capitais de porte semelhante, Fortaleza é uma metrópole regional, com grande importância e influência em estados vizinhos, concentrando ampla malha de serviços, indústria e comércio. Também é pólo da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) que reúne 15 municípios e população total que excede 3,5 milhões.
Quando pensamos Fortaleza como metrópole regional – como o faz Bernal (2012) – falamos de um tipo de cidade que aparece na fronteira entre a metrópole global mais comum à teorização sociológica e o "mundo estritamente local" das pequenas comunidades. Algo que nos remete à reflexão de Bhabha (1998) quando afirma que a relação entre o "global" e o "local" (chamada de "fronteira") deveria ser a principal preocupação da Sociologia.
Neste sentido, Fortaleza é uma fronteira entre o global e o local, na medida em que provém de uma realidade específica em termos nacionais, por ser da região Nordeste, cuja história e cultura estão, em certo ponto, contrapostas ao Brasil "do sul", mais famoso internacionalmente, como Rio de Janeiro e São Paulo. Desse modo, dentro do sistema interno de classificação cultural do país, o Nordeste é "local". Entretanto, por meio de sua grandeza populacional e situação socioeconômica, Fortaleza pode ser pensada como uma metrópole e, por isso, conecta-se às problemáticas globais.
Sejam por motivos comerciais, turísticos ou de expressão cultural, cidades criam "identificações" que as rotulam. Um conjunto combinado de práticas ganha expressão superdimensionada e terminam por colar uma vinculação algo instantânea acerca de suas características. Em termos musicais, Fortaleza é conhecida como "a capital do forró".
O forró é um gênero musical popular nascido na região Nordeste (especialmente no ambiente rural) pautado por ritmo cadenciado e forte *swing*, o que o torna dançante. Por isso, forró pode ser tanto a música quanto a festa decorrente. A instrumentação básica do gênero é realizada com o trio de sanfona (acordeão), zabumba e triângulo (dois instrumentos rústicos de percussão). Nos dias atuais, o gênero foi modernizado com instrumentos elétricos.
Fortaleza é o berço de várias bandas desse tipo e algumas, inclusive, obtêm sucesso não somente no Nordeste, mas no país inteiro. Por isso, a cidade comporta circuito imenso de bandas, festas, *shows*, casas de espetáculos, programas de rádio e TV, estúdios de gravação e lançamento de CDs envolvendo o forró. Tal tipo de música é consumida à profusão e é traço cultural fortíssimo do fortalezense médio.
Por isso, soa estranho, mesmo ao morador de Fortaleza, pensar em um "grande" movimento de rock na cidade. Ele existe, mas ocupa posição marginal nos meios de comunicação de massa locais e mais ainda no imaginário do fortalezense.
Em vista da hegemonia cultural do forró, os roqueiros de Fortaleza são percebidos e se percebem como *outsiders*, "fora do sistema", marginalizados e estigmatizados. Ainda assim, por meio da rede roqueira, articulam considerável movimentação que resulta não somente na formação de bandas e das festas nas quais tocam; mas um circuito maior, com festivais, lojas, estúdios musicais, gravações de discos e vídeos.
Equacionar o tamanho dessa rede social que chamo de rede roqueira é difícil, já que envolveria uma pesquisa de porte muito maior do que o permitido pelas condições atuais. Isso obriga ao pesquisador desenvolver novas metodologias de "contagem" e de acepção do que seja o fenômeno social estudado.
Na impossibilidade de realizar um censo entre os jovens da cidade ou mesmo entre os participantes da movimentação aqui referida, foi necessário criar uma maneira de dimensioná-la. Para isso, foi realizado um levantamento exaustivo de bandas de rock. Escolheram-se os conjuntos musicais porque dão a idéia mais precisa de que existem jovens não apenas escutando rock, mas executando-o por meio de bandas, que necessitam, em conseqüência, de espaços para ensaiar e tocar; o que serve de catalisador das festas e *shows*.

Tal levantamento se deu por meio de vários meios: cartazes de festas, *flyers*[1], reportagens de jornal, *sites* na internet, *blogs*, portais de distribuição de arquivos digitais, menções em conversas e entrevistas etc. Mesmo ciente dos limites de tal método, foi possível aferir a existência de 411 bandas de rock ativas entre 2000 e 2010[2]. É um número significativo, especialmente levando em conta um fenômeno tido como "marginal".

Se existem bandas é preciso a existência de locais para que as mesmas toquem e os sujeitos que gostem desse tipo de musicalidade se encontrem. Com isso, usando mais ou menos as mesmas fontes citadas, foi possível fazer um levantamento de 73 espaços da cidade utilizados com alguma freqüência pela rede roqueira no mesmo período de tempo. O curioso acerca desse levantamento é que tais lugares, chamados aqui de *espaços roqueiros*, se espalham por várias zonas da cidade e não se restringem a bairros de classe média ou de maior infraestrutura, ocorrendo também, mesmo de modo limitado, em bairros de periferia.

Esse detalhe é importante porque, conforme se verificou nas entrevistas e conversas travados ao longo da pesquisa, a noção nativa de que a maior parte da movimentação roqueira ocorria na região leste da cidade, ou seja, os bairros "nobres" próximos ao mar. Contudo, o levantamento aqui empreendido demonstra que, pelo menos nos últimos anos, há movimentação da rede roqueira em direção ao oeste e ao sul, atingindo de maneira expressiva as periferias de Fortaleza.

Esse pensamento exigiu a comparação dos espaços roqueiros levantados na pesquisa entre 2000 e 2010 com um período anterior. Tomando-se pelo menos o tempo compreendido entre as décadas de 1980 e 1990, quando se originam as movimentações de rock que vão resultar no que se tem nos dias de hoje, verifica-se efetivamente uma descentralização dos espaços roqueiros do leste para as periferias, conforme se pode verificar na *Figura 01*.

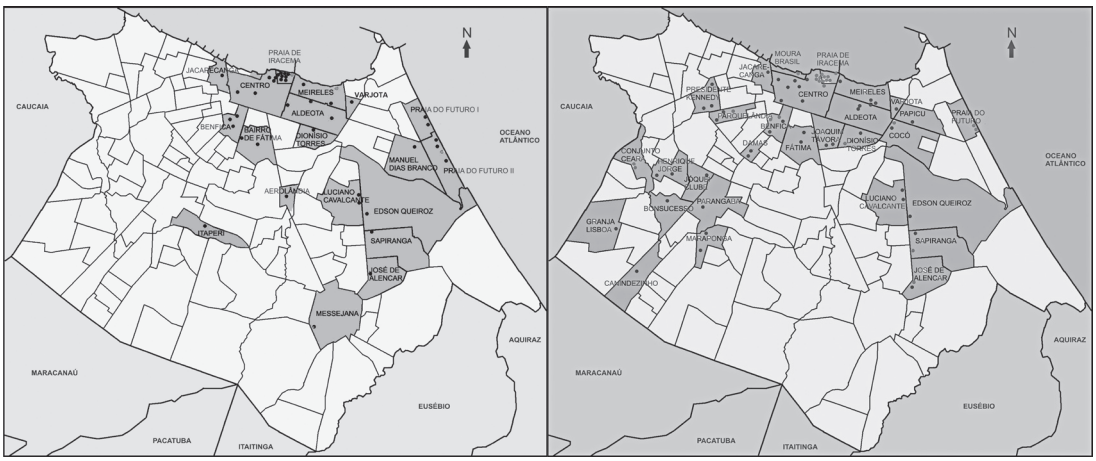

Figura 01:

Espaços Roqueiros em Fortaleza, comparando 1) anos 1980-90; e 2) anos 2000

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quando se pensa em 411 bandas tocando e os roqueiros ocupando (mesmo que algumas vezes de modo sazonal) 73 espaços, não é estranho notar um alto grau de articulação entre os sujeitos que realizam tais ações. Desse modo, além dos atores "tradicionais" de público e artistas que envolvem o ato de ter uma banda, tocar e fazer um *show* (com um público para assistir), aparecem outros atores que tornam tal processo possível e melhor organizado.

---

1 *Flyers* são pequenos folhetos que divulgam festas e eventos, distribuídos em locais estratégicos.

2 Sabe-se que esse número pode ser ainda maior, tendo em vista que essa é a lista de bandas as quais foi possível o pesquisador ter acesso. Também é preciso levar em consideração que algumas dessas bandas têm existências paralelas a outras, como projetos paralelos ou temporais, por exemplo. Devido à instabilidade da carreira de músico em termos financeiros, muitos tocam em mais de uma banda ao mesmo tempo e até algumas bandas se apresentam com mais de um nome para direcionar sua musicalidade a fins pragmáticos.

Como o rock é um gênero musical não-consensual em Fortaleza, não é historicamente alvo de investimentos do setor empresarial responsável pelo fomento do lazer musical da cidade. O capital financeiro movimentado para as festas de forró não migra para o rock. Assim, os roqueiros cedo tomaram para si a responsabilidade de viabilizar o próprio lazer, o que os levou a um considerável grau de articulação e organização, mesmo com carência de capital envolvido.

Isso gerou a rede roqueira. Classificamos a rede dividida em alguns atores principais. Além do recorte mais geral de *público* e *artistas*, que compõem sua base fundamental, podemos precisar outros focos de atuação. Em primeiro lugar, temos os *articuladores*: responsáveis por colocar as bandas em movimento, por meio da promoção de *shows* e festas.

Existem vários tipos de *articuladores*. Primeiramente, os promotores de eventos, quase sempre organizados por meio de empresas e produtoras culturais. Um fenômeno que se contrapôs a este foi o surgimento de entidades associativas, organizadas de modo formal (como ONGs) ou informal (movimentos culturais)[3]. De modo inicial já existe um terceiro tipo de articulador que é o empresário, a tradicional figura "de comando" na carreira de um artista.

Os *articuladores* fazem a ponte entre os artistas e outros dois atores fundamentais da rede: os responsáveis pelas *sedes de eventos* e festas, como bares, restaurantes, boates, clubes e casas de *shows*; e os *fornecedores da infraestrutura* de apoio, aqueles envolvidos com estúdios de ensaio e gravação, com mídias que dão espaço ao rock (rádio, TV, jornais impressos, *sites*) e lojas que comercializam os produtos.

Tendo em vista a amplitude da rede mundial de computadores, os *alimentadores de conteúdo* da internet também são pensados como atores à parte dentro da rede roqueira. Neste caso, temos tanto *sites* e *blogs* de bandas, promotoras, bares e associações; bem como *sites* de trocas de arquivos e as redes virtuais de relacionamento, como o *Facebook*.

Trabalhando em conjunto, público, bandas, articuladores, responsáveis por sedes de eventos e infraestrutura de apoio e alimentadores de conteúdo na internet terminam formando a rede roqueira de Fortaleza que resulta na realização de um grande número de eventos, *shows*, festas, festivais e promove a sociabilidade de milhares de jovens por meio das consequências disso. Uma visualização da rede pode ser vista na *Figura 02*.

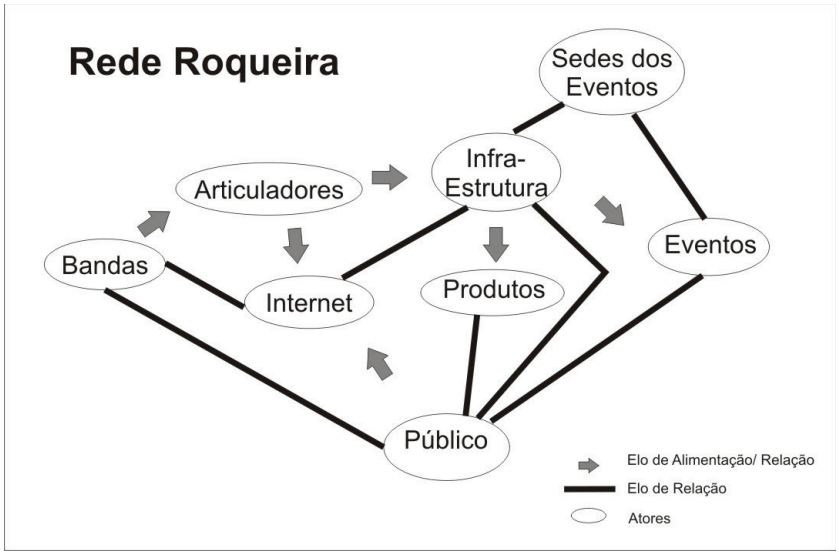

Figura 02:
A rede roqueira e suas articulações
Fonte: Elaborado pelo autor.

3 Dentre as entidades associativas que surgiram estão: Associação Cultural Cearense de Rock (ACR), Movimento Independente Rock e Cultura (MIRC), o Movimento Autoral do Ceará (MOVA-CE) e a Cooperativa Underground do Bom Jardim (CUNDER). A ACR é a mais antiga, fundada em 1998.

Também é importante salientar que essa movimentação não se faz somente em festas ou eventos. Parte significativa do público que frequenta aqueles também mantém relações de sociabilidade mais corriqueiras orientadas em torno do rock em momentos não-festivos. É o caso das pequenas turmas de amigos que se reúnem geralmente em espaços públicos para discutir sobre suas músicas e bandas favoritas, trocar material e experiências, namorar ou apenas ocupar o tempo.

Os locais que priorizam terminam se efetivando como espaços roqueiros, já que constroem tradições e passam a ser percebidos e significados. Em Fortaleza, espaços como a praça do bairro Henrique Jorge; a Praça Portugal na Aldeota; a praça da Gentilândia no Benfica; a praça do Dragão do Mar na Praia de Iracema, dentre outros, compõem *lócus* fundamentais de sociabilidade de roqueiros e tornam-se importantes para seus frequentadores, mesmo que por vezes tais movimentações sejam despercebidas pela cidade em geral.

A rede roqueira assume a feição aqui apresentada em meio à década de 2000, quando as condições objetivas permitem à articulação atingir tal nível. A existência desse esquema geral não significa que os atores ou as estruturas sejam fixos, já que a inconstância é parte essencial de uma rede na qual o capital financeiro não é abundante.

Assim, bares, lojas e promotoras de eventos não raro têm vida curta, já que não conseguem sobreviver às intempéries do mercado capitalista. Isto explica o fato de espaços fundamentais à rede em algum momento de tempo – como Noise3D Club, Hey! Ho! Rock Bar, Casarão do Rock, Canto das Tribos etc. – não durem mais do que alguns anos. Isso não é fraqueza, mas incapacidade de manter um estabelecimento comercial funcionando, por motivos vários. Existem exceções, também, como a loja Opus, que comercializa produtos relacionados ao rock (CDs, roupas, acessórios) há 30 anos.

A articulação da rede permite que existam eventos de vários tipos na cidade. Primeiramente, há os chamados eventos cotidianos, apresentações musicais corriqueiras nos fins de semana em bares e boates. Fortaleza possui expressivo número de estabelecimentos desse tipo em várias regiões da cidade.

Como os locais fixos de apresentação não dão conta de toda a demanda reprimida de bandas dispostas a tocar, faz-se necessária a organização de eventos específicos, ou especiais, dos quais os festivais de música são a expressão mais exemplar. Fortaleza tem um calendário fixo de festas organizado pelos próprios roqueiros, como Forcaos, Ponto.CE, Rock Cordel, Ceará In Rock e outros menores.

A rede não é fechada em si mesma e cria parcerias com atores externos, especialmente o poder público. Isso faz o rock ser pautado em eventos outros, como a *Mostra Musical Petrúcio Maia*, organizada pela Prefeitura de Fortaleza; e o *Férias no Ceará*, organizado pelo Governo do Estado; além de outros parceiros, como a Feira da Música e até um grande festival "comercial", o Ceará Music.

Também é importante ressaltar que essa movimentação roqueira gera frutos "materiais", como canções, discos, videoclipes e até documentários dos artistas que a compõem. Essa produção alimenta o chamado mercado independente, aquele que existe para além das grandes gravadoras ou da grande mídia.

Por fim, há uma discussão de pano de fundo bem interessante quando se considera a extensão da rede roqueira pelo território de Fortaleza. O que a *Figura 01* permite anotar é como a capilaridade da rede se desenvolveu especialmente nas periferias.

Fortaleza é uma cidade de extremos e internacionalmente conhecida por sua desigualdade social. É uma metrópole que se construiu muito rapidamente sem o devido planejamento ou preparo para tal. Embora o povoamento de seu território dentro do contexto de colonização do Brasil remeta ao início do século XVI, Fortaleza foi uma cidade desimportante até o início do século XIX, quando iniciou um frenético crescimento econômico e populacional.

Sua população aumentou 42,5 vezes ao longo do século XX, chegando a ter um crescimento populacional de 62,5% em termos de habitantes na década de 1970 (PEQUENO, 2009). Apesar da taxa de crescimento ter se reduzido significativamente nas últimas décadas – o último Censo registrou apenas 14,51% - os problemas gerados por tal aumento desenfreado no passado recente, notadamente a desigualdade social e a falta de infraestrutura básica, continuam a assombrar a cidade nos dias atuais.

Muito embora a renda média da população seja de R$ 2.900,00; deve-se levar em consideração a intensa desigualdade social que demarca sua distribuição. Por exemplo, 20,28% da população não tem acesso à rede de esgoto (IPECE, 2012). Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), há bairros

da cidade com índice de 0,916 (próximos aos dos países mais ricos da Europa), enquanto outros com 0,338 (abaixo de países como a Etiópia).
Tais características permitem visualizarmos duas "Fortalezas" diferentes: uma dos ricos e outra dos pobres. Poderíamos dizer que a cidade é dividida em duas grandes zonas: a Leste, mais rica e com melhor infraestrutura; e a Oeste, mais pobre e com infraestrutura bastante inferior.
O curioso desse recorte socioeconômico é seu reflexo no fenômeno aqui analisado. A emergência de espaços roqueiros, por exemplo, atende a esse pano de fundo. Se partirmos do mapa da *Figura 01* podemos classificar a cidade a partir de zonas específicas, somando as características sociais de Fortaleza.
Existe uma impressão geral de que a cidade é partida em duas a partir do corte do rio Cocó que a cruza, nascendo a divisão em leste e oeste mencionada. Como tal ainda é muito ampla, vamos estratificá-la em algumas subdivisões: adicionando noroeste e sudeste[4], como exibe a *Figura 03*.

Figura 03:
Mapeamento social combinado da cidade e da rede roqueira.
Fonte: Elaborado pelo autor.

A Zona Leste concentra os bairros de maior renda e melhor IDH-M de Fortaleza, como Meireles, Aldeota e Dionísio Torres. Foi nesta região em que a movimentação em torno do rock se tornou mais nítida pela primeira vez, na década de 1980. Não coincidentemente, é a zona com melhor infraestrutura e atenção do poder público, o que permitiu o surgimento de espaços roqueiros como bares e boates. Ao longo do tempo, isto criou uma tradição de eventos e espaços que se mantêm até hoje, por exemplo, na Praia de Iracema, antiga zona boêmia da cidade.
Os mapas da *Figura 01* permitem perceber que, especialmente nos anos 1990, houve uma ampliação da movimentação para o que chamamos de Zona Sudeste, uma região da cidade cuja ocupação urbana é bem mais recente e se desenvolve ao longo da avenida Washington Soares, que corta bairros como Edson Queiroz e Sapiranga. Em outra ocasião (LIMA FILHO, 2013) analisei em mais detalhes tal questão e pude perceber que as tentativas naquela década foram intermitentes e não se consolidaram de imediato. É apenas a partir dos anos 2000 que há ocupação mais ampla da rede roqueira na Zona Sudeste e isto é ainda mais forte em 2014.
O mais interessante, todavia, é a recente extensão da rede roqueira para as zonas Noroeste e Oeste. Estas são regiões de periferia, com péssimos indicadores sociais.
A Zona Noroeste tem um pequeno diferencial por estar passando por processo de crescimento econômico notável. Esta região também gravita em torno de uma grande avenida, a Bezerra de Menezes, que se consolidou

4 Como fica claro na *Figura 03*, há uma grande área no sul da cidade em que não foi encontrada atuação significativa da rede nos anos de 2000 a 2010. Tendo em vista que o foco deste trabalho é a movimentação roqueira, vamos por hora ignorá-la. Entretanto, vale salientar que esta também é uma região de baixa renda e péssimos índices sociais.

como corredor bancário, de serviços e comércio. Isso levou à valorização do solo e maior penetração do capital imobiliário. Entretanto, mantém altos índices de desigualdade social em bairros como Parquelândia e Presidente Kennedy. Mesmo assim, a infraestrutura que chegou ao local nos últimos anos permitiu o surgimento de vários bares que tocam rock nos fins de semana, além de alguns outros espaços de outro tipo.

Já a Zona Oeste é uma das mais pobres de Fortaleza e com péssimos índices sociais. A emergência de espaços roqueiros e movimentações em torno do rock de modo constante em sua área chega até a ser uma surpresa, tendo em vista a ausência de infraestrutura em geral. Ainda assim, há vários focos de atuação em bairros como Bom Jardim, Canindezinho, Bonsucesso, Conjunto Ceará, Jóquei Clube e Henrique Jorge.

Perceber a rede roqueira se desenvolvendo na Zona Oeste é um dos pontos mais interessantes de nossa pesquisa, exibindo como os roqueiros conseguem usar de estratégias criativas para vivenciar de modo intenso sua sociabilidade. E isto se faz de várias maneiras, como encontros em espaços públicos (como no Polo de Lazer do Conjunto Ceará e na praça do Henrique Jorge), em bares ou clubes (Metrópole Shows, Cristina's Buffet, Zueira Vip, Night Club, Espaço Maculelê) ou equipamentos públicos (Centro Cultural Bom Jardim, Espaço Mix). Também foi nesta região em que surgiu o Movimento Independente Rock e Cultura (MIRC), que se responsabiliza por organizar festas e eventos.

Para deixar mais clara a percepção do que estamos discutindo, vejamos a distribuição de renda nos bairros da cidade, segundo levantamento oficial do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), disponível em Medeiros (2012).

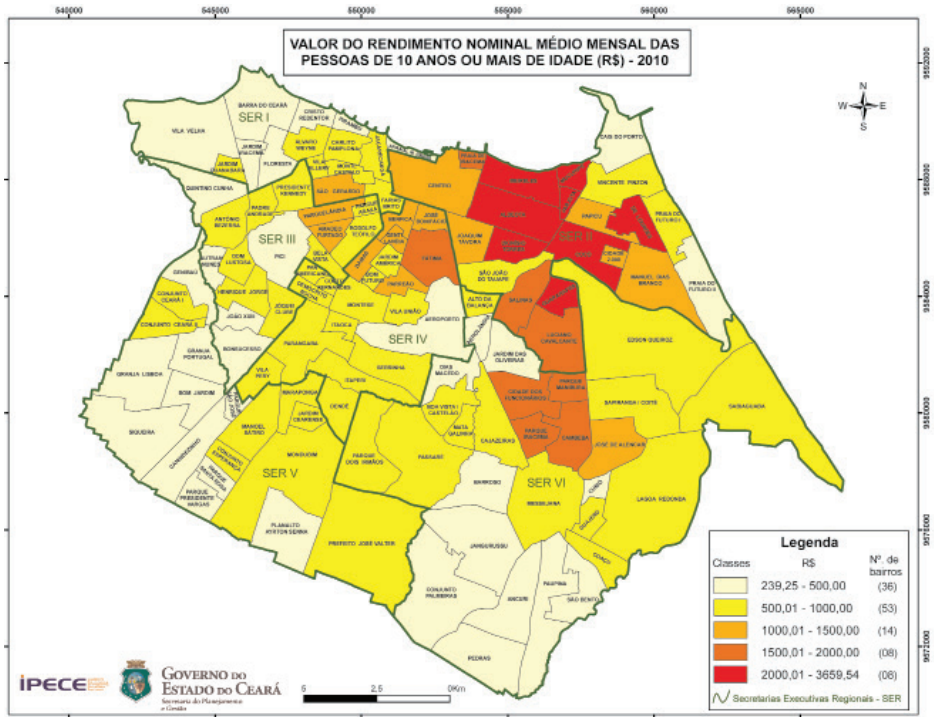

Figura 04:

Distribuição de Renda por bairros.

Fonte: IPECE (MEDEIROS, 2012).

Fazendo imediata correlação entre as *Figuras 01, 03 e 04* se percebe como a área para qual a rede roqueira migrou nas últimas décadas, especialmente, a Zona Oeste, corresponde a uma série de bairros com rendimento nominal médio mensal muito baixo, que corresponde às cores mais claras do mapa acima.

Entendendo a dimensão geral da rede e como se espalha pela cidade, passemos à análise dos aspectos que embasam sua formação, ou seja, o caráter de estilo de vida que está relacionado ao rock.

2. O rock como estilo de vida

No mundo contemporâneo, os sujeitos sociais criam uma série de associações dentro dos círculos de sociabilidade ao qual têm acesso. Isso ativa os processos de identificação que nos vinculam a todo o tipo de associação, da qual queremos destacar os estilos de vida.

Giddens (2002) considera como estilo de vida as práticas cotidianas que se rotinizam e passam a orientar a existência social dos indivíduos. Essas práticas "dão forma material a uma narrativa particular da auto-identidade" (idem, p. 79), mas de um modo que conectam aspectos locais a processos sociais mais complexos, de âmbito global.

É exatamente isso que o rock realiza enquanto prática. Tais práticas consolidam um conjunto de valores morais e regras de comportamento que precisam ser professados por seus seguidores. Esse conteúdo funciona como uma visão de mundo no sentido de Weber (1991), um conjunto de pensamentos (que precisam ser realizados na prática) que orientam a conduta dos sujeitos e, mais ainda, dos grupos sociais que formam.

Essa visão de mundo roqueira foi construída conjuntamente à história do gênero musical em si (FRIEDLANDER, 2002). É bem conhecida a trajetória do rock como surgido nos EUA dos anos 1950 e apresentando-se como uma música rebelde e contestadora não num sentido político tradicional, mas moral. Na década seguinte, o rock terminou também manifestando expressão política mais nítida, por meio do discurso pacifista, ao mesmo tempo em que aprofundou a propaganda de uma moral diferenciada daquela defendida nas sociedades ocidentais centrais. Daí, todo o apelo simbólico aos lemas do amor livre e suas variantes: "paz e amor", "faça amor, não faça a guerra".

O discurso contra a normatização mental expresso no uso das drogas também não pode ser ignorado e construiu uma significação muito importante para a visão de mundo roqueira, ao ponto do lema "de vida" destes ser o famoso "sexo, drogas e rock and roll".

Além dos hippies dos anos 1960, várias outras manifestações roqueiras ao longo do tempo também sintetizaram posturas políticas e morais, como os punks da década posterior, o movimento grunge dos anos 1990 e os *indies* dos anos 2000.

A construção dessa visão de mundo que embasa o estilo de vida roqueiro também está indissociada à própria ideia de juventude. Não são poucos os autores que vinculam a ascensão do rock enquanto gênero musical de sucesso mundial nas décadas de 1950 e 1960 à própria construção da juventude como categoria de ator social para as sociedades industriais ocidentais, envolvendo nomes desde Morin (1999) e Hobsbwam (1996, 1999) a Sarlo (1997), Vianna (1997) e outros.

Com isso, o roqueiro enquanto tipo ideal é um sujeito rebelde que contesta os valores do "sistema", ou seja, da ordem instituída, do *status quo*, do *establishment*. O imaginário do roqueiro reproduzido pela sociedade e por eles mesmos é próximo ao *outsider* de Elias & Scotson (2000): parte de um grupo social que compartilha valores diferenciados dos estabelecidos de modo geral na sociedade e se opõem a eles, embora neste caso, não tanto num desejo ascender aos valores dos dominantes, como na obra original da dupla; mas muito mais interessados em fundar uma nova ordem.

Além disso, o *outsider* de Elias & Scotson é ciente de sua condição de inferioridade e a aceita; enquanto os roqueiros o assumem em um sentido inverso: sabem que professam valores, posturas e comportamentos diferentes dos estabelecidos, porém, não desejam assumir aqueles valores, e sim, superá-los ou destruí-los. Em outras palavras, se entendem enquanto marginalizados, contudo, guardam orgulho de tal condição e a entendem como forma de fazer oposição à ordem estabelecida e, em certo sentido, contribuir para combatê-la e mudá-la.

Os valores morais e regras de comportamento que compõem o universo roqueiro é a grande matriz que organiza sua existência. Muito embora o "gostar de rock" enquanto música é algo fundamental e indissociável de todo o resto; um roqueiro só se constitui enquanto tal, pelo menos no entender deles mesmos, a partir do momento em que incorpora e comprova por meio de práticas a vivência desse código de símbolos, desses valores e regras de comportamento, enfim, dessa visão de mundo específica.

É necessária, então, uma série de estratégias para exibir os signos dessa rebeldia que vincula o sujeito ao estilo de vida roqueiro. Isso ocorre pela indumentária, por exemplo, já que o rock tem um apelo visual muito forte,

expresso por meio de roupas, acessórios, maquiagens, intervenções (*piercings*, tatuagens), corte de cabelo etc.[5]. Por isso, dito de uma maneira bem geral, há fácil identificação do roqueiro como alguém vestido na cor preta, com adornos de metal (correntes, rebites, pulseiras) e cabelos longos.
Toda essa significação visual busca reforçar o elemento de desconexão e dissidência ao "sistema" ou ao *status quo* e marcam o rock como fenômeno cultural desde o início. Como já percebera José Machado Pais (2006, p. 30):

> Todas as correntes do rock (...) procuraram, no entanto, algum tipo de singularização, por simbólica que fosse. Com efeitos, jovens desses grupos actuavam como *bricoleurs*, apropriando-se de características que integravam num universo simbólico que lhes permitia subverter sua significação original (...). Esses movimentos podem ser olhados como dissidentes – ao oporem-se, continuamente, ao que os nivelava e uniformizava –, mas nessas dissidências encontramos permanentes convergências.

Ser roqueiro assume a caracterização de mais do que "gosto pela arte", mas a expressão de um estilo de vida, marcado por forte sentimento de pertença, valores morais consolidados e até certo ponto rígidos, normas de conduta específicas e códigos de avaliação do que é permitido e do que não é, manifestado em modos de inclusão e de exclusão. Tal condição não envolve apenas o "gostar" de rock enquanto música, mas vivenciá-lo por meio de vários outros elementos do cotidiano.
Preencher tais pré-requisitos para poder ser considerado um roqueiro por seus pares é algo do qual aqueles têm muita ciência. É algo tão forte que o discurso é permeado de certo naturalismo, entendendo o rock enquanto gênero musical rebelde por excelência:

> **O *rock* é a música de protesto por excelência**. (...) Aí, junta a música com a ideologia e aí vai. (...) Ideologia, assim, mais no modo de pensar em geral. (...) Eu acho que o *rock* já é rebelde por natureza, né? (*risos*) Você formar uma banda de *rock* já é uma rebeldia, já. É uma loucura pros pais: "esse menino não quer nada!". (*risos*) Já é muita coisa pros pais. (ADJACY FARIAS – grifos meus)[6].

Aderir a tal estilo de vida roqueiro não chega a ser uma opção, mas algo indissociável do ser roqueiro em si, como entende esse outro interlocutor:

> Acho que o *reggae* não tem aquela imposição que o *rock* impõe: **se você é roqueiro, você tem que ter um ideal**. *[se]* Você é roqueiro, não permite *playboy*, não permite *gangueiro*, não permite *forrozeiro*, não permite *patricinha*, o *rock* meio que impõe essa ideologia, do *punk* inglês e tal (...). Não tem como não ter posição, tem que ter ideologia política. Então, tem sempre essa ideologia política, *rock* tem que ter essa imposição. (...) Todas as coisas que eu faço, **eu procuro ser muito *rock* and roll.** (DONIZETE ARAÚJO – grifos meus).

"Ser muito rock and roll" é não apenas um lema, mas a expressão desse estilo de vida. É ter determinados posicionamentos diante da vida social. O que sejam esses posicionamentos na prática é algo menos nítido. Contudo, os roqueiros esperam – de si e de seus pares – uma postura "rebelde" diante da vida, que pode se refletir particularmente nas relações com a autoridade, figura abstrata que em geral representa a ordem

---

5 Então, faz-se necessária a existência de fornecedores desses produtos, o que cria um mercado específico de consumidores desses artigos, que o fazem por meio de lojas especializadas, mantidas em sua maioria, também por roqueiros.

6 Esta fala e as seguintes são de entrevistas realizadas ao longo da pesquisa com frequentadores das festas roqueiras de Fortaleza e com membros de bandas e donos de estabelecimentos comerciais.

estabelecida, o "sistema" como eles dizem, e vão desde as relações familiares àquelas travadas com a escola, a igreja e até a política num sentido mais amplo.

> O engraçado é que essas pessoas *[os roqueiros, seus amigos]*, elas sempre têm uma... **têm uma coisa que as deixa desconectadas do mundo.** É, mesmo, o *outsider*, né? Esses grupos, elas quase todas, essas pessoas, elas tinham essa característica. Então, são pessoas que, mesmo jovens, elas tinham uma experiência de vida bem peculiar, principalmente, alguns mais... geralmente mais marcado em relação à família, perdeu alguém da família de forma trágica, entendeu? Ou então, era aquela pessoa que tinha problemas em casa, tinha problemas com os pais, isso era uma coisa que eu percebo que era muito marcante, que fazia... muita gente com problema com a escola... (DANIEL VALENTIM – grifos meus).

Assim, coisas pequenas como não se submeter às ordens dos pais ou manter uma relação conflituosa com eles configuram uma expectativa esperada dos roqueiros enquanto rebeldes. Do mesmo modo, um aluno expulso de sala de aula satisfaz mais os pré-requisitos do que outro considerado aplicado. Alguém que vota ou faz militância a partidos de esquerda é mais bem-vindo à condição de *ser roqueiro* do que um sujeito que mantenha uma postura identificada como "de direita" ou conservadora.

O roqueiro se autopercebe como rebelde e, por causa disso, marginalizado e até mesmo estigmatizado. Como já tinha anotado Goffman (1988) em seu estudo sobre o estigma, os roqueiros também praticam a inversão valorativa que permite que tal condição à priori negativa seja valorizada e se transforme em elemento de distinção. Dito de outra maneira, os roqueiros têm orgulho de sua rebeldia e de sua marginalização, justificando isso pelo fato de não concordarem com a moral vigente e, ainda, que suas ações de algum modo contribuem para mudar a ordem social.

> Por isso que eu digo que o *rock and roll* é uma coisa foda. Ou você gosta de *rock* ou não gosta. Então, *rock*... **Você nunca vai ver o pessoal do *rock* como bem visto** (...). E eles são roqueiros, eu acho que eles deviam se unir mais, porque são odiados pelos *forrozeiros*, são odiados pelos *pagodeiros*, são odiados pelas mães deles, são odiados pelos pais deles, são odiados pelos padres, por que são roqueiros, ta entendendo? A mídia não gosta deles, do *rock*, só do *popzinho*. (DONIZETE ARAÚJO – grifos meus)[7].

Este discurso do rebelde *outsider* é uma parte fundamental do estilo de vida roqueiro. Obviamente, a vivência prática dessa condição é algo questionável e os modos como ela pode ser expressada também são bastante amplos; porém, manter o discurso sobre essas características e, mais ainda, aparentar realmente tê-las, é algo fundamental.

3. Os agrupamentos roqueiros

Apesar de servir como eixo fundamental da visão de mundo roqueira, tal rebeldia é ainda deveras diversa. Parte disso está associado ao fato do rock ser diversificado por natureza. Ao contrário de outros gêneros musicais, o rock é identificado menos por ritmo-cadência ou características melódicas-harmônicas; e muito mais pela maneira como é executado.

O que define uma canção como rock não é sua estrutura musical, mas fundamentalmente sua execução: elementos como distorção e intensidade são mais importantes do que ritmo e velocidade; embora estas últimas

7 São citadas algumas referências musicais nesta fala, como aos forrozeiros (fãs de forró) e pagodeiros, que gostam de pagode, um gênero musical derivativo do samba.

sirvam para classificar o estilo de rock em questão. Os historiadores do rock[8] costumam definir um tronco principal do gênero – o rock em si – e subdividi-lo em subgêneros. Todavia, a grande diversidade e a passagem do tempo terminaram por também subdividir os subgêneros.

O melhor exemplo é o heavy metal, um subgênero do rock que se desenvolve entre o fim dos anos 1960 e os meados dos anos 1970. Além de ser um dos principais "galhos" da árvore genealógica do rock, o metal se subdivide em literalmente dezenas de "sub subgêneros"[9].

Os subgêneros e suas subdivisões se distinguem tanto – talvez menos aos ouvidos "leigos" e mais aos "especialistas" – que terminam por diferenciar, também, seus ouvintes. A diversidade, portanto, permite ao roqueiro vivenciar seu estilo de vida de maneiras diferentes, o que dá origem às divisões dos tipos de roqueiros.

Normalmente, a literatura sociológica classifica essa vivência prática do estilo de vida roqueiro por meio da nomenclatura de "tribos urbanas". No entanto, este termo não é satisfatório para descrevê-los. Da maneira como aqui exposto, é preciso compreendê-los dentro de uma significação própria. Por isso, construímos a nomenclatura de agrupamento para explicá-los.

Para fins de nossa pesquisa, a noção de agrupamento diz respeito, fundamentalmente, à vivência prática de um determinado estilo de vida no cotidiano. Tem um efeito de sociabilidade, pois está envolvida a convivência em um coletivo social, reconhecível não somente por si, mas por outros. O agrupamento é uma expressão praticada da visão de mundo que sustenta um estilo de vida particular.

Essa vivência prática dar-se por meio da expressão de pensamentos e comportamentos muito específicos que agregam seus sujeitos dentro de uma unidade reconhecível que, por sua vez, faz parte de um todo maior, neste caso, o próprio *ser roqueiro*. Ou seja, um dado estilo de vida pode agregar maneiras de vivências diferentes que, praticadas, estão vinculadas, mas se distinguem.

Usamos agrupamento porque tal condição não é satisfeita por outras categorias que existem, como a comunidade de Weber (1991), por exemplo, mesmo que deva ligações à mesma. Similarmente, usar grupo social também não é adequado, já que este é um termo muito amplo e, na maioria das vezes, usado de modo indiscriminado.

Desse modo, apesar das considerações de Simmel (1977) sobre os grupos sociais – sua formação e manutenção – seja muito útil para pensar os agrupamentos; estes são beneficiados pela noção de vivência prática do estilo de vida e da conexão direta com atores da rede social aqui entendida como rede roqueira.

A categoria "tribos urbanas" pode se referir a qualquer prática unificadora ou de sociabilidade a que jovens ou outros se manifestem no tecido das grandes cidades. Ainda assim, aproveitando-se da força da palavra "tribo", pelo menos em seu sentido indígena, tal categorização é muito útil para descrever determinados fenômenos sociais, dentre os quais o da formação de gangues e galeras nas metrópoles, vide, por exemplo, em Diógenes (1998).

Ao fenômeno de vivência e pertença ao estilo de vida roqueiro, pensamos que a categorização de agrupamentos é mais adequada. Vamos descrevê-los para maior compreensão.

Como já escrito, o rock é um gênero musical diversificado, de modo que existem várias maneiras diferentes de ser roqueiro. No âmbito da rede roqueira de Fortaleza enxergamos *metaleiros, alternativos, punks, hardcores, emos, bluseiros, skinheads* e alguns outros tipos diferenciados de experimentar o estilo de vida roqueiro.

Cada um deles se diferencia porque exaltam características distintas, não apenas na musicalidade específica que os identifica, mas em valores e comportamentos específicos que se expressam também por meios visuais em indumentárias e cortes de cabelo. Todos pensam em si mesmos como roqueiros, mas entendem, usam e classificam as denominações citadas como modos específicos de *ser roqueiro*. Um roqueiro pode "ser" de várias formas.

Desse modo, o agrupamento traz algo de categoria nativa, no sentido de que esse sentimento de pertença vinculado a uma nomenclatura específica é vivenciada, expressada e defendida pelos próprios sujeitos. Os *metaleiros* se identificam como tal, mesmo que, como em qualquer coletivo social amplo e complexo, a própria

---

8 Vide, por exemplo, Brandão & Duarte (1992), Christie (2010), Dimery (2007), Miles (2009), Muggiati (1983), Mcneil & Mcgain (1997).

9 Alguns exemplos: heavy metal melódico, Black metal, death metal, thrash metal, prog metal, grindcore etc.

terminologia também possa ser alvo de disputas[10]. Portanto, os nomes aqui usados são a síntese possível entre as autoclassificações e a nomeação construída pela própria pesquisa.

Para sistematizar o que seja um agrupamento, o melhor é descrevê-lo. Como é preciso recortar, iremos analisar dois casos para compará-los rapidamente. Na Fortaleza dos anos 2000, dois agrupamentos roqueiros eram mais nítidos: os *metaleiros* e os *alternativos*. Os primeiros são fãs de heavy metal e expressam valores muito específicos relacionados àquela musicalidade, como afeição a temas sombrios e violentos, que remetem à imagem de anjos, demônios, monstros e outras criaturas; enquanto os *alternativos* são menos homogêneos e se distinguem mais por uma caracterização visual e a postura de defesa de um mercado "independente" da grande mídia.

Na verdade, esta última característica nem é exclusiva dos *alternativos*, contudo, é algo muito marcante de seu discurso. Por outro lado, embora não haja uma sonoridade facilmente identificável com sua caracterização – tal qual aparece nos *metaleiros* – os *alternativos* pagam determinado tributo a uma linhagem específica dentro da história do rock que advém das manifestações egressas do movimento punk[11].

Em termos visuais, os *metaleiros* costumam apresentar um visual básico formado por *jeans* e camisetas pretas. Estas geralmente são estampadas com logomarcas de bandas, imagens das mesmas ou das capas de álbuns. Alguns adornos também se somam, como pulseiras, braceletes, tarraxas, cintos e rebites. Contudo, a experiência das festas ou *shows* permitem caracterizações mais extremas, nas quais alguns membros tentam mimetizar o vestuário que os artistas consagrados usam em videoclipes ou imagens publicitárias, o que os leva a usarem sobretudos, batas de padres, botas, coturnos, capas e maquiagem que remete a filmes de terror, com pó branco, sombras pretas nos olhos, esmaltes e batom também escuros etc. Os cortes de cabelo geralmente estão voltados aos fios longos tanto para meninos quanto para meninas. Embora os cabelos longos lisos sejam os mais valorizados, o uso de grandes cachos também é permitido.

Os *alternativos*, por sua vez, apresentavam-se nas festas com caracterizações bem distintas: usavam um tipo de vestuário de grande influência da moda britânica, destacando jaquetas, casacos, echarpes, chapéus, estampas em xadrez, *pulovers*, camurça, tênis *All Star*, calças justas, sobreposição de peças etc. Alguns adornos como lenços e óculos de armações grandes e grossas também eram muito bem-vindos. Distintos dos outros, os *alternas* (diminutivo usado para nomeá-los) valorizam o uso de cores, especialmente de cores berrantes, o que demarca uma ruptura com a sobriedade escura do rock no geral. A gradação visual era medida pela quantidade desses itens utilizados, que podiam variar de alguns à maioria. O uso exagerado dessa vestimenta é o que demarca os extremos. Quanto aos cortes de cabelo, a valorização é a repetição dos cortes em franja e volume dos anos 1960, embora agora, um pouco mais estilizados. O uso de pintura nos fios também demarca certo diferencial.

Desse modo, colocar um *metaleiro* ao lado de um *alternativo* expõe diferenças muito demarcadas, o que se reflete não apenas em duas vivências bem diferenciadas do estilo de vida roqueiro, mas também, uma fronteira que não raro chega à rivalidade.

Entender o processo de sociabilidade que leva um sujeito a vincular-se a um estilo de vida por meio de um agrupamento diz muito sobre como os agentes sociais desenvolvem as relações entre si mesmos e as estruturas sociais mais amplas. Ou seja, é uma ótima aplicação prática da "velha" discussão sociológica sobre a interação entre indivíduo e sociedade.

Neste sentido, tal vinculação nos leva a pensar naquilo que Giddens (2009) afirma acerca da agência e da autonomia dos agentes perante o mundo social. O autor entende que o indivíduo não é uma "marionete" das estruturas sociais, mas alguém que reage a elas, processando seu conteúdo e adaptando-o à sua realidade

---

10 No Brasil, a primeira terminologia associada àqueles que "gostam" de heavy metal foi headbangers, uma palavra inglesa ("batedores de cabeça") usada em países anglo-saxônicos. Ao longo dos anos 1980, o termo metaleiros se popularizou, contudo, uma parcela dos roqueiros mais antigos sempre teve reservas a este nome, preferindo o primeiro. Além dos dois nomes também são usados outros, como "galera do metal" ou mesmo "galera do rock metal".

11 O movimento punk é um corte epistemológico na história do rock. Com a ascensão do rock como o gênero musical de maior sucesso no planeta, os principais artistas transformaram-se em multimilionários nos anos 1970, o que causou descontentamento das "bases" do movimento: os fãs advindos das classes trabalhadoras começaram a não se sentir representados por aqueles. Assim, eclodiu o punk.

concreta, desejos e possibilidades.
Assim, a "entrada" de um sujeito dentro do estilo de vida e sua mediação por meio do agrupamento ao qual participa é um processo de escolhas que trazem não somente os efeitos positivos da vinculação (o encontro com os pares), mas também, desafios e disputas. Iremos enfocar as disputas mais adiante, fiquemos com os aspectos mais positivos primeiramente.
Processos sociais são fenômenos complexos que envolvem muitas variáveis. Não há "começos" ou "finais" claramente perceptíveis, mas no caso de vinculação a um estilo de vida como o do rock é certo afirmar que a adesão se dá por meio, primeiramente, da música.
Vivemos em uma sociedade midiática, na qual os bens culturais (música incluso) são consumidos de diversas maneiras. Qualquer criança cresce cercada de música vinda das mais diversas fontes: discos, programas de rádio, TV, cinema, telefones celulares, festas etc. De que maneira é ativada a vinculação por "gosto"? Este é um grande desafio ao sociólogo.
Não temos condições de, no momento, precisar este elemento primeiro, no entanto, há possibilidades mais concretas de análise ao que vem depois. Em outro trabalho (LIMA FILHO, 2013) refletimos de modo mais detalhado sobre o que podemos chamar de meios de entrada no estilo de vida roqueiro. Iremos agora apenas rapidamente explicar tal relação.
Primeiramente, há a "descoberta" do elemento agregador, no caso a música rock, por parte do sujeito. Este fenômeno está associado ao que chamamos de audição consciente, ou seja, um processo social na qual o agente passa a elaborar significados mais efetivos à música que ouve. Isto leva à criação de vínculos emocionais com a música em geral e, mais precisamente, com um gênero musical em particular.
O fenômeno que ocorre é um consumo num sentido amplo, tal qual discutido por Certeau (1996) quando conceitua que "consumir" não significa apenas comprar, mas também apreender, apurar e reelaborar. Quer dizer, não importa somente que a música "chegue" aos ouvidos do sujeito: é mais importante ainda o processo pelo qual aquela cria um sentido para ele. O agente reelabora o conteúdo do objeto consumido (a música), lhe dá sentido e cria vínculos com ele. Dessa forma, é um tipo de *bricolage*.
A descoberta e a audição consciente não são processos passivos e muito menos o é o que vem em seguida. Uma vez que o sujeito é "capturado" pela vinculação àquele elemento cultural específico, parte para o que chamamos de consumo afetivo, um consumo orientado, que pode se dá no campo do consumo mercadológico, mas é movido por uma carga emocional.
Este elemento é importante porque, uma vez que está vinculado ao mercado capitalista como um todo, este consumo pode ser impulsionado por momentos de atenção midiática diversos, o que leva a analistas apressados a considerá-los como alienantes ou puras formas de dominação de um sistema reprodutor.
Obviamente, qualquer movimento capitalista decorrente de um momento de atenção midiática – a exploração de uma marca que se sabe que vai vender mais do que a média – envolve estratégias de marketing e uma dose de alienação para transcorrer e atingir seus objetivos. Porém, não o processo inteiro não pode ser reduzido a isso. Mesmo em meio a algo assim, uma parcela desses consumidores é movido por sentimentos e emoções vinculados ao objeto comercializado, sendo o consumo afetivo impulsionado por aquilo, mas não "controlado".
Uma vez que o consumo afetivo começa a se desenvolver, o sujeito inicia o processo de identificação com o objeto (a música, o artista...) e, logo, começa a localizar outros indivíduos que partilham da mesma vinculação. É aí que se inicia o envolvimento do agente com os agrupamentos.
O agrupamento, pelo menos nos casos aqui estudados, não aparece como uma entidade física. Não é um coletivo nitidamente delimitado. É a expressão prática do estilo de vida. Assim, o sujeito precisa aderir. É um processo de adesão.
Pelo que pudemos apurar na nossa pesquisa, nas conversas com os interlocutores e entrevistas, essa adesão quase sempre é realizada por meio da associação entre um iniciado (cicerone) e um novato. A adesão ocorre em nível microssocial, por meio de uma pequena turma de amigos em espaços privilegiados de sociabilidades, como colegas de escola, vizinhança e, mais raramente, dentro do próprio seio familiar ampliado (como primos, irmãos ou pais).
Podemos, então, notar que mesmo que a visão de mundo e o próprio estilo de vida estejam conectados a um caráter mais global (o rock é desenvolvido e vivenciado na maior parte do mundo com características

gerais semelhantes) a experimentação prática de sua vivência precisa ocorrer, pelo menos inicialmente, em um ambiente bem local. Não raro, dentro de uma comunidade ou bairro, como ressalta a *Figura 05*.

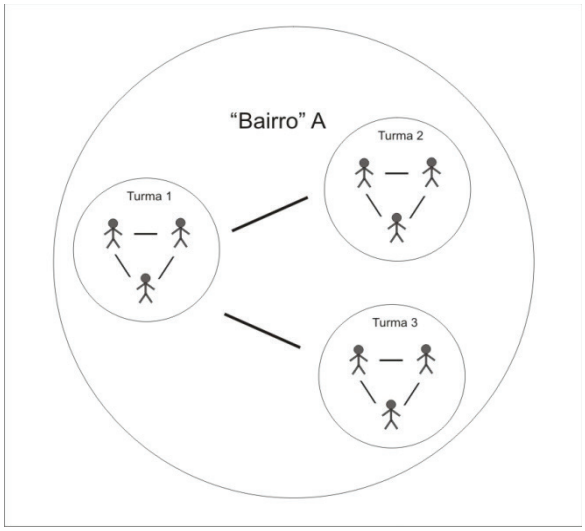

Figura 05: A formação de *turmas* em um "bairro"[12].

Fonte: Esquematizado pelo autor.

Os iniciados (cicerones) já têm incorporado os valores morais e as regras de comportamento do agrupamento em questão e passam, às vezes sutilmente, outras agressivamente, a apresentá-las aos iniciantes, de modo que este vão aprendendo e as incorporando também.

Como em Fortaleza temos uma rede roqueira articulada, percebemos que essa pequena turma (em geral não mais do que seis indivíduos em seu "núcleo duro" e mais alguns outros orbitando em volta) se vincula a dezenas de outras turmas que também professam o agrupamento. O encontro entre todos estes se dá nos espaços roqueiros, sejam festas, *shows* e festivais ou, de modo mais prosaico, em pontos de encontros em espaços públicos, como praças.

É nestes momentos de encontro em que as práticas que orientam o agrupamento são vivenciadas de modo mais nítido e, também, é um grande momento de "prova" na qual são medidas e vigiadas os graus de vinculação do sujeito ao agrupamento de modo mais específico e ao estilo de vida de modo mais geral. Podemos visualizar a organização (e em certo sentido, hierarquia) da vinculação sujeito-agrupamento e sua vivência por meio da *Figura 06*.

12 Colocamos "bairro" em aspas porque o mesmo pode ser substituído por uma comunidade, vizinhança ou mesmo ambiente escolar.

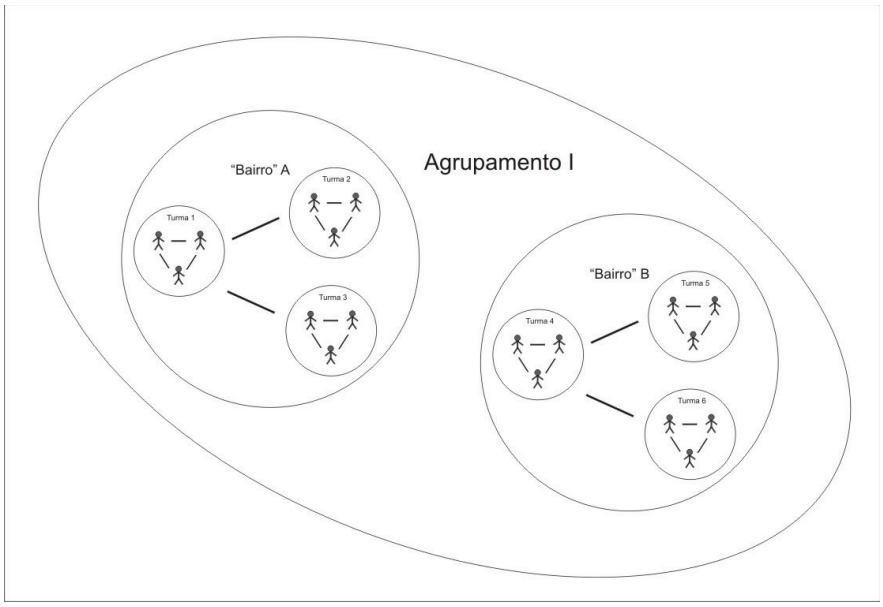

Figura 06: Agrupamento, "bairros" e *turmas*.

Fonte: Esquematizado pelo autor.

É neste ponto em que aparecem os conflitos já mencionados. A convivência em um agrupamento não é necessariamente pacífica. O rock é um estilo de vida pautado por valores e regras muito fortes. Neste sentido, guarda elementos do que Simmel (1977) chamou de grupos sociais fechados, ou seja, que impõem regras de conduta mais severas a seus membros e nas quais novos membros podem até ser bem-vindos, desde que cumpram satisfatoriamente uma série de pré-requisitos.

Existem agrupamentos mais fechados do que outros, embora todos as tenham em algum grau essas características. *Metaleiros* e *punks-hardcores*, por exemplo, são bem mais ferrenhos do que outros como *alternativos* e *bluseiros*. Esse "fechamento" não é de modo algum despercebido pelos sujeitos, que relatam tal característica constantemente em suas falas. Vejamos o exemplo de um *metaleiro* veterano quando pensa em sua própria trajetória:

> Teve um período que eu me fechei muito, sabe? Me fechei muito, bicho, e escutava só "podreira", mesmo, só coisa *underground*, de fita *[K7]*. (...) Aquela parte de Seattle *[do grunge, movimento que eclodiu no início dos anos 1990]*, a gente perdeu tudo aquilo ali (...). A gente não queria saber daquilo ali não. Só escutava "porrada" mesmo. Só "porrada", gravação tosca mesmo, *underground*. (AMAUDSON XIMENES).

Simmel (1977) também reparou como os grupos sociais em geral se constituem ou são autopercebidos a partir da distinção de outros. A existência de "outro" a quem se opor fortalece a própria identificação do grupo e isso, definitivamente, ocorre dentro dos agrupamentos e, também, no próprio estilo de vida roqueiro.

Nos agrupamentos isso dá início a amplo processo de coerção de seus membros acerca dos valores e regras que compõem as identificações principais que o formam. Estas vão desde partes da visão de mundo roqueiro mais "adequadas" ao coletivo específico, passando pelo repertório de bandas e artistas cultuados, chegando até ao visual usado.

Essa mediação é operacionalizada por meio dos modos de inclusão e exclusão. Os modos de inclusão são formas de averiguação se o sujeito está de acordo com os preceitos do agrupamento. São verificados cotidianamente pelos outros membros, num processo no qual o sujeito vai demonstrando as senhas de acesso e mantém-se bem-vindo.

Por outro lado, a observação na pesquisa permite dizer que qualquer deslize é punido, ativando os modos de exclusão, seja leve (o que gera brincadeiras e chacota), seja grave (pode gerar represálias, agressões e até a proibição).

Outro *metaleiro* entrevistado conta como era "fechado" em determinado momento e como, após passar a tocar outros subgêneros (é baterista), foi excluído, inclusive, sendo alvo de um caso explícito de um modo de exclusão:

> E realmente tinha aquela coisa do radicalismo, de que se você não fizesse o som "porrada", você não entrava naquela tribo *[os metaleiros]*. Se você não fizesse o som *hard rock*, você também não entrava na tribo. (...) E eu também era um cara radical. Quando eu tava tocando no *[conjunto]* Procriation, eu só ouvia som "porrada". (...) Nós fomos protagonistas de algumas cenas dessas de radicalismo. (...) A gente *[banda Kamerata, heavy metal melódico]* fez um *show* no Teatro do Ibeu, *[com outras bandas de metal]* (...) e o fato foi que **jogaram um saco de merda no vocalista** da gente, porque a gente não fazia um som "pesadão", como o dos *[outros]* caras. (FRANZÉ BEZERRA – grifos meus).

Em torno desses conflitos são construídas as categorias negativas que ativam os modos de exclusão, nos quais os *modistas* e os *playboys* são os casos mais representativos. Os primeiros são aqueles acusados de "gostarem de rock por moda", ou seja, sujeitos que ouvem (e/ou tocam) rock, mas não cumprem as exigências explícitas da visão de mundo e, portanto, do estilo de vida correspondente. Por isso, são combatidos dentro da rede e os agrupamentos encontram maneiras diversas de ativar os modos de exclusão.

Já os *playboys* são aqueles identificados como "tendo grana", quer dizer, advindos das classes de alta renda. Como o estilo de vida está pautado em signos de rebeldia e marginalização, advir das classes altas é desprestígio dentro dos códigos de significação. Por isso, qualquer sujeito dessa condição precisa "justificar" seu pertencimento.

Claro que esse é um processo subjetivo e varia caso a caso, mas alguns sujeitos são hábeis para se desvincular da "mancha" que é vir dos bairros mais ricos e serem atuantes na rede. Mas ainda assim, bandas vindas das periferias são bem mais valorizadas dentro desse sistema próprio de classificação. Desse modo, para se contrapor aos *modistas* e *playboys*, surge a categoria dos *roqueiros de verdade.*.

Além disso, há outro ponto interessante: como o discurso é pautado pela condição *outsider*, encontra eco forte no fato da rede roqueira se disseminar pelas periferias da cidade. Assim, é parte da postura rebelde promover tal música em bairros pobres, com índices sociais ruins e longe dos empreendimentos imobiliários ou turísticos. Daí, se é "muito rock and roll" ser rebelde, também o é fazer as festas e *shows* em ruelas escuras, semi-pavimentadas e de pouca infraestrutura.

Do mesmo modo que existe um sistema de classificações hierarquizadas quanto aos roqueiros em si, há hierarquização dos espaços roqueiros. Assim, embora a rede se utilize do Siará Hall (casa de *shows* que abriga qualquer tipo de música) na Zona Sudeste, o bar Rock 80 na Parquelândia (Zona Noroeste) ou eventos do MIRC (na Zona Oeste) têm "aprovação" melhor no sistema de classificação próprio dos roqueiros.

Existem, portanto, os lugares "mais rock and roll", que são aqueles espalhados pelas periferias e que promovem o barulho nas ruas escuras.

4. Notas Finais

Este artigo procurou analisar a movimentação da rede roqueira em Fortaleza e mostrar a complexidade que envolve o fenômeno social de jovens "gostarem" de dado gênero musical. Assim, percebemos o enlace de relações sociais construídas para resultar na expressão prática de um estilo de vida que, apesar de globalizante (já que o rock tem seguidores em todo o mundo), guarda especificidades muito locais.

Estas especificidades mostram como os sujeitos da cidade precisam de algum modo ultrapassar os desafios impostos pela dinâmica social e articular movimentação de caráter profundo e amplo, mesmo que permaneça no grau da "marginalidade" quanto à visibilidade que tem na própria cidade.

Também procuramos contribuir com elementos de discussão sociológica mais ampla, pensando a maneira como os sujeitos estão interligados ao estilo de vida (de caráter mais global) por meio de sua operacionalização

prática através do conceito de agrupamentos e as dinâmicas próprias de inclusão e exclusão desses coletivos sociais.

Referências Bibliográficas

BHABHA, H. K. (1998). *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG.

BERNAL, C. (2004. *A metrópole emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana.* Fortaleza: Editora UFC/ Banco do Nordeste.

BRANDÃO, A. C. & DUARTE, M. F. (1992). *Movimentos Culturais de Juventude*, São Paulo: Moderna.

CERTEAU, M. de. (1996). *A invenção do cotidiano: as artes de fazer*. Petrópolis: Vozes,. v. 1.

CHRISTE, I. (2010). *Heavy Metal: a história completa*. São Paulo: Arx/ Saraiva.

DIMERY, R. (ed.). (2007). *1001 discos para ouvir antes de morrer: selecionados e comentados por 90 críticos de renome internacional*. Rio de Janeiro: Sextante.

DIÓGENES, G. (1998). *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto.

ELIAS, N. & SCOTSON, J. L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar.

FRIEDLANDER, P. (2002). *Rock and Roll: uma história social*. Rio de Janeiro: Record.

GIDDENS, A. (2002). *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (2009). *A Constituição da Sociedade*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes.

GOFFMAN, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara.

HOBSBAWM, E. J. (1996). *História social do jazz*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1997). *A era dos extremos: o breve século XX*, São Paulo: Companhia das Letras.

IBGE. Cidades@. Fortaleza. Disponível em < http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230440&search=ceara|fortaleza> Acesso em dez 2014.

IPECE. (2012). *Perfil socioeconômico de Fortaleza*. Fortaleza: IPECE/ Governo do Estado do Ceará.

LIMA FILHO, I. P. (2013). *Em tudo o que faço, eu procuro ser muito rock and roll: Rock, estilo de vida e rebeldia*. Fortaleza: UFC/ Imprensa Universitária.

McNEIL, L. & McGAIN, G. (1997). *Mate-me por favor: uma história sem censura do punk*. Porto Alegre: L&PM.

MEDEIROS, C. N. de. (2012). Perfil socioeconômico dos bairros de Fortaleza. In: IPECE. *Perfil socioeconômico de Fortaleza*. Fortaleza: IPECE/ Governo do Estado do Ceará.

MILES, B. (2009). *The British Invasion: the music, the times, the era*. London/ New York: Sterling.

MORIN, E. (1999). *Cultura de Massas no Século XX*, Rio de Janeiro: Forense. v. 1 e 2.

MUGGIATI, R. (1983). *Rock – o grito e o mito: a música pop como forma de comunicação e contracultura*. Petrópolis: Vozes.

PAIS, J. M. (2006). Bandas de garagem e identidades juvenis In: COSTA, M. R. da; SILVA, E. M. da (orgs.). *Sociabilidade juvenil e cultura urbana*. São Paulo: Educ.

PEQUENO, L. R. B. (org.). (2009). *Como Anda Fortaleza?* Rio de Janeiro: Letra Capital. Coleção Observatório das Metrópoles, vol. 05.

SARLO, B. (1997). *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina*. Rio de Janeiro: UFRJ.

SIMMEL, G. (1977). La autoconservación de los grupos sociales; La ampliación de los grupos y la formación de la individualidad In: *Sociología II*, Madrid: Biblioteca de la Revista de Occidente.

VIANNA, H. (org.). (1997). *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: UFRJ.

WEBER, M. (1991). *Economia e sociedade.* Brasília: UNB. v. 1.

Revivalismos, hibridismos e transformismos: Das sociabilidades às identidades musicais na construção da cena musical rock de Coimbra.

Pedro E. Almeida Martins
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, pmartins.feuc@gmail.com

Music could exist even if there were no world at all
Schopenhauer

Resumo: O presente texto procura uma reflexão sociológica na relação entre identidade e localidade sob o novo paradigma das culturas juvenis: as cenas musicais. É um paradigma que centra a sua análise nos modos e estilos de vida musicalizadas, inerentes às culturas juvenis contemporâneas. Parte-se, assim, da seguinte interrogação: O há na música para a compreensão de fenómenos sociais da interação, sociabilidade e identidade? A partir de uma exploração feita no contexto da cena musical rock de Coimbra, o texto reflecte as condições de emergência de um grupo restrito de indivíduos que, abraçando o lírico da irreverência, do hedonismo e da contestabilidade do *status quo*, fizeram insurgir um subcampo de produção musical alternativa. Explorando o contexto social e cultural; as sociabilidades e trajetórias musicais; a formação de bandas; as espacialidades das interações; e as estruturas formais e informais, estas traduziram dimensões processuais e contextuais necessárias para a construção das sociabilidades, identidades e representações sociais.

Palavras-Chave: Cenas musicais; Coimbra; Culturas Juvenis; Revivalismos, hibridismos e transformismos.

1. Introdução

As práticas artísticas são práticas sociais embebidas numa linguagem emocional, simbólica e transgressiva. Mormente, nos campos de produção musical alternativos, aqui definidos pelas sociabilidades *underground*, tecem interacções numa aprendizagem contínua de interdependência, designadamente *Do It Yourself* (DIY). Objetivamente, estas interacções encetam condutas sociais aliadas a uma verosimilhança de representações e identidades, concatenadas aos contextos sociais. Tal como Wittgenstein (2002 [1922]) concebe a música que, à primeira vista "parece não ser uma imagem da realidade que trata", esta prova ser, no universo das práticas artísticas, um meio de representação da realidade embebida numa linguagem emocional, simbólica e transgressiva. Uma representação que incorpora comportamentos e identidades e que se inscreve numa tipologia capaz de situar o caso da música rock, num subcampo das expressões visuais e musicais alternativas (Guerra, 2010).

O presente texto é um contributo que segue as linhas de pensamento da sociologia da cultura e do rock[1]. Tendo como referencial empírico a cena local de Coimbra, a investigação partiu de princípios metodológicos qualitativos para a compreensão circunstancial e exploratória da emergência e consolidação da cena. Foi assim interrogado um grupo de indivíduos, considerados como membros centrais da cena, que despoletaram um campo de produção musical alternativa, sob influências da tradição rock americana e inglesa, conformados a uma vida de irreverência e contestatária aos valores estabelecidos. Por um lado, os consumos culturais importados diretamente de contextos internacionais e, por outro, os capitais culturais herdados pelos membros da cena, traduziram um processo relacional intrasubjectivo capaz de fornecer um entendimento acerca da

1 O presente texto resulta de uma investigação exploratória feita no decurso da minha dissertação de mestrado em sociologia e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Intitulada "«A garagem onde nasci»: A cena musical rock de Coimbra nos anos 90" e sob orientação de Professor Doutor Claudino Ferreira a quem devo um apreço inestimável porque as dívidas do pensamento são fáceis de admitir, mas difíceis de retribuir.

reapropriação de estilos e modos de vida por via de revivalismos, hibridismos e transformismos. Este processo fez assim convergir uma esfera propensa a uma cultura de inconformismo e perpetrada a um som paisagístico urbano que fez de Coimbra a sua imagem inebriante e desarreigada das tradições locais.
Dialogando este contexto sociomusical a quadros teóricos em que a música se define como dispositivo social (Frith, 1992; DeNora, 2000), o estudo procurou um questionamento sobre as sociabilidades e identidades musicais enquanto dispositivos sociais que localmente configuraram a cena musical. Deste modo, foram tomadas em consideração três linhas de orientação analítica visando uma compreensão heurística da configuração e emergência da cena local: as narrativas individuais; as trajetórias musicais e as sociabilidades musicais e *underground*. Assumindo a importância das narrativas para a reconstrução das perceções, estas enformaram um potencial heurístico na formação e construção de processos identitários. Por sua vez, as trajetórias musicais, aqui definidas como sendo os caminhos engendrados pelos indivíduos a partir das condutas do quotidiano, lograram a posse de consumos e práticas artísticas inveteradas pela partilha social e pela vontade coletiva na construção e fortificação de um imaginário musical. Por fim, as sociabilidades, exteriorizadas no contexto das práticas do quotidiano e das vivências sociais, permitiram aferir uma dupla conceção: que as sociabilidades musicais e *underground* traduzem padrões regulares da interação entre os membros da cena e, sendo as sociabilidades estabelecidas através da partilha de interesses, subjetividades e atitudes, estas contemplam uma análise singular das interações, importando assim, a forma e o meio como os membros partilham dessas interações e se relacionam com elas.
Uma vez que nas investigações precedem as interrogações, a inquietude dada ao objeto em análise afunilou a um questionamento sobre a relação entre identidade e localidade, sob o novo paradigma das culturas juvenis. Um paradigma que centra a sua análise nos modos e estilos de vida musicalizadas, reflectindo o revivalismo, hibridismo e transformismo das culturas juvenis, no panorama das cenas musicais. Parte-se, assim, da seguinte interrogação: O há na música para a compreensão de fenómenos sociais da interação, sociabilidade e identidade? O presente texto encontra-se assim organizado, primeiramente, por uma reflexão sobre o novo paradigma das culturas juvenis contemporâneas. De seguida, apresenta-se o contexto da sociedade portuguesa sobre a receção da música moderna. Tendo esta uma aceitação social pouco pacífica, o caso da cena local de Coimbra foi exposta a partir de um grupo restrito de indivíduos, membros centrais da cena, que abraçaram o lírico da irreverência, do hedonismo e da contestabilidade ao *status quo*, fazendo insurgir paulatinamente um subcampo de produção musical alternativa. A sua análise, disposta aqui em cinco subcapítulos, traduziu uma compreensão heurística da estruturação da cena. A ver: o contexto social e cultural; as sociabilidades e trajetórias musicais; a formação de bandas; as espacialidades das interações; e as estruturas formais e informais. Estes cinco eixos analíticos formaram uma compreensão sobre a esfera musical na estruturação de interações, sociabilidades e identidades.

2. As cenas musicais: o novo paradigma das culturas juvenis

Como afirma Garofalo "cultura é o termo mais equivocado e incorretamente usado" (1993:231) em toda a literatura ocidental. Esta limitação conceptual deve-se pela interdisciplinaridade e multidisciplinaridade do conceito. Em particular, a sociologia da cultura procura estudar as atitudes e práticas, sociais e artísticas, inerentes a costumes, tradições e valores, que dão corpo a um grupo social. O que importa, aqui, é reter uma definição de cultura que remeta a sua relação entre práticas e modos de vida, arquitetando fenómenos sociais. E consequentemente, dilatar esta noção a um processo de atribuição de sentidos e identidades, requerendo para tal, identificar quais os efeitos e influências dos consumos culturais sobre o subcampo da produção musical alternativa.
No campo científico, o conceito de cultura expande analiticamente a sua operacionalização sobre modos e estilizações de vida a partir da II Guerra Mundial. A sua preponderância culminou na difusão social da culturalização de massas, configurando novas estruturas de significação estabelecidas a partir das novas relações erigidas em torno de consumo de bens e mercadorias da indústria cultural. Neste período, os *Cultural Studies* introduziram abordagens teóricas na exploração do campo analítico, a partir da formação de grupos

sociais e suas relações com os consumos culturais. As primeiras investigações feitas pela Escola de Birmingham nortearam os estudos numa lógica marxista, de produção e reprodução de subjetividades, perante as condições de classe dos grupos analisados. Alguns críticos, como Stuart Hall, apontam a fragilidade de tal abordagem, remetendo-o no seu sentido determinista, reducionista e meta-narrativo (1992: 279).

Foi, ainda, um período em que as teorias culturais viram os seus quadros conceptuais retificados, sucedendo a incorporação de estilos e modos de vida como conhecimento prático e relevante na análise das identidades e sociabilidades contemporâneas. A questão do desvio social, mediada pelas condutas contra normativas caracterizadas pela desestabilização da ordem social e muito frequentemente associada a comportamentos juvenis, deixou de constituir o perentório das análises sobre as culturas contemporâneas. As atenções dos teóricos recaíram sobre os modos e estilos de vida, concebidos pelo revivalismo, hibridismo e transformismo, difundindo assim a corrente teórica do pós-subculturalismo. Da Escola de Birmingham à Escola de Chicago, o desvio social impregnava a identidade como sendo uma "resposta coletiva e simbólica às condições de classe"[2] (Cohen, 1997). Do que derivava a fundamentação analítica e teórica dos quadros subculturais seria uma procura por um posicionamento clarividente entre a rutura dos valores tradicionais e da classe trabalhadora[3].

O centro de investigação da Escola de Birmingham consolidou-se assim num projeto de conhecimento interdisciplinar. Do feminismo à etnicidade e à política cultural, foi o precursor dos estudos subculturais. A inovação desses estudos evidenciou a construção social das subculturas através da formação *homológica* (Toynbee, 2000:103), definida como sendo uma abordagem metodológica qualitativa para a compreensão das atitudes, atos subversivos e transgressivos das culturas juvenis. Aqui, os estilos musicais constituíram um campo de análise proeminente sobre as sociabilidades musicais e *underground*.

Esta abordagem metodológica introduziu importantes conceptualizações sociológicas para o campo das sonoridades. Objetivamente, foi uma análise que relacionaria consumos culturais e grupos sociais, desenvolvendo uma linha de pensamento que incluísse as questões identitárias, recriadas no âmbito da esfera musical e das posições sociais dos indivíduos[4] (Frith, 1996). Não obstante, e verificadas as crescentes mudanças sociais e tecnológicas, estas transformações veicularam novos rumos da teorização cultural, fazendo descorar o desvio social como indicador formativo das subculturas. Como visto anteriormente, as subculturas aglutinavam um conjunto de códigos, símbolos e significações que, transpostos a um contexto de reflexão, aquilatavam a experiência social e consciência classista (Wicke, 1990:82) como sendo eixos analíticos da

---

2 Dick Hebdige (1988; 1998 [1979]) estabeleceu o seu conceito chave à análise subcultural, a partir da questão da identidade enquanto resposta perante a rutura com a cultura dos pais. Esta rutura era simbolicamente imaginária aos problemas reais que Hebdige define como "Semiotic Guerilla Warfare".

3 Não obstante a abordagem marxista aos estudos culturais, o conceito de subcultura foi conceptualizado em distintas formas, enquanto "Resistências de Ritos" (Resistance Through Rituals). Como são os estudos de Clarke (1976) sobre os Skinheads, cujo grupo de estilo representa uma tentativa de recriar a comunidade tradicional da classe trabalhadora; os estudos de Jefferson (1976) que retrata os Teddy Boys, refletindo o seu "todo-bem-vestido-e-sem-sito-para-onde-ir-aos-sábados" e por último, os estudos de Hebdige (1988 e 1998 [1979]) que aborda os Mods, enquanto estilos de reacionários na profetização mundana da semana de trabalho.

4 Além de Frith (1996), esta análise foi reiterada por outros teóricos como Paul Willis (1978; 1990 e 1998 [1978]) que fundamentou o processo relacional da música rock aos motociclistas; Dick Hebdige (1988; 1998 [1979]) que empiricamente demonstrou que os Mods e o punk rock se associam a ideais anárquicos, paralelamente a uma avant-garde estética; Will Straw (1998 [1983]) que estudou o heavy metal, género menosprezado pelos críticos e negligenciado pelos teóricos académicos, associando-o à masculinidade do rock; Lawrence Grossberg (1993 e 1998 [1986]) que definiu rock n´roll advertindo a sua suposta morte, cuja análise teve como base uma teoria de plenos poderes da cultura geral; Tony Jefferson (1976) que estudou a relação entre estrutura e identidade social dos Teddy Boys; John Clarke (1976) que abordou a cultura Skinhead numa lógica estruturalista; Dave Laing (1994) que estudou a receção social do punk reiterando o fenómeno em termos classistas, acentuando a sua acessibilidade privada e a sua invisibilidade pública. Estes quadros conceptuais fundaram assim o estudo da subcultura, a partir dos anos sessenta, cujo desenvolvimento permitiu diluir a teoria subcultural à teoria dos estudos culturais dos anos oitenta, despoletando a emergência de novos paradigmas e quadros conceptuais.

análise subcultural. Numa época de crescentes proliferações, as atenções teóricas soaram os modos e estilos de vida, para a reconfiguração do processo de conhecimento sobre as culturas juvenis contemporâneas.
Alguns teóricos propõem uma reconceptualização desenhada a partir das identidades, demonstrando o seu caráter de reflexividade, fluidez e fragmentalidade (Bennett, 1999 e 2011; Muggleton, 1998; Redhead, 1990). O novo paradigma incide sobre as dinâmicas culturais do quotidiano e dos modos e estilos de vida. Como Redhead (1990), Muggleton (1998) situa a transição paradigmática das culturas juvenis entre a fragmentação e proliferação de novas sustentações culturais, fluindo entre revivalismos, hibridismos e transformismos. A par destes processos, a crescente proliferação estilística disponibilizou formas alternativas para os indivíduos expandirem a sua procura de imagens visuais desejáveis, na construção das suas identidades socioculturais (Bennett, 2011). Esta construção coletiva, designada por "cenas musicais", transcende uma ideia de localismo, "refletindo e atualizando um estado particular de relações entre os sujeitos e grupos sociais, na medida em que coalescem em torno de clusters de estilos musicais" (Straw, 1991).
Seguindo a linha de pensamento de Will Straw, as cenas musicais estruturam espaços de interação, onde os indivíduos negoceiam as suas subjetividades. Destas interacções, resulta um processo de negociação entre sensibilidades e gostos musicais, entre os quais, os indivíduos fundam as suas relações e interações. Da espacialidade às interacções, estas categorias acentuam uma perspetiva de cena avultada de uma cartografia de significados socioculturais. Uma cartografia que estende-se entre o local, translocal e virtual, numa aceção vocacionada por música e/ou estilos. São estas dinâmicas, em conluio com as subjetividades e sociabilidades, traduzem um conhecimento relevante sobre o subcampo de produção musical. Como refere Paula Guerra: "a relevância de uma tal perspetiva reflete-se no seu contributo para a compreensão das práticas de produção e consumo culturais e a sua relação com a vida quotidiana nos seus mais distintos contextos espaciais" (2010: 446). Importantemente, o conceito releva os valores, as representações e os contextos em que decorrem tais sociabilidades, aferindo uma reflexão elucidativa sobre o campo musical na estruturação de fenómenos sociais. O campo da música internaliza sobre os indivíduos a partir dos seus *habitus* e subjetividades. Como instrumento empírico, a materialização musical permite refletir os pressupostos da construção das identidades e das sociabilidades musicais. Este plano estrutural remete a um quadro complexo, influenciado pela realidade objetiva e subjetiva (Berger e Luckmann, 1999), tornando a esfera musical como repositório convulso de modos e condutas sociais. Aqui, a música espelha-se no social e o social nas práticas artísticas musicais. Estes reflexos transmitem visões, experiências e identidades, para uma transformação estruturante entre as partilhas e as trocas de aspirações comuns, estratégias e estilos de vida. São também reflexos de uma vincada declaração sobre os seus meios de independência, expressos pela cultura *DIY,* na legitimação das suas liberdades cívicas e culturais. A música incutiu-se no meio social como campo multifacetado de valores de constatação individual. Mas, acima de tudo, a música reverteu um meio para a afirmação de liberdades e criatividades, revelando o que há na música capaz de entender processos sociais como as sociabilidades musicais e *underground*. Sob este pressuposto casuístico emergiu a cena musical rock de Coimbra nos anos noventa.

3. A Cena Musical de Coimbra: Os contextos da sociedade portuguesa

A música, como em qualquer esfera artística e cultural, recria-se em ambientes de liberdade criativa. Um ambiente ausente de definições ou limites perentórios que subalternalizam a extrapolação da criação artística, restringindo e vigiando assim a esfera cultrual. Sobre a sociedade portuguesa recai a ausência de um ambiente de aceitação pacífica e de liberdade criativa. A ditadura que perdurou quatro décadas custou o desenvolvimento tardio do campo da cultura. Consequentemente, a introdução vagarosa das vanguardas contemporâneas seria controlada e vigiada pelo regime fascista. Durante os anos sessenta, ainda sob o espectro da ditadura, a sociedade portuguesa perfilava fortes traços rurais, marcados por uma predominância activa do sector agrícola e níveis de escolarização reduzidos que explicariam a elevada taxa de analfabetização social. No que refere-se à sua estrutura social, esta refletia o domínio legitimador de uma classe elitista "restritiva e conservadora, composta dominantemente por uma burguesia agrária, comercial e financeira" (Abreu, 2010: 248) impondo restrições aos processos de produção e de criação. Na década seguinte, com o fenecer do regime ditatorial, abriu-se fôlego

ao setor cultural, despoletando movimentos e associações voltadas para a criação artística. Foi um período que funcionou, segundo Paula Guerra "como catalisador de vontades, de revindicações e de manifestações" (2014: 115). Perante esta abertura, o setor cultural e comercial importou novos géneros musicais alternativos, mas de uma aceitação social com algumas reservas, uma vez que predominavam as práticas hegemónicas das tradições populares. Entre o "nacional cançonetismo, a música de protesto e as movimentações preliminares do *rock n´roll*" (Guerra, 2010) e a música de intervenção, seria esta a morfologia musical do período pós ditatorial. Contudo, e neste período, alguns grupos de diferentes regiões do país centraram as suas atenções no consumo da música punk inglesa e música rock americana. Foi uma época determinante em que o rock assentou a sua ideologia preliminar em território nacional. Consequentemente, a década de oitenta foi um período irascível para o campo da produção musical. Segundo Paula Abreu "tudo acontecia num momento em que a atividade criativa na esfera musical era efervescente e em pleno movimento ascendente" (2010: 352), permitindo desta forma, a difusão da música moderna portuguesa com o fim do nacionalismo político.

Dado o contexto de desenvolvimento cultural tardio, as atividades da esfera musical incutiram-se como meios dinamizadores da criatividade, da inovação e da efervescência artística, nos centros urbanos. Estes centros eram espaços de cosmopolitismo cultural que inebriavam palcos de criação artística, voltados a "grupos sociais, educacional e culturalmente, mais qualificados bem como faixas etárias mais jovens, tendencialmente mais ativas do ponto de vista dos consumos culturais. São estes grupos que, abraçando o cosmopolitismo, as múltiplas modalidades de estilização de vida quotidiana e a diversidade das culturas urbanas" (Guerra, 2010: 462).

3.1 Coimbra: *A cidade Madrasta*

No mesmo contexto em que o desenvolvimento de uma esfera cultural alternativa se processava de forma tímida um pouco por todo o território nacional, na cidade de Coimbra, a partir da década da década de noventa, a timidez foi obscurecida pela importação de novos consumos culturais. Estes novos consumos culturais, importados das cenas musicais internacionais da tradição americana e inglesa, revitalizaram a paisagem musical local. Paradoxalmente, e sob o cômputo cosmopolita, estes modos de vida e expressões artísticas da vanguarda musical, literária e cinematográfica, conflituavam com as condutas locais, e com estas, eram visíveis como práticas desviantes. Consequentemente, a aceitação social, destas práticas artísticas, seria pouco pacífica.

No sentido de contrapor a cultura hegemónica enraizada pelo tradicionalismo popular, uma faixa etária juvenil abraçou o lírico da irreverência e da contestabilidade ao *status quo*. Dada a ausência de uma aceitação pacífica, a caracterização urbana pelos membros da cena é descritiva e tipificada com base nos seus consumos culturais e pelas sociabilidades musicais e *underground*: um ambiente adjetivado pelo tédio e aborrecimento cuja emergência da cena foi despoletada, em parte, pela insensibilidade e depreciação do meio face às práticas e subjetividades.

Dos novos consumos culturais, importados do rock americano e do punk rock inglês, ouviam-se respetivamente, os *Sex Pistols* e *The Clahs*, *Ramones* e *Velvet Underground*, entre outros; liam-se os lamentos existencialistas e os excessos poéticos e boémios da geração *Beat* de Jack kerouac e Allen Ginsberg, entre outros; viam-se os clássicos cinematográficos do *horror* e *Scifiction* de série B, do cinema *retro* e *sexploitation* de Jim Jarmusch e John Waters. A importação destes consumos florescia nas condutas sociais a necessidade de uma renovação da paisagem cultural. Por um lado, mostram ao meio urbano a possibilidade de existência de novas práticas artísticas; por outro, expandem as convivialidades e as sociabilidades, na sua visibilidade engendrada por estímulos de revivalismo, hibridismo e tranformismo. Seria assim uma procura de visibilidade em que os consumos culturais seriam incorporados no contexto do quotidiano: das representações e práticas que brotavam da vontade coletiva.

O universo dos consumos culturais configurou indelevelmente a paisagem cultural urbana. Traduziu assim um caminho híbrido e necessário que necessariamente serviu de alicerce à cena musical, numa incorporação diversificante de modos, estilos e fruições artísticas. Localmente, a esfera do rock foi conhecida por um grupo restrito de indivíduos, cujas pretensões artísticas extravasavam os limites performativos das liberdades criativas. Estas práticas seguiam assim uma linha de pensamento associado ao *DIY*.

Diacronicamente, a transição entre as décadas de oitenta e noventa foi paulatinamente acompanhada por um sentimento coletivo de "rebeldia romântica". O cosmopolitismo, os modos de vida e as expressões vanguardistas, derivados dos consumos culturais, demarcaram as práticas do quotidiano. Ao fazê-lo, os membros da cena procurariam desconstruir os seus contextos sociais incidindo a sua crítica à predominância de uma hierarquia cultural, nomeadamente do populismo e da imagem exacerbada da universidade sobre o meio urbano. Por outro lado, estes consumos preconizaram um conjunto de saberes musicais e culturais, definindo os limites do conhecimento local.

A integração dos indivíduos na esfera da produção musical veiculou um caminho privilegiado, fazendo brotar toda uma realidade social vivida. Foi neste sentido que inúmeras bandas emergiram localmente por processos de revivalismos, hibridismos e transformismos. Um revivalismo que incorporava os consumos culturais e musicais no contexto das suas práticas do quotidiano; pela apropriação de múltiplos modos, estilos e sensibilidades musicais, numa cultura de ecologia plural, diversa e híbrida; e finalmente, das práticas à recriação de modos, estilos e sensibilidades musicais, sujeitas a um processo de transformação, de recriação original e criativa, dos consumos culturais. Trata-se de um processo de reapropriação de símbolos, códigos e significados que seriam *artesanalmente* recriados em meios informais do *underground*. Este submundo, visível por meios de comunicação e informação alternativos, fundam o meio proponente do conhecimento local cujas interações baseavam no «passa a palavra».

Foi assim um meio que cresceu, gradual e espontaneamente, das interações diretas e dependentes dos membros da cena, bem como das espacialidades em que estas decorriam. O sentido híbrido da cena musical refletia a multiplicidade e diversificação dos grupos sociais, distinguíveis entre modos e sensibilidades musicais, que de forma estratégica, reproduziam as vivências sociais nos mais distintos espaços geográficos. Sobretudo, através dos seus percursos regulares de sociabilidades. Foi no decurso destas espacializações por onde emergiam bandas e projetos musicais.

Durante os anos noventa, década marcada simbolicamente pela irreverência e rebeldia romântica, a confluência de diversos grupos sociais decompôs-se por toda uma rede extensa de interações mundanas. Em linhas gerais, a sua tipificação permite agregar três aspirações musicais no retrato da cena musical local. Da estética *rock*, associada às sensibilidades do *rockabilly*, *psichobilly* e *porkabilly*, definia um conjunto de ostentações visíveis corporalmente, numa reapropriação visual e investidos nas práticas do quotidiano, como as poupas e *crippers*; o *punk*, das sensibilidades derivadas do *punk rock*, *new wave/no wave* e *garage punk*, exibiam visuais peculiares inscritos por insígnias musicais e botas tipo tropa; por fim, o *hardcore*, estilo característico dos meios suburbanos e de grupos mais jovens da cena musical (camisas de efeito quadriculado e calçado tipo sapatilha), versava uma contestação social e política na reivindicação de modos de vida alternativos como o *freeganismo* ou regimes alimentares baseado no consumo de alimentos vegetais. O invólucro dos consumos culturais seria a representação social dos membros da cena e que estendia-se por toda uma rede de proximidades entre si.

3.2 Vidas e sociabilidades musicais

As redes de proximidade, criadas pelos membros da cena musical e constituídas por familiares e amigos, foram inteligíveis na apropriação de estéticas musicais. A esfera privada delineou os consumos culturais. No entanto, esta rede de proximidades é complementar a outra. Esta rede paralela seria criada pelos laços de solidariedade e de partilha social, entre os círculos da amizade marcados sobejamente pela influência do ensino secundário. Determinante na estruturação do conhecimento local, o secundário fundou assim um marco importante nas sociabilidades musicais, culminando toda uma interação rebelada pela procura do desconhecido, dos catálogos mal impressos e das fanzines, meios de comunicação e de informação alternativa na época. De igual modo, este contexto temporal revestiu os gostos e sensibilidades primárias, na apropriação dos estilos e modos de vida. Concomitantemente, as aprendizagens escolares eram secundarizadas, e a primazia seria atribuída às atividades artísticas do meio informal. Embebida numa lógica diletante, as aprendizagens informais, adquiridas em espaços informais, revitalizavam nos indivíduos as suas aptidões de autonomia, em conluio com a ideologia DIY. Em suma, o meio informal seria o meio oficial de reapropriar as aprendizagens necessárias; mas o meio

oficial de aprendizagens, seria depreendido criticamente em função da menor autonomia e independência, do que por via de uma aprendizagem DIY.
Mais complexo do que à primeira vista, esta rede de proximidades fomentou o diletantismo das práticas musicais, e a ideologia da independência constituiu-se como irreversível na fase embrionária das trajetórias musicais. Do apoio familiar, do ensino secundário e aos primeiros contactos musicais, estas culminaram toda uma rede propensa às condições e similitudes imprescindíveis ao exercício da atividade musical. Mais do que transpor um retorno económico a uma necessidade de ocupação permanente, a produção musical foi assimilada como necessidade transigente, derivada dos consumos culturais, pelos membros da cena na criação de bandas para a desconstrução social.

3.3 Bandas musicais: A (des) construção coletiva musical

Desde a década de sessenta o panorama musical conimbricense fora marcado por uma diversificação de subgéneros musicais. No entanto, foi no decurso da década de oitenta, com a explosão do rock, que Coimbra viu algumas das suas bandas a destacarem-se pela sua desconstrução musical. Por sua vez, a década seguinte foi marcante. Aqui, fluíram diversas bandas embebidas em diferentes linguagens e significados. Neste contexto, da formação de bandas de garagem, é possível objetivar três indicadores relevantes da cena musical em análise, associada à ação coletiva e simbólica: a necessidade individual de integração na produção musical; a autonomia das capacidades e das vontades sobre as práticas musicais; e por último, ao diletantismo das aprendizagens informais e emergentes da rede de proximidades. Estes indicadores suscitam a ideia de que a música é um meio universal e que deriva de todos os artefactos e objetos que estruturam a conduta individual e coletiva. Constitui-se como influência universal das linguagens musicais e cria um imaginário híbrido e identitário em que o plano do «eu» se encontra objetivado nas diferentes aspirações musicais.
E sobre esta linguagem musical, recaem os valores que pré-existem a um processo de entendimento e de adaptação. Na mesma aceção de José Machado Pais, "são tornados como «estratégias de adaptação» que os indivíduos usam para organizarem adequados modos de ajustamento aos seus meios sociais envolventes" (1999: 18). Estas formas de ajustamento e estratégias de adaptação, enquanto referenciais de culto e de mitologização, tornam-se numa crença inabalável de que o seu exercício para com a música seja incutido por esses meios de ajustamento. São assim meios de ajustamento, os gostos e os valores partilhados entre os indivíduos que traduzem um sentimento de veracidade. Um afeto que advém das capacidades diletantes e das autonomias individuais, que não procura somente um caminho para o mimetismo. Mas, antes, um conjunto de estratégias de adaptação dos sentidos atribuídos às práticas musicais. Estas estratégias permitem concluir que a necessidade, associada ao processo de produção musical, e a ação social, associada à recriação artística, constituem regularidades assentes no desenvolvimento da cena musical. Deste esquema interpretativo, e diacronicamente, duas são as bandas que denominam o contexto de emergência da criação artística: *É Mas Foice* e *Tédio Boys*. Pela sua desconstrução musical, afunilaram a cena musical ao género rock articulando diversas estéticas musicais. Do *psichobilly* ao *hardcore*, os membros da cena, alimentados por uma cultura de transgressão, protagonizaram uma irreverência social contra o sistema e as ideologias dominantes. O *É Mas Foice* emergiu nos anos oitenta. Misturando géneros como folclore popular ao rock, aliavam a primazia da provocação nas suas performances. Constituíram o *leitmotif* de um género de rock, na conversão das suas expressões artísticas e transgressivas a uma atitude cénica em palco: a teatralidade que trespassava os reflexos da crítica e da ironia social. Por sua vez, *Tédio Boys* foi uma banda saliente no panorama punk rock e revolucionária na desconstrução musical. Retinha uma cultura estética performativa, embebida por influências artísticas musicais de *Screamin Jay Hawking* e *The Cramps*. Um nome incontornável na cena musical, saído de influências do *psichobilly*, *punkabilly* e *porkabilly*, transgrediam a normatividade visual. Ambas bandas despoletaram sob conjunturas específicas. Manifestaram as suas emergências e diferentes personificações, mostrando como sendo condição frequente, mas não absoluta, a dependência e criatividade musical da sua constituição. Das relações entre pares; dos espaços e a comummente partilha de sensibilidades musicais, constituem indicadores analíticos relevantes para a representação identitária, bem como os percursos espaciais comuns de frequência.

3.4 Espaços da música, espaços da interação

Os espaços sociais são marcantes na vida do quotidiano. Enaltecem uma compreensão multifacetada às ideologias e materiais simbólicos, sob o pressuposto das condições sociais de existência dos indivíduos (Bennett, 1999; 2005). Os espaços de ensaio, provisórios e forjados pela informalidade, seriam propícios para as aprendizagens não convencionais e para as sociabilidades. Transformavam-se em espaços de culto onde a informalidade formaria o caminho oficial na aprendizagem e progressão das trajetórias musicais, inserida numa rede *underground* de práticas e sociabilidades. Conjuntamente, as espacialidades remetem a sistemas referenciados de crenças relacionadas a um conjunto de valores refletidos nas mais diversas disposições. Desde a estética visual a uma conceção alternativa de música, perpetuam experiências de vida incutindo regras próprias de sociabilidade.

Os múltiplos espaços icónicos da cidade constituíam um circuito de mobilidade típico de liberdades incondicionais. Seriam meios físicos onde extravasavam criatividades subversivas e denominadoras de uma atitude rock, o que localmente se traduzia na rutura com o simbolismo da cidade, com os valores hegemónicos e com as práticas artísticas inerentes na vontade coletiva. Por outro, o sentido libertário era conotado ao poder democrático que estes espaços transmitiam na convivência e interação social. Discutiam-se as últimas saídas musicais da cultura rock americana e inglesa; seriam bibliotecas subalternas onde a troca e a partilha consistia em discos e cassetes de bandas alternativas. Por último, o sentido libertário trespassava pela estética visual. Eram espaços onde a interação exteriorizava feições estéticas, na exibição e demonstração corporal, entre os membros da cena musical com diferentes afiliações e afetos musicais. O seu cômputo seria extrapolar as vivências do quotidiano e nalguns desses espaços, pela sua importância e inovação, foram considerados como distintivos e carismáticos. Outros, menos referenciados, ainda mantêm o seu destaque e relevo na cena. Haviam também os espaços informais que em nada se associavam a uma cultura musical, como sejam os centros populares (Bairro de Celas) e parques de estacionamento (cave das químicas) que acolheram concertos organizados pelos colectivos independentes. Os concertos eram assim improvisados seguindo as normas DIY. O planeamento destas atividades era regular. Partia da iniciativa levada a cabo por coletivos independentes que mantiveram a sua importância na cena, a que mais adiante referirei. Os concertos organizados por estes coletivos ambientavam o lado social do *underground,* cruzando diferentes planos iterativos perante a necessidade/ação individual e coletiva. Esta ideia procura situar os espaços numa lógica de estruturação, onde os meios de interação, lhes permitia desenvolver atividades entre a formalidade e a informalidade.

3.5 Das estruturas informais às estruturas formais

Como já apontado, a regularidade das atividades partiam da iniciativa de coletivos independentes. Consignados à ideologia DIY, e centrados na manutenção e continuidade dos ritmos e ritos quotidianos, promoviam uma agenda cultural alternativa que subscreve os consumos musicais mais menosprezados. Desde *Arame Farpado; ArtRites; Off The Records; Psychotic Reactions* a *Zona Centro Hardcore,* estes coletivos independentes, porque canalizam meios de autossuficiência, constituem-se como intermediários ativos da cena local. Embebem entre si, uma característica comum: a promoção, divulgação e atividade regular de concertos de música alternativa, numa lógica de informalidade, estabelecida por toda uma rede de práticas dinamizadoras contrastante com as narrativas convencionais. O *underground* sempre assim foi. Porque os motivos que o regem nunca são colocados como obstáculos ao desenvolvimento do campo da produção musical.

Para além das estruturas informais existentes no *underground*, de igual modo as estruturas formais, porque reconhecidas institucionalmente, são incontornáveis para o desenvolvimento da cena musical. A Rádio Universidade de Coimbra (RUC) como a *Lux Records,* formaram as estruturas formais de apoio e promoção das bandas e projetos musicais locais. A RUC, meio de comunicação, promoção e divulgação musical, localmente dinamizou um circuito dedicado a concertos de música alternativa e de programas radiofónicos. Foi ainda por este meio que muitos membros da cena musical estruturaram os seus gostos e sensibilidades musicais. Por sua vez, a *Lux Records*, editora independente, mantinha uma relação vinculada com as bandas, promovendo e divulgando as edições discográficas. É de ressalvar ainda que, os programas radiofónicos, transmitidos na

época incutiram-se como veículos prestigiantes ao consumo musical juvenil. Introduziram novos conceitos musicais, desde o pop ao metal à música portuguesa, programas como *Som da Frente*, de António Sérgio; *Canto Lusitano*, *Trovas Lusas* e *Cá Se Fazem*, de Fausto da Silva e Nuno Ávila. Enquanto estruturas de comunicação e divulgação, solidificaram as referências que lentamente se iam introduzindo no mercado musical.
As sociabilidades musicais definidas como as interações estabelecidas entre indivíduos na partilha e troca de conteúdo musical, encontram-se dependentes das relações de quem as integra. Como visto, eram interações sociais diretas, na partilha e discussão de influências musicais vindas de programas radiofónicos, dos catálogos e das *fanzines*. Estes meios informativos, criados para alimentar a necessidade de narrativas alternativas, alcançaram uma plataforma para chegar além do convencional. Diferentemente do *mundo online* que já não requer que haja a mesma noção de grupo ou identidade, remete a uma lógica individualista de socialização. As redes sociais de maior mediatização, como *facebook* e *myspace*, meios privilegiados de transmissão e partilha de conteúdos diversificados, regem os novos hábitos sociais da modernidade, uma vez que ambas justaposições o sugerem e levam a crer que os comportamentos sociais, em definir fronteiras entre o ciberespaço e espaço privado, sejam mais importantes do que aquilo que os contemplam: as sociabilidades no contexto do quotidiano. O acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação deslocaram as relações sociais, na medida em que já não requerem um sentido proposicional da interação social. Nesta inconstância, a rádio e as editoras independentes assumem nos dias correntes, um papel fulcral tanto na promoção discográfica como na divulgação de bandas locais, na convergência das interações na sua vertente de festival como em programas radiofónicos. A rádio, por sua vez, incutiu-se como principal difusor da música na cultura juvenil. Permitiu figurar práticas e representações, numa estruturação de identidades juvenis, aliando influências entre consumos e práticas.

4. A música em que habito: definições, práticas e homologias

O contexto social e cultural, as sociabilidades e trajetórias musicais, a formação das bandas, as espacialidades das interações e as estruturas informais e formais, constituíram-se como indicadores analíticos e construtivos sobre as representações sociais dos membros da cena. Por sua vez, contribuíram para uma análise mais alargada da realidade subjetiva e individual. Entendendo a realidade subjetiva como sendo uma realidade de cuja análise incide sobre o lugar e posição dos indivíduos em relação aos seus meios (Berger e Luckman, 1999), a identidade, como mecanismo de regulação, permitiu compreender o processo de construção dos papéis sociais destes indivíduos. Quando a identidade é apreendida pelos indivíduos em sociedade, os contextos são apreendidos para apontar essa realidade. Neste processo, a identidade é cristalizada pelas relações e interações que, coletivamente, estruturam um conjunto de atribuição de sentidos. Aqui, os estilos formam um corpo coerente de "elementos materiais ou imateriais de afirmação simbólica" (Pais, 2008:59) que regulam as identidades. No estudo das culturas juvenis, as identidades e os estilos são reforçados pela afirmação simbólica da incorporação dos consumos às práticas. Uma afirmação que manifesta a presença de uma diferença entre fruições e gostos musicais caracterizáveis aos diferentes estilos e modos de vida: a apropriação de símbolos, códigos, significados e representações sociais. Dada esta reflexão identitária, torna-se necessário averiguar o processo que estrutura a música em torno das identidades subjetivas. Ou seja, de que forma o campo sonoro estrutura a realidade subjetiva dos indivíduos? Que interpretações e atribuições de sentidos são definidos pelos indivíduos ao campo musical? Presentemente, no contexto do quotidiano, a música não se restringe à sua versatilidade. Traduz antes uma apreciação qualitativa incondicional de estilos e modos de vida.
A música é um veículo multiforme que manifesta e representa um contexto vivido, temporal e espacialmente, que se reflete nas práticas, individuais e coletivas, atribuindo sentido na conduta social. Representa um apanágio sobre a incorporação dos consumos às práticas do quotidiano, configurando uma dimensionalidade complexa de interações e estruturações que vão de processos sociais a processos estéticos da emocionalidade e simbólica. A cena musical rock de Coimbra transpôs-se num imaginário de possibilidades e representações, afigurando um universo impensável a uma ausência, embutida pelas práticas artísticas que marcaram o seu apogeu. Daqui decorre os significados e sentidos atribuídos na música nomeadamente, das relações que os indivíduos estabelecem com a materialização musical.

A linguagem embebida pelo rock é reconhecida pelos membros da cena como categoria fluida. No seu interstício, funde uma estética performativa que conjuga as condições sociais de consumo e de produção, na criação de um imaginário em que os artistas se reveem as suas representações sociais. Uma imagem representativa que deambula entre a criatividade e as aprendizagens discernidas por meios não convencionais.
Neste contexto, da materialidade musical à estética performativa, o rock reinventa novas experiências mediadas na vida do quotidiano. O resultado é visível na conceção em que este género se circunscreve, sobretudo nas experiências sociais. Daqui resulta uma construção das representações sociais, que requer uma predisposição a um conjunto de valores e compromissos sociais, estéticos, emocionais, simbólicos e transgressivos, dispostos nos seus meios socioculturais. Como figuram estas representações? E como são produzidos em contexto local? Aliando as representações ao contexto local, é possível identificar uma relação inevitável entre dispositivos identitários aos estilos e modos de vida. Exemplificadamente, através das estéticas e apropriações visuais; através das dimensões locais como as espacialidades, as estruturas informais e formais, os meios de comunicação, produção e divulgação alternativos. Esta relação pressupõe um sentido transversal que conjuga práticas artísticas em contextos que decorrem. O músico, enquanto agente social, recorre desta relação na demonstração do seu contingente máximo de fazer perpassar sentidos e representações sociais, não apenas à sua audiência como à sociedade em geral. Os músicos, no sentido lato, são dotados de uma posição social incumbidos na transmissão de saberes e de conhecimentos, que versa uma consciencialização social do que há na sociedade e traduzidos para a criação artística. O conjunto das suas expressões procuram revelar um sentimento de veracidade contemplada nas suas produções, pelo que, não dispensam de uma linguagem embebida na realidade social vivida, refletida nas performances e modos de vida. Esta transposição de atitudes e comportamentos procuram tecer representações, em certo sentido, provocatórias e irreverente, na contestação ao *status quo* e ao estabelecido, por vezes associadas erroneamente à marginalidade e delinquência social.

5. Considerações Finais

A música não é apenas um meio escapatório à rotina. Simmel, no seu tempo, procurou a importância da música para a vida social, relativizando os contextos sociais na construção musical de grupos sociais (*apud* Guerra, 2010:172). Trata-se de uma construção que dialoga as sociabilidades e as identidades numa relação direta com os consumos e as produções musicais. De modo a entender o meio em que os contextos sociais estruturam as identidades, torna-se necessário situar o lugar da cultura e da música na construção da realidade subjetiva. Uma construção que assume a cultura e a música como elementos explicativos da formação de grupos e de uma constelação multifacetada de sentidos e orientações que conduzem os indivíduos nos quotidianos. Empiricamente, resulta um processo de conhecimento social relevante, que faz compreender sociologicamente o meio e a forma em que as identidades contemporâneas juvenis s desenvolvam localmente. Por outro lado, e acima de tudo, compreender os fenómenos sociais da sociabilidade e da identidade, para a consolidação e construção das cenas musicais.
Foi a partir da apreensão do fenómeno em análise, das relações individuais e coletivas, de onde a cena musical rock de Coimbra teve sua origem. Não apenas a apreensão das regularidades observadas, bem como a disposição e delimitação das sensibilidades estéticas como da exsurgência de sentidos apreendidos pelas sociabilidades musicais e suas representações, permitiu resgatar uma conceção *weberiana* de que os sentidos e as atitudes comportamentais desenvolvem experiências vividas no contexto do quotidiano, com vista a um fim: um subcampo alternativo de produção musical e a visibilidade da sua existência.
Desta forma, do que resulta de uma análise às condutas e comportamentos que regem os indivíduos a um fim, teve em vista uma compreensão sociológica entre significados e atitudes na construção identitária da cena local. Tal inquietação levou a assumir a cultura e a música como veículos mobilizadores a novos saberes e conhecimentos musicais, constituindo recursos imaginários na construção da cena musical. Demonstrou-se que o contexto social e cultural, as sociabilidades e trajetórias musicais, a formação de bandas, as espacialidades das interações e as estruturas formais e informais, constituíram os meios conducentes para o consumo e para a produção musical, como recursos, para a construção de uma identidade local. Por outro lado, a cultura e a música

seguiram uma relação endógena de afirmação social. Os espaços sociais, as sociabilidades, as aprendizagens musicais e a comummente partilha de objetos, densificaram e consolidaram, internamente, a cena musical rock. Tanto os recursos operados para a construção da identidade local como a subsequente densificação e consolidação da cena, acotiaram as práticas artísticas, sendo estas práticas sociais, numa linguagem emocional, simbólica e transgressiva. No périplo das experiências sociais vividas, estes recursos foram apropriados pelos membros da cena e construídos socialmente numa lógica de representação das suas vivências do quotidiano. Este grupo restrito de indivíduos desenvolveu assim um subcampo alternativo de produção musical, seguindo um caminho plural na definição e expressão dos seus sentidos sociais de existência. E encontraram neste subcampo, as potencialidades da música na mesma aceção de Arthur Schopenhauer: a existência da música mesmo se o resto do mundo não existisse.

Referências Bibliográficas

ABREU, P. (2010), *A música entre a arte, a indústria e o mercado. Um estudo sobre a indústria fonográfica em Portugal*. Tese de doutoramento, Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

BENNETT, A. (1999), "Subcultures or Neo Tribes? Rethinking the Relationship between Youth, Style and Music Taste". *Sociology*, 33 (3), pp. 599-617.

BENNETT, A. (2005), "In Defence of Neo-tribes: A Response to Blackman and Hesmondhalgh". *Journal of Youth Studies*, 1 (2), pp. 255-259. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1080/13676260500149402 [Consultado em 4-10-2012].

BENNETT, A. (2011), "The post-subcultural turn: some reflections 10 years on". *Journal of Youth Studies*, 14 (5), pp. 493-506. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1080/13676261.2011.559216 [Consultado em 4-10-2012]..

BERGER, P. e LUCKMANN, T. (1999), *A construção social da realidade: Um livro sobre sociologia do conhecimento*, Lisboa: Dinalivro.

CLARKE, J. (1976), "Subcultures, Cultures and Class: A Theoretical Overview". In: S. Hall and T. Jefferson (eds.), *Resistance through Rituals: Youth Subcultures in Post War Britain*, London: Hutchinson, pp 9-79.

COHEN, S. (1997), "Identity, Place and the "Liverpool Sound". In M. Stokes (ed.), *Ethnicity, Identity and Music: The Musical Construction of Place,* Oxford: Berg Publishers, pp. 117-134.

DENORA, T. (2000), *Music in Everyday Life*, Cambridge: University Cambridge Press.

FRITH, S. (1992), "The Cultural Study of Popular Music". in L. Grossberg et al (eds.), *Cultural Studies*, New York: Routledge, pp. 174-182

FRITH, S. (1996), "Music and Identity". In S. Hall e P. D. Gay (eds.), *Cultural Identities,* London: Sage Publications, pp. 108-127.

GAROFALO, R. (1993), "Black Popular Music: Crossing Over or Going Under?". In T. Bennett *et al* (eds.), *Rock and Popular Music: Politics, Policies and Institutions*, London: Routledge, pp. 231-248.

GROSSBERG, L. (1993), "The Framing of Rock: Rock and the New Conservatism". In T. Bennett *et al* (eds.), *Rock and Popular Music: Politics, Policies and Institutions,* London: Routledge, pp. 193-209.

GROSSBERG, L. (1998 [1986]), "Is there Rock after Punk?". In S. Frith e A. Goodwin (eds.), *On Records: Rock, Pop, and the Written Word*, London: Routledge, pp. 111-123.

GUERRA, P. (2010), *A instável leveza do rock. Génese, dinâmica e consolidação do rock alternativo em Portugal*, Tese de doutoramento, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Volumes: 1, 2 e 3

GUERRA, P. (2014), "Punk, ação e contradição em Portugal". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 102, pp. 111-134.

HALL, S. (1992), "Cultural Studies and its Theoretical Legacies". In L. Grossberg *et al* (eds.), *Cultural Studies*, New York: Routledge, pp. 277-286.

HEBDIGE, D. (1988), *Hiding in the Light: On Images and Things,* London: Routledge.

HEBDIGE, D. (1998 [1979]), "Style as Homology and Signifying Practice". In S. Frith e A. Goodwin (eds.), *On Records: Rock, Pop, and the Written Word,* London: Routledge, pp. 56-65.

JEFFERSON, T. (1976), "Cultural Response of the Teds: The defence of space and status". In S. Hall e T. Jefferson (eds.), *Resistance Through Rituals: Youth Subcultures in Post-War Britain*, London: Hutchinson, pp. 81-86.

LAING, D. (1994), "Scrutiny to Subcultures: Notes on Literary Criticism and Popular Music". *Popular Music*, 13 (2), pp. 179-190.

MUGGLETON, D. (1998), "The Post-Subculturalist". In S. Redhead *et al* (eds.), *The Clubcultures Reader: Readings in Popular Cultural Studies,* Oxford: Blackwell Publishers, pp. 167-185.

PAIS, J. M. (1999), "Em que é que pensamos quando pensamos em valores?". In J. M. Pais (ed.), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 17-58.

PAIS, J. M. (2008), "Culturas de Grupo". In M. F. Lages e A. T. Matos (eds.), *Portugal: Recursos de Interculturalidade. Contextos e Dinâmicas,* Lisboa, Alto-Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, pp. 207-255.

REDHEAD, S. (1990), *The End of the Century Party: Youth and Pop*, Manchester: Manchester University Press.

STRAW, W. (1991), "Systems of articulation, logics of change: communities and scenes in popular music". *Cultural Studies*, 5 (3), PP. 368-388.

STRAW, W. (1998 [1983]), "Characterizing Rock Music Culture. The Case of Heavy Metal". In S. Frith e A. Goodwin (eds), *On Records: Rock, Pop, and the Written Word,* London: Routledge, pp. 97-110.

TOYNBEE, J. (2000), *Making Popular Music: Musicians, Creativity and Institutions*, London: Arnold.

WICKE, P. (1990), *Rock Music: Culture, Aesthetics and Sociology*, Cambridge, University Cambridge Press.

WILLIS, P. (1978), *Profane Culture*, London: Routledge.

WILLIS, P. (1990), *Common Culture: Symbolic Work at Play in the Everyday Cultures of the Young*, Bristol: Open University Press Milton Keynes.

WILLIS, P. (1998 [1978]), "The Golden Age". In S. Frith e A. Goodwin (eds), *On Records: Rock, Pop, and the Written Word*, London: Routledge, pp. 43-55.

WITTGENSTEIN, L. (2002 [1922]), *Tratado Lógico-Filosófico. Investigações Filosóficas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

NO BALANÇO DO TREM: AS MÚLTIPLAS REPRESENTAÇÕES SOBRE BAIXADA FLUMINENSE ATRAVÉS DA MÚSICA

Leonardo de Freitas Onofre
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense
leonardo.quinze@gmail.com

Resumo: O presente artigo é fruto das atividades de pesquisa em andamento desenvolvidas no curso de mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (UERJ/FEBF). O texto analisa as dinâmicas produtivas independentes e autorais da Baixada Fluminense, periferia do estado do Rio de Janeiro. A pesquisa tem como objetivo mapear os mecanismos de escoação, divulgação e realização a partir das obras artísticas, encontros e circuitos ali presentes e que dialogam com questões de territorialidade, identidade e estética contribuindo para outras perspectivas e sentidos sobre este lugar.

Palavras-chave: Baixada Fluminense, Música Independente, Partilha do Sensível e Territorialidade.

Leonardo de Freitas Onofre: músico, professor de história e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGECC/UERJ).

Introdução

O trabalho a ser apresentado é uma reflexão de parte do objeto de pesquisa que abordo no Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação pela Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, campus da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ-FEBF) em Duque de Caxias (RJ), sob orientação da Profª Drª Liliane Leroux.

Apesar da pesquisa ser mais abrangente – englobando o que considero como circuito/cena cultural, em que, além da música, analiso as esferas de produção de cineclubes e saraus literários – tenho como ponto de partida referencial as experiências sonoras nas quais estive envolvido como músico. Trata-se, portanto, de uma abordagem auto-etnográfica, uma vez que no processo de pesquisa em questão sou «nativo» e «pesquisador» ao mesmo tempo. A opção por me assumir um nativo-pesquisador, ou de alguém cuja observação é inseparável do ato de se observar me permite optar por transitar (e escrever) na primeira pessoa do singula; entretanto, sem deixar de lado os problemas (Fortin, 2014: 3) as múltiplas variantes do campo e das práticas de atuação artística nas quais estou fortemente inserido (Fortin, 2014: 3).

Os cineclubes, os estúdios improvisados, os saraus, os processos de produção, gravação e escoação do material sonoro produzido por tais artistas da periferia aqui observados, constituem objetos que Sylvie Fortin (2014:4) denomina como «campo de prática artística»: um elo entre a experiência vivida e posteriormente analisada sobre o campo. Portanto, a pesquisa visa refletir de «dentro» do processo, os caminhos e concepções, até o momento de suas materializações. Cabe mencionar que até o atual momento da pesquisa foram acompanhados mais de trinta e oito shows (tocando ou assistindo), além da realização de um festival e a produção de seis discos, dos quais dois atuei co-produzindo/co-dirigindo, e, em quase todos, gravando guitarras, baixos, violões, vozes ou atuando como técnico de som. A experiência em questão tem possibilitado uma densa observação de diferentes pontos de vistas da trajetória de músicos, intérpretes, colaboradores artísticos e de espectadores desta periferia brasileira. Também vale ressaltar, que no entanto, a pesquisa não visa mapear tudo o que é feito de música na Baixada Fluminense, mas apenas abordar a margem artística que, em diferentes momentos e modos, se apropria da imagem, discursos e práticas de outras periferias a partir da idéia de coletividade, circuito ou rede.

Na reflexão presente, nos aproximamos também de contribuições teóricas do filósofo Jacques Rancière, de seu conceitos chaves de «partilha do sensível» e das relações que abre entre estética e política.

Panorama e contexto social cultural da Baixada nos dias atuais.

Atualmente, a Baixada Fluminense compreende atualmente um espaço de 38 km de extensão, com aproximadamente 4 milhões de habitantes e 12 cidades[1], situada no espaço geopolítico da metrópole do Rio de Janeiro (Brasil). Historicamente é uma região problemática, repleta de desigualdades sociais urbanas, visíveis através dos problemas estruturais que persistem até hoje[2]. Aliado a sua dura realidade, sofreu ao longo da segunda metade do século XX, uma série de construções pejorativas e estigmatizantes - por parte de diferentes meios de comunicação (Enne, 2002) -, o que contribuíu para a associação de diferentes elementos negativos relacionados à identidade da região, dificultando, até hoje, o reconhecimento de outras facetas, como por exemplo, os aspectos culturais, só recentemente visualizados por olhares externos ao território, embora os movimentos sociais, os artistas e diferentes coletivos culturais há décadas reivindicassem, através de suas práticas, outros aspectos e possibilidades de pensar, ver e sentir o território a partir da vida cultural: viés não reconhecido no calendário cultural do Rio de Janeiro (metropóle) e que só agora começa a ser legitimado enquanto potência cultural, ou mesmo artistística.
Nesse sentido, coletivos e artistas desempenham papel fundamental nesse novo modo «aparecer» e de «ser visto e ouvido» da região (Leroux & Clinio, 2013), principalmente os diferentes movimentos sonoros que, na contramão do mercado tradicional, cantam seus lugares de fala a partir do lirismo estético inspirado no cenário: alguns engajados, outros estetas e outra relativa parcela sem maiores teorizações explícitas ou explicativas para além do intuito contido na possibilidade de *fazer* sem amarras ou imposições mercadológicas.

A mística do Homem Invísivel: a condição primeira da música na Baixada

> O homem invisível/Mora em Nova Iguaçu/Bem depois, bem depois/Da Avenida Brasil/E é secreto o que é/O que faz, o que possuí/O homem invísivel/É invisível demais/Sua capa e cinturão/E silêncio de herói/Quem acorda pelas dez/Nunca vai pode ver/Com seus clones fiéis/Que enchem o trem da central/O homem invisível/ Não parece com você/Sua missão no mundo/É nunca se dar bem/E lutar todos dias/ Contra as forças do mal/O homem invisível/ nasceu pra ser ninguém/E passar/ por essa vida e não deixar sinal/Quem está falando sabe a identidade dele na vida real"[3]
> (Roberto Lara)

A canção emblemática nos revela um compositor em tom resignado, conformado e reflexivo sobre sua condição em função do seu espaço ocupado: a de ser um músico, compositor nativo da Baixada Fluminense, mais específicamente do município de Nova Iguaçu, carregando todo a configuração sensível e imagética que este território ainda imprime aos olhares externos. Um samba em tom maior, contrariando o chamado clichê (termo musical ou jargão que define algo comum a um determinado gênero sonoro, no caso do samba triste, os tons menores), de harmonia truncada; num revezamento das baixarias de violões sete cordas em diálogo

---

1 Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Queimados, Japeri, Seropédica, Itaguaí, Magé, Guapimirim e Mesquita. Fonte: IBGE: http://www.ibge.gov.br/home/ [consultado 07-12-2014]

2 A região ainda hoje sofre com bolsões de pobreza, com falta de saneamento básico e violência por parte de grupos de extermínio e traficantes.

3 A música em questão pode ser escutada no link: https://www.youtube.com/watch?v=zElblfrK3Nw [consultado 23-11-2014]

com *riffs* distorcidos de guitarra. Um casamento entre samba e *rock* num desabafo lírico, lançado em relações de cromatismo que de maneira sincronizada, poética e análoga, remete-nos às paradas dos ramais de trem da Baixada nas estações até chegar ao destino final: a Estação Central do Brasil, no Centro do Rio de Janeiro, destino de milhões de baixadenses que se deslocam à capital financeira do estado para ganharem a vida nos mais variados tipos de empregos.

A música em questão, também nos apresenta um personagem emblemático na música autoral da região: Roberto Lara, um homem de quase 60 anos de idade, branco, voz anasalada, roupas desgrenhadas, cabelos cacheados, mantidos em um estilo *channel*. Uma imagem de homem cansado e excentricidade. Nesse disco, lançado em 2007 – o terceiro de quatro álbuns gravados de maneira independente – percebemos um Lara maduro, na metade da vida, nitidamente resignado com o curso de sua carreira. Mas, ao mesmo tempo, ciente e seguro de sua posição na música autoral da Baixada, como se já não tivesse mais nada a perder e também mais nada a ganhar. Lara «pinta» em suas canções o que as rádios e gravadoras jamais ousaram financiar: os cenários e realidades distantes que contrastam aos dos cartões postais da cidade maravilhosa. Em suas canções personagens comuns e esquecidos são retratados poeticamente: como as andanças noturnas por bares e botecos recheados de vida, contrapondo, também, aos pincéis que se limitam à pintar apenas a violência do local. Lara expressa a noite como o destino redentor de seus semelhantes; colocando em pé de igualdade tanto aqueles que se recusam a simples alcunha e os modos de ser, experimentar e sentir de meros moradores autômatos de cidades dormitórios[4], quanto os mais abastados dos bairros nobres do K11 ou da 25 de Agosto. A madrugada como alívio nas noites de calor e a cerveja barata pulsam, como os jovens poetas amigos de sua canção, pulando de bar em bar, terminando em noites de amores, desilusões, encontros e desencontros: peregrinação que pouco nos dá a sensação de tristeza e dor que, infalivelmente, estarão como tema obrigatório nas manchetes dos jornais do dia seguinte.

> O bar é parte da nossa cultura. É como se fosse o quintal da nossa casa e como não poderia deixar de ser figura carimbada de nossas noites [...] Sou residente desta cidade e tenho boas lembranças de bares e bares que se tornaram redutos culturais, pois por aqui nem as autoridades nem a iniciativa privada nunca deram a merecida importância ao valor que tem a cultura como elemento de transformação [...] (Laranja. 2000: 16)

Os bares são ainda hoje redutos importantes da cena cultural da Baixada, principalmente no processo de escoação da produção local, não apenas da música, como também palco para o audiovisual e a literatura. Longe de serem uma novidade histórica e universal, tais bares são transformados em teatros que vendem cerveja e que persistem na periferia do Rio de Janeiro como espaços possíveis e férteis de criação cultural e artística. São eles os ambientes nos quais Lara destila, até hoje, seu olhar fotográfico, afirmando o que vive como poesia: as sujas rodoviárias como metafóricas rotas de fugas para outros lugares possíveis[5]; as enchentes nas cidades vizinhas como lágrimas relutantes de famílias à beira da Rodovia Presidente Dutra, o processo de mudança forçada de uma casa para outra no subúrbio (com todas tragédias que poderiam acontecer numa mudança às pressas numa carroça) e suas conclusões sobre a visualidade de uma região carente de projetos arquitênicos, planejamento urbano, realidade não muito diferente de outras periferias ao redor do mundo, mas que ele define como sendo «feia por fora, mas arrumadinha por dentro, com azulejos, limpeza e zelo»[6].

A última frase de Lara é um convite para muitas outras reflexões e análises, que, contudo não fazem parte do objetivo no limitado espaço do presente texto. O exemplo emblemático de Lara é citado aqui a fim de fazermos

---

4 Termo utilizado até hoje em referência as cidades da Baixada Fluminense: cidades que apenas serviriam de descanso aos seus moradores que durante o dia trabalham na capital.

5 Embora não possua um website ou canal virtual oficial, seu filho disponibilizou algumas de suas canções no youtube: https://www.youtube.com/watch?v=A2ACWYA5D [consultado 08-12-2014]

6 Entrevista cedida ao grupo de pesquisa Rede Escuta Baixada (IFRJ). https://www.youtube.com/watch?v=jUw-Hb1yg7Q [consultado 08-12-2014]

um elo com o que ainda hoje é produzido em termos de música na Baixada, como veremos a seguir o caso da Pirão Discos, principalmente sobre o fazer música, ser músico e viver de música na Baixada.

O caso da Pirão Discos: reflexões sobre uma experiência estética

As possibilidades de compreensão do universo sonoro da Baixada são multi-semânticas. Principalmente porque não há um mapeamento de ações e artistas existentes; o que por um lado, nos revela um grave problema de memória, diretamente relacionado com as heterogênas, contraditórias e questionáveis análises que versam sobre identidade e pertencimento na região, uma vez que, para significativa parcela da população, ser da Baixada é um problema, uma condição a ser superada subindo na vida, saindo dali por via de alguma forma de ascensão social e econômica.

Mesmo sendo este um anseio legítimo de boa parte da população, a presença daqueles que se apropriam da região como elemento afirmativo nos permite mapear uma topografia feita de artistas que dialogam entre si, embora haja um problema de reconhecimento entre próprios artistas de um mesmo segmento artístico, como nos chama a atenção Heraldo HB, animador cultural, cineasta e uma das figuras mais essenciais da Baixada Fluminense chama, através de uma perspicaz e ironica analogia, de «Marcos, capítulo 6»:

> [...] trabalhando com cultura desde cedo, em várias ocasiões citei a passagem bíblica do Novo Testamento, Marcos capítulo 6, para definir um fenômeno muito característico da Baixada (e que na verdade é no mundo todo, ao que parece). É a passagem em que Jesus volta a Belém, terra onde nasceu, e é desprezado e zombado pelos seus, que não levam fé nenhuma em que ele seria alguma coisa a mais do que o filho do carpinteiro.(HB, 2013: 38)

Ou seja, durante a observação, o que pode ser percebido são múltiplas tramas que se apresentam de maneira dinâmica, ora se articulando e se identificando, ora ignorando qualquer padrão sensível pré determinada e que se afasta e se desidentifica, criando novos caminhos culturais e artísticos. A ausência desse movimento e dessas pessoas nas narrativas históricas e da mídia «oficial» está também relacionada à necessidade da busca de oportunidades de emprego e atuação profissional dos músicos fora da precária estrutura cultural da Baixada para garantir sua sobrevivência.

Devido a essa fragmentação e co-existência de diferentes tramas e cenas urbanas que nem sempre se legitimam, há distintas dinâmicas acontecendo quase simultaneamente, às vezes com práticas semelhantes, mas que por diferentes motivos – inclusive de natureza comunicacional – não se conhecem. Ao longo da minha própria experiência como artista e da pesquisa, pude acompanhar como esta situação foi alterada significativamente após os anos 2000, principalmente após a popularização dos recursos e usos das ferramentas tecnológicas, transformando o cotidiano de nossas atividades em exposições de si disponíveis na Internet, num sem intermediários, produtores ou pretensões mercadológicas tradicionais. Condição que possibilita aos artistas algo semelhante ao que Jacques Rancière nos relata em seu livro «Noite dos Proletários» (1988), este, também, derivado de seu encontro com registros de obra e vida de trabalhadores, que escaparam ao olhar dos historiadores, filósofos ou sociólogos. Na contramão de uma «identidade proletária», *habitus* ou alienação, o autor enxerga no desvio e nas possibilidades desses «duplos» (trabalhadores e artistas) uma sensibilidade estética potencial, capaz de quebrar a configuração sensível anterior, que é esperada de seus corpos, olhares e palavras. Escapando ao processo de codificação social, contrariando o direcionamento do sensível a partir da disposição social de classes e, consequentemente, de suas produções/posições de gosto, quebram com uma condição ao mesmo tempo estética e política, que antecede e sustenta a lógica da ordenação sensível hierárquica dos lugares sociais. A partir de Rancière, tal ruptura é possível uma vez que tal instituição do sensível é uma ficção (fabricação) desigualitária, criada para legitimar a existência de posições de maestria intelectual e artística (Rancieré, 1987:67) .

A partir do caminho intelectual de Jacotot, professor do século XIX que já nessa época denunciara o fracasso do ideal iluminista por suprimir o sensível em função da razão, Rancière calca suas reflexões em um patamar

no qual o sensível é considerado como o elemento igualitário, uma vez que pertencente a todas classes, mas historicamente usado para fundamentar toda desigualdade e as posições privilegiadas de uma burguesia intelectual e artística. A capacidade inerente a todos os seres humanos de fruição e experiência estética - que o autor encontra de formas distintas Hegel, Kant e Schiller - é retomada de forma mais radical por radical por Rancière, inspirando, em certa medida, o que observamos nos indivíduos e grupos que compõem nossa pesquisa:

> O assunto deste livro é, antes de mais nada, a história dessas noites subtraídas à sequência normal de trabalho e descanso; interrupção imperceptível, aparentemente inofensiva: a suspensão da ancestral hierarquia que subordina os que se dedicam a trabalhar com o privilégio do pensamento. Noites de estudo, noites de embriagues. Jornadas de trabalho prolongadas para ouvir a palavra dos apóstolos ou a lição dos instrutores do povo, para aprender, sonhar, discutir ou escrever. [...] A maioria passará a vida no anonimato do qual, às vezes, emerge o nome de um poeta operário ou do dirigente de uma greve, do organizador de uma efêmera associação ou do redator de um jornal que logo desaparece (Rancieré, 1988: 10)

Em seu livro A Noite dos Proletários (1988), Ranciére nos revela a trajetória de ferreiros, montadores e operários na França do início do século XIX, que driblavam o lugar comum – na partilha do sensível – destinado às sensações e sentidos dos operários: ao invés do trabalhador submisso à sua função e limitado às conexões obrigatórias e diretas entre as tarefas do seu ofício e seu horizonte sensível, o autor traz à tona processos de subjetivação nos quais trabalhadores, pessoas comuns ao seu tempo, se apropriavam de seu tempo e deslocavam seus espaços (lugares) ao escreverem poesias e jornais, estudarem, filosofarem, declamarem ou qualquer outra atividade que ultrapassava o que era esperado para suas vidas. Passam então à condição do ferreiro-poeta, o mêcanico-intelectual. A utilização de Rancieré levanta questões e possibilidade a partir das similitudes encontradas em suas obras intelectuais e o que enxergemos na Baixada como potência criativa, modos e práticas que dificilmente seriam reconhecidos como arte: o fazer da enfermeira moradora de Belford Roxo que nos encontros literários de botecos é reconhecida como uma grande escritora; a professora de ensino fundamental que nos saraus expõe seus quadros psicodélicos e declama sua poesia erótica; o torneiro mecânico que a noite torna-se violonista referência; do açougueiro que investe seu tempo e salário livre a produzir filmes e encabeçar um cineclube. Nesse sentido, podemos compreender camadas de sensibilidades por décadas não percebidas, até mesmo por quem é «de dentro». No entanto, como mencionado anteriormente, esse cenário tem sido constantemente revisto e encarado de outra forma, não apenas pelos externos olhares, mas graças também a possibilidade de *mostrar-se* de maneira independente em todos as etapas dos diferentes processos de produção artística. Principalmente devido à apropriação tecnológica de ferramantas barateadas, e ao poder das mídias sociais enquanto possibilidades de produção, o território em questão tem sido consubstancialmente alterado em sua visibilidade. É o caso, por exemplo, do coletivo Pirão Discos.

> Pirão? O que é? Farinha? Cabeças de peixe? Cebola à gosto? Pirão é o que acompanha, em nosso caso; traduz um sentido de "companhia" no amplo sentido da palavra; sendo assim, quem é nossa trupe e com quem produzimos ideias e canções nessa pequena empresa cheia de afeto e verdade. A Pirão Discos teve seu embrião quando amigos músicos se juntaram na Baixada Fluminense (RJ) com seus talentos particulares e começaram um processo de interferência na obra de cada um dos integrantes; assim criando obras com uma identidade de parceria e do movimento. (Peregrino: 2013)[7]

7 PEREGRINO. M. In: http://piraodiscos.blogspot.com.br/. [consultado 13-12-2014]

Assim como outras dezenas de coletivos ligados às atividades relacionadas ao ambiente cultural, a Pirão Discos ganha destaque extra-território em 2013 atingindo lugares antes quase inacessíveis aos pertecentes à síndrome «do homem invisível»: ou seja, a de não ocupar outros espaços fora da Baixada. Tal movimento não é solitário, mas entendido na pesquisa como uma ação de um conjunto de práticas do que ora aparenta ser uma rede (de artistas, produtores e público), ora como um circuito ainda não totalmente estabelecido buscando novas sensibilidades e semânticas para a região através da arte. Longe de ser unanimadade, a Pirão talvez seja junto ao movimento *Hip Hop* (grupos como o Enraizados e o Égregora, entre outros) uma entre tantas experiências sonoras reconhecidas como um tipo de produção articulada ao modo de viver da região. O território, neste caso, não aparece como um traço vanguardista, mas sim como uma possibilidade de liberdade e domínio singular sobre as etapas e temáticas de produção, frente a não pretensão de ser um produto comercial tradicional. Práticas que podem ser entendidas dentro da lógica de não inserção no *mainstream*, ocupando bordas e margens da tradicional concepção de Indústria Cultural.

Durante o tempo em que estive como guitarrista, acompanhando, co-produzindo discos e participando ativamente de reuniões, concepções e realizações, pude experimentar o universo de sensações de músicos com trajetórias distintas em busca de horizontes delimitados, sem clara nitidez de suas ações, uma vez que em termos de «definições» a idéia da Pirão enquanto selo não é clara: não possui CNPJ, *website*, sede física oficial, e, até o momento, não sabe muito bem o que é para além da constituinte ideia de ser um corpo de amigos músicos e compositores, que, frente à necessidade de gravarem se articularam em contraposição a invisibilidade de suas ações, a partir das quais dinamizam, divulgam e tocam segundo as possibilidades. A partir das sonoridades Pirão Discos é possível identificar elementos configurativos da territorialidade em questão, desde a formação demográfica, a presença nordestina e os bailes funk[8]. Em diversas entrevistas, reportagens,conversas informais e formais realizadas, foi possivel captar no cotidiano da atitude de seus músicos – que diretamente e indiretamente ligados oscila entre 20 à 30 pessoas envolvidas – e principalmente a partir das trocas e discussões em perfis do *facebook*; complexidades com relação às suas atividades, ausência de consenso e, por vezes, postagens contraditórias. Ao mesmo tempo que a informalidade, a posição pouco pretensiosa que assumem e que direcionam suas canções, há, por vezes, uma «consciência» de que seus sons, trilhas sonoras e shows são entendidos/ouvidos como possibilidades reais um sensível novo e inusitado, que surge de um território até então marginalizado, e que, agora, passa ser visto como um canto idílico dentro da metrópole do Rio de Janeiro.

O território marginal, consagrado por frases comum aos ouvidos de quem é morador da região como «terra de ninguém», «cidades dormitórios», passa à condição MPB: Música Popular da Baixada, onde os elementos outrora estigmatizados e ignorados pelos cartões postais podem, agora, ser vistos como recantos permeados de um modo de vida que é cantado como só existindo ali, e que, dali, partecomo uma forma de auto-apresentação (Arendt, s/d apud Leroux, 2010, 2014). O que era sinônimo de ausência, de feiura, passa a ter cores, camadas e texturas. É o que vemos no distante bairro rural Valverde no município de Nova Iguaçu, retratado afetivamente em em um videoclipe caseiro como um pano de fundo verde da serra do Gericinó desdenhada no cotidiano por seus moradores. O videoclipe produzido em conjunto com cineastas locais, num total desencontro entre imagem (naturalista) e música (futurista) – que ao contrário do maciço verde de montanhas, da rua sem asfalto e dos transeuntes que aparentemente pouco possuem mais do que uma TV, da massa de som dos bares ao redor das casas, dos gritos e xingamentos de torcedores a cada gol perdido de seu time de futebol, dos momentos de glória entre um carro de som tocando *funk* e pessoas na calçada em cadeiras de praia – nos traz em lírica a possibilidade do compositor «dar um pulo no futuro» buscando um outro horizonte de possibilidade, num mundo belo. Elementos que configuram quadros representativos onde o lirismo poético rompe, por alguns instantes, com o lugar real e se desloca num tunel futurista[9].

---

8 O funk no Brasil é um gênero derivado do Miami Beat norte-americano, mas que ao longo dos anos 80 desenvolveu uma sonoridade própria, principalmente no Rio de Janeiro, sendo reconhecido com uma das expressivas expressões sonoras periféricas e que ainda hoje é marginalizado e estigmatizado como um gênero marginal. Os bailes funks costumam ocorrer nas favelas e comunidades por todo o Brasil.

9 O videoclipe pode ser visualizado no seguinte link: https://www.youtube.com/watch?v=i1cL3t8W4Ig [consultado 13-12-2014]

Outro elemento exteriorizado através das canções do grupo são as múltiplas imagens do trem: traço constituinte da vida social da população regional da Baixada Fluminense. Historicamente, a atual configuração do território tem seu desenrolar atrelado ao processo de construção das vias férreas ainda na segunda metade do seculo XIX, o que permitiu o povoamento e loteamento da área em questão; possibilitando que milhares de migrantes vindos de diferentes cantos do Brasil sem condições de residerem no Centro, Zona Sul ou Zona Norte[10], se alocassem em residências perto da capital, num processode ocupação urbana diferente do que ficou conhecido no Rio do seculo XX como favelas. Nesse sentido, o trem é uma imagem quase sempre negativa, devido aos problemas históricos de super lotação, de sucateamento e desconforto geral, de meio de transporte da população mais pobre, principalmente se comparados aos meios de transporte das áreas mais abastadas economicamente, especialmente repletos de automóveis modernos e importados.

Por outro lado, o trem que leva é o mesmo que traz, e o momento da volta, além dos corpos suados e cansados, traz também alívio e sorrisos; principalmente às sextas feiras e vésperas de feriado, quando os trabalhadores subvertem a sua sub-dignidade: retiram o disputado ar dos pulmões e burlam as leis estaduais transformando o martírio do trem lotado num espaco de comunhão, no qual vendedores ambulantes de cerveja e salgadinhos - como se fossem ágeis minhocas em solo arenoso – cortam o emaranhado de braços, pernas e corpos grudados. Curiosamente, apesar do peso diário de suas próprias vidas, trabalhadores que insistem em sorrir, ao menos por algumas horas transformando o dia-a-dia penoso em conversas íntimas com desconhecidos sobre a viagem de fim de ano com a família ou debates acalorados sobre os rumos politico e econômico do país, a estes temas se somam fundamentos muito bem articulados sobre o fim do futebol arte do Brasil. Tudo constantemente negociado dentro de uma ecologia conturbada que une vendedores de pilhas, DVDs, raladores de verdura, alicate de unha, biscoitos e salgadinhos; de pedintes inválidos,cegos e aleijados que, por algum motivo, creditam ao espaço em questão um último suspirode solidariedade;estudantes universitários sem hospedagem na capital; vendedores criativos que fazem *funks* (verdadeiros jingles reconhecidos pelos frequentadores) para vender seus produtos[11].

O trem constitui um elo sensorial importante na obra autoral desses artistas constituindo traços visuais, sonoros e afetivos importantes no processo de criação de diversos artistas, não apenas da Pirão Discos mas também de outros segmentos musicais, principalmente de músicos do *rap*, como Dudu de Morro Agudo, Slow da BF e Marcão Baixada, num movimento musical que é marcado pela inversão de imagens anteriormente negativas, que passam agora a ser sensibilizadas enquanto afetividade.

Na música do jovem compositor Maurício Galo, atualmente um dos expoentes com trajetória mais significativa dentro da ideia de cena independente (não só da Baixada, mas também do Rio de Janeiro),o trem aparece - ao mesmo tempo - como um destino fatídico, uma esperança, ou como espaço onírico, no qual seria possível encontrar um famoso compositor cujas músicas são bem populares, mas que, faz tempo, circula apenas em iates e carros provavelmente blindados em companhia de seguranças: Roberto Carlos[12].

> Já passou da hora/Não adianta nem tentar/Me esquecer/Já passou da hora/Hoje eu vou sair me embebedar/Por você/Eu vou ver Roberto/Não deu nada certoVou pegar o trem/ Vou pegar o Trem (Mauricio Galo)

O trem ainda como elemento de fuga, de saída da rota do cotidiano labirinto, também aparece como redenção em outros músicos. Significativa parcela desses músicos dividem sempre a tarefa artística com outra atividade profissional que possibilite renda, como caso do funcionário público Rodrigo Barreto[13], numa música *folk* de três acordes:

---

10 Áreas mas valorizadas do estado do Rio de Janeiro, localizados na sua capital, a cidade do Rio de janeiro.

11 Sobre o «famoso» vendedor «Gordão do Trem» e seus sucessos: https://www.youtube.com/watch?v=DU3vR2MPaKE [consultado 08-12-2014]

12 GALO. Maurício. Vídeo assistido no canal https://www.youtube.com/?gl=BR&hl=PT [consultado 08-12-2014]

13 BARRETO. Rodrigo. Disponível em: https://myspace.com/rodsbarreto [consultado 08-12-2013]

> Vou pegar/ O primeiro trem/Vou pra onde eu não conheça ninguém/Essa cidade/ está empestiada/Nunca é cedo/para o fim dos dias
> (Rodrigo Barreto)

Os múltiplos sentidos acerca do trem nos demonstram a importância dessa imagem e referêncial aos mais diferentes músicos, embora em constante variação. Por vezes um elemento triste, por vezes poesia e libertação. No ano de 2013, imbuído pelas discussões sobre as supostas identidades e de como os elementos que tanto nos oprimem no cotidiano de nossas atividades servis, que massacram nossos corpos e roubam nosso tempo, acabam voltando em forma de poesia, como reflexões ou válvulas de escapes - elaboração, sublimação, autoficção (Leroux 2008, 2010) - que embora dolorosas, nos igualam a partir do nosso local de sensações e de fala. A poesia em questão foi transformada num *funk* orgânico, com baixos típicos do gênero, alternando tônicas e terças casando com o atabaque. O áudio foi gravado num ensaio no munícipio de Belford Roxo pelo grupo Galove[14] (do qual participei na direção do primeiro disco, ainda em 2013 tocando baixo):

> Nesse trem/todo mundo é um todo/Trechos de um mesmo bolo/Trilhos de um mesmo trem
> Nesse trem/Uma só carne sangra/Hemorrágico drama/Que balança mas não cai/Sem confeite/Sem confete/Sem presente/Sem tiete
> (L.Peixe)

Além do movimento de ida e volta, da condição de igualdade que por alguns instantes o deslocamento rumo ao centroimpõe para diferentes trabalhadores, anseios e destinos o trem também tem lá seu *glamour*, folclores e personagens reais que acabam se tornando personagens reais em substratos artísticos como em outro *funk* canção sobre os vendedores ambulantes[15]:

> Baloeiro vem descendo/As escadas tão moreno/Na camisa adidas falsa/Um escudo do Flamengo/Baloeiro, Engenheiro Pedreira/Seu barraco, seu castelo/Duros sonhos, amargo dramas/Em balas de caramelo/De muamba leva a vida/Nunca vende um só produto/Além de bala, vende tudo/CD pirata a sal de frutas:Aline Barros, Ti Tianguinho/DVD de lançamento/Patati, Patatá/Tem de funk à Apascentar [...]
> (L.Peixe)

As abordagens sobre o trem são as mais variadas no que diz respeita aos músicos da região, principalmente aqueles, que embora não gostem da alcunha, são vistos por diferentes críticos e opiniões como ligados a uma certa ideia de vanguarda. Mas ainda há inúmeras outras Baixadas em sonoridades das mais diversas. No caso do *hip hop*, por exemplo, como é comumaogênero, as questões sociais são mais presentes: a violência policial, a discriminação racial, mas também, o estigma,e, até mesmo o dentro das próprias periferias, há constrastes e polarizações. O *funk* carioca, principalmente os chamados «proibidões»[16] são também significativos na Baixada, tendo no universo da criminalidade e sexualidade explícita um lugar paralelo,onde os bairros e cidades criam verdadeiros hinos de exaltação a uma determinada facção, exaltando seupoder bélico. Os bailes também são famosos, como o extinto Signal e os ainda hoje existentes baile da Furacão 2000. Há, ainda, a entranhada tradição do samba, principalmente devido às inúmeras escolas de samba da região que desfilam no carnaval do Rio, como a Beija-Flor de Nilópolis e Grande Riode Duque de Caxias, embora seja esse um campo pouco estudado e carente ainda de maiores sistematizações e informações, devido principalmente ao histórico de agremiações tradicionais estarem em diferentes níveis de aproximação com atividades ilícitas.

---

14 PEIXE.L. Disponível em https://soundcloud.com/galoveoficial/trem-da-panguacao-ao-vivo-1 [consultado 08-12-014]

15 PEIXE.L. Disponível em https://soundcloud.com/pir-odiscos/iv-baloeiro-ok [consultado 08/12/2014]

16 Uma das variantes do funk que fazem alusão ao tráfico de drogas e ao universo da criminalidade uma forma geral.

Considerações finais: ritos de gravação e negociação no fazer estético da Pirão Discos

Nessa parte analiso o período de campo auto-etnográfico em que pude estar presente e participar da feitura de um dos discos, o Galove I, de Maurício Galo,um jovem compositor negro, saindo das faixas dos vinte anos, pobre e residente de uma área carente de maiores recursos sociais, econômicos e culturais considerada um dos três municípios mais pobres da região: São João de Meriti.A análise em questão é feita a partir da lógica de negociação, como uma constante nos processos de produção desses artistas a partir do relato da obra de Galo. Maurício Galo foge as taxações de habitat e gostos consequentemente forjados segundo ao suposto determinismo de sua «classe»: pobre, negro, músico autodidata criado em terreiro de candomblé[17], fã de Bob Dylan e compositor de *funks*. Universos sonoros completamente distintos em seus sensíveis processos de criação. Há, nos processos artísticos de Maurício, uma estética distante da posição de crítica social, ou uma denúncia partidáriade sua condição real, mas apenas uma beleza sensível às cores, vozes e sentidos do que vive; capaz de transgredir o que as taxonomias convencionais poderiam reservar como obrigação de um papel político do artista de periferia. Frente às impossibilidades estruturais de gravação nos estúdios profissionais, Maurício cria,talvez sem saber, espontaneamente, caminhos trilhados posteriormente por outros músico de seu convívio: a possibilidade de dominar seu processo criativo, de expressar-se e materializar-se a partir das ausências, dos jogos imagéticos em que sua trajetória é mostrada.

Obviamente gravar com pouco recursos não é uma invenção da Baixada. Sendo um processo comum ao redor do mundo, principalmente a partir de gravações caseiras e de interações sonoras *Lo-Fi*. O que observamos aqui, são os *modi operandi* pelo quais o território é incorporado, o que nos deixa transparecer intenções despretensiosas de tornar externo o que consideram como belo: algo bem além das supostas representações e dos seus problemas de classe. Possibilitado por um gravador condensador Behringer de aproximadamente 200 reais, sua primeira negociação estética não é com questões ideológicas, mas sim de ordem material: o único lugar disponível pra gravar seu primeiro álbum, um melancólico álbum de samba de clima soturno, é a rudimentar e apertada oficina de reparos eletrônicos do seu pai, que funciona no mesmo quintal onde vivem mais três famílias, todos parentes. A segunda negociação que influenciará na roupagem do seu som: o horário das gravações, que devido ao trânsito diurno de crianças brincando e clientes na oficina; não resta outra possibilidade de gravar que não seja de madrugada. Isso se reflete na sua voz densa, presa, agonizante, cantando dores de amor, cansado de mais um dia de expediente como estagiário de biblioteconomia no Museu da Marinha. Os elementos técnicos nos quais às condições de negociação não são bem sucedidas acabam ironicamente sendo reforçados como elementos coadjuvantes dentro de sua obra, como se necessário fosse demonstrar o quão naturais são os improvisos, bem como é sua vida real: um constante improviso num campo harmônico pré-estabelecido socialmente ao que se espera de seu desempenho. Nesse sentido, a Baixada não aparece como uma representação caricata do que já se convencionou, como violência ou pobreza, muito menos como estetizada, romantizada ou na populista de discursos e imagens que por vezes forçam representações positivas idílicas como contraponto ao estigma. O que aparece é, simplesmente, a beleza de negociações em práticas artísticas que ora funcionam como os elementos ocultados em transações bem sucedidas, a exemplo de um timbre ou acústica alcançada mesmo frente aos desafios de gravar numa sala sem acústica, ou ora negociações mal sucedidas: cheias de volumes, como o barulho da obra na casa vizinha; uma serra de obra intrusa captada involuntariamente; a mãe do dono do «estúdio» (um quintal) que sem saber que ali debaixo da sua mangueira estava tendo uma sessão de gravação, interrompe graciosamente preocupada em saber se todos já haviam tomado café; ou o choro agudo do bebê recém nascido caindo magistralmente ao fundo de uma música sobre término, totalmente alheio ao mundo dos homens e seus conceitos. O que poderia ser grotesco, graças à liberdade despretensiosa, é, então, registrado como belo, como elemento vital, como a luz natural de um ambiente ainda sem maquiagem.

---

17 Candomblé é uma religião afro-brasileira com diferentes ramificações e nações no Brasil. Sendo até hoje uma das principais religiões em número de praticantes no Rio de Janeiro. Seus elemtentos litúrgicos desempenham grande influência na música, como o samba, choro, lundu, umbigada, cocô, maracatu, funk entre outros.

Referências bibliográficas

ENNE, A.S. (2002). *Lugar, meu amigo, é minha Baixada*: *Memória, representações sociais e identidades.* Tese de doutoramento. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FORTIN, S. (2006) *Contribuições possíveis da etnografia e da auto-etnografia para a pesquisa na prática artística*. In: *Pesquisa em criação: por uma compreensão de pesquisa em prática artística*. P.GOSSELIN, L. COGUIEC. Trad. Helena Mello. Universidade de Quebec. pp. 5-47

HB, H. (2013). *O cerol fininho da Baixada.* Rio de Janeiro: Aeroplano.

LARANJA. A. (2000) «Nossos Bares». *Revista Nós*. pp. 16

LEROUX, L. (2010) «A autoficção como gênero de formação: a criação de sin as experiências de produção audiovisual das periferias». *Revista Cerrados (UnB).* pp 87-100.

_____ (2010) «Responder mostrando ao efeito de ser mostrado - mundo comum e espaços de aparência em duas experiências de dar autoria na história da produção popular de audiovisual» *Revista Interdisciplinar.* pp.47-68

_____ & CLINIO, A. (2013) *A esthetic disruptions: Mobile audio-visual experiences from urban peripheries of Rio de Janeiro.* Ubiquity: The Journal of Pervasive Media. pp. 7-19.

PEREGRINO. M. «Pirão Discos: o que é? » *Manifesto Pirão.* Disponível em:

http://piraodiscos.blogspot.com.br/ [consultado em 13-12-2014]

RANCIÈRE, J. (1988) *A noite dos proletários*. Trad. Marilda Pedreira. São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (2000), *Estética e Política. A Partilha do Sensível*. Trad. V. Brito. Porto: Dafne.

Plataformas audiovisuais consultadas

BARRETO. R. (2011). Disponível em: https://myspace.com/rodsbarreto [consultado 08-12-2013]

GALO.M. (2013). Disponível em https://soundcloud.com/galoveoficial [consultado 08-12-2014]

LARA. R (2014). Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=zElblfrK3Nw [consultado 23-11-2014]

PEIXE.L. Disponível em https://soundcloud.com/galoveoficial/trem-da-panguacao-ao-vivo-1 [consultado 08-12-014]

REDE ESCUTA BAIXADA. (2014) Canal do Grupo de Estudo Rede Escuta Baixada. Instituto Federal de Tecnologia e Educação. Nilopólis, Rio de Janeiro.

https://www.youtube.com/channel/UCJokXiVv9rQIaozHO9vL4xQ [consultado 10-12-2014]

PIRÃO DISCOS. (2014) Canal do coletivo sonoro Pirão Discos no Youtube [consultado 10-12-2014]

https://www.youtube.com/channel/UCJzrmy9cUpfq2BXbe2KAWLQ

_____ (2014) Canal da Pirão Discos na plataforma de aúdio SoundCloud:

https://soundcloud.com/pir-odiscos [consultado 10-12-2014]

Juventudes e Funk na Baixada Santista, São Paulo/Brasil

Cristiane Gonçalves da Silva
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) - campus Baixada Santista,
cristiane.goncalves.silva@gmail.com

Resumo: O gosto pelo funk tem se tornado comum entre jovens nas cidades brasileiras e na Baixada Santista, berço do estilo conhecido como funk ostentação, ele é apreendido como parte constitutiva da trajetória de vida. A partir do trabalho de extensão denominado *Juventudes e funk na Baixada Santista: territórios, redes, saúde e educação* está sendo realizado mapeamento de territórios jovens que se relacionam ao funk nas cidades de Santos, São Vicente e Guarujá. Compreendemos território para além de um espaço fisicamente demarcado, mas como espaço de interações subjetivas, desejantes e de produção de socialidades. Pretende-se apreender aspectos do estilo de vida exibido pelas juventudes que remetem às articulações possíveis entre gênero, sexualidade, raça-cor, violência, criminalidade, classe/status social. Com o olhar etnográfico e o compromisso com realização de processos educativos, pretende-se apreender a realidade da juventude e a interseccionalidade entre marcadores sociais da diferença, permitindo leitura e interpretação da realidade visando sua transformação.

Palavras-chave: juventudes, funk, territórios, gênero, sexualidade

A reflexão aqui compartilhada é parte das atividades de extensão realizadas pelo projeto **Juventudes e funk na Baixada Santista: territórios, redes, saúde e educação**[1] que tem como interlocutores privilegiados jovens de territórios marcados pela vulnerabilidade da cidade de Santos. Assume-se a noção de vulnerabilidade que deriva dos debates em torno da epidemia de HIV/Aids, compreendendo o fenômeno como definido por um campo sistêmico, complexo e contextual. Vulnerabilidade engloba as dimensões individuais, programáticas e sociais, indo para além dos fatores e comportamentos de risco tomados de forma isolada e não contextualizada, além de incorporar a dimensão dos direitos humanos e da cidadania como fundamentos para se compreender o quadro das vulnerabilidades, e como base para a elaboração de formas de intervenção psicossocial que possam reduzi-las. (Ayres, Paiva, França Junior, 2012).

No território, escolhemos realizar o trabalho em parceria com escola pública de ensino médio da região onde está localizada a UNIFESP[2]. A escola, assim como as práticas de lazer, constituem espaços fundamentais de expressão para os jovens. Green e Bigum (1998) colocam que a escola constitui-se num importante espaço de referência para jovens e, ao mesmo tempo, como espaço de conflito. O trabalho a partir da escola justifica-se pela adoção de uma perspectiva teórica que compreende juventude no plural e que aposta na aproximação do universo de jovens na instituição escolar e nos seus circuitos de lazer. Assim, o trabalho na escola e o mapeamento dos territórios do funk constituem-se em etapas do projeto que permitirão um olhar etnográfico sobre a juventude considerando a interação de várias dimensões que a constituem nos espaços e na experiência dos sujeitos. Compreende-se o território não apenas como espaço fisicamente demarcado, mas como espaço de interações subjetivas, desejantes e de produção de socialidades (Perlongher,1987), o estilo de vida exibido de rapazes e moças moradores/as das periferias da Baixada Santista.

A noção de juventude é compreendida aqui como uma categoria plural e com capacidade de adquirir muitos

---

1 Equipe do Projeto: a) docentes co-coordenadores: Professores Doutores Alexandre Barbosa Pereira e Luiz Henrique Passador; b) discentes: Ana Flávia Bernardes, Brenda Barbosa, Carolina Nagao Linhares, Denise Lima, Fernando de Oliveira Rosa, Gabrielle Ambar, Lúcio Girotto, Maíra Nobre, Thiago Mendonça, Vanessa Renata Almeida.

2 O Bairro em questão é a Vila Mathias, região predominantemente comercial, com grandes vias que interligam o centro com os bairros residenciais. Próxima da região das docas e da estação da barcas que fazem percurso Santos/Vicente de Carvalho-Guarujá, além do mercado municipal. Há poucas residências de classe média, concentrando conjunto importante de moradias coletivas que ocupam sobradinhos do início do século XX, conhecida como a região dos cortiços. Nos universo funk é conhecida como a região do Mercado.

sentidos, a partir do entrelaçamento de classe social, gênero, corpo e outras categorias como lazer e violência que também atribuem, por sua vez, sentidos à própria ideia de juventude (Pereira, 2007). Para Margulis e Urresti, ser jovem não depende somente da idade como característica biológica, como condição do corpo e tampouco depende do setor social, com a consequente possibilidade de aceitar de maneira diferencial a uma moratória, a uma condição de privilégio. Há que se considerar também o fato geracional: a circunstância cultural que emana de ser socializado com códigos diferentes, de incorporar novos modos de perceber e de apreciar, de ser competente em novos hábitos e destrezas, elementos que distanciam das gerações mais antigas (Margulis e Urresti,1996).

A primeira etapa do mapeamento permitirá aproximação dos territórios do funk na Baixada Santista, o rastreamento dele enquanto movimento cultural, assim como uma aproximação com os/as protagonistas. A primeira etapa do mapeamento está sendo realizada a partir da internet e de conversas com informantes-chave. Paralelamente, entramos no território institucionalizado da escola com a realização de Oficinas, compreendidas como processos educativos de intervenção, junto aos/as estudantes da escola pública parceira do projeto de extensão[3].

Para composição deste manuscrito foram coletados vários materiais entre abril e outubro de 2014: a) levantamento e revisão bibliográfica dos eixos teóricos e estudos sobre o tema; b) pesquisa de conteúdos da internet relacionados ao movimento funk da Baixada Santista; c) análise do conteúdo de documentários sobre funk; d) composição de narrativas com informantes-chave sobre os territórios do funk, em diferentes contextos e) leitura analítica de algumas letras de funk.

A pesquisa na internet permitiu significativa aproximação dos territórios do funk além de constituir-se também um de seus territórios, já que é grande responsável pela divulgação em massa do funk e reconhecida como elemento central para o sucesso atual. Foram realizados inúmeros acessos aos conteúdos disponíveis na rede: perfis nas redes sociais, portais e sítios que disponibilizam áudios e letras de músicas funk, portais de notícias, entre outros.

Os documentários utilizados para compor a análise, foram tratados como narrativas de representantes do movimento cultural e os conteúdos expressos pelos protagonistas compuseram a tessitura deste texto refletindo os territórios funk da Baixada Santista. Os dois documentários utilizados foram: *Funk Ostentação – O filme*[4] de 2012, dirigido por Renato Barreiros e Konrad Dantas, produzido por Kondzilla[5]; *Funk Ostentação – O sonho*[6], direção de Kondzilla, realizado pela Produtora Nóis com Nóis de MC BioG3, de 2013.

A análise também foi composta das narrativas realizadas com uma das informante-chave, escolhida em função da aproximação com tema[7] e por ter feito parte do movimento funk de Santos durante o final dos anos 90 e início dos anos 2000. As narrativas feitas com ela, constituíram-se a partir de ricas e generosas conversas, que permitiram um mergulho mais profundo no cenário do movimento funk na Baixada. Sem a participação de forma comprometida e colaborativa desta informante-chave principal, este trabalho não teria sido possível.

Este *paper* apresenta parte inicial dos resultados da pesquisa ainda em curso, que são os primeiros aspectos e recortes analíticos possíveis. O acúmulo do processo será utilizado no desenvolvimento do trabalho realizado pelo Projeto de Extensão.

---

3 As Oficinas nascem da experiência de execução do Projeto de Extensão "Saúde e Cidadania: compreendendo a masculinidade de homens da Baixada Santista" coordenado pela autora que articulava temáticas similares a que estão sendo tratadas no presente trabalho.

4 Acesso ao filme: https://www.youtube.com/watch?v=CxRMiuvpWeA

5 Produtora de Konrad Cunha Dantas, do Guarujá, que se assume como criador da estética do funk ostentação e revela o volume de produtos do funk disponibilizados na internet, sendo responsável pela produção de clipes de nomes importantes do funk da Baixada Santista. Acesso http://www.kondzilla.com.

6 Acesso ao filme: https://www.youtube.com/watch?v=QjrGVmKEF3Y

7 Agradecimentos à interlocutora pela participação e por ter concordado com a utilização de fragmentos das narrativas para composição deste manuscrito, preservando anonimato em relação a sua identificação.

1. Uma aproximação das ondas do funk na dinâmica do movimento na Baixada

A aproximação com o universo funk iniciado a partir deste trabalho permitiu identificar elementos que compõem uma linha do tempo, ainda imprecisa e incompleta, das diferentes ondas do funk na Baixada Santista, descrevendo o que singulariza o movimento funk compreendido como essencial na constituição das trajetórias juvenis a partir do território e dos elementos que o constituem.

Foram identificadas distintas ondas do funk na Baixada cujas estilísticas distintas se materializam especialmente nas letras das músicas. A classificação das ondas se dá a partir do que o estilo exalta. Os documentários e muitos dos conteúdos disponíveis na internet apontam a Baixada Santista, como sendo, depois do Rio de Janeiro, o *"território do funk"* (Marcelo Fernandes, empresário do funk em *Funk Ostentação – o filme*, 2012).

A primeira onda funk da Baixada pode ser identifica a partir da segunda metade da década de 90, marcando o funk como um movimento musical importante para a região. Mesmo sendo anterior, é nesse momento que se espalha se constitui uma espécie de marca identitária da Baixada Santista, na vibração do palco carioca onde o funk surgiu para divulgação nacional, no início dos anos 2000. De acordo com as narrativas da informante-chave, "*o funk surgiu de uma necessidade de dar voz aos moradores das comunidades, que sempre foram excluídos pela sociedade"*, relembrando o primeiro funk com o qual se identificou, o Rap da felicidade[8], uma das faixas do CD produzido pelo Dj Malboro, reconhecido como percursor do movimento funk e da sua massificação. Do seu ponto de vista, nesta época, *"a grande maioria das letras retratava bem esta realidade"*, como o Rap do Silva (Mc Bob Rum) que conta a história de *"um rapaz trabalhador, pai de família, que aos finais de semana gostava de ir à bailes funk, e teve um fim comum a tantos outros jovens pobres, confundido com bandido, foi morto pela polícia"*.

A partir do final dos anos 90 e durante os 2000, o funk foi sendo marcado também pelo estilo apologia, que exalta a criminalidade. No Rio, capital nacional do funk, é conhecido como funk proibidão e nos territórios paulistas é mais conhecido como apologia. No mesmo período, no Rio de Janeiro, começa a ser valorizada o estilo que exalta a sexualidade junto com o surgimento de MCs mulheres que viraram referência no cenário musical nacional, tal como Tati Quebra Barracos e Valesca Popozuda. Já na Baixada, o estilo que exalta a sexualidade, parece não ter tido tanta circulação e visibilidade. O território da internet traz poucos elementos sobre este estilo no litoral paulista e não foi o estilo atribuído a nenhum dos MCs de sucesso pela interlocutora-chave.

No estilo que exalta a sexualidade, mulheres aparecem como protagonistas que desejam e praticam sexo de forma mais livre, repertório cantado também por mulheres MCs, especialmente no Rio. Na Baixada Santista, a presença feminina nas letras do funk torna-se mais frequente a partir da transição do estilo apologia para o estilo ostentação, mas, na maior parte das vezes, cantadas por homens. No documentário *Funk Ostentação – o filme*, a única mulher que aparece é MC Pocahontas, do Rio. A narrativa do documentário não parte da experiência das mulheres. No movimento da Baixada, parece que o lugar de representar a *"voz da comunidade"*[9] é ocupado prioritariamente pelo homem. Mulheres no funk estão em outros pontos da trama do movimento.

Nos documentários e nas narrativas da informante-chave, a mulher no movimento do funk da Baixada compõe o universo desejado, valorizado e ostentado pelos MCs. Em muitos clipes do estilo ostentação a presença feminina se apresenta em torno do MC e se confunde com carros, motos, cédulas de real e dólar, bebidas e correntes de ouro. Para alguns protagonistas do movimento, o estilo ostentação *"valoriza a mulher"* (DJ Menor do Chapa, do Rio, documentário *Funk Ostentação – o filme*, 2012). Na história do funk paulista contada neste documentário há referência a músicas que marcaram o início da onda ostentação. DJ Baphafinha conta que a primeira música que estourou na Baixada, foi *Fubanga macumbeira* de Jorginho e Daniel[10] que, segundo

---

8 Letra dos MCs Cidinho e Doca, relembrada pela informante: *"Eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente na favela onde eu nasci, e poder me orgulhar e ter a consciência que o funk têm seu lugar..."*

9 De acordo com a informante-chave, esta seria a função do MC no movimento da Baixada Santista. A tradição do funk é marcada por esta missão que delega poder ao homem que ocupa este lugar.

10 Acesso: https://www.youtube.com/watch?v=bf9HFd0d4eQ

ele, era uma *"tiração com a mulherada"*. Na capital paulista, estoura *Gisele da favela*[11], da dupla Backdi e MC BioG3. As duas letras descrevem um tipo de mulher que é desvalorizada pelos compositores. A letra de *Fubanga macumbeira*, conta que uma mulher tentou *"fazer macumba para poder ficar melhor"* só que não resultou e *"mais feia ela ficou"*. Em outro trecho, a mulher feia é chamada de *"galinha de macumba (...) sujismunda, tem bereba na cara e não tem um lado da bunda. (...) cabelo que arrasa, porque o pente não passa (...)"*. A desqualificação é construída a partir da exaltação de estereótipos que reforçam a opressão a partir da interseccionalidade de gênero, raça, religião, classe social, estética corporal. A letra de *Gisele da Favela* tem o mesmo tom, porque se constrói na narrativa que ridiculariza a mulher pobre empenhada em estar bem arrumada para os bailes: *"todo final de semana, ela se emperequeta toda. Faz chapinha no cabelo com ferro de passar roupa (...) na favela, a descabelada não tem nem um shampoo, na balada, toda chique, quer uísque com redbull (...) faz uns bicos trampando de casa em casa, ganha 20 reais lavando fralda cagada."*

A onda ostentação substitui a onda apologia na Baixada, tendo como marco o lançamento do clipe da música *Mégane* em 2011, do MC Boy do Charmes[12]. De acordo com ele *"o funk apologia levantava o crime demais, ostentava o crime, influenciava a criançada a viver do crime e das drogas (...) mudou para a ostentação hoje. Qual a diferença? As crianças das se espelham muito nos carros, nas correntes de ouro, nos vários artistas, nos vários MCs."* (*Funk Ostentação – o filme*, 2012). O funk ostentação tem a Baixada Santista em conexão com a Zona Leste da capital como referência de origem e se caracteriza pelo rompimento com o crime e sexualidade como estilo estético. As letras deixam de abordar o crime e passam a falar das coisas que se deseja consumir. A música *Bonde da Juju*, reconhecida como a explosão do estilo ostentação na capital conecta a ostentação de bens caros (óculos de sol Juliet da marca Oakley) e bebida (*"água de bandido é uísque e redbull"*) com a criminalidade. Parece mostrar a transição entre a onda apologia e a ostentação ou que os estilos se imbricam o tempo todo.

De acordo com a informante-chave, o funk ostentação na Baixada Santista foi uma transformação necessária, após o acirramento da repressão policial ao funk apologia. Em suas narrativas, assim como aparece em outras fontes, a origem do funk ostentação está atrelada ao modelo americano de ostentação visto no rap e no hip hop. Segundo a informante-chave, no início dos anos 2000, todos os MCs cantavam apologia ou estilo *melody* (romântico) e que, segundo ela *"tinham essa mensagem social a ser compartilhada"*. Tal como no Rio, na Baixada o funk apologia traduzia a vida das pessoas nas periferias: *"também transpareciam a realidade que sempre existiu dentro das favelas"*. Enquanto reconhecimento de uma expressão identitária, a informante destaca que *"todos os MCs se identificavam com a comunidade que pertenciam"*. Ao ouvir as músicas era possível identificar o bairro que moravam, *"exaltava-se"* a comunidade nas músicas e no próprio nome. Exemplos desta identificação, motivo de orgulho para o movimento funk são Boy do Charmes[13] que representa a favela situada perto de um Motel de São Vicente que dá este nome a comunidade, Bó do Catarina em referência a favela Sá Catarina de Moraes em São Vicente e Duda do Marapé (um dos MCs assassinados), do território do bairro do Marapé, em Santos. Vincular o nome a sua comunidade é *"a forma de se identificar como morador dela e protestar de forma musical. Esta era uma característica bem clara do funk aqui na Baixada Santista"*.

O auge do funk apologia na Baixada, segundo a interlocutora, foi em meados de 2004, quando *"os MCs daqui divulgavam nomes dos traficantes e do PCC[14] de maneira bem aberta em suas letras. Lembro que no contato que tive com alguns MCs, havia o pedido para que o nome do dono da boca tal fosse exaltado nas músicas"*. Posteriormente, a Baixada Santista vivenciou uma forte repressão policial que levou a muitas mortes, não

---

11 Acesso: http://www.radio.uol.com.br/#/letras-e-musicas/permitidao/gisele-da-favela/2444091

12 Acesso: https://www.youtube.com/watch?v=pUmEeigQCR8

13 Charm's é nome de Motel no Bairro Catiapoa/São Vicente. No documentário, o MC Boy do Charmes faz a gravação em uma madeira sobre o córrego de onde se enxerga os fundos do referido Motel.

14 Organização criminosa denominada Primeiro Comando da Capital (PCC). De acordo com Biondi (2010), em novembro de 2003 o PCC orquestra setenta atentados contra o poder público, principalmente contra as forças policiais e em 2006 ocorre a ação mais contundente, uma rebelião que envolveu 84 instituições penitenciárias. (pg 75)

apenas de MCs, mas de pessoas da comunidade, ligadas ou não ao tráfico e/ou a criminalidade. Esta situação, segundo a informante, faz com que o crime organizado:

> *já não visse mais vantagem em ver seu nome vinculado ao funk"*. Para ela, *"o funk começa a ter medo, porque o MC começa a ter medo do que ele vai cantar (...) os MCs que eu conheci, eles já morreram (...) proibiu-se bailes depois da morte (de um dos MCs assassinados). Proibiu. Não tinha mais baile funk. Não sei se foi a polícia que estipulou isso, ou se foi alguma coisa da Prefeitura (...). Mas aí já tinha o ostentação. Porque o ostentação, no meu ponto de vista, o ostentação ele é o funk comercial.*

O que torna possível a onda do funk ostentação é a modificação que o funk sofre diante da sua potencialidade em permitir *"ganhar dinheiro"*. A grande mídia começava a dar visibilidade para alguns MCs na TV permitindo a transformação do funk *"em algo mais profissional"*. O conteúdo das letras também se transformaram, ficam *"pegantes"* o que facilita a entrada nas casas noturnas dos bairros mais nobres e ressalta que apesar de não ser o estilo de funk preferido da Baixada,*"ele era capaz de encher as casas noturnas"*. A preferência pelo funk nativo sempre caracterizou o movimento da Baixada e, por isto, o funk *"precisou se adaptar para sobreviver"*. No entendimento da informante, *"o funk ostentação nasceu desta adaptação"* sendo, a batida ostentação, portanto, *"um funk mais paulistano do que santista"*. Nesta transformação *"se perdeu o contexto do início e se americanizou para entrar na classe média"*. Para a informante, o funk ostentação não tem a mesma força *"dos funk das antigas"* porque *"(...) não representa nada (...) eu procurei ouvir também os ostentação aqui da Baixada pra ver se eu não tava meio louca, mas assim, conhecendo o que eu conheço do funk, ele não representa. Porque se perde esse vínculo"*. O vínculo que ela refere é o de pertencimento ao território e a missão de dar voz à comunidade. Neste sentido, questiona: *"qual é a vantagem de você falar da comunidade numa boate da Zona Sul? Eles não querem saber. (...) Só que se você for pra um baile funk dentro de uma comunidade, você ouve pouco ostentação."*

A informante entende que o funk ostentação não representa a tradição do funk da Baixada Santista, mas reconhece a sua relevância e identifica MCs que mantém a tradição, apesar da predominância da batida ostentação, tal como Dj Baphafinha, DJ Rodjhay e Mc Bola *"que já fez muito funk apologia"*. Para ela, o MC Boy do Charmes e Neguinho do Caxeta que fazem ostentação, também mantém a tradição.

> *O Boy do Charmes é da antiga, ele pegou toda esta história do funk. Tanto é que ele se identifica como Boy do Charmes, da comunidade do Charmes (...) ele ainda tem este vestígio do nosso funk antigo. (...) Ele vai manter um pouco a pegada do funk aqui da Baixada. Na maioria dos bailes que o Boy faz, ele toca música do Careca, do Primo, do Barriga, os funks antigos. Ele não se limita ao ostentação que é muito diferente, por exemplo, do Lon. (...) o Lon é ostentação só.*

Para MC BioG3, o estilo ostentação *"é uma parada que revolucionou"* e tornou-se uma possibilidade real de projeto de vida para jovens das periferias tal como colocam vários dos protagonistas do movimento cultural, abordados em um dos documentários. Nele, a qualificação do funk ostentação se dá em termos de valores positivos: *"é um funk do bem"*,*"da auto-estima"*(Boy do Charmes, *Funk Ostentação – o sonho*, 2013). O funk converte-se em possibilidade de sonho para jovens. Para MC Dede, o estilo ostentação substituiu a *"lacuna do funk que exaltava o crime"* e que, em certo momento, começou a ficar marcado, enfrentando maiores obstáculos para divulgação. Tornou-se cada vez mais comum as composições referirem *"roupas de marca, balada e mulher gostosa"* em detrimento do *"funk proibido que é a voz da favela"*. Para ele, com o funk ostentação as pessoas se deram conta que *"o luxo estava na periferia e nós não sabia"* e não dá a apenas a ideia do sonho, mas ele pode também torná-lo possível. (Mc Dede, *Funk Ostentação – o sonho*, 2013). No documentário *Funk Ostentação – o filme*, Renato Meirelles explica a fórmula do sucesso: reflexo de uma entrada significativa de

pessoas das classes D para constituir uma nova classe média, estimulada pelo governo e pela mídia. A fórmula valoriza a possibilidade de poder expressar o consumo e a *"felicidade de ter conseguido"*.

2. Trajetórias Juvenis na Baixada Santista

A Baixada Santista é centro cultural relevante do movimento funk com significativo destaque para os últimos quinze anos, período em que muita música funk foi produzida e que rapazes dos bairros periféricos e das comunidades das cidades litorâneas de São Paulo, tornaram-se MCs. O olhar feminino da interlocutora funkeira aponta para a carreira de MC como a possibilidade de ser *"a voz da comunidade",* de falar sobre *"o que realmente acontece na vida da gente"*. Rapazes que compõem e cantam suas comunidades, são capazes de provocar o encantamento de moças adolescentes. Na trajetória de vida da informante-chave, o "encantamento" pelo funk se dá quando tinha 14 anos: *"o funk, na época ele tinha uma ligação muito forte com o tráfico e aquilo encanta a mulher, o poder. O traficante é o cara poderoso. Ele tem o poder do dinheiro. (...) era o poder de, o cara chegava e era 'o cara', era um cara conhecido."*

MCs apareceram no cenário musical dos bailes nos bairros da Baixada e representavam o território em que viviam, onde o tráfico de drogas era e é constitutivo: *"faz parte"*. Aqui, o funk esteve *"atrelado"* ao tráfico por pertencerem a mesma comunidade. Fala da Baixada marcada pela morte dos MCs da Baixada *"(...) você vai ver que tem uma diferença entre o funk paulistano e o funk daqui. Tem toda diferença, tem a diferença que os meninos daqui morreram, aqui tem toda essa repressão da polícia (...)"*. Pertencer ao território, fazer parte da mesma comunidade é reconhecido como motivo de celebração nos bailes funk, onde MCs e traficantes se encontravam para diversão e permitia aos traficantes, segundo a informante-chave, um espaço de *"lazer no final de semana. Eles tinham o momento do lazer num lugar onde eles não eram julgados pelo que eles faziam. Todos iam. Era um momento de ficar tranquilo"*.

Na trajetória dos sujeitos do funk agrega-se significados relevantes relacionados ao lazer e a capacidade de *"dar voz"* a comunidade,*"exaltar o lugar onde a gente vivia, as pessoas dali"*. Para os MCs, o funk abriria outras possibilidades: *"mulher, dinheiro, fama. Mas não esse dinheiro. A gente nunca imaginou que um MC ia ganhar o que os caras ganham hoje",* referindo-se a possibilidade dada pelo estilo ostentação. Os rapazes envolvidos com o funk (promotor, DJ, MC), de acordo com ela, ganhavam *"visibilidade, status, dinheiro. Dinheiro ainda não, mas mulher. (...) MC pegava muita mulher"*.

A partir dos anos de 2005, o funk em Santos sofre uma forte repressão por seu estreito entrelaçamento com o tráfico e, portanto, com a violência. Difícil entender as conexões entre quem está envolvido e quem não está com a atividade criminosa, dado que o funk é uma expressão da comunidade. Para a informante-chave, conviver com a morte causou muito sofrimento:

> *foi uma sequência de mortes, tipo assim de eu ir no enterro de um amigo meu hoje e ter muitos amigos ali no enterro desse e no outro dia era enterro do outro que tava no enterro daquele ontem. (...) o baile foi esvaziando. (...) Isso me deixou muito triste (...) eu não tenho estudos sobre isto, mas eu acredito que foi quando começou a implantar o PCC aqui. (...).*

Sua história pessoal é marcada também pela morte de rapazes com quem manteve relações afetivo-sexuais. A primeira perda, um rapaz por quem estava apaixonada: *"esse menino que eu me apaixonei, ele não precisava, mas ele roubava. (...) ele era braço direito do dono da boca (...) Esse menino morreu (...) eu me acabei, eu não consegui mais lidar com isso, pra mim não era normal... ele morreu... eu sei mais ou menos quem matou... ele foi assassinado, bem novinho, acho que ele tinha 19 anos."*

O funk apresenta, dentro de sua própria dinâmica sociocultural, espaços de vulnerabilidade social, como revelam as narrativas da informante-chave. A partir deste ponto da história do funk na Baixada Santista, ocorre

uma sucessão de assassinatos de pessoas envolvidas com o movimento funk[15]. A vinculação entre movimento funk da Baixada e o tráfico aparece até na reflexão que a interlocutora faz sobre a ausência de mulheres MC na região, ao reconhecer o lugar de MC, que exalta o crime, como masculino. Na Baixada *"o funk é diferente"* do Rio onde o estilo proibidão pode circular *"tranquilamente"*. A música *Rap das armas*, de Cidinho e Doca, que

> *exalta algumas armas e as formas de matar"* foi *"comercializado no Rio de Janeiro tranquilamente. Aqui ele seria um funk muito apologia e muito restrito (...) nas rádios não tocavam. Nem essas rádios comunitárias (...). Quando eles tocavam, eles modificavam a letra pra tocar na rádio comercial (...) aqui a repressão é maior (...) no Rio, não tiveram essa repressão que a gente teve do funk. Lá, os policiais ouvem funk (...) aqui não, os policiais têm raiva, tem raiva do bandido (...) Nosso proibidão é diferente do proibidão deles. Nosso baile funk é diferente do baile funk deles. Tanto que lá, os MCs que morreram, alguns lá até morreram (...) Não foi uma execução. (...)*.

Ocupar este lugar cabe aos homens e a única lembrança de MC mulher referido pela interlocutora remete a uma dupla, sendo que uma delas é *"meio masculinizada, não era muito feminina. Ela devia ser homossexual pelo trejeito dela"*.

A ideia de que o estilo ostentação afirmam valoriza as mulheres se materializa na significação das mulheres como tendo o mesmo valor de outros símbolos da ostentação do consumo que atribuem status a seus proprietários. A valorização da mulher percebida nas narrativas está no fato das letras não fazerem referências explícitas à sexualidade, o que agregaria valor, independentemente da objetificação do feminino como bem de consumo masculino. Outro encantamento proporcionado pelo funk para as moças seria a possibilidade de viver o estilo funkeira que, segundo ela:

> *funkeira era menina que era livre. Que não tava nem aí pra ninguém, não namorava com ninguém. Ia pro baile e se divertia, ficava. (...) A gente era as cachorra, não tava mais nem aí pra nada (...) eu era puta pra todo mundo saber mesmo. Ficava mesmo. (...) Eu acho que eu trouxe muito isso do funk, essa minha liberdade. Eu não preciso esconder, eu não preciso fingir, eu não preciso mentir dizer que sou uma coisa que eu não sou*.

A pesquisa feita até o momento identificou uma única cantora de funk da Baixada, MC Sexy de Praia Grande que canta o estilo ostentação. As informações sobre a cantora disponíveis na internet giravam em torno da notícia sobre o episódio de violência sofrida por parte de seu ex-namorado ou referiam o ensaio fotográfico que fez para a Revista Sexy[16]. Diferentemente das músicas dos MCs da Baixada, facilmente localizadas na internet (gravações de áudio, clipes oficiais ou produzidos por fãs, sítios próprios de letras de músicas, rádios virtuais), as músicas de MC Sexy não foram localizadas. A pesquisa aponta, portanto, para uma visibilidade do corpo feminino e da violência de gênero e não como uma representante do movimento funk. Esses resultados servem para dar contornos específicos para o universo explorado, a partir do gênero.

Na atualidade, o lugar da mulher deslocou-se, causando surpresa para informante-chave. Relata que após sua saída do movimento funk ocorreram mudanças e indica que ocupar o lugar do masculino interfere no modo de ser menina agregando valores masculinos a performance de gênero:

---

15 Vide as diversas reportagens sobre o assunto, como essa que segue: http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/musica/noticia/2013/07/baixada-santista-contabiliza-5-mcs-executados-nos-ultimos-tres-anos.html

16 Acesso aos conteúdos: http://www.areah.com.br/galeria/geral/galeria/43179/3/pagina_0/mc-sexy.aspx#a_galeria e http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/02/apos-depoimento-ex-namorado-de-mc-sexy-e-preso-por-agressao.html

> *na época que eu era do funk, a gente enquanto mulher, era a mulher do traficante, a namorada do traficante, mas não tinha envolvimento com tráfico. Ninguém levava droga, ninguém roubava, ninguém assaltava. As meninas, elas eram meninas. Elas namoravam e só. Mas aí as meninas começaram a entrar no tráfico. Elas. E de frente mesmo. Assaltar, roubar. Eu tenho amigas que já foram fazer essas coisas ou que fazem ainda. E pra mim, foi meio que assustador porque a mulher ela passou a ser bandida mesmo (...) eu conheço algumas que comandam a boca. São mulheres mesmo e nem tem um perfil mais masculino. São meninas sangue nos olhos.*

As relações afetivo-sexuais narradas pela interlocutora revelam a categoria *"pegar"* como sendo um envolvimento sem nenhum tipo de vínculo. Na sua concepção, a ideia seria *"usar"* os homens. Para a informante, no funk a sexualidade sempre esteve presente e refere a expressão *"cachorra (...) e ganhava este título a menina que não se preocupava muito com os rótulos e saía com quem ela queria"*. Apresentou até uma tipificação do universo funk: *"popozuda"*, mulher *"gostosa, corpuda, bunduda, que tinha corpão mesmo"*; *"popô"* para mulher com *"a bunda pequena"*; *"fiel"* para aquela que tem namorado ou marido e não trai, mas *"aceita a infidelidade dele"*; *"amante"* para qualificar aquela que *"não mantém compromisso com ninguém e que fica com os namorados e maridos das fieis"*.

Para a interlocutora, mulheres funkeiras que frequentam bailes e circulam pelo território funk, *"sempre foram bem resolvidas com a sexualidade"*. Falar e fazer sexo com quem desejar, *"nunca foi um tabu"*. Refere música da Gaiola das Popozudas, grupo que lançou a MC Valesca Popozuda que diz: *"eu dou pra quem eu quiser que a porra da buceta é minha"*. Segundo ela, as letras *"exaltavam o que acontecia dentro dos bailes: meninas que se sentiam livres para viverem sua sexualidade"*. Muitas funkeiras *"defendem"* a ideia de liberdade e o funk para elas, seria uma forma de *"se auto afirmar como mulher livre também"*. Na Baixada, segundo a informante, a sexualidade e as mulheres também aparecem nas letras de alguns MCs como a dupla Renatinho e Alemão[17]. Atualmente, a liberdade feminina parece ter sofrido retrocesso nos territórios funk porque *"o machismo hoje ficou bem pior"* e avalia não poder ter a mesma vida que teve quando pertencia ao movimento funk: *"se eu vivesse hoje do jeito que eu era antes, acho que eu já tinha morrido faz tempo (...) porque hoje em dia, não sei, tá muito mais machista. Os homens, eles tão aceitando bem menos que você troque eles, no caso, que você use eles que nem eu fazia"*.

Nas narrativas da informante-chave, os marcadores sociais operam em correlação mesmo quadro atribui significado de rompimento com alguns padrões no exercício da sexualidade (Alves, 2009). Classe, geração e gênero operam de forma a tornar escancarado o caráter histórico da construção das expectativas sociais em torno das adolescentes periféricas. Os marcadores são essenciais para a compreensão do funk como fenômeno, assim como a interseccionalidade. No contexto do território onde estão os/as jovens marcadores interseccionados são estruturantes e produtores de identidades e interações pessoais, sociais e afetivo-sexuais, constituindo assim vários sentidos para as juventudes. A vivência da sexualidade traduzida nas narrativas da informante vem marcada pela interseccionalidade de marcadores sociais de gênero, geração, classe e estilo de vida.

O conceito de interseccionalidade utilizado é emprestado de Crenshaw (2002, p. 177):

> *(...) uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas.*

Os marcadores sociais da diferença são socialmente definidos para delimitar, classificar, hierarquizar e padronizar. São também negociados e articulados na construção de relações afetivo-sexuais entre sujeitos

---

17 Na internet, as letras e músicas disponíveis da dupla Renatinho e Alemão, são principalmente aquelas do estilo apologia. Na letra da música Taliban, por exemplo, comparam o PCC da Baixada Santista ao Taliban, enquanto *"organização de terrorista"*. Acesso ao conteúdo: https://www.youtube.com/watch?v=tCquU6Hx8gI.

e grupos sociais, sendo um importante aspecto da produção de socialidades que definem a agência e as formas de interações desejantes e hierárquicas entre jovens (Simões et al, 2010), impactando na produção de suas vulnerabilidades. Na interseccionalidade, gênero e geração e outros marcadores sociais da diferença se "enfeixam" de tal forma que o eixo de diferenciação constitui o outro ao mesmo tempo em que é constituído pelos demais (Pelucio, 2001).

No campo da saúde sexual e reprodutiva, as narrativas revelam elementos centrais para compreender a vulnerabilidade de meninas. Relata não ter usado preservativos na maior parte das relações sexuais e que isto se relaciona à forma como o sexo era abordado na sua casa, *"ele era visto como uma coisa que ninguém fazia"*. A escola foi lembrada pelo oferecimento da *"educação sexual"* que, para ela, era *"muito teórica (...) fazia um trabalho sobre HIV/Aids. Você vai lá, coloca na cartolina, acabou. Não tinha conversa, não tinha um diálogo. (...) minha mãe ela sempre tinha mania de falar 'vocês aprendiam isso na escola'. Não, não aprendia na escola"*.

As poucas vezes em que usou preservativo, havia sido por exigência sua. Entretanto, colocou sobre a dificuldade de exigir o uso, porque *"o homem, ele é muito difícil"*. Na sua experiência, diante da exigência, era comum vir uma negativa como resposta, *"não tem, vamos assim mesmo! E eu era muito novinha, não tinha muito noção do meu corpo"*. Apesar da experiência com o exercício da sexualidade ser significada como *"vida livre"* possível de ser vivida nos territórios do funk, relata que no início ela não gozava, *"nem sabia o que era"*. O sexo se tornou algo legal para a interlocutora porque, mesmo sem gozar, gostava de *"proporcionar prazer"*. O uso do preservativo também estava condicionado à situações que, muitas vezes, envolvia uso de álcool e/ou maconha, gerando dificuldades na negociação e mesmo na colocação. Avalia que o fato de ser nova tornava mais difícil o sexo seguro: *"menina, muito novinha tem um fogo, né? Então era muito difícil dizer não e acabar. Como assim? Você tava lá já, você foi, você aceitou. E como não tem camisinha, você não vai fazer? Sabe, era meio que... não tinha lógica. Tá na chuva, tem que se molhar"*. Na experimentação de uma sexualidade *"livre"* a informante-chave descobre uma gravidez não planejada:

> *eu descobri que estava grávida (...) eu estava com 15 anos e foi ai que eu fui ao médico. E quando eu fui ao médico eu descobri tudo. Por exemplo, que eu estava grávida, que tinha pego algumas DST. Que eu tive sífilis (...) eu tive sorte de não ter pego nada muito sério. Tive sífilis, mas dava pra tratar, tratei, não era uma doença que ia me matar. Foi aí que o médico me orientou (...) e daí a ficha caiu. Daí fiz o teste de HIV e descobri que eu não estava, mas daí que eu fui descobrir, meu Deus, o que eu fiz? Daí eu fui descobrir o quanto eu tinha me arriscado*.

A gravidez não planejada atribui à maternidade e a paternidade significados que carregam um certo lugar para o masculino e o feminino diante da vida reprodutiva e da educação de filhos. O rapaz de quem engravidou namorava com outra moça e pediu que abortasse:

> *era muito novinha, eu não sabia o que queria da vida (...) Até que eu coloquei na minha cabeça que ia ter o neném e falei pra ele, eu vou ter, você vai me ajudar? Ele falou que ia. (...) Ele me ajudou durante o período da gravidez. (...) Me ajudou assim, com dinheiro para remédios, condução pro pré-natal, enxoval, carrinho, berço. Mas assim, ele ficava lá na dele, eu na minha*.

Recorrentemente, a responsabilidade diante da gravidez fica exclusivamente ou majoritariamente com as futuras mães, pelo fato da gravidez acontecer no corpo feminino. Já a paternidade não acontece de forma automática e se constitui também a partir do valor atribuído ao exercício da sexualidade para homens e mulheres e aos significados tradicionais atribuídos à conjugalidade. A paternidade é passível de questionamento e, no caso da informante, é o que a constitui e a define na história de sua filha. Ou seja, gênero, geração e classe se interseccionam e definem o modo com se constrói a maternidade na trajetória da interlocutora. Na perspectiva aqui adotada, a interseccionalidade é tida como instrumental para transformação da realidade

(Mello, Gonçalves, 2010), o que significa que diante da desigual responsabilização diante da gravidez e da criação dos filhos, é preciso rever classificações e hierarquias sobre corpos e sujeitos.
Na trajetória de vida, a sexualidade vivida de *"forma livre"*, *"sem ter dono"*, *"pegar quem quiser"*, *"ser puta mesmo"* remete também ao desconhecimento sobre o próprio corpo, sobre o prazer e sobre a informação para prevenção da gravidez. Ao mesmo tempo, é percebida pela interlocutora como uma forma masculina de viver a sexualidade:

> (...) *os caras se sentiam usados por mim. Era muito engraçado. (...) se sentiam meio que usados. Porque eu fazia meio que o papel deles. Eu tenho uma cabeça muito masculina(...) É porque, eu não sei, eu não queria um vínculo afetivo. Eles também não, mas eles não gostavam de saber que ontem eu estava com eles e hoje com Fulano de Tal. Então eles sempre me questionavam, pagavam um veneninho: 'eu não vou mais ficar contigo!'. Tudo bem, não fica. E eu já pegava o amigo dele*.

Paul Sneed (2008), em artigo sobre as dinâmicas dos bailes funk na favela da Rocinha no Rio de Janeiro, aborda o quanto as ideias de abundância, energia, intensidade e transparência são categorias fundamentais para se pensar a questão da sexualidade e do consumo de álcool e outras substâncias no contexto dos bailes funk. No que se refere à questão da transparência, o autor alude às formas como a sexualidade aparece de modo a transgredir determinados padrões de conduta impostos socialmente. Desta forma parece que a sexualidade é compreendida pela interlocutora, mesmo reforçando desigualdades de gênero, apresenta novos significados para a sexualidade feminina. De acordo com a interlocutora, o jeito *"muito livre"* e seu desejo de *"pegar geral"* não eram compreendidos pelos homens:

> *era difícil para eles entenderem que eu era livre, que eu não tinha dono. Eu namorava quem eu queria. Então eu ficava com um, ficava com outro. E geralmente eles eram amicíssimos (...)eles se conheciam... eu sempre namorei MC... todos eles eram MCs (rindo). Daí tipo, a fama foi crescendo e eu também nunca liguei, nunca me importei. Eu era muito livre (...) ninguém nunca me pediu em namoro, então eu não tenho compromisso com ninguém. Eu fazia o que eu queria*.

Nas relações entre mulheres e homens que se constituem a partir do universo funk, desponta uma evidente relação de poder quando se trata da sexualidade. Mulheres livres que definem e vivem seus desejos junto a rapazes que ostentam status e poder, a partir de sua inserção nestes territórios. Neste sentido, é preciso atentar para o gênero como elemento constitutivo das relações sociais, o qual está fundamentado nas diferenças percebidas entre os sexos, mas principalmente por ser uma forma primeira de significar relações de poder (Scott, 1995).
O encontro com as narrativas tem como propósito, a valorização das experiências como caminho para compreensão das dinâmicas sociais. A experiência é o lugar de formação do sujeito e a partir da qual o constituem subjetivamente. Os sujeitos, suas posições e suas subjetividades diferentes são inscritas pelo contexto que as reitera ou repudia (Brah, 2006). Nessa perspectiva, exercer livremente a sexualidade ainda está circunscrita a um universo que valoriza mais, no sentido positivo, sexualidades femininas submissas. Inclusive por isto talvez, a estratégia de *"usar os homens"* e/ou *"fazer o papel deles"* seja uma estratégia de inversão baseada na dominação de um lado sobre o outro, como se a binaridade classificatória não pudesse ser rompida. Isto aparece também na dificuldade em aceitar que mulheres, com jeito feminino, sejam traficantes.
Autores como Mario Margulis e Marcelo Urresti (1996), é preciso que se enfatize a importância de compreender a condição de juventude dos modos diversificados como ela se manifesta, conforme fatores como classe social e gênero. Nos rapazes e moças do movimento funk da Baixada Santista os fatores do contexto são relevantes para definição do modo de ser jovem no próprio território. Particularmente é preciso estar atento às conexões de várias dimensões da vida, incluindo atividades ilícitas e as consequências de viver em um país desigual que transita para o consumo como meio de efetivação da condição de cidadania.

A pesquisa permitiu, até o momento, verificar que os projetos de futuro para alguns/algumas jovens são atravessados pela violência e que é relevante a presença do funk como expressão identitária constitutiva das redes de amigos e de conjugalidades, estilos de vida além de figurar como uma possibilidade profissional. A continuidade da pesquisa permitirá identificar a forma como a violência e outros fatores impactam o quadro de vulnerabilidades dos/das jovens inscritos no território, assim como fornecerá subsídios para produzir formas de intervenção que possam aumentar a capacidade de agenciamento dos sujeitos e a redução da vulnerabilidade. A pesquisa aponta também para a potencialidade do movimento funk como produtor de territorialidades, no sentido do pertencimento. O pertencimento a um território permite que os sujeitos se inscrevam, se movam e se produzam através de agenciamentos múltiplos, de forma dinâmica, intersubjetiva e desejante (Perlongher, op. Cit.). No território, as relações e os desejos são agenciados também pelas formas de consumo que constituem o funk como fenômeno da indústria cultural que propõe estilos de vida, e constrói subjetividades, formas de sociabilidade e de relação com a sociedade de forma mais ampla.

Com o estilo funk ostentação as trajetórias juvenis passam a contar com a possibilidade de se constituírem a partir de outro lugar, no mesmo território periférico. A valorização do consumo para ser ostentado faz parte do universo funk. Mc Boy do Charmes é um importante representante do estilo ostentação, considerado, segundo Wikipédia[18] como "pai do funk ostentação" com lançamento da música *Mégane* em 2011. A letra desta música descreve o prazer e o poder do proprietário de um carro tipo Mégane da marca Renault. Um bem de consumo que anuncia para o baile, para a comunidade e para as crianças a condição de seu proprietário. Simboliza a propriedade como poder e, ao mesmo tempo, indica a possibilidade de um projeto de vida constituído a partir do desejo do consumo deste e de outros bens. Para o MC Menor do Chapa do Rio de Janeiro, Boy do Charmes *"canta realidade, canta consciente, canta ostentação."* (*Funk Ostentação - o filme*, 2012).

Na letra da música *Mégane*, a imaginação convida para participação em uma experiência de ostentação:

> *Imagine nós de Mégane ou de Mil e Cem, invadindo os bailes, não tem pra ninguém (...) é euro, é dólar e nota de cem (...) Dinheiro faz dinheiro. Dinheiro chama mulher. (...) cheiroso prá caralho. To de Armani e Ferrari (...) Na nossa mesa, só Absolut e Red Bull. Tô rodeado de mulher. (...).*

No clipe[19], feito pela produtora Kondzilla, crianças estão nas ruas de uma favela, território do MC e parecido com o território de vários outros rapazes como ele. Boy do Charmes começou a compor e cantar quando trabalhava como pedreiro ao mesmo tempo que se constituía, como sujeito, no movimento funk. A simbologia do cenário do clipe é capturado na imagem que associa favela-riqueza: uma primeira imagem captura casas, ruas e pessoas e a segunda, o carro Mégane prata e diversas motocicletas de 1100 cilindradas, multicoloridas. O cantor e os meninos exaltam felicidade por pilotar veículos potentes, tal como nas brincadeiras masculinas, reproduzidas nos espaços que educam os corpos e constituem as identidades de gênero (Louro, 2010) aprendidas desde muito cedo nos espaços de socialização. Corpos que nascem com pênis são estimulados a experimentações que constantemente são permeadas por máquinas que devem ser conduzidos e dominadas por eles. Estes sujeitos periféricos, meninos e homens do território, têm no MC moleque-homem um modelo e motivo de orgulho para a comunidade. No clipe há outros elementos: garrafas de vodca balançadas de forma ritmada por rapazes assumem a função de adorno para o corpo macho, tal como boné, óculos de sol e correntes grossas em torno do pescoço. Os meninos, aparentando ter entre 6 e 10 anos aparecem como MCs mirins. Roupas e óculos de sol tornam homogênea a estética ideial masculina neste universo, ao mesmo tempo que se torna uma marca identitária. Ao som do funk ostentação, meninos podem pilotar e ostentar uma mini-moto motorizada, tão colorida como a do adulto. Homens e meninos pilotam sem capacete, empinam as motos e demonstram o prazer das situações perigosas e arriscadas, tal como a violência do estilo de vida do tráfico que aponta para a experiência do perigo como algo do masculino, valorizado socialmente naquele território. No

---

18 http://pt.wikipedia.org/wiki/Funk_ostentação

19 Clipe oficial produzido por KondZilla: https://www.youtube.com/watch?v=pUmEeigQCR8

final do clipe, uma imagem captura, num *close,* a tatuagem de revólver feita no abdômen de um rapaz. De certa forma, este é também um elemento que conecta Boy do Charmes a história e à tradição do funk da Baixada e ao estilo apologia.

Na música *Onde eu chego eu paro tudo*[20], 2012 Boy do Charmes utiliza a mesma fórmula do consumo como meio de superação da miséria. Mulheres também são bens de consumo, tal como os objetos que simbolizam a identidade de MC bem-sucedido. O poder é conseguido pelo consumo e gasto em *"putaria"*. Atravessada pelo gênero, o modelo de masculinidade valorizado nos territórios do funk, ainda reforça a objetificação da mulher e um certo modo de significá-las. As *"piranhas"* tomam banho do champanhe mais caro porque, ao ostentador, não interessa economia. Assim, mesmo sendo piranha, fazem parte da brincadeira com bebida cara. Compõem um conjunto de bens simbólicos que reafirmam o poder de consumo do homem que os ostenta e domina:

Onde eu chego, eu paro tudo.
A mulherada entra em pane.
Meu cordão é um absurdo.
Meu perfume é da Armani. (…) Não é imaginação, é a realidade.
Já virou passado: miséria, necessidade. (…)Festinha na cobertura, no apê no
Guarujá. (...) Nós dá banho nas piranha com champanhe do mais caro. E no meu
vocabulário não existe economia.
Nós investe no poder
e usufrui da putaria.

Outro rapaz que se constituiu como sujeito no movimento funk da Baixada Santista foi MC Primo, um dos quatro MCs executados. Representava a voz da comunidade do Jóquei Clube e se vinculava à tradição da região, fazendo funk que falava de seu lugar de pertencimento e, portanto, da criminalidade. O funk *Diretoria*[21], segundo a informante-chave, marca momento importante da carreira deste MC e o distancia do *"apologia pesadão"*. Na letra, demonstra preocupação com projeto de vida do moleque da favela:

Olha a revolta
do moleque sofredor. Se jogou nas ondas da maldade.
Maluco, agora é tarde, o seu castelo desabou.
Selva de pedra em que vivemos.
Pra se esquivar do tormento
temos que nos libertar.
O clima aqui está difícil,
mas se liga ai parceiro
que eu vou continuar.
É, eu peço a Deus para que olhe por nós. Venderam os meus pensamentos,
mas não calaram a minha voz. Eu sou guerreiro.
Sou certo
e não admito falha.
Favela dá um papo reto, não somos fãs de canalha.(...)
Não fica em pé se falhar na missão.
Que o funk é pra curtir na disciplina.
É o batidão da Baixada Santista (...).

20 https://www.youtube.com/watch?v=M095niM05iw

21 Acesso: https://www.youtube.com/watch?v=-0kXRlffDPc

As trajetórias dos rapazes MCs nos territórios do funk são particularmente marcadas por esta conexão com atividade criminosa. De acordo com a informante-chave, na primeira metade dos anos 2000, *"ser preso era uma coisa que te colocava lá pra cima"*. O enfrentamento da polícia presente nas letras das músicas fazia parte do modelo de masculinidade valorizado. A informante-chave refere música *Bonde da Capela*[22] de MC Careca, outro dos MCs assassinados, que pode ter *"condenado ele a morte"* por exaltar lideranças do tráfico e afirmar *"nós mete bala até nos home!"*. A interlocutora, nesse momento, diz ter percebido que *"o funk que acreditava, ele tinha ido por um outro caminho. Um caminho muito feio. (...) uma sequência de mortes (...) No BNH, eu tinha 15 amigos (...) eles morreram todos"*. De acordo com a interlocutora, os rapazes mortos *"faziam um funk muito apologia, nenhum era mais ou menos"* com relações muito cruzadas com lideranças da criminalidade. Inclusive, para ela, os MCs eram valorizados por esta conexão. Antes da onda ostentação o funk, *"o funk não tinha esse contexto comercial"* e só lucravam com ele, os empresários donos das casas de shows e as equipes de produção.

> *Os MCs cantavam pelo cachê mínimo, quando recebiam (...) só pelo prazer mesmo, o status. Ninguém pensava em ficar rico cantando funk. Como era um movimento bem voltado para o público mais carente, não gerava muita renda para quase ninguém. Apenas status. Para o MC bastava apenas a divulgação do seu nome, do seu bairro e a possibilidade de pegar muita mulher. Era apenas uma diversão.*

Na onda do funk ostentação, o território apresenta outras possibilidades para a constituição das trajetórias. De acordo com Kondzilla,*"o cachê dos MC hoje permite que eles vivam a ostentação que cantam"* (*Funk Ostentação – o sonho*, 2013) fazendo com que o consumo seja viabilizado não mais pela criminalidade mas pela *"batalha"*, trabalho lícito e valorizado pela sociedade. O modelo de vida preconizado pelo estilo representa, de maneira singular, a promoção da cidadania por meio do acesso ao consumo e expressa o desejo de ascensão dos sujeitos periféricos. De acordo com DJ Malboro,*"traficante como ídolo e protetor é substituído pelo MC e, com isto, resgata para cidadania"* (*Funk Ostentação – o sonho*, 2013). Do ponto de vista da interlocutora o que agrega valor ao funk é *"o lado do protesto e da liberdade. E a violência é só o reflexo do meio em que vivem"*. Na onda ostentação, que projeta a expressão cultural de forma massiva, ganhando espaço na mídia, o funk *"perde este caráter, graças ao capitalismo também, já que o funk virou produto, e bem rentável para alguns"*.

Este trabalho trazem reflexões iniciais de um trabalho que está sendo executado e que trará outros elementos importantes para pensar a constituição de trajetória de rapazes e moças nos territórios funk da Baixada Santista de modo a subsidiar ações educativas no âmbito do projeto de extensão do qual faz parte que possam transformar a realidade, diminuindo a vulnerabilidade.

Referências Bibliográficas

ALVES, A. M. (2009) "Fronteiras da relação. Gênero, geração e a construção de relações afetivas e sexuais", *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 3, pp.10-32.

AYRES, J. R., PAIVA, V. & FRANÇA JUNIOR (2012) "Conceitos e práticas de prevenção: da história natural da doença ao quadro da vulnerabilidade e direitos humanos". In: Paiva, V., Ayres, J. R. & Buchall, C. M. (eds.). *Direitos Humanos e vulnerabilidade na prevenção e promoção da saúde: Da doença à cidadania*, Curitiba: Juruá, pp. 52-78.

BIONDE, K. (2010) *Junto e misturado – uma etnografia do PCC*, São Paulo: Editora Terceiro Nome.

BRAH, A. (2006) "Diferença, diversidade, diferenciação", *Cadernos Pagu*, 26, pp. 329-376.

22 Acesso: https://www.youtube.com/watch?v=x5Jmudxr_2E

CRESHAW, K. (2002) "Documento para o Encontro de Especialistas em aspectos da Discriminação Racial relativos ao gênero", *Revista de Estudos Feministas*, 10(1), pp. 171-188.

GREEN, B. & BIGUM, C. (1998) "Alienígenas na sala de aula". In: Silva, T. (org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes.

LOURO, G. L. (2010), "Pedagogias da Sexualidade", In: Louro, G.L. (org.) *O Corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 7-34 .

MARGULIS, M. & URRESTI, M. (1996) "*La juventud es más que una palavra"*. In: Margulis, A, M. (org.). *La juventud es más que una palabra*. Buenos Aires: Biblos.

MELLO, L., GONÇALVES, E. (2010) "Diferença e interseccionalidade: notas para pensar práticas em saúde", *Revista do Programa de pós-graduação em Ciências da UFRN*, 11 (2), pp. 163-173.

PELUCIO, L. (2011) "*Marcadores Sociais da Diferença nas Experiências Travestis de Enfrentamento à aids"*, *Saúde & Sociedade*, São Paulo, 20 (1), pp.76-85.

PEREIRA, A. (2007) "Muitas palavras: a discussão sobre juventude nas Ciências Sociais", *Ponto Urbe Online*, 1, Disponível em: http://pontourbe.revues.org/1203, [consultado 12-10-14].

PERLONGHER, N. (1987) *O Negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense.

SCOTT, J. (1995) "Gênero: uma categoria útil para a análise histórica", *SOS Corpo*, Recife.

SIMÕES, J., FRANÇA, I. L., PASSADOR, L. H. & FACCHINI, R. (2010) "Desire, hierarchy, and agency: Youth, homossexuality, and difference markers in São Paulo". *Sex Res Soc Policy*, 7, pp. 252–269.

SNEED, P. (2008) "Favelas Utopias: The Bailes Funk in Rio's Crisis of Social Exclusion and Violence". *Latin American Research Review*, 43 (2), pp. 57-79.

Os Sons da Cidade: um estudo sobre as paisagens e campos sonoros no espaço urbano campinense

Tiago Fernandes Alves
(Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia
da Universidade Federal da Paraíba – PPGS/UFPB).
fernalvestiago@gmail.com

Demetrio Gabriel Gamboa Marques
(Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PPGCS/UFCG).
demetrofks@ig.com.br

RESUMO
Este artigo objetiva compreender os padrões e os conflitos emergentes das paisagens, espaços e campos sonoros advindos dos processos de sociabilidades urbanas em Campina Grande – PB, Brasil. Neste intuito, buscamos entender o modo como os agentes e grupos sociais produzem sonoridades ao configurarem os espaços urbanos quando estabelecidas novas lógicas que ora destoam, ora confluem aos padrões sonoros socialmente instituídos. Metodologicamente realizamos pesquisa documental, observação participante com o objetivo de observar proximamente as sociabilidades na conformação dos campos sonoros, assim como uma etnografia sonora – através do uso de um gravador digital – que nos possibilitou apreender acusticamente as sonoridades produzidas pelas interações sociais e pelos usos do espaço urbano. Os resultados obtidos nos permitiram o registro dos padrões sonoros presentes no cotidiano urbano campinense, culminando na leitura das relações de poder e violência presentes nos campos sonoros resultantes dos processos de sociabilidades e produção do espaço urbano.

Palavras-chave: paisagens sonoras; campos sonoros; sociabilidades; espacialidades urbanas; ressignificação.

1. Do Espaço Urbano ao Espaço Sonoro

Tenho por intuito neste artigo apresentar algumas definições sobre cidade buscando entender a produção de espaços urbanos segundo processos de sociabilidades. Após breve percurso de apresentação, objetivo chegar às noções de paisagem, espaços e campos sonoros alçando uma ponte argumentativa para a formulação de um(a) novo(a) olhar/escuta sobre os espaços urbanos em Campina Grande – PB, Brasil, entendendo as sonoridades da cidade como elementos indispensáveis para ampliação da perspectiva sociológica sobre os fenômenos sociais. Para tanto, apresentarei os espaços e campos sonoros como materiais analíticos indispensáveis para o entendimento do fenômeno social urbano que, segundo Lefebvre (2001), não se esgota pelas ciências parcelares. Mais do que uma proposta exaustiva e acabada, os conceitos aqui apresentados reforçam e ensejam uma contribuição aos estudos sobre as cidades e a urbanidade em toda sua vasta complexidade.
Busco, portanto, abrir os ouvidos para escutar a cidade, ir além dos sentidos muitas vezes imperativamente visuais. Os espaços e campos sonoros surgem como ferramentas analíticas de uma investigação sensível para os fenômenos auditivos nos espaços urbanos (Schafer, 1977), sobrevoando sua paisagem sônica, ouvir suas tensões, conflitos e as regularidades da vida citadina. Estes conceitos ajudam a entender as normatizações e regulações sociais sobre os fenômenos acústicos, compreendendo que a produção sonora não é apenas uma questão de poluição sonora, ou de emissão de ruído, apresentando-se também como complexas formas de lutas de poder para o estabelecimento de lugares privilegiados nos espaços/campos sonoros em disputa.

O estudo dos campos e espaços sonoros reflete o ensejo de entender as sonoridades que ressoam dos processos de sociabilidades entre agentes e grupos sociais. De modo dialetizante, agentes e grupos rearranjam os espaços sonoros, ampliando suas margens, entrando, criando e perpassando outros espaços. A cidade ressoa e emite sons que estão, todavia, por serem ouvidos.

Em busca dos sons da cidade lanço mão de uma etnografia sonora, gravando os sons correspondentes às ruas, calçadas, praças e espaços públicos. Os conflitos e as regularidades acústicas serão apresentados na forma de trechos e gráficos representativos das dinâmicas sonoras dos espaços urbanos. Para tanto, procuro perceber a relativa relação entre som e silêncio[1] como princípio elementar das relações de força que ressoam em meio à paisagem sonora urbana.

A proposta lançada é de um recorte do geral ao particular, partindo do entendimento da produção do espaço urbano até a forma como ressoam as relações sociais.

1.1. A cidade e os espaços urbanos

O olhar de Lefebvre (2001) enxerga a cidade como um tecido urbano, estendendo seus fios interrelacionados que fazem necessárias análises dos textos e contextos do acontecer urbano. A urbanidade, enquanto produtora de pessoas e não apenas de objetos, situa-se entre a *ordem próxima*, ou seja, os textos contextualizados pelos indivíduos e grupos sociais em interrelações mútuas, e a *ordem distante*, os textos constituídos pelas ordenações e instituições sociais (Lefebvre, 2001, grifo meu).

A cidade é linguagem, textos e contextos que se configuram mutuamente. Produto e produtora, a cidade deve ser distinguida do urbano. A cidade é a configuração material de objetos específicos de determinadas formas de produção material, industrial, capitalista. O urbano é específico de uma configuração mental, produção textual ideológica efetuada pelos agentes e grupos sociais inseridos na cidade. Portanto, perceber a cidade em seus significados mais profundos é entendê-la enquanto lugar geográfico da produção material e lugar simbólico-linguístico da produção mental (Lefebvre, 2006).

Neste sentido, a cidade não é apreensível apenas pelas continuidades históricas, um texto que se reestrutura em comum acordo com o devir histórico, um processo de acumulação e de desenvolvimento lineares do mais primitivo ao mais avançado. Tampouco ela é um sistema de códigos fechados pelos quais os agentes se referem e constituem suas representações. Ela possui descontinuidades que não são encontradas pelas ciências parcelares (Lefebvre, 2001). A cidade surge como uma projeção da sociedade sobre um determinado local, portanto, possui singularidades, ritmos e descontinuidades que escapam às ciências que até agora se debruçaram sobre ela. A cidade tende para uma ideologia por se tratar de um sistema de significações e de códigos, possui uma estrutura e se reestrutura a partir de uma lógica textual. Há uma dimensão institucional dos signos e símbolos produzidos pelas ordenações e instituições sociais (Baudrillard,1995), mas há também a complexa teia de sentidos e significações elaborada pelos agentes e grupos sociais. A estrutura textual é diluída pelos usos e consumos do espaço urbano, remetendo a uma necessária pluralidade metodológica para sua leitura e interpretação. Um mesmo sistema de códigos pode ser referenciado de infinitas maneiras relativas aos usos práticos e performáticos dos espaços urbanos, os usos táticos do cotidiano sobre as estratégias institucionais (Certeau, 2012).

---

1 A noção de silêncio é problemática, no sentido de que é um conceito abstrato e relativo. Em uma interessante experiência, o compositor John Cage tentou através da construção de um estúdio obter o máximo de isolamento acústico em busca do silêncio. Ao final, percebeu que dois sons ainda permaneciam no ambiente sônico, um muito agudo, e outro muito grave. O primeiro se referia ao seu sistema nervoso, o segundo ao seu fluxo sanguíneo. Cage concluiu que o silêncio em si não existe, pois é humanamente inapreensível. Trata-se, portanto, de um conceito, uma representação inteligível de algo que não gostaríamos que soasse, uma vez que aquilo que ouvimos, ou não, também passa por uma questão subjetiva (cf. Schafer, 1991). Entendo por silêncio uma distinção entre aquele(s), ou aquilo que não pode emitir sons em determinados espaços/temporalidades e os que possuem tal autoridade. Essa relação é socialmente estipulada, seja pelas vias institucionais ou convencionais.

Há, portanto, uma dialetização entre *espaços de representação* e *representação do espaço* (Lefebvre, 2006, grifo do autor). A cidade enquanto texto é sempre um lugar significado, seja pelos agentes e grupos sociais, seja pelas instituições políticas, pelos usos da especulação econômica (gentrificação) ou pelas implicações estéticas das formas da cidade.

Segundo Marc Augé (2012) os espaços são constituídos, ou não, segundo os significados construídos pelos agentes e grupos sociais. Os lugares, diferente dos espaços, são construções simbólicas que configuram e delimitam – subjetivamente – um espaço significante e significado. Em contraposição à noção de lugar o referido autor percebe a existência de não lugares antropológicos no que concerne espacialidades onde tanto o tempo quanto o espaço foram, ou se encontram, dissociados de referenciais históricos[2], identitários e simbólicos. Os não lugares, portanto, são espaços destextualizados e descontextualizados sem um sentido constituído. A cidade, enquanto espaços múltiplos estaria repleta de não lugares antropológicos, espaços esvaziados de sentido.

Aos espaços vazios Lefebvre atribui funcionalidades específicas, mas que não devem ser tomadas como função isolada. Diferenciando habitar de habitat, Lefebvre (2001: 61) enxerga «espaços inabitáveis e desabitados, como edifícios públicos, monumentos, praças, ruas, vazios grandes e pequenos». Contudo, não são lugares sem sentido, são espaços ideológicos, elaborações mentais materialmente significados na forma de obras urbanas. Não há espaços vazios de sentido, na medida em que a cidade é a elaboração material de uma sociedade. Cada esquina, cada prédio, monumento, árvore, suas cores, sons e cheiros são emanações dos vastos fluxos textuais que remetem ao processo dialetizante entre *espaços de representação* e *representações do espaço*. O espaço, por si só, já é um texto, estético, econômico, ideológico. Seu sentido é posto em sua própria produção, e não atribuído somente/apenas pelo agente que o interpreta.

1.2. O olhar sobre a cidade

Dirigir o olhar para a cidade é um exercício de estranhamento daquilo que nos é familiar (Da Matta, 1981), ou, como aponta Gilberto Velho (1978), é imprescindível o processo de distanciamento daquilo que nos é familiar enquanto habitantes das cidades, mas que, contudo, não nos é conhecido. Neste sentido, investigar a cidade e os espaços urbanos como campos de pesquisa requer a concepção de que o próprio investigador nele se encontra, partícipe de sua lógica, construtor de seu sentido. Seu necessário estranhamento se refere ao deslocamento do olhar do investigador para além de sua esfera familiar, buscando atingir um aprofundamento interpretativo/compreensivo sobre os processos nos quais ele se encontra.

As cidades modernas foram – e em muitos casos ainda são – vistas como frutos de processos racionalizantes e burocratizados (Weber, 1964), como forte industrialização, concentração de capital e instauração da lógica fabril (Marx et al. 1980; Engels, 1975), como intensificação da vida nervosa e da atitude *blasé* (Simmel, 1983), ou como uma intensa divisão social do trabalho (Durkheim, 1999).

As cidades e espaços urbanos contemporâneos são percebidos como pulverização do tempo e espaço (Giddens, 1991) esvaziamento das identidades antes estáveis e referentes a um círculo cultural bem delimitado, grande fluxo de símbolos e signos culturais (Ribeiro, 2008) e globalização do sistema econômico.

No mundo atual o tempo racionalizado sobrepôs o natural. O relógio passa a contabilizar o tempo, delimitando o ritmo de nossas vidas (Giddens, 1991), do fluxo de carros, semáforos, das transações bancárias, das comunicações. O espaço, assim como o tempo no mundo contemporâneo é fragmentado em troços, estilhaçado pela onipresença dos indivíduos através dos mercados e trocas mercantis globais e pelos sistemas de comunicação cada vez mais imediatos (Moreira, 2003). A fluidez impera sobre nossas relações sociais como indivíduos liquefeitos pelos vertiginosos intercâmbios identitários, simbólicos e culturais (Bauman, 2009), desfazendo o referencial individual a uma cultura e práticas condizentes com os lugares por ele habitados.

Desta maneira, perceber as cidades desde uma perspectiva acústica requer lançar-se em um oceano de

2 Cf. Halbwachs, 2012.

possibilidades perceptivas, de agentes e grupos sociais inseridos e atravessados por um mar de sentidos e práticas que, ora convergem, ora divergem em relação uns aos outros, aos lugares por eles referenciados e ressignificados. Ao constituírem espaços ressignificados em processos dialetizantes entre as forças instituídas e suas reais necessidades práticas, os agentes e grupos sociais produzem espaços e campos sonoros uma vez que, para além da mera visualização das performances individuais, o agir no mundo produz também sonoridades condizentes com as práticas humanas em sociedade. Assim, a cidade ressoa a revolução industrial nos centros repletos de veículos com motores à combustão interna, como sistema fabril pelas sirenes e do maquinário das fábricas e indústrias, como processo de racionalização e burocratização através dos sinos nas torres das igrejas que marcam as horas, o sinal da agência bancária que nos avisa sobre a ordem de chamada da fila, do toque da campanhinha da escola demarcando o início e o fim de cada aula. A cidade ressoa sua intensa vida nervosa através de seu intenso tráfego, pelas vias ruidosas de nossos centros comerciais, pelo extremado volume das caixas de som em espaços públicos na realização de eventos, ressoando também o ritmo da divisão do trabalho social do sistema capitalista na hora do *rush*, com seus carros apinhados buzinando, nas sirenes das ambulâncias e das viaturas de polícia.
Neste sentido,

> Analogamente, podemos pensar a sonoridade urbana com este grau de interação comunicativa: a sonoridade seria formada pela interação dos sons existentes em determinado espaço, percebidos pela audição de seus habitantes; ao mesmo tempo, são os habitantes que produzem a diversidade de sons, a partir da forma como escutam o ambiente (Marra et al. 2012: 46).

2. Paisagem Sonora

> Vivemos hoje na sociedade mais barulhenta de todos os tempos. Desde a Revolução Industrial as máquinas e os motores à combustão interna modificaram drasticamente a paisagem sonora de nossas cidades (Valente, 1999). Os sons dos carros de bois, das porteiras abrindo e fechando no ranger das dobradiças, os cantos dos pássaros e do vento balançando as árvores foram aviltados pelas britadeiras, pelos motores de carros e motos, por liquidificadores, alarmes de casas e de veículos. Os sons da paisagem natural foram substituídos pelos da paisagem industrial e tecnológica. As músicas de câmara, os concertos ao ar livre e em teatros a céu aberto foram transformados pelos amplificadores elétricos valvulados, guitarras distorcidas e sintetizadores. Vivemos em uma paisagem sonora que reflete nosso desenvolvimento industrial e tecnológico (Idem).

Segundo Otto Jespersen (1959 apud Schafer, 1991), todos nós produzimos sons. Todas as nossas ações, as nossas máquinas e instrumentos de trabalho, a natureza que nos rodeia, as construções que edificamos, até mesmo as nossas ideologias políticas produzem sons.
Todos os sons produzidos por uma determinada sociedade, sejam eles de qualquer tipo ou origem; os diálogos nas paradas de ônibus, os sons dos passos dos transeuntes pelas ruas, os sons dos veículos pelas vias públicas, os sons de automóveis, das motocicletas, os sons que emanam do ambiente natural inserido na cidade como o canto dos pássaros, o uivo de cães, o miar dos gatos pela madrugada adentro, são considerados por Schafer (1991) como elementos sonoros com grande importância para a compreensão do que venha a ser uma cidade. Este autor afirma ainda que através da compreensão da paisagem sonora (*soundscape*), inserida em uma relação entre espaço e tempo, é possível chegar ao conhecimento e a compreensão de sua identidade sonora.
Ainda segundo Schafer (1991), o nível de ruído produzido pelas maquinarias industriais e pelos motores de combustão interna tem muito a nos dizer em relação ao nível de desenvolvimento tecnológico e urbano de uma

cidade, de uma civilização, assim como o nível de desenvolvimento educacional e cultural dos seus habitantes. O conceito de paisagem sonora se refere a

> [...] qualquer ambiente sonoro ou qualquer porção do ambiente sônico visto como um campo de estudos, podendo ser esse um ambiente real ou uma construção abstrata qualquer, como composições musicais, programas de rádio, etc [...] inclui todos os elementos constituintes do universo da sonoplastia: o som, o silêncio, o ruído, os timbres, as amplitudes, a melodia, a textura e o ritmo, ou seja, o campo de estudo acústico, qualquer que seja ele (Schafer, 1991: 274-275).

Neste sentido, a paisagem sonora se refere a um campo maior e mais extenso dos fenômenos acústicos, onde habitam uma série de manifestações sônicas de qualquer tipo ou natureza passível de estudo, medição e avaliação. Ainda segundo Schafer, as paisagens sonoras possuem três aspectos fundamentais para o entendimento do espaço sônico referente a cada lugar especificamente. Os *sons fundamentais*, os *sinais* e as *marcas sonoras* (Schafer, 1977: 26, grifo do autor). Os sons fundamentais englobam os sons da geografia do lugar, seu clima, relevo, animais e condições meteorológicas – paisagem sonora natural –. São sons naturalizados e percebidos, muitas vezes, de forma inconsciente, mas que podem afetar diretamente o comportamento e os estilos de vida dos habitantes das localidades. Os sinais se referem aos códigos e informações transmitidos por certas sonoridades como sinos, sirenes, apitos, estabelecidos e constitutivos de um sistema de signos sonoros. Estes códigos conferem um sentido ao lugar, seus sinais sonoros peculiares que transmitem todo tipo de informação aos ouvintes/habitantes. Trata-se, portanto, de um processo de escuta consciente, referido a um sistema de códigos sonoros que transmitem informações necessárias. Ao terceiro, marcas sonoras, Schafer denomina o caráter específico do lugar, suas sonoridades que o fazem peculiar dentro das nuances sônicas ali presentes.

Schafer (1977) apresenta ainda outras tipificações sobre as paisagens sonoras como: a) paisagem sonora natural; b) paisagem dos seres vivos; c) paisagem sonora rural e d) paisagem sonora da cidade. A primeira se refere aos sons naturais, seus aspectos caracteristicamente da natureza, clima, topografia, animais, ou seja, os sons fundamentais, contudo, possuindo também seus marcos sonoros pela singularidade típica de cada região e lugar. A segunda se refere aos animais (incluso o ser humano) que tipificam as sonoridades de cada local. Schafer traz como exemplo as cigarras e principalmente os pássaros. Aos humanos ele confere a capacidade de imitar os sons da natureza, mas também de se comunicar através dos códigos sonoros – sinais – como intervenções no espaço sônico. O autor propõe a onomatopeia como sistema linguístico de sons imitativos das sonoridades naturais utilizada pelos seres humanos para comunicação entre si e com os animais.

Nas vias urbanas, nas grandes cidades repletas de automóveis, indústrias, máquinas pesadas, motores de combustão interna, sinalizações sonoras, a paisagem sonora natural e a rural com seus artefatos "rudimentares", cedem espaço para o espaço sônico dos sons artificiais do mundo tecnológico contemporâneo. A capacidade de produção de decibels (dB) de uma única pessoa em um grande centro urbano é muito mais elevada como nunca antes visto. A paisagem sonora é artificialmente produzida com intenções sociais de comunicação e de disputa entre agentes e grupos. A produção sônica se transforma em campo de disputa social, onde a emissão de dB ganha ares de corrida e de luta pela demarcação de um lugar em meio ao espaço sonoro. A essas disputas e demarcações denoto como *campos sonoros*.

Faz-se mister perceber que a paisagem sonora não é homogênea nem única. Ela é a junção de todo espaço sonoro que a compõe. Logo ela é difusa, harmônica, desarmônica, conflituosa, plural. Existem várias paisagens sonoras de acordo com as composições, abstratas ou não, de quem as delimita. Ela é a percepção sensorial auditiva de um ser consciente/inconsciente que a entende/percebe. Existem paisagens sonoras de salas de teatro, de cinema, de restaurantes, de jardins, de ruas, de salões de festa. É a relação entre som e silêncio, e entre aquele que a compõe e a compreende que a delimita, que a faz surgir. Somos tanto produtos quanto produtores das paisagens sonoras. Ora ouvindo-as e percebendo-as, ora produzindo-as. Ao atribuir o caráter analítico sobre a paisagem sonora enquanto um ambiente real, ou uma abstração, segundo Schafer (1991), sua substancialização pode se referir tanto aos impactos físicos e psicológicos das sonoridades produzidas quanto à necessária construção abstrata teórico-conceitual efetivada pelo investigador. Ela é, portanto, tanto

um dado substancial, pois a emissão de ondas sonoras diz respeito ao modo como as vibrações são propagadas ao deslocar uma massa de ar até os receptores, assim como um processo de abstração conceitual, uma vez que a relação entre som e silêncio, base estrutural das paisagens e campos sonoros são incompreensíveis de forma direta aos agentes sociais, sendo necessária uma reflexão pormenorizada.

Neste sentido, a paisagem sonora urbana é uma confluência de vários sons e uma relação complexa entre som e silêncio. Na paisagem sonora urbana campinense podemos encontrar a paisagem sonora natural presente em toda a cidade e nos arredores ainda não urbanizados, a paisagem sonora rural presente principalmente nas cercanias e em áreas mais afastadas da cidade, assim como podemos encontrar zonas em que as três paisagens se apresentam de forma sincrônica. No centro de Campina Grande há uma forte proeminência das sonoridades urbanas, contudo, a presença de árvores atrai a presença de pássaros, saguis e outros animais. As cigarras também compõe a sinfonia urbana e dos bairros campinenses em uma época determinada do ano, geralmente entre os meses de outubro e dezembro.

Quando cogito a proeminência da paisagem sonora urbana sobre as demais me refiro ao volume e intensidade de dB. Portanto, há a prevalência de um ritmo (*timing*) da paisagem sonora natural sobre as demais, pois esta se encontra pré-configurada em relação às produções acústicas humanas. Logo, possui certa autonomia em relação às práticas humanas. Contudo, extrapola os objetivos deste trabalho o entendimento sobre os efeitos que as emissões sonoras humanas causam nos processos naturais. Caberia a outro estudo mais específico. O que de fato vale salientar é a sincronia rítmica entre as paisagens sonoras, a composição sonora que configura os espaços sonoros da cidade. A paisagem sonora da vida urbana campinense não pode ser dissociada da vida natural presente de variados modos, constituindo uma sonoridade típica em cada espaço, em cada temporalidade. Portanto, uma etnografia sonora perpassa todas estas questões: entender as sonoridades naturais, artificiais/culturais/individuais como configuradores da paisagem sonora urbana, possuindo ritmos variados relacionados aos tempos também constituídos por processos naturais e culturais/sociais/econômicos/políticos/tecnológicos/religiosos/ideológicos, buscando entender as regularidades que conformam espaços e campos sonoros específicos.

A paisagem sonora, espaço no qual as relações sociais estabelecem campos sonoros, aparece como território analítico/sociológico ainda muito pouco explorado e compreendido. À sociologia coube, desde seu surgimento, entender processos relativos a estruturas que configurassem uma realidade objetiva inteligível por suas repetições, caráter funcional ou por um devir historicamente situado. Na virada para o novo milênio novas abordagens propõem um ressurgimento epistemológico na tentativa de reformular a relação sujeito/sociedade, de reavaliar o lugar da objetividade e do pesquisador diante daquilo que denomina objeto de estudo.

3. Os Campos Sonoros Enquanto Espaços de Representação: uma análise dos eventos sonoros a partir dos sistemas de signos sônicos

Ao propor a ideia de sinais sonoros anteriormente descritos, Schafer (1977) nos dá a possibilidade de enxergar as emissões acústicas a partir de sistemas de códigos sonoros. Contudo, o autor não aprofundou estes sistemas de códigos quando referidos aos contextos simbólico-sociais, assim como as relações de poder e de ressignificação configuradas entre os poderes institucionais e as performances dos agentes sociais.

Por performance entendo o envolvimento entre três elementos cruciais: emissor, receptor e o contexto sócio-temporal no qual a informação emitida é recebida e interpretada (Pereira, 2007). Segundo a autora, que se debruçou sobre a paisagem sonora carioca no contexto de surgimento da bossa nova e do rádio como veículo de comunicação transformador do ambiente sônico da época, citando Paul Zumthor (1997 apud Pereira, 2007), os conceitos de vocalidade e performance auxiliam para o entendimento da voz humana cantada como expressão linguística, assim como os aspectos de teatralidade que são evocados pelo cantante em busca de comunicar ideias e formas de sentir, como também a recepção dessa comunicação em relação ao ouvinte e público receptor. Essa relação performática permite o entendimento das reformulações presentes nas paisagens sonoras, configuradas e reconfiguradas segundo os sistemas de códigos referenciados e os contextos nos quais são emitidos.

Neste sentido, os campos sonoros, enquanto espaços de representação, devem ser entendidos de duas

formas: a primeira como *campos sonoros institucionais*, a segunda como *campos sonoros convencionais*, ou *por convenção*. No primeiro tipo temos as paisagens sonoras provenientes de lógicas estatais e instituições reguladoras dos níveis de dB, estabelecendo uma ordem entre e dentro dos campos sonoros. Os *espaços de silêncio* dentro e entre os campos sonoros seriam regulamentados por uma ordem legal-burocrática instituída pelo Estado e órgãos competentes. No segundo tipo temos o estabelecimento de lógicas reguladoras dos campos sonoros por meio de convenções sociais. Neste tipo de campo sonoro as regulações não passam pelas mãos do Estado, mas pelas ordens estabelecidas/instituídas pelos agentes/grupos sociais. A este segundo tipo confiro o caráter de espaço de representação do espaço sonoro por acreditar que suas ordenações possuem regulações tão fechadas quanto as anteriores, contudo, não passíveis de punição na forma de lei. Portanto, há punições, restrições e controles, mas na forma de um poder convencionado pelos grupos sociais ao exercer poder hierárquico sobre as emanações sônicas.

Os campos sonoros institucionais são representados na forma de leis e regulamentos que controlam as emissões de ruído. De acordo com a Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA), os níveis aceitáveis nos parâmetros permitidos pela Lei Federal 9.605/98 não podem ultrapassar os 55 dB em áreas residenciais durante o dia, e os 50 dB durante a noite. Em áreas recreacionais não podem ser ultrapassados os 65 dB durante o dia e 55 dB durante a noite. Essas são especificações que delimitam os níveis de ruído sugerindo parâmetros aceitáveis que não denigram a saúde dos cidadãos em consonância com a Organização Mundial da Saúde (OMS). De acordo com esta entidade, níveis de ruído acima de 50 dB causam transtornos físicos e psicológicos como distúrbios do sono, stress, irritabilidade, depressão, dentre outros. A poluição sonora é vista como problema de saúde pública que exige cada vez mais rigoroso controle em nossas cidades que são verdadeiros centros de ruído.

A arquitetura sonora[3] parte da regulamentação da relação entre temporalidade, espacialidade e nível de emissão de dB. Em documento publicado no ano 2000, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) regulamentou uma definição de ruído estabelecendo as normas metodológicas e instrumentais para que as agências responsáveis afiram os níveis passíveis de restrições. Fixam assim os níveis de aceitabilidade das emissões de ruído produzidos pelas ações humanas sem a necessidade objetiva de reclamações.

De acordo com o documento acima mencionado estão assim definidos os seguintes tipos de ruído de acordo com:

> 1) nível de pressão sonora equivalente (LAeq), em decibels ponderados em "A" [dB (A)]. Nível obtido a partir do valor médio quadrático da pressão sonora (com a ponderação A) referente a todo o intervalo de medição. 2) ruído com caráter impulsivo: Ruído que contém impulsos, que são picos de energia acústica com duração menor do que 1 s e que se repetem a intervalos maiores do que 1 s (por exemplo martelagens, bate-estacas, tiros e explosões). 3) ruído com componentes tonais: Ruído que contém tons puros, como o som de apitos ou zumbidos. 4) nível de ruído ambiente (Lra): Nível de pressão sonora equivalente ponderado em "A", no local e horário considerados, na ausência do ruído gerado pela fonte sonora em questão (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2000: 2)[4].

Além do estabelecimento dos parâmetros que definem o que se toma por ruído, a ABNT estabelece os níveis aceitáveis de emissão de dB de acordo com o horário/turno e o tipo de atividade a qual é atribuída ao espaço.

---

3 Por arquitetura sonora quero expressar a ideia de uma estrutura sônica fechada, "desenhada" em uma prancheta e que possui uma armação rígida, menos maleável que a ideia de um espaço, território, campo, etc. com fronteiras muitas vezes voláteis e inconsistentes.

4 As medidas e os cálculos de aferição dos níveis aceitáveis não serão aqui contemplados, uma vez que se dirigem especificamente aos agentes e órgãos responsáveis pelo controle das emissões de ruído, não apresentando, portanto, nenhum dado relevante à proposta analítica aqui apresentada.

Assim são definidos:

Tipos de áreas	Diurno	Noturno
Áreas de sítios e fazendas	40	35
Área estritamente residencial urbana ou de hospitais ou de escolas	50	45
Área mista, predominantemente residencial	55	50
Área mista, com vocação comercial e administrativa	60	55
Área mista, com vocação recreacional	65	55
Área predominantemente industrial	70	60

Estas normatizações acústicas podem ser concebidas como espaços de representação ao estabelecerem as lógicas de funcionamento do espaço sonoro, regulamentando as práticas sociais/individuais dos grupos e agentes na emissão de sons. Cria-se, portanto, uma arquitetura sonora que regulamenta as formas acústicas da paisagem sonora de acordo com as atividades, ações, práticas, horários e espaços vinculados.

Ao promulgar regras de condutas sonoras, formular e normatizar definições do que seja ruído e as limitações em relação ao conceito relativo de silêncio, o Estado e as demais instituições reguladoras criam *campos sonoros institucionais* fundamentados em práticas estratégicas que previamente aos usos dos espaços definem as regras de sua utilização. Os discursos silenciosos das regras institucionais definidas em escritos normativos delimitam os usos espaciais, assim como funamentam a lógica estatal que se quer representante do desejo público ao promover o bem estar diante do abuso – o que ele, o Estado, define como abuso – das emissões sonoras tomadas como poluição.

No Brasil as regras e as agências competentes e responsáveis pela averiguação, medição, apuração das denúncias e punição encontram-se, muitas vezes, em dificultosa associação pela ampla competência dada aos vários órgãos como agentes públicos capacitados e definidos para tais atribuições. No caso da Paraíba, em específico Campina Grande, pude perceber que as regulamentações se estendem e se espalham desde agências federais como o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), até os de âmbito local como o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), a SUDEMA e a Polícia Militar (PM) que em muitos casos acompanha as diligências da agência anterior, principal órgão de controle responsável.

Contudo, estas não são as únicas forças que regulam as emissões sônicas. O campo sonoro de uma igreja durante uma missa, por exemplo, possui regras delimitadoras que hierarquizam os agentes e as temporalidades para emissão sonora. Outros campos sonoros convencionais são teatros, auditórios, salas de aula, mesas de bares, conversas entre pessoas etc. Nestes espaços os regimentos são dados por convenções socialmente estabelecidas pelos agentes e grupos sociais. Respeitar a fala do outro em uma conversa ao remeter-se ao silêncio faz parte da lógica destes campos sonoros. Quando o sacerdote religioso profere sua fala, cabe aos demais participantes ficar em silêncio, sendo permitidas as suas vozes enunciarem apenas quando solicitadas de acordo com o ritual litúrgico. Os celulares devem permanecer desligados em uma apresentação teatral, assim como as palmas entre os movimentos de uma sinfonia não são bem quistas.

Contudo, o espaço sonoro possui sua pré-estruturação[5] sendo passível de ressignificação, onde os agentes

5 A estas pré-estruturações me refiro às *arquiteturas harmônicas* para denotar a ideia de uma estrutura sonora que se quer harmonicamente instalada na paisagem sonora, configurando semânticas discursivas que estabeleçam campos sonoros sem a interferência de vozes ou sons dissonantes da harmonia pré-figurada. Elas podem ser provenientes tanto dos campos sonoros institucionais quanto dos convencionais, ou por convenção.

sociais nele inseridos podem reconfigurar o espaço através das práticas discursivas e de suas inserções na paisagem sonora. Este movimento de ressignificação ocasiona reestruturações das relações de poder, das práticas discursivas e das emissões sonoras que fomentaram o espaço previamente, levando a conflitos. Estes conflitos configuram a *violência sonora*, ferramenta analítica pela qual seguirei os processos de produção, reprodução, ressignificação e ressemantização dos espaços sociais/sonoros.

Campos sonoros possuem estruturas acústicas previamente institucionalizadas, seja na forma legal pelo aparato normativo estatal, através das legislações que estabelecem os parâmetros de emissão de ruídos permitidos, pela relação entre som e silêncio estabelecida em comum acordo ético promovido pelas relações sociais, ou pelas disputas individuais que utilizam a capacidade de produção sonora enquanto capital simbólico e social[6].

Os campos sonoros são espaços onde as práticas sociais de produção de espacialidades produzem sistemas acústicos, espaços de constituição, embates e relações de poder onde os discursos e performances se tomam por materialidade o som.

Da mesma forma podemos entender os canos de escapamento modificados para gerar o máximo de ruído possível pelas ruas da cidade. Dentro de nossas casas, mesmo que a muitos metros de distância, nosso espaço sonoro é invadido pela violência sonora das acelerações que tem por intuito uma sociabilidade sonora, sem que haja indivíduos em negociação. Quando os agentes produzem quantidades enormes de dB com seus escapamentos modificados, ou com sons automotivos de alta potência, há o estabelecimento de relações de força e de disputa.

A violência sonora pôde ser lida através de medições realizadas em algumas ruas e avenidas da cidade. Uma motocicleta, por exemplo, com escapamento modificado, transitando às 06h30min – horário onde ainda imperam os sons naturais dos pássaros e quase nenhuma intervenção sonora humana – e que produz cerca de 90 dB (dB), pode ser entendida como violência sonora ao irromper bruscamente toda a paisagem sonora por ela transitada. Da mesma forma, um veículo com som automotivo de grande potência que pode atingir facilmente os 100 db transitando pelas ruas da cidade às 03h00min da madrugada. Em um espaço urbano onde o silêncio possui cerca de 40 db, uma irrupção sonora desta magnitude, ou evento sonoro como propôs Schafer (1977), é de extrema violência, uma vez que a passagem de 40 para 100 db exige o aumento de intensidade sonora de aproximadamente um milhão de vezes. Ou seja, para atingirmos 100 db teríamos que multiplicar a intensidade sonora gerada a 40 db por um milhão, uma vez que a cada 3 db a intensidade sonora dobra.

4. Escutando a Paisagem Sonora

Objetivando compreender as regularidades, as nuances, irrupções e conflitos nas paisagens sonoras, realizei três procedimentos: a) medição dos níveis de emissão de dB; b) gravação da paisagem sonora; c) anotações em um diário de campo relacionando, posteriormente, as sonoridades com as fontes de emissão sonora.

As medições de dB foram realizadas por um decibelímetro Benetech, modelo GM 1351. Essas medições tiveram o objetivo de entender as intensidades de emissão de sons nas paisagens sonoras, suas irrupções, regularidades etc. As aferições me permitiram construir gráficos bidimensionais que auxiliassem a inteligibilidade visual dos padrões e emissões no espaço sônico. Essas medidas foram tomadas seguindo uma métrica entre as médias e os picos de intensidade de cada lugar especificamente. Cada medição foi realizada em exposições de dez a quinze segundos a cada dez ou cinco minutos, em intervalos de uma hora ou mais. O objetivo foi captar as regularidades e modificações dos espaços sônicos seguindo as lógicas temporais do fluxo natural e urbano.

Para a realização da captação de áudio utilizei um gravador linear PCM digital Yamaha, modelo Pocketrak PR7. Ele é equipado com microfone estéreo cruzado em XY que permite a gravação do ambiente em dois canais sem que haja a alteração da distância dos dois captadores de áudio, o que dificultaria a escuta posteriormente, enfatizando alguns sons em detrimento de outros.

Este modelo permitiu a gravação tanto da paisagem sonora como um todo, ou seja, o ambiente sônico em geral,

6 Cf. Bourdieu, 2011.

quanto áreas mais específicas, quando havia interesse em captar uma sonoridade de forma mais específica.
Como possui dois microfones cruzados em Y, este aparelho foi escolhido por sua versatilidade em poder gravar ambientes e captar sons diretamente, dando a possibilidade de enfatizar uma sonoridade quando da necessidade no momento da pesquisa. Sua escolha foi direcionada pela maneabilidade, leveza e fácil manuseio, tendo em vista as longas caminhadas, seu peso, seu tamanho e sua fácil utilização.
As gravações foram realizadas por meio de caminhadas em percursos relativamente curtos para captar as nuances sonoras do fluxo do trânsito e dos transeuntes. Algumas captações foram realizadas em locais parados estratégicos. Neste caso o objetivo foi captar as sonoridades de agentes, grupos e do próprio ambiente em situações de pouco ou nenhum deslocamento dos focos de emissão sonora. No primeiro caso o tempo das gravações foi condizente com o tempo relativo ao percurso a ser caminhado. No segundo caso as tomadas foram delimitadas entre cinco e dez minutos por acreditar que uma exposição mais longa poderia tornar o trecho repetitivo, uma vez que o objetivo era captar emissões mais lineares. Contudo, ao dividir as captações em trechos de cinco minutos foi possível reiniciar as tomadas após um breve intervalo para abranger as nuances das paisagens sonoras de acordo com a passagem do tempo. Neste caso, pude contemplar horas com tomadas representativas das sequências temporais que incidiam sobre as modificações das paisagens sônicas. Assim, o aumento do fluxo do trânsito, a chegada e partida de pessoas nas paradas de ônibus, os sons das ruas e calçadas de acordo com o horário de saída ou de chegada ao trabalho foram captados com tomadas curtas e variadas representativas das regularidades de forma indutiva.
As exposições ao ar livre e estáticas foram realizadas levando em consideração a escuta, e não a emissão dos sons. Nesse caso, o gravador foi colocado em lugares onde se podia ouvir a maioria dos sons sem que nenhum tivesse a prevalência sobre os outros. Como em muitas situações havia emissões sonoras muito mais altas do que outras, os lugares das tomadas das gravações seguiram a lógica de certa média auditiva. Caso houvesse a necessidade de enfatizar alguma sonoridade por seu maior ou menor alcance e força de propagação e intensidade, o microfone era deslocado e/ou direcionado ao foco sonoro.
Entretanto, segundo Schafer (1977: 23), «O microfone corresponde a um close, um recorte na paisagem sonora que possui muito mais minúcias do que ele poderia abarcar». Isso se daria pelo fato das máquinas e instrumentos de captação "ouvirem" de forma distinta da do ouvido humano, uma vez que o ato de ouvir é composto pela subjetividade de seleção daquilo que desejamos focar dentro da vastidão de sons dispersos no espaço sônico, assim como o caráter multidimensional da escuta que envolve, entre outras coisas, a noção de tempo além das espaciais.
Neste sentido,

> Os microfones funcionam como o ouvido técnico do gravador de som. Eles não só têm diferentes sensibilidades sonoras (o que permite captar sons mais ou menos intensos), mas também respostas de frequência (o que interfere nos timbres dos sons captados), além de diferentes padrões de captação e de direcionalidade (Marra et al. 2012: 50).

A paisagem sonora possui artefatos subjetivos captados pelo ouvido e pela pessoa que ouve que são inacessíveis ao microfone. Contudo, as gravações fazem parte de um pequeno recorte na paisagem sonora ampla. O objetivo proposto não é cair em uma apreensão demasiado genérica, ou seja, abarcar a totalidade dos eventos sonoros, estabelecendo um caos de informações avulsas, assim como um recorte demasiado preciso que realce uma característica específica demais, mas buscar dentre a pluralidade do espaço sônico características peculiares a cada lugar e situação, ou seja, os sinais e as marcas sonoras (Schafer, 1977).
Neste sentido, as gravações objetivaram as regularidades sonoras por meio de leituras conceituais, como o de campos sonoros convencionais, ou por convenção, violência sonora, campos sonoros institucionais, etc. enquanto tendências à abstração em busca de generalização (Magnani, 1996). Todavia, para evitar incorrer em excessos abstratos, conceituais e, portanto, generalizantes, parti do seio do vivido, da própria experiência empírica vivida em campo como base de construção dos conceitos (Lefebvre, 2001).
Continuando a proposta metodológica, sou condizente com Schafer ao propor que

> Os materiais para o mapa de eventos teriam de ser limitados a um período de tempo e recolhidos por pessoas que estivessem caminhando pelos locais selecionados ou à sua volta. (No caso de um quarteirão urbano, poderia ser uma única excursão pelo quarteirão) (1977: 186).

As caminhadas seguiram a assertiva de Magnani (1996) para o qual a caminhada com o propósito investigativo deve ser algo entre o passo do usuário habitual do espaço urbano, muito rápido e desatento, e o do turista, do passeante que lentamente caminha observando/consumindo as paisagens. Deve seguir, portanto, um ritmo apropriado para a observação das minúcias dos lugares transitados, mas tampouco deve se ater em demasia aos detalhes, pois seu olhar deve estar dirigido às regularidades e não ao extraordinário (Alves, 1981).
Os trajetos foram previamente delimitados seguindo o argumento de Magnani (1996: 16), onde «A delimitação prévia do percurso e a cobertura do trajeto em sua totalidade sem interrupções é condição para se captar a diversidade de uma rua». A escolha dos trajetos e dos locais de gravação seguiu uma linha de raciocínio segundo a qual certos espaços poderiam ser representativos da vasta gama de sonoridades presentes em outros diversos lugares. Assim, nos centros de Campina Grande e João Pessoa, as principais vias foram delimitadas segundo os espaços representativos do que tomei por espaços urbanos propriamente ditos, não sendo necessária a caminhada e a gravação de toda a extensão das ruas e avenidas. Algumas praças e pequenos espaços também foram delimitados segundo a mesma linha de raciocínio. Outras espacialidades foram delimitadas segundo a representatividade do que tomo por conflitos e violência sonora, como a frente de algumas festas onde há paredões de som automotivo em franca competição, ou em postos de gasolina, bares, vendinhas, igrejas, churrasquinhos e demais lugares que representem acusticamente as nuances que aqui objetivo entender.
Neste sentido, deve-se construir tipos, categorias que englobem e classifiquem os atores em suas ações relacionadas aos espaços preenchidos. As categorias previamente elaboradas, o acúmulo teórico e o olhar treinado, evita que o investigador se debruce sobre a realidade observada, principalmente no caso de espaços familiares ao pesquisador, com ares de previsibilidade do que vai ocorrer, do que vai encontrar. O propósito foi olhar para os fenômenos como se eles nunca tivessem sido observados anteriormente, mas que fossem apreensíveis sob outra ótica, mais apurada.

> O que se observa e a forma como se ordenam as primeiras observações já obedecem a algum princípio de classificação e, se não se propõe algum, o que vai presidir e orientar esse primeiro olhar é o do senso comum. Que é o que, precisamente, se pretende evitar (Magnani, 1996: 17).

Corroboro, portanto, o desafio de uma pesquisa na cidade como um esforço contínuo por parte do investigador que se lança sobre uma realidade que lhe é próxima, familiar (Da Matta, 1981; Velho, 1978), contudo, em muitos casos, não lhe é conhecida, encoberta pelo véu do uso cotidiano e pelo senso comum. O fenômeno urbano consolida-se como objeto de estudos tendo que ser repensado pelas ciências sociais e antropólogos desalojados de seus antigos campos de pesquisa em ilhas remotas e tribos isoladas, iniciando uma nova etapa teórico-metodológica (Laplantine, 2007; Magnani, 1996).

5. Ouvindo a paisagem sonora

As gravações realizadas, as medições e os exercícios de escuta posteriores possibilitaram as seguintes reflexões: a) as paisagens sonoras urbanas possuem dinâmicas que entrelaçam tanto os fluxos sociais quanto os naturais. Na gravação nº 5, realizada no dia 29/11/14, às 04h40min, em João Pessoa, no bairro de Intermares, é possível perceber a sobreposição da paisagem sonora natural sobre a urbana. Este fato se repetiu em outras tomadas realizadas em Campina Grande. Na gravação de 28/08/14, às 06h40min na rua Carlos Alberto de Souza, bairro de Bodocongó, é perceptível a paisagem sonora natural com seus sons fundamentais principalmente povoada por pássaros. Nesta última tomada, podemos ouvir que os sons fundamentais da paisagem sonora natural só

são sobrepujados pelos eventos sonoros de carros, motos e ônibus que periodicamente passavam. O mesmo acontecendo em João Pessoa. Os eventos sonoros da paisagem sonora urbana seguem o ritmo do horário de trabalho, do comércio, das escolas etc., ou seja, o ritmo social. Este ritmo, que é sincrônico e obedece ao fluxo temporal social, determina os padrões acústicos das paisagens sonoras urbanas, sobressaltando em intensidade a paisagem sonora natural. Portanto, o mesmo espaço físico comporta paisagens sonoras diversas, dependendo tanto dos fluxos da temporalidade social quanto da natureza. Contudo, as mesmas sonoridades apresentadas em horários de ida ao trabalho, escola etc. e os respectivos retornos à casa referentes aos sons produzidos pelos humanos, se equiparam e equivalem tanto em timbres quanto em intensidade. Mas, as sonoridades da paisagem sonora natural se modificam, como pude perceber na gravação do dia 29/11/14, em João Pessoa, às 20h00min, e na do dia 05/11/14, às 11h00min em Campina Grande. As sonoridades da paisagem natural são distintas, pois seguem os horários dos pássaros, insetos – e estes possuem maior atividade ao entardecer e à noite do que durante o dia – cachorros etc., uma vez que seguem os ciclos naturais de cada espécie animal.

b) Os eventos sonoros – carros e motos com escapamentos modificados, ou com sons de grande potência, ônibus e caminhões – dependem diretamente da forma como está constituída a paisagem sonora, ou seja, sua estrutura sônica. Em determinados horários, por exemplo, ao amanhecer, entardecer, anoitecer, a paisagem sonora predominante é a natural. Contudo, quando as sonoridades das atividades humanas, ou seja, a produção de um espaço sonoro urbano de fato se torna um fluxo constante, harmonizam-se os vários eventos sonoros tornando-se sons fundamentais. Ou seja, a relação e a classificação entre um tipo e outro dependem da forma como está composta a paisagem sonora. Neste caso, os horários e lugares permitem uma leitura prévia de como certas sonoridades irão se inserir, harmonizar, sobrepor umas em relação às outras.

Para tanto, as medições com o decibelímetro possibilitaram uma leitura a partir de gráficos no auxílio de inteligibilidade das emissões sonoras. Nos gráficos abaixo podemos perceber a relação entre a passagem de tempo – uma hora – representada pelo eixo horizontal e a emissão de dB representada pelo eixo vertical. A linha azul (série 1) representa a média das emissões sonoras em dB, a linha vermelha (série 2) os picos de emissão.

As medições foram realizadas com exposições do decibelímetro de aproximadamente 15 segundos. Esse tempo foi necessário para a captação de vários números que possibilitassem o estabelecimento de uma média, assim como dos picos de emissões. Cada uma das tomadas foi feita em locais fixos a cada 10 minutos – algumas a cada 5 minutos dependendo das nuances de cada campo e paisagem sonora – para abarcar um período de tempo mais amplo, entre uma ou duas horas. Com isso foi possível compor gráficos que representassem as modificações das paisagens sonoras entre os sons da natureza e os sons do espaço urbano em períodos de tempo mais prolongados. As medições também se referem aos fluxos sonoros a partir dos deslocamentos espaço-temporais nos espaços urbanos, entendendo suas lógicas e regularidades.

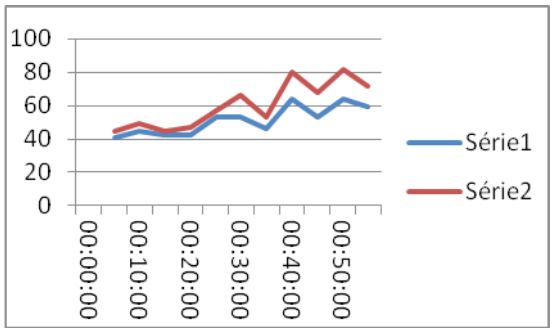

Gráfico 1: níveis máximos e médios de emissão de decibels aferidos entre 06h00min e 07h00min da manhã no dia 05/11/14 em uma rua principal do bairro de Bodocongó.

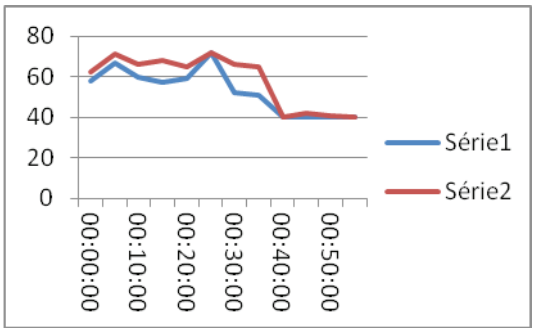

Gráfico 2: níveis máximos e médios de emissão de decibels aferidos entre as 22h00min e 23h00min no dia 13/11/14 no centro de Campina Grande.

O gráfico 1 representa a passagem de tempo das 06h00min às 07h00min em uma rua movimentada de Campina Grande. Do silêncio da paisagem sonora urbana (o que equivale à paisagem sonora natural, com

aproximadamente 40 db) até a conformação da paisagem sonora urbana propriamente dita, podemos notar os picos de intensidade alcançando os 83 db. O gráfico 2 aponta a passagem de tempo das 22h00min até as 23h00min no centro campinense. Ou seja, de uma paisagem sonora mais intensa para outra menos intensa. Ambos os gráficos permitem perceber tanto o aumento quanto a diminuição das emissões sonoras caracteristicamente urbanas.
Os gráficos abaixo representam emissões acústicas em horários cujo fluxo urbano é mais regular, ou seja, os eventos sonoros são transfigurados ao pano de fundo, tornando-se sons fundamentais.

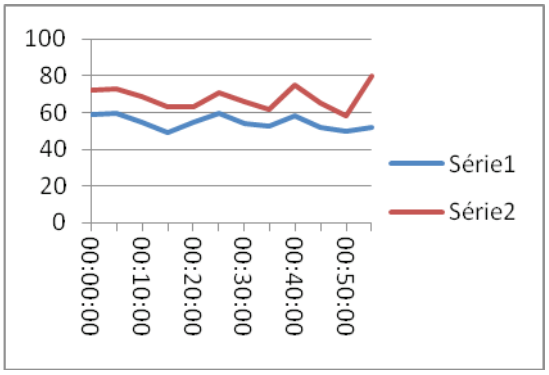

Gráfico 3: níveis máximos e médios de emissão de decibels aferidos entre as 07h00min e 08h00min no dia 13/11/14 no centro de Campina Grande.

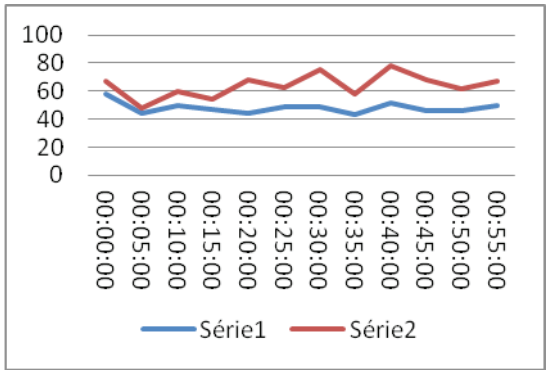

Gráfico 4: níveis máximos e médios de emissão de decibels aferidos entre as 17h30min e 18h30min no dia 12/11/14 no centro de Campina Grande.

No gráfico 3 o horário representado é das 07h00min às 08h00min. Nele a média é elevada em relação ao do gráfico 1, algo em torno de 55 db. Neste segundo caso o que tomamos por eventos sonoros representados no primeiro gráfico passam a compor o pano de fundo da paisagem sonora urbana. O gráfico 4 apresenta também um momento de grande fluxo de pessoas e veículos, das 11h00min às 12h00min, onde as médias e os picos de emissões seguem certa regularidade, ao contrário dos dois primeiros gráficos.
Assim, devemos ter cuidado ao definir certas sonoridades como encerradas em conceitos e definições, uma vez que as mesmas emissões podem compor espaços sonoros diversos, de acordo com o espaço ocupado/passado, a temporalidade, volume e intensidade.

6. Considerações finais

As cidades e os espaços urbanos aparecem como incógnitas em meio a um mar turvo e caótico de acontecimentos dos mais variados gêneros. Após séculos de esforços analisando povos distantes e culturas ditas arcaicas e primitivas, a sociologia e antropologia redirecionam seus olhares para si mesmas, para a terra de onde emanaram. Tal empreendimento exige esforços teóricos e metodológicos na busca de um projeto interdisciplinar capaz de compreender o nosso próprio cotidiano, tão rico e vasto. As grandes estruturas e narrativas clássicas ganham novos adornos e pinceladas de um mundo tão próximo quanto distantes eram as terras antes perscrutadas. O cotidiano, as ações individuais, assim como os grandes fluxos de bens e serviços, signos e símbolos culturais atraem cada vez mais os olhares inquietos de pesquisadores em todo mundo. O problema que se impõe é o de conjugar olhares suficientes para abarcar toda a imensidão dos diversos significados transbordantes da vida social, em seus mais variados aspectos e contextos.
Para além dos olhares, das instituições, dos documentos, dos modelos político-econômicos, temos sentidos que merecem atenção redobrada. Seguindo a proposta lançada na década de 1960 por Murray Schafer, percebo a importância de abrirmos os ouvidos – e porque não o paladar, o tato e o olfato? – para a compreensão de mundos outros além daquilo que se vê. Em uma sociedade da imagem, do espetáculo, o imperialismo visual

tem que ser repensado primeiramente como condição cognoscível por parte do pesquisador, e segundo como processo de apreensão da realidade, ou seja, um objeto sonoro, mas não menos empírico e fundamental.
O objetivo aqui proposto não é o de encerrar e/ou delimitar um campo que possui uma enorme gama de cores, sabores, sons, texturas, mas lançar novas perspectivas que auxiliem o prolongamento do próprio olhar do pesquisador.
Habitando em espaços urbanos, o investigador buscará superar a si mesmo, inserido e partícipe das redes e teias que ele mesmo deseja entender. Em cada fio percorrido deixa atrás de si uma sombra, rastros e pegadas que deve tentar elucidar, girando sua cabeça, invertendo polos entre sujeito que investiga e investigado.
Quase de modo esquizofrênico, somos a própria cidade – e porque não? – tentando entender a si mesma.

Referências

ABNT/NBR 10151 (2000), "Acústica - Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade – Procedimento". Disponível em http://www.semace.ce.gov.br/wp-content/uploads/2012/01/Avalia%C3%A7%C3%A3o+do+Ru%C3%ADdo+em+%C3%81reas+Habitadas.pdf, [consultado em 23-04-2013].

ALVES, R. (1981), *Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras*. São Paulo: Brasiliense.

AUGÉ, M. (2012), *Não Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus.

BAUMAN, Z. (2009), "Cultura: rebelde e ingovernável". In: *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, pp.71-89.

BOURDIEU, P. (2011), *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk.

CERTEAU, M. de (2012), *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes.

DA MATTA, R. (1978), "O Ofício de Etnólogo, ou Como Ter Anthropological Blues". *Boletim do Museu Nacional*: *Antropologia*, 27, pp. 1-12.

DURKHEIM, E. (1999), *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes.

ENGELS, F. (1975), *A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra*. Porto: Afrontamento.

FRÚGOLI JÚNIOR, H. (2007), *Sociabilidade Urbana*. Rio de Janeiro: Zahar.

GIDDENS, A. (1991), *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Unesp.

HALBWACHS, M. (2012), *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro.

LAPLANTINE, F. (2007), *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense.

LEFEBVRE, H. (2006), *A Produção do Espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos.

LEFEBVRE, H. (2001), *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro.

MAGNANI, J. G. C. (2002), "De Perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17 (49), pp. 11-29.

MARRA, P. S. & GARCIA, L. H. (2012), "Ouvir música na cidade: experiência auditiva na paisagem sonora urbana do hipercentro de Belo Horizonte". *Contemporânea*, Ed. 20, 10 (2), pp. 43-57.

MARX, K. & ENGELS, F. (1980), *Obras Escolhidas*. Vol. 1. São Paulo: Alfa-Omega.

MOREIRA, A. S. (2003), "Cultura Midiática e Educação Infantil". *Educação e Sociologia*, 24 (85), pp. 1203-1235. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br, [consultado em 22-08-2013].

PEREIRA, S. L. (2007), "Paisagens sonoras urbanas: uma contribuição ao estudo da escuta midiática". Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP, Comunicação e Culturas Urbanas, Intercom, Santos.

RIBEIRO, G. L. (2008), "Antropologia da Globalização: circulação de pessoas, mercadorias e informações". Texto apresentado como uma conferência no *Instituto de Altos Estudios Sociales* da *Universidad Nacional de General San Martín*, Buenos Aires, 16 de maio de 2008. Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie435empdf.pdf, [consultado em 17-04-2012].

SÁ, S. P. de (2011), "Ando meio (des)ligado? Mobilidade e mediação sonora no espaço urbano". *E-compós*, 14 (2), pp. 1-18. Disponível em http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/666/524, [consultado em 08-10-2014].

SCHAFER, R. M. (1977), *A Afinação do Mundo*. São Paulo: Unesp.

SCHAFER, R. M. (1991), *O Ouvido Pensante*. São Paulo: Unesp.

SIMMEL, G. (1983), *Georg Simmel: sociologia*. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática.

VALENTE, H. de A. D. (1999): *Os Cantos da Voz – entre o ruído e o silêncio*. São Paulo: Annablume.

VELHO, G. (1978), "Observando o Familiar". In: E. de O. NUNES (ed), *A Aventura Sociológica*, Rio de Janeiro: Zahar, pp. 1-13.

WEBER, M. (1964), *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

O BOM E VELHO SAMBA!: CENA MUSICAL, JUVENTUDE E IDENTIDADE NO RIO DE JANEIRO PÓS 1990

Júlia Silveira de Araújo[1]

Este trabalho analisa o advento da cena musical de "samba de raiz" no bairro da Lapa (Rio de Janeiro, Brasil), a partir de 1990, protagonizado por jovens de classe média dedicados ao resgate de repertórios e sonoridades tradicionais do gênero. Este processo culmina na revitalização da região e no surgimento de um relevante mercado. No atual contexto de mundialização das experiências e embaralhamento de referências locais, no qual a construção e percepção de etnia, raça e nacionalidade tornam-se mais fluídas, esta cena musical articula demandas por identificação. Cria-se, assim, um viés de consolidação identitária por parte de um grupo consumidor que projeta no samba um símbolo nacional e uma memória coletiva e comunitária a ser compartilhada. Dessa forma, o imaginário acerca da marginalidade, informalidade, resistência e afirmação de uma herança cultural negra e afro-brasileira –ligados a origem do samba no Rio de Janeiro – é realocado e reapropriado em um nicho comercial que articula sonoridades, experiências e performances.

Palavras-chave: Samba de raiz; consumo musical; Rio de Janeiro; afrobrasilidade

Introdução

Partindo da compreensão das identidades como representações e materialidades forjadas ou ressignificadas em processos sociais, o presente estudo analisará a produção e o consumo do chamado "samba de raiz" na cidade do Rio de Janeiro pós 1990, em um circuito voltado para jovens de classe média, como processo de afirmação de um ideal de nacionalidade calcado na ginga e negritude de uma herança cultural afro-brasileira. A pesquisa se atém especificamente a um segmento que se consagra a partir do reaquecimento cultural do boêmio bairro carioca da Lapa, onde organicamente se originou uma cena musical voltada para a pesquisa e execução de clássicos do samba. O imaginário acerca de uma origem ou essência desse gênero musical foi o cenário para que jovens de classe média, abastados e com alto nível de escolaridade pudessem acessar e consumir uma determinada memória coletiva, através de performances, sonoridades e símbolos tradicionais.

Assim, através da proposição de um arcabouço metodológico crítico, que mescla concepções distintas sobre a história do samba, se analisará a trajetória dos conjuntos musicais Grupo Semente e Casuarina, dois casos exemplares deste movimento cultural contemporâneo. A presente análise conta ainda com a observação participante em shows do Casuarina além do estudo dos discos e de entrevistas destes atores e seus pares, o que permitiu traçar um perfil deste segmento que se constitui juntamente a um circuito musical no bairro da Lapa. Quer se pensar, portanto, os atravessamentos étnicos e de classe que perpassam esse episódio recente da história do samba, evocando seu caráter contraditório, ambíguo e complexo de consolidação de um pertencimento simbólico através de um segmento mercadológico bem sucedido.

1. A contemporaneidade globalizada e o retorno às identidades locais

A dita pós-modernidade – também chamada de modernidade líquida (BAUMAN, 1988), modernidade radicalizada (GIDDENS, 1991) e sociedade espetacular (DEBORD, 1997) ou especular (SODRÉ, 2008), que refere-se ao período histórico iniciado na década de 1980 com a aceleração do desenvolvimento do sistema capitalista, é comumente caracterizada pela aceleração do fluxo de capitais, objetos e pessoas; consumismo

1 Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em Comunicação pela UFF e graduada em jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). juliasilveira.araujo@gmail.com

exacerbado; velocidade como valor primordial; fragmentação e dispersão de instituições e indivíduos; unificação global e embaralhamento de referências locais. A noção do tempo e espaço e a construção e percepção de etnia, raça e nacionalidade, que, «no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais», estão se modificando (HALL, 2005: 9). A identidade nacional; «comunidade imaginada» (ANDERSON apud HALL, 2005: 51) que continha tradições, referências espaço-temporais, normas, mitos e percepções acerca do povo está se fragmentando.

Mas há também resistências aos processos socioculturais de pasteurização, desvinculação e desestabilização. Ao analisar a sociedade contemporânea globalizada, Bauman (1998) e Kellner (2001), por exemplo, identificam um inesperado retorno ao tribalismo e às identidades nacionais e Canclini (1999) observa que parte das culturas regionais ainda resiste à transnacionalização. Como explica Nercolini (2009), essa busca por identificação e vinculação desponta no fim dos anos 1960 a partir de processos de descolonização e novos movimentos sociais e está relacionada uma necessidade « de se agarrar ao passado como a uma âncora, para não se perder na sobrecarga informacional e na aceleração cultural exacerbada, processos com os quais nossos sentidos ainda não estariam equipados para lidar » (NERCOLINI, 2009: 184).

Nesses processos de fixação o consumo é um importante marcador de sentido (DOUGLAS E ISHERWOOD, 2008), um processo de distinção (BOURDIEU, 2007) e, em alguns casos, até condição de felicidade e até dignidade (BAUMAN, 1998). Trata-se de um importante ritual capaz de conferir sentido ao complexo e incompleto fluxo de acontecimentos do cotidiano. O consumo musical, mais especificamente, relaciona-se também com processos de distinção, construção de gosto e pertencimento.

> O amante da música provavelmente sabe muito de música e está atento à fina discriminação e mudanças de prática que são a história da música; pode mesmo julgar (embora no âmbito provado) se uma performance é melhor do que outra. Ele compartilha um processo intensamente social e cultural [...] O consumo usa os bens para tornar firme e visível um conjunto particular de julgamentos nos processos fluidos de classificar pessoas e eventos. E agora o definimos como atividade ritual. (Douglas; Isherwood, 2004 :115).

No caso do presente estudo, especificamente, é possível afirmar que os shows e rodas de samba, performances dos artistas e público, repertórios, clichês sonoros e discursivos, dança e postura corporal e até roupas utilizadas compõe uma atmosfera de informalidade, espontaneidade, improviso e "malandragem", característica do imaginário do samba. Tendo em vista que a maior parte dos produtores e consumidores desses shows não possuem o ethos do sambista marginalizado, pobre e negro, cria-se uma espécie de ritual artístico-comunicacional para experimentar aquilo que acreditam ser expressão de uma cultura genuinamente popular e brasileira, uma espécie de rito de celebração de um pertencimento local. Nesse sentido, esses rituais remetem a processos de ancoragem através da sociabilidade e da exaltação de uma estética compreendida como síntese da cultura nacional (embora se trate de uma percepção carioca de brasilidade).

Mais do que mera manifestação musical, o samba agrega valores e seu consumo coletivo oferece possibilidade de vínculos mais estáveis com o outro e com uma determinada percepção de grupo e comunidade nacional. Dessa forma, o sambista «adquire maior valor à medida que se demonstra mais próximo afetiva e esteticamente de símbolos desta tradição», «cujo eixo de valoração é a noção de continuidade, de permanência» (TROTTA, 2007: 5). Isso porque

> as maneiras legítimas ficam devendo seu valor ao fato de que elas manifestam as mais raras condições de aquisição, ou seja, um poder social sobre o tempo reconhecido tacitamente, como a forma, por excelência, da excelência: possuir algo 'antigo', ou seja, as coisas presentes que são do passado, da historia acumulada, entesourada, cristalizada (BOURDIEU, 2007: 70)

2. Um breve histórico do samba no Rio de Janeiro

É consenso entre pesquisadores do samba que o gênero se consolidou através de manifestações culturais afrodescendentes, em focos de resistência de escravos e negros recém-libertos no fim do século XIX, sobretudo nas regiões da Cidade Nova, Mata-Cavalos, Lapa, Saúde e Gamboa na cidade do Rio de Janeiro. Inicialmente caracterizado pela criação coletiva e informal, o samba inicia sua história de forma marginal, compondo rituais, religiosos ou não, nos quais as canções e danças promoviam socialização e preservação da memória e cultura dos negros de origem africana, escravizados no Brasil. Logo essas manifestações passaram a dialogar outros gêneros musicais como a polca, o maxixe e o lundu, culminando em algo que seria identificado posteriormente como samba urbano e que, a partir daí, torna-se amplamente conhecido e vendável.

Diversos pesquisadores afirmam que a primeira gravação em disco de um samba, a canção "Pelo telefone", de autoria reivindicada por Donga (Ernesto dos Santos), ocorreu já em 1917. A propriedade da música foi alvo de muitas disputas e conflitos, o que evidenciou uma problemática que se tornaria recorrente na comercialização do samba: a noção de autoria. Até aquele momento, as canções eram comumente criadas em rodas informais, com contribuições diversas e difusas. A partir do advento da indústria fonográfica, essas músicas passaram a ser de posse de quem as registrasse primeiro, tornando-se um objeto lucrativo.

Com o surgimento do rádio nos anos de 1920, o gênero, já adaptado à lógica, a estrutura e a sonoridade do mercado fonográfico, chega às casas da classe média carioca. O historiador Alvito (2011)[2] afirma que o samba então precisou "esbranquiçar-se", o que objetivamente se verificou na prevalência de vocalistas caucasianos em detrimento dos compositores negros e marginalizados e de uma roupagem orquestrada ao invés da "batucada" associada à cultura e religiosidade afro-brasileiras ainda malvistas pelas elites. Também a temática das canções deixou de referir-se ao campo socio e geograficamente localizado de seus primeiros compositores e passou a tratar de assuntos universais, pessoais e individuais. Nesse momento, «abordando os temas do amor e da paixão em perspectiva idealizante e fatalista, o veio lírico-amoroso [do samba] é fortemente marcado pela influência de um discurso literário burguês» (COUTINHO, 2002: 47).

No fim dos anos 1930 e na década de 1940, o Estado Novo, governo ditatorial do presidente Getúlio Vargas, atuou de forma contundente na valorização do samba como instrumento de propaganda política e consagração de um ideário de nação. É nesse contexto que Ari Barroso compõe a canção "Aquarela do Brasil", gravada por Francisco Alves em 1939, um dos primeiros sucessos do subgênero samba de exaltação, que descreve o "Brasil brasileiro" cuja pluralidade (mulatos, mães pretas, a dona que caminha pelos salões, as morenas sestrosas) se combina a uma estonteante paisagem (coqueiros, fontes, noites claras de luar) e ao som do samba, do pandeiro. Ainda nessa época, o samba foi bastante utilizado na propagação e legitimação de valores como o trabalho e sobriedade em detrimento da boemia e do lazer. Um exemplo sintomático dessa ideologia, propagada com afinco pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo, foi «O Bonde de São Januário», sucesso gravado por Ciro Monteiro e composto por Wilson Batista e Ataulfo Alves. Alguns versos são: «quem trabalha é quem tem razão / eu digo e não tenho medo de errar» e «antigamente eu não tinha juízo / mas hoje eu penso melhor no futuro / graças a Deus / sou feliz, vivo muito bem / a boemia não dá camisa a ninguém». Dessa forma, o samba, outrora perseguido e preterido, tornou-se – e praticamente oficializou-se – um dos principais símbolos nacionais.

Essa hegemonia só viria a ser relativizada nas décadas de 1980 e 1990, quando uma modalidade contemporânea de pagode tona-se se sucesso comercial e de público, apesar da reprovação de críticos e jornalistas culturais. Das primeiras iniciativas, que guardavam elementos típicos do samba, surgiram os contemporâneos pagodeiros "românticos", que se distanciaram da estética e das temáticas típicas e foram influenciados pelo pop, pela *soulmusic* e por outras manifestações culturais norte-americanas, verificadas, sobretudo, em harmonias e andamentos mais simples, no recorrente uso de teclados, na eliminação de instrumentos tradicionais e no estilo do canto. No entanto, logo houve quem se opusesse às novas configurações do gênero, buscando "preserva-

2 Aula da disciplina *Do Samba de roda baiano à roda de samba carioca*, ministrada no departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) em 20/08/2011.

lo": também nos anos de 1990 surge uma geração que aposta em pesquisa e releituras de clássicos e produz músicas que dialogam com antigas estéticas, estruturas e temáticas. Desde então, o samba virou "moda" (TROTTA, 2006), ou seja, seus referenciais simbólicos estão sendo cada vez mais partilhados por pessoas de diversas classes, idades, sexo e graus de escolaridade e sua presença tem se verificado na mídia, lares, práticas coletivas e imaginário nacional.

3. O berço do samba: Uma revisão bibliográfica

Há pelo menos duas perspectivas teóricas que norteiam o estudo sobre samba no Brasil. Uma primeira linha compreende-o, sobretudo no contexto de sua formação, como afirmação identitária da cultura negra de trabalhadores pobres em oposição a uma elite branca. É o caso de Sodré (1998) e Tinhorão (1998), por exemplo. Já teóricos como Vianna (2007) e Sandroni (2001) entendem que o samba não pode ser resumido a uma manifestação exclusiva de setores populares, já que sua consolidação está atrelada a atuação de representantes da elite, jornalistas, intelectuais, artistas e até estrangeiros residentes no Brasil. Dessa forma, embora exista uma extensa bibliografia sobre o advento do samba nas primeiras décadas do século XX, a polêmica a respeito dos atravessamentos étnicos e de classe neste processo ainda suscita debates.

Em seu livro *O Mistério do Samba*, o antropólogo Hermano Vianna (2011) busca esclarecer como um gênero musical preterido e perseguido se tornou, em poucas décadas do século XIX e XX, um dos maiores símbolos nacionais. A argumentação do teórico se baseia na percepção de que as manifestações culturais populares não são «propriedade de um grupo étnico ou uma classe social» (VIANNA, 2012: 151). Contrapondo uma concepção dicotômica entre a cultura dos setores marginalizados e as elites, o autor afirma que o samba foi "inventado" como música nacional graças a um processo que envolveu segmentos distintos: « negros, ciganos, baianos, cariocas, intelectuais, políticos, folcloristas, compositores eruditos, franceses, milionários, poetas » (VIANNA, 2012: 151). A relação entre esses grupos, de acordo com o teórico, nunca se institucionalizou ou estabilizou: « os vários grupos usavam uns aos outros para atingir objetivos diversos » (VIANNA, 2012: 152). Aliás, ainda segundo o autor, mesmo antes da incorporação do samba pela indústria fonográfica e radiofônica nos anos de 1930, o gênero já era produzido e consumido grupos distintos, atuando « como uma espécie de denominador comum musical entre vários grupos, o que facilitou sua ascensão ao status de música nacional » (VIANNA, 2012: 120).

A mesma perspectiva teórica é endossada pelo etnomusicólogo Carlos Sandroni (2001), que afirma que mesmo os historiadores da música popular que descreveram o samba carioca como "música negra" não puderam deixar de incluir em seus livros uma série de informações que mostra a participação, desde o início, de brancos de diferentes classes e nações na criação do gênero. O autor afirma ainda que « para cada delegado que reprimia [o samba], havia outro que dava cobertura » (SANDRONI, 2001: 112).

Outra percepção que procura desmistificar é a ideia de que a comercialização dos primeiros sambas, que envolvia a compra das canções compostas por negros marginalizados, representava uma situação de exploração do trabalho alheio. De acordo com o teórico,

> boa parte dos observadores considerou o comércio de sambas como uma exploração unilateral, em que compradores espertalhões, brancos e burgueses, sempre levavam a melhor sobre vendedores ingênuos, pretos e proletários. Mas a realidade parece ter sido mais complexa do que isso, pois os compositores populares também tiravam proveito dessa descoberta de um valor monetário em algo que até pouco antes, era considerado de domínio público (SANDRONI, 2001: 150).

No entanto, é preciso salientar que a linha teórica de Vianna (2012) e Sandroni (2001), por mais crítica e imprescindível que seja, desconsidera, por opção metodológica, importantes fatores, tais como o discurso de resistência e sua ancoragem na figura socialmente questionável do malandro, além do estranhamento e repulsa provocada por conta dos traços negros e marginais dessa manifestação cultural. Parafraseando Sandroni (2001), não se pode esquecer que para cada delegado que dava cobertura aos sambas, havia outro que os reprimia.

Nesse sentido, estudiosos como Sodré (1998) e Tinhorão (1998) reforçam, ao contrário, um protagonismo da cultura negra e periférica no processo de formação do samba. Os teóricos destacam que, nos morros, as rodas eram uma forma de promover encontros e reforçar vínculos e noções de pertencimento. E, através do ritual do Carnaval, a festa por excelência do samba, as diferenças e contrastes pareciam se atenuar, constituindo um dos contatos mais próximos entre a comunidade negra, pobre e marginalizada com a sociedade global branca carioca (SODRÉ, 1998). Durante o carnaval, como pontua Roberto DaMatta (1997), se estabelecia uma « união temporária, anormal » entre elementos de domínios normalmente separados. Assim, « os personagens do Carnaval não estão relacionados entre si por meio de um eixo hierárquico, mas por simpatia e por um entendimento vindo da trégua que suspende as regras sociais do mundo da plausibilidade, o 'universo do quotidiano' » (DAMATTA, 1997: 49).

Tinhorão (1988) atribui às favelas o lócus por excelência desse processo. Na virada do século XIX para o século XX, o Rio de Janeiro passava por mudanças significativas: a monarquia escravocrata basicamente rural rapidamente deu lugar a uma República de caráter industrial. No entanto, apesar da promessa de crescimento, ascensão social e melhoria da qualidade de vida nas cidades – que tanto atraiu os moradores do campo – a realidade foi outra: o progresso não foi acompanhado pela geração de empregos ou garantia de renda e condições dignas de trabalho e moradia para todos. Nesse sentido, assim como os demais países da América Latina, a industrialização brasileira foi marcada por intenso processo de exclusão e ausência de políticas públicas, que afetam principalmente os negros e pobres (TINHORÃO, 1998).

Nessa nova sociedade, desordenada, mal gerida e racista, os trabalhadores negros não tinham muitas opções a não ser morar em casebres, cortiços e barracos, o que deflagrou um processo de favelização que ainda persiste. Esses espaços sociocultural e geograficamente marginalizados e isolados tornaram-se um «verdadeiro laboratório de experiências fragmentadas de usos e costumes de origem rural» (TINHORÃO, 1998: 265), ou seja, núcleos nos quais a vivência comunitária preservava uma herança cultural comum e laços de solidariedade na luta diária pela sobrevivência em uma sociedade em processo de consolidação capitalista. Esse tipo de resistência era uma continuidade do que já se dava nos períodos mais repressivos da escravidão, revelando um « aparente paradoxo entre a constatação da eficácia da política de domínio senhorial e a contínua descoberta de práticas culturais autônomas por parte dos escravos » (CHALHOUB, 1990: 26).

É preciso ressaltar, no entanto, que essas contribuições teóricas não enfatizam a heterogeneidade e os conflitos e negociações que existiam, mesmo na vivência comunitária. O carnaval, por exemplo, justamente por conta do seu caráter incomum de convivência entre segmentos diferentes, era também espaço de embates, negociações, contestação e ocupação urbana. A trégua exaltada ao som do samba camuflava as lutas sociais concretas para além da musicalidade a as disputas internas entre os foliões, sobretudo « os que provocavam e debochavam dos guardas civis » (CHALHOUB, 2001: 317).

4. O "samba sem sobrenome" pós década de 1990

Em diversos momentos históricos no Brasil o samba se constituiu como uma trincheira musical, sendo considerado símbolo dos valores nacionais contrapostos à música estrangeira (rock, pop, jazz), à modernidade estética nacional (bossa, MPB) e à modernidade comercial nacional (rock, pop, axé)

> Foi assim quando se iniciaram as primeiras experiências fonográficas (Sinhô, Donga), na fase da implementação e popularização do rádio (Noel Rosa, Francisco Alves, Orlando Silva, Mário Reis, a "Época de Ouro"), na consolidação da MPB (com a bossa nova de Tom Jobim e o samba "autêntico" de Paulinho da Viola, Martinho da Vila e Clara Nunes), no sucesso do Plano Cruzado (Zeca Pagodinho, Fundo de Quintal, Jovelina Pérola Negra), no momento de passagem de LP para CD e estabilização da economia do Plano Real (com Raça Negra, Negritude Júnior e Só Pra Contrariar) e, agora, no início do século XXI, quando o mercado musical passa por uma fase de inédita diversidade. Símbolo da musicalidade nacional, a circulação

> comercial do samba ressurge a cada momento como trilha sonora da especificidade da cultura brasileira (TROTTA, 2011: 270).

No entanto, como já ressaltado anteriormente, com o advento do subgênero "pagode romântico" nos anos de 1980 o samba se viu em uma relevante disputa interna em seu próprio fazer, o que propiciou o surgimento de uma geração que aposta em pesquisa e releituras de clássicos do samba tradicional e produz músicas que dialogam com antigas sonoridades, estruturas e temáticas. Nesse contexto, surge o rótulo legitimador "samba de raiz" para diferenciar estetica, tematica, ideologica e mercadologicamente a produção e consumo musical. A nomenclatura passou a funcionar como um marcador em oposição ao "massivo" pagode romântico paulista, que se tornara um grande sucesso mercadológico.

Esse segmento se consolida em consonância com o surgimento de um circuito musical no bairro da Lapa, região central da cidade do Rio de Janeiro, que, nos anos de 1990, passa a figurar como referência para a produção e consumo do samba de raiz. Uma interessante síntese a respeito desse grupo sonoro está na matéria *Sangue Novo no Samba*, publicada na Revista Época, na qual o jornalista Ricardo Calil apresenta uma definição bastante ilustrativa dessa nova geração:

> embora as idades variem dos 20 aos 40 anos, há traços unindo esses músicos. Eles gostavam de outros gêneros musicais na adolescência, como forró ou rock, mas um dia descobriram o samba e decidiram não largá-lo mais. Na faculdade, de música ou não, conheceram outros garotos com o mesmo gosto e resolveram formar grupos para tocar os grandes clássicos do ritmo. Apesar da importância das faculdades como ponto de encontro, a grande escola desses músicos de nova cepa foi a roda de samba. No princípio, eles apareciam apenas para ouvir os bambas. Depois, começaram a arriscar alguns sambinhas. Hoje, é cada vez mais comum vê-los dividindo o palco com mestres como Wilson Moreira, Walter Alfaiate, Nelson Sargento, Xangô da Mangueira e muitos outros.[3]

Há neste segmento uma « ligação entre passado e presente que mostrou satisfazer a uma demanda de parte dos consumidores de música na virada do milênio, ansiosa por reatar vínculos identitários » (TROTTA, 2006: 237). O samba da « moda » é o que os vocalistas do grupo carioca Casuarina chamam de « samba sem sobrenome »: aquele que "não é um samba de raiz, não é o samba da Lapa, não é o samba de roda. É o bom e velho samba, matriz principal da música brasileira" (ESTÚDIO MÓVEL - CASUARINA, 2011).

Nesse sentido, o circuito[4] que surge a partir da revitalização da Lapa revela-se uma estratégia segmentada de « sobrevivência » na fragmentação contemporânea (ESCOSTEGUY, 2010), calcado em um estereótipo (carioca) de brasilidade. Tendo em vista que se caracteriza como lócus de disputas, negociações e resistências, através de processos de produção cultural e comunicação, revela-se como importante ritual[5] de consumo simbólico. As apropriações, performances sonoras e as audiabilidades (sejam estas individuais ou coletivas) são partes de um ritual festivo, midiático e de consumo.

---

3 CALIL, R. Sangue novo no samba. Isto é Online. Disponível em http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR67548-6011,00.html, [consultado em 10-07-2013].

4 Entende-se circuito através da chave comunicacional de Darnton (1990), que integra os processos de criação, produção, difusão e recepção de textos diversos, a partir da percepção da arte como atividade que envolve a confecção de instrumentos, ensaios, divulgação de shows e que corresponde a uma complexa rede de cooperação (Darton apud Certeau, 1998).

5 Compreendido como discurso, prática, mito, rito, representação, ação e narrativa performática, o conceito de ritual nos serve para pensar processos de construção social da realidade, comunicação e produção simbólica de inclusão ou exclusão. Uma das principais funções desta forma de marcação social de funcionamento estruturante e estruturado é conter a flutuação dos significados. Nesse sentido, os rituais são ainda mais eficazes quando materializados.

4.1 Grupo Semente: Os pioneiros da nova geração nos anos 1990

Considerado pioneiro da nova geração de sambistas cariocas, o grupo Semente – Bernardo Dantas (violão), João Callado (cavaquinho), Pedro Miranda (pandeiro e vocal), Ricardo Cotrim (surdo) e Teresa Cristina (vocal) – surgiu na segunda metade da década de 1990 com projetos voltados para o resgate das obras de Candeia e Paulinho da Viola. A partir de 1999, o conjunto passou a se apresentar semanalmente no Bar Semente, na Lapa, sempre aos sábados. O projeto, incialmente despretensioso, passou a atrair um público crescente, ganhando proporções inesperadas.

No ano seguinte, o Semente se apresentou ao lado de importantes ícones do samba como Xangô da Mangueira, Nelson Sargento e Wilson Moreira e iniciou o projeto *Roda de Samba*, com convidados como Argemiro da Portela e Tia Surica. Em 2002 lançaram pelo selo Biscoito Fino o disco *O samba é minha nobreza,* com Roberto Silva, Pedro Miranda, Mariana Bernardes, Pedro Aragão e Pedro Paulo. No mesmo ano, a vocalista Teresa Cristina lançou disco solo pela Deck o disco duplo *A música de Paulinho da Viola,* acompanhada pelo Grupo Semente, no qual gravou um dueto com o músico homenageado. Em 2004, o Semente participou de outro disco solo de Teresa intitulado *A vida me fez assim* (também lançado pela gravadora Deck).

O que merece destaque é a percepção do sucesso alcançado pelo grupo através de sua proposta voltada para o resgate de sonoridades, clichês e repertórios clássicos do samba. Conforme explica Trotta (2006), « a partir do minúsculo bar Semente e do samba que esses protagonistas lá faziam, a vida noturna do bairro passou por uma grande intensificação com a abertura de outros espaços destinados à música brasileira e, principalmente, o samba » (TROTTA, 2006: 228). A análise do histórico do grupo possibilita perceber características dessa geração de sambistas, tendo em vista que o conjunto é formado por jovens majoritariamente brancos e de classe média, voltados para um repertório clássico do samba e que reverenciam antigos compositores do gênero e apostam em uma sonoridade característica (com formação baseada em surdo, pandeiro, cavaquinho e violão). O projeto surgiu em "em sintonia absoluta com o som mais característico do imaginário do samba, que viria a ser representativo da recém-inventada categoria « samba de raiz » (TROTTA, 2006: 228).

Nesse sentido, é relevante destacar a fala de Teresa Cristina a respeito da primeira reunião que teve na gravadora Deck:

> Tinha uma reunião na Deck, minha primeira gravadora, e eu com medo deles me pedirem para cantar pagode paulista [risos]. Já preparando o 'não, vou pensar, depois a gente se fala'. E aí ele disse: queria que você gravasse um disco só com Paulinho da Viola. Quando ele falou Paulinho da Viola, eu abri um sorriso e falei 'claro'![6]

Através da declaração é possível perceber algumas demandas, tais como a reverência aos artistas do passado, a valorização da sonoridade tradicional do samba, a exaltação de um ethos tipicamente carioca (compreendido como uma síntese de brasilidade) e a abertura para o diálogo com o mercado musical, porém claramente distinto do projeto modernizador do pagode romântico tipicamente paulista.

4.2 Casuarina e a segunda geração da Lapa nos anos 2000

> A gente foge do estereótipo dos sambistas. Somos aparentemente todos brancos, não usamos as roupas tradicionais. E isso nos distancia um pouco daquilo que é esperado (João Cavalcanti, vocalista do grupo Casuarina).[7]

---

6 *Saraiva Conteúdo*. Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=2fM1T_M3otY&feature=related., [consultado em 20-05-2012].

7 *Chico Science nos levou a fazer música, diz Casuarina*. Disponível em http://musica.terra.com.br, [consultado em 17-05-2012].

O grupo Casuarina surgiu em 2001 e atualmente é formado por Daniel Montes (violão), Gabriel Azevedo (voz e pandeiro), João Cavalcanti (voz e tantã), João Fernando (bandolim) e Rafael Freire (cavaquinho). Os cinco jovens, residentes da Zona Sul carioca, formaram o conjunto durante um sarau em um curso de extensão da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Desde então, passaram a frequentar a Lapa juntos, inicialmente como espectadores e posteriormente como músicos, experimentando e consolidando a efervescência do bairro até então protagonizada por outros artistas, como o Grupo Semente.

Em 2005, ao lado dos conjuntos Galocantô, Anjos da Lua e Batuque na Cozinha, o Casuarina apresentou o projeto *Samba em 4 tempos* na Fundição Progresso (consagrada casa de show da Lapa), resgatando o repertório clássico do gênero e tocando algumas canções próprias. O primeiro álbum do grupo, intitulado *Casuarina* e lançado em 2005 pela gravadora Biscoito Fino, apostou no resgate de clássicos como *Pranto de poeta* (Nelson Cavaquinho e Guilherme de Brito), *Laranja madura* (Ataulfo Alves e Mário Lago) e *Já Fui Uma Brasa* (Adoniran Barbosa). O segundo disco do grupo, *Certidão*, lançado pela Biscoito Fino em 2007, foi um primeiro registro de canções autorais como a que dá título ao álbum (João Fernando e João Cavalcanti), mas que contém, em sua maioria, releituras com novos arranjos para obras de compositores consagrados como Sidney Miller, Délcio Carvalho, Sérgio Fonseca, etc.

Em 2009, o grupo laçou seu primeiro DVD, *MTV Apresenta: Casuarina*, também disponível em CD. O trabalho foi fundamental para conferir maior visibilidade ao conjunto, que no ano seguinte foi eleito o melhor grupo de samba pelo Prêmio da Música Brasileira e fez turnê por vários países da Europa. Em 2011, a banda participou do projeto *Lapa de Todos os Sambas*, realizado pelo Centro Cultural Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, com o objetivo de celebrar a revitalização da Lapa em uma iniciativa que reuniu três gerações de cantores, músicos e compositores. No ano seguinte, o Casuarina foi escolhido pela Prefeitura do Rio de Janeiro para comandar o show de inauguração das obras de revitalização do mesmo bairro, que contou com participações de Pedro Miranda, Teresa Cristina e Moyséis Marques (ex-integrante do grupo). O show se tornará um DVD a ser lançado em 2013.

Em 2011, lançaram o álbum *Trilhos – Terra Firme*, pela Warner Music, o primeiro projeto composto apenas por canções autorais. Essa iniciativa denota uma nova tendência dessa geração da Lapa, que continua apostando no reforço da tradição e da autenticidade do samba (presentes na formação das bandas, na dinâmica das rodas, nas sonoridades e temáticas), porém através de suas próprias canções, em um movimento de simultânea renovação e resgate.

Nesse sentido, Gabriel Azevedo, um dos vocalistas do Casuarina, afirma que:

> fazer samba foi uma escolha, uma demanda nossa. E acho que isso torna até a coisa mais verdadeira. Não desmerecendo quem vem do berço de samba, quem vem de escola de samba. [...] Para fazer samba não precisa de certidão, não precisa de papel assinado. Só o endosso que a gente teve no começo da carreira dos grandes mestres do samba, para a gente, já foi suficiente.[8]

Nota-se, portanto, que essa geração de sambistas « de raiz » apresenta uma primeira fase de pesquisa e retomada de antigos repertórios (calcada na reverência e na referência de grandes compositores do gênero), porém, à medida que se consolida e estabelece laços estáveis com o seu público e o mercado musical, posiciona-se também como produtora de conteúdo. Estimulados e apoiados pelos artistas que veneravam, esses músicos passaram a reivindicar o direito de produzir seus próprios sambas, não menos autênticos e legítimos. Incorporando influências múltiplas, criando suas obras, se apropriando do imaginário e da memória de um grupo social do qual não se originam, essa geração articula novas perspectivas e dinâmicas de produção e consumo da música com sonoridades, temáticas e elementos do universo tradicional do samba. E, através da

8 *Chico Science nos levou a fazer música, diz Casuarina*. Disponível em http://musica.terra.com.br, [consultado em 17-05-2012].

apropriação desses elementos, artistas (e os consumidores desses trabalhos), tentam reproduzir um estilo de vida ligado ao universo do samba, materializando, assim, uma distinção simbólica. Como afirma Bourdieu, « não há luta a propósito da arte cujo pretexto não seja, também, a imposição de uma arte de viver, ou seja, a transmutação de determinada maneira arbitrária de viver em maneira legítima de existir que atira qualquer outra maneira de viver na arbitrariedade » (BOURDIEU, 2007: 57).

4.3 A "roda-show": Apropriações e negociações com mercado musical a partir do caso Casuarina

A autora assistiu a diversos shows do Casuarina entre novembro de 2010 e fevereiro de 2013, em diversas cidades do Estado do Rio de Janeiro como a capital, Niterói, Barra do Piraí, Volta Redonda e Nova Friburgo. No entanto, para a presente análise, se considerará quatro shows específicos da edição "Roda de Samba com Casuarina e Convidados": o aniversário de nove anos da banda com participação de Alceu Valença e Elba Ramalho (01/11/2013), show com participação de Jorge Vercillo (19/01/2013), encerramento da turnê MTV Apresenta com Roberta Sá (15/07/2011) e show com Diogo Nogueira como convidado (05/02/2013). Todas essas apresentações aconteceram na casa de show Fundição Progresso, na Lapa, reproduzindo o formato de roda de samba, no qual os músicos são dispostos em círculo e o público os rodeia.

Em todas as edições assistidas a banda estava completa e contava com músicos de apoio: dois percussionistas (Nelci Pelé e Renato Albernaz), um baterista (Diego Zangado) e um saxofonista / flautista (Alexandre Bittencourt). Havia instrumentos clássicos como cavaquinho, pandeiro, violão de sete cordas, surdo, cuíca. A performance dos músicos, embora contida, procurava reproduzir um tom de informalidade, com brincadeiras, diálogos entre os músicos, caretas e interações com o público.

No entanto, algumas características apontam as grandes proporções que a roda de samba do Casuarina ganhou. A começar pelo fato de que se tornaram mais raras e que os músicos têm feito mais shows com menor duração no palco principal da casa, de disposição mais convencional, com os artistas de frente para o público. Nesses casos, embora procurem interagir com a plateia, o acesso é mais restrito por conta do próprio distanciamento físico. A dinâmica coloquial de pedir músicas, entregar papéis, passar bebidas e mesmo tocar os músicos fica limitada e, por vezes, impossível.

As quatro edições da roda de samba do Casuarina contaram com ingressos a R$ 50, disponíveis em meia entrada para estudantes e aqueles que apresentassem o flyer do evento impresso ou recebido nas ruas ou um quilo de alimento não perecível. Embora o valor seja mais razoável do que o das grandes casas de show da cidade, ainda é inacessível para grande parte da população carioca, que não tem condições de investir parte de seu orçamento em cultura, lazer e entretenimento. Não por acaso, o perfil dos frequentadores dessas rodas é pouco heterogêneo: a maioria do público é composta por jovens adultos brancos.

Ao contrário do estereótipo de uma roda de samba tipicamente popular, nesses shows apenas um dos instrumentistas é negro e tem mais de 40 anos (e se trata de um músico convidado). Os demais integrantes do grupo vestem-se de forma semelhante e têm a mesma aparência física e, possivelmente, a mesma idade de seu público. Essa dinâmica se dá, em termos bourdianos, em função do *habitus* desses indivíduos, que detém capitais simbólicos e culturais específicos de uma camada social mais abastada. E esse caráter mais formal, técnico e sóbrio da performance, revela certo tipo de relação com o fazer musical. Apropriando-nos das palavras de Trotta, pode-se entender que

> a noção de uma *racionalização* da prática musical é correlata ao próprio processo civilizador de controle dos costumes e disseminação de vergonhas e pudores que moldariam um perfil comportamental do que é correto e o que é desagradável socialmente. Essas recomendações "civilizadas" visavam neutralizar a "animalidade" de certos atos corporais como forma de estabelecer comportamentos sociais "educados" (TROTTA, 2011: 119).

A experiência de fazer samba calcada no estudo de repertório e técnica fica, assim, evidente e esse acúmulo, constantemente evocado, é um constante respaldo da produção do grupo, um argumento consistente contra possíveis críticas a origem sociocultural e étnica distanciada dos centros de produção de samba por excelência. E é esse também um dos principais atributos que garante o endosso dos grandes mestres do gênero, que, apesar de qualquer diferença de idade, cor e classe, se identificam nesse fazer sonoramente familiar, simbolicamente conhecido, referenciado em estruturas já consolidadas historicamente. Dessa forma,

> os clichês harmônicos, melódicos, temáticos, rítmicos e simbólicos funcionam como elos do passado com o presente, formando e sedimentando noções de hereditariedade e tradição. Emoldam também uma memória musical e afetiva compartilhada, auxiliando na construção de sentidos e significados dos elementos musicais, interpretados a partir do acionamento desta memória (TAGG, 1987 apud TROTTA, 2011: 122).

4.4 Resistência e mercado musical

Os próprios artistas dessa nova geração avaliam que o samba já não é mais considerado um gênero de periferia, capaz de vocalizar as demandas dos setores marginalizados. Há um consenso de que esse papel atualmente caberia ao subversivo funk carioca, também apropriado pelo mercado, mas ainda produzido nas favelas e periferias, alvo de preconceito, depreciação e até mesmo perseguição policial e repressão do Estado. Embora a ideia de resistência seja ainda marcante nas narrativas e discursos sobre o samba, do ponto de vista da produção, do consumo e de seus usos sociais, este caráter vem se modificando. Lima (2009) é radical em sua análise, afirmando que o samba, enquanto produto cultural popular, acabou recebendo uma "roupagem" mais adequada à estética e moralidade dos salões da alta sociedade e, nesse sentido, até mesmo a malandragem, compreendida como forma de resistência das camadas mais pobres, teria sido « absorvida e domesticada pela burguesia » (LIMA, 2009: 16). Ainda de acordo com o autor,

> entre os anos de 1930 até o surgimento da bossa nova saíram de cena a linguagem cifrada do malandro dos morros cariocas e expressões como cabrocha, geralmente designando a mulher pobre e mestiça e, em seu lugar, surgiu o canto quase falado da zona sul do Rio de Janeiro e a denominação moça para as jovens brancas, ricas ou de classe média de Ipanema e Copacabana. Até mesmo o malandro e seus ardis passaram a ser vistos como coisas de antigamente: enganar o otário no jogo de chapinha ou de carteado, usar gíria e vestir-se com esmero tornou-se negócio de principiante. Os tempos eram outros, a malandragem tinha se industrializado, estava sofisticada, tinha se unido à burguesia bem-sucedida, contava com o aval dos poderosos (LIMA, 2009: 16).

A partir da leitura desta leitura é possível identificar que, por mais obstinados que sejam os novos sambistas em preservar uma ideia de tradição do samba, alguns traços apontam que suas releituras que fazem são fortemente atravessadas por seu habitus de classe (BOURDIEU, 2007). Lima (2009) aponta um aburguesamento da figura do malandro e das pastoras, da linguagem típica dos morros e do canto displicente, da representação das angústias e demandas de uma classe oprimida. De acordo com essa perspectiva, pode-se dizer que o samba dessa nova geração está descolado da vivência e experiência de vida de gueto, da malandragem como forma de resistência às opressões do sistema, dos valores e comportamentos típicos de uma determinada comunidade periférica. Isso se verificará no preço dos ingressos dos shows, na estrutura dos eventos e no perfil e performance desses artistas, comumente alvo de críticas e desqualificação (samba "de branco", "de classe média", "sem malícia", "sem ginga"). Com base no próprio discurso dos artistas analisados, entende-se que o "samba de classe média" é a releitura de uma determinada subcultura, que reproduz suas manifestações através de uma

perspectiva própria, condicionada por um *habitus* de classe e muitas vezes inacessível aos segmentos mais pobres por barreiras geográficas, econômicas ou simbólicas.
Uma visão apocalíptica dessa trajetória poderia afirmar que há um esvaziamento histórico dessa manifestação popular e uma perspectiva entusiasta poderia entender que há um pleno resgate daquilo que se entende como samba legítimo. Buscando um ponto de vista não extremista, aqui se compreende que o samba tem sido reaquecido através de releituras que visam sacralizar suas temáticas, repertórios e sonoridades tradicionais, porém, ainda assim, o gênero deixou de ser símbolo de resistência, papel que hoje caberia ao funk carioca.

Considerações finais

A criação do rótulo mercadológico e distintivo "samba de raiz" e o surgimento e consolidação de um circuito musical no bairro da Lapa, no Rio de Janeiro, a partir de 1990, são formas encontradas por um determinado grupo consumidor para consolidar um pertencimento, reaver uma memória coletiva e resgatar origens e tradições. Através da busca por preservação de uma dita cultura nacional, construída através de um aprendizado formal de música e da reprodução de determinadas sonoridades, repertórios e performances ligadas ao universo tradicional do samba, esses jovens fazem uma espécie de investimento afetivo, passando a deter uma posse emocional dos signos e símbolos do gênero. Evidentemente, essa concepção de brasilidade e de símbolos tipicamente nacionais se percebe e se constrói através de um olhar carioca, regionalizado e atravessado por um viés de classe.
O surgimento dessa geração de sambistas também está atrelado a disputas estéticas e ideológicas no interior do próprio fazer artístico. O apogeu do pagode romântico não suprimiu os valores comunitários e amadores da execução musical, muito caros ao imaginário do samba, mas, por outro lado, o mercado passou a absorver novos e antigos artistas que já não intimidavam pelo amadorismo. No mote dessa nova perspectiva, o movimento orgânico que surge protagonizado por jovens na Lapa exalta valores, estéticas, repertórios e temáticas tradicionais (distanciando-se do projeto modernizador do pagode), porém permite o diálogo com outras influências; se dá em um contexto de roda-show (que mescla o clima informal com o profissionalismo e as grandes estruturas dos espetáculos).
Trata-se de jovens de classe média; brancos em sua maioria; voltados para um repertório clássico do samba; reverenciando os grandes compositores do gênero e apostando em uma formação de banda típica (surdo, pandeiro, cavaquinho e violão). O protagonismo desse segmento social evidencia uma série de demandas de uma parcela da juventude carioca, ávida por reatar vínculos identitários, por sentir-se pertencente a uma ideia de nação, por beber nas fontes de uma ancestralidade afro-brasileira. Produzir e consumir essa música é sentir-se visceralmente brasileiro – se não por uma herança étnica, social ou familiar, por performances. A "roda-show" une artistas e público na celebração de uma subcultura que não lhes pertence orginalmente, mas que confere a sensação de familiaridade com a cultura nacional popular e com as manifestações artísticas de um gueto negro. No entanto, o que se valoriza nesses rituais de consumo é ainda uma imagem sacralizada e construída por um olhar externo, adequando-se, portanto, a uma determinada demanda de mercado.
Assim, a atual elitização da Lapa e a estrutura dos grandes shows de samba revelam algumas contradições nesse processo de exaltação da ginga, informalidade e valores característico de setores pobres e regiões periféricas da cidade. Para dar conta deste cenário ambíguo e complexo foi necessário, portanto, somar a observação participante em shows com uma revisão bibliográfica crítica composta por autores que enfatizam o protagonismo negro, multado, pobre e periférico da formação do samba articulados a teóricos que revelam a relevância de outros grupos e culturas no processo não-linear de consolidação deste gênero.
A partir da prerrogativa de que o fazer popular e a cultura de massa são mais complexos e contraditórios do que supõe a teoria, é mister atentar para as diversas possibilidades de interação, disputa e negociação no âmbito do consumo musical. No caso específico do samba no Brasil, estudos críticos são fundamentais para compreender os diversos processos que articulam elite e setores populares na constituição de uma identidade nacional, sem negligenciar a intensa luta de classes em um país com extrema desigualdade social. Trata-se de disputas, embates, repressão, mas também de misturas, trocas e negociações. Essa história dá samba!

Referências bibliográficas

BAUMAN, Z. (1998), *O Mal-Estar da Pós-Modernidade* (trad. M.G. Gama, C.M. Gama), Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BOURDIEU, P. (2007), *A distinção: Crítica social do julgamento I* (trad. D. Kern, G.F. Teixeira) São Paulo: EDUSP, 2007.

CALIL, R. *Sangue novo no samba***.** Isto é Online. Disponível em http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR67548-6011,00.html,

[consultado em 10-07-2013].

CANCLINI, N. G. (1999). *Consumidores e Cidadãos: Conflitos Multiculturais da Globalização I* (trad. M.S. Dias). Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.

CERTEAU, M. (1998) *A invenção do Cotidiano* (trad. L.V. Machado), Petrópolis: Editora Vozes.

CHICO *Science nos levou a fazer música, diz Casuarina.* Disponível em http://musica.terra.com.br [consultado em 17-05-2012].

COUTINHO, E. G. (2002), *Velhas Historias, Memórias Futuras: O sentido da tradição na obra de Paulinho da Viola.* Rio de Janeiro: EdUerj.

DAMATTA, R. (1997), Carnaval, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco.

DEBORD, G (1997), *A Sociedade do Espetáculo: Comentários sobre a Sociedade do Espetáculo* (trad. R. Barbosa, F.R. Kothe). Rio de Janeiro: Contraponto.

DOUGLAS, M., ISHERWOOD, B. (2004), *O mundo dos bens: para uma Antropologia do consumo* (trad. P. Dentzien), Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

ESCOSTEGUY, A. C. D. (2010), *Cartografias dos estudos culturais – Uma versão latino-americana.* Belo Horizonte: Autêntica.

ESTÚDIO MÓVEL**.** *Casuarina.* Rio de Janeiro: TV Brasil. 31 de maio de 2011. Programa de TV. Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=ZcmRQnPm4Jw,

[consultado em 10-4-2011].

GIDDENS, A. (1991). *As Consequências da Modernidade* (trad. R. Fiker), São Paulo: Ed Unesp.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade* (trad. T.T. da Silva, G.L. Louro), Rio de janeiro: DP&A, 2005.

KELLNER, D. (2001), *A cultura da mídia* (trad. I. C. Benedetti), Bauru: EDUSC.

LIMA, M. H. (2009), "Malandros de antanho e malandros de gravata e capital". GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL, 7, pp. 15 – 34.

NERCOLINI, J. M. (2009), "A construção da arte e da cultura contemporânea: Uma análise a partir da obra de Zeca Baleiro. Graphos, 11 (2), pp. 177 – 191.

SANDRONI, C. (2001), *Feitiço decente: transformações do samba no Rio de Janeiro*: Jorge Zahar Ed. UFRJ.

SARAIVA *Conteúdo.* Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=2fM1T_M3otY&feature=related, [consultado em 20-05-2012].

SODRÉ, M. (2008), *A antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede.* Petrópolis, RJ: Vozes.

_____. (1998), *Samba, o dono do corpo.* Rio de Janeiro: Mauad.

TINHORÃO, J. R. (1998) *História social da música popular brasileira*. São Paulo: Editora 34.

TROTTA, F. (2011), "Critérios de qualidade na música popular: o caso do samba brasileiro". In: J. Janotti Jr, T. R. L Tatiana Rodrigues, V.A.N, Pires (orgs), Dez anos a mil: Mídia e Música Popular Massiva em tempos de Internet, Porto Alegre: Simplíssimo.

_____ (2007). "Produção Cultural e Qualidade Estética: o caso da música popular". Anais do IX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Nordeste (Salvador – BA) da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). Disponível em http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2007/resumos/R0314-1.pdf,

[consultado em 09-12-2011].

_____ (2006), *Samba e mercado de música nos anos 1990.* Tese de Doutorado, Rio e Janeiro: Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Fruição Cultural e Construção de Identidades

Paulo Henrique Barbosa Dias
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, phbdias@gmail.com
Professor Dr. do Centro de Ciências Humanas e Sociais – curso de Ciências Sociais e mestrado de Ciências Sociais

Resumo: O consumo de música, bem como das demais formas de manifestação cultural, é um fenômeno revelador de como preferências estilísticas podem expressar sentimentos coletivos. O estudo dos ambientes frequentados pelos jovens tanto quanto os circuitos por eles percorridos para fazer distintos usos de música pode ser uma relevante estratégia para a compreensão não só da adesão ou rejeição de estilos de vida mas também das suas percepções acerca de pertencimentos sociais. Realizei estudo buscando compreender tais questões em um bairro pobre na cidade de Campinas – São Paulo, Brasil.

Palavras-chave: Identidades, usos de músicas, fruição cultural

Não há talvez fenômeno psíquico que tenha sido tão incondicionalmente reservado à metrópole quanto atitude blasé.(...) o significado e valores diferenciais das coisas, e daí as próprias coisas, são experimentados como destituídos de substância. Elas aprecem à pessoa blasé *num tom uniformemente plano e fosco; objeto algum merece preferência sobre outro.*

Georg Simmel

nas condições de alta modernidade, não só seguimos estilos de vida, mas num importante sentido somos obrigados a fazê-lo – não temos escolha senão escolher

Anthony Giddens

O material apresentado neste ensaio foi reunido em uma pesquisa na qual o a obtenção de informações empíricas concentrou-se nos anos 2004 e 2005. Dias (2007)

Opções e adesões

Usamos bens como habitação, vestuário, música, alimentação não apenas para conforto e sobrevivência mas apara fazer declarações sobre nós mesmos. Estes usos definem semelhanças e diferenças entre as pessoas. Usar camiseta emite uma informação sobre seu portador distinta daquela informação que é fornecida por quem usa bota e cinto com fivela.

Em alguma medida, tais usos estão associados às preferências dos indivíduos. De uma perspectiva sociológica, no entanto, discutir gosto significa buscar algum tipo de vinculo entre os juízos de gosto e pertencimento a grupos, identidades sociais, ou ainda posições sociais.

As pesquisas sobre gosto assinalam que padrões de gosto refletem e influenciam a estrutura social e a desigualdade econômica. Para alguns estudiosos, o gosto <<seria uma base para exclusão na qual um grupo impede outros grupos de terem acesso a recursos valiosos, tais como credenciais educacionais, contratos de

negócios ou parceiros conjugais>> (BRYSON, 1996: 884). Assim, pode-se dizer que para determinados autores – entre eles Bourdieu – as pessoas usam conhecimento sobre música e arte para mostrar pertencimento de classe.

Por coexistem várias culturas no interior de uma mesma sociedade e diferentes formas culturais localizadas em níveis distintos, a diferença entre gostos é, ao mesmo tempo, reflexo e produtora do desnivelamento cultural. Os gostos seriam decorrentes da existência de bens classificados como de bom ou mal gosto. (BOURDIEU, 1983).

Há uma relação entre o padrão de consumo cultural e a respectiva posição de um dado indivíduo na hierarquia social. Padrões culturais que são produto de um longo período de socialização. É em decorrência disto que se torna possível haver gosto sem bens – um princípio de classificação preexistente a bens específicos. <<Percorri todas boutiques de Neuchâtel e não encontrei nada de meu gosto>>. (BOURDIEU, 1983:127). Ele fornece o exemplo da arte de vanguarda que encontra seus gostos algum tempo após ser apresentada, para se referir à situação de bens que antecedem os gostos.

Estudos sobre preferências culturais realizados mais recentemente em outras sociedades que não a francesa, sinalizam, no entanto, que grupos de alto status não se caracterizam necessariamente pelas atitudes de exclusão e rejeição. E ainda, que seriam os grupos da base os que teriam como marca distintiva de seus membros, as opções exclusivas. Tal fenômeno atenderia à uma necessidade de afirmação identitária, contrastando com os grupos do topo que teriam tornardo-se flanadores e diletantes. Consumidores vorazes de quase tudo que lhes aparece pela frente. Teriam trocado o consumo exclusivo de formas legítimas de manifestação cultural, por uma atitude de curiosidade e ecletismo. (PETERSON; SIMKUS, 1992; BRYSON, 1996)

A despeito da classificação ou qualificação de bens consumidos e de formas específicas de fruição cultural, para determinados grupos usos e práticas culturais orientam-se pela busca de suprimento de determinadas carências identitárias. Tias processos são, em larga medida, os móveis das políticas de identidade.

Determinados grupos – e não apenas os de baixo status – aderem a sub-culturas específicas que recomendam um ou mais tipos de práticas culturais e condenam outros. Há maneiras através das quais grupos associados a formas de fruição cultural distintas podem se formar em torno de raça, etnia, idade, gênero ou região. Adesões a determinados estilos ou gêneros musicais são um domínio em que tais processos se mostram de forma contundente.

Usos

É possível que a adoção dos processos industriais na produção de bens culturais e seu consumo em escala massiva tenha enfraquecido o vínculo de muitos gêneros musicais com classes e frações de classes sociais, tornando este elo muito mais mediado.

Mas se há um nítido movimento em direção à aproximação de estilos musicais distintos – nos discursos e nas práticas -, há, nos usos que deles se faz, um movimento contrário. Gêneros como forró, sertanejo e pagode estão intimamente associados à dança, enquanto outros servem a outros fins.

Interessa-me agora retomar uma questão referida acima: as diferenciações de gostos musicais observadas no interior de segmentos sociais semelhantes; ou grupos nivelados no que diz respeito a status.

Diante da dificuldade de realização de uma investigação de caráter comparativo que envolvesse informações sobre gosto de grupos localizados em diversas posições da escala social, realizei uma pesquisa com moradores de uma região localizada na periferia da cidade de Campinas – S.P. nela foi possível verificar algumas correlações entre as preferências musicais declaradas por habitantes daquela região e traços que caracterizam sua diferenciação interna - situações e condições socialmente definidas. Apliquei 238 questionários nos mesmos bairros em que realizei as observações e efetuei entrevistas. Não se trata de uma amostra obtida a partir de critérios rígidos de aleatoriedade. Ela não descreve, portanto, fielmente o universo investigado. Mas permite dele obter informações sobre fatos correlacionáveis, estabelecer determinadas inferências.

O Distrito Industrial de Campinas – DIC - localidade escolhida para desenvolver a análise, situa-se no vetor sudoeste de expansão da cidade de Campinas, na direção dos municípios de Sumaré, Hortolândia, Monte-Mor

e Indaiatuba. Região de expansão urbana associada ao intenso crescimento ao longo da rodovia Anhanguera, sua dinâmica esteve associada às regras de instalação industrial vinculada à interiorização e foi reforçada pela abertura do aeroporto de Viracopos, pela implantação do Distrito Industrial de Campinas, e de vários conjuntos habitacionais das COHABs nesta região do município (Oliveira, 2002).

Apesar de todo o dinamismo da região, a pobreza urbana, o desemprego, a exclusão social de grandes parcelas da população acentua-se, e torna-se ainda mais evidente a formação de uma periferia regional com baixa qualidade de vida e condições precárias. O reflexo desse quadro é o aumento da violência, da segregação e exclusão social da população urbana. A ocupação do território em que se localizam os DICs foi intensificada principalmente nas décadas de 70 e 80.

A audição doméstica é a situação mais comum de escuta musical. 56% ouvem música com mais freqüência "em casa sozinho". "Em casa acompanhado" é a opção de 23%. O trabalho é o local mais corriqueiro para esta prática segundo 8,4% da amostra, seguido da audição no trânsito (4,2%) e na igreja (3,8%). Festas e bares são situações pouco declaradas como primeira opção para ocasião de audição musical. Na repetição da pergunta, ou segunda opção de resposta, mantém-se a preponderância da escuta em casa. Inverte-se, contudo, a ordem e a opção "acompanhado", assume primeiro plano. Escutar música na igreja adquire espaço e ocupa, nessa formulação, a terceira opção.

As músicas veiculadas pelas rádios representam 52,5% do conjunto da audição musical entre os ouvidos pela enquête. O uso doméstico de CDs assegura o entretenimento musical de outros 41% de moradores alcançados pelo levantamento. Estas duas modalidades concentram quase que a totalidade das formas de acesso às obras musicais. E apenas quatro emissoras de rádio respondem por 78% da audiência.

A audição doméstica solitária não é produto da percepção dos inquiridos de que há incompatibilidade entre seus gostos e o das pessoas com quem coabitam. 67% deles avaliam que os tipos de música de suas preferências são em geral apreciados pelas pessoas com quem moram; 13,4% pelos amigos; 6,7% pelos vizinhos; 4,2% por namorados; 2,1% por colegas de trabalho e 1,7% por colegas de escola.

Para 31% dos questionados os tipos de música não apreciados por eles são os preferidos pelas pessoas com as quais elas moram; para 21,4%, os gêneros por eles reprovados são os prediletos dos vizinhos; enquanto 6,7% rejeitam o gênero mais apreciado pelos amigos, outros 4,2% recusam as opções musicais dos colegas de trabalho.

Ao contrário do que supunha verificar, a influência das indústrias culturais na constituição do universo musical dos atores fosse mais exclusiva do que o observado. Ainda que o contato com a criação musical se dê majoritariamente por intermédio dos meios massivos, estes não podem ser considerados exclusivos. São vários os casos de participação em fanfarra, em coro de igreja, de prática instrumental, ou mesmo de participação em uma dimensão menos "industrializada" de um 'circuito'. Estas múltiplas experiências são, seguramente, fontes de suas preferências. Mas por outro lado, podem estar – tais preferências e aquelas experiências - correlacionadas a outros fatores.

Os mesmos indivíduos circulam tanto pelos espaços em que a música sertaneja é predominante quanto por aqueles onde o pagode prevalece. Mas como em qualquer espaço social os sujeitos estão caracterizados pelos seus pertencimentos e pelas identificações que realizam. E isto se reflete nas escolhas que fazem. É assim que o pertencimento religioso parece ser uma fonte importante de proscrições de determinados tipos de música. Inversamente o sexo dos entrevistados parece ter pouca determinação sobre seus gostos.

Nos ambientes freqüentados e nas conversas em geral, chamou a atenção a freqüência com que ouvi expressões similares a "gosto de tudo" ou "sou eclético". Foram muitas as situações em que tive que estimular meus interlocutores a definir um repertório de preferências e um outro de recusas. Foi bastante comum a reação de se definir como "neutro" ou como portador de um gosto universal que a tudo abrange e nada exclui. Os exemplos que eu mencionava estimulavam o "posicionamento" das pessoas.

Penso que é uma questão interessante indagar até que ponto ecletismo pode ser compreendido como tolerância. Escolher implica em recusar determinados objetos, e esta recusa de um objeto é também uma forma de exclusão social O ecletismo dito e vivenciado na esfera das preferências musicais pode ser a expressão de uma forma de tolerância específica de setores sociais excluídos e marginalizados. Poderia estar associado à ignorância de determinados gêneros, mas as categorias propostas para rejeição são as mesmas utilizadas em relação às preferências, que obtém maior número de respostas.

Mas pode ser também um dos resultados da imposição de fórmulas comuns a gêneros singulares que, com esta operação, têm sua especificidade comprometida. Parte das distinções entre gêneros originariamente bastante díspares são diluídas. Por um lado há o crescente predomínio de temas românticos nos mais variados estilos, de outro, a incorporação de guitarras elétricas, teclados e baterias nos arranjos de gêneros diversos. (Zan, 1995) Este último movimento gera uma espécie de aproximação acústica dos gêneros. O primeiro corresponde ao papel de destaque conferido ao melodramático em parte significativa dos bens que participam do que poderia ser qualificado "culturas massivas". Caberia aqui recordar a reflexão de José de Souza Martins a respeito do processo através do qual a música sertaneja se diferencia, em definitivo, da música e do universo caipira. Processos de limpeza, de despoluição e espoliação. "Despoja [uma fração de classe] dos elementos identificadores contidos nessa modalidade de música, para nela incorporar os valores e concepções nítidos de uma classe ajustada: a "classe" média".

Tinha grande interesse em identificar os espaços de fruição musical na região. Nenhum destes meus interlocutores os frequentava. Apesar de a música estar frequentemente associada ao seu lazer, isto ocorre para eles, com mais frequência, no espaço doméstico. Estes três moradores relataram que precocemente deixaram de sair para "baladas". Optaram por programas mais familiares, como visita a parentes ou ida a lanchonetes. Mudança associada ao início de namoro fixo ou casamento. Os que frequentam um circuito mais amplo – que abrange diferentes regiões da cidade – manifestaram um gosto musical diversificado que inclui rap, música pop, rock alternativo e samba.

É possível vislumbrar entre alguns dos agentes aqui aludidos traços de pertencimento a comunidades de gosto. Referem-se, recorrentemente às mesmas obras e artistas para designar suas adesões e recusas. Isto é observado com mais freqüência nas situações em que aprenderam a ouvir a música que apreciam em suas casas com seus pais e parentes. Ainda que tenham feito investimentos escolares maiores que seus pais, estes não chegam a ser altos o suficiente para romper com o sistema de esquemas geradores de preferências associado à ocupação de uma mesma posição do espaço social. Outros, ao contrário, estabeleceram uma ruptura com suas heranças familiares. Através de um genuíno esforço de "boa vontade cultural", tentam engajar-se em práticas culturais que consideram socialmente mais reconhecidas.

Sinalizando o que parece ser o comportamento característico do universo social analisado, aqueles funcionários expressam um gosto musical sincrético. Elegem o pagode como gênero predileto comum, sempre associado a outros gêneros. Alguns dos nomes reverenciados são Beth Carvalho, Alcione, Jorge Aragão, Zeca Pagodinho, o grupo Fundo de Quintal, Neto de Paula (Netinho) e Exaltasamba. Mas os gêneros que compõem a combinação não são consensuais. O Axé, que é o segundo gênero preferido por Andréa, por exemplo, está na lista de rejeições de Cacá, que comenta sobre ele: "quer rebolar, rebola na rua", aludindo ao fato de tratar-se de um gênero impróprio para o consumo em seu lar. Rap e MPB são os estilos que ele associa com o pagode. Já Fabiana prefere combinar pagode com música sertaneja.

Quanto àquela rejeição ao Axé, ela parece ter maiores conotações éticas do que propriamente estéticas. A música não sendo recusada especialmente por suas propriedades formais, mas, sobretudo pelo seu conteúdo moral agregado. A dança associada à música não sendo um bom exemplo de comportamento a ser seguido.

Com vinte e três anos, e tendo concluído o ensino médio, Fernando é uma espécie de mediador cultural. Já tocou guitarra e baixo em uma banda de rock e esteve envolvido no projeto da Rádio Comunitária Mãe Maior. Na festa da escola que registrei – uma festa de Halloween –,apesar de um outro rapaz do grupo de "voluntários" ser o responsável pela discotecagem, ele era uma figura proeminente, solicitado com freqüência. Ele também fazia parte do grupo de organizadores de uma festa que se realizava periodicamente em chácaras da região.

Duas imagens transparecem nas opiniões que emite sobre suas preferências e práticas: uma intenção de cosmopolitismo e a afirmação de uma imersão "alternativa" na esfera cultural. Seu discurso deixa transparecer o que seria uma postura anti-modismo no que diz respeito ao consumo de bens simbólicos. Propõe-se a demonstrar uma atitude crítica diante das imposições das corporações da indústria cultural.

- o que você tá chamando de alternativo?

- Bem, aquela coisinha de quem vai quem gosta mesmo, sabe? Tipo, esses festivalzinho assim de banda, não tem, cê fala pro cara: Ah não gosto porque é moda né veio. É moda. É só quem gosta mesmo né. Os festivais

de reggae que agente foi tal, um tempo atrás, também só quem gosta. Você vê lá, não tem aquele, "é porque tá passando na televisão" né, o povo tá lá filho. Tá lá porque gosta mesmo, porque sabe é daquele negócio
Comportamento que ele insinua até mesmo quando recomenda a programação televisiva que os sobrinhos devem seguir. Teriam aprendido a gostar, através da sua ação pedagógica, dos desenhos educativos da TV Cultura.
Os gêneros que diz preferir são Rock alternativo, MPB e reggae. Questionado sobre artistas cujos discos gostaria de possuir menciona Bob Marley – de quem apreciaria ter toda a discografia – e Chico Buarque. Deste último teria especial interesse em obter a canção "Construção". Disse ainda que teria grande interesse em assistir shows de Zé Ramalho e Gilberto Gil.

Quando comenta suas recusas, além do "pop", "essas coisas que não somam" e para as quais diz "não ter estômago", reproduz o discurso que opõe música comercial e música de raiz:
Sertanejo também não desce, gosto de música de raiz, moda de viola, mas o sertanejo assim mesmo, em geral, Zezé Di Camargo, esses cabra aí eu não gosto não, mas a música de raiz, sertaneja de verdade, eu aprecio bastante.
Sua freqüência a salas de cinema, e espetáculos em geral segue o padrão dos seus vizinhos. É bastante rara.
Desde os dezenove anos participa ativamente de atividades na igreja católica através do pertencimento a um grupo jovem. Participa de "retiros espirituais", organiza festas para arrecadação de fundos ou 'cestas básicas', confecciona brinquedos.
Os habitantes do conjunto habitacional da UNICAMP localizado no Distrito Industrial são, no conjunto, os que tiveram, entre o grupo de entrevistados, a maior experiência de ascensão social. A média de suas rendas é mais elevada, suas ocupações gozam de maior status e seus graus de instrução são também mais elevados. São os que os moram há menos tempo no bairro, menos se identificam com ele e percebem esse fato – ir morar no DIC – como uma decadência da sua mobilidade social. Mas ainda que possam ser pensados como um sub-grupo com características comuns, os entrevistados aí "localizados" mantém alto grau de heterogeneidade como ocorre para o grupo maior do qual fazem parte.
O principal traço distintivo é a apreciação negativa que fazem do bairro e a recusa de nele interagir. De acordo com seus relatos, se depender de suas vontades, mantém-se o máximo de tempo dentro dos limites do condomínio. Insegurança e precariedade do comércio são as principais queixas. A distância do centro e dos bairros mais dinâmicos da cidade também é apontada como uma deficiência.
Em alguns casos, essas reclamações significam mais do que uma reprovação 'de fato' da nova situação, uma comparação com a anterior na qual a antiga adquire mais valor.
O universo social que foi objeto da investigação aqui relatada caracteriza-se, no que diz respeito, às preferências musicais nele observáveis, sobretudo por um uso extremamente sincrético dos gêneros e estilos musicais.
Estilos, que em outros espaços culturais seriam tidos por incompatíveis coexistem ali, senão de forma harmoniosa, ao menos, sob uma tensão dissimulada. Os gêneros são usados, cada um a seu tempo, em quase todos os lugares. São poucos os espaços exclusivos. Um bar somente de rock, por exemplo. A regra são os espaços e as utilizações nas quais os sujeitos consomem e usufruem alternadamente de estilos musicais como música eletrônica, funk, pagode e rap.
Os mesmos indivíduos circulam tanto pelos espaços em que a música sertaneja é predominante quanto por aqueles onde o pagode prevalece. Mas como em qualquer espaço social os sujeitos estão caracterizados pelos seus pertencimentos e pelas identificações que realizam. E isto se reflete nas escolhas que fazem. O sexo dos entrevistados parece condicionar seus gostos. O mesmo acontece com cor, escolaridade, e pertencimento religioso. Há, contudo, fenômenos que contribuem para o enfraquecimento das diferenças. Entre eles, a imposição de fórmulas comuns a gêneros singulares que, com esta operação, têm sua especificidade comprometida. Parte das distinções entre gêneros originariamente bastante díspares são diluídas. Por um lado há o crescente predomínio de temas românticos nos mais variados estilos, de outro, a incorporação de guitarras elétricas, teclados e baterias nos arranjos de gêneros diversos. (Zan, 1995) Este último movimento gera uma espécie de aproximação acústica dos gêneros. O primeiro corresponde ao papel de destaque conferido ao melodramático em parte significativa dos bens que participam do que poderia ser qualificado "culturas massivas". Caberia

aqui recordar a reflexão de José de Souza Martins a respeito do processo através do qual a música sertaneja se diferencia, em definitivo, da música e do universo caipira. Processos de limpeza, de despoluição e espoliação. "Despoja [uma fração de classe] dos elementos identificadores contidos nessa modalidade de música, para nela incorporar os valores e concepções nítidos de uma classe ajustada: a "classe" média". (MARTINS, 1974, p. 45)

Referências

BOURDIEU, P. (2007) *A Distinção*, São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk

BOURDIEU, P. (1983) "A Metamorfose dos Gostos" In BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia,* Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, pp 127-135

BRYSON, B. (1996) "Anything But Heavy Metal": Symbolic Exclusion and Musical Desikes. *American Sociological Review*,61, p. 884-899.

CARVALHO, J. J. (1999) , "Transformações da sensibilidade musical contemporânea". *Horizontes Antropológicos,* 11, pp. 53-91

CARVALHO, J.J & SEGATO, R.L. (1994), "Sistemas abertos e territórios fechados: para uma nova compreensão das interfaces entre música e identidades sociais" *Série Antropologia*, 164 pp. 2-11

COULANGEON, P. (2003) "La stratification sociale dês gouts musicaux: Le modèle de la légitimité culçturelle en question". *Revue Française de Sociologie*, 44(1), pp. 3-29

DIAS, P. H. B. (1997), *Música que Meu Povo Gosta: Usos, Modos de Percepção e Formação de Preferências Musicais entre os Moradores do Diatrito Industrial de Campinas – DIC* Tese de Doutoramento, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

DIAS, P. H. B. (2008) "Prefeências Culturais nas Camadas Populares" in COLOGNESE, S. (org.) *Transformações: Ensaios sobre Culturas e Sociabilidades*. Porto Alegre: Escritos.

GIDDENS, A. (2005) **Sociologia** 4ª Ed. Porto Alegre: Artmed.

LOPES, J. T. Sociabilidade e consumos culturais: contributos para uma sociologia da fruição cultural

MARTINS, J. S. (1974) "Viola Quebrada" *Revista Debate & Crítica*, 4, pp. 15-33

PETERSON, R. & SIMKUS, A. (1992) "Understanding Audience Segmentation: from elite and mass to omnivore and univore. *Poetics,* 21 p. 243 – 258

ZAN, J. R. (1995) "Da Roça a Nashville" *Rua - Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade.*1, pp. 18-34

O Hardcore em Goiânia na década de 90: produzir, agir e resistir

Luiz Eduardo de Jesus Fleury[**]

Resumo: Este artigo visa identificar o desenvolvimento de uma cena e um cenário de um estilo de vida, que tem suas origens ligadas ao movimento Punk, na cidade de Goiânia nos anos 90, conhecido por Hardcore. E no decorrer dessa analise perceber as ações produzidas e as práticas feitas pelos agentes desse estilo de vida

Palavras chave: Hardcore, Goiânia, Produção, Cena Punk.

1. O INÍCIO DE TUDO

As circunstâncias que ocasionaram o desenvolvimento desse estilo de vida que é o *Hardcore* e os elementos que compõem seu *ethos*[11] em Goiânia é o foco dessa breve análise, remontando o final do século XX, a década de 90. Essa análise levará a um entendimento desse estilo de vida político[22] e social baseado numa postura anti-*establishment*[33] que busca através de diversas formas – como a música, produção de*fanzines* e de uma estética visual e de comportamento – expressar essa ideologia/estilo de vida e uma nova maneira de relações sociais e éticas que denegam a estrutura vigente, criando um ambiente de pensamento e convivência alheia ao ditado pela sociedade de consumo desenfreado, ou até mesmo no universo da cidade (do urbano) resistindo com valores e identidades[44] criadas a partir de elementos da própria história local.

Nesse caso (história local), desde a antiga capital do Estado até a atual, Goiânia, o "goiano" por muitos momentos em sua história tem sido "caracterizado" como *rural, sertanejo, agrário, caipira, country* entre outros termos, além de que a imagem, tanto das vestimentas como do perfil arquitetônico da antiga capital, e a própria localização – Sertão – acabou por estigmatizá-lo com essas características citadas anteriormente. Isso serviu como forma de estereotipar o "goiano", criando uma certa "visão" ou barreira cultural em torno da nossa região e sobretudo enraizando elementos que perduram até o momento atual.

Dentro dessa análise do Hardcore em Goiânia, termos serão utilizados e explicados, muitos de origem norte-americana ou mesmo neologismos – criados dentro do próprio universo do Hardcore, seja em caráter nacional ou internacional – para caracterizar fatos inerentes ao tema. Refiro-me a termos como: *underground, fanzine, DIY (*abreviação da expressão "*do it yourself",* em tradução direta do inglês: faça você mesmo*), demos, punk,*

---

1 Mestrando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), professor do Instituto Federal Goiano de Educação – Campus Ceres (IFGoiano-Ceres). Email:luiz.fleury@ifgoiano.edu.br

Essa palavra de origem grega que em seu sentido direto de tradução que dizer "caráter", é tema de análise de vários autores, como Aristóteles, Bourdier, Geertz, Weber e inúmeros outros. Mas para esse trabalho, destaco a análise de Max Weber em sua obra "A ética protestante e o espírito do capitalismo", pelo fato de que ethos nessa obra vem para "... promover uma coerência ética e um estilo de vida que ajudariam a criar um ambiente cultural que legitimava e promovia todos os tipos de práticas e valores..." (Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica / Allan G. Johnson; tradução, Ruy Jungmann; consultoria, Renato Lessa. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997).

2 Cito o termo político pelo fato de que é possível perceber dentro do universo Hardcore pessoas e grupos com diversas concepções políticas e partidárias – com bastante referência à esquerda e até mesmo de caráter anarquista – logo seria muito reducionista tentar segmentá-lo a apenas uma convenção político-partidária.

3 Establishment é um termo bastante usual nas áreas de sociologia e da economia que se refere à autoridade, influência ou controle feito por um determinado(s) grupo(s) sociopolítico(s), para manter seus interesses e/ou privilégios usando de meios que perpassam pelo político, econômico e até ideológico.

4 Para um melhor entendimento sobre a temática da identidade cultura, nessa perspectiva de análise, ver: A identidade cultural na pós-modernidade/Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 10. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

brodage, contracultura[55] e outros que são termos utilizados pelos adeptos/militantes/ simpatizantes à causa para defender e lutar pelo *espírito* Hardcore.

Ampliando o campo de análise, e não caindo no reducionismo de imaginar que o Hardcore refere-se apenas a uma ótica musical – de arranjos simples, poucas notas e com letras de cunho social (resistência e crítica social / crítica ao sistema), algo que remonta à musicalidade *punk-rock* do final dos anos 70 – adiante, será trabalhada de forma mais objetiva a *definição* de Hardcore, algo de amplitude ímpar. A abordagem sobre isso é bem mais ampla do que normalmente é exposta em certos veículos da mídia, em suas diferentes vertentes que frequentemente descaracterizam os valores ideológicos do cenário.

A ideia desse trabalho é justamente estudar o Hardcore de forma que as demais áreas do conhecimento das ciências humanas, como a Antropologia, Sociologia, Filosofia e a própria História ainda não trabalharam, ou que abordaram de forma diferente. Isso porque muitos dos trabalhos já produzidos abordam a *ethos* do Punk, mas não o *ethos* do Hardcore. Dessa forma, apresenta-se aqui um novo foco, que é o Hardcore em Goiânia, no recorte geográfico/temporal citado, pois é possível encontrar trabalhos que por meio do movimento Punk[6] relacionam-se com o Hardcore. Mas até o presente momento não há trabalho (pronto ou em andamento) que especifique o Hardcore dentro da atual capital de Goiás.

O recorte temporal desse trabalho é justificado pelas transformações tecnológicas, políticas e musicais que ocorriam no Brasil e no mundo que acabaram por influenciar e desenvolver o estilo de vida em Goiânia. Entre várias dessas transformações que ocorriam nesse momento, pode-se perceber: a popularização da internet em meados de 1995/96, que ajudaria a internacionalizar os contatos entre os adeptos à causa Hardcore (da *cena*[77] nacional e da *cena* internacional). Também a chegada da emissora musical norte-americana ***MTV*** (Music Television), que apesar de ficar restrita ao Estado de São Paulo, serviria para poder aguçar mais as informações do que ocorria no cenário musical no mundo. Ainda nos EUA, com ênfase na cidade de Seattle, estourava o movimento *Grunge,* que para muitos críticos musicais da época trazia à tona elementos do Punk, como a sonoridade simples e agressiva – marcada por notas simples e letras com temas com um alto teor de crítica. Outro fator marcante dentro do movimento foi a questão da estética, a *moda* do uso de roupas xadrez no rock, quebrando a ideia que o uso de roupas xadrez era coisa de caipira ou sertanejo, ou até mesmo do *country*. Também há o movimento *Straight Edge* (que nasce no início da década de 80, dentro da crise pela qual o movimento Punk passava), o qual apresenta uma filosofia Hardcore de *cara limpa,* cujos adeptos não fazem uso de drogas lícitas ou ilícitas, ou seja, sem bebidas alcóolicas, sem cigarro, além da defesa da causa animal através do vegetarianismo e do veganismo. Essa vertente chega ao Brasil justamente nessa época, mais objetivamente em São Paulo, com um grupo de jovens que posteriormente acabaria montando a primeira banda de Hardcore/Straight Edge do Brasil: PersonalChoice, a qual começou a tocar em fevereiro de 1993 e se separou em setembro de 1996[88].

---

5 No decorrer do texto, ao serem inseridos, esses termos, seus respectivos significados serão esclarecidos e/ou definidos, isto porque alguns desses termos tem especificidades próprias devido sua origem e uso estarem ligados ao Hardcore.

6 Destaco as obras que trabalharam segmentos ligados ao movimento Punk, e algumas citações e relações com o Hardcore (seja no Mundo ou no Brasil): Daniela Lemes Canhête, com sua dissertação de mestrado apresentada na Universidade Federal de Goiás, na faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, sobre o movimento Punk: Ecos do Subterrâneo: A questão da juventude e do movimento punk como subcultura. Goiânia, 2004. 148f. il, enc., o trabalho Aldemir Leonardo Teixeira com sua dissertação de mestrado apresentada na Pontifica Universidade Católica de São Paulo com o título: O MOVIMENTO PUNK NO ABC PAULISTA. ANJOS: UMA VERTENTE RADICAL. São Paulo. PUC, 2007 (Dissertação – Pós-Graduação – Mestrado Stricto Sensu) e a tese de doutoramento apresentada na Universidade de Brasília, em 2008 por Rubens de Freitas Benevides, sob o título de: CENÁRIOS MODERNOS E PÓS-MODERNOS NO BRASIL, JUVENTUDE, POLÍTICA E ROCK AND ROLL.

7 Entende-se por cena tudo que está envolvido e ocorre no universo Hardcore, como por exemplo: pessoas, produção artística /literária, bandas, manifestações nas ruas entre outros atos e ações. É o "universo" que promove a resistência e a proliferação do ambiente Hardcore.

8 Informação retirada do CD "Daysoftrust", da banda PersonalChoice lançado pela gravadora independente Teenager in a box. O ano de lançamento desse material não é citado, mas é provável que esse material tenha sido lançado em 1997, pois foi nesse ano que nasceu a gravadora, e esse é o primeiro número de seu catálogo.

Mas que fique evidente que não é nesse momento que o Hardcore "chega" aqui em Goiânia. Sua "chegada" deu-se anteriormente à década de 90, suas origens remontam ao final da década de 80, porém com especificidades próprias – algo que é inerente ao Hardcore, adaptar-se a circunstâncias específicas – mantendo o *espírito* vivo. Porém o terreno que fertilizou definitivamente o Hardcore em Goiânia foi a década de 90, evidenciando-se pela enorme quantidade de bandas, *fanzines*[9], manifestações, pessoas envolvidas na cena Hardcore em Goiânia, que serão mencionadas posteriormente.

Outra questão relevante nessa construção do cenário Hardcore em Goiânia foi que em 1995 era idealizado o festival de música que se tornaria na atualidade o maior festival de música independente de Goiás e um dos maiores do Brasil: *Goiânia Noise Festival*[10], que colocou Goiânia em evidência no cenário musical *underground*[11] brasileiro.Realizadopelo jovem Leonardo Ribeiro, ou simplesmente Léo Bigode, que andava de skate e era vocalista de uma banda de Hardcore/Crossover chamada *CFC* (abreviação de *Cash For Chaos*), posteriormente teve outras bandas de relativa importância no cenário da música alternativa goiana como *Jukes* e *Trissônicos*entre outras, além de também fazer seu próprio *fanzine* (Colapso Utópico).

2. DEFININDO O QUE É HARDCORE

Hardcore é uma palavra inglesa que, se traduzida de forma direta, significa *núcleo duro*. No entanto, vários outros significados são atribuídos à palavra Hardcore, de acordo com seu uso, o que pode se dar através de gíria na língua portuguesa, tendo um significando algo próximo de *casca grossa*ou mesmo como *tosco*. Também é possível encontrar também um gênero de filmes adulto (pornográfico), que também é conhecido por Hardcore, mas na especificidade do trabalho usar-se-á a definição mais próxima de *casca grossa.*

O problema desse trabalho refere-se à própria definição do termo, pois ao fazer uma breve definição, o trabalho ficará bastante restrito. Desta forma devemos entender que Hardcore *nasce* do movimento Punk no final dos anos 70 e início dos anos 80, nos Estados Unidos e na Inglaterra (algumas bandas seriam expoentes desse movimento com destaque para as bandas *Dead Kennedys* e *Discharge*), em que nessa circunstância temporal o movimento Punk encara problemas ligados ao ganguismo, às drogas, à polícia e à mídia, a qual distorcia a imagem do movimento. Um exemplo desses acontecimentos junto ao movimento ocorria bastante com a banda inglesa Black Flag, ao ponto de nesse período serem "... odiados pelas autoridades, e tentavam esmagá-los cancelando shows de imediato ou os encerrando com a ajuda de policiais..." (SINKER, 2008, p.67). Em meio a todos esses fatos, alguns jovens mais politizados e preocupados com tudo o que vinha ocorrendo dentro e fora

---

9 Fanzine assim como outras inúmeras palavras que constituem o vocabulário do Hardcore, tem sua origem na língua inglesa, da junção de duas palavras: Fanatic e Magazine. E fanzine, ou simplesmente zine, vem a ser toda produção materializada em papel, normalmente no formato A4, sendo que quem o faz não se apega às regras ortográficas e estéticas, a pretensão é poder expressar de forma subjetiva, sem censura, uma opinião ou questionamentos do cotidiano que, em muitas vezes, são tabus na sociedade e a grande mídia não trabalha e/ou trabalha de forma tendenciosa. O sentido marcante de quem produz um zine é a liberdade de expressar (que tanto pode ser na forma de textos, desenhos ou charges) sem barreiras. Acredita-se que os primeiros zines foram produzidos no final da década de 60, com referência à França, mas sua "popularização" se deu com o movimento Punk, já na década de 80.

10 Festival de música, com ênfase ao rock alternativo, que em 2012 comemorou seus 17 anos de existência, e que em todos esses anos de existência inúmeras bandas do Brasil e do exterior já tocaram. Sua repercussão atingiu até mesmo a imprensa estrangeira e toda grande mídia nacional especializada em rock. O jornalista goiano Pablo Kossa chegou a escrever um livro, lançado pela editora da Universidade Católica de Goiás e Contato Comunicação, em 2005, chamado: "10 anos de Goiânia Noise. Em terra de cowboy quem toca guitarra é doido!", que foi distribuído pelo selo Monstro Discos, organizadora atual do festival.

11 Termo oriundo da língua inglesa, que em sua tradução literal significa subterrâneo. Sua apropriação ao universo da música e produções artísticas remete a algo subversivo e a certos grupos específicos que passam a se apropriar do termo. Dessa forma, quando se se refere a algo underground, vincula-se a algo subversivo, de acesso difícil ou voltado a um público específico.

do movimento vão iniciar algo que o *punk-rock* já fazia anteriormente, ao ponto que "...o hardcore se tornou sinônimo para punk rock mais rápido e pesado, mas o movimento original foi um fenômeno mais ou menos restrito aos Estado Unidos..." (ALEXANDRE,2004, p.57). Isso se deu com bandas com uma musicalidade mais agressiva, maior velocidade na batida da bateria, guitarra com mais distorção e letras com um teormais agressivo e objetivo de afrontar o sistema político e social vigente nos
Estados Unidos e no mundo da época[12]. Porém, agora seria com uma preocupação política maior, e atitudespessoais ou grupais mais diretas (como, por exemplo, manifestações contra o governo do presidente dos EUA da época Ronald Reagan devido a suas ações bélicas, num contexto ainda de Guerra Fria), quando estava se fundamentando um estilo de vida, o Hardcore.
Com tudo isso que vinha ocorrendo nessa cisão do movimento Punk, essas novas referências éticas, políticas e estéticas acerca de um discurso de atuação baseado em uma oposição aos padrões preestabelecidos (*establishment*), especialmente ao visual e ao musical, logo se espalhariam pelo mundo, "... já existia hardcore em 1979 no Brasil (...), as primeiras referências do HC (abreviação de Hardcore) nos fanzines começam a se tornar mais frequentes a partir de 1983..." (OLIVEIRA, 2006, p.82). Assim ocorrendo uma "diáspora" do Hardcore dos EUA e Europa para o resto do mundo, chegando até mesmo no Brasil...
É interessante perceber que, por mais que o Hardcore seja oriundo do movimento Punk, em termos da estética visual, não vai ter um visual tão *carregado* quanto o que o Punk tinha como aspectos marcantes: seus moicanos coloridos, jaquetas de couro com patches, rebites, *botons* de protesto, coturnos e calças rasgadas. O visual Hardcore seria menos carregado, até mesmo (como um mecanismo de *camuflagem*) para poder ser menos perseguido por outros grupos, como a polícia e algumas gangues contrárias ao movimento Punk, como os Carecas[13], por exemplo, que no início dos anos 80 andavam junto com os punks, mas que posteriormente vão romper essa proximidade, ao ponto de ocorrer as primeiras agressões e mortes entre grupos Punks e Carecas[14]. Porém, ideologicamente, Punks e *Hardcores* sempre estiveram juntos.

3. ACADEMIA E HARDCORE

Diferentemente de trabalhos já publicados nas áreas de História e de Sociologia que trabalham o movimento Punk como elemento que dá origem ao estilo Hardcore, esse artigo tem o intuito de abordar, de forma específica, o Hardcore com sua ênfase em Goiânia e como seus desdobramentos, em muitos casos, entram em choque com o *punk tradicional* –entendendo que o termo grifado refere-se ao movimento Punk na transição do final da década de 70 e início da década de 80 do século XX no Brasil. O movimento era muito ligado a ganguismo e drogas, como já citado anteriormente. As abordagens adiante vão articular que o advento de novos grupos dentro do universo Hardcore, como é o caso dos *StraightEdges*[15] e a questão do veganismo ou mesmo uma das

---

12 Na conjuntura citada da época poderíamos relevar alguns acontecimentos que vão ser inspiração para várias produções da cena Hardcore como: Guerra Fria, ditaduras militares na América Latina, Revolução Sandinista na Nicarágua, Revolução Islâmica no Irã entre outros acontecimentos.

13 O grupo dos Carecas é oriundo também do movimento Punk, porém com um aspecto visual marcado pelo uso de suspensórios, cabeças raspadas e ideologicamente nacionalistas. Alguns desses membros acabariam por assumir posturas agressivas contras nordestinos, homossexuais e os próprios Punks. Um expoente desse movimento é a banda Vírus 27, que lançou vários discos (na forma de vinil), como:Parasitas Obrigatórios(Gravadora Devil Discos, 1986)e Brasil Oi(Gravadora Devil Discos, 1988), que acabariam se tornando clássicos do movimento careca no Brasil.

14 Ao citar esses agrupamentos juvenis urbanos (Punks, Carecas, Skins, Hardcores e outros), é bastante usual o termo "Tribos Urbanas" criado por Michel Mafessoli em 1987 no seu livro O Tempo das Tribos, porém outros autores discutem e criam novos termos para designar tais agrupamentos. Nesse bojo da discussão o destaque vem com José Guilherme Cantor Magnani e o termo "Culturas Juvenis" que acredita que esse termo ajuda a entender melhor a busca de sua própria identidade de cada grupo (apesar de que o antropólogo e historiador Eric Robert Wolf afirmava em várias obras produzidas que o termo Cultura não pode ser usado para tudo, evitando assim sua banalização).

15 Sobre o tema Straight Edge ver: SOUZA, Bruna Mantese. StraightEdgers e suas Relações na Cidade, IN: MAGNANI, José Guilherme Cantor; SOUZA, Mantese (Org.). Jovens na Metrópole. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.

vertentes mais recentesque é o *Homocore*[16] com sua postura sexual (na defesa das relações homoafetivas) além das garotas na cena com a defesa do feminismo no cenário internacional e nacional, gera uma sociabilidade em Goiânia dos anos 90 que não existia antes. Justamente nesse mesmo período é que Goiânia entraria nesse eixo de acontecimentos desenvolvendo sua cena, justamente numa sociedade que ainda convivia com traços conservadores[17] que remontam ao século XVIII até esse final do século XX.
Todas essas mudanças que ocorriam no Brasil e no mundo, agregadas ao fato de indivíduos estudarem fora de Estado de Goiás – destaco aqui a Universidade de Brasília (UnB), as universidades de Minas Gerais e as Universidades de São Paulo – também serviriam para ofertar mais materiais underground para Goiânia, pois muitos desses jovens acabariam trazendo materiais, que logo seriam passados a outras pessoas, e assim servindo de fomento para o surgimento das primeiras produções na forma de *zines* e bandas. Porém quanto ao visual, muita coisa seria feita de forma artesanal (*silkscreen*), quando se produziram camisetas das bandas e cartazes de shows, ou simplesmente era preciso comprar por encomenda via correios, junto a algumas lojas do segmento de São Paulo.

4. APRESENTAÇÃO

Esse artigo abordará a definição e a fundamentação desse estilo de vida – o Hardcore – como uma referência ética, política e estética acerca de um discurso de atuação baseado em uma oposição aos padrões preestabelecidos, especialmente ao visual, ao musical e à liberdade de poder expressar oralmente e na escrita contra tudo que (para o movimento) é visto como elementos destrutivos do homem, como machismo, homofobia, xenofobia, religião (principalmente na questão do fanatismo) entre outras questões geradoras de conflitos e mortes.
No universo Hardcore existem várias tendências, com diferentes formas de atuação, expressão e ideologias. Esse trabalho não abordará uma identificação e caracterização de todos os principais grupos que se manifestaram em Goiânia, mas de uma maneira geral, mesmo com suas diferenças – por maior ou menor que sejam essas diferenças – como demonstram uma ideologia política e seus preceitos éticos, bem como a inter-relação destes grupos[18] que marca a cena local ou mesmo o circuito[19] Hardcore. Dentre esses grupos e suas respectivas diferenças, podemos apontar, a título de exemplo, os *straightedges*, os *punks*, os *vegetarianos/veganos* e as feministas, que juntos compõem o universo Hardcore. Os grupos são definidos a partir de sua produção musical, literária, visual e ideológica/política, mas que no final se encontram dentro de um mesmo contexto de vivência e resistência.
O que nos leva a estudar o estilo de vida Hardcore em Goiâniaé o fato de ele ter criado seus próprios meios de existência e resistência ou sobrevivência, baseado em um discurso de oposição ao sistema conservador (anti-*establishment*); isto nos chama a atenção para um afastamento entre o plano ideal de um discurso utópico e o plano da práxis, já que esta não consegue se aproximar por completo do teor "revolucionário" do discurso. Dada esta distinção, é o plano do discurso que irá nos interessar em primeira instância nesse artigo.

---

16 Essa vertente do Hardcore no Brasil tem como grande expoente a banda Teu pai já sabe?oriunda da região do sul do Brasil, da cidade de Curitiba (Paraná).

17 Nessa questão dos traços conservadores, sem dúvida, o mais explícito é o musical, com o gênero Sertanejo.

18 Cada grupo que integra o Hardcore possui alguns códigos de comportamento, ideologia e valores, mas que se integram na cena, a adesão (que pode ocorrer em diversos níveis e momentos) desses diversos grupos com seus códigos é que garante o funcionamento da estrutura de produção, ação e atuação desses grupos na cena.

19 Esse termo é criado/desenvolvido (destaque no uso do termo nas obras de José Guilherme Cantor Magnani) para que haja um reconhecimento em sua totalidade apenas por seus usuários, onde se une espaços, estabelecimentos e equipamentos caracterizados pelo exercício de uma determinada prática ou oferta de determinado serviço (podemos usar como exemplo, fora do Hardcore, o circuito do forró no Brasil, para se entender o poder do circuito junto a certos agrupamentos).

5. PRODUZIR E AGIR

Com as produções da época como *fanzines*, discos e demos[20] de bandas, cartazes de eventos e letras de músicas e a própria música, é possível entender os mecanismos de resistência e crítica aos padrões preestabelecidos da sociedade goiana, e que esse estabelecimento de uma cena goiana gerou uma sociabilidade entre os envolvidos nessas diversas produções, uniformizando o teor de criticidade aos padrões e valores locais.

Dessa forma, podemos – que não seja interpretado como uma visão simplista e/ou reducionista – sintetizar essa proposta de entendimento do *Hardcore* como resistência utópica. Mas que seja vista como uma resistência cotidiana e individual, sem descartar a luta coletiva, contra padrões e valores, é uma resistência não armada (no sentido bélico), mas armada de ânsia, ideologias[21], vontades e sentimentos humanos com o sentido de manter a resistência viva (resistência essa chamada de "*chama*" no universo Hardcore), que todas essas ações constituem a cena. Um importante questionamento que permeia o Hardcore é o da caracterização de uma crença que norteie o código que "normatiza", apesar de que o grande valor do Hardcore é não ficar preso a padrões (padrões que podem vir a servir como forma de diferenciação racial, social, econômica, sexual ou qualquer outra que possa ser vista como prejudicial à humanidade), indiferente do local ou do momento histórico o Hardcore supera todos os mecanismos que tentam normatizá-lo. Mas isto é só uma parte da questão e não se faz pertinente para este trabalho.

A outra questão é a de que tal crença pode funcionar como uma força mantenedora da aura em oposição à tendência para sua destruição, levantada por Walter Benjamin, como sendo uma característica do desenvolvimento da reprodução – e massificação – dos meios técnicos de reprodução da produção artística[22], lembrando novamente que não ficaremos presos apenas ao aspecto artístico, até porque evitaremos usar o termo arte para conceituar os elementos do Hardcore. Ainda nessa análise, uma comprovação empírica dessa questão levantada por Walter Benjamin é perceptível na questão da produtividade advinda do Hardcore, como *demos*, camisetas, discos (de vinil), CDs, *patches*, *botons* e outros apetrechos que não visam o lucro, mas visam um processo de socializar elementos constituidores do Hardcore mantendo esse cenário ativo, esobretudo evitando a mercantilização desses materiais.

Dentro do Hardcore alguns termos são fundamentais para se entender esse *ethos* e, também, como funciona sua atuação prática. Dentre vários, podemos destacar: atitude, "*do it yourself*" ou *DIY*[23], underground, "*brodagem*"[24]. Apesar de alguns termos terem origem na língua inglesa, existe um certo internacionalismo nessas palavras, o que gera uma dinâmica de integração nas diversas cenas de Hardcore pelo mundo, como

---

20 Demo é a abreviação de fita demonstração, que eram as antigas fitas k7, na época um meio barato e prático das bandas poderem reproduzir suas músicas e passarem aos interessados em conhecer a sonoridade e as ideias das bandas, sem o interesse ou intuito do lucro nesse processo.

21 Apesar de o movimento Punk sempre manter sua característica agnóstica, no Hardcore é possível encontrar certos grupos ligados à religião, (mas não algo corriqueiro) em destaque, nesse recorte cronológico trabalhado nesse artigo, a relação com a religião Hare Krishina. Um dos expoentes dessa ligação foi a banda Shelter, dos EUA, que chegou a tocar em Goiânia em 1996, no Clube Jaó.

22 Ao tomarmos a obra de arte como uma crença, entendemos que esta crença sacraliza uma tradição, uma narrativa acerca de estilo de produção cultural que justifica e sustenta. Neste sentido, a crença não apenas confere valor simbólico ao produto inserido em sua tradição, mas este valor é atribuído justamente pelo papel de "relicário" da crença no estilo, que guarda aí a força da aura que envolve sua produção. Para o conceito de aura em Walter Benjamin (BENJAMIN, Walter. "A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica". In LIMA, Luiz Costa (org.) Teoria da Cultura de Massa. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra,2000.).

23 Expressão inglesa que significa: Faça você mesmo. Essa expressão, pertencente ao universo Hardcore, caracteriza toda e qualquer ação promovida por indivíduos (mas que também pode ser feita de forma coletiva) para confrontar certos valores combatidos pelos adeptos da causa Hardcore, essa manifestação do DIY é praticada principalmente na produção de zines e atitudes de certas bandas, tanto no palco como nas letras de músicas, por exemplo.

24 Neologismo interno da cena Hardcore, que é oriundo da palavra de origem inglesa brother (irmão). Seu significado remete a algo próximo à irmandade ou confiança.

é o caso do termo *DIY*. A relevância deste trabalho está na tentativa de recolocar a questão da resistência na contracultura[25] no mundo *pós-moderno*, ao demonstrar a hipótese de que o Hardcorepromove a resistência em favor da aura dos objetos e conceitos que o circundam, através de um discurso anti-*estabilishment*, levantar a questão da resistência em outros termos que não os ligados apenas à luta de classes ou ao ideal revolucionário, embora estes elementos estejam presentes neste discurso utópico, onde desta forma também pretende-se com este trabalho apontar novos rumos para os estudos acerca da contracultura, em específico no estilo de vida Hardcore, no ambiente tipicamente conservador goiano.

6. O HARDCORE *MADE IN GO*

A proposição de Hardcore como *locus* de resistência está ligada à percepção de que na era da reprodutibilidade técnica a autenticidade de algo permanece importante, vivo e atuante em todo o mundo. Assim, a concepção de resistência que é adotada deve ser entendida não só como uma resistência ligada diretamente à *luta de classes* – apesar de origem marxista do termo, esse mesmo termo é um *clichê* bastante citado em publicações do movimento Punk, mesmo o Punk não sendo de caráter marxista – ou a uma ação deliberada e plenamente racionalizada contra uma noção de *establishment* ou "sistema", mas também uma resistência a uma ideia de massificação ou estandardização dos valores; uma ação de defesa do valor de culto dos objetos, "uma ação em defesa da *aura*". Utilizamos aqui a noção de "*aura*" utilizada por Walter Benjamin e entendida como "aparição de uma realidade longínqua"[26] . Esta aparição venerável está impregnada de um poder originalmente mágico, conferido a um objeto – material ou não material – de culto. O valor de culto está presente na fruição da obra de arte pelo grupo e lhe confere autenticidade, autoridade, raridade ou originalidade.

Figura 1 - Banda Declínio Social em um show em 1990. Fonte: arquivo pessoal do autor

Desta forma, o Hardcore é entendido, por aqueles que o definem em sua vivência[27] social, como um reduto de resistência contra conceitos e preconceitos, especialmente na música, no visual e na literatura, elementos que ajudam a delimitar este estilo de vida. Assim, no Hardcore, o valor de culto dos objetos é protegido com zelo contra sua massificação e desvalorização simbólica inerente ao mundo atual que mercantiliza tudo que possa ser representado como ameaça ao *establishment.* Nas músicas Hardcore orientadas por uma temática contracultural, ainda que executadas por bandas que se encontram no *mainstream*[28] de seu estilo, valoriza-se o

25 É possível encontrar certas definições de contracultura até como microgrupos. Refere-se a um (ou mais) grupo social, que através de um conjunto de manifestações, que pode ser pela música, pela estética visual, performances cênicas, textos e outras formas diversas, que se manifestam contrários às artes e ideologias dominantes de uma determinada época. Como exemplos dessa contracultura podem ser citados os grupos como Beatniks, Hippies e os Punks.

26 Cf. BENJAMIN, p. 227.

27 Eis aqui uma problemática que segundo Clifford Geertz pode se encontrar nesse estudo, pois por eu ter vivenciado o movimento Punk/Hardcore na década de noventa, isso poderia gerar o "Privilégio Epistêmico". Tal conceito que dizer refere-se a seguinte questão: não é porque vivenciei o momento/movimento que terei toda autoridade e verdade sobre o assunto/tema.

28 Termo bastante comum quando usado nos setores da arte de uma forma geral. Essa palavra de origem inglesa tem como tradução: corrente principal, e que é utilizada para referir-se a algo que vai ao encontro do gosto popular (cultura popular).

chamado *underground* como o local de irmandade e pureza (entendida como pureza em relação ao mercado ou ao "sistema").

Atitudes venais ou a falta de compromisso com os padrões do estilo também estão entre os temas referentes do imaginário contracultural do Hardcore.

Dentro do plano de estudo desse trabalho, é necessário encontrar os meios e materiais que possam comprovar essas resistências num plano local, ou seja, na produção feita em Goiânia no período recortado que demonstre a adaptação do Hardcore à especificidade local. Por isso mesmo, podemos dar como exemplo a letra da música *Made in GO*[29] da banda HC-137[30], que foi lançada no 2º disco[31] (em vinil) da banda lançado em 1992 pelo selo independente *Subway Records* – de propriedade de Cláudio de Castro, fundador da banda. Essa letra relata, de forma crítica, elementos do pós-acidente radiológico ocorrido em Goiânia em setembro de 1987, e as festas feitas pela elite econômica goiana (regradas a bebidas caras e drogas).

> Made, made, made in Go – radiação
> Made, made, made in Go – lixo reciclável
> Temos pra vender, você vai comprar
> Produtos de última geração
> Não espero os U.S.A.
> Apertar o botão, provoque você mesmo
> Uma grande explosão.
> Só bebe Coca-Cola
> Quem não experimentou
> A grande sensação.
> Só algumas gramas para uma festinha,
> Para mais de um milhão (HC-137, 1992).

Outro momento que marca essa emergência do Hardcore em Goiânia, surge em meados de 1998/99 quando um grupo de jovens[32] decide procurar um local para organização de eventos e também onde as diversas manifestações ligadas à cena (emergente) naquele momento pudessem se ocorrer. O local encontrado foi um espaço que funcionava para eventos musicais conhecido por *Cantoria*[33], e o dia e horário cedido pelo

---

29 A autoria das músicas Hardcore é feita de forma coletiva pelos membros das bandas, que é diferente de Domínio Público que não tem autor (des)conhecido(s). Dessa forma não encontramos a ideia de Direito Autoral.

30 Essa banda nasce em 1988, com o nome de Horrores do Césio 137, ou simplesmente HC-137. E acabaria por se tornar o grande ícone do Hardcore/Punk em Goiânia, e para muitos foi a primeira banda desse segmento no Estado, porém através de muitas conversas e materiais ainda existentes, hoje se acredita que a primeira banda desse segmento foi a Psicose, que nasceu em meados de 1986/87 na cidade de Araguaína onde hoje e o atual Estado do Tocantins, mas que infelizmente é raro encontrar algum material dessa banda, a não ser alguns releases e a memória dos antigos membros da banda e pessoas que frequentaram alguns shows da banda.

31 O primeiro registro fonográfico da banda, deu-se um ano antes, em 1991, com o lançamento do Split 12" com a também banda goiana Morte Lenta. O lado do HC-137 teve o titulo de "Nas coxas", devido à precariedade no processo de gravação, na simplicidade das músicas e a falta de recursos financeiros, mas que apesar de todas essas dificuldades, a repercussão desse material chegou até mesmo na Europa, sendo que zines e até revistas especializadas elogiaram bastante esse material.

32 Esses encontros é que deram origem ao que ficou conhecido como Liga Hardcore de Goiânia. Entre os que idealizaram tal ideia, destaque para: Luiz Eduardo de Jesus Fleury, Luís Gustavo Valente Brandão, Érica Isabel de Melo, Janderjans Alves Monteiro, Lúcio Webert de Brito e Zilda Simas.

33 Essa casa de eventos ficava no final da Avenida Araguaia no Centro de Goiânia, ao lado do Parque Mutirama, funcionava de terça a domingo, onde havia bailes da 3ª idade (forró), apresentação de artistas do Hip Hop e música sertaneja. O proprietário, Sr. Eduardo, gostou da ideia de levar o evento para seu recinto, pois um dos seus planos era justamente transformar o local num espaço para outras manifestações artísticas, além da música. Infelizmente, por motivos de revitalização no centro de Goiânia, o local foi destruído no final de 2012 para ampliar a área verde do Parque Mutirama.

proprietário para que o plano fosse colocado em prática, seria o último domingo de cada mês, no horário das 13 até às 18hs.

Figura 2 - Cartaz de divulgação do show das bandas Cólera (SP), Alarme (DF), Morte Lenta (GO) e HC-137 (GO) no Centro Cultural Martim Cererê. Fonte: arquivo pessoal do autor.

A partir daquele momento era evidente o início de um marco na cena de Goiânia porque inúmeras bandas nasceriam, ou mesmo que já existiam, tocariam naquele evento. Destacam-se as seguintes bandas: Ímpeto, C(h)oice, Corja, Desastre, Señores, Èlet, O.S.N.I., Kundaline, Neurose Urbana além de algumas convidadas de Brasília. Mas sem dúvida que dentre todas as produções feitas os*zines,* foram os que mais chamaram a atenção, não apenas pela quantidade, mas sobretudo pelo poder de fazer o intercâmbio com várias partes do Brasil e do mundo. Dessa forma alguns tornaram-se marcantes pelas suas temáticas, destaco aqui alguns que estava diretamente ligado com a temática Hardcore: E[3], Menarca e Flor Zine (todos esses zines abordavam questões ligadas à temática feminina/feminista) [34], Existir (poesia), Amadeus, Tráfico, Da Life, Balburdia, Razia (voltado todo ele à vivência do Punk), Tudo É entre outros.

É importante citar que havia também outras formas de ação que mostravam essa recém-nascida cena Hardcore, pode-se destacar o intercâmbio com bandas, *fanzineiros*[35] e pessoas de Brasília que fortaleceu mais a nascente cena goiana de Hardcore (houve até um evento chamado de "Conexão Pequi", idealizado pelo brasiliense Felipe CDC, que organizava os shows, e as trocas de materiais entre Goiânia – Brasília e Brasília – Goiânia), também as manifestações e boicotes a empresas que faziam uso de trabalho forçados (análogo à escravidão) ou mesmo de empresas que faziam testes e/ou crueldade (vivisecção) com animais.

E partindo para a questão dos espaços físicos – que poderiam ser cedidos ou locados – para a realização de eventos diversos ligados ao Hardcore, citamos alguns desses locais: DCE-UFG, DCE-UCG, Bar do Broder, Centro Cultural Martin Cêrere, Praça do Sol e em alguns casos até mesmo residências que serviram para a realização de alguns atos.

---

34 Recentemente foi realizada, nas dependências da Universidade Federal de Goiás (Campus Samambaia), dos dias 27 a 30 de novembro de 2012, a "XI Semana de História", sendo que um dos trabalhos apresentados foi: "Os fanzines produzidos por mulheres em Goiânia na década de 90", apresentado por Luiz Eduardo de Jesus Fleury. Isso corrobora a defesa de uma cena Hardcore em Goiânia.

35 Assim são chamadas as pessoas que produzem fanzines (não deve ser entendido como uma profissão, até porque não existe um interesse de lucrar nessa produção, o grande intuito é apenas difusão de ideias).

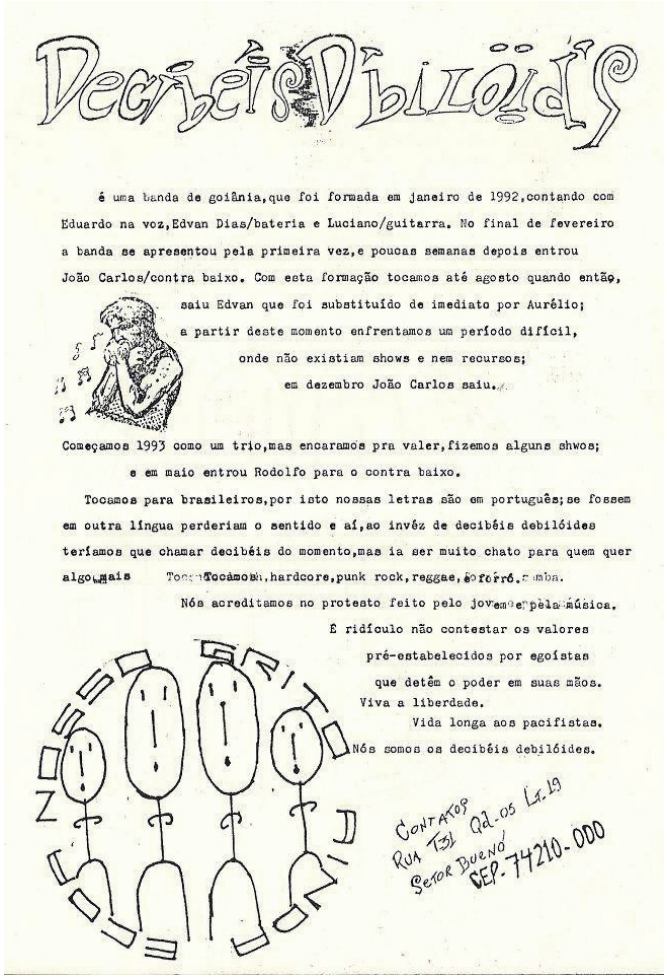

Decibéis D'biloïds

é uma banda de goiânia,que foi formada em janeiro de 1992,contando com Eduardo na voz,Edvan Dias/bateria e Luciano/guitarra. No final de fevereiro a banda se apresentou pela primeira vez,e poucas semanas depois entrou João Carlos/contra baixo. Com esta formação tocamos até agosto quando então, saiu Edvan que foi substituído de imediato por Aurélio; a partir deste momento enfrentamos um período difícil, onde não existiam shows e nem recursos; em dezembro João Carlos saiu.

Começamos 1993 como um trio,mas encaramos pra valer,fizemos alguns shwos; e em maio entrou Rodolfo para o contra baixo.

Tocamos para brasileiros,por isto nossas letras são em português;se fossem em outra língua perderiam o sentido e aí,ao invéz de decibéis debilóides teríamos que chamar decibéis do momento,mas ia ser muito chato para quem quer algo mais

Tocamos hardcore,punk rock,reggae,forró,samba.

Nós acreditamos no protesto feito pelo jovem e pela música.

É ridículo não contestar os valores pré-estabelecidos por egoístas que detêm o poder em suas mãos.

Viva a liberdade.

Vida longa aos pacifistas.

Nós somos os decibéis debilóides.

Contatos Rua T31 Qd.-05 Lt.19 Setor Bueno CEP.-74210-000

Figura 3- Release da banda Decibéis D'biloid's de Goiânia, produzido em 1993.
Fonte: arquivo pessoal do autor.

A partir de todos os fatos evidenciados, muitos eventos, bandas, pessoas, *zines*, manifestações e até festivais de música (destaque para: Miscelânea e Marmelada[36]) seriam produzidos, e que muitos ainda hoje ainda perduram, mesmo já se passando um período de quase 20 anos desse cenário, o espírito Hardcore ainda vive, intercâmbios com pessoas e bandas de diversas partes do mundo (como Japão, República Tcheca, Finlândia e Suécia) mostraram seus trabalhos e ações em Goiânia. Mas isso é tema para um outro trabalho.

Para a construção desse artigo não houve a utilização da abordagem da História Oral. Mas é possível encontrar alguns trabalhos mais aprofundados (mas que remontam diretamente ao Punk), que contêm entrevistas com militantes do cenário Hardcore goiano, mas não buscaram traçar o perfil desse estilo de vida (*ethos*), seus processos iniciáticos, como enxergam o mundo (no plano goiano, brasileiro e até mundial), sua relação com outros movimentos urbanos contraculturais e como constroem sua identidade, mas identificando-os no cenário do movimento Punk, algo que esse artigo se distancia (não é uma negação do Punk, mas evitar colocar o Punk em primeiro plano de estudo).

36 Esse festival foi idealizado por Wander Segundo como uma afronta a outro grande festival de música alternativa goiana, o Bananada. Porém esse festival, Marmelada, tinha por concepção dar oportunidade para bandas novas do cenário goiano se apresentarem, foi realizado em locais de pequeno e médio porte (em suas poucas edições) e não visava o lucro. Tudo dentro do espírito *DIY*.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Ricardo. *Pun*k. São Paulo: Editora Abril (Coleção Para Saber Mais, v. 30), 2004.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutividade técnica. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

FANZINES. *Produzidos em Goiânia entre 1992 a 1999*.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MAGNANI. José Guilherme Cantor. Tempo Social. *Revista de sociologia da USP*, v. 17, n. 2. pp 173-205. 2005

MAFESSOLI, Michel. *O Tempo das Tribos: O Declínio do Individualismo nas Sociedades de Massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

OLIVEIRA, Antônio Carlos de. Os fanzine contam uma história sobre punks. Rio de Janeiro: Achiamé, 2006.

SINKER, Daniel. *Não devemos nada a você*. [S.I.]: Edições Ideal, 2008.

7.1. DISCOGRAFIA

DEMOS TAPES. *Produzida por bandas de Hardcore de Goiânia entre 1991 até 1999*.

HC-137 "*nas coxas"/MORTE LENTA"esperança e fé"*. Split LP.Goiânia s/ grav., s/d. 1 12"LP, 1991.

Paisagens sonoras urbanas: "*o canto dos motores*" e as corridas ilegais de carros e motos

Leila Sollberger Jeolás[1]

Resumo: Se o som dos motores – efeito secundário da evolução tecnológica – é, para muitos, barulho indesejável, para os "rachadores" e aficionados por carros e motos, é *música para os ouvidos*. O "ronco" dos motores, por eles percebido em todas as suas nuances (marca/tipo, preparo, re/desregulagem), funciona como signo de potência e metáfora de prestígio. "Tunar" um automóvel tem o objetivo de "preparar" a máquina para transgredir velocidades prescritas, mas, visa, também, fazer "mais barulho" ou amplificar o som, colocando o problema da relação entre musica e barulho. Parte de uma pesquisa etnográfica sobre corridas ilegais, realizada em Londrina-PR-Brasil, o trabalho busca analisar como as sensações corpóreas e a relação com diferentes estilos musicais (*rock, funk, rap*), vivenciadas nesse universo dos "rachas", se apresentam como formas de sociabilidade e recursos para produção de sentido, ocupação do espaço urbano, construção de processos identitários e de reconhecimento.

Palavras-chave: Juventude urbana, Som dos motores, Corridas ilegais de carros e motos

Introdução

Estudos sobre culturas juvenis destacam análises das manifestações artísticas e de estilos como recursos atuantes na construção de processos identitários, de ganhos de singularização social e de reconhecimento. Em tais processos, a intrínseca relação com a música se ressalta ao longo da história das juventudes ocidentais, conforme apontam diversos autores (Abramo, 1998; Carmo, 2001; Dayrell, 1999; Pais; Blass, 2004), e ganha novos contornos no contexto da globalização da cultura, a partir dos anos 1950, com a expansão da cultura de massas e das mídias eletrônicas (Feixa, 1998; Morin, 1986).

Para os fins desse Grupo de Trabalho, pretendo abordar alguns pontos de uma pesquisa etnográfica sobre o mundo das corridas ilegais de carros e de motos, a fim de contribuir com o debate sobre *M*úsica, identidades e paisagens sonoras no contexto de grupos/redes de "jovens" aficionados por motores e velocidade. Juntamente com os diferentes estilos musicais desfrutados (*rock, funk, rap*), o som dos motores ganha lugar privilegiado na intrínseca relação homem-máquina e torna-se um dos componentes de expressão e de produção de sentido nesse universo dos motores.

A automobilização, esse traço fundamental da vida urbana e moderna, trouxe os automóveis para o cerne do imaginário ocidental do século XX, transformando-o em imagem e bem de consumo privilegiados. A revolução técnico-industrial transformou a individualização dos deslocamentos e a velocidade em valores da vida urbana, produzindo um impacto nas relações sociais e modificações estéticas e éticas concernentes ao movimento (Cunha, 2007; Dodier, 1995; Flonneau, Guigueno, 2009; Giucci, 2004; Sávio, 2002; Virilio, 1996). Entretanto, Featherstone (2004) chama a atenção para o fato de que os estudos sobre movimento e mobilidade na vida social não se fizeram acompanhar, no campo das ciências sociais, por pesquisas sobre esta dimensão dominante do fenômeno: os automóveis e o trânsito, sobretudo, considerando que a associação velocidade

---

1 Professora Associada da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1982), mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (1988), doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999) e pós-doutorado pela Université de Strasbourg-França. Membro do corpo editorial da Revue des Sciences Sociales. Tem experiência na área de Antropologia da Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: Juventudes, Saúde Sexual e Reprodutiva; Risco e Prevenção; Velocidade e Corridas Ilegais de Carros e Motos. leilajeolas@gmail.com

e juventude não é recente. Tal relação foi divulgada pelo cinema, a partir dos anos 1950, e se apoiou em modelos paradigmáticos de rebeldia e de inconformismo juvenis relacionados a carros, motocicletas, jaquetas de couro e *rock n'roll*, respondendo às indústrias culturais em expansão e à necessidade de mercado. James Dean e Marlon Brando foram os ícones desse movimento e enfatizavam uma nova maneira de encarar a vida: viver intensamente. No Brasil, na década de 1960, com a primeira geração do *rock* brasileiro, "rachas" ou "pegas" começaram a ser divulgados pela imprensa ou em letras de músicas da Jovem Guarda – "as curvas da estrada de Santos" (Carmo, 2001). Prática conhecida principalmente por jovens das classes médias urbanas, nos anos 1970 e 1980, elas se estenderam para jovens com menor poder aquisitivo, como foi possível observar na pesquisa de campo realizada. A ampliação do consumo de carros e motos, sobretudo as motos de baixa cilindrada, tornou-se possível para um público jovem cada vez maior, incentivada pelo sistema de crédito e de parcelamento.

A pesquisa de cunho etnográfico, realizada entre de 2006 a 2011, teve como "campo" a internet, ruas, praças, postos de gasolina e o autódromo da cidade de Londrina-PR-Brasil. Os "rachadores" formam grupos e redes distintas, dependendo do tipo do carro e da moto, das preferências musicais, estilos de vestimentas e dos locais frequentados. Existem os amantes de Dodges (Chrysler), os "dodgeros" com seus motores V8 de grande potência e amantes de *rock n' roll*, que rivalizam com os "opaleros" (Opala da Chevrolet), cujos motores 4cc e 6cc em linha produzem outro tipo de som e de performance, mas ainda, de modo geral, estão ligados ao rock que, por sua vez, consideram melhores do que os "cheveteiros" (Chevette da Chevrolet), cujo motor 4cc é de menor potência e a preferência musical fica entre o *rap* e o *funk*. Há ainda as Brasílias, Fuscas, Passats (Volkswagen) e a música eletrônica (tecno). No universo pesquisado, os motoqueiros são chamados de "titanzeiros" por conta das motos de baixa cilindrada que também pode ser "mexidas" e "preparadas" para um maior desempenho. Os participantes da pesquisa são "jovens" de classes populares urbanas (motos de baixa cilindrada) e de camadas mais baixas da classe média (carros "mexidos"; "tunados"), ressaltando que eles *bricolam* seus carros à sua própria imagem, de acordo com suas possibilidades e com as redes de peças, serviços e trocas nas quais estão inseridos.

O que se depreendeu da pesquisa, que objetivava compreender os sentidos atribuídos às corridas e às manobras radicais, bem como os significados do risco aí presente, foi a ênfase dada pelos participantes à intensidade das sensações corporais e das emoções fruídas nessas práticas, relacionando-as à busca de singularidade ("*ser eu mesmo*") e de reconhecimento ("*ganhar um nome próprio*", "*ser alguém*"). Isso me levou a discutir o lugar e a importância dos corpos, dos sentidos e das emoções como recursos para produção de sentido, ocupação do espaço urbano e construção de processos identitários na contemporaneidade.

Com relação ao tema do Grupo de Pesquisa (*Música, identidades e paisagens sonoras*), focarei o som dos motores – efeito secundário da evolução tecnológica –, considerado por muitos como um barulho indesejável, mas, para os "rachadores" e aficionados por carros e motos, "música para os ouvidos". Para eles, "tunar" um automóvel tem o objetivo de "preparar" a máquina para transgredir velocidades prescritas, mas também para fazer "mais barulho" ou amplificar o som, tornando o "ronco" dos motores signo de potência e metáfora de prestígio, sendo por eles percebido em todas as suas nuances –marca/tipo, preparo, re/desregulagem.

1. A potência do som dos motores como metáfora da potência de seus condutores

Dentre os sentidos, o auditivo é considerado como aquele que tem um grande poder de penetração, maior do que o visual, por exemplo, pois imprime relevo e espessura ao mundo. Assim como o odor, o som pode revelar além das aparências, uma vez que o ouvido, nas palavras de Le Breton (2006, p.116), "força as coisas a testemunharem suas presenças inatingíveis ao olhar". Como todos os outros sentidos, ele está ancorado na ecologia e na cultura para além das sensibilidades individuais particulares, dependendo, portanto, dos contextos nos quais é desenvolvido.

No caso dos sons dos motores, isso pode ser observado no processo de industrialização que produziu um universo acústico intensificado de máquinas – trens, automóveis, motos, caminhões –, sobretudo a partir dos anos 1950, dando novas configurações à vida urbana e modificando a "economia dos sons" (e dos barulhos).

No mundo urbano e industrializado das sociedades ocidentais, a extensão da tecnologia fez acrescer a profusão e a intensidade de sons, dificilmente controlados em seus excessos e considerados barulhos indesejáveis para grande parte das pessoas. Acostuma-se eles, entretanto, mas de forma seletiva, dependendo das circunstâncias e dos contextos, o que faz da audição um sentido eminentemente social e do barulho uma questão de significação (Le Breton, p.122). Simondon (2008) já lembrara que a cultura vê a técnica como estrangeira, um "outro" olhado com estranhamento, exatamente como são vistos esses jovens na relação com suas máquinas potentes na qual corpos e máquinas estão em sintonia e continuidade.

Nessa relação, os sons dos motores dos carros e das motos têm uma importância fundamental. Se no senso comum, o som das máquinas é considerado um barulho indesejável, representando a sua inumanidade, como afirmou Chrétiennot (2008), para os "rachadores" o "ronco dos motores" traduz a relação intrínseca e de sintonia entre homem-máquina. A capacidade de intensificar a potência dos sons tem efeito sobre o sentimento de potência pessoal, através de amplificadores e, no caso dos automóveis, do uso de escapamentos específicos que aumentam e modulam os sons produzidos pelos motores. Os sons altos, valorizados pelos "rachadores", chamam a atenção sobre si, conforme as palavras de Le Breton (p.130): "Os meios das amplificações sonoras comuns e a baixo preço proporcionam um poder simbólico, uma vingança com relação ao meio ou ao destino, e participam de uma inscrição identitária no espaço da indiferença ou do desprezo dos outros". Os jovens semeiam o incômodo com o "ronco" dos motores de suas motos e carros, mas a reação produzida lhes proporciona sensação de poder e de liberdade, acionando o sentido de singularidade.

Eles ocupam o espaço urbano e, ao mesmo tempo em que os sons dos motores saem de forma intensa, marcando sua presença e sua reivindicação de diferença, os sons da música no último volume, no interior dos carros, constroem verdadeiras "muralhas sonoras" como a demarcar uma fronteira com o mundo. Isso indica uma decisão própria de escolher suas próprias músicas e seus sons particulares, anulando, dessa forma, a imposição de fora, de um universo sonoro do qual eles não se sentem agentes (Le Breton, p.134).

Chrétiennot (2008) lembra que os sons dos motores eram, inicialmente, com o processo de industrialização, simples efeitos secundários, passando a ter, no século XX, uma gama sonora grandemente expandida. No caso dos carros e das motos, isso se deve à introdução de sons diferenciados em decorrência do uso de escapamentos específicos. A importância dessas sonoridades diferenciadas e amplificadas é bem exemplificada no caso dos burn out ("borrachão"), prática de queimar pneus até estourarem com o carro parado, fazendo "roncar" o motor, "cravando o pé" no acelerador sem sair do lugar: "o melhor cheiro do mundo", de acordo com eles.

Na verdade, a experiência com relação ao som dos motores é bastante ambivalente, conforme Chrétiennot (2008), podendo significar vida ou morte, sendo, pois, agradável ou desagradável, vide o exemplo dos combatentes de guerra e vítimas de bombardeamentos aéreos para quem todo barulho pode remeter ao pânico e ao sofrimento. Os sons percebidos como barulhos perturbadores no trânsito urbano, do qual se quer desvencilhar o mais rápido possível, os "rachadores" os distinguem, de forma afinada, no meio à profusão dos outros sons, identificando sua especificidade e as particularidades dos tipos e marcas de automóveis, sendo que, para os mais experientes, inclusive as possíveis (des)regulagens e problemas dos motores são percebidos. Seus ouvidos identificam, com expressão de atenção e de prazer, os sons que vem de longe, ainda, e que vão engrossando, aumentando e mudando de timbre e de altura, quanto mais o veículo se aproxima. Eles conhecem os motores de forma íntima e sensorial: "eu sei que moto é, conheço pelo som do motor"; "conheço de quem é a moto, sei o que foi mexido nela só de ouvir o motor". A ideia de barulho (ruído, tumulto, desordem), como consequência secundária não desejada das máquinas, não se aplica a esse universo, pois o objetivo de seus participantes é, justamente, produzir som amplificado, desejado e parte do espetáculo.

Esse saber-fazer com relação aos motores (e à sua potência de velocidade) os "rachadores" desenvolvem desde a infância, aprende*m com seus pais, tios, primos, amigos e patrões durante o processo de socialização em uma experiência de incorporação, ou seja, um aprendizado e uma assimilação realizados através do corpo (Almeida, 1996, p.20). Eles observam, acompanham, participam, experimentam. Alguns têm suas casas transformadas em ofi*cinas, outros acompanham os processos de compra e venda de automóveis, peças e serviços e muitos participam de "rachas" ou "pegas" ao longo de sua infância e adolescência. O processo de incorporação é discutido por diferentes autores como Almeida (1996), Bourdieu (1994, 1996), Csordas (2008) e Featherstone, Hepworth e Turner (1992) na tentativa de compreender a noção de corpo não apenas como

objeto da cultura – sobre o qual incidem significados – mas como produtor de sentido, o que aponta para uma dimensão corporal ou corporificada da experiência e da construção da pessoa. Ao invés de pensar o corpo de forma passiva, receptor de transmissões culturais, trata-se de pensá-lo de forma ativa, sendo a transmissão cultural fruto das interações contínuas entre os sujeitos sociais que adquirem das gerações precedentes as condições específicas para suas disposições incorporadas.

Nesta experiência, os "rachadores" amplificam a potência dos motores (e dos sons), *bricolam*, preparam e personalizam seus carros e suas motos à sua própria imagem e à medida de suas possibilidades e de uma rede de trocas de peças e serviços, pois adquiriram, desde a infância, um capital tecnológico que lhes permite, pelo menos em parte, responder à impotência social.

2. Novas sensibilidades na experiência com a velocidade: intensificação dos sentidos e produção de singularidade

Os sentidos visuais, olfativos e táteis, além do auditivo, são igualmente acionados nas práticas dos "rachas" e das manobras radicais. O *visual* é estimulado pelos faróis que "chamam" para o "racha" no meio ao trânsito e nas vias periféricas das cidades, além das aparências dos carros e motos modificados e "tunados" de acordo com o gosto e preferências pessoais; o *olfativo* é desfrutado através do odor da fumaça dos pneus que queimam e do cheiro do combustível; o *tátil* é percebido pelas vibrações corporais e, no caso das motos, pela sensação do vento a quebrar a resistência dos corpos. São sensações que mudam os registros da percepção do tempo e do espaço, do peso e da gravidade dos corpos. Nestas experiências extremas é como se a realidade fosse suspendida.

O que se observa entre os "rachadores" é a manifestação de sensações de prazer e de tensão, ao mesmo tempo: nos seus rostos, nos seus gestos e nas suas narrativas. O par prazer-tensão aparece em suas falas através do termo "adrenalina" para expressar sensações e emoções potencializadas pela possibilidade da presença da polícia e dos imponderáveis das ruas: "*a primeira sensação é de muita adrenalina no sangue, depois da adrenalina, muita endorfina vai sê jogada no sangue também, tem uma sensação de prazer muito grande"; "é uma excitação, falta o ar, a gente fica fascinado"*.

Pode-se afirmar que tais sensações e emoções se contrapõem às formas de controle social, de autodomínio e de disciplina, próprias das sociedades modernas (Foucault, 1985; 1979; Elias, 1994; 2006). De acordo com Sennett (1997), as inovações técnicas no domínio dos transportes proporcionaram mais conforto e rapidez aos usuários, mas acabaram amortecendo os corpos ao produzir uma apatia dos sentidos na vida urbana cotidiana. A tecnologia transformou aos poucos o movimento em uma experiência passiva, pois nossos corpos foram perdendo o contato físico com o exterior, fechados em construções verticais e transportes de massa. É um paradoxo afirmar que a velocidade e a aceleração, que privilegiam as sensações do corpo e a liberdade de movimentos, produzirem, ao mesmo tempo, passividade, cerceamento tátil e privação sensorial. É justamente com relação a esses corpos que se deslocam em elevadores, garagens subterrâneas e metrôs que a velocidade dos carros e a das motos possibilita uma (re)intensificação das sensações corpóreas que podem levar à experiência de um "apagamento de si", de uma suspensão das instâncias de "controle do eu" e de um "transtorno intenso de si próprio", conforme sugere Le Breton, 1991. Os "rachadores" se expressam da seguinte forma: "*toda preocupação desaparece, você não pensa em nada*"; "*Eu me deixo levar pela velocidade, por alguns segundos saio de mim, mas a atenção está sempre lá, como um pano de fundo*". Prazer e medo ligados, pois ambos, intensificados, provocam descarga de adrenalina, fazendo com que as sensações experimentadas se tornem próximas e a pessoa se deixe ir à deriva, sentindo-se dirigida e dominada por forças estranhas (Caillois, 1986): *"a primeira vez que fiz um* burn out *eu não dormi uma semana, a adrenalina parecia que ficava correndo, uma semana sem dormir lembrando daquilo, é uma loucura gigante"; "a gente fica rindo sozinho de prazer"; "é melhor do que sexo"*.

Entretanto, a íntima relação dos "rachadores" com os motores é ambivalente, pois pressupõe controle e descontrole, ao mesmo tempo: "*Eu me deixo levar pela velocidade, por alguns segundos saio de mim, mas a atenção está sempre lá, como um pano de fundo*". Pressupõe o controle dos condutores sobre a máquina

(“*eu posso ir a 240 km/h sem problema, eu sei que domino, conheço minhas fraquezas”*), mas, também, a “vontade” própria delas sobre eles. Não por acaso eles utilizam as expressões “vício”, “droga” e “doença para se referirem a essa relação: “*pra quem gosta disso é uma doença, é como uma droga*”.

Essa “vontade” dos carros que “chamam” para o “racha” pressupõe uma negociação com a qual eles tem que “negociar”, como se existisse uma força inerente à máquina contra a qual eles não são totalmente potentes: “*tava voltando pra casa, em ponto morto, sossegado, ouvindo um sonzinho. Daí passou um carro por mim, um gol o carro, bem inferior em questões de motor e tal e me chamou, tem umas linguagens tal, dá umas aceleradas e vai, liga o alerta, e me chamou pro racha*”.

A busca de vertigem não é, pois, contraditória com o sentimento de controle ou domínio do automóvel, cujos significados se entrelaçam de maneira complexa. Pode-se afirmar que se trata de uma “vertigem de controle” situada entre as mobilizações técnicas aceleradas e os mecanismos que aliam corpo e máquina. Assim como em outras práticas, os esportes radicais, por exemplo, essa associação da vertigem e do controle permite aos sujeitos exorcizarem o sentimento de impotência cotidiano, a partir do sentimento de controle de seus próprios corpos (Peretti-Watel, 2002).

Considerações finais

Os “rachas” de carros e de motos apresentam-se como uma forma de ocupação do espaço urbano e de fazer-se visível, através de rebelião latente contra uma sociedade supervigiada, com tendência a amortecer corpos e consciências, e contra uma espécie de sentimento de inexistência. Procurei mostrar isso através da análise do papel dos sons dos motores – *paisagem sonora* – nas corridas e manobras radicais no trânsito, principalmente quando eles são amplificados e ganham notas particulares cultivadas pelos aficionados que compõem o universo dos “rachas”. O pressuposto central da pesquisa é o de que tais práticas, juntamente com outras formas de sociabilidades, de manifestações artísticas e de estilos atuantes nas chamadas culturas juvenis, podem ser analisadas como recursos para construção de processos identitários, ganhos de singularização social e de reconhecimento.

Certamente tais práticas não têm o objetivo de resistir contra o sistema de dominação, mas elas podem, como afirmou Ferreira (2011, p.115), em estudo sobre modificações corporais, “fissurá-lo micropoliticamente”, proporcionando sentimento de fazer parte ativamente do mundo, tão requerido sobretudo por jovens que vivem um “sentimento de inexistência” (Aubert *apud* Ferreira, 2011, p.120). Os “rachadores” participantes dessa pesquisa, oriundos de classes populares e de camadas mais baixas das classes médias, embora imersos em conflitos de classe, não expressam resistência, no sentido sociológico clássico, de luta contra discriminação e desigualdade visando mudanças sociais. Deslocados os conflitos sociais estruturais, eles manifestam uma forma de transgressão contra as normas de segurança no trânsito, sentindo-se potentes tecnicamente contra a sensação de impotência social que lhes é imposta.

Neste sentido, colocar-se à prova, através de atividades que permitem um ato heroico de coragem, com o corpo “em ação”, “em jogo” e “em cena”, pode ser compreendido como uma forma de construção identitária (mesmo que temporária) em um contexto social que tem a tendência de privar os jovens de referências estáveis. Suas práticas respondem à busca identitária e de reconhecimento, através das redes de sociabilidade, com as quais compartilham gostos, preferências e estilos: “*Se eu ganho, eu tenho um nome, se ele ganha, ele tem um nome”; “eu sou conhecido, quando eu entro* [no autódromo]*, todo mundo para, pode tá fazendo o que for”*. Diante do sentimento cotidiano de impotência e das impossibilidades de escolha e de controle sobre os percursos pessoais, os jovens se vêm, por vezes, diante de experiências de potência que são propiciadas através de testes dos limites individuais. Seguindo essa trilha, não haveria contradição entre “subavaliação do risco” e “superestimação de si”, como bem observou Peretti-Watel (2002), pois, em um contexto sociocultural que valoriza o sucesso material, a iniciativa, a *performance* e o reconhecimento pessoais, faz sentido colocar seu próprio corpo à prova e arriscar-se no limite da vida e da morte. O corpo, as sensações e as emoções produzidas através dele, ao adquirirem valor auto referencial e de patrimônio, talvez se constituam em último reduto sobre o qual se tenha um sentimento de domínio e de segurança nos tempo atuais. É através deles que os “rachadores” buscam garantir espaços de sociabilidade alternativa e de afirmação do “ser diferente” (autenticidade), “ser eu próprio” (individualidade) e “ser livre” (autonomia), mesmo que suas práticas suscitem estereótipos negativos construídos sobre eles (“assassinos”, “irresponsáveis”, “loucos”). Em uma sociedade na qual prever o futuro

tornou-se um imperativo, tais práticas aqui analisadas, ancoradas no presente, suscitam reprovação moral e discriminação aos "jovens" que não sabem utilizar com parcimônia e dentro dos parâmetros do controle das leis do espaço público esses objetos e valores de consumo, os automóveis e a velocidade.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, W. H. (1994), *Cenas juvenis*: punks e darks no espetáculo urbano, São Paulo: ANPOCS.

ALMEIDA, M. V. de. (ed.) (1996), *Corpo presente*. Treze reflexões antropológicas sobre o corpo, Oeiras: Celta Ed.

BECK, U., GIDDENS, A., LASH, S. (1997), *Modernização Reflexiva*. Política, tradição e estética na ordem social moderna, São Paulo: Ed. UNESP.

BOURDIEU, P. (1994), Esboço de uma teoria da prática. In R. Ortiz (org.), *Pierre Bourdieu*, São Paulo: Ática.

_____. (1996), *Razões práticas*. Sobre a teoria da ação, Campinas, SP: Papirus.

CAILLOIS, R. (1986), *Los juegos y los hombres*: la máscara y el vértigo, México: Fondo de Cultura Económica.

CARMO, P. S. (2001), *Culturas da rebeldia*. A juventude em questão, São Paulo: SENAC.

CHEVRIER, S., MOREAU, C. (2002), "Les jeunes et le cyclomoteur". *Agora, Débats-Jeunesses*, 27, pp. 86--97.

CHRÉTIENNOT, L. (2008), *Le chant des moteurs*. Du bruit en musique, Paris: L'Harmattan.

CONNELL, R.W. (1997), La organización social de la masculinidad. In T. Valdés, J. Olavaria (eds.), *Masculinidad/es. Poder y crisis,* Ed. de las Mujeres n. 24. Santiago de Chile: Isis Internacional.

CSORDAS, T. J. (2008), "A corporeidade como um paradigma para a antropologia". In _____. *Corpo/ significado/cura,* Porto Alegre: Ed da UFRGS.

CUNHA, R. A pressa de chegar. *Com Ciência* - SBPC. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, Dossiê Velocidade, 93, 10/11/2007, Disponível em http://www.comciencia.br/, [consultado em 03/03/2009].

DAYRELL, J. (1999), "Juventudes, grupos de estilo e identidade". *Educação em Revista*. Belo Horizonte, 30, pp.25-38.

DODIER, N. (1995), *Les hommes et les machines*. La conscience collective dans les sociétés technicisées, Paris: Métailié.

ELIAS, N. (1994), *O processo civilizador*. Uma história dos costumes, vol. 1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

_____. (2006), "Tecnização e civilização". In F. Neiburg, L. Waizbort (orgs.), *Escritos e ensaios*, vol.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

FEATHERSTONE, M., HEPWORTH, M., TURNER, B. (1992), *The Body.* Social process and cultural theory, London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications.

FEATHERSTONE, M, (ed.) (2004), "Introduction", *Theory, Culture & Society*, 21 (4/5), Sage Publications, Special Issue on: Automobilities.

FEIXA, C. (1998), *El reloj de arena*. Culturas juveniles en México, México: Centro de Investigación y Estudios sobre Juventud.

FERREIRA, V. S. (2011), "O 'jovem radical' contemporâneo: novos sentidos de um qualificativo juvenil". *Crítica e Sociedade*: revista de cultura política, 1(2), pp. 107-127.

_____. (2009), "Pela encarnação da sociologia da juventude". *Iara* – Revista de Moda, Cultura e Arte – São

Paulo, 2(2), pp. 164-200.

_____. (2008), "Ondas, cenas e microculturas juvenis". *PLURAL*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, 15, pp. 99-128.

FREIRE FILHO, J. (2007), *Reinvenções da resistência juvenil*. Os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano, Rio de Janeira: Mauad X.

FOUCAULT, M. (1979), *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Graal.

_____. (1985), *História da sexualidade*. A vontade de saber, vol. 1, Rio de Janeiro: Graal.

FLONNEAU, M., GUIGUENO, V. (2009), *De l'histoire des transports à l'histoire de la mobilité?*, Rennes-França: Presses Universitaires de Rennes.

GIUCCI, G. (2004), A *vida cultural dos automóveis*. Percursos da modernidade cinética, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

JEOLÁS, L. S. (2008), "Les courses ilégales de voitures: le cyberespace comme terrain ethnographique". *Altérités* − Revue québecoise des étudiants en anthropologie, 5(1), Acessado http://www.altérités.ca, [capturado em 12/03/2009].

JEOLÁS, L. S., KORDES, H. (2010), "Percursos arriscados de jovens condutores ilegais: o risco entre vida e morte, entre jogo e rito". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 16(34), pp. 159-187.

KIMMEL, M. S. (1998), "A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas". *Horizontes Antropológicos*; corpo, doença e saúde, 9, pp. 103-118.

LACROIX, M. (2006), *O culto da emoção*, Rio de Janeiro: José Olympio.

LE BRETON, D. (1990), *Anthropologie du corps et modernité*, Paris: PUF.

_____. (1991), *Passions du risque*. Paris: Métailié.

_____. (2003), "La vie en jeu, pour exister". In _____. (dir.), *L'adolescence à risque,* Paris: Hachette Littératures, pp.22-53.

_____. (2006), *La saveur du monde*. Une anthropologie des sens. Paris: Métailié.

_____. (2009), "Des rites juvéniles de contrebande". In A. Yannic (cood.), *Le rituel,* Paris: CNRS Editions, pp.25-44.

MAUSS, Marcel. (1974), *Sociologia e antropologia*, v.2. São Paulo: E.P.U.

MORIN, E. (1986), *Cultura de massas no século XX:* o espírito do tempo. Necrose, v.2, Rio de Janeiro: Forense Universitária.

ORTEGA, F. (2010), *O corpo incerto*. Corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea. Rio de Janeiro: Garamond.

PAIS, J. M. "Introdução", In J. M. Pais, L. M. da S. Blass, (orgs.), *Tribos urbanas:* produção artística e identidades, São Paulo: Annablume.

_____. (2006), "Prefácio: Busca de si. Expressividades e identidades juvenis". In M. I. M. Almeida, F. Eugenio, F. (orgs.), *Culturas jovens*: novos mapas do afeto, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

PERETTI-WATEL P. (2002), "Les 'conduites à risque' des jeunes: défi, myopie, ou déni? ", *Agora, Débats-Jeunesses*, 27, pp.16-33.

REGUILLO, R. (2012), *Culturas juvenilis*. Formas políticas del desencanto. Buenos Aires: Siglo XXI.

SÁVIO, M. A. C. (2002), *A modernidade sobre rodas*: tecnologia automotiva, cultura e sociedade, São Paulo: EDUC.

SENNETT, R. (1997), *Carne e pedra*. O corpo e a cidade na civilização ocidental, Rio de Janeiro: Record.

SIMONDON Do modo de existência dos objetos técnicos (2008 [1958]) Disponível em <http://sociologiassociativa.wordpress.com/2011/03/15/do-modo-de-existencia-dos-objetos-tecnicos-simondon-2008-1958/>, [consultado em 12-10-2014].

VIRILIO, P. (1996), *Velocidade e política*, São Paulo: Estação Liberdade.

Música, identidade juvenil e prática social

Renata Cristina Matias[1]

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar as letras de músicas das bandas do grupo urbano Carecas do Brasil, além de conhecer a história do movimento, assim como suas opiniões sobre a relevância de sua influencia como formadores de opinião no movimento. Esta pesquisa, de caráter qualitativo, elegeu as bandas Bota Gasta, Classe Oi!perária, Street Hooligans e membros do movimento Carecas do Brasil, residentes na cidade de São Paulo (SP), para seu estudo de caso. Foram utilizados como procedimentos metodológicos a revisão bibliográfica, a vivência da pesquisadora com o grupo durante cinco anos e a pesquisa de campo, na qual foram aplicados questionários com questões abertas e, posteriormente, a realização de um grupo focal. Também foram analisadas as letras das músicas de bandas inseridas no movimento para serem estudadas e compreendidas. Por meio da utilização de bibliografia, das letras de músicas Carecas e das entrevistas realizadas, foram realizadas análises sobre as letras de músicas Carecas com a realidade dos integrantes do movimento. No grupo escolhido, constatou-se que as tribos geram um sentimento de pertença e seus marcos convivais são garante de afirmações identitárias. As bandas e letras de músicas Carecas são manifestações de resistência à adversidade, mas, também, vínculo de sociabilidade e de integração social. As bandas se posicionam emblematicamente em campo de atrito social, mas a violência, que costuma ser sinônimo desta tribo, pode ser compreendida de forma mais ampla e em relação ao bem-estar social e ao problema da violência urbana. Porém, diante deste cenário, o que é discutido é a necessidade de Políticas Sociais que, diante das tramas da cidade, sejam de inclusão para esses grupos urbanos que compõem a cidade.

Palavras-chave: identidade juvenil, tribos urbanas, Carecas do Brasil, Skinheads, produção artística, bandas Carecas.

A relevância do debate sobre os movimentos juvenis e as tribos urbanas e seu impacto na cultura das grandes cidades é inegável. Afinal, devemos considerar que modelos identitários que por muito tempo se perpetuaram no mundo social estão em declínio. Novas identidades surgem a cada dia, fazendo com que o sujeito, agora fragmentado, busque se sentir pertencente, parte de uma comunidade e reconhecido.

As mudanças da sociedade são constantes e cada vez mais rápidas e complexas. A dinamização das relações sociais aumentou com o fenômeno, caracterizado por Bauman (2005) como o da «pós-modernidade líquida», que transformou o desejo, que perpetuava na modernidade, do sujeito de viver individualmente no desejo e na necessidade de viver em comunidade para «alimentar o sentimento de pertença», segundo Maffesoli (2010).

A dimensão simbólica, como principal e mais viável forma de comunicação, é identificada no comportamento e atitudes dos jovens que se posicionam diante de seu próprio grupo e da sociedade. A música, como outras formas de expressão, como exemplo a dança e o vestuário, tem sido uma grande mediadora entre os jovens que se agregam para produzirem um som, dançar e conversar, apresentar-se perante o mundo, disseminar suas ideologias e sua realidade vivida no cotidiano.

A música fornece a seus intérpretes a possibilidade de subjetividade da mensagem, um sentimento que passa a ser coletivo na medida em que a interpretação individual de quem canta as composições passa a comunicar os

---

1 Possui Bacharelado em Comunicação Social com ênfase em Publicidade e Propaganda pela Universidade Cruzeiro do Sul (2009), Mestrado em Políticas Sociais pela mesma Universidade (2012), Doutoranda em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC e cursa especialização em Docência no Ensino Superior na Universidade Cruzeiro do Sul. Atua na área de comunicação tendo experiência construída desde 2007, aonde iniciou sua carreira como publicitária. Esta inserida no grupo de pesquisa Linguagens e Cidade da Universidade Cruzeiro do Sul e no Núcleo de Estudos "Trabalho, trabalhadores e trabalhadoras" (NETTT) na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. contato@renatamatias.com.br

sentimentos e as ideias do grupo. O mundo da cultura se constitui como um espaço de práticas, representações, símbolos e rituais onde os jovens buscam identificar-se.

Em um território construído por eles dentro das metrópoles e longe do olhar de seus pais, educadores e chefes, os jovens assumem o papel de protagonistas, construindo o olhar sobre si mesmo e o mundo no qual estão inseridos, atuando sobre o seu meio.

Esse processo pode ser observado em muitos movimentos juvenis, independente de suas diferenças sociais, faixas etárias, níveis de formação escolar e da região onde moram; tanto nos bairros da periferia como nos centros físico e econômico da cidade podemos constatar a atuação dos jovens em bandas musicais, unidos cada um à sua tribo. E é por meio dessas manifestações musicais que nos aproximaremos da tribo urbana conhecida como Carecas do Brasil.

Ao reconstruirmos a história do movimento Carecas do Brasil, identificamos que sua origem relaciona-o ao grupo conhecido na Grã-Bretanha na década de 1960 como Skinheads, e que ganhou maior força e adeptos em 1969. Na Europa, o grupo surgiu como uma evolução do movimento anterior, também inglês, os Mods, abreviação que significa Modernists.

Em tese, eram jovens operários que trabalhavam dia e noite sem parar e encontravam nos fins de semana a única saída para se divertir. Juntavam-se com outros da mesma classe pelos mesmos objetivos: curtição, cerveja, futebol e música. Colocavam suas melhores roupas, que mais tarde tornou-se um estilo próprio. Eram um grupo que, no início dos anos 1960, causou muita polêmica com suas lambretas, músicas negras norte-americanas (SouI e R&B - Rhythm and Blues) e jamaicanas (SKA).

Após o surgimento do movimento na Inglaterra, os Skinheads espalharam-se pelo mundo, em paralelo ao movimento Punk surgido nos Estados Unidos na década de 1970. Ambos os movimentos começaram a ganhar cada vez mais adeptos e a chamar a atenção da mídia, que publicava inúmeras reportagens sobre as tribos, suas origens, ideologias, características e ações sociais. As matérias divulgadas pela imprensa mostravam como essas tribos em ascensão se articulavam em diversos países e arrebatavam cada vez mais adeptos. Em algumas partes do mundo, a tribo Skinhead apresentava algumas diferenças na ideologia; em outras, eram a consagração do que eles costumavam chamar de espírito de 1969, ou seja, o retorno às raízes britânicas dos Skinheads.

A chegada do movimento Skinhead no Brasil, especificamente em São Paulo, foi uma jornada longa e tortuosa e passou pelo movimento Punk antes de ganhar tantos jovens adeptos à tribo. A massificação dos Punks deu-se pela difusão da imprensa que produzia reportagens sobre o movimento, à força que ganhava em outros países e à ideologia que pregavam.

Com o tempo, o movimento Punk se dividiu e foram surgindo os primeiros Carecas do Subúrbio. Em 1981 e 1982 o grupo ganhou mais força e popularidade nos subúrbios da cidade de São Paulo. Ao mesmo tempo, o movimento Punk tentava se fortalecer por meio do New Wave, uma forma de reafirmação do Punk, com valores e postura que acreditavam fazer sentido na sociedade em que viviam.

Os Punks e os Carecas do Subúrbio se afastavam cada vez mais em suas ideologias e na construção do movimento Carecas, estes afirmavam serem os verdadeiros propagadores da essência do movimento Punk no país e, aos poucos, passaram a se identificar com os Skinheads ingleses, por serem adeptos à radicalização contra o sistema e contra a anarquia. Eles também se identificavam com a origem operária do movimento na Inglaterra (já que provinham, também, do proletariado), o nacionalismo e a defesa da classe menos favorecida socialmente.

Com as várias ramificações que surgiram entre os Carecas do Subúrbio como: Carecas do ABC, Carecas do Rio de Janeiro, Carecas do Interior dentre outras, foi criada uma nomenclatura para que abarcasse a todos esses grupos Carecas que partilhavam da mesma ideologia, mas eram de regiões diferentes: criaram os Carecas do Brasil.

Este estudo de caso tem por objetivo traçar a relação entre a música produzida pelo grupo dos Carecas do Brasil e sua função socializadora. Para isso, traçamos o perfil do grupo e o primeiro aspecto a ser apresentado é que a juventude atualmente apresenta diferentes aspectos. Os jovens vivenciam um novo período na história, segundo Bauman (2005), «o liquefeito da contemporaneidade» que constrói o traço mais explícito da singularidade dessa era: a grande fluidez que faz com que o indivíduo experimente uma nova temporalidade,

uma nova concepção de tempo e espaço, dificultando e intangibilizando relações sociais e projetos de vida. O sujeito é responsável por suas escolhas ou trajetórias, logo, pelas suas consequências. Como contraponto a esta situação, buscam unir-se a outros jovens para compartilhar ideias, sentimentos, crenças, realizando o desejo de pertencer a um grupo.

Segundo Canevacci (2005), «o conceito de juventude também sofreu transformações», se antes considerávamos que as tribos urbanas eram um privilégio da juventude como um fenômeno de indivíduos que iniciavam sua vida e buscavam o pertencimento, hoje podemos constatar que o conceito de juventude foi expandido, atingindo idades mais avançadas e criando, assim, os adultos que também se apresentam vinculados a grupos.

A partir de uma pesquisa de campo foram realizadas 22 (vinte e duas) entrevistas com pessoas integrantes do movimento Carecas do Brasil, dentre eles 68% enquadram-se na faixa etária de adultos e 32% são jovens. Para delimitarmos o enquadramento da idade de nossos entrevistados, utilizamo-nos da LEI Federal n° 8069/1990 e do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que determina que considera-se criança a pessoa com até 12 (doze) anos incompletos (11 anos, 11 meses e 29 dias), adolescentes aquela com idade entre 12 e 18 anos incompletos, jovem aquela com idade acima de 18 anos e até 24 anos. Entretanto, pelo Código Civil atual, a partir de 18 anos (maioridade) e/ou 21 anos (emancipação), o trato jurídico já é o mesmo dos adultos (então, entre 18 e 24 anos temos "adultos jovens": considerados jovens para as políticas públicas e adultos para a aplicação das leis).

Para entender esse fenômeno, que cada vez mais é crescente, e compreender porque encontramos um grande número de adultos em tribos antes consideradas apenas juvenis, o autor Cavenacci (2005) afirma que o «ser jovem é cada vez mais estendido pelos adultos da pós-modernidade que não querem assumir responsabilidades», ou seja, não querem assumir o papel de adultos e com isso uma gama de atitudes que estão ligadas a esse período da vida, como casar e ter filhos. Por esse fator, encontramos pessoas que na classificação legal são consideradas adultas, mas que se posicionam nesse período da vida sem esboçar o desejo de saírem da fase juvenil e adquirirem responsabilidades.

Segundo o autor, a explicação muitas vezes dada para o fenômeno de «abolir a velhice e de prolongar a vida indefinidamente» Cavenacci (2005:35), a perda do interesse pelo futuro e o insustentável pensamento da morte não deve ser considerada sem uma análise crítica a seu caráter fundamentalista. A incapacidade de experimentar algum interesse por aquilo que acontecerá após sua morte como forma de explicar o desejo dos homens de permanecerem eternamente jovens e, pela mesma razão, de não mais reproduzir-se é assim completada elo autor:

> Reproduzir-se significa autodestruir-se. Porém, essa análise é decisivamente voltada a um passado protestante – fundamentalista em cada sua passagem. A decadência do fascínio pelo futuro em favor do fluir no presente, aliás, nos presentes, reclama – ao invés da protelação constante em direção a um imaginário utópico – uma libertação aqui e agora. Isto é, aquela lenta "morte da utopia", já iniciada a partir do final dos anos 1960, está definitivamente trespassada nas heterotopias. (Cavenacci, 2005:35)

A considerada juventude e os adultos jovens não acreditam e não constroem um futuro, pois preferem plantar suas raízes no presente, sem ter a preocupação de se tornarem adultos e adquirirem responsabilidades. É preferível viver o tempo presente como forma de libertação, abolindo a velhice e tentando prolongar a juventude.

Constatamos, em parte, as hipóteses apresentadas acima, na tribo urbana Carecas, pois caracterizada como movimento juvenil, dentre os entrevistados encontramos o índice de 68% de adultos, além de apenas 27% afirmam ter filhos e 82% serem solteiros. Isso confirma a teoria apresentada do prolongamento da juventude nesses grupos sociais, mas o viver o hoje como forma de libertação aqui e agora longe das utopias, deve ser contextualizado quando aplicado à tribo dos Carecas do Brasil.

Para isso, também buscamos localizar a tribo e constatamos em nossa pesquisa que os integrantes do grupo têm seu território nas periferias da cidade de São Paulo, a maior parte na Zona Leste, onde surgiu o movimento Careca do Brasil e que, atualmente, é a região que sedia as reuniões do grupo e os eventos, como os chamados "sons", encontros de bandas e integrantes em determinado lugar para confraternizarem entre si. Dentre os entrevistados, 55% residem na região Leste, e os demais, nas periferias das regiões Oeste, Norte e Sul.

O perfil dos jovens que se tornavam adeptos a esse grupo era de trabalhadores do proletariado que residiam nas periferias da cidade de São Paulo no inicio da década de 1983, ganhavam pouco e viviam com dificuldades. Segundo Costa (1993), «a emersão do movimento deu-se em um período marcante para a história do século XX», segundo o ponto de vista dos acontecimentos políticos e sociais: é considerada como o fim da idade industrial e o início da idade da informação. Em tese, a América Latina nesse período sofreu uma forte retração da produção industrial e um menor crescimento da economia como um todo. Na maioria dos países, essa década foi sinônimo de crises econômicas, volatilidade de mercados, problemas de solvência externa e baixo crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), e, no caso do Brasil, houve até queda. Essa década para o Brasil foi um momento de final do ciclo de expansão vivido nos anos 1970. O país apresentava características como: o desemprego, estagnação da economia e índices de inflação extremamente elevados, perda de poder de consumo da população e o aumento da dívida externa, «fazendo com que aumentasse o déficit fiscal». (Baer, 2002:124).

Alguns jovens das periferias, como uma maneira de se posicionar contra os problemas do país e a ideologia dominante, adotaram o movimento Carecas do Brasil e as características que o movimento surgido na Grã-Bretanha apresentava. O que na Europa era conhecido como Skinheads, no Brasil ganhou uma nova nomenclatura, mas continuavam sendo jovens, como na Europa, e faziam parte do proletário e da classe pobre do país.

> Assim, é significativo que os "carecas" brasileiros também tenham surgido em uma conjuntura caracterizada por transformações de ordem política e de crise econômica. Do mesmo modo que seus "irmãos" ingleses, os "carecas" brasileiros provinham de camadas sociais que se viam em uma posição de fragilidade frente à crise econômica e ao processo de lumpenização (Costa, 1993:72).

Atualmente, com a mudança no mundo do trabalho – substituição do trabalho humano pelo uso da tecnologia - que ocorreu em todo o mundo, no Brasil, os Carecas não são mais encontrados em fábricas, mas em outros tipos de trabalhos. Entretanto, ainda ocupam trabalhos com baixa remuneração e encontram-se nas baixas faixas sociais do país. Com isto, pudemos identificar que os integrantes desse movimento estão localizados entre as classes D, com 23% dos entrevistados, e a classe E com 77%. Comprovando que, mesmo não relacionados diretamente às atividades industriais, os Carecas ainda ocupam as periferias e salários de valor baixo.

Percebemos na história do capitalismo e em sua dinâmica estrutural que as classes sociais se localizam na contradição fundamental que movimenta a sociedade e que permite a acumulação de capital; tem como resultado dessa dinâmica o Estado com o papel de organizador social e político e de manutenção ideológica do sistema capitalista. Gonçalves (2010) afirma que «os preceitos básicos que predominam nesse processo são os do liberalismo», seja na definição do mercado, seja na definição de lugar dos indivíduos e das instituições, dentre elas, o Estado.

Em tese, o capitalismo tenta a realização da máxima liberdade, ou seja, livre concorrência, livre consumo, livre venda de força de trabalho. Mas, essa liberdade também apresentou suas limitações; assim, a ideologia liberal teve que regular seus propósitos na tentativa de sanar as inconsistências e estabelecer a organização da sociedade por meio de leis de mercado.

Os limites dessa teoria é o fato de que os interesses do capital resultaram em uma organização crescente de monopólios, minando cada vez mais a possibilidade da existência da "livre concorrência". Além disso, tal teoria supunha uma separação entre produção e consumo, não sendo consideradas questões importantes relativas ao controle de força de trabalho e, também, não abordando o problema da distribuição de renda. Com isto, começou-se a discutir a relação do trabalho e das condições oferecidas a esses indivíduos, impostas pelos donos de produção que oferecem empregos sem as condições adequadas.

Desde seu surgimento, há a preocupação dos Carecas do Brasil em denominar-se classe trabalhadora e seu empenho em «manter o seu ideal de dignidade» (Costa, 1993:127), diferenciando-se dos chamados bandidos e marginais. Isto explicita a relação dos Carecas com o Capitalismo indicando que os integrantes da tribo Carecas do Brasil enquadram-se no perfil dos sujeitos que se encontram nas periferias e manifestam a necessidade de

um país mais justo. Desse ponto, eles justificam suas ações e se posicionam, emblematicamente, em campo de atrito social como uma forma de protesto a questões da sociedade em que vivem: uma das formas de manifestação é a música para propagar seus ideais, como na música Soldados do Subúrbio, da banda Bota Gasta (2011): «Soldados do Subúrbio, nunca parem de lutar. Movimentem suas botas, para o Brasil melhorar». Para entender os novos tipos de relações juvenis construídas nos dias de hoje é fundamental ressaltar o papel da música como um documento histórico rico para análise sobre paradigmas, dentre outros aspectos, que dizem respeito às características das tribos urbanas e suas representações na sociedade.

> (...) ao questionarmos o mapeamento territorial das bandas musicais de jovens que se concentram nas malhas suburbanas das grandes metrópoles, as bandas socialmente mais à «banda» (as mais «tribais») são as que mais correspondem a formas de integração social mais compensatória numa urbanidade deficitária de coesão social. (Pais, 2004: 23).

A cidade é o cenário onde estes jovens encontram-se e expõem sua ideologia, produção artística e estética. Além disso, não podemos encará-la mais como simplesmente um conjunto de bairros espalhados em determinada região, pois sua infraestrutura sofreu grandes alterações em reflexo da redução das distâncias que a globalização ocasionou.

Ao longo do tempo, as cidades passaram por transformações e acontecimentos históricos que modificaram sua estrutura e a disposição da população em seus territórios. A riqueza não é distribuída homogeneamente. Ao abrirem suas janelas, as pessoas se deparam com favelas que fazem vizinhança a mansões, deixando explícita a grande desigualdade.

> Em uma paisagem urbana muito alterada, ganham forma e evidência tangível às transformações que, nas últimas décadas, afetaram Estado, economia e sociedade. Em seus espaços e artefatos estão cifrados os modos de circulação e distribuição da riqueza (desigual mais do que nunca), as mutações do trabalho e das formas de emprego (e as legiões de sobrantes do mercado de trabalho), a revolução tecnológica e os serviços de ponta (e as fortalezas globalizadas da cidade), os grandes equipamentos de consumo e os circuitos ampliados do mercado (e a privatização de serviços e espaços urbanos) (Telles & Cabani, 2006:11).

Além disso, são encontradas sobras no mercado de trabalho, pois o sujeito, substituído por máquinas, muitas vezes não possui formação adequada para pleitear uma nova vaga de emprego. Também mudaram as estratégias e propostas para a resolução de problemas que compõem as tramas da cidade, pois o que era apenas uma questão de trazer uma solução tangível para tal problema, se tornaram questões muito complexas. Nos dias de hoje, as modificações ocorrem tão rapidamente que não se consegue mais acompanhá-las a tempo de criar uma proposta que será aplicada para conseguir resultados.

Por exemplo, problemas como a falta de emprego, que assombra há muito tempo o nosso país, recebeu como solução, para famílias mais carentes, o pagamento mensal da Bolsa Família que serve para amenizar suas necessidades. Infelizmente, o custo de vida está cada vez mais alto e o dinheiro recebido não cobre as suas despesas mensais.

Também problemas como o transporte na cidade, de pessoas e mercadorias, tanto o público como o privado, transformou-se em uma equação entre geração de renda, manutenção de empregos e qualidade de vida da população, nos centros e periferias. Este e outros problemas surgem rápido demais para que uma única solução consiga sanar esta defasagem no país.

Para os sujeitos que vivenciam problemas com renda, um cenário muito comum em seu dia a dia é a precariedade na habitação. A desigualdade de moradia evidente em vários pontos da cidade, como nas periferias e favelas, encontram na construção de casas populares uma solução administrada pelo poder público para amenizar o problema e oferecer para essas famílias uma moradia adequada.

Diversos sujeitos que se deparam com esses problemas têm a sua sobrevivência dificultada pela falta de acesso a melhores trabalhos, e consequentemente, a salários maiores. São indivíduos que, por não receberem uma educação pública adequada, não são capacitados para conseguirem melhores oportunidades de trabalho. Com pouco dinheiro, acabam se fixando nas periferias para ter um custo de vida menor.

Pensando na cidade de São Paulo, que tem sua história caracterizada pela chegada de migrantes que se instalaram em diferentes regiões, trazendo consigo sua cultura, identidade, ideologia e as mais diversas vivências, vemos uma cidade complexa, formada por culturas de diferentes origens, que se somam a novas que continuam chegando.

Neste contexto, o agrupamento juvenil em tribos é um aspecto precioso para entender seu funcionamento no meio dessa trama que constitui São Paulo. As diferenças sociais são o cenário onde as tribos nos convidam a uma análise de sua potencial dimensão subversiva. «Atrelado ao sentimento de renovação e de rebeldia perante os valores burgueses de produção contínua», de acordo com Maffesoli (2010), a cultura juvenil se desenvolveu aceleradamente nas cidades por meio das músicas de diversos grupos e bandas, que serviram de porta-voz das tribos urbanas que representavam. A estética musical propaga a expressão ideológica dessas tribos juvenis.

Entretanto, diante das intermediações promovidas pelos meios de comunicação, esse fenômeno pode se tornar mais complexo, pois os jovens são consumidores de produtos simbólicos e materiais voltados à tribo à qual pertencem, isto é, a cultura de determinado grupo vira produto para ser vendido aos pertencentes dessas tribos. Além da existência dos meios de comunicação de massa, existem mídias especializadas, como fanzines, revistas, panfletos e a internet. A produção e circulação desses veículos se segmentam de acordo com as preferências de cada tribo e a música, importante na divulgação de seus ideais, com as facilidades tecnológicas atuais, amplia seu papel representativo porque, além da repercussão local, o fácil acesso contribui para tornar-se hoje um importante combustível na estruturação de grupos urbanos.

Como afirma Pais (2004), «as tribos urbanas geram o sentimento de pertença e seus marcos convivais são sinônimo de afirmação identitária». Por isso, nesses grupos, encontramos manifestações de resistência à adversidade, mas, ao mesmo tempo, vínculo de integração social e sociabilidade. E quanto maior é a resistência à adversidade que uma tribo possui, mais prováveis são as verbalizações que se referem ao tribal como forma de característica identitária. Ou seja, se for realizado o mapeamento territorial das bandas juvenis musicais que se concentram nos subúrbios de grandes metrópoles, «as bandas consideradas as mais tribais são as que mais contribuem e correspondem a formas compensatórias de integração social» (Pais, 2004:23).

Conhecendo o perfil dos jovens dessa nova era, ao contrário da imagem socialmente criada a respeito de jovens pobres, quase sempre associada à violência e à marginalidade, eles também se colocam como produtores culturais. A música é o produto cultural mais consumido e em torno dela criam-se grupos musicais de diversos estilos, dentre eles, bandas alternativas como as do movimento Carecas do Brasil. Nesses grupos, os jovens estabelecem trocas, experimentam, se divertem, produzem, vivem um estilo próprio de vida.

A juventude se constitui e se constrói como sujeitos sociais que transitam em um espaço e tempo complexo, estabelecendo múltiplas relações a partir do meio social onde vivem. Por meio de suas experiências vividas, vêm apropriando-se do social, relembrando práticas, valores, normas e visões de mundo a partir de uma interpretação de seus interesses e necessidades, dando sentido ao seu mundo em um processo que não foi e nem é linear. Não é um grupo homogêneo e pensar a juventude brasileira é levar em conta as enormes disparidades socioculturais existentes e os diferentes contextos onde esses jovens vêm se construir como sujeitos.

A situação da parcela de jovens da periferia parece se agravar pelo encolhimento do Estado na esfera pública que não oferece soluções públicas que atendam essa parcela da população. Assim, existindo a necessidade de políticas de inclusão que atendam esses jovens que se encontram na periferia e sofrem com a desigualdade social.

> A situação dessas parcelas de jovens se vê ainda agravada pelo encolhimento do Estado na esfera pública, não oferecendo soluções por meio de políticas que contemplem a juventude, o que gera uma privatização e despolitização das condições de vida. Nesse contexto, as famílias se vêem cada vez mais responsabilizadas por garantir a reprodução dos seus membros, não contando com quem as possa «ajudar a se ajudar» (Sarti, 1999, apud Dayrell 2001:7)

No entanto, esses jovens inseridos, mesmo que de forma restrita e desigual, nos mesmos circuitos de informações propagadas pelos meios de comunicação, têm acesso aos apelos culturais de consumo, estimulando nesses grupos sonhos e fantasias. Este cenário de consumidores culturais estimula a compra de CD's, roupas, acessórios, fazendo com que os símbolos e significados das tribos urbanas virem produtos de mercado, também estimulando a sua propagação entre os jovens. Martins (1997) afirma que «a desigualdade pode separar a sociedade no quesito material, mas por outro lado, une por sua ideologia». Assim, cria uma dupla sociedade, dois mundos onde podem ser encontradas as mesmas coisas e imagens, mas onde as oportunidades são completamente desiguais. Nesse âmbito, a música toma caráter essencial para que os jovens saciem o seu sentimento de pertença, e encontrem por meio dela uma forma de se unificarem, exporem suas ideologias e se posicionarem em campo de atrito social.

Dayrell (2001) afirma que «diante da negação social desses jovens das periferias, eles se utilizam da música para ter voz ativa». Sua música é propagada apenas entre seu próprio grupo, pois apesar de serem motivados pela mesma, não existem estímulos ou espaços para divulgá-la, porque não existe uma política de cultura que os contemple. Nesse contexto, o estilo, para o grupo, adquire uma relevância própria, pois na música encontram espaço para construírem o seu modelo de ser jovem que é vivido no presente, no "aqui e agora", e buscam a diversão e o prazer nas condições que lhes são apresentadas. É uma maneira de dividir, por meio da música, suas angústias e incertezas diante da luta pela sobrevivência que se resolve diariamente, além de seus sonhos, crenças e esperanças. Um exemplo desta postura pode ser visto no trecho da letra da música Dias Difíceis, da banda Bandeira de Combate (2012):

> Os nossos dias estão difíceis
> Nossas vidas estão ruins
> Mas seguiremos sempre adiante
> Não podemos desistir
> Devemos ser valentes
> Jovens fortes com ideais
> E a certeza de que estamos vencendo
> É algo que nos satisfaz
> (Dias Difíceis. Banda Bandeira de Combate [2012])

Pudemos constatar que a tribo urbana Carecas do Brasil encontra-se enraizada nas periferias e que seus integrantes mostram-se orgulhosos de serem uma classe trabalhadora, e que, por meio da música expõem suas opiniões e sua esperança de conquistarem um Brasil mais justo que atenda as classes mais baixas da população, assumindo a superação dos problemas diários como uma batalha a ser vencida:

> Soldado erga a bandeira para defender suas fronteiras
> É sua maior razão, Ordem e Progresso, é o lema da nação
> Combata com coragem, não tenha medo de morrer
> Porque um país melhor, para todos tem que nascer.
> (Soldados do Subúrbio. Banda Bota Gasta [2011])

Neste cenário, a música como atividade muito presente no grupo, transforma os ouvintes em produtores, constituindo grupos musicais das mais diversas tendências, compondo suas próprias letras, apresentando-se em eventos e festas, e assim criando uma nova maneira de mobilizar os recursos culturais da sociedade atual. A música identifica, dá uma identidade aos indivíduos e opera a socialização do grupo. Ela se torna, mais que uma forma de diversão, um canal de comunicação do grupo com a sociedade, de ideias e sentimentos, desejos e necessidades, cuja compreensão da mensagem pode dar elementos para o verdadeiro diálogo desses jovens com a sociedade.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BAER, W. (2002), *A economia brasileira. Tradução Edit Sciull.* São Paulo: Nobel.

BAUMAN, Z. (2005). *Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi / Zygmunt Bauman.* Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

CANEVACCI, M. (2005). *Culturas Extremas: Mutações juvenis nos corpos das metrópoles.* Tradução Alba Olmi. Rio de Janeiro: DP&A.

COSTA, M. R. (1993). *Os Carecas do Subúrbio: Caminhos de um Nomadismo Moderno.* São Paulo: Musa.

DAYRELL, J. (2001). *A Música entra em cena: O Rap e o Funk na socialização da juventude em Belo Horizonte.* Tese de Doutorado, São Paulo: Universidade de São Paulo.

GONÇALVES, M. G. M. (2010). *Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas.* Coord. Ana Mendes. São Paulo: Cortez.

HALL, S. (2006). *A identidade cultural na Pós-Modernidade.* Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A.

MAFFESOLI, M. (2010). *O Tempo das Tribos: O declínio do individualismo na sociedade de massa.* Tradução Maria de Lourdes Menezes, Débora de Castro Barros. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

MARTINS, J. S. (1997). *Exclusão social e a nova desigualdade.* São Paulo.

PAIS, J. M. & BLASS, L. M. S. (2004). (Org.) *Tribos Urbanas: Produção Artística e identidades.* São Paulo: Annablume.

TELLES, V. S. & CABANES, R. (2006). *Nas Tramas da Cidade: Trajetórias Urbanas e seus Territórios.* São Paulo: Humanistas.

GEOETNOGRAFIA DA SEDUÇÃO NA NOITE DO BAIRRO ALTO DE LISBOA.

Jordi Nofre[1]

Daniel Malet Calvo[2]

Adán Cassan[3]

Sylwia Wodzinska[4]

RESUMO

Durante as últimas três décadas, o lazer nocturno surgiu como um dos mais importantes espaços-tempos de relacionamento, diversão e criação de identidade dos jovens e adultos-jovens das sociedades ocidentais. Simultaneamente, são destacadas as modalidades de apropriação socio-espacial que se desenvolvem nos locais de festa, especialmente as produzidas e reproduzidas por certos jovens e adultos-jovens heterossexuais do sexo masculino em relação às suas "práticas de sedução", salientando o uso do corpo como o centro das relações interpessoais estabelecidas na noite. Tomando como caso de estudo particular o Club Carib, situado no Bairro Alto, em Lisboa, este artigo pretende analisar as estratégias e os mecanismos de sedução adoptados pelos jovens que frequentam o espaço, explorando a forma como as estratégias de sedução operam em função das categorias raciais, de classe e de género que regem a (hétero)normatividade da noite lisboeta.

Palavras-chave: sedução, corpo, dança, lazer nocturno, Bairro Alto, Lisboa

---

1 Jordi Nofre é licenciado em Geografia (2004) e Doutorado em Geografia Humana (2009) pela Universidade de Barcelona. Desde Janeiro de 2010 é bolseiro de pós-doutoramento pela FCT no Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Liboa. É docente da licenciatura de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL e dos Cursos de Doutoramento de Estudos Urbanos da FCSH-UNL. É coordenador, também, do projecto LXNIGHTS. jnofre@fcsh.unl.pt

2 Daniel Malet é licenciado em Antropologia Cutural (2005) e Historia (2011), e Doutorado em Antropologia Urbana (2011) pela Universidade de Barcelona. Actualmente é bolseiro de pós-doutoramento no CIES-IUL (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – Instituto Universitário de Lisboa), realizando uma investigaçao sobre estudantes Erasmus, processos de patrimónilizaçao, dinâmicas transnacionais e produçao social do espaço. É membro do Grupo de Investigaçao sobre Control Socia e Excusao (GRECS) do Instituto Catalao de Antropologia (ICA) and the Anthropology Department of the University of Barcelona. É membro também do projeto LXNIGHTS. danielmalet@gmail.com

3 Adán Cassán é Licenciado em Filosofia (2000) e em Linguística (2003) pela Universidade de Barcelona (UB), e tem dedicado a sua vida profissional principalmente à Linguística Computacional, em projetos multilingues ligados às áreas de Processamento de Linguagem Natural, Question Answering, Lexicografia e Sintaxe. Actualmente é professor de Catalão no ILNOVA desde 2011 e animador musical em diversos espaços da cidade desde 2008, incluindo o Club Carib. adancassan@gmail.com

4 Sylwia Wodzinska é licenciada em Filologia Inglesa e Mestre em Antropologia Cutural. Actualmente é doutoranda da sociologia da nação na Haifa University, onde realiza a sua investigação sobre identidades transnacionais dos jueus emigrados a Berlín (Alemanha). wodzinskas@gmail.com

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas três décadas o lazer nocturno foi-se consolidando como um dos espaços-tempos mais relevantes em que se (re)produzem as estratégias que os jovens utilizam na sua ânsia diferenciadora em relação ao "mundo adulto". Uma dessas estratégias passa pela maneira como se estabelecem essas relações interpessoais, as interacções que as sustentam e os contextos específicos em que se desenvolvem. De facto, a dança em espaços de lazer nocturnos constitui ainda hoje uma das principais estratégias de (re)produção de identidade de subculturas juvenis (Boyd, 2008), mas também uma das grandes "portas de entrada" para o mundo da sedução nocturna (Grazian, 2007). Os espaços de lazer nocturno onde dançar e beber constituem os eixos estruturantes das suas respectivas ofertas transformam-se, portanto, em espaços consagrados às práticas rituais do "engate", do "flirt", do jogo da sedução – sem dúvida a instituição social mais infrarrepresentada nas ciências sociais nos nossos tempos.

O objectivo do texto que se segue é levar a cabo uma geoetnografia (Matthews et al. 2005) da arte da sedução na noite do Bairro Alto de Lisboa, tomando como espaço privilegiado de trabalho de campo etnográfico o Club Carib. Este pequeno bar de música, situado na Rua da Atalaia, constituiu, durante quatro anos (de Março de 2010 a Dezembro de 2013), a unidade de observação privilegiada da investigação, em que cabe englobar este artigo, sobre as diferentes modalidades de apropriação socioespacial que se desenvolvem em espaços de lazer nocturno de Lisboa. Neste sentido, o presente artigo analisa os "estilos de sedução" que variados actores sociais desenvolvem através fundamentalmente da utilização do corpo como o centro das relações interpessoais que se estabelecem no devir da noite, tornando visíveis as categorias raciais, de classe e de género que governam ainda a noite segregada do Bairro Alto, em Lisboa.

Para isso, foram considerados *a priori* dois grandes grupos divididos pelo capital social, cultural e económico de que são portadores, assim como pelos *habitus* (Bourdieu, 1979): por um lado, afrobrasileiros, afroportugueses e imigrantes africanos de países lusófonos e de outros países do continente africano residentes em Lisboa (a partir de agora, referidos como AFROBPT); e, por outro, estudantes universitários portugueses e estrangeiros (sobretudo Erasmus), turistas e trabalhadores de outros países ocidentais residentes em Lisboa (a partir de agora, referidos como ESTUPT). A razão pela qual esta divisão coincide quase totalmente com a pior das categorizações raciais é o estilo de sedução praticada, fenómeno interactivo em que desejamos atentar: as técnicas corporais e de territorialidade espacial são examinadas como estratégias de distanciação e ao mesmo tempo de evitar o controlo imposto sobre as populações AFROBPT num contexto espácio-temporal, a "noite" de Lisboa, em que, como em todas as sociedades capitalistas ocidentais, predomina um ambiente de carácter heteronormativo e heteronormatizador (Hubbard, 2008). Nesse sentido, a nossa investigação centrou-se na espacialidade e visibilidade da sedução heterossexual, sendo os membros do grupo AFROBPT considerados nesta investigação exclusivamente do sexo masculino e dos do grupo ESTUPT masculino e feminino.

Os resultados que apresentamos em seguida são fruto de um trabalho de campo realizado entre 1 de Março de 2010 e 21 de Dezembro de 2013. Uma primeira fase (de Março a Agosto de 2010) consistiu na cartografia da estrutura espacial do lazer nocturno no Bairro Alto (percursos, estabelecimentos e horários) projectada através da observação e de um conjunto amplo de conversas informais levadas a cabo com os agentes promotores da noite, proprietários de bares, e os seus clientes. Dentro desta secção têm especial destaque os percursos e os espaços dedicados aos estudantes Erasmus, promovidos pelas cinco entidades existentes em Lisboa dedicadas a explorar a sua presença e o seu consumo. Depois de cartografar o lazer nocturno no Bairro Alto durante os primeiros meses de trabalho de campo, optou-se por privilegiar o Club Carib como o local que reunia as condições necessárias para levar a cabo um estudo microsocial sobre as práticas de segregação presentes (ou evitadas) através das técnicas de sedução. Com a autorização dos proprietários do bar, iniciou-se a segunda fase da investigação, concretizada entre 2 de Setembro de 2010 e 28 de Julho de 2012. Ao longo deste extenso período de 48 meses, o trabalho de campo foi levado a cabo nas quintas-feiras, sextas-feiras e sábados de cada semana do intervalo referido pelo primeiro e pelo terceiro autores do presente texto, enquanto o segundo – mais focalizado no estudo dos percursos nocturnos dos estudantes Erasmus – une-se à investigação a partir do Outono de 2010. O quarto autor, estudante de pós-graduação e *pubcrawler*, juntou-se à equipa do trabalho de campo a partir de Março de 2012. Por fim, a originalidade de um objecto como o presente conduz-nos

ao atrevimento metodológico (Hannerz, 1980; Wynne & O'Connor, 1998) de incluir o nosso informador privilegiado, o animador musical do Club Caribe "DJ El Matador" (Adán Cassan), como coautor. Uma terceira fase do trabalho de campo consistiu em varias entrevistas informais realizadas entre 6 de Setembro de 2012 e 21 de Dezembro de 2013, a cerca de trinta informadores[5], tanto dentro como fora do bar.

Para proceder à análise proposta neste artigo, foram estabelecidos três eixos que constituem simultaneamente três momentos do acto interactivo de sedução, desempenhados sobretudo pelos clientes mais familiarizados com o estabelecimento. Em primeiro lugar, os rituais de agregação, que consistem em cumprimentos de diversos tipos ao pessoal que trabalha no bar e/ou a clientes habituais com a finalidade de legitimar a própria presença, tanto face ao trabalhadores não conhecidos como aos restantes actores sociais presentes. Em segundo lugar, as estratégias de territorialização no espaço do bar, que contribuem a espacializar as práticas de sedução de acordo com os dois grupos antes mencionados (AFROBPT em posições periféricas e ESTUPT em posições centrais). Em terceiro lugar, as estratégias microsociais de sedução, que analisaremos dando especial ênfase na utilização do corpo e na exibição através deste de uma série de categorias raciais, de classe e de género. Precisamente para o estudo destes três eixos, partimos dos contributos pioneiros de Georg Simmel (1903) para introduzir os mais recentes contributos ao desenvolvimento da microsociologia, desde o interaccionismo simbólico à análise conversacional, a etnometodologia ou a comunicação não-verbal (Wolf, 1982; Davis, 2004; Le Breton, 2004). Em particular, a valiosa contribuição de Erving Goffman torna-se central: nela encontramos uma leitura atenta das formas de relação desempenhada entre indivíduos e grupos nos seus contextos particulares de interacção ritual, incluindo a sedução e as suas imagens (Goffman, 1959, 1971). A tudo isto devemos acrescentar o ecletismo metodológico (Hannerz 1980), a partir do qual foram definidas as técnicas de observação utilizadas no trabalho de campo: a "observação flutuante" – que consiste na exploração livre e indutiva de um espaço, uma trajectória urbana ou actores sociais, deixando que as pistas que vão surgindo guiem a investigação que se segue (Pétonnet, 1982) –; e as técnicas "não interferentes" de observação (Webb et al., 2001; Lee, 2000), como o "shadowing" (Czarniawska-Joerges, 2007; Bartkowiak-Theron y Sappey, 2012), uma técnica que recolhe o registo dos comportamentos observados *in situ*, além das suas motivações. A soma destas técnicas etnográficas permitiu a identificação de mais de trinta informadores que foram objecto de uma entrevista informal *in loquo* durante a terceira fase do trabalho de campo.

---

5 Caracterização dos informadores:

– Informador 1 (I1), 28 anos, angolano, residente em Lisboa desde 2010. Frequenta um mestrado em Arquitectura e Urbanismo. Vive da ajuda da sua família em Angola.

– Informador 2 (I2), 29 anos, angolano, residente em Lisboa de 2010 a Julho de 2013. Tendo frequentado um mestrado em Arquitectura e Urbanismo, vivia do envio de dinheiro que recebia da sua família. Regressou recentemente a Angola, onde agora trabalha num cargo de técnico superior.

– Informador 3 (I3), 36 anos, angolano, residente em Lisboa. Actualmente trabalha como desenhador gráfico e ajudante de balcão do Club Carib.

– Informador 4 (I4), 25 anos, angolano, residente em Lisboa. Trabalha num armazém nos arredores da cidade.

– Informador 5 (I5), 35 anos, de Moçambique. Vive entre Barcelona e Lisboa, trabalhando actualmente como fotógrafo *freelance* para estilistas e para jornais desportivos espanhóis.

– Informador 6 (I6), 18 anos, português, de etnia cigana, residente na cidade suburbana da Amadora.

– Informador 7 (I7), 31 anos, espanhola, residente em Barcelona, administrativa.

– Informador 8 (I8), 32 anos, espanhola, residente em Barcelona, administrativa.

– Informador 9 (I9), 32 anos, espanhol, residente em Lisboa, investigador no ensino superior universitário.

– Informador 10 (I10), 31 anos, português, residente em Lisboa, investigador no ensino superior universitário.

– Informador 11 (11), 36 anos, português. Residente em Lisboa, actualmente trabalha num escritório de arquitectura.

– Informador 12 (I12), 23 anos, espanhola, estudante no programa Erasmus, residente em Lisboa durante no ano lectivo 2012/13.

– Informador 13 (I13), 34 anos, hindu, residente em Lisboa desde 2012. Actualmente trabalha como cozinheiro num restaurante da cidade.

– Informador 14 (I14), 33 anos, portuguesa, vive entre Barcelona e Portugal. Doutorada, actualmente está desempregada.

– Informador 15 (I5), 32 anos, espanhola, residente em Portugal, professora universitária.

ENTRAR NO CLUB CARIBE: CONTROLO SOCIAL E RITOS DE LEGITIMAÇÃO

São já 1h30 da madrugada de 21 de Maio, sábado. O Club Carib está praticamente lotado, embora ainda seja possível entrar e aproximarmo-nos do DJ "El Matador" para o cumprimentar e ir comentando a noite. A entrada no Club Carib é gratuita, apesar de a facilidade da hora de aceder o local dependa do rigor com que seja aplicado o artigo 14.2 do decreto-lei 234/2007 de 19 de Junho. Segundo o artigo 14.1., os espaços como o Club Caribe são de livre acesso excepto para quem altere o seu funcionamento normal por a) não manifestar a intenção de utilizar os serviços oferecidos (embora os bares com música do Bairro Alto não apliquem o consumo mínimo obrigatório, visto que, de outra forma, não teriam clientes); b) recusar-se a cumprir as normas de funcionamento impostas pelas disposições legais ou privadas pertinentes, sempre que estas sejam públicas e de fácil acesso; e c) entrar em áreas de acesso reservado (artigo 14.2.). Contudo, em boa parte dos estabelecimentos do Bairro Alto a presença de jovens de etnia cigana e AFROBPT é praticamente nula. Em espaços como o Bali Lounge Club, situado na Rua do Norte, 76, cujo *target* é uma clientela adulta-jovem (25-40 anos) de classe média-alta, ou em estabelecimentos dirigidos exclusivamente a turistas (como o Kitsch'n'Live), o direito de admissão torna-se um eficaz mecanismo de higienização social racista, elemento certamente comum na maioria dos espaços de lazer nocturno do Bairro Alto. Em geral, um AFROBPT deve cumprir duas condições de acesso não requeridas para os ESTUPT (incluindo turistas fenotipicamente negros): deve ser capaz de exibir uma certa solvência económica (visível na forma de vestir e nos seus acessórios, ou o pagamento antecipado de um *ticket*, com consumo incluído) e sobretudo uma atitude admissível (um nível muito controlado de alcoolização e de excitação). Tudo isto redunda num controlo especial sobre agentes sociais considerados externos, perigosos e susceptíveis de fiscalização, que devem demonstrar mais que os outros para aceder aos mesmos espaços. Simultaneamente, e face a este mecanismo de exclusão, os jovens e adultos-jovens AFROBPT tendem a (re)produzir essas dinâmicas de segregação socioespacial nos seus espaços, proporcionando para a sua "comunidade" espaços de encontro alternativos à "noite Erasmus", à "noite portuguesa" e à "noite turista". Em estabelecimentos como o bar Sem Nome – situado na Rua Diário de Notícias, 132 – o "branco" desconhecido (não a "branca" desconhecida) não é bem-vindo.

O Club Carib é, como já referimos, um ponto de encontro também para alguns jovens e adultos jovens AFROBPT, apesar de o direito de admissão – aplicado em termos gerais muito mais descontraidamente que noutros locais do próprio Bairro Alto – adquirir certa rigidez contra os adolescentes e jovens de etnia cigana. No entanto, alguns dos AFROBPT que conseguem entrar no Club Carib (a maioria deles são cliente mais ou menos habituais) devem assumir, mal entrem no espaço, o que poderia ser denominado "ritos de segregação" (Van Gennep, 2010), destinados a normalizar a sua presença enquanto agentes externos. Consumir uma bebida de imediato ou cumprimentar algum frequentador habitual (clientes ou funcionários) costuma ser o primeiro mecanismo que assegura a legitimidade da sua presença. Em função do nível de assiduidade é ocupada uma determinada posição hierárquica correspondendo a modalidades concretas de cumprimentos no ritual de chegada: o leve cumprimento facial ou com um movimento de cabeça ao pessoal, passando por uma breve troca de palavras com eles, até um abraço efusivo ao DJ, medeiam muitas noites no Club Carib. Essas exibições de proximidade funcionam como mecanismos de integração dirigidos ao interior do sistema social do bar, visível ao pessoal de segurança e ao resto dos clientes, legitimando assim a presença controlada do agente externo e a sua posterior liberdade de movimentos.

SITUAR-SE ADEQUADAMENTE: ESPACIALIDADES DA SEDUÇÃO

O Club Carib é um bar de tamanho médio, tendo em conta os espaços de lazer nocturno existentes no Bairro Alto. Depois de passar a entrada, alguns degraus descendentes conduzem-nos a um corredor de um metro e meio de largura, com alguns bancos e prateleiras para pousar os copos. De forma paralela a este espaço longitudinal, situa-se do lado esquerdo o balcão, com alguns outros bancos, que desemboca no espaço da pista de dança. Por cima desta, do lado contrário do balcão, encontra-se o estreito púlpito do DJ e, por trás dele,

alguns degraus que conduzem às apertadas casas-de-banho, separadas por sexo. Focalizemos a nossa atenção na pista de dança.

Uma vez legitimada e tolerada a sua presença, os AFROBPT ocupam posições periféricas em relação à disposição central da pista de dança, tendo esta a forma de um quadrado com cerca de 15 m^2, espaço que cercam a partir dos seus postos elaborando uma espécie de meio círculo. Observe-se que esta posição é a mesma que ocupam no "Erasmus Corner", "rodeando" os restantes actores sociais que, de alguma forma, também estão a "dançar" no jogo social da sedução. Esta posição periférica ganha contornos estratégicos de centralidade para quem consegue colocar-se ao lado do DJ "El Matador", a figura de maior poder na sessão da noite. Tal constitui uma continuidade no rito de legitimação da sua presença através do contacto com o pessoal. A espacialização da sua proximidade com o *staff* expressa uma assiduidade no local que gera confiança face a diferentes instâncias de interacção. Por outro lado, os ESTUPT ocupam a parte central da pista de dança ao longo da noite, além de várias posições no balcão e nos espaços com bancos. Eles são os protagonistas durante a maior parte do tempo na pista, dançando ao ritmo de diferentes canções e géneros internacionais (desde sucessos clássicos e actuais de música latina e reggaetón às canções mais populares do pop e à música de dança do momento, passado por grandes êxitos do hip hop ou R'n'B e alguns *oldies*), sempre animados pelo entusiasta DJ.

Em algumas ocasiões, os grandes *hits* – conhecidos pelas últimas gerações de jovens em todo o mundo devido a um sistema de produção e distribuição musical globalizado – são interrompidos por ritmos um pouco diferentes, marcados pela calidez e sensualidade do lento vaivém dos corpos unidos, coordenados num único ser. No Club Carib, este momento constitui um cronotopo de diferenciação rítmica e social: quando se ouve reggaetón, R'n'B e quizomba, impõe-se uma certa forma de dançar que altera substancialmente a estrutura posicional e a vantagem estratégica dos diferentes actores na pista de dança. Em geral, verifica-se um movimento dos AFROPT para posições mais centrais, sob o olhar atónito dos ESTUPT, que se retiram perante a exibição, ou mantêm-se quietos, desconhecendo a técnica corporal dessas danças. Esta obviamente não constitui uma segregação absoluta, mas antes uma tendência técnica: há grandes dançarinos destes géneros entre os ESTUPT. Esta ruptura temporal do cronotopo e a inversão de *status* que implica a entrada de novos actores no centro da pista de dança apresenta-se como fundamental nas estratégias de sedução tanto dos jovens e adultos-jovens AFROPT, como dos rapazes e raparigas ESTUPT no Club Carib. De facto, geralmente são as jovens portuguesas que pedem ao DJ que lance uma quizomba, que, apesar de passar muito poucas vezes em cada noite (duas vezes), é vivido como um momento alto da noite (tanto para os portugueses, como para as portuguesas). Quando se ouve este tipo de ritmos, são culminados alguns encontros pré-estabelecidos através de trocas não-verbais (especialmente olhares) e que tinham servido para estabelecer a legitimidade do novo *frame* a que ambos estão a ponto de aceder (Goffman, 1974: 345).

A técnica corporal usada na maior parte das ocasiões, quase exclusivamente por homens em relação a mulheres, consiste em oferecer a mão estendendo-a até ao interior da área pessoal como um convite para dançar, esperando que a mulher aceite tomando a mão. Esta irrupção relativamente inesperada é precedida por sólidos mecanismos de controlo destinados à definição prévia da ordem interrelacional circundante ("A rapariga está a estabelecer outros contactos na pista?", "Existem outros sujeitos explicitamente interessados nela?", "Ela parece suficientemente disposta a ser interpelada?") que têm como finalidade evitar o conflito e maximizar as possibilidades de aceitação quando se dê o convite: poucas vezes se verificam episódios de disputa entre AFROTP ou entre AFROTP e ESTUPT face a esta irrupção na ordem interactiva prévia, o que dá conta da consistência técnica da sua acção estratégica (Goffman, 1969: 4–8). Entre os mecanismos não-verbais adoptados pelos AFROPT para garantir a entrada consensual num novo *frame*, contam-se duas técnicas comunicativas gerais: a) a manutenção (ou a repetição) dos olhares que dirigem às raparigas e b) o posicionamento na pista e a orientação dos corpos em relação a elas. Ambas as medidas interactivas são emitidas com bastante discrição, face ao que as raparigas têm respostas não-verbais evitando ou permitindo a aproximação ou os olhares, negociando com eles no jogo da sedução, mostrando disponibilidade, desinteresse, desejo ou aberta recusa. Tudo está já preparado para que se ouça um reggaetón, um R'n'B o uma quizomba.

A CORPORALIDADE DA SEDUÇÃO

No início da música, as raparigas são convidadas repentinamente para dançar, quase sempre com a oferta da mão como explicado, cuja aceitação as introduz num espaço pessoal partilhado. Por vezes reagem com certa soltura, respondendo de imediato aos movimentos deles; noutras ocasiões simulam uma certa surpresa ao ser abordadas (esboçando um sorriso e desviando o olhar), enquanto são colocadas por eles na posição de dança. A verdade é que poucas conhecem a coreografia e os movimentos característicos da dança, pelo que a prática é sempre coordenada por eles. Na quizomba, por exemplo, a perna da rapariga situa-se entre as duas do rapaz, ambos flectindo as pernas de forma a juntar as cinturas e iniciar um movimento de vaivém e de roçar altamente lúbrico, ao som da música angolana. As mulheres ESTUPT reconhecem neste abandono à dança exótica, neste rápido e intenso diálogo entre corpos as propriedades cinéticas e as características rítmicas com que as danças africanas povoam o imaginário ocidental.

Estas experiências sensitivas e o quadro cognitivo "exótico" que acompanha a sua encenação são aproveitados por muitas raparigas para diversificar o elenco das relações esporádicas consumadas ao longo dos seus trajectos de vida. Neste sentido, manifesta-se contundentemente a informador 12 ao ser interrogada sobre se gosta de danças músicas africanas e caribenhas: "Não me vou embora de Lisboa sem foder com um negro." Acrescente que na sua cidade (Ciudad Real, Espanha) tal seria mal visto: «Lá iam criticar-me, além de que me conhecem… É melhor aqui.» De facto, segundo as nossas observações e conversas informais, muitas turistas e estudantes Erasmus aproveitam este tipo de lugares (a sua estada em Lisboa em geral, a sua noite no Club Carib em particular) para realizar o seu desejo, um prazer proibido cujo gozo nas suas residências habituais – em função de práticas segregadoras locais – seria motivo de etiquetagem social. Os jovens AFROPT têm plena consciência disso. O informador 5, moçambicano de origem, comenta: "Já sei quando uma rapariga quer dançar comigo […]. Então, espero que Adan [o DJ] ponha quizomba, pego nela e, quando nota que tenho o pénis grande, já está… beijamo-nos, agarro-a e leva-me para foder." Assim, estes ritmos – enquanto dispositivos de exotismo – funcionam como uma mediação do desejo de ambas as parte, em que se encena – e muitas vezes se consuma – o acesso a uma sexualidade proibida, que é também uma sexualidade de distinção. Voltaremos a esta questão.

Contudo, nem todos os jovens AFROTP seguem o guião pré-determinado que acabamos de esboçar. Os informadores 1 e 2 ilustram a diversificação de perfis e estratégias no Club Carib: eles preferem dançar, conversar, beber e que a noite siga o seu curso, sem elaborar cálculos excessivos. São filhos de famílias acomodadas em Luanda, capital de Angola. O informador 1 tinha um compromisso com uma rapariga de origem grega no momento da entrevista, enquanto o informador 2 regressou recentemente à sua cidade-natal para trabalhar, casando-se com uma sueca. Quando ambos eram solteiros e estudantes de um mestrado em Arquitectura e Urbanismo em Lisboa (2010, 2011 e 2012), frequentavam quase todas as noites o Club Carib para conhecer raparigas. A sua estratégia não consistia no controlo estrito da situação na pista de dança para irromper durante as músicas africanas e caribenhas, mas antes utilizando cada momento que parecesse propício para iniciar contactos de sedução, aproximando-se de alguma rapariga para dançar. Além disso, procuravam concretizar o primeiro beijo já no exterior do bar, mesmo à frente da porta, onde muitos dos amigos e conhecidos do Club Carib – bem como o caudaloso fluxo de pessoas que circulam pela Rua da Atalaia – podem apreciar o que se passa: uma conduta própria da masculinidade hegemónica, relacionada com a exibição da mulher-objecto como um troféu "conquistado", susceptível de ser exposto ao olhar de outros homens (Berger, 1972).

Seja como for, ambos os procedimentos de "girl hunting" (Grazian, 2007), desde as aproximações iniciais, passando pela negociação até à formação de um novo *frame* de interacção erótica – a dança – (ou a sua recusa), reproduzem a heteronormatividade da sexualidade nocturna e os seus padrões patriarcais: a mulher aparece como um "outro" hiperssexualizado, esquivo e misterioso, objectivo de conquista dos homens, inclusive em equipa. Face às tentativas de aproximação masculinas, a mulher deve continuar a simular uma certa indiferença (mesmo estando interessada), escalonando muito cuidadosamente as manifestações de interesse em relação aos homens que a rodeiam. O controlo social colectivo sobre o corpo da mulher chega ao extremo de, sem este trabalho de contenção, uma mulher poder ser acusada – até pelos seus amigos – de ceder com excessiva facilidade ao acesso à sua sexualidade, uma acusação inimaginável se fosse feita a um homem. Muitos destes

papéis estão em transformação, o que não impede que os indiquemos como o padrão geral de conduta nos espaços de lazer nocturno *mainstream*.

Obviamente este papéis de género (Moore, 1994) (re)produzem-se igualmente no estilo de sedução e nas estratégias dos rapazes e raparigas ESTUPT presentes no Club Carib, apesar de se caracterizar por um estilo interactivo e verbal, em geral menos corporal, directo e intrusivo: a negociação não-verbal estabelecida entre os primeiros olhares e a dança sobre as possibilidades de uma aproximação erótica maior costuma ser mais dilatada e indirecta em comparação com os rapazes AFROPT. Se estes interrompiam bruscamente – após uma negociação não-verbal – a definição da situação anterior estabelecendo novas equipas (Goffman, 1959: 105) – ao "capturar" uma rapariga para dançar levando ao extremo o contacto físico erótico (poderíamos dizer, de zero a cem) –, os ESTUPT seguem uma trajectória interactiva diferente. Sejam levadas a cabo por raparigas ou por rapazes, as aproximações eróticas durante a dança em direcção ao espaço de uso dos outros (Goffman, 1971: 52) são quase sempre muito subtis, e devem ser progressivamente conduzidas de frente ou de lado, nunca aparecendo por trás de surpresa. Tal seria interpretado como uma agressão injustificada, especialmente se se estabelece um contacto físico directo entre desconhecidos (Hall, 1966). Em todos os espaços o espaço pessoal é negociado e redefinido a qualquer momento durante a aproximação, até que – eventualmente e se ambos os actores sociais chegam a acordo – seja quebrado por um contacto directo corporal, na sequência de uma dança. De qualquer forma, as clientes ESTUPT do Club Carib deixam claro até que ponto têm consciência do seu poder decisório face às aproximações dos rapazes (tanto AFROPT como ESTUPT) dentro dos seus espaços pessoais (Goffman, 1971: 47). Assim, a informadora 8 afirma: "Se um rapaz não me agrada, directamente nem se aproxima." Sobre isto, a informadora 12 declara: "Se não é bom, viro-lhe a cara… e, se me incomodar, mando-o à merda." Um pouco mais matizadas são as informadoras 14 e 15 (ligadas à actividade científica universitária): "Dou a volta e vou-me embora", comenta I14, enquanto I15 sugere que espera para ver o que o rapaz lhe diz: "Se me agradar, deixo que fale comigo, para ver como é… Não gosto de ser brusca… Mas em princípio passo…" Assim, a apoteose dos corpos unidos a dançar e o que eventualmente deriva desse encontro erótico – e apesar do imaginário masculino heteronormativo e da perspectiva patriarcal da conquista – só tem lugar com o expresso consentimento das raparigas ESTUPT, mediado e renegociado mediante técnicas corporais não-verbais, disposições de acesso ao espaço pessoal através do olhar e obviamente recusas verbais mais ou menos subtis e engenhosas (Snow, Robinson & McCall, 1991).

Assim, as técnicas comunicativas não-verbais (olhares, corpos em movimento, cinética) servem a ambos os grupos (AFROPT e ESTUPT) como estratégias de negociação e acesso à sexualidade no quadro interactivo da noite e segundo um padrão heteronormativo de relacionamento. O desempenho particular dos jovens AFROPT durante os ritmos africanos e caribenhos – que descrevemos com particular ênfase – implica uma dimensão de poder adicional: em função das categorias raciais de perigosidade social, os AFROPT não se podem permitir atitudes demasiado insistentes sobre as raparigas, devendo concentrar a sua presença interactiva corporal entre as desconhecidas num cronotopo específico e altamente justificado (aos olhos de todos os presentes). Uma demonstração evidente desta subalternidade é o facto de a sua irrupção entre as raparigas nesses momentos especiais em que se ouvem ritmos concretos apenas é levada a cabo se existir uma distância física entre estas e os grupos de rapazes ESTUPT que também procuram estabelecer aproximações interactivas com elas. Este extremo de submissão hierárquica do jogo interactivo ao padrão racial expressa a força da marginalidade pós-colonial que se inscreve nos seus corpos, apesar de as quotas de capital económico de alguns AFROTP ultrapassem a de muitos dos ESTUPT presentes.

CONCLUSÕES

Ao longo deste artigo, apresentámos as especificidades do interior das estratégias e dos mecanismos de sedução desempenhados pelos jovens que frequentam o Club Carib, no Bairro Alto, em Lisboa. As distinções operadas entre AFROBPT e ESTUPT serviram para compreender estas estratégias em função das categorias raciais, de classe e de género que governam a (hétero)normatividade patriarcal da noite, em especial as suas expressões corporais. Para lá da constatação do papel social da música (e da dança) na configuração de identificações

culturais no quadro das sociedades metropolitanas, encontramos algo mais na nossa etnografia. A dança surge como a apoteose da comunicação não-verbal, uma dramatização ritual do jogo de acasalamento e separação que constituem a vida colectiva de qualquer sociedade, encenando as negociações existentes entre corpos que se exibem, que se recusam, que se olham de lado, que se desejam: um controlo ritualizado do acesso à sexualidade.

Como qualquer instituição social, a dança é regida por categorizações culturais, por normatizações e prescrições (o que se deve e o que não se deve fazer), mas também por transgressões continuadas que vão dando lugar progressivamente ao movimento histórico das tendências, dos estilos e das modas. Tais transgressões constituem uma estratégia de distinção de classe, incorporando gostos e práticas nos indivíduos, que redundam na expressão das diferentes camadas e grupos que acedem a um espaço social determinado. No lazer nocturno, na dança que se desenvolve dentro de um bar com música, as opções de consumo dos indivíduos (também de consumo sexual) expressão simultaneamente a sua relação com um mundo externo, que lhes oferece um modelo de posições e disposições – em termos *bourdieanos* – e a transgressão a que submetem estas mesmas categorias, com o objectivo de construir o seu "eu" social num determinado contexto, num "aqui" e num "agora".

No nosso caso particular, vimos como a música latina (reggaetón), negra (R&B e hip hop) e africana (quizomba) é utilizada por alguns actores sociais com o objectivo de evitar o controlo sobre os seus corpos. Quanto às mulheres, para eludir a vigilância sobre a sua sexualidade deixando-se "apanhar" (quando o desejam) pelos corpos proibidos dos AFROBPT, enquanto para os jovens AFROBPT serve para evitar o controlo racista sobre a sua suposta conduta perigosa "etnicizando" a oferta da sua sexualidade, de forma sempre aberta e transparente, retirando qualquer selo de conflito sob o olhar dos restantes actores sociais. Ambos os grupos reclamam assim espaços de liberdade negados pela cultura *mainstream* do lazer nocturno, mesmo que seja de forma inadvertida até por si próprios, e fazem-no tornando-se significantes enquanto actores determinados pelos seus hábitos de consumo e pelos seus fetiches: como actores distintos dentro da noite lisboeta.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto «Pest-OE/SADG/UI4067/2014», pelo Serviço de Formação de Recursos Humanos e da FCT, e tem contado com o apoio do CESNOVA-FCSH/UNL e ISCTE-IUL.

BIBLIOGRAFIA

Bartkowiak-Theron, I. y Robyn Sappey, J. (2012). The methodological identity of shadowing in social science research. *Qualitative Research Journal*, 12(1): 7-16.

Berger, J. (1972). *Ways of Seeing*. London: Penguin Modern Classics.

Bourdieu, P. y Wacquant, L. (1992). *An Invitation to Reflexive Sociology*. Chicago: The University of Chicago Press.

Boyd, J. L. (2008). Dancing out of place : geographies of performance and Vancouver's independent nightlife. PhD Thesis. University of British Columbia, Vancouver. En https://circle.ubc.ca/handle/2429/2280. Accedido el 26 de Abril de 2014.

Chatterton, P. y Hollands, R. (2003). *Urban Nightscapes. Youth Cultures, Pleasure Spaces and Corporate Power*. London-New York: Routledge.

Chatterton, P.; Hollands, R.; Byrnes, B. y Read, C. (2002). *The London of the North? Youth cultures, urban change and nightlife in Leeds, Case Study Report*. Newcastle: Centre for Urban and Regional Development

Studies, University of Newcastle.

Czarniawska-Joerges, B. (2007). *Shadowing and Other Techniques for Doing Fieldwork in Modern Societies*. Copenhaghen: Liber AB.

Davis, F. (2004). *La Comunicación no Verbal*. Madrid: Alianza Editorial.

Feixa, C. y Nofre, J.(2012). Youth Subcultures. En *Sociopedia.,* Klandermans, B., Ed. London: Routledge.

Goffman, E. (1959). *The Presentation of Self in Everyday Life.* Edinburgh: University of Edinburgh Social Sciences Research Centre & Anchor Books edition.

Goffman, E. (1969) *Strategic Interaction.* Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

Goffman, E. (1971). *Relations in Public: Microstudies of the Public Order*. New York: Basic Books.

Goffman, E. (1974). *Frame Analysis. An essay on the Organization of Experience.* Cambridge: Harvard University Press.

Grazian, D. (2007). Girl Hunt. *Symbolic Interaction,* 30(1): 222-243.

Hall, E. T. (1966). *The Hidden Dimension*. New York: Anchor Books.

Hannerz, U. (1980). *Exploring the City: Inquieres Toward an Urban Anthropology.* New York: University of Columbia Press.

Hubbard, P. (2008). Here, There, Everywhere: The Ubiquitous Geographies of Heteronormativity. *Geography Compass*, 2: 640–658.

Le Breton, D. (2004). *L'Interactionnisme Symbolique*. Paris: Presses Universitaires de France (PUF). Paris.

Lee, R. M. (2000). *Unobstrusive Methods in Social Research*. Philadelphia: Open University Press.

Malet Calvo, D. (2013). Procesos de Revalorización Patrimonial en el Barrio de Alfama: El Papel de los Estudiantes Erasmus en la Tematización de la Ciudad. *Etnográfica*, 17 (1): 31-50.

Malnig, J. (Ed.) (2008). *Ballroom, Boogie, Shimmy Sham, Shake: A Social and Popular Dance Reader*. Chicago: University of Illinois Press.

Matthews, S.; Detwiler, J. y Burton, L. (2005). Geo-ethnography: Coupling Geographic Information Analysis Techniques with Ethnographic Methods in Urban Research. *Cartographica: The International Journal for Geographic Information and Geovisualization*, 40 (4): 75-90.

Mitchell, J. C. (1987). The Situational Perspective. En *Cities, Society, and Social Perception.* Oxford: Clarendon Press, pp.1-33.

Moore, H-L. (1994). *A Passion for Difference*.Bloomington: Indiana University Press.

Nahoun-Grappe, V. (1991). Le Temps de la Pause: Boire un Coup. *Société*, 31: 53-56.

Nofre, J. y Velasco, M. (En preparación) Beyond lesbian nightlife: Challenging the (re)production of patriarchal heteronormativity in the neoliberal Barcelona.

Nofre, J. (2013). Vintage Nightlife: Gentrifying Lisbon Downtown. *Fennia: International Journal of Geography*, 191 (2): 106–121.

Nofre, J. (2009). L'Agenda Cultural Oculta. Una Deconstrucció de l'Oci Nocturn de Barcelona i els seus Suburbis. Department of Human Geography, University of Barcelona.

Pétonnet, C. (1982). L´Observation Flottante. L'Exemple d'un Cimetière Parisien. *L´Homme*, 22(4): 37-47.

Simmel, G. (1986 [1903]). Las Grandes Urbes y la Vida del Espíritu. En *El Individuo y la Libertad.* Barcelona: Editorial Península.

Snow, D. A.; Robinson, C. y McCall, P. L. (1991). "Cooling Out" Men in Singles Bars and Nightclubs: Observations on the Interpersonal Survival Strategies of Women in Public Places. *Journal of Contemporary Ethnography*, 19: 423-449.

Van Gennep, A. (2010 [1909]). *The Rites of Passage*. London: Routledge.

Webb, E. J.; Campbell, D. T.; Schwarts, R. D. y Sechrest, L. (2001). *Unobtrusive Measures: Nonreactive Research in Social Sciences.* Chicago: Rand McNally.

Whyte, W. H. (1980). *The Social Life of Small Urban Spaces.* Washington D.F.: The Conservation Foundation.

Willis, P. (1990). *Common Cultures*. Boulder: Westview Press.

Wolf, M. (1982). *Sociologías de la Vida Cotidiana*. Madrid: Cátedra.

Wyne, D. y O'Connor, J. (1998). Consumption and the postmodern city. *Urban Studies*, 35 (5-6): 841-64.

"A poética *rap* de Kamau e a contemporânea negritude brasileira. Uma reflexão sociológica acerca da canção "(Eu quero) Mais"

Christian Ribeiro[1]

"Quero ser escutado, muito mais que ouvido". (KAMAU, faixa: 08, 2012)

Resumo: O artigo tem por objetivo desenvolver reflexão sociológica acerca da obra rap desenvolvida por Kamau, em especial com a canção "[Eu quero] Mais", por esta manifestar influência direta na constituição de um novo processo reivindicatório, exercido pela "jovem geração do rap paulista" a partir de meados dos anos 2000. Processo este que acaba por expor uma radicalização dos jovens sujeitos urbanos - em sua maioria negros - socialmente marginalizados em relação a sua condição cidadã, quando utilizam o rap como *práxis* política para além do discurso e demandas tradicionalmente defendidas pelos movimentos sociais negros mais tradicionais. O que acaba por estabelecer a elaboração de um discurso contemporâneo, não usual, com novo[s] significado[s] e potencialidade[s] para à denominada negritude brasileira.

Palavras-chave: Kamau, negritude brasileira, *rap*, movimentos sociais negros, movimento *hip hop* brasileiro.

1. A poética precisa de Kamau. Uma nova face do *rap* brasileiro?

O *rapper* Kamau[2], é senhor de uma das carreiras mais significativas e importantes dentro do movimento *hip hop* brasileiro. Carreira esta constituída de acordo com o princípio em não trair seu compromisso artístico-ideológico com o *hip hop*, para assim torna real seu objetivo de utilizar sua arte enquanto instrumento de transformação social.

Sem alarde ou estardalhaço, muitas vezes ignorado – quando não, incompreendido – Kamau, se faz artista com total noção da sua música enquanto produto de consumo, sem entender que esta realidade represente sua venda ao "sistema", mas maneira de fazer sua

Assumir e ter consciência do *rap* enquanto um produto para ser consumido, não significa para ele que um artista deva moldar seus princípios, ou ideais, de acordo aos interesses do "Deus mercado", para atingir um maior número de vendas. Kamau foi um dos primeiros *rappers* a ter essa consciência, que hoje se faz comum

---

1 Sociólogo, bacharel com licenciatura plena em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1999), mestre em Urbanismo (Gestão Urbana) pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2006), estudioso das temáticas afro-brasileiras, em especial das relações sobre movimentos sociais de juventude; urbanidade; cidadania e negritude. Professor, na área de Humanas, da rede pública do estado de São Paulo/Br. Email: christianribeiro@outlook.com, GT31b "Música, identidades e paisagens sonoras"

2 Nome artístico de Marcos Vinícius Silva. Carreira iniciada, aos 27 anos, como integrante do grupo "Conseqüência", quando a denominada "geração Racionais" – segunda leva do rap nacional – já estava em plena atividade, consolidada enquanto sendo o referencial artístico e político que caracterizaria o – crítico – rap paulista e nacional, por toda década de 1990 até meados dos anos 2000. O que fez com que Kamau fosse membro de uma geração já constituída artística e ideologicamente, levando-o buscar a construção de um discurso próprio, diferenciado em seu conteúdo e estética em relação ao estilo e postura de seus contemporâneos. Assim constituindo um estilo poético para além dos padrões estéticos vigentes a época, estabelecendo um conjunto artístico respeitado entre os seus, mesmo que longe de um maior reconhecimento popular, mas que só se faria notar em sua influência e significado a partir do uso desta – enquanto referencial artístico e ideológico – para a "nova geração do rap", a partir da metade final da primeira década dos anos 2000.

a nova geração do *rap*, apesar das críticas dos setores mais intransigentes, "puristas" do movimento *hip hop*, que temem a transformação de seu gênero musical em mais um produto *pop* descartável, alienado, cooptado e assimilado pelo "sistema".

> Sinto que trilhei o caminho certo e várias pessoas cruzaram esse meu caminho. Fico orgulhoso dos que pude acompanhar de perto e agradeço os que tomam minha caminhada e meu *modus operandi* como parâmetro. (KAMAU, 2012c)

Em relação direta com a obra do pioneiro *rapper* Thaíde[3] suas letras são constituídas por métricas que não utilizam palavrão, optando por um discurso contundente, sagaz, mas que se faça notar pela sua capacidade de verbalização, um *flow*[4]rimado e preciso em qualidade poética, ao apresentar seus conceitos e considerações. O universo social a ser "cantado em prosa e verso" em sua obra, são as ruas paulistanas, com suas periferias, as "quebradas"[5], locais de encontros e desencontros, de construção de novas relações e potencialidades sociais.
Suas composições se fazem em primeira pessoa, enquanto texto opinativo crítico, para assim fazer contextualizar, interagir e buscar efetiva transformação da realidade – mundo ao qual se encontra inserido. Opta, preferencialmente, em caracterizar suas canções enquanto baseadas em fatos reais, em observações ou [re]interpretações próprias e não em acontecimentos imaginários ou de terceiros.

> Eu acho que o melhor jeito de nos conectar a outras pessoas é sermos nós mesmos(...) E geralmente é assim que escrevo. Acho que é como meus versos soam melhor. (KAMAU, 2012d)

Os cotidianos característicos de uma grande cidade se faz presente na obra de Kamau, o seu cantar acerca das "coisas" de sua metrópole, como os "bailes *blacks*", o "role"[6]com os amigos, os encontros e desencontros amorosos, sem deixar de problematizar e questionar as mazelas sociais que nela se manifestam.
É a partir destas características que sua obra (KAMAU, 2012a, 2012b, 2012c, 2012d)passa constituir contumaz crítica ao racismo brasileiro, com ênfase no [re]trabalhar a questão do orgulho, da auto-valoração cultural e da negritude das populações afrobrasileiras. (ARAÚJO, 2006; CONTINS, 2008; MOURA & BARRETO (et al), 2002).
Assim [re]configurando novas formas e espaços de [con]vivência, dessa forma gerando um discurso tão

---

3 Nome artístico de Altair Gonçalves, que em parceria com DJ Hum, nome artístico de Humberto Martins formaram a dupla "Thaíde & DJ Hum", principal representante da primeira geração de rap no Brasil, desenvolvendo canções de protesto social e conscientização – valorização afrobrasileira – optando pela não utilização de palavrões para fazer uma composição mais "forte", radical ou "verdadeira".

4 Em tradução literal significa ato, ação de fluir, escorrer. Relacionado ao universo hip hop, refere-se ao estilo declamatório característico de cada rapper, buscando sempre a melhor dicção e pronuncia para fazer valer o seu discurso. Um bom flow deve se fazer sentir em poética e ritmo, sem a necessidade de arranjos ou suportes musicais, servindo enquanto "cartão de visitas" que atesta a qualidade e originalidade do cantor/declamador, em meio ao vasto e competitivo universo rap nacional.

5 Território (área urbana) geralmente mal dividido e organizado geograficamente com precária estrutura urbanística. Representando assim um tecido urbano incompleto, não terminado, fraturado, dando origem a expressão comum ao movimento hip hop de se referir a estes – seus espaços de (con)vivência urbana – enquanto "quebrada", demonstrando, mesmo que – aparentemente - de maneira lúdica, um questionar e não aceitar ante a precariedade em que se encontram alojados territorialmente em meio a pólis. (RIBEIRO, 2006)

6 to de circular, andar, geralmente em grupo pelos espaços de vivências urbanas de uma pólis, fazendo com que a mesma – forçosamente – visualize, perceba e (re)conheça à existência de determinados sujeitos sociais, que são cotidianamente ignorados em sua existência cidadã. Uma forma lúdica de contestação - não necessariamente consciente - ante as normalidades sociais vigentes, em que se atesta às diferentes formas e maneiras de se usar, viver e sentir uma cidade.

político e articulado quanto o de seus predecessores, mas com nova postura artística e estética.
Dessa forma, ao fazer valer suas reivindicações para além do que fora proposto e obtido pelas gerações anteriores do movimento *hip hop*, em específico, e dos movimentos negros, em geral, Kamau constituí nova vertente ao *rap* nacional, alargando o discurso perpetrado até então.
Em sintonia com as percepções e reivindicações de uma nova geração que começava à se fazer consciente de sua condição de subcidadania – mesmo perante os significativos avanços sociais obtidos nas últimas (duas) décadas – para assim buscar transformar o mundo de acordo as suas vontades e necessidades.
O que justifica a sua busca em (re)construir o discurso *rap* anterior, para à partir daí produzir seu próprio discurso identitário e político.
Para se situar, se posicionar artisticamente em relação aos - infinitos - cotidianos urbanos que se multiplicam, contestam e caracterizam a vida em sociedade.
Esta característica de sua obra é, portanto, o que faz com que a mesma seja, concomitantemente local e universal, pois quando problematiza a questão racial-social a partir de seus processos cotidianos de (con) vivências sociais em sua localidade urbana, a cidade de São Paulo, Kamau acaba por questionar a própria realidade social brasileira.

2. A canção "(Eu quero) Mais!". O retrabalhar artístico ideológico de Kamau sobre a negritude brasileira.[7]

Ao fazer valer suas reivindicações para além do que fora proposto e obtido pelas gerações anteriores, Kamau define nova possibilidade de alcance ao discurso *rap*[8].
Nesse sentido "(Eu quero) Mais", simboliza uma radicalização na postura política e militante do *rap* nacional, ao enfatizar a necessidade de se aprofundar as conquistas sociais obtidas, sem deixar de estar atento a novas possibilidades de reivindicações, ou de demandas, que possam se fazer manifestar.
Sempre buscando mais – direitos e, melhores oportunidades - para assim colocar em xeque o conservadorismo e a exclusão social típicos da sociedade brasileira (ARAÚJO, 2006; AZEVEDO, 2008; IANNI, 1987; MOURA, 2003, 1990; NASCIMENTO, 1978; SCHWARCZ , 2012; SOUZA, 2012; WELLER, 2011). Em sintonia com as percepções e reivindicações da nova geração negra que buscava transformar o mundo de acordo com as suas vontades e necessidades.
Kamau, nesse sentido, se faz representar enquanto aquele que canta as coisas de seu povo, que combate, através da arte, as mazelas, os perigos e dissabores que afligem ou atingem aos seus. Com um discurso socialmente

---

7 Para melhor entendimento da discussão que aqui se fará desenvolver, devemos ressaltar que o artigo têm por premissa, teorizar acerca da realidade política e social brasileira, através dos versos da canção "(Eu quero) Mais" de Kamau. Nossa análise sociológica não se dá de maneira definitiva, em vista que aponta processo em construção de nova forma de reivindicação – contestação política, que perpassa o movimento hip hop contemporâneo, em sintonia com os processos de auto representação (valorativa) étnica racial, desenvolvido pelas populações afrodescendentes no Brasil. Desse modo sinalizando para à ocorrência de contemporânea negritude no país.

8 O rap para Kamau é o meio de se manter conectado as suas culturas (sociais, religiosas) ancestrais africanas, assim contribuindo para sua preservação, ao mesmo tempo que as reutiliza para construção de sua contemporânea expressão artística. Nesse sentido o rap é interpretado enquanto resultado da "cultura do tambor", expressões musicais de origem africanas que se realizam a partir do(s) toque(s) de percussão, representando a transformação e percepção do mundo através do movimento do tambor. Pois quando este toca, o mundo gira de acordo com os movimentos do(s) sujeito(s) que se encontram submetidos ao seu ritmo. Por isso, várias das expressões musicais brasileiras, como o samba, a batucada, o jongo, a umbigada, a
pernada, o maracatu, o mangue beat, além de outras expressões musicais de origem afro, que vieram se amalgamar nas Américas, em conseqüência da "diáspora africana", tal qual – dentre outras – o blues, a salsa, a rumba, e o rock and roll, possuem sentido, tanto social – cultural, quanto religioso, ao possibilitar aos seus sujeitos constituintes recodificar as formas de se interagir e modificar o mundo em que se encontram.

crítico e consciente, compromissado com o destino daqueles aos quais se identifica, sem se deixar levar por dogmatismos ou discursos vazios. Dessa maneira, não questionando o "*staus quo*" conservador e racista brasileiro, pelo ato de questionar em si, mas para confrontá-lo visando sua superação. Sendo por isso sua obra, podendo ser interpretada enquanto arte engajada, sem ser dogmática ou nilista.

O que possibilita, por este recorte, que na canção "(Eu quero) Mais!" (KAMAU, 2012a, 2012b), acreditarmos que o *rapper* sintetize sua mais significativa contribuição em fazer frente ao racismo brasileiro, ao retrabalhar os próprios limites do *hip hop* nacional. Ao apresentar novas possibilidades de se posicionar contra a questão racial brasileira, para além do discurso crítico consolidado pela "geração Racionais MC's"[9] .

Nesta composição, se faz notar uma diferença sutil, mas fundamental para começar problematizar a especificidade presente na obra *rapper* de Kamau, ante sua postura em reconhecer todo o conjunto de transformações sociais obtidas pelos movimentos negros no Brasil, com participação direta ou indireta do *hip hop* nacional. Sem deixar de apontar a necessidade de, a partir destas conquistas, objetivar e buscar o "algo" a mais, aquilo que ainda falta[10].

O que, por este recorte, se explica o fato da canção ser iniciada através da enumeração de toda uma série de conquistas, sociais e políticas, obtidas pelas populações negras nas últimas duas décadas.

Sendo que a cada final de verso é gritado o epíteto "(Eu quero)Mais!". Não enquanto negativa "pura e simples", mas justificada enquanto postura de realçar, enfatizar o seu não contentamento, seu inconformismo ante aquilo já se fez conquistar e que, portanto, esta posto.

Desse modo não se deixando tornar "cego", quando não insensível, ante as mazelas que ainda se manifestam em meio à sociedade brasileira. Estabelecendo um diálogo direto com as gerações anteriores do *hip hop*, e dos movimentos negros em geral.

Ao mesmo tempo em que se louva o esforço e os méritos daqueles que vieram antes dele (KAMAU, 2014c), Kamau reconhece as agruras e dificuldades que tiveram de ser suplantadas para a realização de suas metas, mas deixando o aviso de que para ele, e sua geração, isso é "pouco", diante do que ainda falta para ser conquistado, pelos socialmente marginalizados.

> "Eu quero mais que um feriado e cota na faculdade
> Quero dignidade, mais oportunidade
> Quero mais liberdade, muito mais que abolição
> Eu quero mais que um presidente só, eu quero uma nação
> Quero minha fração, muito mais que migalhas
> Quero mais que medalha, muito mais que integração
> Mais que ser chamado pelo termo mais correto

---

9 Alusão ao principal grupo de rap brasileiro, "Os Racionais MC's" - constituído na cidade de São Paulo, no ano de 1988, pelos rappers Edy Rock (nome artístico de Adivaldo Pereira Alves), Ice Blue (nome artístico de Paulo Eduardo Salvador), Mano Brow (nome artístico de Pedro Paulo), e o dj KL Jay (nome artístico de Kleber Geraldo Lelis Simões) - que por sua importância, significado e influência, acabou por nominar o conjunto artístico – poético da segunda geração do rap nacional. Radicalizando a politização das letras raps, inserindo a questão da violência urbana, do racismo, da valorização (histórica-social) e auto – estima das populações afrobrasileiras ao universo musical do hip hop nacional. Constituindo uma nova vertente artística (estética e ideológica) rap, que acabaria por inserir não só o grupo, mas o próprio movimento hip hop em si, ao campo intelectual e político nacional, enquanto formadores de opinião e consciência crítica acerca dos históricos processos de exclusão e discriminação, característicos, da sociedade brasileira.

10 Um ano antes do início das chamadas "manifestações de ruas de 2013", conjunto de manifestações em que ficou nítido o descontentamento e insatisfação de vários segmentos populacionais – organizados ou não – em relação ás práticas políticas, em geral, exercidas de forma tradicional ou paternalistas, pelos governos e representações políticas formais [institucionalizadas], como os partidos políticos e sindicatos. Sobre este processo histórico em específico, sugerimos leitura da obra "Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo" (2014), de autoria por GOHN, Maria da Glória.

Quero o justo, quero o certo pro meu filho, pro meu neto
'Pra' contar minha história, eu quero muito mais que um mês
Quero meu povo ressarcido por tudo que fez
Não quero mais inimigos
Mas não tô afim de achar que tá bom assim se forem legais comigo
Eu quero mais que uma protagonista,
Ou escolher a mais bonita, "pra" ser capa da revista
Rainha da bateria ou destaque no carnaval
Quero respeito aos meus iguais em tempo integral
Eu quero mais"[11]. (KAMAU, faixa 08: 2012b)

Desse modo se faz notar ao ouvinte o não aceite de Kamau, ante a postura de que aquilo que "esta feito, feito esta", tornando-se normativo, dando a impressão de que o limite já se fez chegar e, portanto, que o máximo já foi atingido. Por isso a postura de não aceitar, o que está posto enquanto definitivo, de alargar o limite daquilo que existe é a premissa, a essência do movimento *hip hop* que se vê manifesta na atitude artística de Kamau. "Eu quero (Mais)", se faz enquanto libelo musical em que o *rapper* manifesta à necessidade de se ir além. É um chamado para que tanto o(s) movimento(s) negro(s), quanto o *hip hop* em si, não se acomodem ou se iludam ante aquilo que se fez, mas que se radicalize e aprofunde os efeitos sociais destas conquistas, para que a partir daí estas se multipliquem e se desenvolvam mais e mais.[12]

Assim fazendo com que as demandas que cotidianamente atingem as populações socialmente marginalizadas, se vejam atendidas. Acarretando no aprofundamento social e
cidadã destas, alargando e democratizando os processos – relações de (con)vivências urbanas em toda as suas diversidades e possibilidades, formulando e elaborando novos espaços de sociabilidades de todos para todos, que rompam com a produção e perpetuação de exclusões e segregações cidadãs, enquanto base primordial da sociedade brasileira.

O que se evidencia na segunda parte da canção, quando esta enfoca um olhar crítico referente a sua própria arte enquanto instrumento de contestação e transformação social. Reafirmando sua música enquanto muito mais do que meio para se conquistar fama e sucesso (KAMAU, 2012a, 2012b, 2012c, 2012d, 2008).

"Eu quero mais que *show* lotado, mais que *cds* vendido
Quero ser escutado, muito mais que ouvido
Mais que ter o *flow* mais cabuloso, mais que ser famoso
Eu quero meu trabalho mais reconhecido
Quero fazer valer cada momento

---

11 No primeiro verso da canção, Kamau, ao enfatizar que não basta se contentar ao que já se fez conquistar, enuncia uma série de propostas – respeito e cumprimento aos plenos direitos cidadãos das populações negras no Brasil; ressarcimento as populações afrobrasileiras, enquanto processo de reparação histórica e social; denunciar a subcidadania negra enquanto exemplo da incompletude do Brasil enquanto nação – que acredita deveriam se fazer, enquanto novas metas a serem objetivadas, ou mais desenvolvidas, pelos movimentos sociais negros contemporâneos.

12 a óptica de Kamau, o comodismo se revela em "(Eu quero) Mais" enquanto elemento político alienante e conservador, pois gera práxis que acabam por tornar nulas, ou imperceptíveis, os processos de resistência ante aos processos de desigualdades ou de tensões sociais. Dando a ilusão de "normalidade harmoniosa" as –conflitantes – relações de convivência social dos diferentes sujeitos e seus respectivos grupos identitários, por vezes subdivididos entre si, que acabam por formar e caracterizar uma sociedade em toda(s) à(s) sua(s) diferença(s), diversidade(s) e complexidade(s). Por isso, o sujeito deve manter postura crítica, consciente de sua condição realidade – mundo, para desse modo não se acomodar, evitando sua alienação e o tornar-se enquanto elemento de perpetuação ao sistema que se propõem contribuir, para sua alteração ou superação.

Cada sentimento que se transformou em código binário
Fazer por merecer cada centavo do honorário
E cada cumprimento ao longo do intinerário
Eu quero muito mais que o som batendo no falante da balada
Mais do que ter o *hit* do instante, mais que entrevistas
Mais que citações [do quê] do meu nome na lista de prêmios e indicações
Quero abrir caminhos para que haja continuação
Ser forte o bastante para que haja outra geração
Não vim fazer barulho [não?!] simples assim, vim fazer música
E quem gosta faz barulho 'pra'mim
Eu quero mais" (IDEM, IBIDEM 08: 2012b)

Para Kamau, aceitar o que se apresenta enquanto tal, sem problematizá-lo e questioná-lo em seu alcance e significado para a geração atual, significa uma falta de compromisso histórico e ideológico com aqueles que vieram antes dele e a possibilidade de fazer acontecer com que o "sistema racista e discriminatório" (CONTINS, 2005; IANNI (et al) 2005; MOURA, 2003, 1990; MOORE, 2010; NASCIMENTO, 1982, 1978; SCHWARCZ, 2012, SOUZA, 2012) em que estamos inseridos se perpetue, se consolide cada vez mais.
Ou seja, o seu "eu quero é mais" representa a constante necessidade do movimento *hip hop* em se manter alerta e atualizado ante as demandas, vontades e percepções dos sujeitos sociais aos quais representa. Uma lembrança constante para que este não esqueça, que apesar de todos os avanços sociais e econômicos obtidos pelas populações economicamente mais carentes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012), ainda falta muito para se conquistar[13].

Sendo por isso que o processo reivindicatório *rap* não pode se dar por satisfeito, sob o risco de se acabar perpetuando, quando não atestando, o "sistema" de exclusão ao qual tanto se opõem. Por este aspecto, pode a obra de Kamau ser interpretada enquanto um referencial que demarca o momento de inflexão do *rap* nacional para esta nova postura artística de exercício crítico, de nova consciência política que se faria constituir dali por diante, em especial através da "nova geração do *rap* paulista".
Além de – indiretamente – atestar a condição do *hip hop*, enquanto movimento social de inserção direta aos cotidianos das populações negras urbanas mais marginalizadas, em especial a verbalização das percepções sociais e culturais das suas populações juvenis (LINDOLFO FILHO, 2002; PARDUE, 2008; RIBEIRO, 2006, 2010; WELLER, 2011).
Por sua vez, a terceira parte da música, se baseia na contraposição aos valores típicos de uma vida "normal", tipicamente burguesa – estabilidade de emprego, uma vida ordinária (comum) e planejada – ao ressaltar sua opção em viver a vida, fora destas regras de sociabilidade mais tradicionais.
Para assim reafirmar o compromisso individual e coletivo de fazer valer os seus próprios conceitos, através de sua arte, enquanto exemplo concreto daquilo que apregoa. Elaborando uma dicotomia entre os valores postos e aqueles enunciados por Kamau, enquanto novas metas, objetivos a ser atingidas, além da normalidade – conservadora e alienante – já estabelecida.

"Eu quero mais que benefícios e registro na carteira
Mais que aposentar com 35 de carreira
Se a vida é passageira então deixe-me conduzi-lá

13 Realidade econômica e social que originou o conceito de "ralé estrutural", desenvolvido pelo sociólogo Jessé Souza para criticamente - mesmo reconhecendo, e enaltecendo os avanços econômicos das últimas décadas no Brasil - destacar e contradizer a manutenção de exclusão cidadã, dos direitos sociais e humanos mais básicos e fundamentais, as parcelas (historicamente) mais marginalizadas e discriminadas na sociedade brasileira. Acabando por demonstrar o quanto ainda se falta para nossa completude enquanto nação e da efetiva incorporação deste conjunto de pessoas socialmente marginalizadas às estruturas formais das relações políticas, econômicas e sociais nacionais.

Fazendo a minha maneira, sem ter que esperar na fila
Quero muito mais que um diploma na parede
Tenho sede, tenho fome de conhecimento em massa
Fama passa, reconhecimento fica
Histórias são contadas, mas quem as fez é quem melhor explica
Mais que fundamental, médio e superior
Quero fazer valer, quero ter meu valor
Quero poder dizer que a vida teve sentido
Quando o nome for chamado para o descanso merecido
Quero aprender bem mais do que me arrepender,
Cobiça não é ambição, bem fácil (para entender)
Quero ser o melhor que eu puder 'pros' meus
Se isso é pedir demais, depois me acerto com Deus!
Eu quero é mais!" (KAMAU, faixa 08: 2012b)

Kamau, ao desenvolver uma nova postura *rapper*, apontando outros caminhos e possibilidades para se exercer crítica a questão racial – social brasileira, por um viés além daqueles já consolidados em meio ao universo *hip hop* brasileiro[14], acaba por atestar a ocorrência de uma negritude brasileira contemporânea que faz valer a consciência de sua origem, respeitando a importância histórica e política daqueles que a procederam, mas sem deixar se condicionar por isso. Negritude[15]que opta em construir o seu próprio histórico de reivindicações e conquistas, com suas próprias premissas e especificidades, dando seqüência, continuidade aos processos de resistência ao racismo brasileiro.

Realidade que se faz retratar nos versos de "(Eu quero) Mais", ao se fazer evidenciar o existir de uma parcela da população brasileira que cada vez mais se articula em prol de seus direitos, tornando-se ciente de sua força e importância política, realizando alteridade ao típico racismo (não declarado) e conservadorismo da sociedade brasileira.

De maneira geral, os versos da canção fazem por ecoar a *práxis* da negritude, por si só, enquanto força política questionadora e socialmente transformadora, enquanto representação política específica, autônoma e independente.

Não se fazendo necessariamente atrelada á outros conceitos e exercícios políticos para se fazer atuante politicamente. Uma forma de exercício político, que se manifesta através de expressões artísticas, que acabam por delimitar e caracterizar a originalidade e especificidade de obras, como a poética *rap* de Kamau.

O que faz com que esta se destaque mesmo entre seus pares de geração, e que acima de tudo faça manter sua

---

14 Sendo a crítica, realizada no sentido da homogeneização, direcionada para além do próprio movimento hip hop, em especial aos setores intelectuais e culturais que balizavam que todo artista rap "autêntico" deveria se dar nos moldes dos "Racionais MC's". O que fez com que representantes do rap daquela época, por terem um estilo artístico diferenciado da maioria, não obtiveram o devido reconhecimento por suas obras, tais como "Posse Mente Zulu", "Z'África Brasil", Somos Nós a Justiça", "GOG", "Faces do Subúrbio", "Câmbio Negro", dentre outros...

15 Para melhor entendimento acerca dos diferentes conceitos – por vezes conflitantes, quando não contraditórios – que podem ser utilizados para se buscar definir a negritude, indicamos as obras "Reflexões sobre o racismo" (1960) de autoria por SARTRE, Jean-Paul; "Entre campos: nações, cultura e o fascínio da raça" (2007) e "O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência" (2001), de autoria por GILROY, Paul; "Da diáspora: identidades e mediações culturais" (2009), de autoria por HALL, Stuart; "As duas faces do gueto" (2008), de autoria por WACQUANT, Loïc, para uma discussão direcionada à realidade brasileira, sugerimos as obras "Bantos, malês e identidade negra" (1988), de autoria por LOPES, Nei; "A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no quotidiano brasileiro" (2010), de autoria por MOORE, Carlos; "Negritude. Usos e sentidos", de autoria por MUNANGA, Kabengele; "O negro revoltado" (1982) e "O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado." (1978), de autoria por NASCIMENTO, Abdias do; "Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira." (2012), de autoria por SCHWARCZ, Lilia Moritz.

independência enquanto artista, plenamente consciente de suaimportância e significado artístico[16]. Sem se considerar mais importante que sua própria obra, ou de que seu público.

> O *rap* fala "pra" muitos e por muitos. Acho que cada um pode ser um líder, um revolucionário e um militante. Mas tudo isso vai da pessoa que é, em primeiro lugar, alguém igual a nós. (KAMAU, 2012d)

3. Considerações finais: "Consciência é prática diária"[17]

Kamau é um dos artistas mais subestimados do *hip hop* nacional – com um reconhecimento aquém do merecido, pela significância e originalidade de sua obra – mas figura fundamental para à constituição de uma nova geração do *rap* brasileiro. Seu *rap* é arte engajada sem ser dogmática. Radical em seus objetivos de se constituir enquanto alteridade aos processos sociais excludentes de nossa sociedade, assumindo compromisso junto aos seus de tornar o impossível enquanto cotidiano.

São artistas como estes, conscientes e orgulhosos de sua obra, que acabam por demonstrar que o *hip hop* continua, em pleno período de hegemonia do *funk* ostentação[18], a voz social contestadora de origem urbana periférica.

Ao mesmo tempo em que destaca sua obra, enquanto fundamental para se buscar entender este processo – ainda em construção - de novo reivindicar político negro no Brasil, Kamau ao fazer valer suas reivindicações para além do que fora proposto e obtido pelas gerações anteriores do movimento *hip hop* – em especifico – e dos movimentos negros – em geral – faz por constituir, um viés no *rap* nacional em sintonia com as percepções e reivindicações mais contemporâneas.

O que explica sua postura em reconstruir o discurso *rap* anterior para, a partir daí, produzir seu próprio discurso identitário e político.

Kamau, através de sua postura artística (ideológica), acabe por defender com que o *rap*, ao alargar seus objetivos e reivindicações, não se torne inerte, refém de suas próprias

conquistas e, assim, incapaz de exercer seu discurso crítico e transformador da realidade mundo, em meio aos infinitos cotidianos que caracterizam e formam uma sociedade em toda sua complexidade e diversidade.

Para desse modo, o *hip hop* não deixar de representar a contento os anseios e os interesses dos socialmente excluídos[19], dos sujeitos sociais que o formam, constituem e caracterizam enquanto movimento social.

---

16 O que fica demonstrado na escolha do nome de seu segundo álbum, a mixtape – conjunto de canções produzidas em estúdio e lançadas de maneira independente – intitulada "Non Ducor Duco", expressão em latim cujo significado "Não sou conduzido, conduzo!", se faz bordar na bandeira da cidade de São Paulo. O que reafirma o seu pertencimento, e os laços afetivos, a sua cidade – sua aldeia mundo – ao mesmo tempo em que exemplifica á plenitude artística independente e diferenciada que possuí acerca da sua produção rap.

17 Frase retirada de entrevista realizada ao blog de cultura alternativa "FRANCAMENTE", em 20/11/2014, no momento em que respondia questão referente ao significado do "Dia da Consciência Negra", enfatizando seu compromisso em manter vivo, através da "luta", o ideário anti racista e de igualdade representado através da figura do líder quilombola, ícone do(s) movimento(s) negro(s) brasileiros, Zumbi dos Palmares.

18 Não estamos com isso criticando, ou negando o valor artístico e a importância cultural e social do funk paulista, mas apenas demarcando a predominância de uma – aparente - valorização ao consumo de bens materiais, como exemplo de sucesso ou satisfação pessoal. O que num primeiro momento se faz enquanto choque com a vertente mais politizada do rap nacional, por refletir e expressar fielmente os valores individuais e consumistas que se fazem presentes em nossa contemporaneidade.

19 Processo de exclusão social, que pode ser interpretado enquanto resultado das relações de privilégio e poder estamentais que estão na base dos processos discriminatórios brasileiros de cunho sócio – raciais. Ações discriminatórias cotidianas que se viram radicalizar em seu alcance e potencialidades, à partir da implementação do modelo de capitalismo tardio (periférico), o que acabou por sedimentar a nossa incompletude enquanto nação, tornando cidadania e direitos enquanto privilégios de poucos. Em geral dos conjuntos dirigentes políticos e econômicos, em detrimento dos interesses da maioria da população.

O que acaba por demonstrar, apesar de todas as suas contradições e conflitos internos, o *hip hop* "vivo", atuante em se fazer mantenedor de sua premissa em "desafinar o coro dos contentes", de continuar a questionar a ordem vigente em sua busca, pela construção de uma sociedade efetivamente mais justa e igualitária.
Sendo Kamau, um dos artífices mais significativos para ocorrência desta realidade, uma obra que se revela fiel aos seus princípios artísticos, sem pensar em vendê-los ou "suavizar" sua música para obter um maior alcance de público.
Um artista que, fazendo juz ao seu nome[20], constrói de maneira discreta, mas constante, uma obra referencial para á constituição de nova geração ao *hip hop* brasileiro.
Consciente de sua condição enquanto agente transformador da realidade – mundo, que opta em seguir rimando, para assim gerar obra compromissada, questionadora, que aponta diretamente as contradições históricas e sociais que tanto lhe incomodam.
Se tal premissa se fará em realidade, para Kamau não importa, pois o que se faz valer em sua obra é a sua busca em transformar o "impossível" em realidade, para assim dar vazão a um novo mundo de relações e vivências sociais. Ou como atestam os versos de "Porque eu rimo" (2008):

> "Não sei se tenho razão, mas várias são as razões
> São vários os motivos, poucas as motivações
> Tenho grandes sonhos e pequenas ambições
> Sei que, mesmo que seja na melhor das intenções
> Não aponto soluções. Provoco pensamentos
> Semeando sugestões, quantizando sentimentos e
> Momentos da vivência, que façam diferença
> Não marcam só presença pra ganhar mais audiência
> Deram a sugestão. Segui por empolgação
> Surgiu a inspiração. Hoje é quase obrigação
> O que guia minha mão pelo meu bloco sem pauta
> Foco pro trabalho ser entregue sem falta
> Pode não ser a resposta que 'cê queria ouvir
> É um pensamento difícil de traduzir
> Até tento reduzir, mas nesse verso não cabe
> Eu sei bem meu porquê. Mas e você? Sabe?"
> (KAMAU[21], faixa 06: 2008)

---

20 Kamau é um nome africano, de origem swahili, (antiga civilização africana que ocupava as margens do Oceano Índico, entre os séculos XII e XV). Essa língua pertence ao subgrupo sabaki das línguas banto, tendo como significado "guerreiro silencioso", podendo também ser interpretada enquanto uma variável do nome árabe Kamal (o que remonta à influência mulçumana naquela civilização, desde final do século XII), cujo significado é "o perfeito".

21 A autoria exposta, se faz referente ao verso cantado por Kamau. Mas como a canção é uma soma de improvisos de vários *rappers*, registramos, para o devido fim, os demais autores desta composição coletiva, que no caso são Rashid, Stefanie, Emicida e Rincon Sapiência. Cabe destacar que esta canção não é baseada em processo de improvisação em torno de temas livres – "*free style*" – ou desafio entre os *rappers*, mas sim enquanto apresentar os motivos que levaram cada um a rimar, sem deixar de enfatizar e destacar o estilo, as características e particularidades de cada participante.

4. REFERÊNCIAS ÁUDIO – VISUAIS E BIBLIOGRÁFICAS.

ARAÚJO, Joel Zito Almeida de. (2006), A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira. São Paulo: Editora SENAC São Paulo.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. (2008), Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX. 3. Edição. São Paulo: Annablume.

CONTINS, Márcia. (2005), Lideranças negras. Rio de Janeiro: Aeroplano.

GILROY, Paul. (2007), Entre campos: nações, cultura e o fascínio da raça. Tradução por AZEVEDO (et. al.), Maria Marinho de, - São Paulo: Annablume.

_____. (2001), O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência. Tradução por MOREIRA, Cid Knipel. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

GOHN, Maria da Glória. (2014), Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo. Petrópolis: Vozes.

HALL, Stuart. (2009), Da diáspora: identidades e mediações culturais. Tradução por RESENDE (et. al.), Adelaine La Guardia. 1. Edição atualizada. Belo Horizonte: Editora UFMG. (Humanitas)

IANNI (et. al.), Octávio. (2005), O negro e o socialismo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. (Coleção Socialismo em Discussão).

IANNI, Octávio. (1987), Raças e classes sociais no Brasil. 3. Edição revista e ampliada. São Paulo: Editora Brasiliense.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2012), Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira - 2012. Rio de Janeiro: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. Número 29)

KAMAU. Entrevista (2014), Disponível em http://blogfrancamente.wix.com/francamente#!ENTREVISTA-com-Kamau-Especial-dia-da-Consci%C3%AAncia-Negra/c112t/4E4FE3EC-5E79-4502-9224-7C69E31D7F61, [consultado em 28-11-2014].

_____. (Eu Quero) Mais – (Vídeo Oficial). (2012a), Disponível em http://youtu.be/3FB3u4TMHJU, [consultado em 13-12-2014].

_____. (2012b), Entre. Gravadora: Plano Áudio. São Paulo.

_____. Entrevista (2012c), Disponível em www.buzo10.blogspot.com.br/2012/12/entrevista-com-kamau.html, [consultado em 01-08-2014].

_____.Vai ser rimando. Entrevista (2012d), Disponível em www.vaiserrimando.com.br/entrevista-kamau/, [consultado em 01-08-2014].

_____. (2008), *Non Ducor Duco*. Gravadora: Plano Áudio. São Paulo.

LINDOLFO FILHO, João. (2002), "O HIP HOP E A RADIOGRAFIA DAS METRÓPOLES NA ÓTICA DOS EXCLUÍDOS". In PORTO, Maria do Rosário Silveira (et al), Negro educação e multiculturalismo, São Paulo: Editora Panorama, PP. 125-135.

LOPES, Nei. (1988), Bantos, malês e identidade negra. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

MOORE, Carlos. (2010), A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no quotidiano brasileiro. 2. Edição ampliada. Belo Horizonte: Nandyala. (Coleção Repensando África, Volume 3)

MOURA, Carlos Alves & BARRETO, Jônatas Nunes (orgs.). (2002), A Fundação Cultural Palmares na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Brasília: Fundação Cultural Palmares.

MOURA, Clóvis. (2003), A encruzilhada dos orixás: problemas e dilemas do negro brasileiro. Maceió: EDUFAL.

_____. (1990), As injustiças de Clio. O negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livros.

MUNANGA, Kabengele. (1986), Negritude. Usos e sentidos. São Paulo: Editora Ática.

NASCIMENTO, Abdias do. (1982), O negro revoltado. 2. Edição. Rio de Janeiro: EDITORA NOVA FRONTEIRA S/A.

_____. (1978), O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PARDUE, Derek. (2008), Ideologies of marginality in brazilian hip hop. 1. Edição. New York: PALGRAVE MACMILLAN.

RIBEIRO, Christian Carlos Rodrigues. (2010), Afro-descendência, juventude e urbanidade em questão: O movimento *hip hop* e a sua interação cultural e social numa cidade brasileira. Revista Angolana de Sociologia, 5/6, pp. 165 – 177, Junho/Dezembro de.

_____. (2006), O movimento Hip –Hop como gerador de urbanidade: um estudo de caso sobre gestão urbana em Campinas. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=53002, [consultado em 14-12-2014].

SARTRE, Jean-Paul. (1960), Reflexões sobre o racismo. Tradução por GUINSBURG, J. São Paulo: DIFUSÃO EUROPÉIA DO LIVRO.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. (2012), Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira. 1. Edição. São Paulo: Claro Enigma.

SOUZA, Jessé. (2012), A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. 2, Edição. Belo Horizonte: Editora UFMG.

WACQUANT, Loïc. (2008), As duas faces do gueto. Tradução por CASTANHEIRA, Paulo Cezar. São Paulo: Boitempo.

WELLER, Wivian. (2011), Minha voz é tudo que eu tenho: manifestações juvenis em Berlim e São Paulo. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Heavy Metal no Brasil: Os incômodos perdedores (década de 1980)

Wlisses James de Farias Silva
wlissesjames@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho é parte integrante da tese de doutorado intitulada: "O Heavy Metal no Brasil: Os incômodos perdedores", defendida na Universidade de São Paulo, Brasil e trata da chegada do gênero musica em questão ao Brasil e suas adaptações a realidade do país.

Palavras Chave: Música, Heavy Metal, Brasil, História.

A história do som pesado no Brasil remonta aos anos 1970, quando diversas bandas faziam o que se chamava na época de "rock pesado" ou "rock pauleira"[1], inspirado em bandas como Led Zeppelin, Deep Purple e Black Sabbath.
Como exemplos de bandas brasileiras desse período, podemos citar O Terço, A Bolha, Os Mutantes, O Peso, Bixo da Seda, Tutti Frutti, Patrulha do Espaço, Casa das Máquinas, etc..
Em relação a peso no Brasil, uma das grandes pioneiras é sem dúvida a banda paulista Made In Brazil, como salienta Janotti:

> *"O grupo pioneiro do Heavy Metal no Brasil é o Made In Brazil, banda que desde 1969 vem desenvolvendo um trabalho com uma sonoridade mais pesada que a do rock tradicinal. Mas, no começo, a banda não era conhecida como Heavy Metal, porque ainda não existia essa segmentação em termos de Brasil."*[2]

Também podemos encontrar referências a esse pioneirismo do Made In Brazil em termos de rock pesado no país em outras fontes, como a revista *Metal*:

> *"Provavelmente, a primeira banda pesada brasileira foi o Made In Brazil. Formado em 1967,- mais antigo até que o Sabbath, Purple e Led, se bem que isso não quer dizer muita coisa – no ano seguinte já barbarizava no programa de Júlio Rosemberg (extinta TV Tupi paulista) com suas versões para Troggs e Kinks."*[3]

Com um som calcado nas bandas inglesas mais pesadas da época, o Made In Brazil fazia seu trabalho musical com uma temática fundamentalmente urbana, sem uma politização clara nas letras, que versam sobre louvações ao modo de viver rock and roll, amores e situações quotidianas de uma grande cidade[4], como podemos ver na letra abaixo:

---

1 Como vimos anteriormente, o termo Heavy Metal ainda não era utilizado nesse período.

2 Ibid (1994, Pg. 72).

3 Revista Metal (nº 24, ano II).

4 Exemplos dessa temática são as músicas: Doce, Intupiu o transito e Anjo da Guarda do primeiro disco da banda intitulado Made In Brazil de 1974 pela gravadora RCA. Este disco foi gravado com a seguinte formação: Oswaldo (baixo), Celso (guitarra), Cornelius (vocal), Fenilli (percussão), Onisvaldo (teclado), Rolando Castelo Junior (bateria) e Tony Babalú (guitarra).

VOCÊ JÁ FOI VACINADO?[5]

O ódio e a raiva tiram toda a razão
E você com raiva, perde toda a visão
Com ódio você entra em umas que é leão
E se projeta num caos sem solução
Isso é uma miséria imensa
E você com esperteza talvez
Não entre pela tubulação

Solo

Sem ódio e sem raiva, você fica livre
De um colapso que vai te deixar gelado
É bom ser frio prá não esquentar
Ser sossegado, quieto, prá não tropeçar
Em uma tremenda má sorte, que talvez vá encontrar
Um dia desses qualquer, sem esperar...

Coro:

Eu vou de rock,
Eu vou de rock
Eu vou de rock,
Eu vou de rock
Eu vou de rock
Rock, rock, rock, rock,rock
Rock 'n'Roll ...

A letra acima, a exemplo das fases iniciais do rock and roll norte americano, procura reafirmar a posição do rock and roll como uma válvula de escape aos problemas quotidianos. Para a composição, o stress quotidiano deixa o ser humano com raiva e a raiva pode fazer com que ele cometa coisas erradas, daí a ideia de que o rock consegue aliviar essa raiva e fazer com que o ser humano garanta melhor enfrentar os problemas do quotidiano.
O fato de o Made In Brazil não adotar temáticas políticas em suas letras, ao mesmo tempo em que adotava uma postura contestadora com a utilização de roupas chamativas, maquiagem e comportamento rebelde, rendeu à banda críticas tanto do lado da juventude mais engajada, quanto do lado mais conservador e que apoiava a ditadura que vigorava no país.
No campo da juventude mais militante e politizada[6], já havia de algum tempo a separação entre a música mais engajada[7], que representava a contestação ao regime militar e que geralmente se valia dos ritmos tradicionais brasileiros nas suas composições como forma de marcar uma clara postura de "defesa" da brasilidade em relação á penetração cultural estrangeira no país, da música "alienada"[8], geralmente esta associada ao rock e demais ritmos estrangeiros, sobretudo os norte americanos.
Nessa perspectiva, o rock pesado no Brasil sofreria críticas dos dois lados, tanto dos militantes políticos que

5 LP Made In Brazil (RCA, 1974).

6 Formada basicamente por estudantes universitários de classe média que se opunham á ditadura militar brasileira.

7 Simbolizada aqui por artistas como Chico Buarque, Geraldo Vandré, etc...

8 Aqui basicamente representada pelo rock, seja o produzido pela chamada Jovem Guarda, seja o produzido por bandas como Os Mutantes e Made In Brazil.

lutavam contra a ditadura quanto da própria ditadura, com isso, o estilo acabava ficando entre a cruz e a espada onde:

> *"os conservadores viam nos cabelos grandes e no som pesado (como até hoje!) uma apologia às drogas, e os "engajados", enxergavam a "alienação", como cantou Rita Lee: "roqueiro brasileiro sempre teve cara de bandido (...) |Guerrilheiro, forasteiro".*[9]

Por estas questões, apesar de existirem várias bandas e de haver um público roqueiro, acaba se tornando extremamente difícil identificar no Brasil uma cena realmente Heavy Metal antes da década de 1980, pois o público ainda era muito disperso, os espaços para apresentações raros e os poucos que abriam para este tipo de manifestação cultural ainda sofriam com a repressão ditatorial.

A década de 1980 começa no Brasil com uma grande crise econômica e o fracasso do chamado "milagre econômico" propagado pela ditadura nos anos 1970, a situação era de uma crise profunda da Economia e de falência das tentativas do governo militar para sair de tal quadro.

O crescimento econômico brasileiro dos anos imediatamente após o golpe militar, o chamado "milagre brasileiro", foi baseado fundamentalmente em três fatores: o endividamento externo, através da aquisição de empréstimos junto a organismos internacionais como o FMI[10], certo favorecimento à classe média devido a seu papel de grande consumidora dos bens de consumo duráveis[11] produzidos pelas multinacionais e um grande arrocho salarial imposto à classe trabalhadora.

Este modelo dá sinais de esgotamento cada vez mais fortes ainda nos anos 1970 com a crise do petróleo[12], que afeta diretamente os países centrais e acaba atingindo o Brasil devido a sua grande dependência em relação a capitais e tecnologias desses países.

Outro agravante é que o grande aumento dos juros internacionais no período faz com que os bancos brasileiros também elevem seus juros, encarecendo assim os empréstimos, trazendo como consequências uma diminuição do consumo e um desvio dos investimentos para a especulação no mercado financeiro, redundando em aumento da inflação, que disparou em fins dos anos 1970 e inicio dos anos 1980. *"O milagre se desfez e uma nova recessão, de proporções bem maiores do que aquela ocorrida no início da década de 1960, pairava no ar."*[13]

Concomitantemente a isso, os trabalhadores brasileiros ressurgem no debate nacional através de um novo sindicalismo baseado na região onde se concentrava o núcleo do parque industrial brasileiro, o ABC paulista, que abrangia as cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano, berço daquele sindicalismo.

Este movimento sindical, sob a liderança de Luis Inácio da Silva (o Lula), sacode o país com gigantescas greves ocorridas entre 1978 e 1979, deixando claro para a sociedade brasileira que os trabalhadores, que vinham sofrendo com a repressão e as políticas do governo militar desde o inicio do regime também queriam que suas reivindicações fossem ouvidas.

È neste clima de quase total isolamento que o governo dos militares chega à década de 1980 no Brasil, com sérios conflitos com sua antiga base de apoio das classes empresarial e média e ainda enfrentando greves operárias, pondo em risco sua permanência no poder.

Esta situação extrema faz com que *"o fim do regime militar passe a ser encarado por todos os setores da sociedade como a única saída possível para a crise da economia brasileira, que entrou nos anos 80 estagnada e com inflação."*[14]

É neste clima de grande crise política e econômica que o heavy metal chega ao Brasil, inicialmente apostando

---

9 Janotti (1994. Pg.72).

10 Fundo Monetário Internacional.

11 Eletrodomésticos, carros, etc.

12 O preço do barril de petróleo chega a subir 400% (Mendonça, 1995. Pg. 78.).

13 Ibid; (Pg. 80).

14 Mendonça (1995. Pg. 81).

nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, mas rapidamente se espalhando pelas mais diversas regiões do país.
Com a influência da New Wave Of British Heavy Metal, o termo Rock Pesado e posteriormente Heavy Metal passam a ser mais conhecidos dos aficionados em rock no país, a ponto de as bandas a partir dai surgidas adotarem claramente esse último rótulo.
Um exemplo de como o Heavy Metal se espalha pelas várias regiões do Brasil é o fato de a primeira banda brasileira assumidamente Metal que consegue gravar um Lp vir da cidade de Belém, no estado do Pará, região norte do Brasil e dentro da floresta amazônica.
A origem da banda remonta os anos 1970, ainda com o nome de Pingo D'água, tocando músicas das bandas mais pesadas da época como Led Zeppelin, Black Sabbath, Deep Purple, Nazareth, etc..
Após várias formações, muitos ensaios e apresentações em Belém, a banda se estabiliza com Leonardo Bala (vocal e baixo), Pedro Valente (guitarra), André Chamon (bateria), e Leonardo Renda (teclados) e no ano de 1982, os músicos tomam a decisão de juntar suas economias e partirem para a cidade do Rio de Janeiro para gravarem seu primeiro registro em vinil de maneira independente.
A decisão de ir para o Rio se deu porque para os músicos da banda, a cidade possuía estúdios de melhor qualidade em relação a Belém, sendo assim possível gravar melhor seu LP. Tal pensamento inicial mostrou-se incorreto, após três dias de viagem de ônibus até o Rio, ao chegarem no estúdio, os músicos aventureiros se depararam com uma situação bem diferente do que imaginavam:

> *"O estúdio contatado foi o Sonoviso, cujo proprietário nos assegurou que saberiam gravar nosso Rock pesado. Quando chegamos ao estúdio, o técnico nos mostrou uma bateria jogada num canto de uma saleta dizendo que era a única que ele dispunha. Tivemos que montá-la e amarra-la com barbantes e fita adesiva para que ficasse em pé...era uma porcaria mesmo. A gravação foi uma correria, tudo foi concluído em dois dias, em apenas dezesseis horas de estúdio. O resultado foi frustrante. Não era nada daquilo que costumávamos ouvir nos discos de bandas estrangeiras, um som tosco, sem peso e sem qualidade."*[15]

Por experiência própria, os garotos do Stress perceberam que a precariedade técnica e o desconhecimento em relação a esse estilo musical não era exclusividade de sua Belém natal, mas um problema de praticamente todo o país, o estilo era novo, desconhecido e praticamente incompreensível aos olhos e ouvidos da grande maioria da população. Mas, mesmo assim, o Heavy Metal crescia numa parcela da juventude brasileira.
Apesar de baixa qualidade técnica e de ter sido gravado em apenas oito canais, o vinil de estreia da banda Stress é considerado um verdadeiro marco do pioneirismo do Metal brasileiro como salienta Janotti:

> *"Em 1982 um grupo paraense lança um LP independente, é o Stress, divisor de águas dentro do Heavy Metal brasileiro. O sucesso desse álbum*[16] *nos sebos e lojas de discos independentes é um sinal de que a onda New Wave of British Heavy Metal já havia invadido o Brasil."*[17]

A chegada do Heavy Metal no Brasil é mais um movimento que tem se fortalecido desde o fim da Segunda

---

15 Roosevelt Bala. (Revista Road Crew n.º 82. Novembro de 2005. Pg. 81).

16 A banda conseguiu prensar apenas mil cópias do álbum.

17 Janotti (1994. Pg. 76).

Grande Guerra, na chamada cultura de massas[18], cada vez mais intensificada no século XX através dos diversos meios de comunicação como o rádio, a TV, a imprensa, etc.
O próprio termo juventude, também emerge no século XX como continuidade de um movimento iniciado com a Revolução Francesa no século XVIII, que é intensificado no século XX, principalmente em sua segunda metade, juventude esta que vem se contrapondo a tudo que é "velho", numa intensa tentativa de suplantar e substituir o que antes estava estabelecido, como salienta Morin:

> *"Todo impulso juvenil corresponde a uma aceleração da História, porém, mais amplamente, numa sociedade em rápida evolução, e, sobretudo, numa civilização em transformação acelerada como a nossa, o essencial não é mais a experiência acumulada, mas a adesão ao movimento. A experiência dos velhos se torna lenga lenga desusada, anacronismo. A "sabedoria dos velhos" se transforma em disparate. Não há mais sabedoria."*[19]

No Brasil, esses dois movimentos[20] vinham ocorrendo desde os anos 1950 e acabam se consolidando nos anos 1980, exatamente numa época de grande crise econômica e política, quando a nova geração surgida não se identificava mais com os medalhões da MPB. Para a juventude brasileira, a exemplo da norte americana e da inglesa, o começo dos anos 1980 também era um período de extrema desilusão. Nem o sonho socialista dos estudantes dos anos 1960, nem a promessa do "Brasil potência" feita pelos militares haviam vingado e, em seu rastro estava uma geração que não acreditava na economia, nos políticos e no próprio país. Esse sentimento era agravado pela falta de liberdade, como bem demonstra essa composição de Roger Rocha Moreira intitulada "Inútil" de 1983:

> *"A gente não sabemos escolher presidente*
> *A gente não sabemos tomar conta da gente*
> *A gente não sabemos nem escovar os dentes*
> *Tem gringo pensando que nóis é indigente*
> *Inútil*
> *A gente somos inútil"* [21]

Nesse contexto, e espremido entre os medalhões da MPB e o novo pop rock , representado por bandas como Legião Urbana, Plebe Rude, Ultraje a Rigor, Lulu Santos, etc, é que surge o Heavy Metal brasileiro, tentando se auto afirmar com muito barulho e negando tudo aquilo que era brasileiro, como nos declara Andreas Kisser[22]:

> *"Todos nós éramos radicais. Escutávamos heavy metal e Black metal e achávamos uma merda tudo o que havia no Brasil. Não gostávamos de samba, não gostávamos de rock brasileiro, não gostávamos de porra nenhuma. Era absolutamente normal que fossemos uma turma separada."*[23]

Portanto, se o rock, quando chega ao Brasil nos anos 1960, é visto pelos puristas como algo deslocado de nossa cultura, o Heavy Metal aparece como um verdadeiro alienígena que simplesmente rejeitava tudo que já havia sido feito, propondo simplesmente o caos e a destruição à base de muito barulho e letras apocalípticas:

---

18 Cultura de massas é uma cultura produzida segundo as normas maciças da fabricação industrial; propagada pelas técnicas de difusão maciça, destinando-se a uma massa social, isto é, um aglomerado gigantesco de indivíduos compreendidos aquém e além das estruturas internas da sociedade (classes, família, etc.) (Morin. 2009. Pg.14).

19 Morin (2009. Pg. 147).

20 Cultura de massas e juventude.

21 Ultrage á Rigor. (Nós Vamos Invadir Sua Praia, LP.Wea).

22 Guitarrista do grupo Sepultura.

23 Alexandre (2002. Pg. 347).

STRESS

sodoma e gomorra
(andré / roosevelt)

sai, some daqui
diabo queres destruir
sai pra lá, não dá pra suportar
tamanho caos eu nunca ví

refrão:
a guerra vai estourar
e eles vão gritar: chega
depois que o fogo arder
irão se arrepender
porque o teu rancor é pior que a morte
não tem jeito, não dá pra escapar
és pior que a tua própria sorte
tenho medo até de acreditar

aaahh! é demais
é chegada a hora de voltar à paz
livre, solta, feito fúria louca
sobe a mente suja do teu capataz

A letra desta música da banda Stress aborda um viés apocalíptico a partir da leitura de um episódio bíblico, em uma abordagem que também tem conexão com o contexto mundial e brasileiro do início dos anos 1980, cercado de caos e violência urbana[24], além de internacionalmente, sempre haver o temor de uma guerra nuclear entre Estados Unidos e União Soviética, que poderia trazer consequências catastróficas para a humanidade como um todo.

Vale lembrar que essa abordagem do caos também foi tema de outras formas de arte como o cinema, por exemplo, que em filmes como o brasileiro "Pixote, a lei do mais fraco", aborda a questão da violência, bastante presente nas cidades do país, que assistia a um crescimento vertiginoso dos crimes de assalto, roubo, estupros e homicídios praticados em todos os segmentos da sociedade.

No plano internacional, o temor de um "fim do mundo" causado por uma guerra nuclear era tema de constante debate entre cientistas, também abordado no cinema através de filmes como "O dia seguinte", que apresentava as consequências de uma catástrofe nuclear no mundo.

O inicio dos anos 1980 era visto como uma era de incertezas para uma grande parcela da humanidade, e dentre essa parcela, a juventude, que optava pelo heavy metal como trilha sonora dessa época, via no estilo e nas letras apenas o reflexo desse mundo duro, individualista e caótico que surgia no fim do século XX.

Não é à toa que a letra da música "Sodoma e Gomorra", da banda Stress, aborde este tema, e faça uma ponte com a catástrofe bíblica, dando como certa a eclosão de uma guerra, vendo a figura do diabo entre nós: o heavy metal brasileiro não enxergava o mundo muito diferentemente de seus congêneres norte americanos e ingleses, o mundo daquele inicio de década era um verdadeiro caos.

---

24 Estes temas eram constantemente abordados na imprensa da época, com denuncias do crescimento desordenado das cidades brasileiras, trazendo como consequência o surgimento de favelas nas cidades e uma grande escalada da violência urbana com estupros, homicídios e roubos.

No caso do Brasil, ainda havia outros problemas enfrentados pelos adeptos do Heavy metal: a dificuldade de achar LPs das bandas e a precariedade dos equipamentos disponíveis para quem tinha interesse em tocar e formar grupos em tal estilo, como salienta o jornalista Ricardo Batalha:

> *"O nível dos equipamentos era precário e conseguir comprar importados era quase um milagre. Isto se deu tanto pela má situação financeira dos músicos como pela crise que assolava o país. Outro ponto que dificultava era a falta de informação e a dificuldade em se conseguir partituras, revistas e materiais ligados á cena do metal internacional."*[25]

Os estúdios de gravações também sofriam com a precariedade dos equipamentos e com a falta de conhecimento dos técnicos em relação ao Heavy Metal, problema enfrentado por praticamente todas as bandas brasileiras do inicio dos anos 1980.

Mesmo com todas estas dificuldades, o Heavy Metal começava a ser ouvido em várias regiões do país, surgindo adeptos em todas as regiões brasileiras, tendo uma maior concentração nas cidades de maior porte.

Como em todo começo, as dificuldades eram enormes, havia uma grande escassez de shows de bandas locais e uma quase total ausência de shows internacionais a que os fãs pudessem assistir no Brasil. Neste período, não existia uma estrutura razoável para suportar shows de grande porte no país, e isso, aliado à crise econômica, dificultava muito a possibilidade de criar um circuito de shows internacionais entre nós.

Como experiência de estilos de rock mais pesado, o Brasil só havia recebido o cantor Alice Cooper, em 1974, e a banda inglesa Queen, em 1981, que realizou shows lotados em estádios como o do Morumbi em São Paulo. Filho de um pastor protestante, Alice Cooper, cujo verdadeiro nome é Vincent Furnier, é considerado, juntamente com o Black Sabbath, como um dos criadores do chamado "Horror Rock"[26]: *"Um show de Alice Cooper era como um filme de terror B ao vivo. Há decapitação, vampiros e sangue, muito sangue (tudo de mentirinha, claro). Sua performance exótica também incluía o uso de uma jiboia em cena."* .[27]

Com esse espetáculo de rock e teatro, Alice Cooper chega ao Brasil na primeira metade da década de 1970, se tornando *"provavelmente, o primeiro nome do rock pesado americano a pisar, com suas botas de couro em nosso país[28]"*, o músico fez apresentações no Canecão, na cidade do Rio de Janeiro, e no estádio do Morumbi, em São Paulo, sempre com uma excelente presença de público.

Já a banda inglesa Queen, apesar de ter uma sonoridade mais melódica e não ser um grupo de rock pesado, teve uma passagem importante por aqui, pois seu show foi superlotado no estádio do Morumbi, em São Paulo, ajudando a convencer produtores e pessoas em geral de que o rock tinha um público cativo no Brasil.

Em 1983, a banda Van Halen também toca no Brasil e tem shows lotados no Rio de Janeiro, alcançando uma boa repercussão, apesar de ter espetáculos cancelados em Belo Horizonte por falta de público[29].

Mas, os shows que são identificados como o grande impulso para o Heavy Metal no Brasil ocorreu no mesmo ano de 1983, com a vinda ao país da banda norte americana Kiss.

Este foi o primeiro grande espetáculo de uma banda pesada no Brasil, com lotações esgotadas, arrastando para o estádio do Maracanã cerca de 180 mil pessoas e levando mais ou menos o mesmo número de pessoas ao estádio do Morumbi e no estádio do Mineirão, em Belo Horizonte, MG. Os shows do Kiss causam grande impacto nos jovens fãs de música pesada brasileiros, abrindo caminhos para que outros jovens ouvissem falar pela primeira vez desse tipo de música e começar a ouvi-la como atesta os depoimentos a seguir:

---

25 Batalha. Ferrofogobebedouro.com\blogspot.com/2009/. (acessado dia 25 de abril de 2011 ás 14:45 hs.).

26 Um rock teatral, onde os shows ao vivo utilizam uma série de recursos cênicos com alusões a assassinatos e filmes de terror.

27 Leão (1997. Pg 45).

28 Ibid, (pg. 45).

29 Ruídos das Minas (Doc. 08:15 min.)

> *"Quando o Kiss veio tocar no Mineirão foi que atinei pro rock"*[30]
> *"Nós fomos juntos, eu, David e um "caboclo", eu fui pintado, num ônibus, uma velhinha chegou pra mim e me perguntou se eu era do grupo Os Fantasmas. (risos)."*[31]
> *"Muitos hoje em dia que são aficionados pelo estilo Heavy, começaram a conhecer o estilo só após a passagem do Kiss pelo Brasil, e isto, de alguma forma, fez o cenário nacional crescer, tal foi o fervor da estadia dos quatro mascarados no Brasil."*[32]

A repercussão da passagem da banda no Brasil causou também muita polêmica, envolvendo grupos religiosos que criticavam a banda em todas as cidades aonde a mesma ia se apresentar, *"no estádio mineiro, fiéis de igrejas protestantes fizeram panfletagens alegando que o grupo "tinha pacto com o demônio"*.[33]
Estas polêmicas só serviram para reforçar a imagem de rebelde que o Heavy Metal passava, fazendo com que muitos jovens brasileiros se interessem por este estilo musical e passassem a procurar discos não só do Kiss, mas de outras bandas do segmento.
Coincidentemente, é também no ano de 1983 que o Heavy Metal passa a ser visto com mais força em Europa e Estados Unidos, Judas Priest, conquista o disco de platina naquele país pelo LP "Screaming for Vengence", o também britânico Iron Maiden conquista o disco de ouro pelos LPs "Number of the Beast" e "Piece of Mind".
Mesmo com esse sucesso, esses grupos eram achincalhados pela crítica especializada, a grande revista musical da época, a norte americana *Rolling Stone*, frequentemente atribuía adjetivos como "vulgar" e "grunhindo", em críticas aos discos de Judas Priest[34].
Em relação a Black Sabbath, a mesma revista usou a frase *"estúpido e flatulento como nunca"* para classificar o LP Mob Rules, e sobre o Iron Maiden, ela escreveu *"the number of the beast vocifera a esmo, provando mais uma vez que música ruim é o inferno"*.[35]
As críticas não paravam por aí, como nos indica Friedlander:

> *"Muitos críticos oficiais descreviam o Heavy Metal como unidimensional, artisticamente pobre, vazio e anormal...o que esses críticos não conseguiam entender é que com as instituições sociais e econômicas da sociedade, incluindo os relacionamentos familiares e o sistema educacional , decaindo e as oportunidades de empregos, dos que sustentam as famílias desaparecendo,era natural que um estilo de música popular refletisse a desilusão, medo e impotência que acompanhavam esta situação. Os rapazes buscavam por uma identidade de força, e no início o Heavy Metal era masculino e poderoso."*[36]

È essa busca de identidade que levava uma parcela da juventude, tanto no exterior quanto no Brasil, a engrossar o público das bandas de Heavy Metal,

> *"...era uma geração diferente daquela que necessitava das canções folk de James Taylor e Carly Simon para discutir relacionamentos na década de 1970. Os fãs*

---

30 Quake (integrante da banda mineira Sextrash. Documentário Ruidos das Minas. 08:30 min.)

31 Bozó (integrante da banda mineira Overdose. Documentário Ruidos das Minas. 09:02 min.)

32 Batalha (ferrofogobebedouro.blogspot.com/2009/. Acessado dia 25 de abril de 2011 ás 14:45 hs.)

33 Àlzer, Claudino (pg. 146).

34 Christe (2010. Pg.108)

35 Ibid;

36 Friedlander (2006. Pg. 382 e 383).

> *do Heavy Metal eram produtos de divórcios, buscando sentido em temas mais abrangentes da humanidade"*[37]

Com o crescimento da procura por Heavy Metal pelos jovens, vários espaços começam a abrir em cidades brasileiras como São Paulo e festivais se espalharam por colégios, teatros e pequenos espaços cedidos por prefeituras em várias cidades do país, além de programas de rádio, como o "Rock show", na Excelsior de São Paulo, e o "Guitarras", na Fluminense Fm do Rio de Janeiro.
Ainda na cidade de São Paulo, lojas como a Woodstock Discos surgem e acabam virando:

> *"um verdadeiro ponto de encontro, com troca de informações, muito material importado nas famosas pastas dos fãs. Além disso, a Woodstock vendia merchandising diferenciado (como buttons e patches) e passava vídeos que até então os fãs não imaginavam poder assistir."*[38]

Junto com as lojas, também surgem os fanzines[39], que procuram trocar informações e divulgar as bandas do estilo. Nesse processo, aparece o fanzine *Rock Brigade* em 1982, como um informativo para um fã clube de rock da capital paulista. Nesse momento, começa a se criar uma rede entre os fãs de rock das mais diversas partes do país, fenômeno que reproduz o que ocorreu na Europa e nos Estados Unidos, onde a troca de informações entre os fãs do gênero acaba sendo fundamental para a divulgação desse estilo musical. Os fanzines serviam como elo entre fãs de Heavy Metal das mais diversas cidades, eram através deles que se comunicavam e tomavam conhecimento do que acontecia em termos de rock pesado em outras cidades que não as suas. Tal fato é atestado na seguinte passagem de Carlos Lopes[40]:

> "Ouvíamos muito falar de São Paulo no começo dos 80, mas nem imaginávamos como poderia ser. O elo de ligação se chamou Rock Brigade, um zine xerocado que chegava pelo correio para o baterista do Ness. A existência desta publicação foi o que me incentivou a escrever para a cena paulistana em busca de informação. Eu contava os dias até o novo número chegar!!!".[41]

O fanzine Rock Brigade acaba por se tornar um importante veículo de comunicação alternativo para os fãs de Heavy Metal espalhados por todo o Brasil, recebendo em sua sessão de cartas, até 1985, correspondências de pessoas de estados como São Paulo[42], Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Distrito Federal, Paraná, Sergipe, Piauí e Pernambuco.[43] Estas cartas continham os mais variados comunicados, desde o pedido de correspondência com outros fãs de Heavy Metal, compra e venda de produtos até perguntas e elogios, como as que citaremos a seguir:

> *"Troco correspondência com outros fãs de H.M.L. Hessmann. Ibirama/ SC."*[44]
> *"Troco discos do LED, NAZARETH, JETHRO TULL e ELP por discos do URIAH*

---

37 Christe (2010. Pg.110).

38 Batalha (ferrofogobebedouro.blogspot.com/2009/. Acessado dia 25 de abril de 2011 ás 14:45 hs.)

39 Jornais informativos voltados especificamente para fãs de um estilo musical. No caso aqui, para fãs de Heavy Metal.

40 Vocalista da banda carioca Dorsal Atlântica, que na época assinava como Carlos Vândalo.

41 Lopes (1999. Pg. 37).

42 Estado com maior número de cartas, até pelo fato do fanzine ser sediado naquela cidade.

43 Fanzines Rock Brigade, sessão de cartas (Números 5 ao 16, de 1982 até 1985).

44 Fanzine Rock Brigade (N.° 5. 1982).

> *HEEP e BLACK SABBATH. Denilson. Itú/ SP."*[45]
> *"Troco ou vendo: URIAH HEEP (LOOK AT YOURSELF imp.), SCORPIONS (VIRGIN KILLER imp.), SANTANA (SHANGÔ), ASIA (ASIA), QUEEN (LIVE KILLERS), AEROSMITH (NIGHT IN THE RUTS) E UFO (OBSESSION). Paulo. Natal/RN."*[46]
> *"Vendo camisetas pintadas á mão (não há uso de silk screen), desenhos tirados das revistas Circus e Pop Rocky. Règis. Brasília/DF."* [47]
> *"Onde posso encontrar as letras do LP Blackout do Scorpions e da música The Number os The Beast do Iron Maiden?. Frank. Diadema/ SP."* [48]

Além da correspondência entre os leitores, o fanzine também divulgava resenhas sobre discos e demo tapes[49] e endereço de correspondência de bandas de várias países do mundo como: Canadá (bandas Anvil, Minotaur, Razor), Alemanha (bandas Running Wild, Dark Avenger, Halloween, Trance, Scorpions, Hardware, Avenger), Suiça (bandas Hellhammer, Blood Six), Estados Unidos (bandas Enforcer, Siren, Twister Sisters, Znowhite, Tyrant,Slayer, Thrust Destruction Squad, SAvada Grace, Dio, Black Task), Itália (bandas Monolith, Fire), Suécia (bandas Keenhue, Arrowz, Orions Sword, Blue Boy, Stonehenge,Proud, Silver Mountain), Holanda (bandas Together Martyr,Villain), Japão (banda Crowley), Reino Unido (bandas Iron Maiden, Judas Priest, Trace, Seducer), Dinamarca (bandas Artillery, Nigromantia, Witch Cross), França (bandas Fisc Manag, H-Bomb, Century, Predator) e Bélgica (banda Buzzard).[50]

Este intenso contato com bandas de diversos países nos deixa claro que o Heavy Metal já era um fenômeno mundial na primeira metade dos anos 1980, com uma extensa rede de intercomunicação e trocas de informações. No plano nacional, o fanzine também citava bandas brasileiras dos estados de São Paulo (bandas Anthro, Ave de Veludo, Cygnus, Anacrusa, Harpia, YX, Santuário, Vírus, Avenger, Salário Mínimo, Centúrias, Patrulha do Espaço, Féretro, Pulsar, Korzus, Minotauro, Titãnio, Deimos), Rio de Janeiro (bandas Dorsal Atlãntica e Metalmorphose) e Pará (banda Stress).[51]

Como podemos observar, a maioria das bandas citadas são de São Paulo, isto se deve ao fato de que o fanzine era ali sediado e, portanto, as bandas daquele estado tinham mais facilidade de interlocução junto aos redatores do fanzine. Mas, fica bastante evidente o fato de que o Heavy Metal já era uma realidade em todas as regiões do Brasil, como podemos comprovar através das cidades de origem das cartas enviadas para o fanzine.

Antes da metade da década de 1980, o Heavy Metal já era um movimento efervescente no Brasil, pensando nisso foi que o proprietário da loja Baratos Afins, sediada em São Paulo, resolveu lançar uma coletânea registrando algumas bandas dessa nascente cena paulista. Para isso, escalou as bandas Avenger, Centúrias, Salário Mínimo e Vírus, que com um orçamento bem apertado e com poucas horas disponíveis de estúdio gravaram:

> *"em oito canais na sala B do estúdio Vice-Versa, por Zé "Heavy" Luiz e pelo engenheiro de áudio Nico Bloise ...Já a capa de SP Metal*[52]*, desenhada pelo vocalista do Vírus, Flávio Fernando de Barros, se tornou uma bandeira. Aquilo passou a ser*

---

45 Ibid;

46 Ibid; (N° 8. 1983).

47 Ibid; (N°9.1983).

48 Ibid;

49 Fitas de demonstração em tradução livre. Consistia em uma fita k7 com a gravação de algumas músicas de bandas iniciantes, em geral feitas pela própria banda em ensaios, para fins de divulgação de sua música em fanzines e revistas especializadas, visto que, essas bandas iniciantes tinham muitas dificuldades de conseguirem alguma oportunidade junto ás grandes gravadoras.

50 Fanzine Rock Brigade (números 2 ao 16. Anos 1982 – 1985).

51 Ibid;

52 Nome dado á coletânea.

> *motivo de orgulho para os músicos. Tinham enfim, um registro para mostrar e provar a força de seu "Metal pesado em brilhantes pulsações" ao Brasil e ao mundo."*[53]

Apesar das debilidades técnicas e de orçamento, a coletânea SP Metal, assim como o LP dos paraenses do Stress, mostram para as bandas e fãs de Heavy Metal que é possível gravar Lps do estilo no Brasil, que o Heavy Metal era um movimento cultural que inegavelmente já estava presente no país e que queria ser cidadão do mundo.

O grande elemento de unidade dos fãs de Heavy Metal é sua devoção às bandas, por isso, o grande fator comum de unidade entre eles é a música produzida por esses grupos, e nesse sentido o fã de Heavy Metal é um "cidadão do mundo" que cruza *"... os sete mares assinando com sangue o passaporte da emoção"*[54]

Nesse sentido, tal composição coaduna com a seguinte citação de Morin:

> *"Efetivamente, a cultura de massas é, em sua natureza, anacional, aestatal, antiacumuladora. Seus conteúdos essenciais são os das necessidades privadas, afetivas (felicidade, amor), imaginárias (aventuras, liberdades), ou materiais (bem estar)."*[55]

É necessário acrescentar a esse comentário, que a cultura de massas também se organiza como um empreendimento econômico e contêm fissuras internas, que explicam tensões criativas e relações que ultrapassam os puros interesses da mercadoria.

A presença do Heavy Metal no Brasil, não pode ser considerada um fato isolado, ou mesmo exótico, mas sim o produto de um processo que se desenvolvia e se aprimorava desde os anos 1950 e 1960, no qual a imprensa, o cinema, o rádio e a televisão cumpriam um papel fundamental de tornar a cultura de massas algo mundial.

È claro que houve resistências[56], mas mesmo com elas, a extraordinária força conquistadora da cultura de massas acabou prevalecendo aqui no Brasil e o Heavy Metal foi apenas mais uma de suas faces.

No século XX, as necessidades de bem-estar e felicidade contribuíram para a expansão da cultura de massas, que numa relação recíproca, universaliza essas necessidades, ou seja, a cultura de massas tanto é um produto da globalização como também influência nessa mesma globalização.

Como produto dessa cultura, o Heavy Metal chega aos mais diferentes pontos do planeta, alcançando até países dos blocos socialistas, como podemos ver na transcrição abaixo:

> *"Quando o Cruise surgiu em 1982, integrado inicialmente por Alexander Monin (vocais), Valery Gaina (guitarra), Alexander Kirnitsky (baixo), Sergei Efremov (bateria) e Vladimir Gorbanev (teclados), pouquíssima gente na União Soviética fazia ideia do que fosse Heavy Metal."*[57]

Na década de 1980, o Heavy Metal se torna um movimento cultural presente em todos os continentes do mundo, mas é claro que essa presença em tantos lugares, também modifica o próprio Heavy Metal, que acaba se adaptando a padrões culturais ou políticos das sociedades onde parcelas da juventude o adotam como estilo musical, como podemos ver no caso da União Soviética, citado na revista *Metal*:

---

53 Road Crew (n.° 112. Maio de 2013. Ano 16, por Ricardo Batalha).

54 Cidadão do Mundo. (Avenger).

55 Morin. (2009. Pg.159).

56 Vide as tentativas de cantores brasileiros de MPB como Elis Regina e Geraldo Vandré de tentarem proibir a introdução da guitarra elétrica na música brasileira nos anos 1960.

57 Revista Metal (N.° 38. Ano IV. Pg.16).

> *"È claro que, para se submeter á aprovação do Departamento de Produções Artísticas do Instituto Estatal Para Teatro do governo soviético, o Cruise teve que se submeter ás vontades de seu diretor, Matvei Anackin...não distorcer muito os instrumentos e não compor canções agressivas."* [58]

Nas mais diversas sociedades onde penetrou, o Heavy Metal também teve que se adaptar e se modificar de acordo com as necessidades culturais ou políticas dessas mesmas sociedades. Tal fato não foi diferente no Brasil, onde, apesar da abertura política, ainda havia um estado de permanente vigilância policial do lado do estado e de vigilância ideológica do lado da MPB engajada.
Mas, como nos ensina Morin,

> *"Em verdade, paradoxalmente, bem no momento em que parece fazer triunfar os valores do americanismo ou do individualismo burguês sobre o globo, a cultura de massa contribui para solapar a dominação burguesa e a predominância americana."*[59]

No Brasil, a presença do Heavy Metal na década de 1980 acaba afetando as verdades acabadas tanto dos conservadores que defendiam o estado policial, quando dos contestadores do regime que se posicionavam á esquerda. Era uma nova forma de se expressar de uma parcela da juventude, forma essa que recusava o diálogo tanto com o comportamento conservador de direita quanto de esquerda, uma forma barulhenta, quase ininteligível para os de fora e que não propunha diálogo com os chamados monstros sagrados da música brasileira.
Indiscutivelmente, o Heavy Metal já era uma realidade no Brasil da primeira metade dos anos 1980, como consequência disso, chega as bancas do país a primeira revista especializada em Heavy Metal de circulação nacional, a revista *METAL*, que era uma edição brasileira de uma congênere que circulava na Argentina com o mesmo nome inclusive[60]. Apesar da distribuição irregular, essa revista consegue atingir as bancas das capitais de todo o país[61], fazendo com que as informações sobre o Heavy Metal circulassem de maneira mais eficaz e uniforme.
Em seu número 7, a publicação já trazia uma sessão de cartas para anúncios e troca de correspondências dos leitores, alem da divulgação de fã clubes como o "Loucos do Heavy Metal Pauleira", sediado em São Paulo, e o "Vampiros do Heavy Metal"[62], da cidade de Itabira, em Minas Gerais. Na mesma edição, a revista traz pedidos de correspondência de fãs de Heavy Metal de Rio de Janeiro, São Paulo, Natal e Fortaleza, como:

> *"Gostaria de manter contato com pessoas que curtam Kiss e fã-clubes para possível troca de reportagens, fotos, posters, etc. E também fazer contato com moradores da minha cidade que curtem Kiss. Reinaldo F. C. Fortaleza/ CE."*[63]

A existência de fanzines lidos em todas as regiões do país, como o *Rock Brigade*, a gravação, mesmo que precária, de alguns LPs e o surgimento de uma revista especializada de circulação nacional tanto atestam a presença de um público consumidor para o Heavy Metal no Brasil, como incentivam o surgimento de mais bandas, mais shows e atestam o fato de que esse *"cidadão do mundo"*, definitivamente, aporta no Brasil.

---

58 Ibid;

59 Morin (2009. Pg. 162).

60 Essa informação eu colhi junto ao jornalista Antonio Carlos Monteiro (que trabalhou nessa revista), na cidade de Campinas em Julho de 2012.

61 O autor deste trabalho comprava essa revista em sua cidade natal, Rio Branco, no Acre, na década de 1980.

62 Revista Metal. (Ano 1.N° 7. Pg.30).

63 Ibid;

BIBLIOGRAFIA

BRANDÃO, Antonio Carlos; DUARTE, Milton Fernandes. **Movimentos Culturais de Juventude**. São Paulo: Moderna, 1990.

CHRISTE, Ian. **Heavy Metal: A história completa**. Tradução: Milena Durante; Augusto Zantoz. São Paulo: Arx, Saraiva,2010.

FRIEDLANDER,Paul. **Rock and Roll: Uma história social**. 4. Ed. – Rio de Janeiro: Record,2006.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: O breve século XX**. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JANOTTI, Jéder S. Jr. **Heavy Metal: O universo tribal e o espaço dos sonhos**. Campinas: UNICAMP, 1994

LEÃO, Tom. **Heavy Metal: Guitarras em fúria**. 1. edição. São Paulo: Editora 34, 1997.

MAZOWER, Mark. **Continente Sombrio: A Europa no século XX**. Tradução: Hildegard Fies. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RODRIGUES, Marly. **O Brasil da abertura: de 1974 á Constituinte**. São Paulo: Atual, 1990.

MORIN, Edgard. **Cultura de massas no século XX: neurose**\tradução de Maura Ribeiro Sardinha – 9 ed- Rio de Janeiro: Forense Universitária,2009.208p.

ZAPPA,Regina,1953-.**1968: eles só queriam mudar o mundo**.-Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2008.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma Breve História do Século XX**;-1 ed..-São Paulo,SP: Editora Fundamento Educacional,2008.

RIBEIRO, Júlio Naves. **Lugar Nenhum ou Bora Bora? Narrativas do "Rock Brasileiro Anos 80"**.- São Paulo: Annablume,2009.

MENDONÇA, Sonia. **A Industrialização Brasileira** – São Paulo: Moderna, 1995.- (Coleção Polêmica).

MERHEB, Rodrigo. **O som da revolução: uma história cultural do rock,1965-1969**\.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.2012.

ALEXANDRE, Ricardo.**Dias de Luta: o rock e o Brasil dos anos 80**.-São Paulo : DBA Artes Gráficas,2002.

DAPIEVE, Arthur. **BRock: o rock brasileiro dos anos 80**. Ed. 34.—São Paulo.1995.

IANNI, Octtavio,1926-. **A Era do Globalismo**.-8. Ed.-Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2004.256p.

GT 32
Uso e abuso de drogas: mercados, consumos e consequências

Jovens *ayahuasqueiros* no Ceará, Nordeste do Brasil: práticas religiosas na União do Vegetal e a relação com as substâncias psicoativas

João Tadeu de Andrade
Universidade Estadual do Ceará.
E-mail: joao.andrade@uece.br

Rosileuda Pontes de Aguiar
Universidade Estadual do Ceará.
E-mail: rosepontes2009@gmail.com

Resumo: A presente reflexão apresenta uma discussão teórica sobre religião, comportamento religioso, juventude, substâncias psicoativas e políticas públicas sobre drogas, particularmente no Brasil. Este enquadramento conceitual faz parte de uma investigação mais ampla, desenvolvida no Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, da Universidade Estadual do Ceará (UECE). O objetivo do estudo consiste em compreender como jovens usuários do chá *Ayahuasca*, participantes ativos de práticas religiosas na União do Vegetal (UDV), lidam com a questão do uso de substâncias psicoativas na atualidade. Nesta comunicação destacamos a complexidade do assunto e a relevância de se estudar entidades religiosas que desenvolvem seus propósitos espirituais através do uso de uma substância psicoativa de origem xamânica. O presente trabalho resulta de pesquisa bibliográfica e documental em diversas fontes de consulta, como estágio preparatório para a pesquisa de campo a ser realizada com jovens e adolescentes na região metropolitana de Fortaleza, Ceará, Brasil.

Palavras-chave: *Ayahuasca,* substâncias psicoativas*,* práticas religiosas, juventude.

1. Introdução

O presente trabalho busca refletir sobre a vida religiosa de jovens participantes de uma sociedade espírita brasileira que em seus rituais faz uso de uma bebida psicoativa de origem xamânica. Em um Brasil contemporâneo marcado pelo expressivo consumo de substâncias - lícitas ou ilícitas - que alteram o estado de consciência das pessoas, nos chama a atenção o fato de determinados grupos religiosos utilizarem deste recurso como ingrediente ritualístico em suas práticas espirituais. As entidades e religiões brasileiras que fazem uso do chá *Ayahuasca* tem cada vez maior presença em nossa sociedade, seja pelo crescente número de adeptos e igrejas, seja pela exposi***ção na mídia,*** com expansão para os EUA e países da Europa. Ao estimularem o consumo de uma substância psicoativa, tais grupos estão sob o foco de interesse de autoridades, agências regulatórias e pesquisadores no que diz respeito à delicada e grave situa***ção d***o uso e abuso de drogas, com as complexas e imprevisíveis consequências que este fenômeno tem trazido para milhares de pessoas e famílias.

Por outro lado, em fase de intensa transformação psicossocial, jovens e adolescentes se deparam com distintas experiências, instituições e escolhas, diante de um mundo veloz e com valores questionáveis. Neste contexto, o contato com entorpecentes e drogas é quase inevitável, dentro de uma sociedade consumista, o que os conduz a se identificarem com diversos grupos e estilos de vida. No Brasil, e também no Ceará, desde a década de 1980 proliferam entidades e práticas espirituais que, por meio da alteração de consciência através de uma substância psicoativa – o chá *Ayahuasca* -, manifestam um claro propósito religioso em suas condutas. Nestas sociedades é que encontramos um considerável ***número de jovens e adolescentes que interessam*** a esta investigação. Nas próximas páginas apresentamos um quadro inicial dos estudos especializados sobre o tema, a partir de um levantamento bibliográfico, tendo por fontes principais: livros especializados, artigos científicos, dissertações acadêmicas, documentos institucionais e sítios na *internet*. Trata-se de parte de uma pesquisa em andamento, no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará.

2. Um quadro te*órico preliminar*

Por ser a religião um fenômeno multidimensional, muitos estudos nas áreas médicas, psicológicas e antropológicas, partindo de diferentes perspectivas demonstram evidências da influência da religião/espiritualidade na promoção da saúde. Somente no século XX, na Europa e Estados Unidos foram divulgados mais de 1.200 artigos (Hoenig et al. 2001) com resultados de pesquisas que examinaram a relação entre religião e saúde. Hoenig, Mccollough & Larson identificaram 850 estudos associando religião e saúde mental, além de toda uma série de artigos publicados de 2000 a 2006 (Moreira et al. 2006), com pesquisas realizadas no Brasil. Em torno de 80% dos resultados verificados com sujeitos investigados que demonstravam maior engajamento religioso, observou-se aumento do autoconhecimento, estabilidade emocional, paz, resistência física e emocional, autoconfiança e auto-imagem positiva.

Também foram observados redução de estresse, medo, ansiedade, sentimentos de inferioridade, desânimo, depressão e redução do uso/abuso de drogas psicoativas lícitas e ilícitas, entre outros problemas de saúde.

Há ainda uma importante literatura (Dalgalarrondo, 2007; Sanchez & Nappo, 2007), que pretende examinar os principais estudos científicos que tratam do papel da religiosidade no tratamento e na prevenção do consumo de drogas. Tais estudos têm apontado para evidência de que as pessoas que frequentam regularmente um culto religioso, ou que dão relevante importância a sua crença religiosa, ou ainda que pratiquem, no cotidiano, as propostas da religião professada, apresentam menores índices de consumo de drogas lícitas e ilícitas. As evidências apontam para a existência de uma associação positiva entre o não consumo de drogas e os altos índices de religiosidade que, em particular, são expressos pela frequência de participação nas igrejas e pela importância dada à religião professada.

É interessante observar que as religiões brasileiras[1] que fazem uso do chá *Ayahuasca*[2] em seus rituais religiosos, têm sinalizado que atuam como reestruturadores em relação ao desequilíbrio pessoal, familiar e social de seus adeptos, os quais estão sob pressão de diversas situações da vida, inclusive pelo uso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas. Esta constatação resulta de diversos estudos etnográficos, a exemplo dos trabalhos de Cemin (2000a, 2000b), Labigalini (1998), Ricciardi (2008), Souza (2010), Gomes (2011), Fernandes (2012) e Mizumoto (2012).

Além disso, o uso ritual da *Ayahuasca* tende a reforçar os mecanismos estruturadores da sociedade, como a coesão hierárquica e a harmonia com a natureza (Couto, 1989). Por sua vez, Edward Macrae (1992) observou também que os rituais religiosos produzem efeitos estruturantes, haja vista que a participação regular nestes

---

1 Há diversas religiões *ayahuasqueiras* institucionalizadas no Brasil, que usam o chá *Ayahuasca* em seus rituais, sendo as mais tradicionais: Santo Daime, Barquinha e União do Vegetal (UDV).

2 Bebida psicoativa utilizada por diversas etnias indígenas da Amazônia, por entidades religiosas e por grupos terapêuticos, dentre outros. Para os seguidores da UDV, o culto religioso aqui considerado, a *Ayahuasca* é denominada *Hoasca ou Vegetal,* sendo uma bebida ritualística com forte significado espiritual.

rituais expressa valorização da autodisciplina, possibilitando aos adeptos direcionarem suas vidas e tornarem-se mais eficazes nas atividades do dia-a-dia.

Por se tratar de um fenômeno complexo que tem influências de fatores genéticos, psicológicos e sociais, a relação entre religiosidade e substancias psicoativas por jovens e adolescentes tem sido também objeto de investigações multidisciplinares. Segundo Dalgalarrondo (2004), tanto o envolvimento com o uso de substâncias psicoativas quanto a prática religiosa são dimensões muito significativas da experiência pessoal e social dos jovens e adolescentes. E tais experiências têm impacto significativo sobre a saúde física e mental, sobre comportamentos de risco e sobre o desenvolvimento psicossocial dos jovens e adolescentes. Alguns estudos (Dalgalarrondo et al. 2004; Sanchez et al. 2004) realizados em diferentes contextos socioculturais, inclusive no Brasil, indicam um importante efeito da afiliação religiosa e de diferentes dimensões da religiosidade associadas à modulação do uso de álcool e drogas em adolescentes e jovens.

Conforme Parfrey (Apud Sanchez & Nappo, 2007) uma das pesquisas mais antigas que se referem à relação existente entre a religião e drogas, foi realizada na Irlanda com 458 universitários. O estudo demonstrou que em populações de estudantes adolescentes e jovens verifica-se a associação entre não ter religião (ou pertencer a denominações mais liberais), ter pouca crença religiosa, não frequentar igreja e cultos e apresentar maior uso de álcool e drogas. Notou-se maior consumo de álcool entre os estudantes com menor crença em Deus e menor frequência aos cultos religiosos. Vale ressaltar que estes resultados que avaliaram correlação entre a religiosidade e o consumo de drogas foram gerados a partir de meios estatísticos, sem enfocar os mecanismos estruturais do fenômeno.

Em outra pesquisa realizada em diversas bases de dados (*Medline, Lilacs, Scopus*, dentre outras), Ribeiro e Minayo (2013) procuraram avaliar o papel da religião na promoção da saúde, na prevenção da violência e na reabilitação e recuperação de pessoas envolvidas com a criminalidade. As autoras selecionaram e analisaram 29 estudos entre 1990 e 2011 nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola. Os resultados apontam a função do grupo e o papel da religião na reabilitação de pessoas, na prevenção do envolvimento com a criminalidade, em orientações correcionais e em situações de desigualdade social, sejam elas de ordem econômica, política ou cultural. No mesmo estudo foi feita uma discussão dos principais temas encontrados, destacando-se a multiplicidade de funções da religião, sua atuação junto às pessoas encarceradas, como base de apoio e controle social, e sua influência na promoção da saúde mental e da qualidade de vida. Entrevistando sessenta e dois jovens entre usuários e não usuários de drogas foram identificados, entre os fatores protetores mais citados, a estrutura familiar e a religiosidade. As autoras, por fim, destacam a contribuição que as religiões podem trazer para a prevenção da violência e para a reabilitação de pessoas, mesmo que tal condição não seja consensual entre os pesquisadores da área.

Vale ressaltar que existem grupos religiosos no Brasil, cujos credos e práticas não favorecem a promo**ção da saúde em vários aspectos. Isto ocorre,** especificamente, quando há promoção da culpa, sem orientação para um processo de ressignificação; quando existe fanatismo e tradicionalismo opressivo; quando há proibições de uso de medicamentos e transfusões de sangue, comportamento passivo esperando por Deus para mudar a sua situação, redefinindo o estressor como um castigo de Deus ou como um ato do diabo. E, ainda, quando existem tendências não favorecedoras da solidariedade, da participação política e da criticidade, permitindo mecanismos de exclusão. Isto demonstra que a religião tanto pode contribuir para os cuidados de saúde, como contrariamente pode dificultar diversos processos, conforme indica a citação abaixo:

> "Sometimes, religion may become rigid and inflexible, and be associated with magical thinking and resistance. It may be helpful to integrate the patient into society, or motivate him/her to seek treatment (promoting guilt that motivates treatment in a pedophilic, for instance). It may hinder treatment if it forbids psychotherapy or the use of medication. In Brazil, where religious change is occurring rapidly, poverty and lack of education might make people vulnerable to spiritual abuse." (Moreira et al. 2006: 242)

De outra parte, podemos observar pela literatura levantada, que tanto em estudos com contornos mais qualitativos e etnográficos (Cemin, 2000; Labigalini, 1998; Ricciardi, 2008; Souza, 2010; Gomes, 2011, Fernandes, 2011; Mizumoto, 2012; Ribeiro & Minayo, 2013) quanto naqueles de traços mais quantitativos e epidemiológicos (Dalgalarrondo, 2007; Sanchez & Nappo, 2007), a dimensão da religiosidade/espiritualidade é levada em conta de inúmeros modos. Ambas as vertentes de pesquisa tendem a enfocar mais o papel da religiosidade para a prevenção primária do consumo, como também no tratamento do abuso e dependência de substâncias psicoativas. Dada a complexidade das questões sociais envolvidas na atualidade (desestruturação familiar e social, descontinuidade escolar, problemas de saúde e violência, tráfico de drogas, jovens em conflito com a lei), torna-se relevante a realização de pesquisas nesta área, haja vista que o suporte científico é fundamental para o enfrentamento de tal problemática.

3. Religião, espiritualidade, juventude...

Os termos religião, religiosidade e espiritualidade recebem conceituações diferentes. Embora exista um infindável debate epistemológico sobre estes conceitos, para o entendimento do presente trabalho vamos utilizá-los com as seguintes definições: religião é um sistema institucionalizado e organizado de crenças, doutrinas, práticas rituais e símbolos que os indivíduos aderem para facilitar a proximidade com o sagrado ou o transcendente. Na clássica definição de Durkheim "uma religião é um sistema solidário de crenças e de práticas relativas às coisas sagradas, ou seja, separadas, interditas; crenças e práticas que se unem numa mesma comunidade moral, chamada igreja, todos aqueles que aí aderem" (Durkheim, 1989: 137). Já a religiosidade, segundo Miller (1998), consistiria na crença e prática dos fundamentos propostos por uma religião, expressões de fé, participações em rituais religiosos, ações políticas e sociais, de fraternidade e compaixão.

Por sua vez a espiritualidade é uma característica única e individual, traduzindo-se por uma dimensão de força interior de uma pessoa, que pode ou não incluir a crença em um "Deus", sendo responsável pela ligação do "eu" com o universo e com os outros, caracterizado por um modo de viver as relações entre o indivíduo e o transcendente. Ela engloba a necessidade de busca do bem-estar e crescimento, além da percepção do significado do mundo e a busca por respostas para as perguntas fundamentais sobre a vida, acerca de nossa condição existencial, e daquilo que realmente valeria a pena viver. Está assim para além da religiosidade e da religião, conforme assinala Sullivan (1993).

A análise do fenômeno religioso tem sido privilegiada pela Sociologia e Antropologia ao longo de sua constituição. É pertinente dizer que ele é inseparável do objeto de interesse das Ciências Sociais desde o seu nascimento enquanto disciplina científica até os dias de hoje. Importantes cientistas sociais desenvolveram compreensões sistemáticas das antigas e recentes dinâmicas da religião e da religiosidade. Autores clássicos como Max Weber, Emile Durkheim, Marcel Mauss e Georg Simmel, com perspectivas diferentes, dedicaram-se ao estudo dos fenómenos religiosos.

A abordagem sociológica do fenômeno religioso privilegia o papel da religião na sociedade. É um modo de perscrutar a religião realçando os aspectos sociais da crença e da prática religiosa. Nesta perspectiva busca-se compreender a interdependência entre vida religiosa e o contexto social. Desse modo, a religião é simultaneamente individual e social. Mesmo às experiências místicas mais intensamente subjetivas é atribuído um significado através de símbolos socialmente disponíveis e tem valor, em parte, devido às interpretações culturalmente estabelecidas dessas experiências (Macrae, 1992).

Segundo o antropólogo Marcel Mauss (1974), a religião é compreendida como um "fato social total", que envolve múltiplas dimensões de análise, procurando integrar aspectos históricos, psicológicos e sociológicos. Dessa forma, ele concede um espaço à dimensão psíquica e da individualidade, haja vista que sua definição de religião remete para a sua interiorização, transformada assim em parte essencial da personalidade dos indivíduos.

Por sua vez Clifford Geertz realça que a religião opera uma convergência entre duas dimensões. De um lado estão as ideias mais abrangentes sobre ordem que estão na visão de mundo que remete para a metafisica, a cosmologia e a ontologia. De outro, está o *ethos* que evoca os valores, o estilo de vida e as disposições morais

e estéticas (Teixeira, 2011). Assim a religião para Geertz articula dimensões intelectuais e emocionais que evocam concepções de realidade e valorizações morais culturalmente construídas. Para o religioso, há uma conexão intelectual e emocional entre os valores que mantém e a estrutura que considera inerente à realidade. E existem vínculos necessários entre o modo como se deve viver e o modo como as coisas são. Os símbolos religiosos consistem em uma modalidade dos símbolos culturais que funcionam impondo significados à experiência (Geertz,1978). Esta discussão fortemente teórica é pertinente ao tema tratado neste estudo, pois fornece um enquadramento conceitual importante para se entender o comportamento religioso associado à juventude e ao consumo de drogas. Neste sentido, encontramos com frequência na literatura sobre o tema "religiosidade e drogas" o foco mais no papel da religiosidade para a prevenção primária do consumo de substâncias psicoativas e, também, o da espiritualidade no que diz respeito ao tratamento da dependência química (Sanchez et al. 2004).

No Brasil para as políticas públicas as noções de adolescente e de jovem referem-se a uma fase da vida. São consideradas adolescentes as pessoas entre os 12 até os 18 anos incompletos, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/90 | Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990[3]. Já o Jovem ou a juventude, embora não tenha limites etários bem demarcados, também vai corresponder à faixa de idade dos 14 aos 24 anos, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU). No entanto, a Organização Internacional da Juventude (OIJ) amplia essa faixa até os 29 anos. A maioria das pesquisas utiliza como referência o período de vida que se estende dos 12 até os 29 anos de idade, portanto incluindo jovens e adolescentes, por corresponder à faixa etária considerada mais vulnerável ao uso e abuso de substâncias psicoativas.

Juventude é uma categoria que tem em sua construção uma dimensão sócio-histórica, e que pode ser analisada partindo-se de vários pontos de vista, como: faixa etária, contingente populacional, período de transição da vida adolescente para adulta, categoria social ou ainda geracional. Para Marialice Foracchi a juventude é caracterizada a partir de um registro tríplice: o reconhecimento de que se trata de uma fase da vida, a constatação de sua existência como força social renovadora e a percepção de que vai muito além de uma etapa cronológica, por constituir um estilo próprio de existência e de realização do destino pessoal. Ela enfatiza que "não sendo passível de delimitação etária, a juventude representa, histórica e socialmente, uma categoria social gerada pelas tensões inerentes à crise do sistema. Sociologicamente, a juventude representa um modo de realização da pessoa, um projeto de criação institucional, uma alternativa nova de existência social" (Apud Augusto, 2005: 12).

Existem ainda outras maneiras de se compreender o jovem. Na sociedade moderna ocidental, juventude é um período da vida que começa com as mudanças físicas da puberdade e termina, em teoria, com a inserção no mundo adulto, caracterizado pelo mercado de trabalho e pela constituição de um núcleo familiar. Essa fase de transição não possui um tempo determinado, ela se alonga na sociedade contemporânea, comportando diferentes períodos dependendo do contexto social e da trajetória de cada indivíduo (Dayrell, 2005).

Como etapa que antecede a maturidade, mesmo sendo um período transitório da vida, a juventude possui qualidades e significados próprios, expressando sua cultura no espaço das cidades gerando grande visibilidade. É uma fase dramática da revelação do eu, essencial para a formação da pessoa, momento definitivo de descoberta da vida e do meio social, no qual ela se desenvolverá e construirá sua trajetória.

As trilhas que são oferecidas aos jovens para sua trajetória vão mobilizar seus recursos e potencialidade. Estas trilhas são alternativas geradas a partir da sua inserção social. "Cada sociedade constitui o jovem à sua imagem", ou seja, impõe-lhe um modo de ser que jamais poderia surgir a partir dele próprio – cria-o (fabrica-o) como indivíduo social, assim pensa Castoriadis (Apud Dayrell, 2005). Ao mesmo tempo a juventude também é identificada como força dinamizadora da vida social, atuante em sua transformação, para o que se une a outras forças operantes na sociedade. De um lado, sua busca por uma sociedade mais justa leva-a a emergir como porta-voz dos desfavorecidos, revelando as formas de opressão existentes; de outro, sua flexibilidade permite-lhe experimentar novas alternativas e adaptar-se com relativa facilidade a modos de conduta e padrões de vida anteriormente desconhecidos.

---

3 O documento pode ser encontrado em http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91764/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-lei-8069-90

A diversidade de grupos e estratos sociais numa mesma sociedade pode produzir tipos de jovens bastante diversos, na medida em que se inserem em posições distintas e apropriam-se de hábitos e valores específicos de acordo com essa inserção. Assim, a juventude pode ser encarada como um fenômeno múltiplo, com uma grande variedade de "mundos" jovens, constituindo diferentes formas de *juventudes*, no plural (Dayrell, 2004). Além disso, a juventude está sempre em processo de construção, em constante transformação ao longo dos tempos e espaços, resultando em diversas formas de "ser jovem" no mundo contemporâneo.

4. Políticas sobre drogas no Brasil

As substâncias psicoativas ou "drogas", como são conhecidas na atualidade, referem-se a determinados tipos de substâncias que ao serem consumidas pelo ser humano tendem a alterar os estados de consciência. Incluem-se nesta categoria os compostos sintetizados de princípios ativos de inúmeros vegetais, como a morfina, codeína, atropina, cafeína, cocaína, heroína, mescalina, barbitúricos, *ecstasy*, colorantes, solventes, fixadores, bebidas alcoólicas, apenas para mencionar alguns dos mais conhecidos; e também sendo subprodutos de vegetais *in natura* como tabaco, maconha, peiote etc. Ao nos referirmos a psicoativos consideramos tanto aqueles que são classificados como "drogas" lícitas quanto ilícitas pela sociedade contemporânea. Como é de domínio público, o consumo crescente e abusivo destas substâncias está associado a comportamentos de risco, violência, discriminação social, dentre outros agravantes. Da parte dos governos, tem-se como resposta diversas ações (legislação, orientações psicossociais, apoio psiquiátrico, repressão policial) que visam lidar com esta realidade, de diversos modos.

As Politicas públicas sobre Drogas constituem um conjunto de diretrizes com característica regulatória. Seu surgimento e desenvolvimento dão-se à luz dos contextos sócio históricos, nacionais e internacionais. Sua formulação está diretamente relacionada ao lugar que uma sociedade concede às drogas, à percepção que possui delas e à maneira como tolera algumas e exclui outras. Trata-se de uma expressão de seu próprio funcionamento, a maneira como se representa como coletividade e, as relações que o imaginário social mantém com as substâncias psicoativas; o que nos permite concluir que a significação profunda das drogas não se encontra nelas – na substância, na *coisa em si* – mas no coração da cultura.

Sobre as "drogas" incide toda uma problematização social que as constitui em certo tipo de realidade – um conjunto de significações que estão inseridas em contextos sociais e históricos de diferentes tipos. Se, nas sociedades pré-modernas, as "drogas" estavam vinculadas aos ritos e mitos, que permitiam estabelecer relações com os Deuses, com os mortos ou revelar um destino, nas sociedades modernas seu consumo se associa a experiências de busca por prazer, que produzem e revelam simultaneamente as relações que um indivíduo mantém consigo mesmo e com o próximo, em contextos existenciais particulares.

Dessa forma, as Politicas Públicas sobre Drogas vêm se constituindo como resultado do confronto entre objetividade e subjetividade e se situa no lugar de convergência das tensões da condição moderna: de um lado, a afirmação do indivíduo soberano e igual a todos os outros, que modifica seu estado de consciência usando sua liberdade; de outro, o desenvolvimento de uma sociedade disciplinar e intervencionista, cuja ênfase na racionalidade e no utilitarismo social se impõe objetivamente sobre a complexidade do sujeito. Assim, a questão das "drogas" eclode como uma das expressões da tensão inerente à condição moderna, e as respostas escolhidas para essa indagação, construídas historicamente sob a égide do proibicionismo e da medicalização, acabaram por elevá-la à categoria de problema social. Desde então, um conjunto de atores sociais e instituições estatais e privadas se ocupam dele, direta ou indiretamente, formando um campo de interação (Thompson, 2002) – o campo das drogas – no interior do qual são produzidos os discursos, imagens, textos, normas e políticas que envolvem a produção, o comércio e o consumo das substâncias psicoativas, bem como seus modelos interpretativos e ações, políticas públicas, projetos e programas de intervenção.

Apenas em 2001 o campo das drogas, lícitas e ilícitas, passa a ser objeto das políticas públicas no Brasil, a partir da homologação da Política Nacional Antidroga (PNAD). Em sua introdução, a PNAD assevera que o uso indevido de drogas constitui, na atualidade, séria e persistente ameaça à humanidade e à estabilidade das estruturas e valores políticos, econômicos, sociais e culturais de todos os estados e sociedades. E acrescenta:

> "Questão de relevância, na discussão dos efeitos adversos gerados pelo uso indevido da droga, é a associação do tráfico de drogas ilícitas e dos crimes conexos, geralmente de caráter transnacional, com a criminalidade a violência. Esses fatores ameaçam a soberania do País e afetam a estrutura social e econômica interna, exigindo que o Governo adote uma postura firme de combate a tais ilícitos, articulando-se internamente e com sociedade, de forma a aperfeiçoar e otimizar seus mecanismos de prevenção e repressão e garantir o envolvimento e a aprovação dos cidadãos". (PNAD, 2001: 7)

Mas os especialistas apontam que a realidade do tráfico e da violência associada à produção e à comercialização das drogas na América do Sul sinaliza para a urgente necessidade de seus países adotarem políticas próprias. O documento produzido pela Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia foi um importante passo nessa direção, pois, apesar de não possuir efeitos concretos, marca uma posição política de dissidência e autonomia em relação a Washington. Criada pelos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, César Gaviria (Colômbia) e Ernesto Zedil (México) e integrada por 17 personalidades independentes, a Comissão avaliou o impacto das políticas de "guerra contra as drogas" e formulou recomendações para "estratégias mais eficientes, seguras e humanas" (COMISSÃO LATINO-AMERICANA SOBRE DROGAS E DEMOCRACIA, 2009).

A partir do diagnóstico de que, apesar dos grandes investimentos, a estratégia com ênfase na repressão à produção e ao tráfico, bem como na criminalização do consumo, não produziu o êxito esperado, o documento sugere uma revisão das políticas de drogas na América Latina, com foco na saúde pública. O Relatório traz uma provocação interessante ao afirmar que o modelo atual de política de repressão às drogas está firmemente arraigado em preconceitos, temores e visões ideológicas. O tema se transformou em um tabu que inibe o debate público por sua identificação com o crime, bloqueia a informação e confina os consumidores de drogas em círculos fechados, onde se tornam ainda mais vulneráveis à ação do crime organizado. Por isso, romper o tabu, reconhecer os fracassos das políticas vigentes e suas consequências, é uma precondição para a discussão de um novo paradigma de políticas mais seguras, eficientes e humanas (COMISSÃO LATINO-AMERICANA SOBRE DROGAS E DEMOCRACIA, 2009: 6).

Desde os anos 1980, instituições internacionais europeias reconheceram a necessidade de abordagens mais flexíveis e pragmáticas no trato do uso e abuso de drogas. Inicia-se um movimento de questionamento da política proibicionista vigente a partir de dados que comprovavam sua ineficácia. Os custos da política proibicionista têm sido altos, não apenas porque não conseguiu interromper a rota do tráfico pelo Brasil, mas porque tornou o país um mercado atraente para traficantes de drogas e armas. As mortes contabilizadas nas estatísticas públicas podem exemplificar a dimensão da trajetória induzida pelo arranjo dos poderes institucionais e do crime organizado no contexto da criminalização do uso das drogas, o que indica a necessidade de ampliar os debates em direção a uma mudança de paradigma no trato da questão. Envolvendo diretamente setores do Poder Judiciário e Legislativo, assim como as Políticas públicas de Direitos Humanos e Políticas públicas de Saúde.

No Brasil, por conta do avanço acelerado da utilização do *Crack*, até o final de 2014 o Governo Brasileiro tem em seu orçamento, investimentos da ordem de R$ 4 bilhões só para o Plano de Enfrentamento ao *Crack*[4], sendo a execução desta política voltada quase que exclusivamente para as estratégias de tratamento. As ações de prevenção são transferidas para os municípios, sob a justificativa da eficácia da descentralização para atender as peculiaridades locais e o envolvimento da sociedade civil organizada. Estes municípios, por sua vez, não estão preparados para absorver tal tarefa. E o mais agravante é que na melhor das hipóteses aqueles gestores que estão cientes da gravidade do problema só conseguem encaminhar ações voltadas para o tratamento. Dessa forma, as ações voltadas para a prevenção são insuficientes, resumindo-se a palestras educativas no âmbito escolar e capacitações para educadores de escolas públicas, conselheiros e lideranças comunitárias, realizadas

4 Dados disponíveis no *site* do Ministério da Justiça em www.senad.gov.br e no Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID) em www.obid.senad.gov.br

pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), órgão do Ministério da Justiça em parceria com o Ministério da Educação.
A sociedade brasileira e o governo ainda precisam reconhecer a devida importância aos fatores de proteção, fundamentais para prevenção, a partir da promoção integral da saúde principalmente dos jovens e adolescentes. Para tal, as politicas públicas de educação, saúde, juventude, criança e adolescente, necessitam criar estratégias cada vez mais interdisciplinares, já que a problemática do uso e abuso de "drogas", assim como a prevenção, envolvem a interdependência de diversos contextos – individual, familiar, escolar, grupo de pares, influências midiáticas, comunidade de convivência, seja esta religiosa e/ou social como clubes recreativos, e outros ambientes que promovem as sociabilidades juvenis, inclusive criados por eles.

5. Os jovens e o uso do chá *Hoasca* nos rituais da União do Vegetal

As religiões *ayahuasqueiras* são aquelas entidades que usam o chá *Ayahuasca,* também conhecido por *Hoasca, Daime ou Vegetal*, em seus rituais religiosos. Trata-se de uma bebida psicoativa utilizada por diversas etnias indígenas da Amazônia e instituições religiosas como Santo Daime, Barquinha e União do Vegetal. A *Ayahuasca* é produzida a partir do cozimento do cipó *Banisteriopsis caapi* com folhas do arbusto *Psychotria viridis*. Nas folhas de *Psychotria* encontramos a *Dimetiltriptamina* (DMT) como princípio ativo. O cipó, por sua vez, possui as beta-carbolinas, que agem como inibidores da enzima *monoaminoxidase* (IMAO). Esta combinação age nos níveis de serotonina no cérebro, causando forte modificação perceptiva a quem prova desta bebida.
No Brasil, a regulamentação do uso do Chá *Ayahuasca* nas religiões citadas passou por um longo período de análise, e teve como base **várias pesquisas acadêmicas nas áreas médicas,** farmacológicas e antropológicas, além da participação ativa dos grupos religiosos na elaboração da proposta. Em maio de 2004 o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), órgão ligado ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, reconheceu a legitimidade do uso religioso da substância psicoativa *Ayahuasca*. Em 2005 a Política Nacional Antidrogas, até então vigente, foi realinhada e, em novembro de 2006, o CONAD aprovou os "princípios deontológicos" para o uso da bebida, até que em 25 de janeiro de 2010, através da Resolução n.º 1, o CONAD regulamentou o uso religioso da *Ayahuasca*.
Para os seguidores do culto religioso aqui considerado, a União do Vegetal - UDV, a *Ayahuasca* é uma bebida sagrada, cujos significados se relacionam à constituição de todo um conjunto simbólico, ritualístico e cosmológico, associando-se à noção de sacramento, ou seja, representa um objeto sagrado e espiritual. Para as autoridades que tratam do tema, ela constitui uma exceção no tratamento convencionalmente dado a uma determinada classe de substâncias psicoativas. Ficou patente a necessidade de uma abordagem mais abrangente para tratar do uso dessa substância, considerada psicoativa. A análise não se limitou ao aspecto farmacológico como o principal determinante dos efeitos do chá, mas observou-se o contexto de uso, as expectativas e o estado psicológico dos usuários. Dessa forma, evidenciando-se uma prática efetiva de redução de danos, isto possibilitou a legalidade e a permanência dessas religiões na sociedade brasileira. Segundo Macrae:

> "A participação na comunidade religiosa daimista, assim como daquelas que comungam das outras fés *ayahuasqueiras*, aciona os diversos mecanismos socioculturais, detectados por Becker, Zinberg e Grund como importantes para usos controlados de psicoativos menos danosos à saúde e socialmente mais integrados. (...) O circuito retroalimentado, discutido por Grund, está inteiramente presente no contexto do uso religioso do enteógeno, já que esse garante a disponibilidade da substância, restringindo o seu uso para certos momentos rituais e para o quadro doutrinário, ao mesmo tempo em que, veiculando uma série de valores e regras de conduta, serve, também, para dotar o adepto de uma vida bastante estruturada, ao colocá-lo em convivência com outros seguidores da doutrina e ao prescrever toda uma série de expectativas de comportamento não só quando da participação nos rituais, mas, também, em todos os momentos de sua existência cotidiana". (Macrae, 2009: 34)

Entre as religiões *ayahuasqueiras*, a UDV é considerada a sociedade que apresenta o maior grau de institucionalização e homogeneidade, com grupos em todas as capitais do Brasil, na Europa, Austrália e Estados Unidos, possuindo em torno de 40 mil adeptos, com aproximadamente quatro mil jovens (Alto Falante, 2011). Ela detém características particulares entre os grupos *ayahuasqueiros*, tais como forte organização administrativa e hierarquização. Os rituais acontecem com a ingestão de certa quantidade do chá *Hoasca*, também chamado *Vegetal,* cujo efeito tem o objetivo de facilitar a concentração mental. Os fiéis recebem o chá do Mestre Representante, autoridade do Centro espírita local, e se sentam por quatro horas para estudar os preceitos doutrinários trazidos pelo Mestre Gabriel, o fundador da UDV. Os jovens a partir dos 12 anos podem participar das sessões rituais uma vez por mês, e com 14 anos duas vezes por mês, geralmente acompanhados dos pais e de outros membros da família. Ao completarem 18 anos, os jovens podem se tornar sócios, e então passam a usar o fardamento padrão para homens e mulheres, pagando a mensalidade com vistas a auxiliarem nas despesas. Estes jovens e adolescentes participam da UDV por meio de rituais e cerimônias (sessões espirituais, preparo do chá, casamentos), atividades comunitárias (mutirões e eventos beneficentes), recreativas (esportivas, artísticas) e de estudo (oficinas e cursos).

Neste contexto, buscando-se esclarecer questões levantadas por segmentos do governo e da sociedade em relação aos possíveis prejuízos ao desenvolvimento de crianças e adolescentes usuários do chá e frequentadores da UDV, e levando-se em conta aspectos psicossociais gerados pelo exemplo dos pais que poderiam predispor estes adolescentes ao uso e abuso de outras substâncias psicoativas, foi conduzida uma pesquisa intitulada *Projeto Hoasca na Adolescência*. A investigação foi desenvolvida por uma equipe binacional de pesquisadores da Universidade da Califórnia (UCLA), em Los Angeles, e da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), cujos resultados foram publicados no *Journal of Psychoactive Drugs*, em 2005. Foram realizados testes psiquiátricos em 40 adolescentes membros da comunidade UDV, sendo comparados com 40 adolescentes de um grupo controle, pareados em sexo, idade e educação, com escalas de triagem para depressão, ansiedade e álcool. Foi avaliada a saúde física e mental, assim como o comportamento de adolescentes usuários do chá nos rituais religiosos da UDV, para verificar se o consumo da *Ayahuasca* por longo prazo ocasionaria prejuízos ao seu desenvolvimento. Foram também avaliados os padrões de uso de outras substâncias psicoativas de acordo com os critérios da Organização Mundial de Saúde: uso pontual ao longo da vida, uso no ano anterior e uso recente de uma variedade de substâncias psicoativas. Os resultados comprovaram que os adolescentes da UDV mostravam-se com desenvolvimento físico e mental semelhante ao grupo comparado, e ainda sugeriram que o uso da *Ayahuasca*, poderia ter um efeito protetor contra o abuso de álcool e de outras substancias psicoativas. Foram encontradas ligeiras diferenças em favor do grupo *ayahuasqueiro* em termos de menores sintomas de ansiedade, menores dismorfias da imagem corporal e menores transtornos de déficit de atenção, assim como baixas frequências de sintomas psiquiátricos. (Doering-Silveira et al., 2011), Na mesma pesquisa também foram identificadas diferenças significativas de personalidade. Os sujeitos do grupo *ayahuasqueiro* foram considerados mais confiantes, otimistas, extrovertidos, energéticos, persistentes, reflexivos, e com marcação superior em medidas de desejabilidade social e emocional, e maturidade. Esses resultados, segundo os pesquisadores, provavelmente refletem o forte sentimento de pertença a uma bem-estruturada comunidade religiosa, aspectos que foram analisados através das pesquisas de Andrade (2002), Brissac (1999), dentre outros.

No mesmo projeto foram conduzidas investigações psicoculturais (Dobkin et al. 2005) utilizando-se métodos qualitativos com entrevistas e grupos focais visando compreender e complementar os estudos quantitativos realizados. Os dados qualitativos mostraram que os adolescentes na União do Vegetal parecem saudáveis, pensativos, atenciosos e ligados a suas famílias e colegas religiosos. Os dados foram coletados entre 56 voluntários adolescentes, com idades entre 15 e 19 anos, a partir de três cidades do Brasil (São Paulo, Campinas e Brasília). O grupo controle foi constituído por voluntários das mesmas escolas que os adolescentes da UDV. A amostra retirada foi basicamente urbana, composta por estudantes de classe média e médio-alta.

De um ponto de vista antropológico, os dados obtidos da observação participante e de entrevistas permitiram uma melhor compreensão do contexto social em que o uso da *Ayahuasca* ocorre entre os próprios adolescentes, comparados ao grupo controle. O estudo incluiu exame de crenças religiosas, organização social, entre outros aspectos. Os pesquisadores (Dobkin et al. 2005) utilizaram uma perspectiva teórica que compreende a cultura, a sociedade e o comportamento humano não apenas como um conjunto aleatório de ocorrências que se

desenvolvem com ou sem razão, mas sim como o resultado da interação de variáveis que influenciam a condição humana, com correlações de duas ou mais variáveis que interagem em conjunto. Nenhum aspecto da cultura e da sociedade pode ser completamente compreendido por qualquer causa única ou variável independente. Assim, eles trabalharam com hipóteses multidimensionais, onde muitas variáveis interagiram umas com as outras, dando origem a uma perspectiva holística, na tentativa de entender o sistema sociocultural através das interligações entre estas variáveis (Scupin, 1995).

Os jovens foram questionados sobre responsabilidade, condições de moradia, qualidade de vida em casa, relações com seus pais e amigos, expectativas de futuro e opções de carreira, valores morais e éticos, afiliação religiosa, experiência com drogas lícitas e ilícitas, experiência sexual e percepção da violência e da corrupção na sociedade. Estes aspectos relacionados a diferentes dimensões da sociabilidade, alienação e integração social foram examinados dentro da sociedade. Em linhas gerais, o grupo da UDV parece ser mais responsável, respeitoso e preocupado com o bem-estar dos outros. Eles também tendem a ser menos conflituosos e apresentaram maior otimismo e autocontrole. Também parece haver uma melhor qualidade de vida em casa, com relacionamento mais próximo com seus pais quando comparados ao grupo controle. Eles não diferem significativamente em relação à virgindade ou uso de drogas, exceto a *Ayahuasca* que é usada sacramentalmente. Neste sentido, os dados qualitativos foram bastante reveladores ao demonstrar que os jovens *ayahuasqueiros* parecem ser saudáveis, pensativos, atenciosos e vinculados a suas famílias e parceiros religiosos (Rios et al., 2005). Este estudo revela aspectos significativos no assunto de nosso interesse, provocando a necessidade de outras pesquisas para aprofundar as conclusões obtidas.

Em fase de revisão de literatura e de visitas exploratórias ao campo, estaremos realizando nos próximos meses de 2015 a pesquisa sócio-antropológica, em que analisaremos a conduta dos jovens que fazem o uso da substância psicoativa *Ayahuasca* em rituais religiosos, no Centro Espírito Beneficente União do Vegetal (UDV). O estudo tem orientação qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e documental, observação etnográfica e entrevistas junto a jovens e membros da UDV, na cidade de Fortaleza, Ceará, no Nordeste do Brasil. Atualmente a UDV conta no território do Ceará com sete unidades administrativas, denominadas Núcleos. Na região metropolitana de Fortaleza estão localizados cinco destes núcleos, com uma média estimada de 180 pessoas por unidade administrativa. Isto totaliza cerca de 900 pessoas frequentando regularmente esta instituição, na área considerada. Aproximadamente 10% deste total são compostos por jovens e adolescentes, correspondendo a 90 pessoas distribuídas nos diversos núcleos.

O objetivo deste estudo consiste em compreender como jovens usuários do chá *Ayahuasca*, participantes ativos de práticas religiosas e comunitárias da UDV, lidam com a questão do uso de substâncias psicoativas na atualidade. Aspectos importantes estão sendo abordados, entre os quais: estilos de comportamento, valores sociais associados à saúde, prevenção às drogas e conduta religiosa. Colocamo-nos o desafio de entender como as práticas comunitárias e religiosas podem criar disposições que permitam aos jovens internalizar uma socialização que dê origem a uma condição de proteção contra a ocorrência de transtornos relacionados ao uso de substâncias psicoativas. É também nosso propósito averiguar quais contribuições a experiência particular com jovens da UDV pode trazer no sentido do fortalecimento dos jovens frente ao tema das drogas e para o aperfeiçoamento de políticas públicas sobre drogas no Brasil.

6. Referências bibliográficas

ALTO FALANTE. (2011), *Jornal Institucional do Centro Espírita Beneficente União do Vegetal*, Edição Histórica. 22 de julho.

ANDRADE, A. P. (2002), "Contribuições e limites da União do Vegetal para a nova consciência religiosa". *In* LABATE, B. C. e ARAÚJO, W. S. (orgs). *O Uso Ritual da Ayahuasca*. São Paulo: Mercado das Letras.

AUGUSTO, M.H.O. (2005), Retomada de um legado intelectual: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. *Revista Tempo social* – USP.

BECKER, H. (1997), *Uma teoria da ação coletiva: consciência, poder e efeito da droga*. Rio de Janeiro: Zahar.

BRISSAC, S. (1999), *A Estrela do Norte Iluminado até o Sul: uma etnografia da União do Vegetal em um contexto urbano.* Dissertação de Mestrado. Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ.

CEMIN, A. B. (2000a), *Ordem, xamanismo e dádiva – o poder do Santo Daime.* São Paulo: 3ª. Margem.

CEMIN, A. B., MADEIRO, E.C., ARAÚJO, E.D. (2000b), "Ayahuasca como terapêutica para o uso de drogas (o imaginário do uso e da cura)". *Revista eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário*. Universidade Federal de Rondônia. Disponível em: www.cei.unir.br/artigo22.html

COMISSÃO LATINO-AMERICANA SOBRE DROGAS E DEMOCRACIA. (2009), *Drogas e democracia: rumo a uma mudança de paradigma*. Declaração da Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia. Disponível em: www.cbdd.org.br/comissao-latino-americana-sobre-drogas-e-democracia

COUTO, F.L.R. (1989), *Sinais dos Tempos Santos e Xamãs*, Tese de Mestrado. Brasília: UnB.

DALGALARRONDO, P. (2007), "Estudos sobre religião e saúde mental realizados no Brasil: histórico e perspectivas atuais". *Revista Brasileira de Psiquiatria Clínica*, 34, supl 1; pp. 25-33.

DALGALARRONDO, P.; SOLDERA, M.A.; CORRÊA FILHO, H. R.; SILVA, C.A.M. (2004), "Religião e uso de drogas por adolescentes*". Revista Brasileira de Psiquiatria*, 26(2): pp. 82-90.

DAYRELL, J. (2005), "Juventude, grupos culturais e sociabilidade: comunicação, solidariedade e democracia". *Revista de Estúdios sobre Juventud*, México.

DAYRELL, J. (2004), "Juventude, grupos culturais e sociabilidade". *Revista do Observatório da Juventude do Centro Cultural da UFMG*. Belo Horizonte-MG: UFMG.

DOBKIN, M. R., DOERING-SILVEIRA, E., GROB, C., LOPEZ, E., ALONSO, L.K. TACLA, C. & SILVEIRA, D. X. (2005), "Psychoactive Drugs Use Among Adolescents Using Ayahuasca within a Religious Context", *Journal of Psychoactive Drugs*, Vol. 37(2), June.

DOERING-SILVEIRA, E.; GROB, C. (2011), "Ayahuasca na adolescência: uma avaliação neuropsicológica". In BERNARDINO-COSTA, J. *Hoasca: ciência, sociedade e meio ambiente.* Campinas-SP: Mercado de Letras.

DURKHEIM, E. (1989), *As Formas Elementares de Vida Religiosa*. São Paulo: Ed. Paulinas.

FERNANDES, H. A. (2012), *Droga, religião e cultura: um mapeamento da controvérsia pública sobre o uso da ayahuasca no Brasil.* Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia. São Paulo: USP.

GOMES, B. R. (2011), *O sentido do uso ritual da ayahuasca em trabalho voltado ao tratamento e recuperação da população em situação de rua em São Paulo.* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública. São Paulo: USP.

GEERTZ, C.(1978), *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar.

HOENIG, H. G.; McCOLLOUGH, M.E.; LARSON, D.B. (2001), *Handbook of religion and health.* New York: Oxford University Press.

LABIGALINI, E. J. (1998), *"O uso da Ayahuasca em um contexto religioso por ex-dependentes de álcool – um estudo qualitativo".* Tese de doutorado. Escola Paulista de Medicina. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo.

MACRAE, E. (1992), *Guiado Pela Lua: xamanismo e uso da Ayahuasca no culto do Santo Daime.* São Paulo: Brasiliense.

MACRAE, E. (2009), "O uso ritual de substâncias psicoativas na religião Santo Daime como exemplo de redução de danos". In FILHO, A.N.; MACRAE, E.; TAVARES, L A. & RÊGO, M. *Toxicomania incidências clínicas e sócio-antropológicas*. Salvador-BA: EdUFBA.

MAUSS, M. (1974), *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU.

MILLER, W.R. (1998), "Researching the spiritual dimensions of alcohol and other drug problems". *Addiction* 93(7): pp. 979-990.

MIZUMOTO, S. A. (2012), Dissociação, religiosidade e saúde: um estudo no Santo Daime e na Umbanda. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia. São Paulo: USP.

MOREIRA, A. A.; LOTUFO NETO, F.; KOENIG, H. G. (2006), "Religiousness and mental health: a review". *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 28, n. 2, pp. 242-250.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). (1986), *Carta de Ottawa*. Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. Ottawa, Canadá, novembro. Disponível em: www. opas.org.br/promoção/uploadArq/Ottawa.pdf.

POLÍTICA NACIONAL ANTIDROGA (PNAD). (2001), Decreto nº 3.845, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 13 de junho.

RIBEIRO F. M. L.; MINAYO, M. C.S. (2013), "O papel da religião na promoção da saúde, na prevenção da violência e na reabilitação de pessoas envolvidas com a criminalidade: revisão de literatura". *Revista do Centro Latino-Americano de Estudos da Violência e Saúde Jorge Carelli.* Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Osvaldo Cruz, pp.1773–1789.

RICCIARDI, G. S. (2008), *O uso da Ayahuasca e a experiência de Transformação, Alívio e Cura, na União do Vegetal (UDV).* Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Salvador-BA: UFBA.

RIOS, D.R., GROB, C., LOPEZ, E., SILVEIRA, D.X.. ALONSO, L.K. & DORING-SILVEIRA, E. (2005), "Ayahuasca in Adolescence: Qualitative Results". *Journal of Psychoactive Drugs*, 37(2), June.

SANCHEZ, Z. M.; OLIVEIRA, L. G. & NAPPO, S. A. (2004), "Fatores protetores de adolescentes contra o uso de drogas com ênfase na religiosidade". *Ciênc. saúde coletiva* [online].9,n.1,pp.43-55. SANCHEZ, Z. M.; NAPPO, S.A. (2007). "A religiosidade, a espiritualidade e o consumo de drogas*"*. *Revista de Psiquiatria Clínica 34*, suplemento 1; pp. 73-81.

SCUPIN, R. (1995), *Cultural Anthropology: A Global Perspective. Second Edition.* Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS (SENAD). (2007), *Mapeamento das instituições governamentais e não-governamentais de atenção às questões relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil* 2006/2007. Brasília: SENAD / UnB.

SOUZA, V. M. (2010), *Ayahuasca, Identificando Sentidos: o uso ritual da bebida na União do Vegetal.* Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. São Luis- MA: UFMA.

SULLIVAN W.P. (1993), "It helps me to be a whole person: the role of spirituality among the mentally challenged". *Psychosocial Rehabilitation Journal* 16: pp. 125-134.

TEIXEIRA, F. (2011), *Sociologia da Religião: enfoques teóricos*. Petrópolis-RJ: Vozes.

THOMPSON, J. B.(2002), *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.* Petrópolis: Vozes.

O ATO INFRACIONAL E A APLICAÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DAS ADOLESCENTES DO CEDUC PE. JOÃO MARIA/RN

Raphaella Pereira dos Santos Câmara
Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Email: raphaella_camara@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho faz uma análise sobre a aplicabilidade das medidas socioeducativas aos menores em conflito com a lei, em especial as adolescentes do CEDUC Pe. João Maria, definindo seu período histórico, o surgimento do ato infracional, seu conceito, a importância do Conselho Tutelar como forma de proteção e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, bem como fazer uma reflexão através da pesquisa de campo acerca do programa abordado pelo CEDUC, além do trabalho transdisciplinar desenvolvido, a formação de projetos sociais e o senso humanitário, a estrutura física disponível e as ações educativas desenvolvidas. Assim, tem como foco possibilitar uma discussão a partir das dimensões normativas e interativas da instituição, por meio dos agentes sociais e das adolescentes com medida de internação e semiliberdade, tendo como objetivo trazer o leitor para dentro da realidade institucional.

Palavras-chave: Adolescentes. Medidas socioeducativas. Ato infracional. Internação.

1. INTRODUÇÃO

A motivação para realização deste artigo é o estudo sobre a "criminalidade" e justiça juvenil partindo da questão do ato infracional com os fatores sociais e a reinserção social das adolescentes em conflito com a lei por meio das medidas socioeducativas, pois são meios de responsabilização para aquelas que cometem atos infracionais elencados no Estatuto da Criança e do Adolescente que estão sofrendo modificações ao longo do tempo para poder obter resultados efetivos para a sociedade.

Essas medidas socioeducativas de caráter de privação de liberdade são formas de preconizar uma Política de Proteção Integral e partem do aparato legal do Estado, a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), através de uma chamada à responsabilização dos menores, em face da transgressão cometida; logo é preciso ser implantado um processo de ações educativas aos menores, as internas do CEDUC Pe. João Maria, bem como a formação de recursos humanos e a necessidade de a instituição de reabilitação apresentar boa estrutura física para poder desenvolver um trabalho disciplinar adequado.

A Proteção Integral dos menores, de acordo com o ECA, considera aqueles que se encontram na infância e na juventude como sendo indivíduos em condição peculiar, merecedores de prioridade na efetividade de seus direitos, prega o desenvolvimento de ações pedagógicas, ressocializadoras no sistema socioeducativo, a aplicação de meios que observem a sua condição de desenvolvimento, bem como a determinação de medidas de punição diferenciadas dos adultos.

No Brasil, pode-se dizer que várias foram as legislações que regeram a responsabilização das adolescentes infratores, representadas por leis que primaram por medidas de cunho essencialmente punitivo, bem como executaram formas de violação à infância e juventude. O Estado, a sociedade e a família são responsáveis pela garantia dos direitos à vida, à educação, à saúde, à profissão, à cultura, ao lazer, ao convívio familiar da criança e do adolescente, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Proteção Integral, fundamentada no art. 227 da Constituição Federal.

Os regimes socioeducativos, em meio fechado e aberto, produzem ações punitivas, educativas e fortalecem vínculos sociais de forma diferenciada. A Carta Magna prevê, em seu artigo 228, a inimputabilidade dos

menores de dezoito anos, que ficam sujeitos à aplicação de medidas socioeducativas, as quais possuem finalidade tão somente ressocializante, ao contrário das penas criminais que têm também finalidade retributiva, e que são aplicadas aos imputáveis.

Como consequência da mencionada previsão de proteção especial, a Constituição Federal traz, em seu artigo 227, § 3º, incisos IV e V, duas garantias destinadas aos adolescentes infratores: *i.* A de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado; *ii.* Além da obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa de liberdade. Ambas as garantias, a primeira de natureza processual e a segunda de natureza material, foram delineadas para serem observadas pelo legislador infraconstitucional e pelos aplicadores do direito.

O sistema socioeducativo enfatiza os direitos estabelecidos pelo novo paradigma, possibilitando a realização de medidas que propiciem a ressocialização do adolescente infrator, por meio de ações pedagógicas, de cunho também punitivo, em conjunto com ações beneficiárias.

As causas da inserção das adolescentes no mundo do cometimento do ato infracional são variadas e estão associadas à desigualdade social e negligência que existem em nosso país. Na maior parte das vezes as crianças e adolescentes vão se refugiar na marginalidade, devido a falta de amparo familiar, fugindo, desta forma, das opressões de todos os gêneros.

É por isso que devemos compreender a relação do ato infracional (elencado no Estatuto da Criança e do Adolescente) com a moral (fatores sociais) diante de um sistema de identificação e construção de identidade no âmbito institucional. Desenvolvendo-se em ambiente pouco propício à honestidade e ao discernimento, as adolescentes são alvos fáceis do mundo do crime, tornando-se, em boa parte das vezes, mentoras dos atos praticados. Vale destacar que a perspectiva do controle, vigente durante a Doutrina da Situação Irregular, foi substituída pela da convivência, constituindo, sob a ótica do ECA, a ideia básica para assegurar a paz social e a preservação dos direitos do conjunto da sociedade (MENDEZ,1993; VOLPI, 2001).

O art. 103, do ECA, retrata que ato infracional é a conduta considerada como crime ou contravenção penal, praticada por criança (indivíduo até 12 anos incompletos) e adolescente (pessoa entre 12 e 18 anos de idade). É de fundamental importância compreender os atos ilícitos cometidos pelos menores partindo-se de uma análise sobre o que significam crime e contravenção penal.

As condições peculiares das crianças e adolescentes não retiram a responsabilidade de seus atos infracionais, mas invalida a possibilidade de punição, já que elas estão em processo de desenvolvimento, sendo mais apropriada e válida a inserção de meios de proteção, ações educativas, orientadoras e reintegrantes ao meio social.

2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PROTEÇÃO LEGAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

A partir do século XIX, a discussão da problemática do menor expandiu-se por várias partes do mundo, inclusive no Brasil. O crescente desenvolvimento das indústrias, a urbanização, o trabalho assalariado, notadamente das mulheres, que precisavam sustentar os lares e tiveram que trabalhar fora de casa, deixando os filhos ao ócio, concorreu para a instabilidade e a degradação dos valores dos menores, culminando com o ato infracional. Uma das problemáticas no âmbito do menor infrator surge com a ausência de estabelecimentos correcionais que contribuam para a formação salutar da personalidade do infrator.

As primeiras leis que tratavam da infância e adolescência surgiram no Brasil Império, à independência do país em 1822. Com o Código Criminal de 1830 foi que houve interesse jurídico em relação à questão dos menores de idade, sendo que as crianças e jovens eram severamente punidos não diferenciando seu tratamento em relação aos adultos:

> "Até o início deste século, não havia legislação específica sobre os menores. A referência a eles está no Primeiro Código Penal (1890), onde fica determinado a

> inimputabilidade dos menores de 09 (nove) anos completos, daqueles de 9 a 14 anos que, obrassem sem discernimento" e, era atenuante para o delito possuir menos de 21 anos." (TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi, 1994, p. 24).

Muitas foram às legislações criadas e aplicadas no Brasil. Cada uma, à sua época, foi demonstrando-se ineficaz frente à descontrolada arrancada da criminalidade juvenil. Outro dos mais combatidos problemas relacionado com as normas menoristas repousa no discernimento do papel que até hoje é reservado ao juiz de menores. Não há reprimendas com penas fixas para os infratores. Essa discricionariedade atribuída ao Juiz dificulta a eficácia da aplicação das medidas socioeducativas.

Como ressalta Irene RIZZINI (2000), o Código Criminal de 1830 estabelece a responsabilização dos menores a partir dos 14 anos, determinando o seu art. 10 que:

> Se provar que os menores de quatorze anos, que tiverem cometido crimes obraram com discernimento, deverão ser colhidos às Casas de Correção, pelo tempo que o Juiz parecer, com tanto que o recolhimento não exceda a idade de dezessete anos.

Nas leis penais da época do Império havia a intenção de reprimir a delinquência, porém não se constituía uma ameaça que ultrapassasse o controle das autoridades policiais e judiciárias. Com o Brasil República surge a urgência da intervenção do Estado nas questões que envolviam menores, para que promovesse a educação e correção dos menores, para transformá-los em cidadãos úteis e produtivos para o país, desenvolvendo assim uma sociedade moralmente organizada. Em 1906, foi elaborado por Mello Mattos o projeto que visava entre outras questões da regulamentação da idade criminal, que passou de "nove para doze anos, e, entre doze e dezessete para os que obrarem sem discernimento. Os que agissem com discernimento seriam recolhidos às chamadas escolas de reforma" (RIZZINI, Irene, p.19-20).

A esteira das legislações menoristas continuou a evoluir, de modo que em 1927 passou a vigorar o Código de Menores instituído pelo Decreto Legislativo de 1.º de Dezembro do mesmo ano, prevendo a impossibilidade de recolhimento do menor de 18 anos que houvesse praticado ato infracional à prisão comum. Em relação aos menores de 14 anos, consoante fosse a sua condição peculiar de abandonado ou pervertido, ou nenhuma dessas características, seria abrigado em casa de educação ou preservação, ou ainda, confiado à guarda de pessoa idônea até a idade de 21 anos.

Nessa evolução, também se verifica a criação de uma legislação especial para menores, com o advento do Código de Menores, instituído por meio do Decreto nº 17943, de 12 de outubro de 1927, objetivando-se regulamentar a proteção e assistência aos menores, sendo que diversas medidas de prevenção, proteção e assistência foram observadas visando proteger à criança abandonada fisicamente ou moralmente e os ditos "delinquentes".

Poderia ficar igualmente sob a custódia dos pais, tutor ou outro responsável, se a sua periculosidade não reclamasse medida mais assecuratória. É de salientar-se que em todas as legislações supracitadas, entre os 18 e 21 anos de idade, o jovem era beneficiado com circunstância atenuante. Com o advento do Código Penal de 1940, fixou-se o limite da inimputabilidade aos menores de 18 anos que, qualquer que seja a idade, não será submetido a processo criminal, mas a procedimento e normas previstas em legislação especial, que adota a presunção absoluta da falta de discernimento, quando um menor pratica um fato descrito como crime ou contravenção penal. Entendeu o legislador que a pena criminal não seria objeto de reajuste para o menor de 18 anos, de personalidade incompleta e mal formada.

Em 1969, com o Decreto-Lei 1004 de 21 de outubro, voltou-se a adotar o caráter da responsabilidade relativa dos maiores de 16 anos, de modo que a estes seria aplicada a pena reservada aos imputáveis com redução de 1/3 até a metade, se fossem capazes de compreender o ilícito do ato por ele praticado. A presunção de inimputabilidade ressurge como sendo relativa. A fixação da punibilidade a partir dos 16 anos aumenta a responsabilidade social dos jovens.

Com esse decreto se substituiu a aplicação de penas por medidas de prevenção criminal e assistência, conforme o grau de corrupção do menor, e desta forma se consolidou a legislação de assistência e proteção aos menores de dezoito anos abandonados ou delinquentes, onde a nova ordem era a formação e a educação. Ficou assim

estabelecido no Código de Menores de 1927:

> O menor de 14 anos, autor de infração penal, não tem processo penal, mas, dependendo da gravidade do delito tem uma punição, o abrigo (as colônias agrícolas); o menor de 14 anos tem sanções penais, estabelecidas pelo juiz. Os menores de 14 anos a 18 anos serão recolhidos para cumprimento da pena a prisões independentes das dos condenados adultos. Esta orientação permaneceria até construírem escolas de reforma onde seriam cumpridas as penas educadoras; é atenuante, no julgamento do delito, a idade de 18 a 21 anos. (TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi, p. 25)

O Código Penal de 1940 (Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940) é o vigente no país, e trouxe, no art. 27, o seguinte dispositivo: "Os menores de dezoito anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial". Com o Código Penal, passou a discutir a necessidade da revisão do Código de Menores, embora essa necessidade já fosse registrada em anos anteriores.

A Lei 6016 de 31 de dezembro de 1973 modificou novamente o texto do art. 33 do Código de 1969, de modo que voltou a considerar os 18 anos como limite da inimputabilidade penal, já que a adoção da responsabilidade relativa havia gerado inúmeras criticas. O Código de Menores instituído pela Lei nº 6697/79, disciplinou com louvor a lei penal de aplicabilidade aos menores, mas foi no âmbito da assistência e da proteção que alcançou os mais significativos avanços da legislação menorista brasileira, acompanhando as diretrizes das mais eficientes e modernas codificações aplicadas no mundo.

Contudo, ressalte-se que essa legislação não tinha um caráter essencialmente preventivo, mas um aspecto de repressão de caráter semi-policial. Evidentemente que durante a sua vigência surgiram algumas leis especificas que se adequaram à realidade, suprindo-lhe algumas lacunas. A Constituição Federal de 1988 disciplinou em seu art. 228 que "São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial".

O surgimento da Lei nº 8069/90, ou simplesmente Estatuto da Criança e do Adolescente, trouxe grandes avanços para a responsabilidade menoril, tentando aproximar-se da realidade social desfrutada pelo Brasil, que é das mais amargas face ao vertiginoso crescimento da marginalização de menores. Promotores e Juízes da Infância e da Juventude são categóricos ao afirmar que tal diploma determinou critérios bem mais rígidos de punição, ao mesmo tempo em que criou medidas de recuperação aplicáveis aos menores que ainda possuem condições para tal.

3. DO ATO INFRACIONAL

Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, os adolescentes e crianças não cometem crimes e sim atos infracionais, já que não há requisito de culpabilidade, pressuposto de aplicação da pena. Aplica-se ao mesmo, a presunção absoluta da incapacidade de entender e determinar-se, adotando-se o critério biológico.

A Lei de Introdução ao Código Penal Brasileiro, em seu art. 1º, assim dita:

> Art. 1º Considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, penas de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente.

Segundo De Plácido e SILVA (1999, p. 717):

> Imputabilidade. Derivado de imputar, do latim imputare (levar em conta, atribuir, aplicar), exprime a qualidade do que é imputável. Nestas condições, seja nos domínios do Direito Civil, Comercial ou Penal, a imputabilidade revela a indicação da pessoa ou do agente, a que se deve atribuir ou impor a responsabilidade, ou a autoria de alguma coisa, em virtude de fato verdadeiro que lhe seja atribuído, ou

> de cujas consequências seja responsável. Desse modo, a imputabilidade mostra a pessoa para que se lhe imponha a responsabilidade. E, assim, é condição essencial para a evidência da responsabilidade, pois que não haverá esta quando não se possa imputar à pessoa o fato de que resultou a obrigação de ressarcir o dano ou responder pela sanção legal. A imputabilidade, portanto, antecede à responsabilidade. Por ela, então, é que se chega à conclusão da responsabilidade, para aplicação da pena ou imposição da obrigação.

Impunidade se refere a não punição e inimputabilidade é quando não há culpa, sendo assim De Plácido e SILVA (1999, p. 717), fala a cerca da impunidade:

> Do latim *impunitas, de impunis – in e poena* (não punido) exprime o vocabulário a falta de castigo ao criminoso ou delinqüente. ...há por qualquer motivo, ausência de punição do criminoso, negligência da autoridade, falta de aplicação da pena pelo crime ou falta cometida. É, pois, a ausência de punição ou falta de sanção penal, indicada na própria lei, em face de imputação criminosa feita à pessoa. ...a impunidade pode decorrer do fato de não ter sido possível a aplicação da penalidade imputável à pessoa, como pelo indulto ou perdão.

O mesmo também é compreendido através do que atesta o art. 104, *caput*, do ECA (são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei). A condição peculiar das crianças e adolescente não retira a responsabilidade de seus atos infracionais, mas invalida a possibilidade de punição, já que elas estão em processo de desenvolvimento, sendo mais apropriada e válida a inserção de meios de proteção, ações educativas, orientadoras e reintegrantes ao meio social por isso que a pena ao imputável se baseia na gravidade do delito e a medida socioeducativa por sua vez, é eclética.

Diante disso é preciso observar se a conduta era típica para que o menor seja processado com todas as garantias do devido processo legal ou se não se configurar a tipicidade, apenas poderão ser aplicadas as medidas específicas de proteção. O art. 186 do ECA, menciona o caso de "fato grave" relacionado à possibilidade de internação ou colocação em regime de semiliberdade. É um estudo do fato praticado pelo adolescente. Por outro lado, aplica-se a medida de internação à semelhança da medida de segurança de internação, há reavaliação a cada seis meses (art. 121, § 2º do ECA).

Se porventura o menor não tiver atingindo os doze anos (crianças), somente lhe serão aplicadas as medidas específicas de proteção como retrata o art. 101. O critério que foi adotado deve-se pela presunção de que, a partir dos doze anos completos, o menor já possua o discernimento que o capacita a entender melhor os atos que pratica, tendo certa maturidade que o induz a agir licitamente.

Portanto, nenhum adolescente pode ser privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente (segundo art. 106), bem como os adolescentes tem direito à identificação dos responsáveis pela apreensão e ser informado de seus direitos para que possam providenciar ou exigir que seus responsáveis nomeiem um advogado para cuidar do caso e se for o caso, pugnar por sua imediata liberação.

Em várias ocasiões o STJ vem lembrando a questão da gravidade do ato infracional, como indicador isolado, que não justifica a adoção de uma medida mais severa. É uma condição necessária, mas não suficiente para a internação. Tampouco basta agregar-se à gravidade do ato infracional menções genéricas a passagens anteriores, maus antecedentes, vida ociosa, falta de respaldo familiar[1] como se tais circunstâncias reclamassem, de forma natural, a segregação como estratégia ressocializadora. E a caracterização da excepcionalidade motivadora da internação requer do magistrado um juízo mais profundo e considerações mais amplas sobre múltiplos

---

1 *A simples alusão ao fato de que o menor não desfruta de amparo familiar que o potencialize a desfrutar do processo sócio-educativo em meio semi-aberto não é suficiente para motivar a privação total da sua liberdade, até mesmo pela própria excepcionalidade da medida, restando caracterizada a afronta aos objetivos do sistema.*

aspectos do caso, que vá além dos habituais automatismos lógico-dedutivos utilizados nas sentenças.
Há diversas circunstancias que levam um menor a se tornar infrator. Diante desse pensamento Donald Woods Winnicott (1994, p. 15) relaciona a negligência e a privação familiar com fatores responsáveis pelo cometimento de delitos. Pois, as maiorias dos jovens possuem família, mas, no entanto esta é ausente, não cria um vínculo para assumir realmente seu papel, não há uma figura que represente autoridade, seja por situações de maus-tratos, abandono, privações materiais, alcoolismo ou drogas. Porém, não só a estrutura familiar pode ser apontada como fator determinante no ingresso de um adolescente no cometimento de ato infracional, mas a estrutura social também, as políticas sociais básicas, a saúde, a escola, o lazer, o estado e a sociedade são fatores que interferem no contexto.
Para Maria de Lurdes Trassi Teixeira (1994) situações de violência fazem com que um adolescente venha a se tornar infrator. Para a autora, quando a criança ou adolescente, é exposto a situações de extrema violência, elas poderão responder com condutas também violentas, o delito, provando desta forma imensos prejuízos na formação de sua identidade, nas relações consigo mesmo e com outros.
Muitos fatores de risco podem ser associados aos menores infratores. Simone Gonçalves de Assis (1999) elenca como fatores o círculo de amigos, consumo de drogas, determinados tipos de lazer, valores do que é certo e do que é errado, autoestima, se há na família vínculos afetivos, o número e a posição entre irmãos, a escola e a dor e o sofrimento devido à violência sofrida pelos pais.
Entretanto, podemos dizer que o ato infracional, como retrata Válter Kenji Ishida (2003), poderá abranger dois ou mais países, havendo necessidade que a lei brasileira estabeleça regras para tal situação. O Estatuto da Criança e do Adolescente, nesse sentido, só faz referência ao ato infracional no tempo, nada mencionando sobre o ato infracional no espaço. Quanto ao lugar do ato infracional adota-se por Analogia legal o art.6º do Código Penal. Tem como base a teoria da ubiquidade, pois se considera praticado em território brasileiro o ato infracional no lugar em que ocorreu a ação omissão, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
O ECA estipula prazo máximo de quarenta e cinco dias para internação provisória, dimensionando o prazo de finalização do procedimento para aplicação da medida socioeducativa para que a privação de liberdade seja verdadeira medida cautelar. Portanto, equipara-se ao consagrado prazo de oitenta e um dias no processo penal ao réu preso no antigo procedimento dos crimes de reclusão. Atualmente, o mesmo foi substituído pelo rito ordinário, com pena máxima igual ou superior a 04 (quatro) anos e a soma dos prazos no atual rito ordinário totaliza 85 (oitenta e cinco) dias. O projeto de Lei nº 469/08 de autoria do Senador Demóstenes Torres propõe a ampliação do prazo para 90 (noventa) dias.
Essa internação somente poderá ser determinada pelo Juiz da Infância e da Juventude. Sendo provisória, não poderá de forma alguma, ultrapassar o referido prazo. Dentro deste, dever-se-á providenciar a tramitação do processo, com todas as garantias do devido processo legal. A internação pode ser determinada de ofício ou a requerimento do Ministério Público e o magistrado não é obrigado a atender ao pedido, e somente o fará se julgar necessário.
Hodiernamente se discute se há ou não a prescrição nos processos que apuram os atos infracionais e que tenham dado origem a entendimentos divergentes e não pacificados, no campo doutrinário e jurisprudencial, acerca da real natureza jurídica das medidas socioeducativas. Diante disso pode-se dizer que há aqueles que repudiam a aplicação da prescrição em sede de ato infracional, sob o fundamento de que as medidas socioeducativas, previstas no ECA, não têm a mesma natureza jurídica das penas estabelecidas no ordenamento jurídico penal. Já noutra vertente, surgem os que não permitem negar que as medidas socioeducativas têm, na realidade, ante o inequívoco caráter de retribuição, certa conotação repressiva ainda que formalmente preventiva.
Em caso de ilegalidade, em defesa da liberdade do menor, poder-se-á impetrar o *habeas corpus*, uma das garantias constitucionais, que poderá ser concedida sempre que alguém sofrer coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder (art. 5º, LVIII, da CF).

4. O CONSELHO TUTELAR

O ECA foi a primeira legislação a criar os Conselhos Tutelares, ao contrário do anterior código de Menores, a participação da sociedade foi repensada, passando a existir órgãos como os Conselhos de Direitos e os Conselhos Tutelares. Tem como função a apreciação de questões que envolvem precipuamente problemas de justiça social, possui o poder de tomar decisões tendo como base o art.136 do ECA.
À criança, cuja definição repousa no art. 20 da lei 8069/90, quando da prática de ato infracional a ela atribuída, surge uma das mais importantes funções do Conselho Tutelar, qual seja, a aplicação das medidas de proteção previstas no art. 101 da lei supra. Por isso quando a criança pratica um ato infracional, deverá ser apresentada ao Conselho Tutelar, se estiver funcionando ou ao Juiz da Infância e da Juventude que o substitui nessa hipótese. A primeira medida a ser tomada será o encaminhamento da criança aos pais ou responsáveis, mediante Termo de Responsabilidade para que junto de sua família possa encontrar o apoio e incentivo, contudo se a convivência com esta não for harmoniosa, condição esta verificada após exaustivo estudo da equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude, mediante laudo circunstanciado e apreciação do Conselho Tutelar ou do Magistrado, a criança será entregue à entidade assistencial, que será medida excepcional e provisória, enquanto não for feita a colocação em família substituta, não implicando em privação da liberdade.
O apoio, orientação e acompanhamento temporários são procedimentos de praxe num e noutro caso. Os incisos III e IV do art. 101 do Estatuto acolhem a inclusão do menor na escola e de sua família em programas comunitários como forma de dar sustentação ao processo de reestruturação social.
O Estatuto prevê ainda a possibilidade de requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial, bem como a inclusão em programa oficial de auxilio a alcoólatras e toxicômanos. E necessário lembrar ainda que, todas essas medidas requerem a apresentação do menor aos órgãos competentes para avaliação do procedimento de reeducação social, bem como que serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, excetuando-se a medida de colocação em família substituta e os relacionados com perda e destituição do Poder Familiar, que serão julgados pela Justiça da Infância e da Juventude. O tratamento diferenciado entre o adolescente e a criança permite que se atribua ao Conselho Tutelar a aplicação de diversas medidas às crianças, de acordo com o art. 136, I, do Estatuto.

5. DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

As medidas sócioeducativas estão previstas no art. 112, do ECA, e são aplicadas quando o adolescente pratica algum ato infracional. Como podemos vê o Art. 112 do ECA:

> Art. 112 Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:
> I – advertência;
> II – obrigação de reparar o dano;
> III – prestação de serviços a comunidade;
> IV – liberdade assistida;
> V – inserção em regime de semiliberdade;
> VI – internação em estabelecimento educacional;
> VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.
> §1º. A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.
> §2º. Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação. de trabalho forçado.
> §3º. Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.

Inicia-se a ação socioeducativa por meio da representação do membro do Ministério Público e finalizando o

procedimento através do Magistrado que aplica a medida socioeducativa adequada aos menores infratores. Trata-se de um rol taxativo, aplicando-se no caso o princípio da legalidade, admitindo-se sanção previamente estabelecida por lei e vedando a imposição de medidas diversas daquelas enunciadas no artigo em tela. Dessa forma constituem-se na autoridade competente, referida em tal norma, o juiz e o promotor de justiça da infância e da juventude.

Mário Volpi (2001, p. 35) menciona que o ECA se distingue das leis anteriores e buscou a responsabilização dos adolescentes de forma diferenciada. O cometimento do delito passou a ser encarado como fato jurídico a ser analisado, assegurando garantias processuais e penais, presunção de inocência, a ampla defesa, o contraditório, ou seja, os direitos inerentes a qualquer cidadão que venha a praticar um ato infracional.

Essas medidas socioeducativas tem natureza jurídica dúplice, pois serve tanto como retribuição ao ato infracional praticado como mecanismo capaz de promover a socialização das crianças e adolescentes (justiça restaurativa). O ECA apresenta uma visão também de justiça restaurativa, ou seja, visa à socialização do menor infrator, buscando a participação do jovem e sua família no processo socioeducativo.

Para os adolescentes, poderão ser aplicadas além das medidas socioeducativas, as medidas de proteção previstas no art. 101, I a VI, do ECA (inciso VII do art. 112, ECA). Segundo Konzen (2005) *apud* Maciel (2006, p. 805):

> Além do caráter pedagógico, que visa à reintegração do jovem em conflito com a lei na vida social, as medidas sócio-educativas possuem outro, o sancionatório, em resposta à sociedade pela lesão decorrente da conduta típica praticada. Destarte, fica evidente a sua natureza híbrida.

As medidas socioeducativas têm como objetivo, principalmente, a inserção do adolescente na família e na sociedade, além da prevenção da delinquência. Nos dias de hoje, podemos chegar a conclusão de que as medidas socioeducativas tem mais caráter de sanção do que pedagógico, visto que não se tem obtido a ressocialização do adolescente com muito sucesso. Com tais medidas é importante que se tenha a efetivação das políticas sociais básicas, políticas sociais assistenciais e programas de proteção especial (destinados às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e/ou social), vale dizer, com o Estado vindo a cumprir seu papel institucional e indelegável de atuar concretamente na área da promoção social.

Portanto, para o adolescente autor de ato infracional a proposta é de que, no contexto da proteção integral, receba medida socioeducativa, mas não punitiva tendente a interferir no seu processo de desenvolvimento objetivando melhor compreensão da realidade e efetiva integração social. Logo, o educar para a vida social, na essência, ao alcance de realização pessoal e de participação comunitária, predicados inerentes à cidadania.

A Lei 8.069/90 ressalta que as medidas socioeducativas só podem ser aplicadas dentro da estrita legalidade e pelo menor espaço de tempo possível, tem caráter pedagógico e apresenta como finalidade reeducar, reabilitar o menor infrator. São aplicáveis apenas ao adolescente (12 a 18 anos incompletos), porque às crianças são aplicadas as medidas específicas de proteção (até 10 anos de idade incompletos). É importante ressaltar que essas medidas não são penas, são providências judiciais, uma vez que serve com o propósito de proteger o adolescente e promover a ele um desenvolvimento pleno e sadio, um amparo; pois a legislação minorista busca a recuperação, a ressocialização e a reintegração social do menor.

Dentre as medidas socioeducativas, a advertência se refere às infrações de pequena gravidade, consiste na conversa entre o menor infrator e a autoridade competente na presença de seus pais ou responsáveis, pois diante disso será explicada a ilegalidade de sua conduta, assim como reiteração da prática da infração. Exemplo: Casos de pequenos furtos, agressões leves, vadiagem.

Já na obrigação de reparar tem como objetivo elaborar um trabalho de desenvolvimento do senso de responsabilidade do menor em face do que não lhe pertence. Essa medida faz com que o menor reconheça e repare o erro. Nesse sentido, aduz o ECA:

> Art. 116 Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o

> ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.
> Parágrafo único. Havendo manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por outra adequada.

A prestação de Serviços à comunidade é uma medida prevista no art. 117 do ECA. O menor precisa efetuar tarefas de interesse geral, com base nas suas aptidões e sem prejuízo da frequência escolar ou da jornada de trabalho. Essa medida é fiscalizada pela autoridade judiciária, pelo Ministério Público e pela própria comunidade.

A Liberdade Assistida é uma medida que o menor cumpre em liberdade, em meio a sua família, mas com o controle do juizado e da comunidade. Através dessa medida há um acompanhamento e orientação do menor infrator, uma vez que busca sua integração familiar e comunitária, garantindo a proteção, inserção comunitária, frequência escolar, inserção no mercado de trabalho, dentre outros. Art. 118 do ECA.

A Semiliberdade é prevista no art. 120 do ECA, caracterizando-se como uma medida coercitiva que afasta o menor do convívio familiar e comunitário sem restringi-lo do seu direito de ir e vir. O menor por sua vez deve trabalhar e estudar durante o dia, e à noite recolher-se nos estabelecimentos determinados pelo juiz. No Brasil, especialmente em Natal/RN há uma grande dificuldade na aplicação dessa medida, já que faltam unidades específicas e em boas condições para abrigar o menor durante a noite; enquanto durante o dia, pode aplicar as medidas pedagógicas.

A internação se refere aos casos graves, de extrema necessidade e o prazo de internação é de até 03 (três) anos em locais de regime fechado. É considerada uma medida mais grave, devendo ser proposta pelo representante do Ministério Público e aplicada pelo juiz. Art. 121 do ECA.

As medidas socioeducativas por mais que sejam importantes na sua aplicabilidade e através de políticas públicas, sociais, projetos. Elas se mostram distantes de alcançar o objetivo que foram criadas, já que hoje notamos que a maioria dos menores recebem essas medidas e logo cometem outro ato infracional, não se conscientizando do ato que cometem. É um descaso não só na nossa cidade, mas em todo país por não existir muitos programas sociais capazes de reeducar e ressocializar o menor, até mesmo a família muitas vezes não reconhece o trabalho realizado pelos profissionais especializados para executar tais medidas.

Vejo que o objetivo do Estatuto da Criança e do Adolescente no nosso Estado não apresenta em seu objetivo, um caráter pedagógico – protetivo, não tem estrutura para isso. Mesmo possuindo legislação avançada voltada à proteção de classe infanto juvenil, o RN e o país em que vivemos não consegue conferir-lhe aplicabilidade, não por causa da normatização do sistema, mas devido a família que é gerada pelo despreparo das instituições para execução dessas medidas socioeducativas; logo não apresenta sanções aos atos infracionais bem como não enxerga a realidade do menor infrator.

6. PESQUISA DE CAMPO NO CEDUC PADRE JOÃO MARIA E DE SUAS ADOLESCENTES INTERNAS

O CEDUC Pe. João Maria é considerado uma instituição pública pertencente à FUNDAC/ RN e tem como objetivo atender adolescentes do sexo feminino, na faixa etária de 12 a 18 anos, autoras de atos infracionais, para cumprimento de medidas socioeducativas de internação, internação provisória e semiliberdade.

> O CEDUC é uma prisão. Era para ter alguma coisa para recuperar a gente. Era para ser tipo uma escola para a gente aprender e quando sair ter um trabalho. Ocupo meu tempo só pensando. Fico pensando no meu futuro, como é que vai ser. Vou ver se tento reconstruir minha vida. Acho que não estou tendo possibilidade. A gente não pode construir um caminho sozinho, tem de ter ajuda (G. C., 16 anos), (PARCELLE, 2002, p. 47).

Conhecida como Instituto Pe. João Maria, a instituição foi criada na década de 1950, tendo como administração as freiras da Congregação “Filhas de Santana”, em prédio localizado à Av. Alexandrino de Alencar, em Natal,

ao lado do prédio do Corpo de Bombeiros, aonde chegou a abrigar cerca de 180 meninas, órfãs, segundo Técnico da FUNDAC. Nessa referida unidade desenvolvia-se atividades manuais e domésticas e funcionava uma Escola de Ensino Primário.

No final do Governo Cortez Pereira (1971-1975), a instituição foi extinta, sendo as internas distribuídas para outros programas. Em 1979 a instituição voltou a funcionar desta vez no Bairro Cidade da Esperança com base na Política de atendimento a adolescente em situação irregular segundo o Código de Menores em vigor, passou a atender adolescentes na faixa etária a partir de 12 anos da situação de alto risco, envolvidas com drogas, prostituição, sendo a Unidade transferida para "Granja Santana" localizada por trás da Fábrica SACOPLASTICO – Parnamirim/RN, hoje Emaús.

Durante o ano de 1979, o atendimento na Granja Santana foi interrompido, retornando as internas para o prédio no bairro da Cidade da Esperança que mantinha o atendimento de crianças e adolescentes abandonadas e carentes. Já por volta de 1980, devido a reforma no prédio, onde atualmente funciona o Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente acusado de ato infracional – CIAD, as internas foram distribuídas em casas, localizadas nos bairros de Pirangi, Petrópolis e na cidade de Extremoz. E neste mesmo ano, o Instituto Pe. João Maria foi extinto, só voltando a funcionar de forma precária em 1991, com a denominação atual – Centro Educacional Pe. João Maria, no bairro do Alecrim.

Mediante tal situação, foi celebrado um convênio com o Ministério da Justiça, possibilitando à FUNDAC inaugurar, em 24 de Setembro de 1998, a sede atual do CEDUC, sita à Avenida das Fronteiras, 1662, no Bairro de Santa Catarina, Zona Norte de Natal. Com a aprovação do ECA Lei nº 8069 em 1990, a Unidade que funcionava no bairro do Alecrim foi transferida para o município de Extremoz/RN, ficando sob a coordenação da Coordenadoria do Menor Institucionalizado – CEMI.

Em 1992, aquela Unidade foi desativada e as internas foram transferidas para o Centro de Recepção e Triagem – CRT que funcionava atendendo adolescentes do sexo masculino, localizado no bairro da Cidade da Esperança, cuja permanência naquela Unidade foi transitória, sendo algumas adolescentes encaminhadas para outras Unidades implantadas para atender os princípios do ECA.

No ano de 1993, a Unidade Instituto Padre João Maria foi desativada, considerando que as internas não se caracterizavam na situação de Autoras do ato infracional grave, segundo a Lei nº L8069/90 – o ECA, em vigor, ou seja, as internas remanescente da Unidade do CRT, em número reduzido, passaram a ser acompanhadas de forma assistemática nas próprias famílias.

Aproximadamente dois anos depois (1995), com o surgimento de novos casos de adolescentes com prática de ato infracional grave (homicídio), o juizado da Criança e do Adolescente ou Infância e Juventude em articulação com a Fundação Estadual da criança e do adolescente – FUNDAC criada pela Lei 6.682 de 11/08/94: viu a necessidade de reativar a Unidade para Medida de Internação. Naquele ano o Instituto Padre João Maria passou a funcionar numa pequena casa no Complexo do Alecrim (junção de 4 unidades da FUNDAC) na Av. Presidente Quaresma.

Logo em 1996, a Unidade passou a denominação de Centro Educacional Padre João Maria pela Resolução n.º 016/96. O CONSAD (Conselho da Criança e do Adolescente) em 20/06/96 e a Coordenadoria a qual está ligado passaram a se chamar de Coordenadoria de Programas de Proteção Especial – CPPE. Em 24 de Setembro de 1998 foi inaugurada uma nova Unidade graças à firmação de Convênio da FUNDAC como o Ministério da Justiça, no governo de Garibaldi Alves Filho. Localiza-se na zona norte de Natal/RN a 18km do centro , situada na Av, das Fronteiras, 1626 – Conjunto Habitacional Santa Catarina – Bairro Potengi, CEP 59108-470.

O Centro Educacional atende adolescentes do sexo feminino na faixa etária de 12 a 18 anos, autoras de ato infracional, encaminhadas pelas Varas da Infância e da Juventude e Juízos de Direitos das Comarcas de Natal e dos Interiores do RN, para cumprimento de medidas socioeducativas de: Internação, Internação Provisória e Semiliberdade.

A Instituição apresenta ou "aparenta ser" um ambiente limpo e organizado, embora com pouca estrutura, desenvolve um trabalho de apoio pedagógico com acompanhamentos de psicólogos e assistentes sociais. O CEDUC de Pe. João Maria tem em torno de 04 internas, um número reduzido de meninas atendidas diferente dos CEDUCS masculinos.

Fazendo uma análise das representações do egresso das adolescentes sobre sua passagem pelo CEDUC

quanto ao cumprimento da medida aplicada, seja internação ou semiliberdade, observamos se os direitos das adolescentes são garantidos diante do art. 124 e se atende os pressupostos legais sem violação de seus direitos e sem aplicação da medida errada para tal conduta. Nessa Instituição há 10 adolescentes, dentre elas a maioria responde por homicídio em primeiro lugar. Mas tem uma média de 03 que responde por tráfico de drogas, roubo, sequestro e apenas 1 está em regime de semiliberdade.

A adolescente, com medida de internação, cometeu ato infracional análogo ao crime de tentativa de roubo, majorado pelo emprego de armas e pelo concurso de pessoas (art. 157, § 2º, incisos I e II, c/c o art. 14, inciso II, ambos do CP), sendo instaurada sentença de mérito. Houve um auto de apreensão em flagrante (policiais estavam realizando patrulhamento de rotina quando foram informados do ato praticado por um casal), e mandado de busca e apreensão por ter se evadido da Instituição.

A medida socioeducativa de internação apesar de não ter o caráter punitivo, no entanto, deve ser revestida do caráter pedagógico e como tal, proporcionar ao adolescente infrator oportunidade de amadurecimento, seja no retorno do seio familiar, através do convívio social, seja compreendendo as consequências do ato infracional cometido.

No depoimento de uma interna, esta diz que entrou no CEDUC há mais um ano com aplicação da medida de internação, depois passou para medida de semiliberdade na qual se encontra no presente momento, mas que se evadiu do órgão várias vezes, bem como retornou depois de dias fora de casa o que prejudica para adquirir sua liberdade e ser livre totalmente. "Se ficar nas ruas não estará viva", palavras da mãe da interna, pois ela está sendo ameaçada de morte pelos traficantes da cidade.

Alguns pais ajudam na reabilitação de cada filha, incentivando-as para cumprir as medidas corretamente, embora só dependa delas para conseguir sua liberdade; enquanto outros pais são dominados por suas filhas. As meninas desenvolvem trabalhos manuais, artesanais como produção de bonecas para vender e participam de grupos de teatro e dança, uma vez que essas jovens egressas manifestam uma percepção bem mais positiva de sua instituição do que os jovens dos demais CEDUC; logo esse resultado positivo é adquirido graças às medidas privativas de liberdade que possibilitam um atendimento mais individualizado e humanizado.

O Programa de Apoio à Família e ao Egresso, como o nome sugere, trabalha a adolescente e a família. Enquanto as adolescentes são assistidas pelos agentes educacionais no CEDUC Pe. Joao Maria, as famílias também recebem orientação, que pode ser estendida por até seis meses depois que a menor deixar o Centro.

> "Às vezes eu vou para as aulas mesmo não querendo ir, às vezes eu faço artesanato. Gosto também da oficina de dança, a professora até me tirou para dançar um dia, mas tem dias que eu fico mesmo no CEDUC, dormindo porque se eu for para escola sem vontade posso acabar me drogando, ai acabo passando três dias na reflexão por infringir a norma da Instituição", disse uma interna.

Desde 2012 até os dias de hoje a maioria das adolescentes da instituição cometeram ato infracional de homicídio, latrocínio, furto e tráfico de drogas seguindo essa ordem. Elas participam de atividades da casa/rotina de segunda à sexta como pela manhã tomam banho, tomam café, participam de atividades pedagógicas, organizam o material escolar e por último às 11h30min almoçam. Após tem o repouso e no turno de tarde participam de oficinas, atendimento, tarefas de limpeza do ambiente, assistir programas de televisão, jantam, tem horário de programação livre para leitura, trabalhos artesanais ou outros de consonância as regras da instituição e por último o recolhimento aos dormitórios.

Atualmente a sexta-feira é o único dia que elas podem receber um telefonema dos familiares e nas quartas-feiras recebem a visita dos mesmos no período de tarde das 14h às 16h, além de participarem no setor cultural (FUNDAC) de dança, teatro e a própria oficina de artesanato com orientação da pedagoga como foi citado acima.

É o dever da família, da sociedade e do Estado reconhecem que crianças e adolescentes gozam de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, o Centro Educacional Pe. João Maria fundamenta-se nos aspectos filosófico, sociológico e psicológico, implantando a ação socioeducativa e resgatando a auto-estima e a cidadania das socioeducandas, através de atividades pedagógicas.

Tem como objetivo direcionar ações de modo a operacionalizar o caráter socioeducativo da Medida Privativa

de Liberdade, sensibilizando a uma nova visão da socioeducanda, bem como promover articulações necessárias de modo a que cada adolescente tenha acesso aos recursos sociais da comunidade, possibilitando-lhe a reorganização e/ou consolidação de mudanças de conduta através da escolarização, profissionalização, atividades culturais esportivas, de lazer e a inserção no mercado de trabalho.

O CEDUC esclarece e orienta a adolescente sobre o motivo e o sentido da medida que lhe foi aplicada, sobre os limites que lhe são impostos, sobre os compromissos que devem assumir e sobre os padrões de condutas que devem ser alcançados; orienta também quanto à formação de hábitos básicos de higiene e à disciplina relativa aos cuidados e limpeza de seus objetos pessoais; promove articulações de modo a garantir que servidores e/ou técnicos das outras instituições envolvidas na ação pedagógica participem da orientação e acompanhamento das internas.

Dentre as ações pedagógicas do CEDUC Pe. João Maria cita-se as seguintes:

- A recepção adequada a socioeducanda, através de pessoa capacitada, que prestará as informações e orientações básicas sobre o cotidiano da Unidade, os direitos e deveres da Medida Socioeducativa à ela imposta e as sanções em caso de descumprimento da medida;
- Esclarecimento a adolescente sobre o Regimento Interno do Programa, qual o motivo e o sentido da medida aplicada, seus direitos e garantias oferecidas pela Unidade;
- O contato inicial com o técnico de referência da Unidade deverá ser para repassar normas, direitos e deveres, apresentando a Unidade e todo conjunto de internas e funcionários;
- Aquisição de documentos inerentes ao exercício da cidadania;
- Prontuário único para cada adolescente. Esse prontuário é de acesso exclusivo da Equipe, devendo ser cuidadosamente guardado (preenchimento da entrevista social, ocasião em que colhe dados importantes da sua história de vida e cotidiano), ficha de recepção, relatório social, elaboração do PIA, e demais documentos;
- Encaminhamento para matrícula na Rede Oficial de Ensino;
- Supervisão a frequência e o aproveitamento escolar da adolescente;
- Realização de oficinas sociopedagógicas;
- Assistência religiosa com músicas, instrumentos musicais, reflexões de textos, discussão de tema (drogas, DST, AIDS, namoro, valores morais, religiosos e outros);
- Palestras com profissionais da área de saúde para reforçar os temas inerentes;
- Atendimento individual a família; psicológico, pedagógico, jurídico, atendimento ao médico em posto de saúde quando necessário;
- Estabelecimento de medidas disciplinares, adotando limites, disciplina e normas sendo repassadas às famílias e avaliadas pela equipe técnica, pelos educadores e educandas; por isso para a adaptação da socioeducanda serão realizadas atividades que trabalhem suas dúvidas, medos e ansiedades; dentre outras propostas pedagógicas desenvolvida na Unidade Pe. João Maria.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estatuto da Criança e do Adolescente visa proporcionar ao adolescente uma forma de reeducar e de realizar um trabalho de desenvolvimento do menor através da ação pedagógica no que tange aos direitos das ações socioeducativas baseadas nos princípios dos direitos humanos. Bem como este trabalho faz com que se levante uma reflexão do ato infracional que cometeu e suas consequências, para que desta forma, o adolescente não mais cometa nenhum ato infracional.

Entretanto mesmo tendo o Estatuto estabelecido direito e garantias aos menores infratores, hodiernamente pude observar que não conseguiu oferecer aos infantes uma recuperação a contento, onde se possa considerá-los ressocializados por completo ao término da medida. Assim, no atendimento de medidas socioeducativas principalmente de Internação e Internação Provisória, o CEDUC Pe. João Maria tem implantado um trabalho de humanização das adolescentes atendidas nesta Unidade a partir de uma análise das diversidades existentes, da história de vida de cada uma, e das condições de aprendizagem das socioeducandas.

Mas nos dias atuais, essas medidas socioeducativas não cumprem esse caráter pedagógico, mas sim um caráter punitivo pelo ato infracional cometido. E muitas vezes a que está respondendo uma medida de internação faz as mesmas coisas que uma adolescente de semiliberdade, fato constatado no CEDUC Pe. João Maria nos depoimentos dos servidores e profissionais que trabalham nessa Unidade.

Não é descaso por parte desses profissionais que estão em contato dia-a-dia com as adolescentes, mas sim da autorização do juiz em permitir determinadas condutas de forma maleável, de acordo com seu entendimento jurídico. Desta forma, as medidas aplicadas às adolescentes, não atingem a eficácia das que foram criadas, ou seja, a de reinserção e reeducação da menor infratora; pois não são aplicadas de modo adequado, por isso não alcançam o fim desejado.

Conclui-se que a maioria dos atos infracionais ocorre por causa do meio em que vivem as adolescentes, moradia, condições socioeconômicas posto que existam vários fatores que contribuem para isso, como fatores psicológicos e morais. Portanto, para que esse quadro mude para melhor é necessário investimento na política social básica, para que as adolescentes em especial e menores em geral passem a ter mais oportunidades e consigam ter um futuro mais promissor. Também se faz necessário que o trabalho pedagógico seja capaz de promover em conjunto com a família e comunidade, a inclusão social das socioeducandas sob Medida Socioeducativa de Internação Provisória e Internação, e que os momentos de interação entre os agentes de ação socioeducativa, possibilitem, de fato, a mudança em seu cotidiano.

8. REFERÊNCIAS

ASSIS, Simone Gonçalves de (1999). **Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores.** Rio de Janeiro: Fiocruz.

BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo: Saraiva.

BRASIL (1990.). **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília.

BAZÍLIO, L. C. & Kramer, S. (2003). **Infância, educação e direitos humanos.** São Paulo: Cortez.

WINNICOTT, Donald Woods (1994). **Privação e delinqüência.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes. p. 15.

ELIAS, Roberto João (2010). **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente.** 4ª Edição - Editora Saraiva.

ISHIDA, Valter Kenji (2003). **Estatuto da Criança e do Adolescente: doutrina e jurisprudência.** 4ª ed. São Paulo: Atlas.

KONZEN, Afonso Armando (2005). **Pertinência socioeducativa: reflexões sobre a natureza jurídica das medidas** – Porto Alegre: Livraria do Advogado.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (2006). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente: Aspectos Teóricos e Práticos**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Júris.

MENDEZ, E. G (1993). **Adolescentes infratores graves: sistema de justiça e política de atendimento.** In I. Rizzini (Org.). **A criança no Brasil hoje. Desafio para o terceiro milênio (pp. 231-248).** Rio de Janeiro: Santa Úrsula.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio (1991). **O Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado.** São Paulo: Saraiva.

PARCELLE, E. (Org.). (s.d.) (2002). **Um olhar sobre o CEDUC. Lei × realidade numa instituição de privação de liberdade.** Natal: Terramar.

OLIVEIRA, E. R (2000) . **Dez anos de Estatuto da Criança e do Adolescente: observações sobre a política de atendimento a jovens em conflito com a lei no estado do Rio de Janeiro.** In L. M. T. de Brito (Coord.). **Jovens em conflito com a lei. A contribuição da universidade ao sistema sócio-educativo (pp. 11-26).** Rio de Janeiro: Ed. UERJ.

RIZZINI, Irene (2002). **A criança e a Lei no Brasil:** Revisitando a história (1822-2000), 2. ed. Rio de Janeiro: USU Editora Universitária.

SARAIVA, João Batista Costa (2002). **Adolescente e o ato infracional:** garantias processuais e medidas sócio-educativas**.** 2. ed. Porto Alegre: Editora do Advogado.

SILVA, de Plácido (1999) e. **Vocabulário Jurídico**, 15. ed., Rio de Janeiro: Forense.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi (1994). **Liberdade Assistida: Uma polêmica em aberto.** Série Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da PUC/SP, p 15.

VOLPI, Mario (2001). **Sem liberdade, sem direitos. A privação de liberdade na percepção do adolescente.** São Paulo: Cortez.

_____ (2006). **O Adolescente e o Ato Infracional**. 6ª ed.; São Paulo: Cortez.

POSSIBILIDADE DE EXPANSÃO DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS (PROERD) DA PMDF AOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Renata Braz das Neves Cardoso[1]

1. RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar uma discussão sobre a possibilidade de expansão do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), desenvolvido pela Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), aos países de língua portuguesa, como ferramenta a prevenção ao uso indevido de drogas e prática de atos de violência em nações-irmãs. O PROERD alinha-se estrategicamente com a política externa brasileira no cenário da segurança internacional, por meio de sua Política Nacional Sobre Drogas, onde o programa pode servir como instrumento para consolidação da paz em países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A discussão em comento tem como proposta final levar a termo uma Cooperação Técnica Internacional (CTI), preocupada com o fortalecimento das capacidades e desenvolvimento das instituições locais, neste caso as polícias dos países de língua portuguesa. Para se atingir esse fim, propõe--se a expansão do programa a ser realizada de forma sustentável, por meio do treinamento realizado pelo PROERD da Polícia Militar do Distrito Federal.

Palavras-Chaves: PROERD. PMDF. Cooperação Técnica Internacional (CTI). CPLP.

1. INTRODUÇÃO

A construção de uma sociedade pacífica, livre de conflitos, drogas e violência, é dever do Estado e de seus cidadãos. E, nesse sentido, vários são os instrumentos utilizados para alcançar este objetivo, tais como ações voltadas para saúde, segurança e educação. E, baseado nestes três pilares de ações governamentais, abordou-se a possibilidade de expansão do PROERD da PMDF, ferramenta preventiva que atua diretamente destes pilares, aos países de língua portuguesa (com exceção de Portugal) em razão de o Brasil ser o único país de idioma português a realizar tal programa.

No presente artigo, enfatiza-se especialmente a possibilidade de implantação do PROERD nos países de língua portuguesa que se encontram em situação de pós-conflito, associados às medidas de reconstrução do país, em razão da convergência dos temas do programa com as medidas construtivas, tais como: civismo, cidadania, autoestima e alternativas positivas. Tais medidas despertam eficácia reflexa tanto nos docentes quanto discentes, de ambos os países e sociedade atendida, em razão do desenvolvimento da consciência de pertencimento de quem vive em tal comunidade e auxiliou em sua reconstrução.

O tema é relevante academicamente e socialmente, pois fomenta a redução da demanda e da oferta de drogas, fenômeno este responsável e diretamente relacionado com as mais diversas práticas delituosas. Assim, o PROERD, integrado às diversas ações transversais, tais como cidadania, ética, meio-ambiente, visa proporcionar

---

1 Mestranda em Sociedade, Desenvolvimento e Cooperação Internacional pelo Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares da Universidade de Brasília (CEAM/UnB), Especialista e Gestora em Segurança Pública pelo Instituto Superior de Ciências Policiais (2012), Pós-graduada em Projetos (Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2009), Bacharel em Direito (IESB, 2005), Graduada pela Academia de Polícia Militar de Brasília (APMB, 1999). É Major da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), instituição onde ingressou em 1997. Foi Coordenadora do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) no Distrito Federal entre os anos de 2004 e 2011. renatabraz22@gmail.com

a construção e sedimentação de um cidadão crítico e reflexivo. Destaca-se a relevância do presente trabalho ainda mais pelo fato do alcance internacional ao qual se propõe.

O tema é de interesse da autora, que foi Coordenadora do Centro de Treinamento do PROERD da PMDF, entre os anos de 2004 e 2011, possuindo vasta experiência no assunto e possuindo todas as qualificações internacionalmente estabelecidas, atingindo o topo da habilitação do Programa, como Oficial Master.

Este trabalho visa, assim, contribuir com a PMDF, o Governo do Distrito Federal e o Governo Federal, ao utilizar o PROERD da PMDF como um instrumento para auxiliar no fortalecimento institucional, consolidação da paz, segurança e desenvolvimento sustentável em países de língua portuguesa em situação de instabilidade social. Com isso, a proposta foca-se na promoção da Corporação e do Estado como difusores de conhecimentos técnicos, baseados em princípios como o da solidariedade e na promoção de parcerias para o desenvolvimento por meio de treinamento e transferência de conhecimento na área policial.

O estudo foi iniciado com uma abordagem geral sobre a origem do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a implantação do Programa na Polícia Militar do Distrito Federal, apresentando uma análise geral dos principais institutos legais que norteiam as ações do PROERD. Foram, da mesma maneira, destacados os critérios de seleção de policiais militares para atuarem como instrutores, o conceito de policial militar "educador social", e os currículos para diversos cursos para os alunos e pais e para os policiais militares.

Os conceitos de CTI, aqui abordados, sustentam e baseiam a proposta de celebração de acordos internacionais firmados pelo Brasil e suas instituições. Em seguida, apontam-se as definições, com base principalmente em declarações de autoridades e organismos, nacionais e internacionais, a respeito do vínculo existente entre segurança e desenvolvimento, e como uma cooperação internacional pode garantir e ajudar na consolidação da paz sustentável e fortalecimento institucional de órgãos policiais de outros países.

Por conseguinte, discorre-se sobre um histórico da participação da PMDF em missões especiais no exterior, quer em Missões de Paz da ONU quer em acordos internacionais nas áreas de treinamento policial, mostrando que a Corporação atua tanto como demandante quanto como responsável por transferir conhecimentos e *know-how*.

Finaliza-se, portanto, com a apresentação de uma proposta para implantação do PROERD em países de língua portuguesa que compõem a CPLP e um cronograma de atividades para a implementação do Projeto.

O artigo foi concluído com um panorama legal, crítico e analítico sobre a viabilidade da proposta de expansão do PROERD em países da CPLP, refletindo sobre ganhos institucionais e nacionais com a celebração de uma Cooperação Técnica Internacional específica para ações preventivas de combate ao uso de drogas e violência.

O texto em voga centra-se em diversas legislações que regem questões de drogas e seus programas de prevenção, como o PROERD. Ampara-se também por autores como PEROVANO (2006) e GESSEL (1998), além do estabelecido como política externa do país, pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e declarações de autoridades, as quais contribuíram para embasar o andamento da pesquisa.

O estudo tem uma abordagem metodológica de pesquisa exploratória que, conforme conceito apresentado por (GIL, 1988: 45) objetiva:

> [...] proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. Pode-se dizer que tais pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

O artigo foca-se numa abordagem metodológica realizada por meio de estudo de caso na PMDF, e na revisão de literatura e de bibliografia, documentos e relatórios produzidos pela Corporação, criando assim uma sólida fundamentação teórica para tratar o objeto principal do trabalho.

2.1 O Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD)

Para abordar o surgimento do Programa Educacional de Resistência às Drogas é necessário contextualizar sua criação com o uso de drogas e correlatos, não apenas no Brasil, mas também nos Estados Unidos, berço do referido Programa.

Sobre a origem das drogas no mundo, estas surgiram há muito anos, e é possível encontrar relatos de 5.000 a.C. quando foi encontrado, no Irã, um jarro de barro com resíduos de vinho (ANTI-DROGAS, 2011).

Nos Estados Unidos, a partir da metade do século XX, principalmente durante a II Guerra Mundial, pós-guerra, Guerra do Vietnã, foi possível observar um aumento estrondoso no consumo do cigarro e do álcool e, associado a estes, o uso de substâncias ilícitas derivadas do ópio, como a cocaína e heroína. Aliado a isso, o Estado não possuía mecanismos de prevenção ao uso de tais drogas, lícitas e ilícitas, bem como possui, até os dias de hoje inclusive, legislação extremamente rígida quanto à proibição do uso e sobre o tráfico, e por fim, uma instituição policial extremamente reativa e corrupta.

Diante do cenário de caos, no ano de 1983, no Departamento de Polícia de Los Angeles, verificou-se que apesar dos grandes investimentos na repressão à demanda pelo uso de drogas, os mesmos eram praticamente inócuos diante de um cenário de completa ausência de ações preventivas. Surgiu então, desenvolvido pelo citado departamento em parceria com a educadora Ruth Rich, o programa *Drug Abuse Resistance Education* (D.A.R.E), cujo anagrama da sigla significa em português "desafio", de forma que foi concebido como o "Desafio" para reduzir a demanda pelo uso indevido de drogas, a partir da atividade educativa preventiva, destinada às crianças da rede de ensino na faixa etária compreendida entre os 09 e 12 anos (CARDOSO, 2005).

O programa foi desenvolvido a partir da metodologia de negação – "dizer não", em modelo espiral, e o primeiro currículo consistia numa cartilha com 17 (dezessete) lições, desenvolvidas uma vez por semana, durante 01 h/a cada. Inicialmente foi aplicado por médicos, psicólogos, educadores, mas não despertava atenção nos alunos e, em razão da indiferença dos mesmos, os policias fardados começaram a desenvolvê-lo nas escolas, surgindo a partir daí a trilogia por meio do esforço cooperativo polícia–escola–família (CARDOSO, 2005).

No Brasil, o programa surgiu no Estado do Rio de Janeiro, quando a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), diante da necessidade de enfrentar o tráfico e uso de drogas, firmou parceria com o Consulado Americano no Rio de Janeiro, que propiciou a vinda de uma equipe de instrutores do D.A.R.E. que, por sua vez, capacitou a primeira equipe de instrutores policiais militares do Brasil. E assim foi criado o 1º Centro de Treinamento do Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD, tradução do anagrama americano D.A.R.E., cuja logomarca foi registrada no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (PMERJ, 2011).

2.2 Histórico do PROERD no Distrito Federal

O PROERD foi implantado na Polícia Militar do Distrito Federal no ano de 1998, em parceria com a Polícia Militar do Estado de São Paulo - PMESP e Embaixada Americana e foram capacitados 30 policiais militares do 6º Batalhão – Batalhão Escolar. As primeiras escolas atendidas foram as particulares em razão do desconhecimento na capital sobre o teor do programa. Entretanto no ano seguinte – 1999 – o mesmo foi expandido para as diversas escolas da rede pública e particular de ensino (CARDOSO, 2005).

Apesar do grande sucesso do programa, o mesmo foi regulamentado na PMDF apenas no ano de 2007, com o advento da Lei Distrital nº 3.946, de 12 de janeiro de 2007, a qual dispõe sobre a criação do programa e prescreve em seu bojo a institucionalização da ação na PMDF.

Atualmente, o Centro de Treinamento PROERD da PMDF encontra-se inserido na corporação no organograma do Centro de Polícia Comunitária e Direitos Humanos (CPCDH), em consonância com o Decreto Distrital N. 31.793, de 11 de junho de 2010. O Centro possui, em sua estrutura, policiais militares habilitados como instrutores, mentores e *masters*/facilitadores do programa, os quais atuam exclusivamente no PROERD, a fim de que seja cumprido o cronograma de atendimento nas escolas sem qualquer prejuízo.

O programa encontra-se também inserido no Plano Estratégico da PMDF (PMDF, 2010) e até a presente data foram formados mais de 550.000 (quinhentos e cinquenta mil) alunos do 5º ano e mais de 50.000 (cinquenta

mil) atendimentos nos diversos currículos do programa (PMDF, 2011e). O Centro de Treinamento PROERD/ PMDF é também parceiro da Secretaria de Educação do DF e foi reconhecido, no ano de 2007, como um Centro de Treinamento Internacional pelo DARE América.
O Brasil possui uma recente Política Nacional sobre Drogas (PNSD), criada no ano de 2005, por meio da Resolução Nº 3/GSIPR/CH/CONAD, de 27 de outubro do referido ano e, conforme determinam os seus pressupostos, é indispensável citar os seguintes:

> Priorizar a prevenção do uso indevido de drogas, por ser a intervenção mais eficaz e de menor custo para a sociedade
> Intensificar, de forma ampla, a cooperação nacional e internacional, participando de fóruns sobre drogas, bem como estreitando as relações de colaboração multilateral, respeitando a soberania nacional;
> Fundamentar, no princípio da responsabilidade compartilhada, a coordenação de esforços entre os diversos segmentos do governo e da sociedade, em todos os níveis, buscando efetividade e sinergia no resultado das ações, no sentido de obter redução da oferta e do consumo de drogas, do custo social a elas relacionado e das consequências adversas do uso e do tráfico de drogas ilícitas e do uso indevido de drogas ilícitas.

Baseado nestes pressupostos confere-se legitimação para a aplicação do PROERD como ferramenta educativa preventiva, não apenas no Brasil, mas também nos diversos países que coadunam com tais premissas. Isso porque, este programa eminentemente preventivo, fundamentado no princípio da responsabilidade compartilhada, caracteriza-se como um instrumento cooperativo entre a escola, a polícia e a família. Entende-se, pois, que a prevenção ao uso de drogas transcende a responsabilidade estatal e que envolve toda a sociedade nessa tarefa por meio de diversas atividades que são complementadas umas pelas outras reciprocamente.
Além da PNSD, o PROERD encontra legitimidade no arcabouço da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), em seu Artigo 2º, como um complemento pedagógico:

> Art. 2.º - A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Na esfera nacional, o PROERD tem sido Parceiro Estratégico para as ações de Prevenção Primária, no âmbito do Sistema Nacional Antidrogas (SISNAD) (SISNAD, 2002), focando a sua Política Nacional Antidrogas no respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais, os quais se comprometem internacionalmente com tratados e convenções que tratam da prevenção e temas ligados as drogas, como a "Estratégia Antidrogas do Hemisfério", durante reunião da Comissão Interamericana para o Controle e Abuso de Drogas (CICAD) da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Seminário Internacional de Polícias na Prevenção ao Uso de Drogas e o relatório anual da Junta Internacional de Controle das Drogas da ONU, que "[...] reconhece o esforço do Brasil no desenvolvimento de programas para controlar o uso e tráfico de drogas, seja no aperfeiçoamento de sua legislação, seja nas medidas de prevenção, repressão e recuperação" (Perovano, 2006, p: 59).
PEROVANO (2006, p: 61) apresenta as classificações dos níveis de prevenção em saúde pública estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 3 níveis:

> – Prevenção primária: caracterizada pelo conjunto de ações que procura evitar o uso de drogas, visando diminuir a probabilidade de novas pessoas começarem a usar;
> – Prevenção secundária: conjunto de ações que procura evitar a ocorrência de complicações para as pessoas que fazem o uso ocasional de drogas;

– Prevenção terciária: conjunto de ações que, a partir de um uso problemático de drogas, procura evitar prejuízos adicionais e/ou reintegrar na sociedade os indivíduos com problemas mais sérios."

Discorre ainda que as propostas preventivas devam ser destinadas não apenas a prevenir o uso indevido de drogas, mas a resgatar toda uma dimensão humana desrespeitada, sendo uma tarefa difícil e complexa, devendo os programas de prevenção ter conhecimento prévio das condições do ambiente e das características demográficas da população (PEROVANO, 2006).

2.3 Público alvo

O PROERD possui vários currículos destinados para diferentes faixas etárias, mas dentre todos, tem-se como mais importante o currículo destinado ao 5º ano do ensino fundamental, cuja idade dos alunos é compreendida entre 09 e 12 anos (GESSEL, 1998).
Segundo PEROVANO (2006, p: 22):

> Na educação fundamental, muitos professores não se sentem preparados para desenvolver temas sociais mais comuns com seus alunos, como meio ambiente, sexualidade, prevenção ao uso/abuso de drogas, cultura de paz, e tantos outros recorrentes, que se constituem fundamentais para a construção do senso de cidadania para a criança e o adolescente.

Perovano (2006, p. 27) destaca a condição do policial militar instrutor do PROERD como um educador social, afirmando que o ‹‹[...] policial-militar que está na condição de educador e no ambiente escolar poderia ser caracterizado como "educador social", considerando-se que este já possui hibridismo [...]›› tendo como competências necessárias a esse educador: o conhecimento (saber), aptidões (saber fazer), atitudes (saber ser) e habilidades sociais (saber fazer), as quais, relacionadas, transformam teoria em prática.
Segundo o Manual do Facilitador do PROERD da Policia Militar do Paraná:

> O "currículo atualizado" prevê o uso da facilitação como ferramenta de trabalho do Instrutor do PROERD, e aponta que o novo papel desse educador "é ser `facilitador´ da construção coletiva do conhecimento, um `mediador´ da aprendizagem, indo assim ao encontro das demais teorias pedagógicas" (PEROVANO, 2006, p:103).

Por esses motivos, a formação do policial militar como educador social é fundamental para o bom desempenho e sucesso do PROERD aplicado no Brasil e em mais de 50 países.
Portanto, a relevância da aplicação do programa ser aplicado no 5º ano deve-se ao fato que no ano seguinte, mediante aprovação, os alunos sofrerão uma grande mudança no seu ambiente escolar, onde deixam a presença da "tia", e passam a ter um número maior de professores, e começa a surgir a pressão dos grupos nos quais eles serão inseridos. Conforme PEROVANO (2006), a ação de prevenção ao uso/abuso de drogas e a adoção da concepção de educação para a paz tem sido reconhecido internacionalmente como a melhor solução encontrada para a educação preventiva de alunos nas faixas etárias de 09 e 12 anos de idade.
Além do currículo do 5º ano, existe o currículo das demais anos conforme consta no quadro a seguir:

Quadro 1: Relação de Curriculum do PROERD:

Currículo PROERD	Tipo de Educação	Público-alvo	Metodologia
Séries Iniciais	Educação Infantil	Destinado aos alunos da pré--escola ao 4.º ano do ensino fundamental, na faixa etária compreendida dos 05 aos 08 anos.	Baseia-se em aulas expositivas com cartazes com apresentação de alternativas positivas, com temas preventivos relacionados com dicas de segurança pessoais - contra assédio e abuso sexual infantil, rapto e sequestro, em ambientes – acidentes domésticos, trânsito, dicas de segurança diversas, e drogas, com ênfase em noções de cidadania, civismo e autoestima.
5.º Ano	Ensino Fundamental.	Principal currículo do programa aos alunos compreendidos na faixa etária entre 09 e 12 anos, do ensino fundamental.	Baseia-se na apresentação de alternativas positivas, fortalecimento da autoestima, para que os alunos aprendam a dizer não às drogas e à prática de atos de violência. É disposto em 12 lições, onde não se faz amostra de drogas, mas sim são trabalhados os conceitos das mesmas, e as consequências físicas e sociais dos malefícios causados pelo uso de drogas lícitas e ilícitas. Tem a duração de um trimestre letivo, onde o policial militar instrutor do programa comparece uma vez por semana na escola, e ao término é realizada uma formatura onde cada aluno recebe o certificado do programa e se compromete a resistir às drogas e à violência, honrar os pais, professores e a escola.
7.º Ano	Ensino Fundamental.	Alunos do ensino 7.º Ano do Ensino Fundamental.	Realizado como complemento dos temas abordados nos anos anteriores, tem por finalidade apresentar situações problemas onde os alunos praticam o Modelo de Tomada de Decisão PROERD, a fim de tomar decisões nas mais diversas situações cotidianas.
Para Pais e Responsáveis	Ensino para pais e responsáveis	Adultos ou pais	Destinado aos pais e responsáveis destinado ao esclarecimento sobre os conceitos das drogas lícitas e ilícitas, bem como dicas para atuar em situações problema.
Portadores de necessidades especiais múltiplas	Especial.	Alunos portadores de necessidades especiais múltiplas.	Desenvolvido exclusivamente pelo Centro de Treinamento PROERD da PMDF em parceria com o Centro de Ensino Especial do Guará, destinado aos alunos portadores de necessidades múltiplas, para alinhamento do programa nas ações inclusivas educativas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Fonte: Instrução Normativa N. 001/2007 - PROERD/PMDF e Manual do Mentor do PROERD (PMDF, 2005).

2.4 Da habilitação para aplicação do PROERD

Para atuar como instrutor do PROERD, o policial militar, voluntário, deve ser submetido a um rigoroso processo seletivo normatizado mediante planos de cursos das corporações policiais militares, cada qual segundo as suas regras e necessidades, bem como as políticas e procedimentos do *Drug Abuse Resistance Education* (D.A.R.E.). Em linhas gerais, esse processo é constituído por etapas específicas, segundo a Instrução Normativa N. 001/2007 - PROERD/PMDF:

> Curso de Formação de Instrutor – 5º Ano
> **Etapa 01:** Avaliação psicopedagógica para verificar se o policial militar se enquadra no perfil profissiográfico estabelecido para tal missão;
> **Etapa 02:** Mediante aprovação na etapa 01, realização do Curso de Formação de Instrutores PROERD, com carga horária de 80 h/a, com carga horária específica sobre o currículo do 5º ano do ensino fundamental e sua base pedagógica;
> **Etapa 03:** Prática de Ensino Supervisionada: após ter concluído com êxito a etapa 2, o policial militar instrutor atuará durante 01 (um) semestre letivo, supervisionado por um máster facilitador do programa;
> **Curso de Formação de Instrutor** – Pais e responsáveis, Séries iniciais, e 7º ano:
> a) Pré-requisito: ser instrutor do currículo de 5º ano PROERD;
> b) Os Cursos de Formação PROERD dos currículos acima descritos possuem a duração de 40 h/a semanal, e além das atividades básicas da metodologia específica do programa, são trabalhadas as competência pedagógicas específicas para as faixas etárias correspondentes.
> Curso de Formação de Mentor
> Pré-requisito: ser instrutor do PROERD, com formação nos diversos currículos, com mais de 01 (um) ano de experiência em sala de aula;
> O Curso de Formação de Mentor tem a duração de 40 h/a, com metodologia baseada na andragogia, e tem a finalidade de capacitar os instrutores que formarão novos instrutores, por isso a necessidade parâmetros de avaliação baseados na experiência prática dos policiais militares como instrutores em sala de aula.
> Curso de Formação de Master/Facilitador
> Pré-requisito: ser mentor do PROERD, com formação em todos os currículos do programa, com mais de 01 (um) ano de experiência prática como mentor em curso de formação de instrutores;
> O Curso de Formação de Master/Facilitador tem a duração de 40 h/a, com metodologia baseada na andragogia, gestão, administração, coordenação e facilitação de cursos, e tem a finalidade de capacitar os Oficiais para a Coordenação e Facilitação de treinamentos em todos os currículos do programa, e para as Praças, atuar como facilitador na formação de novos mentores PROERD.

2.5 A Cooperação Técnica Internacional

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil, outorgada em 1988, determina em seu Artigo 4.º, inciso IX, que:

> Art. 4º. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:
> [...]
> IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; (CF, 88)

Esse dispositivo da Carta Magna norteia as ações de Cooperação Técnica Internacional (CTI) no Brasil, quer no nível federal quer por seus entes federados (Estados e Distrito Federal).
O termo cooperação técnica foi definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1959, a fim de minimizar as relações entre desiguais bem como relações de trocas e de interesse mútuo entre as partes envolvidas, priorizando assim uma capacitação institucionalizada, visto a carência de alguns Estados em promover desenvolvimento e autonomia, restando à cooperação técnica essa atribuição, na esfera internacional (MRE, 2011a).
Nos últimos anos, o Estado brasileiro vem se consolidando como uma potência emergente, fazendo que com isso, vários estados demandantes se interessassem pela experiência nacional:

> O próprio Presidente Lula da Silva, tendo a percepção da importância política da cooperação técnica, procurou estimular e expandir essa cooperação, incentivando, para tanto, a abertura de novas Embaixadas, promovendo visitas aos países e difundindo os avanços do Brasil (MRE, 2010, p:1).

No Brasil, entende-se a cooperação técnica prestada como uma opção estratégica de parceria e um instrumento capaz de produzir impactos positivos sobre populações, elevar níveis de vida, modificar realidades, promover o crescimento sustentável e contribuir para o desenvolvimento social.
Ainda, segundo o Ministério das Relações Exteriores, o Brasil entende a cooperação técnica internacional como:

> Uma opção estratégica de parceria, que representa um instrumento capaz de produzir impactos positivos sobre populações, alterar e elevar níveis de vida, modificar realidades, promover o crescimento sustentável e contribuir para o desenvolvimento social (MRE, 2010, p: 1).

A Escola Nacional de Segurança Pública Sérgio Arouca afirma que:

> O conceito de "parceria para o desenvolvimento", adotado pelo Brasil, consolida a ideia de a relação de cooperação para acarretar, a ambos os lados, o compartilhamento de esforços e benefícios. As iniciativas propostas são avaliadas à luz do impacto e do alcance sobre as comunidades receptoras. Esse procedimento implica aprimorar mecanismos de negociação, avaliação e gestão dos projetos, a fim de enquadrá-los às prioridades nacionais (ENSPSA, 2012, s/p).

Dentre os tipos de TCI prestadas pelo Brasil está a "cooperação bilateral", em especial, as firmadas com os países da América do Sul, América do Norte, Central e Caribe, MERCOSUL, Haiti, Continente Africano, Leste Europeu e Países Asiáticos, Oriente Médio, Timor Leste, consistindo na transferência de conhecimentos técnicos, por meio de consultorias, treinamentos e a eventual doação de equipamentos e materiais, de forma a promover a autonomia dos parceiros envolvidos (MRE, 2011a).
Dentre os princípios que norteiam o Governo brasileiro no fomento do desenvolvimento da cooperação técnica Sul-Sul (países do hemisfério sul) estão:

> [...] o da solidariedade; a construção de parcerias igualitárias e horizontais; a não-condicionalidade; o respeito à diferença e à autonomia das organizações; o compartilhamento das responsabilidades; a possibilidade de internalização e manutenção, pelos países beneficiários, das ações iniciadas; a flexibilização e a harmonização dos procedimentos de gestão; a associação de diferentes instituições, de capacidades técnicas e de *expertises* entre os parceiros (MRE, 2010, p. 2).

As CTI prestadas pelo Brasil visam contribuir com o cumprimento das Metas do Milênio da ONU (PNUD, 2000), tendo como prioridade o desenvolvimento humano, aumentando e aperfeiçoando o intercâmbio entre os países, buscando o crescimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida das nações beneficiadas, nas mais diversas áreas de interesse social.

No âmbito federal, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores é a principal responsável pelo planejamento, coordenação, execução, financiamento e monitoramento da cooperação técnica brasileira. Assim, competem às instituições brasileiras detentoras de conhecimentos técnicos e soluções a execução dos projetos e atividades competentes a fim de serem aplicadas em países com carência de recursos e de *know-how.* (MRE, 2011a).

As Cooperações Técnicas Internacionais visam também o fortalecimento das instituições dos parceiros por meio da geração de conhecimentos técnicos utilizados para a capacitação de seus recursos humanos, almejando atender demandas que respondam às necessidades locais dos países demandantes. (ENSPSA, 2012).

2.6 Cooperação, Segurança e Desenvolvimento

No cenário internacional, o binômio "segurança e desenvolvimento" tem sido a cada dia mais e mais difundido em vários tipos de contextos conturbados e de localidades instáveis com conflito e/ou pós-conflito, onde a presença internacional se faz "imposta" com a implementação de Missões de organismos regionais e internacionais, principalmente sob a égide da ONU.

Nas sociedades que passam por anos de conflitos internacionais e/ou encontram-se em desenvolvimento, localizadas em sua maioria em regiões do mundo onde o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é baixíssimo, a estabilidade social, por meio da paz, torna-se primordial. A estabilidade social contribui para que os demais fatores essenciais ao avanço econômico e a melhoria da qualidade de vida de uma sociedade, possa ocorrer de forma evolutiva e significativa.

Essa "paz sustentável", fundamental para todo e qualquer desenvolvimento de uma sociedade, conta não apenas com a implementação de Missão de Paz da ONU (ou de outros organismos regionais), mas também por intermédio do apoio prestado por vários países e seus órgãos e entidades, por meio de cooperação técnica internacional. Esse instrumento de política externa de vários Estados soberanos, inclusive o Brasil, tem por objetivo promover, dentre outros, a sustentabilidade, desenvolvimento, crescimento econômico, inclusão social, formação profissional, segurança, saúde e educação, igualdade, gênero, étnico, raça.

Trata-se, entretanto, de um entendimento básico de que todo Estado necessita de uma paz sustentável, com instituições policiais democráticas e que sirvam à sua comunidade. Para tanto, muitas polícias contam com um passado vinculado à violência policial e abuso de poder, o que as afastam do seu público-alvo: o cidadão. Para mudar essa realidade, por vezes cultural, a ajuda de outros países deve ser parte integrada da política externa de várias nações, na transferência de conhecimento, recursos, treinamento, capacitação, dentre tantos outros temas que envolvem a área da segurança pública. Esses fatores ajudam a consolidar um Estado Democrático de Direito.

Conforme já declarado pelo Chanceler brasileiro, deve-se associar o desenvolvimento às estratégias de segurança, a fim de se alcançar a paz sustentável (PATRIOTA, 2011), fazendo com que o Brasil, e por interpretação, os seus entes federados, envide os esforços necessários afim atuar como com parte que transfere o conhecimento a outra(s). Desta forma, as estratégias de segurança não ficam restritas apenas a buscar o aperfeiçoamento de seu aparato policial, como receptores das CTI na área de segurança.

Desde a criação da ONU, com sua política de paz e segurança internacionais (ONU, 1945) o Brasil vem cooperando na comunidade mundial com profissionais das mais distintas especialidades, desde os militares nas Operações de Manutenção de Paz chamadas "tradicionais", ou nas nomeadas multidisciplinares, com a presença, além dos militares, de policiais, juízes, procuradores, professores, peritos e especialistas diversos (FONTOURA, 2005).

Em matéria de Missão de Manutenção de Paz da ONU, a cooperação internacional na área policial brasileira teve início em 1991 e desde então já participou com um total de 347 policiais militares das Corporações Policiais

Militares em 10 missões da ONU em vários continentes, atuando em várias áreas em prol do fortalecimento institucional dos órgãos policiais monitorados, os credenciando como:

> Ferramenta das mais apropriadas para promoção da segurança e a manutenção da lei e da ordem em Estados desestabilizados por conflitos, em especial no trabalho realizado junto as forças policiais locais, nas diversas vertentes requeridas para a reestruturação e desenvolvimento das mesmas, papel esse fundamental para a consecução do que se denomina paz sustentável (NETO e COSTA, 2010, p. 7).

Ainda no âmbito da cooperação técnica na área policial em Missões de Paz da ONU, Neto e Costa (2010, p. 13), apresentam como atribuições as atividades realizadas na contribuição aos policiais dos países receptores, tais como:

> Reforma, reestruturação e reconstrução das instituições policiais, sistemas penais, judiciais, prisionais e do sistema criminal e de segurança pública de uma forma geral; b) o monitoramento e a observação de conduta e de imparcialidade dos agentes da lei; c) verificação do cumprimento dos acordos de paz entre as partes; d) verificação e promoção dos direitos humanos; e) realização de policiamento ostensivo com os policiais locais; f) aconselhamento técnico, treinamento, e o desempenho do poder de polícia (*executive power*) com ações reais e legais de abordagens, prisões, apreensões, atuações em situações de distúrbios civis e operações policiais especiais; g) dentre tantas outras.

Como bem destaca AMORIM (2011), o dever agir da comunidade internacional respalda-se no "princípio da não indiferença na diplomacia solidária", sendo esse princípio vinculado à interdependência entre segurança e desenvolvimento. Com fulcro nesse princípio, o Brasil tem garantido maciça presença em contribuir com Missões de Paz e CTI com países em desenvolvimento no mundo. Ressalta-se o caso da Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (MINUSTAH) onde, além do comando do componente militar e emprego do maior efetivo militar da Missão, o país tem se envolvido em vários programas de cooperação. Esses programas envolvem, notadamente, a segurança, o desenvolvimento e a consolidação institucional, para que sejam tratadas de uma forma integrada, sendo a questão da segurança pública e, logicamente, a capacitação da polícia haitiana para que possibilite essas condições[2].

As instituições policiais federais e as estaduais brasileiras têm realizado CTI ao longo das últimas décadas, quer Norte-Sul ou mesmo Sul-Sul. Na maioria dos casos, na condição de demandantes. Outrossim, várias instituições têm passado a condição de parte ofertante de conhecimento técnico na área policial para as instituições policiais de outros países. Como exemplo desse tipo de ações, pode-se citar o Acordo de Cooperação Bilateral firmada entre o Departamento de Polícia Federal (DPF) e a Polícia de Guiné-Bissau. Neste caso, as partes atuam como parceiros da ONU e ABC, na montagem de um centro de treinamento para forças de segurança e de treinar oficiais policiais de Guiné Bissau (ABC, 2010), bem como as corporações estaduais têm recebido e, mais recentemente, promovido CTI na área de segurança pública.

2.7 A PMDF e os acordos internacionais

Os atos celebrados pela PMDF visando realizar parcerias acadêmicas e técnico profissional em níveis internacionais nas últimas décadas remonta ao ano de 1991, quando foram enviados 10 oficiais e praças

2 Desde a criação da MINUSTAH em 2004, o Brasil tem cedido oficiais policiais militares para compor o componente policial da Missão.

para integrarem a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM II). Desde então, os policiais militares da PMDF vêm exercendo as mais diversas funções e assumindo cargos de relevância em Missões de Paz da ONU, atuando como: monitores da polícia local, Conselheiros Técnicos, Chefe de times de Direitos Humanos, Instrutores em Academias de Polícia, Assessores para criação dos poderes do Estado (judiciário, legislativo e executivo), patrulheiro, assistentes humanitários e trabalhando nas áreas de operações, administração e logística ou, ainda, como diretores, chefes e Comissários da Polícia da ONU em diversas ocasiões (NETO e MELO, 2011).

Em setembro de 2010, a PMDF representava um total de 28% de todo o efetivo brasileiro a participar de Missões da ONU, contribuindo com a diplomacia solidária do país (NETO e MELO, 2011).

Há muitos anos, a PMDF vem celebrando parcerias com instituições policiais de outros países. Até poucos anos, a Corporação configurava como receptora das CTI capacitando principalmente policiais militares em treinamentos de temas diversos de interesse da Segurança e fortalecimento institucional, promovendo a multiplicação do conhecimento quando do retorno de seus policiais. Os principais parceiros da PMDF, nesses anos, têm sido: os Estados Unidos da América, Canadá, Portugal, Espanha, França, Alemanha, Suécia, Noruega, El Salvador, Colômbia, Chile, Argentina, Bolívia e Equador. Cursos e visitas técnicas também fazem parte desse aglomerado de projetos.

As relações entre os países Norte-Sul foram predominantes, mas ao longo dos últimos dois anos, a PMDF passou a firmar cooperação com países centro-americanos, em especial, ao receber alunos para cursos da Argentina, Paraguai, Panamá e Colômbia.

A PMDF já realiza, há alguns anos, programas de cooperação técnica internacional, auxiliando na estruturação e formação da Polícia Nacional de El Salvador (entre os anos de 1998 e 2005)[3] e tem mantido programas de intercâmbio e treinamento policial com instituições de outros países-parceiros, tais como com a Polícia da Suécia (PMDF, 2011a)[4] e com a Polícia do Panamá. (PMDF, 2011b).

Em 2011, a Corporação celebrou um acordo bilateral com a Polícia Nacional do Panamá, com o objetivo de firmar um protocolo de intenções acadêmicas e culturais.

> O acordo visa desenvolver cooperação recíproca, oferecidas por ambas as Instituições policiais, com a troca de conhecimentos e capacitação do efetivo policial. O protocolo abrangerá, por meio de intercâmbio, cursos de formação, de aperfeiçoamento e extensão, de especialização e outras atividades de interesse de ambas Corporações. (PMDF, 2011b, s/p).

No ano de 2011, havia 45 policiais militares da PMDF participando de treinamentos em outros países e aproximadamente 10 policiais de outros países recebendo treinamentos em cursos diversos na Instituição (PMDF, 2011c).

Como forma de corroborar com o alinhamento político-estratégico do Governo do Distrito Federal e do Governo Federal, a PMDF tem prosperado na seara da CTI. O Comandante-Geral da PMDF, após negociações com o Embaixador de Angola desde o ano de 2011, firmou termo de cooperação na área de treinamento e formação superior de 5 policiais angolanos, a iniciar-se em março de 2012, na Academia de Polícia Militar de Brasília (África 21, 2012).

Desde 2011, a PMDF conta com um banco de talentos com oficiais considerados treinadores internacionais para Missões de Paz, após curso promovido pela Polícia Sueca e pela PMDF na Academia de Polícia Militar de Brasília (PMDF, 2011a). O curso é totalmente conduzido em idioma inglês e habilita os policiais militares a atuarem como instrutores em vários países do mundo, os quais recebem o mesmo tipo de treinamento. Nos

---

3 A Polícia Militar da Bahia (PMBA) também cedeu oficiais do posto de Capitães entre os anos de 1995 e 1998.

4 Em 2010, a PMDF firmou Cooperação Técnica Internacional bilateral com a Polícia Nacional da Suécia, para os anos de 2011 e 2012, para treinamento de policiais que atuarão em missões de paz da ONU, com o intercâmbio de alunos, instrutores, além de outros cursos ministrados.

últimos 2 anos, policiais militares da PMDF já foram convidados para serem instrutores em países como Canadá, Suécia, Noruega, Equador e Gâmbia.

Os profissionais do Centro de Treinamento PROERD da PMDF têm, ao longo dos anos, participado de vários seminários internacionais como o *DARE America Internacional Conference*, no qual atualizam os currículos e realiza novas parcerias diversas dentre as quais podem ser citados o Seminário Internacional do PROERD, promovido pela PMDF em 2011. Este evento contou com 150 policiais nacionais de 24 estados, além de 20 policiais internacionais de países como México, Bolívia e Costa Rica (PMDF, 2011d).

Toda essa ação se justifica pelo fato de que o consumo de drogas é problema universal, não existindo escolha de classe social, cultura, país, língua ou cor da pele, sendo tal prática um dos principais fatores de criminalidade (direta ou indiretamente) em todo o mundo. A oferta e a demanda pelo uso de drogas estão diretamente relacionadas com a prática de atos de violência, nas mais diversas proporções. Portanto, é mister a implementação de ações preventivas de forma integrada e coordenada, com eixos norteadores que possibilitem o intercâmbio entre instituições policiais e projetos de boas práticas entre os países.

O Brasil é o único país de língua portuguesa que desenvolve o PROERD, e tal fato emudece as contribuições recíprocas que poderiam acontecer por meio da comunicação em português entre os países que praticam tal idioma, considerações de caráter cultural, étnico, e outros.

Isso pode ser visto especialmente nas Conferências Internacionais, quando os países que falam o mesmo idioma realizam vários intercâmbios de informações e práticas que realizam, exatamente de acordo com as considerações acima descritas.

A realização de um Acordo de Cooperação Técnica Internacional para expandir a aplicação do PROERD aos demais países de língua portuguesa seria um grande avanço na construção de uma política de prevenção internacional para tais nações, pois levariam em consideração suas características linguísticas, culturais, étnicas, além de fomentar a construção de ações de manutenção e consolidação da paz nos países que possuem tal língua como pátria e encontram-se em processo de reestruturação pós-conflito ou ainda que careçam de políticas de prevenção nessa área.

A partir dessa premissa, a implantação do PROERD se enquadra nos princípios da Cooperação Técnica Internacional (CTI), a qual se caracteriza pela ‹‹ [...] transferência de conhecimentos, ênfase na capacitação de recursos humanos, emprego de mão-de-obra local e pela concepção de projetos que reconheçam as peculiaridades de cada país›› (MRE, 2011, s/p).

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada no dia 17 de julho de 1996, em Lisboa, integrada inicialmente por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, e no ano de 2002, após a sua independência o Timor Leste. A CPLP constitui-se, portanto, em um grupo de Estado situado em 04 continentes, englobando 230 (duzentos e trinta) milhões de pessoas (CPLP, 2011).

Dentre as principais CTI na área de segurança estariam educação, formação profissional e direitos humanos (representando quase 55% do investimento do Brasil no continente), com possibilidade de criação por parte do Brasil de Centros de Treinamento e Formação em países como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe (IPEA, 2010).

A Comunidade foi criada com propósito de estreitar os laços de amizade entre os países constituintes de Língua Portuguesa, com vínculo histórico e patrimônio comum de todas essas nações, auxiliando no aumento de suas capacidades na defesa de seus interesses e valores, comuns ou não, e para defender a democracia e um ambiente internacional pacífico.

A opção para um projeto piloto para a expansão do PROERD teria como base, prioritariamente: 1) a língua portuguesa (facilidade de comunicação); 2) países pós-conflito; 3) Países pobres e em situação de paz instável; 4) Países onde tiveram missão de paz da ONU; 5) Boa imagem que o Brasil tem diante dos demais membros da Comunidade; 6) política externa brasileira em prol da cooperação técnica internacional, com atenção aos países da CPLP e países do continente africano.

A CPLP é direcionada para setores prioritários, como saúde e educação, e dentro desse espectro, no tocante a concentração político-diplomática, demonstra crescente interesse junto às necessidades comuns em organizações multilaterais como a ONU.

Em face a um conjunto de características comuns a esses países - levando em consideração a capacidade técnica que o Brasil e, em concreto, a Polícia Militar do Distrito Federal e o Governo do Distrito Federal, possuem em transmitir conhecimentos específicos em assuntos de treinamento policial - percebe-se claramente uma viável possibilidade para a celebração de um CTI para implementação do bem sucedido Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) promovido pela Instituição no Distrito Federal na área da prevenção ao uso de drogas e à violência, particularmente entre crianças e jovens e para cuidadores (pais e responsáveis).

O projeto de Cooperação Técnica Internacional de implantação do PROERD torna-se coerente com o alinhamento brasileiro em países em situação de pós-conflito e que façam parte da CPLP, os quais ainda estão em processo de reconstrução, reestruturação e reforma de suas instituições, onde os órgãos policiais estão, tradicionalmente e historicamente, diretamente vinculados à imagem de "polícia política" e que remontam no seio da população imagens de violência e abuso de autoridade contra a sociedade local.

Esse tipo de projeto visa estreitar os laços entre o policial (educador-social) e a comunidade, criando vínculo de confiança, amenizando e aproximando as partes, servindo como instrumento de parceria para construção e consolidação da paz e desenvolvimento sustentável, além, obviamente, de garantir uma juventude mais distante das drogas e da violência.

Faz-se fundamental, na apresentação de um estudo que vise à expansão do PROERD em países de língua portuguesa, o teor do Acordo de Cooperação estabelecido entre os governos integrantes da CPLP para redução da demanda, prevenção do uso indevido de substâncias entorpecentes, servindo os seus artigos como embasamento essencial para orientar e direcionar as ações:

> Artigo I – realizar programas coordenados para a prevenção do uso indevido de drogas;
> Artigo II, 3, parte a – intercâmbio de informação sobre programas de prevenção do uso indevido de drogas (...);
> Artigo II, 7, c/c art. III – intercâmbio de funcionários de seus serviços competentes para o estudo das técnicas utilizadas em cada país; (CPLP, 2011, s/p).

Em caráter complementar, constituir-se-ão objeto de referências futuras quando da aplicação das atividades do programa: a Carta da Organização das Nações Unidas (ou Carta da ONU de 1945); as Resoluções e documentos diversos emitidos pelo Organismo e suas Agências, com foco principal nas matérias de ameaças à paz e à segurança internacional; e os programas de combate à fome, erradicação da pobreza e promoção ao desenvolvimento social, dentre outros.

A título de experiência e locais de interesse estratégico do Brasil, convém utilizar 1 ou 2 países como "projeto piloto", de acordo as necessidades reais e demandas sociais que garantam o fiel cumprimento das partes e cumprimento dos dispositivos estabelecidos nos acordos. É importante ainda, a reciprocidade de interesse das partes a fim de se alcançar os objetivos previstos.

A Polícia Militar do Distrito Federal poderia firmar CTI de maneiras diversas: 1) via Agência Brasileira de Cooperação/MRE, envolvendo a participação e utilização de recursos federais Federal; 2) via cooperação bilateral direta da PMDF com a instituição policial do país demandante; 3) via cooperação bilateral direta entre o Governo do Distrito Federal e o governo do país demandante ou do estado/província a ser beneficiada; ou outro tipo de acordo triangular ou multilateral, devendo-se observar a real necessidade e aumento da burocracia, o que somente faz postergar ou mesmo abolir com iniciativas como esta.

Potenciais parceiros de interesse da PMDF poderiam ser os Governos estrangeiros representados pelas Embaixadas, o Ministério das Relações Exteriores, a ONU, Organização dos Estados Americanos, ONG's, CPLP, outros órgãos do Governo do Distrito Federal e do Governo Federal, Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes (*United Nations Office on Drugs and Crime* – UNDOC), etc.

2.8 Proposta para implantação do PROERD:

No estudo em comento, para implantação do PROERD nos países de língua portuguesa, é necessário se entender o contexto em que tais nações se encontram para que as estratégias sejam definidas e as ações sejam viáveis e sustentáveis assim como o interesse da segunda parte (ou outras que venham a se interessar como parceiros).
Desta forma, todo o programa poderá ser desenvolvido por meio de um Projeto de Cooperação Técnica (PCT), que é o instrumento básico para a formulação de um pedido de Cooperação Técnica Internacional junto à Agência Brasileira de Cooperação. Ou pode, ainda, ser implementado por meio um Protocolo de Intenções ou Acordo de Cooperação Técnica internacional Bilateral firmada pela PMDF (ou pelo Governo do Distrito Federal) com o ente beneficiado.
O escopo do documento será fundamentado e baseado no arcabouço legal, especificamente no que tange a ação como uma ferramenta de desenvolvimento de estratégia de segurança, e delimitado inicialmente nos países com missões da ONU, os quais tenham mandato para trabalhar questões de drogas. Prioriza-se, neste contexto, naqueles países aonde o Brasil já possui policiais militares instalados no território. Neste caso, a título de sugestão, citam-se Guiné Bissau e o Timor Leste, a fim de se alcançar a paz sustentável e consolidação da paz, fundamentado e vinculado no binômio segurança e desenvolvimento.
O objetivo principal será a capacitação da polícia local pelos policiais militares do Centro de Treinamento PROERD da PMDF, alijado no aspecto *training the trainers,* que significa a formação de servidores da polícia local como instrutores e mentores PROERD, para promover a implantação da ação com a preocupação clara em proporcionar o fortalecimento das capacidades e instituições locais.
Além disso, agregar o PROERD às ações já desenvolvidas em cada localidade, em razão especificamente da obrigatoriedade da frequência escolar requerida para a execução do programa. Com isso, trabalhar os temas transversais correlatos como a cidadania, segurança, violência, meio ambiente, saúde e outros e promover com isso a criação do Conselho de Segurança Escolar para promoção da cidadania e Direitos Humanos.
O Projeto de Cooperação Técnica para a implantação do PROERD será desenvolvido em 07 (cinco) fases, num período de 06 (seis) meses e será levado a efeito por uma equipe formada por policiais militares da PMDF, estruturado da seguinte forma:

a) Coordenação-Geral: encarregado pela implantação do Projeto em todas as suas áreas. Ficará a cargo de um Oficial Master PROERD, com notório e comprovado conhecimento e experiência do Programa, com experiência internacional e com capacidade de comunicação no idioma inglês (considerado língua universal e tratado em todo mundo no âmbito das relações internacionais);
b) Seção Pedagógica: responsável pelo planejamento, coordenação e capacitação metodológica do efetivo da polícia local. Será chefiado por um Oficial Máster e será composto por 01 pedagogo com formação e experiência no Programa. A equipe pedagógica pode ser composta por 06 Master/Facilitador. Os Master/Facilitador deverão ser indicados de acordo com o seu perfil, na condição de voluntário, pela Coordenação-Geral do Programa.
c) Seção Administrativa: responsável pela coordenação das atividades burocráticas da Coordenação-Geral e Assessoria Técnica Internacional.
d) Assessoria Técnica Internacional: responsável pelas relações institucionais, promover ligação técnica e social com os órgãos e pessoas envolvidas na implantação do projeto.

3. CONCLUSÃO

O estudo em comento teve por finalidade a discussão sobre a possibilidade de implantação do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) nos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Inicialmente, propõe-se a implementação do PROERD a partir dos países, onde foi realizada ou possui ainda Missão de Paz da ONU, como uma estratégia de segurança e desenvolvimento para a consolidação da paz e manutenção dos direitos humanos.

A implantação do programa ocorreria por meio de projeto de cooperações técnicas internacionais, com escopo baseado no princípio da não indiferença na diplomacia solidária e na interdependência entre segurança e desenvolvimento, para se alcançar a paz sustentável.

Destaca-se esse tipo de iniciativa como uma ferramenta da política externa brasileira, tendo a CTI característica fundamental a ênfase em consultoria especializada, o treinamento/capacitação de pessoal e a complementação da infraestrutura disponível na instituição recipiendária (MRE, 2011a).

O Plano Estratégico da PMDF (item 11.3.9) define em seus Cenários Prospectivos, a ampliação do atendimento aos pais e alunos da rede de ensino, através do Projeto PROERD, como uma de suas Iniciativas Estratégicas, sendo a internacionalização um fator considerável na política atual. Alicerçado na Iniciativa Estratégica 9.2.5, que cita "estabelecer parcerias com órgãos nacionais e internacionais para intercâmbio de conhecimentos em Segurança Pública*",* a PMDF, historicamente, tem atuado em diversas missões e cooperações internacionais, encontrando-se hoje em condições de transferir e ajudar na capacitação de órgãos policiais em outros países (PMDF, 2010).

Convém agregar ao projeto as demais ações desenvolvidas no país receptor para promover a integração, desenvolvimento e fortalecimento das instituições locais, especialmente com a criação de uma equipe de treinamento mista, composta por policiais integrantes das instituições policiais favorecidas, bem como buscar parceiros públicos, privados, especialistas civis, Embaixadas e organismos internacionais e especialistas civis dos mais diversos segmentos (HAMANN et al., 2010).

A educação, dever do Estado e direito de todos, deve ser fomentada por todos os seguimentos da sociedade, os quais devem atuar de maneira integrada e alinhada de acordo com os pressupostos balizados pelas políticas públicas. Assim, trabalhar a prevenção ao uso de drogas e a prática de violência é um tema transversal relevante e de extrema importância, pois o resultado refletirá na construção de um cidadão crítico e reflexivo que contribuirá na construção da cultura de paz social.

De acordo com Agência Brasileira de Cooperação (2010, s/p), A CTI é compreendida como "[...] um importante instrumento de desenvolvimento; que auxilia o país a promover mudanças estruturais nos seus sistemas produtivos e a superar restrições que dificultem seu crescimento*"*. A expansão do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) da PMDF está diretamente vinculada à promoção dos direitos humanos em nível internacional, promovendo o desenvolvimento e consolidação de uma paz sustentável, com base, dentre outros, no princípio da responsabilidade compartilhada que, por meio de seus policiais militares (educadores sociais), promoverá a educação para a paz e garantirá uma maior possibilidade de dignidade e futuro a crianças de países menos favorecidos, assim como aos policiais e às suas instituições, posicionando a PMDF num patamar elevado e de referência internacional.

4. REFERÊNCIAS

ANTIDROGAS. Drogas. Disponível em http://www.antidrogas.com.br/, [consultado em 31-12-2011].

ÁFRICA 21 DIGITAL. "Política, Economia e Cooperação (ÁFRICA 21)." Disponível em http://www.africa21digital.com/noticia.kmf?cod=12966937&canal=404, [consultado em 18-01-2012].

AMORIM, C. (2011), *Conversas com jovens diplomatas.* São Paulo: Benvirá.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. (ABNT). NBR 14724:2011. Disponível em http://www.abnt.org.br, [consultado em 15-11-2011].

BRASIL. AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. (ABC). *"A Cooperação Técnica do Brasil para a África."* Disponível em: www.abc.gov.br/download/CatalogoABCAfrica2010P.pdf. [consultado 20-11-2011].

_____. (2011a). COOPERAÇÃO: CENTRO DE FORMAÇÃO BRASIL-ANGOLA. Disponível em: http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacaoPrestadaProjetosDestaqueCFP.asp. [consultado em: 20-11-2011].

BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. (1990). São Paulo: Saraiva.

_____. Lei N.º 9.394/96. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira* (LDB).

_____. Política Nacional sobre Drogas (PNSD). Resolução Nº 3/GSIPR/CH/CONAD, de 27 de outubro de 2005.

BRASIL. MRE (Ministério de Relações Exteriores) (2010). "*Projetos da cooperação bilateral prestada: Balanço de Política Externa 2003-2010"*. Disponível em: www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/7.1.1-cooperacao-internacional-cooperacao-bilateral-prestada/at_download/file. [consultado em 26-12-2011].

_____. (2011a). *"Cooperação Internacional: Cooperação Bilateral Prestada"*. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/7.1.1-anexo-cooperacao-internacional.-cooperacao-bilateral-prestada/view. [consultada em 26-12-2011].

BRASIL. SISNAD (Sistema Nacional Antidrogas). Resolução nº 24, de 20 de dezembro de 2002.

BRASIL. SENAD (Secretaria Nacional Antidrogas). "*Política Nacional sobre Drogas – PNSD"*. Resolução Nº 3/GSIPR/CH/CONAD, de 27 de outubro de 2005.

CARDOSO, R. B. N. (2005), *A Polícia Militar na Atividade Preventiva nas Instituições de Ensino: um Estudo de Caso.* Brasília: Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB).

CPLP (Comunidade dos Países de Língua Estrangeira). Sítio da CPLP. Disponível em http://www.cplp.org/. [consultado em 26-12-2011].

DISTRITO FEDERAL, *Diário Oficial do Distrito Federal*. Lei nº 3.946, de 12 de janeiro de 2007. Disponível em http://www.pmdf.df.gov.br/aegcg/Leis%5CLei_3.946-07.pdf. [consultado em 20-11-2011].

_____. Decreto Distrital nº 31.793, de 11 de junho de 2010. Disponível em: http://www.pmdf.df.gov.br/aegcg/Leis%5CDecreto_31.793-10.pdf, [consultado em 20-11- 2011].

DISTRITO FEDERAL. Polícia Militar do Distrito Federal (2007). (PMDF). Centro de Treinamento PROERD/PMDF. *Instrução Normativa N. 001/2007*.

_____. (2010). *Plano Estratégico da PMDF* (2010). Disponível em: http://www.pmdf.df.gov.br/?pag=noticia&txtCodigo=5621, [consultado em 19-10-2011].

_____. (2011a). *Acordo Bilateral entre a PMDF e a Polícia Nacional da Suécia.* Disponível em http://www.pmdf.df.gov.br/?pag=noticia&txtCodigo=7783, [consultado em 19-12-2011].

_____. (2011b). *Protocolo de Intenções entre a PMDF e a Polícia Nacional do Panamá.* Disponível em http://www.pmdf.df.gov.br/?pag=noticia&txtCodigo=11142,. [consultado em 20-12-2011].

_____. (2011c). *Relatório de policiais militares que participaram de missões/cursos no exterior.* (2011). Subseção de Cooperação Internacional. Diretoria de Especialização e Educação Continuada. Departamento de Educação e Cultura (DEC) da PMDF.

_____. (2011d). *I Conferência Internacional do PROERD/PMDF*. Disponível em http://www.pmdf.df.gov.br/?pag=noticia&txtCodigo=10910, [consultado em 19-12-2011].

_____. (2011e). *Cronograma de Atendimentos do Centro de Treinamento*. B Brasília: PROERD/PMDF. 2011.

_____. Manual do Mentor do PROERD (2005). Revisão e Adaptação do Centro de Capacitação PROERD – D.A.R.E. da PMDF. Brasília: PMDF.

ESCOLA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA SÉRGIO AROUCA. (ENSPSA). Fio Cruz. "*Cooperação Internacional"*. Disponível em: http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/cooperacao-internacional/cooperacao-tecnica/, [consultado em 01-01-2012].

FONTOURA, P. R. C. T. da. (2005), *O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas.* Instituto Rio Branco: XXXVII Curso de Altos Estudos. Brasília: Instituto Rio Branco.

GESSEL, A. (1998), *A criança dos 5 aos 10 anos.* São Paulo: Martins Fontes.

GIL, A. C. (2002), *Como elaborar projetos de pesquisa.* 4. ed. São Paulo: Atlas.

HAMANN, Eduarda; MUGGAH, Robert e SZABÓ, Ilona. (2010), "*Momento Oportuno: Revisão da Capacidade brasileira para empregar especialistas civis em missões internacionais".* Instituto Igarapé. Disponível em www.igarape.org.br/app/webroot/uploads/fckeditor/file/Igarap%C3%A9%20-%20Capacidade%20Civil%20brasileira%20-%20Abr2011.pdf, [consultado em 28-12-2011].

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). (2010), "*Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2005-2009".* Brasília: IPEA e ABC. Disponível em: www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Book_Cooperao_Brasileira.pdf, [consultado em em 19-12-2011].

NETO, S.; COSTA, I. (2010), "*Características e competências essenciais aos policiais das Nações Unidas (United Nations Police - UNPOL) nas Operações de Paz".* Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 5, Nº 08, Rio, 2010 [ISSN 1981-3384].

NETO, S.; MELO, A. (2011), "*The PMDF and United Nations Peace Operations: A Brief History and Future Perspectives. In: Pearson Papers: "Latin America and Peace Operations: Partners and Perspectives".*1 ed. Clementsport, Nova Scotia : Canadian Peacekeeping Press, 2011, v.13, p. 31-37.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). "*Carta das Nações Unidas".* São Francisco: 26 de junho de 1945. Disponível em: http://www.un.org/en/documents/charter/index.shtml, [consultado em 26-12-2011].

_____. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. (PNUD). "*Objetivos de Desenvolvimento do Milênio".* Disponível: http://www.pnud.org.br/odm/, [consultado em 30-12-2011].

PATRIOTA, A. (2011), "*Discurso no Debate Aberto de Alto Nível do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a interdependência entre segurança e desenvolvimento".* 11 de fevereiro de 2011. Disponível em www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/discurso-do-ministro-antonio-de-aguiar-patriota-no-debate-aberto-de-alto-nivel-do-conselho-de-seguranca-das-nacoes-unidas-sobre-a-interdependencia-entre-seguranca-e-desenvolvimento-nova-york-11-de-fevereiro-de-2011/print-nota, [consultado em 19-11-2011].

PEROVANO, D. G. (2006), "*Concepções dos Instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência sobre a sua Formação".* Dissertação de Mestrado em Educação. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

RIO DE JANEIRO. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. PROERD. Disponível em: http://www.policiamilitar2.rj.gov.br/proerd.asp, [consultado em 24-11-2011].

O consumo de maconha e cocaína no Vale do São Francisco.

José Hermógenes Moura da Costa[1]

Resumo: O tema dessa comunicação é parte de um projeto de estudo exploratório mais amplo, que tem como objeto o fenômeno do consumo de substâncias psicoativas ilícitas, seus contextos e modalidades de uso, bem como os significados atribuídos por indivíduos que integram redes de amigos usuários, de uma cidade do Vale do São Francisco. Através da abordagem etnográfica, pretendo aqui, precisamente, identificar e caracterizar as modalidades de consumo de maconha e cocaína, os contextos e cultura de uso, incluindo padrões, normas e sanções sociais que orientam tais práticas nas dinâmicas cotidianas de quatro redes de amigos usuários. A heterogeneidade dos usos e seus contextos, expressa formas distintas de se relacionar com as substâncias, o que pode trazer diferenças importantes nos significados atribuídos aos danos físicos, psíquicos e sociais advindos do consumo de tais substâncias proscritas. O estigma da *droga*, em suas repercussões sobre a identidade social do usuário, comumente rotulado enquanto "drogado'', tem implicações na constituição de processos de rotulação também entre os consumidores, através de uma sistemática de classificação fundada na substância consumida, nos modos de consumo, e no "grau" de "relacionamento" com as substâncias. Assim, é necessário uma abordagem mais ampla da chamada "questão das drogas", que leve em conta tanto o perfil dos usuários, seus hábitos, práticas e representações, como o universo das pessoas que oferecem atenção à saúde do usuário.

Palavras-chave: substâncias psicoativas, contextos de uso, modalidades de consumo, identidade social

1. Apresentação

Desde os primórdios da humanidade, as mais variadas substâncias psicoativas vêm sendo usadas para diferentes finalidades: emprego lúdico, fins prazerosos modo de perceber ou de se relacionar com o seu entorno, finalidades terapêuticas e laborativas, busca por estados de êxtase místico/religioso. Contudo, percebe-se uma ênfase no uso para fins curativos, no escopo de práticas religiosas tradicionais, ou no contexto médico-científico da atualidade. Tais usos raramente foram tidos como ameaça à ordem social constituída, com a exceção do período da caça aos heréticos e às bruxas. No final do século XIX, cenário de consolidação de uma nova ordem médica, o consumo de certas substâncias psicoativas passa a ser problematizado, concomitantemente, seu controle irá migrar da esfera religiosa para a esfera da biomedicina. Um resultado importante desse processo é a transformação no enfoque da questão, se antes os aspectos de ordem religiosa e moral eram prioritários, agora, temos uma prevalência dos aspectos farmacológicos (Escohotado, 1989).

Na contemporaneidade, de maneira similar ao que se deu na Idade Média, certas substâncias psicoativas, agora consideradas *drogas*[2], recebem atributos de natureza intrinsecamente nefasta, todavia, o rótulo é substituído e, ao invés de "demoníacas", são vistas agora como criadoras de dependência. Em ambos os casos há

---

1 Antropólogo, 36 anos, com experiência em Antropologia Clássica, Antropologia da Saúde, Antropologia do desvio – socioantropologia do consumo de drogas; identidade social do usuário de 'drogas"; sexualidade e saúde; significados e práticas sociais e os processos saúde/doença. Pesquisador do Laboratório de Pesquisas Interdisciplinares sobre o consumo de substâncias psicoativas. Participa de projetos de extensão nas áreas: Redução de Danos para o uso e abuso de substâncias psicoativas; formação de profissionais de saúde para o atendimento de usuários de substâncias psicoativas na perspectiva da Redução de Danos; prevenção e redução de danos para o uso e abuso de drogas entre escolares.hermogenes.moura@univasf.edu.b

2 Para uma discussão acerca das controvérsias em torno do termo drogas *Cf.* FIORE, Maurício. Tensões entre o biológico e o social nas controvérsias médicas sobre o uso de "drogas". 28º Reunião Anual da Anpocs. Caxambu, 2004, CD ROM 1.

processos de atribuição a essas substâncias de certos poderes de enfeitiçamento, quase impossíveis de resistir pelo indivíduo. Nessa perspectiva, outras variáveis, como as de natureza sociocultural, são obscurecidas, muitas vezes relegadas a um segundo plano, ou mesmo têm negada a sua importância. A partir da década de 1960, especialmente depois do advento da epidemia do HIV/AIDS, e outras doenças transmissíveis pela via sanguínea, um enfoque biopsicossocial começa a receber certa credibilidade, e assim, as influências dos contextos socioculturais que envolvem o uso passam a ser objeto de pesquisas mais amplas (Macrae, 2010).

Uma das principais razões pelas quais o uso de drogas, durante muito tempo, não representou ameaça à sociedade constituída, se refere ao fato de, geralmente, tais práticas ocorrerem em cenários de rituais coletivos, motivadas por objetivos reconhecidos e legitimados socialmente, como expressão dos valores de uma coletividade. Mesmo na atualidade, em que as condições de regulação tradicional se mostram menos eficazes quanto ao enquadramento do consumo de substâncias psicoativas, este raramente ocorre de maneira completamente desregulada. Assim, iniciativas que visem prevenir o uso abusivo de *drogas,* para que sejam efetivas, demandam um conhecimento das lógicas internas aos contextos socioculturais em que ocorre o seu uso. Não obstante, esse tipo de proposta encontra resistências, em nível individual e institucional, como se acolher o pressuposto de que essas atividades não são regidas pelo caos e a loucura, questionando a maneira como a sociedade vem representando-as, fosse o mesmo que ser conivente com o uso. Outro aspecto fundamental tem relação com questões sociais de ordem estrutural, a consideração de que a estigmatização das drogas ilícitas, e seus usuários, vem desempenhando papel importante na ordenação da sociedade em todas as suas desigualdades (Velho, 1981; Bucher, 1996; Macrae, 2010).

Na ausência de um debate público, através da repetição de ideias falseadas, autoritárias e preconceituosas, temos uma operação de desqualificação e demonização do usuário e do "traficante" (Mota, 2005). Caracterizado pelo reducionismo, esse processo de estereotipação, ao camuflar alguns dos reais problemas estruturais da sociedade, forjando um inimigo imaginário, fundamental para a manutenção do *status quo*, acaba marginalizando usuários, constituindo uma "subcultura da droga", pouco permeável a atuação de agentes de saúde ou representantes do discurso oficial. Essa perspectiva leva à criação de novas ameaças à ordem e à saúde nessa sociedade. Da mesma maneira, como temos ênfase no uso das drogas ilícitas, em geral localizadas em uma minoria facilmente estigmatizável, há um desvio do foco de atenção e da necessidade de um maior controle da produção e comercialização das drogas lícitas, largamente consumidas, extraordinariamente lucrativa, e, na mesma magnitude, responsáveis pela grande maioria dos problemas relacionados aos psicoativos em geral. Ao centrarmos forças no combate a produtos, perdemos de vista os detalhes que conformam as dinâmicas socioculturais dos cenários de seus usos, e não atentamos para possibilidades de prevenção e controle dos efeitos indesejáveis, o que vem se mostrando mais eficaz que o mero proibicionismo (Macrae, 2010; 1997; 1994).

Destarte, o presente estudo se inscreve numa tentativa de identificar e caracterizar as modalidades de consumo de maconha e cocaína, os contextos e cultura de uso, incluindo padrões, normas e sanções sociais que orientam tais práticas, nas dinâmicas cotidianas de quatro redes de amigos usuários, residentes no centro e em dois bairros periféricos do município de Juazeiro no norte da Bahia. O estudo faz parte de uma perspectiva mais ampla, complementar às abordagens propostas por outros projetos[3], no âmbito do Laboratório de Pesquisa Interdisciplinar sobre o Uso de Substâncias Psicoativas – LAPIS/UNIVASF[4]. A iniciativa inscreve-se na necessidade de compreendermos o fenômeno do uso e do abuso de substâncias psicoativas através de uma abordagem mais abrangente, que leve em conta tanto o perfil dos usuários, seus hábitos, práticas e representações, bem como o universo das pessoas que oferecem atenção à saúde do usuário e suas relações com as atuais diretrizes das políticas públicas em saúde.

---

3 O intuito é buscar compreender, levando em conta as posições sociais, econômicas e culturais ocupadas pelos profissionais do CAPS ad/Juazeiro e do público alcançado no interior desta instituição – usuários de *drogas* –, as modalidades e estratégias de intervenção junto aos usuários da instituição, bem como a maior ou menor adesão destes à sua política de saúde oferecida no que concerne aos danos diretos e/ou adicionais à saúde relacionados ao uso, ou abuso, de drogas.

4 Laboratório de pesquisa vinculado ao Colegiado de Ciências Sociais da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

2. Socioantropologia do consumo de *Drogas*

Pessoas que se utilizam de substâncias psicoativas ilegais são, comumente, classificadas como "doentes", "marginais", "usuários de drogas" ou "drogados". A vida cotidiana de tais sujeitos parece se reduzir a este único tópico. Este estereótipo é acompanhado da noção de que o uso que fazem de tais substâncias é sempre abusivo, portanto são dependentes, não têm controle sobre seus atos sendo, assim, incapazes de executar tarefas cotidianas "normais" (como trabalhar, estudar, cuidar de uma casa etc.) e, sobretudo, são pessoas "perigosas", de quem devemos nos afastar. Essa imagem não leva em conta o questionamento sobre o que compõe o conjunto de substâncias classificadas como *drogas* (lícitas ou ilícitas), nem sobre as relações que os usuários, de fato, mantêm com seu consumo (Acselrad, 2000; Karam, 2000; Rodrigues, 2008).

Como esclarece Escohotado (2004), a definição do que vem a ser substâncias que alteram os estados da mente, de forma perigosa ou benéfica, sempre variou historicamente e em função de posições ideológicas, políticas e econômicas. As características intrínsecas das variadas substâncias (grau de toxidade, de habituação e efeitos secundários) não foram, em geral, os determinantes nessa categorização, como se nota, por exemplo, da comparação do uso da cocaína com o das anfetaminas, dos anos 1930 até os 1970 (Escohotado, 2004: 11-112). Por outro lado, há autores que apontam para a íntima relação entre a classificação de certas drogas como "ilícitas" e o surgimento de comportamentos delituosos em torno ao seu consumo, retroalimentando a problemática da adicção com as consequências da exclusão social (Karam, 2000; Escohotado, 2004). Dessa forma, podemos relacionar a criminalização do consumo de certas substâncias com a formação do que é, posteriormente, identificado como problema social relacionado às drogas, ao mesmo tempo em que se coaduna com a reiteração de um discurso sobre seu uso que coloca o usuário ora como criminoso, ora como doente, mas sempre como foco de disseminação da "desordem social", apresentando a abstinência total como único "tratamento" possível (Acselrad, 2000).

Isto não quer dizer que tais substâncias sejam inócuas e seu uso não tenha consequências para indivíduos e coletividades. Mas é inegável a necessidade de uma melhor compreensão das diferentes formas de uso das diversas substâncias, os grupos em que estão mais presentes, suas relações sociais e os discursos que envolvem tanto o uso quanto os usuários, para propor qualquer forma de atuação que possa minimizar efeitos danosos deste tipo de consumo, tal como a exclusão social ou os impactos na saúde.

O ser humano tem usado, ao longo da sua história, diversas substâncias, hoje classificadas como *drogas*, com o intuito de alterar a maneira de perceber ou de se relacionar com o seu entorno, com finalidades lúdicas, terapêuticas, religiosas e laborativas. Seu uso tem implicado complexas inter-relações entre substâncias, sujeitos e contextos socioculturais, afetando diversos aspectos do cotidiano dos inúmeros povos (Macrae, 1997).

Xiberras (1989, *apud* Macrae, 1997: 25) expressa a relevância da consideração dos aspectos socioculturais no trato da questão das *drogas* ao esclarecer:

> De fato, tudo se passa como se a droga não tivesse uma personalidade própria, ou um efeito maior estritamente definido, fora de todo contexto de utilização. Pois a prática da droga, ou seja, o uso que é feito dela por um determinado consumidor, parece mais determinante na descrição dos efeitos provocados e pesquisados. Aquilo que um usuário, mesmo isolado, espera da droga, aquilo que supõe ou mesmo o que percebe como efeito, depende estritamente do contexto mais global da experiência.

Na mesma perspectiva, para Romaní (1999: 53) *drogas* são substâncias químicas que, incorporadas ao organismo humano, modificam algumas de suas funções (percepção, conduta, motricidade, etc.), contudo, seus efeitos, consequências e funções estão condicionados, especialmente, por definições sociais, econômicas e culturais construídas pelos grupos sociais que as utilizam. Os estudos sobre tais substâncias requerem, portanto, abordagens multidisciplinares, que deem conta dos seus variados aspectos. Seria mais fácil entender esse fenômeno por meio de paradigmas que enfatizem mais a compreensão do que a explicação, o ideal seria o aprofundamento de paradigmas relacionais.

Esse imperativo epistemológico esbarra na tendência atual de "despolitizar" os problemas humanos, que passam a ser apresentados como questão meramente técnico-científica fundada em suas bases biológico-naturais. O ideal é a constituição de um saber "neutro", acima das orientações valorativas da sociedade. A institucionalização da medicina científica, da psicologia e da assistência social seriam alguns exemplos da formação de um saber, espécie de engenharia social baseada no reducionismo técnico (Romaní, 1999: 136). Assim, por mais que haja uma boa aceitação da necessidade de uma abordagem biopsicossocial da "questão das drogas" para que seja alcançada a complexidade da questão, as ciências da saúde ainda detêm a quase hegemonia sobre o discurso tido como legítimo e competente para esse tema. Desse modo, outras abordagens, que busquem privilegiar os aspectos socioculturais da questão, são frequentemente julgadas pelos critérios da biomedicina. Por exemplo, as críticas, muito comuns, à adoção de métodos qualitativos, sob o argumento da suposta falta de rigor científico e objetividade. Os defensores dos padrões clássicos da biomedicina, mais uma vez estariam ignorando as funções constitutivas da cultura na construção e percepção da saúde e da doença (Macrae & Vidal, 2006).

No trato da "questão das drogas", ainda há hegemonia da abordagem da epidemiologia clínica (como aquelas que apresentam a prevalência de dependência na população), apesar da Organização Mundial de Saúde recomendar a utilização da abordagem etnográfica como a perspectiva que melhor aproxima-se da cena de consumo e dos vários fatores que a compõem (Rootman et al., 1985 *apud* Romaní, 1999: 138). Assim, tais estudos têm negligenciado a consideração dos fatores socioculturais que modelam os diversos usos de *drogas*, buscando, através do modelo de causalidade biomédico, relações entre o agente patogênico (*droga*) e o organismo enfermo (usuário de *droga*), não atentando para as cenas de uso e suas especificidades. Com isso, além de desconsiderar as implicações do contexto sociocultural em que se dá o uso, realiza diagnósticos generalizantes produzidos sem nenhum contato direto ou exame pessoal com os sujeitos rotulados clinicamente (Macrae & Vidal, 2006).

Mesmo quando há a utilização, por parte da biomedicina, de alguns conceitos e métodos das ciências sociais, privilegiam o positivismo e o funcionalismo sociológico, tratando com incúria as tensões e conflitos presentes na sociedade, as determinações sociais da saúde/doença, assim como os aspectos da medicina como produção cultural (Minayo, 1999). Isso leva a perdas consideráveis na compreensão do fenômeno e na eficácia em responder a ele. A ação farmacológica das substâncias não pode ser tratada separada dos determinantes de natureza sociocultural, tais como os padrões e modalidades de uso, bem como os cenários sociais nos quais se realizam tais práticas.

Ante a complexidade da questão, os métodos costumeiros da ciência médica e epidemiológica, voltados especialmente para a quantificação de resultados, não têm se mostrado suficientes. Torna-se cada vez mais evidente a necessidade de recorrer a pesquisas de natureza qualitativa e etnográficas, incursões que venham a contribuir com o entendimento de fenômeno tão complexo. As razões são várias. Primeiramente, por se tratar de uma população oculta e estigmatizada, desconhecemos seu tamanho, distribuição geográfica, perfil etc. O que torna difícil a seleção de uma amostra que preencha os critérios de "representatividade estatística". Outra razão se refere à complexidade do fenômeno, a utilização de substâncias psicoativas, legais ou ilegais, são práticas que conjugam fatores altamente complexos, carregadas de conotações socioculturais que exercem importante influência nas motivações do usuário e na maneira como as realiza. Uma forma pertinente de alcançar a complexidade do fenômeno e as nuances de seus significados socioculturais é através de uma inserção mais direta e prolongada no campo a ser pesquisado. Outro ponto a considerar é que o estudo do uso de *drogas,* geralmente, está relacionado ao embasamento ou avaliação de políticas públicas com o intuito de diminuir os problemas sanitários ligados a essas práticas. Contudo, não bastam os gráficos ou dados brutos, tornam-se necessárias descrições densas de padrões e circunstâncias de uso, o estudo detalhado de práticas de risco, a busca de novas variáveis, e a contextualização desse uso em relação ao estilo de vida do usuário e suas relações sociais, ou seja, os significados atribuídos a ele (Macrae, 1994).

3. O contexto, os grupos e o método

Os métodos qualitativos utilizados na construção dos dados empíricos concernentes à abordagem do problema proposto foram a observação participante, entrevistas individuais em profundidade (episódica e narrativa) e a entrevista em grupo, ou grupo focal. Todavia, aqui mais especificamente, iremos tratar dos dados construídos através da observação e de entrevistas informais.

Partindo de Geertz (1989) e a aceitação de que o cientista social não percebe – não é capaz de perceber – aquilo que seus informantes percebem, o que ele percebe, com insegurança, é o "com que", ou "por meios de que", ou "através de que" os outros percebem, a minha incursão em campo e o processo de produção dos dados, a partir da observação participante, foi orientada no sentido de levantar conhecimento acerca dos modos "com que", ou "por meios de que", ou "através de que" os "meus nativos" se relacionavam com as distintas substâncias, as dinâmicas do cotidiano de uso entre os sujeitos que compõem as quatro redes de amigos. Na busca de proceder a uma descrição densa, utilizamos o tradicional diário de campo, rigorosamente organizado e mantido, no decorrer dos 6 meses de campo (novembro de 2010 a abril de 2011), com registros das observações das estruturas e relações que constituem as dinâmicas cotidianas dos quatro grupos de amigos usuários, entrevistas informais, além de recrutar informantes para as distintas modalidades de entrevistas em profundidade[5].

Portanto, o meu intuito foi o de levantar conhecimento sobre a "cultura de uso" de *drogas* no contexto do centro da cidade e dois bairros periféricos do município de Juazeiro, no Estado da Bahia, contribuindo para uma melhor compreensão acerca da rede de significados tecida entorno do consumo de drogas, que plasmam os seus cenários e cultura de uso, bem como produzir conhecimento acerca das maneiras de pensar e de agir dos usuários frente às substâncias.

Da antiga *Passagem do Juazeiro,* caminho de tropeiros e bandeirantes que remonta ao final do século XVI, a Juazeiro "Capital Nacional da Irrigação", muita coisa mudou nesse município localizado à margem direita do Rio São Francisco, no extremo norte da Bahia, na zona do submédio São Francisco. O município ocupa uma área de 650,520 km², com população estimada em 216.588 habitantes[6]. Em 2012 seu PIB foi de R$ 2.135.551.000,00[7]. Pólo da fruticultura irrigada, apresentando exponencial desenvolvimento nas três últimas décadas, vem merecendo conotações como: "Oásis do Sertão", "Califórnia Brasileira", "Eldorado da Fruticultura Irrigada", "Capital da Irrigação". Na periferia da cidade localiza-se um grande bairro (B1) que, semelhante a outros contextos urbanos do nosso Brasil, parece ser marcado por visíveis contrastes sociais, constituído por uma pequena população de abastados, facilmente localizáveis em suas belas casas nos terrenos que margeiam o rio São Francisco (áreas nobres, inclusive com a construção de condomínios fechados), uma espécie de classe média que se situa em um condomínio, e uma maioria residente em casas humildes, muitas delas ainda sem acabamento externo, em ruas desprovidas de pavimentação e infraestrutura. Muitos dos usuários do CAPS/AD[8], que funciona no bairro, são provenientes dessa população mais carente. Do mesmo modo, o tráfico de *drogas* também é realidade presente nessa comunidade. O outro contexto periférico estudado fica em um bairro (B2) localizado nas proximidades do mercado do produtor, possui uma população, em sua maioria, formada por trabalhadores pertencentes aos estratos de classe média-baixa e é conhecido por ter um "circuito" de bares bastante frequentado por moradores das imediações, bem como oriundos do centro da cidade.

Por se tratar de uma população oculta, inicialmente, o estabelecimento de contatos com os sujeitos da pesquisa, indivíduos usuários de substâncias psicoativas, ocorreu através do acesso às redes sociais de pessoas assistidas pelo CAPS/AD, além de usuários escolhidos entre o meu próprio círculo social[9] ou relacionados a ele.

---

5 Em fase de análise.

6 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) 2014

7 IBGE 2012

8 Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas. O LAPIS vinha realizando atividades de pesquisa e de extensão nessa unidade, ocasião em que tivemos contato com diversos usuários, que nos possibilitaram acesso a suas redes de relações.

9 Em 2009, após aprovação em concurso público para a docência na Univasf, passo a residir em Juazeiro, ocasião em que alugo morada no centro da cidade, nas proximidades da Praça da Misericórdia, a meio caminho do centro comercial e da

O recrutamento de informantes, crucial à inserção nos grupos de amizade, seguiu a técnica de "bola de neve" e a cada sujeito contatado pedíamos que nos apresentasse um ou mais sujeitos qualificados para o estudo (consumidores de *drogas*), construindo, gradativamente, uma rede variada de informantes, pautada, sobretudo, em uma relação de confiança, estabelecida no processo da pesquisa, indispensável à consecução dos objetivos do estudo.

Em termos de disposição no espaço urbano da cidade, as redes de amigos acessadas podem ser situadas, enquanto habitantes, no centro e nos dois contextos periféricos da cidade (B1 e B2). Duas das redes de amigos (G1 e G2) têm indivíduos residindo em ruas do centro da cidade, num raio entre 5 a 6 quadras, há pelo menos 15 anos e, apesar de considerá-las como redes distintas, de fato, todos os indivíduos se conhecem, alguns há mais de 10 anos, estabelecem, em grande medida, relações amistosas, inclusive havendo certo trânsito, alternância de contexto, entre determinados indivíduos, que em dadas circunstâncias, transitam entre os grupos de amigos[10]. A terceira rede de amigos (G3) é constituída por morados do B2. Apesar de não serem propriamente vizinhos, uma vez que não residem na mesma rua, moram no mesmo bairro e se conhecem há pelo menos 10 anos, sendo que alguns há muito mais tempo, desde a infância. O quarto grupo de amigos (G4) é formado por estudantes, na sua maioria, residentes em outro bairro periférico da cidade (B1).

As idades dos indivíduos pertencentes aos distintos grupos variaram entre 20 e 42 anos. Exercem as mais variadas atividades remuneradas: comerciários, representante comercial, educadores de áreas como história, matemática e geografia, bancário, autônomos, além de estudantes universitários que viviam de bolsas ou estágios e também desempregados. Apenas duas pessoas não haviam terminado o ensino médio.

As redes são formadas por grupos de amigos entre 4 e 6 indivíduos e, apesar de muitos deles serem amigos antes do início do consumo de *drogas*, parecem ter como mote de relações, sobretudo, as dinâmicas que conformam o cotidiano de consumo das substâncias. Entre os quatro grupos acessados, três deles são formados por sujeitos conhecidos entre si, inclusive havendo certo trânsito, entre os grupos, por parte de alguns de seus componentes[11]. Em relação às substâncias consumidas, o G2 e o G3 são formados por sujeitos que fazem uso exclusivo de cocaína, entre os indivíduos do G1 e do G4, há uma predominância do uso de maconha, contudo, a maior parte dos indivíduos podem ser situados enquanto usuários esporádicos de cocaína.

4. Os cenários de uso da maconha

Antes de descrever os espaços de uso da maconha, é pertinente abordar, ainda que de forma superficial, as rotinas vividas por meus informantes para a aquisição dessa substância proscrita.

O caráter de ilegalidade faz do processo de aquisição da *cannabis sativa* uma atividade que traz certa tensão, expressa nos cuidados e receios, no sentido de que a transação não venha a ser descoberta pelas forças policiais, nem por familiares, especialmente os pais. No geral, a maconha é comprada em quantidades que variam entre 10g a 250g, sempre em mãos de alguns "fornecedores", em grande medida, fixos, havendo certo círculo de vendedores (identificados pelo termo "canal", assim, é muito comum se ouvir, entre os amigos, em especial os pertencentes a grupos distintos, a pergunta: "e aí parceiro, você tem algum canal pra comprar uma massa[12]?)

"festiva" orla fluvial.

10 Essa dinâmica será tratada posteriormente.

11 Como veremos essa dinâmica de relações é significativamente influenciada pela atuação dos processos de tipificação e rotulação (estigma), internos aos grupos, que, volta e meia, acaba, de certa forma, 'banindo', ao menos temporariamente, alguns indivíduos membros, especialmente devido a considerações acerca da relação desses sujeitos com as substâncias, através de formas concebidas como "desreguladas", sobretudo, estigmatizantes, de lidar com as substâncias.

12 "Massa" é um termo muito utilizado para designar a própria maconha, em contraste com outras substâncias, em especial o 'branco' ou 'teco', expressões *êmicas* usadas para fazer referência à cocaína; outra forma de usar o termo "massa" remete à qualidade superior da maconha: "eu peguei uma maconha ontem que é a massa!"; diga-se: "eu comprei uma maconha que é de ótima qualidade".

que, de maneira mais ou menos precária, a depender da época do ano, do afrouxamento ou intensificação da repressão policial, mantém o suprimento da erva. Esses "canais" se localizam em distintas regiões da cidade, especialmente na periferia, mas não exclusivamente, e são encontrados através da mobilização de distintas redes de relações sociais[13]. Apesar das transações serem encaminhadas e efetivadas, na maioria das vezes, por apenas um ou dois dos indivíduos do grupo (geralmente aqueles tidos como mais "descolados", com um "bom papo" e, mais importante, com *expertise* em despistar as forças da lei), a compra comumente é realizada através de rateios, em que certa quantidade é adquirida, e depois repartida, de acordo com a "cota" de contribuição de cada um dos membros. No processo de aquisição, o mais importante parece ser a garantia de um abastecimento mínimo, que por um lado, permita o consumo cotidiano, e por outro, evite uma maior frequência de idas aos pontos de tráfico, e toda a tensão que envolve essa "operação comercial".

É importante notar que, ao contrário do consumo da cocaína, que envolve custos consideráveis, se comparados com os da *cannabis*, o uso da maconha não está condicionado à participação no rateio. É muito comum que apenas alguns sujeitos, no geral aqueles que possuem alguma renda fixa, participem das tratativas e contribuam com recursos para a compra. Contudo, a utilização tende a realizar-se por todo o grupo, havendo um companheirismo e cumplicidade no sentido de possibilitar o uso, mesmo por parte daqueles que não participaram financeiramente dos arranjos para a aquisição da erva.

Uma vez garantido o suprimento, as dinâmicas de consumo, em termos de localização no espaço urbano, podem ser distinguidas entre duas grandes modalidades: aquele uso que se dá em espaços públicos e o consumo em locais privados.

O uso em espaços públicos, no caso do G1, se dá geralmente nas margens do rio São Francisco, na chamada "prainha" (região próxima ao distrito naval). Outro cenário importante era a chamada "Ilha do Fogo", ilha fluvial localizada entre as cidades de Juazeiro na Bahia e Petrolina no Pernambuco, cujo acesso ocorria através da ponte Presidente Dutra. Entretanto, em setembro de 2012 a referida ilha foi entregue ao Exército Brasileiro, sendo interditada para a visitação do público.

A moradia no centro, a alguns metros das margens do São Francisco, e os frequentes impedimentos do consumo na segurança de suas casas impelem esses indivíduos a buscar na "tranquilidade" da chamada orla antiga – e as possibilidades de dissimular o ato de fumar os seus *baseados*[14] propiciadas por tal geografia fluvial – um refúgio para o deguste de seus *becks*, embalado pela crônica cotidiana, exposição dos problemas e dilemas de suas vidas, seguidos de aconselhamentos variados.

Á noite, caso o consumo aconteça, e isso é uma constante, o mais comum é que ele ocorra no contexto de suas casas, ao menos para aqueles que já estabelecem com os pais e familiares uma relação de abertura no que se refere ao fato de consumir maconha, ou que, por alguma eventualidade, têm a oportunidade de ficar sozinhos na residência em certas ocasiões. Para aqueles cujo consumo em contexto privado não é permitido ou possibilitado, o centro comercial aparece como espaço que possibilita certa segurança, tanto no que se refere a polícia, quanto à possibilidade de ser flagrado por conhecidos "caretas"[15], o que pode servir para a reafirmação ou recrudescimento do estigma[16]. No centro comercial, invariavelmente no turno noturno, o uso

---

13 É curioso como os usuários são solícitos no sentido de informar aos seus pares os locais onde podem encontrar alguma "coisa" de qualidade, ou mesmo encontrá-la sem preocupações com "requinte", considerando que, na perspectiva desses sujeitos, a chegada e popularização do consumo de crack teria repercutido, negativamente, na oferta de maconha no "mercado" juazeirense. A lógica é que devido à suposta rentabilidade do comércio de crack e o potencial do mercado, a maconha passa a ser preterida por traficantes.

14 Essa expressão é uma das muitas utilizadas para designar o cigarro de maconha, assim como beck, fino, ou fininho (remete à espessura do cigarro), jack, massa, coisa etc.

15 O termo remete à pessoa que não faz uso de *drogas*, concebidos como moralistas, indivíduo "sujeira", intolerante em relação ao consumo, alguém que pode ser o pivô de problemas com a família ou a justiça, através de delação do engajamento em práticas tidas como "desviantes".

16 Para Goffman (1978), o termo estigma oculta uma dupla perspectiva: o estigmatizado assume que a sua marca distintiva já é conhecida ou é evidente; ou que ela não é nem conhecida nem perceptível. No primeiro caso, temos a condição do

acontece nas travessas e vielas apertadas, mas especialmente nas esquinas, em duas específicas, escolhidas por sua localização estratégica, permitindo a "fuga" rápida, ou mesmo, o acesso imediato a residência de pessoas conhecidas, mais permissivas com a prática ilegal.

O consumo em contexto privado ocorre, no geral, nas residências daqueles indivíduos que já são reconhecidos, ao menos por parte dos familiares, como usuários de maconha. Ele pode ocorrer no interior da própria residência (a depender da estrutura da moradia, o favorecimento ou não da dissipação da fumaça, o uso pode ocorrer na sala, em frente à televisão, ou no quarto), geralmente quando os pais, esposas ou companheiras, não se encontram no recinto, ou em outras dependências, especialmente o quintal, que na região de Juazeiro é chamado de "moro". Na constante busca por espaços "sossegados" para o consumo, os poucos integrantes dos grupos de amigos que dispõem da "tranquilidade" dos seus lares para o consumo da *cannabis*, especialmente os pertencentes ao G1 e G4, costumam convidar os amigos para o uso, do mesmo modo que são solícitos quando "visitados" por seus parceiros, em horários específicos, sobretudo à noite, após o jantar. No contexto do G4 (exceto em situações excepcionais, ocasiões em que estão fora do bairro), o consumo se dá em ambientes privados, especialmente mas não apenas, na casa de um de seus membros, onde reside com sua jovem esposa. Trata-se de uma casa ampla, com duas salas, três quartos, e uma espaçosa cozinha.

5. A cocaína e seus cenários

Comparado com as rotinas para a aquisição da maconha, conseguir cocaína no contexto do centro e dos bairros periféricos de Juazeiro é algo relativamente fácil. Ao que parece, o problema não é de abastecimento e disponibilidade, a questão é a qualidade do produto. Assim, para os usuários de cocaína acessados não faltam opções de oferta, contudo, o que se vê é uma busca constante por cocaína de qualidade (como dizem, "a bicha", o "veneno", a "escama de peixe"). Para tanto, uma vasta rede de contatos é mobilizada, envolvendo indivíduos dos mais variados bairros da cidade.

A compra da substância, no geral, se dá após tratativas referentes à parcela de contribuição que cada um deve dar. Aqui certo clima de "tensão" se instala, mais por conta de tais negociações do que por receios em relação à polícia ou conhecidos, uma vez que os custos da cocaína são consideravelmente maiores do que o da maconha[17]. Não obstante, me parece que a aquisição do "branco" é mais tranquila, no sentido em que, comumente, o próprio traficante vem até o comprador, ou envia o produto através de algum portador, destaque para os serviços de mototáxi, inclusive alguns atuando como pequenos traficantes, o que torna a dinâmica de aquisição menos estressante, pois a exposição, e a possibilidade de ser "descoberto", parece ser arrefecida devido à comodidade desse serviço a domicílio. Entretanto, caso a garantia de um produto de qualidade envolva a necessidade de ir até o local de venda, especialmente quando ele se localiza em bairros distantes do centro, ou dos bairros periféricos observados, os indivíduos não medem esforços para a efetivação da transação.

Interessante notar que, os laços entre as pessoas que compõem os grupos de amigos parecem afrouxar-se ou fortalecer-se de acordo com as dinâmicas dessas negociações, especialmente em relação a certos parceiros que, porventura, não contribuíram no rateio do pó. Assim, enquanto a *cannabis sativa* parece figurar como elemento que aglutina o grupo, o uso de cocaína e os processos envolvidos na aquisição da *droga* podem constituir elemento de desagregação, ou (re)agregação pontual do grupo de origem, ou "migrações" temporárias para outras redes, de acordo com o processo de aquisição do produto.

Os contextos de uso podem ser expressos, da mesma forma que no caso da maconha, em espaços públicos ou privados. Contudo, há uma heterogeneidade importante na conformação desses contextos, sendo que, a depender da situação, os indivíduos podem se engajar em um ou outro dos espaços, inclusive em um mesmo dia.

---

desacreditado, no segundo temos o *desacreditável,* e essa seria uma diferença importante. Para os meus informantes o os receios e cuidados se orientam, de modo especial, pelo medo em se tornar um *desacreditado*

17 Enquanto 100g de maconha pode ser adquirida por valores entre 120 a 140 reais, 10g de cocaína custam entre 120 e 150 reais.

Os bares são os espaços de uso público mais utilizados pelos informantes dos distintos grupos, aqui aponto como local privilegiado o circuito de bares da orla fluvial, mas também determinados bares localizados na periferia, especialmente aqueles em que se encontra certa conivência dos proprietários que fazem vista grossa para o consumo, sendo que alguns, em grande medida, criam "condições" para que seus clientes sintam-se à vontade (pode-se dizer que em relação a alguns estabelecimentos, esse é um dos principais atrativos). Assim, no período de inserção no campo, me causou espanto o fluxo de usuários a utilizar-se dos banheiros de certos bares da orla para o consumo de cocaína[18], assim como as estratégias de certos bares da periferia no sentido de compor ambiente propício, atrativo para usuários da cocaína.

As vias da cidade, tanto as do centro e proximidades da orla fluvial, quanto as que permitem os fluxos para os bairros periféricos, são também mobilizadas para o consumo. Isso se dá através de estratégia "engenhosa" em que o consumo ocorre dentro de automóveis, no geral em movimento, ocasiões em que o uso deve se dar de forma rápida e, ao mesmo tempo precária, já que não envolve maiores preparações do produto. Esse consumo costuma ser mais tenso, sobretudo devido ao medo de se deparar com blitz policiais, mas também serem flagrados pelo sistema de monitoramento eletrônico existente em alguns trechos da zona urbana.

A especificidade da ordenação do centro comercial da cidade, com suas ruas e vielas estreitas, entrecortadas e "desabitadas" à noite, também atrai os usuários, no geral aqueles que se encontram no festivo circuito da orla da cidade, a realizarem o consumo, precário em termos da administração dos riscos nesse espaço.

O uso privado se dá, sobretudo, na casa daqueles sujeitos que moram sozinhos, ou com companheiras coniventes com o uso. Contudo, o mais comum é iniciar o uso em casa e terminar nos espaços públicos.

6. Modalidades de consumo, dinâmicas, regras e normas.

Howard Becker, pioneiro na problematização das dimensões socioculturais do consumo de *drogas,* chama a atenção para a proeminência de um saber sobre as substâncias que se difunde entre seus usuários. É como se as ideias do usuário sobre a droga influenciassem os modos como ele as usa, interpreta e responde a seus efeitos. Nessa perspectiva, a natureza da experiência dependeria do grau de conhecimento que está disponível ao usuário. Uma vez que a propagação desse saber é função da organização social dos grupos no interior dos quais as *drogas* são usadas, os efeitos do seu uso estarão, portanto, relacionados a mudanças na organização social e cultural. Um exemplo é o desenvolvimento do uso massivo da maconha entre a juventude americana na década de 60, mesmo originalmente tendo sido associado a numerosos casos de psicose, com o passar do tempo esses episódios diminuíram, em termos relativos, devido à difusão do conhecimento sobre seu uso tanto entre os médicos quanto entre os usuários. (Becker, 1976; 1980; 2008). Esse tipo de "conhecimento" sobre o uso de certas substâncias, compartilhado entre certos setores da população, faz parte do que Macrae (2010) chama de "cultura" ou "subcultura" da *droga*.

Dessa forma, a inserção nos grupos de amigos usuários envolve a apropriação de um conhecimento sobre as substâncias: identificação dos efeitos, como e onde adquirir, trato com a substância, estratégias para lidar com as sanções sociais. Daí as dificuldades em se tratar da questão dos efeitos das substâncias apenas com a consideração de suas propriedades farmacológicas.

O médico Norman Zinberg foi um dos primeiros a estudar o chamado "uso controlado" de psicoativos, com ênfase nos seus baixos custos pessoais e sociais. Para Zinberg (1980), os efeitos do uso dessas substâncias dependem não só das suas propriedades farmacológicas, mas igualmente das atitudes e personalidade do usuário (*set,)* assim como do meio físico e social onde ocorre o uso (*setting)*. Em relação ao último fator, ele atribui destaque para os controles sociais, que se constituem e organizam em torno do que chama de "sanções

18 Em termos de saúde pública, o consumo em tais locais parece envolver maiores riscos, considerando a precariedade das condições de higiene, bem como as preocupações com rapidez do processo, que parecem indicar negligência quanto a estratégias de redução de danos. Por exemplo, nessas ocasiões, é muito comum o uso de cédulas de dinheiro para inalar o pó, assim como, qualquer superfície pode servir de base para o preparo das carreiras a serem cheiradas, o tampo da privada, carteira, suporte de sabonete, ou o mármore da pia.

sociais" e "rituais sociais". Por "sanções sociais" temos as normas que definem se e como determinada *droga* deve ser usada. Incluiriam tanto os valores e regras de conduta compartilhados informalmente por grupos (mesmo que de maneira não explicitada), quanto as leis e políticas formais que regulamentam o uso de *drogas*. Os "rituais sociais" seriam padrões tipificados de comportamento recomendados em relação ao uso de uma determinada *droga*. Tais rituais seriam aplicados aos métodos de aquisição e administração da substância, à seleção dos cenários físico e social para o uso, às atividades empreendidas após o uso, e às maneiras de evitar efeitos indesejados.

Nessa dinâmica, os "rituais sociais" serviriam como meio de reforçar e simbolizar as "sanções sociais". Assim, as configurações do *set* e do *setting* parecem influenciar nas percepções dos riscos físicos, psíquicos e sociais provenientes do consumo. Quando, como, e com quem usar trará repercussões nas percepções dos riscos e possíveis malefícios. Contudo, a simples existência dessas sanções ou rituais não garante a sua eficácia, e nem significa que todos tenham sido criados como mecanismos para ajudar o controle e a existência ou aplicação dos controles sociais não significa que o uso seja moderado ou decoroso, segundo os padrões da sociedade. De fato, mais importante do que perguntar se uma sanção ou ritual originou-se como mecanismo de controle, é pensar como o usuário lida com conflitos entre sanções. O conflito, por exemplo, entre controles sociais formais e informais, a lei que proíbe o uso e a tolerância a esse uso por parte do grupo social. (Zinberg, 1980: 236-238).

Jean-Paul Grund (1993) retoma e desenvolve as ideias de Zinberg. Para ele, a autoregulação deve ser compreendida para além da simples limitação do uso, é necessário que levemos em conta a prevenção e o gerenciamento de problemas ligados às substâncias psicoativas. Para tanto seria indispensável a adoção de um ponto de vista multidimensional. Além disso, salienta o fato de que a eficácia dos rituais e das regras de conduta em controlar o uso dessas substâncias é afetada por outros fatores relacionados à capacidade do indivíduo em obedecer a esses processos regulatórios sociais. Tenta corrigir a visão estática de Zinberg, com algumas adaptações e elaborações ao seu modelo incluindo no seu esquema a consideração da *disponibilidade da droga* e o que chama de *estrutura de vida do usuário*.

O que caracteriza a *estrutura de vida* são as atividades regulares, tanto as convencionais quanto as relacionadas à droga, que estruturam os padrões da vida quotidiana. Incluem as relações pessoais, os compromissos, obrigações, responsabilidades, objetivos, expectativas, etc., mesmo que não primariamente direcionados à droga. Uma *disponibilidade da droga,* um provimento adequado das substâncias, o que evitaria que a sua simples aquisição se tornasse o principal foco de interesse do usuário, também seria importante para permitir o desenvolvimento das sanções e dos rituais sociais. As normas, regras e rituais determinariam e constrangeriam os padrões de uso da *droga*, evitando uma erosão na estrutura de vida. Uma vida altamente estruturada permitiria que o usuário mantivesse a estabilidade na disponibilidade da *droga*, essencial para a formação e manutenção de regras e rituais. A autoregulação do consumo de *drogas* e seus efeitos seriam, portanto, questão de um equilíbrio (precário) em uma corrente de retroalimentação circular (Grund, 1993).

> Disponibilidade da droga, rituais e regras, estrutura de vida formam uma trindade, são fatores interativos em um processo circular internamente coerente, onde esses fatores são eles mesmos modulados (modificados, corrigidos, reforçados, etc.) pelos resultados. É, assim, um circuito retroalimentador ("feedback circuit") que determina a potência dos processos de auto-regulação que controlam o uso de drogas (Grund, 1993: 301)

Grund enfatiza que o uso de *drogas* (mesmo as "pesadas") não leva, necessariamente, a padrões de consumo descontrolados ou nocivos. Embora o uso de psicoativos possa tornar-se uma atividade predominante, ela é raramente uma atividade isolada e é, geralmente, social. Padrões de uso (quem usa o que e como) estariam sujeitos a diversos determinantes como: disponibilidade, tendências e padronização cultural. Contudo, embora o modelo seja circular, não é um circuito fechado independente. Os três elementos do trio (disponibilidade da droga, valores, regras e rituais, estrutura de vida) estão sujeitos a variáveis e processos externos distintos que vão desde fatores psicológicos pessoais e culturais até regulamentos oficiais e considerações mercadológicas. Portanto, o uso de psicoativos não pode ser isolado do seu contexto social e, concordando com Zinberg, considera que o controle sobre o uso dessas substâncias é principalmente determinado por variáveis sociais (Grund, 1993: 237-254).

Assim, a heterogeneidade dos usos e seus contextos, expressa formas distintas de se relacionar com as substâncias, o que pode trazer diferenças importantes nos significados atribuídos aos danos físicos, psíquicos e sociais advindos do consumo de tais substâncias proscritas.
Entre os grupos acessados, apenas o G3 é formado por usuários exclusivos de cocaína, os outros fazem também uso de *cannabis sativa*. O uso da cocaína, no geral, é algo que se dá em momentos específicos. Ao contrário da *cannabis*, usada cotidianamente, o pó remete a contextos festivos, comumente nos finais de semana, com exceção do G3 onde o consumo se dá com maior frequência, inclusive em dias de semana.
Ao contrário da percepção do senso comum, que toma as *drogas* de maneira generalizante, negligenciando as especificidades de cada substância, entre os sujeitos acessados percebo a construção de toda uma hierarquia de classificação orientada, sobretudo, pelos modos de uso e pela construção da identidade social do usuário. O estigma da *droga* (Mota, 2005; 2008), em suas repercussões sobre a identidade social do usuário, comumente rotulado enquanto "drogado'', tem implicações na constituição de processos de rotulação (Becker, 2008) também entre os usuários, através de uma sistemática de classificação fundada na substância consumida, nos modos de consumo, e no "grau" de "relacionamento" com as substâncias.
Assim, percebi que os usuários exclusivos de cocaína tendem a situar os consumidores de *cannabis*, especialmente aqueles que fazem consumo diariamente, enquanto indivíduos rotulados negativamente, através da noção de "maconheiro", mobilizando alguns sinais do uso como forma de expressar o estigma de tais sujeitos: vermelho dos olhos, cheiro característico da erva. O "maconheiro" é tido como o vagabundo, o "boa vida", o incapacitado, aquele que supostamente tem "corpo mole", é preguiçoso. A sua *estrutura de vida* é tida como fora da norma devido ao abuso da *cannabis,* que interferiria nas atividades regulares convencionais (estudo, trabalho, etc.), com uma possível prevalência daquelas relacionadas à *droga,* como se os padrões que estruturam suas vidas cotidianas se resumissem a esse item. Na ótica dos acusadores, as relações pessoais, os compromissos, obrigações e responsabilidades dos maconheiros estariam circunscritos primariamente às suas relações com a *droga*.
Na mesma medida, entre os usuários exclusivos de *cannabis sativa* e os usuários moderados de cocaína, os sujeitos que fazem uso, supostamente, abusivo dessa substância são classificados enquanto "dodóis", o que remete à doença (o usuário enquanto doente). O "dodói" é aquele indivíduo que não teria uma "boa" relação com a substância, não se orienta pelas normas e sanções do grupo, o que pode levar à exposição excessiva de seus membros. É o indivíduo que gasta o que não tem, em geral vive "enrolado" com "pequenas dívidas" com os parceiros, provenientes de empréstimos que nutrem as tratativas para aquisição e que acabam não sendo saudadas. A lógica é como se a *disponibilidade da droga,* a constante preocupação com um provimento adequado da substância, seria o mote principal das rotinas cotidianas dos "dodóis". Como se a simples aquisição do pó se tornasse o principal foco de interesse do usuário, o que comprometeria o desenvolvimento das sanções e rituais sociais de autoregulação que determinam e constrangem os padrões de uso da *droga*, assim levando a uma possível erosão na *estrutura de vida*.
Para os acusadores, a suposta falta de *estruturada de vida*, o que, entre outras coisas, permitiria que o usuário mantivesse a estabilidade na disponibilidade da *droga*, crucial para a formação e manutenção de regras e rituais, faz com que o "grau" de relacionamento seja tido como problemático.
É interessante notar que tal classificação repercute decisivamente nas dinâmicas de relações entre os grupos. Não é raro a utilização de estratégias diversas para evitar a companhia dos "maconheiros" ou dos 'dodóis'. A depender do momento, determinados indivíduos serão mais ou menos aceitos, de acordo com a inserção ou não em uma dessas categorias.

7. Algumas considerações finais

Apesar de preliminares, as observações aqui expostas, a partir dos parâmetros da chamada socioantropologia do consumo de substâncias psicoativas, podem constituir uma contribuição ao debate entorno da questão do uso e abuso de substâncias psicoativas. Há mais de duas décadas, pioneiros como Edward MacRae apontam para o fato de que as premissas das abordagens das ciências sociais sobre a saúde, e sua ênfase na descrição

de processos significativos, as colocam em posição vantajosa para analisar o fenômeno. Seja num trabalho etnográfico ou comparativo, seja num enfoque interpretativo ou fenomenológico, as ciências sociais trazem sempre a exigência da abertura para o diálogo com o saber próprio do grupo pesquisado, sua emergência, suas ênfases e cristalizações, bem como suas transformações nas dinâmicas de intercâmbio com grupos diversos.
Neste contexto, esperamos oferecer mais uma contribuição para o conhecimento do consumo de substâncias psicoativas, suas repercussões na comunidade local e também para ações que visem o uso nocivo das mesmas, mediante pesquisas socioantropológicas sobre tal rubrica.
Dessa forma, procuro embasar a ênfase dada à necessidade de uma abordagem mais ampla da chamada "questão das drogas", que leve em conta tanto o perfil dos usuários, seus hábitos, práticas e representações, como o universo das pessoas que oferecem atenção à saúde do usuário. É, pois, nesta direção que se encontram os pesquisadores das Ciências Sociais vinculados ao Laboratório de Pesquisa Interdisciplinar sobre o Uso de Substâncias Psicoativas (LAPIS), no âmbito do Vale do São Francisco.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, G. (2000), A educação para a autonomia: a construção de um discurso democrático sobre drogas. In: G. Acselrad (eds.). *Avessos do Prazer: drogas, AIDS e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

BECKER, H. (1976), *Consciência, Poder e Efeito da Droga* In; H. Becker. Uma Teoria da Ação Coletiva, Rio de Janeiro, Zahar.

BECKER, H. (1980), The Social Bases of Drug-induced Experiences. In; J. J. Lettieri. M. Mayers, H. W. Pearson (eds.) *Theories on Drug Abuse NIDA* Research Monograph 30, NIDA, Rockville.

BECKER, Howard S. (2008), *Outsiders: Estudos de Sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar.

BUCHER, R. (1996), *Drogas e Sociedade nos Tempos de AIDS*, Brasília, Editora UnB.

CAROSO, Carlos. (2004) A imagem e a ética na encruzilhada das ciências. In, Victoria et. al. (eds.) *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense.

ESCOHOTADO, A. (1989), *Historia General de las Drogas* 1- 3, Madri, Alianza Editorial.

ESCOHOTADO, A. (1994), *Las Drogas. De los orígenes a la prohibición*, Madri, Alianza Editorial.

GEERTZ**,** Clifford (1973), *A interpretação das Culturas*. Zahar. Rio de Janeiro**.**

GEERTZ, C. (1998), "Do ponto de vista dos nativos": a natureza do entendimento antropológico**.** In, *O Saber Local*. RJ. Editora Vozes.

GOFFMAN, E. (1978), *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar.

GRUND, J. -P.C., (1993), *Drug Use as a Social Ritual- Functionality, Symbolism and Determinants of Self-Regulation*, Rotterdam, Instituut voor Verslavingsondersoek (IVO), Erasmus Universiteit.

KARAM, M.L. (2000), A Lei 11.343/06 e os repetidos danos do proibicionismo. In: G. Acselrad (ed.). *Avessos do Prazer: drogas, AIDS e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

KLEINMAN, A. (1980), *Patients and Healers in the Context of Cultures. An Exploration of Boderland between Anthropology and Psychiatry*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press.

KLEINMAN, A. & GOOD, B. (1985), *Culture and Depression: Studies in Anthropology and Cross-Cultural Psychiatry of Affect and Disorder*. Berkeley: University of California Press.

MACRAE, E. (1994), A Abordagem Etnográfica do Uso de Drogas. In; F. Mesquita, F. Bastos (eds.) *Drogas e Aids – Estratégias de Redução de Danos*. São Paulo – SP: Editora HUCITEC.

MACRAE, E. (1997), A excessiva Simplificação da Questão das drogas nas Abordagens Legislativas. In, M. Ribeiro, S. Seibel (eds.) *Drogas e Hegemonia do Cinismo*. São Paulo, Memorial da América Latina.

MACRAE, E. (2010), *Aspectos socioculturais do uso de drogas e redução de danos*. Disponível em www.neip.info [consultado em 03/05/2010]

MACRAE, E. & VIDAL, S. S. (2006), "A Resolução 196/96 e a imposição do modelo biomédico na pesquisa social Dilemas éticos e metodológicos do antropólogo pesquisando o uso de substâncias psicoativas". *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 49 (2) pp. 645-666

MACRAE, E. SIMÕES, J. A. (2004), *Rodas de fumo: o uso da maconha entre camadas médias urbanas*. Salvador: EDUFBA.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (1999), *O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo, Hucitec-Abrasco.

MOTA, Leonardo de A. (2005), *Drogas e Estigma*. Trabalho apresentado na II Semana de Humanidades da Universidade Federal do Ceará (UFC), abril 2005. Disponível em www.neip.info/html/objects/_downloadblob.php?cod_blob=757 [consultado 12/01/2012].

MOTA, Leonardo de A. (2008), *Pecado, Crime ou doença? Representações sociais da dependência química*. Tese de Doutoramento – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. (2004), Pesquisa *em versus* pesquisa *com* seres humanos**.** In: Victoria et al. (eds.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense.

RODRIGUES, L.B. (2008), *Modalidades e Estratégias de Redução de Danos*: *Uma avaliação comparativa das ações da ARD-FC e da sua recepção por parte dos usuários de drogas em duas comunidades soteropolitanas*. Salvador: FAPESB/FAMEB/UFBA.

ROMANI, Oriol. (1999) *Las Drogas: suenõs e razones*, Barcelona, Ariel.

UCHÔA, E. & VIDAL, J. M. (1994), "Antropologia Médica: Elementos Conceituais e Metodológicos para uma Abordagem da Saúde e da Doença". In, *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 10 (4) pp. 497-504, Out/Dez.

VELHO, G. (1981), *Duas Categorias de Acusação na Cultura Brasileira Contemporânea***.** In; Individualismo e Cultura. Rio de Janeiro, - Zahar.

ZINBERG, N. (1980), The Social Setting as a Control Mechanism in Intoxicant Use**.** In; Lettieri, D.J., Mayers, M., Pearson, H.W. (eds) *Theories on Drug Abuse*, NIDA Research. Monograph 30, NIDA, Rockville.

ograph 30, NIDA, RockRockville6-244, 198

Desafino entre os discursos e práticas institucionais sobre o tratamento de crack e as narrativas dos usuários sobre suas trajetórias.

Regina Medeiros
Professora adjunta IV da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais
repameca@pucminas.br

Resumo: Este artigo é produto parcial de uma pesquisa realizada na região metropolitana de Belo Horizonte com o objetivo de compreender os mecanismos sociais e simbólicos envolvidos na relação entre o tráfico de crack e a disseminação da violência, o uso compulsivo dessa substância, os tratamentos e os serviços de atenção ao usuário. Foram utilizados métodos quantitativos e qualitativos, com análise de inquéritos policiais, entrevistas com profissionais da polícia, traficantes, profissionais da assistência, pacientes e gestores das instituições que prestam atendimento ao usuário de crack. Pretende-se discutir a construção social do problema das drogas; as imagens negativas construídas socialmente sobre o crack e sobre os usuários da substância; as respostas institucionais que, baseadas nos modelos biomédicos, religiosos e jurídicos propõem, gerenciam e legitimam protocolos burocráticos homogêneos para diferentes tipos de usuários. As representações interferem diretamente no insucesso do processo terapêutico, na descrença e nas frustrações da equipe de profissionais e nas frequentes recaídas e reinternações dos pacientes, particularmente dos usuários de crack. Além de reproduzir uma política proibicionista absoleta, reforçar preconceitos, provocar medidas coercitivas e discriminatórias, preterindo os direitos de cidadania.

Palavras-chave: problema social; construção social; crack; craqueiro; respostas institucionais.

No Brasil, nas duas últimas décadas, têm se caracterizado por uma sensível deterioração da capacidade do poder público em controlar a criminalidade e a violência que se transformou em um dilema e desafio para as políticas públicas propostas para a sociedade. O diagnóstico da situação aponta para uma nova conformação da criminalidade na sociedade brasileira. Há um maior grau de violência associada aos crimes urbanos, bem como se identifica a solidificação de atividades criminosas, cada vez mais organizadas e pautadas por uma racionalidade tipicamente empresarial. São os casos de roubo de cargas, do contrabando de armas e de mercadorias e do tráfico de drogas, especialmente o crack e suas consequências que se tornou alvo das atenções sociais. O uso de crack e o comércio da substância se transformou em um fenômeno de grande complexidade pelas suas consequências e tem tomado uma dimensão e se transformado em problemas sociais, políticos, econômicos, de saúde e de segurança que, apoiados no sistema de informação de massa, faz uma relação direta entre a violência e o uso da substância psicoativa. Essa configuração contribui para a construção social sobre o crack, os usuários e os perigos socais decorrentes. Como um fenômeno complexo, demanda respostas que implicam a articulação de vários elementos e agentes sociais da sociedade civil e das instituições principalmente de segurança pública -para atuar nos conflitos relacionados ao tráfico de drogas, violência, a dinâmica das redes e os crimes de pequeno e grande porte- e de saúde com a elaboração de políticas a serem implementadas nos âmbitos nacional, estadual e municipal, com o propósito de gerar estratégias de prevenção, tratamento, ensino e pesquisa sobre drogas.[1] Especificamente no campo do tratamento, as propostas priorizam

1 Vale ressaltar que, em seu conjunto, as medidas adotadas nos três níveis federativos, criadas para minimizar problemas relacionados ao uso de substâncias psicoativas, especialmente ao uso compulsivo – a criação dos Centros de Atenção Psicossocial para usuários de álcool e outras drogas/CAPS ad expressa parte do conteúdo dessas políticas e dos fins previstos por elas –esbarram, ainda, em dificuldades que ampliam exponencialmente os problemas concernentes aos

o diagnóstico, os projetos terapêuticos baseados, sobretudo na atenção aos sintomas da fissura, adesão ao tratamento, abstinência e recaídas.

No caso específico da saúde, em geral, o uso de droga é relacionado a uma patologia que, dado a dificuldade de controle pelas vias exclusivas dos fármacos, como muitas enfermidades estigmatizantes, coloca em debate público as medidas necessárias para dominar o uso da droga e, sobretudo, conter o sujeito descontrolado que não conseguere frear seu uso compulsivo de substância psicoativa. Nesse contexto, a imagem dousuário oscila entre a criminalização e dependência que, tanto de um lugar como de outro ele, se torna, aos olhares da sociedade e em particular das instituições, incapaz de fazer escolha, de manifestar suas próprias opiniões e de exercer sua autonomia e, com efeito, o exercício da cidadania. Na condição de criminoso ou de doente, o usuário de droga, perde a capacidade de discernir as normativas sociais, os comportamentos, as substâncias lícitas, as práticas sociais recomendadas, o uso correto do corpo, as atitudes imorais e as escolha aceitáveis, passa a representar ameaça à reprodução sadia e normal na sociedade. Nessa condição, o sujeito usuário necessita ser controlado por outro que define sobre as medidas punitivas, as prescrições de comportamento e a administração dos medicamentos.

O uso das substâncias psicoativas pode se tornar um problema, sobretudo, quando se apresenta intenso e repetitivo, levando o usuário à dependência física e psicológica e provocando conseqüências sociais, políticas e de saúde pública que demandam medidas capciosas e terapêuticas especificas. Como resposta, de modo geral, em nossa sociedade, as instituições propõem tratar o sujeito dependente de drogas descolado de seu contexto social, propondo internações em hospitais e em comunidades terapêuticas. Com raríssimas exceções, os centros ou organizações dedicadas ao atendimento ao usuário de drogas analisam o contexto sociocultural em que ele está inserido, seu sistema de significados, expectativas, seus projetos futuros, as redes sociais das quais é oriundo e aquelas que decorrem do uso e/ou do abuso de drogas. Essa é, sem dúvida, uma questão lacunar no enfrentamento da problemática gerada pelo uso de drogas. Como consequência os pacientes não criam laços com as instituições de saúde e logo abandonam o tratamento, com efeito, observa-se recaídas, internações sucessivas que contribuem para aumentar a rotatividade dos mesmos nas referidas instituições, formando um circuito perverso de (re) internações em hospitais psiquiátricos, nas comunidades terapêuticas e nas demais unidades de tratamento, desgastando não só os usuários de drogas, seus familiares e a equipe terapêutica que lida com sentimento de impotência diante dessa situação. Por outra parte, por via de regra, o que se observa é que os profissionais responsáveis pela a assistência ao sujeito que faz uso de substâncias psicoativas definem como final do tratamento ou sucesso terapêutico, a abstinência que significa o rompimento definitivo com a droga. Essa medida é aplica indiscriminadamente como paradigma de tratamento, independentemente da realidade social, da lógica específica de organização do cotidiano de cada "enfermo" em particular, da motivação ao uso e abuso e de sua rede de influência. Ao contrário, esboçam protocolo de atendimento e programas terapêuticos absolutos que são eficazes somente para atender a demanda imediata do pacienteque pode ser traduzida naminimizaçãodos efeitos deletérios de natureza física, sobretudo, social, econômica e psicológica provocados pelo crack. Nesse cenário, o tratamento na ótica dos profissionais passa a ser umaconstante provocação.

Nesse cenário, o grande desafio da clínica das toxicomanias, está relacionado aos critérios e ao momento da alta dos pacientes, que em geral, escapam às propostas definidas no projeto terapêutico idealizado pela equipe de profissionais. Alguns abandonam antes mesmo de concluir o processo de tratamento, outros fogem das instituições e outros forçam a família a se responsabilizar por sua saída. Esse quadro é ainda mais grave quando a substância escolhida para uso é o crack. Com base em pesquisas realizadas sobre essa população (Medeiros 2008; Sapori e Medeiros, 2012) pode-se afirmar que raramente um paciente usuário de crack consegue concluir seu ciclo terapêutico idealizado pelos profissionais. Essa situação é assunto de reuniões clínicas e tema de debate em eventos científicos e é motivadora do sentimento de fracasso e descrença da equipe e dos gestores.

---

usuários e à própria sociedade: o preconceito social reproduzido pelos mecanismos de comunicação de massa, que enfocam deliberadamente o uso das drogas relacionado à violência, à pobreza, a determinados grupos étnicos e aos estratos menos abastados da sociedade, procedentes das áreas urbanas periféricas, somam-se aos aspectos histórico-axiológicos que redundam na estigmatização e, conseqüentemente, na demarcação de "zonas" de perigo, sejam elas territórios, grupos de pessoas,famílias, usuários etc. Velho; Alvito, 2000; Baptista *et al*., 2003 entre outros.

Se a questão for tomada pela ótica da alta por cura (baseada no critério de abstinência), é possível assegurar que não há cura ou é provável que a abstinência seja um engodo.

A busca por tratamento, de uma maneira geral, ocorre quando o uso de drogas é considerado um problema para o próprio paciente, para seus familiares, para profissionais que acompanham sua trajetória, como, por exemplo, nos locais de trabalho, por cometimento de algum delito e por encaminhamento de outros profissionais que atuam, sobretudo, em instituições de saúde. Esses casos são denominados dependência de drogas, que Romaní descreve como "la organización de la vida cotidiana de un individuo alrededor del consumo compulsivo de determinadas drogas"(1999, p. 43). Nessa perspectiva, a dependência pode ser entendida como a dedicação exclusiva do sujeito à substância utilizada, estabelecendo com ela uma relação intensa e de fidelidade absoluta. Seu cotidiano, suas relações e seus interesses perpassam pela substância e por tudo o que implica o uso da droga, como o dinheiro para comprá-la, o ritual de aquisição, as barreiras legais existentes, os companheiros, o local de uso, o efeito e o recomeço do processo, construindo assim um círculo vicioso a partir do ato compulsivo e descontrolado.

No campo das toxicomanias e no caso específico do crack, o motivador para a busca de tratamento está inscrito, sobretudo, na perda dos laços sociais, na carência alimentar e de sono que provocam variados distúrbios clínicos, nos problemas relacionados com a justiça,os conflitos com traficantes e nos diversos incômodos físicos decorrentes da cocaína mesclada com varias tipologia de solventes. Então, para o paciente, a cura ou o sucesso terapêutico está associada à extinção desses males e sintomas que cruzam e atropelam sua relação fiel e prazerosa com a referida substância. Assim, é possível afirmar que o usuário quer se ver livre dos sintomas que atravessam e dificultam sua relação harmoniosa com a droga e não quer se livrar da droga, como pretende os profissionais de saúde.

A forma como o indivíduo interpreta o uso de drogas e seu efeito é decisiva na busca de ajuda e na percepção sobre as instituições de tratamento. Se o uso compulsivo ou não, é prazeroso para o usuário, ele não quer abrir mão da sensação de deleite, pelo contrário, quer livrar-se dos fatores que impedem as sensações agradáveis experimentadas com a droga. Então, a procura por tratamento, que estabelece a abstenção não é proposta do usuário e nem tão pouco a busca é espontânea, ela é forçada pelas condições do entorno em que está inserido mesmo quando a decisão de buscar ajuda parte dele mesmo.

A cura dessa "enfermidade" na perspectiva dos profissionais está associada à capacidade de o paciente abdicar, ainda que provisoriamente, do uso da substância que lhe dá prazer (MOTA, 2009). A expectativa da abstinência é ancorada no protocolo terapêutico *a priori* definido com base no modelo biomédico, que, embora seja comprovadamente controverso, ganha força nos planos jurídico, médico e religioso. No confronto entre o discurso ideológico articuladoe as praticas institucionais e as representações sociais das drogas para os usuários é notório um descompasso. A demanda do paciente não está na ordem da abstinência, e sim na normalização do uso, o que quer dizer o uso controlado e contínuo da substância que lhe dá prazer sem os desagradáveis efeitos que importunam sua vida cotidiana. Por outra parte, fixados e guiados pela abstinência, os profissionais não acreditam nessa possibilidade. Com efeito, quando o paciente depara com o alívio inicial do mal-estar e sente-se livre dos percalços ao prazer incitado pela droga, retorna ao seu cotidiano e "normaliza" à seu modo, o uso da mesma. Essa decisão é individual e dispensa a opinião especialmente daqueles que acreditamter o poder de dominar seu prazer, desejo, seu corpo, suas ações e o sentido particular que ele atribui ao uso de crack. Nesse contexto, o paciente não interrompe o tratamento, como afirmam os profissionais e os gestores de saúde, o que ocorre é uma interpretação deformada do especialista ou um desacerto entre as propostas dos dois personagens (usuário e profissional) envolvidos no processo terapêutico que acaba por incidir sobre a clínica e sobre a vida do paciente. Como saída, a tendência da equipe terapêutica, dos gestores e da sociedade é demonizar a figura do "craqueiro" que encontra estratégias para escapar das clínicas de tratamento como se fosse a fumaça do crack, sem deixar marcas e nem cheiro, colocando em debate o saber da ciência sobre o outro e a capacidade de controlar o desejo, o prazer e de modificar o sistema de significados construído sobre uso de drogas. Apoiado no discurso institucional a mídia veicula mensagens que acabam por influenciar as imagens sociais estereotipadas sobre o usuário de crack, sobretudo aqueles vivem nas periferias das cidades, que são pobres e negros, como um perigo social ambulante e responsável por todas as mazelas sociais e clínicas, Estudos, especialmente no campo da antropologia, tem apontado para a impossibilidade

de determinar um perfil único e absoluto para o paciente de crack. Certamente ocorre o mesmo com aqueles que utilizam outras drogas, especialmente as ilícitas. Em geral, a opinião recorrente é que as pessoas que usam crack são procedentes de áreas urbanas periféricas, de baixa renda, sem plano de saúde, sem vínculo empregatício e com parcos recursos econômicos. Estes indivíduos são os que buscam tratamento em clínicas ou hospitais públicos, assim, o registro desses casos é compulsório e de conhecimento público o que legitima esse perfil e contribui para as imagens negativas do craqueiro e sugerem que, para enfrentá-lo, são necessários métodos coercitivos e violentos. Os usuários de outras camadas sociais –classe média e alta- que comumente frequentam as periferias e relacionam com seus moradores para a aquisição e uso do crack, certamente, se necessário recorrem às clínicas particulares para tratamento e, em nome da ética, são amparadas e protegidos, seu caso é mantido em sigilo e anonimato e sua imagem social é embaçada. De toda forma, ainda que seja "padronizada" a maneira de visualizar o dependente de crack, é notório que a motivação e expectativa do paciente que demanda (espontaneamente ou não) assistência nas instituições de tratamento, podem variar, como apontado na pesquisa realizada por Sapori e Medeiros (2012) que tipificam os pacientes em quatro grupos. São eles: a) O usuário psicótico: trata-se do usuário que apresenta quadro psiquiátrico de psicose e faz uso de crack. Nesse caso, a substância pode alterar e/ou agravar seu quadro, levando a alucinações e paranoias. Em alguns momentos e dependendo do delírio do paciente, a droga, principalmente o crack, com seu efeito de "noia", pode agravar um quadro preexistente e situar o paciente ou as pessoas que compõem seu universo em risco. Esse é um caso que, em momentos de crise, necessita internação em hospital psiquiátrico e uso de medicação adequada para estabilizar seu quadro. Para essa situação e somente quando existe risco de auto ou hetero agressão, está prevista a internação compulsória. Considerando-se que a internação em hospitais públicos tem prazo de, aproximadamente, 15 dias, após a alta, "na crise", o seguimento dos casos pode-se dar nos serviços substitutivos, como os Centros de Atendimento Psico social álcool e drogas CAPS ad, os CAPS I, II e em ambulatórios. Em qualquer situação, é fundamental manter a estabilidade do quadro psicótico para possibilitar a abordagem relacionada ao uso da substância. A atenção tem que ser redobrada, devido à vulnerabilidade do portador de sofrimento mental, que pode ser mais facilmente influenciado e/ou "usado" por traficantes e por outros tipos de usuários de drogas. Portanto, analisar seu universo e sua rede formal e informal de relações é essencial.

b) "O marginal travestido de paciente" (expressão utilizada por profissional de saúde): trata-se do indivíduo que faz uso do rótulo "craqueiro", simula um quadro de fissura e/ou abstinência para buscar/exigir a internação ou o tratamento nas instituições especializadas. Esse é um mecanismo manipulado para escapar de situações embaraçosas, como, por exemplo, conflito com traficantes ou com a polícia, demandar auxílio doença, benefício previdenciário ou para se esquivar das pressões familiares. Esses usuários não aderem ao tratamento, roubam roupas ou objetos de uso pessoal de outros pacientes, agridem e ameaçam os funcionários que atuam nesses locais, além de furtar objetos que encontram "descuidados" nas dependências das instituições. É possível que esses "usuários" facilitem a entrada de drogas nessas instituições ou se aproveitem de sua "estadia" aí para comercializar o produto entre os pacientes em tratamento. Esses casos, na maioria das vezes, contam com a conivência da família, que pode ser o transportador da mercadoria ou de outros elementos do círculo de negócios, que fazem a intermediação entre o contexto interno e externo. Em geral, esse paciente se utiliza de diferentes dispositivos para manipular impressões (simpatia, participação, liderança) ou para marcar seu lugar de autoridade naquele espaço (ameaças, indisciplina, violência).

Esse tipo de "paciente" não tem aderência ao tratamento, pois seu interesse é ter um "certificado" de doente para se afastar de situações críticas decorrentes do uso de drogas, particularmente o crack. Porém, representa risco para os funcionários, com suas constantes ameaças, e para as demais pessoas, que se encontram ali em tratamento.

Nesses casos, o uso de medicação e o acompanhamento terapêutico não são recomendados e não produzem efeito eficaz. Portanto, não se trata de pessoa que deva ser encaminhada ou atendida em instituições de saúde, pois a equipe assistencial, seja de hospitais, centros de tratamento especializado, ambulatório ou das comunidades terapêuticas, não dispõe de mecanismos adequados para tratar o "marginal travestido de paciente". Pode-se afirmar que, invariavelmente, esses são casos de transtorno de personalidade, perversão, psicopatia que não

demandam e nem querem tratamento, ao contrário, pretendem "usar" as estruturas de atenção para conseguir auferir ganhos diretos ou indiretos.

c) O usuário compulsivo, neurótico: trata-se de usuário compulsivo, que pode fazer uso descontrolado de crack e apresenta quadro de fissura. Em geral, demostra lucidez e angústia, periódica ou não e tem capacidade para analisar o contexto em que está inserido, suas redes de relações e para reconhecer o afrouxamento ou as perdas dos laços sociais, familiares e afetivos. A dificuldade de controlar seu desejo, associada à perceptibilidade da situação, aumenta a ansiedade, a fissura e o uso desmedido, e não raro, ele busca a ajuda de familiares e amigos (que o conduzem aos centros de tratamento), ou apela espontaneamente para as instituições de saúde.

Nesses casos, o importante é a abordagem precisa e consistente da equipe dos centros de saúde ou das comunidades terapêuticas. Evidências internacionais indicam que, para tais casos, a combinação da abordagem terapêutica, o acolhimento e o tratamento medicamentoso, especialmente para minimizar o quadro de ansiedade, trazem benefícios individuais e institucionais. Esse processo pode ser variado, construindo momentos de afastamento do convívio social como forma de tentar quebrar a certeza da impossibilidade de se controlar, seguimento do tratamento em dispositivos abertos, como os CAPS e os ambulatórios e ou ingresso em programas de redução de danos para os momentos em que, apesar do uso continuado, o paciente possa modificar seu estilo de vida, sua relação com a droga, compreender os riscos e danos e resguardar a própria vida.

Para essa particularidade de usuário é de fundamental importância uma leitura rigorosa do contexto em que está inserido e dos dispositivos formais de que pode lançar mão para que seja desenhado um projeto possível e eficaz para o seu caso – dentro e fora da instituição de tratamento. Assim, é vital uma equipe interdisciplinar para ampliar o campo de abordagem e as alternativas de intervenção.

d) O usuário judiciário: trata-se dos usuários que cometeram delito relativamente grave relacionado com drogas, estão cumprindo pena em instituição judiciária e são encaminhados pelo juiz para o tratamento da toxicomania. Esse procedimento passou a ser mais frequente a partir de 2006, com a publicação da Lei nº 11.343, especialmente a compreensão de seu artigo 26: "O usuário e o dependente de drogas que, em razão da prática de infração penal, estiverem cumprindo pena privativa de liberdade ou submetidos a medida de segurança, têm garantidos os serviços de atenção a sua saúde, definidos pelo respectivo sistema penitenciário"; do artigo 28: "Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas"; e do parágrafo 7º: "O juiz determinará ao Poder Público que coloque à disposição do infrator, gratuitamente, estabelecimento de saúde, preferencialmente ambulatorial, para tratamento especializado."

Baseado nessas prerrogativas, o membro do Poder Judiciário entende que tem legitimidade para encaminhar os indivíduos para tratamento, tanto em hospitais quanto em ambulatórios, a partir de sua compreensão do caso, e, inclusive, definir o tempo de tratamento necessário para o réu. Na maioria dos casos, o "diagnóstico" clínico feito pelo juiz não corresponde à concepção do caso pelos especialistas nos tratamentos das toxicomanias. Porém, trata-se de determinação judicial, e não de discussão do caso. Assim, os profissionais são coagidos a tratar e a considerar o "doente/paciente" encaminhado como problema de saúde pública e, como tal, prestar assistência durante o tempo deliberado pelo juiz, ainda que não seja necessário. Esse procedimento desautoriza a equipe de saúde que, além da privação da prerrogativa clínica, deve se submeter às normas jurídicas que transferem a responsabilidade de um caso judicial às instituições de saúde, caracterizando a jurisdição do tratamento das drogas.

Os réus encaminhados podem corresponder ao perfil do usuário psicótico (o que é raro), ao usuário neurótico compulsivo ou ao marginal travestido de paciente (mais recorrente), mas, cada caso merece atenção particular.

Os usuários encaminhados para internação, especialmente aqueles que cometeram delitos graves, têm o acompanhamento de um segurança que em geral, permanece na porta das enfermarias, principalmente dos hospitais psiquiátricos, para prestar vigilância, provocando um clima de mal-estar nas pessoas que transitam pelo hospital e, de maneira especial, na equipe que atua diretamente nesses casos. Além disso, exatamente por serem mais comuns os casos de "marginais travestidos de paciente", o réu provoca inúmeros tipos de transtornos, não só para a instituição, como para os profissionais e outros pacientes ali internados.

Os encaminhamentos feitos pelos juízes para tratamento das toxicomanias podem ser decorrentes da

manipulação do réu, que sabe interpretar a lei e domina o saber sobre os sintomas – ansiedade, insônia, fissura – que o levam para fora da prisão, ainda que temporariamente. Conhecedor dessa possibilidade, que representa importantes ganhos secundários, como mais liberdade, aspecto menos grave ou mais suave para o seu delito e mais oportunidade de atuar (especialmente o traficante), dissimula e articula um discurso produzido com narrativas convincentes sobre sintomas de toxicomanias, argumento importante para seu encaminhamento às instituições de saúde. Afinal, estar sob a égide da saúde lhes garante mais privilégios do que a prisão.

Não é arriscado afirmar que, independentemente do caso, as instituições de tratamento das toxicomanias podem funcionar como uma espécie de segurança pública, que recebe uma série de funções, explícitas ou ocultas, que reproduzem a política proibicionista absoleta e descompromissada, robustece os preconceitos em relação ao usuário de drogas e provoca medidas coativas, discriminatórias e violentas, preterindo os direitos de cidadania.

As drogas e, em especial, o crack, deveria ser objeto de estudo de variados campos de conhecimento, especialmente das ciências sociais, dado a sua complexidade, os fatores que contribuem para a construção do sistema de significados para os diferentes atores sociais e as suas consequência para o indivíduo, para os grupos sociais que dela fazem uso, para os familiares, profissionais das diferentes áreas e para políticas públicas.

No campo da saúde, de maneira particular, é mister inadiável debruçar-se sobre o tema para desvendar e precisar os conceitos controvertidos e duvidosos, para favorecer aos especialistas avaliar com segurança as motivações para o uso e para a demanda de tratamento, discernindo aquelas tendenciosas daquelas de terapêutica especializada e para e desobstruir os leitos hospitalares de casos de segurança pública não endereçadas às instituições de saúde e para propor medidas terapêuticas eficazes para os sujeitos que delas necessitam, minimizando, assim, a angústia profissional e o desgaste dos pacientes e familiares com a busca de soluções mágicas, inadequadas e mal–sucedidas.

Ademais, é indispensável a revisão da legislação vigente e das propostas políticas no campo das toxicomanias, transcendendo os embates moralistas, marcados pelos fracassos evidentes e priorizando, com flexibilidade e pluriformidade, o sujeito usuário de drogas, o significado simbólico do uso de determinada substância e seu contexto social.

Por fim, convém lembrar que, entre as drogas discutidas, o crack compõe o rol de substâncias que incitam variedade de pontos de vistas, interpretações complexas e elaboração de discursos articulados nas diferentes esferas de conhecimento, nos relatos de experiências profissionais, vivências pessoais e na fala popular. Essas narrativas são construídas a partir da compreensão do problema, dos saberes construídos por meio dos dispositivos instrumentais, estratégias e explicações ideológicas armazenadas na trajetória de cada sujeito do discurso, portanto eles devem ser compreendidos e interrogados considerando o lugar de quem fala, as narrativas por eles construída e pela interpretação dada às práticas culturais.

É certo que o crack, como outras substâncias psicoativas, pode levar ao consumo abusivo e, em consequência, está sujeito a intervenções simultaneamente jurídicas, políticas, normativas e morais, clínicas, religiosas, sociais e econômicas. Ainda que exista esse enredamento em torno da substância, é inegável que seu uso não pode ser compreendido fora da conjuntura sociocultural em que o sujeito usuário está inserido, pois é nesse contexto que ele organiza os elementos simbólicos e os processos de singularização que servem como mapa de orientação para sua vida, para construir e desconstruir identidades, edificar rede simbólica de proteção, de pertencimento, de solidariedade; para criar e reforçar laços culturais, experimentar e interpretar suas próprias vivências, estabelecer regras e normas e para cuidar de sua própria sobrevivência – autoatenção. Assim, é nessa trama que os sujeitos imprimem significados que subsidiam sua classificação e interpretação sobre o mundo, fazem escolhas e buscam formas de manutenção básicas para sua vida, como qualquer outro ser humano. É nesse contexto que as pessoas encontram os desafios e as saídas para os estorvos existenciais. A droga pode se transformar em marcador simbólico formidável para desenhar a passagem ambivalente do paraíso à utopia, da liberdade à armadilha da compulsão, da dependência à escravização da mercadoria e da solidão. Nessa emboscada reafirma o sistema proibicionista que se apóia em um discurso médico e jurídico para justificar a pretensa guerra contra as drogas, servindo por um lado para aumentar a violência, o lucro e a hegemonia mercantil, e por outro, para construir estereótipo do “drogado”, do “craqueiro” como modelo de degeneração física e mental em situação de subalternidade, delineando assim uma atmosfera cultural propícia para o controle social e o domínio.

Referência Bibliográfica

BAPTISTA, M.; CRUZ, M. S.; MATIAS, R. (2003), *Drogas e pós-modernidade*: faces de um tema proscrito, Rio de Janeiro: UERJ.

MEDEIROS, R (Org.). (2008), *Redes sociais*: *reflexões sobre as redes informais dos usuários de álcool e de crack,* Belo Horizonte: Sigma.

MOTA, L.(2009), *Dependência química e representações sociais*: *pecado, crime ou doença?*, Curitiba: Juruá.

ROMANÍ, O. (1999), *Las drogas*: *sue*ños y razones*,* Barcelona: Ariel.

SAPORI, L; MEDEIROS, R. (2012), *Crack. Um desafio Social*, Belo Horizonte: PUC Minas.

VELHO, G; ALVITO M. (2000), *Cidadania e violência,* Rio de Janeiro: UFRJ.

COTIDIANO DE ADOLESCENTES QUE ATUAM COMO "MULAS" DO TRÁFICO DE DROGAS NA FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI: EXPLORAÇÃO, RISCOS E CRIMINALIZAÇÃO

Dra. Andréa Pires Rocha
Ddocente do Departamento de Serviço Social da UEL - Universidade Estadual de Londrina-PR-Brasil,
Doutora em Serviço Social pela UNESP – Universidade Estadual Paulista-SP-Brasil.
drea_rocha@yahoo.com.br.

Resumo: Apresentamos elementos acerca do funcionamento do tráfico de drogas conhecido como "formiguinha" na região da fronteira Brasil - Paraguai e, principalmente, como se dá a exploração da força de trabalho de adolescentes nesta atividade. Consideramos as drogas (lícitas ou ilícitas) como mercadorias que dependem de processos de trabalho para sua produção, distribuição e circulação explorando mais-valia do trabalho humano. Observamos que a proibição do uso destas substâncias agrega valor ao seu mercado e inaugura relações regidas pela violência. Entrevistamos adolescentes que já atuaram como "mulas", buscando conhecer as trajetórias de vida e no tráfico de drogas, numa perspectiva de refletirmos acerca das contradições, riscos e satisfações inerentes ao cotidiano dos mesmos. E, finalizamos denunciando a dúbia contradição que os adolescentes explorados como "mulas" estão submetidos, pois, por um lado são explorados pelo narcotráfico, por outro, são criminalizados pelo Estado Penal e, ambos os lados os colocam em riscos constantes.

Palavras-chave: mulas do narcotráfico; fronteira Brasil – Paraguai; adolescentes em conflito com a lei; criminalização da pobreza

APRESENTAÇÃO

O presente artigo traz elementos observados no desenvolvimento da tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP-Universidade Estadual Paulista, campus Franca--SP-Brasil, que teve como objetivo a analise das trajetórias e contradições que determinam o cotidiano de adolescentes que são explorados como 'mulas' na rota internacional do tráfico de drogas existente no Estado do Paraná, região de fronteira entre Brasil – Paraguai.

Buscamos entender um pouco sobre o funcionamento do tráfico de drogas conhecido como "formiguinha" numa região de fronteira e, principalmente, como se dá a exploração da força de trabalho de adolescentes nesta atividade. Construímos uma metodologia pautada em revisão bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo que aconteceu em dois momentos, primeiro visitamos Centros de Socioeducação - CENSE´s do Paraná[1], especificamente, Foz do Iguaçu, Cascavel, Toledo e Londrina, onde levantamos situações de adolescentes que foram apreendidos e internados provisoriamente transportando drogas de uma cidade/estado/país a outro no período de novembro de 2009 a novembro de 2010.

Nesta fase analisamos Pastas Técnicas de 53 adolescentes, sintetizamos informações sobre as apreensões e características gerais dos adolescentes, o que nos aproximou da realidade geral dos "mulas". Na segunda

1 No Brasil, quando adolescentes entre 12 e 17anos e 11 meses 30 dias, cometem ato infracional que é "conduta descrita como crime ou contravenção penal", podem ser aplicadas medidas Socioeducativas, as quais estão descritas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (lei 8.069/1990), que são "I – advertência; II – obrigação de reparar o dano; III – prestação de serviços à comunidade; IV – liberdade assistida; V – inserção em regime de semi-liberdade; VI - internação em estabelecimento educacional; VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI." Portanto, os CENSE´s são locais destinados para o cumprimento da medida de internação, que pode durar até três anos.

fase, realizamos entrevistas com dezessete adolescentes que já atuaram (atuam) como "mulas", alguns em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e outros em privação de liberdade. Dentre estas, analisamos quatorze entrevistas, sendo dez meninos (entre eles, dois paraguaios) e quatro meninas. A partir das narrativas dos adolescentes conhecemos as trajetórias de vida e no tráfico dos sujeitos, numa perspectiva de refletirmos acerca das contradições, riscos e satisfações inerentes ao cotidiano dos mesmos. Neste sentido, o artigo em questão traz algumas informações sobre a rota de tráfico proveniente da fronteira Brasil – Paraguai e tece algumas considerações acerca do cotidiano dos adolescentes que atuam como "mulas" e do trabalho prestado ao narcotráfico.

1. Droga-mercadoria e proibicionismo: alguns elementos conceituais

Historicamente as substâncias psicoativas satisfazem necessidades que podem ser físicas, culturais, religiosas, ritualísticas, etc., ou seja, essas substâncias acompanham a história do homem. Neste contexto, o autor Henrique Carneiro (2002, p. 116 - 117) enfatiza que

> A primeira questão a se definir é a de que as drogas são necessidades humanas. Seu uso milenar em quase todas as culturas humanas corresponde a necessidades médicas, religiosas e gregárias. Não apenas o álcool, mas quase todas as drogas são parte indispensável dos ritos de sociabilidade, cura, devoção, consolo e prazer. Por isso, as drogas foram divinizadas em inúmeras sociedades.

Vemos, a partir da reflexão antropológica que a droga, como produto, desenvolve um papel social e cultural na história da humanidade, extrapolando épocas e tempos. Entretanto, historicamente, a droga, que poderia ser reconhecida apenas como um produto advindo apenas de métodos naturais e/ou artesanais, com valor de uso particularizado, ganha novas significações na sociedade burguesa, transformando-se em droga-mercadoria, passando a ter, portanto, valor de troca. Koutouzis (1997) coordenou a construção do "*Atlas Mondial des Drogues*", desenvolvido pelo "*Observatoire Géopolitique des Drogues*", e logo na introdução aponta que a partir do século XIX, o uso e a produção de drogas sofreram grandes transformações,

> A partir do século XIX, a maioria das drogas vegetais locais está experimentando uma profunda transformação. Essas transformações são parte do processo de revolução industrial ocidental. Desde então elas não só foram quimicamente transformadas para serem consumidas de forma indistinta e massiva em formas quase idênticas (pó, líquido, comprimidos), além disso, às vezes têm sido substituídas por drogas sintéticas. (KOUTOUZIS, 1997, p. IX, tradução nossa)

Neste contexto, as drogas (proibidas ou não), são mercantilizadas, produzidas e distribuídas a partir das relações estabelecidas no modo de produção capitalista. A produção em larga escala, modificada técnica e cientificamente, explora mais-valia do trabalho humano, tornando-se um lucrativo negócio. Estabelece-se desta maneira, uma forma particular de trabalho, o qual se materializa na produção, distribuição e venda da droga-mercadoria. Ressaltamos, portanto, que há uma imensa diferença no entendimento histórico da droga-produto, que possuía apenas valor de uso, em relação a droga-mercadoria, que possuí, antes de tudo, valor de troca. É essencial considerarmos que a droga-mercadoria só ganha status de mercadoria na sociabilidade burguesa por ser um objeto suscetível à mercantilização, que de uma maneira ou outra satisfaz necessidades de alguns sujeitos, ou seja, aqueles capazes de pagarem um preço por ela.
Entender as drogas como mercadorias é entender que são produzidas justamente para a satisfação de necessidades de necessidades humanas, pois, como nos explica Marx (1980, p. 42),

> A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção.

Destaquemos a afirmação de Marx: "*satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia*", pois neste caso, o padrão moral ou de legalidade não é determinante. Valendo ressaltarmos que no decorrer de nossas leituras finais, encontramos na análise de Carneiro (2002) fundamentos que colaboraram para a reafirmação da hipótese que desenvolvemos desde o período que construímos o projeto de pesquisa, tendo em vista que este autor faz a discussão das drogas a partir da categoria mercadoria. Carneiro (2002, p. 117) mostra que Marx entende necessidade como "[…] aquela que, além do conceito lógico de necessidade objetiva, identifica nas necessidades subjetivas da humanidade […]", as quais são caracterizadas em dois tipos: "as que são básicas, de sobrevivência física, e as derivadas" (CARNEIRO, 2002, p. 117).

E, se a necessidade do uso de drogas não pode ser satisfeita por meios legais, os homens buscarão novas maneiras de satisfazê-la. Portanto, todo o discurso ideologizado que *demoniza* as drogas, bem como, os fundamentos religiosos e as ações proibicionistas, não fazem com que as substâncias psicoativas deixem de existir. Por isso, a proibição não garante diminuição ou fim do uso, ao contrário, a proibição torna o negócio mais lucrativo.

2. Reflexões acerca da fronteira Brasil - Paraguai

A pesquisa desenvolvida teve como preocupação central a realidade dos meninos e meninas explorados como "mulas" na rota de tráfico internacional. Meninos e meninas que vivem em um dos estados mais ricos do país e que estão à margem de qualquer garantia de direitos sociais, vivendo em territórios, que são, muitas vezes, ocupados pela ilegalidade e narcotráfico. E, não coincidentemente, os municípios de Foz do Iguaçu/PR e Guaíra/PR, são os que mais aparecem nas pesquisas indicativas da ocorrência de mortes decorrentes de causas violentas no estado do Paraná e, além disso, essas cidades estão no topo dos índices nacionais, não somente estaduais. Para materializarmos essas informações, traremos uma situação ocorrida no dia 28 de setembro de 2008:

> Uma cabeça humana, de um adolescente do sexo masculino, foi encontrada pouco antes da meia-noite de domingo (28), dentro de uma mochila, no Parque Remador, no bairro Porto Meira, em Foz do Iguaçu, Oeste do Paraná. Quase oito horas depois, a Polícia Militar (PM) encontrou o corpo da vítima, ainda não identificada, que aparenta ser uma pessoa entre 10 e 14 anos, às margens do Rio Paraná. Segundo o soldado Gilberto Pires, da PM de Foz do Iguaçu, tanto a cabeça quanto o corpo foram encontrados após denúncias anônimas. "Imagino que seja algum acerto de contas, algo a ver com contrabando ou tráfico de drogas", opina. O corpo tem cerca de 1,5 metro, olhos e cabelos castanhos e não possui tatuagens ou qualquer indício que identifique a vítima. A suspeita é de que a morte tenha sido causada por agressão, uma vez que não há ferimentos por arma de fogo. (YANO, 2008, on-line).

As informações midiáticas sobre o caso relatam que a cabeça do adolescente foi encontrada na fronteira com a Argentina e o corpo na fronteira com o Paraguai. A morte e decapitação de um adolescente de 12 anos e o fato de suas partes serem deixadas em "fronteiras" diferentes, só pode ser entendido como uma ação repleta de símbolos e significados. Este fato fez com que percebêssemos o quanto a questão do tráfico de drogas e do contrabando na região da fronteira é complexa.

Sabemos que notícias desta natureza possuem uma carga de pânico e colaboram muito para a construção do sentimento de insegurança, todavia notícias não são apenas notícias. São fatos concretos, que envolvem vida - morte de adolescentes. Infelizmente, quando há decapitação de um garoto de 12 anos, não se pode negar que a violência é instrumento estabelecido e cristalizado nos âmbitos das relações. Portanto, o fato relatado é apenas um exemplo de inúmeras situações que acontecem na fronteira Brasil – Paraguai e serviu como aspecto significativo para que pudéssemos problematizar a questão da fronteira, mostrando o quanto há para ser desvendando e conhecido em um território que o tráfico de drogas ocupa espaço significativo.

Portanto, não podemos deixar de considerar que o mercado das drogas proibidas é regulado por elementos e fenômenos que se materializam no cotidiano dos grupos de narcotraficantes e atinge, principalmente, pequenos trabalhadores do tráfico e usuários devedores. Vemos, que quando é a ilegalidade que regula as relações, a violência e a coação tornam-se instrumentos cotidianamente utilizados. Em contrapartida, é essencial considerarmos que a violência do narcotráfico decorre dos elementos inerentes a própria proibição. Neste sentido Karam (2012, on-line), enfatiza que "[…] não são as drogas que causam violência e criminalidade. O que causa violência e criminalidade é a proibição.", apontando que a produção e o comércio de drogas não são atividades violentas por natureza, exemplificado a partir da produção e o comércio de álcool e tabaco.

> Por que é diferente na produção e no comércio de maconha ou de cocaína? A óbvia diferença está na proibição. As atividades econômicas consistentes na produção e no comércio de maconha, de cocaína e das demais drogas tornadas ilícitas só se fazem acompanhar de armas e de violência porque se desenvolvem em um mercado ilegal. É a ilegalidade que cria e coloca no mercado empresas criminalizadas que se valem de armas não apenas para enfrentar a repressão. As armas se fazem necessárias também em razão da ausência de regulamentação e da consequente impossibilidade de acesso aos meios legais de resolução de conflitos. Mas a violência não provém apenas dos enfrentamentos com as forças policiais, da impossibilidade de resolução legal dos conflitos ou do claro estímulo ao mercado das armas. A diferenciação, o estigma, a demonização, a hostilidade, a exclusão, derivados da própria ideia de crime, sempre geram violência, seja da parte de agentes policiais, seja da parte daqueles a quem é atribuído o papel do "criminoso". (KARAM, 2012, on-line).

Demonstra de maneira muito eloquente o quanto a violência decorre da proibição e é utilizada como instrumento cotidiano, resultante do próprio estigma de criminoso. É claro que por se tratar de atividade ilegal, o tráfico de drogas agrava mais ainda as relações de exploração. O trabalhador, além de ser explorado, é também considerado contraventor e, na maioria das vezes, criminoso.

O fato do estado do Paraná situar-se na fronteira com Argentina e Paraguai faz com que possua algumas particularidades, dentre elas podemos ressaltar, fluxos positivos, como vínculo de mercado e relações entre as cidades gêmeas. Por outro lado, a troca também se materializa a partir de fenômenos como violência, contrabando e tráfico de drogas, especificamente quando nos referimos da fronteira Brasil – Paraguai, é essencial levarmos em consideração a existência da rota de contrabando e tráfico internacional terrestre que atravessa o estado. A Ponte Internacional da Amizade (PIA), liga os dois Países e esta ligação vai muito além do "paraíso do consumo". Pois, segundo Machado (2000, p. 1), ao pensarmos em uma região de fronteira, é preciso perceber que as fronteiras "pertencem ao domínio dos povos", ou seja

> […] se for certo que a determinação e defesa dos limites de uma possessão ou de um estado se encontram no domínio da alta política ou da alta diplomacia, as fronteiras pertencem ao domínio dos povos. Enquanto o limite jurídico do território é uma abstração, gerada e sustentada pela ação institucional no sentido de controle efetivo do estado territorial, portanto, um instrumento de separação entre unidades políticas soberanas, a fronteira é lugar de comunicação e troca. Os povos podem se expandir para além do limite jurídico do estado, desafiar a lei territorial de cada

> estado limítrofe e às vezes criar uma situação de *fato,* potencialmente conflituosa, obrigando a revisão dos acordos diplomáticos.

Somente a partir da compreensão acima que podemos entender um pouco da dinâmica existente na fronteira entre Argentina – Brasil – Paraguai, priorizando a relação entre os dois últimos. Como bem expressa a autora "a fronteira é lugar de comunicação e troca", território que perpassa os limites espaciais e determinações jurídicas. Segundo Machado (2005, p. 268),

> O sistema produtivo de fronteira que combina comportamentos legais com ilegais também é encontrado na zona de fronteira entre Foz do Iguaçu e a Zona Franca de Ciudad del Este. Esta última concentra empresas "maquiladoras" que consomem subprodutos de indústrias localizadas no Brasil (São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul) sob a forma de contrabando, voltando ao Brasil e sendo registrado como produto brasileiro ou paraguaio, ou mesmo de terceiro País, dependendo do câmbio e das mudanças na política brasileira de impostos incidentes sobre importação e exportação.

Havendo também intenso fluxo de capital, entre

> […] as cidades gêmeas de Foz do Iguaçu (Paraná) e Ciudad del Este (departamento do Alto Paraná) no Paraguai. No campo financeiro, a cidade paraguaia abriga mais de uma dezena de bancos paraguaios e estrangeiros utilizados por nacionais brasileiros e argentinos não só para transações legítimas como também para operações de evasão fiscal e lavagem de dinheiro. Só que essas operações são feitas por canais legais e por via eletrônica a partir das grandes cidades da costa atlântica, não estando submetidas à legislação aplicada à faixa de fronteira. (MACHADO, 2005, p. 268)-

Por conta dessas questões, na Ponte Internacional da Amizade transitam milhares de pessoas por dia e essas pessoas transportam toda espécie de aparelhos eletrônicos, sendo estes declarados na região aduaneira ou contrabandeados. Em meio do fluxo das mercadorias, há também o fluxo do transporte de drogas proibidas, em especial, Maconha.

2.1 Rota de Tráfico Internacional proveniente da fronteira Brasil - Paraguai

A questão da produção da *cannabis* no Paraguai é um fenômeno que sofre múltiplas determinações as quais tentamos explorar de maneira indireta em nossa investigação. Os trabalhadores rurais desprovidos de terras são explorados nas plantações de maconha daquele país (do Brasil também), havendo, portanto um grande número de trabalhadores nos processos de cultivo e de manipulação da erva. Vale ressaltar que a questão da terra, do narcotráfico e da ilegalidade no Paraguai são fenômenos inseridos em complexidades históricas. A maconha é substância psicoativa volumosa, então quando falamos da entrada desta droga no Brasil, falamos de toneladas, não de quilos, por isso, constatamos a existência da rota de tráfico internacional que percorre o estado do Paraná especialmente nas rodovias BR-277, BR-369 e BR-163.

Devemos registrar que antes de iniciarmos a pesquisa de campo, pensávamos que iríamos tratar somente de situações de adolescentes que foram apreendidos com mochilas repletas de drogas, porém, a realidade nos mostrou que a questão vai bem mais além. Ir a campo ampliou nossa dimensão a respeito da exploração da força de trabalho de adolescentes no transporte de entorpecentes, entretanto, por hora, queremos refletir um pouco sobre o espaço da fronteira, pois, como nos ensina Milton Santos,

> O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos. (SANTOS, 1979, p. 18).

Se o espaço está inserido em uma totalidade e possibilita a construção de outras estruturas, é essencial que observemos os espaços ocupados na fronteira entre Brasil – Paraguai, considerando ausências e presenças. Ausências do estado garantidor de direitos, de políticas sociais, de organizações comunitárias. Presenças de atividades ilegais, do narcotráfico, da exploração, corrupção, abuso policial. E neste contexto, os elementos determinantes decorrem das relações estabelecidas pelo modo de produção capitalista, as quais se mostram de forma direta na luta de classes materializada a partir do conflito entre capital e trabalho.

Desta forma, vemos que o estabelecimento de uma "nova geografia" pode também sofrer influências de atividades ilegais, tendo em vista que pretendíamos verificar até que ponto podemos dizer que o mercado de entorpecentes se constrói como qualquer outro mercado no capitalismo e como se efetiva a exploração de mais-valia do trabalho de adolescentes que atuam no transporte. Podemos assim considerar que dentre as relações territoriais estabelecidas na fronteira há a materialização local da divisão internacional do trabalho e esta divisão também se reproduz a partir da exploração da força de trabalho efetivada pelo mercado de entorpecentes.

Tratando-se especificamente da fronteira Brasil – Paraguai, podemos considerar que dentre as inúmeras formas de expressão da divisão do trabalho, há a inclusão do trabalho prestado às atividades do contrabando e do tráfico de drogas. Segundo Davi (2008, p. 17), dados da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu informam que mais de 67% da população do município está vinculada à atividade de compra e revenda de mercadorias adquiridas em Ciudad del Este, sendo esta o único meio de subsistência para muitos. O comércio de mercadorias interfronteiras envolve diversas categorias de trabalhadores, pois, segundo a autora,

> […] para compreender esta ampla rede de relações que contempla o comércio paraguaio e brasileiro, é preciso situar o grupo heterogêneo de trabalhadores que atuam nesse espaço. Nele encontramos, além dos laranjas e sacoleiros, os vendedores ambulantes, taxistas, moto-boys, catadores de papel e latinhas, entre outros brasileiros que depositam no comércio inter-fronteiras seu principal meio de sobrevivência, porém sem nenhum direito trabalhista. (DAVI, 2008, p. 37).

E, no universo do "trabalho" oferecido pelo comércio de mercadorias, a investigadora constatou que a questão salarial foi uma das referências mais importantes dos "sacoleiros" e "laranjas" que foram sujeitos de sua pesquisa. A maioria deles apontou receber em média entre um e três salários mínimos e ressaltaram que a atividade sofre uma série de fatores, que vão desde "a alta do dólar à fiscalização da Receita Federal". Constatou que a preocupação com a questão da renda obtida com o trabalho é primordial, pois "a maioria que integra o núcleo domiciliar, pais, esposa, filhos se encontram desempregados ou atuam conjuntamente no exercício" (DAVI, 2008, p. 37). Estes elementos nos ajudam a entender outro trabalho ilegal oferecido na fronteira: o transporte de drogas, haja visto que a maioria absoluta dos adolescentes que entrevistamos são residentes de Foz do Iguaçu, abordam a questão do contrabando como natural e referem que ao transportar drogas recebem remunerações maiores do que as auferidas no transporte de mercadorias contrabandeadas.

O trabalho no comércio de mercadorias, sendo legal ou ilegal, e o trabalho no narcotráfico fazem parte da "paisagem" da região de fronteira. Essas atividades compõem uma relação complexa na divisão social e técnica do trabalho, mas não podem ser descartadas pois, como explica Lia Machado (2005), os fenômenos estabelecidos pelos fluxos que envolvem municípios em região de fronteira devem ser tratados a partir da noção de "zona de fronteira", que, segundo ela,

> […] é composta pelas faixas fronteiras de cada lado do limite internacional. Caracteriza-se por interações que, embora internacionais, criam um meio geográfico próprio de fronteira, só perceptível na escala local/regional […] (MACHADO, 2005, p. 260)

Sendo repleta de particularidades e heterogeneidades. Portanto, as atividades ilegais presentes na fronteira Brasil – Paraguai se mostram como parte da divisão do trabalho, pois oferecem trabalho e renda para pessoas residentes na região. O aspecto singular destas determinações torna-se evidente no fato de que parte da maconha utilizada no Brasil sai do Paraguai, entrando pelas fronteiras com Foz do Iguaçu e de Guaíra e cruzando todo o estado do Paraná para seus destinos em São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, entre outros, ou seja, o local esta inserido no universal e, certamente, estas especificidades construíram uma nova territorialidade. Por isso é importante compreendermos que, segundo Andrade,

> O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando fronteiras políticas. [...] (ANDRADE, 1996, p. 213)

Neste aspecto, entendemos que o papel que o autor denota as empresas, também se mostra na indústria de entorpecentes, sendo ela ilegal ou não. Insistimos nesta tese, pois a questão específica por nós estudada posiciona-se no combate à criminalização de adolescentes por tráfico de drogas, o que pretendemos mostrar é que estes adolescentes são trabalhadores explorados pelo tráfico, não criminosos. Se o Estado não os protege, eles poderão morrer ou matar, tornando-se, desta maneira, estatísticas das mortes juvenis (como citamos acima), autores de atos infracionais graves ou ainda, participantes dos índices de duas formas, como vítimas e autores. Podemos antecipar uma das informações obtidas em nossa pesquisa de campo inicial, pois dos 53 adolescentes apreendidos por transporte de drogas em rodovias do estado, no período de novembro 2009 a novembro de 2010, 57% são do próprio estado do Paraná e dentre estes, a maioria reside na cidade de Foz do Iguaçu e região de fronteira. Vemos nestes dados que há elementos que constroem uma territorialidade específica, ou seja, dentre as parcas atividades remuneradas oferecidas para os jovens da região, há a atuação no transporte de entorpecentes.

Portanto, há uma particularidade no "território da fronteira", ou usando o conceito de Machado (2005), na "zona de fronteira". Neves (1996, p. 271), aponta que os territórios são espaços de ação e de poderes e, segundo ele, os territórios contemporâneos inserem-se de forma diferenciada na globalidade fragmentada, ressaltando que esta globalidade apresenta-se como caótica, gerando a "sensação de fluidez, temporalidade e de futilidade", decorrente do desencontro da ideia de globalidade e da angústia da fragmentação. Por outro lado, o poder é exercido sobre fragmentos, considerados por ele como "porções da territorialidade", de forma adaptada

> […] às circunstâncias contraditórias e particulares no tempo e no espaço cada 'vez mais diversificado e heterogêneo' (SANTOS). Nessas condições a amplitude e a eficácia do poder é determinada pela densidade dos fragmentos – possivelmente pelo que Milton Santos designa de luminosidade e opacidade – e pela desobstrução e/ou construção de canais das múltiplas redes, tecidas, elaboradas, consertadas ou construídas para dadas condições históricas. (NEVES, 1996, p. 271).

E, os fragmentos a que Neves (1996) se refere, pautados em Milton Santos, são visualmente perceptíveis no território fronteiriço. A expressão de que a fronteira é "terra de ninguém", faz sentido, pois são inúmeros os fragmentos, o que possibilita o fortalecimento de forças sociais informais ou ilegais. A fragmentação, tratada

pelo autor, a partir do debate da globalização como fenômeno econômico que trás a desterritorialização[2], mostra-nos que estes elementos possibilitam a construção de "novos territórios"[3]. Para ele

> Os novos territórios estão sendo formados e transformados em todas as partes sobre os escombros das desterritorialidades, da luta de classes ou das novas fontes espacializadas de produção de mercadorias. Os meios de comunicação de massa mostram, numa despojada simplicidade, os novos territórios: do jogo do bicho, do narcotráfico, da pornografia, das "economias informais", do carnaval, da cólera e das finanças. (NEVES, 1996, p. 273).

Na citação acima, o autor problematiza a questão dos novos territórios, apontando a questão do narcotráfico de forma direta. E assim vamos caminhando para a reflexão mais específica de nossa pesquisa: a rota de tráfico internacional existente no estado do Paraná. Logo, é essencial, resgatarmos a percepção de que a rota de tráfico internacional existe neste estado, por conta de dois elementos que se vinculam: o fato do Paraná situar-se em uma região de tríplice fronteira e possuir uma extensa malha rodoviária. É certo que a explicação não é tão mecânica assim, mas temos buscado argumentos que comprovem que a união destes dois fatores explica, pelo menos em parte, o histórico da rota de tráfico internacional.

Consequentemente, há informações de que o Paraná também tem sido ocupado por grupos de narcotraficantes organizados, tendo como principais ícones o Comando Vermelho (CV)[4] e o Primeiro Comando da Capital (PCC)[5]. Todavia, vale a pena anteciparmos a reflexão de que entendemos esses grupos como redes que atuam internacionalmente, muito mais para a entrada das drogas no País e a venda no comércio varejista do Rio de Janeiro e São Paulo que, para a efetivação do tráfico em conexão internacional para outros Países[6]. Além do

---

2 Para este debate, o autor pauta-se em Octavio Ianni

3 Cabe salientar que o autor oferece como exemplo a própria questão da relação Brasil - Paraguai, relatando que "[...] os expulsos da territorialidade agrária brasileira refugiam-se no Leste paraguaio: os sem-terra avançam por dentro e para além do território nacional, por aqui estão bloqueados. Muitos desses migrantes – perdedores, classes perigosas – são sugados e invadem os espaços urbanos onde elaboram – para o pavor dos tecnocratas e dos empreendedores imobiliários – um novo urbanismo que são também bolsões de forças irreprimíveis. De tal forma suspeitos que já começam a serem expulsos ou impedidos de ingressar em certas cidades, cujas administrações estão implantando novas formas de *apartheid*." (NEVES, 1996, p. 273)

4 O Comando Vermelho é uma organização criminosa que floresce na década de 1980, no Rio de Janeiro. E, segundo Amorim (2003), tem a influência da convivência entre traficantes e presos políticos no presídio de Ilha Grande. O autor aponta que o "criador" do CV, Willian da Silva Lima, conhecido como "Professor", teve influências de militantes de esquerda, o que lhe fez conhecer os princípios organizativos da tradição Leninista-Trotskista. Cabe salientarmos que a influência de princípios comunistas na criação do CV é questionada por alguns autores, os quais apontam que tal relação foi utilizada pela Ditadura Militar para criminalizar os militantes políticos.

5 A organização criminosa PCC – Primeiro Comando da Capital, nasce no início da década de 1990, nos presídios de São Paulo Capital. Segundo os estudos de Amorim (2003), o PCC é construído a partir de influências do Comando Vermelho expandido no estado de São Paulo. Segundo Percival de Souza (2006, p. 24) "as raízes do PCC criaram metástase, crescendo e multiplicando-se de São Paulo para outros Estados, e destes para outros Países, como Paraguai, Bolívia e Colômbia, tornando-se internacional".

6 De qualquer forma, vale informarmos que algumas matérias jornalísticas colocam que o PCC já é considerado como grupo de tráfico internacional para Europa. Vejamos matéria da Folha de São Paulo de Dezembro de 2011: "A facção criminosa paulista PCC (Primeiro Comando da Capital) assumiu a venda de drogas a partir do Paraguai e da Bolívia para o Brasil, apontam investigações da polícia brasileira e de autoridades sul-americanas. Elas descobriram que, a partir desses Países, o grupo abastece de maconha e cocaína o mercado nacional. A quadrilha é investigada ainda por se associar a traficantes internacionais e vender cocaína a Portugal, Alemanha e Itália, usando portos na Argentina, Uruguai e Chile para exportar a droga. PCC também estaria envolvido na venda de drogas produzidas na Colômbia e no Peru, a partir da Bolívia. O crescimento da facção criminosa rumo ao exterior começou em 2008. […]" (MARTINS; PAGNAN, 2011, on-line).

mais, nossa investigação priorizou a questão do tráfico internacional voltado à entrada de drogas no País, não a saída.

Segundo Bia Ferrari (2010), "[…] as facções criminosas, paulista […] PCC e carioca […] CV, que há muito tempo deixaram de atuar só no Brasil, hoje controlam todo o ciclo da produção de maconha no Paraguai." A jornalista aponta que essa informação é da Polícia Nacional paraguaia (equivalente à Polícia Civil brasileira), segundo eles, os membros do Primeiro Comando da Capital e do Comando Vermelho

> [...] coordenam todas as etapas do tráfico de maconha no País: do plantio nas fazendas, localizadas na fronteira, à distribuição da droga em território brasileiro. 'Eles (PCC e Comando Vermelho) dão sementes e dinheiro aos produtores e depois da colheita, pagam pela produção e a levam para o Brasil', disse o comandante da Polícia Nacional, Visitación Gimenez. (FERRARI, 2010, on-line).

Em nossa investigação na busca de informações acerca do assunto, é hegemônica a afirmação midiática de que os traficantes brasileiros são quem coordenam a produção de maconha no Paraguai, todavia, esta questão deve ser investigada mais a fundo, pois como vimos, o Paraguai já tem um histórico de produção de maconha, por isso, duvidamos que toda a produção agora seja de propriedade de brasileiros. Fraga (2012) pautado em informações da SENAD-Paraguai, informa que "[…] *la tierra localizada en las fronteras también se ha vuelto muy atractiva para los traficantes brasileños, impulsándolos a adquirir lotes de tierras para la siembra y exportación de cannabis para el mercado brasileño.*" (FRAGA, 2012, p. 147). Portanto, um ponto que podemos considerar para refletir essa questão refere-se à facilidade da compra de terras no Paraguai, pois este seria um elemento facilitador para que brasileiros comprassem terras para produção de *cannabis* naquele País, aproveitando-se da naturalização pela qual aquele país trata a questão das plantações da erva.

No decorrer da pesquisa, nos deparamos com duas realidades do estado do Paraná que se vinculam: a) a característica do estado como referência da agroindústria nacional e internacional, extensa rede viária e grande contingente de agentes de segurança para a "proteção" da fronteira e das rodovias; b) fenômenos vinculados com a fronteira Brasil Paraguai, constatação da rota terrestre internacional, presença de redes criminosas vinculadas com a participação de agentes de segurança pública na gestão do narcotráfico. Os dois aspectos estão intimamente vinculados e explicam o porquê de grande parcela da maconha que entra no País passar pelo estado.

Diante disso, devemos ressaltar que o trânsito de substâncias psicoativas proibidas pelo estado se refere a toneladas, não a quilos em mochilas de adolescentes. Portanto, podemos agora problematizar que o fato da existência da rota de tráfico no Paraná faz com que a prestação de serviços aos empreendedores do narcotráfico seja parte da realidade de alguns grupos juvenis residentes no Estado, especialmente, de meninos e meninas residentes na cidade de Foz do Iguaçu e região.

3. Observações acerca do tráfico formiguinha desenvolvido a partir da força de trabalho de adolescentes explorados como "mulas"

Iniciaremos esta seção com uma pergunta: se o narcotráfico de maconha funciona a partir do transporte de toneladas, qual seria o papel dos meninos e meninas que atuam como mulas neste processo? Este questionamento nos acompanhou durante toda a investigação e à medida que fomos nos deparando com a realidade a partir da pesquisa de campo, observamos as características das apreensões, a quantidade de drogas transportadas pelos meninos e meninas, então observamos a irrelevância do tráfico "formiguinha", diante do real significado da rota internacional. A partir disso, construímos dois pressupostos: 1) que o trabalho dos adolescentes se volta apenas para pequenas redes de venda a varejo; 2) passamos a considerar a constatação da hipótese de que algumas vezes os adolescentes são contratados para serem apreendidos como "iscas".

Outra questão que queríamos entender era se a maior incidência dos adolescentes "mulas" apreendidos nas rodovias pertencentes à rota internacional do tráfico de drogas seria de jovens residentes no próprio estado do

Paraná. A resposta obtida foi que a grande maioria dos adolescentes apreendidos como "mula" é do próprio Paraná, especialmente da fronteira e região. Inicialmente, essa percepção nos trouxe dúvida com relação a "real importância" de tal rota de tráfico, pois entendemos de maneira simplificada que os adolescentes estavam transportando do Paraná para o próprio Paraná.

Porém, ao aprofundarmos a análise, passamos a considerar que essa informação era muito importante para a pesquisa, pois além de comprovar que o trabalho como "mula" atinge muito mais adolescentes paranaenses residentes na fronteira e região, pudemos ultrapassar a percepção inicial e entendermos que o foco é saída das drogas da fronteira para outras regiões, logo, este tipo de atividade torna-se disponível para jovens residentes na região fronteiriça.

Ou seja, as observações decorrentes de nossa amostra nos levaram a perceber que a grande maioria dos meninos e meninas é contratada para "levar" drogas para outros locais, não para buscar. Em tempo, é importante enfatizarmos que nas poucas exceções de adolescentes que não residiam no estado e foram apreendidos em rodovias paranaenses, nos ficou claro que esses foram contratados para buscar drogas na fronteira, porém essas situações foram as que menos apareceram em nossa pesquisa documental e entrevistas.

E, o fato de muitos adolescentes do Paraná dizerem que o destino final seria o próprio Paraná nos levaram a três hipóteses para a compreensão do funcionamento do tráfico "formiguinha": 1) de que não informaram no ato da apreensão o real destino da droga; 2) de que trabalham para pequenos traficantes do próprio Paraná; 3) de que foram contratados justamente para serem presos.

As hipóteses levantadas na pesquisa documental foram sendo confirmadas ou descartadas a partir das entrevistas com os adolescentes explorados como "mulas" que foram apreendidos transportando drogas ilícitas de uma cidade/estado/país para outro. Neste sentido vale a pena enfatizarmos que as entrevistas foram imensamente reveladoras e importantes para nos aproximarmos do fenômeno. Por isso sempre falávamos para os meninos e meninas que a pesquisa não teria tanta importância se não fosse a conversa com eles e elas. Sem as conversas com esses adolescentes, talvez entenderíamos apenas parte de nosso objeto, o que queremos dizer é que a pesquisa documental nas pastas técnicas já nos apresentou muitas informações, porém nos levaram a algumas "pistas falsas", as quais só foram desveladas a partir das entrevistas. Portanto, só nos aproximamos das trajetórias e das contradições que determinam o cotidiano dos adolescentes explorados como "mulas" a partir da conversa com eles.

3.1 Adolescentes explorados como "mulas": percepções obtidas a partir do desenvolvimento das entrevistas

Em relação às trajetórias pessoais, as histórias se repetem em todo lugar do mundo onde jovens e adolescentes se envolvem com o narcotráfico. Todos os adolescentes que entrevistamos pertencem às classes vulneráveis social e economicamente, residem em territórios de pobreza e de ausência de direitos sociais básicos e fundamentais. São filhos de trabalhadores que atuam em áreas imensamente exploradas ou desregulamentadas. Suas famílias sempre vivenciaram necessidades objetivas e subjetivas. Muitos relataram que outros membros da família (irmãos, pais, tios) também tinham envolvimento direto ou indireto com ações criminosas. No caso das meninas, algumas informaram que os namorados também estão envolvidos com o narcotráfico, estando privados de liberdade, inclusive. A maioria absoluta deixou a escola no início da adolescência e, em contrapartida, envolveu-se com o narcotráfico justamente neste período. Vemos enfim que esses meninos e meninas encontraram no narcotráfico uma forma de superação das espoliações sofridas deste a infância.

Nossos meninos e meninas foram enfáticos ao apontar que entraram no tráfico por dinheiro. Porém, ao falarem sobre sonhos e perspectivas de futuro, a maioria reproduziu o discurso moral, apontando que gostaria de buscar um "trabalho honesto", "sair da vida do crime", porém, concretamente acabou mostrando que o trabalho no narcotráfico traz retribuições financeiras maiores que sobrepõem qualquer retribuição obtida pelo trabalho formal (ou informal não criminalizado). Neste sentido, mostraram de maneira direta, ou nas entrelinhas, que consideram o narcotráfico como trabalho, porém um trabalho diferente do formal, menos explorado pois o pagamento proveniente do tráfico é "dinheiro fácil".

Todavia, observamos algo novo na trajetória dos adolescentes que atuam como "mulas": a satisfação obtida durante as viagens. O impacto da descoberta dessa satisfação nos revelou dinâmicas que até então não prevíamos. E no decorrer das análises fomos observando que o fato de poderem viajar, conhecer lugares novos, dormir em pousadas, comer em restaurantes, traz realmente vivências satisfatórias para os adolescentes. Além disso, relataram a sensação de adrenalina que os acompanha desde a entrada nos ônibus até a chegada aos locais de destino.

Mas, como bem sabemos tudo que envolve narcotráfico não acontece de forma tranquila, por isso, acompanhada das aventuras e satisfações, a sensação de medo também apareceu. O medo do desconhecido, do que encontrariam no final no destino, de serem presos, de sofrerem violência, enfim, o medo dos imprevistos que poderiam acontecer durante as viagens. Todos os adolescentes entrevistados usaram a expressão "medo". O surpreendente foi que o medo da apreensão sempre se sobressaiu ao medo da morte. Então, pudemos considerar que a atuação dos adolescentes "mulas" é menos perigosa que a atuação em "bocas de tráfico" e esta percepção é contrária ao que imaginávamos, pois, partíamos do pressuposto de que os adolescentes que atuam como "mulas" corriam mais riscos que aqueles que atuam em outras funções do narcotráfico.

Um exemplo claro das diferenças entre o cotidiano de adolescentes que atuam na venda a varejo (em bocas de tráfico) e que atuam no transporte a partir de viagens, se confirmou na realidade de adolescentes que transportam drogas e ao mesmo tempo atuam em boca de tráfico. Esses adolescentes demonstraram maior vivência com armas de fogo, disputas por territórios, violência policial, entre outros elementos relatados, os quais são cotidianos na venda a varejo, não no transporte de razoáveis quantidades.

Em contrapartida, vimos que na realidade, a prestação de serviço para o transporte de drogas é mais rebuscada em alguns sentidos, pois exige que os adolescentes tenham, além da disposição, a facilidade para adentrarem ao "mundo da legalidade", ou seja, estarem em contato com pessoas "comuns" sem atrair suspeita. Como eles bem relataram, o elemento que leva a novas contratações é a viagem "dar certo", ou seja, o emprego é garantido para aqueles adolescentes que tiveram a desenvoltura necessária para viajar carregando em suas bagagens substâncias ilícitas. Falaram que o trabalho exige compromisso e responsabilidade.

Os adolescentes são preparados para a função e testados por seus contratantes. Na maioria das viagens os "mulas" somente entregam a carga para pessoas que os esperam em rodoviárias e logo voltam para o Paraná. A média das cargas é de trinta quilos de maconha, havendo também situações de transporte de cocaína e crack, em menores quantidades. Em algumas situações os adolescentes viajaram acompanhando os compradores da droga, ou seja, a mala com o entorpecente estava com eles, porém, a propriedade era da pessoa que também estava no ônibus, mas que não sofreria nenhum ônus caso a polícia descobrisse a droga. Algumas apreensões em carro de passeio também tinham a presença do adolescente, juntamente com um adulto. Já o transporte feito na própria Ponte da Amizade, em carros utilitários, como Van, Besta, etc, já tem uma característica diferente, pois as quantidades são maiores e, aparentemente, a relação dos adolescentes com os contratantes exige um pouco mais de sigilo e comprometimento.

Situações de risco de morte só foram relatadas por adolescentes que faziam viagens de carro, declarando que a possibilidade de troca de tiros era eminente. Mas para os adolescentes que viajavam de ônibus, a situação da violência se materializava de forma indireta, pois relatavam mais risco ao chegarem aos locais de destino ou serem apreendidos. Supúnhamos que os adolescentes relatariam imenso risco decorrente da perda das cargas, porém, neste ponto se insere uma nova questão que nos auxilia no entendimento do fenômeno, pois, a maioria dos meninos e meninas sugeriram que os contratantes são "compreensivos" em situações de perdas de carga por meio de apreensões. Isso também nos leva a duas percepções hipotéticas: 1) a perda de cargas faz parte do risco do negócio; 2) algumas vezes o objetivo da contratação não é o transporte da droga.

Enfim, podemos tecer alguns aspectos de como se dá a exploração da força de trabalho de adolescentes como "mulas" do tráfico de drogas proveniente da fronteira Brasil – Paraguai. É importante relatar que acreditávamos que por tratar do tráfico na região fronteiriça, o vínculo dos adolescentes que trabalham como "mulas" com o tráfico internacional, até então visto como extremamente organizado, seria facilmente perceptível. Contrariamente, a primeira percepção constatada na pesquisa se mostra no fato de que os adolescentes relataram prestar serviços para vários contratantes, os quais enxergamos como mediadores entre produtores e distribuidores para venda no varejo. Inclusive, ao lermos os Boletins de Ocorrência e as entrevistas também confirmaram que os contratos de trabalho dos adolescentes são eventuais e efêmeros.

Aparentemente a maioria deles não está vinculada diretamente à estrutura do tráfico de drogas. São apenas pequenas peças das engrenagens. Esses contratantes localizam os adolescentes por meio de vínculos construídos no cotidiano dos processos ilegais estabelecidos na fronteira ou região. Quando o adolescente é realmente contratado para a efetivação do transporte, a nosso ver, está trabalhando para redes de narcotráfico menores, as quais se sustentam com a compra de trinta quilos de maconha por vez, comprovando, portanto, a hipótese do "tráfico formiguinha".

Queremos denunciar que a exploração da força de trabalho de adolescentes para o transporte de drogas a partir da fronteira está inserida em relações muito mais complexas. Pensando em relações de trabalho, a contratação destes adolescentes é, segundo eles, bem remunerada, pois chegam a receber de R$ 500,00 a R$ 1.000,00 reais por viagem. Valores que receberiam em um mês ou mais de trabalho formal ou informal aceito moralmente e nisso vemos o quanto o mercado de drogas é lucrativo, pois se pagam esses valores para os adolescentes, o lucro é imensamente maior. Esta percepção auxilia na tese de que a prestação de serviços ao narcotráfico pode ser considerada como trabalho produtivo, pois gera capital, mesmo que esse capital seja ilegal.

Entretanto, em nossa pesquisa de campo identificamos que algumas vezes o "mulas" são contratados justamente para serem apreendidos, o que chamamos de "iscas" para a polícia. Já na construção do projeto de pesquisa pensávamos nessa hipótese, porém, acreditávamos que essas percepções estariam muito longe do que nos dispúnhamos a estudar. Ledo engano, pois logo que iniciamos a pesquisa documental nas pastas técnicas dos adolescentes encontramos informações que perpassavam nossas expectativas e que foram levantando indícios de que muitos adolescentes eram contratados como "iscas". Víamos situações de apreensões em que os meninos e meninas haviam sido denunciados com rigor de detalhes, cor da roupa, tipo físico, idade. Chegamos a pensar que as denúncias partiam das próprias famílias, mas no decorrer das análises vimos que essa hipótese não faria sentido. Então nos aproximamos da percepção de que os denunciantes eram os próprios contratantes e essa particularidade foi tornando-se corriqueira nas narrativas dos adolescentes entrevistados. Alguns chegaram a apontar a questão de forma direta, outros de forma indireta. No decorrer do processo, porém, fomos observando que as situações de apreensões de alguns dos adolescentes entrevistados nos levavam a crer que também serviram como "iscas". Todavia, nenhum deles assumiu saber que o motivo da contratação era para ser apreendido, mas todos relatavam esse fenômeno, apontando que algumas vezes os adolescentes contratados como "iscas" já sabem que antes mesmo de saírem do estado do Paraná serão pegos pela polícia.

Todos os sujeitos relataram saber deste esquema paralelo, pois é totalmente normal que haja esse tipo de ação para distração da polícia, considerando que enquanto os órgãos repressores se voltam para a apreensão de um ou dois adolescentes em ônibus com uma carga de trinta quilos de maconha, um carro ou caminhão repleto da droga passa pelo Posto Policial tranquilamente. Então nos perguntamos: será que um esquema tão óbvio como esse enganaria a polícia? Consideramos que não enganaria a polícia por dois motivos lógicos.

Primeiro, é preciso que a polícia apreenda cargas de droga na rota internacional para demonstrar que o combate às drogas é "efetivo", ou seja, quando há a apreensão de adolescentes ou adultos com cargas de drogas em ônibus, as situações se tornam públicas, acontecendo uma grande exploração midiática. Segundo, as grandes cargas entram a partir de acordos mais complexos e estratégias que envolvem de maneira direta legalidade e ilegalidade. Claro que muitas vezes as drogas entram simplesmente em decorrência de estratégias estabelecidas somente pelos agentes do narcotráfico, as quais algumas vezes escapam do controle e sofrem apreensões, como em casos de caminhões que aparentemente estão transportando madeiras, todavia, o que levam é maconha revestida com madeiras.

Quando encontramos informações sobre apreensões de grandes cargas vimos situações em que o transporte é interrompido por conta de acidentes de trânsito que revelam drogas escondidas em compartimentos. Supomos também que haja a utilização de caminhões voltados para o transporte de "cargas perigosas", pois não podem ser revistados sem autorização preliminar. A própria polícia relata situações em que automóveis de passeio utilizados para o transporte de drogas provenientes da fronteira são dirigidos por famílias, casais com crianças, tudo numa perspectiva de disfarçarem o real motivo da viagem. Entretanto, a compreensão real sobre o funcionamento do tráfico de drogas a partir da fronteira não foi o foco de nossa pesquisa, por isso, acabamos especulando um pouco dessas informações, numa perspectiva de abrimos reflexões para novos pesquisadores que ousarem abordar a questão do narcotráfico na fronteira.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para o entendimento da exploração da força de trabalho efetivada pelo narcotráfico, deixamos um pouco de lado a questão da ilegalidade, assim vemos que há a extração de mais valia do trabalho humano. E quando voltamos a pensar na ilegalidade, reforçamos o fato de que a ilegalidade só faz agregar valor para a venda de drogas e agravar as relações de trabalho que acontecem regidas pela violência e pelo risco. Assim, retomamos a reflexão trazendo à tona a hipocrisia do proibicionismo, pois mesmo proibido, o mercado para as drogas existe e sempre existirá. Por isso a proibição só faz com que as relações estabelecidas no interior do negócio ilegal só se agravem. Neste sentido vemos que os "mulas" são "iscas" que favorecem o jogo hipócrita do proibicionismo. Quando são apreendidos podem estar servindo de "iscas" para facilitarem o transporte de cargas maiores ou servindo de "iscas" para as politicas repressivas ganharem visibilidade. E nestes contextos contraditórios os meninos e meninas são os que mais perdem. Perdem a liberdade, perdem suas adolescências nos centros de socioeducação, perdem a vida. Como os adolescentes paraguaios expressaram "eu não existo aqui", os adolescentes brasileiros também não existem por si só, só existem por atingirem a sociedade a partir da considerada "repudiosa prática de traficância", como vimos em um dos documentos analisados.

Ousamos, portanto, no final deste artigo, dizer que a realidade dos jovens e adolescentes envolvidos com o narcotráfico não será resolvida com discursos culpabilizatórios, com implantação de programas de emprego para estes meninos ou meninas, muito menos com medidas repressivas e punitivas. A discussão deve ser desenvolvida de maneira mais ampla, considerando que este negócio lucrativo e violento precisa ser regulamentado, pois enquanto existir na ilegalidade, só provocará alívio para alguns e penalização para outros. E, como constatamos no desenvolvimento da pesquisa, os adolescentes "mulas" se arriscam em viagens, para levar a "viagem" para outros. Esta é a maior hipocrisia desta história. Neste sentido problematizamos especialmente as trajetórias e as contradições vivenciadas pelos adolescentes que trabalham como "mulas" para o tráfico transfronteiriço, pois estão inseridos em uma dupla contradição: por um lado são explorados pelos agentes do narcotráfico, por outro são criminalizados pelo Estado repressor.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C (1996), "Territorialidades, desterritorialidades e novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local". In: SANTOS, M. & SOUZA, M. A.A. & SILVEIRA, M. L.. (Orgs.) *Território:* globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC.

AMORIM, C. (2003), *CV – PCC:* a irmandade do crime. Rio de Janeiro: Record.

BRASIL (1990). Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

CARNEIRO, H. S. (2002), "As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX". *Outubro*, São Paulo, (6), pp. 115-128.

DAVI, E. P. J. S. (2008) *Trabalhadores na "fronteira":* experiências dos sacoleiros e laranjas em Foz do Iguaçu – Ciudad del Este (1990 – 2006). Dissertação de Mestrado em História, Cascavel/PR: Universidade do Oeste do Paraná.

FERRARI, B. (2010) "Bandidos brasileiros controlam drogas na fronteira com o Paraguai". *Veja*. Disponível em: http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/bandidos-brasileiros-controlam-producao-trafico-drogas-fronteira-paraguai, [consultado em 12-2-2011]

FRAGA, P. C. P. (2012), "Plantaciones ilícitas como fuente de ingresos alternativa y expresión de desigualdades: el caso del cultivo de cannabis en el nordeste de Brasil". *Estudios Sociológicos,* 30 (88), pp. 143-169.

KARAM, M. L. (2012) "Não são as drogas que causam violência e criminalidade". Entrevistador: *Fórum da Liberdade*. Disponível em: http://forumdaliberdade.com.br/fl25/blog/2012/nao-sao-as-drogas-que-causam-violencia-e-criminalidade-afirma-maria-lucia-karam/, [consultado em 20-2-2012]

KOUTOUZIS, M. (1997). *Atlas mondial des drogues*. Observatoire Géopolitique des Drogues. 2. ed. Paris : Presses Universitaires de France.

MACHADO, L. O (2005). "Estado, territorialidade, redes. Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana". In: SILVEIRA, M. L. (Org.). *Continente em chamas:* globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____ (2000). "Limites e Fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade". *Território,* Rio de Janeiro, ano 5 (8), pp. 7-23.

MARTINS, M. A.; PAGNAN, R. (2011) "Facção cria rede de tráfico no exterior". *Folha de S. Paulo,* São Paulo. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/15787-faccao-criou-rede-de-trafico-no--exterior.shtml [consultado em 01-9-2012]

MARX, K. *O capital:* critica da economia política (1980 [1867]). V. 1. São Paulo: Nova Cultural.

NEVES, G. R. (1996) "Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas)". In: SANTOS, M. & SOUZA, M. A.A. & SILVEIRA, M. L.. (Orgs.) *Território:* globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC.

SANTOS, M. (1979) *Espaço e sociedade*. Rio de Janeiro: Vozes.

SOUZA, P. (2006) *O sindicato do crime:* PCC e outros grupos. São Paulo: Ediouro.

YANO, C. (2008). "PM encontra cabeça de adolescente dentro de mochila em parque: corpo foi encontrado oito horas depois e aparenta ser de um jovem com idade entre 10 e 14 anos". *Gazeta do Povo*. Curitiba. Disponível em: http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=812625 [consultado em 15-10-2008]

Drogas e Sociedade: Um histórico de sociabilidades, mitos e estigmas

Rosilene Rocha[1]

Resumo: O presente artigo versa sobre a histórica relação da sociedade com as drogas destacando, por um lado, as representações sociais sobre tais substâncias e, por outro, as relações constituídas no âmbito do mercado ilícito de drogas. Oportunamente, serão retomadas discussões já apresentadas em trabalhos anteriores e informações decorrentes da pesquisa[2] realizada no Recôncavo da Bahia, concluída no ano de 2012. Analisou-se, sob viés sociológico, qual a configuração que tráfico de drogas assumia naquela região, especificamente em Cachoeira e cidades circunvizinhas. Neste trabalho, paralelamente aos achados da referida pesquisa, apresenta-se uma literatura específica marcada por distintas concepções no que tange às pesquisas sobre drogas, principalmente, nos casos onde se destaca a associação entre drogas, violência e criminalidade. Busca-se apontar a necessidade de que pesquisadores e demais profissionais que se debruçam sobre o tema estejam atentos às peculiaridades de cada contexto sócio-histórico no qual o fenômeno do consumo de drogas é processado. A política de "Guerra às Drogas", oriunda dos Estados Unidos e difundida para diversos países do mundo (dentre os quais o Brasil), orienta a maneira como a sociedade global tem lidado com determinadas drogas. Levar em consideração a histórica relação da sociedade com as drogas em geral, seja para fins de cura, alimentação ou sociabilidades, permite minimizar desde a reprodução de estigmas imputados aos usuários, até práticas desiguais da justiça e a disseminação de mitos sobre determinadas drogas como, por exemplo, o crack.

Palavras-chaves: drogas, sociabilidades, violência, criminalidade, mitos, estigmas.

1. Introdução

Apresenta-se aqui um trabalho que se debruça sobre alguns aspectos da histórica relação da sociedade com as drogas, bem como, as representações sociais construídas sobre tais substâncias. Além disso, destacam-se as relações constituídas no âmbito do mercado ilícito de drogas, sobretudo, no que diz respeito às sociabilidades e demais interações sociais produzidas 'em torno' de um mercado tão dinâmico, sustentado por regras e estratégias de funcionamento próprias e que é alvo de constantes medidas de repressão.
Serão retomadas discussões já apresentadas em trabalhos anteriores e informações decorrentes da pesquisa[3] realizada no Recôncavo da Bahia, onde se analisou, sob viés sociológico, qual a configuração que o tráfico de drogas assumia naquela região, especificamente em Cachoeira e cidades circunvizinhas. Neste trabalho, paralelamente aos achados da referida pesquisa, apresenta-se uma literatura específica marcada por distintas concepções no que tange às pesquisas sobre drogas, principalmente, nos casos onde se destaca a associação entre drogas, violência e criminalidade.

---

1 Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, sob orientação do Prof. Dr. José Luiz de Amorim Ratton e co-orientação do Prof. Dr. Herbert Toledo Martins (UFRB); Pesquisadora do GPECS – Grupo de Pesquisa em Conflitos e Segurança Social, vinculado à UFRB/Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Mestre em Ciências Sociais pela UFRB (2012) e Socióloga-Bacharel em Ciências Sociais pela Unimontes/Universidade Estadual de Montes Claros/MG (2009). falcon3rose@yahoo.com.br

2 Dissertação de Mestrado intitulada: "*A dinâmica do crack em Cachoeira/BA: Da 'guerra às drogas' ao processo de estigmatização*", defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/PPGCS da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB em Maio de 2012.

3 Dissertação de Mestrado intitulada: "*A dinâmica do crack em Cachoeira/BA: Da 'guerra às drogas' ao processo de estigmatização*", defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/PPGCS da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB em Maio de 2012.

Busca-se apontar, dentre outras questões, a necessidade de que pesquisadores e demais profissionais que se debruçam sobre o tema estejam atentos às peculiaridades de cada contexto sócio-histórico no qual o fenômeno do consumo de drogas é processado. Acredita-se que esta postura permite compreender os desdobramentos do consumo de drogas, maneira a fugir das generalizações, que consistem num entrave para a elaboração de políticas/estratégias que permitam lidar com tais desdobramentos de maneira exitosa. Além disso, permite minimizar desde a reprodução de estigmas imputados aos usuários, até práticas desiguais da justiça e a disseminação de mitos sobre determinadas drogas como, por exemplo, o crack.

Considerando-se os pilares da discussão aqui proposta, faz-se necessário salientar duas considerações sobre as ***drogas***. Em primeiro lugar, sabe-se que o termo "*drogas*" engloba uma vasta quantidade de substâncias que variam desde alimentos e psicoativos até venenos e medicamentos. Entretanto, percebe-se que muitas vezes, o termo "drogas" é utilizado para fazer menção somente àquelas substâncias consideradas ilícitas, ou seja, aquelas que em determinado momento e por razões específicas, passaram a ter sua produção e comercialização proibidas por lei. Ressalta-se que a atual legislação antidrogas brasileira é a Lei 11.343/2006 que, de acordo com o Art. 1º, institui o SISNAD/Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas[4].

Nesses termos, discutir a questão das drogas no contexto desta sociedade, significa tratar da partilha moral entre drogas de uso considerado ilícito e drogas de uso livre, tolerado e controlado[5]. É esta partilha legal que promove na sociedade níveis de tolerância distintos quanto ao consumo de um ou outro tipo de droga. Provavelmente por razões dessa natureza, falar sobre drogas consiste em tratar de um assunto por muitas vezes incômodo, e envolto em concepções sociais que perpassam desde o questões de cunho moral, até mitos, rituais religiosos e legislações específicas.

Em segundo lugar, a história da humanidade é marcada pelo consumo de drogas (no sentido amplo do termo). Conforme Nunes et. al (2010, p. 17) "*seria uma hipocrisia falar e acreditar numa sociedade sem drogas*". Além disso, o uso de drogas consiste, também, em *maneiras de expressar simbolicamente códigos sociais*, afirma Vargas (2006, p. 601). Se, por um lado, as representações sociais tendem a "demonizar" o consumo de algumas drogas, por outro, não se deve desconsiderar o conjunto de valores cultuados por esta mesma sociedade, principalmente, vista sob o prisma de uma sociedade de consumo.

A sociedade que repudia o consumo de algumas drogas é a mesma que se encontra pautada nos padrões de um sistema econômico cuja lógica de consumismo tem o condão de transformar tudo (ou quase) em *mercadoria.* Sociabilidades são promovidas em função desse consumo que passa a ter lugar de destaque frente aos valores da sociedade moderna que se orienta pelo consumo compulsivo de mercadorias em geral. Desse modo, convém destacar a seguinte indagação: Por que as drogas ficariam isentas de se tornarem *mercadorias* cujo consumo e comercialização são desejáveis?

Propõe-se, a partir da unidade de análise aqui apresentada, uma abordagem sociológica, de cunho crítico, sobre a maneira como a sociedade tem lidado com determinadas drogas, segundo a ideologia da política de drogas oriunda dos Estados Unidos, considerando-se a histórica relação da sociedade com tais substâncias, seja para fins de cura, alimentação ou sociabilidades, e que passou a ser (a partir do século XX), alvo de políticas públicas que orientam práticas equivocadas e promovem a disseminação de mitos sobre determinadas drogas como o crack, por exemplo.

2. Drogas, sociedade e seus contextos

Conforme dito anteriormente, o consumo de drogas consiste numa prática que remonta os primórdios da humanidade. Registra-se que em 2100 a.C. indícios de coca foram encontrados no Equador. De 1200 a 1400 d.C. os incas utilizavam um óleo extraído das folhas de coca como anestésico, inclusive, para realizar cirurgias no crânio. As folhas de coca, muitas vezes mascada, permitia que os trabalhadores suportassem as

---

4 Ver maiores detalhes em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/lei/l11343.htm.

5 Vargas (2008); In Labate et al (2008, p. 54).

duras condições de trabalho por até 48 horas seguidas sem se alimentar. Não seria difícil compreender por que a "*mama coca*" passou a assumir, sobretudo para os Incas, a relevância de "*um rico presente acima do ouro e da prata*".

De maneira semelhante, outras plantas que posteriormente seriam classificadas como 'drogas', estiveram presentes nas práticas sociais em diferentes épocas. Tome o caso dos Ciitas, da Europa Ocidental, *que inebriavam-se com os vapores das folhas de maconha colocadas sobre as pedras quentes na entrada de suas tendas*. Nunes et, all (2010) destacam que o ópio e a morfina tiveram ampla utilização na guerra civil americana; o álcool passou a ser utilizado pelos patrões para contentar os empregados e aumentar a produtividade e a cocaína e heroína eram anunciadas em jornais, caracterizando o glamour relacionado à 'loucura' das substâncias psicoativas e a maconha e o LSD passam a ser cultuadas na década de 60 nos movimentos de 'contracultura'.

A partir das grandes navegações, os europeus passaram a ter contato com um número diverso de substâncias psicoativas, convertendo-as em produtos comerciais. O comércio para além de qualquer prática cultural-religiosa, por exemplo, passa a provocar uma cadeia de impactos sociais decorrentes do consumo desses '*novos produtos'*, "*tais como relatos de overdose, complicações crônicas à saúde e o desmantelamento de hábitos sociais locais tradicionalmente instituídos*". Vargas (2008) destaca, ainda que, no início do século XVII, surgem na Europa um novo grupo de "*alimentos de luxo*" que ocasionam a queda do tráfico internacional de especiarias.

De extrema relevância para esta discussão é a contribuição de Carneiro (2009), que nos informa sobre a chegada de uma planta, originária do Sudeste Asiático, cujas primeiras mudas foram trazidas da Ilha da Madeira para o Brasil na expedição de Martin Afonso de Souza em 1533. A referida planta que serviu de matéria-prima para a criação das "*duas drogas mais emblemáticas da era do mercado mundial, o açúcar e a aguardente" é a* cana-de-açúcar.

Em 1906, foi promulgada nos Estados Unidos a "*Food and Drug Act",* (Lei dos Alimentos e Drogas) "que regulamentava normas sanitárias e de rotulagem de alimentos e drogas psicoativas ou não, mas sequer chegava a restringir, muito menos a proibir, o mercado de psicoativos", afirma Rodrigues (2008, pp. 92-93). Além dos chamados 'alimentos-droga', os *drug foods*, como café, chá, chocolate e açúcar surgiram, conforme Mintz (1986)[6], o tabaco e, posteriormente, as bebidas alcoólicas destiladas. Destaca-se, inclusive, que o açúcar consistia num alimento raro, cujo consumo era prescrito por médicos e restrito aos segmentos sociais mais abastados. Com o passar dos anos, surgem novas drogas como, por exemplo, as drogas medicamentosas e as *não medicamentosas*, cuja produção aumentou significativamente a partir do século XX.

Essas substâncias ou fármacos revolucionaram a medicina ocidental. Analgésicos, antibióticos e os anestésicos, que incrementaram a indústria das intervenções cirúrgicas passam a ser cada vez mais utilizados. Exemplifica-se com o "*uso terapêutico do ópio"* que *"ganhou força com a introdução da morfina no início do século XIX*", segundo Vargas (2008, p. 47). O autor esclarece que todas essas substâncias – medicamentosas ou não – são '*matérias moleculares'*. Assim, dos alimentos aos fármacos, todas essas matérias moleculares são objetos "*sócio-técnicos"* que não possuem diferenças intrínsecas, mas, que podem "ser distinguidas conforme as modalidades de uso (matar, tratar, alimentar, por exemplo)". Muitas dessas substâncias, sobretudo, as psicoativas historicamente estão associadas a aspectos culturais utilizadas, também, em rituais religiosos.

Sabe-se que inúmeros medicamentos provocam efeitos nocivos ao organismo humano. As mortes ocorridas nos hospitais – muitas vezes simplificadas na expressão '*erro médico'* – demonstravam, dentre outros fatores, a inabilidade dos profissionais na administração de muitas dessas substâncias e trouxeram à tona a preocupação com a segurança dos fármacos, destaca Vargas (2008, p. 52).

Os fatores relacionados aos erros médicos ou às consequências da má administração de medicamentos não consistem na causa do proibicionismo. Este, teve origem nos Estados Unidos, a partir de movimentos que clamavam pelo fim da comercialização do álcool, culminado na chamada Lei Seca, conforme será tratado adiante. No entanto, não se deve desconsiderar o histórico de efeitos colaterais decorrentes da utilização das novas substâncias (medicamentosas ou não), que indicava a necessidade de controle da produção e comercialização das mesmas.

---

6 Apud, Vargas (2008), In: Labate et al. (2008), p. 47.

São criadas medidas preventivas e de intervenção, identificadas pela expressão 'políticas públicas', destinadas a '*sanar*' os efeitos indesejáveis decorrentes do consumo de substâncias psicoativas. Conforme Ribeiro e Ribeiro (2005, p. 03), algumas "*políticas públicas de drogas surgiram para equacionar a nova realidade oriunda do consumo de substâncias psicoativas dentro do contexto sócio-cultural das nações ocidentais*". Ainda segundo esses autores, é de fundamental importância destacar que uma política pública está amparada por uma ideologia dominante. Esta irá propor a liberação, a proibição, a manutenção ou a alteração de alguma coisa. No caso da atual 'política de drogas', a ideologia que prevalece é a do proibicionismo, segundo a qual, a proibição é vista como a melhor maneira para lidar com o fenômeno do consumo de drogas (direcionando-se sempre a determinados tipos de drogas).

Essa preocupação com a segurança dos medicamentos é relativamente recente. Segundo Vargas (2008, p. 54), a adoção de "*Medidas visando o controle ou proibição pura e simples de algumas substâncias que hoje denominamos drogas não são procedimentos recentes*". Porém, é recente o fato se restringir a categoria 'drogas' às substâncias psicoativas – não medicamentosas, além de considerar como problemáticas as modalidades de uso de um grupo específico de substâncias.

3. Das representações sociais: mitos, estigmas e aspectos morais em foco

As representações sociais sobre as drogas emergem, dentre outras fontes, de muitas informações que são difundidas pelos veículos de comunicação em massa. Não descartando os discursos de políticos, dos representantes das instituições de segurança pública e de pesquisadores da área, convém ressaltar que muitas informações difundidas por tais veículos têm o condão de dar visibilidade até mesmo para ações pontuais, de cunho residual na sociedade. Em outras palavras, aquelas práticas que são de caráter histórico na sociedade como, por exemplo, o fato de consumir determinadas substâncias, podem ser noticiadas como fenômenos de proporções epidêmicas na sociedade.

Tais informações conseguem disseminar preconceitos, criar estigmas, sustentar e reproduzir mitos, tanto sobre as drogas quanto sobre determinados perfis de usuários que as consomem. Os indivíduos vão reproduzindo isso por intermédio de suas ações sociais. A dinâmica social é alimentada pelas práticas sociais e a ação de usar determinado tipo de droga termina por estabelecer 'diálogo' com a ação do não-usuário (ação de criminalizar, de marginalizar, de se opor a esse uso ou ser favorável, etc). São as práticas sociais desses agentes "*portadores de relatividades significativas*", que terminam por produzir seres sociais ao longo da história.

Muitas substâncias, hoje sintetizadas na expressão "*drogas ilícitas*" e que hoje são criminalizadas, nem sempre o foram. Muitos compostos à base de ópio e cocaína eram livremente comercializados durante o século XIX, e o uso recreativo dessas substâncias ocorria com certa liberdade em bares, salões e reuniões sociais, conforme Ribeiro e Ribeiro (2005). "*Há cerca de um século praticamente nenhuma droga, de uso não medicamentoso ou não, era objeto de controle quanto mais sujeito á criminalização*", destaca Vargas (2008). Entretanto,

> (...) ao longo do século XX, praticamente todos os países do mundo viriam a implementar políticas mais ou menos repressivas em torno do uso de certas drogas. Exceções à parte, tais políticas caracterizaram-se pela criminalização da produção, do tráfico e do uso de substâncias consideradas drogas de uso ilícito. Vargas (2008, p. 03).

A partir da década de 1960, a ONU/ Organização das Nações Unidas patrocinou alguns encontros que culminaram na sistematização de um conjunto de regras que visavam padronizar o tratamento aos psicoativos, de acordo com McAllister (2000). A partir desses encontros e desse empenho em torno das drogas psicoativas, surge o que Rodrigues (2008) sintetiza na expressão "*fórmula comum*", que diz respeito ao proibicionismo e ressalta, ainda, que "antes de ser uma doutrina legal para tratar a 'questão das drogas', o proibicionismo é uma prática moral e política que defende que o Estado deve, por meio de leis próprias, proibir determinadas substâncias e reprimir seu consumo e comercialização, Escohotado (1996)".

Percebe-se que, da *maconha* utilizada em cerimônias religiosas desde a antiguidade, até os medicamentos, bebidas alcoólicas e outros tipos de drogas que possam ser coletivamente consumidos, o conjunto de concepções que circundam a questão das drogas deita raízes no processo de construção, reprodução e legitimação social das regras, disseminação de mitos e estigmatização de determinados perfis de usuários. Destaca-se, nesse processo, os reflexos dos valores e do aspecto moral. No que tange a essa disseminação de mitos e informações equivocadas, exemplifica-se com os estudos realizados em países como Estados Unidos e Inglaterra, que possibilitarias dizer que muito se discute e pouco se conhece sobre determinadas drogas, como é o caso do crack.

Ao apresentar os mitos produzidos sobre o crack no contexto de seu surgimento, a proposta de Reinarmam & Levine (2002), através da analogia do retrovisor [que será retomada a seguir], é justamente mostrar as incoerências (e injustiças) cometidas pela legislação estadunidense naquela época e que se perpetuam até hoje. Tal qual a paisagem que fica para trás no retrovisor dos automóveis, o fato de atentar para as pífias ações dos Estados Unidos direcionadas às drogas nas últimas décadas, seria possível lidar com o fenômeno aqui tratado (consumo de drogas) adotando uma postura mais sensata e eficaz.

Considerando-se os reflexos da política de *guerra às drogas*, os mitos produzidos naquele contexto parecem, agora, se expandir diante dos 'olhos' repletos de *moralidade* no cenário brasileiro, onde não é difícil encontrar manchetes de jornais, revistas e/ou notícias online afirmando que o consumo de crack no país atingiu proporções epidêmicas. Sabe-se que o crack encontra-se no foco de muitas manchetes de jornal, discursos políticos, campanhas nacionais educativas, além de medidas políticas de algumas Secretarias de Segurança Pública no Brasil. Questiona-se em que medida a criação dessas políticas está amparada em análises de cada caso/contexto/realidade ou se limitam a informações generalizantes sobre a droga em questão.

Na ultima década, intensificaram-se as campanhas de combate ao crack, sobretudo no ano de 2010, quando foi criado o Plano Nacional de Combate ao Crack, de iniciativa do Governo Federal. Ocorre que algumas dessas campanhas, lançadas nacionalmente, acrescidas da repercussão que o crack alcança na mídia, não costumam fazer menção às estratégias de prevenção e medidas de tratamento e assistência para aqueles usuários em fase de uso compulsivo. Além disso, alguns programas não costumam diferenciar o usuário regular do usuário compulsivo, que consiste em diferentes níveis de um mesmo processo: o consumo.

Entende-se que a política de *guerra às drogas* estadunidense, imposta aos demais países do mundo, termina por ofuscar os reais desdobramentos que o consumo de crack ou quaisquer outras drogas possam ter em determinados contextos sociais. Trata-se de uma política ineficaz no que tange a redução do consumo de drogas, conforme ressaltam ícones da literatura específica a seguir.

4. Se Drogas, então, violência e criminalidade?[7]

A literatura específica é marcada por distintas concepções no que tange às pesquisas sobre drogas, principalmente, nos casos onde se faz associação entre determinadas drogas com violência e criminalidade. Destaca-se, doravante, alguns desses estudos, tomado como exemplo o caso do crack, droga que surgiu nos Estados Unidos, no final de década de 1970.

Reinarmam & Levine (2002), destacam a maneira como a difusão de 5 mitos[8] relacionados ao crack influenciaram políticas equivocadas, impregnadas de práticas desiguais da justiça, atitudes racistas e ondas de encarceramento nos Estados Unidos, a partir da década de 1970. Hartley & Miller (2010), se debruçam sobre

---

7 Aludindo-se à formula "Se x, então y".

8 Reinarmam & Levine (2002). **Mito 1**: O crack é uma droga diferente do que a cocaína; **Mito 2**: O crack é instantaneamente e inevitavelmente viciante; **Mito 3**: O crack expandiu para todos os setores da sociedade; **Mito 4**: O crack gera crime e violência; **Mito 5**: O uso de crack durante a gravidez produz 'crack baby',(...) uma subclasse biológica. No original: "*Myth 1*: Crack Is a Different Drug Than Cocaine", (p. 184); "*Myth 2*: Crack Is Instantly and Inevitably Addicting", (p. 185); "*Myth 3*: Crack Spread to All Sectors of Society", (p. 186); "*Myth 4*: Crack Causes Crime and Violence", (p.189); "*Myth 5:* Crack Use During Pregnancy Produces Crack Babies", "… *a biological underclass*", (pp.191-92).

as representações que a mídia faz de algumas drogas, dentre elas o crack, promovendo o chamado "*pânico moral*", como ocorreu no EUA na década de 1980, quando o crack era apontado como socialmente ameaçador e induzidor do crime.

Para considerar o motivo de haver tanta preocupação com o consumo de crack se faz necessário reconhecer que se trata de uma droga demonizada desde o final da década de 1980, ressaltam Harwick & Kershaw (2003). Estas autoras esclarecem que o uso de crack se tornou muito difundido em toda a América, especialmente, nos subúrbios pobres da classe trabalhadora de muitas cidades (inclusive como mecanismo para suportar as extensas jornadas de trabalho). Desde então, percebe-se a difusão de informações que fazem associações direta entre crack e crimes violentos.

Leigey & Bachman (2007), mostram o empenho do Congresso estadunidense para aumentar a duração das penas relativas ao porte e uso de substâncias ilícitas, principalmente, o crack entre 1986 e 1988. Perceberam que os usuários de crack tinham maior probabilidade de serem encarcerados por delitos violentos do que os usuários de cocaína, que tinham um perfil diferente.

Ruggiero (2000), chama a atenção para a maneira como as drogas são, costumeiramente, vistas como senhas para a criminalidade e violência. Ao apresentar os argumentos tanto de proibicionista quanto de legalizadores o autor destaca que a concepção que se tem das drogas pode causar distanciamento social para os usuários (reduzindo suas interações sociais), sobretudo, quando são consideradas como *portal de acesso automático* para o chamado 'mundo do crime'.

Fagan & Chin (1991)[9], por exemplo, descobriram que os usuários de crack de sua amostra na cidade de Nova York, já estavam envolvidos com a criminalidade e violência, antes de se tornarem usuários dessa droga. Esta tendência também esteve presente na vida dos usuários de crack do Reino Unido conforme Allen (2005), onde a grande maioria dos usuários de crack e usuários de heroína informaram que sua participação no primeiro crime ocorreu pelo menos três anos antes da primeira utilização destas drogas.

No estudo realizado por Bingham Dai (1937)[10], percebeu-se que os usuários de drogas **pouco** recorrem aos crimes violentos em suas práticas, mesmo nas criminosas. No Brasil, de maneira semelhante, Grillo (2008), buscou compreender o modo como operam as redes do tráfico do "morro" e da "pista", ressaltando "*o papel das diferentes relações com o território e as dinâmicas organizacionais e hierárquicas distintas na produção dos modos violentos ou normalizados de sociabilidade encontrados no mercado ilegal de drogas*".

Enquanto se atribuía ao tráfico de drogas um caráter 'violento', sobretudo, entre as aglomerações urbanas de baixa renda do Rio de Janeiro, ou seja, a chamada "*sociabilidade violenta*" dessas relações, a autora procura evidenciar "o potencial inovador da contínua reconfiguração das práticas no mercado ilegal de drogas". Destacando-se o que a autora denomina de "*sociabilidade normalizada*", como característica observada no chamado "tráfico de pista", em que não há emprego de violência física entre os agentes sociais envolvidos.

Por outro lado, alguns estudos apontam as drogas como sendo fatores causais da violência e da criminalidade. Blumstein (1995) analisou os aspectos empíricos relativos às mudanças nos padrões de crime em Nova York no período de 1965 a 1995 e percebeu que houve aumento na criminalidade a partir de 1985, com destaque para assaltos, roubos, furtos assassinatos e homicídios, atribuindo esse aumento ao mercado de drogas, ao recrutamento de jovens pela indústria das drogas e aos usuários ou traficantes.

Goldstein (1985), defende que o uso e o tráfico de drogas constituem fatores causais da violência. A relação drogas-violência se daria de três formas: 1)Violência Psicofarmacológica – na qual 'alguns indivíduos, como resultado de curto ou longo prazo da ingestão de substâncias específicas, podem se tornar mais excitados, irracionais e podem apresentar comportamento violento'; 2) Modelo economicamente compulsivo – em que 'alguns usuários de drogas se envolvem em crimes violentos economicamente orientados, por exemplo, roubo, assalto a fim de apoiar o caro uso de drogas'.

A terceira forma é a Violência sistêmica – onde ele argumenta que 'a violência é intrínseca ao envolvimento com qualquer substância ilícita. Violência sistêmica refere-se aos padrões tradicionalmente agressivos de in-

---

9 Apud, Leigey & Bachman (2007), p. 341.

10 Apud Goldstein (1985).

teração dentro do sistema de distribuição e uso de drogas'. O autor exemplifica com as 'disputas por território entre traficantes rivais', 'eliminação de informantes', 'punição pela venda de drogas adulteradas', 'punições por não pagar dívidas', etc.

Segundo Sapori, Sena e Silva (2010), o crack apresenta "*características singulares*" capazes de promover violência sistêmica. Os autores argumentam que a instabilidade do mercado de crack favorece a participação de *pequenos empreendedores*, ou seja, os chamados "*hiperlinks* que são referências de uma rede de comercialização de drogas"[11]. Além disso, apontam que por ser o crack, uma droga cujo processo de fabricação é simples, é possível que: "*muitos indivíduos relativamente empobrecidos, com poucas opções na economia formal, acabam por se inserir nesse mercado ilícito, transformando-se em comerciantes de pequena escala (...) São pequenos comerciantes em um mercado pautado por constantes disputas e conseqüente violência*"[12].

O debate em torno da associação entre crack e outras drogas *versus* violência e criminalidade parece distante de um consenso. Entretanto, conforme Escohotado (1998b, p. 85), "*conviene recordar el número de actos salvajes que se cometen bajo la influenzia del alcohol, o los suicidios propiciados por sedantes y somniferos*". Ao incrementar o processo de estigmatização acerca de determinadas drogas e aos seus usuários, a sociedade parece desconsiderar os atos truculentos cometidos por indivíduos sob influência de drogas consideradas lícitas como o álcool e medicamentos, por exemplo.

As pesquisas relacionadas ao tema dividem opiniões tanto no que diz respeito aos efeitos e malefícios de determinadas drogas no organismo humano quanto à associação direta entre drogas com a violência e criminalidade. Importa ressaltar que outras drogas foram criminalizadas em contextos anteriores. O ópio, por exemplo, consumido outrora sem maiores restrições, passou a ser alvo das medidas de controle impostas pelos Estados Unidos, que se colocaram como um "forte aliado" da China, após as Guerras do Ópio.

Com ralação à criminalização da cocaína, Zaluar (1999, p. 106) ressalta o seguinte: "*não por acaso, o mal deriva de um produto da América indígena – a coca, planta de uso medicinal milenar e controlada na população andina, que transformou-se em mercadoria vendida ilegalmente (...)*". Com a maconha, os procedimentos foram semelhantes. Conforme MacRae e Simões (2000), por volta de 1930, quando os Estados Unidos intensificaram a campanha de erradicação da maconha, apareceram aqui no Brasil estudos médicos empenhados em difundir a idéia de que a maconha apresentava efeitos *catastróficos* à saúde humana. Fazia-se menção ao uso da erva enquanto sendo um "vício" herdado dos negros.

Considerando-se que as posturas políticas se inclinam muito mais aos perfis étnico, social e econômico dos usuários, não é muito difícil, conforme destaca Siqueira (2010, p. 68), é possível perceber certa naturalização da "*vinculação do tema das drogas com o crime, o tráfico, o delito e a necessidade de punição*". Sabe-se que a difusão de mitos tem o condão de influenciar as representações sociais relacionadas ao consumo de substâncias consideradas ilícitas, além das políticas públicas e sociais direcionadas às drogas em geral.

Enquanto a mídia e a retórica política promovia alarde social sobre a epidemia de crack nos Estados Unidos, muitas pesquisas realizadas posteriormente apontaram que o crack nunca atingiu proporções de epidemia naquele país, segundo Leigey & Bachman (2007). Entende-se, por fim, que há uma diferença significativa entre **1)** Admitir a possibilidade de que atos violentos/criminosos possam ser cometidos por usuários sob efeito de algum psicoativo; e **2)** Estabelecer uma relação diretamente causal entre crack *versus* violência e criminalidade.

Na pesquisa que alicerçou a dissertação de mestrado aqui mencionada, as informações fornecidas pelo campo evidenciaram que a dinâmica do mercado e consumo de crack na realidade de Cachoeira/BA se manifesta através de um mercado ativo e lucrativo, que existe há mais de 17 anos e que, surpreendentemente, não apresenta a configuração comumente difundida pela literatura específica e/ou pelos veículos de comunicação em massa, em que o *tráfico* de drogas promove alarmantes índices de violência e criminalidade em virtude, também, de conflitos armados decorrentes de disputas entre *gangues*/grupos rivais, por exemplo. Importa ressaltar que este foi um dos aspectos mais surpreendentes da pesquisa supracitada.

---

11 Ibidem, p. 54.

12 Sapori, Sena e Silva (2010), p. 42.

Não se desconsiderou, entretanto, a possibilidade de que tais conflitos venham a surgir, como sucede aos (des) arranjos característicos do tráfico de drogas em alguns contextos. Entende-se que o tráfico de drogas consiste numa atividade dinâmica, complexa e que apresenta lógicas próprias segundo suas estratégias de funcionamento, principalmente, nos casos envolvendo denúncias de terneiros, dívidas não pagas ou mesmo alterações de mercado agravadas pela política de repressão fundamentada na ideologia da "guerra às drogas".

Os resultados encontrados ora se aproximavam ora se distanciavam daqueles apontados por pesquisas realizadas tanto no Brasil quanto em outros países. Observou-se um mercado comandado por jovens com idades entre 17 e 21 anos de idade que é alimentado por um variado perfil de usuários, cuja faixa etária variou de 26 a 43 anos de idade. O crack é uma "*mercadoria*" de alta demanda na cidade, chegando a ser a droga mais vendida conforme relatam alguns "*traficantes*" entrevistados. Trata-se de uma droga, majoritariamente, consumida e vendida por homens, registrando-se a presença de crianças em sua comercialização, principalmente, nos esquemas de repasse e distribuição de drogas na cidade.

O consumo de crack na realidade pesquisada é uma prática predominantemente individual, evidenciando um padrão de consumo bem diferente daquele representado, por exemplo, pelas '*emblemáticas'* imagens das crackolândias das grandes cidades (tome o caso de São Paulo e Rio de Janeiro), difundias pela mídia. Embora existam alguns pontos apontados como locais utilizados pelos usuários para consumir crack, essa prática ocorre (na grande maioria das vezes) à noite ou de madrugada, longe dos olhos dos transeuntes. Alguns usuários se encontram nesses espaços, compram a *pedra* ou se recolhem em algum canto por alí, fumam a pedra e saem em seguida. De maneira que não há concentração permanente de usuários de crack.

Quanto ao fato de não haver registro nem relatos de conflitos armados decorrentes de disputas entre grupos/traficantes por pontos de venda de drogas, atribuiu-se a esta peculiaridade do mercado de drogas cachoeirano, a consistência dos laços de confiança típicos de uma cidade com pouco mais de 32 mil habitantes, onde todos se conhecem e onde famílias criaram seus filhos juntas por gerações seguidas.

Acredita-se que são exatamente esses laços, aqui qualificados de "*solidariedade mecânica*"[13], perpassados por essa relação de proximidade e confiança entre os moradores da cidade, que tornam possível a intervenção de mães, pais e demais parentes dos usuários de crack e/ou outras drogas, junto aos '*traficantes*' (outrora crianças que viram crescer), na devolução dos objetos receptados. Essas questões integram o rico conjunto de informações que o campo forneceu segundo os propósitos daquela pesquisa, em que não se sustenta a associação direta entre drogas-violência e criminalidade.

Admite-se a possibilidade de que venha a surgir conflitos em função da dinâmica do mercado e dos desdobramentos do consumo, seja de crack ou quaisquer outras drogas consideradas ilícitas. Entretanto, considerando-se os achados da pesquisa supracitada e as especificidades de cada contexto social no qual se manifesta o consumo de drogas, a fórmula que intitula este tópico ficaria "***se drogas, não necessariamente violência e criminalidade***".

Recentemente, durante entrevista, para "O Globo"[14], Carl Hart esclarece que "A nicotina, que é legal, é a droga mais danosa ao cérebro se consumida em pequenas quantidades. Com apenas 15mg é possível haver danos. Já se alguém usar 15mg de cocaína, crack ou heroína vai só ficar **high**, só ficar doidão". Além disso, considerando-se p fato de que, no Brasil, nos últimos anos "**muitos crimes são associados ao consumo de drogas como o crack".** A esse respeito o neurocientista responde que **"***Poucos usuários cometem crimes, e eles já os cometiam ou os cometeriam, mesmo sem o consumo de drogas. A culpa é da pessoa, e não da droga*".

Esse trecho da entrevista acima mencionada ilustra uma questão que merece destaque no que se refere ao uso da expressão "drogas" como fonte e causa de violência e criminalidade. O problema não é a afirmação em, si, desde que ela esteja fundamentada. O agravante é a reprodução desenfreada e veiculação

---

13 Nos moldes de durkheimianos. A partir de Durkheim (2007).

14 "Leia mais sobre esse assunto em http://oglobo.globo.com/sociedade/conte-algo-que-nao-sei/carl-hart-neurocientista-americano-as-pesquisas-nao-falam-que-importa-12431549#ixzz3Lny1B6hU © 1996 - 2014. Todos direitos reservados a Infoglobo Comunicação e Participações S.A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem autorização".

irresponsável de informações equivocadas sobre determinados fenômenos. Não causa surpresa que muitas instituições de segurança pública ancorem suas "velhas" explicações para os índices de violência e criminalidade em expressões como "*tráfico de drogas*", "*epidemia de crack*", dentre outras. Conforme destaca Marcelo Ribeiro, há uma diferenciação entre epidemia e endemia. No caso das drogas, especificamente no caso do crack, quando se ouve dizer que o Brasil ou determinada região do país está vivenciando uma epidemia de crack, ao comparar os números, percebe-se que na verdade seria mais prudente e coerente falar em endemia, já que os números e/ou estatísticas relacionadas ao consumo estão estagnadas e não em crescente aumento.

Há uma discrepante diferenciação na aceitabilidade social para as drogas lícitas em comparação com as ilícitas. Embora o crack seja apontado como a "*locomotiva*" da violência e criminalidade em discursos diversos e *slogans* de campanhas país afora, o que se percebeu na realidade estudada foi que as ocorrências mais registradas pela PM, a saber, *acidente de trânsito* e *agressão física*, estão muito mais relacionadas ao consumo de uma drogas lícitas, o álcool do que ao crack.

Não se pretende, contudo, desconsiderar quaisquer atos violentos e/ou crimes praticados por usuários de crack ou outras drogas, porém, é de fundamental importância esclarecer o seguinte: do destaque que o crack assume na mídia, às campanhas políticas e representações sociais direcionadas e feitas sobre ele, é possível que o crack esteja sendo tratado, na realidade brasileira, com base na disseminação de mitos e informações equivocadas, assim como aconteceu no contexto estadunidense da década de 1980[15].

5. Considerações Finais

Historicamente, percebe-se que a elaboração de estratégias de intervenção, bem como, a criação de leis específicas, está entre as inúmeras *tentativas* de lidar com os desdobramentos sociais do fenômeno em questão. É de fundamental importância que os profissionais que se debruçam sobre a dinâmica do consumo de "drogas" na sociedade contemporânea (frente às suas distintas perspectivas analíticas), considerem os desdobramentos desse fenômeno nos diferentes contextos sociais, culturais, políticos e econômicos.

No âmbito das representações sociais, destaca-e o papel dos veículos de comunicação em massa haja vista que, muitas vezes, a forma como costumam tratar o crack em suas manchetes não desperta nas pessoas outro sentimento que não seja o de repúdio e aversão aos usuários. Essa postura da mídia figura como uma lupa, que tem o condão de hiperbolizar as dimensões do fenômeno, fazendo com que uma questão residual se equipare a uma epidemia, promovendo alarde social. Entende-se que isso prejudica a elaboração de medidas estratégias e eficazes para lidar com o fenômeno de maneira exitosa. A histórica relação da sociedade com as drogas, seja para fins de cura, alimentação ou sociabilidades e que passou a ser alvo de políticas públicas a partir do século XX, evidencia que o fato de existir uma lei proibindo não impedirá que o consumo seja processado.

Os resultados encontrados na realidade cachoeirana deixam transparecer que as características produzidas pelo mercado e consumo de drogas estão intimamente relacionados às especificidades do contexto social no qual se manifestam. Dessa maneira, entende-se que a dinâmica do mercado, bem como, os desdobramentos do consumo seja de crack ou de outras drogas ilícitas nem sempre está perpassada por atos de violência e criminalidade. Convém destacar que antes de se considerar o "*problema do crack na sociedade*", há que se considerar o problema da sociedade ao lidar com o crack e com as drogas de maneira geral haja vista que, os fenômenos são moldados segundo as construções sociais direcionadas a eles.

No Brasil, a última década foi marcada pelo surgimento de inúmeras políticas e, consequentemente, campanhas voltadas para a repressão ao crack. Considerando-se o destaque dado ao crack pelos veículos de comunicação em massa, as campanhas políticas e as representações sociais direcionadas e feitas sobre esta droga, é possível que o crack esteja sendo tratado, na realidade brasileira, com base na disseminação de mitos e informações equivocadas, assim como aconteceu nos Estados Unidos, no contexto de surgimento do crack em 1980.

---

15 Conforme destacado por Reinarman & Levine (2002); Hartley & Miller (2010).

Convém reforçar, que não se pretende aqui desconsiderar quaisquer 'dados' que estejam relacionadas ao trinômio drogas-violência-criminalidade. Entretanto, fenômenos dessa natureza não servem, por exemplo, a padrões universais, o que lhes permitem se manifestar de maneiras completamente distintas segundo as peculiaridades de cada contexto social. Em outras palavras, o tráfico de drogas que promove "*alarmantes*" índices de violência e criminalidade na cidade **A**, pode não incrementar essas estatísticas na cidade **B**. Sociólogos e/ou demais pesquisadores da área não avançam ou prestam um bom serviço à comunidade acadêmica e à sociedade em geral, quando orientam estratégias de ação idênticas para realidades distintas.

O grande problema é a **generalização**. Alguns pesquisadores, ao se depararem com determinamos resultados em suas pesquisas, tendem e considerar que aquela configuração que o fenômeno assume alí, ocorre de maneira exatamente semelhante em outras realidades (o que é bem diferente de identificar traços de semelhança e diferença para fins de comparação). Trata-se de um verdadeiro desserviço no trato da questão e, consequentemente, à produção do conhecimento científico. Inútil o esforço de profissionais assim, para contestar, a partir dos resultados de suas pesquisas, outras pesquisas que foram desenvolvidas em contextos completamente diferentes do seu. Não se trata de discordar ou concordar, da pesquisa A ou da Pesquisa B, mas, o que se deve é perceber como o fenômeno se processa e de que maneira ele afeta a dinâmica social e as sociabilidades locais e elaborar, de maneira responsável, estratégias de convivência com o fenômeno em questão.

Salienta-se, por fim, que as pesquisas, bem como a literatura específica relacionadas ao tema dividem opiniões, no que concerne à associação direta entre drogas com a violência e criminalidade. Enquanto sociólogos e demais profissionais que se debruçam sobre esse fenômeno, não avançamos ou prestamos um bom serviço à sociedade, especulando se as "drogas causam violência" ou não. É importante perceber nos contextos em que o mercado ilícito de drogas incrementa as taxas de violência e criminalidade, sob quais condições? Qual seria a configuração de cada mercado ilícito nas distintas realidades brasileiras? Mais pertinente do que tentar especular "***se causa***" ou não, é analisar **Como** se dá o processo.

Longe de tentar dar sequência a essa discussão, limitando-se a questionar se ***as drogas promovem ou não violência e criminalidade***, a discussão aqui apresentada procura destacar a necessidade de que as pesquisas se atenham às peculiaridades de cada contexto sócio-histórico no qual o fenômeno do consumo de drogas é processado, identificando circunstâncias (de promoção ou não de violência e criminalidade) capazes de iluminar políticas públicas eficazes pautadas em estratégias mais adequadas, condizentes com cada realidade e mais sensatas para lidar com tais fenômenos nas diferentes dinâmicas sociais.

6. Referências

BLUMSTEIN, Alfred. (1995); "*Youth Violence, Guns, and the Illicit-Drug Industry*". H. John Heinz III Escola de Políticas Públicas e Gestão da Universidade Carnegie Mellon; The Journal of Criminal law & Criminology, v, 86, n.º 1.

ESCOHOTADO, Antonio. "*História General de las Drogas, 1*". 7ª ed. Alianza Editorial, S.A. Madrid, 1998a.

_____. "*História General de las Drogas, 3*". 7ª ed. Alianza Editorial, S.A. Madrid, 1998b.

GOFFMAN, Erving. (2008); "*Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*". Tradução de Márcia Bandeira de Melo Leite Nunes. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC.

GOLDSTEIN, Paul. (1985); "*The Drugs/Violence Nexus: A Tripartite Conceptual Framework*"; Versão pdf; Disponível em: www.drugpolicy.org/docUploads/nexus.pdf ; Acessado em 17-12-2011.

GRILLO, Carolina Christoph. (2008); "O morro e a pista: Um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas". Rio de Janeiro.

HARTLEY, Richard D. and MILLER J. Mitchell. (2009); "*Crack-ing the Media Myth: Reconsidering*

Sentencing Severity for Cocaine Offenders by Drug Type". Criminal Justice Review 2010 35: 67 originally published online 10 November; Periódicos CAPES, acessado em 03/09/2010.

HARWICK Louise & KERSHAW Sheila. (2003); "*The Needs of Crack-cocaine Users: lessons to be learnt from a study into the needs of crack-cocaine users*". Taylor e Francis healthsciences - Drugs: education, prevention and policy,Vol. 10, No. 2, 121–134, May. Periódicos CAPES, acessado em 13/12/2010.

LEIGEY, Margaret E. and BACHMAN, Ronet. (2007); "*The Influence of Crack Cocaine on the Likelihood of Incarceration for a Violent Offense: An Examination of a Prison Sample*". Criminal Justice Policy Review, 18: 335. Periódicos CAPES, acessado em 22/09/2010.

LABATE, Beatriz Caiuby. et all., (orgs.). (2008); "*Drogas e Cultura: Novas Perspectivas*". Salvador: EDUFBA; 440 p.: il.

MACRAE, Edward e Julio Assis SIMÕES. (2000). "*Rodas de Fumo: o uso da maconha entre camadas médias*". Coleção Drogas: Clínica e Cultura. Salvador; EDUFBA; UFBA/CETAD. 150 p. www.giesp.ffch.ufba.br

MARX, Karl. "*O Capital (Crítica da Economia Política)*". Tradução de Reginaldo Santana; Coleção Perspectivas do Homem/Vol.38 Série Economia. Livro 01, vol. 01; 3ª ed. Editora Civilização Brasileira-Rio de Janeiro, 1975.

MISSE, Michel. (2006); "*Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana*". Rio de Janeiro: Lumen Juris.

NUNES, Deise Cardoso. et al. (2010); "*Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas*". In: SANTOS, Loiva Maria De Boni (org.), "Outras Palavras Sobre o Cuidado de Pessoas que Usam Drogas". Porto Alegre – Ideograf/Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. pp. 15-26.

REINARMAN, Craig and LEVINE, Harry G. *"Crack in the Rear-View Mirror: Deconstructing Drug War Mythology".* Social Justice, Vol. 31, Nos. 1–2 (2004). Periódicos CAPES, acessado em 11/08/2010.

RIBEIRO, Maurides e RIBEIRO, Marcelo. "Política mundial de drogas ilícitas: uma reflexão histórica". Site da Associação Brasileira de Estudos do álcool e outras drogas: http://www.abead.com.br; Disponível em:

http://www.abead.com.br/boletim/arquivos/boletim41/ribeiro_e_ribeiro_poltica_mundial_de_drogas.pdf ; Acessado em 21/10/2011

ROCHA, Rosilene. (2012); "A dinâmica do crack em Cachoeira/BA: Da 'guerra às drogas' ao processo de estigmatização". Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/ PPGCS da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB.

RUGGIERO, Vincenzo. (2000); "*Crime and Markets: Essays in Anti-Criminology*". Claredon, Studies in criminology; OXFORD, University Press – New York. Cap. 6; p. 75-89: "*First Intermezzo: Drugs as a Password*".

SAPORI, Luís; SENA, Lúcia e SILVA, Bráulio. (2010); "*A relação entre o comércio do crack e a volência na região metropolitana de Belo Horizonte*". In: SAPORI, Flavio e MEDEIROS, Regina (orgs.). "*Crack*: Um desafio social". Belo Horizonte: Ed. PUC Minas; pp. 38-80.

SIMMEL. George. (2006); "*A Sociabilidade*", In.: "Questões Fundamentais da Sociologia". Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, Pg.59-82.

SIQUEIRA, Domiciano. (2010); "*Construindo a Descriminalização...*". In: SANTOS, Loiva Maria De Boni (org.), "Outras Palavras Sobre o Cuidado de Pessoas que Usam Drogas". Porto Alegre – Ideograf/Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2010. pp. 65-69.

VARGAS, Eduardo Viana. (2008); "*Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas*". In.: LABATE, Beatriz Caiuby. et all., (orgs.) "*Drogas e Cutura: Novas Perspectivas*". Salvador: EDUFBA; 440 p.: il.; 2008. pp. 41-63.

ZALUAR, Alba. "*A criminalização das drogas e o reencantamento do mal*". In: Zaluar, Alba (org.). "Drogas e Cidadania". São Paulo – Brasiliense; 1999. pp. 97-127.

Jovens, lazer e consumo de drogas

Roberta Uchôa
(Assistente Social, Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Álcool e outras Drogas – Gead/UFPE – rsuchoa@uol.com.br)

Juliana Lins
(Assistente Social e Técnico Administrativo em Educação da UFPE – julianalins_ufpe@hotmail.com)

Resumo: Os processos de mudança econômica, demográfica, tecnológica e política pelos quais o Brasil e o mundo vêm passando nas últimas décadas não se fizeram acompanhar da mesma forma de melhorias na qualidade de vida da população do país, gerando perdas de direitos sociais e novas formas de desigualdade e exclusão social. Os jovens, em particular, não contam com políticas públicas de lazer que respondam às suas demandas de desenvolvimento físico e psíquico, o que faz com que o seu tempo livre se torne um tempo de consumo para as indústrias do entretenimento em geral, de bebidas alcoólicas, de tabaco e da droga ilícita (tráfico). Desse modo, se faz necessária uma reflexão acerca do consumo de drogas entre os jovens, mantendo-se a unidade de teoria e prática; evitando-se simplificações reducionistas da questão, que tentam apontá-la como resultado de escolhas individuais; e, portanto, reconhecendo esse processo como historicamente determinado.

Palavras-chave: Consumo, Drogas, Juventude, Lazer, Sistema Capitalista.

1. Introdução

Droga é qualquer substância que atua sobre um ou mais sistemas do organismo humano e que provoca alterações em seu funcionamento. As drogas que atuam sobre o cérebro, gerando modificações no seu psiquismo são chamadas de drogas psicotrópicas ou psicoativas. O uso destas substâncias psicoativas pelos homens data de tempos remotos e envolve questões culturais, religiosas, econômicas, políticas e sociais. Nas diversas culturas, sociedades e épocas, o homem sempre consumiu drogas, o que na maioria das vezes, não se constituiu em problemas e motivos para alarmes sociais, sendo consumidas com finalidades diversas e entendidas como uma manifestação cultural e humana. Substâncias como o café, as bebidas alcoólicas, o rapé e os derivados da *cannabis* estiveram e ainda estão presentes nas cerimônias religiosas, em medicamentos caseiros, dentre outros; e cumprem funções sociais, tais como superar angústias, transcender a materialidade da vida e obter prazer. No entanto, na contemporaneidade, essa manifestação humana sofre modificações, pois as drogas passam a se constituir em mercadorias lucrativas com posição estratégica de valoração subjetiva das necessidades humanas e objetivas do capital, envolvendo inúmeros interesses de produção, comercialização, propaganda, fiscal, etc.. As novas formas de consumo contemporâneo são cada vez mais estimuladas por interesses mercantis legais e ilegais, no sentido de um padrão de consumo abusivo (*binge*) (Bucher, 1989; Bastos & Cotrim, 1998; Carneiro, 2002).

Neste sentido, a partir de uma visão mais ampla de saúde, resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde, onde universalidade e integralidade se colocam como princípios norteadores da prática profissional, faz-se necessário compreender os fenômenos sócio econômicos, que envolvem a pessoa e sua família para a formulação de estratégias de intervenção de redução da oferta, demanda e danos relacionados ao consumo problemático das drogas. Como coloca Berlinguer (1987: 52):

> As doenças são diferentes segundo as épocas, as regiões e os estratos sociais. São, quase certamente, um dos espelhos mais fiéis e mais dificilmente elimináveis, porque são resultantes do modo como o homem se relaciona com a natureza (da qual é parte), através do trabalho, da técnica e da cultura, isto é, através de relações sociais determinadas, e aquisições científicas historicamente progressivas.

É na pessoa que a doença adquire expressão concreta, de acordo com os processos históricos e relações sociais vividas pela classe social, raça, etnia e gênero da qual faz parte. Saúde/doença são manifestações simultaneamente individuais e coletivas e devem ser tratadas como categorias históricas, "como um processo fundamentado na base material de sua produção e com as características biológicas e culturais com que se manifestam" (Minayo, 1994: 76).

O recente processo de evolução econômica do capital mundial gerou profundas transformações societárias, tais como: a globalização da economia, a reestruturação produtiva, a flexibilização do trabalho e a redefinição das funções sociais dos Estados nacionais. No Brasil, essas transformações societárias processaram-se mediadas pela inserção subalterna do país no sistema capitalista mundial e pela particularidade de sua formação econômico-social, caracterizada por profundas desigualdades sociais. Mesmo arrecadando, através de impostos, uma parcela considerável da riqueza socialmente produzida e exercendo, por meio da política econômica, um relativo controle do processo de produção dessa riqueza, o Estado brasileiro perde gradualmente seu poder de intervenção na área social, uma vez que, por pressões do capital, em especial do capital financeiro, direciona muitos dos recursos públicos federais para sustentar as demandas dessa classe social (Buarque, 1993; Netto, 1996; Netto, 1999).

A sociedade capitalista em que vivemos fundamenta-se em relações antagônicas, o que quer dizer que o princípio da contradição governa o modo de pensar e o modo de ser da nossa sociabilidade. Formas habituais de interação social, estilos de vida, realidades e imaginários, têm suas bases sociais e mentais de referências fragilizadas pelo modo de produção capitalista que, para expandir-se e renovar-se, está sempre a destruir (Lesbaupin, 2001). Como afirma Hobsbawm (1994: 13), "a destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos que vinculam nossa experiência pessoal às das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX". Dessa forma, fica cada vez mais difícil para os indivíduos reter do passado o que merece ser lembrado no presente e no futuro e, por isso, precisamos fazer um esforço para refletir sobre os jovens, o lazer e o consumo de drogas como fenômenos sociais historicamente determinados, que só se materializam hoje, tal como são observados, porque condições concretas – relações de produção – tornaram isso possível ao longo do tempo.

2. Juventude e lazer

A juventude não é homogênea, talvez devêssemos falar de juventudes, no plural. São reconhecidas como características da juventude: vigor físico, alegria, impulsividade, rebeldia, introspecção, dentre outras. Frequentemente, a juventude é vista tanto como ativamente "desviante"; como passivamente "em risco"; e às vezes, simultaneamente das duas formas. Na maioria das vezes, os homens jovens são vistos como ativamente desviantes, especialmente se forem da classe trabalhadora e/ou negros. As mulheres jovens são em geral percebidas como passivamente "em risco". Como resume Couto (2011: 45):

> A questão é esta: fala-se muito dos jovens. Fala-se pouco com os jovens. Ou melhor, fala-se com eles quando se convertem em problema. A juventude vive essa condição ambígua, dançando entre a visão romantizada (ela é a seiva da nação) e uma condição maligna, um ninho de riscos e preocupações (a SIDA, a droga, o desemprego).

Denomina-se juventude certa fase da vida, quando se saiu da infância e ainda não se entrou na vida adulta, do casamento, da paternidade/maternidade, da produção. Esta fase de transição possui distintas características de

mudanças que a faz única e mais difícil do que outras transições. A trajetória à vida adulta constitui-se de muitas diferentes transições em um período de tempo não claramente definido, que varia de acordo com o gênero e a classe social. A juventude é uma condição provisória, diferentemente do gênero e da classe social, que são categorias mais permanentes (Raymore et al. 1999). Esta fase indeterminada da vida é cheia de expectativas e ansiedades, na qual tanto pode se vislumbrar a reprodução como a mudança social; tanto a subordinação como a emancipação. Dado o seu papel de continuidade ou descontinuidade da vida social, passou-se a exercer um forte controle social sobre suas normas e condutas dos jovens a partir dos séculos XVIII e XIX (Greene et al. 1992).

As normas de conduta e as formas de controle contemporânea dos jovens não são mais as mesmas de gerações passadas. Hoje, para além dos sistemas fechados de controle social, a exemplo da família, escola, religião, comunidade, trabalho e Estado; predominam os sistemas de controle social abertos, como os meios de comunicação de massa, o marketing, a Internet – as redes sociais, principalmente – e o mercado, que se tornaram os principais instrumentos de controle social da "pós-modernidade". Instrumentos de controle social que produzem modos de ser, viver e existir, sobretudo para os jovens. Modos estes de curto prazo, de consumo imediato, sem limites. E isso tem feito com que os sistemas de controle social fechados, cada vez mais, disputem com essas formas de controle social abertas, que produzem padrões de consumo extremamente difíceis de serem supridos pelos jovens e suas famílias (Souza, 1995).

No plano do lazer, é importante destacar que as formas contemporâneas de ocupação do tempo livre estão cada vez mais submetidas ao mercado. O lazer é um fenômeno humano, uma ferramenta pedagógica lúdica. Mas vivemos uma época de aceleração do tempo de consumo de produtos culturais descartáveis e de reprodução da mesmice, fenômenos da indústria cultural. A indústria do entretenimento investe na ideia do lazer baseado no consumo, particularmente, de objetos e bens culturais (espetáculos, *shows*, CDs, filmes, *games*, brinquedos), de equipamentos e espaços variados (clubes, academias, *shopping centers*, parques temáticos) e de serviços (Internet, canais de televisão por assinatura, viagens e passeios). As políticas públicas de lazer são precárias ou inexistentes, fazendo com que o tempo livre para o lazer se torne um tempo de consumo para a indústria do entretenimento em suas mais diversas formas. O ato de consumir, de consumir qualquer coisa, aparece como essencial, como saudável, como um desejo quase vital (Padilha, 2006).

Através da geração de novas demandas, o capitalismo cria formas de superar suas crises, explorando o trabalhador como trabalhador e como consumidor, como afirma Lukács (apud Konder, 1969: 03):

> Atualmente, o capitalismo estendeu seu controle ao consumo. Através da publicidade, cuja força manipulatória cresce dia a dia, o capitalismo fomenta necessidades artificiais e, pelo controle delas, controla o mecanismo das compras e vendas, contorna as crises geradas pelo desequilíbrio do mercado.

Sob essa ótica, o lazer pode ter significados diversos, tais como diversão, prazer, liberdade, inclusão ou status, bem como pode ainda representar alienação, exclusão ou marginalidade (Jarvie & Marguire, 1994). O lazer pode ser propositivo (transitivo) e não propositivo (relaxamento), que pode ser realizado de forma solitária ou coletiva. O que há de comum nessas formas de lazer é a motivação do jovem para o que lhe dá prazer e seu efeito no desenvolvimento de sua identidade. Atividade propositiva consiste numa escolha ou num esforço do jovem para sua realização e que produz um efeito positivo no seu desenvolvimento (ex. ler um livro, praticar esportes etc.); e atividade não propositiva sugere que não houve empenho para sua realização e que não acarretou em contribuição para o desenvolvimento do jovem (ex. assistir novelas, jogar *vídeogames*, etc.) (Winefield, 1992; Raymore et al., 1999).

O lazer como atividade não produtiva economicamente, empreendida em nome da satisfação pessoal, constitui-se num espaço de oportunidades para a socialização dos jovens, para aprendizagem de regras sociais e experimentação de novas situações. Como ocupação do tempo livre, têm-se atividades prazerosas, físicas ou não, como estabelecer amizades, leitura, música e iniciação sexual; mas também envolve comportamentos de risco como o uso de álcool e outras drogas, sexo precoce e sem proteção e violências (ex. dirigir em alta velocidade, agressão, desordem e dano ao patrimônio físico). O sentimento cada vez mais generalizado de

mal estar provocado pelo capitalismo leva o jovem a contestar a existência humana e, neste sentido, a fazer escolhas de ocupação do tempo livre compatíveis com as formas complexas de alienação contemporâneas, com a condição social psicológica e necessidades individuais e dos grupos dos quais faz parte (Jarvie & Maguire, 1994).

Estudos têm demonstrado que ter uma ocupação laboral traz diversos benefícios sóciais psicológicos ao estruturar o dia, forçar contatos e dividir experiências com pessoas fora do núcleo familiar, possuir projetos coletivos para além de projetos pessoais e impulsionar o desenvolvimento de atividades físicas ou mentais (Jahoda & Rush, 1980). No entanto, muitas ocupações não possuem a concepção de trabalho como princípio educativo, sobretudo, àquelas cujo aspecto produtivo está centrado em metas, na intensificação das horas de trabalho e que se realizam em condições insalubres. Estes tipos de ocupações não suprem as necessidades pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social dos jovens.

Por outro lado, a falta de ocupação tornaria os jovens apáticos e os levaria a gastar o tempo livre em atividades de lazer aparentemente não propositivas. Jovens entediados e insatisfeitos podem usar o tempo livre para se engajar em comportamentos de risco. Para além da falta do que fazer, a ocupação do tempo livre com *shopping centers*, *games*, computadores e TVs, o chamado "lazer de mercado", é mais um fenômeno de submissão do que uma ferramenta pedagógica lúdica. Em uma perspectiva dialética e histórica, a sociedade capitalista, simultaneamente, aliena o trabalho e torna o lazer alienante (Padilha, 2006).

3. Juventude e consumo de drogas

Epidemiologistas argumentam que o desenvolvimento econômico empurrou a população para uma transição nutricional – da subnutrição à obesidade –, e que como resultado do crescimento da renda, aumenta o risco de consumo de produtos e mercadorias não saudáveis, particularmente, de refrigerantes, comidas ultra processadas (exp. f*ast food*, biscoitos, alimentos desidratados), do álcool e do tabaco (Stuckler er al. 2012). O aumento do consumo destes produtos, aliado a mudanças de comportamento, tem aumentado a incidência de doenças não transmissíveis, como afirma o World Bank (2011: VI):

Muito do aumento das doenças não transmissíveis em países em desenvolvimento é atribuído a fatores de risco modificáveis como inatividade física, má nutrição nos primeiros mil dias de vida e mais tarde a uma dieta pobre (incluindo excesso de sal, gordura e açúcar), uso do tabaco, abuso do álcool e exposição a ambientes poluídos.

Nas últimas décadas, indicadores apontam que o consumo de drogas tem tomado dimensões preocupantes, tendo graves conseqüências, principalmente para os jovens e adultos jovens, comprometendo os vínculos afetivos, a família, a saúde, a educação e o trabalho (Andrade et al. 2002; SENAD, 2005; Ribeiro & Laranjeira, 2010; Schmidt et al. 2011; WHO, 2011). Diversos danos secundários ao consumo abusivo de substâncias psicoativas são observados, a saber: overdoses, envenenamentos, doenças cardiorrespiratórias, doenças sexualmente transmissíveis e diversas formas de violência, tendo os jovens como vítimas ou como sujeitos violentos (ex. acidentes de trânsito, brigas, homicídios, furtos, roubos, dentre outras) (Bastos & Cotrim, 1998; Schimidt et al. 2011; WHO, 2011; Fiocruz, 2014).

É necessário ter clareza de que toda droga, lícita ou ilícita, pode produzir danos. O que varia é o tipo de dano e o tempo para o dano se manifestar. Os danos dependem do tipo da droga, freqüência e intensidade de uso. É importante ressaltar que mesmo o uso ocasional ou fortuito de qualquer droga pode ocasionar danos. Como modificam o sistema nervoso central, alienando o indivíduo da realidade e fazendo-o responder mais rapidamente ao prazer, as substâncias psicoativas incapacitam os usuários para alternativas emancipatórias e lúdicas de lazer (Babor, 2003).

O uso de drogas está associado à exclusão social, à vulnerabilidade econômica e social, às estratégias de sobrevivência adotadas, bem como à carência de valores sociais coletivos, à cultura do consumo do prazer imediato, ao vazio de referências, às dificuldades vividas no processo de transição à vida adulta, à falta de opções, à descrença na autoridade e nas leis (Zaluar, 2004; Uchôa, 2011). As respostas dos jovens decorrem da constatação de que não são cidadãos, que não têm oportunidades e que devem se defender contando apenas

com seus próprios recursos (Abramovay et al. 1999). As privações e estratégias de sobrevivência podem produzir riscos, pois há situações de penúria em que a drogas consolam mais do que alimentos.
Apesar disto, não é raro vê-los tratados, particularmente pela mídia e pelo aparato policial, como criminosos, delinquentes, "pivetes" e "trombadinhas", que ameaçam a sociedade (Souza, 1995). As classes mais favorecidas economicamente tendem a ver os comportamentos de risco, sobretudo o uso de drogas e a violência, como uma prática dos jovens das classes pobres urbanas. Os jovens pobres precisam ser mantidos afastados para não ameaçar os ricos. Não há, entretanto, qualquer fundamentação teórica de que a pobreza produza a violência. Mas há uma correlação positiva entre as comunidades de baixa renda e a mortalidade por causas violentas (Volpi, 1999).
Por outro lado, slogans usados em diversas campanhas publicitárias reforçam a máxima do consumo sem limites que predomina na sociedade capitalista contemporânea (ex. "você pode, você merece, cliente especial", "viva a emoção sem suar", dentre outros). Jovens podem se atirar de um avião sem paraquedas em voo livre ou nadar em um mar infestado de tubarões para garantir a sua diversão bebendo cerveja – a bebida alcoólica tão preciosa, pois sem ela não há divertimento, não há prazer. Os jovens são o principal alvo da indústria de entretenimento, de bebidas alcoólicas, de tabaco e das drogas ilícitas (do tráfico), pois eles têm maior potencial de aumentar o consumo. Os jovens são mais sensíveis a mensagens que associem o uso de produtos a uma identidade geracional. O marketing dessas indústrias é competente e reconhece que há "juventudes", oferecendo produtos jovens com diferentes mensagens e imagens. Como podem os jovens não atender a estes chamados, se a ordem é passar dos limites?
Assim, a questão das drogas não se resume aos indivíduos e seus comportamentos, mas incluem também interesses de cunho moral, religioso, ideológico e, sobretudo, econômico, que envolve a produção e a comercialização das drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas. Isto se manifesta na insuficiência de recursos financeiros e de regras claras necessárias à garantia da implantação de políticas públicas de redução da oferta, da demanda e de danos relacionados às drogas.

4. Considerações finais

Todas as sociedades foram consumidoras de drogas, variando apenas de acordo com a época, lugar e cultura. Na contemporaneidade, no entanto, este consumo é estimulado, globalizado, descontextualizado dos rituais familiares, religiosos, culturais e étnicos. A droga transformou-se em mercadoria que ocupa posição estratégica na economia mundial. A mesma sociedade capitalista que produz riqueza e alegria, também produz pobreza e tristeza. O mundo em que vivemos é este, com todas as suas contradições, com todas as suas desordens.
O poder de opressão da sociedade capitalista é tão mais eficiente quanto menos o reconhecemos; mais funciona, quanto menos o identificamos. A tomada de consciência de que o cotidiano é um nível constitutivo da realidade social, supõe a reconstrução reflexiva do ser social, da totalidade concreta da própria sociedade.
Neste sentido, para além das explicações que depositam nos indivíduos e nas famílias a culpabilidade pelo uso das drogas (como a transgressão, a "personalidade autodestrutiva" dos jovens e a incapacidade de organização da vida diária das famílias), estas devem ser compreendidas como parte da sociabilidade do capital e da sociabilidade humana, pois além de serem mercadorias lucrativas para interesses econômicos, lícitos e ilícitos, servem também de valoração subjetiva de necessidades humanas. Como afirma Mello e Souza (apud Carneiro, 2005: 09), "no coração da tragédia, persiste a necessidade humana do prazer e do supérfluo". Logo, o lazer, por sua vez, é fruto da mesma sociedade que aliena o homem de seu trabalho.
Nas sociedades contemporâneas, o uso cada vez mais precoce de drogas, associado a acidentes de trânsito, aliciamento de jovens para o tráfico, suicídios, dentre outros problemas, exige do Estado e da sociedade brasileira uma mudança de comportamento. É necessário reconhecer que as explicações que apenas culpam os indivíduos não dão conta da realidade. As escolhas da juventude sobre lazer, incluindo o consumo de drogas, não são resultado de suas escolhas individuais, mas um fenômeno cada vez mais determinado por um mercado de consumo de produtos descartáveis e que garantem prazer imediato (Padilha, 2006).

Por último, mas não menos importante, é urgente que os países ratifiquem e apliquem as convenções da Organização das Nações Unidas contra o Crime Organizado e Contra a Corrupção, assim como os protocolos relacionados ao tráfico de pessoas, armas e migrantes. Os países isoladamente não têm como enfrentar a força do crime organizado que se nutre do tráfico de drogas, armas, pessoas e seus órgãos, além da falsificação, contrabando, extorsão, agiotagem, sequestro, pirataria, desmatamento ilegal e toda sorte de crimes ambientais. Para isto, deve-se reprimir os crimes cibernéticos, a corrupção e a lavagem de dinheiro facilitada pelos banqueiros internacionais, que parecem acreditar que "o dinheiro não tem cheiro". Quando o assunto for drogas não cabem certezas ou simplificações reducionistas. A política de drogas não pode se resumir a criminalização/descriminalização, repressão/assistência, abstinência/redução de danos, atenção médica/atenção psicossocial, dentre outras polaridades/dualidades tão férteis neste campo da sociabilidade humana.
Por fim, na ação de fechar o trabalho, a palavras de Queiroz (1983:133):

> A generalização contida nas conclusões de uma pesquisa não é nem definitiva, nem universal, é apenas um passo adiante na aquisição de conhecimentos, que devem sempre e constantemente ser submetidos ao princípio crítico de uma verificação cada vez mais ampla.

Referências

ABRAMOVAY, M., WAISELFISZ, J. J., ANDRADE, C. C. & RUA, M. G. (1999), *Gangues, Galeras, Chegados e Rappers: Juventude, Violência e Cidadania nas Cidades da Periferia de Brasília*, Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda.

ANDRADE, L., WALTERS, E. E.; GENTIL, V. & LAURENTI, R. (2002), "Prevalence of ICD-10 mental disorders in a catchment area in the city of São Paulo, Brazil". *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 37, pp. 316-325.

BABOR, T. (2003) *Alcohol: No Ordinary Commodity*, New York: Oxford University Press.

BASTOS, F. I. & COTRIM, B. C. (1998), "O consumo de substâncias psicoativas entre os jovens brasileiros: dados, danos e algumas propostas". In CNPD (eds.), *Jovens - Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*, 2, pp. 645-670. Brasília: CNPD.

BERLINGUER, G. (1987), *Medicina e Política*, São Paulo: Editora Hucitec.

BUARQUE, C. (1993) *O que É Apartação?*, São Paulo: Editora Brasiliense.

BUCHER, R. (1989), *Prevenção ao Uso Indevido de Drogas*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

CARNEIRO, H. (2002), "As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX". *Outubro*, 6, pp. 115-128.

_____. (2005), *Pequena Enciclopédia da História das Drogas e Bebidas*, Rio de Janeiro: Elsevier.

COUTO, Mia. (2011), *E se Obama Fosse Africano? E outras Intervenções – Ensaios*, São Paulo: Companhia das Letras.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ (2014), *Pesquisa Nacional sobre o Uso de Crack*, Rio de Janeiro: Editora ICICT/Fiocruz.

GREENE, A. L., WHEATLEY, S. M. & ALDAVA, J. F. (1992), "Stages on life's way: adolescents' implicit theories of the life course". *Journal of Adolescent Research*. 7(3), pp. 364-381.

HOBSBAWM, E. (1994), *Era dos Extremos – o Breve Século XX*, São Paulo: Companhia das Letras.

JAHODA, M. & RUSH, H. (1980), "Work, employment, and unemployment: an overview of ideas and research results in the social literature". In Science Policy Research Unit, *Occasional Papers Series*, 12, University of Sussex.

JARVIE, G. & MAGUIRE, J. (1994), *Sport and Leisure in Social Thought*, London/New York: Routledge.

KONDER, L. (1969), "A autocrítica do marxismo – entrevista de Georg Lukács a Leandro Konder". *Jornal do Brasil*, 24 e 25 de agosto..

LESBAUPIN, I. (2001), *Poder Local x Exclusão Social: A Experiência das Prefeituras Democráticas no Brasil*, Petrópolis: Editora Vozes.

MINAYO, M. C. (1994), *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*, São Paulo: HUCITEC/ABRASCO.

NETTO, J. P. (1996) "Transformações societárias e serviço social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil". *Revista Serviço Social & Sociedade*, 50, pp.87-132.

_____. (1999), "FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras". In LESBAUPIN, I. (Org.), *O Desmonte da Nação: Balanço do Governo FHC*, Petrópolis: Editora Vozes.

PADILHA, V. (2006), *Dialética do Lazer*, São Paulo: Cortez Editora.

QUEIROZ, M. I. (1983), *Variações sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva*, São Paulo: CERU/FFCH/USP.

RAYMORE, L. A., BARBER, B. L., ECCLES, J. S. & GODBREY, G. C. (1999), "Leisure behavior pattern stability from adolescence to young adulthood". *Journal of Youth and Adolescence*, 28(1), pp. 79-103.

RIBEIRO, M. & LARANJEIRA, R. (2010), *O Tratamento do Usuário do Crack*, São Paulo: Editora Casa Leitura Médica.

SCHMIDT, M. I., DUNCAN, B. B., SILVA, G. A., MENEZES, A. M., MONTEIRO, C. A., BARRETO, S. M., CHOR, D. & MENEZES, P. R. (2011), "Chronic non-communicable diseases in Brazil: burden and current challenges". In *The Lancet – Health in Brazil 4*. Consultado em DOI: 10.1016/SO140-6736(11)60135-9.

SECRETARIA NACIONAL ANTIDROGAS – SENAD (2005), *II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil*, São Paulo: Página e Gráfica Editora e Letras Ltda.

SOUZA, E. R. (1995), *Texto Básico Elaborado para o Seminário "Enfrentar a Violência: Um Desafio para o Estado"*, Recife: Secretaria de Saúde de Pernambuco/CLAVES/ENSP/FIOCRUZ.

STUCKLER, D., McKEE, M., EBRAHIM, S. & BASU, S. (2012), "Manufacturing epidemics: the role of global producers in increased consumption of unhealthy commodities including processed foods, alcohol and tobacco". *PLoS Medicine*, 6, pp. 1-8.

UCHÔA, R. (2011), "Vidas viradas ao avesso: uma análise sobre a dependência do álcool em adultos-jovens da Região Metropolitana do Recife". In UCHÔA, R. (Org.), *Ensaio sobre as Drogas: Necessidades Humanas e Políticas Públicas*, Recife: Editora Universitária UFPE.

VOLPI, M. (1999), *O Adolescente e o Ato Infracional*, São Paulo: Cortez Editora.

WINEFIELD, A. H., TIGGERMAN, M. & WINEFIELD, H. R. (1992), "Spare time use and psychological well-being". *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, 65, pp. 307-313.

WORLD BANK – HUMAN DEVELOPMENT NETWORK (2011), *The Growing Danger of Non-Communicable Diseases – Acting Now to Reverse Course*, Washington: The World Bank.

WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO (2011), *Global Status Report on Alcohol and Health*, Geneva: WHO.

ZALUAR, A. (2004), *Integração Perversa: Pobreza e Tráfico de Drogas*, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

Os consumos de substâncias lícitas e ilícitas em meio laboral

Cláudia Valadas Urbano
CESNOVA, FCSH-UNL, claudia.urbano@fcsh.unl.pt

Casimiro Balsa
CESNOVA, FCSH-UNL, cm.balsa@fcsh.unl.pt

Clara Vital
CESNOVA, FCSH-UNL, claravital@fcsh.unl.pt

Biografia: Os investigadores, sociólogos de formação, fazem parte da equipa de investigação dos I, II e III inquéritos nacionais ao consumo de substâncias psicoativas na população portuguesa. Cláudia Valadas Urbano é investigadora integrada do CESNOVA/FCSH-UNL e professora auxiliar convidada na ESSS-IPSantarém. Casimiro Balsa é professor catedrático da FCSH-UNL. Clara Vital é bolseira de investigação no CESNOVA/FCSH-UNL.

Resumo: Atendendo à importância que o consumo de substâncias psicoativas tem em meio laboral e à sua definição enquanto foco importante de atenção por parte do SICAD – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, e perante a ausência de estudos sobre o consumo de substâncias psicoativas na população ativa, tomámos os resultados do Terceiro Inquérito Nacional 2012 (o mais recente em Portugal) como ponto de partida para analisar os consumos desta população específica. São esses resultados de que pretendemos dar conta nesta comunicação, confrontando as práticas e os consumos da população inserida no mercado de trabalho com as da população que já esteve, ainda não esteve ou não está atualmente a desempenhar uma atividade profissional. Mais, procuramos perceber dentro do grupo dos trabalhadores que variáveis relacionadas com o contexto social ou profissional em que estão inseridos poderão ser diferenciadoras ou não do consumo de substâncias lícitas e ilícitas.
Palavras-chave: prevalências, substâncias psicoativas, meio laboral

Introdução

Há década e meia que em Portugal se iniciaram estudos regulares que permitem reunir informação sobre o consumo de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas na população geral. A considerável dimensão das amostras (14.000, 12.000 e 6.000 indivíduos nos três anos de inquirição – 2001, 2007 e 2012) coloca ainda a possibilidade de construir *a posteriori* subamostras específicas em função das características sociais dos inquiridos. Análises mais detalhadas sobre o consumo na população jovem ou sobre o consumo na população feminina, por exemplo, são possíveis de serem realizadas com a mesma fiabilidade e qualidade, aproveitando os dados recolhidos para a população geral. As subamostras da população jovem nos inquéritos à população nacional têm servido, de resto, como fontes complementares de confirmação e validação dos resultados obtidos nos inquéritos em meio escolar (Feijão, 2011). Se as temáticas relacionadas com questões geracionais ou de género, ainda que não esgotadas em termos de reflexão sociológica, já se encontram bastante trabalhadas, há no entanto contextos específicos que carecem de informação sociológica nas questões dos comportamentos de risco e dos consumos de substâncias. Os estudos em meio prisional, com populações com comportamentos desviantes, ou em meio universitário, com populações em idades de risco, já decorrem de há uns anos a esta parte em Portugal. Há no entanto falta de estudos sobre o meio laboral. Ao nível da população laboral, não conhecemos, à data, estudos com representatividade nacional. Houve, portanto, a necessidade de constituir informação neste tipo de estudos no plano nacional e que permita que nos alinhemos, o melhor possível, com a tradição constituída noutros países europeus (OED, 2011).

Assim sendo, atendendo à importância que o consumo de substâncias psicoativas tem em meio laboral e à sua definição enquanto foco de atenção por parte do SICAD – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, e perante a ausência de estudos sobre o consumo de substâncias psicoativas na população ativa, tomámos os resultados do Terceiro Inquérito Nacional 2012 (o mais recente em Portugal) como ponto de partida para analisar os consumos desta população específica. São esses resultados de que pretendemos dar conta nesta comunicação, confrontando as práticas e os consumos da população inserida no mercado de trabalho com as da população geral. Variáveis da dimensão social e profissional poderão ser diferenciadoras ou não do consumo de substâncias lícitas e ilícitas.

Relativamente a questões metodológicas adotadas no inquérito nacional, o desenho amostral adotado caracterizou-se por prever um sistema de tiragem polietápico, estratificado por conglomerados, com seleção das unidades primárias (concelhos) e das unidades secundárias (secções estatísticas) de forma aleatória e proporcional. A seleção das unidades de observação finais realizou-se através de sorteio sistemático na eleição dos lares e com recurso a tabelas de números aleatórios para a escolha do indivíduo a entrevistar. Trata-se de uma amostra da população residente no Continente e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos de idade (em ambos os casos, inclusive). Os cálculos foram feitos para um nível de confiança de 95%.

O consumo de substâncias psicoativas na população ativa como preocupação

As preocupações institucionais, sociais e sociológicas com os consumos na população ativa prendem-se sobretudo com o facto de «o estímulo da motivação pessoal para a segurança e saúde no trabalho reforçada por estratégias coletivas ser um imperativo de natureza ética» (Cardoso *et al* 2011: 9). Norteada por princípios como a centralidade no indivíduo que exerce uma atividade profissional, a proatividade organizacional e as políticas de proximidade, a prevenção em ambiente de trabalho, a elaboração de planos de intervenção nesse contexto, a noção de segurança e saúde no indivíduo, e a promoção de mudanças de comportamentos de risco, entre outros, a definição de políticas e diretrizes que orientem a conjugação entre saúde e trabalho procura sustento em dados estatísticos sobre a população laboral e as suas práticas de saúde. A responsabilidade atribuída ao indivíduo na conjugação desses dois campos – saúde e trabalho – é premissa de base quando se entende que «na promoção da segurança e saúde no trabalho o indivíduo tem um papel ativo e é responsável por gerir a sua ação, nomeadamente no que diz respeito ao consumo de substâncias psicoativas» (Cardoso *et al* 2011: 9). Os efeitos prejudiciais para o indivíduo decorrentes do seu consumo de substâncias psicoativas, por um lado, e o seu absentismo no trabalho, por outro, são questões que reforçam a necessidade de preocupação que deve haver em meio laboral.

Porque alguns fatores relacionados com as condições de trabalho – designadamente o tipo de trabalhos, os horários praticados, a falta de motivação e de estímulo, e a instabilidade contratual – são potenciadores de situações negativas em termos de saúde dos trabalhadores, há que considerar o contexto laboral como, também ele, importante, para o completo bem-estar bio, psíquico e social do indivíduo, conforme largamente promovido pela Organização Mundial de Saúde. Essas situações negativas de saúde são referentes sobretudo ao efeito problemático que pode decorrer do consumo de álcool e outras drogas. Como refere Carrilho (2002), dos consumos de substâncias psicoativas existem algumas consequências biológicas, sociais e comportamentais relacionadas com o meio laboral: a sua interferência em termos de desempenho da atividade profissional, o risco para a integridade física dos trabalhadores e do equipamento, o prejuízo para a segurança e a saúde do trabalho e a aptidão para o desempenho, as consequências administrativas e/ou financeiras, entre outros.

Na medida em que os rastreios ao consumo de álcool ou detenção de drogas só são realizados licitamente em casos excecionais em que esteja em causa a saúde e o bem-estar do trabalhador, a prevenção para os riscos de saúde e segurança decorrentes do consumo de substâncias psicoativas passará então pela existência de dados indicadores da prevalência dos consumos da população ativa, tendo como referência as prevalências dos mesmos consumos para a população geral. O objetivo passa, portanto, pela identificação de variáveis sociais e profissionais que possam estar relacionadas de forma mais evidente com o consumo de substâncias psicoativas em determinados contextos laborais.

Sendo um conceito que tem alterado a sua definição ao longo do tempo, em face das mutações que as situações laborais também têm sofrido, a noção de população ativa, como é hoje definida em termos institucionais, passa pela existência de uma população com atividade económica, que «é dividida em população empregada população com 12 ou mais anos que, pelo seu trabalho, gera lucros próprios de subsistência (em dinheiro ou géneros) e que trabalhou pelo menos uma hora, na semana em referência, independentemente da situação na profissão e população desempregada (à procura do primeiro emprego e do novo emprego)» (Carrilho, s/d: 9). A população empregada engloba a que exerce uma profissão, os indivíduos a receber formação profissional, com vínculo com entidade patronal, os militares de carreira e os indivíduos a prestar serviço militar obrigatório.

Não tendo sido um instrumento de inquirição preparado especificamente para a recolha de dados sobre o contexto laboral, os Inquéritos Nacionais são constituídos por um bloco de questões de caracterização social e profissional dos indivíduos. Nesse sentido, metodologicamente iremos considerar como população laboral os indivíduos potencialmente ativos, com idades compreendidas entre os 15[1] e os 64 anos de idade, e que face à questão "Atualmente, como se caracteriza a sua posição perante o trabalho?" se encontravam, à altura da aplicação do questionário, nas seguintes categorias: *Tenho ou exerço uma ocupação profissional*; *Estou desempregado*; *Sou acidentado, estou de "baixa"*.

A reflexão aqui construída sobre os dados disponíveis implicará dois procedimentos: um primeiro, sendo analisados os dados sobre a prevalência de consumo de cada substância psicoativa lícita ou ilícita numa comparação entre os resultados para a população geral e os da população laboral; um segundo, numa análise exclusiva aos consumidores dentro de cada uma das categorias referentes às variáveis sociodemográficas, laborais e referentes às condições de trabalho. As variáveis sociodemográficas envolvidas são: o sexo, os grupos etários, a escolaridade, o estado civil e a nacionalidade. Relativamente aos contextos laborais, serão consideradas as seguintes: situação laboral, setor de atividade, grupo profissional a que pertence, situação na profissão, tempo a que se dedica à profissão, horas de trabalho por semana, jornada de trabalho, antiguidade (tempo) na função que desempenha e tipo de vínculo contratual. É ainda relacionada a prevalência de consumo por substância e por sexo com o grau de satisfação com o trabalho.

Relativamente às referências temporais das situações de consumo de cada substância, o critério escolhido para cada uma foi o seguinte: consumo diário de tabaco, consumo excessivo (a partir da definição do teste AUDIT C[2]) de bebidas alcoólicas, consumo no último mês de medicamentos (sedativos, tranquilizantes ou hipnóticos) e o consumo no último ano de qualquer substância ilícita[3].

Análise dos resultados

Diferem em quatro pontos percentuais as prevalências de consumo de tabaco ao longo da vida (50% face a 46%), no último ano (32% face a 28%) e no último mês (30% face a 26%) entre a população laboral, face aos valores verificados para a população geral.

No caso do consumo de bebidas alcoólicas, essa diferença percentual ronda os 2 valores, prevalecendo mais o consumo em meio laboral.

---

1 Apesar de a idade mínima de admissão para prestar trabalho ser de 16 anos e não havendo registo de indivíduos na base de dados com 15 anos a exercer atividade laboral, de modo a se poder manter a comparabilidade com os dados para a população geral (e sob pena de ter de ser criada uma nova ponderação), incluem-se em ambas as populações (geral e laboral) os indivíduos com 15 anos.

2 Após aferição da pontuação nas três primeiras questões do teste AUDIT, cuja pontuação máxima é de 12, é definido como consumo excessivo de álcool aquele que some valores acima de 4 (maior ou igual a 5), no homem, ou acima de 3 (maior ou igual a 4), na mulher.

3 Entende-se como qualquer substância ilícita uma das seguintes, incluídas no modelo de inquérito operacionalizado: canábis, heroína, cocaína, ecstasy, anfetaminas, LSD e cogumelos alucinógenos.

No que diz respeito ao consumo de medicamentos, com valores idênticos ao longo da vida, a diferença para o último ano e mês é de 1%, com menor incidência na população laboral.
Quanto às substâncias psicoativas ilícitas, esta é a tendência das prevalências: os valores para o consumo de canábis ao longo da vida são de mais 1% na população laboral, sendo que os do último ano e último mês são idênticos; no que se refere às restantes substâncias – cocaína, anfetaminas, ecstasy, heroína, LSD, cogumelos alucinógenos – as diferenças praticamente não se registam (na ordem da uma ou duas décimas).

Tabela 1. Prevalência do consumo de substâncias psicoativas ao longo da vida, último ano e último mês, entre a população geral e a população laboral, 15-64 anos, 2012 (%)

	Longo da Vida		Último Ano		Último Mês	
	População Geral	**População Laboral**	**População Geral**	**População Laboral**	**População Geral**	**População Laboral**
Tabaco	46,2	49,7	28,2	31,7	26,3	30,0
Bebidas alcoólicas	73,6	75,7	61,1	63,7	50,3	53,2
Medicamentos	20,4	20,1	12,2	11,0	10,0	8,9
Qualquer substância ilícita	9,5	10,5	2,7	2,7	1,7	1,7
Canábis	9,4	10,4	2,7	2,6	1,7	1,7
Cocaína	1,2	1,5	0,2	0,3	0,1	0,2
Anfetaminas	0,5	0,6	0,0	0,1	0,0	0,0
Ecstasy	1,3	1,4	0,3	0,1	0,2	0,1
Heroína	0,6	0,7	0,0	0,1	0,0	--
LSD	0,6	0,7	0,2	0,2	0,1	0,1
Cogumelos alucinógenos	0,6	0,6	0,1	--	0,0	--

Fonte: III Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral (General Population Survey on Drugs), Portugal 2012, CESNOVA, FCSH, UNL

Resumindo, de uma maneira geral a população laboral apresenta nas três temporalidades – ao longo da vida, último ano e último mês – prevalências de consumo idênticas ou ligeiramente superiores às observadas para a população geral.
Aferidas as prevalências, procuramos então caracterizar os consumidores, tentando delinear tendências de perfil.

a) Consumo diário de tabaco

Relativamente ao consumo de tabaco, e analisando em particular o consumo diário, os dados apontam para 25% dos consumidores diários na população geral, quando é de 29% o peso dos consumidores diários na população laboral. Por esse facto, a proporção de homens e de mulheres fumadores em meio laboral também é maior do que a verificada na população geral (37% face a 34% no caso dos homens e 20% face a 17% no caso das mulheres). A prevalência de consumo diário na população laboral na população mais jovem adulta (grupo etário dos 15-24 anos) é superior à encontrada para a população geral na mesma faixa etária (35% face a 23%). Resumindo, na análise das prevalências de consumo diário de tabaco por sexo e para cada categoria das variáveis sociodemográficas, verifica-se a prevalência mais elevada do consumo nos homens, sobretudo na população jovem adulta.
Em termos de caracterização social, há algumas diferenças a assinalar em termos de escolaridade: na população laboral masculina os três níveis de ensino registam valores aproximados (ensino básico com 39%, secundário com 36% e superior com 35%); na população laboral feminina destaca-se sobretudo o nível secundário,

com 26% (face a 17% no básico e 16% no superior). Outros dados interessantes apontam para consumos diferenciados em função de outras características: o consumo diário de tabaco parece estar mais associado a uma ausência de situação de conjugalidade, já que a prevalência do consumo é maior nos grupos dos solteiros e dos separados/divorciados/viúvos; homens portugueses e estrangeiros apresentam a mesma prevalência de consumo diário de tabaco, enquanto no caso das mulheres é junto das que não têm nacionalidade portuguesa que esses valores são mais expressivos.
Na sua relação com o trabalho, é a situação de desemprego que apresenta uma prevalência de consumo diário de tabaco mais elevada (mais de metade dos que se encontram em situação de desemprego fuma diariamente). Quanto ao setor de atividade, na população laboral masculina há um equilíbrio entre os três setores, o que indicia que o consumo é transversal a todos os setores da economia; na população laboral feminina destaca-se o setor terciário. Os grupos profissionais de destaque no consumo diário de tabaco são os homens trabalhadores não qualificados da agricultura e pescas e trabalhadores não qualificados da construção, indústria e serviços; entre as mulheres verificam-se prevalências de consumo diário de tabaco mais elevadas nos grupos profissionais pessoal dos serviços e vendas, pessoal administrativo e especialistas das profissões científicas.
Patrões, trabalhadores por conta de outrem no setor privado e trabalhadores por conta própria sem empregados são as situações na profissão cuja prevalência de consumo diário de tabaco é mais elevada; no caso das mulheres é o trabalho por conta própria com empregados.
Quem trabalha a tempo parcial apresenta prevalências de consumo diário de tabaco mais elevadas. Também ainda na caracterização da atividade laboral, as prevalências de consumo diário de tabaco são superiores entre os homens que trabalham em regime de turnos rotativos diurnos, enquanto nas mulheres se destaca o regime contínuo noturno.
Os trabalhadores que estão na função há menos tempo apresentam uma tendência ligeiramente superior para o consumo diário de tabaco.
Se entre a população laboral masculina a prevalência do consumo diário de tabaco é superior entre os que não têm vínculo contratual, nas mulheres verifica-se o oposto.
Há uma diferença na prevalência do consumo de tabaco entre os que se encontram mais e os menos satisfeitos com o trabalho, aumentando a prevalência à medida que diminui o grau de satisfação.

b) Consumo (excessivo) de bebidas alcoólicas

Estudos internacionais sobre o meio laboral referem a elevada prevalência do consumo de álcool junto da população trabalhadora, o que torna esta questão um problema de dimensão relevante. Como referem Balsa e French (2010), o consumo excessivo de álcool pode levar à perda de produtividade através da diminuição da qualidade do trabalho individual, do surgimento de conflitos com colegas ou superiores, maior probabilidade de ocorrerem problemas de saúde e acidentes dentro ou fora do local de trabalho, absentismo, entre outros.
Os resultados de estudos em outros países apontam para o facto de o consumo e o abuso de álcool alcançar prevalências mais elevadas na população ativa assalariada que na população total: 95% da população laboral já consumiu alguma vez na vida e 90% fê-lo nos últimos doze meses, estimando-se ainda que 12% adota um consumo que coloca em risco a sua saúde, 26% apresenta problemas decorrentes do consumo de álcool e 7% declarou ter passado por uma situação laboral negativa (acidente, sanção, absentismo ou despedimento) na sequência desse consumo (Ochoa Mangado, 2011).
A análise aqui presente sobre o consumo de bebidas alcoólicas em meio laboral na população portuguesa toma como referência os valores do indicador "consumo excessivo" resultado do teste Audit C aos consumos realizados nos últimos 12 meses. Complementando a informação sobre as prevalências ao longo da vida, no último ano e no último mês para a população geral e para a população laboral, quando comparamos os valores do consumo excessivo, observa-se que este é ligeiramente superior na população em meio laboral (15% face a 13% na população geral). Essa diferença é assinalada em particular na comparação por género, onde os homens inseridos em meio laboral se destacam com valores de prevalência mais elevados.
Os grupos etários dos 15-24 e dos 55-64 anos apresentam na população laboral um valor de prevalência de

consumo excessivo de bebidas alcoólicas ligeiramente superior ao que se observa na população geral, ainda que a prevalência de consumo excessivo de bebidas alcoólicas no último ano seja sobretudo mais elevada entre a população adulta (35-64 anos).
Atendendo à escolaridade, destacam-se as prevalências do consumo excessivo de álcool no último ano por parte de indivíduos com o ensino básico. Quando diferenciados os consumos em função do estado civil, verifica-se que a prevalência de consumo excessivo de álcool é superior no grupo dos separados, divorciados ou viúvos.
Quanto à nacionalidade, é entre os homens estrangeiros que a prevalência do consumo excessivo de álcool no último ano é superior.
Na sua relação com o trabalho, é a situação de desemprego a que apresenta uma prevalência de consumo excessivo de álcool mais elevada (23% na população laboral masculina e 9% na população laboral feminina).
Entre a população laboral masculina destacam-se as prevalências de consumo excessivo de álcool no setor primário (com 36% face aos 24% verificados no setor secundário e aos 18% no setor terciário). O consumo excessivo é disperso entre os grupos profissionais, encontrando-se desde os quadros superiores, aos agricultores, operários e trabalhadores não qualificados da construção, indústria e serviços as prevalências mais elevadas.
As situações na profissão de patrão, de trabalhador por conta própria sem empregados e de trabalhadores por conta de outrem no setor privado apresentam consumos excessivos ligeiramente superiores. Há uma ligeira tendência para quem declara um menor número de horas semanais de trabalho apresentar uma menor prevalência de consumo excessivo de bebidas alcoólicas. A população laboral com ausência de vínculo contratual apresenta prevalências de consumo mais elevadas face a outras situações contratuais.
À semelhança do que se verifica relativamente ao tabaco, a proporção de consumidores excessivos de bebidas alcoólicas homens é particularmente mais evidente junto daqueles que declaram um menor grau de satisfação com o trabalho.

c) Consumo de medicamentos (último mês)

A situação relativa aos medicamentos é um pouco diferente da das outras substâncias psicoativas, sejam elas lícitas ou ilícitas, na medida em que é um consumo mais associado à população feminina. No caso do consumo de medicamentos sem prescrição médica, o indicador usado para avaliar o seu consumo junto da população laboral é o seu uso no último mês.
São 10% os que na população geral consumiram medicamentos no último mês, valor que se situa nos 9% no caso da população laboral. Tanto na população geral como na população laboral, a prevalência de consumo desta substância é mais do dobro nas mulheres face aos valores registados para os homens. A prevalência desta substância tem a particularidade de aumentar à medida que avançamos na idade, chegando aos 19% para a população geral e 17% para a população laboral no grupo etário dos 55-64 anos. De salientar ainda que apenas no grupo etário mais jovem (15-24 anos) a prevalência de consumo de medicamentos no último mês é superior na população laboral (4% face aos 2% registados na população geral).
Entre a população laboral masculina as prevalências de consumo de medicamentos no último mês são mais elevadas entre os que têm um nível de escolaridade superior (7%), enquanto na população laboral feminina essa prevalência é mais elevada entre as que possuem um nível de escolaridade básico (15%).
Não havendo diferenças consideráveis no consumo dos homens em função do estado civil, os valores referentes às prevalências do consumo de medicamentos nas mulheres são significativamente mais elevados no grupo das separadas, divorciadas ou viúvas e menores no caso das solteiras.
É entre a população portuguesa, comparativamente com a estrangeira, que o consumo de medicamentos no último mês por parte de homens e mulheres inseridos no meio laboral é superior.
O consumo de medicamentos (sedativos, tranquilizantes ou hipnóticos) é expressivamente mais elevado entre aqueles que se encontram em situação de baixa médica (14% no caso dos homens e 31% no caso das mulheres).
Existe um equilíbrio nas prevalências do consumo de medicamentos no último mês entre a população laboral masculina tendo em conta o setor de atividade. Na população laboral feminina, as prevalências de consumo de medicamentos no último mês são superiores entre as que se encontram inseridas no setor secundário. Na

análise agregada das profissões em grupos profissionais, o consumo de medicamentos no último mês é superior nos quadros superiores, no caso dos homens, e no dos trabalhadores não qualificados da construção, indústria e serviços e nos operadores de instrumentos e máquinas no caso das mulheres. Trabalhadores por conta própria sem empregados apresentam percentagens de consumo ligeiramente mais expressivos que as restantes situações na profissão. O trabalho a tempo parcial no caso dos homens e o trabalho sem horário definido no que diz respeito às mulheres expressam valores de prevalência tendencialmente mais elevados. Há uma ligeira tendência para a um número menor de horas de trabalho por semana corresponderem prevalências com valores mais baixos. À semelhança do que acontece com outras substâncias, em relação à jornada de trabalho, é o regime contínuo noturno que, no caso das mulheres, apresenta prevalências de consumo de medicamentos no último mês mais elevadas. Os trabalhadores que estão há mais tempo na função que exercem atualmente (sobretudo no caso das mulheres) apresentam uma tendência superior para o consumo atual de medicamentos. O mesmo acontece para as situações que não apresentam vínculo contratual.
As prevalências de consumo de medicamentos no último mês são mais elevadas entre as mulheres que estão pouco satisfeitas com o trabalho e entre os homens que manifestam total ausência de satisfação com o trabalho.

d) Consumo de qualquer substância ilícita (último ano)

Quando consideramos o consumo de qualquer substância psicoativa ilícita, não se registam diferenças na prevalência no decorrer do último ano entre a população geral e a população laboral, situando-se as prevalências nos 2,7%. O consumo é sobretudo masculino: 4,1% dos homens da população geral e 4% dos homens trabalhadores já consumiram, quando os valores se situam em 1,3% no caso das mulheres, quer se considere as da população geral, quer se considere as da população laboral.
O consumo corresponde sobretudo a um uso jovem, abaixo dos 35 anos, seja para a população geral seja para a inserida em meio laboral. De destacar ainda os 6,7% de consumo de qualquer substância psicoativa entre os jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos em meio laboral face aos 5,8% dos jovens na mesma fixa etária na população geral.
Analisando as prevalências apenas em meio laboral, nas características sociodemográficas destacam-se os homens jovens, com escolaridade ao nível do secundário (5% nos homens e 2,1% nas mulheres) e ao nível do superior (6,5% nos homens e 1,7% nas mulheres).
O consumo de qualquer substância psicoativa ilícita é menos expressivo no grupo dos casados. Relativamente à nacionalidade, entre mulheres portuguesas e estrangeiras a diferença quase não se verifica; no caso dos homens, a prevalência do consumo de qualquer substância psicoativa é para os nacionais de 4,1% e para os de outra nacionalidade de 2,8%.
Se no masculino se verificam maiores prevalências de consumo de qualquer substância psicoativa ilícita entre os que se encontram de baixa (9,1%) e os que se encontram desempregados (8,0%), no feminino registam-se maiores prevalências nas categorias de desemprego (1,8%) e entre as trabalhadoras (1,2%).
Atendendo aos setores de atividade, registam-se prevalências mais elevadas entre os homens que trabalham no setor secundário (4,7%), seguido do setor terciário (3,9%). Apenas as mulheres que trabalham no setor terciário apresentam prevalências do consumo de qualquer substância psicoativa ilícita (1,4%).
Tendo em conta os grupos profissionais as prevalências de consumo são mais elevadas entre técnicos de nível intermédio (7,4%) e em trabalhadores não qualificados da construção, indústria e serviços (7,3%) no que diz respeito ao género masculino; e mais elevadas entre as especialistas das profissões científicas no que diz respeito ao género feminino (2,6%).
Relativamente à situação na profissão, entre a população laboral masculina destacam-se os trabalhadores por conta própria com empregados e os patrões com prevalências de consumo de qualquer substância no último ano mais elevadas; na população laboral feminina, as prevalências são mais altas entre as trabalhadoras por conta própria sem empregados. São os empregados a tempo parcial os que apresentam maiores prevalências do consumo de qualquer substância ilícita no decorrer do último ano. As prevalências do consumo de qualquer substância psicoativa ilícita no último ano são mais elevadas entre os homens que trabalham menos de 40 horas

semanais (7%) e menores entre as mulheres que trabalham mais de 40 horas semanais (0,4%).
Tendo em conta a jornada de trabalho, entre a população laboral feminina destaca-se uma prevalência mais elevada de consumo entre as que trabalham num regime contínuo noturno. Na população laboral masculina, as prevalências são superiores entre os que trabalham num regime de turnos rotativos diurnos.
As prevalências do consumo de qualquer substância ilícita no último ano são superiores entre a população laboral (masculina e feminina) que desempenha a mesma função há menos de 5 anos.
São também os que não têm vínculo contratual que apresentam maiores prevalências do consumo de qualquer substância ilícita no decorrer do último ano.
Há uma diferença expressiva na prevalência do consumo de qualquer substância psicoativa ilícita no último ano entre os que se encontram mais e menos satisfeitos com o trabalho, aumentando a prevalência à medida que se diminui na escala relativa ao grau de satisfação.

Políticas de Prevenção e Controlo de Consumo de Álcool e Drogas no Local de Trabalho

No levantamento de informação relacionada com as políticas de prevenção e controlo do consumo de substâncias psicoativas no local de trabalho, verifica-se que são predominantes as situações em que não há controlo nem prevenção. Se tomarmos a existência de regulamento sobre o uso de álcool e/ou drogas no local de trabalho, são 79% as referências a uma ausência desse regulamento, ao passo que 21% confirma a existência de normas relacionadas com o uso de álcool e drogas no local onde exercem a sua atividade profissional.
No caso de existir um regulamento, ele contempla ambos os tipos de substâncias na maioria das situações (79%), e quando incide apenas por um dos tipos de substâncias é, na sua quase totalidade, apenas sobre o álcool.
Segundo 88% dos inquiridos não são realizadas quaisquer atividades ou ações de prevenção ou intervenção relativamente aos problemas relacionados com o uso de substâncias psicoativas. Dos perto de 13% que afirmaram ter conhecimento da realização de tais atividades, a maioria afirma ser sobre álcool e outras drogas.
Relativamente ao controlo face ao consumo de substâncias, em 90% dos casos não se verifica a realização de testes ou análises de despiste do consumo de álcool e em 94% não existem face ao consumo de drogas ilícitas.
Quando existem esses testes ou análises para deteção dos consumos de substâncias psicoativas, são realizados, maioritariamente, sem regularidade definida (41% dos casos) ou anualmente (em 26% no caso do álcool ou 29% no caso das drogas).

Conclusões

Os resultados decorrentes dos inquéritos à população geral mostram-nos claramente as diferenças de prevalência de consumo de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas em função da própria substância, assim como em função das características sociodemográficas dos consumidores, designadamente sexo e grupo etário.
Contudo, para conhecer e caracterizar melhor estes consumos impõem-se análises em contextos específicos.
Em complementaridade com outros estudos que são feitos em outros contextos e setores da população (nomeadamente em meio escolar ou em meio prisional, por exemplo), a análise dos resultados das prevalências de consumo junto dos que exercem (ou estão temporariamente sem exercer por questões relacionadas com uma situação de desemprego ou de baixa médica) uma atividade profissional permite-nos perceber de que forma as características inerentes à atividade profissional podem diferenciar ou não os consumos.
Na comparação entre as prevalências de consumo de tabaco, álcool, medicamentos e qualquer substância psicoativa ilícita entre a população laboral e a população geral, os dados apontam para uma semelhança ou mesmo ligeira preponderância de consumo por parte da população que exerce uma atividade profissional.
Essas diferenças concretizam-se ainda em prevalências distintas em função do sexo, da idade, da escolaridade, do estado civil e da nacionalidade dos inquiridos.
Quando controladas as variáveis que especificam a relação com o trabalho, encontramos ainda diferenças

importantes nos setores de atividade a que os trabalhadores pertencem e, com eles relacionados, os grupos profissionais de pertença. Contudo, é a diferença, por um lado, em função da situação contratual, numa distinção entre situações mais precárias e mais consolidadas, e por outro em função dos turnos de exercício da função e do número de horas, aquela que nos permite perceber tendências de consumo mais regular (no caso do tabaco), mais excessivo (no caso do álcool) e ilícito (no caso das drogas) junto dos que apresentam maiores fragilidades no plano laboral.

Acresce ainda como dado bastante interessante uma clara relação entre a satisfação com o trabalho e o consumo de substâncias psicoativas, numa ordem crescente de uso e abuso quando a satisfação com a vertente laboral do indivíduo é inversamente proporcional. Aliás, aparte da importância que as características pessoais e profissionais possam ter na diferenciação dos consumos, a atenção para a motivação dos indivíduos poderá ser um elemento interessante a considerar numa perspetiva da promoção da segurança e da saúde dos indivíduos se recordarmos que cerca de 50% dos acidentes de trabalho ocorrem com trabalhadores deprimidos, perturbados emocionalmente, preocupados ou receosos (Rolo, 1999), sabendo igualmente que a falta de motivação associada a um consumo de substâncias psicoativas tem consequências associadas para o indivíduo em particular e para o contexto laboral onde ele esteja inserido – para a sua saúde, para a sua relação com os outros, para a sua produtividade, para a imagem da empresa, entre tantos outros vetores que poderemos considerar nesta relação entre o indivíduo, a saúde e o trabalho.

Bibliografia

ABRANTES, J. J. (2007), Álcool e drogas em meio laboral, Lisboa: Almedina.

BALSA, A. I., FRENCH, M. T. (2010), *Alcohol use and the labor market in Uruguay*, Health Economics, 19: 833–854, Disponível em http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/hec.1520/abstract [consultado em 15-12-2014]

BALSA, C., FARINHA, T., URBANO, C., FRANCISCO, A. (2003), *Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoactivas na População Portuguesa 2001*, Lisboa: IDT, Colecção Estudos – Universidades.

BALSA, C., VITAL, C., URBANO, C., PASCUEIRO, L. (2008), *Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoactivas na População Geral, Portugal 2007*, Lisboa: IDT, Colecção Estudos – Universidades.

BALSA, C., VITAL, C., URBANO, C. (2013), *III Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, Portugal 2012*, Lisboa: SICAD, Coleção Estudos.

BALSA, C., VITAL, C. e URBANO, C. (2014), *III Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, Portugal 2012. Consumo de Substâncias Psicoativas na População Laboral*, Relatório de Trabalho, Lisboa: CESNOVA - Centro de Estudo de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa.

CARRILHO, J. M. (2002), *Programas de assistência a empregados: Álcool e outras drogas em meio laboral*, Anais do Clube Militar Naval, CXXXII, 325-356.

CARRILHO, M. J. (s/d), *População activa: conceito e extensão através dos Censos*, Disponível em http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=106989&att_display=n&att_download=y [consultado em 15-12-2014]

CASTRO, M. F. et al (2011), *Segurança e saúde no trabalho e a prevenção do consumo de substâncias psicoativas: linhas orientadoras para intervenção em meio laboral*, Lisboa: IDT, ACT, 2011. Disponível em: http://www.act.gov.pt/(pt-PT)/crc/PublicacoesElectronicas/Documents/LinhasOrientadorasParaIntervencaoEmMeioLaboral_2011_23.pdf [consultado em 1-11-2014]

COOK, R.F. (1996), *Substance abuse prevention in the workplace: Recent findings and an expanded conceptual model*, The Journal of Primary Prevention, 16(3), 319-339.

FEIJÃO, F. (2011), *Inquérito Nacional em Meio Escolar 2011*, Disponível em: http://www.sicad.pt/BK/EstatisticaInvestigacao/EstudosConcluidos/Lists/SICAD_ESTUDOS/Attachments/127/S%C3%ADntese_de_Resultados.pdf, [consultado em 1-10-2014)

OCHOA MANGADO, E.(2011), Consumo de alcohol y salud laboral: Revisión y líneas de actuación. Med. segur. trab. , vol.57, suppl.1, pp. 173-187, Disponível em: http://scielo.isciii.es/scielo.php?pid=S0465-546X2011000500011&script=sci_arttext [consultado em 14-12-2014]

OED - Observatorio Español sobre Drogas (2011), *Encuesta 2007-2008 sobre consumo de sustancias psicoactivas en el âmbito laboral en España*, Ministerio de Sanidad, Política Social e Igualdad, Secretaría General de Política Social y Consumo, Delegación del Gobierno para el Plan Nacional sobre Drogas.

ROLO, J. C. (1999), *Sociologia da saúde e da segurança no trabalho*, Lisboa: SLE Eletricidade do Sul.

GT 33
Ecritas de viagem e de permanência: das representações à história da África

Da ciência ao comércio: facetas da cultura material nas narrativas da expedição portuguesa à Lunda (África Centro-Ocidental, 1884-1888)

Márcia Cristina Pacito Fonseca Almeida
marcinhapacito@usp.br

Resumo: A leitura das narrativas de viagem derivadas da expedição portuguesa liderada por Henrique de Carvalho à região da Lunda (África Centro-Ocidental), entre 1884 e 1888, nos possibilita entender, por meio de distintos enfoques, aspectos das dinâmicas sociais estabelecidas entre europeus e africanos no final do século XIX. Notadas em diferentes contextos, as diversas descrições acerca da cultura material destas populações correspondiam ao esforço de tornar inteligíveis os códigos e estruturas nos quais se alicerçavam os modos de vida das sociedades africanas. A partir destas considerações pretendemos, ao longo desta comunicação, discutir como o reconhecimento do universo material dos grupos descritos por Henrique de Carvalho atuou, ao mesmo tempo, como instrumento para a compreensão do viajante português sobre as estruturas destas sociedades e também como fonte para a compreensão das agências sociais centro-africanas.

Palavras-chave: Henrique de Carvalho, África Centro-Ocidental, Expedições, Cultura material, Relatos de viagem.

A análise das publicações oriundas da expedição portuguesa à Lunda, realizada entre 1884 e 1888, nos convida é indispensável ressaltarmos que uma série de autores no âmbito da crítica e da teoria literária, como Mary Louise Pratt (PRATT, 1999) e Edward Said (SAID, 2011), por exemplo, se debruçaram nas últimas décadas sobre as especificidades de escritos desta natureza. Neste sentido, para além das particularidades que marcam as abordagens empreendidas por tais autores, tais reflexões são inspiradoras na medida em que propõem visões menos polarizadas e esquemáticas destas construções discursivas, a partir do reconhecimento das narrativas de viagem enquanto espaços de resistências e enfrentamentos travados entre múltiplas vozes. Acompanhando estas reflexões, a historiografia também tem demonstrado que longe de serem produtos imediatos da observação do narrador ou "retratos fiéis" da realidade, os escritos de viagem, pensados como gêneros híbridos que comportam a intersecção de vários modelos discursivos, devem ser interpretados como frutos de percepções e impressões registradas, os quais, muitas vezes, foram modificados tempos depois, no momento de sua edição (JUNQUEIRA, 2011: 44-66).

Particularmente no caso do continente africano, os relatos de viagem sobre diferentes regiões da África compõem um vasto repertório documental marcado por distintos olhares sobre aspectos destas sociedades. Produzidas desde a Antiguidade, as impressões sobre a África integram uma extensa lista de testemunhos e narrativas que procuravam descrever, a partir de diferentes experiências, paisagens, animais, seres humanos e modos de vida no espaço africano, como nos elucida a recente obra organizada por Alberto da Costa e Silva (COSTA E SILVA, 2012). Elaborados, em sua grande parte, por administradores, mercadores, missionários e militares provenientes de diversas porções do globo, tais registros nos apresentam um volumoso quadro de representações que engendraram, ao longo dos séculos, percepções diferenciadas sobre as dinâmicas africanas.

Na esteira das problematizações inseridas no emprego de fontes europeias voltadas para os estudos das sociedades centro-africanas no século XIX, destacamos os trabalhos desenvolvidos pelas autoras Isabel Castro Henriques (HENRIQUES, 1997), Maria Emília Madeira Santos (SANTOS, 1998), Beatrix Heintze (HEINTZE, 2004), Jill Dias (DIAS, 2007) e, mais recentemente, Maria Cristina Wissenbach (WISSENBACH) e Elaine dos Santos (SANTOS, 2014). Embora percorram distintos caminhos analíticos, as abordagens empreendidas pelas referidas pesquisadoras nos oferecem um importante aparato teórico-metodológico frente ao desafio de identificar as agências históricas africanas presentes nestas narrativas.

Foco de nossa atenção, a viagem realizada pelo militar português Henrique de Carvalho rumo ao interior do continente africano se insere em um quadro histórico mais amplo do movimento de expedições na África que conjugavam diversos interesses encabeçados por nações europeias ao longo da segunda metade do século XIX, momento em que se intensificaram as iniciativas de reconhecimento e penetração efetiva no interior do continente. Promovida pelo governo português e apoiada pela Sociedade de Geografia de Lisboa, a expedição à Lunda coincide com o esforço da coroa lusitana em tentar assegurar, principalmente diante dos avanços da Inglaterra, Bélgica e Alemanha, a influência portuguesa nas regiões situadas entre Angola e Moçambique (ALEXANDRE, 2000: 231-244).

Neste cenário em que se tornava cada vez mais urgente a complexa tarefa de esquadrinhar o espaço africano, as viagens realizadas por Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e Alexandre de Serpa Pinto entre as décadas de 1870 e 1880 também ganharam projeção. Embora não seja foco de nossa comunicação, é válido salientar que as publicações sobre as viagens desempenharam um papel essencial no processo de difusão e vulgarização da presença portuguesa em territórios africanos. Destinadas a diferentes leitores, tais narrativas, muitas vezes transpostas para as páginas de periódicos ilustrados (MARTINS, 2012: 45) em um formato mais acessível que suas volumosas edições, assumiam um caráter propagandístico e exerciam um forte apelo junto à opinião pública nacional e internacional.

Em linhas gerais, podemos afirmar que os principais objetivos da viagem à Lunda, região de difícil acesso situada a aproximadamente 1300 quilômetros de distância do litoral angolano (PEREIRA, 2012: 22), se assentavam no restabelecimento dos laços comerciais travados com o soberano Muatiânvua e com os demais potentados próximos do interior, na fundação de "estações civilizadoras" ao longo do percurso e no estudo científico das regiões percorridas, por meio da recolha de exemplares da fauna e da flora e da coleta de artefatos produzidos pelas sociedades centro-africanas voltados para a formação de uma coleção etnográfica (PEREIRA, 2005: 347-407; JORGE, 2008).

Como buscamos apontar até aqui, a expedição que se constitui como cerne de nossa análise configura-se como canal privilegiado para compreendermos a construção de conhecimentos sobre os territórios da África Centro-Ocidental. Neste sentido, a atenção dispensada ao registro das diversas tipologias de objetos figurou entre os muitos esforços direcionados na tentativa de avaliar o modo de vida das populações centro-africanas ao longo do caminho percorrido até a Mussumba do Muatiânvua. Notada em diferentes contextos - pela via comercial, na percepção sobre os artigos europeus mais desejados pelos africanos durante as trocas comerciais; pela via científica, na observação minuciosa acerca das etapas de fabricação de certos artefatos e suas formas de uso a fim de verificar o "estágio" de desenvolvimento das populações; ou pela descrição do que era considerado "estranho" aos olhos europeus no que diz respeito ao uso de determinados tipos de adornos e vestuários, por exemplo – a menção à cultura material, a partir de diferentes enfoques, correspondia ao esforço de tornar inteligíveis os códigos e estruturas nos quais se alicerçavam os modos de vida das sociedades africanas.

Longe de se configurar como um fenômeno específico do século XIX, enfatizamos que o interesse europeu pela aquisição de artefatos provenientes de outros continentes desempenhou, ao longo dos séculos anteriores, um papel de relevo no processo de construção de saberes europeus sobre os territórios além de suas fronteiras. Embora circulassem na Europa desde a Alta Idade Média, foi durante o período das grandes navegações que o trânsito destes artigos foi potencializado (FRANÇOZO, 2014: 52-60). Despertando a curiosidade de monarcas, nobres e naturalistas que, por diferentes motivações, adquiriam as peças advindas do comércio transatlântico para a formação de coleções, tais expressões materiais eram, muitas vezes, interpretadas como uma espécie de síntese do "exotismo" das regiões ultramarinas.

Assim como os artefatos oriundos dos continentes asiáticos e americanos, os objetos de origem africana também se enquadravam na esteira deste movimento. Segundo Jan Vansina, data do final do século XV, em

1470, a menção mais antiga a objetos produzidos nas regiões subsaarianas do continente e enviados para a Europa (VANSINA, 1984: 19). Dentro da diversificada produção africana, as peças esculpidas em marfim, principalmente os objetos elaborados por sociedades das regiões do Golfo da Guiné, do Benin e da embocadura do rio Congo, configuravam-se como itens muito apreciados por colecionadores na Europa do século XV. Entre os séculos XVI e XVII, um grande volume destes artefatos abasteceu os acervos dos "gabinetes de curiosidades" espaços privados que, em linhas gerais, eram destinados a abrigar e exibir exemplares variados da cultura material, espécimes do reino vegetal, animal e mineral, em sua boa parte, provenientes de territórios não europeus. Neste sentido, se entre os séculos XVI e XVII o interesse - manifestado por figuras pertencentes à nobreza e ao círculo letrado de certos países da Europa - em reunir estes objetos se dava de uma maneira um tanto quanto aleatória, já que, apesar de seguirem uma determinada organização, era muito mais estimulado pelo desejo de acumular "coisas pitorescas" do que por um princípio classificatório, foi durante o século XVIII que notamos uma gradativa transição no perfil destes lugares (FIGUEIREDO & VIDAL, 2005). Isso porque, com a difusão do pensamento Iluminista, os processos de recolha e o agrupamento destes artefatos passaram a ser norteados por critérios pautados pela tentativa de sistematizar, catalogar e avaliar tais peças. Dessa maneira, a aplicação de métodos científicos de observação e categorização da natureza (PRATT, 1999: 60) contribuiu para imprimir novas concepções a estes espaços os quais, neste período, também passaram a ser vistos como ambientes capazes de propiciar estudos e investigações de cunho científico.

Foi ao longo do século XIX, entretanto, período marcado pela institucionalização de disciplinas como a antropologia e a etnologia, que o sistema de categorização, baseado nas ciências naturais, destes objetos em acervos e coleções atingiu níveis ainda mais elevados. A criação dos primeiros museus de cunho etnográfico, como o Peabody Museum (1866) nos Estados Unidos, e o Museu Etnográfico de São Petersburgo (1866) na Europa (SCHWARCZ, 2005: 125), por exemplo, se deu no referido contexto: revestidos de um *status* de "objetos etnográficos", os artefatos recolhidos para a composição de acervos museológicos durante incursões promovidas por países europeus em outros continentes revelaram-se também como pilares fundamentais no conjunto de discursos e ações direcionados para sustentação e legitimação do domínio imperialista sobre as regiões não europeias. Como nos apontam uma série de estudos desenvolvidos nas últimas décadas (COOMBES, 1994), (BARRINGER & FLYNN, 1998), (KEIM & SCHILDKROUT, 1998), (HENARE, 2005), (EDWARDS; GOSDEN; PHILLIPS, 2006), as interações estabelecidas entre museus, antropologia e cultura material agiram como importantes suportes dos projetos imperialistas durante a segunda metade do século XIX e parte do XX, contribuindo para moldar determinadas percepções e imaginários sobre as diferentes sociedades da África, da Ásia, da América e da Oceania.

Durante a segunda metade do XIX, muitos foram os objetos recolhidos na África por expedições comerciais, científicas, militares e missões religiosas organizadas por países como a Inglaterra, França, Alemanha e Bélgica, e enviados para museus da Europa. É pertinente elucidarmos, neste ponto, a atuação de representantes destes dois últimos países na significativa expansão de coleções direcionadas ao Museu de Etnologia de Berlim e ao Museu Real da África Central de Tervuren contendo exemplares da cultura material de distintas sociedades africanas. Movimento intensificado após a Conferência de Berlim, o número de peças etnográficas presentes no Museu de Etnologia de Berlim se expandiu de forma significativa na década de 1880 (KOLOSS, 1990: 21). Alguns anos depois, o Museu Real da África Central, fundado pelo rei Leopoldo II em 1897, também assistiu ao vertiginoso aumento de seu acervo, operando como uma das muitas vitrines das ações imperiais belgas na região do Congo (KEIM & SCHILDKROUT, 1998: 23-24).

De maneira semelhante, a descrição e a coleta de artefatos das sociedades locais também despontavam como um dos focos de atenção de Henrique de Carvalho ao longo da expedição. Em sua ótica, para se estabelecer um exame detalhado das regiões percorridas era preciso traçar uma investigação minuciosa sobre a vida material destes povos, observando: «...'*as armas*, *os instrumentos*, *os utensílios, os artefactos*, *os objectos de vestuário* dos seus habitantes, *os adornos, as comidas* e o modo de as cozinhar, *as bebidas* e o processo de as fabricar, *as construcções, as culturas*'...».[1]

1 CARVALHO, H. A. D. de (1890), *Expedição Portugueza ao Muatiânvua: 1884-1888. Ethnographia e Historia*

Nesta direção, na concepção de Henrique de Carvalho, além da elaboração e publicação destes variados estudos realizados ao longo da viagem, fazia-se necessária a criação de museus "bem organizados" capazes de abrigarem os distintos exemplares obtidos e atuarem como centros de investigação sobre as «...'raças da Africa Intertropical'...»[2]. Tal interesse manifestado pelo major português resultou não só em descrições detalhadas sobre os artefatos africanos, como também deu vazão à coleta de um conjunto de objetos para a composição de uma coleção etnográfica que atualmente se encontra sob os cuidados do Museu da Sociedade de Geografia de Lisboa e, recentemente, foi foco de atenção das pesquisas desenvolvidas por Maria Manuela Cantinho Pereira (PEREIRA, 2005 e 2012) e Lia Santos Jorge (JORGE, 2008). As considerações traçadas pelas autoras acerca do processo de recolha e formação de tal coleção se apresentam como informações extremamente relevantes para apreendermos uma das muitas faces do registro sobre a cultura material presente nas publicações estudadas. Partindo desta consideração, é importante lembrar que os critérios que direcionaram o processo de recolha etnográfica dos diferentes artefatos parecem terem sido guiados pela intenção de elaborar, posteriormente, estudos comparativos com as obras de outros viajantes, como declara o major português em *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*:

> Num trabalho que tenho planeado, e a que espero dar publicidade, estudarei minuciosamente os differentes objectos que deixo mencionados, comparando-os com os observados por outros exploradores portuguezes e por Livingstone, Cameron, Schweinfurth, Barth, Stanley e outros (...).[3]

Levando-se em conta esta preocupação, povoam as páginas de *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda* e *Descripção da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* numerosas referências aos itens que despertavam o interesse etnográfico de Henrique de Carvalho. Entre esta vasta gama de objetos, destacamos tanto as descrições textuais quanto as representações gráficas de utensílios, armas, instrumentos de caça, instrumentos musicais, adornos, figuras rituais e insígnias de poder produzidos especialmente pelas populações lundas, chokwes, e imbangalas. Vale reiterar que a leitura destas fontes nos possibilita alcançar uma visão mais matizada dos registros acerca da cultura material retratada. Isso porque, em *Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda* e *Descripção da Viagem à Mussumba do Muatiânvua,* temos acesso tanto às descrições dos artigos enviados para a composição da coleção etnográfica, como também reconhecemos, de maneira menos circunscrita, elementos que nos permitem explorar as diferentes facetas que a cultura material assume nestas obras. Em determinados volumes da *Descripção da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* localizamos, por exemplo, passagens que nos permitem visualizar não apenas o contexto de uso de determinados artefatos, como também verificar a autoria e as circunstâncias nas quais muitos deles foram obtidos, como podemos perceber no excerto abaixo:

> O Roberto, contratado de Loanda, era um artista para trabalhos em madeira, apenas com a sua faca, chegando a fazer uma coronha de arma completa, a que deu côr vermelha que rivalisava com as do commercio que levei; foi elle que na Estação – Júlio de Vilhena, – sabendo que se tinha acabado o papel para cigarros me fez presente d'um bem acabado cachimbo por elle feito com toda a paciência, onde fumava e fez parte da collecção que enviei para o museu da benemérita Sociedade de Geographia de Lisboa.[4]

Tradicional dos Povos da Lunda. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 16. Grifos do autor. Optamos por manter a grafia original do texto.

2 *Ibidem,* p. 9.

3 *Ibidem,* p. 379.

4 CARVALHO, H A. D. de (1894), *Expedição Portugueza ao Muatiânvua: 1884-1888. Descripção da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*. Lisboa: Typographia do Jornal *As Colónias Portuguezas*, p. 200.

Ao nos revelar a admiração de Henrique de Carvalho pela qualidade da peça produzida pelo trabalhador Roberto, um "artista para trabalhos em madeira", a leitura desta passagem nos permite entrever fragmentos de como se deram as diferentes participações africanas no processo de aquisição dos objetos etnográficos enviados para a coleção da Sociedade de Geografia de Lisboa. No que se refere ao processo de recolha da cultural material, longe de se configurar como uma seleção aleatória, a escolha de tais objetos se deu de maneira diversificada e procurou captar as diferentes expressões materiais dos grupos sociais centro-africanos envolvidos com a expedição portuguesa (PEREIRA, 2005: 382-383). De acordo com os levantamentos realizados por Manuela Cantinho Pereira e revisitados por Lia Santos Jorge, entre os mais de 50 objetos que atualmente integram a Coleção Henrique de Carvalho do Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa, é notável a incidência de artefatos relacionados ao universo do poder (PEREIRA, 2005: 395-400; JORGE, 2009: 45).

Sobre alguns exemplares de insígnias de poder dos dignitários lundas que figuram nesta coleção, chama-nos a atenção a utilização de itens advindos do comércio transatlântico, como as contarias presentes nas *miluínas* (adornos para a cabeça) e no *mupongo* (espanta-moscas), por exemplo, confeccionados com diferentes tipos de miçangas. A incorporação destas mercadorias europeias na feitura de objetos vinculados ao exercício político das lideranças lundas, nos é reveladora dos modos de ressignificação e instrumentalização destes artigos na conformação social destas populações.

É certo que um olhar sobre os lugares ocupados pela cultura material nas narrativas de viagem de Henrique de Carvalho não poderia deixar de levar em conta aspectos relacionados ao processo de recolha dos objetos ao longo da expedição para a composição de uma coleção etnográfica. Em diálogo com outros viajantes e exploradores europeus que percorreram diferentes zonas da África Central e que também traçaram considerações sobre a cultura material centro-africana, as aspirações científicas manifestadas por Henrique de Carvalho apresentavam-se estreitamente articuladas às intenções de se analisar, a partir de exemplares materiais, o modo de vida dos diferentes grupos sociais centro-ocidentais africanos, comparando-os e avaliando seus respectivos "estágios" de desenvolvimento.

No entanto, devemos considerar que tal preocupação nos descortina uma de muitas possibilidades investigativas, já que as menções à cultura material nas publicações não se restringem à questão da recolha etnográfica, podendo ser detectadas a partir de outros enfoques. Desse modo, levando-se também em conta o caráter comercial da viagem, é de nosso interesse compreender como estes outros registros que envolvem os mecanismos de "africanização" (HENRIQUES, 2004) dos objetos europeus nos escritos de Henrique de Carvalho é capaz de fornecer elementos para entendermos determinadas práticas sociais, culturais e políticas centro-africanas. Neste sentido, a minúcia de informações sobre a cultura material das populações descritas existentes nas publicações estudadas nos dá vazão para compreendermos como as sociedades locais integravam e ressignificavam determinados produtos europeus.

Tendo em vista a necessidade de mobilizar mercadorias capazes de atender as demandas africanas e viabilizar a circulação europeia no interior angolano, uma diversificada e extensa lista contendo itens enviados por associações comerciais das cidades do Porto e de Lisboa, do Banco Nacional Ultramarino e da Sociedade de Geografia Comercial do Porto foi transportada pela expedição. Entre os objetos considerados de «...'facil consumo e permutação nos sertões de Africa'...»[5], destacam-se espingardas, pólvora, barretes de lã, diferentes tipos de miçangas e contarias, tecidos, chitas, fardas, utensílios de ferro, louças, chapéus de sol, caixas de música entre muitos outros. Extremamente solicitados como pagamentos ou presentes, artigos como fazendas, tachas de metal, contas e miçangas, por exemplo, comportavam múltiplos usos e significados no repertório material e simbólico das sociedades centro-africanas. Observadas na confecção de adornos, amuletos, enfeites corporais e esculturas, isto é, em expressões identitárias permeadas por elementos simbólicos e rituais (ROSÁRIO & MARTINS, 1989: 13), as miçangas também assumiam uma função monetária em determinadas situações, como podemos notar no seguinte trecho do relato de Henrique de Carvalho:

---

5 *Idem* (1890), *Expedição Portugueza ao Muatiânvua:1884-1888. Descripção da Viagem à Mussumba do Muatiânvua.* Lisboa: Imprensa Nacional, p. 21.

> As missangas e contaria grossa constituem a maior riqueza das mulheres, que transformam o corpo em verdadeiras montras, em que se vêem contas de todas as côres, formas e grandezas, que o commercio portuguez para lá tem levado. Algumas vi que de certo eram de facturas muito antigas, pois o nosso commercio já ahi as não leva.
> Os homens também as usam numas tribus mais do que em outras, porém apenas em uma a duas fiadas, ao pescoço e nas tranças do cabello, e duas a três fiadas grossas na cintura. Também nos pulsos ou nos delgados das pernas trazem ás vezes uma até duas fiadas.
> As mulheres que possuem estas riquezas e mesmo os homens recorrem a ellas muitas vezes, quando não teem outro recurso, tirando algumas missangas ou contas de que precisam para comprarem o seu pedaço de carne, peixe e mesmo malufo ou *marra* (garapa).
> Tiram apenas as que são restrictamente precisas na occasião. Sei que Mucanza (o Muatiânvua interino), querendo comprar no Calânhi um pouco de sal para me mandar, tirara do cabello quatro contas grandes apipadas.[6]

Acreditamos que a leitura da passagem nos fornece indícios para explorarmos as diferentes atribuições de significados sociais e econômicos às miçangas, itens que não só possuíam grande aceitação nas relações comerciais travadas entre europeus e africanos, mas que desempenhavam um papel relevante na vida cotidiana das populações locais mencionadas nas narrativas. Partindo desta linha de análise, torna-se também possível relativizar certas perspectivas historiográficas que, entre outras hipóteses, sustentam a ideia de que o continente africano era um mero receptáculo das "quinquilharias" e "bugigangas" do comércio europeu. Sem o intuito de esgotar aqui esta relevante discussão já travada por autores como Philip Curtin (CURTIN, 1975: 312), John Thorton (THORTON, 2004: 88) e Stanley Alpern (ALPERN, 1995: 5-6) sobre os impactos das manufaturas europeias nos arranjos africanos concentradas em diferentes recortes espaciais e temporais, importa-nos tentar compreender quais eram os critérios de valor atribuídos e as formas de inserção destes objetos no universo social destas populações.
Neste sentido, é interessante também observar como Henrique de Carvalho sinaliza, em algumas passagens, a importância de se selecionar com cuidado os artigos para se negociar no interior africano. Em carta destinada à Sociedade de Geografia Comercial do Porto, publicada no primeiro volume da *Descripção da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* (1890), o chefe da expedição à Lunda sugere:

> Parece-me, pois, que havendo melhor qualidade de fazendas, medidas e fracções exatas, variedade e novidade de artigos e até novos padrões nas fazendas, tudo deve ser muito apreciado pelo gentio e attrahir o commercio do interior que, repito, já nos vae fugindo.[7]

Ao aventar a possibilidade de se apresentarem produtos com melhor "qualidade", "variedade" e "novos padrões", a posição de Henrique de Carvalho parece apontar para a necessidade de se oferecer artigos capazes de "atrair o comércio do interior" e satisfazer as preferências manifestadas por determinadas populações da África Centro-Ocidental. Predileções estas que, como bem sintetiza Maria Emília Madeira Santos sobre o dinamismo das sociedades africanas nas práticas comerciais, buscavam ser captadas pelos agentes externos europeus, mas que, no entanto, demonstravam-se condicionadas às peculiaridades dos gostos e padrões africanos que poderiam rejeitar ou assimilar certas mercadorias (SANTOS, 1998: 451-452). Neste sentido, a preocupação denotada por Henrique de Carvalho fundamentava-se na percepção de que os produtos mobilizados pela expedição

---

6 *Idem* (1890), *Expedição Portugueza ao Muatiânvua: 1884-1888. Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda.* Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 335-336. Grifos do autor.

7 *Idem* (1890), *Expedição Portugueza ao Muatiânvua: 1884-1888. Descripção da Viagem à Mussumba do Muatiânvua:*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 331.

sofriam concorrência das mercadorias levadas por viajantes de outras nacionalidades, principalmente alemães, personagens citados com frequência nas publicações analisadas, e que desde a década de 1870 transitavam pela região da Lunda (HEINTZE, 2010: 101-103). Em vários momentos, as narrativas da expedição portuguesa à Mussumba do Muatiânvua dão testemunha da penetração de objetos alemães em terras angolanas:

> (...) soubemos que por estes sertões ha também carabinas, revólveres, facas de mato, e variedade de capacetes de metal, tudo de proveniência allemã, que os exploradores d'esta nacionalidade para cá trouxeram e por aqui teem ido negociando.[8]

Para além dos apontamentos de Henrique de Carvalho sobre o trânsito destes itens que, de certa forma, rivalizavam com as mercadorias portuguesas, o acesso a esta panóplia de produtos nos permite visualizar a incorporação e a atribuição de distintas funções sociais a estes objetos por parte das populações locais. Apropriados e ressignificados pelas lideranças centro-africanas, muitos objetos acabavam por simbolizar e materializar identidades e hierarquias políticas, como nos relata o chefe da expedição ao descrever os diferentes tipos de toucados (adornos de cabeça) como um dos elementos que compunham as insígnias de poder ostentadas por autoridades locais:

> Mona Cangolo principiou uma [*mútue uá caianda*], deante de mim, mas ia já feita com luxo, porque lhe forneci galões dourados e prateados e missangas miúdas, com que ia revestindo os frisos e matizando-os a seu gosto. Quando a acabou dizia elle:— Com este não me apresento eu ao Quissengue, que trata logo de lhe chamar seu.
> Este capacete, chapeleta ou como lhe queiram chamar é muito pesado, e disse-me Mona Quissengue que preferia usar um capacete de metal do exercito allemão com que o vi, a primeira vez que o visitei, a usar o seu *mútue uá caianda*. Trazia-o comsigo, mas só o punha nas ceremonias em que não podia apparecer sem elle, porque tinha de ser o primeiro a observar as praxes da etiqueta. A maior parte das vezes o seu mutue figurava como insignia na cabeça do seu representante.[9]

O contato com tal excerto nos fornece valiosas informações para investigarmos quais eram as formas de inserção de certos objetos europeus no universo sociopolítico das populações centro-africanas descritas nas narrativas de viagem. Neste sentido, tanto a opção por empregar os galões dourados e miçangas fornecidas pela expedição portuguesa na composição da insígnia utilizada por Mona Cangolo, chefe chokwe, quanto a preferência manifestada por Mona Quissengue, autoridade política máxima entre os chokwes, em usar o capacete do exército alemão em determinadas situações, nos revelam o processo de seleção e instrumentalização destes objetos de origem europeia enquanto sinais de prestígio e poder por parte dos dignitários africanos.
Como buscamos demonstrar até aqui, pensado como um dos espaços possíveis para o entendimento das relações travadas entre europeus e africanos, os relatos de viagem – interpretados como fontes historiográficas - mais do que nos apresentarem aspectos da linguagem da dominação imperial, também são capazes de nos revelar preciosos elementos para pensarmos como se operam os processos de resistências e enfrentamento sociais no âmbito destas relações. Dentro do recorte proposto, o qual privilegia, sob o prisma da cultura material, a investigação sobre as respostas e participações africanas durante a expedição, procuramos compreender as práticas comerciais e as descrições de produtos, bens de consumo e objetos solicitados pelos grupos africanos,

---

8 *Ibidem,* p. 185.

9 *Idem* (1890), *Expedição Portugueza ao Muatiânvua: 1884-1888. Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda.* Lisboa: Imprensa Nacional, p. 346. Grifos do autor. Na definição de Henrique de Carvalho, *mútue uá caianda*: "É uma espécie de capacete de forma caprichosa, que demanda muita paciência para engenhar, e só os grandes potentados Quiôcos os usam, ou os seus representantes durante o tempo que são encarregados de qualquer missão fora do seu sitio". *Ibidem*, p.344.

como parte de uma cadeia de interações mais ampla que nos revela determinadas experiências e mudanças sociais, perceptíveis na incorporação de tais artefatos como expressões identitárias e culturais por parte das sociedades centro-africanas envolvidas com a referida expedição.

Na linha do que sugerem estudiosos voltados para a reflexão sobre a cultura material enquanto fonte para o entendimento das relações humanas (APPADURAI, 1998), (MILLER, 2013), os objetos, compreendidos à luz de seus diversos usos e significados, trazem à tona dimensões das práticas e estratégias sociais. Transitando por inúmeros terrenos, a construção de um entendimento sobre os objetos suscita grandes questões e nos aponta para a necessidade de se repensar as múltiplas imbricações entre a cultura material e os relatos de viagem.

Por fim, se por um lado, as descrições e a coleta do conjunto de artefatos voltados para investigação e para formação de uma coleção etnográfica se apresentam como fontes para compreendermos o papel da cultura material no programa das expedições europeias na produção de um conhecimento sobre povos não europeus; por outro lado, tais registros, lidos sob o viés das menções às predileções por certos artigos advindos do comércio transatlântico e da instrumentalização dos mesmos como bens de prestígios e insígnias de poder, também nos possibilitam apreender as respostas e agências sociais das populações da África Centro-Ocidental descritas por Henrique de Carvalho no último quartel do XIX.

Fontes

CARVALHO, H. A.D. de (1890-1894), *Expedição Portugueza ao Muatiânvua: 1884-1888. Descripção da Viagem à Mussumba do Muatiânvua.* Lisboa: Imprensa Nacional & Typographia do Jornal *As Colónias Portuguezas*, vol. I: "De Loanda ao Cuango", 1890; vol. II: "Do Cuango ao Chicapa", 1892; vol. III: "Do Chicapa ao Luembe", 1893 e vol. IV: "Do Luembe ao Calanhi e regresso a Lisboa", 1894.

_____. (1890), *Expedição Portugueza ao Muatiânvua. Ethnographia e Historia Tradicional dos Povos da Lunda*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Bibliografia

AIRES-BARROS, L. (ed.) (2012), *Memórias de um explorador. A colecção Henrique de Carvalho da Sociedade Geográfica de Lisboa*. Lisboa: Sociedade Geográfica de Lisboa.

ALEXANDRE, V. (2000), *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento.

ALPERN, S. B (1995), "What Africans Got for Their Slaves: A Master List of European Trade Goods". *History in Africa*, 22, pp. 5-43.

APPADURAI, A. (ed.) (2010), *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural.* Niterói: EdUFF.

BARRINGER, T. & FLYNN, T. (eds.) (1998), *Colonialism and the object: empire, material culture and museum.* New York and London: Routledge.

COOMBES, A. E. (1994), *Reinventing Africa: museums, material culture, and popular imagination in late Victorian and Edwardian England.* New Haven and London: Yale University Press.

COSTA E SILVA, A. da (2012), *Imagens da África: da Antiguidade ao século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras.

CURTIN, P.D. (1975), *Economic change in Precolonial Africa: Senegambia in the era of the Slave Trade.* Madison: UWP.

DIAS, J. (2007), "Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico". In: BASTOS, C.; ALMEIDA, M. V. de; FELDMAN-BIANCO, B. (eds.). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas: Editora das Unicamp, pp. 315-343.

EDWARDS, E.; GOSDEN, C.; PHILLIPS, R. B. (eds.) (2006), *Sensible objects: colonialism, museums and material culture*. Oxford and New York: Berg.

FIGUEIREDO, B. G & VIDAL, D. G. (eds.) (2005), *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna.* Belo Horizonte: Argumentum.

FRANÇOZO, M. C. (2014), *De Olinda a Holanda: o gabinete de curiosidades de Nassau.* Campinas: Editora da Unicamp.

HEINTZE, B. (2010), *Exploradores alemães em Angola (1611-1954): apropriações etnográficas entre comércio de escravos, colonialismo e ciência.* Tradução de Rita Coelho-Brandes e Marina Santos.

_____. (2004), *Pioneiros africanos: caravanas de carregadores na África Centro-Ocidental (entre 1850 e 1890).* Lisboa: Editorial Caminho.

HENARE, A. (2005), *Museums, anthropology and imperial exchange*. New York: Cambridge University Press.

HENRIQUES, I. C. (2004), "Armas de fogo em Angola no século XIX". In: *Os pilares da diferença: relações Portugal-África, séculos XV-XX.* Lisboa: Caleidoscópio, pp. 363-391.

_____. (1997), *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: IICT.

JORGE, L. S. (2008), *A colecção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa à luz de um plano de estudo e conservação e restauro*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)/ Instituto Universitário de Lisboa (IUL).

JUNQUEIRA, M. A. (2011), "Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador". In: JUNQUEIRA, Mary Anne & FRANCO, Stella Maris Scatena (eds.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa (vol.II).* São Paulo: USP/FFLCH-Editora Humanitas, pp. 44-61.

KEIM, C. & SCHILDKROUT, E. (eds.) (1998), *The scramble for art in Central Africa.* Cambridge: Cambridge University Press.

KOLOSS, H. (1990), *Art of Central Africa: masterpieces from the Berlin Museum für Völkerkunde.* New York: The Metropolitan Museum of Art.

MARTINS, L. P. (2012), *Um império de papel. Imagens do colonialismo português na imprensa periódica ilustrada (1875-1940)*. Lisboa: Edições 70.

MILLER, D. (2013), *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material.* Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar.

PEREIRA, M. M. C. (2012), "Introdução". In: AIRES-BARROS, Luís (ed.), *Memórias de um explorador. A colecção Henrique de Carvalho da Sociedade Geográfica de Lisboa*. Lisboa: Sociedade Geográfica de Lisboa, pp. 21-28.

_____. (2005), *O museu etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa: modernidade, colonização e alteridade.* Braga: Fundação Calouste Gulbenkian.

PRATT, M. L. (1999), *Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc.

ROSÁRIO, M. do & MARTINS, A. R. (eds.) (1989), *Adornos africanos como entidade cultural.* Coimbra: Centro de Estudos Africanos. Instituto de Antropologia.

SAID, E. (2011), *Cultura e imperialismo.* São Paulo: Companhia das Letras.

SANTOS, E. R. da S. dos (2014), *Barganhando sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda (1884-1888)*. São Paulo: Alameda.

SANTOS, M. E. M. dos (1998), *Nos caminhos de África: serventia e posse (Angola – século XIX)*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

SCHWARCZ, L. M. (2005), "A era dos museus de etnografia no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do XIX". In: FIGUEIREDO, B. G. & VIDAL, D. G. (eds.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna.* Belo Horizonte: Argumentum, pp. 113-136.

THORNTON, J. (2004), *A África e os africanos na formação do mundo atlântico 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier.

VANSINA, J. (1984), *Art history in Africa: an introduction to method*. London: Longman.

WISSENBACH, M. C. C. (2011), "As feitorias de urzela e o tráfico de escravos: Georg Tams, José Ribeiro dos Santos e os negócios da África Centro-Ocidental na década de 1840". *Afro-Ásia*, 43, pp. 43-90.

Entre fetichistas e/ou portugueses – aspetos do recurso propagandístico inglês às fontes portuguesas sobre África em meados do século XIX

Figueiredo, João de Castro Maia Veiga

Resumo: Quando os Annaes Maritimos e Coloniaes começam a ser dados ao prelo em 1840, o seu tom epistemológico é marcado pela afirmação de que seriam o repositório das "descripções dadas pelos sócios […] e as observações […] que tiverem feito no decurso das suas viagens". Ao longo dos Annaes, porém, também é cedido espaço a traduções de autores estrangeiros, como Thomas Edward Bowdich, o que denuncia o desejo de aproximação a uma certa maneira de colonizar "à inglesa", e a abertura à ascendente retórica da "civilizing mission" britânica. Este "paper" pretende expor como a interação entre autores britânicos – como Bowdich, Richard Lander e Thomas Buxton – e antigas fontes portuguesas, produziu em meados do século dezanove não só a ideia de um grande fosso ontológico entre africanos e europeus, mas igualmente reconfirmou a submissão hierárquica entre lusos e ingleses – a ser interiorizada pelos primeiros e retomada por autores como Richard Burton.

Palavras-chave: mito do *Dark Continent*, propaganda colonial (inglesa e portuguesa), direitos históricos portugueses.

Prólogo

Numa gélida caverna africana, perto do cume de um dos vulcões adormecidos conhecidos como "Seios de Sabá" ou "*Sheba's Breasts*", descansa ainda hoje um cadáver de identidade disputada. Segundo as fontes inglesas, trata-se de "*José da Silvestra*", um "*Delagoa portuguee*" – casta ignóbil caracterizável da seguinte forma: "*there is no greater devil unhung in a general way, battening as he does upon human agony and flesh in the shape of slaves*" (Haggard, 2008: 118). De acordo com as autoridades portuguesas, o corpo pertence de contrário ao fidalgo "D. José da Silveira", ilustre colono de Lourenço Marques, desaparecido desde 1590 quando ao serviço de seu Rei (Queirós, 2008: 119). Apesar desta querela, num ponto específico portugueses e ingleses estão de acordo: era português o infeliz pioneiro, cuja remota descoberta dos "Seios de Sabá" e do reino africano dos "Kakuanas" viria a despoletar os incríveis eventos narrados na *Revista de Portugal* entre outubro de 1889 e junho de 1890, e, previamente, descritos numa popular e informativa obra dada ao prelo no Reino Unido em 1885, de título *King Solomon's Mines* (Queirós, 2008: 30-40).

I

O breve exercício literário com que se introduz em prólogo este artigo tem como propósito a criação de uma ambiência temporária de "suspensão da descrença", servindo assim, pelo seu conteúdo e forma, para ensaiar o cumprimento de três objetivos. Primeiro, realçar a enorme importância que esta técnica narrativa teve, na criação ou consolidação de estados emocionais essenciais à rápida propagação e boa assimilação por parte dos leitores da propaganda colonial (inglesa, ou portuguesa) – quer esta fosse (assumidamente ou não) ficção, não ficção, ou qualquer outra forma mais ou menos híbrida. Segundo, começar a demonstrar que ao longo do século XIX a presença de "antecessores" portugueses nas narrativas propagandísticas inglesas e portuguesas sobre África se mantém um tema recorrente.

Em Inglaterra, esta tendência pode ser nitidamente seguida, desde o período em que se dá o recentrar do foco da pressão pública da defesa do abolicionismo assente no bloqueio naval Atlântico para a apologia de um

imperialismo de ocupação territorial em África (*circa* as décadas de 1830 e 1840) (Brantlinger, 1985: 166-168), até à virada do século – época que os historiadores convencionaram definir como o início da ocupação colonial efetiva de África (1885-1900). Em Portugal, obedecendo a lógicas internas próprias – copiosamente descritas por Valentim Alexandre, nas suas múltiplas análises das iterações do que apelida o "mito da herança sagrada" (Alexandre, 1995) –, o passado seria também recorrentemente evocado e propagandisticamente mobilizado ao longo do século XIX, sendo no entanto interessante notar que, a partir da década de 1840, por vezes as referências aos pioneiros portugueses que eram transmitidas ao público luso o eram em segunda mão, a partir de obras (ficcionais ou não) de autores ingleses.

Finalmente, um último ponto pode ser perfeitamente esclarecido com recurso aos exemplos referidos no prólogo: os "antecessores" portugueses (e o Império Português por sinédoque ou metonímia) são, a par com os africanos, alvo de um permanente (ainda que menos virulento) libelo, cujo poder emocional junto dos leitores é mantido pelo recurso à "suspensão da descrença" e à sua aproximação simbólica e física aos "horrores exóticos" – personificados e dramatizados pelos "Outros" coloniais. Por outras palavras, quando no período vitoriano (*c.* 1830's – 1900) se forja em Inglaterra o mito do *Dark Continent* (Brantlinger, 1985) – pois até aí África era essencialmente apresentada pelos abolicionistas ingleses como um Éden apenas perturbado pelas feitorias dos negreiros nas suas costas (Brantlinger, 1985: 169-175) –, as descrições fantasiosas e hiperbólicas de supostos costumes africanos que o alimentam, e cujo objetivo era por meio da "suspensão da descrença" levar os leitores a emocionalmente aceitarem a necessidade da intervenção imperial britânica, são acompanhadas de caracterizações marcadamente negativas dos "antecessores" portugueses (sempre testemunhas indiferentes e impotentes, ou mesmo atores ativamente participantes nas práticas africanas apresentadas como abomináveis e aberrantes). Nos exemplos apresentados na primeira parte, tanto o insípido apologista colonial Rider Haggard, como o seu contemporâneo – e mestre na denúncia da distopia imperial – Joseph Conrad, recorrem a esta manipulação emocional, apesar de terem agendas diametralmente opostas em relação ao Império Britânico.

Quando debalde Eça de Queirós intenta – já no contexto do período conturbado entre a Conferência de Berlin (1884-1885) e o *Ultimatum* (1890) – resgatar na sua tradução[1] a figura de "D. José da Silveira", o seu esforço reativo está condenado a falhar, pois a associação entre portugueses e selvagens africanos (traçável pelo menos desde *A New and Accurate Account of the Coast of Guinea* de Willem Bosman, escrita em 1702) (Pietz, 1982) vinha sendo trabalhada em Inglaterra (e em outras metrópoles coloniais europeias) de uma forma constante e emocionalmente eficaz desde há décadas, curiosamente num processo de constante diálogo e interação com fontes e autores portugueses. É interessante pois, então apurar não só como se dá a construção em Inglaterra de uma "lenda negra" sobre os portugueses em África (até aqui podíamos contar com a "lenda negra" espanhola e portuguesa, respetivamente nas Américas e na India), mas também como os portugueses são agentes ativos na construção da sua própria subalternidade – acima de tudo por não perceberem que esta era parte essencial do mito do *Dark Continent*, que não resistem em adotar, na tentativa de cooptar e emular o ímpeto colonial britânico (no fundo, o que Eça em parte ensaia com a sua tradução).

II

Quando em 1840 começam a ser dados ao prelo os *Annaes Maritimos e Coloniaes – Publicação mensal redigida sob a direcção da Associação Maritima e Colonial*, este periódico foi apresentado como um simples repositório das *descripções dadas pelos socios dos paizes a que aportarem, e as observações, que tiverem feito no decurso das suas viagens*[2]. Contudo, tanto a Associação Marítima e Colonial (1839) como este seu

1 Sobre a polémica em torno do apurar se Eça foi ou não o tradutor de *Minas de Salomão* – pois publicamente apenas reclamou a sua revisão –, bem como para uma análise das motivações económicas da escolha desta popular obra, consultar a introdução da sua edição crítica, da responsabilidade de Alan Freeland (Queirós, 2008: 15-86).

2 *Annaes Maritimos e Coloniaes. Publicação Mensal Redigida sob a direcção da Associação Maritima e Colonial* (1840-

órgão de propaganda (1840-1846), imediatamente pugnam por uma posição claramente politizada – apesar da evocação inicial a uma utópica neutralidade epistemológica, enxertada diretamente do discurso Iluminista –, próxima do projeto colonial de Sá da Bandeira, seu mais importante impulsionador (Lobato, 2008). A "visão" colonial que vem então a ser expressa nesta publicação – iminentemente situada no rescaldo da publicação do decreto de 10 de dezembro de 1836 (Marques, 1995) – é uma claramente próxima ao novo projeto africano do Império Britânico (Brantlinger, 1985), algo que é assumido e repetidamente reiterado quando os principais tópicos trazidos à baila aquando a discussão da regeneração do Império Africano Português são discutidos: a renovação do esforço missionário, a ocupação territorial (especialmente da costa), a introdução de novas culturas e manufaturas.

Esta "anglofilia" – por vezes explícita, outras vezes encoberta, sendo então o modelo Inglês tido como referência de forma subentendida, e por vezes mesmo por entre virulenta propaganda antibritânica – é manifesta não só em textos como as *Breves considerações sobre a pregação do Evangelho na Africa, Offerecidas á Associação Maritima e Colonial de Lisboa pelo seu Socio e Secretário, António Maria Couceiro*[3] (do ponto de vista da missionologia), como na *Noticia do estado do commercio de Portugal com as suas possessões ultramarinas…*, de José Tavares de Macedo[4] (do ponto de vista económico), e finalmente na intervenção do Major Henrique Duarte Chateauneuff (do ponto de vista do expansionismo militar, conjugado com os dois primeiros)[5]. Citando o último:

> "…só por meio de uma guerra poderão sahir [os naturais] deste estado e acabar o rito bárbaro e supersticioso que seguem, e terminar o costume de se saquearem e assassinarem reciprocamente nas estradas, nas continuas guerras que promovem, quasi sempre motivadas com o fim de se apossarem dos gados e outras vantagens, e para se esquivarem ao trabalho, o qual têm recusado, não obstante as soldadas razoáveis que se lhes têm concedido"[6].

Tendo em conta esta aproximação clara a uma retórica baseada nas narrativas do *Dark Continent*, e a tentativa de emular em Portugal a mudança de rumo que em Inglaterra havia recentrado as atenções do bloqueio naval abolicionista, para a ocupação imperial do *hinterland* africano, é sem surpresa que comecem a ser publicados *Extratos de uma Obra publicada em Londres em 1824, em inglez, cujo titulo traduzido é o seguinte: Relação dos descobrimentos feitos pelos Portuguezes no interior de Angola e Moçambique. Tirado de manuscriptos originaes por T. E. Bowdich*[7].

A opção de incluir uma tradução de Thomas Edward Bowdich (1791-1824) nos *Annaes Maritimos e Coloniaes*, quando o próprio autor inglês havia em 1822 recolhido material original português em Lisboa a fim de produzir a obra agora apresentada ao público lusitano (Bowdich, 1873: vii), em detrimento de avançar com a reprodução dos documentos originais – opção corriqueiramente tomada quando o "mito da herança sagrada" era mobilizado – apenas faz sentido se for também[8] tido em conta o projeto político mais amplo de aproximação à retórica da *civilizing mission* britânica, e a sua conjugação com uma idiossincrasia nacional herdada no Iluminismo:

1841), 1.ª Série, p. 10.

3 *Annaes Maritimos e Coloniaes*… 1.ª Série…, p. 29.

4 *Annaes Maritimos e Coloniaes. Publicação Mensal Redigida sob a direcção da Associação Maritima e Colonial* (1841-1842) 2.ª Série…, p. 135.

5 *Annaes Maritimos e Coloniaes*... 1.ª Série…, p. 168.

6 *Annaes Maritimos e Coloniaes*… 1.ª Série…, p. 169.

7 *Annaes Maritimos e Coloniaes. Publicação Mensal Redigida sob a direcção da Associação Maritima e Colonial* (1843) 3.ª Série…, p. 544.

8 Um aspecto que obviamente contribuiu para a adoção desta solução foi a sua facilidade de execução – tanto mais se for tido em conta que então se vivia ainda um período de rescaldo em relação ao caos da Guerra Civil.

a preferência epistemológica dada ao conhecimento de origem estrangeira (posição que perpassa as críticas dos estrangeirados setecentistas e as reformas Pombalinas, chegando assim ao período Liberal). Esta opção editorial da Associação Marítima e Colonial tem porém implicações que não são desde logo claras, mas que seriam sérias – e impossíveis de controlar quando Eça de Queirós intenta subverter a subalternidade assignada aos "antecessores" portugueses na propaganda imperial de Haggard –, pois imbuídas desde o início nestas narrativas britânicas estão as sementes de uma "lenda negra" contra os portugueses (constituinte dos mitos do *Dark Continent*). Em Bowdich, é por associação, e uma ainda um pouco velada "contaminação" emocional, que a denigração dos portugueses (admitidos como pioneiros em África) começa.

Assim, quando este autor descreve em *Mission from Cape Coast Castle to Ashantee, with a descriptive account of that kingdom* (1819)[9] a visita da sua comitiva ao "Rei" de Coomassie, depois de descrever a composição dos "*fetishes*" locais (Bowdich, 1819: 31-33, 1873: 33-35) e a crueldade – ainda assim sóbria, apesar do autor a classificar como *most inhumane spectacle* – de uma execução (Bowdich, 1819: 33, 1873: 36), bem como a composição sinistra de inúmeros instrumentos e símbolos do poder locais ("*large drums* […] *braced around with the thight-bones of their enemies, and ornamented with their skulls*"; "*horns* […] *ornamented* […] *with the jaw-bones of human victims*"; e "*human trophies of the soldiers*") (Bowdich, 1819: 36, 41, 1873: 38,39,44), refere ainda, *en passant*:

> "The cook had a number of small services […] and a large quantity of massy silver plate was displayed before him – punch-bowls, waiters, coffee-pots, tankards, and a very large vessel with heavy handles and clawed feet, which seemed to have been made to hold incense. I observed a Portuguese inscription on one piece, and they seemed generally of that manufacture. The executioner, a man of an immense size, wore a massy gold hatchet on his breast; and the execution stool was held before him, clotted in blood" (Bowdich, 1819: 37-38, 1873: 40-41).

Torna-se então claro, que apesar de o autor repetir o *cliché* de que os nativos aguardavam com ansiedade a oportunidade de "*behold white men for the first time*" (Bowdich, 1819: 33, 1873: 35), os portugueses (representados aqui pelos seus vestígios, significativamente não só cutelaria em prata, mas um item de significância religiosa Católica, o incensário[10]) haviam já presenciado igual espetáculo, e participado em semelhante corte[11], sendo assim associados à forte carga emocional de repulsa que Bowdich espera transmitir aos seus leitores. Esta associação dos "antecessores" portugueses com as instituições nativas – que, mesmo quando apresentadas de uma forma relativamente neutral, o são enquanto profundamente ilógicas (Brantlinger, 1985:173) – dá-se porém de uma forma muito mais explícita, quando Bowdich tenta fazer sentido da tradição local segundo a qual os "*Ashantee, Warsaw, Fantee, Akim, Assim, Aquamboe, and part of the Ahanta nations*" descenderiam de doze "*tribes or families*" (Bowdich, 1819: 229-230, 1873: 180-181)[12], às quais reclamavam pertença independentemente das suas filiações nacionais[13].

---

9 Será igualmente tida em conta a reedição desta obra de 1873 – mais curta e com algumas passagens polémicas cortadas – de forma a permitir traçar permanências e omissões (Bowdich, 1873).

10 Bowdich viria a referir outros traços da presença lusitana em África nesta sua obra, nomeadamente algumas espécies vegetais exóticas (Bowdich, 1819: 326,337,444, 1873: 274), toponímias (Bowdich, 1819: 215,349-350) e as ruínas de um forte (Bowdich, 1819: 422). Na versão de 1819, refere mesmo que "*according to the natives the Portuguese settled here first* [Acra] […] *and exercising the greatest cruelties and enormities, were extirpated by the Accras*" (Bowdich, 1819: 218).

11 De notar que Bowdich refere a presença de uma comitiva muçulmana, a que se refere como *the Moors* (Bowdich, 1819: 37, 1873: 40), e o manuseamento de mosquetes dinamarqueses e bandeiras desta e de outras nacionalidades europeias (britânicas e holandesas) (Bowdich, 1819: 31,36, 1873: 34,37).

12 Sendo estas a *Aquonna Abrootoo, Abbradi, Essonna, Annŏna, Yoko, Intchwa, Abadie, Appiadie, Tchweedam, Agoona,* e a *Doomina* (Bowdich, 1819: 230, 1873: 181).

13 Assim, um *Ashanntee* e um *Warsaw* podiam, apesar da suas origens nacionais diferentes, reconhecerem-se como

Bowdich começar por procurar a etimologia do nome de cada uma das "familias", tentando estabelecer uma hierarquia entre elas com base na sua antiguidade, e na aptidão dos seus membros para desempenhar certos cargos, passando a tentar perceber se a associação de alguns nomes a animais implicava um *tabu* alimentar em relação a estes – o que nem sempre se dava – e se as famílias com nomes relacionados com a caça, a agricultura, o comércio ou a arquitetura desempenhavam papeis sociais determinados por este vínculo – como se existisse um sistema de castas, o que também não se verificava (Bowdich, 1819: 230-231, 1873: 181-182). Então, Bowdich dá ao prelo a seguinte passagem:

> "The origin and improvement of architecture in the red earth; and of commerce, probably, in the palm oil; indeed, the native have included the Portuguese, the first foreign traders they knew in that family[14], alleging that their long and more intimate intercourse with the blacks has made the present race a mixture of the African and Portuguese. The servant race reminds us of the curse of Canaan. This resembles a Jewish institution…" (Bowdich, 1819: 231, 1873: 182).

Bowdich admite assim uma antiga presença Portuguesa, e a influência lusa nas instituições locais – como parte de uma busca pelas origens tão obstinada que aceita hipóteses ténues, como a de que paralelos com o mito Camítico revelariam ascendências judaicas –, mas apenas enquanto chama a atenção para a falta de coerência dos costumes locais, classificando-os, *avant la lettre*, como instâncias de *pensée sauvage*. O significado mais lato da participação portuguesa nas grandes "famílias" africanas torna-se evidente, quando o autor sugere de seguida que pela ocasião da Guerra Ashanti-Fante (1806-1807) um "*fetish*", cultuado por "*fetish men of the sanctuary* […] *near Sooprooroo"*, havia repreendido os beligerantes por serem "*formerly all one family"* (Bowdich, 1819: 231, 1873: 182). Conforme o mito sobre o *Dark Continent* ganha crédito, especialmente nas vésperas e durante a prolongada Guerra Anglo-Ashanti (1824-1901), é fácil perceber o que uma semelhante ligação familiar (em que os portugueses estão também incluídos) implica, na perspetiva dos leitores ingleses do século XIX.

Que Bowdich não tem em grande consideração os portugueses, é porém público, como o próprio admite quando transcreve um diálogo com um seu escravo, de nome "*Odumata*" – passagem excluída da edição de 1873, sem dúvida devido à menção à posse de escravos pelo autor: "*He entered into conversation concerning the power of England over other nations,* […] [ele] *had seen many Portuguese, but did not like them, "as they were all wenches!" He seemed pleased that I did not like them either*" (Bowdich, 1819: 385). Tal sentimento reitera de novo na sua obra *Excursions in Madeira and Porto Santo, during the autumn of 1823, while on his third voyage to Africa* (1825), em que narra precisamente a ocasião em que alinhavou a obra que os *Annaes Maritimos e Coloniaes* deram ao prelo em português (*An account of the discoveries of the Portuguese in the interior of Angola and Mozambique*) (1824). Então, lança o seguinte libelo aos portugueses (que nitidamente ecoa o timbre de conhecidas críticas de Voltaire):

> "It has almost always been the custom with every Portuguese, holding a distinguished appointment, such as that of a minister or governor, to preserve copies of all the despatches and instructions written and received by him during his administration, as well as of every other official document, and to have them bound together on his retirement, and deposited in the family library, like any other historical volume, for his own justification, and for the honour and instruction of his descendants. Thus much has escaped in manuscript, which would have been condemned by that

---

"irmãos", se, por exemplo, partilhassem uma ascendência *Annŏna* (Bowdich, 1819: 230, 1873: 181).

14 Bowdich refere-se às "famílias" "*yoko*" e "*agoona*", cuja etimologia deriva respetivamente da "*red earth used to paint the lower parts of the houses in the interior*" – inovação que considera de origem lusa – e *"place where palm oil is collected*" (Bowdich, 1819: 230, 1873: 181).

> Inquisition which allowed no man a bible, which authorised the Custom-House to rob the foreigner even of his prayer-book, which stole any man from his family whom a malignant or designing neighbor fee'd them to impale"(Bowdich, 1825: 2-3).

Depois desta breve introdução à forma como conseguiu fontes para a sua obra, o autor alonga-se nas suas acusações de cabotinagem às elites portuguesas – concluindo que "*the word gentleman, however, is not understood in France or in Portugal, perhaps not on the continent*" (Bowdich, 1825: 4) – passando a descrever como encetou uma exploração naturalista dos arredores de Lisboa (Ajuda, Almada, Aqueduto das Águas Livres, e proximidades de Cintra) antes de seguir para as colónias portuguesas (Madeira) e África:

> "The *scabiosa succisa* was thinly scattered at the bottom of the hill; the *sisymbrium palustre* also confined itself to the bottom of the hill; the *menthe arcensis* grew at the foot, and frequently presented itself until half way up the ascent, where it totally disappeared. About midway, there were some dwarfish tufts of the *ulex europæus*; and a great profusion of the *genista viscosa*, the *euphorbia dendroides*, and the *atractylis humilis*" (Bowdich, 1825: 6).

A forma conspicuamente erudita como Bowdich mutila a sua prosa, que prossegue neste tom por largas páginas, alternando entre análises botânicas (também a líquenes e algas), geológicas (incluindo fósseis) e zoológicas, tem como inegável propósito uma colonização simbólica da capital metropolitana do Império Português, que aqui é subalternizada sendo retratada de igual modo que os locais africanos de interesse para o autor, e para o público imperialista britânico. O abuso da nomenclatura binomial[15], marcador explícito do conhecimento elevado à categoria da "ciência universal", na descrição das paisagens de Lisboa[16] – imediatamente após as referências à Inquisição e à incapacidade cultural e desinteresse científico criminoso das elites, e antecedendo uma caricatura de um "licenciado de Coimbra" obcecado apenas com a materialidade do canudo do seu diploma (Bowdich, 1825: 12) – tem assim como fim explícito aproximar os Portugueses dos povos africanos que são o *métier* por excelência do autor (e cuja análise ocupa parte de *Excursions in Madeira…*, postumamente anexada pela sua viúva). Por outras palavras, Bowdich coloniza cientificamente a metrópole portuguesa, no processo desqualificando simbolicamente os autóctones, não dando reconhecimento ao saber erudito previamente construído pelos locais (nas "Viagens Filosóficas" Iluministas, por exemplo), e processando o conhecimento popular como o faria com o dos africanos negros:

> "As I passed through the fish-market, I looked anxiously for the *peite espada* [sic], a species of *lepidopus*, which has been described several times, and each time as new. […] I sent it to my lodgings, but it was too far gone for dissection when I returned; I was, therefore, compelled to content myself with a full length drawing […] In searching for this fish, I found a species of *gadus*, belonging to the division *merluches* of Cuvier. The Portuguese called it *pescada*, and salted it like the stock-fish, g. *merluccius*…" (Bowdich, 1825: 10).

---

15 Sobre o recurso à nomenclatura binomial como "*linguistic imperialism*", ou "*onomastic imperialism*", ver o capítulo da obra de Londa Schiebinger dedicado ao tema (Schiebinger, 2004: 195-225).

16 De notar que a nomenclatura binomial apenas foi consensualmente aceite pela comunidade científica internacional – ainda assim esmagadoramente ocidental – em 1905, e que até lá nações e tradições científicas ocidentais em bloco a rejeitavam, como artificial e culturalmente inaceitável (Schiebinger, 2004: 195-225). Tal era o caso da França e da Alemanha, sendo que o sistema de Lineu era especialmente hegemónico na sua Suécia natal, e no Reino Unido (Schiebinger, 2004: 219-221). A crítica coletiva que Bowdich anteriormente tece ao "cavalheirismo" de Portugueses, Franceses e "continentais" em geral, pode portanto ser entendida no contexto de uma tomada de posição nesta rivalidade, que em inícios de oitocentos era tão apaixonada que extravasava do domínio da Botânica e das Ciências Naturais (Schiebinger, 2004: 219-221).

Torna-se então explícito o efeito indesejado que a tradução de Bowdich, e a sua inclusão nos *Annaes Maritimos e Coloniaes*, tem no meio cultural português: apesar de ser apelativo para as elites liberais anglófilas (ou meramente desejosas de seguir o "sistema colonial" inglês) apenas reproduzir as suas coletâneas e informações (tanto mais que o próprio tudo faz para as cobrir de marcadores conspícuos de erudição), ao o fazerem, a crítica que Bowdich tece aos seus compatriotas é automaticamente interiorizada. Isto, pese embora ter sido tomada a opção de divulgar apenas *Extratos de uma Obra*…[17], o que permitia censurar passagens explicitamente críticas, como a seguinte: "*Alike insensible to the impulse of benevolence and the interests of learning, this state* [o Português] *refused to make known particulars, from the concealmente of which it could derive no advantage*" (Bowdich, 1824: 3). Reforça-se portanto com a divulgação de Bowdich não só a aproximação lusitana aos costumes, práticas e epistemologias africanas – o cerne de um libelo já com origem nas rivalidades Luso-Neerlandesas de seiscentos e setecentos – como a ideia da sua incapacidade ou desinteresse para a verdadeira erudição e ciência.

III

Em 1838, Thomas Fowell Buxton (1786-1845), o principal líder do movimento abolicionista inglês após Wilbeforce, publica a sua influente obra *The African slave trade and its remedy* – um tratado que viria a impressionar fortemente Livingstone, e a impulsionar definitivamente o novo paradigma expansionista britânico assente em protetorados e ocupação territorial[18] (Brantlinger, 1985: 173, 176). Buxton, em contacto direto com a viúva e testamenteira literária de Bowdich, viria a incorporar na sua obra passagens das obras deste explorador, bem como de um contemporâneo de ambos – bastante mais sensacionalista na sua escrita –, Richard Lemon Lander (1804-1834) (Buxton, 1840: 226, 314). Sendo que Buxton medeia dois períodos radicalmente diferentes quanto à forma de entender África no Reino Unido – correspondentes ao abolicionismo assente no bloqueio marítimo, e ao intervencionismo vitoriano (no primeiro África era vista como um Éden sitiado, no segundo como o *Dark Continent*) – é interessante apurar como o autor dá corpo na sua obra a esta mudança paradigmática, uma vez que o faz precisamente com recurso ao libelo aos portugueses e demais antecessores europeus, árabes, e magrebinos dos britânicos.

Em *The African slave trade*..., o continente Africano é apresentado já como um "*kingdom of darkness*" (Buxton, 1840: 11), ainda que a culpa por este estado presente de coisas não seja imputada aos africanos negros, mas aos europeus que haviam corrompido um arcadismo idílico (a qualidade de Éden, que os românticos abolicionistas atribuíram a África mantém-se na essência, sendo apenas deslocada para um passado remoto): "*Bosman, about 1700, writes that it was the early European settlers who first sowed dissension among the native of Africa, for the sake of purchasing their prisoners of war*" (Buxton, 1840: 227). Tendo em conta que mais uma vez o influente Willem Bosman surge como fonte, é seguro afirma que o modelo perfeito deste europeu corruptor dos africanos é o português, sendo que à prioridade histórica lusa – ironicamente, o cavalo de batalha dos propagandistas portugueses do século XIX – passa a ser atribuída uma forte carga emocional negativa. Se os portugueses são cada vez mais reconhecidos como "antecessores" pelos britânicos, a partir da década de quarenta de oitocentos, são-no numa qualidade luciferina, pois ao supostamente introduzirem a escravatura, causaram a queda "miltoniana" do Homem negro africano:

> "The African has acquired a taste for the productions of the civilized world. They have become essential to him. The parent – debased and brutalized as he is – barters

17 *Annaes Maritimos e Coloniaes*… 3.ª Série…, p. 544.

18 Em grande medida a despeito da opinião de Buxton, adepto da mera "ocupação" agrícola e comercial, por via de expedições que "abrissem" África ao comércio (Buxton, 1840: 483). Contudo, quando a Expedição "humanitária" ao Níger de 1841 falha – sendo que Buxton apostou tudo na sua realização –, as suas premissas quanto ao *Dark Continent* e aos males do tráfico continuam a ser aceites, mas a sua solução não o é mais, sendo preterida a favor da via expansionista militar (Comaroff e Comaroff, 1991: 51, 319).

> his child; the chief his subject; each individual looks with an evil eye on his neighbor, and lays snares to catch him, – because the sale of children, subjects, and neighbors, is the only means as yet afforded, by European commerce, for the supply of those wants which that commerce has created" (Buxton, 1840: 7).

Partindo desta premissa – um suposto passado idílico que atesta o merecimento moral dos africanos à ajuda inglesa e o seu estatuto de bons selvagens[19], apenas corrompido pela ação dos rivais coloniais diretos dos britânicos –, facilmente Buxton pode passar a denunciar os horrores do "*kingdom of darkness*" (Buxton, 1840: 11), aproveitando o saldo emocional das suas narrativas não para repelir os seus compatriotas de África, mas para os chamar a intervir no *hinterland*, em nome de causas humanitárias. Paralelamente a este processo de exortação à ação, Buxton denigre constantemente os rivais coloniais do Império inglês, quer a um nível implícito, porque eram a origem última dos costumes bárbaros (pois eram os que "*first sowed dissension*") (Buxton, 1840: 227), quer mais explicitamente ao os associar por proximidade com os horrores descritos, ou ao sugerir a sua participação nestes. Do teor dos horrores[20] é bem exemplificativa a seguinte passagem, que descreve uma "*fetish tree*" encontrada na cidade portuária de Badagry, na atual Nigéria, e o suposto ritual em torno do seu culto:

> "Each criminal [na verdade prisioneiro de Guerra] being conducted to the fetish tree […] a fellow steals imperceptibly behind him with a heavy club, inflicts a violent blow on the back of the head, and […] dashes out his brains. The senseless being is then taken to the fetish hut […] [a sua] head is severed from the trunk with an axe, and the smoking blood gurgles into it [numa cabaça preparada para o receber]. […] other wretches […] extract the heart entire from the breast […], it [o coração] is presented to the King first, and afterwards to his wives and generals […] and his majesty and suit making an incision into it with their teeth, and partaking of the foamy blood, which is likewise offered, the heart is exhibited to the surrounding multitude. It is then affixed to the head of a tall spear, and with the calabash of blood, and headless body, paraded through the town, followed by hundreds of spearmen, and a dense crowd of people. Whoever may express an inclination to bite the heart or drink the blood, has it immediately presented to him for that purpose, the multitude dancing and singing" (Buxton, 1840: 241-242).

Central à tese que Buxton defende, quando narra eventos desta natureza, é que tais atos de barbarismo eram direta e essencialmente decorrentes da existência da instituição da escravatura no continente africano (a causa próxima e última da "*very low rate at which human life is valued*") (Buxton, 1840: 240-241). Notar a relevância deste pormenor está longe de ser um preciosismo, pois dele advêm duas consequências importantes. Primeiro, como já foi demonstrado, tal ligação atribui em última instância a culpa moral destes massacres aos povos que supostamente introduziram a escravatura nestas sociedades (*primus inter pares*, os portugueses[21]), garantindo que apesar da aceitação da veracidade de tais cerimónias, os africanos poderiam manter uma certa patine de "bons selvagens", resgatáveis pela extensão do protetorado britânico. Segundo, negar o contra-argumento

---

19 Apesar da carga superficialmente positiva associada a estas imagens, deve-se ter em mente que estas se tratam de conceções paternalistas e condescendentes, baseadas em mitos europeus e parte da *mythopoeia* mais abrangente do *Dark Continent*. Por outras palavras, ainda que a imagem do "bom selvagem" fosse temporariamente associada aos africanos e/ou seus antepassados, tal era sempre tendo a sua subalternização como meta. Assim sendo, apesar de nesta secção se dar mais atenção ao libelo lançado contra portugueses, não se deve perder de vista que este era ainda assim de uma ordem de grandeza inferior aos que eram avançados contra os africanos negros.

20 Cuja fabricação é passível de ser demonstrada – o que não será aqui encetado, por tal extravasar o escopo deste artigo.

21 Buxton era de tal maneira energético no seu *lobbying* contra o Império Português, que chegava mesmo a agastar Palmerston e Lord Melbourne, graças à constante pressão que dirigia ao Conselho de Ministros britânico (Thomas, 1999: 658-659).

dos negreiros (lusófonos e demais) de que ao "resgatarem" escravos do continente Africano para as Américas estavam a prestar a estes e à Humanidade um serviço (pois de contrário seriam sacrificados em semelhantes festins, e *à quelque chose malheur est bon*) (Marques, 1999: 257).

Apesar deste esforço, assim que a descrição gráfica das barbáries entra na esfera pública europeia, engrossando o mito do *Dark Continent*, passa a facilmente ser separável de todo este aparato teórico construído por Buxton a fim de a "domesticar" (para servir apenas para o avanço da sua propaganda abolicionista), passando igualmente a estar disponível para mobilização por parte dos negreiros defensores do "resgate humanitário" de escravos, e demais "toleracionistas" e "gradualistas" portugueses das décadas de quarenta a setenta do século XIX (Marques, 1999: 83-86). Contudo, tal como anteriormente os liberais próximos a Sá da Bandeira ao enxertarem a obra de Bowdich em Portugal acabaram por disseminar as raízes teóricas da sua própria subalternização, também agora, ao reproduzir as descrições de horrores que Buxton e seus sucessores mobilizam, os "gradualistas", julgando apenas denigrir os negros africanos, acabam interiorizando o libelo contra os portugueses que está desde o início entrelaçado com estas narrativas (Marques, 1999). Regressando à passagem em que a "*fetish tree*" de Badagry é descrita, é interessante ter em conta o autor de quem Buxton a tomou de empréstimo, Richard Lander.

Autor e explorador profícuo, Lander pública em dois volumes as memórias da última e gorada expedição de Hugh Clapperton (1788-1827) a África (1830). Do segundo volume, consta a descrição da árvore do "*fetish*" de Badagry, que Buxton havia transcrito integralmente, sendo que o interessante portanto não é comparar as duas versões (em tudo idênticas), mas referir o contexto textual e meta-textual em que Lander situa esta "aberração". Para tal, é útil começar por transcrever o resumo curto com que o autor em epígrafe abre o capítulo em que a "*fetish tree*" faz a sua aparência:

> "The Fetish-huts and tree at Badagry – Owing to insinuation of the Portuguese the Author is compelled by the priests of the Fetish, to swallow bitter water, being the only European that ever underwent that dreadful ordeal – His reflections when informed of the circumstance – Astonishing preservation from an expected cruel death – Sacrifices of human beings under the branches of the Fetish-tree, exceeding in atrocity all previous accounts [o trecho em específico que Buxton reproduz] – Song of the inhabitants with Adólee [Rei de Badagry] at their head, on the occasion – The Author, on his visit to a Portuguese pirate, discovers the sacred Fetish-tree of the Badagrians growing in the heart of a forest and covered with the dismembered corpses of human beings – Remarks on the Portuguese" (Lander, 1830: 252).

Este capítulo será então escrito de forma circular, começando com descrições da interação entre o culto local dos "fétiches" e a interferência dos negreiros portugueses nos costumes locais (vínculo a ser quebrado pelo verdadeiro herói "europeu": Richard Lander), terminando com comentários – nada abonatórios – acerca dos "antecessores" portugueses que o explorador inglês encontra no terreno, e a quem imputa a culpa última do tráfico negreiro[22].

Conforme o resumo de Lander indica, o explorador começa por narrar a forma como os comerciantes portugueses locais manipulam as acusações de feitiçaria junto de Adólee, o monarca de Badagry, e sua corte, terminando com a sujeição de Lander ao ordálio da "*bitter (poisonous) water*" (Lander, 1830: 253-254) – sendo que o britânico entende que o acusaram de traição, não percebendo bem o que se está a passar –, nas referidas *"Fetish-huts*":

> "In this Pagan sanctuary all suspected persons go through the ordeal of bitter (poisonous) water, in order to ascertain their guilt or innocence; and death, which

22 "Badagry being a general mart for the sale of slaves to European merchants, (who are now, I believe, almost exclusively confined to agents belonging to the Portuguese nation,)" (Lander, 1830: 250)

> in almost all cases ensues shortly after the prisoner receives the fatal draught into his stomach […].[…] the calumnies of the Portuguese had recently begun to display their effects very strikingly; Adólee had latterly behaved in a cold and distant manner to me; and his chiefs studiously shunned my presence…" (Lander, 1830: 253-254).

Para além desta associação entre Portugueses, os rituais em torno das "*Fetish-huts*" – que do ponto de vista moderno é possível perceber se tratarem na verdade de cultos anti feitiçaria ou *anti-witchcraft* (Douglas, 1987) –, e os "*fetish priests*" (Lander, 1830: 254, 256), Lander recorre à liberdade literária para na parte final do capítulo dar uma ideia do "*subject and nature*" dos rituais locais (Lander, 1830: 261), transcrevendo cânticos africanos na forma de uma *nursery rhyme* britânica[23] (Lander, 1830: 262-264), e finalmente recorrendo às convenções do género gótico para vincar o horror que supostamente presenciou:

> "The huge branches of the fetish-tree, groaning beneath their burden of human flesh and bones, and sluggishly waving in consequence of the hasty retreat of the birds of prey; the intense and almost insufferable heat of a vertical sun; the intolerable odour of the corrupt corpses; the heaps of human heads, many of them apparently staring at me from hollows which had once sparkled with living eyes; the awful stillness and solitude of the place, disturbed only by the sighing of the conscious wind through the somber foliage, or at intervals by the frightful screaming of voracious vultures, as they flapped their sable wings almost in my face – all tended to overpower me; my heart sickened within my bosom, a dimness came over my eyes, an irrepressible quivering agitated my whole frame, my legs refused to support me, and, turning my head, I fell senseless into the arms of Jowdie, my faithful slave!" (Lander, 1830: 268).

Após este sufocante excesso, é interessante relembrar que Lander "descobre" esta "árvore" quando a caminho de conhecer "Don Pedro", o temível "*Portuguese pirate*" e traficante de escravos – que por pouco o engana e, seguindo o *cliché*, o força a "*walk the plank*" até mergulhar para os tubarões (Lander, 1830: 270). É importante pois ter em conta, que, quando Lander tece os seus finais "*Remarks on the Portuguese*", o faz após recorrer liberalmente à técnica de "suspensão da descrença" – como havia sido teorizada por Samuel Tylor Coleridge e adotada pelos Românticos ingleses (Coleridge, 1817: cap. XIV) –, não só para levar os seus leitores a sentirem certas emoções perante África e os africanos negros, mas igualmente – por associação ou diretamente – face aos "antecessores" portugueses do Império Britânico.

O uso deliberado desta técnica de manipulação emocional seria abertamente admitido por Buxton, que no seu *The African slave trade…*– já na segunda parte, de título "*The Remedy*" – dedica um capítulo à "*Elevation of Native Mind*" (Buxton, 1840: 459). Aí, roga o abolicionista inglês:

> "In the first part of this work I have given a description of the deadly superstition which prevails in Africa, and of the effect it produces. The reader is requested to carry a sense of this most miserable state of things along with him, while we are considering what can be done towards the moral, intellectual, and religious improvement of the people" (Buxton, 1840: 459).

Torna-se então claro, que mesmo em obras de síntese como a de Thomas Buxton o recurso à "suspensão da descrença" a fim de produzir estados emocionais no leitor, propícios à sua aceitação dos "remédios" prescritos

---

23 Que intitula: "*Song of the Badagrians at their human sacrifices*" (Lander, 1830: 262), sendo a primeira estrofe a seguinte: "*When the blow the spirit lulls, / Bear him to the "House of Skulls;" / The calabash and gourd prepare – / The knifem the axe, the bow, the spear. / Faintly sighs the gasping breath; / Agra's eye-lids close in death! / 'Tis done! the headless trunk remains, / Bleeding from a thousand veins.*" (Lander, 1830: 262).

para África, é essencial, sendo que parte desta carga emocional negativa era de facto reservada aos rivais coloniais do Império Britânico. Uma vez que cada obra dedicada à compilação de fontes primárias e secundárias, como a de Buxton, se afastava mais dos relatos em primeira mão – ainda assim mantendo o tom e a carga emocional negativa destes nas suas entrelinhas – é então possível que portugueses e demais concorrentes do Império Britânico aceitem a autoridade destes textos que se baseiam na sua subalternização, pois esta é neles apenas implícita (e portanto mais difícil de conscientemente perceber e refutar). Por outras palavras, face às liberdades literárias de Lander seria possível mesmo ao leitor português seu contemporâneo imediatamente perceber a manipulação propagandística que se estava a passar, mas face à síntese que Buxton faz do primeiro (em que os pormenores mais góticos e incríveis são silenciados, mantendo-se a carga emocional negativa face aos "antecessores portugueses"), os intelectuais portugueses têm menos defesas, sendo que ao a aceitarem, admitem a sua própria subalternização.

Nas pouco estudadas obras de Thomas Buxton, Thomas Bowdich e Richard Lander, resolve-se portanto o desafio (largamente filosófico) que a vetusta presença portuguesa em África coloca ao Império Britânico, neste período de transição do abolicionismo baseado no bloqueio atlântico para o expansionismo vitoriano. Contrariamente ao que as elites culturais e políticas portuguesas da época inúmeras vezes lastimavam, esta presença não é ignorada (facilmente o poderia ser), mas constantemente marcada e relembrada, de forma a cumprir dois propósitos: justificar a "queda" do "Adão" negro; e admitir um ponto de partida para a empresa imperialista britânica, que teria como fito fazer o que os portugueses haviam sido incapazes de cumprir (por cupidez e insuficiência rácica ou civilizacional – dependendo do prisma adotado pelos seus detratores). Percebendo este contexto, torna-se claro porque, conforme o século XIX progride, o interesse pelas antigas explorações portuguesas cresce paralelamente em ambos os impérios, sendo que em Portugal e no Reino Unido esta tendência resulta da persecução de interesses antagónicos. Esta disparidade nem sempre é apercebida pelos portugueses, que ao repescarem ou traduzirem as obras dos seus rivais britânicos – mesmo cortando partes pouco abonatórias – enxertam toda uma dinâmica de subalternização de si mesmos para o seio da sua própria cultura nacional.

IV

Em 1881, Richard Francis Burton (1821-1890) é recebido na capital do Império Português – mais de meio século depois de Bowdich por ali haver passado em busca de fontes sobre a presença portuguesa em África (1822) – pela Sociedade de Geografia de Lisboa (1875). Então, este é o breve anúncio publicado no Boletim da instituição, na sua secção de "Noticiario":

> "**Burton**. – Passou há dias por Lisboa o ilustre explorador africano e publicista inglez, nosso consocio, o sr. Richard F. Burton, de passagem para a Costa do Ouro. Visitou logo a nossa Sociedade, e a direcção d'esta sentiu que não pudesse, pela curta demora do grande explorador em Lisboa, proporcionar-lhe occasião de receber directamente as manifestações de sympathia e de respeito a que elle tinha direito, não somente pelos consideráveis serviços prestados á sciencia, e pela sua larga e productiva ilustração, mas pela justiça que tem feito a Portugal em muitos dos seus escriptos, e pela afeição que tem manifestado pelo nosso paiz e pelos nossos trabalhos".[24]

Se era então inegável o fascínio que a *persona* de Burton exercia internacionalmente – devido ao seu forte carisma e elevado prestígio enquanto explorador, tradutor e aventureiro –, é mais difícil perceber em que consiste a suposta "justiça" e "afeição" que a Direção da Sociedade de Geografia entendia haver sido dispensada por ele a Portugal, ao ponto de lhe desejar prestar homenagem.

---

24 *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (1881), Lisboa, Imprensa Nacional, 2.ª Série, n.º 7 e 8, p. 600.

De facto, a razão pela qual Burton é tido em tão alta estima, passa pelo facto de ter dado ao prelo em 1873 – ano em que *Mission from Cape Coast Castle*… de Bowdich é reeditada – a obra *The Lands of Cazembe: Lacerda's Journey to Cazembe in 1798*, uma tradução copiosamente anotada dos diários de viagem e demais documentos relacionados com o malogrado explorador português Francisco José de Lacerda e Almeida (1750-1798). Nesta obra, que engloba outras contribuições e fontes portuguesas sobre o reino centro-africano do Cazembe (pertencente à moderna Zâmbia), Lacerda é apresentado como um "*martyr in the cause of science*" (Burton, 1873: 1), sendo que o papel de "antecessores" dos portugueses é igualmente reafirmado e reconhecido:

> "[as] *earliest authorities upon the subject of Africa, the classical and sub-classical authors, were followed by the Portuguese, who betimes, in the sixteenth century, established factories on both coasts*. […] *Foremost in the heroic band* [constituído pelos portugueses], *stands* […] *Dr. Francisco José Maria de Lacerda e Almeida* […] *whom of late years it has been the fashion to ignore* (Burton, 1873: 1)

Face a este "resgate" da memória de Lacerda – que aqui apenas faz sentido se for do ponto-de-vista do público inglês[25] –, a homenagem da Sociedade de Geografia de Lisboa parece ser numa primeira instância justa. Porém, tendo em conta a dinâmica que regia a "digestão" do pioneirismo luso de forma a avançar a agenda do imperialismo britânico, é sem surpresa que se verifica que logo após Burton descrever desta forma – como "mártir" e "herói" – o "antecessor" português, é esta a avaliação que faz da sua personalidade:

> "He moralises much, and he is somewhat profuse in reflections, far more sound than novel; whilst perhaps the first personal pronoun is made to occur a little too frequently. He is grandiloquent as a Castilian; he indites awfully long-winded sentences, and he drags in, like an Anglo-Indian, breakjaw native words. Finally, he has not forgotten his Hippocrates; and he is not ashamed to quote his Horace" (Burton, 1873: 6).

Logo de seguida, o explorador e tradutor faz a seguinte avaliação dos portugueses em bloco (o que sugere que a descrição de Lacerda é já uma metonímia desta nação): "*But the old Portuguese were earnest in their reliance upon propagandism, and this often unselfish motive runs like a thread of gold through the coarse web of their luxury, cruelty, and covetousness*" (Burton, 1873: 14). As "manifestações de simpatia" da Sociedade de Geografia, que assim não deixa de revalidar os comentários de Burton (e o seu libelo contra os portugueses – ainda que especialmente dirigido aos "*old Portuguese*"), são portanto mais uma instância de um processo análogo ao da divulgação dos *Extratos de uma Obra*... de Bowdich nos *Annaes Maritimos e Coloniaes*: uma tentativa de apropriar politicamente do prestígio e da aura de autoridade de uma obra estrangeira acaba resultando na interiorização em Portugal da subalternidade dos portugueses.

Curiosamente, a própria Sociedade de Geografia de Lisboa havia sido fundada tendo a consciência (ainda que não totalmente explícita) desta subalternização enquanto inspiração. O primeiro texto a ser dado ao prelo no Boletim desta instituição científica, intitulado *Expedição portugueza á Africa Central*, e abaixo-assinado coletivamente pela fina-flor da elite colonialista de então, é disto prova clara, sendo que é interessante citá-lo longamente:

> "Dos povos actuaes, fomos nós […] os primeiros que começamos a devassar a Africa á civilização, á sciencia e ao trabalho europeu, e somos nós, ainda, os que em melhores condições nos achamos, para prosseguir na resolução do grande problema

25 Pois Acúrcio das Neves já havia publicado parte deste espólio em 1830, na sua obra *Considerações políticas e comerciais sobre os descobrimentos, e possessões dos portuguezes na Africa, e na Asia*, sendo que a partir da quarta série dos *Annaes Maritimos e Coloniaes* (1844), Sá da Bandeira passa a dar ao prelo de forma periódica este mesmo corpus documental (seriado até à quinta série, de 1845).

> que hoje preoccupa o mundo culto, do conhecimento e exploração do continente africano.
> Melhor do que nós, doloroso é dizel-o, parece compreender a nossa situação, os nossos recursos, os nossos proprios deveres, os estrangeiros que nos requestam o auxilio para as suas expedições, **que nos consultam os archivos e as bibliotecas** para elucidação dos seus viajantes.
> Elles sabem que lhes **não é fácil percorrer o sertão africano sem encontrar pisadas de portuguezes**; elles sabem que o Tanganyika já não nos era desconhecido no seculo XVI; elles proprios ligam o nome do famoso lago aos dos nossos Diogo Cam, Gonçalo de Souza e Duarte Lopes; elles não ignoram que os celebres Niyauzas aparecem já nas nossas velhas cartas: elles encontram por toda a parte a tradição portugueza – **tradição terrivelmente viciada ás vezes, por compatriotas nossos, n'aquellas regiões**; – são os portuguezes os seus melhores guias, é-lhes frequentemente a nossa língua e a nossa amizade valiosissmo auxilio.
> E se **do meio d'esses estrangeiros se alevanta uma propaganda acérrima contra a nossa soberania**; se assumido o **nome portuguez é enxovalhado por ele com as mais violentas e até com as mais injustas acusações**, que nós não esqueçamos no nosso aliás legitimo despeito, **o que há de fundamentado e de dolorosamente verdadeiro n'essas censuras** nem tão pouco os fins que póde atingir essa **propaganda singularmente insistente se não systematica**, a que não menos singular exclusões do nosso conselho e do nosso nome em assumpto que tão perto nos interessa devem dar uma importância maior do que aquella que até hoje tem merecido. A Sociedade de Geographia de Lisboa […] nascida hontem, recebeu ao alvorecer para a vida e para o trabalho a inspiração d'estas ideias…"[26].

Neste trecho matricial da Sociedade de Geografia de Lisboa estão condensados todos os pontos até aqui analisados, no ensaio de perceber a forma como os "antecessores" portugueses foram manipulados pela propaganda britânica enquanto parte do mito do *Dark Continent*, sendo posteriormente a subalternização paralela entre africanos negros e portugueses aceite e interiorizada em Portugal. Não só é feita uma referência aos "arquivos e [à]s bibliotecas" lusas, como às "pisadas" – metáfora perfeita para o conceito derridiano mais abstrato de "traços" ou "rastros" – "de portuguezes", sendo que ao mesmo tempo elementos do libelo inglês são aceites (o "dolorosamente verdadeiro" e a "tradição terrivelmente viciada**"**), o que é profundamente paradoxal porque a sua natureza propagandística é claramente reconhecida ("propaganda singularmente insistente se não systematica")[27].

O paradoxo de ter uma organização que se funda com base num tal texto, a apenas seis anos depois receber de forma extática Richard Burton, apenas se percebe se for tido em conta não só o processo mais longo que teve início no dealbar da era vitoriana (marcado pelas obras de Bowdich, Buxton e Lander), mas igualmente a escolha portuguesa de focar a propaganda colonial do Império Africano na defesa da prioridade histórica. Por outras palavras, este absurdo resulta não só da forma como a transição ideológica em Inglaterra se deu nos anos vinte a quarenta do século XIX, pois esta assegurou que a presença na propaganda vitoriana de "antecessores" portugueses fosse digerida com vantagem para o Império Britânico (sendo portanto o conceder deste ponto aos portugueses não uma vitória destes, mas parte do contexto da sua derrota); como da opção dos portugueses de insistir na sua mera inclusão nos textos de propaganda colonial (louvando acriticamente todas as instâncias em que eram mencionados) – ignorando a carga emocional negativa que lhes estava sendo imputada, e fazendo fé na sua capacidade de simplesmente cortar, censurar e editar as passagens mais incómodas.

---

26 Ênfase não no original.
Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa (1887[1886]), Lisboa, Tipografia de Christovão Augusto, 1.ª Série, n.º 1, pp. 21-22.

27 *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*… 1.ª Série…, n. 1, pp. 21-22.

Epílogo

Regressando sumariamente à tradução de *As Minas de Salomão* de Eça de Queirós, podemos agora perceber melhor que bases subjazem à sua tentativa ideológica de cooptar – ou, *avant la lettre* "desconstruir" – o texto de Rider Haggard, bem como tornar claro porque esta estava de início condenada a falhar. Queirós enceta a sua tradução no contexto de uma campanha publicitária iniciada por Jaime Batalha Reis em Inglaterra (então cônsul em Newcastle, agia com o beneplácito de Barros Gomes, Ministro dos Negócios Estrangeiros), bem como no seguimento da publicação no periódico *Newcastle Daily Chronicle* de uma comunicação à Sociedade de Geografia de Lisboa intitulada *The Portuguese in Africa* (1888)[28], sendo que o escritor português chega mesmo a convidar Batalha Reis a participar na sua *Revista de Portugal* com uma coluna intitulada *Portugal em África* (Queirós, 2008: 23) (Coelho, 2000: 144-147).

Tendo estes factos em conta, é aparente que Queirós, como seus contemporâneos, esperava conseguir através da invocação dos "traços" portugueses presentes em África, e nas obras inglesas, desconstruir o discurso imperialista britânico. Contudo, a simples cosmética que permitiu a "*José da Silvestra*" tornar-se "D. José da Silveira – bem como os inúmeros outros acrescentos e reformulações que Alan Freeland elenca na sua introdução à edição crítica da obra (Queirós, 2008: 20-68) – é incapaz de ir ao âmago da questão, expondo, desmascarando e desmitificando a subalternidade de negros e portugueses perante o Homem inglês, que vinha sendo sistematicamente construída desde o inicio da era vitoriana. O embelezamento que Queirós faz da obra de Haggard – mesmo o seu corte das passagens mais inverosímeis, infantis (o autor inclui uma *nursey rhyme* semelhante à de Lander), ou literariamente banais – acaba sim, como a inclusão da tradução de Bowdich nos *Annaes Maritimos e Coloniaes* o havia já feito, por reconfirmar a subalternidade lusa.

Bibliografia:

BOWDICH, T. E. (1824). *An Account of the Discoveries of the Portuguese in the Interior of Angola and Mozambique: from original manuscripts*, Londres, John Booth.

_____ (1825). *Excursions in Madeira and Porto Santo during the autumn of 1823, while on his third voyage to Africa*, Londres, G. B. Whittaker.

_____ (1819). *Mission from Cape Coast Castle to Ashantee, with a descriptive account of that kingdom*, Londres, John Murray.

_____ (1873). *Mission from Cape Coast Castle to Ashantee, with a descriptive account of that kingdom*, Londres, Griffith & Farran.

BRANTLINGER, P. (1985), "Victorians and Africans: The Genealogy of the Myth of the Dark Continent". *Critical Inquiry*, 12 (1), pp. 166-203.

BURTON, R. F. (1873). *The Lands of Cazembe: Lacerda's Journey to Cazembe in 1798. Translated and annotated by Captain R. F. Burton, F.R.G.S.*, Londres, John Murray.

BUXTON, T. P. (1840[1838]), *The African Slave Trade and its remedy*, Londres, John Murray.

COELHO, T. P. (2000), *A Agulha de Cleópatra – Jaime Batalha Reis e as Relações Diplomáticas e Culturais Luso-Britânicas*, Lisboa, Edições Cosmos.

28 Escrita por Batalha Reis, mas assinada por Barros Gomes, em que a retórica se baseia mais uma vez na "*priority and greatness of our discoveries*" e a "*traditional influence which we exercise in Africa*", provando mais uma vez que até às vésperas do *Ultimatum* os Portugueses apostaram nesta pífia estratégia (Coelho, 2000: 146). Significativo igualmente é que Edgar Prestage, amigo pessoal de Batalha Reis e de outros membros da "Geração de 70", viria a publicar *The Portuguese Pioneers* (1933) (Coelho, 2000: 13).

COLERIDGE, S. T. (1817), *Biographia Literaria*. Disponível em:

http://www.poetryfoundation.org/learning/essay/237838

COMAROFF, J. e COMAROFF, J. L. (1991), *Of Revelations and Revolution: Christianity, Colonialism, and Consciousness in South Africa*, volume I, Chicago, University of Chicago Press.

DOUGLAS, M. (1987), "Sorcery accusations unleashed: the Lele revisited, 1987". *Africa: Journal of the International African Institute*, 69 (2), pp. 177-193.

LANDER, R. L. (1830), *Records of Captain Clapperton's last expedition to Africa*, volume II, Londres, Henry Colburn e Richard Bentley.

LOBATO, M. (2008), "Nos 125 anos do IICT – Ciência portuguesa nas regiões tropicais: do projecto africano ao esvaziamento de políticas sob a III república, Parte I". Disponível em http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=13670

MARQUES, J. P. (1995), "Resistência ou adesão à «causa da humanidade»? Os setembristas e a supressão do tráfico de escravos (1836-1842)". *Análise Social*, 30 (2-3), pp. 375-402.

_____ (1999), *Os Sons do Silêncio: o Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

PIETZ, W. (1982), "Bosman's Guinea: the intercultural roots of an Enlightenment discourse". *Comparative Civilizations Review*, 11, pp. 1-22.

QUEIRÓS, E. (2008 [1891]), HAGGARD, R. (2008 [1885]), *As Minas de Salomão – Edição crítica das obras de Eça de Queirós: Traduções*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda (edição bilingue de Alan Freeland).

SCHIEBINGER, L. (2004), *Plants and Empire – Colonial Bioprospecting in the Atlantic World*, Londres, Harvard University Press.

THOMAS, H. (1999), *The slave trade: the story of the Atlantic slave trade, 1440-1870*, Nova Iorque, Simon & Schuster.

Diferenças de perspectiva ou diferentes projeções: relatos sobre a viagem inglesa de 1854 aos rios Níger e Benue

Alexsander Lemos de Almeida Gebara
algebara@gmail.com

Resumo: Este trabalho procura comparar dois relatos diferentes sobre uma mesma viagem de vapor pelos rios Níger e Benue realizada em 1854. Os relatos de Samuel Crowther e William Baikie, publicados respectivamente em 1855 e 1856, apresentam diferenças e semelhanças que, quando analisadas comparativamente, podem ajudar na compreensão dos processos de construção do texto dos autores.
Assim, utilizando uma metodologia vinculada à análise do discurso colonial - através da comparação das imagens construídas de africanos e europeus, bem como as menções à escravidão e ao tráfico de escravos, em ambos os relatos - é possível levantar uma série de questões a respeito dos projetos políticos dos diferentes autores e suas projeções sobre as relações anglo africanas em meados do século XIX.

Palavras chave: Análise do discurso colonial – relatos de Viagem –África Ocidental

Introdução

Realizada entre julho e dezembro de 1854, a expedição comandada pelo cirurgião naval britânico William B. Baikie contou, ao todo, com 12 Europeus e 43 africanos a bordo de um barco a vapor e conseguiu navegar os rios Niger e Benue até atingir as regiões do limite sudeste do Califado de Sokoto. Tratou-se de uma expedição comercial/diplomática, com grande aporte financeiro de MacGregor Laird[1]. São vastos os registros sobre este empreendimento, entre eles 2 volumes específicos da série *Foreign Office 2*, que diz respeito aos consulados na África Ocidental, diversas menções e referencias também nos arquivos do *Colonial Office*, além de ao menos 3 relatos de viagem.[2]
As regiões próximas ao curso da expedição passavam por transformações relativamente aceleradas em suas formas políticas, hierarquias sociais e relações exteriores. Tais transformações na região do Delta do Niger foram Inicialmente identificadas por Dike (1956) como sendo derivadas da retirada britânica do comércio transatlântico de escravos e a ampliação do comércio externo de azeite de dendê. Esta interpretação foi ampliada em termos gerais para toda a África Ocidental no trabalho clássico de A. G. Hopkins (1973) *An Economic History of West Africa,* dando forma ao que foi chamado de período de 'crise de adaptação'.
Tal tese, entretanto, já não se sustenta em sua forma generalista. Com raras exceções (Austen e Ajayi, 1972), as transformações sociais são reconhecidas, mas as explicações tendem a ser mais pluralistas. Segundo R. Law:

> "...a experiências de todas as regiões da África Ocidental evidentemente não são as mesmas. Em primeiro lugar, o comércio Atlântico (e portanto, presumivelmente,

1 Na verdade, a expedição só se realizou em razão de uma demanda do Governo britânico sobre um contrato assinado por Laird em 1852.

2 O projeto de pesquisa do qual o estudo desta expedição faz parte ainda está em desenvolvimento, desta forma, nem todas as fontes foram ainda devidamente analisadas. Entretanto, boa parte dos documentos do Foreign Office já foram lidos, bem como dois dos relatos resultantes, quais sejam, os de William B. Baikie *Narrative of an Exploring voyage up the Rivers Kwo'ra and Benue (commonly known as the Niger and Tsádda) in 1854.* London: John Murray, 1856 e Samuel Crowther, A*n Expedition up the Niger and Tchadda Rivers undertaken by MacGregor Laird in connection with the British Government in 1854.* London: Church Missionary Society, 1855.

> as transformações de sua natureza no século XIX) não foi igualmente importante para todas as sociedades da África Ocidental – foi criticamente importante para as comunidades costeiras que viviam essencialmente de comércio, tais como Bonny e outras comunidades do Delta do Niger; foi um pouco menos, mais ainda consideravelmente importante, para sociedades um pouco ao interior, como Axanti e Daomé; e presumivelmente de importância diminuída para sociedades situadas mais para o interior, e talvez de nenhuma importância para algumas sociedades muito remotas ou isoladas, que podem não ter sido afetadas em nada pelo tráfico Atlântico. (Law, 1996: 22)"

Por outro lado, os contatos de britânicos com o interior da África Ocidental, como já demonstrado por Kolapo (1999) e Curtin (1965), entre outros, teve importantes consequências para o desenrolar das histórias das sociedades às margens do Níger e de suas relações externas. Esta expedição de 1854, além de vastamente documentada, deu origem a uma série de estabelecimentos comerciais ao longo do Níger e de uma pequena fazenda modelo/estabelecimento missionário na confluência com o Benue que resultaram em alterações no equilíbrio geopolítico regional.[3]

Neste trabalho apresentarei mais especificamente algumas comparações entre os relatos já lidos sobre a expedição como exercício de reflexão sobre relatos de viagem como fontes procurando compreender em parte seus limites e possibilidades para a elaboração de argumentos históricos.

Os autores

William Baikie era médico da marinha inglesa desde 1848. Em 1853 foi indicado como cirurgião e naturalista para participar da expedição por R. Murchinson, então presidente da Royal Geographical Society. Devido à morte de John Beecroft, cônsul britânico para as Baías de Benim e Biafra, Baikie assumiu a liderança do empreendimento (Baikie, 1856). Posteriormente, foi designado cônsul na região da confluência, para onde voltou em 1857, e permaneceu praticamente até as vésperas de sua morte, em 1864.[4]

Samuel Crowther foi outro importante personagem da história africana ocidental e de certa forma, um epítome dos projetos britânicos para a região em parte do século XIX. Nascido em região próxima ao centro do império Oió, em 1809, foi capturado para ser vendido como escravo no Atlântico. Recapturado pelo esquadrão britânico, foi liberto em Serra Leoa dentro das condições de aprendizado e tutela em vigor. Ali aprendeu inglês, estudou e converteu-se ao cristianismo. Já havia participado da expedição oficial anterior, em 1841. Foi artífice importante da transcrição do Ioruba, ao longo das décadas de 1850 e 60, língua para a qual traduziu a bíblia. Em 1864 tornou-se o primeiro bispo anglicano negro. Segundo Herskovits (1972), Crowther desenvolveu ao longo dos anos uma perspectiva ocidentalizada, mas cujo projeto era "civilizar" a África mantendo o controle do continente por africanos. Julgava-se, aparentemente, um exemplo de como era possível a 'civilização' do africano e de como o projeto de civilização para toda a África deveria ser levado a cabo por homens como ele.

Como estratégia de comparação entre os dois relatos, em primeiro lugar serão observadas as respectivas imagens sobre os Europeus e africanos, pois é relativamente claro que tais representações carregam consigo indicações sobre as perspectivas e projetos políticos dos autores com relação às regiões visitadas, bem como suas concepções sobre hierarquias sociais eventualmente derivadas de critérios geográficos, históricos ou raciais por exemplo.

---

3 Parte do projeto de pesquisa em desenvolvimento, *Viagens e Viajantes Britânicos na África Ocidental, uma análise diacrônica (1795-1860)* pretende analisar mais proximamente os efeitos do estabelecimento de relações diretas entre a Inglaterra e algumas das formações sociais ao longo do Níger.

4 Morreu em Fernando Pó (Bioko), a caminho da Inglaterra, para onde iria para recuperar a saúde debilitada.

Em seguida, serão apresentadas algumas das menções à escravidão surgidas nos textos. Este trabalho não procura, neste momento, refletir sobre estruturas sociais e histórias locais, mas sim sobre a construção dos relatos e as razões eventuais de suas diferenças. Assim, este tema é importante uma vez que o combate ao tráfico atlântico de escravos foi uma das principais preocupações britânicas ao longo da primeira metade do século XIX. Perceber como se articulam os discursos sobre escravidão, portanto, também podem indicar as posturas e projetos dos autores sobre a atuação britânica nas décadas anteriores.
Finalmente serão feitas breves considerações finais sobre a proximidade e detalhamento dos eventos narrados, com objetivo de refletir sobre o grau de aproximação com os interlocutores e o nível de compreensão de diálogos e informações por ambos os autores.

1 – Imagens e conceitos: Europeus e Africanos.

Menos de uma semana após terem entrado no rio Níger, o vapor da expedição estava encalhado em um banco de areia e foi visitado por diversas canoas. Em seu relato, Samuel Crowther narra a seguinte conversa com seus ocupantes:

> Perguntamos sobre o Obi [cargo máximo da cidade de Abó], e sua morte foi confirmada, e nos foi afirmado que Ajé, um de seus filhos, ocupava agora o lugar de seu pai, mas não reconhecido como seu sucessor, até que *os homens brancos chegassem e decidissem quem deveria ser o Rei.* Esta informação inesperada pareceu-nos favorável no que diz respeito à confiança que eles têm no homem branco. Isto nos deu tempo para pensar o que seria melhor fazer no caso de o assunto ser trazido para o comissionado aconselhar. (Crowther, 1855:13)[5]

Nesta altura da vigem, Baikie reclamava do azar e da imperícia em razão de terem encalhado o navio e das quase 24 horas perdidas em razão do incidente. Aproveitava para mencionar que vislumbrou algumas pegadas de hipopótamo e sumarizava a descrição da população que vivia na região recentemente atravessada (Baikie, 1856:40). Nenhuma menção foi feita em relação ao diálogo narrado por Crowther. Até então, a única interlocução com nativos africanos de fora de sua comitiva que aparecera em sua narrativa havia sido uma menção a dois habitantes de Abó numa canoa, que afirmaram estar com medo de que a expedição viesse em guerra contra eles. Crowther, por sua vez, com relação a este encontro informa que «duas canoas aproximaram-se com bandeiras brancas em sinal de paz» (Crowther, 1855:12).
Quanto à passagem do texto de Crowther, note-se a conclusão que ele retira do diálogo, qual seja, que os africanos de Abó confiavam no «homem branco» a ponto de estarem esperando uma chegada absolutamente incerta para decidirem sobre o processo de sucessão. Na última vez que um europeu havia estado em Abó, o antigo Obi (Osai) ainda estava vivo, e isto fora quase 10 anos antes.
Esta afirmação da importância supostamente conferida pelos africanos aos europeus voltaria a aparecer outras vezes no texto de Crowther, como durante a estadia em Iddá, a principal cidade Igala. Um dos homens importantes da cidade, o *Ehemodina* segundo ele, pediu a intervenção dos europeus para resolver um conflito entre diferentes linhagens, que estaria enfraquecendo o poder do Attá (cargo máximo de Iddá).[6] Em resposta, Crowther disse que tinha certeza que se o rei pedisse à Bakie, este não negaria ajuda. Mas na entrevista oficial, nada foi pedido, nem mesmo a situação de conflito foi assumida. Novamente, nada sobre o caso aparece no relato de Baikie, embora tenha narrado que tomou conhecimento da querela entre as linhagens em entrevista com o mesmo Ehemodina.

---

5 Itálicos meus. Todas as fontes citadas estão originalmente em Inglês e todas as traduções são minhas.

6 Para uma análise deste conflito e do de Abó, ver Kolapo (2011).

De fato, Crowther tinha certeza de os africanos mantinham os europeus em alta conta, mesmo aqueles que nunca haviam visto um branco na vida. Segundo ele:

> Pelo que sei, não há nenhum lugar na África que não foi contaminado pelos compradores de escravos europeus, que os europeus tenham visitado com a intenção de fazer bem, em que tal evento não tenha sido considerado como o mais auspicioso na história da região. (Crowther, 1855:81)

Não deixa de interessante que Baikie não tenha nem ao menos mencionado os supostos pedidos de ajuda feitos por autoridades africanas, e seria de se estranhar que ele não tenha tido conhecimento delas, visto que Crowther foi um de seus principais interlocutores ao longo de toda a viagem, merecendo inclusive um agradecimento especial ao final de seu relato.[7]

O silêncio, entretanto, não parece derivar de alguma dúvida sobre a possibilidade da resolução destes conflitos por parte dos 'civilizados' europeus. É certo que Baikie hierarquizava as diferentes populações, mesmo entre os diversos povos africanos. A primeira menção vem logo no início do prefácio, quando informa que foi cuidadoso e anotou todas as tradições a respeito da história das 'tribos' africanas, pois:

> "… atualmente podem parecer de pouco valor, mas chegará o tempo em que estas pequenas histórias serão buscadas com muita avidez, como o antiquário histórico de nosso próprio país busca quaisquer lendas relacionadas aos períodos quando nossos progenitores Teutônicos ou Celtas, bárbaros e iletrados, não eram nem um pouco mais avançados do que muitas das raças etíopes do presente. (Baikie, 1855:VIII)

Para explicar a inferioridade africana e as hierarquias 'raciais', o autor associava o estágio presente dos africanos com o passado bárbaro e iletrado dos próprios europeus e parecia colocar-se ao lado da corrente etnológica encabeçada por Pritchard que advogava sobre as diferenças entre as populações com argumentos históricos e monogênicos (Stocking, 1987). Por outro lado, sua formação em medicina faria surgir as ambiguidades características do debate racial britânico em seu tempo, caracterizada por Sol Tax como «a guerra dos trinta anos» na ciência do homem entre uma etnologia de caráter filosófico e histórico e uma antropologia mais ligada ao desenvolvimento da biologia (Tax, 1964).

Tais ambiguidades podem ser vistas nas descrições de algumas das populações feitas por Baikie já durante a parte final da viagem. Ele descreve da seguinte forma um grupo denominado por ele de «Baibai»:

> Eles tem as feições negras mais fortemente marcadas do que quaisquer povos que vimos desde que deixamos o Delta. A pele é muito escura, quase preta, o nariz é largo e chato, os ossos da face são quase quadrados [...] A expressão é pesada, deficiente em inteligência e frequentemente selvagem. Entretanto, o perfil não é muito prógnato, o queixo e a boca não se projetam muito. (Baikie, 1856: 180-181)

Estas associações entre o fenótipo e a capacidade intelectual, a menção ao prognatismo, ao «ângulo facial» (Baikie, 1856, 112) entre outros, são características das inferências da antropologia física em desenvolvimento, que estão presentes mesmo que ele assuma claramente uma postura monogênica e histórica na avaliação das diferentes populações.

De qualquer maneira, a hierarquização em Baikie é evidente e como não poderia deixar de ser, o elemento de comparação que serve como ponto máximo da escala é o branco europeu. Em sua descrição dos fulani de Hamaruwa, a seguinte passagem demonstra com precisão seu escalonamento:

---

7 «Pessoalmente eu estava em grande dívida com ele por seus conselhos e assistência sempre que requeridos. Para mim ele representa tipicamente o verdadeiro missionário africano, e houvesse muitos Mr. Crowthers, o trabalho de regeneração e melhorias sem dúvida progrediria». (Baikie, 1856:358) O silêncio fica mais estranho ainda se considerarmos que o relato de Baikie saiu um ano depois da publicação de Crowther.

> "Na aparência são bastante distantes do negro, seu perfil é frequentemente quase europeu e sua pele, nunca preta, é muitas vezes um tanto clara. [...] Sua testa é alta e por vezes ampla, as feições são longas e o queixo pontudo, o nariz é reto e por vezes quase aquilino. Os olhos, normalmente azuis, tem uma expressão ativa e curiosa enquanto os lábios tendem a ser grossos, mostrando a única afinidade marcadamente etiópica. Eles ocupam um lugar alto na escala de inteligência e esperteza, e em assuntos comerciais são ativos e astutos." (Baikie, 1856:160)

A passagem praticamente dispensa comentários. Os fulani são distantes dos "negros" e aproximam-se dos europeus, tanto em aparência, quanto em inteligência, configurando assim, um estágio intermediário em sua escala civilizacional.

Não por acaso que, em sua conclusão, embora considere o processo de "civilização" da África quase uma obrigação da Inglaterra, e reafirme que o 'negro' era sim um «homem e um irmão» (Baikie, 1856:193) repetindo a máxima humanitária e filantrópica, o autor advoga que a maneira de incentivar o comércio e a própria civilização deveria privilegiar o contato com os fulani no interior, pois «sendo extremamente poderosos e influentes, sob bom gerenciamento, podem ser úteis» (Baikie, 1856:393).

De fato, esta é uma das grandes diferenças entre os dois relatos. Enquanto Baikie considera os islâmicos mais "adiantados" como se viu, mesmo em sua descrição dos fulani (Baikie, 1856:160-162), Crowther se refere a eles como «os perturbadores do mundo», por serem justamente os principais acusados pela situação de violência, incerteza e escravização vivenciadas às margens do Benue (Crowther, 1855:184).[8]

2 – Escravidão

Como era de se esperar, a escravidão e o comércio escravo são preocupações frequentes em ambos os relatos. Dificilmente seria diferente uma vez que esta era uma das principais preocupações da Inglaterra no período. Além disto, sabe-se que a utilização de escravos internamente na África Ocidental estava em franca expansão. Ao oeste do Rio Níger, na região Ioruba, Falola (1999) sugere que a expansão ganha ímpeto com o final do tráfico atlântico. O Califado de Sokoto, na região norte da atual Nigéria era, segundo Lovejoy (2002), um dos principais estados Escravistas do Mundo ao longo do século XIX e importador de escravos ao longo de todo o período. Dike (1956) já apontava para esta situação na região do Delta do Níger. Para a região Ibo, Nwokeji (2010), bem como muitos outros, também nota a ampliação da utilização de escravos. Significativamente este autor sumariza a questão, na esteira da historiografia sobre a escravidão na África, dizendo ser «um conhecido paradoxo da história da África do século XIX que a supressão do tráfico atlântico de escravos e o crescimento da exportação de commodities levou à ampliação dos plantéis escravos na região» (Nwokeji, 2010: 201).

Tão comum era a presença de escravos que praticamente tornavam-se a própria medida inter-regional de valor. Preços de diferentes mercadorias e objetos eram sempre transformadas em "quantidade de escravos". Baikie, por exemplo, diz que o preço para os cavalos informado por hauças que encontraram no Benue, entre Zhibu e Gonkoi era de «um por cinco escravos» (Baikie, 1856:220).

Um excerto do relato de Crowther sobre este mesmo encontro pode dar uma ideia um pouco mais clara sobre esta característica. Ele perguntou se

> ... o povo de Gonkoi tinha cavalos; eles responderam que cavalos são trazidos de Bautshi para lá e trocados, cinco escravos por um cavalo. Eu mostrei as peças de ferro, chamadas 'Kantai', que consegui em Hamaruwa, cuja função eu não tinha

8 Isto não impede que o autor tenha simpatias individuais por determinados elementos islâmicos, como com Dagana, importante figura em Iddá. Muçulmano ao qual Crowther se refere como um «caráter valoroso» entre outros adjetivos. (Crowther, 1855:168-169)

> tido a oportunidade de aprender. Eles disseram que eram usadas como moeda, cem daquelas sendo o preço de um escravo. (Crowther, 1855:128)

A menção a peças de metal utilizadas como moeda surgiram duas vezes em ambos os relatos, e em todas elas, o valor da 'moeda' foi medido frente ao valor de um escravo. (Baikie, 1856:115 e 220) (Crowther, 1855:128 e 150). Note-se que pela forma narrada em ambos os autores, a conversão de valores em escravos não parecia ser feita por eles para informação de seus leitores, mas transmitidas pelos próprios africanos interlocutores.
Outro tema recorrente em ambos os relatos são as referências às formas de escravização. Crowther constantemente fala de guerras como formas de produção de escravos. Em Gankera, ele informa:

> Eles fazem incursões anuais na região Mitshi, e fazem cativos, para serem vendidas através de Keana em Doma, Bautshi e Kano. Os escravos são sem dúvida, obrigados a marchar através do deserto para suprir os mercados lá, e isto explica o estado despovoado de Anyishi, distrito de Zhibu. (Crowther, 1855:84)

Ao menos outras 3menções a guerras deste tipo e o consequente despovoamento do local podem ser encontradas no relato de Crowther, significativamente, sempre como iniciativa de populações islamizadas. (Crowther, 1855: 42, 75 e 119).
Baikie, por sua vez, menciona a possibilidade de razia diretamente como forma de produção de escravos ao menos duas vezes, uma delas associando a posse de cavalos como condição que favorece tais empreendimentos. Segundo ele, repetindo Crowther, os *Púlas* (fulani) de Gankera e Gandiko que possuíam tais animais, faziam excursões anuais para caçadas de escravos contra as tribos *mitshis*. Ao contrário, entretanto, de seu companheiro de viagem, não era o estado despovoado da região que lhe chamara atenção, mas sim o receio que os *mitshis* tinham dos europeus, uma vez que os fulani também tinham a «pele clara». (Baikie, 1856:128)
A outra menção a "razias" como forma de produção de escravos aparece quando Baikie se refere aos 'tributos' pagos pela população de Wukari para Hamaruwa. Novamente, as vítimas preferenciais são os *mitshis*. Segundo ele:

> O tributo consiste principalmente de escravos e a quantidade varia de acordo com o sucesso da excursão predatória anual. No que consideram um ano produtivo, Wukari manda entre 35 e 40 escravos, tomados em sua maioria entre os Mitshis, ou das nações bárbaras vivendo além de Kororofa. (Baikie, 1856: 150)

Como se pode perceber, ambos os relatos parecem sumarizar as conclusões contemporâneas da historiografia sobre a escravidão na África, seja sobre a violência e ampliação da captura de escravos ou sobre a grande prevalência da presença da escravidão no interior do continente (Lovejoy, 2002). O mesmo acontece para a utilização destes africanos escravizados em produções de alimentos em regiões de poder mais centralizado.
Sobre o juízo estabelecido a respeito da escravidão na África, ambos também parecem concordar em partes. Crowther, por exemplo, informa que muitos dos escravos *produzidos* na guerra pela disputa de poder em Nupe «*afortunadamente*» ficarão na própria África, visto que não havia mais porto exportador em atividade na Baía de Biafra. (Crowther, 1855: 42) e Baikie menciona como sinônimos 'servos' e 'escravos' em uma vila próxima a Hamaruwa. (Baikie, 1855:155)
De fato, uma história peculiar narrada por ambos os autores pode dar uma ideia sobre esta questão. Segundo eles, Zuri, um nativo (de etnia não especificada) que acompanhara a expedição desde a confluência, indicado como mensageiro por Ama Aboko (principal líder em Igbebe), havia decido em Ojogo supostamente para procurar os *homens brancos* (Barth e Vogel) em Keana. No retorno do navio, o mesmo Zuri volta a bordo. Segundo Baikie, ele

> ...trazia consigo seu escravo doméstico O'robo, seu filho Músa e um outro ainda mais novo [...] Mas outro menino o acompanhava, muito diferente em aparência dos

> outros, totalmente nu e evidentemente sem nenhum cuidado. Suspeitando que fosse um escravo, Mr. Crowther examinou Zuri bem de perto... (Baikie, 1855: 245)

Esta mesma história aparece narrada por Crowther, com outros detalhes. Segundo o missionário, quando veio a bordo, Zuri trazia 3 crianças:

> Sabíamos que Musa e Bwalla eram seus filhos, mas o outro garoto era um tanto estranho para nós, então perguntamos quem era, e ele respondeu que era um escravo nascido em casa de sua mulher, mas como ela tinha lhe deixado para viver com outro homem, ele pegou seu filho Bwalla, e o garoto como companhia para ele. Se fosse diferente, Dr. Baikie teria imediatamente libertado o garoto; mas como as três crianças pareciam tão felizes juntas, acreditamos que o caso era tal como ele relatava. (Crowther, 1855: 164)

Crowther não menciona o «escravo doméstico» e por outro lado, conta a história da mulher que teria deixado Zuri para viver com outro homem, sendo esta a razão dele ter retomado seu filho.
O que chama atenção é o desenlace da história. Para Baikie, o desfecho foi que eles perceberam que de fato, o menino era um escravo, comprado por Zuri para ser vendido rio abaixo. Ao saber disto, pagou pelo garoto a soma de 50 mil caurins, ou seja, o preço relativo do escravo na confluência.
No relato de Crowther, aparece uma trama muito mais densa. Zuri teria dito à Ama Aboko que tinha comprado o menino em conjunto com seu «companheiro» Mahamma (seria o «escravo doméstico» mencionado em Baikie?) para dar ao rei Ama Aboko – e esperava uma recompensa por isto. Mas que Mahamma tinha vendido o menino para os ingleses por duas cabeças de Caurim (uma para cada um deles). Confrontado por Crowther frente ao rei, admitiu que nunca tinha falado que o menino era comprado, nem que era para dar ao rei, e que tinham já recebido duas cabeças de caurim cada (os 50 mil caurins originais). Assim, os caurins ficaram para Ama Aboko, e o menino «estava agora muito feliz a bordo do barco conosco» (Crowther, 1855: 166).

3 – Considerações Finais

Duas coisas chamam atenção nesta pequena história. A primeira delas é que mesmo não seguindo as regras previamente estabelecidas por Baikie, e levando um escravo para venda a bordo do vapor inglês, o escravo de Zuri só foi liberto mediante o pagamento do seu valor de mercado o que, de certa forma, significa que o comandante da expedição reconhecia, ainda que implicitamente, a legitimidade do mercado de escravos e da escravidão no interior da África.[9]
A segunda coisa é a maior densidade da descrição de Crowther sobre o caso. Ele aparentemente tinha uma compreensão mais próxima das experiências relacionais no interior do continente. Isto se dava possivelmente por ser ele mesmo africano, negro, e também por um maior domínio linguístico. Segundo Crowther, o próprio Baikie reconhecia que ele era melhor compreendido pelos interlocutores africanos. (Crowther, 1855:32)
Um outro exemplo desta maior densidade e proximidade da narrativa aparece quando estavam na confluência (Igbebe) e tinham a intenção era enviar correspondência para a costa. Segundo Baikie, Ama Aboko diz que era impossível pois "Dasaba havia sido deposto e o país Egga estava em convulsão" (Baikie, 1856:74). Crowther, por sua vez, descreve o episódio de maneira mais verossímil. Dizendo que ao tentarem entregar a correspondência para Ama Aboko, ele

9 De fato, mais uma vez corroborando com a historiografia contemporânea a respeito da relação entre a Inglaterra e a escravidão no interior da África. Nwokeji menciona que «o fim da escravidão doméstica dificilmente figurou nas preocupações britânicas até o final do século XIX» (Nwokeji, 2010:181).

> ...deu tantas desculpas que eu evidentemente vi que ele estava com medo, apesar de não dizer, de se comprometer, por que o povo poderia acusa-lo de mandar um "bad book" ou feitiço para Ilorin, uma vez que Dasaba, seu inimigo, estava refugiado ali. (Crowther, 1855:41)

Tendo em vista o caráter parcial da pesquisa em andamento, não será possível estabelecer conclusões mais enfáticas no que diz respeito às razões das diferenças e semelhanças encontradas em ambos os textos sobre a mesma viagem, entretanto, algumas questões se colocam para desenvolvimentos futuros.

Em primeiro lugar, cabe perguntar em especial sobre a ausência de comentários de Baikie a respeito das supostas demandas africanas pela mediação do 'homem branco' em suas questões políticas. Ora, como foi possível perceber, Crowther tinha um maior domínio linguístico, bem como uma maior proximidade com os interlocutores africanos de fora da expedição. Como refletir sobre estas discrepâncias? Mais do que pensar se tais informações seriam ou não verdadeiras, importa notar a discrepância entre os dois autores, pois qualquer que seja a resposta para a questão da veracidade da informação, a discrepância aponta para diferentes projeções para o papel que a Grã-Bretanha deveria assumir na política interna africana para cada um dos autores.

Assim também no que diz respeito à temática da escravidão. Como foi possível perceber, ambos os relatos subsidiam as principais interpretações contemporâneas sobre a instituição no interior da África. Entretanto, a ênfase na violência das populações islamizadas no relato de Crowther, e a certa naturalização da escravidão doméstica para Baikie podem apontar também para outra diferença na projeção da atuação britânica, em especial com relação às regiões islamizadas nas franjas do Califado de Sokoto, visitadas pela expedição. Seria o cristianismo ativista de Crowther a razão para tais críticas mais duras? Ou a perspectiva de um comércio mais intenso e desenvolvido com estas regiões a razão da condescendência de Baikie?

Tais perguntas deverão nortear as pesquisas em andamento, e poderão ser ao menos parcialmente respondidas quando da análise da atuação de ambos nos anos subsequentes da década de 1850 na região da confluência entre os rios Níger e Benue. Seguidas viagens com suas participações foram realizadas entre 1857 e 1860. Com base nesta documentação, novas possibilidades de análise destes textos poderão ser deslindadas, mas de antemão, a impressão é de que Crowther tinha uma agenda mais intervencionista do que Baikie (e com ele o governo inglês) estaria disposto a realizar naquele momento.

4 – Bibliografia citada

AUSTEN, R. e AJAYI, J. (1972) "Hopkins on Economic Imperialism in West Africa". *The Economic Historical Review,* new Series, 25, (1), pp.

BAIKIE, W. B. (1856), *Narrative of an Exploring voyage up the Rivers Kwo'ra and Benue (commonly known as the Niger and Tsádda) in 1854,* London: John Murray.

CROWTHER, S. (1855), A*n Expedition up the Niger and Tchadda Rivers undertaken by MacGregor Laird in connection with the British Government in 1854,* London: Church Missionary Society.

CURTIN, P. (1965), *The image of Africa, British ideas and action, 1780 1850.* London, MacMillan &co.

DIKE, K. O. (1956), *Trade and Politics in the Niger* Delta, *1830-1885*, Oxford: Clarendon Press.

FALOLA, T. (1999) "The end of Slavery among the Yoruba". In MIERS, Suzane and KLEIN, M. *Slavery and colonial rule in Africa,* London: Frank Class.

HERKOVITZ, J. (1972), "The Sierra Leoneans of Yoruba land", In CURTIN, Phillip, (ed.) *Africa and the West: intellectual responses to European culture.* Wiscounsin, University of Wiscounsin press.

HOPKINS, A. G. (1973), *An Economic History of West Africa.* Londres: Longman.

KOLAPO, F. (1999), "Post-Abolition Niger River Commerce and the Nineteenth-Century Igala Political Crisis", *African Economic History,* 27.

KOLAPO, F. (2011) "Niger River Trade and the Interregnum at Aboh, 1844-1862", In BROWN, C. e LOVEJOY, P. (eds.) *Repercussions of the Transatlantic Slave Trade, the interior of the Bight of Biafra and the African Diaspora*. Trenton: Africa World Press.

LAW, Robin (1996), "The transition from slave trade to 'legitimate' commerce", *Studies in the World History of Slavery, Abolition and Emancipation*, 1 (1).

LOVEJOY, P. (2002) *A escravidão na África, uma história de suas transformações,* Rio de Janeiro: Civ. Brasileira.

NWOKEJI,G. Ugo (2010) *The Slave Trade and Culture in the Bight of Biafra, An African Society in the Atlantic World.* Cabridge: Cambridge University Press.

STOCKING, George. (1987), *Victorian Anthropology*. New York: The Free Press.

TAX, S. (1964) "The settings of the Science of Man". In TAX, S. *Horizons of Anthropology***.** Chicago: Albine, pp. 15 – 24.

Giovanni Antonio Cavazzi na historiografia referente à África Central

Guilherme Oliveira Lemos
guilhermeolemos@gmail.com

Resumo: Dentre os rastros deixados pela experiência Atlântica no século XVII, encontram-se as narrativas etnográficas de missionários capuchinhos na região centro-ocidental africana. O padre Giovanni Antonio Cavazzi é, certamente, o mais conhecido na historiografia graças à quantidade de detalhes nas descrições e a descoberta de um manuscrito inédito ainda no século XX. A extensa utilização de Cavazzi nas obras históricas se fez, por vezes, com objetivo de limpar as poeiras do etnocentrismo a fim de deixar mais nítido os elementos históricos da fonte (Thornton, *Missione*...). Recentemente, porém, outra via de interpretação se abre para as obras de Cavazzi, esta considera as descrições sobre o "espírito volátil" dos africanos como, no fundo, um sintoma da rigidez e plasticidade dos próprios sistemas cosmológicos africanos (Almeida, 2010). Portanto, o objetivo deste artigo é apontar como a historiografia – que tem em cada tempo e autor um marco teórico-metodológico impar – trabalhou os relatos de Cavazzi.

Palavras-chave: África Central; registros missionários; historiografia; metodologia; teoria da história.

Introdução

Durante o século XX a historiografia africana, assim como as demais áreas do conhecimento histórico, passou por diversas transformações. Até a década de 1950 a história da África estava marcada pelas filosofias da história que viam nos seus diversos grupos humanos uma forma de reforçar a ideia de "raças superiores e inferiores" justificando a colonização. Por vezes, era comum encontrar o argumento "a África não é um continente histórico" (DIFUILA, 1995: 52), já que não "possuía" documentação produzida por seus habitantes ou seus habitantes não seriam capazes de produzir transformações relevantes em suas trajetórias no tempo. Um dos modelos de produção historiográfica da década de 1950 é *A História de Angola* do português Ralph Delgado. Caudatário de ideologias forjadas no período do regime salazarista, o livro traça uma imagem dos angolanos como objeto secundário na grande história da conquista portuguesa além de possuir passagens que justificavam a permanência das instituições lusas no local (HENRIQUES, 2004).

No terceiro quartel do século XX, as mudanças no continente africano e no mundo se refletiram na escrita da história. Os movimentos de independência dos países africanos, as transformações nos paradigmas historiográficos e a luta dos movimentos negros norte-americanos por direitos civis colocaram a África sob uma nova ótica (MILLER, 1999: 7-15). Em um primeiro momento houve uma supervalorização do passado africano, uma espécie de "pirâmide invertida" da história, como nos lembra Carlos Lopes:

> A esta tendência imposta pela geração de Ki-Zerbo gostaria de chamar de corrente da pirâmide invertida. A da tentação, quase emocionalmente justificável, de sobrevalorizar o argumento do "também temos" em vez de apenas "temos" História (LOPES, 1995: 25).

Nesse mesmo período é que, através do estudo mais aprofundado sobre os diversos espaços africanos, se vê as contribuições teórico-metodológicas no fazer historiográfico. Por exemplo, o desenvolvimento da história oral se deve em grande parte aos trabalhos de Jan Vansina e sua obra *Oral Tradition* de 1965, à Bethwell Ogot em *History of the Southern Luo*, J. F. Ajayi em *Yoruba Warfare in the Nineteenth Century* e Joseph Miller com *The African past speaks* (FALOLA, 2004: xv).

Mas as mudanças ocorridas durante toda década de 60 e parte dos anos 70 na metodologia e nos preceitos teóricos da história africana foram diversificadas em suas consequências. Segundo critica de Toyin Falola, a história oral foi transformada em complemento no desenvolvimento dos métodos de datação do carbono 14. Uma escola de cunho marxista se punha com suas análises materialistas a exemplo do trabalho de Walter Rodney (1972). E nesse mesmo período, floresceram debates sobre o impacto demográfico provocado pelo comércio atlântico de africanos escravizados, através dos estudos e embates entre as teorias de Philip Curtin e J. E. Inikori. Somam-se nesse período as contribuições de John Thornton, Joseph Miller, Paul Lovejoy e tantos outros que procuraram na África uma função central no mundo Atlântico. Já nos anos 80 a história da África se caracteriza pela sua imensa ramificação de áreas de especialização e sofisticação de métodos, proporcionando o tratamento com novos sujeitos e temas como o gênero, a história militar, história social do trabalho, das doenças e uma série de novas vertentes (FALOLA, 2004: xiv).

Essas ramificações, diversidades de objetos e novas metodologias são identificadas em outros trabalhos e, ainda, entendidas como parte das variações nas tendências historiográficas dos últimos 30 anos. Para uma melhor percepção lembremo-nos das mudanças de abordagem nas obras de Paul Lovejoy. Seu primeiro livro, *Transformation in Slavery* (1983), é uma história socioeconômica da África Ocidental que procura entender as transformações da escravidão, valendo-se por vezes de conceitos teóricos marxistas, como "modo de produção" e fazendo uso de metodologias da história econômica. Já em uma obra mais recente – *The Biography of Mahommah Gardo Baquaqua* (2007) – Lovejoy resgata as memórias de um africano escravizado que registrou suas viagens pelo Atlântico após sua libertação. O autor esboça um exercício historiográfico de compreensão das identidades africanas na diáspora através dos relatos de um indivíduo.

Também se identifica mudanças nos trabalhos sobre as representações europeias dos africanos, que tem espaço principalmente entre as recentes produções historiográficas em língua portuguesa cujos nomes podemos citar José da Silva Horta, Carlos Almeida, Anderson Oliva, Isabel Castro Henriques, Selma Pantoja e Valdemir Zamparoni. Esses e tantos outros autores que buscam entender como os olhares europeus lançados sobre a África se constituíram, circularam e foram reinventados no cotidiano de parte das sociedades ocidentais. Para citar apenas um exemplo, Henriques em seu livro *O Pássaro de Mel* (2003), traça uma breve história do conceito de "escravo" no espaço africano, revelando como a experiência da servidão entre os grupos da África Centro Ocidental até o século XV é diferente das experiências europeias de escravidão vivida pelos africanos capturados e vendidos no Atlântico. Desmistificando, assim, a imagem de uma África ecumenicamente escravista antes do contato com europeus.

Importa-nos aqui, contudo, apontar como a historiografia mais recente e preocupada com a África Central tem enxergado e utilizado os relatos de Giovanni Antonio Cavazzi, o capuchinho italiano que integrou missões no Kongo em dois momentos: primeiro entre 1654 e 1667, depois, entre 1673 e 1676. Fontes indispensáveis para os que pretendem estudar a região no século XVII, Cavzzi e suas obras – *Istorica descrizione de' ter' Regni Congo, Matamba, et Angola* e *Missione evangélica al regno del Congo, et altri circonvicini...* – estão inseridos tanto no contexto da modernidade Atlântica como na contrarreforma católica. Período que testificou o contato inédito entre diferentes grupos humanos, e onde, costumes e concepções de mundo diversas se separavam, e se misturavam, a partir das novas fronteiras estabelecidas e encurtadas pelo oceano, tornadas relacionais pelas viagens constantes e pelos intercâmbios crescentes. São diversos os atores sócio-históricos desse período produtores de vestígios que possibilitam, na historiografia, reconstruções parciais dessas relações humanas no tempo. Podemos dizer, especialmente, que dentre esses diversos atores, aqueles que constituíram as missões católicas no Kongo (sejam elas capuchinhas, jesuítas ou carmelitas) são, até hoje, os objetos mais estudados. Porém, existem problemas com os quais os estudiosos sempre tiveram de lidar, por exemplo: como extrair as informações necessárias desses relatos que contém muito dos preconceitos e imagens que desqualificam o Outro? Como contribuem para a construção da história dessas populações sendo elas as próprias protagonistas? Compreender as respostas dadas por diferentes estudiosos a essas perguntas é o que nos interessa. Dessa forma, o presente trabalho será seccionado em três etapas: primeiramente com um desenho da historiografia sobre registros missionários na região do Kongo e Angola; depois, com uma análise comparativa entre as abordagens de John Thornton e Carlos Almeida, revelando como os marcos teóricos desses dois autores são fundamentais na compreensão das suas interpretações para os escritos de Cavazzi; por fim e no caminho da proposta anterior,

faremos um exame dentro do novo ambiente historiográfico sobre África que vêm se constituindo no Brasil, centrando-nos nas dissertações de duas autoras, Ingrid Silva de Oliveira e Rosana Andréa Gonçalves.

1. Os registros missionários na historiografia

Antes de entender as leituras sobre Cavazzi, é necessário delinear um breve esboço de como os usos dos registros missionários sobre África Central foram arranjados na historiografia. Aqui, como no caso anterior descrito na introdução, podemos dividir em três momentos, observando que essas divisões são didáticas e não possuem limites específicos.

O primeiro momento se sobressai pela problematização da evangelização na região com foco nas distintas formas de ação e têm, como principais nomes Jean Cuvelier, Louis Jardin, François Bontinck, Calogero de Pizza, Teobaldo Filesi, Carlo Toso, Antônio Brásio e Graziano Maria da Leguzzano. Frequentemente, a nacionalidade e as relações desses autores com os institutos religiosos atuantes na região, influenciaram a leitura das fontes e suas obras (ALMEIDA, 2008:7). A problemática dessas análises reside no fato de que se recusa pensar a ação dos missionários inserida num contexto histórico. Uma incapacidade de perceber o fenômeno dentro do contexto da contrarreforma, da afirmação da identidade europeia e da expansão aos novos mundos.

Já uma segunda visão metodológica acerca dessas fontes surge na segunda metade do século XX. Nela, os textos missionários eram vistos como uma noz, sendo necessário quebrar a casca de eurocentrismo desses textos para assim chegar à pureza histórica das sociedades centro-africanas. O objetivo era a busca daquilo que fosse essencialmente africano. Essa perspectiva se desenvolveu numa época em que as questões em torno do desenvolvimento desigual e dos modelos alternativos de sociedade eram academicamente discretas. Ao mesmo tempo, esses trabalhos estavam situados no movimento das independências e os nomes que se destacam nessa perspectiva são Georges Balandier, David Birgmingham, Jan Vancina e W. G. L. Randles. Esses autores inverteram a perspectiva. "O acento deixou, claramente, de ser colocado sobre a ação missionária levada a cabo pelas ordens religiosas europeias, e orienta-se para a análise do impacto concreto da presença europeia sobre o modo de vida e as crenças desses povos". Mas, essa inversão do objeto de atenção é decisivamente incrementada a partir dos trabalhos de David Birmingham e Jan Vansina onde o "Kongo passou a ser integrado no cruzamento das dinâmicas regionais africanas, como protagonista, impondo condicionantes sobre os padrões de povoamento e ação dos grupos humanos". (ALMEIDA, 2008:11-12).

Por fim, sem esse cuidado com as ações condicionantes dos grupos humanos em África Central, não seria possível a atuação do terceiro bloco de historiadores preocupados com a região reivindicando uma nova abordagem nas documentações produzidas por missionários. Seus representantes são Anne Hilton e John Thornton para o estudo da região do Kongo, Joseph Miller para a região Mbundu, e mais recentemente, Carlos Almeida para ambas as regiões.

Anne Hilton defende, para além da existência de diferentes momentos na escrita das cartas missionárias, a ideia de que a cosmologia do espaço congolês absorveu e ressignificou figuras e rituais cristãos sem, contudo, perder sua coerência. Ao integrarem categorias cristãs e reaplicarem às suas próprias categorias já existentes, mantiveram a estrutura cosmológica bakongo (HILTON, 1985: 154-161). Indicando um modelo de leitura que considera os caminhos de cada missionário em seus espaços de experiência com a realidade africana, sua proposta admite que as cartas redigidas durante o primeiro ano de ação revelam uma expectativa muito grande quanto à conversão das elites no Kongo; desembocando numa segundo ocasião, quando o missionário se confronta com as práticas religiosas africanas e expressa desâmino e vontade de retornar; e por fim, num terceiro momento – onde apenas capuchinhos são exemplo (HILTON, 1987: 293) – esses missionários desenvolvem uma adequação nas estratégias de conversão, que não podem ser percebidas como assimilação cultural.

Já Joseph Miller, deixa claro que os relatos europeus devem ser lidos no entrelaçar de vários fatores. E que, não se relacione apenas com fatos, mas também, com imagens, conjuntos de pensamentos e representações. É sabido, por exemplo, que ele e Thornton mantiveram um caloroso debate acerca dos *jagas* e das formas de

análise que devem ser feitas sobre esse povo demasiadamente referido nas fontes europeias [1]. Esse debate é revelador na medida em que explicita as diferentes formas de tratamento com as fontes. Principalmente em relação a John Thornton, analisado aqui comparativamente à Carlos Almeida, de forma a delinear como esses autores compreenderam os textos missionários, sobretudo os de Giovanni Antonio Cavazzi, para a formulação de uma história para a África Central.

2. Thornton e Almeida: duas perspectivas metodológicas

A obra de John K. Thornton é referência obrigatória para os interessados na história da região da África Central. Com trabalhos extensos e diversos, que abarcam o início do XV até meados do XVIII, ele se preocupou em entender tanto as relações políticas no Kongo (THORNTON, 1983) como também a contribuição africana no mundo atlântico (THORNTON, 1993), e ainda, movimentos religiosos no interior da região (THORNTON, 1996).

Sua visão em relação à desintegração do reino do Kongo durante o século XVII não é pensada a partir dos efeitos da colonização, mas antes como decorrência das configurações sociais, econômicas e políticas que colocavam em conflito crescente uma "aristocracia urbana" – cujo centro era Mbanza Kongo – e as populações interioranas. Na introdução do seu primeiro livro, por exemplo, sua posição é de que história tem tratado a escravidão e o estabelecimento dos portugueses como as causas primeiras do declíno do Kongo, quando na verdade para ele as "mudanças ocorridas no Kongo foram muito mais o produto das dinâmicas internas do que a simples reação de pressões externas" (THORNTON, 1983: xv; xvii). Por isso também, no decorrer do livro os anos entre 1641 e 1665 são importantes, especialmente porque com a vitória de Luanda sobre o Kongo, ao final desses anos, é garantido o poder e a autonomia do Nsoyo como força independente frente à Mbanza Kongo (THORNTON, 1983: 76-83).

Já no que se refere à assimilação da religião cristã, Thornton se difere claramente de Anne Hilton e daqui transcorre o maior número de críticas à sua obra. Ele acredita que o cristianismo, ao se tornar religião oficial por meio do batismo, forneceu os instrumentos que permitiram a legitimação do poder central em torno do ManiKongo e sua elite urbana (THORNTON, 1983:57). Insistindo na ideia de que as noções cristãs foram renomeadas, esse autor pressupõe uma aproximação entre cosmologias europeias e bantas que, em decorrência, lhe possibilita nomear as experiências religiosas na África Central como "Cristianismo Africano". Ora, se por um lado essa ideia ignora a coexistência de duas identidades religiosas diferentes, como tem alertado James Sweet (2003), por outro abdica da predominância de práticas endógenas nos processos de mudança social na África (ALMEIDA, 2009: 17). É possível dizer que a ideia de John Thornton tenha raízes nos seus marcos teóricos que são: "as recentes abordagens histórico-marxistas de aproximação antropológica, e uma "história total" do tipo pregado, e geralmente praticada, por Fernand Braudel e escola dos *Annales*" (THORNTON, 1983: ix). Ao recusar múltiplas identidades religiosas em detrimento de um "Cristianismo Africano", ele se aproxima do estruturalismo caro às análises broudelianas de um "tempo quase estacionário, em que passado presente e futuro não mais diferem e se reproduzem sem descontinuidade" (DELACROIX et al., 2012: 230). Em outras palavras, ao concentrar práticas cristãs e bakongo no conceito de "Cristianismo Africano", Thornton descobre a formula, já anunciada no seu prefácio, para a "explicação de um quadro teórico que se torna aplicável para além de algumas centenas de milhares de quilômetros quadrados em África Central." (THORNTON, 1983: X). Mas as consequências dessa abordagem não residem apenas na elaboração de uma teoria geral da identidade religiosa africana, elas se refletem também na metodologia para o tratamento das fontes.

Existem duas resenhas críticas do historiador que versam exclusivamente sobre a obra de Cavazzi. A primeira, *New Ligth on Cavazzi's Seventeenth-Century Description of Kongo*, escrita em 1979, abordando a grande descoberta da época: um manuscrito, pertencente à família Araldi, produzido pelo missionário entre os anos

1 Para melhor compreensão do debate veja, Carlos Almeida *Uma Infelicidade Feliz*, Lisboa, 2009; Joseph C. Miller, "Requiem for the Jaga", in *Cahiers d'Études africaines*, XIII, 1, 44, 1973, pp. 121-149; John K. Thornton, "A Ressurection for the Jaga", in *Cahiers d'Études Africaines*, XIII, 1-2, 1978, pp. 223-227

de 1654 e 1667, tempo em esteve pela primeira vez em África. E a segunda, *Cavazzi, Missione Evangelica: General Introduction*, fruto de uma tradução para o inglês do Volume A desse manuscrito disponível para leitura online.

Em *New Ligth...* Thornton se preocupa em descrever os processos pelos quais o documento chegou até nós, tentando fazer uma conexão entre o manuscrito e a obra impressa de Cavazzi. Inclusive, em sua opinião, "o relato é importante para os historiadores, não tanto pelo que Cavazzi viu por ele mesmo, mas pelo notável material perdido no livro" (THORNTON, 1979: 260). Essa fala revela uma postura que ignora a ótica do missionário em detrimento das narrativas sobre os acontecimentos relativos às populações africanas, o que a princípio pode ser valorado como algo positivo, mas que, segundo Carlos Almeida (2014), pode "ignorar a experiência radical de relacionamento no espaço africano com a diferença cultural". No entanto, somente na segunda resenha crítica essa postura de Thornton aparece de forma mais concreta, mesmo porque ela é grafada depois de toda sua carreira estabelecida. Nela o historiador classifica Cavazzi como "anti-africano" sem fazer uma crítica mais apurada, atribuindo esse fator à personalidade do missionário (THORTON, 2014:16). Por conseguinte, ignora os discursos enquanto práticas e, ao mesmo tempo, insere-os tão somente no plano da escrita e das ideias. De modo que, sendo essas ideias eurocêntricas, não poderiam contribuir para a formulação do que seja uma teoria das relações "essencialmente" africanas. Atitude compreensível e necessária à valorização do africano como agente transformador de sua história, mas que paradoxalmente pode levar à negligência das práticas endógenas nas complexas relações entre missionários e populações africanas. Como resalva Carlos Almeida:

> Longe de construir uma camada incomoda e porventura descartável dos documentos, o discurso etnográfico na produção textual missionária dá a ver a consciência precisa que os religiosos tiveram sobre esse processo [de relacionamento intercultural], nos seus limites e cambiantes. E nesse sentido, o conhecimento que foram capazes de produzir sobre essa experiência é uma matéria de primeira importância para o investigador interessado em conhecer a fundo a complexidade das relações sociais e culturais nesta região (ALMEIDA, 2014:7).

Aliás, é nessa linha que se desenvolve todo o trabalho de Almeida. Sua tese, *Uma Infelicidade Feliz: A imagem da África e os Africanos na Literatura Missionária sobre o Kongo e a região mbundu (meados do séc. XVI – primeiro quartel do séc. XVIII)*, defendida na Universidade Nova de Lisboa em 2009, representa um avanço no que diz respeito às formas de interpretação dos registros etnográficos missionários. Sua preocupação é tripla. Primeiro, busca entender as relações entre os relatos dos missionários que chegam a Europa e as imagens já existentes sobre a região da África Central, questionando as rupturas, continuidades e contribuições para uma eventual transformação das ideias dominantes. Depois, no caminho de uma tradição intelectual cujo precursor foi Norbert Elias, aponta a dimensão do disciplinamento social incluso no empenho da missionação e que "se traduzia na interiorização, pelos indivíduos, de um conjunto de regras e princípios de conduta considerada civil" (ALMEIDA, 2009:24). E, finalmente, assinala o método de ação dos missionários na região e suas relações com a presença secular europeia; comparando os modelos jesuítas e capuchinhas, ao mesmo tempo em que revela formas endógenas de fixação de ambas as ordens.

Aqui, como no caso de Thornton, percebemos uma relação entre marco teórico e metodologia na análise das fontes missionárias. Em Almeida essa influência de teorias é diversa. Ele pensa à luz de Norbert Elias e Bourdieu, para a compreensão da difusão de padrões de comportamentos civis e *hábitus* entre as dinâmicas europeias e africanas (ALMEIDA, 2009: 24, 325). Utiliza V. Y. Mundimbe, E. Said e Foucault para entender os discursos como um conjunto de condições de existências pelo o qual os missionários se projetam sobre o outro e sobre si mesmos (ALMEIDA, 2009: 26-28, 324). E ainda, emprega Marry Louise Pratt para entender no contexto da África Central – onde o contato com europeus por vezes foi descontínuo – o que ela denominou de *zona de contato* e *transculturação*, normalmente expressas em escritos *autoetnográficos* e onde os "sujeitos colonizados empreendem sua própria representação de maneira que se comprometem com os termos do colonizador" (PRATT, 2010: 35). Um dos exemplos desses escritos *autoetnográficos* utilizados por Almeida

é a petição de Lourenço da Silva Mendonça, mulato presumivelmente nascido no Brasil, e que reclamava à Sagrada Congregação de Propaganda Fide em 1685, contra o título de escravização perpétua a que eram submetidos os africanos cativos mesmo estes sendo batizados (ALMEIDA 2009: 776).
Para a construção de sua tese o historiador empregou diversas fontes, como é perceptível no exemplo acima. Mas, o que nos interessa, numa comparação em relação a outras obras historiográficas que versam sobre a região, é compreender como ele abrangeu os relatos de Cavazzi numa leitura conjunta com outros escritos.
Almeida percebe que o discurso sobre a ordem natural do local tinha diretas relações com as visões sobre as condutas humanas, o que porventura poderia ser desprezado como parte desnecessária das descrições é no fundo a forma com que esses missionários lidavam com as populações. Desse modo, ele inscreve Cavazzi como "O máximo expoente deste modelo de abordagem à realidade natural" (ALMEIDA, 2009: 239). O seu mundo estava organizado numa gramática complexa indistinguível entre normas de comportamento, ordem do mundo natural e fé. Para Almeida, quando o missionário narra no Livro I de *Istorica descrizione*... o comportamento da natureza vivaz e exagerada está informando a seus leitores todo um conjunto de seres que dela fazem parte. Ao transportarem, por exemplo, flora e faunas europeias para aqueles locais Cavazzi informava que elas reagiam de forma inesperada: videiras que vicejam duas vezes por ano, mas seu fruto nunca amadurece; o trigo que, ao invés de amadurecer, cresce como erva alta. E assim, "na hora de semear a palavra naquelas terras silvestres o missionário enfrentava essa realidade armado [...]" (ALMEIDA, 2009: 262-314).
Também da ordenação sobre a vida das populações observadas, Almeida nomeia Cavazzi como ocupante de um lugar central, principalmente no Livro II de *Istorica descrizione*... e no primeiro livro do volume A do Manuscrito Araldi. Inclusive, neste último documento com o título "Dell'intabilitá, & pouca fermeza della gente negra di questa misera Ethiopia interiore", ele destaca a metáfora naturalista que compara o espírito africano à cana – com aparência exterior de fortaleza, mas que por dentro se revelava vazia e fraca (ALMEIDA, 2009: 551). Assim, conclui o historiador que:

> Toda exegese em torno da inconstância do africano resumia-se afinal numa advertência de caráter metodológico dirigida aos missionários que, no fundo, viessem a desenvolver a sua actividade naqueles lugares (ALMEIDA,2014: 20).

Por outro lado, ao analisar o método endógeno pelo qual os missionários utilizavam na erradicação das práticas bárbaras, ele entende que nenhum outro "tenha ido tão longe nessa apreciação" quanto Cavazzi, na medida em que, para o capuchinho, a presença europeia tinha um valor redentor na região. Ao exigirem a monogamia, os hábitos à mesa e outras atividades cotidianas descritas na obra do capuchinho, a influência civil prestava às populações uma transformação que também era entendida como sinal de salvação, cuja reforma dos hábitos e costumes afastava a pessoa africana da barbárie e da situação infeliz que se encontrava (ALMEIDA, 2009: 707-710).
Por fim, relacionando Cavazzi ao seu contexto missionário e lendo-o intrinsecamente na relação com outros registros, Almeida consegue perceber que o evangelizar naqueles lugares estava além da difusão da fé. Catequizar era também uma forma de promover um comportamento civil de contrição das pulsões, de moderação das vontades, do governar-se por leis razoáveis, do refinar de gestos, do incrementar do gosto musical europeu e do abster de impulsos sensuais. Nas palavras do estudioso "civil e cristão são duas faces inseparáveis de uma mesma condição, um não existe sem o outro, cada um é função do outro" (ALMEIDA,2009: 818). Além disso, Almeida também questiona até que ponto o que Cavazzi e outros missionários traduziram como a inconstância e mutabilidade do espírito africano, e que justificava o método coercivo por vezes aplicado na conversão, representava na verdade um indício da solidez e plasticidade dos sistemas cosmológicos africanos ao se apropriarem seletivamente de rituais cristãos implicando-lhe novos significados. Assim, as possibilidades desses registros são diversas, e:

> [...] a literatura missionária adquire novos sentidos, que dizem tanto sobre o modo como as sociedades africanas responderam, criativamente, à proposta evangelizadora, como sobre os processos de estruturação, na Europa, de um discurso sobre a diferença

> cultural que conformaria, de forma impressiva e duradoura, o olhar sobre o outro e a diferença cultural. (ALMEIDA, 2014: 29).

3. Cavazzi na recente produção brasileira sobre África Central

Vê-se no Brasil uma crescente preocupação em relação aos estudos de história da África, tanto nas produções voltadas para o ensino básico quanto nas obras preocupadas com os espaços universitários. Essa preocupação tem como marco a lei 10.639/03 que tornou obrigatório o ensino de história da África e das culturas afro-brasileiras, mas não somente isso, ela também é fruto dos movimentos sociais afro-brasileiros e da crescente promoção de políticas públicas voltadas para essa parcela da população que foi negligenciada na sua intersubjetividade histórica. Podemos dizer que, no âmbito acadêmico, essas iniciativas eram pontuais e, mesmo que esses trabalhos constituam as importantes bases para os atuais pesquisadores, procuraremos nos ater às pesquisas mais recentes que tiveram como objeto ou fonte principal os relatos de Giovanni Antonio Cavazzi.

A primeira delas é a dissertação de Ingrid Silva de Oliveira, defendida em 2011 sob o título de *O olhar de um capuchinho sobre a África do século XVII. A construção do discurso de Giovanni Antonio Cavazzi*. A autora deixa claro que o objetivo da obra não é necessariamente uma "análise do discurso como prática" e se concentra principalmente na *Istorica descrizione...* como uma propaganda da eficiência capuchinha na região, ao mesmo tempo em que pretende compreender as redes que ligavam as "regiões africanas descritas, o Papado e o Império Português" (OLIVEIRA, 2011: 1-4). Ela esclarece que no momento inicial da pesquisa a preocupação era outra, centrava-se mais nos discursos elaborados sobre os africanos e nas ferramentas de conversão utilizadas pelos capuchinhos. No entanto, pelo curto tempo de execução que exige o mestrado, foi necessário conduzir e enfatizar mais o contexto europeu e a produção da obra de Cavazzi em si e compará-la, ao final, com a obra de Cadornega.

Dividido em quatro partes, trata primeiro dos lugares percorridos por Cavazzi, sua biografia, as traduções da obra principal e os processos de escrita; depois, aborda de maneira geral os discursos e atuação das missões capuchinhas; em seguida, separa um espaço para falar da rainha Nzinga e como ela aparece como o maior feito dos capuchos na região; por fim, faz a relação da escrita de cunho propagandístico que se revela em Cavazzi e Cadornega. Mesmo que o foco do trabalho seja mais o missionário em si do as populações africanas, Oliveira nos fornece um enorme contributo ao revelar como a conversão da rainha Nzinga foi fundamental para a coerção das práticas religiosas da população mbundu (OLIVEIRA, 2011: 75). Por outro lado, ao entender como diferença a intenção e direção dos discursos de Cavazzi e Cadornega – um estaria mais voltado para a propaganda monárquica e outro para a religiosa – e ao separa as esferas de atuação capuchinhas entre religiosa e política (OLIVEIRA, 2014:104), desconsidera-se que as fronteiras entre civil e cristã eram muito tênues, e que a construção de uma memória de uma África cristianizada era, ao mesmo tempo, a delimitação do espaço cada vez mais civil que se expressava na contenção dos corpos e dos costumes "bárbaros". E, talvez, essa abordagem se dê pelo fato do diagnóstico ser feito a partir exclusivamente do texto e, em certa medida, desconsiderar o discurso como prática.

A segunda pesquisa, *A África Indômita: missionários capuchinhos no Reino do Congo (século XVII)*, defendida em 2008 por Rosana Andréa Gonçalves, foca na relação e na importância política dos capuchinhos ao lidarem com autoridades africanas. Num duplo movimento propõe verificar as adaptações do catolicismo e os limites de aceitação do outro, paralelo à análise das reelaborações feita pelos centro-africanos dos ritos católicos. Dividida em três etapas, a dissertação começa por contextualizar politicamente o reino do Kongo, a presença portuguesa e as missões na região; passa para a influência política dos capuchinhos; e finalmente, compreende as experiências religiosas e os encontros e desencontros entre cosmologia africana e europeia.

Gonçalves tenta uma aproximação com as perspectivas de Almeida e Thornton. Por um lado utiliza Cavazzi para compreender os entrelaçamentos políticos, e por outro, para perceber a tentativa de "reforma dos costumes" com a qual os missionários tanto se preocuparam (GONÇALVES, 2008: 70). Em decorrência disso, o que se destaca na sua dissertação é a articulação das diversas fontes e outros estudos historiográficos para despontar o

ativo envolvimento dos capuchinhos durante as sucessivas guerras entre os anos de 1648- 1665, que culminaram no enfraquecimento progressivo do reino do Kongo (GONÇALVES, 2008: 92-96). Por outro lado, quando se trata das complexas relações religiosas na região a historiadora assume uma postura conflitante. Na prática ela insere os discursos etnocêntricos de Cavazzi para traduzir como "a religião católica, para além da salvação daquelas almas, contribuía também para garantir uma certa civilidade sob moldes europeus". Gonçalves, por exemplo, cita uma passagem na qual o missionário confessa não serem desprezíveis os frutos alcançados até aquele momento, visto que com a ajuda de Deus, eles tornariam os "naturais" mais domesticados e moderados em relação às paixões. (GONÇALVES, 2008: 116). Nas suas conclusões, entretanto, a metodologia para qual ela indica no trabalho com essas fontes é o filtro dos "preconceitos e ideologias imbricadas ao momento histórico, dando voz ao africano e buscando enxergá-lo como sujeito de sua própria história" (GONÇALVES, 2008: 144).

Como dissemos anteriormente, essa postura metodológica pode a princípio ser valorada como algo moralmente positivo, no entanto, corre-se o risco de colocar no esquecimento as dinâmicas endógenas da missionação em África Central que são, indissociavelmente, partes do discurso sobre o outro.

4. Considerações Finais

Abarcar as mudanças na historiografia sobre África exige, ainda, estudos mais atentos na maneira como historiadores lidam metodologicamente com as fontes e como pressupostos teóricos podem influenciar essas abordagens. O que se buscou foi, a partir dos contextos de produção, visitar as diversas perspectivas para a construção de uma história africana.

Além de destacar os diferentes momentos dessa historiografia. Percebemos que na obra de Thornton há uma conexão entre suas conclusões e a vontade de encontrar uma estrutura da essência una africana. Estrutura ao mesmo tempo explicativa dos fenômenos que ocorreram num grande número de sociedades locais (ou transatlânticas) e que, de certo modo, acaba por desperceber as dinâmicas sociais endógenas na apropriação da cosmologia cristã pelos povos centro-africanos. O conceito de "Cristianismo Africano" não ignora apenas as múltiplas identidades religiosas, ele também faz parecer pacífico os processos que levaram essas populações a assumirem a identidade cristã. Por outro lado, revelamos como a proposta de Almeida segue um caminho oposto. Ao identificar na representação e no discurso missionário que o cristianismo não comportava apenas a fé, era igualmente uma forma de controle e imposição do comportamento civil, desponta os relatos missionários – e Cavazzi em especial – como possibilidades de compreensão das respostas criativas dadas por essas populações ao crescente controle (e autocontrole) que era exercido sobre elas nas *zonas de contato* África-Europa.

Ao mesmo tempo, pontuamos no ambiente de produção recente o sinal de uma metodologia ainda preocupada na separação das marcas etnográficas no texto, mesmo que esses trabalhos sejam reveladores e constituam excelentes esforços acadêmicos. Dessa forma, não é preciso proclamar os enunciados etnocêntricos como concretos e passíveis de categorias de análise. É necessário, sobretudo, emergi-los dos relatos para que se compreendam, ao mesmo tempo, as dinâmicas que possibilitaram a perpetuação dos controles e as manobras de resistência daquelas sociedades africanas que tiveram de se adaptar às novas configurações sociais. E assim, parafraseando José da Silva Horta, uma história das representações e uma história dos *habitus* podem "constituir uma das pontes para a aproximação entre a história europeia e a história de África, em particular da primeira relativamente à segunda." (HORTA, 1994: 197).

Bibliografia

ALMEIDA, Carlos J. D. (2009), Uma Infelicidade Feliz: A Imagem de África e dos Africanos na Literatura Missionária sobre o Kongo e a região mbundu. Tese de doutoramento. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

_____. (2014) " A narrativa etnográfica na literatura missionária sobre o Kongo, séculos XVI a XVIII. In S. Pantoja & E. C. Thompson (1ªed.), Em torno de Angola: narrativas, identidades e as conexões atlânticas, São Paulo: Intermeios, pp. 15-32.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François & GARCIA, Patrick. (2012), As Correntes Históricas na França: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora FGV.

DIFUILA, Manuel Maria. (1995) "Historiografia da História de África". Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África. Lisboa: Linopazas, pp. 51-56.

FALOLA, Toyin; JENNINGS, Christian. (2004), Sources and Methods in African History: Spoken, written, unearthed. New York: The University of Rochester Press.

GONÇALVES, Rosana Andréa. (2008), África indômita: Missionários capuchinhos no Reino do Congo (século XVII). Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

HENRIQUES, Isabel de Castro. (2004), Os pilares da diferença: relações Portugual-África, séculos XV-XIX. Lisboa: Celeidoscópio.

_____. (2003), O Pássaro de Mel: Estudos de História da África. Lisboa: Colibri.

HILTON, Anne. (1987), "European Sources for the Study of Religious Change in Sixteenth and Seventeenth Century Kongo". Paideuma, 33, pp. 289-312.

HORTA, José da Silva. (1994), "Entre história europeia e história africana, um objecti de charneura: as representações". Actas do colóquio Contrução e Ensino da História da África. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 189-200.

LOPES, Carlos. (1995), "A Pirâmide Invertida: historiografia feita por africanos". Actas do Coléquio Construção e ensino da história da África. Lisboa: Linopazes, pp. 21-29.

LOVEJOY, P. E. (1983), Transformation in slavery. Londres: Cambridge University Press.

LOVEJOY, Paul & LAW, Robin. (2003), The Biography of Mahommad Baquaqua: his passage from slavery to freedom in África and América. Princeton: Marcus Weiner Publishers.

MILLER, Joseph C. (1999), "History and Africa/Africa and History". The American Hitorical Review, 104 (1), pp. 1-32.

OLIVEIRA, Ingrid Silva de. (2011), O Olhar de um capuchinho sobre a África do século XVII: A Construção do Discurso de Giovanni Antonio Cavazzi. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

PRATT, Mary Louise. (2010), Ojos Imperiales: literatura de viajes y transculturación. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.

THORNTON, John K. "Cavazzi, Missione Evangelica". African American Studies, Disponível em http://www.bu.edu/afam/faculty/john-thornton/cavazzi-missione-evangelica-2/, [consultado em 31-10-2014].

_____. (2003), A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico (1400-1800). Rio de Janeiro: Campus.

_____. (1998), The Kongolese Saint Anthony: Dona Beatriz Kimpa Vita and the Antonian Movement, 1684-1706. New York: Cambridge University Press.

_____. (1983), The Kingdom of Kongo: Civil War and Transition 1641-1718. Madison: University of Wisconsin Press.

_____. (1979), "New Light on Cavazzi's Seventeenth-Century Descripition of Kongo". History in Africa (6), pp. 253-264.

Viagens e expedições na Mauritânia: para uma genealogia das rupturas e continuidades nas representações sobre o território a partir de 'fora'

Joana Lucas
joana.i.lucas@gmail.com

Resumo: Ao longo deste texto procurarei mapear e identificar as narrativas de viagem (mas também de conquista, de mapeamento, de dominação, etc.) relativas ao actual território da Mauritânia. O objectivo desta recolha, e da posterior análise destas narrativas, era o de compreender como foi este território descrito e representado ao longo do tempo, procurando concomitantemente identificar os contextos sociais e ideológicos de produção dessas mesmas narrativas. Assim, proponho-me aqui apresentar algumas conclusões da construção de uma resenha genealógica relativa às narrativas sobre a Mauritânia produzidas a partir de "fora", que se iniciam de forma mais consistente no final do século XVIII, e se estendem até à década de 1950.

Palavras-chave: Mauritânia, narrativas de viagem, império colonial francês

1. Pensando e problematizando o "encontro": narrativas de viagem, eurocentrismo e "zonas de contacto"

Irei dar conta, ao longo deste texto, de um conjunto de documentos produzidos no âmbito de múltiplas viagens, realizadas dentro dos limites geográficos que actualmente constituem o território da Mauritânia, e que podem obedecer a distintas e diversas catalogações. Parece-me, no entanto, redutora a utilização da categoria "narrativas de viagem" ou mesmo "literatura de viagens" para a classificação do *corpus* aqui em análise, já que os documentos aqui abordados transbordam e desafiam muitas fronteiras conceptuais e tipológicas. Como refere Tim Youngs (2006), o próprio conceito de "literatura de viagens" deverá ser questionado, nomeadamente em relação à sua suposta objectividade, já que transporta consigo uma multiplicidade de 'olhares' e de 'pontos de vista' que determinam e/ou condicionam a(s) narrativa(s):

> Travel writing is not a literal and objective record of journeys undertaken. It carries preconceptions that, even if challenged, provide a reference point. It is influenced, if not determined, by its authors' gender, class, age, nationality, cultural background and education. It is ideological. And it is a literary form that draws on the conventions of other literary genres. (Youngs, 2006:2-3)

Partindo desta premissa, de que a "literatura de viagens" é uma forma literária que recorre às convenções de outros géneros literários, importa referir que, para além da "literatura de viagens", entre os documentos aqui analisados se encontra um lote diferenciado de 'géneros': as crónicas, as descrições de terras[1], os diários de bordo, os relatórios de mapeamento, os relatos de conquista, etc.. No entanto, ao longo deste texto, optei por não fazer qualquer tipo de distinção entre os vários tipos e formatos de documentos analisados, apagando conscientemente as fronteiras entre uns e outros e, englobando-os num grupo único e abrangente, apesar destes se reportarem a diversos períodos históricos.

---

1 Para alguns autores é importante distinguir as crónicas das descrições de terras, tal como o faz Luís de Albuquerque: «Enquanto nas crónicas, embora contendo descrições de terras, se privilegia o tempo, ou seja, o discurso narrativo, nas descrições de terras privilegia-se o espaço, logo o discurso descritivo» (Albuquerque, 1994:611).

Simultaneamente, quando decidi trabalhar sobre estes textos na perspectiva das representações e da produção de um discurso sobre o 'outro'[2] (sendo este 'outro' fundamentalmente o 'outro oriental' e 'exótico'), e ao procurar contribuir para traçar uma genealogia das narrativas sobre este território optei por uma análise desta produção literária que tivesse em conta o contexto histórico-social no qual esta foi produzida. Interessava-me identificar e perceber as formas como se foram desenvolvendo as narrativas (de conquista, de mapeamento, de viagem) ao longo da História e quais as premissas por detrás destas, assim como as de uma diversidade de relatos a elas associados em distintos períodos históricos.

Efectivamente, as motivações das viagens e as narrativas a que estas deram origem foram ganhando novos e diferentes contornos ao longo do tempo, e é essencialmente sobre essas reconfigurações que este texto tratará, partindo do princípio que as narrativas constituem um instrumento de compreensão, apreensão e representação da realidade através da escrita.

Nesse sentido, é fundamental enfatizar a importância da escrita para a solidificação dos múltiplos géneros de narrativas que aqui trabalharei, para os quais a escrita se impôs como instância de *mimesis* (Albuquerque, 1994:608). Tal como refere Judith Adler (1989), a palavra começou por ocupar um lugar central, em detrimento da imagem, na caracterização das narrativas de viagens que começam a ganhar fôlego ao longo dos séculos XVII e XVIII: «The word, not the image, the ear and the tongue, not the eye, stand at the center of such treatment.» (Adler, 1989:9). Também para Derek Gregory (1999) existe uma conexão imperativa entre viagem e escrita, conexão que estaria assente em três ideias:

> […] the construction of the Orient as a *theatre*; the representation of other places and landscapes as a *text;* and the production of travel and tourism as a *scripting.* (Gregory, 1999:115)

A hierarquização dos sentidos quanto às formas de apreender o mundo e dar conta desse conhecimento, de que nos fala Adler (1989), foi sendo reconfigurada em diferentes momentos históricos: a viagem era concebida entre os séculos XVII e XIX como uma oportunidade para a produção de um discurso, produção essa centrada no ouvido e na língua do viajante, e não tanto nos seus olhos ou no seu papel de testemunha ocular, que viria mais tarde a ser privilegiado (Adler, 1989:9).

No entanto, apesar da mobilização ou da primazia de diferentes sentidos durante a viagem, o corpo do viajante, que se constituiu enquanto veículo principal da produção de um discurso ou de uma imagem sobre o 'outro', foi também historicamente construído:

> […] the traveler's body, as the literal vehicle of the travel art, has been subject to historical construction and stylistic constraint. [...] the way in which the human body is exercised as an instrument of travel is deeply revealing of the historically shifting manner in which people conceive themselves and the world in which they seek and appropriate relation through travel ritual. (Adler, 1989:9-10)

Importa-me igualmente localizar geograficamente a produção dos diversos discursos de que darei conta e, para tal, será necessária a constatação de um eurocentrismo[3] assumido na discussão. Interessam-me fundamentalmente, no âmbito deste texto, as representações produzidas pelo 'ocidente' sobre o 'oriente' (nas

---

2 Esta construção e identificação do 'outro' partirá fundamentalmente de uma constituição dialéctica em *relação*. Esta construção estará também determinada pelo reconhecimento de um contexto temporal, histórico e político (cf. Fabian, 1983).

3 Adoptarei aqui a definição de eurocentrismo proposta por Samir Amin (1988), um «[…] universalisme tronqué des propositions offertes par l'idéologie et la théorie sociale modernes» (Amin, 1988:6) e um fenómeno especificamente moderno: «L'eurocentrisme est un phénomène spécifiquement moderne, dont les racines ne vont pas au-delà de la Renaissance, et que s'est épanoui au XIXe siècle. Dans ce sens il constitue une dimension de la culture et de l'idéologie du monde capitaliste moderne.» (Amin, 1988:8).

narrativas do 'ocidente') e também a forma como o 'ocidente' narrou o 'outro' e descreveu o 'exotismo' com que foi contactando, tal como me interessam as próprias construções de 'oriente' e 'ocidente'.
Este "contacto" entre as populações autóctones e 'aqueles que chegavam' aos territórios 'cobiçados' procurando descrevê-los e/ou conquistá-los não foi, no entanto, vivido de igual forma. Era marcadamente desigual, situação que caracteriza estes territórios como lugares de tensão. A definição proposta por Pratt (1992) para "zonas de contacto" enquanto terrenos inequivocamente assimétricos, contribui para explicitar essa multidimensionalidade:

> [as "zonas de contacto" são] social spaces where disparate cultures meet, clash, and grapple with each other, often in highly asymmetrical relations of domination and subordination – like colonialism, slavery, or their aftermaths as they are lived across the globe today. (Pratt, 1992:4)

São também

> […] the space of colonial encounters, the space in which peoples geographically and historically separated come into contact with each other and establish ongoing relations, usually involving conditions of coercion, radical inequality, and intractable conflict. (Pratt, 1992:6)

O conceito de "zonas de contacto" interessa-me na medida em que é a partir deste encontro com o 'outro', e dos contactos estabelecidos entre populações autóctones e agentes exógenos, que se produzem as narrativas e os discursos que pretendemos trabalhar ao longo deste texto. Estes discursos servem não só para 'construir' o 'sujeito indígena' de acordo com as necessidades ideológicas do imperialismo ocidental, como também para identificar o(s) terreno(s) da alteridade e da diferença. É importante ter uma visão global daquela que foi a produção narrativa que fez da alteridade o seu pano de fundo, e da forma como o discurso sobre o 'outro' se foi modificando e adquirindo diferentes contornos e enfoques em distintos momentos históricos e sociais. Igualmente importante será perceber que a forma como se produz um discurso sobre o 'outro' está dependente de uma visão e de uma consciência sobre o 'eu' ou o 'nós', consciência que foi sofrendo alterações ao longo do tempo o que implicou reconfigurações várias, como refere Margareth Gonçalves:

> Os relatos de viajantes expressam a fronteira de constante remanejamento de sentimentos e de percepções sobre si próprio e os nativos. Na teia discursiva recalcitram as tensões e os conflitos que despontavam da experiência com o outro. (Gonçalves, 2005:614)

Pretendo fazer aqui um breve apanhado histórico de diversas viagens de mapeamento e conquista ocorridas entre o século XV e o século XIX, para que depois me possa deter sobre os discursos produzidos no âmbito destas viagens, os seus conteúdos e a forma como as representações sobre o 'outro' se foram reconfigurando. Começarei por trabalhar as narrativas sobre o 'outro' que correspondem ao período de "conquista", e que serão aquelas produzidas no âmbito das primeiras viagens de exploração marítima, das quais as narrativas relativas ao período português de expansão marítima constituem importantes e numerosos exemplos.
Se o orientalismo tomou a escrita de viagens como parte do seu *corpus*, poder-se-á dizer que a sua relação está marcada pela dialética, e que a escrita de viagens ajudou também a construir o Orientalismo, ou pelo menos alguns dos seus paradigmas e pressupostos. A partir do século XVIII a escrita de viagens torna-se, de forma ainda mais marcada e evidente, num exercício permanente de tradução cultural. Consciente da sua influência e da sua *validade*, vai ocupar o papel de *mediadora* entre as sociedades *exóticas* e aquelas de onde os seus relatores são originários, *organizando-as* de forma a poderem ser 'consumidas' com mais facilidade pelas sociedades ocidentais.

É precisamente neste discurso da sistematização das sociedades 'exóticas' que se solidifica o orientalismo: na edificação de um *corpus* de conhecimento sobre o 'outro' e o seu território cuja finalidade é ser permanentemente aumentado e engrandecido. O conhecimento sistemático sobre o 'outro' passa, portanto, a contribuir para a dominação desse mesmo 'outro' ou, nas palavras de Edward Said,

> Possuir este conhecimento de um objecto é então poder dominá-lo, é possuir autoridade sobre ele. E autoridade significa, neste caso, que lhe negamos a autonomia – ao país oriental – porque o conhecemos e ele existe, em certo sentido**, como** o conhecemos. (Said, [1978] 2004:37) [negrito no original]

O conhecimento/dominação do 'exótico' passava igualmente pela sua *fabricação*, processo no qual a escrita de viagens teve um papel fundamental relativamente à criação de geografias imaginárias, tendo em conta que:

> […] imaginative geographies script a place and in so doing make the imaginative real, both materially and performatively. (Duncan e Gregory, 1999:9).

As narrativas de viagem, de mapeamento e de conquista, contribuíram então para a fabricação e para a construção destas geografias imaginárias na medida em que permitiram um acesso ao mundo, ou mais concretamente a um lado 'exótico' do mundo, através de uma representação que oscilava entre o real e a ficção. De facto, e no plano da ficção, estas narrativas encenavam e fabricavam muitas vezes uma realidade cultural e geográfica na qual os contextos culturais 'exóticos' eram mediados e filtrados pelos seus narradores, e representados discursiva e imageticamente à medida das expectativas criadas nas metrópoles europeias em relação a certos territórios de previsível e/ou desejada alteridade.

Considerando a prática acima referida como um exercício de 'tradução cultural', esta revela-se central na análise que poderemos fazer destes encontros onde as questões do poder e do conhecimento – revelando a sua ambivalência entre a domesticação e a outrificação do 'outro' – acabam por ser as premissas fundamentais que medeiam as relações produzidas nestes contextos. Entre a transformação do exotismo em algo familiar, assimilando-o, ou a exacerbação desse mesmo exotismo, o papel do narrador (incluindo o do narrador 'sentimental') nunca foi imparcial, tal como referem James Duncan e Derek Gregory (1999):

> This place of translation is not a neutral surface and it is never innocent: it is shot through with relations of power and of desire. […] translation is either a «domesticating method, an ethnographic reduction of the foreign text to target language cultural values, bringing the author back home» or a «foreignizing method, an ethnographic pressure on those values to register the linguistic and cultural difference of the foreign text, sending the reader abroad». (Duncan & Gregory, 1999:5)

Mas se o confronto, ou o desejo de encontro com a alteridade constitui um dos principais combustíveis da narrativa de viagens, nem sempre foi necessário sair do continente europeu para que essa alteridade se pudesse revelar e esse exotismo pudesse ser construído. Gostaria de aqui referir, ainda que de passagem, que a própria Europa, ou pelo menos alguns dos seus lugares mais 'recônditos'[4], também foram alvo de discursos deslumbrados com o exotismo das suas 'margens' e 'periferias', contribuindo desta forma também para a enunciação de um "orientalismo periférico" em contexto europeu.

Sobre o território que aqui nos interessa – o da actual República Islâmica da Mauritânia – é de ter salientar como o mapeamento e a cartografia foram das principais actividades a que se dedicaram os representantes das administrações coloniais, e de como esta actividade veio também *traduzir* e tornar inteligível um continente que, como bem formula Emanuela Casti (2001), estaria desprovido de significação social:

---

4 Recônditos no sentido em que se fala de uma centralidade do norte da Europa face aos países do sul. Tal como nos refere Mary Louise Pratt: «The eighteenth century has been identified as a period in which Northern Europe asserted itself as the center of civilization, claiming the legacy of the Mediterranean as its own.» (Pratt, 1992:10).

> On sait bien que l'Europe a entrepris sa conquête territoriale en s'appuyant sur une conception bien particulière de l'Afrique, qui faisait de ce continent un territoire dépourvu de signification sociale. […] l'opinion publique saisit l'Afrique par le biais de représentations fortement stéréotypées s'inspirant des valeurs occidentales qu'en donnent les explorateurs, les voyageurs, les géographes, les militaires, les peintres, les photographes… Néanmoins, au sein de ces images, la carte géographique joue un rôle tout à fait particulier : elle se propose, d'une certaine manière, en tant que représentation objective et neutre, de concevoir le continent noir et se met donc dans la condition d'être hautement fonctionnelle vis-à-vis du projet impérialiste en légitimant scientifiquement ses présupposés. (Casti, 2001:430)

O discurso dominante produzido sobre o continente africano, mas sobretudo as suas representações, está por esta altura profundamente marcado pela ausência de significação social de que nos fala Casti. O acto de retirar qualquer tipo de traços ou heranças culturais às populações foi uma das tarefas levadas a cabo, com sucesso, pelos narradores e pelos produtores de um discurso oficial sobre os territórios 'exóticos' e sobre o 'outro', tanto na cartografia como na narrativa de viagem, de conquista e de mapeamento. Tal como se *fabrica* o exotismo para consumo ocidental, também se pode dissimular aquilo que de alguma forma parecem ser os traços *culturais* de populações que não se supõe *terem cultura*:

> […] they [os textos imperiais] portray the African peoples not as undergoing historical changes in their lifeways, but as having no lifeways at all, as cultureless beings (*sans moeurs* […]). (Pratt, 1992:53)

Ao 'extrair' qualquer tipo de traço cultural das populações que habitam os territórios que se querem dominar, parece ser mais fácil legitimar a imposição de uma 'nova' cultura – aquela das potências coloniais – inequivocamente mais rica e válida na opinião dos dominadores. As descrições do 'outro' enquanto ser *acultural* servem sobretudo para o distanciar do colono e para o *classificar* de acordo com uma hierarquia pré-definida:

> […] these descriptive practices work to normalize another society, to codify its difference from one's own, to fix its members in a timeless present where all «his» actions and reactions are repetitions of «his» normal habits. Like the system of nature, it makes an order where, for the outsider, there exists chaos. (Pratt, 1992:64)

2 – Viagens e expedições saarianas: do "assombro" à dominação colonial

Mas passando para o plano das narrativas produzidas sobre o território da Mauritânia, é apenas em finais do século XVIII e durante a primeira metade do século XIX que são produzidos e vulgarizados os primeiros relatos de viajantes 'solitários' pelo território saariano, muitos deles acompanhados por tradutores e guias, e alguns fazendo-se mesmo passar por muçulmanos, mimetizando as formas de comportamento e de vestuário que associavam às populações locais e às suas práticas religiosas, tentando com isso de alguma forma camuflar-se entre os 'nativos' por temerem represálias face às suas convicções religiosas enquanto cristãos.

O travestismo foi efectivamente uma opção utilizada com alguma frequência por parte de viajantes e exploradores ocidentais quando das suas incursões em territórios onde os códigos de vestuário e a adopção poderiam permitir uma melhor recepção por parte das populações locais[5]. O travestismo de que aqui falamos

5 Gail Low (1996) escreveu sobre o travestismo enquanto dissimulador de uma identidade racializada, referindo que o prazer de usar a roupa do "outro" está relacionado com o conhecimento que por baixo da roupa se encontra uma pele branca, insistindo ao mesmo tempo na natureza transitória do acto de travestismo. Para Lewis (2004) «Clothes operate

estava muitas vezes associado à dissimulação da religião (cristãos vestidos como os muçulmanos). Tal como nos refere Bisson (2003):

> Ainsi donc, durant ce demi-siècle (de René Caillié à Camile Douls […]), les missions à caractère scientifique qui se sont succédé démontrent que le Sahara n'est pas seulement un espace inconnu à traverser, mais un obstacle à vaincre. Aussi n'est-il pas inutile de faire le point sur les méthodes pratiquées : faut-il se fondre dans l'anonymat ou affirmer son identité? (Bisson, 2003:64)

Não é escassa a relação dos viajantes que se celebrizaram ao empreender viagens pelos territórios da África Ocidental. Muitos realizaram as suas viagens com o apoio da *Société de Géographie de Paris*, fundada em 1821, e que edita um "Bulletin" onde estes podem publicar as suas narrativas. Esta possibilidade de visibilidade proporcionada pelas publicações da *Société de Géographie* aumenta exponencialmente o número de candidatos que aspiram a uma contribuição para o enriquecimento do conhecimento científico, bem como para o avolumar dos documentos da "missão civilizadora" ocidental.

Neste primeiro período de narrativas são especialmente conhecidos os relatos de René Caillié (1830), Léopold Panet (1850), Bou El Moghdad (1861) e Paul Solleilet (1881). Na maior parte dos casos estes viajantes/exploradores realizam um percurso que tem a Mauritânia unicamente como uma etapa no contexto de uma expedição mais alargada, na maior parte das vezes com origem em Marrocos ou no Senegal. Estes relatos dão-nos conta da paisagem atravessada por estes exploradores – fauna e flora encontradas, tipos de solo – mas também dos contactos que efectuam com as populações locais.

Na sua grande maioria estes momentos são percepcionados e descritos como sendo de alguma tensão parte a parte e onde se vivem mal entendidos comunicacionais de toda a espécie. Neste período o conhecimento que as populações autóctones, deste e de outros territórios, tinham relativamente aos 'ocidentais' era igualmente bastante limitado e a religião ocupava o primeiro plano quanto à hetero-distinção entre estas duas populações mutuamente essencializadas.

Como refere Maxime Rodinson (1980) o contacto entre 'mouros' e 'cristãos' foi marcado por diferentes paradigmas ao longo do tempo, sendo que, em traços gerais, a religião era comummente assimilada à cultura e constituía um poderoso distintivo entre uns e outros, tendo-se consolidado como um dos principais agentes e estandartes de alteridade. Nestes contactos, as ideias de "raça", língua e religião, eram concebidas como essências dotadas de uma eficácia particularmente forte (Rodinson, 1980:84) mas, apesar da aparente operacionalidade destas essências o contacto entre 'mouros' e 'cristãos' revelou a sua diversidade e plasticidade ao longo dos séculos.

Os relatos a que tive acesso ilustram essa diversidade. Alguns traduzem uma desconfiança mútua e, em consequência disso, a agressividade das populações autóctones face às expedições de 'nazarenos' era frequentemente relatada, o que terá levado a que alguns expedicionários tenham optado, como já referido, por se apresentar enquanto muçulmanos ou enquanto cristãos convertidos ao islamismo. Outros, pelo contrário, revelam um olhar compreensivo e fraternal relativo ao oriente muçulmano e mobilizam um discurso de horizontalidade face às populações locais.

---

as visible gatekeepers of those divisions and, even when worn against the grain, serve to re-emphasize the existence of the dividing line. Cross-dressing offers both the pleasures of consumption – the Orient as a space full of enticing goods to be bought, savoured and worn – and the deeper thrill of passing as native» (Lewis, 2004:213). São muitos os casos de travestismo associados à entrada no "mundo muçulmano" e aqui darei conta de alguns viajantes que utilizaram essa estratégia no contacto com o território saariano. No entanto um dos casos mais conhecidos talvez seja o de Sir Richard Burton, explorador inglês, que em 1853 se terá vestido de peregrino muçulmano para poder chegar às cidades santas de Meca e Medina. O travestismo também foi utilizado muitas vezes como estratégia para algumas mulheres que, em contexto de viagem, se vestiram de homens para poderem realizar o seu percurso sem constrangimentos, um dos casos mais emblemáticos de travestismo de género para os contextos árabes e islâmicos talvez seja o de Isabelle Eberhardt, exploradora de origem suíça, que viajou pelo território argelino no final do século XIX.

Mas voltando às narrativas, podemos verificar que existe uma espécie de padrão quanto às considerações sobre as populações autóctones: os 'mouros' são descritos, na maior parte dos casos, como hostis, agressivos, violentos e impiedosos, não hesitando em pilhar e ridicularizar os estrangeiros, reagindo com cólera quando consideravam que estes não traziam consigo bens que os interessassem e satisfizessem.
É muito comum encontrarem-se relatos desta natureza entre os textos produzidos durante esta época, mas também o seu oposto: textos que enaltecem o carácter resiliente dos 'mouros', a sua perseverança e tenacidade, a sua nobreza e a sua dignidade.
Não poderei deixar de aqui referir que as relações inter-estatutárias entre as diversas tribos locais estariam também marcadas por violência e que esta não era manifestada apenas face aos exploradores ocidentais. No território mauritano as pertenças estatutárias determinam as hierarquias sociais e a influência de umas tribos sobre as outras[6].
Neste contexto profundamente estratificado eram comuns as *razias* das tribos de estatuto guerreiro (*hassan*) sobre o resto da população mauritana, em que se incluem as tribos marabuticas *(zāūīâ*) e os seus tributários. É comum relatar-se que nestas *razias,* as tribos de estatuto guerreiro faziam incursões com vista à pilhagem de acampamentos ou aldeias vizinhas ou para recolher os tributos que lhes estariam destinados. Estas tribos asseguravam para si uma reputação belicosa em todo o território mauritano, reputação que encontraremos reflectida nos relatos dos viajantes e exploradores ao serviço do império francês, como veremos mais à frente.
Os viajantes europeus seriam, regra geral, alvo das mesmas pilhagens que grande parte das populações mauritanas de estatuto tributário. É possível encontrarem-se relatos de viajantes europeus que afirmam ter sido despojados de todos os seus bens e, muitas vezes, postos em cativeiro por 'mouros' pertencentes a tribos de estatuto guerreiro. No entanto há que ter em conta o carácter ficcional de muitos destes relatos, parecendo haver, por parte destes viajantes/exploradores, uma certa necessidade e até mesmo urgência em descrever junto dos seus compatriotas estes contextos de alegado 'exotismo'. No plano da ficção, estas narrativas encarnavam muitas vezes a fabricação de uma realidade cultural e geográfica na qual os contextos culturais 'exóticos' eram mediados e filtrados pelos seus narradores, e representados discursiva e imageticamente à medida das expectativas que eram criadas nos territórios europeus.
Considerando a prática acima referida como um exercício de "tradução cultural", esta revela-se central na análise que poderemos fazer destes encontros onde as questões do poder e do conhecimento – oscilando entre a domesticação e a outrificação - acabam por constituir as premissas fundamentais na mediação das relações produzidas nestes contextos. Entre a transformação do exotismo em algo familiar, aniquilando-o, ou a exacerbação do exotismo, enaltecendo-o, o papel do narrador 'imperial' nunca foi imparcial, tal como nos referem James Duncan e Derek Gregory (1999):

> This place of translation is not a neutral surface and it is never innocent: it is shot through with relations of power and of desire. […] translation is either a «domesticating method, an ethnographic reduction of the foreign text to target language cultural values, bringing the author back home» or a «foreignizing method, an ethnographic pressure on those values to register the linguistic and cultural difference of the foreign text, sending the reader abroad». (Duncan & Gregory, 1999:5)

Desta forma, quer os relatos produzidos durante o período pré-colonial, quer os produzidos mais tarde, em pleno período de aspiração a um domínio colonial efectivo, partilham não só uma mesma linguagem de superioridade científica, na qual a ciência se tornou aliada do imperialismo colonial, como também a possibilidade discursiva da construção e desconstrução do exotismo e da alteridade.

---

6 A literatura antropológica tem-se dedicado à análise das formas de diferenciação social mauritana, onde a linguagem tribal desempenha um papel importante, em diálogo com outros indicadores de distinção, como o género, a raça e a idade. Ficam aqui alguns exemplos dessa literatura: Bonte & Conte (1992), Hamés (1969), López Bargados (2003), Marchesin (1992), Ould Cheikh (1985) Taine-Cheikh, (1989), Villasante-De Beauvais (1997).

Na Europa, a curiosidade relativamente ao continente africano vai encontrando formas de se consolidar. Em 1788 é fundada em Londres a *Association for Promoting the Discovery of the Interior Parts of Africa* mais conhecida como *African Association* que promove e financia expedições ao continente africano. Um dos principais objectivos da época era determinar o curso exacto do Rio Níger, jornada para a qual se voluntaria Mungo Park em 1794, em substituição do Major Daniel Houghton que, enviado pela mesma associação em 1790, tinha entretanto falecido no Saara.

Em 1796, Mungo Park foi o primeiro europeu a alcançar o já há muito procurado Rio Níger em Ségou, aventura que é relatada alguns anos mais tarde na sua conhecida obra *Travels in the Interior of Africa* (1799). Nela, Mungo Park dedica um capítulo (Capítulo XII) às "Observations on the character and country of the moors" onde descreve aspectos relativos ao vestuário, à educação, à religião, aos ideais de beleza feminina e até mesmo à administração e às leis civis. Ao longo do texto, tece variadas considerações sobre o carácter dos 'mouros' e as suas 'características' culturais estabelecendo, ao mesmo tempo paralelismos com os 'negros' e com os 'árabes', numa tentativa de hierarquização de uns sobre os outros.

Com a progressiva consolidação da presença francesa no Senegal a partir de 1779, começam a surgir outro tipo de narrativas mais viradas para o mapeamento do território circundante que são, na maior parte dos casos, mandatadas pela administração colonial estabelecida em território senegalês. Paralelamente, a fundação da *Société de Géographie de Paris*, em 1821, dá também novo alento às expedições francesas em territórios africanos.

Assiste-se a partir deste período a uma transição entre um período de narrativas mais individuais, e um período marcado por narrativas que têm por objectivo contribuir para a construção de um ideário político aplicado aos territórios cuja dominação colonial estaria em curso. No entanto, a passagem da subjectividade para o esboço de um 'programa ideológico' vem igualmente operar algumas transformações em relação aos aspectos que eram transpostos para as narrativas: de uma descrição mais sensorialmente activa que dava conta dos hábitos e costumes das populações locais com especial ênfase para a alimentação, indumentária e 'condição feminina'; passou-se para uma descrição menos sensitiva, mais preocupada em documentar aspectos relacionados com a organização tribal e estatutária das populações locais e com aspectos religiosos.

Pode-se ainda ver como estas narrativas nos dão pistas do que viria a ser a política colonial francesa das décadas que se seguiriam. Após um longo período de mapeamento do território e de um conhecimento imediatista relativamente às populações locais, a França preparava-se para a dominação política e militar efectiva de muitos territórios da África Ocidental e do norte de África e, igualmente se bem que com menos expressão, da costa Oriental: Madagáscar (1883) e Djibouti (1894).

É a partir deste momento que se entra numa segunda fase de dominação colonial do território mauritano, que passa a ser assumida com maior convicção pelo poder Francês e a traduzir-se de forma mais concreta no terreno. É sobre estas questões estratégicas da colonização da Mauritânia que me debruçarei de seguida, dando conta de um novo período na história colonial do território – a exploração militar – organizada pela administração francesa a partir do território do Senegal, de uma forma mais coordenada do que até então. Esta nova fase de expedição colonial, concluiu-se com a "pacificação" definitiva do território mauritano em 1934, data oficial apresentada pela potência colonizadora para o culminar de um processo de resistência de algumas tribos mauritanas.

3 – A exploração militar da Mauritânia: "Islão", "tribos" e as políticas e práticas imperiais

Apesar de os anos oitenta do século XIX não terem começado da melhor forma para a administração colonial francesa em território africano, nomeadamente com o massacre da Missão *Flatters*"[7] no sul argelino a 16

7 A Missão *Flatters* encabeçada por Paul Flatters (1832-1881) tinha como principal objectivo o estabelecimento de uma rota para o percurso de um futuro caminho-de-ferro transsahariano que ligasse a Argélia ao Senegal e ao Sudão, e constituiu "[…] un des épisodes les plus tragiques de la pénétration du Sahara par les Français, au siècle dernier." in Valette, Jacques (1973 :375) «Quelques aspects nouveaux de l'expédition Flatters», *Revue de l'Occident musulman et de*

de Fevereiro de 1881, o final do mesmo século será da maior importância para a consolidação do Império Colonial francês em África, e em particular nos territórios da África Ocidental Francesa.
Na metrópole, as exposições universais e coloniais que marcam a exibição organizada do poder económico e tecnológico francês, bem como do seu poder colonial espalhado por todo o mundo, ganham um novo ímpeto. Em Maio de 1889 começa a "Exposition Universelle de Paris",[8] a quarta em território francês[9], ao que se lhe seguem mais seis exposições coloniais (das quais quatro ocorrem entre 1889 e 1907) que culminam com a organização da "Exposition Coloniale Internationale de Paris", em 1931.
Na exposição de 1889 figuravam pavilhões de *Sections Coloniales* entre os quais se podia encontrar a *Village Arabe* ou a *Village Sénégalais*, mas ainda eram escassos os pavilhões nacionais das colónias francesas. Este tipo de exibições do Império seriam, até 1931 no caso francês, não só formas de ostentação por parte das metrópoles coloniais para o exterior (em grande medida para as demais nações europeias), mas também, e sobretudo, maneiras de estruturar discursiva e identitariamente as colónias para consumo (visual em primeira instância) do ocidente.
As narrativas produzidas sobre o território mauritano iriam adquirir, neste período, contornos distintos daqueles assumidos pelas suas predecessoras. O mapeamento do território deixa de ser a principal prioridade (até porque, apesar da sua extensão, o território mauritano já se encontrava razoavelmente mapeado), e opera-se simultaneamente, ao longo destes vinte e três anos, uma autêntica transformação no que diz respeito à relação de França com o território da Mauritânia.
O período que decorre entre 1888 e 1911 é o da consolidação efectiva do Império Colonial francês no que diz respeito aos territórios da África Ocidental, o que implicará uma mudança na forma como eram percepcionadas algumas colónias, nomeadamente em relação à avaliação das suas potencialidades e das suas riquezas naturais, colocando o interesse económico no topo das relações entre a metrópole e as colónias.
Paralelamente, a penetração e a conquista do território africano é feita essencialmente e progressivamente por equipas militares organizadas, estratégia a partir da qual se pode afirmar que este período marca o papel da instituição militar francesa enquanto 'produtora' sistemática de conhecimento sobre os países sob administração colonial. Tornam-se raras as expedições realizadas sem enquadramento e/ou apoio militar, o que vem modificar igualmente a própria linguagem presente nos relatos e nas narrativas sobre o país e as suas populações.
Neste período, a administração francesa procura 'desvendar' e entender o Islão a partir da constatação de que existe uma religião maioritária e omnipresente nestes territórios. A procura de um conhecimento mais sólido sobre o Islão e os seus fundamentos decorrerá posteriormente, numa tentativa de esboço de uma política de dominação colonial 'adequada' aos preceitos religiosos das populações, procurando desenvolver teorias coloniais para a ocupação do território especialmente destinadas aos contextos onde a religião muçulmana era maioritária.
Munida de um cada vez mais amplo *corpus* de conhecimento sobre as populações locais – e sobre as suas diversas tribos, sua composição e organização – a administração colonial francesa irá procurar alianças estratégicas com algumas das tribos presentes em território mauritano, entre elas as tribos marabuticas que serão, durante largos, anos as principais aliadas da administração francesa no território.
Mas para além do acentuado carácter militar na abordagem ao território, da procura de um conhecimento mais sistemático sobre o Islão, e da demanda por alianças estratégicas com as populações locais ou, na verdade um pouco por causa de todas estas mudanças, a forma como passaram a ser descritas as populações e a linguagem utilizada para o fazer sofreram consideráveis transformações.

---

la Méditerranée, Nº15-16, pp. 375-390. Este massacre acontece no contexto da ocupação francesa do território argelino que se iniciara em 1830, e representa um dos episódios da resistência argelina à colonização. Esta expedição, a segunda de Paul Flatters no Saara argelino, conta com 93 homens que após dois meses de estrada são atacados em Bir-el Garama, no sul argelino.

8 Cujo tema era a "Revolução Francesa", celebrando desta forma o seu centenário.

9 Já tinham sido realizadas anteriormente as exposições universais de 1855, 1867 e 1878. A "Exposition Universelle" de 1855 é a resposta de Napoleão à exposição universal inglesa de 1851:"The Great Exhibition of the Works of Industry of all Nations".

À tentativa de realização de um mapeamento tribal sucede o mapeamento territorial efectuado predominantemente em finais do século XVIII e início do século XIX. Esse mapeamento será uma constante nas décadas que se seguem, assim como a já referida procura de um conhecimento cada vez mais aprofundado sobre a religião muçulmana e suas práticas.

Não muito tempo depois, em 1900, é enviada para o Adrar mauritano uma grande missão de exploração colonial - a maior até à data - que ficará conhecida como Missão *Blanchet* e que foi a última tentativa francesa de exploração do território mauritano antes da ocupação militar efectiva. A Missão *Blanchet* tinha ainda um forte carácter militar e previa efectuar uma prospecção sobre as eventuais riquezas minerais do solo da Mauritânia, bem como verificar a viabilidade de um caminho-de-ferro entre a Argélia e o Senegal, um dos grandes projectos imperiais franceses da época.

Esta expedição realizou um levantamento considerável do território mauritano e abriu caminho para que a Mauritânia pudesse fazer parte do leque de colónias com interesses comerciais para o Império francês. Esta época é marcada sobretudo por uma preocupação dominante e crescente, por parte da administração colonial francesa, com a viabilidade comercial das suas colónias africanas, perspectiva que irá caracterizar a relação da metrópole com as colónias até à descolonização.

A partir desta altura, o interesse estratégico da administração colonial francesa no território da Mauritânia foi amplamente assumido, tanto pela sua situação geográfica como pelo seu aparente potencial económico[10]. Esta crescente preocupação com as possibilidades económicas do país acompanha um conhecimento cada vez mais sistemático do mesmo, bem como uma noção de conjunto do território que, até à data, não tinha sido visível nas narrativas de exploração.

Tratava-se agora de consolidar a penetração colonial, bem como de pacificar as já referidas bolsas de resistência à conquista francesa do território. E é precisamente com vista à consolidação do Império que as políticas militares para a Mauritânia passam a ganhar outra importância no quadro da África Ocidental Francesa.

O discurso produzido neste período sobre as colónias, e neste caso concreto sobre a Mauritânia faz, regra geral, uso de uma linguagem predominantemente técnica e especializada, com um uso cada vez mais disseminado do vocabulário local (a tribo passa a ser designada de *qabila*, as planícies desérticas passam a ser designadas por *erg*), e as populações deixam de ser referidas genericamente enquanto 'mouros' para passarem a ser referenciadas através das suas pertenças a tribos e a regiões específicas.

As considerações relacionadas com a 'viabilidade' das colónias do ponto de vista comercial da metrópole passam a ser percepcionadas de acordo com a sua organização económica presente e futura: bancos, meios de transporte e controlo fronteiriço passam a ser algumas das principais preocupações da administração colonial francesa no quadro das colónias da África Ocidental.

Tratava-se então de consolidar o Império e as políticas imperiais. Como suporte dessas políticas e como resultado da necessidade de aplicá-las foi sendo criado neste período um *corpus* de conhecimento teórico e empírico considerável, que viria mesmo a influenciar a própria visão académica e científica de África. O aspecto eventualmente mais interessante destas políticas é o facto de elas terem sido pensadas quase sempre como reacção à existência de uma maioria islâmica nos territórios africanos sob administração francesa, o que definiria a França como uma 'potência muçulmana', ao estabelecer a sua zona de colonização na África Ocidental, dentro de territórios onde a maioria dos seus habitantes era muçulmana.

Mas a "missão civilizadora" que a França pretendia ter no espaço colonial orientava-se através de um eixo ideológico republicano, de que faziam parte o laicismo e a tolerância religiosa, e a criação de uma política 'islâmica' não desmentia o carácter laico dessa missão: ela decorria antes, pragmaticamente, do facto de o Islão se constituir como denominador comum entre alguns dos povos entre os quais a França pretendia impor-se:

> La politique indigène, appliquée à des musulmans, a pour but de les amener à notre civilisation en nous servant de la leur pour atteindre ce but. Il ne s'agit plus de

10 Tal como nos refere Charles Brossard : «Comme on le voit, le protectorat français a une belle tâche devant lui: développer les immenses ressources que renferme la Mauritanie qui n'en est encore qu'à l'aurore de sa prospérité future.» (Brossard, 1906:279).

> défensive ou d'offensive comme en zone frontière, mais d'*organisation*. (Arnaud, 1906:182) [itálicos no original]

Esta presença islâmica era de tal modo importante que, num determinado momento da sua história, a França laica e republicana vai: 1) reivindicar o estatuto de potência muçulmana; 2) substituir-se à influência dos centros de poder islâmico; e 3) criar o seu próprio modelo de Islão para a África Ocidental.
Mas se o dever colonial era "civilizador", havia também uma necessidade de sobrevivência política e económica da nação imperialista. E o impacto da aplicação das políticas económicas sobre as estruturas sociais autóctones seria eventualmente atenuado por políticas que decorressem da compreensão das características dessas mesmas estruturas e, numa formulação típica da época, «da fisiologia e psicologia dos povos sobre os quais é aplicada» (Arnaud, 1906:9), para que o interesse económico do indígena coincidisse com o interesse económico da Nação.
Se o levantamento das possibilidades económicas das colónias e, para o caso que aqui nos interessa da Mauritânia, foram os principais objectos de pesquisa de grande parte de uma nova vaga de 'exploradores' do território, não nos podemos esquecer que a questão da "pacificação" total do país, bem como da sua progressiva penetração militar, foram igualmente temas dominantes neste período.
Constata-se neste período, que apesar das expedições solitárias não terem sido abandonadas, estas são acompanhadas pelas grandes missões que, com um enquadramento político e militar mais efectivo, procuram conhecer alguns aspectos do território, e das suas populações, até então secundarizados.
Para além de um mapeamento tribal, que começava a ser feito de forma mais sistemática e efectiva, a religião ganhava forma como elemento principal de uma política de conquista e dominação colonial (tal como revelam os enunciados de Robert Arnaud) que procurava constituir-se enquanto plural e heterogénea. Através da aplicação de uma 'política islâmica' aos territórios sob *influência* religiosa muçulmana, a França, enquanto potência colonizadora, assumia o objectivo de criar o seu próprio modelo de estado religioso em relação a alguns territórios africanos, e ao da Mauritânia em particular.
Por outro lado, a crescente preocupação com a viabilidade económica das colónias torna-se um tema dominante na maior parte das narrativas que se encontram neste intervalo de tempo. A Mauritânia vai progressivamente adquirindo *valor* no contexto das colónias da África Ocidental Francesa por possuir riquezas naturais, colocando-se, dessa forma, no mapa da administração colonial não apenas pela sua localização estratégica entre os diversos territórios sob controlo francês.
Tribos, religião e economia determinam portanto as palavras-chave deste terceiro capítulo que, tal como os que lhe precederam, procurou mostrar que as narrativas produzidas ao longo de um mesmo período histórico e com objectivos idênticos não se constituem enquanto discursos monolíticos sobre os territórios representados, mas antes a partir da diversidade de olhares e de motivações apesar de enquadrados, na maior parte dos casos, num pressuposto imperial.
Para além da percepção de que a compreensão da religião, ou a sua validação no contexto local, seria uma boa estratégia face à insubordinação das populações locais, a tentativa de proficiência em relação ao Islão tinha como último objectivo levar à prática de um Islão 'domesticado'. Paralelamente, e em coerência com a tentativa de domesticação das práticas religiosas locais, as tribos marabuticas da Mauritânia constituíram-se eficazmente enquanto as principais aliadas do colonialismo francês.
Contudo, o território só seria declarado "pacificado" em 1934, e é em traços gerais a partir desta data que começam a proliferar narrativas de teor etnográfico ou para-etnográfico, nos quais a imagem e o discurso sobre as populações locais são modificados. No entanto, e como veremos, serão estas narrativas "pós-pacificação" que irão transformar radicalmente o discurso sobre o país, desafiando construções identitárias negativas outrora mobilizadas. Serão igualmente estas narrativas que irão ser apropriadas pelo marketing turístico que as remeterá, romanceando-as, para um passado glorioso e aventureiro ligado ao período colonial.
Em 1911 a administração colonial deu como terminada a ocupação do território[11] – apesar do reconhecimento

11 Tal como é referido na publicação do Gouvernement Général de L'Afrique Occidentale Française: «La période de

de bolsas de resistência à presença francesa – e a partir desse momento começa uma nova fase de 'gestão' do território com vista à "pacificação" definitiva.

Estamos pois perante uma administração colonial que, apesar de considerar imperiosa a "pacificação" total do país e a consequente deslocação das tropas militares para a região do Adrar no norte do território, se encontrava estabelecida a sul. A apreensão da administração colonial, a par com a "conquista" do norte que garantiria a "pacificação", estava igualmente centrada na gestão da questão religiosa, apontando para a definição de uma 'política colonial muçulmana'.

De Marty a Modat, passando por Monod, e das abordagens mais impressionistas às mais documentadas, a religião constitui-se e afirma-se neste período como um determinante *marcador* social que continuaria a condicionar, no entendimento das figuras da administração francesa imbuídas da retórica laica e republicana, toda a acção e pensamento das populações locais, e sobre a qual urgia reflectir.

Se Lila Abu-Lughod identifica a obsessão com a questão religiosa, a par com as questões de género e as linhagens tribais, enquanto paradigmas imponentes no campo dos estudos sobre os contextos islâmicos (Abu-Lughod, 1989), eles manifestavam-se inequivocamente durante a década de 1920 nos territórios coloniais, enquanto a França, laica e republicana, se reivindicava do estatuto de potência muçulmana e criava o seu próprio modelo de Islão para a África Ocidental.

Efectivamente, este conjunto de temas: Islão, segmentaridade tribal, e género, acabaram por se constituir enquanto "gatekeeping concepts" (Appadurai, 1986) para os contextos árabes e islâmicos, transformando-se em metonímias e substitutos para uma civilização ou uma sociedade como um todo. Tal como refere Appadurai:

> […] hierarchy in India, honor-and-shame in the circum-Mediterranean, filial piety in China are all examples of what one might call gatekeeping concepts in anthropological theory, concepts, that is, that seem to limit anthropological theorizing about the place in question, and that define the quintessential and dominant questions of interest in the region. (Appadurai, 1986:357)

No entanto, estes "gatekeeping concepts" não foram exclusivos da década de 1920, nem do período colonial, tendo-se mantido activos para os territórios árabes e islâmicos até à actualidade.

A religião enquanto elemento totalizante nos estudos e nos escritos sobre a Mauritânia vai ganhando outros contornos na década de 1930. Efectivamente, esta década marca, em território mauritano, uma consolidação e afirmação dos estudos de teor etnográfico, agora mais atentos a temas de pequena escala, e menos preocupados com grandes formulações descritivas sobre regiões inteiras ou sobre o idioma religioso do país.

Se tribos e religião permanecem como eixos centrais de uma política de dominação colonial que vai adquirindo gradualmente um teor para-etnográfico, é igualmente ao longo deste período que surgem autores cuja narrativa rompe com a narrativa politico-estratégica ao serviço da administração colonial. Aqui destacamos Théodore Monod e Odette du Puigaudeau, não apenas pela ruptura que os seus textos representaram à época, mas também porque são aqueles cujas obras literárias são frequentemente invocadas no terreno da nostalgia colonial.

Efectivamente, Monod e Puigaudeau encarnam uma nova fase de narrativas, mais romanceadas e mais 'fascinadas' com o deserto e as populações locais, que contribuíram para colocar a Mauritânia no mapa dos orientalismos franceses, até então circunscritos e seduzidos pelos territórios coloniais norte-africanos como Argélia, Marrocos e Tunísia.

Como é que a Mauritânia, desafiava, então, as construções geográficas e identitárias que o colonialismo francês procurava *estabilizar*? Como se poderia transportar o fascínio orientalista para o seu território?

De facto, e se existe uma conclusão possível no final deste texto, é a de que o território da Mauritânia nunca saiu, não obstante a tentativa de alguns personagens, da sua condição de periferia do Império francês, mantendo-se permanentemente nas margens da narrativa do projecto colonial, sendo frequentemente percepcionado como um *amortecedor* entre outros territórios mais *valiosos*.

---

conquête territoriale doit être considérée comme terminée. Si les armes nous sont encore nécessaires, ce ne doit être qu'à titre exceptionnel et lorsque le parachèvement de l'œuvre l'exige, sans contestation possible, après complet épuisement des moyens pacifiques.» (Gouvernement Général de L'Afrique Occidentale Française, 1912 :12).

Bibliografia:

ABU-LUGHOD, L. (1989), "Zones of Theory in the Anthropology of the Arab World", *Annual Review of Anthropology*, 18, pp. 267-306.

ADLER, J. (1989), "Origins of Sightseeing", *Annals of Tourism Research*, 16, pp.7-29.

ALBUQUERQUE, L. (1994), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Volume II, Lisboa: Caminho.

AMIN, S. (1988), *L'eurocentrisme. Critique d'une idéologie*, Paris: Anthropos.

APPADURAI, A. (1986), "Theory in Anthropology: Center and Periphery", *Comparative Studies in Society and History*, 28 (2), pp. 356-361.

ARNAUD, R. (1906), *Précis de politique musulmane*, Gouvernement Général de l'Afrique Occidental Française, Alger: Typographie Adolphe Jourdan.

BISSON, J. (2003), *Mythes et réalités d'un désert convoité: Le Sahara*. Paris: L'Harmattan.

CASTI, E. (2001), «Mythologies africaines la cartographie française au tournant du XIXe siècle». *Cahiers de Géographie du Québec*, 45 (126), pp. 429-450.

DUNCAN, J. & GREGORY, D. (1999), *Writes of Passage. Reading travel writing*. London: Routledge.

FABIAN, J. (1983), *Time and the Other. How Anthropology makes its object*. New York: Columbia University Press.

GONÇALVES, M. A. (2005), "Artifício e excesso: narrativa de viagem e a visão sobre as mulheres em Portugal e Brasil". *Estudos Feministas*, 13 (3):320, pp.613-627.

GREGORY, D. (1999), "Scripting Egypt: Orientalism and the cultures of travel". In James Duncan & Derek Gregory (eds.), *Writes of Passage: Reading Travel Writing*. London and New York: Routledge

LEWIS, R. (2004), *Rethinking Orientalism, Woman, Travel and the Ottoman Harem.* London & New York : I.B. Tauris.

LOW, G. (1996), *White Skins/Black Masks, Representation and Colonialism*. London & New York: Routledge.

PRATT, M. L. (1992), *Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation*. London & New York: Routledge

RODINSON, M. (1980), *La Fascination de l'islam, suivi de Le seigneur bourguignon et l'esclave sarrasin*. Paris: La Découverte.

SAID, E. (2004 [1978]), *Orientalismo*. Lisboa: Livros Cotovia.

YOUNGS, T. (ed.) (2006), *Travel Writing in the Nineteenth Century, Filling the Blank Spaces.* London: Anthem Press.

O naturalismo de Lacerda e Almeida: origens de uma ciência colonizatória imperial

Carlos Manoel Pimenta Pires
carlosmanoel74@hotmail.com

Resumo:
No período consagrado como sendo do *Terceiro Império*, inúmeros pensadores, sertanejos, exploradores e estabelecimentos dedicaram-se a repensar o colonialismo português, propondo soluções aos problemas de administração do além-mar em parâmetros acadêmicos.
Pois que surgira uma nova *expertise* promovedora de um rearranjo das ações portuguesas em seus territórios, colocando-se em contraponto aos velhos colonizadores – estes encarados como ultrapassados, esquecidos nos sertões, contraproducentes para os novos paradigmas da política internacional europeia e, ao mesmo tempo, resistentes às transformações ditadas pelo Estado metropolitano. Passou a existir, portanto, uma renovada geração de agentes estatais para o além-mar, formados em instituições de cariz científico, que, aos poucos, logrou se impor no campo político institucional, de tal modo que alcançou centralidade nos ditames do Império ao longo do século XX.
Dentro disso, dedico-me a perscrutar o sujeito que foi eleito por essa *expertise* o primeiro cientista ultramarino, que com sua história dera largada a reestruturação teórica do colonialismo, sendo declarado iniciador de uma epistemologia própria às novas complexidades do colonizar.
Descreverei, assim, a atuação do naturalista e astrônomo paulista Lacerda e Almeida. Educado na Universidade de Coimbra no último quartel de 1700, percorreu e descreveu os interiores do Brasil e da África neste mesmo período. Seus escritos e ações ganharam importância em Portugal, a partir do momento em que foram propagandeadas por instituições de cunho colonialista como a Agência-Geral das Colônias e a Escola Colonial; onde os compiladores da emergente ciência colonizatória o elegeram como o seu fundador.
Tentarei historiar suas viagens e analisar a construção historiográfica de sua figura de cientista a serviço do Império português, usando como documento primordial seus diários de viagem pelo continente africano.

Palavras-chave: História de Portugal – História da África – História da Ciência – Colonização Portuguesa – Viajantes

Apresentação

Este é um texto relacionado à minha investigação de doutoramento, a ser encerrada brevemente no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, onde tento contar parte da história da antiga Escola Colonial portuguesa, desde as ideias de sua constituição (último quartel do século XIX) até o momento em que foi incorporada pela Universidade Técnica de Lisboa (1961).
Na tese uso paradigmas e preocupações de pesquisa próprios da educação. Apesar disso, espero não dar a sensação de um paralelismo ao campo investigativo da colonização; tentarei incluir-me nele, reforçando mais um tipo de descrição, onde um grupo de agentes estatais necessitou aprender em cadeiras escolares como atuar no além-mar. Importam-me as experiências instrutivas de instituições escolares e seus processos pedagógicos para um melhor domínio e governo das populações e terras do ultramar português. Para tanto, dividi em três partes a investigação de doutorado, as quais eu qualificaria como otimizadoras do uso dos documentos na tese:
1.ª Parte – A mais evidente para mim, desde o início: contar a história da Escola Colonial baseada na análise dos currículos, códigos normativos e parte do seu cotidiano que transparecesse em larga documentação de vínculo institucional.

2.ª Parte – A feitura de uma genealogia sobre o imperativo de uma escola colonial para administradores do ultramar a partir do final do século XIX; de como, quando e de que maneira se sustentou a ideia de que era necessária uma escola para ensinar e disciplinar colonizadores; ou melhor dizendo, por que foi necessário um processo instrutivo e institucionalizador para melhor formar funcionários civis coloniais.
3.ª Parte – Descrever a formação de uma ciência própria para as ações colonizatórias do Estado e demais agentes econômicos e sociais da colonização. O personagem histórico Lacerda e Almeida (aclamado como o principal predecessor da ciência) assim como as instituições do campo específico da ciência colonizatória encaixam-se justamente neste ponto.
Venho apresentar aqui reflexões sobre um acontecimento qualificado como fulcral para a historiografia da colonização portuguesa: as expedições de Lacerda e Almeida, o eleito como primeiro cientista-colonizador. Este naturalista e sua dramática viagem foram içados a padrão ético para pesquisadores que viriam a vincular suas investigações ao gigantesco objeto de estudos em que se transformaram os territórios e as gentes do ultramar.
Antes de tudo, defino como ciência colonizatória a um novo campo de conhecimento que produziu desde seu início, no século XIX, um saber flexível e aglutinador de vários outros campos científicos tão díspares como a Antropologia, a História, o Missionarismo, a Geografia, a Engenharia, a Economia e a Medicina Tropical, por exemplo. Ademais, a flexibilidade e larga abrangência ambicionavam constituir um saber-poder com múltiplos usos na metrópole.
Um tipo de saber-poder aos que ambicionaram assumir posições-chave dentro do mundo acadêmico português como um todo; ou seja, na obtenção de capital científico suficiente para tentar a hegemonia dentro de áreas que usavam o colonialismo como um dos seus objetos de estudo.
Saber-poder também aos que desejaram potencializar o conhecimento lusitano sobre o além-mar, para capacitar a academia portuguesa a competir de igual para igual com outros centros investigativos coloniais europeus. A formatação científica dos estudos sobre as possessões ultramarinas, em instituições que obedeciam parâmetros teóricos globais, era entendido como possibilidade de tirar da periferia ou do ostracismo a *intelligentsia* portuguesa e colocá-la em posições relevantes dentro dos circuitos de estudos coloniais continentais.
Por fim, a existência de um saber-poder de sustentação de uma política estatal, onde tornar o discurso científico sobre o domínio ultramarino pôde acarretar um acesso facilitado a postos centrais de comando, mormente os que cuidassem das colônias. Com a criação de uma epistemologia específica e cada vez mais complexa e criteriosa, logrou-se o empoderamento de cientistas diante de antigos colonizadores, que se ancoravam em forças econômicas e militares. Aqui entraria o desejo de centralizar a produção discursiva na metrópole sobre o que era e como se devia governar o Império, que, de certa maneira, baseou a estruturação das áreas de estudos surgidas dentro das instituições Sociedade de Geografia de Lisboa, Escola Colonial, Agência-Geral das Colônias e outras que foram surgindo.

As instituições da ciência colonizatória

A Sociedade de Geografia de Lisboa (1875, de organização privada) foi a primeira de um agrupamento de instituições que se dedicaram a (re)pensar o colonialismo português e que tentou dar a ela uma dimensão científica. Além dela, Escola de Medicina Tropical (1902), Escola Colonial (1906), Agência-Geral do Ultramar (1924) e Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais (1936, herdeira da Comissão de Cartografia) entre outras, tentaram institucionalizar e racionalizar as ações colonizatórias, de dentro de seus gabinetes de estudo mantidos pelo Estado metropolitano.
Um dos propósitos primordiais da fundação das instituições foi a elaboração de uma massa informativa e analítica sobre a África, a Ásia e a Oceania para tentar, ao menos de início, manter e aumentar o domínio jurisdicional e melhor governar o territórios lusos nestes continentes.
Luciano Cordeiro, um dos fundadores da Sociedade de Geografia, na sessão do dia 7 de julho de 1876, destacou que a organização de uma ciência colonizatória seria o caráter essencial daquela instituição – que seria reproduzido nas outras congêneres – alinhando-se a uma tradição do Estado-nacional português, a segunda

potência imperial da Europa, adquirindo o valor de ser um tema vital ao país. Assim "que era necessário levantar o espírito público à compreensão dos grandes interesses e dos impreteríveis deveres que o problema africano significava para nós [portugueses]" (1876: 49).
A Sociedade de Geografia pôs em destaque os anseios de colonização de um grupo de *expertos* envolvidos com o ultramar, os quais compuseram um sistema investigativo elaborado, e que tentou dispor práticas a neocolonialistas. Na sequência, o movimento que se iniciou com esta instituição, espraiou-se nos outros estabelecimentos, renovando o espectro imperial português. Indo além, foi aos poucos capturado pelo Estado português em propaganda, saber sistematizado e na constituição de quadros administrativos.
Com relação ao saber sistematizado, uma das atividades foi de organizar o imenso arquivo português, hierarquizando personagens históricos, classificando informações de acordo com um pragmatismo ao governo das gentes e das terras. Seria nesta inflexão que se acederia à história de Lacerda e Almeida na África e o estabelecimento dele como modelo ético de um neocolonizador. Ele aparece como o estreante de uma série de investigadores dedicados a manter a vitalidade do Império, tendo seus diários o caráter instituidor de como conduzir-se na ciência da colonização.

O personagem histórico Lacerda e Almeida

Nascido em São Paulo (Brasil), formou-se em Matemática e Astronomia, na reformada Universidade de Coimbra do último quartel do século XVIII. Na sequência foi participante de expedições de demarcação de fronteiras entre as Américas Portuguesa e Espanhola. No retorno à metrópole em 1790 assumiu o cargo estatal de professor de matemática na Companhia (Escola) dos Guardas-Marinhas, onde foi promovido a primeiro tenente-do-mar. Quando atinge o posto de capitão-de-fragata é nomeado, em 1797, a governador dos Rios de Sena, pelo ministro Dom Rodrigo de Sousa Coutinho (Conde de Linhares). Este é o momento em que é admitido como sócio-correspondente da *Academia das Ciências de Lisboa*.
Na África deveria repetir parte da missão que havia executado na América, de avançar sobre a *hinterland* desconhecida, cruzando a região austral e produzindo informações para posterior ocupação imperial. Não obstante, seu empreendimento falhou, falecendo sem chegar a percorrer metade do trajeto proposto[1].
Francisco Adolfo de Varnhagen escreveu um artigo da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro onde propôs reabilitar brasileiros "ilustres pelas Armas, Letras e Virtudes", mesmo antes da existência da pátria, identificando como um desses "ilustres" a Lacerda, caracterizado como astrônomo. Pois que este personagem histórico após percorrer o interior do Brasil mudou-se para Lisboa, mas tendo um "gênio afeito à vida ativa" e que "não podia conformar-se com a monótona permanência em uma cidade de tão pouca animação como era então a metrópole portuguesa", pediu ao ministro e secretário do Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos voltar ao sertão (1873: 181). O artigo do Barão de Porto Seguro conclama à publicação dos diários relacionados à África, algo que não ocorrera até o momento. "Essa publicação virá também por ventura a mostrar como se o Dr. Lacerda não tivesse infelizmente falecido na empresa, as ciências geográficas poderiam ter possuído meio século antes muitos dos esclarecimentos e observações astronômicas que elas vieram a dever ao Dr. Livingstone" (ibid.: 184).
A Agência Geral das Colônias publicou os diários em seu Boletim décadas depois. O almirante Gago Coutinho na apresentação afirma que: "De entre os antigos viajantes portugueses, que exploraram o interior do continente africano, o mais famoso foi, sem dúvida, o Dr. Francisco de Lacerda e Almeida […]". Cita que em seus diários e cartas estão dados astronômicos, o que daria um cariz científico ao descrito pelo desbravador, abonando-lhe a titulação de "o primeiro astrônomo diplomado que visitou o centro do continente africano" (1926: 3).
Sérgio Buarque de Holanda afiança que ele fora um dos iniciadores, no Brasil, das grandes expedições de caráter científico. "Restringindo-se à observação direta dos fatos e à concisa narração do que testemunhava

1 Para biografia de Lacerda e Almeida cf.: FONSECA, 1936; HOLANDA, 1944; COUTINHO, 1926; SANTOS, 1978; SILVA, 1994.

durante suas viagens, Lacerda nunca se deixa levar por critérios fáceis ou por soluções simplistas" (1944: XVII).
Oliveira Marques vem fazer-nos conhecer – nas poucas linhas que usa para escrever sobre a história da colônia de Moçambique desde o Renascimento até as Revoluções Liberais – a ocorrência da expedição que partiu do Tete em 1798, alinhando-o ao rol de governadores-gerais importantes da região (1984: p. 435).
Quirino da Fonseca, num livro que organizou para homenagear o naturalista, qualifica-o como herói, indicando-o também como "o pioneiro verdadeiramente científico dessa obra de exploração […] quanto à audácia, perseverança, retidão e saber como geógrafo" (1936: 10). Aliás, o historiador, na transcrição que faz dos diários do *cientista* intitulado *Um Drama no Sertão*, enfatiza a integridade portuguesa neste homem diante de colonos corruptos, chegando a ensinar aos traficantes de Moçambique a honestidade (ibid.: 43). Fonseca diferencia as experiências de Lacerda com as de antecessores, chamando os últimos de naturalistas e a Almeida de geógrafo (ibid.: 21).
Maria Emília Madeira Santos escreve o seguinte, já após o fim do Estado-Novo, sobre o paulista:

> Em maio de 1797 partia de Lisboa com destino à África o primeiro cientista-explorador geográfico. Pode dizer-se que estamos perante o tipo desse explorador polivalente que se fora preparando ao longo do século XVIII. Moldado na Universidade de Coimbra, Lacerda e Almeida muniu-se dos mais modernos instrumentos destinados a observações e medidas exatas. […] Durante a viagem vemo-lo ocupado em observar os eclipses dos satélites de Júpiter, ao mesmo tempo que punha os seus conhecimentos ao serviço das populações. Em Tete, ensinou a fazer sabão e anil e exemplificou o tratamento a dar ao açúcar. Era o cientismo em atividade prática em pleno sertão: a ciência tudo resolvia! Esta foi a primeira exploração africana planejada e organizada em Lisboa precedida de um estudo e cuidadosamente apetrechada (1978: 186-187).

Pois que este luso-brasileiro seria um dos mais importantes exploradores da história da África portuguesa. De acordo com algumas das biografias citadas, ele teria uma escrita complexa, que foi além das descrições simplórias que até então existiam, sendo o fundador de uma escola científica colonial em Portugal. Nele se incidiria o início do ápice de uma tradição de longa data com uma nova forma de olhar a África: menos aventureira, mercantilista e beligerante, que ia além da simplória curiosidade; detinha intenções mais qualificadas, detalhistas e de valores superiores aos de seus antecessores, ocorrendo um amadurecimento intelectual e atrelamento a um progresso científico universal.
Holanda chega a afirmar que a leitura dos diários de Lacerda e Franco é pouco atrativa, não tendo por ambições o de se ter o grande público como leitor, sendo, contudo, endereçados às autoridades e, quiçá, às instituições científicas, com objetivos de instruir e informar (1944: XVI). Por isso, ao lê-los, seriam observadas intenções que não parecem ser de acúmulo de conhecimento para uma ciência *strictu sensu*.

Os diários

Tive acesso a duas versões dos diários de viagem a Moçambique para o Rios de Sena, uma publicada em Portugal, pela Agência Geral das Colônias na década de 1930 – que detém apenas a segunda parte intitulada *Instruções e diário da viagem da Vila de Tete, capital dos rios de Sena para o interior da África* – e outra do Brasil de 1944, organizada por Sérgio Buarque de Holanda – e que incorpora, após consulta a manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, uma primeira parte dos diários completos não encontrados na versão portuguesa, cujo título é *Diário de Viagem de Moçambique para os rios de Sena*. É em cima destas duas versões que tentarei descrever e analisar brevemente a exploração trágica ao sul da África portuguesa.
Por parte do explorador feito governador (janeiro de 1798), já de início mostravam-se interesses mais atrelados às explorações econômicas, dominações territoriais e controle populacional. "[…] poder-se tirar do centro da mesma África, por meio do comércio com os seus habitantes, as utilidades, que o terreno, e a indústria podem

dar, além da principal causa, que move Sua Majestade a fazer tão grande despesa, qual vem a ser, a redução daqueles infiéis ao grêmio da Igreja" (ALMEIDA, [1798] 1944: 10). Os objetivos, assim, seriam de encontrar caminhos e rios que chegassem mais rapidamente e de forma segura do centro da África às duas costas, mas sem deixar de perceber o que havia no caminho de proveitoso.

Entretanto as descrições que encontrei nos diários tinham muito pouco de científico, ao menos nos paradigmas da Matemática e da História Natural da época, tornando os conteúdos mais uma fonte para percebermos o que estava de errado a uma colonização descontrolada, em que os parâmetros civilizatórios ilustrados que Lacerda carregava (de acordo com afirmações de biografias dele) passavam ao largo.

Já no início da expedição, na vila de Sena, Lacerda e Almeida descreve um quadro social temerário à civilização e ao poder imperial de Portugal. "Assim o permita este Senhor todo poderoso, pois na verdade esta é uma vila de levantados, desobedientes, e malcriados e de inimigos recíprocos do Estado e de Deus, de supersticiosos no último grau de perfeição, de invejosos, de ladrões, enfim um distrito onde se acham todos os vícios e nenhuma virtude" (ibid.: 147-148). Ele aponta como o principal culpado de tal situação calamitosa os próprios capitães-generais, imbuídos de ambição exacerbada, colaborando ou tendo sociedade com os exploradores da população local e agindo normalmente na ilegalidade. Acrescenta ainda a tirania descabida destes governantes (ibid.: 148-151).

E reforça isto com um exemplo: o do sargento-mor de milícias José Gomes Monteiro. Este senhor, famoso por sua fortuna, era casado, mas mantinha-se amancebado com outra mulher também comprometida maritalmente, o que veio a lhe ser punido com o degredo à Manica. A repetição do delito, denunciado pela esposa, ocasionou sua prisão. Este acostumado à corrupção dos governantes enviados por Lisboa, intentou a sua soltura com um pagamento de cinco mil cruzados ao governador-explorador, que rejeitou.

> Como o dito sargento-mor não foi atendido nos muitos requerimentos que me fez para ser solto debaixo de frívolos pretextos, recorreu às poderosas armas que raras vezes deixam de alcançar vitórias e mandou-me oferecer 5.000 cruzados em bom ouro. Oh! Meu Deus! Só eu posso avaliar a alegria e o prazer em que nada meu coração, não só porque no íntimo dele desprezei e desprezo com horror semelhante proposta. Os 5.000 cruzados certamente não eram capazes de me dar este tão grande bem, comparável àqueles prazeres inocentes descritos em todos os livros filantrópicos. Os moradores de Tete depois que souberam da dita prisão exclamaram: – Pois não foi solto este homem que tem quarenta portas? (isto é, 40.000 cruzados). […] Eis aqui o como correm as coisas destes Rios, e agora é que decifro o enigma daqueles que me diziam: se você não tirar dos Rios de Sena 40.000 para 50.000 cruzados no primeiro ano não tem juízo. Eu os tiraria com efeito se quisesse, não digo somente de fazer injustiças, bastava vender a mesma justiça, pois as ofertas são muitas, mas já se vão desenganando comigo (ibid.: 155).

Além da prática da corrupção, há escândalo com a adesão de europeus e crioulos às práticas religiosas de origem local. "Este erro se tem propagado entre os portugueses, de forma que o maior número lhe dá crédito e praticam o mesmo que fazem os cafres" (ibid.: 156). Desprezo pela Igreja cristã, crença em adivinhação, feitiçaria, subordinação a preceitos de sacerdotes politeístas, poligamia e outras situações presenciadas, dão a sensação ao racional governador de que os colonizadores constituíram uma forma própria e caótica de religiosidade.

> […] João Manuel […] é um monstro, um homem abominável, e se fosse possível merecia ser reduzido a átomos. Eu li em uma devassa que se tirou sobre o crime que o fez fugir para o rei do Baroé, arrombando a cadeia, o depoimento de duas testemunhas, que juraram também que ele todos os anos fazia sacrifícios humanos, servindo de vítimas cafres, no princípio e fim das sementeiras, para que elas medrassem e rendessem bem. É provável que ele aprendesse dos outros este abominável rito e não dos cafres, pois não tenho ouvido dizer que eles executem esta barbaridade (ibid.: 157).

Ao encontrar os locais, Lacerda e Almeida vai estabelecendo uma ligação afetiva, denunciando uma escravidão injusta, já que se dá sobre indivíduos que não deveriam estar nessa condição; ou seja, caçados por negociantes ou por devedores de tributos à régulos que obrigam os devedores a ressarcir com escravos. Num comércio desregulado e muito cruel (ibid.: 163-165). "Devo contudo dar aos cafres a justiça que lhes pertence: eles são homens fortíssimos, robustos, e de uma paciência e sofrimento incríveis. Quem poderá resistira a um trabalho de dias e violentíssimos. […] Eles contudo o sofrem sem murmurar, e também as bordoadas com ânimo alegre. […] Evitei quanto pude maltratá-los, e o consegui […]" (ibid.: 167).

Pois que antes de ser cientista ele fora convocado pela comunidade local para ser administrador de conflitos. Na Vila de Sena, a 3/01/1798, antes da entrada, Lacerda tentou resolver um crime de latrocínio perpetrado por dois botungas sobre a esposa do crioulo Afonso José Fernandes. Este apesar de desconhecer os nomes dos autores, acusava a fuga dos assassinos às terras do reino Sazua, rogando, portanto, que o governador agisse em seu nome, já que sozinho não conseguiria se vingar. Diante do ocorrido o governador-cientista não via "outro expediente mais oportuno e pacífico que [é] o de mandar um pequeno donativo ao mesmo rei [macombe de Sazua], pedindo-lhe que entregasse os culpados" (ALMEIDA, 1926 [1798]: 41). E se a ordem do governador não fosse obedecida pelo rei, dever-se-ia agarrar "algum príncipe parente […] ou declarar-se guerra […] fazendo certo ao rei que ele seria responsável a compensar-lhes pelos bens dos malfeitores acusados nos seus distritos" (ibid.: 41).

É da justiça que se trata a incumbência solicitada pelos locais ao enviado por Lisboa; e é no conflito entre a vila e o sertão que se deveria intervir. A pressão da vila foi de se comprar ao rei Sazua ou sequestrar um parente seu ou, até mesmo, exterminando-o, caso não se alcançasse o que era reconhecido como a justiça crioula.

O mesmo rei Sazua, no dia 8/01/1798 foi também, diante do governador-cientista, pedir o perdão de um protegido seu, João Manuel Pereira, já condenado.

> […] atendendo a ser o dito João Manoel, protegido do mesmo rei, e sobretudo em contemplação da boa paz, harmonia, e livre passagem que o mesmo rei tem dado aos portugueses, que passam para Manica, e da promessa que novamente ratifica de proceder sempre do mesmo modo, e de castigar os delinquentes seus vassalos, que forem contra as suas ordens, representaria a sua majestade pela sua Real Junta do Crime para obter ao dito João Manoel, a graça de poder voltar com o salvo conduto à vila, tratar da sua justificação e livramento, sendo-lhe livre voltar às terras do dito rei quando o queira fazer, depois do seu livramento, se o conseguir (ibid.: p. 38).

O tal aspecto importante de Lacerda e Almeida apregoado por Santos (op. cit.), o *cientismo* calcado em conhecimentos astronômicos – o qual ele emprega para descrever, na primeira parte dos diários, a localização das vilas por onde vai passando, justamente na região mais habitada e conhecida pelos europeus –, é usado pelo desbravador apenas em um momento, quando surge a insegurança diante do desconhecimento sobre os caminhos a se trilhar, como substituto do silêncio dos povos locais com relação às entradas no sertão, no início do empreendimento de entrada no sertão rumo ao desconhecido: "pessoa alguma que me desse a mais ligeira ideia e noções de coisa alguma que me pudesse fazer resolver sobre o caminho mais trilhado, e menos sujeito às hostilidades […]. Partindo da dita vila do Zumbo por ser o estabelecimento que temos mais para o interior d'África, servindo-me de guia as observações astronômicas, verdadeiros práticos das estradas […]" (ibid.: 16-17). Depois desse momento, não vimos uma citação sequer sobre usos de instrumentos de localização ou qualquer dado geográfico na segunda parte do diário, dando-nos a impressão de superfluidade do cientismo.

Num momento crucial da expedição – nesta etapa em que se ultrapassaria a região do rio Sena, desde a vila de Tete, em direção ao interior desconhecido – Lacerda e Almeida agradece a Deus pela chegada do interior de um grupo de embaixadores do rei Cazembe, que informam-no dos caminhos de entrada, transcritos num mapa por ele feito naqueles dias. Ou seja, a astronomia fora posta, pelo próprio "cientista" como última alternativa de deslocamento, sendo ainda necessário e vindo antes o conhecimento dos locais para o acesso ao interior do continente (ibid.: 17). Mas mesmo o mapa não dará autonomia nas andanças do geógrafo, e a não adequação do que fora aprendido nas salas de aula de Coimbra, assim como a experiência nas expedições no Brasil, não bastarão para "dominar o sertão" africano.

Problemas surgem com relação aos carregadores. Além das oposições dos crioulos locais para ceder seus trabalhadores, a administração deles era difícil. Já no primeiro dia fugiram alguns carregadores, seguidos de mais trinta no segundo, alguns deles de uma senhora crioula, que de acordo com o escrito no diário, cedera seus escravos de malgrado e de maneira obrigatória (ibid.: 24). No quarto dia mais 34, mesmo com Lacerda não dormindo, apreensivo com as evasões (ibid.: 27),

> Dia 10 [de julho de 1798]. Pois de noite fugiram 52. Esta deserção tão grande, e impossibilidade em que quase me punha de seguir viagem, me pôs em grande amargura, e agora neste instante me dão parte que fugiram mais 37. Quem tiver conhecimento do meu gênio ativo, e obediente às ordens de Sua Majestade, avalie a minha aflição; mas todavia me faça a justiça de me julgar ainda com muito ânimo, e seguir avante, e retroceder quando já absolutamente não poder ser de outra forma (ibid.: 31).

A falta de carregadores, que se evadiam, fazia com que constantemente se deixasse carga pelo caminho. Vai se descrevendo, pouco a pouco, uma triste priorização do que se devia abandonar, assim como o que se perdia, devido ao desaparecimento das cargas junto com os carregadores. "Assim como os navegantes em um rijo temporal arrojam cargas ao mar para não naufragarem, ou ficarem soçobrados, assim fiz eu neste dia, para não ficar encalhado, diminuindo cargas" (ibid.: 26).

Os carregadores que ficavam, constantemente resistiam aos mandos do governador-cientista, negando-se a partir na hora ou dia determinados. Ocorria, também, de chantagearem em troca de melhores pagamentos, que na maioria das vezes era feito com objetos, como roupas (ibid.: 33). Percebe-se além da falta de autoridade, certa ignorância de como se organizavam as populações, esperando que eles percebessem, não se sabe como, de que tinham uma obrigação com a metrópole.

Entre os militares havia também abatimento constante e descrédito com a missão. O episódio do abandono de cargas trouxe reclamações dos soldados e oficiais, em que o governador-cientista tinha que constantemente reforçar a sua autoridade e o ânimo da tropa (ibid.: p. 26). Ao mesmo tempo, na inibição aos roubos alguns militares mostraram-se ineficientes. Numa ordem para atirar nas pernas de qualquer ladrão capturado, na tarde do dia 18 de julho, Lacerda relata que "pôs em execução a dita ordem; porém penso que o soldado errou o tiro (não é novidade)" (ibid.: 36).

Num motim perpetrado por um dos capitães, do dia 19 de julho, houve incentivos aos carregadores da D. Francisca Josefa de Moura e Menezes de fugirem – justamente os que se mostravam mais fiéis à expedição. Estes cativos denunciaram o capitão amotinador, que foi apenas repreendido (ibid.: 38). Oito dias depois, após um ataque de salteadores maraves, Lacerda e Almeida despediu um sargento-mor de ordenanças, por ter sido pusilânime durante um ataque em que esteve cercado por dias (ibid.: 45).

A falta de autoridade pareceu uma constante da expedição do governador, mostrada também nas determinações dos carregadores em fazer paradas constantes e longas, de acordo com crendices e tradições, contrários à lógica de uma expedição de longa duração.

> Dia 11 – Foi preciso fazer alto pelas 10 horas e um quarto; porque os cafres costumam passar a noite neste lugar, como se me explicou um oficial da comitiva. Se a água estivesse muito distante dele, era forçoso com efeito parar; porém podendo-se seguir mais avante, sem que todavia se fizesse jornada longa, só porque os cafres costumam aqui ficar, é este um caso, e uma razão que desespera e tira algum tempo de vida, considerando, que se aumenta a despesa, que talvez nos venha a faltar recurso para comprarmos mantimentos, pelo risco, e toda a probabilidade bem fundada, que tenho de invernarmos dentro da África, e sobretudo pelo receio, que tenho, de que neste ano não me seja possível dar inteira execução às ordens de Sua Majestade (ibid.: 50).

Nos dias 28, 29 e 30 de julho Lacerda e Almeida encontra-se doente, e ao se deparar com a ineficiência dos médicos da expedição em lhe curar, acaba por automedicar-se. "A minha moléstia cresceu de forma, que desconfiei de mim mesmo, e não tive outro remédio, que recorrer à Água da Inglaterra contra os votos dos médicos, que vêm na comitiva, os quais apenas sabem ler. Para eles não há mais que três moléstias neste mundo, que vêm a ser: constipação, mordexim [cólera] e fraqueza" (ibid.: 47). Aliás, a doença será um estado constante, sendo que entre março e agosto, por exemplo, acometeram-lhe quatro febrões (ibid.: 63). E no dia 15 de setembro novamente (ibid.: 75).

Os erros das informações geográficas de outros desbravadores que o antecederam e da população local sobre as regiões percorridas, também vão aparecendo com o tempo, fazendo com que Lacerda se sentisse enganado. "Se eu tivesse trazido em minha companhia os livros de geografia, que deixei em Tete, hoje imitava ao barbeiro Nunes, e ao abade… quando reduziram a cinzas o Amadis de Gaula, e o livro da cavalaria de D. Quixote, queimando-os também, em castigo de seus autores, por terem desfigurado a face do orbe terráqueo" (ibid.: 72).

A natureza vai dificultando pouco a pouco a viagem, cada vez que se interna mais, dando a sensação ao leitor de que Lacerda estava perdido e cada vez mais tomado pelo pessimismo. As longas jornadas para se encontrar água salobra, os terrenos pantanosos, os incêndios, a mata que vai se fechando, o calor de dia intermediados por frio da noite. "[…] além de tudo isto as minhas indisposições, febres […]. Se pelo menos houvesse caça que suprisse a falta do milho, aves e pássaros pequenos, que lisonjeassem nossos ouvidos com o seu canto, não se teria feito esta travessia tão enfadonha. Há três dias que temos andado muito para o poente: nunca supus, que houvesse de chegar tão perto da equinocial" (ibid.: 68).

Da quimera científica no ultramar: Lacerda e Almeida como herói

Dia 18 de outubro de 1798 morreu Lacerda e Almeida no sertão. No seu lugar foi nomeado como condutor (pelo próprio *governador-cientista*, antes mesmo de seu falecimento) o padre Francisco João Pinto, que retorna com o que restou da expedição ao Tete, sem menos dificuldades.

Os diários realçam as habilidades adquiridas dos que já viviam na África, em detrimento daquele de fora que vinha com o saber incapaz. Ao mesmo tempo, transparecia a inépcia do dito cientista em perceber sociabilidades e a natureza distintas do que havia conhecido nos livros na metrópole e nas expedições feitas anteriormente pelo Brasil. O que se percebe é uma descrição baseada em generalizações de conceitos e paradigmas importados, que faziam impedir de se conhecer o que vinha se apresentando de diferente, numa imposição de um *a priori* sobre os povos. Partiu-se de um hermético saber, em que os outros eram intuídos como culturalmente fechados, portadores de tradicionalismos inúteis e descabidos.

O logro imperialista luso na América do Sul não se repetiu na África. A natureza insalubre ainda era mais forte que os conhecimentos acumulados da época, derrotando o sonho civilizatório do matemático.

Não obstante, a experiência africana pôde ser percebida como integrante de uma grande maquinaria imperial que vai sendo montada aos poucos já em finais do século XVIII, e que terá sua plenitude a partir da corrida imperialista de aproximadamente cem anos depois, numa sequência de expedições que se embrenharam nos sertões e foram aos poucos submetendo a natureza e as populações a imperativos científicos europeus.

A malograda "primeira expedição científica portuguesa" encerrava-se em descrições em que apenas se reforçava dados que já eram de conhecimento; ou seja, a precariedade de vida econômica das populações que iam sendo encontradas, definições não muito precisas de lugares que pudessem deter riquezas minerais e a não chegada ao outro lado da África. Por fim, repetia-se com constância que nas populações ultramarinas havia ladrões e preguiçosos, os quais muitas vezes se evadiam ao mato, e que na maioria das vezes não entendiam, como se devesse ser de forma natural, os valores e razões imperiais de Portugal.

Temos, assim, um personagem histórico advindo de uma região periférica do reino, que acaba por incorporar uma formação cosmopolita, na esteira de ideias ilustradas da Matemática e da História Natural. Usa isso na efetivação de um projeto imperial, com proposições civilizatórias e que foi indicado por parte de pensadores nacionalistas e colonialistas como o inaugurador de uma linhagem de *neocolonizadores*.

A importância de Lacerda e Almeida, para este texto, diferente das narrações ufanistas de parte da historiografia, seria a de que sua escolha foi a tentativa de concatená-lo, primeiramente, a uma sequência de outros desbravadores com formação acadêmica, com intuitos de criar uma genealogia que justificasse uma predominância da produção de conhecimento advinda de instituições da ciência colonizatória.
Também, Lacerda e Almeida expõe-nos um dos primeiros selecionados do grande arquivo português da colonização, pelo que ele poderia representar e ser adequado aos interesses do neocolonialismo a partir do último quartel do século XIX.
Entre muitas coisas que poderia citar, uma creio mais relevante, que seria de que a recuperação da história de Lacerda e Almeida justificará uma formatação metodológica da ciência colonizatória não apenas na metrópole, mas engendrada no *vis a vis* colonial, compreendendo-se, assim, que seria uma teoria surgida em meio aos embates de quem não se submete a um poder que se mostra natural, nas tratativas de dominação do cotidiano colonial e na relação direta com os colonizados.
Não se pode sobremaneira incluir a experiência africana de Lacerda e Almeida numa perspectiva cientificista, a não ser *a posteriori* numa construção de memória institucional, buscando-se uma tradição redentora e justificadora dentro de um determinado campo de conhecimento que se pretendia hegemônico.
Parece-nos que o outro aspecto relevante dos diários de Lacerda relaciona-se aos preceitos da governança da colônia, escritos ao aparato estatal europeu. Daí que poderíamos tirar uma espécie de gênese do que viria a ser o sentido da organização das ações colonizatórias algumas décadas depois:

> Concluo este diário dizendo que me parecia muito necessário que Sua Majestade se servisse mandar para estes rios algum ministro de vara branca, contando que fosse homem que respeitasse as leis, temesse a Deus e ao Rei, e finalmente tivesse todas as circunstâncias que devem ter os homens públicos, e tivesse autoridade para acabar todos os pleitos presentes sumariamente; tomasse contas exatas dos bens dos órfãos e ausentes e sumariamente decidisse, assim como também dos testamentos, que tudo isso está na última miséria, porque de outra forma ficam as coisas nos mesmos termos em que estão, sem saberem requerer as partes de sua justiça, por falta de quem os encaminhe nas suas causas. Deveria ter também bom ordenado com o qual pudesse transportar-se, e viver independente, pois a não ser assim será melhor que o não haja. Os juízes ordinários destas vilas são ignorantíssimos, apaixonados, e não há um só homem letrado que os encaminhe e dirija. Daqui vem fazerem eles, e seus escrivães, o que querem, e o que qualquer pessoa lhe manda. Eles por ignorância ou por medo, põem verbas nos livros das notas, porque uma das partes lhes pede que assim o façam, e repentinamente fica desfeito um solene contrato com prejuízo da fazenda da outra parte interessada (ALMEIDA, [1798] 1944: 173-174).

Pretendo finalizar afirmando a hipótese de que aos que percorreram a África, tanto da mesma época de Lacerda, assim como os que o fizeram posteriormente, participaram sim de uma espécie de filogenia da formatação dessa ciência, sendo percebidos pelos seus sucessores como uma espécie de "experimentadores" de uma nova epistemologia, contribuintes informacionais mais do que não se devia fazer, por onde não se podia percorrer e de como não se deveria portar. Suas descrições e suas biografias, se conhecidas, poderiam amparar a organização de um discurso de poder imperial, como uma espécie de espelho que escancarasse imperfeições nas atuações e que pudesse remeter em aprimoramentos.
No mais, a quixotesca travessia, glorificada décadas depois em delírios de grandiosidade pelos que intentavam constituir uma tradição da ciência colonizatória portuguesa, pareceu mais pertencer ao grupo de viagens anteriores que tiveram muitos poucos resultados práticos, tendo como diferencial os requintes dos registros de campo do diário e com a entrada em cena de um douto, que não foi além do reforço do apedeutismo sobre a África. O *cientista-governador* teve e manteve uma relação pueril com a gente e as terras, longe de estabelecer uma interação com o cotidiano local, colocando-se em externalidade, incorrendo numa não compreensão do local e pondo-se em conflitos com quase todos que iam junto ou que encontrava, acarretando no ostracismo e na sua morte.

Bibliografia

ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e (1926 [1798]). *Travessia da África*. Lisboa: Agência Geral das Colônias.

_____ (1944 [1798]). *Diários de viagem*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

CORDEIRO, Luciano (1876). "Discurso". In: em SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Boletim da SGL*, nº 1, série nº 1, pp. 41-49.

COUTINHO, Gago (1926). "Nota explicativa". In: ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. *Travessia da África*. Lisboa: Agência Geral das Colônias.

FONSECA, Quirino da (1936). *Um drama no sertão. Tentativa de travessia de África em 1798*. Famalicão: Minerva, de Gaspar Pinto e Irmão.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (1944). "Nota-prefácio: biografia". In: ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. Diários de viagem. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

MARQUES, A. H. Oliveira (1984). *História de Portugal. Do Renascimento às Revoluções Liberais (vol. II)*. 10ª edição, Lisboa: Palas.

SANTOS, Maria Emília Madeira (1988). *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. 2ª edição, Lisboa: IICT.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (1998). *A cultura luso-brasileira. Da reforma da Universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Estampa.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de (1873). "Biografia dos brasileiros ilustres por armas, letras, virtudes, etc.: Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida. In: Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil. Rio de Janeiro: IHGB, Tomo XXXVI, parte primeira, pp. 173-183.

Biografia

Doutorando em História da Educação pela Universidade de Lisboa. Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo, com graduação em História (licenciatura) pela Universidade de São Paulo. Pesquisa instituições escolares e tem experiência na docência em nível básico e superior.

Léopold Senghor e Frantz Fanon: entre as representações do discurso (Pós) colonial.

Gustavo de Andrade Durão
gdurao@outlook.com

Resumo: Levando em consideração pesquisadores do colonialismo e da investigação do pós-colonial, analisa-se a teoria da análise do discurso colonial nos moldes dos grandes pensadores deste tema. No debate sobre o colonial e o pós-colonial têm-se algumas contribuições para se pensar a análise da produção escrita dos pensadores negros do século XX. Utiliza-se das trajetórias de Léopold Senghor, (Senegal) e Frantz Fanon, (Martinica) como representação da produção escrita colonial *vis-à-vis* a uma militância anticolonial e um debate voltados à política de administração francesa nos respectivos contextos.

Palavras-chave: teoria pós-colonial, discurso colonial, Léopold Senghor, Frantz Fanon.

Introdução

Analisar a questão do colonial e do pós-colonial não é tarefa fácil, mas necessária, na medida em que esse assunto continua na pauta das pesquisas em ciência política, geografia, filosofia, letras e relações internacionais. Para a história, as produções dos escritores coloniais só têm maior representatividade depois da consolidação das independências das colônias africanas e asiáticas *vis-à-vis* das grandes potências mundiais.

Segundo Chrisman e Willians (1994: p.2) o colonialismo significa o controle direto sobre a terra de um outro povo, numa fase particular do imperialismo. Essa fase foi melhor compreendida à posteriori que inicia-se com o processo globalização do modo de produção capitalista.

Há, então, uma penetração imperialista em regiões previamente não capitalistas do mundo, em que se objetiva a destruição das formas pré ou não capitalistas de organização social. Essa fase colonial foi particularmente caracterizada pela partilha da África, quando a partir dos séculos XIX e início do XX, as nações europeias dividem entre si os países do continente, visando novos mercados, bem como a tentativa de excluí-los às outras nações (CHRISMAN; WILLIAMS,1994: p.2).

Desde 1947, as bases formais dos impérios coloniais começam a ruir e a independência acena com a proposta de construção de um nacionalismo que rejeita a empreitada colonial (CHRISMAN; WILLIAMS,1994: p.3). Parte de uma recém criada elite colonial vê-se elaborando uma nova relação com a história de seus países. Dessa forma, apropriam-se do conhecimento ocidental em que as publicações atuam nas decisões políticas de seus países (MBOKOLO, 2011: p.546).

A presente pesquisa de doutorado aborda os fundamentos para a construção da nação e do nacionalismo nas produções de destacados escritores do mundo colonial. A pesquisa de doutorado em curso intitulada: «Nação e nacionalismo nos escritos de Léopold Senghor e Frantz Fanon: uma abordagem comparativa (1945-1961)» busca interpretações da escrita colonial. Por isso, busca-se através das análises dos textos originais dos autores, compreender-se suas teorias como alicerces intelectuais *vis-à-vis* os locais de fala e os jogos políticos ainda não analisados com profundidade pela historiografia africana brasileira.

As teorias expostas procuram incentivar novas reflexões para o ofício do historiador, propondo algumas especificidades da teoria colonial em relação ao continente africano. Entende-se que o debate sobre o pós-colonial é essencial para o estudo e a pesquisa dos pensadores africanos, seja no campo de suas trajetórias ou de suas produções literárias.

Primeiramente, vê-se o imperialismo como forma de dominação que acaba se perpetuando através do colonialismo e, desse modo, as relações de controle formal ou informal não se extinguem com o pós-colonial ou com o fim do colonialismo político e administrativamente conhecido.

> (…) Se o colonialismo é uma forma de manter uma relação internacional desigual do poder político e econômico (da mesma maneira como fala Edward Said sobre o Orientalismo, implantando uma variedade de estratégias cujo fator comum é que elas garantem uma posição de superioridade para o ocidente vis-à-vis do Oriente), então sem dúvida, nós não transcendemos totalmente o colonial (CHRISMAN; WILLIAMS, 1994: p.4 – tradução livre do autor).[1]

A obra de Edward Said, Orientalismo (1978), é relevante porque representa uma análise séria (e precursora) sobre a relação entre as esferas de poder e o saber intelectual. Ou seja, Said: «inaugurou uma nova área de investigação do saber acadêmico: o discurso colonial, também referido como teoria do discurso colonial ou análise do discurso colonial» (CHRISMAN; WILLIAMS, 1994: p.5 - tradução livre do autor).[2]
Dessa forma, pode-se encontrar na análise de uma obra a relação entre o contexto histórico e a sociedade da época, entre as formas particulares de conhecimento, ideologias, instituições e práticas sociais. Torna-se, assim, essencial o estudo dos textos produzidos na era do colonialismo. Através desse tipo de apreciação, compreende-se mais claramente sistemas mais amplos e contínuos de dominação e exploração econômica (CHRISMAN; WILLIAMS, 1994: p.4).

> Isto implica na compreensão das circunstâncias presentes bem como nas formas em que estas são informadas, perpetuam-se e diferem-se das situações que as precederam, e da complexa inter-relação da história e do momento presente propiciando um terreno em que o discurso colonial e a teoria pós-colonial funcionam (CHRISMAN; WILLIAMS, 1994: p.4 - tradução livre do autor).[3]

Sob esse aspecto, a primeira novidade, recente em termos históricos, está na necessidade de analisar-se as produções do período colonial, sejam elas escritas por colonizadores, ou por colonizados. O que chama a atenção nessas denominações sejam elas pós-coloniais ou representações do conhecimento colonial, é que elas ilustram o ponto de vista do Outro. Ou seja, dentro dessas novas formas de análise, está englobada uma nova maneira de se pensar o mundo.

> Análise do discurso colonial e teoria pós-colonial são, portanto, processos críticos de produção de conhecimento sobre o Outro. Como tal, eles produzem formas de conhecimento, mas outros conhecimentos, um melhor conhecimento é esperado,

---

1 *If colonialism is a way of maintaining an unequal international relation of economic and political power (in the same way as Edward Said talks about Orientalism deploying a variety of strategies whose common factor is that they guarantee a position of superiority for the Western vis-à-vis the Orient), then no doubt we have not fully transcended the colonial.* (CHRISMAN; WILLIAMS, 1994: p.4)

2 Essa abordagem auxilia na desconstrução de alguns paradigmas do saber acadêmico, por muitos anos eurocêntrico e centralizado no ocidente, possibilitando o início de uma nova área do saber. Apesar de Edward Said afirmar que o Orientalismo é uma representação do Ocidente deve-se levar em conta que foi uma das primeiras vezes em que se considerou pensar a dominação política do ocidente e suas repercussões na literatura denominada oriental. Na produção seguinte, Cultura e Imperialismo (1993), Said se aprofunda na relação entre produção literária e o imperialismo que certamente gerou impactos na vida intelectual dos territórios sob dominação.

3 *This involves an understanding of present circumstances as well the ways in which these are informed by, perpetuate and differ from situations which preceded them, and the complex interrelation of history and the present moment provides the terrain on which colonial discourse and post-colonial theory operate.* (CHRISMAN; WILLIAMS, 1994: p.4)

> sensível à pergunta central de Said: 'Como podemos saber e respeitar o Outro?' (CHRISMAN; WILLIAMS, 1994: p.8 – tradução livre do autor)[4].

Ressalta-se que algumas tendências dessa nova teoria representam uma postura precursora dentro da pesquisa sobre os escritores coloniais. Enfatizando o período de 1940 até o fim da década de 1950, encontra-se um conjunto de intelectuais que elaboram seus textos sobre o mundo colonial na tentativa de compreendê-lo.

Algumas abordagens da teoria e da análise do discurso pós-colonial

Os autores Laura Chrisman e Patrick Willians demonstram os pontos fortes, bem como as fragilidades das obras e dos autores que realizaram reflexões no campo dos estudos pós-coloniais contemporâneos. *The Empire Writes Back* (O Império Escreve de Volta) é uma empreitada de três autores preocupados com a relação entre a produção literária, a língua e o contexto sociocultural dessas obras.

Ligados à crítica literária Bill Ashcroft, Gareth Griffiths e Helen Tifin centram suas análises fundamentalmente na língua inglesa, procurando compreender as relações coloniais existentes nos Estados Unidos, Canadá e Austrália (CHRISMAN; WILLIAMS, 1994: p.13).

Contudo, essa obra parece ignorar o sentido histórico dos textos escritos e pensar a escrita pós-colonial como algo associado ao pós-modernismo, sem preocupações com a análise das obras em si, mas legitimando um saber escrito do ponto de vista do ocidente.

> Uniformidade, continuidade, homogeneização das especificidades geográficas, históricas e culturais do pós-colonialismo - estes estão entre os aspectos mais problemáticos do pós-colonialismo os quais *The Empire Writes Back* propõem (CHRISMAN; WILLIAMS, 1993: p13 - tradução livre do autor). [5]

O capítulo 4 do livro (*Theory at the crossroads – indigenous theory and post-colonial Reading*) representa um ponto de apoio e de aprofundamento para as interpretações de obras referentes ao pós-colonial. Uma de suas reflexões dentre as mais relevantes foi designar a *Négritude* como movimento literário, representando a relação entre a produção escrita e a condição colonial. Graças, sobretudo, ao surgimento de uma consciência crítica nascente na elite intelectual francófona.[6]

O Movimento da *Négritude* foi considerado uma das primeiras tentativas de se criar uma teoria da escrita moderna africana. Ele representou a união de escritores de língua francesa tais como Léopold Senghor (Senegal) e Aimé Césaire (Martinica) que se referiam a uma especificidade natural e psicológica negro-africana desenvolvidas através da expressão *négritude* (ASHCROFT et al., 2004: p.122).

Desse movimento nasce uma moderna conscientização negra e entre as décadas de 1920 e 1930, uma crítica francófona surgia da necessidade de se exaltar as culturas negras que a colonização buscou rejeitar e suprimir (ASHCROFT et al., 2004: p.123).

A apreciação do escritor nigeriano Wole Soyinka de que o tigre não precisaria proclamar a sua *tigritude*, soou como a não-aceitação do conceito por parte de uma intelectualidade anglófona de ex-colonizados. Dessa

---

4 *Colonial discourse analysis and post-colonial theory are thus critiques of the process of production of knowledge about the Other. As such, they produce forms of knowledge themselves, but other knowledge, better knowledge it is hoped, responsive to Said´s central question: 'How can we know and respect the Other*?' (CHRISMAN ; WILLIAMS,1994: p.8).

5 *Seamlessness, continuity, the homogenization of geographical, historical and cultural specificities of post-colonialism – these are among the more problematic aspects of the post-colonialism, which The Empire Writes Back proposes* (CHRISMAN; WILLIAMS, 1994: p.13).

6 Vale lembrar que grande parte da teoria pós-colonial está centrada nas produções de língua inglesa, sendo que parte das reflexões teóricas sobre as fontes se enquadram em interpretações de expressão francesa.

forma, vê-se que *négritude* foi recebida com desconfiança no pós-1960, já que ela parecia reproduzir algumas categorias da cultura colonizadora (ASHCROFT et al., 2004: p.123).

> Na falha essencial do pensamento Négritudinista, está uma estrutura da qual se deriva a réplica, afirmando não a sua diferença, uma vez que essa seria a sua intenção, mas sim uma dependência das categorias e características da cultura colonizadora (ASHCROFT et al., 2004: p.123 – tradução livre do autor).[7]

Os autores ressaltam o conjunto da obra de Frantz Fanon, como um dos responsáveis pelo refinamento da crítica colonial em língua francesa. Nesse sentido, percebe-se que Fanon desenvolve uma análise mais profunda (psicológica e sociologicamente) sobre as consequências da colonização. Ou seja, sua abordagem ressalta os terrenos do social, político e psicológico pelos quais todos os colonizados precisariam se confrontar. Isso decorre da aceitação e do reconhecimento de uma *Blackness* - uma condição de ser negro (ASHCROFT et al., 2004: p.123).

Essa breve apresentação mostra que a *Négritude*, enquanto conceito, dividiu espaço com o conceito de *Blackness*, difundido amplamente pelos intelectuais pós-coloniais de língua inglesa. Estes buscavam legitimar a condição de ser negro ainda que diante dos mecanismos de inferiorização utilizados pelo colonizador até os anos 1960.

As reflexões feitas por Fanon, principalmente em sua obra «Pele Negra, Máscaras Brancas» (1952), demonstram algumas práticas coloniais e exaltam o projeto de assimilação da missão francesa (que era geralmente de inferiorizar o negro). Nesse sentido, as máscaras brancas significam a representação da cultura do branco, que poderia conferir aos colonizados um espaço privilegiado caso soubessem «jogar o jogo» do colonizador (ASHCROFT et al., 2004: p.123).

Empire Writes Back propõe uma comparação interessante entre as teorias elaboradas pela *Négritude* e as reflexões de Fanon. Se as primeiras reproduzem um campo cultural do saber que procura essencializar a figura do negro, as segundas afirmam-se na urgência de posicionamentos políticos (inspirados pelo marxismo) que serviriam de instrumentos ideológicos contra a alienação colonial (ASHCROFT et al., 2004: p.123).

O pensamento de Frantz Fanon refina a crítica elaborada pela *Négritude*, procurando identificar e neutralizar a construção de maniqueísmos tais como bom–mal, verdadeiro–falso, branco–negro. Acredita-se que essa seja uma das maiores contribuições de Fanon enquanto autor da crítica pós-colonial.

> A este respeito o trabalho de Fanon é um envolvimento radical que se utiliza do elemento de celebração positivo no movimento da Négritude enquanto avalia não só o seu aspecto ficcional, mas também a natureza historicamente determinada de todos os estereótipos racistas (ASHCROFT et al., 2004: p.124).[8]

Em relação as questões sobre a produção da crítica colonial, realizada por autores como Fanon, Senghor e Césaire, seria necessário uma investigação aprofundada de cada uma das obras produzidas antecipadamente ao fim do sistema colonial. O debate sobre os escritores negros do período colonial matem-se relevante para a história, mas igualmente para a elaboração de uma nova forma de reflexão historiográfica: a assim chamada «análise do discurso colonial».

---

7 (…) *On the essential flaw of Négritudinist thought, which is that its structure is derivate and replicatory, asserting not its difference, as it would claim, but rather its dependence on the categories and features of the colonizing culture.* (ASHCROFT et al., 2004: p.123)

8 *In this respect Fanon's work is a radical development which takes in board the celebratory and positive element in the Négritude movement whilst asserting not only the fictionatily but also the historically determined nature of all racist stereotypes* (ASHCROFT et al., 2004: p.124).

Négritude e seus impactos no Mundo colonial

As obras mais recentes que analisam a *négritude* não enfrentam diretamente a complexidade do tema enquanto movimento e tampouco como conceito. Contudo, a *Négritude* associada a um nacionalismo cultural negro e a uma forma de nativismo, ocupam lugar importante nas interpretações de africanistas como K.A. Appiah[9].
Mais especificamente em Appiah (1998: p.170) compreende-se a caracterização do movimento como um nacionalismo cultural que continua atrelado a uma contra identificação, em que reverte-se os termos e os argumentos do colonialismo. «E outra vez, nacionalismo cultural seguiu uma alternativa genealógica. Acabamos sempre no mesmo lugar; a conquista é ter-se inventado um passado diferente para ele» (CHRISMAN; WILLIANS, 1993: p.14 apud APPIAH, 1998: p. 170)[10].
Busca-se aprofundar as pesquisas sobre a produção do saber colonial e constata-se que pouco se fala das estratégias utilizadas por esses escritores na tentativa de desconstruir o discurso colonialista (PARRY, 2004: p.18). A obra da crítica literária Benita Parry, *Postcolonial Studies A Materialist Critique* (Estudos Pós-coloniais uma crítica materialista) torna-se um caminho interpretativo possível para a teoria pós-colonial.
Parry (2004: p.43) expõe as articulações do nacionalismo cultural marcadas pela reprodução de um etnocentrismo reverso, que repete o mesmo efeito do sistema de dominação colonialista. Interessante perceber que ela utiliza mais uma vez Fanon para compreender a *n*égritude pois, esse escritor ressalta os perigos dos discursos que trabalham com a «essencialização do negro» e com a busca de um passado mítico imutável (PARRY, 2004:p.43).
As análises mais refinadas de Fanon buscam desconstruir o ideal colonial, visto ter ele se aprofundado nas dicotomias e questões de inferioridade racial que a colonização preconizava. O que se pode deduzir da união das análises de Fanon e Senghor? É possível compará-los e vê-los como reprodutores de «armas» teóricas do colonizador para em seguida demoli-las?

Léopold Senghor e Frantz Fanon: em busca de um diálogo humanista no mundo colonial

Ao interpretar os escritos de Léopold Senghor e Frantz Fanon chega-se a algumas reflexões sobre o mundo colonial e a relação dos autores com o meio intelectual vigente. Dessa forma, analisa-se brevemente o texto de Senghor em sua carta de desligamento da Seção Internacional Trabalhadora Francesa (S.F.I.O.), ligada ao marxismo e igualmente a carta de demissão de Frantz Fanon de seu trabalho no Hospital Psiquiátrico da Argélia (Blida-Joinville). Ambos os documentos estabelecem um contato com a administração francesa, sendo o primeiro datado de 1948 e o segundo de 1956.
Senghor na carta endereçada à Guy Mollet (secretário geral da S.F.I.O.) em 27 de setembro de 1948 explica que teria hesitado em publicar a carta, com receio do que seria declarado após a sua circulação. Na época, deputado senegalês na Assembleia Legislativa, Senghor inicia a sua carta alegando que a direção do partido (S.F.I.O.) deixa o problema crescer cada vez mais. Tal crítica leva a crer que esteja se referindo à grande heterogeneidade partidária dentro da organização da África Ocidental Francesa (SENGHOR, 1971 [1948]: p.46).
Fanon escreve ao ministro residente, o governador-geral da Argélia (provavelmente Robert Lacoste), comunicando o afastamento de suas funções no Hospital Psiquiátrico. Ele afirma ter aí se instalado em 22 de outubro de 1953, a pedido do Governo francês, para assumir o cargo de médico chefe (FANON, 2006 [1956]: p.60).
No discurso senghoriano (1971, [1948]:p.47) percebe-se uma vontade de defesa das acusações no âmbito político. Senghor explica em seu texto que um de seus irmãos teria sido acusado de apoiar o Agrupamento

---

9 Para saber mais sobre a questão do nativismo em Appiah Capítulo 3 – Pendendo para o Nativismo In: *Na Casa de Meu Pai – A África na Filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

10 *Time and time again, cultural nationalism has followed of the alternate genealogizing. We end up always in the same place; the achievement is to have invented a different past for it* (CHRISMAN; WILLIANS, 1993: p.14 apud APPIAH, 1998: p. 170).

Popular Francês (*Rassemblement Popular Français* ou R.P.F.).[11] Em relação a essa crítica ele se justifica afirmando que são muitos os seus irmãos e a maioria apoiando o Agrupamento Democrático Africano (R.D.A, partido liderado pelo deputado da Costa do Marfim Houphouet-Boigny).

Senghor diz orgulhar-se muito de fazer parte de uma família não monolítica, na verdade, bem diversificada. Já o pensador da Martinica aprofunda-se na questão da humanidade e aponta como principal crítica ao governo francês, o fato de não haver nos hospitais psiquiátricos uma perspectiva humana autêntica no tratamento aos doentes (FANON, 2006 [1956]:p.59). Fanon expõe também que o seu descontentamento é devido aos problemas causados pela França, até então silenciados.

Os discursos políticos desenvolvem-se de maneira bastante diferenciada. Senghor parece militar em nome da política entre África e França, enquanto Fanon busca legitimar o que parecia evidente, que não havia uma preocupação por parte da França com o fator «humano» e que a colonização precisaria ser ultrapassada.

Há um grande desconforto no discurso do pensador da Argélia. Para ele existe uma alienação tão grande, que as fronteiras entre liberdade e loucura se entrelaçam. Ele fala com inquietação dos árabes, tratados como se não fossem humanos, ou seja, constata uma despersonalização absoluta do Árabe. Desta maneira sua posição é categórica: «A estrutura social existente na Argélia se opôs a toda tentativa de redirecionar o indivíduo ao seu lugar» (FANON, 2006 [1956] : p.60 – tradução livre do autor).[12]

Senghor, poe sua vez, expressa um posicionamento bastante inflamado, indignado com as movimentações que acontecem nos bastidores da política. Estas motivadas pela vontade de manter o seu opositor político, Lamine Guèye, no poder e em contato direto com a S.F.I.O. (SENGHOR, 1971 [1948]: p.48). Ao se referir a uma carta que lhe é endereçada Senghor aponta: «A liderança do partido acredita que Lamine Guèye tem África negra atrás dele e que é de interesse do partido apoiá-lo contra você e contra qualquer outro Negro-Africano». (SENGHOR, 1971 [1948]: p.48). [13]

A comparação entre Senghor e Fanon parece desigual visto os diferentes contextos do Senegal e da Argélia, embora seja possível perceber que o descontentamento é exposto de maneira semelhante nos dois autores. Além disso, ambos acabam formulando fortes críticas às instituições francesas.

A esperança de «transformação política» para Senghor assim como a expectativa de melhoria da «condição humana» para Fanon, não correspondiam as suas perspectivas de transformação social. Os dois pensadores viam a saída dos seus cargos como uma maneira de ajustar melhorias na estrutura social e da política colonial francesa. Percebe-se ainda a preocupação dos dois autores com a coletividade:

> A verdade é que a única reprimenda que mereço é a de conservar a minha independência crítica, de recusar de me submeter, não ao controle regular da Federação, não à vontade da maioria, mas a ditadura de uma minoria de Dacar (SENGHOR, 1971 [1948]: p 47 – tradução livre do autor)[14]

---

11 Vale lembrar que Léopold Senghor foi destacado para fazer parte da assembleia nacional francesa de Além-mar desde 1945 e teve como base política o Bloco Democrático Senegalês (BDS), seu partido. Para mais ver: WILDER, GARY (2005), *The French Imperial National State: Negritude and Humanism between the two world wars*, Chicago: University of Chicago Press. A organização partidária na África Ocidental Francesa era mediada pelos partidos franceses e no caso do Senegal o R.P.F (Reunião do Povo Francês) organizado por De Gaulle teve grande influência nas decisões da direita nas colônias francesas. Ver: MAZRUI, Ali A. (ed.) (2011), História Geral da África. vol. 8 – África desde 1935. São Paulo: Cortez Editora.

12 «*La structure sociale existant en Algérie s'opposait à toute tentative de remettre l'individu à sa place*» (FANON, 2006 [1956] : p.60).

13 *La direction du Parti, pense que Lamine Guèye a l'Afrique Noire derrière lui et que c'est l'intérêt du Parti de le soutenir contre toi et contre n'importe quel Négro-Africain*» (SENGHOR, 1971 [1948] : p.48).

14 *La vérité est que le seul reproche que je mérite est de conserver mon indépendance critique, de refuser de me soumettre, non à un contrôle régulier de la Fédération, non à la volonté de la majorité, mais à la dictature de la minorité de Dakar* (SENGHOR, 1971 [1948] : p. 47)

Les événements d'Algérie sont la conséquence logique d'une tentative avortée de décérébrasiler un peuple (FANON,

> Os acontecimentos na Argélia são a consequência lógica de uma tentativa abortada de descerebrar um povo (FANON, 2006 [1956]: p.60 – tradução livre do autor).

Os dois trechos são representativos das realidades sócio históricas vividas pelos dois autores e que pode ser resgatada pelos estudos pós-coloniais. Para Senghor, o problema da conjuntura política é muito sério e representa uma grande perda para o Socialismo enquanto partido político. Em Fanon há a preocupação com a coletividade e uma abordagem socio-científica do problema argelino.[15]
A crítica às instituições parece muito presente na carta do psiquiatra da Martinica:

> A função de uma estrutura social era de colocar à disposição as instituições sociais em benefício dos homens. Uma sociedade que encurrala os seus membros às soluções de desespero acabava sendo uma sociedade não viável, que precisava ser substituída (FANON, 2006 [1956]: p.61).[16]

A indignação de Senghor em relação às organizações políticas estava muito clara nas causas de sua demissão da S.F.I.O. Nesse sentido, ele protesta por não poder participar de um processo em que ele está sendo julgado. Como exemplo tem-se essa afirmação: «Como conceber aliás que se possa julgar um acusado sem tê-lo ouvido? » (SENGHOR, 1971 [1948]: p.47 – tradução livre do autor) [17]
Fanon aponta que deve ser direito do cidadão dizer sobre: a falta de moral profissional, a inexistência da solidariedade de classe, o rompimento dos vínculos familiares que não prevaleciam mais na Argélia. Por conta desse tipo de postura da administração francesa não surgira ainda qualquer possibilidade de mistificação pseudo-nacional (FANON, 2006 [1956]: p.61).
O psiquiatra antilhano resume finalmente que a sua consciência estava passando por debates intermináveis e que ele não iria perder os seus próprios valores humanos (FANON, 2006 [1956]: p.62). A carta representa o fim de sua «missão francesa» na Argélia, ou seja, ele pede demissão do serviço no Hospital psiquiátrico. Pelo tom do texto e por grande parte de seu conteúdo, pode-se deduzir a participação de Fanon na luta em favor da Argélia.
Nas suas últimas considerações, em sua carta de demissão, Senghor rompe com um tom mais conciliatório e faz uma interpretação mais representativa da postura dos partidos marxistas nos países africanos. E por isso, destaca:

> A verdade é que o partido dentro da União Francesa e muitas vezes na metrópole sacrifica princípios aos resultados eleitorais, à ética do marxismo e às táticas de ação socialista. A verdade é que o partido usa dos territórios de além-mar não como fins, mas como meios (SENGHOR, 1971 [1948]: p.50 – tradução livre do autor)[18].

2006 [1956] : p.60). O pensador da Martinica estava fazendo referência às greves e revoltas da Guerra que se iniciava. No decorrer do texto, Fanon explica que as greves deveriam continuar e que elas eram a representação do direito dos trabalhadores, e que algumas coisas deveriam ser ditas, pois, o silêncio acabava virando mentira (FANON, 2006 [1956]: p.61).

15 Senghor lutava pela garantia da sua posição política e pretendia continuar na política, enquanto Fanon já se engajara na luta revolucionária e rompia com a instituição a qual representou durante alguns anos.

16 *La fonction d'une structure sociale est de mettre en place des instituitions traversées par le souci de l'homme. Une société qui accule ses membres à des solutions de désespoir est une societé non viable, une société à remplacer* (FANON, 2006 [1956] : p.61).

17 «*Comment concevoir d'ailleurs que l'on puisse juger un accusé sans l'avoir entendu*?» (SENGHOR, 1971 [1948] : p.47)

18 *La vérité est que le Parti, dans l'Union Française et souvent même dans la métropole, sacrifie les principes aux résultats électoraux, l'éthique marxisme et l'action socialiste à la tactique. La vérité est que le Parti use des territoires d'outre-mer non comme de fins mais de moyens* (SENGHOR, 1971 [1948] : p.50).

O político e pensador senegalês deixa bem claro que diante da má vontade da direção do partido, não se sente mais motivado para continuar, entretanto afirma que não deixaria os ideais socialistas. Por conta desses ideais ele acaba terminando a sua carta em tom de cordialidade (SENGHOR, 1971 [1948]: p.50).
De modo análogo, Fanon expõe que não trairá os princípios humanos os quais ele acreditava para servir-se da artificialidade retórica da missão civilizadora francesa. O intelectual antilhano assume a sua postura de defesa pelo popular no final de sua missiva e deixa implícito que apoia os movimentos nacionalistas.
As duas cartas representam indignação e decepção com as instituições francesas, mas por outro lado, a maneira com que se dirigem às autoridades, demonstra que conhecem as regras sociais da cultura e civilização as quais estão inseridos, mas que não pretendem seguir sem senso crítico (SENGHOR, 1971 [1948], p.50; FANON, 2006 [1956], p.62).

Conclusão

Através dessa reflexão nota-se que as teorias pós-coloniais trabalham a relação entre produção do discurso e situação colonial. Além disso, a análise do discurso colonial torna-se um instrumento de compreensão das produções e representações da África. Seja através da ideologia da *Négritude*, seja com uma postura mais exaltada para a obtenção do nacionalismo, os escritores negros fundamentam ricas discussões em projetos de libertação (intelectual e política) para a África.
No texto do escritor senegalês vê-se a necessidade de expressar seus ideais de transformação visando o cumprimento de seu papel de representante político legal da França. Por isso, em seu discurso há um apelo muito forte para que a metrópole faça o seu papel.
Entretanto, o escritor antilhano expressa nitidamente o seu grande desconforto e desaprova a negligência da França perante as instituições. Os tons com que se dirigem aos representantes franceses é muito diferentes entre eles: Em Senghor percebe-se a postura de acomodação e confiança na administração francesa, enquanto em Fanon é mais representativa a ruptura e não há outra alternativa senão a substituição das instituições.
A preocupação de ambas as partes com o lado humano e com medidas para que a África esteja melhor representada, ou mesmo que possa ter um futuro melhor, aparece nas narrativas coloniais dos dois autores. Considerando a defasagem de oito anos de uma carta a outra, tanto os paradigmas socialistas de Senghor, como o enfoque sociológico de Fanon, ilustram as tentativas de diálogo com a França nos dois documentos. Uma busca em compreender o conhecimento do colonizador e desestruturá-lo.
Tanto o tenor da *Négritude*, quanto o escritor pós-colonial podem ser tidos como produtos do mundo colonial e, ao mesmo tempo, produtores de um saber que transcende o colonial. Fossem eles caracterizados como aqueles que buscavam uma acomodação ou uma ruptura em nome do nacional, os dois autores são exemplos da quantidade de material que a História pode encontrar na análise do discurso colonial redigido pelo colonizado em situação de latente libertação.

Bibliografia:

APPIAH, K.A. (1988), «Out of Africa: topologies of nativism». *Yale Journal of Criticism*, 2 (1), pp. 153-178.

_____ (1998), *Na Casa de Meu Pai – A África na Filosofia da cultura*, Rio de Janeiro: Editora Contraponto.

ASHCROFT, Bill & GRIFFITHS, Gareth & TIFIN, Helen (2004), *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literatures*, London: Routledge.

CHRISMAN, Laura & WILLIAMS, Patrick (1994), *Colonial Discourse and Post-Colonial Theory: An Introduction*, London: Longman.

FANON, Frantz (2006), Lettre au Ministre Résident, In FANON, Frantz, *Pour la révolution africaine – Écrits politiques*. Paris: Ed. La Découverte. pp. 59-62.

FOX, Robert Elliot (1991), «Review of Bill Ashcroft, Gareth Griffiths, and Helen Tiffin.'The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-colonial Literatures'» *African Studies Review*, 34, pp. 113-113.

M'BOKOLO, Elikia (2011), Cap. VI – Os caminhos da Emancipação. In *Africa Negra – História e Civilizações, Tomo II (do século XIX aos nossos dias)*. Salvador: EDUFBA, São Paulo: Casa das Áfricas.

MUZRUI, Alia A. (ed.) (2011), *Historia Geral da África – vol.8 – África desde 1935*. São Paulo: Cortez Editora.

PARRY, Benita (2004), *Postcolonial Studies A Materialist Critique*. Londres/ New York: Routledge.

SAID, Edward (1978) *Orientalism*. London: Routledge & Kegan Paul.

_____ (1995*) Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras.

SENGHOR, Léopold Sédar (1971), Vers un Socialisme Africain In SENGHOR, Leopold, *Liberté II : Nation et Voie Africaine du Socialisme*. Paris: Le Seuil, pp. 45-50.

WILDER, Gary (2005), *The French Imperial National State: Negritude and Humanism between the two world wars*. Chicago: University of Chicago Press.

A rota dos calundus entre Angola e Bahia: Testemunhos da Inquisição portuguesa[1*]

Elisangela Oliveira Ferreira[2]
elisangela.oliferreira@gmail.com

RESUMO
Este trabalho analisa aspectos da religiosidade negra no contexto colonial dos séculos XVII e XVIII, a partir de documentos da Inquisição de Lisboa, fazendo um estudo dialógico entre Angola e Bahia. Detém-se sobre as crenças e práticas de escravos de origem centro-africana e seus descendentes na Bahia, estabelecendo comparação com manifestações semelhantes registradas em Angola. O foco da análise são as práticas de adivinhação, proteção e cura que se realizavam através da mediação dos espíritos ancestrais, notadamente as manifestações denominadas *calundu* no Brasil e *quilundo* em Angola. Essas práticas e crenças, assim como outras contribuições africanas à experiência religiosa na época moderna, eram consideradas superstição e feitiçaria pela Inquisição portuguesa e frequentemente atribuídas a pacto com o demônio.
PALAVRAS-CHAVE: Inquisição; Escravidão; Religiosidade; Feitiçaria; Calundus.

1. O demônio chamado quilundo

No dia 11 de outubro de 1726, foi conduzida à cadeia pública da cidade São Paulo de Assunção de Luanda, Mariana Fernandes, mulher viúva de cerca de 30 anos, moradora naquela cidade na freguesia da Praia. Poucos dias depois, em 16 de outubro, foram presas duas mulheres negras: Ângela e Joana, ambas conhecidas também pelos seus nomes da terra, Camay e Calumbi, respectivamente, escravas de Mariana Fernandes. No mês seguinte, no dia nove de novembro, foi presa outra escrava da mesma senhora: a negra Engrácia, capturada na horta que Mariana possuía na ilha de São João da Caranga. Engrácia era esposa de Simão Maxicongo, responsável pela horta, e com ele tinha pelo menos uma filha, Isabel, sendo pai e filha também escravos de Mariana.[3]

A prisão das quatro mulheres foi ordenada pelo senhor bispo dos reinos de Angola e Congo, D. Frei Manuel de Santa Catarina, com base em uma diligência eclesiástica em que foram ouvidas mais de vinte testemunhas. A ordem de prisão também se estendia ao escravo Simão, mas consta que ele andava foragido, não se encontrando em parte alguma. Entre outras culpas graves, Mariana Fernandes era acusada de usar de superstições e

---

1* A apresentação deste trabalho no XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro (CONLAB) contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na forma de auxílio para participação em evento científico no exterior.

2 A autora é graduada em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS, 2002) e doutora em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA, 2008), com pesquisa sobre trajetórias de famílias do sertão do vale do São Francisco oitocentista. Está vinculada à Universidade do Estado da Bahia (UNEB) como professora adjunta. Tem interesses na área de História Moderna, particularmente sobre o Mundo Atlântico português, com ênfase nas temáticas relacionadas à história cultural, estudos inquisitoriais, diáspora africana, religião e religiosidades. Atualmente desenvolve pesquisas sobre escravidão e religiosidade negra na Bahia dos séculos XVII e XVIII a partir de fontes da Inquisição de Lisboa.

3 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa (Doravante referido como ANTT, IL), Processo nº 05888, fl. 58-60. Para dar maior inteligibilidade ao texto nas citações de trechos dos documentos da época a ortografia foi atualizada, bem como foi introduzida pontuação quando necessário. Foi feito também o desdobramento de palavras abreviadas.

feitiçarias ambundas invocando e consultando o demônio através das escravas Ângela e Joana. Era voz pública na cidade que o demônio falava com ela através dos corpos das escravas. Também era voz pública que Simão era o mestre de Ângela e Joana em tais práticas e que havia outras pessoas envolvidas, sobretudo escravas, a exemplo de Engrácia, a esposa de Simão. As celebrações eram realizadas ao som de "instrumentos ambundos" como *atabales*, *macanzas* e *buzinas*.

As testemunhas no processo revelaram a extensão da rede de sociabilidades que cercava as práticas e crenças heterodoxas de Mariana Fernandes e seus escravos. E revelaram também a preocupação dos poderes eclesiásticos e inquisitoriais em fazer enquadrar essas práticas e crenças na ideologia do pacto com o demônio. Na fala de muitos depoentes o demônio tinha até mesmo um nome próprio, na língua da terra, como deixou evidente, entre tantos outros, o soldado Agostinho dos Santos Freire: "a Ré usa de superstições ambundas e consulta ao Demônio a que chamam Quilundo".[4]

As cerimônias que se realizavam nos domínios de Mariana pareciam ter várias funções, sendo a cura de doenças uma delas. Mas ela era acusada no período, principalmente, de usar os poderes dos quilundos para a realização de desejos bem mais mundanos. As testemunhas foram praticamente unânimes em afirmar que a ventura principal buscada por Mariana era "atrair os homens". Teresa da Costa afirmou que Mariana usava havia "muitos anos de superstições e feitiçarias amatórias para atrair os homens".[5] Também segundo a parda forra Teresa de Jesus, a ré usava "de superstições, cerimônias e feitiçarias diabólicas" e consultava o demônio "para atrair os homens com quem trata e para obriga-los a que mais lhe deem e bem lhe queiram". Disse ainda que ela usava de tais práticas desde "a idade de rapariga".[6]

Neste intento de atrair os homens consta que Mariana se utilizava de uma crença específica da população negra local, que era uma forma de atrair ventura ou virtude. A viúva Lucrécia Ferreira disse que Mariana buscava uma "virtude diabólica", chamada "pela língua ambunda sassa", que era "o mesmo que ventura".[7] A parda livre Antônia Lopes confirmou que a acusada usava de "superstições e feitiçarias diabólicas, consultando e invocando o demônio para ter virtude e atrair os homens com quem trata, o que pelo da terra chamam sassa".[8] Essa ventura ou virtude chamada *sassa* também foi referida por Maria de Mendonça, que depôs sobre as práticas de Mariana Fernandes nos seguintes termos:

> [...] sabe por ser público e notório e por lhe haverem dito as escravas da mesma Ré que esta usa de superstições diabólicas consultando e invocando o Demônio quando dele pretende conseguir o intento de atrair alguém que bem lhe queira e mais dádivas lhe dê, a que chamam os pretos sassa, que é pedir ao demônio ventura, e que para este efeito tem umas duas escravas suas, Ângela e Calumbi, em cujas cabeças e corpos lhe vem falar o Demônio a que chamam Quilunduzes, o que é público e geral.[9]

As questões que envolviam Mariana, no longo processo que chegou à Inquisição de Lisboa, não diziam respeito somente a crimes contra a fé católica e pertencentes à alçada inquisitorial. Como as acusações de busca por ventura amorosa sugerem, os relatos das testemunhas dão conta de relacionamentos estabelecidos pela acusada, atribuídos sempre às suas feitiçarias e invocações ao demônio, cujos homens tiveram um fim trágico. As testemunhas traçaram um perfil de Mariana como uma mulher de muito má vida, uma verdadeira "devoradora de homens", a começar pelo destino infeliz de seu próprio marido, Inácio, desaparecido havia muitos anos, cuja morte por suposto afogamento diziam ter sido feita por dois escravos a mando dela. A vida

---

4 ANTT, IL, Processo n.º 05888, fl. 9-10.

5 ANTT, IL, Processo n.º 05888, fl. 32-33.

6 ANTT, IL, Processo n.º 05888, fl. 15-16.

7 ANTT, IL, Processo n.º 05888, fl. 21-22.

8 ANTT, IL, Processo n.º 05888, fl. 27-28.

9 ANTT, IL, Processo n.º 05888, fl. 22-25.

escandalosa de Mariana Fernandes foi o primeiro tema abordado pelas testemunhas e ponto de partida da denúncia do promotor eclesiástico. Mas deixaremos de lado, neste trabalho, esses aspectos mais complexos dos crimes morais de Mariana, da alçada das justiças civil e eclesiástica, em proveito dos crimes inquisitoriais de que ela era acusada.

Uma nova diligência foi realizada pelo comissário do Santo Ofício Antônio de Abreu em 1728, quase dois anos após a prisão de Mariana Fernandes e suas escravas. A maioria das testemunhas eram as mesmas que depuseram em 1726, na diligência feita pelo padre Tomé de Matos Moreira, por ordem do bispo D. Frei Manuel de Santa Catarina, mas também foram arrolados novos depoimentos. Na fala de algumas pessoas que depuseram uma segunda vez é possível perceber, em linhas gerais, um cuidado maior, ou mesmo reticência, em afirmar que as práticas de Mariana Fernandes tinham ligação com o demônio, como fizeram na primeira diligência. Mas também houve depoimentos que reafirmaram essa ligação, lançando mais peso sobre as culpas atribuídas à acusada.

Foi o caso, por exemplo, do depoimento de Joana Leitão, 22 anos, que conviveu com Mariana Fernandes muitos anos, no tempo que essa esteve concubinada com seu pai, Antônio Leitão Arnoso. A testemunha disse que Mariana fazia "várias cerimônias ambundas" e que isto presenciara em uma ocasião em que um filho da mesma, de nome Antônio, estava muito doente. Joana contou ao comissário que Mariana "mandou chamar uma negra sua por nome Gracia, em cuja cabeça lhe falava o demônio, para que pelas suas feitiçarias curasse o dito doente". Joana ainda reforçou que Mariana era "tida e havida na conta de feiticeira, usando de medicinas e curas supersticiosas, e benções, para dar saúde a algumas pessoas". Disse que ela invocava o demônio "na cabeça de sua preta Camay para atrair homens para com eles ter trato ilícito, como sucedeu ao pai dela testemunha".[10]

Outro depoimento contundente sobre as culpas de Mariana Fernandes foi o de Isabelinha de Souza, 23 anos, moça parda, solteira e forra. Isabelinha disse ao comissário do Santo Ofício que presenciou algumas das práticas de Mariana Fernandes na época em que, ainda muito jovem, morou com ela para aprender o ofício de costureira. Mariana era "tida publicamente por feiticeira, usando de superstições e feitiços os quais ela testemunha viu fazer por várias vezes", afirmou Isabelinha. Nessas práticas se juntava "com as suas negras e outras várias que mandava chamar de fora, e seu negro Simão", ocasião em que era invocado o demônio. Ela disse que viu e ouviu o demônio falar na cabeça de uma escrava de Mariana chamada Mãe Gracia, que parecia ser a mesma Engrácia, mulher de Simão, presa em 1726.[11]

Consta que muitas das cerimônias promovidas por Mariana Fernandes eram realizadas na sua horta da Ilha da Caranga tocando-se "caixas e buzinas ambundas" embaixo de uma palmeira que ali existia. Consta ainda que o demônio vinha se abrigar no tronco da palmeira e que ele falava naquele tronco mediado pela consulta do escravo Simão. Uma testemunha referiu que Simão era "o mestre dos Quilunduzes e insigne consultador do Demônio".[12] Outra disse que o escravo era o "mestre dos ditos feitiços e reputado para fazer os Quilunduzes".[13]

É possível perceber, portanto, que o termo quilundo, no singular ou no plural, era usado neste caso tanto para nomear o demônio quanto para se referir às práticas ou rituais denunciados ao bispo de Angola e Congo. Algumas pessoas insistiram também que Mariana Fernandes tinha várias marcas, referidas como sarjaduras, espalhadas pelo corpo e que essas seriam "sinais de dedicação e pacto que de si tem feito ao Demônio", como argumentou a viúva Lucrécia Ferreira.[14]

Mas apesar das graves acusações que pesavam contra Mariana Fernandes, e de sua prisão por ordem do bispo de Angola e Congo, ela não chegou a ser enviada para os cárceres secretos do Santo Ofício, em Lisboa. Na época prevista para o seu embarque Mariana se encontrava gravemente enferma, fato atestado por um médico,

---

10 ANTT, IL, Processo n.º 05888, fl. 37-38.

11 ANTT, IL, Processo n.º 05888, fl. 27-28.

12 ANTT, IL, Processo n.º 05888, fl. 6-7.

13 ANTT, IL, Processo n.º 05888, fl.32-33.

14 ANTT, IL, Processo n.º 05888, fl. 37-38.

e por isso somente o seu processo foi enviado para Portugal em uma frota com parada no Rio de Janeiro. Talvez por isso, pela sua ausência perante os inquisidores lisboetas, seu processo tenha ficado inconcluso. Mas é possível saber que passados mais de cinco anos, em 1731, tanto ela quanto suas escravas ainda permaneciam presas na cadeia pública da cidade de Luanda. O Santo Ofício ordenou, na época, que fosse realizada nova diligência para apurar as culpas de Mariana Fernandes. Novas acusações sobre outros crimes, praticados na própria cadeia, se juntaram aos já relatados nas outras diligências. Por essa época uma de suas escravas, Engrácia, havia falecido tudo indica que dentro da própria prisão. Mas não é possível saber se e quando ela e as outras duas escravas voltaram à liberdade.[15]

2. Do quilundo ao calundu

Os estudos inquisitoriais têm demonstrado como a ideologia do pacto com o demônio foi objeto de uma verdadeira propaganda e não somente por parte dos agentes da Inquisição, mas também por parte dos párocos e missionários de maneira geral, como demonstra Didier Lahon (2004: 10-11) em diálogo com José Pedro Paiva (1997: 150). No mundo colonial português essa propaganda também se fez presente e a Igreja rapidamente procurou enquadrar as crenças heterodoxas dos africanos e seus descendentes na ideologia do pacto. Dos púlpitos das igrejas, ou mesmo no segredo dos confessionários, a mensagem da filiação diabólica das práticas mágicas bem como de outras crenças diferentes da ortodoxia católica, se divulgou para a população colonial. Essa filiação ao demônio está claramente inscrita na fala das testemunhas que descreveram as práticas de Mariana Fernandes e suas escravas.

No entanto, através de relatos de missionários seiscentistas, estudiosos da cultura africana perceberam outros significados simbólicos para o termo quilundo (também referido como kilundu), que no processo de Mariana Fernandes já estava fortemente associado ao demônio. Nesses estudos que investigam a religiosidade centro-africana o quilundo aparece como ídolo, espírito ancestral, ou mesmo divindade. John Thornton (2013: 86-87), por exemplo, através de uma leitura crítica da obra do missionário seiscentista Giovanni Antônio Cavazzi, argumenta que "nas regiões umbundo as divindades eram tipicamente chamadas *kilundu,* embora muitas vezes vistas claramente como deuses (*nzambi,* às vezes utilizado no plural, *jinzambi*)." Ele ainda acrescenta que o kilundu "impunha às pessoas proibições, conhecidas como *kixila*, e as punia, geralmente com doenças, se elas não as obedecessem".

James Sweet (2007: 172), por seu turno, ao estudar manifestações centro-africanas de possessão humana, percebeu que o termo quilundo era utilizado na África Central para designar os espíritos dos antepassados que se apossavam dos corpos dos vivos, normalmente com o objetivo de castigar seus parentes pela falta de veneração e respeito adequados. O autor resume que, em Angola, "*Quilundo* era o nome genérico para qualquer espírito que possuísse os vivos". Mas Sweet cita um documento do início do século XVIII, escrito por um padre anônimo, em que são relatados "ritos e superstições pagãs observadas nos negros do reino de Angola", onde se percebe a associação dos quilundos à doenças cuja cura era alcançada pela ação intermediária do demônio.[16] No relato, o padre dizia que quando alguém sofria de alguma enfermidade acreditava-se que a pessoa tinha quilundos e que era preciso a interferência do "Nganga dos Quilundos" que, invocando o Diabo, descobria a doença.[17] A pessoa teria sua saúde reestabelecida, segundo o padre, se fizesse "uma festa para o *Quilundo*, que é o ídolo invocado, com muitas demonstrações de gratidão".

A par destas definições, bem como da ideologia demonológica presente nelas, como foi percebido no processo de Mariana Fernandes, podemos viajar de Angola para o Brasil seguindo a rota do tráfico de escravos. É

15 ANTT, IL, Caderno do Promotor n° 96, fl. 412-441.

16 James Sweet (2007: 172) levanta a possibilidade de que tal carta talvez tenha sido escrita pelo bispo D. Luiz Simões Brandão.

17 *Ganga,* ou *nganga,* na língua quimbundo, significa sacerdote, profeta, assim como mago, mágico, adivinho, ou de maneira mais ampla "quem tem um grande saber" (ASSIS JÚNIOR, s/d: 39).

possível surpreender na documentação inquisitorial relacionada à América Portuguesa um fundo de crenças e manifestações que tinham ligação ancestral com o quilundo centro-africano, que receberam do outro lado do Atlântico o nome de *calundu* como bem demonstrou James Sweet (2007: 172-173). Neste sentido, uma série de denúncias feitas à Inquisição de Lisboa, a partir da capitania da Bahia, permite avaliar aspectos importantes das contribuições centro-africanas para a vida religiosa na diáspora escravista. Permite identificar, inclusive, como o calundu, entre outras crenças africanas, fincou raízes no Brasil ainda no século XVII enquanto o tráfico de escravos africanos se intensificava.

As fontes demonstram que desde a segunda metade do século XVII o calundu já estava difundido como uma das manifestações mágico-religiosas dos escravos africanos na Bahia. Já é bem conhecido um poema de Gregório de Matos, que se referiu à presença dessas práticas e crenças evidenciando tanto o poder que a população colonial dava aos rituais de origem africana, quanto à associação dessas práticas ao demônio, seguindo os passos da própria Inquisição portuguesa. Desacreditado do poder atribuído aos calundus, caracterizados por ele como delírios, Gregório de Matos dizia que Satanás andava neles metido.

> Que de quilombos que tenho com mestres superlativos,/ nos quais se ensinam de noite os calundus, e feitiços./ Como devoção os frequentam mil sujeitos femininos,/ e também muitos barbados que se prestam de narcisos./ Ventura dizem, que buscam; não se viu maior delírio!/ Eu, que os ouço, vejo, e calo por não poder diverti-los./ O que sei é que em tais danças Satanás anda metido,/ e só tal padre-mestre pode ensinar tais delírios [...] (Apud MOTT, 2010: 33).

Aos poucos, como sugere os versos do poeta seiscentista, a adesão aos calundus deixou de ser uma característica apenas da comunidade negra na Bahia. Parte da população branca começou a adotar na condição de clientes, vale ressaltar, os ritos de adivinhação, busca por ventura (amorosa ou financeira), proteção e cura mágica de origem africana. As fontes inquisitoriais da segunda metade do século XVII também demonstram que desde esse momento em que o tráfico de escravos africanos para o Brasil se intensificava, já se difundia nas cidades, fazendas e engenhos coloniais as cerimônias de calundu, além de outros rituais que mesmo sem assumir o mesmo nome tinham com ele relação inquestionável. No contexto seiscentista o significado do calundu já estava relacionado à ação dos espíritos ancestrais, tal qual foi verificado pelos estudiosos sobre o quilundo de Angola no mesmo período.

O caso da escrava angolana chamada Catharina, da localidade de Santa Luzia do Rio Real, no sertão de baixo da capitania da Bahia, é exemplar neste sentido. Catharina foi uma das várias pessoas denunciadas aos comissários do Santo Ofício na cidade da Bahia (como a capital, Salvador, era conhecida), por práticas de feitiçaria. Na diligência que se fez para apurar os casos, em 1694, as testemunhas referiram que ela era afamada de ter o poder de curar de "ulundus" ou "lundus", termos entendidos aqui como outras variações da palavra calundu. Os ulundus seriam os parentes que morreram em Angola que, atravessando o Atlântico, vinham se meter nos corpos de outras negras. Mas Catharina não realizava aquelas curas sozinha, conforme se percebe pelo testemunho do alferes Custódio de Oliveira de Araújo:

> [...] e elas oprimidas com esses Ulundus a vão chamar para efeito de os lançar fora, para o que a dita Catharina manda chamar os negros que lhe toquem uns cabaços, a que chamam canzás; e ela sobredita Catharina vestida com peles de animais agrestes, e tingida pela cara com tanhã, que é um barro branco que assim se chama, cantando pela língua de sua terra, fingi e diz que fala com ela seus parentes; e daí vai ao mato buscar raízes e ervas com que as cura [...].[18]

18 ANTT, IL, Caderno do Promotor nº 67, fl. 318-320.

O alferes disse que havia dez ou doze anos que ele tinha conhecimento que Catharina notoriamente curava de ulundus. Mas ela não era a única naquela região. A mesma testemunha denunciou que Pedro de Serqueira Barbosa, morador em Rio Real de Cima, "tinha um casa pública na qual estava uma negra sua por nome Luzia curando publicamente, para cujo efeito mandava vir negros que lhe tocassem os canzás e lhe cantassem por língua de Angola".[19]

Os diversos casos de calundu da Bahia demonstram a participação efetiva de uma assistência na cerimônia, assistência feita por homens e mulheres negras. Os homens eram particularmente responsáveis por tocar os instrumentos, os canzás e atabaques, ao som dos quais se desenrolava toda a dança ritual seguida da possessão pelos espíritos ancestrais. As mulheres, além de estarem na ampla maioria dos casos à frente dos rituais, recebendo em seus corpos os espíritos, também aparecem na função de assistentes daquela que assumia a liderança.

Outro caso de calundu que acontecia no sertão de baixo da capitania da Bahia ilustra bem essa questão. Trata-se da história de Branca, escrava também descrita como "do gentio da Guiné", mas que muito provavelmente veio da região de Angola.[20] Branca era escrava de Pedro de Serqueira Barbosa, aquele mesmo que era senhor de Luzia, citada pelo alferes Custódio. Branca realizava curas e outras maravilhas extranaturais "usando ela de ulundus de sua terra", conforme uma testemunha, em uma casinha localizada no interior dos próprios domínios de seu senhor, na freguesia de Rio Real de Cima. Pelas falas das diversas testemunhas ouvidas na diligência inquisitorial feita em 1701, Branca realizava seus calundus desde os anos 1680, atendendo pessoas que se deslocavam de longas distâncias em geral à procura de remédio para suas enfermidades. Como na cerimônia conduzida por Catharina, Branca fazia uma dança ao som de canzás e atabaques, que eram tocados por outros negros da comunidade circunvizinha. Uma testemunha que participou dos rituais disse que lá encontrou "muitas pessoas das circunvizinhanças que iam assistir aquele folguedo e cura".[21]

A dança ritual de Branca era conduzida no sentido de intermediar a participação dos espíritos ancestrais, que se apoderavam do seu corpo para dizer as enfermidades das pessoas presentes, bem como suas causas e remédios a administrar, fato comum a outras narrativas sobre calundus. Mas nesse caso específico não se tratava de qualquer espírito ancestral. Dançando e cantando em língua de Angola, conforme resume a fala de uma testemunha, "era os seus filhos por quem ela chamava nas suas cantigas".[22] Na sequência do canto e da dança, como acontecia nos demais rituais, Branca caía no chão, desacordada, e quando retornava a si já não era mais ela quem falava, mas os espíritos dos filhos que morreram em Angola. Conforme outro relato, pelo menos duas mulheres negras, escravas de senhores da vizinhança, auxiliavam-na a vestir toda uma indumentária apropriada para que o ritual tivesse continuidade e para que através da intermediação dos espíritos ela adivinhasse as doenças e a cura a ser administrada.[23]

Os componentes africanos da vida religiosa colonial não ficaram restritos ao domínio das senzalas e à própria população escrava. Nesse caso de Branca, por exemplo, pesava a grave suspeita de que o próprio senhor da escrava tomava parte nos rituais, apesar de ser um "homem branco e grave", como se referiu uma testemunha.

---

19 ANTT, IL, Caderno do Promotor nº 67, fl. 318-320.

20 Consta que no início do tráfico de escravos africanos para o Brasil eles eram trazidos principalmente da região denominada Guiné pelos portugueses, a Senegâmbia. Por isso os primeiros cativos eram chamados de "negros da Guiné" ou "gentios da Guiné". Mas no Brasil o uso deste termo se firmou para designar toda a costa da África de onde vinha os escravos, da Gâmbia ao Congo. Todos eram chamados indiscriminadamente "negros da Guiné", expressão ainda referida nas fontes inquisitoriais até pelo menos a primeira década do século XVIII. Neste período também começou a aparecer nas fontes a expressão "negro da Guiné do gentio de Angola". Isso sugere como uma multiplicidade de etnias e culturas foi abafada por denominações gerais, às vezes baseadas em algumas rotas de tráfico de escravos ou portos de embarque. Para uma discussão sobre o tema ver, entre outros, os trabalhos de Maria Inês Côrtes de Oliveira (1997), James Sweet (2007), Luís Nicolau Parés (2005).

21 ANTT, IL, Caderno do Promotor n.º 81, fl. 241-243.

22 ANTT, IL, Caderno do Promotor n.º 81, fl. 241-243.

23 ANTT, IL, Caderno do Promotor n.º 81, fl. 244. Sobre esse caso ver também James Sweet (2007: 177-178).

O certo é que ele permitia que sua escrava promovesse aqueles calundus em seus próprios domínios e eles se davam com grande publicidade e assistência de muitas pessoas.

A documentação inquisitorial também guarda as queixas das autoridades eclesiásticas coloniais indignadas com a adoção dos costumes dos escravos africanos pelos colonos brancos. Em 1715, o cônego João Calmon, chantre da Sé e comissário do Santo Ofício, escreveu aos inquisidores dizendo que a Bahia era o lugar aonde "as feitiçarias e galhofas que os negros fazem a que chamam Lundus ou Calundus são escandalosas e com superstições sem ser fácil evitá-las, pois ainda muitos brancos se acham nelas".[24] O cônego atribuía a difusão dos calundus e de outras práticas consideradas desvios da fé católica à distância representada pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa, ao qual estavam subordinados os domínios ultramarinos. No ano seguinte, 1716, João Calmon voltou a escrever aos inquisidores reiterando as denúncias anteriores nos seguintes termos: "e nesta terra não faltam feitiçarias e uns folguedos de negros a que chamam Calundus aonde vão várias pessoas a buscar ventura, e doentes para que lhes declarem se sua enfermidade procede de malefícios".[25]

Essas reclamações do chantre da Sé encontravam eco em outras vozes católicas que desde o século anterior se levantavam contra as crenças e práticas da população negra colonial. Trinta anos antes, em 1685, o padre Domingos das Chagas, denunciando cerimônias de curas conduzidas por um casal de escravos da freguesia de Jaguaripe, disse desanimadamente: "destas feitiçarias há muito nesta Bahia e o pior é que muitas pessoas brancas se curam com estes feiticeiros, com tão pouco escrúpulos como se fora coisa muito lícita".[26]

Mas era possível encontrar também entre os próprios religiosos da Bahia aqueles que indicavam os calundus como forma de cura, sobretudo quando os recursos da medicina e dos exorcismos da Igreja falhavam. Já é bastante conhecida a história do controverso frei Luís de Nazaré que usava de todo um ritual místico para curar mulheres acometidas por doenças que a medicina da época não alcançava. Esse ritual envolvia, inclusive, abuso sexual das doentes e assistentes, estas últimas em sua maioria escravas que ele solicitava para o auxiliarem no processo de exorcismo. Mas quando as suas próprias artes mágicas não davam conta da enfermidade, por ser ela coisa diabólica em sua opinião, o eclético frei Luís não se furtava de aconselhar às desafortunadas mulheres que recorressem "aos negros calunduzeiros, chamados entre eles os curadores".[27]

O atrevido frei Luís de Nazaré foi processado pela Inquisição em 1738, e ficou preso nos cárceres do Santo Ofício, no Palácio dos Estaus, em Lisboa. Na sua própria confissão aos inquisidores lisboetas, em 1741, consta entre os diversos casos de doentes que ele atendeu o da escrava Tomásia, cujo senhor lhe chamou para descobrir se a mesma "tinha feitiços dos que chamam Calundos entre os negros". Esses feitiços consistiam "em se dizer que as almas dos seus parentes defuntos vêm falar pela boca dos enfeitiçados, o que é muito ordinário naquele país", descrevia o frei.[28] Nota-se aqui outra significação para o termo calundu: era um tipo de feitiço que se manifestava através dos espíritos dos antepassados, que se apoderavam do corpo dos vivos. Em outra ocasião, sendo chamado para atender a escrava Teresa da Silva que se encontrava gravemente doente, como o próprio frei observou na sua confissão, ele então disse ao senhor e ao marido de Teresa "que a mandassem aos curadores chamados calundureiros, por quanto a dita queixa era feitiços dos que chamam Calundos, e os exorcismos não tiravam aquela casta de feitiços por serem coisa diabólica".[29] Em diversas outras oportunidades o religioso usou o mesmo recurso de aconselhar aos doentes que procurassem os "calunduzeiros" para lhes livrarem do mal que padeciam.[30]

---

24 ANTT, IL, Caderno do Promotor n.º 83, fl. 202.

25 ANTT, IL, Caderno do Promotor n.º 84, fl. 68.

26 ANTT, IL, Caderno do Promotor n.º 59, fl. 131.

27 ANTT, IL, Processo n.º 3723, fl. 29.

28 ANTT, IL, Processo n.º 3723, fl. 27.

29 ANTT, IL, Processo n.º 3723, fl. 27-28.

30 Outras informações sobre a atuação do frei Luís de Nazaré e seu julgamento pela Inquisição podem ser encontrados em Laura de Mello e Souza (2009: 241-245; 349-350) e James Sweet (2007: 174).

A maioria dos rituais de calundu e outras cerimônias de origem africana no Brasil colonial eram realizadas com o objetivo de descobrir as causas das doenças e a maneira de curá-las. A noção de saúde ou doença, na cultura centro-africana, estava relacionada ao estado da alma, sendo a doença diretamente ligada à falta de proteção espiritual da alma. Acreditava-se que as doenças poderiam ser causadas pela ação de feiticeiros, através de espíritos maléficos, o que está bem ilustrado nas confissões do carmelita frei Luís de Nazaré. Mas elas também eram creditadas à ação dos próprios ancestrais, que insatisfeitos com os parentes que negligenciavam suas obrigações lhes mandavam a doença como uma espécie de castigo (SWEET, 2007: 128-129; THORNTON, 2013: 90).

No entanto, como no caso de Mariana Fernandes, em Angola, acusada de usar os quilundos para alcançar sucesso com os homens, na Bahia também se usava calundus tendo por finalidade o sucesso nas relações pessoais, ou na vida amorosa, entre outras funções. Múltiplos poderes eram detidos, por exemplo, pela africana Catharina, escrava do capitão Luís Fernandes, morador em Salvador, denunciada à Inquisição de Lisboa pelo menos em duas ocasiões, em 1703 e 1704, por prática de superstição e feitiçaria. Conforme a denúncia do comissário do Santo Ofício frei Rodrigo dos Santos:

> Chama-se essa negra Mãe Catharina; está fora da casa dos seus senhores porque é muita a gente que concorre a ela; dizem fala com os demônios em certos dias em que fazem as suas invocações com umas danças a que chamam na língua de Angola Calundus.[31]

Outro comissário chamado Francisco Rodrigues dos Santos afirmou que a escrava africana era "por insigne a mestra dos Calundus, nome que na língua dos negros de Angola significa ajuntamento e celebridade dos demônios". Segundo ele, "por todo esse Brasil, principalmente nos engenhos de fábricas de açúcar" havia "muita gente desta", ou seja, que dominava aquelas práticas de Mãe Catharina. Muitas pessoas procuravam os recursos da escrava africana "para se curar, e outros dizem que a buscar ventura e mulheres para lhes abrandar o marido", ou melhor, para "os maleficiar", insistia o mesmo comissário.[32]

Os poderes da africana eram tantos, conforme frei Rodrigo, que ela havia enfeitiçado o próprio senhor, Luís Fernandes, "para que sua mulher e suas filhas usem mal de si", dizia o comissário, sem que ele se opusesse. O malefício se daria através de uma cadeira, conhecida como a "cadeira do encanto", especialmente destinada ao senhor. Quando ele se sentava na tal cadeira consta que adormecia "com tão profundo sono" que para ser acordado era "necessário moverem-no e levantá-lo".[33] O outro comissário também insistiu que a procura pelos recursos da escrava angolana era tão grande que ela morava "em casa à parte de seus senhores, arrabaldes da cidade".[34]

Mas se as mulheres acusadas de práticas de calundu na Bahia tinham o poder de enfeitiçar as pessoas, como nesse caso de Mãe Catharina, era também através delas que se poderia fechar o corpo e proteger-se dos feitiços. A angolana Lucrécia Vieira, mulher forra, denunciada ao Santo Ofício em 1708, tinha a fama de livrar seus clientes de pegarem feitiços. Na denúncia, dizia-se que Lucrécia "sabia e dançava Lundus, que era uso de sua terra", na freguesia de Itapagipe, em Salvador. Através dos tais lundus (outra variação do vocábulo calundu), essa africana fazia as suas curas, adivinhações e proteções mágicas.[35] Também na cidade da Bahia atuava outra africana que foi denunciada pelo familiar do Santo Ofício Domingos de Oliveira Lopes em 1712. Tratava-se de uma "mulher preta do gentio da Guiné do Reino de Angola" chamada Ângela Vieira, forra e casada com um homem forro "também da mesma terra". Segundo o familiar:

---

31 ANTT, IL, Caderno do Promotor nº 76, fl. 41-42.

32 ANTT, IL, Caderno do Promotor nº 75, fl. 225-226.

33 ANTT, IL, Caderno do Promotor nº 76, fl. 41-42.

34 ANTT, IL, Caderno do Promotor nº 75, fl. 225-226.

35 ANTT, IL, Caderno do Promotor nº 76, fl. 416.

> [...] a dita Ângela Vieira usava em sua casa de umas feitiçarias e diabruras a que chamam Calunduzes, usos gentílicos de suas terras, com que dizem que advinha o feito e o por fazer, e dão remédios vários para coisas secretas, usando de bailes e instrumentos e ações e palavras extranaturais [...].[36]

Ângela Vieira residia com seu marido na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, arrabaldes da cidade, no lugar conhecido como Espinheiro, "além da casa queimada, caminho para Itapagipe de Cima, à mão direita da estrada atual", conforme descreveu cuidadosamente o familiar do Santo Ofício. Naquele local ela atendia "muita quantidade de gente de todo o sexo e qualidade, casadas e solteiras, boas e más", dizia o mesmo Domingos de Oliveira Lopes, que se referiu às práticas da mulher angolana como "bailes de Calunduzes". Entre as muitas pessoas envolvidas naquelas práticas estavam Maria Duarte e seu marido Domingos Nunes Quaresma. Consta que eles estiveram na casa de Ângela Vieira durante "alguns dias para se curarem de uns achaques com baile de Calunduzes".[37]

Alguns elementos eram coincidentes entre as cerimônias realizadas na Bahia que foram denunciadas ao Santo Ofício entre as últimas décadas do século XVII e primeira metade do XVIII. Percebemos, por exemplo, que a maioria das pessoas denunciadas era de procedência centro-africana sendo elas às vezes referidas como do "gentio da Guiné do Reino de Angola", a exemplo de Ângela Vieira e seu marido. Outro detalhe é que as cerimônias envolviam invariavelmente uma dança ritual ao som de instrumentos africanos, comumente também referidos como instrumentos de Angola, como o canzá e o atabaque, que era seguida de transe ou possessão espiritual. Aqui percebemos mais uma vez a aproximação com as cerimônias levadas a cabo pelas escravas de Mariana Fernandes, em Angola. Lá, como na Bahia, os rituais se davam ao som de instrumentos africanos. Em Angola, eles eram referidos como *macanzas* e *atabales*, nomes que denunciam um parentesco direto com os canzás e atabaques da Bahia.

É possível perceber ainda pelos casos denunciados que o uso do termo calundu se firmou e se difundiu para designar a possessão espírita que acometia os escravos e negros libertos, muitas vezes adoecendo-os. Mas aos poucos, como concluiu James Sweet (2007: 173), o significado do vocábulo calundu foi alargado. Ele servia para designar o espírito que possuía a pessoa doente, mas também, em alguns casos, a própria entidade, ou espírito, que agenciava a adivinhação da doença e sua procedência, bem como o remédio a administrar. Paralelamente, em um sentido mais amplo ainda, calundu se tornou também a denominação usada para descrever e caracterizar as próprias cerimônias e danças rituais que precediam a possessão e a adivinhação. Outro elemento importante e que não deixa dúvidas sobre a filiação centro-africana de diversos calundus realizados na Bahia é o fato de que as cerimônias eram conduzidas na língua de Angola.

Como já foi sugerido, havia indivíduos que frequentavam os calundus motivados por interesses diversos, incluindo a busca por fortuna amorosa. Mas havia também pessoas que acreditavam poder alcançar sucesso material através desses rituais. Na Bahia colonial, algumas situações demonstram que o recurso ao calundu ia muito além da prevenção de doenças e malefícios ou busca de cura. Diversos eram os motivos que referendavam as experiências particulares e adeptos dos calundus tinham como objetivo não apenas a prevenção de situações de infortúnio, mas também o alcance e o prolongamento da boa sorte. Em Salvador, em 1743, Antônio Alves Lima denunciou um inquilino seu chamado Manoel Lopes dizendo que ele "por se achar desfalcado de bens e imaginar que isto lhe proviera por feitiços que lhe deitara uma sua escrava" foi juntamente com sua mulher Bárbara da Silva "a um lugar chamado Cabula dançar calundus ou buscar ventura". Antônio acusou ainda que aquela não era a primeira vez que Manoel ia dançar calundu no Cabula, já que em várias ocasiões o mesmo dormiu "fora de sua casa" e suspeitava-se que para lá teria ido com um seu camarada. Antônio Alves Lima ainda reiterou que a esposa de Manoel foi ao Cabula constrangida pelo marido.[38]

O próprio caso de Mariana Fernandes, de Angola, reuniu diversas denúncias de que a grande força motivadora

---

36 ANTT, IL, Caderno do Promotor nº 80, fl. 29.

37 ANTT, IL, Caderno do Promotor nº 80, fl. 29.

38 ANTT, IL, Caderno do Promotor nº 113, fl. 188.

dela através do quilundo era atrair a atenção e o desejo de homens que a sustentassem materialmente. A acusação do promotor eclesiástico sobre um último relacionamento dela reforça essa ideia. Segundo a denúncia, naquela mesma época em que se fazia diligência para ouvir testemunhas sobre os crimes de Mariana, consta que ela vivia "amancebada pública e escandalosamente com André Ferreira Gil", que era casado em Lisboa, e que ele alugou para ela uma casa vizinha a que vivia. Não satisfeito, ainda mandava carregar a amásia "na serpentina por escravos seus", para grande escândalo da sociedade de Luanda. As testemunhas insistiam que essas relações privilegiadas de Mariana eram conquistadas por meio do poder dos quilundos.[39]

3. Os ventos de sua terra

Ao longo do século XVIII outros fragmentos de informações se incorporaram ao corpo de narrativas já formadas sobre o complexo religioso de origem africana que se desenrolava na Bahia desde o início da escravidão. A influência africana na formação religiosa colonial foi se ampliando e tornando-se mais complexa, na medida da diversidade étnica dos escravos recém-chegados. Gente como a preta forra Bernarda, moradora na casa de outra preta forra chamada Luzia Paes, que "adorava o santo de sua terra e que dançava e fazia maravilhas quando tocavam tabaques", certamente não estava culturalmente isolada na velha cidade da Bahia de Todos os Santos.[40]

Em se tratando especificamente do processo de adivinhação e cura envolvendo possessão humana as fontes começaram a mencionar também sobre "ventos" que se apoderavam das pessoas e que eram sinônimos de calundu. Isto fica explícito, por exemplo, em uma confissão da viúva Josefa Maria da Conceição, moradora na freguesia de São Pedro, em Salvador. Em 1754 ela procurou um comissário do Santo Ofício para dizer que havia permitido "a uma sua escrava por nome Ana da Silva que se curasse de ventos, ou lundus". Procurando se defender da implicação de cumplicidade no caso, Josefa explicou que ela própria não procurou pessoa alguma que curasse a escrava: "somente permitira a dita cura e que nela gastasse os gastos ou lucros que adquiria a dita escrava".[41]

Também fica evidente a menção aos ventos como sinônimo de calundus e a busca de cura para eles em uma denúncia efetuada em 1753, envolvendo algumas mulheres escravas e forras. Naquele ano de 1753, o casal José Raimundo de Barros e Rosa do Santo Deus compareceu perante um comissário do Santo Ofício para formalizar uma denúncia contra a viúva Francisca Rodrigues, mestra de meninas, moradora em Salvador. O casal baseava sua acusação em uma história narrada pela própria Francisca Rodrigues, onde ela dizia que foi ao lugar chamado Cabula na companhia da preta forra Cunegunda e de uma irmã desta "para se desenganarem" se as duas tinham calundus, o que foi constatado durante a cerimônia. Em determinado momento do ritual, no entanto, "se passara o vento da doente", a irmã de Cunegunda, para o seu amásio, o soldado Joaquim Pinto que ali também estava. Era mais uma vez uma mulher que estava à frente de todo o ritual de calundu. Chamada pelos denunciantes de "a mestra dos malefícios", a dona da casa "perguntara ao dito Joaquim Pinto se queria ficar com os Calundus". O soldado então respondeu que não queria "porque só cria em Deus e na Virgem Maria". Francisca Rodrigues, no entanto, disse que "que cria haver aqueles ventos, ou Calundus", porque naquela casa do Cabula "vira muita gente, assim seculares, como clérigos e religiosos, e que ainda lá usavam de relíquias e bentinhos e que isso não fazia mal a tais ventos".[42]

Como argumenta Luís Nicolau Parés (2007: 111), uma característica de muitas religiões africanas e também do catolicismo popular era que a acumulação de recursos espirituais diferenciados "não era vivida necessariamente como uma contradição, mas como uma estratégia eficaz para lidar com a adversidade e propiciar boa fortuna". Misturar no mesmo local a crença nos ventos de adivinhar e nas relíquias católicas não parecia ser exatamente

39 ANTT, IL, Processo nº 05888, fl. 2.

40 ANTT, IL, Caderno do Promotor nº 113, fl. 67.

41 ANTT, IL, Caderno do Promotor nº 114, fl. 98.

42 ANTT, IL, Caderno do Promotor nº 113, fl. 187.

um problema para a eclética clientela do calundu do Cabula, que envolvia inclusive clérigos, segundo Francisca Rodrigues. Esse, no entanto, foi um dos poucos casos em que houve menção a elementos católicos em denúncias de calundu na Bahia colonial.

Francisca Rodrigues ainda contou outros pormenores sobre os ventos de suas companheiras de jornada ao Cabula, segundo seus delatores. Disse que "Cunegunda e sua irmã tinham os ventos por lhes passar sua mãe". E que a mãe delas adquiriu os tais ventos através de sua senhora chamada Maria Cabra, nome que denota origem escrava, moradora na freguesia do Desterro. Maria Cabra, por sua vez, havia comprado a escrava com a finalidade de se livrar dos ventos: "para de si passar os ditos ventos que tinha para a dita sua escrava". Na fala dos denunciantes é possível perceber a complexidade que envolvia a pessoa que possuía os chamados ventos. Eles disseram "que uma preta por nome Clemência, da nação Mina", escrava de uma crioula forra chamada Antônia Soares, "por algum tempo não falara a língua de brancos e que perguntando a causa, lhe disseram ser porque não tinha observado os preceitos de seus ventos e de tal sorte a viam alienada de si que nem os filhos conhecia". Eles ainda acrescentaram que o mesmo se deu com uma irmã de Clemência, também escrava, chamada Ana.[43]

O documento não diz quais eram os tais preceitos dos ventos que as escravas deveriam observar, mas pelas narrativas fica claro que esses ventos poderiam ser passados de uma pessoa a outra. Tudo indica, porém, que observar esses preceitos representava, entre outras coisas, a participação em cerimônias de calundu, como fizera Cunegunda e sua irmã. A famosa calunduzeira Luzia Pinta, de Minas Gerais, estudada por Laura de Mello e Souza e vários outros pesquisadores, havia adquirido seus ventos através de uma tia chamada Maria, em Angola, quando ela ainda era criança, e sofreu com eles sem saber do que se tratava até que um preto chamado Miguel descobrisse que tal queixa era de calundus "e que só a havia de curar e ter remédio mandando tocar instrumentos". Tocando os instrumentos, os atabaques, Luzia ficava "como fora de seu juízo, por lhe vir nessa ocasião a doença de sua terra, a que chamam calundus". Ela então incorporava os "ventos de adivinhar", que lhe entravam pelos ouvidos, e passava a dizer aos doentes que iam consultá-la os remédios que se deveria aplicar e o modo de fazer (SOUZA, 2002: 304-305).[44]

Em 1757, também em Salvador, outra mulher africana foi envolvida em uma acusação de que era calunduzeira e sabia curar de ventos. Essa mulher era Vitória, escrava do padre Manoel Duarte, denunciada pelos proprietários de uma casa localizada no Areal de Cima, onde viviam duas cativas, Leonor e Quitéria. Eles acusavam Vitória de ter pedido às duas cativas para ir morar na casa e depois de lá estar levou também outra escrava chamada Juliana. Esta última deveria curar-se com Vitória de um mal que sofria. Por conta da fama de calunduzeira de Vitória os donos resolveram aparecer na propriedade e inquirir da doente o que de fato se passava e quem a tinha acolhido na casa. Juliana então respondeu que a preta Quitéria "com medo que Vitória lhe fizesse algum malefício lhe facilitara a entrada". Juliana ainda confessou detalhes do infortúnio que a levou a procurar Vitória.

> A respeito da doença disse que eram ventos da sua terra, que quando não tinha ocasião de dançar ficava doente e que para ser livre de tal doença procurava a escrava Vitória por ser ela da sua terra e saber curá-la com coisas diabólicas e danças dos tais calunduzes [...].[45]

Com a licença do padre Manoel Duarte, senhor da escrava, os denunciantes se propuseram a averiguar melhor o caso usando para isso do recurso de castigar Vitória, dizendo ser da obrigação deles, talvez como proprietários da casa, "criar a dita escrava em bons costumes". Certamente debaixo de castigos físicos, Vitória "confessou ser verdade que era dançadeira de calunduzes e que com várias raízes e caroços de dendê e umas farinhas fazia

---

43 ANTT, IL, Caderno do Promotor nº 113, fl. 187.

44 Outras informações sobre o caso de Luzia Pinta podem ser vistas em Souza (2009: 465-471); Mott (1994: 73-82); Marcussi (2009).

45 ANTT, IL, Caderno do Promotor nº 120, fl. 182-183.

o seu feitiço". A escrava disse ainda, conforme as testemunhas, que para melhor fazer o seu papel "dançava com o diabo" e deixou escapar que outra escrava do padre Manoel Duarte, chamada Marcela, também fazia o mesmo e "que um negro por nome Manoel era seu autor ou mestre da dita dança".[46] Como se deu com a angolana Luzia Pinta, de Minas Gerais, iniciada nos conhecimentos do calundu pelo preto Miguel, também no caso de Vitória foi um homem quem fez esse papel, a quem ela tinha por seu mestre. Lembramos também que no caso das escravas de Mariana Fernandes, em Angola, Ângela e Joana (ou Camay e Calumbi), um homem era tido como o mestre de ambas nas cerimônias em que era invocado o quilundo: o escravo Simão Maxicongo. Da mesma maneira que a escrava Clemência andou por algum tempo alienada "porque não tinha observado os preceitos de seus ventos", e o mesmo se deu com sua irmã Ana, e também como na história da irmã de Cunegunda que foi ao calundu no Cabula para tratar de seus ventos, assim também se deu com a africana Juliana, que buscou a cura através da dança que Vitória sabia. O documento silencia sobre qual era a procedência das duas escravas, mas sabemos que elas vinham da mesma terra e que o fato de serem conterrâneas era importante, se não fundamental, no processo de cura de Juliana com a interferência de Vitória. Um dado da história de Vitória e Juliana, no entanto, lança um importante indício sobre a origem africana das duas escravas. Quando os denunciantes disseram que Vitória confessou que "dançava com o diabo", eles acrescentaram significativamente: "ou pela sua língua, o Cariapemba".[47] Vitória era, portanto, mais uma calunduzeira atuante na Bahia vinda da região de Angola, pois quando o padre Pedro Dias escreveu a pequena gramática intitulada *Arte da Língua de Angola*, publicada em 1697, ele também já se referia a *Cariapemba* como significando Diabo. Numa passagem o jesuíta nascido na Bahia escreveu: "*Otubiâ tuà cariàpemba tuà calelela*", dizendo que isto significava na língua de Angola: "*o fogo do diabo (o inferno) dura para sempre*" (DIAS, 2006: 29).
Nas denúncias de curas rituais na Bahia setecentista é possível perceber que os ventos estavam também associados aos espíritos ancestrais, ou às almas dos parentes que morreram na África. Mas se esses ventos eram causadores de enfermidades, como nos casos citados anteriormente, eles também eram intermediadores da cura, revelando a mesma ambiguidade que cercava a própria descrição do calundu, cuja flutuação do termo está bem evidente na documentação. Vimos que em diversas situações o calundu apareceu como o próprio causador da doença. Em outras foi referido como as próprias entidades espirituais que intercediam no corpo das mulheres, em especial, para agenciar o processo de cura e operar outras dádivas. Mas calundu era descrito ainda como o próprio rito ou cerimônia. No entanto, o imaginário eclesiástico, no Brasil como em Angola, projetou outros significados para as crenças envolvendo o calundu (ou o quilundo), objetivando acomodá-las em um modelo de desvio da fé católica e, portanto, passíveis de serem punidas pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição. O fio condutor desse imaginário era a crença no pacto com o demônio. Mas esse imaginário não ficou restrito à esfera dos religiosos, tendo em vista que na fala de diversas testemunhas a associação dos calundus (e quilundos) ao demônio se mostrou forte e repetida. Não é de se estranhar, portanto, a defesa do poeta Gregório de Mattos de que satanás andava metido naquelas danças.

Referências

ASSIS JÚNIOR, A. de. (s/d.), *Dicionário Kimbundu-Português:* Linguístico, Botânico, Histórico e Corográfico, seguindo de um índice alfabético de nomes próprios, Luanda: Edição de Argente, Santos e Cia. Ltda.

DIAS, Pedro (2006 [1697]), *Arte da Língua de Angola,* Ed. Fac-similar, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.

LAHON, Didier (2004), Inquisição, pacto com o demônio e "magia" africana em Lisboa no século XVIII. *Topoi*, 5 (8), pp. 9-70.

MARCUSSI, Alexandre Almeida (2009), "Iniciações rituais nas Minas Gerais do século XVIII: os calundus de

46 ANTT, IL, Caderno do Promotor nº 120, fl. 182-183.

47 ANTT, IL, Caderno do Promotor nº 120, fl. 182-183.

Luzia Pinta". *Revista Brasileira de História das Religiões,* Anais do II Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades, ANPUH: Maringá (PR), 1 (3), Disponível em: http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub_2.html [consultado em 31/08/2013].

MOTT, Luiz (2010), *Bahia:* Inquisição e sociedade, Salvador: EDUFBA.

MOTT, Luiz (2008), "Feiticeiros de Angola na América Portuguesa vítimas da Inquisição". *Revista Pós Ciências Sociais.* São Luís, 5 (9/10), pp. 85-104.

MOTT, Luiz (1994), "O calundu-Angola de Luzia Pinta: Sabará, 1739". *Revista IAC,* Ouro Preto, 1, pp. 73-82.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortes (1997), "Quem eram os "negros da Guiné"? A origem dos africanos na Bahia". *Afro-Ásia,* 19 (20), pp. 37-73.

PAIVA, José Pedro (1997), *Bruxaria e superstição num país "sem caça às bruxas", 1600-1774,* Lisboa: Notícias Editorial.

PARÉS, Luís Nicolau (2007), *A formação do Candomblé:* história e ritual da nação jeje na Bahia, São Paulo: Editora da Unicamp.

PARÉS, Luís Nicolau (2005), "O processo de crioulização no Recôncavo baiano (1750-1800)". *Afra-Ásia*, 33, pp. 87-132.

SCHWARTS, Stuart B (1988), *Segredos internos:* engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835, São Paulo: Companhia das Letras.

SOUZA, Laura de Mello e (2009), *O diabo e a terra de Santa Cruz:* feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial, São Paulo: Companhia das Letras.

SOUZA, Laura de Mello e (2002), "Revisitando o calundu", In Lina Gorenstein e Maria L. Tucci Carneiro (Org.), *Ensaios sobre a intolerância:* Inquisição, Marranismo e Anti-Semitismo, São Paulo: Humanitas.

SWEET, James H. (2007), *Recriar África:* cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770), Lisboa: Edições 70.

THORNTON, John K. (2013), "Religião e vida cerimonial no Congo e áreas Umbundo, de 1500 a 1700". In HEYWOOD, Linda M. (org.). *Diáspora negra no Brasil*, São Paulo: Contexto.

Os brasileiros e as representações britânicas sobre Lagos (1850-1890)

Angela Fileno da Silva
angelafilenos@gmail.com

Resumo: Lagos está localizada na extremidade oeste da principal ilha que compõe uma rede de lagoas, estuários e canais paralelos ao litoral do atual Golfo do Benim. No século XVI, a cidade se constituiu como ponto de apoio aos pescadores que viviam e transitavam na região. A partir da primeira metade do século XIX seu porto já havia se transformado no principal embarcadouro de escravos da Costa da Mina. Esta posição foi alcançada com a ajuda de mercadores de escravos que, vindos principalmente da Bahia, se instalaram na cidade. Desde a década de 1840, relatórios produzidos por enviados da Coroa Britânica registraram a presença de "brazilians repatriates" instalados nos principais portos de trato da região. Entre os viajantes que produziram escritos acerca desta população estão o oficial da marinha naval Frederick E. Forbes, o missionário anglicano Samuel Ajayi Crowther, o cônsul Richard Francis Burton e o governador de Lagos, de 1886 a 1891, Cornelius Alfred Moloney. Embora de maneiras diferentes, os registros deixados por estes viajantes consideram a participação dos brasileiros no processo de "civilização" das cidades localizadas na Costa da Mina. Neste sentido, proponho discutir como as formas de representação da população brasileira, estabelecida em Lagos na segunda metade do século XIX, estariam vinculadas a discursos marcados por preocupações acerca da colonização e ocupação da cidade, assim como, de territórios localizados mais ao interior desta porção do continente.

Palavras-chave: Brasileiros, identidade brasileira, viajantes britânicos, Grã Bretanha e tráfico de escravos.

Introdução

> *O suplicante sempre foi o maior protetor dos portugueses, [...] livrando-os numerosas vezes dos assaltos e protegendo-os contra os roubos que os próprios reis mandavam fazer por bandos de pessoas do país. O mesmo suplicante, abrindo naquela época as suas expensas e com sua gente dois portos, Porto Novo e Onis [Lagos], [...] desejoso de passar o resto de sua vida entre os católicos, para morrer assim com todos os sacramentos da Igreja, decidiu deixar esta residência bárbara e transportar-se com seus escravos para esta cidade [Salvador].*(Verger, 1992: 102-103)

No início do mês de maio de 1770, o liberto João de Oliveira que há trinta e sete anos comercializava escravos na Costa da Mina desembarcou no porto de Salvador. Esta não era a primeira vez que Oliveira voltava a pisar em solo baiano. Afinal, depois de alforriado o mercador de escravos fez crescer seus negócios em Porto Novo e Onim [Lagos], atividade que exigia periodicamente travessias atlânticas em direção à capital baiana. No entanto, no ano de 1770, quando o negreiro mais uma vez voltou à Salvador não estava sozinho. Junto a ele quatro cabeceiras enviados por Eletu Kekere, então obá de Lagos, compunham a primeira embaixada de um rei africano a pisar no solo da Bahia Em companhia da comitiva de Kekere é possível que o liberto não estivesse buscando o descanso declarado às autoridades provinciais. O motivo da viagem até Salvador pode ter sido outro, uma vez que a presença de enviados de Kekere indicaria o interesse de Lagos em estreitar os laços comerciais entre os dois portos (Verger, 1987: 264)..

Em vista disto, João de Oliveira deve ter se surpreendido quando, poucos dias depois de seu desembarque, foi detido por ordem do Provedor da Alfândega de Salvador sob a acusação de contrabandear mercadorias transportadas no navio que o levou até a cidade. Quase vinte dias depois da prisão do traficante, um grupo de comerciantes estabelecido na capital da Bahia saiu em seu socorro. Em carta dirigida às autoridades provinciais,

os parceiros de negócio de Oliveira ressaltaram seu empenho em abrir aos negreiros baianos os portos de Lagos e de Porto Novo. Atuando em defesa dos interesses de seus parceiros e "sustentando à sua custa em algumas occasiões várias guerras", o liberto se esforçava por garantir que os embarques em seus portos acontecessem com "brevidade" e segurança. Em um requerimento encaminhado ao juiz que tratou do caso, Oliveira se mostrou fiel às relações que continuava mantendo com o Brasil. De fato, depois de instalado na Costa da Mina, o mercador manteve-se leal ao seu senhor, prestando-lhe contas e enviando-lhe, periodicamente, "grandes quantidades de escravos" que seguiam para o Recife em pagamento de sua liberdade. Além disto, mesmo já alforriado, continuou a encaminhar parte de seus lucros à sua ex-senhora, amparando-a na viuvez (Verger, 1992: 101).

As ligações do ex-cativo com o Brasil constituíam indícios de sua idoneidade e provas contra o crime de contrabando de que era acusado. Como um liberto fiel não apenas aos seus ex-patrões, mas também à fé católica, João de Oliveira arrolou em seu processo suas contribuições com as obras realizadas na capela-mor da Igreja Nossa Senhora da Imaculada Conceição dos Militares, em Recife, e as esmolas em escravos concedidas às confrarias recifenses. Apresentando-se como um indivíduo capaz de honrar compromissos e de se manter católico, Oliveira assumia também no Brasil os signos distintivos de sua condição social: de liberto e de mercador de escravos com residência estabelecida na Costa da Mina, mas com negócios constituídos em ambos os lados do Atlântico. Entretanto, esta condição social não abreviou seus dias de encarceramento e, tampouco permitiu que as intenções dos embaixadores de Kekere fossem sequer apresentadas ao governo provincial e aos comerciantes baianos. Um mês depois do desembarque, Oliveira e a comitiva do obá de Lagos atravessaram novamente o Atlântico, voltavam com dez escravos a menos e decepcionados com as "circunstâncias desagradáveis que depararam ao chegarem à Bahia" (Verger, 1992: 101 e 104).

O episódio da prisão de Oliveira nos permite entrever as disputas entre Lagos e Ajudá, cidade costeira pertencente ao reino do Daomé, em torno das embarcações que partiam do Brasil em busca de cativos. A embaixada formada por cabeceiras enviados por Kekere procurava ampliar o espaço comercial ocupado por Lagos nas relações com Salvador. Afinal, na segunda metade do século XVIII, era Ajudá o principal porto emissor de escravos para a capital baiana.

Por muitas décadas o comércio de escravos foi a atividade essencial dos mercadores que transitavam pelo Atlântico, atando social e culturalmente a Costa da Mina ao Brasil. Conforme Law (2004: 155), fortificações inglesas construídas ao longo desta porção da costa ocidental africana produziram relatórios e correspondências que compõem um conjunto de documentos referentes às atividades mantidas por mercadores de escravos durante os séculos XVII e XVIII. Todavia, a reorientação da Grã-Bretanha em direção à supressão ao tráfico atlântico ocasionou não apenas o abandono de seus embarcadouros oficiais, como também suspendeu a produção de escritos referentes à quase toda a primeira metade do século XIX[1]. Os registros deixados por integrantes de expedições britânicas ou por religiosos enviados em nome da *Church Missionary Society* (CMS) e da *Wesleyan Missionary Society* reaparecem a partir do início da década de 1840. Este momento é marcado por uma política inglesa mais incisiva no combate ao tráfico. Suas ações estavam concentradas no patrulhamento do litoral realizado pela armada da rainha Victoria, no restabelecimento e ocupação das antigas instalações do forte inglês em Ajudá, em 1849, e na constituição do primeiro consulado da Grã-Bretanha para os Golfos do Benim e de Biafra, com sede na ilha de Fernando Pó, também neste mesmo ano.

A forma como a cidade de Lagos passou a ser representada neste contexto de intensificação da atuação britânica na Costa da Mina e a maneira como os brasileiros se tornaram parte dos relatos produzidos neste momento, são temas colocados em discussão nesta comunicação. Resta mencionar que este artigo é parte de minha pesquisa de doutorado, atualmente desenvolvida dentro do Programa de História Social, da Faculdade de Filosofia,

---

1 Na Grã Bretanha, embora campanhas contra o comércio atlântico de escravos tenham alcançado vitória em 1807, a extinção da escravidão foi aprovada pelo Parlamento inglês apenas em 1833. O abandono do forte inglês em Ajudá permitiu que o forte português de São João Baptista, na prática construído e mantido por negreiros baianos, e os atracadouros erguidos em Lagos, Badagri, Porto Novo, Popo Grande e Popo Pequeno (ou Anexô) ampliassem suas atividades no tráfico em razão da eliminação da concorrência. Os historiadores Law e Mann analisam a suspensão dos registros britânicos neste período, em: LAW, 2004: cap.6 e MANN, 2007: 39.

Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, cujo propósito principal é compreender como os brasileiros que viviam na cidade de Lagos entre os anos de 1850 e 1910, formularam suas identidades em diálogo com o acirramento das pressões coloniais britânicas e a expansão das lavouras comerciais em direção ao interior.

1. Lagos e a conquista do "ninho de pirataria e pilhagem"

Em outubro de 1849, o oficial do esquadrão britânico antitráfico, Frederick E. Forbes acompanhou a segunda expedição da Grã-Bretanha à capital do reino do Daomé, Abomé[2]. Os principais propósitos desta visita eram persuadir o rei Guezo a abandonar a prática de sacrifícios humanos e convencê-lo a assinar um tratado capaz de colocar fim ao tráfico atlântico de escravos. Esta viagem foi registrada por Forbes, cuja narrativa ganhou uma primeira edição no ano de 1851. De acordo com o oficial naval, a experiência na repressão ao tráfico na Costa da Mina foi um aspecto preponderante para sua designação como acompanhante do recém-nomeado vice-cônsul de Ajudá, John Duncan. Embora esta expedição não passasse por Lagos, os escritos deixados pelo oficial são marcados por considerações acerca deste porto. Sua atuação na repressão ao comércio de cativos havia lhe fornecido informações suficientes para reputar à cidade a posição de "um dos maiores entrepostos de escravos na África". Esta situação estava ligada à localização geográfica de seu porto, cujas atividades atavam Lagos "a todos os países da Guiné" (Forbes, 1851: 9).

Figura 1: Lagos e portos vizinhos (c. 1800).

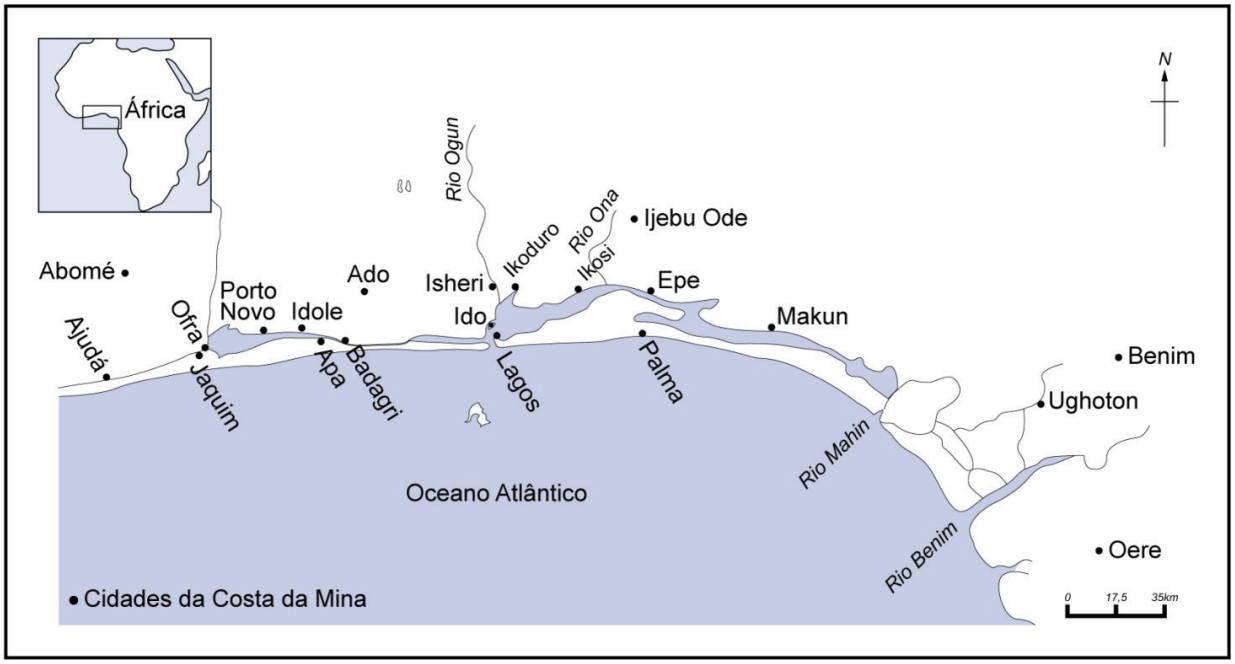

Fonte: Mapa adaptado de Law, 1983: 327.

Espraiando-se por diversos embarcadouros da Costa da Mina, o tráfico de escravos era exercido por nomes que são atualmente conhecidos pela historiografia. Negreiros brasileiros como Domingos José Martins, Don

2 Neste contexto de retomada da atuação britânica na região da Costa da Mina, a Grã Bretanha empreendeu uma primeira missão oficial em direção a Abomé, em 1845/1846. Esta expedição foi registrada pelo então explorador escocês John Duncan. Três anos mais tarde, em 1849, Duncan já nomeado vice-cônsul de Ajudá retornou à capital do Daomé, desta vez acompanhado pelo oficial naval Frederick Forbes. A referência aos escritos publicados por Duncan é: Duncan, 1847, vol. I e II.

José de Almeida, Don José dos Santos, Izidoro, Antonio e Ignacio de Souza - os três últimos filhos do famoso chachá Francisco Félix de Souza – são arrolados nos registros de Frederick Forbes. Para o oficial naval, estes eram grandes traficantes que, a despeito de diversificarem seus empreendimentos atuando também no comércio de dendê, ainda mantinham parte de seus negócios no mercado atlântico de escravos. José de Almeida, por exemplo, é descrito como o mais rico traficante de Ajudá, cujas atividades no porto de Popo estariam sob seu monopólio. Almeida era um ex-escravo "notoriamente inteligente", cuja perspicácia estava relacionada à "educação" recebida no Brasil durante os anos de cativeiro. A passagem por terras brasileiras teria conferido ao liberto as habilidades necessárias para que ele obtivesse sucesso comercial em sua volta à Costa da Mina. No entanto, este sucesso estava diretamente vinculado ao tráfico. Desta forma, o negreiro "tirava proveito de sua educação e, em seu retorno, traía seu próprio povo" (Forbes, 1851: 151).

Corrompidos por outros mercadores de escravos instalados na região, libertos como José de Almeida empregavam no tráfico atlântico a "educação" acumulada durante os anos de cativeiro no Brasil. Segundo Forbes, sem a orientação dos britânicos ou de missionários católicos e protestantes, diversos outros ex-escravos se tornariam negreiros. E estes indivíduos não eram uma parcela da população a ser desperdiçada. De acordo com o oficial, aqueles que haviam passado pela escravidão nas Américas poderiam auxiliar no processo de "civilização" da Costa da Mina. Como "educated blacks", cujos anos de escravidão havia lhes proporcionado "educação profissional como clérigos, doutores, agricultores e artesãos, ao retornarem aos seus países, poderiam logo ajudar na civilização e incentivar o desprezo pelo sacrifício e pela escravidão". Do contrário, sem o auxílio vindo da Grã Bretanha e das instituições religiosas europeias, estes indivíduos tornavam-se apenas "half-educated blacks". Nesta condição, estes libertos retornariam "orgulhosos" e "sábios", comportando-se como "macacos que viram o mundo" e, uma vez estabelecidos em território africano, estavam sujeitos à própria sorte (Forbes, 1851: 151, 118).

Produzido entre os anos de 1849 e 1850, este mesmo relato também considera um possível ataque à Lagos. Propondo que vapores de menor calado ingressassem na lagoa que dá acesso à cidade, Forbes (1851: 11) forneceu informações acerca das estratégias de navegação que permitiriam, no ano seguinte, o bombardeio britânico sobre Kosoko, obá de Lagos. Em dezembro de 1851, o ataque das forças navais britânicas destituiu Kosoko do mando e o substituiu por seu oponente: Akitoye.

Antes dos acontecimentos da virada deste ano, durante os seis anos em que Kosoko ocupou a posição de obá de Lagos, entre 1845 e 1851, a cidade expandiu suas atividades negreiras. Em parte, esta expansão se tornou possível graças à atuação de agentes comerciais brasileiros. De acordo com um levantamento apresentado por Mann (2007: 61), ao longo dos anos em que Kosoko esteve no poder, as receitas apuradas com o tráfico quase duplicaram quando comparadas com as de Akitoye, seu antecessor. Este crescimento nos lucros permitiu que o obá trouxesse da Bahia carpinteiros e tanoeiros, a fim de construir suas próprias embarcações para atravessar o Atlântico. Desta forma, quando as naus estivessem prontas, parte dos escravos enviados ao Brasil poderia ser remetida diretamente pelo obá para agentes baianos com os quais mantinha relações comerciais. No entanto, mesmo com a possibilidade de negociar diretamente com comerciantes de Salvador, Kosoko não descartou a atuação dos intermediários brasileiros que viviam em Lagos. Afinal, o tráfico operado por estes negreiros era de interesse do obá, pois implicava no pagamento de impostos e no fornecimento de armas e munições essenciais à manutenção de seu mando.

Considerada pela CMS (1872: 125) "o último reduto do tráfico" na Costa da Mina, a cidade de Lagos era neste momento um dos focos de preocupação das autoridades britânicas. Escritos produzidos pelos missionários que passaram pela ilha também se tornaram importantes suportes à sustentação do discurso de apoio à intervenção na cidade. Em março de 1851, o então missionário saro da CMS, Samuel Ajayi Crowther, partiu de Abeokuta, onde vivia desde 1846, para aquela que seria sua terceira viagem até a Grã Bretanha. Logo após chegar à Londres, no mês de agosto, Crowther encaminhou uma carta à rainha Victória. Nesta missiva o ex-cativo humildemente se colocou como servo da casa de Deus e de Vossa Majestade para, ao final, implorar à "bondosa rainha branca que tratasse com as pessoas da costa de Lagos que ainda prosperavam no tráfico de carne e sangue" (Page, 1908: 100).

A rainha Victoria não foi a única a receber as denúncias de Crowther acerca do tráfico praticado em Lagos e a respeito dos negreiros que alimentavam este comércio na cidade. Um conjunto de correspondências trocadas

entre o missionário e outros religiosos da CMS, entre eles os reverendos Canon Henry Venn e J. Bradford Whiting, assim como, o bispo James Johnson, também trata de questões relacionadas aos esforços em torno da extinção completa do tráfico e da resistência dos brasileiros traficantes à atuação dos enviados anglicanos. Em uma destas cartas o missionário descreve sua chegada à cidade de Abeokuta. Em 12 de novembro de 1846, a comitiva da qual Samuel Crowther era parte foi recebida por Sodeke, chefe egba da cidade [3]. Neste documento Crowther avaliava que os esforços para colocar um termo ao comércio de escravos em Abeokuta seriam insatisfatórios. A razão estava na "interposição de um inimigo" às ações dos religiosos. O inimigo mencionado pelo missionário era ninguém menos do que o mercador de escravos Domingos José Martins. A atuação deste negreiro em prol do comércio de cativos incluía o envio de presentes às chefias da cidade "prometendo livrar os caminhos [que ligavam Abeokuta à costa] de bandidos, se lhe fosse permitido estabelecer o tráfico de escravos". Temendo que a instalação dos missionários na cidade pudesse comprometer seus negócios, Domingos Martins prevenia o chefe local de que "se o cristianismo se tornar forte em Abeokuta, o comércio escravista sofreria" (Page, 1908: 91).

A percepção de que a erradicação do comércio de escravos só se completaria com a instalação do aparato colonial britânico em Lagos ganhou maior sustentação quando Kosoko passou a ser visto como um usurpador do lugar de seu próprio tio, Akitoye. Este discurso em prol do retorno de Akitoye à posição de obá se constituiu em virtude de seu apoio à instalação de uma missão da CMS em Abeokuta. Mais tarde, após a transferência de Akitoye para o porto de Badagri, o ex-obá também se aproximou dos missionários metodistas Thomas Birch Freeman e William de Graft que, desde 1842, trabalhavam na *Wesleyan Missionary Society*, estabelecida na cidade (Kopytoff, 1965: 47-51). Sob o argumento de que Kosoko não era somente o responsável por tornar Lagos o principal porto negreiro da Costa da Mina, mas que também ocupava indevidamente o mando da cidade, Akitoye atraiu a atenção de religiosos anglicanos e metodistas. Sob este aspecto, um artigo publicado no periódico da *Church Missionary Intelligencer* (CMI) retomava a questão do retorno do obá deposto à Lagos. Publicado em 1872, portanto, 21 anos depois do bombardeio britânico da cidade, o texto analisava em retrospecto as contribuições dos anglicanos na extinção do comércio atlântico de escravos. Neste documento, os ataques de Akitoye contra Lagos em busca da retomada de seu mando, são interpretados como fortes indícios da oposição do antigo obá ao tráfico (CMI, 1872: 125).

Ao demonstrar apoio à fundação de missões religiosas nesta porção do território africano e ao formular um discurso de oposição ao tráfico atlântico de escravos, Akitoye conseguiu mobilizar as tropas navais da Grã Bretanha em seu favor. Em novembro de 1851, um mês antes do bombardeio britânico sobre a ilha, Beecroft seguiu em direção à cidade com o propósito de firmar com Kosoko um tratado antitráfico. Logo que atracou numa ponta da praia, acompanhado por dez embarcações da armada da Grã Bretanha, o cônsul recebeu uma mensagem enviada diretamente pelo obá. Nela havia uma advertência: "se fôssemos em direção a Lagos com 10 barcos, atirariam em nós". Após argumentar sem sucesso junto aos dois interlocutores brasileiros enviados pelo obá para acompanhar a comitiva inglesa – Marcos Borges Ferras e Nobre – o cônsul cedeu à condição imposta e seguiu adiante acompanhado apenas por duas naus. Uma vez em Lagos, Beecroft e sua escolta foram conduzidos à casa de Borges Ferras. Ali permaneceram, por volta de duas horas, à espera de autorização para uma audiência no ìgá (palácio). Depois disso, foram levados até Kosoko, que os recebeu "rodeado de pessoas armadas". Impondo um limite ao ingresso da marinha britânica na cidade, assim como obrigando o cônsul a aguardar até que fosse permitida sua entrada no ìgá e recebendo-o cercado por suas forças armadas, Kosoko colocava em ação os recursos simbólicos disponíveis para definir sua posição de poder e limitar um ataque surpresa à cidade (Verger, 1987: 571).

Em companhia dos dois interlocutores brasileiros, Beecroft sondou o obá acerca da possibilidade de Lagos firmar junto à Coroa Britânica um tratado que garantiria a supressão do tráfico atlântico em seu território.

---

3 A biografia de Samuel Ajayi Crowther foi escrita por Jesse Page, membro da renomada *The Royal Geographical Society*, sediada em Londres. Sua obra reproduz excertos das correspondências enviadas por Crowther aos seus superiores da CMS. A missiva que trata do estabelecimento de uma missão em Abeokuta apresenta Sodeke com outra grafia: Sagbua. A forma de grafar o nome do chefe egba também difere em publicações em língua inglesa. Em inglês Sodeke é escrito Shodeke. Optei pela ortografia mais recorrente na historiografia em português.

Em resposta, Kosoko repeliu a proposta declarando "que não queria assinar nenhum tratado com os ingleses e não desejava sua amizade" (Verger, 1987: 571). A réplica à insubordinação de Kosoko às tropas da rainha Victória veio na forma de um despacho expedido pelo *Foreign Office*, autorizando o ingresso das tropas britânicas na cidade e acrescentando que a ação deveria ocorrer "com todas as forças que pudessem ser reunidas" (Smith, 1978: 25).
Após a autorização direta de Lord Palmerston, então *Foreign Secretary* da Grã Bretanha, teve início os bombardeios sobre Lagos. A primeira ofensiva ocorreu em 25 de novembro de 1851 e resultou na destruição dos barracões dos brasileiros: Marcos Borges Ferras, Nobre e Lima (Silva, 2003: 128). Pouco menos de um mês depois, em 24 de dezembro do mesmo ano, as embarcações *Bloodhound*, *Teazer* e *Victoria* ultrapassaram a barreira que permitia o acesso à rede de canais paralelos à costa. Ao longo deste dia, e no seguinte, a armada britânica permaneceu abrigada em suas naus, enquanto canhões atiravam contra Lagos.

Figura 2: Cidade de Lagos. Rede de lagoas, estuários e canais do entorno.

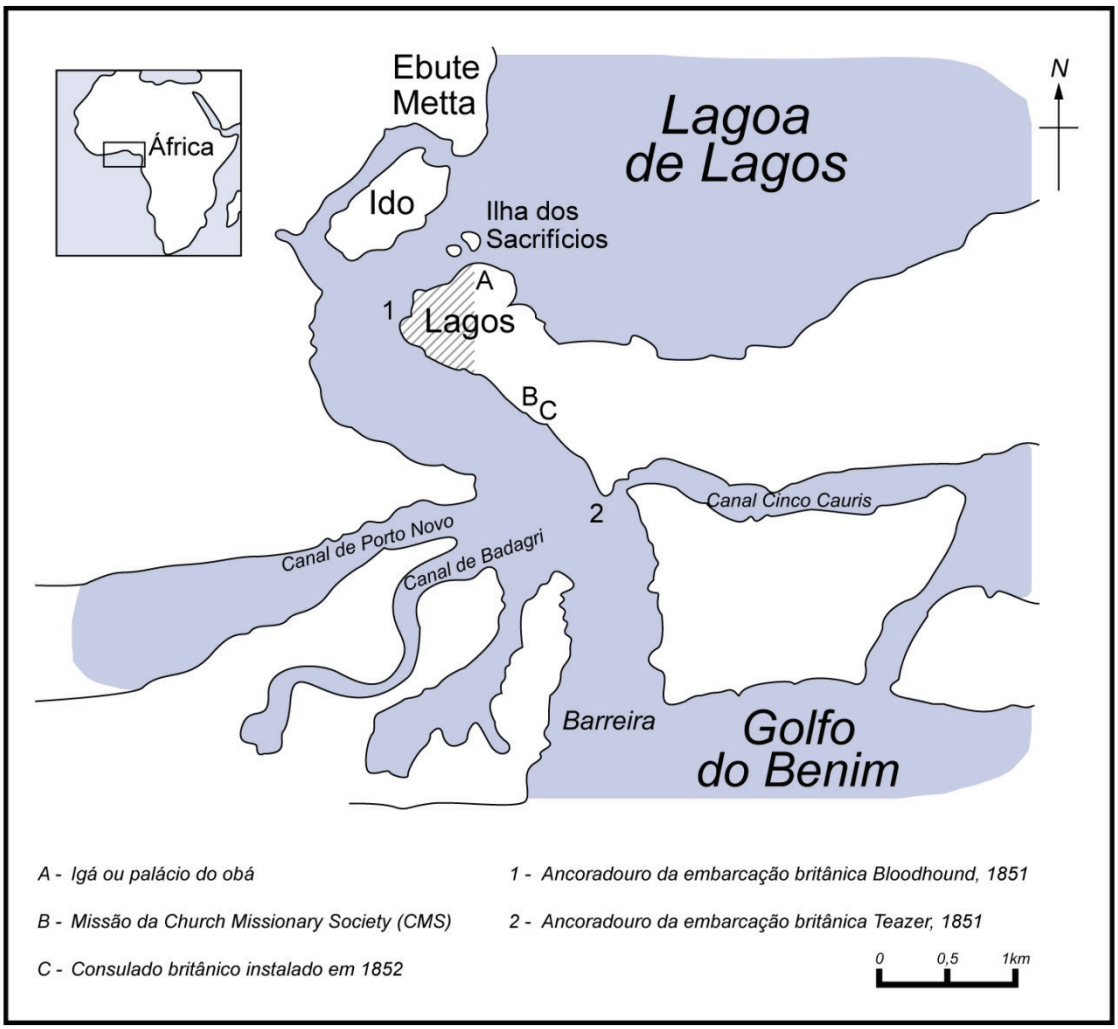

Fonte: Mapa adaptado de SMITH, 1978: 29.

A cidade resistiu por quase quatro dias ao intenso bombardeio promovido pelas forças da Grã Bretanha. No entanto, em 27 de dezembro, depois de um dos tiros de canhão alcançar o depósito de munição do obá, eliminando-o por completo, Kosoko e seus seguidores se retiraram para a cidade ijebu de Epe. A posição de obá foi logo ocupada por Akitoye que firmou um tratado tornando Lagos protetorado britânico. Composto por nove artigos, o tratado bania o tráfico atlântico de escravos, proibia negreiros de permanecerem na cidade e concedia um prazo de três meses para que traficantes convertessem seus negócios ao comércio de bens lícitos (Smith, 1978: 135-137).

As notícias do sucesso da ofensiva sobre Lagos chegaram à Inglaterra somente em 1852. Neste mesmo ano foi publicado um panfleto intitulado *The destruction of Lagos*. Aparentemente, este impresso teve o propósito de sanar os possíveis questionamentos a respeito das ações da armada britânica tomadas neste porto. Sem autoria e com pouco mais de vinte páginas, a publicação se baseava em uma série de citações retiradas de manifestos antitráfico produzidos por oficiais britânicos e missionários cristãos. Apoiando o bombardeio da cidade, considerada "um ninho de pirataria e pilhagem", o documento retomava o discurso acerca da persistência do tráfico. Além deste aspecto, também fazia referência à abnegação dos religiosos que, "distantes da proteção britânica", fundaram missões em Abeokuta e Badagri, "devotando suas vidas à Providência e abrindo o coração da África". Estes dois pontos fundamentavam a argumentação do libelo, que sustentava que "nunca houve uma guerra mais justa, ou mais consagrada" (1852: 21).

Para os anglicanos Charles Andrew Gollmer e John Bowen, cujas trajetórias religiosas incluíram um período de missionação em Lagos, a instalação do protetorado britânico trouxe rápidas transformações à cidade. Em 25 de dezembro de 1852, um ano depois do bombardeio britânico, uma carta escrita por Gollmer e endereçada ao reverendo James White, comentava que a conquista da armada da rainha Victoria tinha o mérito de "romper com as correntes dos infelizes prisioneiros" que aguardavam em barracões o embarque para as Américas. Segundo Gollmer (1889: 65,72), a "tranquilidade e paz" proporcionadas ao trabalho dos religiosos também era sentida entre os moradores da cidade, cujas expressões haviam "mudado de desespero para um sorriso feliz". No entanto, entre os enviados da CMS as expectativas em relação a Lagos não eram uniformes.

Para o bispo anglicano John Bowen o sucesso do trabalho de cristianização estava ligado à capacidade de Lagos se desenvolver economicamente. Depois de desembarcar em Freetown, em dezembro de 1857, Bowen percorreu algumas cidades da Costa da Mina. Lagos foi uma destas cidades. Em março de 1858, o bispo anglicano registrou a chegada de sua comitiva à cidade. De acordo com estes escritos, aquele era "um lugar de importância considerável para o comércio", principalmente depois "do tráfico de escravos ter sido abolido". Por este motivo era necessário "induzir o negro a cultivar seu próprio solo", em especial, trabalhando em lavouras de algodão que serviriam às indústrias de Manchester. Em um futuro bastante próximo, a produção do algodão estabelecida na faixa de terra entre Lagos e o Daomé substituiria o fornecimento norte-americano. Afinal, ainda de acordo com Bowen (1869: 581-582, 594), "o trabalho livre na África pode produzir algodão mais barato do que um senhor de escravos é capaz na América".

A ideia de que a supressão definitiva do tráfico atlântico ligava-se à promoção do comércio legítimo, ao incentivo à produção agrícola e à cristianização não era exatamente uma novidade entre os religiosos da CMS. Antes do bispo John Bowen, o então missionário saro Samuel A. Crowther já havia tratado desta questão. Em junho de 1852, depois de retornar de uma viagem de quinze meses pela Grã Bretanha, Crowther desembarcou em Lagos. Esta foi a primeira ocasião em que o religioso voltou a pisar no porto do qual partiu como cativo trinta anos antes. Sua narrativa marca a emoção de encontrar uma cidade transformada. Segundo este relato, a maioria dos barracões anteriormente empregados para armazenar escravos estava demolida. Nestes lugares plantações de milho e mandioca vicejavam. Os barracões ainda existentes agora armazenavam "galões de azeite de dendê e outras mercadorias, ao invés de escravos presos em correntes e ferros, em agonia e desespero". O missionário que abertamente defendia a associação do proselitismo cristão ao desenvolvimento agrícola e comercial – sintetizados no binômio "evangelho e arado" - atribuía as mudanças percebidas em Lagos à supressão do tráfico. Em razão disto, apenas um ano e meio depois do bombardeio de 1851 o religioso afirmou que a atuação da Grã Bretanha consistiu na "maior libertação já feita em nome deste país [Lagos]". Para ele, ao "libertar" Lagos do comércio de peças cativas, as barreiras que tornavam as viagens afastadas da costa "bastante inseguras", deixaram de existir. Afinal, quando "uma tribo está aberta à outra" seus membros podem "viajar juntos pelo interior em prol do comércio mútuo e do intercurso, enquanto muitos agricultores começam a se sentir seguros para se dedicarem às suas ocupações pacíficas" (CMI, 1872: 125).

Publicadas em um relatório da *Church Missionary Intelligencer* (CMI), as considerações do missionário anglicano revelam a supressão do tráfico como a justificativa central à instalação do protetorado britânico em Lagos. De fato, a historiografia nos mostra que nos meses seguintes ao bombardeio de 1851, a grande maioria dos negreiros que operava na cidade havia trasladado seus negócios para Ajudá e Palma, este segundo um ponto de tráfico controlado por Kosoko. Em razão disto, o comércio de escravos na região da Costa da Mina

continuou a ser praticado nos poucos embarcadouros ainda não conquistados pela armada da rainha Victoria. Para a primeira geração de brasileiros, cuja fortuna e status político se constituíram a partir do negócio atlântico de escravos, a ação britânica sobre Lagos representou um estreitamento de seu espaço político, econômico e social. No entanto, nem todos os brasileiros que viviam em Lagos no século XIX eram negreiros. Desde o início do oitocentos, mas em maior número a partir da Revolta dos Malês ocorrida em Salvador, no ano de 1835, uma segunda geração de brasileiros se estabeleceu na cidade. Composta em sua maioria por africanos libertos e seus descendentes, esta geração ocupou os espaços que surgiram depois de Lagos tornar-se protetorado da Grã Bretanha, em 1851.

2. Lagos: a "Liverpool da África ocidental"

A travessia atlântica de africanos e descendentes, livres e libertos, do Brasil até a Costa da Mina transformou a paisagem humana da cidade e trouxe implicações econômicas, sociais e culturais à sua população. Para o afro-jamaicano Robert Campbell, cuja passagem por Lagos e Abeokuta aconteceu entre julho de 1859 e início de 1860, a maioria dos brasileiros era formada por indivíduos "semi-civilizados". Todavia, alguns deles se mostravam

> Industriosos, empreendedores e, um aqui e outro ali, carregavam consigo algum conhecimento útil em artes que foram, sem dúvida, a forma pela qual realizaram um trabalho gigantesco que, agora alcançou o seu máximo, e precisa ser continuado de um modo ainda mais elevado por indivíduos mais civilizados e da mesma raça os quais, por uma série de razões, estão mais bem adaptados a uma realização bem sucedida. (Campbell, 1861:73)

Apresentando os brasileiros como majoritariamente "semi-civilizados", "industriosos", "empreendedores" e detentores de determinadas habilidades não discriminadas em seu registro, Campbell dava pistas acerca dos propósitos de sua viagem até Abeokuta. Em julho de 1859, os dois únicos integrantes da expedição nomeada *Niger Valley Exploring Party* chegaram a Lagos. Segundo Richard Blackett (1977), a viagem realizada por Robert Campbell e pelo Dr. Martin R. Delany foi financiada por associações ligadas aos interesses da indústria têxtil de Manchester e por filantropos norte-americanos e britânicos. O objetivo desta jornada era firmar um acordo com o alake de Abeokuta, Okukenu, a fim de que libertos vindos dos Estados Unidos pudessem se estabelecer em seu território. Esta missão foi concebida no contexto do retorno de ex-escravos provenientes de diversas partes das Américas para a costa ocidental africana. Posteriormente, a historiografia produzida a respeito deste tema denominou este movimento, situado temporalmente no século XIX, como "back to Africa". Em um momento em que a supressão da escravidão não significava um rompimento efetivo com as condições de existência pregressas, a travessia do Atlântico era vista por muitos libertos como opção por uma nova vida. Guiado por dois filhos do então reverendo Samuel Ajayi Crowther, Josiah e Samuel Crowther, Campbell e Delany partiram de Lagos em direção a Abeokuta. O objetivo da viagem era apresentar ao alake a proposta de fundação de um estabelecimento agrícola, produtor de algodão, situado nas imediações da cidade. Neste sentido, reconhecendo as contribuições dos brasileiros à "civilização" desta porção da África ocidental, Campbell (1861:73) prevenia que havia limitações ao "trabalho gigantesco" realizado por esta população. Para solucionar este problema e dar continuidade às ações iniciadas pelos brasileiros seria necessário estabelecer uma nova população composta por "indivíduos mais civilizados e da mesma raça". Estas pessoas seriam provenientes dos Estados Unidos. Percebidos por Campbell como indivíduos superiores aos brasileiros, estes libertos não apenas impulsionariam a participação comercial de Abeokuta e Lagos no mercado internacional, como também trariam novo fôlego às ações de cristianização promovidas pelos missionários cristãos estabelecidos nestas cidades.

Meses depois de Campbell e Delany firmarem um acordo com o alake Okukenu, o reverendo Henry Townshend e o cônsul britânico Henry Grant Foote questionam a validade do documento. No início de 1860, os dois enviados da *Niger Valley Exploring Party* embarcam para a Grã Bretanha e, em seguida, retornam aos Estados

Unidos. Segundo Blackett (1979), mesmo depois da proposta da fundação da colônia de Abeokuta ser deixada de lado, Robert Campbell retornou à Lagos. Dois anos mais tarde, em março de 1862, o jamaicano, sua esposa e seus quatro filhos desembarcaram no porto lagosiano e fixaram residência na cidade. Sua trajetória foi marcada pela participação na vida pública e política local. Em 1863, fundou o jornal *The Anglo-African*, cuja curta duração – de junho de 1863 a dezembro de 1865 – marcou o início da imprensa não oficial em Lagos. Sua participação em associações científicas e literárias, em especial na *The Lagos Mutual Improvement Society* e na *Lagos Scientific Society*, tornou Campbell um dos líderes intelectuais de seu tempo.

Na década de 1860, as preocupações de Campbell se concentravam nas possibilidades abertas ao estabelecimento de libertos dos Estados Unidos em Abeokuta e Lagos. Todavia, o projeto aventado pelo *Niger Valley Exploring Party* não se concretizou. No ano de 1861, o recém chegado cônsul dos Golfos do Benim e de Biafra, Richard Francis Burton (1863a: 95, 96), reforçou o discurso em torno da invalidação do acordo firmado com Okukenu. Afirmando que "qualquer que seja a propriedade da terra, ela não pode ser doada ou vendida", Richard Burton deixava entrever as intenções britânicas sobre territórios mais distantes da porção litorânea de Lagos. Ao citar Robert Campbell como portador do "auto-concedido título de Comissário do *Niger Valley Exploring Party*", o cônsul deslegitimava a posição do afro-jamaicano que lhe permitiria firmar acordos com chefias locais africanas. O impasse ocasionado pelo documento assinado entre os enviados do *Niger Valley Exploring Party* e o alake de Abeokuta estava relacionado à manutenção da área de influência britânica para além do território lagosiano.

Em agosto de 1861, o então obá de Lagos, Docemo, assinou um tratado de cessão da cidade, tornando-a efetivamente colônia da Inglaterra. Poucos meses depois, Richard Francis Burton assumiu o consulado das baías de Benim e Biafra, com sede na ilha de Fernando Pó. Segundo Gebara (2010: 51), o cônsul britânico realizou, às suas próprias expensas, uma série de expedições pela África ocidental. Entretanto, a missão orientada ao encontro com o rei daomeano Gelele foi a única oficialmente designada pelo governo da Grã Bretanha. A expedição se estendeu de dezembro de 1863 a fevereiro de 1864. As impressões de Burton acerca desta viagem foram publicadas no ano de 1864. Neste relato, Lagos é descrita como uma cidade "pestilenta", cuja população europeia somava setenta pessoas, dentre as quais nove haviam falecido nos últimos trinta dias. A insalubridade da cidade decorria das péssimas condições do ar e das águas que circundavam seu território. Em vista disto, Burton (1864a: 27, 28) afirmava "nenhum homem estará seguro se permanecer em Lagos por uma semana".

Quando o cônsul britânico registrou suas impressões acerca da "arenosa Lagos", a cidade já era colônia da Grã Bretanha há mais de dois anos. As ações que a tornaram mais uma das possessões britânicas na África aconteceram em um momento de valorização da principal matéria-prima exportada em seu atracadouro: o óleo de palma, também conhecido como óleo ou azeite de dendê. Conforme explica Mann (2007: 118-120), a intensificação da atividade industrial na Europa demandava grandes quantidades deste produto. Velas, sabão, ração para o gado e glicerina que, com o tempo passou a ter também uso medicinal, eram alguns dos artigos industrializados que tinham grandes porções de dendê em sua composição. Além disto, o óleo e a noz palma não eram as únicas matérias-primas exportadas pelo porto de Lagos. Ao longo da primeira metade da década de 1860, o algodão se tornou um bem escasso no mercado internacional. A Guerra Civil norte-americana, que se estendeu de 1861 a 1865, praticamente cortou o fornecimento desta mercadoria para as indústrias têxteis britânicas. Em resposta à insuficiência da oferta, a Grã Bretanha passou a estimular o plantio do algodão em seus domínios coloniais. Como o solo e o clima de Lagos não eram favoráveis ao cultivo do produto, foram abertas lavouras em porções do território mais ao interior, nas cidades de Abeokuta e Ibadan. Esta progressiva interiorização da agricultura comercial orientada a atender aos interesses britânicos teve início nos anos de 1860. Nas décadas seguintes, estas lavouras se ampliaram para porções cada vez mais distantes do litoral, seguindo as bacias dos rios Ogun, Oni e, mais ao sul, do rio Niger.

Nas plantações de dendê e algodão, a produção estava condicionada à demanda europeia. Estabelecidas em Lagos, as casas comerciais exportadoras pressionavam intermediários e agricultores para obter um volume cada vez maior destas matérias-primas. Contudo, a intensificação da produção tinha limite. Para Richard Burton, estas limitações estavam na mão de obra. Afinal, "o negro, em seu estado selvagem, faz com que suas esposas trabalhem, ele não, ou melhor, ele não pode trabalhar, exceto quando obrigado (...) ou por necessidade"

(Burton, 1864b: 204). A resposta à escassez de trabalhadores para as lavouras comerciais de algodão e dendê estava no aprendizado fora da África. Sustentando uma dimensão positiva da escravidão, o cônsul dos Golfos do Benim e de Biafra expunha argumentos que, nos dias atuais, poderiam soar como contraditórios a todas as ações britânicas empenhadas em extinguir o tráfico atlântico. No entanto, para Burton, o repúdio ao tráfico e ao cativeiro não necessariamente significava o desmerecimento completo da experiência da escravidão. E, neste aspecto, os "Brazilian emigrants" expunham a função didática do cativeiro, afinal

> O envio do negro da África [para as Américas] é como mandar um garoto para escola; essa é a única chance de progresso do aprendizado de que há mais na vida do que tocar tambor e dançar, falar e cantar, beber e matar (Burton, 1864b: 204)

Em boa parte dos escritos do século XIX – inclusive neste produzido pelo cônsul britânico - o discurso civilizacional estava respaldado em referenciais europeus. Assim sendo, a passagem pelo cativeiro era considerada uma experiência, em determinados aspectos, benéfica. Em outras palavras, o tempo vivido sob o regime escravista se converteria no aprendizado de novos ofícios e na incorporação de padrões comportamentais mais "civilizados". A proximidade com o universo do homem branco, mesmo que por meio da escravidão, "educaria" o africano para o trabalho na lavoura. Esta maneira de conceber a passagem do africano pela escravidão nas Américas se manteve até o final do século XIX.

Em 1889, o então governador da colônia de Lagos, Cornelius Alfred Moloney (1889: 256), escreveu um longo artigo acerca das possibilidades agrícolas e econômicas da cidade e das localidades consideradas sob a "influência de Lagos". Publicado pela revista da Sociedade de Geografia de Manchester, da qual Moloney era parte, o documento refletia a respeito do plantio, colheita e beneficiamento do algodão plantado em Lagos e nas cidades iorubás de Abeokuta e Ibadan, situadas numa porção mais afastada do litoral. Mostrando conhecer os interesses de seus interlocutores, o governador iniciou suas considerações expondo a importância de Lagos. A colônia era um dos destinos das "manufaturas excedentes" produzidas em Manchester. E, em sentido inverso, era de seu porto que partiam embarcações carregadas de matérias-primas. A partir destas considerações iniciais, Moloney (1889: 255) concebe que a "promoção de um desenvolvimento permanente e amplo do seu próprio país [de Lagos] e, como consequência, dos interesses britânicos" estava na "repatriação do negro vindo do Novo Mundo"[4]. Apresentando tabelas que comparavam a qualidade e os preços do algodão produzidos nos Estados Unidos e na colônia portuguesa de Angola, o governador demonstrava domínio sobre o assunto. De acordo com sua argumentação, as lavouras norte-americanas, angolanas e as *plantations* de cana de açúcar no Brasil, eram movidas pelo trabalho africano. Sendo assim, Moloney (1889: 257) questionava: "por que negros daqui [de Lagos] ou repatriados dos Estados Unidos ou do Brasil não poderiam trabalhar em seu próprio país?".

Em busca da resposta a esta questão, o governador de Lagos iniciou uma extensa análise acerca das condições técnicas da produção do algodão, assim como da disponibilidade de mão de obra para o trabalho nesta lavoura. Para Alfred Moloney (1889), a adaptação e o aperfeiçoamento do algodão a ser produzido em Lagos seriam resolvidos por meio dos trabalhos realizados na recém instalada Estação Botânica, localizada na porção continental da colônia, em Ebute Metta, e inaugurada no ano de 1887. No entanto, faltavam lavradores cuja atuação no plantio e beneficiamento do algodão produzissem safras a serem comercializadas no mercado internacional.

Um dos problemas que reduziam a qualidade e, consequentemente, o valor dos bens produzidos em Lagos era a adulteração das mercadorias e de seus pesos e medidas. Segundo o artigo escrito por Moloney, o acréscimo de óleos mais baratos ao óleo de dendê, a mistura de sementes ao algodão colhido, a mescla de cascas à noz de palma, assim como a adulteração de pesos e medidas, tiveram como resultado duas regulamentações: a *Ordinance to Prevent the Adulteration of Produce* (promulgada em fevereiro de 1889), que proibia agricultores

---

4 Moloney se refere a Lagos, ou à África, genericamente, como um país. Este tipo de menção é recorrente neste e também em outros documentos com os quais trabalho.

e comerciantes de recorrerem aos artifícios citados para aumentar o volume de seus produtos, e a *Weights and Measures Ordinance* (em vigor desde agosto de 1889), cujos artigos padronizavam pesos e medidas. Contudo, os problemas assinalados pelo governador persistiam. Era preciso acrescentar à força de trabalho lagosiana "o esforço, inteligência e caráter" dos repatriados. E, justificando esta posição, Moloney argumentava que o trabalho da população negra havia tornado o Brasil um grande exportador de "café, açúcar, algodão, tabaco, mandioca entre outras *commodities* comerciais". Sendo assim, o retorno de "negros treinados" para Lagos traria amplas vantagens econômicas, na medida em que estes indivíduos fossem encaminhados às lavouras comerciais já abertas (Moloney, 1889: 268).

O artigo de Moloney foi apresentado e publicado cerca de um ano depois da abolição da escravidão no Brasil. Neste contexto, o governador anunciava ser "bastante conhecido o desejo de muitos deles [dos libertos] de seguir os passos de seus companheiros que retornaram à África ocidental" (Moloney, 1889: 267). Para tanto, sugeria que as associações de alforria existentes no Brasil, cuja função consistia em promover a compra da liberdade, amparassem africanos e seus descendentes que desejassem voltar ao seu "país de origem". Além disto, propunha a criação de uma linha regular de vapores cujas atividades incrementassem não apenas os retornos para Lagos, mas também o comércio entre o porto lagosiano e cidades brasileiras. Como evidência das possibilidades de ganho com o incremento dos negócios atlânticos, Moloney apresentou um balanço das exportações e importações realizadas, durante o período de 1882 e 1887, entre Brasil e Lagos. Além disto, não era apenas o comércio com o Brasil que interessava o governador de Lagos. Em um momento de crescimento da demanda por mão de obra para atuar nas lavouras exportadoras, o britânico defendia a volta de libertos como necessária ao "estabelecimento de centros de civilização e para a disseminação das habilidades que eles haviam aprendido no hemisfério ocidental" (Moloney, 1889: 268). E, a respeito deste aspecto, reforçava

> os emancipados do Brasil e os negros nos Estados Unidos da América podem, e irão, representar poderosos contingentes. A prosperidade comercial que eles proporcionaram ao Brasil e aos Estados Unidos pode se estender à África (Moloney, 1889: 274/275).

Seguindo os argumentos expostos por Alfred Moloney, libertos norte-americanos e brasileiros estariam não apenas equiparados uns aos outros, como aptos a constituir a "prosperidade comercial" de Lagos. Afinal, como os dados apresentados no artigo sugeriam, a expansão comercial em direção a territórios mais afastados da costa esbarrava no déficit de mão de obra nas lavouras de dendê e algodão. Embora, desde a década de 1860, Lagos fosse percebida, nas palavras da esposa do administrador britânico John Hawley Glover (1897: 91), como a "Liverpool da África ocidental", a posição ocupada pela cidade exigia que seus armazéns estivessem repletos destes bens valorizados no mercado exportador[5]. Algodão, marfim, dendê e seus subprodutos, eram os principais bens comercializados no porto lagosiano neste período. Para solucionar o problema da insuficiência de trabalhadores atuando nas lavouras comerciais, Moloney propunha a transferência de libertos das Américas para as plantações localizadas mais ao interior. No entanto, o governador de Lagos deixava de considerar (ou de mencionar) que a maioria dos libertos vindos de Salvador e desembarcados na Costa da Mina era composta por pessoas cujo trabalho era exercido dentro da cidade e não nas fazendas de cana de açúcar e cacau que circundavam a capital baiana.

Nas Legitimações de Passaporte expedidas pela Polícia Provincial da Bahia, entre os anos de 1824 e 1857, apenas treze libertos registraram a profissão "de lavoura" no documento exigido pelas autoridades provinciais aos interessados em atravessar o Atlântico. Em comparação, de um total de 665 libertos que declararam exercer alguma atividade profissional neste mesmo intervalo de tempo, 440 mencionaram viver "de negócio". Além destes indivíduos registrados sob o termo genérico de negociante, uma atividade prioritariamente urbana, outros ex-escravos também se declararam cozinheiros, alfaiates/costureiras, ganhadores, barbeiros, carapinas/

5 John Hawley Glover foi administrador e, depois, governador de Lagos por quase dez anos, de 1863 a 1872. Sua esposa, conhecida como Lady Glover, publicou em 1897, uma obra que trata da carreira pública do marido.

marceneiros, padeiros, pedreiros, sapateiros, entre outras profissões associadas ao ambiente da cidade (Silva, 2014: 160)[6]. Depois de anos atuando em ocupações urbanas, seria menos provável que estes libertos optassem por se instalar em territórios mais afastados da costa lagosiana, onde as lavouras comerciais mencionadas por Moloney careciam de trabalhadores. Esta pode ser uma das respostas ao insucesso das proposições apresentadas pelo governador de ampliar a produção de dendê e algodão por meio do acréscimo da mão de obra vinda do Brasil.

Considerações Finais

Em 1887, dois anos antes de Cornelius Alfred Moloney se apresentar na Sociedade de Geografia de Manchester, um grupo de brasileiros que participava das cerimônias de comemoração do jubileu de ouro da rainha Victoria entregou em suas mãos uma mensagem endereçada à monarca. Nesta carta o grupo, que se autodenominava brasileiro, felicitava a rainha pelos seus cinquenta anos à frente da Grã Bretanha, desejando-lhe "votos de longo e pacífico reinado". A resposta à manifestação pública de apreço à Coroa britânica foi emitida pelo próprio governador. Referindo-se aos subscritores da missiva como "*the returnees Brazilians*", Moloney elogiou seus membros como "um núcleo admirável de difusão do progresso e da civilização" (Lagos Government Gazette, 11/julho/1887).

A percepção de que os brasileiros constituíam uma parcela da população qualitativamente distinta de outras africanas não era exclusiva deste momento histórico. Mais de três décadas antes, em 1851, o oficial naval Frederick Forbes já indicava os aspectos de diferenciação destes indivíduos. Naquele momento o tráfico atlântico era uma das principais preocupações de Forbes, pois o oficial integrava a marinha britânica que combatia a atividade. Talvez isso explique o fato de a maior parte dos brasileiros arrolados em seus registros ser negreira. Em contrapartida, embora Forbes criticasse duramente as operações destes traficantes, sua narrativa os identifica como "half-educated blacks". Em outros termos, como pessoas cujos anos de cativeiro vividos no Brasil havia lhes proporcionado alguma "educação", mesmo que limitada.

Neste mesmo período, o missionário anglicano Samuel Ajayi Crowther produziu alguns escritos que denunciavam a participação de brasileiros no tráfico. Segundo o religioso, o negreiro mais destacado era Domingos José Martins, cuja atuação junto à chefia de Abeokuta causava transtornos ao estabelecimento da atividade missionária na cidade. Ricos negreiros como Domingos Martins, não apenas proporcionavam ganhos às chefias locais africanas, como também operavam em diversos embarcadouros e diversificavam suas atividades, transferindo parte de seus negócios para o comércio lícito de dendê. Citado por Crowther como uma figura que se interpunha à concretização da missão anglicana em Abeokuta, Martins representava a parcela dos brasileiros que, uma vez estabelecida na Costa da Mina, havia prosperado com o tráfico.

Na década de 1850, os brasileiros eram percebidos pelos britânicos como majoritariamente traficantes, constituindo uma porção da população que, sob a influência britânica e missionária, em breve se dedicaria ao comércio de bens lícitos. Quando Lagos se tornou oficialmente colônia da Grã Bretanha, em 1861, a maneira como estes indivíduos passaram ser registrados nos documentos analisados neste artigo também se modificou. Sob este aspecto, no início da década de 1860, o afro-jamaicano Robert Campbell (1861:73) reconhecia o "gigantesco trabalho" operado pelos "industriosos" e "empreendedores" trabalhadores brasileiros. E, embora se referisse aos brasileiros como "semi-civilizados", seu discurso revelava muito mais seus interesses na fundação de um estabelecimento agrícola constituído por retornados dos Estados Unidos, do que uma crítica velada à persistência destes indivíduos no tráfico. Afinal, depois de 1850, eram poucos os brasileiros que ainda

6 As Legitimações de Passaporte eram documentos expedidos pela Polícia Provincial da Bahia e afiançavam serem verdadeiras as informações fornecidas pelo passageiro à polícia. Estas certidões tinham validade máxima de oito dias, eram numeradas e nelas inscrevia-se o nome do passageiro, local de destino, tipo de trabalho e, em alguns casos, motivo da viagem. Depois de transcrito em um livro de registro de legitimação, o documento era anexado ao passaporte do viajante. Os livros de registro de Legitimação de Passaporte são manuscritos não microfilmados, que estão guardados no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBa).

atuavam no comércio atlântico de escravos que, dirigido a Cuba, continuou existindo, em menor volume, até o ano de 1867 (Law, 2002).

Os libertos que, a partir de 1835, desembarcavam em atracadouros da Costa da Mina, incluindo o porto de Lagos, foram incorporados aos discursos elaborados por funcionários da administração colonial britânica como uma matriz populacional "civilizada". Para o cônsul Richard Francis Burton, a escravidão no Novo Mundo proporcionaria o aprendizado necessário à formação para o trabalho. Ensinando que "há mais na vida do que tocar tambor e dançar, falar e cantar, beber e matar", os escravos aprenderiam o valor do trabalho (Burton, 1864b: 204). E, uma vez instalados novamente em Lagos, atuariam nas lavouras de dendê e algodão.

A ideia de que os libertos vindos do Brasil introduziriam "esforço, inteligência e caráter" (Moloney, 1889: 268), necessários à formação de um sistema agrícola exportador, se constituiu como um dos argumentos em prol da penetração colonizadora pelo continente. Num contexto em que a possibilidade de ocupação agrícola e de ganhos comerciais justificavam a conquista britânica do interior, os brasileiros eram representados como uma matriz "civilizadora" capaz de "ensinar" às populações africanas destes territórios o apreço pelo trabalho nas lavouras exportadoras. A forma como os brasileiros que viviam em Lagos receberam a ideia de que seu grupo se distinguia qualitativamente das sociedades locais e a maneira pela qual esses brasileiros constituíram suas identidades em permanente diálogo com as sociedades lagosianas da segunda metade do século XIX, são temas que pretendo desenvolver ao longo de minha pesquisa de doutorado, atualmente em andamento.

Referências bibliográficas

BOWEN, John (sister) (1869), *Memorials of John Bowen. Late Bishop of Sierra Leone. Compiled from his Letters and Journals by his sister*. London: James Nisbet & Co.

CAMPBELL, Robert (1861), *A Pilgrimage to my motherland, an account of a journey among the egbas and yorubas of Central Africa, in 1859-1860*. New York: Thomas Hamilton.

CMI (1872), *A Monthly Journal of Missionary Information*. Vol.VIII. London: Church Missionary House.

BLACKETT, Richard (1977), Martin R. Delany and Robert Campbell: Black Americans in Search of an African Colony. *The Journal of Negro History*, 62 (1), pp.1 – 25.

BLACKETT, Richard (1979), Return to the Motherland: Robert Campbell, a Jamaican in Early Colonial Lagos. *Phylon*, 40 (4), pp. 375-386.

BURTON, Richard Francis (1863), *Abeokuta and the Camaroons Mountains: an exploration*. vol.I, London: Tinsley Brothers.

BURTON, Richard Francis (1864), *A mission to Gelele, king of Dahome*. 2ª ed. vol.I(a) e II(b) London: Tinsley Brothers.

The Destruction of Lagos (1852), London: James Ridgway. [panfleto anônimo]

DUNCAN, John (1847), *Travels in Western Africa, in 1845 & 1846. A journey from Whydah, through the kingdom of Dahomey, to Adofoodia, in the interior*, vol. I e II. London: Richard Bentley.

Extraordinary Lagos Government Gazette Jubilee, Monday, 11 de julho de 1887. National Archives/UK. CO 150/2.

FORBES, Frederick E (1851), *Dahomey and the dahomans: the joulnals of two missions to the king of Dahomey, and residence at this capital, in the years 1849 and 1850*. vol.I, London: Longman.

GEBARA, Alexsander (2010), *A África de Richard Francis Burton: antropologia, política e livre comércio*. São Paulo: Alameda.

GLOVER, Lady. (1897) *Life of Sir John Hawley Glover*. London: Smith, Elder and Co.

GOLLMER, Charles Henry (1889), *Charles Andrew Gollmer, His Life and Missionary Labours in West Africa.* 2a ed., London: Hodder and Soughton.

KOPYTOFF, Jean Herskovits (1965). *A Preface to Modern Nigeria. The "Sierra Leonians" in Yoruba, 1830 – 1890*, Madison: University of Wisconsin Press.

LAW, Robin (1983), Trade and Politics behind the Slave Coast: The Lagoon Traffic and the Rise of Lagos, 1500 – 1800. *The Journal of African History*, 24 (3), pp.321 – 348.

LAW, Robin (2002), A Comunidade brasileira de Uidá e os últimos anos do tráfico atlântico de escravos, 1850-66. *Revista Afro*-Ásia, 27, pp. 41 – 77.

LAW, Robin (2004), *Ouidah: The Social History of a West African slaving 'port', 1727-1892.* Ohio: Ohio University Press/ Oxford: James Currey.

MANN, Kristin (2007), *Slavery and the Birth of an African City: Lagos, 1760 – 1900*. Indiana: Indiana University Press.

MOLONEY, Cornelius Alfred (1889), Correspondence Affair on the West Coast of Africa. In *The Journal of the Manchester Geographical Society.* vol.V, Manchester: The Manchester Geographical Society.

PAGE, Jesse (1908), *The black bishop, Samuel A. Crowther*. London: Hodder and Stoughton.

SILVA, Alberto da Costa e (2003), *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África.* Rio de Janeiro: UFRJ.

SILVA, Angela Fileno da (2014), *"Amanhã é dia santo": circularidades atlânticas e a comunidade brasileira na Costa da Mina*, São Paulo: Alameda.

SMITH, Robert Sydney (1978), *The Lagos Consulate, 1851-1861*. London: Macmillan Press/Univesity of Lagos Press.

VERGER, Pierre (1987) *Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio.

VERGER, Pierre (1992) *Os Libertos: sete caminhos na liberdade de escravos da Bahia no século XIX*. São Paulo: Corrupio.

GT 34
A construção de representações identitárias de gênero, raça e etnia na mídia

(Des)Igualdade de gênero no tratamento midiático de líderes políticos – análise de caso do *selfie* no velório de Nelson Mandela

Luis Manuel Gil
luismpgil@gmail.com

Scheila Farias Silveira
scheila.silveira@gmail.com

Resumo: Considerando a materialização do mundo como relação entre representação, cultura e linguagem, há vínculo direto entre visibilidade midiática e hierarquias do campo político. Avaliou-se o papel do jornalismo no fomento ou enfraquecimento da representação da mulher durante o exercício de cargo político. O estudo de caso analisa o tratamento midiático dos três líderes que posaram para um autorretrato descontraído (*selfie*) no velório de Nelson Mandela em dezembro de 2013 - Cameron (Grã-Bretanha), Obama (EUA) e Thorning-Schmidt (Dinamarca). Embora os três tenham recebido proporcionalmente o mesmo espaço, resultados mostram que apenas a representação feminina é negativa, constituindo referências a características pessoais (34,4% dos textos), aparência física (15,6%) e vida familiar (29,7%). Concluiu-se que gênero é fator decisivo na interpretação da notícia política por jornalistas, mesmo em países cujos padrões culturais e diretrizes legais favorecem a equidade de gênero.

Palavras-chave: *Gênero; Representação midiática; Jornalismo político; Selfiechave: G*

1. Introdução

O presente trabalho discute como a visão estereotipada de gêneros está presente no jornalismo. Referências interdisciplinares foram utilizadas para melhor analisar os dados obtidos, deixando de lado a crença na objetividade jornalística e a neutralidade da linguagem. Há como início a ideia de que não há sistemas ideológicos neutros (Sgarbieri, 2006), ainda que sua interferência não seja necessariamente intencional.
Deseja-se evidenciar de que maneiras a diferenciação no tratamento de homens e mulheres - em conteúdo noticioso - pode prejudicar a visibilidade da atuação política feminina, em decorrência de processos de sub ou má representação midiática. Parte-se da mesma ótica de Fischer:

> A mídia não apenas veicula, mas também constrói discursos e produz significados, identidades e sujeitos – pressuposto que se fundamenta na articulação dos conceitos de poder, saber e sujeito feita por Michel Foucault. (Fischer, 2001:588)

Em sua atual configuração, o fazer político está intimamente relacionado à visibilidade midiática: o jornalismo é mais uma esfera social de atuação. Isso por que as concepções adotadas pelo público/eleitor são conduzidas pelas ideias a que tem acesso; pode-se inferir, portanto, que seus julgamentos e consequentes decisões são, em

parte, moldadas pelos meios de comunicação. Assim, o jornalismo redireciona ou até mesmo adapta sua visão de mundo, seja ao refletir ideologias ou ao sugerir mudanças na cognição social.

> Esse processo de metamorfose permite a reflexão sobre os caminhos percorridos frente a tradições e, se estes estão sendo codificados a partir das intervenções do/no cotidiano, pois o *fazer* pressupõe se reconstruir a partir de debates advindos da contestação da tradição e a nova forma de pensar contemporaneamente a cultura (Dias, 2014:152).

Sgarbieri, (2006:387) defende que os meios de comunicação de massa, sobretudo, constroem a identidade social devido à sua capacidade multiplicadora. "Por um lado, instauram a possibilidade de novos discursos e, por outro, interferem na construção do nosso cotidiano e na forma como configuramos as relações sociais e a memória", argumenta. Deste modo, a imprensa não apenas estabelece sentidos por meio das representações, mas também institui condições para (novas) identidades se arraigarem.

Consequentemente, considera-se direta a relação ente visibilidade midiática e "hierarquias do campo político" (Miguel & Biroli, 2009:58). A cobertura em detrimento ou apoio a determinado agente político oferece credibilidade ou desconfiança quanto a trajetórias profissionais e o cumprimento com obrigações referentes a cargos. Por isso, criticar analiticamente a presença de homens e mulheres na mídia - neste caso, quanto ao *protagonismo* e à *caracterização* destes atores - revela padrões duplos de tratamento. Ainda que a influência da mídia nas rotinas pessoais do público tenha mudado a partir dos avanços tecnológicos e da pluralização da programação, é inegável que a comunicação de massa continua a moldar o espaço social no que diz respeito à gestão do tempo e à mediação entre os espaços sociais (Miguel & Biroli, 2009:56).

Como, então, minimizar a sub ou má representação da mulher na política? De Moraes *et al veem* a equidade de gênero como algo essencialmente mais amplo do que a mera presença em parlamento ou demais instâncias de representação política. Não deve, portanto, se restringir apenas ao sistema político: é preciso que esforços sejam empreendidos "em outras dimensões não políticas da sociedade, como na renovação dos valores sociais" (2014: 26). Reconhecer o jornalismo enquanto formador de opinião é um passo significativo.

Como regra, mulheres que ingressam nesta arena não tardam a perceber o ônus em enfrentar os estereótipos de gênero. Os meios de comunicação, o Estado, os partidos e o próprio eleitorado se mstram mais confortáveis diante de mulheres que correspondem aquilo que se espera delas (Miguel & Biroli, 2009:70); previsibilidade é um fator dAinda que Barack Obama, HHelleThorning-Schmidt e David Cameron tenham tido igual participação no acontecimento, coube aos pesquisadores avaliar se os três receberam igual tratamento midiático.oi realizado um estudo de caso.

Em 10 dezembro de 2013, durante o velório do ex-presidente sul-africano Nelson Mandela, um episódio envolvendo o presidente americano e os primeiros-ministros da Dinamarca e Grã-Bretanha chamou a atenção da imprensa mundial. Os três líderes posaram para um autorretrato descontraído (*selfie*), em um momento considerado inapropriado. Ainda que Barack Obama, Helle Thorning-Schmidt e David Cameron tenham tido igual participação no acontecimento, coube aos pesquisadores avaliar se os três receberam igual tratamento midiático.

Dados foram extraídos a partir de textos publicados nas imprensas americana, britânica e dinamarquesa. O problema da pesquisa resume-se à pergunta "*Como as mídias nacionais trataram Helle Thorning-Schmidt, David Cameron e Barack Obama a cobertura do episódio selfie, no memorial de Nelson Mandela?*".

Imagem 1. Registro do momento da captura do selfie (fonte: AFP/Getty Images, 2013)

Outras especificidades deste caso diferenciam este trabalho de seus antecessores. Primeiro, por tratar de um período não eleitoral. Segundo, por tratar de líderes de países considerados como de maior qualidade democrática e cujos índices de desenvolvimento, em tese, fazem da disparidade de gênero um problema já superado (Connell, 2009; World Economic Forum, 2014). Por último, por comparar homens e mulheres, enquanto parte significativa da literatura existente se refere apenas a comparações entre candidatas mulheres. Há, entretanto, uma ressalva. Entende-se a representação como resultante de um complexo processo de construção, que flui de maneira constante – ou, como sugerido por Hall (2000), produzido pela prática de estabelecer (conscientemente ou não) identidades e relações entre elas. A mídia tem o poder, portanto, de perpetuar convencionalismos.

> Esta dimensão da representação torna-se ainda mais evidente quando lidamos com produção linguística de natureza jornalística e com seu poder de influenciar as crenças, os valores, as identidades e a memória social (Sgarbieri, 2006:388)

…ao mesmo tempo em que

> A cobertura sobre as mulheres na política também é dependente da autorrepresentação pública, a qual é mais ou menos estrategicamente orientada para as expectativas do ambiente e dependente das circunstâncias específicas. (Holtz-Bacha, 2013:69)

Especificamente no que se refere à visibilidade e sub-representação da mulher no jornalismo político, podemos afirmar que há, sim, tendências e semelhanças comuns que se devem, boa parte, aos critérios de valor-notícia e às rotinas de produção que são padronizadas. Entretanto, a caracterização destas mulheres, uma vez representadas, varia de acordo com os padrões socioculturais do meio no qual se inserem.

2. Revisão bibliográfica

Nos anos 1970 e 1980, o movimento feminista passou a agir em direção à ampliação da esfera política, reconhecendo que, para mudar o dia a dia das mulheres, era antes preciso transformar expressivamente seu entorno social. No meio acadêmico, passou a elucidar a influência das ideologias de gênero na definição do "esquema abstrato subjacente a nossos modos de organização" (Almeida, 2013); na mídia, buscou pluralizar o papel da mulher para além da dona de casa, dando início à pluralização de sua representação enquanto profissional e ser complexo. Nas palavras de Keller (2006:15): ¨fazer política por outros meios

Hoje, falar em emancipação feminina perpassa a intervenção direta nos espaços públicos de tomada de decisão. É óbvia a sub-representarão feminina, face à diminuta presença política em casas legislativas. Apesar da existência de cotas para mulheres - tanto na instância de campanhas e para a composição de foro - informações da União Interparlamentar[1] tornam explícito o desequilíbrio entre homens e mulheres, seja qual for a região sob análise. Mulheres compõem 24,2% dos parlamentos na Europa; 24,1% nas Américas; 21,7% na África Subsaariana; 15,9% nos Estados Árabes; 15,9% nas Ilhas do Pacífico; e 18,5% na Ásia[2].

Os três países estudados ocupam lugar privilegiado no relatório Global Gender Gap 2014. Dinamarca, Estados Unidos e Reino Unido ocupam, respectivamente, 5ª, 20ª e 26ª posição entre 142 países. O ranking tem como base a divisão equitativa dos recursos entre homens e mulheres, independentemente do toral disponível - critérios econômicos, políticos, educacionais e de saúde são referenciados. Soma-se a isso a trajetória de cada: apesar de a política ser considerada um campo predominantemente masculino, cabe lembrar que estes países possuem importantes líderes mulheres em sua história política – o que poderia significar representação midiática mais equilibrada nos dias atuais.

Ao abordar gênero e política, estudos tendem a se concentrar exclusivamente nesta esfera – a presença direta de mulheres em instâncias formais de órgãos políticos. A abordagem é geralmente descritiva, e a maioria desses estudos sobre gênero, política e mídia têm como resultado a percepção de que a mídia reforça a ideia de que as mulheres não são feitas para a competição e, consequentemente, não pertencem à política (partidária). Até o momento, o foco dos estudos sobre gênero e participação política passou da questão da (in)visibilidade das mulheres na política, para a questão da igualdade de condições entre homens e mulheres em cargos públicos de destaque - chegando, finalmente, à caracterização da cobertura midiática delas enquanto líderes (Gidengil & Everitt, 1999).

As referências bibliográficas existentes divergem quanto a abordagem e métodos. Entretanto, cabe a observação de que vários estudos de gênero tratam, na verdade, apenas da condição feminina, ou seja, se referem apenas às mulheres (Evans & Williams, 2013). Pesquisas anteriores já haviam focado na cobertura de campanhas, porém costumam ignorar o dia a dia de líderes em exercício de seus cargos. Maior parte da literatura consultada afirma, também, que a mídia dá destaque às vozes masculinas e banaliza as ações realizadas por pessoas do sexo feminino (Sreberny-Mohammadi & Ross, 1996).

Também se provou que os estereótipos de gênero limitam a ação política das mulheres e sua visibilidade.

> Eleitores utilizam estereótipos de gênero para inferir orientação ideológica dos candidatos, o que os leva a perceber candidatos do sexo feminino como mais liberais do que realmente são. [...] Candidatos do sexo feminino são estereotipados como melhor preparados para lidar com "questões de compaixão", mas são percebidas como menos competentes enquanto líderes, menos experientes e menos cultos do que os homens. (Koch *in* Bligh, *et al*, 2012:561)

Sobretudo, as constatações em torno de gênero, política e mídia mostram que a quantidade de mulheres citadas na cobertura de notícias é reduzida, em comparação com seus colegas do sexo masculino (Gómez-Escalonilla *et al*, 2008; Biroli, 2010) - em outras palavras: há sub-representação das mulheres na cobertura. Além de menos frequente, sua presença é quase que subalterna.

Gidengil and Everitt (1999:49) já haviam registrado que, em se tratando da atuação das mulheres na política, a apresentação midiática destas perpassa um filtro de/por gênero[2], tratando os traços tidos como "masculinos" como padrão de conduta. Esta tese, gendered *mediation*...

> ...desloca o foco do uso de estereótipos femininos para a mais sutil, mas, sem dúvida, mais traiçoeira, tendenciosidade que surge quando os *frames* convencionais são

1 Os percentuais foram obtidos com informações atualizadas até o dia 1º de novembro de 2013. Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>. Acesso em 10 dez. 2013.

2 "The mediated presentation of politics is gendered"(Sreberny- Mohammadi & Ross, 1996:103)

> aplicados aos políticos do sexo feminino. Este *frames* refletem o domínio tradicional dos homens sobre a vida política (Gidengil and Everitt, 1999:49).

Ross (2010) amplia esta noção para a dualidade da mediação: de um lado, a forma como a mídia retrata assuntos por gênero; de outro, como os sujeitos atuam enquanto agentes de sua própria representação mediada. Talvez por isso, a atenção da mídia é desproporcional quando mulheres se comportam de maneira dissonante em relação às expectativas de gênero. Resumindo, os estudos referenciados nessa seção dão conta da relevância da intersecção entre meios de comunicação, gênero e política. Demonstram particularmente que a imprensa os meios de comunicação tomar em consideração o gênero como um atributo central na cobertura de líderes políticos, especialmente por ocasião de disputas eleitorais.

2.1 Representação feminina pelo jornalismo

Quando enfim representadas no jornalismo, as mulheres costumam ser enquadradas sob arquétipos socialmente preestabelecidos para mulheres em posição de poder: *mãe protetora* ou *general solteirona* (Ross & Sreberny-Mohammadi, 2000:93) Desta forma, acabam por apoiar o status quo (masculino como norma). Vejamos, pois, a característica de cada.

- **Mãe**: Diz que mulheres se envolvem em jogos de poder para avançar pautas relacionadas ao bem-estar social. Sob o nome/pretexto da "política de desvelo" (Miguel & Biroli, 2009:69), espera-se a partir destes mulheres ações em nome de saúde, educação, meio ambiente e consolidação da paz. Em suma, trata-se do oposto 'aceitável' aos agressivos traços "masculinos", tidos como inerentes à política.
- **General**: Para ter sucesso em suas carreiras políticas, algumas mulheres evidenciam posturas associadas a traços tidos como masculinos, tais como elevada autoconfiança, domínio, e altos índices de realização (Blight et al, 2012).

Han, otimista, considera menos difícil a rotina pertencente às líderes de alto nível após eleitas do que a corrida eleitoral em si:"se eleger, em oposição ao governo, pode ser o maior obstáculo que uma presidente em potencial enfrentará" (Han, 2007:8). Entretanto, Holtz-Bacha (2013:64) atenua esta visão ao explicar que, ainda que o lidar com a imprensa se torne mais fácil – talvez em função da experiência adquirida – diferenças de tratamento não desaparecem de um todo.
Além da caracterização supracitada, outras constantes quanto ao enquadramento de mulheres pelo jornalismo permitiu aos cientistas sociais identificar padrões de subjugamento.

> Mulheres em exercício são constantemente sujeitas a abordagens e comentários que não são feitos a homens que ocupam as mesmas posições. Detalhamento (*profiling*), descrições da vida social, ou até mesmo detalhes sutis que podem ser menos relevantes são invariavelmente usados na imprensa para representar as mulheres, especialmente aquelas em posições de poder. (Barbara & Gomes, 2010:68)

3. Metodologia

Nos interessa Hall (1997), e suas concepções sobre construção de representações sociais. O autor associa sua materialização no mundo das ideias a uma relação direta entre representação, cultura e linguagem. Como proposto por Sgarbieri (2006), buscamos evidências da articulação entre processos ideológicos de construção de sentido e estruturas formais de linguagem e técnica jornalística. Por trás, o interesse em identificar posições subjetivas e sociais contidas nos conteúdos analisados.

Para o presente estudo, coube-nos a análise de conteúdo por compreendermos que a representação do campo político em conteúdos noticiosos pode reforçar, se opor ou neutralizar posições e estereótipos de minorias. No caso da diferenciação por gênero, pode contribuir para a marginalização das mulheres na política: a representação feminina não se restringe à presença em parlamento; sua atuação em plenário nada mais é do que consequência de um processo que "inclui, notadamente, a discussão pública sobre as questões de interesse coletivo" (Miguel & Biroli, 2009:58).

Embora seja comumente compreendido que as cartas e colunas não representam necessariamente a posição dos meios de comunicação e suas políticas editoriais, entendeu-se para o objetivo desta pesquisa que estes merecem igualmente análise, uma vez que ambos atingem o mesmo público, que poderá ou não distinguir entre as diferentes editorias.

O estudo de caso foi escolhido devido à sua singularidade, como mencionado anteriormente. Este artigo, refere-se, portanto, a uma unidade de análise de ocorrência 'natural', a qual representa uma situação social única que julgamos digna de exploração de maneira qualitativa, naturalista e holística (David & Sutton, 2011) – no caso, envolvendo comparação entre os atores envolvidos. Como técnica de análise, escolhemos análise direcionada de conteúdo, ou seja, com base em pesquisa anterior.

O caso em si também cancelou variáveis como a filiação partidária e da competitividade dos políticos (Atkeson and Krebs, 2008); *glass ceiling* existente no âmbito político (Vos, 2013); e o grau de proximidade ou formalidade na relação entre políticos e jornalistas, devido à frequência de contato (Vos, 2013).

A amostra foi composta por 64 textos publicados em sites de dois dos principais jornais de cada país, entre os dias 10/12/2013 e 17/12/2013. Foram incluídos matérias (N=45), colunas, editoriais e cartas ao editor (N=19); de Politiken e Jyllands Posten (Dinamarca) (N=33); The Washington Post e The New York Times (Estados Unidos) (N=13); e The Telegraph e The Guardian (Grã-Bretanha) (N=18).

Identificou-se os principais conceitos e variáveis como categorias preliminares de codificação. Definições adotadas para cada categoria foram determinadas usando teorias anteriores, como sugerido por Hsieh & Shannon (2005:1281). Para tanto, as categorias de Biroli (2010) foram empregadas.

Categoria	Descrição	Subcategorias	Delimitação
Proeminência dos sujeitos **(centralidade)**	Relevância dada ao sujeito a que se refere; quão (intensamente) expostos ou subjugados no texto	Protagonista	*Descrição:* O texto se preocupa/ destaca o sujeito ou fatos que a ele se referem; agente causador. *Evidências:* papel central enfatizado por sua presença em títulos, no lide ou outro destaque de layout; aspas (citações) diretas.
		Coadjuvante	*Descrição:* Sujeito é apresentado como desempenhando um papel complementar à história; é caracterizado como envolvido no incidente, mas não como agente causador. *Evidências:* papel de apoio confirmado pela presença de informações complementares, citações indiretas e/ou presença mais abaixo no texto, com menor destaque.

		Citado	*Descrição:* Sujeito é marginalizado no texto; referenciado, mas sem mais contextos ou aspas. *Evidências:* dispõe das últimas linhas ou está "oculto" entre outras informações menos relevantes.
Caracterização dos sujeitos	Presença de estereótipos e compreensões nitidamente redutoras de gênero	Personalidade	Qualquer referência ao jeito de ser de um indivíduo em particular, ou que o caracteriza, incluído o que se costuma chamar de temperamento e comportamento, hábitos e gostos.
		Aparência física (corporalidade)	A mera referência (direta ou não) para o corpo, a qual sugere uma forma de direcionar a existência pública da vida privada do sujeito.
		Vida pessoal (privacidade)	As referências a aspectos da vida comumente entendida como o pessoal, íntima, doméstica - essencialmente, esferas não--públicas. Inclui referências aos membros da família.

Tabela 1. Categorias de Biroli (2010), adaptadas para a análise da cobertura referente ao selfie (fonte: desenvolvida pelos autores)

O trabalho de Biroli (2010) teve como base a cobertura dada a quatro políticos brasileiros - sendo três destes mulheres - entre os anos de 2006 e 2007, e concluiu que os meios de comunicação estimulam a má representação das mulheres ao ofuscar sua atuação política com enfoques em suas trajetórias pessoais; suas opiniões, tampouco são consideradas de maneira equivalente à de seus colegas homens. Os resultados por ela obtidos apoiam que o uso de esteriótipos acaba por privilegiar as já convencionais divisões entre masculino e feminino entre atores políticos.

Desta maneira, as categorias de análise foram aplicadas de maneira dedutiva. A codificação foi realizada em planilha com textos extraídos da mostra citada, atribuindo-se valores de presença (1) ou ausência (0) a cada subcategoria. Cada unidade de análise pôde receber escores positivos em mais de uma subcategoria, a partir do conteúdo nela contido.

4. Análise dos resultados

Apresenta-se, pois, os dados decorrentes da análise, bem como sua discussão em vista da literatura consultada. Exemplos do material foram inclusos para ilustrar padrões recorrentes da cobertura do episódio. Traduções para o português foram feitas pela equipe de pesquisadores.

4.1 Proeminência

Houve equilíbrio no número de citações para os três líderes. A primeira-ministra dinamarquesa foi mais frequentemente citada, presumivelmente por ser a dona do telefone; a iniciativa da foto lhe foi atribuída. Thorning-Schmid figurou 35% dos textos, em comparação a 33,5% de Obama e 31,5% de Cameron.
Thorning-Schmidt foi apresentada como protagonista em 52,5% dos 64 textos analisados, entretanto, foi verificado que, enquanto publicações britânicas prezaram por uma exposição equilibrada, americanos e dinamarqueses priorizaram seus próprios líderes. Escores na subcategoria *protagonista* foram de, respectivamente, 38,9%, 76,9% e 75,8%. Dados brutos referentes às subcategorias *coadjuvante* e *citado* encontram-se na Tabela 2.

	Main			Support			Mention		
	Cameron	Helle	Obama	Cameron	Helle	Obama	Cameron	Helle	Obama
Jylland-Posten	2	17	2	5	3	6	9	2	8
Politiken	2	8	3	6	2	6	2	1	2
Denmark	4	25	5	11	5	12	11	3	10
Guardian	3	3	3	3	4	1	2	1	4
Telegraph	4	4	2	3	3	3	4	3	5
UK	7	7	5	6	7	4	6	4	9
NYT	0	0	3	1	1	1	2	2	1
WPost	0	0	7	2	5	1	5	2	0
US	0	0	10	3	6	2	7	4	1
Total	11	32	20	20	18	18	24	11	20
	63			56			55		

Tabela 2. Escores de frequência para a categoria Proeminência dos sujeitos
(fonte: desenvolvida pelos autores)

A proeminência está mais fortemente relacionada à nacionalidade do que gênero, influenciando o volume de exposição concedido a cada um dos sujeitos envolvidos. Ao menos para o caso estudado, pode-se dizer que sub-representação não é um problema uma vez que o efeito de *glass ceiling* é anulado:os políticos, quando em igualdade de condições, têm acesso ao mesmo espaço na mídia. Assim, a frequência desigual de representação entre homens e mulheres (Biroli 2010; Vos 2013; Sreberny-Mohammadi & Ross, 1996) pode, na verdade, estar mais relacionada aos limites do próprio âmbito político, do que se pensava inicialmente.

4.2 Caracterização

Para os políticos do sexo masculino, tornar-se notícia em um enquadramento sensacional implica um comportamento extraordinário, enquanto que para líderes femininas, a dimensão privada, corpórea, está sempre presente nos relatos feitos pela mídia sobre elas (Sreberny-Mohammadi & Ross, 1996); geralmente sob a forma de infoentretenimento (Sreberny-Mohammadi & Ross 1996; Ross 2010.infoentretenimento Bligh et al 2012).
Metade dos textos não mencionaram características pessoais de qualquer um dos políticos. Entretanto, entre os textos que fizeram referência a características pessoais dos envolvidos, 34,4% referiam-se à Thorning-Scmidt; 11% a Obama; e apenas 6,3% a Cameron.

4.2a Personalidade

Quando as mulheres são retratadas em notícias, muitas vezes isso ocorre em matérias sobre mulheres especificamente, de modo que o gênero era a característica mais interessante sobre elas, em vez de sua experiência anterior ou potencial enquanto relevante agente político (Ross et al., 2012:17). A presença ou ausência do termo *mulher* evidencia variações em padrão - mesmo que elogiadas, implica a categorização, distância entre os diferentes tipos de sujeitos políticos. O gênero de Thorning-Schmidt é destacado em maior frequência do que o de Cameron e Obama, como pode ser evidenciado em diferentes trechos, como o abaixo:

> A nossa primeira-ministra é uma mulher apresentável, com grande estilo, capaz de se apresentar tanto no âmbito nacional como internacional. (Politiken, 15/12/2013)

Conforme alguns autores, o fato de que uma mulher alcança o mais alto nível da hierarquia política pela primeira vez, como o caso de Thorning-Schmidt, evoca automaticamente o rótulo de "primeira".

> Objetivamente falando, isso é correto. Mas faz das mulheres objeto de uma atenção especial. […] Observam de perto o que "a primeira mulher" está fazendo, como ela se comporta, se ela faz tudo certo, ou, mais ainda, se ela faz alguma coisa errada. (Holtz-Bacha, 2013:65-66)

Tolices e mancadas, se não 'esperadas' das mulheres, são ao menos mais evidentes do que as cometidas por homens. Isso por que a exposição exacerbada, que poderia servir para fortalecer a presença da mulher na política por meio de sua inserção na agenda pública, pode ser um risco a mais. "A atenção dos meios de comunicação também significa observação e a expectativa ansiosa por um erro", disse (Holtz-Bacha, 2013:66). O material analisado corrobora recorrentemente com esta previsão:

> Será que nossa ministra não tem educação? Como ela pode representar a Dinamarca em uma cerimônia, se comportando como uma colegial? (Jyllands-Posten, 13/12/2013)
> A façanha narcisista da primeira-ministra é apenas uma gota no oceano. (Jyllands-Posten, 14/12/2013)
> Os três líderes desobedientes têm sofrido gozação considerável dos meios de comunicação por suas palhaçadas atrevidinhas. Era um velório, no final das contas. Será que Thorning-Schmidt não recebeu o memorando? (Telegraph, 11/12/2013)

Ao evidenciar comportamentos tidos como impróprios – como a informalidade de solicitar um *selfie* em pleno velório –, jornalistas reforçam a visão de que tais mulheres atuam em uma atividade para a qual não estão destinadas, potencializando a manutenção da crença em sua inaptidão.
O *double bind* de Holtz-Bacha é, talvez, a mais clara demonstração do dilema feminino: segundo o autor, as mulheres estão fadadas ao insucesso.

> Se uma mulher se apresenta como sendo legal, cálcula e agressiva, uma vez que é esperado (comportamento) no ramo político, ela corre o risco de ser rejeitada como uma megera. Se ela recomenda-se com traços supostamente femininos, ela será considerada como não sendo viável para os graves desafios do jogo político (Holtz-Bacha, 2013:63).

Sob esta ótica, é impossível às mulheres políticas o sucesso – seja quais forem suas posturas ou decisões, elas serão, segundo o autor, consideradas impróprias ou insatisfatórias. Mesmo em situação informal, longe

dos gabinetes, homens são representados como mais sérios e profissionais, enquanto mulheres ainda têm sua capacidade de atuação questionada – mesmo quando em igual posição hierárquica.

> As mudanças face à mulher profissional no final do século XX e início deste século podem ser observadas nas referências, por vezes irônicas, feitas nas manchetes e artigos citados. (Sgarbieri, 2006:370)

Dentre os veículos analisados, foi o dinamarquês Jyllands Posten o que proferiu o maior número de referências à relevância profissional da personalidade de líderes - entretanto, dedicou suas críticas exclusivamente à própria primeira-ministra. De maneira semelhante, o Washington Post focou no comportamento de Obama.
Miguel & Biroli (2009:71) explicitam que, tradicionalmente no jornalismo, "são os homens que se colocam na esfera pública, são deles os feitos que merecem ser narrados". De fato, os resultados mostram que não é apenas nos períodos eleitorais que mulheres são consideradas "duplamente noticiáveis" ao assumir comportamentos contrários às expectativas de gênero; mais, que esta cobertura é estereotipada. No geral, a mídia dinamarquesa foi mais dura do que a americana e britânica, mas em todos os casos a escolha de palavras e construção de orações postavam críticas com base em referências de gênero.

4.2b Aparência física

Nos textos analisados, o sexo feminino foi também frequentemente associado a atributos distintos em relação aos destinados ao sexo masculino. Remissões para a aparência física foram praticamente exclusivas à líder dinamarquesa. Em 15,6% dos textos, seu visual foi salientado.

> Ela quer ter uma boa aparência e fazer uma carreira. Enquanto seu método anteriore para seguir em frente era uma bolsa Gucci, o novo é um iPhone 5S (Jyllands-Posten 13/12/2013).
> Como qualquer boa novela, dividiu as jogadoras em arquétipos sexistas: neste caso Thorning-Schmidt cumpriu o papel da tola loira sedutora (The Guardian, 11/12/2013).
> A primeira-ministra dinamarquesa Helle Thorning-Schmidt, equivalente à Cameron Diaz, assegurou o sorriso dele no telefone dela (The Telegraph,11/12/2013).

Em suma, pode-se dizer que muito poucos textos mencionaram - e, mesmo assim, superficialmente - os atributos físicos de Cameron e Obama. No caso do presidente americano, a cor da pele foi citada mais de uma vez. Mais uma vez, os resultados refletem os trabalhos anteriores, consultados na revisão da literatura. Independentemente do comportamento dos políticos, os meios de comunicação de massa tendem a retratá-los segundo enquadramentos pré-estabelecidos.

> Anda é uma coisa como um político se apresenta e outra, o que a mídia faz com isso. É a ela que cabe enfatizar determinados aspectos de eventos e características. Portanto, o comportamento equilibrado de um político não necessariamente aparece como tal na mídia (Holtz-Bacha, 2013:73).

Articulando estas percepções, pode-se dizer que aidna cabe à mulher enfrentar, também no espaço midiático, preconceitos socialmente introjetados nas sociedades a que pertencem – inclusive dentro das redações. Ao longo de estudos de mídia anteriores, parece que a imprensa em geral reafirma que feminilidade e luta pelo poder não são compatíveis. É por isso que, possivelmente, Thorning-Schmidt é um caso excepcional ao fugir dos arquétipos mais comuns: nem *mãe* da nação, tampouco *solteirona*.
O caso de Thorning-Schmidt confirma, mais uma vez, a suposição de Holtz-Bacha (2013:70) de que "àquelas que fogem à regra, reservam epítetos preconceituosos, quando não insinuações veladas de que seriam *masculinizadas*. A imprensa britânica se apressou em tomar emprestado apelido da mídia dinamarquesa para sua primeira-ministra, referindo-se a ela como "Gucci Helle" em alguns artigos. A alcunha até preserva a feminilidade de Thorning-Schmidt, mas instiga um conflito com as expectativas de um político socialista.

Ross et al. (2012: 7) considera estas estratégias de *batismo* como uma forma de "constituir um circuito repetitivo de repúdio" das mulheres na política. Mais uma vez, reforça sua inadequação ao papel que excerce. Com exceção da mídia de sua terra natal, os demais veículos analisados não reconheceram, em primeira instância, que se tratavam de três chefes de estado.
Não por acaso, Fischer identifica as mulheres atuantes na política como "uma mulher permanentemente culpada e em falta, ou sobre alguém que […] oscila entre a falta e a sedução" (Fischer, 2009:594). Embora Helle Thorning-Schmidt não se encaixa como líder masculinizada, ela não foge do tratamento midiático previamente identificado; a cobertura jornalística de mulheres políticas é, ainda, mais provável que contenha temas pessoais, não diretamente relacionados à política (Bystrom et al. 2001; Devitt 2002; Robertson et al. 2003).

4.2c Vida pessoal

A cobertura realizada pelos jornais - especialmente durante os primeiros dias - estava embebida de uma postura tablóide, tratando o ocorrido sob a lente de *flerte/affair* em vez de incidente diplomático. Como resultado, a vida privada, afetiva e doméstica de Thorning-Schmidt (29,7%) foi mais citada do que a de Obama (18,8%) e Cameron (1,6%). O casamento do presidente americano, quando citado, jamais foi posto em cheque em função do comportamento de Obama; ao invés, fora mencionado o comportamento supostamente ciumento de Michelle Obama[3]. Já os demais vínculos jamais são usados de maneira depreciativa.

> A PM dinamarquesa também tem duas filhas, um pouco mais velhas do que Malia e Sasha Obama (Washington Post,10/12/2013).

Contrariamente, os laços de Thorning-Schmidt recebem tratamento oposto. Assim como sugerido por alguns autores, explicitar laços de consanguinidade ou demais vínculos afetivos pode ser outra forma de desacreditar a competência da mulher em alcançar tal nível hierárquico – algo sugerido em relação à dinamarquesa, especialmente na mídia britânica.

> Com 46 anos, lidera o governo social-democrata, é casada com Stephen Kinnock – filho do ex-líder trabalhista, Neil Kinnock (The Telegraph, 10/12/2013).

Holtz-Bacha argumenta que citar vínculos como os de Thorning-Schmidt com tradicionais famílias da política pode gerar dúvidas sobre a legitimidade de sua carreira. Põe-se em cheque se ela realmente fez seu 'caminho até o topo' por conta própria, e com base em suas próprias realizações[4].

> Sem dúvida, nomes famosos e vínculos familiares podem ajudar a carreira política. No entanto, mesmo se as mulheres já fizeram a sua própria carreira na política, o seu sucesso, muitas vezes, passa a ser explicado por ligações familiares. (Holtz-Bacha, 2013:67)

Se, por um lado, referenciar o casamento de Thorning-Schmidt a um político local faz sentido ao aproximá-la dos leitores britânicos, por outro o argumento em reconhecimento a este esforço perde sua força perante a

---

3 Trechos referentes à primeira-dama não foram computados por este estudo, uma vez delimitado que apenas líderes de governo seriam avaliados. É interessante, entretanto, abordar exclusivamente a cobertura dada à Michelle Obama em pesquisas futuras.

4 Ainda que não seja o caso específico de Thorning-Schmidt, é importante lembrar que é bastante comum a existência de mulheres que ingressam na política como *proxies* de parentes impedidos de concorrer ou assumir mandatos, de modo a dar continuidade a seus projetos. A respeito, ver Toscano (1982) e Nascimento (2013).

piada feita publicamente por Cameron durante uma conferência de imprensa traz à terra qualquer defesa. E a imprensa não pôde resistir, mas reverberar, tanto quanto possível.

> Eu não pude resistir à tentação de ser fotografado com um proeminente membro da família Kinnock. (Politiken, 16/12/2013)

Outras sutilezas também podem revelam diferenças em tratamento. A opção por referir-se ao nome ou sobrenome, por exemplo, instaura maior ou menor grau de intimidade e/ou reverência. Referir-se a "Obama", "Cameron" e "Helle" os coloca em patamares diferentes – ou, conforme Holtz-Bacha, diminui a presença feminina "demonstrando que as mulheres não são levadas a sério no negócio político masculino" (2013:71).

5. Considerações finais

A representação política em países democráticos pressupõe que, com o voto como concessão de autoridade, líderes representem interesses, opiniões, perspectivas e, por que não dizer, comportamentos de seus apoiadores. A presença midiática, por sua vez, é a plataforma de prestação de contas em relação à confiança depositada. É por isso que, apesar de se tratar de uma "forma de representação, informal, difusa, imprecisa, que depende de adesões por vezes pontuais e revogáveis a qualquer momento" (Miguel & Biroli, 2009:60). É no jornalismo político que se (trans)formam opiniões que, posteriormente, tornam-se escolhas.

A mídia, em especial por meio do jornalismo, reconhece este papel privilegiado de, primeiro, formador de opinião, e de educador, em segunda instância. Fischer realça como estratégia empregada neste propósito o reforço da prerrogativa de acesso privilegiado à informação (inclusive por meio de técnicas de linguagem). Para atribuir mais relevância aos conteúdos transmitidos, a mídia faz uso da intimidade – inclusive a do público – para que seu conteúdo seja reconhecido como *verdadeiro* em vez de *verossímil*. Assim, permite a emissor e receptor "até mesmo de se autoavaliar ou autodecifrar, a partir do constante apelo à exposição da intimidade que, nesse processo, torna-se pública" (Fischer, 2001:587).

É verdade que diferenças entre homens e mulheres vão muito além da dimensão corporal, mas ainda se referem a características físicas. As noções de feminilidade e masculinidade na mídia contemporânea continuam sendo negociadas na forma como elas foram concebidas gerações atrás: persistente a presença de estereótipos, assim como a hegemonia dos traços masculinos em todos os aspectos da vida social que impliquem concorrência. Dos esportes, onde o objetivo é competir ao demonstrar aptidão física, às corporações, onde a ideia é de forma semelhante retratar as competências de gestão, onde as narrativas masculinas imperam.

Talvez não seja o caso, então, questionar a constante exposição das qualidades não-profissionais de Thorning-Schmidt, desde que esta ocorra em condições análogas a de seus pares. Dinamarca, Estados Unidos e Reino Unido são considerados países socialmente progressistas, com estruturas normativas e culturas que privilegiam o tratamento igualitário de seus cidadãos, independentemente de seu gênero. Ainda assim, eles demostram o quão necessário é continuar a promover, conscientemente, uma cobertura mediática equilibrada.

Pesquisas adicionais poderiam (1) Concentrar-se no aspecto visual do incidente, como o destaque dado à fotografia específica da série; (2) Considerar os relacionamentos entre jornalistas e políticos; (3) Considerar o gênero dos autores dos textos; (4) Sondar se a orientação política do jornal influiu na cobertura.

Agradecimentos

Ao professor Teke Jacob Ngomba, pela orientação; e às colegas Christine Wendel, Madalina Paxaman e Nouran El Behairy pela compilação e análise dos dados.

Referências bibliográficas

AFP/Getty Images. (2013). *Children, behave*. Londres. (Fotografia). 11 de dezembro de 2013. disponível em: http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/nelson-mandela/10511140/Mandela-memorial-selfie-If-President-Obama-acts-like-this-dont-blame-teenagers.html.

Almeida, C. (2013). Participação e representação política no debate feminista. *Revista Espaço Acadêmico*, 13(147), 01-12.

Araújo, C. (2004). Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das Mulheres. *Revista de Sociologia e Política*, 24 (24), 193-215.

Atkeson, L. & Krebs, T. (2008). Press Coverage of Mayoral Candidates The Role of Gender in News Reporting and Campaign Issue Speech. *Political Research Quarterly*, Vol. 61, n. 2, p. 239-252.

Barbara, L., & Gomes, M. C. A. (2010). A representação de Dilma Rousseff pela mídia impressa brasileira: analisando os processos verbais. Letras, Vol. 20, n. 40, p. 67–9.

Biroli, F. (2010). Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras:ausências e estereótipos. *Cadernos Pagu*, Vol. 34, p. 269-299.

Bligh, M., Schlehofer, M., Casad, B., & Gaffney, A. (2012). Competent enough, but would you vote for her? Gender stereotypes and media influences on perceptions of women politicians. *Journal of Applied Social Psychology*, Vol. 42, n. 3, p. 560-597.

Bystrom, D. G., Robertson, T. A., & Banwart, M. C. (2001). Framing the Fight An Analysis of Media Coverage of Female and Male Candidates in Primary Races for Governor and US Senate in 2000. *American Behavioral Scientist*, 44(12), 1999-2013.

Connell, R. (2009). Gender: Short introductions. *Polity*.

David, M. & Sutton, C. (2011). Social Research. An Introduction. 2nd Edition. *Sage*.

de Moraes, T. P. B., Santos, R. M., da Silva Torrecillas, G. L., & de Souza Leão, E. C. (2014). *Mulheres, Política e Sub-representação.* Um Estudo Sobre a Correlação entre Qualidade da Democracia, Ideologia e Mulheres nos Parlamentos

Devitt, J. (2002). Framing gender on the campaign trail: Female gubernatorial candidates and the press. *Journalism and Mass Communication Quarterly*, 79, 445–464.

Dias, A. F. (2014). Dos estudos culturais ao novo conceito de identidade. *Revista Fórum Identidades*.

Evans, M. & Williams, C. (Eds). (2013). Gender:The Key Concepts. Routledge.

Fischer, R. M. B. (2001). *Mídia e educação da mulher:uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV*. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Fraser, N. (2007). Mapping the feminist imagination:from redistribution to recognition to representation. *Revista Estudos Feministas*, 15(2), 291-308.

Gidengil, E. & Everitt, J. (1999). Metaphors and Misrepresentation Gendered Mediation in News Coverage of the 1993 Canadian Leaders' Debates. The Harvard International Journal of Press/Politics. Vol. 4, n. 1, p. 48-65.

Gómez-Escalonilla, et al., (2008). La imagen de la mujer política en los medios de comunicación. *Feminismo/s*, Vol. 11, p. 59-71.

HALL, Stuart. Identidades culturais na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HALL, S. Representation: cultural representations and signifying practices. Londres: *Sage*, 2000.

HAN, Lori Cox. Is the United States really ready for a woman president?. In: HAN, Lori Cox; HELDMAN, Caroline (Eds.). Madam President. *Are we ready for a woman in the White House?*. Boulder, CO: Lynne Rienner, 2007. p. 1-15.

Holtz-Bacha, C. (2013). Quem cuida das crianças? A representação das mulheres do alto escalão político pelos media. *Compolítica*, 3 (2), 45-60.

Hsieh, H. & Shannon, S. (2005) Three Approaches to Qualitative Content Analysis. Qual Health Res, Vol. 15, p. 1277-1288.

KELLER, E. F. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cadernos Pagu*, Campinas, nº 27, p. 13-34, julho/dezembro/2006.

Miguel, L. F., & Biroli, F. (2009). Mídia e representação política feminina:hipóteses de pesquisa. *Opinião Pública*, 15(1), 55-81.

de Moraes, T. P. B., Santos, R. M., da Silva Torrecillas, G. L., & de Souza Leão, E. C. (2014). Mulheres, política e sub-representação: Um estudo sobre a correlação entre qualidade da democracia, ideologia e mulheres nos parlamentos. *Derecho y Cambio Social*.

Nascimento, M. A. (2013). Mulheres que fazem política. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, 14(104), 225-232.

Ross, K. & Sreberny-Mohammadi, A. (1997). Playing house. Gender, politics and the news media in Britain. Media Culture Society, Vol. 19, p. 101-109.

Ross, K. & Sreberny-Mohammadi, A. (2000). Women in the House: Media Representation of British Politicians." In Gender, Politics and Communication, eds. Annabelle Sreberny and Liesbet van Zoonen. Cresskill: Hampton Press, 79-99.

Ross, K. (2010). Gendered Media:Women, Men, and Identity Politics. *Rowman & Littlefiled*.

Ross, K., & Comrie, M. (2012). The rules of the (leadership) game: Gender, politics and news. Journalism, 13(8), 969-984.

Ross, K., Evans, E., Harrison, bL., Shears, M., & Wadia, K. (2013). The Gender of News and News of Gender A Study of Sex, Politics, and Press Coverage of the 2010 British General Election. *The International Journal of Press/Politics*, 18(1), 3-20.

Sreberny-Mohammadi, A. & Ross, K. (1996). Women MPs and the media:Representing the body politic. *Parliamentary Affairs*, Vol. 49, n. 1, p. 103-115.

Sgarbieri, A. N. (2006). Representações do gênero feminino na mídia impressa. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 1, 366-371.

de Sousa Silva, P. G., & Lapa, P. M. (2014). Lugar de Mulher é no Parlamento. *Agenda Política*, 2(1), 116-142.

TOSCANO, Moema. A mulher na política. In: TABAK, Fanny; TOSCANO, Moema. *Mulher e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 133p.

Vos, D. (2013). The Vertical Glass Ceiling:Explaining Female Politicians' Underrepresentation in Television News. Communications - The European Journal of Communication Research, Vol. 38, n. 4, p. 389-410.

World Economic Forum (2014). The Global Gender Gap Report 2014. Electronic resource:http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2014/

O capital político como propulsor de candidaturas femininas: observando a teoria na propaganda eleitoral a deputação federal em 2010/RS.

Landa, Marina dos Santos
marislanda@gmail.com

Resumo: O artigo busca contribuir com a discussão sobre a tímida presença de mulheres na política, partindo de uma reflexão teórica de dois conceitos fundamentais da obra de Pierre Bourdieu: campo político e capital político. O objetivo é demonstrar como ambos regulamentam a atuação dos indivíduos pertencentes ao campo político, dando ênfase ao que acontece com as candidaturas de mulheres. Para tal, fez-se um estudo de caso analisando as condições que as candidaturas femininas a deputação federal no Rio Grande do Sul foram apresentadas nas últimas eleições, em 2010. Por fim, os dados permitem concluir que frequentar a atração de horário nobre é um privilégio restrito a apenas algumas candidatas, com trajetórias de destaque e carreiras políticas consolidadas. Assim sendo, não há nenhuma ligação com as exigências da lei de cotas.

Palavras-chaves: Candidaturas de mulheres; Eleições 2010; Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral; Campo Político.

INTRODUÇÃO

Vitória no Executivo Nacional, retrocesso nos Estadual da Federação e frustação no Legislativo marcaram o pleito eleitoral de 2010 no Brasil. É válido lembrar que a eleição será lembrada como marco na luta pela presença feminina na política, pois pela primeira vez na história política brasileira, pois duas candidatas estiveram entre os três principais concorrentes à presidência da república, sendo uma delas eleita para governar o país: Dilma Rousseff.[1] Infelizmente, os resultados também revelaram que a luta por representações mais igualitárias ainda transmita por uma via de difícil acesso. A oportunidade de mulheres aspirantes aos cargos políticos, especialmente em se tratando dos cargos legislativos, ultrapassarem a barreira de simples candidatas e desenvolverem uma carreira vitoriosa continua sendo uma realidade restrita a poucas mulheres.

Sendo assim, o artigo busca contribuir com a discussão partindo de uma reflexão teórica de dois conceitos fundamentais da obra de Pierre Bourdieu: campo político e capital político. O objetivo é demonstrar como ambos regulamentam a ascensão dos indivíduos pertencentes ao campo político, dando ênfase ao que acontece com as candidaturas de mulheres. Nesse sentindo, sugere-se que a tímida presença de parlamentares mulheres no cenário político está condicionada ao capital político delas, e que este teria capacidade de influenciar no tratamento diferencia dado aos candidatos durante as eleições, sendo um desses espaços o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE).

Dessa forma, a hipótese central do artigo entende que para alcançar visibilidade eleitoral e apoio partidário total qualquer candidato ou candidata necessita preencher uma série de atributos pertinentes ao campo, compreendidos como o capital político. Para validar a hipótese fez-se um estudo de caso analisando a presença das candidatas a deputação federal no Rio Grande do Sul no HGPE, pelas ultimas eleições válidas em 2010.

O está artigo foi dividido em três momentos. Na primeira sessão foi introduzido o debate teórico acerca dos dois conceitos fundamentais abordados no artigo: campo político e capital político. No segundo momento foi feita uma reflexão acerca da importância do HGPE e suas implicações para as candidaturas. Por fim, na

1 Na disputa pela Presidência da República os três principais candidatos ao cargo eram Dilma Rousseff (PT), José Serra (PSDB) e Marina Silva (PV). Dilma Rousseff foi eleita no segundo turno, após ganhar a disputa de José Serra.

terceira parte são exibidos os resultados da pesquisa de campo e as informações das candidaturas em destaque no HGPE.

Arcabouço teórico

A concepção de um campo político, que orienta e ao mesmo tempo restringe a participação dos agentes sociais na política tem muito a contribuir com explicações sobre como o espaço da política institucional. O conceito, por exemplo, facilita a compreensão de como é organizado o jogo político e também como a própria estrutura política regulamenta a ação dos agentes, internos (candidatos) e externos (votantes) ao campo. Na questão da representação feminina, a teoria possibilita uma nova leitura sobre os espaços disponíveis para o florescimento de candidaturas femininas, pois, elas como agentes iniciadas no campo, também, estão sofrem as restrições do campo, de acordo com a posição interna e o capital político que possuem.

O campo político deve ser compreendido como um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social, relativamente autônomo, no interior de uma grande teia social, onde existem outras dezenas de campos, formando um macrocosmo social. Cada um conta com um grande número de propriedades específicas, relações entre os sujeitos, ações e processos, que também estão dispostas no mundo global. A diferença consiste em que esses fenômenos, organizam-se de uma forma peculiar, ou seja, seguem as regras específicas dependendo do campo, podendo não operar valores em outros campos (BOURDIEU, 2012).

Essa relativa autonomia, demarca um limite, uma separação entre os profissionais e os profanos. Desse modo, o campo não está aberto para todos que postulem ingressar nele, de tal modo, um dos exemplos mais comuns a enfrentarem restrições é o de mulheres. É bastante comum escutarmos discursos no senso comum estabelecendo que homens possuem maiores pré-disposição do que mulheres para assumirem cargos políticos. Contudo, segundo a teoria bourdiana, estas aptidões, de fato, são postas de forma desigual, mas não pela natureza sexual do individuo, mas porque existem condições sociais que regulam a acessão no campo.

A partir dessa perspectiva, a restrição, naturalizada pelo gênero, sede lugar a disputa entre capitais políticos. O capital político pode ser definido como um importante conjunto de recursos que, geralmente, atuam como mediadores da posição de um agente dentro do campo político. Para avaliar a força do capital político de um candidato, primeiramente, é preciso conhecer o peso político de seu partido e a posição ocupada pela pessoa na estrutura. Devem ser incorporadas ao conceito questões relativas a trajetória política dos candidatos: a capacidade de articulação, de contatos, o histórico de vitórias em eleições passadas, o exercício de cargos anteriores e, finalmente, os recursos financeiros dos candidatos. Pode-se pensar no capital político como uma condição essencial para se destacar dentre os demais candidatos em uma eleição, como se existissem "filtros" para delinear o poder de cada candidatura.

Em se tratando da situação das mulheres, o caminho para adquiri-los costuma ser bastante complicado, já que são muitos os fatores que podem interferir na aquisição destes:

> As mulheres encontram constrangimentos específicos para gerenciar suas carreiras, vinculados, sobretudo, às suas obrigações domésticas, que muitas vezes impedem uma dedicação à política similar à dos homens e impõem ônus que eles não encontram. Por exemplo, uma mudança de local de moradia, que frequentemente é exigida para o progresso na carreira política, costuma ser mais custosa para mulheres do que para homens. (MIGUEL; BIROLLI, 2010, p 664).

É verdade que, não são apenas as mulheres que se deparam com dificuldades para construir uma carreira política estável. É possível identificar um primeiro obstáculo bastante limitador a todos os indivíduos: o tempo livre[2], pois quem construir uma carreira de sucesso precisa dedicar grande parte do seu tempo pessoal para

2 Ainda assim, no caso das mulheres existem limitações de tempo que acabam por desgastá-las mais que a qualquer outro

a vida pública, este primeiro empecilho vem ao encontro do segundo: disponibilidade de renda. É preciso ter um excedente econômico que possibilite aos candidatos dedicação completa as campanhas eleitorais e, por conseqüência, ajude no seu próprio financiamento de campanha. Ainda é plausível citar outro fator: a importância das relações públicas, muitas vezes é herdada da família, facilitando a introdução dos indivíduos ao campo.

Dessa forma, sugere-se que uma série de restrições impostas aos cidadãos comuns, fazendo com que a grande maioria não tenha a chance de ter destaque no mundo político. Desta maneira, o campo político deve ser descrito como uma arena em que apenas certo número de pessoas, as que preenchem as condições de acesso, tem o privilégio de jogar este jogo particular, do qual tantos outros serão excluídos. Nas próprias relações internas há dominantes e dominados, todos estão em busca de ascensão e poder.

> Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência suas estratégias. (BOURDIEU, 1997, p.57.)

Na medida em que o campo político se desenvolve e as relações sociais também se modificam, a política avançou em novas direções, houve o fortalecimento dos partidos políticos e também se institucionalizam papéis e tarefas. Nessa conjuntura, o conceito de capital político adquire importância valiosa. Os partidos se organizam de forma a selecionar as candidaturas com maiores chances de vitória, dessa forma apenas candidaturas mais fortes recebem destaque nas campanhas eleitorais. A própria vivência no campo se encarrega de fornecer este capital, ou seja, é a trajetória do político que estabelecerá as vantagens de uns sobre os outros. Repetimos, todos os candidatos, independente do gênero, podem construir uma trajetória de sucesso na política e se consolidarem no campo, entretanto, a história tem mostrado, como já mencionado anteriormente, uma tímida presença de mulheres nas arenas políticas. Quando se aplica na teoria a realidade, observa-se que as mulheres são os agentes que encontram maiores obstáculos para a construção de uma carreira sólida.

> A dificuldade no acesso aos recursos materiais necessários à participação política contribui para explicar a baixa presença feminina. Suas obrigações no espaço doméstico, seu menor acesso ao dinheiro e a relativa impermeabilidade das redes políticas às mulheres são fatores que pressionam, para baixo, as chances de sucesso na política eleitoral. (MIGUEL; BIROLLI, 2010, p. 671).

Após uma breve consulta ao histórico de candidaturas no cenário proporcional, é possível observar que as mulheres estão participando em maior número das listas partidárias eleitorais, quer dizer, então, de fato, sendo lançadas para concorrer, entretanto, o problema está na ênfase dada para essas candidaturas[3]. Neste sentindo,

---

concorrente. Na maioria das vezes elas já possuem uma dupla jornada de trabalho, visto que são as responsáveis pelas funções no espaço privado (serviço doméstico), além de terem suas responsabilidades no trabalho fora de casa (serviço remunerado), o que torna mais difícil para concretizar uma candidatura forte e se dedicar ao mundo politico. Para ver mais detalhes, consulte Perez 2006.

3 Ressalta-se aqui o benefício conquistado pela Lei de Cotas, pois devem constar no mínimo 30% e no máximo 70% de ambos os sexos. A ação afirmativa vem ampliando lentamente o número de candidatas, porém com resultados ainda limitados em termos de sucesso eleitoral. As mais recentes alterações no regimento eleitoral datam de 2009, desta vez a Lei nº 12.034 trouxe três significativos avanços em relação às ultimas versões da norma. O primeiro deles é referente ao Art.44 que garante um percentual de 5% do fundo partidário à criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política para o sexo feminino. Também traz uma novidade quanto à adição de punições: o partido que não cumprir essa disposição deverá, no ano posterior, adicionar mais 2,5% do Fundo Partidário para o mesmo fim. O segundo

Miguel e Birolli tem razão ao afirmar que "o problema não se concentra, assim, no acesso dos diferentes indivíduos ao campo político, mas nos mecanismos que os diferenciam *internamente*, legando-lhes posições de maior ou menor centralidade" (MIGUEL; BIROLLI, 2010, p. 673). Nesse sentido, como a visibilidade dos candidatos é definida pela importância de sua candidatura, e é preciso reconhecer o capital político adquirido/acumulado pelas candidata ainda é muito aquém do dos homens, e seu poder de autonomia é muito limitado, consequentemente apenas uma minoria consegue se destacar e chegar as principais posições nas eleições. Como alega os autores Miguel e Birolli "A alternativa não é entre inserção e exclusão. Há formas de inserção marginal, em que a capacidade de transformar a dinâmica de funcionamento do campo é muito limitada." (MIGUEL; BIROLLI, 2010, p. 273).

O horário gratuito de propaganda eleitoral

Bourdieu, ainda em suas descrições do funcionamento dos diferentes campos, destaca uma peculiaridade no campo político: por maior que seja sua autonomização, por maior que seja sua distância em relação aos cidadão, quer dizer, por mais que poucos tenham a legitimidade para o *fazer político*, ainda sim sempre precisarão passar pela aprovação dos indivíduos pelos quais estão representando na eleição.

É nesse contexto que se deve explicar o fortalecimento de um novo agente no campo da política, que pelo menos nos últimos sessenta anos tem modificado completamente a forma de fazer política: a mídia, principalmente a mídia televisiva (BOURDIEU, 1997) . A televisão é capaz de influenciar a massa de telespectadores e, hoje, é um dos maiores meios de comunicação, talvez o mais eficiente para levar informação.

Segundo o teórico, é bastante simples medir a importância e a influência de um agente: "reconhece-se a presença ou existência de um agente em um campo pelo fato de que ele transforma o estado do campo (ou que, se o retiramos, as coisas se modificam significativamente)" (BOURDIEU, 2011, p.202). Esta parece ser a situação que a mídia se encontra hoje, ela consegue transformar o estado do campo, pois é na mídia que a grande maioria dos partidos, candidatos e representantes eleitos se expõem para o restante do mundo social, e é quando o campo tende mais a se expor, estar sujeito a julgamentos. Além de a mídia ser o melhor lugar para estabelecer contato com a grande maioria dos cidadãos, que não participam diariamente da política, pois, ao ligarmos uma televisão, mesmo que não se queira, o assunto chega até você.

Com o intuito de relacionar a teoria abordada com a empiria, foi escolhida como ferramenta de investigação o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Aqueles minutos diários preciosos, disponibilizados para que os partidos possam, em rede aberta nacional, expor seus programas partidários e projetos e, sobretudo, para apresentar e fazer propaganda de seus candidatos. Como demonstrássemos a seguir, o HGPE funciona como um espelho da situação das mulheres na política e de como acontece a participação feminina nas eleições. Cenário que será exposto minuciosamente a seguir, quando serão introduzidos os resultados do mapeamento do programa eleitoral do Rio Grande do Sul.

A exposição midiática deve ser cautelosa, as estratégias devem ser tomadas visando conquistar a eleição, o que está em disputa é a ampliação dos espaços de poder ou, pelo menos, a manutenção daqueles já conquistados. Então, novamente, entram em questão os jogos políticos selados no interior do campo, pois é momento de decidir em que candidaturas irão apostar suas melhores fichas, e nem sempre o processo é simplesmente democrático. É período de selecionar, dentre os agentes do pleito, quais oferecerão as condições necessárias para despertar interesse no eleitorado. Assim, os espaços privilegiados e os destaques são destinados aos candidatos julgados com maior popularidade com os votantes pelo partido, justamente os dotados de maior capital político.

Aqui fazemos novamente um adendo, uma carreira política considerada bem sucedida e que possivelmente será destacada no HGPE, independente do gênero, depende de outras variáveis para o sucesso eleitoral. Sem

---

avanço, diz respeito ao Art.45 que garante ao menos 10% do tempo de propaganda partidária para promover e difundir a participação política feminina, fora dos anos eleitorais. Já a terceira melhoria concerne ao Art.10, essa garante no mínimo 30% de presença de mulheres nas listas partidárias, sendo necessária a ocupação das vagas.

dúvida, possuir um mandado (reeleição), cargos públicos anteriores, recursos financeiros (arrecadação de campanha), além de ter uma trajetória política bem consolidada são fatores muito relevantes e interferentes na própria condução do horário eleitoral. Conforme esclarece Cervi, espaços privilegiados são destinados segundo o próprio histórico dos candidatos:

> As próprias características de origem dos candidatos impõem diferenças. Por exemplo, enquanto existem candidatos em disputa pela primeira vez ou sem ocupar cargo no Estado, existem aqueles que estão concorrendo à reeleição, dotados de mais voz e poder decisório nas estruturas partidárias. Há também os que ocupam cargos nomeados no aparato estatal ou os que fazem parte da estrutura partidária propriamente dita. (CERVI, 2011 p.3).

De igual importância que reeleição e trajetória política está o financiamento de campanha, no Brasil, a importância é ainda maior, pois a capitalização dos recursos para a realização das campanhas eleitorais provém das esferas publica e privada, ou seja, o financiamento é misto. No tocante ao financiamento público, este é composto pelo fundo partidário, que é repassado aos partidos por parte da União, e a disponibilidade de horário reservado no radio e na TV. Dessa forma, o HGPE é um componente dos recursos públicos, e é também uma tentativa de equacionar as candidaturas.

Já os recursos privados seguem outra lógica de funcionamento, pois parte considerável da campanha fica a cargo dos candidatos. "São os candidatos dos partidos ou coligações que na prática disputam o voto. Também são estes que arrecadam grande parte dos recursos de suas campanhas, e que por lei devem prestar contas à justiça eleitoral" (SACCHET, 2012, p.180). O resultado é que as circunstâncias tornam a favorecer os candidatos com maiores "capitais de giro", enquanto a estes são dadas amplas chances de divulgação para promover suas campanhas em grande escala, ou seja, além do HGPE, para os candidatos com orçamentos reduzidos a única esperança é contar com o repasse do financiamento público.

Desse modo, a situação dos orçamentos de campanha envolvem cenários bastante antagônicos, acabando por influenciar também na edição do HGPE. A isto se deve porque, como constatado pela literatura da ciência política, há uma estreita relação entre a capacidade de arrecadação de recursos e o sucesso eleitoral (SACCHET; SPECK, 2012) Em decorrência disso, os partidos novamente tendem a investir o seu tempo na televisão e seus próprios fundos partidários naqueles candidatos que possuem maiores orçamentos de campanha privado, prejudicando a imensa maioria dos candidatos com poucos recursos financeiros. Em outras palavras, o que se estabelece é uma via de mão dupla, onde um elemento causa influencia no outro.

Novamente a regra da não diferenciação dos sexos se aplica aqui, sob a ótica do campo, não existem distinções guiadas essencialmente pelo gênero dos candidatos, ou seja, sempre existirá a possibilidade que os partidos invistam tanto em homens quanto em mulheres, desde que os agentes tenham condições de projetar candidaturas competitivas. Inclusive, como será mostrado mais adiante, há mulheres concorrendo no pleito que arrecadaram muito recursos que alguns homens, estão disputando reeleição, foram bem votadas em eleições anteriores e/ou já possuem um histórico político grandioso. Por todas essas características, elas terão suas candidaturas sobressaídas pelos partidos. Certamente estas mulheres são dotadas de todos, ou grande parte, dos elementos essenciais ao capital político citados aqui.

Às restrições de gênero ressurgem, entretanto, porque no caso das mulheres isto ocorre com um número reduzido. Elas, em sua maioria, são novatas em eleições, quer dizer, apenas recentemente entraram no campo político, por isso ainda não conseguiram desenvolver os atributos exigidos pelo próprio campo. Logo, a maior parte delas tem pouca ou nenhuma oportunidade de veiculação na propaganda eleitoral para exprimir seus pensamentos e propostas. A seguir, essas afirmações serão testadas com a análise do HGPE no Estado do Rio Grande do Sul em 2010, para o cargo de Deputado Federal.

As candidatas a deputação federal no Rio Grande do Sul/2010

Como já registrado, no Brasil há o financiamento misto de campanha, na contribuição pública se inclui o espaço de apresentação das propostas e dos candidatos pelos partidos políticos no rádio e na televisão. Para muitos candidatos o HGPE é o único espaço de apresentação de sua plataforma, mas nem este espaço é distribuído de maneira equânime. Assim, a proposta aqui é verificar a presença das candidaturas femininas no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE).

Para se cumprir o propósito, foram gravados e analisados os programas desde o seu início, em 17 de agosto, até o seu final, em 30 de setembro, nas noites de segundas, quartas e sextas-feiras. Isto totalizou 7 dias no mês de agosto e 13 dias no mês de setembro. A partir do conteúdo exibido pelos programas, foram contabilizadas as candidaturas exibidas em relação ao total das concorrentes, o número de inserções e o modo como foram inseridas, isto é, se as candidatas tiveram a oportunidade de falar ou se apenas são anunciadas por fotos. Diante destas observações, foram elaboradas algumas análises que se mostraram úteis na compreensão da situação das mulheres no processo eleitoral.

Começaremos com os dados mais gerais. No contexto das eleições de 2010 havia um total de 63 candidatas aptas a disputar o cargo de Deputada Federal, segundo as informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A primeira noção que se buscou compreender foi o número de candidatas mencionadas no recurso midiático. Deste modo, neste quadro há a relação, em números absolutos, das candidatas veiculadas e as não veiculadas no HGPE.

Quadro n.º 2 – Candidatas Veiculadas x Candidatas Não Veiculadas.

DESCRIÇÃO	N	%
Candidatas veiculadas	38	60,3%
Candidatas não veiculadas	25	39,7%
Total	63	100%

Fonte: Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE)

É verdade que os números absolutos, por si só, não poderiam demonstrar por completo a complicada situação das candidaturas de mulheres no HGPE, sendo preciso enxergá-la sob outro prisma, mais completo. Sendo assim, a alternativa adotada no trabalho foi de avaliar especificamente cada inserção, ou seja, analisar a quantidade de inserções e o modo como foram apresentadas no momento que estiveram na propaganda. Indo por essa direção.

Sendo assim, o conjunto de dados a seguir expõe o número de inserções das candidaturas proporcionais no HGPE, com a possibilidade de até 20 inserções para as candidatas. Para a elaboração do próximo quadro foram estabelecidos cinco intervalos distributivos, considerando o número de vezes que as candidatas aparecem de algum modo no HGPE, seja apresentando-se ou sendo mencionadas por foto. Nesta perspectiva também constam as candidatas que tiveram zero inserção, ou seja, não apareceram em nem um momento na propaganda eleitoral.

Quadro n.º 3 – Inserções e frequências das candidatas no HGPE.

INSERÇÕES	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Nenhuma inserção	25	39,7%
1 – 5	21	33,3%
6 – 10	8	12,7%
11 – 15	2	3,1%
16 – 20	7	11,1%
Total	63	100%

Fonte: Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral

Quando o foco é assiduidade na propaganda, são poucas as mulheres no topo. É interessante mencionar algumas considerações que podem ser estabelecidas até aqui, bastante decepcionantes. Além de 40% das mulheres não constarem na propaganda eleitoral em nenhum momento, em relação das inclusas 60% também foram inseridas de forma bastante insatisfatória. A inserção aconteceu de maneira limitada e não foi pensada em termos de qualidade. Assim, dialoga-se com Miguel e Birolli (2010) quando estes afirmam que as mulheres estão sendo inseridas, mas precariamente, de maneira que impossibilite sustentar candidaturas competitivas e consagrarem-se eleitas. Exatamente o fato que pôde extrair dos dados empíricos. Neste momento é interessante a introdução de outra pergunta, um questionamento já feito neste artigo: maior frequência no horário eleitoral resulta em grandes votações? Para responder a essa pergunta, primeiro deve-se conhecer os números finais na eleitoral, nesse sentido a próxima tabela diz respeito exatamente a esses índices.

Quadro n.º 4 - Votação final das Candidaturas Femininas ao Cargo de Deputado Federal – Eleições 2010/RS

FAIXA DE VOTAÇÃO	N	%
até 999 votos	43	68,20%
de 1.000 a 4.999 votos	13	20,60%
de 5.000 a 9.999 votos	1	1,60%
de 10.000 a 19.999 votos	1	1,60%
de 20.000 a 99.999 votos	2	3,20%
mais de 100.000 votos	3	4,80%
Total	63	100%

Fonte: TSE (www.tse.gov.br)

Para evidenciar a ligação entre esses fatores, optou-se por estudar algumas candidaturas, foi estabelecido que o foco se detivesse naquelas candidatas que obtiveram 10 mil votos, ou mais, nas urnas. No total, foram selecionadas para compor o grupo seis mulheres: Manuela D'Ávila, Maria do Rosário, Luciana Genro, Emília Fernandes, Dra. Suzana e Jane Andreola. Para tal, foi considerado o score de votação, o financiamento de campanha, o perfil social e a trajetória e carreira política das concorrentes. Compreendidos como fatores essenciais ao capital político. A análise iniciará com os gatos de campanha.

Quadro n.º 5– Distribuição das candidatas ao cargo de DF por partido com votação superior a 10.000 votos X inserções no HGPE X Gastos de Campanha.

CANDIDATA	VOTAÇÃO	INSERÇÕES HGPE	FINANCIAMENTO DE CAMPANHA
Manuela d'Ávila (PCdoB)	482.590 (e)	19	R$ 1.048.275,55
Maria do Rosário (PT)	143.128 (e)	20	R$ 867.116,17
Luciana Genro (PSOL)	129.501	17	R$ 230.354,02
Emília Fernandes (PT)	49.413	18	R$ 752.941,58
Dra. Suzana (PT)	20.025	20	R$ 57.418,25
Jane Andreola (PP)	16.012	05	R$ 72.399,70

Fonte: TSE e Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral

Observamos que, dentre todas as candidatas expostas no HPGE, cinco estiveram presentes em praticamente todos os programas eleitorais, muitas vezes colocadas em posições de destaque com grandes falas, sendo as primeiras candidatas do partido a aparecer. A exceção se refere a candidata Jane Andreola, o partido que a representa tem significativa presença nos segmentos mais conservadores do estado, particularmente o ruralista. O que justifica sua grande votação, apesar da baixa inserção na propaganda eleitoral.

De acordo com o quadro acima é possível confirmar a relação entre recursos financeiros e votos, pois as seis candidatas com votação superior a de 10 mil votos foram também aquelas que mais investiram financeiramente em suas campanhas. É certa, que a relação não é uma equação tão simples, quando olhamos os valores com maior cuidado. As duas candidatas eleitas, Manuela d'Ávila e Maria do Rosário, foram aquelas que mais arrecadaram e consequentemente que mais gastaram. Ainda assim, alta despesa de campanha não necessariamente resulta em alta votação, é o caso da Emília Fernandes que teve gastos superiores a 700 mil reais, mas uma votação abaixo de 50 mil votos, contrastando com os valores de Luciana Genro que gastou três vezes menos e ainda assim conseguiu mais que o dobro dos votos de Emília.

O próximo, e último, passo foi conhecer detalhes sobre a trajetória política das candidatas, focando nas condições que as levaram a esse patamar de visibilidade. Para compreender quem são estas candidatas e o porquê da sua grande exposição eleitoral, fez-se uma busca nos sites pessoais das candidatas e no site da Câmara dos Deputados sobre a trajetória de cada uma delas.

Quadro n.º6 – Perfil das candidatas mais votadas.

PERFIL SOCIAL	TRAJETÓRIA E CARREIRA POLÍTICA
Manuela D'ávila 31 anos Formada em Jornalismo e Ciências Sociais pela UFRGS.	Manuela iniciou sua trajetória no movimento estudantil e foi vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (2003). Eleita vereadora em Porto Alegre/RS (2004). Deputada Federal (2006). Nas eleições municipais de 2008 foi candidata à prefeitura de Porto Alegre, ficando em terceiro lugar. Em 2009, foi eleita por internautas como a parlamentar que melhor representa a população no Congresso Nacional pelo site Congresso em Foco. Em 2010, se candidatou à reeleição para o cargo de deputada federal, foi reeleita e ainda obteve uma das maiores votações no país.
Maria do Rosário 47 anos Formada em pedagogia pela UFRGS.	Oriunda dos movimentos comunitário e estudantil e da militância sindical no CPERS/Sindicato, Maria do Rosário possui dois mandatos como vereadora em Porto Alegre/RS (1992-1996) Se eleger Deputada Estadual em 1998. Em 2003 assumiu seu primeiro mandato como Deputada Federal, sendo reeleita em 2006. No ano de 2008 concorreu à Prefeitura de Porto Alegre e disputou o segundo turno. Nas eleições de 2010, Maria do Rosário foi reeleita para um terceiro mandato como Deputada Federal. A partir de 2010, Maria do Rosário coordena o programa de governo da então candidata Dilma Rousseff nas áreas de direitos humanos, educação e políticas para as mulheres. Atualmente é ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
Luciana Genro 43 anos Bacharel em Direito pela UNISINOS.	Iniciou sua trajetória política aos 14 anos, engajou-se na militância estudantil e filiou-se ao PT. Exerceu por dois mandatos o cargo de Deputada Estadual no RS. Em 2002, foi eleita deputada federal pelo PT. Em 2003 Luciana, foi expulsa do PT e juntamente com outros parlamentares expulsos fundou o PSOL. Em 2006 foi reeleita deputada federal pelo RS, dessa vez concorrendo pelo PSOL. Em 2008 foi candidata à prefeitura de Porto Alegre, ficando em 4º lugar. Em 2010, sofre derrota nas urnas, não conseguindo eleger-se para um novo mandato de Deputada Federal, apesar de sua expresiva votação de 129.501 votos. É filha de Tarso Genro, ex-ministro do governo Lula e atual governador do RS.
Emìlia Fernandes 63 anos Formada em Pedagogia, com pós-graduação em Planejamento Educacional.	Foi professora por 23 anos, integrante do CPERS/Sindicato, liderou várias greves e movimentos estaduais e nacionais. Foi vereadora por três mandatos em Santana do Livramento Eleita para o Senado em 1994, eleição ganha em grande parte pelo apoio do padrinho Zambiasi, político e radialista. Em 1996 ingressa no PDT. Por esta legenda se candidata ao governo do RS em 1998, ficando em terceiro lugar. Se filiando ao PT no início de 1999. Em 2002 se candidata à reeleição, mas não é reconduzida ao Senado. Em 2006, Emília candidatou-se a deputação federal, não conseguindo se eleger. Em 2010 concorreu novamente, mas também não veio a se eleger.

Doutora Suzana 50 anos Formada em medicina pela UFRGS.	Em meados dos anos 80, iniciou sua participação no então, recém-criado, Partido dos Trabalhadores. Participou ativamente dos movimentos estudantis e de médicos residentes. Foi eleita a primeira vereadora pelo PT em Três Passos. Foi Secretária de Saúde em Campo Bom e Novo Hamburgo e em 2008 foi eleita como vice-prefeita da cidade. Em 2010 candidatou-se ao cargo de Deputada Federal, no entanto não conseguiu se eleger novamente.
Jane Andreola 51 anos Formada em psicologia pela UCS.	Tem seu trabalho voltado para saúde pública e educação especial. Foi coordenadora do Programa de Saúde Mental de Vacaria. Dentro da administração pública esteve à frente de grupos de apoio a portadores de necessidades especiais, idosos, e famílias de baixa renda. Trabalha há 25 anos na APAE de Vacaria. Foi eleita vereadora em 2004, com a maior votação da história do Legislativo Municipal, sendo reeleita em 2008, somando dois mandados em Vacaria. No ano de 2010, candidatou-se a Deputada Federal.

Após o conhecimento das biografias das candidatas é possível comprovar que há muitas características em comum nos perfis das candidatas. Em relação a faixa etária, com exceção de Manuela, todas possuem mais de 40 anos. A variável escolaridade é uma das características que mais chamou a atenção durante a pesquisa, pela similaridade entre as candidatas, pois todas as seis candidatas cursam a frequentaram a Universidade.

No tocante à trajetória política, constatamos que quatro das seis candidatas já possuíam significativo capital político acumulado: Manuela d'Á vila, Maria do Rosário e Luciana Genro e Emília Fernandes, eram detentoras de carreiras políticas consolidadas. As três primeiras disputavam a reeleição e haviam sido candidatas à Prefeita de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, nas eleições municipais de 2008. Isso demonstra o quanto as candidatas já eram conhecidas por parte do eleitorado gaúcho, o que colaborou com as suas grandes votações. Emília Fernandes já foi eleita Senadora, e em 2009 assumiu um cargo para deputada federal como suplente. As outras duas que tiveram mais de 10.000 votos também não eram novatas em eleições: A candidata Drª Suzana já foi vereadora em Três Passos, ainda exerceu um mandato de vice-prefeita do município de Campo Bom. Jane Andreola estava no segundo mandato como vereadora no município de Vacaria.

Assim, fica bem claro que a introdução na política das seis candidatas não está vinculada a herança familiar, seu capital político parece estar ligado à atuação em movimentos sociais, movimento estudantil, ou seja, durante sua juventude foram mulheres atuantes em causas sociais, de modo que foram construindo o seu nome na política.[4] Por fim, verificamos que estágio em que se encontram de consolidação de suas carreiras políticas isto foi determinante nas próprias condições de sua participação na eleição, pois a elas foram cedidos maiores espaços pelo campo político partidário. Nessa direção, conclui-se como verdadeiro que as mulheres que tiveram grande destaque podem ser consideradas profissionais da política, dotadas de um rico capital político.

Considerações finais

Ainda que, não seja possível afirmar que a presença de mulheres nas arenas decisórias da política conseguiriam transformar ou alterar os valores do campo, cabe salientar, que a reduzida presença de mulheres nos espaços de

4 É válido ressaltar o caso de Luciana Genro do PSOL. Luciana é filha de Tarso Genro (PT), eleito governador do estado do RS em 2010, de quem foi colega de partido até a expulsão em 2003 quando exercia o mandato de deputada federal pelo PT, com a exclusão ajudou a fundar a legenda do PSOL. Desde modo, não é possível atribuir seu sucesso a herança familiar, a candidata sempre teve carreira solo, já que desde a sua juventude teve atuação destacada no movimento estudantil.

poder tem colaborado por perpetuar as características do campo. Uma vez que é mais fácil acontecer mudanças com a entrada de novos agentes, dispostos a romper com a estrutura, impondo novas regras e reorganizando alguns valores; Como destacam Miguel e Birolli:

> [...] a ausência de mulheres no campo político é um fator na reprodução das estruturas sociais que excluem as mulheres. Pode-se afirmar que a ausência das mulheres reforça o caráter "masculino" da política, permitindo a reprodução de estruturas que atuam na manutenção de sua exclusão – dentro e fora dos limites da política institucional. (MIGUEL; BIROLLI, 2010, p 672).

Além disso, o conceito de campo permite avançar no entendimento sobre o processo de incorporação feminina na política e também ajuda a desmistificar como funcionam as escolhas internas dos partidos, por exemplo, quem serão os principais candidatos. O conceito também permite estabelecer como as escolhas partidárias são guiadas, pois são feitas seguindo valores pré-determinados, estabelecidos muito antes da entrada das mulheres no campo e se perpetuam.

No sentido que os conceitos foram trabalhados neste artigo, eles comportam explicações convenientes sobre o dilema da baixa permeabilidade das mulheres a esfera política. A identificação de um capital específico, que aos poucos é acumulado pelos agentes, permitindo aos mesmos conquistar posições centrais de importância no campo, também facilita o entendimento sobre como as negociações são estabelecidas na estrutura e a moeda de troca. Direcionando isto para o caso das mulheres, o conceito pode explicar porque tantas candidatas não foram introduzidas na propaganda eleitoral, em contraste com o perfil de uma minoria, bastante destacada pelos partidos, como foi no caso acompanhado no artigo.

Referências

ARAUJO, C. (2010) *Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina.* Revista de Estudos Feministas, vol.18, n.2, pp. 567-584.

ARAUJO, C. (2005) *Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política.* Revista Sociologia e Política. n.24, pp. 193-215.

ARAUJO, C. (2001) *Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil.* Revista de Estudos Feministas, vol.9, n.1, pp. 231-252.

ARAUJO, C., ALVES, J. E. D. (2007) *Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas.* Revista Dados, vol.50, n.3, pp. 535-577.

BOURDIEU, P. (2011) *O Campo Político.* Revista Brasileira de Ciência Política, n.5, pp. 193-216.

BOURDIEU, P. (1997) *Sobre a Televisão.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 143 p.

CERVI, E. U. (2011) *O uso do HGPE como recurso partidário em eleições proporcionais no Brasil: um instrumento de análise de conteúdo.* Opinião Pública, v.17, n.1, pp. 106-136.

CLIC RBS. *Resultados Eleições 2010/RS.* Disponível em www.clibrbs.com.br/especial/rs/eleições2010. Acessado em 10 fev. 2013.

HORÁRIO GRATUITO DE PROPAGANDA ELEITORAL (HGPE). *Propaganda veiculada na televisão no período de 17 de agosto a 30 de setembro no horário noturno*, gravada e degravada.

MIGUEL, L. F., BIROLI, F. (2010) *Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas.* Revista Estudos Feministas, vol.18, n.3, pp. 653-679.

MORITZ, M. L., SCHULZ, R. M. (2011) *A difícil inclusão das mulheres no campo político: o panorama nos países do Cone Sul.* Trabalho apresentado no X Congreso Nacional de Ciencia Política. Sociedad Argentina de Análisis Político y la Universidad Católica de Córdoba, Córdoba, 27 a 30/07/2011

PINTO, C., MORITZ, M. L. (2008). *A tímida presença da mulher na política brasileira: elei*ções municipais em Porto Alegre. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, 2009, nº 2, pp. 61-87.

PINTO, C. R. J. (2010) *Feminismo, história e poder.* Revista Sociologia e Politica, vol.18, n.36, pp. 15-23.

PINTO, C. R. J., MORITZ, M. L., SCHULZ, R. M. (2013) *O desempenho das mulheres nas eleições legislativas de 2010 no Rio Grande do Sul.* Revista Brasileira de Ciência Política, n.10, pp. 195-223.

SACCHET, T. (2009) *Capital social, gênero e representação política no Brasil. Opinião Publica*, vol.15, n.2, pp. 306-332

SACCHET, T,. SPECK, B. W. (2012) *Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006.* Opinião Publica, vol.18, n.1, pp. 177-197.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – RS (TRE/RS): *Eleições 2010*. Disponível em http://www.tre-rs.gov.br/index.php?nodo=6331. Acessado em 10 fev. 2013.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE): *Eleições 2010*. Disponível em: http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/eleicoes-2010. Acessado em 10 fev. 2013.

TRANSPARENCIA BRASIL: EXCELÊNCIA: *Câmara dos Deputados.* Disponível em http://www.excelencias.org.br/@casa.php?cs=1&est=0&part=0. Acessado em 10 fev. 2013

"Entre ser e parecer: transgressão e subalternidade nas performances femininas do funk e do hip hop. Um estudo comparativo."[1]

Marina Pereira de Almeida Mello (FacFITO-SP/ CEA-USP/CAPES)[2]
marinamello2000@yahoo.com.br

Resumo: Caracterizada como o primeiro gênero de música eletronica no Brasil e protagonizado por pioneiras como Deise Tigrona, Bonde das Popozudas e Tati quebra-barraco,o funk sensual, subgenero do proibidão, se particulariza dentre as várias modalidades desenvolvidas pelo estilo funk no Brasil.
Ainda que à partida o funk produzido no Brasil remeta às suas origens estadunidenses (James Brown sobretudo), o gênero tem se diversificado e pode-se dizer que, em cada região, reflete e repercute dilemas e particularidades das populações jovens de cada contexto em que é desenvolvido, alcançando popularidade ímpar, mobilizando de forma predominante porém não exclusiva, a juventude negra das periferias.
Por outro lado, o hip-hop, fenomeno igualmente celebrado e celebrizado pela juventude das periferias urbanas, oferece outras perspectivas para a compreensão dos diálogos intergeracionais.
Inscritas na zona abissal - à qual são atribuídas carências intransponíveis em razão da falta de inteligibilidade, de pendores, de lógica, ou seja, em uma uma zona em que só são reconhecidas carências e faltas, creditar legitimidade á performance desta juventude feminina negra e pobre é desafiador, sobretudo em razão das ambiguidades que são subjacentes ao fenômeno no universo das culturas de massa.
Nesse sentido, também localizamos transgressão no uso das linguagens e corporeidades que se insubordinam aos sistemas de representação masculinos, esboçando de alguma maneira, um outro lócus para a construção da felicidade feminina, para além daquela forjada pelo modelo patriarcal.
Minha análise enfocará supostas contradições e incongruências entre ser e parecer que nos remetem à intríseca relação entre corpo, sexualidade e raça que intentaremos explorar por meio dos conceitos de performance (Turner e Gilroy), colonialidade (Quijano, Lugones), princípio da comunidade e princípio da racionalidade estético-expressiva (Santos), dentre outros.
Outrossim, esta análise privilegiará a música, o gesto e a dança como formas de comunicação com a mesma importância que o dom do discurso (Gilroy,2001:161).

Palavras-chave: racionalidade estético-expressiva, funk; hip hop; feminismos negros; interseccionalidade; erotismo.

Uma breve introdução ao tema

Caracterizada como o primeiro gênero de música eletrônica no Brasil e protagonizado por pioneiras como Deise Tigrona, Bonde das Popozudas (que integrou desde sua origem a hoje célebre Valesca Popozuda) e Tati

---

1 Uma primeira versão desta discussão foi apresentada no *Colóquio Internacional Epistemologias do Sul do projeto ALICE*, em julho de 2014, em Coimbra, Portugal e refere-se à pesquisa de pós doutoramento realizada junto ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, sob a supervisão da Doutora Maria Paula Meneses. Com financiamento da CAPES (Coordenação de Apefeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

2 Doutora em antropologia social pela Universidade de São Paulo, mestre em História pela mesma universidade é professora colaboradora do CEA-USP (Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo). Realizou estágio de pós doutoramento junto ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, com financiamento da CAPES (Coordenação de Apefeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

quebra-barraco (ainda hoje uma das grandes expoentes desse estilo), o funk sensual, subgênero do proibidão (também conhecido como rap de contexto ou funk de facção), se particulariza dentre as várias modalidades desenvolvidas pelo estilo funk no Brasil: funk melody, funk consciente, funk de raiz, funk ostentação etc.
Ainda que à partida o funk produzido no Brasil remeta às suas origens estadunidenses (James Brown sobretudo, mas também à inserção do *miami bass* que é uma variação do hip hop afro americano, nos bailes black na década de 1980), o gênero tem se diversificado e pode-se dizer que, em cada região do Brasil e do mundo, reflete e repercute dilemas e particularidades das populações jovens de cada contexto em que é desenvolvido, alcançando popularidade ímpar, mobilizando de forma predominante – porém não exclusiva – a juventude negra das periferias.
Entretanto, como nossa matriz civilizatória é assimilacionista e integracionista, não são raras as tentativas de cooptação, purificação, higienização e absorção do funk pelas classes médias, ao mesmo tempo incomodadas e atraídas pelo gênero. Tanto que esse estilo de funk, conhecido também como funk carioca, se dissemina a partir da repercussão da dissertação de mestrado do antropólogo Hermano Vianna (1987), que tece elogios ao funk e, dentro desse contexto, traz para a cena midiática nacional e internacional a figura do DJ Marlboro[3].
Sendo a vertente menos palatável do funk, o funk sensual[4], avalizado por fenômenos da venda de discos e espetáculos[5], como a cantora Tati Quebra-Barraco (Tatiana dos Santos Lourenço) no Brasil e a cantora e performer Blaya (Karla Rodrigues) em Portugal, intriga pelas questões que suscitam em torno das contradições e ambiguidades que as suas performances e a recepção a elas evidenciam.
Ambas – mulheres jovens e negras, também chamam a atenção por serem portadoras de personalidade e carisma capazes de mobilizar centenas e milhares de jovens das mais variadas classes, cores e sexos, e ao mesmo tempo serem alvo de opiniões e reações violentamente hostis por parte de uma gama igualmente variada de sujeitos, que se valem de argumentos centrados na cor, classe e moralidade para desqualificar esse gênero musical assim como seus simpatizantes.
No Rio de Janeiro por exemplo, a cultura funk foi criminalizada pela Lei 3410 de 29 de maio de 2000, revogada e substituída em 2008 pela Lei 5625, que passou a incluir também as *raves* na proibição. Somente em 2009, por ação de associações como a APAFUNK (Associação de Profissionais e Amigos do Funk), dentre outras que é sancionada a lei 5625 de 22 de setembro de 2009, de autoria dos deputados Marcelo Freixo e Wagner Montes, determinando entre outras alterações, a definição de que o funk (carioca) é um movimento cultural e musical de caráter popular em que o poder público deve garantir a realização de seus eventos — festas, bailes e encontros — sem quaisquer regras discriminatórias diferentes daquelas que regem outros eventos da mesma natureza
Mesmo as poucas vozes relativamente abalizadas pela opinião pública, que se lançam em defesa do fenômeno, o fazem a partir de parâmetros que ratificam as perspectivas de controle e docilização do comportamento das massas juvenis *inexplicavelmente* dominadas pelo funk.

> Quem se preocupa com a ameaça do funk deveria ver que essas jovens multidões que enchem os bailes e pulam e gritam e suam e se esfregam e se divertem estão extravasando tensões e raivas e ressentimentos que, muitas vezes, levam à violência, às drogas e ao crime
> Protegeriam melhor suas famílias se estimulassem os bailes, essas panelas de pressão

---

3 Luís Fernando Mattos da Matta, também conhecido como DJ Marlboro, a quem é atribuído o primeiro lançamento comercial de funk carioca, bem como o de ser o que primeiro repercutiu outros subgêneros como o rap de contexto, ligado *aos feitos e lutas das faccoes criminosas* (Essinger, 2005 apud Palombini, 2014)

4 Optei por utilizar o termo "funk sensual" que, embora seja um desdobramento do que é popularmente conhecido como "funk carioca", enseja uma dimensão mais abrangente para o objeto que aqui discuto.

5 De acordo com a FGV, em 2008, o faturamento total dos principais selos de funk somados ao de 248 equipes de vendedores ambulantes cuja renda dependia dos bailes, somaram mais de R 17 milhões de dólares americanos somente na cidade do Rio de Janeiro (FGV Opinião 2008, 79 apud PALOMBINI,2010)

> dançantes, onde a sexualidade é o grande alívio das tensões. Agora, se a sua, ou a minha, filha gosta de ser chamada de cachorra, se gosta que o seu garoto lhe dê uns tapinhas e se, além de tudo, esse garoto não é branco[...] Mas não é culpa do funk. A libido dos jovens é exacerbada e os tempos são violentos. Como eles dançam, como se vestem e se despem, a língua que falam, o que gostam, querem e acreditam são fruto da cultura de rua das periferias das grandes cidades. Da pobreza e da exclusão nasceram um ritmo, uma atitude e uma liberdade sexual que, juntos, ficaram tão gostosos que todos, até a classe média careta, quer brincar. É este o filme. O funk é só a trilha sonora.[6]

Sim, *da pobreza e da exclusão nasceram um ritmo* que para além da *brincadeira* que seduz as *classes médias caretas*, têm sinalizado transformações emancipatórias no que tange às relações de gênero, poder e corpo.
Sem desconsiderar que, sobretudo nos últimos anos têm sido publicadas importantes reflexões abordando as relações do funk sob a perspectiva geracional, cultural, de gênero ou política (BORGES,2007: DAYRELL,2002; MEDEIROS,2006; PALOMBINI,2012; VIANNA, TRAVIS, 2012, WOLFE, 2008), meu intuito neste sentido é tecer algumas considerações em uma dimensão interseccional, ou seja, perceber aspectos das intricadas articulações entre gênero, classe, sexualidade e outras hierarquias sociais no funk, protagonizado no Brasil por Tati Quebra Barraco e em Portugal por Blaya.
Nesse sentido, o aporte dos feminismos negros será de fundamental importância, posto que:

> La apropiación de la historia por parte de los feminismos de las mujeres blancas ha despojado de su propia historia a los otros feminismos. (e) Apropiándo-se de la memoria histórica se apropian también de la definición de la opresión así como del diseño de las estrategias políticas transformadoras. Anulando las historias particulares inventan una sola historia, la que ha protagonizado el movimiento feminista blanco desde el periodo ilustrado. Y desde esa historia, se legitiman como el movimiento feminista por excelencia.
> Incorporar a las otras en un discurso en el que se reconozcan. Entenderlas desde sus propios códigos. (COLLINS apud Jabardo, 2012:17)

Sugiro também que um aprofundamento do entendimento destas manifestações à luz do conceito de erotismo poderia, quiçá, delinear um modelo crítico mais abrangente e menos sujeito às armadilhas dos feminismos essencialistas ou hegemônicos.
Tanto no Brasil como em Portugal as distinções entre o que poderia, de algum modo, se assemelhar ao funk carioca – e Blaya admite essa e outras influências – e a cultura hip hop são nítidas. Há marcantes diferenças tanto no que diz respeito ao conteúdo das letras e performances dos artistas, quanto no tocante ao público receptor e a assunção de discursos em que a perspectiva feminina efetivamente se imponha.
No Brasil, o hip hop protagonizado por mulheres negras como Nega Gizza, Yeda Hills, Amanda, Flora Mattos (mestiça), Sharylaine, Dina Di dentre outras, tem um discurso que evidencia posicionamentos mais eloquentes (como dizem: o papo é reto, sem caô) e questões negligenciadas pelas performances do funk (frustrações, desencantos, sexismos, violência, racismos, religião, truculência policial etc.) são expostas de forma escancarada e sem rodeios. Proferem, em alto e bom som, críticas incisivas ao sistema-mundo, que para além das denúncias declamadas são encenados também por meio da indumentária usada, dos gestos e da empostação da voz.
Evidentemente que tais comportamentos e posturas, não sendo abalizados nem tampouco ratificados pelas mídias tradicionais, engendram o que Gilroy (2001) assinala como uma disputa acirrada entre a expressão vernacular

---

6 NELSON MOTTA. In: Tati Quebra-Barraco em Berlim. FSP, Caderno OPINIÃO, São Paulo, sexta-feira, 26 de novembro de 2004)

negra e a censura repressiva ao trabalho artístico, promovendo, por outro lado, espaços compartilhados para conscientização, reflexão e empoderamento por parte das mulheres negras das periferias.
Ainda, parafraseando Ângela Davis, acredito que trata-se da construção de espaços sociais nos quais as mulheres negras respondem e resistem às construções ideológicas que definem sua sexualidade como primitiva e exótica e por esse caminho, desafiam o patriarcado e suas falácias. (JABARDO, 2012).
Ainda que raros, há exemplos de mulheres negras atuando na cultura hip hop portuguesa, como *Lady R, G Fema e Dama Bete*, que, em entrevista ao programa *Benvindos* da RTP África[7], assinalaram suas dificuldades para atuar em um mundo tão marcadamente dominado por homens, mas no qual as mulheres vêm alcançando certa notoriedade. Geralmente, o acesso ao meio se dá por intermediação de algum homem próximo (irmão, tio, primo) e relatam que a afirmação no meio implica em negociações, bem como uma certa dose de resiliência de modo a que, paulatinamente, consigam fazer prevalecer a especificidade de seus ideais no mundo do hip hop.
Com relação ao funk, embora não se possa nomear a produção de Blaya, (que é brasileira de nascimento, mas criada desde pequena em Portugal) estritamente como funk, a despeito das confessadas influências, dado que ela própria se designa como rapper e dançarina, é a própria que enfatiza muitas vezes suas referências brasileiras e sua ligação com o funk brasileiro.

Sobre o EP Superfresh: …Assim, lá dentro está o cotidiano de muitas pessoas, muitos jovens… falo de festas, falo de inveja, também este cd é muito para raparigas… é minha vida, eu falo da minha vida… é muito eletrónica …. foi produzido por um rapaz do Brasil[...]e então trouxe o funk…quero sempre estar ligada ao Brasil, então trouxe comigo[8]

> Eu nasci no Brasil…sim, a minha familia é toda de lá só que vim pra Portugal com 2 meses, mas pronto…meu sangue é brasileiro… sim, sim há sempre (a ligação com o Brasil), o ritmo é muito brasileiro, é mesmo muito brasileiro…É…Uma vez por acaso, eu tentei num funk, tentei usar kuduro, num funk brasileiro eu tava em casa, tava a treinar …e então… até ficava bem, sim até ficava bem .. e alguns passos às vezes no kuduro que eu faço de funk..mas é mesmo muito rápido, é bom.[9]

As diferenças entre a atuação das mulheres negras do funk sensual e as mulheres negras do hip hop carregam, a despeito de alguma sintonia, perspectivas de enfrentamento ao racismo, sexismo e machismo diferentes e peculiares.
Embora haja elementos que permitem traçar equivalências entre as culturas do funk e do hip hop (criatividade e invenção por meio da improvisação e da transgressão dos códigos linguísticos, uso do coloquial, suposta falta de raízes em razão da irreverência às tradições, manifestação de sentidos alternativos à relação corpo/

---

7 Lady R, G Fema & Marta "16Barras" (ENTREVISTA) (RTP ÁFRICA: programa ''BENVINDOS'') – publicado em https://www.youtube.com/watch?v=xxAngzIn-tw. Publicado em 18/06/2013

8 Entrevista ao Programa Curto Circuito All Stars, disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=XkiuOdmMoUI

9 Entrevista de Blaya à CMTV. Disponível em http://videos.sapo.ao/2zeeoEK46ITzT0QCzg2S

sexualidade/classe etc.), dado às limitações do espaço/tempo, optei, neste momento, por concentrar minhas reflexões nas performances de Blaya (caso português) e Tati Quebra-Barraco (no caso brasileiro).
A escolha destes exemplos em um universo tão densamente diversificado como é o do funk e do hip-hop se deve ao fato de que, especificamente estas artistas, ao mesmo tempo em que desafiam os cânones da beleza, da verdade e da autenticidade com letras e movimentos que exaltam a lubricidade e a luxúria, alinhavarem e suas performances e trajetórias ambiguidades e contradições por si, bastante reveladoras de um repertório de possibilidades (emancipatórias, por que não?) que, a meu ver, fogem dos modelos de análise tradicionalmente legados pelas epistemologias tradicionais, exigindo maior tempo e fôlego para sua apreciação.
Chama a atenção, por exemplo, o fato de ambas terem se submetido ao longo de suas respectivas carreiras a transformações estéticas que vão desde a alterações meramente visuais (estilos de cabelo, roupas, dança) até transformações radicais (Tati por exemplo, afirma ter feito, até o momento, 26 cirurgias plásticas) e, se durante a primeira década do século XXI, sua permanência na mídia era viabilizada pelo profundo incômodo que provocava em razão da obscenidade atribuída a suas letras e performances, nos últimos anos, as notícias vêm, cada vez mais, destacando sua adesão à cultura do embelezamento e do culto ao corpo.
Tati, que, a despeito de seu sucesso em músicas com letras provocativas, sempre teve uma performance acanhada em público, tem se rendido cada vez mais ao culto de uma imagem consoante aos ideais celebrados pela cultura de massas: magreza, cabelos loiros e lisos, aparelho ortodôntico estão dentre as transformações que têm lhe garantido espaço nas notícias relacionadas ao mundo das celebridades, conforme podemos notar pela reportagem abaixo:

"Tem mulheres que morrem de medo de entrar na faca e preferem "se matar" na academia a acabarem no consultório de um cirurgião. A funkeira Tati Quebra Barraco definitivamente não faz parte deste time. Aos 34 anos, a carioca contabiliza 26 cirurgias plásticas: abdômen, nariz, peito e papada são algumas da lista.
A última delas foi feita há pouco mais de um ano. "Uma lipoescultura de corpo inteiro", contou ao ***Terra****. A técnica, que retira gordura e redistribui os excessos dando mais curvas ao corpo, foi a solução encontrada pela funkeira, mãe de três filhos e avó de Kauan de quatro anos, para sair dos mais de 90 kg que a balança acusava. […]Mas há três meses ela parou de fugir dos treinos para dar um jeito nas consequências do efeito sanfona. "Malho mais para endurecer porque estou flácida demais". Com este objetivo definido, ela tem se exercitado com a ajuda do personal trainer Douglas Mariano, que cuida também da funkeira Valesca Popozuda. Com uma rotina puxada de viagens – Tati faz, em média, 10 shows por mês – as idas à academia variam entre uma e três vezes na semana. "Viajo mais que fico no Rio, mas quando vou ele pega pesado", conta.*[10]

---

10 *Após 26 plásticas, funkeira se rende à malhação: "flácida"* in: http://beleza.terra.com.br/corpo-em-forma/a3179b0a11596410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html

O que intriga na notícia acima é que a ênfase dada ao esforço por embelezamento obscurece pontos importantes da biografia e da rotina da cantora que, afinal de contas, além de ser *mãe de três filhos e avó de Kauan*, tem uma inserção significativa na comunidade onde mora e à qual deve grande parte de seu sucesso.
Nesse sentido, Tati, que sempre declarou-se vaidosa, nunca assumiu estar sucumbindo aos modismos e exigências do mercado, argumentando que todas essas mudanças são para que possa "*sentir-se bem consigo mesma"*. Afinal é dela o antológico bordão *"Sou feia, mas tô na moda"*

> Eta lele, eta lelé
> Eu fiquei 3 meses sem quebrar o barraco,
> Sou feia mais to na moda,
> to podendo pagar hotel pros homens
> isso é que mais importante.
> Quebra meu barraco, quebra meu barraco[...][11]
>
> "Até melhorei um pouquinho, mas acho
> que sou feia, sim", avalia[...]"Quando comecei,
> as pessoas diziam: 'Ah, é essa que canta essa música?
> Mas ela é feia!' Aí falei: 'Sou, mas estou na moda'."[12]

Inscritas na zona abissal - à qual são atribuídas carências intransponíveis em razão da falta de inteligibilidade, de pendores, de lógica, ou seja, em uma zona em que só são reconhecidas carências e faltas, creditar legitimidade às performances desta juventude feminina negra e pobre é desafiador, sobretudo em razão das ambiguidades que são subjacentes ao fenômeno, no universo das culturas de massa.
Defendo que essas categorias de atuação feminina transpõem as fronteiras da lógica de apropriação e violência, ao empreender processos de globalização contra hegemônica. Neste sentido, corroboro a ideia de Boaventura de Sousa Santos, para quem a globalização:

> é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival[...] o que convencionamos chamar por globalização não é pois, um fenômeno genuíno: é sempre a globalização bem sucedida de um determinado localismo; a globalização sempre requer localização. (SANTOS, 2003:29)

A transgressão se manifesta, por esboçarem, de alguma maneira, um outro lócus para a construção da felicidade feminina, para além daquela forjada pelo modelo patriarcal que a vincula inextricavelmente à esfera do privado, do doméstico, associados ao casamento e à maternidade, subjugadas ao culto a uma beleza canônica e tornada cada vez mais exclusiva e inacessível.
Confrontam, deste modo, as lógicas legadas pelo colonialismo, impondo novas gramáticas também caracterizadas pela preeminência da oralidade, da corporalidade, das linguagens gráficas, de performances que priorizam a dramatização, a encenação, a repetição e, assim, não apenas enunciam ou anunciam – mas incorporam o outro – rompem, de algum modo, com as perspectivas eurocêntricas de poder e desejo.
No caso específico, trata-se de mulheres jovens e negras que, por meio de discursos verbais e corporais, colocam em xeque estruturas objetivas e cognitivas concernentes aos princípios androcêntricos de organização mental e social.

---

11 Sou feia mas tô na moda in: LP "Boladona", lançado em 2004.

12 SANCHES, Pedro Alexandre. In FOLHA de SP de 20 de junho de 2009.

Ademais, tais experiências evocam a existência e a persistência de modelos alternativos de sociabilidade que, permeados pelos sistemas hegemônicos de compreensão e visão de mundo, exprimem possibilidades de transigir e negociar valores, comportamentos e crenças acerca do bom, do belo e do verdadeiro.
Outrossim, esta análise privilegia a música, o gesto e a dança como formas de comunicação com a mesma importância que o dom do discurso (Gilroy, 2001:161).

Razões da escolha do tema:

A ideia de buscar entender o funk surgiu a partir do incômodo motivado pela constatação, em minhas aulas nos cursos de pedagogia e música da faculdade onde leciono, em Osasco, cidade da Grande São Paulo, de que o funk se constitui em um fenômeno capaz de provocar reações tão virulentas e viscerais de aversão, raiva, vergonha e ressentimento, por parte de pessoas que, para desqualificá-lo, se valem de argumentos e justificativas que, longe de representarem a afirmação de vontades ou perspectivas autônomas de vida, reverberam as ideias de negação e desconfiança que recaem sobre si próprias.
E a história é mais intrigante quando se tem em vista o fato de que falo de jovens mulheres e rapazes, em sua maioria pobres, moradoras e moradores das periferias, grande parte oriundas e oriundos de famílias chefiadas por mulheres e homens cujo principal ofício gira em torno de funções de executores de serviços domésticos: cozinheiras, babás, motoristas e seguranças, tendo sua ascensão recente ligada ao acesso à educação superior.
Com relação ao hip hop, noto que as reações têm se transformado a cada dia, com uma adesão cada vez mais assumida pela juventude em geral. Me lembro da primeira vez em que, em uma aula de história para adolescentes numa escola da periferia de São Paulo, usei as letras do Racionais MC's - não apenas para ilustrar o tema, mas como documento histórico; a empatia foi imediata e, desde então, essas questões têm acompanhado minha prática e minhas reflexões.
Refiro-me ao que diz respeito a poder, direitos e reconhecimento, porquanto as performances do funk e do hip hop remetam a saberes plurais, evocativos de uma pluralidade de ordens que, a despeito de sua marginalidade, se integram na ordem estruturada (SANTOS, 2002).
Parafraseando Spivak, o que me move ao explorar tal tema são as relações entre poder, desejo e interesse no sentido de proveito ou vantagens que possam ser auferidas no processo de enunciação de sujeitos tornados transparentes pelo processo em que as dimensões de raça, classe e gênero foram apagadas em prol de um universalismo genérico. (SILVA, 2006: SPIVAK,1985).
Nesse sentido, corroboro Spivak (1985) em sua ideia de que a subalternização produz uma categoria de indivíduos e grupos que, embora alijados do poder, não podem ser entendidos como uma categoria monolítica, uniforme ou essencializada, posto que as experiências de sujeição aos poderes instituídos e hegemônicos propiciam, em cada canto, subjetividades particularmente afetadas pelas relações que a opressão caracterizada pelo silenciamento e invisibilidade daí resultantes, provocam.
E para além de pensar as funkeiras e rappers negras como meros objetos de pesquisa acadêmica e, ainda reverberando Spivak, penso que o intelectual não pode e não poderia falar por ninguém, mas pode e deve amplificar as vozes, sobretudo daquelas e daqueles que, por algum motivo, não se enquadram ou não se engajam a partir dos padrões e modelos de movimentos sociais assumidos e ratificados pela academia e pela política em seus sentidos estritos, posto que a violência epistêmica também se perpetra e se perpetua por esta via: a do reconhecimento ou não de que estes sejam sujeitos falantes, pensantes ou , melhor dizendo: "cantantes" e "dançantes".
Nesse caso, postulo problematizar a questão a partir das duas possíveis acepções do conceito de representação:
1. como "falar por" (vertretung), relacionada com as instituições políticas e a suposição de conhecimento e substituição do representado ou o que é mais pertinente neste caso:
2. re-presentação como (darstellung), vinculada às dimensões estéticas e de encenação, portanto como atuação, como performance, que pode contribuir para a compreensão deste fenômeno.
Assim como Spivak, rejeito a suposta oposição ou dicotomia entre a teoria que descolaria o pensamento e a prática, o pensamento e ação, dado que a teoria é também uma prática.

> Vivendo numa sociedade fundamentalmente anti-intelectual, é difícil para os intelectuais comprometidos e preocupados com mudanças sociais radicais afirmar sempre que o trabalho que fazemos tem impacto significativo. Nos círculos políticos progressistas o trabalho dos intelectuais raramente é reconhecido como uma forma de ativismo; na verdade expressões mais visíveis de ativismo concreto (como fazer piquetes nas ruas ou viajar para um pais do Terceiro Mundo e outros atos de contestação e resistência) são considerados mais importantes para a luta revolucionaria que o trabalho mental. E essa desvalorização do trabalho intelectual que muitas vezes torna difícil para indivíduos que vêm de grupos marginalizados considerarem importante o trabalho intelectual, isto é, uma atividade útil. (COLLINS, 2000)

Sendo assim, minha inscrição no tema – não na acepção corriqueira que se dá à função da intelectual , tampouco como objeto – mas como sujeito de enunciação, se dá pelas vias do incômodo ao perceber que, a despeito da mimese ensaiada por aquela juventude negra e encarcerada – que condena o funk como imoral, pernicioso, sujo e discriminatório às mulheres – se esconde a contradição de que, por outro lado, em suas festas (e eu participei de algumas delas, inclusive em que a maioria das pessoas se dizia cristã evangélica), a celebração da alegria e da vida eram pautadas justamente – por muito funk, configurando performances no sentido cunhado por Victor Turner (1974), ou seja, como momentos em que o contido ou suprimido revela-se. Tratam-se, pois, de experiências que promovem a irrupção da espontaneidade a partir de momentos de interrupção das formas reguladas e normatizadas de organização social.

Boaventura Sousa Santos em Crítica da Razão Indolente trata das potencialidades emancipatórias presentes no princípio da comunidade e da racionalidade estético-expressiva. No sentido de paradigmas emergentes de vigor emancipatório: por sua abertura, por sua incompletude, sobretudo pelo fato destas representações não terem sucumbido à racionalidade cognitivo-instrumental da ciência moderna que colonizou, por sua vez, Estado e mercado.

Era como se a existência daquelas pessoas pudesse ou devesse se desenvolver a partir de um jogo em que a realidade exposta pelo discurso não deve nunca coincidir com o que efetivamente é praticado pelo corpo e pela mente – do lado de dentro das casas e quintais, com os "seus", longe das possibilidades de vigilância, controle e docilização inerentes ao aburguesamento (desejado, mas, ao mesmo tempo, temido).

No caso das festas e bailes funk, a cumplicidade extraída da partilha de condições existenciais similares ainda que não os configure como uma classe per si, ou seja, como portadores de uma consciência coletiva de classe que viabilize o enfrentamento sistematizado às estruturas de poder e dominação, enseja, por outro lado, a dimensão do enfrentamento pela recusa à docilização verbal, gestual, corporal e à colonialidade característica da organização colonial/moderna do gênero. (LUGONES, 2008)

Racionalidades estético-expressivas hoje

Funk e hip hop são hoje expressões transculturais e globalizadas das culturas juvenis. Ambos têm sua origem identificada às culturas diaspóricas (LEROY,2001; HALL,2009) do mundo estadunidense e, portanto, desde sempre associadas aos legados e à mistura (ameríndia, africana e europeia) que caracteriza a modernidade daquelas e destas experiências que pretendemos investigar: no caso ligadas ao mundo ibero-americano representado por Brasil e Portugal.

Assim como nas raves (outra importante expressão das culturas juvenis), nos bailes funk ,a transgressão – pelo sexo e pelo consumo de drogas - existe, mas se nas raves se concentra uma rebeldia aburguesada e calcada no consumo de uma estética do belo, do bom e do verdadeiro, da música eletrônica de pista, cujo principal efeito é o entorpecimento, nas posses (locais de reunião dos hapers) e bailes funk concentra-se basicamente o povo da favela – negligenciado como o território do mal e do mau, do feio, do perigoso – em que a mesma sexualização juvenil, e uma música também eletrônica mas diferente (o batidão), são encarados de forma pejorativa e preconceituosa

A despeito da expressiva atração que os fenômenos emergidos das culturais juvenis marginais e marginalizadas (estilos de ser, estar pensar e relacionar-se) provocam nas juventudes dos centros urbanos e industrializados, suas versões midiáticas pouco ou nada refletem do caráter insurgente e transgressor de tais manifestações.
A opinião pública, em sentido geral e comum, rejeita, reprova e se indigna, taxando de imorais, perigosas e libertinas as meninas do funk, que, por sua vez, redimensionam as linguagens e as gramáticas dos ambientes machistas e patriarcais em que circulam. Não apenas postulam, mas agem e convencem por meio de saberes tidos e ditos "irracionais, potencialmente perturbadores e intrusos" (SANTOS,2007).

> [...] acha que a Globo não gosta dela. "Lá não gostam de favelado, preto, pobre, polêmico. Têm preconceito, mas, se estoura, eles chamam, como aconteceu com o Bonde do Tigrão.
> É consciente do sucesso que faz à margem[...]quase sem aparecer em TV, rádio ou CD[...] (é mais fácil achá-la na internet do que nas lojas). "Hoje tenho meu nome, mas sei que isso vai acabar. O sucesso não me sobe à cabeça, nem vai subir", Tati fecha questão.[13]

Pelo protagonismo feminino verificado nos depoimentos de mulheres do funk de todas as idades, a sedução converte-se em instrumento de emancipação. Por mais contraditório que pareça e seja, mulheres mães, mulheres trabalhadoras, mulheres financeira e emocionalmente independentes proferem, por meio da escrita feminina do funk e do hip hop, discursos de resistência ancorados em outras lógicas, centradas em outras perspectivas de maternidade, de distribuição de recursos, outras formas de avaliação do mundo, da sexualidade, do corpo e do prazer.
É neste sentido que escandalizam: pois as culturas produzidas pelas periferias emergentes sugerem novas e diferentes formas para gerir o tempo, os espaços e os recursos tanto nas esferas do trabalho, quanto do sexo, da autoridade e das subjetividades e intersubjetividades. (LUGONES, 2008).
Santos (2002) defende que o princípio da comunidade e da racionalidade estético-expressiva, configurando as representações mais inacabadas da modernidade ocidental, nos conclama à análise de suas potencialidades epistemológicas *para restabelecer as energias emancipatórias que a modernidade deixou transformar em hubris regulatória*, no sentido de procurar assimetrias que sobreponham a emancipação à regulação.
Pela perspectiva de análise aventada pela "ecologia de saberes" deve-se conferir simetria a saberes produzidos aleatoriamente, em espaços e tempos não necessariamente simultâneos nem compatíveis no sentido legado pelas epistemologias tradicionais (ocidentais/eurocentradas).
Assim, o coloquial, o deslocado, o fora da norma adquire expressividade contestatória e mobilizadora. (SANTOS, 2007)
Aventamos que, no caso das "mulheres e meninas do funk e do hip-hop", transgride-se a subalternidade pela negação da inferioridade e da condição de submissão à hegemonia masculina, questionando-se os valores legados pelo patriarcalismo, pelo machismo e pelo racismo.

GILROY E O INEFÁVEL: "Embora indizível, o terror racial (da escravidão) não é inexprimível"

Segundo Paul Gilroy (2001) as experiências de terror representadas pela escravidão produziram um *topos* de indizibilidade acerca dos horrores e do sofrimento que, no entanto, não inviabilizou e, ao contrário, particulariza as produções culturais negras na diáspora pelo Atlântico.
Neste sentido, na música, no gesto e, por extensão, no drama que aí se encena é que reside o potencial de tradução de culturas que se singularizam pela expressividade sincrética.

---

13 SANCHES, Pedro Alexandre. In FOLHA de São Paulo, Caderno Ilustrada de 25 de setembro de 2004.

Pensar, pois, sobre a música (e a performance a ela referente) como uma forma não figurativa nem conceitual de pensamento torna-se portanto desafiador, também pelas possibilidades de se evocar aspectos de subjetividade corporificada que não são redutíveis ao cognitivo e ao ético. (GILROY, 2001: 163).
E a música produzida na diáspora pode ser utilizada para contestar as concepções privilegiadas tanto da língua como da literatura enquanto formas dominantes de consciência humana tendo em vista que, conforme defende Gilroy, o poder e significado da música no âmbito do Atlântico negro têm crescido em proporção inversa ao limitado poder expressivo da língua.
Neste sentido, Gilroy propõe uma análise do lugar da música negra dentro da diáspora africana pelo Atlântico, que incida sobre:

1. A autocompreensão articulada por quem a produz;
2. O uso simbólico que lhe é dado por outros artistas e escritores negros;
3. As relações sociais que têm produzido e reproduzido essa cultura expressiva, cuja singularidade reside no fato de terem na música um elemento central e mesmo fundamental.

Ou seja, a proposta é de que se promova a compreensão das formas culturais negras pós escravidão por meio de uma abordagem que faça convergir a análise da música negra e das relações sociais que a sustentam.
Assim, dos pontos levantados por Gilroy para o enfrentamento das questões implicadas nos julgamentos críticos, avaliativos, axiológicos e (anti) estéticos a respeito das músicas produzidas por negras e negros do Atlântico diaspórico e também acerca do lugar da etnicidade e da autenticidade no interior desses julgamentos, penso que, ao menos um deles, se articula em maior grau com os pressupostos delineados para essa pesquisa, qual seja:

> Onde a música é pensada como emblemática e constitutiva da diferença racial, sexual e de gênero apenas associadas a esta; como a música é utilizada para especificar questões gerais pertinentes ao problema da autenticidade racial e a consequente auto identidade do grupo étnico?

Dos caminhos que este autor aponta para equacionar a questão, destaca-se a atenção que se deve dar para o uso de padrões distintivos do uso da língua, do gestual e da musicalidade que contrastam com os padrões oficiais e oficializados.

> Sobretudo no que diz respeito às especificidades gestuais e corporais, Gilroy chama a atenção para a ênfase que se tem dado à participação e à desenvoltura de indivíduos negros nos esportes, no atletismo e na dança quando o que ele aponta é a necessidade de que tal perspectiva se amplie.
> Neste sentido, sugere análises orientadas pela perspectiva das performances que caracterizam as produções culturais negras, de modo a alargar enfoques baseados exclusivamente na textualidade e na narrativa e não na dramaturgia, na enunciação e no gestual, os ingredientes pré e antidiscursivos da metacomunicação negra. (GILROY, 2001: 162)

Colonialidade de gênero e colonialidade de poder

Sob o conceito de colonialidade do poder (QUIJANO,2000) o corpo é considerado como o espaço em que se exerce a dominação e a exploração, sendo intrinsecamente racializado e perpetuado pelos esquemas familiares burgueses que supõem e se assentam sobre 3 princípios básicos, a saber:

1. A liberdade sexual dos homens.
2. A fidelidade das mulheres
3. A prostituição não remunerada

Lugones (2008), legatária de Aníbal Quijano quanto às suas considerações sobre o padrão de colonialidade global sob o capitalismo, assentado na racialização das diferenças, questiona e amplia por sua vez, esse conceito, entendendo que o moderno sistema de dominação patriarcal está estruturado sob aquilo que denomina de o sistema moderno colonial de gênero, que naturaliza a heterossexualidade. Sendo o capitalismo assentado na racialização das diferenças que submete a todos em um sistema mundo pautado na classificação e na hierarquização das diferenças, Lugones defende que as diferenças que definem essas hierarquias não são apenas as de raça, mas também e fundamentalmente as que vinculam raça e gênero.
Desde a década de 80, teóricas do feminismo negro brasileiro como Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento e Lélia Hernandez insistiam na necessidade da interseccionalidade, porém sob outros conceitos e definições.
Reportando-nos à situação da mulher negra especificamente no patriarcado construído no mundo ibérico, mediante o papel da mestiçagem como fundamento da construção de identidades nacionais, estabelece-se o lugar de privilégio do homem branco.
Tal privilégio assenta-se na posição conferida ao homem branco, a quem é atribuído o papel do procriador por excelência, aquele incumbido de promover a formação da raça nacional por meio de seu desejo e de seu poder sobre todas as fêmeas: negras, ameríndias e brancas. É também aquele que detém a autoridade jurídica e econômica sobre a produção e a reprodução de bens e pessoas. É o pater famílias que monopoliza o afeto pelo paternalismo e o poder pelo patriarcalismo, ocupando o lugar de privilégio na família – entidade reguladora da vida sexual e da moralidade.
Nesse panorama, todos os outros estariam, portanto, subjugados ao poder e ao desejo do homem branco e à branquitude, estabelecendo e definindo a colonialidade sob o colonialismo de gênero, que exclui todos os outros - homens e mulheres não da história – e, ao mesmo tempo, promove a dissolução dos vínculos de solidariedade entre as vítimas desse sistema. Sujeição ao poder patriarcal (branco, cristão, heterossexual),desejo e interesse na branquitude, na pureza, na ordem, no sexo para procriação e reprodução da ordem).
A mulher não branca – hiperssexualizada e instrumento do branqueamento da estirpe nacional (ou quando muito, como força nutriz da nacionalidade: ama de leite, cozinheira)
O homem negro – força de trabalho, também hiperssexualizado: ainda que reprodutor, exilado da paternidade – símbolo da ameaça e do perigo corruptor da pureza – da mulher branca, da sociedade enfim.
Para Lugones, na família burguesa, a subalternização ou submissão das mulheres de todas as raças e a supremacia masculina são elementos que constituem a colonialidade. Daí que tudo que, de alguma forma, contrarie a lógica embutida nesta estrutura é tida e lida como estranha.
A ideologia do branqueamento produz nestas circunstâncias, dentre outros efeitos, a quebra e a inviabilidade dos laços de solidariedade racial.
A colonialidade implica, pois, na construção de uma realidade social absolutamente circunscrita à tal racionalidade que condiciona e determina todas as instâncias da vida social, notadamente as que se referem ao controle do trabalho, do sexo, da autoridade coletiva, das subjetividades e intersubjetividades

Erotismo x pornografia

Repudio tanto o epíteto de pornográfico (do grego: pornographos: registro daquela que se vende, que se põe à venda) quanto a suposta nobreza conferida pelos saberes nomeados como "clássicos" ao termo erótico (neste caso, também ratificando a cultura greco-latina por meio do mito de Eros, companheiro e servo da Beleza).
Consignando uma outra dimensão para a discussão, Georges Bataille indica como possibilidade a definição do erótico como momento de emergência do humano no ato radical de separação da natureza em que o sexo, para além de servir à reprodução (atendendo à lógica racional de aquisição e produção do mundo material), "implica uma alternância de repulsão e atração, de negação e de afirmação, uma alternância imediata em que

é humano (erótico) e não simplesmente sexual animal". Pois o erótico institui o humano através da oposição entre as regras produtivas (da história e da economia) e assim institui a transgressão, não pelo retorno à animalidade, mas pela insubmissão às noras regulatórias. (BATAILLE apud SILVA,2006).
Pelo erotismo, o humano se instaura posto que implica no sexo como escolha, como possibilidade deliberada da entrega radical e da transgressão à regulação.
Para Bataille não tanto as regras, mas o estabelecimento de regras mais a sua transgressão distinguem a sexualidade humana. (BATAILLE, 2013)

> Para Bataillle, o outro, o objeto do desejo sexual, não pode ser reduzido nem à regra histórica, nem à patriarcal, pois só existe como uma rejeição a ambas. Como tal, o erótico é o máximo significante de liberdade. Não apenas não marca uma volta para a animalidade, um retorno à natureza sem a mediação das regras que a arrancam dela, como também apenas existe por ser uma transgressão das regras, as regras que definem a humanidade. Nem um efeito da necessidade (como a natureza o concebe), nem um objeto de regulação (apropriação da natureza pelos próprios seres humanos), o erótico, na representação de Bataille, significa humanidade e aquilo que a especifica, a vida, sem regulação (SILVA,2006)

O erótico seria, pois, o momento máximo da transgressão da racionalidade produtiva e de sua consequente regulação e, desta forma, teria seu potencial identificado à plenitude só possível se exilada, se proscrita, se não autorizada.
Portanto, a lascívia e a luxúria que caracterizam as performances sobretudo do funk feminino, remetem ao amor-lúbrico, que extrapola os limites do controlado, do organizado, do higienizado, do domesticado, agora não mais circunscrito as "fêmeas não brancas" visto que fenômeno se expande e atrai cada vez mais as classes médias.
Um exemplo do questionamento que oferecem às perspectivas individualistas e individualizantes de vida pode ser sinalizado pela preeminência dos bailes comunitários aos shows dominados por empresas e empresários do "entertainement", do "showbusiness".
Do mesmo modo, as artistas se agrupam em "bondes" e não bandas, indicando o caráter popular do movimento. Ao mesmo tempo, impulsionam expressões de raiva, inconformismo e repúdio ao status-quo que classifica, hierarquiza e perpetua desigualdades ainda assentadas no trinômio classe/raça/gênero.
Nas narrativas nacionais, cuja matriz assimilacionista foi também forjada à luz dos mitos caracterizados pelo lusotropicalismo, o silenciamento das mulheres (negras, mestiças e brancas) se processa justamente pela negação de seu desejo em prol da regulação produtiva. Especificamente no tocante às mulheres não-brancas predominam os sentidos ligados à mais absoluta abnegação e vitimização.
Tais sentidos são, em parte, pervertidos (senão revertidos) nas performances de Tati e Blaya. Digo em parte, pois, se em ambas é possível identificar alguns traços de emancipação (em Tati pelas letras que canta e em Blaya pela dança), em nenhuma das duas a alusão a aspectos etnicorraciais se faz presente (diferentemente do que ocorre com o rap), o que não desqualifica, em absoluto, o potencial emancipatório de suas performances. Como adverte Lugones (2008), embora a racialização das diferenças seja um construto fundamental dos racismos que caracterizam o padrão global capitalista e eurocentrado, a colonialidade traduzida pelo controle do trabalho, do sexo, da autoridade coletiva, das subjetividades e intersubjetividades permeia, portanto, todos os aspectos da existência social, não se referindo somente à classificação racial.
Blaya, que, em realidades lusotropicais mais se enquadraria na categoria de *mestiça*, transita com muita tranquilidade por todos os extratos sociais (fala bem, é desenvolta, é fluente no inglês) enfatiza esse pendor cosmopolita em sua produção e tenta se afirmar em um mundo controlado por homens, afirmando-se pela negação das expectativas (não apenas nessa letra mas nas entrevistas, em seus posts na net).: *Rappers elogiam e falam do ass/Mas acredita nenhum deles toca no meu bef [...}/ Tou a conquistar meio mundo que nem os da Vinci/ Mas eu não sou a lei oh eu sou bem maior/ Bitch eu não queira o teu marido nem por meia hora.*

Popularizada como a "*a dançarina do grupo Buraka Som Sistema"*, a despeito de afirmar seus vínculos com o grupo e seu amor pela dança, tem procurado se estabelecer também como cantora e compositora (em seu EP de estreia – *Superfresh* – algumas letras foram feitas pelo rapper Regula) e deixa transparecer em suas falas, as dificuldades para ser reconhecida também por esta faceta.

> Karla Rodrigues – a Blaya – a princesa do kuduro, a rainha do improviso, decidiu agora experimentar um novo passo e iniciar uma carreira solo:
> – " Ah, eu tentei fazer uma mixtape há 2 anos atrás, mas… não saiu e então como este ano tive a oportunidade de fazer isso e de ter…ah… produtores para me fazerem os experimentais…e ...isso
> Então, lancei-me
> O EP de estreia mostra uma Blaya em muito boa forma mas mais calma e mais e mais virada para o funk, o warren beat e o soul . as músicas refletem todas elas o universo da cantora:
> – sim, falam todas de mim..até o Superfresh não foi escrito por mim mas fala de mim. Eu disse todos os pontos ao Regula – olha fala sobre isso, isso, eu fiz isso, fiz aquilo nanana nanana… então ele compôs… é tudo sobre mim, mesmo tudo...
> [...]
> – Comecei a escrever mesmo, com 14 anos. Até me lembro que tinha um dossiê é…com palavras em crioulo… que era para meter nas minhas rimas (risos). E então … Isso no Alentejo! Onde não se passa nada! Eu fiz umas músicas, uns raps (rs). Depois deixei o rap, fui prá dança… e…vim prá Lisboa, continuei a dançar, entrei pro Buraka .. anh…pra dançar só, pedi prá cantar uma música e um deles já sabia que eu já tinha rappado e feito compilações e um EP mesmo já há muito (sic) tempos atrás e então pedi pra cantar uma música, eles disseram que sim e pronto: fui cantando 1 musica, 2 músicas, 3 músicas [...]- o Buraka vem sempre em primeiro lugar pra mim …e depois o meu projeto solo é um aparte, é a outra metade de mim mas Buraka pra mim é minha primeira cena …[14]

Quanto a Tati, penso que sua suposta irascibilidade, marcada pela linguagem chula, gestos desabridos e uma postura destemida diante de seus detratores, está ainda a desafiar uma análise mais detida em que seja possível explorar com maior alcance do que o que aqui me é possível, as dimensões relacionadas à colonialidade de gênero e a ecologia de saberes, pois evidentemente o entendimento e os limites do que sejam sexo, família, intimidade, vida pública e vida privada, dentre outros não se equivalem ao que é suposto pelas culturas e teorias hegemônicas.

Equiparando a experiências das cantoras negras do *blue* estadunidense nos anos que se seguiram à abolição da escravidão, analisadas por Ângela Davis (2007), pode-se dizer igualmente que estas experiências das cantoras do funk, ao desafiar os padrões da normalidade e da boa conduta, resistem a refletir em suas letras, trajetórias femininas marcadas pela resignação e pela impotência, constituindo-se ademais em:

> [...] referentes para las mujeres pobres o de clase obrera a las que el discurso hegemónico colocaba (coloca) en el papel de víctimas o en el estereotipo de jezzabel, mujeres dominadas por su apetito sexual y víctimas de sus excesos. Porque era así como se traducía desde la moral dominante la recientemente adquirida (y practicada) libertad sexual de las mujeres negras. Lo que plantea Ângela Davis en este sugerente texto es que cantantes de blues como «Ma» Rainer o Bessie Smith, cuyas letras desentraña desde el pensamiento feminista negro, desempeñaron en los años veinte

14 Entrevista concedida à MCTV em julho de 2013. Disponível em: http://videos.sapo.ao/2zeeoEK46ITzT0QCzg2S

> el papel de intelectuales en el sentido que Collins da a las feministas negras: aquellas mujeres que son capaces de traducir
> las necesidades de otras mujeres en un discurso que permite y/o posibilita su empoderamiento. Las cantantes de blues tenían esta capacidad porque, como decía Carby, ellas mismas formaban parte de ese grupo. Por eso eran capaces de entender las lógicas desde donde actuaban, sentían y sufrían las mujeres negras[...] (JABARDO,2012)

Considerações finais:

A pergunta que não quer calar é: Quando ocupam exatamente o lugar da permissividade, não estariam, portanto, tais mulheres, reiterando lugares e papeis conferidos às mulheres não brancas ao longo do processo histórico ocidental?

Neste momento defendo que, se o fenômeno representa, ao mesmo tempo, possibilidades para reversão de estereótipos referentes às mulheres – em sentido geral e genérico – coloca sob suspeição, por outro lado, os lugares destinados à mulher negra, quais sejam: o lugar do pecado, do interdito e do proibido, o do sexo que se pratica fora de casa, o da mulher que não se nomeia e à qual não se permite participar daquilo que é normatizado e normalizado.

Se a realidade social concebe relações hierarquicamente polarizadas pela construção de uma masculinidade edificada em contraposição à ideia de feminilidade, também entre as mulheres as oposições se perpetuam entre o grupo das presumidas "puras", imaculadas, intocadas (mães, esposas, irmãs) confrontadas às presumidas "outras" – as vagabundas, as impuras, as erradas e, por extensão e analogia, as que não se enquadram no referencial de perfeição e ordem estabelecidos.

O que surpreende nos fenômenos representados pelo funk e usando o exemplo de Tati Quebra Barraco como emblema é que, a despeito da repulsa que a negritude, a favela, o barulho, a falta de gosto e pendores para a arte que este lado do abismo representa para as mentalidades, a audácia de Tati ao proferir *"To feia mas to na moda"* exemplifica a capacidade de convencer-se a si e também a outras assim como ela se sintam inferiorizadas, a se perceberem, de algum modo, como a alterar a ordem predefinida das coisas.

Do mesmo modo, Blaya que mesmo tendo plena consciência do furor erótico que suas performances são capazes de provocar, prefere verbalizar nas letras que canta, discursos de liberdade e autonomia com relação às expectativas:

> Sabes como é, eu faço e aconteço
> Trinta por uma linha e viravas-me do avesso
> Ai se eu pudesse amarrava-te com o meu lenço
> E nem sequer te vou dizer metade das coisas que eu penso
> Mas tu não me convences
> One night stand e acaba a noite com pensos
> Nunca penses queres cobaia do pac five bundas
> Nas minhas aulas entras de calças e sais de sungas
> O papa-tudo, não papas nadaSaberes como a Blaya wina
> Meu filho tu largas baba
> Saberes como a Blaya wina
> Seja numa saia larga
> Tu só largas baba, só largas baba[15]

15 In "Mêmo a veres" de Blaya e Regula.

Coloca também sob suspeição a ideia de que a virilidade implicada no ato de possuir também e sobretudo pelo sexo não condiriam, deste modo, com atitudes femininas de reversão deste lugar – em razão de que mais do que associada aos espaços domésticos, locus da natureza cultivada e da reprodução social – o comportamento feminino domesticado implica na sujeição da mulher, no aspecto sexual , ao pedido e à vontade do homem, detentor naturalizado dos poderes que lhe associam à lógica da proeza, da façanha que exalta a virilidade.
De modo que, pelo princípio da colonialidade de gênero, com as mulheres não brancas em um sentido lato, e negras em um sentido estrito, ocupando a base da pirâmide – no que diz respeito à sua absoluta sujeição – em termos de trabalho, sexo, autoridade coletiva e subjetividade, os exemplos de enfrentamento representados pelas mulheres negras do funk e hip hop adquirem relevância ainda maior.
Relações hierarquicamente polarizadas de construção da virilidade e da feminilidade, tornaram possível no imaginário acerca da sexualidade feminina acepções "autorizadas" estabelecidas pela pornografia e sadomasoquismo que repercutem por inúmeras imagens e representações (na mídia, na moda, na publicidade, na literatura e no cinema), vinculando a sexualidade às ideias de dominação e consequentemente, de submissão, humilhação, violência, dor e vergonha.
Tornou-se tácita entre nós a ideia de que as possibilidades de sexualidade estejam associadas a tais sentimentos. A pornografia e o sadomasoquismo, naturalizados pela cultura de massa contemporânea, excluem o amor e o afeto da sexualidade.

Praticamente liberada pela disseminação dos meios anticoncepcionais,
pelo aborto legalizado e pela extinção do padrão duplo
de comportamento sexual, essa
sexualidade voltou rapidamente a ser refreada
pelas novas forças da pornografia da beleza e pelo sadomasoquismo,
que surgiram para devolver a culpa, a vergonha e a
dor à experiência feminina do sexo. [...].
O impulso sexual é formado pela sociedade.
Até mesmo os animais têm de aprender o comportamento sexual.
Os antropólogos acreditam atualmente que é o aprendizado,
mais do que o instinto,
que leva a um comportamento reprodutivo bem-sucedido. (WOLF,1992)

Uma definição positiva da sexualidade feminina certamente possibilitaria às mulheres maior liberdade e a consequente emancipação relativas ao machismo e ao patriarcado. Por quê? Porque essa seria uma maneira de sancionar o erotismo e neutralizar a pornografia associada ao sexo comprado, corrompido pelo poder machista, se afigurando então como condição de emancipação (GREER apud WOLF, 1992:204)
Nas culturas hegemônicas a sexualidade feminina é definida e elaborada de forma negativa e a educação sexual conferida a meninas e meninos busca garantir a vulnerabilidade.
Em algum momento sugeri que as experiências de sofrimento e humilhação são, na maior parte das vezes (relatos, músicas, literatura, cinema) mascarados nas expressões afro brasileiras, não nas representações sobre negras e negros, mas nas criações de negras e negros e isso, de certa forma, vai de encontro ao que Paul Gilroy defende como traço distintivo das expressões negras do atlântico – essa memória do terror racial – que perpassaria de forma indizível, mas não indescritível, todas as manifestações negras.
No funk, letras e performances – privilegiando a hipersexualização – soaria, presumo, como que um retorno da animalização e objetificação atribuída a mulheres e homens negros pelas representações oficiais.
Mostra -se portanto, como um ser que à revelia das expectativas geradas pelo patriarcalismo de constituição da mulher negra como iguaria para cama e mesa (confinada no espaço doméstico para serviço das senhoras e nas alcovas para serviço dos senhores), as atitudes de enfrentamento e resiliência manifestadas nas letras e performances revertem o lugar da sujeição.
Ouso pensar ou colocar como provocação a ideia de que, a despeito do que defendem as feministas negras norte americanas, acerca do potencial signo de ameaça e perigo – ocupados pela sexualidade de mulheres e

homens negros nas sociedades construídas sob o colonialismo pós diáspora – vinculados à animalização, à perversão, à incontinência e ao incontido, que os saberes e conhecimentos postulados por mulheres que assumem o controle de seus corpos defendem o erotismo como jogo dissociado dos ideais celebrados pelo amor romântico e pelo amor burguês.

A luxúria, nesse sentido, deixa de ser pecado, tornando-se legitimada e enaltecida como instrumento de deslegitimação das concepções burguesas de família, assentadas na contenção das mulheres.

Referências bibliográficas:

BATAILLE, Georges. (2013) *O erotismo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.

_____ (2013b) A *parte maldita- seguida de A noção de dispêndio*. Belo Horizonte:

Editora Autêntica.

BORGES, Roberto Carlos da Silva. (2007). "Sou feia, mas tô na moda". Tese de doutoramento. Niterói: Universidade Federal Fluminense.

COLLINS, Patricia Hill (2000 [1990].) "Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment" in: Jabardo, Mercedes (org). *Feminismos Negros: una antología*. Madrid: Proyecto Editorial Traficantes de Sueños, 2012.

DAYRELL, Juarez. (2002). *O rap e o funk na socialização da juventude*. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo: 28 (1), 117-136.

DAVIS, Ângela. (2012) "I Used To Be Your Sweet Mama. Ideología, sexualidad y domesticidad. In Jabardo, Mercedes (org). *Feminismos Negros: una antología*. Madrid: Proyecto Editorial Traficantes de Sueños, 135-186.

ESSINGER, Silvio.(2005). *Batidão: uma história do funk*.São Paulo, Record.

FREYRE, Gilberto. (1987). *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

GILROY, Paul. (2001) *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Ed.34, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes/Centro de Estudos Afroasiáticos.

HALL, Stuart. (2009). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo

Horizonte: Editora da UFMG.

HOOKS, Bell. (1995) "Intelectuais Negras". Estudos Feministas. Ano 3, 2-95.

JABARDO, Mercedes. (2012). "Construyendo puentes: en diálogo desde /

con el feminismo negro". In Jabardo, Mercedes (org). *Feminismos Negros: una antología*. Madrid: Proyecto Editorial Traficantes de Sueños, 27-56.

KERNER, Ina. (2012). Tradução de Bianca Tavolari. "Tudo é interseccional? " In: Novos Estudos, 93,45-58.

LUGONES, Maria. (2008). "Colonialidad y Género". Bogotá – Colombia: Tabula Rasa. 9: 73-101.

MEDEIROS, Janaina. (2006) *Funk carioca: crime ou cultura?: o som dá medo e prazer*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.

MOASSAB, Andréia. (2012) "Brasil periferia (s): a comunicação insurgente do Hip-Hop. " In Comunicação, mídia e consumo. São Paulo, ano 9, 9(26), 213-216

NEVES, Barbara Barbosa. (2004) *A Cultura Hip Hop em Portugal: Abordagem Sociológica dos Processos de Integração e Contestação Social do Rap*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

OYEWUMI, Oyeronke. (1997). The Invention of Women. Making an African Sense of Western Gender Discourses. Minneapolis: University of Minnesota Press.

PALOMBINI, Carlos. (2012) "Proibidão em tempo de pacificação armada. " In academia.edu. consultado em de abril de 2014 em https://www.academia.edu/5156488/_Soul_brasileiro_e_funk_carioca_.

_____. "Soul brasileiro e funk carioca". In academia.edu. consultado em Consultado em 03 de abril de 2014 em https://www.academia.edu/5156488/_Soul_brasileiro_e_funk_carioca_.

PRIORE, Mary Del. *Histórias do cotidiano*. (2001). São Paulo: Contexto.

QUIJANO, Anibal. 2000. "Colonialidad del Poder y Clasificacion Social", Festschrift for Immanuel Wallerstein, part I, Journal of World Systems Research, V. XI:2.RAGO, Margareth. (2002). "Os mistérios do corpo feminino, ou as muitas descobertas do "amor venéris". In: Projeto História. São Paulo, (25), 89-112.

SAFATLE, Vladimir. (2014). Programa do curso de Introdução à Filosofia I. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Consultado em 24 de setembro de 2014 em http://filosofia.fflch.usp.br/sites/filosofia.fflch.usp.br/files/graduacao/progs_pdf/2014-1/FLF0115_1_2014.pdf

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2000) "Os modos de produção do poder, do direito e do senso comum. " In. A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência. Porto: Afrontamento.

SANTOS, Boaventura. (2002) Crítica da Razão Indolente: Contra o desperdício da experiência. Volume 1. São Paulo, Cortês.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2003). *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo, Cortez.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2007) "Para além do Pensamento Abissal:

Das linhas globais a uma ecologia de saberes" in: Revista Crítica de Ciências Sociais, 78, 2007: 3-46

SILVA, Denise Ferreira da. (2006). "À brasileira: racialidade e a escrita de um desejo destrutivo. " Estudos Feministas, Florianópolis, 14(1): 336 et seqs.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. (2010). *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.

TRAVIS JR. Raphael. (2013) "Rap Music and the Empowerment of Today's Youth: Evidence in Everyday Music Listening, Music Therapy, and Commercial Rap Music". Child and Adolescent Social Work Journal, 30(2)139.

TURNER, Victor. (1974). *O Processo Ritual: Estrutura e Anti Estrutura*. Vozes.

VIANNA, Hermano. (1990) "Funk e cultura popular carioca. " Estudos Históricos. Rio de Janeiro. 3(6) 244-253.

WOLF, Naomi. (1992) *O mito da beleza. Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres.* Tradução de Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco.

WOLFE. Liblong. (2008) *Mulheres do morro: The Representation of Women in Brazilian Funk*. Master's Programme: MA Area Studies (Latin America). Institute for the Study of the Americas School of Advanced Study University of London. Supervisor: Prof. David Treece.

"Nossa força é o papel": representações sociais da mídia sobre o processo de desintrusão da terra indígena marãiwatsédé

Diego Airoso da Motta[1]
Natália Araújo de Oliveira[2]

Resumo: Após décadas de conflitos, em 2012 a Justiça brasileira determina a desintrusão de fazendeiros e posseiros que ocupavam a terra indígena Marãiwatsédé, no estado de Mato Grosso, em favor dos índios Xavante, removidos da área nos anos 1960 para tornar a terra disponível à iniciativa privada. As representações sociais disseminadas pela mídia, na esfera local, regional e nacional, sobre o processo de retirada dos não índios é o que esta pesquisa analisa. Para tanto, com contribuições da análise discursiva, examinam-se matérias publicadas nos jornais A Gazeta do Vale do Araguaia, Diário de Cuiabá e Estadão, de agosto de 2012 a janeiro de 2013, período final da desintrusão. Os resultados mostram, na dimensão local e regional, representações em geral desfavoráveis aos indígenas, questionando sua legitimidade, tomando-os por obstáculos ao desenvolvimento e dramatizando a situação dos não índios e, no âmbito nacional, de ênfases sobre os aspectos jurídicos e legais do caso.

Palavras-chave: Representações sociais. Questão indígena. Marãiwatsédé. Mídia.

Apresentação

Localizado no Mato Grosso, o território indígena Marãiwatsédé, também conhecido como "Suiá Missu", era ocupado pelos índios Xavante até os anos 1960, quando o Estado o vende a empresários paulistas para exploração pecuária, inicialmente utilizando também a mão de obra nativa. Já em 1966, surgem os primeiros conflitos entre brancos e índios e os Xavante são levados em aviões da Força Aérea Brasileira para uma Missão Salesiana situada em outra região do estado. Na década de 1980 a fazenda é vendida para a empresa petrolífera italiana Agip Petroli. Na década seguinte, a pressão internacional gerada pela violação de direitos dos indígenas no Brasil cresce e, durante a Eco 92, representantes da empresa se comprometem em devolver a área a seus povos originários.

Contudo, a promessa desagrada os executivos da subsidiária brasileira da empresa, assim como políticos e fazendeiros da região, que passam a incentivar invasões por pequenos e grandes agricultores, utilizando jargões deslegitimadores da presença indígena na região ("Aqui não é terra de índio"). Buscava-se ocupar o espaço para criar uma situação política posteriormente irreversível (BRASILIENSE, 1992).

A partir de 1993 se iniciam batalhas judiciais pela devolução do território aos Xavante[3], inclusive com a intromissão da Assembleia Legislativa do Mato Grosso – que chega a propor inexitosamente uma permuta entre a terra Marãiwatsédé[4] e uma área no Parque do Araguaia. Os indígenas retomam finalmente seu território

---

1 Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Email: diegoairoso@ufrgs.br

2 Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Mestra em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Email: natalia.oliveira@ufrgs.br

3 De acordo com dados de 2010 da Funasa (Fundação Nacional de Saúde), a população xavante soma 15.315 indivíduos, distribuídos em 12 terras indígenas, sendo uma delas a TI Marãiwatsédé.

4 Marãiwatsédé fica na região conhecida como Norte Araguaia, no nordeste do Mato Grosso, e abrange os municípios de São Félix do Araguaia, Bom Jesus do Araguaia e Alto Boa Vista – este se localiza a 1.064 quilômetros de Cuiabá e abarca

com a desintrusão dos não índios em 2012, cujo plano de execução, elaborado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e pelo Ministério Público Federal (MPF), é entregue à Justiça Federal em 30 julho, que já no dia seguinte lhe dá parecer favorável e determina que os ocupantes não índios saíssem ou fossem retirados da área em 30 dias.

Contudo, dias antes do fim desse prazo, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) suspende o processo de desintrusão, adiando-o até outubro, quando, a requerimento do MPF, decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) modifica a situação anterior e dá prosseguimento à desocupação da área.

Após a chegada da Força Nacional do Ministério da Justiça, em dezembro de 2012, a situação fica crítica, com ataques a veículos da Funasa (Fundação Nacional de Saúde), bloqueio de rodovias federais e conflitos entre os produtores rurais e agentes do Estado. A retirada é finalizada em janeiro de 2013, com a desocupação de 619 residências e estabelecimentos. O processo de desintrusão produz uma comoção regional, especialmente entre a população não índia, majoritária e que se considerava os "verdadeiros trabalhadores da terra".

O início do processo de desintrusão, em meados de 2012, marca o acirramento dos conflitos e passa a receber uma atenção mais intensa da mídia, por razões óbvias em nível local e estadual, mas também nacional, dada a gravidade das tensões e, ainda, a sensibilidade social dirigida por grupos mais intelectualizados e setores da opinião publicada do centro do país em relação à geograficamente distante questão indígena. Com suas oscilações, nuances e continuidades, a cobertura midiática dada a esta fase das disputas envolvendo o território Marãiwatsédé é o objeto do estudo ora anunciado. O objetivo central é identificar e analisar algumas das representações formuladas e difundidas pelos meios de comunicação a respeito do caso e dos atores envolvidos, além dos interesses que essa elaboração visa a atender.

A fim de alcançar os objetivos propostos, a pesquisa analisa o conteúdo publicado nos *sites* de três jornais[5]: *A Gazeta do Vale do Araguaia* (ou daqui para diante *Gazeta*[6]), *Diário de Cuiabá* (ou *Diário*) e *O Estado de S. Paulo* (ou *Estadão*), respectivamente com atuação nos âmbitos local, regional e nacional. A *Gazeta* existe desde 1988 e é o maior jornal impresso da região do Araguaia. Sua sede é no município de Barra do Garças/MT[7]. Já o jornal *Diário de Cuiabá* é de abrangência regional, com circulação em todo o estado do Mato Grosso, e tem como sede, como o nome diz, sua capital, Cuiabá. Por fim, o *Estadão* é de São Paulo, mas pode ser encontrado em bancas de praticamente todo o país.

Os periódicos foram escolhidos por serem de grande circulação dentro do contexto ao qual se vinculam, pela viabilidade das ferramentas de busca textual em sua versão *online* e por conterem uma quantidade relativamente significativa de textos a serem analisados.

O período do estudo vai de agosto de 2012, momento em que o Judiciário estipula um prazo para a efetiva desocupação da área Marãiwatsédé pela população não indígena, até o fim do processo de desintrusão, em janeiro de 2013.

Para a escolha das matérias a serem analisadas foram utilizados como termos de busca as seguintes palavras: Marãiwatsédé; Suiá-Missu; Desintrusão; Xavante; Posto da Mata; Alto Boa Vista; Posseiros. Obviamente, matérias que envolviam esses termos e não se referiam ao contexto em questão não foram consideradas. Com a busca realizada, chegou-se ao montante de 73 reportagens, sendo 23 textos da *Gazeta,* 34 matérias do *Diário* e 16 textos do *Estadão*.

Para a análise dos dados, foram utilizadas técnicas de análise discursiva, vista como uma "leitura cuidadosa, próxima, que caminha entre o texto e o contexto, para examinar o conteúdo, organizações e funções do discurso" (GILL, 2010: 266). A análise discursiva se dedica ao discurso em si, aos papeis da linguagem como construção

---

a maior parte da área em discussão, dentro da qual se localizava o distrito de Posto da Mata, maior reduto de resistência à desocupação.

5 Os *sites* são: http://www.agazetadovale.com.br/; http://www.diariodecuiaba.com.br/; http://www.estadao.com.br/.

6 Não confundir com o jornal A Gazeta – periódico com circulação em todo o estado do Mato Grosso, concorrente do Diário de Cuiabá.

7 Barra do Garças está a 559 quilômetros do epicentro do conflito, Alto Boa Vista. Apesar da grande distância, relativizada no contexto das dimensões do estado do Mato Grosso, a cidade é o polo referencial da região.

(construída e construtiva), ao discurso como ação (uma prática social colocada em um contexto interpretativo – a recepção, também social) e a organização retórica do discurso (seu potencial persuasivo) (GILL, 2010).

Reflexões iniciais: aspectos políticos e legais

A terra sempre foi fonte de poder e prestígio no Mato Grosso, além de ser uma maneira de cimentar acordos políticos e apoio eleitoral. Nesse contexto, as terras dos Xavante, desde sua "pacificação", em 1946, também são vistas como cenários para a acumulação e expansão do capital. A década de 1950 marca um período de venda desenfreada de terras públicas e dos indígenas no estado, como territórios dos Xavante (GARFIELD, 2011).

Além de ver na terra o poder, as elites do estado, mesmo as situadas em terras indígenas, também desprezam os índios, considerando-os improdutivos e alegando que eles não representam o progresso ao qual o estado tanto almeja na década de 1960. Entendem a defesa dos direitos indígenas como um gesto benevolente e não um dever social. Dessa maneira, "apenas o diligente 'homem branco' merecia a assistência do Estado para ocupar terras 'legalmente' adquiridas" (GARFIELD, 2011: 156). Essa lógica produziu efeitos diretos na ocupação da área de Marãiwatsédé por não índios.

Por esse momento, o recém iniciado regime militar vê a ocupação da Amazônia e do interior do país em geral como um passo essencial à aplicação de suas políticas de desenvolvimento e integração nacionais. É necessário produzir, impulsionar o setor agrícola, para o que se mostra indispensável assumir o controle sobre os territórios indígenas, demarcando-os de forma a deixar aos índios o mínimo possível e disponibilizar grandes áreas ao capital privado e ao latifúndio.

Com o início da demarcação de alguns territórios, os Xavante cada vez mais entendem que a pressão política, especialmente sobre a Funai, então recentemente criada, pode levar ao êxito em suas solicitações. Assim, inicia-se, já nos anos 1970, uma fase em que as idas Xavante a Brasília, conhecidas como "xavantaços" ou "xavantadas", eram constantes, recebendo uma relativamente ampla cobertura da mídia brasileira (MAYBURY-LEWIS, 1990; SILVA, 1998; FERNANDES, 2014). Contudo, como explica Fernandes (2014), na segunda metade da década de 1980, altera-se o regime de visibilidade das reivindicações indígenas. Sendo um momento em que as pautas ecológicas e a redemocratização do país passam a ganhar mais destaque político, os Xavante, cujas lutas eram consideradas mais específicas, ligadas efetivamente aos direitos indígenas – diferentemente de outros grupos, como os Kayapó, com agendas supostamente mais abrangentes, como a questão ambiental – passam a ter cada vez menos suas ações cobertas pela mídia.

Esse modo peculiar de fazer política na capital federal, superado por circunstâncias de valorização política de estratégias de atuação diferentes, leva os Xavante a também buscar o atendimento de suas demandas por outros meios que não aqueles onde normalmente reivindicam – Congresso, Funai…, isto é, a Política em sentido estrito – sendo a Justiça talvez o principal deles, como se verifica na questão Marãiwatsédé discutida no presente trabalho.

Se a Carta Magna de 1988 é o ápice de um momento histórico que, na prática, leva a um certo esvaziamento da presença física dos Xavante como ato reivindicatório nos centros políticos e órgãos públicos afetos às suas pautas, ao mesmo tempo constitucionaliza e amplia sensivelmente os mecanismos de proteção dos direitos indígenas (até então tratados por "silvícolas" pela Constituição Federal de 1967 e tutelados sobretudo nos termos do Estatuto do Índio, de 1973, dispositivos criados em pleno regime militar, caracterizado pelo desenvolvimentismo e pela concentração de terra e riquezas). No bojo do instrumental protetivo alcançado aos indígenas está a definição da defesa judicial de seus direitos e interesses pelo Ministério Público, cuja intervenção no caso Marãiwatsédé mostra a importância dessa e outras previsões constitucionais à causa Xavante e sua forma de atuação, bem como à própria natureza dos conflitos por terra envolvendo indígenas e as representações sociais produzidas nesse contexto.

Reflexões teóricas: as representações sociais

Pelo menos desde Durkheim, o tema (e o termo) "representações" faz parte do glossário sociológico. Durkheim desenvolveu a noção de representações coletivas para se referir a "estados de consciência coletiva" que, diferentes daquilo que pertenceria à inconstância do domínio da consciência individual – cuja importância ele não deixa de reconhecer –, exprimiriam a forma como o grupo se vê quando se relaciona a objetos que lhe afetam (OLIVEIRA, 1999). Como num espelho, isso possibilitaria que os grupos pudessem ser compreendidos a partir da forma como representam e se representam nos objetos com os quais se relacionam e se identificam, de forma estável e duradoura (LUKES, 2009; PORTO, 2006).

Por um bom tempo, o estudo das representações esteve relegado às sombras na pesquisa sociológica, até que nos anos 1960 volta a ser discutido fortemente por teóricos da psicologia social, em especial Serge Moscovici e, mais adiante, Denise Jodelet, entre outros. Ao revisar o conceito durkheimiano de representações coletivas, Moscovici realinhou a dimensão social no interior da psicologia do conhecimento e fez emergir a noção de representações sociais, considerando a comunicação como sua condição e suas ligações com o contexto em que se produzem (PORTO, 2006).

Trocando o *coletivo* e seu caráter totalizante dito por Durkheim – já que se refere "a uma classe geral de ideias e crenças (ciência, mito, religião etc.)" – pelo *social*, Moscovici (2011: 49) considera a especificidade e a dinâmica das representações formuladas no interior de uma "sociedade pensante", trazendo à tona a complexidade e a pluralidade, além da importância da comunicação nas sociedades modernas, sempre mais abertas à heterogeneidade e à mutabilidade das representações.

Passa-se, então, a dar crescente importância às representações sociais como meio de compreender e explicar determinados processos a partir do que, em "escala social", se *pensa* sobre eles. Segundo Duveen (2011: 25), "a teoria das representações sociais fornece o referencial interpretativo tanto para tornar as representações visíveis, como para torná-las inteligíveis como formas de práticas sociais".

No caso das representações sociais, a forma de *pensar* sobre algo nutre a possibilidade de se transformar em *agir* sobre algo, voluntária ou involuntariamente. Assim, as representações sociais têm a capacidade não só de expressarem maneiras de compreender a realidade como também, por isso mesmo, de atuar sobre ela, orientando as condutas individuais a partir de máximas socialmente sedimentadas, fazendo-se realidade e demonstrando a "solidariedade entre o fenômeno e sua representação" (PORTO, 2006: 257).

Essa complexidade marca as representações sociais de diversas maneiras: elas são multidimensionais, dizendo respeito a "quem", "como", "por que", "o que" e "para que" dos sujeitos e dos objetos envolvidos em sua produção (JOVCHELOVITCH, 2007); elas pressupõem a justaposição do racional, cognitivo, e do não-racional, valorativo, emocional – elementos que, adquiridos e elaborados experiencialmente, são utilizados para dar sentido à realidade, na conjunção de certas lógicas e racionalidades, crenças, valores, emoções, tradições e elementos de distinção, como poder, prestígio, reconhecimento etc. (PORTO, 2006; GUARESCHI, 2000); as representações, também, estabelecem um movimento retroalimentar de criação de novas ordens representacionais e, simultaneamente, de estabilização de algumas disposições já sedimentadas (JOVCHELOVITCH, 2007).

Além disso, as representações sociais são compreendidas como processos simbólicos – já que socialmente ancoradas e ao mesmo tempo atuantes sobre a dimensão individual – imbricados "em arranjos institucionais, na ação social, na dinâmica ativa da vida social, onde grupos e comunidades humanas se encontram, se comunicam e se confrontam" (JOVCHELOVITCH, 2007: 35). A mecânica da representação está, portanto, intimamente ligada às convergências e disputas em torno da "construção de visões de mundo" (JOVCHELOVITCH, 2007: 35). Assim, não só diferem diretamente em razão do campo social em que se inserem, o que evidencia sua natureza contextual, como também em função da posição ocupada pelos atores que fazem uso dessas representações dentro do campo, na esteira de uma sociologia do conhecimento que apontaria distinções próprias do processo de valorização de certas representações por atores privilegiados social, econômica e culturalmente (PORTO, 2006).

Para Jovchelovitch (2000: 80), "os processos que dão forma e transformam as representações sociais estão intrinsecamente ligados à ação comunicativa e às práticas sociais da esfera pública […] em suma, as mediações

sociais". Os embates sociais e simbólicos para fazer sentir as diferentes visões de mundo expressas nas representações se dão no espaço público: nas ruas, nas reuniões e encontros públicos, nos bares e cafés, nas instituições sociais, na política, nos meios de comunicação.

Representações sociais, mídia e a questão indígena

Desde a modernidade, parte considerável das representações sociais é processada pela comunicação de massa, no contexto do que Thompson (1995) chama de midiação da cultura moderna. Como afirma Jovchelovitch (2000), os meios de comunicação são os mais importantes mediadores contemporâneos das representações sociais e uma fonte importante de reflexão para o estudo das representações sociais.

As representações aí se modificam e são disseminadas a públicos extremamente amplos. O processamento das representações sociais pelos meios de comunicação, ao mesmo tempo ecoando e conformando boa parte das ideias circulantes na sociedade, mostra sua importância como ator social e revela as intencionalidades presentes em seus diversos agentes – das empresas de mídia aos profissionais, das fontes privilegiadas aos patrocinadores e anunciantes, das comunidades envolvidas nos fatos aos públicos receptores. Evidentemente eles vão fazer sentir suas diferentes capacidades de agir no campo da produção de representações e reprodução de capital simbólico (BOURDIEU, 1998), o que o texto jornalístico formulado pela mídia vai manifestar.

Nesse sentido, compreender as especificidades das representações formuladas e difundidas pelos meios de comunicação no contexto da desintrusão de não índios em Marãiwatsédé exige abordar a relação entre os indígenas e a mídia.

Sobre as representações sociais dos índios na mídia, em específico no estado de Mato Grosso do Sul, cuja realidade guarda grande semelhança com o vizinho Mato Grosso, Barbosa e Landa (2010) e Minardi (2012) ressaltam que há certa ênfase somente em notícias referentes à demarcação de terras indígenas, não interessando aos meios de comunicação os demais assuntos que envolvem os índios. Além disso, os indígenas são fonte passiva dentro do discurso jornalístico, em geral desinformado e preconceituoso, que os retrata como preguiçosos, violentos, confusos e mesmo considerados ex-índios.

Melo (2008), avaliando as representações sobre os índios em dois jornais de Pernambuco, aponta que sua imagem na mídia se liga a um tema mais amplo e recorrente na sociedade envolvente: a violência, praticada ora contra os indígenas ora por eles próprios. Além disso, a autora vê os índios como pauta da imprensa principalmente representando o exótico. Ela também ressalta que, na mídia, o índio não é sujeito do seu discurso, tendo sempre como porta-voz a Funai, membros do governo, Igrejas, ONGs etc.

Já Lima (2001) traz em sua pesquisa a realidade de Boa Vista, Roraima, e conclui que a mídia perpetua o imaginário dos indígenas como seres inferiores, não evoluídos, subversivos, desumanos e manipulados pelas igrejas. Por outro lado, a autora afirma que haveria abordagens que incipientemente estariam criando a imagem do índio como lutador, manifestante que reivindica seus direitos, que não aceita a intermediação dos órgãos governamentais em defesa de seus interesses e que age sozinho, às vezes até com violência.

Essa representação do indígena como contestador e eventualmente violento é também apresentada na imprensa do Mato Grosso, de acordo com Alves (1999). Analisando os dois jornais de maior circulação no estado durante o ano de 1997, o autor mostra que os Xavante aparecem como uma das etnias mais reportadas, em matérias que enfatizam essa índole confrontadora e ativa, mas que contraditoriamente, mais uma vez, dão ínfimo espaço para manifestação da opinião dos índios por eles próprios.

Esse quadro mais amplo de representações sociais disseminadas pela mídia, verificado em diferentes regiões do país, mostra recorrências e destaca peculiaridades da abordagem midiática ao caso Marãiwatsédé, nos níveis local, regional e nacional.

Resultados e discussão

Os 73 textos selecionados para a análise foram publicados temporalmente de maneira diversa pelos jornais, como se pode ver na tabela abaixo:

Tabela 1: Quantidade de textos analisados, por mês e por jornal

Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Total	
Gazeta	04	03	03	06	05	02	**23**
Diário	09	04	03	04	10	04	**34**
Estadão	01	0	0	0	14	01	**16**
						TOTAL	**73**

Fonte: elaborada pelos autores

Observa-se uma maior concentração de textos, tanto no *Diário* quanto no *Estadão,* no mês de dezembro, quando a desintrusão foi efetivada. No caso do *Estadão*, 14 dos 16 textos são publicados nesse mês, repercutindo a face mais concreta do conflito – especialmente os confrontos do primeiro dia da retirada forçada. O Diário ainda teve 9 textos em agosto, por conta de um dossiê sobre o caso, em que procurou mostrar várias versões sobre as disputas. O jornal mais próximo do conflito, a *Gazeta*, publicou mais textos no mês de novembro e, ainda, no início de dezembro, momento em que as notificações para a saída dos não índios são entregues pela Justiça. Entende-se que a maior ocorrência de textos nesse período no jornal local mostra a tentativa de se criar um ambiente de *legitimidade* e pressão social favorável à possibilidade de reversão do que já havia sido definido e estava prestes a ser cumprido no terreno da *legalidade*, isto é, neste caso, das sucessivas decisões judiciais que estavam por culminar efetivamente na desintrusão. Esse processo, como mais adiante se verá, se torna mais evidente ao se analisar os textos em si mesmos.

Acerca dos gêneros textuais empregados, a partir da classificação de Melo (1994)[8], foram encontrados num primeiro momento 13 textos informativos e 10 opinativos na *Gazeta*. Já o *Diário* só apresentou textos de cunho informativo. Por fim, o *Estadão* publicou 15 textos do gênero informativo e um opinativo. Essa classificação mostra que o jornal local foi o que mais apresentou posicionamento explícito, neste caso, contrário à desintrusão dos não índios. Contudo, uma consideração mais aprofundada dos textos revela nuances, visto que, dos 34 textos do *Diário,* 5 foram produzidos externamente por assessorias de comunicação (4 de políticos e um do Executivo Estadual). Nos textos informativos, há 2 reportagens e 11 notícias. Já os de cunho opinativo publicados pelo jornal são compostos por 5 artigos, 3 colunas, um comentário e um editorial.

No *Diário* há 12 reportagens, 21 notícias e uma entrevista e, no *Estadão,* o gênero informativo contabiliza 5 reportagens e 10 notícias; o único texto de jornalismo opinativo é um artigo. Os jornais local e regional, mesmo em textos supostamente informativos, por diversas vezes não apresentam *lead* definido ou informações esclarecedoras sobre o caso a leitores desconhecedores do assunto, fazendo também uso de adjetivações, ironias e outras construções para expressar posicionamentos em geral desfavoráveis à desintrusão. No caso do *Estadão*, há, por outro lado, a escolha de termos mais neutros ou com tendência à aprovação da causa indígena, mesmo que por vezes o jornal enfatize a contextualização histórica e o caminho jurídico percorrido pelo caso.

Em relação ao exame das representações sociais produzidas sobre o conflito em Marãiwatsédé, a fim de sistematizá-las, colheu-se a própria dinâmica argumentativa e os recursos redacionais que os textos traziam como base para a criação de categorias de análise. Nesse sentido, a polarização que orbitou o processo de desintrusão e, como base dele, a disputa envolvendo a terra Marãiwatsédé, embora reducionista, fez com que emergissem abordagens e formas de se referir à situação que, colocados recorrentemente como pares binários, transcendiam o âmbito do fenômeno, paradoxalmente revelando sua complexidade e conexões com contextos mais amplos.

8 O jornalismo informativo se refere à observação e à posterior narração e exposição dos fatos da forma como supostamente eles acontecem, para "saber o que passa", com um caráter mais descritivo. O jornalismo opinativo diz respeito à apreciação, à avaliação dos fatos a partir do ponto de vista dos autores dos textos, que, com diferentes trajetórias pessoais e profissionais, emitem seu parecer, sua versão acerca do que acontece, para "saber o que se pensa sobre o que passa". Tem um caráter mais analítico (MELO, 1994, p. 63).

A seguir, listam-se os pares identificados nos textos que representam temas presentes em todos os veículos, ainda que em graus diferentes e posicionamentos até diametralmente opostos. Essa categorização foi construída a partir das instâncias informativas clássicas do texto jornalístico, no qual as representações midiáticas são elaboradas.

Quadro 1: Pares binários temáticos representacionais

O QUÊ	· Ocupação – invasão · Consolidado – imaginado · Despejo/expulsão – desintrusão · Barbárie – civilização	**COMO**	· Ordem – ameaça/risco · Tranquilidade/paz – Tensão/guerra · Dramatização – racionalização · Simples – complexo
QUEM	· Vítimas – culpados/agressores · Ocupantes/invasores – nativos · Nós – eles · Mato Grosso – forças externas · Não índios – índios · Índios distantes – índios daqui · Cidadãos de bem – bandidos	**POR QUE**	· Merecimento – privilégio · Ganho/lucro – prejuízo · Desenvolvimento – atraso · Trabalho – ócio/improdutividade · Agronegócio – meio ambiente
(POR) ONDE	· Legalidade – legitimidade · Política – Justiça · Direito à propriedade – direito à vida	**QUANDO**	· Historicidade – imediaticidade · Retorno – intrusão · Passado próximo – passado distante

Fonte: elaborado pelos autores

Os pares listados, cujos elementos estão basicamente em oposição, mas eventualmente agregados valorativamente, surgem nos textos tanto em seu conteúdo, quanto em sua forma e estruturação. Faz-se necessário, então, discutir mais detalhadamente a maneira que se mostram nos textos e a construção das representações a que dão corpo, em cada um dos jornais.

A Gazeta do Vale do Araguaia

As generalizações feitas a partir dos textos da *Gazeta* dão conta de um cenário em que se duvida da ancestralidade dos indígenas Xavante no território Marãiwatsédé. Mais de uma vez, recorre-se à ironia para questionar o retorno dos indígenas a seu território, como no ponto de interrogação do trecho: "Depois de mais de duas décadas a FUNAI conseguiu convencer a Justiça de que quase 900 indígenas retornem (?) e passem a viver na área que é ocupada por não índios" (03/08/2012). O órgão, que teria "interesses questionáveis", estaria "insistindo que [Marãiwatsédé] pertence aos índios" (30/11/2012).

Com base em suposições, a autarquia, a quem é imputada a "culpa" pela desintrusão, de maneira categórica é acusada de forjar o processo de demarcação de Marãiwatsédé, como apresentado na manchete "Fraude da Funai em reserva causa perplexidade na AGU e Casa Civil" (21/09/2012) . Além disso, a Funai é considerada um "órgão pelego e totalmente sob o controle de ongs estrangeiras que atuam descaradamente contra os projetos de desenvolvimento nacional" (07/12/2012).

Além da ironia, a dramaticidade é outro recurso estilístico muito frequente nos textos da *Gazeta*, como a manchete do texto dia 14/12/2012 ("Produtores contra o despejo na Suiá Missú") referindo-se à desintrusão. A tensão também é recorrente para descrever a situação, em termos bélicos como "batalha", "solução pacífica", "litígio", "sairão mortos", "ataque final" (03/08/2012).

Por outro lado, apela-se a racionalizações especialmente ao se tentar trazer a argumentação para o campo jurídico, o que se evidencia em matéria de 21/09/2012, na qual é ouvido o advogado dos ruralistas, que fala

em "informar", "lógica"; "cautela" e "legalidade", imprimindo um ar de ponderação e racionalidade a certa decisão favorável a seus clientes. Contudo, diversos textos sugerem o desconhecimento (ou abordagem propositalmente equivocada) dos trâmites legais implicados no caso: entes públicos envolvidos no processo, como a Funai e o MPF, são acusados de "atropelar todos os procedimentos jurídicos legais" (24/08/2012), como se pudessem por si mesmos se impor sobre as decisões dos magistrados.

Diversos textos referem uma pretensa dissidência Xavante defensora da versão de erro no processo de demarcação, alegando não ser aquele o seu território e concorde à proposta do governo estadual de permutar a área em disputa por outra, distante dali, como em textos publicados em 09/11/2012 e 30/11/2012.

A leitura dos textos da *Gazeta* dá conta, ainda, de representações do Xavante como "desordeiro" (24/08/2012) e entrave ao desenvolvimento, pois estaria desalojando "produtores rurais". A lógica de empecilho ao progresso também é estendida a todos que defendem os Xavante, como é o caso do bispo de São Felix do Araguaia – Dom Pedro Casaldáliga –, chamado de "peão do capitalismo internacional" (04/01/2013).

A lógica da terra em demasia para pouco índio é usada ao se afirmar que 700 Xavante irão ocupar o espaço de 7000 produtores rurais, o que somado a outras tantas expressões como "desenvolver a economia e a educação", "ampliar áreas [...] contribuirá para gerar mais [...] entraves econômicos" demonstram um forte viés desenvolvimentista (30/11/2012). Vale esclarecer que os dados sobre a quantidade de produtores rurais da região veiculadas no jornal sempre tinham como fonte entidades que os representam, nunca órgãos oficiais.

A linha argumentativa promotora do desenvolvimento chega mesmo a impor ressalvas, ainda que raras, à própria defesa dos posseiros e fazendeiros, normalmente vistos como vítimas e chamados de "produtores rurais" pelo jornal: sua conduta é questionada sempre que bloqueiam estradas em sinal de protesto.

O estereótipo do indígena como preguiçoso também é disseminado no jornal, como na edição de 21/12/2012, na qual a coluna "Sobe & Desce" intitula uma nota "Sombra…" para falar, mais uma vez de forma irônica, sobre a desintrusão em Marãiwatsédé: "Dentro de poucos meses os índios da antiga (???) fazenda Suiá Missú vão estar tranquilos, ou seja, vivendo a vida que Deus lhes prometeu, com a retirada dos trabalhadores que lá estavam. Quem pode, pode!!!".

Outra representação que o jornal dissemina é de que os índios distantes, de outras regiões, têm legitimidade em suas reivindicações; os que estão próximos, não. Exemplo disso pode ser visto na reportagem do dia 10/08/2012, no qual o conflito de Marãiwatsédé é comparado a outro, no noroeste do estado. Segundo a matéria, ambos possuem o mesmo contexto de instabilidade social, todavia o conflito em Marãiwatsédé é relatado de forma mais autoral, posicionada e contrária aos interesses dos índios, destacando também uma pretensa divergência interna entre os próprios Xavante e sendo ouvida tão somente uma fonte – os posseiros; já o relato sobre a outra disputa por terras, claramente produzido a partir de material divulgado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), é visto como uma reivindicação indígena procedente. Termos como "importância tradicional" reforçam essa legitimidade à luz de estudos de base antropológica. A consideração depreciativa do avanço dos fazendeiros e madeireiros sobre a área nos anos 1970 ("foram expulsos por fazendeiros invasores") e o reforço desse juízo com o emprego de verbos de ação ("atuam", "agem") que denotam uma investida delituosa sobre o território indígena apontam na mesma direção. Dessa maneira, a distância geográfica se apresenta como uma fronteira opinativa na qual a proximidade com os fatos direciona a aprovação da reivindicação indígena para longe: quanto mais perto o conflito, mais errados estão os índios.

Invariavelmente, as matérias informativas trazem o posicionamento de representantes dos ruralistas locais e parlamentares defensores dos interesses dos não índios, ao ponto mesmo de incorporar textos elaborados diretamente por suas assessorias – aqui também os índios nunca são ouvidos como fonte; quando muito alguma entidade ou órgão público com atuação social nas comunidades indígenas. Em geral, as falas de não índios são contundentes quanto a seu direito e desdenhosas quanto à sensibilidade da Justiça à sua causa. Até por isso, apesar de serem tentadas diversas medidas judiciais, as matérias acabam por mostrar que boa parte das energias em favor dos não índios é mobilizada nos caminhos da Política, com parlamentares e o governador do Estado oferecendo alternativas paliativas ao conflito ou contatando diferentes representantes do governo federal em Brasília para tentar reverter o que a Justiça estava decidindo.

Revela-se assim, em diferentes momentos, a instrumentalização política do caso, processo que se mostra, ainda, de outras formas, como: a disseminação de um antipetismo, por meio de críticas à presidenta Dilma Rousseff

e ao PT, colocados como vilões na história (ainda que a demarcação da área tenha ocorrido no governo FHC) (04/01/2013); a exploração por um jornalista local, mais adiante lançado candidato a deputado federal, da coexistência de "posseiros e índios" como um atributo positivo da região ("o Norte Araguaia") e cuja união é importante para o "desenvolvimento e a geração de riqueza", no caminho inverso ao da dicotomização reinante, numa clara tentativa de pregar a conciliação para não se indispor com nenhum dos lados e ampliar sua base eleitoral, diferentemente dos demais "políticos locais", dos quais boa parte é chamada por ele de "covarde" (30/11/2012); a confrontação entre interesses econômicos do Mato Grosso e outras forças, como a União, órgãos federais e até mesmo o "capitalismo internacional", pretensamente aliados aos indígenas, numa espécie de nacionalismo às avessas para promover uma certa identidade mato-grossense (24/08/2012); como variação dessa lógica, há ainda o estímulo a um nacionalismo clássico ao destacar expressões como "unidade nacional", "nacionalidade", "valores pátrios" como valores comprometidos pela divisão entre índios e não índios, fruto de supostas articulações internacionais para enfraquecer "a sociedade brasileira" (25/01/2013).
Por fim, é importante destacar que, do universo dos 23 textos da *Gazeta*, dois, da mesma autora (19/10/2012 e 26/10/2012), têm uma abordagem que destoa das demais, com estrutura textual mais equilibrada e informativa e ênfase nitidamente favorável à desintrusão da área. Ambos os textos contextualizam historicamente a situação a fim de buscar o estabelecimento da legitimidade de sua causa e um deles ainda fornece ao leitor elementos da simbologia xavante.

Diário de Cuiabá

As considerações, a partir da leitura dos 34 textos do *Diário*, mostram que o jornal aparentemente tenta dar voz a diferentes atores envolvidos no processo de desintrusão, como no dossiê publicado em 05/08/2012, em que há 7 reportagens sobre Marãiwatsédé, entre elas um abrangente histórico do conflito – que, ressalvado algum viés, inicia a cronologia na chegada dos índios à região, no século 16 – e as visões de três elementos envolvidos (os índios, os posseiros e o bispo Casaldáliga). Contudo, a contextualização desses textos com as demais matérias do jornal no período revela certa proximidade com um dos lados conflitantes. Sempre se sabe como os posseiros ou seus representantes reagiram às decisões judiciais que os afetaram (14/09/2012; 14/12/2012), os índios praticamente nunca, com exceção de duas matérias do dossiê de 05/08/2012, em que eles confirmam ter havido a cooptação de um grupo pelos "invasores" e manifestam sua "mágoa" com o governador do estado. Diferentemente, ao relatar protestos dos posseiros, o jornal não só os ouve seguidamente como também destaca falas que tentam passar a imagem de ocupantes legítimos e de boa fé ("Não queremos passar à história como bandidos" – 05/09/2012).
A resposta a esse silenciamento dos indígenas poderia ser encontrada no texto do dia 13/12/2012, que comenta o isolamento dos Xavante, motivado pelo acirramento dos ânimos na região, em termos de comunicação e acesso à aldeia onde estavam, em Marãiwatsédé – efetivamente o único momento em que o impacto da desintrusão sobre eles é abordado. Porém, mesmo quando a notícia os traz como protagonistas de ações fora dessa área eles não são ouvidos, ainda que se tratasse de dissidência contrária à demarcação – ponto também explorado pela *Gazeta* –, como em "Índios ameaçam fechar BR-158" (01/09/2012). Da mesma forma que na *Gazeta*, quase sempre representantes do MPF e da Funai (eventualmente do Cimi) falam por eles.
Com base nos textos do dossiê (corroborado por outras matérias posteriores), destaca-se a representação feita sobre os atores envolvidos no conflito de Marãiwatsédé. Os textos sobre os Xavante são bastante contraditórios, pois ao mesmo tempo em que vendem um espírito beligerante ("guerreiros de prontidão", "espalhados por locais estratégicos", com "controle rigoroso da entrada de estranhos", "rede de vigilância", "se alguém entrar aqui, vai ser problema dele"), cobiçoso ("estamos neste pedaço da nossa terra há quase 10 anos. Hoje queremos tudo") e destruidor ("o resto vamos quebrar tudo. Senão o branco volta. […] Minha borduna está aí para isso: para quebrar parede"), traz na manchete uma frase dita pelo cacique ("Nossa força é o papel"), a qual indicaria uma inversão na ideia de que os índios são os bárbaros e o homem branco o civilizado: eles operariam na formalidade, com base em documentos oficiais e conforme o ordenamento jurídico. Além disso, não acreditam na Política como meio de ampliação da cidadania: "é só falsidade".

Já a situação dos posseiros (chamados em diferentes momentos de "ocupantes", "invasores", "produtores rurais", "massa de manobra"), exatamente como na *Gazeta*, é dramatizada, com frases fortes como "vão ter que matar muita gente por aqui" e "muitos só vão sair na última bala", além da ênfase às suas perdas econômicas, presente nas reportagens do dossiê e em texto do dia 23/12/2012.

A utilização de jargões sensacionalistas que preveem "barbárie" e "risco de derramamento de sangue" (09/01/2013) se dá principalmente em matérias de assessorias de comunicação de políticos (mas publicadas pelo jornal exatamente como seus próprios textos, apenas citando a fonte ao final), todas com uma posição claramente definida contra a desintrusão de não índios de Marãiwatsédé (como na manchete "Governo Federal está combatendo trabalhadores na Suiá Missú", produzida a partir de texto de assessores de um deputado estadual).

O *Diário*, jornal que produziu o maior número de textos sobre a desintrusão, traz diferentes momentos e algumas versões do conflito, reforçando a ideia de tensão na região, noticiando ameaças e represálias a índios (10/8/2012), mas também a "moradores que demonstram interesse em sair voluntariamente da reserva" (13/12/2012). Mais adiante, o único caso concreto relatado em que efetivamente há embate físico e feridos aparece de forma enviesada em matéria cujo título auxiliar fala que "Posseiros tiveram um confronto com policiais, que jogaram bombas de efeito moral e atiraram com balas de borracha" (11/12/2012), passando a ideia de que a agressão se deu apenas por parte da polícia. Entretanto, somente no corpo do texto consta referência à "ação dos posseiros, que atacaram os soldados com paus e pedras". O jornal publica, ainda, uma reportagem em que repercute uma gravação feita nos anos 1990 em que um grupo estaria articulando a invasão, referida pelo texto como "planejada" (08/12/2012) e outra, no mesmo dia, em que revela levantamento feito pelo MPF sobre a concentração de terras de Marãiwatsédé na mão de políticos e empresários locais.

Destaca-se também no *Diário* a repercussão às denúncias de fraude da Funai na demarcação do território. Enquanto a *Gazeta* é categórica sobre o tema, afirmando imperativamente a ocorrência da irregularidade e baseada em relatos do advogado dos ruralistas, o *Diário* é mais sofisticado e adota um tom ameno, falando em "suposta fraude" (01/09/2012). Porém, mesmo assim, ao relatar a situação em Marãiwatsédé trazendo a visão dos posseiros, opta por estruturas redacionais confusas e ambíguas que parecem querer convencer sobre a veracidade da denúncia. Exemplo disso é o trecho: "Os índios, repetem a todo momento, nunca teriam habitado as terras demarcadas" (05/08/2012). No caso, há um deslocamento da oração principal que dificulta a compreensão da frase, já que sua leitura rápida teria grande possibilidade de suprimir as vírgulas e considerar como seu sujeito "os índios" (efetivamente sujeito da oração subordinada), e não os moradores não índios da área (o que, com certa dificuldade, o contexto da matéria mostra). Dá-se a entender, assim, que os próprios índios estariam confirmando não terem habitado a região em litígio e se deslegitimando como demandantes de sua posse.

Sobre a quantidade de não índios dentro de Marãiwatsédé, assim como na *Gazeta*, nota-se que nas diversas reportagens do *Diário* os dados utilizados vêm de entidades ruralistas e não de órgãos oficiais, o que em certo momento é justificado ("Não há números oficiais atualizados sobre a população não-índia em Marãiwatsede" – 05/09/2012). Além disso, diferentes cifras são apresentadas, ou seja, há matérias em que se fala de 2 mil pessoas (10/08/2012), 6 mil (01/09/2012), 7 mil (05/09/2012) e ainda 7,5 mil moradores não índios no território (09/01/2013).

Imprecisões jurídicas também são verificadas na abordagem do *Diário*. Por exemplo, decisões que suspendiam temporariamente a desintrusão são tratadas como "reconsideração do entendimento" anterior e "reconhecimento" do magistrado sobre a complexidade da situação (14/09/2012), passando a ideia de que a reversão do processo seria possível e tentando criar um clima de mobilização social para pressionar a Justiça – em diversos momentos considerada um ator interessado no caso, como se fosse uma das partes litigantes e não o árbitro do conflito.

O Estado de S. Paulo

As matérias do *Estadão* em diversos momentos destacam temas ambientais que envolvem o conflito em Marãiwatsédé (29/08/2012; 13/12/2012; 18/12/2012; 05/01/2013). Nessas, há preocupações quanto à

devastação ambiental dentro de áreas indígenas, temática não encontrada nos demais jornais. Além disso, é imputada aos grandes fazendeiros ("prefeitos, ex-prefeitos, vereadores, empresários e até um desembargador", conforme levantamento do MPF também repercutido no *Diário*) a responsabilidade pelo desmatamento na reserva (18/12/2012).

Destaca-se que o jornal contextualiza juridicamente o conflito em suas matérias e boa parte de seus textos são dedicados a explicar os trâmites e as decisões judiciais – muito embora, em várias ocasiões, diferentes notícias produzidas pela mesma autora tragam fragmentos exatamente iguais, no estilo "copia e cola", para servir de pano de fundo à apresentação de novidades sobre o conflito. Dispositivos legais (Constituição Federal e Estatuto do Índio) que ancoram o pleito dos Xavante também são citados, além de se apurar a situação da área perante o Registro de Imóveis, uma das fases do processo de criação de terra indígena (05/12/2012; 13/12/2012 e 18/12/2011).

Ainda que de forma indireta, por meio de notas e consultas a documentos, o jornal ouve fontes diversas, normalmente ligadas ao poder público – do Judiciário à Funai, do MPF à polícia –, mas nunca diretamente os indígenas, assim como a lógica corrente nos outros periódicos.

Nenhum dos textos do *Estadão* coloca em dúvida a legitimidade dos Xavante na reivindicação da área; ao contrário, o jornal é categórico ao afirmar que os indígenas foram "retirados das suas terras" (29/08/2012), "área que pertence à etnia Xavante" (05/12/2012) e "removidos pelo governo militar, em 1966, para dar lugar à agricultura" na fazenda "invadida há 20 anos" (13/12/2012). Ademais, a figura do Xavante como ator político protagonista – e não somente tendo a Funai falando em seu nome – é reforçada pelo jornal, que afirma que esses, após cobrarem na Rio+20 a promessa feita na Eco 92 de devolução do seu território, "conseguiram nova decisão da Justiça ordenando a saída dos fazendeiros" (29/08/2012).

Apesar de tendencialmente construir as matérias de forma esclarecedora e contextualizante, em diversas ocasiões o *Estadão* teve "escorregões" dramatizantes e sensacionalistas, como na manchete "Famílias prometem que só saem 'mortas' da terra indígena no Mato Grosso" (07/12/2012) ou no trecho "A desocupação da fazenda começou por volta de meio dia numa verdadeira ação de guerra" (10/12/2012; 11/12/2012). A descrição de um clima de tensão também é recorrente, todavia, há momentos confusos, como no dia 06/12/2012, em que se fala de uma "tensão permanente", "com ameaças e agressões por parte dos invasores e mobilização indígena" (lançado no *site* às 02h08), mas também que o "Clima é tranquilo em terra indígena no Mato Grosso" (postado no *site* às 15h49), restando a dúvida de qual era, afinal, o ambiente anímico da região naquele dia. Se há algo de relevante entre cada postagem que tenha demandado uma mudança de abordagem, os textos não apontam e o contexto imediato também não indica.

O jornal apresenta dados mais precisos quanto ao único embate entre não índios e policiais (11/12/2012). Todavia, não faz referência a quem são as vítimas e como foram feridas, apontando apenas quem teria dado início ao confronto – os manifestantes contrários à desintrusão. Já a notícia de 05/01/2013, citando o conflito, é mais específica quanto aos policiais feridos. Ela também, assim como a publicada uma semana antes, em 29/12/2012, revela que no grupo dos que protestavam "havia pessoas com histórico de prisão por homicídio, assalto, tráfico de drogas e sequestro". Esses também "saquearam, atearam fogo", denotando uma nova representação dos não índios envolvidos na situação como bandidos, exatamente ao contrário da fala de um manifestante exposta no *Diário*. Ainda sobre o conflito físico ocorrido no início da desintrusão propriamente dita, o *Estadão* aborda abertamente a participação denunciada pela Polícia Federal de grandes fazendeiros incitando os protestos, diferentemente dos demais jornais – o *Diário* o fazendo de forma tímida, a *Gazeta* sequer relatando o confronto.

O *Estadão* é o único dos três periódicos que usa informações do IBGE para quantificar os não índios que estavam dentro da TI Marãiwatsédé (06/12/2012; 10/12/2012), o que, não por acaso, dá conta de um grupo bem menor do que o informado pelas entidades de representação dos ruralistas.

O jornal apresenta vozes da ciência sobre o tema[9], ouvindo o antropólogo João Pacheco de Oliveira sobre a condição ambiental da área (13/12/2012) e publicando artigo do sociólogo José de Souza Martins, que,

9 Lembrando que o Diário de Cuiabá ouviu um especialista em direito agroambiental.

dramatizando o relato – dessa feita, contudo, em argumentos pró-indígenas –, rebate lógicas da sociedade envolvente utilizadas para justificar a não devolução da terra aos Xavante (15/12/2012).
Discutidos os textos dos jornais e suas representações sobre o caso Marãiwatsédé e os elementos que o orbitam, formulam-se algumas considerações sobre o estudo ora elaborado, como fechamento.

Considerações finais

O caso da desintrusão de Marãiwatsédé é significativo para pensar sobre a dinâmica de produção de representações sociais e o papel da mídia nesse processo.
Embora a análise tenha partido de bases heurísticas duais, especialmente quando o objeto assim aparenta ser, à medida que vai sendo explorado, ele mesmo mostra a complexidade que efetivamente o caracteriza: mesmo a formulação de representações simplistas não esconde o caráter complexo dos fatos e das diferentes abordagens sobre eles. Exemplo disso são as matérias que mostram dissidências dentro dos grupos em regra tratados como homogêneos, como indígenas contrários à demarcação realizada e posseiros resignados com a desintrusão querendo sair e sendo ameaçados por resistentes.
Diversas instâncias de formulação das narrativas sobre os fatos são colocadas em movimento: o que, quem, como, quando, por que, (por) onde. Articuladas de diferentes maneiras e em diferentes intensidades, produzem representações as mais diversas.
Em geral, fica claro que, mesmo guardando relativa estabilidade, as representações sociais são mutáveis. Sua amarração à dimensão contextual é percebida, por exemplo, quando o espaço, o âmbito geográfico, a distância concreta dos fenômenos a que se referem, produz variações nas representações sobre determinados fatos. Distantes no espaço, os argumentos se referem ao mesmo fato, ao mesmo fenômeno, ao mesmo real. Porém, conformam realidades diferentes.
As representações sociais propostas em torno da questão Marãiwatsédé por certo segmento midiático, em diferentes escalas de atuação, confirmam que – embora não sendo novidade – estruturas sociais e contextos de interação constituem um mesmo processo. Assim, políticas desenvolvimentistas, abstrações do senso comum que idealizam a proximidade do índio com a natureza, ligações entre agentes políticos e órgãos de imprensa, influências de lideranças locais sobre suas comunidades, contingências as mais diversas, enfim, no macro e no micro, orientam as representações a respeito do tema.
Cada ponto desses, em relação com qualquer um dos outros, pode gerar um trabalho à parte. A ideia aqui, porém, é, com base na teoria das representações sociais, produzir uma panorâmica sobre a forma como esses fenômenos se relacionam e como aparecem nos modos de pensar a sociedade.
A leitura dos 73 textos mostra, assim como diversos trabalhos citados neste artigo, a ausência dos índios como fonte no discurso jornalístico e, por extensão, o peso social dado a eles no ambiente social em questão. Raríssimas vezes eles foram agentes de suas falas, quase sempre representados por órgãos oficiais como a Funai ou mesmo entidades ligadas aos indígenas, como o Cimi. A repercussão das decisões judiciais para os não índios é constante em todos os jornais, porém, nunca se sabe como os indígenas se sentiram frente aos vaivéns jurídicos que os atingia diretamente. No caso concreto, esse silêncio talvez esteja ligado ao isolamento geográfico imposto aos indígenas, em virtude do clima de ameaças constantes que recebiam. Porém, mesmo quando foi possível ouvi-los, isso não foi feito, revelando que certa representação deles como inertes, resignados e incapazes de transitar pelos códigos não índios ainda persiste na mídia. Salvo exceções, demonstra-se ainda uma falta de cuidado de certos agentes do campo jornalístico em ouvir diferentes versões dos fatos, uma orientação primária da atividade.
Outra consideração também no que concerne à produção dos textos e às fontes ouvidas, refere-se à ausência de especialistas. O jornal local não se preocupa em consultar fontes que tenham argumentos informados e aprofundados; o jornal regional o faz somente uma vez, consultando um especialista em direito agroambiental (que efetivamente fala da relação entre camponeses e terras indígenas), e o periódico nacional traz um antropólogo e um sociólogo, em dois momentos diferentes. Dessa constatação, extrai-se que quanto à questão indígena ou as abordagens jornalísticas se baseiam em opiniões prenhes de “achismos” e vieses ou são

produzidas com base em informações de órgãos oficiais (que não são imunes a parcializações tendenciosas) e argumentos contextualmente judicializados (peças processuais ou manifestações do Ministério Público, por exemplo).

Em geral, os textos produzidos genuinamente pelo *Diário,* em comparação com a *Gazeta*, apresentam uma abordagem um tanto mais profissional, ainda que enviesada em diversos momentos em favor dos não índios[10]. Percebe-se que falta uma visão crítica por esses dois veículos, para além dos interesses vinculados às forças políticas locais, reproduzindo certas formas de "coronelismo midiático", caracterizado pela instrumentalização dos meios de comunicação pelos líderes políticos do lugar. Isso fica evidente ao se constatar que esses periódicos lançam luzes sob o processo de desintrusão como desperdício de recursos e desrespeito aos produtores rurais, tomados como verdadeiros financiadores do país e da região – cuja economia se baseia na agricultura. Prevalecem argumentos que artificialmente fazem rivalizar a produção de alimentos e a defesa dos direitos dos índios, ditos "improdutivos e desnecessários", e se desconsideram as diferentes lógicas materiais de índios e não índios (CLASTRES, 1974). Confirma-se a denúncia de Jovchelovitch (2000: 178-179) de que as representações sociais da mídia são "produto de lutas simbólicas que se relacionam com lutas maiores presentes em todas as sociedades. […] Alguns grupos possuem mais oportunidades do que outros para assegurar sua versão da realidade".

Por sua vez, o *Estadão*, de âmbito nacional, sediado na região sudeste do país, predominantemente elaborou ênfases mais "assépticas" sobre os aspectos jurídicos e legais do caso, até certo ponto pendendo para os interesses dos índios, tidos como o polo mais fraco da relação, o que poderia ser condicionado ao distanciamento físico do local do conflito – todavia, outros veículos de comunicação, também dos grandes centros do país, como a Revista Veja (COUTINHO; PAULIN; MEDEIROS, 2010) e o Grupo Bandeirantes de Comunicação (PRODUTORES, 2011), não veem problemas em se posicionar contra a demarcação de territórios indígenas no Brasil e a favor do agronegócio, baseado no latifúndio e na negação aos direitos das minorias do campo.

A partir do panorama geral apresentado, percebe-se que a representação social do indígena em certos veículos e em determinadas situações é marcada pelo reforço de estereótipos já sedimentados, que o colocam como preguiçoso, atrasado, entrave ao desenvolvimento, mas também revela outras formas de considerá-lo, por exemplo, a partir de seu agenciamento político.

Ainda é presente uma ideia de que o índio é bruto, não civilizado, belicoso e silvícola, romanticamente ligado à natureza. Contudo, paralelamente, em especial na cobertura do caso Marãiwatsédé, percebe-se em diversas ocasiões uma inversão nessa lógica representacional. No caso, os índios jogam com o "papel", o Direito, com as leis que lhe assistem e as conquistas obtidas à luz do reconhecimento jurídico de sua causa, isto é, no campo da *legalidade*. Não que tenham deixado de reivindicar nos espaços da Política, mas a Justiça, especialmente por meio de ações do Ministério Público Federal, parece ser o local onde suas pautas encontram vez. Por seu turno, os contrários à causa indígena, no caso específico os ditos produtores rurais, carentes da *legitimidade* que os Xavante não parecem mais necessitar conquistar, buscam adquiri-la por meio do uso de espaços midiáticos, pela articulação de agentes políticos para induzir decisões judiciais a seu favor e pela manifestação pública até mesmo violenta e radicalizada, sugerindo a pergunta: quem de fato é o bárbaro e o civilizado nesse debate?

Referências

ALVES, A. L. (1999), *A difusão da questão indígena pela imprensa mato-grossense.* Disponível em http://bocc.unisinos.br/_esp/autor.php?codautor=30. [consultado em 15-08-2014].

BARBOSA, R. G.; LANDA, B. S. (2010), "Povos indígenas e mídia escrita sul mato-grossense". In Anais eletrônicos do Encontro de Iniciação Científica – ENIC, Disponível em http://periodicos.uems.br/index.php/enic/article/view/1385, [consultado em 02-08-2014].

10 Mesmo assim, embora não tenha sido objeto dessa análise, pode-se notar que alguns comentários de leitores a publicações do jornal criticavam-no por supostamente defender a desintrusão.

BOURDIEU, P. (1998), *O poder simbólico*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

BRASILIENSE, R. (1992), "Invasores ocupam terra doada aos xavantes". *Jornal do Brasil,* Disponível em <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19920625&printsec=frontpage&hl=pt-BR, [consultado em 12-02-2014].

CLASTRES, P. (1974), *A sociedade contra o Estado.* Disponível em www.sabotagem.revolt.org, [consultado em 26-10-2006].

COUTINHO, L.; PAULIN, I.; MEDEIROS, J. (2010), "A farra da antropologia oportunista". *Veja.* Disponível em: http://veja.abril.com.br/050510/farra-antropologia-oportunista-p-154.shtml, [consultado em 19-08-2014].

DUVEEN, G. (2011), "Introdução: o poder das ideias". In Serge Moscovici, *Representações sociais: investigações em psicologia social,* Petrópolis, Vozes.

FERNANDES, E. R. (2014), "Um olhar sobre as 'Xavantadas': ocupações, rituais e política interétnica Xavante", *Revista Pensata,* 3 (2), pp. 36-54.

GARFIELD, S. (2011), *A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, a Marcha para Oeste e os índios Xavante (1937-1988),* São Paulo, UNESP.

GILL, R. (2010), "Análise de discurso". In Martin W. Bauer, George Gaskell (orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático,* Petrópolis, Vozes, pp. 244-270.

GUARESCHI, P. A. (Org.) (2000), *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética,* Petrópolis, Vozes.

JOVCHELOVITCH, S. (2007), *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura.* Petrópolis, Vozes.

JOVCHELOVITCH, S. (2000), *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil,* Petrópolis, Vozes.

LIMA, M. G. L. (2001), *O índio na mídia impressa em Roraima.* Dissertação de Mestrado, Campinas, Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas.

LUKES, S. (2009), "Bases para a Interpretação de Durkheim". In, Gabriel Cohen (org.), *Sociologia: para ler os clássicos,* Rio de Janeiro, Azougue.

MAYBURY-LEWIS, D. (1990), *O selvagem e o inocente,* Campinas, UNICAMP.

MELO, J. M. de (1994), *A opinião no jornalismo brasileiro,* Petrópolis, Vozes.

MELO, P. B. (2008), *O índio na mídia: discurso e representação social*, Disponível em http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1690%3Ao-indio-na-midia-discurso-e-representacao-social-&catid=58&Itemid=414, [consultado em 02-08-2014].

MINARDI, D. (2012), "Mídia e representações sociais indígenas: caso do ataque ao acampamento Guarani Kaiowá". In *Anais eletrônicos da VIII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã*, Disponível em: http://www.unicentro.br/redemc/2012/artigos/30.pdf, [consultado em 02-08-2014].

MOSCOVICI, S. (2011), *Representações sociais: investigações em psicologia social*, Petrópolis, Vozes.

OLIVEIRA, M. (1999), "Representação social e simbolismo: contribuições à sociologia brasileira". *Revista de ciências humanas*, 7/8, pp. 173-193.

PORTO, M. S. G. (2006), "Crenças, valores e representações sociais da violência". *Sociologias,* 8 (16), pp. 250-273.

PRODUTORES rurais comemoram aprovação do novo Código Florestal (2011), *Jornal da Band*. São Paulo, Band, 25-08-2011. Programa de TV. Disponível em: http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaband/conteudo.asp?id=100000435676,[consultado em 18-08-2014].

SILVA, A. L. "Dois séculos e meio de história Xavante". In Manuela Carneiro da Cunha (org.), *História dos índios no Brasil,* São Paulo, Companhia das Letras, pp. 357-378.

THOMPSON, J. B. (1995), *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa,* Petrópolis, Vozes.

Ressignificação familiar em «pé na cova»: a (in)visibilidade das identidades numa série de televisão

Eliana Cristina Pereira Santos
eliana_cris@hotmail.com

Resumo: A mídia, de uma forma geral, contribui na formação de mentalidades, constrói valores, narra realidades (ou as cria) à sua maneira, interferindo na construção de identidades. Este artigo objetiva refletir acerca das representações identitárias que envolvem desde modelos familiares, raça/etnia, classe, à diversidade de gênero, presentes em uma série humorística da TV aberta: «Pé na cova». Observando as estratégias do programa, percebe-se que ao mesmo tempo em que parecem contribuir para fortalecer e dar visibilidade às minorias sociais, parecem configurar uma forma de representação política dessas identidades (de uma minoria pouco representada nas mídias). Para mostrá-los, o programa usa ironia, caricaturando essas identidades. Mas se os sujeitos são constituídos enquanto sujeitos pela/na interação com seu entorno, na relação com outrem, busca-se entender em que medida esses discursos reforçam preconceitos ou ganham visibilidade como diferença a ser reconhecida socialmente. Para as análises, fundamenta-se em Hall (2006), Pêcheux (1997, 1999), Davallon (1999) e Achard (1999).

Palavras-chave: Discursos; Identidade; Organização familiar; Minorias; Mídia.

Tecendo alguns fios iniciais

A mídia, de uma forma geral, contribui na formação de mentalidades, constrói valores, narra realidades (ou as cria) à sua maneira, interferindo na construção de identidades. Este artigo objetiva refletir acerca das representações identitárias que envolvem desde modelos familiares, raça/etnia, classe, à diversidade de gênero, presentes na série humorística *Pé na cova*. Um programa produzido por Miguel Falabella e apresentado pela Rede Globo de televisão no Brasil em três temporadas nos anos de 2013 e 2014.

A série trata de questões sociais de forma inédita, escancarando situações pouco tratadas na mídia; constrói-se sob a tensão entre a contribuição para fortalecer e dar visibilidade às minorias sociais e a uma nova organização familiar, configurando uma forma de representação política dessas identidades e a caricaturização desses sujeitos, reforçando assim discursos preconceituosos. É nessa tensão entre caricaturização e representação que os discursos vão sendo construídos.

Nessa conjuntura abordamos, por meio dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso pechetiana, doravante AD, a qual se postula como alicerce amparando nossas reflexões, o entrecruzamento entre linguagem, sujeito, história e memória numa ambivalência de encontros teórico-metodológicos possíveis num espetáculo de mídia. Desta teoria destacamos os conceitos de memória discursiva e efeito de sentidos, em Pêcheux (1997, 1999); concepções de identidade pautada em Hall (2006); estudos acerca da memória, em Davallon, (1999); Achard (1999).

A questão que nos inquietou é que no seriado *Pé na cova*, no jogo singular de um acontecimento discursivo midiático, caracterizado pelas veias humorísticas, é um marco do movimento sociocultural e político de afirmação, que se contrapondo ao passado, constrói no presente a representação da diversidade de gêneros e novas organizações familiares. Além disso, ressalta-se o fato do seriado *Pé na Cova* ser exibido em rede nacional na TV aberta, no horário que grande parte dos brasileiros está em suas casas descansando e, portanto, atinge um público considerável de telespectadores, haja vista que, assistir televisão, para muitos brasileiros, é o único lazer possível.

Destacados esses aspectos iniciais acerca de nossas pretensões, é salutar esclarecer que diante do gênero acadêmico em que estamos inseridos, artigo científico, optamos por analisar apenas os personagens do

programa que compõe o núcleo familiar principal, além do enredo geral da trama, ou seja, não foi tomado para análise nenhum episódio em específico.
O seriado se justifica, uma vez que, a televisão no Brasil assume uma representatividade significativa de um lugar de produção cultural, e não somente um veículo de informação, mas um bem nacional. Dessa forma, a programação é veiculada como discurso cultural, tais quais, as novelas brasileiras exportadas para vários países, inclusive Portugal, tem sido uma forma representativa da cultura e da identidade nacional dentro e fora do país.
As condições de existência da série brasileira *Pé na cova* são possibilitadas pelas relações dos discursos, da história e da memória, além da compreensão dos processos na constituição identitária e da representação das novas configurações familiares - antes vistas como famílias desestruturadas - dos pobres e dos moradores das periferias, mostradas na televisão.
Isto posto, ressaltamos que o objetivo deste artigo é compreender se esses discursos instauram positivamente a representação das novas organizações familiares e dos gêneros ou revigora preconceitos em relação à pobreza, à periferia, ao gênero, ao negro, etc.

Transitando por conceitos

De acordo com a teoria da AD os discursos não se fazem fora de uma forma, nem sem os sujeitos, assim, compreender o processo de produção de efeitos de sentido de um discurso, necessariamente é preciso compreender «*a forma do discurso,* desde que tomada em sua materialidade mesma, e não como hipostasia de uma metalinguagem, é o elemento essencial na construção do sentido» (Possenti, 1993:115, grifos do autor). Ou seja, a linguagem é uma matéria-prima do discurso, desde que compreendida a relação entre ela, a língua, o sujeito e a história. Dessa tríade é possível pensar a noção de discurso. Diferentemente de outras perspectivas teóricas, a AD, toma como determinante para sua análise a materialidade de seu objeto de estudo, sendo esta materialidade, sempre, linguístico-histórica. O funcionamento da linguagem é entendido como prática social, em que a exterioridade lhe é constitutiva, e o sujeito, como «lugar de significação historicamente constituído» (Orlandi, 1996: 37).
Os sujeitos e os sentidos são constituídos pela linguagem e pela história, mas fundamentalmente pela ideologia. Desse modo, há que se desconstruir a noção de indivíduo da psicologia, e compreender a sua composição em heterogeneidade discursiva e na contradição inerente as determinações histórico-sociais e culturais, isto é, o sujeito é constituído na e pela linguagem, por meio da ideologia. Nessa perspectiva, a ideologia não é algo exterior à linguagem, ao sujeito, ao discurso, mas essencial a ele. Portanto, enquanto discurso, o seriado é ideologicamente constituído.
Fazendo uma digressão histórica temos na Idade Média, o poder discursivo nas bases religiosas, determinando a forma-sujeito, regido pela fé e obediência as leis divinas. A desobediência a esses discursos poderia acarretar a perda de si (corpo e alma) para um «inferno». Enfim, esses discursos configuraram um tipo de sociedade e de sujeitos, seguidos por outra ordem, a do Estado. Após a Idade Média, o sujeito religioso rompe com a posição discursiva da igreja, em nome da razão, há «uma ascensão do jurídico [...] à nova forma de assujeitamento do sujeito ao Estado» (Haroche, 1997:181).
Nas sociedades atuais e em *Pé na Cova*, vários discursos circulam entre os sujeitos, cada qual constituído por diferentes concepções e modos de interpelação. No entanto, «a interpelação do indivíduo em sujeito se realizará pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina, identificação na qual o sentido é produzido como evidência pelo sujeito e, simultaneamente, o sujeito é produzido como causa de si» (Pêcheux, 1997: 261). Para a AD, a Formação Discursiva (FD) é um lugar provisório que representa o espaço da constituição da identificação do sujeito, no qual «o sujeito adquire identidade» (Orlandi, 2005:103). Assim, o sujeito do qual tratamos nesse trabalho, não ocupa a posição central no discurso, não é a fonte do que diz e não tem uma identidade fixa e estável, são seres sociais inseridos em um espaço coletivo.
Na perspectiva de Hall (1996:40), dos estudos culturais, na construção de identidades há pontos de identificação (no plural) que proporcionam ao sujeito «sentimentos de pertencimento dentro de uma rede simbólica em que

estão inseridos», esses pontos na perspectiva da AD são as FDs: lugares móveis, formados e transformados, dependendo das condições de produção ou dos sistemas culturais que nos rodeiam. Ao modo que os sujeitos são recrutados para ocupar certas posições-sujeito, ao se reconhecerem como tais. «sim, esse sou eu", ou «não, essa personagem não me representa», efeitos da interpelação da ideologia em que «o sujeito é chamado a existir» (Pêcheux, 1997:149). Nessa concomitância sujeito e sentido se constituem mutuamente, em meio às dispersões, esquecimentos, historicidades, sempre embalados pela ideologia, paradoxalmente atemporal e de todos os tempos. A identidade desse modo é tão efêmera quanto o discurso e as situações discursivas são dadas para/pelo discurso para que os sujeitos signifiquem, posicionados em determinadas FDs.

Por mais que o seriado pareça um discurso de novidade, para a AD não existe discurso inédito, «o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível», chama-se memória discursiva (Orlandi, 2009:31). É a memória discursiva, enquanto interdiscurso, que sustenta e permite a infinita rede de FDs posicionadas historicamente, na qual o sujeito se inscreve e assim significa. Na AD não se entende memória «no sentido diretamente psicologista da 'memória individual', mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e de memória construída do historiador» (Pêcheux, 1999:50). No seriado *Pé na cova*, a memória discursiva sustenta esse entrecruzamento das linguagens imagéticas, sonora e verbal possibilitando a produção de sentidos, enquanto efeitos, nunca um único sentido, mas uma relação em que determinadas formulações estão ligadas a outras anteriores interdiscursivamente. Efeitos de retomadas, de redefinições, de transformação, de esquecimento, de rupturas, de denegação, de já-ditos.

Como já dito anteriormente, as estratégias utilizadas pelo programa são as do humor, da ironia, do riso. O humor «abre uma brecha na censura social e exprime um pensamento que não poderia ser vinculado de maneira direta, pois provocaria reação imediata de quem é alvo do ridículo», uma fenda para se rir da transgressão, da subversão às normas estabelecidas e aceitas, seja ela, de ordem social, moral ou religiosa (Freud, 1969:216). Um espaço não consentido para a liberação direta de opinião, visto que essa poderia resultar numa constatação puramente irada e sem graça, apesar de verdadeira. Psicanaliticamente falando, o humor seria uma das operações psíquicas mais elevadas, uma maneira de auferir prazer «apesar dos afetos dolorosos que interferem com ele; atua como um substitutivo para a geração desses afetos, coloca-se no lugar deles» (Freud, 1905:213). De tal modo, o riso que surge com o humor - já que o homem é o único animal que ri - pode ser maldoso ou engraçado, implica na relação do sujeito com o social e cultural. E o objetivo de quem ironiza, muitas vezes, é revelar valores que se são colocados como únicos e verdadeiros, denunciar problemas, acontecimentos culturais sociais e históricos, quebrar com questões de autoridade e poder, produzindo determinados discursos.

Nas observações seguintes pretendemos sublinhar que no seriado enquanto «espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos» são veiculados, através da representação dos seus personagens, bem como, de alguns jargões falados por eles, «espaço de regularidades enunciativas» controladas (Maingueneau, 2005:15). Regularidades que se apresentam na composição dos personagens e na trama, discursividades cristalizadas e, por consequência, valem-se da memória cultural, pessoal e social das linguagens midiáticas, a ponto de corroborar para ressignificação familiar e a (in)visibilidade das identidades sexuais que são apresentadas.

Análise em curso e corpus

O seriado *Pé na Cova*, produto ficcional televisivo, lançado em 2013 foi exibido semanalmente (todas as quintas feiras) em três temporadas na TV brasileira aberta, pela Rede Globo. A primeira temporada foi exibida de janeiro a junho, de 2013, com 22 episódios. A segunda temporada de outubro a dezembro com 11 episódios. Na terceira temporada a programação passou a ser veiculas nas terças feiras, com 14 episódios foi exibido de abril a julho de 2014 e já tem a promessa do autor para quarta temporada em 2015.

O seriado, classificado como '*sitcom',* abreviatura da expressão inglesa '*situation comedy' ('comédia de situação'*, numa tradução livre), é um estrangeirismo usado para designar uma série de televisão com personagens comuns no qual coexistem uma ou mais histórias de humor encenadas em ambientes comuns como

família, grupo de amigos, local de trabalho. No caso de *Pé na Cova*, apresenta a história de uma excêntrica família classe média-baixa (falida), moradoras do Irajá, subúrbio do Rio de Janeiro, donos de uma *Funerária Unidos do Irajá (F.U.I.)*. O pai, *Ruço*, vive com a namorada *Abigail*, trinta anos mais jovem. Também reside na casa com a família, a ex-mulher *Darlene*, alcoólatra, maquiadora de defunto, mãe dos dois filhos de *Ruço*: *Alessanderson*, com ambições políticas e *Odete Roitman*, *stripper* na internet. Ainda vive na residência *Bá*, a ex-babá do *Ruço* e *Adenóide*, empregada da família, ainda mais pobre que seus patrões.
Fazendo parte do enredo, as gêmeas não idênticas: uma negra e outra branca (loira), *Soninja* e *Giussandra*, vizinhas que têm uma carrocinha de cachorro-quente, batizado como as *Cachorras-Quentes*, que servem desde pão no café da manhã, até lanches com o nome de X-túmulo*;* há também os donos de uma mecânica, os irmãos: *Marcão* (também chamado Marcassa), travesti na noite e *Tamanco*, que na verdade se chama *Cristiane* e é namorada de *Odete;* os irmãos *Juscelino*, o quasímodo, motorista e funcionário da FUI e *Luz Divina, freelancer* carpideira, esquizofrênica, funcionária pública aposentada. Para finalizar, o vigilante do bairro moralista, *Floriano,* o defensor da moral e valores da família tradicional brasileira. Na segunda temporada, *Abigail* tem um filho de *Ruço, Neymã*, junção de dos nomes dos famosos Neymar (jogador de futebol) e Cauã Reymond (ator), e *Sermancino*, filho adotado por *Tamanco* e *Odete*.

Figura 1 – Personagens de Pé na Cova/ fonte: gshow.globo.com

A trama se centra na exótica família *Pereira*, dona de um prédio de dois andares ao lado do cemitério. Em cima fica a residência e embaixo funciona o negócio da família, a *funerária FUI*. No entanto, todos os amigos se envolvem nas confusões, nas festas, e, também, na vida da família e dos mortos que são preparados e velados pela FUI. O bairro *Irajá* na realidade é um bairro de classe média da cidade do Rio de Janeiro, entretanto o seriado apresenta essa classe economicamente falida, já na luta pela sobrevivência, como as classes menos favorecidas da sociedade em sua multiplicidade de sujeitos sobrevivendo como podem, portanto o lugar do proletariado. Um Rio de Janeiro diferente das novelas e dos noticiários televisivos, nem ricos da zona sul, nem moradores das comunidades pobres, das favelas ou do morro.
O título do seriado é baseado em uma expressão brasileira 'estar com o pé na cova', ou seja, estar prestes a morrer, estar moribundo. Como são donos de uma funerária e dos mortos tiram o sustento de cada dia, a morte é trazida para discussão com leveza e naturalidade, até mesmo com comicidade. Tanto que na chamada do programa aparecem algumas caveiras saindo dos caixões, dançando e cantando animadamente. Tudo muito colorido e divertido, nada sombrio.
É possível inferir efeitos de sentido relacionados à funerária, como uma morte literal, porém outros efeitos são possíveis, mostrando metaforicamente que todos estão morrendo todos os dias um pouco. Pode-se ainda perceber como a morte de modelos sociais convencionais, como a família patriarcal, visto a diversidade de

gêneros nas novas relações na organização social, além da desmistificação de alguns preconceitos que são discutidos.

Figura 2- Layout do programa de Pé na Cova/ fonte: gshow.globo.com

Segundo Lacan (2002:13) «entre todos os grupos humanos, a família desempenha um papel primordial na transmissão da cultura». A família é constituída por um grupo de pessoas diretamente unidas por conexões parentais, na qual os adultos assumem as responsabilidades por suas crianças, que os sociólogos e antropólogos denominam de família nuclear, que vivem num núcleo doméstico. Segundo Levi Strauss (1972), há três tipos de relações familiares, sendo elas: aliança (casal/casamento), filiação (pais e filhos) e consanguinidade (irmãos), do mais, há outros referenciais como o parentesco denominado de relações de pessoas que se vinculam por afinidades. E nessa família encontramos todas essas características juntas.

No Brasil, a família é considerada a base da sociedade, instituição estabelecida e mantida pelo discurso jurídico do Estado, endossado e sacramentado pelo discurso da Igreja pelo fortalecimento do vínculo familiar através do casamento como aliança indissociável «até que a morte os separe», o discurso do amor incondicional entre pais e filhos, etc. tudo em nome da indissociação da família androcêntrica. Nossa Constituição apresenta a família como a base da sociedade. É o Estado determinando os parâmetros que devem nortear a concepção de família, institucionalizando as que convêm ao modelo social dominante e, muitas vezes, eximindo-se de regular outras formas. Interessa ao Estado proteger a família porque essa lhe gera os filhos, uma continuidade. E as modificações nas organizações familiares demonstram a heterogeneidade dos novos arranjos domésticos, desde o número de filhos a relações de gêneros e relações que não geram filhos.

A família nos dada a ver na história da série mostra que o patriarca *Gedivan Pereira*, mais conhecido como *Ruço,* mora com sua namorada *Abigail*, mulher que cresceu como menina órfã, 30 anos mais nova que ele. *Abigail* vive coabitada com *Ruço*, dessa forma evidencia efeitos de sentido de uma ligeira modernidade na relação do casal, um relacionamento que não passou pela legitimação do Estado ou da Igreja, portanto seria novo, aquém do modelo. Entretanto, discursivamente a relação dos dois evidencia sentidos de uma estrutura social dominante, em que a mulher se insere na relação do casamento, visando «um meio privilegiado de obter uma posição social» (Bourdieu, 2005:49). *Abigail* parece buscar em *Ruço* uma ligação patriarcal em que ela, por não ter pai (órfã), busca nesse espaço dominado pelo companheiro *Ruço,* a escolha da representação do amor e cuidado que não recebeu na infância. Embora ele não seja bem um príncipe (dos contos de fadas), é a realização do sonho de casar, ter filhos e viver feliz para sempre para *Abigail*. É a memória sobre as narrativas dos contos de fadas que contribuem na formação discursiva de uma memória social, coletiva, onde o 'viver feliz para sempre' está relacionado ao sofrimento que antecede à felicidade, ao castigo para aqueles que não agiram de acordo com as regras sociais e no caso da mulher ao casamento ou ao encontro com o príncipe. A memória se caracteriza por um conjunto de representações de acontecimentos, eventos, discursos que são retomados e repetidos e reformulados. Achard (1999:11) comenta que o «discursivo vai constituir a materialidade de uma certa memória social». Uma memória social e coletiva, que ainda está viva na consciência de um povo «inteiramente e naturalmente presentes nos arquivos das mídias», uma vez que, é reconstruída «de noções comuns aos diferentes membros da comunidade social» (Davallon, 1999:23-25).

Para a AD, a memória pensada em relação ao discurso, além da concepção biologista e insatisfatória, é tratada como interdiscurso, aquilo que fala antes e em outro lugar independentemente. E o que chamamos de memória

discursiva, seria aquilo que em face de um discurso ou evento dado a ser lido, restabelece os discursos já ditos anteriormente, em outro lugar (interdiscurso), e que foram esquecidos, mas volta no fio do discurso (intradiscurso) como sustentação do dizer.

Figura 3 Abigail e Ruço/ fonte: gshow.globo.com

A personagem *Abigail* restitui uma memória histórica aos sentidos da mulher que necessita ligar sua identidade à relação com um parceiro escolhido, que supera expectativas «um homem cuja dignidade esteja claramente afirmada e atestada no fato, e pelo fato, de que 'ele as supera' visivelmente» (Bourdieu, 2005:48). Logo, trata-se de sentidos sobre família, casamento e relacionamentos, já-ditos em outro lugar, agora deslocados produzem outros efeitos na relação transfigurada de nova. No episódio em que *Ruço* completa 50 anos, *Abigail* afirma: «*Agora até eu fazer 20, nossa diferença é de 31anos*». *Ruço* responde que já está acostumado porque todos perguntam se *Abigail* é sua neta e ele responde que molesta sua neta. A sociedade estranha esse novo tipo de relacionamento, um homem muito mais velho que a mulher, porém o aceita. E são esses discursos que se repetem através da memória discursiva contribuindo para a formação do sujeito, na constituição da sua identidade no meio social em que vive.

Basta ver que *Ruço* é um homem na faixa etária de 50 anos, casado com uma mulher muito mais jovem e vista como gostosa, um comportamento autorizado socialmente para homens de meia idade, mas não para mulheres, por isso *Darlene* não tem um homem. A vida da família, que parece ser atípica, mostra ser bastante tradicional, embora pouco rotineira. Tanto que, em alguns episódios, *Ruço* demonstra ter receio da impotência sexual, sabe que está vivendo com uma mulher jovem e tem que dar conta, sexualmente falando, de sua mulher. Tem um bom coração, é cheio das boas intenções, mas desliza em um momento de traição com a ex-mulher. São as evidências de discursos machistas e patriarcais que, em virtude da heterogeneidade discursiva, são interdiscursivamente trazidas ao discurso como sustentação social, sujeito e sentido se constituindo mutuamente, em meio às dispersões discursivas, atemporais. Ao mesmo tempo em que se trata da identidade feminina retratada pela recorrência desse sonho de casar-se, ter seus filhos, etc.

Pêcheux (1997) diz que define-se como interdiscurso o «todo complexo dominante das FD, intricados no complexo das FI» (Pêcheux, 1997:162). Esse todo complexo dominante é 'algo que fala', sempre «antes, em outro lugar e independentemente» (Pêcheux, 1997:149). Assim, a forma do interdiscurso é esse material estruturado em discurso, esse encadeamento articulado de já-ditos, de pré-construídos, de discursos transversos, que provoca o efeito de sustentação do discurso, que nada mais é do que uma forma de articulação do intradiscurso que está na discursividade do interdiscurso.

O interdiscurso dissimula a 'transparência' do sentido da FD e determina quais os efeitos de sentidos e a que FD pertence o discurso, ora *Ruço* é um sujeito atual, moderno que vive em uma família organizada diferente, ora se revela como o sujeito machista, tradicional, que namora uma moça novinha e procura dar ordens aos seus filhos em casa, até mesmo proibindo *Odete* de namorar *Tamanco* nos primeiros episódios. Essa objetividade material do interdiscurso é demonstrada no fato de que sempre 'algo fala' anteriormente, em outro lugar e

independentemente sob a forma de encadeamento de pré-construído articulados (Pêcheux, 1997:149).
Embora pareça configurar um novo discurso, a organização familiar do seriado, funciona como espaço de memória discursiva, pois envolve repetição, esquecimento, e a todo tempo está restabelecendo discursos outros, «intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro» (Pêcheux, 1999:53).
Nesse núcleo familiar, também, há a ex-mulher de *Ruço*, a *Darlene*, mãe de seus dois filhos. A profissão de maquiadora, para *Darlene*, configura a participação na empresa familiar, e ao mesmo tempo em que, ocupa uma posição economicamente relevante na família, compartilha o tempo com os filhos, o que é uma maneira de conservar o núcleo familiar unido e a permanência dessa mulher no lar.

Figura 4 Darlene: ex-esposa de Ruço, mãe de seus dois filhos/ fonte: gshow.globo.com

A presença da ex-mulher, na mesma casa, configura sentidos do sujeito mãe, que mesmo após a separação, permanece ao lado de seus filhos, aguardando a parte que lhe cabe na casa de *Ruço*. Estar ao lado dos filhos é um comportamento social, que torna a mulher refém das obrigações de mãe, mesmo depois da separação, impedindo e limitando o seu desejo de ser outra coisa, que não seja cuidar da sua prole. Ao morar na mesma casa com os filhos, essa «nova mulher», solteira e separada, acaba desempenhando papel de casada, uma vez que fica impedida de se relacionar com outros homens, embora afirme que pretende recomeçar a vida. De fato, *Darlene* é uma mulher com seus sessenta anos, que apoia seus filhos em tudo que os mesmos propõem.
Discursivamente *Darlene* se inscreve em várias FDs, enquanto sujeito-mulher, fazendo com que sua identidade seja múltipla, de acordo com as condições de produção dada. Em alguns episódios *Darlene* se inscreve como sujeito-mãe de *Alessanderson* e *Odete*, dando conselhos, chamando atenção e apoiando em tudo que eles decidem fazer. Ora seu discurso é de ex-casada, ora de solteira, são as constantes fronteiras da FDs, a identidade assumida é aquela cujo discurso atravessado se sobressai aos demais no momento. As fronteiras de uma FD não são fixas, pelo contrário, são tênues devido ao fato de as FDs estabelecerem relações umas com as outras e, a partir destas relações, que podem ou não ser de identificação, surgem os efeitos de sentido. Conforme Indursky (1997), o sentido se movimenta segunda uma escala entre o derivar (um saber sai de sua matriz de origem e 'estaciona' em outro espaço específico) e o deslizar (um novo enunciado que remete a mesma matriz de sentido). No interior da mesma FD, os sentidos deslizam; de uma formação a outra derivam.
O filho do casal de nome *Alessanderson*, pai do bolsa funerária, torna-se vereador que representa o bairro. O personagem tece uma crítica aos programas sociais, como: Bolsa- família, bem como aos políticos corruptos de uma forma geral, todavia a série o configura como um iletrado, que comete muitos deslizes na construção vocabular e sintática de suas falas. Vestido dessa carapuça, ironiza o discurso de outros sujeitos famosos na sociedade brasileira. Em um episódio da primeira temporada, quando *Alessanderson* procurava um meio de angariar votos pede a Odete: «*Eu preciso dos voto dos gay. Você se importa se eu disser na minha candidatura que eu tenho uma irmã gay? Gay e gostosa. Aí, eu ganho voto dos hétero, das bicha e das sapatão. Eu tô feito!* » Assim, ironiza o posicionamento dos políticos que fazem de tudo pelo voto.

Figura 5: Alessanderson: filho de ruço com perspectivas políticas/ fonte: fonte: gshow.globo.com

Através da memória discursiva, a personagem de *Alessanderson*, faz com que os telespectadores se vejam na condição de eleitores, que por vezes elegem representantes corruptos e, consequentemente, são responsáveis pela não resolução de problemas. Ele protagoniza situações em que põe o jeitinho brasileiro em funcionamento para dar um desfecho às roubadas em que se mete. Um sujeito que é malandro e corrupto ao mesmo tempo, mas, é cheio de boas intenções, um bom filho, rapaz de família que quer subir na vida, de preferência sem muito esforço, o que acaba dando trabalho a quem nunca quis trabalhar.
Devido à má administração do passado, a funerária não tem lucro, o que se ganha mal quita as despesas diárias, de forma que a renda familiar é complementada com o dinheiro que *Odete* ganha fazendo *stripteases* na internet.

Figura 6: Odete Roitman: dança na internet/ fonte: fonte: gshow.globo.com

Embora o nome *Odete Roitman* se refira a uma personagem vilã de novela, rica, má e traiçoeira, a jovem possui características contrárias, é loira, bonita, corpo exuberante, que segue os atuais padrões de beleza. Ela é bissexual e namora a mecânica *Tamanco,* casa-se com ela na segunda temporada e na terceira elas adotam um menino, *Sermancino,* e, continuam morando todos na mesma casa. A relação amorosa de *Odete* com Tamanco é uma união homoafetiva. Enquanto *Odete* é bissexual, Tamanco é lésbica.
No Brasil, quando são «mulheres hipervirilizadas são consideradas tanto no imaginário social, quanto no interior do próprio movimento homossexual, como lésbicas e não como travestis» (Conde, 2004: 51). São as minorias sexuais, estigmatizadas e reduzidas a estereótipos que as caracterizam como variante da heterossexualidade, e para a qual buscamos uma denominação para a padronização. Buscamos encaixar os sujeitos em um molde, estereotipar seres, mas os estereótipos são rótulos negativos, clichês, «imagens cristalizadas ou idealizadas de indivíduos ou grupo de indivíduos» produzindo o preconceito (Silva, 2003:17).
Abrindo parênteses para discussão do conceito de gênero, entende-se que esse conceito é diferente de sexo e se coloca em contraposição a concepções essencialistas, deterministas e naturalizantes, presas as distinções biológicas. Butler (2008:25) afirma que «o sexo sempre tenha sido gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revelasse absolutamente nenhuma». No entanto, os sociólogos utilizam o conceito e a palavra

sexo para referirem-se às diferenças anatômicas e fisiológicas que definem o corpo de um homem e de uma mulher, macho e fêmea, e gênero para construção sociocultural que está ligado às noções de masculinidade e feminilidade. Para a autora, as identidades são subversivas já que funcionam como um elemento desestabilizador dessa aparente causalidade entre «o sexo biológico, o gênero culturalmente construído e a expressão ou efeito de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual» (Butler, 2008: 38).
Em outras palavras a autora afirma que o «gênero é performativo que é resultante de um regime que regula as diferenças de gênero, [...] se dividem e se hierarquizam de forma coercitiva» (Butler, 2088:64), ou seja, ele é formatizado pela repetição de normas ritualizadas no sentido do masculino e do feminino, ligados pela união heterossexual, em que mesmo na relação homoafetiva tem que prevalecer o modelo do casal heterossexual reprodutivo, uma produção de identidade do gênero. A matriz heterossexual é chamada «a identificar-se com uma determinada identidade sexual e de gênero sobre a base de uma ilusão de que essa identidade responde» (García, 2007: 56).
De um lado, *Odete* parece ser a representação de uma mulher não muito recorrente na mídia, mas ao mesmo tempo em que sua vida afetiva é uma exceção, sua imagem física é o estereótipo mais tradicional das jovens mulheres nas telas da televisão. Por outro lado, há uma memória social e coletiva de mulheres como *Darlene* e *Abigail*, que sucumbem aos discursos e ao sistema patriarcal e que não tem tanta autonomia nas ações. A sociedade até concorda que as mulheres trabalhem fora, tenham dupla jornada, casem-se com homens bem mais velhos, um pouco de autonomia em seus relacionamentos sexuais sem se tornarem prostitutas. O seriado traz *Abigail* e *Darlene* reforçando o interdiscurso em relação a *Ruço* e seu posicionamento patriarcal, e ao mesmo tempo traz para o intradiscurso quase um contradiscurso, uma nova configuração de família com *Odete* bissexual, que namora *Tamanco*, também uma mulher, porém lésbica. O discurso machista está presente no seriado e se mostra balizado entre saberes patriarcais e religiosos.
Todos os afazeres da casa são realizados pela doméstica *Adenóide*, uma pessoa de classe social mais pobre que a família *Pereira*. Nota-se que, o patriarca *Ruço* e seu filho *Alessanderson* não executam nenhum tipo de trabalho culturalmente destinado às mulheres, inclusive a lésbica *Tamanco*, trabalha na oficina mecânica, lésbica hipervirilizadas, executa o serviço na mecânica, ecoando sentido de trabalho destinado ao sexo masculino. Os homens se mostram tentando ser os provedores do lar, mas o orçamento não é o suficiente para isso, então é necessário que as mulheres ajudem no trabalho, mas isso não traz satisfação à *Ruço.*
Discursivamente há um cruzamento é o cruzamento do novo e do velho, mostrando que os sentidos estão sempre à deriva. Do novo *Ruço* coabitado com *Abigail*, da nova *Darlene* que aceita morar na mesma casa com a namorada (esposa) do ex-marido; da nova relação entre *Tamanco* e *Odete*, cruzando com o velho *Ruço* que é o patriarca; com a velha *Abigail* que sonha com o príncipe encantado; com a velha configuração entre *Odete* e *Tamanco* das demarcações hétero. Essa movimentação pode ser compreendida porque atualiza (isto é, estabiliza/desestabiliza) a memória discursiva.

(In)concluindo

Foi possível verificar que o seriado se inscreve na emergência do movimento cultural midiático pelo qual busca instituir novas representações de sujeitos marginalizados, novas organizações familiares, a diversidade de gênero e o relacionamento entre um sujeito de idades distantes (o mais velho com uma garota novinha), vivendo harmonicamente sem preconceito. Entretanto, vemos deslizes para a formação familiar tradicional, quando o homem é que tem a segunda mulher, aceita pela primeira, e as duas devem viver em harmonia; quando os homens não se responsabilizam pelas atividades domésticas; quando os homens tentam ter posições, economicamente, de destaque, enquanto às mulheres ocupam função de ajudante, tanto na funerária, como no orçamento da família.
A identidade das minorias sexuais, também denominada de LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e travestis), como outras identidades, são construídas na/através da linguagem. É pela e na linguagem que a identidade se personifica. Sobremaneira o seriado é um espaço que traz para o fio do discurso essa questão, dando visibilidade a esses sujeitos.

A inserção das minorias na mídia é apresentada por dois enfoques, segundo Monteiro (2002): o engraçado, o bobo da corte e/ou o marginal, esses rompem com o padrão de "normalidade" da conduta social, pois são apresentadas como algo exótico, bizarro, diferente ou anormal. A visibilidade está na emergência desse produto enquanto espaço de representação das minorias sexuais na condição de existência social para buscar igualdade de direitos e cidadania. Mesmo pelo viés do discurso marginal, cômico, periférico há um espaço de abertura, sendo «dentro dos espaços dominantes, à ocupação dos de fora. É também o resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades» (Hall, 2003: 338).
Uma vez que o discurso é sempre pronunciado a partir de determinadas condições de produção dadas, essas condições são as brechas do humor, do caráter humorístico da série, essa é a possibilidade do discurso, ou tipo de discursos, produzindo sentidos contra-hegemônicos, diferenciados dos discursos dominantes. Ao tomar a representação dos moradores do Irajá (de classe média-baixa, pendendo para a pobreza) que utilizam uma linguagem não favorecida socialmente, com organizações familiares pouco convencionais, com diversidade de gêneros, o humor é tomado como um discurso à deriva caracterizado pela busca da inversão e a deformação do que é institucionalizado socialmente. Há uma transgressão à norma e, por isso, é alvo de deboche. Além disso, corrobora o acionamento de estereótipos, ferramenta importante para as estratégias do humor. «Ora, as piadas só podem ocorrer num solo fértil de problemas, como os das zonas discursivas assinaladas acima, solos cultivados durante séculos de disputas e de preconceitos» (Possenti, 2005:37).
Como já dito os estereótipos são rótulos, imagens cristalizadas ou idealizadas de indivíduos produzindo o preconceito (s). Os estereótipos são a base para que a depreciação e a diferenciação do outro seja instaurada, dão suporte à construção dos preconceitos, pois são repetidos e disseminados, como algo verdadeiro. O preconceito parte da ideia de que ele, os estereótipos, são verdadeiros, dessa forma secciona a sociedade entre «um nós» e «um eles», é o que nos é dado a ver também nessa série.

Bibliografia

ACHARD, P. (1999), "Memória e produção discursiva do sentido". In: P. Achard, et al, *Papel da memória*, Campinas: Pontes, pp.11-17.

BOURDIEU, P.(2005) *A dominação masculina,* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BUTLER, J. (2008), *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade,* Rio de Janeiro: civilização Brasileira.

CONDE, MC F.(2004) *O movimento homossexual brasileiro, sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania.* Dissertação de Mestrado, Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia.

DAVALLON, Jean. (1999), "A imagem, uma arte de memória?". In: P. Achard, et al, *Papel da memória,* Campinas, SP: Pontes, pp. 23-37.

FREUD, S.(1969[1905]), *Os chistes e sua relação com o inconsciente,* Rio de Janeiro: Imago.

HALL, S.(1996), *A identidade cultural na pós-modernidade,* Rio de Janeiro: DP&A.

HALL, S.(2003), "Que "negro" é esse na cultura negra?". In: *Da diáspora: Identidades e mediações culturais,* Brasília: Representação da Unesco no Brasil, pp. 335- 349.

HAROCHE, C. (1997), *Fazer Dizer, Querer Dizer,* São Paulo: Hucitec.

INDURSKY, F.(1997), *A fala dos quartéis e outras vozes,* Campinas: Editora da Unicamp

LACAN, J. (2002), *Os complexos familiares,* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

LÉVI-STRAUSS, C. (1972), *As estruturas elementares do parentesco,* Petrópolis: Vozes.

MAINGUENEAU, D. (2005), *Gênese dos discursos,* Curitiba: Criar Edições.

MONTEIRO, M. (2002),"O homoerotismo nas revistas Sui Generis e Homens" *In: R.* Santos, W. Garcia, *A Escrita de Adé: perspectivas teóricas dos estudos gays e lésbic@s no Brasil,* São Paulo: Xamã, pp. 275-290.

ORLANDI, E.P. (1996), *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico,* Petrópolis: Vozes.

ORLANDI, E.P. (2005), *Discurso e Texto:* formulação e circulação dos sentidos, Campinas: Pontes.

ORLANDI, E.P. (2006), "Análise do discurso". In: E.P. Orlandi, S. Lagazzi-Rodrigues (orgs.), *Introdução às ciências da linguagem – discurso e textualidade,* Campinas: Pontes.

ORLANDI, E.P. (2009), *Análise do discurso: princípios e procedimentos,* Campinas: Pontes.

PÊCHEUX, M. (1999), *Papel da memória,* Campinas: Pontes.

PÊCHEUX, M., FUCHS, C. (1997), C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: F. Gadet,T. Hak (org.), *Por uma análise automática do discurso,* Campinas: Editora da Unicamp, pp. 163-252.

POSSENTI, S.(1993), *Discurso, estilo e subjetividade.* São Paulo: Martins Fontes

POSSENTI, S. (2005), *Os humores da língua*: análises linguísticas de piadas, Campinas: Mercado de Letras.

SILVA, A.C.(2003), *A discriminação do negro no livro didático,* Salvador: CEAO.

Os usos da condição feminina na propaganda política brasileira: o caso da eleição presidencial de 2014

Joyce Miranda Leão Martins[1]
Cristina Altmann[2]

Resumo: Compreendendo a importância de estudos que problematizem como as diferenças de gênero se (re) produzem e se atualizam no campo político-midiático, o objetivo deste artigo é refletir sobre os diferentes usos da condição feminina nas propagandas eleitorais brasileiras. O recorte empírico é o primeiro turno da campanha presidencial de 2014, na televisão, que tem como candidatas Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores - PT - postulante à reeleição); Marina Silva (Partido Socialista Brasileiro - PSB) e Luciana Genro (Partido do Socialismo e Liberdade -PSOL). O trabalho busca responder as seguintes questões: como as candidatas tentam construir suas imagens no espaço das propagandas partidárias? Ser mulher importa em uma eleição presidencial no Brasil? O método de análise utilizado é o da análise do discurso, sendo centrais os conceitos de *ethos* e lugar de fala.

Palavras-chave: eleição 2014; campanha política; propaganda eleitoral; gênero; mulheres; análise do discurso.

1. Introdução

As eleições brasileiras, desde a redemocratização, estão inscritas em um novo jogo político definido por Champagne como "formar a opinião". A singularidade vivenciada, no campo político, a partir da abertura do país, é percebida no destaque que a opinião da população passa a ter no novo regime: é importante saber o que pensa o povo e, simultaneamente, tentar formar a opinião deste. Políticos - e também jornalistas - empenham-se nessa tarefa, muitas vezes disputando, no mesmo espaço, a atenção dos cidadãos: "o aparecimento, o desenvolvimento e, sobretudo, a difusão dos novos meios modernos de comunicação implicaram um deslocamento progressivo do centro de gravidade do espaço político que passou das assembleias parlamentares para a mídia" (CHAMPAGNE, 1996). E a TV , mais que qualquer outro meio, torna-se nova intermediária entre os integrantes do campo do poder e a população.

A partir da década de 1980, o jogo político brasileiro começou, então, a ser feito com suas regras tradicionais e as do campo da comunicação, levando os políticos a se adaptarem à lógica e à linguagem midiática para conseguirem adesão do telespectador/eleitor. Antigas gramáticas de obtenção de votos foram modificadas, deixando de ser fundamentais alianças com chefes políticos e partidos tradicionais para se chegar ao poder. Isso vale especialmente para campanhas majoritárias e ficou nítido na eleição de Collor de Mello para à presidência, em 1989 (o candidato foi eleito com partido nanico, sem ajuda de padrinhos, apenas fazendo bom uso do seu tempo na TV).

Nesse sentido, os políticos passaram a necessitar da telinha para ter visibilidade, apresentar suas propostas, aparecer na disputa eleitoral e ter chance de mobilizar a população. A imagem aparece como central na nova relação, visto que o uso intensivo de técnicas de comunicação enfatiza a personalidade dos ocupantes do campo do poder.

No Brasil, existe um espaço midiático de responsabilidade exclusiva do campo político, que pode servir, inclusive, como ferramenta para amenizar o discurso da própria mídia tradicional, a saber: o horário gratuito

---

1 Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Brasil) / Bolsista PDSE--CAPES na Universidad Complutense de Madrid (UCM, Espanha). E-mail: joycesnitram@yahoo.com.br

2 Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Brasil) / Bolsista CNPQ. E-mail: altmann.cristina@gmail.com

de propaganda eleitoral (HGPE), o qual pode ser definido como blocos de propaganda partidária a que todo partido tem direito na rádio e na TV. O espaço é pago pelo Estado aos canais de comunicação, mas os partidos são responsáveis pelo custo de sua produção. No período eleitoral, ele ocorre de forma diária, alternando-se os dias de apresentação de candidaturas majoritárias. Um dia é veiculada a propaganda para governador do estado e, em outro, a dos candidatos à presidência do país. É proibido que se pague para que propagandas políticas sejam veiculadas na TV e na rádio. Um terço (1/3) do tempo integral do espaço do HGPE é dividido com todas as siglas. O tempo restante é dividido, proporcionalmente, com as siglas que têm representação na Câmara dos Deputados e de acordo com o número de representantes na Câmara.
O horário eleitoral é regulado apenas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que pune calúnias que, porventura, um candidato impute a outro. De uma eleição para a outra são observadas pequenas alterações na legislação que regulamenta o HGPE, mas, em geral, são mantidos requisitos e funções da Lei Orgânica dos Partidos, de 1995[3]. Entre os objetivos da propaganda política partidária estão:

> I. difundir os programas partidários; II. transmitir mensagens aos filiados sobre a execução do programa partidário, dos eventos com este relacionados e das atividades congressuais do partido; III. divulgar a posição do partido em relação a temas político-comunitários; IV. promover e difundir a participação política feminina dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10% (dez por cento).

Este artigo tem como objetivo observar esse espaço midiático - de uso exclusivo do campo político - analisando como se deu a participação política feminina de Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores - PT), Marina Silva (Partido Socialista Brasileiro - PSB) e Luciana Genro (Partido Socialismo e Liberdade - PSOL). Dito de outro modo, o artigo é voltado para a quarta finalidade da propaganda política partidária, na tentativa de observar como candidatas se auto-representaram em relação ao fato de serem mulheres. Como as postulantes à presidência do país, em 2014, tentaram construir suas imagens? Ser mulher foi importante no discurso político das candidatas? Ser mulher importa em uma eleição presidencial brasileira?
Para o trabalho, foi observada toda a propaganda política de Dilma Rousseff, Marina Silva e Luciana Genro. Contudo, para fins de uma análise mais detalhada, foram selecionados para apresentar aqui somente os programas que deram início e fim ao horário eleitoral, no período da noite, no chamado "horário nobre" da TV, por ter maior audiência. Os primeiros programas do HGPE têm importância fundamental porque é neles que os presidenciáveis se apresentam ao telespectador/eleitor, tendo que convencer ao eleitorado que vale a pena assistir as propagandas e acompanhá-las. Já os últimos, são a tentativa derradeira de mobilização; momento síntese da campanha, em que costuma haver uma pequena avaliação sobre esta. Vale destacar que, na divisão do tempo do horário eleitoral, coube à presidente onze minutos e vinte segundos (11min-24 seg); à Marina Silva, dois minutos e três segundos (2min-3seg); e à Luciana Genro cinquenta e um segundos (51 segundos).
Antes de apresentar a metodologia utilizada e passar à análise dos programas do HGPE, cabe uma reflexão sobre os estudos de gênero dentro da Ciência Política brasileira.

2. Os estudos sobre gênero e política na Ciência Política brasileira

É possível datar e dizer que os estudos mais sistemáticos sobre mulheres e representação política começaram a surgir no Brasil no final dos anos 1980 e com mais força na década de 1990, em estudos que se propunham a tratar da participação das mulheres nas eleições e os seus resultados eleitorais; da participação das mulheres nos movimentos sociais e feministas; e tratando principalmente do problema da sub-representação feminina nos espaços de poder da sociedade brasileira (PINTO, 1987; BARREIRA, 1993; PRÁ, 2001).

---

3 Para ver a lei, acessar: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9096.htm.

Mais recentemente, especialmente a partir dos anos 2000, na literatura nacional, há um conjunto de trabalhos direcionados ao problema da sub-representação feminina nos espaços de poder, especialmente avaliações sobre a implementação da política de cotas, seus efeitos e a necessidade de mecanismos institucionais mais efetivos para a ampliação e a consolidação da participação feminina nas instâncias democráticas, incluindo também as discussões sobre políticas públicas de gênero e os desafios de radicalização das democracias rumo à paridade de gênero (PRÁ, 2013).

Levando em consideração o propósito mais específico do presente artigo, é interessante fazer referência aos trabalhos desenvolvidos por Barreira (1993, 2006, 2011), cujas preocupações estão direcionadas à uma análise dos discursos e das práticas que têm acompanhado a entrada e a atuação das mulheres no espaço da política eleitoral no contexto mais recente da democracia brasileira. Para ela, *"as eleições descortinam um conjunto de significados simbólicos, visões de mundo, divisões que se explicitam em linguagens, crenças e rituais"* (BARREIRA, idem).

Ao incluir em seus esforços de análise a observação das estratégias de campanha de candidatas a cargos executivos locais, por exemplo, a autora argumenta que singularidade feminina e diferenciação partidária se constituiriam como pilares importantes de uma enunciação que integra a apresentação e o discurso eleitoral de candidatas mulheres. Ou seja: a condição de gênero seria um recurso político importante e estaria expressa na medida em que frequentemente qualidades tidas como "femininas" são utilizadas como formas de legitimação na medida em que estariam vinculadas à uma imagem de "renovação" no campo da política.

No entanto, a condição de gênero ou, mais especificamente, a condição de ser mulher, se constituiria como apenas um dos vários recursos de legitimação política dessas diferentes candidaturas, associadas também a certas condições como: trajetória profissional, vínculos associativos e militantes, ou ainda, vínculos familiares. Essa diversidade de recursos políticos na verdade apontaria para a constituição de capitais políticos bastante diferenciados, evidenciados a partir da análise da trajetória e dos discursos de campanha de candidatas mulheres. Desta forma, ainda que a condição "feminina" possa estar ou esteja presente nos discursos políticos-eleitorais, ela costuma ser construída e enunciada de formas bastante distintas, evocando símbolos de credibilidade que remetem à formas de legitimação também distintas. Esse é um ponto de partida que parece bem importante tendo em vista a análise que será feita.

Assim como apontou Barreira, a análise das estratégias político-eleitorais de candidaturas femininas evidenciaria, portanto, confrontos simbólicos entre espaços de reconhecimento que teriam respaldo na afirmação de valores como "experiência" e "competência", de um lado, contra a afirmação de valores referentes à "ruptura", "renovação" e "mudança", de outro lado.

Como veremos mais adiante, a observação dos programas eleitorais das candidatas à Presidência da República brasileira no primeiro turno em 2014 – Dilma Rousseff, Marina Silva e Luciana Genro – também trará à tona essa disputa entre estratégias discursivas que se baseiam na busca da construção de imagens mais associadas à afirmação de "experiência" e "competência política", de um lado, especialmente na campanha de Dilma Rousseff; ou mais associadas na afirmação de virtudes políticas baseadas nos signos de "renovação" (a busca por uma "nova política" por parte de Marina Silva) ou, ainda, na construção de uma imagem associada à uma mudança "real" e "de verdade" (no caso de Luciana Genro). A seguir, apresenta-se, brevemente, o método de análise da campanha de 2014.

3. Metodologia: análise do discurso

O discurso se diferencia do simples texto por conter sujeito, ideologia[4] e historicidade (ORLANDI, 2012). De acordo com Pinto, é no discurso que as "práticas sociais são materializadas" (1989), sendo, por isso, a análise do discurso uma ferramenta própria das Ciências Sociais (PINTO, 1989). Além disso, no discurso se estabelecem disputas pelo poder, por um lugar social destacado, pela imposição de determinada visão de mundo, ou seja,

4 Em análise do discurso, o conceito de ideologia é utilizado como "visão de mundo".

o discurso cria o universo de sentidos possíveis de uma sociedade. Vale dizer que um discurso está sempre dentro de outro (interdiscurso), que o possibilita existir e atualizar significados. À série de discursos que vão permitindo novos, chama-se de formações discursivas, as quais estão dentro de formações ideológicas, porque contêm visões de mundo.

Ao comunicar-se com o outro, o sujeito produz sempre uma imagem de si (*ethos*), que se completa na aceitação ou rejeição do interlocutor. A criação do *ethos* não é livre e "esbarra" sempre na biografia (pré-*ethos*) e em um contexto histórico e social (que "permite" ao enunciador dizer o que está sendo dito). Nesse sentido, o discurso possui condições sociais de produção.

Essas breves explicações, permitem ver que o que a análise do discurso faz é categorizar os diferentes momentos de uma fala, na tentativa de perceber que efeitos de sentido um sujeito pretende gerar em outro (de forma consciente ou não[5]), bem como observar: quem fala?; o que fala?; pra que fala e pra quem fala? Em outras palavras: qual a importância de dizer o que está sendo dito?

A partir da noção de lugar de fala, vai-se analisar neste artigo a tentativa de criação de *ethos* das candidatas. Como a criação da imagem de si depende do contexto e da biografia (posição no campo[6] político) de cada presidenciável, vai se passar à breve história política das candidatas.

4. O caso das eleições presidenciais de 2014 no Brasil e os usos da condição feminina na propaganda política

As eleições presidenciais de 2014 no Brasil foram marcadas, singularmente, pela presença de três candidatas mulheres, dentre um total de nove candidaturas no primeiro turno. Depois ter sido eleita a primeira mulher presidenta do país, em 2010, Dilma Rousseff (PT) foi reeleita em 2014 para mais um mandato, em um segundo turno bastante acirrado e polarizado com candidatura do senador Aécio Neves (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB).

Não haveria espaço aqui para adentrar em uma análise mais criteriosa e de conjunto sobre o contexto político e as principais disputas discursivas travadas entre os diferentes atores e grupos políticos em questão, por isso o tópico se limitou a apresentar os aspectos que parecem mais importantes haja vista o objetivo do trabalho: identificar, a partir dos discursos das candidatas, como elas buscam construir suas imagens junto ao eleitorado via os programas televisivos apresentados durante o horário eleitoral gratuito, problematizando em que medida e de que forma a sua condição "feminina" e de ser mulher na política está colocada nos discursos em jogo. Antes de entrar, porém, na análise desses discursos, vai se passar para uma rápida apresentação do perfil e da trajetória das candidatas.

Dilma Rousseff, candidata à reeleição, antes de ser eleita presidenta da República pelo PT, em 2010, já havia ocupado uma série de cargos políticos, embora não eletivos. Filha de pai empresário e mãe professora, foi militante de grupos de esquerda durante a juventude na década de 1960, chegando a ser presa no período da ditadura militar. Formou-se em Economia pela UFRGS na década de 1970, no mesmo período em que trabalhou por pouco tempo na FEE (Fundação de Economia e Estatística), uma empresa pública vinculada ao governo do Estado do Rio Grande do Sul. Nas décadas de 1980 e 1990 foi Secretária nas gestões Alceu Collares (PDT) e Olívio Dutra (PT), aproximando-se do PT.

Em 2001, Dilma desfiliou-se do PDT e ingressou no PT. Em 2003, foi Ministra de Minas e Energia no Governo Lula e em 2005 foi Ministra-Chefe da Casa Civil. Em 2010, foi eleita a primeira mulher presidenta do Brasil, com uma campanha muito centralizada na ideia de que era "a candidata escolhida por Lula". Em função de não ter ocupado cargos políticos eletivos, os discursos de campanha àquele momento buscavam explorar a

---

5 A parte inconsciente dos discursos é muito minimizada em um horário eleitoral, posto que os programas exibidos são pensados e planejados pelos especialistas em *marketing* político contratados por cada partido.

6 O campo é um lugar marcado por tensões e disputas internas. No caso do campo político, a luta é por ser o porta-voz dos cidadãos ou pelo direito de falar em nome dos cidadãos. (BOURDIEU, 1989).

ideia de que ela vinha de uma experiência política diferenciada, advinda da ocupação de cargos de perfil mais "técnico". Conseguiu vencer a disputa em 2010, indo ao segundo turno com o candidato do PSDB, José Serra. É reeleita em 2014, em um pleito bem mais concorrido e de resultado apertado, em que Aécio Neves, do PSDB, quase logra ser eleito.

Assim como Dilma, Marina Silva, do PSB, também enfrentou em 2014 sua segunda disputa presidencial. Em 2010 já havia concorrido ao mesmo cargo, mas por outra sigla, o Partido Verde (PV). Conhecida por sua militância na área ambiental, Marina também vem de uma trajetória de engajamento em grupos e partidos mais à esquerda, mas diferentemente de Dilma, ocupou diversos cargos políticos eletivos. Filha de pai seringueiro e mãe dona de casa, de origem social bastante pobre, foi alfabetizada já na adolescência, após sua aproximação e inserção em grupos religiosos. Durante a década de 1980, ainda no Acre, engajou-se em atividades sindicais, sendo fundadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e eleita vereadora em 1988 pelo PT. Depois foi eleita deputada estadual (1990) e senadora (1994), tendo sido reeleita em 2002.

No Governo Lula, em 2003, foi nomeada Ministra do Meio Ambiente, posto que ocupou até 2008. Após sair do PT e ingressar no PV, no pleito de 2010 concorreu como candidata à Presidência, atingindo uma votação expressiva (19% dos votos válidos). Com um discurso de crítica à polarização entre "esquerda e direita" e a necessidade de uma "nova política", Marina buscou se apresentar em 2010 como a candidata que estaria em conexão com setores "desiludidos" da política que queriam um novo projeto de país. Anunciada em 2014 inicialmente como candidata à Vice-Presidência na chapa encabeçada pelo político Eduardo Campos (PSB), após o inesperado acidente aéreo que resultou no falecimento do candidato, Marina foi anunciada pelo partido como concorrente à Presidência, gerando comoção e também muitas expectativas quanto ao seu desempenho eleitoral. Ainda que nas pesquisas de intenção de voto tenha sido cogitada em vários momentos para a disputa do segundo turno, acabou ficando novamente em terceiro lugar, com um índice quase semelhante ao da eleição anterior: 21% dos votos válidos.

A terceira e última candidata, Luciana Genro, do PSOL, também vem de uma militância em grupos políticos mais à esquerda e de uma trajetória de ocupação de cargos políticos eletivos. Depois de ser expulsa do PT, em 2003, foi uma das fundadoras do PSOL. Filha de mãe médica e pai advogado e dirigente petista (Ministro do Governo Lula e eleito governador do Rio Grande do Sul no pleito de 2010), Luciana iniciou seu engajamento no movimento estudantil e foi eleita deputada estadual quando ainda fazia parte do PT, em 1994, sendo reeleita em 1998. Em 2002 foi eleita deputada federal, também pelo PT.

Após críticas e divergências internas ao partido, foi expulsa do PT e foi uma das fundadoras do PSOL, partido pelo qual foi eleita em 2006. No pleito de 2010, mesmo tendo obtido uma votação bastante expressiva e sendo uma das candidatas à deputada federal mais votadas do estado do Rio Grande do Sul, seu partido não conseguiu ultrapassar o quociente eleitoral. A curiosidade é que, assim como Marina Silva, Luciana Genro também havia sido indicada inicialmente em 2014 como candidata à vice-presidência, em uma chapa encabeçada pelo senador Randolfe Rodrigues (PSOL). Porém, diante da desistência do candidato, Luciana Genro, conhecida por sua atuação parlamentar "radical" e reivindicando ser a porta-voz de uma esquerda "coerente", foi indicada como candidata à presidência, obtendo a quarta colocação e o percentual de 1,5% dos votos válidos.

O tópico seguinte irá analisar o horário eleitoral de Dilma, Marina e Luciana, observando o comportamento político das concorrentes ao maior cargo da República brasileira. Partiu-se do pressuposto que, para tentar criar seu *ethé*[7] como candidata, cada postulante recorreria a imagens da cultura política local, como ocorre em cada eleição, com o objetivo de mobilizar imaginários sociais compartilhados e aceitos pela Nação. Entretanto, para além de elementos sedimentados no meio social brasileiro, elas precisariam incorporar o desejo de mudança, que assolou o país em junho de 2013.

A hipótese proposta é a de que todas as candidatas - inclusive a da situação - recorreriam a esse desejo, que poderia significar também a reivindicação por direitos pós-materialistas[8]: a sociedade, depois de livrar-se parcialmente do desemprego e da fome (com programas sociais levados a cabo pelo PT), agora exigiria mais.

---

7 Construção das imagens de si.

8 Sobre direitos materialistas e pós-materialistas, ver Inglehart e Welzel (2009).

Estaria intolerante à corrupção, à violência policial (estopim das manifestações generalizadas), ao aumento no valor do transporte público. Como couberam amplas pautas nas manifestações de 2013, por que não pensar que a igualdade social - entre negros e brancos, homens e mulheres - também poderia ser problematizada nos programas eleitorais das candidatas, em momento que tínhamos uma negra concorrendo e 3 mulheres no pleito? Mas vale lembrar que o objeto de análise do artigo são os usos da condição feminina das candidatas no espaço do horário eleitoral, sobre o qual o próximo tópico falará.

5. O horário eleitoral e a apresentação das candidatas

Dilma Rousseff

Programa do dia 19 de agosto:

Dilma inicia o horário eleitoral com duas vantagens: tem o dobro de tempo dos seus principais adversário (juntos); discursa do lugar de fala da situação, que, se é "vidraça", também a coloca no confortável patamar de discursar a partir de realizações feitas. Enquanto, a dos outros, não passa de promessa.
O foco do primeiro programa da presidente/candidata está nas dificuldades e na mulher que tem forças para enfrentá-las. Não nega que o país passa por um período difícil, mas afirma que mudanças lentas são difíceis de ser percebidas. A ideia defendida é que a mudança já está acontecendo: quem mais criou casas populares e colocou crianças nas escolas?, pergunta o narrador *em off*. O programa tenta mobilizar o eleitor a partir de belas imagens e, convencê-lo, a partir de números. Como se interpelasse o eleitor para pensar "quem nega números"?
O Brasil é colocado como "preparado para viver novo ciclo de desenvolvimento, crescendo com a força de todos os brasileiros, mas tendo uma mulher com papel decisivo". Quem fala, agora, é uma mulher negra (índice de inclusão social) . De sua fala, passa-se ao Planalto. Dele, para a sala da casa da presidente (cheia de livros) e, desta, para a cozinha, mostrando que Dilma gosta de cozinhar ; depois, vai tratar do jardim (o que faz em tempo livre). O efeito de sentido que se tenta provocar é a percepção de que a grande presidente é uma mulher admirável e que não descuida do... lar: "cuida da residência oficial com o esmero de qualquer dona de casa". Sente saudade da filha e do neto que moram longe. De casa, é levada para o Planalto (Dilma aparece dentro do carro), dá entrevista do jardim, falando da força diante da dificuldade. É uma mulher que tem coragem de sair de dentro do seu lar, por um dever maior: não se preocupa apenas com a filha e o rebento desta, pois age como uma mãe para todos os brasileiros. Não à toa, o lema do *jingle* da candidata é "coração valente".
Em seguida, aparecem imagens de cima do avião, no meio do povo, e a narrativa é feita pela própria Dilma. A grande força do governo da Dilma, vem de uma mudança que ela continuou, isto é, "ciclo de mudanças trazidas por Lula não foi interrompido", enquanto, na Europa, empregos foram destruídos.
Se na campanha anterior de Dilma, no ano de 2010, ela e Lula estiveram sempre juntos, como ambos representassem o mesmo governo (o governo Lula), em 2014, a imagem da candidata aparece separada da do ex-presidente, como se o programa mostrasse que "ela agora fala por ela", mas Lula aparece ao final para legitimá-la.
Antes de tecer considerações sobre gênero, vale destacar que o presidente foi um cabo eleitoral decisivo em 2010 e saiu do seu mandato com ampla popularidade. Quem, homem ou mulher, querendo ganhar uma disputa eleitoral abriria mão desse capital político? Dito isto, é importante refletir sobre as imagens que abriram o programa de Dilma: por que a grande mulher, com força para vencer as dificuldades do país, apareceria primeiro dentro do lar, local por tantas vezes imputado às mulheres e descrito como feminino?
A maior dificuldade de Dilma, naquele momento, era vencer o desejo por mudança. Para quem estar no poder e quer nele se manter, problematizar visões compartilhadas e arraigadas pode não ser boa estratégia. Não tendo condições sociais de produção de um discurso contra o desejo de mudanças, a candidata tenta colocar-se, também, como símbolo destas. De uma transformação maior, que remete ao ínicio da Era Lula e ao "período de sombras" do tempo que o Brasil foi governado pelo PSDB. Sem muitas possibilidades de ousar (foi a eleição presidencial mais difícil do PT desde 1989), a candidata não entrou em uma disputa ideológica sobre o lugar

das mulheres na sociedade, dos pobres, da juventude. As diferenças, no primeiro programa, foram igualadas: o sofrimento da maioria dos brasileiros era o mesmo, ela estava ali para proteger todos os brasileiros.

Programa do dia 02 de outubro:

No último programa de Dilma, o tema da mudança voltou ainda mais forte, com o lema: "governo novo, ideias novas". Dilma aparece humilde, falando: "É hora de pensar em um tempo novo. Se os brasileiros e brasileiras me derem a confiança de um novo mandato, meu compromisso mais profundo se expressa em uma frase: governo novo, ideias novas". Depois de pessoas do povo aparecem, narrando promessas de um novo mandato, quem vem à cena é Lula, de branco, para conversar com Dilma, de vermelho, cor característica do partido de ambos (agora a representante do governo do PT é ela, enquanto Lula está ali como um conselheiro sábio, mas já desligado do comando da nação). O ex-presidente, ao perguntar à Dilma, pergunta, implicitamente à nação: "qual país que tem uma perspectiva de futuro mais extraordinária que o Brasil"? Ao que Dilma responde que os seus opositores não reconhecem a importância de sua pátria.
O eleitorado jovem ganha destaque no último programa, servindo também como símbolo do novo. Para eles, Dilma afirma que vai fazer o "Banda Larga para Todos" e alega que seus opositores não têm nenhuma proposta concreta de mudança. Aparecem grandes imagens, com brasileiros falando sobre o quanto os programas do governo ajudaram em suas vidas. "Eu pobre, negro, favelado, me tornei médico. Isso antes não era possível. Hoje, é"; "Caramba, olha quem eu era, olha quem eu sou". Nós somos a imagem de um novo Brasil, e é só o começo". Lula volta para afirmar que seu segundo mandato foi melhor que o primeiro e que tem certeza que com Dilma acontecerá o mesmo. A candidata-presidente pede reflexão aos eleitores:

No próximo domingo, nós vamos às urnas para decidir o que queremos para o futuro do Brasil. Nesse momento, todo mundo deve se perguntar: quem tem mais capacidade e experiência para manter o que já conquistamos, corrigir o que for preciso e fazer ainda mais? Quem tem força e apoio político para fazer as reformas que o Brasil exige? Quem tem compromisso verdadeiro com os trabalhadores para manter os seus direitos e suas conquistas, em tempos bons e em tempos difíceis? [...] E assim eu peço, humildemente, o seu voto, pedindo que você reflita sobre todas essas questões. Tenho certeza que, ao responder essas perguntas, você vai fazer a melhor escolha. Muito obrigada por tudo, e no próximo domingo vamos todos votar com consciência, paz e amor no coração.

O efeito de sentido que se pretende gerar é: quem pensa, vota na Dilma; quem não é ingrato, vota na mãe-presidente, pois ela está com o povo. Depois da fala de Dilma, aparecem imagens do país e da população, o narrador em off fala: "ninguém pode nos impedir de ir ainda mais longe..." É como se dissessem: "os adversários da presidente não são inimigos só dela, mas de vocês também".

Marina Silva

Programa do dia 19 de agosto:

O primeiro programa de Marina foi, na verdade, o segundo. Explica-se: tendo assumido a candidatura à presidência pelo PSB, a postulante substituía Eduardo Campos, morto em acidente de avião e, até o momento, candidato do partido. O programa eleitoral foi aberto com imagens de Campos e com a música "Anunciação", de Alceu Valença. A voz do cantor e compositor, conterrâneo do político (ambos nasceram no estado de Pernambuco), ecoou mais alto na estrofe "a voz do anjo sussurrou no meu ouvido", dando a Eduardo a aura de homem bom, que seguiria ali como se fosse um anjo. Quando Marina surgiu, já na segunda propaganda, ela fez a leitura de uma carta emocionada, supostamente escrita por ela, colocando-a no lugar de fala da incumbida de uma missão: levar adiante os sonhos e ideias do antigo candidato. Marina faria isso pelos cidadãos de seu país: "os brasileiros passaram a conhecê-lo e, conhecendo, admiraram o que foi autêntico no exercício de sua vida pública. Nosso destino comum está traçado no legado de Eduardo".

O lugar de fala da herdeira e da lutadora (que tem forças para levar adiante sua missão), tenta misturar-se ao sentimento de que é preciso vencer a estagnação e os que não escutam o povo (referência ao junho de 2013?): "nossa palavra de ordem é crescer. Crescer em maturidade política, crescer na escuta de nosso povo e na disposição para ouvi-lo. A gente dizia: Eduardo e Marina". A candidata segue a leitura, olhando para seu vice (Beto Albuquerque, deputado pelo Rio Grande do Sul), afirmando: "Agora, Beto, é a sociedade brasileira e nós. Temos que levar adiante a nossa missão: não vamos desistir do Brasil".
O discurso de Marina está inscrito na formação discursiva da mudança, aliado a um ingrediente poderoso: o das narrativas míticas. Talvez, pelo fato de o programa contar apenas com pouco mais de 2 minutos, a candidata, nesse primeiro momento, não explorou os significados de uma candidatura feminina nem tampouco da candidatura de uma mulher negra.

Programa do dia 02 de outubro:

Marina se despede do eleitor, em seu último programa, criticando a propaganda de Dilma Rousseff. Com uma favela ao fundo, a candidata afirma que a presidente fala sobre um país de fantasia: "Todo mundo sabe que o Brasil de verdade tem muitos problemas. Não é aquela ilha da fantasia que aparece na propaganda. No Brasil real, falta saúde e sobra doença. Falta segurança e sobra medo". A candidata resume os problemas da nação ao comando dela por pessoas "atrasadas": "e todo mundo sabe também que a causa desses problemas é a política atrasada, mesquinha, dominada pela corrupção". Não nega avanços dos governos petistas, mas afirma que eles não ocorreram com Dilma: "É verdade que muita coisa melhorou nos últimos anos. Mas é verdade também que muita coisa parou de melhorar e começaram a andar pra trás no governo atual". Não esquece também de estender críticas implícitas ao PSDB, reforçando seu lugar de fala da terceira via (quebra da polarização PT x PSDB): "os partidos que um dia foram a favor das boas mudanças, agora estão na disputa do poder pelo poder. Não conseguem mais apontar para o futuro". Explica as críticas direcionadas a ela, por PT e PSDB, como sendo artimanhas da "velha política": "quando aparece alguém propondo um novo caminho, eles reagem furiosamente, espalhando as mentiras, o ódio e o medo. Eu quero chamar a todos, para fazermos uma mudança na direção do nosso país". A mudança seria para todos, para fazer um governo de união:

> Para dar oportunidades aos jovens, pra valorizar os idosos, para reconhecer os índios, os negros, a força das mulheres (ao fundo entra música que Gilberto Gil fez para ela: "Marina, vou eu, sonhar que a menina vai chegar..."), para juntar os trabalhadores do campo e da cidade; os empresários, os cientistas, os artistas; para darmos as mãos para promover a paz. Nosso país é grande, nosso povo é forte. Se a gente trabalhar com união o Brasil vai ser muito mais bonito que qualquer propaganda.

No final, aumenta a música de Gil (Marina vou eu, votar na Marina, Marinar. Marina vou eu, sonhar que a menina vai chegar...) e passam cenas da campanha. Volta para Marina (com favela ao fundo): "Eu peço que neste domingo você vote 40 com fé, com coragem, com amor pelo Brasil." Volta a música, e o narrador fala: 40.

Luciana Genro

Programa do dia 19 de agosto:

O programa é aberto com o número do partido e os dizeres: "você tem opção, você tem PSOL". Luciana aparece sorrindo no espelho, ajeitando o botton do partido, na lapela. A cena seguinte passa à mesa de refeições, com explicação do narrador: essa é Luciana Genro, 43 anos, casada com Sérgio, mãe do Fernando. Enquanto os personagens conversam, passam fotos da candidata em comícios, atuando no congresso. É apresentada como advogada dos direitos humanos, ex-deputada, fundadora do PSOL. A narração é de Marcelo Yuka, ex-intregante do Rappa, cadeirante devido a uma bala perdida, na cidade do Rio de Janeiro.

Como no programa de Dilma, Luciana sai de casa para a batalha diária. No entanto, comparando-as, parecem estar contrastadas duas lutas diferentes: a da presidente, nas instituições, e a de Luciana, nas ruas. Imagens e gritos do junho de 2013 são mostrados na TV: "oooh, o povo acordou, o povo acordou". A própria Luciana, em estúdio, toma a palavra, prometendo que, na campanha, "vamos mostrar que é possível garantir uma vida digna. [...] É preciso coragem para enfrentar os interesses de uma minoria privilegiada".
Com poucas alianças - o partido da candidata só estava junto ao PSTU, o programa de Luciana contava apenas com 51 segundos. O primeiro programa do horário eleitoral dessa postulante foi aberto com diferença em relação à Dilma e Marina: o partido se torna importante, a partir de pequenos sinais: Luciana ajeita o broche com o número 50, logo no início. A sua fala, no final, vem no plural: "vamos mostrar que é possível mudar". O lugar de fala buscado pela candidata é o da "esquerdista de verdade", da verdadeira mudança, que acontece coletivamente e não somente em gabinetes.

Programa do dia 02 de outubro:

O último programa de Luciana é dedicado somente à fala da candidata, que tenta sintetizar o que foi sua campanha: uma tentativa de mobilizar as parcelas à esquerda, do junho de 2013, e se apresentar aos jovens e rebeldes como a única opção de esquerda coerente (a candidata já havia usado seus programas para questionar a atual democracia, a lei de anistia, a forma como a juventude pobre era tratada). Diz Luciana: "Quero agradecer a todos e a todas que estiveram conosco nessa caminhada. Principalmente, os jovens, que acreditam que nada é impossível mudar. Com a força do povo, podemos mudar o Brasil e derrotar os podres poderes". A fala de Luciana é destinada a um coletivo (povo), o único capaz de derrotar o que ela chama de podres poderes. A crítica não é endereçada somente à Dilma, Aécio (candidato pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, que foi ao segundo turno) ou Marina. O problema, para Luciana, reside no sistema capitalista e na organização da sociedade.
Como no primeiro programa, ela fala novamente no plural para mostrar que não está só e que representar os interesses do partido: "queremos uma democracia real, onde o dinheiro não nos escravize e onde os direitos sociais sejam respeitados. Uma sociedade livre da exploração de classe, da opressão de gênero, raça ou orientação sexual". Finaliza mobilizando a ideia de que os descontentes com os rumos do governo de Dilma não devem votar na presidente nem em outro postulante, ainda que Luciana saiba não ter chances reais de vitória: "faça um voto realmente útil no primeiro turno: vote 50, estaremos mais forte para seguir esta luta. Muito obrigada". Da fala da candidata, passa-se muito rapidamente (o tempo dela era o mais escasso de todas), ao congresso nacional ocupado por manifestantes do junho de 2013, gritando: "O povo acordou". Para além do partido, ela se coloca como representante do povo, aquele que esteve lutando por um país mais justo. A propaganda termina com o número do partido na tela.

6. Dilma, Marina, Luciana: comparando as presidenciáveis

Nas palavras de Bourdieu, "aqueles que, num estado determinado da relação de força, monopolizam (mais ou menos completamente) o capital específico, fundamento do poder ou da autoridade específica [...] de um campo, tendem a estratégias de conservação." (1983, p.90). Por outro lado, os que "possuem menos capital [...] tendem a estratégias de subversão – as de heresia". (idem). Enquanto Luciana Genro podia usar seu tempo para falar de si, sua visão de mundo (criticou a democracia atual, falou sobre a lei da anistia) e apresentar seu partido, Marina Silva e Dilma Rousseff (principalmente Marina), precisavam se defender dos ataques, pois disputavam, de fato, o lugar da presidência. A construção de suas imagens estava relacionada à desconstrução da imagem da outra, e a luta maior era para convencer ao eleitor qual das duas, pessoalmente, seria a melhor candidata.
O discurso de Marina e Dilma, que necessitava agregar o máximo possível de cidadãos, precisava estar relacionado a parcelas maiores da população, implicando em uma percepção desta (visto que tentavam causar identificação) e na elaboração de discursos mais sedutores. Luciana também necessitava de uma identificação

mínima para que os eleitores "ouvissem o que ela tinha a dizer", mas, entrando no jogo eleitoral com o papel da "rebelde", tinha a possibilidade de transgredir e fazer falas não tão aceitas pela população, porém encaradas como corretas por ela e seu partido.

O que foi percebido é que Dilma e Marina não usaram suas propagandas para mobilizar sentidos que pudessem ir de encontro ao que o senso comum/status quo aceitasse ouvir. Nem mesmo para falar, sutilmente, da importância das mulheres estarem disputando e conquistando espaços de poder, anteriormente só destinados aos homens. Lembrando sempre que Marina tinha um tempo bem menor para tratar do assunto.

Os programas de Dilma exploraram muitas propostas para o novo governo e temas de interesse da opinião pública (o que se sabe com as pesquisas de opinião), como corrupção, segurança, empregos, visto que ela tinha tempo para isso e não precisava somente se defender ou atacar adversários. Costumava afirmar não estar partindo do zero, mas de uma experiência. Mostrava que o Brasil havia melhorado. Era como se dissesse: "que feliz o Brasil por ter uma mulher competente e forte para fazer com que ele continue crescendo"! A nação não precisava se preocupar porque tinha uma mãe e toda a força de Dilma vinha desse lugar de fala, visto pela sociedade como o lugar de fala do feminino. A disputa travada é claramente pelo lugar de fala do poder, com propostas apresentadas somente no plano prático, em detrimento de uma disputa maior por uma visão de mundo. Por que as mulheres é que são responsáveis pelo recebimento do bolsa-família? Percebe-se que o programa de Dilma poderia ter colocado em pauta essa discussão, mas optou por não fazê-lo, deixando de lado o debate sobre as desigualdades sociais em geral e de gênero em particular.

A propaganda de Marina Silva esteve apoiada em três eixos principais: mudança, alternativa à velha política, quebra da polarização entre PT e PSDB. A mudança viria da troca do comando da Nação e das "pazes" entre os "bons políticos" do país, que trabalhariam juntos, em um futuro governo dela, por um bem maior. Ela se colocava como representante de um Brasil que seria governado pelos melhores, ainda que estes estivessem em distintos lugares do horizonte político. O discurso de Marina era conciliador, de negação dos conflitos. A desigualdade social, da qual ela havia sido vítima (por ter sido pobre e ser negra) parecia um problema de vontade política e não estrutural, arraigado em uma cultura de discriminações, como a brasileira. Os efeitos de sentido passados é que o Brasil ainda tinha jeito, se fosse governado por alguém que não quisesse o "poder pelo poder" (fala de Marina no programa do dia...), ou seja, o problema era de âmbito pessoal, uma questão individual. Como combater qualquer desigualdade, tratando esta como um problema de indivíduos bons e maus?

A propaganda de Luciana tentou construir a imagem de uma candidata do povo, representante da verdadeira esquerda, de luta diária, mas que sabia falar docemente com o público (as falas radicais vêm das cenas de manifestantes nas ruas, a de Luciana é calma, quase didática). Desse modo, ela toca em temas importantes para qualquer democracia, questionando o funcionamento de diversas instituições - como a polícia - e um passado que deixou legados autoritários na condução política do país. Entretanto, para ser ouvida, Luciana partiu, em seu primeiro programa do horário eleitoral, de um lugar muito respeitado pelos eleitores brasileiros (de maioria cristã): a família. É em volta do filho e do marido que a candidata é apresentada à população. O efeito de sentido passado é que Luciana não é "uma qualquer", mas uma mulher casada, que está na vida política legitimada pelo filho e pelo marido. Se eles a legitimam, por que o eleitor não deveria legitimá-la ou, pelo menos ouvir, o que ela tem a dizer? Além disso, Luciana é apresentada como uma advogada que sempre defendeu direitos. A apropriação do junho de 2013 não seria oportunismo, mas uma identificação natural com suas lutas e ideias. A partir do que foi mostrado em seu primeiro programa, desenvolveu argumentos para questionar as desigualdades sociais de modo geral, levando importantes parlamentares do PSOL para falar do que havia de errado na política e na sociedade brasileira.

Os problemas do país, para Luciana, eram sempre estruturais, como no caso da corrupção. A crítica aos outros candidatos (mais destinada à Dilma, Aécio e Marina) era uma crítica a suas opções políticas e ideologias. As mazelas da pátria nunca foram vistas como problemas pessoais de comando da nação. Foi a candidata que mais falou, diretamente, contra desigualdades e da necessidade de superá-las. Entretanto, a desigualdade de gênero não ganhou destaque, foi mais uma entre as demais.

7. Considerações finais

O artigo procurou pensar as estratégias discursivas das candidatas à presidência em 2014, a partir do recorte de gênero. O objetivo era analisar a construção da imagem das postulantes e observar se ser mulher importa (dentro do âmbito discursivo) em uma eleição presidencial no Brasil.

A hipótese de que as presidenciáveis tentariam ocupar o lugar de fala da mudança foi confirmada. Para construir suas imagens, todas tentaram incorporar esse sentimento. Todavia, entre as três candidatas houve uma disputa pelo significado da mudança. Dilma mostrando que era a continuidade da mudança iniciada com Lula; Marina afirmando que não era PT, nem PSDB, nem nada que fosse a "velha política"; Luciana se colocando como a porta-voz dos manifestantes de junho de 2013. Para cada significado particular de mudança, a conclusão a qual se chega é que ser mulher importou muito pouco na eleição de 2014. Mesmo para Luciana Genro, posicionada mais à esquerda do horizonte político e com seu tempo destinado apenas a discutir as injustiças da democracia brasileira e do capitalismo, a desigualdade de gênero não teve papel central, sendo diluída entre tantas outras. Em nenhum momento foi explorado o fato de que havia, naquela eleição, três mulheres concorrendo à presidência (duas com reais chances de chegar juntas ao segundo turno). Essa mudança maior talvez tenha passado como um sinal dos "novos tempos", que costumam chegar carregados do velho, pois, sorrateiramente, adentram sem debates profundos, já se incorporando "às coisas como são".

Nesse sentido, infere-se que uma discussão maior sobre os direitos das mulheres precisa partir de variados espaços da sociedade, assim como inúmeras pautas assumidas pelo campo político depois de pressão social. É preciso também, dentro da área acadêmica, um esforço para a constituição de novas agendas de pesquisa em que as mulheres sejam sujeitos dos estudos, posto que o fato de terem tido boa aceitação na campanha presidencial (vide Dilma e Marina) não significa que as desigualdades de gênero tenham se findado ou se tornado insignificantes. Ao contrário, o fato de as propagandas não ousarem discutir o assunto e colocarem as mulheres em locais pré-determinados socialmente (a grande mulher precisa ser mãe, dona do lar) indicam apenas que nossos preconceitos podem estar sendo vestidos em linguagem mais amena.

Referências

BARREIRA, Irlys. A. F. ; ALMEIDA, R. O. . Violência contra as mulheres: visibilidade e silêncio. In: César Barreira; Élcio Batista. (Org.). (In) **Segurança e Sociedade**: treze lições. Campinas: Pontes Editores, 2011, v. 1.

BARREIRA, Irlys. A. F**.** Imagens e Sombras: jogos de apresentação e influência em campanha eleitoral. In: Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho. (Org.). **A Produção da Política em Campanhas Eleitorais -** Eleições Municipais de 2000. Campinas: Pontes, 2003, v. 1.

_____. A expressão dos sentimentos na política. In: Calra Teixeira, Christina Chaves. (Org.). **Espaços e Tempos da Política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006, v. 01.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas:** o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996.

___. **Questões de Sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião**: o novo jogo político. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2006.

INGLEHART, Ronald e WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia.**

São Paulo, Ed. Verbena, 2009.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 10 ed. São Paulo: Pontes editores, 2012.

PINTO, Celi Regina Jardim . A Mulher na Camapnha Gaúcha. In: **ANPOCS**. (Org.). Ciências sociais Hoje 1987. São Paulo: Vértice, 1987.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney** ou como entender os meandros da linguagem do poder. São Paulo: Hucitec, 1989.

PRÁ, Jussara Reis. Mulheres e direito ao voto no Brasil: presente, passado e futuro. In: MEIRELLES, Mauro; RAIZER, Leandro; PEREIRA, Luiza Helena, FIGUEIREDO, César Alessandro S.. (Org.). **Ensino de Sociologia: Direitos Humanos, Sociais, Educação e Saúde**. 1ed.Porto Alegre: Evangraf, 2013, v. 1, p. 127-149.

PRÁ, Jussara Reis . Cidadania de Gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In: Marcello Baquero. (Org.). **Reinventando a sociedade na América Latina**. Porto Alegre/Brasília: Editora da Universidade/Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 2001, v. , p. 173-208.

Lei orgânica dos partidos, de 1995: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9096.htm. Acesso em: 10 de dezembro de 2014.

Racismo Policial? Análise do episódio "show dos Racionais MCs" na Praça da Sé, São Paulo.

Ana Elisa Blackman[1]

Cristiane Loureiro Lima[2]

Andreia Moassab[3]

Resumo: Este artigo discute a questão do racismo policial brasileiro, a partir do estudo de caso quanto a ação da Polícia Militar do Estado de São Paulo no concerto do grupo de hip-hop "Racionais MC's", na Praça da Sé, centro de São Paulo, em 2007. Trata-se de questionar se o debate do racismo está presente na prática policial, em outras palavras, a ação policial baseia-se somente na neutralidade e técnica ou ela se constitui desmedida, violenta e racista? O artigo aborda igualmente como essa controvérsia ganhou contornos na cobertura da mídia jornalística impressa local, a partir do enquadramento do evento. Palavras-chave: hip-hop; raça; racismo; polícia; controvérsia; cobertura jornalística.

1. Introdução

O ponto de partida da presente análise é situar a controvérsia existente quanto à ação da Policia Militar (PM) do Estado de São Paulo na resolução de conflitos com determinados segmentos da sociedade. No caso, o foco é investigar se o racismo está presente na prática policial ou não, em outras palavras, se a ação policial baseia-se somente na neutralidade e técnica ou constitui-se desmedida, violência e racista? O hip-hop (HH) e outros movimentos de resistência de forte expressão nacional têm em comum um forte amadurecimento a partir dos anos 80 e 90, com intensa relação na luta contra a lógica hegemônica da política neoliberal predominante neste período. No cenário nacional, é importante lembrar que o país viveu uma ditadura militar (1964-1984), com o reestabelecimento das primeiras eleições presidenciais diretas em 1989.

Nos Estados Unidos, berço do HH, os anos 60 caracterizaram-se pela ebulição de diversas lutas a favor dos direitos civis para os negros, culminando na morte de Martin Luther King (1968) e Malcon X (1968). O primeiro pregava a resistência pacífica, tendo recebido o Prêmio Nobel da Paz em 1964 e Malcon X, ao contrário, defendia a violência como forma de luta. Nesta mesma época, foram intensificados os ataques racistas, com torturas e mortes de negros comandadas por grupos, como o Ku Klux Klan, fundado no século XIX para defender a supremacia branca e o protestantismo.

No Brasil, este período não foi menos conturbado, marcado pela linha dura do regime militar. Por outro lado, também foi o período de germinação de diversos movimentos sociais, entre os quais a Comissão Pastoral da Terra (1975), as Greves do ABC Paulista (1978-80), e o surgimento do Movimento Negro Unificado (1978).

Posteriormente, foram sentidos os desdobramentos das lutas quase silenciosas dos anos anteriores, com a fundação do Partido dos Trabalhadores (1980), do Movimento dos Sem-Terra (1984), Diretas-Já (1984), Constituinte (1988). Os anos 80 foram essenciais para os movimentos sociais. Na década, foram vistos os primeiros passos da dança de rua e as rimas acompanhadas por *Disc Jockey* (DJ) no metrô São Bento em SP. Tais manifestações traziam forte influência do HH que nascia na década anterior nos EUA, bastante próximo do movimento negro estadunidense e suas reivindicações, amadurecendo nos anos seguintes em um dos movimentos hip-hop mais politizados no mundo, o brasileiro.

---

1 (Doutoranda em Sociologia – Universidade de Brasília – Brasil). E-mail: anaelisa_cso@hotmail.com

2 (Doutora em Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Brasil). E-mail: crisllima@gmail.com

3 (Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Brasil). E-mail: amoassab@gmail.com

2. A cidade de São Paulo

O processo de formação das periferias no Brasil tem como marco o forte fluxo migratório incentivado pelo governo militar nos anos 70, embora já nos finais do século XIX com a abolição da escravatura e chegada dos imigrantes europeus as cidades brasileiras tenham sentido seu primeiro grande impacto de crescimento. Porém é na década de 70 que o país se urbaniza e mais de 50% da sua população passa a viver nas cidades.

Os terrenos urbanos atendidos por infraestrutura são demasiados caros para uma população migrante basicamente devido à escassez econômica de suas localidades de origem. Em suma, é uma população pobre, quando não, miserável que chega para trabalhar nas grandes cidades. Suas alternativas de acomodação são os cortiços em áreas mais centrais ou moradias precárias nas zonas mais afastadas dos centros, ou seja, os vazios urbanos, cujas primeiras ocupações nas periferias têm um aspecto indistintamente provisório e temporário. Em São Paulo, a maior parte desta população é de nordestinos que por sua vez são majoritariamente, porém não exclusivamente, afrodescendentes[4].

Na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) há quase 20 milhões de habitantes em seus 39 municípios, isto é, 1 a cada 10 brasileiros moram na região. É a quinta maior área urbana do mundo. Só São Paulo concentra metade da população da RMSP com mais de um milhão de seus habitantes em favelas[5] (MARQUES, TORRES e SARAIVA 2003: 13).

No mapa da exclusão/inclusão, desenvolvido pelo Centro de Estudos das Desigualdades Sócioterritoriais (CEDEST) [6], fica evidente a diferença da qualidade de vida nas áreas mais centrais em contraste com as mais periféricas. Outro dado interessante, no que diz respeito à São Paulo, é o fato de a maior parte dos afrodescendentes morarem nestas regiões, onde, também, está o maior número de mortes pela polícia:

Mapa 1. Mapa da inclusão/exclusão. Região Metropolitana de São Paulo. Brasil

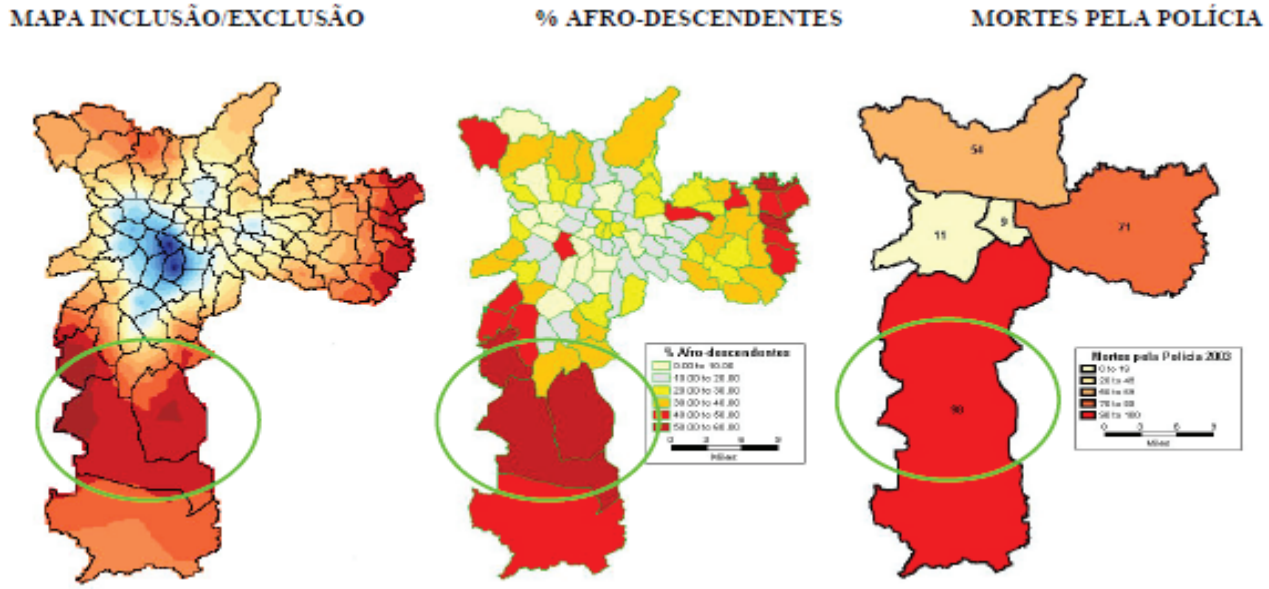

Fonte: Centro das Desigualdades Socioterritoriais (CEDEST/PUCSP).

*Mapa 1: quanto mais vermelho e mais escuro, pior é a concentração de renda e pior é a qualidade de vida; mapa 2: quanto mais vermelho maior percentual de afrodescendentes; mapa 3: quanto mais vermelho, maior o número de mortes pela polícia por habitantes.

4 Vistos como não brancos.

5 Ou seja, área de situação fundiária irregular com habitações bastante precárias, comumente de madeira, e outras tantas nos bairros de periferia, nos quais as famílias são donas dos terrenos sobre os quais constroem suas casas em regime de autoconstrução, em sua maioria de alvenaria.

6 Elaborado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Cabe ressaltar, todavia, que a periferia não é um todo indiferenciado. Cada bairro tem uma característica própria, desde níveis distintos de infraestrutura urbana e de condições de moradia, até índices de violência e presença de traficantes.

Figuras 1 e 2: Diferentes condições de habitabilidade nos bairros pobres. São Paulo

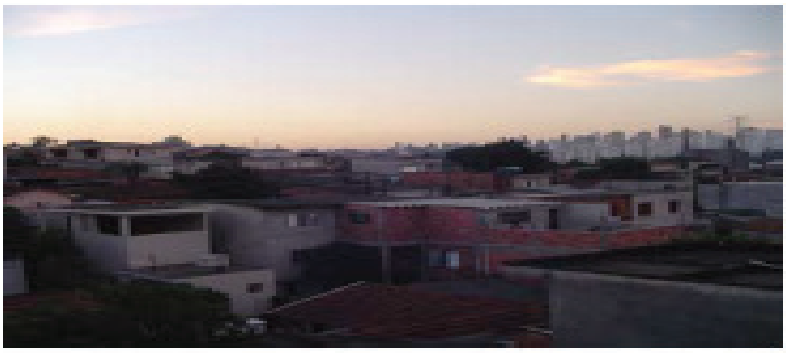

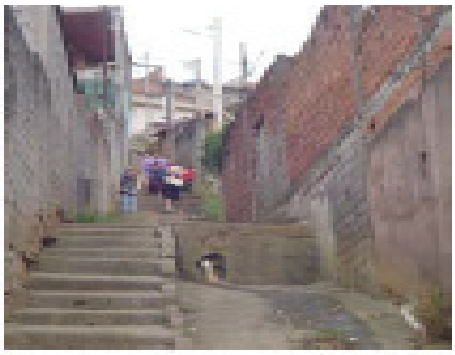

Fonte: Andréia Moassab, 2007 e 2001.

Isto significa que o imaginário da classe média sobre a periferia, resultante, sobretudo, da influência da mídia, está longe de ser uma representação do real. Para boa parte, as periferias são um todo homogêneo e ameaçador, que deve continuar distante e isolado.

3. Movimento Hip-Hop

O hip-hop (HH), movimento político-cultural nascido nos bairros negros das grandes cidades estadunidenses da década de 70, num período caracterizado por lutas pelos direitos civis e políticos por parte dos negros americanos, espalhou-se pelas periferias do mundo, numa relação estreita e essencial com cada lugar no qual se desenvolveu. No Brasil, o HH foi rapidamente transformado em "uma produção política e cultural dos guetos, das periferias e das favelas" (SOUZA e RORIGUES, 2004: 101-102).

No início dos anos 70, Afrika Bambaataa, criado no Bronx subúrbio de Nova York, juntamente com o jamaicano Clive Campbel (DJ Kool Herc) e Grandmaster Flash fundaram o movimento cultural hip-hop (LEAL, 2007; CALADO, 2006), reunindo as diversas manifestações culturais em emergência naquela vizinhança[7]. A criação HH acaba por ser uma resposta à violência urbana à qual as populações afrodescendentes e hispânicas foram submetidas com as transformações urbanas das cidades estadunidenses das décadas anteriores. O planejamento urbano americano do período criou bolsões de pobreza entre a ampla malha viária de fluxo intenso que conectava diversos polos econômicos regionais. Somadas às especificidades étnicas destes subúrbios, com uma população majoritariamente negra[8] está a influência do pensamento libertário dos Panteras Negras[9] e de outros líderes importantes para os afrodescendentes naquele período: Malcom X, Marthin Luther King. Todas estas questões foram definidoras da construção simbólica do movimento desde sua gênese, com forte viés identitário, com afirmação da autoestima negra e reivindicação pelos direitos civis, com forte expressão cultural e artística.

Não é apenas na música que se manifesta a filosofia do HH. A expressão cultural e artística está presente em várias manifestações, tais como, no break, dança dos b-boys e b-girls; nas pinturas urbanas do graffite;

7 No entanto, o termo vem a público em 1979 na música "Rappers Delight", do grupo SugarHill Gang (CALADO, 2006).

8 Embora também com grande número de latino-americanos.

9 Partido Político de influência marxista vinculado à luta da população negra americana, fundado em 1966, originalmente para proteger os habitantes dos guetos contra a brutalidade da polícia.

no canto falado do rap (rythm and poetry); no comando das festas pelos Mestre de Cerimônias (MCs); e na "consciência". Sem estes pilares não se pode falar em HH[10].

Todas estas práticas artísticas do HH carregam consigo o protesto contra a pobreza e marginalização, bem como a denúncia da violência policial e do racismo, somado à mensagem de valorização e aumento da autoestima da população das periferias, adaptando-se às especificidades de cada local, o que é notado especialmente nas letras do rap.

O HH brasileiro surgiu em São Paulo, nos anos 80, nos tradicionais encontros no metrô São Bento e na Praça Roosevelt. Alguns nomes importantes da cena HH contemporânea surgiram neste período, como Thaíde, Dj Hum, Styllo Selvagem, Região Abissal, Sampa Crewn, Racionais MCs, Rappin Hood, entre outros.

Na década seguinte, HH brasileiro rumou a um forte comprometimento social, especificamente ligado às questões do negro, da pobreza, da periferia e da violência policial. É simbólico desta virada o lançamento de dois álbuns: *Consciência Black*, uma coletânea, e *Holocausto Urbano*, dos Racionais MCs, ambos em 1990. Estoura o sucesso *Pânico na Zona Sul*, do álbum *Holocausto Urbano*, uma narrativa contundente das dificuldades da periferia imersa num cotidiano violento e esquecido.

O HH nacional sente o impacto destes versos. Nos anos 90 é consolidado o elemento da consciência. Importantes figuras do país todo despontam com um trabalho consistente neste sentido: GOG (Brasília), MV Bill (Rio de Janeiro), Sabotage (São Paulo), Rappin' Hood (São Paulo), dentre outros. Nesse período, uma nova geração foi formada em diálogo com os marcos da cena anterior, seja de concordância ou dissonância. Entre as novas vozes com repercussão nacional estão Z'Africa Brasil (São Paulo), Clã Nordestino (Maranhão), Simples Rap'ortagem (Bahia) e Núcleo (São Paulo).

Se por um lado o rap comercial, desvinculado do movimento HH ganhou espaço midiático em canais do tipo Music Television (MTV)[11], com uma forte influência dos rappers norte-americanos como Eminem, Snoop Dog, 50 Cent ou, no Brasil, por outro lado, há uma forte vinculação, pela mídia nacional, dos shows de HH com violência, ponto no qual voltaremos. Não há, nesta absorção pela televisão, uma preocupação com a perspectiva história e com os compromissos sociais originários do HH. Ao contrário, é estigmatizado um estilo musical puramente comercial, sexista, consumista e individualista.

Muito do que o grande público sabe sobre HH, ou melhor, do rap, foi construído a partir deste modelo imposto comercialmente pelas MTVs do mundo todo. A naturalização do preconceito decorrente desta imagem midiática foi praticamente imediata com consequências avassaladoras para a distorção da compreensão e má vontade com relação ao HH nacional por parte de intelectuais, jornalistas e formadores de opinião.

O que se vê, ou melhor, o que não se vê na mídia tradicional é a construção do HH como um espaço de reflexão social, discutindo temas como periferia, racismo, violência policial, pobreza, globalização, gênero, desemprego e outras temáticas caras à grande parte da população brasileira.

O grupo de HH *Racionais MCs* foi formado em 1988, em São Paulo, com Mano Brown (Pedro Paulo Soares Pereira), Ice Blue (Paulo Eduardo Salvador), Edy Rock (Edvaldo Pereira Alves) e DJ KL Jay (Kleber Geraldo Lelis Simões). No início dos anos 90, o CD do grupo, *Holocausto Urbano*, foi um divisor de águas para uma maior politização das letras de rap e forte influência para as gerações futuras do HH brasileiro e também dos países lusófonos, nomeadamente Portugal.

---

10 Por isso, existe a música rap que não é sinônimo de HH, é independente e não diz respeito às várias manifestações, principalmente ao pensamento do HH: "sem os outros elementos do hip-hop o rap se torna apenas um estilo de música, que pode estar na moda ou não. Perde a raiz, o compromisso de transformar a violência, o sofrimento, o que é negativo, em positivo, construção" (NINO BROWN apud AMARAL, 2005: 06).

11 A MTV vai difundir por todo o mundo basicamente o gansta rap, de caráter comercial e de exaltação da identidade negativa, com uma estratégia evidente de conquista de novos públicos. Originalmente o gangsta, surgido nos finais dos anos 80 causou forte impacto devido às letras bastante duras e violentas e de forte denuncia contra a violência policial. Os maiores ícones são: Snoop Dog, Ice Cube e Dr. Dre. Foi um estilo absorvido comercialmente e transformado em produto midiático com 50Cent, Jay-Z, Eminem, cujas vidas não correspondem à violência cantada, tendo adquirido um caráter meramente de "estética da violência".

Figura 3 . Integrantes do grupo *Racionais MCs*, com Mano Brown ao centro.

Fonte: http://radiojcfm.com.br/radiola/index.php?option=com_content&view=article&id=931

Suas canções abordam temas como violência e drogas de uma forma bem realista, motivo pelo qual são extremamente criticados pelo mercado fonográfico e pela sociedade de modo geral. No entanto, os *Racionais MCs* sempre estiveram envolvidos na luta contra o racismo e contra a violência policial, o que é evidente em cada uma de suas canções. Seus componentes são todos negros, originários de famílias pobres. Brown é o principal letrista do conjunto, responsável pela composição de todos os grandes sucessos[12].

Na grande mídia de circulação nacional, o HH e seus integrantes aparecem de duas maneiras: ameaçadores da paz e da ordem (bandidos, delinquentes) ou incorporados ao sistema, como itens de venda. Neste último caso, o movimento é totalmente despolitizado e são entrevistadas personalidades do mundo pop que os *media* elegem enquanto representantes do HH.

Esta estratégia de despolitização, de ausência de perspectiva histórica e de endossamento de individualidades bem-sucedidas (dentro do modelo midiático de sucesso), em detrimento do esforço coletivo, é prática corriqueira dos grandes veículos de comunicação com as lutas sociais por mudanças na sociedade. Sob esta vertente do produto apaziguado e embalado para venda no país, despontam o canal MTV e, nos meios impressos, a Revista *Veja*. A título de exemplo, a Revista *Veja* (edição de janeiro de 2004) passeia pelo universo pop japonês, trazendo o HH como produto deste universo:

> "outro fenômeno são as bandas de nip hop (o hip hop nipônico). 'Até três anos atrás elas simplesmente imitavam os sucessos americanos, mas agora **surgiu um estilo local que é muito mais interessante - mais melódico que o hip hop negro e com letras que têm mensagens de amor, e não de violência**', diz o crítico Atsushi Shikano, editor-chefe da revista musical Rockin' on Japan"4[13] (grifo nosso).

Os termos "fenômeno" e "estilo" indicam tratar-se de um tipo de música e não um movimento social, tendo na sequência um juízo de valor no qual as mensagens de amor (ou mais melódicas) seriam mais interessantes do que as letras sobre violência.

Ainda naquele ano, em outubro de 2004, sessão "Veja Essa", na qual frases soltas de celebridades são destacadas fora de contexto, pode-se ler: "acho que hip hop não é música. Também não acho que seja uma forma de

---

12 As canções de maior sucesso dos Racionais MC's são "Diário de um Detento", "Mágico de Oz", "Pânico na Zona Sul", "Mulheres Vulgares", "Vida Loka" (partes 1 e 2), "Nego Drama", "Homem na estrada", "Da ponte para cá", "Capítulo 4, Versículo 3". A primeira destas teve forte impacto que teve na sociedade, tendo sido inspirada na trágica chacina de 2 de Outubro de 1992, quando 111 presos do Carandiru foram assassinados por policiais.

13 VEJA, edição 1835 de 07/01/04 disponível em: http://veja.abril.com.br/070104/p_080.html.

arte" (única frase reproduzida na revista) de Brian Wilson[14], integrante do grupo de rock *Beach Boys*. Não é explicitado qualquer contexto no qual a frase poderia ter sido pronunciada, marcando apenas a mensagem de que não é música nem arte.

No início de 2007, o assunto volta à revista, através do "bem-sucedido" produtor musical norte-americano Timbalad:

> "em seguida iniciou uma bem-sucedida parceria com a rapper Missy Elliott, sua ex-colega no ginásio. A dupla lançou, entre outros CDs, Miss E... So Addictive, que ditou um novo estilo para o hip hop. O gênio de Timbaland é a colagem. [...] **Timbaland conseguiu construir uma ponte entre o mundo enfezado do hip hop** e o mundo de sentimentos derramados do movimento emo. São achados como esse que mostram por que ele faz a diferença na música pop"[15] (grifo nosso).

Seguindo pelo mesmo tom do "produto de sucesso" em julho do mesmo ano é a vez de trazer como bom exemplo a cantora, também norte-americana, Fergie. Na legenda de uma foto sexy da cantora consta: "Fergie, a desinibida do hip hop: artista mais madura, no controle da própria carreira e com todas as polegadas nos lugares certos". Imagem e palavras prenunciam o tom sexista da matéria:

> "O caso mais curioso do trio é o de Fergie, nome artístico de Stacy Ann Ferguson. Nascida em Los Angeles, numa área cheia de rappers mal-encarados [...]. Quatro anos atrás, Fergie se reinventou. Deu um basta no abuso de substâncias e se juntou ao grupo de hip hop Black Eyed Peas. O resultado foi uma reação química extraordinária. Isoladamente, nem Fergie nem os Black Eyed Peas usufruíam grande prestígio. Combinados, melhoraram-se mutuamente e saltaram para a linha de frente do hip hop" [16] (grifo nosso)

Nos casos o HH é apresentado com preconceito ("enfezados" ou "mal encarados") e o significado de sucesso é pautado pelas marcas de venda ("faz a diferença" ou "reação química extraordinária"; "saltaram para a linha de frente do hip hop"). A imagem do HH construída pela revista é de um produto estéreo e sem lastro histórico. Mesmo insistindo no padrão norte-americano, as matérias sequer mencionam como o "estilo" surgiu, ou seja, como um manifesto da população negra dos bairros periféricos de Nova Iorque, nos anos 70. Tampouco, o anunciador alude ao movimento social, totalmente invisibilizado pela revista, apesar de atingir e conquistar milhares de adeptos no país.

Sob o mesmo viés da banalização e desvalorização da produção cultural do HH engajado e entranhado na cidade real, um dos textos mais polêmicos foi da jornalista Bárbara Gancia, para a *Folha de S. Paulo* em março de 2007, intitulado "Cultura de Bacilos". A jornalista critica ferozmente o ministro da Cultura, Gilberto Gil, por anunciar investimento em cultura HH:

> "Se usamos verbas públicas para ensinar hip-hop, rap e funk, por que não incluir na lista axé ou dança da garrafa? [...] **Desde quando hip-hop, rap e funk são cultura?** [...] Na *última quarta-feira, em meu comentário diário na rádio BandNews FM, tomei a liberdade* de dizer o que pensava sobre esse lixo musical que, entre outros atributos, é sexista, faz apologia à violência e dói no ouvido. [...] Alô, ministro Gil! Não seria mais produtivo ministrar nas favelas um curso de um único livro de Machado de Assis ou Guimarães Rosa, do que dar força para a molecada virar uma paródia de Snoop Doggy Dogg?"[17] (grifo nosso).

---

14 Veja, edição 1876 de 20/10/04, disponível em: http://veja.abril.com.br/201004/vejaessa.html.

15 http://veja.abril.uol.com.br/230507/p_138.shtml

16 VEJA, 2017, 11/07/07 disponível em: http://veja.abril.com.br/110707/p_122.shtml

17 FSP, 16/03/07 disponível em: www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1603200703.htm.

A reação do movimento foi imediata, com manifestações em páginas e blogs importantes de todo o país[18], chegou-se a sugerir a realização de um debate entre o movimento e a jornalista[19], o qual evidentemente, não ocorreu. Se uma parte da mídia esteriliza o HH, outra parte composta pelos veículos de comunicação impressa, em especial os jornais paulistas, opta pela sua demonização e criminalização. É a mesma estratégia utilizada com relação a outros movimentos sociais: a cultura do medo.

O episódio mais contundente dos ataques pesados da mídia ao HH foi quando houve uma ação da PM para dispersão do público, durante uma apresentação dos Racionais MCs, na Praça da Sé (SP), na Virada Cultural 2007, evento promovido pela prefeitura municipal, foco de análise deste artigo.

4. Relações Raciais no Brasil

Não podemos analisar a ação policial e sua repercussão no episódio da Praça da Sé sem tocar nas relações entre brancos e negros no país. As reflexões sobre a sociedade brasileira do ponto de vista racial datam de 1870, já a formação propriamente do campo de estudos data de 1940. Guimarães (2004) situa que o campo das relações étnico-raciais procurou teorizar dois aspectos aparentemente contraditórios: a reprodução ampliada das desigualdades raciais e a suavização crescente das atitudes e dos comportamentos racistas no cenário brasileiro.

Na cena política, tal questão surgiu como doutrina cientifica[20] por parte das elites intelectuais no período da igualdade política e formal entre todos os brasileiros, datado pela abolição da escravatura. Nesse cenário, Gilberto Freyre reatualizou o precário equilíbrio político entre a desigualdade social na década de 30. Calcado na antropologia culturalista norte-americana, ele projetou um novo paradigma para relações raciais no Brasil, segundo o qual todo brasileiro tinha um pouco de negro, se não física, culturalmente. Daí se origina a ideia de uma democracia racial[21], ou seja, da existência de uma convivência pacífica entre todas as "raças" no país, baseada na miscigenação, possível graças ao modo peculiar de colonizar português.

Os estudos sobre relações raciais procuraram observar a existência de racismo no Brasil nos mesmos moldes de outros contextos. Como não ficou evidente haver racismo como nos Estados Unidos, preferiu-se considerar que a classe social ou invés da raça era um fator de distinção e hierarquia entre grupos sociais, como consequência não haveria forte preconceito e discriminação. A miscigenação que permeou as relações sociais foi vista como fator positivo, sendo assim, o diagnóstico da situação brasileira assentava-se em duas constatações básicas: as diferenças raciais eram fluídas e condicionadas pela classe social, e a discriminação era moderada e irrelevante (TELLES, 2004).

Do ponto de vista analítico, a percepção da sociedade brasileira alterou em função da mudança ocorrida no tratamento do racismo, por ser operada com base em mecanismos mais sutis de discriminação dos negros. Assim, surgiu uma nova interpretação sobre a realidade brasileira na década de 70: a de que a discriminação é estrutural e persistente – racismo institucional – isto é, a dominação racial e o *status* inferior do negro persistem dados o fato do racismo ser compatível com capitalismo e adquirir novos significados (HASENBAG, 1979).

O teórico de maior destaque dessa visão, denominada "estudos sobre desigualdades", é Carlos Hasenbalg (1979), cujo principal interesse é precisar quantitativamente as formas específicas de dominação a que os brasileiros de cor estão sujeitos em diversas esferas sociais, especialmente no mercado de trabalho e na educação. Seu pensamento não nega que grande parte dos negros está sujeitos aos mesmos mecanismos de

---

18 Fundação Palmares, Zulu Nation Brasil, Real Hip Hop, Bocada Forte, Cultura Hip Hop, Blog do Ferrez, Blog do Sérgio Vaz, entre muitos outros.

19 O desafio foi proposto por Nelson Maca, professor de Literatura da Universidade Católica de Salvador e ativista do movimento hip hop da Bahia (Coletivo Blackitude), postado em diversas páginas online, entre as quais: www.jornalirismo.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=67.

20 Denominado "racismo cientifico".

21 Gilberto Freyre é o mentor da ideia de democracia racial, apesar de não usar essa expressão. Em seus escritos, só aparece o termo democracia étnica.

dominação de classe que afetam outros grupos no Brasil, porém, nesta concepção, está pressuposto que 'as pessoas de cor sofrem uma desqualificação peculiar e desvantagens competitivas que provêm de sua condição racial'. A raça aparece enquanto um atributo socialmente elaborado. Além do mais, ela se constitui como um critério de eficácia dentre os mecanismos que regulam o preenchimento de posições na estrutura de classes e do sistema de estratificação social (HASENBALG, 1979).

Com a evolução do debate, a noção de classe passou a se referir, cada vez mais, à questão das desigualdades de direitos, distribuição da honra e prestígio social nas sociedades capitalistas e modernas, nas quais a ordem hierárquica de privilégios não sofreu alteração (GUIMARÃES, 2002). De certa forma, o que se constata é a presença de um movimento de ampliação do conceito de classe, que possibilitou analisar a realidade social brasileira, na tentativa de compreender adequadamente fenômenos como o racismo contemporâneo.

5. A Instituição Policial Militar

A literatura brasileira registra a presença de militares desde a fase do Brasil Colônia, com atuação das Forças Armadas, das ordenanças, dos Almotacés, estes últimos constituem a primeira manifestação de uma "autoridade policial constituída" e eram encarregados de zelar pela ordem pública nas recém-criadas vilas.

As Forças Armadas constituíram-se no primeiro marco significativo do poderio militar. Na fase colonial, sua missão consistiu, em conquistar o território, manter as faixas ocupadas e expandir a conquista territorial. Desse tipo de missão deriva todo o resto, no que diz respeito às Forças Armadas, sua organização, seu dispositivo, seu armamento. E tudo estava vinculado à finalidade da estrutura econômica, política e social: assegurar a "empresa da colonização" (SODRÉ, 1965).

Ao iniciar o país sua vida autônoma, as Forças Armadas tiveram a missão de manter a base física herdada da base colonial e a de assegurar o exercício da autoridade central em todo território. Assim, coube manter unidas as províncias, reduzindo às resistências locais, sufocando os movimentos de rebeldia, impondo a toda a autoridade central, evidentemente o interesse da classe dominante senhorial, que ao assumir a autonomia procurou configurá-la dentro dos limites de seus interesses e afastou do poder outras classes. Em suma, deveria assegurar a unidade nacional e territorial, ligada a ideia quantitativa, e uma nova tarefa, a da unidade, subordinada a uma estrutura social em que a classe dominante, latifundiária e escravista, considerava como gerais, nacionais, portanto os seus interesses.

Na fase autônoma, houve uma longa transformação das Forças Armadas de instrumento, já inadequado, da classe latifundiária, que teve necessidade de criar a Guarda Nacional, sua força militar específica, depois de ter utilizado o mercenário e o comando estrangeiro (SODRÉ, 1965) em instrumento do latifúndio e da burguesia, ora conciliadas, ora em luta, até o momento em que a burguesia passa a ser dominante, denuncia essa supremacia pela participação no poder.

Em 1824, D. Pedro I promulgou a constituição do Império, que definiu as linhas gerais da estrutura militar oficial, obedecendo aos moldes coloniais ao estabelecer três linhas: a primeira, composta da tropa regular e paga; a segunda e a terceira, compostas de milícias e ordenanças, auxiliares e gratuitas. Daí as três categorias militares, exército, milícias e guardas policiais, com recrutamento. O exército destinava-se a defender as fronteiras e nelas estacionar, as milícias incumbiam-se de manter a ordem pública nas comarcas; as guardas policiais eram encarregadas de fornecer a segurança dos indivíduos, perseguindo e prendendo os criminosos.

Diante deste quadro histórico da polícia brasileira, constata-se ela se articulou com a constituição moderna do Estado burguês, para garantir a permanecia no poder das elites dominantes, sob o discurso de manutenção da ordem pública e o "bom sossego".

A existência desta "paz pública" era nada mais do que manter sob controle e vigilância todos aqueles que ameaçassem a ordem social vigente, por isso, ao longo dos anos da história policial, só foi mudando o prisma, mas *ação repressiva* sempre foi tônica da ação policial combinada com uma filosofia de guerra, que buscou inimigos para serem combatidos, desde os índios e os estrangeiros no período colonial, depois a ação marcante de repressão política, "caçando" conjuntamente com o exército os "comunistas" e os "opositores do sistema", para depois centralizar-se nas consideradas "classes perigosas", ou seja, nas classes populares.

Vale lembrar que, no século XIX, período de formação da polícia brasileira, floresceu o racismo científico (mencionado anteriormente) atrelado à ideia de controle social. Os trabalhos de Lombroso tiveram uma enorme influência na determinação dos grupos sociais passíveis de controle (1835-1909):

> "o delinquente padece uma série de estigmas degenerativos comportamentais, psicológicos e sociais (fronte esquiva e baixa, grande desenvolvimento dos arcos supracílios, assimetrias cranianas, fusão dos ossos atlas e occipital, grande desenvolvimento das maças do rosto, orelhas em forma de asa, tubérculo de Darwin, uso frequente de tatuagens, notável insensibilidade à dor, instabilidade afetiva, uso frequente de um determinado jargão, altos índices de reincidência, etc)"

Desta forma, podemos questionar se ação do policial ainda está condicionada ao espaço de atuação e a parcela específica da população, ou seja, se a ação policial estaria intimamente associada ao pertencimento do cidadão a determinado tipo de sociedade civil[22], sendo elas divididas: sociedade civil íntima, a sociedade civil estranha e a sociedade civil incivil.

Outro ponto de análise é a estrutura da Segurança Pública no Brasil, definida na Constituição Federal de 1988, onde as referências às Polícias Militares aparecem no esboço estrutural do Título V – Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas – mais especificamente no capítulo III, onde trata da Segurança Pública, no art. 144:

> "A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I- polícia federal; II- polícia rodoviária federal; III- polícia ferroviária federal; IV- polícias civis; **V – polícias militares e corpos de bombeiros militares. (GRIFO NOSSO)**
> Parágrafo 5º - Às Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos Corpos de Bombeiros Militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil. Parágrafo 6º - Às Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as Polícias Civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios" (BRASIL, 1988 p.65-66).

Neste trabalho analisamos uma atuação da Polícia Militar de São Paulo, sendo importante elucidar que as polícias militares no Brasil são estaduais e militarizadas, logo, têm como pressupostos a hierarquia e a disciplina; atuam como forças auxiliares e reserva do Exército Brasileiro (instituição Federal); e administrativamente estão vinculadas a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Governo Federal).

A partir da década de 80, a atuação dos aparelhos policiais no Brasil despertou interesses acadêmicos, pela significativa representação da atuação destas instituições no período ditatorial. Durante estes últimos 20 anos de redemocratização do Brasil, a questão das instituições repressivas do Estado continua ocupando lugar de destaque na preocupação com a formação política da cidadania brasileira.

Atualmente, as campanhas eleitorais, a mídia e até os centros de pesquisas colocam a segurança como a "pauta do dia". Mas o foco abordado é, quase exclusivamente, o da ineficiência do aparelho policial, sendo enfatizada a questão da violência e corrupção policial.

O sujeito ao ingressar no meio militar aprenderá logo que a Polícia Militar (PM) é uma instituição militar de segurança pública, que possui uma estrutura vertical (do superior ao subordinado), hierárquica e escalar (compartimentada por funções). E que a **disciplina** e a **hierarquia** são os pilares correlatos de sustentação da organização militar.

A PM enquanto instituição, no seu estilo organizacional, vincula-se muito ao modelo burocrático weberiano:

> "a Burocracia é uma forma de organização humana que se baseia na racionalidade,

22 Conforme as concepções de sociedades civis de SANTOS (2003)

> isto *é, na* adequação dos meios aos objetivos (fins) pretendidos, afim de garantir a máxima eficiência possível no alcance desses objetivos. As origens da burocracia – como forma de organização humana – remontam a época da antiguidade. Contudo, a burocracia – tal como ela existe hoje, como a base do moderno sistema de produção – teve sua origem nas mudanças religiosas verificadas após o Renascimento" (Chiavenato, 1993:412).

Na visão do senso comum, o termo burocracia está associado a demora no atendimento, ao acumulo de papéis, resultando numa prestação de serviços lentos e até ineficientes. Mas para Weber a burocracia é a organização eficiente por excelência e para conseguir essa eficiência, a burocracia precisa detalhar antecipadamente e minuciosamente as tarefas e atribuições de cada pessoa na organização.

Ao ingressar na PM, o sujeito aprenderá quais as limitações e qual o poder de sua posição hierárquica. A todos os seus superiores hierárquicos ele terá que, obrigatoriamente, chamar de senhor, enquanto os possuidores de posição hierárquica inferior ("subordinados") serão chamados de "você" ou "tu", independente da idade. Aprenderá também qual o círculo que ele poderá frequentar, ele será obrigado a pertencer, participar de reuniões, ler alguns documentos, etc., apenas do seu círculo. Tudo que for desrespeitado é passível de punição.

Para garantir a eficácia deste tipo de funcionamento ("adestramento humano"), a PM atua de forma extremamente significativa no que Foucault (1995) chama de Poder Disciplinar ou disciplina: "*é uma técnica, um dispositivo, um mecanismo, um* instrumento de poder, são métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade" (FOUCAULT, 1995: XVIII).

No ambiente militar, há a busca da normalização, gerir a vida dos homens controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades.

Toda a disciplina militar descaracteriza o ser como pessoa, e possibilita a emergência de significados extremos para o existir do policial-militar, ao gerar um sentimento de superioridade humana: o policial como um ser que está acima dos homens para defendê-los e este "poder" ambiguamente faz com ele concentre em si próprio, conheça a capacidade física do seu corpo e queira ultrapassá-la, cultue uma adoração de seu eu individualista e egocêntrico.

A atuação do poder disciplinar[23] sempre se fez presente na instituição policial, sendo desde a sua origem aplicados os castigos por infrações internas e agressões a outros policiais. É oportuno citar a fala de HOLLOWAY (1993 apud BRETAS, 1998), ao destacar que a situação é diferente quando se trata de violências cometidas contra a população em serviço, pois as afirmações da necessidade de tratar bem ao público e de não empregar violência desnecessária ficam ao nível das declarações de comando, com poucos efeitos concretos.

Quando confrontados com queixas da população relativas a abusos de policiais, a preferência dos comandantes opta pela proteção de seu pessoal, fazendo investigações que terminam não comprovando tais abusos. Tal situação é semelhante à atualidade, na qual a maioria dos crimes cometidos pelos policiais fica impune em contrapartida é enorme o número de sindicâncias e procedimento administrativos disciplinares no interior da instituição policial para apurar diversos problemas.

Como nos lembra Aguayo (apud CHEVIGNY, 2000) as regras do jogo estão mudando:

> "as forças policiais foram criadas não para proteger, mas para controlar a população, e tiveram permissão de roubar e extorquir propinas em troca de lealdade a autoridade. Mas agora há reclamações sobre a corrupção em todos os lugares e a polícia esta na linha de fogo".

---

23 A disciplina possibilitará a emergência de "corpos dóceis", que podem ser submetidos, que podem ser utilizados, que podem ser transformados e aperfeiçoados, são corpos submissos e exercitados.

Vale recordar o espaço ocupado na mídia impressa e televisa brasileira quanto aos episódios do Carandiru–SP (1992), Vigário Geral–RJ (1993), Corumbiara–RO (1995), Eldorado dos Carajás–PA (1996), Diadema–SP (1997), além dos "recém-descobertos" grupos de extermínio, formados na sua maioria por policiais.

Cabe um questionamento dessa característica militar da polícia, pois como nos situa Cerqueira (apud ZAVERUCHA, 2005) entenda-se por militarização o processo de adoção de modelos militares, conceitos, doutrinas e procedimentos e pessoal em atividades de natureza civil, dentre elas a segurança pública. Acrescentamos a afirmativa de Chevigny (2000),

> "[...] a adoção de um papel militar pela polícia me parece sempre um erro [...]. Portanto, fica claro que em muitos países da América Latina, o papel da polícia *é* definido erroneamente. Muitos políticos de forma impensada aceitam um modelo semimilitar no qual o papel da polícia é 'combater' o inimigo 'crime', incorporado *à* pessoa do criminoso. O modelo cega-os a percepção pura e simples de que os policiais *são cidadãos como aqueles com que eles trabalham, e que não há nenhum* inimigo" (CHEVIGNY, 2000).

Lembramos então que há uma incompatibilidade entre militarização da segurança pública e aprofundamento da democracia, pois são os regimes autoritários que tratam de militarizar conflitos de natureza social, ou seja, transformaram questões de segurança pública em assuntos de segurança nacional (ZAVERUCHA, 2005).

Afinal, segurança pública é uma atribuição civil ou militar? Tal indefinição está no próprio texto constitucional, quando coloca as polícias militares como forças auxiliares das Forças Armadas, característica típica de regimes autoritários. Além disso, o controle sobre o tipo de armamento, a localização dos quartéis, o adestramento das tropas e a coordenação das PMs continuam sob o controle da Inspetoria Geral das Policias, órgão vinculado ao ministro do Exército[24](ZAVERUCHA, 2005). Agravando esta situação constatamos que:

> "Através do Decreto n.3.897, de 24 de agosto de 2001, FH[25]C fixou as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem. O referido diploma conferiu ao Exército, pela primeira vez, o poder de polícia em ações que incluem a competência, constitucional e legal das Polícias Militares, em operações de garantia da lei e da ordem." (ZAVERUCHA, 2005, p. 150).

Entendemos que a função da polícia é essencialmente civil e não militar, que deve ser civilmente controlada[26] e suas atribuições de atuar nos conflitos existentes na sociedade devem ter como pressuposto a garantia de segurança da população. Não há inimigos a serem combatidos, há crimes e delitos que precisam ser prevenidos e controlados, envolve mais que uma ação repressiva, pois compreende um conjunto articulado de setores e segmentos da sociedade atuando para um melhor viver coletivo. Lembramos então os questionamentos de HOSSBAWN (2007):

> "¿cuál debe ser el equilibrio entre el empleo de la fuerza y el recurso a la persuasión o a la confianza ciudadana en el control del ordem público? El mantenimiento del orden en una época de violencia ha sido a un tiempo más difícil más peligroso, circunstancia que ha afectado en no pequeña medida a unas fuerzas policiales cada vez más armadas y más provistas de tecnología y que también con mayor frecuencia operan con un equipamiento – concebido para repeler las agresiones físicas – que les

---

24 Com a criação do Ministério da Defesa, os Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica foram transformados em Comandos.

25 Fernando Henrique Cardoso, na data, Presidente da República

26 Lembramos que a exigência do controle civil democrático sobre os militares pode ser considerada como um pressuposto para legitimação de uma democracia, para tanto recorremos à definição de Mainwaring onde define democrático um regime: a) que promove eleições competitivas livres e limpas para o Legislativo e Executivo; b) que pressupõe uma cidadania adulta abrangente; c) que protege as liberdades civis e os direitos políticos; d) no qual os governos eleitos de fato governam e os militares estão sob controle civil (apud ZAVERUCHA, 2005).

confiere un aspecto de caballeros medievales, con escudos y armaduras. Los agentes policiales pueden ceder a la tentación de considerarse a sí mesmo como un cuerpo de «guardia» dotado de um saber profesional especializado, aislado de (y criticado por) la gente de la calle, los políticos y los medios. (...) El hecho de tener que hacer frente a los terroristas ha espoleado la militarización de la policia. La política de «tirar a matar» ya se há cobrado varias víctimas inocentes, y por cierto evitables – la más reciente de las cuales ha sido el brasileño Menezes" (HOSSBAWN, 2007: 166-167).

6. Fato: Show dos Racionais MCs na Praça da Sé

Feitas as considerações anteriores, concentremo-nos agora em analisar a controvérsia no que tange a atuação da Polícia Militar de São Paulo no concerto do grupo de HH *Racionais MCs*, na Virada Cultural[27], evento gratuito, promovido pela prefeitura municipal, em local público aberto (Praça da Sé), no centro de São Paulo.

Figura 4. Praça da Sé, centro de São Paulo. Brasil

Fonte: Estação Sudeste.

No que concerne o cenário das artes e políticas culturais no país, a "Virada Cultural" se insere dentro de uma grande polêmica acerca de grandes investimentos e aportes financeiros em eventos com forte apelo midiático, em detrimento de outros menores, menos apelativos e mais experimentais.

27 A Virada Cultural é um grande evento anual promovido pela prefeitura de São Paulo, que em 2007 estava na sua terceira edição. O evento acontece sempre das 18h do sábado até as 18h do domingo, com uma programação ininterrupta durante 24h, nos moldes do "nuit blanc" de Paris. São diversos palcos montados pelo centro da cidade e outras regiões para apresentações de música, teatro, dança e também artes plásticas.

Figura 5. Público no show dos Racionais MCs. 2007. São Paulo. Brasil

Fonte: Folha de S. Paulo.

A despeito desta polêmica, a "Virada Cultural" já é parte do calendário paulistano, com um aumento do público a cada ano, chegando a 3,5 milhões em 2007, ano da controvérsia em questão.
O concerto dos *Racionais MCs* foi destacado para o palco principal do evento, na Praça da Sé, com horário previsto de início as três da manhã. Devido a atrasos, o grupo entrou no palco somente uma hora e meia depois, com um som fraco e falhante, para um público estimado em 50 mil pessoas.

Figuras 6 e 7. Ação da Polícia Militar durante show dos Racionais MCs. 2007. São Paulo, Brasil

Fonte: Folha de S. Paulo.

Pouco mais de 15 minutos do início do concerto, quando o grupo começa a cantar "Vida Loka", a PM entra em ação, dispersando a população com bombas de gás e balas de borracha. Segundo relatos[28], a polícia age em função de um atrito iniciado entre policiais e público, quando a polícia repreende alguns adolescentes que ocupam o teto de uma banca de jornal para ver o show, situada na lateral da praça[29].
A análise da controvérsia midiática sobre a ação da PM no show dos *Racionais MCs* na Virada Cultural (2007) baseou-se na leitura de notícias (jornal, televisão, internet); vídeos; letras músicas; depoimentos; relatos de pessoas que participaram do evento, como foi o caso de uma das autoras deste artigo.
Foram 80 notícias classificadas por tipo de veículo, temas predominantes, identificação funcional das vozes e nome dos formadores de opinião. A maior parte da análise foi centrada nos blogs de opinião, assinados por jornalistas de importantes meios de comunicação[30]. Os jornais Folha de S. Paulo (FSP) e O Estado de S. Paulo (OESP) são os jornais de maior circulação no estado e no país, também detentores de boa parte das matérias. O site Centro de Mídia Independente (CMI) e a revista Carta Capital foram analisados por serem veículos declaradamente de posicionamento ideológico distinto dos grandes veículos nacionais de comunicação.

Gráfico 1. Veículo de comunicação que abordaram o episódio da ação policial no show dos Racionais MCs na Virada Cultural. 2007

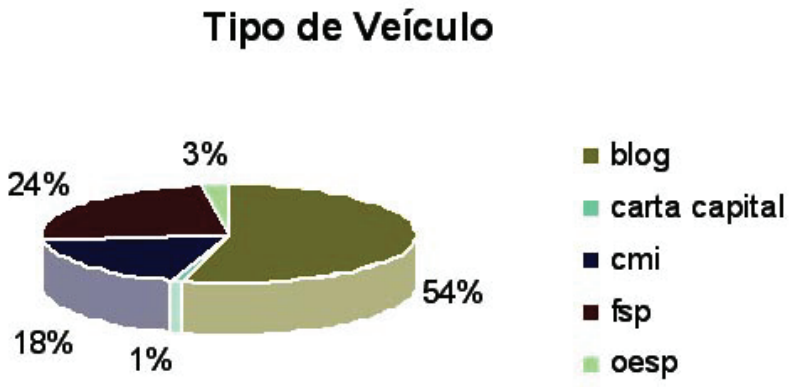

Dentre atores envolvidos na controvérsia que se estendeu na mídia sobre o episódio não estavam integrantes do movimento HH ou do movimento negro, como também jovens de periferia e nem mesmo de Organizações Não Governamentais. Como pode ser visto no quadro a seguir:

28 Uma das autoras do artigo estava presente no show, próximo à banca de revista.

29 Estão disponíveis na internet vídeos feitos pelo público na hora do conflito (palco): http://br.youtube.com/watch?v=RQLa-cmNqV64;http://video.google.com/videoplay?docid=6430292241424408602; http://br.youtube.com/watch?v=7caCO6Uj-rg; além das reportagens nos canais de televisão, como Globonews: http://br.youtube.com/watch?v=8vdJEeW2UEk

30 Foi neste espaço o local de maior difusão da polêmica, com mais da metade das incidências analisadas sobre o assunto.

Quadro 1. Atores envolvidos na controvérsia midiática sobre a ação da PM no show dos Racionais MCs na Virada Cultural (2007)

Envolvidos no confronto	Atores que se pronunciam	Atores que não se pronunciam
Polícia Militar (Força Tática) Artistas (hiphoppers) Público no local (jovens da periferia)	Governo Polícia / SSP Jornalistas Público Político (E.S) Especialista (A. Z.) Hiphopper (P.P)	Movimento hip hop Jovens da periferia Movimento negro Instituições

Na matriz de classificação das notícias, foram padronizados alguns assuntos reincidentes: hip-hop, classes perigosas, atuação do Estado e a atuação da polícia. Quase metade das matérias se referia ao HH, seguida pela discussão acerca de classes perigosas, com comentários do tipo: "todos deviam saber que não se pode reunir **grande numero de gente pobre**. Sempre dá confusão. É o óbvio. [...] Esse **bando de idiotas** tem mais é que apanhar da polícia!!!"[31] ou ainda, "no próximo domingo, os artistas que se apresentarem na Festa da Virada vão manifestar o seu repúdio ***à violência e ao* vandalismo** ocorridos na madrugada do dia 6, na mesma praça da Sé, durante **o show do grupo Os Racionais MCs**"[32] (grifo nosso).

Gráfico 2. Temas predominantes na cobertura jornalística do episódio da ação policial no show dos Racionais MCs na Virada Cultural. 2007

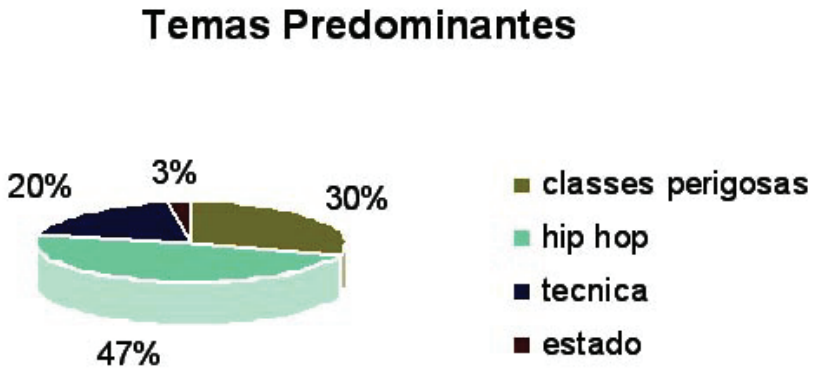

31 Comentários ao blog do Xico Sá, 07/05/07

32 Página da prefeitura municipal

Quadro 2. Temas de discussão e argumentos predominantes na cobertura jornalística do episódio da ação policial no show dos Racionais MCs na Virada Cultural. 2007

ÂMBITO DE DISCUSSÃO	ARGUMENTOS				
Técnica	Bom uso da técnica. A polícia agiu corretamente face ao evento. Justifica o tratamento dado.	Mau uso da técnica. Abuso de poder por parte da polícia.	Mau uso da técnica - Despreparo policial (ação nervosa, ação premeditada)	Adoção de outro procedimento na resolução da situação. Penalização somente de indivíduos que causavam algum tipo de confusão.	
Racismo/ classismo Classes perigosas	Atitude policial justificada e fundamentada em noções de racismo e classismo. Essas pessoas são mal educadas e 'marginais' porque são pobres e pretas, ladrões, drogados, vagabundos.	Atitude policial justificada e fundamentada em noções. Noção individualista da desigualdade social.	Atitude policial justificada e fundamentada em noções de racismo. Crença na existência de 'raças', inferiores (macacos, irracionais).	Existência de pré-noções e estereótipos naturalizados. Enfoque na perspectiva coletivista sobre a situação desse segmento e procura contextualizar a realidade de discriminação vivida cotidianamente por essas pessoas.	Ambiente de tensão devido ao público do evento – grupo violento. Incitaram o tumulto.
Hip hop	Preconceito quanto ao estilo musical. As letras musicais incitam a violência, incentivam o uso de drogas e a criminalidade.	Culpabilização dos artistas pelo incidente. Incitaram o confronto.	Enfoca a defesa do estilo, justamente por este criticar os abusos e descaso político e social com esse segmento da população.	Dissociação do ocorrido com a imagem do grupo de hip hop (Racionais)	.
Estado	Foco na falência do papel do Estado na formulação de políticas pra garantia do direitos a população				

De modo geral, a maior parte das notícias veiculadas na mídia adotou um ponto de vista negativo com relação ao HH e aos *Racionais MCs*. Alguma crítica foi feita com relação à organização do evento ter escolhido o meio da madrugada para o show de um grupo polêmico.

No que tange à atuação da PM, a mídia apresentou grande parte de justificativas técnicas para a sua ação, mas também abriu certo espaço para vozes dissonantes, deste que de autoridades, como o senador Eduardo Suplicy. Representantes do movimento foram deixados de fora da cobertura da mídia.

O recorte da mídia não causou surpresas, posto que o enquadramento do HH e seu público como "o outro" (de quem é preciso se defender e afastar) é histórico. Contudo, o grau de preconceito midiático foi exacerbado neste episódio, com importantes formadores de opinião, como Reinaldo Azevedo da revista *Veja* ou Alba Zaluar deputada carioca, com opiniões pautadas em um total desconhecimento do contexto político-cultural do movimento HH, como se vê abaixo:

> "Sarkozy não daria palco para os Racionais MC's. [...] O novo presidente da França e seus aliados jamais convocariam **a elite baderneira dos magrebinos** para dar uma administração de Gilberto Kassab — resolveu dar um palco para os tais Racionais MCs. Resultado: **eles promoveram a baderna e a incitação da massa contra a polícia**. [...] No "progressismo" brasileiro, **gente que deveria estar na cadeia** está dando lição de moral." (grifo nosso) (Blog de Reinaldo Azevedo, da Veja).

> "Na Inglaterra, turmas de idade e de sexo diferentes não se misturam. Bandos de jovens do sexo masculino saem para brigar, bater ou quebrar. **Exatamente o que acontece com os jovens no baile funk do Rio de Janeiro e em alguns eventos do hip hop em São Paulo.** O tumulto na Praça da Sé no último fim de semana não parecia coisa nossa. [...] É a tal da hipermasculinidade ou a masculinidade exibicionista, exagerada, uma exibição espetacular de protesto masculino" (Alba Zaluar, FSP,14/05/07)

Esta controvérsia entre a ação policial e jovens negros, em shows de HH, ainda não foi resolvida, está em aberto. Ela ganha atenção na esfera pública em momentos extremos como no ncaso do episódio em questão, pois não está em constante discussão. Trata-se de uma controvérsia silenciada, existente apenas para as camadas desfavorecidas envolvidas e sociedade civil organizada, mas não reconhecida pelo Estado.

7. Conclusão

A narrativa midiática de um modo geral e em específico neste episódio, sob a cultura do medo, é reflexo de uma sociedade que cada vez mais se distancia do "outro", estigmatizando-o como inimigo, ou como aquele que deve ser afastado, eliminado, ou indesejável.

Se a mídia não é responsável por este desejo de eliminação, também é verdade que pouco faz para contextualizar e humanizar os diversos "outros" constantemente construídos. Pelo contrário, os veículos de comunicação analisados acabaram por aprofundar esta dinâmica no desconhecimento do "outro", criando categorias homogêneas para "periferia", "pobreza", "violência", "criminalidade" etc.

Por sua vez, pouca ou nenhuma atenção é dada, pela mídia, para a revolução que vem acontecendo nas periferias na última década, com o despontar de diversos polos culturais, no qual o hip-hop tem lugar central, que tem colaborado enormemente para a diminuição da criminalidade e apresentado alternativas concretas de lazer e perspectivas de futuro para a juventude.

Se a construção midiática do hip-hop é pautada por sua banalização e despolitização como produto comercial ou em sua vinculação com o crime e a violência, a periferia, seu lugar de germinação, também recebe uma construção midiática própria. É "outro" lugar, muito distinto do lugar das classes média e alta. Usualmente vista pelas elites como degradante do ambiente urbano, antro de marginais, "os favelados são há décadas uma espécie de pesadelo das elites urbanas" (SOUZA e RODRIGUES 2004:43), para os meios de comunicação a periferia é o lugar da violência, da desestruturação familiar, da pobreza da falta de recursos, infraestrutura e cultura, da criminalidade e outras tantas imagens desqualificadoras.

Ter em conta os enunciadores da mídia sobre hip-hop, periferia e violência pressupõe considerar os dispositivos de construção de verdade empregados, para não correr o risco de uma análise homogênea e superficial de uma realidade absolutamente complexa. É preciso, portanto, ao analisar o hip-hop, contextualizá-lo dentro de uma perspectiva histórica e complexa dos meandros e a heterogeneidade deste universo, compreendendo a batalha simbólica da qual ele faz parte.

No que diz respeito à ação da polícia, vale destacar que esta é uma instituição historicamente criada para defender o Estado e a elite no poder, para a manutenção da "ordem pública", entendida como manter sob controle todas as ameaças de distúrbio vindo das massas revoltosas. Neste sentido, toda a organização do trabalho da polícia militar é estruturada sob-rígida hierarquia escalar e nos pilares da disciplina. Na realização do policiamento ostensivo (de rua) o policial utiliza o poder discricionário, que permite definir a necessidade de uma intervenção policial, e a melhor forma de fazê-la, visando a eficiência da ação policial, respaldada na legalidade, mas também permite serem tomadas certas liberdades com as normas, pois essa análise muitas vezes ocorre em frações de segundos e além disso pode ser pautada não em princípios técnicos e operacionais, mas sim em preconceitos existentes no próprio policial, como o caso do racismo.

Ainda que seja possível justificar tecnicamente a ação da polícia no show dos *Racionais MCs*, é válido lembrar que poderia haver outras possibilidades de intervenção no episódio, igualmente técnicas, com impactos menores ao público do show, que acabou sendo finalizado em função da ação policial.

Em um episódio de reintegração de posse, na periferia de Belém (PA), um capitão comandante do grupamento do Batalhão de Choque, que estava fazendo a intervenção no local, determinou a retirada da tropa, quando percebeu que o resultado da operação seria negativo, devido ao número de crianças e moradores na área a ser

reintegrada. Sua ação foi criticada por policiais de outras corporações militares, mas igualmente elogiada, pelo que estavam preocupados com o resultado, no sentido de preservação da segurança e de vidas e não apenas demonstrações de poderes militares.

Todavia, numa corporação habituada a entender que o controle social deve ser feito através da repressão, de que existem classes sociais e tipos raciais propensos à violência e ao crime, numa cultura de produção e reprodução do racismo social no qual o país está imerso há cinco séculos, é difícil imaginar outro desfecho para as grandes aglomerações das populações negras e pobres da periferia, quando estas são convidadas a ocupar outros lugares da cidade, que não os bairros pobres e esquecidos.

Sob este aspecto, a argumentação de um tenente da polícia militar em entrevista sobre o acontecido, é revelador: "*é só ver o histórico do*s Racionais. Acaba sempre assim. Mas nós já estávamos preparados para isso acontecer" (Tenente da Policia Milita, FSP, 06/05/07).

Pouco mais de um mês do episódio na Praça da Sé, os *Racionais MCs* fizeram um grande concerto em Heliópolis, bairro periférico com uma população de cerca de 600mil pessoas. Ainda que tão ou mais lotado que o show da Virada Cultural, desta vez não ocorreu confusão. Deste modo, é possível "traduzir" a declaração do tenente, explicando que os shows acabam "sempre assim" quando os espaços ocupados são aqueles usualmente frequentados pelas elites.

No entanto, ainda que a sociedade civil, em especial as ONGs que lutam contra o racismo e contra a violência policial, tenham dados referentes ao modo diferenciado que a polícia atua com relação a segmentos da população, o Estado brasileiro apesar de ter avançado no campo de treinamento e formação policial, ainda não realizou nenhuma mudança na estrutura e treinamento organização da PM. Deixando, contraditoriamente, grande parte da população insegura pela própria atuação das forças de segurança do Estado.

Bibliografia

AMARAL, Marina (2005). 'De Volta para o Futuro'. In: *Revista Caros Amigos. Edição Especial: Hip-Hop Hoje*. fig 10: Selo feito pela Frente 3 de Fevereiro número 24. São Paulo, Casa Amarela.

CALADO, Pedro (2007). *Não Percebes o Hip Hop: Geografia, (Sub) Culturas e Territorialidade*. Lisboa, Universidade de Lisboa (Dissertação de Mestrado).

CHEVIGNY, Paul. Definindo o papel da polícia na América Latina. In: PINHEIRO, Paulo Sergio; MENDEZ, Juan; O'DONNELL, Guilherme (Org.). *Democracia, violência e injustiça.* São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à teoria geral da administração.* Recife: Editora Mc Graw-Hill do Brasil LTDA, 1976

FRENTE 3 DE FEVEREIRO. *Zumbi Somos Nós: Cartografia do Racismo para o Jovem Urbano*. Online: disponível para download em www.frente3defevereiro.com.br, 2007.

FOUCAULT, Michel .*Microfísica do Poder* .11a reimpressão, RJ: Editora Graal, 1995.

_____,*Vigiar e Punir: A história da violência nas prisões*. 13ª Edição, RJ: Editora Vozes,1996.

GUIMARÃES, 2002. Classes, raças e democracia. São Paulo: Editora 34, 2002.

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Rev. Antropol.**, São Paulo , v. 47, n. 1, 2004 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77012004000100001&script=sci_arttext

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

HOBSBAWN, Eric (2007). *Guerra y Paz em el Siglo XXI*. Traducción castellana de Beatriz Equibar, Ferran Esteve, Tomás Fernández y Juanmari Madariaga. CRÍTICA, S.L., Digonal, Barcelona, 2007.

LEAL, Sergio (2007). *Acorda Hip-Hop!: Despertando um Movimento em Transformação*.Rio de Janeiro, Aeroplano. Monografia (Especialização em Segurança Publica) – MBA, UCAM, 2003.

MARQUES, Eduardo, TORRES, Haroldo e SARAIVA, Camila (2003). 'Favelas no Município de São Paulo: estimativas de população para os anos de 1991, 1996 e 2000'. In: *Base Cartográfica Digital das Favelas do Município de São Paulo*. São Paulo, SEHAB/CEM, CD, 2002. Disponível em: www.centrodametropole.org.br/pdf/anpur2003_RBEUR.pdf. Baixado em 25/03/08.

SODRÉ, Nelson Werneck; *História Militar no Brasil.* RJ: Editora Civilização Brasileira, 1965.

SOUZA, Marcelo e RODRIGUES, Glauco. *Planejamento Urbano e Ativismos Sociais*. São Paulo, Unesp, 2004.

TELLES, Edward. O significado da raça na sociedade brasileira. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2004.

ZAVERUCHA, Jorge. *FHC, forças armadas e polícia:* entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002). Rio de janeiro: Record, 2005.

A representação das mulheres negras no jornal o *público*

Cláudia Cambraia[1]
claucambraia@gmail.com

Resumo: Nos últimos anos, os estudos sobre gênero e comunicação tiveram um desenvolvimento considerável. No entanto, a relação entre etnia e gênero é pouco discutida. Em Portugal pouco sabemos sobre a realidade destas mulheres, prolongando a sua relativa invisibilidade nos media e na própria sociedade. Este artigo pretende apresentar a construção jornalística da identidade da mulher negra em Portugal a partir da análise de textos e imagens publicados em 2010 no jornal impresso o *Público*. A investigação parte da seguinte pergunta: Como a mulher negra é apresentada/representada neste jornal? Através da análise do material jornalístico produzido pretendemos identificar quais as interpretações e valores que são atribuídos quando este grupo social são os personagens principais das notícias.

Palavras-chave: mulheres negras, jornal impresso, identidade

1. Introdução

No contexto atual fenômenos como a globalização, as migrações, o ressurgimento da etnicidade e dos fundamentalismos de base étnica têm vindo a estimular a reflexão teórica sobre as identidades, tornando-a uma problemática importante para a investigação empírica. As discussões sobre a questão da identidade étnica têm conquistado um lugar de destaque não somente nas Ciências Sociais e Humanas, mas também nas agendas mediáticas.

Considerando os meios de comunicação como um espaço onde se operam os fenómenos determinantes para a construção de identidade - pois este é o meio em que ocorre a reprodução cultural e integração social dos sujeitos – os *media* têm um papel fundamental na promoção da igualdade cultural e étnica. Nas peças jornalísticas – no caso vertente o das notícias impressas – o uso de determinadas palavras poderá levar o leitor a interpretar os protagonistas dos artigos, sendo nesse exercício influenciado pelo modo como o texto foi elaborado.

Assim, pesem embora as devidas distâncias, cremos que no momento em que se faculta um determinado modelo de mulher negra, patente nas páginas dos jornais e demais veículos de comunicação, esse aspecto poderá ser decisivo para que, doravante, o modelo proposto venha a ser o perpetuado, tornando-se assim, e simultaneamente, no perfil mediante o qual, *latu sensu*, ela passará a ser identificada e reconhecida pela sociedade.

Ancorada na perspectiva subjacente à obra de Maria João Silveirinha torna-se perceptível a constatação de que a mulher é apresentada nos meios de comunicação como vítima de uma abordagem discriminatória (Silveirinha, 1997:04). Os trabalhos mais recentes assinados por esta investigadora têm revelado que quando a questão envolve género, ocorre uma certa repetição do discurso mediático. Para a autora, o desconhecimento, a negação, a incompreensão ou a rejeição são atitudes mais frequentes quando se trata de abordar as questões de género (Silveirinha, 1997:04). Por seu turno, quando o debate é centrado nas questões de género e etnia, assiste-se a uma dupla discriminação ao nível da reprodução dos discursos. O facto de se tratar de mulheres e, neste caso, de mulheres que são negras determina essa sobreposição.

---

1 Jornalista formada pela UNISINOS/RS, mestre em Comunicação e Jornalismo, pela Universidade de Coimbra. Atualmente é doutoranda em Ciências da Comunicação na Universidade Nova de Lisboa, com bolsa da FCT - Fundação para Ciências e Tecnologia. A autora integra a equipe do projeto "Escritoras brasileiras e portuguesas: escrita, ideologia e gênero", uma pesquisa interinstitucional do Departamento de Literatura da Universidade Federal do Ceará e do Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa.

Historicamente assiste-se a uma coerência, diríamos nós indesejável, mas ainda assim evidente, ao longo de séculos, se considerado o eixo temporal que nos permite recuar a Simone Beauvoir (1970). Retomando a afirmação da insigne feminista que sustenta não ter a condição feminina progredido de maneira contínua e que somente as classes privilegiadas viram melhoradas as suas condições facto este que vemos corroborado nos estudos ulteriores assinados cerca de três décadas depois, em torno da realidade da mulher negra que é segundo Pinto coberta de exclusão, racismo e violência, já que como nota: «*É necessário aprofundar estudos sobre a dinâmica das relações sociais, étnicas e de género, focalizando as mulheres negras, com vista a descodificar o significado da violência e do racismo, assim como o impacto destes na vida dessas mulheres*» (Pinto, 2008:111).

Nos últimos anos, os estudos sobre género e comunicação tiveram um desenvolvimento considerável. No entanto, a relação entre etnia e género é pouco discutida. Em Portugal, salvo raras excepções, de onde relevaríamos o trabalho efectuado por organizações não governamentais das quais o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI)[2] é exemplo, pouco se conhece sobre a realidade das mulheres negras, prolongando a sua relativa invisibilidade nos *media* e na própria sociedade.

A pesquisa ora desenvolvida visa revelar a construção jornalística da identidade da mulher negra em Portugal, a partir da análise de textos e imagens publicados no ano de 2010, no jornal impressos o *Público*/Portugal. Elegemos o jornal o *Público* – Portugal como fontes primárias para recolha e identificação do *corpus* da pesquisa. Os critérios subjacentes a esta escolha levaram em linha de conta: o sistema de circulação, a tiragem, o tipo de leitor a que se destinam, o seu alcance geográfico e as suas características jornalísticas. A opção pelo referido periódico deve-se ao fato de que atendem às características dos *media* que procuramos, para além de ser um jornal de expressão em Portugal. Averiguarmos quais as grandes linhas de força que marcam a representação feminina negra, nesse *corpus*.

– Face à recolha de peças publicadas nos periódicos em apreço, que valores e significados podem ser identificados?

– Que discursos podem ser identificados por detrás destes textos e imagens? Existe um discurso específico, exclusivo, na abordagem feita às mulheres negras?

– Quais as principais temáticas abordadas quando as mulheres afro descendentes são protagonistas das notícias?

O nosso trabalho prevê também analisar o conteúdo das peças jornalísticas com vista a verificar se nelas se detecta uma linguagem estereotipada ou discriminatória quando se alude às afrodescendentes, uma vez que a identidade étnica pode ser, ou não, depreciada conforme a representação que delas é veiculada pelos artigos publicados.

2. Relação étnica e de gênero

Reconhecemos que a mulher afrodescendente tem duas marcas discriminatórias na sociedade: ser mulher e ser negra. Entendemos que a questão racial e de género têm servido como eixos de diferenciação negativa, consolidados nas práticas teóricas e cotidianas. A complexidade das questões que cercam estes sujeitos, tais como discriminação e racismo facilitam o silenciamento e os meios de comunicação, por sua vez, colaboram para esta invisibilidade e, de certa forma, exclusão.

Com a segunda vaga do movimento feminista surgiu o feminismo negro, tendo os primeiros debates sido iniciados pelas feministas negras norte-americanas no final dos anos 70 e início dos anos 80 do século XX. No entanto, desde o século XIX, mulheres negras norte-americanas como Sojourner Truth, Maria W. Stewart, Fanni Hamer, Anna Julia Cooper e Ida Wells-Barnett desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento de uma crítica feminista negra, revelando as experiências da mulher negra na sociedade escravocrata e nas épocas seguintes já após a abolição da escravatura.

---

2 Refira-se também o esforço manifesto pela CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género - na promoção da igualdade através da implementação de políticas públicas contra o racismo e a xenofobia na esteira dos princípios defendidos pelas instituições congéneres e da tutela na União Européia.

Entretanto, foi a partir do início dos anos 80, com a produção de teoria feminista por mulheres negras como Angela Davis, em *Women, Race & Class* (New York: Vintage Books), bell hooks, *Ain't I a Woman: black women and feminism* (Boston: South End Press), Audre Lorde e Patricia Hill Collins contribuiram para aprofundar a análise e a compreensão da marginalização social, económica e política das mulheres negras nos Estados Unidos. Como o movimento feminista foi caracterizado e definido por anseios de emancipação conformados ao perfil de uma mulher branca, escolarizada e de classe média, naturalmente nele não cabiam os interesses das mulheres negras, indígenas e pobres.

Reconhece-se hoje que o grupo social constituído por mulheres indígenas e /ou negras possui demandas específicas que, na sua essência, não podem ser tratadas, exclusivamente, numa perspectiva dos estudos de género, se esta não considerar as especificidades que definem o ser mulher pertencente àquelas etnias.

Como notámos anteriormente, a dimensão da diferença racial estabelece uma dupla discriminação das mulheres negras junto à sociedade. As mulheres negras tomaram consciência de que as causas/bandeiras por elas defendidas e as advogadas pelas mulheres brancas tinham, em rigor, ênfases distintas. A partir do momento em que essa constatação foi por um lado interiorizada, e por outro amplamente difundida, as mulheres negras começaram a dirigir críticas ao movimento feminista sugerindo formas de redefinir e apontar soluções tendo em vista ultrapassar as desigualdades com que se debatiam quotidianamente. Em suma, estes debates incluem a criação de novos aportes teóricos paras as discussões de género e raça.

Ao refletir sobre a contribuição das mulheres negras para a teoria feminista, lembramos em particular a posição sustentada por hooks (1995) quando esta evidencia que as mulheres negras constituem um grupo que não foi socializado para assumir o papel na dicotomia opressor(a)/oprimido (a). Para a autora, mulheres brancas e homens negros podem assumir os dois papéis, isto é, eles(as) podem agir tanto como opressor ou como oprimido. Os homens negros podem ser vítimas do racismo, mas em outras circunstâncias é-lhes permitido agir como exploradores e opressores da mulher. Por seu turno, as mulheres brancas podem ser vítimas do sexismo, mas o racismo permite- lhes agir como exploradoras e opressoras do povo negro.

Para hooks é importante reconhecer o ponto de vista das mulheres negras e tomar consciência de que o feminismo negro atua a partir das lutas em que raça, classe e género operam enquanto fatores simultâneos de opressão para, a partir dessa perspectiva, criticar a hegemonia racista, sexista e classista, para que seja possível prever e criar uma contra-hegemonia.

De acordo com Patricia Hill Collins, apontada como uma das grandes referências norte-americanas do feminismo negro, existem cinco aspectos fundamentais para caracterizar o feminismo negro: 1) o legado de uma história de luta; 2) a natureza interligada de raça, género e classe; 3) combate aos estereótipos; 4) atuação como mães, professoras e líderes comunitárias; e por último, 5) a política sexual (Bairros, 1995). Collins explicita que, como resultado do colonialismo, do imperialismo, da escravidão, do *apartheid*, e de outros sistemas de dominação racial, negros/as, compartilham uma experiência comum de opressão. Estas semelhanças nas condições materiais têm proporcionado compartilhar valores afrocêntricos nomeadamente analogias na estrutura familiar, nas instituições religiosas, na cultura e na vida comunitária de negros(as), em várias partes do mundo. Para esta autora, a ideia de experiência, revela-se deste modo como ponto de contacto entre as diferentes etnias negras espalhadas pelo mundo.

Em Portugal, dadas as circunstâncias de natureza social, política e cultural ao longo dos séculos, o discurso feminista negro identifica-se sobretudo nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), países em que a questão étnica e racial é mais notória. De acordo com Borges (2012:03), em Portugal, é a partir de meados dos anos 90 do século XX que surgem os primeiros estudos no âmbito desta temática, que vão desde o impacto geral da imigração no país à sua representação nos veículos de comunicação social, fundamentalmente na imprensa e na televisão. Entre os estudos de referência relativos aos imigrantes e às minorias étnicas nos *media* portugueses, a autora cita, inicialmente, os trabalhos de Cunha (1995), Cádima (2003), Santos (2005), Valdigem (2006), Silva Filho (2006; 2008) e Lisboa (2007). Todos estes estudos, apesar das suas peculiaridades, apontam que parte significativa da construção identitária das minorias étnicas produzida pelos *media* portugueses está inserida numa tradição que remonta a uma herança do passado imperialista do país, o que resulta num enquadramento dos noticiários ainda bastante acentuado em percepções estereotipadas em relação a estas populações.

3. Meios de Comunicação: campo de construção de identidade étnica

O campo da produção simbólica é um espaço extremamente importante para o desenvolvimento das lutas contra-hegemónicas. É nessa arena que os diferentes grupos sociais tentam fazer circular os seus discursos, debater os seus significados e torná-los legítimos perante o próprio grupo e perante a sociedade (Mendonça, 2004:03). Segundo Martin-Barbero (2009:15) os meios de comunicação constituem hoje espaços-chave de condensação e intersecção de múltiplas redes de poder e de produção cultural.

Ainda de acordo com Mendonça (2004:03) o campo simbólico é uma arena de embates sociais onde a comunicação serve para a construção de significados e como elemento de configuração de identidades e reconhecimento público. É a partir de conteúdos simbólicos que se constrói o imaginário dos indivíduos, a sua identidade e, consequentemente, a sua realidade.

Martin-Barbero (2003:14) salienta ainda que na pós-modernidade as identidades refazem-se constantemente e dialogam intensamente com os meios de comunicação. Por seu turno, de acordo com Keller (2001:16) muitas das teorias pós-modernas privilegiam a cultura dos *media* como o lugar de implosão da identidade e de fragmentação do sujeito. Para o autor, a identidade pós-moderna é centrada no lazer, na aparência, na imagem e no consumo. A partir dessa cultura veiculada pelos *media*, os indivíduos criam e renegociam as suas identidades, já que diariamente a indústria cultural apresenta modelos de comportamento social e promove percepções de etnia, raça e outros conceitos que são reproduzidos na vida quotidiana.

Embora a identidade de um indivíduo seja exclusiva, está entrelaçada no seu contexto social (Taylor, (1994); Hall, (2006); Ferin, (2007) Castells, (2009). De acordo com Hall, as características do mundo atual, com as suas conexões sociais e culturais, contribuem para a formação do sujeito pós-moderno. O argumento do autor é que o tempo e o espaço são coordenadas básicas do sistema de representação. Hall afirma ainda que as relações culturais entre os países e o mercado global possibilitaram o que ele interpreta como a formação das "identidades partilhadas*",* onde os indivíduos estão expostos às mesmas mensagens, apesar da distância e como consequência, as identidades partilhadas acarretaram a semelhança entre as identidades globais. Castells (2009:17), sustenta também que a vida dos indivíduos tem vindo a ser moldada pelas tendências conflituantes da globalização e da identidade.

Keller (2001:10) ao analisar a identidade do sujeito na pós-modernidade conclui ser esta cada vez mais problemática, devido às mediações que interferem na sua formação. Atendendo ao facto de que as sociedades atuais têm como característica a segmentação, verifica-se que o indivíduo procura encontrar-se nestas variadas parcelas, tornando a formação da identidade num processo conflituoso, pois é o reflexo do contexto em que o sujeito está inserido. Entende-se, portanto, neste contexto que a questão da identidade permanece sempre incompleta, sempre "em processo", sempre "sendo formada" (Hall, (2006); Woodword, (2005); Ferin, (2007). Também Keller (2001:10) assinala que nos dias de hoje o sujeito pode optar por qualquer identidade e arrogar-se representá-la uma vez que, conforme Hall (2006:64), a identidade é um lugar que se assume. Segundo este último autor, o sujeito pós-moderno assume identidades diferentes a todo momento, as quais estão em constante transformação. No entanto, a escolha por determinada identidade não é algo automático ou simples para um sujeito, pois "as escolhas identitárias são mais políticas que antropológicas" (Hall, 2003:15).

A partir da diversidade na oferta de comportamento e estilos apresentados, os indivíduos criam laços de identificação e passam a assumir determinadas identidades. Atualmente os sujeitos não assumem unicamente uma identidade mas, pelo contrário, revestem-se de inúmeras, conforme lhes é mais conveniente. Assim, somos confrontados com uma complexidade crescente face à pluralidade de identidades adotadas por uma só pessoa, chegando mesmo, no limite, a poderem coexistir identidades contraditórias.

Castells (1999), no entanto, assinala que os atores sociais têm uma identidade matriz a partir da qual se estruturam as demais. Segundo o autor, "para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social" (Castells, 1999:22).

A questão de identidade, na perspectiva de Bhabha (1998), vai além da imagem assumida pelo indivíduo, pois o que está em causa é "o lugar discursivo e disciplinar de onde as questões de identidade são estratégica e institucionalmente colocadas" (Bhabha, 1998:81). O discurso identitário assumiu, consequentemente um

carácter político e de diferenciação exigindo cada vez mais estudo, pois a construção da identidade do indivíduo integra variadíssimos fatores.

Por sua vez, os meios de comunicação social permitem um processo reflexivo dos indivíduos sobre sua própria identidade, através do que é apresentado, divulgado, tornado público. Este procedimento conduzirá inevitavelmente, a questionamentos pessoais, à revivificação das memórias privadas, familiares, de grupo e, em última análise, ao seu reconhecimento; ou, pelo contrário, à sua rejeição.

De acordo com Martin-Barbero (2003:20), a identidade étnica funcionaria como um mediador entre o receptor e a mensagem recebida. Segundo o autor, os receptores fariam leituras culturalmente mediadas, partindo da sua condição, nomeadamente, de classe, de etnia, familiar, religiosa, entre outras.

Segundo Borges (2012:04), autores como Lapierre, Poutignat e Streiff-Fenart propõem que a identidade étnica seja entendida como uma forma de organização social que se fundamenta numa origem suposta e cuja solidariedade grupal tem na história coletiva uma importante base de sustentação. Ao elaborar esta proposta Borges (2012:04) assinala as contribuições de Max Weber, Fredrik Barth e Stuart Hall integrando as perspectivas destes importantes autores no sentido de permitirem captar determinadas especificidades para a construção do conceito de identidade étnica. Propondo-se abarcar particularidades de uma identidade propriamente étnica, a autora salienta a importância fulcral da contribuição de Max Weber, no que se refere ao nascimento da ideia de coletividade étnica, difundida no começo do século XX, na sua obra, que se tornou canónica, *Economia e Sociedade* (1994), na qual Max Weber dedica um capítulo ao tema das relações comunitárias étnicas.

Borges (2012:04) destaca também Max Weber ao considerar que a crença na afinidade de origem objetiva tem consequências marcantes, em especial para a formação dos grupos étnicos, estes, segundo Weber, devido às semelhanças do *habitus* externo, dos costumes, das recordações do processo de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na sua origem comum, de tal forma que é esta crença que possibilita a propagação de relações comunitárias, passando a ser indiferente se existe, ou não, uma comunidade de sangue, realmente efetiva.

A proposta de Borges (2012:04) salienta ainda a contribuição de Fredrik Barth, o qual, na sua obra *Grupos étnicos e suas fronteiras* (1998), destaca que a noção de grupo étnico só encontra sentido quando os seus atores sociais se dão conta das fronteiras demarcatórias no grupo social ao qual consideram pertencer e identificam outros atores que estão implicados num sistema social diverso do seu. De acordo com Barth, as identidades étnicas só se mobilizam com referência a uma alteridade e a etnicidade implica sempre a organização de sistemas dicotómicos como os expressos na formulação "nós/eles", uma vez que são as fronteiras étnicas e não o conteúdo cultural interno, que definem o grupo étnico e garantem a sua continuidade. Deste modo, a diferenciação de um grupo étnico repousa num princípio de fechamento em torno de uma origem comum, para manter uma fronteira entre "nós" e "eles", a partir de um número limitado de traços culturais; mas ainda assim, um grupo étnico pode modificar e substituir a sua cultura sem no entanto perder a sua identidade, na medida em que a manutenção das fronteiras étnicas é mais importante do que propriamente os traços culturais característicos deste ou daquele grupo.

Conforme a autora (Borges, 2012:05) reforça, a identidade étnica é utilizada como forma de estabelecer os limites do grupo e de reforçar sua solidariedade. Alguns elementos culturais são utilizados pelos atores como sinais emblemáticos da diferença. A população negra em Portugal marca essa diferenciação, no caso das mulheres, através do vestuário e no penteado dos seus cabelos, para além de outras. No caso dos afroamericanos, estes utilizam os recursos culturais como ferramentas para dar visibilidade aos seus problemas específicos e formar a sua identidade. De acordo com Keller (2001:204), géneros musicais como o *gospel*, o *blues*, o *jazz*, o *rap* e outras, têm servido tradicionalmente para expressar a luta e a resistência dos negros americanos. Em países multirraciais como o Brasil a comunidade negra procura romper as barreiras discriminatórias, através do fortalecimento da sua cultura. Neste país, o samba, o *rap,* assim como a capoeira, são elementos culturais de reafirmação étnica. De modo análogo, as comunidades negras na diáspora buscam o fortalecimento e a diferenciação da identidade negra.

Além dos elementos culturais, de acordo com Taylor (1994:54), a busca do reconhecimento individual, é uma maneira de promover a inserção destes indivíduos na sociedade e significa a confirmação social dessa identidade coletiva. À medida que os negros conquistam espaço no contexto social, cultural, político e mediático

ocorre um despertar de outros sujeitos dando origem a um movimento coletivo de auto afirmação étnica. Tais interações culturais e sociais são de uma riqueza assinalável e permitem alcançar uma coesão doutro modo difícil de manter granjeando a adesão de novos sujeitos para causas solidárias reforçando a integração de minorias numa comunidade mais ampla.

4. Análise das reportagens

O principal objetivo ao analisar as peças jornalísticas é identificar qual o tema no qual as mulheres negras são mais referidas, em quais são protagonistas e o que é dito sobre elas. Para compreendermos a representação das mulheres desta etnia, utilizamos as edições do jornal 'o Público' do ano de 2010. Destacamos que, durante o período analisado, ocorreram dois fatos significativos que aumentaram a produção de notícias sobre a população negra: o Mundial de futebol, decorrido na África do Sul, e o terramoto no Haiti, que causou praticamente a destruição da capital do país.

Identificamos, no período analisado, 32 peças jornalísticas com a presença de mulheres negras, seja em imagens ou textos. Do total das peças identificadas, 13 reportagens figuravam mulheres negras como assunto principal. Elas ganham destaque neste veículo de comunicação quando são celebridades, principalmente, cantoras negras norte-americanas. Além do tema 'celebridades', surgem os temas fome/pobreza e desporto, em segundo e terceiro lugar, respectivamente. Palavras como 'escravos' e 'escravatura' são recorrentes nestes textos jornalísticos, independentemente do tema principal. Além disso, a condição social e religião são assuntos que surgem nas reportagens quando se fala sobre mulheres negras, mesmo quando o tem principal mão tem relação com estes assuntos.

Das peças jornalísticas em que 'elas' eram o tema principal, somente uma focava uma mulher de nacionalidade portuguesa, a atleta Naíde Gomes, que aparece em três reportagens – não há referência a outra mulher negra portuguesa nas peças. Nas reportagens em que a atleta Naíde Gomes é o assunto principal, apenas numa se encontra uma citação sua, em quatro linhas, que o jornal destaca como sendo uma declaração da atleta de há quatro anos atrás. A falta de citações nas reportagens sobre mulheres negras é constante. Mesmo em reportagens nas quais elas são o assunto principal, a opinião destas mulheres não consta nas peças analisadas, em 11 reportagens há citações de mulheres negras, porém trata-se de poucas linhas e, geralmente, estas citações não são a citação principal do texto.

No ano de 2010, as mulheres negras apareceram 23 vezes na primeira página, sendo que o principal motivo da presença foi a tragédia ocorrida no Haiti. Um exemplo é a primeira página do dia 14 Janeiro, com uma mulher negra no topo da página. No interior do jornal, uma reportagem sobre o terremoto com duas fotos de mulheres desoladas pela tragédia. A reportagem apresenta um panorama da tragédia com alguns testemunhos de pessoas que perderam familiares e casas - não há testemunho de mulheres. Há, isso sim, uma foto de uma mulher negra com a seguinte legenda: "Mulher ferida com o filho a caminho do hospital em Port-au-Prince". Não sabemos o seu nome e nem o seu testemunho, apenas o seu sofrimento é valorizado. Apesar das mulheres e crianças serem as maiores vítimas numa tragédia e o seu sofrimento ser exibido em grandes fotos nas capas dos jornais, elas não são identificadas em nenhumas destas reportagens. Não há quaisquer citações ou relatos sobre estas sobreviventes num total de seis reportagens produzidas sobre o assunto.

Mesmo em reportagens sobre celebridades há poucas citações, mas o fato de ser mulher e negra está presente no discurso destas celebridades quando falam sobre si. No dia 19, a apresentadora Oprah Winfrey está na capa da edição e no interior do jornal há uma reportagem com três páginas sobre a vida da apresentadora, com o título *Que segredos da vida de Oprah há ainda para contar?*, na qual consta a seguinte declaração: "Nunca pensei que não podia fazer algo por ser negra ou por ser mulher. Não importa se fui ou não vitimizada, sou eu a responsável pela minha vida".

Na edição do dia 11 de Maio, o jornal apresenta uma foto na capa da cantora de jazz Lena Horne e, no interior do jornal, uma reportagem de uma página em homenagem ao falecimento da artista, com o título *Um símbolo da luta pela igualdade*. No texto há a seguinte citação: "A minha identidade é agora clara para mim. Sou uma mulher negra. Sou livre. Não tenho mais de ser uma imitação de ninguém. Sou apenas eu e diferente de todos

os outros". A partir destas citações, podemos levantar algumas questões que envolvem o universo das mulheres negras, como um segmento diferenciado na sociedade, um grupo social que sofre uma dupla discriminação, por ser mulher e negra. Esta dupla discriminação afeta a sua identidade, como podemos observar nas citações apresentadas.

5. Considerações Finais

Com esta pesquisa, pretendemos abordar algumas considerações sobre a representação das mulheres negras a partir do recorte dos principais *media*. Considerando que a questão da identidade é atravessada por outros fatores, como a questão histórica, política, económica e a mediática, a forma como as mulheres negras são representadas em Portugal facilita sua invisibilidade. Elas aparecem em reportagens sobre tragédias e celebridades, no entanto, seja qual for o tema, as mulheres negras que aparecem são sempre de outras nacionalidades. Não há referências a mulheres negras portuguesas, a não ser na área de desporto. Apesar da invisibilidade nos meios de comunicação, é visível a presença de mulheres negras nos trabalhos de limpeza e restauração no país – trabalhos realizados principalmente por imigrantes, mas também por mulheres de nacionalidade portuguesa afrodescendentes.

Na atualidade, vivem-se tempos nos quais as sociedades são multiculturais. No entanto, a questão racial é muito pouco discutida no país e somente quando ocorrem incidentes motivados por racismo ou gênero é que o debate em torno das diferenças étnicas ou de género ressurge. Nem a longa caminhada do movimento feminista foi capaz de trazer a desejada igualdade de género. De igual modo, o caminho para a igualdade racial é um processo longo, que requer mudanças em diversos campos, sobretudo ao nível das bases das estruturas sociais. Portugal apresenta uma população negra invisibilizada, não reconhecida, não aceite como população portuguesa, que nasceu e reside no país, porém acerca da qual pouco consta. Pouco se sabe sobre suas demandas, carências e dificuldades.

Infelizmente, a cor da pele ou o sexo de um indivíduo ainda dita o seu lugar no mundo – em particular no campo mediático, ainda não há lugar para as mulheres negras. Mesmo estando no século XXI, o discurso jornalístico quebra os princípios de neutralidade e imparcialidade quando foca alguns grupos étnicos tornando-os os eternos estigmatizados pela sociedade. Termos como 'escravos' e 'escravatura', são palavras recorrentes no discurso jornalístico quando o tema versa a população negra. A repetição do discurso, dos temas e das palavras associadas a população negra faz perpetuar o preconceito, a invisibilidade e a marginalização deste segmento social. Será possível, num futuro próximo, ou longínquo, haver um tempo em que viveremos numa sociedade pós-racial? Ou com igualdade de género? Este trabalho é apenas mais um passo no caminho que se percorre para a construção dessa sociedade que é, ainda hoje, uma utopia.

6. Bibliografia

ALMEIDA, L. (2010), *"*Protagonismo e autonomia de mulheres negras, a experiência das organizações: Geledés e Criola". Disponível emhttp://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278264515_ARQUIVO_textofazendogeneroformulario.pdf . [consultado em 18-07-2013].

AUAD, D. (2003), *Feminismo: que história é essa?,* Rio de Janeiro: DP&A.

BARBOSA, L. (2010), "Feminismo negro: Notas sobre o debate norte-americano e brasileiro*". Anais Fazendo Gênero 9*. Disponível emhttp://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278291423_ARQUIVO_FazendoGenero9LiciaBarbosa1.pdf [consultado em 02-06-2013].

BEAUVOIR, S. (1970), *O Segundo Sexo*, São Paulo: Difusão Européia do Livro

BHABHA, H. (2007), *O local da Cultura*, Belo Horizonte: UFMG.

BONIN, J. (2002), "*Identidade étnica e telenovela*". Disponível em http://www.uff.br/mestcii/jianni1.htm [consultado em 25-06-2013].

BORGES, R. (2012), "Mídia étnica em Portugal: construção identitária dos negros africanos na revista portuguesa Afro". *Revista Vozes dos Vales*. Disponível emhttp://www.ufvjm.edu.br/site/revistamultidisciplinar/files/2011/09/M%C3%ADdia-%C3%A9tnica-em-Portugal-constru%C3%A7%C3%A3o-identit%C3%A1ria-dos-negros-africanos-na-revista-portuguesa-Afro_ros%C3%A2ngela-ferreira.pdf. [consultado em 20-07-2013].

BOURDIEU, P.(1989), *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CANCLINI, N. (2008), *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*, São Paulo: EDUSP.

CARNEIRO, S. (2003), "*Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero"*. Disponível em http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf [consultado em 09-07-2013].

_____, S. (2003), "*Mulheres em movimento"*. Disponível emhttp://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf. [consultado em 03-07-2013].

CASTELLS, M. (2008), *O poder da identidade*, São Paulo: Paz e Terra.

CUNHA, I. (2007), "Identidade e reconhecimento nos media". *Revista Matrizes*. Disponível emhttp://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/31/47

[consultado em 18-07-2013].

DIJK, T. (2008), *Discurso e Poder,* São Paulo: Contexto.

FERREIRA, G. (2005), "*Identidade e políticas de reconhecimento social na sociedade de rede*". Disponível emhttp://www.bocc.ubi.pt/pag/ferreira-gil-identidade-politicas-reconhecimento-social-sociedade-rede.pdf [consultado em 15-06-2013].

HALL, S. (2003), *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*, Belo Horizonte: UFMG.

____, S. (2006), *A identidade Cultural na Pós-Modernidade,* Rio de Janeiro: DP&A.

KELLNER, D. (2001), *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno,* Bauru: EDUSC.

MAINGUENEAU, D. (2005), *Análise de textos de Comunicação*, São Paulo: Cortez.

MARTIN-BARBERO, J. (2009), *Dos meios às mediações - comunicação, cultura e hegemonia*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

MENDONÇA, M. (2004*), Mídia e construção da identidade da mulher negra: a revista Raça.* Disponível em

http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/r1626-1.pdf

PACHECO, A. (2010), "Feminismo negro, trajetórias sociais e afetivas das ativistas negras no Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador: intersecções possíveis*", Anais Fazendo Gênero 9*. Disponível em

http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278266590_ARQUIVO_textocompletofazendogenero9AnaClaudia.pdf [consultado em 27-06-2013].

PEDRO, E. (1998), *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*, Lisboa: Caminho.

PINTO, R. (2008), *Mulheres e desigualdades de gênero*, São Paulo: Contexto.

RATTS, A. (2010), "As amefricanas: Mulheres negras e feminismo na trajetória de Lélia Gonzalez". *Anais Fazendo Gênero 9* . Disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278274787_ARQUIVO_Asamefricanas.pdf [consultado em 13-07-2013].

RIBEIRO, M. (2004), "Relações Raciais nas pesquisas e processos sociais: em busca de visibilidade para as mulheres negras". In M. Rago (org.), *A mulher brasileira nos espaços públicos e privados*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

SILVEIRINHA, M. (1997), "O discurso feminista e os estudos dos media:

em busca da ligação necessária". *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira do Interior*. Disponível em

http://www.bocc.ubi.pt/pag/silveirinha-maria-joao-discurso.pdf

[consultado em 20-06-2014].

TAYLOR, C.(1994), *Multiculturalismo*, Lisboa: Instituto Piaget.

WERNECK, J. (2001), "A Vulnerabilidade das Mulheres Negras". *Jornal da Rede Saúde*. Disponível emhttp://www.antroposmoderno.com/antro-articulo.php?id_articulo=309 [consultado em 10-06-2013].

_____, Jurema (2010). "Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo". *Revista da ABPN*. Disponível emwww.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/download/20/22 [consultado em 02-06-2013].

ZANINI, M. (2005) "Assistir, ouvir, ler e narrar: o papel da mídia nas construções identitárias étnicas". *Revista de Antropologia*. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/ra/v48n2/a09v48n2.pdf [consultado em 12-07-2013].

O processo de categorização do masculino e do feminino na mídia impressa[1]

Rafaela Cyrino[2]
rafaelacyrino@hotmail.com

Resumo: Este paper investiga a ocorrência do processo de categorização do masculino e do feminino nos discursos produzidos pela mídia impressa em torno da carreira de homens e mulheres. Tendo como parâmetro as reportagens de capa das revistas brasileiras Veja, IstoÉ e Época entre os anos de 2009 a 2013, o estudo analisa os artefatos simbólicos acionados para se pensar a relação entre os sexos no mundo organizacional. A partir do conceito de interseccionalidade e da crítica de Margaret Archer às abordagens que promovem o Mito da Integração Cultural, pretende-se discutir até que ponto a recorrência às categorias "masculino" e "feminino" no discurso produzido pela mídia ignora as relações desiguais e assimétricas de cunho étnico e racial presentes na realidade organizacional e veicula a ideia de que a construção social da diferença sexual seja uma realidade homogênea, universal e a-histórica.

Palavras-chaves: masculino, feminino, categorização, interseccionalidade, mídia impressa.

Introdução

A crítica feminista, ao propor a utilização do gênero como uma categoria analítica central na análise das relações hierárquicas, desiguais e assimétricas que se estabelecem entre os sexos, buscou, entre outras, rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária, historicizar estas relações e desconstruir os termos da diferença sexual (SCOTT, 1989). De fato, os procedimentos de desnaturalização das relações entre os sexos acionados por esta perspectiva envolveram diversos mecanismos de problematização visando questionar antigas evidências e crenças relacionadas a uma suposta natureza diferenciando homens e mulheres. O caráter socialmente construído atribuído aos sexos e às relações que estes estabelecem entre si significou, em termos epistemológicos, a proposta de produção de um conhecimento histórico, situado e contextualizado acerca da maneira como estas relações se estabelecem, se perpetuam e se modificam.

Cumpre ressaltar que, para a crítica feminista dos anos 70, a ruptura com concepções biológicas binárias acerca da diferença sexual deu origem a muitas abordagens baseadas em uma relação de oposição entre o sexo (definido a partir de parâmetros biológicos) e o gênero (definido a partir de parâmetros socioculturais). No processo de desconstrução sucessiva dos parâmetros binários que orientam a nossa compreensão acerca da diferença sexual, a crítica feminista dos anos 80 começou a romper com esta relação de oposição entre um sexo supostamente biológico e um gênero supostamente social, a partir da compreensão de que a categoria sexo, longe de ser uma evidência, também é construída e não pode ser vista como a base natural a partir do qual o gênero é construído. Compreende-se, entretanto, que, apesar deste procedimento de desnaturalização a partir do qual o biológico perdeu ares de evidência e passou a ser objeto de uma análise de gênero, muito resta

---

1 As reflexões deste artigo são parte da pesquisa que estou desenvolvendo para o meu Pós-doutorado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia. Agradeço ao professor Márcio Ferreira de Souza, pela tutoria, e à CAPES, pelo financiamento da pesquisa.

2 Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, possui como principais temas de pesquisa: epistemologia do gênero, crítica feminista e desigualdades sociais.

a fazer para que o simbolismo associado ao biológico deixe de orientar as abordagens acerca dos sexos e das relações que estes estabelecem entre si em uma determinada sociedade.

No estudo ora proposto partiu-se da hipótese de que uma das maneiras de normatizar o discurso acerca da diferença sexual refere-se ao uso da categorização do masculino e do feminino para fazer referência tanto às dimensões biológicas quanto às dimensões psíquicas e sociais aí implicadas, como se estas atuassem em conjunto e possuíssem o mesmo significado. Por intermédio do procedimento da problematização, pretende-se discutir os pressupostos e consequências normativas acionados quando se recorre, de maneira indiscriminada, aos vocábulos masculino e feminino, como se estes fossem uma realidade evidente, universal e a-histórica.

Um dos problemas que merece ser abordado refere-se ao fato de que este isomorfismo conceitual, decorrente de uma utilização indiscriminada dos vocábulos masculino e feminino, pode acionar representações simbólicas binárias que passam a informar a maneira como analisamos as dimensões sociais e psíquicas das relações entre os sexos. Em termos epistemológicos, sugere-se aqui que este enquadramento categorial, contribui, entre outros, para ocasionar um fechamento perceptivo, pois a realidade social e psíquica, em toda a sua diversidade e complexidade, passam a ser informadas por categorias que normatizam e excluem as clivagens e as idiossincrasias presentes na realidade social.

Neste sentido, sugere-se que a utilização indiscriminada e abusiva do masculino e do feminino pode levar a uma reificação destas categorias, as quais deixam de ser problematizadas e passam a se inscrever no âmbito das crenças/concepções pertencentes à ordem da evidência. Eleni Varikas (2006), ao resgatar a perspectiva adotada por Viola Klein, analisa este processo de reificação, afirmando que a construção do estereótipo do masculino e do feminino opera como um mecanismo de padronização de dois tipos claramente opostos, complementares e antitéticos, em detrimento de toda e qualquer diversidade. Desta maneira, cria-se uma ilusão de que « as características que permitem a inclusão de individuos em determinada categoria são uma realidade auto-evidente, possuem um substrato concreto, são homogêneas e estáveis, o que só contribui para a sua perpetuação e legitimação (CYRINO, 2013, p.5)».

Para nos ajudar a pensar nas consequências normativas de tal procedimento é interessante recorrer à crítica de Margaret Archer (2004) às abordagens que promovem o Mito da Integração Cultural, veiculando a imagem da Cultura como um *ethos* uniforme. Se imaginarmos que a construção social da diferença sexual possui como produtos o masculino e o feminino, não corremos o risco de enfatizar justamente a estabilidade, a coerência, a homogeneidade e a universalidade associadas às categorias que são definidas de maneira dicotômica?

Ora, a partir do momento em que tal categorização é apresentada como da ordem da evidência, negando-se o caráter arbitrário e convencional da bi-categorização do sexo, os procedimentos críticos se esvaecem, ao mesmo tempo em que entram em cena as normatizações, as generalizações redutoras, as simplificações da realidade. De fato, o pressuposto de homogeneidade, à base do processo de categorização, significa supor, entre outros, que aquilo que nomeamos como masculino ou feminino possui uma coerência e uma estabilidade que passa a ser aplicada, de maneira indiscriminada, aos supostos membros da categoria, independente do contexto histórico, social e político. Não seria esta uma maneira de pressupor uma essência contida nos referentes "masculino/feminino", não seria esta uma manifestação de um princípio de ordem simbólico que associa a ideia da diferença sexual a um fundamento objetivo, identificável e indiscutível? São questões como estas que deram origem às reflexões propostas neste estudo.

Além do problema da homogeneidade categorial através do qual as categorias do feminino e do masculino são associadas a uma realidade estável, homogênea e coerente, torna-se importante abordar também a questão da atribuição de valor a estas categorias. Ao analisar o processo de atribuição de valor ao feminino em algumas abordagens organizacionais, Cyrino (2014) discutiu de que maneira a inversão de valores em favor do feminino coloca problemas do ponto de vista de uma teoria crítica. A autora observou que, tendo como objetivo romper com os principios de hierarquia e de superioridade que informam as relações entre homens e mulheres no ambiente organizacional, muitos autores procuram "inverter" os polos valorativos, ao defender que, aquilo que é categorizado como "feminino", deve ser valorizado socialmente. Ora, como bem salientou Eleni Varikas (2006), atribuir valor ao masculino ou ao feminino significa permanecer preso à lógica binária, lógica esta tão criticada por Scott (1989) ao propor a utilização do gênero como categoria analítica.

A partir de reflexões propostas por autores como Adriana Piscitelli (1998) e Cremsham (1994) em torno do conceito de interseccionalidade, postula-se que a recorrência às categorias do "masculino" e do "feminino" como se estas fizessem referência a um ethos sóciocultural homogêneo pode significar, entre outros, uma economia simbólica das clivagens, das idiossincrasias e das contradições presentes na realidade social, contribuindo para formar a ideia de que a construção social da diferença sexual seja universal, homogênea e a-histórica. Ora, este procedimento de naturalizar a construção social da diferença sexual ignora a multiplicidade de diferenciações que permeiam a realidade social, o que pode nos levar a esquecer que relações e representações hierárquicas e assimétricas existem não só entre os sexos, mas entre diferentes grupos de indivíduos de um mesmo sexo. Não seria isto um reflexo de la *pensée straigt* (Wittig, 2001, p. 58)», com a sua tendência de universalizar a produção de conceitos, à estabelecer leis gerais que valem para todas as sociedades, todas as épocas, todos os indivíduos ?

A reificação do masculino e do feminino no discurso produzido pela mídia impressa em torno da carreira de homens e mulheres

A investigação aqui proposta, centrada em uma análise da ocorrência do processo de categorização do masculino e do feminino no discurso que a mídia impressa produz acerca da carreira de homens e mulheres se insere dentro de uma perspectiva epistemológica que coloca sob análise tanto os pressupostos simbólicos que informam o recurso a estas categorias quanto as consequências deste processo de categorização do ponto de vista de uma teoria crítica. Considera-se que uma das vantagens metodológicas em se analisar o discurso midiático refere-se ao fato de que este, apesar de se valer de procedimentos próximos do senso comum (afirmações categóricas sem base teórica, generalizações, utilização de ideias apresentadas como evidências), busca, como forma de legitimar o discurso produzido, o referendo de especialistas, muitas vezes do meio acadêmico. Portanto, a partir da investigação acerca do processo de categorização do masculino e do feminino presente no discurso produzido pela mídia impressa buscou-se compreender o contexto discursivo em que tais categorias emergem, suas funcionalidades, seus pressupostos, no sentido de melhor compreender como o senso comum e um discurso supostamente científico são articulados na produção de uma determinada matriz discursiva.

Para a composição do corpus discursivo que foi submetido à análise, foram selecionadas as reportagens de capa das revistas Veja, IstoÉ e Época entre os anos de 2009 a 2013, em particular aquelas que continham uma menção explícita ao tema da carreira de homens e mulheres. De um total de 677 reportagens de capas foram selecionadas três reportagens, sendo duas na revista Veja e uma na revista IstoÉ. O material discursivo em questão foi submetido à metodologia da Análise de Discurso, com o objetivo de se investigar, entre outros, as dimensões ideológicas, os pressupostos, as funcionalidades e as estratégias de busca de legitimidade envolvidas no processo de categorização do masculino e do feminino produzido pela mídia impressa.

Das três reportagens que foram selecionadas para análise[3], duas possuem um tom nitidamente essencialista ao abordar os sexos e as relações que estes estabelecem entre si, a saber: a reportagem de capa da revista Veja (2012) intitulada "As lições das grandes chefonas" e a reportagem de capa da revista Época (2013) intitulada "Homens e mulheres: a guerra dos sexos no trabalho". Nestas reportagens observou-se, de maneira mais evidente, dois procedimentos discursivos que evitaram a problematização da maneira como a diferença dos sexos é percebida e interpretada na sociedade: a veiculação de ideias essencialistas à respeito dos sexos, apresentadas como evidências e a presença de afirmações categóricas acerca de supostas atitudes, comportamentos, competências, sentimentos e valores atribuídos a cada sexo.

A reportagem "As lições das chefonas (VEJA, 2012)" tem por objetivo abordar a questão de como é possível para as mulheres alcançarem sucesso na carreira sem abrir mão da vida pessoal a partir do depoimento de

3 Reportagem da Revista Época publicada no dia 2 de dezembro de 2013 com o título « Homens e Mulheres : a guerra dos sexos no trabalho » ; Reportagem da Revista Veja publicada no dia 2 de maio de 2012 com o título : « As lições das chefonas » ; Reportagem da Revista Veja publicada no dia 29 de maio com o título : « Filhos, não obrigada. ».

presidentes de grandes empresas e especialistas em carreira. A reportagem, claramente direcionada às mulheres, é construída em tom altamente prescritivo, sendo repleta de conselhos e dicas que indicam para as mulheres (em geral) o "caminho das pedras" em direção ao sucesso na vida pessoal e profissional.

Nesta reportagem os adjetivos masculino(a)(s) e feminino(a)(s) são utilizados de maneira importante, ora para se referir ao sexo dos indivíduos, ora para se referir a atributos psíquicos atribuídos a cada sexo, ora para se referir a artefatos socioculturais. É importante ressaltar que a utilização recorrente destes vocábulos, de maneira indiscriminada, se presta, não raras vezes, a ambiguidades semânticas, seja porque não fica claro na construção da frase qual é o significado atribuído aos vocábulos masculino/feminino, seja porque determinados usos são tão repletos de ambiguidade que desencadeiam atalhos simbólicos em que o biológico, o psicológico e o social passam a significar uma só e mesma realidade.

Foi contabilizada, nesta reportagem, a utilização de 13 vocábulos indicando a categorização do masculino e do feminino, sendo que 11 aparições fizeram referência às mulheres e apenas duas recorrências fizeram referência aos homens. Esta predominância da categorização do feminino nesta reportagem é compreensível visto que, como foi dito anteriormente, a reportagem é claramente direcionada às mulheres e não aos homens. Sem dúvida alguma, é para as mulheres que o discurso é produzido, é para as mulheres que se formulam conselhos, tais como "Use de maneira equilibrada as características feministas para liderar sua equipe", "Use a feminilidade a seu favor", "Não se intimide em ambientes masculinos", "Tenha coragem de assumir riscos, apesar dos instintos", "Não se incomode em falar da vida pessoal nas entrevistas de emprego ", entre outras (VEJA, 2012, p. 86, 89, 90,91).

A análise do contexto em que ocorre este processo de categorização indica que este se encontra a serviço de procedimentos essencialistas que atribuem prioritariamente às mulheres características que são apresentadas, muitas vezes, como da ordem da evidência. Assim, considerando-se que as mulheres possuem determinadas características que dispensam qualquer tipo de explicação adicional, afirma-se: "As características femininas passaram a ser valorizadas no mundo corporativo (VEJA, 2012, p.83)". Esta afirmação, ao ser apresentada como uma evidência, significa que não há necessidade de se perguntar: Quais são as características femininas e que características feministas passaram a ser valorizadas no mundo corporativo?

Da mesma forma, ao se afirmar que "... as empresas se adaptaram para atender às necessidades femininas", sugere-se que as supostas necessidades femininas são óbvias, universais e a-históricas, razão pela qual a reportagem se autoriza a adotar o procedimento da generalização, supondo que todas as mulheres possuem determinadas características e necessidades em comum. Este discurso, o qual supõe que as mulheres possuem características e necessidades em comum, algo como uma "especificidade feminina" pode ser evidenciado de maneira mais clara na seguinte frase:

> "Confortável na sua posição, a mulher que comanda orçamentos milionários não é diferente da que cuida do jardim, da que passeia com os cães no parque ou da que gosta de cozinhar para os amigos... (VEJA, 2012, p.83)".

Além do reforço do discurso essencialista, sugere-se uma outra consequência normativa do recurso ao discurso da especificidade feminina: dificultar a realização de clivagens no interior da categoria « mulheres ». Como bem sublinhou Varikas (2006), « toda reificação implica em uma esquecimento », o que talvez explique porque não há nas reportagens nenhum lugar paras as discriminações étnicas, raciais e econômicas no mundo do trabalho. Atendendo ao pressuposto da homogeneidade categorial, de base essencialista, as mulheres que aparecem nas reportagens são brancas, aparentemente bem sucedidas e pertencem a uma classe econômicamente privilegiada, razão pela qual os constrangimentos raciais, étnicos e econômicos que dificultam a ascensão na carreira para mulheres não são objeto de discussão em nenhuma das reportagens analisadas.

Na reportagem de capa da revista Época "Homens e mulheres: a guerra dos sexos no trabalho", as afirmações apresentadas como evidências permeiam toda a formação discursiva em questão. Contabilizou-se, nesta reportagem, a ocorrência de sete categorizações do masculino e do feminino. Com um forte conteúdo prescritivo e pragmático, a reportagem articula-se em torno da ideia de que homens e mulheres vivem em mundos opostos e, por isto, possuem visões conflitantes, as quais explicam os conflitos, desentendimentos

e problemas frequentes que se observam nas relações entre os sexos. A crença em uma suposta natureza que opõe homens e mulheres é apresentada na reportagem como a maior evidência, a partir da qual outras evidências se articulam e se somam.

Buscando legitimidade discursiva no autor de autoajuda e conselheiro amoroso (Época, 2013, p.84), John Gray, autor do sucesso editorial "Homens são de marte, mulheres são de vênus", a reportagem define as chamadas "mentes masculina e feminina" pelo seu caráter de oposição, a partir do conceito de "inteligência de gênero", proposto pelo autor. De acordo com a reportagem, inteligência de gênero significa "conhecer as diferenças entre a mente masculina e feminina e lembrar estas diferenças na hora de interagir com o sexo oposto (Época, 2013, p.189)". Pode-se observar, nesta utilização dos vocábulos "masculina" e "feminina" procedimentos essencialistas, generalistas e universalistas, pois as mentes masculina e feminina, apresentadas como da ordem da evidência, indica que todos os homens e mulheres as possuem (generalização) e que estas são universais e a-históricas (pois subtende-se que a suposta mente sexuada é um atributo universal que pode ser aplicado a homens e mulheres em qualquer temporalidade e em qualquer contexto social).

Em outra passagem, apresenta-se a ideia de uma cultura masculina como algo da ordem da evidência. A reportagem, ao afirmar que "Existem mulheres que se aproximam mais de uma cultura masculina e vice-versa", deixa muitas perguntas sem resposta: O que é uma cultura masculina? É uma cultura que diz respeito aos homens? É uma cultura que se refere a características associadas socialmente aos homens? Uma cultura masculina deriva de uma essência própria aos homens? Conforme foi discutido anteriormente, a ambiguidade discursiva desencadeada ao se postular a existencia de uma cultura masculina, pode acionar, de um ponto de vista simbólico, uma miríade de dimensões biológicas, psicológicas e sociais que funcionam de maneira a tornar ainda mais imperativo e poderoso o dispositivo de uma ordem sexual binária e dicotômica. Ora, é na tentativa de evitar a reificação de categorias, que torna-se oportuno resgatar a proposta de Eleni Varikas (2006) de "afastar não os fatos, mas a força de evidencia que eles exercem sobre nós (VARIKAS, 2006, p. 65)."

De fato, através de uma problematização do discurso produzido pelas revistas, constata-se que os procedimentos essencialistas conduzem e informam o processo de categorização, pois afirmações generalistas que são aplicadas de maneira indiscriminadas a todos os homens e todas as mulheres são um "lugar comum" no corpus discursivo em questão, o que pode ser observado nas seguintes passagens:

> "Uma das atitudes masculinas que mais irritam as mulheres é os homens não mostrarem que estão ouvindo (Época, 2013, p.187)".
> "As maneiras como homens e mulheres encaram problemas no trabalho também são diferentes (Época, 2013, p.86)".
> "Mesmo que as mulheres sejam mais depressivas e sintam as emoções com o dobro da intensidade dos homens, as críticas podem ajuda-las a crescer e a melhorar um ponto cego em sua carreira (Veja, 2012, p.88)".
> "Como são mais sensíveis do que os homens, as mulheres devem se aproveitar disso (Veja, 2012, p.84)".

Cumpre ressaltar, ainda, que a utilização indiscriminada do masculino e do feminino para se referir a artefatos biológicos, psíquicos ou sociais permeia toda a reportagem. De fato, o isomorfismo conceitual significa que, o feminino e masculino, por ser utilizado para se referir tanto ao sexo biológico dos indivíduos quanto a atributos psíquicos ou artefatos sociais, adquire um caráter de ambiguidade que opera reificando a própria categoria. Mais uma vez postula-se até que ponto a ambiguidade semântica pode acionar, do ponto de vista simbólico, uma indefinição perversa que reduz o psíquico e o social à lógica binária associada geralmente ao biológico.

Esta ambiguidade semântica pode ser observada a partir do contexto claramente essencialista adotado pela reportagem "Homens e mulheres: a guerra dos sexos no trabalho". Nesta reportagem, a categorização do masculino e do feminino aciona atalhos simbólicos que parecem possuir a função de mesclar e igualar o biológico, o social e o psíquico. Para abordar as diferentes situações de conflito entre os sexos, supostamente derivadas de uma natureza que coloca os sexos em situação de oposição, a reportagem recorre a vários exemplos. Em um deles, aborda-se a presença de uma mulher em um negócio "predominantemente masculino (ÉPOCA,

2013, p.91)". A ambiguidade semântica pode ser aqui exemplificada de maneira bastante evidente, pois, ao se afirmar que um determinado negócio é predominantemente masculino, muitas questões se colocam: O que é um negócio predominantemente masculino? É um negócio em que grande parte dos empregados pertence ao sexo masculino, logo, são homens? Neste caso, masculino estaria fazendo referência ao sexo biológico da maioria dos indivíduos que trabalham nesta área?

Ora, não há nenhum indício que sugira que a reportagem esteja se referindo apenas ao sexo biológico dos indivíduos ao afirmar que um determinado negócio é predominantemente masculino. Ao contrário, o tom essencialista da reportagem indica que um negócio masculino é muito mais do que um negócio em que os homens são uma maioria numérica. Isto se confirma pelo fato de que o que está em discussão ao se abordar os conflitos advindos de situações em que mulheres trabalham em "negócios masculinos" são as supostas diferenças entre os sexos, diferenças biológicas, diferenças psicológicas, diferenças sociais. Como afirma a reportagem: "o problema está em os homens imaginarem que as mulheres dão valor às mesmas coisas que eles. (ÉPOCA, 2013, p.91)". Ou seja, somos aqui levados a crer que, tendo os homens determinadas caraterísticas essenciais (de natureza biológica ou psicológica), um negócio predominantemente masculino (composto por uma maioria de homens) adquire, como que por osmose, determinadas características essenciais atribuídas aos homens.

Outra maneira de evitar a problematização refere-se à adoção de afirmações categóricas sobre os sexos, as quais aparecem como verdades incontestáveis. Tanto na reportagem "As lições das chefonas" quanto na reportagem "A guerra dos sexos", tais afirmações categóricas são utilizadas sem parcimônia, o que nos leva a supor que estas possuem uma funcionalidade bastante específica: evitar colocar em questão qualquer pensamento que conteste a ideia de uma natureza sexuada. Esta suposta natureza sexuada, seguindo as formulações discursivas em pauta, se expressa de diversas formas: em uma biologia implacável, em uma subjetividade sexuada e em uma sociabilidade binária que atua, não para contestar, mas para corroborar as teses essencialistas acerca dos sexos.

Em "Homens e mulheres: a guerra dos sexos no trabalho", não há dúvida de que as afirmações categóricas cumprem esta funcionalidade normativa de tornar incontestáveis os argumentos essencialistas acerca de uma suposta diferença sexual. Afirmações enfáticas como "As diferenças entre os sexos são grandes", "Homens e mulheres sempre serão diferentes um do outro (ÉPOCA, 2013, p.86)" não deixam espaço para questionamento. A naturalização das diferenças, interpretadas sob a ótica binária, é confirmada pelo apelo à ideia de que estas diferenças, caso não sejam bem administradas, podem conduzir a uma suposta "guerra dos sexos". De fato, o apelo à natureza é relembrado de maneira recorrente no alto de cada nova página, onde aparecem os dizeres "fauna corporativa".

A mesma funcionalidade normativa pode ser observada na reportagem "As lições das chefonas" a qual afirma, sem nenhum pudor, que as mulheres "armadas com aptidões intrinsicamente femininas- como a facilidade para construir relacionamentos, trabalhar em grupo e se comunicar- estilhaçaram a barreira invisível que as separava dos melhores e mais remunerados cargos (VEJA, 2012, p.83)". Ao mesmo tempo em que a reportagem apresenta como uma verdade a existência de aptidões femininas o tom essencialista é reforçado pela utilização do advérbio "intrinsecamente", que remete a uma suposta essência que caracteriza as mulheres.

Há também, nesta frase, um tema que percorreu de maneira importante o processo de categorização do masculino e do feminino observado nestas duas reportagens: a atribuição de valor à categoria feminina, analisada aqui como uma condição de possibilidade para se pensar a igualdade entre os sexos. Na frase citada anteriormente fica claro que, de acordo com a proposição discursiva, as "armas" utilizadas pelas mulheres para estilhaçar estas barreiras são as suas aptidões femininas.

Em "Homens e mulheres: a guerra dos sexos no trabalho", a valorização da categoria das mulheres permanece inscrita e condicionada pelo tom essencialista adotado pela reportagem. Assim, após afirmar sem reservas que as mulheres "são muito emotivas" e que os homens "são insensíveis", a reportagem afirma em tom categórico: "O modelo feminino é mais justo e completo". Esta frase, apresentada sob a forma de uma evidência, deixa muitas questões sem explicação: O que é um modelo feminino? Um modelo feminino diz respeito às mulheres, a todas as mulheres, de todos os lugares e de todos os tempos? Um modelo feminino diz respeito a atributos sociais associados às mulheres ou refletem uma natureza (essência) própria das mulheres?

Nesta mesma reportagem, a valorização da categoria "mulheres" é corroborada por uma pesquisa realizada pela consultoria McKinsey a qual concluiu que "empresas com uma ou mais mulheres nos postos mais altos apresentaram um lucro 47% maior que aquelas em que há um desequilíbrio e essas posições são ocupadas apenas por homens (ÉPOCA, 2013, p.89)". A relação de causalidade entre um bom desempenho financeiro das organizações e a presença de mulheres em altos cargos de direção indica que as mulheres possuem algo, uma essência, que gera mais lucro para as empresas. E, para reforçar o binômio "igualdade na diferença", a reportagem finaliza este parágrafo afirmando que tudo o que foi abordado anteriormente "´É a prova de que buscar a igualdade e resolver conflitos é um bom negócio para todos (EPOCA, 2013, p.89)".

De fato, observa-se, nestas reportagens, que o discurso em prol de uma maior igualdade entre os sexos no mundo organizacional, em termos de salários e de acesso a postos de direção, faz sistema com um discurso de valorização de supostas diferenças que as mulheres possuem e que devem ser valorizadas. Este discurso, ao afirmar o ideal de uma complementariedade entre os sexos, sugere que estes possuem diferenças essenciais, as quais enriquecem o mundo organizacional. A maneira como o discurso acerca da igualdade entre os sexos se combina com a atribuição de valor às categorias (sobretudo o feminino), nos leva a sugerir a hipótese de que o binômio "igualdade na diferença" cumpre aqui uma função de manutenção do binarismo, pois, é justamente o binarismo associado a uma suposta diferença entre os sexos que acompanha o discurso da busca de uma maior igualdade entre os sexos.

Não parece ser por acaso que a reportagem "As lições das chefonas" se inicia com a seguinte frase "A era em que as mulheres buscavam se igualar aos homens no trabalho acabou. Em pouco tempo, essa ideia só existirá na cabeça de antiquadas feministas e de alguns homens (VEJA, 2012, p.83)". Por intermédio de vários argumentos essencialistas a reportagem não deixa dúvida: deve-se lutar, sim, pela igualdade de condições e de oportunidades de acesso entre homens e mulheres, mas esta luta pela igualdade deve respeitar e valorizar as diferenças entre os sexos, pois como afirma uma das entrevistadas "´É preciso mesclar qualidades femininas e masculinas".

Sem sabermos ao certo o que a reportagem chama de qualidades femininas e masculinas, uma coisa é certa: informadas pelo binarismo, estas são apresentadas como complementares. Sob a ótica da complementariedade e, através de um mecanismo de inversão hierárquica, valoriza-se um suposto mundo "feminino", verdadeira criação fictícia que leva uma das empresárias entrevistadas pela reportagem a afirmar: "As mulheres trazem uma perspectiva diferente para o negócio, o que é enriquecedor (VEJA, 2012, p.91)".

Nas duas reportagens acima analisadas o tom essencialista é acompanhado de uma desconsideração pelo caráter de construção social e pela ausência de uma discussão consistente acerca da maneira como a diferença sexual é interpretada. Em "As lições das chefonas", as diferenças sexuais são enunciadas como verdades e, por isto, não se prestam nem mesmo à discussão. Em "Homens e mulheres: a guerra dos sexos no trabalho", em meio a uma avalanche de argumentos essencialistas, existe um breve espaço para um diálogo com pesquisadoras feministas, como Helena Hirata e Françoise Héritier. Entretanto, as frases atribuídas às autoras, ao serem apresentadas de maneira ambígua, confusa e descontextualizada, enfraquecem seus argumentos e não contribuem para propiciar um verdadeiro debate.

Enquanto Françoise Héritier aparece como a principal protagonista da tese segundo a qual as diferenças entre os homens e as mulheres não são biológicas e universais, mas culturais, Helena Hirata, é citada de maneira breve, através de uma única frase a ela atribuída: "A história, a cultura e a sociedade fabricam os conceitos de feminino e masculino". Ora, tudo indica que a ideia de que a sociedade fabrica os conceitos de masculino e do feminino, atribuída a Helena Hirata, ao ser citada fora do pensamento desenvolvido pela autora, parece cumprir a função de corroborar o tom determinista tributado à Héritier, dando a entender que o presumido "fato" da diferença sexual não é fruto da biologia, mas do trabalho cultural da sociedade. Ao que parece o resgate destas autoras, realizado de maneira superficial e reducionista, não parece oferecer risco ao propósito essencialista da reportagem, pois ocorre apenas a substituição de um determinismo biológico por um tipo de determinismo cultural, mantendo-se, portanto, através da fabricação da sociedade, o fato mais importante atestado pela reportagem: a diferença entre os sexos.

É importante salientar que a terceira reportagem submetida à análise, publicada pela revista Veja em marco de 2013, com o título "Filhos? Não, obrigada", é a única que, ao colocar em questão certos pressupostos e

ideias socialmente difundidas acerca das mulheres e da maternidade, promove algum tipo de discussão de gênero. Em linhas gerais a reportagem se coloca como enunciadora de uma "revolução de costumes (VEJA, 2013, p.114)" em que as mulheres, cada vez mais, optam por não ter filhos em favor de uma maior autonomia, liberdade e sucesso na vida pessoal e profissional.

Apesar do tom subversivo que a reportagem procura adotar muitas ideias são apresentadas como evidências, tais como: a de que a decisão de ter filhos cabe às mulheres e a de que os filhos impactam apenas a vida das mulheres. Além disto, a discussão proposta pela reportagem, embora seja baseada em pesquisas demográficas sobre a diminuição do número de filhos entre as famílias brasileiras, praticamente desconsidera os homens enquanto participantes deste processo de decisão, reforçando, de maneira normativa, a ideia de que o suposto dilema entre carreira e vida familiar/pessoal concerne apenas às mulheres.

Assim, os depoimentos apresentados na reportagem são prioritariamente de mulheres, sendo que os homens aparecem de maneira residual, apenas para corroborar as decisões atribuídas à mulher: a de ter ou não ter filhos, a de optar entre a carreira e a vida familiar. Da mesma forma, como as mulheres são as protagonistas da reportagem não há nenhuma discussão sobre o caráter sexuado deste dilema, pois subentende-se que esta problemática entre carreira e vida pessoal/familiar não interfere de nenhuma maneira na decisão dos homens de ter ou não ter filhos.

Neste sentido, constata-se que prevalece uma segregação temática de base sexual, pois o discurso construído pela reportagem indica que esta questão da articulação entre carreira e vida pessoal é específica das mulheres. Como pôde ser constatado, não ocorre uma discussão sobre os determinantes sociais e políticos que impactam nestas "escolhas", ocorrendo uma associação naturalista entre as mulheres e o suposto dilema entre carreira e família. Nenhum homem se pronuncia a este respeito. São as mulheres que afirmam:

> "Era ser mãe ou mergulhar a fundo no meu Ph.D. Fiquei com a segunda opção (VEJA, 2013, p.115)."
> "Não sou desumana nem desprovida de emoções, simplesmente priorizei a carreira (VEJA, 2013, p.115)."
> "Não sou nenhum monstro egoísta, só não tinha a ver comigo. Sempre quis me superar na carreira e entendi que um filho seria um obstáculo nessa busca (VEJA, 2013, p.119)."

De qualquer forma, para os fins propostos para este estudo, cumpre ressaltar que, apesar destas considerações normativas a respeito da reportagem, esta adota um discurso antiessencialista ao contestar a ideia segundo a qual a maternidade seja um destino natural para as mulheres e o melhor caminho para a realização destas. Através do depoimento de várias mulheres que optaram por não ter filhos, a reportagem contesta a ideia de que ser mãe seja algo inerente à condição feminina (VEJA, 2013, p.117). Para isto, recorre-se ao pensamento de Simone de Beauvoir, autora que colocou claramente em questão a ideia de que a maternidade correspondia a uma essência das mulheres.

O tom antiessencialista que a reportagem procura adotar se reflete na citação de teóricos tidos como existencialistas como Jean-Paul Sartre e Soren Kierkegaard, através dos quais afirma-se o postulado sartriano de que a existência precede a essência. Ora, este tom antiessencialista adotado pela reportagem é algo a ser considerado na análise acerca do processo de categorização do masculino e do feminino no discurso produzido pela mídia impressa em torno da carreira de homens e mulheres. Uma questão que chama a atenção nas reportagens analisadas refere-se ao fato de que, enquanto nas duas reportagens analisadas anteriormente, a categorização do masculino e do feminino é amplamente utilizada, possuindo, inclusive, uma função normativa importante no sentido de veicular propósitos essencialistas à respeito dos sexos e das relações que estes estabelecem entre si, nesta ultima reportagem, a qual adota um tom anti-essencialista, a utilização da categorização do masculino/ feminino é praticamente inexistente.

De fato, enquanto na reportagem "Homens e Mulheres: a guerra dos sexos no trabalho" observou-se sete ocorrências da categorização do masculino/ feminino e na reportagem "As lições das chefonas" observou-se treze ocorrências, na reportagem "Filhos, não obrigada" observou-se uma única recorrência, que ocorre no

contexto de uma citação de Simone de Beauvoir contestando a ideia de que ser mãe seria inerente à "condição *feminina*". Ora, este é um dado que, a meu ver, merece uma maior reflexão. A este respeito, sugiro uma hipótese, a ser investigada com maior profundidade em outros trabalhos: a de que a categorização do masculino e do feminino e a utilização de maneira indiscriminada destes vocábulos para se referir aos sexos em suas múltiplas dimensões (biológicas, sociais, psicológicas, políticas), tal como foi observado nas reportagens analisadas, contribui para veicular propósitos essencialistas, universais, generalistas, o que contribui para reificar as categorias, que deixam de ser objeto de problematização.

Nas reportagens analisadas, a utilização indiscriminada dos vocábulos masculino e feminino foi permeada por afirmações generalistas sobre as mulheres ou os homens, pressupondo que estes possuem uma essência compartilhada por todos os membros da categoria. Por intermédio deste pressuposto de coerência e homogeneidade categorial, era de se esperar que as diferentes experiências de mulheres e homens em diferentes situações econômicas, sociais e políticas fossem ignoradas, já que isto poderia perturbar a estabilidade e a coerência da própria categoria.

Ora, como já foi amplamente discutido pela crítica feminista, por intermédio, entre outros, do conceito de intersecionalidade, este é um problema para uma análise que se pretenda crítica: desconsiderar a diversidade das experiências de homens e mulheres, desconsiderar as clivagens, desconsiderar as diferentes relações de poder que se estabelecem entre as categorias e no interior da própria categoria. Assim, as reportagens, ao priorizarem a questão da carreira e da vida pessoal e familiar das mulheres utiliza a experiência de algumas mulheres brancas e bem-sucedidas como um testemunho a servir de exemplo para todas as mulheres.

Acredita-se que esta discussão sobre o processo de categorização do masculino e do feminino, embora circunscrita, neste trabalho, ao discurso produzido pela mídia impressa, muito pode contribuir para fomentar discussões a este respeito no interior da própria crítica feminista. Em estudos anteriores (Cyrino, 2013; Cyrino, 2014), abordei, de um ponto de vista epistemológico, de que forma esta categorização pode empobrecer nossas análises e reduzir o potencial crítico dos nossos estudos. Isto me levou ao seguinte questionamento: o isomorfismo categorial à base deste processo poderia permitir que se acione, de maneira simbólica e velada, uma imagem de um MASCULINO e FEMININO universal, auto-evidente, unificado, coerente, estável, auto-explicativo, implacável, irresistível? (Cyrino, 2013).

Neste caso, estas categorias, que deveriam ser objeto de crítica e problematização, não se tornam evidências quase naturalizadas ? Considerar que o caráter de construção social das relações entre os sexos se manifesta através destas categorias não seria reificar a própria construção social da diferença sexual? ´Talvez seja oportuno, para finalizar estas reflexões, recorrer à Eleni Varikas, autora que em « Penser le genre » faz uma afirmação em forma de advertência : mesmo que o conceito de gênero tenha enfatizado a ideia de construção sociocultural o determinismo psicológico, social ou cultural pode ser tão poderoso quanto o determinismo biológico.

Conclusão

Este paper analisou o processo de categorização do masculino e do feminino no discurso produzido pela mídia impressa, adotando, para isto, alguns procedimentos de desnaturalização e problematização colocados em marcha pela crítica feminista. Através deste estudo objetivou-se compreender tanto as funcionalidades que tais categorias assumem no contexto discursivo das reportagens quanto as consequências epistemológicas que a utilização destas categorias engendram.

A conjugação observada entre a utilização da categorização do masculino e do feminismo e os propósitos essencialistas acerca dos sexos é notável nas reportagens analisadas. De fato, tudo indica que a ausência de uma discussão acerca do caráter de construção social da própria ideia de diferença sexual, bem como a veiculação de ideias essencialistas a respeito dos sexos, apresentadas como da ordem da evidência, "faz sistema" com o procedimento de categorização do masculino e do feminino.

Esta hipótese foi reforçada pela constatação de que a única reportagem que traz uma discussão acerca do caráter de construção social da diferença sexual e que coloca em questão certas crenças naturalistas que

associam a mulher à maternidade, não recorre ao procedimento de categorização do masculino e do feminino. Seria isto uma simples coincidência ou poderíamos pensar que esta categorização se presta realmente a propósitos normativos? Neste sentido, não deveria a crítica feminista conceder mais atenção a este processo de categorização, colocando-o seriamente sob suspeição? Não seria o processo de categorização, em suas múltiplas dimensões, um objeto de estudo privilegiado para se investigar os mecanismos de produção da diferença e do pensamento binário?

Bibliografia

ARCHER, M. (2004), *Culture and agency*: the place of culture in social theory, Cambridge, Cambridge University Press. .

CRENSHAW, K. (1994), Mapping the margins : intersectionality, identity politics, and violence against women of color. In : FINEMAN, M ; MYKITIUK, R. (eds). *The public nature of private violence.* Nova York, Routledge, pp. 93-118.

CYRINO, R. (2014), *Le genre*: du déterminisme biologique au déterminisme socioculturel?. Paris: L´Harmattan.

_____. (2013), A categorização do masculino e do feminino e a ideia de determinismo cultural: uma crítica epistemológica aos usos normativos do gênero, *Anais do Fazendo Gênero 10*, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina.

PISCITELLI, A. (1998), Gênero em perspectiva, Campinas, *Cadernos Pagu*, (11), pp. 141-155.

SCOTT, J. (1989), *Gênero*: uma categoria util para analise histórica (1989), Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila, Disponível em : http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf

VARIKAS, E. (2006), *Penser le genre,* Paris : Presses Universitaires de France.

WITTIG, M, (2013), *La pensée straight*. Paris : Éditions Amsterdam.

Homens que se preocupam com sua beleza são gays? Metrossexual e a sexualidade[1]

Edyr Batista de Oliveira Júnior[2]
edyrjr@yahoo.com.br

Resumo: Analisa-se a comum associação do metrossexual com a homossexualidade. Para isso, examina-se o modo de ser metrossexual e como a Mídia se apropria dessa representação masculina, contribuindo para (re)criar imagens, promover hábitos e consumos. Utilizam-se dados obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com 16 pessoas (cinco mulheres e onze homens), além de materiais midiáticos. Discuti-se de que forma o metrossexual é percebido como uma pessoa fútil e/ou homossexual; uma vez que, esse homem é visto como a representação do masculino que se preocupa, excessivamente, com sua aparência, sendo consumidor de produtos e serviços de beleza. Ver-se-á que o corpo desse homem muito vaidoso pode, ou não, divergir do modelo corporal produzido pelo poder disciplinar da masculinidade hegemônica heteronormativa.

Palavras-chave: Mídias, Masculinidades, Metrossexual, Sexualidades, Corpo

Introdução

Quando a criança nasce, ela passa por um processo de socialização, o qual se caracteriza por ser o momento em que meninos e meninas aprendem a ser membros da sociedade da qual fazem parte. Período em que os pequenos sujeitos são moldados pelas convenções morais e apreendem papéis que eles/elas devem desempenhar no mundo em que estão inseridos. Esse ensinamento/aprendizagem inicial denomina-se "socialização primária" (Berger & Berger, 2004a; 2004b). Nesse intervalo temporal, o menino "aprende" a ser menino e a menina "aprende" a ser menina. Dessa forma, nessa fase estão colocadas questões de "permissão e proibição". Por exemplo, será permitido aos homens brincarem com bolas e carrinhos e proibidas as bonecas e panelinhas; não poderão ter grandes cuidados relativos à beleza: pintar o cabelo, usar maquiagens, nem pensar! É a questão dos interditos que está posta aqui, pois as fronteiras do que são comportamentos masculinos e femininos aceitáveis aparecem na infância como algo muito delimitado por parte dos adultos que educam – mesmo essas fronteiras sendo mutáveis –, uma vez que o discurso hegemônico heteronormativo[3] é fortemente ratificado de várias

---

1 Uma versão deste artigo pode ser conferida no livro "Raça, etnicidade, sexualidade e gênero em perspectiva comparada", organizado por Cristina Donza Cancela, Laura Moutinho e Júlio Assis Simões, o qual se encontra no prelo.

2 Bacharel e licenciado em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Pará (UFPA), mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFPA) e doutorando em Antropologia pelo mesmo Programa. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Faço parte do Grupo de Estudos e Pesquisas com Crianças, Infâncias e Juventudes (Juerê), atuando na Linha de Pesquisa "Gênero, Afetividade e Sexualidade", do Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes Sobre Mulher e Relações de Gênero (GEPEM), atuando como Vice-Coordenador na Linha de Pesquisa "Gêneros, Corpos e (Homo) sexualidades" e do Grupo de Estudos Sobre Marcadores Sociais da Diferença (Pororoca). Trabalho com os seguintes temas: Mídias, Masculinidades, Corpo e Cultura Material. Emails: edyrjr@yahoo.com.br / edyrjr@ufpa.br

3 Segundo Richard Miskolci (2009: 156) o termo "heteronormativo" fora usado, em 1991, por Michael Warner e "[...] expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade [...]". Ou seja, "[...] diz respeito às práticas orientadas pelo modo de viver e pensar o heterossexual [...] determinando o que deve ser feito pelas representações de feminilidades e masculinidades" (Cardoso de Oliveira 2011: 207-208).

maneiras: roupa azul para os meninos, roupa rosa para as meninas; carrinhos, bolas, armas para eles, bonecas e panelinhas para elas… Ou seja, vê-se aí o que Judith Butler (2003) chamou de "performance de gênero", o que vai contribuir para a construção das "identidades de gênero", que definem quais os valores e comportamentos esperados para homens e mulheres.

Essa dicotomia, portanto, evoca as diferenças biológicas e contribui para a justificação da dominação do homem sobre a mulher, uma vez que:

> O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. (Louro 1997: 20–21)

É esse pensamento que o conceito de "gênero" vem problematizar. Visto como uma categoria de análise e, também, política, enfatiza-se com esse termo a construção social e histórica do que antes era pensado como natural: os "sexos"[4], pois "Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença em múltiplas arenas de luta" (Haraway 2004: 211). Desse modo, por meio de relações entre e intragêneros são "formadas" as várias masculinidades e feminilidades:

> "Masculinidades" e "feminilidades" são definidas como construções sociais que variam espacialmente (de uma cultura para outra), temporalmente (numa mesma cultura, através do tempo), longitudinalmente (no curso da vida de cada indivíduo) e na relação entre os diferentes grupos de homens de acordo com sua classe, raça, grupo ético e etário. (Medrado Dantas 1997: 41–42)

As identidades de gênero não são, portanto, inatas. Elas partem de princípios convencionados na sociedade do que sejam comportamentos apropriados para o homem e para a mulher, os quais são ensinados aos indivíduos: "As identidades, que antes eram vistas como sólidas e fixas, hoje, com o 'sujeito pós-moderno', começam a ser percebidas como fragmentadas, se transformando continuamente; como algo móvel, em constante diálogo com o social" (M. Oliveira & Leão 2011: 179).

A globalização, com a "mundialização da cultura" (Ortiz, 1994), acentua essa fluidez nas identidades, uma vez que, com os encurtamentos temporais e espaciais devido, por exemplo, aos avanços tecnológicos nas comunicações, as pessoas entram em contato e tomam conhecimento de vários outros comportamentos ao redor do mundo, o que, também, influencia na construção de si (Hall, 2011: 68). Contudo, apesar dessa possibilidade de outras vivências das identidades masculinas e femininas, geralmente, nos lares, há apenas um "modelo na vitrina" (Collange, 1982).

No entanto, as transformações por que tem passado a sociedade fazem com que certos paradigmas relativos ao adestramento do corpo igualmente se modifiquem. Desse modo, com o peso da obrigação de ser homem aos moldes pré-estabelecidos pela heteronormatividade, com o avanço dos movimentos feministas e, consequentemente, com a cada vez maior inserção da mulher no mercado de trabalho – em atividades outrora destinadas apenas aos homens –, além das mudanças na vivência da masculinidade, fala-se de uma "crise masculina", o que tem contribuído para novas/outras representações da masculinidade (Garboggini, 1999; Silva, 2000; P. Oliveira, 2004; Beleli, 2005; Souza, 2009).

Um ponto interessante dessas transformações é trazido por Márcio Souza (2009), que diz que esse homem é fruto de uma temporalidade marcada pela ressignificação constante entre masculino e feminino, pois "se

---

4 Para um maior esclarecimento sobre o movimento feminista – sua luta, seus ganhos e limitações –, além da importância do conceito de "gênero" para o mesmo, ver Rubin (1993), Scott (1995), Louro (1997), Butler (2003), Haraway (2004), Bento (2006: 11–99), Sifuentes (2010: 40–45), entre outros. Para a contribuição do movimento feminista e dos movimentos gay e lésbico aos estudos sobre homens e masculinidades, ver, por exemplo, Connell (1995), Medrado Dantas (1997: 21–42), Silva (2000), Medrado e Lyra (2008) e Souza (2009).

vivemos em um novo tempo, um novo padrão de comportamento em bases não tradicionais e mais flexíveis, se faz emergente" (p. 133). Sendo assim, se outrora se construía como ideal a imagem de que os homens gastavam com carros e cervejas, por exemplo, não choravam e tinham nenhuma ou pouquíssima preocupação com a aparência – qualquer calça, camisa e chinelos serviam –, cada vez mais, atualmente, essas imagens ideais têm mudado. Os homens expressam preocupação com a apresentação de seus corpos, o que se traduz na frequência de idas às academias, salões de beleza e centros estéticos, para que sua (boa/melhor) imagem seja consumida pelas outras pessoas. O homem do século XXI consome de carros a hidratantes corporais.

É nesse quadro, pelo menos aparente, de maior flexibilidade, de um novo/outro (re)ordenamento dos corpos, que se encontra o "metrossexual" – termo esse criado pelo jornalista Mark Simpson, em 1994, quando escreveu um artigo para o jornal inglês *The Independent*, intitulado "Here come the mirror men". No entanto, o neologismo ganha grande repercussão midiática em 2002, quando Simpson escreve "Meet the metrosexual" para a revista *online Salon* (Garcia, 2004; 2005; 2011; Barreto Januário, 2009).[5]

Para melhor compreender os modos de ser e pensar o metrossexual e, concomitantemente, uma das associações que se faz desse tipo de masculinidade com a homossexualidade, realizou-se, com base em um roteiro semiestruturado, 16 entrevistas com cinco mulheres e onze homens,[6] moradores de Belém do Pará, universitários/as ou graduados/as de diferentes cursos e com faixa etária compreendida entre 18 e 30 anos. A rede de interlocutores/as fora criada a partir de meus laços sociais e, também, de indicações dos/as participantes de outras pessoas que poderiam dialogar comigo. As conversas ocorreram, majoritariamente, na Universidade Federal do Pará (Hera e Cratos, no entanto, conversaram comigo em outros lugares por não fazerem parte desse ambiente).[7]

A dinâmica das entrevistas deu-se da seguinte forma: todas elas foram gravadas, mediante o consentimento dos/as interlocutores/as, partindo de um roteiro semiestruturado, como disse anteriormente. Optei pelo método da pesquisa qualitativa, além de conversar com homens e mulheres, a fim de perceber possíveis diferenças e aproximações em suas percepções sobre o tema aqui analisado (Minayo, 2000; Gaskell, 2005).

Quem é o metrossexual?

A imagem do metrossexual é construída como a de um homem que se preocupa muito com sua aparência. Assim, ele frequenta manicure e pedicure, vai ao salão de beleza, faz diversos tratamentos estéticos, gosta de ir a *shopping centers*, modela seu corpo na academia e/ou por meio de outros esportes, entre outros.

Deste modo, segundo o pesquisador Wilton Garcia, ele é:

> […] um homem que gasta mais de 30% de seu salário com cosméticos e roupas, frequenta o podólogo (ou manicure/pedicure) e adora shopping center. O conceito, assim, aplica-se ao homem que vive nos grandes centros urbanos, ou bem perto, e faz questão de exibir um lado mais delicado, que chora, mas sem assumir, necessariamente, uma postura feminina. (Garcia, 2011: 123–124)

Além disso, "São homens de alto poder aquisitivo, cujos hábitos de consumo envolvem roupas de grife, carros luxuosos, cremes antirrugas e tratamentos de beleza" e, por isso,

---

5 Os textos "Here come the mirror men", "Meet the metrosexual" e outros, sobre esse assunto, de autoria de Mark Simpson, podem ser conferidos em: <http://marksimpson.com/pages/journalism/www.marksimpson.com>.

6 O nome dos/as interlocutores/as foram trocados para preservar suas identidades. Além disso, a fim de mostrar o lugar de onde as pessoas com quem conversei falam, sem, no entanto, revelar muito sobre elas, disponibilizarei, quando do uso de seus discursos, informações relativas, por exemplo, às suas idades, estado civil etc.

7 Importa dizer ainda que os interlocutores não foram escolhidos para conversarem comigo por serem metrossexuais, mas por eles – e no caso das interlocutoras também – terem assistido a telenovelas em algum momento de suas vidas. Contudo, três interlocutores, Apolo, Cratos e Zeus, durante suas respectivas entrevistas, se autodeclararam metrossexuais, devido aos grandes cuidados que estes tinham com suas aparências. A pesquisa mais ampla, na qual este artigo se baseia, buscava analisar o modo de ser e de pensar o metrossexual a partir das telenovelas (Oliveira Júnior, 2012).

> […] fica atento às novas joias lançadas para homens, usa base para os lábios, gel esfoliante e creme para o corpo, além de combinar suas peças de roupa, inclusive cuecas das melhores marcas. Gosta de produtos importados, tecidos de qualidade, caros, com detalhes finos e extravagantes, carros esportivos velozes. Gosta de novidades, ganha e gasta muito dinheiro e não quer passar despercebido de jeito nenhum. (loc. cit.)

Essa forma de conceituar e delimitar o metrossexual sofre alterações se levarmos em consideração o contexto sociocultural dos lugares em que as pessoas residem e os vários capitais (cultural, social, econômico e simbólico) constituintes dos sujeitos (Bourdieu, 2007). Nem todos seguem (ou mesmo podem seguir), à risca, a lista que Wilton Garcia cita. Contudo, o termo contribui para que, por exemplo, os jogadores de futebol David Beckham e Alex Alves, o ator Brad Pitt e os cantores Justin Timberlake e Luan Santana sejam vistos como metrossexuais, independente de sua autodefinição ou do que eles deixam ou não de fazer/consumir, pois as pessoas costumam identificá-los como metrossexuais por certas insígnias, como o suposto cuidado excessivo com as roupas que vestem, com os estilos dos cabelos e o uso de acessórios. Desse modo, a visão, aparentemente, fechada e estereotipada do que é ser metrossexual é (re)significada pelos/as interlocutores/as e demais pessoas. Portanto, entre as pessoas com quem conversei, há quem diga que o homem preocupado com a aparência, vaidoso, que gosta de usar roupa de grife, passa creme no corpo, vai à manicure e pedicure, gosta de frequentar *shoppings* e sabe sobre moda, gastronomia e vinhos é metrossexual. Ao mesmo tempo, é visto como "mauricinho", "cheio de frescuras", "muito vaidoso", "brega", "pós-moderno", "fútil", "vaidoso e elegante", "preocupado em ser jovem", "publicitário, dono de grife, rico", "andrógino" e como quem "quer se cuidar e tem disponibilidade e dinheiro para isso".

Outrora marcados pelo discurso predominante da insensibilidade e de certa despreocupação com a forma de apresentar seus corpos, os homens identificados com o que chamamos de metrossexual parecem legitimar o discurso da necessidade do cuidado de si e com a aparência, gastando dinheiro, por exemplo, com produtos de higiene e beleza. Parecem legitimar as práticas e valores associados ao corpo vaidoso.

Assim, o metrossexual vem misturar o que, no senso comum, pensa-se como fixo e único, próprio ao masculino e ao feminino, uma vez que ele associa ao mesmo tempo em que embaralha a expressão de preocupação com o corpo, o uso de produtos, o consumo de espaços outrora pensados apenas às mulheres etc. com aspectos convencionados à masculinidade hegemônica, como força, virilidade e provisão do lar (quando casados)... (Garcia, 2004; Eugenio, 2006).

Sendo assim, aponto dois pontos que considero interessantes para se pensar questões relativas ao modo de ser metrossexual. Primeiro, que essa vertente masculina vem "borrar as fronteiras de gênero". De acordo com Fernanda Eugênio (2006: 162):

> Os metrossexuais […] investem no borrar das fronteiras de gênero por meio da composição de um visual andrógino e do prazer em adotar os recursos cosméticos disponíveis no mercado – homens adeptos de saias, unhas pintadas, maquiagens, tratamentos *anti-age* e mesmo cirurgias plásticas [...]

Segundo, esse homem extremamente vaidoso, alvo e objeto da mídia, do *marketing,* transmite por meio de sua paisagem corporal um *mix* entre masculinidade e feminilidade:

> No caso dos homens, o cuidado com o corpo atende não apenas a necessidade de se mostrar másculo e forte […], mas, antes de tudo, almeja o desenvolvimento do corpo esbelto, atraente, desfrutável, pronto para uma jornada de prazer, aproximando-se assim do estereótipo "homem objeto", reforçado pelos estímulos contínuos promovidos pelas imagens da mídia e por modelos e atores que se transformaram em padrão fenotípico para muitos homens das camadas médias e altas. […]
> Apesar de todas essas considerações, seria ingenuidade dizer que a publicidade

> deixa de explorar a imagem do homem tradicional, formado pela cartilha do ideal moderno de masculinidade. Atirando em todas as frentes, para vender sabonetes, cigarros, lâminas e espuma de barbear, perfumes, desodorantes, camisas, sapatos e tudo o mais que se quiser imaginar, não são poucos os publicitários que lançam mão das imagens de aventura, vastos espaços, florestas, animais selvagens, oceanos, montanhas, esportes radicais, quinquilharias futurísticas etc., numa clara associação com os presumidos atos masculinos de afrontar os perigos, conquistar os espaços, dominar o selvagem, submeter o desconhecido, empreender ações importantes, fazer frente ao futuro, enfim vencer, subjugar, impressionar, possuir: *always*. (P. Oliveira, 2004: 121–122)

Pensar o homem enquanto um sujeito vaidoso não é novidade – cada época teve seus modelos (Flocker, 2004, p. 12). Basta lembrar os tipos de cultos ao corpo que faziam os gregos, os romanos, reis e aristocratas, por exemplo, como nos mostram as iconografias históricas. Isso porque "[…] o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais" (Foucault, 2010: 28–29); uma vez que "A história do corpo não pode ser separada ou deslocada dos dispositivos de construção do biopoder. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo vivo da história do processo de produção-reprodução sexual" (Bento, 2006: 87).

O que diferencia é a criação do termo "metrossexual" – designação "*fashion*-mercadológica", como chama Garcia (2004; 2011) e Eugênio (2006) –, mas também proposta classificatória que mescla vaidade, o cuidar de si, com o consumo. Fruto de uma sociedade consumista, esse homem pós-moderno é resultado da contemporaneidade e possui o que Pedro de Oliveira (2004: 118) chamou de "identidade *bricolage*", que é "um conjunto de gostos heteróclitos no mesmo agente, fazendo-o uníssono na polifonia consumista em que ele se insere". Ou, como fala Stuart Hall (2011: 13), esse indivíduo é "[…] composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas".

Integrante da sociedade do espetáculo (Debord, 1997), de consumo (Baudrillard, 1991a) e da cultura da mídia (Kellner, 2001), esse tipo masculino frequentemente pode ser visto na televisão, nas revistas, nos anúncios publicitários... Esse homem passa a ser objeto de desejo das mulheres e de outros homens, e é em cima disso que ele constrói sua imagem.

Assim, conforme me disseram durante nossas conversas, a maioria dos/as interlocutores/as teve contato com esse neologismo via televisão, meio que, portanto, ainda se configura como fonte importante de conhecimento em nossa sociedade. Mesmo com a facilidade de acesso a outros veículos de comunicação, como revistas e internet, a informação, o "novo", chega a muitas pessoas, principalmente, de forma televisionada:

> As primeiras chamadas para isso, acho que vem de reportagem de TV, de jornal televisionado. (Nomos, 27 anos, negro, homossexual, solteiro, graduado em Ciências Sociais)
>
> A televisão é a grande propagadora dessa questão da metrossexualidade e de outras coisas. (Poseidon, 24 anos, negro, homossexual, solteiro, graduado em Ciências Sociais)

Destarte, algumas perguntas possíveis diante desse *novo*, no qual o metrossexual faz parte, e que a televisão contribui na divulgação, são: Como é pensando o corpo do metrossexual? Também, de maneira esse homem muito vaidoso é apresentado/representado na mídia com relação, por exemplo, ao consumo, a sua sexualidade? A representação é importante, pois é a partir dela que ocorrerá o reconhecimento e/ou identificação, no caso da mídia, por parte dos públicos-alvos. Portanto, é necessário levar em consideração a questão do espaço e do tempo, conforme nos alerta Stuart Hall:

> […] o tempo e o espaço são também as coordenadas básicas de todos os sistemas de *representação.* Todo meio de representação – escrita, pintura, desenho, fotografia, simbolização através da arte ou dos sistemas de telecomunicação – deve traduzir seu objeto em dimensões espaciais e temporais. (Hall, 2011: 70)

Falar, mostrar e representar um homem vaidoso quando as telenovelas começaram a ser exibidas, por exemplo, é diferente de fazê-lo atualmente, pois os sinais diacríticos são outros. O que faltava naquele e que sobra neste, dentre outras características, é o consumo.

Sendo assim, "[…] a representação é uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social" (Moreira, 2008: 51). Por isso, pode-se ver a representação como uma simulação do real (Baudrillard, 1991b) e, portanto, como algo questionável, uma vez que perpassa pela concepção de determinados atores sociais (Minayo, 2000: 174).

É necessário dizer ainda que, segundo autores como Wilton Garcia (2004; 2005; 2011), Soraya Barreto Januário (2009) e Leila Freitas (2011), o termo metrossexual é resultado da contração entre as palavras metrópole e heterossexual, e que a publicidade se apropria desse neologismo para alcançar um público consumidor masculino heterossexual que, acostumado a comprar carros, cervejas e revistas eróticas, por exemplo, agora pode expandir seu poder de compra para outros produtos.

Na verdade, a publicidade, ao utilizar-se desse termo, reposiciona e reinscreve na cena contemporânea o consumo, uma vez que o emprego do neologismo possibilita aos homens comprarem produtos que sempre estiveram à sua disposição: cremes, xampus, condicionadores... Contudo, agora, estão com o rótulo *for men*, assegurando, dessa forma, o consumo ao público masculino.

> [Trata-se] de um reposicionamento de negócios empresariais, que apenas foram ressignificados para garantir uma circulação de conceito. Com a invenção desse metrossexual, o marketing consegue elaborar uma infinidade de produtos para potenciais consumidores masculinos distraídos, pois esses produtos já existiam nas prateleiras de hipermercados e *shoppings* (Garcia, 2005: 119).

Devido a todo esse cuidado com a aparência, o uso de produtos de beleza e serviços estéticos que antes só era pensado como próprio às mulheres pode ter feito recair sobre o metrossexual a dúvida sobre sua sexualidade. É bem recorrente ouvir as pessoas dizerem que o homem atualmente usa "produtos de mulher", pois frequenta *spas* e outros espaços ditos "femininos", faz depilação e usa maquiagem. Reclama-se hoje, também, que os homens estão demorando muito mais que as mulheres para se arrumar. Esses novos/outros comportamentos se enfrentam com os dogmas da heteronormatividade, que pregam que o homem não pode se preocupar em demasiado com questões estéticas e que ele deve ser, por exemplo, prático ao se vestir, o que apareceu com frequência no discurso das pessoas entrevistadas.

Que relações, portanto, são criadas entre o metrossexual, o cuidado estético de si e a sexualidade dos homens? Como os/as interlocutores/as desta pesquisa pensam a sexualidade do metrossexual? Afinal, ser metrossexual é ser gay?

O metrossexual e a sua sexualidade

Todas as pessoas com quem conversei destacaram que o metrossexual é alvo de preconceitos por ter atitudes e práticas de consumo pensadas como exclusivas às mulheres. O homem muito vaidoso é visto com certa desconfiança por romper as barreiras dos gêneros, ou melhor, por transitar performaticamente na fabricação de seu corpo:

> Tem muita gente que tem preconceito. Dizem que o metrossexual seria um cara que é gay que não tem coragem de assumir. A maioria das pessoas fala isso, que não existe

> metrossexual, o que existe é um gay que é enrustido. Mas eu acho que, muitas dessas coisas acontecem porque há muito desconhecimento. (Poseidon, 24 anos, negro, homossexual, solteiro, graduado em Ciências Sociais)
> A maioria eu acho que ainda encara com um pouco de preconceito, porque tende a relacionar isso à orientação sexual. Dessa forma, a maioria diz que os metrossexuais são gays […] (Nomos, 27 anos, negro, homossexual, solteiro, graduado em Ciências Sociais)
> Eu vejo muito os metrossexuais como alvos de chacotas […]. A maioria da sociedade ainda não se adaptou com esse conceito de que o homem se preocupa com ele mesmo […] (**Ártemis**, 20 anos, branca, heterossexual, solteira, estudante de Jornalismo)

Dessa forma, é comum algumas pessoas confundirem o "sexual" do neologismo com o "sexual" constituinte do vocábulo "homossexual". Acredito que falar na existência de uma "metrossexualidade" contribui para isso, pois dá a sensação de que essa palavra tenha relação com a condição sexual da pessoa, tal como heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, transexualidade etc. A princípio, quando o termo foi cunhado, a grande questão que se colocava não era a sexualidade do homem, mas sim o seu cuidado com o corpo, um prazer, *a priori*, não sexual. Quando o metrossexual faz limpeza de pele, vai à manicure, à academia moldar os músculos, quando ele se arruma com suas várias combinações de roupas e acessórios, ele quer ser visto, se sentir bonito, desejado: "O metrossexual pode ser gay, bissexual, ou heterossexual, mas isso é absolutamente desimportante, já que ele tem a si mesmo como seu objeto de amor. Ele é o narcisista dos novos tempos" (Simpson, 2004).
A "metrossexualidade", portanto, não pode ser vista como sendo um comportamento ligado à sexualidade – apesar do senso comum, muitas vezes insistir nessa associação. No máximo, a mesma poderia ser considerada como referência a um estilo de vida, um modo de vivenciar a masculinidade, pautado em muitos/grandes cuidados com a aparência. Ou seja, pensar a metrossexualidade como um conjunto de ações e valores comuns – mas não únicos, excludentes ou fixos – que identifique uma pessoa como sendo metrossexual ou não.
No entanto, vejo como problemática o uso das palavras "metrossexualidade" e, como já ouvi e li, "metrossexualismo", pois dão a ideia de referência à condição sexual dos sujeitos. Portanto, ao invés de se falar em "metrossexualidade" e/ou "metrossexualismo", sugiro o uso da expressão "modo de ser metrossexual", pois desconsidera com quem esse homem muito vaidoso se relaciona sexualmente e coloca em evidência o que essa pessoa faz para fabricar o seu corpo, para cuidar de si.

> Uma das características que define o metrossexual é que ele está além de estereótipos sexuais. Ele sabe quem é e o que quer. Por essa razão, não sente compulsão a defender sua masculinidade fazendo pose ou ameaçando os outros. O metrossexual sabe que, para ficar confortável consigo mesmo, ele precisa deixar que os outros sejam eles próprios. A heterossexualidade, a bissexualidade ou a homossexualidade dos outros não importa para ele, a não ser, é claro, que esteja interessado nessa pessoa. Aí ele precisa saber. (Flocker, 2004: 156)

Contudo, a mídia como um todo tem trabalhado em direção contrária a essa possibilidade do metrossexual transitar entre as sexualidades e acaba fixando esse tipo masculino na heterossexualidade. Não há a exibição – nem mesmo uma insinuação – do gay ou bissexual como metrossexual, mas e os meios de comunicação, quando apresentam esse "novo/outro" homem, procuram afirmar essa possível heterossexualidade, esse sucesso com as mulheres. Em *Cobras &Lagartos* (2006), por exemplo, Tomás (Leonardo Miggiorin) – o primeiro personagem de telenovelas a se autodenominar metrossexual – era heterossexual. Isso acontece, provavelmente, para poder encorajar os homens, cujo desejo sexual está direcionado ao outro sexo, a saírem de suas cômodas, de detrás dos espelhos, para consumir produtos que sempre estiveram nas prateleiras dos supermercados e farmácias e que, atualmente, começam a sair de suas fábricas com o rótulo de "*for men*".
A idéia de que o metrossexual é sempre hétero e que seu cuidado com a aparência tem o objetivo de atrair as mulheres é uma invenção da publicidade. […] não há nenhuma evidência de que eles sejam sempre héteros. Essa idéia foi estabelecida porque gays vaidosos não são novidades...

[…]
O homem heterossexual está perdendo a vergonha de ser vaidoso, de cuidar da aparência. (Simpson, 2004).
O depoimento acima do criador do termo, Mark Simpson, parece demonstrar que a publicidade, ao usar a palavra "metrossexual", vem dar algum tipo de respaldo para os homens heterossexuais serem vaidosos sem culpa, pois muitos homens, a fim de justificar o consumo de cremes antirrugas e as muitas horas na frente do espelho, utilizam-se da categoria "metrossexual" como escudo, como uma justificativa para suas práticas; haja vista que, como nos fala Mirian Goldenberg (2005): "[…] em nossa sociedade, os 'homens de verdade' não devem demonstrar preocupação com a aparência, pois podem ser considerados afeminados ou gays" (p.74).
Cabe ressaltar a importância do personagem Tomás (Leonardo Miggiorin), de *Cobras &Lagartos* (2006) para a visualização, divulgação e discussão dessa "vertente de masculinidade metrossexual", apesar do personagem caricato como foi esse:

> Na história, Tomás é o típico "almofadinha". Viciado em cremes, roupas e tudo o que envolve a estética masculina, ele é o chamado "metrossexual […]
> Além disso, [Tomás] teve o visual – louro platinado com lentes azuis – obviamente inspirado em David Beckham, jogador de futebol inglês, ícone deste novo modelo de homem. "É uma tentativa do próprio Tomás de parecer mais sofisticado", justifica [Leonardo Miggiorin]. Mesmo assim, o ator reconhece que o personagem não deixa de ser uma caricatura. "O texto sublinha este lado vaidoso do Tomás. Eu tento fazê-lo com leveza, para não ficar escrachado", preocupa-se. (Tietagem em cena, 2006)

Eu não saberia dizer se o personagem do Leonardo Miggiorin em *Cobras & Lagartos* (2006) serviu para mostrar aos telespectadores esse outro tipo masculino como uma vertente masculina possível e existente ou se o mesmo contribuiu para que os homens vaidosos fossem vistos como fúteis, como uma versão, nesse caso hétero, do gay que diverte nas telenovelas.
A questão da futilidade é um ponto importante quando se fala no modo de ser metrossexual. Muitos são os que consideram inapropriada para os homens a preocupação com a aparência e acham que o metrossexual é uma pessoa artificial por se preocupar em parecer sempre objeto de desejo, pois se tem a ideia, no senso comum, de que cuidados estéticos, preocupação com a aparência e ser vaidoso ou vaidosa é algo supérfluo:

> Ele deixa de levar em consideração outros valores, outras coisas tão importantes quanto a sua beleza […] Se interessar por assuntos não só ligados à moda, ou então, a cremes, à beleza, mas ligado à literatura, a pintura, a artes, política […] (Morfeu**,** 22 anos, negro, "hétero-gay",[8] solteiro, estudante de Ciências Sociais)
> Muitos veem os metrossexuais como um cara fútil […] Parece que um homem "normal" não poderia ser metro […] (Maia, 27 anos, branca, heterossexual, solteira, graduada em Publicidade e Propaganda)
> […] o metrossexual nem sempre se preocupa com essas questões intelectuais. Ele se preocupa mais com as questões estéticas. (**Ártemis,** 20 anos, branca, heterossexual, solteira, graduanda em Jornalismo)

Wilton Garcia (2011) também chama a atenção para o fato de o metrossexual se preocupar tanto com a "fabricação" do seu corpo, tornando-se um "escravo do bom gosto", e, assim, ter como consequência "esquecer-se de pensar, refletir sobre a vida" (p. 126). Contudo, deve-se lembrar que esse homem gosta dos holofotes em

8 Durante a conversa que tive com Morfeu, ele se autodeclarou "hetero-gay" por não se reconhecer com um perfil de "masculinidade oficial", pois, dentre outras características, disse gostar de assuntos que fugiam ao padrão da masculinidade, como literatura e romances.

sua direção. O metrossexual não colocará em risco as atenções dos outros sobre si – adquiridos, em um primeiro momento, com sua aparência e estilo – com um parco conhecimento das coisas. Afinal, o conhecimento faz parte da construção desse homem, do seu sucesso, uma vez que o mesmo precisa circular entre as pessoas e inserir-se nas rodas de conversas. Desse modo, o metrossexual se preocupa em saber um pouquinho de tudo, pois, ele tem ciência de que isso é importante para sua sociabilidade: "[…] saber um pouco sobre um monte de coisas é muito melhor do que cambalear por aí com sapatos cafonas e um guardanapo enfiado na gola da sua camisa. Afinal, seu estilo pessoal vai além do conteúdo do seu guarda-roupa" (Flocker, 2004: 16). Dizer que o tipo masculino que se preocupa muito com sua aparência só sabe falar de cremes e xampus é ignorar, por exemplo, a carreira profissional desse homem: Apolo, Cratos e Zeus, que se autodenominaram metrossexuais, são estudantes ou formados em Publicidade e Propaganda (os dois primeiros) e em Direito – algo que não veio apenas se admirando no espelho.

Reforçando a "heterossexualização" do referido termo, podemos citar ainda a entrevista sobre o metrossexual que o apresentador Rafael Molina deu ao programa *Mulheres*, da TV Gazeta. Ele fez questão de salientar que ser metrossexual não é ser gay, mas gostar muito de si, e, por isso, buscar os tratamentos estéticos disponíveis. Além disso, perguntado sobre a aparente futilidade do metrossexual, ele responde que a aparência externa deve refletir a interna, e, mais do que procurar preencher a falta de algo na vida com os embelezamentos, as pessoas devem buscar um equilíbrio.[9]

Porém, muitos homens têm receio de se assumirem metrossexuais. A possibilidade de terem a sua virilidade questionada ou mesmo de serem vistos como alguém que perde tempo com "coisas desimportantes" faz com que muitos utilizem o termo metrossexual, também, como uma "categoria de acusação": o metrossexual é o outro. Mesmo quando suas práticas são idênticas ao desse homem muito vaidoso, que a partir de 1994 fora rotulado, há homens que preferem ser reconhecidos "apenas" como vaidosos, como pessoas que têm consciência de que o cuidado com o corpo e com a aparência é uma necessidade nos/dos dias atuais. Sobre isso, posso fornecer dois exemplos que considero significativos: o interlocutor Hipnos (24 anos, pardo, bissexual, solteiro, estudante de Direito) e o personagem André Gurgel (Lázaro Ramos), de *Insensato Coração* (2011).

Hipnos fora-me indicado como metrossexual. No entanto, mesmo fazendo depilações, usando cremes no corpo e gastando quase ou mais de 30% do que recebe em roupas, por exemplo, ele não se considera como tal. Segundo este, "sairia de casa sem estar com uma boa roupa, sem nenhum problema". Entretanto, pode-se problematizar o "sem estar com uma boa roupa", pois, durante nossa conversa, falou-me que era "bem exigente em relação às roupas" e que procura peças com bons cortes e tecidos, analisando, no caso de camisas sociais, se elas são feitas "de tecido egípcio que melhora a transpiração, que não fica com aquele cheirinho, nem marca com o suor". Acredito que sua reação seja de rejeição do termo, devido ao receio de ser considerado fútil e sem conteúdo, conforme sua fala sugere:

> Eu sou preconceituoso contra metrossexuais. Eu olho um cara que é metrossexual, via de regra, e falo: "Poxa, o cara gasta tanto tempo com isso, poderia aproveitar a vida dele melhor!" […] Tu começas a ver um monte de caras que vivem incondicionalmente na academia e fora de lá só compram roupas e vão ao salão e não sei o que mais… Só tem cara gostoso aí, que não tem nenhum conteúdo, entendeu? (Hipnos, 24 anos, pardo, bissexual, solteiro, graduando em Direito)

Com o personagem de Lázaro Ramos, André, em *Insensato Coração* (2011), a atitude é semelhante. André era *designer* e sempre estava muito bem vestido, com adereços bonitos, caros e chiques, como destacara algumas pessoas com quem conversei. Ele era visivelmente muito vaidoso.[10] No entanto, em cena no qual ele está se

---

9 Para assistir ao programa da TV Gazeta a que faço referência, cf. Deeplasero8 (2008a, 2008b). .

10 No período em que realizei minhas entrevistas, *Insensato Coração* (2011) estava sendo transmitida na Rede Globo, no horário das 21 horas. Desse modo, o personagem André Gurgel (Lázaro Ramos) fora muito citado como exemplo de metrossexual.

mudando para a casa de Carol (Camila Pitanga), ele reclama do pouco espaço que ela deixara no guarda-roupa para as coisas dele:[11]

> **André:** [vendo o espaço que Carol reservou para ele no guarda-roupa] Só isso?
> **Carol:** Como só isso, André? Você só trouxe duas malinhas.
> **André:** Não, porque aqui eu só trouxe minhas roupas básicas. Eu não trouxe as coisas mais pesadas: casacos, suéteres…
> **Carol:** Ai, meu Deus! Não! Eu esqueci que eu botei para dentro da minha casa um metrossexual [rindo].
> **André:** Como é que é? Que é…? Como é que é? Você me chamou do que aí? Olha só! Você pode me chamar de qualquer coisa, [sorrindo] mas nunca mais na vida você repete essa palavra pra mim.
> **Carol:** Ai! Tá bom! Tá bom! Vaidoso pra caramba é melhor? Não, porque eu esqueci que você não tem um guarda-roupa normal, de homem, tipo cinco camisas, duas calças… Imagina! (Insensato Coração, 2011).

Pode-se ver, pelo diálogo transcrito, que André (Lázaro Ramos) não gostava de ser reconhecido como metrossexual, provavelmente por que seu papel na trama de Gilberto Braga e Ricardo Linhares era o de "pegador" e ser enquadrado na categoria de metrossexual poderia não ser boa para sua imagem. Ele aceitaria ser chamado "de qualquer coisa", menos pelo termo que atualmente denomina os homens muito vaidosos. Além disso, dois pontos podem ser destacados na fala de Carol (Camila Pitanga). Primeiro, o "vaidoso pra caramba", pois como já apresentei neste trabalho, muitos homens preferem ser vistos como "muito" ou "apenas"vaidosos do que pelo termo cunhado por Mark Simpson. Segundo, quando ela diz que o pai do seu filho "não tem um guarda-roupa normal, de homem", por ter muitas peças, ela está colocando em prática um discurso sexista e preconceituoso, mesmo que o tom da sua fala e o ambiente da cena sejam de descontração. Se o "normal" é um homem ser diferente do que André (Lázaro Ramos) é, então ele é um "anormal" por cuidar da sua aparência? Um "indivíduo a corrigir" por não seguir as normas ditadas aos corpos pela masculinidade hegemônica? A sexualidade também é posta em questão com o "de homem", porque, mais do que se referir ao gênero masculino e/ou feminino, a personagem de Camila Pitanga, sutilmente, fala da sexualidade de André (Lázaro Ramos), como se o comportamento dele fosse algo aceito para as mulheres ou para os gays – devido sua feminilização –, mas não para um homem heterossexual.

Ainda sobre o questionamento da condição sexual dos metrossexuais, a banda de forró BuliCumTu fez uma música intitulada *O metrossexual*, cuja letra coloca em questão a masculinidade desse homem muito vaidoso. Em um trecho da canção, o grupo usa do seguinte jogo de palavras: "Ele perdeu o seu anel, não teve como evitar […]". Esse episódio, na música, acontece no videoclipe devido à grande vaidade do personagem metrossexual. Popularmente, o "anel" faz referência ao ânus. Dizer que alguém "perdeu o anel" é dizer que o ânus fora penetrado, subjugado. Assim, a vaidade masculina é satirizada, e a sexualidade desse homem colocada em dúvida. Noutra parte, enquanto os instrumentos tocam, o vocalista fala: "Exagere não, viu patrão? A primeira coisa que acontece é perder o anel"; e, finalizando o forró: "Não adianta chorar agora não. Perdeu, foi-se! É do povo!". A letra dessa música resume o pensamento que muitos têm sobre os comportamentos e valores metrossexuais. Percebe-se como o metrossexual é visto por muitas pessoas associado à homossexualidade. Por ele gostar de cuidar da aparência, usar cremes, frequentar salões de beleza, entre outros, esse tipo masculino é representado com estranhamento, por vezes reprovado pela conduta diferente da qual se convencionou que deve ser o comportamento do homem em nossa sociedade.

Em minha pesquisa, contudo, os/as interlocutores/as não associaram o metrossexual ao gay. Ele é um homem que se preocupa em se cuidar e gasta muito para isso. Se for hétero, homo ou bissexual, para eles/elas não importa:

---

11 A cena da qual irei destacar apenas algumas falas pode ser assistida, na íntegra, no seguinte endereço: <http://tvg.globo.com/novelas/insensato-coracao/videos/v/andre-comeca-a-mudanca-para-casa-de-carol/1554805>.

> Acho que independe a questão da orientação sexual. Não tem muita ligação. A meu ver, não tem ligação alguma. (Perseu, 30 anos, branco, não se define quanto à sexualidade, solteiro, graduado em Psicologia)
> Ele pode ser metrossexual sendo homossexual. Assim como ele pode ser metrossexual sendo heterossexual. Eu acho que é uma coisa que está fora dessa questão de orientação. (Poseidon, 24 anos, negro, homossexual, solteiro, graduado em Ciências Sociais)
> Eu acho que o metrossexual não diz respeito à sua opção sexual, à sua orientação sexual. O metrossexual diz respeito a um estilo de vida, assim, numa forma de tu te vestires, na aparência, de tu falares […] pode ser hétero metrossexual, como pode ser homo metrossexual. (Afrodite, 30 anos, negra, heterossexual, em uma união estável, graduada em Ciências Sociais)
> […] eu acho que a metrossexualidade independe do gênero da pessoa, da orientação sexual. Então, eu acho que pode sim haver um metrossexual tanto gay como homem, assim, heterossexual, homossexual […] (Atena, 19 anos, negra, heterossexual, solteira, estudante de Direito)

O modo de ser metrossexual não está relacionado com a sexualidade das pessoas, afinal, as identidades estão sempre se reinventando. Inicialmente, a relação desse tipo masculino com a heterossexualidade, como o próprio criador do termo falou, é uma construção do *marketing* e da publicidade, não de exclusividade a um tipo de manifestação da sexualidade.

Assim, com o intuito de nomear esse homem que cuida muito da aparência, que não tem receio de gastar com produtos de beleza, por exemplo, surge o termo metrossexual, o qual vem (de)marcar esse "novo/outro" consumidor, porque eles compram – e como compram! Talvez alguns se aproveitem da designação "*fashion*-mercadológica" para viverem a vaidade. Outros preferem manter-se longe para não levantar falsas suspeitas. No final, todos fazem a mesma coisa: consomem. Consomem a si na frente dos espelhos e, também, produtos e lugares.

Referências

BARRETO JANUÁRIO, S. M. B. (2009). "O homem contemporâneo e sua representação social nos media". *Passages de Paris*, édition spéciale, pp. 223–235.

BAUDRILLARD, J. (1991a). *A sociedade de consumo.* Rio de Janeiro: Edições 70.

_____. (1991b). *Simulacros e simulação.* Lisboa: Relógio d'Água.

BELELI, I. (2005), *Marcas da diferença na propaganda brasileira.* Tese de Doutoramento, Campinas: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas.

BENTO, B. (2006). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond.

BERGER, P. L., BERGER, B. (2004a). "O que é uma instituição social?". In J. de S. Martins, M. M. Foracchi (eds.), *Sociologia e sociedade*: *leituras de introdução à sociologia.* Rio de Janeiro: LTC, pp. 163–168.

_____. (2004b) "Socialização: como ser um membro da sociedade". In J. de S. Martins, M. M. Foracchi (eds.), *Sociologia e sociedade*: *leituras de introdução à sociologia.* Rio de Janeiro: LTC, pp. 169–181.

BOURDIEU, P. (2007). *A distinção: crítica social do julgamento.* São Paulo/Porto Alegre: Edusp/Zouk.

BUTLER, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Cardoso de Oliveira, R. (2011). "A heteronormatividade e a propaganda: a reificação da mulher em campanhas publicitárias de cerveja". In M. A. Motta-Maués, M. L. M. Álvares, E. F. dos Santos (eds.), *Mulheres amazônidas: imagens – cenários – histórias*. Belém: GEPEM, pp. 207-228.

COLLANGE, C. (1982). *Como vão os homens?* São Paulo: Difel.

CONNELL, R. W. (1995), "Políticas da masculinidade". *Educação & Realidade*, 20 (2), pp. 185–206.

DEBORD, G. (1997). *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo.* Rio de Janeiro: Contraponto.

DEEPLASERo8. (2008a), "Metrossexual 1.mkv". *YouTube.* Disponível em <htpps://www.youtube.com/watch?v=IdkMXFb1LMk>. [consultado em 30-7-2011).

____. (2008b), "Metrossexual 2.mkv". *YouTube.* Disponível em <htpps://www.youtube.com/watch?v=4nxh6FnJoWk>. [consultado em 30-7-2011).

EUGÊNIO, F. (2006), "Corpos voláteis: estética, amor e amizade no universo gay". In M. I. de Almeida, F. Eugênio (eds.), *Culturas jovens: novos mapas do afeto.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp. 158–176.

FLOCKER, M. (2004). *O metrossexual– guia de estilo: um manual para o homem moderno.* São Paulo: Planeta.

FOUCAULT, M. (2010), "O corpo dos condenados". In ____, *Vigiar e punir: nascimento da prisão.* 38ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, pp. 9–33.

FREITAS, L. K. M. R. (2011), "Novos modos de (a)enunciar o masculino na mídia: o discurso da publicidade sobre o metrossexual". *Litteris*, 7, pp. 1–15. Disponível em: <http://revistaliter.dominiotemporario.com/doc/Novos_modos_de_%28a%29enunciar_o_masculino_na_midia_o_discur_so_da_publicidade_sobre_o_metrossexual.pdf> [consultado em: 20-7-2011].

GARBOGGINI, F. B. (1999). *O homem no espelho da publicidade: reflexão e refração da imagem masculina em comerciais de TV nos anos 90.* Tese de doutoramento, São Paulo: Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

GARCIA, W. (2004), "O corpo contemporâneo: a imagem do metrossexual no Brasil". *Mneme*, 5(11), pp. 1-15, Disponível em <http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme11/097.pdf>. [consultado em 10-3-2011].

_____. (2005). *Corpo, mídia e representação: estudos contemporâneos.* São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

_____. (2011). *O metrossexual no Brasil: estudos contemporâneos.* São Paulo: Factash.

GASKELL, G. (2005), "Entrevistas individuais e grupais". In M. Bauer, G. Gaskell (eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.* Petrópolis: Vozes, pp. 64–89.

GOLDENBERG, M. (2005), "Gênero e corpo na cultura brasileira". *Psicologia Clínica*, 17(2), pp. 65–80.

HALL, S. (2011). *A identidade cultural na pós-modernidade.* 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A.

HARAWAY, D. (2004), "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra". *Cadernos Pagu*, 22, pp. 201–246.

INSENSATO CORAÇÃO. (2011), "André começa a mudança para casa de Carol". *Globo.* Disponível em <htpp://gshow.globo.com/novelas/insensato-coracao/vídeos/v/andre-comeca-a-mudanca-para-casa-de-carol/1554805/>. [consultado em 3-7-2012].

KELLNER, D. (2001). *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno.* Bauru: Edusc.

LOURO, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.

MEDRADO DANTAS, B., LYRA, J. (2008), "Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades". *Estudos Feministas*, 16(3), pp. 809–840.

MEDRADO DANTAS, B. (1997), *O masculino na mídia: repertórios sobre masculinidade na propaganda televisiva brasileira.* Dissertação de mestrado, São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MINAYO, M. C. de S. (2000). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco.

MISKOLCI, R. (2009), "A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização". *Sociologias,* 11(21), pp. 150–182.

MOREIRA, G. M. (2008), *De Apolo a Narciso, do corpo construído ao corpo vivido: representações sociais sobre o corpo.* Dissertação de mestrado, Juiz de Fora: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora.

OLIVEIRA, M. A. da C., LEÃO, A. L. M. de S. (2011), "O papel da subjetividade na construção da identidade metrossexual". *ReMark,* 10(1), pp. 177-202.

OLIVEIRA, P. P. de. (2004). *A construção social da masculinidade.* Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/Iuperj.

OLIVEIRA JÚNIOR, E. B. de. (2012). *Masculinidades em cena: o modo de ser e de perceber o metrossexual a partir das telenovelas.* Dissertação de mestrado, Belém: Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará.

ORTIZ, R. (1994). *Mundialização e cultura.* 2ª ed. São Paulo: Brasiliense.

RUBIN, G. (1993). *O tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo*. Recife: SOS Corpo.

SCOTT, J. W. (1995), "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação & Realidade*, 20(2), pp. 71–99.

SIFUENTES, L. (2010), *Telenovela e a identidade feminina de jovens de classe popular.* Dissertação de mestrado, Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria.

SILVA, S. G. da. (2000), "Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos". *Psicologia: Ciência e Profissão*, 20(3), pp. 8–15.

SIMPSON, M. (2004), "Eu me amo, eu me amo…". *Veja*, Especial Homem. Disponível em <http://veja.abril.com.br/especiais/homem_2004/p_022.html>. [consultado em 16-5-2011].

SOUZA, M. F. de. (2009), "As análises de gênero e a formação do campo de estudos sobre a(s) masculinidade(s)". *Mediações,* 14(2), pp. 123–144.

"TIETAGEM EM CENA: Leonardo Miggiorin comemora parceria com Marília Pêra". (2006). *Diário Online*. Disponível em <http://www.diarioon.com.br/arquivo/4593/cadernos/tv-18138.html>. [consultado em 29-7-2011].

Representações identitárias do ser mulher: os discursos (re)produzidos na música brasileira

Iran de Maria Leitão Nunes[1]

Walkíria de Jesus França Martins[2]

Resumo: Este artigo analisa a representação do gênero feminino a partir dos discursos produzidos e reproduzidos nas letras das músicas brasileiras mais ouvidas no ano de 2012. Discursos considerados, aqui, práticas que formam e forjam sistematicamente o objeto. Realizou-se levantamento de documentos e das músicas mais executadas nos media que remetem a identidade da mulher, uma vez que consideramos a música um dos artefatos culturais que funciona como mecanismo de representação, ao mesmo tempo em que corrobora com a constituição de identidades. Busca-se estudar os processos subjetivos, as escolhas políticas e a forma como o gênero feminino é representado nas músicas já que, conforme o lugar e o momento histórico cultural, uma determinada realidade social é forjada, pensada e estruturada segundo os interesses de um determinado grupo social. Tais informações foram analisadas arqueologicamente como nos propõe Michael Foucault (2008; 2011) em seus estudos sobre análise do discurso. O estudo coloca em cena os discursos presentes nas letras das músicas que legitimam o saber e o poder sobre o gênero feminino que, historicamente, tem sido objeto de representações discursadas por outro sujeito, o sujeito masculino. Daí, a necessidade de reafirmarmos a posição das mulheres no processo de construção de suas identidades, compreendido a partir da noção de identidade proposta por Dubar (1997).

Palavras-chave: Gênero Feminino. Música. Análise do Discurso. Identidade.

1. Notas de Introdução

A categoria gênero é um domínio de crescente visibilidade nas investigações que partem das suas implicações na construção da identidade, subjetividade e na história sociocultural de mulheres e homens. Gênero é *uma categoria útil* ao estudo das questões relacionadas com relações interpessoais, trabalho, direitos humanos, saúde, educação, economia e mídia, só para citar algumas. No entanto, observa-se ainda uma lacuna nos estudos que partem da formação inicial de professores/as (MARTINS, 2012). Paralelo ao silenciamento do currículo formal, o currículo cultural produzido pelos media cria diferentes artefatos recheados de conteúdos que são, por sua vez, marcados por concepções patriarcais e sexistas. Nessa direção, observa-se que o currículo cultural produz e veicula valores e saberes que ajudam a legitimar os modos de ser mulher e de ser homem na sociedade.
O modo como esses discursos engendraram a identidade da mulher tem corroborado com o enredo vinculado nos media. Como exemplo, podemos citar os conteúdos publicitários utilizados para a venda de carro e bebida alcoólica no Brasil; com imagens e discursos que (re)afirmam o papel da mulher como limitado ao uso do seu corpo. Nessa direção, registra-se que a linguagem é um elemento cultural que influencia os modos de agir e pensar, "somos usados pela linguagem que nos molda, nos modifica e fixa nossas identidades" Martins (2012: 25). Observa-se que desde a invenção da prensa móvel por J. Gutenberg (1398-1468), a comunicação em massa lançou suas bases para aquilo que seria hoje a sociedade da informação e do conhecimento. Os meios

---

1 Pós-Doutorado, Universidade Aberta de Lisboa. Doutora em Ciência da Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora do Departamento de Educação II da Universidade Federal do Maranhão. Bolsista AEX/CAPES. irandemaria@hotmail.com. GT 34.

2 Doutoranda em Educação, Universidade de Aveiro-Portugal. Mestra em Educação pela Universidade Federal do Maranhão. Professora do Departamento de Educação I da Universidade Federal do Maranhão. walkiria.ma@hotmail.com. GT 34

de comunicação assumem, cada vez mais, o papel de agentes responsáveis pela difusão de costumes, valores, normas, hábitos, ideologias que irão determinar uma dada sociedade. São representações que podem, ou não, corresponder a uma realidade mas, de certo, a ajuda a forjar.

Daí que a busca pela verdade do saber nas coisas ditas e escritas em diferentes meios de comunicação, por vezes, encontra-se encoberta de incertezas nas informações apresentadas. Incertezas estas que nos inquietam, nos impulsionam a desvelar as interrogações que surgem. E são elas, as interrogações sobre os discursos produzidos e reproduzidos nas letras das músicas nacionais, mais executadas nos media, no ano de 2012 no Brasil, no que concerne a representação do gênero feminino, que nos impulsiona por hora. Destarte, intencionamos analisar a posição dada à mulher no espectro midiático através de argumentos sócio-históricos, entrelaçando suas representações na música brasileira. Considerar-se-á no estudo, os discursos que marcam os desequilíbrios de saber e poder pelos quais a identidade da mulher foi/é engendrada. Tal discussão não se limita a linguagem utilizada nas letras das músicas e os estereótipos que recaem sobre a mulher, mas, sobretudo, é acompanhada da discussão de poder e formas de subjetivação.

Para tanto, nessa trajetória, contaremos com apoio metodológico da análise arqueológica de Michael Foucault (2008; 2011), as verdades que são reativadas nos discursos das músicas e que corroboram com a representação política, social e cultural da mulher. É sabido que a compreensão das subjetividades, das escolhas políticas e a forma como o gênero feminino é representado nas músicas enlaça-se com o momento histórico cultural de uma determinada realidade social. A letra de uma música, além dos elementos internos que a caracterizam, lhe dão forma, ela esta ligada em um sistema de remissões a outras letras de músicas, a outras frases e textos que tornam sua unidade variável e relativa. E, ao questionarmos a letra da música é possível observar que ela "só se constrói a partir de um campo complexo de discursos" Foucault (2008:26). Logo, para analisar os discursos apresentados sobre o gênero feminino, segundo a perspectiva foucaultiana, é preciso deixar os discursos das músicas revelarem as relações históricas presentes nos próprios discursos das letras. Por discurso, entende-se ser "um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva" Foucault (2008:132).

Neste trabalho, optamos pela noção de identidade proposta por Dubar (1997:105), isto é: "Identidade não é mais do que o resultado simultaneamente estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, em conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições".

Destarte, neste breve percurso, pretendeu-se visitar alguns tópicos que ajudam a compreender a temática na complexidade que lhe é própria. Porém, sem a pretensão de esgotá-la, o presente artigo constitui-se das seguintes abordagens: estudos sobre a mulher[3], gênero e discurso; e como esses estudos interligam-se nas letras das músicas no que confere as práticas discursivas sobre identidade. Práticas discursivas consideradas, neste trabalho, como determinadas no tempo e no espaço e que ajudam a definir, caracterizar uma época e a compreender as relações de poder estabelecidas entre os homens e as mulheres, em seus processos de construção identitárias.

2. O desejável conhecimento dos estudos sobre mulher, gênero e discurso

A compreensão da temática proposta nesta pesquisa se alinha ao contexto em que se dão os estudos sobre mulher, gênero e discurso. Daí a necessidade de pontuarmos, neste tópico, como evidenciamos essa relação.

2.1 Notas sobre Mulher e Gênero

> *"Sejam mulheres, permaneçam mulheres, tornem-se mulheres. Todo o ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher; cumpre-lhe participar*

3 Reconhecemos que o estudo sobre as mulheres apresenta caráter multidimensional, seja este político, econômico, cultural, étnico-racial, sexual, outros. No entanto, na escrita utilizaremos a forma estudos *sobre a mulher*, no singular, o que implica uma tentativa de fazermos referência à introdução destes estudos na história.

> *dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade. Será esta segregada pelos ovários? Ou estará cristalizada no fundo de um céu platônico? Bastará um saiote de folhos para fazê-la descer à terra? Embora certas mulheres se esforcem por encará-lo zelosamente, o modelo nunca foi registrado"* Beauvoir(1949:13-17).

Registra-se que no Ocidente, a compreensão sobre as relações de gênero até o século XVIII, sofre influência do pensamento neoplatônico, em que a mulher era definida sexualmente como sendo o sexo invertido do homem, concepção *one-sex model*. E que, "havia um modelo metafísico ideal do corpo humano, cujo grau de perfeição era alcançado pelo homem" Costa (1996:69). Nessa concepção, a mulher é vista como ser inferior e distinta do homem não por critérios sexuais, mas por aspectos físicos.

A ideia de inferioridade da mulher marcará o discurso do patriarcalismo (ideologia na qual o homem é a maior autoridade) posto pelo ideal cristão medieval e que garantia a opressão das mulheres via mecanismos de controle e medo Safiotti(2004). Esse caráter misogino pode ser evidenciado na Epístola aos Efésios, na qual São Paulo prega: "Vós, mulheres, sujeita-vos a vossos maridos como ao Senhor; Porque o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da Igreja, [...] Assim também as mulheres sejam em tudo submissas a seus maridos" Bíblia (2006, 5:22-25). Esta passagem evidencia o discurso religioso de tratamento da mulher como um ser inferior, necessário somente à perpetuação da espécie e manutenção da família, do lar.

As marcas desse discurso ecoam no século XIX no exercício das verdades de filósofos, como o francês Augusto Comte (1798-1857) e o alemão George W. F. Hegel (1770-1831) que impingiam à mulher um caráter inapto ao governo. No entanto, as discussões em torno das verdades sobre a natureza e função da mulher na sociedade será provocadora das mudanças paradigmáticas e ascensão do modelo *two-sex model*, ou seja, sexo político-ideológico que ordena a descontinuidade sexual dos corpos.

Embora ainda presentes no século XIX os discursos médico, religioso e filosófico de submissão e subordinação da mulher, a história registra que é esse cenário que configura as lutas feministas deflagradas a partir da construção de um *corpus* teórico oposto aos pressupostos androcêntricos e que colocam a mulher no palco político. Evidencia-se que a busca por um projeto intelectual e político que coloca a mulher no cerne dos debates sociais - uma vez que é nesse cenário que são produzidas e reproduzidas as relações sociais de sexo -, norteará as lutas feministas no século XX, principalmente no decorrer dos anos de 1960, quando vem a lume a obra o *Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir - imortalizada na frase *não se nasce mulher*, *torna-se mulher* - e na qual encontraremos os fundamentos do conceito de gênero Saffioti (2004). Nesta obra, Beauvoir (2008) discorre sobre as raízes culturais que marcam a desigualdade sexual e que fundamentarão a reflexão feminista a partir da década de 1960. Sua análise articula-se com a condição de inferioridade da mulher, já que para ela "só a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *outro*" Beauvoir (2008:13). Constituição esta que nos remete a Dubar, para quem o processo de construção identitária envolve mecanismos aos quais denomina de atos de atribuição "aos que visam definir 'que tipo de homem (ou de mulher) você é', isto é a identidade para o outro" e de atos de pertença, "aqueles que exprimem 'que tipo de homem (ou de mulher) você quer ser; isto é, a identidade para si" Dubar (1997:106).

Vale pontuarmos, porém, que o discurso de Beauvoir de colocar a mulher como o segundo sexo, fez correr muita tinta nos escritos de Luce Irigaray (2002), para quem o fato de ter nascido com uma genitália feminina não a faz *tornar-se mulher*, discurso que determina seu gênero conforme seu orgão sexual. Ela considera que há uma falha teórica e prática nos registros de Beauvoir, uma vez que para esta o ser mulher é construído historicamente e a identifica a partir do Outro (o homem, o sujeito masculino), responsável por sua ascensão, para Irigaray (2002) não há o outro hierarquicamente superior e inferior, mas o outro enquanto sujeito filosófico, sujeito cultural e político.

Já nos estudos de Teresa de Lauretis, gênero é uma representação que se articula a um processo de construção (via mídia, escola, tribunais, academias, entre outros) e desconstrução; a categoria é compreendida não apenas como efeito "[…] da representação, mas também o seu excesso, aquilo que permanece fora do discurso como um trauma em potencial que, se/quando não contido, pode romper ou desestabilizar qualquer representação" Lauretis (1994:209). Daí as aproximações, nesta pesquisa, das representações que identificam o gênero femini-

no nas letras das músicas, pois é sabido que conforme o lugar e o momento, uma determinada realidade social é pensada, construída e discursada como verdade.

As informações apresentadas até aqui, nos ajudam a compreender que a inserção dos discursos feministas frente ao poder instituído do patriarcado contribuiu para que os estudos de Gênero fizessem o seu *debut* a partir da década de 1970, como categoria de análise histórica em universidades dos EUA e Europa. O que representou mudanças epistemológicas significativas nas pesquisas que partem dos estudos pautados na história, na psicologia, ou na literatura de mulher e passam a enfocar a construção sociocultural feminina e masculina a partir do modo como os *sujeitos* se constituem e são constituídos. Os estudos de Gênero buscam, pois, superar a ideia de sujeito do liberalismo (universal, racional e autônomo) e de algumas tendências do marxismo (existencialista e pertencente a uma classe social), ao propor as conexões entre o público e o privado, tendo como eixo seus vínculos de poder.

Nesse contexto, podemos citar a obra seminal de Joan Scott, *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*, cuja primeira publicação americana data de 1986, como marco nos Estudos de Gênero[4], visto que a autora problematiza gênero como categoria de análise. O conceito trabalhado por Scott (1995) sugere o rompimento do binarismo *masculino x feminino* (em que as diferenças do Outro são ressaltadas a partir dos aspectos que o inferioriza) e o tratamento plural destes polos a partir das relações sociais. Desta maneira, possibilita a elaboração de teorias que superam as explicações do tipo: *as causas originais da dominação das mulheres pelos homens*, que, para nós, são desprovidas de uma análise dos significados dessas relações e de como elas se transformam no decorrer do tempo, por desconsiderarem, ainda, as variáveis: etnia, grupo etário, raça, sexualidade, classe, nacionalidade, e outras. A esse respeito, Butler (2003:20) afirma que "gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos […]. Resulta que se tornou impossível separar a noção de 'gênero' das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida".

Dessa forma, os paradigmas tradicionais que mantinham a categoria gênero presa a explicações causais e universais, revelaram-se incapazes de fornecer elementos que ajudassem a explicar como os fatores políticos, culturais, econômicos, históricos, dentre outros, corroboram com as desigualdades que marcam as relações entre homens e mulheres. Gênero, como categoria de análise, emerge no final do século XX, "num momento de grande efervescência epistemológica que toma a forma, em certos casos, da mudança de um paradigma científico para um paradigma literário" Scott (1995:85), que possibilita interpretar, analisar e redescrever sobre as mulheres a partir dos espaços ocultados a elas (por exemplo: a política, o Estado, a economia, a cultura, a educação) e em relação com o homem.

De todo modo, a trajetória dos estudos sobre gênero no Brasil alinha-se aos Movimentos Feministas que aconteceram em países como França, Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha a partir da ideia de libertação da mulher, sendo um reflexo do que acontece nesses países industrializados, resguardadas suas especificidades históricas.

Considerando os elementos destacados, podemos inferir que o discurso da teoria feminista objetiva revelar a categoria de mulheres à luz das representações políticas, dando visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos, marcadas por construções narrativas que revelariam ou distorceriam o que é tido como verdadeiro sobre a categoria de mulheres, Butler (2003).

Nega-se, dessa forma, o determinismo biológico e acentuam-se os estudos sobre as distinções sociais baseadas no sexo a partir da linguagem. Nesse sentido, os estudos de Robin Lakoff (2010) apontam para a necessidade de reflexão sobre o papel do discurso feminino a partir do discurso hegemonicamente masculino, pois nos ajudam a explorar o universo complexo das relações de gênero e discurso, já que "a linguagem do grupo favorecido, o grupo que detém o poder, junto com o seu comportamento não linguístico, é geralmente adotado pelo outro grupo, e não vice-versa", Lakoff (2010:20). Os estudos feministas, assim, visam compreender este

---

4 Observamos que o primeiro estudioso a mencionar e a conceituar gênero foi Robert Stoller (1968). Mas será a partir de Gayle Rubin (1975) que os estudos de gênero ganham ênfase. Seus estudos partem da relação sistémica de sexo/gênero e admite, teoricamente, relações igualitárias de gênero. Muito embora suas ideias apresentem um caráter de neutralidade no atendimento aos objetivos políticos e econômicos, Saffioti (2004).

sujeito que é construído via estruturas de poder que legitimam a exclusão da categoria das mulheres como sujeitos políticos.
Para que haja uma melhor compreensão das ideias até aqui apresentadas, faz-se necessário pontuarmos o significado de *discurso* assumido no presente trabalho.

2.2 Notas sobre Discurso

> *"[...] a produção do discurso em todas as sociedades é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terrível materialidade", Foucault (2011:8-9).*

O linguista holandês Teun A.Van Dijk (2004), indica que os estudos sobre o discurso iniciam-se entre as décadas de 1950 e 1970, do século XX, no interior do/em diálogo com a Linguística. O autor inicia seus estudos a partir da análise crítica do discurso como forma de comunicação, falada ou escrita, de uma língua. Sua perspectiva sociocognitivista propõe a (re)construção coletiva/individual do conhecimento com base no discurso, na cognição e na sociedade.
Nos escritos do filósofo francês Michel Foucault (2011) é possível identificar que o discurso ultrapassa a ideia de linguagem a partir das suas análises do enunciado no campo das relações do saber e poder. Nessa direção, o teórico organiza/elabora um método (obra Arqueologia do Saber) para estudar os sistemas de pensamento materializados nas práticas discursivas Dreyfus et al. (2013).
Nos estudos foucaultianos os objetos discursivos ganham lugar no interior dos sujeitos, constituindo-os como sujeitos, atuando na produção da subjetividade que assinalam as relações entre poder e sujeitos, o que nos permite inferir que "o poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. [...] é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada", Foucault (2011:103).
Logo, estes sistemas de formações discursivas devem ser compreendidos no conjunto de

> *"[...] um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou tal enunciação, para que utilize tal ou tal conceito, para que organize tal ou tal estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática", Foucault (2008: 82-83).*

É possível observar que poder e saber estão diretamente implicados, no modo como o conhecimento histórico é construído/transformado.
Na direção de uma maior articulação conceptiva das ideias sobre *mulher*, *gênero* e *discurso* em relação com *poder*, faremos referência às contribuições de Berger et al. (2004) que analisam a noção de poder a partir da ideia de realidade em conflito. A realidade, nesse contexto, é tudo aquilo que tem uma existência própria, independente da vontade do sujeito. Para eles, cabe ao conhecimento legitimar esses fenômenos como reais e possuidores de características específicas. O poder é exercido a partir de definições econômicas e políticas dessa realidade social que, de algum modo, predeterminam os comportamentos sociais. Logo, os sujeitos estão inseridos em um ambiente cultural e social que foi construído individual e coletivamente. A ordem social funciona, nesse sentido, para direcionar e estabilizar a conduta humana, ao mesmo tempo em que sofre transformações. O que também é ratificado por Dubar (1997:107) ao afirmar que a atribuição para a identidade não pode ser analisada "fora dos sistemas de ação nos quais o indivíduo está implicado e resulta de 'relações de força' entre todos os atores implicados e da legitimidade – sempre contingente – das categorias utilizadas".
Desse modo, o poder, no âmbito dos estudos de gênero, poderá ser considerado como uma rede que produz, que influencia todo o corpo social; por isso, é aceito e se mantém. É uma força que permeia a produção de

saberes, de discursos, Foucault (2011), cujos efeitos e resultados não acontecem sempre da mesma forma.
Nas relações entre mulheres e homens, observarmos que o poder é constitutivo de estruturas sociais e históricas que se refletem nas interações e construções linguísticas que são mantidas na realidade social e, a linguagem, funciona como um dispositivo de distribuição das similitudes e assinalações de verdades manifestas e enunciadas. Por isso, o perigo de isolar gênero e linguagem do contexto social onde são produzidos os fenômenos simbólicos. A exemplo citamos os media como produtores e divulgadores de informações carregadas de saber e poder sobre a identidade da mulher, ou seja, os textos escritos, as imagens e os sons (re)produzidos nos media, influenciam atitudes e modos de pensar.
O que justifica enveredarmos na análise dos discursos produzidos e reproduzidos nas letras das músicas (linguagem), uma vez que ela é um dos artefatos culturais que corrobora com a produção de valores e saberes sobre o gênero feminino no decurso da história, metaforicamente discursado como oposto, complemento, propriedade do homem. Trata-se, então, de desocultar as estratégias comunicacionais que sustentam práticas discriminatórias em função do gênero.

3. Notas sobre discurso identitário: como mulher é representada na música brasileira?

> *"[...] Amélia não tinha a menor vaidade. Amélia que era a mulher de verdade [...]".*
> *Ataulfo Alves &Mário Lago*[5]

Considerando os elementos referentes aos estudos sobre a mulher e gênero e as letras das músicas como uma importante fonte de pesquisa nos estudos sobre as representações sociais, realizamos a seleção das músicas mais tocadas nas rádios e vinculadas nos media no ano de 2012, no Brasil. Para tanto, incialmente, tomamos como referência as letras das músicas nacionais a partir dos significados, saberes e singularidades que configuram e representam o gênero feminino.
A partir de levantamento feito nas rádios e nos media, elencamos as cinco músicas mais tocadas no ano de 2012. As informações foram reclassificadas, ainda, conforme o número de vídeos do artista em exibição no site *You Tube* (espaço de maior divulgação de vídeos). Vale ressaltar que foram contabilizados somente os vídeos que fazem referência, respectivamente, ao nome da música e do artista. É certo que a escolha de um material para subsidiar uma análise, principalmente quando nos referimos às canções nacionais mais executadas no ano de 2012, é sempre um dado passível de equívocos. No entanto, o que nos interessa neste trabalho é a forma como o gênero feminino é representado.

Quadro 1: Músicas mais vinculadas nos media no ano de 2012.

MÚSICA	ARTISTA	ÁLBUM	GÊNERO	VÍDEOS
Ai se eu te pego	Michel Teló	Michel na Balada	Pop sertanejo	118.000,00
Balada boa	Gustavo Lima	Festa do Peão de Boiadeiro de Barreto	Pop sertanejo	36.600,00
Assim Você Mata o Papai	Sorriso Maroto	Assim Você Mata o Papai (single)	Pagode	13.900,00
Gatinha assanhada	Gustavo Lima	Os tops sertanejos em 2012	Pop sertanejo	12.900,00
Eu quero tchu, eu quero tcha	João Lucas e Marcelo	Eu quero tchu, eu quero tcha	Pop sertanejo	12.700,00

Fonte: elaboração própria

5 Música escrita nos idos dos anos de 1940, do século XX, representativa do discurso da mulher como ser humano de segunda classe.

Na canção, "Ai se eu te pego", por exemplo, o gênero feminino é ressaltado a partir dos seus esteriotipos físicos e sexuais, aspectos que marcaram o século XVIII, como nas passagens que seguem: "[...] Assim você me mata; Ai se eu te pego, ai ai se eu te pego; Delícia, delícia [...]; E passou a menina mais linda [...]". O gênero feminino é representado a partir do papel que tem de agradar o outro, no caso este outro é representado pelo homem.

Já na música "Balada boa", o caráter de subserviência sexual é destacado quando da passagem "Gata me liga mais tarde tem balada; Quero curtir com você na madrugada; Dançar, pular; Que hoje vai rolar; O Tche Tche Rere", característica da antiguidade quando a submissão do homem em relação a uma mulher era mal vista, já que estas eram consideradas seres inferiores em relação aos homens livres. Elas eram cidadãs de poucos direitos e de deveres não tal distantes dos discursos que ainda, na nossa sociedade, recaem sobre a mulher cuja "existência" não se dar desarticulada dos interesses do homem.

E o que revelam os enunciados "Assim você me mata" e "Assim você mata o papai" presentes nas letras de duas canções? A que discurso remete? Como o gênero feminino é representado nessas passagens? Sabe-se que não são elementos puros, neutros, mas sim elementos formadores e que caracterizam as posições de poder do sujeito e do objeto da fala. Enquanto categoria de análise, o gênero feminino é objetivado simbolicamente e culturalmente nas canções como complemento do homem, no que se refere ao atendimento dos seus desejos sexuais.

No conjunto das cinco músicas, estruturadas arqueologicamente conforme o tema geral da "descrição que interroga o já dito no nível de sua existência [...]. Da formação discursiva a que pertence [...]", Foucault (2008:149), ou seja, das regularidades enunciativas, da descrição sistemática de um discurso-objeto, temos:

Quadro 2: Análise dos discursos .

DISCURSO	FRAGMENTO	MÚSICA
Submissão, Passividade	"Vem cá mulher"; "Ai se eu te pego"	Ai se eu te pego
	"vem pra mim"; "Beija minha boca"	Assim Você Mata o Papai
	"Gata me liga"; "Quero curtir com você na madrugada"	Balada boa
Atributos físicos	"Delícia, delícia"; "menina mais linda"	Ai se eu te pego
	"Ela é maravilhosa, tem um sorriso maroto"; "Que boca gostosa eu quero mais; "Você tá cheirosa demais"	Assim Você Mata o Papai
	"Tô curtindo parado, vendo ela mexer"; "Com dedinho na boca, ela tá pirada"	Gatinha assanhada
Atributos sexuais	"Assim você me mata"	Ai se eu te pego
	"Assim você mata o papai"	Assim Você Mata o Papai
	"Que hoje vai rolar, O Tche Tche Rere"	Balada boa
	"Eu quero tchu tcha tcha tchu tchu tcha"	Eu quero tchu, eu quero tcha
Mulher fácil, provocadora, que "dá em cima do homem"	"Menina fique a vontade, Entre e faça a festa"; "Se você me olhar vou querer te pegar"	Balada boa
	"No nordeste as mina faz"	Eu quero tchu, eu quero tcha
	"Ela tá me provocando já faz tempo"; "Essa mina tá me olhando, Acho que tá dando mole"	Assim Você Mata o Papai
	"Gatinha assanhada cê tá querendo o que"; "E tá perdendo a linha, descendo na balada".	Gatinha assanhada

Fonte: elaboração própria

Foucault (2008), ao tomar por base os estudos de Canguilhem sobre *Deslocamentos e transformações dos conceitos*, destaca que os conceitos se transformam na mesma proporção que a história de seus diversos campos de constituição e de validade, das regras de uso consoante aos meios teóricos em que foi elaborado. Desse prisma, não haveria conceitos unos, ideais, em que o(a) pesquisador(a) poderia repousar seus estudos. E sim, descontinuidades que nos conduzem a ver e pensar a diferença, as "formações discursivas que aparecem e desaparecem", Foucault (2008:198).

Daí que as letras das músicas analisadas apresentam silêncios, contradições, aparências que precisamos transpor e compreender que verdades são engendradas, a título de dissipar os efeitos de tais práticas discursivas. Numa análise foucaultiana, podemos inferir que o gênero feminino é construído discursivamente a partir de narrativas que negam e reafirmam o que é ser mulher. Nas canções, o gênero feminino é (re)criado a partir do discurso de inferioridade, de subordinação. Discurso atestado pelas mulheres que reproduzem os refrões das canções e auxiliam na transposição de uma representação que é reforçada como pressuposta verdade do discurso patriarcal e/ou mesmo bíblico de servir ao homem. Sobre este aspecto Judith Butler (2003) afirma que nenhum indivíduo torna-se sujeito sem antes vivenciar a sujeição, considerando que o relato da sujeição é inevitavelmente circular.

Na perspectiva foucaultiana, a subjetividade é produzida via corpo, *locus* de poder, negando a autoria do sujeito. Afirma que ao longo da história o corpo foi codificado de acordo com os discursos das normas morais, ora da Igreja, ora do Estado, ora do sistema capitalista que produziram e produzem saberes. Nas letras das canções este corpo submisso, estético e sexual se faz presente, como presente ao algoz do seu prazer que "numa balada boa, quer tchu, que quer tcha, até matar o papai".

As músicas, então, são artífices da linguagem discursiva, cuja poder do discurso repressivo é exercido tanto pelos dominados quanto pelos dominantes. Esse discurso em Foucault (2011) tem caráter de disciplina, cujo objetivo é a produção de *corpos dóceis*, ou seja, o poder perpassa pela dinâmica das relações sociais. O campo social funciona como uma rede de poderes no qual o sujeito é produto e produtor. Já o saber, ele organiza e dimensiona as informações e conhecimentos que perpassam por estas relações. Nessa relação de *saber-poder*, o poder nega, distribui, e mesmo, vulgariza o saber sobre o gênero feminino.

Nessa malha de relações entre saber-poder, a política funciona como o conjunto das relações de poder que, via mecanismos de disciplina, corrobora a construção do indivíduo na sociedade. Na visão foucaultiana, o indivíduo é um átomo fictício, uma realidade fabricada, Foucault (2010). Nessa direção, seria adequado afirmar que cada letra de música apresenta-se, nesta pesquisa, como peça única, própria a cada autor que reflete em suas letras sua percepção do real, reflete a condição social, política, econômica e cultura de mulheres e homens, ao mesmo tempo em que se entrelaça numa rede de verdades que engendram a identidade do gênero feminino.

Logo, urge a necessidade de deslocamento do cerne dos discursos para que as mulheres sejam sujeitos *na* e *da* história, perspectiva que apresenta sua validade na proporção que nos apropriamos da nossa própria identidade, elaboramos sentidos e significados autorais, singulares e plurais, fora do cerne do patriarcalismo.

Notas de conclusão

O estudo das letras das músicas mais executadas no ano de 2012, no Brasil, nos faz pensar sobre os silêncios da contemporaneidade, sobre os discursos binários. Como afirma Foucault (2011:34) é necessário pensarmos sobre como são "distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é exigido a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos". Mesmo num cenário invadido por conquistas femininas, no âmbito da educação, do mercado de trabalho, da saúde, e outros, ainda é possível observar as marcas indeléveis de uma história na qual fomos instituídas como seres de segunda classe; que tem sua identidade de "mulher de verdade" atrelada a sua beleza, ao seu corpo; cuja existência é marcada pela benevolência de Adão conceder-lhe uma costela. Dito de outro modo, o estudo realizado nos permite perceber que embora os últimos dois séculos tenham sido palco de inegáveis conquistas dos movimentos feministas, das mulheres, seja no campo profissional, político, econômico, formativo, entre outros, estas não conseguiram apagar a "velha representação" do gênero feminino presente nos discursos patriarcais de: sedutora, provocadora, submissa, de subordinação sexual, de ter valor por seus

atributos físicos, outros. A figura feminina é vinculada às necessidades e desejos do homem, como reafirmação ideológica de superioridade biológica do homem em relação à mulher. Seu caráter de pessoa ativa, de sujeito, só é "ressaltado" quando sua ação tem como objeto a "conquista" do homem. Em nenhum momento os atributos intelectuais do gênero feminino são destacados. Daí a importância de trazer a "superfície", a "lume" a representação discursiva do gênero feminino na música, discurso este que é fruto de concepções históricas que dizem o que é ser mulher? O que é ser homem? Qual a função e o papel de cada um na sociedade.

É importante observamos, também, que o fato de as letras das músicas apresentarem "versos" simples, e de fácil memorização, estes acabam "por cair no gosto popular", ou seja, são facilmente reproduzidos por crianças e adultos. A linguagem é um dos instrumentos de poder e saber que moldura e regula comportamentos de homens e mulheres, conforme o tempo e espaço. A linguagem funciona na contemporaneidade como estrutura de poder que engendra, naturaliza representações de gênero. Neste bojo, das letras das músicas analisadas, o homem é o centro dos desejos, das decisões, enquanto que a mulher tem como função atender ao homem. Porém, é certo afirmarmos que o gênero feminino tem um papel social importante e seu estado de sujeição e/ou de sujeito da sujeição corrobora com os discursos patriarcais de desprovimento de aptidões intelectuais. Ao mesmo tempo em que os discursos engendram, também permitem espaços para rupturas de regras, de verdades, de saberes menos assujeitados e mais ativos.

Nesse contexto, as músicas mais ouvidas no ano de 2012 - embora escritas e produzidas num cenário político, econômico, social de conquistas femininas - reproduzem práticas discursivas aparentemente tratadas como "inocentes", carregadas de características que convidam ao prazer e a diversão, que produzem conceitos sobre as formas de ser, agir e pensar de homens e mulheres.

Podemos inferir que, o convite feito por Foucault (2008; 2011) para investigarmos a construção dos discursos a partir da nossa história, nos conduz a ver e a pensar o agora por outro prisma, antes tão "evidente". Convida-nos à liberdade, à transformação. Convida-nos a enxergar-nos como possibilidades de vida, como obras singulares que discursivamente constroem e reconstroem-se, também, a partir das letras das músicas que nós cantarolamos e produzimos e/ou reproduzimos sentidos sobre quem somos? O que somos? Desejos? E aspirações que marcam e/ou mascaram representações já ouvidas em outros tempos, agora parece que não tão distantes, por nossas avôs, bisavôs... de servir aos interesses do marido, da família. Hoje, no entanto, não há mais a necessidade dos laços matrimoniais. Basta a "gata ligar para curtir até de madrugada, o DJ aumentar o som e bota pra fritar o tche, tche rere,... nossa, nossa assim você o mata".

Assim, nos reportamos aos dois processos identitários propostos por Dubar (1997): a atribuição da identidade pelas instituições e agentes em interação direta com o indivíduo – processo relacional (Identidade para outro); e a incorporação da identidade pelos próprios indivíduos – processo biográfico (Identidade para si), na perspectiva de compreender a mulher em sua possibilidade de ruptura, como estratégia identitárias para romper com essas expectativas traduzidas nos discursos musicais em foco.

Na tentativa de não findar os estudos sobre os discursos (re)produzidos na música sobre o gênero feminino, é necessário lembrar que embora o discurso veicule e produza poder "também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas, também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras", Foucault (2011:96).

Referências

BEAUVOIR, S. de. (2008). *O Segundo Sexo*. Portugal: Bertrand Editora.

BERGER, P. L. & LUCKMANN, T.(2004). *A construção social da realidade* (2a ed.). Lisboa: Dinalivro.

Bíblia. (2006). *Promessas*. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira.

BUTLER, J.(2003). *Mecanismos psíquicos del poder: teorías sobre la sujeción*. Madrid: Cátedra.

COSTA, J. F. (1996). O referente da identidade homossexual. In R. Parker & R.M. Barbosa (Org.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ.pp.63-89.

DREYFUS, H. L. & RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. (2a ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

DUBAR, C. (1997). *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais.* Porto: Ed. Porto.

FOUCAULT, M.(2008). *A arqueologia do saber.* (7a ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FOUCAULT, M.(2011). *História da sexualidade I. A vontade de saber (*21a ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal.

IRIGARAY, L. (2002). *A questão do outro*, Disponível em http://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/irigaray1.pdf, [consultado em 12-09-2011].

LAKOFF, R. (2010). Linguagem e o lugar da mulher. In Ostermann, A. B. & Fontana, B. (Org.). *Linguagem. Gênero. Sexualidade*: clássico traduzido. São Paulo: Parábola.

LAURETIS, Teresa de. (1994). A tecnologia do gênero. In HOLLANDA, H. B. de. *Tendências e impasses. O feminismo como crítica da cultura.* Rio de Janeiro: Rocco.

MARTINS, W. J. F.(2012). *Gênero e sexualidade na formação docente: uma análise no curso de pedagogia da UFMA- São Luís*. Dissertação de Mestrado, São Luís, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão.

SAFFIOTI, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

SCOTT, J. W. (1995). *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, Disponível em http://pt.scribd.com/doc/60695498/Joan-Wallach-Scott-Genero-uma-categoria-util-de-analise-historica, [consultado em 25-05-2011].

VAN DIJK, T. A.(2004). *Cognição, Discurso e Interação*. São Paulo: Contexto.

«Tornar-se mulher»: efeitos de um discurso de coação cultural

Ana Maria de Fátima Leme Tarini
anamarialeme@hotmail.com

Resumo: Pesquisas a respeito de feminicídios mostram que o Brasil está longe de ser *Um país de todos*, mesmo oito anos após a sanção da Lei 11.340/06 que pune casos de violência contra a mulher. Desse modo, entendemos que seja necessário observar como, em diferentes condições de produção, ou em diferentes espaços geográficos, socioeconômicos e culturais, as mulheres (vítimas) são vistas em casos de crimes sexuais. A pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), divulgada em 2014, na mídia brasileira, induziu à retomada da memória e, por conseguinte, de discursos já cristalizados. Por meio de conceitos do arcabouço dos estudos discursivos de vertente bakhtiniana (2003; 2004), este artigo objetiva demonstrar como os discursos produzidos «dialogam», ratificando uma mesma posição ideológica nos enunciados, mantendo relações parafrásticas entre si e constituindo identidades, embora cada enunciação de um enunciado seja irrepetível e irreiterável. Para análises realizadas, partimos de dois textos que circularam na esfera jornalística e que foram publicados em 2013 e 2014.

Palavras-chave: Pesquisa; Violência; Gênero; Discurso; Relações dialógicas.

I Considerações iniciais

Lendo *A história da sexualidade*: o uso dos prazeres, deparamo-nos com essa citação recuperada por Foucault: «As cortesãs, nós a temos para o prazer; as concubinas, para os cuidados de todo dia; as esposas, para ter uma descendência legítima e uma fiel guardiã do lar» (Foucault, 2001: 129). Parece que os espaços das mulheres já estabelecidos na Grécia antiga permanecem, apesar das mudanças ocorridas no mercado de trabalho e na organização familiar. O resultado do levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) corrobora esta afirmação, quando revela o discurso dos brasileiros a respeito de casos de violência contra a mulher. Entretanto, uma das respostas publicadas gerou questionamento, conflito e revolta de mulheres e homens nas redes sociais (internet). Alguns dias depois, fez-se uma retificação das informações sobre os percentuais divulgados, diminuindo-os e tentando amenizá-los, todavia uma discussão relevante a respeito de como as mulheres são vistas pela sociedade em que estão inseridas foi levantada naquele momento.

Ao examinarmos as questões da pesquisa do IPEA, principalmente, as quatro em que houve erro na computação dos dados, restauramos outros textos de outros gêneros discursivos disponíveis na memória discursiva, que, de algum modo, dialogam com as que receberam resposta no questionário citado e estão imbuídas do mesmo sentido. São discursos que culpam as próprias mulheres pelas agressões sofridas, num processo recursivo que podemos ver tanto num discurso de 2014 quanto noutro de 2013.

Os dois discursos selecionados para a realização da análise prevista neste estudo foram produzidos em épocas distintas, por sujeitos que não tinham alguma aproximação, exceto por viverem no mesmo país. Eles são o ponto de partida do nosso trabalho. E, para a realização das análises, buscamos no arcabouço teórico bakhtiniano, apresentado a seguir, compreender como estes discursos dialogam por meio dos textos/enunciados.

II Mecanismos teóricos para uma análise dialógica do discurso

Apesar de nos centrarmos nas noções de texto e de enunciado (analisados em sua integridade concreta e viva, sendo seus aspectos sociais, pois, constitutivos), de dialogismo (as relações dialógicas), de heterogeneidade

discursiva e de memória discursiva, na busca de compreender os discursos que se apresentam nos dois dados, também faremos uso do conceito de gêneros discursivos; todavia, neste momento, o foco de atenção da proposta do estudo são as relações dialógicas presentes no corpus.

Nessa perspectiva, com as palavras de Bakhtin (2003), iniciamos ponderando que «O discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso, e fora desta forma não pode existir» (Bakhtin, 2003: 274). Entendemos, portanto, que o discurso é constitutivamente atravessado pelo sujeito e pelas condições materiais de produção do enunciado. Por sua vez, o texto/enunciado é visto como o ponto de partida das pesquisas, pois «O texto é a realidade imediata (realidade do pensamento e das vivências), a única da qual podem provir essas disciplinas e esse pensamento. Onde não há texto não há objeto de pesquisa e pensamento» (Bakhtin, 2003: 307).

Objetivando analisar os dois discursos, fundidos em enunciados, partimos dos dois textos divulgados em suas respectivas esferas de circulação, ressaltando que «O enunciado em sua plenitude é enformado como tal pelos elementos extralinguísticos (dialógicos), está ligado a outros enunciados» (Bakhtin, 2003: 313). Esses elementos extralinguísticos (dialógicos) penetram o enunciado também por dentro. Ou seja, o contexto está no texto/enunciado e o texto/enunciado é parte integrante de um contexto, o que significa que se deve buscar a sua compreensão por meio da sua relação com a materialidade concreta de sua produção.

Porém, essa determinação do enunciado pela enunciação nem sempre é mostrada, citada como discurso de outrem, mas, apesar disso, pode ser detectada, pois está presente no discurso. Para Bakhtin & Volochinov (2004), «O discurso citado é o *discurso* no *discurso*, a *enunciação* na *enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, um *discurso* sobre o *discurso*, uma *enunciação* sobre a *enunciação»* (Bakhtin & Volochinov, 2004: 144, grifos do autor). Às vezes, portanto, enunciados estão subentendidos em formulações que se repetem (no corpo verbal repetível da língua), mas não se referenciam e não se sabe de onde veem.

Refletindo acerca das relações dialógicas que se estabelecem entre os discursos, seja de forma intertextual e/ou intratextual, Bakhtin (2003) afirma que «são relações (semânticas) entre toda espécie de enunciados na comunicação discursiva. Dois enunciados, quaisquer que sejam, se confrontados em um plano de sentido (não como objeto e não como exemplos linguísticos), acabam em relação dialógica» (Bakhtin, 2003: 323). Não necessariamente pelo reiterável do texto, pelo material linguístico apenas, mas também pela relação com o entorno do texto/enunciado, encontramos relações dialógicas. E o plano de sentido se institui, quando relacionamos um texto/enunciado a outro, resgatando, por meio da linguagem, a memória discursiva de outros acontecimentos, pois a discursividade é heterogênea e os discursos se constituem por meio de já-ditos e da interferência do discurso de outrem no enunciado.

No que tange aos estudos do discurso, para discutir a noção de heterogeneidade enunciativa, conceito usado atualmente também pela análise de discurso, Authier-Revuz (1982) recorreu ao dialogismo definido por Bakhtin. Para Authier-Revuz (1982; 1990), a heterogeneidade discursiva se apresenta de duas maneiras: a heterogeneidade mostrada e a constitutiva. A mostrada é percebida pelas marcas linguísticas explícitas que denunciam a presença do outro no discurso (pelo discurso direto e indireto, pelas aspas, pelo metadiscurso do enunciador), enquanto, na heterogeneidade constitutiva, o outro está inscrito no discurso, mas sua presença não é explicitada, visto que não há demarcações formais neste caso.

Devemos entender que o acontecimento da enunciação de cada discurso que será aqui estudado é único, em razão de todo enunciado ser individual, já que é produzido por um sujeito concreto, numa condição específica, conforme seu estilo, porém em atendimento à estrutura composicional do gênero. Portanto, os textos não podem abordar o mesmo conteúdo temático de um mesmo jeito, pois são enunciados únicos gerados em um contexto histórico-social e ideológico específico, em que o tema se apresenta como acontecimento discursivo.

Porém, proferimos discursos que, de algum modo, foram retidos em nossa memória coletiva. Mesmo que pareça mais do que uma mera revisitação discursiva, o fato é que a cada enunciação sentidos construídos revivem. Podem ser chamados de lembranças, recordações, reminiscências: com efeito, o que acontece é que, «nos confrontos entre si e os eventos que cativam a atenção, o sujeito registra uns, esquece outros, reformula seletivamente a maioria e, dessa massa de elementos, compõe o seu saber e sua memória» (Cattelan, 2008: 93).

A seguir, analisaremos os textos/enunciados constituintes do corpora selecionado, por relação ao seu contexto linguístico e extralinguístico, salientando, novamente, que eles foram divulgados na mídia escrita brasileira e ocuparam um espaço em nossa memória.

III Condições sócio-históricas dos textos/enunciados: o irrepetível

Na sessão teórica deste artigo, ao citarmos Bakhtin, buscamos indicar que os textos que serão analisados neste trabalho são o ponto de partida para analisarmos os discursos. Eles provêm de uma pesquisa feita pelo IPEA (instituto com sede em Brasília – DF) para conhecer as opiniões dos brasileiros a respeito de questões que estão *na boca do povo* e que mostram o que se pensa a respeito de vários assuntos relacionados a tradições, culturas e crenças. Depois de coletados, os dados foram divulgados por meio da mídia escrita primeiramente.

Em paralelo ao objetivo central deste estudo, busca-se entender o papel da mídia na contemporaneidade, que, enquanto 'apenas' divulga acontecimentos, produz verdades, constrói posições e (des)valora sujeitos: «O valor que a sociedade vem atribuindo à mídia – ou o poder de interpelação que a Mídia vem exercendo na sociedade – passa a assegurar-lhe o papel de *Texto fundamental de um novo grande Sujeito, o Mercado, agora em sua nova forma globalizada* » (Payer, 2005: 16, grifos da autora). O texto de/do Mercado é um lugar material de interpelação, em que a língua e a ideologia produzem seus efeitos no sujeito.

O primeiro texto que trazemos (doravante T1) foi divulgado no jornal Estadão, em 04/04/2014, intitulado *Ipea corrige pesquisa sobre abuso contra mulheres*[1], já com a errata que corrigia o problema dos dados divulgados em 27/03/2014, os quais demonstravam que 65,1% dos entrevistados concordavam que as mulheres merecem ser atacadas, o que gerou discussões em redes sociais, depois de divulgado na imprensa escrita e televisionada. Com o novo quadro de distribuição de T1, percebemos que 26% dos entrevistados concordaram com a afirmação de que mulheres com roupa curta merecem ser atacadas e não mais os 65,1%, divulgados anteriormente, ou seja: a explicação dada foi que houve uma troca com as respostas de outra questão. Os pesquisadores explicaram, conforme veremos no texto, que houve troca entre os gráficos da pergunta citada com a questão *mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar*.

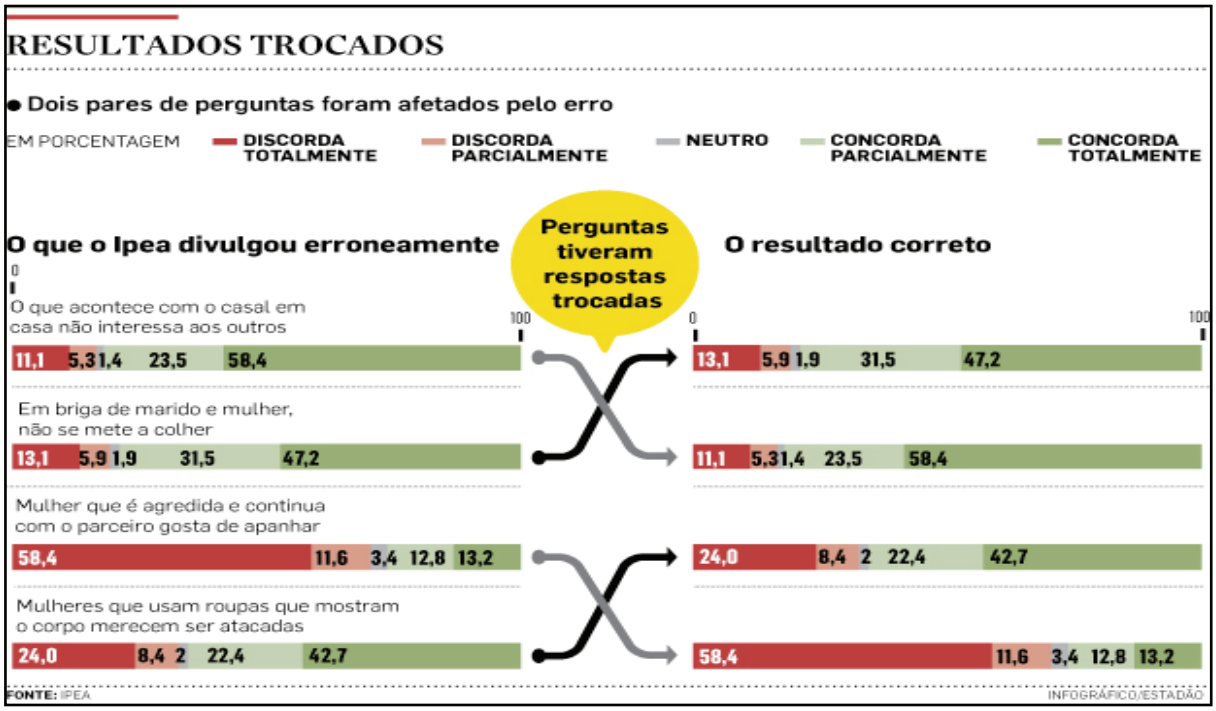

Figura I - Pesquisa IPEA_Fonte: http://www.estadao.com.br/noticias/cidades, ipea-corrige-pesquisa-sobre-abuso-contra-mulheres,1149437,0.htm

1 Disponível para consulta em: http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,ipea-corrige-pesquisa-sobre-abuso-contra-mulheres,1149437,0.htm. Acesso em: 15 de maio de 2014.

No que tange às questões linguísticas, deve-se mencionar que o questionário do IPEA objetiva quantificar dados, é feito de forma objetiva e se vale de um questionário que é fechado e direcionado. As questões conduzem as respostas e não há escolha, já que cada uma está formulada de maneira pronta e acabada e os entrevistadores não são orientados a explicar o contido nas perguntas, bastando que ele concorde ou discorde, total ou parcialmente.

A pergunta *Mulheres que usam roupa que mostram o corpo merecem ser atacadas*, do T1, não esclarece o que significa ser 'atacada', que pode, inclusive, equivaler a ser 'estuprada' (foi assim que muitos leitores da pesquisa entenderam). Embora não se possa ter certeza se esse era o efeito induzido ou apenas o que os entrevistados entenderam, no título da matéria do Estadão, *Ipea corrige pesquisa sobre abuso contra mulheres*, vemos a palavra *abuso* sendo dado como equivalente a *atacada*. Entretanto, ao observarmos um dicionário[2], nossa primeira opção na busca da compreensão dos sentidos utilizados, deparamo-nos com algumas acepções que serão aqui expostas: *Atacar - dar ataques a; acometer; brigar com; impugnar; atar com atacador; Estuprar - forçar alguém a ter relações sexuais, geralmente com recurso à violência ou a ameaça física, violar, violentar; Abusar - procurar relações sexuais com alguém sem o seu consentimento (ex.: foi acusado de abusar da rapariga)*.

A observação das relações indicadas indicia que os termos que possuem uma relação sinonímica são 'estuprar' e 'abusar' e eles não equivalem a 'atacar' e os primeiros dois não foram usados na questão. Então, o que foi que se quis dizer com 'atacar'? Os entrevistados foram esclarecidos oralmente acerca da significação da palavra atacar? Como os inqueridos só podem concordar ou discordar (totalmente ou parcialmente), normalmente não há explanações sobre os propósitos das perguntas. Não se sabe exatamente o que se quer com esta questão, tendo em vista que os significados das palavras são constituídos em sua enunciação; eles estão presos às palavras; os efeitos de sentido produzidos por quem elaborou o questionário podem ser diferentes daqueles que responderam a ele.

No T1, há quatro questões: 1) O que acontece com o casal em casa não interessa aos outros? 2) Em briga de marido e mulher, não se mete a colher? 3) Mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar? 4) Mulheres que usam roupa que mostram o corpo merecem ser atacadas? Analisaremos suamariamente uma a uma.

A primeira e a segunda perguntas são praticamente autoexplicativas e transparentes, sendo que a segunda é um dito popular e a primeira remete ao mesmo efeito, visto que o casal é apresentado como marido e mulher. E 'não se meter' significa não se interessar por ou não se preocupar com determinado assunto. Nota-se que as duas buscam a mesma compreensão: saber o que os brasileiros pensam sobre as pessoas ou a sociedade intervirem na vida familiar (conhecer, opinar, tomar partido em relação aos problemas familiares de outros).

Quanto à terceira, o tema do enunciado *mulher* não é a mesma das outras questões; ela carrega duas expressões avaliativas como descrição, *que é agredida* e *gosta de apanhar*. As questões mostram um tipo específico de mulher, pois há as que não são agredidas e as que, quando são, não continuam com os parceiros. Além disso, os qualificativos que, em verdade, desqualificam, remetem à existência de uma mulher que gostaria de apanhar.

Na quarta questão, não se usa a palavra 'mulher' no singular. 'Mulher' ou 'mulheres' podem ser usadas, como na questão, na forma de sintagmas usados em sentenças genéricas, por serem representativas de um grupo/espécie. Se os autores das questões usassem *todas as mulheres* ou *toda mulher*, a opção geraria um efeito de falsidade, haja vista que se quantifica o que não se pode comprovar cientificamente. Mas, nesta última pergunta, fica pressuposto o fato de que muitas mulheres brasileiras usam roupas que mostram o corpo; do contrário, o termo 'mulher' poderia estar no singular, como no caso de *mulher que é agredida*, em que está subentendido apenas a mulher (esposa) do sujeito que a agride.

Sobre o texto 2 (T2), produzido em 24/11/2013 e publicado na Carta Capital[3], percebemos que ele aborda

---

2 In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, http://www.priberam.pt/dlpo/ Acesso em: 28 de maio, 2014.

3 Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/blogs/feminismo-pra-que/porque-as-mulheres-sao-estupradas-segundo-a-policia-4780.html. Acesso: 16 de maio de 2014.

agressões sofridas pelas mulheres, elencando, aliás, o que elas devem fazer para não serem vitimadas. Ele também sugere que a conduta mudaria as estatísticas das agressões.

Feminismo Pra quê?

Por que as mulheres são estupradas, segundo a polícia

Policial catarinense dá dicas para as mulheres evitarem estupro. Além de ineficientes, as dicas mostram o despreparo da segurança pública ao tratar de crime tão delicado

por Nádia Lapa — publicado 24/11/2013 15:59, última modificação 26/11/2013 06:06

Um estuprador atacou uma mulher em Blumenau, Santa Catarina, e a violência física foi tamanha que ela faleceu. Encontraram a vítima na manhã do último sábado (23). As informações são do G1, que traz uma fala de uma policial da cidade:

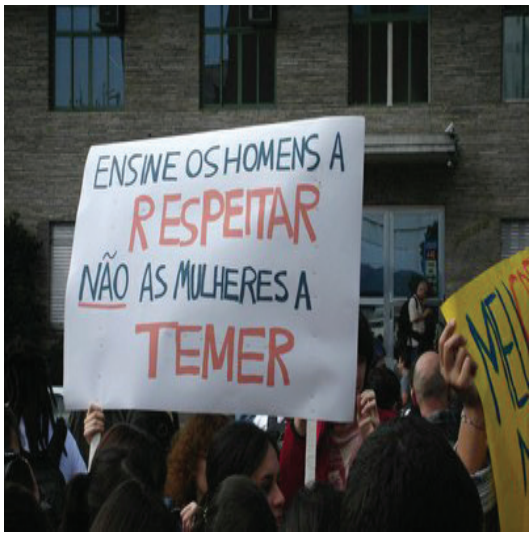

Figura II Feminismo pra quê?_Fonte: http://www.cartacapital.com.br/blogs/feminismo-pra-que/porque-as-mulheres-sao-estupradas-segundo-a-policia-4780.html.

Na revista, a fala da policial é dada a partir de uma posição, a da jornalista, visto que, antes das palavras da entrevistada, é emitida uma informação: *A Polícia Militar disse ao G1 que o número de ocorrências envolvendo estupros na cidade aumentou nos últimos meses e, por isso, orienta para que as mulheres busquem utilizar ruas e vias iluminadas e com movimentação de pessoas e evitem circular desacompanhada em horários com menos movimento, como à noite e início da manhã*. A informação resume os acontecimentos, bem como as orientações da Polícia Militar. A descrição definida do primeiro enunciado é pontual e representa a segurança pública, que é autoridade no assunto. Embora *a Polícia Militar* seja uma descrição definida, ele remete a um conceito genérico, em face da função exercida na sociedade, subentendendo, por meio da expressão generalizante, que a corporação inteira da polícia militar pensa e/ou acredita nas ações sugeridas pela policial. No que se refere ao discurso da policial entrevistada (*Se a pessoa mora sozinha, uma dica é também evitar chegar sempre no mesmo horário do trabalho. Além disso, tentar andar acompanhada. A presença de duas mulheres já inibe mais a ação. Se percorre o trajeto a pé, se possível, buscar caminhos diferentes, porque é a oportunidade que gera a ação*), percebe-se que a jornalista antecipou, de início, parte da matéria, exceto pelos detalhes adicionais: *presença de duas mulheres* e *se percorre o trajeto a pé* e pela conclusão *é a oportunidade*

que gera a ação. O enunciado final da fala da policial iniciada com 'porque', logo após a vírgula, explica tudo o que foi dito e conclui que as ações dos agressores são decorrentes do fato das mulheres não agirem corretamente no seu cotidiano, transferindo-lhes a culpa.

Enquanto a fala da policial culpa a vítima pelas agressões, o texto da jornalista culpa a polícia pela falta de ação e desvio do foco real de atenção. Não se pode desconsiderar que a voz da jornalista se faz presente no título escolhido para a matéria: *Feminismo pra quê? Por que as mulheres são estupradas, segundo a polícia*. A relação estabelecida, neste caso, faz-se entre o questionamento sobre haver ou não feminismo e a sua inutilidade, em face do fato de que a força policial contribui para que a mulher não seja liberada e nem possa viver suas opções. Estas questões nos incitam a buscar respostas no afã da saciedade do momento de revolta, culpando um ou outro, sem que possamos refletir melhor sobre 'como' a própria mídia, representada pela voz da jornalista, usa e abusa de imagens da violência contra as mulheres. Quanto mais chocante, mais vezes, a cena é mostrada.

Vistos esses aspectos destacados do T1 e do T2, algo presente na memória discursiva foi reestabelecido, talvez pela similaridade do posicionamento dos sujeitos com relação às mulheres agredidas. Embora o T1 seja um quadro estatístico e o T2 uma entrevista de uma policial dada ao G1 (canal da Rede Globo, emissora de televisão) e citada na revista Carta Capital, podemos concluir, tanto naquele como neste texto, que o estupro acontece, porque as mulheres não sabem se cuidar e sua conduta propicia a agressão: mas também vende jornal.

IV Tecendo a teia das relações dialógicas nos discursos.

Os discursos são constituídos por corpos verbais que, no nível interpretável, podemos dizer que se repetem, que veiculam o mesmo e as mesmas opiniões, mesmo que não sejam os mesmos enunciados, pois os elementos extralinguísticos penetram no enunciado, mantendo uma relação dialógica na qual o que se vê é o enunciado no enunciado, os já-ditos sendo ditos em outros momentos da produção discursiva de outros sujeitos. Bakhtin (2003) afirma que as relações dialógicas são relações semânticas, ou seja, de sentido, que podem ser estabelecidas em cada nova enunciação e em cada novo dizer.

Mas, nas reaparições provocadas por outras enunciações, não deixamos de encontrar velhas crenças, opiniões e juízos de valor sobre o elemento feminino. No artigo *Violência contra a mulher: da legitimação à condenação social*, Lage e Nader (2012) destacam a existência de leis brasileiras amparadas no Código Filipino de Portugal (vigente até século XIX), as quais davam legitimação aos atos de violência contra a mulher. Para as autoras:

> A ideologia patriarcal, que estruturava as relações conjugais e familiares desde o tempo em que o Brasil era colônia portuguesa, conferia aos homens um grande poder sobre as mulheres, justificando atos de violência cometidos por pais e maridos contra filhas e esposas. Nascida do estilo de vida das minorias dominantes, essa ideologia acabou influenciando todas as outras camadas da sociedade, disseminando entre os homens um sentimento de posse sobre o corpo feminino e atrelando a honra masculina ao comportamento das mulheres sob sua tutela [...] O comportamento feminino considerado fora do padrão estabelecido para as 'mulheres honestas' justificava a violência como forma de disciplina, culpando, no fim das contas, a mulher pelas agressões sofridas. [...] Todos desde o Código Criminal do Império, ao definir, por exemplo, *crimes sexuais* referem-se ao agravo cometido contra 'mulheres honestas', termo que constou do Código Penal de 1940 (artigo 215 e 216), em vigor até 2003, quando foi finalmente banido da legislação brasileira (LAGE & NADER, 2012: 287-288, *grifos das autoras*).

Por meio deste recorte, é possível perceber que ainda impera o posicionamento patriarcal sobre as agressões sexuais/estupro sofridos pelas mulheres. Embora o Código Penal e Civil tenham mudado seus preceitos em

relação às mulheres, o discurso de poder masculino de opressão ao feminino não desapareceu e estão presentes nos enunciados de T1 e T2.

E essa ideologia patriarcal não se reproduz apenas localmente. Discursos machistas são produzidos diariamente em diferentes países. A exemplo disso, recentemente, em um debate na Índia, o presidente do partido socialista Indiano, Abu Azmi, mesmo depois de vários estupros coletivos ocorridos no país, defendeu o uso da forca para mulheres que são estupradas e não para os homens estupradores. Isso ocorreu após a aprovação da Lei de pena de morte para estupradores, divulgada em 12/04/2014. Azmi demonstrou sua indignação pela aprovação da Lei afirmando: *Qualquer mulher, casada ou solteira, deve ser morta se se deitar com um homem, com ou sem consentimento*. O título da matéria *Políticos indianos defendem a forca para mulheres estupradas*[4] remete a um pressuposto dado, o de que os políticos, de forma geral, defendem a pena de morte para as mulheres estupradas e não para os estupradores. A questão é que eles representam uma grande parcela da população e, inclusive, decide por ela.

Ao afirmar que a mulher *deve ser morta se se deitar com um homem*, o autor afirma a culpa da mulher e a sentencia, pois ela deve ser penalizada pela sua desmoralização sexual. O enunciado demonstra a indignação do líder político com a aprovação de uma lei para coibir os estupros coletivos que vitimaram várias mulheres na Índia, tanto que, em outro momento de sua fala, ele argumenta que *meninos erram*, demonstrando ser esta uma prática sexual tão comum que para ele não é um crime.

Nas palavras de Costa (2010)[5], no processo de leitura, devemos analisar as relações contextuais internas e externas dos textos. A primeira trata da coerência que se cria «entre as partes que compõem o texto e permitem ao leitor estabelecer contato com o mundo ali apresentado; a segunda prende-se à época em que foram escritos e revela ao leitor, à revelia do autor, muito de seus valores e dos valores de seu tempo». O T1 e o T2 mostram, de alguma maneira, com falhas ou não, como muitos brasileiros pensam atualmente, a despeito de toda a emancipação feminina e as mudanças na legislação. Há semelhança entre eles e o discurso do político indiano, mas com a diferença de que não sugerimos penalidades para as mulheres, apesar de a sociedade puni-las com a imposição do preconceito que, a partir de então, a cerca de culpa. No Brasil, mulheres merecem ser atacadas e na Índia devem ser mortas. A palavra 'merecem' revela juízo de valor, enquanto 'devem' sugere obrigação de punição. O que há em comum é a culpabilização da mulher pelos atos cometidos por outrem. Mas a diferença nas escolhas verbais nos causa uma falsa impressão de humanização dos brasileiros, que é falsa em vista de sermos o 7º no ranking de assassinatos de mulheres, como dito no início do artigo.

Ainda avaliando o contexto de produção dos discursos, notamos que os sujeitos do T1 são pesquisadores – entrevistadores e entrevistados, homens e mulheres, enquanto o T2 se refere à entrevista de uma policial feminina e que foi produzido por uma jornalista. Estamos frente a textos ou enunciados de diferentes gêneros com a mesma posição ideológica.

A pesquisa do T1 é resultado de consulta pública solicitada pelo Governo Federal e o objetivo era obter informações abrangentes sobre opiniões da população; mas a pergunta *mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas*, bem como as outras três que aparecem na tabela, direcionam a resposta, pois parte da ideia de que as mulheres são as culpadas (total ou parcialmente) e, para a pessoa discordar de algo que já foi afirmado na formulação, precisa ter fortes argumentos. É diferente perguntar, por exemplo, o que achamos sobre mulheres que usam roupas que mostram o corpo? Ou ainda, o que pensamos sobre homens que usam roupas que mostram o corpo? Mulheres e homens podem ser agredidos em consequência das roupas que usam? Nesses casos, pelo menos, não haveria na própria pergunta uma sugestão ou imposição de resposta que pende contra o lado feminino.

No que se refere ao T2, percebe-se que se trata da orientação de uma policial, em entrevista dada ao jornal G1, após a divulgação da notícia: *Um estuprador atacou uma mulher em Blumenau, Santa Catarina, e a violência*

---

4 Disponível em: http://noticias.terra.com.br/mundo/asia/politicos-indianos-defendem-a-forca-para-mulheres-estupradas,3f3fe034d5755410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html Acesso em: 28 de maio de 2014.

5 COSTA, S. V. Dialogismo e intertextualidade. **Textos Círculo 2010**. Disponível em: http://textosgege.blogspot.com.br/search/label/Sara%20Vieira%20Costa Acesso em: 28 de mai 2014.

física foi tamanha que ela faleceu. Encontraram a vítima na manhã do último sábado (23), em 24/11/2013. A policial, tentando mostrar para as mulheres que são algumas de suas práticas que as tornam vítimas, disse: *Se a pessoa mora sozinha, uma dica é também evitar chegar sempre no mesmo horário do trabalho. Além disso, tentar andar acompanhada. A presença de duas mulheres já inibe mais a ação. Se percorre o trajeto a pé, se possível, buscar caminhos diferentes, por que é a oportunidade que gera a ação*. Retomamos esse trecho para questionar por que a policial não fala sobre a ausência de ações efetivas do Estado e da polícia no combate à violência contra as mulheres, mas ressalta que é a *oportunidade* dada pelas mulheres que gera os ataques. 'Oportunidade' é entendida como andar sozinha, ter rotina de trabalho e andar a pé, como se fosse possível às mulheres não terem rotina de entrada e saída do trabalho, da escola e da universidade, como se pudessem transitar por ruas diferentes das quais moram ou ainda como sempre ter uma pessoa a disposição para andar com elas. Há no T2 o não reconhecimento da igualdade de direitos e uma negação da emancipação feminina e, pior: a tentativa de restrição da liberdade.

É importante observar que, os textos são de 2013 e 2014, isto é, do século XXI; entretanto essa disparidade temporal parece fazer pouca diferença, haja vista que retomamos discursos antigos, presentes na memória que são alimentados por estórias infantis, como: Chapeuzinho Vermelho, mas também pelos dizeres jurídicos que tornaram as mulheres diferentes perante a lei. Apesar de a anunciação ser única, irrepetível e irreiterável, conforme Bakhtin (2003), há uma penetração de um enunciado em outro enunciado, um discurso em outro discurso. Há relações de sentido que se estabelecem entre textos e fazem ecoar a mesma posição ideológica em diferentes nacionalidades e habitam vários lugares, diversas idades e pessoas, em diferentes épocas. Costa (2010) destaca que «Um texto é voz que dialoga com outros textos, mas também funciona como eco das vozes de seu tempo, da história de um grupo social, de seus valores, crenças, preconceitos, medos e esperanças». Esses dois textos continuam ecoando discursos machistas de séculos anteriores.

O T1 é o eco das vozes que nos fazem ver os preconceitos e os valores da sociedade brasileira, não somente na questão discutida até agora, mas também em outras, tanto que, na primeira e na segunda questão do T1, a grande maioria das pessoas entrevistadas responde que não se deve tomar parte de problemas intrafamiliares, o que confirma as informações reveladas no site do Senado Federal brasileiro (citado anteriormente), no qual se vê que 65% das mulheres são agredidas pelo próprio companheiro. A compreensão destas circunstâncias levou a ministra Iriny Lopes[6], da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2011, a querer quebrar o dito popular: *em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher*, chamando a responsabilidade para a sociedade e para a necessidade de denunciar a violência doméstica. Mas este é um processo lento, pois não faz muito tempo que o Código Penal (que perdurou de 1940 até 2005) legitimava os assassinatos de esposas adúlteras (ou suspeitas de traição).

Reiteramos que o que se manifesta nas perguntas e nas respostas do T1 são posições ideológicas dos sujeitos brasileiros resultantes da história vivida, haja vista que «o signo é ideológico por excelência» e «tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo» (Bakhtin & Volochinov, 2004: 31), ou seja, ele se acha situado no contexto de produção, na materialidade histórica. Cattelan (2008) compreende que o sentido do que se diz se forma na história, mas, uma vez que não há história sem sujeitos, eles os constroem o sentido por meio da retomada de já-ditos.

O que se constata é que a memória retoma enunciados inscritos na história: «De forma mais geral, a toda formação discursiva é associada uma *memória discursiva*, constituída de formulações que repetem, recusam e transformam outras formulações» (Maingueneau, 1997: 115, grifos do autor). Podemos, portanto, afirmar que um discurso nasce de outro, que a memória discursiva apresentada pela intertextualidade, nasce «de um trabalho sobre outros discursos» (Maingueneau, 1997: 120) que repete um acontecimento discursivo. Após a correção das informações, o que ficou na memória foi o percentual alardeado na mídia naqueles dias, dando a impressão de que a grande maioria (como havia sido dito 65,1 %) acredita que as mulheres são as culpadas por serem 'atacadas'. E, nesta perspectiva, a quantificação de dados naquele gráfico em pouco ou nada contribui para avanços, pois permanecemos sem reflexões mais acuradas sobre os discursos que nos cercam.

---

6 A consulta está disponível em: http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/em+briga+de+marido+e+mulher+temos+de+meter+a+colher/n1597115868536.html Acesso em: 01 de junho de 2014.

V Considerações finais

Por meio da análise breve de duas materialidades divulgadas na mídia brasileira, sob o escopo Bakhtiniano, consideramos a enunciação como única, por ser irrepetível e não reiterável, mas isto não significa que os discursos não dialoguem entre si e não revelem uma mesma posição ideológica nos seus enunciados. Ainda que os enunciados fossem os mesmos (não é este o caso dos textos selecionados), os contextos e os locutores protagonistas do processo discursivo são diferentes; por isso, pode-se postular que haja novos acontecimentos linguísticos, mas que eles são constituídos por imbricamentos com outros discursos.

Quanto à questão sexista exposta pelas análises, Butler (2010), no livro em que trata dos problemas de gênero (feminino e masculino), retoma um famoso enunciado de Simone de Beauvoir, em *O segundo sexo*: «não se nasce mulher, torna-se». Para Butler, esse 'se tornar mulher' se dá sempre sob uma coação cultural, porque os corpos foram já-significados de alguma maneira culturalmente. É como, culturalmente, aprendemos como homens e mulheres devem se comportar e que posições sociais cada gênero pode ocupar. Proferimos discursos de coação cultural para que toda e qualquer mulher venha a *tornar-se mulher*.

À luz das constatações de nossa análise, tendo como ponto de partida os dois textos, afirmamos que, independentemente do gênero (masculino ou feminino), os locutores dos discursos ocupam uma posição ideológica que se manifesta nos enunciados de diferentes gêneros discursivos e, por isso, não há coincidências nos dizeres, mas sim memórias de ditos passados no presente que será futuro.

Payer (2005) vê a Mídia como lugar não-material, com suas dimensões gigantescas, engendrando uma saturação de sentidos, tanto que parece não deixar espaço para outros discursos e outras formas de sujeito; a mídia não deixa espaço para nada que não lhe sirva como suporte. Por isso, ao mesmo tempo em que divulga informações, denuncia, policia e cria práticas do olhar: práticas de ser mulher. Olhamos o mundo pelos olhos da mídia com sua interpelação ideológica que nos diz o que fazer e como ser. O texto de mercado, na Mídia, produz discursos de modo que os sentidos fazem sentido e se cristalizam em nossa memória.

Bibliografia

AUTHIER-REVUZ, J. (1990) Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de estudos linguísticos*, Campinas, UNICAMP – IEL, n. 19, jul./dez.

_____. (2004[1982]) Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: _____*Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

BAKHTIN, M. (2003) *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.

BAKHTIN, M. & VOLOCHINOV, V.N. (2004 [1979]) *Marxismo e filosofia da linguagem*. 7a. ed. São Paulo: Hucitec.

CATTELAN, J.C. (2008) *Colcha de retalhos*: micro-história e subjetividade. Cascavel, PR: Edunioeste.

COSTA, S. V. Dialogismo e intertextualidade. *Textos Círculo 2010*. Disponível em http://textosgege.blogspot.com.br/search/label/Sara%20Vieira%20Costa Consultado em 28/05/2014.

FOUCAULT, M. (2001) *A história da sexualidade 2*: O uso dos prazeres. (Trad. Maria Tereza Costa da Albuquerque), Rio de Janeiro: Edições Graal.

LAGE, L. & NADER, M.B. (2012) Violência contra a mulher: da legitimação à condenação social. In: PINSKY, C.B. & PEDRO, J. M. (orgs) *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto.

MAINGUENEAU, D. (1997) *Novas Tendências em Análise do Discurso*. (Trad Freda Indursky). 3. ed. Campinas: Pontes.

PAYER, O. M. (2005) Linguagem e sociedade contemporânea: Sujeito, mídia e mercado. *Revista Rua, nº 11*. Campinas: Editora da Unicamp.

GT 35
Figurações da violência e crueldade

A violência na trama narrativa de Chimamanda Adichie

Caleb Faria Alves[1]
calebfa@uol.com.br

Resumo: A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, em Hibisco Roxo (2003), descreve uma da cenas mais terríveis de violência conjugal da história da literatura, perpetrada por Eugene. Em entrevistas, reiteradamente explicou que essa personagem não é um estereótipo do homem africano, uma alusão aos ditadores do continente, menos ainda uma catarse da sua própria condição familiar. Ao mesmo tempo, sua escrita se pretende militante e está baseada em densas pesquisas históricas e sociais. Os ingredientes tradicionais da violência, inclusive, estão todos presentes: as desavenças familiares, étnicas, religiosas e as disputas políticas. Em minha fala, pretendo discorrer sobre a articulação entre recursos narrativos e a visão de sociedade que permitiram a ela escapar dos maniqueísmos tradicionais e revigorar a representação da violência em contextos de ex-colônias. Inscrita na tradição literária inaugurada por Chinua Achebe, ela rompe silêncios históricos sobre conflitos sociais e instiga uma visão mais complexa das configurações sociais que os possibilitaram.

Palavras chave: Adichie, literatura,violencia.

Equívocos de leitura

A primeira característica marcante do livro "Hibisco Roxo", de Chimamanda Adichie, é a violência de Eugene. A opressão contra o filho e a esposa, logo nas primeiras páginas, é de uma agressividade única. Segundo Sophia O. Ogwude, professora da Universidade de Abuja, Nigéria (2011):

> Of all the accounts of marital violence recorded in the African novel, none is as brutal or as sadistic as Chimamanda Adichie's in *Purple Hibiscus*, especially because of its realistic and matter-of-fact narrative point of view. (Ogwude, 2011: 17)

Somos introduzidos nesse universo de dor e sofrimento logo na primeira linha do livro e permanecemos até o final. Quem nos narra a situação é Kambili, que aponta um evidente falso início para a onda de sofrimentos: "As coisas começaram a se deteriorar lá em casa quando meu irmão, Jaja, não recebeu a comunhão, e Papa atirou seu pesado missal em cima dele e quebrou as estatuetas da estante." (Adichie, 2011: 9). A ansiedade aumenta exponencialmente em função de três recursos: primeiro, a história é recontada em detalhes; segundo, cada detalhe é aprofundado em um conjunto de tensões próprias; terceiro, desdobramentos imprevisíveis dão origem a momentos ainda piores. Kambili recomeça a história contando, com uma aflição fria, como foi a missa, como chegaram em casa, como era o padre. Depois passa novamente ao confronto entre pai e filho e

---

1 Graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo onde também cursou mestrado e doutorado. Concentrou seus estudos em sociologia da cultura e defendeu tese sobre pintura no virada do século em São Paulo, concluída em 2001. Atualmente é professor associado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde continua desenvolvendo estudos na áreas das artes, cultura popular e indústria cultural.

percebemos que não foram quebradas simples estatuetas, mas um espécie de oratório, um refúgio onde Mama encontrava alguma paz e deleite. Por fim, poucos dias depois, o som de pancadas fortes e rápidas faz Kambili interromper sua leitura do capítulo V da Epístola de Tiago. Quando o barulho cessa, sua mãe é carregada feito um saco de juta para fora do quarto dos pais e levada ao hospital. Ela perde o bebê. Uma série de pormenores nos avisa que o tempo é de longa duração: "Seu rosto (de Jaja) de dezessete anos estava cheio de rugas; elas ziguezagueavam por sua testa e dentro de cada havia uma tensão enegrecida" (Adichie, 2011: 17).

Em meio a tudo isso, também ficamos sabendo que Eugene recebeu um prêmio da Anistia Internacional por causa de sua luta pelos direitos humanos, que era um personagem muito estimado na comunidade, que tinha um jornal, o Standard, que ousava desafiar o governo exigindo o fim da corrupção e a liberdade de expressão. Tudo isso colocando em risco sua própria segurança pessoal. Outros ingredientes importantes da história também aparecem entremeados a esses acontecimentos: vida social, religiosidade, educação, a relação com países europeus, conflitos étnicos, etc.

Minha suposição, nesse texto, é a de que a presença dessa brutalidade permite a operação de certos recursos narrativos e linguísticos que abrem uma nova possibilidade discursiva sobre a condição de ex-colônia. Está associada à superação de um posicionamento dicotômico em relação aos países colonizadores ao mesmo tempo que mantém uma reivindicação de ajuste de contas histórico. Responsabiliza os próprios Nigerianos por suas dificuldades políticas e sociais sem minimizar o fardo que carregam pelas consequências da dominação estrangeira. Meu argumento se vale de muitas contribuições, a produção sobre Adichie é relativamente vasta para uma autora tão jovem, mas não tenho a intenção de fazer um balanço. Selecionei alguns autores que me permitem tratar de aspectos específicos de sua obra, sobretudo a relação entre suas características estilísticas e o sentido político e social de seu livro. Farei um percurso inverso ao normalmente estabelecido nesse tipo de análise: começarei com a incorporação de algumas críticas recentes ao livro e depois vou traçar uma breve análise retrospectiva de suas referências de escrita.

O desafio que Adichie enfrenta é enorme: estamos acostumados a representações generalizadas e maniqueístas quando elementos da cultura européia e africana aparecem juntos. O termos da relação podem ser invertidos conforme o tom que se queira dar ao relato. Ora o europeu é o invasor genocida, ora o salvador benevolente. Ora o africano é o primitivo bruto e animal, ora o portador de bons valores comunitários esquecidos pela civilização. Junto com essas polarizações vêm um conjunto enorme de termos a eles associados: ciência, magia, educação, aldeia, universidade, etc.

Em várias entrevistas, no entanto, Adichie explicou que seu livro não decorre de uma catarse pessoal: ela não sofreu tais abusos durante sua infância. Declara que não teve um pai terrivelmente castrador e, mais ainda, que ela não concebeu Eugene com um típico exemplar da relação pai/filhos na Nigéria. Também não estava denunciando o resultado de uma pedagogia atrasada orientada por uma cultura local castradora da condição feminina. Contra outra hipótese mais abrangente, esclareceu que não fazia alusão a algum ditador em especial, ou ao sistema de poder na Nigéria e na África. Manifestou explicitamente seu incômodo contra leituras que supunha uma revolta sua contra uma situação que estava presente, na verdade, nos estereótipos preconceituosos sobre a África.

Contexto de produção literária e as múltiplas vinculações da um obra

Eliminados esses primeiros equívocos - mas deixando em aberto a possibilidade de retomá-los em função de outros argumentos - afinal, como podemos entender a violência de Eugene? As tentativas de relacionar essa produção com um meio social esbarram e muitas dificuldades. Chimamanda nasceu na Nigéria, em 1977, e aos 19 anos migrou para os Estados Unidos, já decidida a se tornar escritora. Estudou comunicação e Ciência Política durante a graduação e fez um mestrado em escrita criativa em Baltimore, na Johns Hopkins University. Esses poucos dados já nos permitem uma variedade de suposições quanto ao ambiente ao qual relacionar sua obra: seria ela uma escritora nigeriana, norte americana, migrante norte americana, negra norte americana,

classe média africana, produto das oficinas criativas?[2] Ou ainda outras alternativas? Muitas resenhas destacam que a história poderia ter acontecido em qualquer lugar[3].

A auto definição da autora é um dado importante, mas a resposta a essa pergunta não depende apenas dela. Em muitas épocas e lugares, surgiu, como traço agregador de grupos de artistas ou definidor de tendências, a identificação com lugares distantes e estranhos àqueles que os valorizavam. É o caso do estudo clássico de Raymond Willians, O campo e a Cidade, no qual ele mostra o surgimento da poesia bucólica essencialmente ligado do meio urbano. Mesmo a presença de traços culturais específicos Nigerianos e de um reconhecimento de sua pertença a uma tradição Nigeriana, não devem ser suficientes. Edward Said, em seus estudos sobre literatura, nos convida a ficarmos atentos à força dos estereótipos. Em Orientalismo, ele nos mostra como artistas oriundos do Oriente Médio foram formatados em escolas europeias para a produzir imagens de seus próprios países condizentes com o exotismo fabricado pelo colonizador e estranhas às suas próprias vivências. Esses cuidados devem ser levados em conta tanto em respeito à importância das contribuições do pós-colonialismo à teoria social, quanto, no caso, à Adichie. Ela mesma, um exemplo raro e audaciosamente franco sobre seus próprios preconceitos e sobre a naturalização de desigualdades no seu país de origem e em sua família. Em uma conferência muito amplamente divulgada pela TED (Technology, Entertainment and Design organization em Nova Iorque), intitulado The danger of a single story, de 2009, ela nos alerta sobre como podemos ser impressionados e vulneráveis frente a uma história. Em suas primeiros textos, ainda criança, seus personagens discutiam o tempo, comiam maças e brincavam na neve, assim como as personagens dos livros que ela lia. Ao ler Chinua Achebe e Camara Laye, ela descobriu que pessoas como ela podiam figurar em livros. Mas não é suficiente alterar as frutas, de maças para mangas, ou o clima, de frio intenso para um calor mais ou menos constante. Também não basta, segundo ela mesma, indignar-se com pessoas que se impressionavam, nos Estados Unidos, com ela falar inglês, gostar de ouvir Mariah Carey e saber usar um fogão. Em sua casa, na Nigéria, ela mesma se surpreendeu com Fide, um ajudante de serviços domésticos, a quem só atribuía pobreza e necessidade, quando percebeu que ele também era capaz de belos trançados de ráfia.

Contra a compreensão do romance como objeto autônomo, Ian Watt soube combinar crítica formal da obra com contexto social de sua produção. Aplicando o mesmo princípio a Ibisco Roxo, o problema passar a ser de que modo o livro pode ser relacionado a uma ou mais experiências sociais, e quais são elas. Do ponto de vista da escritora, essa pergunta apresenta um duplo desafio: primeiro, como ela mesma atesta, há uma discrepância entre as referências sociais presentes nos livros à disposição em seu pais e a experiência social de quem vive nele; segundo, toda produção requer reelaboração, necessita modelos a serem aprimorados ou desconstruídos. Uma crítica comum ao tipo de análise feita por Watt é a constância dos limites geográfico nacionais como referência. A literatura comparada, conforme avaliação de Tânia Franco Carvalhal e Eduardo F. Coutinho, tende à afirmação dos valores nacionais (Coutinho e Caravalhal, 1994). Essa solução esta presente em pelo menos dois importantes textos sobre que dizem respeito ao nosso tema: Hugh Hodges (2009), especificamente sobre Chimamanda; e Wendy Griswold (2000), centrado na produção sobre a guerra de Biafra. Infelizmente esse segundo livro foi lançado antes da publicação de Hibisco Roxo.

O artigo de Hodges, na verdade, é sobre outro livro de Chimamanda, Meio Sol Amarelo, no entanto, certas observações cabem perfeitamente na análise de Hibisco Roxo. Eugene aparece, todo o tempo, como um homem atormentado, não apenas pelos seus fantasmas pessoais, mas por um conjunto de preocupações políticas e socais. Está constantemente acuado pelo pavor da ação de forças políticas ditatoriais que podem custar sua vida e a de seus colaboradores no jornal que edita e também a possibilidade do desenvolvimento de atividades necessárias ao desenvolvimento do pais. Seus posicionamentos revelam profundas convicções democráticas e

---

2 Medel, em um artigo no qual menciona Adichei, entre outras escritoras, faz a seguinte afirmação: "Nem americana, nem africana, nem cidadã do mundo. O termo *afropolita*, impulsionado pela escritora Taiye Selasi, equivale a uma realidade: ser africana do mundo, que é a sua própria." (Medel, 2014)

3 Ver, por exemplo, o conteúdo da página da Amazon Books a esse respeito: http://www.amazon.com/Purple-Hibiscus-Chimamanda-Ngozi-Adichie/dp/1616202416/ref=sr_1_cc_3?s=aps&ie=UTF8&qid=1417106294&sr=1-3-catcorr&keywords=chimamanda. Consultada em 27 de novembro de 2011.

éticas. O clima presente em Hibisco Roxo, nesse sentindo, é aquele descrito no final do artigo de Hodges sobre Meio Sol Amarelo:

> Half of a Yellow Sun is a book about the Biafran War by someone born after the war "ended."But then the Biafran War is in some ways still going on; as Karl Maier observes in This House Has Fallen, disabled veterans of the Biafran army can still be seen begging at roadsides and the war is "still in the mind of everyone in eastern Nigeria" (271). In some sense then, eastern Nigeria is still inhabiting that blank space that follows the declaration of peace in Half of a Yellow Sun, still unsure whether it has survived or what survival might mean. (Hodges, 2009:12)

Hodges situa a produção de Chimamanda em uma longa linhagem de textos sobre a guerra de Biafra. São doze ao todo, começando com Chinua Achebe. Outras duas características apontadas por Hodges são importantes nesse momento. Primeiro, o modo como Chimamanda lida com o quotidiano. Ela nos apresenta a guerra a partir das necessidades ordinárias do viver. O que já está, de alguma forma, presente em Hibisco Roxo. A convulsão final do livro, o assassinato, não são tratados a partir do incomum, de um acidente particular, ao contrário, é resolvido na lenta maturação do dia-a-dia, dos acúmulos de dores, de silêncios, de posturas, de todo uma vida, ou de várias vidas. A segunda característica diz respeito à quem é afetado pela guerra. Embora o livro seja sobre uma família, ficamos com a impressão de que apenas o Igbo sofreram no conflito[4]. A Nigéria tinha três grande grupos étnicos: igbos, haussas e yoruba. O conflito envolveu principalmente os dois primeiros. No entanto, havia também muitos outros grupos menores que sofreram opressão, inclusive, da parte dos Igbos quando esses fundaram um Estado Independente, Biafra, em em 1967. Num contra-golpe, os haussa enfrentaram os igbos, levando a um conflito civil que matou mais de um milhão de pessoas, e terminou com a rendição de Biafra em 1970. Os pontos de vista, a condição de vida e o sofrimento das minorias étnicas (e fala-se em mais de 300 na época na Nigéria), teria sido obliterado pela centralidade do debate na derrota dos Igbos. Ao longo das páginas, uma outra personagem ganha relevância e desloca a discussão para outros temas, principalmente gênero. Refiro-me a Kanbili, filha de Eugene. Percebemos que a história, mais do que sobre a tortura impetrada por um pai impiedoso, é sobre a crescente consciência de sua filha sobre os eventos que a cercam. Daria Tunca (2009), procura contrapor-se ao que ela identifica como a leitura corrente sobre Kanbili: uma personagem sem emoção, sem julgamentos, sem reflexões sobre os acontecimentos (Tunca, 2009:2). Numa primeira leitura, ela admite, podemos ser levados a essa interpretação errônea:

> For instance, formulas such as "I wanted" (found in the passage above) or "I wished," iterated by Kambili when evoking actions she would like to perform or wishes she had (not) carried out, are linguistic mannerisms used throughout the novel. Similarly, the teenager's inability to speak or act is expressed through structures such as "my lips held stubbornly together" (141) and "my legs . . . did not do what I wanted them to" (165). That these clauses identify her body parts as grammatical actors perhaps suggests that, in spite of her efforts, her mind is unable to take control of her body. (Tunca, 2009:4)

Para Tunca, essas passagens, embora contenham modos eufemísticos de descrição das agressões do pai, revelam um Eugene que também é vitima de seus próprios medos. Kambili, por seu turno, está negociando internamente a dicotomia entre um pai violento e suas ações benfazejas e filantrópicas junto à comunidade, entre o desejo de ser reconhecida e amada e a superação dessa condição a partir da construção de critério próprios de auto estima, entre o conforto familiar e a estima em outros ambientes, como a escola. A autora

---

4 Em resposta, Adichei afirmou em uma entrevista: "It is really sad that there is such a thing as an 'Igbo' interpretation and a 'non-Igbo' interpretation of a history that is supposedly common to all. I don't think anybody ever sets out to invite harsh criticism. I set out to write a story that deals with the realities as I understand them." (Adichie, 2007)

não menciona, mas tenho a impressão de que um dado importante nesse contexto é o fato de que ela está reconstituindo a sequência que culminou em um crime, cujo sentido ela tenta desvendar. No lugar de indecisão, o que aparece é justamente a dificuldade, em um mundo complexo, pleno de contradições, de medos e sustos, de se chegar a uma formulação simples sobre onde se pode ter segurança, sobre como julgar as pessoas com quem convive e seus atos. Sobre uma cena dramática na qual o Eugene destrói a coleção de figuras de cerâmica de sua esposa, Tunca comenta: In other words, Kambili's formulation "the figurines broke" not only avoids implicating her father, but also refrains from including any form of agency. (Tunca, p. 6)

Se a leitura de Hodges nos mostra uma Chimamanda profundamente inserida num contexto sócio literário específico, o das versões sobre a guerra de Biafra, com uma posição ideológica bastante clara e militante, a do próprio grupo ao qual pertence, as contribuições de Tunca revelam o inverso, uma escritora, cheia de ambiguidades, de formulações imprecisas, de incertezas, de interpretações que precisam ser lenta e cuidadosamente reconstruídas, cuja convergência é a insegurança de Kanbili. Para mim, a característica mais rica da obra de Adichie é que essas duas leituras não são antitéticas, ao contrário, reforçam uma à outra. Adichie consegue transpor à narrativa conteúdos ao mesmo tempo universais e muito particulares à Nigéria. Uma chave para entendermos como se dá esse processo é um outro artigo, de Udumukwu, no qual encontramos uma pista sobre como Adichie consegue extrair coerência dessas posições díspares. Logo no começo do livro, a primeira cena de violência é despertada pela recusa de Jaja, irmão de Kanbili, de ingerir a hóstia. Como explicação ao pai, ele diz que aquele biscoito lhe dava mal hálito.

> Again the interplay between "host" and "wafer " is indicative not only of the opposition between denotation and connotation but also of the importance of signification for constituting postcolonial discourse. By insisting on the connotative import of the sign Eugene hopes to maintain tradition and thereby to keep discourse at the level of fixity. If he succeeds in doing this he will equally exercise his control, his power of ownership and domination not only on words but on his hearers. But by insisting on the primary or denotative significance of words Jaja calls attention to the fact that words function in accord with the user 's intention. Therefore in the overall need for constructing postcolonialdiscourse we must come to terms with the facts that there is no internal core as such in words and we cannot be held in the prison-house of words.(Udumukwu, 2011:194)

Muito mais do que uma disputa entre pai e filho sobre princípios religiosos, ou uma cena de conflito entre uma religião imposta pelo colonizador e uma recusa política baseada em valores locais, o que vemos nesse episódio, como em outras partes do livro, de acordo com Udumukwu, é quesão das referências para pensarmos esses problemas:

> What emerges in this conception of the nation is the problematic nature of truth itself. Truth is not a transcendental given to be decoded on the basis of a universal history of nationalism as in Bruce King or an original sense of source or culture as in Nnolim. On the contrary, truth manifests as something that the people of the nation work to produce for themselves. Achebe's Arrow of God (1964) is exemplary of how the people of the Nigerian nation go about producing their own truth; (Udumukwu, 2011:188)

As indecisões de Kambili, em sua leitura, aparecem como síntese entre Eugene e Ifeona , sua irmã. O primeiro representa a posição patriarcal dominante, a segunda a sua antítese. Ifeona é uma professora universitária que leva uma vida bem mais livre que Eugene. Mora sozinha, não depende de marido, educa os dois filhos para serem autônomos e o ambiente em sua casa parece bem mais feliz do que na casa de Eugene. No entanto, as condições materiais em sua casa são bem mais precárias. Ela recorre à ajuda do irmão para suprimentos básicos. Ifeona e seus filhos, são, ao mesmo tempo, mais modernos e mais tradicionais. Assim como escutam

as músicas de Fela Kuti, um dos pioneiros do afro-beat (cuja mãe, aliás, foi a primeira a dirigir um automóvel na Nigéria), respeitam e contribuem para com os rituais religiosos do pai de ambos, Papa Nnukwu. Para Eugene, ele é um pecador e ninguém deve ser aproximar dele por qualquer motivo que seja. A desobediência dessa regra, em um certo momento do livro, provoca castigos terríveis em seu filhos.

A conclusão de Udumukwu é de que estamos diante de personagens que estão negociando significados e que esse processo está diretamente ligado à construção da nação. Nação é um território em disputa, nos lembra o autor, um lugar para competição de imaginários com diferentes interesses políticos e ideológicos. Não me parece, por outro lado, que o livro caminha para uma síntese, como ele sugere. Ao contrário, a solução, se é que se pode apontar alguma em Adichie, está no domínio de diferentes redes de significados, na convivência com a contradição, em soluções de negociação de espaços e lugares onde diferentes princípios entram em operação. Voltarei a esse ponto mais adiante.

A herança de Adichie e a questão do significado

Estamos lidando com uma realidade histórica muito específica, o contexto social Nigeriano, para encontrar nela questões universais que envolvem conflitos comuns ao contexto europeu, como o desafio de Jaja em seguir os preceitos religiosos católicos do pai. O lugar onde Adichie projeta as negociações de significado e a maneira como lida com eles produz uma solução inovadora. Talvez seja mais fácil perceber sua riqueza retomando duas referências literárias importantes que lidaram com problemas semelhantes, Joseph Conrad e Chinua Achebe. O livro "O coração das trevas", já foi muitas vezes discutido, mas em poucas ocasiões foi abordada o aspecto que gostaria de destacar a seguir.

Marlow, o protagonista, esta´numa embarcação, no Tâmisa, e, durante a espera para zarpar, faz um longo relato aos colegas no qual discorre sobre suas aventuras pela áfrica a serviço de uma companhia belga que negociava marfim. Ele é contratado para resgatar uma figura mítica, tanto entre brancos quanto entre negros, chamada Kurtz, na região do congo. Praticamente não há contato entre ambos, quando finalmente vence os imensos obstáculos que os separam, Kurtz está adoentado e acaba morrendo na embarcação durante a viagem de retorno.

Os africanos são descritos, como muitos autores já destacaram, de forma estereotipada, infantil, animalesca, etc. A ação colonizadora, por sua vez, é igualmente caracterizada como bárbara, violenta, sem planejamento e aberta à falta de escrúpulos de pessoas gananciosas sem nenhum princípio humanitário. Essa visão negativa do colonizador tem sido mobilizada para reabilitar a obra, como se ela provasse que não há preconceito no livro. No entanto, a ambiguidade na obra me parece mais profunda do que essa contradição. Essa dualidade é apenas decorrência de uma concepção de humanidade que aparece de forma evidente. As primeiras observações de Marlow, são na verdade, sobre os próprios ingleses: "And this also," said Marlow suddenly, "has been one of the dark places of the earth." (Conrad, 2005:5). Na página seguinte, complementa:

> I was thinking of very old times, when the Romans first came here, nineteen hundred years ago--the other day. . . . Light came out of this river since--you say Knights? Yes; but it is like a running blaze on a plain, like a flash of lightning in the clouds. We live in the flicker--may it last as long as the old earth keeps rolling! But darkness was here yesterday. Imagine the feelings of a commander of a fine--what d'ye call `em?--trireme in the Mediterranean, ordered suddenly to the north; run overland across the Gauls in a hurry; put in charge of one of these craft the legionaries,--a wonderful lot of handy men they must have been too-- used to build, apparently by the hundred, in a month or two, if we may believe what we read. Imagine him here-- the very end of the world, a sea the color of lead, a sky the color of smoke, a kind of ship about as rigid as a concertina-- and going up this river with stores, or orders, or what you like. Sandbanks, marshes, forests, savages,--precious little to eat fit for a civilized man, nothing but Thames water to drink. No Falernian wine here, no going ashore. Here

> and there a military camp lost in a wilderness, like a needle in a bundle of hay--cold, fog, tempests, disease, exile, and death,-- death skulking in the air, in the water, in the bush. (Conrad, 2005:6).

Para Conrad, os ingleses e os africanos não têm uma diferença de natureza, mas de posição na escala evolutiva. A chegada dos primeiros romanos à Inglaterra não aconteceu, para ele, em condições muito diferentes daquelas que os ingleses enfrentaram na África. Parece que ele está fortemente influenciado pelo positivismo, primeira escola de pensamento a se contrapor à ideia de que a diferença entre os homens era biológica. Alguns povos, no entanto, seriam mais evoluídos e deveriam guiar os mais atrasados. O caminho seria um único e todos o percorreriam. O conhecimento de Conrad sobre essas teorias é evidenciado pela descrição que faz da craniometria. O médico que examina Marlow, antes de sua partida para o Congo, pede licença para fazer as medições, e escuta como resposta um comentário irônico: o paciente avisa que não é um inglês típico, ou não estaria ali conversando com ele.
Chinua Achebe, em uma leitura muito arguta, procura demonstrar que essa é justamente a principal fonte de distorção e preconceito na obra:

> "Herein lies the meaning of Heart of Darkness and the fascination it holds over the Western mind: "What thrilled you was just the thought of their humanity -- like yours .... Ugly. (...) Africa is to Europe as the picture is to Dorian Gray -- a carrier onto whom the master unloads his physical and moral deformities so that he may go forward, erect and immaculate. Secondly, I may be challenged on the grounds of actuality. (Achebe, 1977).

Said aprofunda as características desse contra espelho em aspectos mais sutis da narrativa de Konrad:

> Ele oscila entre o tom gárrulo e a grandiloquência, e raramente resiste a dar uma aparência ainda mais peculiar a coisas já peculiares, o que consegue relatando-as de forma surpreendentemente incorreta ou deixando-as vagas e contraditórias. Assim, diz ele, um navio de guerra francês atira 'para dentro de um continente' (into a continent, em lugar de 'em um continente', on a continent); a eloquência de Kurtz é esclarecedora, mas também enganadora, e assim por diante - seu discurso contém tantas dessas estranhas discrepâncias (bem analisadas por Ian Watt, que as define como uma 'decodificação retardada') que o resultado evidente é deixar seu público imediato e também o leitor com a nítida sensação de que aquilo que está sendo apresentado não é bem como parece ou como deveria ser. (Said, 2011:71)

Essa ausência de estabilidade do que é descrito, para Said, instaura uma discrepância entre a proposta ideal das ações imperialistas e a triste realidade, e perturba algo ainda mais elementar: a própria noção de realidade. A veneração ao império é acentuada, pois se a realidade é instável, podendo ser enunciada de maneira aproximativa pela vontade ou convenção, o que temos de mais seguro é o mundo imperial. As trevas, que podem abalar o próprio coração do império, são, afinal, a resistência a ele. A resposta de Achebe foi a apresentação de um contexto cultural africano tão estável quanto qualquer realidade européia, ou seja, também sujeito a construções e desconstruções constantes. A diferença na sua narrativa é que, ao contrário do que se poderia supor, esse universo suporta projetos de vida tão grandiosos e dignos, ou frágeis e violentos, quanto qualquer outro. Ele abre o leque das possibilidades do humano, recupera a legitimidade de um percurso cultural.
Em Things fall apart, de 1959, Achebe nos conta a história de Okonkwo. A primeira informação sobre ele é de que se trata de alguém muito afamado nas nove vilas e além. Sua reputação estava assentada em conquistas pessoais. Ainda um jovem, aos de 18 anos, trouxe honra à sua vila ao vencer, numa competição, Amalinze, o gato. Esse começo mostra que estamos diante de uma personagem cheio de planos, projetos, investimentos e estratégias. Okonkwo contabiliza seus ganhos e tem uma perspectiva muito própria de vida baseada em seus

próprios esforços. Em tudo, portanto, contrário ao africano descrito por Conrad. O livro tem semelhanças com as grandes monografias antropológicas clássicas funcionalistas inglesas. Deixa de ser positivista, como Conrad, e faz um relato de costumes que poderia compor uma tese acadêmica. É um mergulho em um realidade cultural. Um exercício de relativização que incorpora hábitos bastante controversos, como o infanticídio: um homem chega a assassinar um filho por ordem de uma deidade que sequer explica bem o porquê da exigência. As mulheres têm um lugar subalterno que é pouco discutido criticamente. Não há, portanto, hierarquização de culturas em Achebe. O que o colonizador interrompe, que podemos lamentar, é um fluxo possível de existência, com todas as suas dificuldades, questionamentos, frustrações, prêmios e prazeres.
A sua linguagem, diferentemente da de Conrad, é bastante direta, descritiva e cumulativa.
Veja-se a passagem abaixo:

> Just then the distant beating of drums began to reach them. It came from the direction of the ilo, the village playground. Every village had its own ilo, which was as old as the village itself and where all the great ceremonies and dances took place. The drums beat the unmistakable wrestling dance – quick, light and gay, and it came floating on the wint.. (Achebe, 1958: 30)

Ao longo do texto, Achebe retoma a definição de Ilo várias vezes, a partir de diferentes acontecimentos e associada a vários elementos. Com isso, temos um crescente de compreensão, passamos a conhecer esse espaço em seus múltiplos usos, todos conectados, mas guardando suas particularidades, nos tornamos familiares a ele. Geralmente, descrições desse tipo nos remetem ao extraordinário. Os rituais irrompem o fluxo comum da vida. Em Achebe, não é o que acontece. Como eles são estão em conexão com projetos muito íntimos e pessoais e pensados a partir da rede de relações estabelecidas por Okonkwo, temos em esvaziamento do fantástico e do exótico. Nos identificamos com o protagonista não em sua condição de vida, mas no que a impele. Entendemos suas motivações e simpatizamos com elas, gostando ou não de uma série de elementos que a compõem. Esse tipo de produção desemboca necessariamente num impasse político: o tempo não volta. Funciona como denúncia, mas não como projeto, como perspectiva de futuro. Hoje, não há como retirar o que há de europeu na áfrica. A perda, tão bem retratada, contribui para reclamar direitos e frear o abuso colonialista, tem dificuldades em apontar elementos a partir dos quais conduzir a sociedade que resultou do processo de interação com o colonizador.

Verdade estável em terreno móvel

Em Adichie, o rompimento com o significado, apontado por Udumukwu, resulta em um atmosfera completamente diferente das anteriores. O entendimento é jogado para um segundo plano. O significado é minado, ambíguo, constantemente questionado. Mas não há, como em Conrad, uma atmosfera de falsa realidade, ela se impõe de maneira bastante dolorosa. O instável não instiga à Europa, mas à Nigéria. Não encontramos, por outro lado, como em Achebe, significados locais sendo paulatinamente moldados afim de atribuir pertinência aos atos. Em Adichie, nada é fixo. Essa superação é possível através de dois elementos presentes na narrativa de Hibisco Roxo: Primeiro, a realidade pode ser negociada, mas a verdade do sofrimento não entra na transação; Segundo, o contexto não é propriamente a Nigéria, mas o cotidiano na Nigéria. A violência é grande demais e se impõe como âncora de compreensão do dia-a-dia, é a força de verdade que o texto contém, ela confere solidez e concretude aos acontecimentos.
Adichie abre mão da ideia de sistema, presente em Achebe. Em Things Fall Apart, temos uma imagem bastante nítida dos efeitos da chegado do colonizador na vida da aldeia. A própria gravidade da violência e sua origem incerta em Hibisco torna impossível uma construção narrativa desse tipo. Ao recusar o embate de realidades (estamos tratando de uma mesma família cujos conflitos são inerentes a ela, mesmo considerando a origem externa de alguns deles), a escritora abandona toda polarização, foge aos maniqueísmos. Parte do princípio de que as culturas são híbridas. Todos vivemos premidos por exigências de múltiplos contextos sociais e

integramos vários deles. Alguns, inclusive, com valores inversos e inconciliáveis. Não foi o imperialismo europeu que inventou essa condição. Ela está presente em qualquer lugar e tempo. Por outro lado, os elementos dessa convivência não têm necessariamente o mesmo peso. A tortura impetrada por Eugene sobre seus familiares instiga sua interrupção imediata, desperta o desejo reparação, de redenção. A origem de boa parte das tormentas de Eugene está ligada à colonização, o que faz com que suas consequências entrem novamente no cômputo das mazelas vividas na África atual[5]. A solução de Achebe desemboca numa dificuldade: como estabelecer um estado moderno, de matriz européia (o que é inevitável hoje), sem romper com valores tradicionais, cuja afirmação constitui a base da unificação contra uma dominação europeia exploradora, muitas vezes genocida? Acredito que seja por esse motivo que o escritor, fundamental para a literatura Nigeriana, não seja uma referência estilística para ela, mas de atitude.

A lenta tomada de consciência de Kambili é um convite ao não imediatismo, a uma responsabilização que não pode definir inimigos a partir de sinais superficiais ou categorias únicas, como religião, lugar de origem ou cor da pele. É preciso olhar cuidadosamente o processo e encontrar condições que façam emergir novas possibilidades do viver. Discordo, como afirmei anteriormente, da afirmação de Udumukwu segunda a qual Kambili funciona como síntese de papéis contrários (Eugene e Ifeona). A dificuldade que ela sente em expressar as consequências da cólera de seu pai são reflexo da impossibilidade de acusar impiedosa e unilateralmente quem também é vítima, sem deixar de reconhecer que ele deve arcar com as consequências dos seus atos. Não há solução fácil. Há uma nova forma de colocar o problema. As respostas estão abertas, e passam por uma negociação íntima do direito de viver. A centralidade da narrativa, conforme apontada por Ogwude, no cotidiano, transforma a trajetória de Kambili numa saga. Ao invés de enfrentar monstros, exércitos ou magos inimigos, ela enfrenta a própria história, que é também a de seu país, e de todos que têm que lidar com uma configuração social igualmente dilacerada. Aponta ainda a esfera mais importante de negociação, a da convivência no nível da sociabilidade cotidiana.

Para Adichie:

> ... the true war heroes are the ones about whom nobody writes books, and especially the Biafran women who showed remarkable bravery in keeping families together. (Adichie, 2007).

Bibliografia

Achebe, Chinua (1977). "An Image of Africa: Racism in Conrad's 'Heart of Darkness'" Massachusetts Review. 18. Rpt. in Heart of Darkness, An Authoritative Text, background and Sources Criticism. 1961. 3rd ed. Ed. Robert Kimbrough, London: W. W Norton and Co., 1988, pp.251-261. Disponível em: http://kirbyk.net/hod/image.of.africa.html. [Consultado em 29-11-2014].

Achebe, Chinua (1958). Things fall apart. William Heinemann Ltd. UK.

Adicheie, Chimamanda (2007). "My Book Should Provoke A Conversation". Entrevista concedida a Wale Adebanwi. Nigeria Village Square. 16 January. Disponível em http://www.nigeriavillagesquare.com/bookshelf/book-reviews/my-book-should-provoke-a-conversation-chimamanda-ngozi.html. Consultado em 15/12/2014.

Adichie, Chimamanda (2011). Hibisco Roxo. São Paulo, Companhia das Letras.

Tunca, Daria (2009). "An Ambiguous 'Freedom Song': Mind-Style in Chimamanda Ngozi Adichie's Purple

5 Segundo Adichie: "I wanted to engage with the presence of Europe, perhaps not continental Europe but the UK. How can one write about post-independence Nigeria without engaging with the British presence? I believe firmly that independence, if we can call it that, set Nigeria up to fail. What we Nigerians have to take responsibility for is the extent of that failure. (Adichie, 2007)

Hibiscus". Postcolonial Text, Vol 5, No 1. Disponível em: http://postcolonial.org/index.php/pct/article/view/925/931. [Consultado em 28-11-2014].

Conrad, Joseph (2005). *Hart of Darkeness*. San Diego, USA. Published by Icon Group International.

Eduardo F. Coutinho e Tania Franco Carvalhal (org.) (1994). *Literatura comparada - textos fundadores*. Editora Rocco, Rio de Janeiro.

Griswold, Wendy (2002). *Bearing Witness:Readers, Writers, and the Novel in Nigeria*. New Jersey, USA. Princeton University Press, 2002.

Hodges, Hugh (2009). "Writing Biafra: Adichie, Emecheta and the Dilemmas of Biafran War Fiction". Postcolonial Text, Vol 5, No 1. Disponível em: http://postcolonial.org/index.php/pct/article/view/898/917. Consultado em 28/11/2014.

Medel, Elena (2014). "A surpresa da literatura negra". El País. 24 de novembro. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/24/cultura/1416829709_660565.html. Consultado em: 15/12/2014.

Ogwude, Sophia O (2011). "History and ideology in Chimamanda Adichie's fiction." TYDSKRIF VIR LETTERKUNDE • 48 (1). Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ajol.info%2Findex.php%2Ftvl%2Farticle%2Fdownload%2F63824%2F51643&ei=TNh4VPPSMfbasASTmILQAQ&usg=AFQjCNGfd-UmX3e99bTNd7CMbd2l99hJXw&sig2=A8Ck8tpB4djXPk0ywsLcng&bvm=bv.80642063,d.cWc. [Consultado em 29-11-2014].

Said, Edward (2011), *Cultura e imperialismo*. São Paulo, Companhia das Letras.

UDUMUKWU, Onyemaechi (2011). "Adichie's Purple Hibiscus and issues of ideology in the constitution of the Nigerian novel". **Tydskr. letterkd.**, Pretoria , v. 48, n. 1, Jan. Available from <http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0041-476X2011000100014&lng=en&nrm=iso>, [Consultado em 29-11-2014].

A Escola do Crime: escravidão e direito natural na obra do jovem Joaquim Nabuco

Ricardo Benzaquen de Araújo
rbenzaquen@puc-rio.br

Resumo: O texto pretende se concentrar nos primeiros livros redigidos por Joaquim Nabuco, destacando-se entre eles A Escravidão, no qual a crítica do cativeiro é formulada no contexto da tradição do direito natural, o qual, por intermédio da discussão de questões ligadas ao conceito de propriedade e à noção escolástica de pessoa, torna possível um diálogo entre a teologia medieval e o liberalismo moderno.

Palavras-chave: Joaquim Nabuco, Escravidão, Direitos Naturais, Conceitos de Propriedade, Auto-Modelagem da Subjetividade.

A trajetória de Joaquim Nabuco, político de destaque, líder abolicionista e um dos mais importantes e criativos intelectuais brasileiros da sua época, praticamente se confunde com a discussão das mais significativas questões que atravessaram a nossa sociedade entre meados do século XIX e o início do XX. No que se refere à sua relação com a vida do espírito, contudo, sua reputação parece estar fundamentalmente baseada em um conjunto de obras elaboradas na década de 90 daquele século – exceto *O Abolicionismo*, de 1884 -, como a biografia do seu pai, *O Estadista do Império*, seu livro de memórias, *Minha Formação*, e alguns outros títulos supostamente menos relevantes.

O texto que agora apresento, todavia, vincula-se, em linhas gerais, a uma pesquisa que pretende se concentrar na outra ponta da sua existência, levando em consideração uma série de trabalhos que ele escreve ainda muito jovem, recém-formado ou perto de concluir o curso de Direito, como *A Escravidão*, de 1870, *Le Droit au Meurtre* e *Camões e os Lusíadas* , ambos de 1872 – além de algumas entradas do seu Diário referentes ao começo dos anos 70. Redigidos por um autor que, nascido em 1849, contava então com vinte e poucos anos, estes trabalhos apresentam evidentemente um certo afastamento no que diz respeito aos textos que ele vai produzir posteriormente, embora também possam ser anotados alguns pontos de contato, quase surpreendentes, entre eles.

No entanto, parece-me que seria extremamente prematuro tentar explorar as semelhanças e diferenças que poderiam ser estabelecidas entre estes livros iniciais e aqueles que ele virá a publicar mais tarde. Mais do que isso, na verdade: a minha sensação é a de que mesmo a comparação entre os textos que Nabuco elabora no começo da década de 70 deve ser deixada para um próximo momento, no qual o cotejo entre eles tenha condições de ser realizado sem que se sacrifique o que há de singular, complexo e matizado em cada um deles.

O que pretendo fazer neste trabalho, então, é esboçar uma análise daquele que seria o seu primeiro livro, o já mencionado *A Escravidão*, de 1870. Diga-se, de imediato, que este trabalho articula-se com uma experiência da qual o próprio Nabuco participa, pois, retornando ao Recife em 1869 para ali concluir a faculdade de Direito, ele se envolve em 1870 – aos 21 anos, portanto – com a história do escravo Tomás, acusado de dois crimes de morte: considerado culpado pelo assassinato de uma "autoridade" de Olinda, que ele julgava responsável pelo fato de ter sido "barbaramente amarrado e açoitado... [em] praça pública" (p.41)[1], ele havia sido transferido, já condenado à morte, para a Detenção do Recife. Daí tenta fugir, e acaba por cometer um segundo assassinato, de um guarda que tentava impedi-lo, delito pelo qual, novamente encarcerado, a promotoria pede que ele receba uma segunda pena de morte.

---

1 A partir de agora, todas as passagens entre aspas, salvo se houver menção explícita à sua fonte, serão retiradas de *A Escravidão* (1999) de Joaquim Nabuco.

Nabuco aceita defender Tomás, consegue salvar a sua vida, comutando a pena para a de "galés perpétuas", e logo depois decide escrever *A Escravidão*, dando conta não só de detalhes do caso, mas também, e sobretudo, da argumentação por ele utilizada, a qual, ao rejeitar de forma veemente e sistemática o cativeiro, termina por convertê-lo em uma circunstância atenuante dos crimes cometidos pelo escravo.

No entanto, é necessário observar, antes de prosseguir, que este livro jamais foi publicado durante a vida de Nabuco. O manuscrito, doado em 1924 por sua viúva, Evelina Nabuco, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, só veio à luz, na Revista do IHGB, em 1949, tendo conhecido novas edições em 1988 e 1989. Sem ter condições de discutir as razões que impediram o nosso autor de imprimir este trabalho, não quero deixar de lembrar que, mesmo mantendo-o inédito, Nabuco nunca se desfez dele – como ocorreu com outros textos, sobretudo literários, "cometidos" na mesma época. Ao contrário, *A Escravidão* permaneceu vivo, fornecendo questões que serão ampliadas e transformadas em obras posteriores, em especial o já citado O *Abolicionismo,* de 1884, e a *Campanha Abolicionista no Recife*, de 1885.

Mas já é hora de começar a examinar, com o cuidado possível, os termos pelos quais a escravidão é discutida neste texto inicial de Nabuco. Ora, como já foi mencionado, ela é atacada de maneira particularmente dura desde o primeiro parágrafo, inapelavelmente responsabilizada pelo atraso material e, acima de tudo, pela decadência moral das sociedades a ela associadas. Uma crítica deste tipo, sem dúvida, pode em nossos dias parecer fácil e quase banal, mas vale a pena recordar que, somente dois anos antes, em 1868, um autor do porte de José de Alencar havia publicado as suas *Novas Cartas Políticas de Erasmo*, destinadas ao Imperador e onde se pode perceber uma defesa articulada e até certo ponto original do cativeiro (cf. Parron *in* Alencar, 2008).

Voltando a Nabuco, importa enfatizar que o seu argumento não deixa de lembrar que a escravidão "gerou direitos", "direitos civis" (p.3) e positivos, ou seja, direitos consignados na legislação do Império, nem - pior ainda -, passando do plano jurídico para o social, que se trata de "uma instituição que aderiu ao nosso País desde que ele acordou para a vida: foi quase contemporânea do seu descobrimento, foi regada nas raízes por gerações inteiras: o egoísmo, o interesse, a ambição, o cinismo atentaram-na, fecundaram-na, em cada torrão de nosso solo caiu uma semente sua, cada fonte de nossa produção saiu de seu grande manancial, o rendimento nacional como o rendimento público são sua seiva." (p.4)

O problema, evidentemente, reside no fato de que aqueles direitos civis e a própria sociedade que eles conformaram atentam decisivamente contra a "moral [e os] direitos naturais" (p.3). Surge aqui, já no começo do texto, o ponto sobre o qual Nabuco irá sustentar a base da sua reflexão: a ideia de direito natural, de remota ascendência greco-romana, mas que será profundamente alterada pela tradição cristã[2].

Existem, sem dúvida, inúmeras concretizações diferentes desta síntese, mas, em particular no que se refere a Nabuco, a minha impressão é a de que o cultivo das virtudes clássicas, justiça, temperança, coragem e sabedoria, aliado à defesa de ideais cristãos como os de fé, esperança e caridade, irão constituir uma espécie de contexto, uma moldura capaz de garantir o direito à vida e à liberdade, melhor dizendo, à dignidade e à autonomia moral de cada indivíduo. Além disso, ainda cabe lembrar que Nabuco também costuma ser apontado como o mais sólido e profundo pensador liberal do seu tempo, legítimo herdeiro dos argumentos iluministas que, ao longo dos séculos XVII e XVIII, teriam ajudado a forjar o mundo moderno. Sem pretender necessariamente discordar desta definição, creio, porém, que ela precise ser cuidadosamente qualificada, inclusive porque basta uma rápida avaliação de trabalhos como *A Escravidão* para que se perceba que o diálogo do nosso autor com a teologia medieval, em especial com a escolástica, parece influenciar decisivamente a sua leitura de Locke, Kant e outros intelectuais de extração iluminista

Tal solução, que implica a convergência, em um único autor, de tradições intelectuais aparentemente muito distintas, aproxima de forma quase surpreendente o chamado direito natural clássico do moderno e atravessa de uma ponta à outra a argumentação que ele desenvolve em *A Escravidão*, conferindo força, coerência e densidade ao seu raciocínio.

---

2 Acerca das diversas correntes envolvidas com a noção de direito natural, em uma bibliografia praticamente incomensurável, tomo a liberdade de mencionar o livro de Tierney (2001).

Vejamos, neste sentido, dois breves exemplos levantados na primeira parte do livro: as críticas que ele endereça ao modo pelo qual a escravidão se relaciona com a religião cristã – tal como esta se desenvolveu no Brasil- e até mesmo com a noção de propriedade.

No que diz respeito ao primeiro ponto, a escravidão descaracteriza inteiramente o próprio cristianismo praticado no Brasil, corrompendo a tal ponto a igreja católica que ela termina por contribuir para a formação de uma atmosfera de egoísmo, desesperança e incerteza que, desde a sua fundação, dá a impressão de definir o País.

Esta corrupção se dá por intermédio de dois caminhos bem distintos, ainda que totalmente complementares. No primeiro deles, percebe-se uma igreja absolutamente cúmplice da escravidão, preocupando-se, não em condenar, mas, ao contrário, em participar ativamente do regime senhorial, transformando-se inclusive em uma grande proprietária de escravos (p.12). Esta conduta, por si só, já seria extremamente grave. Para Nabuco, porém, o pior problema irá surgir naquele que era apontado há pouco como o segundo caminho da longa história que vincula a igreja católica à promoção do cativeiro. E este problema resume-se ao completo descaso revelado pela igreja pela formação ética e religiosa dos africanos aqui reduzidos à escravidão.

Antes de prosseguir, todavia, creio que se faça necessário um ligeiro desvio para que melhor se compreenda a posição adotada pelo nosso autor acerca desta questão. Se não, vejamos: ele não sugere, de forma nenhuma, que os africanos cativos no Brasil assemelhavam-se ao que se costumava chamar, no contexto do Iluminismo do século XVIII, de "bom selvagem". Em vez disso, Nabuco busca entender a sua lógica específica pelo recurso a uma figura, igualmente oriunda do Esclarecimento setecentista, mas que já incorporava – antecipando certo evolucionismo típico do período vitoriano – o que poderíamos chamar de uma concepção moderna de diferença e de desigualdade entre os homens. Refiro-me aqui, em uma palavra, à ideia de "fetichismo". Implicando, como ele mesmo afirma, uma avaliação que vê "nas imagens não o símbolo, mas a substância do ente superior" (p.9-10), o fetichismo dispersava e personalizava o sagrado em diferentes objetos materiais, definidos como a força motriz em condições de controlar todos os acontecimentos, desejados ou não (cf. Pietz, 2005).

A sorte, o destino dos seres humanos, passava assim a depender inteiramente dos caprichos de uma imensa variedade de entidades, visíveis e encontráveis por toda a parte no mundo natural, mas dotadas de um poder até certo ponto misterioso e incontrolável, que convertia a existência em algo marcado pela surpresa e pela imprevisibilidade.

Trata-se, como se pode ver, de uma religião do medo, não do perdão, e será exatamente ela que, combinada com os aspectos mais exteriores do cristianismo, dará origem ao que Nabuco denomina, durante praticamente todo o livro, de "fetichismo católico". Incapazes de compreender o significado espiritual dos símbolos e ritos cristãos, em função mesmo do já mencionado descompromisso da igreja no que diz respeito a sua formação, os escravos africanos passarão a considerá-los como fetiches: "o batismo para eles, é a água; o matrimônio, a junção das mãos; Deus é o barro [e] Jesus é o crucifixo" (p.10).

Assim, para retomar o fio da argumentação, a igreja e o regime senhorial conseguem simplesmente agravar, acentuar o caráter supersticioso das crenças de origem africana, e é justamente aqui que o adjetivo "moderno", utilizado de modo aparentemente descuidado, parágrafos acima, para caracterizar o sistema de valores embutido na noção de fetichismo, ganha todo o seu sentido: esta noção pode ser descrita, como faz o nosso autor, como uma superstição, mas ele próprio nos avisa que nenhuma superstição deve ser compreendida como se fosse um destino, uma fatalidade, um traço constitutivo da natureza humana. Muito ao contrário, e é por esta razão que a diferenciação e a desigualdade atribuídas ao fetichismo podem ser definidas como modernas, tal superstição pode perfeitamente ser superada pelo recurso à educação, pela ênfase e pela recuperação dos direitos naturais de todos os homens, o que é precisamente aquilo que a igreja nunca se interessou em fazer.

Já no que se refere ao modo pelo qual a escravidão se relaciona com a ideia de propriedade, Nabuco vai salientar que "a escravidão viola da maneira a mais completa o direito de propriedade: 1º porque estende o domínio a entes livres, 2º porque tira o direito natural de propriedade aos entes que escraviza. [Entretanto,] como [é que] se legitima a propriedade? (p.6).

A resposta a esta indagação passa pelo entendimento do homem como um ser dotado de uma "organização deficiente", virtualmente incapaz de sobreviver se não tivesse recebido certas faculdades, como a sensibilidade e a inteligência, as quais, inclusive porque só podem ser exercidas no "mundo exterior", tornam possível a própria conquista deste mundo. Tais faculdades, portanto, irão compor uma seção da alma que, indissoluvelmente associada ao corpo, aperfeiçoa-se apenas pelo contato com a experiência externa: assim como o homem só

descobre os seus sentidos por intermédio desta experiência – o ouvido pelo som, o olfato pelo odor, etc. –, a inteligência só se desenvolve quando se concretiza em uma propriedade, ou melhor, em um bem imóvel, sustentáculo desta existência mundana do homem.[3]

Ora, se estamos lidando com a propriedade como um bem imóvel, não é à toa que Nabuco, embora reconheça a relevância do processo de ocupação da terra, não tenha dúvidas em privilegiar o trabalho como o principal instrumento pelo qual ela consegue se legitimar. Afinal, somente o trabalho pode imprimir a marca da individualidade humana nos objetos, transformando-os em uma espécie de "continuação de nós mesmos" (p.7), quer dizer, estimulando uma relação pessoal, definida pela lealdade e pelo afeto, entre os homens e as coisas. É justamente este cenário, quase bíblico –no qual Locke e São Tomás parecem se encontrar-, que a escravidão, pela conversão de alguns homens em propriedade de outros, irá destruir.

Um argumento comparável, na verdade, pode ser mobilizado para dar sentido ao capítulo que me parece o mais significativo do texto de Nabuco, aquele que em que ele examina o fato de que "a escravidão degrada a alma do escravo e do senhor" (p.18). Ele inicia o seu raciocínio afirmando que "nada [é] mais parecido com a alma de um senhor do que a de um escravo. Quereis ver o paralelo? Considerando sempre perante o ideal de justiça, o que é mais degradante – a baixeza deste ou a altivez daquele? O que fica deprimido num, cresce no outro: são duas molas, uma desce quando a outra sobre; a um vício corresponde outro, os extremos tocam-se. O que afronta mais a justiça [,] o obedecer um ou o mandar o outro? O que é mais degradante, o servilismo ou o despotismo, a covardia do medo ou a covardia da força, açoitar ou ser açoitado?" (p.19).

O tom da sua análise, entretanto, muda rapidamente quando ele passa a discutir, no mesmo capítulo, a relação que pode ser estabelecida entre "A Escravidão e a Filosofia". Retomando um argumento já empregado por ocasião do seu exame do vínculo entre a escravidão e a propriedade, Nabuco salienta que o homem implica uma combinação do corpo com a alma, partes distintas mas totalmente inseparáveis de uma mesma identidade. Composto de matéria, de "limo", ele é "posto no mundo misto de uma parte como ele [, o mundo,] perecível e de um sopro divino" que faz com que, "parte da divindade, o homem não viv[a] só na terra" (p.19), ou seja, viva também junto à eternidade, em outro mundo.

Sua própria alma, que o conecta a este outro mundo, vai também se dividir em duas seções, uma responsável pela "sensação [,que] é a alma vivendo no meio externo, [a outra pelo] pensamento [,que] é a alma vivendo no absoluto" (p.20). É justamente esta segunda dimensão da alma, aparentemente mais espiritual, que "parece divinizar-se, pensando nessas ideias sublimes, que Deus que é sua personificação depôs em germe indistinto em todos os homens" (Idem).

Não é de se estranhar, por conseguinte, que seja concedida precisamente ao espírito, a parte mais racional da alma, uma espécie de dignidade superior. Afinal, é justamente por seu intermédio, isto é, através dos "olhos da intuição" (p.20), que a sensibilidade e o corpo conseguem se vincular com as "grandes ideias absolutas", formando uma unidade complexa mas indivisível que "faz com que o homem, rei da criação pela inteligência, seja a obra-prima de Deus pelo pensamento" (Idem).[4]

Não é casual, então, que seja exatamente sobre a atividade intelectual do homem que venha a incidir a mais pesada carga lançada pelo regime senhorial: "A escravidão, pois, condenando ao obscurantismo o espírito, rouba-lhe a vida: mata-o. Não é já só o assassinato do corpo, pelo trabalho e pelos castigos; não é só o assassinato da alma [ou seja, da sua parte sensível, que liga o corpo à razão,] pela superstição e pela perversidade, é também o assassinato do espírito porque impede-lhe a vida do outro mundo, a vida no absoluto, a vida do pensamento." (p.21)

Aniquilando o espírito, arruinando a sensibilidade e animalizando o corpo, a escravidão dá origem, consequentemente, a uma ordem social marcada pela mais absoluta imoralidade, pelo mais completo desrespeito ao conjunto sistemático de direitos que os homens receberam de Deus.

---

3 Uma reconstituição de boa parte dos debates ocidentais sobre a noção de propriedade é muito bem feita pelo trabalho de Garnsey.

4 O exame da noção de pessoa no contexto da filosofia cristã da Idade Média pode ser encontrado, em uma primeira abordagem, no livro de Gilson, E. (2006).

E é exatamente este caráter antiético e antinatural que Nabuco irá enfatizar quando decide sintetizar o cotidiano dos cativos em um capítulo, de número seis (p.27-34), sugestivamente intitulado "A Escravidão e a Caridade". Aqui, em um mundo irremediavelmente distante tanto da caridade quanto da fé e da esperança – sem mencionar as virtudes clássicas – ele nos apresenta, em rápida e quase hipnótica sucessão, uma série de curtos esboços que se referem quer a personagens significativos deste mundo, como a mãe, pai e os filhos escravos, quer a distintos períodos da vida de todos eles, "os primeiros anos", "a corrupção da criança" e "a vida", até chegar à morte e ao cemitério.

Prefiro não citar, por desnecessário, mas não quero deixar de comentar que a aparente leveza e a velocidade com que se atravessa essas páginas estão distantes de importar em qualquer descaso ou afastamento do nosso autor em relação ao mundo que ele se ocupa em analisar. Longe disso, a minha impressão é a de que o próprio ritmo da leitura, algo vertiginoso, cria um ambiente no qual os diferentes detalhes apresentados por Nabuco: "o escravo, feto ainda, estremece[ndo] nas contorções da mãe sob o chicote" (p.28), [a escrava,] de quinze a dezesseis anos, às vezes antes... entregue, já violada, às senzalas" (p.32), [onde é] atirada de um para outro, nos bacanais de todos os dias... [para] vive[r] entre partos e suplícios" (Idem), [sempre para] "engrossar o patrimônio" (p.28) do senhor, todos estes detalhes, digamos assim, terminam por perder a sua especificidade e se reunir em um quadro, mais geral, balizado pelo mais completo despotismo, pelo total desrespeito ao direito natural.

É dentro deste contexto, por fim, que surge o relato do caso que vincula Nabuco ao "preto Tomás". Vale a pena registrar, antes de mais nada, que a trajetória pregressa de Tomás não se encaixa de modo algum no ambiente até agora delineado pelo nosso autor. De fato, educado como um ser livre, ele supostamente desconhecia os hábitos fetichistas cultivados por outros escravos, ao mesmo tempo em que transmitia a sensação de não ter sido exposto ao despotismo inerente à escravidão. Era, por todas estas razões, "circunspecto, econômico, humilde [e] brioso", desfrutando, por conseguinte, "de uma reputação excelente" (p.41) em Olinda.

Sucede porém que, " um dia [...], ausente ou morta a senhora mandaram açoitá-lo... na praça pública, na roda dos moradores de um lugar pequeno, onde de ordinário todos afluem a qualquer espetáculo, [tendo sido, por conseguinte,] barbaramente amarrado e açoitado. Fez-se uma reação no caráter do escravo. De humilde tornou-se altivo: era bom, fez-se uma fera. Fugiu com um bacamarte decidido a uma cruel vingança. Suspeitava ele que uma autoridade era a causa dos açoites... Matou-a com um tiro à queima roupa. Preso e processado, foi condenado à morte. Como o juiz apelasse por força da lei, foi recolhido à Detenção do Recife. Não era mais um homem, era um tigre que se tinha debaixo de ferros. Mesmo acorrentado era terrível, Aconteceu que lhe deixassem a porta aberta: evadiu-se. O guarda, um pobre Honorato de Bastos quis prendê-lo na fuga e ele descarregou um golpe para trás, que feriu a Honorato na região anterior do pescoço: depois de precauções da polícia, compareceu o júri do Recife para responder por mais um homicídio, pois do ferimento do guarda resultou-lhe a morte. O promotor esmerilhou uma circunstância do art. 192 para pedir a pena de morte. Pedia-se a morte para um homem já condenado a ela!" (p.41-42).

O que poderia, nesta situação, nosso jovem advogado fazer? Encontrar circunstâncias atenuantes que lhe permitissem pedir, não a libertação do réu, mas, pelo menos, a comutação da sua pena para a de prisão perpétua, o que obviamente lhe salvaria a vida. Ora, todos os argumentos levantados por Nabuco acerca da escravidão, brevemente discutidos nas páginas anteriores, parecem efetivamente em condições de serem utilizados na defesa de Tomás, em particular se nos lembrarmos que, até o momento dramático em que sofre o "flagelo do açoite", ele se conduzia de maneira perfeitamente equilibrada e racional: "trabalhava para a sua senhora e para si com estímulo e consciência. Era chamado em Olinda – o Sr. Tomás" (p.41).

Mas, e no que diz respeito à segunda acusação? Neste momento, torna-se claro para o leitor que o trabalho enfrenta não somente um, mas dois "crimes sociais", posto que ele também condena – asperamente – a adoção da pena de morte, lidando com ela como se fosse mais um atentado aos direitos naturais: "preso [,] foi condenado à morte , obrigado pela lei natural a conservar uma vida que não era da sociedade, mas de Deus, tentava evadir-se quando quiseram prendê-lo de novo para o cadafalso: foi então o seu segundo crime [...], aniquilou ele esse homem que o agarrava pelas costas para sujeitá-lo à pena da lei e isso quando ele estava a entrar no gozo da liberdade pela fuga. O ferimento de Honorato de Bastos tinha pois uma explicação natural" (p.43).

Afinal, junto com a promoção da liberdade, a manutenção da vida, como destaca o próprio Nabuco, é um dos componentes centrais da doutrina a que ele recorre para defender o seu constituinte. Basta repisar: "obrigado pela lei natural a conservar uma vida que não era da sociedade, mas de Deus".[5] E trata-se de uma defesa eficaz, pois a rejeição sem quartel da escravidão, levada adiante sob a perspectiva do direito natural, torna possível, como já se disse antes, que se obtenha a suspensão da pena de morte e a condenação de Tomás às galés perpétuas.

Esta discussão poderia se encerrar por aqui, embora tenha plena consciência de que a maioria das questões levantadas foi examinada de forma apenas superficial, sem esquecer, inclusive, que o texto em pauta ainda contém outros argumentos cuja abordagem logicamente se faz necessária. Limites de tempo absolutamente incontornáveis, porém, forçam-me a chegar a uma primeira conclusão. Contudo, não poderia fazê-lo sem chamar a atenção para um ponto que, pelo seu peso específico, desempenha um papel, não muito evidente, mas, a meu juízo, de grande importância na reflexão de Nabuco.

Refiro-me simplesmente ao fato de que o episódio que aproxima Tomás e Nabuco é detalhado somente no oitavo capítulo do texto, e é examinado por intermédio de um relato quase factual, marcado por uma narrativa curta e ofegante que contrasta sobremaneira com a reflexão sistemática e erudita, filosófica e juridicamente orientada, que dava o tom do texto até ali. Dá vontade, na verdade, de aproximar aquele procedimento da antiga casuística religiosa e forense, que privilegiava o relato minucioso de experiências concretas e frequentemente muito ambíguas – os chamados "casos de consciência" – na expectativa de elucidá-las pelo recurso a uma determinada tradição[6]: afinal, basta recordar que, em seu afã de salvaguardar tanto a dignidade quanto a própria vida, o escravo Tomás não hesita em cometer dois assassinatos, para que se perceba que enfrentamos aqui uma espécie de situação limite, controversa e repleta de desafios.

Contudo, justamente, nem a escravidão nem a pena de morte parecem suscitar em Nabuco qualquer dubiedade ou hesitação, tornando então praticamente desnecessária a alternância entre uma reflexão mais sistemática e a narrativa de um caso arriscado e antinômico, tal como o que encontramos em *A Escravidão*.

Acontece, no entanto, que a consideração de experiências específicas, como a de Tomás, não serve apenas para explicitar dilemas que poderiam ser resolvidos pelo escrutínio e pelo debate da tradição. Além disso, eles podem também apontar para supostos tácitos e mal iluminados, convicções tão enraizadas que podem até se tornar invisíveis, estimulando portanto uma discussão capaz de permitir alguma renovação em crenças já tão habituais que perigam enferrujar. Com efeito, a minha impressão é a de que é exatamente isto o que acontece em *A Escravidão*, visto que a "anedota", o caso de consciência que aproxima Tomás e Nabuco, torna possível até mesmo um melhor entendimento do código criminal do Império, em particular no que se refere à escravidão.

Indo diretamente ao ponto: assim como na antiga Roma, onde "uma lei [...] mandava que, quando se desse o assassinato de um senhor por um seu escravo, todos os escravos residentes sob os mesmos tetos fossem mortos, como cúmplices"(p.37), a legislação brasileira também estipulava penas muito mais severas para os escravos do que para os senhores e o restante da população. (p.36) O sistema penal, desse modo, chegava a reconhecer, ou melhor, a consagrar, "a existência de duas raças entre nós, rivais e inimigas, [o] que fez com que a lei, órgão da vencedora, ou antes da espoliadora, firmasse com uma iníqua sanção o domínio dessa e marcasse penas infamantes e bárbaras para a outra" (Idem). Os castigos aplicados aos escravos, "assim [,] visariam mais a manter o estado anormal da escravidão do que a reprimir a espécie do crime, não seriam proporcionais [...] ao delito mas ao perigo iminente da sociedade, não atingiriam só a intenção do agente, atingiriam nele toda a sua raça" (Ibidem). Como em Roma, o que se pretendia não era punir o criminoso, mas prevenir a insurreição. Nosso jovem liberal tem nesta passagem uma espécie de iluminação Schmittiana, e vislumbra, horrorizado, uma sociedade dividida, social e juridicamente, entre amigos e inimigos, cada qual dominado pelo medo

---

5 A obrigação de defender a própria vida como um argumento significativo na tradição do direito natural é discutida no capítulo 3 do livro Tierney (2001).

6 Uma avaliação variada e instigante sobre os debates em torno da casuística na Europa moderna pode ser encontrada na coletânea organizada por Leites (1988).

do outro: ao terror dos escravos pelo tratamento que há séculos lhes era dispensado pela classe senhorial, corresponde o receio desta, discreto mas inegável[7] — sentada que estava sobre um barril de pólvora —, em relação á vingança que poderia advir da "raça espoliada" .

Neste ambiente, o que resta a Nabuco fazer? Orientar-se pelo direito natural e buscar promover a igualdade, procurando alterar pelo debate e pela política, não só parlamentar, este estado de coisas. É daí que ele retira forças – e não só daí —, como se poderá ver, creio eu, pela análise de outros textos do mesmo período – para modificar a sua personalidade, adicionando uma boa dose de fleugma ao seu temperamento sanguíneo, moderando o entusiasmo pela incorporação de uma certa prudência, de tal forma que ele acaba por ganhar condições para se engajar, de maneira intensa e arriscada, mas também bastante efetiva, no combate pela abolição.

Bibliografia

ALENCAR, José de. (2008), *Cartas a Favor da Escravidão* (org. Tâmis Parron), São Paulo: Hedra.

ALONSO, Angela. (2007), *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*, São Paulo: Companhia das Letras.

CARVALHO, José Murilo de. (2007), *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GARNSEY, Peter. (2007), *Thinking about Property. From antiquity to the age of revolution*, Cambridge: Cambridge University Press.

GILSON, Étienne. (2006), *O Espírito da Filosofia Medieval*, São Paulo: Martins Fontes.

LEITES, Edmund (org.). (1988), *Conscience and Casuistry in Early Modern Europe,* Cambridge: Cambridge University Press/ Paris: Éditions de la Maison de la Science de l'Homme.

MACEDO, Joaquim Manuel de. (1988), *As Vítimas Algozes*, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/ São Paulo: Editora Scipione.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. (2004), *O Tempo Saquarema*, São Paulo: Editora Hucitec.

NABUCO, Carolina. (1979), *A Vida de Joaquim Nabuco*, Rio de Janeiro: J.Olympio/ Brasília: INL.

NABUCO, Joaquim. (1999), *A Escravidão*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

PIETZ, William. (2005), *Les Fétiches. Généalogie d'un problème*, Paris: Kargo & L'Éclat.

TIERNEY, Brian. (2001), *The Idea of Natural Rights*, Grand Rapids/Cambridge: Wm. B. Eerdman.

7 Basta consultar, por exemplo, *As Vítimas Algozes* (1988) de Joaquim Manuel de Macedo, cuja edição original, sugestivamente, data de 1869.

Literatura de cordel e representações sociais sobre o delito no Brasil

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo[1]
rodrigo.azevedo@pucrs.br

Camila da Costa Silva[2],
camiladacostasilva@gmail.com

Resumo: Em seus estudos sobre os meios de comunicação de massa e o pensamento criminológico, Francesc Barata identifica a origem da narrativa do delito com a primeira manifestação de cultura popular escrita, a literatura de cordel, surgida na Europa em meados do século XVI. Nestes relatos que transitam da cultura oral à escrita, do verso à prosa, aparece o delito de forma obsessiva, assim como acontecimentos sobrenaturais, epopeias medievais e desastres naturais. No caso do Brasil, tendo chegado com os portugueses na primeira metade do século XIX, o cordel se dissemina, alcançando quase todos os estados nordestinos no início do século XX. Entre seus principais temas aparece o cangaço, tipo de mercenarismo violento para resolver litígios particulares, ou forma de banditismo de honra, surgindo, geralmente, fruto da necessidade de vingar uma afronta, de reparar uma injustiça para reconquistar sua honra ou a de sua família. Pretende-se, no presente trabalho, discutir as representações sobre o cangaço na literatura de cordel, e os resquícios e limites dessas representações no contexto social contemporâneo.

Palavras-chave: Literatura de Cordel; Cangaço; Lampião, Representações Sociais; Delito; Violência.

Introdução

Embora a origem da reflexão sobre desvio, controle e mídia esteja situada nos primeiros trabalhos da Escola Positiva da Criminologia italiana, contemporânea ao surgimento da imprensa de massas, Francesc Barata assinala que o relato dos eventos criminais está ainda por ser investigado nas narrativas anteriores à imprensa de massas (Barata, 2003: 488). Segundo Barata, a origem das narrativas sobre o delito nos leva às primeiras manifestações da cultura popular escrita: a literatura de cordel, que surgem na Europa em meados do século XVI. São relatos que estão na gênese do periodismo, antes da aparição da imprensa de massas, e que constituíram a primeira expressão escrita e popular do evento criminal, com formas narrativas que transitam da cultura oral à escrita, do verso à prosa. Neles aparece o delito de forma obsessiva, assim como acontecimentos sobrenaturais, epopeias medievais e desastres naturais.

Desde os tempos coloniais, os pequenos cadernos de poucas páginas destinados a circular com versos pelo grande público são conhecidos em Portugal como "folhas soltas" e na Espanha, por sua vez, como "pliegos sueltos" (Cátedra, 2002). Na Catalunha, esses impressos breves passaram a história com o nome de "pliegos de cordel", "romances de ciego" ou "romanços de fil i canya". Na Fança, se denominaram "canards", na Alemanha "zeitung", e na Itália são os "scrittori d'avvisi", mais tarde denominados "gazzetanti" (Barata, 2003: 489).

As publicações tinham de quatro a oito páginas, e sua tiragem ia de 500 a 3.000 exemplares, por um preço acessível para um público massivo de pessoas humildes e com poucos recursos econômicos. Por isso também

---

1 Sociólogo, professor e pesquisador da PUCRS. Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-Ineac). Coordenador do GPESC/PUCRS.

2 Mestranda em Ciências Sociais (PPGCS/PUCRS - Brasil). Integra o Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal (GPESC/PUCRS).

foram qualificadas como "literatura dos pobres" (Barata, 2003: 489). As narrações estão sempre marcadas por uma fascinação por fatos sangrentos, diante dos quais aparece sempre uma justiça implacável. Uma literatura caracterizada por efeitos exagerados e acontecimentos violentos. Relatam desde crimes até milagres e prodígios, e o divino e o humano se misturam, projetando a imaginação popular e a moral de uma época, na medida em que contém um substrato de realidade sobre o qual se constrói o imaginário social (Barata, 2003: 490).

A projeção do imaginário popular aparece claramente nos "pliegos" que narram histórias de bandidos, que aparecem como "ídolos da plebe". Conforme Fracesc Barata,

> Em su libro *El bandoleirismo,* Bernaldo de Quirós se refiere a las narraciones sobre Diego Corrientes como la primera expresión de autosublimación del bandoleirismo: "*aquel que em Andalucía / por los caminos andaba / er que a lo ricos robaba / y a los pobres socorria"* (Bernaldo Quirós, 1931: 223). La figura mítica del bandido andaluz también es analizada en la obra *Bandidos*, donde Eric J. Hobsbawn lo considera um ladrón noble admirado por la población. Para dicho autor, el bandido era visto desde la mentalidad popular como uma "fuente de justicia" y en torno a su figura se levantó um mundo mágico (Hobsbawn, 1976:48). (Barata, 2003: 490)

Difundindo uma visão romântica do bandido, a literatura de cordel foi analisada pelos primeiros pensadores do saber criminológico. Ferri afirmava que o bandido representava a rebeldia contra os abusos dos tiranos, e Lombroso acredita que encarnava uma espécie de "justiça selvagem" contra os opressores (Barata, 2003: 491). O fato é que a literatura de cordel surge em um momento onde os indivíduos formavam parte de um universo mágico e divino, e o evento trágico era interpretado como sobrenatural. A ideia de delito estava associada a de pecado, e há uma coincidência entre as leis humanas e divinas. São castigados o adultério, a heresia e o incesto, e a fronteira entre os infratores da lei e os "cidadãos de bem" é bastante difusa, com exceção de certos delitos considerados "abomináveis" (Barata, 2003: 492).

A literatura de cordel no Nordeste do Brasil

Na América Latina, o cordel floresceu nas colônias espanholas, que recebiam regularmente os folhetos de além-mar. No Brasil, com a chegada das navegações portuguesas, o cordel se dissemina e alcança quase todos os estados nordestinos. O primeiro registro de folhetim de cordel data do século XVII, num caso recifense ambientado em Pernambuco (Santos, 2000), mas é a partir do século XIX e especialmente no século XX que o cordel ganha força e passa a contar histórias regionais.

Em pleno nordeste brasileiro, a literatura de cordel formou-se como expressão literária das vivências e lendas locais. Da cultura falada à escrita, os repentes que contavam fatos da vida em comunidade ganharam as cadernetas costuradas com cordas sem ter perdido a força da expressão oral para narrar os acontecimentos. Vendidos por mascates em feiras, ferrovias, lugares de trânsito e lidos em voz alta, os folhetins de cordéis formaram-se como ferramenta local entre letrados e analfabetos para compartilhamentos de causos, notícias, acontecimentos extraordinários e mitificação.

Várias questões se colocam sobre o significado e a difusão da literatura de cordel no Nordeste brasileiro. Seria mera transposição de costumes ibero-portugueses, manifestação do pensamento e da poesia popular, fenômeno estruturante de poder? Fausto Neto (1979) apresenta um conjunto de possibilidades interpretativas do fenômeno. De qualquer forma, trata-se de forma de comunicação "artesanal", caracterizada por uma tecnologia rudimentar, tendo como suporte pequenas gráficas, em sua grande maioria de caráter familiar, circulando em redes de comércio presentes nos mercados, feiras, romarias e frentes de trabalho.

A honra aparece como uma categoria central, tanto na caracterização do homem oprimido, em contraposição ao comportamento do "coronel", como enquanto mola propulsora da ação dos personagens, que sempre entram em ação em sua defesa, como ações de valentia. É nesse mesmo período que, na região de profundas mazelas

agrárias, fundiárias e econômicas, o cangaço nascia e a presença, a devoção e o medo gerados pelos bandos que se formavam no sertão ganhavam contornos nos versos e folhetins.
Nas representações do sertão, a região era vista como esvaziada, assolada por miséria e pela seca e por isso exposta à violência, ao banditismo e ao arcaísmo que formaria um mundo à parte, com seus próprios códigos de honra e compadrio, de violência e de comunicação. O controle político da região estava colocado pela violência e caracterizado pelos crimes de honra entre rivais. Ao longo da sua formação política, os comandos territoriais, as dominações e os laços estabelecidos são definidos pela violência. Naquele sertão antigo, a violência é parte do modo de vida em todas as formas de relação, por onde quer que se olhe, e se apresenta nos conflitos entre lindeiros, nas disputas entre famílias rivais ou de conflitos políticos entre os coronéis locais[3]. Presente desde o período colonial, a vida diante da violência legitimou-se como o modo de vida possível e moralmente necessário. Marcada pelo poder privado sobre a terra e a ausência do Estado, a região conheceu no coronelismo o significado de dominação e violência e no banditismo as formas de reação e disputa de poder no agreste (Grunspan-Jasmin, 2006).
É certo que, ao longo da história, o tema da violência desperta interesse, preocupação e medo. Como fenômeno social e parte da história, a violência está sujeita a transformações e caracterizações que se modificam junto às culturas, organizações sociais e seus contextos. Se o debate atual encontra espaço em certo tipo de criminalidade mais visível em nossos tempos, como o tráfico de drogas e a violência doméstica, era com o banditismo social que a região nordeste brasileira do início do século XX se confrontava.
Através dos laços de compadrio, assentados na relação de fidelidade colocada entre os sertanejos e os fazendeiros, estabeleceu-se uma troca clara entre a proteção dos trabalhadores por seus líderes em troca da lealdade das armas em punho e da defesa do patrão. Entre cabras, peões e jagunços, os coronéis formavam verdadeiras milícias particulares para defender suas terras e suas honra. No final do século XIX, com o agravamento da seca e da fome na região agreste, surgiram os primeiros bandos armados contra o controle dos fazendeiros, mas foi no final do século XIX que ganhou força a organização que marcaria a história do banditismo: a de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião.

O Cangaço e Lampião

Na terra regida pelas leis do coronelismo, cuja força violenta era indiscutível, o surgimento do cangaço associou-se às mais diversas reações: os bandidos que percorriam as terras secas dividiam-se, nos cordéis, entre justiceiros e sanguinolentos, místicos e calculistas, abençoados por Deus e protegidos pelo Diabo. Essa ambigüidade que caracterizou as representações do cangaço encontra significações nos contextos culturais e geográficos do litoral e do interior do sertão. Enquanto a imprensa litorânea debatia-se em reclamar da corrupção, dos políticos locais e da covardia das forças armadas, os sertanejos cantavam a valentia, o heroísmo e a proteção divina de Lampião representada em seus crimes.
Na imprensa, exaltavam-se aspectos físicos que pudessem discutir a figura de Lampião como um criminoso lombrosiano: o Rei do Cangaço que devia ser negro, manco e zarolho (Grunspan-Jasmin, 2006). A personificação do delito no homem e a construção de sua imagem como a de um criminoso típico dividiu-se com as construções valentes dos cordéis. Mantendo os códigos morais do próprio sertão, Lampião teria manifestado horror à associação à negritude:

> Muitas narrativas biográficas evocam o horror ante a hipótese da mestiçagem negra de Lampião à simples menção de uma origem africana. Conta-se que ele tinha a pele mais escura que seus irmãos, o que as fotografias, entretanto, não deixam transparecer. Curiosamente, o discurso aqui é mais prolixo que a imagem; ele diz,

3 Essa imagem árida e inóspita do sertão conservador e arcaico é ilustrada no filme de Walter Salles, Abril Despedaçado. A respeito disso, a resenha sobre a obra de Cesar Barreira, de Pinheiro, 2009.

> denuncia ou mostra o que Lampião gostaria de esconder quando se mostra por meio das fotografias tal como deseja ser visto, isto é, como um branco.[4] (Grunspan-Jasmin, 2006: 201)

Preocupado em ser conhecido como um vingador e ter sua imagem de um verdadeiro bandido de honra, a imagem do negro em uma região conservadora permite compreender algumas representações anteriores não só sobre o delito, mas sobre seus criminosos (Grunspan-Jasmin, 2006). Diferente de pistoleiros e dos jagunços, o vingador surge para redimir as injustiças a que é exposto, na busca de justiça pelo sangue derramado entre ofensores e ofendidos (Barreira, 2002).
As ambiguidades na história do cangaço e da construção de heróis e bandidos são constantes. No cordel sobre "A vida, a vingança e a morte de Corisco", de Manuel D'Almeida Filho (1986), há os exemplos que oscilam entre um frio assassino e um coração justiceiro.

> Noutra ocasião Corisco
> Com a sua tirania
> Abriu um soldado com
> A faca que possuía,
> Da forma que Nero fez...
> Só para ver de uma vez
> Como o coração batia.
>
> Porém na sociedade
> De Corisco e Lampião
> Houve um desentendimento
> Com uma grande questão
> Na partilha de um dinheiro
> Que só teve um paradeiro:
> Dos dois a separação
>
> Dessa maneira Corisco
> Teve plena liberdade
> Para fazer todos os
> Tipos de perversidade;
> Assim foi para Alagoas
> Atazanar as pessoas
> Sem a menor piedade.

Depois da vida no cangaço, a hora da morte faz lembrar a violência das forças volantes que exterminaram o banditismo e menciona a bravura e justiça do cangaço (D´Almeida Filho, 1986):

> Cada um que peça a Deus
> Não cair nos lamaçais
> Das injustiças humanas
> Nos atos policiais,
> Como nosso leitor viu

4 A autora ainda narra que um dos lugar-tenentes mais próximos de Lampião, Sabino, era negro e não se deixou fotografar quando seu chefe entrou triunfalmente com suas tropas em Juazeiro, em 1926. Há diversas interpretações possíveis nesse caso que não cabe que sejam exploradas aqui.

Quando Corisco caiu,
Lampião e outros mais.

Não cremos nas leis humanas;
Nas sentenças, nas muralhas,
Pois as pessoas que julgam
Humanamente são falhas,
Perdidas, inconscientes
Condenam mais inocentes
E libertam mais canalhas.

Às vezes por interesse,
Vingança ou mesmo ambição,
Também por ignorância
Ou ainda por paixão;
Porém nada dá direito
Ao massacre que foi feito
Com Corisco e Lampião.

Assim como foi Corisco
Lutou, vingou-se, correu,
Matou, feriu, assaltou,
enfrentou briga, sofreu;
Isso fez por ser valente,
Deu trabalho a muita gente
Até que por fim morreu.

Matadores cruéis, perversos, justiceiros, bravos e apaixonados: a literatura de cordel trava o diálogo do contador com o público, o convence das histórias e mitos e alimenta significados aos crimes e seus bandidos. Entre o medo e a devoção, a representação dos delitos do cangaço enraizadas na cultura e na vida nordestina se recriava no cordel para dar sentido às experiências, ora de terror e pura violência, ora de bravura, vingança e justiça.

O Cordel como Representação do Imaginário Social

Para compreender o processo de construção e transformação dos fenômenos e dos saberes sociais em seus diferentes contextos, surge a teoria das representações sociais. Intentando perceber como pessoas comuns e comunidades constroem saberes sobre si mesmas, sobre os outros e sobre os mais distintos objetos que rodeiam o meio social, as representações sociais permitem conhecer visões de mundo, os valores, as crenças e os modos de vida que acabam por conferir significações ao cotidiano e às experiências vividas. (Jovchelovitch, 2008)
Caracterizadas primeiramente como uma "forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social", as representações sociais atuam como verdadeiros processos de interpretação que regem as relações dos sujeitos com os objetos sociais do mundo. Dessa forma, elas influem e orientam modos de pensamento, percepções, noções de pertencimento, vivências, condutas, práticas e as comunicações sociais elaboradas e transmitidas a partir delas. (Jodelet, 2001) As representações sociais, portanto, são sempre formadas por sujeitos em relação a objetos sociais que serão por eles simbolizados e interpretados. A comunicação social e os instrumentos através dos quais indivíduos trocam e compartilham informações têm aí um forte papel.

Ao mesmo tempo em que serviu como disseminador de informações e de comunicação, o cordel alimentou mitos, lendas, histórias fantásticas criadas em torno de acontecimentos, como os delitos cometidos pelo cangaço e as batalhas travadas por seus bandos no sertão. É por essas razões que, nesses causos e versos, o cangaço aparece como um fenômeno ambíguo, causador de medo e devoção, dividido entre as bênçãos divinas e as proteções do Diabo.

Numa fabricação de mitos sobre fatos, é possível encontrar a obsessão pelo delito, o medo e o fascínio da violência e a morte. Junto aos contextos sociais, culturais e econômicos, há, além disso, condições ideológicas de partilha e fatores emocionais que ligam contadores, cordelistas e seu público na fabricação desses fatos. Essas condições antecedem o papel de mera comunicação cumprido pela literatura de cordel e atuam como fatores de potência anteriores. "O lugar, a posição social que eles ocupam ou as funções que assumem determinam os conteúdos representacionais e sua organização, por meio da relação ideológica que mantêm com o mundo social" (Jodelet, 2001: 32). A possibilidade de comunicação atua como um escape para liberar sentimentos suscitados por situações mal toleradas, como acontece com o delito e com a construção de um criminoso culpável. O medo e a rejeição do outro acabam por alimentar as famigeradas "lendas urbanas", o ideário mitificado que se estabiliza ao longo do tempo. Do mesmo modo, o discurso sobre a insegurança ganha peso no imaginário coletivo e é reforçado pela comunicação.[5]

Partindo de narrativas literárias, Francesc Barata (2007) aponta a relação distinta entre as práticas discursivas e a realidade, que atravessaram antigas formas de comunicação e hoje se acentuam nas sociedades de *mass media.* O modo como os meios de comunicação tratam os temas da criminalidade, do medo e da insegurança permite pensar acerca de realidades construídas que ganham formas e representações comunitárias. Se partilhar uma ideia ou uma linguagem é também firmar um vínculo social, a literatura de cordel, disseminada no início do século passado, atuou com preponderância para construções compartilhadas sobre o delito. A representação acaba por preencher certas funções na manutenção da identidade social e do equilíbrio sociocognitivo a ela ligados.

A literatura, assim, ocupa um papel que é difusor de informações, mas também criador de representações que moldam e devolvem a imagem da sociedade onde ela se constrói e circula. Mais do que espelhar realidades, ela também as cria e, com elas, cria também representações. Dessa forma, "a arte e a literatura, antes de proporem simplesmente a representação patente de códigos latentes, têm também por função impor modelos de comportamento" (Legros et al. 2014). Nas produções literárias e comunicativas antigas e contemporâneas, há resquícios e diálogos que se reconhecem (Batista, 1912):

> Quando a justiça era viva
> Perseguia o assassino;
> O homem que matasse outro
> Teria um igual destino
> Os que não fôssem enforcados,
> Seriam tão castigados
> Que de exemplo serviriam;
> Os ladrões, os mal feitôres,
> Os judas, os seductores,
> Impunes não ficariam.
>
> Que os povos tinham direitos,
> Isto era hontem, não hoje;
> Que o fantasma da justiça
> Com mêdo do crime foge;

5 "Os relatos que as vítimas de agressão (roubos, ataques, etc.) fazem sobre o que lhes aconteceu seguem ao pé da letra um mesmo roteiro, retomado coletivamente, e permitem situar-se numa mesma categoria vitimada, forma de uma nova solidariedade social" (Jodelet, 2001: 31).

E os grupos criminosos,
Hoje são tão numerosos
Que assombram a humanidade!
Rouba-se publicamente,
E hoje mata-se gente
Já não é mais novidade.

Quando morreu Lampião, e com ele se acreditava que morria o cangaço, o cordelista Manoel Neném fez seu poema terminando as estrofes com jogos de palavras que anunciavam que o cangaceiro foi por fim "apagado" (Mota Apud Grinspan-Jasmin, 2006).

De muitos annos atrás
Que o nosso sertão soffria
De uma féra bravia
Com seus leões voraz!
Tirou do sertão a paz
Plantou a conflagração
Estragou todo o sertão
Esta féra horrenda e bruta.
Com vinte annos de luta
Apagaram Lampeão.

O Lampeão se accendeu
Todo o sertão pegou fogo
Outor mais terrivel jogo
Nunca houve igual ao seu
Dizem que agora morreu
P'ra bem da população
Findou-se aquelle dragão
Pela força alagoana
Graças á mão soberana
Apagaram Lampeão.

Chegou muitos telegrammas
Contando esses occorridos
Lampeão com seus bandidos
Perderão as vidas e as famas
Findou-se a conspiração,
Haja festa no sertão
Dê viva todas pessoas
Que a policia de Alagôas
Apagou o Lampeão.

Lá no Estado de Sergipe
Elle sempre se escondia
Mas, quando Deus quer, um dia
Não há mal que não se dissipe...
Quem mandou esta trovoada
Com uma chuva de rajada
Apagar o Lampeão!

Eu agora estou sciente
Que isto foi por Deus mandado
Os anjos em vez de soldado...
Um santo em vez de tenente.
Agarraram elle de frente
Sem ter delle compaixão
Raio, corisco e trovão
Fuzilaria e rajada,
Nesta horrenda trovoada
Apagaram Lampeão.

Nunca mais ha de accender
O tal Lampeão falado!
Na capital do Estado
Sua cabeça se vê
P'ra o governo conhecer
Sua terrivel feição
E dizer: - Este é o dragão
Forte, cruel e valente,
Porem mandei minha gente
E apagaram Lampeão!

Mais do que a morte do personagem, apagar Lampião nos remete a seu aniquilamento, ao fim de tudo o que o cangaço representa e é a ele associado. Apagado pelo que seria uma "obra divina" para o poeta, estava clara sua associação ao extraordinário, à explicação diabólica e mitológica de seu poder (Grunspan-Jasmin, 2006). Lampião e seus companheiros encarnaram o mal a ser enfrentado contra o crime pelo Estado. Com o apagamento de Lampião, a violência, os saques, o medo, se apagariam junto à cabeça pendurada exposta do Rei de Cangaço. A morte resolveria a morte. O sertão livrava-se de todo o mal.

Considerações Finais

É marcante, nos diferentes folhetos de cordel em que Lampião é retratado, a ambiguidade que caracteriza o imaginário social sobre a sua figura. De um lado é caracterizado como bandido, com uma conduta que se resume a transgredir aspectos da ordem social e jurídica. De outro, aparece como o defensor dos valores que não são respeitados pelos poderosos. Ora Lampião aparece como o transgressor da ordem, ora explicitando seu desejo de adesão ao mesmo quadro moral e de valores estabelecidos.

Num dos mais importantes trabalhos de interpretação da figura de Lampião, revelada pela literatura de cordel, destaca que, em que pese uma oposição profunda entre aquele que se apropriou de uma terra, Antônio Conselheiro, e aquele que percorreu e dominou um território sem nunca possuí-lo, Lampião, não oculta um parentesco essencial entre eles, o dos "deserdados do sertão" (Grunspan-Jasmin, 2006)

Para Grunspan-Jasmin (2006), o período que vai de 1940, ano da morte de Corisco, considerado o último cangaceiro, até finais dos anos 50, é marcado por um silêncio quase completo sobre o cangaço. A figura de Lampião ressurge no final deste período em um novo contexto, no despontar de uma consciência política camponesa, e uma identidade regional "nordestina", que tem na figura de Lampião, transmutado na figura de herói dos oprimidos, recuperação que coincide com as primeiras intervenções na imprensa dos descendentes de Lampião e Corisco, reivindicando o direito à sepultura, e a restituição dos restos mortais de Lampião. Segundo Grunspan-Jasmin,

> Enquanto durante a vida de Lampião, e em particular sob Vargas, se tratava de integrar o sertão ao Nordeste, e o Nordeste ao restante do Brasil, hoje algumas correntes pensam o Nordeste como uma entidade homogênea, com seus referentes culturais próprios: Lampião seria, então, não somente o emblema da luta contra a injustiça e as desigualdades sociais mas também a personificação do próprio Nordeste. Nessa vontade de recuperação política e cultural, a ambivalência da personagem deixa de ser percebida. (Grunspan-Jasmin, 2006: 352)

Grunspan-Jasmin (2006) destaca que, em entrevista concedida em maio de 1959, Francisco Julião, o líder camponês, passava a representar Lampião não mais como o produto de uma sociedade arcaica, um bandido social, mas como um herói da luta camponesa. Da mesma forma, o Movimento dos Sem-Terra passa a ver em Lampião a encarnação de uma revolta contra o grande latifúndio. E pergunta:

> Qual é o sentido dessa paradoxal recuperação, pelos movimentos de esquerda e regionalistas, de uma personagem desprovida de consciência e de projeto político? (...) Por que não se privilegiou Antônio Conselheiro, o líder carismático que lutou para defender a terra de que se apropriara, para nela trabalhar e fundar ali sua comunidade, criando a única alternativa verdadeira – em sua época – para o sistema da grande propriedade? (Grunspan-Jasmin, 2006, pg. 353)

Buscando uma interpretação para a recuperação política da figura de Lampião, cujos meios de chegar a existir como indivíduo, como chefe de grupo, foram o terror e a crueldade, ou seja, pela afirmação de um individualismo fundamental que se manifesta como insubmissão, e não propõe nenhuma alternativa além da violência, encontra a resposta na própria cultura Nordestina, para cuja formação contribuíram os relatos de cordel. Teria Lampião utilizado, para seus próprios fins, algo que tinha um sentido profundo na cultura do Nordeste. Se o povo o admira, é porque em sua miséria moral, em sua brutal crueldade, Lampião encarna a luta contra a injustiça original, com suas profundas raízes sociais. Nesta permanente ambivalência, presente nos relatos de cordel e nos processos mais recentes de reapropriação política da figura de Lampião, é possível perceber como, por traz da personagem histórica, se desdobram embates ainda persistentes na sociedade brasileira, entre tradição e modernidade, exploração e miséria, justiça e violência.

Referências bibliográficas

BARATA, Francesc (2003). "Los mass media y el pensamento criminológico". In BERGALLI (Coord.), *Sistema Penal y Problemas sociales*. Valencia: Tirant lo Blanch.

_____(2007). "Los medios, el crimen y la seguridad pública". *Violencia y Medios*, 3. Disponível em: http://www.insyde.org.mx/wp-content/uploads/2013/09/f.%20barata.pdf [Consultado em 30.11.2014].

BARREIRA, César (2002). "Pistoleiro ou vingador: construção de trajetórias". *Sociologias*, ano 4, n. 8, p. 52-83

BATISTA, Francisco das Chagas (1912). "Resultado da revolução do Recife". S. local: Typ. Liv. Gonçalves Penna.

D'ALMEIDA FILHO, Manuel (1986). "Vida, vingança e morte de Corisco". São Paulo: Luzeiro.

FAUTO NETO, Antônio (1979). "Cordel e a Ideologia da Punição". Petrópolis: Vozes.

GRUNSPAN-GRUNSPAN-JASMIN, Elise (2006). "Lampião, Senhor do Sertão: Vidas e Mortes de um Cangaceiro". São Paulo: Edusp.

JODELET, D. (2001). "Representações sociais: um domínio em expansão". In: JODELET, Denise (org.). *As representações sociais***.** Rio de Janeiro: EdUERJ.

LEGROS, P; MONNEYRON, F; RENARS, J; TACUSSEL; P. (2014). "Sociologia do Imaginário". Porto Alegre: Sulina.

PINHEIRO, A. (2009). "Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa". *Revista de ciências Sociais* (40). n. 1, p. 112-116.

SANTOS, I. M. F. (2000). "O conde de Monte Cristo nos folhetos de cordel: leitura e reescrituras de Alexandre Dumas por poetas populares". Estudos avançados [online]. n. 39, pp. 205-227. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142000000200014. [Consultado em 30.11.2014]

Fazer "justiça com as próprias mãos": práticas insurgentes e violentas no "processo civilizador"

Maria Glaucíria Mota Brasil

Resumo: O estudo analisa episódios classificados de "fazer justiça com as próprias mãos", em Fortaleza e municípios da sua Região Metropolitana, com repercussão na imprensa, num contexto de aumento da violência fatal, da insegurança, do medo e do descrédito da população na justiça e segurança, na quinta cidade brasileira. Dos episódios noticiados pela imprensa em 2010, destacamos quatro casos em que as vítimas reagem e matam violentamente os criminosos e recebem o apoio da população, "legitimando" suas ações e revelando rupturas no controle social. A reação das vítimas não se explica nas práticas legais e aceitas: matar em defesa da própria vida ou da vida de outrem. O eixo das análises centra-se em algumas condições socialmente produzidas num contexto que possibilitou o aparecimento do que chamamos de práticas insurgentes violentas ou comportamentos imorais.

Palavras-chave: Práticas insurgentes. Moralidade. Processo civilizador. Fazer justiça com as próprias mãos.

1 Introdução

O presente estudo é uma reflexão originada da ocorrência de episódios, amplamente debatidos pela imprensa e classificados de "fazer justiça com as próprias mãos"[1], na cidade de Fortaleza[2] e em municípios da sua Região Metropolitana, merecedores de três editoriais nos principais jornais do Estado do Ceará, além de mobilizar a opinião de especialistas, internautas e a população em geral. Esses acontecimentos se passam num momento em que eram finalizadas pesquisas sobre a criminalidade e a violência na cidade de Fortaleza[3], e estas apontavam, corroborando com o Mapa da Violência de 2010[4], o aumento dos índices de violência fatal, da insegurança, do medo e do descrédito da população nos dispositivos estatais de justiça e segurança na quinta cidade brasileira. Ao se analisar os dados da referida pesquisa sobre os homicídios, destacam-se as execuções sumárias que são justificadas como "acertos de contas entre bandidos", principalmente na periferia da cidade. Numa leitura mais apurada, pode-se destacar que a prática do "fazer justiça com as próprias mãos", ou do armar/pagar outras mãos para "fazer justiça", ou acertar as contas com o inimigo, tornou-se um lugar comum nas resoluções dos conflitos cotidianos do Estado e, portanto, não pode ser simplesmente identificada como ocorrências motivadas por "acertos de contas entre bandidos" ou "pagamento de dívidas com o tráfico de drogas", como tem feito as polícias estaduais.

---

1 O tema das práticas do "fazer justiça com as próprias mãos" compreende o objeto de nossos estudos e reflexões no Projeto de Pesquisa Etnografias urbanas: redes, conflitos e lugares (PRONEX/FUNCAP/CNPq) (2011-2014), sob a coordenação do prof. César Barreira (UFC).

2 Fortaleza é a capital do Estado do Ceará, considerada a quinta capital brasileira em densidade demográfica com uma população de 2.571.896 (sua Região Metropolitana, com 15 municípios, possui 3,9 milhões de habitantes), sendo considerada a sexta cidade mais populosa do Brasil e a segunda da Região Nordeste. Ainda, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007), Fortaleza é a cidade nordestina com a maior área de influência regional e se destaca por ter a terceira maior rede urbana em população, atrás de São Paulo e do Rio de Janeiro. (Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Fortaleza | http://www.fundodireitoshumanos.org.br/v2/uploads/files/metropolitanas_site.pdf)

3 A pesquisa intitulada Cartografia da Criminalidade e da Violência na cidade de Fortaleza (2009-2010) foi realizada pela UECE/UFC com financiamento do Ministério da Justiça e da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Disponível em www.uece.br/labvida |

4 Disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2010/MapaViolencia2010.pdf.

Nesse contexto, os episódios, objetos do presente trabalho, podem ser descritos como fenômenos que compõem um rol de acontecimentos assemelhados a uma realidade datada, local e específica, marcada pela impunidade frente ao aumento dos índices de homicídios na capital cearense. Assim, para termos uma visão da problemática, de acordo com dados oficiais da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, de janeiro a novembro de 2009 foram registrados 1.292 homicídios no Estado, desse total, 69% foram identificadas como execuções sumárias e menos de 5% dessas mortes violentas foram transformadas em inquéritos policiais e remetidas ao Ministério Público para que os autores fossem denunciados e processados judicialmente. Essa problemática ocorre pelo simples fato de que muitos desses crimes são classificados como crimes de autoria desconhecida.

Então, perguntamo-nos se, nesse cenário, é possível discutir as condições em que o societário (cultura ou estruturas de dominação) possibilitou ou não impediu as práticas do "fazer justiça pelas próprias mãos". Ao mesmo tempo, não se pode ignorar que muitas dessas práticas são legitimadas por uma parcela significativa da sociedade e chegam mesmo a ganhar "estatuto moral". Dito de outra maneira, as práticas são justificadas por uma "nova moral", principalmente quando essas mesmas práticas assumem o lugar das práticas legais delegadas aos dispositivos de justiça e segurança para garantir a segurança do cidadão comum e punir os violadores da lei.

A realidade do município de Fortaleza não é muito diferente de outras cidades brasileiras que enfrentam o crescimento da violência, da criminalidade e da impunidade de seus autores. No contexto, os casos, objetos do presente estudo, surgiram como fenômeno de reação individual imediata que se transformaram em exemplos a serem seguidos[5]. Inicialmente, na reflexão que se objetiva fazer, algumas questões devem ser consideradas no contexto de realidade desses acontecimentos. Assim, buscamos, por meio do que nominamos de análise social, compreender esse fenômeno, tendo como embasamento as discussões teóricas de Zygmunt Bauman sobre responsabilidade moral e social para entender as ocorrências do "fazer justiça com as próprias mãos" como processos inauguradores do que o autor denomina de "comportamento imoral" ou práticas antissociais, subversivas ou insurgentes frente a determinados contextos de realidade. No caso específico de nossas análises, a justificativa é a insegurança da população e o descrédito no sistema de justiça e segurança pública. Ao mesmo tempo, as análises de Hannah Arendt sobre o desmoronamento da moralidade civilizada, na sociedade alemã durante o nazismo, nos vão dando pistas do como uma moralidade civilizada pode ser transformada

> ... num mero conjunto de costumes - maneiras, usos, convenções a serem trocadas à vontade - não entre criminosos, mas entre as pessoas comuns que, desde que os padrões morais fossem socialmente aceitos, jamais sonhariam em duvidar daquilo em que tinham sido ensinados a acreditar. (2004:118).

Assim, interessa-nos saber como se confere ao fenômeno reação individual e imediata (nos casos do presente estudo e que veremos mais detalhadamente a frente), denominado de práticas do "fazer justiça com as próprias mãos," legitimidade moral, ou ainda, como a população, em suas manifestações por meio de depoimentos à imprensa, justifica esse tipo de prática, conferindo-lhe legitimidade e estatuto moral. Consideramos que essas práticas podem ser compreendidas como práticas insurgentes, violentas frente às rupturas do controle social institucional, e, portanto, podem ser discutidas como comportamento moral insurgente. Partindo dessa assertiva, nos indagamos como pensar a responsabilidade moral dos sujeitos insurgentes?

Essas são questões iniciais que nos colocam o problema da relação existente entre práticas individuais insurgentes e violentas no contexto societário, assim como a questão da moralidade e responsabilidade com o Outro. Nossa compreensão tem como referência as reflexões e críticas feitas por Bauman (1998) à sociologia da moral de Durkheim (1970) em suas análises sobre o Holocausto. Bauman afirma que "as teorias sociológicas disponíveis sobre os fenômenos morais mostram-se, a exame mais detalhado, mal preparadas para um balanço

---

5 Em 2013, o fenômeno do "fazer justiça com as próprias mãos" como prática insurgente violenta assumiu outra face: o linchamento. De janeiro a outubro, foram contabilizadas 16 ocorrências (incluindo as tentativas) em Fortaleza e no interior. Foram 11 casos na Capital e seis apenas no mês de outubro (Castro, 2013).

satisfatório da experiência do Holocausto" (1998:197), mais especificamente quando comparadas com as análises históricas e teológicas, e faz a seguinte provocação: "Se a sociologia tem pouco a dizer sobre o Holocausto, não será porque o Holocausto tem muito a dizer sobre a sociologia"?

Para o autor, essa fragilidade sociológica estaria situada na ordem de construção das coisas em seu discurso, ou seja; "o status da moralidade é estranho e ambíguo (...). A maioria dos relatos sociológicos passa sem referência à moralidade" (1998:197-8). Assim, a concepção durkheimiana de moralidade está no eixo das análises críticas de Bauman, ou, mais especificamente, no que se refere à "origem social da moral e à capacidade de coerção da vontade individual. Caberia à moral a tarefa de integração do todo social" (1998:198). O comportamento moral torna-se, então, "sinônimo de conformidade e obediência social às normas observadas pela maioria" (1998:203). Dessa maneira, o comportamento imoral passa a ser teorizado como "desvio da norma" decorrente da ausência ou fragilidade das pressões socializadoras, tornando-se, portanto, uma "anomia".

Visando superar o que chamou de "redução sociológica", Bauman (1998) encontra nas teses de Hannah Arendt (1999) sobre a ***banalidade do mal***[6] fundamento para questões como: "a prática legal e, portanto, também a teoria moral enfrentarem a possibilidade de que a moralidade pode se manifestar numa insubordinação em face de princípios socialmente sustentados e numa ação abertamente em desafio da solidariedade e consensos sociais*"* (1998:205). Aqui, segundo Bauman, estariam colocadas as bases pressociais do comportamento moral, o que exigiria uma reformulação das tradicionais interpretações "das origens das normas morais e de seu poder impositivo" de coerção (ibidem). A questão central para Bauman é a necessidade de se reexaminar a distinção entre o que é social e societário. Considerando o fato do social, pela sua identificação com o existencial, ter sido relegado à filosofia pela sociologia. Por outro lado, a identificação do social pela sua condição primária do "estar com os outros" antecede toda e qualquer forma dos grupos humanos se organizarem de modo histórico e cultural. Desta maneira, o social como "existir com o outro" torna-se condição de possibilidade para o aparecimento de estruturas societárias. Em resumo, a crítica de Bauman (1998) está centralizada no que ele entende por privilégio da definição do que seja societário nas análises sociológicas da moral durkheimiana.

Embora Durkheim tenha afirmado que "toda moralidade vem da sociedade; não há vida moral fora da sociedade" (1970:201), para Bauman isso não significa que a moralidade tenha sua origem no societário por meio de "treinamento e imposições" ou adestramento moral. Assim, Bauman buscará, na filosofia de Emmanuel Levinas, o fundamento teórico que lhe permita a elaboração de um novo modelo teórico orientado pela concepção de *moral pré-societária* cuja centralidade está na noção de *responsabilidade*.

> Responsabilidade é a estrutura essencial, primária e fundamental da subjetividade. Responsabilidade que significa 'responsabilidade pelo Outro' e, portanto, uma responsabilidade 'pelo que não fiz ou pelo que nem sequer me interessa'. Essa responsabilidade existencial, o único significado de subjetividade, de ser um sujeito, não tem nada a ver com obrigação contratual. (...) Não assumo minha responsabilidade por ordem de uma força superior, seja um código moral sancionado com a ameaça do inferno ou um código legal sancionado com ameaça de prisão. Torno-me responsável

---

6 O conceito de banalidade do mal foi cunhado por Hannah Arendt (1906-1975) em decorrência das análises e reflexões feitas durante a cobertura jornalística que realizou para a Revista The New Yorker do julgamento do nazista Adolf Eichmann em Jerusalém, "numa mescla de jornalismo político e reflexão filosófica" (Ver ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal (1999).São Paulo: Companhia das Letras). Com a expressão "banalidade do mal", Hannah Arendt afirma : " [n]ão quis, com a expressão, referir-me a teoria ou doutrina de qualquer espécie , mas antes a algo bastante factual, o fenômeno dos atos maus, cometidos em proporções gigantescas – atos cuja a raiz não iremos encontrar em uma especial maldade, patologia ou convicção ideológica do agente; sua personalidade destacava-se unicamente por uma extraordinária superficialidade. Por mais monstruoso que fossem os atos, o agente não era nem monstruoso nem demoníaco; a única característica específica que se podia detectar em seu passado, bem como em seu comportamento durante o julgamento e o inquérito policial que o precedeu, afigurava-se como algo totalmente negativo: não se tratava de estupidez, mas de uma curiosa e bastante autentica incapacidade de pensar" . (Arendt, 1993:145 e 1999).

> ao me constituir como sujeito. Tornar-me responsável é a minha constituição como sujeito Portanto, é assunto meu e somente meu. (Levinas apud Bauman, 1998:211- 12).

De acordo com o autor, essa é uma relação intersubjetiva assimétrica e, portanto, não recíproca, não é feita com o intuito de receber retribuição. Desta maneira, a substância da moralidade é "um dever em relação ao outro", distinta do que seja obrigação, é, assim, um dever que antecede todo e qualquer interesse. Compreende Bauman que a "moralidade não é um produto da sociedade. A moralidade é algo que a sociedade manipula, explora, redireciona, espreme" (ibidem). Então, nos perguntamos o que é a moralidade?
Postas essas questões, o autor vai nos dizer que o "comportamento imoral", conduta que abdica da responsabilidade pelo outro, não se deve ao mau funcionamento da sociedade. Ao mesmo tempo nos alerta: a ocorrência de comportamento imoral requer mais "investigação da administração social da intersubjetividade" do que o comportamento moral, considerando que

> a moralidade é a estrutura primária da relação intersubjetiva, (...), as raízes da moralidade penetram bem mais fundo que os arranjos societários como cultura ou estruturas de dominação. Os processos societários começam quando a estrutura da moralidade (equivalente da intersubjetividade), já está lá (Bauman, 1998:212).

Nesse contexto, as análises de Hannah Arendt (2000) são categóricas ao formular a questão da "responsabilidade moral de resistir à socialização". Ao abordar a *banalidade do mal* ou ainda "o fenômeno dos atos maus" ressalta a importância do pensar e sua relação com a consciência moral ao se perguntar: "serão coincidentes a incapacidade de pensar e um fracasso desastroso daquilo que chamamos consciência moral?" (1993:146). Em *Responsabilidade e Julgamento* (2004), a autora aprofunda a questão anterior ao tratar da faculdade do julgar, considerando que "a capacidade de julgar incide na mais importante questão moral" que compreende:

> como posso distinguir o certo do errado, se a maioria ou totalidade do meu ambiente prejulgou a questão?
> ... em que medida, se é que há medida, podemos julgar acontecimentos ou ocorrências passadas em que não estávamos presentes? (Arendt, 2004:81).

Hannah Arendt examina uma série de questões e tensões nas discussões morais sobre a problemática do nazismo como a crítica à "vontade de julgar" (a suposição de que ninguém é livre, dificultando e até inviabilizando a responsabilização de alguém pelos atos cometidos); o conceito de "culpa coletiva" ("quando todos são culpados, ninguém o é", considerado pela autora como o absurdo lógico que servia para inocentar os culpados); e discute ainda o "colapso da faculdade de julgar" (fenômeno coordenado que atingiu parte significativa da elite intelectual da Alemanha nazista) (2004:88).
Dessa maneira, tendo como pano de fundo o pensamento de Hannah Arendt e de Zygmunt Bauman, e as interlocuções que estes fazem com outros pensadores, busca-se compreender como essas práticas do "fazer justiça com as próprias mãos" ou do justiçamento num determinado momento ganham "legitimidade" e estatuto "moral". De modo mais específico, como práticas insurgentes violentas assumem estatuto de "moralidade" para uma parcela significante da sociedade? Qual a relação dessas práticas com algumas condições socialmente produzidas que acabam favorecendo o aparecimento desse fenômeno?

2 A insurgência[7] de práticas violentas e comportamento imoral

Aqui, buscamos compreender como essas práticas do "fazer justiça com as próprias mãos" ou do justiçamento num determinado momento ganham "legitimidade" e estatuto "moral". O estudo em tela tem como universo amostral os quatro episódios, descritos sucintamente abaixo, em que as vítimas reagiram e mataram os criminosos:

- O assaltante WFP, paulista, foi morto a tiros de pistola num posto de combustível na Avenida 13 de Maio. Ele tinha acabado de roubar um Fiat Uno de uma mulher no bairro José Bonifácio, o marido da vítima viu o roubo e perseguiu o assaltante juntamente com um amigo. No posto, onde o assaltante abandonou o carro, **os perseguidores entraram em luta corporal com o assaltante e, depois de desarmá-lo, o amigo o matou a tiros com a própria arma** (Grifos nossos).
- Cinco dias após o primeiro caso, um servente, no Jardim das Oliveiras, reagiu ao roubo de sua bicicleta e **matou a pedradas um dos assaltantes** (Grifos nossos).
- Dois dias depois do segundo episódio, um homem no Rodolfo Teófilo foi assaltado, em sua casa, por dois homens, **reagiu ao assalto e atirou na cabeça de um dos assaltantes que acabou morrendo no hospital**. Na luta com o assaltante, a vítima também foi baleada no abdome, mas não morreu (Grifos nossos).
- Um empresário no município de Barreira, nove dias após o terceiro episódio, ao sofrer tentativa de sequestro por parte de dois homens, reagiu, entrando em luta corporal com os dois no interior do seu carro, **e conseguiu desarmar um dos sequestradores, matando os dois sequestradores a tiros** (Grifos nossos).

.

Os quatro episódios acima compreendem o universo do nosso estudo amostral, mas nossas análises estarão restritas aos dois primeiros casos, uma vez que esses dois episódios noticiados pela mídia escrita receberam a opinião/comentário escrito dos leitores *on line.* Assim, nossas análises levarão em consideração a opinião/discurso da população sobre os episódios, principalmente em relação ao que pensa a população (ou parcela desta, os internautas) acerca dos casos em que as vítimas se insurgiram ao serem abordadas por bandidos e "fizeram justiça com as próprias mãos". Com o objetivo de obter mais informações para nossas análises, os dois primeiros casos, definidos como caso 1 e 2, serão mais detalhados abaixo e, na sequência destes, destacaremos uma série de cinco depoimentos/opiniões que os internautas postaram *on line* sobre as matérias do jornal, que usamos como fonte empírica para nossas análises e reflexões. A escolha de cinco depoimentos para cada um dos casos descritos abaixo é um recorte intencional num universo amostral que levou em consideração o fator de saturação dos depoimentos/opiniões assemelhados, uma vez que a maioria das mensagens postadas apresentava um conteúdo padrão similar.

Caso I

O assaltante WFP, paulista, de 22 anos, foi morto a tiros de pistola 380, num posto de combustível na Avenida 13 de Maio. Ele tinha acabado de roubar um Fiat Uno de uma cabeleireira que estacionava o carro em frete ao seu local de trabalho no bairro José Bonifácio. O marido da vítima assistiu tudo, do outro lado da rua, e na

7 O uso da palavra insurgência está relacionado às ações (práticas) de revolta, oposição (reação) violenta daqueles que se rebelam contra uma dada situação ou ocorrência que lhes viola os direitos.

sequência perseguiu o assaltante juntamente com um amigo em outro veículo. Num posto, na Avenida 13 de Maio, onde o assaltante abandonou o carro roubado, os perseguidores o abordaram e entraram em luta corporal com este e, depois de conseguir desarmá-lo, um dos homens disparou dois tiros na cabeça do assaltante que morreu no local. Os dois homens foram presos no local pela PM e levados para 34ª delegacia de Polícia (Centro).

Segundo a delegada Milena Moraes, existem informações contra os dois homens presos dois Termos Circunstanciados de Ocorrências (TCOs) por crimes de lesão corporal e resistência, respectivamente (Pedrosa, 2010a:06).

Comentários postados pelos leitores/internautas

- O único jeito pra essa vagabundagem é eliminando um a um, pois se fosse assim, o bandido iria pensar duas vezes antes de agir. Prender não resolve, pois os mesmos sabem que logo estarão livres. Chibatozol neles! (Nando, 02/04/2010, às 22h54min, Nº do IP: 189.97.226.175).
- Temeridade ou coragem não importa naquela hora, o que realmente importa é que foram abatidos bandidos, acho que prender não seria o caso, o melhor é a morte de quem está procurando matar, não defenda bandido, quem faz isso é quem ganha dinheiro com isso... quem defende bandido merece ser queimado em pneu! (Tennesse, 02/04/2010, às 14h5min, Nº do IP: 201.9.240.157).
- Parabéns um bandido a menos. Aplausos!(ft67@hotmail.com, 02/04/2010, às 10h3min, Nº do IP: 189.119.13.13).
- Esses estudiosos são uns engomadinhos que se refugiam em suas salas sem o mínimo contato com a realidade e sustentados pelo estado para defenderem bandido. A população que gera riqueza e impostos ao estado está acuada, sem defensores e quando se revolta causando baixa em bandidos são condenados e encarcerados instantaneamente. Precisamos isolar estes vermes que não produzem nada e começar a limpeza dos bandidos. Só assim a sociedade realmente vai evoluir. Esses dois rapazes eram para receber uma gratificação pelo que fizeram.(Rutenio, 02/04/2010, às 9h58min, Nº do IP: 189.119.13.138)
- Definição de especialista: É aquele que sabe tudo, sobre quase nada. De que vale prender bandidos, se a justiça (???) manda soltar? Bandido bom é o morto! (Jose Carlos Gatto, 02/04/2010, às 9h51min, Nº do IP: 201.20.122.129)

Em nossa compreensão, o primeiro caso assume um caráter do inusitado ao possibilitar que a vítima reagisse e vencesse o bandido. O fato é emblemático se considerarmos que este pode ser entendido como uma resposta eficiente no enfrentamento da problemática do crescimento da criminalidade e da violência na cidade de Fortaleza, uma vez que, segundo a opinião pública, o Estado, detentor do monopólio legítimo do usa da força, não tem dado respostas eficientes nesse enfrentamento. Há um misto de perplexidade, aprovação e satisfação manifestas nas opiniões dos leitores, como há uma descrença generalizada, por parte da população, nos dispositivos estatais de controle social em punir os crimes. A impunidade é o mote que justifica o "fazer justiça com as próprias mãos". A ausência do Estado como dispositivo normativo e de controle e coerção do crime e da violência é a senha para que a população se defenda "fazendo justiça" ou "punindo" seus algozes. Serão essas algumas condições socialmente produzidas que acabaram por ocasionar o que denominamos de práticas violentas frente às rupturas do controle social institucional ou comportamento moral insurgente? Acreditamos que essas práticas violentas e as manifestações de apoio que recebem são desafios para nossa compreensão ao se questionar como fica a responsabilidade dos atores insurgentes na legalidade institucional do Estado democrático de Direito. Como fica a responsabilidade moral dos cidadãos frente aos atos praticados

quando esse tipo de comportamento é legitimado por uma parcela significativa da população e quando esta, ao se sentir gratificada pelo ato de justiçamento (enfim, alguém faz alguma coisa), aplaude, aprova, encoraja e justifica a reação das vítimas que matam seus algozes, como podemos constatar nas frases destacadas abaixo, recortadas dos depoimentos acima[8]:

- **O único jeito pra essa vagabundagem é eliminando um a um**;
- ... **o que realmente importa é que foram abatidos bandidos**, (...);
- **Parabéns um bandido a menos**. **Aplausos**!;
- (...) **Esses dois rapazes eram para receber uma gratificação pelo que fizeram.**
- (...). **Bandido bom é o morto**! (Grifos nossos).

Há, ainda, uma reação violenta, com ameaças e acusações torpes e debochadas, por parte de leitores que se solidarizam com essas práticas insurgentes ou comportamentos violentos, com relação às manifestações de estudiosos ou de especialistas que desaprovaram a reação das vítimas ou o "fazer justiça com as próprias mãos". No caso em questão, o psicanalista Valton Miranda, que foi convidado pelo Jornal O POVO para comentar o episódio em discussão, recebeu, sobre suas considerações, comentários como:

- ... não defenda bandido, quem faz isso é quem ganha dinheiro com isso... **quem defende bandido merece ser queimado em pneu**! (Tennesse, 02/04/2010, às 14h5min, Nº IP: 201.9.240.157);
- ...**esses estudiosos são uns engomadinhos que se refugiam em suas salas sem o mínimo contato com a realidade e sustentados pelo estado para defenderem o bandido** (Rutenio, 02/04/2010, às 9h58min, Nº IP: 189.119.13.138).
- **Definição de especialista: É aquele que sabe tudo, sobre quase nada** (Jose Carlos Gatto, 02/04/2010, às 9h51min, Nº do IP: 201.20.122.129) (Grifos nossos).

Valton Miranda, em sua avaliação do episódio para o Jornal O POVO, classificou a atitude dos dois homens, que perseguiram, desarmaram e depois um deles atirou e matou o assaltante já desarmado, como um "comportamento temerário e não corajoso" por parte deles. Para o psicanalista, a vítima ou as pessoas que se sentiram vítimas do assaltante tomaram o lugar do Estado ao puni-lo sumariamente com a morte.

> É um ato de temeridade. Não é coragem. Coragem é a do herói que vai lutar por uma causa e enfrenta a morte, sabendo que pode morrer. Seria coragem se o indivíduo pudesse refletir, desarmar o ladrão, prendê-lo, algemá-lo e entregá-lo à polícia, em vez de matá-lo (Pedroso, 2010a: 06).

Valton Miranda considera ser difícil pensar nesse momento, mas que o "indivíduo tomado pela coragem" consegue ter domínio sobre o próprio impulso e ser capaz de, em nome da sociedade e da justiça, se conter e não fazer a chamada "justiça com as próprias mãos".

O ato de temeridade como o de coragem, classificados por Valton Miranda, têm explicação numa fonte de impulso que acreditamos que tanto pode levar ao comportamento moral (corajoso) como ao comportamento imoral (temerário). De acordo com Bauman (1998), o comportamento imoral, conduta que abdica da responsabilidade pelo Outro, não deve ser explicado pelo mau funcionamento da sociedade ou, no caso em tela, pela deficiência dos dispositivos de segurança e justiça em garantir a segurança do cidadão e do patrimônio público e privado. Por esse motivo, o autor afirma que a ocorrência de comportamento imoral requer mais "investigação da administração social da intersubjetividade" do que o comportamento moral, considerando que "a moralidade é a estrutura primária da relação intersubjetiva" e, portanto, anterior aos processos societários, além de ter como

8 As frases foram recortadas dos depoimentos anteriormente destacados do universo amostral.

substância um dever que o ser humano tem em relação ao outro, distinto de qualquer obrigação, é um dever que antecede todo e qualquer interesse. Esse dever se chama "responsabilidade, que significa 'responsabilidade pelo Outro', e, portanto, uma responsabilidade 'pelo que não fiz ou pelo que nem sequer me interessa'" (Levinas apud Bauman, 1998:211).

No caso das nossas reflexões, tendo como eixo as postagens dos internautas, parece-nos que essa responsabilidade não existe, o que existe é o sentimento de revolta presente nos depoimentos que aprovam e justificam práticas insurgentes violentas do "fazer justiça com as próprias mãos", que estariam, na nossa compreensão, no rol dos comportamentos imorais, porque também violam as boas práticas do processo civilizador, das relações de proximidade social que devemos ter com o Outro, entendido como "o modo de existência do sujeito humano". "A responsabilidade, esse tijolo constitutivo de todo comportamento moral, surge da proximidade do outro. Proximidade significa responsabilidade, e responsabilidade é proximidade" (Bauman,1998:212). Aqui não há uma identificação com o Outro, mas com o comportamento insurgente que é aplaudido como "ato heróico" praticado por um "sujeito herói".

Por outro lado, no que diz respeito ao episódio do CASO 1, a questão colocada por Valton Miranda da dificuldade de pensar naquele momento, de ter domínio sobre o próprio impulso e ser capaz de, em nome da sociedade e da justiça, se conter e não fazer a chamada "justiça com as próprias mãos", nos leva a afirmar que a faculdade humana do pensar é o que nos faz distinguir o certo do errado (Arendt, 2004). Nesse contexto, podemos dizer que naquele momento houve um colapso da faculdade humana do pensar.

Caso II

Cinco dias após o primeiro caso, um servente, abordado por dois assaltantes que queriam sua bicicleta, voltava para casa em companhia da namorada, no Jardim das Oliveiras, reagiu e não entregou a bicicleta aos assaltantes. Houve luta corporal entre os três. Em meio ao conflito, o servente armou-se com pedras que encontrou no local da briga e atingiu E.R.A, de 33 anos, na cabeça, o mesmo morreu no local. O outro assaltante fugiu levando a bicicleta. O casal correu e, mais à frente, encontrou o homem que havia levado a bicicleta. Segundo a Polícia, o servente ainda brigou com o assaltante e o atingiu com socos e pontapés. Mesmo assim, este acabou levando a bicicleta. O casal teria ido a pé para casa. O servente informou para polícia o que havia ocorrido e da morte do assaltante. Como não havia elementos para formalizar o flagrante, o servente foi aconselhado a se apresentar espontaneamente. Pouco tempo depois, o servente se apresentou, prestou depoimento ao delegado J.A e foi posto em liberdade. O corpo da vítima deu entrada como indigente no Instituto Médico Legal (IML) (Pedrosa, 2010b:06).

Comentários postados pelos leitores/internautas

- Parece ser mais um caso de justiça feita com as próprias mãos. Não me espanto que, dentre em breve, comece uma verdadeira guerra civil em nossa cidade. Estamos entregues à nossa sorte quando saímos de casa e nossa polícia não nos protege. **O Estado não tem garantido a segurança do cidadão. Sendo assim, quem puder que se defenda. Fato lamentável.** (Grifos nossos).(Jader, 06/04/2010, às 20h42min, Nº do IP: 189.77.180.44).
- **O cidadão pode e deve se defender sim, quando necessário**. Evidentemente não estou incentivando violência gratuita, embora corra esse risco de ser mal interpretado, sobretudo quando **existe uma mentalidade doentia e politicamente correta (ou seria idiota) onde bandidos são santificados e elevados a uma condição de "vítimas da sociedade malvada".** Bandido deve ser tratado como tal. Nem mais nem menos. E sofrer as consequências dos seus atos. (Grifos nossos).(Paulista indignado com certos cearenses, 06/04/2010, às 21h3min, Nº do IP: 200.153.254.174).

- O que mais me deixa indignada é que se mata um marginal e se vai preso! quando se mata uma pessoa de bem, fica por isso mesmo! É revoltante! Tenho vergonha da justiça do meu estado e vergonha de ter um secretário incompetente! Talvez se ele passar por um assalto no qual ele fique entre a vida e a morte, ele tome consciência de que o estado e a cidade estão entregues aos marginais. Revoltas só isso que me resta!(Grifos nossos).(Tatiana, 06/04/2010, às 15h7min, Nº do IP: 201.9.132.113).
- Notícias como essas devem ser sempre relatadas, não digo para ninguém dar uma de herói, não. Mas só quem está passando pela situação pode decidir alguma coisa, a vida está em risco, não cola mais o que o poder público vem dizendo NÃO REAJA. Se tiver como reaja, pois o ato de não reagir não dar garantia nenhuma que sairemos ileso. Quem assalta, rouba, está armado pode crer que a maior satisfação dele é fazer o uso da arma, então se proteja. Deu para reagir reaja!!!! (Grifos nossos).(Breno, 06/04/2010, às12h18min, Nº do IP: 201.9.140.228).
- É triste a situação degradante a qual chegamos, nem animais irracionais agem assim, mas se for prá me defender eu também não deixo por menos não. Primeiro eu depois os bandidos" (Grifos nossos).Lucas, 06/04/2010, às 11h18min, Nº do IP: 189.90.160.82).

Aqui, as opiniões são de apoio à reação da vítima e, por esta ter feito "justiça com as próprias mãos", segue o exemplo do primeiro caso. As práticas insurgentes violentas continuam sendo vistas como atos heroicos exemplares de reação das vítimas contra os bandidos. Assim, são reafirmadas, com veemência, as insatisfações e críticas às atuações dos dispositivos estatais de justiça e segurança frente às condições de insegurança e medo existentes no contexto societário da cidade de Fortaleza. O que fazer? Nas frases abaixo, podemos observar não só o incentivo como a justificativa para a reação violenta das vítimas:

- **Deu para reagir reaja!!!!**
- **O Estado não tem garantido a segurança do cidadão. Sendo assim, quem puder que se defenda.**
- **O cidadão pode e deve se defender sim, quando necessário**. (Grifos nossos).

A descrença da população nos dispositivos estatais de controle social em punir os crimes e a impunidade é o *leitmotiv* que justifica as práticas do comportamento violento, do "fazer justiça com as próprias mãos". Embora se lamente as reações violentas, recomenda-se que, diante da falta de insegurança e do abandono em que se encontram por parte das instituições estatais de segurança e justiça, "quem puder que se defenda", não importa como seja feito.

Os depoimentos revelam sentimentos como desânimo, revolta, descrença, tristeza, indignação e ressentimento que se travestem em declarações de apoios, aplausos e incentivos às práticas insurgentes do "fazer justiça com as próprias mãos". Assim, nos perguntamos: estes sentimentos serão também reveladores de certo tipo de moralidade? Por outro lado, chama-nos atenção a seguinte afirmação: "... só quem está passando pela situação pode decidir alguma coisa, a vida está em risco, não cola mais o que o poder público vem dizendo NÃO REAJA. Se tiver como, reaja, pois o ato de não reagir não dar garantia nenhuma que sairemos ileso".

Podemos entender que, por trás da afirmação acima, não há só a vontade de não julgar (de não se responsabilizar) o ato de "fazer justiça com as próprias mãos", como também existe a aprovação, o incentivo e a justificativa para essas práticas insurgentes violentas. Ou seja, não se condena (julga) quem faz. Afinal, quem sou eu para julgar? Porque "só quem passa pela situação pode decidir alguma coisa", porém, aprova-se, incentiva-se e se justifica o comportamento de quem fez ou venha fazer. Pode-se pensar que, nesse discurso manifesto, se oculta (ou se revela) uma "nova moral"? Ou "... se oculta a suspeita de que ninguém é um agente livre, e com isso a dúvida de que alguém seja responsável pelo que fez ou de que se poderia esperar que respondesse pelos seus atos." Essa incapacidade de julgar se esconde, sobretudo, por trás de uma falsa modéstia ao dizer:

> 'Quem sou eu para julgar?', que realmente significa: 'Somos todos parecidos, igualmente ruins, e aqueles que tentam (ou fingem) permanecer parcialmente decentes são santos ou hipócritas, e em qualquer dos casos deveriam nos deixar em paz'. (Arendt, 2004:81-2).

No caso em questão, aqueles que pensam diferente são "defensores de bandidos!" Ou ainda, possuem "uma mentalidade doentia e politicamente correta (ou seria idiota)..." Assim, podem concluir que a culpa é coletiva (do Estado, da população que reagiu, dos bandidos e de quem não reagiu, mas não fez nada para mudar este estado de coisa). Hannah Arendt nos ensina, ainda, que "quando todos são culpados, ninguém o é" (2004:83). Ao mesmo tempo, a autora nos coloca que as questões legais e morais, embora não sejam idênticas, têm certa afinidade, "porque ambas pressupõem o poder de julgamento... Como podemos distinguir o certo do errado, independente do conhecimento da lei? E como podemos julgar sem ter estado na mesma situação?" (2004:84). Ela mesma responde:

> Qualquer que seja a fonte do conhecimento moral – mandamentos divinos ou razão humana –, todo homem mentalmente são, supunha-se, carrega dentro de si mesma uma voz que lhe diz o que é certo e o que é errado, e isso independente da lei do país e independente das vozes daqueles que pertencem à mesma comunidade. Kant mencionou certa vez que poderia haver uma dificuldade: 'Depois de ter passado a vida entre patifes sem conhecer outras pessoas', disse: 'ninguém poderia ter um conceito de virtude. Mas com isso ele não queria dizer mais do que o fato da mente humana se guiar por exemplos nessas questões. Nem, por um momento teria duvidado de que, confrontada com o exemplo da virtude, a razão humana sabe o que é certo e que o seu oposto é errado. (Arendt, 2004:125).

Por outro lado, não podemos ignorar que tanto os exemplos bons como os maus podem ser adotados em determinados contextos de realidade. E como tão bem nos ensina Hannah Arendt, não há radicalidade no mal, uma vez que ele é superficial e, portanto, banal.

3 Reflexões e Considerações Finais

Tempos de crises e descrenças! O sistema de justiça e a segurança pública perdem credibilidade e o cidadão comum decide "fazer justiça com as próprias mãos". Será que estas são algumas condições socialmente produzidas que acabam favorecendo o aparecimento desse fenômeno?
As experiências aqui reladas nos alertam para o fato de o processo civilizador não ser 'razoável, nem racional, como também não ser irracional. Uma vez que a civilização

> [é] posta em movimento cegamente e mantida em movimento pela dinâmica autônoma de uma rede de relacionamentos, por mudanças específicas na maneira como as pessoas se veem obrigadas a conviver. (Elias, 1993:195).

Com relação às questões das práticas insurgentes violentas do "fazer justiça com as próprias mãos", nossa compreensão é que estas não podem ser explicadas apenas como "anomias" resultantes das disfunções e/ou disjunções de arranjos societários classificados de "normais". Pelo simples fato de que o comportamento imoral ou "... a imoralidade não pode, em geral, ser socialmente produzida e que suas verdadeiras causas devem ser buscadas em outra parte". Para Bauman, "poderosos impulsos morais" são originários de fatores pré-societários e "alguns aspectos da organização societária moderna provocam um considerável enfraquecimento de seu poder de coerção; que, com efeito, a sociedade pode tornar a conduta imoral mais, não menos, plausível" (1998:228).

O que isso significa? A sociedade não produz a moralidade, ela manipula a moralidade ao explorá-la, redirecioná-la em seu contexto organizacional de funcionamento. Aqui há uma substituição da "antiga habilidade humana de regular relações recíprocas com base na responsabilidade moral" (ibidem), cujo exemplo mais conhecido entre os povos antigos é o fato de a palavra dada valer mais do que um documento assinado. "Eu cumpro minha palavra porque sou um homem de honra, aprendi com meus antepassados a honrar a palavra dada". Essa prática dos antigos(do homem simples do sertão nordestino do Brasil) não pode ser definida simplesmente como um costume, ela é uma virtude gestada pela responsabilidade moral com o Outro que significa proximidade. Essa virtude é orientada pelo *ethos* das relações de proximidade e o *ethos* não pode ser ensinado. Como lembra Hannah Arendt,

> somente os hábitos e os costumes podem ser ensinados e nós sabemos muito bem com que alarmante rapidez eles podem ser desaprendidos e esquecidos quando novas circunstâncias exigem uma mudança nos modos e padrões de comportamento. (2002:06).

O que acontece quando antigas práticas morais são substituídas por "novas práticas morais"?

> Assim que as forças morais geradas pela proximidade são deslegitimadas e paralisadas, as novas forças que as substituíram adquirem uma liberdade de manobra sem precedentes. Elas podem gerar uma conduta em escala de massa que só os criminosos no poder são capazes de definir como eticamente correta. (Bauman, 1998:228).

Os episódios aqui relatados em seus contextos societários, resguardadas suas especificidades, datas e locais, nos parecem reveladores da problemática classificada por Bauman (1998) de "erosão da moralidade". Esse fenômeno é algo colado aos processos empreendidos pelas conquistas societárias da racionalidade gerencial da moralidade como produtoras de distância social que, quando não anulam, enfraquecem a responsabilidade moral, da substituição desta pela responsabilidade técnica, o que oculta a importância moral da ação, assim como da operacionalização de técnicas de segregação e separação das pessoas que levam a indiferença pela provação do Outro.

Ao consideramos, como Bauman, que o antigo conflito entre lei moral e lei social persiste na nova ordem das coisas, não se pode ignorar que o agravamento das tensões estabelecidas pelas conquistas societárias só aumentam. E, nesse cenário, "as chances são todas favoráveis às pressões societárias de supressão da moralidade" (1998:229).

Os episódios aqui apresentados são possuidores de exemplos concretos dessa problemática em diferentes situações do contexto societário em que aparecem. Primeiro, o ato repetido (o exemplo seguido) do "fazer justiça com as próprias mãos" é uma prática que pode ser compreendida como prática insurgente contra a lei moral e a lei social frente a ineficiência dos órgãos responsáveis pela manutenção da ordem e do controle social e, portanto, um fenômeno favorecido por "algumas condições socialmente produzidas" nos contextos de realidade desses sujeitos. Segundo, as reações dos leitores, por meio dos seus discursos/opiniões, foram manifestações de aprovação, incentivo, defesa e justificativa do ato de "fazer justiça com as próprias mãos", ficando clara a existência de uma determinada moralidade que aprova o comportamento imoral insurgente frente à ineficiência dos órgãos de justiça e segurança em manter a ordem e o controle social. Por outro lado, como afirma Bauman:

> [e]m muitas ocasiões, comportamento moral significa assumir uma posição considerada e decretada anti-social ou subversiva pelos poderes instituídos e pela opinião pública (quer manifesta ou meramente expressa pela ação ou não-ação da maioria). (1998: 229).

Nesse cenário, defender o comportamento moral racional, como fez o psicanalista Valton Miranda, é resistir à subversão da moralidade por uma determinada parcela da opinião pública que justifica e aplaude o "fazer justiça com as próprias mãos" como prática violenta insurgente em resposta ao que identificam como ineficiência dos serviços de justiça e segurança para manter a ordem e o controle social nas cidades.
Em toda a discussão aqui realizada, fica a certeza de que não podemos ignorar o fato de que na sociedade humana, toda a

> organização dos relacionamentos humanos se fez acompanhar de correspondentes mudanças nas maneiras, na estrutura da personalidade do homem, cujo resultado provisório é nossa forma de conduta e de sentimentos 'civilizados.' (Elias, 1993:195).

Para Elias, o processo civilizador significa um tipo específico de autocontrole que não pode ser dissociado do processo de construção do Estado-nação, uma vez que

> a estabilidade peculiar do aparato de autocontrole mental que emerge como traço decisivo, embutido nos hábitos de todo ser humano 'civilizado', mantém a relação mais estreita possível com a monopolização da força física e a crescente estabilidade dos órgãos centrais da sociedade. (1993:197).

Ao mesmo tempo, o autor nos lembra que não existe apenas um único "processo civilizador", como se pode constatar ao longo da história de constituição da sociedade humana. Essa realidade histórica também nos revela que o colapso desse tipo específico de autocontrole civilizador leva também ao colapso da moralidade, sem esquecer que

> o comportamento moral é concebível apenas no contexto da coexistência, do 'estar com os outros', isto é, no contexto social; mas não deve seu aparecimento à presença de agências supra-individuais de treinamento e imposição, ou seja, ao contexto societário. (Bauman, 1998:207).

Hannah Arendt nos ajuda, sobretudo, a compreender como o mal praticado atinge a todos os cidadãos e não apenas as vitimas e os autores dos crimes ao afirmar:

> o que importa é o mal ter sido praticado; é irrelevante saber quem se saiu melhor, o malfeitor ou a vítima. Na qualidade de cidadãos, devemos impedir que se faça o mal, uma vez que o que está em jogo é o mundo que todos - o malfeitor, a vítima, o espectador - compartilhamos; **a Cidade foi injuriada** (1993:162) (Grifos nossos).
>
> No caso de um crime, os estados de espíritos subjetivos dos envolvidos são irrelevantes - a vítima pode estar disposta a perdoar, o autor pode perfeitamente não representar ameaça de reincidência –, uma vez que **a comunidade como um todo foi violada** (ibidem). (Grifos nossos).

Ainda, segundo a autora, ter consciência da injuria sofrida e/ou praticada é uma questão fundante no processo civilizador da existência em sociedade. Ou seja, se temos compreensão de que a consciência não é a mesma coisa que pensamento, mas que, sem ela o pensamento humano seria impossível, também não podemos desconhecer que é a diferença dada na consciência o que o pensamento processa e, sem os ventos do pensamento civilizado as possibilidades de "recolocar o trem sobre os trilhos ficam prejudicadas". Assim, **ao dizemos o que uma coisa é, também dizemos o que ela não é!**
Por fim, não podemos desconhecer que a narrativa das nossas vidas nos posicionam no mundo e nas relações que estabelecemos com o Outro.

4 Referências

ARENDT, Hannah (2002). *A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar.* Rio de Janeiro: Relume Dumará.(5.ª edição)

_____.(1999). *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal,* São Paulo: Companhia das Letras.

_____.(1993).“Pensamento e considerações morais” em Antonio Abranches(org.), *A dignidade da política: ensaios e conferências,* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p.145-177.

_____. (2004). *Responsabilidade e Julgamento*, São Paulo, Cia. das Letras.

BAUMAN, Zygmunt (1998). *Modernidade e Holocausto***,** Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

CASTRO, Bruno. O perigo de fazer justiça com as próprias mãos. *Jornal O POVO*, Fortaleza, 7 nov. 2013. Disponível em www.facebook.com/OPOVOOnline e www.opovo.com.br [consultado em 17-5-2010].

DURKHEIM, Émile (1970). *Sociologia e Filosofia*, Rio de Janeiro, Forense.

ELIAS, Norbert (1993). “Sugestões para uma Teoria de Processos Civilizadores**”**. *O Processo Civilizador* - vol. II, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, p. 191-274.

PEDROSA, Landry. Assaltante é perseguido e morto após roubar carro(2010a). *Jornal O POVO*, Fortaleza, p.9, 1 abr. 2010. COMENTÁRIOS DOS LEITORES. Disponível em http://www.opovo.com.br/ [consultado em 17-5-2010].

_____. Homem reage e mata assaltante(2010b). *Jornal O POVO*, Fortaleza, p.9, 6 abr. 2010. COMENTÁRIOS DOS LEITORES.Disponível em http://www.opovo.com.br/ [consultado em 17-5-2010].

Representações da violência de gênero em "As meninas" de Lygia Fagundes Telles

Elisa Girotti Celmer
elisacelmer@hotmail.com

> "A função do escritor? Ser testemunha do seu tempo e da sua sociedade. Escrever por aqueles que não podem escrever. Falar por aqueles que muitas vezes esperam ouvir da nossa boca a palavra que gostariam de dizer" (…). – Lygia Fagundes Telles

Resumo: O presente trabalho visa a analisar, sob a perspectiva da sociologia do romance, a obra "As meninas" de Lygia Fagundes Telles. O romance conta histórias da vida de três jovens mulheres, o tempo cronológico do livro é de apenas um dia durante a conturbada época da ditadura militar brasileira, mas, em tal período, as personagens, por meio do fluxo de consciência, discorrem sobre as principais experiências. É no tempo subjetivo que são revelados abuso sexual, discriminação, tortura, abuso de drogas, repressão sexual, suicídio e etc. Conforme Bosi, trata-se de um romance no qual a tensão é interiorizada, as heroínas não enfrentam o mundo pela ação, elas subjetivam o conflito. Assim, pretende-se refletir sobre as representações da violência de gênero na referida obra para realizar uma análise que, segundo Antonio Candido, leve em conta o elemento social como fator da própria construção artística, sem reduzi-lo ao nível meramente ilustrativo.

Palavras-chave: representações sociais; violência; gênero; literatura brasileira

Considerações iniciais

O presente trabalho visa a analisar, sob a perspectiva da sociologia do romance, a obra "As meninas" de Lygia Fagundes Telles. O livro conta a história de três jovens universitárias de condição social bem distintas que se tornam muito amigas, ao residirem no mesmo pensionato de freiras na cidade de São Paulo. A cumplicidade das jovens se dá pela estreita convivência por algum tempo. Com suas diferentes personalidades e valores, compartilham dramas, sonhos e solidariedade; no final do livro, separarem-se definitivamente.

A obra encanta especialmente pelo foco narrativo mutante, o que pode imprimir alguma dificuldade inicial para os/as leitores/as, já que Lorena Vaz Leme, Ana Clara Conceição e Lia de Melo Schultz contam, juntamente com um/a narrador/a, a história por meio de seus fluxos de consciência, intercalando suas falas, ações, lembranças e críticas recíprocas. Depois dessa surpresa inicial, acaba-se por identificar o estilo de cada personagem, restando o interesse em desvendar o universo íntimo das três meninas – uma paulista "quatrocentona", uma baiana "terrorista" e uma modelo "drogada". Os capítulos, sem títulos, são onze e identificados apenas por números.

É no tempo subjetivo que são revelados abuso sexual, discriminação, tortura, abuso de drogas, repressão sexual, suicídio e etc. Conforme Bosi (1978), trata-se de um romance no qual a tensão é interiorizada, as heroínas não enfrentam o mundo pela ação, elas subjetivam o conflito. Assim, pretende-se refletir sobre as representações da violência de gênero na referida obra para realizar uma análise que, segundo Antonio Candido (1985), leve em conta o elemento social como fator da própria construção artística, sem reduzi-lo ao nível meramente ilustrativo.

Lygia Fagundes Telles: da realidade para a ficção

Antes de iniciar a análise proposta, é importante discorrer um pouco sobre a trajetória da autora da obra, uma vez que sua biografia certamente tem alguma influência na forma como a história das "Meninas" é contada.
Lygia de Azevedo Fagundes é quarta filha do casal Durval de Azevedo Fagundes e Maria do Rosário Silva Jardim de Moura, nasceu na capital paulista, em 19 de abril de 1923. Seu pai, advogado, exerceu os cargos de delegado e promotor público em diversas cidades do interior paulista, razão pela qual a escritora passou seus primeiros anos da infância mudando-se constantemente. Durante a infância, tinha por hábito ouvir histórias contadas pelas pajens e, também, por outras crianças. Daí, a partir de 1931, quando é alfabetizada já começa a escrever em seus cadernos escolares histórias que contaria nas rodas de leitura em sua casa.
Em 1936, seus pais se separam, mas não se desquitam. Vale destacar que a separação de um casal era, nessa época, bastante incomum. Com certeza, Lygia compartilhou as angústias, especialmente, de sua mãe por ser uma "mulher separada" na conservadora sociedade paulistana da década de 30.
"Porão e sobrado" foi primeiro livro de contos publicado pela autora, em 1938, quando tinha apenas 15 anos, com a edição paga por seu pai. Assinou apenas como Lygia Fagundes. Posteriormente, a escritora retira de sua relação de obras este livro, por considerá-lo imaturo.
No ano seguinte, Lygia Fagundes termina o curso fundamental no Instituto de Educação Caetano de Campos, na capital paulista. Em 1940, ingressa na Escola Superior de Educação Física, naquela cidade. No ano seguinte, 1941, inicia o curso de Direito, quando começa a frequentar as rodas literárias que se reuniam em restaurantes, cafés e livrarias próximas à faculdade. Nessas ocasiões, conhece Mário e Oswald de Andrade, Paulo Emílio Sales Gomes, entre outros, e passa a integrar a Academia de Letras da Faculdade, colaborando na elaboração de jornais da faculdade.
Lygia trabalha como assistente do Departamento Agrícola do Estado de São Paulo para conseguir se sustentar. Em 1941, conclui o curso de Educação Física.
Em 1944, é editado seu livro de contos "Praia viva", pela Martins, de São Paulo. O ano seguinte é marcado pelo falecimento de seu pai. Percebendo os acontecimentos políticos, a escritora, junto com colegas da Faculdade, participa de uma passeata contra o Estado Novo.
Conclui o curso de Direito em 1946. Apenas três anos depois, a escritora publica seu terceiro livro de contos "O cacto vermelho", pela editora Mérito. Esta obra recebe o Prêmio Afonso Arinos, da Academia Brasileira de Letras, o primeiro de tantos prêmios que viriam.
Em 1950, Lygia Fagundes casa-se com o jurista Goffredo da Silva Telles Jr., seu professor na Faculdade de Direito que, naquele ano, era deputado federal. Passa então, a se assinar Lygia Fagundes Telles. Em função do casamento com o então deputado federal, muda-se para o Rio de Janeiro, onde funcionava a Câmara Federal.
Inicia a escrever seu primeiro romance "Ciranda de pedra", após seu retorno à capital paulista em 1952. A mãe da escritora, Maria do Rosário, falece em 1953 e, no ano seguinte, nasce seu único filho, Goffredo da Silva Telles Neto.
Ainda em 1954, as Edições "O Cruzeiro", do Rio de Janeiro, lançam o romance "Ciranda de pedra". Seu livro de contos "Histórias do desencontro" é publicado pela editora José Olympio, do Rio de Janeiro, sendo premiado pelo Instituto Nacional do Livro em 1958.
Em 1960 separa-se de seu marido Goffredo e, no ano seguinte, começa a trabalhar como procuradora do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo de onde se aposentou, sem nunca parar de trabalhar mesmo com sua carreira literária.
Dois anos depois, lança, em 1962, pela editora Martins de São Paulo, seu segundo romance "Verão no aquário".
Em 1970, passa a viver com Paulo Emílio Salles Gomes e começa a escrever o romance "As meninas", inspirado no momento político por que passava o país. Em 1964 e 1965 são publicados seus livros de contos "Histórias escolhidas" e "O jardim selvagem", respectivamente, pela editora Martins.
Seu livro de contos "Antes do baile", publicado pela Bloch, do Rio de Janeiro, em 1970, recebe o Grande Prêmio Internacional Feminino para Estrangeiros, na França. Em 1973, pela José Olympio, lança seu terceiro romance "As meninas", que se torna um sucesso. Com esta obra, a escritora arrebatou todos os prêmios literários de importância no país: o Coelho Neto, da Academia Brasileira de Letras; o Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro e o de "Ficção" da Associação Paulista de Críticos de Arte.

O livro "Seminário de ratos", coletânea de contos, é publicado em 1977 pela José Olympio e recebe o prêmio da categoria Pen Club do Brasil. A escritora compõe o corpo de jurados do Concurso Unibanco de Literatura, ao lado dos escritores e críticos literários como Otto Lara Resende, Ignácio de Loyola Brandão, João Antônio, Antônio Houaiss e Geraldo Galvão Ferraz.
Em setembro de 1977, falece seu companheiro Paulo Emílio Salles Gomes. A escritora assume, em razão do ocorrido, a presidência da Cinemateca Brasileira, que Paulo Emilio havia ajudado a fundar. No ano seguinte, a editora Cultura, de São Paulo, lança "Filhos pródigos", tal coletânea de contos seria republicada em 1991 sob o título de "A estrutura da bolha de sabão". A TV Globo leva ao ar um Caso Especial baseado no conto "O jardim selvagem".
No início dos anos 80, a TV Globo transmite a telenovela "Ciranda de pedra", adaptada do romance de Lygia. Em 1982, a autora é eleita para a cadeira 28 da Academia Paulista de Letras e, em 1985, por 32 votos a 7, é eleita, em 24 de outubro, para ocupar a cadeira 16 da Academia Brasileira de Letras – fundada por Araripe Júnior e cujo patrono é Gregório de Mattos – na vaga deixada por Pedro Calmon. Sua posse só ocorre em 12 de maio de 1987. Ainda em 1985 é agraciada com a medalha da Ordem do Rio Branco.
Em 1989, é o ano de lançamento de seu romance "As horas nuas". Recebe a Comenda Portuguesa Dom Infante Santo. Em 1990, seu filho Goffredo Neto realiza o documentário Narrarte, sobre a vida e a obra da mãe. Em 1991, aposenta-se como funcionária pública.
A Rede Globo de Televisão apresenta, em 1993, na série "Retratos de mulher", o episódio denominado "Era uma vez Valdete", uma adaptação da própria escritora do seu conto "O moço do saxofone" que compõe o livro "Antes do baile verde".
Lygia Fagundes Telles participa da Feira o Livro de Frankfurt, na Alemanha, em 1994, e lança, no ano seguinte, o livro de contos "A noite escura e mais eu", que ganhou os prêmios de Melhor livro de contos, concedido pela Biblioteca Nacional; Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro e Prêmio APLUB de Literatura.
Em 1996, estréia o filme "As meninas", de Emiliano Ribeiro, baseado em romance homônimo de Lygia. Em 1998, a convite do governo francês, participa do Salão do Livro da França. Em 2001, seu livro "Invenção e Memória" foi agraciado com o Prêmio Jabuti na categoria ficção. Recebe, também, o "Golfinho de Ouro" e o Grande Prêmio da Associação Paulista dos Críticos de Arte. Neste mesmo ano, a escritora é agraciada com o título de Doutora Honoris Causa pela Universidade de Brasília (UnB). Recebe, em 2005, o Prêmio Camões, o mais importante da literatura em língua portuguesa. A escritora teve regravada pela Rede Globo de Televisão, em 2008, a telenovela Ciranda de Pedra, baseada na obra literária homônima.
Lygia Fagundes Telles é uma escritora que aborda, na literatura contemporânea brasileira, de forma lúcida, mas também apaixonante, o "mundo em crise" vivenciado atualmente. As razões, certezas e verdades absolutas que antes explicavam todas as dimensões da vida, já não o fazem mais.
A escrita de Lygia trata das incertezas da sociedade contemporânea, suas personagens são pessoas comuns que não apresentam características extraordinárias e estão envolvidas em situações corriqueiras, o que vincula, ainda mais, a ficção com a realidade. A obra da autora, em especial "As meninas", não tem a pretensão de explicar muitas coisas, apenas sugere situações que não podem ser solucionadas de maneira clara. O tema de sua obra são, acima de tudo, os dilemas acerca do ser humano e das relações entre as pessoas dentro de um espaço social, inserido num mundo em constante transformação.

O romance e sua estrutura

O romance "As Meninas" explora simultaneamente duas dimensões da vida. De um lado, apresenta o instigante mundo íntimo das experiências de três jovens mulheres em busca de si mesmas; do outro lado, mostra um cenário com as questões sócio-culturais que permearam as décadas de 60 e 70, em um Brasil sob regime da ditadura militar.
Cronologicamente, o romance é pouco marcado, não há referências claras quanto aos dias da semana, ao mês ou ano. O tempo é propositadamente vago. Isto porque a intenção da autora é evidente em destacar o tempo psicológico. Os acontecimentos ocorrem por meio do cruzamento da memória das personagens com algumas

ações de então. Há um constante deslocamento entre passado e presente. Apesar da não exatidão, é possível perceber que o romance transcorre em dois dias. Deduz-se também que o ano é o de 1969, pela menção da troca da liberdade do namorado da personagem Lia pela do embaixador americano, no famoso caso do sequestro do embaixador dos Estados Unidos por militantes da resistência contra a ditadura militar.

Outros fatos mencionados ou implícitos na obra permitem a localização do romance no final dos anos 60: as agitações sociais, passeatas, greves universitárias, a prisão e a tortura de militantes políticos em razão do endurecimento do regime militar, o crescimento intenso e assustador da cidade de São Paulo, acontecimentos que parecem esmagar a individualidade dos jovens, dificultando à juventude vislumbrar que caminhos seguir. No plano internacional, nessa época, emergem os movimentos por direitos civis, em especial, o feminismo. Também, vale ressaltar que, em 1969, foram completados vinte anos da publicação da obra "O segundo sexo" de Simone de Beauvoir que foi um marco para o pensamento feminista.

Presente e passado são absolutamente imbricados na narrativa. É pelo fluxo da memória que aparecem os traumas e problemas existenciais das três meninas – símbolos de toda uma geração encurralada entre a tradição do passado e o inusitado do presente.

A intriga de "As Meninas" se passa em uma época intensa da vida política e cultural, no período mais violento da repressão dos militares e, por consequência, da resistência dos militantes. Sob essa tensão de forças, foram brotando problemas sociais, tais como, o desamparo da educação, a corrupção, o tráfico de drogas e a criminalidade urbana. Não é esse o tema do romance, mas sem isso a narrativa praticamente perderia muito de seu sentido. Com este pano de fundo, cada personagem tem sua trama própria: a espera da ligação do amante por Lorena; o plano de fuga de Lia para o exílio com o namorado e o sonho de Ana Clara em casar com noivo empresário.

Diante de toda essa opressão, as três jovens encontram refúgio no Pensionato N. Senhora de Fátima, ao que tudo indica, na região central de São Paulo. O "quarto-concha" de Lorena é o porto seguro, onde as personagens procuram conforto e segurança, tanto no aspecto material quanto afetivo. O quarto de Lorena é uma espécie de recanto dentro de um mundo confuso e amedrontador.

Praticamente, toda a ação do romance é interiorizada, muito pouco ocorre na realidade exterior: no pensionato, a vida transcorre de forma pacata; a habitação de Lorena é o microcosmo, onde se dão os encontros das amigas, as conversas infindáveis, os estudos; poucos fatos ocorrem na faculdade ou no "aparelho", local onde os companheiros de Lia se encontram; a morte de Ana Clara e a solução pensada pelas outras meninas para se livrarem do cadáver comprometedor, acontecem a partir do quarto de Lorena. Tudo mais se desenrola na dimensão da consciência, na memória das jovens, que tentam resolver seus conflitos, evocando suas experiências à procura de algum auto-conhecimento.

Para fazer esse relato da alma dessas três meninas, a autora usou um foco narrativo flutuante, com isso, o foco da narração troca constante e rapidamente do fluxo de consciência de cada uma das três amigas para um narrador em terceira pessoa, que organiza a história, mas não é totalizante. A apresentação das personagens se dá por meio de entrevistas entre elas mesmas. Com este recurso, elas refletem regularmente sobre si mesmas e umas sobre as outras, conduzindo quem lê a obra às assíduas invasões da privacidade de Lorena, Lia e Ana Clara. Os estilos diferentes de expressão de cada uma das meninas vão sendo mostrado no início do romance, a fim de que o/a leitor/a saiba, ao longo do livro, identificar o fluxo de consciência das personagens. Lorena possui um discurso mais elaborado e lúdico, enquanto Lia se expressa com regionalismo politicamente engajado, e Ana Clara se revela por meio de um pensamento desorganizado e obscuro. Assim, o/a leitor/a é levado a submergir no universo dessas três meninas, representantes autênticas de um período conturbado para a liberação feminina e a liberdade de expressão.

As três jovens falam em primeira pessoa: Lorena, Lia e Aninha expressam-se pelo pronome EU. Elas falam de si mesmas, mas também falam umas sobre as outras, mais ainda, pensam umas a respeito das outras. Mesmo quando dizem algo sobre as outras, sempre utilizam o pronome pessoal na primeira pessoa, não necessitando para tanto mudar o foco narrativo para a terceira pessoa. Cada uma das meninas é, simultaneamente, personagem-narrador e observador. Contudo, há na obra um quarto olhar que organiza a narrativa, este é o narrador ou a narradora, não há como saber o gênero. Existe, então, um narrador/a que não conta nada de si, que somente relata a respeito das três meninas.

Pode-se dizer que o narrador onisciente funciona mais como um costureiro que alinhava as histórias das três em uma única, do que uma instância narrativa que concentra todos os sentimentos e acontecimentos das personagens e do mundo que as circundam. Veja-se um trecho que demonstra a presença do narrador: "Lorena reconheceu o lenço verde na bolinha que rolou até quase seus pés. Ficou esperando pela saída do segundo lenço, mas do fundo da sacola só saíram farelos de pão de mistura com papel picado. Sentou-se ao lado da amiga e ficou olhando o teto" (Telles, p. 160). Vale destacar que as manifestações do narrador, ao longo da história, sempre concedem um tom de delicadeza ao que está relatando, ainda que sejam fatos tristes. Em um trecho em que Ana Clara, sob o efeito das drogas, passa mal e delira, lembrando dos abusos que sofrera, o narrador manifesta-se assim, contando a reação do amante de Aninha: "Ele beijou repetidas vezes a boca de Ana Clara, ajeitou-lhe meigamente o cabelo em desordem e rolou seu corpo como se rolasse sobre uma duna de areia.(...)" (Telles, p. 51).

Conflitos e representações da violência de gênero

Esta análise se propõe a integrar os estudos da sociologia da conflitualidade no sentido dado por Tavares dos Santos (2009), uma vez que o autor coloca a violência de gênero como uma das práticas violentas próprias da sociedade contemporânea que podem ser compreendidas por este paradigma explicativo que é a sociologia da conflitualidade. A partir de problemas sociais tais como crime e violência, a sociologia da conflitualidade tem como projeto reconstruir a significação sociológica das questões sociais por meio de formulações advindas da sociologia do conflito, desde os clássicos até aos contemporâneos.

Na perspectiva da sociologia da conflitualidade, as tensões, as lutas e os conflitos sociais são constitutivos das relações sociais. Tavares dos Santos (2009) destaca as lutas sociais que, por mobilizarem e reorganizarem agentes sociais em torno de reivindicações, supõem uma ampla mobilização social que se organiza em razão de seus opositores, definindo assim suas identidades em embates, sugerindo reorientações, algumas vezes, de grandes proporções históricas.

Percebe-se, então, que nesta forma de análise do social a perspectiva relacional das relações sociais possui relevante papel, pois tal perspectiva entende as classes, as categorias e os grupos sociais como construções práticas e simbólicas de agentes posicionados na estrutura da sociedade, com diferentes e múltiplas trajetórias. O paradigma da conflitualidade, no entanto, ressalta a dimensão a contradição, do conflito e da luta, em oposição à ordem e ao consenso como princípio norteador da reconstrução sociológica da vida social. Qualquer disputa social é caracterizada como lutas plurais de negação das formas de exercício da dominação (Tavares dos Santos, 2009).

Vale trazer ao debate as considerações clássicas de Simmel (Filho, 1983) sobre o conflito. Simmel propõe uma sociologia fundamentada nas experiências dos indivíduos, destacando a vida cotidiana e a composição de grupos sociais. Esta ideia de focar nas interações sociais cotidianas – ao que Simmel denomina, sociação – conduz a uma perspectiva que destaca os paradoxos que constituem as ações sociais da vida diária.

Nesta perspectiva, a teoria do conflito social, conforme Simmel (Filho, 1983), apresenta elementos para refletir sobre a influência do conflito nas relações sociais. Contudo, Simmel apresenta um outro modelo para os conflitos sociais ao perceber tais conflitos como instrumentos de permanente interação social que resulta em uma sociação dos sujeitos: "Se toda interação entre os homens é uma sociação, o conflito – afinal, uma das mais vívidas interações e que, além disso, não pode ser exercida por um indivíduo apenas – deve certamente ser considerado uma sociação" (Filho, 1983, p. 123).

O conflito é visto não como algo negativo que inevitavelmente provoca dissenso social, mas como um mecanismo que pode ser positivo, uma vez que propicia a sociação. Simmel (Filho, 1983) entende que o conflito é realizado para resolver divergências, é considerado, portanto, uma forma de alcançar algum tipo de unidade, ainda que seja pelo aniquilamento do oponente. A sociedade, nesse sentido, necessita tanto de amor quanto de ódio, ou seja, de relações de conciliação e de discordância, de associação e de competição. Para o autor, ao se analisar a vida cotidiana deve-se, simultaneamente, contemplar as singularidades do individual e as regularidades do social. Isto porque, segundo Simmel, o ser social não é parcialmente individual e social, mas produto da síntese da tensão entre indivíduo e sociedade.

Esta nuance da tensão entre a sociedade e o indivíduo está presente nos conflitos das três jovens representadas no romance em análise. Entendo que as representações sociais são componentes simbólicos que os seres humanos exprimem por meio de gestos, comportamentos e palavras, assim, "(...) a representação social, portanto, não é uma cópia nem um reflexo, uma imagem fotográfica da realidade: é uma tradução, uma versão desta. Ela está em transformação como o objeto que tenta elaborar. É dinâmica, móvel." (Arruda, 2002, p.134)
Pensando nestas representações, Pravaz assevera que "a existência de categorias como sistema de classificação que ordena o mundo é Universal" (1981, p.17) e desenvolve em sua obra chamada "Três Estilos de Mulher: a doméstica, a sensual e a combativa" o debate sobre os diferentes arquétipos femininos – ou tipos ideais – estabelecendo como parâmetro a mitologia grega: as Deusas Hera, Afrodite e Atena[1].
Por este prisma, as mulheres são representadas pela convenção social dominante em três categorias: doméstica, esposa e mãe, identificada com a Deusa Hera; sensual, amante e sedutora, identificada com a Deusa Afrodite; e combativa, guerreira e independente, identificada com a Deusa Atena. Esses modelos estão arraigados em um sistema engessado de papéis de gêneros pré-estabelecidos, os quais precisam ser repensados para que haja uma emancipação feminina.
Na sociedade contemporânea, também descrita no romance "As meninas", as mulheres dificilmente se limitam a desempenhar um papel, porque a dinâmica social criou a figura da mulher-mãe-guerreira, que frequenta tanto o espaço privado quanto o público, mas ainda sofre com a dominação de regras de comportamento impostas por padrões patriarcais. Estas mudanças, segundo Pravaz (1981), não foram previstas quando o Olimpo foi inventado pelos Deuses que designaram às mulheres os arquétipos das Deusas Hera, Afrodite e Atena. Conforme Pravaz (1981), a família é a principal instituição responsável pela manutenção desses modelos, com pequenas variações de acordo com a classe social e a cultura dos membros familiares.
Sendo assim, a autora propõe a necessidade das mulheres repensarem-se a partir de suas próprias perspectivas para que, desta maneira, ocorra uma desconstrução dos papéis fixos de gênero, alicerçados em preconceitos, e se atinja uma emancipação (Pravaz,1981). É esta reflexão que a obra de Lygia Fagundes Telles "As meninas" sugere por meio de suas três personagens. Estas jovens mulheres, apesar de apresentarem ideias estereotipadas, agindo, por vezes, conforme tais estereótipos, também desejam realizar tarefas diferentes. Isto demonstra o universo feminino não deve ficar limitado ao corpo e aos comportamentos preestabelecidos que dele decorrem, mas a anseios e metas individuais e, portanto, singulares.

2.1 Ana Clara, a sensual Afrodite

O conflito de Ana Clara Conceição está no fato de ela corresponder ao modelo de uma sensual Afrodite de baixa condição sócio-econômica, mas desejar ser uma doméstica Hera, casada com algum rico empresário.

---

1 ATENA – Deusa da justiça e da sabedoria, filha de Zeus com Métis. Atena nasceu da cabeça de Zeus quando este, ao saber da gravidez de Métis e prevendo ser destronado por esse filho, segundo uma antiga profecia, engoliu a deusa e depois de alguns meses sentiu uma forte dor de cabeça. Pediu a Hefesto para dar-lhe uma machadada na cabeça e após esse golpe Atena saltou da cabeça do pai já adulta e armada. Em sua disputa pela cidade de Atenas com Poseidon, Atena ofereceu aos atenienses uma oliveira que produzia azeite e alimentos para a cidade. Atena era considerada uma deusa virgem e segundo versões tradicionais de seu mitologema não teve filhos, pois caso tivesse algum teria que abandonar as guerras.
AFRODITE – Deusa do amor e da beleza, inspiradora de paixões entre os mortais e imortais, nasceu da espuma do mar quando Urano foi castrado por Cronos. Seu mito gira em torno de casos amorosos. Seu esposo oficial era Hefesto, o deus das forjas, mas que confeccionou para a deusa as melhores jóias do mundo. Teve diversos casos com outros deuses e o mais conhecido deles é o caso da deusa com Ares, o deus da guerra. Alguns de seus filhos são Hermafrodito, filho que teve com Hermes, com Ares teve Eros, Phobos, Deimos, Anteros e Harmonia, com Apolo teve Himeneu, com Dionísio teve Príapo e o herói troiano Enéias com Anquises.
HERA – Rainha do Olimpo, esposa oficial de Zeus e irmã dos demais deuses, Poseidon, Hades, Héstia, Demeter. Seu principal mitologema é a perseguição aos filhos de Zeus advindo das relações extraconjugais. Era representada de caráter severa e extremamente ciumenta e agressiva, Hera chegou a tentar matar o próprio Heracles quando este apenas era um bebê. Após a ascensão do mesmo ao Olimpo, refizeram as pazes e entregou Hebe para ser esposa dele.

A personagem Ana Clara, também chamada de Aninha e Ana "Turva" pelas outras duas amigas, não tem família, é órfã, nunca conviveu com o pai, mas com diversos padrastos que violentavam a ela e a sua mãe. Pelo seu desamparo familiar compreende-se que ela seja dependente, frágil e doente, contudo, Aninha também é bastante ambiciosa, mas sua ambição é o desejo de alcançar uma nova condição sócio-econômica que a libertaria das privações sempre experimentadas por ela.

Ana Clara é viciada em drogas, amante de Max, um rapaz de família paulista tradicional, mas falida economicamente, que se torna traficante pelo dinheiro e pelo próprio vício. Ao mesmo tempo, a personagem mantém um suposto relacionamento com um rico empresário, de quem diz ser noiva, mas com quem nunca teve relações sexuais, ela alega para o noivo que é virgem, mas na verdade isso é uma estratégia para aparentar ser uma moça de respeito e também para evitar ter contato íntimo com o homem pelo qual nutre grande nojo. Por vezes, durante a história, a existência do noivo empresário, chamado de "escamoso" por Ana Clara, é posta em dúvida. Não há como se ter certeza de que ele existe de fato ou se é mais um produto de seus delírios provocados pelo abuso das drogas.

Entretanto, a grande preocupação da personagem ao longo da narrativa é ter dinheiro – ou como se referem as jovens, "oriehnid" – para realizar uma "vaginoplastia" (reconstituição do hímen) para enganar o noivo e poder com ele se casar. Este seu objetivo demonstra o quão pouco livre é a personagem, em relação aos estereótipos de gênero estabelecidos. Ao mesmo tempo, Aninha, em meio a seus delírios e memórias, fala sobre o desejo de retomar a Faculdade de Psicologia, cuja matrícula estava trancada, após o casamento com o noivo. Com isso, ela expressa o anseio de ter sua profissão e ser independente financeiramente de quem quer que seja. De certa forma, a Ana Turva também deseja ser um tanto mulher combativa e vê no casamento um instrumento para ter estabilidade e alcançar o sucesso profissional.

Ana Clara é a menina que apresenta a personalidade mais complicada das três, isto acaba por exercer um certo fascínio pela personagem, na busca de tentar compreendê-la. Suas evocações são as mais dramáticas, é pela memória de Aninha que se tem a mais comovente representação de violência de gênero da obra: o abuso sexual que sofria pelo dentista a quem chama de "Dr. Algodãozinho".

Filha de pai desconhecido, Ana Turva teve uma infância amarga e carente, junto a uma mãe que se prostituía para sobreviver e era constantemente machucada pelos sucessivos parceiros. Ana foi vítima da pobreza que a impelia a fazer tratamento dentário com um dentista que se dispunha a atender a ela e a sua mãe, mas que abusava sexualmente das duas, como se fosse tal ato seu pagamento:

> " – Então o Doutor Algodãozinho era bom.
> Era ótimo. Mudava o algodãozinho enquanto o buraco ia aumentando. Aumentando. Cresci naquela cadeira com os dentes apodrecendo e ele esperando apodrecer bastante e eu crescer pra então fazer a ponte. Uma ponte pra mãe e outra pra filha, Bastardo. Sacana. As duas pontes caindo na ordem de entrada em cena. Primeiro a da mãe que se deitou com ele em primeiro lugar e depois...
> (...) Por que os seios já não interessavam mais por quê? O botão eu repeti cravando as unhas no plástico da cadeira e fechando os olhos pra não ver o cilindro de luz fria do teto piscando numa das extremidades e o botão? Não não é o botão que eu quero é a ponte a ponte. A ponte me levaria pra longe da minha mãe e dos homens baratas tijolos longe longe. Posso rir de novo e me emprego de dia e estudo num curso noturno fico manicura porque de repente vinha um homem e se apaixonava por mim enquanto eu fazia as unhas deles. As unhas dele arrebentando o elástico da minha calça e enfiando o dedo de barata-aranha pelos buracos todos que ia encontrando tinha tantos lá na construção, lembra? (...)" (Telles, pp. 38 e 42)

A maioria das memórias de Ana Clara afloram, enquanto está na cama com o amante Max, entre conversas, lembranças e delírios a personagem conta sua trajetória pessoal e seus desejos, porém, como se pode depreender do trecho acima transcrito, seu discurso é bastante truncado, por isso as amigas a chamam de Ana "Turva".

Ana ama Max, mas não é capaz de ser feliz com ele, em parte por sua obsessão de se casar com o noivo rico,

parte porque não consegue sentir prazer nas relações sexuais, apesar de amar o amante. O abuso das drogas fica claro como um subterfúgio para fugir da realidade, nos seus fluxos de consciência ela posterga todas as possíveis soluções de seus problemas para o próximo ano: a "vagioplastia"; o casamento; a ascensão social; a retomada da faculdade. O fim da personagem é o mais trágico, as amigas não conseguem salvá-la e ela falece no quarto de Lorena em decorrência de uma overdose. As amigas que precisavam se livrar daquele cadáver comprometedor, já que estava em plena ditadura militar. Então, Lorena e Lia decidem enfeitá-la e vesti-la e deixá-la num banco de praça. Na ficção tal qual na realidade, a morte encontrou precocemente aquela que era a mais vulnerável sócio-economicamente.

2.2 Lião, a combativa Atena

Lia de Melo Schultz, carinhosamente chamada de Lião pelas amigas, corresponde ao modelo da guerreira Deusa Atena. Contrapõe-se à delicadeza da personagem Lorena e da vaidade de Ana Clara, pois não se preocupa com aparência: usa alpargatas ou sandálias com meias caídas. Lião vinha da Bahia e, tal qual Aninha, também lhe faltava o "orienhid". Era filha de um alemão e uma baiana. Sentia muitas saudades de sua casa, família e sua terra.

Entretanto, saiu da Bahia para escapar de uma mãe superprotetora e de um pai com um misterioso passado, a indicar ter sido um oficial nazista. Era estudante de Ciências Sociais. Na faculdade, toma contato com um grupo de esquerda de resistência à ditadura militar e acaba envolvendo-se amorosamente com Miguel. O jovem que era liderança estudantil acaba preso, talvez uma implícita alusão à prisão das lideranças estudantis no Congresso da UNE em Ibiúna, em 1968. A partir da prisão do namorado, a preocupação de Lia é conseguir recursos financeiros para sustentar os militantes na clandestinidade. Passa para lá e para cá, às voltas com levar comida e roupas para o "aparelho".

Lia canalizava toda sua energia para o ativismo político, proferindo constantemente discursos sobre a pobreza no Nordeste, o falso milagre econômico prometido pelo regime militar e a alienação burguesa:

> Nunca o povo esteve tão longe de nós, não quer saber. E se souber ainda fica com raiva, o povo tem medo, ah! como o povo tem medo. A burguesia toda aí esplendorosa. Nunca os ricos foram tão ricos (...) Resta a massa dos delinquentes urbanos. Dos neuróticos urbanos. E a meia-dúzia de intelectuais (...) Não sei explicar, mas tenho mais nojo de intelectual do que de tira. Esse ao menos não usa máscara (pp. 19-20).

A jovem Lia é solidária e mostra-se prestativa para com as amigas, embora não tenha muita paciência para nada que não tenha caráter ideológico. Envolve-se com o militante Miguel, que a correspondia, contudo não puderam usufruir do amor que compartilhavam pela repentina prisão do jovem. Apesar de seus discursos sobre a liberdade da sexualidade feminina, ainda era virgem e pretendia manter-se assim até poder estar novamente com Miguel, seu verdadeiro amor. Estes comportamentos e desejos mostram como Lia, a despeito de todo seu engajamento político, estava muito pressionada pelas regras da tradição patriarcal. Assim, a combativa Lia também nutria vontade de ser um pouco sensual e doméstica.

Com a notícia de que Miguel, seu namorado, seria um dos presos liberados em troca da liberdade do embaixador dos Estados Unidos pelos militantes da resistência, a preocupação de Lião passa a ser planejar e conseguir todos os recursos logísticos a fim de fugir com Miguel para o exílio. Para isto pede dinheiro e ajuda a Lorena. Na véspera de colocar seu plano de fuga em prática, Lia é surpreendida pela morte de Aninha e, junto com Lorena, decide como iriam se desvencilhar do cadáver comprometedor que a amiga se tornara. Depois disso, separa-se de Lorena rumo à concretização de seus planos, tal qual uma combativa guerreira que não abandona sua missão. Não há como saber se Lia manteve seu estilo combativo ou, conforme, seus desejos, mesclou-se com a doméstica e a sensual.

2.3 Lorena, a doméstica Hera

Lorena Vaz Leme, carinhosamente chamada de Lena, é uma jovem de família tradicional "quatrocentona", corresponde ao estilo da doméstica, a Deusa Hera. Não à toa que no ambiente doméstico do seu quarto, em que ela e as outras meninas encontram aconchego, a personagem simboliza o conforto e a segurança do lar, da família. Tudo que envolve a personagem relaciona-se com a tradição: ela é filha de aristocratas; cursa Direito; cita a bíblia; fala em francês; profere frases em latim; cita filósofos; dança balé e houve música erudita.

A menina Lorena presenciou a derrocada da própria família e, impotente, constantemente recorda seu passado, intercalando passagens felizes da sua infância com a morte de um dos irmãos, fato que desencadeou a perda da fazenda que precisou ser vendida, a internação do pai em sanatório, o trauma do outro irmão, a depressão da mãe. Diferentemente de Aninha que recorre às drogas, Lorena concebe outro tipo de fuga da triste realidade de seus traumas. Ela enclausura-se no seu "quarto-concha", criando um mundo – quase paralelo – somente seu dentro do pensionato. Ali pratica ginástica e balé, faz chá, recebe cartas e presentes do irmão diplomata, além de ser visitada com frequência pelas colegas que vêm a ela trocar confidências e pedir ajuda. Lorena toma sol, lê, filosofa, ouve música, mas pouco age fora de seu quarto: ela decorou o quarto com papel de parede amarelo, cama dourada e o banheiro com azulejos rosa, "lá fora as coisas podem estar pretas, mas aqui tudo é rosa e ouro (Telles, p.60)*"*.

Lorena é uma personagem que apresenta um drama do passado e um do presente. No passado, a morte do irmão Rômulo que ela conta ter sido causada acidentalmente pelo irmão Remo, hoje diplomata, em uma brincadeira de infância. No presente, sua angústia era amor que sentia por um homem casado, o médico Marcus Nemesius, o qual as meninas chamavam pelas iniciais, M.N. Este homem troca com Lorena bilhetinhos de amor, mas é relacionamento inviável de se tornar público, pois o médico, além de casado, tinha cinco filhos. Passa o romance todo aguardando que M.N ligue para o pensionato marcando um encontro, o que não acontece.

Na ilusão de viver um romance de fato com M.N, Lorena deixa passar algumas oportunidades de se realizar amorosamente. Dois rapazes a cortejam – Fabrízio e Guga – contudo, ela esquiva-se de ter com eles qualquer contato físico. A amiga Lia a define como uma burguesa alienada, ainda que demonstre solidariedade ao receber com carinho os pedidos de ajuda das amigas. Apesar de tentar refugiar-se em seu doméstico mundo dourado e rosa, o mundo insiste em entrar na vida de Lorena.

Quando Ana Clara entra moribunda em seu quarto e depois vem a falecer ali, o mundo invade a "concha" de Lorena e ela precisa, mais uma vez lidar com a morte. Lena, a despeito de sua costumeira inércia contemplativa, consegue pensar e agir de maneira rápida e propositiva, encontrando solução para o problema imediato que era o cadáver de Aninha; mas também vislumbra um caminho para se desvencilhar de sua alienação: o retorno para a casa da mãe, com o consequente desapego à ilusão de relacionamento com M.N. e a brecha ao amor de Guga. A doméstica Lorena, comprimida pelas tradições familiares, mas que tem arroubos de ser sensual para seduzir de forma avassaladora M.N por quem é apaixonada, também deseja ser combativa para enfrentar o mundo e suas constantes escolhas e decisões, tem um desfecho enigmático. Parece ter dado os primeiros passos em direção a uma emancipação, contudo, vislumbra ainda na família e numa relação amorosa estável elementos que trarão sua realização.

Considerações finais

Lorena, Ana Clara e Lia, personagens protagonistas do romance "As Meninas", de Lygia Fagundes Telles, são a expressão de jovens mulheres da década de 1970, porém é possível dizer que ainda apresenta uma imensa atualidade. A maioria das mulheres contemporâneas ainda sofrem com os mesmos dilemas das personagens. Isso porque a forma com que as personagens foram elaboradas desconstrói conceitos preestabelecidos para mostrar que as peculiaridades de cada mulher impedem de que sejam absolutamente fiéis a qualquer modelo pré-fixado.

A análise das três meninas, sob a perspectiva dos modelos das deusas mitológicas, permitiu demonstrar que Lygia Fagundes Telles pretendeu questionar os estereótipos de gênero ao realizar uma fusão entre as

características das personagens, misturando as personalidades das jovens. Lorena é uma mulher doméstica que para conquistar sua paixão queria ser muito sensual (Hera e Afrodite); Ana Clara é a mulher sensual, almeja ser doméstica para adquirir respeitabilidade e segurança financeira (Afrodite e Hera) e Lia, que é a mulher combativa, mas que possui desejos domésticos de uma relação afetiva estável (Atena e Hera).

De alguma forma, "As Meninas" propõe a subversão dos modelos preestabelecidos de gênero, ou seja, o corpo feminino não deve ser uma limitação para os comportamentos que as mulheres querem exercer. Essa ideia está bastante conectada com o pensamento feminista, em especial, de Beauvoir: "Não se nasce mulher, torna-se". Entretanto, todas as três personagens, acabam por sucumbirem aos papéis que a sociedade patriarcal impunha. A degradada Ana Clara tem como destino a morte; a militante Lia, apesar de sua subversão, vai abdicar de sua rotina para seguir o amado e, ao que tudo indica, parte para o exílio; e Lorena volta para a casa de sua mãe, de onde tentou escapar.

Aí, nessa constante tensão para o cumprimento de comportamentos de gênero pré-fixados, está a mais intensa forma de violência de gênero. Nenhuma das personagens se mostra realizada. Mesmo procurando escapar do comportamento determinado aos modelos de mulheres ao qual correspondem, as três meninas sucumbem aos pensamentos e às ações de tais estereótipos que as levam a uma posição de subordinação à figura masculina. Isto porque que nenhuma delas conseguiu ser insensível à relação homem/mulher, já que elas moldam suas metas e sonhos em torno de uma figura masculina dominadora e/ou protetora.

As personagens elaboradas por Lygia Fagundes Telles lutam intimamente contra um sistema de dominação masculina ao qual acabam por se render. Importante frisar que Telles subverteu as representações femininas durante o contexto histórico da ditadura militar, quando esse tipo de subversão era tolhida e censurada. A autora explicitou o aprisionamento das mulheres em rígidos estereótipos e os problemas individuais e sociais que isso acarreta. Não julgou nenhum comportamento das meninas, tão somente conduziu à reflexão sobre eles.

Enfim, a violência de gênero foi representada na obra pelo papel da família e outras instituições que transmitem valores que se fixam de tal forma na mente das mulheres, que apesar de serem questionados, não conseguem ser facilmente eliminados. Por isso, romper com os papéis tradicionais de gênero é tarefa tão árdua que as personagens tentaram, tanto quanto as mulheres contemporâneas tentam subverter os modelos que as atrelam, contudo, uma vez educadas no âmago deles, terminam traídas pelos seus próprios conceitos preconcebidos.

Referências bibliográficas

ARRUDA, Angela (2002), Teoria das representações sociais e teorias de gênero. Cad. Pesqui., São Paulo , n. 117, Nov. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-5742002000300007&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Dec. 2014.

BOSI, Alfredo, (1978), *História Concisa da Literatura Brasileira*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Cultrix.

CANDIDO, Antônio, (1985), Literatura e Sociedade. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

FILHO, Evaristo de Moraes (Org.), (1983) Georg Simmel: Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática.

PRAVAZ, Susana, (1981), Três estilos de mulher: a doméstica, a sensual, a combativa. Rio de Janeiro: Paz e terra.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente, (2009), Violências e Conflitualidades. Porto Alegre: Tomo Editorial.

TELLES, Lygia Fagundes,(2009), As Meninas. São Paulo: Companhia das Letras.

Figurações possíveis: o romance como *mímesis* e processo civilizador

Enio Passiani[1]
eniopassiani@gmail.com

Resumo: Para Erich Auerbach, a literatura não constitui mera representação do mundo sócio-histórico, mas sua apresentação, e, ao apresentá-lo, o texto literário não se limita à função de espelho, à cópia fiel da "coisa" representada, pois a composição mimética do mundo social dramatiza e intensifica a experiência social dos leitores, operando como *catarsis* do desejo, da rivalidade e da violência, apresentando e revelando, num mesmo golpe, algo sobre o mundo social, de modo a participar de sua própria produção. Nesse sentido, a literatura, particularmente em sua forma romanesca, contribui para a educação dos sentidos do leitor, civilizando, na acepção oferecida por Norbert Elias, seus hábitos e maneiras.

Palavras-chave: *Mímesis* – Processo Civilizador – Figurações – Romance – Erich Auerbach – Norbert Elias.

O termo "figurações da violência" ganhou destaque a partir de um dossiê organizado pelos professores José Vicente Tavares dos Santos e Alex Niche Teixeira, ambos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para o periódico *Sociologias*, uma das principais publicações acadêmicas na área de Sociologia no Brasil e editada pelo mesmo Programa de Pós-Graduação acima citado. O dossiê reúne, segundo os autores, artigos a respeito das representações coletivas sobre a violência na modernidade, privilegiando, especificamente, uma sociologia do romance policial e do romance da violência.

No texto de introdução ao dossiê, escrevem os autores que entre aquelas representações coletivas que constituem a modernidade, é possível observar o lugar importante que ocupam o crime, a polícia e a violência nos romances de aventuras, nos "romances do real" ou nos romances da injustiça e da opacidade, que têm em Kafka um dos principais escritores: encontramos "(...) na obra de Kafka a expressão das metamorfoses da injustiça e do poder disciplinar e burocrático na sociedade contemporânea" (Santos; Teixeira, 2013: 16). Os romances sobre o crime, o detetive e a violência coincidem com a emergência da Psiquiatria e da Sociologia, portanto, num contexto marcado por uma *episteme* do enigma, da investigação, da causalidade e da interpretação. Uma *episteme* tributária do otimismo cientificista do século XIX e baseada no racionalismo, na busca racional das soluções, dos desvendamentos, das descobertas. A razão era encarada, no XIX, como única forma possível de tornar o mundo melhor para os homens. Acrescentaria, ainda, que a solução do mistério, do enigma, do crime possibilita uma volta a uma suposta normalidade; uma *episteme*, portanto, voltada para o controle.

No curso da história do romance policial o enigma vai cedendo lugar para a crueldade, e a violência adquire centralidade nas relações sociais. Ao longo XX, ainda, os meios de comunicação se dedicam também a tais representações, muitas vezes dramatizando-a como espetáculo, como entretenimento, esvaziando, assim, todo seu conteúdo social e histórico, toda a sua carga significativa, todo seu horror, a anestesiar a receptor.

Mas, no dossiê organizado pelos professores Alex Niche Teixeira e José Vicente Tavares dos Santos, resta a pergunta: qual a diferença entre os conceitos de representação e figuração? Não sei se conscientes do fato ou

---

1 Doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e professor de sociologia do curso de ciências sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Autor do livro *Na trilha do Jeca: Monteiro Lobato e a formação do campo literário no Brasil* (2003); vencedor do Prêmio José Albertino Rodrigues de melhor dissertação de mestrado de 2002. Publicou artigos em periódicos científicos no Brasil e no exterior, além de capítulos de livro, nas áreas de sociologia da cultura, sociologia da literatura e teoria sociológica.

não, ao meu ver, o conceito de figuração me parece mais apropriado para investigar o problema sugerido pelos organizadores, a saber, os nexos – lógicos e sociais, portanto, sociológicos, entre literatura e violência.
Tentarei argumentar nesse sentido, i.e., a força heurística – quer dizer, explicativa – da noção de "figuração", que tem em dois autores, Erich Auerbach e Norbert Elias, os principais articuladores do conceito. O primeiro se dedicou a construir uma história das formas literárias que não descuidasse dos aspectos contextuais e, o segundo, dedicou-se à pesquisa sociológica do que chamou de "processo civilizador" como condição da sociabilidade, da interação social. Mas antes de discutir a maneira como a noção de "figuração" aparece em Elias e Auerbach, dedicarei alguma atenção ao conceito de "representação" justamente para marcar as diferenças entre eles.
Maria Stela Grossi Porto nos alerta que, metodologicamente, embora interconectadas, a realidade da violência e sua representação constituem fenômenos distintos, ambos podendo, inclusive, constituir-se como objeto da pesquisa sociológica. Existem, esclarece a autora, contextos objetivos mais ou menos favoráveis ao desenvolvimento da violência, por outro lado, existe o que é representado como violência, sua dimensão subjetiva, que participa igualmente da realidade da violência; noutros termos, objetividade e subjetividade são dois elementos que interagem "solidariamente na constituição do fenômeno" (Porto, 2010: 76): "Assim, definir algo ou alguém como violento implica em captar as relações entre objetividade e subjetividade da violência, estratégia que o enfoque das representações sociais tem se mostrado apto a possibilitar" (*Idem, ibidem*).
As representações sociais da violência informam práticas sociais e orientam as condutas individuais cotidianamente, escreve a autora, pois são compostos, carregam valores e normas socialmente constituídos e, em alguma medida, legitimados, a constituir, assim, uma forma de saber prático. É como se as representações constituíssem o imaginário social e permitisse ao pesquisador acessar parte da cultura de um dado contexto sócio-histórico. Para Porto, a Teoria das Representações Sociais oferece um caminho fértil para análise (do fenômeno social da violência), pois, por meio delas, "crenças e valores são apreendidos em sua condição de princípios orientadores de conduta" (Porto, 2010: 64), ou seja, as representações sociais possuem um caráter pragmático de orientador das condutas de indivíduos, grupos e instituições públicas ou privadas. Por meio das representações sociais é possível acessar e interpretar como os atores sociais se inserem no mundo, como percebem a sua própria inserção, como explicam o mundo social e se explicam dentro dele. As representações coletivas equivalem, assim, a uma forma de conhecimento do mundo social, um conhecimento prático, pois orientam ações práticas. No caso do estudo sociológico da violência por meio das representações, ressalta a autora, o objeto da investigação não é a violência em si mesma, mas como os atores sociais a representam, i.e., a "explicam", quais os sentidos que lhe são atribuídos.
A investigação sociológica das representações sociais, no entanto, deve superar o paradigma durkheimiano, pois se assentava na ideia de uma homogeneidade do conteúdo das representações coletivas, não vislumbrando o caráter fragmentário das sociedades contemporâneas – marcadas, ao longo do XX, principalmente, por um processo intenso de individualização – e, consequentemente, a pluralidade das representações coletivas.
No âmbito particular das representações sociais do fenômeno (da violência) é preciso considerar aquelas produzidas pelos meios de comunicação de massa, que atuam como poderosos instrumentos da "construção social da realidade". Ou seja, muito do que se conhece habitualmente sobre a violência é oferecidos pelas mídias, pelas representações que ela difunde e, não raro, contribuem para a formulação de uma espécie de "cultura do medo". Ao representar a violência, os *media* praticamente produzem o evento, já acoplando a ele uma série de sentidos. Cria-se no seio das sociedades contemporâneas, portanto, uma outra tensão, qual seja, a formação de uma espécie de "sensibilidade coletiva" em relação ao fenômeno da violência, resultado, inclusive da maior visibilidade que o fenômeno ganha até por ação dos meios de comunicação num contexto de redemocratização, mas, por outro, como já dissemos, ocorre a dramatização espetacular da violência por ação dos mesmos meios de comunicação, que trata de transformar a violência num produto vendável, num bem de consumo simbólico. E como bem de consumo é oferecido e está presente rotineiramente, vivenciado midiaticamente mesmo por aqueles que são pouco afetados diretamente por certo tipo de violência.
Não se pode perder de vista que o agir subjetivo contém componentes objetivos vinculados a uma situação ou contexto, uma das dimensões influenciando mutuamente a outra:

> Desse modo, a construção do objeto violência, dentro dos pressupostos de uma sociologia compreensiva, supõe integrar momentos de compreensão subjetiva a contextos/situações objetivos. Como exemplo pode-se dizer que, em tese, o perigo de ser atingido por uma bala perdida é maior para um morador da favela do que para o habitante das fortalezas protegidas que são os condomínios fechados de algumas metrópoles brasileiras. Entretanto, o medo, de uns como de outros, contribui igualmente para as representações de insegurança que subjazem e 'justificam' ações e políticas de caráter repressivo no âmbito da segurança pública além das ações, individualmente orientadas, de proteção privada, em detrimento de interesses mais coletivos e igualitários (...) (Porto, 2010: 30).

Nesse sentido, as representações acerca da violência produzidas e difundidas pelos meios de comunicação a todos atingem, indistintamente, independente da sua condição sócio-econômica, religiosa, étnica etc. Evidentemente, pode se dar aí um choque entre representações diversas, entre aquelas que as mídias produzem e veiculam e aquelas elaboradas por grupos sociais distintos. Um dos desafios da sociologia é compreender essa tensão e procurar verificar se é possível que uma delas se imponha diante das demais representações, perceber e interpretar se e como certas representações podem se instalar como dominantes, hegemônicas. A partir de tal constatação, Porto afirma que o fenômeno empírico da violência também não está restrito a apenas alguns grupos sociais, limitado por fronteiras sociais, econômicas, raciais etc. A violência, empírica e simbólica, não conhece fronteiras sociais:

> (...) vale lembrar que o conceito de dominação, que também dá sentido e conteúdo à noção de violência simbólica, caracteriza-se pela possibilidade de exercer o domínio sobre outrem pela imposição de conteúdos da fala, do discurso, da ação dos *media* e de outras práticas simbólicas, conteúdos impostos e justificados pela pretensão de legitimidade de seus enunciados, mesmo que arbitrários e tidos por ilegais (Porto, 2010: 21).

Encarada de tal perspectiva, a violência não é mero produto de uma "socialização fracassada", mas fruto de sociabilidades que não se desenvolvem a partir das solidariedades, mas, ao contrário, em função de sua ausência, de sua falta. Em determinados grupos e camadas sociais, a violência pode ser utilizada como forma de estruturação do social e como conteúdo de novas formas de sociabilidades cujas representações ganharam novos contornos e sentidos. Nesses casos, as sociabilidades podem estar assentadas em forma de conflito e antagonismos, podendo tornar-se mais voláteis, circunstanciais, fragmentárias. Assim, a violência atinge a excluídos e incluídos, justamente porque os contextos de violência são múltiplos e as formas/dinâmicas da inclusão e da exclusão podem ser vividas alternadamente pelos atores sociais.

Para alguns autores, aliás, a violência assume um caráter estruturante e fundador social, como Freud, Elias e Girard, i.e., a violência aparece como atributo ou componente constitutivo do ser humano, intrínseco à sua condição, portanto, não se encontrando restrita apena as certas situações e contextos – a violência seria, paradoxalmente, constitutiva da própria sociedade, que nasce sob signo de um ato violento original, mas que, por outro lado, precisa contê-la para garantir sua continuidade, a sua sobrevivência. Nesse tipo de abordagem perde-se de vista que a violência é algo socialmente produzido, consequentemente, opera-se a homogeneização de realidades sociais histórica e culturalmente distintas. Sem supor que a violência se apresente como inerente às relações sociais, mesmo assim é possível afirmar que a violência tem participado como componente básico de processos primários de socialização, bem como de processos secundários de constituição de novas formas de sociabilidade.

A despeito das múltiplas formas sob as quais a violência se manifesta, Porto sugere-nos uma definição mínima, operacional do conceito: há violência sempre que a alteridade for desconsiderada, esquecida, desconhecida, negada, desprezada; em suma, sempre que o "outro" for desconsiderado como sujeito e, portanto, tratado como objeto, inviabilizando, em última instância, a interação social, a produzir um "vazio de interações

sociais" (Porto, 2010: 53). É como se a violência, atualmente, afirma Porto, fosse destituída de objeto, pois se autonomizou frente às hierarquias valorativas.

Não se trata apenas da violência de uma classe sobre a outra ou de uma etnia contra a outra, mas de uma violência que se capilarizou por toda a sociedade,e manifestando –se por todos os espaços sociais, públicos e privados. Não há instrumentalização da violência porque não há objetivo a atingir; não há estratégias porque não existem atores em luta contra um sistema, "mas afirmação de força como recusa à negação do sujeito. A violência sem objeto, destituída de sentido pode, pela emoção, pelo jogo, constituir-se em um fim em si mesma, sendo indiferente se seres humanos são 'objetificados'" (Porto, 2010: 56).

É justamente nesse ponto que vislumbramos as contribuições de Norbert Elias: como a sociedade pode criar, além da própria violência, mecanismos de controle (externo) e auto-controle, a garantir, pois, o respeito e a dignidade ao outro fundamentais para a coesão social. Parece não haver dúvidas que a principal contribuição sociológica de Norbert Elias diz respeito à tese sobre os processos civilizadores que tomam conta do mundo ocidental europeu a partir do século XVI. Segundo ele, esse processo pode ser melhor visualizado na sociedade de corte francesa, responsável por instaurar certas normas de comportamento e conduta que, num certo sentido e grau, definiriam a vida cortesã e a identidade de um nobre. O homem cortesão via-se, assim, obrigado a respeitar certos padrões de conduta e, ao mesmo tempo, observava nos outros se esses padrões eram igualmente respeitados. A vida na corte implicava, logo, num só movimento, o auto-controle e a vigilância, a fim de garantir e fixar a imagem e a auto-imagem da aristocracia do período. Nascia ali o comportamento típico da corte, a *courtoisie*. À medida que o comportamento cortês ganha novos fóruns no seio da sociedade, expressos, por exemplo, pelos livros de boas maneiras, nasce a *civilité* (a civilidade), espécie de alargamento, ainda que restrito e tímido, dos valores da vida cortesã. No fundo, as regras gestadas em tais circunstâncias fundavam a distinção social dos nobres em relação aos demais grupos sociais, especialmente a ascendente burguesia.

Os tratados e manuais de boas maneiras que circulavam pela corte, e também fora dela, são o sinal de que uma educação dos sentidos, dos gestos, da fala, da vestimenta etc, tornava-se uma necessidade criada pela sociedade de corte, mas que, aos poucos, vai transbordando suas fronteiras mais restritas. Nesse sentido: "(...) em relação aos costumes, a transformação ocorre a partir da dinâmica das classes sociais" (Landini, 2006: 94). Por conseguinte, apesar do empenho aristocrático de preservar – e, se possível, aumentar – as distâncias sociais, os costumes, os comportamentos e modas da corte "espraiavam-se ininterruptamente pelas classes médias altas" (Elias, 1994: 110), correspondentes, repito, à burguesia, que imitavam o estilo de vida cortês num esforço de legitimação das conquistas sociais daquele grupo, naquele momento ainda apartado do poder.

A aristocracia, por seu turno, visando a manutenção das distâncias e diferenças sociais, vai refinando e aprimorando cada vez mais sua conduta, que não passa desapercebida pelos círculos burgueses, que continuam a guiar-se pela imitação. Tal processo, afirma Elias, leva, no século XVIII, a uma ampliação da sociedade de corte, isto é, a sociedade de corte não está mais limitada à corte propriamente dita, mas incorpora os estratos burgueses. Temos, nesse momento, a passagem da "civilidade" – que nada mais é que um comportamento socialmente aceitável caracterizado pelo controle das emoções e dos impulsos – à civilização, estágio intimamente associado à consolidação e hegemonia burguesas e ao desenvolvimento das cidades: "Juntamente com uma situação social muito específica, os sentimentos e emoções começam a ser transformados na classe alta, e a estrutura da sociedade como um todo permite que as emoções assim modificadas se difundam lentamente pela sociedade" (Elias, 1994: 123).

Observa-se, portanto, um processo de racionalização dos sentimentos e atitudes humanas que se inicia num grupo social específico e avança em direção a outras classes sociais, institui as bases de uma esfera pública com regras e normas muito claras, que são aceitas e compartilhadas por todos, permitindo uma convivência social relativamente pacífica entre os indivíduos e garantindo certa coesão social. Elias esforça-se em demonstrar que as mudanças de comportamento e sentimentos dos indivíduos (que remete à noção de "psicogênese") estão entrelaçadas a certas mudanças sociais (relacionadas à noção de "sociogênese"), e por isso não há sentido em separar radicalmente as noções de "indivíduo" e "sociedade", que se encontram sempre numa relação de mútua influência: para Elias, o indivíduo só existe **na** sociedade e a sociedade somente existe **no** indivíduo. Noutros termos, aponta Landini, Elias se empenhou, e muito, em mostrar a relação entre "dinâmica social" e "estrutura da personalidade" (Landini, 2006: 93), mediação esta expressa pela noção de *habitus*. Os indivíduos

vão incorporando de modo inconsciente e imperceptível, ao longo de um processo de socialização que leva toda uma vida, as regras, as normas, os valores, os costumes, ou seja, um *habitus* engendrado socialmente a ponto de se tornarem aptos a exercer a auto-coação, que por sua vez permite a convivência social.
A convivência torna explícita a dependência de uns em relação aos outros, como se a vida em sociedade se assemelhasse a uma espécie de teia em que todos estão em contato com todos, ao mesmo tempo em que constituem unidades individuais com relativa independência. Se a dependência torna-se visível, torna-se visível também a necessidade de se reforçar os laços sociais, possível desde que ocorre a contenção dos desejos e impulsos que colocariam em risco a vida em sociedade. Helena Béjar lembra que a teoria eliasiana se choca contra um conceito de indivíduo atomizado que abriga "suposta intimidade incomunicável" (Béjar, 1993: 110) e igualmente contra um "ideal de auto-suficiência que cimenta uma convivência insolidária" (*Idem, ibidem*).
Contra tais interpretações e disposto a oferecer um outro modelo explicativo, Elias desenvolve seu conceito de figuração (ou, na tradução brasileira, "configuração"), que afirma, principalmente, os laços recíprocos de dependência e de poder entre os homens, numa espécie de jogo constante e ininterrupto entre os homens, guiados por regras e convenções sociais, mas que, em momento algum, abortam sua criatividade e capacidade de improviso. Se os homens precisam viver em conjunto e em relativa harmonia, então isso quer dizer que cada um deve abrir mão do exercício individual da violência, da prerrogativa da "justiça com as próprias mãos" em benefício do todo social, ou seja, os homens devem, como se disse, aumentar o grau de auto-controle sobre si mesmos. Para isso contribui ceder o direito do uso da força a uma instituição central, responsável pela arbitragem dos conflitos e pelo bem-estar da sociedade, a saber, o Estado. Portanto, o processo civilizador de Elias traça uma linha que vai do universo micro-sociológico das relações cotidianas ao âmbito macro-sociológico da formação do Estado Nacional. Se em uma dada sociedade vislumbramos um poder central fraco, não há nada que possa forçar as pessoas a se conterem; em contrapartida, se o poder central aumenta e o Estado torna-se o único depositário do uso legítimo da violência:

> (...) as pessoas são forçadas a viver em paz umas com as outras, a economia dos afetos também muda paulatinamente, passando a existir uma identificação maior entre elas, além de ataques físicos passarem a ser restritos àqueles que representem a autoridade central ou, em casos excepcionais, àqueles que lutam contra inimigos, internos ou externos, em épocas de guerra ou revolução (Landini, 2006: 94).

Para Elias, a sociogênese do Estado absolutista, no contexto europeu, ocupa posição decisiva no decurso do processo civilizador (Elias, 1993: 19), uma vez que a civilização da conduta não pode ser devidamente compreendida sem um estudo do processo de transformação do Estado. Em linhas gerais, a passagem de pequenos reinos feudais para uma sociedade de corte com o poder centralizado nas mãos de um rei, personificação do próprio Estado, implicou profundas transformações na estrutura de personalidade dos agentes sociais de estratos sociais diferentes, bem como de sua economia emocional: cresceram os laços de dependência das cortes menores e médias em relação às grandes cortes, do ponto de vista monetário, comercial, militar e inclusive social, uma vez que elas passaram a ditar rígidos padrões de conduta. A hierarquia entre os próprios aristocratas, em que os níveis inferiores e médios, além da dependência, imitavam o comportamento dos círculos superiores, é um indício de que na configuração medieval do poder, que levou mais adiante à formação dos Estados nacionais, as forças centralizadoras, durante um processo de longa duração, se impuseram às forças descentralizadoras, possibilitando, a partir do século XV, a instituição de burocracias centrais mais estáveis.
Para Elias, enfim, é falso tentar separar o homem em duas imagens supostamente excludentes : o homem como indivíduo e o homem como ser social, que vive em sociedade. Tais entidades "indivíduo" e "sociedade" não existem em si mesmas, argumenta Elias, mas só existem porque se encontram em interação, um compondo e formando o outro. Os conceitos procuram tratar indivíduo e sociedade como objetos que existem separadamente, antagônicos, provocando, assim, uma espécie de distorção da realidade empírica.
O conceito de "figuração" elaborado por Elias procura desfazer uma imagem assim tão equivocada, que resulta, inclusive, em equívoco científico, desfazer essa polarização irreal entre os dois termos. As sociedades não existem sem os indivíduos, tampouco se impõem de tal modo a determiná-los completamente, limitando

qualquer traço de autonomia; por outro lado, os indivíduos não vivem completamente sós, isolados, apartados de outros indivíduos e gozando da mais absoluta autonomia diante dos constrangimentos sociais, como uma espécie de *homo clausus*, conforme expressão utilizada pelo próprio Elias.

A vida social pressupõe, afirma Elias, a interdependência entre os agentes sociais, que não vivem isoladamente. As figurações social, em boa medida, lembram um jogo em que os participantes estão submetidos a certas regras, mas que não os impedem de improvisar, criar durante o próprio transcurso da partida. Além disso, a noção de figuração, justamente por se basear na interdependência entre os participantes, é capaz de abarcar muitos tipos de configurações, desde aquelas que reúnem apenas duas pessoas, como microconfigurações, até configurações nacionais, como os países. As relações no interior das figurações são sempre do tipo "eu" e "eles", "nós" e "eles", realçando o fato de que as interações sociais, por definição, estão baseadas nas relações de interdependência. Isso não quer dizer que as interações, por dependerem de relações de interdependência, são harmônicas, pacíficas. Ao contrário, via de regra, as interações são tensas, envolvem relações assimétricas de poder. O que ocorre, segundo Elias, é que no centro dos processos de figuração tende a se estabelecer "um equilíbrio flutuante de tensões" (Elias, 1991: 158).

Podemos pensar, portanto, quais os possíveis mecanismos psicossociais inventados por determinadas figurações sociais a fim de conter a violência, a fim de sublimá-la e transformá-la em energia pulsional direcionada para outros fins. Nesse sentido, podemos imaginar várias formas de ritualização da violência responsáveis por sua contenção. Um autor que investiu bastante nessa tese foi René Girard.

Na *Apresentação* do livro de Girard editado no Brasil, Edgard de Assis Carvalho nos explica que a principal tese d'*A violência e o sagrado* é a de que "os homens são governados por um mimetismo instintivo responsável pelo desencadeamento de 'comportamentos de apropriação mimética' geradores de conflitos e rivalidades de tal ordem, que a violência seria um componente natural das sociedades humanas a ser incessantemente exorcizado pelo sacrifício de vítimas expiatórias" (Carvalho, 1990: 7). O sacrifício exerceria a função de apaziguar a violência e impedir a explosão de conflitos decorrentes de rivalidades cada vez maiores. Paradoxalmente, "boa vítima" passa a ser o alvo predileto dos sacrifícios rituais tamanha a sua força e eficácia simbólicas. Logo, não é culpado o alvo que mais interessa, mas as vítimas não vingadas, pois é delas que vem o perigo mais imediato e a elas que se torna urgente oferecer uma satisfação rápida.

Para Girard (1990), a mola deflagadora da violência é o desejo. O homem é puro desejo mimético, que precisa experimentar a ameaça de um outro. Ritualizar a violência significa, portanto, reproduzi-la mimeticamente a fim de contê-la. Nas sociedades mais complexas a literatura poderia assumir tal função ritual em substituição aos sacrifícios. Girard (1990) afirma que em numerosos rituais o sacrifício apresenta um duplo aspecto, legítimo e ilegítimo, ou seja, se apresenta como algo muito sagrado ou como um crime. Curiosamente, suas duas funções encontram-se ligadas: o sacrifício é proibido porque a vítima é sagrada, mas só é sagrada porque será sacrificada. O sacrifício, por cumprir uma função simbólica importantíssima, escapa ao domínio do irracional, como frequentemente se acredita, uma vez que serve para ludibriar a própria violência, para impedir seu ciclo interminável oferecendo uma válvula de escape para a vingança, geralmente um processo que não conhece fim e que pode alastrar-se por todo o corpo social, ameaçando a sua existência. Como a vingança é um processo infinito, não se pode esperar dela uma contenção da violência; na verdade, ela é que deve ser contida, pois é um elemento gerador de mais violência. Nesse sentido, o sacrifício se converte numa espécie de ritual de justiça, pois recoloca certa ordem no mundo: "É a comunidade inteira que o sacrifício protege de sua própria violência, é a comunidade inteira que se encontra assim direcionada para vítimas exteriores. O sacrifício polariza sobre a vítima os germens de desavença espalhados por toda parte, dissipando-os ao propor-lhes uma saciação parcial" (Girard, 1990: 19). O ritual sacrificial pretende conter a "violência intestina" a um grupo, marcado por suas desavenças, rivalidades, ciúmes, disputa entre os próximos, a restaurar, assim, a harmonia da comunidade ao apaziguar os conflitos.

O desejo de violência é dirigido, num primeiro momento, aos próximos, mas saciar tal desejo implicaria a continuidade dos conflitos, infinitamente. Por isso, é necessário desviar esse desejo para a vítima sacrificial, pessoa ou animal, que, de algum modo, deve guardar semelhanças em relação àquele para o qual a violência deveria ser dirigida. A vítima sacrificial não encontrará ninguém que reclame por ela, não será susceptível de ser vingada, logo, o seu sacrifício significa encerrar o ciclo da violência. A hipótese de Girard é que nas

sociedades desprovidas de sistema judiciário, e por isso mesmo ameaçadas constantemente pela vingança, que o rito sacrificial assume importância fundamental. Já nas sociedades mais complexas, além da existência de um sistema judicial, a violência é ainda ritualizada de muitas outras formas, como, por exemplo, por meio da literatura, cuja dramatização mimética da violência é capaz de gerar um efeito de expiação, por conseguinte, de contenção.

Mas como a literatura poderia exercer tal função ritual?

Mímesis, no latim, tornou-se *imitatio*, imitação, mimético. Em alemão, por sua vez, temos dois termos que designam realidade: *Wirklichkeit* e *Realistich*. O primeiro termo corresponde a uma realidade construída, que pode ser construída literariamente, exibida de forma literária. O primeiro termo pode conter ou não o segundo. Para Auerbach (1994), o modo como a literatura exibe a realidade é o estilo; logo, a mudança de estilo aparece como índice de como a realidade é exibida. A realidade literária, portanto, corresponde não à realidade em si, mas a uma realidade exibida, apresentada. Nesse sentido, toda literatura é sempre realista, mas não se deve entender realismo como espelho que reproduz fielmente a realidade, mas, sim, como uma espécie de realismo de segundo grau, pois está, de algum modo, vinculada à realidade social e histórica, mas a apresenta configurada literariamente; é uma imitação (mímesis) estilizada. Nesse sentido, a realidade é figurada literariamente. A propósito do texto bíblico, escreve Auerbach:

> (...) Deus cria a primeira mulher, Eva, da costela de Adão adormecido: trata-se de um acontecimento visualmente dramático; o mesmo vale para o momento em que um soldado crava a lança no corpo de Jesus, morto na cruz, de modo a fazer fluir sangue e água. Contudo ambos os episódios são postos em correlação mediante a exegese, ensinando que o sono de Adão é uma imagem do sono mortal de Cristo, e que assim como a ferida no flanco de Adão nasce a mãe primordial da humanidade segundo a carne, Eva, do mesmo modo, da ferida no flanco de Cristo nasce a mãe dos vivos segundo e espírito, a Igreja – sangue e água são símbolos sacramentais –, o acontecimento sensorial empalidece, sobrepujado pela significação figurada (Auerbach, 1994: 41).

Se no estilo bíblico o sensorial "empalidece", no Greco-romano há, segundo Auerbach, sua hipertrofia. Começava com o historiador latino Amiano, por exemplo, a luta em direção ao estilo alto, cuja linguagem exagerou desmesuradamente o sensorial e o perceptível: "(...) a linguagem começa a pintar a realidade deformada, sangrenta e fantasmagórica com palavras cintilantes e pomposas deformações fraseológicas" (Auerbach, 1994: 49). Seu estilo é refinado e sensorial: tem um efeito forte, mas desfigurante, tanto quanto é desfigurada a realidade que representa. Sua linguagem é desfigurada porque seu mundo é desfigurado, i.e., decadente, terrível e sombrio. O estilo, portanto, formata como um determinado conteúdo deve ser exposto. Começava no mundo clássico a luta pela separação dos estilos, incomum no texto bíblico, inclinado á mistura de estilos – assim como na literatura medieval.

Prevalece a "interpretação figural dos acontecimentos" quando os estilos se encontram ainda misturados. O método figuracional revela capacidade de relacionar vários elementos, aumentando, assim, a capacidade de demonstração: produz-se a harmonização entre tantos elementos díspares, história e alegoria, a comédia e a tragédia, o passado e o presente, o estilo alto e o baixo, o sublime o humilde, conferindo um sentido à narrativa:

> A esquematização rígida, estreita e aproblemática é muito estranha, originalmente, à consciência cristã da realidade. Evidentemente, a interpretação figural dos acontecimentos, cuja influência cresceu cada vez mais com o surgimento e a expansão do Cristianismo, que desbotava o teor da realidade dos acontecimentos, deixando-lhes somente conteúdos significativos, é em muito responsável pelo enrijecimento. Quando o dogma ficou estabelecido, quando as tarefas da Igreja passaram a ser, cada vez mais, de ordem organizadora, quando se tratava de ganhar para o Cristianismo povos totalmente carentes de preparação, estranhos a todos os pressupostos cristãos,

> a interpretação figurada não podia senão tornar-se um esquema simplista e rígido (Auerbach, 1994: 103).

No decurso da história, cresce a aproximação entre a narrativa literária e o imediato, o cristalino. Ou talvez possamos dizer que cresce o ímpeto realista. Já por volta dos séculos XII e XIII as canções de gesta e o romance cortês, principalmente este, investiram numa representação ideal do homem mediável, mais exatamente, do homem cortês, do nobre, portador de maneiras refinadas e virtudes inabaláveis. A literatura cortesã não deixou, afirma o autor, de representar um obstáculo para o desenvolvimento de uma "arte literária que abarcasse a realidade em toda a sua amplidão e profundidade" (Auerbach, 1994: 123).
Em Dante Alighieri já é possível encontrar, afirma Auerbach (1994), um estilo elevado, que dá conta do sublime, do trágico e do problemático, sem deixar de incorporar a tradição cristã. Dante conseguiu um máximo de expressão, aponta o autor, graças à sua "visão figural", ou seja, sua capacidade de articular um todo complexo, todas as partes de um mundo fragmentado, contraditórias num estilo literário elevado e uno. Bocaccio, por sua vez, inaugura um estilo intermediário, resultado de um longo processo de mistura dos estilos que vem desde a Antigüidade, que implica a perda do sublime, do trágico e do problemático, ou seja, a perda da "visão figural". Para Auerbach, há um déficit em relação a Dante:

> A unidade figural do mundo terreno quebrou-se no instante em que, com Dante, ganhou domínio total sobre a realidade terrena; o domínio da realidade na sua multiplicidade sensível permaneceu conquistado, mas a ordem, na qual já estava engarçada, já estava perdida e, num primeiro momento, nada tomou o seu lugar, Isto não quer ser, como já foi dito, uma crítica a Bocaccio, mas deve ser fixado como um fato histórico, que vai além da sua pessoa: o primeiro humanismo não possui, diante da realidade da vida, qualquer força ética construtiva; abaixa o realismo novamente a um nível estilístico médio, não problemático e não trágico, o qual, na Antiguidade clássica, se constituía no seu limite extremo superior, e fixa, da mesma forma que lá, com seu tema principal, quase como seu tema único, o erotismo. (...) Tão logo Bocaccio quer representar toda a múltipla realidade da vida presente, renuncia à unidade do conjunto: escreve um livro de novelas, no qual há muita coisa justaposta, amarrada somente pelo fim comum do divertimento cultivado (Auerbach, 1994: 198).

A narrativa de Bocaccio servia ao divertimento das camadas mais elevadas – uma certa burguesia incipiente (citadina) que se diverte com as histórias e tragédias populares. Auerbach chama a atenção para a formação da cidade e de um público consumidor de literatura. Nos capítulos sobre Dante e Bocaccio, o autor também alerta para a ascensão do indivíduo moderno. Para Auerbach, há no século XVI duas linhas de desenvolvimento realistas: 1) Renascentista (Dante e Bocaccio) e Anti-renascentista (Shakespeare) que elabora o "realismo criatural", em que tudo perece.
Auerbach procurou compreender como os homens, por meio da literatura, procuravam figurar e fixar uma imagem de homem. Ou seja: as obras literárias expõem o modo como os homens veem a si mesmos em determinado contexto histórico. A obra literária seria, assim, uma espécie de depósito dessas maneiras de ver a si mesmos e o mundo nos quais os homens vivem que os próprios homens conseguiram elaborar e acumular ao longo da história. É como se, por meio da literatura, se tornasse possível figurar a própria condição humana, que jamais é fixa, imutável, mas é definida e encarada de maneira distinta conforme a época e circunstâncias históricas. Como alerta Leopoldo Waizbort (2004), isso significa assumir a historicidade das formas de consciência, que, ao mesmo tempo, revela como a condição humana é figurada na obra literária.
De acordo com Gunther Gebauer e Christoph Wulf (1995), a literatura trata as aparências sociais externas como um caminho que abre acesso aos reinos interiores, à subjetividade. A literatura fornece, então, versões do real que correspondem a possíveis traduções desse real, que, no limite, podem até mesmo orientar as práticas sociais.

A *mímesis* literária da *mímesis* social, assim como apresentada pelo romancista – em especialista em elaborar representações estéticas – trabalha no sentido de intensificar as experiências da realidade social, dramatizando-as. Nesse sentido, a literatura se converte na representação da representação, uma representação de segundo grau que, ao representar a de primeiro grau, o mundo social em si mesmo, o transforma. Destarte, a literatura está envolvida na composição mimética da própria realidade, ou seja, a literatura não se limita a nos apresentar a realidade social, nos auxiliando a nos aproximar dela, mas constitui um aspecto da própria vida social:

> Art' capacity as a worldmaking activity makes it comparable to other such activities, including the sciences, which comprise the classical spheres of worldmaking. Art, too, is capable of expanding or advancing knowledge. Fictional worldmaking can serve, in a fashion similar to nonfictional cognitive procedures, to order the actual world" (Gebauer & Wulf, 1995: 243).

Quanto mais o realismo literário se aproxima da vida cotidiana, mais se torna um elemento a partir do qual o mundo social é construído. Ou, noutros termos, mais participa da própria construção desse mundo. A experiência literária torna a realidade empírica possível à própria experiência. A intensificação da experiência por meio da literatura é possível porque permite, no mínimo, a confrontação entre a representação literária e a realidade social e histórica. A narrativa literária, de acordo com tal perspectiva, é encarada como uma espécie de "experimento crucial", crítico, um laboratório que permite potencializar e criar experiências que nos seriam impossíveis na vida real.

O efeito mimético da literatura consiste, assim, na possibilidade da catarsis do desejo, da rivalidade e da violência, na volta do sujeito para dentro de si mesmo num movimento que permitiria o alargamento de sua consciência e a reelaboração da imagem de si mesmo e do outro. É como se a literatura revelasse a nossa própria constituição mimética, que exige, portanto, a consciência de que as nossas ações são sempre dirigidas a um outro. A literatura e as artes apresentariam o potencial para criar, em nosso interior, a consciência da alteridade. A estetização literária da vida social traria em seu bojo, portanto, um potencial ético.

Principalmente para René Girard, o romance constitui um meio mimético, uma mediação entre a representação social e a representação literária, que se encontram inextrincavelmente vinculadas uma a outra; elas existem numa "referência constitutiva mútua" (Gebauer & Wulf, 1995: 237). Tal mediação entre o sujeito e o mundo social opera como ritualização do mundo, dramatizando-o e, como já foi dito, é a dramatização da violência que permite tomar consciência da sua existência e, por conseguinte, contê-la.

No mundo contemporâneo, ao contrário do que acontecia em sociedades sem Estado, segundo Girard, a literatura junta-se a outros mecanismos de controle da violência e de internalização do auto-controle. Nessas sociedades, as instituições só nasceram graças à "violência fundadora", i.e., as instituições sociais necessárias para coibir a violência foram estabelecidas justamente pela própria violência.

A aproximação entre Elias e Auerbach ensaiada aqui, possível a partir da mediação que a obra de Girard permite fazer entre eles, propõe uma hipótese um pouco diferente daquela sugerida por Elias a propósito da relação entre as artes em geral, e a literatura em particular, e o processo civilizador. Elias (1998; 2005) frequentemente toma a arte e a literatura como expressões utópicas ou distópicas de uma dada figuração social, vinculadas, por sua vez, a momentos civilizadores ou descivilizadores de tais figurações, como a traduzir, portanto, momentos que as forças sociais agem a favor do controle e do auto-controle dos impulsos – nessas circunstâncias as artes aparecem com propostas de mundos sociais futuros pungentes – e, portanto, com diminuição da violência, ou, ao contrário, momentos em que as forças sociais agem disruptivamente, a implicar o crescimento da violência – nessas circunstâncias, por sua vez, as artes nos ofereceriam imagens sombrias do futuro. De todo modo, em ambos os casos, são as próprias estruturas sociais, historicamente situadas, que fornecem às artes matéria para a construção de certas representações sobre o futuro. Como se disse logo acima, o caminho aqui proposto para a relação literatura e processo civilizador aqui é outra.

Como ritualização da violência – hipótese de Girard – a literatura, produto de um processo de sociogênese, contribuiria para aumentar certa sensibilização e compreensão sobre o tema, participando, pois, ativamente da própria psicogênese dos atores sociais, i.e., poderia participar como elemento ativo da própria economia emocional dos indivíduos.

É importante narrar a violência, por meio de palavras ou imagens, a fim de denunciar certa acomodação de todos nós frente à violência, certa aceitação passiva de um fenômeno que se tornou parte da vida cotidiana a tal ponto que nos inclinamos a quase naturalizá-la. As formas de reflexão a seu respeito a partir da criação de um distanciamento que, às vezes, a própria realidade na qual estamos inseridos não nos permite; e se mesmo a compreensão não é possível, talvez narrar a violência recrie nossa capacidade de nos indignarmos em relação a ela.

Radicalizar o efeito do choque passa a ser um dos atributos das artes, procurando romper com a "anestesia cultural da realidade espetacular"(Schøllhammer, 2013: 35), a revelar, assim, uma "potência transgressiva" a ultrapassar a realidade cotidiana mais imediata. Esta é a "estética do trauma", necessária para enfrentar a mercantilização espetacular da violência, que, com seu fascínio ambíguo, numa mistura de atração e rejeição, tornou-se um bem de consumo simbólico altamente valorizado, cujo resultado é nada menos que uma banalização da violência.

A literatura – e as artes em geral – possuiriam força suficiente para servir como um "movimento transgressivo de ruptura" capaz de produzir um efeito de choque e, partir de tal choque, a experiência catártica. Nesse sentido, a literatura não é apenas mais uma forma de representação da violência, mas vai além disso devido à sua força e capacidade de transgredir, de romper as fronteiras entre o que pode ser dito e o que não pode ser dito, de expressar a brutalidade e a crueldade em sua forma mais explícita, ou seja, a literatura expressa o proibido, o que está escondido, aquilo que é negado. A literatura, portanto, é sempre pornográfica.

Quando a linguagem literária se depara com os limites da representação, é preciso subvertê-la, redefinindo o que "real" e o que não é ao criar efeitos de realidade inesperados, e, por conseguinte, revitalizando a própria linguagem literária. A literatura ressimboliza a violência e nos comunica uma realidade incômoda, incompreensível que, via de regra, tendemos a negar. A literatura diz o inominável e o incomunicável. Ao comunicar a violência, a literatura modifica-a ao reencenar sua comunicação impossível, tornando-a possível:

> A literatura que expressa a violência modifica-a sempre que reencena os limites de sua possibilidade. Essa reencenação representativa atua no sentido de ressimbolizar o conteúdo excluído. Comunicar a violência é como tentar superar o silêncio da não comunicação violenta, ou seja, aquele instante em que as palavras cedem e abrem lugar para a violência. Comunicar a violência é uma maneira não de divulgar a violência, mas de ressimbolizá-la e de reverbalizá-la" (Schøllhammer, 2013: 129).

A literatura, ao contrário de outras formas de representação, permite, além da compreensão do fenômeno da violência, a sensibilização em relação a ele.

Ao se afirmar que tal literatura é realista, é preciso entender o que é o realismo hoje, segundo o autor, como uma combinação entre representação e não-representação. A literatura nutre uma paixão pelo real, mas não se limita a uma representação mimética da realidade, incapaz de criar o distanciamento necessário para a reflexão e os efeitos de estranhamento. É preciso distorcer os laços de semelhança para apreender algo do real que insiste em permanecer e preservar-se oculto. Há aí um questionamento do próprio conceito de representação (mimética) e sua tentativa de se tornar o mais próxima possível do mundo referencial, pois tal proximidade constituiria um obstáculo para a própria reflexão. O discurso literário que tenta imitar a realidade sensível está destinada ao fracasso, pois jamais conseguirá reproduzir fielmente o mundo empírico, correndo o risco ainda de se tornar seu mero pastiche. Daí a importância da distorção do discurso acima indicado e o esforço em narrar o horror e provocar no leitor o efeito do trauma, do desconforto, do estranhamento, e não a contemplação. A única maneira, portanto, de se captar a violência em sua inteireza, em toda a sua complexidade, é por meio de uma linguagem igualmente violenta, brutal, crua. Nesse sentido, a linguagem não é apenas representação da violência, mas é ela mesma violenta, num movimento estético que o autor chama de "estética negativa": a expressão da crueldade requer a crueldade da expressão. A literatura realista deve abandonar o anseio pela representação referencial mais direta – o que significa abrir mão da criação da imagem verossímil – e tornar-se performática.

É nessa direção que a literatura participaria ativamente do processo civilizador, no entanto, para isso, como se apontou, é preciso abandonar sua inclinação pela representação mimética; daí a importância de um conceito

como "figuração" ao invés de representação, pois este serve como uma espécie de saber e razão práticas, ao passo que o primeiro serve, heuristicamente, para explicar como as artes e a literatura atuam como mecanismos de ritualização e mesmo (auto)contenção da violência, importante para distinguirmos, por exemplo, aquelas representações a serviço da espetacularização e mercantilização da violência e aquelas que contribuem para a sensibilização e compreensão, ainda que parcial, do fenômeno. Nesse sentido, podemos afirmar que as figurações correspondem a um tipo de figuração, mas nem toda figuração é simples representação.

Bibliografia

AUERBACH, E. (1994), *Mimesis.* São Paulo: Perspectiva.

BÉJAR, H. (1993), *La cultura del yo.* Madrid: Alianza Editorial.

CARVALHO, E.A., (1990), *Apresentação.* In R. Girard, *A violência e o sagrado.* Rio de Janeiro: Paz & Terra, pp. 7-10.

ELIAS, N. (1991), *Qu'est-ceque la sociologie?* Paris :Éditions de L'Aube.

_____. (1994), *O processo civilizador.* Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. (1998), "¿Cómo pueden las utopias científicas y literárias influir sobre el futuro?". In V. Weiler (comp.), *Figuraciones en proceso.* Bogotá: Fundación Social.

_____. (2001), *A sociedade de corte.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (2005), *A peregrinação de Watteau à Ilha do Amor.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

GEBAUER, G.; WULF, C. (1995), *Mimesis.* Culture, Art, Society. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press.

GIRARD, R. (1990), *A violência e o sagrado.* Rio de Janeiro: Paz & Terra.

LANDINI, T.S. (2006), "A sociologia de Norbert Elias". *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, no. 61, pp. 91-108.

_____ . (2014), "Civilização e regulação dos instintos em Norbert Elias e Sigmund Freud". In M. F. L. Fernandes; M. L. Rovai; T. S. Landini (orgs.). *Civilização :* sentidos e paradoxos. São Paulo: FAP-UNIFESP, pp. 79-93.

PASSIANI, E. (2014), "O teatro da corte nos trópicos: formação do Estado e civilidade no Brasil Imperial". In M. F. L. Fernandes; M. L. Rovai; T. S. Landini (orgs.). *Civilização :* sentidos e paradoxos. São Paulo: FAP-UNIFESP, pp. 95-130.

PORTO, M. S. G. (2010), *Sociologia da violência:* do Conceito às Representações Sociais. Brasília: Verbana Editora.

SANTOS, J. V. T.; TEIXEIRA, A. N. (2013), "Figurações da violência: uma apresentação enigmática". *Sociologias,* no. 34, pp.14-25.

SCHØLLHAMMER, K. E. (2013), *Cena do crime.* Violência e realismo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

WAIZBORT, L. (2004), "Erich Auerbach sociólogo". *Tempo Social*, (16) 1, pp. 61-91.

A *Opus Dei* da violência em *a hora e a vez de Augusto Matraga*, de Guimarães Rosa

João Batista Pereira

Resumo: Este artigo objetiva refletir sobre a configuração da violência no conto *A hora e a vez de Augusto Matraga*, de Guimarães Rosa. Ao delinear os condicionantes históricos como marcos que concorrem para entender os sertões mineiros na modernidade, cujo *ethos* provisiona uma visão de mundo que o autor incorpora ampliando a visão de um universo violento e encantatório, são requisitados novos parâmetros para apreender o caráter brutal que emoldura seu protagonista. No livro *Origem do drama barroco alemão*, Walter Benjamin vislumbra o recurso alegórico como instância explicativa para expressar as incertezas desse novo tempo, caracterizando-o como uma verdade oculta que não representa as coisas como elas são, mas oferece uma versão de como elas foram ou poderiam ser. Como ressonância dos fundamentos históricos implicados em nossa leitura, adotamos a alegoria como categoria analítica que, em conjunto com a perspectiva dialética, fundamenta a leitura da narrativa rosiana. Concluímos que a atmosfera de violência que envolve o campo ficcional no qual se plasma o conto denuncia um espaço dominado pela desordem e injustiça social, realidade que alcança a estética exigindo novas abordagens e perspectivas críticas na contemporaneidade.

Palavras-chave: Augusto Matraga; Alegoria benjaminiana; Guimarães Rosa.

"Deus é um abismo. Salte!"
Leo, irmão de São Francisco

Introdução

São muitos os caminhos que levam ao Altíssimo. Convencido de que uma existência sob as bençãos de um universo social pecaminoso só se justifica ante à insondável sina de carregar o peso da vida, com os ritos de conversão religiosa o homem busca trilhar um caminho que o leve à graça divina. Enclausurar-se em hermético isolamento em relação ao mundo secularizado, renunciar às coisas terrenas e a resignar-se à abnegada aceitação pietista são caminhos que podem apontar para o seu renascimento no presente, edificado como um alicerce para encontrar a salvação na eternidade. Na percepção de uma realidade laica de mundo preconizando que as faltas e pecados não derivam dos delitos ou infrações morais – o ato de viver já se configura indigno e temerário –, devotar-se aos desígnios religiosos é uma meta a ser perseguida pelo homem que crê e confia na redenção, mesmo que esta venha a se consubstanciar apenas no fim dos tempos.

Todavia, não estando ao seu alcance o arbítrio sobre esse destino, predomina nessa leitura pia da vida a crença de que sua trajetória é conduzida tão somente por Deus. Repousa nesse credo cristão a acepção teológica contida na ideia do *opus dei,* termo com o qual a tradição da Igreja católica designa, desde meados do século VI, o exercício da função sacerdotal de Jesus Cristo, na qual o culto público e integral dos princípios sagrados do Cristianismo é praticado por seu corpo místico (AGAMBEN, 2013: 7). A reprodução de uma prática religiosa que transcende a materialidade terrena em nome de uma ascese salvítica encontra eco nos artifícios que o homem requer para sentir-se e comportar-se como extensão de Deus, por vezes transfigurados em práticas ascéticas e contemplativas. É divisando esse momento intersticial na existência do protagonista do conto *A hora e a vez de Augusto Matraga*, de Guimarães Rosa, entre o abandono das demandas do corpo e a ascensão de uma devoção irrestrita aos ditames divinos, que situamos a análise pretendida neste artigo.

Para os interesses buscados em nossa interpretação, lembramos que a análise foi demarcada em três etapas,

obedecendo a fases da vida do protagonista. Sugerimos que sua composição inicial atenta para a violência como um componente estrutural, ressaltando o caráter autoritário que enlaça a sociedade sertaneja e aqueles que a habitam. Em um segundo momento ressoa a tentativa de contenção de sua índole cruel, refreada pela fé irrestrita em Deus, quando seu passado é remido numa busca interior visando uma regeneração espiritual com a prática religiosa. E, por fim, sem que o protagonista alcance êxito nessa tentativa de conversão, o conto finda sob o signo do contraditório: credenciado pelos ritos de sangue, o embate final com Joãozinho Bem-Bem materializa o projeto sagrado de Augusto Matraga ascender ao céu. Inferimos que, como alegorias desses revividos renascimentos, essas etapas consignam formas de abandono do personagem do mundo, nas quais a ideia de morte comparece em cada uma delas propiciando vivências edificadoras. Esse declínio é prenunciado quando ele perde o poder político, econômico e social, encaminhando-se para o ascetismo e a penitência. O desprendimento e a caridade serviriam para purgar as maldades praticadas no passado, pecados que somente a fé poderia redimir. Essa entrega à religiosidade cessa quando Nhô Augusto é assediado pelas pulsões de vida e de morte, abdicando dos valores monacais que o guiava. Reinserindo-se no mundo profano, o ímpeto e a determinação outrora perdidos retornam preparando-o para a morte, selando definitivamente o destino que o aguardava no sangue que sela sua libertação.

Mais do que arbitrária, a escolha do relato rosiano como *corpus* deste trabalho é de grande relevo temático e formal para os nosso objetivos: destacar como violência e religiosidade repercutem no percurso de vida do protagonista em um universo ficcional que porta múltiplas tessituras políticas, sociais e ideológicas. Nesse sentido, o componente religioso que o enlaça é determinante para compreender as variadas faces assumidas pela violência no sertão, principalmente por elucidar como a cosmogonia que a rege mantém ascendência sobre o pensamento e as ações dos seus habitantes. O componente histórico implicado nessa escolha denuncia a concepção teórica adotada, cujo alcance e limites são estabelecidos ao adotarmos a alegoria benjaminiana como recurso analítico[1], vislumbrada como a revelação de uma verdade que não representa as coisas apenas como são, mas oferece uma versão de como elas foram ou poderiam ser. E, em liame com esses pressupostos, no campo metodológico pautamos nossas análises condicionadas ao método dialético, perspectiva em que as inferências estéticas exigem compreender o objeto literário em sua completude. Sem apreendê-lo por unidades, dissociando fundo, forma e conteúdo, nem por dualidades, opondo dicotomicamente esses elementos, esses polos devem ser unificados, buscando uma síntese na qual a exterioridade é invocada para auxiliar na apreensão da estrutura e teor das ideias analisadas, fornecendo critérios para determinar sua validade no âmbito da estética (CANDIDO, 2000: 14). Aceitando as demandas do mundo objetivo como marco conceitual na definição da dialética, a leitura do conto respeitará um pormenor decisivo: ele alude, sempre, a um mundo ficcional, cujas inferições devem ser submetidas à dinâmica instituída por sua realidade e lógica internas.

1

Entre os componentes estruturais do gênero conto, a plasmação de um fato inaudito e surpreendente, que atinge o protagonista impactando de forma decisiva a ação e a sua própria vida, é recorrente como forma de exibir momentos-chave do texto, a partir do qual a queda de tensão se volta para um desenlace. A forma mais tradicional desses relatos apresentam uma moldura discursiva na qual são iniciados por uma "exposição, um desenvolvimento em tensão crescente até se alcançar um ponto culminante, a partir do qual há uma peripécia, momento da narrativa no qual se altera o curso dos acontecimentos de maneira inesperada, que leva a uma ação descendente e à consequente catástrofe" (HEISE, 2009: 2). Esse momento capital ganha maior relevo analítico quando, para além das mudanças provocadas nos rumos do enredo, ele altera substancialmente a vida do quem o vivenciou, levando-o a se reconhecer sob uma nova perspectiva existencial. É nesse processo de um autoconhecimento irrefletido, revelado sob as hostes do Cristianismo, que concebemos essa etapa definidora

1 Perspectiva mais abrangente do alcance e limites do recurso alegórico na análise do texto histórico e literário pode ser conferida no artigo "A alegoria benjaminiana e a modernidade", publicado na revista *FronteiraZ*, constante na Bibliografia.

da vida de Augusto Matraga, na qual o acontecimento que o alcança com a surra sofrida pelos capangas de Major Consilva revela uma dupla impossibilidade: suprimir a natureza indômita que lhe é intrínseca e a incapacidade de sua religiosidade aplacar o componente violento que envolve sua existência.

Alvo de uma transformação que reordenará provisoriamente sua visão de mundo, uma nuance a ser considerada nos novos rumos impostos na narrativa remete à presença da religião na vida do personagem. Prenunciada de forma transversal no início do conto, sua devoção ao Cristianismo surge credenciada por um perfil antitético: por um lado, ela comparece como uma transgressão na novena onde se realiza um leilão de mulheres, e, por outro, de forma laudatória, na rememoração da educação recebida pela avó, que o criou para ser padre, em uma infância acompanhada de ladainhas e santimônias. Menos que gratuito, a nominação do atalho do rancho no qual ele foi arrastado, 'caminho de pragas e judiação', carreia a carga semântica implicada na própria expressão, indicando a reviravolta que o transformará em um novo homem. Essa vereda tortuosa prenuncia prolepticamente sua despedida de um mundo eivado de desatinos e embebido de valores como orgulho, soberba e prepotência, no qual a noção de Deus e o Diabo, o Céu e o Inferno, a vontade e o destino se confundem, rasurando a concepção maniqueísta do Bem e do Mal que permeava sua vida.

O desapego do mundo profano, provocado à custa da atávica violência praticada pelos capangas de Major Consilva, tipifica uma das etapas a serem cumpridas por Nhô Augusto para inéditos e forçosos princípios de vida, voltados para a generosidade e a contemplação. Como linha de força adotada para referenciar essa transição do personagem, recuperamos no termo *Bildung* um conceito que explicita as latitudes atingidas no silente ato de conversão que o alcança. No livro *O cânone mínimo: o Bildungsroman na história da literatura*, Wilma Maas reconstitui seu percurso histórico, percebendo o uso e sentido adquiridos antes de sua ascensão no romance de formação. Remontando ao medievo (do médio alto-alemão *Bildunge* ao alto-alemão tardio *Bildunga*), sua significação primária mantém liames com o sagrado, atrelado a conotações visuais, imagéticas, representação de imagem e imitação. Segundo a autora, em seu sentido lato, sua adoção no âmbito teológico aponta para um retorno às concepções místicas da Idade Média, quando *Bildung,* como *imaginatio,* mantinha conexão com o conjunto das quatro virtudes cardeais, a prudência, a justiça, a fortaleza e a temperança, corroborando a vívida capacidade de representação interior e auto-investigação do homem. O acompanhamento dessa trajetória aponta para uma reorientação por volta do século XVIII: do primeiro significado etimológico como forma (*Gestalt*), atrelado à valoração da interioridade, das instâncias espirituais, ele se consubstancia na ideia de formação (*Gestaltung*), voltado à exterioridade e desenvolvimento de características pessoais, como o comportamento e o intelecto. Como ponto de inflexão que teria consequências em sua apreensão no futuro, o poder das influências externas e do contexto social determinaram sua eficácia no âmbito da estética, aproximando-se do sentido difundido para *Bildung* na modernidade: a ideia de transformação, visando sedimentar algum tipo de instrução, um processo compreendido como uma sucessão de etapas, teleologicamente encadeadas, aperfeiçoando o homem em direção à harmonia e ao conhecimento de si mesmo e do mundo.

Uma variação dessas definições, mas ainda conectada com esse sentido de mudança, circunscreve *Bildung* sob uma aura de valor: imitação, forma e formação passam a ser associadas à imagem de uma divindade superior, cujo centro é ocupado pelo homem. Em fins da Idade Média teria ocorrido essa mudança de caráter místico, cujo novo sentido assimila o termo sob a perspectiva de "*transformatio*", apontando para a reconquista de um paraíso perdido. Sendo o homem um ser culpado, ele se outorga a possibilidade de se reconfigurar aos olhos de Deus, uma vez que passou a ser o portador da mensagem e imagem divina na terra. Essa leitura o concebe como representação desfigurada de Deus por ter cometido o pecado original e, ao perder os laços com a divindade, ele só pode reconquistá-la transformando-se a si mesmo, tornando possível uma futura reconciliação (Cf. QUINTALE NETO, 2005: 186-188). Para além dessas concepções, pode-se, ainda, referenciar *Bildung* em consonância com componentes políticos. Em uma visada contemporânea, ele concerne à valorização do indivíduo e da individualidade propagada pelo romantismo liberal. Ainda que essa perspectiva tenha perdido o referencial histórico e social quando do seu surgimento na Alemanha, pode-se dizer que essa vertente engloba uma família de ideias emancipadoras, vinculadas ao desenvolvimento da subjetividade e à descoberta da identidade do homem. Ao reconhecer o livre arbítrio e o potencial de ação do sujeito a partir do seu autoconhecimento, considera-se que ele possui uma força latente à espera de libertação pelas descobertas estabelecidas entre suas atitudes e o envolvimento com o mundo (Cf. BERMAN, 2001).

Retendo essas digressões para o propósito deste artigo, nota-se uma constante em cada uma das acepções referentes ao *Bildung*: a ideia de formação, mimetizando a construção do caráter do homem. Em um constante refazer-se ele se molda a novos modelos baseado em influências proporcionadas pela interação entre as demandas do espírito e as afluências da matéria, entre os desejos da alma e o que lhe é oferecido pela realidade. Uma vasta literatura provisiona identificar uma genealogia para o desenvolvimento dessa tradição: suas raízes podem ser encontradas no século XII, nos ritos exigidos dos cavaleiros medievais nas narrativas do Círculo Arturiano, em obras como *Lancelote, Percival* e *Yvain*, de Chrétien de Troyes. Influenciados por uma dimensão cristã e dentro da estética do amor cortês, eles empreendem uma luta individual em busca de virtudes em uma série de aventuras, convertendo-se na base de uma doutrina de aperfeiçoamento pessoal (Cf. AUERBACH, 2002: 118). As autobiografias intelectuais, a exemplo de *As confissões*, de Jean-Jacques Rousseau, reforçam esse matiz formativo ao adotar procedimentos de investigação interior, autocrítica e autoexposição para demonstrar a preocupação do indivíduo com a formação de sua própria história. Em outra direção seguem as obras que, ao longo do século XVII e XVIII, atribuíram à educação o caminho ideal para a formação do homem. Condicionado a se inserir no mundo a partir de um aperfeiçoamento individual, surge o dilema entre assimilar o aprendizado a partir das qualidades e tendências naturais ou o aperfeiçoamento intelectual, centrado no que exigia a civilização e a sociedade. *Emílio*, de Jean-Jacques Rousseau, é um paradigma da polarização entre as forças da natureza antepostas aos valores adquiridos culturalmente. Outra linhagem a ser citada nessa genealogia é o romance de viagens e aventuras: icônico pelo que representou quando foi lançado, *Robinson Crusoé*, de Daniel Defoe, demonstra como o caráter individual e a personalidade podem ser moldados na adversidade, reforçando a maturidade e endossando a capacidade de adaptação humana à hostilidade da natureza (Cf. MAAS, 2000).

Há, portanto, diversas modalidades narrativas que se apropriaram de ritos formativos nos quais reverbera a perspectiva original do *Bildung*. Como reminiscência das tessituras místico-teológicas contidas na origem da palavra, e remetendo às variações que ela assumiu ao longo do tempo, essas rememorações se conectam com o propósito buscado no conto: compreender o processo de formação que será vivenciado por Nhô Augusto, cuja trajetória se estende da perdição da carne à salvação do espírito, percepção que dialoga com um padrão de vida pautado na fé, pressupondo ser esta uma jornada rumo a algum ritual de conversão. Sob essa ótica, e coincidindo com o isolamento que vai marcá-lo na busca de autoconhecimento, uma nova fase o aguarda e, cioso e confiante na força da religiosidade, ele ignora o dia em que será chamado para revisitar suas práticas costumeiras do passado.

Retomando o que foi mencionado no início deste trabalho, essa transformação ocorre depois de Nhô Augusto ser salvo por um casal de pretos. À beira da morte, ele pede: "me matem de uma vez, por caridade, pelas chagas do Nosso Senhor..." (ROSA, 1984: 353). Esse momento de súplica a Deus tem continuidade em sua sede de remir os pecados quando lembra a mulher e a filha "sem raiva, sem sofrimento". Com os pensamentos em desordem, chorando, chama pela mãe, tendo o desespero aplacado pela estampa de Nossa Senhora do Rosário e um terço. Cessado o pranto, é tomado pela tristeza:

> uma tristeza mansa, com muita saudade da mulher e da filha, e com um dó imenso de si mesmo. Tudo perdido! O resto, ainda podia... Mas, ter a sua família, direito, outra vez, nunca. Nem a filha... Para sempre... e era como se tivesse caído num fundo de abismo, em outro mundo distante (ROSA, 1984: 355).

As dores e os males do corpo se extinguiam com os unguentos e cuidados do casal de pretos; difícil era encontrar lenitivo para os infortúnios da alma. Um passado de desatinos revisitava os seus pensamentos: a perda da mulher e da filha, os desvarios provocados na vida de gente decente, lembranças que invadiam o seu coração germinando o pranto e tristeza, acusando máculas que apontavam para remorsos infindos. Esse momento de sofrimento provocado por perdas irrecuperáveis seria uma oportunidade para compreender erros e acertos que, refletidos e equacionados, evitariam sua repetição no futuro que se avizinhava. Porém, a forma, os motivos e as razões da ressureição de Nhô Augusto pertencem à ordem dos acontecimentos inapreensíveis aos frios olhos da razão, ao inesperado que rege cada gesto humano rumo a paragens desconhecidas. A sua

permanência no mundo soava como uma dádiva, um recomeço cujos propósitos só podem ser percebidos adequadamente quando lastreados pela fé cega na Providência. Ao mencionar que o torpor que o invadia "era como se tivesse caído num fundo de abismo, em outro mundo distante" (ROSA, 1984: 355), a narração encaminha o protagonista para uma reconciliação com um universo religioso há muito perdido, situado em instâncias onde o sentido da existência somente se completa com a entrega da vida aos desígnios de Deus:

> E ele teve uma vontade virgem, uma precisão de contar a sua desgraça, de repassar as misérias da sua vida. Mas mordeu a fala e não desabafou. Também não rezou. Porém, a luzinha da candeia era o pavio, a tremer, com brilhos bonitos no poço de azeite, contando histórias da infância de Nhô Augusto, histórias mal lembradas, mas todas de bom e bonito final. Fechou os olhos. Suas mãos, uma na outra, estavam frias. Deu-se ao cansaço. Dormiu. (ROSA, 1984: 355)

Este é um momento decisivo da narrativa apontando para a relação a ser mantida por Nhô Augusto com o sertão no futuro. Suscitando verbalizar seus feitos para repassar a vida em revista, ele sublima os seus pensamentos, encontrando esperança de dias melhores no tênue brilho emanado pela candeia, o seu *fiat voluntas tua*, dando-se nesse ato o desapego do corpo com as práticas mundanas. As recordações e lembranças do idílio que foi sua infância, tempo de aventuras marcadas pela pureza e inocência, indiciam dias alvissareiros sob o manto misericordioso do Senhor. Ato continuo a esse momento de elevação, ele requere uma confissão para pedir pela absolvição dos pecados: um passado de desatinos findava e "era como se o corpo não fosse mais seu" (ROSA, 1984: 355). Nessa entrega a Deus, recebe recomendações do vigário sobre a necessidade de uma nova vida a ser iniciada, mudando-se para longe de tudo e de todos, sem pensar em mulher ou vingança. O trabalho incessante, o abnegado servilismo e a generosidade com o próximo deveriam ser a tônica do seu cotidiano. A rotina de ascetismo e devoção à causa cristã assume a conotação de sofrimento, mas também de sabedoria, marcada por uma ascese que busca esquecer um passado de desmandos.

Como traço identitário desse insuspeito caminho a ser trilhado, a religiosidade ascende direcionando novos rumos na vida do protagonista, dissociando-a da violência e prometendo realizar uma catarse que tende a purgar suas culpas, purificando-o. O sofrimento seria uma etapa a ser cumprida, via de acesso ao conhecimento, reconciliando-o com Deus através da dor. O componente etimológico de *ántropos*, de homo, que é o húmus da terra, moldado do barro, justifica-se nesse quadrante da vida de Nhô Augusto, instado a ser humilde, cuja face, voltada para o chão, sinaliza o seu reconhecimento como um ser falho e limitado. Confiando o corpo e a alma às emanações divinas, o fardo da vida se torna mais leve: "espantava as ideias tristes, e, com o passar do tempo, tudo isso lhe foi dando uma espécie nova e mui serena de alegria. Esteve resignado, e fazia compridos progressos na senda da conversão" (ROSA, 1984: 357).

2

Ao refletir sobre as características dessa transformação, reveladora de uma nova formação para o espírito, o conto se afasta das narrativas que compõem as modalidades mais usuais de *Bildung*: a dos cavaleiros medievais, as autobiografias intelectuais, o aperfeiçoamento decorrente da educação e os romances de viagens e aventuras. Coadunando-se com a natureza salvítica impregnada nesse rito de salvação, o relato emula um específico gênero de introspecção e investigação psicológica: a literatura de conversão religiosa. Ao descrever testemunhos e apontamentos autobiográficos de indivíduos renovados e renascidos, ela tem como mote rememorar a trajetória do crente, da vida pregressa até o momento de entrega mística ao pietismo. Como sói acontecer nesses relatos, o período de vida que antecede a conversão é apresentado como uma época de convicções errôneas e julgamentos falhos, remissões que alcançam a sociedade e a própria vocação individual. Contribuindo para a descoberta de novos valores, essa renovação pietista prevê um hermético isolamento em relação à exterioridade, forma segura de o penitente descortinar o caminho que o guiará rumo à graça divina. Apreende-se nesse processo de transfiguração do espírito o predomínio na crença de que a vida é

conduzida unicamente por Deus, não estando ao alcance do homem decidir sobre o desenvolvimento de suas virtudes ou do destino. Esse foi o percurso cumprido por Santo Agostinho, São Paulo, São Bernardo e São Francisco, notórios pelas singularidades que acompanharam seus ritos de conversão, abalizados, todos, por um renascimento para o mundo.

Voltemos ao conto rosiano: ignorando o passado, turvado pelo mácula da violência, o presente prenunciava alguma estabilidade na vida de Nhô Augusto: ela seguia um curso previsível, cuja monotonia era moderada pela confiança de que chegaria sua hora e vez de ascender ao céu, certeza consubstanciada na dádiva de crer em Deus. Penitente que era, ele se fiava na força da conversão, mobilizando intenções de bondade e fraternidade, transformadas em ações para ajudar ao próximo. Entretanto, após longos invernos e estiagens, a aceitação de que seria vã manter-se distanciado do anima que dava sentido à sua existência surge pela força do acaso:

> Mas, como tudo é mesmo muito pequeno, e o sertão ainda é menor, houve que passou por lá um conhecido velho de Nhô Augusto – o Tião de Thereza. (...) E, como era casca-grossa, foi logo dando as notícias que ninguém não tinha pedido: a mulher, Dona Dionóra, continuava amigada com seu Ovídio (...) com a filha, sim é que fora uma tristeza: crescera sã e se encorpara uma mocinha muito linda, mas tinha caído na vida (...) o Major Consilva prosseguia mandando no Murici, e arrematara as duas fazendas de Nhô Augusto (...) Mas o mais mal-arrumado tinha sido com o Quim, seu antigo camarada, o pobre Quim Recadero – "Se alembra?" – Pois o Quim tinha morrido de morte-matada, com mais de vinte balas no corpo, por causa dele, Nhô Augusto (ROSA, 1984: 360).

Relutando em aceitar a gravidade das notícias, Nhô Augusto assente para a impossibilidade de pouco fazer ante àqueles fatos. E, declara, não era mais o mesmo homem: "Não tem mais nenhum Nhô Augusto Esteves, das Pindaíbas, Tião..." (ROSA, 1984: 360). Embotando com a firmeza dads palavras um quadro que desconhecia, na renúncia resignada ao nome e origem se apaziguam as máculas que lhe corroem o pensamento. O desassossego o invade e ele questiona o sentido de uma vida resguardada pelas palavras das escrituras que, quando cumpridas, impossibilitam qualquer tipo de ação: "Desonrado, desmerecido, marcado a ferro feito rês, Mãe Quitéria, e assim tão mole, tão sem homência, será que eu posso mesmo entrar no céu?!" (ROSA, 1984: 361). Contestando o destino, duvidando da eficácia das leis divinas e trazendo à baila inquirições sobre o alcance da palavra de Deus, nesse átimo de introspecção destacam-se duas circunstâncias indiciadoras da reviravolta que se abaterá sobre o personagem e a narrativa: a) o ato de o protagonista renunciar ao nome; e, b) a retirada do casal de pretos do anonimato e a mudança para o povoado do Tombador.

É sabido que nomes são fios condutores que ligam o abstrato ao concreto, detendo o poder de atestar tangibilidade a ideias e conceitos, corporificando identidades e tornando real o que se mostra difuso no reino dos pensamentos. Em outro sentido surgem as consequências de destituir-se das prerrogativas da propriedade nomeadora, confirmando a negação das origens, perdendo-se a garantia das particularidades e posses que o nome concede. Haja vista que o protagonista renuncia ao nome e ao topônimo que o tipifica no diálogo com Tião de Thereza, o que lhe resta como código intransferível para referir-se a si mesmo? Ponderamos que ao Nhô Augusto abdicar do nome uma obviedade se plasma: a dissoluçao e abandono dos laços familiares, motivo de pouco ou nenhum interesse nesta análise. Todavia, a resignada aceitação desse fato aponta para outro diapasão, repercutindo nos caminhos de ventura e desdita que serão trilhados por ele no futuro. Assentimos, inicialmente, para a contradição implicada na franqueza da sua declaração, uma vez que, no início do conto, ele abraça a descendência paterna como um fato definidor de sua identidade, assumindo sua genealogia com orgulho: "Matraga não é Matraga, não é nada. Matraga é Esteves. Augusto Esteves, filho do Coronel Afonsão Esteves, das Pindaíbas e do Saco-de-Embira" (ROSA, 1984: 341).

A aceitação do poder e riqueza herdados do pai corroboram com a assertividade presente no nome e sobrenome assumidos pelo protagonista. Como delineamos anteriormente, a narrativa se encarrega de demonstrar os motivos que justificam a mudança no seu ponto de vista, principalmente quando sua vida é contraposta à realidade familar de um legado moral e financeiro em franca decadência. Além das motivações de ordem

material, condicionantes de ordem subjetiva emergem como causa da transformação que o assedia, desta feita atendendo a respostas demandadas por sua interioridade, justificando sua opção em declinar da linhagem que o singulariza. Despindo-se das camadas de experiências que encobrem os dilemas de um ser em busca de autoconhecimento, enfrentando as perdas de uma vida que se deteriorava, levando-o à infâmia de autodeclarar-se sem um registro filial, nominar-se como Nhô Augusto Esteves passa a ser insuficiente como referencial identitário. Como se decalcasse da pele vestes que não oferecem mais nenhuma proteção, essa *persona,* agora lhe era estranha, sendo abandonada para, paulatinamente, emergir Augusto Matraga. Corporificando valores e princípios em franca transformação, essa nova identidade amalgama a vitalidade de um homem carecendo repor sentido à vida, exigindo repensar o presente e visualizar o futuro sob uma nova ótica. Manter os ritos de calmaria e contemplação emanados pela forças divinas, caracoleando os pensamentos em divagações sem uma resultante prática, afigura-se uma incerta escolha sem condizer com a realidade que se avizinha. Análogo ao que fizera com a descendência paterna, desprezada por circunstâncias que o levaram a um novo patamar existencial, a cega devoção à Deus é questionada: ela permanece oferecendo algum lenitivo somente se apressar a sua salvação.

No intuito de perscrutar sendas para chegar ao céu, no ato redentor de morrer por uma ascese salvítica, o designativo Matraga, que não era nada, ressurge como o registro que melhor simboliza a ansiada mudança que atingirá o personagem. Aproximando-nos da concepção medieval quando nomes e conceitos precediam a existência – cuja manifestação primeva estava atrelada à essência que definia os seres, em correspondência com elaborações mentais pautadas na ideia concebida para eles –, agora pouco ou nenhum valor ressoa nos nomes Augusto Esteves ou Nhô Augusto. Tal qual uma libertação, alforriando-se dos ditames da memória e da tradição, consolida-se nesse rito de introspecção a resiginificação da visão de mundo do protagonista: como um todo orgânico, a concretude do ato de viver conjuga-se à efemeridade das especulações do pensamento, repousando nesse consórcio a razão, a força, a coragem e a fé que, juntas, resistem às intempéries da vida terrena. Como prolepse que prenuncia sua degradação física no duelo com Joãozinho Bem-Bem, Augusto Matraga sabe que a morte, tantas vezes assimilada como solução extrema para dirimir sérios ou risíveis problemas, só pode alcançar o que não é importante: a ilusória corporeidade que um dia fenecerá. A lívida altivez que agora inunda a sua alma impede qualquer possibilidade de as suas convicções e crenças serem atingidas, pautadas em rever os princípios éticos e morais que perpassaram sua existênca. A meta a ser alcançada é outra, una e indissolúvel: investido como Augusto Matraga, ele quer unicamente ser ungido para o reino celestial.

Com outra resultante interpretativa, mas ainda apontando para o poder emanado pelo ato nomeador, segue a leitura que retira o casal de pretos do anonimato, credenciados na narrativa por uma ação redentora: a restituição da vida a Nhô Augusto, atitude que não os torna merecedores de nomes pelo protagonista ou narrador. Morando na boca do brejo, sem família, filhos ou contato aparente com o mundo exterior, nesse refúgio eles cultivam o isolamento. Os parcos recursos materiais, imprescindíveis para a sobrevivência, encontram uma contraparte na abundante caridade e generosidade que distribuem ao filho que chega, como se caído do céu. Excluídos do regime senhorial sertanejo, eles subsistem metafórica e literalmente alguns degraus abaixo dessa rígida engrenagem social, destoando da paisagem embrutecedora que molda as relações nos sertões das gerais. Ignorados por uma sociedade estratificada entre ricos e pobres, fortes e fracos, vivos e mortos, os seus nomes são revelados somente quando migram para o povoado do Tombador, momento sintomático do enredo em que revivesce o desejo do protagonista em retomar antigos modos de vida. Indaga-se: como o contexto auxilia para elucidar as conexões entre os elementos históricos, internalizados na lógica interna do texto, e a não-existência imposta ao casal de pretos? Qual é a relação mantida entre a permanência desse anonimato e a reviravolta patenteada nas ações de Nhô Augusto? O reconhecimento de suas existências, realizado pela publicização dos seus nomes, Quitéria e Serapião, enseja quais consequências no desenrolar da narrativa?

Iniciemos uma possível resposta para essas indagações encetando um diálogo entre texto e contexto, como lembra Antonio Candido, cujos reflexos permitirão identificar como os elementos externos iluminam a compreensão do que está internalizado textualmente. Subjaz em nossa leitura a possibilidade de assentir que o recorte temporal, além do registro dos hábitos, valores e práticas religiosas de Quitéria e Serapião, se conectem com dados históricos, aumentando a importância do significado do anonimato do casal na economia textual. E, à luz do que propugna Walter Benjamin sobre as propriedades redentoras da alegoria em escavar marcas

deixadas pelo tempo, a sua capacidade de atribuir significado ao que foi ultrajado pela história reforça a necessidade de restituir relevo às vidas invisíveis dos negros escravizados nos sertões mineiros. João Batista de Almeida Costa, na tese *Mineiros e baianeiros: englobamento, exclusão e resistência*, aponta um indicador que permite mensurar esteticamente a presença dos escravos na narrativa.

O autor lembra que, ainda durante o período colonial, e no regime escravocrata vigente até fins do século XIX, os negros aquilombados trataram de construir os seus próprios e alternativos caminhos, seguindo na contramão do domínio perpetrado pelos proprietários das terras. Derivado das múltiplas circunstâncias que os levaram a esse ato libertador, a aparição dos quilombos de mineradores, agrícolas, pastoris, de serviços e de pilhagem demonstra o alcance de um movimento que contornou o estado de Minas Gerais, amplificando um desejo de resistência dos fugidos às práticas escravocratas. Constituídos pelas etnias bantos, nina-gêges, iorubas e huassás, a luta para resgatar e manter traços identitários se alastrou, principalmente, nas regiões de Jahyba e no Vale do Jequitinhonha, como "uma estratégia adotada pelos negros para fugir do sistema escravista, pretendendo dessa forma, impedir o contato do mundo branco e escravista com o mundo negro centrado em liberdade" (COSTA, 2007: 25). A caracterização dessa liberdade encontrou formas de expressão na música, na linguagem, na alimentação e na dança, expondo a necessidade de os aquilombados cultivarem suas expressões culturais. O sentido de pertencimento e a afirmação dos seus valores os levaram a desenvolver estratégias para apreender os mitos e ritos oriundos da África resultando, entre outras formas de adaptação, na configuração de uma religiosidade cristã sincrética e cambiante. O culto a São Benedito patenteia uma expressiva herança dessa resistência para manter incólumes os traços da sua ancestralidade.

A brevidade na menção desse contexto pode auxiliar na compreensão dos motivos que determinaram o anonimato do casal de pretos, cuja representação no insalubre mundo que ocupavam foi transformada com a presença de Augusto Matraga. Cerceados da possibilidade de exprimir quaisquer ações que servissem de via de acesso para o alcance de uma efetiva liberdade, o recolhimento a que são submetidos no conto não corresponde mais a uma forma de contrapor-se ao poder do mundo escravocrata. Abolido oficialmente em 1888, esse resignado esforço de sobreviver à margem da sociedade ultrapassa o escopo que levou à existência dos quilombos daquela época: ela expõe, principalmente, uma forçosa acomodação às condições impostas por modernas forças econômicas e sociais, configuradas politicamente como libertárias, ainda que neguem aos negros a possibilidade de negociação de espaços para conquistar sua alteridade. O relato expõe as contradições da sociedade brasileira que, em meados do século XX, permanecia com uma aguda divisão em seu tecido social, demarcadas em imutáveis classes estamentais, cuja representação ganha nuances contraditórias na narrativa.

A fé devotada ao catolicismo por Quitéria e Serapião para aplacar as dores do corpo e as tristezas da alma de Nhô Augusto é um exemplo. O matiz sincrético dessa prática religiosa comparece quando eles usam a estampa de Nossa Senhora do Rosário como bálsamo para minorar o seu desalento ou, ainda, quando são rememoradas as rezas aprendidas na meninice, deformadas e misturadas com "as que o preto engrolava, ao lavar-lhe com creolina a ferida da perna, e as que a preta murmurava, benzendo a cuia d'água, ao lhe dar de beber" (ROSA, 1984: 357). Porém, a difusa positividade emanada por tais atos encontra sua contraparte na longeva assimilação negativa dos negros no Brasil, da qual as referências a Angélica, negra, uma das mulheres disputadas no leilão, baliza essa constatação. Reforçando a percepção de subalternidade atribuída ao casal de pretos, e diferindo do tratamento recebido por Tomázia, branca, de pescoço e pernas finas, ela foi ignorada pelos homens, subvertida "na montoeira, de braço em braço, de rolo em rolo, pegada, manuseada, beliscada e cacarejante" (ROSA, 1984: 342).

Se o componente contextual auxilia na compreensão do contraditório mundo social habitado por Quitéria e Serapião, lembramos que a mudança provocada na narrativa com a restituição de uma merecida dignidade, percebida ao serem nomeados pelo narrador, enseja, também, registrar a transformação que essa ação provocou em suas existências. Sem que seja aleatório ou obra do acaso, afinal "sorte nunca é de um só, é de dois, é de todos. Sorte nasce cada manhã, e já está velha ao meio-dia" (ROSA, 1984: 347), eles protagonizam também uma ascensão vertical, projetando-se socialmente para um novo ambiente, um novo *locus*, despedindo-se do ermo espaço onde moravam. Fugindo da miséria e pobreza que os acompanhava, e do recolhimento forçoso que lhes era imposto na vida rebaixada no rancho do barranco, é visualizado no horizonte um novo patamar econômico no povoado do Tombador. Em atitude análoga à de Serapião, que saiu do esconderijo e subiu

degraus de mato do pé do barranco para salvar Augusto Matraga, hospedando-o em um casebre "que era um cofo de barro seco, sob um tufo de capim pobre, mal erguido e mal ajustado, no meio das árvores, como um ninho de maranhões" (ROSA, 1984: 353), eles agora ascendem juntos à superfície da vida e vão conhecer sua outra face na propriedade que restara a Augusto Matraga como patrimônio. Abandonando o passado, uma janela se abre para o futuro: renascidos pelo ato nomeador, Quitéria e Serapião podem agora experienciar um mundo de claridade e fulgor, destoando da penumbra que os recolhia nos subterrâneos da sociedade sertaneja. Como foi preludiado no parágrafo anterior, essa ascensão teve a companhia constante do protagonista que, "junto com o casal de pretos samaritanos, que, no hábito de se desvelarem, agora não o podiam deixar nem por nada" (ROSA, 1984: 357). Entretanto, a decisão de vivenciar os benefícios materiais conquistados com o benfeitor que os adotara como pai e mãe carreia graves consequências na reorientação espiritual de Augusto Matraga, determinado em encontrar novo sentido para a vida. O impacto provocado pela mudança para novas paragens concorreu para ele por em xeque os anos de devoção e submissão a Deus, a vigília ferrenha em defender a vida do casal, além das ascéticas virtudes que o instava às práticas generosas. Revisitando as pulsões que orientam a existência, seus valores e gostos foram sendo revistos gradativamente, apaziguando o espírito e mobilizando suas forças e sentimentos para reconquistar um mundo há muito perdido. Se antes ele expiava os horrores e maldades feitas com rezas e trabalho em uma faina diuturna, fugindo léguas da viola e da sanfona, sem fumar, beber ou se permitir olhar para as mulheres, o encontro com Tião de Thereza ensejou uma revolução em seus propósitos de vida. Fragilizado em sua coragem, impotente ante o infortúnio vivido pela esposa e filha, e ruminando indefinidamente a morte de Quim Recadeiro, Augusto Matraga passou a sentir "uma vontade doente de fazer coisas mal-feitas, uma vontade sem calor no corpo, só pensada: como que, se bebesse e cigarrasse, e ficasse sem trabalhar nem rezar, haveria de recuperar sua força de homem e seu acerto de outro tempo" (ROSA, 1984: 361).

A purgação das culpas e sofrimentos que remoíam sua alma tornou-se irreversível e, sintoma das mudanças que o atingirão, se antes era um cativo afadigado do trabalho, agora sentia prazer em comer e dormir, sem nenhuma tristeza para expiar. A cama convidava para um farto descanso, adiando a saída para o trabalho, hábito cada vez mais agradável e recorrente e, sinal de que sua estória tomava outros e intempestivos rumos, voltou a se permitir o prazer de fumar: "e tirou tragadas, soltou muitas fumaças, e sentiu o corpo se desmanchar, dando na fraqueza, mas com uma tremura gostosa, que vinha até ao mais de dentro, parecendo que a gente ia virar uma chuvinha fina" (ROSA, 1984: 364). O ressurgimento dos prazeres outrora perdidos agora era ilimitado: pulsões instintivas se alargavam em seu corpo com a súbita força da vida que latejava, voltando sua atenção para a saudade reconfortante que sentia das mulheres, incontida tensão que significava regressar à vida. Esse estado epifânico de ver-se renascido para as belezas do mundo profano propiciava, inclusive, nova relação com sua religiosidade: a resignada aceitação do devir condicionado pelos desígnios de um Deus infalível, punitivo e cerceador, limitador das volições da sua consciência e vontades, cessara. Agora rezava melhor, compreendia a suave malemolência que o invadia e revia o seu projeto de libertação como um fardo leve, tranquilo, sem pressa de ser vivido, acalentando uma certeza: sua hora e vez não tardariam a chegar.

Considerações Finais

Como destacado neste trabalho, foi apenas no segundo momento desse ciclo de ação, redenção e morte que alimentamos o propósito de compreender o percurso de violência que sombreia o protagonista. Na medida em que estabelecemos uma relação entre texto e contexto, buscamos reiterar a importância de fundamentar nossa leitura à luz da alegoria, resgatada por Walter Benjamin na modernidade como forma de reconhecer correspondências entre os elementos internos da obra e a exterioridade que lhe deu forma. Capaz de recuperar rastros indiciários da história e revê-los à contrapelo, sobrepujando a uniformidade de discursos que ignoram os fatos hostis às concepções ideológicas de cada época, o componente alegórico desta análise traz à baila a cosmovisão de um sertão que teima em se fazer presente no Brasil contemporâneo.

A atmosfera de violência que envolve o campo ficcional no qual se plasma o conto denuncia padrões de vida marcados por condicionantes históricos, cuja importância nas ações do protagonista sobrepuja a ascensão de

valores individuais. Nesse espaço dominado pela força das instituições e por práticas que determinam as formas de agir e pensar, os domínios nos quais o homem encontra margem para se opor ao mundo, são parcos. Ao eleger a violência como fio condutor da leitura empreendida em *A hora e a vez de Augusto Matraga*, atualiza-se uma forma de justiça que ultrapassa os quadrantes sertanejos e dissemina-se por todos os estamentos sociais do país. A ubiquidade desse traço que comparece como alicerce edificador da nação brasileira ultrapassa o espaço e o tempo, assentindo para a permanência de um registro no qual a contemplação do passado deve servir para redefinir as ações políticas do presente. Essa realidade, composta pela desordem, revolta e injustiça, é atual, e alcança o campo da estética ao exigir novas abordagens, formas e perspectivas críticas do objeto literário para transfigurá-la, voltando-se para iluminar essas camadas de insatisfação em narrativas que contestem e contradigam a visão ilusória e harmônica de mundo propugnada pelo símbolo.

Bibliografia

AGAMBEN, G. (2013). *Opus dei*: a arqueologia do ofício: Homo sacer II. São Paulo: Boitempo.

AUERBACH, E. (2002). *Mimesis*. A representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva.

BERMAN, M. (2001). *Aventuras do marxismo*. São Paulo: Companha das Letras.

CANDIDO, A. (2000). Crítica e sociologia. In.: *Literatura e sociedade.* São Paulo: T. A. Queiroz; Publifolha. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

COSTA, J. B. A. (2003). *Mineiros e baianeiros*: englobamento, exclusão e resistência. Tese de doutoramento, Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.

HEISE, E. (2009). *A inter-relação da literatura com a música*: Thomas Mann. Disponível em: <http://www.epocadegoethe.com.br/thomas_mann_eloa.pdf

>. Acesso em 02 set. 2014.

MAAS, W. P. M. D. (2000). *O cânone mínimo*: o Bildungsroman na história da literatura. São Paulo: Editora UNESP.

PEREIRA, João Batista (2013). "A alegoria benjaminiana e a modernidade". In: *FronteiraZ*, São Paulo, (11), p. 272-291.

QUINTALE NETO, F. (2005). Para uma interpretação do conceito de *Bildungsroman.* In: *Pandaemonium germanicum*, (9), p. 155-181.

ROSA, J. G. (1984). A hora e a vez de Augusto Matraga. In: *Sagarana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Meu nome é João Batista Pereira. Minha formação na área literária envolve o Mestrado em Literatura Brasileira, realizado na Universidade Federal da Paraíba, cuja dissertação se voltou para as formas de representação da mulher na obra *Noite na Taverna*, de Álvares de Azevedo. No doutorado, realizado na Universidade Federal de Pernambuco, minha investigação destacou as formas assumidas pela trágico em *Os sertões*, de Euclides da Cunha. Os meus interesses acadêmicos na atualidade remetem a investigações que estabeleçam um diálogo entre literatura e história, além de refletir sobre a alegoria como categoria analítica em narrativas de língua portuguesa.

A escravidão em Machado de Assis: breve avaliação a partir de remissões bíblicas

Paulo Sérgio de Proença[1]
pproenca@unilab.edu.br

Resumo: A tradição crítica reconhece ser Machado de Assis um dos escritores mais importantes em prosa de língua portuguesa. Alguns o consideram alheio às demandas sociais do segundo reinado, no Brasil, de que foi testemunha privilegiada. Um desses eventos foi a Abolição, ocorrida quando Machado gozava a plena maturidade literária e prestígio nos círculos literários e políticos do país. Teria ele sido insensível à luta de seus irmãos? Aspecto importante de sua obra é o uso de fontes bíblicas em sua produção ficcional. Alguns excertos bíblicos são usados para tratamento da *escravidão*. O autor demonstra visão crítica do fenômeno e coragem para denúncias. Suas ideias, conformadas por invejável tino ficcional, ainda despertam a reflexão solidária para a liberdade.

Palavras-chave: Machado de Assis, Bíblia, escravidão

1. Introdução

Machado de Assis é considerado pela unanimidade entre os críticos, importante escritor em prosa de língua portuguesa. Esse reconhecimento não impede que seja considerado alheio às demandas sociais do segundo reinado, no Brasil. Teria sido alheio à Abolição? Teria sido insensível à luta de seus irmãos? A resposta será buscada, primeiramente, na atuação do funcionário público, especialmente na forma como conduziu espinhosos processos relativos à matrícula de escravos, prevista na Lei do Ventre Livre; também será percorrida sua obra, quanto ao uso das fontes bíblicas usadas para tratamento da escravidão. O autor demonstra visão crítica e coragem para denúncias. Suas ideias, emolduradas por invejável tino ficcional, ainda despertam a reflexão solidária para a liberdade. Será identificado, inicialmente, o uso de alguns pseudônimos atrelados à escravidão; em seguida, a atuação profissional do autor será focada, no que diz respeito à postura assumida diante de questões relativas à escravidão; por fim, excertos breves e duas crônicas de maio de 1888 serão analisados.

2. O uso de pseudônimos bíblicos e relações com a escravidão

Machado recorre a alguns pseudônimos de motivação bíblica, direta ou indiretamente vinculados à escravidão: Cham, Job, Eleazar e Manassés; os dois últimos foram bastante utilizados.

---

1 Bacharel em Letras e Linguística pela Universidade de São Paulo (USP); Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo; Mestre em Educação pela USP; Doutor em Letras pela USP. Foi Professor concursado da área de Novo Testamento, Vice-Diretor e Diretor da Faculdade de Teologia de São Paulo da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil

2.1 Manassés

Anagramático, tem inspiração bíblica. Manassés era chefe de uma tribo israelita, filho mais velho de José do Egito[2], cujo significado é "o que faz esquecer" ou "votado ao esquecimento". Com o pseudônimo, Machado, com ar risonho, dizia verdades duras.

2.2 Eleazar

Manassés, utilizado até abril de 1878 na *Ilustração Brasileira*, foi sucedido por Eleazar em *O Cruzeiro*, ainda no mesmo ano. O nome significa "a quem Deus ajuda" ou "o protegido de Deus". Há dois personagens bíblicos com o nome. Um é o sacerdote Eleazar, filho de Aarão (Nm 25.1-2). O outro, provavelmente o que mais teria impressionado Machado, era um patriota judeu da família macabeia, irmão de Judas; teve morte heroica quando o rei da Síria, Antíoco V, empreendeu a conquista da Judeia; o nome liga-se, assim, a combatividade, luta e entrega a ideal de liberdade.
Com o pseudônimo Eleazar, Machado assina o conto "Na Arca: três capítulos inéditos de Gênesis" e em 16 abril de 1878, em *O Cruzeiro*, Machado publica sua famosa critica sobre *O primo Basílio.*
Com os pseudônimos Manassés e Eleazar, Machado de Assis refinou seu olhar crítico sobre a realidade social e sobre a psicologia humana. Além disso, os trabalhos avulsos que Machado de Assis assinava com esses dois pseudônimos eram retomados em expansões posteriores.

2.3 Job

Em março de 1867, assinando *Job*, Machado publica as "Cartas Fluminenses". Job escreve com pena direta e combativa, inclusive sobre temas políticos, opinando e assumindo suas ideias, como esta, que vale como premonição: "É sobretudo como brasileiro que me agrada esta última opinião: e eu peço aos deuses (também creio nos deuses) que afastem do Brasil o sistema republicano porque esse dia seria o do nascimento da mais insolente aristocracia que o sol jamais alumiou [...]" (Magalhães Jr., 2008, vol. 2: 47).
Machado usou os pseudônimos *J.* e *J.J.*, que sugerem e se confundem com *Job*. O conto "Ernesto e Tal", em março 1873, é subscrito por J. J. e, em abril, por Job; "Valério" apareceu, em dezembro de 1874, assumido por Job, contudo termina em março de 1875 assinado por J.J. Isso, ao que parece, serve para mostrar que Job e J. J. encobriam a mesma autoria[3].

2.4 Cham

Magalhães Júnior (2008, vol. 2. p. 157) registra o pseudônimo *Cham*. Trata-se de um nome bíblico, o de um filho de Noé, do qual descendem os negros, segundo a tradição. *Cham* era como se grafava, na época, *Cam*. Resulta da alteração de posição das quatro primeiras letras de *Machado*. Adotando esse pseudônimo, o jovem escritor alinha-se à causa da liberdade dos negros, com a qual se identifica, de forma ostensiva e combativa, contrariamente ao que pensaram alguns, conforme aponta Antonio Candido (2004:15): "os críticos que estudaram Machado de Assis, nunca deixaram de inventariar e realçar as causas eventuais de tormento,

---

2 José teve dois filhos no Egito, Efraim e Manassés. Conforme Gn 41.50-52: "José ao primogênito chamou de Manassés, pois disse: Deus me fez esquecer de todos os meus trabalhos e de toda a casa de meu pai. Ao segundo, chamou-lhe Efraim, pois disse: Deus me fez próspero na terra da minha aflição".

3 Massa (2008:530) desconfia que ainda são insuficientes as informações sobre os pseudônimos, cujos estudos são "muito fragmentários ou não bastante seguros".

social e individual: cor escura, origem humilde, carreira difícil, humilhações, doença nervosa". Note-se o primeiro elemento da enumeração, que pode também ser uma gradação: *cor escura*.
O uso de pseudônimo deve ser entendido sob perspectiva literária. Nesse sentido, o recurso cria uma instância, um ente ficcional. Conforme Maingueneau (2001:87):

> É revelador do corte que o discurso literário estabelece entre a instância produtora e a instância que assume a enunciação. Assinar por pseudônimo é construir ao lado do "eu" biográfico a identidade de um sujeito que só tem existência na e pela instituição literária. O recurso ao pseudônimo implica a possibilidade de isolar, no conjunto ilimitado das propriedades que definem o escritor, uma propriedade particular, a de escrever literatura, e de fazer dela o suporte de um nome próprio.

Esse "suporte de um nome próprio" é, aqui, o elemento relevante que ajuda a compor as "propriedades que definem o escritor". A construção de "entes literários" que têm em comum motivação bíblica é sugestiva. Deve-se notar, contudo, que, apesar do apoio considerável de pseudônimos, a motivação bíblica, em Machado, não se sustenta apenas neles. Há outras estratégias, incorporadas ao longo da trajetória e da maturação do escritor. Isso pode ser visto na defesa da causa abolicionista, no que diz respeito à incorporação de elementos bíblicos, tomados como itens de força na defesa e na busca de um ideal.

3. Uso da Bíblia na ficção: defesa da causa abolicionista

A obra e a história do cidadão Machado de Assis foram incorporadas, por assim dizer, pela história literária do mundo branco. Houve certo incômodo na associação de sua obra e de sua história de vida pessoal à condição afrodescendente.
As literaturas do século XIX foram, segundo Duarte (2007:7), "[...] um espaço esteticamente branco, no qual pontificam heróis construídos a partir de perspectiva europeia, portadora quase sempre de uma axiologia cristã, mas, também, a própria tradição literária que vige no Brasil nos remete à Europa e não à África". Além disso, posturas então consideradas científicas advogavam a hierarquização entre raças. O etnocentrismo entronizava a cultura branca, ocidental e cristã. O contexto em que Machado viveu era de rebaixamento da afrodescendência. A ascensão de um neto de escravos que se destacou na imprensa, na literatura e na máquina governamental é considerada adesão ao mundo burguês. A ausência de heróis negros em seus escritos fundamentaria "em grande medida a tese do propalado absenteísmo machadiano quanto à escravidão e às relações interétnicas existentes no Brasil do século XIX" (Duarte, 2007:8-9).
De fato, principalmente nos anos 1930, com Mário Mattos e Lúcia Miguel Pereira, tal interpretação prevaleceu, mas atualmente é refutada, conforme se pode notar por estas observações (Nascimento, 2002:53):
Há um aspecto instigante em Machado [...] o espaço que o negro ocupa em sua obra ficcional. O que nos impressiona é como um escritor com um tino apurado por excelência e com aguda capacidade de observação, vivendo num século de grandes transformações políticas, econômicas e sociais, deixasse escapar esta visão, especialmente quando a questão da escravidão deveria ser sua também; se não pela questão da cor, ao menos pelo fator social, fator do qual jamais se esquivou seja através de sua ácida obra ficcional, seja por sua participação ativa enquanto cronista.

Será que o autor deixou esse tema "escapar"?

3.1 Atuação do funcionário público Machado de Assis

No Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Machado se envolveria na aplicação da Lei do Ventre Livre, mais precisamente na matrícula dos escravos, procedimento previsto pela lei, promulgada em 28

de setembro de 1871. A falta de matrícula seria importante instrumento de liberdade para os escravos. O artigo 8º. dizia: "Os escravos que, por culpa ou omissão dos interessados, não forem dados à matrícula até o dia 30 de dezembro de 1873, serão por esse fato considerados libertos". O registro dos cativos propiciava controle de nascimentos e ofereceria importantes dados estatísticos sobre a escravidão.

O registro deste caso é interessante. O presidente da Província do Rio de Janeiro, José Pereira da Silva Porto, ganhara uma ação na Comarca de Resende. Como não houve apelação por parte dos escravos, queria registrá-los, por causa da decisão judicial favorável. Chamado a opinar como funcionário, Machado se manifesta contra o registro, alegando que isso contrariava o espírito da lei. Magalhães Jr. (2008, vol. 2:278) transcreve parte do relatório de Machado:

[...] convém não esquecer o espírito da lei. Cautelosa, equitativa, correta, em relação à propriedade dos senhores, ela é, não obstante, uma lei de liberdade, cujo interesse ampara em todas as suas partes e disposições. É ocioso apontar o que está no ânimo de quantos a têm à sua disposição máxima, sua alma e fundamento, a lei de 28 de setembro quis, primeiro que tudo, proclamar, promover e resguardar o interesse da liberdade. Sendo este o espírito da lei [...] *o objeto superior e essencial é a liberdade do escravo, não podia o legislador consentir que esta perecesse*, sem aplicar em seu favor a preciosa garantia indicada no artigo 7º da Lei[4] [*grifos* nossos].

Analisado pelo Conselho de Estado, o parecer de Machado foi aceito; foi anulada a sentença. Magalhães Jr. (2008, vol. 2:279) nota, avaliando o parecer e a conduta de Machado: "O principal é, porém, que revelou seu senso jurídico, […] invocando o espírito da lei e seu alto propósito liberal".

Dificuldade para as matrículas era a falta de dados confiáveis sobre a população escrava. O prazo não foi respeitado. As informações eram vagas e imprecisas. As opiniões e pareceres de Machado, como chefe da 2ª Seção do Ministério da Agricultura, eram solicitadas. Em caso de irregularidades nos processos, os pareceres de Machado sempre defendiam o espírito da lei de 1871: a liberdade (não a propriedade). Por isso, Chalhoub (2003:226-227) considera importante a resistência em postos-chave da burocracia governamental:

No interior da própria administração, havia aqueles dispostos a esgarçar significados e ampliar continuamente as prerrogativas do poder público. Em meados dos anos 1870, acreditavam sinceramente que valia a pena o esforço de lutar pela emancipação dos escravos, através de uma aplicação rigorosa e abrangente da lei de 1871.

Outro meio adotado para fomentar a libertação dos escravos foi o Fundo de Emancipação; previsto na lei de 1871, o fundo promovia anualmente a libertação de escravos, tantos quanto possível. O cronista Manassés fazia pilhéria ("Histórias de 15 dias", 1º. de outubro de 1876): escravos não corriam mais da polícia, mas para a polícia, conscientes das possibilidades políticas abertas pela lei. O cronista ironizava os lamentos dos senhores: que chorassem na cama, que é lugar mais quente. Em 1876, depois de cinco anos, a lei só tinha libertado 230 escravos, numa população de 1.500.000 – as matrículas tinham sido recentemente concluídas. Vejamos um trecho da aludida crônica:

De interesse geral é o fundo da emancipação, pelo qual se acham libertados em alguns municípios 230 escravos. Só em alguns municípios!

Esperemos que o número será grande quando a libertação estiver feita em todo o império.

A lei de 28 de setembro fez agora cinco anos. Deus lhe dê vida e saúde! Esta lei foi um grande passo na nossa vida. Se tivesse vindo uns trinta anos antes estávamos em outras condições.

Mas há 30 anos, não veio a lei, mas vinham ainda escravos, por contrabando, e vendiam-se às escancaras no Valongo. Além da venda, havia o calabouço. Um homem do meu conhecimento suspira pelo azorrague.

– Hoje os escravos estão altanados, costuma ele dizer. Se a gente dá uma sova num, há logo quem intervenha e até chame a polícia. Bons tempos os que lá vão!

Eu ainda me lembro quando a gente via passar um preto escorrendo em sangue, e dizia: "Anda diabo, não estás assim pelo que eu fiz!"

---

4 Depois de intensos debates, em 28 de setembro de 1871 foi aprovada pela Câmara pelo Senado a lei nº 2040. Assim diz o artigo 7º: "Nas causas em favor da liberdade: §1º: O processo será sumário. §2º: Haverá apelações ex-oficio quando as decisões forem contrárias à liberdade". Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthistbr/imperio/ventrelivre.htm. Acesso em 18 de outubro de 2014.

– Hoje...
E o homem solta um suspiro, tão de dentro, tão do coração... que faz cortar o dito. *Le pauvre homme!* (Assis, 2008, vol. 4:325-6).

Machado tinha se tornado chefe interino da 2ª Seção do Ministério da Agricultura, quando a crônica foi publicada. Lutava contra entraves burocráticos (remuneração dos funcionários, procrastinação das juntas, aplicação de multas a oficiais faltosos, recursos administrativos de funcionários insatisfeitos, dificuldade na classificação dos escravos, etc.). Em 1876, Machado "nutria a esperança de que o fundo começasse a funcionar [...] 'Deus lhe dê vida e saúde!', pois fora um 'grande passo na nossa vida'" (Chalhoub, 2003:231).
No município de Marmelada (MG), houve tramoias no processo de alforria e era preciso punir as autoridades envolvidas: "Machado referiu-se a senhores que manipulavam regras do fundo para obter a alforria de escravos ditos 'inválidos' [...] o cronista, de novo Manassés, tratara do tema pouco antes, em 15 de junho de 1877" (Chalhoub, 2003:235). Manassés criticava os senhores que libertavam escravos inválidos, "depois de lhes espremer como bagaço".

3.2 Breves excertos literários relacionados á escravidão

A crônica de 15 de junho de 1877 faz observação irônica, já na abertura. Evocando Diógenes, o cronista diz que tinha achado um homem, um que tinha feito doação de quantia considerável, sem dar o nome; daí o espanto do cronista: "E quando digo que o achei, erro; porque não o achei, não o vi, não o conheço, achei-o sem achar. Parece um enigma e é decerto enigma, mas dos que eu quisera ver-te fazer, leitor, se tens queda por tais ocupações". O narrador ironicamente evoca a caridade evangélica, admirado com o 'anonimato' do benfeitor, que age em consonância com a "caridade nas gazetilhas". O benfeitor era um digno homem do Evangelho; inspirou um amigo do cronista
Tinha ele uma escrava de 65 anos, que já lhe havia dado a ganhar sete ou oito vezes o custo. Fez anos e lembrou-se de libertar a escrava... de graça. De graça! Já isto é gentil. Ora, como só a mão direita soube do caso (a esquerda ignorou-o), travou da pena, molhou-a no tinteiro e escreveu uma notícia singela para os jornais indicando o fato, o nome da preta, o seu nome, o motivo do benefício, e este único comentário: "Ações desta merecem todo o louvor das almas bem formadas".
Coisas da mão direita! (Assis, 2008, vol. 4:367).

A mão direita recupera a lição do Evangelho, que recomenda não fazer publicidade das boas ações. A crônica escancara a falsa benemerência dos senhores que, a pretexto de favorecerem escravos com a liberdade, tiram proveito da situação deles, com a devida publicação da *generosidade*. Com efeito, libertar uma escrava de 65 anos é lançá-la ao desamparo, depois de ter dado ao senhor um ganho de "sete ou oito vezes o custo". O cúmulo é a publicidade *evangélica*.
A 2ª Seção do Ministério da Agricultura, em que Machado trabalhava, pressionava para que os proprietários fossem responsabilizados pela "manutenção" dos escravos. Conforme Chalhoub (2003:240), "no império do Brasil, no início da década de 1880, as estatísticas diziam que continuava a ser mais provável a um escravo morrer no cativeiro do que conseguir a liberdade. 'Já isto não era gentil', pensava o cronista".
Na crônica de 25 de julho de 1864, quando tinha apenas 25 anos, talvez no auge de sua atividade liberal, Machado já antecipava, de forma crítica e irônica, a ansiedade pela benemerência de gazetilha, sustentada na desgraça alheia. A cena reporta-se a um leilão de escravos:
Na fileira dos infelizes que estavam ali de mistura com os móveis, havia uma pobre criancinha abrindo olhos espantados e ignorantes para todos. Todos foram atraídos pela tenra idade e triste singeleza da pequena. Entre outros, notei um indivíduo que, mais curioso que compadecido, conjeturava a meia voz o preço por que se venderia aquele semovente (Assis, 2008, vol. 4:148).
Os detalhes da descrição da cena e da pequena escrava comovem: "fileira dos infelizes", "pobre criancinha", "olhos espantados e ignorantes", "triste singeleza". Contrasta com os termos crus com que se configura a

reificação da criança – "mistura com os móveis", "semovente" – a presença de um indivíduo, "mais curioso que compadecido", com quem o narrador trava conhecimento. Esse indivíduo, ao saber que o interlocutor era jornalista, promove um duelo acirrado com os competidores para arrebatar a "pequena desgraçadinha", que, por isso, atingiu preço fabuloso. O comprador não perdeu tempo e logo disse em alto e bom som: "É para a liberdade!", ao que o outro retruca: "Eu tinha a mesma intenção", com o acréscimo do pedido seguinte, feito pelo vencedor do leilão: "Não vá agora dizer lá na folha que eu pratiquei este ato de caridade". O narrador diz que poderia opor a esse pedido o texto do Evangelho, mas não o faria, por ser o texto bíblico "demasiado clássico para os filantropos realistas". Acrescenta o narrador, encerrando o episódio, em tom filosófico e provocador: "Se queres a caridade às escondidas, dizia-me um dia um filantropo, serás forçado a admitir que a natureza da caridade é a natureza da coruja, que foge à luz para refugiar-se nas trevas: tira as consequências". A caridade evangélica é lembrada, ironicamente, indicando a contradição das ações humanas: desacordo entre ser e parecer.

O escravo Prudêncio protagoniza uma cena, impressionante sob diversos aspectos. Criança, tinha sido vítima de Brás Cubas, também criança. Adulto, alforriado pelo pai de Brás, é flagrado, em lugar público, aplicando as mesmas sevícias (físicas e verbais) a outro escravo que comprara[5], reproduzindo exatamente a forma de tratamento recebida do próprio Brás na infância.

O escravo que Prudêncio maltratou não lhe devia nada, apenas estava em posição inferior na escala social. Aquela sociedade estava em débito com ele, que não tardou em encontrar meios para diminuir o déficit. Ele, "Prudêncio", conhecendo a hierarquia social, tomou precauções e providências, segundo as regras vigentes. Seria anacrônico exigir que o ex-escravo devesse repudiar a escravidão e demonstrar consciência de classe. Foram apenas reproduzidos comportamentos e valores que davam prestígio naquele meio social.

Faoro (1976), em convincente interpretação do episódio, diz que a atitude de Prudêncio resgata-lhe a cidadania, pela violência, num meio social sustentado pela violência, física e simbólica. Ao agir daquela maneira, o escravo machadiano estava consagrando, pela violência pública, sua recente ascensão social.

Com isso, o episódio machadiano, de forma enviesada, serve para igualar o preto e o branco. São eles iguais porque podem apreender e aplicar as regras do convívio social; são iguais porque escravos podem ascender da condição de objeto para a condição de cidadãos[6]; são iguais porque aspiram aos mesmos bens sociais que a sociedade pode oferecer; enfim, são iguais porque têm, assim, na sua constituição psicológica o mesmo barro com que se formam os seres humanos. Eis a interpretação de Faoro (1976:337):

A liberdade [...] não emancipa o escravo. Mas há grande diferença entre o escravo e o liberto. O liberto adquire a condição, embora mínima e limitada, de transferir os agravos recebidos, as pancadas sofridas, a outrem. A alforria significa uma ascensão social: galgado o primeiro degrau, o homem sai da condição de saco de afrontas, para o qual não há a possibilidade de reação. A liberdade se identifica com o status na sociedade, acrescido do arbítrio de castigar, repreender e punir. O liberto adquire a faculdade de ser mau – faculdade que a escravidão lhe negava.

A capacidade e a possibilidade de ser violento e mau – isso iguala pretos e brancos, enfim. É esse o cimento da humanidade.

3.3 Bíblia e escravidão em duas crônicas de maio de 1888

Em 17 de maio de 1888, em ação de graças pela Abolição, foi celebrada missa, com a presença da Princesa Regente e de autoridades. Alusiva ao evento, uma crônica machadiana parodia o evangelho da missa, com seu

---

5 O ex-escravo podia adquirir escravos para si. Talvez a motivação onomástica para *Prudêncio* tenha algo a ver com o episódio.

6 Essa ascensão se processa pelo exercício da violência, que, no caso, é a principal regra do jogo social. É a teoria em que se fundamenta o Humanitismo de Quincas Borba, também. Sem essa faculdade, o escravo não é plenamente histórico, permanecendo na dimensão da natureza.

Cristo, seu João Batista e seus discípulos, além de parábola. Em acréscimo, a crônica menciona *Deuteronômio* e *Eclesiastes*. Ao superpor eventos e personagens de sua época aos bíblicos, o autor provoca efeitos específicos sobre o significado dos eventos retratados, em olhar crítico. A outra famosa crônica, publicada em 19 de maio de 1888, não faltaram alusões bíblicas para celebrar a libertação do escravo Pancrácio. O narrador, dono de escravos, diz antecipar-se ao poder público ao libertar seu molecote escravo, dando, para festejar a ocasião, um banquete. Imagens bíblicas são usadas para dar realce ao evento, tudo com a finalidade de projeção social do narrador, que não esconde aspirações políticas. Para essa finalidade, nada melhor do que parecer cultivar os valores cristãos e praticar falsa benemerência. Qual o efeito de sentido da intertextualidade bíblica nessas peças de Machado em relação à escravidão?
As duas crônicas de maio de 1888 têm em comum não apenas o tema vinculado à escravidão, mas também a remissão à Bíblia. Aí há um potencial encontro em que o uso que Machado faz dos escritos bíblicos apontam, de forma convincente, suas convicções sobre a escravidão.

3.3.1 "Evangelho da Missa Campal" (crônica de 20-21 de maio de 1888)

Essa crônica permaneceu desconhecida pelos estudiosos por bom tempo. Gledson (1986) não vê motivos para se duvidar da autoria machadiana. Diz ele que a crônica "começa com o habitual 'Bons Dias' e, se isso não fosse o bastante, o estilo e o conhecimento profundo da Bíblia serviriam como indicação de autoria" (Gledson, 1986:129). Assim ela começa (Assis, 2008, vol. 4:812-814):
BONS DIAS!
Algumas pessoas pediram-me a tradução do evangelho que se leu na grande missa campal do dia 17. Estes meus escritos não admitem· traduções, menos ainda serviços particulares; são palestras com os leitores e especialmente com os leitores que não têm que fazer. Não obstante, em vista do momento, e por exceção, darei aqui o evangelho [...].
Para cada celebração católica há textos bíblicos previamente indicados, de acordo com o calendário litúrgico, que prevê porções do Antigo Testamento, do Novo Testamento, do Evangelho e das Epístolas. A missa campal deve ter tido sua porção do Evangelho bíblico, a que se compara o evangelho comemorativo da abolição.
1. No princípio era Cotegipe, e Cotegipe estava com a Regente, e Cotegipe era a Regente.
2. Nele estava a vida; com ele viviam a Câmara e o Senado.
3. Houve então um homem de São Paulo chamado Antônio Prado o qual veio por testemunho do que tinha de ser enviado no ano seguinte.
4. E disse Antônio Prado: O que há de vir depois de mim é o preferido, porque era antes de mim.
5. E, ouvindo isto, saíram alguns sacerdotes e levitas e perguntaram-lhe: Quem és tu?
6. És tu, Rio-Branco? E ele respondeu: Não o sou. És tu profeta? E ele respondeu: Não.
7. Disse-lhes: Eu sou a voz do que clama no deserto. Endireitai o caminho do poder, porque aí vem o João Alfredo [...].

Sob o ponto de vista formal, há combinação de estilização (incorporação da técnica da narrativa bíblica) e de paródia. E, inserida no corpo do escrito, há uma parábola. Essa combinação é mais um realce da importância que os escritos bíblicos tinham para Machado: além dos aspectos temáticos e figurativos, os de natureza formal são emprestados e utilizados de formas variadas.
Do conjunto pode ser deduzido que a Abolição, afinal, foi resultado de um tenso processo político, de lutas entre interesses opostos. Mas, Machado não apenas enumera personagens e eventos, de forma asséptica. Os versículos iniciais indicam não só o perverso conúbio político de interesses, mas o "endeusamento" dos donos do poder, no sentido em que determinam o destino[7] das pessoas – no caso, a liberdade ou a ausência dela. O

7 *Destino*, no caso, não está tomado no sentido fatalista, segundo o qual forças extra-humanas conduzem os passos dos homens; trata-se do lugar e do papel que todo cidadão deve ter em determinado meio social.

início do *Evangelho de João,* trecho parodiado, fala da preexistência do verbo encarnado. Esse detalhe sugere vínculos com a constante remissão aos tempos míticos, expressivos em Machado, quase sempre associados ao mal (parece não ser assim neste caso). Esses tempos míticos são revividos, pois têm retorno eterno[8], reconhecido em cada nova ocorrência.

No *Evangelho de João,* o narrador reconhece em Jesus o Cristo, o *libertador*, ainda que espiritual, do ser humano. Em contraste, a *vida* oferecida por Cotegipe e pela Regente era a da escravidão[9]. Isso enfatiza a oposição entre os dois evangelhos. Vejamos o trecho do Evangelho bíblico, justaposto ao "Evangelho da missa campal":

***Evangelho de João*, capítulo 1.º**	**Evangelho da missa campal**
1. No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. **2.** Ele estava no princípio com Deus.	**1.** No princípio era Cotegipe, e Cotegipe estava com a Regente, e Cotegipe era a Regente.
4. A vida estava nele e a vida era a luz dos homens.	**2**. Nele estava a vida; com ele viviam a Câmara e o Senado.
6. Houve um homem enviado por Deus cujo nome era João. **7.** Este veio como testemunha para que testificasse a respeito da luz, a fim de todos virem a crer por intermédio dele.	**3.** Houve então um homem de São Paulo chamado Antônio Prado o qual veio por testemunho do que tinha de ser enviado no ano seguinte.
15. João testemunha a respeito dele e exclama: Este é o de quem eu disse: o que vem depois de mim tem, contudo, a primazia, porquanto já existia antes de mim.	**4.** E disse Antônio Prado: O que há de vir depois de mim é o preferido, porque era antes de mim.
19. Este foi o testemunho de João, quando os judeus lhe enviaram de Jerusalém sacerdotes e levitas para lhe perguntarem: Quem és tu? **20.** Ele confessou e não negou; confessou: Eu não sou o Cristo. **21**. Então, lhe perguntaram: Quem és, pois? És tu Elias? Ele disse: Não sou. És tu o profeta? Respondeu: Não.	**5.** E, ouvindo isto, saíram alguns sacerdotes e levitas e perguntaram-lhe: Quem és tu? 6. És tu, Rio-Branco? E ele respondeu: Não o sou. És tu profeta? E ele respondeu: Não.
23. Então, ele respondeu: Eu sou a voz do que clama no deserto. Endireitai o caminho do Senhor, como disse o profeta Isaías.	**7.** Disse-lhes: Eu sou a voz do que clama no deserto. Endireitai o caminho do poder, porque aí vem o João Alfredo.
28. Estas coisas se passaram em Betânia, do outro lado do Jordão, onde João estava batizando.	**8.** Estas coisas passaram-se no senado, da banda de além do campo da Aclamação, esquina da rua do Areal.

8 Conforme indica Eliade (1981), os atos humanos remontam a um ato primordial, a um protótipo mítico, ocorrido na origem (*in illo tempore*, *ab origine*). Para o homem primitivo, "o gesto só adquire significado, realidade, na medida em que retoma uma ação primordial" (Eliade, 1981:19).

9 Gledson (1986:132) lembra que Cotegipe era antiabolicionista convicto, tendo sido forçado a se demitir dois meses antes da Lei Áurea.

29. No dia seguinte, viu João a Jesus, que vinha para ele, e disse: Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo! **30.** É este a favor de quem eu disse: após mim vem um varão que tem a primazia, porque já existia antes de mim.	**9.** No dia seguinte, viu Antônio Prado a João Alfredo, que vinha para ele, depois de guardar o chapéu no cabide dos senadores, e disse: Eis aqui o que há de tirar os escravos do mundo. Este é o mesmo de quem eu disse: Depois de mim virá um homem que me será preferido, por que era antes de mim.
32. E João testemunhou, dizendo: Vi o Espírito descer do céu como pomba e pousar sobre ele.	**10**. Passados meses, aconteceu que o espírito da Regente veio pairar sobre a cabeça de João Alfredo, e Cotegipe deixou o poder executivo e o poder executivo passou a João Alfredo.

A primeira parte da peça machadiana vai até o verso décimo e tem por fonte o *Evangelho de João*. A combinação de projeções (temporais, espaciais e actoriais) aproxima os tempos do passado mítico e do presente então vivido. Dos versículos onze ao dezesseis, Antonio Prado, abolicionista, é comparado a João Batista[10;] João Alfredo, ao próprio Jesus. Alude-se à "vocação dos discípulos" e, na crônica, o grupo dos discípulos abolicionistas é composto por semelhante "vocação". Tudo indica que a fonte para essa parte não é mais o *Evangelho de João*, mas o *Evangelho de Mateus*, inclusive pela menção a *igreja[11], registrada somente naquele evangelho.*

***Evangelho de Mateus*, capítulo 4º**	**"Evangelho da missa campal"**
18. Caminhando junto ao mar da Galileia, viu dois irmãos, Simão, chamado Pedro, e André, que lançavam as redes ao mar, porque eram pescadores. **19.** E disse-lhes: Vinde após mim, e eu vos farei pescadores de homens.	**11**. E João Alfredo, indo para a Galileia[1], que é no caminho de Botafogo, mandou dizer a Antônio Prado, que estava perto da Consolação: Vem, que é sobre ti que edificarei a minha igreja.
21. Passando adiante, viu outros dois irmãos, Tiago, filho de Zebedeu, e João, seu irmão, que estavam no barco em companhia de seu pai, consertando as redes; e chamou-os. **22.** Então, eles, no mesmo instante, deixando o barco e seu pai, o seguiram.	**12.** Depois, indo a uma cela de convento, viu lá um homem por nome Ferreira Viana o qual descansava de uma página de Agostinho, lendo outra de Cícero, e disse-lhe: Deixa esse livro e segue-me, que em breve te farei outro Cícero, não de romanos, mas de uma gente nova; e Ferreira Viana, despindo o hábito e envergando a farda, seguiu a João Alfredo.

A partir do verso 17 do "Evangelho da Missa Campal" é mencionada a úlcera, por meio de parábola, recurso frequentemente utilizado por Jesus. Como um novo Jesus, João Alfredo também elabora parábolas. Segundo ele, "melhor era cortar a perna que lavar a úlcera[12], que ia corrompendo o sangue". A propósito do unguento,

10 João Batista foi o precursor, papel desempenhado por Antonio Prado, nos bastidores da política que resultou na Abolição.

11 A referência encontra-se em Mt 16.18.

12 Perna associa-se a pé e calcanhar. Pode indicar fragilidade, conforme a expressão calcanhar de Aquiles. Há também gigante de pés de barro, provavelmente ligada ao livro bíblico de Daniel. Não se deve esquecer que Eugênia, nas Memórias Póstumas, é a Vênus manca. A perna, o pé e o calcanhar sustentam o corpo, daí se associarem à ideia de base, fundamento. A sociedade carioca (brasileira) tinha, então, seus fundamentos doentes. Há outro valor simbólico: "Como a parte mais baixa do homem e sua ligação com a terra, o pé goza de antiquíssimo significado mágico que se manifesta especialmente em sua desnudação ritual [...] O sacrificador desnuda os pés a fim de representar a dupla relação com o céu e a terra" (Heinz-Mohr, 1994:279).

o mestre previne os discípulos: "não temais nada, ele não será aplicado" (v. 19). Sobre a composição do unguento, o discípulo Viana, lido nas escrituras, diz:
21. Está escrito no livro de Elle Haddebarim, também chamado Deuteronômio, que quando o escravo tiver servido seis anos, no sétimo ano o dono o deixe ir livre, e não com as mãos abanando, senão com um alforje de comida e bebida. Este é de certo o unguento lembrado, menos talvez o alforje e os seis anos[13].

A Lei (Torah) dos hebreus contém preceitos importantes para minimizar os efeitos da escravidão, prática comum na Antiguidade. O apelo à lembrança do passado de escravidão no Egito era recurso frequente dos narradores e profetas bíblicos, usado para a devida valorização da liberdade, associado a um providencial ato salvífico de Deus em favor do povo escolhido. O Deus dos hebreus era promotor da liberdade humana (Dt 15.12-15):
Quando um de teus irmãos, hebreu ou hebreia, te for vendido, seis anos servir-te-á, mas, no sétimo, o despedirás forro. E, quando de ti o despedires forro, não o deixarás ir vazio. Liberalmente, lhe fornecerás do teu rebanho, da tua eira e do teu lagar; daquilo com que o SENHOR, teu Deus, te houver abençoado, lhe darás. Lembrar-te-ás de que foste servo na terra do Egito e de que o SENHOR, teu Deus, te remiu [...].

Como a úlcera não podia esperar e, com a bênção da Regente a João e seus discípulos, "foram para as câmaras, onde apresentaram o projeto". Aqui reside a chave de interpretação da parábola: o unguento era o projeto da libertação dos escravos[14]. No entanto, o remédio era ineficaz, porque viciado pela falta do alforje e dos seis anos, amparo indispensável à sobrevivência dos libertos, segundo a tradição bíblica, o que não estava sendo observado. Assim, o evangelho da crônica tem vício de constituição. Por isso, o unguento não curaria a úlcera, que corromperia o sangue. É o que se deduz da sequência da crônica. No Maranhão, escravos inocentes foram castigados por causa da lei, por eles desconhecida:
27. Menos no Bacabal, província do Maranhão, onde alguns homens declararam que a lei não valia nada, e, pegando no azorrague, castigaram os seus escravos cujo crime nessa ocasião era unicamente haver sido votado uma lei, de que eles não sabiam nada; e a própria autoridade se ligou com esses homens rebeldes.
De fato, o unguento tinha vícios em sua composição: não havia alforje, mas muita violência. Rebeldes senhores recusavam-se a aceitar e a cumprir a lei, no que eram apoiados por autoridades governamentais. Por isso, também, o unguento corrompeu a úlcera. E corromperia mais. Vejamos o final da crônica:
28. Vendo isto, disse um sisudo de Babilônia, por outro nome Carioca: Ah! Se estivessem no Maranhão alguns ex-escravos daqui, que depois de livres, compraram também escravos, quão menor seria a melancolia, desses que são agora duas coisas ao mesmo tempo, ex-escravos e ex-senhores. Bem diz o Eclesiastes: Algumas vezes tem o homem domínio sobre outro homem para desgraça sua. O melhor de tudo, acrescento eu, é possuir-se a gente a si mesmo.
Finaliza-se a crônica com a constatação de que Babilônia era, agora, *Carioca*[15]. *O versículo final combina melancolia, Eclesiastes* e domínio sobre outro homem. Menciona-se, ainda, o fato de que ex-escravos compravam escravos e, com a abolição, tornaram-se ex-senhores e ex-escravos. Esses fatores, combinados, aumentariam a melancolia. Por fim, o narrador dá sinais de que rejeita o domínio de homens sobre outros homens, citando o *Eclesiastes*: "Algumas vezes tem o homem domínio sobre outro homem para desgraça sua" (Ec 8.9). Dominar outros é a negação da liberdade ("direito inalienável"), com a agravante de que isso

---

13 *Elle Haddebarim* é o nome hebraico do livro *Deuteronômio.* Os nomes dos livros da Bíblia cristã são tirados da tradução grega dos setenta, a *Septuaginta*. A tradição hebraica nomeia os livros a partir das primeiras palavras do livro. O exemplar que Machado possuía da Bíblia registrava também os nomes hebraicos dos livros.

14 O unguento do Evangelho era a boa-nova pregada por Jesus. Nas injunções políticas sugeridas pela crônica, à parte o idealismo dos abolicionistas, a libertação dos escravos foi concessão dos donos do poder para evitar o mal maior; era preferível perder uma perna a perder o corpo todo.

15 Babilônia indica não somente a confusão de línguas, mas, principalmente, o exílio e escravidão. Esse pode ser o efeito da expressão "Babilônica carioca".

representa um estado de quem não "possui a si mesmo"[16].
Não se pode dizer que, a partir dessa breve paródia, Machado de Assis foi indiferente à escravidão. O domínio de um homem sobre outro(s) é fonte de desgraça. E que desgraça, quando os senhores não cumprem leis e, ao contrário, aliam-se a autoridades para perpetrarem violência contra escravos que deveriam libertar.

3.3.2 Crônica de 19 de maio de 1888

Também voltada ao tema da escravidão, a crônica é permeada por ironia. O narrador, dono de escravos, assume um tom ambíguo e contraditório, revelador da postura da classe senhorial. A senha está já na abertura: "Eu pertenço a uma família de profetas après coup, post factum, depois do gato morto [...] toda a história desta Lei de 13 de Maio estava por mim prevista, tanto que na segunda-feira, antes mesmo dos debates, tratei de alforriar um molecote" (Assis, 2008, vol. 4:811). Essa caracterização inicial, feita pelo próprio cronista, desmascara o narrador, porque a libertação dos escravos, se já tinha sido prevista pouco antes, era favas contadas. Querendo tirar vantagens da situação, organiza um jantar (banquete, segundo amigos) para tornar pública a decisão. Cinco pessoas compareceram, mas noticiou-se que foram trinta e três (alusão à idade de Cristo), para dar ao evento um aspecto simbólico[17].
O *banquete* motiva a alusão: trata-se da eucaristia, que é também uma refeição, especial e simbólica, de valor sacramental. A eucaristia é a versão cristã da páscoa dos hebreus. Para os cristãos, a morte pascal de Cristo é vicária, para *libertar* os homens do pecado. Essa noção de morte vicária de Jesus é inspirada na narrativa do *Êxodo*, em que, na libertação dos hebreus, houve a morte dos primogênitos do Egito, também comemorada com uma ceia, tanto por judeus quanto por cristãos. Importa, aqui, notar os laços simbólicos que remetem à ideia de libertação. Durante o jantar, o narrador toma a palavra:
[...] declarei que acompanhando as ideias pregadas por Cristo, há dezoito séculos, restituía a liberdade ao meu escravo Pancrácio; que entendia que a nação inteira devia acompanhar as mesmas ideias e imitar o meu exemplo; finalmente, que a liberdade era um dom de Deus, que os homens não podiam roubar sem pecado.
Se as ideias de Cristo datavam já de dezoito séculos, por que só então o narrador restituía a liberdade ao escravo? Se a liberdade era um dom de Deus "que os homens não podiam roubar sem pecado", por que ele tinha escravo? Essas contradições são evidenciadas pelo próprio narrador. Elas são reveladoras de um mundo senhorial mal assentado ideologicamente, sustentado pelos valores do cristianismo e professado apenas no âmbito do parecer. *Restituir* a liberdade tem o efeito de *confissão* de um crime, em combinação com o final do trecho transcrito: "a liberdade era um dom de Deus, que os homens não podiam roubar sem pecado". E, se nos lembramos da paródia da missa campal, podemos associar a ideia de pecado à úlcera contaminadora da perna. E, quando o narrador reivindica que "toda a nação devia acompanhar [...]" sinaliza a dimensão social (nacional) da úlcera.
Depois de alforriado, Pancrácio[18] foi contratado por um salário[19]. A mudança na relação econômica não acabava com a dependência nem com a exploração; foi historicamente necessária para a manutenção dos privilégios da classe senhorial. Conforme Gledson (1986:124):
(...) a Abolição é relativa: libertando os escravos, não se faz mais do que libertá-los para o mercado de trabalho, no qual serão contratados e demitidos e, sem dúvida, receberão salários miseráveis – numa situação dessas em que a liberdade conduz a outra forma de submissão dos fracos aos fortes [...] Machado, entre ironias e

16 A ideia em foco não seria alusão a um estado de loucura?

17 Sabe-se que Jesus morreu aos 33 anos. Esse aspecto simbólico é significativo, pois sugere que o narrador, com seu ato, estava sendo fiel aos ensinos de Cristo, quando ocorria justamente o contrário.

18 *Pancrácio* tem origem grega e, ironicamente, significa *detentor de todos os poderes*. Alguns nomes de personagens machadianos têm a mesma característica, como *Eugênia* e Dona *Plácida*, por exemplo.

19 Gledson (2008:111) indica que uma camisa normal custa *uns 3 mil reis*. Pancrácio, livre, poderia comprar duas camisas, depois de trabalhar um mês.

"pilhérias", traz à atenção do leitor algo essencial. A abolição não é um movimento da escuridão para a luz, mas a simples passagem de um relacionamento econômico e social opressivo para outro.
Não se alterou profundamente a relação entre senhor e escravo, principalmente no emprego da violência, física e verbal: "tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta[20] quando lhe não chamo filho do Diabo; coisas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre" (Assis, 2008, vol. 4:812). Esse final é engenhoso, ao contrapor eventual ponta de religiosidade, marcada pela expressão "Deus me perdoe", à violência contra o escravo. A engenhosidade da narração beira a perversidade do narrador instalado, quando ele supõe que poderia haver qualquer sensação de alegria em alguém ser escravo e vítima de violência física, ainda mais um *molecote*.
A crônica termina com o descaramento do narrador, para quem "os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela[21], dizendo ao escravo: és livre, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do Céu" (Assis, 2008, vol. 4:812). Essa ambiguidade político-ideológica da classe senhorial é universalizada em outras crônicas, contos e romances de Machado. Por exemplo, na crônica de 26 de junho de 1888 (Assis, 2008, vol. 4:821-3), a inspiração vem do romance *Almas mortas*, de Gogol, em que é criticado, de novo, o oportunismo dos escravocratas, que urdiam fraudes em compra de escravos para serem depois indenizados pelo poder público. No começo, o narrador esconde-se na pele de um burguês espertalhão que quer tirar proveito da situação. Para Duarte (2007:249), "Machado universaliza o drama dos escravizados ao compará-los aos servos russos".
O capítulo XXXVII ("Desacordo no acordo") de *Esaú e Jacó*, ao narrar a reação dos gêmeos por ocasião da proclamação da República, toca, de forma filosófica, na concepção de liberdade e de escravidão:
A diferença única entre eles dizia respeito à significação da reforma, que para Pedro era um ato de justiça, e para Paulo era o início da revolução. Ele mesmo o disse, concluindo um discurso em S. Paulo, no dia 20 de maio: "A abolição é a aurora da liberdade; esperemos o sol; emancipado o preto, resta emancipar o branco" (Assis, 2008, vol. 1:1121).

É digno de nota que a data da missa campal é 20-21 de maio de 1888, a da crônica citada é 19 de maio de 1888 e a do discurso de Paulo é 20 de maio de 1888. Essa convergência não é gratuita. O discurso de Paulo em *Esaú e Jacó*, de certa forma, complementa e explica a conclusão da crônica da missa campal. Parece que estamos, ainda, na aurora da liberdade.

4 Breve avaliação

Machado foi omisso em relação à escravidão, como querem alguns críticos? A julgar pelas peças analisadas, não. É claro que há outros escritos relacionados com a escravidão, não mencionados, por não terem vínculos diretos com a Bíblia. Mas, pode-se afirmar que não houve indiferença.
Isso já tinha sido percebido por Magalhães Júnior[22], na década de 1950, quando começou a cair por terra a

---

20 Era o tratamento que Brás Cubas dava a Prudêncio, na infância: "[...] era o meu cavalo de todos os dias: punha a mão no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia – algumas vezes gemendo – mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um 'ai, nhonhô!', ao que eu retorquia: 'Cala a boca, besta'" (Assis, 2008, vol. 1:638). Esse tratamento é característico da violência física e simbólica a que o escravo estava sujeito. Segundo Duarte (2007:276), "o tratamento dado ao afrodescendente passa pelo suplício e pela animalização, revestindo a cena de forte sentido alegórico: o negro é posto de quatro, é o animal sobre o qual o branco monta. O jogo infantil nada tem de inocente e mimetiza a posição de cada um na estrutura vigente na sociedade".

21 Nisso reside a contradição do narrador, pois a crônica começa assim: "Eu pertenço a uma família de profetas après coup, post factum, depois do gato morto [...]".

22 Magalhães Júnior, Raimundo. Machado de Assis desconhecido. 2ª Edição. São Paulo: Lisa Livros Irradiantes, 1971.

tese do absenteísmo machadiano. Depois, outros autores, como Brito Broca, Astrojildo Pereira, Raimundo Faoro, Roberto Schwarz e, mais recentemente, Chalhoub contribuíram para reconhecer que há em Machado consciência dos dilemas de seu tempo. Schwarz, por exemplo, "analisa a inserção histórica da obra, a partir de seus vínculos estruturais com o modo e organização da sociedade brasileira no Segundo Reinado" (Duarte, 2007:263). Gledson (1986:14), por sua vez, aponta a relação da obra com os principais fatos históricos da época, para o caráter enganoso do realismo machadiano, que exige leitura atenta das entrelinhas.

Chalhoub (2003) estuda pareceres e documentos de Machado na "arena de luta" da aplicação da Lei de 28 de setembro de 1871. Com o olhar de historiador, o pesquisador analisou documentos que circularam na burocracia imperial. Machado fez de seu posto uma trincheira contra os desmandos dos senhores de escravos, tendo emitido pareceres favoráveis a escravos, coerentes com o espírito da liberdade e da legalidade.

Machado não apoiou a escravidão. Não há, segundo Duarte (2007:242-243), evidência em sua obra que permita afirmar esse apoio: "nos escritos machadianos não se vê em nenhum momento palavras de apoio, mesmo que implícito ou subtendido, à escravidão. Nem se encontram os estereótipos recorrentes cujo foco é a desumanização dos afrodescendentes".

A rarefeita presença do negro em seus escritos é criticada, é verdade, mas pelos que não compreenderam os artifícios do ficcionista. Basta considerar as críticas à escravidão que fazia a pena do cronista e se verá a sua convicção sobre o drama dos escravos. Tome-se o exemplo da violência: "há personagens vítimas das mais diversas formas de violência simbólica, mas a quase totalidade das cenas de agressão física tem como vítimas os afro-descendentes, escravizados ou não" (Duarte, 2007:248).

Por que não há heróis negros nos escritos machadianos? Não seria isso indício de que não foi simpático à escravidão e aos escravos? A ausência não pode ser argumento que suporte suposta indiferença. Afinal, para não comprometer a verossimilhança do universo burguês, o procedimento impôs-se sem, entretanto, fazer com que o tema fosse apagado ou indiferente. Conforme Nascimento (2002:53),

Machado fala de seus irmãos de cor como sujeitos marcados por traços indeléveis de humanidade e por um perfil que quase sempre os dignifica, apesar da posição secundária que ocupam nos enredos. Impõe-se destacar que essa ausência de protagonismo está em homologia com o papel social por eles desempenhado, caracterizado pela subalternidade da condição e pela redução a mera força de trabalho.

Enfim, pode-se assumir que o autor carioca trata do tema da escravidão como trata de outros temas, sem o ativismo da militância política nem excesso panfletário. Não se submete às exigências do discurso ideológico. Machado serve-se da força de sua ficção, com a projeção do tema na dimensão da universalidade de sua obra (Duarte, 2007:272-273):

Deste modo, persiste nos romances o emprego dos procedimentos esquivos, que, em seu conjunto, compõem toda uma poética da dissimulação: o tratamento enviesado, indireto; os negaceios verbais e as alfinetadas ligeiras, mas cortantes; o discurso irônico substituindo a fala explícita ou peremptória; o enfoque universalizante de questões nacionais; a paródia de mitos e narrativas fundadoras de hegemonias; o desmascaramento da classe senhorial pela sátira dos detentores do poder; e tudo isso vazado numa linguagem marcada por disfarces de toda ordem [...].

As peças se articulam sob ambiguidade narrativa, reflexo da ação política da classe senhorial escravista, representada pelo narrador da crônica do escravo Pancrácio. Schwarz (2000) aponta que, em Machado, a forma de narrar corresponde ao funcionamento da sociedade retratada. A brasilidade, o viés nacional, "tem de ser descrito como forma […] O 'homem do seu tempo e do seu país' deixa de ser um ideal e fazia figura de problema" (Schwarz, 2000, p.10-11).

Há correspondência entre o estilo machadiano e a sociedade brasileira escravista e burguesa. Ambiguidade e contradição narrativas, mais ostensivas na crônica de 19 de maio de 1888, estão em correspondência com a ambiguidade política da classe senhorial. A crônica põe às escâncaras o oportunismo de senhores de escravos, que se servem do ato de libertação para dele tirarem o maior proveito possível. A abolição não é ato humanitário de consciência ideológica, mas simples oportunismo político.

Na obra há um capítulo intitulado "Machado de Assis e a abolição".

O uso da Bíblia, sustentáculo da hegemonia cristã-católica, participa da ambiguidade da tensão *ser x parecer*, própria da tradição política brasileira. A elite senhorial *parecia* seguir os preceitos bíblicos.
Quanto ao "Evangelho da missa campal", pode haver duas possibilidades de avaliação. Uma primeira, negativa: a elite política (sacerdotes e levitas), em lance de oportunismo, decreta a libertação dos escravos, para preservar o corpo, ainda que com perda da perna. Revelam-se o perverso conúbio político de interesses e o endeusamento dos donos do poder. A segunda possibilidade é positiva: a libertação dos escravos, plena, era, de fato, a concretização da mensagem do evangelho: os abolicionistas eram verdadeiros "discípulos"; a abolição era a versão moderna do verdadeiro Evangelho. A posse de outra pessoa é o grande pecado que corrompe o sangue; o remédio contra a melancolia era não ser ex-escravo nem ex-senhor. Seria possível conciliar as duas leituras? Em todo caso, Machado não foi um omisso quanto ao tema da escravidão.

5 Observações finais

O uso de pseudônimos biblicamente motivados é indício de que alguns personagens da história bíblica foram inspiração para a atividade literária de Machado. Muitos escritos assinados por pseudônimos bíblicos, adotados em anos anteriores à Abolição, versam sobre a escravidão. A liberdade, direito fundamental e inalienável de todo ser humano, pode ser lida na Bíblia. A militância abolicionista do escritor não foi forjada sob forma politicamente engajada, como alguns gostariam, nos moldes de um atual militante sindical extremista.
Se defendeu a abolição dos escravos de forma convicta, nas injunções históricas em que ocorreu, Machado não acreditava numa Abolição como ideal e utopia, porque na história humana "nada há novo sob o sol", conforme o conhecido refrão do *Eclesiastes*.

Bibliografia

ASSIS, Machado de (2008), Obra completa em quatro volumes. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

CANDIDO, A. (2004), "Esquema de Machado de Assis". In Vários Escritos. 4ª. Edição. São Paulo: Duas Cidades; Rio de Janeiro: Ouro sobre azul.

CHALHOUB, S.(2003), Machado de Assis historiador. São Paulo: Companhia da Letras.

DUARTE, E. A. (org.) (2007), Machado de Assis afro-descendente. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Pallas/ Crisálida.

ELIADE, M, (1981), O mito do eterno retorno: arquétipos e repetição. Lisboa: Edições 70.

FAORO, R. (1974), Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

GLEDSON, J. (1986) Machado de Assis. Ficção e história. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HEINZ-MOHR, G. (1994), Dicionário dos símbolos: imagens e sinais da arte cristã. São Paulo: Paulus.

MAGALHÃES JR., R. (1955), Machado de Assis desconhecido. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

____. (2008) Vida e obra de Machado de Assis, 4 volumes. Rio de Janeiro: Record.

MAINGUENEAU, D. (2001), Elementos de linguística para o texto literário. São Paulo: Martins Fontes.

MASSA, J. M. (2009) A juventude de Machado de Assis, 1839-1870: ensaio de biografia intelectual. São Paulo: Editora Unesp, 2ª. Edição.

NASCIMENTO, N.; Gizêlda M. (2002), "Machado: Três momentos negros". In Terra roxa e outras terras. Volume 2, p. 53-62. Disponível em: http://www.uel.br/cch/ pos/letras/terraroxa [consultado em 7 de outubro de 2014].

PROENÇA, P.S. (2010), Intertextualidade bíblica e escravidão em Machado de Assis (duas crônicas de maio de 1888). Estudos Semióticos. 6 (2), Disponível em: http://www. fflch.usp.br/dl/semiotica/es [consultado em 3 de novembro de 2014].

SCHWARZ, R. (2000), Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34.

A convencionalidade violenta dos gays no cinema brasileiro e o contraponto não convencional de Highsmith

Rosimeri Aquino da Silva[1]
Fernanda Bittencourt Ribeiro[2]

Resumo: A partir da assertiva de que linguagens literárias e cinematográficas contribuem para a representação e o governo de realidades sócio-históricas, este artigo tem como propósito colocar a convencionalidade dos personagens homossexuais no cinema brasileiro em perspectiva com alguns aspectos da biografia e da obra de Patricia Highsmith. A convencionalidade diz respeito às representações dominantes de personagens homossexuais nos filmes brasileiros que, de forma recorrente, transitam em espaços sociais à margem, onde a crueldade, a violência, a morte, a solidão e a loucura são destinos para todos eles. Esse destino também não é incomum aos homossexuais dos filmes norte-americanos. Entretanto, Tom Ripley, o principal personagem de diversos romances policiais de Highsmith, levado as telas, destoa deste padrão. Em uma fusão do personagem com sua criadora ambos são tidos como não convencionais e, também, especulações sobre a homossexualidade de ambos são obsessivamente acionadas pela biógrafa Schenkar e a crítica literária, numa tentativa de explicar a perversidade vencedora do personagem.

Palavras-chave: personagens homossexuais; violência; cinema; convencionalidade

A arte e a vida em simbiose

A linguagem cinematográfica contribui para a elaboração de significados, exercendo assim uma função pedagógica ao apresentar, ao prescrever, ao modelar, ao interpretar aspectos da vida social. Mais do que expressar significados presentes em determinadas culturas, o cinema tem um lugar ativo na educação dos corpos, comportamentos e ações próprias do ordenamento social. A representação, nessa assertiva, é indissociável do conhecimento e, portanto das relações de poder constituintes da sociedade, onde alguns discursos sobre a nossa condição humana, por exemplo, são tidos como mais verdadeiros, mais autorizados do que outros. No âmbito da sexualidade, tema desse artigo, "[...] os filmes exerceram e exercem (com grande poder de sedução e autoridade) pedagogias da sexualidade sobre suas plateias" (Louro, 2008: 82).

Em uma analogia com estudos sobre o currículo educacional, a cultura cinematográfica pode ser compreendida a partir de um conjunto de práticas produtivas: de significações, de relações sociais, de relações de poder, de produção de identidades sociais (Silva, 2001). Somado a função pedagógica há o reconhecimento de determinantes históricos e sociais presentes nas obras cinematográficas, assim como nas obras de arte em geral, sejam elas literárias, musicais, arquitetônicas, entre outras. A época de sua elaboração, o local e as peculiaridades de seu criador são essenciais ao empreendimento artístico. A compreensão de uma obra nos exige, portanto, a capacidade de reconhecer a tensionalidade das dimensões subjetivas e objetivas que a compõem (Waizbort, 2004).

Os argumentos acima referidos nos permitem reconhecer que, em diversas sociedades, os filmes são artefatos culturais de grande importância, amplamente produzidos e consumidos. Sua linguagem contribuiu para a produção e a captura de práticas sociais sejam elas relativas aos comportamentos, aos ritos, as representações étnico-raciais e de classes sociais, assim como as atribuições de gênero e de sexualidade. Em termos sociológicos,

1 Doutora em Educação. Professora da Faced-Ufrgs. rosimeri.aquino@ufrgs.br

2 Doutora em Antropologia Social. Professora do PPG em Ciências Sociais, Pucrs. feribeiro@pucrs.br

somos conduzidos a compreender que a linguagem cinematográfica vem contemplando, ao longo de sua história, a ordem e o desvio, lhes atribuindo, por vezes, o território da marginalidade e da legalidade, do belo e do bom, do sagrado e do profano. Personagens homossexuais, por exemplo, ou personagens sobre os quais pesam dúvidas acerca de suas relações com " [...]o amor que não ousa dizer seu nome"[3] são representados no cinema, instigando-nos questionamentos sobre a forma como se dá essa representação face a constatação de que eles expressam um tipo de sexualidade dissidente da norma hegemônica heterossexual.

Convém assinalar que o reconhecimento das relações de poder, das dimensões subjetivas presentes e constituintes de uma obra de arte é um empreendimento arriscado nos seguintes aspectos: compreender a obra como uma leitura do real, verdadeira, como mero reflexo da realidade humana, sem levar em conta e reconhecer a distância por mais tênue que ela exista entre a vida objetiva e a sua interpretação através de imagem, da linguagem e dos personagens; entender a obra como meramente autobiográfica, colada às impressões, interesses e angústias vividas pelo autor e, por último, compreender que a pedagogia exercida por esse artefato cultural será meramente incorporada, aceita e não contestada pelo expectador. Com vistas a uma reflexão em torno desses dilemas, elegemos as seguintes questões: como personagens cujas sexualidades destoam da heteronormatividade são representados em linguagens cinematográficas? Quais são as fusões estabelecidas entre autores e suas obras, quando sobre eles pesam a denominação de homossexuais? Que relações podemos estabelecer entre personagens homossexuais e as figurações da violência contemporânea? O nosso recorte de análise é sobre o que denominamos de convencionalidade dos personagens homossexuais no cinema, em perspectiva com alguns aspectos da biografia[4] e da obra de Patricia Highsmith, escritora de romance policial, cujo trabalho tem grande reconhecimento da crítica internacional.

Polarização bom versus mau

A denominação gay, atribuída a homossexuais masculinos, é bastante recente, ela até pode sugerir certa simpatia, por não carregar os rastros de abjeção inferidos a outras palavras referidas às pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo como bicha, sapatão, homossexualismo, pederastia e lesbianismo. Em um enfoque mais simpático, os personagens gays, nos filmes brasileiros, podem ser vistos como engraçados, "[...] afeminados, espalhafatosos e caricatos" (Necchi, 2006: 44), não distantes dos gays das tramas cinematográficas norte americanas[5], cuja convencionalidade não surpreende: eles são os amigos bem humorados, caridosos, prestativos, pudicos, inteligentes, irônicos. Às vezes, eles expressam ideias espirituosas e paradoxais divertindo plateias. Não de forma incomum, talvez no âmbito da abjeção, eles são representados como bichas para fazer rir o que muitos denominam como a "bicha louca" da história na medida em que seu comportamento é "afetado", numa referência ao uso exagerado de adereços e gestos femininos, também chamados de "desmunhecadas". Ele também é usualmente representado como histérico, palhaço, caricato, cômico, estereotipado, alegre, paródico, escandaloso, afeminado. Esse tipo de homossexual, nos filmes brasileiros, aparecia de forma breve em alguma cena, pronunciava bizarrices e sumia. Trata-se de uma figura popular (também nas comédias brasileiras), nas Chanchadas dos anos 40, e ainda hoje recorrente em programas televisivos atuais tidos, por alguns, como de baixo nível[6].

---

3 Citação bastante conhecida do escritor britânico Oscar Wilde.

4 Especialmente a biografia elaborada por Joan Schenkar "A talentosa Highsmith". São Paulo: Editora Globo, 2012.

5 Alguns filmes: Frankie & Johnny (1991), As Aventuras de Priscilla, A Rainha do Deserto (1994), A Gaiola das Loucas (1996), Melhor é Impossível (1997), O Casamento do Meu Melhor Amigo (1997), Ninguém é Perfeito (1999), Beleza Americana (1999), Segundas Intenções (1999), Mais Que o Acaso (2000), Sobrou prá Você (2000), O Diário de Bridget Jones (2001), Doce Novembro (2001).

6 "Aviso aos Navegantes" e "Carnaval Atlântida" são filmes brasileiros onde o comediante Oscarito traveste-se de dançarina de rumba e de Helena de Tróia. Essas representações, assim como as dos cabelereiros, bajuladores de ricaças, mordomos excêntricos e outros tipos estranhos/reconhecidos de homossexuais, provocavam (e ainda provocam) risos nos expectadores.

Comentando sobre o travestismo nas chanchadas brasileiras, Augusto (1989) observa que as frequentes insinuações da crítica sobre a troca simbólica de sexo na tela e a virilidade de seus praticantes podem ter contribuído para diminuir a frequência de travestis nestes filmes, ainda que este recurso cômico seja uma tradição que remonta aos tempos de Shakespeare. Segundo o autor *"a mera presença de um travesti numa chanchada levou a crítica a subir no púlpito para um pequeno sermão moralizante – com as habituais acusações de 'pornografia'..."* (Augusto, 1989: 184) Fora do travestismo, as referências à homossexualidade são provocações de riso com a palavra "jiló", por exemplo, que era sinônimo de bicha. O público ria muito numa cena do filme *Aviso aos navegantes* em que Oscarito esconde-se num depósito de jiló. Além deste tipo de insinuação, *"o máximo em bichice permitido nas chanchadas eram os tipos celebrizados por Ivon Curi, cujos trejeitos afeminados, assim como os de Badu, mantinham a frescura nos limites toleráveis do pitoresco."* (Augusto, 1989: 185)

Russo (1987 *apud* Paiva, 2007: 8-9) argumenta que no cinema hollywoodiano, ao longo de sua história, os homossexuais também eram retratados de forma estereotipada e constituíam objeto de riso. Somente a partir dos anos 60, na esteira da crítica feminista e dos grupos de reivindicações, eles reaparecem, mas frequentemente, na pele de personagens perigosos e violentos. No extremo do gay bonzinho e caricato, homossexuais são representados como marginais. Eles habitam os submundos do crime, das drogas, da prostituição. Nada mais previsível, em um imaginário dominante sobre esses personagens, do que o seu livre trânsito em espaços sociais à margem, assim como a recorrência da morte, da punição, da solidão e/ou da loucura como destinos. Digamos que esta é a convencionalidade[7] das trajetórias fílmicas dos personagens homossexuais nacionais, muito em consonância, vale dizer, com as trajetórias dos gays nas paisagens fílmicas hollywoodianas.

No cinema brasileiro, marcas de personagem associadas ao espaço social marginal ainda persistem e definiram, durante décadas, o personagem gay. Este era colocando em tráfego constante pelo espaço marginal, nas periferias: *"Como se a opção sexual o tivesse, na história de seu convívio social, o jogado num espaço a margem, onde pode criar leis de sobrevivência de proscritos"* (Moreno, 2014: 17). Moreno identifica esses personagens (bichas loucas e/ou habitantes do mundo do crime) nos filmes Navalha na Carne (1970) e A Rainha Diaba (1974). O gay do primeiro filme citado é faxineiro, pobre e submisso. Ele apanha de um cafetão, é medroso, é ardiloso, briga e agride uma prostituta. No filme Rainha Diaba as personagens homossexuais convivem com a realidade violenta do tráfico de drogas, elas são obsessivas, estereotipadas e sádicas. (Moreno, 2014: 18). É possível compreender que as identidades gays somente adquirem sentido, quando figuradas a partir das características arroladas acima, "por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas" (Woodward, 2000, p.8). A persistência desse modelo de figuração cinematográfica tende a fixar identidades homossexuais masculinas em formas restritas de representação, desconsiderando a multiplicidade das formas de ser e atuar no mundo social que podem configurá-las.

Madame Satã, filme de 2002, dirigido por Karim Aïnouz, foi inspirado na vida de João Francisco dos Santos. Madame Satã, lendária/o na "vida real" da Lapa, no Rio de Janeiro dos anos 30, foi uma pessoa de múltiplas identidades: segurança, malandro, cozinheiro, cafetão, homossexual, transformista, negro, pobre, analfabeto, presidiário, pai de seis filhos. Bandido, acusado de vários crimes, conhecido e temido nos cortiços, bares e cabarés daquela época. Além disso, o seu temperamento era tido como forte e explosivo, ele era bom de briga, sabia lutar capoeira e usar a navalha, não levava desaforo para casa, não temia policiais e passou quase trinta anos de sua vida na cadeia. A coragem, a força e a virilidade de Satã destoavam das representações dominantes de homossexuais, algo aparentemente paradoxal, segundo entrevistadores de Satã, no Jornal Pasquim, no início dos anos setenta[8]. Na trama cinematográfica, o "mundo" dos homossexuais ainda é o da violência e o da pobreza, afinal esse era o contexto da história. Entretanto, a ampla gama identitária de Satã é trazida à tela, nos forçando a compreensão de que determinadas identidades (na vida real e nas suas figurações) podem escapar a norma e provocar algumas rupturas, apesar das pedagogias que procuram fixá-las e essencializá-las.

---

7 Entendemos convenções sociais como fantasias socialmente compartilhadas (Corrêa, 2004).

8 Ver http://www.tirodeletra.com.br/entrevistas/MadameSata.htm Entrevista de Madame Satã para Sergio Cabral, Paulo Francis, Millôr Fernandes, Chico Júnior, Paulo Garcez, Jaguar e Fortuna, para O Pasquim, de 05/05/1971, e republicada no livro ALTMAN, Fábio. A arte da entrevista. São Paulo: Scritta, 1995.

A fim de criar um contraponto e demonstrar o arriscado caminho de quem segue outra via de representação, vamos nos deter em apresentar uma autora e seu anti-herói. Diferente do padrão que descrevemos acima, ele não habita estas mesmas margens perigosas e circula em outro contexto sociocultural. No entanto, ela, a autora e a inteligibilidade de sua obra será empurrada por sua biógrafa e pela crítica para zonas de sombra e de suspeita.

O mau e a sua autora

O nome Patricia Highsmith é sempre referenciado não só por críticos literários, mas também por apreciadores de enredos policiais e suas adaptações para o cinema. O que nos interpela nos abundantes comentários e interpretações da obra da escritora é a recorrente especulação sobre a sexualidade de seu personagem favorito, e também o mais popular, o talentoso Tom Ripley. Interrogamos também o entrelaçamento entre personagem e autora defendido especialmente pela biógrafa Joan Schenkar (2012). Talvez porque Ripley fuja à regra universal dos finais infelizes destinados aos personagens homossexuais no cinema (pois, apesar de sociopata, seu final é feliz) é que, guiados por parâmetros heteronormativos, os críticos e a biógrafa de P. Highsmith busquem na fusão entre autora e personagem, a explicação para tamanha incongruência.

O romance policial "O sol por testemunha" (Highsmith,1986)[9], publicado em 1955 e vencedor do grande prêmio de literatura policial em 1957. Este livro foi o primeiro de uma série de cinco obras protagonizadas pelo personagem Tom Ripley e recebeu duas adaptações para o cinema: O sol por testemunha[10] (França, René Clément, 1960) e O talentoso Ripley (EUA, Anthony Minghella, 1999). De acordo com a sinopse da história, Tom Ripley possui talentos incomuns: a capacidade de imitar perfeitamente os modos, a voz e a assinatura das pessoas. Por um acaso, conhece Herbert, um rico empresário que lhe confunde com um amigo de seu filho Dickie que vive na Europa. Ripley aceita a oferta desse empresário para trazer Dickie de volta para os Estados Unidos. Ele termina por desfrutar da boa vida de Dickie e de sua namorada Marge, tornando-se hóspede e muito próximo de Dickie. Entretanto, situações inesperadas vão gerando desconfianças sob o passado de Ripley e sob seu comportamento em relação à Dickie que passa a rechaçá-lo. Frente a esse dilema, Ripley não vê outra saída a não ser matar Dickie e assumir sua identidade.

No filme americano, a atração de Ripley por Dickie, em várias cenas, é evidenciada nos diálogos, nos olhares, e ela parece alimentada por Dickie. No filme francês, a suspeita de Marge sobre a homossexualidade de Ripley não é sequer mencionada. Além disso, a Marge da versão americana teme Ripley e não tem dúvidas de que ele seja um assassino. Ela é o oposto da Marge francesa: uma garota mimada e consolada rapidamente com beijinhos e que, logo após o desaparecimento de Dickie, é seduzida por Ripley. Há uma cena instigante, anterior ao assassinato de Dickie: ele encontra Ripley em seu quarto usando suas roupas, seus sapatos e imitando sua voz e seus gestos. Irritado, Dickie ordena que ele tire suas roupas e faz insinuações sobre a sexualidade de Ripley que demonstra surpresa, mas também certa vergonha como se tivesse sido descoberto.

Certamente, é uma cena que suscita ideias em múltiplas direções e a narrativa transposta para a tela é tributária de padrões culturais e valores de época. Neste sentido uma obra literária pode produzir diferentes e divergentes histórias. No entanto, o que chama atenção, é que quando comentada, recorrentemente e independente da forma como foi levada para o cinema, esta cena é tomada como ilustrativa de uma sexualidade desviante da norma. Destacam-se considerações que podem ser resumidas em perguntas como: Tom Ripley, o mentiroso, o falsificador, o criminoso, a criação que obteve grande fama entre os apreciadores dos romances policiais de Patricia Highsmith, é homossexual? Seria ele heterossexual ou bissexual como a sua autora? Apesar de suas bem sucedidas artimanhas para construir para si a identidade do milionário Dickie, no romance The talented Mr. Ripley, o seu verdadeiro desejo não seria Dickie? As ações de Ripley, pautadas em uma racionalidade cujos fins justificam os meios, não encobririam sua "verdadeira natureza", na qual a maldade se entrelaçaria com

9 Título original: The talented Mr. Ripley (1955).

10 Título em francês: Plein Soleil (1960).

(ou seria mais plausível a) uma sexualidade ambígua, escorregadia e, portanto perigosa? Como a literatura dos anos 50 poderia expressar a atração homoerótica entre homens senão através das marcas da anormalidade, da perversidade e da loucura?

Ainda que no filme francês as referências à sexualidade de Ripley pareçam exclusivamente heterossexuais – sua relação com Marge depois da morte de Philipe (Dickie), por exemplo – o raciocínio dos críticos parece o seguinte: posto que a violência e o perigo estão frequentemente na pele de personagens homossexuais, não seria Ripley homossexual, mesmo que ninguém suspeite disto na trama? Não estaria aí mais uma prova de seu talento?

Além da crítica especializada, "leigos" também emitem opiniões sobre este personagem. Uma comentadora, por exemplo, ao escrever sobre o filme americano, O talentoso Ripley, não hesita em começar afirmando: *"O personagem-título é homossexual"* e termina encorajando o público: *"Mas vá sem medo e sem preconceito assistir ao filme. Afinal, duvido que alguém considere um homem homossexual só por gostar de Ripley".*[11]

Sobre a escritora, o filósofo esloveno Slavoj Zizek (que também escreveu sobre Alfred Hitchcock[12]) diz: *"Antes de mais nada, permitam-me um esclarecimento de natureza pessoal. Para mim, o nome "Patricia Highsmith" designa um território sagrado. No meu credo, a autora ocupa, entre os escritores, uma posição semelhante à de Espinosa – o "Cristo dos filósofos", na avaliação de Deleuze".*[13] Sobre a sexualidade de Tom Ripley, Zizek também se posiciona: toda a conversa sobre a homossexualidade de Tom seria descabida. Para ele, Dickie não é objeto de desejo; representa antes um modelo, um ideal de sujeito, "capaz de saber como desejar". Em suma, o ego ideal de Ripley, a figura com quem se identifica imaginariamente, quando, disfarçadamente, lança-lhe olhares cobiçosos. Nestas situações, Tom Ripley não estaria manifestando um desejo erótico pelo outro, quer é ser igual a ele. Mas de qualquer forma, discutir sobre a verdade do personagem é uma necessidade.

Além da recorrente problematização a respeito da assexualidade, homossexualidade, bissexualidade ou heterossexualidade de Ripley por parte dos comentadores da obra de Patricia Highsmith, algo se sobressai em meio a esses comentários: Ripley (assim como sua autora) certamente não era uma pessoa convencional - não só quanto a sua personalidade e seus padrões de comportamento, mas, sobretudo se observados alguns dos enunciados heteronormativos dos anos 40-50: casar com alguém do sexo oposto, ter filhos, formar uma família "normal". Na avaliação de Schenkar (2012), nessa época, Highsmith tinha certeza de seu poder de atração e vivia numa confusão de ligações sociais e sexuais.

A partir de marcos conceituais pós-estruturalistas, como a noção de abjeção de Judith Butler, cabe perguntar sobre os sentidos dessa obsessão. E mais, sobre o significado da não convencionalidade atribuída à autora e sua criação. Ela estaria próxima ao que é definido como abjeção, a saber, algo que causa repúdio, algo dotado de um "espectro ameaçador"? (Butler, 2001: 56).

O Cristo dos escritores

Como denota o título da biografia "A talentosa Highsmith", Joan Schenkar lê Tom Ripley como *alter ego* de sua criadora. Nesta perspectiva, descobrir a verdadeira verdade sobre Ripley, seria descobrir a verdadeira verdade sobre esta mulher que não vê a humanidade como "deveria". A epígrafe escolhida por Schenkar para a biografia diz bastante da "não convencionalidade" que lhe surpreende: *"Pode haver a garota esperando, o beijo no escuro, o sussurro de uma promessa, o sol no parque ou o cisne no lago, o trabalho para mim e o trabalho para ele e para ele, a bandeira tremulando ousada e livre para sempre, e vezes e vezes seguidas o garoto bonito encontrando a bela garota, e a procura e a captura de todo esse belo amor. Isso poderia ser o melhor que existe no mundo... Mas eu não vejo as coisas assim. Nunca verei. Eu simplesmente não enxergo assim."* (Highsmith, 1942 apud Schenkar, 2012 : 9)

---

11 http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2000/02/homem-que-homem-no-teme-ripley.html

12 Pacto Sinistro (Alfred Hitchcock, 1951) foi baseado no livro Strangerson a Train de Patricia Highsmith. O filme também suscita controvérsias e dúvidas sobre aquela estranha simbiose entre dois homens.

13 http://www.egs.edu/faculty/slavoj-zizek/articles/sensibilidade-para-a-inercia/

Enfatizar a "não convencionalidade" de Highsmith é uma preocupação recorrente nesta biografia carregada de adjetivos e assertivas categóricas sobre os humores e o "funcionamento mental" da escritora. Ela é descrita como complicada, repetitiva, perversa, obsessiva, não educada, não generosa, sincera, cruel com os personagens, alguém que tem um olhar confuso sobre a vida, que lutava muito para manter a sanidade e na maior parte das vezes era bem sucedida (!) ... Ela é muito estranha, não convencional: *"Exceto em suas aspirações, Pat Highsmith nunca foi uma mulher convencional – e, nunca, jamais, uma escritora convencional"* (Schenkar, 2012 : 14). Já Tom Ripley é para Schenkar um personagem simbólico: *"Tom tem o mesmo gosto de Pat por calças Levi's bem passadas, pijamas com botões e belos roupões de banho das melhores lojas masculinas."* (Schenkar, 2012 : 182) Passagens como esta sugerem que finalmente Tom Ripley e Patricia Higsmith são a "mesma coisa", uma mesma natureza.

O que queremos enfatizar é que mais do que uma biografia com comentários sobre a vida e a obra, o livro de Schenkar analisa a vida pessoal da autora, estabelece associações. Um leitor de Highsmith declara após a leitura da biografia: "*É possível que, lendo este livro, o admirador de Highsmith que não possuía informações sobre a sua vida particular (meu caso) nunca mais consiga ler sua ficção sem levar em conta todo esse background quase psicótico. Claro que qualquer leitor atento no mínimo teria achado que Highsmith, por suas fotos (nas quais em geral aparece feia como um ogro) e suas personagens ora ambíguas ora francamente doentias, não devia ser lá um tipo que pudéssemos, ainda que de maneira filisteia, chamar de "normal". Ninguém se enganaria achando-a uma escritora americana séria e típica batucando na máquina de escrever e largando-a para cuidar da casa e da família."*[14]

A escrita da biógrafa sugere que ela entendeu essa personagem, ou melhor, ela teria encontrado a verdade sobre Highsmith. Os inúmeros romances da autora com mulheres, sua misantropia e excentricidades seriam evidências do jogo de espelho com suas criaturas, numa espécie de entrelaçamento entre a vida real da autora e sua obra. Em um olhar que fusiona a autora e seu personagem, Schenkar, através de fartas adjetivações como as citadas anteriormente procura explicar Highsmith e um comentarista parece compactuar com essa explicação: A partir da frase de Schenkar segundo quem *"Ela deixou um rastro de mágoas e corações partidos"*, o comentarista conclui *"Patricia Highsmith fez, em vida, o mesmo que seus personagens fizeram na ficção".*[15]

Aliás, a apresentação de aspectos da vida pessoal de Patricia Highsmith parece ser um componente fundamental de qualquer comentário feito sobre seus romances, muito embora tais comentários deveriam, a priori, centrar-se na obra. Mas independente do filme ou romance em análise, o leitor é informado sobre a infância de Patricia Highsmith, sua relação conflitiva com a família (especialmente com a mãe), seus hábitos excêntricos, etc.

As marcas de gênero e de sexualidades hegemônicas não são bem visíveis nestes entrelaçamentos? A referência à vida amorosa da mãe da autora e do amor fusional mãe-filha não estaria servindo para explicar as desordens de uma obra onde o "humano" não rima com o bem e o bem não triunfa? Esta chave de leitura da obra não manifestaria recusas às ambiguidades sexuais e aos comportamentos tidos como estranhos, amorais, fugitivos da heteronormatividade? "Mistérios" sobre a autora – também dita uma reservada senhora, amante de gatos e muito disciplinada no trabalho – revelados pela biógrafa são tidos como úteis à interpretação de seus personagens e de suas tramas. Mas suas realidades precisariam ser atribuídas a algum desajuste da escritora? O "mundo real" não seria suficientemente pródigo em nos fornecer exemplos da sordidez humana?[16] Como compreender que uma literatura que joga luz sobre zonas de sombra desperte suspeitas sobre a sexualidade dos personagens e de seus criadores? Como já destacamos, um personagem assassino como Tom suscita questionamentos não

---

14 http://www.verbo21.com.br/v5/index.php?option=com_content&view=article&id=1247:revelacoes-sobre-patricia-highsmith-e-martin-scorsese-em-dois-volumes-respeitaveis-chico-lopes&catid=112:resenhas-e-ensaios-maio-2012&Itemid=147

15 http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/42311-pesquisa-exaustiva-promove-viagem-por-sentimentos-de-patricia-highsmith.shtml

16 Highsmith também escreveu sobre os animais e suas relações com os humanos. É curioso observar que nos contos do Livro das feras (Highsmith, 2005) a crueldade dos animais é, invariavelmente, resposta aos maus tratos e humilhações dos humanos em relação a eles.

só morais, mas em torno da sua sexualidade. As dúvidas e interpretações acerca de seus possíveis desejos homoeróticos levantam suspeitas que explicariam um comportamento tão transgressor...
Se a autora pode ser vista como o "Cristo dos escritores", como sugere Zizek num registro de grande admiração, a ambiguidade desta distinção também nos remete à figura do sacrifício que serve para restabelecer a ordem: *"É a comunidade inteira que o sacrifício protege de* sua *própria violência, é a comunidade inteira que se encontra assim direcionada para vítimas exteriores"* (Girard, 1990: 20-21). Adjetivar Patricia Highsmith como não convencional, associando isto não só suas excentricidades, mas, sobretudo, suas "escolhas" de gênero e sexualidade podem servir a um reordenamento do mundo a partir da heteronormatividade. Descobrir Highsmith em Ripley, fusionar criadora e criatura reduziria assim, o incômodo da humanidade que explicitam.

A realidade deveria estar proibida

Referindo-se ao campo educacional, Louro (2003: 41) argumenta sobre a desestabilização que ideias de provisoriedade, de precariedade e de incerteza nos causam. A direção clara e as referências seguras são familiares e a elas estamos mais acostumados. Admitindo que a literatura e o cinema também exerçam uma espécie de pedagogia, nos arriscamos a fazer uma analogia dessas ideias do campo educacional com o romance policial e os filmes cujo formato, na maioria das vezes, é bastante previsível. Especialmente quando o recurso à dicotomia bem X mal se faz presente em tais obras e, de forma quase inequívoca, o bem vence. Nos romances policiais e nos filmes que abordam essa temática, o herói é justo e, embora em alguns momentos deva tomar atitudes mais violentas, as mesmas são justificadas pela necessidade de combater os criminosos e tudo o que compõe o mal. O ordenamento social em certa medida se mantém e o final feliz transparece sensação de confiança e de segurança no cumprimento das regras sociais.
Ora, os "heróis" de Patricia Highsmith afastam-se deste herói "tipo ideal". Ripley, por exemplo, encontrará justificativas para suas ações, sejam elas constituídas de falsificações, roubos, mentiras, assassinatos, roubos de identidade... Ripley triunfa e não provoca, necessariamente, repulsa em muitos de seus leitores, pelo contrário. Insanidade, imoralidade, doença mental, entre outras, não são definições desconhecidas dos que experimentam ocupar lugares da sexualidade localizados fora do parâmetro heteronormativo. Certas pessoas apresentariam características "anormais" de comportamento sexual, e estas seriam sintomas ou expressões de desequilíbrio e "doença" (Silva, 2008). Tom Ripley parece (segundo seus analisadores, talvez "especialistas", nos termos foucaltianos) aliar sexualidade desviante e comportamento de sociopata. Ele mente, ele falseia a realidade, ele mata, ele tem desejos que provocam abjeção. Inclusive nele próprio, conforme a cena citada anteriormente, quando diante da afirmação de que era bicha, Ripley se pergunta consternado: como Dickie pode não defendê-lo de uma acusação tão suja?
A maldade que Patricia traz para os seus romances é humana e é isso que parece ser necessário negar. Não só no "mundo real", mas paradoxalmente, também na literatura e no cinema de enredo policial. Hoje é possível encontrar, de forma até exagerada, a representação de um mal triunfante, mas numa tal espetacularização que não parece muito plausível fora da tela. A genialidade de Patricia Highsmith pode ser encontrada justamente na eficácia de sua escrita em produzir familiaridade e identificações do leitor com comportamentos anômicos ou patológicos.
Visto não somente a partir da convencionalidade do pensamento cinematográfico hegemônico, mas também da representação de homossexuais, o personagem Ripley destoa. Ele pode tranquilamente ser diagnosticado como um homossexual doente mental e sociopata, mas, no entanto, seus finais sempre são felizes, no estilo highsmithiano. O cinema brasileiro, obedecendo certamente características da cultura local, não escapa desta convencionalidade dos finais previstos para o mal, fixados na filmografia baseada em romances policiais da Europa e EUA. Também quando comparados aos homossexuais dos filmes brasileiros, os "finais felizes" de Ripley não são convencionais. Talvez aí, toda a necessidade heteronormativa da crítica em buscar na autora a explicação para essa desordem.
Highsmith seria estranha por ver o mundo sem as lentes cor de rosa, usuais em outras narrativas, inclusive nos romances policiais, cujo final é reconfortante para o leitor, pois os criminosos são punidos e o bem triunfa.

Tudo que é humano não é necessariamente bom. Isto, pode-se dizer que a obra de Patricia Highsmith tem o (mau) gosto de nos lembrar o tempo todo. Mas não nos parece que esta recorrência explica-se pela estranheza que o humano causaria a Patricia Highsmith, como propõe a biógrafa: *"Tudo que se referisse ao humano era estranho para ela"* (p. 12). Talvez bem pelo contrário... Parece-nos que Highsmith aproxima-se muito mais do que denominamos realidade, na medida em que no "mundo real" não são raras as vezes que a justiça não se faz, em que o bem fracassa e em que talentosos criminosos obtêm sucesso. Em uma entrevista, ela afirmou algo bastante próximo ao que dizem criminologistas do paradigma do etiquetamento: *"Qualquer pessoa pode assassinar. Puras circunstâncias e nada a ver com temperamento! As pessoas podem ir muito longe – basta uma pequena coisa para empurrá-las para o abismo. Qualquer pessoa. Até a sua avó!"!*[17] Entretanto, para quem demonstra surpreender-se e até mesmo escandalizar-se frente à dita "não convencionalidade" de Ripley e de sua autora, *"a realidade deveria estar proibida"* (La flor de mi secreto, Almodovar, 1995)[18].

Ela *deveria estar proibida* também para uma parcela do público brasileiro que recentemente retirou-se das salas de cinema durante as exibições de Praia do Futuro (Aïnouz, 2014). Neste filme, também referido pela crítica como *praia dos meninos heróis* e cuja trama é considerada *simples e universal,* os personagens homossexuais são pessoas comuns. O "herói" é Donato, um salva-vidas que se apaixona por Konrad a quem ele havia salvado. Donato pode ser visto como o oposto de Ripley, o anti-herói que mata o homem pelo qual, segundo alguns comentadores, estaria apaixonado. Nem Donato, nem Konrad, nem Ripley representam a convencionalidade da representação de homossexuais no cinema. No entanto, a paixão de Donato e Konrad somente ofende a moral dos que por isso retiram-se das salas de cinema. Talvez estas pessoas estivessem bastante acostumadas com os personagens gays convencionais. Como observa Silveira (2014): *"Se os critérios forem severos, podemos afirmar que o mundo tem apenas uma década e meia de produção de filmes a respeito dos mais diversos aspectos que envolvem a homossexualidade."* Neste sentido, pode-se dizer que *a mudança apenas começou* e que reações como às observadas em exibições de Praia do Futuro são até previsíveis. Em acordo com a convenção, esta parcela do público, talvez tenha se divertido muito com personagens como Clô ou Felix que recentemente garantiram audiência para duas novelas do horário nobre; mas fique pouco a vontade quando a homossexualidade é representada em cenas *com poucos diálogos e muitas falas corporais, como dança, sexo, corpos de homens másculos, atléticos, nadando no mar, na piscina.*[19] Já a maldade bem sucedida de Ripley – que não necessariamente causa ojeriza – precisou, insistentemente, ser explicada por sua homossexualidade e a de sua autora. A julgar pela crítica e pelas interpretações apresentadas na biografia de Patricia Highsmith, tanta crueldade num personagem seria ainda mais chocante por ter saído da cabeça de uma mulher. A menos que ela mesma, não seja convencional...

Contraponto final

Entre estes dois universos ficcionais aqui apresentados, brasileiro e Higsmithiano, as diferenças socioculturais são importantes: o primeiro é marcado a "Navalha na Carne" por inúmeras precariedades, o outro, por onde transita Ripley, é elegante, rico e inteligente. Mas, ainda que de forma distinta, a sombra da abjeção pesa sobre ambos. A construção de identidades sociais exige a imposição (que pode se dar por meios pedagógicos, como

---

17 http://falcaodejade.blogspot.com.br/2009/09/quem-tem-medo-de-patricia-highsmith.html. "Segundo Baratta, os representantes do *labeling approach* realizam fundamental correção nos conceitos de crime e de criminoso: "a criminalidade não é um comportamento de uma restrita minoria, como quer difundida concepção (e a ideologia da defesa social a ela vinculada), mas, ao contrário, o comportamento de largos estratos ou mesmo da maioria dos membros da nossa sociedade." (Carvalho, 2009, 302-303)

18 *"¡La realidad! ¡Bastante realidad tenemos cada una en nuestra casa! La realidad es para los periódicos y la televisión... Y mira el resultado. Por culpa de ver y leer tanta realidad el país está a punto de explotar. ¡La realidad debería estar prohibida!* – diz Alicia (Gloria Muñoz), uma editora a Leo (Marisa Paredes), escritora de novelas românticas. http://www.youtube.com/watch?v=VSUHmfbtCZs

19 http://cabinecultural.com/2014/06/25/praia-do-futuro-de-karim-ainouz/

literatura e linguagem fílmica) de símbolos, marcas, exclusões que classificam os grupos sociais e performam modos hegemônicos de relações com eles. Algumas identidades, como as homossexuais, tem uma longa história de desvalia social na qual a fixação e a essencialização de um único modelo estético/corporal/comportamental é condição social para suas figurações, desconsiderando a variedade de repertórios identitários que poderiam caracterizá-los de forma diversa. Alguns personagens e seus autores fizeram pequenas ranhuras que causam desconfortos a este modelo. Entretanto, não nos parece que ele esteja muito fragilizado, mas em face de dilemas, cujos efeitos e respostas, nas/das telas e nos/dos públicos, talvez produzam diferenças.

Referências bibliográficas

AUGUSTO, S. (1989), *Este mundo é um pandeiro – A chanchada de Getúlio a JK*, São Paulo, Cinemateca Brasileira, Companhia das Letras.

BUTLER, J. (2001), "Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"". In: LOURO, G. L. (org.). *O corpo educado*, Belo Horizonte, Autêntica Editora, pp. 151-172.

CARVALHO, S. (2009), "Criminalidade cultural, complexidade e as fronteiras de pesquisa nas ciências criminais". São Paulo, *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 81, pp. 294-338.

CORRÊA, M. (2004), "Convenções culturais e fantasias corporais". In: PEIXOTO, F. A., PONTES, H., SCHWARCZ, L. M. (Orgs.), *Antropologias, histórias, experiências*, Belo Horizonte, Editora UFMG, p. 123-133.

FOUCAULT, M. (1982), Herculine *Barbin: o diário de um hermafrodita*, Rio de Janeiro, F. Alves.

GIRARD, R (1990), *A violência e o sagrado*. São Paulo, Editora Unesp, Paz e Terra.

GÓIS, J. B. H. (2002), "Homossexualidades projetadas", Florianópolis, *Revista de Estudos Feministas*, 10 (2), pp. 515-518 (Resenha de A personagem homossexual no cinema brasileiro de Antônio Moreno)

Disponível em http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38110220

HIGHSMITH, P. (1986), *O sol por testemunha*, São Paulo : Nova Cultural,.

HIGHSMITH, P. (2005), *O livro das feras (para amantes de animais)*, Porto Alegre, LP&M,.

LOURO, G. L. (2003), "Currículo, gênero e sexualidade: o 'normal', o 'diferente' e o 'excêntrico'". In: LOURO, G. L., NECKEL, J. F., GOELLNER, S. (orgs). *Corpo, Gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis, RJ, Vozes.

LOURO, G. L. (2008) "Cinema e Sexualidade". *Educação e Realidade*, 33 (1), pp.81-98.

MORENO, A. "O gay e o espaço social no cinema brasileiro. In: *Catálogo da Mostra O personagem homossexual no cinema brasileiro*, Caixa Cultural RJ, pp. 15-22 04 a 16 de fevereiro de 2014. 88 p.

NECCHI, V. (2006), "Caricatos e Anormais". *Arquipélago. Revista de livros e ideias*, 7. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro (IEL).

RUSSO, V. (1987), *The Celluloid Closet: Homosexuality in the Movies*. New York, Haper and Row.

PAIVA, C. C. de. (2007) "Imagens do homoerotismo masculino no cinema: um estudo de gênero, comunicação e sociedade", Natal, *Bagoas,* 1, (1).

http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v01n01art11_paiva.pdf

SCHENKAR, J. (2012), *A talentosa Highsmith*. São Paulo, Editora Globo.

SILVA, R. A. da. (2008) "O ponto fora da curva". In: MEYER, D. E., SOARES, R. de F. R. (Orgs). *Corpo, gênero e sexualidade*, Porto Alegre, Mediação,.

SILVA, T. T. da. (2001) *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular.* 2.ed. Belo Horizonte, Autêntica.

SILVEIRA, F. "O homossexual no cinema: O dilema da representação" [on line] Disponível em http://www.transasdocorpo.org.br/artigos/o-homossexual-no-cinema-o-dilema-da-representacao. Acesso em: 30 Jun 2014.

WAIZBORT, L. (2004) "Erich Auerbach sociólogo". *Tempo Social*, 16 (1). Disponível emhttp://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000100004

WOODWARD, K. (2004) "Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual". In: SILVA, T. T.; HALL, S., WOODWARD, K. *Identidade e Diferença. A perspectiva dos estudos culturais,* Petrópolis, Vozes, pp.7-72.

Links consultados

http://www.nybooks.com/articles/archives/2009/jul/02/this-woman-is-dangerous/
http://www.theguardian.com/books/2003/jun/15/biography.features2]
http://us.macmillan.com/thetalentedmisshighsmith/JoanSchenkar
http://www.kirjasto.sci.fi/highsm.htm
http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/42311-pesquisa-exaustiva-promove-viagem-por-sentimentos-de-patricia-highsmith.shtml
http://www.estadao.com.br/noticias/arteelazer,livro-desvenda-misterios-da-escritora-patricia-highsmith,853501,0.htm
http://www.revistabrasileiros.com.br/2014/04/29/76-de-100-quando-os-viloes-sao-como-nos-segundo-patricia-highsmith/#.U2K0cIFdXgE
http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/dica-de-leitura/a-talentosa-patricia-highsmith-uma-senhora-facinora/
http://www.egs.edu/faculty/slavoj-zizek/articles/sensibilidade-para-a-inercia/
http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2000/02/homem-que-homem-no-teme-ripley.html
http://www.verbo21.com.br/v5/index.php?option=com_content&view=article&id=1247:revelacoes-sobre-patricia-highsmith-e-martin-scorsese-em-dois-volumes-respeitaveis-chico-lopes&catid=112:resenhas-e-ensaios-maio-2012&Itemid=147
http://www.nb.admin.ch/aktuelles/ausstellungen_und_veranstaltungen/00820/01075/01131/index.html?lang=fr
http://cabinecultural.com/2014/06/25/praia-do-futuro-de-karim-ainouz/
http://sites.correioweb.com.br/app/noticia/encontro/revista/2014/06/23/interna_revista,1138/a-praia-dos-meninos-herois.shtml
http://www.transasdocorpo.org.br/artigos/o-homossexual-no-cinema-o-dilema-da-representacao
http://www.tirodeletra.com.br/entrevistas/MadameSata.htm

A justiça encenada e a televisão justiceira: figurações da violência nos programas televisivos e nos tribunais

Alex Niche Teixeira
alexnt.ufrgs@gmail.com

Rochele Fellini Fachinetto
rocheleff@gmail.com

Resumo: Este trabalho oferece uma reflexão teórica acerca das figurações da violência na contemporaneidade a partir de pesquisas empíricas realizadas acerca de dois espaços sociais produtores de percepções e representações de justiça: a televisão e o sistema de justiça. Busca-se articular os simbolismos que perpassam tais espaços e que produzem simulacros da realidade capazes de amparar a construção social de julgamentos, evocando aspectos caros às discussões sociológicas acerca de gênero, classe e tipos criminais. Embora programas televisivos e tribunais constituam-se em espaços que operam a partir de dinâmicas aparentemente distintas, a análise aponta para analogias de códigos de linguagem, na medida em que ambos os objetos empíricos lidam com crimes violentos envolvendo pessoas com laços de sociabilidade estabelecidos previamente em diversos cenários. A fim de operar seus julgamentos, as moralidades evocadas e reificadas pelos tribunais e pela televisão acabam por legitimar discursos encarceradores de corpos e mentes.

Palavras-chave: Figurações – violência – mídia – justiça.

Introdução

O presente artigo é resultado de um esforço de reflexão teórica acerca das figurações da violência na contemporaneidade, articulado partir de duas investigações empíricas inicialmente paralelas, voltadas para teses de doutorado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tendo como referenciais empíricos a televisão e o sistema de justiça, buscou-se articular os simbolismos que perpassam tais espaços e que produzem simulacros da realidade capazes de amparar a construção social de julgamentos, evocando aspectos caros às discussões sociológicas acerca de gênero, classe e tipos criminais. Embora programas televisivos e tribunais constituam-se em espaços que operam a partir de dinâmicas aparentemente distintas, a análise apontou para analogias de códigos de linguagem, na medida em que ambos os objetos empíricos lidam com crimes violentos envolvendo pessoas com laços de sociabilidade estabelecidos previamente em diversos cenários.

Figurações da violência e representações da justiça na televisão

As características narrativas dos programas de televisão que dramatizam casos criminais reais desde os anos 80 até os 2000 ao redor do mundo, apresentaram variações significativas vinculadas ao arranjo institucional e ao contexto cultural nos quais foram apresentados. Do ponto de vista de uma maior ou menor autonomia nas produções das histórias, o programa inglês *Crimewatch* e o norte-americano *America's Most Wanted* mostraram-se mais fortemente vinculados aos encaminhamentos das instituições formais de controle criminal, particularmente a polícia. Em parte isto esteve condicionado pela atmosfera de lei e ordem no quadro do endurecimento penal que orientou as políticas criminais destes países a partir dos anos de 1970.

Este período corresponde à modernidade tardia, entendida enquanto espaço temporal que engendra câmbios importantes nos padrões de sociabilidade, com o esgotamento de instituições socializadoras tradicionais, a crise da comunidade e da família; as transformações nas relações de trabalho e acumulação; e o surgimento de novos ilegalismos e violências.

Isto não significou formas narrativas idênticas na abordagem dramatizada dos crimes reais por parte de *Crimewatch* e *America's Most Wanted*, assim como variou a intensidade da adesão à polícia. O programa inglês, neste sentido, busca aparentar maior independência, também por conta do histórico de serviço público (e não estatal) da BBC. Embora os cuidados em transparecer narrativamente tais reservas tenham diminuído gradativamente até a saída de Nick Ross da função de apresentação do programa, eles mantiveram-se bem mais ativos do que o programa apresentado por John Walsh na FOX, cujo cunho propagandista da lei e ordem foi fartamente apresentado no discurso e em símbolos gráficos. As diferenças entre os dois programas também se manifestavam em termos do acento dramático das narrativas criminais apresentadas, o qual era mais pronunciado no *America's Most Wanted*.

Em todos os programas, incluindo o francês *Témoin no. 1* e o brasileiro Linha Direta, verificou-se uma percepção acerca do crime como uma ameaça à sociedade, assim como a ideia de que a comunidade desempenharia um papel importante na tentativa de impor punição aos responsáveis pelo estado de violência na contemporaneidade. Do mesmo modo, todos os programas operam no sentido do fortalecimento da crença no modelo convencional de justiça. A despeito de especificidades culturais e institucionais nos distintos países abordados, tal como a percepção pública sobre eficiência da policia e da justiça, a ação dos programas direciona e reforça a orientação de aprisionamento, sem problematizar o aspecto ilusório de tal perspectiva para fins de uma eficiente política de segurança pública, voltada para a prevenção de violências.

Ao defenderem um modelo de incremento punitivo e a necessidade de maior vigilância, os programas direcionavam o problema da criminalidade para os indivíduos ao invés do Estado. Esta operação, em parte, estava influenciada pela própria natureza da relação entre espectadores e televisão desde o estabelecimento desta tecnologia social, antes mesmo do surgimento dos programas aqui referidos. Tal postura, de um lado, evidenciava a precariedade do apelo à comunidade e, de outro, reconhecia a perda de capacidade de contenção do crime e da violência pelas instituições formais no âmbito da modernidade tardia. A resposta ao aumento do crime e da violência apresentava-se aparentemente possível somente pela intervenção dos programas e seus mecanismos de incitação à cooperação dos espectadores para a promoção das detenções alegadamente necessárias ao restabelecimento da ordem.

Tal argumento de legitimidade, mais adaptado aos programas anglófonos, servia em parte também ao *Témoin no.1* e ao Linha Direta. Embora os últimos não tenham experimentado a longevidade dos primeiros, ambos se apresentavam fundamentais para os encaminhamentos de realização da justiça criminal em seus países, com o devido deslocamento ao problema da impunidade estrutural ligada à ação deficitária da polícia e do judiciário. Desta forma, apesar do engajamento em encontrar culpados e promover prisões com a ajuda dos telespectadores, tanto o programa francês como o brasileiro, estabeleceram certo distanciamento das imagens das instituições formais de controle.

A oferta de um canal de participação para fins de "promoção da justiça" pela televisão, embora responda a demandas mercadológicas de manutenção da audiência em um período favorável ao fenômeno dos *reality shows*, inclui, principalmente, uma dimensão política importante. No caso brasileiro, a experiência relativamente recente de retorno ao regime democrático traz consigo uma demanda de participação que, associada a um sentimento difuso historicamente sedimentado de injustiça na resolução dos conflitos sociais, alimenta uma predisposição a ver com bons olhos todo espaço que se ofereça a ouvir e a encaminhar demandas, particularmente se a proposta for a de "fazer justiça".

Nos países centrais a valorização deste tipo de canal vai ao encontro da necessidade de estratégias alternativas frente à incapacidade dos dispositivos tradicionais em manter sob controle a criminalidade crescente. O que estava em jogo era a possibilidade de colaborar para a solução de um caso, embora do ponto de vista jurídico o sucesso desta parceria, concentrado na prisão realizada com a ajuda da audiência e divulgada pelo programa na semana seguinte, fosse apenas uma das etapas do devido processo legal e, portanto, não significava exatamente a realização efetiva da justiça.

Entre a defesa de seus próprios espaços de atuação contra o crime e a cooperação para com as instituições formais de controle, os programas *Crimewatch* e *America's Most Wanted* adotam uma postura dupla: de um lado, beneficiam-se das falhas dos arranjos de lei e ordem; de outro, em conivência com os encaminhamentos convencionais em termos de política de controle criminal, reforçam o discurso de endurecimento, produzindo sua própria demanda por mais e mais punição. Este elemento é fundamental para o aumento do interesse na possibilidade de resolução do problema da violência criminal pela televisão. Entretanto, por operarem no controlado ambiente televisivo, os programas têm a vantagem de alcançarem uma alta taxa de resolução dos crimes apresentados.

Neste aspecto, a exceção fica por conta do programa francês Témoin no. 1, o qual, após adotar uma postura abertamente crítica em relação à polícia e ao judiciário, promovendo inclusive investigações paralelas, não conseguiu produzir resultados concretos em termos de resolução de casos ao longo de seu período de existência. O período relativamente curto das exibições de *Témoin no. 1* evidencia a necessidade de acomodação ao arranjo de controle criminal formal vigente como um dos elementos de sustentabilidade deste tipo de programação televisiva.

Em outras palavras, a manutenção e o desempenho das tarefas a que se propõem os programas que dramatizam crimes reais depende em parte da ligação com as instituições formais de controle e da aceitação por parte destas. Tal vínculo precisa estar presente ainda que as instituições ostentem baixa credibilidade junto à população. Isto porque o que efetivamente está em jogo é a existência de uma noção aceita de legalidade e ordem, a qual é simbolizada pela ação policial e deveria orientá-la. Da mesma forma, os programas precisam dar conta deste sentimento coletivo para se manterem no ar. Não há espaço para substituição pura e simples das instituições formais estabelecidas. O limite da novidade nesta área pode ser uma divisão de poderes, tal como ensaiou o programa brasileiro Linha Direta. O programa *Témoin no. 1* procurou propor um novo operador privilegiado do circuito de justiça, em detrimento da policia e do judiciário baseado na ilusão de que a desconfiança média para com estas instituições na França garantiria o programa em sua aposta, o que se mostrou insuficiente.

Ressalvas comparáveis à atuação da forças policiais na França podem ser percebidas no Brasil. Contudo, para fins do estabelecimento de um programa televisivo que propusesse a realização de justiça diante de um quadro reinante de impunidade, as condições brasileiras eram mais favoráveis. A Rede Globo gozava de um papel institucional até mais forte do que as instituições formais de controle criminal, podendo equilibrar-se de forma mais garantida entre a adesão e a crítica a estas instituições, a fim de combater a impunidade.

Misturando jornalismo e ficção, o Linha Direta utilizou recursos da reportagem tradicional e simulação de casos criminais com atores, lançando mão de toda a experiência da emissora no campo da teledramaturgia. A narrativa decorrente deste arranjo, voltada aos aspectos potencialmente emotivos dos crimes, servia de principal apelo à audiência para que colaborasse com algum tipo de informação sobre os acusados foragidos. Isto não ofendia a lógica estabelecida pelos procedimentos do circuito penal convencional, os quais convergem para a ideia de prisão, mas incluíam a ação indispensável do próprio programa em uma das etapas, mantendo certas distâncias garantidoras, tal como a oferta de um canal próprio para o recebimento das informações dos espectadores – sua clientela – ao invés de submetê-los ao contato direto, talvez não imediatamente desejável, com a polícia.

Mais do qualquer outra organização privada ou estatal na década seguinte à promulgação da nova Constituição Brasileira de 1988, período em que o Linha Direta foi testado e lançado em definitivo, a Globo desfrutava de uma imagem institucional muito positiva, ligada ao progresso e à inovação. Aparentemente era mais organizada e ágil do que a policia, fornecendo legitimidade à proposição do programa em estabelecer uma "linha direta" com a realização da justiça.

A armadilha da solução convencional dos conflitos criminais, comum a todos os demais programas, tendo a promoção de prisões como elemento central desta política, conferia ao programa brasileiro, em troca, uma situação privilegiada, pois, no plano simbólico, aparecia de forma mais eficiente do que a própria polícia. Tal capacidade estava também definida pelos próprios critérios de seleção dos casos criminais apresentados: além de oferecerem elementos mais favoráveis à exploração dramática pautada pela emotividade, também acabavam por apresentar um maior potencial de resolução. Em outras palavras, a clara preferência por crimes violentos contra a vida envolvendo pessoas próximas, a qual atendia ao interesse de maior disponibilidade de

elementos emocionais para serem explorados na dramatização, implicava em que os casos já tivessem uma boa quantidade de elementos elucidativos apurados. Em virtude do relativo adiantamento do trabalho investigativo policial, muitos deles estavam praticamente resolvidos, bastando encontrar ou recapturar o foragido. Por esta razão, em vários episódios, o apresentador relatou que o criminoso havia sido preso durante a semana em que o caso apresentado estava sendo produzido, ou seja, sem a necessidade do programa.

Nos dois primeiros anos de exibição do Linha Direta os casos abordados envolveram não somente foragidos julgados culpados, mas também acusados sem julgamento, por vezes com inquérito em aberto e sequer denunciados. Isto levou a que tenha sido promovido, sem direito a recurso, um julgamento eletrônico dos envolvidos. Ainda que o programa tenha passado por modificações sensíveis ao longo de sua trajetória, dentre as quais a referência a acusados somente com aval legal das autoridades, afirma-se a hipótese de que o programa não atuava somente como um colaborador das agências formais de controle.

Guardadas diferenças específicas, assim como nos programas estrangeiros, o apresentador era o personagem central do Linha Direta e sua atuação mostrou alterações significativas com as mudanças operadas no programa principalmente a partir de 2002, as quais já haviam sido sinalizadas anteriormente com substituição de Marcelo Rezende por Domingos Meirelles nesta função. Além da remodelagem na cenografia e fotografia do estúdio, o discurso do apresentador, assim como do narrador nas simulações - representantes diretos do programa – e tornaram-se mais comedidos, esvaziando-se de comentários e adjetivações acerca das condutas ou do caráter dos acusados. Tais manifestações passaram a se concentrar diretamente nos depoimentos dos familiares. Permaneceu, entretanto, a estratégia de exaltação do passado da vítima e suas virtudes em oposição ao agressor: sem voz, sem história, sem humanidade. Para estes, a estratégia discursiva do programa contribuía no sentido da difusão de uma visão naturalizada de seu caráter criminoso.

Com o recurso narrativo da simulação, o Linha Direta incrementava e extrapolava a culpa dos agressores, buscando de forma totalizante a aceitação da audiência acerca das versões dramatizadas dos casos. O esforço incriminatório e aviltante serviria para o convencimento dos espectadores que estivessem diante da possibilidade efetiva de realizar uma denúncia acerca do paradeiro do agressor. O trabalho de incremento da culpa operado na simulação era necessariamente potencializado pelo tipo criminal recorrente no programa: uma vez que os casos exibidos eram em grande maioria referentes a crimes letais, o ambiente narrativo das simulações constituía quase o único espaço onde a vítima aparecia com vida, falando por sua própria voz. Diante desta situação, nenhum argumento serviria para atenuar a vilania do agressor.

No conjunto da discursividade do Linha Direta o encadeamento dos eventos culpabilizantes e mobilizadores do desdém por parte da audiência em relação aos criminosos apresentados era operacionalizado não somente pelo universo verbal, mas, principalmente, pela significância adquirida pelo fluxo das imagens apresentadas numa certa ordem, robustecidas com a ajuda de recursos formais como enquadramento de câmera, fotografia e fundos sonoros, além de efeitos de pós-produção.

As menções imprecisas à realização de "justiça", identificadas no conteúdo verbalizado do Linha Direta, opunham, paradoxalmente, as instituições formais de controle criminal à ideia de legalidade. Este conflito evidenciava-se no tratamento narrativo destinado aos envolvidos nos casos. A legitimidade da atribuição de culpa aos acusados à revelia de julgamento contava com a esperada reação passional do público às simulações dramatizadas, deixando claro o compromisso do programa com a noção de justiça da audiência e a sua própria.

O linchamento eletrônico dos acusados, verificado a partir da abordagem utilizada na apresentação dos casos e apoiado pela noção de vazio de justiça, presente no discurso do programa, remetia, simbolicamente, a uma noção de "justiça com as próprias mãos ao controle remoto", estimulando manifestações individualizadas de julgamento, permissivas em relação a formas extralegais para a resolução de conflitos.

A invasão do poder legítimo da polícia e da justiça, consentida pelas próprias autoridades e pela audiência, não se dava por uma oposição direta aos trâmites investigativos e processuais, mas por uma reinvenção cultural das práticas jurídicas e de controle social, relativizando, em proveito próprio, os papéis das delegacias e tribunais na sociedade. Desta forma, o programa Linha Direta pode ser compreendido, por um lado, como um denunciante da ineficiência da polícia e da justiça, e ainda, no mesmo sentido, uma instância de engajamento da cidadania, restrita à noção de audiência, no esforço de combate à impunidade. Por outro lado, tal apelo à participação, apoiado em um discurso de promoção de direitos buscava, antes de tudo, a legitimação do próprio

campo de atuação do programa, construindo em torno de si a imagem de uma das poucas instâncias abertas à participação pública no país. Além disto, o desfecho dos casos, cristalizado simbolicamente na prisão dos foragidos, concorria para o obscurecimento de uma efetiva noção de realização da justiça no marco do Estado democrático de direito.

A ideia promovida era duplamente falaciosa, pois fazia crer que a prisão do acusado era um ato sumário e definitivo, ao qual não cabiam recursos, e era eficaz, isto é, resolvia o problema da vítima, da família, das autoridades e do mal estar social provocado pelo ato delitivo.

Grande parte da literatura de língua inglesa reuniu estes produtos televisivos sob o rótulo de *real crime TV shows*. Na França o conceito foi traduzido por *telerealité* e em outros contextos foi mimeticamente incorporado na forma original. Entretanto, a noção implícita de espetáculo baseado na realidade, a qual remete à ideia clássica de representação, conflita com as teorizações avançadas acerca da televisão. Estas apontam que as produções televisivas pouco se referem à "realidade".

Neste sentido, a dramatização televisiva do crime e da violência não trata de representar os fenômenos. As construções narrativas recheadas de detalhes, ângulos incomuns, ruídos e temas musicais mobilizadores de sensações transformam as cenas criminais em situações virtuais, somente vivenciáveis com o auxílio dos suportes tecnológicos propiciados pela experiência audiovisual televisiva. Os delitos nas dramatizações adquirem aspectos mais reais do que os acontecimentos nos quais afirmam basear-se. Convertem-se em hiper-crimes.

O arranjo decorrente opera uma justificativa legitimadora em dois planos interligados: o primeiro garante o argumento da necessidade de existência do programa, fundamental para dar conta da condição virtual do mundo criminal, na medida em que os mecanismos convencionais da polícia e da justiça não mais são capazes de reverter a situação. De fato, as próprias estatísticas criminais oficiais abarcam precariamente a criminalidade contemporânea. Por consequência, a reação policial baseada simplesmente nestas informações não se mostra suficiente para fins de prevenção. Em verdade, a ideia de reação como estratégia de segurança pública – a mesma oferecida pelos programas, contando com a postura proativa dos espectadores - nunca esteve voltada para a prevenção. Na medida em que estes programas de televisão não estão à margem do arranjo que levou à crise deste modelo de polícia, consistem na manifestação mediática da agonia do modelo reativo de polícia. Daí a justificativa para uma hiper-justiça, cujos critérios de eficiência verossimilhante - a prisão do acusado como suposto restabelecimento da ordem e prevenção dos conflitos - podem eventualmente sobreporem-se aos da legalidade e da humanidade. O segundo plano envolve os programas em sua incorporação discursiva das agências formais, atenuando a incapacidade concreta destas em dar conta do fenômeno hiper-criminal apresentado.

Assim, evita-se a mudança do modelo como um todo, no sentido da necessidade de alterar o objetivo de prender cada vez mais, contanto que seja aceita a intervenção televisiva, na medida em que somente este agente dispõe dos mecanismos para a realização de uma hiper-justiça.

Figurações da violência e representações da justiça nos tribunais

As narrativas televisivas sobre o crime e seu diálogo com as narrativas produzidas pelo sistema de justiça constituem, neste trabalho, um profícuo campo de análise e reflexão.

A análise sobre as figurações da violência e do crime no espaço dos tribunais fundamenta-se num estudo sobre os discursos dos agentes jurídicos que atuam no Tribunal do Júri, (Porto Alegre, Sul do Brasil) nos julgamentos de homicídios em casos de homens que mataram mulheres e mulheres que mataram homens. O estudo teve como foco de análise os discursos dos agentes jurídicos (promotores, defensores públicos e advogados particulares) que atuam no Tribunal do Júri, procurando compreender como os aspectos de gênero são evocados nos argumentos de acusação e de defesa nesse espaço. Para além dos sentidos de gênero, a pesquisa de campo possibilitou evidenciar outras noções que são importantes para compreender como se estabelece a produção da verdade jurídica neste espaço social, a saber, a classe social dos envolvidos. Por fim, outra dimensão observada situa o Tribunal do Júri com um espaço de produção de violências, sobretudo, de

violências discursivas, o que permite alguns desdobramentos acerca da análise das figurações da violência nos tribunais e sua relação com as narrativas televisivas.

O Tribunal do Júri, no Brasil, é o órgão do poder judiciário responsável pelo julgamento dos crimes dolosos contra a vida – homicídio, infanticídio, aborto e instigação, induzimento ou auxílio ao suicídio (LOREA, 2003, p. 8). Por julgar crimes considerados de grande intensidade e que afrontam sobremaneira a consciência coletiva, como os crimes dolosos contra a vida, entende-se que esse julgamento deva ser diferenciado, não por membros do campo jurídico, mas pela própria sociedade, ou seja, o autor desses "graves crimes", crimes intencionais contra a vida humana, deve ser julgados por seus pares. O veredicto é, portanto, decidido pelos jurados e não pelos agentes jurídicos. Por esta razão o Júri, no Brasil, constitui-se como um lócus privilegiado de análise especialmente no que diz respeito aos discursos dos agentes jurídicos que ali reivindicam para suas falas uma dimensão de realidade, remetem os jurados a uma cena real e expressam uma performance viva que não se limita a um texto.

É nesse espaço que os agentes lançam mão de todo um recurso à teatralização, à dramatização, como se estivessem (e de fato estão) contando uma história, com atores ou personagens sobre um fato que eles precisam aproximar o máximo possível de alguma representação do real, ou seja, dotá-lo de realidade, de credibilidade a fim de que a representação presente no júri se torne convincente aos jurados, que decidem pelo veredicto.

Em função desta especificidade, qual seja, de que os veredictos são decididos por leigos e não por membros do campo jurídico (BOURDIEU, 1998) observa-se que, para além do conhecimento da técnica jurídica e dos textos legais, ou de como "enquadrar" cada caso numa tipificação jurídica que seja mais convincente que a outra, é preciso ter outros capitais como a oratória, o domínio teatralizado daquele espaço e das palavras, a performance em plenário, a capacidade de convencer, de emocionar, de aproximar aquele fato social traduzido em fato jurídico, novamente num contexto dos sentidos não jurídicos[1]. Esta é justamente uma das dimensões através das quais é possível estabelecer uma articulação analítica com a produção dos hiper-crimes pela mídia televisiva.

A discussão sobre a questão de gênero, que suscitou o desenvolvimento da pesquisa a partir do recorte no Tribunal do Júri, insere-se num campo de estudos sobre gênero e sistema de justiça que já vem sendo desenvolvida no Brasil desde os anos 80[2].

Pesquisas como de Mariza Corrêa (1983), Ardaillon e Guita Debert (1987), Wânia Pasinato (1998) apontam que no julgamento pelo sistema de justiça nos casos envolvendo conflitos entre homens e mulheres, as resoluções judiciais objetivam preservar a família e, de certa forma, respondem aos anseios sociais sobre os "papéis" de homens e mulheres dentro dessa família. As pesquisas também indicam que, em casos de violência contra a mulher o que é julgado não é apenas o crime, mas o comportamento das pessoas envolvidas e sua adequação aos modelos sociais de "homem" e "mulher".

Estudos mais recentes, organizados por Debert, Gregori, Oliveira (2008, p. 5), que foram realizados tanto na instância do Tribunal do Júri como nos Juizados Especiais Criminais, também trazem importantes contribuições para compreender a multiplicidade das dinâmicas institucionais. Neste estudo os autores apontam que há uma tendência de "invisibilidade da violência" para os crimes que envolvem pessoas conhecidas e ainda a reificação das desigualdades de poder nas relações de consanguinidade e afinidade. A percepção desses operadores têm

---

1 Em seus estudos sobre o sistema de justiça, Kant de Lima (2004, p. 52) destaca três formas de produção da verdade do sistema jurídico: a policial, a judicial e a do Tribunal do Júri. Nesse sentido há, desde a fase policial a "construção de discursos" que vão "criando" o fato jurídico, não o fato real. Nesses processos de construção os indivíduos sociais vão adquirindo outros status, um status jurídico – acusados (as); indiciados (as), réus (rés); os fatos sociais vão sendo transformados para uma linguagem jurídica em fatos jurídicos – delitos, a tipificação jurídica.

2 O tema dos conflitos de gênero e sua resolução nos mais variados espaços da justiça – desde as delegacias, Juizados Especiais Criminais, Juizados de Violência Doméstica, entre outros – tem se constituído num profícuo campo de reflexões e pesquisas desde a década de 80. Seja em experiências de atendimento às mulheres, seja nos boletins de ocorrência, processos, sentenças os estudos nessa área contribuem para compreender como gênero e mesmo outras categorias como classe social, raça, orientação sexual influenciam as práticas da justiça, produzindo e reproduzindo relações desiguais na sociedade.

primado por uma valorização da família, das relações familiares, relutando em identificá-la como um lócus de produção de violência.

É o que também aponta o estudo de Carrara, Vianna e Enne (2002, p. 81/82) os crimes ocorridos no âmbito doméstico ainda encontram resistência de serem julgados pelo sistema judiciário, a partir da compreensão de que esses fatos, ocorridos em âmbito familiar não são um problema do Estado e, portanto, devem ser solucionados na própria família, que deve, acima de tudo, ser preservada. Persiste, como apontam Debert, Gregori, Oliveira (2008, p. 6), uma concepção de "salvaguarda" da família, uma dificuldade de aceitar que existe crime e violação dentro da família, atribuindo um caráter de "naturalização" dessas formas de violência.

Diante dessa multiplicidade de instâncias analisadas com focos em distintos objetos de estudo (processos, boletins de ocorrência, sentenças judiciais), esta pesquisa direciona seu olhar para um espaço e um objeto ainda pouco explorados neste campo de estudos: o Tribunal do Júri e a produção dos discursos dos agentes jurídicos, buscando compreender como os aspectos de gênero emergem nessas falas.

Na percepção dos agentes jurídicos, há distinção principal dos casos que chegam ao júri: ou se tratavam de casos que envolviam relações conjugais, de afinidade ou familiares ou se tratava de outra esfera, ligada à criminalidade urbana, cujos crimes "circulavam" por um terreno mais sombrio, particularmente aqueles ligados ao tráfico de drogas.

Observou-se a existência de duas lógicas discursivas predominantes: aquela ligada aos crimes do tráfico de drogas e a dos crimes da paixão. Em geral, os casos acabavam sendo inseridos numa ou noutra lógica discursiva.

Para o caso dos discursos dos "crimes do tráfico", cabe destacar que ele não necessariamente teve como motivação questões relacionadas ao tráfico de entorpecentes: trata-se de uma apropriação discursiva, uma estratégia discursiva que é utilizada em determinados casos, a partir de determinados aspectos do perfil dos envolvidos, sua classe e origem social. Por exemplo, "morar na vila" é um aspecto considerado em relação aos envolvidos para inserir o crime nos discursos que remetem ao tráfico de drogas. Portanto, a categoria "crimes do tráfico" não expressa que os crimes foram "motivados" por questões relacionadas ao tráfico de entorpecentes, mas antes, reflete uma estratégia discursiva utilizada para crimes com distintas motivações, e que, a partir de alguns aspectos, acabam sendo inseridos na seara dos "crimes do tráfico".

No caso dos crimes cujos discursos são associados aos "crimes do tráfico", há uma *supervalorização do crime* – que enfatiza a gravidade social que ele representa – ao mesmo tempo em que produz uma *desvalorização dos envolvidos*, sejam vítimas ou réus/rés. Os envolvidos nestes casos são referenciados recorrentemente a partir da ideia de que *"aqui ninguém é santo"*, sejam réus/rés ou vítimas, independente do gênero.

Identifica-se uma "*homogeneização*" dos envolvidos, como se todos partilhassem de um universo criminoso e fossem, portanto, mais condenáveis e criminalizáveis *a priori*. Essa homogeneização dos envolvidos como integrantes de "mundo do tráfico" se constrói com base na ideia de que, em função do contexto onde estão inseridos, os sujeitos ou estão diretamente ligados ao tráfico de drogas ou sabem que ele existe mas não o denunciam e, portanto, seriam coniventes com o crime.

Um aspecto central que marca os discursos permeados pela lógica "crimes do tráfico" é no sentido de "desmerecer" ou desvalorizar os envolvidos nesses casos, sejam vítimas, réus/rés e até mesmo testemunhas.

Em relação aos discursos produzidos sobre os chamados "crimes da paixão"[3] eles envolvem, sobretudo, casos que acontecem no âmbito das relações conjugais ou familiares. Nestes discursos, percebe-se, ao contrário dos "crimes do tráfico" uma *"invisibilização" dos crimes*, pois não são vistos como crimes graves ou ameaçadores da ordem social.

Existe uma relutância em reconhecer nos envolvidos a figura do(a) criminoso(a) ou do(a) assassino(a), como é atribuído em outros casos. Os envolvidos nesses crimes não são vistos como um risco à ordem social, não partilham de uma imagem de "criminosos", mas de pessoas que, fortuitamente, se envolveram num crime motivado por um sentimento exacerbado, o amor. Eles desfrutam de uma identidade que não a de criminosos.

---

3 O termo "crimes da paixão" surgiu durante a própria pesquisa de campo, a partir das falas de agentes e outras pessoas que atuavam no tribunal. Muitas vezes chegava ao plenário e ouvia alguém dizer que naquele dia teríamos aqueles júris mais tranquilos ou mais interessantes: os dos "crimes da paixão". Como o termo expressa bem a ideia presente nos discursos optei por mantê-lo.

Nesses casos, a relação entre os envolvidos, seus comportamentos e aspectos íntimos da relação conjugal são objeto de escrutínio pelos agentes.
O seu ato não é inserido num contexto de "produção de medo", da necessidade de combater esse tipo de crime, mas é analisado dentro de um universo "privado" como decorrência das relações que ocorriam nesse espaço. O autor(a) desses crimes está no banco dos réus em função de algo fortuito, de algo circunstancial que aconteceu em sua trajetória e que, portanto, não ofereceria riscos à sociedade como um todo.
Estes discursos contribuem para compreender de que forma se hierarquizam réus/rés e vítimas de acordo com determinados aspectos sociais, que os posicionam diferentemente na sociedade. Na verdade estes sujeitos "desvalorizados" nos discursos do "tráfico" já estão posicionados na sociedade – numa situação de desvantagem econômica. O que estes discursos fazem é reposicioná-los também num lugar de desvantagem no espaço do jurídico, da justiça.
Discursos reconstroem diferentes pessoas, pessoas diferentes, corpos que importam mais, corpos que importam menos, corpos que não importam e que nem mereciam estar ali. Discursos – que não são abstratos, mas objetivos – tratam de réus que fizeram justiça, de réus que mereciam morrer, de vítimas que não mereciam ser vítimas e de vítimas que deveriam ter sido mais vítimas, ou talvez, morrido mais vezes.
Há um constante jogo de forças entre construir/descontruir uma imagem de réus/rés "melhores ou piores" e igualmente de vítimas "mais merecedoras de justiça do que outras". Trata-se de um campo de forças e disputas em que réus/rés/vítimas são constantemente "trocados de lugar", circulam em distintos "papéis" dentro do espaço de julgar - uma pergunta pode rapidamente converter uma boa mãe numa promíscua mulher que merece menos justiça do que outra - os papéis, que são instáveis no júri, que estão constantemente em suspenso, mudam, a partir da dinâmica de disputa entre acusação/defesa e dos discursos de que ambas as partes lançam mão, produzindo réus/rés e vítimas mais passíveis de credibilidade, mais humanos ou mais desumanos.
A partir das narrativas é possível perceber que há um contínuo processo de deslocamento entre réus/rés e vítimas: há uma circulação desses "papéis" onde um réu ou uma ré pode ocupar o 'lugar' da vítima, ou de um réu mais abominável. Os aspectos de gênero que emergem nesses discursos são centrais para produzir esse deslocamento, para fazer de uma vítima mais vítima, de um réu ou uma ré mais ou menos réus.
Entende-se que os aspectos de gênero constituem-se como importante recurso de poder nas lutas e disputas nesse espaço do campo e contribuem para produzir esse deslocamento de papéis entre réus/rés – vítimas, conferindo legitimidade não apenas aos envolvidos, mas às próprias versões dos agentes que estão em disputa neste espaço do campo.
O aspecto da dramaticidade é fundamental nesse processo de produção de uma verdade jurídica que seja capaz de convencer os jurados acerca das teses que estão em disputa nesse espaço. É a dramaticidade da justiça que nos conecta com as narrativas televisivas sobre o crime, possibilitando borrar os limites e fronteiras desses espaços, evidenciando a mídia como um espaço que reivindica um status de justiça, bem como, os tribunais lançando mão da dramaticidade para julgar.
Schritzmeyer (2001) faz uma leitura antropológica do ritual de julgamento pelo Tribunal do Júri a partir de quatro conceitos orientadores: jogo, ritual, drama e texto. No júri como jogo a autora (p. 8/43) mostra como as características de qualquer jogo estão presentes no júri, ele absorve intensamente seus "jogadores", representa um momento exterior, à parte da vida habitual, onde regras estabelecem os seus limites temporais e espaciais. O júri é um jogo de persuasão que não envolve apenas promotores e defensores, mas juízes, assistentes e o próprio réu. O caráter ritual do júri, por sua vez, diz respeito a uma série de ações e procedimentos determinados que precisam ser cumpridos, como falas, gestos, expressões que ocorrem no julgamento. A dimensão ritual implica, segundo a autora (p. 96) um tempo e uma sequência pré-determinados para que cada um se manifeste e regras sobre como devem se dar essas manifestações.

> No ritual do Júri temos uma ação cuja matéria é o drama de julgar em que circunstâncias a morte de um ser humano por outro é mais ou é menos legítima e até legal e, portanto, passível de absolvição do agente, ou condenável. Dependendo desse julgamento, advém a decisão de se o acusado deve ter seu poder de matar controlado pelo Estado — permanecendo confinado e separado "da sociedade" — ou se ele tem

> condições de se auto-controlar e, assim, viver em liberdade (SCHRITZMEYER, 2001, p. 104/105).

Para a autora, é central compreender como as mortes são contadas e imaginadas, a dramaticidade, a teatralidade conferem força capaz de tornar um homicídio mais aceitável do que outro, uma morte mais legítima do que outra. Trata-se, segundo ela (p. 111) de um exercício dramatizado de poder. Essa dramatização, presente no júri, faz com que atos ou palavras banais utilizadas no cotidiano adquiram outro sentido quando lançadas neste ritual (SCHRITZMEYER, 2001, p. 114).
Num dos casos analisados, um julgamento de três réus (dois homens e uma mulher) acusados pelo homicídio de outro homem que era namorado da ré, o promotor público apresenta uma acusação perpassada pela dramaticidade.
O promotor então cita um autor, Edilson Bonfim, que é também um promotor, para dizer que *"no júri não é só a lei, é a literatura, a poesia"*.

> Não existe certeza absoluta. Só os tolos defendem a verdade e a certeza absoluta. A dúvida absolve. A dúvida condena. Se a dúvida for uma dúvida aceitável, condene.
> Eu já fui taxado de teatral.
>
> Os senhores são pais e mães? Então vamos recordar.....
> A gravidez.... a notícia da gravidez.... as cólicas, o parto, o primeiro choro, o primeiro abraço, o primeiro peito, o primeiro dia na escola....
> [segue trazendo exemplos de momentos da trajetória de uma criança]
>
> E o determinante da acusação foi tudo o que eu falei até agora.
> Não se condena por emoção.

O promotor então fala partes de uma música de Chico Buarque:

> Oh, pedaço de mim
> Oh, metade afastada de mim
> Leva o teu olhar
> *Que a saudade é o pior tormento*
> É pior do que o esquecimento
> É pior do que se entrevar
> *Oh, pedaço de mim*
> *Oh, metade exilada de mim*
> *Leva os teus sinais*
> *Que a saudade dói como um barco*
> *Que aos poucos descreve um arco*
> *E evita atracar no cais*
> *Oh, pedaço de mim*
> *Oh, metade arrancada de mim*
> *Leva o vulto teu*
> *Que a saudade é o revés de um parto*
> *A saudade é arrumar o quarto*
> *Do filho que já morreu*
> *Oh, pedaço de mim*
> *Oh, metade amputada de mim*
> *Leva o que há de ti*
> *Que a saudade dói latejada*

> É assim como uma fisgada
> No membro que já perdi
> Oh, pedaço de mim
> Oh, metade adorada de mim
> Leva os olhos meus
> Que a saudade é o pior castigo
> E eu não quero levar comigo
> A mortalha do amor
> Adeus
>
> Promotor: Hoje eu fui um servo de Deus e hoje eu estou feliz por isso.
> Pensem nas pessoas que vocês amam, pensem numa pessoa que vocês amam e que acabou de ser assassinada com um tiro na nuca. Vocês vão chegar em casa e ter que fazer o velório....
> [silêncio em plenário]
> Quando chegarem em casa deem um abraço apertado e vivam essa vida com muito amor.
> Eu só queria que vocês, por um minuto, exercitassem essa dor que essa mãe vai sentir para sempre....
> (Diário de campo, julgamento nº 02).

Pela defesa.

> Defensor: A única história que eu contei foi a do processo.
> (Diário de campo, julgamento nº 02). (FACHINETTO, 2012, p. 332)

O promotor lança mão de um recurso à teatralidade, movimenta-se no plenário, dramatiza gestos, falas, declama a música de Chico Buarque olhando para os jurados. Estes recursos são utilizados de forma a convencer os jurados, a converter o fato social (morte) já convertido em fato jurídico (homicídio qualificado) novamente em fato social, dotando-o de realidade e de emotividade. Esta operação é fundamental nas disputas que se estabelecem neste espaço, pois conferem legitimidade às versões que estão em confronto no julgamento.
Para Schritzmeyer (2001, p. 150) o desfecho de condenação ou absolvição depende mais do que se desenvolve em algumas horas de plenário do que propriamente daquilo que se processa, ao longo de anos, desde o registro policial, em função, sobretudo, desta dimensão ritual que confere força e intensidade ao momento de julgamento, bem como, a dramaticidade e a teatralidade que é, segundo ela, intrínseca ao júri.

> Uma das conclusões que perpassa esta tese, portanto, é a de que a "justiça" praticada pelo Júri, apesar de todas as desigualdades que lhe são intrínsecas, em alguma medida é aceita e legitimada por seus participantes devido à ilusão teatral — e maniqueísta — de que algo superior a todos os envolvidos está em jogo e em cena: a luta entre "bem" e "mal", certo e errado, perdão e punição, compreensão e vingança (SCHRITZMEYER, 2001, p.119/120).

Considerações finais: a justiça encenada e a televisão justiceira

Este texto representa um esforço inicial de colocar em diálogo os espaços da mídia e dos tribunais para pensar as figurações da violência. Interessou-nos explorar os discursos e as simbologias através das quais a mídia e a justiça entrecruzam-se, complementam-se e borram as fronteiras de significados de seus espaços. É interessante observar como, a fim de operar seus julgamentos, as moralidades evocadas e reificadas pelos tribunais e pela

televisão acabam por legitimar discursos encarceradores de corpos e mentes. Este constitui um eixo comum a ambos os espaços: a demanda por aprisionamento, pela realização de uma "justiça" que se expressa pelo encarceramento, pela segregação, pela sujeição criminal que seleciona determinados indivíduos como mais condenáveis do que outros – seja na mídia, seja nos tribunais.

Bibliografia

ARDAILLON, D. & DEBERT, G. G (1987). Quando a vítima é mulher. Análise de julgamentos de crimes de estupro, espancamento e homicídios. Brasília: CNDM.

BOURDIEU, Pierre (1998). O Poder Simbólico. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CARRARA, Sérgio & VIANNA, Adriana & ENNE, Anna Lúcia (2002). Crimes de Bagatela: a Violência contra a Mulher na Justiça do Rio de Janeiro. In: Corrêa, Mariza (org.) Gênero & Cidadania. Campinas: Ed. Pagú/Núcleo de Estudos de Gênero – Unicamp, pp. 71-111.

CORRÊA, Mariza (1983). Morte em família. Representação jurídica de papéis sociais. São Paulo: Graal.

DEBERT, Guita Grin & GREGORI, Maria Filomena & OLIVEIRA, Marcella Beraldo de (2008). Apresentação. In: DEBERT, Guita Grin, GREGORI, Maria Filomena & OLIVEIRA, Marcella Beraldo de (org.). Gênero, família e gerações: Juizado Especial Criminal e Tribunal do Júri. Pagu/Unicamp, Coleção Encontros, pp. 5-13.

FACHINETTO, Rochele Fellini (2012). Quando eles as matam, quando elas os matam: uma análise dos julgamentos de homicídio pelo Tribunal do Júri. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS, Porto Alegre.

KANT DE LIMA, Roberto (2004). Direitos civis e Direitos Humanos: uma tradição judiciária pré-republicana? São Paulo Perspec. São Paulo Jan./Mar, pp. 49-59.

Disponível em http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22226.pdf [consultado em 01-12-2014]

LOREA, Roberto Arriada (2003). Os Jurados "leigos": uma antropologia do Tribunal do Júri. 2003. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS, Porto Alegre.

PASINATO, Wânia (1998). Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero. São Paulo: Annablume: FAPESP.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore (2001). Controlando o poder de matar: uma leitura antropológica do Tribunal do Júri: ritual lúdico e teatralizado. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo.

Cenas da violência policial e do protagonismo de suas vítimas no Brasil

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior[1]
clodomir.cordeiro@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo ser uma contribuição aos estudos que se dedicam à compreensão da violência e da centralidade da *figura da vítima* na conformação dos regimes democráticos no mundo luso-afro-brasileiro. Em arranjos políticos onde as vítimas da violência emergem e demandam o reconhecimento de suas perdas e sofrimentos, temos por objetivo refletir sobre as experiências desses atores no processo de construção das democracias lusófonas a partir do contexto brasileiro. Explorando os percalços de um grupo de familiares de vítimas da violência policial formado em 2006 no estado de São Paulo, versaremos sobre as figurações da violência no Brasil e o papel das vítimas, ou daqueles que buscam falar em seu nome, nas *práticas de controle* contemporâneas (Garland, 2008), especialmente as que se referem ao fenômeno da violência policial.

Palavras-chave: Vítimas; violência; polícia; controle; Brasil.

O presente trabalho tem por objetivo ser uma contribuição aos estudos que se dedicam à compreensão das questões relacionadas à emergência da figura da vítima e seu protagonismo na consolidação dos Direitos Humanos no Brasil[2]. Nessa perspectiva, pretendemos em nosso texto refletir sobre as experiências das vítimas da violência armada e sua contribuição para a conformação dos contornos do regime democrático brasileiro. Explorando os percalços das *Mães de Maio* (grupo de familiares formado em São Paulo a partir em 2006 a partir do período caracterizado pelos ataques *do Primeiro Comando da Capital* (PCC), pela *Segunda Megarrebelião* do Sistema Penitenciário no estado e por respostas enérgicas e questionáveis das forças policiais a esses eventos) versaremos sobre as práticas de controle no país, especialmente aquelas que se referem à violência policial, e seus impactos no processo de judicialização dos conflitos sociais. Em uma configuração regional onde a avaliação da legitimidade dos regimes democráticos passa pelo controle das práticas dos seus agentes, os familiares dos mortos e desaparecidos em São Paulo exigem o *deslocamento de competência* (IDC) para o trâmite dos processos que iniciaram na esfera judicial do Estado paulista. O texto que segue foi dividido em quatro momentos com vistas à comtemplar os objetivos a que nos propomos.

Narrativas sobre a virada antropológica das "vítimas contemporâneas"

Uma maneira interessante de iniciarmos nossos argumentos passa pela reflexão acerca das funções e significados que a *figura da vítima* incorpora em *arranjos sacrificiais*, porvezes pensados como característicos de sociedades

---

1 Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP). Coordenador do Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre as Cidades da Universidade Federal do Maranhão (UFMA/São Bernardo). Pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará (LEV/UFC).

2 O presente texto faz parte dos argumentos que desenvolvo em minha tese de doutorado intitulada "Vítimas da Violência: ressonâncias sociais da criminalidade no Brasil" defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP). A pesquisa foi desenvolvida com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

"tradicionais" e "imemoriais". Buscando destacar o lugar das vítimas nesses contextos sacrificiais, tomaremos por base para o desenvolvimento dos nossos argumentos as reflexões de René Girard (2008) presentes em seu instigante livro "*A Violência e o Sagrado*" (*La Violenceetlesacré*, 1972).
Dando-nos uma visão geral do esquema do funcionamento da *configuraçãosacrificial*, Girard considera que através do sacrifício "a sociedade procura desviar para uma vítima relativamente indiferente, uma vítima 'sacrificiável', uma violência que talvez golpeasse seus próprios membros, que ela pretende proteger a qualquer custo" (Girard, 2008, p.14), ponderando que "só é possível ludibriar a violência fornecendo-lhe uma válvula de escape, algo para devorar" (Ibid., p.15). Nessa chave interpretativa desenvolvida pelo autor a *vítima sacrificial*, relativamente indiferente, assume um papel decisivo nos processos de manutenção e preservação dos equilíbrios ameaçados por uma violência que talvez golpeasse seus próprios membros. Para Girard, o denominador comum da *eficácia sacrificial* seria:

> [...] a violência intestina: as desavenças, as rivalidades, os ciúmes, as disputas entre os próximos, que o sacrifício pretende inicialmente eliminar; a harmonia da comunidade que ele restaura, a unidade social que ele reforça. Todo o resto decorre disto. Se abordamos o sacrifício por meio deste aspecto essencial, por meio desta via real da violência que se abre diante de nós, perceberemos claramente que ele não é estranho a nenhum outro aspecto da existência humana, nem mesmo à prosperidade material. (Ibid., p.19-20)

Através da imolação da *vítima sacrificial* uma *violência intestina*, caracterizada pela possibilidade da eclosão de desavenças, rivalidades e disputas, poderia ser "eliminada", contribuindo para a harmonia da comunidade que ela restaura e para a unidade social que ela reforça. Nessas *sociedades preventivas*, e não curativas, onde:

> [...] o menor conflito pode produzir desastres, como uma pequena hemorragia em um hemofílico, o sacrifício faz convergir as tendências agressivas para as vítimas reais ou ideais, animadas ou inanimadas, mas sempre não susceptíveis de serem vingadas, sempre uniformemente neutras e estéreis no plano da vingança. O sacrifício oferece ao apetite de violência, que a vontade ascética não consegue saciar, um alívio sem dúvida momentâneo, mas indefinidamente renovável, cuja eficácia é tão sobejamente reconhecida que não podemos deixar de lavá-la em conta. O sacrifício impede o desenvolvimento dos germes da violência, auxiliando os homens no controle da vingança. (Ibid., p.30-31)

Nesse arranjo sacrificial desenhado por Girard o sacrifício seria um procedimento capaz de impedir o desenvolvimento dos "germes da violência" presentes na possibilidade virtual da vingança. Através da imolação das *vítimas sacrificiais*, sempre não susceptíveis de serem vingadas, sempre uniformemente neutras e estéreis no plano da vingança, a eclosão de uma violência intestina poderia ser abrandada e interrompida.
Não aparecendo aos olhos dos envolvidos como o resgate direto de um ato determinado, o sacrifício realizado ritualmente seria capaz, segundo Girard, de romper o "círculo vicioso da vingança e da violência" que inquietaram as sociedades tradicionais, especialmente as de reduzida população. Rompendo um vínculo direto com a violência a ser expiada, já que este vínculo não se mostra jamais, o sacrifício ritual poderia apaziguar não somente a "vontade dos deuses" e entidades mitológicas, mas também, e principalmente, uma violência capaz de ameaçar o equilíbrio interno e a existência das sociedades tradicionais. Através da *vítima sacrificial*, ou seja, das vítimas "alternativas" ou "substitutas", uma reciprocidade perfeita entre o ato reclamado e a vingança é rompida, apaziguando "as paixões suscitadas pelo assassinato por meio de um ato que não se pareça demais com a vingança desejada pelo adversário". (Ibid., p.40)
Acompanhando os argumentos de Girard, a *manobra sacrificial*, que coloca a *vítima* em um lugar central e de destaque nesse arranjo, pode ser observada como um processo capaz de "dissipar" a violência, ou enganá-la, sobre as "vítimas sem consequências" ou aquelas que "não possam ser vingadas" (Ibid., p.52). Nesse sentido,

os rituais de sacrifício nos revelam não apenas a "identidade do mal e do remédio no plano da violência" (Ibid., p.53) como exemplarmente aponta o autor, mas também o complexo lugar da vítima nesse arranjo sacrificial. Por um lado, a importância da *vítima sacrificial* pode ser observada e analisada através do feixe de potencialidades, reais ou virtuais, que sua imolação ritualística comporta para a reprodução social. Através de uma morte ritual, equilíbrios, naturais e/ou sociais, poderiam ser mantidos e restabelecidos, rompendo-se o ciclo da *violência essencial* que ameaça a existência e a reprodução das sociedades tradicionais. Por outro lado, e esse ponto é relevante para o desenvolvimento dos nossos argumentos, observamos nas linhas do texto de Girard referências, contundentes, a pouca comoção e sensibilidade generalizada que o sofrimento e morte dessas vítimas, "que não podem ser vingadas" ou "que são neutras e estéreis no plano da vingança", despertavam nesse arranjo.

Como observa Michel Wieviorka (2009) em sua recente reflexão sobre os argumentos de Girard:

> "Victims were, however, of little interest in their own right; their sufferings, or the fact that their physical and moral integrity had been scorned, negated, or destroyed, was not really important. […] Victims existed only insofar as they made a contribution to the social order, or to a balance that was threatened by war or by natural disasters that reflected the will of the gods. The pain of sacrificial victims went unnoticed and their screams were muffled. The terrible nature of what they underwent was not perceived as such and, as many anthropologists have explained, their death was seen as a contribution to the common good, so much so that their martyrdom was denied or hushed up." (Ibid., p.49)

Acompanhando os argumentos de Wieviorka, o sofrimento infligido às *vítimas sacrificiais*, o fato de sua integridade física e/ou moral ter sido negligenciada e/ou negada não parecia despertar uma atenção generalizada nesse arranjo. Sua dor e gritos pareciam "abafados" nessa figuração sacrificial e o terrível destino a que eram submetidas não foi percebido como tal, já que sua morte era, por vezes, apreciada como uma "contribuição ao bem comum", "silenciando-se", assim, seu martírio e angústia. Nessa chave interpretativa desenvolvida pelo autor, bastante próxima dos argumentos apresentados por Girard (2008), com a morte da *vítima sacrificial* as sociedades poderiam ser "protegidas" e seus "laços sociais" preservados.

Se o crime deveria ser combatido nesses contextos, onde os sofrimentos das vítimas não despertavam muita atenção e seus direitos tinham pouco interesse, esse fato se devia ao desafio que essas situações representavam para a manutenção da ordem e dos laços sociais. Como aponta Girard (2008), as *vítimas sacrificiais* existiam em suas contribuições para a manutenção da *ordem social*, para o apaziguamento de *violências intestinas* e para a restauração de *equilíbrios* ameaçados por guerras ou desastres naturais. Suas perdas não despertavam "comoções generalizadas" na sociedade e seu sofrimento não foi sentido e lamentado como hoje[3].

Analisando os processos de formação dos Estados nacionais e seus sistemas de Justiça, Wieviorka (2009) considera que mesmo quando o criminoso foi sancionado e o Estado em certo sentido "tomou o lugar da vítima", era ao conjunto da sociedade que sua punição tinha o dever de responder, e não necessariamente as demandas interpostas pelas vítimas e seus familiares. Era a sociedade que deveria ser "protegida" e necessitava de uma "confirmação formal", sob a forma de punições, que os culpados dos crimes não ficariam impunes. De certa forma, as vítimas delegavam a tarefa de fazer reparações e vingar-se[4] ao Estado e seu aparato de Justiça. Mudanças significativas ocorrem, segundo Wieviorka, quando a *contemporaryvictim* passa a ganhar visibilidade

---

3 No presente texto não nos debruçaremos sobre os distintos graus de sensibilidade socialmente associados às diferentes vítimas em nossas sociedades.

4 Girard (2008) afirma que o "círculo vicioso da vingança" em nossas sociedadesé"rompido" pelo Sistema Judiciário que de certa maneira afasta a possibilidade dessas práticas. Nas palavras do autor, esse sistema "[...] não a suprime, mas limita-a efetivamente a uma represália única, cujo exercício é confiado a uma autoridade soberana e especializada em seu domínio. As decisões da autoridade judiciária afirmam-se sempre como a última palavra da vingança." (Girard, 2008,p.28)

pública no século XIX em pelo menos dois domínios. No plano internacional,ajudas dedicadas às vítimas de guerra, especialmente as da batalha de Solferino (21 de junho de 1859), tornaram possível a criação de organismos e instituições voltadas para a assistência e atendimento desse público[5]. Nessa chave interpretativa, o surgimento e atuação dessas organizações colocam questões que "*inevitablytranscendedtheviewpointofstates*" (Ibid., p.51). Na esfera privada, transformações decisivas ocorreram quando *mulheres* e *crianças* passaram a ser representadas e reconhecidas como vítimas e quando os Estados nacionais as converteram em objeto específico de suas políticas. Como ponderaWieviorka:

> When the authorities encourage or take responsibility for the introduction of protective systems or welfare insurance, when laws are passed on accidents at work, when the state recognizes that society must make provision to pay damages, and that compensation or reparations must be paid in certain circumstances, they introduce a logic that recognizes the existence of victims. (Idem, p.52)

Contudo, se no século XIX a figura da vítima emerge e ganha visibilidade nos *campos de batalha*, onde as *vítimas de guerra* colocam questões que transcendem os limites dos Estados nacionais; nas formas como a violência contra as *mulheres* e as *crianças* passa a ser tratada, expandindo o território da violência às brutalidades perpetradas no ambiente doméstico; e, no nascimento de um *Estado de Bem-Estar* (ou Providência), que introduz sistemas de proteção e seguridade social, aprova leis sobre as vítimas e garante provisões para indenizações e compensações; é a partir da década de 1960 que sua figura torna-se central.
Na década de 1960 uma série de transformações, de caráter massivo, possibilitaram a *anthropologicalreversal* da figura da vítima da qual nos fala Wieviorka (2009). A primeira dessas mudanças gira em torno do surgimento e atuação de instituições (associações, institutos e/ou organismos humanitários) que tem como clientela preferencial as vítimas, especialmente das violências praticadas durante os últimos regimes totalitários na América do Sul. Legislações nacionais são alteradas e declarações e resoluções de organismos internacionais são criadas com o objetivo de regular o atendimento e assistência desse público. Para Wieviorka, "*the important point here is that institutional activity cannot be divorced from the emergence of collective protest movements*" (Ibid., p.55). A segunda transformação, citada pelo autor, relaciona-se com uma "maior sensibilidade" ao sofrimento das vítimas de guerra e a legitimidade da *figura da vítima* como objeto de investigação para a pesquisa social, especialmente para os historiadores. Nessemomento, "*war is no longer a problem within inter-state relations, the object of strategic analyses, or a domain within the history of nations and their conflicts*" (Ibid., p.56). Uma terceira mudança vivenciada no período refere-se ao processo de multiplicação das mobilizações coletivas, especialmente das *mulheres*, quetornaram difícil conter experiências de violência nos limites dos espaços privados, impulsionando a criação e a revisão de instrumentos legais nacionais e internacionais. O ponto de vista das vítimas tornou-se central em resoluções ou declarações internacionais[6], sobretudo através das mobilizações coletivas das vítimas ou daqueles que buscam falar em seu nome[7]. *Povos originários* passaram a se organizar, demandando reconhecimento e respeito a seus modos tradicionais de vida, cultura e práticas. Uma série de atores, representados como minorias e/ou povos historicamente oprimidos,

---

5 Sensibilizado pelo sofrimento que testemunhou nos campos de batalha de Solferino (Península Itálica), Henri Dunant iniciou uma campanha que resultaria na fundação da Cruz Vermelha em 1863 na Suíça.

6 Como exemplo, poderíamos citar a Resolução da Assembléia Geral da ONU 64/147, que proclama os princípios básicos sobre o direito à reparação para as vítimas de graves violações de direitos humanos, e, a Declaração dos Princípios Fundamentais de Justiça Relativos às Vítimas da Criminalidade e de Abuso de Poder, adotada no Congresso de Prevenção de Crime e Tratamento de Delinqüente em Milão (29 de Novembro de 1985).

7 Voltando nossa atenção para o Brasil, poderíamos observar uma maior atenção à situação das "vítimas" codificada na Constituição Federal de 1988 (Artigo 245), como também na elaboração de documentos tais como o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), que está em sua terceira edição, e o Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil, em sua quinta versão. Em um nível estadual, São Paulo evidencia sua inquietação com a situação das vítimas no artigo 278 de sua Constituição Estadual (1989) e em seu Programa Estadual de Direitos Humanos (Decreto nº42.209/97).

tais como os *homossexuais*, emergem na esfera pública potencializando novos debates e discussões. Para o autor, "*the emergence of victims can also be seen as one of the social movements that helped to shake Western societies after 1968*." (Ibid., p.59). A quarta, e última, transformação considerada por Wieviorka refere-se ao papel global desempenhado pelos *meios de comunicação*, capazes de amplificar discussões e sensibilizara sociedade frente às perdas e os sofrimentos das vítimas. Através das atuações dos *medias* a opinião pública pôde ser mobilizada e as ações dos movimentos das vítimas tornam-se mais visíveis.
A *virada antropológica da figura da vítima* da qual nos fala Wieviorka:

> "[…] marks, on the one hand, an institutional mutation, if only because it displaces the line that divides public space and private space; on the other, it transforms a category that was invisible, or almost invisible, in the public space into a major figure of contemporary modernity. It gives individual, and sometimes collective, subjects a new voice." (Wieviorka, 2009, p.62)

Por um lado, o processo de emergência das vítimas provocaria o deslocamento das "clássicas" linhas que dividem a esfera pública e a privada, ao expandir o "território da violência" às brutalidades perpetradas no ambiente doméstico, e, por outro, transforma uma figura que "era quase invisível" no espaço público em uma *major figure ofcontemporarymodernity*.
Nesse registro histórico, os discursos sobre as vítimas podem ser apreciados não como o resultado de uma razão que atua sobre si mesma rumo um estágio pretensamente mais humano de nossa condição. Mais do que resultados de progressos de um sujeito do conhecimento, os discursos sobre as vítimas devem ser observados sob o crivo dos jogos de forças políticas e das relações de poder que os tornam possíveis e necessários.
É nesse arranjo que encontramos nossos interlocutores, as *Mães de Maio*[8], que após os eventos que sacudiram o Estado de São Paulo em maio de 2006 e a impunidade resultante das investigações dos fatos, posicionam-se no debate público demandando *verdade* e *justiça* para as mortes e desaparecimentos de seus filhos[9]. Observemos a partir de agora suas demandaspor deslocamento de competências, especialmente as que se referem às investigações e processamento dos casos, e como essas estratégias de atuação se relacionam com o controle da violência policial no Brasil.

Instrumentos jurídicos de deslocamento de competência no Brasil

Na leitura da Procuradora da República Marcela Baudel de Castro (2013) o *Incidente de Descolamento de Competência* (IDC) faz parte de uma série de instrumentos do ordenamento jurídico brasileiro que permitem uma intervenção dos órgãos federais nos assuntos dos Estados da Federação. Como aponta Castro em seu texto "*Breves considerações acerca do Incidente de Deslocamento de Competência (IDC)*" (2013), o IDC não seria uma inovação em nosso ordenamento jurídico. Ao longo de nossa recente história democrática outros institutos jurídicos teriam sido criados com a finalidade de fazer cumprir os preceitos básicos de nossa Carta Magna de 1988 e dos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

---

8 Trata-se de um "movimento" composto, em sua maioria, por familiares e amigos de pessoas vitimadas durante a "represália de grupos de extermínio", supostamente policiais, aos "atentados" do *Primeiro Comando da Capital* (PCC) entre os dias 12 e 21 de maio de 2006 nas cidades de São Paulo, especialmente na Baixada Santista (Cubatão, Guarujá, Praia Grande, Santos e São Vicente), na capital e em Guarulhos.

9 Foram oficialmente contabilizados e atribuídos ao PCC 280 ataques a bases e veículos da instituição militar, 83 ônibus incendiados, 78 feridos e 46 mortos (entre policiais e agentes penitenciários). Nesse período, segundo fontes oficiais do governo paulista, o PCC deixou 46 mortos e realizou 373 atentados que atingiram bases da Polícia Militar, delegacias, viaturas policiais, agências bancárias e ônibus coletivos. Nos dias que se seguiram a esses eventos, 142 pessoas, entre elas os familiares e amigos dos nossos interlocutores, foram sumariamente executados por grupos de homens encapuzados que rondavam as ruas de São Paulo em "carros pretos" e motos.

Um primeiro dispositivo jurídico citado pela autora refere-se ao instituto processual penal do *desaforamento*, "hipótese de deslocamento de competência prevista somente nos processos do Tribunal do Júri, através da qual o réu será submetido a julgamento perante comarca diversa" (Castro, 2013, p. 1). O desaforamento poderia ocorrer quando: o interesse da ordem pública o reclamar; houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado; ou, em razão do comprovado excesso de serviço do Júri, impossibilitando seu julgamento no devido prazo legal.

O segundo dispositivo mencionado pela autora, que trata da alçada e dos alcances de nossas instâncias judiciárias, está amparado pelo artigo 144, §1° da Constituição Federal de 1988. Segundo o artigo, a Polícia Federal estaria autorizada a apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União (ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas), assim como outras infrações de "repercussão interestadual ou internacional" que exijam repressão uniforme. Esse dispositivo possibilitaria à Polícia Federal do Ministério da Justiça, quando houver repercussão interestadual ou internacional de algum caso e "sem prejuízo da responsabilidade dos órgãos de segurança pública arrolados no art. 144 da Constituição Federal", especialmente Polícias Militares e Civis estaduais, proceder a investigação de algumas infrações penais tais como: sequestros; formação de cartéis; furto, roubo ou receptação de cargas interestaduais ou internacionais, desde que envolva a atuação de quadrilhas ou bandos em mais de um Estado da Federação; outros casos autorizados ou determinados pelo Ministro de Estado da Justiça; e, violações de direitos humanos, desde que relativas a fatos aos quais o Governo brasileiro se comprometeu a reprimir em decorrência de tratados internacionais.

Um último instrumento jurídico citado por Castro (2013) dentro dessa tradição de institutos de deslocamento está relacionado ao artigo 34, capítulo VI, da Constituição Federal brasileira que trata dos processos de "intervenção". O inciso VII do artigo supracitado, em sua alínea b, permitiria a União intervir nos Estados e no Distrito Federal mitigando a autonomia dos entes federativos afim de garantir a observância dos direitos da pessoa humana. Um dos pressupostos para a instauração de uma *Ação Direta Interventiva* (ADIN) pelo Chefe do Executivo seria a ação direta de inconstitucionalidade interventiva, proposta pelo Procurador-Geral da República, perante o Supremo Tribunal Federal. Como pondera Castro, "esta será indispensável nos casos em que se almeja a decretação da intervenção para assegurar a observância aos chamados princípios sensíveis constitucionais" (Ibid., p. 1).

A intervenção federal deve procurar, antes de tudo, assegurar a observância dos princípios sensíveis constitucionais como: a forma republicana, sistema representativo e regime democrático; direitos da pessoa humana; autonomia municipal; prestação de contas da administração pública, direta e indireta; e, aplicação do mínimo exigido da receita dos impostos estaduais na manutenção e desenvolvimento do ensino e ações de serviços públicos de saúde.

Esses são alguns institutos do ordenamento jurídico brasileiro que não deixariam que a possibilidade da instauração de *Incidente de Deslocamento de Competência* (IDC) fosse avaliada como uma "novidade" sem precedentes em nosso regime democrático atual.

Incidente de Deslocamento de Competência (IDC) no Brasil

A possibilidade de instauração de *Incidente de Deslocamento de Competência* (IDC), tão almejada pelas *Mães*, ampara-se no Brasil na Emenda Constitucional (EC) n° 45 de 30 de dezembro de 2004 que determinou sobre, entre outros, o artigo de número 109 da Constituição brasileira. Abordando quatro grandes grupos de temas em seu texto (democratização do Poder Judiciário; criação de mecanismos para a celeridade da prestação jurisdicional; fortalecimento das carreiras jurídicas; e, solidificação da proteção aos direitos fundamentais) a EC n° 45 em seu artigo 109 § 5°, considera que em hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil faz parte, poderá pleitear perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal. Castro (2013) considera que no que concerne às violações de direitos humanos a emenda traria como grandes

inovações para o ordenamento jurídico brasileiro: a recepção dos tratados internacionais sobre direitos humanos como emendas constitucionais; o reconhecimento da jurisdição do Tribunal Penal Internacional; e, a federalização dos crimes de grave violação aos direitos humanos. Com o acréscimo do novo parágrafo ao artigo 109, o descumprimento de obrigações de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário poderia levar nosso Procurador-Geral da República a declarar deslocamentos de competência das searas estaduais para a alçada da Justiça Federal brasileira. Como destaca Castro (2013), a reforma não efetua uma federalização automática das jurisdições com a mudança nas regras de competência, mas "abre uma possibilidade de deslocamento".

Segundo o Procurador da República Vladimir Aras (2005):

> Pode-se conceituar o IDC – Incidente de Deslocamento de Competência como um instrumento político-jurídico, de natureza processual penal objetiva, destinado a assegurar a efetividade da prestação jurisdicional em casos de crimes contra os direitos humanos, previstos em tratados internacionais dos quais o Estado brasileiro seja parte. Cuida-se de ferramenta processual criada para assegurar um dos fundamentos da República: a dignidade da pessoa humana (artigo 1º, III, CF) e para preservar um dos princípios pelos quais se guia o País nas suas relações internacionais e obviamente também no plano interno: a prevalência dos direitos humanos (artigo 4º, II, CF)[10].

O IDC seria um instrumento político-jurídico destinado a garantir a "efetividade da prestação jurisdicional"[11] em casos de crimes contra os direitos humanos previstos em tratados internacionais dos quais o Brasil faz parte e uma "ferramenta processual" criada para assegurar a dignidade da pessoa humana, preservando, assim, a prevalência dos direitos humanos em nosso ambiente doméstico[12].

O *Incidente de Deslocamento de Competência N° 1 - PA* (2005/0029378-4) foi o primeiro IDC processado no ordenamento jurídico brasileiro e relaciona-se ao julgamento dos mandantes, intermediários e executores do assassinato da religiosa norte-americana Dorothy Stang, ocorrido em Anapu, município situado a 68 quilômetros da Comarca de Pacajá, Pará. Nesse caso pioneiro, discutia-se a possiblidade de transferir as competências de investigação, processamento e julgamento da seara estadual paraense para o âmbito da Polícia e da Justiça Federal daquele Estado.

No relatório do Ministro Arnaldo Esteves Lima consta que:

> Em suas razões, alega o suscitante que se encontram presentes, na hipótese, os dois requisitos que autorizam o deslocamento pretendido, que são: (a) a grave violação de direitos humanos, tendo em vista que o trabalho da vítima destacava-se internacionalmente pela defesa intransigente dos direitos dos colonos envolvidos em conflitos com grileiros de terras naquela localidade, e (b) a necessidade de garantir que o Brasil cumpra com as obrigações decorrentes de pactos internacionais

---

10 ARAS, Vladimir. **Direitos Humanos:** federalização de crimes só é válida em último caso. Disponível em: < http://www.conjur.com.br/2005-mai-17/federalizacao_crimes_valida_ultimo>. Acesso em: 25 de maio de 2014.

11 Não podemos desconsiderar os "manejos situacionais" aos quais o*Incidente de Deslocamento de Competência* (IDC) pode se prestar em nosso arranjo social, ora utilizado como instituto capaz de agilizar investigações, processamentos e julgamentos de casos arquivados, ora como dispositivo capaz de 'atrapalhar' esses procedimentos.

12 Refletindo sobre a importância do IDC no contexto político e judiciário brasileiro, Flávia Piovesan pondera que "Atualmente, há, em média, 100 casos contra o Brasil pendentes na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. [...] Destacam-se, nesse sentido, casos denunciando execuções sumárias; detenções ilegais e arbitrárias; julgamentos injustos; tortura; impunidade em face da incapacidade do Estado em investigar, processar e punir; bem como o grave padrão de violação aos direitos de grupo socialmente vulneráveis, como os povos indígenas, as mulheres, as crianças e adolescentes, as populações afro-descendentes, dentre outras." (Piovesan, 2005, 78 apud Castro, 2013, p. 2)

> firmados sobre direitos humanos, apontando, para tanto, evidências referentes ao quadro de omissões das autoridades estaduais constituídas, diversas vezes alertadas da prática das mais variadas atrocidades e violências envolvendo disputa pela posse e propriedade de terras no Município de Anapu/PA. (INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA Nº 1 – PA (2005/0029378-4), 2005, p. 2)

A Terceira Seção do Tribunal Superior de Justiça, contudo, votou por unanimidade, em oito de junho de 2005, pelo indeferimento da instauração do IDC. Para o relator do caso, as autoridades do estado do Pará estavam empenhadas, contrariamente as suposições do suscitante, na apuração dos fatos que resultaram na morte de Dorothy Stang e na punição de seus responsáveis. O deslocamento, na ótica do relator do processo, poderia, ao revés, dificultar o andamento do processo criminal e atrasar seu desfecho, já que o instituto poderia ser instrumentalizado em "desfavor" da investigação, processamento e julgamento do caso.

O *Incidente de Deslocamento de Competência N° 2 – DF (2009/0121262)* foi o segundo IDC que chegou a ser julgado no Brasil e o primeiro deferido pelos membros autorizados da nossa instituição judiciária. Os fatos que motivaram o pedido de deslocamento pelo Procurador-Geral da República referem-se ao assassinato do advogado e vereador pernambucano Manoel Bezerra de Mattos Neto, morto em 24/01/2009 no município de Pitimbu, Paraíba. Manoel teria sido assassinado após sofrer diversas ameaças e atentados em decorrência, como presume o suscitante, de sua persistente e conhecida atuação contra grupos de extermínio na divisa dos Estados da Paraíba e Pernambuco, entre os municípios de Pedras de Fogo e Itambé.

A instauração do IDC para o caso Manoel Mattos seria necessária, de acordo com a relatoria, frente à incapacidade das instâncias e autoridades locais em oferecer respostas efetivas para o caso, e seus desdobramentos, e o risco de responsabilização internacional do país pelo descumprimento de obrigações derivadas de tratados internacionais. Ademais, por estar inserida em uma zona limítrofe entre os Estados da Paraíba e de Pernambuco, a área em que os casos ocorreram dificultaria uma ação coordenada entre os órgãos das duas unidades da Federação.

O pedido ministerial de IDC da ação penal n° 022.2009.000.127-8 foi parcialmente acolhido pela Ministra Laurita Vaz para deferir o deslocamento de competência da investigação do caso para a Justiça Federal do Estado da Paraíba, abrindo um importante precedente no Brasil para as questões relativas às graves violações de direitos humanos. Desde então, o caso do homicídio do ex-vereador Manoel Mattos foi federalizado e passou a tramitar perante a Justiça Federal da Paraíba.

A luta por federalização e seus significados

Em seu segundo livro "*Mães de Maio, Mães do Cárcere: a Periferia Grita!*" (2012), as *Mães de Maio* encerram a parte dedicada a apresentação do seu movimento expondo alguns de seus principais objetivos nesses incansáveis anos de peregrinações e batalhas.

> Uma das principais bandeiras do nosso movimento é o Desarquivamento e a Federalização, o devido Julgamento e a Punição dos responsáveis pelos Crimes de Maio de 2006, os Crimes de Abril de 2010 e todos os Crimes de 2012 no estado de São Paulo – cujas investigações, em sua imensa maioria, foram simplesmente arquivadas. Assim, nossa luta se insere numa longa tradição de resistência dos oprimidos e oprimidas deste país, com @s quais nos solidarizamos. (Mães de Maio, 2012, p. 25)

Essa "bandeira" do movimento passa a ocupar um lugar central em suas querelas quando em 2009 as *Mães* redigem seu primeiro "*Manifesto pelo Desarquivamento e Federalização dos 'Crimes de Maio de 2006'*. No documento elas afirmam que:

> A luta pelo Desarquivamento e pela Federalização das investigações sobre os Crimes de Maio de 2006 se insere nesta tradição de resistência de tod@s @s oprimid@s que lutaram e lutam pela Memória, pela Verdade e por Justiça, em relação a todos os massacres históricos. (Mães de Maio, 2011, p. 80-81)

As *Mães*convocam a população brasileira e seus representantes a mostrarem todo seu repúdio frente os *Crimes de Maio de 2006*e a cobrar justiça para aqueles eventos que chocaram a sociedade paulista e brasileira em pleno regime democrático. Contudo, o *Manifesto* teria uma objetivo específico mais preciso, buscava exigir do Poder Executivo Nacional o cumprimento da Carta Magna brasileira, segundo o movimento, vilipendiada pelas autoridades paulistas responsáveis pela investigação e apuração devida dos fatos. O Poder Judiciário e Executivo do Estado de São Paulo estariam, na ótica de seus membros, de alguma maneira "implicados", direta ou indiretamente, naqueles eventos e em seus morosos esclarecimentos.

A verdade sobre os fatos e a justiça para os responsáveis pelas ações criminosas daquele período não poderiam ser alcançadas ou possíveis na seara estadual do Poder Judiciário e Executivo de São Paulo, por isso a federalização era ventilada como alternativa, talvez uma das únicas, para a investigação e resolução dos Crimes de Maio de 2006. Para as Mães uma sociedade "realmente democrática" não poderia ser construída sem assimilar sua Verdade Histórica, sem o julgamento e a punição dos responsáveis por esses crimes. Nesse sentido, o Manifesto faria parte de uma longa tradição de lutas contra o arquivamento de inquéritos policiais e impunidade de seus autores, em sua maioria agentes policiais e grupos de extermínio paramilitares incrustados na história do Brasil.

Contudo, passada a euforia e a esperança que esse *Manifesto* representou para o movimento, no final de 2009 os casos ainda permaneciam arquivados sem uma investigação séria e idônea sobre a verdade dos fatos. Inexistia um julgamento de seus verdadeiros culpados e não era proporcionada nenhuma proteção, indenização ou reparação para os familiares das vítimas. Frente esse quadro de impunidade e o descaso das autoridades estaduais, as *Mães* redigiram em 2012 um "*Novo Manifesto pela Federalização das investigações sobre os 'Crimes de Maio de 2006' cometidos por agentes policiais de São Paulo, e pelo Fim dos Registros de 'Resistência seguida de Morte' em todo o país",* reforçando algumas de suas demandas e ampliando seu escopo em outras direções.

Uma mudança significativa para o desenvolvimento dos nossos argumentos e para a atuação do movimento diz respeito ao significado que a possibilidade do desarquivamento e transferência de competência dos *Crimes de Maio de 2006* teria para a sociedade brasileira. No Novo Manifesto:

> O desarquivamento e a transferência de competência para a esfera federal dos Crimes de Maio de 2006, o maior massacre cometido pelo estado neste período democrático, tem que servir de marco para a abolição definitiva dos registros de "resistência seguida de morte" e "autos de resistência" em todo Brasil, esta verdadeira "licença para matar" dada a policiais, inconstitucional, ilegítima e imoral, que assola o povo pobre e negro do país inteiro. (Mães de Maio, 2012, p. 320)

O desarquivamento dos *Crimes de Maio de 2006* e a transferência da competência de investigação, processamento e julgamento para a esfera federal, nessa nova chave interpretativa das *Mães*, significaria a possibilidade de um marco, ou precedente, para a "abolição definitiva dos registros de *'resistência seguida de morte'* e *'autos de resistência'* em todo o Brasil", uma verdadeira "licença para matar dada, de maneira inconstitucional, ilegítima e imoral, ao braço operante da lei em nosso país". Um quadro que se agrava se prestarmos atenção ao perfil das vítimas destas práticas.

Para as *Mães de Maio*, sem os julgamentos e a punição dos responsáveis pelos *Crimes de Maio*, considerado por seus membros de "*inomináveis*", nossa sociedade continuaria dando o "aval" para que a força policial e seus aparatos paramilitares sigam eliminando a juventude pobre e negra do Brasil. A luta por justiça para os eventos de maio de 2006 seria o precedente inicial para a extinção da *resistência seguida de morte* em São Paulo, dos *auto de resistência* no Rio de Janeiro e de seus afins pelo Brasil, possibilitando um maior controle das atividades policiais.

Considerações finais: os familiares das vítimas contemporâneas e a judicialização dos conflitos sociais no Brasil

A possibilidade jurídica do IDC pode ser interpretada, na chave dos nossos argumentos, como um dos muitos aspectos de um processo mais amplo, que parafraseando Werneck Vianna (1999), poderíamos chamar de *judicialização dos conflitos sociais*. Quero com isso chamar a atenção para o fato de que algumas querelas sociais e políticas contemporâneas, tais como as colocadas pelas *Mães*, tem encontrado suas possibilidades de encaminhamento na esfera do nosso ordenamento jurídico[13].

Estamos, nesse sentido, em um período de intensa *judicialização da política* onde, para o bem ou para o mal, os conflitos sociais, e a busca por suas resoluções, parecem se deslocar da esfera política de ação para a esfera jurídica brasileira e internacional.

No trajeto de uma "democracia legal" permeada por resquícios de legados históricos e períodos autoritários recentes, encontramos as *Mães de Maio*, que frente à impunidade dos algozes de seus filhos, irmãos e amigos que tombaram em 2006 lutam: pelo desarquivamento e federalização dos inquéritos policiais iniciados em 2006; por uma investigação capaz de revelar a *verdade* dos fatos ocorridos e indicar seus possíveis culpados; por *justiça* para os responsáveis por esses crimes, especialmente na forma da responsabilização civil e penal dos envolvidos; por *reparações* simbólicas e materiais para os mortos e seus familiares; e, para que esses eventos não ocorram novamente, "evitando que outras mães chorem a morte de seus filhos".

As *Mães de Maio* posicionam-se frente à instância jurídica brasileira solicitando a *federalização* dos crimes de 2006 ao mesmo tempo em que emergem na esfera pública internacional articulando uma *mobilização jurídica transnacional* capaz de dar visibilidade as suas demandas. Para os autores do pedido de federalização e dos entusiastas das mobilizações internacionais essas ações articulam-se a percepção de que o Judiciário brasileiro e os agentes encarregados da investigação desses crimes não asseguram a apuração e a resolução célere desses eventos.

O desarquivamentodos processos e a possibilidade jurídica da *transferência de competências* pleiteada pelas *Mães* em suas ações articula-se a ideia de que "o maior massacre cometido pelo Estado no período democrático" não pode ser devidamente investigado e julgado pelos Poderes Judiciário, Executivo e Policial do Estado de São Paulo devido as possíveis "implicações" dos representantes dessas esferas nesses eventos.

Trata-se, como muitas vezes afirmam as *Mães*, de uma "luta" onde se questiona não apenas "o pouco interesse do Estado em solucionar os crimes cometidos por seus agentes", mas que tenta, como outros movimentos, construir uma "versão diferente da divulgada oficialmente". Partilhando a visão da "existência histórica" de um Sistema Judiciário omisso e comprometido no estado de São Paulo, e no Brasil, as *Mães de Maio* seguem sua "caminhada" por *verdade* e *justiça* na esfera jurídica brasileira.

Referências Bibliográficas

CASTRO, Marcela Baudel de. (2013) **Breves considerações acerca do Incidente de Deslocamento de Competência (IDC)**. Jus Navigandi, Teresina,ano 18, n. 3590. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/24267>.

GARLAND, David. (2008) **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Revan.

MATOS JÚNIOR, Clodomir Cordeiro de. (2004) **A violência no contexto urbano: um estudo do processo de produção de sentidos e estereótipos sobre o espaço social e o indivíduo**. Fortaleza: UECE. (mimeo)

13 Esse caminho jurídico para a resolução dos conflitos sociais e políticos no Brasil, teria sido influenciado de maneira significativa pela atuação dos familiares de mortos e desaparecidos políticos durante nossa última ditadura (1964-1985) através de uma mobilização jurídica transnacional e da instauração de ações declaratórias e penais.

_____. (2008) **Violência, cidadania e medo: experiências urbanas em Fortaleza**. Fortaleza: UFC. (mimeo)

_____. (2014) **Vítimas da Violência: ressonâncias sociais da criminalidade no Brasil.** São Paulo: USP. (mimeo)

MÃES DE MAIO. (2011) **Mães de Maio: do luto à luta**. São Paulo: Giramundo Artes Gráficas.

_____. (2012) **Mães de Maio, mães do cárcere: a periferia grita**. São Paulo: Fastprint.

SANTOS, C. M.; TELES, E.; TELES, J. A. (Orgs.). (2009) **Desarquivando a Ditadura: memória e justiça no Brasil**. Volume I. São Paulo: Aderaldo &Rothschild Editores.

_____. (2009) **Desarquivando a Ditadura: memória e justiça no Brasil**. Volume II. São Paulo: Aderaldo &Rothschild Editores.

WERNECK VIANNA, Luis, et al. (1999) **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan.

WIEVIORKA, Michel. (1997) O novo paradigma da violência. **Revista Tempo Social**. USP. São Paulo, 9 (01): 5-41.

_____. (2009) ***Violence: a new approach***. New Delhi: Sage Publications.

Violência para além do ato: a repressão à ocupação de Pinheirinho como forma sistêmica da violência contemporânea

David Moreno Montenegro
davidmmontenegro@hotmail.com

Resumo: Em 22 de janeiro de 2012, a população que vivia em Pinheirinho foi surpreendida por uma verdadeira operação de guerra planejada com antecedência de meses, que contou com a força repressora de dois mil homens fortemente armados da polícia militar, cães, viaturas, carros blindados e helicópteros. A ocupação foi destruída. O acontecimento exige que busquemos as respostas de forma imanente aos próprios fenômenos analisados. Para isso, faz-se necessário que nos livremos do efeito fascinante que os eventos de violência "subjetiva" - diretamente verificáveis - nos exerce para que sejamos capazes de identificar o funcionamento da violência *sistêmica*, 'objetiva' e anônima, na medida em que seu poder e dominação se expressam de forma difusa. Pretendo analisar as diversas formas de violência que atravessaram a experiência da ocupação de Pinheirinho, em São José dos Campos/SP, de forma a inserir as expressões epidérmicas de violência numa totalidade complexa.

Palavras-chave: Pinheirinho, Violência, Espoliação, Exceção, Totalidade.

Aproximações...

> Silêncio para o desespero humano / O furor gigantesco e sobre-humano / A dor sinistra de ranger os dentes **(Cruz e Sousa, poeta)**

Tentar enfrentar o enigma da violência é mergulhar nos insondáveis mistérios da alma e da história humana. As dificuldades em transitar em terrenos insólitos logo se apresentam no primeiro instante em que constatamos que o conjunto das ciências humanas sequer tem fornecido contornos conceituais consistentes de forma a estruturar bases teóricas capazes de dar conta *dessa problemática simultaneamente permanente e mutante, universal e singular*. Evitar que as análises reproduzam automatismos mentais devedores de percepções etnocêntricas, ou mesmo ideologicamente condicionadas por meras visões de classe são um desafio constante quando se trata da compreensão da violência e suas manifestações nas sociedades contemporâneas.

Desse modo, uma primeira advertência: para uma mais profunda compreensão dos desígnios da violência contemporânea, destaco como processo fundamental que nos livremos das críticas que buscam elementos externos para justificar práticas violentas inaceitáveis socialmente. A natureza complexa e difusa da violência nos exige que busquemos as respostas de forma imanente aos próprios fenômenos analisados, na medida em que as práticas possam ser identificadas como subversões dos próprios princípios e premissas defendidas, contradição que deve ser apontada em seus próprios termos.

Para isso, se faz necessário que abandonemos o efeito fascinante que os eventos de violência "subjetiva" - diretamente verificáveis - nos exerce para que possamos dar um passo atrás, de modo que sejamos capazes de identificar "a violência que subjaz aos nossos próprios esforços que visam combater a violência e promover a tolerância" (ZIZEK, 2014, p. 17). Compreender a violência não somente como uma expressão direta de atos socialmente reprováveis, repudiáveis do ponto de vista da ordem legal e moral, ou mesmo condenáveis no sentido mais largo do *ethos* compartilhado em nossas sociedades de mercado, exige-nos ampliar o espectro de análise dos fenômenos de modo a não considera-los a partir tão somente do ponto de vista das intencionalidades do agressor ou dos danos causados sobre as vítimas.

Evitar os particularismos imobilizadores da análise implica reconhecermos o caráter multifacetado, difuso e complexo do fenômeno da violência em nossos dias. Nesse sentido, trata-se de empreender um esforço

capaz de interpretar as dimensões da violência do ato direto na medida em que se inscrevem na gramática social a partir de suas expressões simbólicas (campo da linguagem) e sistêmicas (relacionadas aos elementos estruturantes de nossas sociedades), compondo, assim, uma totalidade complexa.

A fim de ilustrar a perspectiva que pretendo destacar nesta mirada, ainda a título de introdução, sobre os fenômenos da violência em nossa sociedade, recorro a passagens de obra clássica da literatura universal. Refiro-me ao livro **Crime e Castigo** (1866), de Fiódor Dostoiévski (1821 – 1881).

Em Crime e Castigo, Raskólnikov, estudante pobre que mora em uma habitação precária em São Petersburgo do século XIX, deixa a faculdade por falta de recursos financeiros suficientes para custear seus estudos. A pobreza se apresenta, portanto, como a destruidora dos sonhos acalentados por longo tempo por sua família. Sua mãe, que vive numa cidade do interior, recebe uma pensão de 120 rublos que mal atende às necessidades básicas de sua família.

A miséria obriga sua irmã a trabalhar como governanta em casas de famílias, ofício que a expõe a situações extremamente constrangedoras e aviltantes, como no caso em que sofreu assédio sexual de um rico senhor de terras, fato que ainda lhe custou o emprego. Paralelamente ao drama familiar, Raskólnikov, ou Ródia como carinhosamente é tratado por sua família, é ele próprio explorado pela usurária Alióna Ivanóvna, que lhe cobra pesados juros sobre poucos cobres que lhe empresta mediante a penhora de objetos de estima familiar sem grande valor.

Acossado pela miséria, Ródia busca encontrar maneiras de superar a condição precária de vida. A saída encontrada, entretanto, passa pelo assassinato da velha usurária, responsável, em suas reflexões, pelo estado de penúria a ele imposto vez que a mesma reproduz na dimensão microssocial aquilo que as instituições bancárias o fazem na macroestrutura. Ora, mas esta não seria uma saída simples. Ródia absorvido pela atmosfera causticante de uma metrópole que batia às portas da modernidade, vê-se atormentado pela incerteza e pelo medo em relação ao seu futuro caso consumasse o homicídio.

Em certo momento da trama, mergulhado em suas reflexões, Ródia caminhava pela cidade atordoado, até que, enfim, rendeu-se ao cansaço que se abatia sobre seu corpo e adormeceu. O sono fora acompanhado por um terrível pesadelo em que uma Égua foi espancada até a morte pelo próprio dono com a ajuda de companheiros que bebiam e se divertiam em uma taberna.

Ao despertar, ainda atordoado, Raskólnikov se perguntava o porquê daquelas imagens invadirem seu sonho. O suor que lhe escorria do rosto, as dores que sentia por todo o corpo pareciam efeitos que transcendiam a dimensão onírica e lhe faziam sofrer um mal-estar que atravessava sua alma chegando a seus ossos e carnes. Pobre daquela égua, quanta perversidade contra um animal que mal podia com as próprias pernas, pensou.

Não tardou para que as cenas do suplício daquele animal - que ao fim estava crivado de pancadas desferidas aos montes por incontáveis homens trôpegos, que se divertiam com seu sofrimento -, assim como as dores que sentia no corpo que pareciam romper a barreira do espiritual e manifestar-se no plano mundano, fizessem-no refletir sobre uma questão que o acompanhava desde o dia anterior: "Senhor, poderá ser, mas será que posso pegar, de verdade, num machado para esmigalhar-lhe o crânio? Será possível que eu possa lavar-me em sangue quente, viscoso, que eu force uma fechadura, roube, trema, e me esconda todo ensanguentado... com o machado? Mas, meu Deus, isso será possível?" (p. 75). Ródia se referia à velha Alióna Ivánovna e a seu desejo de morte que, naquele momento, o enchia de angústia.

A violência explícita, o ataque de Ródia à velha em seu apartamento, o ato perverso de execução e posterior roubo de suas joias constituem as formas mais evidentes da violência, imediatamente perceptíveis e capazes de mobilizar afetos que repudiem tais atitudes, bem como sentimentos e esforços que busquem justiça-lo, infringindo-o uma pena que seja capaz de gerar o efeito social da punição.

Zizek (2014) lança luz nesta questão ao buscar elaborar uma espécie de tipologia da violência que transcenda as análises detidas em seus aspectos mais visíveis. A essas formas mais epidérmicas de violência Zizek denominará *violência subjetiva*, pois se tratam da violência física direta, "violência exercida por agentes sociais, indivíduos maléficos, aparelhos repressivos disciplinados e multidões fanáticas" (p. 25). Essas características tornam, portanto, a violência subjetiva mais perceptível e capaz de mobilizar maior fascínio e afetos em relação às suas formas de expressão na realidade social.

Ainda no campo da literatura, porém fazendo referência a uma obra épica que marcou nossa literatura nacional, ao se referir à violência exercida pelas forças da ordem de nossa recém-instaurada república, Euclydes da

Cunha, em seu livro **Os Sertões**[1], ainda em sua nota preliminar assim se refere à campanha militar que culminou com a destruição total do arraial de Canudos: "aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo" (p. 67).
Euclydes lançou luz sobre uma das maiores tragédias já vividas pelas classes subalternas que por essas terras passaram, julgadas e subsumidas por, simplesmente, não se enquadrarem nos padrões de sociabilidade impostos por nossas elites dirigentes, naquele momento dispostas a impor a toda sociedade uma "nova"[2] institucionalidade que implicaria em diferentes formas de relacionamento entre o poder e as populações do país, sobretudo as mais pauperizadas. Aliás, a violência direta capitaneada pelo Estado brasileiro contra os "de baixo" não se constitui novidade em nossa história. Sobre esta relação fáustica, Darcy Ribeiro afirmou que

> as elites dirigentes, primeiro lusitanas, depois luso-brasileiras e, afinal, brasileiras, viveram sempre e vivem ainda sob o pavor pânico do alçamento das classes oprimidas. *Boa expressão desse pavor pânico é a brutalidade repressiva contra qualquer insurgência e a predisposição autoritária do poder central, que não admite qualquer alteração da ordem vigente* (RIBEIRO, 1995, p. 24).

Nos exemplos mencionados, ambos construídos literariamente por gênios do século XIX, um do velho outro do novo mundo, encontram-se semelhanças em relação à expressão fenomênica da violência a partir dos contornos analíticos estabelecidos neste ensaio, em que os elementos constituintes do ato violento se expressam de forma direta, sem rodeios, na medida em que a opressão e agressão podem ser epidermicamente perceptíveis, muito embora no primeiro caso se trate de uma ação que parte da volição de um indivíduo e, no segundo caso, da inclinação autoritária do Estado constituído exercendo seu monopólio da força, numa perspectiva de elaboração de certos tipos ideais.
Voltemos ao nosso personagem russo a fim de identificar na narrativa passagem que ilumine o que pretendo apresentar como dimensões da violência sistêmica.

Sobre a visita de Piotr Pietróvitch Lújin e a violência sistêmica

Raskólnikov encontrava-se deitado em seu sofá miserável e sujo. Há três dias vinha sendo acometido de um inexplicável mal-estar que se manifestava através de enjoos permanentes, febre, ausência de forças para os movimentos mais simples. Desde que cometera o terrível ato contra a usurária, assassinando-a cruelmente, vinha sendo devorado por uma angústia profunda, porém agora misturada com o medo de estar sendo perseguido e uma sensação de que a qualquer momento algo trágico pudesse acontecer com sua própria vida.
Após dias de delírios agravados pela fome e abandono, Ródia é surpreendido pela visita de Piotr Pietróvitch Lújin, homem a quem sua irmã estava prometida em casamento. Pelas próprias condições de nosso personagem o encontro não havia de ser fácil. Na companhia de seu amigo Razumíkhin e do médico Zóssimov, seguiu-se o primeiro encontro entre ambos. Ródia não se esforçou em esconder sua indiferença, enquanto Lújin buscava estabelecer um contato agradável.

---

1 Obra escrita por Euclydes da Cunha e publicada em 1902. Enviado como correspondente do jornal O Estado de São Paulo, Euclydes, a convite de Júlio Mesquita, proprietário do Jornal, aceita realizar reportagem sobre a guerra de Canudos, no interior da Bahia. Suas pesquisas, anotações e matérias, posteriormente, são convertidas em uma grande obra que impressionou a crítica especializada de seu tempo, sobretudo intelectuais da estatura de Araripe Júnior, José Veríssimo e Sílvio Romero.

2 Coloco o termo ***nova*** entre aspas por questão de rigor. O fato é que a instauração da República e a consequente alteração das instâncias burocráticas do Estado em suas funções regimentais vieram acompanhadas das velhas práticas políticas engendradas em séculos de dominação colonial e dominância imperial. Desse modo, o processo de modernização sociopolítico brasileiro é fortemente marcado pela presença das forças e estruturas do atraso.

Para tanto, buscou impressionar seus interlocutores tratando de diversos assuntos. As palavras de Lújin demonstravam que o mesmo estava em sintonia com as transformações de seu tempo, momento histórico em que a modernidade se expressava através dos avanços da ciência, com o desenvolvimento do capitalismo industrial e junto a ele toda uma arquitetura conceitual e discursos legitimadores da ideologia daqueles dias, fortemente ancorada nas noções de progresso e na racionalidade econômica. Nesse sentido, assim disse Lújin:

> "Se a mim, por exemplo, disseram até hoje: 'ama teu próximo', e eu amei, o que resultou daí? (...) Resultou que eu rasguei o cafetã ao meio, dividi-o com o próximo e ambos ficamos pela metade nus, seguindo o provérbio russo: 'Quando se caçam muitas lebres ao mesmo tempo não se pega nenhuma'. Já a *ciência* diz: ama acima de tudo a si mesmo, porque tudo no mundo está fundado no interesse pessoal. Se amas apenas a ti mesmo, realizas os teus negócios da forma adequada e ficas com o cafetã inteiro. Já a *verdade econômica* acrescenta que quanto mais negócios privados organizados houver numa sociedade e, por assim dizer, cafetãs inteiros, tanto mais sólidos serão seus fundamentos e tanto mais organizada será a causa comum" (Grifos meus, p. 162).

Vale ressaltar que nessas palavras há forte presença da ética utilitarista de Jeremy Bentham, filósofo burguês e economista, a quem Dostoiévski considerava o patrono das ideias liberais que circulavam em São Petersburgo naquele momento histórico. O Czar Alexandre II, que governou a Rússia entre 1855 e 1881, representava o poder máximo de uma sociedade que mergulhava numa vida cada vez mais urbana e precária, marcada por um cotidiano violento, uma cidade que se industrializava velozmente inundada pelos capitais estrangeiros franceses e ingleses, que experienciava uma forte migração das populações do campo para as cidades, aprofundada após a dissolução dos laços servis que subsumiam os camponeses aos nobres proprietários de terras, processos que se expressaram na forte modernização das duas principais cidades a oeste do território Russo: Moscou e São Petersburgo.

As péssimas condições de vida, a dureza dos primeiros movimentos de consolidação do capital industrial mediante o aprofundamento da exploração dos trabalhadores seguidos da imensa miséria que se alastrava pelas cidades através de uma modernização capitaneada por um governo de forte inclinação autoritária, impunham aos cidadãos daquele tempo existências sociais marcadas pela miséria e pelas carências de toda ordem. Ora, junto a tudo se deve acrescentar os discursos preconceituosos e as discriminações diversas a que sempre estiveram sujeitos a massa de pauperizados que, paulatinamente, viram sua condição existencial sob a égide das relações travadas na ordem do capital em consolidação transfigurar-se em massa de trabalhadores sobrantes, supérflua e prescindível ao funcionamento deste sistema metabólico.

O argumento é que a violência subjetiva estaria ligada a uma relação mais direta e material ao próprio gesto opressor, ao *ato* propriamente dito, sendo esta uma expressão mais identificável e visível. Por outro lado, numa dimensão indireta teríamos as formas de violência objetivas, processos não tão perceptíveis na medida em que são ligados aos *estados* de violência que, na maioria das vezes

> "articulam normalmente a dominação exercida pelas classes privilegiadas, mediante a opressão, a exploração, a injustiça, a discriminação, a excludência, etc. Reside nesse fato a razão pela qual a violência dos fracos e oprimidos (crime comum, delinquência, protestos, greves, roubos, etc.) é mais facilmente visualizada; ao passo que a violência dos opressores se exerce frequentemente de maneira discreta, sutil, calma, fria e dissimulada, mas sempre portadora de terrível eficácia" (MENEZES, 2002, p. 91)

Vale ressaltar, no entanto, que por mais que se busque no processo de exposição dessas dimensões da violência proceder à construção de certa tipologia, tratando os acontecimentos, por vezes, de modo *aparentemente* isolado, essas manifestações da violência estão profundamente imbricadas, numa dança dialética que não nos permite

compreender um movimento se não analisado em seu conjunto. Desse modo, a violência objetiva mesmo invisibilizada pelo acontecimento performático do *ato* violento, funciona, por sua vez, como sustentáculo da suposta "normalidade" rompida pelo *ato* da violência subjetiva, pano de fundo que caso desconsiderado impede a compreensão profunda da semântica da violência. Assim, a violência sistêmica "pode ser invisível, mas é preciso levá-la em consideração se quisermos elucidar o que parecerá de outra forma explosões 'irracionais' de violência subjetiva" (ZIZEK, 2014, p. 18).
Feito este exórdio, passemos aos acontecimentos.

Passage à l´acte...

> E foi na intersecção sufocante dessa malha densa e perversa que a população humilde da cidade viu se reduzirem a sua condição humana e sua capacidade de sobrevivência ao mais baixo nível. A soma dessas injunções, vistas pelo seu ângulo, traduzia-se em opressão, privação, aviltamento e indignidade ilimitados **(Sevcenko, 2010, p. 120)**

Em outubro de 2012 foi suspenso o processo de leilão da área que é propriedade da massa falida da empresa Selecta, holding que englobava 27 empresas pertencentes ao ex-megaespeculador Naji Nahas[3] desde 1981. O terreno de área superior a 1,3 milhão m², situado no município de São José dos Campos/SP, a 90 km da cidade de São Paulo, foi avaliado em 187,4 milhões, e está situado numa área industrial, de acordo com a Lei de Zoneamento de São José dos Campos, possuindo, ainda, 45% de sua área total como de preservação ambiental. Ainda na década de 1980 Naji Nahas apresentou empreendimento que previa a construção de 5 mil casas, cujo loteamento se chamaria "Parreiras de São José", numa referência às uvas Itália que brotavam na área. O projeto não vingou e o local passou a se chamar Pinheirinho muito depois, quando as parreiras já não mais existiam, apenas algumas jabuticabeiras que margeavam a avenida e alguns pinheiros que lá ainda estão.
O terreno baldio, que servia apenas à especulação imobiliária, em 2004 foi ocupado por centenas de famílias, passando por diversas transformações que o tornaram um bairro com ruas internas e quadras. Segundo o depoimento de antigos moradores dentro do acampamento encontravam-se cerca de 100 estabelecimentos comerciais, como padarias, bares, mercadinhos e até mesmo uma vídeo-locadora, templos religiosos e praças[4]. As ligações de água e luz eram clandestinas e não havia saneamento básico. Viviam ali cerca de 1.800 famílias, mais de 8 mil pessoas que lá construíram suas vidas marcadas pela vulnerabilidade social.

---

3 Naji Robert Nahas é libanês de família oriunda do Egito. Nos anos 1960 casou com uma brasileira e aportou no país com UU$ 50 milhões para investir. Começou com investimentos na criação de cavalos e coelhos, passando à década seguinte como um dos maiores investidores da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. A partir de 1989 teve sua imagem abalada. Nahas foi acusado de tomar dinheiro emprestado para negociar ações para si próprio por meio de laranjas. Com as falsas negociações, conseguiu inflacionar o valor das ações até vendê-las a um preço lucrativo. Quando os bancos perceberam a artimanha, Nahas ficou sem o crédito e virou devedor de primeira grandeza na praça. Quem embarcou na bolha junto com ele também ficou inadimplente. Seis empresas quebraram na sequência. A Bolsa carioca quase quebrou e nunca mais se recuperou até ser incorporada nos anos 2000 pela BMF e pela Ibovespa. Outro caso envolvendo o especulador foi a investigação da Polícia Federal denominada operação Satiagraha. Comandada pelo então delegado Protógenes Queiroz, e autorizado pelo juiz Fausto De Sanctis, visava a quebrar um esquema de gestão fraudulenta de empresa, evasão de divisas públicas e sonegação fiscal envolvendo o publicitário Marcos Valério e o esquema de corrupção denominado Mensalão. Conseguiu prender, além de Naji Nahas, o ex-prefeito de São Paulo, Celso Pitta, e o banqueiro Daniel Dantas, dono do banco Opportunitty. Nahas não se pronuncia sobre o caso. Para mais informações ver: http://www.cartacapital.com.br/sociedade/terras-do-pinheirinho-ja-pertenceram-a-naji-nahas/. Acesso em: 05/02/2012.

4 ANDRADE, Inácio de Carvalho Dias de. **Movimento Social, cotidiano e política:** uma etnografia da questão identitária dos sem-teto. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social_ - Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível emhttp://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-10112010-110021/es.php Acesso em: 04 maio 2012.

Importante considerar que o déficit habitacional no estado de São Paulo ultrapassa um milhão de moradias[5], realidade que subjuga milhões de pessoas à condição de viver em habitações precárias, em áreas de risco ambiental, não atendidas por serviços públicos básicos como sistema de esgoto, de iluminação pública etc. A favelização, a ocupação de cortiços, de terrenos e imóveis abandonados, encostas de morros, são saídas encontradas por populações excluídas e marginalizadas que não conseguem fazer valer seu direito básico à moradia digna em nossa sociedade marcada por uma profunda desigualdade.

Em 22 de janeiro de 2012, a população que vivia em Pinheirinho foi surpreendida, ainda no raiar do dia de um domingo, por uma verdadeira operação de guerra planejada com antecedência de meses, que contou com a força repressora de dois mil homens fortemente armados da polícia militar, cães, viaturas, carros blindados e helicópteros. Os policiais invadiram a ocupação de Pinheirinho e despejaram com intensa violência e brutalidade aquelas pessoas, não permitindo sequer que retirassem seus pertences de suas casas.

Baseada em uma contestável liminar[6] favorável à reintegração de posse, concedida pela justiça estadual de São Paulo, a ação policial despertou a atenção da imprensa internacional além de organizações nacionais e internacionais ligadas à questão dos direitos humanos e civis[7], que questionaram a forma conflituosa como o processo foi conduzido. Os confrontos com os moradores resultaram em várias pessoas feridas, supostas mortes, além das prisões, submetendo a uma situação traumática crianças, idosos, homens e mulheres que perderam tudo o que construíram durante oito anos.

Compreender a violência e obstinação manifestada pelas forças do Estado na desocupação de Pinheirinho passa pela análise do intenso processo de valorização fundiária de propriedades urbanas no Brasil, movimento acompanhado por forte ação dos setores ligados à especulação imobiliária nos últimos anos.

São José dos Campos corresponde a uma das cidades do estado de São Paulo que tem ostentado um dos maiores índices de valorização imobiliária. Entre 2010 e 2011 a arrecadação do ITBI (Imposto Territorial Sobre Bens Imóveis) se elevou em 20% na cidade. Em um encontro do setor imobiliário em novembro de 2011, empresários do ramo além de donos de propriedades urbanas estimaram que o mercado imobiliário na cidade deverá movimentar o montante de R$ 5,4 bilhões até 2014 (BOULOS, 2013, p. 69).

Além de empreendimentos previstos pelo setor privado, a região ainda contará com obras do governo federal relacionadas ao projeto do Trem Bala. Um dado relevante é que a parte da cidade que receberá o maior número de empreendimentos (cerda de 51) será a zona sul, região onde está situado o terreno antes ocupado do Pinheirinho.

Esse processo de reintegração de posse, entretanto, se deu por meio da utilização da força repressora do Estado que, através da violência, expulsou aquelas pessoas que hoje, além de terem perdido seus pertences, utensílios, roupas e até documentos, vivem em abrigos improvisados, sem condições adequadas de sobrevivência. Por outro lado, os discursos oficiais tentam legitimar a ação da polícia qualificando-a como uma ação pautada na legalidade, que visou a garantir a preservação do direito de propriedade, em detrimento da função social desta e do direito constitucional à habitação.

---

5 Sobre este assunto recomendo a esclarecedora entrevista de Sílvio Torres, Secretário de Habitação do Estado de São Paulo: http://noticias.r7.com/jornal-da-record-news/2013/10/24/deficit-habitacional-de-sao-paulo-ultrapassa-um-milhao-de-moradias/. Acesso em: 24/10/2013.

6 A justiça federal emitiu uma liminar, na madrugada do dia 22 de janeiro, suspendendo a reintegração de posse da área do Pinheirinho, em São José dos Campos/SP. Entretanto, a justiça estadual paulista não acatou a decisão por entender que havia conflito de competências para julgar o caso, considerando-se, portanto, o fórum legítimo para decidir sobre o caso.

7 O jornal britânico Guardian fez críticas ao governo brasileiro por meio de um artigo publicado em 24 de janeiro de 2012, em que acusou a imprensa brasileira de falar de Pinheirinho em "tons suaves". Raquel Rolnik, relatora especial da ONU para o direito à moradia adequada, arquiteta e urbanista, declarou que a ação de desocupação de Pinheirinho viola os direitos humanos (ver: http://raquelrolnik.wordpress.com/2012/01/27/pinheirinho-nao-e-um-caso-isolado/. Acesso em: 20/06/2012. Esta entrevista também foi publicada pela Folha de São Paulo: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1040025-acao-no-pinheirinho-viola-direitos-diz-relatora-da-onu.shtml, acesso em: 15/01/2013). O IAB-SP (Instituto de Arquitetos do Brasil - departamento São Paulo) divulgou nota oficial repudiando veementemente os atos de violência perpetrados contra os moradores de Pinheirinho (Ver: http://www.piniweb.com.br/construcao/urbanismo/iab-sp-se-manifesta-sobre-desocupacao-da-favela-do-pinheirinho-em-249865-1.asp. Acesso em: 07/02/2012).

Em detrimento da condição de vida daquelas pessoas, dos direitos supostamente "inalienáveis" daqueles indivíduos assegurados pela legislação nacional e tratados internacionais, há uma situação em que se percebe que o direito à propriedade se sobrepôs ao direito à moradia de uma coletividade inteira. Identifica-se, desse modo, uma articulação de interesses que envolve a especulação imobiliária, decisões judiciais de proteção à propriedade privada em detrimento de outros interesses sociais, discursos articulados que visam a legitimar os interesses em jogo corporificados por elites econômicas e as ações de violência das forças de repressão do Estado.

Assim, ao analisar a irrupção da violência de Estado contra populações em situação de vulnerabilidade social, é possível entrever a conjugação de fatores que entrelaçam de forma complexa no caso Pinheirinho. Observando os últimos acontecimentos que marcaram a história de Pinheirinho, seus sujeitos e tragicidades, entendo ser necessário compreender a interação complexo-dialética dos seguintes elementos[8]: 1) as memórias daqueles que viveram as agruras da predação; 2) a nova geografia da reprodução espacial do capital que se objetiva por meio da especulação imobiliária e da *acumulação por espoliação*[9]; 3) a convergência de mecanismos e aparatos jurídicos que buscam legitimar esses processos; 4) a estruturação de discursos [*cínicos*][10] oficiais dos agentes do Estado (executivo, judiciário etc.) que pretendem conferir legitimidade frente à opinião pública, reafirmando princípios liberais, tais como: a defesa da legalidade, da propriedade privada e do estado democrático de direito, mesmo que esta postura implique em "torções" nos princípios norteadores e balizamentos normativos que estruturam este mesmo estado, e a despeito da garantia dos direitos humanos, configurando o que Agamben denomina de *estado de exceção*[11].

PINHEIRINHO – Sob as brumas da espoliação

> Os indivíduos são jogados aos seus espaços privados, à solidão, à insegurança, que decorre exatamente da privação do espaço público e da alteridade (...) Quando se trata do capitalismo contemporâneo, então é o retorno à lei da força bruta" **(Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento, Francisco de Oliveira)[12].**

Para além das definições de identidades abstratas que caracterizam os indivíduos como sujeitos de direitos e detentores da capacidade de fruir dos bens sociais gerados por uma sociedade colocando-os, portanto, no campo da cidadania, existem elementos materiais que geram níveis distintos de inserção desses mesmos indivíduos no mundo da cultura e da participação social. Marx, em seu Manifesto Comunista, já alertava para as contradições existentes no modo de estruturação das sociabilidades burguesas, apontando, para tanto, as contradições geradas pelo avanço da esfera privada sobre a pública, possuidora esta da marca do socialmente construído.

Nesse sentido, a esfera privada representa um campo impenetrável ao outro, capaz de impor sua lógica e determinações sobre a maioria dos indivíduos, tornando a esfera pública uma espécie de espaço de circulação do privado que carrega consigo o poder de decisão sobre os bens materiais e culturais, controlando tanto o processo de produção quanto de distribuição desses bens, engendrando, por conseguinte, uma lógica desigual e injusta (MENEGAT, 2006).

---

8 Em minha tese pretendo desenvolver uma pesquisa orientada por um enfoque etnográfico considerando os aspectos listados.

9 HARVEY, David. **O Novo Imperialismo.** Edições Loyola: São Paulo, 2004.

10 SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e Falência da Crítica.** Boitempo Editorial: São Paulo, 2008.

11 AGAMBEM, Giorgio. **Estado de Exceção.** Boitempo Editorial: São Paulo, 2004.

12 OLIVEIRA, Francisco. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele Saliba (Orgs). **A Era da Indeterminação.** São Paulo: Boitempo, 2007.

Assim, Marx argumentava que na medida em que as contradições deste modo de produção desigual se aproximavam do paroxismo, a sociedade adentrava em um tenebroso *estado momentâneo de barbárie*[13], caracterizado pela existência de *civilização em excesso*. O excesso incorpora o momento em que a produção ultrapassa seus limites estritamente privados, sendo necessário romper com a lógica da propriedade para que ela alcance a todos, de modo igualitário.

Na medida em que esta ruptura não ocorre, o excesso (excedentes em termos de capital, moeda e capacidade produtiva) é destruído no movimento de circulação não chegando, desse modo, àqueles que incorporam as massas de excluídos. Instaura-se um período de crise que transborda o universo econômico, tornando-se uma crise societária em variados aspectos, cuja "exclusão de milhões de seres humanos dessa esfera do mundo social cria formas de sociabilidade em decomposição, como o desemprego estrutural e a criminalidade" (MENEGAT, 2006, p. 35).

As crises contemporâneas apresentam componentes que as tornam cada vez mais profundas e complexas, afetando de forma mais intensa e drástica as economias e populações mais vulneráveis. Harvey[14] destaca que o atual processo flexível de acumulação capitalista, atrelado à mundialização financeira do capital tem reconfigurado a geografia histórica do capitalismo, que frente às novas necessidades de acumulação tem buscado superar ao máximo as barreiras impostas pelas limitações do tempo-espaço. Por conseguinte, a expansão do sistema de crédito e a financeirização da economia têm se tornado verdadeiros "trampolins de predação, fraude e roubo" (p. 122).

Ademais, a onda de corporativização e privatização dos bens públicos que tem assolado o planeta e, por outro lado, a regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho e o ambiente da degradação tem consolidado uma situação de perda crescente de direitos[15]. A financeirização da economia tem se ampliado mediante a transformação de bens e mercadorias em títulos possíveis de serem negociados em bolsas de valores e mercados de capital, podendo sofrer valorizações mediante especulação. Atualmente o mercado imobiliário também se vale da expansão do capital fictício, estando a própria terra sujeita à valorização mediante especulação, processo no qual se ancora a ampliação do setor imobiliário.

No caso Pinheirinho é importante assinalar que até mesmo o fato de a empresa Selecta deter a propriedade do terreno é algo que vem sendo contestado pelo Ministério Público Federal, haja vista os nebulosos caminhos que levaram aquelas terras às mãos de Naji Nahas[16]. Os indícios de fraude aliados às formas de "usufruto" da área pelas empresas consorciadas que, supostamente, detêm o direito de propriedade do terreno, apontam para

---

13 MARX, Karl. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Boitempo, 2010, p. 45.

14 Discorrendo sobre as características do atual estágio do desenvolvimento capitalista Harvey aponta que "Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívidas que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dizimação por colapsos de ações e corporações) decorrente de manipulações do crédito e das ações – tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo" (Harvey, 2003, p. 123). Essas são, portanto, as características do que viria a denominar de acumulação por espoliação.

15 É fundamental destacar que no caso das nações que integram a periferia do capitalismo, em que o processo de modernização se deu de forma incompleta, a desregulamentação dos marcos regulatórios que intencionam a proteção do trabalho e a consolidação dos direitos sociais é ainda mais intensa, na medida em que essas legislações em momento algum foram capazes de assegurar um pleno estado democrático de universalização de direitos. Sobre os tortuosos caminhos dos direitos civis, políticos e sociais no Brasil ver: CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 16ª. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

16 O governo federal irá investigar a origem da titularidade do terreno do Pinheirinho, no município de São José dos Campos (SP), pertencente à massa falida da empresa Selecta, do investidor Naji Nahas. A dúvida quanto à idoneidade da escritura do terreno (se é grilada ou não) surgiu a partir de uma entrevista publicada no jornal Folha de São Paulo, no dia 29 de fevereiro de 2012, com Benedito Bento Filho, empresário do ramo imobiliário, que vendeu o terreno à Selecta em 1981.

uma sobrevalorização da esfera de acumulação de capital em detrimento da função social da propriedade e dos direitos possuídos pelas pessoas ocupantes daquela área desde 2004.

Muito embora haja todo um cabedal jurídico que poderia assegurar a permanência daquelas pessoas, o direito de propriedade se sobrepôs a todos os outros, como se os efeitos daqueles houvessem sido "suspensos", porém uma suspensão que não rasgou a roupagem legal. É neste sentido que falo na consolidação de um estado de exceção[17], cujo funcionamento opera processos que subvertem a própria lógica do ordenamento jurídico vigente sem, contudo, perder sua aparente legalidade. O trágico, entretanto, configura- se na medida em que aqueles atingidos pela violência são considerados supérfluos, dispensáveis, incluídos na categoria de *Homo Sacer*[18].

Eis, portanto, um dos pressupostos que perpassa toda a argumentação deste trabalho, parte de uma pesquisa mais ampla, pois acredito haver uma espécie de vínculo orgânico entre os processos de acumulação de capital via espoliação, os mecanismos normativos que dão suporte e legitimidade às ações de estado, mesmo quando de extrema violência e a racionalidade cínica presente nos discursos legitimadores de tais práticas. Os mais afetados são mergulhados numa lógica cada vez mais forte de sociabilidade de predação, uma espécie de *sociometabolismo da barbárie*, caracterizado "pelo metabolismo social de 'dessocialização' por meio do desemprego em massa e exclusão social, processo de precarização e institucionalização de uma nova precariedade do trabalho, que sedimenta a cultura do medo" (ALVES, 2011, p. 22).

Por fim, e tentando retomar o fio argumentativo deste ensaio, reduzir a análise da violência perpetrada pelas forças policiais do Estado contra a população de Pinheirinho ao estrito cumprimento do dever legal das polícias, assim autorizadas a fazer pelas autoridades institucionais que, em nome do "estado democrático de direito" visavam a assegurar a ordem constitucional mediante a preservação do direito de propriedade, mostra-se como um deslize analítico que se deixou levar pelos encantos da violência subjetiva e sua materialidade.

Ao abandonar, entretanto, a possibilidade de construção analítica considerando os elementos que apontam para a necessidade de uma mirada abrangente, sistêmica, que transcenda a imediaticidade dos atos, este viés se torna uma postura estéril, maniqueísta e enviesada. Portanto, compreender a violência de Estado na contemporaneidade implica uma postura investigativa que preze pela articulação dialética num plano mais elevado que conjugue fatores micro e macroestruturais, apontando para a construção de reflexões que considerem o engendramento da totalidade das relações consideradas. Acredito que este pode ser um caminho fértil na busca por extrair as profundas implicações (bio)políticas das atuais formas de expressão da violência.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. (2010), *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I.* Belo Horizonte: Editora UFMG.

AGAMBEM, Giorgio. (2004), *Estado de Exceção.* Boitempo Editorial: São Paulo.

ALVES, Giovanni. (2011), *Trabalho e Subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório.* São Paulo: Boitempo.

ANDRADE, Inácio de Carvalho Dias de. (2010), *Movimento Social, cotidiano e política: uma etnografia da questão identitária dos sem-teto.* Dissertação (Mestrado em Antropologia Social - Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde1011201110021/es.php. Acesso em: 04 maio 2012.

17 Agamben define a noção de exceção como uma espécie de exclusão: "ela é um caso singular, que é excluído da norma geral. Mas o que caracteriza propriamente a exceção é que aquilo que é excluído não está, por causa disso, absolutamente fora de relação com a norma: ao contrário, esta se mantém em relação com aquela na forma da suspensão. A norma se aplica à exceção desaplicando-se, retirando-se desta. O estado de exceção não é, portanto, o caos que precede a norma, mas a situação que resulta de sua suspensão" (AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 18).

18 Ibidem.

BOULOS, Guilherme. (2012), *Por que Ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto.* São Paulo: Scortecci.

CUNHA, Euclydes da. (2001), *Os Sertões: campanha de Canudos.* São Paulo: Ateliê Editorial.

CARVALHO, José Murilo de. (2013), *Cidadania no Brasil: o longo caminho.* 16ª. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. (2009), *Crime e Castigo***.** São Paulo: Editora 34.

HARVEY, David. (2004), *O Novo Imperialismo.* Edições Loyola: São Paulo.

MARX, Karl. (2010), *Manifesto Comunista***.** São Paulo: Boitempo.

MENEGAT, Marildo. (2006), *O Olho da Barbárie.* São Paulo: Expressão Popular.

MENESES, Eduardo Diatahy B. de. (2003), "Reflexões Sobre a Violência". In: LOBO, Sônia (org.). *Violência: um estudo psicanalítico e multidisciplinar*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha.

OLIVEIRA, Francisco. (2007), "Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento". In: OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele Saliba (Orgs). *A Era da Indeterminação.* São Paulo: Boitempo.

RIBEIRO, Darcy. (1995), *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras.

SAFATLE, Vladimir. (2008), *Cinismo e Falência da Crítica.* Boitempo Editorial: São Paulo.

SEVCENKO, Nicolau. (2010), *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes.* São Paulo: Cosac Naify.

ZIZEK, Slavoj. (2014), *Violência.* São Paulo: Boitempo.

A arquitetura da exclusão no Rio de Janeiro: arquipelagos e enclaves em resposta ao medo da violência

Irene Serafino
[1]irene.serafino85@gmail.com

Resumo: A mudança estrutural da organização espaço-temporal das sociedades contemporâneas encontra no território, em particular no âmbito urbano, seu lugar privilegiado de estudo dos processos de desigualdade e exclusão social. Este trabalho foi resultado de uma observação direta no Rio de Janeiro e foram identificadas quatro estratégias de redefinição da cidade, utilizadas pelo poder público e por instâncias privadas: a remoção dos habitantes de bairros pobres situados em lugares estratégicos da cidade; a construção de muros em torno de favelas; a militarização das favelas; as barreiras da arquitetura urbana da exclusão que dificultam a fruição do espaço público e afastam as pessoas não desejáveis. A redefinição da arquitetura urbana do Rio de Janeiro sugere-nos interpretações dos fenômenos a diferentes níveis. A modificação dos territórios pode ser interpretada como um desenho espacial preciso, impulsionado para o paradigma da segurança, do medo e do controle. Propomos uma reflexão sobre a dimensão e as especificidades desses fenômenos, acompanhado por um registro visual que enfatiza a reorganização do espaço.

Palavras-chave: Exclusão social; *Anti-sites*; Arquipélagos; Enclaves; Rio de Janeiro.

1. Introdução

A urbanização da sociedade, os modelos de desenvolvimento das cidades modernas e a estruturação dos espaços urbanos instigaram a sociologia a aprofundar temáticas como a competição territorial e os conflitos de classe em âmbito urbano e a desigualdade social urbana. O desenvolvimento das cidades modernas teve um impacto nos hábitos e nos comportamentos das pessoas, mas também nos padrões de sentimento e de pensamento dos seus moradores (Giddens, 2004). Um grande legado chegou-nos através da visão ecológica da escola de Chicago, que evidenciou a importância da observação dos processos de invasão, sucessão e competição entre os diferentes grupos que compartilham cotidianamente o espaço urbano. As cidades, lugares onde se concentram diferentes classes, etnias, culturas, formas de identidade e de sociabilidade, atividades econômicas e políticas, proporcionam uma imposta proximidade das diferenças. Diferenças que devem lidar constantemente com a mediação e adequação mútua ao outro. Se, por um lado, esses encontros e confrontos proporcionam relações de dialogo e reconhecimento, cooperação e integração, incentivando a educação à convivência e o respeito, a criação de novas culturas e expressões artísticas, e até mesmo a ativação de novos movimentos sociais que promovem o direito à cidade (Harvey, 2013), por outro lado, se impulsionam mecanismos de competição e antagonismo, de enfraquecimento dos laços sociais e de desconfiança perante o outro. Aprimoram-se as diferenças, as desigualdades, as tensões e os conflitos que culminam na estratificação dos bairros, na procura de nichos fechados de distinção, ou em formas abertas de conflito urbano, segregação e exclusão social.

---

1 Licenciada e Mestre em Serviço Social pela Universidade de Bolonha, Itália. Vasta experiência no exterior, em contextos acadêmicos diferenciados, durante os anos de licenciatura e mestrado. Entre estes, o projeto Erasmus em Portugal, na Universidade do Minho, o Erasmus Mundus no Brasil, na Universidade Federal do Piauí, a bolsa de investigação para a dissertação de mestrado no Brasil e, sempre no Brasil, a bolsa pós-Mestrado, adquirida pelo departamento de Sociologia da Universidade de Bolonha. Atualmente doutoranda no Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal.

Considerando uma visão macro dos processos sociais, autores como Castells (1977) e Harvey (2013) salientaram de que forma os espaços urbanos constituem um reflexo dos sistemas do poder social, político e econômico, e os acontecimentos de patamares globais e nacionais influenciam também o andamento das composições destes espaços, suas dinâmicas e organização (Giddens, 2004). Os fluxos dos mercados e das moedas em uma visão internacional, o discurso hegemônico das elites que ocupam espaços de visibilidade e de decisão privilegiados, os discursos dos meios de comunicação e as escolhas políticas das administrações locais, contribuem para a criação de aproximações e dialogo ou, pelo contrário, afastamentos e competição dos grupos que habitam as cidades. A organização dos espaços pode ser determinante no que diz respeito às possibilidades de sociabilidade e de interação entre os habitantes da cidade e de fruição do território.

Nas sociedades contemporâneas, em que prevalece uma sensação generalizada de insegurança, medo, fragmentação e enfraquecimento da coesão social (Bauman, 2006), parece recorrente a procura da distância e afastamento perante o outro. Como evidenciam estudos recentes (Brown, 2013; Davis, 1999 e 2006; Petti, 2007; Rossi e Vanolo, 2010), existe uma redefinição da estrutura urbana que tende a construir fortificações e barreiras divisórias para segregar os estranhos, considerados perigosos. Nos maiores centros urbanos do globo se difundem estruturas urbanas *ad hoc*, como formas de proteção e segurança: ações que objetivam o distanciamento dos indesejados, conforme um preciso e estudado planejamento espacial, formulado pelos indivíduos e pelos órgãos políticos e econômicos.

Este estudo é fruto de uma pesquisa qualitativa de observação efetuada nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, recentemente palco de megaeventos esportivos de repercussão internacional e de forte impacto midiático, que procurou localizar algumas formas de expressão desse planejamento, evidenciando os "espaços de opressão" (European Alternatives, 2012) criados pela arquitetura urbana da exclusão. Partimos da hipótese da existência de políticas públicas urbanas que objetivam confinar os pobres nas periferias e que tornam as vidas dos mais excluídos e marginalizados "insuportáveis", por serem violentamente expulsos por meio de práticas de repressão e afastamento, sendo assim obrigados a vagar perenemente e serem os nômades da cidade (Davis, 1999). Efetuamos uma coleta fotográfica *in loco* para descrever a organização dos espaços públicos e das ruas do bairro de classe média alta do Flamengo, situado na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, e utilizamos algumas informações sobre a população adulta do Rio de Janeiro que vive em situação de rua, que coletamos em ocasião da nossa dissertação de mestrado.

2. A organização territorial da exclusão: quatro estratégias na cidade do Rio de Janeiro

Conforme salientam as teorias do urbanismo mais recentes, o contexto urbano é onde se detectam as características mais amplas do desenvolvimento do capitalismo contemporâneo (Harvey, 2013; Wacquant, 2006). As metrópoles, atualmente, tornam-se objeto de novas representações nas ciências sociais, nos meios de comunicação e nos projetos políticos. O fenômeno urbano possibilita observar materialmente os traços principais da globalização, analisando concretamente os fatos sociais e evidenciando problemáticas de nível global e local (Rossi; Vanolo, 2010), e o estudo da organização do ambiente urbano possibilita perceber as políticas atuadas e as estratégias de fragmentação e segregação territorial e social, que podem orientar a conduta dos atores urbanos. As mudanças dos territórios urbanos das cidades contemporâneas podem ser associadas a um preciso desenho espacial determinado pelo paradigma da segurança e do controle, alinhados a um projeto político que utiliza a estratégia da força das armas e a sedução dos consumos para construir a sociedade do controle (Petti, 2007). Separam-se as diversas regiões da cidade criando arquipélagos e enclaves, que constituem polarizações sociais e políticas e também propriedades espaciais bem definidas: por um lado, encontramos uma elite que gerencia o espaço e seus fluxos, vivendo em um mundo arquipélago, por outro lado, existe um sistema de enclaves, uma zona obscura, onde há a suspensão dos direitos e das regras jurídicas, sociais e econômicas, vigentes no arquipélago (Petti, 2007). Nesta visão, o espaço publico, que tinha permitido interações não rigidamente programadas, representa uma ameaça à hierarquia do espaço e procura ser gradualmente reduzido. Constroem-se muros e cercas, não somente simbólicas, mas também materialmente concretas, com uma dúpla funcionalidade: controlar a fruição do espaço pelo "outro" e proteger

o valor da propriedade privada do arquipélago utilizando a separação como método de proteção. Fragmentação do território, limitação do espaço publico e do encontro com o outro a favor da transformação num sentido privatizador da socialização e do lazer, afastamento dos indivíduos indesejáveis, tornam-se práticas recorrentes. Neste território, assim fragmentado, intaura-se um sistema de inclusão-exclusão que determina uma nova organização territorial. Diminuem o senso de comunidade, a compartilha de tradições e culturas, perde-se a sensação de segurança pessoal (*safety*) e acentua-se a percepção de estranhamento entre as pessoas, produzindo uma sensação generalizada de incerteza que promove um ulterior pedido de proteção e controle (Bauman, 2006). Criam-se, ou acentuam-se, os problemas de marginalização e pobreza, dividindo o espaço entre um dentro e um fora, entre guetos voluntários e guetos coagidos, onde os pobres são confinados e dos quais não podem sair (Bauman, 2006), onde o gueto e a relegação urbana tornam-se novos regimes de marginalidade avançada, engendrada pelas condições de desintegração dos laços, desconexão funcional dos bairros, pelas questões macroeconômicas e pelos modelos de atuação do Estado (Wacquant, 2006).

Com a difusão da arquitetura urbana da exclusão, os espaços públicos das megacidades tornam-se mais fluidos (Bauman, 2002) e os ambientes urbanos não proporcionam âmbitos propositivos de encontros de identidades e de socialização de culturas. Com as barreiras e a opressão dos espaços públicos, os parques e as ruas das cidades deixam de representar um lugar de interação social e convivência, de trocas de pontos de vistas e confronto de opiniões para se tornarem nãolugares sem identidade histórica e cultural (Augé, 1993), onde predomina a mera fruição do solo de forma rápida e utilitarista e a desconfiança do outro, que é visto como uma ameaça e que procura ser cruzado com a menor frequência possível. Pode parecer uma visão negativa e pessimista da cidade, que, é verdade, ainda promove dinâmicas virtuosas e inovadoras. Resulta importante, porém, aqui evidenciar a situação da cidade do Rio de Janeiro globalizada, que instiga-nos a refletir sobre as implicações da vida urbana para a população com menos capital e que se vê forçada a viver à margem dos bairros da orla da cidade, identificando as modalidades e os espaços de opressão e indagar-se sobre possíveis resoluções.

O município do Rio de Janeiro, que conta com 6.320.446 habitantes (IBGE, 2014), está inserido em uma megalópole composta por uma rede de centros urbanos com limites espaciais incertos e interdependentes entre eles e, conforme a Lei Complementar nº 158 de 2013 do Rio de Janeiro (2013), consta em 21 Municípios[2], habitados por um total de 11.948.442 pessoas, conforme o censo de 2010 (IBGE, 2014). A cidade do Rio encontra-se também inserida em um contexto de relações econômicas e sociais de abrangência global, desenvolvendo estratégias urbanas que Rossi e Vanolo (2010) definem de competição internacional, que procuram afirmar a posição competitiva da megacidade a nível nacional e internacional, que promovam uma imagem atraente pelos investimentos de capitais e pelos fluxos globais de visitadores.

Conforme literatura, informações da imprensa e observação *in loco,* foram identificadas quatro estratégias de "organização" urbana na cidade do Rio de Janeiro impulsionadas para o paradigma da segurança, do medo e do controle.

***A remoção**: prática sempre mais frequente, incrementada na época que precedeu a Copa do Mundo de futebol, é o despejo selecionado de bairros inteiros em áreas de investimentos econômicos do campo imobiliário. As famílias, que costumam viver em precárias condições econômicas, são afastadas e expulsas das áreas de origem rumo às remotas periferias da Região Metropolitana do Rio, favelas ou bairros humildes que passam por um processo de revalorização econômica pela sua posição física estratégica no panorama geográfico do Rio. Conforme o Comitê Popular Rio da Copa e das Olimpíadas (2012), essas remoções forçadas, que podemos associar às dinâmicas de gentrificação e que não podem ser resumidas ao período das obras da Copa, respondem exclusivamente a interesses do mercado imobiliário e são apoiadas pelo poder político local[3], violando os direitos humanos da população atingida:

---

2 Fazem parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro os Municípios do Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá, Itaguaí, Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu (Rio de Janeiro, 2013).

3 No dossiê explicita-se a responsabilidade e perpetuação das ações por parte da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

> Falta de transparência nas ações do Poder Público, ausência de diálogo e negociação prévia de projetos de remoções, bem como das alternativas existentes, além de especulação imobiliária em função da valorização da terra são algumas denúncias recebidas pela Relatoria Especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre o Direito à Moradia Adequada e que formaram a base do boletim (Agencia Brasil, 2011: 1).

Associada aos despejos dos núcleos familiares dos bairros populares, encontramos também a remoção forçada da população que se encontra em situação de rua por parte das equipes do Projeto Rio Acolhedor (Serafino, 2013). Ao longo da nossa pesquisa de mestrado, foram coletados muitos testemunhos e denúncias que ajudaram a descrever o funcionamento dessas ações repressivas e que constituem-se seja em grandes recolhimentos de massa em áreas específicas próximas ao centro, seja em ações menos fragorosas efetuadas nos bairros da orla sul da cidade. Em ambos os casos se obrigam as pessoas encontradas a subir em vans ou ônibus para serem levadas em abrigos localizados nos lugares mais recônditos da cidade, com frequência são retirados seus pertences, objetos e documentos pessoais. As ações de remoção dos núcleos familiares e da população em situação de rua registraram diversos casos de violência física e espancamento.

***Os muros**: Como em muitas cidades brasileiras, as favelas do Rio de Janeiro encontram-se também nos morros, que em certos casos se localizam nas proximidades de áreas nobres. Neste contexto, foi identificada uma estratégia que consiste na construção de altos muros que dividem as áreas pobres das favelas com os bairros ricos, os centros turísticos e comerciais. Criam-se, portanto, arquipélagos e enclaves que dividem e fragmentam o território urbano. É prática utilizada com recorrência e, recentemente, foram muitos os novos muros projetados ao redor de favelas urbanas em função das obras públicas efetuadas para a Copa de Futebol pelo governo do Rio de Janeiro, aparentando as finalidades da construção com motivações ambientais, de proteção da vegetação dos morros (Frente de Fevereiro; Afrofuturismo, 2012). Se disfarçam os objetivos que estão atrás da construção dos muros e, em alguns casos, se procura produzir às barreiras com uma veste diferente e fazendo-as passarem como estruturas necessárias à cidade, como estradas ou painéis de insonorização das áreas de transito. Emblemático o caso das favelas do Complexo da Maré que, com painéis coloridos de insonorização, foram escondidas à vista dos turistas que devem percorrer o caminho entre o aeroporto internacional Galeão e o centro turístico da cidade:

> A construção de muros no Complexo da Maré - na tentativa de esconder as favelas dos turistas recém chegados no Galeão, mas justificada para proteger os moradores da poluição sonora - também é um exemplo do caráter contraditório das políticas e do marketing ambiental, no contexto preparatório da realização das competições. (Comitê Popular Rio da Copa e das Olimpíadas, 2012: 47)

***A militarização**: Grande discussão e relevância midiática foram dadas ao que consideramos aqui como outra estratégia que pretende definir o espaço urbano do Rio de Janeiro com atividades violentas e de segregação. A partir de Dezembro de 2008 foram constituídas as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), bases militares instituídas em favelas após operações que visaram tirar o controle das organizações criminosas nessas áreas. Esse sistema de segurança concentrou-se, num primeiro momento, nas regiões próximas aos bairros ricos da orla sul da cidade e do centro, fulcro político e econômico. O programa das UPP teve como objetivos retomar sub o controle do Estado as comunidades controladas por organizações criminosas armadas, redefinir uma situação de paz e segurança pública e contribuir para romper uma lógica de guerra existente na cidade do Rio de Janeiro, mas não efetivou o fim do tráfico de drogas e da criminalidade e não tornou-se uma solução aos problemas estruturais das comunidades sob uma lógica de políticas públicas territoriais (Urani; Giambiagi, 2011).

Estas observações remetem-nos também ao debate desenvolvido em torno da centralidade de interesses de mercado que existem por detrás das políticas de reorganização urbana, que promovem uma imagem de segurança a nível internacional e que permitem investir em novas áreas revalorizadas economicamente, sem se preocupar com a real segurança da população que habita as favelas ou que vive em situações de miséria.

Os *anti-sites: Aproximando o nosso olhar ao nível micro das ruas e praças dos bairros da orla sul do Rio de Janeiro reparamos-nos com grandes e pequenas barreiras arquitetônicas endereçadas às pessoas que pretendem relaxar, descansar ou parar nos espaços públicos. Consideramos estas estruturas como uma ulterior estratégia acionada para a reconfiguração sócio-espacial do território urbano. Em cidades como Paris, estas estruturas se tornaram quase obras de arte para disfarçar seu objetivo principal e sua violência intrínseca (LSDI, 2009), mas, no caso do Rio de Janeiro, não parece existir o mesmo cuidado, e resulta claro o seu objetivo: afastar do bairro a população em situação de rua e a população mais humilde. Estas estruturas arquitetônicas, que não somos acostumados a reconhecer e identificar, nos mostram como a tutela da propriedade privada e a defesa perante o diverso, obtidas em detrimento da sociabilidade, da própria liberdade de movimento e estada e, obviamente, à custa da liberdade de ir e vir e estar do outro, tornam-se um valor em si e determinam as escolhas políticas, individuais e da administração pública para definir a organização da configuração urbana. Por mão dos comerciantes, das organizações de moradores e da administração pública, se constroem estruturas arquitetônicas *ad hoc* que visam afastar as pessoas indesejáveis que dormem e vivem nos lugares públicos (Bergamaschi; Francesconi, 1999). É evidente que a rotina das pessoas que se encontram em situação de rua torna-se profundamente prejudicada por essas estruturas que são também identificadas como *anti-sites* (European Alternatives, 2012). Considerando os hábitos e as necessidades de quem se vê a fazer da rua seu espaço de vida e lar, seu lugar de socialização e sobrevivência, os *anti-sites* adquirem um papel central no andamento do dia a dia dessas pessoas. Impedem ou dificultam a procura de abrigos e esconderijos que permitam proteção perante as condições climáticas, inviabilizam o acesso a espaços que proporcionem uma mínima privacidade e um pouco de sossego nos momentos de descanso, questões fundamentais para o bem-estar do ser humano. Mas os *anti-sites* afetam também a circulação e o uso do espaço por qualquer pessoa que deseje relaxar ou socializar em uma praça ou em um jardim públicos. Neste quadro de desincentivo de permanência das pessoas nos espaços públicos, parece não ser mais viável utilizar e viver o espaço urbano sem consumir algo e sem que seja de forma rápida e com objetivos específicos. Neste sentido, os *anti-sites* se inserem na lógica da arquitetura urbana da exclusão que procura deixar os lugares pouco acolhedores para, dificultando a presença das pessoas ao léu nos bairros.

3. Nos enclaves do bairro Flamengo: identificando os lugares de exclusão

Durante nossas perambulações nas ruas do Rio de Janeiro, principalmente no bairro do Flamengo, procuramos observar os aspetos que remetessem às dificuldades de utilização do espaço público e à segregação, afastamento e exclusão do "outro" nos momentos de socialização. Para mostrar no que consistem os *anti-sites* dos bairros da orla sul do Rio de Janeiro, foram escolhidas diversas fotografias tiradas entre 2012 e 2013. Os indicadores que nos endereçaram na coleta e na catalogação das imagens foram: 1) a arquitetura urbana da exclusão, ou seja, as estratégias de afastamento da população em situação de rua e as formas de repressão utilizadas para dissuadir do uso do espaço público; 2) as formas de proteção e segurança e a criação de arquipélago e enclaves; 3) as situações de segregação e exclusão social no ambiente urbano. As imagens recolhidas foram sucessivamente divididas em duas categorias, as ações dos privados e as ações da administração pública.

A primeira sequência de fotografias ilustra as ações efetuadas para afastar a população indesejada e as formas de repressão utilizadas para dissuadir do uso do espaço público. As primeiras figuras mostram alguns exemplos de técnicas utilizadas por parte da administração pública. Como podemos observar nas figuras 1 e 2, os bancos de praças, jardins e parques possuem estruturas de metal que impedem qualquer pessoa de se deitar ou até ficar sentado abraçando outra pessoa. No caso do banco da parada de ônibus, retratado na figura 3, percebe-se que a dimensão do assento resulta diminuída ao mínimo e assume uma pendência inclinada, tornando difícil até se sentar confortavelmente, a não ser por poucos minutos de espera do meio de transporte. Nas praças, podemos observar também entraves divisórios que cercam áreas inteiras sem que haja nenhuma necessidade aparente, figura 4. Sob os viadutos, caso emblemático por ser um lugar de refúgio da chuva e de abrigo privilegiado para a população em situação de rua do Rio de Janeiro, que representa um nãolugar pouquíssimo frequentado por pedestres, mas contornado por estradas de trânsito rápidos, barulhentos, poluídos e insalubres, encontramos

inteiras áreas limitadas por altas cercas ou grandes pedregulhos pontiagudos que impedem qualquer pessoa de transitar, sentar e ainda menos deitar por baixo deles, figuras 5 e 6. A mesma tipologia de arquitetura é presente também nas figuras 7.1 e 7.2, tiradas ao redor da estação de Metrô do Rio, parada Estácio. Também aqui podemos observar pedras pontiagudas posicionadas estrategicamente em baixo das áreas cobertas, possível proteção à chuva e ao sol direto.

Em seguida propomos algumas fotografias que ilustram ações efetuadas na esfera privada por parte de comerciantes ou habitantes dos bairros que se organizam para construir sistemas de proteção, cancelas e obstáculos contra todos os que não são bem vindos na localidade. As estratégias se dividem principalmente em duas tipologias: a projetação de entraves que procuram impedir aos outros de se fixar e encontrar abrigos noturnos nos cantinhos da cidade; as barreiras e sistemas de proteção dos próprios espaços de reclusão voluntária.

Continuando na mesma linha das tipologias de *anti-sites* concretizadas pelo poder público, podemos observar como muitos no bairro do Flamengo instalaram *anti-sites* de forma mais ou menos autônoma, como podemos observar nas figuras 8, 9, 10, 11, 12. Aqui os privados procuram desencorajar qualquer pessoa a descansar e se acomodar perto das portas de entrada e de baixo dos muros das próprias casas ou negócios. Algumas barreiras podem ser confundidas com estacionamentos de bicicletas na frente de uma vitrine de uma loja, como se pode observar na figura 8. Em outros casos, a cerca que percorre o perímetro do prédio pode ser interpretada como proteção às plantas nela situadas, conforme a figura 9. Ainda, podemos encontrar as barreiras, os pedregulhos pontiagudos e as cercas de vidro inseridas em composições complexas que criam até jardins de baixo das coberturas do prédio, figura 10. Mas, ao caminhar nas ruas do bairro do Flamengo, percebemos que também essas estruturas se inserem em uma tipologia de armações arquitetônicas recorrentes que compartilham o mesmo objetivo. As fotografias 11.1, 11.2 e 12, apresentam-nos, sem dar espaços para outras interpretações, a finalidade ultima dessas "decorações", ou seja, o não fazer ficar ninguém nos degraus da frente do próprio portão ou nas imediatas redondezas. De uma forma geral, a maioria dos *anti-sites* identificados ao longo desta pesquisa no Rio de Janeiro, principalmente aqueles instalados pela administração pública, não são construídos com a preocupação de camuflar o escopo final das estruturas e deixá-los visivelmente menos agressivos. A violência contida nesses objetos se mostra mais explicitamente de que em outras cidades do mundo.

A segunda sequência de fotografias traz exemplos que demonstram a criação de arquipélago e enclaves. No bairro do Flamengo, podemos observar a existência de núcleos de prédios completamente rodeados de muros, cancelas, arame farpado e cercas com corrente elétrica, como se pode observar na figura 13 . Encontramos ruas inteiras delimitadas por muros em ambos os lados criando arquipélagos completamente divididos do resto, parecidos com as *gated comunity* dos Estados Unidos, que possuem regras internas e espaços de socialização próprios, sistemas de segurança privados, com o intuito de manter o prestigio, o uso exclusivo de espaços recreativos e a proteção pelo crime dos moradores (Petti, 2007). Os condomínios fechados do Flamengo possuem segurança e porteiro na entrada responsável para abrir as portas exclusivamente pelas pessoas identificadas, como mostram as figuras 14.1 e 14.2. No interior do espaço delimitado dos condomínios fechados, é recorrente a existência de espaços dedicados à socialização e ao lazer, para crianças e adultos. Com frequência, atrás dos portões, pudemos notar espaços para as brincadeiras das crianças, campos de futebol e piscinas, figuras 15.1 e 15.2 que evidenciam a tendência dos moradores em se auto segregarem em guetos de luxo do que compartilhar os espaços públicos da cidade. Em alguns casos, as *gated comunity* não se constituem exclusivamente por condomínios com estacionamento e sala de lazer, mas incluem neles espaços abertos como parques, vedados aos restantes habitantes da cidade. Em quase todas as residências observadas, pudemos também identificar a existência de câmeras e sistemas de segurança, como nos exemplos das figuras 16.

Na terceira sequência, tratamos das situações de segregação e exclusão social no ambiente urbano e trouxemos aqui algumas imagens que evidenciam algumas decorrências dessas operações. Os *anti-sites* e a existência de arquipélagos dificultam a vida da população que passa muito tempo na rua, com poucas condições financeiras, que anda a pé ou de transporte público e que vive longe do lugar de trabalho e precisa descansar entre as pausas. Na figura 17 está representada uma mulher descansando, obrigada em sentar desconfortavelmente. A figura 18 chama a nossa atenção sobre a real capacidade dos *anti-sites* de afastar as pessoas indesejáveis. Como podemos observar nitidamente nesta imagem, mas perceptível também na figura 6, acima proposta,

a população em situação de rua desenvolve estratégias para enfrentar esses obstáculos e continuar a viver nos bairros onde possui mais probabilidade de sobrevivência. Os desconfortos são ignorados ou contornados posicionando papelões em cima das pedras para amenizar o incômodo, ou, em alternativa, alguns inventam novos esconderijos. Para preservar o anonimato as fotografias foram tiradas de modo a não permitir a identificação das pessoas retratadas.

4 Considerações finais

Neste artigo propomos relatar a realidade da cidade do Rio de Janeiro a partir da observação de um bairro específico no que diz respeito à limitação do espaço público e segregação do outro, dinâmica crescente em muitas cidades contemporâneas. Situações essas que são formadas a partir tanto por iniciativas individuais quanto pela organização e planejamento arquitetônico das administrações locais.

As dinâmicas apresentadas neste trabalho, que envolvem seja a distribuição dos assentamentos no território seja a composição social das populações urbanas, permitem observar uma marcada separação das elites e situações de fortes desigualdades e desequilíbrios sociais, acrescentadas pelas limitações no acesso aos espaços públicos, que se tornam cada vez mais privatizados. Os arquipélagos e os *anti-sites* não respeitam o direito de viver a cidade e impedem a utilização dos espaços públicos. Estas políticas, que possuem a finalidade de resolver os problemas da segurança urbana por meio de ações coercitivas e policialescas, produzem situações de violência ordinária, indiferente ao sofrimento humano e que não resolvem o problema, mas o afastam da vista das classes mais "bem-sucedidas". Tornam-se respostas paradoxais às mais profundas expressões da questão social, como a miséria e a população em situação de rua, e não produzem nenhuma resposta aos problemas e, como pudemos ver também nas imagens 6 e 10, não produzem efeitos eficazes nem no que diz respeito ao afastamento do problema. Não revitalizam ou melhoram as condições de vida dos habitantes da cidade, não criam alternativas aos conflitos sociais e não reduzem as situações de criminalidade e violência urbana.

As linhas políticas perpetuadas pelo Estado tornam-se centrais na criação de arquipélagos ou outras formas de organização urbana (Petti, 2007). Para o autor, a falta de uma rede pública bem estruturada deixa vazios institucionais e de atuação, incentivando a livre iniciativa privada, que cria suas formas de privatização e sistemas paralelos de organização do espaço e de serviços que respondem às necessidades dos moradores. Funções que deveriam ser gerenciadas pelos órgãos públicos como abastecimento da água, gerenciamento dos resíduos, construção e manutenção de estradas e a segurança. Criam-se, portanto, estratégias que não podem ser consideradas casos isolados, mas que constituem uma política de reorganização dos bairros onde se determina o afastamento do pobre e se dificulta a sua sobrevivência. Outra análise sobre as ligações existentes entre as políticas públicas e as ações privadas sustenta que as projetações macro de planejamento da cidade, formuladas e inseridas em planos de desenvolvimento das administrações públicas, orientam a conduta dos atores urbanos, que tendem a se alinhar aos projetos dominantes dos governos e das economias (Rossi; Vanolo, 2010).

Através da análise aqui proposta, podemos interpretar que estas iniciativas – coletivas, públicas ou privadas – não promovem a resolução de problemas, mas aguçam a exclusão social, criam novas situações de degradação das relações sociais, incentivando as lógicas da privatização e do individualismo. As consequências dessas políticas parecem ter como efeito principal a extremização das péssimas condições da população em situação de rua, a implementação das diferenças, do ódio e do conflito.

Figura 1 O banco de uma pracinha

Fonte: Foto de Irene Serafino, Flamengo, Rio de Janeiro, 22/11/2012.

Figura 2 O banco de um parque público

Fonte: Foto de Irene Serafino, Flamengo, Rio de Janeiro, 28/11/2012.

Figura 3 O banco da parada de ônibus

Fonte: Foto de Irene Serafino, Flamengo, Rio de Janeiro, 25/11/2012.

Figura 4 Partes de uma praça cercadas

Fonte: Foto de Irene Serafino, Flamengo, Rio de Janeiro, 20/11/2012.

Figura 5 Viadutos cercados

Fonte: Foto de Irene Serafino, Flamengo, Rio de Janeiro, 10/12/2012.

Figura 6 Pedregulhos pontiagudos de baixo dos viadutos

Fonte: Foto de Irene Serafino, Flamengo, Rio de Janeiro, 05/12/2012.

Figuras 7.1 e 7.2 Os pedregulhos pontiagudos de baixo dos viadutos

Fonte: Foto de Irene Serafino, Estácio, Rio de Janeiro, 15/01/2013.

Figura 8 Exemplo de *anti-sites*

Fonte: Foto de Irene Serafino, Flamengo, Rio de Janeiro, 16/11/2012.

Figura 9 Perímetro do prédio cercado

Fonte: Foto de Irene Serafino, Flamengo, Rio de Janeiro, 27/11/2012.

Figura 10 Barreiras formadas por composições complexas que criam jardins de baixo das coberturas do prédio

Fonte: Foto de Irene Serafino, Flamengo, Rio de Janeiro, 20/11/2012.

Figuras 11.1 e 11.2 Exemplo de *anti-sites*

Fonte: Foto de Irene Serafino, Flamengo, Rio de Janeiro, 20/12/2012.

Figura 12 Exemplo de *anti-sites*

Fonte: Foto de Irene Serafino, Flamengo, Rio de Janeiro, 20/11/2012.

Figura 13 As cercas do bairro que criam *gated community*

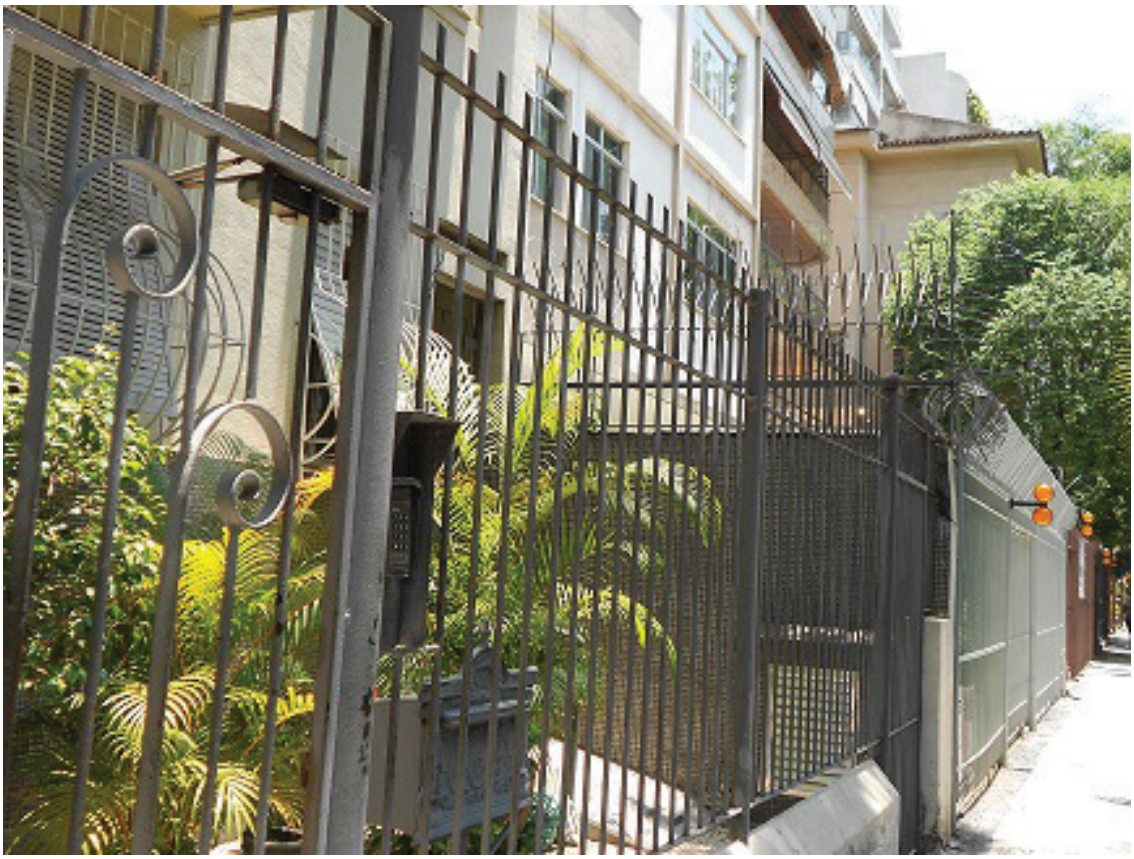

Fonte: Foto de Irene Serafino, Flamengo, Rio de Janeiro, 06/02/2013.

Figuras 14.1 e 14.2 Os sistemas de segurança à entrada

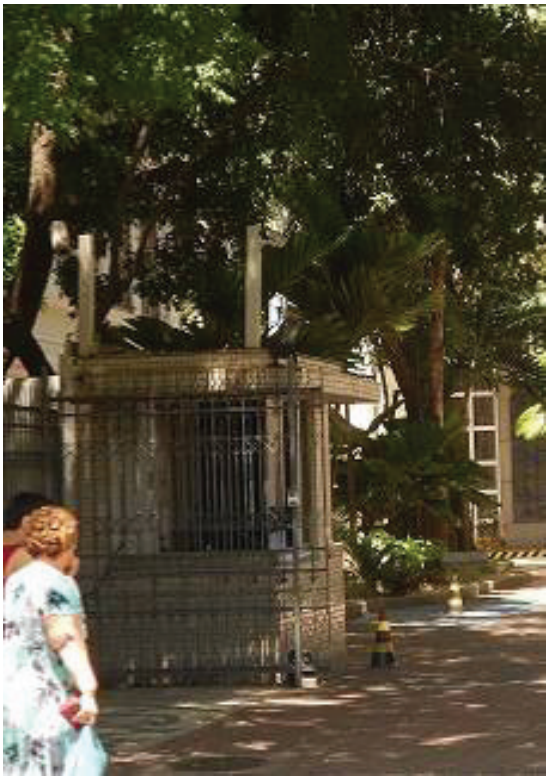

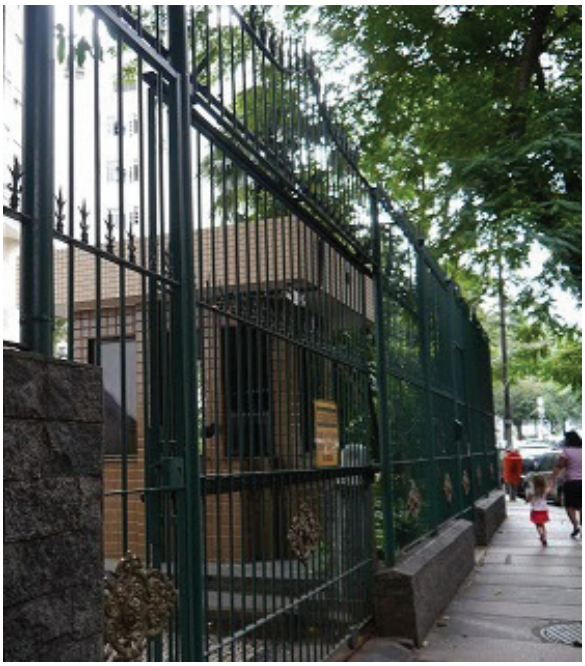

Fonte: Foto de Irene Serafino, Flamengo, Rio de Janeiro, 18/11/2012.

Figuras 15.1 e 15.2 Os espaços de socialização "protegidos"

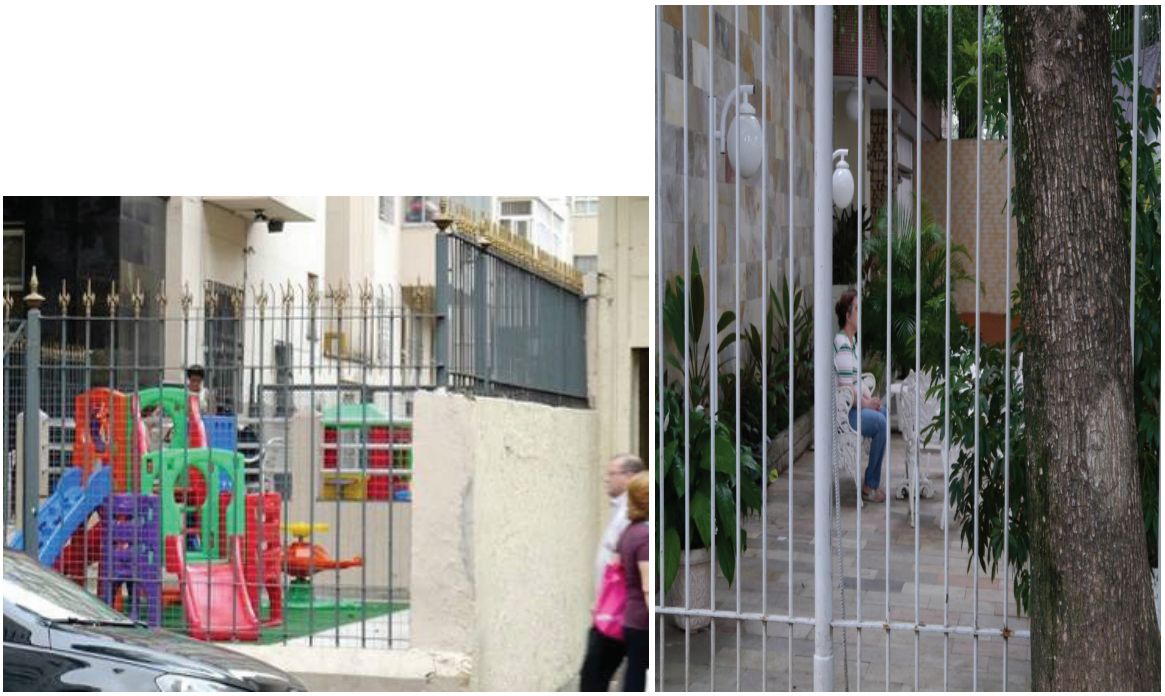

Fonte: Foto de Irene Serafino, Flamengo, Rio de Janeiro, 18/11/2012.

Figura 16 Os sistemas de segurança à entrada

Fonte: Foto de Irene Serafino, Flamengo, Rio de Janeiro, 20/11/2012.

Figura 17 A exclusão social

Fonte: Foto de Irene Serafino, Flamengo, Rio de Janeiro, 06/02/2013.

Figura 18 A exclusão social e os *anti-sites*

Fonte: Foto de Irene Serafino, Estácio, Rio de Janeiro, 15/01/2013.

5. Referências bibliográficas

AGÊNCIA BRASIL. (2011), *ONU denuncia violação de direitos humanos na remoção de famílias para obras da Copa do Mundo de 2014*, Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-04-26/onu-denuncia-violacao-de-direitos-humanos-na-remocao-de-familias-para-obras-da-copa-do-mundo-de-2014, [consultado em 15-1-2012].

AUGÉ, M. (1993), *Nonluoghi: introduzione a una antropologia della surmodernità*, Milano: Eleuthera.

BERGAMASCHI, M. & FRANCESCONI, C. (1999) "Fotografare l'invisibile ovvero la persona senza dimora nello spazio pubblico urbano". In P. Faccioli e D. Harper, (ed.), *Mondi da Vedere: verso una sociologia più visuale*, Milano: Francesco Angeli, pp.285-292.

BROWN, W. (2013), *Stati murati, sovranità in declino*, Bari: Laterza.

BAUMAN, Z. (2002), *Modernità liquida*, Roma Bari: Laterza.

BAUMAN, Z. (2006), *Amore Liquido,* Roma Bari: Laterza.

CASTELLS, M. (1977), *The Urban Question: A Marxist Approach* . London: Edward Arnold.

COMITÊ POPULAR. (2012), Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro: Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Disponível em: http://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/04/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf, [consultado em 28-11-2012].

DAVIS, M. (1999), *Città di Quarzo: indagando sul futuro a Los Angeles*, Roma: Manifestolibri.

DAVIS, M. (2006), *Il Pianeta degli Slum,* Milano: Feltrinelli.

FRENTE DE FEVEREIRO E AFROFUTURISMO. (2012), Brasil Mundo, Mundo Brasil. *Revista Global Brasil*. *Online* (16). Disponível em: http://www.revistaglobalbrasil.com.br/?page_id=1498, [consultado em 7-12-2012].

EUROPEAN ALTERNATIVES. (2012), *Esclusione sociale nella città moderna: gli Antisites.* Disponível em: http://www.euroalter.com/IT/2010/esclusione-sociale-nella-citta-moderna-gli-antisites/, [consultado em 7-7-2012].

GIDDENS, A. (2004), *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

HARVEY, D. (2013), *Città Ribelli: I movimenti urbani dalla comune di Parigi a Occupy Wall Street*, Milano: Il Saggiatore.

IBGE. (2014), *Rio de Janeiro » Rio de Janeiro » Síntese das Informações*. Disponível em: http://cod.ibge.gov.br/234X8, [consultado em 14-11-2014].

LSDI. (2009), *Escrescenze urbane contro i senza fissa dimora*. Disponível em: http://www.lsdi.it/2009/escrescenze-urbane-contro-i-senza-fissa-dimora/, [consultado em 15-7-2012].

RIO DE JANEIRO. (2013), Lei Complementar nº 158, de 26 de dezembro de 2013 do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: http://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/112299831/lei-complementar-158-13-rio-de-janeiro-rj [consultado em 18-11-2014].

ROSSI, U. & VANOLO, A. (2010), *Geografia politica urbana*, Bari: Laterza.

PETTI, A. (2007), *Arcipelaghi e enclave*: *architettura dell'ordinamento spaziale contemporâneo*, Milano: Bruno Mondadori.

SERAFINO, I. (2013), *Ser população em situação de rua no centro do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado, Teresina: Universidade Federal do Piauí.

URANI, A. & GIANBIAGI, F. (Ed.). (2011), *Rio: a Hora da Virada*. Rio de Janeiro: Elsevier.

WACQUANT, L. (2006), "A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada". *Sociologia*, 16, pp. 27-39.

GT 36
Trajetórias e estratégias de ascensão social de afrodescendentes de língua portuguesa

Os negros no ensino superior: mudanças no período entre 2000 e 2010 e novos desafios.

Amélia Artes[1]
a.artes@uol.com.br

Arlene Ricoldi[2]
aricoldi@fcc.org.br

Resumo: Nos últimos anos, a presença reduzida de negros no ensino superior tem ocupado um espaço cada vez mais expressivo nas discussões das agendas de políticas públicas, do movimento social e da academia. Este trabalho busca estudar se e de que forma as mudanças observadas no perfil dos estudantes de graduação se alteraram nos últimos anos. Para tanto, utilizam-se os microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 para a construção do perfil do alunado que frequenta cursos de graduação com uma análise complementar de suas diferentes áreas de formação. As análises indicam uma melhora nas taxas de acesso à graduação para os negros, porém com resultados ainda distantes de sua participação no total da população brasileira. O trabalho apresenta a Taxa de Negritude (TN) como um indicador sintético da distância entre negros e brancos nos diferentes aspectos apresentados.

Palavras- chave: negros, ensino superior, desigualdade escolar, dados quantitativos e indicadores.

Introdução

As assimetrias por sexo e cor/raça na educação brasileira têm sido objeto de reflexão de vários autores nos últimos trinta anos: Hasenbalg (1979); Valle Silva e Hasenbalg (2000); Henriques (2001); Beltrão e Teixeira (2004); Paixão (2010); Rosemberg e Madsen (2011), entre outros. A literatura tem indicado que as desigualdades no acesso, progressão e conclusão para as diferentes etapas da educação básica e do ensino superior são demarcadas também pela cor/raça dos estudantes: indicadores educacionais encontrados para negros estão

---

1 Possui graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1991), graduação em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (2002), mestrado em Sociologia da Educação pela Universidade de São Paulo (2005) e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2009). Atuou como professora no Ensino Superior, em cursos de graduação e pós-graduação. Trabalha na Fundação Carlos Chagas – FCC – Projeto Equidade na Pós-graduação.

2 Bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, com mestrado (2005) e doutorado (2011) em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Atualmente é pesquisadora do Departamento de pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia das Relações de Gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, feminismo, movimentos sociais, direitos humanos, articulação família e trabalho e políticas públicas.

muito aquém dos observados para brancos. Diferenças importantes entre indicadores educacionais de negros e brancos são observadas desde a primeira etapa do sistema educacional brasileiro, devendo ser estudadas na interação com outros marcadores sociais como sexo, região de moradia, renda e faixa de idade.
A partir de 2004, as políticas de ação afirmativa, predominantemente as cotas (no setor público) e as bolsas de estudo (no setor privado, em parte financiadas pelo PROUNI[3]), têm alterado, mesmo que de forma lenta, o perfil étnico-racial do alunado do ensino superior brasileiro. Este trabalho busca estudar se e de que forma as mudanças observadas no perfil das pessoas que frequentam uma graduação se alteraram nos últimos anos. Para tanto, utilizam-se os microdados dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE[4]) de 2000 e 2010 para a construção do perfil do alunado dos cursos de graduação, com uma análise complementar de suas diferentes áreas de formação. Nas análises por área de formação são apresentadas também informações originadas do Censo do Ensino Superior, organizados pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)[5], dados de 2010[6], com informações desagregadas por sexo e cor/raça. A variável cor/raça tem uma alta taxa de não resposta, próximo dos 70% que demanda uma análise cuidadosa de seus resultados.

1. Estudantes no ensino superior brasileiro

Uma das principais referências sobre a situação do segmento negro no ensino superior são as publicações do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER), organizadas por Marcelo Paixão: os "Relatórios Anuais de Desigualdades Raciais no Brasil". O segundo relatório, publicado em 2010, apresenta dados obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1988 a 2008 que indicam assimetrias por cor/raça e distribuição por sexo em diferentes aspectos: saúde, assistência social, vitimização, previdência social e acesso aos sistemas de ensino.
Na análise das taxas líquidas de frequência ao ensino superior que indicam a eficácia de um sistema de ensino, por considerar a frequência escolar na idade adequada, as diferenças por cor/raça no acesso ao ensino superior são marcantes:

> „A taxa bruta de escolaridade no ensino superior da população residente branca passou de 12,4% em 1988, para 35,8% em 2008, correspondendo a uma elevação de 23,4 pontos percentuais, ou um aumento proporcional de 189,2%. Já no caso da população preta ou parda, a taxa bruta de escolaridade no nível superior passou de 3,6%, em 1988 para 16,4%. Essa evolução corresponde a um aumento de 12,7 pontos percentuais, ou em termos proporcionais, de 350,4% em 2008„ (Paixão, 2010: 229).

O supracitado relatório assinala, ainda, que apesar de o acesso de pretos e pardos ao ensino superior ter triplicado entre 1995 e 2006, em 2006 os pretos e pardos, na faixa de idade entre os 18 e 24 anos, ainda representavam apenas 6% dos jovens que frequentavam o ensino superior (Paixão, 2010). O relatório assinala que, de um modo geral, a chegada dos pretos e pardos ao ensino superior é realidade recente, provavelmente associado ao

---

3 O PROUNI – Programa Universidade para Todos é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior. http://siteprouni.mec.gov.br/tire_suas_duvidas.php#conhecendo, Acessado em 18/09/2013).

4 O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é órgão do Governo Brasileiro que produz estatísticas nacionais.

5 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, que promover estudos e pesquisas sobre educação.

6 O Censo do Ensino Superior é publicado pelo INEP desde 1995, porém apenas em 2009 foi construído o módulo alunos, que permite uma caracterização do perfil de matriculados nos diferentes cursos de graduação.

maior acesso desse grupo à educação básica nas últimas décadas, e aos programas de ação afirmativa criados a partir dos anos 2000.

No cruzamento de informações por sexo e cor/raça, a ampliação de acesso ao ensino superior é notadamente maior para as mulheres negras conforme descrito na tabela 1:

Tabela 1: Taxa bruta de matrícula no ensino superior por sexo e cor/raça – 1988 a 2008

	Taxa bruta de matricula 1988 - %	**Taxa bruta de matricula 2008 - %**	**Variação - %**
Mulheres brancas	12,4	39,9	221,7
Mulheres negras (pretas e pardas)	4,1	20	387,8
Homens brancos	12,3	31,7	157,7
Homens negros (pretos e pardos)	3,1	13	319,3

Fonte: Tabela elaborada por Amélia Artes a partir de dados apresentados por Paixão, 2010. Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil, 2009 – 2010. P. 227.

Na associação cor/raça e sexo, as mulheres brancas são as que apresentam melhores indicadores, seguidas por homens brancos, mulheres negras e homens negros. No período analisado os negros apresentaram o maior crescimento, porém com taxas de frequência ainda significativamente menores do que os brancos, independente do sexo.

Resultado similar é apresentado por Rosemberg e Madsen (2011). Analisando dados das PNADs 2003 e 2009 as autoras afirmam:

> „Brancos e brancas que representavam 73,8% dos (as) estudantes universitários em 2003, passaram a representar 42,3% em 2009; negras e negros que representavam 25,1% em 2003, passaram a representar 35,1% em 2009. Os percentuais de variação (crescimento), no período indicam índices superiores entre os homens negros (95,6% de variação), seguidos das mulheres negras (94,9% de variação). Por outro lado, homens brancos, mas principalmente mulheres brancas, apresentaram os menores índices de crescimento: 22,8% e 19,5% respectivamente„. (Rosemberg e Madsen, 2011: 32)

É como se houvesse uma demanda reprimida para o acesso dos negros no ensino superior. Porém, apesar da ampliação na participação, à desigualdade entre brancos e negros, ainda é representativa ao se considerar a participação no geral da população.

Um dos fatores referenciados para o aumento da participação de negros no ensino superior são as políticas de ação afirmativa, adotadas por governos nas esferas federal e estaduais e nas instituições de ensino privadas no Brasil nos últimos 10 anos visando à diminuição de diferenças sociais entre brancos, negros e indígenas. (Rosemberg e Andrade, 2008; Ferez Jr, 2011; Dalfon. Ferez Jr e Campos, 2013).

Segundo João Feres Jr (2011), ao final da década de 2010, os programas de ação afirmativa já estavam presentes em grande parte das instituições públicas de ensino superior. No território brasileiro, 71% das universidades

públicas apresentavam alguma modalidade de cotas para alunos de escolas públicas (87%) ou raciais (57%)[7]. Porém, ao relacionar a adoção de políticas de ação afirmativa à qualidade de ensino, medido pelo IGC 2008 (Índice Geral dos Cursos da Instituição[8]) o autor informa: „Esse cálculo é revelador [...] percebemos que o percentual de vagas reservadas para a ação afirmativa decresce à medida que o conceito da universidade sobe". (Feres Jr, 2011: 16).

A maior presença de negros no ensino superior deve também ser analisada a partir das áreas de formação ou cursos frequentados. Estudos indicam que as mulheres e os negros concentram-se em cursos de menor prestígio, embora essa ainda seja uma noção pouco explicada nesses estudos.

A referência mais comum nos estudos que se ocupam da composição do alunado do ensino superior é às carreiras imperiais (direito, medicina e engenharia). Outros estudos levam em consideração a relação candidato-vaga, o que, no entanto, limita a análise a uma só Instituição de Ensino Superior - IES (Guimarães, 2002).

Pesquisas na área da sociologia do trabalho apontaram que gênero é um indicador importante em relação ao prestígio de uma carreira profissional. Carreiras majoritariamente femininas ou masculinas são os extremos da escala que mostram, no primeiro caso, profissões mal remuneradas e, por vezes, carreiras instáveis, com jornadas menores e/ou marcadas pela precarização e, no segundo, profissões com melhores salários e melhor estruturadas do ponto de vista da carreira profissional. O conceito da Divisão Sexual do Trabalho explica essa diferenciação por meio de dois princípios: o trabalho reprodutivo vale menos que o trabalho produtivo; o trabalho produtivo das mulheres vale menos que o trabalho produtivo realizado pelos homens (Kergoat, Hirata, 2003, p. 113). Isso se reflete na diferenciação salarial, sempre desvantajosa para as mulheres. Bourdieu também aborda a questão quando distingue três princípios sobre a divisão sexual: as funções que convêm às mulheres situam-se no prolongamento de suas funções domésticas (ensino, cuidados, etc); uma mulher não pode ter autoridade sobre homens; e o monopólio masculino na manutenção dos objetos técnicos e máquinas (2003, p. 112-113). Trabalhos como os de Ribeiro e Klein (1982) e Ferreti (1976) foram pioneiros em abordar aspectos dessa questão no Brasil.

Há também os estudos sobre estratificação ocupacional, que produzem índices e rankings, no entanto, levam em consideração o mercado de trabalho e outros fatores para ranquear ocupações, e não cursos de ensino superior, embora sua elaboração possa servir para iluminar aspectos relativos à escolha profissional nesse nível. Porém, é importante assinalar que, aspectos mais teóricos, como aqueles levantados por Weber (1971), apontam que a questão do prestígio é sempre contextual, onde atuam diversos fatores. No caso do Brasil, sabe-se há que as universidades públicas levam vantagem, e apenas poucas instituições privadas podem ser consideradas prestigiosas, para além da carreira. Prates, Silva e Paula (2012), por exemplo, consideraram a natureza institucional das IES, bem como a modalidade de ensino (bacharelado ou licenciatura), utilizando-se do Índice Internacional de Prestígio de Ocupação de Treiman ao Código Brasileiro de Ocupações. Os resultados mostraram que o sistema público de elite proporciona cargos de maior prestígio.

A questão racial atua de forma semelhante ao gênero para Bourdieu, quando afirma que:

> „Qualquer que seja sua posição no espaço social, as mulheres têm em comum o fato de estarem separadas dos homens por um coeficiente simbólico negativo que, tal como a cor da pele para os negros, ou qualquer outro sinal de pertencer a um grupo social estigmatizado, afeta negativamente tudo que elas são e fazem" (2003: 111)

Não se pode deixar de considerar, entretanto, o forte componente econômico associado à questão racial, bem como as imbricações entre gênero e raça e suas resultantes. O que parece ser interessante analisar, em relação ao

---

7 Em nenhuma instituição analisada pelo autor, o pertencimento racial era o critério único de aceite, estando, quando presente, associado à menor renda.

8 IGP (Índice Geral dos Cursos da Instituição) que considera o desempenho dos estudantes no Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), bem como a avaliação do perfil do corpo docente, a infraestrutura e a organização didático-pedagógica da instituição durante um triênio.

ensino superior, é que elas são maioria entre os alunos, bem como entre os estudantes negros, experimentando o segmento feminino, branco e negro, extraordinária expansão no período analisado, em números absolutos, como acima mencionado.
O recorte racial da população de graduados foi tratado por Kaizo Beltrão e Moema Teixeira, em texto publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2004, a partir de dados dos censos demográficos de 1960 a 2000, a respeito do pertencimento racial e de gênero de universitários brasileiros e suas escolhas profissionais. Os autores indicam:

> „O que podemos depreender dos dados censitários brasileiros no que concerne à inserção dos diferentes grupos de cor/raça nas carreiras universitárias é que essa inserção ocorre de alguma forma espelhando a escala de ordenação de por sexo: em geral, carreiras mais masculinas têm uma participação menor de pretos e pardos e carreiras mais femininas, uma participação maior desses grupos„. (Beltrão e Teixeira, 2004: 35).

A análise que trabalha com dados dos Censos Demográficos (IBGE) e Censo do Ensino Superior (INEP). Os Censos Demográficos informam qual o curso de formação na graduação somente para pessoas já tituladas. É uma medida somatória, pois a informação independe do período de estudo. Como a presença de negros no ensino superior é recente, provavelmente os resultados estão aquém das taxas observadas para os estudantes que frequentam o ensino superior no período de coleta da informação. Como comparativo são apresentados dadas do Censo do Ensino Superior 2010, por áreas de formação. Deve-se ressaltar que a elevada taxa de não resposta para o quesito cor/raça nas pesquisas do INEP, central no estudo aqui proposto, limita as análises realizadas.

2. Perfil dos estudantes por cor/raça a partir dos censos demográficos

Este estudo analisou os microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010. A comparação entre os resultados dos censos permite a análise da participação dos negros no acesso e conclusão do ensino superior antes e depois do incremento das políticas públicas de ação afirmativa[9].
O principal quesito foi cor/raça do questionário do censo, *a sua cor ou raça é*, para as opções de resposta: *branca, preta, amarela, parda e indígena*. O termo "negro" indica a somatória dos valores encontrados para pretos e pardos, como tem sido comum em estudos dessa natureza. O uso do termo negro facilita as análises porque os indicadores sociais, descritos na literatura, aproximam os valores encontrados para pretos e pardos (Rosemberg et.al., 1986). Adotamos o conceito de raça conforme Guimarães (2002), para quem raça é uma categoria socialmente constituída:

> „ (...) não apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo, mas também é categoria analítica indispensável: a única que revela as discriminações e desigualdades que a noção de 'cor' enseja são efetivamente raciais e não apenas de 'classe'„ (Guimarães, 2002: 50).

A distribuição da população brasileira por cor/raça partir dos censos demográficos já merece uma primeira reflexão. Houve uma mudança na configuração racial entre os anos de 2000 e 2010, com uma maior presença de negros na comparação com os brancos para o total da população. Para Silva (2013):

---

9 Os projetos e propostas de ação afirmativa têm por público alvo além dos negros, os autodeclarados indígenas. Pelo pequeno universo que representam no geral da população (0,7%) e pela diversidade do perfil e demandas para seu atendimento, sua caracterização não será descrita neste estudo.

> "P(...) pode-se falar na recuperação da participação da população negra, maioria no séc. XIX e que, no início do século passado, especialmente com o grande fluxo de imigração europeia, perdeu representatividade no contexto demográfico nacional" (Silva, 2013: 114).

A tabela 2 apresenta os dados dos censos de 2000 e 2010 referentes à distribuição da população brasileira por cor/raça.

Tabela 2. Distribuição da população geral por cor/raça e variação no período. Brasil, 2000 e 2010.

Cor/raça	População geral				**Variação %**
	2000		2010		
	N	**%**	**N**	**%**	
Branca	91.298.042	**53,7**	90.621.075	**47,5**	**-0,7**
Preta	10.554.325	**6,2**	14.351.135	**7,5**	**36,0**
Amarela	761.583	**0,4**	2.105.353	**1,1**	**176,4**
Parda	65.318.092	**38,4**	82.820.049	**43,4**	**26,8**
Indígena	734.127	**0,4**	821.501	**0,7**	**11,9**
Negros*	75.872.417	**44,6**	97.171.184	**50,9**	**28,0**
Ignorado	1.206.675		36.051		
Total	169.872.844	**100,0**	190.755.164	**100,0**	**12,3**

Fonte: IBGE, microdados do Censo Demográfico 2000 e 2010.

A diminuição dos que se autodeclararam brancos na população geral entre os censos de 2000 e 2010 é compensada pela ampliação dos que se declararam pretos ou pardos, com um índice pouco maior para pretos (variação de 36,0%) do que para pardos (variação de 26,8%). Na população em 2000, os pretos e pardos representavam 44,7% e em 2010, 50,9% do universo. Esta alteração já foi detectada por outros autores a partir de resultados das PNADs, realizadas na última década. Segundo Cunha (2012):

> "Este fenômeno pode ser atribuído tanto a um diferencial de fecundidade – a taxa de fecundidade global das mulheres negras é de 2,1 e das brancas 1,6 filhos por mulher, no nível de reposição dos dois grupos -, e/ou pelo aumento sistemático de população que se autodeclara negra devido a um processo de conscientização da importância de assumir sua própria identidade" (Cunha, 2012: 3).

Sergei Soares (2008) segue a mesma reflexão ao discutir a mudança na autodeclaração racial da população brasileira na última década, que não se justificaria apenas pelas alterações nas taxas de fecundidade, mas que encontraria explicação, principalmente, na alteração da autoclassificação da população de brasileiros (as):

> Pode-se dizer que o que está acontecendo não é que o Brasil esteja tornando-se uma nação de negros, mas, sim, que esta se assumindo como tal" (Soares, 2008: 116).

Essa é a discussão, em linhas gerais, a respeito das mudanças da composição racial da população brasileira, temática que não será aprofundada. Porém, é importante lhe fazer referência, já que as mudanças na distribuição de brancos e negros na população geral repercutem diretamente nos diferentes índices de escolaridade apresentados adiante e devem ser consideradas nas análises dos resultados encontrados por cor/raça. Além

disso, a melhoria dos indicadores educacionais poderia ser explicada, por exemplo, não pelo aumento da escolaridade, mas por alterações no processo classificatório das pessoas.

Para esse trabalho, serão apresentadas três tipos de análises: 1. comparativo dos resultados de 2000 e 2010 para um conjunto selecionado de variáveis; 2. informações por sexo e cor/raça, com a formação dos subgrupos: mulheres brancas, homens brancos, mulheres negras e homens negros, para o Censo de 2010 e as Taxa de Negritude (TN), um indicativo da distância entre negros e brancos no acesso ao ensino superior; e 3. o Índice de Paridade de Gênero, desenvolvido pela UNESCO e utilizado nos relatórios de Monitoramento Global "Educação para Todos", que indica a razão entre indicadores para as mulheres em relação aos valores encontrados para os homens.

No quadro 1 é descrito o comparativo entre os censos para pessoas que frequentam a graduação e dados gerais da população.

Quadro 1: Pessoas que frequentam a graduação por conjunto de variáveis selecionadas, Brasil 2000 e 2010.

	Frequentam a graduação					Geral da população				
	2000		2010		variação	2000		2010		variação
	N	%	N	%		N	%	N	%	
Sexo										
homem	1.244.796	43,5	2.667.420	43,0	**114,2**	83.602.317	**49,2**	93.406.634	**49,0**	**11,7**
mulher	1.619.250	56,5	3.529.896	57,0	**118,0**	86.270.527	50,8	97.348.530	**51,0**	**12,8**
Cor/raça										
branca	2.249.155	78,5	3.906.163	63,0	**73,7**	91.298.042	**53,7**	90.621.075	**47,5**	**-0,7**
negra	559.906	19,5	2.187.707	35,3	**290,7**	75.872.416	**44,7**	97.171.184	**50,9**	**28,0**
Sexo e cor/raça										
mulher branca	1.265.076	44,2	2.187.400	35,3	**72,9**	47.479.057	**27,9**	47.194.337	**24,7**	**-0,6**
homem branco	984.079	34,4	1.718.764	27,7	**74,6**	43.818.985	**25,8**	43.426.738	**22,8**	**-0,9**
mulher negra	324.951	11,3	1.283.236	20,7	**294,9**	37.428.213	**22,0**	48.582.748	**25,5**	**29,8**
homem negro	234.955	8,2	904.471	14,6	**284,9**	38.444.203	**22,6**	48.588.437	**25,5**	**26,4**
Região										
Norte	123.036	4,3	437.819	7,1	**255,8**	12.911.170	**7,6**	15.864.254	**8,3**	**22,9**
Nordeste	473.802	16,5	1.307.228	21,1	**175,9**	47.782.487	**28,1**	53.081.740	**27,8**	**11,1**
Sudeste	1.433.810	50,1	2.805.373	45,3	**95,7**	72.430.193	**42,6**	80.364.312	**42,1**	**11,0**
Sul	578.764	20,2	1.060.350	17,1	**83,2**	25.110.348	**14,8**	27.386.891	**14,4**	**9,1**
Centro-oeste	254.634	8,9	586.547	9,5	**130,3**	11.638.646	**6,8**	14.057.968	**7,4**	**20,8**
Faixa de idade										
até 17 anos	36.833	**1,3**	121.916	**2,0**	**231,0**	61.043.219	**35,6**	56.295.253	**29,5**	**-7,7**
18 a 24 anos	1.705.767	**59,6**	3.152.341	**50,9**	**84,8**	23.365.185	**13,8**	23.873.730	**12,5**	**2,2**
25 a 29 anos	483.216	**16,9**	1.180.556	**19,0**	**144,3**	13.847.499	**8,2**	17.102.867	**9,0**	**23,5**
mais de 30 anos	638.230	**22,2**	1.742.503	**28,1**	**173,0**	71.616.941	**42,2**	93.483.314	**49,0**	**30,5**
Total*	2.864.046	**100**	6.197.316	**100**	**116,4**	169.872.844	**100**	190.755.164	**100**	**12,3**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 (microdados).

*negros: soma de pretos e pardos;

Os resultados indicam um crescimento significativo nas taxas de acesso à graduação (116,4%) em comparação com o total da população (12,8%). O aumento é mais acentuado na variável cor/raça, com índices que chegam a 290,7% para os negros na graduação. Se em uma primeira leitura a impressão pode ser de um maior equilíbrio no acesso ao ensino superior para os negros e brancos, a participação dos negros em relação a sua representação na população brasileira ainda mostra que as desigualdades constituem marca fundamental do ensino superior brasileiro. Em 2010, os negros representavam 50,9% da população geral, índice que diminui para 35,3% nos grupos de pessoas que frequentam à graduação.

Quando se integram as variáveis sexo e cor/raça observa-se que são as mulheres negras que apresentam as maiores taxas de crescimento: 294,9% na graduação, seguida de homens negros, com 284,9%.

Na análise por regiões observa-se um incremento nas regiões Norte e Nordeste, que tem recebido por parte do governo federal e das agências de fomento um maior aporte de recursos com vistas à diminuição das assimetrias regionais descritas na literatura (BRASIL, 2010).

A maior parte dos estudantes frequenta a graduação na idade esperada (18 a 24 anos). Porém a expansão do ensino superior na década analisada repercute nas taxas para os maiores de 30 anos, uma população que provavelmente retomou seus estudos com a ampliação de oferta e a diminuição das mensalidades, observadas na maioria das instituições privadas de ensino.

O quadro 2 apresenta informações desagregadas para os cursos de graduação por categoria administrativa das instituições, para os anos de 2000 e de 2010 nos quatro grupos de sexo e cor/raça (homens brancos, homens negros, mulheres brancas e mulheres negras).

Quadro 2: Pessoas que frequentam a graduação por categoria administrativa por sexo e cor/raça, Brasil 2000 e 2010.

Sexo/ cor/raça	Curso que frequenta – Graduação									
	Pública					Particular				
	2000		2010		**Variação**	2000		2010		**Variação**
	N	**%**	N	%	**%**	N	%	N	%	**%**
Homem branco	275.218	**32,3**	494.299	**27,6**	**79,6**	708.861	**35,2**	1.224.464	**27,8**	**72,7**
Homem negro	102.614	**12,0**	296.316	**16,6**	**188,8**	132.341	**6,6**	608.155	**13,8**	**359,5**
Total homem**	386.618	**45,3**	807.415	**45,2**	**108,9**	858.179	**42,7**	1.860.006	**42,2**	**116,7**
Mulher branca	320.365	**37,6**	568.609	**31,8**	**77,5**	944.710	**47,0**	1.618.791	**36,7**	**71,4**
Mulher negra	136.260	**16,0**	392.407	**21,9**	**187,9**	188.691	**9,4**	890.829	**20,2**	**372,1**
Total mulher**	466.388	**54,7**	980.639	**54,8**	**110,3**	1.152.861	**57,3**	2.549.257	**57,8**	**121,1**
Total branco	595.583	**69,8**	1.062.908	**59,4**	**78,5**	1.653.571	**82,2**	2.843.255	**64,5**	**71,9**
total negro	238.874	**28,0**	688.723	**38,5**	**188,3**	321.032	**16,0**	1.498.984	**34,0**	**366,9**
Total	853.006	**100,0**	1.788.054	**100,0**	**109,6**	2.011.040	**100,0**	4.409.263	**100,0**	**119,3**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 (microdados).

*negros: soma de pretos e pardos; ** excluídos os amarelos e os sem indicação de cor.

A maior parcela de alunos na graduação concentra-se nas instituições particulares de ensino, próximo dos 70%. As mulheres brancas predominam tanto nas instituições públicas como particulares. Na análise por sexo e cor/raça, as mulheres negras também sobrepõem os homens negros, indicando que a maior presença feminina é mantida na interface por cor/raça, como já constatou Rosemberg, 2001. Porém, comparando-se a presença de cada grupo na população geral, e no acesso à graduação, as desigualdades por cor/raça ficam, novamente, evidentes. Desta forma, as taxas de variação no período de 2000 a 2010, calculadas sobre os números absolutos de estudantes, passam dos 300% para os negros, em comparação o acréscimo 100% sobre o total do alunado, devem ser analisadas com ressalvas.

Outra variável importante a ser considerada é a distribuição dos estudantes por região. Os negros estão mais concentrados me regiões com menor oferta de instituições de ensino superior, o que pode influenciar as taxas de acesso por cor/raça. O quadro 3 apresenta um comparativo por região para por sexo e cor/raça e população geral.

Quadro 3: Pessoas que frequentam a graduação (estudantes) por região, sexo e cor/raça e geral da população, Brasil 2010.

Sexo/ cor/raça	Curso que frequenta - Graduação										Geral na população	
	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-oeste			
	Estudantes	População	Estudantes	População	Estudantes	População	Estudantes	População	Estudantes	População	Estudantes	População
Homem branco	13,4	11,3	17,3	13,8	31,8	26,2	38,8	38,0	22,6	20,2	**27,7**	**22,8**
Homem negro	25,5	37,6	21,9	34,3	12,2	21,8	4,7	10,6	19,3	28,4	**14,6**	**25,5**
Total homem	39,8	50,5	39,7	48,8	44,8	48,6	44,0	49,1	42,7	49,7	**43,0**	**49,0**
Mulher branca	20,0	11,9	24,7	15,4	38,4	28,8	49,4	40,3	30,0	21,4	**35,3**	**24,7**
Mulher negra	38,9	36,1	34,4	35,0	15,9	22,0	6,1	10,1	26,0	27,7	**20,7**	**25,5**
Total mulher	60,2	49,5	60,3	51,2	55,2	51,4	56,0	50,9	57,3	50,3	**57,0**	**51,0**
Total branco	33,4	23,2	41,9	29,2	70,2	54,9	88,2	78,3	52,6	41,5	**63,0**	**47,5**
Total negro	64,4	73,7	56,3	69,2	28,1	43,8	10,8	20,7	45,4	56,0	**35,3**	**50,9**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 (microdados).

*Total exclui os amarelos, indígenas e sem declaração de cor.

A proporção de cada segmento racial nas instituições de ensino superior também sobre influência da distribuição desses segmentos na população de cada região. No entanto, as desigualdades raciais para o acesso permanecem. Nas regiões Norte e Nordeste, por exemplo, a proporção de negros na população se aproxima dos 70%. As taxas de acesso ao ensino superior, embora mais próximas, ainda estão aquém dessa participação: no Norte os negros representam 64,4% dos estudantes e no Nordeste, 56,3. No Sudeste a disparidade mostra-se mais consistente: mesmo agregando 43,8% da população, os negros representam apenas 28,1% das matrículas. No comparativo entre mulheres negras e homens negros, os indicadores são favoráveis às mulheres negras em todas as regiões. A mesma situação pode ser descrita para no comparativo entre as mulheres brancas e os homens brancos.

Outra estratégia para a apresentação das diferenças por cor/raça observadas nos grupos de estudantes é a utilização de uma medida de distância entre os grupos. No caso das diferenças por sexo, pode-se utilizar o Índice de Paridade de Gênero (IPG[10]) desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco)[11] em seus relatórios de monitoramento global "Educação para Todos". Uma adaptação para as diferenças por cor/raça, a Taxa de Negritude (TN) é apresentado por Rosemberg (2006). Esse indicador espelha-se no IPG, substituindo a variável sexo pela variável cor/raça: um indicador numérico para os negros em proporção ao mesmo indicador para os brancos. A vantagem na apresentação desses indicadores é que eles

10 Índice de Paridade de Gênero (IPG): Razão do valor mulher/homem de determinado indicador. Um IPG com valor 1 indica paridade entre os gêneros; um IPG que varia de 0 a 1 significa uma disparidade em favor de meninos; um IPG maior do que 1 indica disparidade em favor de meninas. (Relatório de Monitoramento Global Educação para Todos 2003/2004, Unesco, p. 386).

11 O IPG utiliza dados numéricos apresentados por sexo, não permitindo uma análise por gênero, entendido como um conceito de representação social do lugar do feminino (mulher) ou masculino (homem) na sociedade. A nomenclatura correta seria Índice de Paridade de Sexo.

ressaltam as diferenças encontradas entre mulheres e homens e entre negros e brancos. Quanto mais próximo o valor do índice de 1 (um), menor a distância entre mulheres e homens, no caso do IPG, e entre negros e brancos, no caso da Taxa de Negritude. Apoiando-nos em análises da Unesco, aceita-se os valores entre 0,95 a 1,05 como *intervalo de referência*, qualquer indicador menor do que 0,95 representa uma desigualdade para mulheres ou negros e qualquer indicador maior do que 1,05, uma vantagem (Unesco, 2004). No conjunto da população brasileira, os valores de IPG são 1,03 para 2000 e 1,04 para 2010. Na Taxa de Negritude, o valor em 2000 é 0,83, passando para 1,07 em 2010[12]. Desta forma, observa-se uma paridade por sexo no período analisado e uma inversão no pertencimento racial: em 2000 o predomínio na população era de brancos e, em 2010, de negros, como relatado anteriormente.

Uma crítica pertinente para o uso da Taxa de Negritude é que o IPG é construído a partir da comparação da presença de homens e mulheres, uma bipolaridade que se encerra em si mesma[13]. No caso da categoria cor/raça, apenas considerando as possibilidades de respostas definida pelo IBGE, há cinco opções de escolha (branco, preto, amarelo, pardo e indígena). Porém, mesmo não se caracterizando como uma categoria expressamente dicotômica, a participação dos segmentos amarelo e indígena são muito reduzidos: segundo o Censo 2010, os amarelos representam 1,05% e os indígenas, 0,43% da população brasileira, o que constitui apenas 1,5%do total. Por outro lado, os brancos representam 47,5% e pretos e pardos, 50,9%. Assim, a possibilidade de se usar um indicador que mensure a desigualdade entre os negros e os brancos, desconsiderando-se na sua constituição os amarelos e indígenas pode servir para ressaltar a distância entre os grupos (negros e brancos) para diferentes variáveis. A Taxa de Negritude, assim constituída, ao invés de trabalhar com dois valores (números ou porcentagens em separado para os grupos de negros e brancos), sintetiza a distância entre os grupos em um único indicador. Vale ressaltar que outros estudos apresentam resultados usando as expressões "brancos" e "não-brancos" (Andrade & Dachs, 2007; Magalhães, 2009; Silveira & Muniz, 2010; Observatório da Metrópole[14], 2013); ou negros e não-negros (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, 1999; Santos, 2005; Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados -SEADE, 2012).

Sergio Costa (2002) discute a polarização das categorias analíticas brancos e "não-brancos" ou "negros" no agrupamento das categorias utilizadas pelo IBGE de pretos e pardos em contraposição ao "branco". Segundo o autor,

> „ (a contraposição) confere visibilidade as adscrições raciais que co-determinam as injustiças sociais no Brasil, constituindo-se (...) contribuição analiticamente legítima e, do ponto de vista de uma política antirracista precisa e indispensável. „ (Costa, 2002:49).

O quadro 4 apresenta a Taxa de Negritude para as pessoas que frequentam a graduação e na população geral para os anos de 2000 e 2010.

---

12 Adaptando o intervalo de referência para os valores brasileiros tem-se a paridade para as mulheres nos intervalos de 0,98 a 1,08 (2000) e 0,99 a 1,09 (2010); para a taxa de negritude, a paridade em 2000 é qualquer valor entre 0,78 e 0,88 e para 2010, 1,02 a 1,12.

13 Mesmo com as recentes discussões teóricas que discutem a idéia dicotômica da construção sexual, a categoria sexo ainda é útil e coletada como uma variável dicotômica constituída por homens e mulheres. Não avançaram as discussões sobre como pesquisar as diferentes orientações e performances de gênero, de forma alternativa à categoria sexo.

14 Estudo intitulado "Distância social entre brancos e não-brancos" , organizado pelo Observatório das Metrópoles, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, http://web.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=114&lang=pt acessado em 19/09/2013.

Quadro 4: Índice de Paridade de Gênero e Taxa de Negritude para as pessoas que frequentam a graduação e a pós-graduação no mestrado ou doutorado e população geral Brasil, 2000 e 2010.

	Índice de Paridade de Gênero (IPG)		Taxa de Negritude (TN)	
	2000	2010	2000	2010
Frequenta a graduação	1,30	1,32	0,25	0,56
População geral	1,03	1,04	0,83	1,07

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 (microdados).

As distâncias entre negros e brancos ficam mais claramente demarcadas com a utilização de um único indicador. O que se observa na análise dos resultados é que, para além da mudança no perfil de autodeclaração racial da população geral de 0,83 (2000) para 1,07(2010), o acesso à graduação para negros vem sendo ampliando no período considerado: se em 2000 a relação era de quatro brancos para um negro na graduação, esta taxa diminuiu para dois brancos para cada negro em 2010. No comparativo com o IPG observa-se uma manutenção na distribuição, favorável às mulheres já observada em 2000.

3. Áreas de formação e prestígio

Para complementar a discussão, um aspecto importante nas análises por sexo e cor/raça são as diferentes distribuições por carreias ou cursos. O quadro 5 apresenta um ranking das 20 áreas de formação de maior frequência. Vale ressaltar que as informações originadas do IBGE indicam a área de formação dos graduados, um indicador somatório, enquanto os dados oriundos do INEP indicam o quadro de estudantes matriculados nas Instituições de Ensino Superior, no ano de 2010. Assim as comparações realizadas tem um caráter de tendências e aproximações. Mais uma vez, a taxa de Negritude para dados do Censo de Ensino Superior deve ser considerada com cautela, em razão da alta taxa de não resposta do quesito nas bases do INEP.

Quadro 5: Ranking das 20 áreas de formação de maior frequência, por frequência, IPG e TN, Brasil 2010.

	posição ranking (1)		**% (2)**		**IPG (3)**		**TN (4)**	
	IBGE	**INEP**	**IBGE**	**INEP**	**IBGE**	**INEP**	**IBGE**	**INEP***
Gerenciamento e administração	**1**	**1**	**13,9**	**19,0**	0,90	1,20	0,30	0,44
Ciências da educação	**2**	**4**	**12,7**	**8,9**	11,70	11,88	0,54	0,72
Direito	**3**	**2**	**10,1**	**10,8**	0,86	1,06	0,24	0,50
Formação de prof. com especialização em matérias específicas	**4**	**3**	**5,2**	**9,3**	2,31	1,53	0,58	0,91
Contabilidade e tributação	**5**	**5**	**4,7**	**4,2**	0,87	1,26	0,37	0,52
Língua materna vernácula	**6**	**53**	**3,7**	**0,1**	5,84	2,13	0,45	0,45
Enfermagem e atenção primária	**7**	**6**	**2,6**	**3,8**	6,60	5,23	0,52	0,84
Marketing e publicidade	**8**	**13**	**2,4**	**2,0**	1,20	1,14	0,21	0,31
Medicina	**9**	**16**	**2,3**	**1,6**	0,77	1,16	0,17	0,34
Terapia e reabilitação	**10**	**8**	**2,2**	**2,8**	5,64	5,20	0,25	0,60
Formação prof. Disciplinas. profissionais	**11**	**9**	**2,2**	**2,7**	1,37	0,89	0,38	0,67
Psicologia	**12**	**12**	**1,9**	**2,1**	6,40	4,26	0,23	0,49
Economia	**13**	**27**	**1,8**	**0,8**	0,58	0,62	0,23	0,51

Ciência da computação	**14**	**14**	**1,7**	**1,8**	0,38	0,16	0,28	0,51
Odontologia	**15**	**26**	**1,7**	**0,9**	1,41	1,87	0,16	0,47
Engenharia e cursos gerais	**16**	**7**	**1,6**	**2,8**	0,24	0,38	0,20	0,40
Engenharia civil e de construção	**17**	**15**	**1,5**	**1,7**	0,23	0,33	0,22	0,48
saúde cursos gerais	**18**	**28**	**1,5**	**0,8**	0,96	0,70	0,32	0,45
Jornalismo e reportagem	**19**	**18**	**1,5**	**1,6**	1,51	1,43	0,26	0,43
Biologia e bioquimica	**20**	**23**	**1,4**	**1,0**	2,55	2,40	0,35	0,49
total 20 mais			**76,5**	**78,7**	1,56	1,47	0,34	0,56
Total			**100,0**	**100,0**	1,42	1,33	0,34	0,54

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 (microdados).

Nota:

INEP - estudantes cursando graduação

IBGE - pessoas formadas por áreas

* taxa de não resposta para cor/raça variou de 66,8% a 73,2%

As 20 áreas com maior frequência agregam 76,5% dos graduados e 78,7% dos estudantes. Observa-se uma sobreposição de posições no ranking considerando as cinco áreas de maior participação, que agregam quase 50% dos estudantes ou formados (cálculo realizado a partir das colunas de porcentagem do IBGE e do INEP – coluna 2). A apresentação das colunas de IPG e TN (colunas 3 e 4) demonstra que as diferenças encontradas são melhor definidas pelo sexo do que por cor/raça. A taxa de IPG alterna de 0,23 (para as *engenharia civil e de construção - IBGE*) a 11,88 para as *ciências da educação - INEP,* uma variação de 5.065%. No caso da TN, o predomínio dos brancos, como esperado, ocorre em todos os cursos, com valores extremos de 0,16 (para *odontologia - IBGE*) a 0,84 (para *enfermagem e atenção primária – INEP)*, uma variação de 425%. As altas taxas de não resposta para o quesito cor/raça no Censo do Ensino Superior do INEP devem ser consideradas nas análises feitas, porém no comparativo com os apresentados pelo IBGE as tendências se mantêm.

No comparativo por sexo, os maiores IPG são observados nas áreas da educação (*Ciências da educação, IBGE 11,70 e INEP 11,88)* e na área da saúde (*enfermagem e atenção primária, 6,60 IBGE e 5,23 INEP*), áreas com maior concentração feminina conforme descritas na literatura (Beltrão e Teixeira, 2004; Melo, Lastres e Marques, 2004). As áreas das Engenharias concentram os IPGs mais baixos, com uma proporção de quatro homens para cada mulher no IBGE e três homens para cada mulher no INEP. Lembrando que cada pesquisa trabalha com um universo diferente, IBGE formados e INEP estudantes, essas diferenças podem ser compreendidas por uma maior presença das mulheres em áreas antes de maior predomínio masculino, conforme apontado por Bruschini et al. (2011: 160-161), entre outros.

Caminhos percorridos e desafios presentes

Este estudo inicial teve por objetivo descrever as mudanças nas taxas de acesso ao ensino superior no Brasil a partir da variável cor/raça a partir dos últimos dois censos demográficos, bem como tomando como auxiliares alguns dados provenientes do Censo do Ensino Superior. Este último, apesar de muito detalhado em diversos aspectos, tanto no detalhamento da natureza institucional das IES, como na forma de ingresso dos estudantes, ainda precisa avançar no preenchimento do quesito racial. Sabe-se, no entanto, que esse problema não é de total responsabilidade do Inep, pois o preenchimento dos dados é de responsabilidade das próprias IES, por meio de cadastro on-line.

Alguns aspectos não foram apresentados e precisam ser mais bem explorados em estudos futuros: a interface cor/raça e renda, como fator determinante e determinado pela escolaridade, a distribuição de estudantes por

categoria administrativa (Universidades, Faculdades e outros), ou por organização administrativa (Pública e esferas, Privada, com ou sem fins lucrativos) e as diferentes modalidade de ensino (presencial ou Educação à Distância – EAD), de inserção no ensino superior. Esses aspectos, associados às composições de gênero e raça, poderão dar pistas sobre as determinantes do prestígio no ensino superior brasileiro e como analisa-lo.
Por outro lado, a discussão sobre a utilidade de um indicador numérico que mensura a distância entre negros e brancos, precisa ser aprofundada em suas vantagens e limitações, considerou-se que o uso da Taxa de Negritude auxilia no desenho das mudanças ocorridas no acesso de negros no ensino superior, em face da constituição majoritária da população brasileira por negros e brancos.
Por fim, do ponto de vista da inclusão de segmentos historicamente desprivilegiados e discriminados da população brasileira (pretos e pardos, mulheres), pode-se afirmar que espaços importantes foram conquistados. Porém as distâncias ainda são significativas. Sua mensuração e detalhamento auxiliam no sentido de compreendê-las e subsidiar as decisões políticas para enfrenta-las.. Quanto e em que aspectos essa distância foi alterada pelas políticas de ação afirmativa e outros fatores socioeconômicos no período estudado é um caminho a ser trilhado, o que demanda novos estudos para seu desvelamento.

Referências

ANDRADE, C & DACHS, J. N. (2007), Acesso à educação por faixas etárias segundo renda e cor/raça. Caderno de Pesquisa, (37).

BELTRÃO, K.. & TEIXEIRA, M. de P. (2004) O vermelho e o negro:raça e gênero na universidade brasileira – uma análise da seletividade das carreiras a partir dos censos demográficos de 1960 a 2000. Texto para discussão, RJ, IPEA.

BOURDIEU, P. (2003) A dominação masculina. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

BRUSCHINI, c. et alli.(2011) Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios, in BARSTED, L. L; PITANGUY, J. O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010 / Rio de Janeiro: CEPIA ; Brasília: ONU Mulheres, p. 145-177.

BRASIL, Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) 2011-2020 Ministério da Educação, Brasília, dez. 2010.

COSTA, S. (2002), A construção sociológica da raça. Estudos Afro-Asiáticos. ano 24 (1).

CUNHA, E. M. G. P.(2012), Brasil está reduzindo suas disparidades raciais? XVIII, ABEP.

DALTON, V. & FERES Jr, J. & CAMPOS, L. A.(2013), Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. Cadernos de Pesquisa., São Paulo, 43 (148), Apr. 2013. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742013000100015&lng=en&nrm=iso>. accesso 22 Aug. 2014. http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742013000100015.

DIEESE (1999),Mapa da população negra no mercado de trabalho.

FERES Jr, J. (org) (2011), Ação afirmativa no ensino superior brasileiro hoje: análise de desenho institucional 2011. Gemaa – Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa IESP/UERJ.

FERRETI, C. J. (1976). A mulher e a escolha vocacional. Cadernos de Pesquisa, 16, p. 20-40.

GUIMARÃES, A. S. (2002), Classes, raças e democracia. São Paulo, Editora 34.

HASENBALG, C. (1979). Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro, Graal,

HENRIQUES, R..(2001), Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. Textos para discussão, n. 807, Rio de Janeiro, IPEA.

KERGOAT, D. & H., H. (2003),A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, M. & HIRATA, H. As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo, Senac, p. 111-123.

MAGALHÃES, A.(2009), Trabalho e educação: os efeitos da educação sobre o processo de estratificação social entre brancos e não brancos no Brasil. 1º Seminário Nacional de Sociologia e Política, UFPR.

MELO, H. & LASTRES & H M. M. & MARQUES, T. C. N.(2004),. Gênero no sistema de ciências, tecnologia e inovação no Brasil. Revista Gênero, 1.

PAIXÃO, M (Org). (2010), Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil: 2009-2010, UERJ.

RIBEIRO, S. C. & KLEIN, R.(1982), A Divisão interna da universidade: posição social das carreiras. Educação e seleção, . 5, p. 29-43.

ROSEMBERG, F. & MADSEN, N. (2011), Educação formal, mulheres e gênero no Brasil contemporâneo, in BARSTED, Leila L; PITANGUY, Jacqueline. O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010 / Rio de Janeiro: CEPIA ; Brasília: ONU Mulheres, p. 390-424.

ROSEMBERG, F. (2006), Ação Afirmativa no Ensino Superior Brasileiro. Programa de Ações Afirmativas em Debate, UFScar..

ROSEMBERG, F. & ANDRADE, L. (2008), Ação afirmativa no ensino superior brasileiro: a tensão entre raça/etnia e gênero. Cadernos Pagu (31).

ROSEMBERG, F. (2001), Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. Revista Estudos feministas, n. 2. Florianópolis.

ROSEMBERG, F. et alii.(1986), Diagnóstico sobre a situação educacional de negros (pretos e pardos) no Estado de São Paulo. São Paulo: FCC/Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, 2 v.

SANTOS, A. M. dos. (2005), Vozes e silêncio do cotidiano escolar: análise das relações raciais entre alunos negros e não negros em duas escolas públicas no município de Cárceres. Dissertação de mestrado, UFMT.

SEADE (2012), Os negros no mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo.

SILVA, N. do V. & HASENBALG, C (2000). Tendências da desigualdade educacional no Brasil. Dados [online], 43 (3) [cited 2013-01-31], pp. 423-445. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000300001&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0011-5258. http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582000000300001.

SILVA. T. (2013), Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. MARCONDES, M. (Org.) Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil, IPEA.

SILVEIRA, L. S. & MUNIZ, J. O. (2010). Diferenciais de rendimento entre brancos e negros: uma comparação intra e inter metropolitana, 2010

SOARES, S. (2008), A demografia da cor: a composição da população brasileira de 1890 – 2007. In: THEODORO, M (org.) As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição, IPEA.

VALLE, N & HASENBALG. (2000) C. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. Dados, vol.43, no.3, p.423-445.

UNESCO (2004) Relatório de Monitoramento Global Educação para Todos, 2003-2004. São Paulo, Moderna.

WEBER, M. (1971) Os letrados chineses. In: Ensaios de Sociologia. 2. Ed. Rio de Janeiro, Zahar, P. 471-500.

Manuel Querino: trajetória de um afro-baiano nas letras e lutas (1851-1923)

Maria das Graças de Andrade Leal[1]
gal.leal@yahoo.com.br

Resumo: Esta comunicação apresenta a trajetória política e intelectual de Manuel Raymundo Querino (1851-1923), com o objetivo de contribuir aos estudos biográficos de afro-brasileiros ainda incógnitos na historiografia atual. Por se tratar de um indivíduo emblemático que polemizou e debateu com as esferas intelectuais e de poder, ao revelar-se e fazer revelar protagonistas ausentes na historiografia tradicional, o percurso da sua vida se caracteriza como uma importante página da história do negro nos contextos escravista e do pós-abolição no Brasil. Negro, oriundo das camadas populares, sintetizou, em um único sujeito, diversas possibilidades para a compreensão das muitas dimensões que constituíram a vida de um homem e da sociedade em que viveu, nos meados do século XIX e primeiros anos do XX na Bahia, ora militando na política partidária, reivindicando direitos sociais e políticos aos trabalhadores, escravizados, libertos ou livres, negros, africanos, mestiços, pobres, ora atuando nos campos de luta como artista, professor e intelectual. Assim, Querino poderá ser revelado nos universos cultural, social e político, através dos diversos espaços de sociabilidade por onde passou, bem como através da obra que produziu, utilizando-se das fontes escritas e orais e da memória individual e coletiva, cujo método foi negativamente criticado por alguns intelectuais. A sua obra traduziu, de forma crítica e pioneira, uma história que fez revelar experiências e influências das populações escravizadas na formação do Brasil, afirmando sobre a sua importância para a construção da identidade brasileira, e rejeitando, respectivamente, a história dita "oficial", na qual a participação do pobre, trabalhador, negro, mestiço foi omitida no processo de construção nacional e analisada na perspectiva eugenista.

Palavras-Chave: Manuel Querino; trajetória afro-baiana; intelectual negro; político negro; escravidão e liberdade; império e república na Bahia.

Pistas de uma trajetória

Enquanto território a ser desbravado no âmbito da micro-história, como unidade de observação analítica, Manuel Querino (1851-1923) impõe-se no roteiro das biografias, por tratar-se de um indivíduo emblemático que polemizou e debateu com as esferas intelectuais e de poder, ao revelar-se e fazer revelar protagonistas ausentes na historiografia tradicional. Negro, oriundo das camadas populares, sintetizou, em um único sujeito, diversas possibilidades para a compreensão das muitas dimensões que constituíram a vida de um homem e da sociedade em que viveu. É o que se evidencia ao esmiuçarmos as suas interferências nos processos de transformações vivenciadas nos meados do século XIX e primeiros anos do XX na Bahia. Ora militando na política partidária, reivindicando direitos sociais e políticos aos trabalhadores, escravizados, libertos ou livres, negros, africanos, mestiços, pobres, ora atuando nos campos de luta como artista, professor, político e

---

1 Professora titular da graduação em História e do Mestrado em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia. Mestre e doutora em História Social e pós-doutora em História pela FLUP-Portugal. Tem publicado livros, artigos e coletâneas. Desenvolve pesquisas nos campos da História Política, Social e Cultural da Bahia, história social e cultural do trabalho, história institucional, biografia, memória e do patrimônio. Pesquisadora do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM-UP), dos Grupos de Pesquisa História Regional e Local (UNEB/PPGHIS), História, Literatura e memória (UNEB) e História atlântica e da diáspora africana (Associação Nacional de História-Seção Bahia).

intelectual, Querino movimentou-se nos mais diferentes espaços de sociabilidade, traduzindo experiências de outros sujeitos com os quais conviveu.

Querino merece uma atenção diferenciada, pois a intensidade de sua vida estava ainda para ser revelada. O que se conhecia sobre o político, intelectual, professor, artista, restringia-se a alguns ensaios biográficos, produzidos após a sua morte, em 1923, em forma de necrológios, que reproduziam informações baseadas em depoimentos de contemporâneos como Teixeira Barros (1916), Antonio Vianna (1923) e Gonçalo de Athayde (1932). Nascido em Santo Amaro da Purificação no recôncavo baiano a 28 de julho de 1851, sua filiação é cercada de interrogações. No texto de batismo consta ser filho legítimo de José Quirino e de Luiza. Foi batizado aos cinco meses de idade, na Igreja Matriz de Santo Amaro, tendo como padrinho Joaquim da Silva Victor. Ao lado do registro, uma anotação: Manoel menor, filho natural. Algumas suposições podem ser levantadas em torno das pistas sobre a sua filiação: poderia ter ocorrido, no ato de registro do batismo, um equívoco ou uma dúvida do escrevente quanto à situação legal da união dos pais de Querino? Por não ter a mãe o sobrenome correspondente, poderia ela ser uma escrava e só mais tarde teria adotado o sobrenome do seu senhor ou sua senhora Rocha Pitta, ou ainda, ter formalizado a união com o casamento? Ao compararmos o batismo com o registro de casamento as interrogações aumentam: consta ser filho legítimo de José Querino com Dona Luzia (e não Luiza**)** da Rocha Pitta, e no de óbito diz ser "ilegítimo de Maria Adalgisa". Poderia ter sido criado, por algum tempo, por Maria Adalgisa ao ficar órfão de pai e mãe?[2]

Tornou-se órfão de pai e mãe, aos quatro anos de idade, vitimados pela epidemia do cólera que assolara o recôncavo baiano em 1855. A partir de então, sob a tutela do Bacharel, Professor e Político Manuel Correia Garcia, a cidade do Salvador se constituiu no palco das suas realizações. Pelas qualificações do tutor, ele teria iniciado Querino no estudo das primeiras letras e no aprendizado do ofício de pintor. Manteve-se sob a tutela do referido Professor até os 16 ou 17 anos de idade, quando teria-se deslocado para a Província de Pernambuco e, de lá, para a do Piauí, onde fora recrutado para a guerra do Paraguai.

Serviu na qualidade de inferior no Exército Brasileiro de 28 de julho de 1869 a 6 de setembro de 1870.[3] Pelas suas habilidades, certamente por saber ler, escrever e contar, permaneceu no Rio de Janeiro, servindo como escriturário do seu Batalhão. Com a morte de Francisco Solano Lopez, em 1870, a guerra deu-se por terminada, quando haveria sido promovido a cabo de esquadra, conseguindo baixa do serviço militar em outubro do mesmo ano, e retornado à terra natal. Carregava na sua bagagem experiências vividas no contexto de grandes manifestações sociais e políticas no Império brasileiro que culminaram na abolição da escravatura e na proclamação da República. A conjuntura da guerra proporcionou alterações consideráveis no modo de pensar a sociedade, especialmente por parte das camadas populares e escravizadas.

A década de 1870 foi, para Manuel Querino, um período de aprendizados e exercícios nas quatro áreas de conhecimento e ação em que se ocupou ao longo da vida – trabalho artístico, educação, política e produção intelectual. De volta a Salvador em 1871, matriculou-se nos estudos preparatórios do recém-criado Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872) e iniciou seu aprendizado de francês e de português no Colégio Vinte e Cinco de Março, enquanto trabalhava como pintor-decorador em obras de construção civil. Segundo Miguel Chaves, ex-diretor do Liceu de Artes e Ofícios, Querino teria integrado o grupo de artistas que aderiu à ideia de fundação do Liceu, "tendo assinado uma das listas paroquiais e se seu nome não [figurava] entre os instaladores da velha instituição [foi] porque só contribuiu com a primeira quota em 1874".[4] Em 1874, foi distinguido em francês, obtendo aprovação plena em português.

Do Liceu seguiu o seu mestre Miguel Navarro & Cãnizares na criação da Academia de Belas Artes (1877), participando da sua instalação, quando contratado para os serviços profissionais de pintor-decorador, por ocasião das reformas do Solar Jonathas Abbott, local inicial de instalação. Ali, diplomou-se Desenhista (1882), onde também cursou Arquitetura. Pela falta de professor que lecionasse a cadeira de *Resistência dos materiais*

---

2 Livro de Batismo, 1846 a 1854, p. 220. Arquivo da Cúria.

3 Petição de Manuel Querino de 12 de junho de 1896. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Legislativa, Câmara dos Deputados.

4 *O Democrata*, 15/02/1923. Sobre a história do Liceu ver LEAL, 1996.

e estabilidade das construções, não conseguiu obter o respectivo diploma. Manuel Querino teve, na Academia, seu nome destacado entre os alunos fundadores. (Querino, 1911:146-149)[5] Ainda estudando arquitetura, em 1883 elaborou, para o Congresso Pedagógico do Rio de Janeiro, um plano "Modelos de casas escolares adaptadas ao clima do Brasil". Este trabalho foi apresentado pelo Professor Antônio Bahia, o que se pode inferir que, por ser o autor negro e pobre, não teria condições sociais, raciais e nem prestígio profissional para efetivamente estar presente no referido evento. Mesmo assim, o *Jornal de Notícias* reconhecia o seu trabalho, ao lhe reconhecer como "artista de merecimento", por elogiar o primeiro trabalho de arquitetura do referido estudante, o que revelava "a sua aptidão para ela (arte)".[6] A princípio, esse projeto arquitetônico de casas escolares pode ser considerado como a primeira produção apresentada a um público intelectualizado no referido evento e na imprensa local. Seu nome passou a ser citado, o que se constituiu em passo essencial para os desdobramentos futuros, nesta área de atuação.

Como aluno e depois expositor das principais instituições educacionais abertas ao público modesto, o Liceu de Artes e ofícios da Bahia e a Academia de Belas Artes, Querino foi premiado com medalhas de bronze, prata e menção honrosa, conquistando reconhecimento profissional. Em 1885, foi nomeado membro do júri na Exposição da Escola de Belas Artes, iniciando sua inserção no universo intelectual da cidade. (Querino, 1911:146-147)[7]

Política e militância

Manoel Querino foi militante das causas dos trabalhadores livres e escravos e de outras questões sociopolíticas que afetaram diretamente os interesses das "classes artísticas e operárias". No contexto dos movimentos abolicionista e republicano, participou dos respectivos debates acompanhando os acontecimentos e publicando, na imprensa local, artigos sobre o tema da escravidão.[8]

A sua fase de militância político-partidária (1876-1899) foi significativa o suficiente para serem identificadas dimensões pouco referenciadas sobre os rumos do nascente movimento operário na Bahia e sua participação no processo de constituição do regime republicano. Da sua base operária, Querino enveredou pelo mundo da política partidária, integrando-se aos movimentos sociais relacionados às causas das liberdades, da democracia e da cidadania, direcionados, sobretudo, aos interesses da população trabalhadora, englobando trabalhadores manuais, artífices, artesãos, operários. No Império, militou no trabalhismo, participando da criação da Liga Operária Bahiana (1876) e, na República, foi um dos fundadores do Partido Operário (1890), a partir do qual foi conduzido ao Conselho Municipal, assumindo o cargo de Conselheiro por duas legislaturas (1891-1892 e 1897-1899).

A Liga Operária Bahiana se constituiu, para Manuel Querino, em porta de entrada para a sua atuação política. Ali, tornou-se um representante das classes trabalhadoras, uma das primeiras lideranças da nascente classe operária baiana e interlocutor dos negros junto aos poderes constituídos, militando em um movimento sociopolítico mais amplo no "guarda-chuva" do abolicionismo. Como militante, foi considerado "uma das primeiras lideranças classistas do movimento operário baiano" (Hardman, 1988:75-76), ou ainda "pioneiro do Trabalhismo no país" (Leite, 1988:91), fundou dois jornais – *A Província*, que circulou entre os anos de 1887 e 1888 e *O Trabalho* em 1892 – os quais debatiam sobre as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores.

---

5 Atas da Congregação da Academia de Belas Artes de 1881, 1882, 1883, 1892. Termos de Julgamento dos trabalhos de 02/06/1880, 08/02/1882 e 21/12/1883. Querino, *Artistas Bahianos*, 1911, p.146-149.

6 Antônio Bahia foi um professor de prestígio que atuou em diversas frentes na Salvador do século XIX. Tornou-se deputado provincial no Império e, na República, participou de diversos pleitos municipais, seguidos de sucessivas derrotas.

7 Naquele período, provavelmente após ter concluído o curso de Desenhista pela Academia de Belas Artes, Querino casara-se com Ceciliana do Espírito Santo Quirino, com quem teve quatro filhos: Maria Anathildes Querino, nascida em 1884 aproximadamente; Manoel Querino Filho (1887-1908); Paulo Querino (1890-1935) e Alzira Querino (1894-1921). Ver LEAL, 2009.

8 Segundo J. Teixeira Barros, em *A Bahia de Outrora*, 1916, Querino havia colaborado na *Gazeta da Tarde*, jornal abolicionista, escrevendo sobre a libertação dos escravos.

No Conselho Municipal, Querino esteve envolvido em diversos debates sobre assuntos variados. A sua maior contribuição, contudo, esteve relacionada à urbanização da cidade do Salvador. Elaborou e apresentou projetos voltados à ordenação dos serviços públicos e a obras de melhoria das condições urbanas, à regulação do uso do solo, etc. O tema que afligia as camadas populares foi tratado por ele no âmbito da defesa da instrução, com o restabelecimento e criação de aulas públicas nos diversos pontos da cidade, a inclusão nos orçamentos municipais de subvenções para o Liceu de Artes e Ofícios, Colégio dos Órfãos de São Joaquim, a Escola de Belas Artes e sociedades mutuárias e a isenção da décima urbana das associações de trabalhadores.

Entre os anos de 1893-1897, período em que esteve afastado do Conselho Municipal, aproximou-se de instituições como do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB). Nesse período, a luta pela existência ficou mais ostensiva, pois possuía uma família de quatro filhos, com o último nascido em 1894. Integrou a Guarda Nacional como 1º tenente na cidade do Salvador[9] e ingressou como auxiliar de desenhista na Repartição de Obras Públicas (1893). Foi nomeado professor de desenho industrial no Colégio dos Órfãos de São Joaquim (1895)[10] e pleiteou, sem sucesso, nomeação de professor da cadeira de desenho linear na Escola de Belas Artes, a qual fora preenchida pelo Prof. Agrippiniano Barros (1895).[11]

Na então Repartição de Obras Públicas, ingressou como auxiliar de desenhista[12] e, na reforma das Repartições do Estado pela Lei 115 de 16 de agosto de 1895, quando passou a denominar-se Secretaria da Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas, passou a exercer o cargo de 3º. Oficial, no qual permaneceu até 1916, quando foi colocado à disposição, com a garantia dos vencimentos integrais, sem nunca conseguir promoção, como era o seu desejo, demonstrado pelas petições encaminhadas neste sentido. Desempenhou funções de amanuense, escriturário, serviços de contabilidade e, freqüentemente, ao assumir interinamente o cargo de 2º. Oficial em substituição, de almoxarife. O seu afastamento compulsório do serviço público lhe propiciou a dedicação exclusiva ao magistério, ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e à produção de conhecimento nos campos em que atuou.[13]

Querino marcou sua presença nas associações beneficentes e irmandades religiosas. Estas se constituíam em espaços de sociabilidade que, além de assegurar proteção material e espiritual, também garantiam certo grau de importância e prestígio para a vida dos associados. Muitos artistas e operários apareciam com freqüência, simultaneamente associados a mais de uma Sociedade, como foi o caso de Manuel Querino: apareceu, no Império, na Liga Operária Bahiana (1876), na Irmandade de Nossa Senhora da Conceição do Tororó (1884 – como escrivão) e, na República, na Sociedade Monte Pio dos Artistas (1894), no Liceu de Artes e Ofícios (provavelmente anterior a 1893), na Sociedade Protetora dos Desvalidos (1877 e readmitido em 1894) e na Sociedade Beneficente Auxílio Fraternal (Presidente da Assembléia Geral – 1898). Certamente, este fato, além de lhe garantir mais possibilidades de acesso aos auxílios, também lhe proporcionava mais prestígio e oportunidade de reunir aliados políticos.

---

9 *Jornal de Notícias*, 10/01/1893. Foi nomeado para o segundo batalhão de posição. Em documento não datado, identificado no Arquivo Nacional "Livro de Índice Geral dos Oficiais da Guarda Nacional deste Estado – Bahia", consta no N°. 359 – Letra M - Manuel Raymundo Querino, no posto de capitão da 7ª brigada de artilharia na comarca de Maragogipe. Entre os nomes aparecem alguns conhecidos como o de Domingos Silva (capitão) com a observação de "morto", Cosme de Faria (Major), Ismael Ribeiro Mendes (Tenente Coronel). Certamente é um documento posterior a 1895 porque quando toma posse no Colégio dos Órfãos de S. Joaquim ainda é referido como tenente.

10 Ata da Sessão do dia 14/7/1895. Arquivo Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim. No Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, Querino vai aparecer como professor de desenho industrial a partir de 1905.

11 Atas da Academia de Belas Artes de 07/01 e 03/02/1895.

12 Em requerimento de 7 de fevereiro de 1913, Manuel Querino contava com 20 anos de serviço público (APEB, petições), o que sugere ter ingressado em 1893.

13 Querino sofreu perseguições que se tornaram públicas, por razões não identificadas. Uma delas foi veiculada na imprensa local ao defender-se de acusações de "um tal Silvano". Tratava-se de Silvano Ramos de Queiroz, Conselheiro Municipal por diversas legislaturas (1904-1907; 1916 a 1927). *Diário de Notícias*, 17/11/1903, p. 03. *Diário de Notícias,* 20/11/1903.

Figura 1 – Desenho de Manuel R. Querino. S/d e s/a.
Sociedade Protetora dos Desvalidos.[14]

Após seu último mandato de Vereador (1897-1899), retirou-se do jogo político-partidário. Continuou sua militância dedicando-se ao ensino, à pesquisa, à produção de conhecimento e à publicação de trabalhos históricos, etnográficos, folclóricos, jornalísticos, memorialísticos, artísticos, nos legando vasta obra sobre as artes na Bahia, os costumes, o cotidiano e a cultura afro-brasileira.

Uma obra engajada: entre ciência, memória e empiria

"Ilustre escritor e artífice baiano", "professor-pesquisador-historiador", "precursor do design brasileiro", "ícone do design baiano" são alguns atributos consagrados ao militante e político engajado nas causas da liberdade e da inclusão social de trabalhadores, artistas, operários, negros e pobres que reivindicavam cidadania na prometida República. Através do IGHB[15] e de algumas articulações com periódicos e gráficas locais, Querino veiculou e perpetuou suas ideias, tornando-se pioneiro ao debruçar-se nos estudos e nas pesquisas que inauguravam o debate em torno da identidade brasileira, cujo principal fator identitário estava marcado pelos saberes e fazeres da população africana e seus descendentes.

Como intelectual afro-brasileiro, se interrelacionou com os universos da cultura dita popular e erudita. Nos campos de lutas cotidianas estabelecidas nas ruas, terreiros de candomblé, associações artísticas e operárias, nos botequins, bem como nos círculos políticos e de letrados, como nos partidos, no Conselho Municipal, nas academias, no IGHB, nos Colégios, Manuel Querino experimentou, articulou, analisou criticamente e produziu a sua literatura, destacando as contradições presentes na sociedade brasileira e baiana em particular no interior da nova ordem republicana que aderia ao ideal de "civilização" e "progresso" na esteira do poder da ciência. Como pesquisador, Querino enveredou pela história do africano, do negro nacional, das camadas populares, dos trabalhadores, dos artistas, dos operários que, para ele, se constituíam em foco das preocupações intelectuais, sociais e políticas, apoiando-se nos princípios positivistas em voga, além de utilizar-se da memória e da oralidade.

---

14 Reprodução extraída do livro de LEITE, José Roberto Teixeira. (1988), Pintores Negros do Oitocentos, São Paulo: Edições K; Motores MWM, 1988, p. 89.

15 Em 3 de maio de 1894, Manuel Querino participou da fundação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia-IGHB, tornando-se sócio efetivo fundador e depois honorário. Ali, envolveu-se no seu funcionamento, especialmente a partir de dezembro de 1899, fazendo-se mais presente nas sessões e integrando Comissões. Realizou diversas doações e passou, a partir de 1905, a publicar diversos artigos na Revista do Instituto.

Entre 1903 e 1922, produziu a sua escritura na perspectiva da história-testemunho enquanto participante, observador, pesquisador crítico que viveu em um período de muitas transformações no interior de tantas outras permanências que marcaram os processos que culminaram na abolição da escravidão e implantação e "consolidação" da República no Brasil.[16]

Os "heróis" e "grandes eventos" fixados por Querino foram retirados do meio popular e do seu cotidiano. Foram registros mais ou menos ordenados de acontecimentos fortuitos, de tradições de grupos africanos remanescentes da escravidão, ameaçados de extinção e fadados ao esquecimento. Seus escritos inauguraram, junto com Nina Rodrigues, estudos e registros sobre o africano como constitutivo de uma identidade em construção e ao mesmo tempo negada pela "ciência" iluminista, aprisionada no seio das elites brancas e letradas. Artur Ramos oferece algumas pistas interessantes sobre o valor da "cientificidade" de Nina Rodrigues em detrimento do "investigador" Manuel Querino. O diálogo temático que estabeleceu com a obra de Nina Rodrigues esteve intrínsecamente relacionado a posições teóricas opostas. Manuel Querino, nesse sentido, respondeu à tese racialista de Nina Rodrigues, de forma a positivar a presença africana na formação da cultura brasileira em contraposição aos argumentos biológicos do negro como raça "inferior". É importante realizar um recorte sobre as discussões alimentadas a partir da segunda metade do século XIX, com desdobramentos no século XX, sobre o projeto de "branqueamento" da nação brasileira e consequente "apagamento" do negro.[17]

> Através do testemunho de Querino, revestido de lembranças e conteúdos político--sociais, foram reveladas vivências de outros sujeitos e autores que fizeram a história, em detrimento dos grandes feitos e heróis que hegemonizavam a escrita historiográfica, particularmente aquela produzida no interior dos Institutos Históricos no Brasil. Desenvolveu, assim, uma linguagem baseada em suas experiências, observações e interpretações. Enquanto produto de vivências e observações, ele procurou a sua origem ancestral e demonstrou a diversidade das influências culturais para a formação da identidade nacional, "recordando-nos que nossa identidade não foi estruturada apenas por monarcas, primeiros-ministros ou generais", mas também por indivíduos das classes inferiores, cujas ações afetaram o mundo, e "que grande parte de seus segredos, que poderiam ser conhecidos, ainda estão encobertos por evidências inexploradas." (SHARPE, 1992, p. 60).

Como texto memorialístico, e em certa medida autobiográfico, considerado uma "escrita do eu" permeada pela identificação entre autor/narrador/personagem, Querino materializou-se em sua obra, desejando ressuscitar o que seria esquecimento e, desta forma, "lembra(r) para continuar vivendo e tomar consciência de si" (BURGOS, 1998, p. 298).

A sua obra está distribuída em duas fases que se complementam. A primeira, realizada entre 1903 e 1916, se caracterizou pela produção de ensaios, artigos, crônicas publicados em periódicos e livros que retratavam, criticamente, a situação das artes e dos artistas, dos trabalhadores manuais no contexto republicano. Narrando e rememorando fatos, recuperou biografias de artistas contemporâneos, produzindo uma memória da produção artística através de sujeitos históricos, social e profissionalmente desprezados pelo avanço das técnicas e dos monopólios, bem como do preconceito e discriminação para com o trabalhador nacional, em sua maioria negros e mestiços, livres ou egressos do cativeiro.

Em "As Artes na Bahia" (1909), Querino estabeleceu a relação entre trabalho e arte nas diversas expressões, inseridas no contexto de transformações socioculturais e políticas experimentadas pelos artistas e artífices no processo de formação do operariado urbano. Querino inaugurou uma forma de registro articulado à memória e às pesquisas documental e oral, inserindo social e politicamente o tema da arte e do trabalho nas discussões que

---

16 Entre livros e artigos, contabilizamos cerca de 22 publicações, sem considerar as sucessivas reedições até os dias atuais.

17 Arthur Ramos prefaciando *A raça Africana e seus costumes na Bahia*, na coletânea de 1938.

transitavam em torno da montagem de uma república disfarçada de democracia e que tratava com indiferença as suas tradições coloniais e imperiais representadas pelo "povo trabalhador." Ou seja, pela mão de obra negra, mestiça, que remetia ao passado escravista. Ressaltou a existência de artistas que deixaram valiosas obras e denunciou as condições de abandono, de miséria, de esquecimento em que viviam. Certamente foi quem iniciou uma discussão a respeito da preservação do patrimônio e do resgate das matrizes culturais, somente aberta nos anos de 1930.

No trabalho de resgate das atividades de artistas, autores de obras que ornamentavam igrejas, edifícios públicos e privados, fossem eles laureados ou não, Querino procurou recuperar talentos despercebidos na história da Bahia e do Brasil. Elaborou, desta forma, uma história social da arte associada à história do trabalho, ao relacionar aspectos da produção artística à situação social de seus autores, na condição de trabalhadores que viviam da sua arte. Com a intenção de demonstrar, através de obras e autores, a riqueza artística produzida na Bahia e no Brasil, Querino pretendeu dignificar artistas anônimos. Nesse sentido, o seu trabalho de recolher nomes, aqui e acolá, na sua maioria de origem pobre, foi uma resposta que pretendeu dar àqueles que desdenhavam da produção artística brasileira, ou ainda, do trabalhador nacional – de maioria negra e mestiça.

Os seus escritos foram, simultaneamente, acolhidos e criticados. A partir dos anos de 1930 as versões escritas sobre Querino foram concentradas na sua obra, especialmente relativas aos trabalhos acerca do negro na Bahia, período em que os estudos sobre a mestiçagem e a influência africana na cultura nacional foram-se tornando tema preferencial da antropologia. Em 1938, foram reeditados alguns dos seus trabalhos na coletânea *Costumes Africanos no Brasil* organizada por Artur Ramos, na qual o próprio Ramos salientava ser aquele período caracterizado por um movimento de interesse pelo "*problema* do negro, no Brasil, não [podendo] ser esquecida a contribuição de Manuel Querino".

Enquanto alguns intelectuais o consideravam fonte privilegiada para os estudos das artes, dos costumes, das tradições e dos africanos, outros passaram a questionar o valor da sua produção. A maior polêmica surgiu com Carlos Ott, pesquisador das artes na Bahia. Ao conhecer, em 1946, um manuscrito na Biblioteca Nacional, sob o título *Noções sobre a procedência da arte de Pintura na Província da Bahia*, sem identificação de data, local, nem autoria, chamou-lhe a atenção a semelhança do seu conteúdo presente no livro de Manuel Querino, *Artistas Bahianos*. Após análises dos dados registrados no manuscrito, atribuiu a autoria ao pintor José Rodrigues Nunes, salientando a "liberalidade com que Querino se serviu do trabalho alheio, sem a necessária alusão à fonte, em seu referido e famoso livro."

Clarival Valladares, em defesa do acusado, procurou evitar que a denúncia sobre Manuel Querino continuasse a deteriorar sua memória e argumentou:

> [...] será justo indagar-se se a utilização de um texto anônimo, limitado e incompleto, aproveitado por outro autor nos fins dos oitocentos e começo dos novecentos, como subsídio de uma obra que se estende muito além do documento, é, em verdade, um ato doloso.
>
> Querino entendeu-o como documento de uma tradição local, que ele procurou ordenar e fixar, permitindo aos pósteros melhor aproximação de estudo ao passado, mesmo ao preço da correção dos erros daqueles que fazem os primeiros caminhos, as primeiras pontes, a primeira luz do conhecimento. (Valladares, 1960:119)

Possivelmente esta tenha sido a matriz que originou as diversas desconfianças que se sucederam sobre a obra de Querino, em função de "eventuais erros de precisão científica..." (Valladares, 1960:119) ou ainda da "falta de preparo científico" (Edelweiss, 1946). Apesar de se referir às qualidades de Manuel Querino, como "benemérito divulgador de suas obras de arte, e biógrafo dos autores do melhor patrimônio que o passado nos legou...", Marieta Alves, também pesquisadora das artes na Bahia, apelava para que o livro *Artistas Bahianos* fosse revisto e apresentado "em condições de prestar aos estudiosos informações seguras e mais completas sobre os artistas da Bahia." (Alves, 1951:542) Contudo, quem o conheceu, como Torquato Bahia, autor do Prólogo desse livro, o referendou como um "livro despretensioso, mas sincero e verdadeiro, feito à luz de fatos históricos, sem enxertos, nem fantasias" (Bahia, 1909:III), demonstrando ter o autor investido muito trabalho

para realizá-lo em consulta a arquivos, jornais, obras diversas, além de ter realizado entrevistas com antigos artistas, colhendo "tradições de nomes que a crônica baiana registra" (Bahia, 1909: II).
A partir da análise crítica da sua obra, pode-se concluir que a atitude intelectual de Manuel Querino é incontestável. Apesar das críticas agudas ao seu trabalho de pesquisador, bem como dos elogiosos depoimentos de contemporâneos, especialmente do IGHB, a sua produção literária perseguiu propósitos científicos da época, além de incluir métodos inovadores ao utilizar-se da memória e da oralidade. Dialogou com intelectuais, como Mello Moraes (pai), Braz do Amaral e outros. Questionou "verdades históricas" reproduzidas sem as devidas averiguações. Polemizou e interrogou a história dita "oficial". Teria criado desassossegos para alguns intelectuais da época, ao se posicionar naquele circuito restrito e destinado às elites. Em "Episódio da Independência", Querino analisou a "guerra de independência" na Bahia, observando, as "injustiças históricas" praticadas sobre os "verdadeiros" patriotas que lutaram em defesa da liberdade. Utilizando-se da oralidade de contemporâneos, narrou a atuação de Labatut na guerra, a qual havia desagradado o povo, os soldados, os altos escalões do exército e as elites políticas, pelo desrespeito com que tratava a todos.
No que diz respeito aos assuntos que pesquisou, narrou, descreveu, interpretou, Querino teve o cuidado de articular empiria, dados bibliográficos, fontes escritas e orais, associando à sua memória pessoal aspectos até então desdenhados pela historiografia vigente, refletindo sobre eles e interpretando-os à luz da sua experiência, da sua origem de classe e de raça. Foi múltiplo nas suas abordagens e, portanto, ampliou o leque de conhecimento nas esferas dos costumes, das tradições, do trabalho e da arte, apoiando-se, em todo o seu percurso intelectual, na crítica política. Ao denunciar o esquecimento, afirmava sobre a existência e a importância do negro na composição da identidade nacional e, como ambicioso pelo saber, esforçou-se em garantir o lugar de destaque na cena social, pelo talento e mérito. Individualmente, pode colher reconhecimento social em função do patrimônio intelectual que reuniu ao longo da sua trajetória de estudioso.

4. O africano colonizador

Na segunda fase de sua obra (1916-1922), dedicou-se a estudar e narrar costumes populares. Através da memória e da oralidade, recuperou práticas cotidianas, bem como as tradições africanas, enfatizando a contribuição do africano na constituição da civilização brasileira. Resgatou, positiva e afirmativamente, a participação produtiva, talentosa, criativa e digna de africanos e descendentes, respondendo, com uma interpretação inovadora, às teorias raciais do século XIX que os consideravam raça inferior e incapaz de criar civilização.
Nessa fase, Manuel Querino mergulhou numa outra interpretação sobre os caminhos e descaminhos experimentados pela população de cor após a abolição da escravidão até a "consolidação da República". Deixou transparecer uma profunda angústia ao concluir que, além de humilhado socialmente, os negros, os artistas e trabalhadores eram humilhados e discriminados culturalmente, especialmente por se tratar da sua origem étnica.
Em 1916, Querino publicou *A raça Africana e seus costumes na Bahia*, obra na qual a temática popular e do negro era analisada numa perspectiva que ia de encontro às teorias raciais em voga. Ele ressaltou, a partir da trajetória do trabalhador africano no Brasil, o seu valor na formação da sociedade brasileira através de seu trabalho e dos costumes trazidos da África. Descreveu os costumes africanos no candomblé, nas festividades, nos funerais e casamento e sobre a revolta de 1835 (dos malês).[18] Protestou "contra o modo desdenhoso e injusto por que se [procurava] deprimir o africano, acoimando-o constantemente de boçal e rude, como qualidade congênita e não simples condição circunstancial, comum, aliás, a todas as raças não evoluídas" (Querino, 1938:22). Artur Ramos, ao comentar esta passagem, a considerou de vanguarda por ter o autor se insurgido "contra o preconceito de inferioridade antropológica do negro, atribuindo o seu atraso a contingências

18 *A Raça Africana* teve a sua 2. edição publicada no ano seguinte, 1917; depois, em 1938 foi inserido na publicação *Costumes Africanos no Brasil*, organizada e prefaciada por Artur Ramos. Novamente foi publicada em 3. edição em 1955 e por fim, em 2. edição de *Costumes Africanos* em 1988, organizada, prefaciada e com notas de Raul Lody e apresentação de Thales de Azevedo, por ocasião das comemorações dos 100 anos da abolição.

socioculturais e não à inferioridade de raça." (Querino, 1938:22, nota 1). O texto *A raça Africana e seus costumes na Bahia* foi apresentado no 5º Congresso Brasileiro de Geografia, sendo o único estudo de conteúdo racial no rol de outros específicos inscritos no evento.[19]

Ainda em 1916, publicou *A Bahia de Outr'ora – vultos e factos populares*, onde reuniu artigos e crônicas, alguns já publicados em jornais locais e na Revista do IGHB. Dois anos depois, *O colono preto como fator de civilização brasileira* discorria sobre a importância do africano para a civilização brasileira, referindo-se às práticas da colonização portuguesa pelo colono branco e pela escravidão indígena e africana. Este estudo veio marcar a sua discussão acerca da trajetória de sofrimentos e resistências dos africanos, transformados em referências de força e dedicação com que produziram a cultura brasileira. Tratou da chegada do africano no Brasil, suas habilitações, primeiras ideias de liberdade, suicídio e violência contra os senhores, resistência coletiva, Palmares e levantes parciais, juntas de alforrias e o africano na família e seus descendentes destacados nas artes, na política, na educação.

Querino recuperou a cultura africana, experimentada e pesquisada através da tradição oral, e inaugurou, positivamente, a abordagem etnográfica da formação da sociedade brasileira a partir da influência africana. Estabeleceu, a priori, um debate em torno das teorias raciais apoiadas na eugenia e inspiradas em Lombroso, cujo principal seguidor na Bahia foi Nina Rodrigues. Com esse referencial interpretativo sobre a raça africana, estabeleceu um diálogo com Nina Rodrigues através das afirmações "não-científicas" de um e das análises "científicas" de outro.

Em *A Bahia de Outrora*, Querino narrou, noticiou, descreveu as tradições culturais então ameaçadas de desaparecer no contexto demolidor da República. Esse trabalho repercutiu positivamente no meio intelectual, enquanto conjunto de artigos "curiosos", "quadros pitorescos", "reunião de festividades, usos, costumes e tipos" que caracterizavam a Bahia como a cidade "mais alegre do Brasil".[20] Em notícia publicada sobre o referido livro, Manuel Querino foi tratado como "inteligente artista e festejado escritor tradicionalista" que restaurava a Bahia de outrora, relembrando e descrevendo minuciosamente a vida baiana na antiga cidade do Salvador. "Escrito em estilo correntio, [tinha] o sabor de uma documentação autêntica sobre o passado desta cidade...", por ser um "livro de recordações" no qual associava "homens e tipos excêntricos" que viviam da tradição oral, provocando na "geração moderna a medida da diferenciação e do progresso que se operou de uma a outra".[21]

Esta foi a leitura que permaneceu até recentemente. Manuel Querino foi considerado um folclorista, apesar de alguns antropólogos se referirem a ele como "etnólogo prático". Neste conceito estão contidos dois aspectos do racismo e preconceito: tratar das práticas africanas significava tratar do "folclore", tendo em vista serem os africanos considerados primitivos, inferiores, e suas culturas qualificadas de menor valia, exóticas, porque dificilmente seriam construtores de "civilização"; e a competência do "tradicionalista" Manuel Querino se limitava a narrar tais aspectos culturais de menor valia – era um negro, de origem operária, esforçado, inteligente, mas carente de erudição e ciência.

Nesse trabalho em particular Manuel Querino revelou a sua indignação, ora criticando os descaminhos adotados pelas elites republicanas, ora ironizando ou provocando o leitor atento ao seu testemunho desabonador sobre aquela República implantada. Diferentemente do que se pretendeu com a mudança do regime, que previa igualdade, democracia, cidadania, soluções sociais especialmente para as classes trabalhadoras, Querino apontou o oposto. Não poupou críticas e, conseqüentemente, arregimentou um punhado de inimigos políticos e intelectuais que o pressionaram e o desvalorizaram, especialmente no plano profissional.

A sua produção respondia criticamente aos valores projetados para a implantação da Bahia "civilizada", constatando, historicamente, sobre a necessidade de considerar os elementos populares representados pelos trabalhadores, africanos e afro-brasileiros como essenciais na construção da "civilização brasileira". A sua

---

19 O 5º Congresso Brasileiro de Geografia aconteceu entre os dias 7 e 15 de setembro de 1916 em Salvador. Ver notícias nos Jornais *Diário da Bahia* e *Diário de Notícias* de 02 a 16 de setembro de 1916.

20 *O Democrata*, 03/12/1916, p. 01.

21 Idem, ibidem.

pergunta de fundo era o porque desprezar as raízes culturais e sociais que pesaram sobremaneira na constituição da sociedade brasileira e tentar infiltrar valores europeus que destoavam do pulsar cultural da população. Entre tantos elementos que destacou sob a ótica de quem viveu a força dos preconceitos, denunciou o quanto a cultura popular estava sendo rapidamente obscurecida pelas luzes da "civilização" e do "progresso".

Explicitou a sua inquietação ao compreender que tudo o que assistia e experimentava fazia parte de uma política que visava o "desmoronamento moral", político e cultural da sociedade, cujos principais alvos eram os pobres, os negros, os artistas, a população trabalhadora. Demonstrou que, na sociedade baiana e brasileira, estavam presentes aqueles que trabalharam para a construção da riqueza da nação – os africanos e seus descendentes – e que começavam a ser expulsos do circuito urbano com a sua cor, os seus hábitos e costumes, suas tradições que, ironicamente, integravam a sociedade dos brancos. Nesse aspecto, procurou afirmar que independente da política, do discurso eugênico que se pretendia incorporar à "Bahia civilizada", havia "elementos indestrutíveis" presentes na alma da população, seja branca, negra ou mestiça. E a partir da recuperação da memória, da oralidade de africanos remanescentes, de afro-brasileiros, afrontou intelectuais, médicos, políticos e autoridades. Não estaria na contramão dos acontecimentos o seu afastamento compulsório da Secretaria da Agricultura em 1916, onde serviu por mais de 20 anos.

Construção de um epílogo

Decepcionado com o destino de trabalhadores livres e libertos pela Lei de 13 de maio de 1888, que oficializava a universalização do trabalho livre, no pós-abolição e na República proclamada, Querino morreu reivindicando o lugar do africano e de seus descendentes no seio de uma sociedade justa e inclusiva. Era Quarta-feira de cinzas, 14 de fevereiro de 1923. O féretro do cidadão Manuel Raymundo Querino saía de sua casa, no Matatu Grande, às 16 horas, seguido por grande número de amigos e admiradores em direção ao Cemitério das Quintas dos Lázaros, "com extraordinário acompanhamento de pessoas de todas as classes e alta representação oficial".[22] Alguns sabiam que ali descansava uma "pessoa ilustre", com uma vida a ser desbravada pela posteridade. Afinal era o Querino para os amigos, o Manuel Querino para a intelectualidade, o Manuel Raymundo Querino de nascimento que passava conduzido pelo bonde da Companhia Linha Circular em direção à sua última pousada.

A sua trajetória foi marcada por ações de vanguarda, caracterizadas pela criatividade, polêmica, propaganda e pela crítica. Conseguiu sair do anonimato, passando a integrar a galeria dos estudiosos baianos que levantaram a bandeira da participação ativa de africanos e descendentes na construção do Brasil. Foi o mérito do falecido. A sua luta foi eternizada em seus escritos, considerados fonte de inspiração, na qual a memória se constituiu em principal arma de resistência ao persistir na batalha pela afirmação histórica dos excluídos do "banquete da civilização". Afinal, a sua matriz social e racial o impulsionou na sua luta. Querino, nesse sentido, foi pioneiro na interpretação sobre a sociedade brasileira e baiana em particular ao levantar duas questões: o lugar do "povo" na República, inicialmente, e, depois, o lugar do negro na sociedade brasileira. Fez-se escutar. Contou a história do africano, do negro, do mestiço, do pobre, do artista, do trabalhador. Ele emergiu do meio popular. Sua matriz africana referendou o seu trabalho intelectual sobre a identidade brasileira. Contou a sua história.

---

22 *Diário de Notícias*, 15 de fevereiro de 1923. Faleceu às 5:00 horas da manhã do dia 14 de fevereiro de insuficiência mitral de concomitância = paludismo (malária) e sepultado no mesmo dia por volta das 17:00. Certidão do registro Civil e Óbito de Manoel Raymundo Querino atestado pelo Dr. Guilherme Pereira da Costa. APEB.

Bibliografia

ALVES, Marieta. (1951), *Anais do 1º. Congresso de História da Bahia*. Salvador, V. 5.

ATHAYDE PEREIRA, Gonçalo. (1932). *Prof. Manuel Querino sua vida e suas obras*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado.

BAHIA, Torquato. (1909), Prólogo em QUERINO, Manuel. *Artistas Bahianos*. – indicações biográficas. Rio de janeiro.

BURGOS, Elizabeth. (1998), Meu nome é Rigoberta Menchú, apud JOSEF, Bella. "(Auto)Biografia": os territórios da Memória e da História in LEENHARDT, Jacques e PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.), *Discurso Histórico e Narrativa Lite*rária, Campinas, S.P.: Editora da UNICAMP.

EDELWEISS, Frederico. (1946), Prefácio em QUERINO, Manuel. *A Bahia de Outrora* – Vultos e Fatos Populares, 3. ed. Bahia: Livraria Progresso/Coleção de Estudos Brasileiros.

HARDMAN, Francisco Foot. (1988), "Cidades Errantes: representações do trabalho urbano-industrial Nordestino do século XIX". *Ciências Sociais Hoje.*

LEAL, Maria das Graças de Andrade. (1996), *A arte de ter um ofício*: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia. Salvador: Fundação Odebrecht; Liceu de Artes e Ofícios da Bahia.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. (2009), *Manuel Querino entre letras e lutas*. Bahia: 1851-1923. São Paulo: Annablume.

LEITE, José Roberto Teixeira. (1988), *Pintores Negros do Oitocentos*. São Paulo: Edições K; Motores MWM.

OTT, Carlos. (1947), *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, no. 11. Rio de Janeiro: Oficinas da Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais Ltda.

QUERINO, Manuel. *As artes na Bahia* (Escorço de uma contribuição histórica). Salvador-Ba: Bahia: Typ. E Encadernação do Lyceu de Artes e Offícios, 1909.

QUERINO, Manuel. (1909), *Artistas Baianos* – indicações biográficas. Rio de janeiro.

QUERINO, Manuel. (1911), *Artistas Baianos* – indicações biográficas. 2. edição melhorada, cuidadosamente revista. Bahia: Officina da Empresa "A Bahia".

QUERINO, Manuel. (1938), *Costumes Africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Prefácio e Notas de Arthur Ramos).

QUERINO, Manuel. (1946), *A Bahia de Outrora* – Vultos e Fatos Populares. 3. Ed. Bahia: Livraria Progresso/ Coleção de Estudos Brasileiros, série 1ª – Autores Nacionais (Com prefácio e notas de Frederico Edelweiss).

SHARPE, Jim. (1992), "A História Vista de Baixo". In BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. S.P.: Ed. da UNESP.

TEIXEIRA BARROS, J. (1916), Introdução em QUERINO, Manuel. *A Bahia de Outrora – vultos e fatos populares*, Bahia: Econômica.

VIANNA, Antonio. (1923), *Manoel Raymundo Querino. Discurso proferido em a noite de 14 de março de 1923, no salão nobre do Centro Operário por Antonio Vianna (provecto jornalista e ilustrado poeta) e mandado publicar pela Comissão promotora das homenagens cívicas à memória do grande artista bahiano*. Bahia.

Alforria, liberdade e propriedade nos últimos anos da escravidão brasileira. Um caso paranaense (1876-1881)

Carlos Alberto Medeiros Lima[1]
carlima3@gmail.com

Resumo: Uma tentativa infrutífera de alforria por intermédio de ação de liberdade iniciada em Palmeira, Paraná, Brasil, em 1876, permite rediscutir as implicações da previsão de alforrias por abandono, no bojo da Lei do Ventre Livre (1871). A retomada do tema do abandono teve implicações importantes do ponto de vista político, ao estabelecer uma forma nova de clivagem entre os proprietários de escravos e os esquemas comunitários constitutivos dos diversos ambientes locais brasileiros. Adicionam-se, assim, argumentos à noção de aceleração da crise do cativeiro pela referida Lei. Se a posição dos livres pobres constituíra historicamente o baluarte político do cativeiro, o tema do abandono criava, nesse momento, tensão entre os escravistas e os homens e mulheres livres e pobres.

Palavras chave: escravidão – concepções de liberdade – livres pobres no século XIX – concepções de propriedade – Lei do Ventre Livre

O posicionamento institucional de escravos como, simultaneamente, pessoas e mercadorias permanecia extremamente complexo durante os últimos anos da escravidão. Resumindo a argumentação de Hebe Mattos (1995:202), no transitivo mundo institucional do Império brasileiro, evitou-se o posicionamento dos escravos como propriedade de duas formas diferentes. Uma delas foi a do legado da legislação portuguesa. A outra, a da concessão de direitos civis aos cativos, sem eliminar sua condição escrava. A primeira, exemplificada pela possibilidade estabelecida em lei de revogação de alforrias por «ingratidão», implicava uma concepção do cativeiro marcada pela relação interpessoal, envolvia os agentes num conjunto de relacionamentos desiguais e de domínio. A lei reconhecia senhores e escravos como agentes sociais em uma relação hierárquica. A outra, moderna, supunha a capacidade do Estado de legislar para senhores e escravos, tornando estes últimos, embora súditos menores, ainda assim súditos, estabelecendo direitos e obrigações. Como reação à crise do cativeiro, um conjunto pouco coerente de direitos era outorgado a escravos – preservação da família, alguma segurança quanto a pecúlios etc -, dando-lhes acesso a fragmentos de cidadania que, embora esfacelados, humanizavam-nos. Acrescente-se a argumentação jurídica no sentido de não haver legislação instituindo a propriedade sobre o escravo no Brasil, a escravidão seria apenas um direito de uso do trabalho dos cativos, povisório e revogável, segundo Perdigão Malheiros (1863:146); ou então, diria Nabuco (1999:44-45), tratar-se-ia apenas de costume, de «fato» tolerado pela lei.

Essas ambivalências podiam aparecer combinadas no interior de uma mesma iniciativa legal. A Lei do Ventre Livre foi um desses textos, o que é bem nítido no problema do abandono. A Lei nº 2040 de 28/09/1871 estabelecia no artigo 6º que seriam libertos «os escravos abandonados por seus senhores. Se estes os abandonarem por inválidos, serão obrigados a alimentá-los, salvo caso de penúria, sendo os alimentos taxados pelo juiz de órfãos». O Regulamento para a execução dessa Lei (estabelecido pelo decreto nº 5135, de 13/11/1872) definia

---

1 Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná desde 1996, dedicando-se a estudos nas áreas de História da Escravidão nas Américas e História das doenças. Bolsista de produtividade em Pesquisa, nível 2, do CNPq – Brasil. Doutor em História Social pelo IFCS da Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestre em História do Brasil pela mesma instituição, tendo realizado estágio de pós-doutorado na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

o abandono, e cito-o por intermédio da paráfrase dos envolvidos em uma ação de liberdade que será examinada ao longo deste trabalho:[2]

> Considerando que o artigo setenta e seis do Regulamento [...] define como abandono para o fim de aproveitar o favor da Lei citada de vinte e oito de setembro de mil oito centos e setenta e um [...] o escravo cujo senhor residindo no lugar e sendo conhecido, não o mantem em sujeição e não manifesta querer mantel-o sob sua authoridade.

A lei obrigava senhores e escravos ao relacionamento hierárquico; descumprida, conferia a cidadania fragmentária. Se, na Lei, escrevia-se sobre abandono apenas para evitar trambiques, o preceito do Regulamento apelava para, e portanto impunha, a antiga lógica dos deveres e direitos recíprocos de senhores e escravos, e portanto uma antiga concepção de propriedade. Se desconhecida a antiga tônica, através da nova o Estado garantiria direitos. Essa combinação tornou o poder senhorial contraditório em relação aos vínculos comunitários de âmbito local, caso estes envolvessem escravos. Talvez por isso, o «abandono» não foi dos elementos mais invocados nas ações de liberdade instauradas subsequentemente à Lei do Ventre Livre.

A legislação imperial teve um caráter que é difícil não ver como intencionalmente lacunar. Parece ter-se tratado de uma aposta em liberação adicional do jogo de forças atuante na implementação de qualquer peça de legislação, deixando muita margem de manobra para a negociação entre as forças burocratizantes, imperiais, e as forças locais cuja expropriação política ainda não fora plenamente alcançada. Reforçava a posição dos juízes como árbitros da relação precedente, como vetores de negociação de forças sociais e políticas, capazes de transformar os resultados dessas negociações em regulação implícita e em senso casuístico de justiça, segundo Flory (1986).

Acrescenta-se aqui a esse debate a possibilidade de que o artigo supracitado tenha criado uma relação nova entre a posição senhorial nas sociedades locais e as relações comunitárias vigentes entre livres pobres e destes com escravos. Até então, essas relações com os senhores tinham sido de marcada continuidade, de apoio recíproco: o poder senhorial apoiara-se frequentemente na sua capacidade de comandar e reter autoridade sobre uma vizinhança livre e depauperada. Em um nível mais amplo, a autoimagem patriarcal embutida no domínio escravista era mais que percepção acerca da relação entre senhores e escravos. Era uma visão de sociedade.

Examina-se uma ação de liberdade tramitada em Palmeira, Paraná, e na Relação de São Paulo durante o final dos anos 1870. Com isso obter-se-ão alguns relances acerca da vida social desse intervalo crucial, pois as respostas dos atores às questões postas pelas instituições e suas mudanças são muito reveladoras.

Vários estudos sobre ações de liberdade chamam a atenção para os apoios que litigantes cativos obtinham entre livres circundantes, de advogados a interessados em criar laços de dependência envolvendo os eventuais ex-escravos. Gostaria de acrescentar a isso que, para além de interesses, a história específica das comunidades rurais que cercavam as relações escravistas estava implicada.

É muito provável que as ações de liberdade por abandono não tenham sido muito comuns. Por um lado, essas tendências ganhavam muito sentido nas condições decadentes de Palmeira, como se verá, talvez diferentemente de áreas mais dinâmicas.[3] Além disso, é de se pensar, tendo em vista as diversas áreas escravistas brasileiras,

---

2 Vara Cível de Palmeira (doravante VCP), *1881 – Juízo de Orfãos da Villa da Palmeira, Sentença cível da Relação de São Paulo que annullou o processo de liberdade, da libertanda Beatriz, pertencente ao espolio do finado Manoel Manço dos Santos*, translado de 55 folios sem paginação.

3 Alegações em ações de liberdade no Sudeste (décadas de 1830 a 1860) não dão a impressão de que fenômenos semelhantes ao abandono fossem comuns, segundo Mattos (1995:208-211). O caso dominante nas ações do Rio de Janeiro após 1871 passou a ser a redução do preço da manumissão, conforme Chalhoub (1990:158-159). As ações de manutenção da liberdade de Campinas se ligavam à preservação da liberdade ameaçada de pessoas livres, segundo Xavier (1996:50). A discussão de Pena (1990:cap.4) sobre ações de Curitiba também não sugere que o abandono fosse alegação frequente. Os meros dois casos de abandono localizados por Silva (2007:190-194) na Bahia do fim da escravidão resultaram na rejeição da liberdade, e as alegações respectivas pouco referiam relações comunitárias.

o quanto as alianças comunitárias com escravos, com suas novas características, podem ter redefinido a aplicação de um artigo da Lei do Ventre Livre que facultava a cativos contratar com terceiros a prestação futura de serviços, se houvesse aprovação pelo senhor e pelo Juízo de Órfãos, como informa Beiguelman (1968:48). Por outro lado, talvez se possa aproximar o caso observado neste trabalho aos processos do Rio de Janeiro em que apareciam suspeitas de «sedução» do(a) candidato(a) a forro(a) por pessoas livres que prometiam dinheiro para a manumissão, ou então depositários, como explicita Chalhoub (1990:104-106). Era outra cunha para que os relacionamentos comunitários interferissem nos cativeiros. Apesar de as ações de liberdade por abandono não terem se difundido muito, elas abrem oportunidades interessantes para estudiosos. Durante o século XIX, a distância social entre os segmentos livres alargou-se. Ações como a examinada aqui podem ter constituído terreno para a expressão de tensão entre vida comunitária local e poder senhorial.

Em 1876, uma ação de liberdade por abandono foi iniciada em Palmeira. Motivou-o anúncio da arrematação em praça da escrava Beatriz, pertencente ao espólio de Manoel Mancio dos Santos. Como a ação obteve uma primeira sentença contrária à liberdade, houve apelação ex oficio dirigida à Relação de São Paulo. Lá, em 1878, o fato de ter ocorrido trâmite no Juízo de Órfãos de Palmeira conduziu à anulação, relaxando-se o depósito que havia sido feito de Beatriz, a escrava que se pretendia alforriar por abandono. Em vista disso, o documento a que se teve acesso no Fórum de Palmeira constitui translado não paginado dos autos, a que se acrescentou o «cumpra-se» pelo juiz municipal de Campo Largo, o termo de conclusão e uma petição de um interessado no cativeiro de Beatriz, Pedro Ferreira Maciel.

Quitéria, a mãe de Beatriz, era escrava de patrimônio pro indiviso de Manoel Mancio dos Santos, parecendo ter falecido na passagem da década de 1850 para a seguinte. Ela, após a morte dos senhores, precisou se virar. Circulava intensamente pela região de Palmeira, segundo alguns pedindo esmolas e «parando algumas vezes em casa» de benfeitores.[4] Segundo outros, a escrava era portadora de uma autorização dos herdeiros do patrimônio pro indiviso a que pertencia, autorização esta que lhe permitia ou obrigava a cuidar de sua existência e da de seus filhos mediante jornais (ninguém mencionou entrega de ao menos parte desses jornais a seus proprietários). Por vezes se dizia que ela ficava alugada, normalmente por um mês, a diversas pessoas da localidade, entre as quais Pedro Ferreira Maciel, importante fazendeiro local, ou o conselheiro Jesuíno Marcondes.[5] Reuniram-se testemunhos tanto de gente que deu esmolas a Quitéria, quanto de proprietários que disseram ter alugado seus serviços. Essa situação incerta, de extensa circulação, foi duradoura. Antônio de Moraes Perpétua alugou-a por um mês no final do anos 1850.

Sabe-se de pelo menos quatro filhos seus. Um era Bartolomeu, pela altura de 1876 escravo do capitão Pedro Ferreira Maciel, que, além de possuir aquele escravo, adquirira parte da herança do senhor de Quitéria. Outra filha era Beatriz, parda, provavelmente nascida em 1864 e libertanda no processo aqui abordado. Como Quitéria passou um bom tempo doente antes de morrer, permaneceram, ela e Beatriz, na casa de Jerônimo Romão Ferreira, ou Oliveira, ferreiro e curandeiro, que morava de favor em casa de Pedro Ferreira Maciel (Jerônimo costumava «dar remedios na vezinhança»).[6] Mencionava-se uma terceira filha, Maria, também pertencente ao espólio de Manoel Mancio dos Santos, mas de destino igualmente incerto no interior da vizinhança: Antônio de Morais Perpétua, parente de alguns dos herdeiros e que vivia de seus negócios, informou sobre visitas de Quitéria à sua casa para pedir esmolas e para «ver uma filha que lá tinha». Chegou a «tratar da acção de cobrar a creação» de Maria. Acrescentou que outra filha de Quitéria, Madalena, também vivia em sua casa, com a particularidade ser ele, Antônio, senhor de metade dela.[7]

No início de sua doença, Quitéria chegou a procurar alguém da família de Rosaura Soares, nora viúva de uma filha de Manoel Mancio dos Santos. Talvez por isso tenha passado algum tempo, já doente, morando com Maria

4 VCP, 1881..., testemunho de Antônio de Moraes Perpétua.

5 VCP, 1881..., testemunho de Francisco Generoso Vieira.

6 VCP, 1881..., testemunho de Antônio de Moraes Perpétua.

7 VCP, 1881..., testemunho de Antônio de Moraes Perpétua, que era sobrinho de Manoel Mancio dos Santos.

da Luz, neta do mesmo Santos.[8] Mas, carente de respostas no médio prazo, Quitéria procurou seu compadre, David Rodrigues da Maia, de Campo Largo, que, soberanamente, mostrando a mistura de reciprocidade e domínio implícita nas relações de compadrio, ofereceu aos herdeiros o valor da avaliação de Quitéria. Como estes não quisessem vendê-la, «disse o mesmo David á sua comadre que procurasse outro recurso que esse não a podia valer». A escrava, assim, teve que se acomodar na casa de Jerônimo, onde ficou «de cama».[9]

Quitéria morreu em 1866 ou 1867, e Beatriz passou a viver com Maria Domingues e David da Maia em Campo Largo, local próximo de Palmeira. Como Pedro Ferreira Maciel contratou o sepultamento, seu escravo Bartolomeu, órfão da defunta, pagou pela cerimônia. Foi na sequência do enterro, ao qual aparentemente compareceram os filhos de Quitéria e o casal de Campo Largo, que levou Beatriz para Campo Largo, onde permaneceria por cerca de nove anos.[10]

Conhecem-se pelo processo duas tentativas dos herdeiros para recuperarem a escravinha. Em uma delas, Ana Pires quis pagar a Francisco Generoso Vieira para que buscasse Beatriz na casa de David, o que ele recusou.[11] Na outra, um filho de Ana, junto a um sorocabano migrado para Palmeira havia cinco anos, Jerônimo Antunes de Góes, foi «a casa de David fazer com esse uma concordata para que entregasse a Beatriz», sem sucesso.[12] Possivelmente, a tentativa frustrada de comprar parte da herança tenha motivado a recepção de Beatriz na casa de Maia e a relação simpática do casal com a ação de liberdade.

Aparece a todo momento no relato a pobreza imperante em Palmeira, além de um clima decadente até mesmo entre os proprietários de escravos. Para examiná-lo, parto de informações sobre os herdeiros. Em 1876, o escrivão dos órfãos listou os herdeiros no inventário de Manoel Mancio dos Santos, permitindo quanto aos homens confronto com a lista de qualificação de votantes de Palmeira feita em 1880.[13]

Dos três filhos homens de Manoel, só um sabia ler, mas nenhum desses lavradores conseguiu demonstrar rendimentos maiores que 200$000, o mínimo para a cidadania ativa. Das três filhas vivas, uma era solteira, uma casada (seu marido não apareceu na lista de qualificação) e a terceira era viúva, tendo vendido sua herança ao capitão Pedro Ferreira Maciel, fazendeiro letrado em 1880, com renda anual de 2:000$000, patamar gigantesco nos quadros de Palmeira. Outra filha havia falecido e, dos seus dois filhos homens vivos, só um aparecia na lista de qualificação; como seus tios, era lavrador iletrado de renda mínima. Das cinco filhas mulheres, só uma tinha marido presente na lista de qualificação, como sempre lavrador iletrado de 200$000. Falecera ainda um homem casado, e os nove bisnetos dividiam-se entre ausentes da lista e designados como «idiotas». Acrescentem-se quatro trinetos herdeiros.[14]

Além de o patrimônio ser pequeno – os poucos escravos eram possuídos em comum (caso de uma das filhas de Quitéria) – e de os herdeiros não serem abastados, estes últimos totalizavam 27 pessoas, gente demais para clamar por direitos ao controle de Quitéria ou Beatriz.

Palmeira se afundava na falta de alternativas, o que se devia à decadência do negócio de tropas desde o início da Guerra do Paraguai – segundo Suprinyak (2006) –, sendo ilustrativa uma comparação com São José dos Pinhais por volta de 1830 e de 1880. Ao redor da primeira data, Palmeira sediava importantes unidades ligadas ao comércio de tropas e à criação de gado, atividades das quais São José dos Pinhais havia sido tradicionalmente mantida à margem, segundo Balhana et al. (s/d.:v.4,92-93).

Ao redor de 1830, havia mais domicílios escravistas em Palmeira (36%) que em São José (16%). Os fogos com só um cativo eram menos de um quinto em Palmeira, ultrapassando um quarto em São José. Os fogos

---

8 VCP, 1881..., testemunho de Jerônimo Antunes de Góes.

9 VCP, 1881..., testemunho de Manoel Cardoso dos Santos.

10 VCP, 1881..., testemunho de Francisco Generoso Vieira.

11 VCP, 1881..., testemunho de Francisco Generoso Vieira.

12 VCP, 1881..., testemunho de Jerônimo Antunes de Góes.

13 Departamento Estadual do Arquivo Público (doravante DEAP), Ofícios, 1880, AP0592, fólios 1-20.

14 VCP, 1881...

com mais que nove escravos eram 19% dos escravistas de Palmeira e só 1% dos de São José.[15] Em resumo, mais domicílios escravistas em Palmeira, com escravarias um pouco mais alargadas. Cinquenta anos depois ocorria o inverso, estando os maiores rendimentos em São José. Nesta, 109 pessoas declararam rendimentos de 4:000$000 ou mais (9% dos qualificados), havendo 11 casos de rendas de 10:000$000.[16] Em Palmeira, o máximo alcançado foi 4:000$000 (um caso entre 471).

O tráfico interno de escravos ao mesmo tempo deixava clara e aprofundava essa decadência (Palmeira fornecia cativos), como se vê pelos poucos inventários *post mortem* de 1874 a 1881 que sobreviveram na Vara Cível de Palmeira.[17] De 24 inventários, 16 faziam referência a alguma forma de posse de escravos. Parece muito, mas o que estava escondido nisso apontava para uma situação bem difícil: propriedade de apenas parte desses escravos (muitos com titulação problemática), ou de plantéis arruinados e inviáveis. As pouquíssimas escravarias que pareciam organizadas para produzir eram ínfimas. Trinta e dois dos sessenta escravos inventariados eram senhoras de idade, mulheres e meninas. Um inventariado tinha que ter possuído mais de vinte contos de réis de fortuna – um império – para que a parcela dos animais em seus bens ultrapassasse os 10%. Os bens de raiz formavam mais de 3/5 do valor das fortunas menores (menos de dois contos) e das maiores (mais de vinte contos), mas a rarefação de outros ativos nesses patrimônios sugere que muito pouca coisa era feita com essas terras. Do valor dos bens de raiz inventariados, cerca de um décimo correspondia a bens de titulação duvidosa, anexos a terras alheias, em mau estado, detidos em comum com outras pessoas, pertencentes a patrimônios pro indiviso ou coisa semelhante. Caso se leve em conta que isso podia estar incidindo, inclusive, nas avaliações desses bens, depreciando-os, a importância econômica dessa tranqueira pode ter sido bem maior que o sugerido pelas avaliações. Nos extremos dos inventários, a incidência desse tipo de coisa chegava a um quinto do total das avaliações de bens de raiz. Agregue-se que essa era a situação dos bens dos inventariados no momento de suas mortes; as partilhas adicionavam ainda mais destruição a tudo isso.

Nesse quadro, a vida comunitária deve ter assumido um papel ainda mais relevante que o anterior. A ação de liberdade de Beatriz aponta para isso insistentemente.

Pessoas como Jerônimo Romão Ferreira, ferreiro curandeiro, eram uma espécie de eixo de redistribuição. «Dava» remédios «na vezinhança».[18] Abrigou Quitéria quando ela esteve «de cama», e a referência a pagamento parecia mais troca de favores: segundo testemunho, «Quiteria antes de morrer esteve curando-se em casa de Jeronymo, mandada por sua senhora que promettera a Jeronymo uma gratificação se curasse a referida escrava»,[19] o que não constituía um preço. No entrecho Jerônimo abrigou Beatriz, bem pequena nessa época. Pessoas aparentemente pobres davam esmolas por seu intermédio: Maria Joaquina de Moraes, costureira aparentada aos herdeiros, mas deles independente, deu esmolas à escrava enquanto estava «enferma de cama» na casa de Romão.[20] Nela, uma mulher «cuidava de Quiteria» durante a doença, havendo portanto mais gente ali, doando e recebendo; Francisco Generoso da Silva, que testemunhou quanto a isso, «mandava alguma cousa» a essa mulher, o que constituiria «um reconhecimento dos obsequios que lhe faria».[21] O solicitador Carlos de Araújo Silva, de 40 anos, natural do Rio de Janeiro, informou saber que Quitéria mesmo «esmolava para sua caridade» até mesmo enquanto estava em casa de Jerônimo.[22] Pedro Ferreira Maciel alegou ter enviado

---

15 Dados em Machado (2008:47,61) e Arquivo Público do Estado de São Paulo, Maços de população, Palmeira, 1835 (cópias microfilmadas do DEAP).

16 DEAP, Ofícios, 1880, AP0592, fólios 1-20; DEAP, Lista de qualificação de votantes de São José dos Pinhais, 1878.

17 VCP. Processos cíveis, pacotes 1874, 1875, 1880 e 1881.

18 VCP, 1881..., testemunho de Antônio de Moraes Perpétua.

19 VCP, 1881..., testemunho de Jeronymo Antunes de Góes.

20 VCP, 1881..., testemunho de Maria Joaquina de Moraes.

21 VCP, 1881..., testemunho de Francisco Generoso da Silva.

22 VCP, 1881..., perguntas dirigidas ao informante Carlos de Araújo Silva. Não foi testemunha porque recusou-se a ajoelhar para jurar.

por intermédio de Bartolomeu, filho de Quitéria, reses para o sustento desta.[23] O próprio Jerônimo morava em casa situada em terreno pertencente a Maciel. Hierarquia e tensão atravessavam esses eixos que congregavam receber favores, transmitir beneficência, oportunizar reciprocidades e, certamente, estabelecer relações com o outro mundo.

O próprio Jerônimo merecia caridade. Manoel Cardoso dos Santos, carpinteiro natural de Palmeira, descreveu-o como «homem pobre, carregado de filhos e que vivia de seu officio de ferreiro».[24] E a rede era ampla. Um informante contrário à ideia do abandono dizia que «todos, como é de costume no bairro lhe levavão alguma cousa quando ella esteve doente, sem que essa precisasse» (referia-se a Quitéria).[25]

Tensões intracomunitárias marcavam as parentelas. Antônio Perpétua e Maria Joaquina de Moraes nitidamente estavam do lado oposto ao dos herdeiros na questão da liberdade de Beatriz, apesar de parentes. Quanto à Paraíba oitocentista, Lewin (1993:114,134,324) identificou nas famílias de elite segmentação, conflitos internos e parentesco «raso» (sem contar muitas gerações antecedentes), apesar dos grandes incentivos para a coesão. Responsáveis as próprias estratégias concentradoras: o casamento preferencial com a prima paralela patrilateral ligava-se ao máximo de busca de concentração de autoridade, a precisa razão de travarem-se relações recíprocas que tecessem com firmeza laços estáveis.

O referido eixo de redistribuição oportunizava competição, além de hierarquia e tensão, como na análise de Franco (1976). Em Campo Largo, Maria Domingues e David da Maia pilotavam seu próprio eixo redistributivo. Retardaram a apresentação de Beatriz ao juizado de órfãos alegando que em sua casa estava «Marianno de tal», doente, aguardando a morte. Ter-lhe-iam fornecido «tratamento», pois só contava com o «fraco e unico socorro» propiciado por eles. Maria não podia negar-lhe «auxílio», pois de outro modo faltaria «com a caridade a que somos obrigados pela lei natural e religiosa». Transparecem, contíguos, a visão caritativa e hierárquica da sociedade, o auxílio mútuo comunitário e o relacionamento dessas pessoas com o cativeiro. Apostava-se em ainda fazer sucesso no judiciário uma concepção de direito natural objetivo.[26]

As relações comunitárias, embora atravessadas por hierarquia, tensão e competição (ou exatamente por isso), eram abertas a estranhos. O curandeiro Jerônimo foi tratado por uma testemunha como «estranho»; enquanto Quitéria esteve na casa, ela teria estado «abandonada» ali.[27] Além disso, muitas tarefas de atualização desses laços e conflitos comunitários eram executadas por migrantes. Francisco Generoso Vieira nascera em Apiaí, mas residia em Palmeira havia anos. Ele apareceu nessa história conhecendo coisas como a autorização senhorial para Quitéria trabalhar, ou o período em que ela trabalhara a jornal para o conselheiro Jesuíno Marcondes. Tinha informação sobre o trajeto de Bartolomeu após enterrar sua mãe, sobre o apelido (Sinhá Anica) da herdeira de Mancio que atribuía a si responsabilidades quanto a Quitéria e sobre o fato de Quitéria chamar Bartolomeu de filho, regularmente. Morava em terreno que fora de seu irmão e que passara para Pedro Ferreira Maciel, de quem obteve consentimento deste para residir ali.[28]

Havia tradições legais ditando que relações de propriedade precisassem ser referendadas por essa vida comunitária. O juiz municipal de Campo Largo, que proferiu a sentença que será referida adiante, lembrava a presença desse tipo de imperativo nas Ordenações Filipinas: «senhor se presume sempre aquelle que o foi por algum tempo aque se mostre o contrário».[29] Ou bem senhores mostravam seu vínculo de pessoa a pessoa com os escravos, ou então a personalização moderna da relação senhor-escravo surgiria através da libertação por abandono; mas *senhores* precisavam fazê-lo, e não a comunidade circundante, pois, se esta última pilotasse os

---

23 VCP, 1881..., testemunho de Joaquim Hermente da Silva.

24 VCP, 1881..., testemunho de Manoel Cardoso dos Santos.

25 VCP, 1881..., perguntas dirigidas ao informante Salvador de Oliveira Franco, aparentado a vários herdeiros.

26 VCP, 1881..., petição de Maria Domingues.

27 VCP, 1881..., testemunho de Antônio de Moraes Perpétua.

28 VCP, 1881..., testemunho de Francisco Generoso Vieira.

29 A cópia ou a memória do juiz truncou o texto, pois, conforme as Ordenações Filipinas, Livro terceiro, título 53: "o que em algum tempo foi senhor da cousa, presume-se por Direito ainda agora o ser, até que se mostre o contrário".

auxílios, o domínio senhorial estaria falhando, pelo menos nas condições instauradas pela Lei do Ventre Livre. O migrante a que se faz referência participou da plateia para esse tipo de rito constitutivo da relação de propriedade, pois a posse necessitava apoiar-se no crivo comunitário: Vieira sabia perfeitamente, por ser «referido pelos herdeiros e geralmente na vezinhança, que Anna Pires mandou procurar a negrinha» (Beatriz). O migrante podia esclarecer até mesmo relações íntimas: não tinha dúvidas, quanto a David Rodrigues da Maia e Maria Domingues, de que «elles vivem juntos» e que «a domina por ser sua concubina».[30]

Outro migrante era Jerônimo Antunes de Góes, de 34 anos, natural de Sorocaba e residente em Palmeira por nove anos. Sua migração e a de Francisco Generoso Vieira ocorreram durante a decadência do comércio de animais que ligara por muitos anos lugares como Palmeira a partes do atual estado de São Paulo. Isso é sugestivo: membros das redes que viabilizavam aquele comércio possivelmente caminhavam para uma espécie de reversão camponesa, procurando terra em lugares mais vazios. Em 1880, Góes era lavrador declarante de 200$000 de renda, situação muito semelhante à de Vieira, à exceção do fato de que o primeiro tinha filiação desconhecida e não sabia ler.[31] Ainda assim, mexiam-se com alguma desenvoltura no tecido comunitário mobilizado pelo caso de Beatriz. Góes presenciou a tentativa de acerto feita por Sinhá Anica com Francisco Generoso para que este fosse buscá-la,[32] e foi ele que terminou por acompanhar um herdeiro à casa de David da Maia para reaver a escravinha. Além disso, conhecera Quitéria quando ela, já doente, ainda morava com os herdeiros, além de ter ouvido falar na vizinhança sobre a compra de parte da herança por David da Maia e do oferecimento, por Ana Pires, de uma gratificação a Jerônimo Romão para curar Quitéria.[33]

Outros falantes no processo executaram trajetos para a roça. Um deles foi José Pedro Romão: filho do curandeiro ferreiro, era lavrador aos 33 anos.[34] Os próprios herdeiros trilharam caminho semelhante. Não tinham uso para dar ao trabalho de seus escravos, e no entanto eles mesmos trabalhavam, sem dar sinais de abastança, como foi visto por suas posições na lista de qualificação de votantes.

Não deve passar despercebida outra questão: a circulação de escravos era normal em comunidades rurais decadentes, com senhores que durante longos períodos sequer topavam com seus cativos. Isso multiplicava as aparências de abandono. A distinção entre aluguel e ganho era igualmente tênue.

Pedro Ferreira Maciel, aparentemente o que tinha mais interesse no processo, trouxe à análise documento aparentemente feito posteriormente aos fatos, mas incluído como original, como tentativa de provar ausência de incúria. Tratava-se, com as respectivas testemunhas, de uma autorização por escrito para Quitéria trabalhar por si. A impressão de se ter tratado de documento produzido posteriormente parece não ser somente do analista, pois, embora inserto nos autos, foi simplesmente ignorado na sentença referida abaixo, talvez porque o texto previa bem demais o que aconteceria com Quitéria após a data de sua elaboração. Por ser interessante a respeito das definições do que não seria incúria no período, reproduzo-o:

> Autoriso a minha escrava Quiteria para trabalhar ou justar-se com qualquer pessoa e dar-me jornal assim fica a authoridade sciente e qualquer que se interessar do procedimento da dita escrava sem que primeiro entenda-se comigo, e por assim ter feito passo a presente que servirá de documento para a dita escrava poder trabalhar para darme o jornal, e authoriso mais quando esteja a dita escrava doente do mesmo jornal que tiver ganho empregará no seo tratamento e vistuario de si e da filha que abrange o mesmo, e por isso ser verdade, mandei pasar o presente. Paiól, vinte e quatro de setembro de mil oito centos e sessenta e sete. Assigno a rogo de Anna Pires por me pedir José de Sá Oliveira Ribas. Testemunhas presentes – Manoel Corrêa de

30 VCP, 1881..., testemunho de Francisco Generoso Vieira.

31 DEAP, Ofícios, 1880, AP0592, fólios 1-20.

32 VCP, 1881..., testemunho de Francisco Generoso Vieira.

33 VCP, 1881..., testemunho de Jerônimo Antunes de Góes.

34 VCP, 1881..., testemunho de José Pedro Romão.

> Bittencourt – Bento João do Espírito Santo – Theodoro Teixeira [...]. Nós abaixo assignados, declaramos e juraremos se preciso for que as assignaturas supra são dos próprios punhos de José de Sá de Oliveira Ribas, Manoel Corrêa de Bittencourt, Bento João do Espirito Santo e Theodoro Teixeira, por dellas termos pleno conhecimento. Palmeira, vinte e três de fevereiro de mil oito centos e setenta e sete. Manoel José Dias da Costa - Aquelino Francisco Rosa -. Reconheço verdadeiras as firmas supra, as próprias de Manoel José Dias da Costa, e Aquelino Francisco Rosas por dellas ter pleno conhecimento, que dou fé. Palmeiras, vinte e três de fevereiro de mil oito centos e setenta e sete. [...][35]

Dos partícipes da produção do documento, só um foi encontrado na lista de qualificação de votantes: José de Sá de Oliveira Ribas, lavrador letrado de 300$000 anuais.[36] Os restantes não parecem ter tido renda suficiente para a cidadania ativa. Os interessados em Beatriz estavam diversificando a composição de seu pequeno exército, provavelmente por terem que defrontar-se com a comunidade depauperada.

A sentença dada em Campo Largo pelo juiz da comarca não reconheceu o abandono. Ao contrário, enfatizou que os réus – os herdeiros e interessados na colocação de Beatriz em praça – «revelaram sempre» a «intenção de quererem manter a autora sob sua autoridade», não incorrendo na definição de abandono dada pelo artigo 76 do Regulamento geral para a execução da Lei do Ventre Livre. Lembrava: o argumento de que o patrimônio pro indiviso atrapalharia a administração, não havendo exatamente um senhor dos bens, não podia justificar a ausência de controle das escravas, já que isso resultava de incúria do cabeça do casal ou inventariante no sentido de apresentar os bens e de administrá-los enquanto se processasse o inventário. Mas isso também não poderia prejudicar todas aquelas dezenas de herdeiros mencionados, pois – recordava a partir das Ordenações – «culpa alheia não deve, a outros, trazer danno». Mesmo que o inventariante tivesse abandonado as escravas, o mesmo não poderia ser dito dos outros herdeiros. Além do mais, julgava, Ana Pires tentou trazer Beatriz da casa de David.

No entanto, muita ambiguidade derivava da coexistência de princípios diversos para conceituar e garantir o domínio sobre as escravas. Talvez por isso a Relação de São Paulo tenha resolvido a coisa com uma patada: o processo foi anulado em fevereiro de 1878 por «incompetência» do juiz de órfãos.

A possibilidade de tensão entre mecanismos intracomunitários e poder senhorial foi pressentida na elaboração da Lei do Ventre Livre, como se vê pelas discussões no Conselho de Estado (a lei foi elaborada intelectualmente nele). Acima, quando se fez referência aos tratamentos da questão do abandono na Lei do Ventre Livre e no Regulamente do ano seguinte, deve ter sido notado que cada documento dava ao problema um tratamento diferente. Na Lei, muito lacônica, a remissão ao abandono parece conter uma referência à questão da efetividade da imposição da lei, sem lugar a truques, num mundo institucional que buscava não mais contemporizar com a prepotência senhorial e que reconhecia direitos e obrigações dos escravos e proprietários ante um Estado que se configurava consolidado e garantidor daqueles direitos. O Regulamento, diversamente, abordava o abandono fazendo referência a senhores que deviam manter escravos em sujeição, que necessitavam manifestar seu desejo de que cativos persistissem sujeitos a sua autoridade, o que abria caminho à leitura que ligava o problema ao antigo direito demandante de «mostrar-se dono», afirmando-se possuidor da coisa perante a comunidade.

Essa oscilação pode ter ecoado dificuldades políticas instauradas pela própria Lei de setembro de 1871. Em abril de 1872 o ministério Paranhos foi reformulado em virtude da expressão da escravocracia empedernida na câmara baixa. Os conservadores não recolocaram a Lei em questão, basicamente por comporem a situação, embora dividida, além do fato de o impulso inicial ter partido da Coroa. Mas o ministério cedeu alguma coisa ao escravismo, e fez isso com Parlamento a meio mastro, pois as iniciativas de recompor o Partido Conservador puderam contar com a Coroa, que em julho concedeu a Rio Branco a dissolução da Câmara. O Regulamento saiu uns vinte dias antes da reunião dos representantes, conforme Holanda (1985:146-149) e

35 VCP, 1881..., identificado à margem como Doc f 41.

36 DEAP, Ofícios, 1880, AP0592, fólios 1-20.

Beiguelman (1968:46-49). Conforme Chalhoub (1990:155), a Lei do Ventre Livre foi gestada em debates no Conselho de Estado, a partir de projetos de Pimenta Bueno, de modo que vale a pena ver que referências foram feitas ao abandono e às comunidades livres residentes ao redor de senhores e escravos.

Essas relações apareceram no Conselho apenas de forma indireta nas sessões de 2 e 9 de abril de 1867.[37] Aparentemente, foi o próprio Conselheiro Paranhos o mais preocupado com a relação entre escravos ou ingênuos e os livres das vizinhanças. Comentou por escrito, na primeira daquelas sessões, o posicionamento do governo francês de 1838 diante de projeto de libertação do ventre das escravas nos domínios franceses. Sustentava-se, dizia Paranhos, que uma lei daquela natureza romperia os vínculos entre os senhores de escravos e os filhos destes últimos. Mais especificamente, escreveu sobre juntas protetoras da emancipação como algo «perigoso»: o risco estava no «ruído dessa instituição» e na probabilidade de «frequente ingerência da autoridade entre os senhores e os escravos»; aparelhos de «proteção», acrescentava, afrouxariam «os laços da escravidão [...] sem desatá-los», o que também seria arriscado. Além disso, a eliminação do interesse senhorial na sorte das crianças libertadas poderia resultar em «abandono» e «descuido». A escravidão, para ele, relacionava-se a uma sociedade com mecanismos de domínio constituídos em cadeia: a proteção estatal aos infantes libertados criaria diferença de condição entre filhos livres e pais escravos e desmoralizaria a autoridade senhorial, sendo de se elaborar a hipótese de que enxergava sinergia entre a autoridade paterna dos escravos e a dos senhores. Aparentemente, o Estado poderia imiscuir-se nas relações entre senhores e cativos; mas a sociedade circundante não deveria. Na sessão de 9 de abril, Paranhos levou mais longe o argumento, insistindo em que uma reforma precipitada do cativeiro poderia «sobressaltar toda a população». O Barão de Muritiba, em 2 de abril, preocupou-se em enviar umas bases para um projeto em que tocou apenas de passagem em questão relacionada ao abandono: a partir de janeiro de 1890, senhores seriam obrigados a conceder a seus escravos um dia por semana para trabalhar em proveito próprio; isso, no entanto, não eximiria os proprietários da obrigação de alimentar, vestir e curar os escravos em suas enfermidades. Na sessão seguinte, o mesmo Barão voltou a passar perto do abandono ao contrapor-se à libertação do ventre: senhores sem nenhum desejo de arcar com o custo da criação dos ingênuos recorreriam à exposição dessas crianças, do que resultariam mortes maciças. Nesse caso, o que se manifestava no discurso manipulador era uma visão contraditória a respeito da comunidade livre: receberiam aquelas crianças como expostos, mas deixariam que elas morressem. De fato, para ele as Juntas seriam o «suplício das famílias», tendendo a «importar nelas toda sorte de ódios e vinganças», ao passo que, no tocante às associações, nem as haveria em número suficiente, «nem a caridade é tão comum».

O conselheiro Nabuco também aludiu à relação entre os escravos e a comunidade livre circundante ao posicionar-se sobre as associações autorizadas pelo governo para a criação dos ingênuos. Julgava que essas sociedades deveriam ser tornadas interessadas nessa criação e dispostas a arcar com seus custos pela concessão às mesmas do «serviço gratuito dos menores, como [um dos projetos de Pimenta Bueno] concede aos senhores». Além disso, seria preciso fixar até que idade de cada menor as sociedades teriam funções em sua criação, o que seria importante porque sua «transição [...] em tenra idade» seria «uma crise perigosa para eles e para a sociedade». A atitude de Pimenta Bueno quanto aos cuidados e a relação com livres outros que não seus senhores e ex-senhores era a de evitar os abusos na implementação. Não seria desejável libertar crianças e deixá-las no abandono, sendo impossível que o Estado se encarregasse de sua manutenção. Seria, porém, justo, havendo pais livres dessas crianças, que eles pudessem educá-las e dar-lhes «futuro melhor».

Era, assim, a antevisão de disputas entre facções das elites locais que dominava as expectativas do Conselho de Estado quanto àquilo que ocorreria nas relações entre senhores de escravos e os livres circundantes. Somente Paranhos parecia aberto à percepção de que o problema do abandono poderia sobressaltar as comunidades locais. Entende-se que isso tenha aparecido no Regulamento elaborado por seu ministério em momento no qual a vida parlamentar estava parcialmente suspensa.

É possível que aqueles conflitos entre senhores de escravos e comunidades locais fossem muito específicos de lugares como Palmeira, onde a decadência econômica era visível. Observar um caso ocorrido em Mar de Espanha, Minas Gerais, caso este no qual o abandono talvez pudesse ter sido mobilizado, sem ter sido, pode

37 Brasil (1865-1867), sem paginação.

lançar luz sobre aspectos comparativos. Deve-se lembrar que Mar de Espanha fazia parte da área cafeeira do Sudeste, tendo apenas sua população escrava sido maior que toda a população de Palmeira. Eram, em Minas, 5500 escravos (43% da população local), confrontados a 7405 livres.[38] Em Palmeira, no mesmo ano de 1872, foram contados 4502 livres e 614 escravos (12% da população).

Em 1880, em Mar de Espanha, o curador de Paulina solicitou mandado de liberdade, até que ação competente a declarasse livre, o que ela dizia esperar com alguma segurança. Paulina, então, estava na cadeia da cidade, tendo sido aprisionada pelo delegado de polícia, que a julgou escrava. Paulina passara um bom tempo «no uso e gozo de plena liberdade», tendo, no decorrer desse intervalo, vivido fora da cidade, embora a apenas «meio quarto de légua» de distância, sem se ocultar, portanto, e indo frequentemente ao núcleo municipal. Nesse intervalo, «sempre foi tida e havida por livre».

O que se deseja enfatizar aqui, no entanto, é o fato de o curador ter sustentado na mesma petição que Paulina estivera «em a posse da liberdade durante mais de anno e dia». Isso é fundamental, deixando entrever concepções de escravidão e de liberdade que estavam em circulação no período. Originariamente, a liberdade de Paulina fora possuída por seu proprietário. Ela, no entanto, conseguiu tomar posse, para si, dessa mesma sua liberdade. O «ano e dia» referido pelo curador mostra que nada disso era metáfora. Tratava-se de posse velha, demandando, para seu questionamento, rito ordinário. A liberdade de Paulina era mesmo uma coisa, um bem; e ela tomou posse desse bem.

O juiz, Antonio Joaquim de Macedo Soares, sentenciou que a justificação (assim ele tratou a petição de mandado de manutenção de liberdade) procedia. Mas houve embargos, pois o processo deveria correr, diziam os embargantes, em São Fidelis, Rio de Janeiro, estando Paulina descrita entre os bens inventariados por morte da mãe deles. Isso podia querer dizer muitas coisas; podia apontar para expectativas de maior apoio a senhores no norte fluminense, ou então podia ser tentativa de tornar impossível para Paulina proclamar o abandono, dado que este só podia ser invocado no caso de senhores habitantes do mesmo município que seus escravos. Ninguém, no entanto, falou em abandono. Um desses interessados expôs ter havido, em 1877, engano burocrático que fez todos pensarem que Paulina não havia sido matriculada – resultando disso a «fama de liberdade» - e que, precisando ele transferir-se para São Fidelis, «deixou n'este lugar a manutenida». Prosseguia dizendo que, além de o erro ter sido detectado, por ter sido encontrada a matrícula da moça, não se podia de modo algum falar em «prescripção d'escravidão», pois para isso seria necessário o lapso de cinco anos exigido pelo alvará de 10 de março de 1682 e pelo Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 6 de dezembro de 1862, de acordo com Grinberg (2006:111 e seguintes). Sublinhe-se isso: mesmo após a Lei de 1871 e o Regulamento de 1872, o abandono era definido nos termos da «prescrição de escravidão», o que deve ser aproximado da posse velha da liberdade por Paulina. Nos dois casos, se estava caminhando muito perto de um jargão ligado à propriedade, fosse ela exercida sobre a pessoa de Paulina, fosse sobre sua liberdade.

O juiz Macedo Soares manteve o percurso. Considerou a posse exercida por Paulina «boa, mansa e pacífica». Fez referência a «abandono», mas em acepção muito próxima à do curador: «os RR. confessam que, mudando-se para S. Fidelis, abandonaram a A. como livre, e d'isso estavam persuadidos». A alegação de «dominio» dos réus era impertinente, «porque n'essa acção só se tracta da posse»; «não ha dominio sobre escravos». Rejeitava a aplicação do Assento de 16 de fevereiro de 1786, segundo o qual «não se deve julgar a posse em favor d'aquelle á quem se mostra evidentemente não pertencer a propriedade». Isso não poderia beneficiar os réus porque «não há propriedade d'escravo». Para ele, o que senhores tinham, conforme a lei, não era propriedade, mas sim tolerância em relação a costume que lhes permitia o «gozo dos serviços forçados e gratuitos do escravo». Além disso, não podendo os réus provar sua propriedade, era vedado à Autora demonstrar a «prescripção quinquennal», a que se acrescentava que o Assento só cogitou da «propriedade no seu verdadeiro e juridico sentido de dominação da pessoa sobre a coisa apropriavel». Em suma, «é inadmissível nas ações possessórias a excepção de dominio», conforme a transcrição do processo em Soares (1938:80-81,101,140-147).

No jargão mobilizado em Palmeira, circulavam as obrigações recíprocas de senhores e escravos, tendo ganhado muito peso para qualificar tais relações a intrusão da comunidade depauperada circundante. Em Mar

38 *Recenseamento Geral do Império*, de 1872.

de Espanha, por outro lado, e pelo menos no caso referido, o vocabulário da posse e da propriedade estava no centro da querela. A questão da «prescrição da escravidão», de origem palmarina (1682), era decisiva para os pretensos senhores de Paulina, fazendo referência a relações de propriedade sobre escravos.

A visibilidade de Paulina pela comunidade, como se fosse livre, não foi usada por seu curador para mostrar abandono por parte dos senhores. Foi, antes, manejada para defender que ela tinha posse velha, se não de si, de sua liberdade.

O juiz, por fim, reputado abolicionista, negou as duas coisas, mas permaneceu no terreno da propriedade, sentenciando não haver escravidão a entrar em prescrição por não existir propriedade («domínio») sobre escravos. Deixou de lado até mesmo o esquivo argumento da posse velha da liberdade vista como um bem.

Em tudo, chamou a atenção a ausência de abolicionismo explícito na rede comunitária mobilizada pela hipótese do «abandono» e pela libertação de Beatriz. Um nódulo importante dessa rede era David Rodrigues da Maia, que tentara comprar Quitéria e buscava adquirir Beatriz. Mais que em favor de alguma ideia abstrata de liberdade, essas pessoas pareciam articular-se movidas pela proteção do tecido comunitário. Maia desejava o trabalho de Quitéria ou Beatriz? Seus ventres? Seus encantos, caso não fosse o pai da menina? Provavelmente tudo, mas o fundamental aqui é aquilo que ele mobilizava na tentativa de consegui-lo.

Impressiona também o quanto a Lei do Ventre Livre criou oportunidade para exibir-se a cunha que crescia entre vínculo comunitário e poder senhorial. A partir dela, o abandono e, assim, a liberdade, resultariam de muita ajuda mútua, de escravos envolvidos demais com os livres pobres para minorar suas agruras; embora isso não tenha sido frequente, a possibilidade desse tipo de processo deu oportunidade a que o conflito transparecesse nos documentos. Até a tentativa de aquisição de Quitéria e Beatriz por David da Maia pôde ser usada no interior da trama discursiva favorável à liberdade. Embora tendentes a instaurar poder senhorial, explicitaram que a rede era necessária demais, que o poder senhorial estava distante demais. A temática do abandono, portanto, acrescentava mais uma gota à clivagem entre livres pobres e escravistas que se aprofundava durante o século XIX, desde o fim do tráfico africano.

A retração econômica enquadrava tudo, produzindo proprietários escravistas que, descapitalizados, não eram capazes sequer de fazerem seus cativos trabalharem. Além disso, com a retração, radicalizava-se a colossal pobreza imperante entre os homens e mulheres livres, acompanhada da duradoura desigualdade; isso reforçava e tornava mais urgentes os laços comunitários que, nessa hora, escravistas passavam a ter que temer.

Assim, este trabalho adiciona mais argumentos à noção de que a Lei do Ventre Livre acelerou a crise do cativeiro do pontos de vista institucional e social. Se a posição dos livres pobres constituíra historicamente o baluarte político do cativeiro, o tema do abandono podia ter criado, nesse momento, tensão entre a pobreza e os escravistas.

Além do mais, as características dessa vida comunitária que ganhava novo papel em relação ao cativeiro eram muito aptas a, em um nível quotidiano, tornar essa tensão mais explosiva. Ela não era antitética em relação a momentos de tensão, conflito e competição. Também convivia com hierarquias às vezes quase imperceptíveis a uma primeira mirada.

Como um dos capítulos da história da persistente desigualdade brasileira, após 1850 as relações da pobreza livre com a escravidão, com a posse de escravos cada vez mais monopolizada pelos grandes proprietários, caminhou rapidamente para a indiferença. Essa discussão foi retomada recentemente por Mattos (2006) e Palacios (2006).

O processo que se aborda aqui, de tensão expressa juridicamente dos laços comunitários em relação ao poder senhorial, consistiu em um capítulo desse trajeto, embora, talvez, um capítulo provisório. É difícil imaginar sua extensão. Como se viu pelo caso de Paulina, que obteve sentença favorável de Macedo Soares, a problematização das prerrogativas senhoriais podia passar por linguagem articulada à posse e à propriedade aplicada a escravos que viviam e trabalhavam longe de seus supostos senhores; tais escravos teriam a posse de si, sendo isso o que nos permite compreender o vocabulário de «ano e dia» manejado em petições e sentenças. Mas, difundida ou não, a tônica do Regulamento, se não a da lei de 1871, ressuscitou um antigo mundo de obrigações e direitos, rentismo e reciprocidade comunitária, abrindo assim caminho a um tipo inteiramente diferente de conflito entre escravistas e campesinato, efeito não antecipado de concessão feita aos escravistas.

Por fim, uma palavra sobre concepções acerca da liberdade. Familiarizamo-nos, por exemplo através da obra de Meillassoux (1992) com uma definição arcaica de liberdade centrada no pertencimento. É controverso,

dado o que se viu sobre as discussões do Conselho de Estado, se a plena realização de um estado de natureza marcado pela sociabilidade esteve ou não presente no dispositivo que associava o abandono à alforria; mas essa certamente era uma leitura possível na época – e foi efetivamente realizada por comunidades como a de Palmeira, tendo sido possível ler no processo de Beatriz uma noção bem explícita de direito natural objetivo.
Inversamente, o caso de Paulina não foi julgado capaz de associar-se a esse tema do pertencimento e do abandono. Segundo seu curador, Paulina era livre porque se apropriou de sua pessoa ou de sua liberdade, vista esta como um bem. O que parecia associado a isso era a concepção de liberdade negativa que as condições modernas instauraram, segundo Berlin (1981). Mesmo não tendo comprado essa conversa de posse velha, o juiz de Mar de Espanha permaneceu no terreno da propriedade, mas para dizer, nos termos do juspositivismo, que a propriedade não existia porque a lei não instaurara o domínio sobre os escravos.
Essa profissão de fé no juspositivismo, por pressupor a consolidação estatal, punha em jogo igualmente uma concepção de liberdade negativa. A vigência disso como projeto estaria relacionada, como se sabe, àquilo que Foner (1988:cap.1) definiu como o «Nada além da liberdade» do pós-abolição, embora a tendência não tenha prevalecido sozinha, pois a radical exclusão quanto à apropriação do solo não atingiu níveis norte-americanos. O juiz de Campo Largo, por fim, não duvidava da relação de propriedade, entendida esta última nos termos tradicionais das Ordenações Filipinas, e não se pronunciou sobre liberdade, tendo-a negado a Beatriz. A Relação de São Paulo limitou-se à patada, talvez pressentindo que as alforrias por abandono não estavam colando no Império.
A questão do abandono talvez tenha representado o elemento da Lei do Ventre Livre mais passível de ser visto como letra morta. Até mesmo o processo de Beatriz foi anulado por defeito de jurisdição. Mas ela fez falar, ao menos em Palmeira, uma comunidade circundante às relações escravistas. Talvez por isso mesmo o abandono tenha sido deixado praticamente de lado.
Em resumo, não aconteceu nada. Mas a entrada da questão do abandono na lei fez brotarem aqui e ali novas tensões entre comunidades locais e senhores de escravos, sendo de se pesquisar se essas novas tensões não estiveram por trás dos apoios livres a iniciativas de escravos em favor de suas liberdades, como se nota em obras como a de Machado (2006), que vêm recentemente enfatizando as distintas dinâmicas dos grupos livres que se aliavam a escravos. Isso atenderia à necessidade, que vem sendo sentida por historiadores, de contextualizar diversos aspectos da escravidão a partir das relações entre cativos e os homens e mulheres livres que circundavam as unidades em que viviam em relação com seus senhores.

Bibliografia

BALHANA, A. P., MACHADO, B. P. e WESTPHALEN, C. M. (s/d.), *História do Paraná*, Curitiba, Grafipar.

BEIGUELMAN, P. (1968), *A formação do povo no complexo cafeeiro*, São Paulo, Pioneira.

BERLIN, Isaiah (1981), *Quatro ensaios sobre a liberdade*, Brasília, UnB.

BRASIL (1865-1867), "Atas do Conselho de Estado Pleno. Terceiro Conselho de Estado, 1865-1867". Disponível em <http://www.senado.gov.br/publicacoes /anais/pdf/ACE/ATAS6-Terceiro_Conselho_de_Estado_1865-1867.pdf>, [consultado em 28/11/2013].

CHALHOUB, S. (1990), *Visões da liberdade*, São Paulo, Companhia das Letras.

FLORY, T. (1986) *El juez de paz y el jurado en el Brasil Imperial*, México, Fondo de Cultura Económica.

FONER, Eric (1988), *Nada além da liberdade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra; Brasília, CNPq.

FRANCO, M. S. de C. (1976), *Homens livres na ordem escravocrata*, São Paulo, Ática.

GRINBERG, K. (2006), "Reescravização, direitos e justiças no Brasil do século XIX". In S. H. Lara e J. Mendonça (eds.), *Direitos e justiças no Brasil*, Campinas, Unicamp, pp. 101-128.

HOLANDA, S. B. de (1985), *O Brasil Monárquico*, 4ª ed., São Paulo, Difel.

LEWIN, L. (1993), *Política e parentela na Paraíba*, Rio de Janeiro, Record.

MACHADO, C. da S. (2008), *A trama das vontades*, Rio de Janeiro, Apicuri.

MACHADO, M. H. P. T. (2006), "From slave rebels to strikebreakers: the quilombo of Jabaquara and the problem of citizenship in late-nineteenth-century Brazil". *Hispanic American Historical Review*, (86) 2, pp. 247-274.

MATTOS, H. (1995), *Das cores do silêncio*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.

MATTOS, H. M. (2006), "Identidade camponesa, racialização e cidadania no Brasil monárquico: o caso da 'Guerra dos Marimbondos' em Pernambuco a partir da leitura de Guillermo Palacios". *Almanack Braziliense*, 3, pp. 40-46.

MEILLASSOUX, Claude (1992), *Antropologia da escravidão*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

NABUCO, J. (1999), *A escravidão*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

PALACIOS, G. (2006), "Revoltas camponesas no Brasil escravista". *Almanack Braziliense*, 3, pp. 9-39.

PENA, E. S. (1990), *O jogo da face*, Dissertação de Mestrado, Curitiba, Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná.

PERDIGÃO MALHEIROS, A. M. (1863), "Illegitimidade da propriedade constituída sobre o escravo – natureza de tal propriedade. – justiça e conveniência da abolição da escravidão; em que termos". *Revista do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros*, ano II, tomo II, pp. 131-152.

SILVA, R. T. C. da (2007), *Caminhos e descaminhos da abolição*, Tese de Doutoramento, Curitiba, PGHIS, Universidade Federal do Paraná.

SOARES, J. R. de M. (ed.) (1938), *Campanha jurídica pela libertação dos escravos (1867 a 1885)*, Rio de Janeiro, José Olympio.

SUPRINYAK, C. E. (2006), *Comércio de animais de carga no Brasil Imperial*, Dissertação de Mestrado, Araraquara, UNESP, 2006.

XAVIER, R. C. de L. (1996), *A conquista da liberdade*, Campinas, Centro de Memória/Unicamp.

As cotas raciais no ensino superior: uma estratégia para redução de desigualdades sociais em universidades públicas do Brasil

Santana, Jusciney Carvalho[1]

Resumo: No Brasil, os maiores índices de evasão e repetência na educação básica estão concentrados entre negros e pardos (IPEA, 2011). Atualmente, uma parcela mínima consegue ingressar no ensino superior, via cotas raciais. Este artigo propõe-se a refletir sobre essa política e resulta de uma pesquisa mais ampla no doutorado em Educação da Universidade Federal de Alagoas, apresentando análises sobre interferências do neoliberalismo na consecução desse projeto de inclusão. Em termos metodológicos, constitui-se uma pesquisa exploratória pautada em revisão bibliográfica. Para referendar a análise, foram selecionados autores como Cunha (1989); Frigotto (1996); Leher (2007); Munanga (2004), Saviani (2004); Santos e Almeida-Filho (2008), que debatem sobre os impactos da expansão das redes públicas e privadas na educação superior e sobre as estratégias do Estado para garantir um acesso mais democrático para a população afro-brasileira.

Palavras-chave: Expansão; Ações Afirmativas; Ensino Superior; Brasil.

Introdução

O ensino superior no Brasil tornou-se alvo de debates e estudos desde os anos 90, resultante da expansão no setor privado, e, mais recentemente, da expansão também no setor público, a partir das metas do processo de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído em 2007[2], culminando com a ampliação do número de vagas, modalidades e formas de acesso às instituições públicas (universidades e institutos).

Considerando esse novo contexto educacional, há a necessidade analisar se a educação superior no Brasil tornou-se mais acessível às camadas da população historicamente excluídas, especialmente sobre a inclusão de mais pretos e pardos que, atualmente, corresponde a 53,1% da população brasileira, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2013.

Este estudo propõe uma reflexão sobre a reserva de cotas raciais nas universidades brasileiras, na perspectiva de avaliação desta política pública. Resulta da pesquisa, em andamento, no doutorado em Educação da Universidade Federal de Alagoas. O artigo está estruturado em três seções. Inicialmente, apresenta-se uma contextualização sobre a educação superior brasileira, destacando os efeitos da privatização nesse nível de ensino. Em seguida, faz-se uma análise das desigualdades sociais e raciais, que culminaram com a demanda por ações afirmativas, adotadas em boa parte das instituições estaduais e federais. Nas considerações finais, destacam-se algumas ponderações acerca dos desafios para o êxito desse projeto de inclusão destinado à população negra nas universidades públicas do país.

---

1 Pedagoga, Mestre em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social, Professora do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas-UFAL. Doutoranda em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da UFAL. Integra como pesquisadora o grupo de pesquisa/CNPQ em Gestão e Avaliação Educacional- GAE. E-mail: juscineycarvalho@gmail.com.

2 Ver Diretrizes Gerais do REUNI, Portaria nº 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1º §2º do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007, em <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>.

A educação superior no Brasil a partir dos anos 2000

Os debates em torno da democratização do acesso ao ensino superior no Brasil tornou-se um dos mais presentes entre estudantes e pesquisadores, em decorrência das transformações ocorridas tanto derivadas pela expansão na rede privada quanto pela adesão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) ao REUNI.
Além dos investimentos nos cursos presenciais, assistimos no país à criação dos cursos a distância, intensamente na rede privada, e também aqueles vinculados ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).
No que se refere às políticas concebidas para as instituições públicas, os dois projetos (REUNI e UAB) efetivamente culminaram com a implantação de novos *campi*[3], novas unidades de ensino, novos cursos e, como efeito, um aumento significativo de novas vagas para estudantes na educação superior.
Somente por essas mudanças estruturais, é possível inferir que, nas duas esferas, pública e privada, estatisticamente pode ser comprovado um incremento de maior acesso, no ensino presencial e no ensino a distância[4]. Justamente por isso o discurso que é validado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), junto à sociedade brasileira, sobretudo na mídia, chama a atenção, para esse momento de expansão na educação superior, sendo propagandeada como estratégias bem sucedidas de democratização de acesso para esse nível de ensino.
Sobre essa evolução, em termos quantitativos de oferta de instituições de ensino superior, na tabela[5] a seguir, apresenta o retrato da educação superior brasileira, nas duas redes, pública e privada, considerando a última década, iniciando-se pelo ano 2003.

Número de Instituições de Educação Superior por Organização
e Categoria Administrativa- Brasil- 2003-2013

Tabela 1.1 - Número de Instituições de Educação Superior por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa - Brasil - 2003-2013

Ano	Instituições								
	Total	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2003	**1.859**	79	84	3	78	86	1.490	39	-
2004	**2.013**	83	86	3	104	104	1.599	34	-
2005	**2.165**	90	86	3	111	105	1.737	33	-
2006	**2.270**	92	86	4	115	119	1.821	33	-
2007	**2.281**	96	87	4	116	116	1.829	33	-
2008	**2.252**	97	86	5	119	100	1.811	34	-
2009	**2.314**	100	86	7	120	103	1.863	35	-
2010	**2.378**	101	89	7	119	133	1.892	37	-
2011	**2.365**	102	88	7	124	135	1.869	40	-
2012	**2.416**	108	85	10	129	146	1.898	40	-
2013	**2.391**	111	84	10	130	140	1.876	40	-

Fonte: Mec/Inep; Tabela elaborada por Inep/Deed

Fonte: Mec/INEP: tabela elaborada por Inep, 2014.

Pelos dados informados (INEP, 2014) é possível concluir que a educação superior brasileira continua sendo ofertada, predominantemente, por instituições de rede privada, tendo tido um investimento no período bem mais acentuado do que na rede pública, correspondendo em 2013 a **87,41%** da oferta total no país, na oferta de vagas presenciais (71%) e o restante em cursos à distância.

3 Uma das metas do REUNI foi o de oportunizar a oferta de ensino superior em cidades do interior. A interiorização se deu de duas vias: através dos cursos do Sistema UAB e da implantação de universidades em cidades do interior no Brasil.

4 No Censo da Educação Superior (INEP, 2011) são apresentados os informes da ampliação de vagas nos cursos presenciais e a distância no ensino superior público e privado.

5 Essa tabela foi extraída sem nenhuma modificação dos resultados preliminares do último do Censo de Educação Superior do Brasil (2013), divulgado no site do INEP em 09 de setembro de 2014.

Desse modo, compreendemos que em termos de democratização de acesso ao ensino superior, há uma diferença que demarca os processos de expansão, nos dois segmentos. Ampliar cursos e vagas é um processo em prol da expansão, entretanto, não pode ser considerado como democrático. A educação superior que é paga não pode ser entendida como democrática. Não há democracia se há imposição financeira na relação do serviço educacional prestado.

Sobre o assunto, Santos & Naomar-Filho (2008: 25) analisa que:

> [...] com a transformação da universidade num serviço a que se tem acesso, não por via da cidadania, mas por via do consumo e, portanto, mediante pagamento, o direito à educação sofreu uma erosão radical. A eliminação da gratuidade do ensino universitário e a substituição de bolsas de estudo por empréstimos foram os instrumentos da transformação dos estudantes de cidadãos em consumidores.

Concordando com o autor, se for consenso que a educação é um bem público, então que seja ofertada sem cobranças de valores financeiros. Não é o caso da educação superior no Brasil, cuja oferta se dá predominantemente na rede privada, com a anuência do Ministério da Educação e Cultura - MEC, que autoriza, através de decretos próprios, políticas de incentivo à mercantilização educacional.

São exemplos de políticas em prol do processo de mercantilização nesse segmento de ensino, políticas governamentais o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), um programa de financiamento destinado a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos com avaliação positiva.

Além do FIES, em 2005, o Programa Universidade Para Todos (PROUNI)[6] foi legalmente formalizado pela Lei nº 11.096/2005, tendo como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior.

A parceria entre Governo Federal e instituições privadas se dá na isenção de tributos, razão maior das críticas dos pesquisadores brasileiros que defendem a concepção de universidade laica, pública, gratuita e de boa qualidade para a população, a exemplo de autores como Frigotto (1996), Dourado et all (2003), Dias Sobrinho (2003), Santos & Naomar-Filho (2008).

O fortalecimento do setor privado foi favorecido não somente com a abertura de novas instituições, mas, sobretudo a partir do estabelecimento de isenções fiscais e demais incentivos aos grupos de empresários do ramo educacional. De acordo com Leher (2003: 88-89):

> Dessas interconexões entre empresários e governo, resultaram:
> - falta de controle público sobre as mensalidades;
> - isenções tributárias, inclusive da CPMF-Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira e do salário-educação (2,5% sobre a folha de pagamento), para todas as instituições "sem fins lucrativos" como no Rio de Janeiro, a Estácio de Sá, a UniverCidade e a Gama Filho;
> - empréstimos a juros subsidiados, via BNDES[7], superando em dois anos, cinco anos de verbas de Outros Custeios das IFES;

---

6 Maiores informações disponíveis sobre o PROUNI a partir de <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=205&Itemid=298&msg=1>. Acesso em 09/04/2014.

7 O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES é uma empresa pública federal, sendo o principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia, em uma política que inclui as dimensões social, regional e ambiental. Mais informações http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/. Acesso em 15/04/2014.

- renúncia de recolhimento previdenciário (permitindo uma "economia" de até 30% da folha de pagamentos); e ainda,
- os repasses de verbas públicas, por meio do crédito educativo e, a partir de 1999, do FIES.

Essas concessões configuraram-se, portanto, na legitimação da transferência dos cofres públicos para investimento na rede de ensino privada. Sedimentou-se, a partir dessas políticas governamentais, uma nova configuração de sentidos da educação superior brasileira. Antes, em sua essência, a universidade tratava-se de uma instituição social concebida como espaço de criação, crítica, produção de conhecimento para elevar a compreensão e qualidade de vida. «Agora, tende a se reduzir a organização que se estrutura e age em função da economia». (Dias Sobrinho, 2003: 100)

Como também chama a atenção Leher (2003), o ensino privado, ao contrário da crença difusa e das proposições dos dirigentes do MEC, é mais elitizado do que o público. Pela insuficiência financeira para arcar com as despesas, o acesso ao ensino privado também impede muitos candidatos de ingressarem nos cursos oferecidos. Como critica Leher (2003: 82), «mais do que pontuar o crescimento quantitativo - importante sem dúvida é captar as tendências dessa expansão e o seu significado».

Com preocupação semelhante, um ano depois, Luís Antônio da Cunha (2004), publicou um artigo intitulado Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: estado e mercado. No texto o autor analisa que:

> A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), resultante de projeto patrocinado pelo governo, foi pródiga para com a expansão privatista. Para compreender a amplitude e o conteúdo da normatização do ensino superior pela LDB cumpre observar o que essa lei determina tanto quanto suas omissões. (Cunha, 2004: 803-804)

Ou seja, uma nítida distinção entre responsabilidades para os espaços que ofertam ensino superior. Universidades, centros universitários e faculdades passaram a ser definidas legalmente com propósitos diferentes. Segundo o autor:

> A instituição universitária foi definida, de modo genérico, como a que desenvolve "produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural quanto regional e nacional". Em médio prazo, ela deve cumprir requisitos específicos, relativos à qualificação e dedicação dos docentes: um terço deles deve ter títulos de pós-graduação de mestre ou de doutor; um terço (não necessariamente os mesmos) deve atuar na instituição em tempo integral. (Cunha, 2004: 803-804)

Quanto aos centros universitários e faculdades, vinculadas à rede privada, a LDB ressalta que poderão ser responsáveis apenas pelo ensino, o que as desobriga de cumprir com os eixos de extensão e pesquisa. Posto em lei, isso provocou a implantação de instituições de ensino superior, presenciais e a distância, com qualidade questionáveis, e com equipe de professores com baixas cargas horárias, já que não seriam contratados com dedicação exclusiva, como no caso das universidades públicas.

A crescente privatização no segmento também é alvo de preocupação em outros países, a exemplo de Portugal. Cerdeira et all (2011) também discutem os desafios das universidades públicas frente aos baixos orçamentos estatais para a educação superior e ponderam que:

> Este esforço financeiro que é exigido aos estudantes e respectivas famílias não encontra resposta nos respectivos orçamentos familiares. As dificuldades por que passam hoje os estudantes para realizarem os seus estudos superiores encontram--se hoje acrescidas em virtude da actual crise económica e financeira por que passa

> o país, com elevados níveis de desemprego e de dívida externa e fracos níveis de crescimento. (Cerdeira, Cabrito e Patrocínio, 2011: 372).

No Brasil, do mesmo modo, a maior parte das famílias, também não dispõe de recursos financeiros para arcar com tais custos. Por isso, a opção que lhes resta é a busca pelos financiamentos nas Instituições de Ensino Superior (IES) da rede privada.

No discurso oficial, realizado a partir das propagandas governamentais e documentos publicizados pelo INEP/MEC, legitima-se a ideia de expansão[8] da rede privada do ensino superior, considerando-a estratégia de consolidação da democracia para esse nível de ensino.

Como pode ser democrático esse tipo de acesso se, ao ingressar no ensino superior, o estudante terá que pagar pela sua formação universitária? Além disso, mesmo que seja beneficiado, com bolsas integrais ou parciais, terá que pagar posteriormente pelos empréstimos concedidos, ainda que o futuro esteja incerto quanto à sua inserção no mercado profissional.

Além disso, as políticas que sustentam um maior número de incluídos na rede privada são essencialmente a partir do PROUNI e FIES, e ambos movimentam um grande montante da verba dos cofres públicos, quantia essa que poderia ser investida nas instituições públicas, seja na contratação e salário de professores e técnicos, na melhoria na infraestrutura e nas condições de trabalho, e ainda, no aumento de vagas. Desse modo, a expansão seria pelo aumento de mais estudantes que não dispõem de recursos para o pagamento das mensalidades nas IES privadas.

Das desigualdades sociais e raciais: a exclusão no ensino superior

Conforme análise anterior neste estudo, a educação superior no Brasil foi amplamente legitimada como mercadoria (Leher, 2007; Frigotto, 2011). Compreende-se, portanto, que cursar uma universidade pública continua sendo possível somente para os estudantes que tiveram acesso à educação privada de boa qualidade na educação básica.

Como analisam Catani e Hey (2010) e Nogueira (2002), contemporâneos da teoria bourdieusiana, os projetos de educação vêm sendo estrategicamente desenhados para manter as posições de poder na sociedade e, por isso, imprescindível estudá-la para melhor compreender os efeitos das desigualdades sociais, que culminam com desigualdades de oportunidades, no caso brasileiro, particularmente associadas aos critérios de raça, gênero e classe social e, também, contribui para o desvelamento das lógicas que movem as estratégias de reprodução social, e que estão impregnados nos discursos sobre a democratização da educação superior no país.

Uma das principais premissas de Bourdieu & Passeron (1982) está centrada na ideia de que o sistema educacional é um dos meios de conservação social, que legitima as desigualdades e determina o legado cultural de cada indivíduo. O autor atribui esse problema aos mecanismos eliminatórios alcançados ao longo da escolaridade dos estudantes, nas diferentes classes sociais.

O autor analisa que o sucesso no aprendizado deriva principalmente da herança cultural familiar, sendo, portanto, a responsável direta pelas chances [ou não] do sucesso escolar dos herdeiros. De acordo com Nogueira (2002: 7).

> Cabe, desde já, observar que, do ponto de vista de Bourdieu, o capital cultural constitui (sobretudo, na sua forma incorporada) o elemento da bagagem familiar que teria o maior impacto na definição do destino escolar.

---

8 No livro **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil** há uma argumentação favorável às políticas governamentais concebidas no período. Segundo os autores as políticas educacionais implantadas ampliaram o ingresso de negros no ensino superior. Referem-se aos avanços e as estratégias adotadas de democratização, analisando o êxito do PROUNI (parceria público-privada) e não a partir da política de cotas, Disponível em <http://www.flacso.org.br/dez_anos_governos_pos_neoliberais/archivos/10_ANOS_GOVERNOS.pdf> Acesso em 25/04/2014.

O capital cultural, portanto, decorre das condições de vida específicas das diferentes classes, moldando as suas características e contribuindo para fazer valer as distinções entre as classes. Entretanto, o capital cultural é mais do que uma subcultura de classe, tendo em vista que pode ser configurado como um recurso de poder que equivale e se destaca de outros recursos, especialmente, e tendo como referência básica, os recursos econômicos.

Ou seja, além do capital cultural existiriam as outras formas básicas de capital: o capital econômico, o capital social (os contatos) e o capital simbólico (premiações, certificados e títulos acadêmicos, por exemplo) que juntos formam as classes sociais ou o espaço multidimensional das formas de poder.

Dentro dessa abordagem, a concepção multidimensional de classe social não coloca a dimensão cultural subordinada à dimensão socioeconômica, embora estejam relacionadas. Ou seja, tanto na escola quanto na universidade, os dois espaços foram concebidos como sendo o espaço por excelência para se medir as vantagens ou desvantagens culturais acumuladas nas trajetórias acadêmicas de diferentes sujeitos.

No caso do sistema de ensino brasileiro, por exemplo, o acesso para consumir [e/ou produzir] cultura, está intimamente ligado ao poder econômico dos indivíduos, especialmente os que frequentam comunidades de baixa renda e escolas públicas. As práticas culturais são distintas aos diferentes grupos.

Certo que a questão econômica interfere no desempenho de qualquer estudante, tendo em vista que lhe falta recursos financeiros para a aquisição de livros, o acesso ao transporte, e, com igual relevância, a limitação de acesso aos bens culturais. No entanto, é possível analisar que a reprodução das desigualdades sociais na escola [e na universidade] não decorre apenas das questões econômicas. O espaço escolar estimula a legitimação de uma cultura particular, a das classes dominantes. E essa cultura legitimada, por conseguinte, legitima a exclusão dos que não detém determinados capitais culturais necessários ao êxito no desempenho de todos os estudantes.

Essa é uma constatação de fácil reconhecimento, no caso brasileiro, tendo em vista as condições precárias [na vida e na escola] a que estão condicionados os sujeitos que compõem o ensino público.

As ações afirmativas: um caminho para redução das desigualdades etnicorraciais

A Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, convocada pela ONU e realizada em Durban, África do Sul (2001), é um dos marcos históricos para as reivindicações do movimento negro contemporâneo e para a implementação de políticas de ação afirmativa, «uma vez que estimulou o governo a estabelecer ações mais amplas nos ministérios, dos países participantes, incluindo o Brasil», conforme analisa Paula (2010).

Em 2009 ocorreu em Genebra a Revisão do Plano de Ação de Durban, quando representantes de governos e organizações da sociedade civil debateram os principais avanços e desafios para a eliminação das desigualdades raciais. No caso brasileiro, apesar dos avanços nos últimos 10 anos, mas o cenário ainda é preocupante, com dados que apontam as desigualdades raciais como um dos principais problemas da jovem democracia brasileira.

Por conta da desvantagem colossal e histórica, o Estatuto da Igualdade Racial[9] estabeleceu desde o final da década de 80, esse necessário investimento em políticas públicas, que foram então traduzidas em forma de ações afirmativas, de responsabilidade do Estado, através de programas e medidas especiais, e também pela iniciativa privada, na clara intenção de corrigir as desigualdades raciais.

Com a adoção de reserva de vagas - via cotas raciais e/ou sociais - já é perceptível um considerável aumento de estudantes negros, afrodescendentes, índios e oriundos de escola pública, que pela histórica forma de seleção do vestibular, não tinham como competir por essas vagas, justamente pela deficiência nos anos escolares anteriores.

O cenário em 2014 certamente é mais animador, devido ao crescente ingresso de novos estudantes autodeclarados negros e pardos. Mas, mesmo considerando os mais de dez anos de adesão a esta política de

9 A Lei N° 12.288, de 20 de julho de 2010 institui o Estatuto da Igualdade Racial e altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

ação afirmativa, ainda é imprescindível a sociedade debater sobre a pertinência ou não sobre os efeitos dessa política, considerando as transformações sociais na sociedade brasileira.

> A questão fundamental que se coloca não é a cota, mas sim o ingresso e a permanência dos negros nas universidades públicas. A cota é apenas um instrumento e uma medida emergencial enquanto se busca outros caminhos (Munanga, 2003: 6).

A política de reserva de vagas no ensino superior público, para negros e negras, vem sendo polemizada desde o final da década de 90, quando muitos professores, juristas e a sociedade de um modo geral, mobilizaram-se em torno dessa questão: se a reserva de cotas ajudaria a ampliar o preconceito e a discriminação raciais ou se, de fato, produziria sua intenção positiva e poderia ser uma estratégia eficaz no combate ao preconceito racial e de classe.

Em paralelo se cristalizava no Brasil amplamente as medidas neoliberais na economia, e essas, passaram a nortear todos os demais setores, inclusive, a área educacional, que teve a sua qualidade, alvo de acirradas críticas, em virtude da criação de políticas educacionais, formuladas intencionalmente para atender aos interesses do capitalismo.

Frigotto (2010) analisa que ao mesmo tempo em que se deve buscar resistir e combater teórica e politicamente o discurso neoliberal que impõe o mercado como regulador das relações humanas mostrando sua incapacidade de regulares direitos fundamentais (saúde, educação, cultura, etc.), também enfatiza que é necessário "afirmar a democracia como valor universal e a solidariedade como base da utopia socialista".

A concepção da política de reserva de cotas, mesmo tendo sido criada no governo neoliberal, no Brasil, pode ser pensada como estratégia para o exercício da democracia. Não se trata de uma mera dominação econômica de uma classe sobre outra, mas de uma dominação cultural que durante séculos incutiu no inconsciente coletivo a imagem do negro como raça inferior.

Como efeito, o que se espera é que a partir da adoção das cotas raciais, a médio e longo prazo, mais e mais negros estarão formados em diversos cursos de graduação e pós-graduação e aptos a ocuparem espaços de poder, como profissionais de sucesso, alterando, desse modo, as baixas expectativas sociais que comumente são atribuídas à população afro-brasileira.

Considerações finais

De acordo com os pressupostos de Bourdieu (1982), uma vez que a escola discursa e inculca a ideia de que todos os indivíduos que ingressam são iguais, e, portanto, acessam uma mesma cultura escolar, mesmo tendo origem social diferente, favorece ao sistema educacional a conservar os mecanismos que perpetuam as desigualdades de oportunidades. Para dar continuidade à sua função de conservação, basta apenas manter a lógica de sua organização. Isto é, ignorar as diferenças e transmitir um saber que apenas parte de sua clientela tem condições de aproveitar.

Portanto, as instituições escolares exercem sobre as camadas populares níveis sobrepostos de violência simbólica, dado que, além de referendar o capital cultural dos alunos pertencentes às camadas privilegiadas da população, convence aqueles que não são "herdeiros" da mesma cultura erudita de que são eles os responsáveis por seu próprio insucesso na escola.

Entretanto, no caso dos estudantes que, mesmo tendo tudo pouco acesso aos bens culturais e educação básica de qualidade, o acesso ao ensino superior público, mediante a reserva de cotas pode estimular diferentes conquistas de capitais culturais, incluindo a certificação ao final da graduação.

O desafio desse momento é compreender essas transformações no cenário da educação superior, com a inclusão de estudantes negros nas universidades públicas, mediante a adoção de reserva de cotas raciais. Urge a necessidade de ampliação do diálogo com a sociedade, sobre as ações afirmativas em curso, pela sua intenção política: a de reduzir os níveis de preconceito e desigualdades sociais presentes e disseminadas no estado, como efeitos perversos do neoliberalismo na educação brasileira.

Novos debates precisam ser engendrados, especialmente sobre a intenção política das cotas na educação superior, criada e em implantação, em tempos neoliberais, tendo em vista que o sistema capitalista reconhece a força da escola para ambos os lados, o da manutenção e o da transformação social. Não fosse isso, o Movimento Negro não teria forças para continuar na luta por melhores condições de vida para a população afro-brasileira, conforme chamam a atenção Santana e Prado (2012).

Nesse sentido, outra função pode ser conferida à educação, que não apenas a de reprodução da ordem social. Nas brechas deixadas pelo sistema de reprodução da ordem social, por mais idealista que isso possa parecer na estrutura da sociedade capitalista, emergem as possibilidades de pensar, em outra realidade.

Educadores, políticos e outros atores sociais, precisam continuar mobilizados para garantir que esses novos espaços sejam democraticamente e, também, deles, dos negros e das negras, por estarem, cada vez mais, inseridos nas universidades públicas, destacando-se em novos espaços da nossa sociedade, por direito, e não apenas por merecimento, pois, como afirma Arroyo (2011), a luta por cotas é justamente por pertencimento, por espaços tão radicais quanto por teto, terra, território. É significativo que os coletivos entrelacem essas lutas no que é comum, o direito a lugares, o reconhecimento negado em sua conformação histórica.

Referências bibliográficas

ARROYO, Miguel G. (2011), Políticas educacionais, igualdade e diferenças. *Revista Brasileira de Política e Administração (RBPAE) da Associação Nacional de Política e Administração da Educação*. Editora: Maria Beatriz Luce. Porto Alegre, pp.83-94.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. (1982), *A reprodução*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

BOURDIEU, Pierre (1997), *Capital Cultural, Escuela y Espacio Social*. México: Siglo Veinteuno.

BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.) (1998), *Escritos de educação*: 2. ed. Petrópolis: Vozes.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 12.711, em 29 de agosto de 2012, *Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências*. Brasília, 2012.

CERDEIRA, Maria L. M; CABRITO, Belmiro; PATROCÍNIO, Tomás. (2011) *Austeridad financiera en el enseñanza superior en Portugal: el caso del préstamo con garantía mutua*. XX Jornadas de la Asociación de la Economía de la Educación, Málaga. Disponível em http://2011.economicsofeducation.com/malaga2011/belmiro.pdf. [consultado em 07/7/2014].

CUNHA, Luiz Antônio. (20040. *Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior: Estado e mercado*. Educ. Soc., Campinas, n. 88. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000300008&lng=en&nrm=iso>[consultado em 19/11/2014].

CUNHA, Luís Antônio. (1989) *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

DOURADO, Luiz F.; CATANI, Afrânio M.; OLIVEIRA, João F. de (2003). Transformações recentes e debates atuais no campo da educação superior no Brasil. In: DOURADO, Luiz F.; CATANI, Afrânio M.; OLIVEIRA, João F. de. *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais*. São Paulo: Xamã.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (1996). *Educação e a crise no capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1996.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP, 2014), *Censo da Educação Superior: 2013* – Resumo Técnico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

LEHER, Roberto. (2007), A problemática da universidade 25 anos após a 'crise da dívida'. *Universidade e Sociedade. Educação: prioridade nacional?* ANDES. Ano VI- nº 39. Disponível em <http://www.andes.Org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-84675890.pdf>. [consultado em 08/4/2014].

LEHER, Roberto. (2003), Expansão privada do ensino superior e heterenomia cultural: um difícil início de século. In: DOURADO, Luiz F.; CATANI, Afrânio M.; OLIVEIRA, João F. de. *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais*. São Paulo: Xamã.

MUNANGA, Kabengele. (2004), A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50. Disponível em: < http://www.scielo.br /scielo. php?pid=S0103-40142004000100005&script=sci_arttext>. [consultado em 06/2/2012].

MUNANGA, Kabengele. (2003), Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: Um ponto de vista em defesa de cotas. *Revista Espaço Acadêmico*. Ano II, n°. 22, Universidade Estadual de Maringá, Paraná. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/022/22cmunanga.htm>. [consultado em 10/2/2012].

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice.(2002), A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. *Educ. Soc*., Campinas, n. 78. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000200003&lng=en&nrm=iso>. [consultado em 11/12/2014].

PAULA, Marilene de. (2010), *Políticas de ação afirmativa para negros no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)***,** Dissertação de Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, pp. 149.

SADER, Emir (Org). (2013), *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro. ISBN 978-85-7559-328-8. Disponível em <http://www.flacso.org.br/dez_anos_governos_pos_neoliberais/archivos/10_ANOS_GOVERNOS.pdf> [consultado em 25/4/2014].

SANTANA, Jusciney C; PRADO, Edna C. do. (2012), As cotas raciais no contexto neoliberal: apontamentos para uma reflexão. SILVA, Márcia A. de A; MARQUES, Luciana R. (Org). *VII Seminário Regional De Política e Administração da Educação do Nordeste, Encontro Estadual de Política e Administração da Educação/Pe e II Simpósio Gestão da Educação, Currículo e Inovação Pedagógica*: Anais [Recurso Eletrônico] Recife, PE. Disponível em http://www.anpae.Org.br/seminario/ANPAE2012/1comunicacao/Eixo01_19/Jusciney%20Carvalho%20Santana_int_GT1.pdf>. [consultado em 09/4/2014].

SANTOS, Boaventura S.; ALMEIDA-FILHO, N. (2008), *A universidade no século XXI: para uma universidade nova*. Coimbra: Almedina. Disponível a partir de http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf. [consultado em 12/09/2014].

A trajetória social dos gestores negros da região metropolitana de Belo Horizonte

Andréa Alcione de Souza[1]
E-mail: andrea.asouza@uol.com.br

Resumo: O artigo apresenta e discute a percepção dos gestores negros com relação às barreiras raciais vivenciadas em seu percurso profissional. Considerando a discriminação racial um dos elementos mais atuantes no mercado de trabalho brasileiro, o trabalho analisa como essa prática interfere na mobilidade ocupacional de profissionais que alcançam postos de destaque em organizações situadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O trabalho também apresenta alguns dados quantitativos que caracterizam a inserção dos negros no mercado de trabalho da região além de analisar o sistema de carreiras de algumas organizações.

Palavras chave: Trajetória. Desigualdade racial. Discriminação. Ascensão Social.

1. Apresentação

A desigualdade racial no mercado de trabalho, no Brasil, é uma realidade que ainda impõe à população negra uma série de restrições que dificultam sua ascensão social. Apesar do afastamento do período escravocrata, a estrutura social no Brasil ainda reflete profundas desigualdades raciais, mostrando que negros e pardos continuam em posições inferiores, se comparado com outros grupos.

A análise atual sobre esse fenômeno polariza-se em duas vertentes teóricas. Uma primeira reforça a ideia de democracia racial no Brasil, justificando as desvantagens acumuladas pelos negros, a partir de sua herança histórica e cultural e a proximidade com esse passado.

Nesta perspectiva, no campo das desigualdades sociais, prevaleceria o preconceito de classe sobre o preconceito racial. Os negros teriam as mesmas dificuldades de ascensão social vivenciadas por indivíduos de outros grupos e, com o desenvolvimento socioeconômico, as desigualdades raciais tenderiam a desaparecer. Essa ideia se cristalizou no senso comum da maioria dos brasileiros que realmente acreditam não haver preconceito racial em nosso país (OSÓRIO, 2004).

A ascensão social dependeria de fatores universais tais como: origem familiar, investimento em capital humano (educação e qualificação profissional) e pela capacidade de aproveitamento das oportunidades existentes. Contribuíram para essa visão os trabalhos pioneiros sobre relações raciais de Gilberto Freire (1973, 2000), Florestan Fernandes (1965), Donald Pierson (1945), entre outros autores. No entanto, pesquisadores com uma outra visão sobre as relações raciais no Brasil, entre eles Carlos Hasenbalg, Antônio Sérgio Guimarães e Nelson do Valle Silva, têm demonstrado por meio de estudos empíricos recentes que, apesar da ascensão social de alguns indivíduos negros, pardos e mulatos prevalece, na sociedade brasileira, a existência de barreiras raciais nos processos de mobilidade social.

Sendo assim, este artigo apresenta algumas considerações sobre a trajetória de gestores negros em empresas públicas e privadas da região metropolitana de Belo horizonte, a partir da visão destes profissionais sobre as barreiras que marcaram o seu percurso profissional.

---

1 Professora do departamento de Administração da PUC/MINAS, mestre em Administração pela UFMG, doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC/MINAS, pesquisadora dos temas: desigualdades de gênero e raça, mercado de trabalho no Brasil, ascensão profissional nas organizações.

2. Revisão da literatura

2.1 Relações Raciais e Mobilidade Ocupacional

Como apresentado anteriormente, as desigualdades raciais persistem na sociedade brasileira, influenciando negativamente as condições de vida da população negra. No mercado de trabalho brasileiro, as pesquisas oficiais conduzidas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), pelo IPEA (Instituto de pesquisa econômica aplicada), ou por organizações não governamentais de cunho racial, retratam as diferenças de inserção, de ocupação e de remuneração entre brancos e negros no Brasil.

Segundo Telles (2003), os primeiros estudos sobre essa questão argumentavam que as diferenças raciais no mercado de trabalho no Brasil era resultado da herança escravista e do passado cultural da população negra. De acordo com Furtado (2000), o homem formado no regime de escravidão estava totalmente desabilitado para responder aos estímulos econômicos, principalmente, por não possuir hábitos familiares e desconhecer a ideia de acumulação de riqueza.

Seu desenvolvimento mental, neste sentido, era limitado às suas necessidades básicas. Assim, uma das consequências diretas da abolição foi a segregação da população recém-liberta. Sua posição na nova ordem emergente foi, pelo menos em um primeiro momento, de passividade frente às transformações econômicas do país. Além de ocupar os serviços mais degradantes, o autor ressalta que, nos processos de contratação os ex-escravos, negros e mulatos, oriundos da casa grande, tiveram melhores chances de sobrevivência, em detrimento do ex-escravo da lavoura, do eito.

O primeiro, por sua proximidade com o homem branco da casa, vestia-se e comunicava-se melhor, fato que influenciava os processos de contratação. Além disso, valia-se das relações de afeto para conseguir ocupações. No entanto, todo o conjunto da população negra da época era alvo de uma representação negativa com relação à sua dedicação ao trabalho assalariado e livre.

A figura do negro, ex-escravo, representava, ainda, os valores tradicionais de uma sociedade em extinção. O trabalho escravo deveria ser substituído pela noção de trabalho baseado na disciplina, na organização e na inteligência. Assim, presos na mentalidade da sociedade patriarcal, os libertos ainda representavam o antigo regime.

Nesse processo de transição, surgiram duas correntes de pensamento que trataram do destino da população negra da época. Uma defendia a integração do ex-escravo ao trabalho livre, sem, contudo deixar de considerar a superioridade dos brancos no processo de trabalho. A outra propunha a substituição dos negros pelos trabalhadores imigrantes. A opção pela segunda via, sem a preocupação com o futuro dos libertos, excluiu esse grupo do processo de desenvolvimento econômico do país.

Havia o desejo de aproximar o Brasil dos padrões de aparência física dos europeus. A perspectiva do branqueamento passou a fazer parte dos ideais dos brasileiros, principalmente daqueles que não queriam ser identificados como negros e carregar toda a adjetivação depreciativa que lhes foi imputada. Com o passar do tempo, a teoria do branqueamento resultou em outra forma de fugir da herança do passado "negro" do Brasil.

Além disso, segundo Figueiredo (2002), a teoria do embraquecimento tem influenciado os estudos sobre a classe média negra no país. Ao ascender socialmente na estrutura social, os negros tenderiam a se afastar de sua identidade , passando a conviver com outros valores e adotando um novo estilo de vida que os afastaria, cada vez mais, de seus grupos de origem.

Para Hasenbalg (1979), a população negra no mercado de trabalho no Brasil também está sujeita aos mecanismos de dominação de classe que afetam outros grupos. No entanto, os negros sofrem, ainda hoje, uma discriminação peculiar em função da sua condição racial. Para Osório (2004), a acumulação inter e intrageracional de desvantagens causadas por ser negro no Brasil evidenciam a existência de barreiras raciais no processo de mobilidade ocupacional.

Sansone (1993), em uma pesquisa realizada no pólo petroquímico de Camaçari e em um bairro da cidade de Salvador, concluiu que há uma divisão no mercado de trabalho local que classifica o que é trabalho dos negros e trabalho dos não negros. Assim, as ocupações se diferenciam também de acordo com a raça/cor. Segundo esse autor, o discurso dos entrevistados apontava o lugar dos "pretos" (negros sem qualificação), dos "escuros" (negros qualificados) e daqueles que se autodenominavam negros e possuíam qualificação.

Algumas expressões populares utilizadas de forma preconceituosa também procuram diferenciar o trabalho de negros e não negros. Desta forma, e de maneira oportuna, Silva (2001) utilizou em seu trabalho de doutoramento a expressão "Serviço de branco, Serviço de Preto" para demonstrar que, no imaginário da população, o trabalho de um branco é qualificado como sendo algo limpo e bem feito, ao passo que o trabalho do negro é desqualificado, considerado sujo e malfeito.

Para Hasenbalg (1979), a sobre-representação dos negros nos estratos inferiores do mercado de trabalho implica uma desvantagem logo de partida para as novas gerações. Além disso, a origem de pobreza, a ocupação dos pais e a dificuldade de acesso à educação e à qualificação limitam a ascensão ocupacional deste grupo social.

Segundo Telles (2003) os estudos que tratam da questão da mobilidade social no Brasil, nos anos 50 e 60, demonstraram que uma maior mobilidade social era possível, devido ao crescimento relativo de ocupações de maior status, ligadas à industrialização e à urbanização, e à redução das ocupações no setor rural (de menor status). No entanto, os trabalhos de Carlos Hasenbalg, em 1979, demonstraram que havia diferenças entre as taxas de ascensão social de negros e não negros.

Ainda segundo Telles (2003), 20 anos depois, os trabalhos de Pastore e Silva (2000), com base em dados estatísticos da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), confirmaram os dados da pesquisa anterior: a mobilidade social no país estava diretamente relacionada às questões estruturais capazes de gerar novos empregos. Analisando o fato de os homens brasileiros exercerem a mesma ocupação de seus pais, esses autores concluíram também que os filhos de brancos eram 12% mais propensos a exercerem ocupações de maior status social em comparação com os filhos de não brancos. Os autores concluíram também que 81% deste valor poderia ser resultante da diferença de escolaridade entre negros e brancos, e que o restante era consequência da desigualdade racial, no momento da inserção no mercado de trabalho, independente da igualdade nos níveis de escolaridade entre os dois grupos. Esse dado confirmou a informação de que os negros têm uma menor capacidade de converter educação e qualificação em ascensão ocupacional.

Esses dados, segundo Hasenbalg (1999), nos permite rejeitar a hipótese de igualdade de oportunidades para os diferentes grupos de cor. Segundo esse autor, os padrões de mobilidade intergeracional mostraram que entre os indivíduos nascidos nos estratos mais baixos de ocupações rurais, os brancos têm uma pequena vantagem nas chances de ascensão social. Essa vantagem aumenta nos estratos ocupacionais mais elevados. As barreiras à mobilidade social dos negros criam um confinamento deste grupo nos estratos inferiores da estrutura ocupacional e na estrutura social brasileira. Este confinamento a postos mais desqualificados e sem condições de ascensão é, segundo, Hasenbalg (1999) uma realidade nas regiões metropolitanas no Brasil.

Quando tratamos da questão da mobilidade ocupacional de distintas categorias sociais devemos também considerar a variável gênero como um importante determinante para a ascensão profissional, pois apesar dos avanços conquistados pelas mulheres, principalmente no mercado de trabalho, observa-se que as conquistas não são simétricas quando analisamos o trabalho de mulheres negras e não negras.

Os primeiros trabalhos de investigação que procuraram a analisar a inserção da mulher negra no mercado de trabalho, no Brasil, enfrentaram inúmeras dificuldades, principalmente, no campo dos dados oficiais. Um exemplo é a não inclusão do quesito cor nos levantamentos oficiais de alguns anos. E, também, a inexistência de análises distintas para os dois grupos de mulheres.

Assim sendo, Silva e Lima (1992) realizaram uma pesquisa sobre o tema com dados da PNAD de 1987. Uma das primeiras conclusões do trabalho é constatação de que a escolaridade era um fator favorável à participação da mulher no mercado de trabalho. No entanto, as mulheres negras, devido às suas condições socioeconômicas desfavoráveis, ingressavam no mercado de trabalho da época com uma escolaridade inferior. Já com relação à idade de ingresso no mercado de trabalho, as mulheres negras e pardas apresentaram as taxas mais elevadas de participação (52,5% com idade até 19 anos).

Ao contrário de outros grupos, a mulher negra ingressa mais cedo no mercado de trabalho. E aqui um dado importante: na faixa de 26 a 29, quando as mulheres tendem a deixar o trabalho para se casar e constituir família, identificou-se como a faixa em que foi registrado o maior percentual da participação negra feminina. Na faixa de 30 a 39, que, hipoteticamente, representaria um retorno da mãe ao mercado de trabalho, registrou-se uma queda de ocupação da mão de obra das mulheres negras.

3. Metodologia

Nesta pesquisa, tratamos a categoria raça sob o enfoque relacional. Desta forma, para analisarmos as desigualdades raciais no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Belo Horizonte, coletamos e produzimos informações que retratam as condições de inserção e de ocupação de homens e de mulheres negros nesta região. Para uma melhor comparação da situação atual, comparamos os anos de 1999 e 2009 e a situação da região metropolitana de Belo Horizonte com o restante do país.

A metodologia utilizada consistiu no tratamento e análise estatística descritiva dos dados da PNAD do IBGE, dos anos de 1999 e 2009. Os anos selecionados foram comparados, levando-se em consideração indicadores de mercado de trabalho e características demográficas e ocupacionais da população ocupada, por um lado, e da população ocupada em cargos de chefia, por outro. Foi utilizado o *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) para o processamento das informações e produção de gráficos e tabelas.

Por meio da pesquisa qualitativa coletamos e produzimos dados que nos permitiram analisar, a partir da visão dos entrevistados, as barreiras e facilidades encontradas ao longo de sua trajetória profissional. Com a ajuda de um roteiro de pesquisa semiestruturada foi possível realizarmos 10 entrevistas em profundidade.

Entrevistamos cinco mulheres e cinco homens negros em cargos de chefia de importância estratégica dentro da estrutura de carreira da empresa.

4. Análise das barreiras raciais na trajetória dos gestores

Analisando as informações sobre as atividades e ocupações, os dados da PNAD de 2009 apresentam algumas perspectivas esclarecedoras a respeito dos cargos e setores por raça e sexo. Por exemplo, os três maiores setores de atividade econômica que abrigam a população masculina são, respectivamente: Comércio e Reparação (20,4%), Indústria de Transformação (17,1%) e Construção Civil (15,8%). Com relação à população feminina, os três setores mais ocupados são, respectivamente: Educação, Saúde e Serviços Sociais (18,5%), Serviços Domésticos (16,4%) e Comércio e Reparação (15,6%).

Entre as mulheres negras, os três maiores setores econômicos são representados respectivamente por: Serviços Domésticos (22,3%), Educação, Saúde e Serviços Sociais (16,7%) e Comércio e Reparação (14,8%). Já entre as mulheres brancas, os três maiores setores são: Educação, Saúde e Serviços Sociais (20,3%), Comércio e Reparação (16,3%) e Outras atividades (14,8%) tais como Intermediação Financeira, Seguros e Previdência Privada etc.

Entre os homens, tanto brancos quanto negros, a atividade principal em que se concentram é o Comércio e Reparação (21,2%) para os brancos e (19,5%) para os negros. Em segundo lugar para os brancos, está a Indústria de Transformação (16,6%), enquanto que para os negros é a Construção Civil (19,3%). Em terceiro lugar, aparece o ramo de Outras atividades (16,5%) para os brancos e a Indústria de Transformação (17,5%) para os negros. As informações também revelam que os homens negros tendem a ocupar cargos no setor industrial que exigem força bruta (e qualificação inferior), enquanto as mulheres negras são maioria em cargos de serviços domésticos.

Entre os homens brancos, os cargos que mais se destacam são: trabalhadores da indústria (17%), dirigentes em geral (10,5%) e escriturários e trabalhadores que atendem ao público (10,5%). Com relação aos homens negros, os cargos que se destacam são: trabalhadores da indústria (25%), trabalhadores da construção civil (16,9%) e trabalhadores de serviços gerais (15,3%).

Nos cargos de chefia, os brancos são maioria. Em 1999, os brancos ocupavam 76,6% destes cargos. Já em 2009, esse número caiu para 70%, denotando que, lentamente as desigualdades de chances e oportunidades estão se reduzindo.

A proporção de cargos de chefia ocupados por mulheres aumentou ao longo de 10 anos na região metropolitana. Em 1999, as mulheres brancas representavam 8,3% dos cargos de chefia e as mulheres negras representavam 3,0%. No ano de 2009, mulheres brancas representavam 8,6% dos cargos de chefia enquanto que as mulheres negras representavam 3,7%. Entretanto, no geral – englobando homens e mulheres – a proporção de cargos

de chefia na região metropolitana de Belo Horizonte reduziu de 8,8% para 7,5% do total de cargos ocupados. Apesar do avanço das mulheres em postos importantes do mercado de trabalho da região, os dados reforçam que a questão de raça se sobrepõe à questão de gênero. As mulheres negras continuam, ao longo do período, sub-representadas em cargos de chefia.

Com relação ao perfil dos gestores entrevistados, é importante ressaltar que todos se declaram negros. Dos cinco gestores entrevistados, temos um atuando na gerência geral de uma unidade de supermercado; outro é gestor operacional de um *shopping center*; o terceiro é gestor de pessoal de um grande grupo industrial; o quarto é subsecretário de um importante órgão público estadual e o quinto atua como assessor de comunicação da prefeitura de uma das cidades da RMBH.

A média de idade dos entrevistados é de 48 anos. Todos têm curso superior, sendo que dois entrevistados possuem pós-graduação. A remuneração média dos gestores varia entre R$7.000,00 a R$10.000, sendo que, o gestor de supermercado foi quem apresentou a menor remuneração entre os pesquisados. Todos ocupam cargos estratégicos nas organizações. Com relação às mulheres, uma atua como gerente de uma loja de móveis, outra é secretária de uma pasta em uma prefeitura da região metropolitana de BH, uma é gerente de um supermercado, uma é gerente de uma agência bancária e a quinta é diretora do departamento de comunicação de uma prefeitura. A média de idade das mulheres é de 48 anos. Com exceção da secretária municipal, todas as entrevistadas têm média salarial de aproximadamente R$4.000,00.

Com relação às barreiras de origem e a trajetória educacional, as informações revelaram dados que os autores das relações raciais já haviam discutido. A origem familiar, geralmente muito pobre, dificulta, ou retarda a qualificação dos negros para uma entrada mais positiva no mercado de trabalho. As dificuldades de acesso à escolaridade ficam claras no estudo quantitativo desta pesquisa, quando observamos a baixa proporção da população negra com curso superior ocupada, ou quando analisamos os dados sobre a taxa de analfabetismo funcional e comprovamos que há uma proporção maior de negros nesta situação.

Assim, além das dificuldades materiais, os gestores ainda conviveram, durante a infância e a adolescência com apelidos e conflitos com outros garotos da rua, ou da escola, em função da cor: "Na escola me chamavam de macaco. Mas eu não ligava. Eu era bom em matemática. E quando os outros alunos percebiam isso, se aproximavam de mim e paravam de me zoar." (Gestor entrevistado).

Com relação às mulheres, os insultos na infância se concentraram no trato da aparência física, principalmente com relação aos cabelos e à cor da pele. "Eles diziam que o meu cabelo era ruim, então eu fazia tranças para melhorar. Na escola me chamavam de macaca o tempo todo."(Gestora entrevistada).

Uma das entrevistadas afirmou que reagia aos insultos com violência. Chegava a brigar na escola quando ouvia algum apelido referente à sua cor. Levantamos também que os gestores eram orientados pelos familiares a não reagirem aos insultos. A família de origem também é importante para repassar crenças e valores para seus filhos. E, no caso dos nossos entrevistados, a maioria conviveu com a questão racial a partir da visão dos pais. Ou seja, prevaleceu a ideia de que os negros têm um lugar determinado na estrutura social brasileira e que, na medida do possível, os entrevistados deveriam de adequar a essa situação.

Outra questão importante que observamos é que a maioria dos nossos entrevistados não é oriunda de famílias desagregadas. Todos foram criados com a figura do pai e da mãe. Este fato pode ter influenciado a trajetória ascendente dos nossos entrevistados. Apesar das dificuldades, todos conseguiram passar por todo o processo de escolarização. Alguns somente conseguiram a graduação em curso superior depois da conquista de uma boa colocação no mercado de trabalho. Neste ponto, é fundamental ressaltar, como já havia sido levantado por vários autores, que a ação de uma ou mais pessoas que se interessaram pelo desenvolvimento dos entrevistados foi fundamental para sua trajetória ascendente no mercado de trabalho.

Nos estudos clássicos sobre essa questão o 'apadrinhamento' aparece como a adoção do negro por uma família branca de melhor posição social. Em nossa pesquisa, não foi possível identificar o 'padrinho' ou a 'madrinha' dos nossos gestores, mas sim, pessoas que foram, em momentos importantes, o apoio à ascensão social.

Os dados quantitativos indicaram que os negros ingressam mais cedo no mercado de trabalho. Nossos entrevistados iniciaram sua vida profissional por volta de 16 anos, na tentativa de ajudar a família financeiramente. Em empregos precários e pesados. Durante essa etapa da trajetória da vida dos gestores, há alguns relatos de episódios de discriminação racial. Vários ligados a insultos e ofensas racistas.

> [...] Quando trabalhei como técnico em eletrônica, tive alguns atritos com clientes por causa do prazo de entrega dos aparelhos. Aí sempre aparecia alguém com xingamento de crioulo, negro, vagabundo, preto não presta...essas coisas. Aí não agüentei... entreguei todo o serviço, joguei todas as minhas ferramentas fora e fui trabalhar como vigilante. Fui trabalhar como segurança no metrô. Muitas vezes, precisava chamar atenção de algum usuário, para não depredar a estação e muitos não aceitavam. Me chamavam de negro e burro.(Gestor entrevistado).

Os insultos e ofensas racistas vivenciados pelos gestores durante a infância, adolescência e nas primeiras experiências de trabalho remunerado é uma prática comum na sociedade brasileira. Segundo Guimarães (2000), a prática de insultar o outro está diretamente ligada a um tipo de relação de poder vinculada à reprodução de uma ordem moral, ou à legitimação de uma hierarquia entre os grupos sociais. Para esse autor, os insultos raciais procuraram legitimar a hierarquia social baseada na ideia de raça. Os insultos e as ofensas raciais também estão vinculados ao estigma social.

Com relação à trajetória profissional na empresa atual, constatamos que os gestores foram promovidos por sua competência, sua experiência, mérito e comprometimento com os valores das organizações em que atuam. É interessante notar que poucos passaram por sistemas estruturados de carreira ou promoção. A maioria foi identificada com as qualidades necessárias para os cargos de chefia por seus superiores e não há, na visão dos entrevistados, nenhuma vinculação entre a sua cor/raça e o seu processo de ascensão na empresa.

Mas, se as empresas não dificultaram a ascensão dos gestores por meio de políticas e práticas organizacionais, o mesmo não pode ser constatado no relacionamento com os demais empregados ou clientes da empresa, pois, foram vários os relatos de discriminação racial vivenciados pelos gestores. Um dos gestores entrevistados foi confundido com um segurança e quase impedido de entrar para a sua posse no cargo de chefia.

> Quando assumi o posto de gerente de operações do *shopping*, alguns lojistas dispararam um *e-mail* anônimo com a seguinte mensagem: 'agora o *shopping* contratou um gerente negro... O que um negro sabe fazer? Negro quando não na entrada, na saída é certa e outras coisas mais'. Este *e-mail* foi para a administração do *shopping* e para os outros gerentes. (Gestor entrevistado).

Houve ainda relatos de empregados que solicitaram mudança de setor, ou simplesmente não respeitavam a autoridade do gestor sem maiores explicações. Os gestores relataram que percebiam um estranhamento por parte de empregados e clientes da empresa quando eles/elas se identificavam como responsáveis por uma determinada área da empresa.

Segundo Guimarães (1999), o racismo no Brasil passou por duas fases distintas. Em um primeiro momento, a discriminação racial era aberta, mas informal e influenciada pela discriminação de classe e gênero. Este fato acabou gerando segregação em espaços públicos e privados: bares, restaurantes, igrejas. No momento atual, a discriminação racial segue os mecanismos de mercado, isolando indivíduos e não grupos; ou mecanismos psicológicos de inferiorização das características individuais, o que levaria a autodiscriminação. No Brasil, existe uma invisibilidade do racismo que é confundido com a discriminação por classe, ou até mesmo negado como uma prática social.

Assim, em nosso país, a maioria dos brasileiros nega ser racista, mas demonstra preconceito contra os negros (RODRIGUES, 1995). O estranhamento é uma das formas mais nítidas de reconhecimento de uma hierarquia social entre brancos e negros no mercado de trabalho. A maioria das pessoas estranha quando veem um negro em um posto de destaque na estrutura ocupacional. E, neste sentido, todos os entrevistados relataram episódios em que eles foram confundidos com empregados de cargos inferiores, como é o caso do subsecretário confundido com o segurança e do assessor de comunicação confundido com um motorista.

Mas os relatos apresentados também apresentaram pontos positivos com relação à trajetória dos gestores. Se houve dificuldades com clientes e outros parceiros da empresa, os entrevistados não apontaram nenhuma dificuldade no exercício de sua autoridade enquanto gestores. Considerando seus superiores e seus subordinados,

nenhum entrevistado relatou qualquer evento de cunho racial que tenha marcado sua trajetória ascendente na empresa. Pelo contrário, no fato em que o gestor foi discriminado por um cliente, a empresa em questão apoiou a decisão do gestor em processar o cliente por injúria racial.

A promoção e a acessão aos cargos de chefia revelaram duas práticas comuns: a valorização da construção da carreira na própria empresa, começando em cargos mais baixos da estrutura ocupacional, até os cargos de nível gerencial e, a importância das indicações, da rede social e da boa imagem do entrevistado como um 'trabalhador dedicado e eficiente'.

Assim, foi fundamental para a carreira dos nossos entrevistados a total adesão às políticas da empresa no que se refere à gestão de pessoas, aos produtos e aos processos organizacionais. E, neste sentido, todos fizeram questão de ressaltar que a promoção aconteceu em função da dedicação, da escolaridade, do profissionalismo, da experiência e das boas relações interpessoais construídas no interior da organização.

Com relação a mudanças no estilo de vida, os gestores não relataram grandes alterações, apenas aquelas da ordem do cotidiano, fora da empresa, que aconteceram mais em função do tempo destinado ao lazer e à família, o que ficou comprometido com as novas responsabilidades. Questionados sobre a permanência de contatos com os grupos de origem (infância e juventude), os entrevistados relataram que o afastamento ocorreu naturalmente, não havendo relação direta com ao cargo de chefia. No entanto, nesta esfera, a questão de um novo tipo de consumo resultou para alguns entrevistados em manifestações implícitas de diferenciação por cor. Os gestores relataram fatos relacionados ao consumo no qual passaram por situações constrangedoras, pelo fato de alguns vendedores não acreditarem que um bem de valor poderia ser adquirido por um negro. Em um dos casos, um gestor chegou a uma loja com a esposa para a compra de um colchão de molas. O casal foi ignorado pelos vendedores; e, em outro caso, um vendedor atendia um dos gestores e parou de atendê-lo, subitamente, quando outros clientes não negros chegaram à loja. Um dos entrevistados afirmou nunca ter passando por eventos de 'discriminação' racial no consumo, pois sabe os lugares que "pode" e "não pode" frequentar.

Parece, assim, que a lógica das demonstrações de racismo que misturam questões de raça, educação e posição social são compreendidas por todos como tendo uma mesma função: explicitar aos negros qual é o seu lugar na sociedade.

5. Considerações finais

Apesar das barreiras e das dificuldades encontradas pelos gestores entrevistados no processo de ascensão profissional, todos acreditam que foram a escolaridade e o esforço pessoal os fatores que mais contribuíram para o seu sucesso profissional.

Os eventos de discriminação, percebidos ao longo da trajetória de cada um foi um elemento a mais que motivou os entrevistados a persistirem na busca pelo sucesso profissional. E, neste sentido, essa foi a mensagem transmitida por esses gestores: 'se cheguei lá com o meu esforço, qualquer um pode chegar também'.

A questão das desigualdades raciais é considerada um elemento integrante da sociedade brasileira, impossível de ser eliminada, mas que pode ser vencida com o esforço próprio. É por isso que a maioria dos entrevistados é contra, ou tem alguma resistência a qualquer tipo de política pública voltada exclusivamente para os negros.

A principal conclusão da pesquisa é que brancos e negros não vivenciam as mesmas oportunidades de ascensão social na sociedade brasileira. Particularmente, no mercado de trabalho, pode haver barreiras de cunho racial que dificultem a mobilidade dos negros a postos mais estratégicos nas organizações. Essas barreiras estão relacionadas à origem familiar, a processos de discriminação racial, vivenciados na infância e na adolescência e às dificuldades de acesso às oportunidades de trabalho em cargos mais qualificados. A situação de pobreza da família de origem também influencia na inserção precoce no mercado de trabalho, o que acaba comprometendo os projetos de conclusão da escolaridade regular. Os negros no Brasil acumulam uma série de desvantagens que tornam o seu percurso profissional mais difícil no mercado de trabalho.

Na visão de alguns autores, a explicação para negros e mestiços terem estado em posição subalterna na hierarquia social era a proximidade com o período escravocrata. Essas diferenças iriam desaparecer com

o tempo e com o desenvolvimento econômico do país. Ou seja, o desenvolvimento econômico reduziria a distância entre negros e brancos na sociedade brasileira. Este estudo comprova que ainda precisamos avançar muito e, neste sentido, as desigualdades raciais, visíveis no mercado de trabalho, ainda é uma marca importante da sociedade brasileira.

Nosso estudo constatou, em um primeiro momento que, no período de 1999 a 2009, o mercado de trabalho ampliou as oportunidades para todos os grupos analisados: homens brancos e mulheres brancas e homens negros e mulheres negras. No entanto, em quase todos os dados apresentados, a distância entre os grupos continua proporcionalmente elevada refletindo uma hierarquia que caracteriza as relações de gênero e de raça em nosso país. Assim, os negros, homens e mulheres negros, estão proporcionalmente em maior número entre os desocupados, ocupam os cargos menos qualificados, recebem uma remuneração menor, ingressam mais cedo no mercado de trabalho e, principalmente, são sub-representados em cargos de chefia.

Um aspecto positivo que a nossa pesquisa apontou foi o aumento da autodeclaração dos negros, o que pode significar uma consciência maior sobre a situação social deste grupo. Outro aspecto positivo para todos os grupos foi o aumento da escolaridade, o que aponta para a eficácia das atuais políticas públicas de educação.

O nosso estudo qualitativo foi particularmente esclarecedor. Primeiramente, pela forma como os gestores se posicionaram para responder as questões do roteiro de entrevista. Uma revelação importante é a diferença que sentimos entre a posição dos homens negros e das mulheres negras. Os homens falaram mais, desenvolveram suas ideias, se emocionaram em alguns momentos e se posicionaram mais claramente frente às manifestações de discriminação racial. Algumas mulheres, ao contrário, foram mais fechadas, desconfiaram da pesquisa e não desenvolveram as respostas. Esses comportamentos sugerem que as mulheres negras realmente vivenciam um grau mais elevado de discriminação racial. A questão da raça se soma ao gênero e à sua condição social de origem.

Outra constatação importante foi a inexistência de processos formalizados de gestão de carreiras nas organizações. Com exceção das instituições públicas que adotam processos de seleção interna ou indicação política, notamos que as empresas adotam um sistema linear de carreira, privilegiando a experiência adquirida com a ocupação de vários cargos na organização e a indicação de um gestor que identifica o potencial do funcionário para a ocupação de um cargo gerencial. Neste sentido, não identificamos, na fala dos empregados, qualquer restrição das organizações aos entrevistados em função do gênero e da cor. E também, de uma forma positiva, percebemos o apoio organizacional nos casos eventos de discriminação racial vivenciados pelos gestores.

Sobre essa questão, ficou também comprovado que o fato dos negros estarem ocupando cargos estratégicos, não significa que estão afastados de manifestações racistas presentes em outras esferas da vida pública. Os insultos e as ofensas, em função da cor, foram relatados por todos os gestores entrevistados. No entanto, parece que a questão é mais séria no relacionamento do gestor com os clientes da empresa.

Apesar dos avanços observados na última década com relação à visibilidade desta questão – por meio de iniciativas públicas como a instalação da SEPPIR (Secretaria de Promoção da Igualdade Racial), criada pelo Governo Federal, em 2003 –, as discussões políticas em torno do Estatuto da igualdade racial – aprovado pelo Congresso em 2010 –, e as iniciativas privadas, como a instalação de comissões pró-equidade de gênero e raça em algumas empresas, a questão racial continua sendo, para a maioria da população, negra e não negra, um tema polêmico, difícil, e que provoca pouca mobilização social.

Observamos, enfim, ao longo da década, o fortalecimento das organizações não governamentais de cunho racial que, apesar das inúmeras dificuldades, mantêm o debate sobre o racismo presente em várias esferas sociais.

Referências

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Ática, 1965.

FIGUEIREDO, Ângela. **Novas elites de cor**: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador. São Paulo: Anablume, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 16.a. edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 27.ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

_____, Antônio Sérgio Alfredo. **O insulto racial**: as ofensas verbais registradas em queixas de discriminação. Rio de Janeiro: Estudos afro-asiáticos, 2000.

_____, Antônio Sérgio & HUNTLEY, Lyn. **Tirando a máscara**: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdade raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

_____, Carlos & VALLE, Nelson & LIMA, Márcia. **Cor e estratificação social**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

_____, Carlos. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. In: Maio, Marcos e Santos, Ricardo. **Raça, ciência e sociedade.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Notas técnicas**, 2010. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em 20/08/2009

PASTORE, José & SILVA, Nelson Vale. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Mkron, 2000.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **A mobilidade social dos negros brasileiros**. Texto para discussão. Brasília, 2004. Disponível em <www.ipea.gov.br>. Acesso em 21/05/2009

SANSONE, Lívio**.** Cor, classe e modernidade em duas áreas da Bahia. In: **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, 1993, pp.143-175.

SILVA, Regina Márcio. (2001), **Serviço de branco, serviço de preto**: um estudo sobre cor e trabalho no Brasil urbano. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

TELLES, E. Características sociais dos trabalhadores informais: o caso das regiões metropolitanas no Brasil. In: **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, 1990.

_____, E. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Fundação Ford, 2003.

RODRIGUES, Fernando. Racismo cordial. In: TURRA, Cleusa & VENTURINI, Gustavo. **Folha de São Paulo/Datafolha**. Racismo Cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil. São Paulo: Ática, 1995.

Um mulato na Revolução Farroupilha (1835-1845): José Marianno de Mattos

Ana Crhistina Vanali[1]
anacvanali@yahoo.com.br

Resumo: o trabalho busca apresentar a trajetória de José Marianno de Mattos na Revolução Farroupilha (1835--1845). Carioca, militar e mulato, se estabeleceu nos mais altos cargos, durante o movimento farrapo, ao ser Ministro da Guerra, da Marinha e do Exterior, Vice-Presidente da República Rio-Grandense e Presidente em substituição a Bento Gonçalves em algumas passagens do período entre 1839 a 1841. Assim, acompanhando a trajetória de José Marianno Mattos, os espaços por onde circulou, os postos e cargos assumidos e as redes de relações estabelecidas, pretende-se questionar uma historiografia que por muito tempo silenciou esta participação no movimento, bem como a cor deste personagem. Procurando fazer uma reflexão sobre as construções sociais existentes na primeira metade do Brasil do século XIX, e fundamentando-se em fontes diversas, principalmente nas correspondências deste período, o referido trabalho propõe pensar o mulato entre os farroupilhas, bem como no seu contexto revolucionário.

Palavras-chaves: José Marianno Mattos, Revolução Farroupilha, trajetória afrodescendente, ascensão social afrodescendente, pensamento social brasileiro.

Introdução

O presente trabalho tem por tema a trajetória de um mulato na Revolução Farroupilha (1835-1845) que é considerada um símbolo para a identidade regional rio-grandense. Os participantes da Revolução Farroupilha, como a elite[2] do movimento, ganharam lugar de destaque na historiografia rio-grandense, ao serem resgatados pela memória de um coletivo e preservado, ao longo dos anos, pela história regional. Desta forma, pesquisar o envolvimento dos negros e mulatos na Revolução Farroupilha, apresenta-se como uma tarefa desafiadora, uma vez que este é um tema que necessita de novas leituras e de trabalhos que tragam diferentes abordagens. Michael Pollak (1989) ao lembrar que a memória é seletiva, evidencia a teoria do enquadramento, levando em consideração os diferentes atores e os processos que intervém no trabalho de constituição e formalização da memória, onde o pesquisador ao resgatá-la contribui significativamente nesta "seleção". Referenciada por um coletivo, segundo Maurice Halbwachs (1990), a memória individual se constitui a partir de um ponto de vista sobre a memória coletiva, quer seja influenciada tanto pelo lugar que este ocupa em seu grupo, bem como pelas redes nele estabelecidas, uma vez que é no coletivo que se encontra, como também nos coloca René Rémond, "as raízes das convicções e as origens dos comportamentos" (2003:36). Ou seja, é importante destacar a relação entre o coletivo, a História e o político nesse tipo de estudo.

---

1 Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (1995) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Paraná (2002). Tem experiência na área de Pensamento Social, com ênfase em História do Paraná. Atualmente é doutoranda em Sociologia na Universidade Federal do Paraná (linha de pesquisa: Estado e Sociedade) e bolsista da CAPES (estágio doutoral) na CESNOVA/Universidade Nova de Lisboa. Membro do grupo de pesquisa NEP (Núcleo de Estudos Paranaense-CAPES).

2 Seguimos a conceituação de Flávio Heinz ao se referir à elite, uma vez que para este, trata-se de um termo empregado em um sentido amplo e descritivo, que faz referências a categorias ou grupos que parecem ocupar o 'topo' de estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos. (HEINZ, 2006, p. 07).

Assim, tendo como recorte temporal, o período de 1835-1845 e o desenvolvimento da Revolução Farroupilha, este estudo tem como objetivo maior, analisar a participação dos negros e mulatos junto ao movimento farrapo, mostrando que esta não se limitou apenas às tropas farroupilhas e aos Lanceiros Negros[3]. Desta forma destacaremos a atuação de José Marianno de Mattos que ocupou posições e cargos de destaques junto ao movimento, mas que a historiografia por muito tempo silenciou que era ocupado também por homens considerados como mulatos.

Assim, por meio do estudo de José Marianno de Mattos[4], buscamos evidenciar os diferentes mundos por negros e mulatos ingressados e os diferentes meios de acesso, que foram muitas vezes favorecidos pela condição socioeconômica e a rede de relações sociais[5] a eles vinculadas.

José Marianno de Mattos: branco, negro ou mulato?

Estudar a participação dos negros e mulatos na Revolução Farroupilha (1835-1845), nos remete a uma temática bastante pertinente e ainda questionada na historiografia brasileira: a questão do "ser negro" e "ser mulato" no Brasil Imperial. Como definir socialmente aqueles que no século XIX eram uma parcela significativa da população da então Província do Rio Grande do Sul?

No período colonial, segundo Barros (2009:14), foi sendo socialmente construída uma ideia do "ser negro" por oposição ao "ser branco", com o objetivo de "alimentar" o desenvolvimento do tráfico de escravos, onde alguns aspectos foram sendo estabelecidos como "diferenças", que vieram a repercutir na formação política, econômica e social do Brasil. Dentre estes aspectos, a questão da cor foi uma das características "selecionadas" para a diferenciação, visto que como coloca Barros *"nem todas as diferenças naturais e culturais são selecionadas como diferenças sociais"* (2009:53). Desta forma, percebe-se que existe uma construção social que envolve essas definições, que são aprendidas/desenvolvidas no seio de determinadas sociedades, ao implantarem diferentes formas de percepções nos indivíduos que as compõem.

Assim, o considerado negro no Brasil, encontrou espaço na sociedade imperial brasileira como importante fonte de mão-de-obra, mas não limitou-se a esta situação. Mesmo que em grande parte se encontrassem na condição de escravos, o "negro", em alguns casos, conseguiu se inserir de outras formas na sociedade, uma vez que o sistema escravista permitia algumas brechas que possibilitavam que o escravo conquistasse a sua alforria, como a inserção na condição de soldado, junto às tropas do exército[6]. Mas entre o "ser visto" como negro ou como branco, o imaginário do período colonial e imperial apresentou outra construção: o mulato.

O "ser mulato" no Brasil colonial e imperial significava estar localizado em uma categoria mais bem situada que os escravos e os negros libertos do mesmo período. No Brasil imperial foi se moldando uma sociedade baseada nas representações, onde espaços foram sendo criados, e uma construção social sendo estabelecida. O mulato neste período encontrou um pequeno espaço de movimentação social, onde a condição socioeconômica

---

3 Formado em 12 de setembro de 1836 o 1º Corpo de Cavalaria de Lanceiros Negros, teve um papel fundamental na Batalha do Seival, fazendo com que alguns anos mais tarde, mais precisamente em 31 de agosto de 1838, fosse criado o 2º Corpo de Lanceiros Negros.

4 Os documentos referentes a José Mariano de Matos divergem quanto à escrita de seu sobrenome, que pode ser apresentado como Matos, ou como Mattos.

5 Ao mencionar o termo rede social, fundamenta-se em Fábio Kuhn (2006), que entende as redes sociais como a representação das interações contínuas das diferentes estratégias individuais ou, em outras palavras, as relações pessoais que formam redes, e não apenas cadeias ou trilhas, precisamente porque cada pessoa e grupo constituem um ponto de encontro, ou nó, de muitas relações (2006:21).

6 Vale lembrar que o número de alforrias no século XIX diminui consideravelmente em relação ao século XVIII, em razão da alta dos preços dos escravos. Para este tema sugere-se o trabalho de GRINBERG, Keila. Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org). **Repensando o Brasil do Oitocentos**: cidadania, política e liberdade. RJ: Civilização Brasileira, 2009. pp. 417-435.

em que estava inserido poderia ser levada mais em consideração do que muitas vezes suas características físicas. Este era um grande passo para uma maior mobilidade, pois mesmo a questão da cor sendo "silenciado", o que de forma alguma faria com que esta fosse esquecida ou socialmente aceita, o "mulato" deste período ao ter contato com melhores condições sociais, conseguia algumas vezes ascender socialmente, ocupando cargos que muitas vezes a histografia omitiu que não fossem somente de uma elite branca.

Como já mencionado, a historiografia recentemente vem dando uma maior atenção a questão dos negros[7] no movimento farrapo, e quando a faz ainda é de uma forma um tanto que genérica, vinculando a participação destes com a Surpresa de Porongos[8], sem um maior estudo aprofundado daqueles que participaram junto a liderança do movimento.

A historiografia ao silenciar estas participações, deixa espaços, que segundo Flores (2004:55) acabaram muitas vezes sendo preenchidos pela tradição que reconstitui o passado de maneira idealizada. E, esta reconstrução, colaborou para a elaboração de um imaginário social, que ainda vincula a Revolução Farroupilha aos seus grandes líderes, e assim, principais personagens. Sabe-se que o movimento farrapo não se desenvolveu e não foi composto apenas por este pequeno grupo, e que ao direcionarmos o nosso olhar para a historiografia, perceberemos que esta construção é fruto da representação estabelecida ao longo da História, formulada e desenvolvida dentro de uma sociedade.

No entanto, se nos limitássemos a estudar apenas a liderança do movimento farrapo, esta abordagem já nos identificaria a participação de mulatos como farrapos, visto que importantes cargos administrativos do período da Revolução Farroupilha, foram ocupados por homens ditos "de cor[9]". Considerado como cargo estratégico no período da Revolução Farroupilha, assumir o Ministério e fazer parte da administração da então República Rio-Grandense era "privilégio" de poucos, visto o poder atribuído a tal cargo, bem como a condição e o "status" social que a ele eram somados. Mas como fazer parte deste seleto grupo? Acreditar que apenas capacidades administrativas e de lideranças são requisitos suficientes para alguém desempenhar esta tarefa, seria um grande equívoco.

Ocupar cargos como os de Ministros no período da Revolução Farroupilha, exigiram sim capacidades de comando, mas estas só seriam "valorizadas" de acordo com a condição socioeconômica de determinado indivíduo, acompanhado das redes de relações sociais por esse estabelecidas, onde postos e cargos eram atribuídos a pessoas de um mesmo âmbito social.

Assim, pode se afirmar que foi uma minoria que esteve no comando do movimento farrapo, fortalecida pelas suas condições sociais e econômicas favoráveis. Mas quem foram estas minorias e se estas foram exclusivamente brancas? São pontos e concepções que precisam ser discutidos e analisados, bem como as construções sociais então estabelecidas.

As questões do "ser branco", "ser negro" e "ser mulato" no Brasil Imperial, se apresentaram como conceitos fluidos, elásticos, onde a questão da cor da pele poderia estar atrelada a condição econômica de determinado indivíduo, que quanto mais alta, mais "branco" o tornava.

Ser branco poderia se apresentar como sinônimo de ser livre, de ter acesso a um mundo, do qual negros e mulatos teoricamente não teriam, porque a estes estavam limitadas as posições sociais consideradas como mais inferiores. Mas, praticamente, tais "teorias" sociais poderiam ser dribladas por negros e mulatos, caso esses conseguissem formas "alternativas" de ascender socialmente.

José Marianno de Mattos precisa de um estudo mais especifico que se destaque na historiografia[10], evidenciando sua participação efetiva nas principais decisões do período junto ao movimento farrapo. É considerado por alguns

---

7 Destaque para os autores Moacyr Flores (1985/2002/2004), Mario Maestri (1985/2002/2004), Margaret Bakos (1985), Raul Carrion (2005), Spencer Leitman (1979/1985/2007), entre outros.

8 Episódio ocorrido em 14 de novembro de 1844, onde centenas de soldados negros e mulatos foram atacados e mortos por tropas imperiais.

9 Utiliza-se este termo para se referir a pessoas que não eram consideradas brancas, no período do Brasil Imperial.

10 Ver MARQUES, Leticia Rosa (2013). JOSÉ MARIANNO DE MATTOS: conquistas e desafios de um mulato carioca na Revolução Farroupilha (1835-1845). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História pela PUCRS.

autores, bem como por fonte documental do período, como sendo mulato. Não pretendemos neste trabalho, fazer classificações ou constituir categorias que estabeleçam enquadramentos para diferentes características físicas. Pelo contrário, queremos mostrar como essas características encontram certa "mobilidade", visto a interpretação e o olhar a que lhe são atribuídos. Tais divergências se apresentam quando percebe-se as diferentes concepções e interpretações para características físicas de um mesmo indivíduo. Assim, partindo dessas construções sociais, um dos envolvidos por essas diferentes interpretações foi José Marianno de Mattos.

Mattos nasceu no Rio de Janeiro em 1801. Sua filiação foi pouco aprofundada pela historiografia. Através de correspondências do período em que se desenvolveu o movimento farrapo, encontramos cartas de sua mãe, Ana Flávia de Mattos, e de um de seus irmãos Luis Briano de Mattos, onde a questão da paternidade ainda é algo não muito esclarecido. Bento em *O Exército farrapo e os seus chefes* (1992), aponta que Mattos seria filho de José Mariano de Matos, mas não esclarece sua origem e família, nem a condição social da mesma, mas lembra que José Marianno de Mattos (filho) "era mulato, quase branco" (BENTO, 1976).

Aderindo a carreira militar, foi nesta instituição, o Exército, que Mattos passou maior parte de sua vida, onde conseguiu ascender hierarquica e socialmente, ingressando como praça, até alcançar o posto de Brigadeiro, em 1861. Tal ascensão foi facilitada pelas condições militares, onde as promoções poderiam seguir critérios tais como merecimento. Mas vale salientar, que tais critérios eram "melhor" avaliados de acordo com a rede social e a rede de poder em que este estava envolvido, permitindo o contato com pessoas influentes em cargos de destaque, o que se tornava um facilitador de acesso a melhores cargos e posições sociais.

A historiografia, sempre trabalhou a figura de José Marianno de Mattos de uma forma bastante breve e um pouco genérica, mesmo ciente dos importantes cargos por ele ocupados junto ao movimento farrapo. Nomeado Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro por serviços militares prestados na Guerra da Independência, Mattos chegou à região sul como Major em 1830. Ocupando o posto de Sargento-mor comandante do 1º Corpo de Artilharia do movimento farroupilha[11].

Casado com Isabel Leonor Meireles de Mattos, José Marianno de Mattos permaneceu no Rio Grande do Sul até os anos finais da Revolução Farroupilha, junto com sua família, que somava um total de 30 pessoas, na qual contava junto à família de sua mãe[12].

Mattos foi um dos responsáveis pela eclosão da Revolução Farroupilha, e ocupou cargos administrativos de destaque. Mas não foram só nas ações que antecederam a Revolução Farroupilha, que Mattos se destacou pelo seu envolvimento. Foi também Ministro da Guerra, Marinha e Exterior, vice-presidente da República Rio-Grandense e presidente em substituição a Bento Gonçalves entre 1838 e 1841.

Considerado por autores como Padoin (1999), Flores (2004) e Bento (1976) como mulato, esta afirmação é fortalecida também por fontes documentais do período da Revolução Farroupilha, como é o caso do Diário do Antônio Vicente da Fontoura que foi Ministro da Fazenda e depois um dos negociadores da Paz, fez através de correspondências enviadas a sua esposa Clarinda, do período de 1º de janeiro de 1844 a 22 de março de 1845, algumas referências à cor de José Marianno de Mattos, o caracterizando como mulato.

Apontado por Fontoura (1984:33), como sendo "o monstro dos monstros", Mattos foi fortemente criticado por este, que utilizava-se nas correspondências da sua condição de mulato, para discriminá-lo e assim diminuir sua força política. Ao integrar a tropa farroupilha, Mattos se colocou como um dos "braços direitos" de Bento Gonçalves, sendo este grupo por ele integrado, visto com hostilidade por Fontoura.

Assim, também percebe-se as divergências existentes na elite do movimento farrapo, cujos interesses e ideais eram bastante distintos, alimentando um sentimento de desprezo e rivalidade que foi, muitas vezes "contido" durante o período da Revolução Farroupilha, em vista de alguns interesses e de um mesmo "inimigo" em comum: o Império.

No mesmo ano de 1842, percebe-se o importante papel das redes de relações e da posição social então estabelecida, para o acesso a diferentes cargos e a sua influência também nas eleições para Deputado da

---

11 Correspondência do Acervo do AHRGS, CV-5677, 29 de outubro de 1833.

12 Correspondência do Acervo do AHRGS, CV -5818, s/data.

Assembleia Constituinte do Estado, nas quais Mattos foi o oitavo deputado mais votado, eleito com 2694 votos[13].

José Marianno de Mattos despertou a "ira" de muitos revolucionários pelos cargos que ocupou, utilizando argumentos como o de que não era filho da Província do Rio Grande, para fazerem severas críticas ao governo pelos cargos e funções a eles atribuídos. O fato é que Mattos fazia parte do ciclo de amizade de Bento Gonçalves, onde se estabeleceu como importante "aliado" à causa farroupilha e isso foi um fator relevante para as decisões e escolhas por este tomadas.

Com o término da Revolução Farroupilha, nem todos os farrapos tiveram as mesmas oportunidades. Mattos foi o farrapo que conseguiu chegar mais alto na hierarquia militar do Império, sendo Ministro da Guerra do Império (1864). Mas, como Mattos sendo um mulato conseguiu tamanho feito? A resposta para este questionamento pode estar associada ao fato de que a "sua cor" era levada menos em consideração do que sua condição socioeconômica. Mattos conseguiu ascender socialmente, através de um pequeno espaço que o considerado "mulato" encontrou de mobilidade no período imperial, se valendo das oportunidades por ele conquistadas e fortalecendo sempre importantes relações.

Conclusão

Importantes personagens, grandes ações. É desta forma que parte da historiografia foi ao longo dos anos trabalhando e resgatando a questão da Revolução Farroupilha, transformando-a em símbolo de identidade regional. Selecionando fatos, atores e eventos, a memória de um movimento que se destacou dentre outros fatores, por sua longa duração, foi perpetuada por um coletivo, que muitas vezes silenciou, assim como a historiografia, aspectos importantes e necessários para uma maior compreensão do que foi o movimento farrapo.

O exército farroupilha, contou com participações que foram fundamentais para os conflitos mantidos contra o Império, dentre elas a de José Marianno de Mattos. Portanto, ao trabalharmos a figura desse que foi um importante Ministro no período da Revolução Farroupilha, objetivamos enfatizar os diferentes "mundos" por negros e mulatos ingressados.

Desta forma buscamos evidenciar que a questão da cor da pele se apresentou sim como um meio de seleção e de obstáculo a uma possível ascensão social, mas que muitas vezes pode ser "desconsiderada", visto que a posição social e a rede de relações a ela atrelada se tornavam fatores suficientemente favoráveis para o ingresso a lugares de destaque na sociedade, a ponto de tornar suas origens étnicas um elemento silenciado inclusive pela historiografia.

Assim, ciente do papel do pesquisador e da interferência do coletivo para a construção e reconstrução da história, este trabalho terá que ser aprofundado, ampliando a produção já existente em torno da temática da Revolução Farroupilha. Deste modo, destaca-se que o movimento farrapo contou sim com importantes personagens, mas que estes também poderiam ser negros e mulatos, que deixaram sua marca e colaboram ao também escreverem partes da história.

Referências

BAKOS, Margaret Marchiori (1985). A escravidão negra e os farrapos. In: DACANAL, José Hildebrando (org.) e outros. **A Revolução Farroupilha: História e Interpretação.** Porto Alegre: Mercado Aberto, pp. 79-97.

BARROS, José D' Assunção (2009). **A Construção Social da Cor**. Petrópolis, RJ: Vozes.

13 O AMERICANO, Jornal de Alegrete, nº 4, de 5 de outubro de 1842, p. 207.

BENTO, Cláudio Moreira (1992). **O exército Farrapo e os seus chefes.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora..

_____ (1976). **O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul** (1635-1975). Porto Alegre: Grafosul.

CARRION, Raul (2005). **Os Lanceiros Negros na Guerra dos Farrapos.** 2 ed. Porto Alegre: Gabinete do Vereador Raul Carrion.

CUNHA, José Zeferino da (1902). **Apontamentos para a História da Revolução Farroupilha de 1835.** Pelotas: Typografia da Livraria Americana Pintos & C.

FLORES, Moacyr (1996). **Modelo Político dos Farrapos**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto.

_____ (2004). **Negros na Revolução Farroupilha***: traição em Porongos e farsa em Ponche Verde*. Porto Alegre: Estante Raízes africanas, Vol.4.

FONTOURA, Antônio Vicente da (1984). **Diário**: de 1º de janeiro de 1844 a 22 de março de 1845. Caxias do Sul: EDUCS.

GRINBERG, Keila (2009). Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org). **Repensando o Brasil do Oitocentos**: *cidadania, política e liberdade*. RJ: Civilização Brasileira, pp. 417-435.

HALBWACHS, Maurice (1990). **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice.

HEINZ, Flávio (org.) (2006). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV.

KÜHN, Fábio (2006). **Gente da Fronteira**: família, sociedade e poder no Sul da América Portuguesa – Século XVIII. Niterói: Tese de Doutorado em História da Universidade Federal Fluminense.

LAYTANO, Dante (1983). **História da República Rio-Grandense.** 2. ed. Porto Alegre: Sulina.

LEITMAN, Spencer (1985). **Negros Farrapos**: hipocrisia racial no sul do Brasil no século XIX. In: DACANAL, José Hildebrando (org.) e outros. **A Revolução Farroupilha: História e interpretação.** Porto Alegre: Mercado Aberto, pp. 61-78.

_____ (2007). **Os Farrapos negros e a política da escravidão.** In: FILHO, Omar de Barros; SEELIG, Ricardo Vaz; BOJUNGA, Sylvia (org.). **Sonhos de Liberdade.** Porto Alegre: Laser Press Comunicação.

_____ (1985). **Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos.** RJ: Graal, 1979.

LESSA, Barbosa. **Domingos José de Almeida.** Porto Alegre: Tchê Comunicações.

MAESTRI, Mário (1993). **O escravo gaúcho**: *resistência e trabalho*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

MATTOS, Hebe (2009). Racialização e cidadania no Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org). **Repensando o Brasil do Oitocentos**: cidadania, política e liberdade. RJ: Civilização Brasileira, pp 351-391.

MENEGATI, Carla (2009). **O tramado, a pena e as tropas**: *família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em História da UFRGS.

PADOIN, Maria Medianeira (2001). **Federalismo Gaúcho – Fronteira Platina, Direito e Revolução.** SP: Companhia Editora Nacional.

_____ (1999). **O Federalismo no espaço fronteiriço platino:** a Revolução Farroupilha (1835-45). 1999. Porto Alegre: Tese de Doutorado em História da UFRGS.

POLLAK, Michael (1989). Memória, Esquecimento, Silêncio. IN: **Estudos Históricos**, São Paulo: Ed.Revista dos Tribunais.

RÉMOND, René (2003). "Uma história presente" e "Do político". In: REMOND, R. **Por uma história política**. RJ: FGV.

Fontes Documentais

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Anais**, Coleção Varela, vol.7, Porto Alegre, 1983.
Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Anais,** Coleção Varela, vol.8, Porto Alegre, 1984.
Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Anais,** Coleção Varela, vol.10, Porto Alegre, 1991.
Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**.** Guerra civil no Brasil Meridional (1835/1845). **Anais,** Coleção Varela, vol. 17, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. [recurso eletrônico]. Disponível em: http://www.pucrs.br/edipucrs/ahrs/guerracivil.pdf. Acesso dia 18 de set. de 2010.
Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Os Segredos do Jarau: documentos sobre a Revolução Farroupilha (1835-1845). **Anais**, Coleção Varela, col. 18, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. [recurso eletrônico]. Disponível em: http://www.pucrs.br/edipucrs/ahrs/segredosdojarau.pdf. Acesso dia 19 de set. de 2010.
Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**.** Uma República contra o Império (1835-1845), **Anais**, Coleção Varela, vol. 17, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. [recurso eletrônico]. Disponível em: www.pucrs.br/edipucrs/ahrs/umarepublica.pdf. Acesso dia 20 de set. de 2010.
Jornal **O AMERICANO** (1842), Acervo do Arquivo Histórico de Pelotas/RS.

Pequena cronologia de José Marianno de Matos

Foto extraída do livro de AMARAL, Antonio Carlos Mesquita do (2003).
Velhos comandantes (1831-1925). Regimento Mallet.
Santa Maria/RS: edição do autor. pg. 11

1801	nasceu no Rio de Janeiro. Foi engenheiro, militar e republicano, formado pela Escola Militar.
02.08.1822	soldado voluntário no 1º corpo de artilharia de posição
04.09.1822	sargento graduado
24.02.1823	alferes, por decreto
12.10.1823	promovido a 1º tenente, para a 1ª Companhia, por decreto
24.03.1824	prestou juramento à constituição política do império como 1º tenente
23.06.1824	nomeado para coadjuvar ao major do Corpo de Engenheiros, Manoel José de Oliveira, no levantamento das obras de fortificação da costa do norte da província do Rio de Janeiro
12.10.1824	promovido a capitão
11.01.1825	recolheu-se ao corpo, em cumprimento de portaria
28.03.1827	destacado para a província de São Pedro do Sul
07.04.1829	regressa da província de São Pedro do Sul
18.10.1829	promovido a major
17.10.1830	nomeado cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro pelos serviços prestados à independência do Brasil.
09.05.1831	passou a comandar o Corpo de Artilharia de Marinha
01.09.1831	nomeado comandante para o Corpo de Artilharia a Cavalo de primeira linha, em consequência do que foi dispensado do comando do Corpo de Artilharia de Marinha
1833	major comandante do Corpo de Artilharia a cavalo, liderou, junto com João Manuel de Lima e Silva, os protestos populares, contra a Sociedade Militar, cuja filial tinha sido recém criada em Porto Alegre. A sociedade era suspeita de simpatizar com a restauração de D. Pedro I e não era vista com bons olhos pelos estancieiros. Abafada a rebelião, foi afastado do comando pelo governador José Mariani. Seguiu então para o Rio de Janeiro, onde expôs aos regentes, entre eles seu irmão mais velho Francisco Marianno, a situação de conflito da província, o que levou, entre outras coisas, à renuncia do presidente da província.
30.03.1835	exonerado do cargo de comandante
18.09.1835	esteve presente na sessão da Loja Maçônica Philantropia e Liberdade, que decidiu iniciar a Revolução Farroupilha
10.09.1836	vitória da Batalha do Seival que influi decisivamente para a implantação da República Rio-grandense do qual foi ministro da Guerra e da Marinha e vice-presidente da República
23.11.1840 a 14.03.1841	Presidente interino da República Rio-grandense, em substituição a Bento Gonçalves
1840	Fim da Revolução Farroupilha Próximo do final da revolução foi preso em Piratini, junto com o coronel Joaquim Pedro, por Chico Pedro, o Moringue, e encarcerado em Canguçu.
1851-1852	foi ajudante-geral do Duque de Caxias durante a guerra contra Oribe e Rosas. Retorna ao Rio de Janeiro e retoma sua carreira militar.
1855	participou de diversas experiências sobre o uso de foguete de Halle juntamente com o Barão de Capanema
1864	Ministro da Guerra do Império
05.01.1866	Falecimento – era general e ministro do Conselho Supremo Militar

"Educação para uma vida melhor" – trajetórias de docentes negros em diálogo com receituários intelectuais

Arilda Arboleya[1]
Fernando Ciello[2]
Simone Meucci[3]

Resumo: A histórica engenharia de exploração e subjugação do trabalho negro no Brasil configurou um circuito de desigualdades sociais reincidente. Este quadro se mostra claro nos limites estruturais impostos às possibilidades de ascensão social de afrodescendentes ainda hoje verificadas. Este trabalho pretende refletir sobre trajetórias de docentes negros de universidades públicas brasileiras procurando perceber como a educação aparece instrumentalizada nestes discursos, tensionada entre a busca consciente de superação da condição histórica; os limites sócio estruturais da desigualdade formal e simbólica; e a representação de si na composição do mérito. A análise desenvolve-se, mobilizando produções sociológicas acerca da relação entre educação, raça e ascensão social.

Palavras-chave: educação, trajetórias, negros, ascensão social.

Introdução

Um ligeiro olhar para as universidades públicas brasileiras nos fará ver facilmente que, a despeito da população nacional ser de maioria negra, este é ainda hoje um ambiente essencialmente branco. Tal fato coloca em pauta as barreiras estruturais e simbólicas que se interpõem na trajetória educacional dos negros, suas oportunidades de acesso a educação de qualidade, bem como as representações sociais que compõem o campo de possibilidades daqueles que ascendem num mundo branco.

Mobilizando a metodologia de história oral (Queiroz, 1987), este trabalho analisa – via relatos de três docentes negros de diferentes áreas de formação, em diferentes universidades – fatores objetivos e subjetivações que agem na ascensão intelectual e social daqueles que contrariaram a norma excludente. Partindo do suposto de que educação alcança um significado singular na trajetória social destes sujeitos, tensionada entre o significado do mérito, as barreiras sócio-estruturais e a consciência histórica da desigualdade, pareceu-nos importante realizar três movimentos analíticos: I) a localização da engenharia histórica e do quadro atual de marginalização negra através de dados quantitativos; II) a problematização teórico-sociológica do tripé educação-raça-mobilidade; III) a análise instrumentalização educacional nas trajetórias sociais dos docentes entrevistados.

---

1 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná/BR, vinculada ao Grupo de Pesquisa Pensamento social, Intelectuais e Circulação de Ideias (http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7183528190125330). Contato: arildaa@hotmail.com.

2 Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná/BR, com concentração em Antropologia da Saúde. Contato: fernando.ciello@gmail.com.

3 Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná/BR vinculada ao Grupo de Pesquisa Pensamento social, Intelectuais e Circulação de Ideias (http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7183528190125330). Contato: simonemeucci2010@gmail.com.

Determinantes históricos

No curso do desenvolvimento sócio-político do Brasil, as relações raciais figuram como um drama estrutural no qual o negro aparece como protagonista. Seja no arranjo produtivo, na formatação identitária ou da cidadania política, sua presença compõe um reiterado desconforto nacional, pois indicativa da fragilidade do país em figurar no concerto das nações desenvolvidas, dado o atraso atávico da disposição inclusiva. Nessa cifra, este sujeito histórico foi tratado de maneiras diversas em momentos diversos pela intelectualidade nacional: mercadoria (mão-de-obra para a lavoura no período colonial); eugenia social (embranquecimento da nação no final do século XIX); *democracia racial* (invisibilização no despontar dos anos 1930); trabalhador nacional subalterno (integração pela necessidade produtiva pós-1970).

Transplantados para diversas regiões do país na condição de escravos, os negros tornaram-se eixo da imbricação entre um modo de produção agroexportador colonial e uma ordem societária patrimonialista (Fernandes, 2010). Foram, assim, agentes da acumulação capitalista primária e expoentes do modelo sócio-político excludente, alicerce da desigualdade social.

Ao longo da história, processaram-se transformações econômicas e político-institucionais que, no entanto, não alteraram significativamente o arranjo societário, mantendo os populares à margem das benesses desse avanço. Expoente disso é o despreparo com que os negros foram lançados ao mercado de trabalho livre, tendo de lidar com as marcas materiais e simbólicas da escravidão (auto subjetivação e estigmatização social), a concorrência com a mão-de-obra imigrante, o abandono do Estado (Fernandes, 1965). Foram afastados sistematicamente das organizações sociais, logo, das possibilidades de preparação para inserção na sociedade urbana competitiva, donde depreende-se a gênese dos impasses contemporâneos no Brasil, no que tange às medidas inclusivas recentes.

Este modelo social excludente ainda aparece claro em engenharias institucionais e padrões de representação social do negro – o material e o simbólico articulados sobre a negação discursiva e a prática reiterada do racismo institucional (Carvalho, 2005), como acusam alguns indicadores sociais.

Alguns dados[4]

Segundo o Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 50,74% dos brasileiros são negros[5]. Este grupo compreendia 28,46% da População Economicamente Ativa (PEA), sendo apenas 1,77% deles com ensino superior completo, percebendo renda média sempre menor: R$ 1.428,79 contra R$ 2.510,44 da PEA branca (Pesquisa Mensal de Emprego, IBGE, fevereiro 2014).

Negros permanecem super-representados entre desempregados e ocupações precárias (IBGE, 2012), o que normalmente tende-se a explicar pelos diferentes níveis de escolarização. Segundo o Dieese (2014), o acesso à educação de qualidade é um dos principais mecanismos de distribuição de renda, no entanto, a escolaridade média dos negros em 2012 era de 7,1 anos de estudo, (20% a menos que brancos); ainda mais, 70% dos brasileiros analfabetos são negros. A mesma disparidade aparece nos níveis mais elevados de escolarização:

Tabela 1 – Pessoas que frequentavam ensino superior e pós-graduação – Brasil 2010

Nível de ensino	Cor/raça	Total	%
	Total	6.197.318	10,40
Graduação Superior	Brancos	3.906.166	6,56
	Negros	2.187.707	3,67

4 Agradecemos fundamental colaboração de José Carlos Santos, pesquisador e assessor no Governo Federal, para levantamento e processamento destes dados.

5 Considera-se aqui população negra a soma das categorias “Preta” (7,61%) e “Parda” (43,13%).

	Total	666.613	1,12
Especialização Superior	Brancos	449.314	0,75
	Negros	205.510	0,29
	Total	177.472	0,30
Mestrado	Branca	127.971	0,21
	Negros	46.242	0,07
	Total	77.763	**0,13**
Doutorado	Brancos	58.947	0,10
	Negros	17304	**0,03**

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010

Mas, mesmo equalizando a escolaridade, do total de negros com ensino superior concluído, 42,6% têm Renda Domiciliar *Per Capita* (RDPC) de até dois salários mínimos, que representa uma renda 30% menor que dos brancos com o mesmo nível escolar (Ipea, 2014). O mesmo se repete com relação aos pós-graduados: quando 65% dos mestres e doutores declaram RDPC superior a três salários mínimos, entre os negros deste grupo escolar a renda média se limita a dois salários mínimos.

Ou seja, a questão racial impacta sobre a distribuição das posições ocupacionais e em suas hierarquias. Mais do que isso, estes dados indicam a pujança de um racismo institucional na atualidade, agindo na conformação de pontos de partida, no acesso desigual aos instrumentos de competição. Bom exemplo é a administração pública onde, apesar dos critérios seletivos impessoais, a maioria branca é inquestionável, especialmente nas carreiras de maior prestígio e remuneração: na diplomacia 94,1% são brancos; nas carreiras de superintendências, 6,3% são negros. Logo, a presença negra cresce na medida em que diminui o grau de prestígio e remuneração da ocupação. Isso porque, «assim como ocorre no ingresso no ensino superior, resta evidente que não há iguais condições de formação e preparação dos candidatos» (Ipea, 2014: 5).

Tomamos assim, a educação como um dos mais expressivos indicadores dessa desigualdade, que repercute no mundo do trabalho e possibilidades de ascensão social dos grupos negros. Sobre isso, dados preliminares do Censo do Ensino Superior de 2013 (Inep) indicam que os negros eram apenas 14,51% dos que frequentavam o ensino superior no Brasil, concentrados, em geral, nas áreas de formação de menor prestígio, como licenciaturas (Silva, 2010; Teixeira, 2003).

Representativo disso é o aumento acentuado de professores negros na educação básica: 60,52% entre 2003 e 2013 (Dieese, 2014). As explicações possíveis seriam um aumento na declaração de pertencimento étnico pelos negros e as políticas afirmativas governamentais (Idem). Poder-se-ia pensar ainda que, como expansão quantitativa nem sempre vem acompanhada de expansão qualitativa, a educação tem se tornado uma ocupação cada vez mais precária, implicando uma retirada dos brancos e a consequente relegação desta atividade aos grupos tradicionalmente desprivilegiados.

Esses dados expressam uma disparidade racial que se aprofunda quando se avança aos níveis de excelência educacional, recaindo no ponto central desta análise – a carreira docente universitária. Tida como clímax de ascensão intelectual e estabilidade socioeconômica quando em instituições públicas, ela se constitui um foco analítico particularmente expressivo das tensões que permeiam o racismo institucional, enquanto fenômeno estrutural e simbólico.

A despeito de uma maioria populacional negra, docentes negros no ensino superior são ínfima minoria:

TABELA 2 – Docente Ensino Superior por Cor/Raça – Brasil 2012		
COR/RAÇA	TOTAL	%
Branca	180.052	47,51
Preta	5.035	**1,32**
Parda	45.110	**11,9**
Amarela	2.927	0,77
Indígena	377	0,09
Não Declarada	82.152	21,68
IES Não Dispõe de Informação	63.286	16,7
TOTAL	378.939	100

Fonte: INEP - Censo da Educação Superior 2012

Se trabalharmos apenas com os dados declarados de cor/raça, retirando os totais não informados, teremos um universo de 77% de docentes brancos, contra 22% de negros:

No início dos anos 2000 grandes universidades públicas brasileiras somavam uma variação próxima de 1% de docentes negros em seus quadros funcionais, indicando o que Carvalho (2006) denomina de confinamento racial do mundo acadêmico. Para o autor, opera uma invisibilização do racismo nestas universidades, na medida em que se teoriza sobre o tema, mas não se reconhece a prática insulada e excludente, claramente expressa na escassez de negros pós-graduandos e docentes.

Passada mais de uma década e sob o impacto de ações afirmativas, lamentamos observar que este quadro não sofreu alterações vultuosas: várias importantes instituições de ensino não informam dados sobre composição étnica de seus docentes[6]. Dentre as universidades às quais pertencem nossos entrevistados, uma não dispõe da informação, e as outras duas alcamçam, respectivamente, 1,82% e 1,59% de docentes negros. Dos 50.145 docentes negros indicados na base do Inep 2012, somente 33,9% estão em instituições públicas; são de maioria masculina (54,43%) e, em geral, possuem titulação máxima de mestres: 43,09%[7].

Assim, apesar dos avanços contemporâneos e da expansão do ensino universitário na última década (Inep, 2013), a presença negra na docência permanece diminuta. Opera por traz e como desencadeador dessa realidade, o passivo histórico de um projeto social exclusivista que, desde o limiar da República, orienta a nação e tem na educação um de seus instrumentos base: a escola pública tornou-se um espaço branco (Müller, 2003; Dávila, 2003), porque branca era a cor da civilização e da modernidade. E quando, nos anos 1930, surgiram nossas universidades, «já o fizeram dentro de um clima geral racista que desautorizava a presença negra na educação. [...] É um fato histórico, portanto, que a universidade pública no Brasil foi instalada explicitamente sob o signo da brancura» (Carvalho, 2005: 96).

Disto percebe-se que, se a educação constitui importante filtro para a mobilidade social, ela tem agido também para a reprodução das desigualdades (Bourdieu, 1995). Como esta tensão entre relações raciais, educação e mobilidade social tem sido tratada pelo pensamento social brasileiro?

1 - EDUCAÇÃO, RAÇA E MOBILIDADE SOCIAL – notas sociológicas

Segundo Guimarães (2003), entre o prelúdio da República e os anos 1940, concorreram três linhas de

6 40% delas não apresentam informações étnicas, é o caso da UnB, por exemplo. Os dados preliminares do Inep 2013 também não trazem esta categoria, pelo que trabalhamos aqui com a base de Microdados de 2012.

7 36,48% especialistas e 17,34% doutores. Comparativamente, dos 378.939 docentes nacionais, 39% são mestres e 31% são doutores.

representação do negro no pensamento social brasileiro: 1) a inexistência de uma *linha de cor* pela grande miscigenação; 2) o negro como massa inaproveitável pela deploração moral e intelectual que o excluía das possibilidades de civilização; 3) a ideia de que no Brasil não haveria preconceito racial enquanto fenômeno social.

A institucionalização das ciências sociais somada às transformações políticas e econômicas do pós-1946, promoveu uma nova constelação de representações: 1) não existem raças, existem cores (Nogueira, 1955; Harris, 1967; Azevedo, 1953); em consequência, 2) as desigualdades sociais não se explicariam na categoria étnica e sim na categoria classe. Disto, seja numa chave weberiana de classe como grupos abertos (Pierson, 1971), seja na plataforma marxista do conflito entre proletariado/burguesia (Costa Pinto, 1953), a questão racial foi convertida em epifenômeno da desigualdade social.

Tais estudos contribuíram funcionalmente para a difusão político-ideológica da *democracia racial* quando, na construção da identidade nacional, o negro e suas necessidades foram subsumidos[8]. Os anos 1970 marcariam um novo arranjo intelectual em torno do tema ao assumir, contrariando as constelações anteriores, o reconhecimento da *linha de cor,* nítida «em termos de posição social, de oportunidades educacionais, de distribuição de renda, de atendimento de saúde, de qualquer indicador social que se queira» (Guimarães, 2003: 7).

Emergiu daí, uma série de estudos sobre negritudes e pobreza, destacando-se autores como Silva (1978), Schawarcz (1987), Hasenbalg (1979), Nascimento (2002), Guimarães (2002), Henriques (2001), coadunados em torno da percepção do preconceito racial como fenômeno social, materializado no que Silva e Hasenbalg (1988) denominam «ciclo de acumulação de desvantagens». Isto é, haveria ao longo da formação dos sujeitos negros um aumento cumulativo e sucessivo de danos, que partem da origem social e se materializam no acesso assimétrico aos bens sociais: uma discriminação educacional que repercutiria no trabalho, na percepção de rendas e nos status sociais.

Resulta daí que, «a principal barreira para a integração do negro na sociedade brasileira, para o tratamento igualitário do negro, é a educação» (Guimarães, 2003: 8). Este ideário se fez transversal no pensamento social, presente em textos como Azevedo (1953), que busca o limite da ascensão negra em termos de perspectiva cultural ou, numa tônica bem diversa, em Fernandes (1965), que indica a incompatibilidade das oportunidades com as necessidades reais, mas também a falta de escolarização como fator determinante para não ascensão social do grupo, na medida em que lhe faltava armas na competição trabalhista.

Também o movimento negro se orientou nesse ideário. Demonstrativo disso, Cardoso (1977) apresentava o esforço de ressignificação do preconceito por grupos negros do sul do país pré-abolição na insígnia não da cor, mas da ignorância, assimilando o ideário de que «a ascensão social e a instrução seriam suficientes para provocar a revisão das representações do branco para com os negros» (Ibid: 262). Entretanto, o autor alertava para condições objetivas: não bastava desejar, os canais de ascensão negra seguiam regulados pelos dominantes brancos.

Nesta chave, pensadores como Nascimento (2002) e Ramos (1954) defendiam que escolarização sem um esforço de reafirmação da identidade negra, não seria elemento suficiente para superar a subalternidade, denunciando a omissão do Estado no provimento de uma educação não eurocêntrica e inclusiva, onde não apenas o acesso, mas o próprio currículo escolar e suas representações do negro deveriam ser revistos (Pires, 2014).

Fernandes (1965, 2010) observa a marginalização negra, particularmente dada na inacessibilidade ao mercado de trabalho, foi tensionada pela industrialização, que promoveu uma recategorização do negro no marco da cidadania pelo trabalho (Santos, 1998; Gomes, 2002). Inaugura-se assim um movimento de ascensão social em que «o quadro global é menos tenebroso e apresenta aspectos compensadores, onde o trabalho, o emprego, a classificação ocupacional e a mobilidade profissional incorporam o negro à classe operária e alguns setores das classes médias» (Fernandes, 2010: 123).

---

8 Democracia Racial é um conceito que emerge anos 1930, apresentando a crença de que no Brasil, pelos altos níveis de miscigenação, haveria *harmonia* e integração entre as raças, negando a existência de discriminações, quando comparado aos padrões de outros países. Ver Freyre (2006) e Schawarcz (1987; 1993).

Mas, nessa integração, as oportunidades (econômicas, educacionais, intelectuais, políticas) são frágeis para quebrar as linhas tradicionais de desigualdade racial, bem expressas na condição de exceção em que vivem negros que alcançaram postos sociais elevados. Desse modo, as estruturas raciais da sociedade brasileira só seriam destruídas quando a massa negra pudesse concorrer institucionalmente «em condições de igualdade com o branco e sem nenhuma discriminação de qualquer espécie, o que implicaria participação racial igualitária nas estruturas de poder da comunidade política nacional» (Fernandes, 2010: 105). Nesta perspectiva, buscar por educação enquanto projeto grupal seria assumir uma lógica contestatória do modelo social branco e do lugar convencional do negro; mas fora dessa chave de significação, seria reproduzir acentuando o modelo discriminatório: «a tolerância sob forte desigualdade racial restringe severamente o campo de oportunidades e regula o movimento de ascensão econômica e social pelo modelo de infiltração, como se fosse um conta-gotas» (Fernandes, 2010: 117). Uma minoria negra se destaca num processo produtivo mecânico, que tende à agregar novos grupos sem alterar o paralelismo raça/classe[9].

Assim, se a educação alarga o campo de possibilidades, enquanto elemento de acesso ao mercado de trabalho, ela não é condição suficiente para eliminar as desigualdades raciais, dado que o racismo entre nós opera como um arraigado modelo de conduta social discriminatório (Guimarães, 2002), ideologicamente articulado sobre o mito da *democracia racial* e da meritocracia, que obscurece o quadro assimétrico da competição.

Silva e Hasenbalg (1992) investigando esta questão, recusam a conversão do racismo em epifenômeno das desigualdades econômicas, demarcando que, a despeito do dinamismo gerado pela industrialização, a população negra permaneceu exposta a desvantagens sistemáticas quanto a oportunidades de mobilidade social, de modo que o processo de modernização no país não eliminou a classificação social por cor. O quadro educacional seria maior expoente disso, revelando a disparidade entre os níveis educacionais e retornos adquiridos entre brancos e negros da mesma origem social, em termos de inserção ocupacional e renda (Silva E Hasenbalg, 1988; Henriques, 2001).

Assim, desvantagens especificamente raciais atuam sobre suas trajetórias educacionais, pela «desigual apropriação das oportunidades educacionais e os efeitos acumulados da discriminação racial no âmbito da educação formal» (Hasenbalg e Silva, 1992: 81). Há um maior grau de atrito no trânsito escolar negro, percebido especialmente na elevada evasão escolar, fruto não de incompetência, mas das diferenças significativas no ritmo de acesso à educação, o que faz dela o nó górdio das desigualdades raciais no país.

Autores como Carvalho (2005), Müller (2003), Dávila (2003) e Ribeiro (2001) localizam nos primórdios da Primeira República o processo primário de exclusão educacional do negro, aprimorada posteriormente com Vargas no ideário *democracia racial*, que «celebrou a nossa mestiçagem, [mas] não teve como plataforma política restaurar ou promover uma igualdade racial no sistema escolar – nem sequer no primário, que dirá então no superior» (Carvalho, 2005: 99), promovendo o alijamento negro da escola e da docência e delegando-lhe uma integração ao trabalho pela porta dos fundos[10].

Rosemberg (2009) aponta, numa perspectiva bem próxima de Bourdieu (1995)[11], outro ponto elementar desta segregação informal: a universalização do acesso à educação não universaliza qualidade do ensino. Há uma marcante diferença entre escolas da periferia, para negros pobres, e escolas de zonas urbanas privilegiadas, agindo como engenharia atualizada do racismo institucional, que mantém os elementos de distinção no acesso ao ensino superior e estabelece uma reserva de mercado branca.

Também um fator importante nesse processo é a dimensão do simbólico: o caráter racista dos currículos da escola base tende a produzir a internalização da inferioridade nos negros desde a infância, desestimulando

---

9 Fernandes e Bastide (1965) analisam como no Brasil, pela cor da pele, estabeleceu-se o não acesso dos negros aos meios institucionais de ascensão social, desenhando essa imbricação entre raça e pobreza.

10 Exemplo, Guerreiro Ramos e Abdias do Nascimento, intelectuais ativistas negros que lecionaram em universidades estrangeiras, mas nunca conseguiram faze-lo em universidades brasileiras (Oliveira, 1995; Nascimento, 2002).

11 O autor questiona tomar-se a educação como veículo de ascensão social, apresentando-a como instrumento de reprodução das desigualdades, dada sua ação homogeneizadora indiferente às disparidades nos pontos de partida, sancionando herança cultural como dom natural.

sua permanência na escola (Silva e Hasenbalg, 1992; Ribeiro, 2001, Oliveira e Gonçalves, 2003; Santos, 2007). Por isso, «embora a educação seja uma variável considerada preponderante, quando nos propormos a analisar os processos de ascensão, ainda assim diversos outros fatores contribuirão com níveis diferenciados para o alcance do sucesso» (Silva, 2010: 23), pois, vendo-se os dados, a variável cor/raça tem importância significativa na estratificação social, dado o nível determinante das representações simbólicas.

É por isso que Henriques (2001), a partir de análises quantitativas, defende desnaturalizar a desigualdade racial no Brasil, problematizando o arranjo social no qual o negro tem um lugar «natural» nos estamentos mais pobres, formatando intensa desigualdade racial de oportunidades, particularmente explicitada plataforma educacional. Nesse sentido, se o papel da educação no processo de mobilidade social é indubitável, há, porém, uma nítida linha de cor no retrato socioeconômico da desigualdade que tensiona a sua eficácia, visto que «a população escurece quando nos adentramos no mapa da exclusão» (Prudente, 2003: 90).

Diante desse quadro teórico reflexivo, buscamos analisar as condições objetivas e simbólicas que se interpõe na trajetória social de negros que alçaram a postos de destaque no campo intelectual – pesquisador e docente em instituições de ensino superior públicas nacionais (Hasenbalg, 1979) – visando apreender como estes fatores são tratados em seus relatos, bem como as condutas e significados assumidos por estes atores sociais negros.

2 – Ascensão social, meritocracia e o "discurso do sucesso"

O primeiro caso analisado é o de Carlos[12], 37 anos de idade, professor doutor de uma universidade federal do sul do Brasil, na área de Ciências Econômicas. Sua história foi contada no âmbito da universidade onde trabalha, em seu gabinete pessoal. Nascido no estado do Rio Grande do Sul, protagonista de duas das entrevistas que realizamos, Carlos contou sua história com muita clareza e, talvez pelas urgências da própria profissão, teve grande facilidade em relacionar as inflexões de sua trajetória com as inflexões econômicas do estado brasileiro ao longo de sua formação. As impressões iniciais que tivemos do processo de entrevista talvez apontem para o que seria a principal tonalidade de sua identidade como professor: o trabalho constante em torno do binômio «reconhecimento e mérito».

Carlos conta que desde pequeno teve muito bom desempenho escolar, frequentando inicialmente uma escola católica privada e, posteriormente, por volta do final da década de 1990, com a ascensão do chamado «Plano Collor», uma escola pública. Relata que sua personalidade desde pequeno teria sido a de alguém pragmático, apreciador das ciências duras, determinado, objetivo, características consideradas por ele naturalmente científicas. Soma-se a este perfil o fato de que, ao estudar em escola particular – por condições financeiras muito boas de sua família – ele teria tido a possibilidade de estar afastado de amigos e «dispersões» que adviriam do contato muito próximo com as crianças do bairro.

Tendo sido uma criança bastante desconectada de amizades, o momento em que estava na escola, considera ele, era utilizado exclusivamente para estudar, o que teria garantido boas condições de aprendizado e um foco maior para sua formação. Conta que teria voltado a «aprender coisas novas» somente muito a frente em sua trajetória escolar, dada a formação excelente que teve na escola católica, onde aprendera coisas segundo ele muito importantes, tais como latim, música, religião, educação moral e cívica, enfatizando sempre que o nível desta escola era «muito» alto. Falando brevemente sobre o momento, Carlos comenta:

> Eu tive uma reprovação na sétima série, mas digamos assim, essa fase (...) de 83 a 90, mais ou menos, 91, eu fui um bom aluno que morava num bairro de classe média

12 Os nomes utilizados para referenciar os interlocutores foram alterados de modo a promover o anonimato dos sujeitos da pesquisa. Informações referentes às instituições educacionais de origem de cada entrevistado foram suprimidas pelo mesmo motivo. Os relatos que trazemos também obedecem fielmente o fluxo narrativo e o encadeamento cronológico que cada interlocutor desejou imprimir ao seu discurso. Isto se evidencia quando observamos que Carlos, nosso primeiro entrevistado, inicia sua fala nos contando aspectos de sua própria natureza como sujeito, ao passo que Laura e João optam por reconstruir aspectos histórico-sociológicos de suas respectivas famílias.

> para média baixa; onde eu era um dos que estudava na melhor escola. (...) E eu tive um bom desempenho até a sétima série que foi uma série que eu tava no início da adolescência e comecei a curtir a vida, digamos assim.

Atenção merece ser dada para o fato de que, em distintos momentos da conversa, surge a problemática do «melhor aluno», «melhor época», «ótimo desempenho», etc. Note-se que mesmo quando há uma reprovação na trajetória escolar, ela é rapidamente superada discursivamente pela mobilização do fator «melhor escola» da cidade. O status negativo da reprovação poderia, assim, ser facilmente suplantado pela crença sub-reptícia de que há uma maior cobrança ou maior empenho nas escolas particulares, fator que é reiterado por Carlos ao afirmar que, posteriormente, na escola pública, demorou muito para recomeçar a aprender «coisas novas». Por outro lado, embora não deslegitime o argumento anterior, mesmo quando passou a frequentar a escola publica o elemento diferenciador permanecia sendo a ideia de que estaria ainda na melhor escola, passando a trabalhar aqui com operadores como «tradição», «exame de admissão», elementos que estariam presentes na nova instituição.

Um aspecto relatado por Carlos na entrevista é de que na escola pública, apesar da baixa qualidade comparativamente à sua experiência na escola privada, houve a possibilidade de se envolver com atividades de cunho político como, por exemplo, as passeatas pró-*impeachment* do presidente Fernando Collor, no inicio da década de 1990, sendo segundo ele um aluno «muito destacado». Deste período conta:

> Então por essas vantagens talvez e da aplicação e eu tava fazendo cursinho, todo mundo dizia assim: 'ta fazendo todo o caminho pra fazer direito, estudou bastante, e ainda está fazendo cursinho preparatório' e o cursinho preparatório era bom e ai meu pai já começou a se recuperar de renda e ele quis meio que corrigir o problema de eu ter ficado no ensino público, e aí ele me pagou um cursinho que era o mais caro da cidade (...).

Carlos relata que ao sair da escola pública estava fortemente inclinado a cursar a faculdade de Direito, em função de sua facilidade de passear pelas temáticas que envolviam o curso (a saber, segundo sua fala: «discussões políticas», «envolvimento em debates e reuniões», «ver leis») mas também – e isto aparece de modo muito central em sua fala – pelo *caminho natural* que parecia se construir em torno de sua trajetória de «bom aluno» aliada ao interesse pelas questões de natureza política. Ao mesmo tempo em que surgem em sua fala discursos exteriores generalizados na ideia de que ele *seria um candidato natural para a carreira do direito*, há também a ênfase pessoal no fato de que ele poderia ter escolhido outra carreira, a do direito, por exemplo, mas também a medicina, segundo ele, caso o quisesse.

Observamos até aqui, portanto, que um dos elementos centrais na maneira como nosso entrevistado relata sua trajetória é a construção de si como sujeito de elevadas qualidades, situação significada através da educação, e pela construção de uma trajetória que o teria inclinado tendencialmente para o sucesso. Até o momento, portanto, nenhuma questão mais diretamente relacionada a condição de negro é apresentada na trajetória de Carlos. É interessante observar, portanto, que paralelo a sua construção da necessidade pessoal de reconhecimento e do mérito há um discurso que invisibiliza de maneira bastante efetiva questões raciais. Em nenhum momento, por exemplo, Carlos identifica-se como negro. Sua identidade passa fundamentalmente pela reconstrução de um caminho pessoal do sucesso, sendo sua entrada na universidade como docente uma consequência de sua qualificação como estudante e trabalhador. Trilha, assim, o caminho do sucesso, o que justifica, portanto, entre outras coisas, o fato de ter «reprovado», mas ao mesmo tempo permanecer na melhor escola; de ter «se perdido» em alguns momentos de sua trajetória, mas de ter «se encontrado», voltado a ser bom aluno. A raça não se encaixa bem nesta narrativa do sucesso, e ao mesmo tempo, segundo seu discurso, também não aparece numa perspectiva preconceituosa, mas como algo que em sua trajetória particular nunca havia sido uma questão problema. Soma sentido, novamente, nesta conceituação, o fato de ter sempre sido uma pessoa aplicada, ou como diz, de ter sempre estado qualificado quando as oportunidades surgiram. No trecho a seguir desenvolve um pouco a temática:

> (...) então eu acho que eu sempre tive uma arma muito forte: eu sempre tava bem qualificado. E nos concursos que eu fiz eu passei bem também por causa disso. Tinha prova de título e por isso eu já saía disparado na frente. Nunca foi uma barreira pra mim [a raça]. Então por isso eu acho que a educação abriu todas as portas pra mim, de forma que eu nunca precisei nada, de cotas, de nada disso.

Entendemos que, de certa forma, o discurso de Carlos coloca a educação numa posição bastante central em sua trajetória, pois ao referir-se a qualificação mobiliza um amplo quadro de processos de aprendizado, que vão desde uma formação muito primeva na rede de ensino privada, até o contato com a universidade federal onde estudou. A educação aqui aparece, portanto, como um instrumento diferenciador em sua trajetória, mais como mérito do que como efetivação de uma superação. Aparecem de maneira muito tímida ou desarticulada, portanto, discussões sobre superação de condições estruturais de preconceito racial. Em seu discurso e nas práticas nele objetificadas aparece de maneira central, como apontamos acima, o individuo como grande conquistador meritocraticamente situado numa história de sucesso. Poderíamos sugerir que políticas afirmativas apareceriam aqui como uma maneira de compensar lacunas de qualificação profissional, situação que uma vez tomada como verdadeira teria excluído completamente nosso interlocutor, já que teria estado bastante qualificado em todas as circunstâncias em que se encontrava em competições por vagas em concursos. Num determinado momento da entrevista, confrontado com dados segundo os quais professores negros são muito raros no ensino superior no Brasil, Carlos produz a seguinte afirmação:

> É um quadro estatístico que reforça essa coisa da exclusão...e aí é legal investigar a vida dessas pessoas pra ver como foi o rompimento do ciclo de exclusão. Eu não sou um legítimo ganhador, porque na verdade meu pai é que teve que fazer um pedaço da ruptura da pobreza. Ele já não era pobre e então eu pude ter, principalmente nos primeiros anos de vida, eu tive uma boa educação. Coisa que a maioria das pessoas não tem.

Em falas como essas observamos um discurso institucionalizado sobre a condição negra no Brasil, pois ao mesmo tempo em que se reconhece a complexidade da desigualdade também se acaba tergiversando com relação a responsabilidade da sociedade como um todo, o que não rompe com um ciclo de exclusão, mas reforça argumentos individualizantes e meritocráticos (Fernandes, 1965). Aparentemente, portanto, embora tal questão possa ser visibilizada por estudos macro-estatísticos, ela deve ser analisada na dimensão da individualidade e na particularidade de cada caso, uma vez que, como sugere Carlos, estatísticas como as que apresentamos somente reforçaria quadros de exclusão social. Este é um argumento pernicioso, como apresentamos na parte inicial do trabalho, pois sugere que a superação para a condição de desigualdade estrutural que se verifica no país, deve ser alcançada mediante decisões e posicionamentos no campo pessoal e individual, subjugando a importância da estrutura social brasileira. No caso de Carlos, a negritude, atrelada a condição de pobreza, é vista como superada ao longo de toda a sua trajetória, razão pela qual o tema da pobreza e da raça são obscurecidos em sua representação de si e de sua trajetória, e razão, também, pela qual, a temática nunca surge como efetivamente problemática em sua história de vida.

3 – Visibilizando a raça: classe, etnia e docência

Diferentemente do caso que apontamos anteriormente, a situação da segunda entrevistada, Laura, pedagoga, de aproximadamente 50 anos, docente em universidade estadual do sul do país, é a de alguém que aponta desde os primeiros momentos da entrevista suas origens sociais pobres e para quem a educação fora um meio importante de melhora de vida. Neste caso o título de «professora» tem reverberação diferente do que no caso de Carlos que, apesar de se considerar um apaixonado pela docência, participa dela na condição de economista. Lembre-se, por exemplo, que o rótulo pelo qual prefere ser lembrado e que lhe confere distinção é o de «doutor», obtido

pela carreira de economista. No caso de Laura, o rótulo que talvez mais facilmente cole em sua forma de se representar e na maneira com que conduz sua narrativa é o de «professora», e desde os momentos iniciais de sua entrevista ela relata este pertencimento. É interessante neste segundo caso, que a família passa a aparecer como um elemento importante na construção da trajetória docente. Neste sentido, o que acontece de maneira circunstancial em Carlos – que depende em distintos momentos de uma família de classe média-alta, mas com relação a qual sua carreira parece ter acontecido de maneira bastante autônoma – aparece em Laura como condição mesma de autonomizar uma família pobre diante de circunstâncias de desigualdade.
Nascida em Fortaleza, nossa interlocutora inicia sua história com a seguinte afirmação:

> Minha família, (...)...desde que eu me entendo... enquanto, pessoa...A minha família se resume muito,... à minha mãe. Com três anos de idade...o meu pai (...) sempre viajava....e numa dessas viagens ele foi embora e.... não deu mais noticias, né....

Laura conta, então, que embora a relação dos pais fosse tranquila no início após um tempo, seu pai, que ocupava o cargo de mecânico especializado numa empresa multinacional, passou a gastar todo o dinheiro da família em bebidas, o que somado com suas constantes viagens causava uma situação de bastante instabilidade econômica. Após o seu nascimento, que teria se dado exatamente numa dessas viagens do pai, quando já então com três anos aproximadamente, a própria mãe teria conversado com o pai e exposto a vontade de não continuar a relação e após uma possível conversa entre pai e mãe, numa determinada viagem do pai, ele não mais teria voltado.
Em meio a narração aparecem importantes elementos como o fato de a família, através de muitas tias, ter questionado a posição de sua mãe com relação ao marido. Segundo elas a mulher teria o dever de aceitar e aguentar situações como esta, já que os homens seriam «assim mesmo». Este teria sido um momento muito difícil da vida de Laura, e após ter vivido em distintos lugares ela e mãe acabariam morando em terreno de invasão urbana numa periferia da cidade onde nascera. Conta que com ajuda da comunidade construíram a primeira casa onde teria morado neste terreno, de estruturas de madeira e barro batido, ali vivendo até obter posse efetiva do terreno e também posteriormente. Sua estadia neste bairro, chamado pelo nome de Favela do Trilho, teria se dado por durante todo seu processo de formação, tendo assistido a chegada de calçamento, luz, água na comunidade, ao longo de sua vida.
Sua história é, assim, a história de alguém criada pela mãe em um bairro pobre, de periferia, de uma grande cidade brasileira. Entendemos que o fato de estar atualmente trabalhando como docente em uma universidade pública representa, no sentido mais lato possível, uma ascensão social evidente com relação a uma condição de pobreza. Sua narração, no entanto, ao passo que se inicia pelo estabelecimento de sua data e local de nascimento, imediatamente passa para momentos anteriores de sua história, narrando não sua trajetória pessoal, mas a trajetória e dificuldades da família ao saírem do interior do estado. Este modo de narrar sua trajetória não é somente diferente do ponto de vista fenomênico, mas é importante, pois anuncia um outro olhar com relação as articulações entre raça e classe, que remonta a própria construção histórica das condições de vida da família.
Quando chega então a necessidade de iniciar seus estudos, a mãe conta com a ajuda da madrinha de Laura, que trabalhava como professora em uma escola privada. Neste momento então, a mãe de Laura oferece serviços para esta madrinha, na condição de que ela financiasse os estudos da menina na escola onde trabalhava. Segundo nos conta, a mãe realizava os mais diversos serviços dentre eles: costura, limpeza, arrumação, entre outros. A trajetória nesta escola teria percorrido tranquilamente, «sem conflitos», como narra, até próximo do fim do ensino fundamental, 7ª, 8ª séries, sendo que toda sua trajetória – desde o Jardim de Infância – teria se passado nesta mesma instituição, durante todo o período com o auxilio da madrinha. Laura conta que mais ou menos neste período ela começa a sentir uma diferença entre ela e os demais alunos de sua sala e lembra com bastante clareza de determinados colegas que reafirmavam sua condição de aluna pobre, sobretudo pelo fato de possuírem, em alguns casos, pequenos comércios e, naturalmente, poder aquisitivo maior.
É interessante que os elementos que constituem sua percepção de sua condição de aluna negra e pobre são apresentados articuladamente a partir de seu contato com a instituição educacional, isto é, a escola é um elemento que proporcionou sua percepção da desigualdade social. Entre outros, seu processo de conhecer as

difíceis condições que a família se encontrava se evidenciava pelo fato de não poder comprar os materiais e livros solicitados pela escola, o que fazia com que sempre acessasse tais materiais por meio do auxílio de um colega em específico que os emprestava para que ela copiasse conteúdos e exercícios, além de viver constantemente na biblioteca da escola para concluir a escrita dos mesmos. Laura afirma que se sentia bastante incomodada pelo ato de ver sua mãe sempre trabalhando muito para tornar possível que ela estudasse nesta escola:

> Ela sempre dizia isso: 'Olha,... você tá lá na escola. Você... tem que aproveitar o momento que você tá na escola...e aprender... porque eu quero que o seu futuro seja diferente do meu'. E isto me marcava muito, né. E pra mim, assim, estar naquela escola, por mais que acontecesse algumas coisas difíceis pra mim, de me sentir excluída, alguma coisa. Mas eu dizia assim 'nossa, é meu dever, por a minha mãe'. Isto me dava uma certa resistência. Quando eu me lembrava dela trabalhando,... até altas horas da noite. Porque teve um tempo que ela trabalhava numa confecção. E ela dormia até, as vezes duas horas da manhã e ficava lá assim... (...) em sempre me lembro que eu nunca reclamei, assim... chegava o dia das crianças (...) ela fazia umas bonecas pra mim (...) eu me lembro que na época de criança ela fazia umas bruxas, né.. sobrava aqueles tecidos,...Ai, achava tão linda aquelas bruxas, né...porque ela fazia o cabelo, tinha os cabelos de pano, parecia umas baianas, e estes eram meus brinquedos... eu pra mim isso foi muito legal. Ela sempre dizia assim: 'eu não posso comprar aquela boneca bonita que tem lá'. Não precisa mãe. A gente não precisa disso. (...) eu não tinha que pedir nada do que ela não podia me dar, porque ela já me dava. Sabe, eu acho que ela já tava fazendo o possível pra me dar alguma coisa, porque acho que pra mim era importante também a questão de estar na escola. Olha, mas tinha momentos que eu pensava assim.. 'será que não tinha outra escola pra mim, sem ser essa' (...).

Este foi um momento muito emocionante da conversa com a professora, que relatou quase todo o trecho entre lágrimas, denunciando claramente o peso afetivo que a consciência de classe num sistema excludente produz. Laura relata que na época a escola passara a adotar uma espécie de quadro – que diz detestar, como educadora – onde se expunham o nome dos alunos com melhores notas. A partir da sétima série, conta, o seu nome passou sempre a vislumbrar entre o dos melhores alunos e que uma de suas colegas, num destes momentos teria, então, produzido a seguinte afirmação: «Eu não sei porque essa moreninha favelada (...)...Ela não compra livros, a mãe dela não tem nem dinheiro pra comprar livros...como que ela tira nota boa? », passando a partir daí, a ser hostilizada na escola em função de sua condição de aluna pobre e negra. Laura relata que passou, então, a se sentir muito mal na instituição, empenhando-se a partir daí para sair da escola.

Ao adentrar o ensino público, no ensino médio, por decisão própria, Laura passa então a acessar uma série de novas discussões com relação à questões étnico-raciais, lembrando precisamente de um professor de história que dizia que era importante sempre fazer enfrentamentos sociais, apesar das desigualdades percebidas. Com relação à universidade sua fala é ainda mais importante, pois aponta novamente um recorte envolvendo classe e educação, explicitado a partir do discurso de sua mãe, que dizia: «Minha filha, universidade é coisa de gente *rico*. Eu acho assim, a gente já passou por tanta coisa na vida, agora que você tem o ensino médio talvez você arrume um emprego».

A trajetória de Laura foi contada a partir de uma perspectiva não cronológica, havendo um ponto de partida muito claro – que é seu nascimento e condições sociais de acesso ao ensino fundamental, médio e superior – mas não há um ponto de chegada – pressupostamente, a universidade – para o qual seu discurso é conduzido. O que há, sim, de modo bastante geral é reiteração da condição de educadora, não somente como objetivamente classificada em instituições de ensino, mas como sujeito de um processo de construção. Sua narração é uma narração, em linhas gerais, da construção social da trajetória de uma professora negra em ambientes dominados por lógicas meritocráticas e discriminatórias, de modo que se evidenciam não os grandes rompimentos de sua

trajetória individual, mas os eventos que permitiram que ela construísse um argumento tal sobre questões raciais e sobre a função social do docente. Isto faz com que a entrevista tenha sido, diferentemente do primeiro caso, uma entrevista de engajamento político e de atravessamentos entre biografia e sociedade muito evidenciados. Observe-se, por exemplo, que ao falar de sua trajetória, nosso primeiro entrevistado não reserva muito espaço para a construção social, propriamente dita, das condições de sua existência enquanto sujeito e enquanto docente, tomando como dado que a maioria de suas conquistas se devia à sorte, à condições morais pessoais, ou à contextos pré-estabelecidos na família e no estado brasileiro.

4 – "Dar aos filhos o que não tivemos": família, negritude e condição social

Um elemento muito importante contido na narrativa de Laura é o das expectativas da família com relação a educação. Em seu caso, fica claro para ela que a expectativa maior de sua mãe era de que sua filha conseguisse um emprego, rompendo assim com um ciclo de pobreza que já havia se estabelecido desde o abandono da família pelo pai. Esta temática é muito central na terceira e última entrevista que fizemos. João, 32 anos de idade, sociólogo, professor em universidade estadual da região sudeste do país.

A família de João é produto, segundo ele, do encontro entre migrantes mineiros e paulistas, que se fixam no ambiente urbano ao longo do século XX, sendo que a parte paterna teria se estabelecido na cidade de São Paulo ainda na primeira metade do século. Por parte de sua família materna, do interior do estado, houve ainda trabalhadores na lavoura, na colheita de café, algodão, recolhimento de esterco, plantios diversos, etc. Teriam se estabelecido, ambos os lados da família, em algum momento da história, em regiões operárias da cidade de São Paulo, tendo tios e familiares em geral, passado a trabalhar em uma variada gama de funções: alfaiates, comerciantes, cobradores de ônibus, membros do exército, vigilante, entre outros. João ressalta que a maioria dos membros de sua família, com a exceção de um tio – pelo qual a família se esforçara no sentido de garantir educação de nível superior – teve acesso muito limitado ao ensino formal, tendo frequentado a escola até a quarta ou quinta série em muitos dos casos, ou até o ensino médio no caso do pai. Para este, o abandono dos estudos se relacionou, após o falecimento da avó, com a necessidade de «ajudar em casa», como disse, tendo se tornado a partir de então, um «faz tudo», concertando guarda-chuvas, trabalhando em alfaiataria, fábricas de vidro, entre outros.

O caso do pai de João é bastante representativo com relação ao rompimento de um ciclo de dificuldades econômicas, pois é a partir do momento em que, depois de casado, o pai passa a trabalhar como funcionário público – no cargo de guarda civil – que João afirma ter havido uma "virada" em sua família, pois a partir daí se afigura um esforço familiar na direção de uma melhora de vida, especialmente em relação aos que eles mesmos tinham vivido. Há uma aproximação explícita, neste tópico, entre dois dos entrevistados: a mãe de Laura esperava possibilitar que a filha tivesse condições de vida melhores através do contato com a instituição escolar. Este projeto é basicamente o mesmo na família de João, que passa a investir na educação como uma forma de superar as dificuldades de sua geração. Assim, quando nasce, em 1982, João já vivencia uma família que está vivenciando uma situação de reestruturação econômica – possibilitada pelo funcionalismo público – de aproximadamente 10 anos. Aqui, pelo contrário, observamos uma proximidade com a trajetória de nosso outro entrevistado, Carlos, que afirma que o verdadeiro rompimento com uma realidade economicamente instável e desigual foi promovido não por ele, mas por seus pais. Há, portanto um «projeto familiar» de melhora a partir da educação. Nas palavras de João:

> (...) há um esforço dos meus pais de que então os filhos superassem as dificuldades que eles passaram. Então, de novo frases clássicas, pros dois – que o meu irmão ouviu 9 anos antes de mim, e eu ouvi também: 'vocês não precisam trabalhar' (...) 'vocês não precisam trazer dinheiro pra dentro de casa'; 'só que vocês tem que estudar'. 'Quem dá o pão, dá educação!' é a frase que eu passei praticamente a minha vida toda ouvindo. 'Vocês tem que acordar estudando, tomar café estudando, almoçar estudando, jantar estudando e estudar estudando'... (...) Então tinha um esforço disso (...).

Quando inicia sua narrativa, João, como também faz Laura, conta a história de sua família, e estabelece com muita clareza os pertencimentos de classe e etnia que possui, talvez – como diz em certo momento da entrevista – por sua formação no campo das ciências sociais. O que mais chama atenção, no entanto, não é seu potencial analítico da questão, mas o fato de mobilizar fortemente elementos de socialização primária como meio explicativo de sua trajetória de ascensão com relação a uma situação de pobreza inicial. Neste sentido, quando trata do passado pobre e trabalhador de sua família – ambos os lados materno e paterno – estabelece com bastante solidez a base existencial sobre a qual teriam se formado as expectativas de seus pais com relação à sua educação, o que é – no limite – tanto uma explicação reflexiva com relação ao social, quanto uma explicação da posição do *individuo João* dentro desta estrutura. Ressaltamos que ao fazer isto o entrevistado estabelece um paralelo que foi muito frequente em nossos entrevistados entre «socialização na primeira infância» e criação de uma identidade social forjada para determinadas questões da vida. Esta situação é narrada por ele de maneira muito consistente no trecho que segue:

> (...) os meus alunos, especialmente os alunos negros, perguntam: 'o senhor é preto, o senhor é negro...tal...não havia obstáculos?' Mas olha, aí é que tá. Desde a minha infância tem essa coisa de 'você tem que estudar!' Então, o que que eu tinha que fazer pra ser um doutor? Estudar! Existe uma crueldade nessa socialização primária, que não foi só minha, de outras pessoas também... mas falando de mim: na socialização primária que eu recebi. (...) Isso é muito cruel pra uma criança. (...) Mas ao mesmo tempo, isso cria um desprendimento da barreira. Mostra claramente pra você como é o mundo: 'olha, o mundo não é esse faz de contas, esse conta da carochinha em que todos são iguais!' Não. Você é preto e pobre, logo, você vai ter dificuldades na vida. (...) Estudando, talvez, essas dificuldades se atenuem. Você tem que se esforçar. Quer dizer, tem uma socialização primária que desmonta o mundo pra você, e que embute uma ideia de meritocracia, que, talvez estudando, você consiga superar as dificuldades. É cruel. Por outro lado, desarma barreiras. (...) Ser negro não era uma barreira impeditiva de eu fazer algo. Ser negro é uma realidade que eu deveria ter pra mim, não como algo depreciativo – é o mundo que trata os negros assim, 'tenha orgulho de quem você é! De onde você vem! Tenha orgulho do seu cabelo, do seu nariz, da sua boca, da sua cor de pele!'. Quer dizer, histórico de racismo na escola? Aos montes. Cansei de brigar, levar porrada, porque 'Ah, Preto. Pretinho. Negrinho'. (...) Racismo sempre foi uma realidade pra mim. E depois racionalizada, é isso: uma socialização cruel, que tem que ser cruel pra você criar a casca grossa pra você sobreviver no mundo.

Ao mesmo tempo, portanto, em que se põe à margem de uma estrutura de desigualdades – já que afirma ter vivenciado uma estrutura familiar que incutiu nele a necessidade de estudar, o que também teria o tornado invariavelmente um sujeito qualificado para a carreira universitária – há a consciência das condições perniciosas de socialização do negro, que de certa forma perpassa todas as entrevistas, qual seja a de que o negro tem que «criar uma casca» para aguentar a sociedade. Ele não vive a sociedade como qualquer outro sujeito, ele vive a sociedade com a marca de sua negritude, e deve, pelo seu bem, superá-la. Este argumento é severamente verdadeiro e é explicitado também na fala de Carlos, segundo o qual, «um negro com dinheiro, é branco». O trabalho na Universidade é altamente branqueador, neste sentido, pois a educação é uma estratégia dupla de ascensão social e de branqueamento. Diz ele:

> Conforme você vai tendo sucesso financeiro por conta da educação, você se torna uma pessoa educada, com dinheiro, você faz parte do clube...você não é visto como a 'tigrada', como eles chamam, assim, como o pessoal mais simples...

O perfil socioeconômico das famílias de Carlos e João, conforme nos foi apresentado por eles, é mais semelhante, havendo proximidade no que diz respeito ao preparo educacional pregresso de seus familiares, especialmente os pais. No caso de Carlos, o pai era um profissional técnico e no caso de João – interessantemente – num dado momento da vida, após ter entrado no funcionalismo público, seu pai decide tentar vestibular e passa então a cursar a faculdade de Direito da USP, que posteriormente acaba lhe rendendo a possibilidade de desempenhar uma carreira profissional junto a Polícia Civil do estado de São Paulo. A partir deste quadro familiar, João constrói o que seriam, portanto a base existencial na qual fincar sua identidade de professor e de doutor, que de acordo com seu relato, dependeu de maneira muito fundamental de uma socialização cruel, para que, sendo negro, fosse também superior a todos os outros.
Tais entrevistas denotam, então, como a educação entrecruza o material e o simbólico nestas trajetórias sociais negras.

Referências

AZEVEDO, T. (1955), *As elites de cor*, São Paulo: Nacional.

BOURDIEU, P. (1995), *Escritos de Educação*, Petrópolis: Vozes.

COSTA PINTO, L. (1953), *O negro no Rio de Janeiro,* São Carlos: Nacional.

CARDOSO, F. H. (1977), *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CARVALHO, J. J. (2006), *Inclusão étnica e racial no Brasil,* São Paulo, Attar.

_____. (2005), "O Confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro". *Revista USP*, 68, pp. 88-103.

DÁVILA, J. (2003), *Diploma of Whiteness*, Race and Social Policy in Brazil, 1917-1945, Durham: Duke University Press.

DIEESE (2014), *Nota Técnica,* 141*,* Brasília.

FERNANDES, F. (2010), *Circuito Fechado,* São Paulo: Globo.

_____. (1965), *A integração do Negro na Sociedade de Classes,* São Paulo: Edusp.

FERNANDES, F. & BASTIDE, R. (1965), *Brancos e negros em São Paulo,* São Paulo: Nacional.

FREYRE, G. (2006), *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Global.

GOMES, A.C. (2002), *Cidadania e Direitos do Trabalho,* Rio de Janeiro: Zahar.

GUIMARÃES, A. S. (2003), "Raça e pobreza no Brasil – a rationale dos estudos de desigualdade racial. In DURHAN, E., BORI, C. *O Negro no Ensino Superior,* São Paulo: USP/NUPES (1), pp. 03-15.

_____. (2002), *Classes, raças e democracia*, São Paulo: Editora 34.

HARRIS, M. (1967), *Padrões Raciais nas Américas,* Rio de Janeiro: Civilização.

HASENBALG, C. (1979), *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*, Rio de Janeiro: Graal.

HENRIQUES, R. (2001), *Desigualdade Racial no Brasil,* Rio de Janeiro: IPEA.

IBGE (2010), *Censo Demográfico,* Rio de Janeiro.

_____. (2012), *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios,* Rio de Janeiro.

_____. (2014), *Pesquisa Mensal de Emprego,* Rio de Janeiro, fev.

INEP (2013), *Censo da Educação Superior 2013,* Brasília: MEC.

_____. (2012), *Censo da Educação Superior 2012,* Brasília: MEC.

IPEA (2014), *Nota Técnica,* 17*,* Brasília.

MÜLLER, M. L. (2003), "Professoras Negras no Rio de Janeiro: história de um branqueamento". In: OLIVEIRA, I. (Org), *Relações Raciais e Educação,* Rio de Janeiro: DP&A, pp. 73-106.

NASCIMENTO, A. (2002), *O Brasil na Mira do Pan-Africanismo,* Salvador: EDUFBA.

NOGUEIRA, O. (1955), "Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo". *Revisa Anhambi,* 18 (53), pp. 279-299.

OLIVEIRA, L. L. (1995), *A Sociologia do Guerreiro,* Rio de Janeiro: UFRJ.

OLIVEIRA, I. & GONÇALVES, P. (2003), *Identidade Negra – Pesquisas Sobre o Negro e a Educação no Brasil,* Rio de Janeiro: Anped.

PIERSON, D. (1971), *Brancos e Pretos na Bahia,* São Paulo: Nacional.

PIRES, M. F. C (2014), *Docentes Negros Na Universidade Pública Brasileira,* Campinas: Unicamp.

PRUDENTE, E. A. J. (2003), "Uma análise jurídica sobre exclusão social afro-descententes numa ordem constitucional integradora". In DURHAN, E. & BORI, C., *O Negro no Ensino Superior,* São Paulo: USP/NUPES, (1), pp. 89-116.

QUEIROZ, M. I.P. (1987), "Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In *Relatos,* 39 (3), pp. 272-288.

RAMOS, G. (1954), *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira,* Rio de Janeiro: Andes.

RIBEIRO, M.S. (2001), *Romper o Silêncio,* São Paulo: USP.

ROSEMBERG, F. (2009), *Ação afirmativa no Ensino Superior brasileiro,* São Carlos: UFSCar.

SANTOS, S. A. (2007), *Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas*, Brasília: UnB.

SANTOS, W.G. (1998), *Décadas de Espanto: uma apologia democrática,* Rio de Janeiro: Rocco.

SCHAWARCZ, L. (1987), *Retrato em branco e negro,* São Paulo: Cia das Letras.

_____. (1993), *Espetáculo das raças,* São Paulo: Cia das Letras.

SILVA, N. V. & HASENBALG, C. A. (1992), *Relações Raciais no Brasil Contemporâneo,* Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ.

_____. (1988), *Estrutura social, mobilidade e raça,* São Paulo: Vértice.

SILVA, N. V. (1978), *White-Nonwhite Income Diferentials: Brazil 1960,* University of Michegan.

SILVA, J. (2010), "Doutora Professoras Negras: o que nos dizem os indicadores oficiais". In *Revista Perspectivas,* 28 (1), pp. 19-36.

TEIXEIRA, M. P. (2003), *Negros na Universidade: identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro,* Rio de Janeiro: Pallas.

As trajetórias continental e nacional de kehinde e rami: reflexões acerca de raça e gênero

Denise Maria Soares Lima
advdenise@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão acerca da representação da mulher nas literaturas brasileira e moçambicana, onde o feminino tem, sobretudo, um olhar crítico das condições sócio-políticas da mulher africana em diferentes contextos históricos. Com base nos aportes teóricos de Alain Touraine e Stuart Hall, resgata-se a construção dos conceitos de "raça" e "gênero" nas narrativas de Ana Maria Gonçalves (*Um defeito de cor*) e Paulina Chiziane (*Niketche: Uma História de Poligamia*). A análise comparativa centra-se na resistência feminina que emerge nos discursos das protagonistas (Kehinde e Rami, respectivamente), cujas estratégias de luta diante dos infortúnios, adversidades e violências inauditas são construídas e reconstruídas ao longo das ficções. Tais trajetórias permitem articular as relações sociais e individuais vivenciadas pelas personagens e, ao mesmo tempo, compreender o feminismo proposto por suas autoras.

Palavras-chave: Gênero e raça; resistência feminina; relações sociais.

1. Introdução

Historicamente, as desigualdades existentes na sociedade brasileira têm motivado diversas pesquisas, entre as quais se destaca o estudo sobre segmentos excluídos socialmente, por exemplo, as mulheres e a população negra. Isoladamente consideradas, as temáticas de gênero e de raça aparecem em produções acadêmicas em momentos distintos da literatura científica.

Nesse aspecto, vale citar os estudos de Heleieth Saffioti, no Brasil, voltados para as mulheres, que remetem à pesquisa *A mulher na sociedade: mito e realidade* (Saffioti, 1967), publicada na década de sessenta do século passado. Segundo Sartori & Brito (2008), essa tese é um marco para os estudos de gênero no país e coincide com as mobilizações sociais ocorridas em vários países da Europa e nos Estados Unidos. Já nos estudos voltados para questões raciais, têm sido apontados como referência os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores da Escola Paulista, sobressaindo, entre esses, Florestan Fernandes, a partir de 1940, e pesquisa patrocinada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1950 (Hasenbalg, 1979; Bento, 2009).

A partir desses estudos pioneiros, o interesse sobre as referidas temáticas tem crescido de forma considerável nas mais diversas áreas de conhecimento, inclusive, na literatura. Além disso, muitas pesquisas realizam incursões nesta área, compreendendo que os textos literários permitem a análise de aspectos importantes dados às questões de gênero e raça, em diferentes épocas e contextos. Para Coutinho (1978: 56): "Através das obras literárias, tomamos contato com a vida, nas suas verdades eternas, comuns a todos os homens e lugares, porque são as verdades da mesma condição humana". No entanto, para o pesquisador, à apreciação da obra literária escolhida como objeto de pesquisa acresce-se um ingrediente a mais: o interesse na problematização abordada.

Neste sentido, este artigo, a partir das obras literárias contemporâneas *Niketche: uma história de poligamia* (Chiziane, 2004) e *Um defeito de cor* (Gonçalves, 2006), pretende refletir acerca de gênero e raça sob a ótica das autoras Paulina Chiziane e Ana Maria Gonçalves. As narrativas, criadas em diferentes espaços, tempos e contextos elegem personagens femininas para contar as trajetórias de resistência que emergem nos discursos das protagonistas Rami e Kehinde, respectivamente. Esses romances produzidos no século XXI por escritoras de diferentes nações têm em comum a origem de suas personagens: a África.

Esse traço comum é o marco para problematizar gênero e raça. Enquanto Paulina Chiziane trata da condição feminina em Moçambique pós-colonialista; Ana Maria Magalhães narra a experiência da personagem negra na diáspora africana. Duas sagas, dois pontos de vista, duas personagens africanas, duas merecidas premiações. Em razão disso, rico material de pesquisa para formular questões, confrontar conceitos e desmontar preconceitos além das vivências transmitidas por elas, as protagonistas, por si sós incapazes de mudar o mundo. Como na visão de Saramago (2004), ao reconhecer que a literatura não é capaz de mudar o mundo, mas, sim, de exercer influência sobre algumas pessoas – capacidade essa materializada na obra que nasce nas artes pela passagem do instituído, repertório diário estabelecido, ao instituinte, criação do escritor, "transfiguração do existente em outra realidade" (Chauí, 2000: 404).

Portanto, longe de analisar as tendências literárias expressas nas obras, este trabalho pretende percorrer alguns caminhos sistematizados em dois blocos. Num primeiro momento, cada um desses discorre sobre a autora e a estrutura da obra: enredo, ambientação, personagens, linguagem, entre outros elementos constitutivos e, num segundo momento, aborda-se como as narrativas constroem sentido às questões sociais suscitadas pelas autoras, conjugando a literatura científica com o *corpos* literário dos romances pesquisados. Por fim, esboça-se um painel acerca do feminismo e racismo do início do século XXI e como esses fenômenos afetam particularmente a mulher negra.

2. *Niketche: uma história de poligamia*

2.1 A autora

Paulina Chiziane é moçambicana, nasceu em 1955, em Majacaze, província de Gaza, região sul do país. Primeira escritora em seu país a publicar um romance, nomeado *Balada de amor ao vento,* em 1990. Em sua bibliografia, destaca-se a obra em estudo *Niketche: uma história de poligamia* com a qual foi agraciada com o Prêmio José Craveirinha, em 2003, instituído pela Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO). Em suas obras, Chiziane aborda questões femininas e a cultura moçambicana. Em relação à escrita literária, assim declarou a autora em entrevista:

> O fato é que sou uma mulher e escrevo sobre temas que me tocam nessa minha condição. O que me incomoda é que, quando é o homem escrevendo, as pessoas não o chamam de machista e nós, mulheres, quando escrevemos, somos chamadas de feministas. É verdade que eu escrevo muito forte sobre o feminino, sobre as questões que interessam de perto às mulheres (Diogo, 2010: 174).

Dessa forma, a autora contesta o estigma de feminista, entretanto afirma, na mesma entrevista, que em *Niketche* sua intenção era colocar mulheres para falarem sobre sexo, além de problematizar os sistemas monogâmico e poligâmico dominantes em Moçambique.

Nascida no período colonial, Chiziane inicia a publicação de suas obras no período pós-independência de Moçambique, que data de 1975. Como outros autores moçambicanos, suas publicações são em língua portuguesa. Quanto a isso, Lopes (2000) observa que a tradição oral ou acústica, como designa, marcante em Moçambique não impediu que a produção literária se desenvolvesse com forte influência da língua do colonizador, no caso, o português. Essa mescla do tradicional com o novo, da escrita com a oralidade, para o autor, se harmoniza e traz modernidade às literaturas africanas. Chiziane, certamente, contribui para essa fruição, como observar-se-á no estudo a seguir.

2.2 A obra

Niketche é uma obra de 337 páginas, dividida em 41 capítulos. Esses são breves e narrados em primeira pessoa. O cenário que permeia todo o romance ocorre no dia-a-dia urbano de Moçambique, contudo o espaço geográfico apresentado não está circunscrito à cidade. De norte a sul, de leste a oeste, a obra percorre todos esses limites e tradições das terras moçambicanas para expor, refletir e compreender suas diferenças culturais, cujos marcos divisórios são pontuados em toda a narrativa. Quanto ao espaço temporal, o parágrafo inaugural anuncia: "Um estrondo ouve-se do lado de lá. Uma bomba. Mina antipessoal. Deve ser a guerra a regressar outra vez" (Chiziane, 2004:1), há, neste trecho, indícios de que as ações militares, que sucederam à independência em 1975, ainda é uma ameaça, pois, nesta visão, podem regressar.

Nestes espaços de tensão, o enredo se estrutura em torno da história contada por Rosa Maria, Rami. Esta mulher moçambicana, casada, se desloca à procura das demais mulheres de seu marido, Tony. Essa peregrinação, que inicialmente é uma caça em busca de presas, vai ao longo da história assumindo novos contornos, e as rivais vão adquirindo novos papéis sociais: amigas, sócias, confidentes. Cada mulher, uma realidade, uma trajetória, um território moçambicano a ser examinado e compreendido, onde comportamentos são explorados, principalmente em relação à organização familiar no que diz respeito à ocupação da figura feminina nestes ambientes dando ensejo para discutir as sociedades matriarcal e patriarcal, a poligamia, o lobolo, a tradição e a modernidade. Desse modo, a narrativa íntima e reflexiva de Chiziane é um convite a compreender as relações de gênero em África, quase sempre invisíveis nos estudos ocidentais.

2.3 A protagonista: desejos e desígnios

Quem é Rami, a protagonista? A trajetória da narradora-personagem é um conjunto de desejos e desígnios, dos quais ela busca incessantemente questioná-los e projetá-los. Reconstruída a cada sequência, a personagem torna a reflexão sua tônica discursiva: "Derrotada? Não. Nunca combati. Depus as armas antes de as empunhar. Sempre me entreguei nas mãos da vida. Do destino. Nunca mexi um dedo para que as coisas corressem de acordo com os meus desejos. Mas será que algum dia tive desejos?" (pp.18). Segue-se a esse pensamento, em três parágrafos seguintes: "Desperto inspirada. Hoje quero mudar o meu mundo. Hoje quero fazer o que fazem todas as mulheres desta terra" (pp.19).

Esse movimento íntimo que marca a fala da personagem consigo é representado e estabelecido ao longo do romance utilizando o artificio do espelho: "Vou ao espelho descobrir o que há de errado em mim. [...] De quem será esta imagem que me hipnotiza e encanta?" (pp. 15). Há, assim, diversas passagens onde o diálogo reflexivo com a imagem é realizado: "Corro para meu espelho e desabafo." (pp.48). Contudo, não se trata apenas de um monólogo, neste embate Rami projeta-se, declina-se, ergue-se. Segundo Palo (2008:30), em *Niketche*: "A imagem é roubada pelo espelho e, no afã de tentar considerar-se o Outro, coloca a experiência espetacular, entre a percepção e a significação, além do verbal. Aqui a voz poética assume a memória e a profecia". Neste encontro, ao transformar seu irreal em confessor e julgador, Rami dota a imagem de poderes, poderes especiais: a imagem-Rami é testemunha de conflitos, dissabores e desejos, ao mesmo tempo em que desmascara a realidade existente e, por vezes, cria uma Rami existente apenas na imagem.

No entanto, as reflexões de Rami são apenas parte do conjunto da obra; à Rami reflexiva soma-se a Rami que se coloca em ação, que transita da voz passiva para ativa, em busca de respostas acerca de sua posição feminina perante a mulher, o homem, a família, as tradições, a religião, o estado e a cultura e da superação de conflitos vivenciados individuais e coletivos.

2.4 Rami, suas mulheres e Tony: o hexágono amoroso

Ao discorrer sobre as relações desiguais e conflitivas entre homens e mulheres, Touraine (2011), sugere, hipoteticamente, que se o homem é o mantenedor e beneficiário das desigualdades de gênero, combatendo-o,

dar-se-ia um basta à dominação masculina e ponto final. Contudo, acresce que não só essa premissa é falsa como o argumento: hoje, as mulheres têm interesses não apenas centrados em justar posições, mas em "recompor numa totalidade os elementos que por muito tempo foram separados" (pp. 82). Essa construção de consciência feminina coletiva, na obra em estudo, se dá a partir de disputas individuais que permitem às personagens femininas discutirem seus papéis sociais, confrontando-os. Esses confrontos são promovidos pela personagem principal, que de modo inusitado vai ao encontro de suas rivais. Ao fim do quinto capítulo, Rami declara:

> O coração do meu Tony é uma constelação de cinco pontos. Um pentágono. Eu, Rami, sou a primeira dama, a rainha mãe. Depois, vem a Julieta, a enganada, ocupando o posto de segunda dama. Segue-se a Luísa, a desejada no lugar de terceira dama. A Saly, a apetecida, é a quarta. Finalmente a Mauá Sualé, a amada, a caçulinha, recém-adquirida. O nosso lar é um polígono de seis pontos. É polígamo. Um hexágono amoroso (Chiziane, 2004: 58).

Dentre as oposições marcadas na narrativa, destaca-se a cena quando o privado torna-se público. A personagem principal ao se dar conta da existência das demais mulheres na vida de Tony, seu marido, aproxima-se destas e propõe: "Cada uma de nós é um ramo solto, uma folha morta, ao sabor do vento – explico. _ Somos cinco. Unamo-nos num feixe e formemos uma mão. Cada uma de nós será um dedo, e as grandes linhas da mão a vida, o coração, a sorte, o destino e o amor. Não estaremos tão desprotegidas e poderemos segurar o leme da vida e traçar o destino" (Chiziane, 2004: 82). A partir de então, uma nova família legalizada é reformulada, neste novo perfil familiar, as mulheres Julieta, Luísa, Saly e Mauá Sualé são incluídas, assim como seus filhos. Há um "ciclo de lobolos" para esse ajuste social, contudo, essa família é reconstruída em torno de Rami e suas mulheres – como provoca o subtítulo acima – pois é ela que expõe publicamente o que era privado: "_É verdade que reuniste todas as mulheres, à vista de toda a gente? _Sim. _Graças a Deus! Não foi só a tua vontade, minha vontade, Rami. Os antepassados guiaram os teus passos para a reunião da grande família, no grande dia. És uma grande mulher" (Chiziane, 2004: 114).

Desse modo, desde os primeiros capítulos, Rami toma ciência da existência das demais mulheres e das posições que cada uma ocupa. O lar polígamo é, então, o pretexto para discutir diferenças culturais, sejam de gênero, de origem ou de religião. A poligamia é censurada, defendida e combatida: "As culturas são fronteiras invisíveis construindo a fortaleza do mundo. Em algumas regiões do norte de Moçambique, o amor é feito de partilhas. Partilha-se mulher com o amigo, com o visitante nobre, com o irmão de circuncisão" (Chiziane, 2004: 39). "Nunca ninguém me disse a origem da poligamia. Por que é que a igreja proibiu estas práticas tão vitais para a harmonia de um lar? Por que é que os políticos da geração da liberdade levantaram o punho e disseram abaixo os ritos de iniciação? É algum crime ter uma escola de amor? [...] O colonizador é cego. Destrói o seu, assimila o alheio, sem enxergar o próprio umbigo" (Chiziane, 2004: 45).

Nesses fragmentos, a tradição das famílias matriarcais, ao norte, se opõe ao projeto unificador dos políticos da geração da liberdade (Frente de Libertação de Moçambique, FRELIMO), impondo a família monogâmica, na qual o marido é o chefe de família. De acordo com Pinho (2012), nessa nova ordem política, o poder masculino passa a representar a modernidade e o progresso, portanto, condenando quaisquer manifestações de base matrilinear. A voz narrativa pontua essas diferenças: "Conheço um povo sem poligamia: o povo macua. [...] Conheço um povo com tradição poligâmica: o meu, do sul do meu país. Inspirado no papa, nos padres e nos santos, disse não à poligamia [...] Praticam uma poligamia do tipo ilegal, informal sem cumprir os devidos mandamentos: um dia dizem não aos costumes, sim ao cristianismo e à lei. No momento seguinte, dizem não onde disseram sim, ou sim onde disseram não" (Chiziane, 2004:92).

Quanto à organização familiar das terras do norte e do sul, no que diz respeito à representação feminina, há nítidas diferenças na narrativa: "Na minha aldeia, o amor é solenemente partilhado em comunhão como uma hóstia" (Chiziane, 2004: 82). "Muito me espanta esta cultura do sul! – conclui Mauá. _ Para nós, o amor e o prazer são muito importantes. Quando um desses elementos falha, mudamos de parceiro. Para quê sofrer?" (pp. 174) "No sul as mulheres são exiladas no seu próprio mundo, condenadas a morrer sem saber o que é amor e vida" (pp. 175). Esses contrastes são evidenciados em relação à sexualidade: "_ Eu tenho magia no

corpo inteiro [...] comecei a ter lições de amor a partir dos oito anos (pp. 177). "És virgem apesar dos teus cinco filhos. [...] _ O que me aconselhas? _ Faz um alongamento genital, que é bom. Esta prática que muitos condenam sem conhecer, traz mais soluções que problemas" (pp. 180). Tais práticas de sedução com fins eróticos e estéticos não foram incorporadas ao projeto modernizante da FRELIMO, conforme observa Pinho (2012: 972):

> Ao arrepio da pregação cristã e da moral revolucionária da Frelimo, demonizava-se a sexualidade da mulher e via-se, por exemplo, nas prostitutas, especialistas da *ars erótica,* a imagem incorporada da devassidão e degradação moral do colonialismo

Touraine (2011:130) afirma que "A sexualidade é inteiramente desejo, relação com o outro e construção de si. Ela cria uma identidade e, principalmente, uma vontade de construir a unidade sempre ameaçada entre o erotismo e a fecundidade", em *Niketche* sexualidade é uma experiência integrada: aproxima o feminino, cria uma identidade coletiva em torno do sujeito masculino, busca o conhecimento de si e do outro, e, particularmente para Rami é a superação de conflitos entre a moral instituída e o desejo, é a possibilidade de correr riscos, de vivenciar o hexágono amoroso.

2.5 Rami e Vuyazi: princesas insubmissas

No conjunto da obra, como já exposto, há contextos antagônicos que expõem tanto a fragilidade como a força determinantes na construção das relações individuais e sociais. Essas manifestações, geralmente estereotipadas em masculino=força e feminino=fragilidade, assumem orientações que subvertem o instituído, dois desses momentos na obra ocorrem nas narrativas míticas de Vuyazi e Niketche. O primeiro é apresentado em um contexto em que o marido, Tony, queixa-se aos familiares mais velhos (conselho de família) da má conduta de suas mulheres. Na sequência, uma anciã inicia: "Era uma vez uma princesa. Nasceu da nobreza mas tinha o coração de pobreza. Às mulheres sempre se impôs a obrigação de obedecer aos homens. É a natureza" (Chiziane, 2004: 157). Então, discorre sobre Vuyazi que foi castigada por desobediência aos costumes e descumprimento de obrigações impostas às mulheres. E finaliza:

> É Vuyazi, a princesa insubmissa estampada na lua. É a Vuyazi, estátua de sal, petrificada no alto dos céus, num inferno de gelo. É por isso que as mulheres do mundo inteiro, uma vez por mês, apodrecem o corpo em chagas e ficam impuras, choram lágrimas de sangue, castigadas pela insubmissão de Vuyazi (Chiziane, 2004: 157).

O segundo momento ocorre quando conversam acerca da fragilidade flagrante de Tony: "[...] Podemos usar nossa nudez para assustá-lo, torturá-lo, arrepiá-lo até a medula e à medida da sua maldade" (Chiziane, 2004: 160). Neste instante, uma das mulheres, Mauá, envolve as demais de curiosidade, ao falar sobre Niketche: "Uma dança do amor, que as raparigas recém-iniciadas executam aos olhos do mundo, para afirmar: somos mulheres. Maduras como frutas. Estamos prontas para vida" (Chiziane, 2004: 160). Assim, enquanto a liberdade da insubmissa Vuyazi se deu pela opressão, Niketche é a expressão da liberdade no combate à opressão pela arte; em ambos os casos, força e fragilidade são atitudes de resistência, que compõem o coletivo feminino na narrativa. Atitudes essas que estão presentes na personagem Rami, que diante dos infortúnios cria mecanismos de luta, que mesclam tolerância, vingança e aquiescência. Diante desses comportamentos discrepantes e, muitas vezes, inusitados, tal qual a princesa Vuyazi, que coloniza a lua (Chiziane, 2004: 293), Rami, a insubmissa tem uma trajetória singular: decide a própria existência, na qual "escreve e ler as linhas nosso destino" [...] "Com as nossas impurezas menstruais, adubaremos o solo, onde germinará o arco-íris de perfume e flor" (Chiziane, 2004: 294).

3. *Um defeito de cor*

3.1 A autora

Ana Maria Gonçalves é brasileira, nasceu em 1970, em Ibiá, Minas Gerais, região Sudeste do Brasil. Em sua biografia, consta-se que abandonou a carreira de publicitária para dedicar-se à literária. Para isso, mudou-se para a Ilha de Itaparica, na Bahia, onde escreveu seu primeiro romance *Ao lado e à margem do que sentes por mim,* edição independente lançado em 2002. Em sua bibliografia, destaca-se a obra em estudo *Um defeito de cor* a qual foi agraciada com o Prêmio Casa de Las Américas na categoria literatura brasileira, em 2007. Em relação à divulgação desta obra a autora relata:

> Devo a publicação de *Um defeito de cor* a algumas serendipidades, a uma boa dose de sorte, à ajuda indispensável e nunca agradecida o suficiente de alguns amigos, à coragem da Record em investir nesse catatau escrito por uma escritora iniciante e desconhecida, mas, principalmente, à blogosfera. Foi o blog que me fez voltar a escrever, foi o *blog* que me presenteou com leitores e amigos fantásticos, que sempre me incentivaram a continuar. Isso me leva a crer que não temos a real ideia do tamanho e da importância da influência dessa fantástica ferramenta (Gonçalves, 2014).

Com isso, nota-se também que a autora faz uso das ferramentas disponíveis na internet para divulgar seus livros e artigos. Para isso, mantém um *blog*, iniciado em 2001, (100 meias confissões da Aninha) e escreve artigos de opinião em redes sociais e *blogs*. A temática que elege em suas postagens, volta-se para as discussões cotidianas que envolvem racismo, discriminação e preconceitos raciais. Em relação à presença das mulheres negras na literatura, Gonçalves afirma que a mulher negra é sub-representada: "Acredito que haverá um crescimento nos próximos anos, porque pode estar aí um campo ainda não conhecido e explorado, o de algumas histórias que só podem ser escritas por mulheres negras. Se literatura se faz através da experiência, a nossa foi pouquíssimo contada e considerada; há muito por dizer" (Gonçalves, 2014a).
Por fim, Gonçalves representa uma geração de escritores negros, identificados pela crítica especializada como pertencentes à literatura afro-brasileira, cujos autores e autoras são identificados pela temática afro: "o suplemento 'afro' ganha densidade crítica a partir da existência de um ponto de vista específico" expresso em múltiplos temas: identidade negra, denúncia às discriminações sociais existentes, revisão crítica do passado, entre outros (Duarte, 2014). Essa 'afroindentificação' anotada por Duarte, torna *Um defeito de cor* um aporte para o discurso acerca de raça, como será estudado a seguir.

3.2 A obra

Um defeito de cor é uma obra no volume publicado pela Record de 947 páginas, no volume lido no formato *e-book* contém seiscentas e doze páginas. A obra é dividida em dez capítulos, que sempre iniciam com um provérbio africano e se subdividem em vários subtítulos. No prólogo, Gonçalves (2006) anuncia que a obra é fruto de serendipidade, que, em resumo, significa achados bem-sucedidos descobertos por acaso, geralmente, quando se está em busca de outros feitos. Nessas revelações, aguça a curiosidade do leitor, ao afirmar que há uma mistura de ficção e realidade na trajetória da protagonista. Narrado em primeira pessoa, o romance de Gonçalves, aclamado pela crítica literária, tirou o fôlego de Millôr que analisa a obra com essas palavras: "Em suas 952 páginas, *Um Defeito de Cor* não tem hausto, parada pra respirar. É um dos livros mais importantes, coloco entre os melhores que li em nossa bela língua eslava. Entre os 100 melhores, Millôr? Que exagero é esse, rapaz?, entre os 10 (Millôr, 2006).
Tamanha a riqueza de incidentes transcorridos em torno de Kehinde, o número de personagens (em torno de 400) e ambientações, a obra é considerada uma saga da literatura brasileira. A História da protagonista é

contada ao lado de outras histórias, que marcaram a História do Brasil e do continente africano, no século XIX, entre os anos de 1810 (nascimento de Kehinde) a 1894 (ano provável de sua morte), caracterizados por lutas abolicionistas e mudanças sócio-políticas. Esse espaço temporal se dá em torno de aproximadamente oito décadas em vários territórios brasileiros e africanos, como indica o fragmento abaixo:

> [...] Savalu, Uidá, Ilha dos Frades, São Salvador, Itaparica, São Luís, Cachoeira, São Sebastião, Santos, São Paulo, Campinas, Uidá, Lagos, Era lá em África, que eu deveria morrer, onde tinha nascido. Mas aqui estou, indo morrer no Brasil, na sua terra. Será que posso considerar isso uma última homenagem? Como a única coisa que uma mãe que uma mãe à beira da morte pode fazer por um filho? (Gonçalves, 2006:588).

Nestes territórios, a voz feminina relata o Atlântico, do tráfico e da diáspora, para dar voz a negritude e revisar, pela ficção, o fenômeno da escravidão e suas vicissitudes.

3.3 A protagonista Kehinde

Gonçalves (2014a) informa que Luiza, nome brasileiro da protagonista Kehinde, é inspirado em carta e poesia que o escritor brasileiro Luiz Gama escreve sobre sua mãe, como destaca-se a seguir:

> Nasci na cidade de S[ão] Salvador, capital da província da Bahia, em um sobrado da Rua do Bângala, formando ângulo interno, em a quebrada, lado direito de quem parte do adro da Palma, na Freguesia de Sant'Ana, a **21 de junho de 1830**, pelas 7 horas da manhã, e fui batizado, 8 anos depois, na igreja matriz do Sacramento, da cidade de Itaparica.
> Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa Mina, (Nagô de Nação) de nome **Luíza Mahin,** pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã. Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, geniosa, insofrida e vingativa.
> Dava-se ao **comércio** - era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma vez, na Bahia, foi **presa** como suspeita de envolver-se em planos de **insurreições de escravos**, que não tiveram efeito. Era dotada de atividade. Em 1837, depois da Revolução do Dr. Sabino, na Bahia, veio ela ao Rio de Janeiro, e nunca mais voltou. **Procurei-a** em 1847, em 1856, em 1861, na Corte, sem que a pudesse encontrar. Em 1862, soube, por uns pretos minas, que conheciam-na e que deram-me sinais certos que ela, acompanhada com malungos desordeiros, em uma «casa de dar fortuna», em 1838, **fora posta em prisão**; e que tanto ela como os seus companheiros desapareceram. Em opinião dos meus informantes que esses «amotinados» fossem mandados para fora pelo governo, que, nesse tempo, tratava rigorosamente os africanos livres, tidos como provocadores (Ferreira, 2008, grifo nosso).

O fragmento acima, de fato, coincide com algumas passagens do romance, inclusive com aquela em que, como na carta, Kehinde tem seu filho desaparecido, sendo esta a principal motivação para a narrativa: "Estou guardando comigo todas as cartas trocadas, para que você saiba de tudo que fiz na esperança de te encontrar, meu pequeno Omotunde" (Gonçalves, 2006:258). "Seu desaparecimento foi pior que a morte do seu irmão, muito pior, porque ele eu sabia onde e como estava" (Gonçalves, 2006:403). Além das coincidências de datas e lugares citados na obra e na carta, alguns papéis sociais se assemelham aos assumidos por Kehinde, neste percurso: escrava, escrava de aluguel e de ganho, liberta, filha, mãe, avó, irmã, esposa, amante, comerciante (de cookies, de pães, de charutos, de quitutes, de armas), construtora, rebelde, entre outros.

Assim, quem é Kehinde? Africana nascida em Savalu, abruptamente capturada e retirada de sua terra para viver a barbárie da escravidão? Sim, mas também apesar de toda sorte de infortúnios que a protagonista enfrenta ao longo da narrativa – inicialmente, com as mortes violentas de sua mãe e irmão (em África), seguidas das mortes de sua avó e de sua irmã gêmea, a bordo do negreiro até sua própria morte, cega e sem realizar o desejado encontro com seu filho – Kehinde é a experiência da luta cotidiana, que reflete a trajetória histórica da diáspora e os discursos colonialistas em relação à raça.

3.4 A África inteira em um só lugar

"Todos os dias chegava mais gente capturada em muitos lugares da África, falando línguas diferentes e dando várias versões sobre o nosso destino. Perguntei onde ficava o estrangeiro e ela não sabia, mas outra mulher que estava por perto disse que era em Meca" (Gonçalves, 2006: 20). Esse excerto inaugura o discurso sobre a diáspora africana no século XIX. Não sem razão, menciona Meca (importante mercado de escravos), já que uma parcela significativa de africanos migrou para a Ásia, contudo foi o Brasil, um dos maiores importadores de africanos, segundo Ajayi (2010:890): "ao longo de todo o período de tráfico negreiro, este país recebeu cerca de 38% do efetivo total de africanos introduzidos no Novo Mundo".
Além do trecho supracitado, há no decorrer da obra, inúmeras passagens que confirmam essa migração em massa de diferentes pontos do continente africano para o Brasil:

> Alguns brancos acompanhavam um ou outro desembarque, mas a grande maioria era de pretos como nós, com tons de pele e aparências tão diferentes uns dos outros que eu imaginava ver uma África inteira em um só lugar, e tinham os rostos tão alegres que até pareciam nos dar boas-vindas (Gonçalves, 2006:39).
>
> Os pretos de São Sebastião eram diferentes dos de São Salvador, por causa da procedência. Para São Salvador iam principalmente os da região de onde eu tinha saído, os fons, os eves, os iorubás e mais outros que, por lá, eram todos chamados de minas, porque embarcavam na Costa da Mina. Para São Sebastião iam os angolas, os moçambiques, os monjolos, os benguelas e mais alguns. Os monjolos tinham marcas ao comprido do rosto, os angolas tinham o rosto fino e eram muito bonitos, e os benguelas usavam cortes de cabelo bastante estranhos, formando desenhos muito trabalhosos, que podiam pegar a cabeça inteira ou apenas o alto, perto da testa, formando um topete com trancinhas. (Gonçalves, 2006: 413).

Essa migração, raramente, ocorreu de modo voluntário, como sabe-se. Dessa forma, os africanos, que chegaram ao Brasil, vivenciaram na experiência da diáspora perseguições e adversidades como as reproduzidas na obra, entre outros aspectos: 1) na linguagem: "[...] falou em iorubá que eu tinha que aprender logo o português, pois o sinhô José Carlos não permitia que se falassem línguas de pretos em suas terras" (pp. 43); 2) na religião: "Alguém lembrou que o padre também tinha dito que, a partir daquele momento, eles deviam acreditar apenas na religião dos brancos, deixando em África toda a fé nos deuses de lá" (pp. 28); 3) nas tradições: "Os capueiras tinham inventado esse toque para avisar da chegada da polícia quando estavam jogando no meio da rua, o que era proibido" (pp. 428); 4) nos costumes: " Entre outras coisas, naquele dia aprendi que existem talheres, e que eu deveria usá-los para comer, que não podia mais comer com as mãos que era proibido pela sinhá aos escravos que trabalhavam na casa-grande" (Gonçalves, 2006: 46).
Contudo, se essas tentativas de redução do povo africano à alienação foram extremadas pelo colonizador; a hostilidade do meio e estranhamento à terra proporcionaram, por sua vez, uma 'reação de reserva', como aponta Munanga (1988: 33):

> Trata-se da maioria das populações vivendo ainda nos territórios étnicos e das massas espalhadas em todas as cidades de origem colonial. [...] Mas, felizmente, continuaram a praticar uma espécie de resistência passiva, funcionando como um bastião, no qual o patrimônio cultural, legado dos ancestrais, continuou a ser transmitido de geração a geração. O povo guardou sua língua, sua arte, maquis que o protegiam das tentações alienantes.

Nesta perspectiva, *Um defeito de cor* aponta vários momentos de manutenção e aproximações de culturas e produção de novas culturas a partir do legado africano: seja na linguagem: "Ele chegou perto da Verenciana e começou a esfregar uma mão na outra, como se estivesse aquecendo as sementes entre elas, enquanto rezava e cantava em ioruba" (pp. 67) ou nos costumes: "Precisando de carregadores, por exemplo, podia-se chamar com certeza qualquer preto usando um corte que deixava um chumaço de cabelo bem na frente [...]. Quem fazia esses cortes eram os oficiais barbeiros, que conheciam os costumes de cada nação e trabalhavam nas ruas e nas praças, ou em pontos como o do Omissias (pp. 412).
Todavia, segundo Sodré (1988), foi na religião que a intersecção das diferenças e a proximidade dos opostos resultaram em "um jogo de contatos' a fim de preservar um patrimônio comum, ainda que com rituais diversificados. E assegura: "O patrimônio simbólico do negro brasileiro (a memória cultural da África) afirmou-se aqui como território político-mítico-religioso, para a sua transmissão e preservação" (pp. 50), citando como referência o candomblé da Casa Branca, mencionado na obra em estudo: "Fiquei sabendo de uma série de novidades, como uma casa de culto aos orixás, chamada de Casa Branca, que estava sendo aberta por uma ialorixá liberta chamada de Iyálusò Danadana" (Gonçalves, 2006: 262). O aspecto religioso é marcante em vários segmentos da obra, como abaixo:

> Os nagôs e iorubás eram numerosos e estavam espalhados por toda a cidade, e tinham levado para o Brasil quase todos os orixás que cultuavam em África. Havia casas de pretos da mesma nação que cultuavam apenas um orixá, o da própria tribo, mas também havia casas freqüentadas por muitas nações, onde vários orixás eram cultuados, e por isso recebiam o nome de candomblés (Gonçalves, 2006: 319).

Por fim, vale registrar a ocorrência de processos migratórios e de transformação cultural que envolveram os regressados à África. Quanto a isso, acrescenta Ajayi (2010: 903): "Enquanto os africanos desembarcados no Novo Mundo são contados aos milhões, os seus descendentes retornados à África não passariam de alguns"; ainda que em número reduzido, essa experiência de retorno revela-se, com precisão, no fragmento abaixo:

> Na verdade, todos os brasileiros, mesmo que não o fossem, eram considerados brancos, porque aos olhos dos africanos, nós agíamos como brancos, morávamos em casas diferentes, tínhamos hábitos diferentes, como o de usar talheres e ter móveis como a mesa e a cama, que não eram usuais em África (Gonçalves, 2006: 498).

Assim, esse "algo no meio", no dizer de Chambers apud Hall (2013), vivido no decorrer da experiência diaspórica, marca a trajetória daqueles que passaram ou passam – diáspora moderna – por um processo de ruptura com suas raízes. Nessa situação, a volta para 'casa' sempre traz o acúmulo de feitos, esses irrevogáveis, e, incapazes de serem abolidos da memória. Portanto, o olhar diferente dos que ficaram em relação aos retornados, e, ao mesmo tempo, a introdução e manutenção desse arsenal (linguístico, religioso, por exemplo) apreendido no exterior por aqueles que retornam evidenciam segundo Hall (2013) um diálogo de trajetórias, de trocas, que se entrecruzam tanto do colonizador para com o colonizado, como em sentido inverso.

3.5 Perfeitos sem defeitos

Segundo Ajayi (2010), a construção das sociedades do Novo Mundo deve-se a presença marcante dos africanos e afro-americanos, como modernamente são chamados seus descendentes. Se hoje esse papel importante do negro é tardiamente reconhecido na História das Civilizações, no período colonialista, negros e negras foram reduzidos, humilhados e desumanizados. Essa desvalorização não se restringiu somente às teorias racistas do século XIX, mas cuidou também de demonstrar na prática cotidiana um conjunto de condutas com intenção de inferiorizar racialmente o indivíduo negro (Munanga, 1988). O mesmo autor acrescenta que três elementos compõem esse proceder racista: "descobrir e pôr em evidência as diferenças entre colonizador e colonizado, valorizá-las em proveito do primeiro e em detrimento do último e levá-las ao absoluto, afirmando que são definitivas, e agindo para que assim se tornem" (Munanga, 1988:21).
Na obra em estudo, a protagonista Kehinde vivencia inúmeras experiências discriminatórias e preconceituosas em relação à cor, como demostram os excertos abaixo:

> Fingi acreditar, mas sabia que, no fundo, ele tinha vergonha de assumir que estávamos morando juntos. Afinal de contas, as pretas serviam para que os brancos satisfizessem os desejos carnais, como a Claudina e a Adeola tinham dito, e raramente eram boas o bastante para chegarem a esposas (pp. 226).

> A Esméria disse que era assim mesmo, que os homens precisavam estar entre homens, e que no meu caso era ainda pior, por eu ser preta e o Alberto ser branco (pp. 233)

> Eu queria morrer, mas continuava mais viva que nunca, sentindo a dor do corte na boca, o peso do corpo do sinhô José Carlos sobre o meu [...] (pp. 108).

> Ele então se aproximou e agarrou meu braço com a alça da bengala, quase derrubando o tabuleiro que eu levava na cabeça, falando que eu era uma negrinha que, além de estúpida, devia ser cega (pp. 158).

> De início tentaram me enxotar enquanto eu dava uma olhada nas prateleiras, dizendo que os produtos que estavam ali não eram para o meu paladar e muito menos para o meu bolso (pp. 174).

> Mas os comerciantes preferiam os mulatos aos pretos, achando que a mistura de sangue branco fazia deles pessoas mais capazes para os serviços que exigiam inteligência. E sempre homens; acho que nunca vi mulheres atrás dos balcões ou cuidando dos livros de contas (pp. 154).

Nos trechos acima, predominam dois registros de racismo identificados por Hall (2013): o racismo biológico e a discriminação cultural, presentes, quase sempre, segundo o autor, de modo simultâneo, ou seja, incorporam-se a esses indivíduos todos os defeitos em razão da cor – um coletivo anônimo –, ao mesmo tempo em que tudo o que lhes pertence, valores materiais e imateriais – é retirado, ridicularizado ou proibido. Diante disso, afirma Munanga (1988: 23): "[...] Jamais se caracteriza um deles individualmente, isto é, de maneira diferencial. [...] Colocado à margem da história, da qual nunca é sujeito e sempre objeto, o negro acaba perdendo o hábito de qualquer participação política ativa, até o de reclamar".
Entretanto, ainda que silenciados pela força e desestabilizados psiquicamente em um período marcado pela exploração da mão de obra escrava, muitos foram os mecanismos de resistência individual e coletiva. *Em um defeito de cor*, há menção a quilombos, reconhecidamente territórios de resistência negra: "O Jacinto então falou da última rebelião da qual tinha participado, depois de ter se juntado a uns pretos no Quilombo do Urubu (Gonçalves, 2006: 179). Contudo, a Revolta de Malês encontra espaço privilegiado na narrativa para descrever

minuciosamente esse movimento de luta armada ocorrida na cidade de São Salvador no ano de 1837, desde o planejamento, seus mentores até a emboscada, que resulta em morte dos rebeldes, como a seguir: "Isso era bem verdade, pois eu já tinha ouvido várias pessoas dizendo que os muçurumins, que alguns chamavam de malês [Malê: corruptela de imole, que em iorubá significa muçulmano, ou preto islamizado, o muçurummim] (Gonçalves, 2006: 264); "Era sobre isso que os muçurumins tanto conversavam, e o Fatumbi disse que estavam muito próximos de um acordo entre eles, para depois começarem a planejar uma rebelião" (Gonçalves, 2006: 277); "Foi naquele mesmo dia que o Fatumbi me contou que já tinham escolhido a data da rebelião, ia ser durante as festas de entrudo do próximo ano, no fim de fevereiro" (Gonçalves, 2006: 315); "A denúncia de que uma rebelião estava para começar foi feita no início da noite de sábado por um nagô liberto, que também se chamava Domingos" (Gonçalves, 2006: 334).

Finalmente, pode-se afirmar que o deslocamento continental (África-Atlântico-Brasil-Atlântico-África-Atlântico) descrito pela protagonista e vivenciado por ela, kehinde, é fruto de uma trajetória que opera entre dois opostos: opressão e resistência, não necessariamente em equilíbrio, em medidas iguais. Na verdade, porque polos tão díspares, sempre instáveis, conquanto sempre consequência da experiência humana.

4. Considerações finais: há um possível confronto?

As obras *Niketche: Uma História de Poligamia e Um defeito de cor* retratam a experiência humana, diante do inesperado. Rami, descobre-se traída; enquanto Kehinde é desterrada. Ambas, a partir desses eventos, vão lidar com seus destinos de modo inusitado. Essa singularidade é o que torna essas mulheres diferentes, ou seja, a possibilidade que elas abrem – e não o destino – de darem contornos além do esperado. Rami poderia se adaptar ao fato de ser mais uma mulher do seu marido e seguir a tradição? Kehinde poderia seguir cumprindo os mandos de seus donos? Sim, e as duas fizeram isso, mas não só. Cada uma, a seu modo, buscou dar significado a suas vidas diante das desgraças que pousaram em suas trajetórias. Como narrativas romanescas, cumpriram seu papel.

No entanto, a análise da biografia das personagens, permitiu uma visão mais aguçada acerca de suas histórias de luta que se dão a partir das rupturas com o instituído. Rami, ao assentir a poligamia e questioná-la (aquela pretendida por seu marido, Tony), rompe com não só com seus próprios valores, como provoca uma mudança de comportamento em todos os personagens, mobilizando-os – principalmente, o elenco feminino, que passa a se dar conta de sua capacidade de empoderamento social. No caso de Kehinde, as vicissitudes da escravidão e a opressão em relação à negritude demandam processos constantes de apropriação que vão desde a língua do colonizador à conversão religiosa, mas que na personagem não conduzem à assimilação e sim à emancipação política e econômica de uma mulher negra e africana.

Por sua vez, enquanto a poligamia em *Niketche* é pretexto para a discussão da participação sócio-política da mulher em Moçambique, tendo como título sugestivo uma dança sexual feminina; *Um defeito de cor* traz em seu nome uma provocação que remete a um texto de Munanga (1988:79), que resume a ideia título: "os negros não foram colonizados por que são negros, ao contrário na tomada de suas terras e na expropriação de sua força de trabalho, com vista à expansão colonial, é que os negros tornaram-se pretos.

Finalmente, apesar das supracitadas semelhanças, o risco de generalizações permitiu uma análise apartada em cada narrativa. Provavelmente, as citadas obras podem continuar a ser lidas e revisadas, pois, sem dúvida, ambas são capazes de articular um discurso narrativo que marca a presença dos sujeitos (femininos), dos lugares de onde vêm (África), e do tempo em que se encontram (colonialismo/pós-colonialismo) sob múltiplos enfoques.

Referências

AJAYI, J. F. A. de. (2010), *História Geral da África, VI*: África do século XIX à década de 1880, Brasília: UNESCO.

BENTO, M. A. S. (2009), "Branqueamento e branquitude no Brasil", In A. M. Carone, M. A. S. Bento (eds.), *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*, Petrópolis, RJ, Vozes, pp. 25-57.

CHAUÍ, M. (2000), *Convite à Filosofia*, São Paulo, Ática.

CHIZIANE, P. (2004), *Niketche: uma História de Poligamia,* São Paulo, Companhia das Letras.

COUTINHO, A. (1978), *Notas de teoria literária*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

DIOGO, R. E. G. (2010), "Paulina Chiziane: as diversas possibilidades de falar sobre o feminino", *Scripta,* Belo Horizonte, 14 (27), pp. 173-182.

DUARTE, E. de A. (2011), *Antologia crítica traça história da literatura afro-brasileira,* Entrevista concedida a Guilherme Faria, em 05-11-2011, Disponível em http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2011/11/05/antologia-critica-traca-historia-da-literatura-afro-brasileira-414930.asp, [consultado em 11-10-2014].

FERREIRA, L. F. (2008), "Luiz Gama por Luiz Gama: carta a Lúcio de Mendonça", In Teresa, *Revista de Literatura Brasileira da USP,* São Paulo, 8/9, pp. 300-321. Disponível em http://www.letras.ufmg.br/Literafro/data1/autores/96/luizgamacritica03.pdf [consultado em 02-11-2014].

GONÇALVES, A. M. (2006), *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro, Record.

_____. (2014), *100 meias confissões da Aninha,* Disponível em http://anamariagoncalves.blogspot.com.br, [consultado em 12-10-2014].

GONÇALVES, A. M. (2014a), Prosa Literária com Ana Maria Gonçalves*,* In *Literatura Subversiva*, Entrevista concedida a Ana Paula Santos, em 22-04-2014. Disponível em http://litsubversiva.blogspot.com.br/2014/04/prosa-literaria-com-ana-maria-goncalves.html, [consultado em 15-11-2014].

HALL, S. (2013), *Da Diáspora*: identidades e mediações culturais, Bel Horizonte, UFMG.

HASENBALG, C. A. (1979), *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal.

LOPES, J. de S. M. (2000), "Cultura acústica e cultura letrada: o sinuoso percurso da literatura em Moçambique", *Afroletras: revista de artes, letras e ideias,* (5), pp. 38-44.

MILLÔR, F. (2006), Daily Míllor, Opinião pública é a opinião que se publica: um defeito de cor, In *Millôr on line*, Disponível em http://www2.uol.com.br/millor/aberto/dailymillor/006/045.htm, [consultado em 05-11-2014].

MUNANGA, K. (1988), *Negritude*: usos e sentidos, 2 ed., São Paulo, Ática.

PALO J. P. (2008), "Confluências discursivas no romance *Niketche* de Paulina Chiziane: faces e vozes na reeducação de uma escritura denunciada", *XI congresso Internacional da ABRALIC*, São Paulo.

PINHO, O. (2012), "Descolonizando o feminismo em Moçambique", *Estudos Feministas, (*20) 3, pp. 955-972. Disponível em http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300026, [consultado em 30-09-2014].

SAFFIOTI, H. (1967), *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.* Tese (Livre-Docência em Sociologia), Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

SARAMAGO, J. (20-03-2004), Entrevista com José Saramago*, O Globo*, Rio de Janeiro, Disponível em http://oglobo.globo.com/jornal/Suplementos/ProsaeVerso/141256336.asp, [consultado em 30-09-2014].

SARTORI, A. J. & BRITO, N. S. (eds.) (2008), *Gênero na educação: espaço para diversidade*, 3 ed., Florianópolis, Genus.

SODRÉ, M. (1988), *O terreiro e a cidade*, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes.

TOURAINE, A. (2011), *O mundo das mulheres*, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes.

"A vida ganha outros sentidos e mais cor quando elas fazem a festa" mulheres negras, resistência e ruptura nas comunidades negras urbanas.

Marina Pereira de Almeida Mello (FacFITO-SP/ CEA-USP/CAPES)[1]
marinamello2000@yahoo.com.br

Carolina Barros Tavares Peixoto (CES-Coimbra-PT)[2]
carolina.peixoto@gmail.com

Resumo: O século XX foi marcado, dentre outros aspectos, por ideias e ideais pautados pela paulatina racialização das diferenças e por um consequente processo de eugenia e higienização de ambientes, corpos, comportamentos e expectativas.
Neste contexto, este trabalho visa apresentar aspectos da trajetória de negros e negras paulistanas, descendentes de escravizados, tendo como referência os discursos e lugares que assumiram em sua produção na *imprensa negra paulistana*. Embora tais discursos denotem certo cunho etnicizante, não fugiam completamente aos referenciais de *ordem, progresso e civilização* difundidos e legitimados pela ideologia dominante.
A despeito dos racismos e machismos reinantes, é possível perceber, nas entrelinhas do que produziram, comportamentos e ideais dissonantes, sobretudo por parte de algumas das mulheres negras, que à margem e à revelia do desejo de ordenamento, disciplina e adaptação, ousaram celebrar a liberdade nas ruas, festas e bailes promovidos em grande parte por elas dentro das comunidades negras.

Palavras-chave: Mulheres negras; associações negras; imprensa negra; Brasil republicano

Introdução

Las mujeres blancas que se dedican a
publicar ensayos y libros sobre cómo «desaprender
el racismo» continúan teniendo una actitud
paternalista y condescendiente
cuando se relacionan con mujeres negras […]
Nos convierten en el «objeto» de su
discurso privilegiado sobre la raza.
Como «objetos» continuamos siendo diferentes,
inferiores.

Bell Hooks

---

1 Doutora em antropologia social pela Universidade de São Paulo, mestre em História pela mesma universidade é professora colaboradora do CEA-USP (Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo). Realizou estágio de pós doutoramento junto ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, com financiamento da CAPES (Coordenação de Apefeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

2 Doutoranda do programa Pós-colonialismos e Cidadania Global, coordenado pelo Centro de Estudos Sociais (CES), laboratório associado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

À luz das ideias desenvolvidas pelos chamados feminismos negros (Fajardo, 2012) buscar-se-á refletir sobre a trajetória e as estratégias políticas transformadoras, viabilizadas por estas mulheres sobre as quais decidimos lançar luz; de cujas histórias de silenciamento e sabotagem, ainda que às vezes perpetradas pelos homens negros da própria comunidade, traduzem histórias particulares. Histórias que seguem negligenciadas pelos feminismos hegemônicos, que legitimam como única a sua própria invenção e concepção de história e historicidade dos movimentos feministas. Como adverte Patrícia Collins:

> Cada grupo habla desde su propio punto de vista y comparte su propio conocimiento parcial, situado. Pero dado que cada grupo percibe su propia verdad como parcial, su conocimiento es inconcluso. Cada grupo se transforma en el más capacitado para considerar los puntos de vista de otros grupos sin renunciar a la singularidade de su punto de vista o a las perspectivas parciales de otros grupos.
> Parcialidad, y no universalidad, es la condición para ser escuchado. (Collins, apud Fajardo: 2012) [3]

Pautando-nos pela mesma autora, defendemos que analisar as experiências e os silêncios dessas mulheres da imprensa negra paulistana pode contribuir para a construção de categorias teóricas próprias à conformação de epistemologias alternativas, atentando sobretudo, para a confluência entre conhecimento, consciência e empoderamento. (Fajardo, 2012: 18).

Considerando também a perspectiva do racismo, a despeito da época por nós contemplada representar um estágio ainda incipiente de consciência étnico-racial, é necessário lembrar que as condições herdadas do sistema escravocrata estavam sendo convulsionadas pelas transformações em curso[4].

Afinal, o que sucedeu aos negros e negras paulistas no período imediatamente posterior à abolição da escravatura? Devido às grandes transformações na correlação de forças que caracterizou o sistema escravista predecessor, verificou-se um acirramento dos conflitos econômicos, sociais e ideológicos com consequências evidentes no plano das individualidades e subjetividades.

Sobretudo em um cenário pretensamente cosmopolita e moderno como se pretendia a capital paulista, o processo de substituição de mão de obra inerente a este período desqualificou e marginalizou paulatinamente negras e negros nas condições de um mercado de trabalho urbano cada vez mais especializado e exigente.

Da condição de força motriz do sistema escravocrata predecessor, e portanto, absolutamente necessário, com o advento da industrialização e a vitória da solução imigrantista para o problema da mão de obra, as populações negras passaram a representar um entrave ao progresso, à ordem e à civilização ansiadas.

> Nos quarenta anos que se seguiram à abolição, São Paulo recebeu mais de dois milhões de imigrantes europeus, dos quais quase metade teve suas passagens transatlânticas pagas pelo governo do Estado. Esses imigrantes foram levados para São Paulo para trabalhar, e trabalharam. Assim fazendo, sistematicamente substituíram e marginalizaram os trabalhadores afro-brasileiros do Estado, tanto no campo quanto nas cidades. (Andrews, 1998:93)

Numa sociedade que se caracterizava pela busca de um modelo ideal de ser humano, a identidade real de mulheres e homens negros, agora deslocados, foi estigmatizada, verificando-se um choque entre a visão de mundo destes e a representação ideológica dominante, para a qual uma população negra, pobre e ignara

---

3 Patricia Hill Collins, Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment,Londres, Routledge, 2000 [1990].

4 A abolição do sistema escravista no Brasil foi formalmente estabelecida em 13 de maio de 1888. Contudo, é importante lembrar que os movimentos de resistência e repúdio ao sistema, liderados e protagonizados pela população negra, ocorreram durante todo o período escravocrata.

contradizia o modelo celebrado e almejado do branco, rico, culto, e quiçá, civilizado. Evidentemente, o elemento negro, para não sucumbir, teve que encontrar alternativas de resistência e transformação dessa ordem que se instituía à sua revelia.

A marginalidade imposta pelas teorias, práticas e padrões de comportamento e cultura celebrados pelas elites dominantes, decorreu de um processo instaurado e sedimentado durante mais de três séculos de escravidão e tráfico humano. Essa situação viabilizou a criação e disseminação de estereótipos e preconceitos que apartaram as populações negras da cidadania alcançada sobretudo, pelo acesso ao trabalho formal.

Além disso, há que se mencionar que tais populações eram também alvo de outras formas de opressão e violência. Não apenas a violência física, mas também e sobretudo, uma violência simbólica (Bourdieu, 1989) que, embora nem sempre visível ou mensurável, tanto quanto a outra, deixou marcas na constituição da identidade desse grupo.

Dado a crescente mobilização e organização do operário imigrante, insubordinando-se às precárias condições do trabalho que lhes era destinado (a princípio, nas lavouras cafeeiras do estado de São Paulo), paulatinamente, o elemento negro nacional foi sendo incorporado à força de trabalho, ainda que de forma marginal e submetendo-se àquelas atividades recusadas pelos trabalhadores imigrantes.

A *imprensa* e a *escola* se afiguraram como mecanismos emergentes de integração social, em detrimento de instituições tradicionais como a *Igreja* e a *Família*. No entanto, o que é possível observar nos escritos da imprensa negra paulistana é o recurso à escrita para afirmação de valores caros ao grupo, consoantes a seus ideais de família e religiosidade (no caso, eminentemente católica).

Considerando um recorte de tempo que contempla portanto, o pós abolição e a consolidação do sistema republicano no Brasil[5], os jornais dessa imprensa por nós localizados cobrem o período de 1915 a 1923.

Diferentemente do que ocorria com os imigrantes de origem europeia e seus descendentes, os espaços que por excelência, eram preferidos pelo elemento negro, não eram os institucionalizados e frequentados por seus vizinhos imigrantes: concentrados doravante nas fábricas e sindicatos. O negro se agremiava visando fundamentalmente, o lazer e o divertimento. O lúdico era seu referencial maior. O seu espaço era o da rua, dos becos, vielas e praças. Após séculos de confinamento compulsório, pode-se dizer que esse negro egresso da escravidão, enfim se via livre para escolher o lado de fora (das casas, fazendas, fábricas etc.), ou seja: o outro lado do trabalho institucionalizado, símbolo da opressão.

Deste modo, a imprensa negra representou a tentativa empreendida por alguns membros da comunidade negra paulistana, no sentido de formar e desenvolver uma consciência étnica necessária ao imperativo de se ter que resistir às imposições de sua alteridade vilipendiada e à opressão motivada pelo preconceito historicamente sedimentado ao longo de mais de trezentos anos de escravidão.

Outrossim, o termo *"imprensa negra paulistana*" refere-se a jornais publicados periodicamente na capital paulistana, cuja organização, produção e circulação era de responsabilidade exclusiva de membros da comunidade negra.[6]

Os jornais dessa imprensa tinham, obrigatoriamente, quatro páginas, que com algumas pequenas variações, eram compostas do seguinte modo: a primeira dedicada a notas editoriais, preleções de cunho moral, pequenos contos e poesias; as páginas intermediárias eram destinadas a notas sociais e as últimas páginas continham, em sua maioria, anúncios, notas de divulgação de eventos e críticas. (MELLO, 2014).

Produzida a partir dos parcos recursos coletados entre seus produtores, essa imprensa, chamada de *imprensa adicional* por teóricos como Bastide (1951), para contrapor-se à imprensa institucional, de caráter hegemônico, era caracterizada pela produção fragmentada e pela distribuição feita de mão em mão, geralmente nas portas dos salões de baile.

---

5 O sistema republicano foi instituído no Brasil em 15 de novembro de 1889.

6 Neste sentido, O Menelik, A Rua, O Xauter, A Liberdade, O Alfinete, O Bandeirante e O Kosmos constituem os órgãos, produzidos por essa imprensa. A pesquisa foi realizada junto ao acervo da Biblioteca Municipal Mário de Andrade/ Seção de Obras Raras (São Paulo), no Arquivo Público do Estado de São Paulo e no e no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP), que facultaram o acesso aos exemplares microfimaldos dos referidos jornais.

No quadro abaixo mostramos, comparativamente, quais as principais características destes jornais:

TÍTULO	SUBTÍTULO	ADMINISTRAÇÃO E REDAÇÃO	ENDEREÇO	QTDE. ANALI-SADA.	1º Nº LOCALIZA-DO[1]	ÚLTI-MO Nº ANAL.	PERIODICID. $ SEM.[2]	DI-MEN-SÕES. (cm)
O Menelik[3]	orgam mensal,littera-rio e critico dedicado aos homens de cor	Reginaldo Máximo Gonçalves, Deocleciano Nascimento e Geralcino de Souza	Rua da Graça, 207/ Rua Bresser,304	02	OUT. 1915 (1)	JAN. 1916 (3)	mensal 1$500	32x23
A Rua	literario, critico e humoristico	Domingos José Fernandes, Oliveira Paula	Largo da Concórdia,4	01	FEV. 1916	***	sema-nal 6$000	38x27
O Xauter	jornal independente	propriedade de uma sociedade anônima	Rua Teixeira Leite, 14	01	MAIO 1916	***	*** 2$000	37x27
O Alfinete	orgam litterario,critico e recreativo	Augusto Oliveira e colaboradores diversos	Rua Tibiriçá, 6 - Luz	08	SET. 1918 (3)	NOV. 1921 (76)	quinz. até 1921; depois mensal 3$000	33x24 a partir de 1921 27x18
O Bandeirante	orgam de combate em prol do reerguimento geral da classe dos homens de cor.	Antonio dos Santos J. D'Alencastro Gentil Marcondes	Rua Formosa, 8 Rua Boa Vista,22	02	SET. 1918 (3)	ABR. 1919 (4)	irregu-lar. 2$000	33x24
A Liberdade	orgam critico,literario e noticioso dedicado à classe de cor	Frederico Baptista de Souza/ Joaquim Domingues/ Gastão R.Silva.	Largo do Riachuelo, 56	13	JUL. 1919 (1)	OUT. 1920 (18)	quinze-nal. 3$000	33x24
A Sentinella	orgam critico, literario e noticioso	Ernesto A.Balthasar, B.Lazaro e colaboradores divs.	R.Tibiriçá,88	01	OUT. 1920	***	Quinze nal 4$500	32x22
O Kosmos	orgam do Grêmio Drammatico e Recreativo "Kosmos".	Abílio Rodrigues Joaquim Domingues José M.M. Baptista	Rua Vergueiro, 116 - casa 9	10	AGO. 1922 (3)	MAIO 1923 (12)	mensal 3$000	28x18

Embora fenotipicamente o negro fosse percebido como integrante de um grupo real, é inegável que não se pode pressupor uma consonância entre as atitudes, cosmovisões e expectativas de todos os negros paulistanos.
As diferenças se faziam gritantes, sobretudo quando confrontamos:
* o negro letrado e empregado, que constituía uma ínfima minoria de funcionários públicos, militares e profissionais liberais de baixo escalão e que passou a militar nessa imprensa que estudamos; e
* a maioria composta pelos negros iletrados, recorrentemente excluídos do processo de trabalho organizado, condição fundamental para a obtenção da dignidade civil.
A Ciência e seus cientistas que à época, movidos por ideais (de ordem, progresso e disciplina), associavam o atraso brasileiro à cor eminentemente escura da população, ancoravam as expectativas de progressivo branqueamento, fosse por meio da miscigenação (eugenia) fosse pela disseminação de conceitos e valores de cunho etnocêntrico e etnocida.
Em qualquer um dos casos, prevaleciam os ideais eurocêntricos característicos da ideologia dominante.

O lugar da mulher na imprensa negra paulistana

Nos jornais da imprensa negra paulistana do período enfocado, a mulher aparecia apenas de forma subjacente e sempre circunscrita aos papéis idealizados pelo ideal burguês do amor romântico.
Percebe-se nos artigos uma constante busca de sincronia entre os cânones celebrados por essa ética e as atitudes destas mulheres, que eram o principal alvo de preleções de cunho moral.
Nas seções de Críticas e Mexericos, por exemplo, relegadas às últimas páginas dos referidos jornais, é possível apreender com nitidez quais aspectos dos comportamentos e atitudes dessas mulheres eram condenados e tidos como inconvenientes:

- Ficar na rua até altas horas;
- Namorar fora de casa;
- Namorar com **'neves; '**

- Maquiar-se exageradamente;
- Vestir-se de forma indecorosa ou aparentando desleixo;
- Fumar, beber;
- Dançar determinados estilos de música considerados lascivos ou inconvenientes, etc.

Alvo predileto de vigilância e controle, a dimensão de gênero aparece justamente pela oposição entre coisas e lugares de homem e coisas e lugares de mulher, evidenciando uma relação de poder pautada na divisão dos espaços público e privado, sedimentada na dimensão de gênero (SEGALEN,1988: VIVEIROS VIGOYA, 2000).
No entanto, a despeito de todas as tentativas de encarceramento e controle, a presença feminina se fazia imanente à maioria dos eventos promovidos pela imprensa negra paulistana, na medida em que elas figuram como organizadoras de festas, de almoços, jantares, jogos coletivos, cerimônias religiosas e eventos de cunho beneficente. Além disso, eram presença constante e necessária nos bailes, quermesses, leilões, além de se constituírem no assunto preferido dos homens. Algumas, inclusive, ousaram a incursão pelo mundo das letras, figurando como colaboradoras no envio de poesias e contos aos jornais da imprensa negra paulistana.
Neste sentido, são oportunas as palavras de Ângela Davis, ao analisar fenômeno semelhante ocorrido nos Estados Unidos:

> En este contexto, es comprensible que las dimensiones personales y sexuales de la libertad adquiriesen una importancia creciente, en especial porque los componentes políticos y económicos de la emancipación fueron negados, en gran medida, a la gente negra en el periodo que siguió a la esclavitud. (Davis, 1999 apud Fajardo, 2012)

Constantemente referidas, seja por seus excessos, seja por suas faltas, lá estão elas: manifestando-se na condição de mães, filhas e noivas, comadres, namoradeiras, faladeiras; homenageadas ou execradas, mas como presença necessária na vida real, subjacente nas representações veiculadas por aquela imprensa.
Na seção *Observando* do jornal O Kosmos de novembro de 1922, lemos o seguinte texto:

> Diariamente os jornaes criticam justa e benevolamente o actual exagero da moda, que em geral, as senhoras adoptam nos seus vestuários, prejudicando assim, - a moral e o physico. São bem desnecessários os decotes descommunaes, os braços nus, a demasiada pintura, que forçosamente virá estragar a belleza natural feminina. [...] O recato e o pudor, davam melhor brilho a belleza feminil; a modéstia concorria para o encanto irresistível da mulher [...]
> [...] Se todas reflectissem, não adoptando os trajes berrantes e os gestos desabridos, haverá do sexo forte mais respeito e os seus encantos não seriam severamente

> ultrajados pela critica. A mulher só por si, predomina o homem, com a esthetica da sua belleza!

A vaidade feminina era considerada nociva, física e moralmente, e a natureza era invocada para impedir o uso de artifícios estéticos como a maquiagem e os tais trajes berrantes, ao passo que a exposição do corpo por meio de decotes e de gestos desabridos era igualmente desaconselhada em prol do recato e do pudor.

Fonte: Foto de Militão Augusto de Azevedo in Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Evidentemente, há uma distância entre essa mulher ideal que se quer e que se postula em seções como a de *Notas Sociais* – na qual a celebração do "ideal do amor romântico" se dá pela ritualização dos momentos marcantes do processo de estabelecimento desse estilo de vida familiar – daí os comunicados de nascimentos, batizados, noivados, casamentos etc. – e a mulher negra real que é recorrentemente censurada, representada pela mulher da rua, que bebe, que briga, que namora, que frequenta os abomináveis bailes de cavação, que faz arruaças e de algum modo, se insubordina às tentativas de normatização e docilização.
Esta é a mulher que, de alguma maneira, contraria tanto as expectativas de construção de uma nova identidade para o homem negro – que a quer silenciosa e discreta, circunscrita aos espaços de sua casa e não aos da casa do outro; quanto do homem branco que a quer como serviçal de cama e de mesa, porém limitadas às esferas da alcova, do silêncio e da invisibilidade. O fragmento abaixo traduz a preocupação dos homens negros com a ameaça representada pela vaidade feminina que, sob seu ponto de vista, os exporia à concorrência com os outros homens:

> As senhoras que vivem captiva dos rigores da moda, tornando-se uma boneca, um objecto de luxo, única e exclusivamente para prender a attenção do homem, terá (sic) fatalmente que ver fracassado o seu falaz império, com o sello horrível do tempo; - a velhice, lhe imprimir na face

Outras seções desses jornais revelavam a constante angústia do negro letrado diante de uma situação real que

contrastava com seu discurso civilizatório e eugênico, consoante aos ideais celebrados no momento pelas elites. Ainda que, a despeito de todo seu esforço, tais elites negassem àquele homem negro seu pertencimento à humanidade, ao gênero masculino e à classe trabalhadora.

> Esta sociedade não obstante ser constituída de cavalheiros distinctos, as damas que a frequentam, com pequena excepção, não estão adequadas ao meio. O "Alfinete"que é amigo de todos os homens pretos, em defesa destes, acha de bom aviso que haja certa distincção, por parte da Diretoria, no ingresso de **algumas damas que, além de serem alegres de mais**, trazem más consequencias à sociedade e às pessoas que alli vão! Desculpem-nos. (grifos nossos)

Atentamo-nos para um aspecto da sociabilidade negra que se caracterizaria pela conformação de um vernáculo próprio, no qual as dimensões de familiaridade e afetividade seriam pautadas pelos referenciais da coloquialidade:

> Esse diálogo profano entre e sobre as mulheres negras e os homens negros opera por regras de gênero estritas. Ele estabelece a prioridade do ritmo da existência cotidiana pessoal, íntima e alheia ao trabalho e utiliza este foco para instituir uma comunidade ou clientela de ouvintes ativos que mal é distinguível em seus efeitos daquela mais sagrada que a igreja fornece. O sagrado e o profano juntam-se em eventos musicais onde suas diferenças se dissolvem... (GILROY, 2001: 378)

Porém, essa imprensa negra se afirmava, a partir de um referencial que a especificava – considerando que, em sua maioria, tais jornais eram ligados a clubes e associações recreativas (destinadas fundamentalmente a bailes, concursos de dança e festas de toda ordem), nas quais o *lúdico* e o *prazer* eram os liames da relação entre *negros letrados* e a grande maioria de negros e negras que viviam à margem do mundo ordenado pleiteado pelo projeto das elites.

Havia também por parte dos discursos proferidos na imprensa negra paulistana uma tentativa de controlar o espaço profano dos salões de baile, pela proibição de algumas danças consideradas imorais, como foi o caso do maxixe, indicando roupas e posturas adequadas ao ambiente familiar que se desejava nesses espaços. Havia toda uma etiqueta voltada para a regulação e normatização dos espaços e atitudes. As danças permitidas (valsas, tangos, fox-trot e outras danças burguesas da época) reificavam os ideais masculinos e femininos, definindo os papéis concernentes a cada um dos pares, por exemplo.

Nos trilhos da busca pelo aburguesamento, há que se ressaltar a participação de algumas mulheres na organização dos bailes e festas, o que é sugerido por alguns organogramas que mostram a distribuição das suas funções na estrutura dessas organizações. Em uma sociedade com grande expressividade, como o foi o Grêmio Dramático e Recreativo Kosmos, o fato de ter em seus quadros uma *Directoria de Sócias* indica a conquista de espaços de poder alcançada pelas mulheres negras à época.

Quadro 1 – Comissão Directora das Sócias

Presidente	Dona Alzira Barreto
Vice-Presidente	Dona Eugênia Botelho
1ª Secretária	Dona Maria Guilhermina
2ª Secretária	Dona Maria Luiz Villas-Boas
1ª Thesoureira	Dona Benedita da Conceição
1ª Procuradora	Dona Josepha Máxima Teixeira
2ª Procuradora	Dona Anna de Azevedo
1ª Fiscal	Dona Maria Honorina Soares
2ª Fiscal	Dona Luiza de Moura Baptista
Directoras Auxiliares	Dona Plácida Gonçalves e Dona Maria Ramos

Por outro lado, a percepção da exploração e das condições humilhantes a que eram submetidas as mulheres negras, à época principais mantenedoras financeiras dos lares negros, trabalhando na maior parte das vezes como doméstica, não escapou à observação dos articulistas da imprensa negra paulistana:

> Na "Gazeta" desta capital, do dia 9 do corrente, encontrou-se uma critica com referencia às criadas, declarando que **as mesmas exigem ordenados de 60$000 a 80$000 e mais, além do bond, e que daqui alguns dias, querem também automóvel**.

> Mas esqueceu de dizer que, na maioria das vezes, se trata uma criada sómente para cosinhar; no dia seguinte, porém, vae ella lavar uns lenços, no outro, uma roupinha de criança, no outro, um lençol, uma colcha, porque a lavadeira não veio, ainda, não pondo em conta passar um panno molhado na sala, etc.etc e às vezes o calote com que algumas são presenteadas, no fim do mez, sem poder reclamar, para não passar por ladra.
> Devia mesmo haver as cadernetas de identificação, porque seria melhor, uma vez que houvesse obrigações recíprocas evitando o excesso de trabalho por pouco dinheiro, pois as criadas não têm lei e, vamos e venhamos, a criada sempre é mais infeliz que os operarios que trabalham 8 horas em determinados serviços. É bom ser imparcial.[7] (grifos nossos)

Nesse fragmento nos é dada não apenas a dimensão da situação desigual das mulheres negras que trabalhavam fora em comparação com a das operárias das fábricas, nos anos 10 e 20 do século passado, como para além das denúncias feitas, possibilitam enxergar o protagonismo das mulheres negras quanto à reivindicação de direitos trabalhistas.
Mantenedoras de grande parte dos lares negros, eram submetidas a situações constantes de exploração e humilhação. Mesmo quando lesadas financeiramente pelas patroas e levadas pelas circunstâncias geradas pelo preconceito a não se insurgir, tendo em vista o perigo de serem acusadas de roubo, esboçaram estratégias coletivas de resistência.

> Minha mãe foi cozinheira (...) de grandes famílias. Foi fundadora do Paulistano. Que a minha mãe era uma mulher assim (...) ela trabalhava com a família Penteado e ela fez umas viagens assim no exterior. Uma série de coisas (...) então em 1925, 27 minha mãe já pensava em Sindicato de Domésticas. Então ela fundou esse Paulistano com as cozinheiras e empregadas do Jardim América aqui na Alameda Santos. Foi fundado como Sociedade (...).[8]

Desamparadas pela lei, criticadas e vigiadas pelos homens, a imagem mais pungente dessa mulher revelada pelas páginas da *imprensa negra paulistana* é ainda a da mulher alegre, irreverente e desmedida que não se calou nem sucumbiu às recorrentes tentativas de cerceamento de sua liberdade.
Cravada na memória de seus filhos, a imagem daquela mulher negra paulistana, artífice de sua história, ainda que relegada às margens do discurso oficializado pelos homens, fica referendada por meio dessas palavras de Geraldo Filme, artista negro paulistano, cuja memória traz à história a combatividade e resistência da mulher negra paulistana.
Em uma época em que aludir a ideia de feminismo seria ainda impensável, essas mulheres negras representam o testemunho de demandas históricas contraditórias, na medida em que ao mesmo tempo em que havia expectativas de controle, docilização e subordinação de seus corpos e mentes aos espaços domésticos, o fato de se constituírem nas principais provedoras e mantenedoras dos lares negros as projetou para um outro campo de batalhas, o que as faz precursoras do feminismo negro.

---

7 AZUOS, O *Alfinete*, anno 4, nº 75, 25 de setembro de 1921.

8 Geraldo Filme de Souza, *Memória do Carnaval Paulistano*, MIS: Fita 112.13.14, 27 de maio de 1981.

Referências bibliográficas

ANDREWS, George Reid (1998), *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988).* Saõ Paulo: EDUSC.

BASTIDE, Roger (1951), *A imprensa negra do Estado de São Paulo* In:Boletim de Sociologia nº 2 - São Paulo: Estudos Afro-Brasileiros, FFLCH-USP.

BOURDIEU, Pierre (1989*), O poder simbólico,* trad. Fernando Tomáz, Coleção Memória e Sociedade, DIFEL/ Bertrand do Brasil, Lisboa-Rio de Janeiro, 1989.

COLLINS, Patricia Hill (2012), "Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro" in: JABARDO, Mercedes (org) (2012), *Feminismos Negros: una antología*. Madrid: Proyecto Editorial Traficantes de Sueños. pp. 99-134.

DAVIS, Angela (1999*), I Used To Be Your Sweet Mama*. *Ideology, Sexuality, and Domesticity*, *Blues legacies and black feminism*. Nueva York: Vintage Books.

FERRARA, Miriam Nicolau (1986), *A imprensa negra paulista* (1915-1963). São Paulo: Ed. FFLCH-USP. (Coleção Antropologia, v.13).

GILROY, Paul (2001), *O Atlântico negro*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: UCAM/CEAA.

MELLO, Marina Pereira de Almeida (2014a), *Não somos africanos, somos brasileiros: identidade nos jornais do povo negro e imigrantes*. São Paulo: Annablume.

_____(2014b) *O ressurgir das cinzas: negros paulistas no pós-abolição. (Identidade e Alteridade na imprensa negra paulistana: 1915-1923).* São Paulo: Annablume.

NOGUEIRA, Oracy (1998), *Preconceito de Marca: as relações raciais em Itapetininga.* São Paulo, EDUSP.

SEGALEN, Martine (1988), "La revolucion industrial: del proletario al burgues" in: Burguière et al. *Historia de la família: el impacto de la modernidad*. Madrid: Alianza Editorial, 1988. (v.2), pp.89-158.

VIGOYA, Mara Viveros. "Notas em torno de la categoria analítica de gênero. In: Robledo, Ângela Inês y Puyana, Yolanda (compiladoras). Ética: masculinidades y feminilidades. Bogotá: Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional de Colombia, Centro de Estudios Sociales (CES), p.56-85.

Mulheres negras: da barreira racial a ascensão social

Nilvaci Leite de Magalhães Moreira[1]
Nilvacimagalhaes@gmail.com

Maria Lúcia Rodrigues Müller[2]
rodriguesmarialucia10@gmail.com

Resumo: Este estudo objetiva evidenciar o protagonismo de mulheres negras professoras em busca da ascensão social e os motivos que as levaram a estar à frente de discussões sobre relações raciais na escola. Optou-se pela pesquisa na abordagem qualitativa. Para conhecer o percurso de vida das professoras aplicou-se como fonte de informações a metodologia da história oral, utilizando como técnica para coleta de dados a história de vida de quatro professoras. O estudo revelou que as mulheres negras encontraram a todo o momento barreiras na busca por melhores condições de vida, dentre elas, o racismo. Contudo, contaram com a ajuda dos familiares e amigos que formaram uma rede de apoio, contribuindo de forma significativa na superação dos obstáculos. Constatou-se ainda que a ascensão social dessas mulheres deu-se via educação, e que atualmente estão engajadas na luta por uma educação antirracista, na redução da exclusão social e das desigualdades raciais na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Mulheres negras. Professoras. Racismo. Ascensão social. Educação.

O presente artigo propõe compreender a trajetória de vida de quatro mulheres negras, evidenciar o protagonismo dessas mulheres em busca da ascensão social e os motivos que as levaram a estar à frente de discussões sobre relações raciais na escola. Para tanto, buscamos destacar aqui suas lutas pelos estudos, situações e as formas de enfrentamento a cerca do preconceito e discriminação raciais que elas vivenciaram no percurso escolar, analisando o processo de ascensão social conquistadas por essas mulheres. O interesse em realizar esta pesquisa se consolidou a partir de dois momentos importantes: experiência pessoal e depoimentos de várias professoras negras nas conversas informais do dia-a-dia sobre acontecimentos de discriminação racial que sofreram durante seu percurso escolar e trajetória profissional, sempre enfatizando a superação e a satisfação dos avanços profissionalmente conquistados.

No Brasil, durante o Regime de Escravidão, desenvolveu-se uma poderosa cultura racista que perdura até os dias atuais. Obviamente, em uma sociedade como a nossa, o preconceito e a discriminação racial se ampliam de forma sutil, operando como mecanismos de exclusão e de desigualdades de oportunidades, acentuando como principais obstáculos no projeto de ascensão e mobilidade social do povo negro, que, "muitas vezes são tidos como diferentes e inferiores. Inferiores na inteligência e inferiores nos valores morais" (Müller, 2006:105). Nesse viés, para o segmento branco há melhores possibilidades de usufruir de vantagens e de conseguir elevação social do que para o negro.

Desta forma, estudar sobre a vida de mulheres negras, através de seus relatos, tornou-se fonte importante de informação para buscarmos entender as seguintes indagações: como o processo de experiências de cunho racista

---

1 Estudante de graduação em História, Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso.

2 Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE/UFMT).

*Texto submetido para o **GT 36b**: Protagonismo político e construção de narrativas sobre trajetórias e estratégias de ascensão social de afrodescendentes de língua portuguesa.

e discriminatório nas trajetórias de vida dessas mulheres foi enfrentado e superado? Como elas conseguiram vencer as barreiras raciais e conquistar a ascensão social numa sociedade racista?

Para conhecer o percurso escolar e profissional das mulheres, optou-se pela metodologia da História Oral. Para Thompson (1992), a história oral é tão antiga quanto à própria história. O autor ao experimentar os instrumentos de entrevistas nos moldes sociológicos, percebeu a riqueza e a importância da memória dos sujeitos anônimos para a construção da história social.

Thompson[3] ao ouvir pessoas, as descobriu como importantes testemunhas do passado sempre com algo interessante a dizer. História oral é uma metodologia que busca uma conexão entre o passado e o presente, a partir de relatos da vida cotidiana de alguém. Nesse contexto, Queiroz (1991:2) salienta que o relato oral « constitui a maior fonte humana da difusão do saber e a maior fonte de dados para as ciências em geral ». Segundo a autora na transcrição « a narrativa oral se transforma num documento semelhante a qualquer outro texto escrito » (Queiroz, 1991:5). Dentre as diversas técnicas de coletas de dados que compõem a história oral, optou-se pela história de vida, por concebê-la como uma técnica que envolve parcialmente a subjetividade da pessoa, isto é, permite reportar a um passado repleto de sentimento, emoções, valores, perspectivas e superação. Dessa forma, a história de vida é definida como « o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu » (Queiroz, 1991: 6).

Nesse sentido, o ser humano ao narrar sua história de vida compreende tocar em questões profundas do seu íntimo, que mesmo de forma inconsciente passa a vir à tona toda sua vivência e experiências adquiridas ao longo do tempo, envolvendo a si e ao outro. Como descreve Bourdieu (2005: 183), falar de história de vida é pelo menos pressupor – e isso não é pouco – que a vida é uma história [...] uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história. Para Bourdieu, a história de vida « É o que diz o senso comum, isto é, a linguagem simples, que descreve a vida como um caminho, uma estrada, uma carreira, com suas encruzilhadas, seus ardis e até mesmo suas emboscadas [...] ». Assim, a coleta dos dados será realizada, procurando não interferir nos relatos para não correr o risco de desqualificar o objetivo da pesquisa.

Para operacionalizar a intenção deste estudo, embora fossem selecionadas 20 professoras para a efetivação desta pesquisa, considerou-se necessário para análise neste artigo o depoimento de apenas quatro professoras da baixada cuiabana. Para o processo de escolha das entrevistadas, levaram-se em consideração os seguintes critérios: mulheres negras professoras e atuantes da rede pública de ensino.

As quatro entrevistadas são naturais do Estado de Mato Grosso, possuem curso superior com especialização, professoras da rede pública de ensino, declararam serem as principais provedoras de seus lares e oriundas de famílias de camadas populares e de baixa renda. Como forma de preservar a identidade das professoras, serão aqui identificadas com os nomes fictícios de Ana Lúcia, Lídia, Joana e Olga. Ana Lúcia tem 53 anos, é pedagoga, efetiva da rede estadual, leciona no município de Cuiabá, possui 27 anos de experiência no magistério. Lídia tem 35 anos de idade, leciona no município de Poconé, formada em Letras e efetiva a 15 anos na rede estadual. Joana, 42 anos, leciona no município de Nossa Senhora do Livramento, pedagoga, contratada da rede estadual, com 05 anos de exercício. Olga tem 56 anos, é formada em Letras, efetiva da rede municipal de ensino de Várzea Grande, possui 30 anos de experiência profissional.

Os relatos das entrevistadas revelam que em suas trajetórias de estudo foram alvos de preconceito e discriminação raciais, geralmente remetidos ao tipo de cabelo e a cor da pele, na maioria das vezes cometidas pelos colegas e pelos seus professores. Nesse sentido, Müller (2006) afirma que em nossa sociedade, a cor de pele, tipo de cabelo e outros traços fisionômicos são tidos como indicadores de diferenças e desigualdades, ressaltando que quem tem a pele escura é tratado como se fosse inferior. Para Guimarães (2012), o preconceito de cor ou de raça tem geralmente como alvo o negro, o preto, o amarelo, o pardo ou o vermelho (pele vermelha), mas dificilmente o branco. Para ele, no Brasil, a palavra cor está relacionada às ideias de raça e aparência.

Dessa forma, os relatos a seguir, demonstram o exposto pela referida autora:

---

3 Citado por (Freitas, 1992, p.15).

> *[…] eu passava muita raiva, agora o meu cabelo é assim, curtinho, mas antes ele era um cabelo gigantesco. Então eu não tinha aquele jeito de arrumar ele. Então eles pegavam carrapichos, espetava (sic) no meu cabelo que ficava cheio de carrapichos. Para tirar eu chorava, porque doía, isso acontecia na hora do recreio e na hora de ir embora. (Ana Lúcia, Cuiabá).*
>
> *[...] na escola meus colegas me tratavam e tratavam meus irmãos como "negrinhos da senzala", "cabeça podre de azeite", eles cercavam a gente para bater […] essas marcas a gente nunca apaga, a gente tenta apagar, mas não consegue*. (Joana, N. S. Livramento)

Os relatos acima mostra uma forte situação de discriminação racial vivenciado pelas depoentes durante a sua trajetória de estudos. Percebe-se que muitas situações conflitantes nas relações raciais entre os alunos advêm de brincadeiras pejorativas, apelidos depreciativos e xingamentos tendo como referência a cor da pele e o cabelo. Segundo Gomes (2003), nesse processo histórico e cultural brasileiro, as mulheres negras constroem sua corporeidade num movimento tenso de rejeição/aceitação, negação/afirmação do corpo, sendo o cabelo um dos elementos mais visíveis e destacados do corpo, isto é, constitui uma simbologia que difere de cultura para cultura.

Santos (2007), em sua pesquisa sobre as relações entre alunos negros e não negros no contexto escolar, destacou que nas relações entre alunos a concepção de inferioridade caracteriza-se para além da cor, isto é, este deixa de ser num primeiro plano a marca da diferença, dando lugar ao atributo cabelo. Essa autora constatou ainda que o recreio para os negros representa um momento difícil a qual são obrigados a viver sob o signo da ideia de inferioridade a respeito de seu pertencimento racial.

Essas atitudes são manifestadas por meio da linguagem verbal, nos gestos, nas brincadeiras, xingamentos, apelidos. Enfim, na forma de tratar o outro. No caso do indivíduo negro, este universo negativo está direcionado à cor da pele e aos traços fenotípicos (cabelo, nariz, lábios), cuja imagem está atrelada a um ideário construído historicamente.

Tais situações também ocorrem na relação professor/aluno. Nas escolas brasileiras alguns professores ainda tratam alunos negros com menosprezo e inferioridade. Como sintetiza Müller (2009: 25) « a cor da pele é motivo frequente de insulto e também de piadas ». No que se refere à discriminação que as mulheres negras sofreram por parte de seus professores no ambiente escolar, notamos por meio do relato da professora Ana Lúcia, o tratamento diferenciado dispensado entre as crianças brancas e negras:

> *Lembro que quando eu estudava na roça, eu tinha meus sete pra oito anos, a gente pegava água muito longe, num poço [...] pra fazer leite em pó.[...] Era só eu, meus irmãos e mais duas pessoas negras que buscava. [...] E era longe para buscar a água [...]. Trazíamos água na cabeça, ajudava a professora a fazer o leite, e na hora de tomar o leite, eu nunca esqueci isso..., a gente era o último..., isso se sobrasse. [...] Eu chorei várias vezes. [...] Isso me marcou bastante (*Professora Ana Lúcia/ Cuiabá).

Diante do relato desse episódio, a professora manifestou um sentimento de mágoa pelo tratamento recebido pela sua professora. Percebe-se que nestas relações, ela agia de forma inconsciente, cristalizado pelo imaginário social construído ao longo da história sobre o indivíduo negro. A discriminação racial sofrida pelas entrevistadas evidencia a existência de um tratamento desigual no ambiente escolar e que as práticas discriminatórias manifestadas por meio dos insultos advindos pelas professoras muitas vezes são concebidas como naturais.

Essa questão é salientada por Müller (2009:25) quando esclarece que « o preconceito é naturalizado, e quem assiste ou comete um ato preconceituoso nem percebe que está sendo cometida uma injúria grave, que fere os sentimentos e a autoestima do ofendido ».

Cavalleiro (2003: 98-99) contribui salientando que:

> No espaço escolar há toda uma linguagem não verbal expressa por meio de comportamentos sociais e disposições – formas de tratamento, atitudes, gestos, tons de voz e outras, que transmite valores marcadamente preconceituosos e discriminatórios, comprometendo, assim, o conhecimento a respeito do grupo negro. Como ao negro estão reservados, na sociedade, papel e lugar inferiores, pode-se afirmar que essa linguagem o condiciona ao fracasso, à submissão e ao medo, visto que parte das experiências vividas na escola é marcada por humilhações.

Desta forma podemos observar que, a visão de alguns professores em relação à criança negra ainda é um forte elemento de disseminação da discriminação e do preconceito racial no espaço da escola, como também contribui na construção cultural e da identidade da criança negra. Cavalleiro (2003) destaca que, esses atos cometidos pelos professores, mesmo considerados de forma inconscientes em relação às crianças negras, magoam e marcam, provavelmente pela vida afora. Para autora, a escola ao se achar igualitária, livre de preconceito e discriminação, acaba perpetuando desigualdades de tratamento e oportunidades.

No estudo foi possível perceber que algumas profissões transitaram na vida das entrevistadas, porém a maioria delas relatou que, ao entrar no mercado de trabalho, seu primeiro emprego foi como empregada doméstica. Oriundas de famílias carentes e humildes, as mulheres viam o trabalho doméstico como alternativa temporária para suprir suas necessidades. Segundo elas, os trabalhos domésticos eram os serviços mais disponíveis para as mulheres na época, principalmente para as negras e de famílias carentes. Contudo, demonstravam sempre vontade de mudar de vida, de estudar e de se qualificar.

Há algumas décadas, em Mato Grosso, era comum em famílias carentes de comunidades rurais, e até mesmo urbanas, meninas a partir de 10 anos serem inseridas no trabalho doméstico, fosse em casas de parentes, amigos ou em famílias desconhecidas, como forma de ajudar na renda familiar. Muitas vezes, essas meninas moravam no emprego para poder estudar.

> *[...] pra mim foi muito difícil a oportunidade de trabalho. Aquela época o trabalho que você tinha disponível em Poconé era em casa de família. Então a partir dos 10 anos fui ser babá e doméstica, aprendi a trabalhar desde cedo. Muitas vezes não recebia o pagamento que era apropriado*. (Lídia, Poconé)
>
> *[...] meu primeiro emprego foi de doméstica. Comecei a trabalhar cedo com 16 anos, ainda no ensino médio. O trabalho doméstico era a única fonte de renda que eu tinha. Como a gente era pobre e a expectativa era pouca, era a única oportunidade que me apareceu. Mas eu sempre falava assim: eu estou como doméstica, mas não quero ser doméstica pra vida inteira, eu vou estudar pra não ser mais doméstica.* (Olga, Cuiabá).

A situação descrita pelas professoras desta pesquisa pode apresentar semelhança com a história de muitas mulheres negras do nosso país, para as quais, ao se lançarem no mercado de trabalho, os serviços domésticos foram-lhes apresentados como primeira oportunidade. Dados do IBGE/2009 revelam que, no Brasil, uma, em cada cinco trabalhadoras pretas e pardas, ainda é empregada doméstica. Isso indica que a mulher negra, em sua maioria absoluta, ainda se encontra ocupando esse setor, sinalizando que a questão racial se encontra estruturada nos postos de trabalhos de menor prestígio, considerado um marcador de desigualdades.

Porém, durante as entrevistas, as professoras apontaram que idealizavam trilhar novos rumos, anunciando, durante a descrição de suas trajetórias escolar e profissional, seus projetos de vida, conquistarem uma graduação e poder, então, garantir melhores condições de vida.

Neste estudo, compreendemos projeto dentro de um contexto subjetivo, na perspectiva de realização pessoal, com propósitos pré-definidos, que podem, no entanto, mudar de acordo com as circunstâncias para atender a um coletivo.

Segundo Gilberto Velho, os projetos individuais existem no mundo da intersubjetividade, aparece como instrumento básico de negociação da realidade com outros indivíduos ou coletivos. Para o autor, «o projeto não é abstratamente racional, mas resultado de uma deliberação consciente a partir das circunstâncias, do campo de possibilidades em que está inserido o sujeito» (Velho, 2003:103).

Contudo, Velho assevera que os projetos individuais não agem em um vazio, estão sempre em interação com os outros a partir de um pressuposto cultural compartilhado por universos peculiares. Segundo ele, os projetos são complexos e, por isso, o indivíduo pode possuir diferentes projetos e estes serem até mesmo conflitantes.

Nesse contexto, para entender os projetos contidos nas trajetórias de vida das professoras aqui analisadas, é relevante entendermos que as trajetórias não são estanques, mas dinâmicas. Em relação à dinâmica dos projetos, Velho (2003:40) define como «a conduta organizada para atingir finalidades específicas». De fato, a trajetórias de vida dessas professoras negras, mesmo tendo seus processos sociais e escolares permeados por mecanismos negativos, tinham sonhos, projetos, vontade de subir na vida.

O estudo é, indiscutivelmente para as mulheres negras, a via de acesso para outras fontes de trabalho mais prestigiados. As entrevistadas relataram sobre os diversos momentos de superação e conquistas em suas vidas, as quais viram a possibilidade de concluir um curso superior para avançar profissionalmente.

> *[...] já é em 1991, eu fiz o vestibular na UNIC e fiz o meu curso de graduação lá, depois de algumas tentativas para entrar na UFMT, que era meu sonho. Fazer um curso de graduação representava muito pra mim. Depois que terminei, fui fazer pós--graduação, pensando em melhorar a minha situação financeira, pra ter um salário melhor.* (Lídia, Poconé).

Teixeira (2003) considera que, ao estudar sobre ascensão social do negro, o pesquisador deverá ter o cuidado para não reproduzir o senso comum, evitando enxergar o negro que consegue sua ascensão pela educação «como exceção que acaba por confirmar uma regra 'universidade não é mesmo lugar para negros e pobres', ou como alguém que deu certo ou chegou lá porque é alguém mais inteligente ou porque se esforçou mais do que a maioria efetivamente o faz» (p. 48, grifos da autora). No Brasil, o indivíduo negro, para conseguir socialmente alçar patamares mais elevados, trilha caminhos mais tortuosos e acidentados.

Estudo realizado por Castro & Barreto (1992) aponta que no campo profissional, negros e brancos ocupam espaços diferentes. Aos negros geralmente são destinadas posições inferiores, enquanto os brancos ocupam cargos hierarquicamente superiores. Os autores enfatizam que para o primeiro segmento ocupar posições melhores deve possuir nível educacional melhor que o dos brancos.

No entanto, as estatísticas apontam que ainda há uma grande discrepância educacional entre esses dois segmentos. Embora tenha havido uma pequena redução na diferença de anos de estudos entre os dois grupos de cor, a queda vem a passos lentos. Se mantido esse ritmo, conforme *Retrato das desigualdades de gênero e raça: 2007-2008* essas desigualdades não cessarão em menos de 17 anos. (Paixão & Carvano, 2008).

Teixeira (2003) aponta que o ingresso na universidade para muitas pessoas marca a descoberta de um novo indivíduo, que passa a se considerar mais valorizado do que antes. Segundo a autora, «a educação formal é, de fato, o veículo de ascensão social» (p. 36).

No Brasil, o acesso a uma universidade pública parece ser ainda um gargalo para a população negra. Embora na última década tenha havido avanços no acesso ao ensino superior, decorrentes da implementação de políticas de ação afirmativa como as cotas raciais e o Programa Universidade Para Todos (PROUNI[4]) a diferença entre negros e brancos nesse nível de ensino ainda é marcante.

Em uma sociedade como a nossa, a mulher negra encontra a todo o momento obstáculos para desencorajá-la a lutar pelo seu ideal. Essas barreiras constantemente são provocadas pela tentativa de fazer com que o segmento

---

4 Criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos.

negro permaneça na base da hierarquia social. Uma das professoras relata sua determinação em querer vencer na vida, enfatizando os empecilhos encontrados pelo caminho,

Para Santos (2007), o maior significado dessas conquistas é revelar com muita força a envergadura e a dimensão das barreiras que, algumas vezes, posicionam-se de forma mais perceptível, e outras extremamente particulares, a ponto de o indivíduo ser barrado em suas aspirações e não as identificar como barreiras, porque, na maioria das vezes, elas se dissolvem entre outras situações e se disfarçam.

Sobre a ação de enfrentamento manifestada pelas professoras em suas trajetórias, a autora afirma que o segmento negro para ascender tem de enfrentar caminhos espinhosos, tendo em vista que há mecanismos sociais culturalmente definidos e utilizados para inibir o negro que ameaça sair do seu 'lugar' e, por isso, é preciso que o negro encontre mecanismos sociais de enfrentamento.

Para a mulher negra ter acesso à escolarização requer esforço particular, persistência e, principalmente, ajuda de pessoas próximas para conseguir superar e galgar novos passos. Ao analisarmos os relatos das professoras, constatamos que, em diversos momentos de suas vidas, contaram com apoio dos pais, de parentes e amigos. Os pais consideram que a única possibilidade de os filhos vencerem na vida era por meio da educação.

> *[...] meu pai falava: 'essa é a única que vai ser doutora'. Tinha muita vontade que eu fosse professora, doutora. Ele quando faleceu eu já era professora, mas a doutora infelizmente não. Ele passava a mão na minha cabeça e dizia: 'essa vai ser a minha doutora, gosta de estudar'. Isso enchia a minha bola toda, aí que eu tinha vontade de estudar. Nunca deixei de estudar*. (Ana Lúcia, Cuiabá).

Essa participação dos pais como incentivadores na carreira dos filhos é considerada por Teixeira (2003) como 'redes de apoio'. Para a autora, as dificuldades e obstáculos enfrentados pelos negros para a realização de um projeto de ascensão social são tão imensos que, às vezes, essa rede de apoio não é suficiente e é preciso extrapolar as relações de parentesco.

Por meio das histórias de vida das professoras, percebeu-se que suas vidas, embora marcadas pelo preconceito e discriminação, confrontadas com outras dificuldades como situação financeira precária, não as impediram de lutar e de se tornarem professoras, conquistando a sua ascensão social.

Para Santos (2007), tornar visível o sucesso e ascensão do negro em uma sociedade que o discrimina, possivelmente é uma estratégia de encorajamento e estímulo para negros que estão ou vão entrar no processo de busca por ascensão social. No entanto, as mulheres negras, para conseguir subir na vida, além de enfrentarem situações de preconceito e discriminação, são, geralmente, submetidas à tripla jornada como: cuidar da família, estudar e trabalhar.

Ao tratarmos sobre a prática pedagógica dessas professoras na busca pela superação do racismo na escola, elas relataram que estão à frente do desenvolvimento de projetos escolares ou envolvidas em trabalhos voltados para a questão racial na escola. Destacaram que vêm se mobilizando na tentativa de desconstruir ou amenizar essas tensões, porém sintetizam que o interesse pela temática não partiu do vácuo.

Em seu relato, a professora Olga destacou que o interesse em realizar esse trabalho se deu a partir de sua participação no movimento negro de Mato Grosso. Essa docente relatou que, por meio das discussões sobre a situação do negro na sociedade brasileira fomentadas nos encontros dos militantes negros, percebeu que as situações ocorridas durante sua trajetória escolar tratavam de discriminação racial e, a partir dessa percepção, sentiu necessidade de trabalhar com essa temática na escola.

> *[...] foi a partir do conhecimento que tive no movimento negro [...] Eu entendi que existe um grupo de pessoas que precisam de mim: os negros, os afrodescendentes, que estão ao meu redor. Quando a gente ouvia falar da historia do negro era simplesmente que o negro veio pra cá para ser escravo, era preguiçoso, não aprendia nada. E no movimento negro descobri que não era assim, tinha outra história completamente diferente. Que o negro tem uma historia, tem uma cultura linda, que o negro é inteligente. Então pensei é verdade a minha teoria, se eu sempre*

> *batalhei, sempre consegui, sempre lutei por ela, que é a igualdade. A partir daí que eu comecei a fazer um trabalho diferenciado, onde estou, na escola na sala de aula, onde estiver* (Olga, Várzea Grande).

Para Müller (2009), a população negra já foi bastante penalizada por um imaginário que privilegia e valoriza as raízes europeias, ignorando ou pouco valorizando as origens africanas. Enfatiza que no Brasil não é fácil ser descendente de escravos e que diante da complexidade que envolve as relações raciais em nosso país, a nós educadores cabe decidir que educação e sociedade queremos construir daqui pra frente.

> Os diferentes grupos, em sua diversidade, que constituem o Movimento Negro Brasileiro, têm comprovado o quanto é dura a experiência dos negros de ter julgados negativamente seu comportamento, ideias e intenções antes mesmo de abrirem a boca ou tomarem qualquer iniciativa. Têm eles insistido no quanto é alienante a experiência de fingir ser o que não é para ser reconhecido, de quão dolorosa pode ser a experiência de deixar-se assimilar por uma visão de mundo, que pretende impor-se como superior e por universal e que obriga a negarem a da tradição de um povo. (Müller, 2009: 121).

Pode-se observar que a discussão provinda dos movimentos negros contribui, por conseguinte, para a construção e afirmação da identidade negra. É importante, contudo, ressaltar que essas instituições devem priorizar sempre as discussões sobre a questão racial numa perspectiva política e educacional.
Outras entrevistadas destacaram a importância dos cursos de formação continuada, relatando que após o curso passaram a conscientizar os colegas da importância desse trabalho na escola, para que eles tivessem uma visão do negro na sala de aula, da existência de discriminação nas relações estabelecidas entre professor e aluno e entre os próprios alunos, buscando disseminar o que aprendeu.

> *[...] porque tem que mudar o tipo de postura, de visão, tem que tratar o outro com respeito, com seriedade, com dignidade, que o negro e o branco têm seus defeitos e têm suas qualidades.* (Ana Lúcia, Cuiabá).

Da mesma forma, outra professora, Joana, ilustra que hoje já há muitos professores participando de trabalhos sobre o tema, mas há alguns que insistem em não ver a presença do racismo, não enxergam o negro com aquela importância que deveria dentro de uma sala de aula, mas ela acredita que isso aos poucos está mudando.
Verifica-se que é sumamente importante investir na formação dos professores, constituindo em excelente oportunidade para desvendar o racismo, esclarecer e questionar sobre comportamentos e atitudes negativas, levando a compreender a necessidade de colocar em prática os discursos ora apreendidos.
Para Oliveira (2006), é fundamental que além de mesclar teoria e prática na formação dos professores para a diversidade racial, é necessário também incluir nos currículos as questões raciais. Segundo a autora, «a projeção das desigualdades entre negros e não negros na educação estão a exigir uma formação dos profissionais da educação que dê conta da eliminação deste problema, que atinge a toda a humanidade» (p. 128).
Dessa forma, diante dos relatos das professoras pode se constatar que a formação continuada contribuiu de forma significativa para a percepção das docentes, redesenhando uma nova postura profissional frente às questões raciais no cotidiano da escola. Sobre a relevância da formação continuada dos professores atinente à temática racial, Müller (2009) enfatiza que o professor é o elemento essencial na mediação entre o aluno, os conhecimentos e conteúdos culturais difundidos na e pela escola, sendo que é por meio de sua atitude e prática que a escola age e consolida a sua existência.
Outro aspecto importante analisado neste estudo foi o fato de que alguns professores, mesmo não participando de cursos de formação e nem de movimentos sociais, passaram a incorporar as discussões sobre questões raciais a partir de um trabalho já consolidado na escola ou pela mobilização de outros professores que já vinham realizando a discussão, conforme comprovam relatos que se seguem:

> *[...] esse projeto da escola tem como objetivo que todos participem, então eu acabei participando porque era o projeto da escola e eu tinha que me envolver, não porque é um projeto meu, porque achei interessante, porque todos participam, faz teatro, dança a gente resgata a cultura afro, é bom você estudar, aprender, então optei por ajudar, porque eu gosto*. (Lídia, Poconé)

A apropriação de conhecimentos sobre as relações raciais em nossa sociedade tem levado alguns profissionais a elaborar projetos em que evidenciam a valorização do negro e da cultura afro-brasileira nas escolas. Tal ação exige a participação e o envolvimento de todos para que possam desenvolver atividades que envolvam toda a comunidade escolar. Por conseguinte, os profissionais que passam a fazer parte da equipe, necessariamente são desafiados a se inteirar do projeto e, assim, há aqueles que incorporam as ações e desenvolvem as atividades, como também há os que não se envolvem ou fingem se envolver.

Oportunizar todos os professores de conhecer a história do povo negro e reconhecer que o racismo é um problema social que vem impedindo homens e mulheres negras de conquistarem sua ascensão são de fundamental importância. Isto é, «falta nesta profissão, embora tenhamos alguns importantes aliados brancos, a convicção de que as questões raciais, bem como problemas que atingem a outros grupos, devem mobilizar os esforços de todos para promover a igualdade» (Oliveira, 2003:125).

Ainda sobre a discriminação racial no cotidiano da escola, a professora Olga afirma que aqueles que já têm consciência sobre a existência da discriminação a percebe e a analisa e verifica que continua muito forte, somente mudou a forma de ser manifestada, mas que a sociedade ainda continua apontando o lugar que o negro deve ocupar. A professora ressalta a importância das leis, concebendo que já começam a dar indícios de mudança, mas que só uma pessoa negra sabe a dor causada pela discriminação.

Conforme os depoimentos são possíveis perceber que o ingresso das professoras negras nas discussões sobre questões raciais na escola se deram de várias formas, desde participação em movimento negro; incorporação em estudos sobre relações raciais nos cursos de formação e mobilização de profissionais envolvidos com a temática por meio dos projetos escolares. Estar em sintonia com essas frentes, tomando como parâmetro as situações vividas em suas trajetórias de vida foi fundamental para que elas pudessem colocar em pauta as discussões sobre as questões raciais na escola.

Diante do cenário exposto neste estudo, consideramos que discutir sobre o percurso escolar e profissional das professoras negras possibilitou-nos a dar visibilidade a histórias de vida marcadas pelo silêncio, ressentimento, aborrecimento, desrespeito, mas também de lutas, enfrentamentos, resistência e superação.

Permitiu-nos a apreender que o preconceito e a discriminação racial ainda estão presentes na vida de mulheres negras, mas que estas contaram e contam com mecanismos para superar os obstáculos e conquistar seu espaço profissional. Percebeu-se nesta pesquisa que o cenário que envolveu perseguições, a produção de estereótipos, é decorrente de teorias racistas assimiladas no século XIX e que foi cristalizado no imaginário da sociedade brasileira. Foi possível perceber tanto a participação em movimentos sociais como a formação continuada contribuiu de forma significativa na percepção das docentes, redesenhando uma nova postura profissional frente às questões raciais no cotidiano da escola, no intuito de desconstruir esse imaginário.

Muitas mulheres negras em nosso país são rejeitadas no mercado de trabalho pela questão da aparência, numa atitude extremamente discriminatória, sendo que as mulheres pretas são as mais atingidas, têm os caminhos mais árduos do que as pardas, posto que no Brasil conforme vai diminuindo a melanina da pele, vai agregando valor ao ser humano, principalmente o estético. Esse tipo de atitude restringe a mulher negra de escalar novos degraus profissionalmente. Numa sociedade desigual como a nossa, a figura da mulher negra é difundida de forma negativa, sendo penalizada duplamente, a qual quesito cor, seguido de aparência física são determinantes no acesso aos espaços de poder.

Entretanto, foi possível constatar que essas professoras mesmo tendo seu percurso escolar acidentado, conseguiram romper com obstáculos do preconceito e da discriminação racial e buscaram através da educação, principalmente do acesso ao curso superior, a possibilidade de ascender-se profissionalmente. Para muitas dessas mulheres negras, ser professora significa além da inserção no mercado de trabalho, adquirir status social e ser reconhecida intelectualmente.

Referenciais Bibliográficos:

BOURDIEU, P. (2005). A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.

CASTRO, N. A.; BARRETO, V. S. S. (1992). Os negros que dão certo: mercado de trabalho, mobilidade e desigualdades ocupacionais. **Revista Brasileira de Estudos de População**. 9 (2), p. 138-154.

CAVALLEIRO, E. (2003). **Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: Racismo, Preconceito e Discriminação na Educação infantil.** São Paulo: Contexto.

GOMES, Nilma Lino. (2003). **Cultura negra e educação.** In: Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n.23, mai./ago.

GUIMARÃES, A. S. A. (2012). **Preconceito racial:** modos, temas e tempos. 2. ed. São Paulo: Cortez.

MÜLLER, M.L.R. (2006). Relações raciais nas escolas de Mato Grosso. In: MÜLLER, Maria Lúcia R.; PAIXÃO, Lea P. (orgs.). **Educação, diferenças e desigualdades**. Cuiabá: EdUFMT, p.103-126.

_____. (2009). **Educação e diferenças: os desafios da lei 10.639/03**. In: MÜLLER, M. L. R.; COSTA, C. S; SANTOS, A. M.; GONÇALVES, V. L. S. (Orgs). Cuiabá, EdUFMT.

OLIVEIRA, I. (2003). A prática pedagógica de especialistas em relações raciais e educação. In. OLIVEIRA, I. (org.). **Relações raciais e educação:** novos desafios. Rio de Janeiro: DP&A, p.107-143. (Coleção Políticas da Cor).

OLIVEIRA, E. (2006). **Mulher negra professora universitária: trajetória, conflitos e identidade**. Brasília: Líber Livro Editora.

PAIXÃO, M; CARVANO, L. M. (2008). **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil:** 2007-2008. Rio de Janeiro: Garamond.

QUEIROZ, M. I. P. (1991). **Variações sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva.** São Paulo: T. A. Queiroz, Editor.

SANTOS, A. M. (2007). **Vozes do Silêncio do Cotidiano Escolar: as relações raciais entre alunos negros e não negros.** Coleção Educação e Relações Raciais, Cuiabá: EdUFMT.

TEIXEIRA, M. P. (2003). **Negros na Universidade**: identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pallas.

_____. (2006). A presença negra no magistério: aspectos quantitativos. In: OLIVEIRA, I. (org.). **Cor e magistério**. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói: EDUUF, p. 14-54.

THOMPSON, P. (1992). **A Voz do Passado – História oral.** São Paulo: Editora Paz e Terra.

VELHO, G. (2003). **Projeto Metamorfose:** antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

Ascenção e reconhecimento étnico-racial na educação brasileira: uma análise das noções de reconhecimento no Parecer CNE/CP 3/2004

Lucas Beraldo de Oliveira
olucasberaldo@gmail.com

Resumo: O presente texto analisa, pela perspectiva do direito ao reconhecimento, o Parecer CNE/CP 3/2004 que estabelece as "diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana". As recomendações do texto legal que visam uma educação inclusiva são analisadas questionando sua pertinência e efetividade como mecanismos efetivos de reconhecimento para grupos marginalizados.

Palavras Chave: Reconhecimento; Educação inclusiva; Relações étnico-raciais;

No contexto atual em que o discurso sobre a igualdade e a experiência concreta de oportunidades, tratamento e valorização igual são tão gritantemente díspares é sempre importante refletir sobre as ações e as questões capazes contribuir para diminuir a distância entre o que se prega e o que vigora. A educação é um campo por excelência para perceber a formação institucionalizada de desigualdades sociais. Assim, afim de levantar questões sobre as condições desigualmente distribuídas de ascensão social já sustentadas pelo tipo de educação em vigor na sociedade brasileira atual, o foca-se aqui na efetivação do direito ao reconhecimento na educação brasileira, tendo por base a Lei nº 10.639/2003, assim como o Parecer CNE/CP 3/2004. O Parecer CNE/CP 3/2004 foi elaborado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologado pelo Ministério da Educação (MEC) atendendo as disposições da Lei 10.639/2003, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas. Produtos de esforços sociais visando uma educação mais inclusiva e uma sociedade mais justa.

O debate sobre o reconhecimento é central na perspectiva aqui adotada e importa na medida em que possibilita analisar as metas e ferramentas sugeridas pelo Parecer CNE/CP 3/2004 que, ao tratar da questão da educação inclusiva, não discriminatória e sensível as diferenças, aborda um pilar, sem dúvida, para o desenvolvimento de qualquer sociedade que valoriza a justiça social e a dignidade humana e, sobretudo, para expandir os horizontes de ascensão social de grupos étnico-raciais desvalorizados.

1 – A construção do reconhecimento como um problema social

Embora a palavra "reconhecimento" esteja em voga em muitos dos discursos de movimentos sociais e, mais ainda, que seu significado pareça quase evidente para indivíduos da atualidade é verdade que esta é uma situação relativamente recente. A construção do "reconhecimento" como uma demanda social integra um processo de transformações sociais interessantes de serem analisadas. É certo também que apesar da relevância da noção de reconhecimento trata-se ainda de um conceito polissêmico, nos dizeres de Paul Ricoeur, que adquire sentidos diferentes em contextos diferente como se perceberá.

Charles Taylor é um dos autores que visa identificar as transformações sociais que geraram o que hoje são compreendidos como "problemas de reconhecimento" e buscar como os discursos sobre reconhecimento e identidade se tornaram familiares para a sociedade atual. Taylor vê profundas imbricações entre identidade e

reconhecimento. Para o autor, a identidade dos indivíduos é formada em parte pelo reconhecimento, pela sua ausência ou mesmo pelo reconhecimento errôneo de quem somos (TAYLOR, 2000)[1].

Por esta ótica, se abre espaço para entender o reconhecimento como possível problema social, pois se a sociedade associar a determinado indivíduo ou minoria uma imagem errônea, redutora ou desprezível de si mesmo, tal distorção consolida uma forma de opressão, aprisionando o indivíduo a uma identidade própria igualmente falsa, distorcida e redutora.

Em outras palavras, o problema social do reconhecimento é a internalização, pelos grupos e indivíduos erroneamente reconhecidos, de um quadro inferior de sua própria identidade. Taylor cita **Frantz Fanon** que, em seu livro *Les Damnés de la terre (1961)*, expõe com maestria as dimensões que a questão do reconhecimento errôneo pode adquirir, alegando que a principal arma dos colonizadores seria a imposição de sua imagem do colonizado aos povos subjugados. E, portanto, o colonizado, a fim de libertar-se, teria antes de tudo de se purgar dessas auto-imagens depreciativas.

Taylor ainda arrisca que o dano causado pelo reconhecimento errôneo ou pela falta de reconhecimento pode explicar porque, mesmo em cenários em que ocorrem alterações materiais objetivas que permitem a melhoria da condição de vida de certas minorias oprimidas, ainda assim estes grupos não conseguem aproveitar as novas oportunidades. São condenados "a sofrer as dores da pouca auto-estima", ainda se comportando orientados pela crença em sua própria inferioridade.

Mas nem sempre houve uma demanda por reconhecimento. Ao contrário do que se crê, tal fenômeno, afirma o autor, é um problema recente. Houveram na história determinadas transformações sociais que puderam tornar o reconhecimento uma questão exigível e compreensível para nós na atualidade. Na perspectiva de Taylor, são duas as transformações que tornaram inevitável a preocupação moderna com a identidade e o reconhecimento. A primeira delas é o colapso das hierarquias sociais que costumavam ser baseadas na honra. E a segunda, a nova compreensão da noção de identidade individual ligada amplamente ao ideal de autenticidade.

A distinção baseada na dignidade tem como consequência a exigência de reconhecimento do igual status dos indivíduos e, por conseguinte, a obrigatoriedade da equalização de direitos e privilégios entre eles.(TAYLOR, 2000)[2] Taylor denomina o esforço de cumprir essa meta de "**política do reconhecimento igual**". E é inserido na política de reconhecimento igual que o discurso atual do reconhecimento se apresenta na esfera pública – fato que, na concepção do autor, pode ser problemático, como se verá posteriormente.

A segunda transformação que acentuou a importância do reconhecimento ocorreu, afirma Taylor, no final do século XVIII. Trata-se de uma nova compreensão da identidade individual que passa a ser relacionada com uma preocupação em ser autêntico. Nesta época, ganha força a noção de que os homens são dotados de um sentido moral inato, um sentimento intuitivo acerca do que é certo e errado. A nova concepção vem suplantar a concepção rival que atrelava o conhecimento do certo e do errado a um cálculo frio ponderando punições e recompensas divinas para toda ação.

Para Taylor, então, com a substituição na esfera pública da distinção baseada na honra pela distinção baseada na dignidade, os movimentos sociais que hoje clamam por reconhecimento pedem, justamente, que seja de fato efetivado o ideal da dignidade igual e denunciam a existência de imagens redutoras, que discriminam e oprimem determinadas minorias. Na esfera íntima, por outro lado, as demandas atuais se orientam pelo "ideal de autenticidade" e pela revelação de que a identidade se forma por um diálogo contínuo com os outros significativos: o que agora se requer que seja reconhecido na interação com o outro significativo é aquilo que o indivíduo tem de original. No entanto, o que há de peculiar, original, em cada um, não é evidente, tornando possível e provável que o reconhecimento advindo do diálogo malogre e afaste o indivíduo de seu próprio caminho que leva a plenitude.

Ainda que não neguem as transformações históricas, vislumbradas por Taylor, que acarretaram na inteligibilidade atual das demandas por reconhecimento, autores como Nancy Fraser acreditam que as reivindicações por reconhecimento devem ser interligadas com outras reivindicações por justiça social. A autora afirma que é

---

1 TAYLOR, Charles *Argumentos Filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2000, p. 241

2 TAYLOR, Charles *Argumentos Filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2000, p.250

comum a divisão das demandas dos movimentos sociais em dois grupos: reivindicações por redistribuição e reivindicações por reconhecimento.
Para além de entender como se construiu na sociedade a necessidade de reconhecimento, a proposta de Fraser é elaborar uma definição de justiça que consiga abarcar os dois tipos de demanda por justiça social, possibilitando atender as recentes reivindicações por reconhecimento, sem negligenciar os "antigos" clamores por redistribuição.
A partir destas orientações percebe-se que Fraser aborda a questão do reconhecimento na atualidade entendendo-a como uma das vertentes das forças políticas progressistas existentes em nossa sociedade e como estes clamores recentes devem ser atendidos sem negligenciar reivindicações de outras ordens.

2 – Reconhecimento: ética ou moral

As disparidades de perspectivas entre Taylor e Fraser denotam, antes de tudo, que se entende por reconhecimento questões de ordem diversa. A divergência teórica que diz respeito a relação do reconhecimento com a moralidade e a ética: com o correto e o bem, com a justiça e a boa vida. Embora os autores concordem, razoavelmente, com o que se entende por ética e moralidade, enquadram o reconhecimento em posições opostas desta divisão.
A fim de compreender estes conceitos é valido reproduzir o que Habermas, em articulada síntese, expõe sobre o que configuram questões éticas e questões morais "Denomino éticas, nesse contexto, todas as questões que se referem a concepções do bem viver ou da vida não-malograda. Questões éticas não se deixam julgar sob o ponto de vista 'moral' que se pergunta se algo é 'igualmente bom para todos'" e completa: "O que está inscrito nas questões éticas é a referência a primeira pessoa, e com isso a remissão à identidade (de um indivíduo ou) de um grupo."
Nancy Fraser adiciona a definição simples, apresentada por Habermas, um maior grau de complexidade ao introduzir uma maior gama de atributos associados a ética e a moral. Para a autora, como em Habermas, a moral se refere a questões de justiça e se preocupa com o problema do que é 'correto'; a ética, por sua vez, diz respeito a questões de boa vida e versa sobre o problema do que é o 'bem' (FRASER, 2007)[3]
Frase expressamente reconhece que normas de justiça (aquelas relacionadas a moral) são pensadas como universalmente vinculatórias e sustentam-se independentemente dos valores específicos dos indivíduos. Enquanto que reivindicações pela boa vida (ligadas a questões éticas) são normalmente associadas a valores historicamente específicos que não podem ser universalizados. As demandas deste segundo tipo pedem que, para que certos grupos sociais sejam avaliados e valorizados, se leve em conta as suas práticas culturais características e suas identidades variadas.
A opção por incluir o reconhecimento dentro no campo da ética ou da moral também gera repercussões no que concerne aos objetivos almejados. Fraser destaca que a perspectiva preocupada com a moral trata a justiça como questão de equidade: o fim que se pretende, ao encarar problemas sob uma ótica moral, visa eliminar as disparidades ilegítimas entre as oportunidades conferidas aos indivíduos de determinada sociedade. Por outro lado, a perspectiva norteada pela ética procura promover condições qualitativas para o desenvolvimento humano, permitindo que seja possível efetivar projetos pessoais (ou de grupo) do que seja a boa vida, ao invés de manterem uma fidelidade aos pressupostos abstratos do tratamento igualitário.
Taylor e Habermas situam claramente o reconhecimento no campo da ética. Desta forma, alinham as demandas por reconhecimento com questões da "boa vida". Atender tais reivindicações implicaria, portanto, em se comprometer com determinadas concepções de grupos e indivíduos do que é necessário para um satisfatório desenvolvimento humano.
O alinhamento do reconhecimento com a ética se evidencia, em Taylor, pela forma com que são formuladas as relações entre reconhecimento e identidade. Assumindo a tese de que a identidade é formada em grande medida pelo reconhecimento, Taylor localiza seu conceito de reconhecimento exatamente na posição que

3 FRASER, Nancy *Reconhecimento sem* ética*?* São Paulo: Lua Nova, Ed 70, 2007, p. 103

Habermas destacou como relativa a ética, isto é, das questões que fazem referência a primeira pessoa e remetem à identidade (de um indivíduo ou) de um grupo.
Ademais, o resultado do reconhecimento errôneo é retratado, na obra de Taylor, como gerando dificuldades para o indivíduo ou ao grupo, afastando-os do que há de autêntico em si, e assim sendo impedindo-os de cumprir sua concepção de boa vida .
Purgar os indivíduos ou povos oprimidos de sentimentos autodepreciativos é um pré-requisito, na visão de Taylor, para que estes sejam plenos e consigam efetivar seu próprio modo de ser original. Significa que, para Taylor, uma sociedade multicultural exige que não apenas que haja proteção de metas coletivas quando uma cultura tenha sua sobrevivência ameaçada, mas também que vigore um reconhecimento do igual valor das culturas existentes. O pressuposto de igual valor cultural é o que justifica, segundo Taylor, que o Estado espose certas metas coletivas de segmentos oprimidos.
O grande problema reside no fato de que a sociedade liberal usualmente nutre o compromisso de manter-se neutra em relação ao que significa boa vida. No momento em que o Estado defende especialmente metas coletivas de determinado segmento social, protegendo especificamente suas concepções particulares da boa vida, dá origem a um conflito com dois ideais basilares da sociedade liberal, nomeadamente a igualdade de direitos subjetivos e a proteção contra discriminação.
Nancy Fraser é responsável por fornecer uma grande alternativa a forma com que se encara o reconhecimento, posto que o coloca como questão relativa a moral. O reconhecimento moral surge como solução para proposta da autora de conjugar dois tipos de demanda por justiça social presentes em nossa sociedade: demandas por redistribuição e demandas por reconhecimento.
O paradigma da redistribuição, afirma Fraser, é situado, por aqueles que o demandam, no campo da moral. Afinal, a ótica da redistribuição orienta reivindicações tradicionalmente relacionadas a questões socioeconômicas e preocupa-se, fundamentalmente, em superá-las garantindo, à todos, condições de vida materialmente adequadas. A redistribuição aponta, portanto, para esquemas igualitários e universalistas para solução da injustiça – daí seu alinhamento natural com a moral. Enquanto as demandas por reconhecimento, pelos motivos já elencados, são normalmente associadas a questões éticas.
A premência de uma concepção de justiça que atenda tanto as demandas por reconhecimento, quanto as demandas por redistribuição se deve ao fato de que, para Fraser, os problemas concretos pedem os dois tipos de solução para serem satisfeitos.

> "Remédios redistributivos geralmente pressupõem uma concepção de reconhecimento subjacente. Por exemplo, alguns proponentes de redistribuição socioeconômica igualitária fundam suas reivindicações no 'igual valor das pessoas'; assim, eles consideram redistribuição econômica uma expressão de reconhecimento. Diversamente, remédios de reconhecimento algumas vezes pressupõem uma concepção de redistribuição subjacente. Por exemplo, alguns proponentes do reconhecimento multicultural fundamentam suas reivindicações em imperativos de uma justa distribuição dos 'bens primários' de uma 'estrutura cultural intacta'; eles, portanto, consideram o reconhecimento cultural uma espécie de redistribuição."[4]

Enfim, com intuito de formular um conceito de justiça que atenda ambos os tipos de reivindicações, Fraser propõe alinhar o reconhecimento a moral. Assim, as demandas por reconhecimento deveriam ser encaradas como busca pelo correto e pela equidade; seus objetivos devem passar a ter um teor universalista e igualitário, como se espera de questões relacionadas a moral.
O ponto crucial para Fraser cumprir sua proposta é desvincular o modelo padrão de reconhecimento de questões relativas à identidade. Segundo a lógica que vê profundas imbricações entre reconhecimento e identidade, o que

---

4 RIOS, Roger Raupp "Direito à diferença ou Direito Geral de Igualdade". In LIMA, Antonio Carlos de Souza (org.) *Antropologia e Direito temas antropológicos para estudos jurídicos.* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012, p. 249-250

ocasiona a exigência de reconhecimento são os danos causados a subjetividade dos membros de determinado segmento social. Para esta corrente, os erroneamente reconhecidos tem como propósito remodelar a identidade do grupo purgando a de auto-imagens depreciativas.
O risco inerente desta postura, para Fraser, tange três grandes questões: a possibilidade de uma espécie de policiamento psicológico; a promoção de separatismos entre as culturas; e o ocultamento da prevalência de uma facção interna dominante definindo o que se entende como identidade do grupo.

> "O modelo da identidade é profundamente problemático. Entendendo o não reconhecimento como um dano à identidade, ele enfatiza a estrutura psíquica em detrimento das instituições sociais e de interação social. Assim, ele arrisca substituir a mudança social por formas intrusas de engenharia da consciência. O modelo agrava esses riscos, ao posicionar a identidade de grupo como o objeto do reconhecimento. Enfatizando a elaboração e manifestação de uma identidade coletiva autêntica, auto-afirmativa e auto-poiética, ele submete os membros individuais a uma pressão moral a fim de se conformarem à cultura do grupo. Muitas vezes, o resultado é a imposição de uma identidade de grupo singular e drasticamente simplificada que nega a complexidade das vidas dos indivíduos, a multiplicidade de suas identificações e as interseções de suas várias aflições. Além disso, o modelo reifica a cultura. Ignorando as interações transculturais, ele trata as culturas como profundamente definidas, separadas e não interativas, como se fosse óbvio onde uma termina e a outra começa. Como resultado, ele tende a promover o separatismo e a enclausurar os grupos ao invés de fomentar interações entre eles. Ademais, ao negar a heterogeneidade interna, o modelo de identidade obscurece as disputas, dentro dos grupos sociais, por autoridade para representa-los, assim como por poder. Consequentemente isso encobre o poder das facções dominantes e reforça a dominação interna. Então, em geral, o modelo da identidade aproxima-se muito facilmente de formas repressivas do comunitarismo.[5]"

Para superar tais deficiências e, no processo, alinhar o reconhecimento a moral, Fraser propõe que, em vez da identidade, o que se busque reconhecer seja a **condição dos membros como parceiros integrais na interação social**. Para que isto ocorra o reconhecimento deve ser visto como uma questão de **status social**. A noção de status adotada por Fraser diz respeito a padrões institucionalizados de valoração cultural que recaem sobre determinado ator social, o impedindo de participar como igual na vida social.
Concretamente, esta definição também consegue lidar com os casos típicos de reconhecimento em que, por exemplo, em função de critérios sexuais, étnicos, raciais ou de gênero, um indivíduo não possa interagir com o resto da sociedade em um patamar de igualdade com aqueles que estão dentro dos moldes da cultura dominante.
O reconhecimento recíproco traduziria, portanto, uma igualdade de status. O reconhecimento errôneo – que torne invisíveis ou conceba como inferiores determinados atores sociais – implica em uma subordinação de status. O objetivo das demandas por reconhecimento passaria a ser desinstitucionalizar padrões de valoração cultural que impedem a paridade de participação e substituí-los por padrões que a promovam.
São cinco as principais vantagens para Fraser de se adotar esta perspectiva ao invés do tradicional modelo baseado na identidade: evita-se, pelo modelo do status, essencializar a identidade dos grupos; a mudança social ganha destaque em comparação com a "engenharia de consciência"; a interação entre grupos é valorizada, em vez do isolamento fomentado pelo modelo de identidade; o modelo de status não reifica a cultura, mas permite manter-se dinâmica; desvincula o reconhecimento da ética, embutindo-o da preocupação moral do que é o 'correto'.

---

5 FRASER, Nancy *Reconhecimento sem* ética*?* São Paulo: Lua Nova, Ed 70, 2007, p 106

3 – O reconhecimento na educação

3.1 – As instituições de Ensino e o Reconhecimento

Tomando por base as correntes teóricas apresentadas anteriormente, propõe-se agora analisar a Lei nº 10.639/2003, assim como o parecer e a resolução ensejados por ela, relacionada à educação. A escolha destes dispositivos legais fundamenta-se em dois grandes motivos.
O primeiro motivo é a evidente associação da Lei n° 10.639/03 com o tema do reconhecimento. Esta Lei é responsável por estabelecer a obrigatoriedade da temática "história e cultura afro-brasileira" no currículo da rede de ensino brasileira, mudança motivada justamente por demandas de movimentos sociais por reconhecimento.
O segundo motivo se explica pois a área da educação é um importantíssimo campo de luta por reconhecimento. Embora o problema de uma educação que não reconheça devidamente certos grupos pareça mais drástico quando se trata do ensino de crianças e adolescentes, indivíduos em formação, também na educação superior o reconhecimento errôneo cria fortes chagas. É o que afirma Taylor, em um momento de apuradíssima sensibilidade, em que destaca o valor da educação para a solução dos problemas de reconhecimento:

> "O principal *locus* desse debate é o mundo da educação (no sentido amplo). Um foco são os departamentos de humanidades das universidades, em que se fazem exigências para que se alterem, se ampliem ou se excluam os cânones de autores acreditados com base na ideia de que os cânones atualmente favorecidos consistem quase inteiramente em "brancos machos mortos". Deve-se dar um lugar maior às mulheres e às pessoas de raças e culturas não-europeias. Um segundo foco são as escolas secundárias, em que se faz, por exemplo, a tentativa de desenvolver currículos afrocêntricos para alunos em escolas preponderantemente negras.
> "A razão dessas mudanças propostas não é a de que, ou não é principalmente a de que, todos os alunos possam estar perdendo alguma coisa importante com a exclusão de um certo gênero ou de certas raças ou culturas, mas a de que as mulheres e os alunos dos grupos excluídos estão recebendo, diretamente ou por omissão, um quadro desfavorável de si mesmos, como se toda criatividade e todo o valor fossem inerentes aos homens de origem europeia. Aumentar e modificar o currículo é essencial não tanto em nome de uma cultura mais ampla para todos, quanto para dar o devido reconhecimento aos até agora excluídos. A premissa de base dessa exigências é a de o reconhecimento forja a identidade, em particular na aplicação fanonista: os grupos dominantes tendem a consolidar sua hegemonia ao inculcar no subjugado uma imagem de inferioridade. A luta pela liberdade e pela igualdade tem, portanto, de passar por uma revisão dessas imagens. Os currículos multiculturais pretendem ajudar nesse processo de revisão."[6]

3.2 – A noção de reconhecimento no Parecer CNE/CP 3/2004 e a Lei nº 10.639/03

A Lei nº 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003, acrescentou os artigos 26-A e 79-B a Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996, a LDB. Os referidos artigos têm como escopo estabelecer a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no nível fundamental e médio das escolas brasileiras. O esforço de normatização de políticas afirmativas, como a esposada nos mencionados artigos, é aqui entendido como uma resposta as crescentes reivindicações sociais por reconhecimento, neste caso em particular, dos chamados movimentos negros e antirracistas. A Lei nº 10.693/03 ensejou também o Parecer CNE/CP 3/2004, aprovado

6 TAYLOR, Charles *Argumentos Filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2000, p. 269

pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministério da Educação (MEC) e a resolução que instituíram as "diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana", objeto central da presente análise.
A tentativa de alinhar as determinações das diretrizes com alguma corrente teórica específica conta, desde o início, com um grande empecilho: analisadas, parte a parte, as diretrizes parecem propor uma amálgama das correntes anteriormente expostas, mesmo quando o comprometimento com duas visões distintas parece inconciliável ou até contraditório. A intenção parecia abarcar e satisfazer todos os ângulos das demandas por reconhecimento, por isso por vezes as diretrizes sustentam determinada perspectiva para, em seguida, prescrever posturas opostas ou, no mínimo, pouco pertinentes com a visão anteriormente sustentada. Não é uma característica necessariamente ruim. Como a intenção usual de determinações normativas é se prolatar no tempo, um grau de ambiguidade em seus conceitos pode permitir uma maior diversidade de interpretações e, com isto, uma capacidade maior de adequação as demandas sociais em constante mudança.
Contudo, ao empreender uma "analise global" das diretrizes, buscando os pontos de vistas sustentados com maior ênfase, ou melhor elaborados, ou mais reiterados ao longo de todo texto, é possível encontrar um tom predominante no que diz respeito a questão do reconhecimento. Assim, em vez de se proceder analisando parte a parte isoladamente, se investigará a direção que o documento aponta como um todo para atender as demandas por reconhecimento.

3.3 – Ética ou moral; identidade ou status

Uma análise superficial indicaria que as "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana" tratam o reconhecimento como problema relativo tanto a ética, quanto a moral. Isto se deve ao fato das questões de reconhecimento nas diretrizes se alternarem entre aquelas que fazem referência a concepções de bem viver e, com isso, promovem remissões à identidade (de um indivíduo ou) de um grupo – definido pelos autores mencionados como éticas – e aquelas universalmente vinculatórias, cujo propósito é assegurar que algo seja igualmente bom para todos – definas como morais.
Da mesma forma, há nas diretrizes uma mistura semelhante de "remédios" recomendados para eliminar os problemas de reconhecimento: algumas determinações tem por escopo de extinguir disparidades ilegítimas entre as oportunidades conferidas aos indivíduos de determinada sociedade, tento na equidade seu pedra angular (remédio de problemas morais), enquanto outras determinações buscam promover condições qualitativas para o desenvolvimento humano, permitindo que seja possível efetivar projetos pessoais (ou de grupo) do que seja a boa vida (remédios de questões éticas).
Aliás, em momentos específicos as diretrizes parecem alinhar o reconhecimento a moral exatamente nos moldes que Fraser o faria. Trechos do texto das diretrizes remetem muito diretamente a necessidade de se obter uma paridade de participação social, atacando padrões institucionalizados de valoração cultural que impediriam tanto o reconhecimento recíproco, como a igualdade de status entre membros da sociedade. Nestes pedaços se evoca a necessidade de transformações sociais que possibilitem a qualquer indivíduo, em detrimento de seu pertencimento étnico-racial específico, uma interação social em igualdade de condições com outra pessoa, sem que seja preciso se submeter aos padrões culturais dominantes:

> "Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmo patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse,

> desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros." [7]
> "Políticas de reparações e de reconhecimento formarão programas de *ações afirmativas*, isto é, conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para a oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória."[8]
> "Assim sendo, a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para a construção de uma sociedade justa, igual e equânime."[9]

É ainda possível encontrar constantemente no texto o reconhecimento como questão de justiça, ligado a exigência de equidade, a noção de correto e a preocupações universalistas: atributos de questões ligadas a moral. Apesar disto, a proporção de vezes em que as diretrizes tratam do reconhecimento como problema moral é ínfima se comparada as passagens que veem o reconhecimento como garantia de boa vida, ou atinente ao "desenvolvimento pleno" do grupo ou indivíduo, ou ainda a identidade... enfim, a questões pertencentes ao campo da ética

Habermas e Taylor deixam bem claro que há uma exigência da sociedade liberal para que o Estado não crie compromissos éticos específicos, mas antes permaneça neutro sobre tais questões. A função do Estado seria permitir que todo indivíduo tenha a capacidade de escolher por si só o que significa a boa vida e como deve ser alcançada. Atentar contra este esquema equivale a desafiar as próprias bases da sociedade liberal. Não chega a ser surpreendente, então, que as diretrizes, elaboradas por entidades Estatais, ditando normas para todo país, evitem explicitar que ao focar na preservação da identidade de um grupo estão comprometidas com noções específicas do que seja a boa vida.

As diretrizes são, no entanto, permeadas, do início ao fim, de preocupações classificáveis como éticas, diante das quais os trechos acima mencionados parecem aberrações. O alinhamento ético pode ser constatado ainda na introdução do texto normativo, quando as diretrizes já destacam que a intenção legislativa que as orienta tem por finalidade a promoção de políticas "de reconhecimento e valorização de sua (da população afro-descendente) história, cultura e identidade" *[parênteses nosso]*. Já explicitou-se que, como afirma Habermas, que a remissão à identidade (de um indivíduo ou) de um grupo é característica do campo da ética.

Reforça a impressão do alinhamento do reconhecimento com a ética nas diretrizes o fato de nelas se definir como reconhecimento errôneo principalmente situações em que a desvalorização de determinado segmento gera danos psicológicos, auto-imagens negativas e crises identitárias nos membros do grupo falsamente reconhecido. Exemplo disto se evidência na passagem a seguir:

> "Os diferentes grupos, em sua diversidade, que constituem o Movimento Negro brasileiro, têm comprovado o quanto é dura a experiência dos negros de ter julgados negativamente seu comportamento, ideias e intenções antes mesmo de abrirem a boca ou tomarem qualquer iniciativa. Têm, eles, insistido no quanto é alienante a experiência de fingir ser o que não é para ser reconhecido, de quão dolorosa pode ser a experiência de deixar-se assimilar por uma visão de mundo que pretende impor-se como superior e, por isso, universal e que os obriga a negarem a tradição de seu povo."[10]

---

7 BRASIL. Ministério da Educação *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira*

8 Idem, Ibidem

9 Idem, Ibidem

10 BRASIL. Ministério da Educação *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e*

> "Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico/raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras."[11]
> "O racismo imprime marcas negativas na subjetividade dos negros e também na dos que os discriminam"[12]

Importa, para as diretrizes, a interiorização de um quadro negativo pelos indivíduos pertencentes a uma minoria desvalorizada. A ênfase nos supostos sentimentos degradantes e redutores provenientes da relação social com outros grupos, serve como denúncia contra uma situação que impediria o "povo negro" (nos termos das diretrizes) de ser autêntico e, assim, viver suas concepções particulares de boa via. O foco das diretrizes é ameaça a qualidade de vida de um certo grupo e a suposição de danos internos: danos à identidade. Evidentemente, todas estas são preocupações relacionadas à ética.

3.4 – Raça, etnia e identidades:

O alinhamento do parecer com o reconhecimento ético suscita, imediatamente a questão do tipo de identidade étnico-racial contida no texto legal. As orientações apresentadas logo na introdução de seu texto afirmam, expressamente, que as diretrizes são uma resposta na área da educação às demandas da população afrodescendente por políticas de reparação, reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade. Em seguida, expõe que se espera que as mudanças "eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial". E concluí com o seguinte:

> "Estas condições materiais das escolas e de formação de professores são indispensáveis para uma educação de qualidade, para todos, assim como o é o reconhecimento e a valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos."[13]

Há, pois, uma evidente remissão a ascendência do grupo como critério orientador da noção de identidade adotada no texto das diretrizes. Por repetidas vezes os negros são identificados como os indivíduos descendentes de africanos escravizados, enquanto os brancos, por outro lado, descenderiam dos senhores europeus, como se constata nos trechos abaixo:

> "Se não é fácil ser descendente de seres humanos escravizados e forçados à condição de objetos utilitários ou a semoventes, também é difícil descobrir-se descendente dos escravizadores, temer, embora veladamente, revanche dos que, por cinco séculos, têm sido desprezados e massacrados."[14]
> "Como bem salientou Frantz Fanon, os descendentes dos mercadores de escravos,

---

para o ensino de história e cultura afro-brasileira

11 Idem, Ibidem

12 Idem, Ibidem

13 BRASIL. Ministério da Educação *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira*

14 Idem, Ibidem

> dos senhores de ontem, não têm, hoje, de assumir culpa pelas desumanidades provocadas por seus antepassados. No entanto, têm eles a responsabilidade moral e política de combater o racismo, as discriminações e, juntamente com os que vêm sendo mantidos à margem, os negros, construir relações raciais e sociais sadias, em que todos cresçam e se realizem enquanto seres humanos e cidadãos." [15]

Críticos das diretrizes, tal como Hebe Mattos, alertam para o fato de que ao se adotar o critério da descendência, tão objetivo, sugere-se que a fronteira entre grupos étnico-raciais é definida de forma absolutamente rígida ao longo de toda história, com culturas e identidades perfeitamente delineadas e imunes a intercâmbios e sincretismos entre si. Nos termos das diretrizes, a identidade de diferentes grupos sociais é uma realidade fixa e de fácil constatação, ao invés de uma construção histórica problemática e de fronteiras difusas e dinâmicas.

Classificar o indivíduo como negro exclusivamente com base na sua descendência de africanos implica em se optar por um critério imutável de classificação étnico-racial – promovendo o que é chamado de "essencialização"[16] do grupo. Com isto, o documento perde de vista a dimensão dinâmica da identidade, passível, no processo histórico, de alterações, cisões e restruturações. Reificar as identidades étnicas-raciais implica em fechar os olhos para intercâmbio cultural e aos processos de hibridização e sincretismo entre as culturas de diferentes segmentos sociais, que, inevitavelmente, geram transformações na própria noção que um grupo tem de si mesmo.

Novamente, mesmo implicando em contradições, as diretrizes dificilmente adotam uma única perspectiva sobre qualquer questão. Por esta razão, a perspectiva que essencializa a identidade negra, embora predominante, não é a única a ser exposta no documento. Em determinados trechos o texto opta por uma abordagem que não encara a identidade negra como realidade imutável, mas antes como algo formado e construído em um processo histórico. Bom exemplo disto encontra-se na parte que valoriza a auto-afirmação como critério para definir o pertencimento do indivíduo a determinado grupo étnico-racial. Neste ponto, as diretrizes parecem sugerir e se alinhar as elaborações de Habermas, para quem, ao invés de fomentar uma preservação cultural, a possibilidade de aceitação ou recusa de indivíduo a sua herança cultural é o foco do reconhecimento:

> "Em primeiro lugar, é importante esclarecer que ser negro no Brasil não se limita às características físicas. Trata-se, também, de uma escolha política. Por isso, o é quem assim se define. [...][17]
>
> "É importante tomar conhecimento da complexidade que envolve o processo de construção da identidade negra em nosso país. Processo esse marcado por uma sociedade que, para discriminar os negros, utiliza-se tanto da desvalorização da cultura de matriz africana como dos aspectos físicos herdados pelos descendentes de africanos. Nesse processo complexo, é possível, no Brasil, que algumas pessoas de tez clara e traços europeus, em virtude de o pai ou a mãe ser negro(a), se designem negros; que outros, com traços físicos africanos, se digam brancos. É preciso lembrar que o termo negro começou a ser usado pelos senhores para designar pejorativamente os escravizados e este sentido negativo da palavra se estende até hoje. Contudo, o Movimento Negro ressignificou este termo dando-lhe um sentido político positivo. Lembremos os motes muito utilizados no final dos anos 1970 e no decorrer dos anos 1980, 1990: Negro é lindo" Negra, cor da raça brasileira! Negro que te quero

---

15 Idem, Ibidem

16 ABREU, Martha *ET* MATTOS, Hebe *Em torno das "diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana": uma conversa com historiadores*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, p. 5-20, janeiro-junho de 2008

17 BRASIL. Ministério da Educação *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira*

> negro! 100% Negro! Não deixe sua cor passar em branco! Este último utilizado na campanha do censo de 1990."[18]

Embora não predominantes nas diretrizes, considerações que problematizam a identidade negra para além da mera descendência certamente contribuem para adicionar uma merecida profundidade ao tema. O trecho transcrito acima, por exemplo, ao valorizar a auto-identificação, imbuí de importância a forma de cada pessoa se relacionar com aquilo que considera sua herança cultural negra. Sejam as razões para que cada um se entenda como negro baseadas em uma imaginada herança de uma cultura ancestral africana ou a fatores mais circunstanciais e biográficos, cabe ao indivíduo definir.

A opção por uma abordagem que enxerga a identidade de um grupo como realidade imutável, fixa, constante implica em criar uma divisão clara entre o que faz e o que não faz parte da identidade negra, em outras palavras, é essencializar. Ao ignorar a possibilidade das transformações históricas afetarem os fatores que levam os indivíduos a se identificarem com certo grupo, as diretrizes justificam políticas com escopo de resgatar e preservar práticas e mentalidades específicas, sob pretexto de que tais práticas contêm a essência do que é "ser negro". Esta preocupação em garantir a sobrevivência de práticas e visões de mundo específicas se encaixa perfeitamente no modelo de reconhecimento de Taylor, para quem a sobrevivência da cultura de uma minoria ameaçada pelos padrões hegemônicos, assim como a preocupação em gerar novos membros para esta minoria, é a função por excelência das políticas de reconhecimento.

Orientando-se por esta postura, que Habermas denomina de "preservação administrativa da cultura", as diretrizes encontram motivos para fomentar, de forma pontual, certos acontecimentos históricos entendidos como essenciais para o reconhecimento da identidade negra, tais como "o papel dos anciãos e dos *griots* como guardiões da memória histórica"; as "iniciativas e organizações negras, incluindo a história dos quilombos, a começar pelo de Palmares, e de remanescentes de quilombos"; "à história da ancestralidade e religiosidade africana – aos núbios e aos egípcios, como civilizações que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da humanidade"; "às civilizações e organizações políticas pré-coloniais, como os reinos de Mali, do Congo e do Zimbabwe".

3.5 – O reconhecimento e a consciência:

Uma consequência direta de se adota uma concepção ética de reconhecimento implica em prescrever políticas cujo objetivo seja reparar o dano causado as identidades não reconhecidas. Receitam-se, portanto, remédios que impliquem em auto-afirmação e valorização auto-imagem do grupo. Propõe-se, portanto, transformações que atuem em um nível psicológico, alterando de forma supostamente benéfica a própria consciência dos indivíduos a que se dirigem. Em termos gerais, são exatamente estes tipos de mudanças almejadas pelas diretrizes. Mais uma vez, não é a única transformação apregoada pelo documento, mas certamente é a recomendação que predomina. Somam-se aos exemplos já mencionados no subtópico anterior, outros com a mesma ideia:

> "Reconhecer também é valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas"[19]
> "O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história

18 BRASIL. Ministério da Educação *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira*

19 BRASIL. Ministério da Educação *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira*

> dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens: em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados."[20]

No trecho das diretrizes intitulado "Fortalecimento de identidades e direito":

> "- o desencadeamento de processo de afirmação de identidades, de historicidade negada ou distorcida;"[21]
> "- o rompimento com imagens negativas forjadas por diferentes meios de comunicação, contra os negros e povos indígenas;"[22]
> "- o esclarecimento a respeito de equívocos quanto a uma identidade humana universal;"[23]

4 – Uma perspectiva alternativa do direito ao reconhecimento na educação

4.1 – As (des)vantagens da proposta atual:

Apesar da ressalva já formulada de que as "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana" aderem, simultaneamente, à múltiplas perspectivas de reconhecimento, por vezes implicando em noções desarmônicas ou até mesmo contraditórias, ainda sim apontou-se a prevalência de determinada concepção de reconhecimento sobre as outras. O predomínio de uma corrente teórica é nítido mediante uma análise global do documento. Assim, seja em razão de ser melhor formulada ou se adequar melhor a um maior número de trechos das diretrizes, uma perspectiva de reconhecimento parece se sobrepor aos pontos de vista alternativos elaborados em passagens pontuais.

Portanto, mediante à um exame ponderado, apesar das múltiplas correntes e contradições presentes no documento, foi possível destacar determinadas características importantes da noção de reconhecimento empregada. Primeiramente, as questões de reconhecimento são alinhadas a seara da ética: neste modelo o que exige reconhecimento é a identidade cultural do grupo marginalizado que, protegida, garantiria o desenvolvimento saudável da subjetividade dos seus membros.

Em segundo lugar, concluiu-se que as diretrizes essencializam as identidades culturais, promovendo a ideia de que as fronteiras entre diferentes grupos sociais são realidades fixas e de fácil constatação. Sem problematizar os efeitos das tensões históricas sobre a identidade – responsáveis por intercâmbios, apropriações e reinvenções da própria identidade –, o documento justifica a promoção do ensino e valorização de um conteúdo bastante específico (como o estudo dos "*griots*", dos reinos de Mali, Congo e Zimbabwe) por o entender como parte da essência da cultura negra. Como tais conhecimentos estariam dentro das fronteiras pretensamente imutáveis da cultura negra, o reconhecimento da identidade cultural deste grupo implicaria na preservação administrativa destes saberes, práticas e mentalidades absolutamente específicas.

Também foi destacado que entre as intenções das diretrizes inclui-se a de alterar a própria subjetividade dos indivíduos, propondo atuar até em um nível psicológico: os membros do grupo minoritário cuja identidade cultural é inferiorizada pela sociedade em geral, devem ser purgados, através da valorização da autenticidade

---

20 Idem, Ibidem

21 BRASIL. Ministério da Educação *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira*

22 Idem, Ibidem

23 Idem, Ibidem

do grupo, de auto-imagens negativas impostas pela cultura hegemônica; enquanto que aos membros da cultura hegemônica, propõe-se purgar de preconceitos e concepções que inferiorizam.
A combinação destas características – a ética, a preservação da identidade do grupo e a intenção das políticas de gerar alterações subjetivas nos seus destinatários – evidenciam a aproximação do conceito de reconhecimento, prevalente nas diretrizes, com aquele entendido nas formulações teóricas de Charles Taylor.

4.2 – Enfoque na Justiça ou no Desenvolvimento Pleno

Como Fraser prevê, um dos sintomas de enquadrar o reconhecimento na seara da ética é encarar o reconhecimento errôneo como empecilho para o desenvolvimento humano pleno. As diretrizes, por exemplo, sugerem que o prejuízo à subjetividade dos membros do grupo marginalizado é o foco principal das políticas de reconhecimento. Reconhecer, nesta concepção, implica em reparar os quadros de inferioridade interiorizados pelos indivíduos de um grupo que os impedem de serem verdadeiramente autênticos e, com isto, desenvolverem todo seu potencial humano.
No entanto, se escolhermos adotar a corrente teórica que compreende o reconhecimento como uma questão moral, então o enfoque para solução do reconhecimento errôneo foge completamente das preocupações citadas. Evitar-se-ia assim, claramente, o escopo amplamente questionável do reconhecimento enquanto questão ética, de tentar incorporar à subjetividade de todos cidadãos uma espécie de aceitação, ou ainda de valorização, de noções éticas especificas de certos grupos. Ao se enquadrar o reconhecimento à moral o foco das políticas estatais definitivamente deixa de ser incutir nos indivíduos, por exemplo, sentimentos de orgulho de determinado pertencimento étnico-racial ou despertar a consciência da importância de contribuição de determinada cultura à história.
Embora o reconhecimento errôneo, na perspectiva moral, ocorra também quando uma minoria é desvalorizada pela cultura hegemônica, o caminho prescrito para superação do problema não perpassa os sentimentos de inferioridade provenientes da discriminação. Antes, apontam para o fato da desvalorização de determinado grupo social significar uma forma institucionalizada de subordinação, ou seja, denunciam padrões culturais e instituições que, ao inferiorizar determinado segmento social, geram uma relação injusta entre os diferentes cidadãos. A ótica moral destaca que, sem nenhuma justificativa, uma minoria está sendo impossibilidade de interagir socialmente em condições de igualdade com outros segmentos da sociedade. O não reconhecimento para a ponto de vista moral importaria, portanto, acima de tudo, em uma violação de justiça.
Adotar uma noção moral de reconhecimento concederia um direcionamento claro para as decisões normativas implementadas, prescrevendo somente atitudes verificáveis na prática e que tivessem por escopo a desconstrução de institutos que desvalorizassem a cultura marginalizada e a participação de seus membros na sociedade em condições de igualdade. Ao se alterar o foco da subjetividade dos indivíduos para instituições concretas que discriminam determinados segmentos sociais ocorre um ganho em dois pontos principalmente: as políticas públicas passam ter por objeto institutos mais claros e verificáveis e, desta maneira, o êxito ou o fracasso de tais políticas passa a ser constatável.

4.3 – Policiamento psicológico ou transformação social:

De fato, a tendência de se encarar o reconhecimento como questão moral nos induz a localizar as soluções para as demandas por reconhecimento nas relações sociais, em vez da psicologia individual. Nancy Fraser, previdentemente, acusa o autoritarismo e o perigo de se promover as ações compatíveis com a psicologia individual, objeto do reconhecimento ético, as quais nomeia de "engenharia de consciência", isto é, intentar alterações na identidade, crenças e sentimentos tanto dos oprimidos, quanto dos opressores como via de superação de problemas de reconhecimento.
Em relação aos oprimidos, alerta Fraser, políticas que busquem modificações na consciência das minorias estão há um passo de culpar as vítimas pelo problemas do não-reconhecimento. E mesmo o policiamento

psicológico dos opressores, por entender que os preconceitos por eles interiorizados geram o reconhecimento errôneo, denota uma postura totalmente autoritária, incompatível com os princípios da sociedade liberal.
No modelo que entende o reconhecimento como questão moral, não importam as crenças, nem se almeja modificar a subjetividade dos indivíduos. Para esta linha, o foco das políticas deve ser a modificação de padrões institucionalizados de valoração cultural. Dentro desta lógica, as diretrizes jamais poderiam trazer disposições que objetivassem fomentar sentimentos de orgulho ou desfazer preconceitos interiorizados, mas sim procurar combater padrões de valoração externamente manifestáveis e averiguáveis que promovam valorações injustas de culturas não-hegemônicas.
A existência de realidades de desvalorização de determinadas culturas cria obstáculos para as minorias participarem, em igualdade de condições, das relações sociais com membros da cultura hegemônica. Nos termos de Fraser, atentam contra a paridade de participação social de determinados sujeitos e, justamente por esta razão, podem ser classificadas como injustas. Assim, arranjos publicamente verificáveis que impliquem em impedimentos e dificuldades de ser valorizado socialmente devem ser condenados, independente de qualquer consideração sobre se distorcem ou não subjetividades dos grupos inferiorizados.
Em termos práticos, adotar o modelo moral de reconhecimento extirparia das "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana" orientações vagas, de difícil aplicação e averiguação (dado que tratam de alterações subjetivas).
O documento continuaria a prescrever, contudo, medidas concretas de combate ao racismo, isto é, ações e procedimentos externamente verificáveis com vias a acabar com a injusta desvalorização étnico-racial. Mesmo deixando de lado a veia autoritária que guia a tentativa de mudanças subjetivas, parece-nos extremamente vantajoso a possibilidade dos destinatários das normas poderem cobrar e constatar o cumprimento e êxito de políticas públicas dado que estas se proporiam a mudar questões objetivas e concretas e, por esta razão, verificáveis.

4.4 – Da coação à uma identidade simplificada:

Os efeitos da intrusão das chamadas "engenharias de consciência" podem até gerar novas formas de opressão sobre as minorias, principalmente se as ações públicas tiverem por fim preservar uma pretensa identidade cultural do grupo ameaçado. Deste tipo de iniciativa decorre, geralmente, a formulação de uma identidade de grupo imensamente simplificada, que implica, não poucas vezes, em fronteiras artificiais, definidas quase arbitrariamente, para separar práticas e mentalidades que pertencem aquela cultura minoritária das que não pertencem.
O risco que aqui se aponta é o de definir através de uma política estatal, "de cima para baixo" e artificialmente, no que consiste a identidade de um determinado grupo. Tal postura – além de se retratar muito mal o processo constante de formação e reformulação da identidade uma cultura, sempre sujeito a intercâmbios, reinvenções e novas incorporações – pode, com efeito, prejudicar largamente aqueles que pretende proteger.
Afinal, optar por um certo critério, rígido e imutável, para se definir a pertença ou não de um indivíduo a um grupo, acarreta com certeza em ignorar as tensões transformadoras e as discordância internas existentes no próprio grupo. O que, por sua vez, significa fomentar dominações e opressões internas, dado que apenas o segmento do grupo que se vê representado pelos critérios selecionados é contemplado pela política pública. Indivíduos que sofram os males da discriminação, mas que não se vejam representados pelos critérios escolhidos para definir o pertencimento de alguém ao grupo, vão continuar a ser reduzidos e submetidos padrões de comportamento dominantes (ou, ao menos, mais dominantes do que aqueles em que creem).
Entende-se mais claramente o problema em pauta observando o caso das diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Nas diretrizes, instituídas pelo Parecer CNE/CP 3/2004, estão previstas noções bem definidas do que significa ser negro. Neste documento, conforme apontado em seção precedente, o pertencimento étnico-racial do indivíduo é definido pela descendência de negros escravos ou de europeus Além disto, a valorização a identidade negra parece estar intrinsecamente associada ao conhecimento de dados específicos, como o papel dos anciãos e

dos *griots* como guardiões da memória histórica ou das organizações pré-coloniais de dos reinos de Mali, do Congo ou do Zimbabwe.

É um quadro plausível, se não comum, imaginar que existam indivíduos que se identifiquem como negros e demandem políticas de valorizações de sua identidade sem, contudo, se verem contemplados pelo ensino da história do Mali e afins. Mas a discriminação étnico-racial afeta também esses indivíduos. No entanto, para contar com a valorização implementada pelo parecer teriam que resumir sua identidade pessoal a uma simplificação grosseira e restrita da identidade negra definida pelo documento. Trata-se, na verdade, portanto, de uma forma de impor aos já oprimidos critérios que supostamente exprimem a essência do que significa ser negro, aos quais devem se concordar para serem identificados como tal, assim como valorizados.

Referências bibliográficas

ABREU, Martha *ET* MATTOS, Hebe (2008) "Em torno das "diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana": uma conversa com historiadores". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, p. 5-20

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 3/2004** *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira,* Brasília, DF, março de 2004

DWORKIN, Ronald (1978) "Liberalism". In Stuart Hampshire (org.), *Public and Private Morality*, Cambridge: Cambridge University Press

FRASER, Nancy (2007) *Reconhecimento sem ética?* São Paulo: Lua Nova

FRASER, Nancy *ET* AXEL, Honneth (2003) *Redistribution or Recognition.* Essex: Verso

HABERMAS, Jürgen (2002) *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola

RIOS, Roger Raupp (2012) "Direito à diferença ou Direito Geral de Igualdade". In Antonio Carlos de Souza Lima (org.) *Antropologia e Direito temas antropológicos para estudos jurídicos.* Rio de Janeiro: Contra Capa

TAYLOR, Charles (2000) *Argumentos Filosóficos*. São Paulo: Loyola

Personalidades Negras no Paraná[1]

Mariana Panta[2]
marianapanta@bol.com.br

Luciane dos Santos[3]
dhiud@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de versar sobre as trajetórias de três personalidades negras que marcaram profundamente a história da cidade de Londrina-PR, e mais recentemente ganharam visibilidade nacional: Justiniano Clímaco da Silva (1908-2000), professor, médico e político; Vilma Santos de Oliveira (1950-2013), referência nacional no Movimento Negro e na religiosidade afro-brasileira; e Oscar do Nascimento (1929), economista, advogado, professor e um dos fundadores do primeiro clube negro de Londrina, denominado AROL - Associação Recreativa Operária de Londrina. Ao tornar conhecida a trajetória de vida de alguns negros que se destacaram, pretende-se aprofundar a história da população negra na cidade, em sintonia com o contexto de formação e consolidação da nação brasileira e com o desenvolvimento das relações étnico-raciais desenvolvidas no país. O estudo contribui para maior conhecimento da história política, econômica, cultural e social da cidade, visto que a população negra, embora preterida na história conhecida e divulgada, é parte integrante da realidade paranaense e londrinense.

Palavras-chave: Personalidades negras; relações raciais; protagonismo político.

Introdução

Justiniano Clímaco da Silva, Vilma Santos de Oliveira, Oscar do Nascimento: Que nomes são esses? Quais as estratégias mobilizadas em suas trajetórias para se destacarem social, política e intelectualmente em contextos tão desfavoráveis aos pobres, especialmente os negros? Que importância tiveram e ainda têm para a história de Londrina e do Paraná? Estas são algumas questões que permeiam este trabalho. A grandiosidade das ações desses sujeitos contrasta com a relativa invisibilização e silenciamento instaurados sobre as suas trajetórias. Ao discorrer sobre a vida destas personalidades negras, acaba-se inexoravelmente por contar a história de outros negros cujas ações marcaram profundamente o cotidiano de Londrina, mas sem o devido reconhecimento na história oficial da cidade.

Para compreender um pouco da realidade vivenciada pela população negra, é necessário considerar as ideias disseminadas pelas teorias racistas que se desenvolveram de maneira mais sólida no final do século XIX[4], início

---

1 Trabalho apresentado no GT 36B: Protagonismo político e construção de narrativas sobre trajetórias e estratégias de ascensão social de afrodescendentes de língua portuguesa. A participação no XII CONLAB - Congresso Luso-Afro-Brasileiro - contou com o apoio do Observatório da Educação (OBEDUC), projeto coordenado pela Profa. Dra. Ileizi Fiorelli Silva da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

2 Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília), mestra em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e pesquisadora do Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO/UEL).

3 Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), pesquisadora do Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros (LEAFRO/UEL) e bolsista do Observatório da Educação (OBEDUC).

4 O século XIX foi marcado pela propagação das teorias racistas (consideradas científicas) a partir de concepções

e ao longo do século XX. Essas correntes de pensamento não só justificaram a discriminação racial naquele contexto, mas também deixaram fortes marcas que persistem na atualidade, sobretudo no que diz respeito à ideologia do embranquecimento[5]. No estado do Paraná há um esforço constante, em diversos municípios do estado, para associar sua formação cultural estritamente aos pioneiros de origem europeia. No caso do Norte do Paraná, verifica-se que o negro não aparece como agente ativo, ainda que seja comprovada a sua participação efetiva na economia local desde os primeiros tempos da colonização do município, principalmente como mão-de-obra nas lavouras de café dos anos de 1940-1980[6].

Em busca de contribuir para uma educação antirracista e com a complementação da história oficial do município, criou-se o projeto *A população negra em Londrina: Memórias e Realidade Social*[7] que deu origem a *Coleção Presença Negra em Londrina*, constituída até o momento por três livros biográficos: *O Doutor Preto Justiniano Clímaco da Silva: A presença negra pioneira em Londrina* [8]; *Yá Mukumby: A vida de Vilma Santos de Oliveira*[9]; *Negro em Movimento: A trajetória de Doutor Oscar do Nascimento*[10]. Por meio da pesquisa oral, documental, bibliográfica, hemerográfica e iconográfica, é possível evidenciar não somente o papel fundamental do negro para a constituição e desenvolvimento da cidade de Londrina e do estado do Paraná, mas também a participação histórica deste grupo social na construção da nação brasileira.

A publicação desses materiais contribui para demarcar tempos históricos, fortalecer a identidade da população negra e, sobretudo, para reafirmar a necessidade de promover práticas de reconhecimento e de profundo respeito à população negra, trazendo para a esfera pública as suas contribuições históricas, sociais e culturais, para superar a desqualificação, silenciamento e invisibilidade que persiste na atualidade.

Nessa perspectiva, o objetivo deste artigo é versar sobre as trajetórias destas três personalidades negras que marcaram profundamente a história de Londrina e mais recentemente ganharam visibilidade nacional: Justiniano Clímaco da Silva (1908-2000), professor, médico e político; Vilma Santos de Oliveira (1950-2013), referência nacional no Movimento Negro e na religiosidade afro-brasileira; e Oscar do Nascimento (1929), economista, advogado, professor e um dos fundadores do primeiro clube negro de Londrina, denominado AROL - Associação Recreativa Operária de Londrina. Considerando que a população negra não é mencionada na história oficial da cidade, tornar conhecida as trajetórias de personalidades como estas, é possibilitar o conhecimento da história de Londrina sob o prisma de outra perspectiva, esta, por sua vez, analisada não mais

---

biológicas, que foram utilizadas para justificar a escravidão, o genocídio e diversas formas de dominação que ocorreram durante toda a história da humanidade. Nessa perspectiva, as ciências sociais contribuíram significativamente para a elaboração e formatação do racismo numa época em que a raça, associada a atributos biológicos e naturais, bem como atributos culturais passou a ser objeto de teorização científica.

5 Um dos recursos utilizados para o embranquecimento da nação brasileira foi a miscigenação seletiva, através das políticas de povoamento e imigração europeia, partindo da concepção de que o sangue branco purificava, diluía e exterminava o sangue negro, considerado infectado e geneticamente inferior. O processo de branqueamento nacional apoiou-se no estupro da mulher negra pelo homem branco da sociedade dominante, dando origem aos produtos de sangue misto. O tipo miscigenado, atualmente definido como pardo, estabeleceu o primeiro degrau na escada da branquificação sistemática do povo brasileiro (NASCIMENTO, 1978:69).

6 PANTA, Mariana (2014). "Segregação Geográfica, Desigualdades Raciais e Migrações: Londrina como destino de fluxos migratórios mineiros e nordestinos (1940-1980)". In SILVA, Maria Nilza da & PANTA, Mariana A. S.. (Orgs.). *Território e Segregação Urbana:* 'o lugar' da população negra na cidade. 1ed. Londrina: UEL, pp. 35-63.

7 Projeto elaborado e coordenado pela Profa. Dra. Maria Nilza da Silva.

8 Cf. SILVA, Maria Nilza & PANTA, Mariana (2014). *O Doutor Preto Justiniano Clímaco da Silva:* A presença negra pioneira em Londrina. Londrina: UEL. Disponível em: http://www.uel.br/projetos/leafro/ (consultado em 14-12-2014).

9 LANZA, Fábio. [Et al.] (2013), *Yá Mukumby*: A vida de Vilma Santos de Oliveira. Londrina: UEL. Disponível em: http://www.uel.br/projetos/leafro/ (consultado em 14-12-2014).

10 SILVA, Maria Nilza; PANTA, Mariana & SOUZA, Alexsandro Eleotério de Souza (2014). *Negro em Movimento:* A trajetória de Doutor Oscar do Nascimento. Londrina: UEL. Disponível em: http://www.uel.br/projetos/leafro/ (consultado em 14-12-2014).

por uma ótica hegemônica, mas pelo olhar daqueles que, mesmo limitados pelas desigualdades econômicas, sociais e raciais, marcaram de forma imprescindível a história da cidade.

Paraná: Os Vestígios da Ideologia do Embranquecimento

Desde a década de 50, do século XX, estudiosos brasileiros vêm mostrando, através de diferentes enfoques e vieses, as profundas desigualdades existentes entre negros e brancos no Brasil (COSTA PINTO, 1952; RAMOS, 1957; BASTIDE e FERNANDES, 1959; IANNI e CARDOSO, 1960; NASCIMENTO, 1978; HASENBALG, 1979; FERNANDES, 1989).

A região Sul do Brasil, constituída pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, caracteriza-se por ser uma das áreas do país com a maior expressividade de imigrantes provenientes da Europa e, consequentemente com a maior proporção de brancos. Sabe-se que milhões de imigrantes chegaram ao Brasil nos primeiros 40 anos pós-abolicionismo, muitos deles apoiados e subsidiados pelo governo brasileiro, incentivado por uma política oficial de embranquecimento nacional. Entre 1890 e 1920 mais de 1,5 milhões de imigrantes brancos entraram no Brasil como efeito do investimento no projeto de branqueamento racial do povo brasileiro, enquanto mais de 700.000 negros foram alforriados sem nenhum tipo de política para integrá-los a nova sociedade em formação (DIWAN, 2007:117). Em muitas cidades brasileiras, em especial na região Sul, a presença da população negra é subestimada ou mesmo negada e sua memória "esquecida", sendo a sua invisibilidade social e histórica um dos resquícios da ideologia do branqueamento.

Existe uma tentativa de consolidação da ideia de que a formação do Paraná é essencialmente europeia. Alguns intelectuais e pesquisadores argumentam que no Paraná não houve escravidão e nem população negra significativa. Wilson Martins sustenta, em capítulo de seu livro intitulado *Não houve escravatura no Paraná*, a seguinte ideia:

> [...] esse belo tipo físico, corado e de cabelos castanhos se distinguia, ainda, dos demais brasileiros, por traço de fundamental importância: não se misturava com o negro, existente em reduzidíssimo número em toda a província no decorrer de sua história, e que por isso não chegou a invadir sexualmente os hábitos desses rústicos senhores primitivos. Ao lado da imigração, é a inexistência da grande escravatura o aspecto mais característico da história social do Paraná, ambos o distinguindo inconfundivelmente de outras regiões brasileiras [...] (MARTINS, 1989:128).

Nota-se que Wilson Martins estava em profunda sintonia com o projeto de branqueamento do povo brasileiro projetado pela classe dominante do país, com o seu auge nas décadas de 1930 e 1940 do século XX.

O historiador Romário Martins (1996:392), em seu clássico livro *História do Paraná*, enfatiza que no povoamento paranaense a raça negra não teve grande representação. Em discurso sobre si mesmo, afirma não ser apologista dos que consideram o negro inferior e insusceptível de desenvolvimento. Em certa medida, ele reconhece a influência do negro e do indígena na formação do povo brasileiro, designando-os como "agentes da riqueza colonial, individual e pública, e elemento formador da nossa nacionalidade" (MARTINS, 1996:152). Todavia, Romário Martins descreve os africanos escravizados como fetichistas ao extremo, bruxos, adoradores de ídolos de grosseira confecção e artistas detestáveis (MARTINS, 1966:153).

Ao historicizar sobre a abolição da escravatura no Brasil, Romário Martins a descreve enfatizando o sentimento humanitário e civilizatório do branco e o seu empenho para a libertação dos escravizados. A abolição é apresentada como desejada e aclamada pelo povo brasileiro, que com a nobre decisão - que culminou no ato da princesa Isabel que assinou a Lei Áurea – fez desaparecer a grande mácula da civilização ao tornar livre, 723.419 escravos (MARTINS, 1995:380-381). Todo o processo abolicionista é descrito pelo autor como um marco histórico branco, com o mínimo de informações referente às pressões externas exercidas, principalmente pela Inglaterra, sobre o governo brasileiro para extinção do regime escravista e, sem qualquer referência ao papel do negro escravizado, como agente ativo, que resistiu e lutou contra a ordem escravocrata.

Como analisou Florestan Fernandes (1971:56-57,60), os negros escravizados sempre resistiram à escravidão, bem como tiveram uma ação decisiva no solapamento da ordem vigente, por meio de fugas em massa e desorganização dos trabalhos nas fazendas. "As fugas em massa, que se intensificaram em 1887, deixaram muitos fazendeiros em situação aflitiva". Sendo assim, Romário Martins também não escapou do discurso ideológico de seu tempo.

Várias pesquisas, empíricas e teóricas, consistentes mostram que a escravidão negra no Paraná foi uma realidade e que a sua presença no estado foi representativa. Horácio Gutiérrez (2006:101-102) afirma que o afluxo dos primeiros escravos africanos no Paraná provavelmente coincidiu com a fundação de Paranaguá, no litoral, em 1648, o primeiro núcleo populacional português instalado na região em decorrência da descoberta de ouro nas redondezas. Logo o metal precioso foi descoberto também nos campos de Curitiba. Certamente, os colonos provenientes principalmente da capital de São Paulo, trouxeram os primeiros escravos negros para trabalhar na extração e lavagem do metal. Em 1798, no primeiro quadro global reunindo informações sobre as cidades paranaenses então existentes, foram relacionados 4.273 cativos dentro de uma população de 20.999 pessoas. As vilas mais escravistas eram as mais vinculadas ao mercado em virtude da pecuária.

Estima-se que na primeira metade do século XIX, o número relativo de escravos negros chegou a 40% da população da Província do Paraná, que se emancipou politicamente em 1853. Entretanto, logo se iniciou o esgotamento do sistema econômico baseado na escravidão e posteriormente a mão-de-obra escrava tornou-se incompatível com as inovações tecnológicas. Naquele contexto, intensificava-se a reação dos escravizados contra a exploração do seu trabalho, os assassinatos, maus-tratos e humilhações, acrescidos do abandono quando velhos e doentes que eram respondidos, por vezes, com o suicídio, mas, principalmente, com as diversas formas de resistência negra contra o sistema escravista, por meio de revoltas e com a fuga seguida da organização de comunidades autônomas conhecidas como quilombos (JUNIOR; SILVA e COSTA, 2008:16).

A pesquisa realizada pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura, que resultou no livro *Paraná Negro* publicado em 2008, dá maior visibilidade as comunidades oriundas de quilombos no Estado do Paraná, retratando pessoas e situações de 36 comunidades reconhecidas como "remanescentes" pela Fundação Palmares, entre as 90 comunidades quilombolas mapeadas no Estado. Buscou-se assim, desvendar aspectos da realidade em que vivem ou viveram os habitantes dos quilombos e os demais negros, que representam em média um quarto da população total do Paraná. O Paraná revela-se então como o estado mais negro do Sul do Brasil.

Apesar de todo discurso branqueador, da persistência em tornar o negro invisível e de quase toda a sua contribuição histórica ser invisibilizada, a população negra está presente no Paraná e em Londrina, contudo, praticamente ausente, não só da história, mas também dos territórios mais valorizados socialmente e aglomerados nos bairros estigmatizados da cidade.

O Norte do Paraná

O processo de colonização do Norte do Paraná foi iniciado na década de 1920 por um grupo capitalista inglês presidido pelo Lord Edwin Montagu, Ex-Secretário de Finanças na Inglaterra que, a convite do presidente Arthur Bernardes, que governou o país de 1922 a 1926, veio conhecer e avaliar as potencialidades econômicas do país, bem como propor alternativas para o sistema tributário brasileiro. Retornando a Inglaterra, organizou com investidores ingleses, a *Brazil Plantation Syndicate* e posteriormente a *Paraná Plantation Ltd*. A "Missão Montagu" comtemplaria a convergência de interesses: do governo brasileiro em atrair investimentos financeiros nacionais e internacionais por meio da implantação de núcleos colonos imigrantes, sobretudo europeus, para impulsionar o processo desenvolvimentista de áreas consideradas despovoadas[11] - mas que na verdade eram

11 Cf. MOTA, Lúcio Tadeu (2009), *As guerras dos índios Kaingang*: A História épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924), 2ª ed. revisada e ampliada. Maringá: EDUEM.

O trabalho desenvolvido por Lúcio Tadeu Mota no decorrer de vinte anos, apresenta possibilidades de ampliação da historiografia paranaense, tendo em vista que a literatura regional hegemônica prioriza o discurso do colonizador ao propagar que até o século XIX a região Norte do Paraná era desabitada,defendendo assim teses sobre um "vazio

territórios indígenas, conforme os relatos dos viajantes que narravam à existência de nativos e fazendeiros no período precedente a colonização - e do governo e empresários ingleses em buscar novas e rentáveis oportunidades comerciais e novos fornecedores de matéria prima. Na mesma década foi criada a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), espécie de loteadora responsável pela colonização do norte-paranaense. Entusiasmada com a exuberância da terra rica e fértil e com as possibilidades de lucros exorbitantes, a CTNP organizou a divisão da região norte do Estado em lotes para vendê-los aos brasileiros e estrangeiros que estivessem dispostos a fundar as terras que não tinham nenhuma infraestrutura, porém, grandes perspectivas de crescimento (BONI, 2004: 25-32).

Londrina foi sede da CTNP e primeiro posto avançado deste projeto inglês, cujo escritório de venda de lotes foi inaugurado em 1929 (BONI, 2004:36). A denominação de Londrina – que significa "Pequena Londres" ou a "Filha de Londres" – é uma homenagem a Londres e aos empreendedores ingleses, que deram origem a cidade e motivaram o seu povoamento. Foi instituída oficialmente município em 10 de dezembro de 1934. Sua notável produtividade agrícola, associada ao intenso trabalho dos pioneiros, incluindo os trabalhadores braçais, atribuiu-lhe, naquele contexto, o título de Capital Mundial do Café.

Aos 80 anos de sua formação, Londrina é tida como a mais nova metrópole brasileira, de acordo com o IBGE-2012. O município, que atualmente possui cerca de 537.566 habitantes (IBGE, 2013)[12], contou com a participação e esforços de diversos grupos étnico-raciais provenientes de distintas regiões do mundo para que pudesse se transformar em uma das cidades mais influentes da região Sul do Brasil e do Estado do Paraná, além de importante polo de desenvolvimento nacional que tem contribuído significativamente com a economia brasileira[13].

Sua população se caracteriza pela heterogeneidade étnica, resultado da presença de imigrantes de várias nacionalidades, de seus descendentes e dos chamados "brasileiros". Entretanto, contrariando a visível diversidade étnica-racial presente em Londrina desde o início da sua formação, só é conhecida a história da cidade o que diz respeito a determinados grupos étnico-raciais, sendo o destaque aos italianos, alemães, japoneses e, sobretudo, aos ingleses, ao passo que se silencia e relega a planos inferiores ou mesmo ao esquecimento a existência e importância dos povos negros, indígenas e brasileiros, principalmente nordestinos, mineiros e paulistas, na formação sociocultural do município, que também desempenharam um importante papel na formação sociocultural do município[14]. Segundo Tomazi (2000), o processo de colonização do Norte

---

demográfico", "terras de ninguém" e "terras devolutas", anterior à presença europeia, quando na realidade as terras eram habitadas por indígenas. O autor edifica a sua crítica por meio de uma ampla documentação (fontes publicadas e inéditas) que desconstrói a história oficial divulgada pelos intelectuais paranaenses. Mota também descreve diversos embates, bem como as principais guerras entre indígenas e os colonizadores brancos, mostrando que houve resistência e enfrentamento às tentativas de desterritorialização e confinamento em relação às forças coloniais. Na história oficial, o papel fundamental dos Kaingang na formação das sociedades paranaenses ainda hoje não tem o devido reconhecimento enquanto sujeitos reais da história do Paraná.

Cf. também: TOMMASINO, Kimiye (1995). *A História dos Kaingang da Bacia do Tibagi:* uma sociedade Jê Meridional em Movimento. Tese de doutorado, Antropologia Social, Universidade de São Paulo.

Neste trabalho a autora reconstitui a história dos Kaingang na bacia do Tibagi focalizando relações estabelecidas entre sociedades indígenas e colonizadores, buscando demonstrar a real natureza do processo de colonização feita invariavelmente sobre territórios indígenas. Para essa reconstituição histórica, a autora utilizou documentos de missionários, diretores e viajantes, documentos do SPI, FUNAI e outras instituições, depoimentos dos kaingang mais velhos e a bibliografia cientifica sobre essa sociedade Jê meridional.

12 Cf. *Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2013*. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2013/estimativa_2013_dou.pdf. (consultado em 23-02-2014).

13 Cf. *História da Cidade*. Disponível em: http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3&Itemid=5. (consultado em: 07-02-2014).

14 Cabe lembrar que desde o início do século XX até a década de 1930 o café impulsionou e economia brasileira, sendo o

do Paraná excluía aqueles que não eram proprietários e que não se enquadravam nos padrões que representavam a potencialidade para o desenvolvimento de uma próspera e promissora cidade.

Londrina: Reflexo das Desigualdades Sociais e Raciais Brasileiras

O período de criação e consolidação de Londrina como município - que ocorreu nas décadas de 1930 e 1940 - corresponde a um tempo histórico no qual o Brasil estava em profunda sintonia com as teorias raciais europeias, de implementação de políticas solidificadas de branqueamento, de povoamento e imigração, principalmente europeia, subsidiada e espontânea, com o objetivo de "melhorar" a nacionalidade e estimular o seu progresso. Na prática, essa corrente de pensamento condicionou o apagamento do negro da memória histórica de Londrina e provavelmente, junto com outros mecanismos, estimulou o deslocamento forçado deste segmento populacional para os territórios marginalizados do município, que buscava (e ainda busca) uma imagem europeizada[15] por meio da "higienização" da cidade. Todos esses fatores históricos, associados à ausência de políticas públicas adequadas a realidade social da população negra, provavelmente acarreta a extrema dificuldade de mobilidade social ascendente deste grupo social, que sofre, ainda hoje, em demasia os processos de segregação territorial involuntário e geralmente são deslocados para os territórios estigmatizados da cidade.

O discurso "científico" daquele contexto (1930-1940) acerca da questão racial demonstra na prática os esforços para tornar a nação brasileira branca cultural e fisicamente. Enquanto prática social simbólica, o discurso dominante institui a memória histórica de Londrina, na qual os processos identificatórios são constituídos à imagem e semelhança do modelo colonizador europeu. Simultaneamente, instaura-se um processo de silenciamento sobre a presença negra e sua identidade é omitida. O negro foi considerado indesejado refletindo um contexto nacional em que a ideologia do branqueamento embasava as relações como símbolo de progresso. A imigração europeia modificou significativamente a composição racial da população brasileira através do processo de branqueamento, cujos pressupostos eram visivelmente racistas. Dinâmica esta que resultou no deslocamento dos negros para as ocupações periféricas da economia capitalista em expansão nos Estados do Sul e Sudeste. Somente após uma geração de deslocamento social (1888-1930) é que o grupo negro passou a acompanhar lentamente as transformações sociais em curso nessas regiões. Cabe ressaltar, que a maioria dos imigrantes que chegavam ao Brasil, não possuíam habilidades ou qualificações especiais, nem possuíam recursos econômicos particulares. Os pontos de partida de imigrantes e negros eram semelhantes. A diferença crucial refere-se às oportunidades que os grupos imigrantes tiveram de melhorar suas condições sociais e econômicas, oportunidades estas que não foram dadas ao grupo negro (HASENBALG, 1979: 156-161, 166).

Os dados dos estudos realizados por Carlos Hasenbalg mostram que o processo de parcial incorporação social e econômica da população negra aumentou, gradativamente, após 1930, quando o fluxo de imigração

---

principal produto de exportação no decorrer de quase 100 anos. As regiões de maior contração de café situavam-se entre Rio de Janeiro e São Paulo e também nas regiões de "terra roxa", como o Paraná.

15 Em Londrina, há uma tentativa de forjar a identificação dos agentes sociais com um discurso proposto pelos grupos mantidos no poder. Neste caso, o resultado nem sempre é satisfatório para todos os grupos étnico-raciais, visto que neste processo, enquanto alguns grupos se destacam (principalmente os de origem européia), outros permanecem praticamente ocultos. Cf. alguns exemplos: *Documentário Aborda influência inglesa em Londrina*. Disponível em: http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12329:documentario-aborda-influencia-inglesa-em-londrina&catid=85:cidades&Itemid=972. *Londrina quer homenagear origens com relógios inspirados no 'Big Bem.* Disponível em: http://g1.globo.com/parana/noticia/2012/04/londrina-quer-homenagear-origens-com-relogios-inspirados-no-big-ben.html. *Londrina ganha mais duas cabines telefônicas inglesas*. Disponível em: http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9190:londrina-ganha-mais-duas-cabines-telefonicas-inglesas-&catid=108:destaques (consultado em 20-03-2013). Sercomtel: *Cabines inglesas de telefone público enfeitam a cidade*. Londrina, 2011. Disponível em: http://home.sercomtel.com.br/n/noticias/detalhes.asp?nrseq=320482 (consultado em: 20-03-2013).

diminuiu e a taxa de urbanização e industrialização nos estados da região Sul e Sudeste se intensificou. Por conseguinte, as décadas de 1940 e 1950 são marcadas pela expansão da cafeicultura no norte-paranaense e também pela incorporação progressiva do negro à classe trabalhadora, mais especificamente, ao proletariado urbano. Como analisa Octavio Ianni (1988:270), referindo-se a realidade de Curitiba, os negros ajustaram-se gradativamente a camada inferior assalariada da sociedade emergente. Processo que, segundo ele, continuava em desenvolvimento na década de 80 do século XX.

Atualmente, ainda que o segmento negro represente 26% da população em Londrina, nota-se que a história e a cultura negra, assim como a própria população se desenvolvem à margem da sociedade, haja vista o fato de que o contingente negro está, na sua maioria, nos territórios demarcados pela marginalização social.

Em 2008, Silva mostrou que, no Estado do Paraná, mais especificamente em Londrina, a trajetória da população negra é semelhante àquela vivida pelos negros em outras regiões do Brasil, já que a sua invisibilidade foi utilizada como estratégia do projeto civilizatório nacional que disseminava a ideia de branqueamento e de uma população mais próxima do modelo europeu. É nesse sentido que o conhecimento das trajetórias de personalidades negras que se destacaram social, política e intelectualmente configuram-se não somente como uma reparação do processo histórico da cidade de Londrina, mas também como forma de valorização da população negra, que contribuiu, assim como os demais grupos sociais, para a constituição do estado do Paraná.

Justiniano Clímaco da Silva: O Doutor Preto[16]

Justiniano Clímaco da Silva, mais conhecido em Londrina como Doutor Preto, nasceu em 1908, em Santos Amaro da Purificação, estado da Bahia. Foi um dos primeiros médicos a chegar a Londrina, em 1938, período das grandes epidemias, que matavam muitas pessoas no município. Foi médico da saúde pública na cidade e tornou-se especialista no combate às doenças infectocontagiosas, como a malária e a febre amarela. Foi um dos primeiros médicos e o primeiro médico negro de Londrina, onde clinicou por mais de 50 anos, atendendo mais de 30 mil pacientes, sobretudo, da população pobre. Ele não cobrava de quem não podia pagar, mas recebia em mantimentos, como leitoas vivas ou abatidas, salame e queijo (SILVA & PANTA, 2014: 14).

Filho de Justino de Matos da Silva, carpinteiro, e de Anastácia da Anunciação, trabalhadora doméstica, o Dr. Clímaco era neto de escravos. Ambos pobres, não tinham como bancar os estudos do filho. Conta-se que ele decidiu ser médico por inspiração do Dr. Bião, um médico de Santo Amaro da Purificação, pelo qual tinha profunda admiração. O Dr. Clímaco foi para Salvador com a ajuda de uma tia, Maria Juliana dos Passos Ferreira, que morava na cidade e deu início aos seus estudos num seminário. Formou-se primeiramente como professor, obtendo o título de Bacharel em Ciências e Letras; ministrou aulas como professor de Matemática e Latim. O médico era autodidata e profundo conhecedor da cultura geral. Com o dinheiro que ganhava como professor pôde estudar medicina e assim formou-se médico em 1933, pela Faculdade de Medicina da Bahia (SILVA & PANTA, 2014: 14).

Nesta mesma década, no Norte do Paraná nascia a cidade Londrina. Atraído pelas propagandas de colonização da Companhia de Terras Norte do Paraná, Dr. Clímaco havia pedido informações a um tio que morava no Paraná a respeito da nova cidade. Seu tio havia lhe informado que Londrina era uma cidade doentia, onde a febre amarela e outras doenças faziam vítimas fatais. 1936 foi o ano da febre amarela e, em 1938, houve uma epidemia de tifo, doença típica de uma população afetada pela ausência de saneamento básico, e em seguida a malária, que atingiu grande parte dos trabalhadores rurais (SILVA & PANTA, 2014: 19).

Ao saber que Londrina precisava de médico, Dr. Clímaco migrou para a cidade, que tinha cerca de 10 habitantes. Os primeiros médicos que se estabeleceram em Londrina, enfrentaram a falta de recursos e as carências materiais, porém, praticavam o ofício com arte, com ética elevada e comportamento comunitário de um exercício digno de cidadania (SILVA & PANTA, 2014: 19).

---

16 O texto que discorre sobre a trajetória do Doutor Clímaco foi extraído do livro: SILVA, Maria Nilza & PANTA, Mariana (2014). *O Doutor Preto Justiniano Clímaco da Silva:* A presença negra pioneira em Londrina. Londrina: UEL. Disponível em: http://www.uel.br/projetos/leafro/ (consultado em 14-12-2014).

No início da colonização de Londrina também não havia anestesia nem raios-X. Para operar, aplicava-se no paciente uma máscara de clorofórmio, um composto químico que era aspirado e que dopava o paciente até adormecer. Os tumores eram descobertos por apalpação e também à base do ouvido. O Dr. Clímaco fazia partos, cirurgias do estômago e de apendicite. Tratava casos de lepra, tifo, tuberculose, febre amarela, malária, pneumonia, que eram doenças graves e comuns na época. Além das doenças mencionadas, também houve a blenorragia, a popular gonorreia, por haver em Londrina uma das mais populosas zonas do meretrício do Brasil. O Dr. Clímaco foi o pioneiro no uso da penicilina, que era eficaz para essa doença. O segundo caso de aplicação da penicilina em Londrina foi para tratar uma infecção pós-parto (SILVA & PANTA, 2014: 20-21).
O Dr. Clímaco atendia na cidade e também se deslocava para sítios e fazendas para atendimento domiciliar, com seu Ford modelo 1928. Em casos mais graves, ele transportava em seu Ford os pacientes até Curitiba. A dificuldade era extremamente grande, visto que, eram 400 km de estrada de terra, com buracos, poeira e muita lama. Levava dois dias de viagem, quando tudo corria bem (SILVA & PANTA, 2014: 22).

O Professor

Além de médico, o Dr. Clímaco foi professor do ensino fundamental, qualificado com o título de Bacharel Ciências e Letras. Ele também foi professor do Ginásio Londrinense, onde lecionou as disciplinas de Latim e Matemática, além de falar Alemão e Francês (SILVA & PANTA, 2014: 33).

O Primeiro Deputado de Londrina

Em 1947, o Dr. Clímaco foi eleito deputado estadual constituinte pelo Partido Social Democrático do presidente Eurico Gaspar Dutra, como o quinto mais votado do Paraná e primeiro eleito por Londrina.
Juntamente com o deputado federal Munhoz de Mello, o Dr. Clímaco procurou fazer sentir junto do presidente Dutra que era urgente criar um hospital de tuberculosos. O apelo foi atendido, entretanto, o hospital iria para a cidade de Apucarana, porém o Dr. Clímaco lutou para que o hospital fosse instalado em Londrina, que na época, era a cidade mais importante da região, além de ter mais recursos. O hospital foi então construído onde atualmente é o Hospital Universitário. Foi uma grande obra conseguida com seu empenho como deputado além de outras atuando como médico (SILVA & PANTA, 2014: 37-39).

As Homenagens

No ano de 1987, o Dr. Clímaco foi homenageado com o Diploma de Mérito Ético Profissional. Esse diploma foi instituído pela resolução CRMPR Nº. 017/86, com o objetivo de homenagear os médicos que tenham completado 50 anos ininterruptos de atividade sem sanção ético-profissional e com relevante e exemplar conduta médica. A primeira solenidade de entrega do Diploma de Mérito tinha ocorrido um ano antes, em 1986. A entrega do diploma sempre ocorre em meio às comemorações do Dia do Médico, dia 18 de outubro. Esse diploma de Mérito Ético concedido pelo CRMPR constitui uma honraria que tem um grande valor e muita repercussão, atualmente, ele faz parte de homenagens efetuadas por outros Conselhos no País. Em 1996, também foi concedido ao Dr. Clímaco o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, sob a lei Nº. 11502 - 05/08/1996 (SILVA & PANTA, 2014: 41).

A Importância Para Londrina e a Repercussão de Sua Trajetória a Nível Nacional

O Dr. Clímaco apareceu antes aos grandes hospitais da cidade e juntamente com outros médicos pioneiros supriu a assistência pública e a demanda da população pobre e de todos os que o procuravam, principalmente nos anos que antecederam à Santa Casa de Londrina, fundada em 1942. Nas palavras de Pires Laranjeira:

> Uma das personalidades negras mais marcantes de Londrina, O Dr. Clímaco, foi médico para todo serviço, desde os anos 30 do século XX, doando muito do seu trabalho à comunidade de forma gratuita e desinteressada. Foi professor, homem de cultura, sabendo latim, francês e alemão, lecionando várias disciplinas, proprietário de jornal e primeiro deputado de Londrina. Por tudo isso deveria ser merecedor de figurar na toponímia da cidade como homenagem ao cidadão, profissional, filantropo e amigo do povo[17].

17 Este texto, que foi escrito pelo Prof. Pires Laranjeira, da Universidade de Coimbra, consta na contracapa do livro:

O Doutor Clímaco morreu no dia 27 de agosto de 2000, aos 92 anos de idade, vítima de uma parada cardíaca. Contudo, a sua trajetória e importância ultrapassam as barreiras do tempo.
Recentemente, a trajetória do Dr. Clímaco ganhou visibilidade nacional em decorrência do momento histórico que o Brasil viveu com a chegada ao país dos profissionais da saúde, do *Programa Mais Médicos*, do Governo Federal, lançado em 2013 para atender à urgência na medicina, em especial nas periferias e nas áreas mais longínquas dos centros das cidades. Contudo, ao mesmo tempo em que a população, desprovida de assistência à saúde, via no Programa a possibilidade de ter acesso aos serviços médicos, alguns profissionais brasileiros, da mesma área, receberam com hostilidade e racismo os colegas de profissão, oriundos de Cuba, que chegavam para atender ao apelo do governo brasileiro (SILVA & PANTA, 2014: 10).
O momento foi brilhantemente comentado pela colunista Laura Greenhalgh[18] do jornal *O Estado de São Paulo* ao mostrar o quanto o racismo limita a percepção da essência na busca da saúde e, encontra na história do pioneiro da cidade de Londrina, o Doutor Preto, o exemplo de vida e de dedicação à medicina. Ela destaca a trajetória do baiano que em Londrina ajudou inúmeras pessoas, mas que também foi vítima da insanidade do racismo (SILVA & PANTA, 2014: 10).
As Estratégias Mobilizadas Para Ascensão Social, Política e Intelectual
Ao analisar a trajetória do Dr. Clímaco, nota-se que sua formação no curso de medicina, tido como de alto prestígio social, ocorreu na década de 1930, tempo histórico em que o sistema educacional era extremamente restrito aos negros, bem como para as mulheres. O médico revelou que em sua turma de faculdade havia 94 homens e só uma mulher. Entre os homens, apenas um negro: ele.
É possível que o ingresso no seminário – instituição da Igreja Católica que se dedica à formação para o sacerdócio - quando jovem, tenha sido uma das estratégias do Dr. Clímaco para conseguir iniciar os seus estudos, tendo em vista o contexto geral extremamente desfavorável ao negro. Foi no seminário que ele começou a estudar Grego, Latim, Alemão e Francês, bem como conheceu diversos escritores, poetas e filósofos. Apesar dos fortes princípios religiosos de base católica, Dr. Clímaco afirmava que não tinha vocação para ser padre, mas encarava a medicina como um sacerdócio.
Doutor Clímaco teve mais de 100 afilhados de batismo e casamento. Muitos deles, pessoas que nasceram pelas suas mãos, visto que fez inúmeros partos. Como forma de agradecimento, muitas famílias que não tinham condições de lhe pagar faziam dele padrinho de seus filhos. Nota-se assim que Dr. Clímaco teve toda sua trajetória marcada pela extrema generosidade.

Vilma Santos de Oliveira: Expressão de Luta e Vida[19]

A trajetória de Vilma Santos de Oliveira, mais conhecida em Londrina como Dona Vilma e Yá Mukumby, foi marcada pela militância a favor de todos aqueles que se encontrava em situação de maior sofrimento social, sobretudo pobres e negros. Embora não tivesse tido condições para completar o segundo grau, a mulher, negra, pobre, trabalhadora e Mão de Santo, fez sua voz ser ouvida e respeitada nos mais diversos espaços, frequentados por universitários, professores, mestres, doutores, políticos e artistas. Foi, de fato, uma liderança na religião africana e nos movimentos sociais que tinham como objetivo principal ampliar a oportunidades de inserção

---

SILVA, Maria Nilza & PANTA, Mariana (2014). *O Doutor Preto Justiniano Clímaco da Silva:* A presença negra pioneira em Londrina. Londrina: UEL. Disponível em: http://www.uel.br/projetos/leafro/ (consultado em 14-12-2014).

18 Cf. Greenhalgh, Laura (2013), "Doutor Preto". *Estado de São Paulo*, 31 de agosto de 2013. Disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,doutor-preto,1069772,0.htm (consultado em: 14-12-2014).

19 Para conhecer melhor a trajetória de vida de Dona Vilma e suas ações, indica-se a leitura dos seguintes livros: LANZA, Fábio. [Et al.] (2013), *Yá Mukumby*: A vida de Vilma Santos de Oliveira. Londrina: UEL. Disponível em: http://www.uel.br/projetos/leafro/ (consultado em 14-12-2014). SILVA, Maria Nilza e PACHECO, Jairo Queiroz (organizadores) (2014). *Dona Vilma:* Cultura Negra como Expressão de Luta e Vida**.** Londrina: UEL. Disponível em: http://www.uel.br/projetos/leafro/ (consultado em 14-12-2014).

social da população negra em espaços nos quais sua presença era ínfima, como, por exemplo, a universidade pública. Esta trajetória de luta fez com que ela se tornasse uma referência regional e se constituísse enquanto militante da causa negra no Brasil. Como Afirma Kennedy Piau Ferreira[20]:

> Ela era uma mestra de cultura popular que não necessitava de mediadores, não carecia de embaixadores, por que ela mesma desempenhava mesma desempenhava tal papel. Seu engajamento político, sua liderança espiritual, sua força cultural e seu carisma pessoal possibilitavam a construção de pontes institucionais com o poder público municipal, com as universidades e com o movimento negro em nível nacional. O capital político, social e cultural acumulado na sua trajetória lhe garantiam certa capacidade de transito nos mais diferentes espaços. Podia transitar com desenvoltura na periferia da cidade de Cambé (onde se localizava o terreiro de candomblé que comandava) e no Conselho Universitário da UEL. Alinhava com sabedoria os espaços dos jovens de classe média e os espaços dos jovens pobres das bordas da cidade. (en)Cantava no chão do terreiro e nos teatros e vilas culturais. Foi inspiração e transpiração por uma causa (do povo negro) agregando aliados efetivos e efetivos de todas as cores e credos. (...) Falar sobre a importância da Dona Vilma para a cultura de Londrina é certamente falar da cultura negra como expressão de luta e vida. Não consigo pensar e falar sobre as manifestações das artes afro-brasileiras, sem pensar e falar do sofrimento e da luta, sem pensar e falar da dominação, da violência e da resistência, sem pensar e falar da arte e do grito de guerra.

D. Vilma nasceu em Jacarezinho, interior do Paraná, em 1950. Filha de Allial Oliveira dos Santos, oriunda do estado de São Paulo e Antonio dos Santos, proveniente de Minas Gerais, seus pais, antes de se conhecerem, migraram para o Norte do Paraná em busca de melhores condições de vida, para suprir a mão-de-obra no cultivo da cana. Sr. Antonio e D. Allial se conheceram e se casaram em 1949. No ano seguinte, em 1950, após 11 dias do nascimento da D. Vilma, o Sr. Antonio vem a falecer, prematuramente, aos 22 anos de idade. D. Allial passou então a trabalhar como costureira e assim garantiu o sustento de sua filha. Elas se mudaram para Londrina em 1951 (LANZA et al, 2013: 17-18).

Yá Mukumby: Resistência Negra no Candomblé

Aos 26 anos de idade, D. Vilma tornou-se Mãe de Santo. Em sua trajetória religiosa acolheu inúmeros filhos. Sua casa de Candomblé denominada Ilé Ashé Ogum Mêge, situava-se em Cambé, onde eram realizados diversos projetos sociais, educacionais e culturais. Ela sempre se preocupou, e muito, com a melhoria das condições de vida da população pobre, sobretudo crianças e adolescentes oriundos das territorialidades periféricas. Seu discurso religioso sempre esteve associado à preocupação com o racismo e a discriminação racial.

Dona Vilma e o Movimento Negro

Na década de 1970, D. Vilma começou a desenvolver as atividades do Terreiro em prol da preservação da cultura afro-brasileira. Simultaneamente iniciou sua militância política engajando-se no Movimento Negro de Londrina. A história do movimento negro de Londrina articula-se estritamente a trajetória de D. Vilma, que nele, juntamente com os demais companheiros de luta, intensamente atuou incansavelmente. Sua trajetória política e religiosa, no Candomblé, no Movimento Negro e no Partido dos Trabalhadores (PT), fez com que D. Vilma se tornasse conhecida e respeitada em Londrina, tornando-se referência em diversos espaços nos quais se instauravam com frequência debates políticos, sobretudo quando se trava de assuntos relacionados à questão racial (LANZA et al, 2013: 32).

Atuação Política: Uma Contribuição Histórica Para a UEL e Para Londrina

A atuação política de D. Vilma é ampla e não se restringe ao âmbito local. Contudo, destaca-se a sua atuação

---

20 Texto escrito pelo Prof. Dr. Kennedy Piau Ferreira na contracapa do livro: SILVA, Maria Nilza e PACHECO, Jairo Queiroz (organizadores) (2014). *Dona Vilma:* Cultura Negra como Expressão de Luta e Vida**.** Londrina: UEL. Disponível em: http://www.uel.br/projetos/leafro/ (consultado em 14-12-2014).

na luta pela implementação das políticas de ação afirmativa na Universidade Estadual de Londrina, mais especificamente, a elaboração e efetivação da política de cotas sociais e raciais nesta universidade. Ela, juntamente com seus companheiros de luta do Movimento Negro de Londrina, contribuiu intensamente com os debates realizados na instituição, que entre 2004 e 2005 instituiu efetivamente o sistema de cotas, um marco histórico para a comunidade negra londrinense e também na trajetória de diversos estudantes, especialmente pobres e negros, de todo o Brasil que buscavam em Londrina a oportunidade de ingressar num curso superior através desse sistema, que ainda hoje permanece em vigor (LANZA et al, 2013: 43).

A Morte em 2013 e as Homenagens

Em agosto de 2013, D. Vilma teve a sua vida brutalmente interrompida, juntamente com a de sua mãe e de sua neta em sua própria residência. Sua morte foi noticiada em vários veículos de comunicação[21].

Dona Vilma recebeu homenagens em vida, como o *Prêmio Zumbi dos Palmares*, em 2002, juntamente com o Doutor Oscar, pela importância de sua atuação junto ao Movimento Negro da cidade. Outra homenagem, feita em vida, foi a publicação do livro biográfico que narra parte de sua trajetória. A primeira edição da biografia *Yá Mukumby: A vida de Vilma Santos de Oliveira*, contou com a participação ativa da biografada.

D. Vilma também recebeu diversas homenagens *in memoriam*: Em 2013 o prefeito Alexandre Kireff sancionou a Lei Municipal 11.935/2013 que conferiu o título de Cidadã Honorária de Londrina *post mortem*, a Vilma Santos de Oliveira; Sua luta também foi lembrada na manifestação no dia da consciência negra em Londrina, em 2013; A Semana Nacional da Consciência Negra, realizada nos dias 12 e 13 de novembro de 2013 teve como tema: *Yá Mukumby: A cultura como expressão de luta e de vida*. O evento, as discussões e os trabalhos apresentados na ocasião resultaram no livro: *Dona Vilma: Cultura Negra como Expressão de Luta e Vida*. Ela ainda foi homenageada em diversos sambas e demais atividades culturais.

D. Vilma não teve ascensão social, morreu pobre. Mas deixa marcas incomensuráveis na história de Londrina, não só pela sua liderança religiosa e política, mas também pela sua generosidade, caráter e espírito humanitário.

5. Oscar do Nascimento: Um Negro em Movimento[22]

Oscar do Nascimento, mais conhecido em Londrina como Doutor Oscar, nasceu em 1929 na cidade de Coroados, estado de São Paulo e passou a residir em Londrina desde a infância. Filho de Sebastião Ventura do Nascimento e de Maria das Dores Ventura, Dr. Oscar é o quarto filho do casal de agricultores que teve seis filhos. A família que residia em Coroados, interior de São Paulo, mudou-se para o estado do Paraná em 1935 para trabalhar nas lavouras, passando a viver primeiramente em Cambé, município da Região Metropolitana de Londrina. Nesse período o Norte paranaense ainda estava no início de seu desenvolvimento e atraiu para a região muitos trabalhadores rurais. Em 1949, a família se muda para Londrina (SILVA; PANTA & SOUZA, 2014: 11-12).

O Início da Trajetória Educacional

Sebastião Ventura do Nascimento, pai de Dr. Oscar era "semianalfabeto" e a sua mãe, Maria das Dores Ventura, analfabeta. Apesar do nível mínimo de escolaridade ou mesmo da ausência dele, quatro dos seis filhos do casal obtiveram uma formação superior nas décadas de 1940, 1950 e 1960, contexto em que pouquíssimos negros tinham acesso a um curso superior, em razão das profundas desigualdades raciais que limitavam e continuam, ainda hoje, a restringir as oportunidades da população negra (SILVA; PANTA & SOUZA, 2014: 19).

---

21 Cf. COSTA, Guilherme Souza (2014). "Imediatismo versus precisão: A cobertura do assassinato de Yá Mukumby na imprensa". In SILVA, Maria Nilza & PACHECO, Jairo Queiroz (organizadores). *Dona Vilma:* Cultura Negra como Expressão de Luta e Vida**.** Londrina: UEL.

22 SILVA, Maria Nilza; PANTA, Mariana & SOUZA, Alexsandro Eleotério de Souza (2014). *Negro em Movimento:* A trajetória de Doutor Oscar do Nascimento. Londrina: UEL. Disponível em: http://www.uel.br/projetos/leafro/ (consultado em 14-12-2014).

Dr. Oscar estudou as séries iniciais, o chamado primário, (1ª á 4ª série) em Cambé. O antigo ginásio (5ª á 8ª série) foi iniciado no Instituto Cristão em Castro, uma escola evangélica, em 1939. Mas, como seus pais eram católicos, no mesmo ano ele foi matriculado no Ginásio Diocesano de Botucatu, interior de São Paulo, em regime de internato, onde concluiu essa etapa escolar (SILVA; PANTA & SOUZA, 2014: 19).

*Negro e Universitário nas D*écadas de 1950 e 1960

Em 1954, Dr. Oscar passou no vestibular para cursar Economia na Universidade Federal do Paraná. Ele enfrentou muitas dificuldades, pois teve de se mudar para estudar em Curitiba e ainda trabalhar para ajudar no sustendo da família que morava em Londrina, tendo em vista que seu pai havia falecido.

Em seguida ao término da graduação em Economia na UFPR (1960), em 1961 ele passou a estudar na Faculdade Estadual de Direito de Londrina, criada em 1956. Dr. Oscar fez parte da quarta turma da Faculdade Estadual de Direito de Londrina, formando-se em 1965 (SILVA; PANTA & SOUZA, 2014: 25).

O Professor

O Dr. Oscar, após concluir a Faculdade de Economia, em 1960, passou a lecionar. Lecionou por 42 anos, atuando como docente no ensino médio, técnico e superior. Ministrou aulas de Matemática, Economia e Direito. Lecionou na Escola Técnica de Comércio, em Cambé. Também trabalhou como professor temporário, na Universidade Estadual de Londrina.

Após dedicar mais de quatro décadas à educação aposentou-se como professor de ensino médio do Colégio Estadual Vicente Rijo. Percebe-se que toda a trajetória de Dr. Oscar foi pautada pela valorização da educação como instrumento para a superar inúmeras dificuldades enfrentadas por ele mesmo, mas notadamente pelos pobres e ainda mais quando se soma à cor da pele, no caso dos negros (SILVA; PANTA & SOUZA, 2014: 29).

Luta e Resistência nos Primórdios de Londrina

Dr. Oscar fala de uma personalidade que marcou a sua vida e a da cidade. Oriundo de Campinas Cypriano Manoel chegou a Londrina nos anos 30 do século XX e funda um clube negro denominado Quadrado[23] que mais tarde viria a se chamar AROL – Associação Recreativa Operária de Londrina. A fundação do clube ocorre num contexto em que a cidade de Londrina era influenciada pela ideologia racial dominante no Brasil, que embasava todas as relações sociais resultando numa segregação e desvalorização do negro recém-liberto da escravidão. Ele é fundado diante da recusa de outros clubes presentes na cidade, em aceitar a população negra. Cypriano Manoel, numa atitude de vanguarda, cria o Clube com objetivo de proporcionar um espaço, por um lado, de resistência às manifestações de racismo e, por outro, de favorecimento à educação – já que muitos negros eram analfabetos e impedidos de frequentar as escolas regulares cidade, em aceitar a população negra[24] (SILVA; PANTA & SOUZA, 2014: 33).

Com o apoio das autoridades políticas locais, especialmente do prefeito, a AROL passou a desempenhar um papel mais ativo na cidade. Com a doação do terreno foi construída a escola de ensino fundamental com o destaque da participação do Dr. Oscar Nascimento, que chegou a ser diretor da instituição (SILVA; PANTA & SOUZA, 2014: 41).

O clube AROL foi um espaço de desenvolvimento da sociabilidade do negro, que nem sempre podia se manifestar num ambiente de racismo e de desvalorização. Foram nos encontros da AROL, nos bailes, nos desfiles e nos concursos de beleza que a gente negra de Londrina pode realmente sentir-se gente. Como em inúmeros clubes que surgiram durante o século XX, a AROL foi um espaço de sociabilidade por excelência (SILVA; PANTA & SOUZA, 2014: 44).

Com as mudanças políticas no país, sobretudo o golpe militar que restringiu as mobilizações sociais em 1964, e também com a morte de seu principal líder, Cypriano Manoel, no mesmo ano, a AROL perdeu a sua força política e terminou por sucumbir diante da falta de recursos, da falta de apoio dos órgãos públicos e em 1980/81 perdeu o seu espaço físico, o terreno onde se localizava sua sede, o qual foi doado a uma Igreja evangélica. No entanto, a intervenção social de Dr. Oscar não cessa com esta difícil perda, a de Cypriano Manoel e a da AROL,

---

23 Havia um clube denominado Redondo que não aceitava a entrada de negros, segundo depoimento de Dr. Oscar Nascimento.

24 Cf. BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan (1959), *Brancos e negros em São Paulo*, 3ª ed. São Paulo: Nacional.

então toma novos rumos, com base na mesma filosofia (SILVA; PANTA & SOUZA, 2014: 54).

A Luta Contra o Racismo: Uma Opção de Vida

Dr. Oscar relatou que exerceu com seriedade e amor todas as profissões por ele abraçadas: economista, professor e advogado. Atualmente, aos 84 anos de idade continua a trabalhar como advogado. Das inúmeras causas atendidas no decorrer de sua trajetória, como advogado, em diversas ocasiões, forneceu orientações jurídicas gratuitamente e procurou assegurar a defesa de causas, que considerou justas, das pessoas e dos grupos que não tinham condições de lhe pagar. Ele atuou em diversos casos em que as pessoas o procuravam relatando situações que poderiam ser crimes resultantes da discriminação racial (SILVA; PANTA & SOUZA, 2014: 56).

Prêmio Zumbi dos Palmares: Uma Homenagem aos Militantes Negros de Londrina

Em 2002, foi instituído, com o Decreto Legislativo 197/2000, o Prêmio Zumbi dos Palmares, que tem como objetivo homenagear anualmente, no dia 20 de novembro, data da morte desse importante líder negro, pessoas que se destacaram na luta em defesa dos direitos humanos e contra a discriminação racial. A primeira edição do Prêmio contemplou o Dr. Oscar do Nascimento e Dona Vilma Santos de Oliveira, dois militantes fundamentais do Movimento Negro de Londrina (SILVA; PANTA & SOUZA, 2014: 63).

As Estratégias Mobilizadas Para Ascensão Social e Política

Como bem questionou Ivair Augusto Alves dos Santos (2014: 6):

> Oscar do Nascimento, economista, advogado, professor do ensino médio, técnico e universitário. A pergunta que fica é: Como foi possível que um homem saído do campo, com pais analfabetos, na década de 1950, pudesse construir uma história dedicada ao estudo, ao trabalho, à família e à defesa dos direitos da população negra?

Quando questionado sobre o apoio que receberam (ele e os irmãos) para que os filhos daquela família de origem tão simples, de trabalhadores braçais, provenientes da zona rural, tivessem um vínculo com uma formação superior em cursos de alto prestígio social (Direito e Medicina), naquele difícil contexto, Dr. Oscar afirma que seus pais foram os grandes incentivadores (SILVA; PANTA & SOUZA, 2014: 23).

Quanto a sua atuação política, sobretudo no que se refere à defesa dos direitos da população negra, deve-se considerar a forte influência exercida pelo Cypriano Manoel em sua trajetória. Cypriano foi um líder de fundamental importância para a população negra da cidade de Londrina, que fundou a primeira instituição com o objetivo de congregar os negros e todos os excluídos dos espaços sociais.

Ainda hoje, aos 84 anos de idade, Dr. Oscar continua exercendo a profissão de advogado, permanece na luta pelos que sofrem, principalmente em decorrência do racismo e participa ativamente do Movimento Negro de Londrina, no qual desempenha um importante papel.

Considerações Finais

Divulgadas estas trajetórias exemplares, que servem de referência para muitos, é notável a resistência, a superação das adversidades impostas às trajetórias individuais e coletivas de homens, mulheres, negros e negras no decorrer da história do Brasil. Ao conhecer a história do Doutor Clímaco, da Dona Vilma e do Doutor Oscar, conhece-se um pouco mais sobre a história de Londrina e da população negra, em sintonia com o contexto de formação e consolidação da nação brasileira e com o desenvolvimento das relações étnico-raciais desenvolvidas no país. O estudo contribui para maior conhecimento da história política, econômica, cultural e social da cidade, visto que a população negra, embora preterida na história conhecida e divulgada, é parte integrante da realidade paranaense e londrinense.

Referências

BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan (1959), *Brancos e negros em São Paulo*, 3ª ed. São Paulo: Nacional.

BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan (1971), *Brancos e Negros em São Paulo*, São Paulo: Anhembi.

BONI, Paulo César (2004), *Fincando Estacas!* A história de Londrina (década de 30) em textos e imagens, Londrina: Edição do autor.

COSTA, Guilherme Souza (2014). "Imediatismo versus precisão: A cobertura do assassinato de Yá Mukumby na imprensa". In SILVA, Maria Nilza & PACHECO, Jairo Queiroz (organizadores). *Dona Vilma:* Cultura Negra como Expressão de Luta e Vida**.** Londrina: UEL.

COSTA PINTO, Luiz Aguiar (1952), *O negro no Rio de Janeiro*, São Paulo: Cia. E. Nacional.

DIWAN, Pietra (2007), *Raça Pura:* uma história da eugenia no Brasil e no mundo, São Paulo: Contexto.

FERNANDES, Florestan (1989), *Significado do Protesto Negro*. São Paulo: Cortez.

Greenhalgh, Laura (2013), "Doutor Preto". *Estado de São Paulo*, 31 de agosto de 2013. Disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,doutor-preto,1069772,0.htm (consultado em: 14-12-2014).

GUTIÉRREZ, Horácio (2006), "Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX". *História São Paulo*, pp. 100-122.

HASENBALG, Carlos Alfredo (1979), *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*, Rio de Janeiro: Graal.

IANNI, Octavio & CARDOSO, Fernando Henrique (1960), *Cor e mobilidade social em Florianópolis*, São Paulo: Ed. Nacional.

JÚNIOR, Jackson Gomes; SILVA, Luís Geraldo da & COSTA, Paulo Afonso Bracarense (2008). *Paraná Negro*, Curitiba: UFPR/PROEC.

LANZA, Fábio. [Et al.] (2013), *Yá Mukumby*: A vida de Vilma Santos de Oliveira. Londrina: UEL. Disponível em: http://www.uel.br/projetos/leafro/ (consultado em 14-12-2014).

MARTINS; Romário (1995), *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores.

MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente:* Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná, São Paulo: T. A. Queiroz, 2ª ed.

MOTA, Lúcio Tadeu (2009), *As guerras dos índios Kaingang*: A História épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924), 2ª ed. revisada e ampliada. Maringá: EDUEM.

NASCIMENTO, Abdias (1978), *O genocídio do negro brasileiro:* processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PANTA, Mariana (2014). "Segregação Geográfica, Desigualdades Raciais e Migrações: Londrina como destino de fluxos migratórios mineiros e nordestinos (1940-1980)". In SILVA, Maria Nilza da & PANTA, Mariana A. S.. (Orgs.). *Território e Segregação Urbana:* 'o lugar' da população negra na cidade. 1ed. Londrina: UEL, pp. 35-63.

RAMOS, Alberto Guerreiro (1957), *Introdução crítica à sociologia brasileira*, Rio de Janeiro: Andes.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos Santos (2014), "Prefácio: Oscar do Nascimento: a fé na educação e na solidariedade", In SILVA, Maria Nilza; PANTA, Mariana & SOUZA, Alexsandro Eleotério de Souza. *Negro em Movimento:* A trajetória de Doutor Oscar do Nascimento. Londrina: UEL. Disponível em: http://www.uel.br/projetos/leafro/ (consultado em 14-12-2014).

SILVA, Maria Nilza (2008), "O negro em Londrina: da presença pioneira negada à fragilidade das ações afirmativas na UEL". *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico*.

SILVA, Maria Nilza e PACHECO, Jairo Queiroz (organizadores) (2014). *Dona Vilma:* Cultura Negra como Expressão de Luta e Vida**.** Londrina: UEL.

SILVA, Maria Nilza & PANTA, Mariana (2014). *O Doutor Preto Justiniano Clímaco da Silva:* A presença negra pioneira em Londrina. Londrina: UEL. Disponível em: http://www.uel.br/projetos/leafro/ (consultado em 14-12-2014).

SILVA, Maria Nilza; PANTA, Mariana & SOUZA, Alexsandro Eleotério de Souza (2014). *Negro em Movimento:* A trajetória de Doutor Oscar do Nascimento. Londrina: UEL. Disponível em: http://www.uel.br/projetos/leafro/ (consultado em 14-12-2014).

TOMAZI, Nelson Dacio (2000). *Norte do Paraná:* histórias e fantasmagorias. Curitiba: Aos Quatro Ventos.

TOMMASINO, Kimiye (1995). *A História dos Kaingang da Bacia do Tibagi:* uma sociedade Jê Meridional em Movimento. Tese de doutorado, Antropologia Social, Universidade de São Paulo.

Mulheres negras brasileiras, construindo sua identidade positiva contra a desigualdade e exclusão.

Edilene Machado Pereira
dilapereira2@gmail.com

Aparecida das Gracas Geraldo
cidagerald@gmail.com

Resumo: Discussões atuais sobre violencia, raça e genero demonstrar seu caráter global. No Brasil, a situação das mulheres negras, em seus aspectos biopsicossociais, pode ser entendido como uma continuação de uma realidade forjada durante o período da escravidão. No entanto, novas investigações em relações raciais e de gênero indicam que essa situação está mudando. Devido à preparação e realização do indivíduo e / ou estratégias coletivas, as mulheres negras têm desenvolvido ações para superar o preconceito de cor (preconceito de Marca), garantindo a sua participação nos vários sectores. Aqui, propomos um momento de reflexão em torno do tema das mulheres negras brasileiras e os limites e as barreiras criadas por um sistema racista e patriarcal contra a sua inserção no mercado de trabalho, na educação, na representação e do uso dos meios de comunicação e novas tecnologias. Vamos apresentar algumas estratégias desenvolvidas pelas mulheres que, reforçando suas identidades como mulheres negras, reconhecer-se e tornam-se sujeitos políticos, desenvolver práticas de enfrentamento em resposta a experiências vividas de violência e negação, e apontam para novas rotas, possibilidades e perspectivas de sobrevivência . Esse debate ‘e fundamentads no trabalho de Léia Gonzalez (1935-1994), política brasileira, educadora, antropóloga, mulher negra, e a primeira a tratar o tema de mulheres negras de uma forma radical, com foco na ampliando e garantindo direitos das mulheres negras. Procuramos aqui como mulheres negras e pesquisadoras nas áreas de Sociologia e Educação, ativistas do Movimento de Mulheres Negras, visamos contribuir nessa luta.

Palavras Chave: Raca; Genero; Identidades; Desigualdades.

Brazilian black women, building a positive identity against inequality and exclusion.

Abstract: Current discussions about violence, race and gender demonstrate its global character. In Brazil, the situation of black women in their biopsychosocial aspects can be understood as a continuation of a reality forged during the slavery period. However, new research on racial and gender relations indicate that this situation is changing. Due to the preparation and conduct of the individual and / or collective strategies, black women have taken action to overcome the prejudice of color (Brand prejudice), ensuring their participation in various sectors. Here, we propose a moment of reflection on the theme of Brazilian black women and the limits and barriers created by a racist and patriarchal system against their integration into the labor market, education, representation and use of the media and new technologies. We will present some strategies developed by women, reinforcing their identities as black women, to recognize and become political subjects, develop coping practices in response to experiences of violence and denial, and point to new routes, opportunities and prospects survival. This debate ‘and fundamentads the work of Leah Gonzalez (1935-1994), Brazilian politics, educator, anthropologist, black woman, and the first to address the issue of black women in a radical way, focusing on expanding and ensuring women’s rights black. We seek here as black women and researchers in the fields of Sociology and Education, Black Women’s Movement activists, we aim to contribute in this fight.

Keywords: Race; gender; identities; inequalities.

Introdução

A história da violência contra a mulher negra (pretas e pardas)[1] brasileira vem antes da sua chegada às terras brasileiras como escravizadas violentadas na sua subjetividade, no seu corpo e mente. Ao chegarem gradativamente a partir do século XV, em terras brasileiras com uma única condição: ser escravizado. Embora homens e mulheres já fossem mantidos escravos na África antes da chegada dos europeus, sobretudo em terras islâmicas, a situação era diferente da que se institucionalizou no Brasil.

«Em África as pessoas eram escravizadas por várias razões com por exemplo acusações de adultério ou roubo; ou eram simplesmente tomadas como prisioneiros de guerra » (Schumaher e Brazil, 2007, p. 15). A escravidão no brasil teve o objetivo de mão de obra barata para a exploração das terras e cultivo. Primeiro os portugueses escravizaram os índios, originais habitantes do Brasil, que tinham como principal função a extração de pau-brasil, como os portugueses não obtiveram o resultado esperado, pois consideravam os indígenas inaptos para o trabalho braçal, a escravidão indígena foi abolida no século XVIII.

Ocorreu depois do fracasso da utilização da mão de obra nativa devido a alguns fatores segundo Fonseca (2009), «Epidemias, adquiridas em contato com os brancos, morte pelos trabalhos forçados, fugas para o interior do território brasileiro e diminuição da população nativa», aos procedimentos políticos- econômicos e à exploração e domínio da terra.

Como alternativa a mão de obra indígena foi substituída pela mão de obra do negro escravizado. Durante quatrocentos anos reinou esse sistema terrível no território brasileiro. Homens, mulheres e crianças foram expostos a toda sorte de sofrimento, artigos inimagináveis com cortar as mãos do escravizado rebelde, chicotadas, etc.

Durante mais de três séculos a escravidão foi a forma de trabalho predominante na sociedade brasileira. Tudo girava em torno da mão de obra escravizada, sem ela, pode-se afirmar, dificilmente existiria o Brasil, «o trabalho era feito pelos negros/*negras*[2] *escravizados,* pós toda máquina do engenho para funcionar, regando o chão brasileiro com suor e sangue» (Chiavenato, 1980, p. 12).

Desumanidade para além do gênero

Esse sistema foi desumano para o sexo masculino quanto o sexo feminino, antes e depois do período escravocrata. Após abolição, essa população foi esquecida, deixada a própria sorte, a violência simbólica continuou, na substituição da mão de obra africana pela mão de obra remunerada estrangeira. Violência que se manifestou também na invisibilização na história brasileira de mulheres, pelo racismo, preconceito racial e homens que contribuíram para o desenvolvimento de Brasil. Em particular nesse texto mulheres pretas e pardas que, para Carneiro, (2007, p. 7)[3].

> Foram ocultadas e silenciadas por uma historiografia "oficial" que na maior parte permaneceu branca e masculina, e que mantem na irrelevância forma de resistências humanas e processos de opressão que deveriam compor o patrimônio das lutas libertarias do país e de toda humanidade.

A luta dessas mulheres é constante desde a chegada das suas antepassadas, representou além dos sofrimentos comuns aos homens, outros que recaíam somente sobre ela, pois para (Giacomini, 1988), «a apropriação do

1 Usando aqui os termos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

2 Grifo nosso.

3 Prefacio do livro "mulheres negras do Brasil.

conjunto das potencialidades dos escravos pelos senhores compreende, no caso da escrava, a exploração sexual de seu corpo que não lhe pertence pela própria lógica da escravidão».

Movimento negro e Movimento de Mulheres Negras em ação

Para que fosse reconhecida a necessidade de elevação da estima congressos e encontros foram realizados com o intuito de entender as necessidades do negro na sociedade brasileira. Em especial merece destaque o período de 1934 a 1958: em 1934 ocorreu em Recife o Primeiro Congresso Afro-Brasileiro; em 1937, na cidade de Salvador (Bahia) foi organizado pelo Governo do Estado, sob a liderança de Edison Carneiro, Áydano do Couto e Reginaldo Guimarães, o Segundo Congresso Afro-Brasileiro.

Em 1944 foi fundado o Teatro Experimental do Negro1 (TEN) na cidade do Rio de Janeiro, em plena vigência do Estado Novo, pelo intelectual Abdias do Nascimento2; em julho de 1950 foi promulgada a "Lei Afonso Arinos", que tornou crimes comuns, passíveis de sanção penal, o ato de discriminação racial no Brasil, um avanço, apesar das irrisórias penas de multa praticadas e em 1958 foi realizado na cidade de Porto Alegre o Primeiro Congresso Nacional do Negro.

Nesse cenário destacou a presença de feminista Lélia Gonzalez, engajou-se na luta contra o racismo e sexismo na década de 70, no Rio de Janeiro, ainda um período de forte repressão dos governos militares. Pioneira nos cursos sobre Cultura Negra, o qual destacamos o 1º Curso de Cultura Negra na Escola de Artes Visuais no Parque Lage.

Esta escola foi também lugar de expressão de vários artistas e de intelectuais negros. Fez inúmeras viagens no Brasil e no exterior (EUA, países da África, da América Central, do Caribe e da Europa) buscando denunciar o mito da democracia racial brasileira e o regime de exceção em que Brasil sua meta era, enquanto intelectual e ativista, oferecer instrumentos práticos e teóricos de desmonte das opressões vividas pela maioria da população brasileira.

Em sua trajetória acadêmica e militante, Lélia Gonzalez combinou teoria e prática política e esteve presente na universidade e nos espaços de atuação política, tudo isso enquanto se graduava em História, Geografia e Filosofia. Sua presença na luta feminista negra serve de exemplo para gerações de mulheres negas posteriores a ela.

A escolarização foi a barreira quase intransponível ano após anos na vida das mulheres negras, visto que a grande maioria cresceram nas periferias brasileiras, acreditando que o que nos faltava era a escolarização para sair da situação de exclusão, afinal, ouviram isso o tempo todo dentro da nossa "cordialidade racial".

O movimento negro e de mulheres negras, viram na escolarização de acordo com Munanga (2009) «a porta para romper a exclusão racial, social, educacional e profissional», porém, ao passar dos anos e com o avanço escolar da população preta e parda, compreenderam que, ela não é o suficiente para barrar o racismo à brasileira, pois a própria vítima é vista como responsável pelo racismo, enquanto quem o cometeu não tem nenhum problema. Afinal, não "somos racistas", vivemos em uma "democracia racial, onde as raças vivem cordialmente". Ironicamente, a cor da pele vem antes de qualquer título ou posição social. Constatar, na prática, esse fato, é um impacto profundo na subjetividade de mulheres negras, nas suas projeções de ascensão profissional, projeções para o futuro, manutenção de autoestima. A mulher negra segundo Pereira (2008) «constata que ainda é invisibilizada, mesmo vencendo as barreiras educacionais ou estigmatizada».

Escolarização como estratégia de visibilidade

Atualmente, uma parte das mulheres negras, por meio da escolarização vem gradativamente rompendo a barreira da raça, conseguindo ascender profissional e socialmente. O estudo em níveis mais elevados tem lhe possibilitado alcançar postos que outrora lhes eram inacessíveis, gerando assim, outra condição profissional, identitária e de vida, fato que confirmou-se nas estórias de vida de algumas mulheres que foram entrevistadas

durante a pesquisa no curso de mestrado que relatavam o caminho percorrido para alcançar escolarização, e assim irem além da profissão de empregadas domesticas, como nos informa Selma[4] (2008),

> Vim de uma família pobre, todo mundo tem que se virar pra trabalhar, minha mãe é assim, ela costurava e meu pai tinha uma serralharia de porta, de ferro estas coisas e minha mãe costurava, mas minha mãe sempre foi assim, esse lado assim, ela sempre pensou, muito na educação dos filhos tanto foi que ela colocou os cinco na universidade, então, eu já estudava em um dos melhores colégios de Salvador que era Anfrisia Tiago, ela costurava 24 horas pra pagar a escola que a gente estudava, com a escolarização, acessei a universidade e hoje sou Farmacêutica.

A luta dessas mulheres negras para alcançar a ascensão social envolveu anos de busca de valorização dos elementos étnicos, combate à desigualdade e um grande esforço para sentir-se valorizado numa sociedade onde ainda é vítima de estigmas negativos, o que muitas vezes o levou a abandonar suas origens dissociando-se do seu grupo racial e até do seu grupo familiar para não tornar-se um indivíduo estereotipado. Apesar dessa luta, ainda falta muito a se conquistar porem está ocorrendo um avanço que é necessário reconhecer e visualizar experiências dessas lutas e vitorias de mulheres pretas como Lucia (2008),

> Então a gente cresceu ouvindo que era importante estudar, estudar, estudar sempre. De todos os problemas que a gente tinha, a única coisa que não se admitia era faltar aula, era a única coisa. Meu pai visualizou pra gente como única oportunidade de crescimento social e profissional a educação. De todos os problemas que a gente tinha, a única coisa que não se admitia era faltar aula, era a única coisa, o estudo é fundamental. Então meu pai sempre pensou nisso pra gente. Então eu estudava, esperava meu filho dormir, numa casinha, a gente morava la no IAPI. Deixava ela dormir e ia estudar. E ai eu fiz vestibular para enfermagem eu queria ser enfermeira. Ai eu fiz vestibular na UFBA e na UEFS passei nas duas. Tive esse privilégio. Toda a minha vida foi assim. Porém a mulher negra tem uma força... Eu acho que tem uma coisa fantástica que... Primeiro, assim, eu acho, eu reconheço a força que nós, mulheres negras, temos. A formação que a gente tem é muito importante. A formação que eu digo é a educação, as referências que a gente tem, são muito importantes, em casa, no núcleo familiar. Mas eu acho que a gente é dotada de uma força... Isso tem se mostrado com grandes personalidades, grandes mulheres negras. Isso tem se mostrado. A gente tem Luiza Mahin, a gente tem Lélia Gonzáles, tem outras pessoas que a gente conhece a história, Ângela Dayse e tal. São referências e constroem... ajudam a gente a construir nossa história.

Devido a isso algumas particularidades demarcam a fronteira entre as estratégias de ascensão dos negros e dos demais grupos étnicos. Com efeito, a ascensão social da mulher negra tem se concretizado por meio de estratégias coletivas e individuais, para Figueiredo (2002 p.53).

> A ascensão social dos negros não pode ser analisada seguindo a mesma lógica da ascensão das minorias étnicas. Essas minorias usam estratégias comuns de ajuda mútua e de solidariedade étnica que no caso dos negros não extrapolam o limite familiar.

4 Esse e os outros nomes das entrevistadas são fictício, para preservar a identidade da entrevistada.

Para essas mulheres continuar os estudos, terminar o ensino médio e entrar na universidade era uma aspiração quase impossível, levando-se em conta que para alcançarem esse objetivo de se integrarem na sociedade de classes (Fernandes, 1965), teriam que enfrentar o preconceito, racial, sexual e econômico. Seu destino era cuidar da família e ajudar nas despesas. Estudar e ter um título era para os brancos, e os filhos dos brancos, era, porque essas mulheres estão modificando suas trajetórias como relata Maria(2008),

> Então, nasci em Dias D'Avila minha família... Éramos dez filhos de meu pai e minha mãe, dos dez, nove irmãos teve um filho que minha mãe criava porque achava poucos os nove, três mulheres e sete homens, sou encostada a mais velha, Lene. Meu pai é quase analfabeto e minha mãe tem o fundamental, não tiveram condições de estudar. Fui a primeira a fazer faculdade na minha família, aliás, infelizmente não se estendeu muito na família só eu e minha irmã Ivone tem faculdade, tem graduação. Procuro ajudar minha família financeiramente.

Essas mulheres não se acomodaram a esse "destino". Pelo contrário, se dedicaram aos estudos procurando sempre estar entre as melhores alunas e aproveitar todas as oportunidades para ascender socialmente, se distanciando do passado familiar. Nessa trajetória, conseguiram o que parecia "impossível", ou seja, passar no vestibular, e muitas delas ingressar em universidades públicas. Entrar na universidade foi para elas uma vitória grandiosa como nos informa Lucia (2008),

> Eu fiz vestibular para enfermagem eu queria ser enfermeira. Ai eu fiz vestibular na UFBA e na UEFS passei nas duas. Tive esse privilégio. Toda a minha vida foi assim. O curso na UFBA não foi uma coisa fácil. Dentro daquela universidade nós somos extremamente discriminados.

A construção da identidade da trabalhadora negra/afro brasileira significava, em primeiro lugar, rever a marca de atraso e desvalorização que a escravidão imputara ao próprio trabalho e redefini-lo positivamente como fator de grandeza e felicidade para o homem e de riqueza e progresso para a sociedade. Significava, também, unir e se fazer reconhecer como iguais elementos díspares de um conjunto heterogêneo e disperso, a partir daí tornado coeso e visível socialmente. A construção dessa identidade é dolorosa apesar de ser a forma dos indivíduos de reconhecerem e de serem reconhecidos e a maneira como se veem e são vistos/as, deixam seu lugar de conforto em busca do fortalecimento e avanço indenitário. Vemos isso nas palavras de Graça (2008),

> Se eu tivesse ficado lá no interior eu não tinha conseguido nada, eu não ia conseguir emprego numa cidade do interior como mulher negra, minha irmã, nem nenhum do meus irmãos conseguiram emprego em Euclides da Cunha, eles vivem hoje desempregados, botaram um pequeno negócio, que meu pai ajudou, mas as pessoas brancas não compram coisas em lojas de pessoas negras. Eu vim para estudar e vencer.

Portanto, essas mulheres vêm procurando se especializar. Saíram do "lugar" a elas delegado, de amas de leite, empregadas domésticas, balconistas, e outros empregos subalternos que lhes eram impostos com a justificativa de que não tinham escolarização suficiente para competir em áreas especializadas, impossibilitando para algumas se identificarem com uma raça que só lhes trazia interiorização e exclusão. E essa saída tem origem da valorização da sua identidade pessoal, racial e social, nas palavras de Lucia (2008),

> Eu sempre gostei de ler. Eu lia tudo. Eu sou viciada em leitura. Eu gostava de estudar aquilo para mim era natural. Dentro de minha cabeça sempre ouve a necessidade de

> não viver a vida igual a da minha mãe, que não teve o direito de estudar. Sempre ouve sempre foi claro isso pra mim, portanto era necessário estudar muito e melhor. Às vezes eu chegava à sala de aula e eu dormia, dormia literalmente. Mas, apesar de tudo isso eu fiz meu curso nunca fiz final nunca fui reprovada em nada eu fiz meu curso todo com boas notas.

Essa possibilidade tem sido construída apesar dos processos de exclusão social da mulher negra discriminada pelo gênero, pela raça e pela condição socioeconômica, sua cidadania é ignorada constantemente, porém não derrotadas, palavras de Graça (2008),

> Enfim, fui humilhada, porem lutei para ter uma vida razoável e eu consegui. Eu, uma mulher negra, pobre que nasci no interior, na situação que eu estou lhe dizendo, de todas as minhas amigas que eu conheci lá no interior e que eu conheci na luta aqui em Salvador, nenhuma delas conseguiu o que eu consegui. Cinco delas ganham o salário mínimo e uma que eu conheci no escritório de contabilidade hoje é empregada doméstica. As minhas colegas de infância, até mesmo as branquinhas continuam lá no interior, casadas, cheias de filhos, eu venci.

Se as diferenças e exclusões são construídas, é importante saber como se dá esta construção e como ela é atualizada, para discriminar as pessoas e excluí-las da participação democrática, dos modos de produção, intencionalmente ou não, tendo como demolidor o racismo. Opinião também apoiada pelas palavras de Gonzalez (1982, p. 15.),

> As condições de existência material desta população negra remetem a condicionamentos psicológicos que têm que ser atacados e desmascarados. Os diferentes modos de dominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do "lugar natural" de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados.

Hoje é visualizado por institutos de pesquisas como IBGE; IPEA, ETHOS, LESSER, o quadro de discriminação que afeta as mulheres negras no seu acesso aos bens educacionais, econômicos, sociais e profissionais, fato que produz um ciclo de violência simbólica expressa, o que apropriadamente Luiza Bairros (1991) chamou de «reforço da subordinação». Parto, portanto, da perspectiva de que esta negação precisa ser extirpada da nossa sociedade, e do nosso "eu", com coragem e a determinação de mulheres como Graça (2008),

> Quando eu cheguei no Instituto de Letras, para mim foi um choque, que dizer um choque não. Eu já sabia, eu já sei, eu fui preparada por meu pai para viver e um mundo discriminador de genro e raça. Na Universidade eu deparei com o racismo contra o negro na literatura. Quando a professora perguntou qual a área que você vai se concentrar eu disse eu vou me concentrar em literatura ela disse: "Em literatura? Olhe a literatura é uma arte muito sofisticada não é todo mundo que dá para estudar literatura". O discurso é racista, porem eu mostrei que podia e fui vitoriosa, porem o racismo persiste.

Particularmente importante para corroborar com esse depoimento, temos o trabalho de Nilma Lino Gomes (1995), [5]que em sua pesquisa com mulheres negras, professoras universitárias, constatou que mesmo ultrapassando diversas barreiras que lhes dificultam o acesso a escolarização e inserção no mercado de trabalho, continuam a ser alvo de preconceitos e atitudes discriminatórias baseadas em raça, sexo e classe.
Portanto é necessário que a identidade étnica esteja bem cristalizada para esse grupo de mulheres para assim vencer com autonomia e as barreiras raciais que se apresentam constantemente no cotidiano feminino negro. Visto que como bem nos informa Hall (1992, p. 11-12),

> Identidade preenche o espaço entre o "interior" e o "exterior" – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a "nós próprios" nessas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores, tornando-os "parte de nós", contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura o sujeito à estrutura.

Bauman (2005) apresenta uma dimensão nova para o problema da identidade, onde está passa a exigir uma renovação em seus parâmetros, exigindo dos mesmos, novos entendimentos para serem utilizados. Para Bauman, as inseguranças e incertezas, advindas com a modernidade liquidam são as principais responsáveis pelas transformações em nossas identidades.
Acredito que quando o autor se refere a identidades no plural é porque concebe que estas não são perenes, mas que assumem posturas diversificadas frente a situações sociais. Apresentam-se como identidades: culturais, profissionais, sociais, religiosas e sexuais. E, assim como suas nuances, sofrem altera*ções e angústias em sua psique, necessitando de valorização constante.*
Por algum tempo, a identidade foi vista como algo fixo, imutável, centralizado e individualizado. Mas atualmente parece que esta imagem de identidade ruiu, revelando uma estrutura muito frágil e maniqueísta. O mundo em que vivemos deixou isso muito claro, haja vista o surgimento de novos grupos sociais, novas comunidades e formas de pertencimento, participação política e produção cultural.
Acredito que a "identidade" é algo instável, múltiplo, fragmentado, que muda de acordo com o tempo e com o espaço, que se constrói na minha relação com o "outro" e com o mundo ao meu redor. Certamente, a concepção que eu tenho de mim e das coisas hoje será diferente daquela que terei no futuro. Ainda assim, como disse Bauman (2005), «a identidade é uma ficção necessária e múltipla, pois ela nos ajuda a resolver muitas questões».
Sendo assim de posse dessa identidade a mulher negra ao toma conscientização do seu próprio corpo como algo belo e importante, da sua capacidade de se reinventar, de ressurgir, mesmo se contrapondo ao modelo constituído mundialmente como perfeito, o modelo eurocêntrico, auxilia na luta para construção de uma subjetividade constantemente, é o que nos mostra Lucia (2008),

> E aí eu resolvi encarar, começar... quer dizer, eu já tinha iniciado antes, mas não tinha tido sucesso, E aí fiz vários vestibulares para Medicina, até que em 1996 eu tive êxito. E aí ingressei numa faculdade federal de Medicina. E não houve surpresa em saber que eu era a única negra da turma... E nesse espaço – o meio médico é extremamente elitizado, elitista – isso é muito visível. Então, em alguns momentos eu era tratada como 'a diferente': "Tu conhece aquela pessoa que faz Medicina, que não pertence a esse grupo?", ou seja, aquela negra. E em alguns momentos era o mérito: "Poxa, viu como a população negra tem condições, ela não chega porque não quer". Várias vezes eu ouvia isso de: "Se der condições, olha só, até consegue chegar. Agora a questão não é só dinheiro, a questão é que têm muitos negros que

5 Ver também BENTO (2003) e QUEIROZ, 2004).

> preferem ficar fazendo festa, ficar bebendo ao invés de estudar". Muitas vezes eu ouvia isso e aí ia para o confronto, ia para o debate.

Assim, como mulheres negras e militantes sabemos na pele que ser mulher e negra no Brasil significa estarmos inseridas num ciclo de marginalização e discriminação socioeconômica e racial. Sabemos também que nossa luta é diária e precisamos continuar, combatendo também a violência física que não chega aos meios de comunicação, pois até essa violência é invisibilizada e e quando visibilizada não é punida.

Leis Insuficientes

Podemos citar como exemplo de desamparo a Lei "Maria da Penha". As recentes discussões no meio acadêmico e na mídia sobre a eficácia da legislação vigente no Brasil, em particular da Lei conhecida nacionalmente como "Maria da Penha", número 11.340, sancionada pelo presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva em 7 de agosto de 2006. A Lei vigorou a partir dia 21 de setembro de 2006, visando entre outras coisas o aumento no rigor das punições das agressões contra a mulher quando ocorridas no âmbito doméstico ou familiar, vem sendo alvo de debate ao longo dos anos principalmente no atual.

Devido aos flagrantes casos de violência contra a mulher, abriu-se caminhos para se pensar onde e como pode estar falhando a rede de proteção à essa parcela da população. Amiúde, observa-se que apenas um determinado perfil de mulheres ou de casos ganha repercussão, ao menos na mídia: são aqueles que envolvem mulheres brancas e de classe média. Considerando a representatividade estatística da população negra 49,8% e especialmente das mulheres negras 48,5% (Instituto *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica – IBGE/2008*), pergunta-se: essa imagem reflete a realidade? As mulheres negras também figuram nesse contexto? Em que medida?

Aparentemente elas não figuram, Ser mulher negra na sociedade brasileira 'e carregar mais de 500 anos de exclusão, de supremacia banca. A Interseccionalidade[6] aqui entre gênero e raça, é uma ferramenta de análise poderosa, que vem nos ajudar a perceber como diferentes conjuntos de identidades tem impacto no acesso e uso de direitos e oportunidades entre mulheres negras e brancas que vivenciam diferentes experiências numa sociedade radicalizada como a brasileira.

Anos a fio o racismo a brasileira veio apurando seus mecanismos de exclusão dessa população. A exclusão passava pela falta de escolarização, estamos vencendo esse empecilho, ainda temos muito a caminha, nos mulheres negras aqui presentes sabemos que ainda somos exceção à regra, a brancas também sabem disso, em cima da sua supremacia branca, portanto, precisamos continuar nossa luta. Corretamente afirma Bell Hooks[7] (apud, BAIRROS 1995, 462).

> As mulheres compartilham não e a mesma opressão, mas a luta para acabar com o sexismo, ou seja, pelo fim das relações baseadas em diferenças de gênero socialmente construídas Para nos negros e necessários enfrentar esta questão não apenas porque a dominação patriarcal conforma relações de poder na esfera pessoal interpessoal e mesmo intimas, mas tombem porque o patriarcado repousa em bases ideológicas semelhantes às que permitem à existência do racismo a crença na dominação construída com base em noções de inferioridade e superioridade.

---

6 Conceito desenvolvido por *Kimberlé Crenshaw (2002)*. Define que "as discriminações de raça e de gênero não são fenômenos mutuamente excludentes, propõe um modelo provisório para a identificação das várias formas de subordinação que refletem os efeitos interativos das discriminações de raça e de gênero".

7 Destacada feminista Norte Americana.

É inegável que situação da mulher melhorou durante o século XX e início do século XXI e muitos direitos foram conquistados. Todavia o percurso ainda não está completo, pois há diferenças sociais significativas entre as mulheres, brancas e negras. As que conseguem alcançar o tão esperado alto grau de escolarização, ainda são invisíveis no mundo do trabalho.

Concluindo

A construção de identidades étnicas se dá pela necessidade do ser humano conviver em grupos sociais. Os grupos sociais surgem da autoafirmação individual que resulta. A etnicidade é fruto da autoconsciência de especificidades culturais, e do reconhecimento do outro. As formas de organizações sociais decorrentes da etnicidade se expressam por meio de representações que permitem a caracterização e compreensão das relações sociais. Portanto, a identidade pode ser uma questão de interação entre o eu "e o "outro" entre o indivíduo e a sociedade, o reconhecimento de quem se é, possibilitando olhar destemidamente para seu objetivo não permitindo que o preconceito, solidão ou ausência dos pares impossibilite o caminhar. É o que nos mostra Telma (2008),

> Na faculdade de Farmácia, eu era uma negra entre vários brancos. Você contava de dedo um ou outro também negro, então, não eram muitos negros. Eram, no máximo, três na turma toda. É aquela coisa assim, colega da faculdade, estudar junto, não-sei-quê. Mas saía do portão da faculdade, acabou a relação. Você não era chamado para nada. Eu lembro que quando eu ia na casa de uma amiga estudar ou fazer alguma coisa assim, tinha sempre aquela apresentação: "Essa aqui é minha colega da faculdade". Como se estivesse dando uma justificativa para você estar lá. O sentimento é exatamente esse: justificando porque está com você, mulher negra.

Consciente da luta radical travada por nossas antepassadas e por nós com o intuito de enfrentamento e superação das desigualdades que nos foram e são impostas em todas as áreas na nossa sociedade. Em busca do reconhecimento e respeito das nossas diferenças e importância. Que políticas públicas sejam implementadas cada vez mais no sentido de uma sociedade verdadeiramente democrática.
Cada dia que passa as mulheres negras estão se levantando contra qualquer tipo de violência e opressão seja ela moral, física, psicológica, por meio de denúncias, instituições feministas negras, associações, meios que tornam maior o resultado de combate ao extermínio físico e psicológico da mulher negra. Assumindo para isso seu papel de protagonista.

Referências Bibliográficas

BAIRROS, L. *(1991). **Mulher Negra: reforço da subordinação**. ln: Desigualdade racial no Brasil Contemporâneo. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar. p. 177-193. 1° OLIVEIRA.*

_____ *(1995). **Nossos Feminismos Revisitados***. Estudos Feministas.

BAUMAN, Z. (2005). **Identidade.** Jorge Zahar. Rio de Janeiro.

CHIAVENATO, J. J. (1980). **O negro no Brasil. Da senzala à guerra do Paraguai**. Brasilience. São Paulo.

CRENSHAW, K. (2002). **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** In: Revista Estudos Feministas. Florianópolis: UFSC.

FIGUEIREDO, Â. (2002) **Novas elites de cor**: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador**.** 1. ed. São Paulo: CEAA; Annablume.

FONSECA, D. J. (2009). **Educação das Relações Ètnico Raciais**. P. 74/102. O Brasil Afro: Coleção UNESP-SECAD0UAB. Diversidade e Cidadania. Bauru.

GIACOMINI, S. M. (1988). **Mulher e escrava, uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil**. Local: Vozes.

GOMES, N. L. (1995). **A mulher negra que vi de perto - o processo de construção da identidade racial de professoras negras**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições.

GONZALEZ, L. (1982). **A mulher negra na sociedade brasileira.** In: LUZ, Madel T. (Org). O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina. Rio de Janeiro, Edições Graal.

HALL, S. (1992). **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 10º Ed. Rio de Janeiro: DP&A.

MUNANGA, K. (2009). **Nosso racismo é um crime perfeito**. Revista Fórum, agosto.

PEREIRA, E. M. (2008). **Marias que venceram na vida: uma análise da ascensão da mulher negra via escolarização em Salvador, BA**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais com concentração em Antropologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP.

SCHUMAHER, S. & BRAZIL, É. V. (2007). **Mulheres Negras do Brasil.** Rio de Janeiro. Senac Nacional.

Em Tempos de Chapinha Quem Tem Cachos é Rainha: Estratégias de Embelezamento, Consumo e Ascensão Social

Neli Gomes da Rocha[1*]
leo_vaccarezza@hotmail.com

Eleonora Vaccarezza Santos[*2*]
neliprodução@yahoo.com.br

Resumo: Partindo de proposições levantadas por outros autores ao afirmarem que os padrões estéticos atuais excluem a beleza negra. Neste trabalho utilizou-se a metodologia de estudo de caso para compreender os significados atrelados ao cabelo crespo e cacheado para mulheres negras pertencentes a classe C. As discussões serão feitas com base em referencial teórico da psicologia social e da sociologia que tratam do racismo, branqueamento e ascensão social.

Palavras-chave: Estética Negra. Ascensão Social. Consumo. Aparência Física. Branqueamento.

1. Introdução

A estratégia de alterar a fisionomia corpórea temporariamente para obter alguma conquista pessoal é um fenômeno praticado em todo contexto de sociedades simples e complexas, que passa pela racionalidade e pela atribuição de sentido às ações humanas, subjetivamente visadas. Compondo o quadro de fenômenos sociais observáveis pela sociologia compreensiva, para utilizarmos uma referência clássica.

A modernidade e o saber científico estipulam normativas de convivência mútua, globalizando técnicas de manipulação de traços físicos, que se tornam amplamente acessíveis. Bastando apenas adentrar ao contexto capitalista de inter-relações entre as pessoas e as coisas, estimulando o poder de consumir bens e serviços (fruto do desejo, em um primeiro momento; e posterior, pela gradual crença no que foi adquirido). O que é necessário ser feito para que um indivíduo seja considerado um participante do grupo desejado? Quais as possibilidades que o indivíduo lança mão para conquistar o que deseja? O que é necessário para ser considerado 'de dentro' pela pessoa ou grupo desejado naquele momento geracional?

Neste trabalho se pretende levantar algumas reflexões sobre a maneira como o corpo das pessoas é percebido pelo outro. A partir das construções discursivas identificadas em materiais publicitários de produtos e serviços que permeiam o universo da indústria da beleza na realidade brasileira, e voltados ao público que apresenta traços físicos como: pele escura, cabelos crespos e outras características fisionômicas. Observando assim, quais as possibilidades e sentidos atribuídos ao produto ou serviço que surgem no contexto de ascensão social das minorias historicamente excluída do imaginário de beleza estabelecida dentro de padrões sociais e da globalização do mercado consumidor.

1* Graduada em Ciências Sociais pela UFPR (primeira turma de cotistas raciais); Mestre em Sociologia pela UFPR; Cursa o Doutorado - Pós-graduação em Sociologia UFPR, linha de Produção e Circulação de Ideias. Atua como educadora na área de Pensamento Social Brasileiro e das Relações Raciais no Brasil. Integra o Núcleo de Estudos Afro brasileiros da UFPR na área de Estética Negra, Produtora Cultural – SANKOFA produções. Contato: neliprodução@yahoo.com.br

2* * Graduada em psicologia, atualmente é mestranda de Psicologia Social na Universidade Federal de Sergipe e bolsista CAPES, com o projeto intitulado "Representações sociais sobre a beleza e a feiura: relações com a cor da pele e com o racismo. Contato: leo_vaccarezza@hotmail.com;

1.1 "Lembra-te que és mulato!"

Nos países de referências ocidentais como o Brasil, tivemos o avançar acelerado do capitalismo e seu imperialismo colonial. Desta feita, a expansão marítima encontrou o momento propício para o desenvolvimento econômico, político, migratório e cultural de toda ordem. No Brasil durante mais de três séculos navios comercializavam 'peças' de toda natureza, inclusive a humana, com alta rotatividade e lucro imediato. Neste sentido Fernandes (1965) afirma:

> Na virada do século XVIII para o XIX o Rio de Janeiro já suplantara Salvador como o principal porto de desembarque de escravos vindos da África. Entre 1790 e 1830 chegaram na então capital da Colônia (depois Império) 706 mil africanos, provenientes principalmente de onde hoje ficam Angola, Congo e Moçambique, conforme dados compilados pelos historiadores João Fragoso e Manolo G. Florentino. Parte significativa desta massa humana teve como destino inicial no Brasil o mercado do Valongo — na verdade um conjunto de casas ou "armazéns" distribuídos ao longo de um vale entre os morros da Conceição e o do Livramento. (Fernandes, 1965:55-56)

Ao se instituir por diversas regiões, o regime escravocrata no Caribe, América do Norte, América do Sul e Europa se estabeleceu também a exportação de mão-de-obra em larga escala durante séculos. Uma imensidão de culturas que configuram hábitos, costumes, línguas, modos de vida, pessoas e suas memórias. Fernandes (1965) elucida ao descrever as relações naquele contexto de cativeiro, no qual limitava o acesso aos bens e serviços, situação que dependia do consentimento de seu proprietário, o autor diz que um escravo não deveria usar calçado, pés nus e estar de cabeça descoberta.

Na realidade efervescente de modernização na região de São Paulo e Rio de Janeiro, havia restrição no acesso às roupas finas, exceto em "dias festivos. Com a nova ordem vigente em expansão identificamos orientações de conduta para homens e mulheres, sejam estes adultos ou crianças, maneiras de se portar em espaços públicos e privados. Configura assim, a dominação econômica e simbólica inclusive do estatuto de poder estipular propostas de comportamentos aceitáveis para diferentes classes e grupos sociais. Do mesmo modo, <<A moda de pentear-se, calçar-se e vestir-se, acentuaria no mestiço a esquisita sedução que a Aluísio de Azevedo pareceu ter sua sede nos olhos e que para os outros está sobretudo nesse modo de sorrir, agradando aos outros, tão do mulato>> (Freire, 1936:742).

No contexto de Pós-Abolição, o comércio marítimo inseriu no mercado, uma gama de produtos que prometiam a proeza, por exemplo, de alterar a textura dos cabelos (considerada a principal marca definidora de raça do país) e o tom da cor da pele como aponta (Domingues, 2002). No Brasil entre os anos de 1900 e 1930, havia dezenas de publicidades que concorriam no combate dos mais diversos defeitos na aparência, dentre elas estavam pomadas para afinar a cintura, branquear a pele (Sant'Ana, 2005). O que chama a atenção era o fato destes produtos serem designados como medicamentos, anúncios de remédios nos mais diversos veículos de comunicação da época. A peculiaridade do contexto no qual o lugar do médico é fundamental para a organização moral e social das famílias de elite, a falta de beleza, logo era traduzida em termos de doença, portanto merecia o exame médico e o tratamento com remédios (Sant'Ana, 2005, p. 112).

Entretanto, Domingues (2002), vê a constante inserção nos anúncios dos anos de 1915 a 1930, como um exemplo do 'branqueamento estético'. Nesta direção Flores (2007) defende que no Brasil o gesto que embeleza não desenha somente uma mera fisionomia mais estrutura a moda, em detrimento de uma aparência doravante considerada ultrapassada, portanto feia. Contudo, qual era a aparência reportada como feia pelos brasileiros daquela época? Uma possível resposta é ensaiada por Flores (2007), ao retratar o emprego da tecnologia contra a população negra daquele período. O propósito se restringia a inserir o Brasil em um contexto mais moderno, por meio do 'embelezamento da raça'. E nesta empreitada duas grandes disciplinas se tornam aliadas – a estética e a medicina antropológica, <<[...] a estética devia fazer a 'política da raça' ao colaborar com a medicina antropológica, como um conhecimento científico, no tratamento da fisiologia, da antropometria e da

morfologia do humano. Ambas arte e ciência, contribuíram para a perfectibilidade racial>> (Flores, 2007:17). No intuito de alcançar a então sonhada perfectibilidade dos corpos, era a então beleza da raça, medida a partir da branca ariana, distinguia o grau da civilização, da moral, dos bons costumes e dos ideais estéticos (Flores, 2007). E deste modo acreditava a *intelligentsia* brasileira da época que para modernizar o Brasil, dever-se-ia passar por uma política cultural na qual, o aperfeiçoamento do povo brasileiro estava sobre o tripé: saúde, força e beleza (Flores, 2007).

O projeto pensado para o embelezamento da raça, no qual a estética baseada em um modelo eugênico, classista, eurocêntrico e entraria para ditar os parâmetros a serem seguidos. De norte a sul do Brasil é possível localizar ações que alguma maneira permita-lhes acessar informações para adequar-se, para atingir seu objetivo e, nesse bojo, até mesmo redefinir sua percepção e intervenção sobre o próprio corpo e cabelo. Para a conquista do que se deseja 'torna-se branco' mesmo que de forma provisória configura a alternativa promissora para o indivíduo nos mais diversos espaços: trabalho, marido, amigos, escola, etc. Aqui a noção de 'boa aparência' estabelece elo com o avanço das descobertas científicas ocidentais, especialmente na indústria de cosméticos que prometem a realização de sonhos inimagináveis de gerações herdeiras das tantas e variadas estéticas e representações corpóreas quanto possível for. <<Durante a década de 20 e 30, a liberdade de modificar o corpo em nome da beleza>> e completa <<...o embelezamento da mulher negra, historicamente passa pelo branqueamento de traços visando a mobilidade social se estabelecem 'padrões de beleza apropriados para os negros>>, para isso, <<manuais de conduta de civilidade, formas de superação dos vícios como álcool, fumo e incentivo ao trabalho honesto e hábitos civilizados.>> (Lopes, 2001:70-79) perspectiva que dialoga com pensamentos de Ramos (1954), que diz:

> Existe uma patologia cultural que consiste, precisamente, sobretudo no campo da estética social, na adoção pelos indivíduos de determinada sociedade, de padrão estético exógeno, não induzido diretamente da circunstância natural e historicamente vivida. É, por exemplo, este fenômeno patológico o responsável pela ambivalência de certos nativos na avaliação estética. O desejo de ser branco afeta, fortemente, os nativos governados por europeus. [...] Ora, o Brasil, como sociedade europeizada, não escapa, quanto à estética social, à patologia coletiva acima descrita. O brasileiro, em geral, e, especialmente, o letrado, adere psicologicamente a um padrão estético europeu e vê os acidentes étnicos do país e a si próprio, do ponto de vista deste. Isto é verdade, tanto ao brasileiro de cor como ao claro. Este fato de nossa psicologia coletiva é, do ponto de vista da ciência social, de caráter patológico, exatamente porque traduz a adoção de critério artificial, estranho à vida, para a avaliação da beleza humana. Trata-se, aqui, de um caso de alienação que consiste em renunciar à indução de critérios locais ou regionais de julgamento do belo, por subserviência inconsciente a um prestígio exterior. (Ramos, 1954:194-195).

1.2 Branqueamento Estético – Aparência Física e Identidade

Nestes termos o branqueamento é visto recorrentemente como um 'problema do negro', entretanto o contingente não-negro pouco aparece nesse processo, o que contribui simbolicamente para o fortalecimento da autoestima do grupo em detrimento do outro. Contudo, estas ideias sobre branqueamento foram importadas da Europa, ganhando seguidores além mar e configura o racismo científico. Segundo os pensadores e cientistas do século XX, o diálogo entre as culturais dos povos e a miscigenação dos povos significa a formação da nação brasileira, suas qualidades e benfeitorias a partir da cultura e do 'amálgama das raças' e configura "um processo que superaria a divisão da nação em raças e proveria não apenas a ascensão social dos mestiços, mas também alguma democratização social" (Freire, 2004:779-790).

Temos aqui o indicativo do processo de branqueamento ocorrido no Brasil como desejo último do mestiço que ascende socialmente, mesmo que, para isso, seja preciso alterar o corpo visando ampliar suas redes de socialização e status social. E por certo, conseguir ser tolerado no restrito convívio do meio social das elites, na

ânsia em conviver no universo social da riqueza e do prestígio. Para isso, é necessário internalizar os códigos de conduta e normatividade e de 'europeização' quanto aos comportamentos e sua convivência em espaços notadamente hierarquizados, sedimentados em concepções balizadas pela religiosidade de matrizes cristãs e ocidentais.

Para Bento (2002) a ideologia do branqueamento juntamente com a mestiçagem são os principais responsáveis por se discutir o racismo como um problema do negro, que descontente e pressionado a adequar sua aparência ao referencial mais próximo que é a classe dominante não-negra, de valores eurocêntricos, para assimilar e diluir suas características raciais, tornando-se o mais próximo do 'natural'. Entretanto, a nível conceitual o branqueamento pode ser definido como:

> ...um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por essa mesma elite como um problema do negro brasileiro. Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a auto-estima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. O outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua auto-estima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais (Bento, 2002: 01).

A publicação de Freire (1936/2004) expressa o imaginário de nomes da intelectualidade brasileira que imprimiram em seus escritos a noção de 'boa aparência' enquanto símbolo do branqueamento, nas palavras do autor, <<O poeta cafuzo foi uma ferida sempre sangrando embora escolhida pelo *croisé* de doutor sensível à inferioridade de sua origem, ao estigma de sua cor, aos traços negróides gritando-lhe sempre do espelho: 'Lembra-te que és mulato!'>> (Freire, 1936/2004:781).

Para Lima (2002), o branqueamento pode ser compreendido a três níveis: (a) ao nível de políticas públicas; (b) ao nível das percepções de estatuto social; e (c) ao nível da auto percepção e das relações interpessoais. Higienistas em suas políticas, embasadas em teorias importadas da Europa as quais serviam para livrar o país do destino menosprezado pela Europa de povo mestiço, o Brasil incentivou a imigração europeia, concedendo vantagens aos migrantes europeus que se estabeleciam no país, esta estratégia partia de políticas públicas racistas e eugenistas desenvolvidas no século XIX (Silva & Rosemberg, 2008). É neste contexto que o branqueamento ganhava foros de ideologia. Posto que esta era a ideia difundida pelos cientistas, de que a miscigenação traria a regeneração ao povo brasileiro e o separaria do atraso. Não era novidade para aqueles homens das ciências que a forma mais eficaz de eliminar uma raça era misturando-a com outras (Santos, 1984).

Na atualidade não à toa ideias relativas ao branqueamento da população se fazem presente no imaginário do brasileiro. Desta feita, Venturi e Bokany (2005) em seu estudo sobre auto declaração de cor, entrevistados e suas percepções acerca do que é ter a pele escura e ser socialmente reconhecido como um indivíduo negro. Apresentaram quatro perguntas[3] com o intuito de investigar a identidade racial dos participantes e identificou na primeira pergunta aberta que 38% dos sujeitos se classificaram como brancas, 10% como pardos, 7% como pretos. Já na segunda pergunta, 45% dos entrevistados se disseram brancos e na quarta questão 53% se definiu como branco. Entretanto, apenas 27% deles afirmaram ter descendido apenas de pessoas brancas, em resposta à questão três. Essa identidade se mostrou mais divergente entre os pardos, uma vez que na pergunta da ascendência 63% afirmaram ter descendido de negros, mas apenas 34% deles responderam parda para a pergunta sobre a cor ou raça.

---

3 As perguntas são: (1) No Brasil há gente de várias cores ou raça. Qual é a sua cor? (2) O senhor diria que sua raça ou cor é: () branca, () preta, () parda, () indígena, () amarela; (3) Considerando as combinações de cor ou raça de seus avós e de seus pais, o senhor(a) tem quais das seguintes combinações de cor ou raça? (4) O(a) senhor(a) se considera branco(a), negro(a) ou índio(a)?

Outro dado relevante ao tema se refere à pesquisa realizada por Costa (2009) que no processo de doção de gametas para a inseminação artificial, há a classificação de quatro grupos de doadores: brancos, negros, mulatos e orientais, e a partir desta classificação que os médicos viabilizam a doação para pessoas do mesmo grupo, no entanto se constatou que as entrevistadas não se negavam à receber doações de grupos diverso ao seu, desde que cor fosse mais clara que a dela e se recusam a receber de doadores cuja a pele seja mais escura. O que demonstra uma forte assimilação dos ideais do branqueamento. Ainda, a ideologia do branqueamento teve e continua tendo, enorme impacto no terreno estético (Bento, 2002; Carvalho, 2000). E influência ainda nos dias de hoje, maneiras de perceber beleza em si e em outros, e regula as escolhas sobre a manipulação da aparência física de brancos e negros no Brasil (Domingues, 2002; Figueiredo, 2002; Sant'Ana,2005).

1.3 Produção, Consumo e Estratégias de Embelezamento no Brasil – Aparência Física e Ascensão Social

Descreva uma pessoa feia. Identifique seus traços. Nosso imaginário social possui símbolos para caracterizar uma pessoa desprovida de beleza, mas a partir de qual parâmetro? Análises documentais sobre a mídia brasileira apresentam estudos que identificam os discursos e valores presentes nas inserções publicitárias dos jornais, tanto da 'imprensa negra' quanto da 'imprensa branca' sobre os novos produtos de embelezamento (Gomes, 2002). Em diálogo com esta perspectiva, Sant'Anna (2005) nos explica que << a feiúra neste período de início de século XX, era vista como o 'resultado da degenerescência da raça', tanto do acaso ou de uma vida viciosa e doente, a feiura não se deve, ainda, a inconsciência de cada mulher diante da sua própria identidade>> (2005:128)

Vale ressaltar que naquele momento histórico, a preocupação com a beleza ou sua falta, era designada apenas às mulheres, em especial as da elite econômica. Paralelo a esta vivência da elite em se ocupar com remédios para a cura de todo tipo de fealdade, havia uma política de Estado que visava o 'embelezamento da raça' por meio da mestiçagem e da ideologia do branqueamento (Flores, 2007). Para isso, as tecnologias e o acesso à informação produzem idealizações a partir da concepção estética ocidental de belo, aos moldes europeus interpretados nos anúncios publicitários. E conforme se pode verificar na Figura 1, que ilustra o pente denominado *"O Cabelisador"*. Em formato de ferro ou aço, aquecido em brasa ou elétrico, utilizado para manipulação dos fios crespos. O utensílio adaptou-se, modernizou-se e atualmente, é identificado como chapinha que se tornou a alternativa acessível por gerações de mulheres e homens, adultos e crianças para viabilizar ao custo baixo e configura a 'fórmula' de transformação em 'alguém mais elegante e moderna' conforme 'a mulher negra deveria apresentar-se não só de cabelos lisos, mas de cabelos compridos' (Lopes, 2001)

"Uma invenção maravilhosa!... O cabelisador. Alisa o cabello mais crespos sem dor. Uma causa que até agora parecia impossível e que constituía **o sonho dourado de milhares e milhares de pessoas** já hoje uma realidade irrefutável. **Quem teria jamais imaginado que seria possível alisar o cabello por mais crespos que fosse, tornando-o comprido e sedoso? Os cabellos ficam infalivelmente lisos**, mas também compridos."
(Jornal O Clarim d'Alvorada, SP. 13.05.1929)

Figuras 1 Slogan do anúncio inserido no jornal da época sobre o "*Cabelisador*" e Figura 2. Ilustração de Neli Gomes da Rocha, inspirada na publicidade de 1929.

Fontes: Fig.1 Acervo Digitalizado da Imprensa negra paulista e Fig. 2: generoeciencia.wordpress.com/2013/12/03/genero-ciencia-e-negritude-a-quimica-do-cabelo/

A relação com o próprio corpo envolve questões de identidade, subjetividade e contradições. O tema miscigenação é um deles, em especial aos indivíduos mais claros e mestiços e a possibilidade de mobilidade social. Situação outrora apontada em estudos sociológicos dos anos 1940-1950, e presente como denúncia de ativistas negros, sobre o processo de branqueamento.

Possibilidade que muitos recorrem para serem aceitos e inseridos no meio social desejado. O sociólogo Oracy Nogueira, com base em estudos produzidos nos anos 1950, apresenta a perspectiva das relações raciais no Brasil como algo que não raro ocorre há sobreposição de: diferença social/classe e de pertencimento racial, estabelecendo uma relação desproporcional de tratamento entre classe e raça. Como se nota na situação apresentada nos estudos de Nogueira:

> Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem (Nogueira, 2007:292)

Nestes termos, o 'racismo à brasileira' inquietam-se com o conceito de democracia racial e a ideologia do branqueamento – como impeditivos para se pensar as relações raciais no nosso país. Segundo os autores Lima e Vala (2004) <<o racismo no Brasil se manifesta pelo branqueamento dos indivíduos que fazem sucesso e o enegrecimento ou empardecimento dos que fracassam>>. E concluem que há <<uma forte relação entre o fracasso social e econômico com a cor negra e entre sucesso e a cor branca>> (Lima & Vala, 2005:13). O processo de branqueamento também é analisado por Lima (2002) em estudo realizado no Brasil, no qual fica comprovada a associação: sucesso social e o maior índice de brancura atribuído ao sujeito detentor do status, e como ficou comprovado que o contrário também ocorre. Negros que fracassaram foram vistos como mais negros e menos características tipicamente humanas lhe foram dadas.

Em contraste, Lima (2002) defende que o racismo prevalece no Brasil por meio das normas sociais que estão inscritas nas relações intergrupais a exemplo, o igualitarismo e o individualismo meritocrático. Buscou comprovar por meio de uma série de estudos o efeito das normas do igualitarismo e do individualismo Meritocrático na infra humanização dos negros e de que modo essas normas sociais contribuem para a predominância deste fenômeno. O autor chega a conclusões do tipo: (a) uma maior adesão ao Individualismo Meritocrático (IM) implica em maior infra humanização dos negros; (b) os negros que se tornam mais parecidos com o protótipo 'branco dominante' são mais discriminados do que os que se mantêm diferentes.

Nesse bojo, o mercado de bens e serviços 'cria' as condições para os indivíduos alcançassem o desejo que lhes foi inculcado, aquele produzido no imaginário da 'boa aparência' e se torna algo amplamente acessível a partir da chegada de inovadoras técnicas de manipulação do corpo. Com isso, os indivíduos gradualmente aderem às propostas de transformação corpórea, impulsionado pelo mercado de cosméticos que se propõe a solucionar os percalços cotidianos como a textura da pele e dos cabelos, tornando-os mais 'aceitáveis', inicialmente aos padrões das elites, e posteriormente aos aspirantes a ela (elite), especialmente nas décadas de 1920 e 1930.

Manipular os fios crespos tornando-os lisos configura modalidades de procedimentos tradicionais[4] que danificam o formato natural do fio crespo, alterando sua textura e vitalidade. A indústria do embelezamento permanece míope diante das inexpressivas alternativas compatíveis às restrições físicas ou financeiras dos produtos existentes e comercializados desde 1901, a base de hidróxido[5] ou alisamentos térmicos[6].

---

4 Fonte: http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2007/07/38-43-fio-137.pdf.

5 Pasta que possibilita o tipo de penteado chamado permanente Entretanto danificam e chegam a destruir os elos de queratina, impossibilitando o formato cilíndrico do fio, transformando de forma abrupta em liso e esticado, para especialista "surgem trincas e sulcos que reduzem a menos da metade a resistência dos fios ao alongamento", explica Inês, que investigar a eficiência de cosméticos de cabelo em 1983.

6 Prende-se o cabelo entre duas chapas aquecidas de um pequeno aparelho – a famosa chapinha, versão moderna de passar

A pesquisadora Inês Joekes investiga a eficiência de cosméticos de cabelo em 1983: o alisamento dos fios, feito por pessoas que têm cabelo crespo ou ondulado e desejam deixá-los impecavelmente lisos. O estudo aponta que o objetivo dos produtos é aproximar a textura dos crespos à ideia de "leveza, maciez e brilho" dos cabelos lisos e superar a "rebeldia" do cabelo "bandido, aquele que está preso ou armado" como costuma afirmar o senso comum. Assim observado no trecho que segue:

> Aplicou em mechas de cabelos crespos dois tipos de cremes alisadores encontrados no mercado – um à base de tioglicolato de amônia e outro com hidróxido de cálcio ou lítio. Em seguida, deixou agir por 20 minutos, tempo de uma sessão de alisamento, e 60 minutos (três sessões), antes de analisar os fios ao microscópio. Tanto o tioglicolato como o hidróxido – também usados por quem tem cabelo liso e quer deixá-lo encaracolado com um tipo de penteado chamado permanente – destroem as ligações das fibras de queratina, desfazendo as voltas microscópicas do fio. O cabelo fica liso e mais frágil, como um fio de alumínio retorcido que é esticados surgem trincas e sulcos que reduzem a menos da metade a resistência dos fios ao alongamento, explica Inês[7].

Nesse sentido, a reflexão de Figueiredo (1994) sobre <<o mercado da aparência ou o mundo da beleza é uma esfera marcada pela construção de estereótipos negativos associados aos fenótipos negros>>, todavia, nas últimas décadas do século XX houveram significativas mudanças e ampliação de técnicas, produtos e serviços voltados para o seguimento.

> *Eu aliso o meu cabelo desde os treze anos de idade, então você imagine o que é para uma pré-adolescente aos treze anos tomar essa decisão! 'Não quero mais ter esse cabelo'. 'Esse cabelo só me dá desgosto!' Por que na minha cabeça [o cabelo] só me enfeava mais. Eu só era mais feia por ter o cabelo daquele jeito* [crespo] (Mayara, 22 anos).

No trecho acima se podemos identificar a insatisfação com os cabelos crespos identificado nos estudos realizado por Santos e Silva (2011) junto a mulheres negras do estado de Sergipe/Brasil, no qual investigou os significados do cabelo crespo para elas. O ponto central, a insatisfação com a aparência dos cabelos foi recorrente em seus relatos, e pode ser ilustrado na fala das entrevistadas, como a exemplo de Mayara que devido as pressões do seu entorno, optou pela manipulação do cabelo. Desta feita, o presente trabalho pretende demonstrar a partir da metodologia de estudo de caso[8] as estratégias de marketing utilizadas pela rede de salões de beleza do Brasil, "Instituto Beleza Natural", presentes no mercado brasileiro há duas décadas. A rede de salões de beleza do Brasil, Instituto Beleza Natural se propõe a transformar os fios de cabelo crespo, a partir de técnicas de manipulação química, tornando-o um tipo de cacheado considerado pelo senso comum como modelo aceitável de convívio.

2. Metodologia de Trabalho

Analisou-se material empírico fruto de visitas realizadas entre março de 2011 e outubro de 2014, realizadas nas sedes Ipanema/RJ, Madureira/RJ, Largo Treze/SP e Lapa/SP do Instituto Beleza Natural durante excursões

---

o cabelo a ferro, aquecido em brasa e aplicado diretamente aos fios até que os mesmos adquiram a forma do fio liso, todavia, não deve ter contato com qualquer umidade, acarretando o retorno imediato ao formato anterior ao procedimento. Amplamente utilizados desde a ampliação de técnicas de manipulação dos fios.

7 http://revistapesquisa.fapesp.br/2007/07/01/fio-por-fio/.

8

coletivas em formato de caravanas agendadas previamente. Assim, como o material disponível online em diversos formatos de mídia, filmagens, entrevistas, participações nas reuniões organizadas pelo próprio instituto para impulsionar a organização de caravanas oriundas das regiões que não possuem sede, são cerca de 300 caravanas[9] percorrem o Brasil em grupos de no mínimo 28 pessoas, em geral mulheres, jovens e adultas. Conforme consta na série de reportagens apresentadas sobre o BN e sobre uma das sócias majoritárias Zica de Assis (ver quadro 1). Banco de dados que nos permitiu fazer interpretações de um contexto social específico, suas visões construídas no imaginário social brasileiro, e, aqui apresentadas partindo da ideia de 'boa aparência' e suas implicações na realidade brasileira.

3. "Em Tempos de Chapinha Quem Tem Cachos é Rainha"

A trajetória do empreendimento nasce na década de 1970 da inquietação de uma mulher de pele escura e cabelos muito crespos (descritos por ela como 'grosso, crespo e volumoso demais e ainda crescem para cima'), moradora de periferia da cidade do Rio de Janeiro. Ainda muito jovem torna-se responsável por parte da fonte de renda da família, em busca de trabalho, passa a transitar por outros espaços sociais diferentes, com isso interage em outras realidades sociais. A necessidade financeira impulsiona lançar mão de sua força de trabalho de diversas maneiras: partindo dos serviços simples como o doméstico; seguindo para as vendas e na atualidade empresária reconhecida internacionalmente.

A insatisfação da patroa com a aparência da empregada instaura a necessidade de alteração dos traços físicos, a estética torna-se um 'problema a ser resolvido' e age na esfera simbólica na forma de pressão cotidiana para que esta se comporte de acordo as condutas de 'boa aparência' necessárias a uma 'boa empregada'. Diante das condições assimétricas de dominação e poder, a alternativa é adequar-se a mudança de sua aparência, especialmente a dos cabelos crespos em formato arredondado estilo *Black Power*, muito utilizado nas décadas de 1970. Nas palavras de Zica.

> Dei um basta e cortei meu cabelo, cortei meu cabelo curtinho e fui fazer o curso de cabeleireiro para entender o meu fio de cabelo, porque que ele era todo duro? Porque que ele era tão crespo, não entrava pente. Gente, não entrava mesmo. [Fala de modo enfático], Era garfo, garfo para pentear. Mesmo curtinho, era garfo. Garfo *Black Power*, conhecem?
>
> Você acha que todos os cabelos cacheados são iguais? Não são. Para entender melhor cada tipo de fio crespo e ondulado, o Beleza Natural, em parceria com a Universidade Nacional de Brasília (UNB), pesquisou mais de 300 cacheadas, num estudo que durou dois anos e é inédito no Brasil e no Mundo. (Beleza Natural, 2014:13)

A rede de salões de beleza do Brasil, Instituto Beleza Natural se propõe a transformar os fios de cabelo crespo, a partir de técnicas de manipulação química e do uso contínuo de produtos capilares de fabricação própria e exclusiva. Tornando-o um tipo de cacheado considerado pelo senso comum como modelo aceitável de convívio. Há pouco mais de duas décadas Heloisa Helena de Assis, mais conhecida como Zica, em parceria com sua rede de relações deram início ao projeto que gerou o Instituto Beleza Natural. Empreendimento que se propõe 'vender autoestima' na transformação do fio de 'cabelo crespo' em 'fio cacheado' assumindo o papel de alternativa às pessoas interessadas em alterar seus traços físicos em nome da praticidade da vida moderna e que não querem recorrer aos processos tradicionais de manipulação dos fios crespos, em geral voltados para a

---

9 Cabe informar que as autoras utilizam os produtos do Instituto Natural, e Neli Gomes da Rocha desde 2011 organiza caravanas periódicas, saindo da cidade de Curitiba/PR com destino ao Rio de Janeiro (12 horas) ou São Paulo (6 horas). O perfil das pessoas interessadas é em geral mulheres, jovens e adultas, formações escolares em geral com nível médio e que buscam alternativas práticas para os cuidados cotidianos dos cabelos crespos, profissionais de diversas áreas e com recorrentes experiências mal sucedidas com tratamentos químicos caseiros ou profissionais.

modificação radical tornando-o provisoriamente alisado, em geral procedimentos químicos agressivos, como o uso de formol e soda cáustica, por exemplo. Em entrevista[10] a empresaria Zica nos explica:

> [...] Então eu fui aprender a ser cabeleireira sonhando que eu ia ter a solução inteira pra aquilo, mas gente, aprendi, aprendi tudo o que o mercado oferecia, alisamentos escovas, cortes, tudo, tudo, tudo bem, amei, amei lidar com cabelo. Aprendi a profissão, fiquei maravilhada e tudo, mas cadê a solução pro meu cabelo? Nada.
>
> Teria que alisar novamente eu não aceitei isso, eu deixei meu cabelo crescer [fazendo o movimento que demonstra o volume do cabelo], conversei até com algumas patroas que na época, já gostavam de mim e eu tinha como encantar, botava um lenço, amarrava, dava um jeito, mas não alisei mais [...].
>
> Gente depois que eu fiz esse curso e não quis mais a alisar o cabelo, comecei a fazer experiência em casa, na bacia, com uma colher de pau misturando matérias-primas naquela época [...] eu não sou química né?
>
> [...] e eu pegava esses pozinhos e saí misturando em casa, eu trabalhava pra caramba, trabalhava, mas quando chegava o final de semana eu estava lá na minha fôrma, na minha bacia, e aí, apliquei no meu cabelo.

O trânsito social insere também a ideia depreciativa ao corpo negro, os traços negroides, como os cabelos crespos, adquirem sentidos divergentes: 1. A necessidade em recorrer aos procedimentos químicos e 'resolver' a textura para que 'ganhe movimento', sem abdicar do formato dos fios; 2. A postura de domesticar os traços físicos, todavia sem afastar-se da área de conforto do padrão ocidental de embelezamento dos cabelos; 3. Ocultar traços de subjetividade no ambiente de trabalho com a ideia de uniformizar para distinguir.

---

10 Utilizamos como material empírico um amplo acervo de entrevistas cedidas à mídia televisiva, virtual e redes sociais e impressa, além do site oficial www.belezanatural.com.br.

Figura 3. Zica - relação com o cabelo.
Fonte: www.belezanatural.com.br

> Na década de 70, Heloisa Assis não estava satisfeita com os cabelos. Não queria alisá-los, mas não existiam produtos no mercado que 'domassem' os seus cachos. Zica fez um curso de cabeleireira e foi misturando produtos até chegar à famosa fórmula do Super-Relaxante, abrindo espaço para um nicho de mercado não muito explorado no início da década de 90[11].

Com a proposta de que "*o salão Beleza Natural* é um salão de beleza não é uma *indústria de cosméticos"* surge no slogan e na visão que a empresa quer passar. Atualmente, o Instituto Beleza Natural (BN)[12] conta com 26 institutos, espalhados pelas principais capitais do país e em crescente expansão. Possuí 3000 colaboradoras, em geral a primeira experiência profissional e o primeiro emprego de carteira assinada. Possui atualmente fabricação própria de 310 toneladas de produtos ao mês e possuí uma clientela de 130 mil pessoas, que frequentam o periodicamente as sedes e adquirem os produtos comercializados nestes institutos de modo recorrente[13].

3.1 "Cachos no laboratório" – rotina de trabalho

Durante doze horas de estrada um grupo de 30 mulheres e 2 homens partem da cidade de Curitiba com destino ao bairro de Ipanema ou Madureira na cidade do Rio de Janeiro (ver figura 4). Às sete horas da manhã de sábado, mulheres (mães, avós e filhas) em fila esperam o recebimento da senha individual que permitirá passar por uma avaliação capilar que autoriza o uso do produto Super-Relaxante (serviço/produto muito procurado

11 Fonte: < http://belezanatural.com.br/>.

12 Fonte: <http://www.factual.inf.br/noticias/zica-assis-e-uma-das-mulheres-de-negocios-mais-poderosas-do-brasil>.

13 Fonte: < http://belezanatural.com.br/>.

nos Institutos Beleza Natural e possui restrição de idade, 12 anos). Os dois homens são os motoristas que seguem para o descanso de 6 (seis) horas, para retorno ao destino.

Figura 4. Encontro de líderes de caravana/SP – 2014.
Fonte: acervo particular Neli Gomes da Rocha.

O espaço comercial privado abre oficialmente ás 9 (nove) da manhã, todavia, às 7 (sete) o espaço do Instituto Beleza Natural inicia mais um dia de trabalho e distribui senhas às pessoas agendadas em caravanas e aquelas que aguardam em fila. O foco no embelezamento dos cabelos crespos e cacheados atinge um vasto público brasileiro, outrora usuário de tratamentos químicos insatisfatórios, por vezes traumatizantes[14]. O fato da cidade de Curitiba/Paraná ainda não possuir sede do Instituto Beleza Natural mobiliza mulheres de diversas faixas etárias, profissões em torno de um objetivo comum, 'balançar os cachos'.

Ao entrar em qualquer sede do Instituto Beleza Natural, a estrutura é inteiramente racionalizada. Na recepção, orientações sobre o procedimento: 1. Retira a senha; 2. Passa por avaliação com uma profissional treinada; Esta identifica as condições do fio crespo. Em caso positivo, 3. A cliente efetua o pagamento e 4. Segue para o setor de 'desembaraçar e separar em pequenas partes geométricas'; em seguida, 5. Aguarda para receber o produto "Super-Relaxante"; 6. Aguarda, 7. Hidrata, 8. Penteia. Espelhos enormes, Televisores ligados, inúmeras fotografias de mulheres de pele parda ou preta, por toda a estrutura (colaboradoras, clientes ou modelos não profissionais).

A cada nova cliente, novas orientações para o uso dos produtos e informativos para realizar em casa a manutenção dos crespos. Ao final do atendimento, um tapete vermelho em direção à loja com todos os produtos de fabricação exclusiva da empresa. Tudo devidamente setorizado, a 'colmeia' que produz cachos. A logística para o atendimento é elaborada desde a esfera virtual (site oficial, blog, disk atendimento) ao espaço da face a face, elaborado para o universo predominantemente feminino, muitas acompanhadas por crianças e adolescentes, notadamente afro descendentes.

O quadro de colaboradoras, em geral pertence ao mesmo status social do público alvo, as empreendedoras apostaram na inclusão de mão-de-obra em geral sem experiência prévia, feminina em contexto de baixo poder aquisitivo e com escolaridade média.

14

> A gente lida com beleza, com gente, com toque (Funcionária 1). A empresa é feita de gente, pra gente e pra que a gente se sinta realmente bem (Funcionária 2). (Funcionária 3) mostrar um valor que o brasileiro não é acostumado a ter, que é o valor de servir, de passar adiante sem se achar menor. A gente vem de uma cultura escravocrata, nossos antepassados foram escravos e essa coisa de servir ás vezes fica muito colocada como algo menor e não, servir é nobre. Poder fazer pelo outro como você gostaria de ser tratada é algo maravilhoso. (Beleza Natural, 2014:21).

A rotina do trabalho e a representação valorizada de corporeidade e traços do corpo negro saltam aos olhos, sendo condicionante inclusive para a participação na equipe a utilização e adesão às linhas de produtos da empresa, aproximando esteticamente idealizadoras, colaboradoras e clientela. <<Fazer as pessoas mais felizes, promovendo beleza e autoestima>>[15], é a chamada mais recente para apresentar a Empresária do Ano de 2014, considerada como uma das empresárias mais influentes do Brasil pela revista FORBES. Atualmente é uma das proprietárias da maior rede de salões brasileira a oferecer tratamento de embelezamento para cabelos crespos à cacheados. Diante deste quadro, ao ser questionada sobre seu sentimento em relação ao título Zica afirma:

> Estar nesta lista é reconhecimento à minha trajetória e à história do Beleza Natural. Nossa empresa sempre acreditou na classe C e cresce junto com ela. Sempre tivemos o foco em dar oportunidade de emprego às pessoas. Eu nunca tive carteira assinada e me orgulho hoje de ter 1.700 funcionários legalizados, oferecendo benefícios como plano de saúde e odontológico e convênio com universidade[1].

Todavia, estudos sobre a trajetória da instituição já trazem reflexões pertinentes. Uma delas é a tese do sucesso do empreendimento, associado à divisão rígida da produção dos cachos, e o controle da venda dos produtos, fruto da pesquisa de Dantas (2013). A partir de sua trajetória, desenhamos um processo de repercussão e ampliação no reconhecimento do Instituto Beleza Natural. Em termos econômicos é possível identificar a oportunidade que esta empresária oferece aos seus funcionários, mas e em termos simbólicos e valorativos?

15 Fonte: < http://belezanatural.com.br/>

QUADRO 1. ***Publicações sobre o empreendimento "Beleza Natural entre os anos de 2012.***

Ano da publicação		
	CONTEÚDO DA PUBLICAÇÃO	**FONTE DE COMUNICAÇÃO**
2012	Beleza Natural investe em tapete vermelho	JORNAL VALOR ECONÔMICO (RJ)
	Propagando do produto comercializado nas lojas do instituto	JORNAL EXTRA (RJ)
	Enxerto de texto falava sobre o aumento das vendas de produtos do BN, com a chegada do carnaval	NEGÓCIO E COMPANHIA (JORNAL O GLOBO (RJ))
	Enxerto de texto em uma das colunas do jornal, reportando sobre o príncipe que ficou encantado com a força da classe c, ao ponto de convidar uma das sócias do salão para apresentar o negócio em Londres.	JORNAL O GLOBO (RJ)
	Reportagem que fala sobre "domar os cachos", traz a cantora sertaneja Paula Fernandes, e em um box, aponta Zica Assis, como uma especialista em cabelos crespos do país	REVISTA ANA MARIA
	Reportagem que traz como título: "Beleza Natural quer atingir novos mercados"	JORNAL PROPAGANDA E MARKETING
	Reportagem de quatro páginas, retratando a transformação de Zica, traz como chamada "conheça a história de sucesso e veja as dicas de Zica, a doméstica que virou empresária e dona de uma rede de salões", a menciona que a dezoito anos o BN vem transformando os cabelos (e a vida) das mulheres.	JORNAL EXTRA (RJ)
	Reportagem da TV britânica BBC, sobre o negócio desenvolvido por Zica, e do seu produto que acabou por tratar os cabelos crespos de muitas mulheres brasileiras.	
	Reportagem que traz como título "madeixas bem cuidadas"	O ESTADO DE MINAS (MG)
	Uma série de reportagens exibidas no jornal, entre elas há uma por título 'fábrica de cachos" atrai caravana de mulheres. as demais falam sobre o tempo de espera para ser atendido; de como o comércio ao redor podem se valer do empreendimento para lucrar mais. E da trajetória de Zica "de doméstica à dona de 12 salões de beleza".	A GAZETA (ES).
	"A trança certa para o São João" comentário em jornal sobre penteado para o São Joao que o BN disponibiliza para sua clientela.	JORNAL MASSA (BA).
	Reportagem da revista Claudia sobre o prêmio Claudia do qual Zica foi indicada para receber.	REVISTA CLAUDIA
	Reportagem que aborda o desenvolvimento do empreendimento, bem como sua projeção internacional, é discutido neste artigo. Fala de autoestima elevada promovida pela sensação de inclusão e de valorização de um segmento que até então era negligenciado pelo mercado dos cosméticos para os cabelos.	REVISTA EXPERIENCE CLUB
	Reportagem exibindo clientes do BN, na qual há fotos do antes e depois de passarem pelo instituto, seus rostos antes abatidos e com os fios alisados, e a outra após passarem pelo tratamento do Super-Relaxamento.	REVISTA VIVA
	Matéria que fala sobre os benefícios do "*Spa capilar*" um tratamento oferecido pelo BN, há relato das clientes sobre a sensação agradável que sentem ao utilizarem o serviço. O tema central é abordado como "beleza sem danos".	JORNAL O GLOBO (RJ)
	Matéria divulgada por jornal de grande circulação na Bahia, que fala sobre empresas que veem o estado como um mercado promissor para o setor de cosméticos.	JORNAL A TARDE
	Reportagem de duas páginas que traz em sua chamada os dizeres, "receita de beleza": como a ex-empregada doméstica Zica montou uma empresa que dar poder as mulheres de cabelos crespos.	REVISTA AMÉRICA ECONOMIA

Fonte: Imprensa Beleza Natural (2012).

4 Considerações Finais

Neste trabalho apresentamos o corpo negro percebido e refletido no espelho invertido que é a construção do olhar do "outro", as relações de poder e representatividade. Construções discursivas identificadas em materiais publicitários de produtos e serviços que permeiam o universo da indústria da beleza na realidade brasileira, possibilidades e sentidos atribuídos aqueles que apresentam traços físicos como pele escura, cabelos crespos.

Compreender a gradativa mudança nas estratégias de embelezamento do cabelo crespo, acompanhadas pelo desejo de ascensão social das minorias historicamente excluída do imaginário de beleza ocidental. Percebe-se a relação entre padrões estéticos, identidades e ideologias raciais.
A valorização de um padrão estético, que basicamente volta-se para a manipulação do cabelo crespo e da cor da pele, como forma do negro ser aceito socialmente e ter mobilidade social (Coutinho, 2005; Figueiredo, 2002). Contudo, empreendimentos que promovam a desconstrução do padrão universal de beleza a ser seguido, o surgimento de práticas de embelezamento, sobretudo do cabelo crespo mostraram-se como promotores de um fortalecimento da autoestima.
Apresentamos aqui complexas perspectivas por vezes assimétricas que congregam: 1. A inovação empresarial e o mercado sem concorrentes; 2. A valorização da estética negra conduzidas por padrões pré-estabelecidos; 3. Reflexões sobre o processo de branqueamento e as mil facetas do debate sobre os sentidos da miscigenação para a identidade do indivíduo, seja esta negra ou não, mas que valorize traços aceitáveis ao convívio; 4. A divergência radical com base nos ideais políticos contestadores das normativas eurocêntricas no plano da estética, faceta simbólica da dominação. A proposta de não alteração nem da forma, nem da textura dos cabelos crespos como ação de cunho político, a exemplo do movimento Black Power.
Um "espaço colmeia", setorizado em segmentos de um processo racionalizado, transformar 'crespos' em 'cacheados' de maneira homogênea, atuando na forma de uma linha de produção capilar. Desafiando o histórico de frustrações e nome da autoestima duradoura para suas frequentadoras predominantemente feminina, trabalhadora, jovem e adulta, e em perspectiva de ascensão social com o slogan 'Em tempos de chapinha, quem tem cachos é rainha', as criadoras da marca conquistam vasta clientela, majoritariamente feminina e negra. Em geral de pouco poder aquisitivo, que desejam praticidade, autoestima e o desejo em manter a textura e formatos dos fios crespos, sem altos investimentos a curtos prazos.

Bibliografia

BELEZA NATURAL (2014), *Quem somos: imprensa*, Disponível em http://belezanatural.com.br/categoria/imprensa/, [consultado em 12-8-2014].

BELEZA NATURAL (2014), *Quem somos: empresa*, Disponível em http://belezanatural.com.br/categoria/empresa/, [consultado em 12-8-2014].

BELEZA NATURAL (2014), *Quem somos: caravanas,* Disponível em http://belezanatural.com.br/caravanas/, [consultado em 12-8-2014].

BENTO, M.A.S. (2002), "Branqueamento e Branquitude no Brasil", In: I., Carone & M.A.S., Bento (Orgs.). *Psicologia social do racismo:* estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil, Petrópolis: Vozes, pp. 25-58.

CARVALHO, J.J. (2000). "Racismo fenotípico e estética da segunda pele", *Revista cinética*, [s/n], Disponível em http://www. revistacinetica.com.br, [consultado em 22-5-2013].

COUTINHO, C.L R. (2005), "Estética Negra: o jornal como fonte de pesquisa", *Programa de Pós- Graduação em História regional e local*, Universidade do Estado da Bahia, Disponível em http://www.alb.com.br, [consultado em 09-8-2010].

DANTAS, F.R. (2010). *A atitude dos clientes do salão Beleza Natural*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Departamento de Administração. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

DOMINGUES, P.J. (2002), "Negros de alma branca? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930". *Estudos Afro-Asiáticos, (24)*, (03), Disponível em http://www.scielo.com.br, [consultado em 15-5-2013].

FIGUEIREDO, A. (2002), "'Cabelo, cabeluda, descabelada': identidade, consumo e manipulação da aparência

entre os negros brasileiros", In: *XXVI Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, Disponível em http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4475&Itemid=317, [consultado em 22-5-2013].

FIGUEIREDO, A. (1994), *Beleza pura: símbolos e economia ao redor do cabelo do negro.* Monografia, Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia

FLORES, M.B.R. (2007), *Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza*, Chapecó: Argos.

FERNANDES, F. (1965), A *integração do negro na sociedade de classes.* São Paulo, Dominus/Edusp.

FREYRE, G. (2004/1936), *Casa-grande & senzala*: *formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal,* São Paulo, Círculo do Livro.

LIMA, M. E. O. (2002), *Normas Sociais e Racismo: Efeitos do Individualismo Meritocrático e do Igualitarismo na Infra Humanização dos Negros,* Tese de Doutoramento, Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho da Empresa - ISCTE. Disponível em www.marcuseugenio.wordpress.com, [consultado em 03-10-2012].

LIMA, M.E.O. & VALA, J. (2004), "Sucesso social, branqueamento e racismo". *Psicologia: Teoria e Pesquisa,* Disponível em www.scielo.com.br, [consultado em 16-2-2013], pp. 11-19.

LIMA, M.E.O., & Vala, J. (2005), "The colour of success: Effects of the social and economical performance on the whitening and on the infrahumanization of Blacks in Brazil". *Psicologia USP*, *16* (3), Disponível em http://www.scielo.com.br, [consultado 16-2-2013].

LOPES, M.A.O. (2001), *Beleza e Ascensão Social na Imprensa Negra Paulistana, 1920-1940*. São José, SP: Premier.

NOGUEIRA, O. (2007), "Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil". *Tempo soc., 19*, (1), pp.287-308.

RAMOS, G. (1954), "O problema do negro na sociologia brasileira". *Cadernos do Nosso*

Tempo, (2), Disponível em http://www.scielo.br/scielo, [consultado em 21-10-2013].

SANT'ANNA, D. B. (2005), "Cuidados de si e embelezamento feminino: fragmentos para uma história do corpo no Brasil". In: D. B., Sant'Anna, (org.), *Políticas do corpo*, São Paulo: Estação Liberdade.

SANTOS, E.V. & Silva, P. (2011), "Representações sociais da estética negra", In: *7º Congresso Norte-Nordeste de Psicologia*, Salvador, Disponível em http://www.conpsi7.ufba.br/, [consultado em 21-4-2013].

SANTOS, J.R. (1984), *O que é racismo?* Rio de Janeiro: Brasiliense.

SANTOS, J.T. (2000), "O negro no espelho: imagens e discursos nos salões de beleza **étnicos"**. *Estudos Afro-Asiáticos, (38)*, pp. 49-66.

SILVA, P.V.B. & ROSEMBERG, F. (2008), "Brasil: lugares de negros e brancos na mídia". In: T. A.V., Dick (org.), *Racismo e discurso na América*, São Paulo: Contexto.

VENTURI, G & BOKANO, V. (2005), "Pesquisando discriminação institucional e identidade racial: considerações metodológicas". In: G., Santos & M.P., Silva (orgs.), *Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

GT 37
Mobilidades sociais e espaciais, transformações identitárias e desigualdades sociais

Indicadores Sociais das Percepções das Desigualdades: Raça, Classe e Gênero em São Francisco do Conde.

Washington Santana de Jesus[1]
wjesus2004@yahoo.com.br

Resumo: Objetivo analisar os dados primários obtidos no projeto "Contraponto do Açúcar e do Petróleo", categorizando os dados qualitativos e organizando os quantitativos de forma a realizar correlações analíticas. Estes, por sua vez, devem possibilitar elaboração de indicadores da percepção das desigualdades e indicadores de desigualdades duráveis, capazes de medir, à luz noções modernas de trabalho, renda, gênero e raça-etnicidade na atualidade, permitindo assim, análises comparativas com os dados obtidos no *survey* do projeto do Instituto do Milênio.

Palavras Chave: Indicadores sociais, classe, desigualdades duráveis, gênero, raça- etnicidade.

A questão mais geral levantada pela pesquisa é como a transição do açúcar para o petróleo afeta as expectativas, narrativas e práticas em torno do trabalho e das desigualdades e percepções destas, em São Francisco do Conde. Por apresentar uma relação muito intensa em termos de capitais e força de trabalho com a cidade de Salvador e por estar se constituindo em um novo cinturão densamente povoado em torno da Região Metropolitana de Salvador, considera-se esta parte do Recôncavo uma área *rurban*, termo que designa regiões fronteiriças com economias e *modus vivendis*, parte urbana, parte rural.

Assim, Santos (1997 [1959]) foi o primeiro a estudar as modificações da malha urbana do Recôncavo a partir de suas relações com Salvador e desta cidade com o centro-sul do Brasil, com especial atenção para as mudanças nos meios de transporte de mercadorias, nos séculos XIX e XX. Sua pesquisa aponta a década de 1940, em que o transporte rodoviário ligou Salvador a São Paulo e Rio de Janeiro, como um momento crucial na decadência econômica do Recôncavo, especialmente nas localidades litorâneas e ribeirinhas, que até então faziam ainda a ligação entre a produção agrícola, especialmente de víveres, mas também de produtos de exportação, com a cidade. A industrialização da pesca na década seguinte foi um segundo fator que contribuiu para tornar a faixa litorânea e ribeirinha do Recôncavo um importante polo de expulsão populacional inclui-se aí São Francisco do Conde.

Por isso, é preciso estabelecer quais dinâmicas ascensionais se deram no município nos últimos 50 anos, perceber as características, frequências e nuances destas dinâmicas sociais que categorizadas possam evidenciar esta realidade de forma particular mais simultaneamente ampla, qualificando-as como ferramenta de análise de outras realidades com complexidades parecidas, evidenciando quais grupos e camadas têm mostrado uma trajetória de ascensão social, quais continuam na pobreza e quais são os tipos e estruturas das desigualdades mais duráveis.

---

1 Licenciado em Ciências Sociais, Antropólogo, Mestre em Estudos Étnicos e Africanos, Doutorando em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – (IESP/UERJ) - CV: http://lattes.cnpq.br/0372627158234862

A pesquisa hora apresentada laçará mão de ferramentas quantitativas, regressões lineares, capazes de evidenciar correlações complexas entre diferentes categorias que podem vir a produzir ou melhorar indicadores sociais já existentes, permitindo que tais indicadores possibilitem uma melhor visualização dos efeitos da ascenção social de categorias sociais analiticamente relevantes, da identificação dos grupos "em risco", e da análise do processo de criação e transmissão das desigualdades ao longo do ciclo de vida dos indivíduos, e da perspectiva das mesmas entre os demais.

O projeto apresentado está fundamentado em dados primários levantados junto a pesquisa "Contraponto do Açúcar e do Petróleo", com cerca de: 417 questionários, organizados sob a forma de Banco de dados com 457 variáveis com 100 entrevistas em profundidade e 3 grupos focais numa comunidade majoritariamente negra, historicamente conservada como grupo "em risco"; acrescida do Banco de Dados, survey nacional, elaborado pelo Instituto do Milênio cujos questionários foram aplicados pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – (IBOPE) em aproximadamente 4.000 domicílios, de fato um desdobramento e aprofundamento da Pesquisa sobre Padrões de Vida do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PPV/IBGE)

Dentre os objetivos deste trabalho estão: (1) Analisar os dados do projeto "Contraponto do Açúcar e do Petróleo", onde vamos tratá-los de forma qualitativa e quantitativa; (2) Analisar os dados concernentes aos módulos de trabalho, renda e educação, abordados no survey nacional; (3)Criação de indicadores de raça, classe e gênero, que possibilitem a análise comparativa das realidades estudadas que evidenciem as desigualdades e a percepção destas em São Francisco do Conde; (4) Identificar as relações entre "tradição" e "modernidade" explicitadas no embate geracional e suas narrativas sobre educação e emprego; (5)Elaborar um conjunto de análises sobre a dinâmica da desigualdade capaz de informar políticas públicas, haja vista, a necessidade de reavaliar criticamente os limites dos tradicionais estudos de comunidade, incorporando as considerações sobre a mudanças sociais promovidas pela industrialização e o surgimento de um novo operariado na Região Metropolitana de Salvador.

Tomarei como referência para a construção de novos indicadores alguns indicadores socioeconômicos que permitem compreender as questões sanitárias, educacionais e econômicas de uma população e que devem ser analisados em conjunto a exemplo do: Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos em um ano por um uma nação e a Renda ***per capta*** que se refere ao PIB de um país dividido pelo número de habitantes, dentre outros como: Mortalidade infantil, Expectativa de vida, Escolaridade, Produto Nacional Bruto (PNB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e (IDHM), o IDH acrescido da análise dos municípios brasileiros, indicador socioeconômico considerado mais completo porque avalia três aspectos: expectativa de vida, o grau de escolaridade e a renda per capta e que se refere à média de valores que correspondem ao conjunto destes três aspectos e varia de 0 a 1, sendo 1 o índice ideal. Outros indicadores foram criados e são trabalhados por agências institutos e organizações governamentais e não governamentais nacionais e internacionais. Podemos destacar: IPEA, IBGE, BIRD, Transparência Internacional, OMS dentre outras.

Trata-se de ilustrar o funcionamento daquela que podemos chamar de ´cultura das desigualdades´, sem a qual desigualdades extremas não poderiam funcionar de forma durável: a forma pela qual as diferentes camadas sociais olham uma para outra e percebem, comentam e justificam ou aceitam, de alguma forma, as diferenças socioculturais as desigualdades e as percepções destas desigualdades, baseadas em: raça, classe e gênero. Para tanto, consultamos as pesquisas do Professor Thales de Azevedo (1996 [1955]), e da Professora Angela Figueredo (2002) que trabalhou a "...noção de projeto e socialização emancipatória para compreender a trajetória ascencional dos entrevistados, já que eles são oriundos de familias pobres". Analisar com complexidade requer conhecimento em profundidade da historicidade, discursos, peculiariedades e trajetórias somados a um espectro longo da realidade e do que é perceptível aos olhos do observador, seja ele, informante ou pesquisador.

Em Agier (1998) as redes familiares geradas entre os grupos domésticos (envolvendo as vinculações sanguíneos e de consideração) são destacadas como elementos chaves para a compreensão do processo de mobilidade social tanto espacial e residencial quanto socioeconômicos e culturais dos indivíduos e dos grupos familiares[2].

---

2 Ver mais em AGIER (1998; 1990 e 1990b e 1992). Ele discute sobre a formação da nova classe operaria em Salvador e seus espaços de moradia, os processos de configuração do espaço urbano (os bairros, a cidade etc.,); as redes sociais

Ao refletir sobre a configuração diferenciada e hierarquizada do espaço, com atribuições, imagens e representações específicas, Agier vai pensar a posição ocupada pelos indivíduos e os grupos familiares e como exercem suas trajetórias dentro e fora do bairro, que dão sentido, dinâmica e existência a cidade. Neste processo os homens e as mulheres assumem papeis diferenciadores (AGIER, 1998).

Postulando que o mundo do açúcar criou estruturas sociais extremamente desiguais, mas também modernas, que se mostraram capazes de continuar funcionado mesmo quando o açúcar deixou de ser central na economia local.

A relevância desta pesquisa está na possibilidade de construir indicadores sociais que possibilitem a avaliação das percepções das desigualdades por diferentes grupos e indicadores que dêem conta dos diferentes níveis de desigualdades reais existentes, além de organizar e categorizar os relatos e documentos, com cerca de 50 anos de história de um conjunto de famílias de pessoas que trabalharam na cana- de- açúcar e depois na indústria petrolífera, transcritos a partir de 100 entrevistas semi-estruturadas realizadas por equipe de trabalho, em que fiz parte.

A escolha do local da pesquisa se deve à especificidade da região para uma pesquisa centrada nas desigualdades - apesar da grande renda per capta, o PIB per capta de: R$ 288.370,81, proveniente de um PIB a preços correntes ,R$ 9002648, mil reais, (IBGE/2008), oriundo dos royalties da Petrobrás e alto índice de repasse do ICMS, derivado da refinação do petróleo, esta riqueza relativa, porém, anda *pari passu* com um dos mais altos índices de desigualdades da Bahia, apresentando um baixíssimo IDH: 0,714 médio, A pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica aplicada (**IPEA**) sobre o tema:

> Sobre Maldições e Bênçãos: é possível gerir recursos naturais de forma sustentável?" – Uma análise sobre os royalties e as compensações financeiras no O Brasil mostra que os recursos beneficiam menos de mil dos 5.600 municípios do país, acirram desigualdades e têm baixo impacto no crescimento dos PIBs municipais (IPEA, 2008).

A análise sociológica das desigualdades implica, necessariamente, na obtenção de informações sobre a origem social dos indivíduos (indicadores de "classe social" da família de origem). Desta forma, face às inadequações analíticas e a ausência de uma pesquisa nesta década, o projeto Milênio elaborou um Banco de Dados, survey nacional, para suprir estas necessidades e que permite a atualização das informações já existentes, e a especificação de indicadores inéditos.

Nesta pesquisa será realizada a contraposição dos dados primários obtidos na pesquisa quantitativa, as informações sobre classe, corpo, via os módulos de trabalho, educação e consumo, existentes no questionário da pesquisa: "Contraponto do Açúcar e do Petróleo" e relatadas nas 100 entrevistas realizadas, a serem categorizadas e indexadas, e que na sua maioria versam sobre a monocultura da cana-de-açúcar e sobre a primeira a fase da implementação da Refinaria Landulfo Alves – RELAN, Petrobrás, que constituiu a primeira fase do emprego de mão-de-obra não qualificada. Neste sentido é preciso entender de forma mais ampla o quanto de tudo isso se emprega as particularidades de São Francisco do Conde e quais aspectos mostram mais semelhanças com os identificados no survey nacional.

A região de São Francisco do Conde por ter sido lugar escolhido pela pesquisa coordenada por Charles Wagley e Harry Hutchinson, publicadas em "Race and Class in rural Brazil", (1957) tem desempenhado um importante papel na história das Ciências Sociais na Bahia, e em época mais recente tem sido lugar das pesquisas de Livio Sansone.O cultivo do açúcar na região é tão antigo como a fundação da vila e determina durante mais de 400 anos absolutamente todo uso do espaço cultivável assim como as relações de trabalho, profundamente marcadas pela escravidão. A monocultura, a polaridade inconciliável entre interesses do latifúndio e do minifúndio,

---

(familiares, vizinhais, as turmas etc.) e status social, no contexto do bairro da Liberdade, em Salvador. Ainda, retoma o debate sobre pobreza e a constituição das redes familiares na produção e reprodução do espaço urbano, enfocando os diferentes papéis sociais das mulheres e dos homens, onde identifica as inúmeras famílias de migrantes oriundos do Recôncavo para Salvador.

a dependência dos preços do açúcar que sempre foram muito ligados ao mercado internacional, como nos explica Stuart B. Schwartz, respeito do açúcar com alto teor de melado conhecido por açúcar de panela:

> [...] Essa variedade, porém, passou a ser remetida em grande escala pelas Antilhas, logo após meados do século XVII, sob a designação de "mascavo". Ela tornou-se a matéria prima das industrias de refinação da Europa setentrional. Por volta de 1650 havia quarenta refinarias em Amsterdam e em 1970, elas já eram 110. Londres foi outro centro importante, com um lento inicio no século XVII, mas uma rápida expansão no século XVIII, para atender a uma demanda crescente. Em 1953, oitenta das 110 refinarias inglesas ou escocesas situavam-se em Londres. [...] (SCHWARTZ, 1988, p. 145-146)

Com ensina Sidney Mintz (1984), o açúcar representa durante séculos o primeiro produto da economia global, lugar tomado justamente pelo petróleo no começo do século XX. Tomamos, aqui, economia global como economia de consumo global, que acabou por reafirmar relações sociais servis, clientelistas e altamente hierárquicas além de readaptá-las a contemporaneidade. Para Hutchinson, fazendo referência a Usina São Pedro no recôncavo baiano :

> thus paternalism stands out as one major factors in the complicad organizatitional hierarchy of plantation life. The former máster is now simply patron, but in this role he carries out almost the same functions as did the máster in relation tho the well-being of the slaves.[…] (HUTCHINSON, 1957, p.69)

Os impactos e interações decorrentes do fim da economia açucareira no Município de São Francisco do Conde, localizado na Microrregião de Salvador - Região Metropolitana de Salvador, à 67 Km de distância da capital e possui os Municípios de Candeias, Madre de Deus, Santo Amaro da Purificação e São Sebastião do Passé como limítrofes, seguidos da implantação da indústria do petróleo, foram responsáveis por profundas modificações na cultura tradicional, a conexão via rodovia com Salvador, antes só possível através da navegação de cabotagem, saveiros, trouxe consigo maior variedade de produtos de consumo, bem como acesso ao mercado de serviços da capital. Importante localidade onde foi executado o Projeto UNESCO, PEREIRA & SANSONE, 2007.
Num âmbito mais geral, como se modificaram as relações sociais, sobretudo as elações raciais, nas últimas décadas, o que a antropóloga Ruth Landes, já chama atenção na sua obra A Cidade das Mulheres:

> (...)Quando dizem "negros", designam apenas o tipo que vi nas ruas – a gente trabalhadora mal-remunerada, que se distingue pelas roupas, pelas músicas e com outras características incomuns. Não pretendem indicar meramente indivíduos de cor; e de fato, geralmente dizem "africanos", em vez de "negro" que é considerado pejorativo. Um termo preferido é "preto". "Mas nem "preto", nem "negro", nem africano" são usados com referência a pessoas desse tipo físico que ocupem posições na classe superior. A educação ou o dinheiro, isolada ou conjuntamente, retiram um indivíduo do pitoresco grupo de "negros".(LANDES, 2002, p.53).

É preciso entender como se articulam novos discursos e práticas em torno do ser negro e do ser branco, e como mudam os ícones deste processo, colocando as relações raciais e o processo identitário entre os negros num conjunto mais amplo, como nos demonstra o trecho abaixo:

> Brancos são de um modo geral, indivíduos de fenótipo caucasóide; as pessoas mais alvas, de olhos claros, de cabelos igualmente claros e finos sã, muitas vezes, chamadas de brancos finos por não apresentarem indícios de mistura com tipos de cor. Podem ser chamados de brancos também os ricos ou pessoas de status mais

> elevado seja qual for seu aspecto: quem ouvisse uma pessoa humilde qualquer, uma empregada doméstica ou um trabalhador rural, branco ou preto referir-se a "meu branco", dificilmente poderia convencer-se de que o termo estaria sendo aplicado a um mestiço bastante escuro[...] (AZEVEDO, 1996, P.34,35).

Levando em consideração a Diáspora Negra, Stuart HALL (2003) abordando os aspectos culturais do ser negro sob o prisma das representações, citando as construções e consumos desta tão falada "cultura negra", referida também como "cultura popular", por tantas vezes criada, recriada e reificada em relações dinâmicas que dialogam com fatores como: a crise de trabalho, mudanças radicais nas relações de gênero - menos filhos, famílias menores, a popularização do amor romântico; a invenção do ser jovem; o aprofundamento da globalização das expectativas de consumo:

> No interior do discurso do consumismo global, as diferenças e as distinções culturais, que até então definiam a identidade, ficam reduzidas a uma espécie de língua franca internacional ou de moeda global, em termos das quais todas as tradições especificas e todas as diferentes identidades podem ser traduzidas. Este fenômeno conhecido como "homogeneização cultural" (HALL, 2005, p.75).

Até a uma década a relação com a economia global era pelas redes do açúcar e do petróleo, hoje esta conexão se dá, sobremaneira, pelo consumo. Para Sansone, as identidades contemporâneas tendem a exigir um maior grau de desterritorização e refere-se a mobilidade sempre existente entre os grupos étnicos, mas chama atenção para o aumento considerável desta mobilidade, pondo em trânsito inúmeras outras possibilidades de contato e consumo, onde os laços pouco existem ou apresentam um alto grau de frouxidão. E complementa:

> O processo de construção de identidade negra na sociedade moderna colocando estas identidades como fluídas, múltiplas e interligadas ao capital social e cultural acumulado pelos indivíduos (SANSONE, 2004, p.208)

Interessa salientar como diferentes grupos da população estão reagindo frente à crescente exposição a mercadorias, valores e ideias "que vem de fora", algo possibilitado pelo fato da cidade estar se inserindo em redes mais amplas; é preciso entender como esta crescente abundância de referencias contribui para rearticulação de identidades e sentidos coletivos em torno de noções como comunidade, cor ou "raça", gênero e corpo (a cesta dos parceiros, o homem ideal, drogatização etc.), o se sentir jovem, a posição social (entendida como uma combinação de renda e lugar no mercado de trabalho). É nesse contexto, feito de redes e fontes mais complexas assim como de horizontes geograficamente mais amplos, que podemos chamar de *habitus* que os moradores tentam rearticular e reorganizar suas estratégias de sobrevivência. Nortearemos nosso trabalho a partir da afirmação do sociólogo Antônio Sérgio Guimarães:

> Quando os conceitos de "raça" e "gênero" são aplicados aos estudos sobre desigualdades econômicas ou pobreza eles têm o efeito virtuoso de revelar aspectos que o conceito de "classe" não poderia explicar. Eles desvelam certas particularidades na construção social da pobreza, que eram antes ignoradas. Em vez de continuarmos a pensar que a relação entre "cor" sobre a pobreza é de coincidência, passamos a investigar o papel constituinte da cor sobre a pobreza […](GUIMARÃES, 2002, p.77).

Segundo Haguette (2005), "...os métodos quantitativos supõem uma população de objetos de observação comparável entre si e os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser." E é seguindo estes passos que propomos em nosso trabalho utilizar da melhor forma possível a análise quantitativa baseada no questionário do "Contraponto do Açúcar e do Petróleo",

alicerçada em um Banco de Dados, conforme descrito anteriormente, produzido em SPSS versão 15.0, o qual começamos a trabalhar a análise dos dados, aliada ao uso dos dados do projeto Milênio. Aliamos as formas qualitativas e quantitativas de análise que utilizamos no primeiro projeto: realizando entrevistas, observação participante e que culminou com a formação de três grupos focais que foram realizados em torno destes termos, em que esperamos evidenciar as especificidades do objeto abordado.
De acordo com Bauer e Gaskell, para podermos ter uma cobertura adequada dos acontecimentos sociais faz-se necessário o uso de muitos métodos e dados:

> [...] um pluralismo metodológico se origina como uma necessidade metodológica. A investigação da ação empírica exige a) observação sistemática dos acontecimentos; inferir os sentidos desses acontecimentos das (auto-)observações dos atores e dos expectadores exige b) técnicas de entrevista; e a interpretação dos vestígios que foram deixados pelos autores e espectadores exige c) uma análise sistemática. (BAUER E GASKELL, 2002, p. 18-19).

Mais em geral, pretendemos pesquisar também a percepção das desigualdades, extremas e duráveis, resultado da relação entre novas demandas de cidadania, estimuladas pela combinação entre aumento da escolaridade se comparado com a geração anterior, complemento da fase da democratização, crescente exposição à globalização (das ideias, expectativas, mercadorias e mercados) e mudanças nas relações de raça, classe e gênero.
Em virtude de o Brasil apresentar um dos maiores e mais perversos índices de desigualdade do mundo, apesar dos grandes avanços na última década, observamos uma enorme durabilidade de alguns tipos de desigualdades. Estas desigualdades podem variar em Tamanho, em virtude da variação dos ativos, observados através de uma analise de variância; Na observação da medida em que os indivíduos estão permanentemente presos a certas posições sociais em processos de fechamento social, baixa mobilidade , caracteriza-se uma Rigidez, observada em correlações em determinado período estudado, recorte temporal.

As desigualdades também podem ser herdadas, "Ascription". Cabe lembrar que tentativas universalistas de correção destas desigualdades dariam oportunidades iguais para indivíduos em situações desiguais, sócio-politico-econômicas desiguais, o que na pratica mantem e aprofunda as desigualdades. E podem levar a Cristalização, que é a sobreposição das diversas dimensões de desigualdade. Descrito quantitativamente por uma "correlação" entre dimensões de desigualdade, de ativos.

As desigualdades geram consequências negativas ao desenvolvimento dos indivíduos como: acesso à saúde, à educação, à moradia, a participação politica e a possibilidade de ascenção social, caracterizado como micro externalidades; Pode também, gerar novos tipos de desigualdade como segregação espacial e acesso a tecnologias reverberando na exposição das desigualdades, das pobreza e da miséria. Afeta assim, todo o conjunto da sociedade, do município, do estado e do país.

Para Ribeiro (2006) a América Latina apresenta uma das maiores taxas de desigualdade e essas taxas traz autos custos para a região. Os altos índices de pobreza de um lado e por outro a enorme concentração de renda dificultam o crescimento econômico, especialmente se levarmos em conta o acesso ao crédito e a educação, o que segundo autor potencializa as chances de ocorrência dos conflitos sociais. Salienta Ribeiro, que em pesquisas realizadas na região são salientadas as injustiças sociais observadas nas desigualdades de oportunidades, associadas a origens de classe e a grupos étnicos, o que fere os princípios gerais de justiça social.

Os pesquisadores Hasenbalg, Valle e Lima (1999), em meados do século XX, apontavam que a visão pessimista das elites, até então existente, foi substituída por outra que valoriza as contribuições dos grupos raciais, formadores da nossa sociedade, e tal atitude passa a ser fundamental para o progresso do país, segundo os autores.

> A onda de imigração do início do século XX não gerou os mesmos impactos nos demais estados do Sudeste (Rio de Janeiro e Minas Gerais) e tão pouco no Nordeste do país. Para Hasenbalg, Valle e Lima (1999) essa interpretação deve incorporar um fenômeno importante que contribuiu para a incorporação tardia dos negros ao ambiente urbano-industrial da época... (HASENBALG, 1979, p. 118).

Tal condição histórica articulada às desigualdades de educação e de renda influenciou decididamente na distribuição dos grupos raciais nos estratos ocupacionais que emergiram com a industrialização de forma rigidamente hierarquizada e desfavorável aos negros.

Em seu trabalho intitulado "Um Panorama das Desigualdades da América Latina", Ribeiro aborda o tema das Desigualdades como central ao debate politico da região. Em sua análise utiliza como métrica da desigualdade o Índice de Gine, no período compreendido entre 1960 e 1990. Ribeiro, observa que as desigualdades de acesso a saúde, educação, saneamento, água potável, eletricidade e telefonia também são "tipicamente altas e estão correlacionadas com as diferenças de renda". Apresenta indicadores de melhoras ou diminuição das desigualdades, em alguns países, e compara com outros na mesma região, que historicamente tinham menor desigualdade, observou-se um gradual aumento das desigualdades no período compreendido entre 1980 e 2000.

RIBEIRO conclui o seu trabalho sugerindo três tipos de ações que se tratadas como politicas públicas, podem vir a diminuir a desigualdade de ativos, e facilitar o acesso ao mercado e usar o poder redistribuição do estado. Educação, direito a propriedade e infraestrutura pública. Em contrario será muito difícil dirimir a situação de iniquidade e suas consequências para a América Latina.

Para SILVA (1979) a mobilidade ocupacional é entendida como uma relação de fluxos entre os estratos ocupacionais que pode ser representada por uma tabela de contingencia bidimensional em que uma das dimensões representa a origem social dos indivíduos (normalmente a ocupação de seu pai no momento de sua entrada no mercado de trabalho) e a outra dimensão representa a sua posição de destino (isto é, seu estrato ocupacional atual ou o de sua primeira ocupação). (SILVA, P.59)

A análise sociológica das desigualdades implica, necessariamente, na obtenção de informações sobre a origem social dos indivíduos (indicadores de "classe social" da família de origem).

Ribeiro em informe da ANPOCS, (2000) nos brinda com dois livros que serão norteadores desta pesquisa, no primeiro, ***Mobilidade social no Brasil,*** 200, os pesquisadores Pastore e Valle Silva adotam uma perspectiva teórica definida como "estudos da mobilidade de *status*" ou de "hierarquias socioeconômicas". O que caracteriza esta opção teórica mais claramente é a escolha de um "esquema de classes", ou melhor, de "grupos de *status*" ordenados hierarquicamente, de acordo com características de renda e educação, em seis categorias. Para Ribeiro os autores optam por uma classificação hierárquica de *status*, onde definem a estrutura social como uma hierarquia, aproxima-se, portanto, da tradição iniciada pelos sociólogos norte-americanos Peter Blau e Otis Dudley Duncan (1967) com o objetivo de analisar as mudanças na mobilidade social e na estrutura ocupacional brasileira no período entre as décadas de 1970 e 1990.

A segunda obra de suma importância, Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências, 1999, foi escrita pela professora Maria Celi Scalon propõe outra forma de estudar mobilidade social, baseada não mais no estudo de hierarquias de *status*, mas na "análise de classes" ou "mobilidade de classes", tal como definida pelo sociólogo inglês John H. Goldthorpe (1987).

O prisma apresentado pela autora não só descreve as barreiras de classe mais difíceis de serem transpostas como também discute os efeitos da interação entre gênero e classe nos padrões de mobilidade social. a autora adota uma perspectiva em que as classes são concebidas como fazendo parte de um "espaço relacional" significa que, para ela, a estrutura social está sendo definida antes por oposições de classe do que por hierarquias de *status*, ordenados hierarquicamente entre baixo e alto. Enveredaremos pelos caminhos aqui apresentados.

Referências

AGIER, Michel. "Lugares e redes – As mediações da cultura urbana". In. NIEMEYER, Ana Maria & GODOI, Emília Peitrafesa de (orgs.). Além dos territórios. Campina, SP: Mercado de Letras, 1998.

_____. "Espaço Urbano, família e Status Social. O novo Operariado Baiano nos seus Bairros". In. Cadernos CRH, Salvador: Centro de Recursos Humanos, n° 13, 1990, pp 39-62.

_____. "O sexo da pobreza. Homens, mulheres e famílias numa 'avenida" em Salvador da Bahia". In. Revista Tempo Social: Universidade de São Paulo, vol. 2, n°2, 1990b, pp 35-60.

AGIER, Michel – Etnopolitica: A dinâmica do espaço afro-baiano. Estudos Afro -Asiaticos. Rio de Janeiro, n. 22, p. 99-115, 1992.

_____ Novos status e tantos novos negros: questão de identidade entre trabalhadores baianos. Salvador: [s.n], 1992. Mimeo.

AZEVEDO, Thales de (1996 [1955]). As elites de cor: um estudo de ascençaõ social. Salvador:EDUFBA (A PRIMEIRA EDIÇÃO, DE 1955, É DA Companhia Editora Nacional, Rio de Janeiro).

BAUER, Martins W. GASKELL George - Pesquisa Qualitativa com texto: imagem, som: um manual prático. (editores); tradução de Guareschi, Pedrinho A. – Petrópoilis, RJ: VOZES, 2002.

GUIMARAES, Antônio Sérgio Alfredo. Classes, raças e democracia. 34ed. São Paulo: FUSP, 2002. P. 77.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota – Metodologias Qualitativas na Sociologia, Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2005, 224 p.

HALL, Stuart. Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte, Brasília: UFMG, UNESCO, 2003.

HALL, Stuart. - Identidade Cultural na Pós-modernidade - tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 10ª edição – Tio de Janeiro:DP&A,2005 ..

HASENBALG, Carlos; VALLE, Nelson e LIMA, Márcia. Cor e estratificação social. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

HUTCHINSHON, Harry William. 1957. Village and Plantation Life in Northeastern Brazil. Seatlle: University Seatlle Press.

LANDES, Ruth.2002 - A Cidade das Mulheres. Rio de Janeiro - Editora UFRJ, 3ª. Edição

LIMA, Vivaldo da Costa. 1997 - A família de Santo nos Candomblés Jêjê-nagôs da Bahia: Um estudo de relações intra-raciais.Dissertação de Mestrado apresentada à coordenação de pós-graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. 1971/2.

PASTORE, José e SILVA, Nelson do VALLE. *Mobilidade, social no Brasil*. São Paulo, Macron Books, 2000.

PEREIRA, Cláudio Luiz & SANSONE Livio (orgs.) – Projeto UNESCO no Brasil: Textos Críticos – Salvador: EDUFBA, 2007. 462 p.

RIBEIRO, Carlos A. Costa *Dois estudos de mobilidade social no Brasil* - Revista Brasileira de Ciências Sociais, *Print version* ISSN 0102-6909, Rev. bras. Ci. Soc. vol.15 no.44 São Paulo Oct. 2000, Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092000000300011

_____, Um Panorama das Desigualdades na América Latina. Análise de Conjuntura OPSA (no 6, junho de 2006). ISSN 1809-8924.

Disponível em: www.plataformademocratica.org/Publicacoes/22203_Cached.pdf

SANSONE, Livio. Os objetos da identidade negra: consumo, mercantilização, globalização e a criação de

culturas negras no Brasil. Mana: Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 2000.

_____ Negritude sem etnicidade: O local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil / tradução: Vera Ribeiro. – Salvador: Edufba; Editora Pallas, 2004.

SANTOS, Milton. *Pobreza Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. "A rede urbana do Recôncavo". In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). *Recôncavo da Bahia – sociedade e economia em transição*. Salvador: Academia de Letras da Bahia: Universidade Federal da Bahia, 1997. Publicado originalmente em 1959.

SILVA, Nelson do Valle. As duas faces da mobilidade. *Dados:* revista de ciências sociais, 21, 1979.

SCHWARTZ. Stuart B. – Segredos Internos-Engenhos e escravos na Sociedade Colonial, 1550-1885; tradução; Laura Teixeira Motta. – São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1780&id_pagina=1

IPEA - Royalties do petróleo chegam a menos de 20% dos municípios, aponta pesquisa (05/11/2008 - 17:00) disponível em: http://w. . . . . ww.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/08_10_29_Royalties.pdf

Relações entre a Educação Pública e Novos Fluxos Migratórios para São Paulo/Brasil

Norões, Katia C.
katia.noroes@gmail.com

Resumo: Esse artigo objetiva explorar a relação entre fluxos migratórios internacionais e suas demandas por acesso e permanência nas escolas públicas na cidade de São Paulo/Brasil. Com o impacto que os fluxos migratórios acarretam nas dinâmicas urbanas das grandes cidades, as temáticas relativas aos coletivos de migrantes ganham visibilidade na sociedade receptora quando acessam bens e serviços públicos tais como saúde, escolas, assistência social, etc, nesse sentido, o aporte teórico desse artigo encontra-se na fronteira das pesquisas sobre Migrações Internacionais e Direito à Educação. A partir da análise quantitativa sobre o ingresso de crianças/jovens oriundos de outros países nas escolas municipais de São Paulo, refletimos sobre a inserção do migrante junto às políticas públicas e sociais brasileiras.

Palavras-chave: direitos humanos, direito à educação, migração e educação, migração internacional

Relações entre Migrações Internacionais e Educação: alguns referenciais

Os processos sociais que envolvem fluxos de pessoas ou grupos oriundos de diferentes países, regiões e continentes inserem-se no âmbito das migrações internacionais. O atual contexto de pesquisas considera variadas motivações e determinações sobre tal fenômeno, que abrangem desde a perspectiva de decisão individual como as coletivas, tais como: sobrevivência, refúgio e fugas, crises políticas, econômicas, ambientais, etc, até estudos, missões, turismo, entre outras (COHEN, 2005; KURZ, 2005; MAZZA & SIMSON, 2011). Em diferentes contextos e na condição legal ou ilegal, os movimentos migratórios[1] tornam-se visíveis às sociedades receptoras na medida em que relações entre nacionais e não-nacionais são estreitadas e direitos são reclamados por ambos os lados (BONASSI, 2000; FELDMAN-BIANCO, 2000; SAYAD, 1998).

Uma das chaves explicativas para deslocamentos populacionais na literatura neoclássica apresenta foco no desenvolvimento econômico e nas possibilidades de trabalho no contexto industrial (RAVENSTEIN, 1980; LEE, 1980; SINGER, 1980). Nesse sentido, a partir de estudos etnográficos sobre o fluxo de argelinos para a França, Sayad (1998) defende a ideia da relação intrínseca existente entre migração e trabalho, na qual, migrantes[2] chegam para suprir a mão de obra muitas vezes desprezada pelos trabalhadores nacionais e como tal permanecem invisíveis, entretanto, a visibilidade desses trabalhadores dar-se-á na medida em que começam a reivindicar serviços e bens públicos, entre os quais, o direito à Educação, a saúde, etc. Reconhece, ainda, a complexidade desse fenômeno ao mapear as crenças que o envolvem, tais como: a neutralidade política do

---

1 Entende-se como uma prática social presente na humanidade desde a Antiguidade e que segundo Mazza & Simson (2011) caracteriza-se na modernidade pela dimensão espacial, pela esfera econômica dos meios de produção e pela circulação e consumo de bens materiais, entre outros. Na presente pesquisa nos referimos a movimentos populacionais que cruzam fronteiras de Estados-nações e apresentam suas complexidades e desafios de convivência entre diferentes povos.

2 A literatura clássica refere-se a imigrante para os que se estabelecem em um país diferente de sua origem, a emigrante para os que deixam seus países para se estabelecerem em outro país e migrante para ambos ou para deslocamentos internos no mesmo país. Visto que, migração tornou-se o termo mais utilizado na literatura nacional e internacional considerando que a imigração e a emigração começam concomitantemente e se relacionam dialeticamente, nossa pesquisa respeitará os termos e conceitos utilizados pelos autores contemporâneos e, em nossa redação, utilizaremos o conceitos de migração e migrante internacional para nos referir ao fenômeno na sua completude, ou seja, o ir e vir, o sair e o chegar.

migrante, a presença justificável pelo mundo do trabalho, o tempo que caracteriza essa presença que pode ser provisória, temporária ou permanente – e os seus impactos no conjunto da sociedade.

Distante de esgotar as análises do autor e a complexidade da temática, as questões relativas às demandas que surgem a partir da presença dos imigrantes e as possíveis disputas políticas nos e pelos espaços públicos e privados foram discutidas por Patarra (2006) ao enumerar uma série de fatos sociais como o atentado de 11 de setembro de 2001 nos EUA, as manifestações dos muçulmanos na França e os conflitos no Oriente Médio. Para a autora, os posicionamentos e atuações políticas dos movimentos de emigrados pelo mundo fizeram com que questões como migração internacional e sua governabilidade fossem divididas com os movimentos sociais de migrantes. Para isso, houve a junção de contextos acirrados de lutas e de acordos internacionais assumidos pelos Estados que corroboraram para a discussão, ampliação e efetivação dos Direitos Humanos dos migrantes. Tais contextos nos sugerem duas direções para análise. Por um lado, a temática das migrações é frequentemente composta por tensões baseadas na prerrogativa da diferença e da segurança interna, que culminam no endurecimento das fronteiras e políticas internas com o intuito de frear novos fluxos. Por outro lado, o impacto dos contextos de mobilização em escala global tende a subsidiar as reivindicações dos movimentos de migrantes com a finalidade de cobrar dos Estados ações no âmbito do Direito Internacional e dos Direitos Humanos. Contextos esse, que visam assegurar aos migrantes direitos fundamentais e humanos, dentre os quais a circulação irrestrita, independente de serem ou não cidadãos do país onde se encontram (MAGALHÃES, 2010).

Sobre os direitos derivados da condição ou da dignidade humana e o histórico dos Direitos Humanos no contexto internacional, Piovesan (2005) documentou que a primeira fase de formulação e proteção dos direitos humanos foi marcada pela perspectiva da proteção geral. No entanto, ao refletir sobre o temor à diferença, a segunda fase reconheceu a necessidade de conferir a determinados grupos a proteção particularizada em virtude de sua vulnerabilidade, isto é, passa-se do temor à diferença para a promoção da diferença, mediante a adoção de inúmeros instrumentos internacionais de proteção. Observou-se, ao longo do século XX, duas correntes teóricas pós Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, sendo que a primeira trata do reconhecimento e introdução gradual do princípio de igualdade dos não cidadãos nos planos nacionais, nas constituições e nas legislações nacionais e a segunda refere-se a expansão, ao fortalecimento e ao aperfeiçoamento da proteção internacional dos Direitos Humanos (COMPARATO, 1997; PIOVESAN, 1997).

Entre pactos, convenções, declarações e conferências a partir de 1948, a não discriminação e a noção de universalidade dos direitos foram afirmadas nesses documentos "sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (Art. 2° da Declaração Universal dos Direitos Humanos)". Entretanto, mesmo nos Estados signatários da maioria de tais instrumentos internacionais, ressalta-se o abismo entre a assinatura desses e as realidades nacionais durante o século XX e XXI (MAGALHÃES, 2010).

Do âmbito internacional para as especificidades brasileiras, a concepção do que compreende o *nós* e os *outros* se torna visível nas Constituições brasileiras à medida que o princípio da igualdade refere-se a todos os nacionais (*nós*) e omite-se quanto à temática relativa aos *outros* (MADRUGA, 2005). Baseado no princípio de igualdade, reivindicado pelos migrantes aos Estados receptores, Barrozo (2004) reflete que tal princípio que foi tratado com ineditismo na Constituição de 1988 ao elencá-lo como um dos "valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social", bem como, por promover "o bem de todos sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (p. 115)". Por outro lado, o documento nacional que define a vida dos estrangeiros no Brasil foi preconizado durante a ditadura militar que decretou o Estatuto do Estrangeiro no Brasil (Lei 6.815 de 1980), ainda em vigor, e completamente dissociado das normativas dos Direitos Humanos e do Princípio de Igualdade apregoado pela Carta Magna de 1988, pois tal lei ainda trata e considera o estrangeiro como uma ameaça à segurança nacional.

Concomitante a implementação do Estatuto do Estrangeiro, na década de 80 os movimentos migratórios reassumiram destaque no contexto mundial no qual o Brasil assume tanto a condição de emissor de nacionais aos países desenvolvidos como EUA, Canadá, Europa e Japão, quanto de receptor de imigrantes oriundos

dos países fronteiriços, Cone Sul e Coréia do Sul. Conforme os dados do Censo de 1991, Antico (1998)[3] destacou que a região sudeste tornou-se rota dos migrantes oriundos dos cinco continentes, sendo o estado de São Paulo responsável por receber 53,6% do fluxo total, representando a maior diversidade de movimentos migratórios internacionais. Quanto a cidade de São Paulo, apontou o recebimento de 66,1% desses fluxos, oriundos principalmente dos países latino-americanos como Chile, Bolívia, Argentina, Paraguai[4], Uruguai, além dos coreanos.

O levantamento de 1991[5] tornou visível os fluxos migratórios internacionais para o Brasil porque foi o primeiro que tornou questão o país de residência cinco anos de antecedência ao levantamento, sendo assim, revelou dados quanto à origem mais ou menos presente dos migrantes, revelou a idade média dos migrantes, qual é o sexo predominante, entre outros (Oliveira, 2013). Ao analisar os dados desse Censo, Antico (1998) apontou que entre os homens adultos de 25 a 39 anos está a maior concentração na pirâmide etária de migrantes e verificou a proporção de 22% do total para população abaixo dos 14 anos, o que despertou nossa atenção.

Frente aos dados do Censo de 1991 sobre a presença de migrantes procuramos observar, na literatura, o campo educacional como possibilidade de demanda e atuação desses grupos. Com efeito, em pesquisas sobre os fluxos migratórios do final do século XIX até a atualidade, identificamos as produções da historiadora Zeila Demartini (2000; 2003; 2004) que relacionaram migração, educação e infância. Sobre tal campo Dermartini (2004) problematizou que:

> " (...) O que queremos destacar aqui é que, ao refletirmos sobre educação, somos muitas vezes tentados a homogeneizar ou simplificar as leituras com relação a determinados períodos e a determinados contextos, quando, em realidade, as situações se apresentaram como extremamente complexas, exigindo de nossa parte investigações detalhadas e problematizadoras. Assim, por exemplo, tendemos a pensar nas políticas educacionais que permearam a educação paulista a partir das propostas emanadas do poder público federal, ou estadual, da sociedade local, sem levar em conta o sistema e as propostas educacionais que para cá vieram e atuaram a partir dos grupos imigrantes e das sociedades de origem. (p. 219)"

Sobre as migrações subsidiadas por políticas de Estado, o trecho nos oferece pistas e questões sobre as heranças das migrações do final do século XIX ao início do XX para os sistemas de ensino e políticas educacionais, naquele período, em formação. Uma forte tendência dessas migrações foi a organização de escolas "étnicas" ou comunitárias no âmbito da colônia e, as vezes privadas (italianas, japonesas, francesas, alemãs, etc). Segundo Demartini (2004), nessas houve variação estrutural, linguística, curricular e, quanto ao funcionamento, expressavam uma gama de projetos e modelos educacionais que tencionaram e influenciaram a estruturação do campo educacional paulista, mais especificamente a capital do estado de São Paulo. Kreutz (2000) acrescentou que o Estado brasileiro, nesse contexto histórico, incentivou as comunidades migrantes a organizarem suas próprias escolas. Essa condição, nos levou a constatarmos contextos distintos no que tange a educação – formal e informal – das crianças migrantes e das gerações posteriores.

Consideramos, então, como impacto dessas políticas – a princípio, imigrantistas (FAUSTO, 1991; DIEGUES, 1994) e, depois, educacionais – a constituição de diversas propostas que culminaram na organização de escolas

---

3 No âmbito da Demografia destacamos as pesquisas produzidas pelo IBGE e pelo NEPO-UNICAMP, que segundo o recorte dessa pesquisa, partem do Projeto Integrado "Deslocamentos Populacionais e Livre Circulação de Trabalhadores: o caso do Mercosul", coordenado pela Profa. Dra. Neide Lopes Patarra e atualmente o Projeto "Observatório das Migrações em São Paulo", coordenado pela Profa. Dra. Rosana Baeninger.

4 No caso do Paraguai ressaltamos o caso dos brasileiros que cruzaram a fronteiras por questões de terras e da produção agrícola, os chamados *brasiguaios.* Claudia Antico (1998) documentou que, em 1996, 460.846 brasileiros residiam no Paraguai, sendo o segundo principal destino atrás apenas dos EUA com 598.526 de residentes brasileiros.

5 No caso do Paraguai ressaltamos o caso dos brasileiros que cruzaram a fronteiras por questões de terras e da produção agrícola, os chamados *brasiguaios.* Claudia Antico (1998) documentou que, em 1996, 460.846 brasileiros residiam no Paraguai, sendo o segundo principal destino atrás apenas dos EUA com 598.526 de residentes brasileiros.

étnicas e/ou comunitárias, em âmbito privado (DEMARTINI, 2004; KREUTZ, 2000). Nesse sentido, Kreutz (2000) apontou que "o Brasil foi o país com o maior número de escolas étnicas na América, embora tivesse um afluxo relativamente pequeno de imigrantes (p. 160)", destacou, ainda, que a comunidade alemã criou o maior número (1.579) de escolas próprias até 1937, quando passaram a ser proibidas e fechadas por ordem do Estado Novo.

No âmbito da educação pública municipal encontramos a pesquisa de Siller (2011) que investigou as relações estabelecidas entre as crianças oriundas de comunidades pomeranas[6] em dois centros de educação infantil municipais de Santa Maria do Jetibá/Espirito Santo. A autora identificou que as práticas escolares se pautavam no padrão nacional preconizado pela língua portuguesa, religião católica e pelos valores de trabalho no contexto urbano-industrial. Esse modelo apagava as diferenças das crianças cujas famílias vinham da tradição pomerana marcada pela língua pomerana, religião protestante e valores ancorados no trabalho rural e agrícola. Os desafios apontados pela autora, quanto ao processo de escolarização das crianças, apontam para as propriedades de projetos interculturais e/ou multilíngues na educação pública, nos quais identificamos semelhanças com as atuais perspectivas educacionais reivindicadas pelos movimentos sociais de migrantes na cidade de São Paulo. No primeiro evento[7] organizado, em junho de 2013, pela Secretaria de Direitos Humanos e Coordenadoria de Políticas de Migração, da Prefeitura de São Paulo, foram convidadas as comunidades de migrantes a fim de exporem suas reivindicações. Dentre as demandas apresentadas, o acesso a educação, a saúde, a segurança pública, a moradia, a cultura, a flexibilização do processo para emissão de documentos e ao direito ao voto permearam a maioria das exposições dos migrantes. Ressaltamos sobre a educação, que denúncias sobre maus tratos, impossibilidade de matrícula, *bullying*[8], entre outras, dividiram espaço com as propostas para acesso as instituições públicas educacionais, criação de escolas multilíngues e multiculturais, vagas em concurso público para professores de outros países, oferecimento de curso de espanhol para servidores públicos e para a criação de espaços culturais para integração entre migrantes e brasileiros.

Frente ao amplo contexto abordado e com finalidade de aprofundarmos em pesquisas empíricas como a de Siller (2011), elaboramos um levantamento, não exaustivo, sobre as produções acadêmicas (teses e dissertações) que relacionam educação e novos fluxos migratórios dispostas na Biblioteca Digital Brasileira de teses e dissertações, que reúne as plataformas Domínio Público e de IES públicas e privadas. Nesse, encontramos três dissertações recentes que abordavam, em específico, a temática da migração internacional e do direito à educação e um, na área da demografia, sobre a presença da segunda geração de migrantes latino-americanos na região metropolitana de São Paulo.

Na área do direito, a pesquisa de Waldiman (2012) analisou a relação controversa entre o ordenamento jurídico nacional e o Estatuto do Estrangeiro. Quanto ao Ordenamento jurídico, baseou-se na Constituição/88, no Estatuto da criança e do adolescente e nas Convenções Internacionais ratificadas pelo Brasil, que reconhecem

---

6 Segundo a autora, são comunidades descendentes de famílias oriundas da região da Pomerânia (Polônia e Alemanha) que chegaram ao Espírito Santo na primeira metade do século XIX. Tais comunidades ainda conservam tradições culturais, costumes, língua e trabalho familiar marcado calcado nos valores rurais-agrícolas, os quais são vivenciados pelas crianças da comunidade.

7 A coordenadoria foi criada em junho de 2013, sob a coordenação do militante da causa migrante Paulo Illes. As referências aqui descritas são observações elaboradas para essa pesquisa, que participamos entendendo-o como parte da investigação.

8 O Conselho Nacional de Justiça publicou em 2010 uma cartilha sobre Bullying no projeto "Justiça nas escolas". A publicação conceitua que bullying "é utilizado para qualificar comportamentos agressivos no âmbito escolar, praticados tanto por meninos quanto por meninas. Os atos de violência (física ou não) ocorrem de forma intencional e repetitiva contra um ou mais alunos que se encontram impossibilitados de fazer frente às agressões sofridas. Tais comportamentos não apresentam motivações específicas ou justificáveis. Em última instância, significa dizer que, de forma "natural", os mais fortes utilizam os mais frágeis como meros objetos de diversão,

prazer e poder, com o intuito de maltratar, intimidar, humilhar e amedrontar suas vítimas". Tal definição foi inspirada na relação entre nacionais, mas não encontramos estudos que se aprofundem na relação entre nacionais e não nacionais.

o direito à educação como fundamental e garantido a todos. Quanto ao Estatuto, estabeleceu o registro do estrangeiro no Brasil (Art. 83) como condicionante para o acesso à educação, sendo assim, separa quem tem ou não o direito à educação. A autora apontou que a finalidade da prerrogativa em vigor é o controle e a fiscalização do total de imigrantes e a imputação de penalidades para imigrantes e instituições que não contribuírem para a atualização desses dados. Com isso, tais políticas visam frear a migração de indocumentados pelo acesso a serviços públicos, e, assim, inibir a presença de tais migrantes nos sistemas educacionais brasileiros.

Entre o conhecimento e o desconhecimento do Artigo 83 do Estatuto, Waldiman (2012) documentou que em janeiro de 1990 foi promulgada a primeira Resolução (SE-09/90) sobre a matrícula de estrangeiros na rede pública estadual de São Paulo. Isso indicou que anteriormente a tal resolução as matrículas eram efetivadas nas escolas e que, frente tal prática, havia o desconhecimento desse artigo nas instâncias educacionais deliberativas. A partir de então, e em consonância com o Estatuto do Estrangeiro, exigia-se documentação específica para a matrícula de alunos estrangeiros a fim de evitar problemas à rede escolar estadual e "aos próprios alunos", conforme expressou o documento. Por meio desta, a Secretaria Estadual de Educação (SEE) cancelou cerca de quatrocentas matrículas de estrangeiros considerados irregulares, os órgãos competentes foram informados e os alunos imigrantes foram proibidos de frequentar a escola por cinco anos de vigência desta Resolução (BONASSI, 2000). A autora resgatou que através da atuação de militantes[9] e entidades religiosas conseguiu-se revogar tal Resolução em 1995 e entrou em vigor a SE-10, que reconheceu o princípio do Direito universal a Educação conforme a Carta de 1988, ou seja, sem discriminação de origem e independente de nacionalidade e documentação.

Na rede municipal de São Paulo, o primeiro registro de reconhecimento do direito a educação para indocumentados ocorreu através do Parecer 07/1998, que analisou os procedimentos para matrícula de um imigrante boliviano sem documentação. O parecer favorável ao direito baseou-se na normatização existente na SEE, mas, contraditoriamente, o Conselho Municipal de Educação (CME) optou por reconhecer as propriedades do Estatuto do Estrangeiro e autorizou a matrícula com a notificação ao Ministério da Justiça. Somente no início do Século XXI, o CME, através do Parecer n° 17/2004, manifestou-se na defesa do pleno direito à Educação.

Na área da Educação, a pesquisa de Magalhães (2010) analisou o acesso, a permanência e o direito à educação relacionada aos imigrantes bolivianos. Nesse sentido, indagou, através de entrevistas, como bolivianos(as) relacionavam-se com a comunidade escolar local e quais características que marcaram a trajetória dos imigrantes nessas instituições. Uma das principais contribuições da autora para a temática das migrações e educação foi a análise de que as tensões de ordem global e as contradições contemporâneas são vividas na dinâmica das cidades, solicitam respostas locais e, nesse caso, em âmbito municipal. Em contradição, a autora denuncia que nas políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal não são consideradas as especificidades oriundas dos fluxos migratórios, o que torna invisível tal temática nas esferas de deliberação e poder.

Segundo Magalhães (2010), é no cotidiano da cidade, que crianças e adolescentes são matriculadas na rede pública de educação e, junto a suas famílias, apresentam suas demandas às instituições escolares e que por sua vez manifestam suas respostas a comunidade escolar, e, em geral, essas instituições não sabem o que fazer ou como estabelecer uma relação de ensino-aprendizado com os chamados *estrangeiros*. Como reflexão final, a autora sugere que, entre os desafios presentes na relação entre nacionais e não-nacionais, está a necessidade de escuta das propostas dos bolivianos matriculados e suas famílias, que também pertencem ao corpo social da cidade de São Paulo.

Frente às lacunas apontadas pelas autoras, encontramos nos estudos demográficos uma rica fonte de dados e análises para confirmar a necessidades de estudos aprofundados na relação entre migrações e educação. A pesquisa de Gabriela Camargo de Oliveira (2012) baseou-se no Censo do IBGE 2000, no Censo Escolar 2010 e em dados coletados em uma escola pública de São Paulo para melhor conhecer o volume e a composição da segunda geração de imigrantes latino-americanos residentes na cidade e conclui:

---

9 Margherita Bonassi, José Roberval Freire da Silva e Belissário dos Santos Junior.

> "A importância da segunda geração ao analisarmos as populações imigrantes em São Paulo e a composição dessas famílias pôde ser constatada a partir das estruturas etárias das populações latino-americanas na RSMP, nas quais foi possível observar, no geral, para toda a primeira geração uma estrutura etária adulta com pequena presença de crianças e jovens, enquanto para a primeira e **segunda geração em conjunto foi possível notar um rejuvenescimento da estrutura, com importante presença de crianças e jovens para todas as nacionalidades analisadas** (p. 195)"

As abordagens citadas sinalizam que as transformações no processo de migração, a dificuldade de apreender tal fenômeno e a busca pela construção de teorias para sua compreensão refletem tanto a complexidade da temática quanto a urgência de pesquisas que forneçam subsídios e/ou evidências empíricas, bem como que tratem tal fenômeno com maior interdisciplinariedade.

Crianças e Jovens nacionais e estrangeiros[10] em São Paulo: representatividade e origem

Ao observarmos a cidade de São Paulo como principal rota dos fluxos migratórios desde o século XIX e a problemática resultante desse processo histórico, optamos por multimétodos tendo em vista reunir dados de natureza quantitativa e qualitativa. Os dados quantitativos contaram com o levantamento junto a bases de dados na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Os dados de natureza qualitativa contaram como levantamento bibliográfico entre livros teses e dissertações.
A partir dos dados relativos aos últimos cinco anos, no gráfico abaixo podemos verificar a representação dos estudantes nacionais matriculados desde a educação infantil até o ensino fundamental II na rede municipal de São Paulo:

Gráfico 1 – matrículas de brasileiros na PMSP – 2010 a 2014

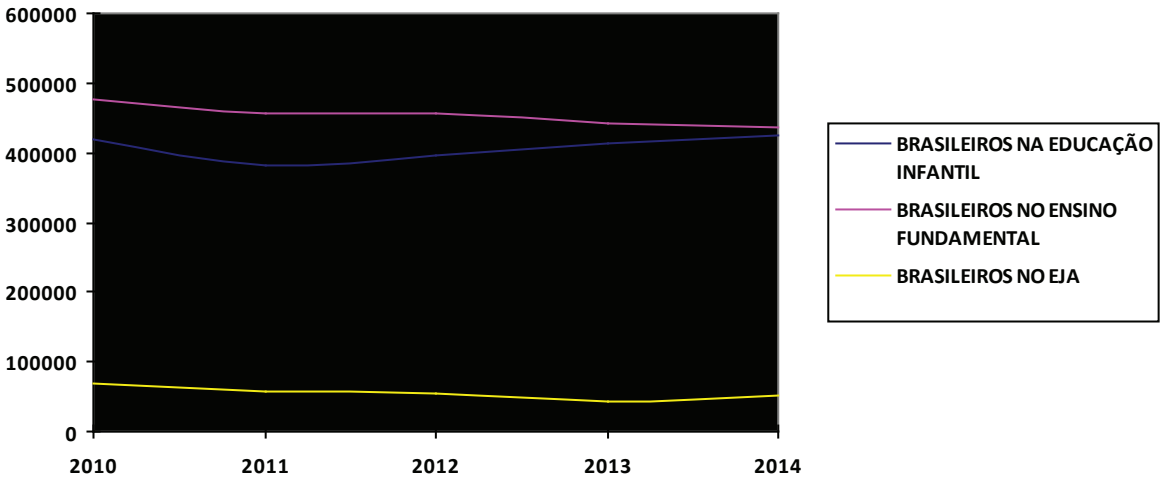

Fonte: SME/Centro de informática – Sistema EOL – Data base 2010 a 2014

10 Declarar a nacionalidade e raça/cor durante a matricula é uma opção da família e ainda não podemos distinguir se tais alunos referem-se a primeira ou a segunda geração de migrantes. O termo estudantes estrangeiros é utilizado por toda rede pública municipal para referir-se a estudantes migrantes e optamos por conservá-lo porque parece apontar para um posicionamento político e cultural da rede educacional do município de São Paulo.

Assim, percebe-se uma constante no número de matriculados, aliada a uma tendência decrescente. Ao compararmos com as matrículas dos estrangeiros, outro quadro se apresenta:

Gráfico 2 – matrículas de estrangeiros na rede pública municipal segundo níveis e modalidades de ensino – 2010 a 2014

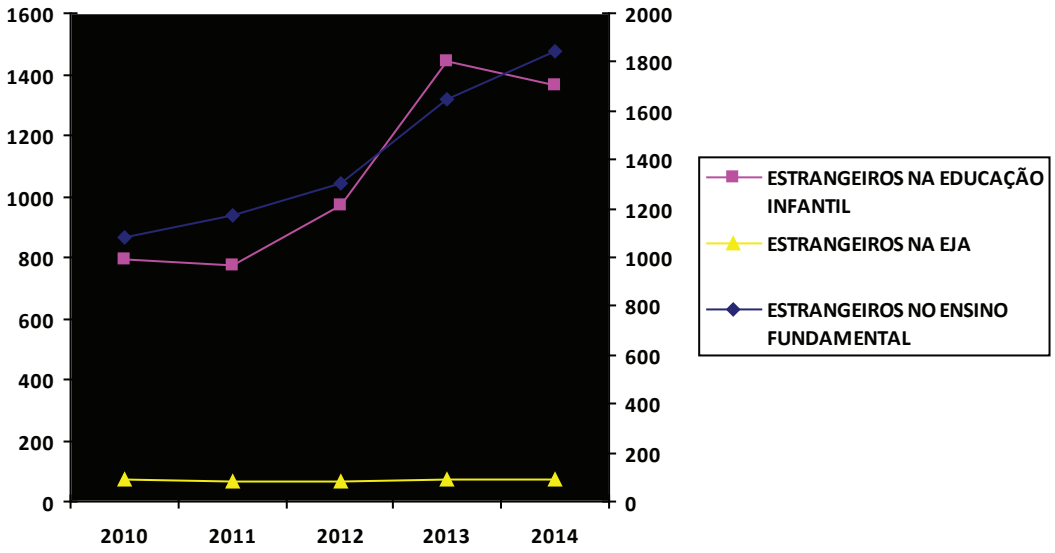

Fonte: SME/Centro de informática – Sistema EOL – Data base 2010 a 2014

Embora a representatividade de matrículas ainda corresponda quase que 98% pela presença de brasileiros, as matrículas de estrangeiros na rede municipal de educação duplicou nos dois últimos. Além disso, indica que as crianças matriculadas na Educação Infantil tendem a continuar nos níveis seqüentes visto que o Ensino Fundamental apresenta curva crescente.

Da reivindicação até a conquista do direito a matrícula e a Educação para crianças e jovens migrantes na rede pública, os migrantes internacionais sistematicamente também são inseridos nos sistemas de proteção presente na sociedade receptora, no caso da educação, os filhos participam dos programas alimentares, de saúde, odontológicos e/ou outros tipos de assistências que partem das escolas para atingir as famílias e comunidades. Nesse sentido, os familiares das crianças e jovens migrantes começam a buscar o serviço público, no caso da educação, com ciência dessa conquista e acesso.

Para ilustrar a origem desses fluxos e a diversidade que se apresenta a rede pública municipal de educação de São Paulo, citamos o ano base de 2013, onde localizamos a presença de crianças e jovens oriundas de 4 continentes, cujo a maior incidência foi a de Bolivianos(as), bem como de outros países latino-americanos:

Tabela 1 – Nacionalidades estrangeiras presentes na PMSP

AMÉRICA	Nº	EUROPA	Nº	ASIA	Nº	ÁFRICA	Nº
Argentina	42	Espanha	14	Birmânia	1	África do Sul	1
Bolívia	1080	França	1	China	3	Angola	7
Canadá	1	Reino Unido	2	Coréia	3	Marrocos	1
Chile	5	Itália	3	Irã	1	Moçambique	3
Colômbia	4	Portugal	15	Japão	159	Nigéria	1
Equador	5	Romênia	1	Líbano	3	Serra Leoa	1
EUA	8	Suíça	1	Paquistão	2	***	-
Martinica	14	***	-	***	-	***	-
Paraguai	28	***	-	***	-	***	-
Peru	34	***	-	***	-	***	-
Uruguai	3	***	-	***	-	***	-
Venezuela	3	***	-	***	-	***	-
12	**1.227**	**7**	**37**	**7**	**172**	**6**	**14**

Fonte: SME/Centro de informática – Sistema EOL – Data base dez. 2012 a abr. 2013

A segundo maior representação foi a dos auto declarados japoneses (159), seguidos dos portugueses (15) e espanhóis (14). Ciente da impossibilidade de aprofundar reflexões em cada um desses fluxos, o quadro revela aos órgãos deliberativos da cidade de São Paulo que:

> 1) Diferentes culturas, línguas e origens diversificam ainda mais o contexto educacional e revelam os principais fluxos presentes na cidade.
> 2) Nas relações sociais estabelecidas, principalmente dentro de instituições públicas, como as escolas, que os não nacionais tornam visíveis sua existência, suas necessidades e, aos poucos, suas reivindicações não somente referem-se ao acesso mais sim a permanência nessas instituições.
> 3) Por outro lado, ainda não há documentos, livros e demais materiais dispostos pela Secretaria de Educação que revelem essas características de diversidade, o que revela a invisibilidade das crianças e jovens e suas famílias no sistema educacional, quiçá até mesmo na cidade.

Algumas breves considerações sobre a criança, a família e o Estado

O contexto educacional, ainda em construção, no qual inserimos a cidade de São Paulo apresenta uma modificação relevante ao compararmos a atuação dos migrantes internacionais ao início do século XX, no que tange a esfera administrativa. No primeiro período histórico, os fluxos migratórios foram concomitantes a constituição do Estado brasileiro e desta nação, sendo assim, houve a organização dos imigrantes em associações e/ou comunidades, o que também propiciou a organização de escolas privadas, com currículos próprios e que enfatizavam suas culturas, línguas, tradições. No atual momento, os movimentos dos imigrantes reivindicam o espaço público, a ação do Estado e, assim, reivindicam acesso a bens sociais (saúde, educação, assistência social). Nesse sentido, a disputa torna-se e encontra-se no âmbito do poder público.

No ano de 2013, primeiro ano da atual gestão do atual governo municipal, foi criada a primeira instância direcionada aos migrantes na cidade de São Paulo, dentro da Secretaria de Direitos Humanos: a Coordenação de Políticas para Migrantes. Desde então, ações direcionadas aos migrantes, públicas e privadas, tem sido organizadas seja no formato de acordos, de legislações ou decretos, que visam intervir sobre a realidade migratória na cidade. Vejamos as principais ações desse órgão, em ordem cronológica:

Ano de 2013 e 2014:

1) Realização de acordo assinado entre a Prefeitura de São Paulo e os Bancos Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco do Brasil, com o objetivo de facilitar a abertura de conta bancária por parte dos imigrantes.
2) Organização da 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes
3) Mapeamento da população estrangeira residente na cidade de São Paulo
4) Organização, participação e eleição de migrantes internacionais para atuarem nos Conselhos Participativos Municipais.
5) Assistência Social aos refugiados haitianos, sírios e palestinos.
6) Organização para sediar a 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio, em conjunto com o Governo do Estado e Governo Federal.
7) Organização de cursos gratuitos de Língua Portuguesa para estrangeiros.
8) Criação de centro de acolhida e apoio a migrantes e refugiados
9) Organização de cursos de formação para funcionários públicos municipais
10) Regularização de feiras comerciais organizadas por bolivianos em vias públicas
11) Criação de espaços para cultura, festas e festivais que congreguem a diversidade de origens presentes na cidade.
12) Cadastro de migrantes residentes (RNE e refugiado), com filhos em idade escolar e que comprovem renda familiar de até R$ 154,00, no Programa Bolsa Família e Minha Casa e Minha Vida.

Dentre os itens citados, chamamos a atenção para o último item referente ao Programa Bolsa Família[11], criado pelo Governo Federal em 2003 e já atende cerca de 42.091[12] migrantes desde a sua criação. Entre os quais recebem o benefício encontramos: paraguaios (3.354), bolívia (2.458), portugueses (1.451), japoneses (704), haitianos (598), peruano (591), argentinos (580), uruguaios (571), norte-americanos/EUA (535) e espanhóis (441). Mesmo com um número expressivo de atendimentos, essa possibilidade era desconhecida pelos migrantes residentes em São Paulo e por muitos outros e em diferentes localidades, pois são informações desconhecidas pela maioria das prefeituras (responsáveis pelo cadastro dos pleiteantes desse benefício). Para acessar esse programa o migrante documentado deve acessar o Cadastro Único para Programas Sociais, que é um instrumento de análise sócio-econômica das famílias. Para isso, é preciso ter um documento nacional reconhecido e expedido pelas autoridades públicas.

No caso do Programa Bolsa Família, para a família ter acesso é preciso ter em sua composição gestantes, nutrizes, crianças ou adolescentes (0 a 17 anos) e renda *per capita* de até R$ 77,00 mensais, nesse caso é considerada família pobres ou extremamente pobre pelos órgãos governamentais. No texto da Lei e Decreto não houve especificação para estrangeiros, no entanto, o entendimento legal para acesso aos programas e ações sociais baseia-se no Artigo 95 do Estatuto do Estrangeiro que diz "o estrangeiro residente no Brasil goza de todos os direitos reconhecidos aos brasileiros".

Outro fato que contribuiu com o acesso aos programas é a prerrogativa legal de que crianças nascidas no Brasil são consideradas brasileiras, mesmo que seus pais sejam migrantes internacionais. Ao registrar a criança,

---

11 Programa federal de transferência de renda, ver.: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia , aceso em 01 de novembro de 2014.

12 Informações coletadas nos dados públicos disponíveis em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php , acessado em 08 de dezembro de 2014.

os pais não precisam comprovar o período de residência mínimo de 4 anos[13] e, assim, iniciar o processo de naturalização dos pais e/ou responsáveis para obter o Registro Nacional do Estrangeiro (RNE), sendo o principal documento requerido pelos migrantes, o que também garante acesso a outros documentos e programas e ações governamentais ou privadas.

Embora muito criticado pelo seu caráter policialesco, através do entendimento do Artigo 95 do Estatuto do Estrangeiro, dos princípios constitucionais presentes na Carta Magna de 1988, aliados a atuação política de migrantes, ONG´s e demais entidades representativas, aos poucos, torna-se uma prática a inserção das pautas de reivindicações dos migrantes e a extensão de direitos sociais aos considerados estrangeiros, principalmente na condição de documentados. No caso dos indocumentados, a Educação Pública municipal e estadual de São Paulo já não pode negar o acesso para crianças e jovens com base na ausência de documentos, pois, estando em idade escolar obrigatória ou não, também têm direito de acesso e permanência nas escolas públicas presentes na cidade.

No último senso demográfico (2010) foi contabilizado o índice de 1% de população migrante presente em território brasileiro, o mesmo ocorre nos dados coletados no município de São Paulo sobre a representatividade numérica dos considerados "estrangeiros", não chega a 2%. Sob a ótica da representatividade numérica, seria necessária a atenção das autoridades públicas para as pautas dos imigrantes? Qual o impacto sócio-político-econômico de populações quase-invisíveis perante os mais de 200 milhões de brasileiros? Questões como essas começam a povoar o imaginário coletivo e político de brasileiros à medida que o diferente, o diverso, o inusitado começa a reivindicar espaço. Assim, como na literatura sobre fluxos na França, ainda nos aproximamos das realidades já analisadas por Sayad em que migrantes (nacionais e internacionais) buscam formas de migrar, se estabelecer e se inserir na sociedade receptora, o que desvela/revela as ambigüidade e limites presentes tanto nos governos como em seus povos, desafiando ambos a legislar sobre o que ainda é estranho: o estrangeiro.

Bibliografia

ANTICO, Claudia (1998), *Imigração internacional no Brasil durante a década de 80*: explorando alguns dados do Censo de 1991. In: Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Caxambu, vol. 1: pp 665 – 685.

BARROZO, Paulo Daflon. (2004) *A idéia de igualdade as ações afirmativas*. Revista Lua Nova: revista de cultura e política. N° 63, p.p 103-141.

BONASSI, Margherita (2000), *Canta América sem fronteiras*: imigrantes latino-americanos no Brasil. São Paulo: Edições Loyola.

COMPARATO, Fábio Konder (1997), *Fundamentos dos direitos humanos*. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, disponível em: http://www.iea.usp.br/textos/comparatodireitoshumanos.pdf .Consulta em julho de 2012.

COHEN, Robin (2005) *Globalização, migração internacional e cosmopolitismo quotidiano*, In Barreto, A. (org) Globalização e Migrações. Lisboa: ICS.

DEMARTINI, Zeila B. F. (2004) Culturas escolares: algumas questões para a história da educação. *In*: FERREIRA, António Gomes. (Org.). *Escolas, culturas e identidades*. Coimbra: Comunicações, v. I, III Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação/SPCE, p.p. 91-101.

_____ (2004) *Imigração e educação*: discutindo algumas pistas de pesquisa. Pró-Posições, v. 15, n. 3(45), set./dez. p.p. 215-230.

_____ (2000). *Relatos orais de famílais de imigrantes japoneses*: elementos para a história da educação

13 Disponível em http://www.cgbrasil.org/Templates/InsideTemplate.aspx?PostingId=410 , acesso 10/04/2014

brasileira. Educação e Sociedade, v. 21, n. 72, p.p. 43-72.

DIEGUES, Manuel Júnior (1994). *Imigração, urbanização e industrialização*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

FAUSTO, Boris (1991). *Historiografia da imigração para São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré – FAPESP.

FELDMAN-BIANCO, Bela (2000), *Globalização, antigos imaginários e reconfiguração de identidades*: percursos de uma pesquisa comparativa. *Caderno CRH Salvador*, n. 33, p.p. 27-48.

KURZ, Robert (2005). *Barbárie, migrações e guerras de ordenamento mundial* IN: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES (org.). Travessias na desordem global: Fórum Social das Migrações. São Paulo: Paulinas.

KREUTZ, Lucio (2000). *Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil*: instâncias de coordenação e estrutura de apoio. Revista Brasileira de Educação, n° 15, p.p. 159-176.

LEE, Everestt S (1980[1966]) *Uma teoria sobre a migração* IN: MOURA, Hélio A. de. Migração Interna: textos selecionados. Fortaleza: Banco Nordeste do Brasil S.A, p.p. 89-114.

MADRUGA, Sidney (2005) *Discriminação Positiva*: ações afirmativas na realidade brasileira. Brasília: Brasília Jurídica.

MAGALHÃES, Giovanna Modé (2010). *Fronteiras do direito humano à educação*: um estudo sobre os imigrantes bolivianos nas escolas públicas de São Paulo. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdades de Educação da USP.

MAZZA Débora & SIMSON, Olga V. (2011). *Mobilidade humana e diversidade sócio-cultural.* Jundiaí: Paco Editorial.

OLIVEIRA, Gabriela C. de (2012) *A segunda geração de latino-americanos na região metropolitana de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

PATARRA, Neide Lopes (2006). *Migrações internacionais*: teorias, políticas e movimentos sociais. Dossiê Migrações. São Paulo, vol. 20, p.p. 7-24.

PIOVESAN, Flávia (1997). *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. São Paulo: Max Limonad.

RAVENSTEIN, Ernst G, (1980 [1885]) As leis da migração. IN: MOURA, Hélio A. de. Migração Interna: textos selecionados. Fortaleza: Banco Nordeste do Brasil S.A., p.p. 24-87.

SAYAD, Abdelmalek. (1998) *A imigração*. São Paulo: EDUSP.

SILLER, Rosali Rauta. *Infância, educação infantil, migrações*. 2011. Tese de doutoramento. Campinas: Faculdade de Educação, Campinas, SP.

SINGER, Paul (1980 [1976]). *Migrações internas*: considerações teóricas sobre o seu estudo IN: MOURA, Hélio A. de. Migração Interna: textos selecionados. Fortaleza: Banco Nordeste do Brasil S.A., p.p. 212-224.

SUÁREZ-OROZCO, Carola *et al* (2010). *Learning a new land*: Immigrant students in American Society. Harvard University Press: Boston.

WALDIMAN, Tatiana Chang. *O acesso a educação escolar de imigrantes em São Paulo*: a trajetória de um direito. 2012. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Migração internacional de retorno e mobilidade social: uma análise a partir do caso de migrantes retornados do Estado de Goiás

Tuíla Botega Cruz de Oliveira
tuilabotega@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa debruça-se sobre a migração internacional de retorno a partir da ótica da mobilidade social. Busca-se aferir o impacto da migração internacional sobre a trajetória ascendente ou descendente na escala social dos migrantes do estado de Goiás/GO que viveram uma experiência de migração nos Estados Unidos e que voltaram para o local de origem no período de 2008-2014. A escolha metodológica para atingir os objetivos propostos é a análise dados estatísticos secundários. Os resultados indicam que os migrantes de retorno, no Estado de Goiás, estariam em uma situação melhor se comparado com a parcela da população que não emigrou, o que podemos considerar como indicadores de uma mobilidade social ascendente. Dessa forma, parece refutar a hipótese de que o capital social e humano acumulado durante a experiência migratória não seria suficiente para garantir a mobilidade social do migrante que retorna à sociedade de origem.

Palavras-chave: Migração e mobilidade social; migração internacional de retorno; mobilidade social; retornados.

Introdução

O presente artigo pretende analisar o impacto da migração internacional sobre a trajetória ascendente ou descendente na escala social dos migrantes do estado de Goiás/GO que viveram uma experiência de migração nos Estados Unidos e que voltaram para o local de origem no período de 2008-2014. Para tanto analisaremos dados secundários sobre a migração de retorno no Estado de Goiás, com foco no fluxo que teve os Estados Unidos como último país de residência.

A reflexão aqui proposta[1] se inspira na hipótese dos estudos clássicos sobre os fluxos populacionais: de que a mobilidade geográfica é acompanhada de mobilidade social (PASTORE, 1979). Nesse sentido, busca-se entender a relação entre migração e mobilidade social, a partir do enfoque do retorno.

Sabe-se que o termo mobilidade social se refere às mudanças na posição que um indivíduo ocupa numa hierarquia de um determinado sistema de estratificação social. Dessa forma, este tema faz interface com as migrações, uma vez que muitas pessoas migram, entre outros motivos, motivadas pela busca por melhores condições de vida, para si e/ou para suas famílias. Dito isso, o que se pretende neste artigo é entender em que medida a experiência de migração internacional possibilita aos migrantes de retorno o movimento vertical na escala social, isto é, mobilidade social ascendente.

Ainda que a produção brasileira sobre a migração internacional seja extensa, o interesse teórico tem se concentrado sobre três tópicos principais: a origem de fluxos populacionais, os determinantes da sua estabilidade/continuidade; e a adaptação dos migrantes na sociedade de destino (SOARES, 2000), sendo o retorno uma lacuna nos estudos migratórios. No entanto, no período a partir de 2007 há um significativo aumento no número de migrantes retornados para o Brasil e isso faz com que este fenômeno ganhe relevância nas agendas tanto de pesquisa quanto das autoridades públicas.

Com o propósito de entender a reinserção dos migrantes retornados no estado de Goiás, região que vem

---

1 Este artigo traz os resultados preliminares da pesquisa de mestrado intitulada "*Migração internacional de retorno e mobilidade social: uma análise a partir do caso de migrantes retornados do estado de Goiás*" que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas do CEPPAC, sob a orientação do Prof. Dr. Leonardo Cavalcanti.

ganhando visibilidade por seus fluxos migratórios sejam eles de saída, de trânsito ou retorno, buscamos relacionar migração internacional de retorno e mobilidade social. Isto é possível não somente porque no retorno o migrante avalia se "venceu ou não na vida", mas, especialmente, porque no momento da volta à sociedade de origem é que o migrante reflete e concede significados à sua experiência migratória (o que vai além de parâmetros econômicos).

Mais do que à presença numérica dos retornados nos fluxos de imigrantes internacionais que adentram no Brasil, as implicações sociais, econômicas, psicológicas, familiares e laborais da reinserção desses migrantes na sociedade de origem se colocam como desafios que precisam ser melhor investigados.

É dentro desse contexto que o presente artigo se propõe a trabalhar o tema da migração de retorno e sua interface com a mobilidade social para além da dicotomia sucesso/fracasso, isto é, indo além da perspectiva economicista, e considerando as diversas dimensões (social, cultural, política, laboral etc.) que estão inscritas no próprio fenômeno. Em outras palavras, assumimos o entendimento de que e a migração, incluindo o movimento de retorno, é um *fato social completo* (SAYAD, 1988: 15).

Dito isso, na primeira seção apresentaremos algumas questões teóricas sobre a migração de retorno. Em seguida, nos ocuparemos em aprofundar a interface entre a migração e mobilidade social. Na terceira seção analisaremos os dados secundários que irão subsidiar a discussão sobre o tema da migração no Estado de Goiás com especial atenção para o fluxo de retorno. Por fim, estão as considerações finais.

Notas teóricas sobre migração de retorno

Tradicionalmente a migração de retorno foi entendida como o regresso de migrantes para a terra de origem ou de trânsito, depois de terem residido em outro lugar (CSEM, 2011). Entretanto, uma análise mais profunda sobre o fenômeno, torna perceptível sua complexidade e seu caráter dinâmico, revelando que este não é o fim do processo migratório, mas sim uma parte dele. Em outras palavras, o retorno não é necessariamente definitivo e permanente, mas uma *fase do processo migratório* (RIVERA-SÁNCHEZ, 2013).

Nesse sentido, tendo em vista a diversidade dos fluxos migratórios internacionais e a diversificação dos tipos de migrantes (migrantes laborais, qualificados ou não, estudantes, solicitantes de refúgio e refugiados) o retorno se torna um processo complexo, específico e de múltiplas fases. Todos esses fatores indicam que os retornados constituem, hoje, um grupo de atores extremamente heterogêneo (CASSARINO, 2004: 270).

Cavalcanti e Boggio (2004) ajudam na reflexão quando chamam atenção para a forma como a condição de imigrante pode ajudar a compreender a dinâmica do retorno. Primeiramente, as diferenças presentes nas denominações de *estrangeiro* e de *imigrante* implicam em diferentes estatutos sociais, diferentes tratamentos jurídicos, diferentes deveres e direitos no que diz respeito à presença e permanência dentro dos limites de um território nacional. Ao passo que ao estrangeiro se associa um país desenvolvido e as possibilidades de enriquecimento para o país de acolhida, o imigrante é sempre visto como proveniente de um país subdesenvolvido, o qual representa um problema para a sociedade receptora.

Ao relembrarem a condição transitória inerente ao termo imigrante (conjugado no particípio do presente), os autores afirmam que esta condição provisória se observa tanto na sociedade de emigração quanto na de imigração. Na primeira, percebe-se a tendência de se preservar o lugar social, com a ilusão e a exigência, explícita ou implicitamente, de um retorno, no qual o benefício para o grupo supere os custos e dores da emigração, o que permite, em geral, obter reconhecimento do grupo de origem, o que lhe permite negociar o sentido de sua emigração e de sua ausência. Já na segunda, o imigrante é sempre classificado a partir do critério de nacionalidade, o que, por definição, o coloca na condição de estranho. Isso também corrobora para a situação de transitoriedade, não se reconhecendo a possibilidade de ser algo definitivo. (CAVALCANTI; BOGGIO, 2004).

Nesse sentido o imigrante é essencialmente uma força de trabalho – provisória, temporária e em trânsito – uma vez que é o trabalho que justifica sua emigração (SAYAD, 2000: 21). Esta condição provisória faz com que o imigrante seja um ser social ao qual se atribuiu naturalmente a possibilidade de um retorno a seu grupo nacional, e por isso o retorno se apresenta como parte inerente do processo migratório. Assim, a ideia do

retorno é algo central no fenômeno migratório e se conforma como uma questão que perpassa as sociedades de emigração e de imigração transpassando de modo transversal o projeto migratório (CAVALCANTI; BOGGIO, 2004: 10).

Dito isso, o retorno se caracteriza como o elemento constitutivo da condição do migrante. Isso porque acompanha o migrante durante toda sua jornada migratória, envolvendo o período pré-partida, a efetivação da migração e os planos de voltar ao país de origem. É a noção de retorno que confere sentido e explica a unidade das relações complexas entre emigração e imigração, ausência e presença, exclusão e inserção, sendo a nostalgia e saudade da origem que confere a uma pessoa sua condição de migrante (SAYAD, 2000).

O retorno acompanha o migrante durante toda sua jornada migratória, envolvendo o período pré-partida, a efetivação da migração e os planos de voltar ao país de origem. Em outras palavras, o retorno, ou pelo menos a intenção de retornar, encontra-se implícita ao próprio ato de emigrar, pré-existindo à partida, e sendo programado ao longo de toda a ausência (SAYAD, 2000).

No fenômeno migratório, a coesão entre os acontecimentos e os significados percebidos e atribuídos ao longo da experiência em um país estrangeiro, de indivíduos e grupos sociais, é possível devido ao retorno. É a noção de retorno que confere sentido e explica a unidade das relações complexas entre emigração e imigração, ausência e presença, exclusão e inserção, sendo a nostalgia e saudade da origem que confere a uma pessoa sua condição de migrante (SAYAD, 2000).

Sayad (2000) apresenta como o retorno remete, necessariamente, às relações do migrante com o tempo, o espaço físico e com o grupo. Primeiramente, o migrante e seu grupo de origem concebem o *tempo* como uma retrospectiva à emigração, onde a memória está atrelada à nostalgia, na qual sempre se sente falta da situação inicial que não pode mais voltar, constatando-se a impossibilidade de verdadeiramente retornar ao idêntico: ao tempo de partida, de tornar-se novamente o que era ou às mesmas situações. Quanto ao *espaço*, geográfico ou social, este é sempre compreendido como algo nostálgico e carregado de afetividade. Por fim, sobre o *grupo,* tanto no país de origem quanto no de destino, forma-se uma relação ambígua, pois o indivíduo é afetado pelas relações dos dois grupos simultaneamente. Por um lado, deseja manter as relações no país de origem para assegurar que este não foi "abandonado" afetivamente e, por outro, há a necessidade de interação e inserção na sociedade de destino buscando a adaptação (SAYAD, 2000: 12-13).

Consta no imaginário do emigrante que, em sua volta, ele irá reencontrar o grupo como se nada tivesse acontecido, como se nada tivesse mudado durante a sua ausência e, sobretudo, como se o tempo de emigração não houvesse mudado a si mesmo. Tais ilusões se inscrevem no migrante e se traduzem nos sentimentos de nostalgia, sendo que toda essa carga de dramaticidade, compartilhada entre os que partem e os que ficam, faz com que a migração seja sempre pensada como provisória, por mais longa que seja e mais durável que se enuncie. É por isso que o retorno não diz respeito ao espaço físico em si, mas principalmente ao espaço social, o que implica em uma grande impossibilidade prática, pois o migrante nunca retorna à mesma estrutura social que havia antes de migrar, apesar de estar de volta ao espaço físico (SAYAD, 2000: 14).

Em suma, os migrantes que retornam são homens do *entre-dois* – entre-dois-lugares, entre-dois-tempos, entre-duas-sociedades – são também, e principalmente, homens-entre-duas-maneiras-de-ser ou entre-duas-culturas. Assim, o retorno une esses dois aspectos e ilustra simultaneamente a relação que o emigrante estabelece com a sociedade de origem, da qual se separou devido à migração, e também a relação que ele mantém com a sociedade de imigração e sua condição de imigrante.

Em outras palavras, trata-se de um *emigrante-imigrante*, que está aqui e está lá, presente e ausente ou ausente e presente. Está duas vezes presente e duas vezes ausente: aqui, ele está presente física e materialmente e de maneira corporal, mas ausente moral e em espírito. Lá, ele ausente física, material e corporalmente, mas está presente moral, mental, imaginária e espiritualmente. Tudo isso consiste em um dos paradoxos da imigração: ausente onde está presente e presente onde está ausente (SAYAD, 2000: 19-20).

Percebe-se, então, que o retorno não é necessariamente uma estratégia calculada, mas pode ser o resultado de circunstâncias desfavoráveis e inesperadas no país de destino que obrigam o emigrante a retornar. Em outras palavras, o retorno não é um processo automático, uma consequência direta de uma variável externa, mas implica em um processo complexo de tomada de decisões e de avaliações pessoais e familiares (DURAND, 2006: 176).

Rivera-Sánchez (2013) destaca que as motivações para regressar, as trajetórias migratórias e a experiência de retorno, assim como os processos de reinserção social e laboral, mesmo que num mesmo contexto, e os efeitos do retorno são diferenciados, tomando em conta o capital social, a posição nos campos sociais e a relação com os contextos e condições entre outros fatores de diferenciação social. Assim, vai além da classificação de "exitoso" ou "fracassado", uma vez que o local pode oferecer mobilidades diversas, o que fornece elementos para complexificar os resultados e a experiência de retorno (RIVERA-SÁNCHEZ, 2013: 57).

A interface entre migração e mobilidade social

Segundo a literatura, o termo mobilidade social se refere às mudanças na posição que um indivíduo ocupa numa hierarquia de um determinado sistema de estratificação social. Dito isso, tal campo temático se relaciona com o fenômeno migratório, tendo em vista que, em geral, o projeto migratório por vezes se caracteriza como estratégia para se conseguir ascensão social e econômica no local de origem, ou no mínimo como possibilidade de manutenção da posição social já estabelecida. Em suma, é à procura dessas possibilidades de melhorar de vida, avaliando os custos e benefícios, que as pessoas empreendem na aventura de emigrar (BOTEGA, 2011).

As articulações entre mobilidade social e migração aparecem na produção de um corpo expressivo de pesquisadores sobre migração interna brasileira (PASTORE, 1979; VALLE SILVA, 1979; PELIANO, 1992; PATARRA, 1996; MARTINE, 1980, JANNUZZI, 2000), sendo a questão da inserção ocupacional do migrante no mercado de trabalho e da adaptação na sociedade de destino temas recorrentes. Para alguns autores, a migração teria sido um meio de ascensão social para seus protagonistas e um fator estruturalmente importante para explicar a intensa mobilidade social no Brasil no período de 1950 a 1970. Para outros, a mobilidade espacial seria uma das poucas estratégias de sobrevivência básica e para garantir sua posição na estrutura social (JANNUZZI, 2000: 5).

Já no âmbito da migração internacional, a questão da mobilidade social ainda é pouco explorada na literatura brasileira. Mas, se faz presente, direta ou indiretamente, nos estudos em que se analisa o sucesso ou o fracasso do projeto migratório (SIQUEIRA, 2009).

Nessa perspectiva, a principal motivação declarada pelos migrantes brasileiros para emigrar é a possibilidade que vislumbram de ascensão social, concretizada através da compra da casa, da aquisição de bens de consumo duráveis e não duráveis, da abertura de empresas, entre outros. Emigram, portanto, por terem um projeto migratório que tem como principal motivação a possibilidade de ganhar dinheiro e de melhorar o padrão de vida no Brasil (SIQUEIRA, 2009).

Percebe-se que é no momento do retorno ao país de origem que o migrante reflete sobre sua experiência de migração e, especialmente, avalia se os objetivos inicialmente traçados – tais como a compra da casa, do carro ou as metas de poupança e/ou investimentos – foram alcançados.

Em outras palavras, após ter vivido no exterior, é na volta ao país de origem que se mensura a mobilidade social do migrante retornado, o que se dá normalmente através de indicativos econômicos (como os bens adquiridos, do emprego obtido, etc.). Analisa-se a posição desse indivíduo na estrutura social buscando aferir se este, após ter migrado, teve mobilidade social ascendente ou descendente (SIQUEIRA, 2009).

Essa questão da mobilidade social é importante, pois os migrantes consideram que foram bem sucedidos, e são reconhecidos como tal, se for percebida a mudança em sua posição social e econômica. Nesse sentido, a mobilidade social, obtida via migração, teria também o papel de justificar a ausência desses migrantes.

É interessante retomar a ideia de que os familiares que permanecem nas cidades de origem também experimentam uma mobilidade, mesmo que de curta duração, pois as remessas enviadas pelo emigrante possibilitam o acesso a uma habitação melhor e ampliam as possibilidades de consumo.

Por fim, é possível perceber que a mobilidade ascendente atingida pelo emigrante se dá por uma via dupla, uma vez que com o aumento dos rendimentos, consequentemente, há um incremento das possibilidades de consumo. Torna-se possível consumir bens a que antes não tinham acesso, tais como viagens de férias, produtos alimentares mais caros e variados, educação e plano de saúde, etc. (SIQUEIRA, 2009).

Scalon (1999) lança mão de alguns conceitos importantes acerca da mobilidade social. Primeiramente, define como *imobilidade* a situação em que há reprodução da posição social de origem nos estratos de destino. Já a

mobilidade estrutural refere-se às mudanças entre os estratos de origem e de destino que acontecem devido mudanças estruturais na economia, as quais abrem novas posições no mercado de trabalho ou novos postos ocupacionais, como, por exemplo, aquelas oriundas dos processos de urbanização e industrialização.

A *mobilidade de circulação ou por troca* acontece devido à movimentação do mercado de trabalho, ou seja, um indivíduo depende que a sua posição de destino seja desocupada por outra pessoa por motivos de aposentadoria, morte ou descensão/ascensão social, por exemplo. Devido ao fato das mudanças de posições não resultarem da abertura de novas posições, mas sim da disponibilização de vagas já existentes, a mobilidade de circulação depende basicamente dos recursos individuais, destacando o papel da educação e do treinamento neste processo.

A *mobilidade intergeracional* se dá a partir da comparação entre o estrato ocupado pelo pai no momento em que o indivíduo obteve seu primeiro emprego – sendo este entendido como estrato de origem – com o estrato do indivíduo no momento em que entrou no mercado de trabalho (primeiro emprego) – sendo este o estrato de destino. A mobilidade ascendente se estabelece quando as posições de origem e destino são diferentes, sendo esta última melhor remunerada e/ou com mais prestígio social.

Já a *mobilidade intrageracional ou de carreira* refere-se à mobilidade experimentada pelo indivíduo durante seu ciclo de vida de trabalho. Aqui, a origem é definida pela posição ocupada pelo indivíduo no momento em que entrou no mercado de trabalho (primeiro emprego) e o destino é definido pela sua posição atual. Assim, é possível aferir o padrão de movimentação durante sua vida economicamente ativa (ciclos de vida/trajetória individual). Uma vez que as posições de origem e destino são diferentes, sendo esta última melhor remunerada e/ou com mais prestígio social, há mobilidade social ascendente.

Por fim, a *mobilidade total* se refere aos movimentos entre estratos observados com base na ocupação do pai no momento em que o indivíduo teve seu primeiro emprego e na sua ocupação atual, incluindo, assim, a mobilidade de geração (intergeracional) e de carreira (intrageracionala).

Em suma, a mobilidade social é fruto de uma combinação de recursos individuais e estruturais (Pastore, 1979). Entre os fatores estruturais destacamos os níveis de emprego, a diferenciação ocupacional, a urbanização e industrialização, entre outros. No tocante aos recursos individuais, a ênfase recai sobre a educação, idade, treinamento, experiência, dentre outros. Se nas sociedades em processo de industrialização prevalece a mobilidade estrutural, nas sociedades mais desenvolvidas o tipo de mobilidade predominante é a de circulação. Nesse caso, as variáveis individuais, tais como educação, exercem maior influência nas chances de mobilidade ascendente nesses mercados porque são determinantes para a mobilidade circular.

Também nesse aspecto podemos construir a interface deste assunto com o fenômeno da migração, tendo em vista que o migrante durante a estada em outro país terá acesso a novas experiências de vida e no mercado de trabalho, ao conhecimento de outra realidade, ao aprendizado de outro idioma e tantas outras novidades.

Entretanto, se, por um lado, a vivência no estrangeiro permite ao migrante adquirir certos ofícios ou habilidades que fazem com que o retorno seja factível em melhores condições (DURAND, 2006), por outro, podem representar entraves à integração (HIRANO, 2005).

Na primeira perspectiva, o capital humano – idioma ou o domínio de ferramentas modernas – adquirido durante a estada fora do país de origem poderia converter-se em estímulo ao retorno e facilitar a obtenção de um melhor emprego ou a abertura do próprio negócio (DURAND, 2006: 182).

Já na segunda, as 'habilidades' adquiridas na migração não seriam aproveitadas no retorno ao Brasil, em virtude de os migrantes terem exercido trabalhos de pouca qualificação. Além disso, a sua ausência no mercado de trabalho, em virtude da migração, torna o migrante despreparado e atrasado profissionalmente para o contexto brasileiro.

Corroborando esta ideia citamos como exemplo as dificuldades encontradas pelos migrantes *dekasséguis* em seu retorno ao Brasil (SASAKI, 2000 *apud* HIRANO, 2005: 4), pois nos ajudam a pensar sobre os entraves com os quais os migrantes retornados em geral podem se deparar. São elas: atender às exigências do mercado de trabalho brasileiro; conseguir um emprego satisfatório e bem pago; retornar ao emprego anterior; o medo de abrir um pequeno negócio e perder todo o capital poupado; não ter capital suficiente para abrir o próprio negócio. Além desses fatores, as mudanças que ocorreram no estilo de vida e no consumo também podem representar entraves à reintegração na sociedade de origem. Desta forma, a reintegração dos migrantes de

retorno torna-se um processo difícil e que, em muitos casos, estimula uma nova migração, adiando o retorno ao país de origem.

Em um cenário de mobilidade circular, tal como o experimentado pela sociedade brasileira atualmente, onde se valoriza as características pessoais e a trajetória de cada indivíduo para qualquer aspiração à ascensão social, a experiência de migração e os fatores por ela gerados confeririam aos indivíduos um diferencial na entrada ou re-entrada no mercado de trabalho (BOTEGA, 2011).

Entretanto, atualmente, sabe-se que a crise econômica que atingiu aos Estados Unidos, Japão e países da Europa e suas consequências sobre o emprego e a cotação do dólar significou uma importante redução dos ganhos e um aumento do custo de vida, tornando o custo benefício da emigração negativo em termos econômicos para o emigrante brasileiro. Por outro lado, não se pode perder de vista a situação da economia brasileira que, no momento de crise e em anos posteriores, teve respostas positivas que levaram à criação de postos de trabalho e à ampliação da renda dos trabalhadores.

Ainda que o retorno tenha sua própria complexidade e envolva uma variada gama de fatores e motivações, a situação de crise econômica mundial contribuiu para que vários brasileiros resolvessem retornar ao Brasil, movimento que já podia ser observado em 2007, mas que toma maior amplitude após 2008. Dessa forma, o grande número de retornados no país revela as dificuldades com a readaptação na vida no Brasil, colocando para alguns um forte desejo de re-emigrar (FERNANDES; KNUP, 2012).

Dito isso, é reconhecida a importância dos fatores estruturais na discussão de mobilidade social. Por outro lado, carecemos de estudos que analisem como os recursos individuais, as novas experiências e a trajetória dos indivíduos contribuem nesse processo. É nesse contexto que se pretende analisar em que medida a experiência de migração internacional consiste em um fator de diferenciação e propulsor de mobilidade social ascendente para migrantes retornados.

Migração internacional no Estado de Goiás e o retorno

O movimento emigratório de brasileiros em direção aos Estados Unidos tem início na década de 1960 e se caracterizava como algo esporádico, tendo como origem emigrantes provenientes da Microrregião de Governador Valadares (Estado de Minas Gerais) (PEREIRA; SIQUEIRA, 2013).

Ao longo das duas décadas seguintes uma rede foi se consolidando, o que resultou no *boom* migratório da segunda metade dos anos de 1980, quando constatou-se um aumento da migração brasileira para este país, incluindo também emigrantes provenientes de outras regiões do Brasil (PEREIRA; SIQUEIRA, 2013: 123).

No período da década de 1980, a chamada "década perdida"[2], as motivações para emigração eram predominantemente econômicas, haja vista as crises que atingiram o Brasil neste período, os períodos inflacionários, a falta de oportunidade de emprego, a decepção com a era Collor, os problemas de segurança urbana, entre outros. Toda essa situação demonstrava um ambiente instável e inseguro, se comparado com o cenário americano, sendo esta uma das possíveis causas de explicação do fomento da emigração brasileira (SALES, 2001).

Segundo Solé et al (2011), todos estes fatores estruturais da economia brasileira na década de 1980 são determinantes para que a classe média, cada vez mais debilitada, vislumbrasse o estrangeiro, especialmente os Estados Unidos. A emigração para este país se inicia como uma alternativa para manter os recursos da classe média e para garantir alguns capitais de classe, como a educação superior ou o nível de renda, entre outros, os quais estavam ameaçados pela continuada crise econômica do país (SOLÉ et al, 2011: 35).

Entretanto, a partir do período da década de 90 e começo desse século, a migração não pode ser somente atribuída às crises econômicas e ao cenário negativo do Brasil, mas, ao invés disso, às boas condições econômicas do país que permitiram aos indivíduos de classe média arcar com as despesas e os custos que a migração exige e efetivá-la (SIQUEIRA, 2009).

---

2 Expressão utilizada pelos economistas latinoamericanos da CEPAL na década de 1980 para expressar uma etapa na história econômica da América Latina em que se notou uma decadência dos indicadores econômicos devido a sucessivas crises que afetaram os países da região e geraram um momento considerável de desigualdade e pobreza.

Diante disso, o perfil do emigrante brasileiro nos Estados Unidos pode ser descrito como: jovem, com nível médio de instrução, pouco conhecimento do idioma (inglês), de classe média, que lança mão da entrada clandestina e que atua nos serviços de baixa qualificação (rejeitados pela população americana), mas com boa remuneração se comparado com a renda no Brasil e a situação de desemprego (PATARRA, 2005).

Para entender o contexto brasileiro, em específico, não se pode perder de vista a dinâmica laboral dos fluxos migratórios internacionais em geral. Neste sentido, os imigrantes que se identificam no perfil descrito acima constituem um grupo laboral ideal para ocupar o mercado secundário de trabalho, devido à vulnerabilidade criada por seu status irregular (PORTES; GUARNIZO, 1991). Diante disso, o caso dos emigrantes brasileiros não seria diferente. Eles realizam um tipo de trabalho que provavelmente não realizariam no Brasil, mas que permite a eles ganhar uma quantia de dinheiro superior ao que ganhavam e também viver com melhor qualidade de vida, haja vista as possibilidades que se têm de usufruir de serviços públicos tais como educação e saúde (em geral, com condições superiores aos serviços brasileiros) e ainda terem acesso à esfera do consumo (SALES, 1999; SIQUEIRA, 2009).

Em suma, o caso dos emigrantes brasileiros segue uma tendência presente nos fluxos migratórios internacionais, dos ditos "migrantes econômicos", uma vez que se sujeitam a um rebaixamento de seu status social em prol da recompensa financeira imediata, tendo em vista que, no Brasil, a falta de oportunidade de emprego e o longo período de recessão econômica bloqueiam sua ascensão social. Assim, a imigração se tornaria uma boa estratégia econômica (PATARRA, 2005: 27).

Além disso, ao se tornarem imigrantes nos EUA, os indivíduos têm geralmente por objetivo trabalhar e juntar dinheiro para adquirir bens ou iniciar seu próprio negócio ao retornar ao Brasil (SIQUEIRA, 2009). Assim, os planos de voltar ao país de origem acompanham ao migrante durante toda sua jornada (SAYAD, 2000) e constituem-se como motivação central na decisão de migrar.

A busca por melhores condições de vida também é um dos principais fatores de estímulo para a emigração no Estado de Goiás, localidade no centro-oeste do Brasil marcada por diversas correntes migratórias, seja a nível interno ou internacional.

Segundo dados do IBGE (2011), mais de cem mil (106.758) emigrantes provenientes do Estado de Goiás estavam fora do país quando da realização do censo demográfico de 2010. Entretanto, para o governo do estado, a estimativa é ainda maior, com cerca de 300.000 goianos no exterior, sendo 200.000 nos Estados Unidos (Atlanta, São Francisco, Nova Iorque e Boston) e 100.000 na Europa (DIAS, 2013: 7).

Segundo dados do Censo de 2010, 65,6% dos imigrantes no Brasil são nacionais, ou seja, brasileiros que residiram no exterior, o que chamamos de *imigrantes de retorno* (OLIVEIRA, 2013). Desses, cerca de 17% tiveram os Estados Unidos como último país de residência, 14% o Japão, 10% o Paraguai e 8% Portugal (IBGE, 2011).

No que se refere à distribuição de migrantes de retorno por Unidades da Federação, o Estado de Goiás, acompanhado do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, recebe até 25.000 pessoas retornadas, segundo as informações censitárias de 2010.

Os dados sobre a distribuição dos fluxos migratórios de brasileiros retornados segundo o sexo e o país de residência anterior, revelam que 52,5% dos migrantes que retornam ao Brasil são homens e 47,5% são mulheres. No caso dos que tiveram os Estados Unidos como último país de residência esse predomínio de homens perante o número de mulheres se mantém, 56% e 44%, respectivamente.

Ainda de acordo com os dados do Censo de 2010, no que se refere à faixa etária dos migrantes que retornaram dos Estados Unidos, temos a seguinte distribuição: 43% estão no intervalo etário de 25 a 39 anos; 31% no de 40 a 64 anos; 12% no de 15 a 24 anos; 10% com menos de 15 anos; e 3% com mais de 65 anos.

Figura 1. Distribuição de migrantes retornados desde os EUA, por grupo etário, segundo o Censo de 2010

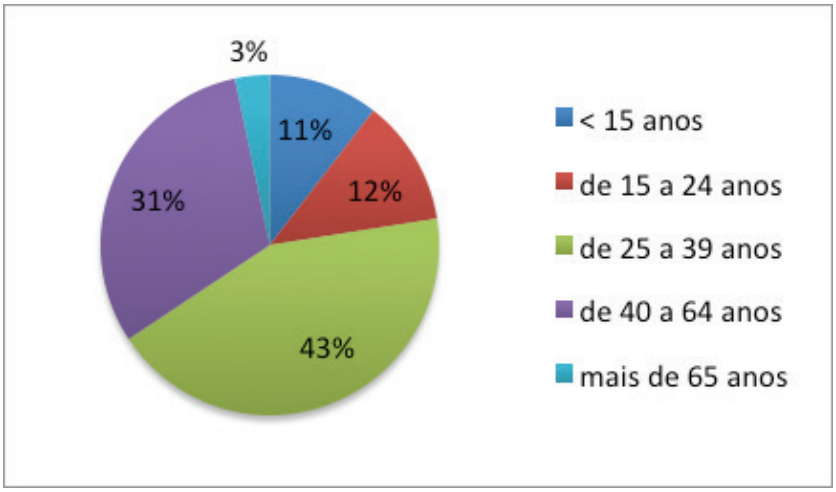

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Censo 2010.

O predomínio de migrantes retornados dos grupos etários entre 25 e 39 anos (43%) e de 15 a 24 anos (31%), revela uma população jovem que ainda tem idade para ocupação do mercado de trabalho no Brasil.
A faixa mais expressiva compreende a idade economicamente ativa de 25 a 39 anos, o que revela a conexão da emigração com motivos de trabalho. Ademais, não se pode desconsiderar o efeito da crise econômica que atingiu aos Estados Unidos, Japão e países da Europa a partir de 2007 e também o momento de expansão e estabilidade econômica que se tem projetado sobre o Brasil no cenário internacional.
A distribuição de migrantes retornados dos Estados Unidos, segundo o nível de instrução, pode ser sintetizada da seguinte forma: 33% se inserem na categoria de nível médio completo e superior incompleto; 33% de nível superior completo; 22% sem instrução e nível fundamental incompleto e 12% com nível fundamental completo e ensino médio incompleto.

Figura 2. Distribuição de migrantes retornados desde os EUA, por nível de instrução, segundo o Censo de 2010

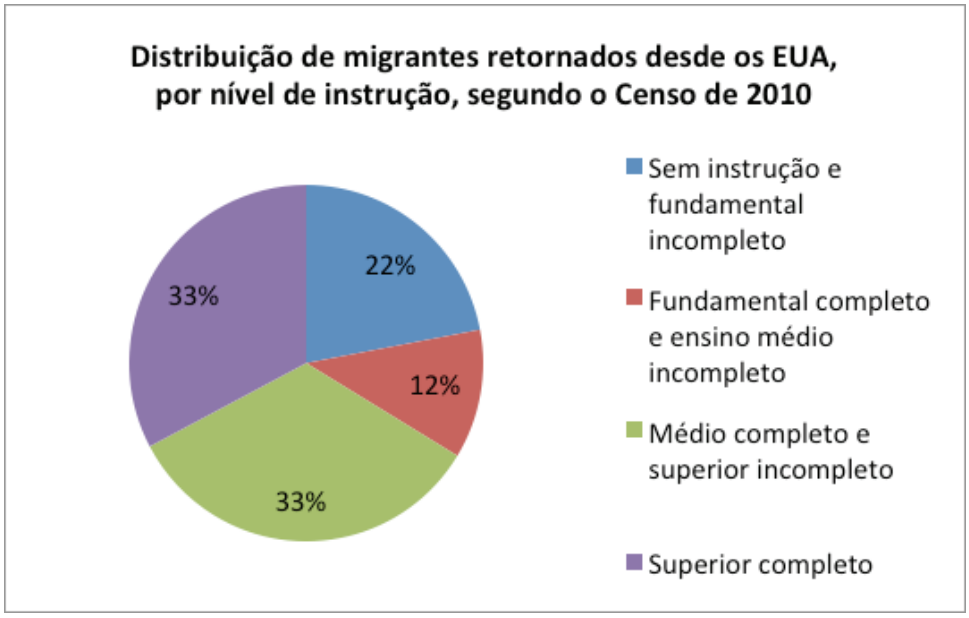

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Censo 2010.

Este quadro reproduz a tendência geral de que, no tocante ao nível de instrução dos migrantes brasileiros retornados, temos uma população com nível médio de escolaridade – abarcando o nível médio completo e o nível superior incompleto. Porém, se consideramos também o percentual com nível superior completo, é possível inferir que os migrantes brasileiros retornados possuem um nível de instrução de médio a alto.
A distribuição de brasileiros retornados dos Estados Unidos, por condição de atividade[3], semelhante ao que ocorre para os outros países, é a seguinte: 72% são economicamente ativos e 28% não economicamente ativos. Quanto à condiçao de ocupação: 93% ocupados e 7% desocupados.
Ao analisarmos os fluxos migratórios de brasileiros retornados, segundo grupos ocupacionais, que tiveram os Estados Unidos como país de residência anterior, temos um predomínio dos profissionais das ciências e intelectuais (28%), seguido dos diretores e gerentes (14%) e dos trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados (13%). Tal quadro reproduz as tendências gerais e aparece especificado na tabela abaixo.

Tabela 1. Distribuição de migrantes retornados desde os EUA, segundo grupos ocupacionais, Censo 2010

Distribuição de migrantes retornados da Estados Unidos, segundo grupos ocupacionais, segundo o Censo de 2010	
Ocupações mal definidas	8%
Diretores e gerentes	14%
Profissionais das ciências e intelectuais	28%
Técnicos e profissionais de nível médio	9%
Trabalhadores de apoio administrativo	5%
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	13%
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	5%
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofício	8%
Operadores de instalações e máquinas e montadores	5%
Ocupações elementares	4%
Membros das forças armadas, polícias e bombeiros militares	1%

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Censo 2010.

Por fim, quanto ao rendimento médio[4] mensal domiciliar per capita, dos brasileiros retornados dos Estados Unidos, assim como na média geral, temos uma predominância entre os maiores níveis salariais: 26% recebia de 5 a 10 salários mínimos; 18% de 3 a 5; 17% mais de 20 salários mínimos; 14% de 10 a 20 salários mínimos; 10% de 2 a 3 salários mínimos, conforme segue ilustrado na figura abaixo.

Figura 3. Distribuição de migrantes retornados dos EUA, por rendimento médio mensal domiciliar per capita, em salários mínimos, segundo o Censo de 2010

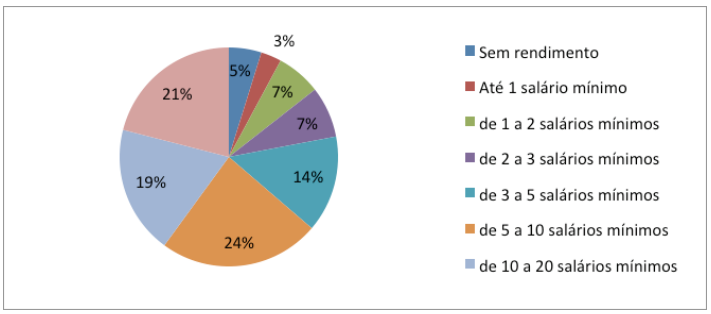

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Censo 2010.

3 Segundo o IBGE, população economicamente ativa compreende o potencial de mão-de-obra com que se pode contar o setor produtivo. Isso envolve a população *ocupada* – empregados, os que trabalham por conta própria, os empregadores, e os não remunerados, e a população *desocupada* – que compreende aqueles que não têm um emprego no momento, mas estão a procura de um no mercado de trabalho. Já a população não economicamente ativa, envolve aqueles que não são classificados como ocupados e nem como desocupados. Maiores informações estão disponíveis em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm .

4 Com base no salário mínimo da época, que era de (R$510,00).

A importância das migrações internacionais para o Estado de Goiás também faz parte da agenda do governo do Estado. A publicação[5] *Panorama da Migração em Goiás*, do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás – SEGPLAN/GO complementa tais informações, uma vez que fornecem elementos que caracterizam o quadro dos migrantes de retorno em Goiás.

Segundo tais dados, em 2010, havia em Goiás 3.618 brasileiros natos retornados do exterior. Desses, 72% estavam concentrados, principalmente, nos seguintes municípios: Goiânia (46%), Aparecida de Goiânia (11%) e Anápolis (10%).

Figura 4. Porcentagem de retornados do exterior por município de residência – Goiás - 2010

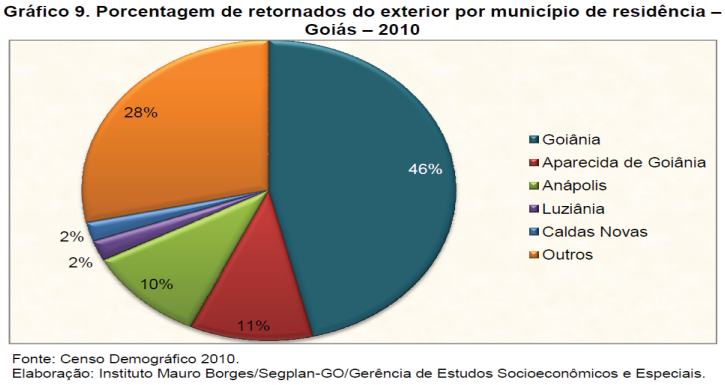

Fonte: IMB/SEGPLAN/GO

Em geral, o tempo de moradia nas cidades goianas após o retorno é curto, com menos de dois anos, conforme retratado no gráfico abaixo. O que evidencia um recente incremento dos fluxos de retorno pós-crise econômica de 2008 e aponta também para uma migração do tipo *ioiô* (MARGOLIS, 2003). Esta se caracteriza pelas diversas idas e vindas dos emigrantes entre os Estados Unidos e o local de origem, apontando para um tipo de retorno temporário e continuado.

Figura 5. Porcentagem de retornados do exterior por município e tempo de moradia – Goiás - 2010

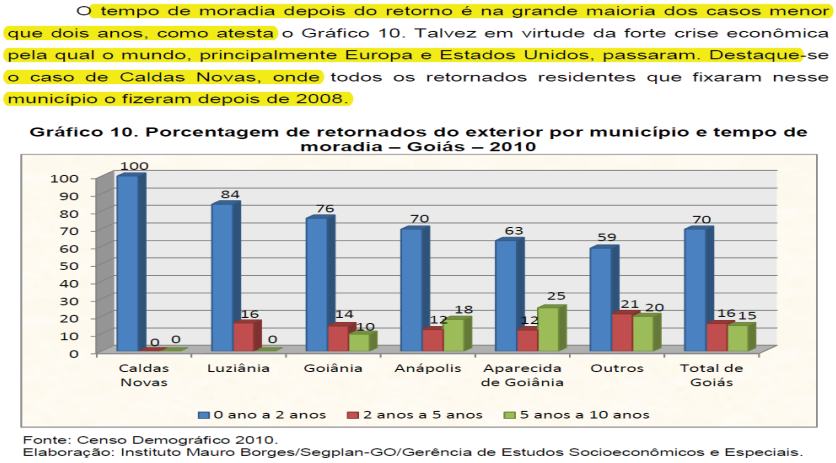

Fonte: IMB/SEGPLAN/GO

5 Disponível em: http://www.seplan.go.gov.br/sepin/down/panorama_da_migracao_em_goias.pdf

Como era de se esperar, quanto aos países de onde os goianos retornaram, o estudo aponta um maior percentual para as regiões que tradicionalmente recebem mais emigrantes goianos e fornece a seguinte distribuição: 48,8% da Europa e 30,7% da América do Norte ou América Central, sendo 29,6% dos Estados Unidos.

Tabela 2. Total e porcentagem dos retornados do exterior por continente e país de moradia anterior – Goiás - 2010

Tabela 8. Total e porcentagem dos retornados do exterior por continente e país de moradia anterior – Goiás - 2010

Continente/País	Retornados	%
Europa	**1.769**	**48,8**
Espanha	478	13,2
Portugal	424	11,7
Escócia	279	7,7
França	139	3,8
Itália	128	3,5
Outros	321	8,9
América do Norte e Central	**1.108**	**30,7**
Estados Unidos	1.071	29,6
Panamá	28	0,8
República Dominicana	9	0,3
Ásia	**395**	**10,9**
Japão	352	9,7
Irã	28	0,8
Outros	15	0,4
América do Sul	**144**	**3,9**
Paraguai	33	0,9
Bolívia	28	0,8
Argentina	23	0,6
Outros	60	1,6
África	**41**	**1,2**
República Democrática do Congo	14	0,4
Zâmbia	14	0,4
África do Sul	13	0,4
Ignorado/Não sabe o país	**161**	**4,4**

Fonte: Censo Demográfico 2010.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Fonte: IMB/SEGPLAN/GO

Sobre as condições socioeconômicas em Goiás, o estudo compara a situação geral do Estado e a dos migrantes retornados a partir dos seguintes critérios: *acesso a serviços*, o que inclui: esgotamento sanitário, abastecimento de água e coleta do lixo. Para os migrantes retornados estes itens apresentam condições melhores do que a média do Estado.

Figura 6. Porcentagem de retornados do exterior por acesso a serviços públicos – Goiás - 2010

Gráfico 11. Porcentagem de retornados do exterior por acesso a serviços públicos – Goiás – 2010

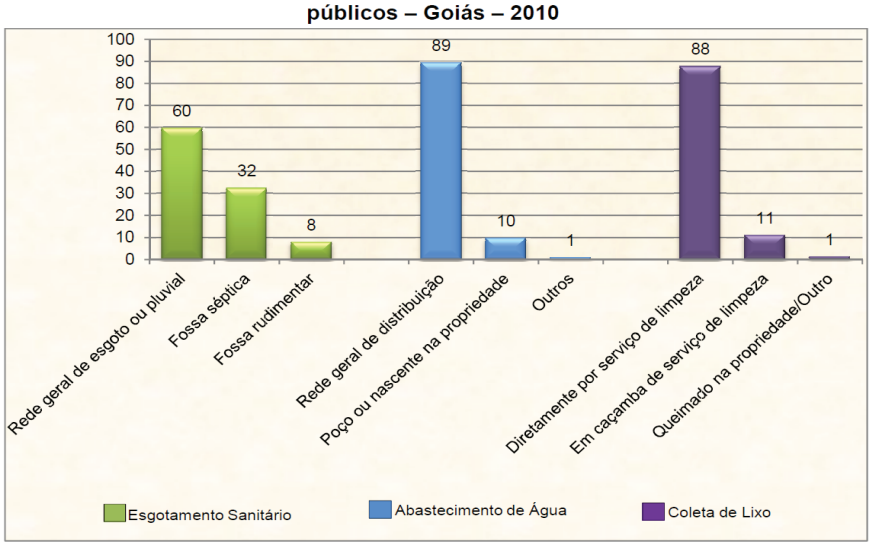

Fonte: Censo Demográfico 2010.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Outro critério considerado é o *tipo de ocupação do domicílio*, onde aparece a alta participação dos que têm moradia própria (56%) e dos que moram pagando aluguel (38%), sendo esta bem superior à média do estado.

Figura 7. Porcentagem de retornados do exterior pela condição de ocupação do domicílio – Goiás – 2010

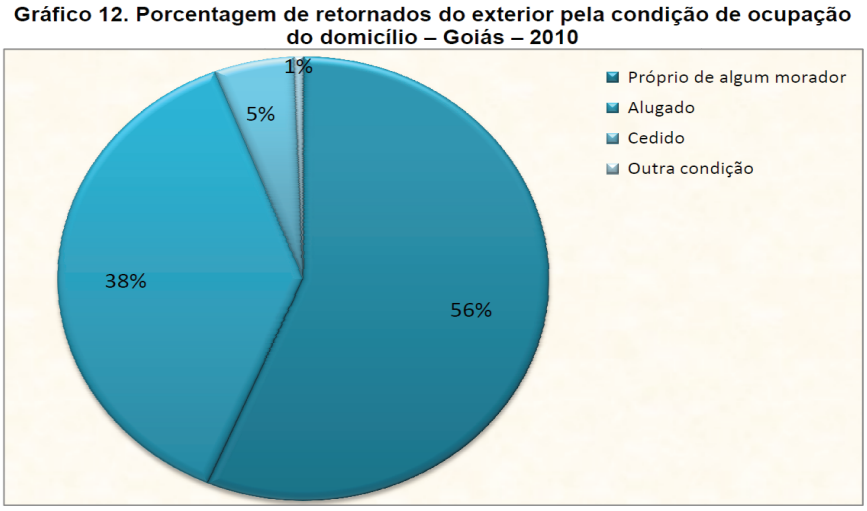

Fonte: Censo Demográfico 2010.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

O que está relacionado ao período curto de residência pós-retorno (2 anos) e também ao fato de não terem decidido ter uma moradia fixa o que aponta para a possibilidade de novas emigrações.

No quesito *educação*, os dados revelam as seguintes informações sobre escolaridade: 39% possui ensino médio completo, 31% não tem instrução ou ensino fundamental incompleto, 16% tem ensino fundamental completo e 14% possui ensino superior. Chama atenção a representatividade dos que possuem curso superior, sendo mais que o dobro da média do Estado.

Como o grau de instrução interfere diretamente no *salário do trabalhador*, é justificado o fato do rendimento total dos retornados ser 2,5 vezes maior do que a média do total de goianos, segundo dados do censo de 2010. Para esse período, os retornados apresentavam renda média de R$1950,00 enquanto em Goiás o rendimento era de aproximadamente R$787,00.

Quanto à distribuição dos retornados de acordo com o *tipo de atividade* produtiva em que estavam trabalhando no período do Censo de 2010, os dados apontam que a maioria estava desempenhando alguma atividade ligada ao comércio (22%) e à indústria de transformação (15,4%), com destaque para essa última, onde provavelmente estavam inseridos os retornados com nível superior devido às exigências técnicas específicas da atividade. A construção e outras atividades de serviços aparecem com 7,9 e 6,1%, respectivamente.

Tabela 3. Porcentagem de retornados do exterior ocupados por grupos de atividade produtiva em que trabalham – Goiás - 2010

Tabela 9. Porcentagem de retornados do exterior ocupados por grupos de atividade produtiva em que trabalham – Goiás - 2010

Grupos de Atividade Produtiva	%
Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	22,0
Indústrias de Transformação	15,4
Construção	7,9
Outras Atividades de Serviços	6,1
Informação e Comunicação	5,6
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	4,4
Alojamento e Alimentação	4,2
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	4,1
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	3,8
Educação	3,7
Transporte, Armazenagem e Correio	3,3
Outras	19,6

Fonte: Censo Demográfico 2010.
Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

Fonte: IMB/SEGPLAN/GO

Em suma, podemos estabelecer um perfil do migrante retornado no Estado de Goiás que teve como último país de residência os Estados Unidos: trata-se de um fluxo recente, com predominância de homens; a maioria é jovem, com idade entre 25 e 39 anos; com grau médio de escolaridade; economicamente ativos e ocupados no mercado de trabalho, em geral nas atividades de comércio e indústria de transformação; com salários em torno de 5 a 10 salários mínimos, residentes nas cidades de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis.

A partir dos dados analisados temos que os migrantes retornados apresentam melhores condições do que os outros habitantes do estado nos critérios de *acesso a serviços*, *ocupação do domicílio*, onde aparece a alta participação dos que têm moradia própria (56%).

No quesito *educação*, chama atenção a representatividade dos que possuem curso superior, sendo mais que o dobro da média do Estado, o que se reflete também na análise do *salário do trabalhador*, sendo que os retornados tem um rendimento 2,5 vezes maior do que a média do total de goianos.

Quanto à distribuição dos retornados de acordo com o *tipo de atividade produtiva* os dados apontam que a maioria estava desempenhando alguma atividade ligada ao comércio (22%) e à indústria de transformação (15,4%), com destaque para essa última, onde provavelmente estavam inseridos os retornados com nível superior devido às exigências técnicas específicas da atividade

Considerações finais

Os dados aqui apresentados reforçam que o perfil do migrante de retorno brasileiro é caracterizado por: predomínio de homens (55%), faixa etária de 20 a 49 anos, o que sinaliza para a migração por motivos de trabalho (IBGE, 2010). Sobre a qualificação, percebe-se que os fluxos de retorno trouxeram para o Brasil uma mão de obra qualificada e jovem, que, ao mesmo tempo, agrega valor ao mercado de trabalho e minimiza os custos de investimento na formação de capital humano (OLIVEIRA, 2013: 201).

Conforme visto acerca das condições socioeconômicas em Goiás, a partir dos dados analisados, temos que os migrantes retornados apresentam melhores condições do que os outros habitantes do estado nos critérios de *acesso a serviços* e *ocupação do domicílio.*

A alta representatividade dos retornados com nível superior se destaca e também ajuda a entender o fato de os migrantes retornados receberem, em média, mais que o dobro de salário que os outros habitantes. Além disso, no que se refere ao *tipo de atividade produtiva,* os dados apontam que a maioria dos migrantes retornados se inserem em atividades ligadas ao comércio e à indústria de transformação.

Nesse sentido, podemos inferir que as pessoas que emigraram e que se caracterizam como migrantes de retorno, no Estado de Goiás, apresentam indícios de estarem em uma situação melhor se comparado com a

outra parcela da população, o que podemos considerar como indicadores de uma mobilidade social ascendente. A título dessa pesquisa, tal inferência parece refutar a hipótese inicial de que o capital social e humano acumulado durante a experiência migratória não seria suficiente para garantir a mobilidade social ascendente do migrante que retorna à sociedade de origem. Entretanto, para refutarmos ou acatarmos esta hipótese com mais propriedade, na próxima etapa da pesquisa realizaremos entrevistas com migrantes de retorno a fim de analisar o significado da experiência migratória para esses migrantes, e assim capturar os elementos subjetivos que nos permitirão analisar, para além da perspectiva econômica e sócio-demográfica, o movimento na escala social desses imigrantes.

Por fim, é importante salientar que em um contexto de globalização, dinâmico e complexo, os movimentos populacionais também se dinamizam, as relações entre origem e destino se tornam mais próximas e, cada vez mais, estabelecem-se relações transnacionais, nas quais os migrantes mantêm-se conectados aos locais de origem e de destino. É necessário perceber o retorno e a análise de mobilidade social desses migrantes dentro desse dinamismo e considerar a circularidade na migração assim como as possibilidades de re-emigração para outros locais.

Bibliografia

BOTEGA, T. (2011), *Migração de retorno e mobilidade social.* Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília. Disponível em: http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/2103/1/2011_TuilaBotegaCruz.pdf

CASSARINO, JP. (2004), "Theorising Return Migration: the Conceptual Approach to Return Migrants" Revisited. ***In:*** *IJMS: International Journal on Multicultural Societies*, vol. 6, no.2; pp. 253-279, UNESCO. Disponível em: www.unesco.org/shs/ijms/vol6/issue2/art4 [consultado em 11-11-2013]

CAVALCANTI, L.; BOGGIO, K. (2004), "Una presencia ausente en espacios transnacionales. Un análisis a partir del cotidiano de uruguayos y brasileños en España". *Actas del IV congreso inmigración en España*, Girona.

CSEM – CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS (2011). *Breve Glossário sobre Migração e Pastoral*. Disponível em: http://www.csem.org.br/images/downloads/2011/09/Verbetes-2011-Correc%CC%A7a%CC%83o-Port-CSEM-21.pdf [consultado em 08-10-2012]

DIAS, L. O. (2013), "Goianos(as) no Mundo: um diagnóstico dos processos migratórios internacionais". In: *37° Encontro Anual da ANPOCS*, ST 31: Migrações, trabalho e capitais. Águas de Lindóia – São Paulo/SP. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8622&Itemid

=429 [consultado em 05-11-2014]

DURAND, J. (2006), "Los inmigrantes también emigran: la migración de retorno como corolário del processo". In: *REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*. Brasília, Ano XIV, n. 26 e 27, pp. 167-189.

FERNANDES, D. M.; KNUP, S. P. (2012), "Should I stay or should I go? A dúvida da permanência ou retorno: imigrantes brasileiros no estado de Massachusetts". In: *XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Belo Horizonte. Disponível em: http://174.121.79.98/~naotembr/anais/files/POSTER[410]ABEP2012.pdf [consultado em 12-12-2013]

HIRANO, F. Y. (2005), "O caminho para casa: O retorno dos Decasséguis". *I*n: *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/4EncNacSobreMigracao/ST1-2.pdf [consultado em 01-06-2011]

IBGE, Censo Demográfico (2010), *Censo demográfico 2010: Nupcialidade, fecundidade e migração: resultados da amostra*. Rio de Janeiro. Disponível em:

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/98/cd_2010_nupcialidade_fecundidade_migracao_amostra.pdf [consultado em 25-03-2014]

_____(2011), *Censo demográfico 2010: Características da população e dos domicílios: resultados do universo*. Rio de Janeiro. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf [consultado em: 14-02-2014]

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE GOIÁS – SEGPLAN/GO (2014). *Panorama da Migração em Goiás.* Disponível em: http://www.seplan.go.gov.br/sepin/down/panorama_da_migracao_em_goias.pdf [consultado em 01-11-2014]

JANNUZZI, P. M. (2000), *Migração e mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista*. Campinas (SP): Autores Associados.

MARGOLIS, M. L. (2003), "Na virada do milênio: A emigração brasileira para os Estados Unidos". In: MARTES, Ana Cristina Braga; FLEISHER, Soraya Resende (org) *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra; pp.51-72; 2003.

OLIVEIRA, A. T. (2013), "Um panorama da migração internacional a partir do Censo demográfico de 2010". In: *REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*. Brasília, Ano XXI, jan/jun., n. 40, pp. 195-210;

PASTORE, J. (1979), *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: T. A. Queioz/EDUSP.

PATARRA, N. L. (2005), "Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas". In: *São Paulo Perspec*., São Paulo, v. 19, Sept., n. 3. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000300002&lng=en&nrm=iso [consultado em 08-11-2010]

PEREIRA, S.; SIQUEIRA, S. (2013) "Migração, retorno e circularidade: evidências da Europa e Estados Unidos". In: *REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*. Brasília, Ano XXI, jul./dez., n. 41, pp. 117-138.

PORTES, A.; GUARNIZO L. (1991), *Capitalistas del trópico: La inmigración em los Estados Unidos y el desarrollo de la pequeña empresa em la República Dominicana*. FLASCO, 1991.

RIVERA-SÁNCHEZ, L. (2013), "Migración de retorno y experiencias de reinserción em la zona metropolitana de la Ciudad de México". In: *REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*. Brasília, Ano XXI; jul./dez, n. 41, pp. 55-76.

SALES, T. (1999), *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Cortez.

_____ (2011), "Segunda geração de emigrantes brasileiros nos EUA". In: *Migrações Internacionais – contribuições para políticas*; pp. 361-374. Brasília: CNPD.

SAYAD, A. (2000), "O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante". In: *Travessia*, número especial.

_____(1998), *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Tradução Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

SCALON, M. C (1999), *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro, Revan/IUPERJ-UCAM; pp. 79-107.

SIQUEIRA, S. (2009), *Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno: Brasil-Estados Unidos*. Belo Horizonte: Argvmentvm.

_____ (2009). "Mobilidade social: análise comparativa do retorno de brasileiros dos EUA e Portugal", in PADILLA, Beatriz e XAVIER, Maria (org.), *Revista Migrações – Número Temático Migrações entre*

Portugal e América Latina, n. 5 outubro, Lisboa: ACIDI; pp. 135-154. Disponível em: http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Revista_5/Migr5_Sec1_Art7.pdf [consultado em: 10-05-2011]

SOARES, W. (2000). "Para além da concepção metafórica de redes sociais: fundamentos teóricos da circunscrição topológica da migração internacional". In: *XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 2000, Caxambu. Brasil 500 anos: mudanças e continuidades. Campinas: Abep, 2002ª. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST1_Soares_texto.pdf [consultado em: 30-05-2011]

SOLÉ, C; CAVALCANTI, L; PARELLA, S. (2011), *La inmigración brasileña em la estructura socioeconómica de España*.

A incoerência de uma política migratória europeia para Portugal

João Carlos Jarochinski Silva
jcsilva98@hotmail.com

Resumo: O artigo desenvolve uma crítica ao processo de europeização da política migratória portuguesa, evento que esse que se inicia nos anos 90 do século XX, momento em que o tema das migrações torna-se mais impactante politicamente, pois, além da entrada para a Comunidade Europeia, nota-se a efetiva presença de estrangeiros em várias regiões do país, com destaque para as regiões da grande Lisboa e do grande Porto.
Portugal começa a adotar uma série de medidas relacionadas ao tema, bem como incorporar compromissos europeus com impacto direto na capacidade de regulação do tema migratório, modificando, significativamente, a tradicional forma com que esse Estado lidava com o tema.
Com a série de compromissos e de regulações europeias que surgem a partir da passagem do século XX para o XXI, o impacto da Comunidade Europeia nas políticas migratórias portuguesas foi se tornando cada vez maior, fazendo com que a influência dessas medidas comunitárias ficassem mais nítidas, apesar de ainda persistirem no país algumas medidas de caráter efetivamente nacional, em especial, no campo da integração dos imigrantes.
Outro ponto relevante que será abordado é que, devido ao impacto das normas europeias, Portugal deparou-se com novas figuras migratórias, pois, além do binômio nacional e estrangeiro, ou do imigrante regular e irregular, a participação na comunidade fez com que o estrangeiro se dividisse em duas categorias, o estrangeiro de país membro da Comunidade Europeia e o extracomunitário, impactando diretamente na possibilidade de definição da política migratória por parte do país.

Palavras-chave: Portugal, Política Migratória, Europeização, Imigrante, Extracomunitário.

1 – Os anos 90 e o início do processo de europeização das políticas migratórias em Portugal

Os anos 1990 marcam em Portugal uma série de medidas relacionadas ao tema das imigrações, notadamente do início do processo de europeização de suas políticas migratórias. Nesse sentido, já em 1991 há a adesão de Portugal ao acordo Schengen. Este fato introduziu Portugal no espaço de liberdade de circulação para pessoas dos países signatários do acordo e permitiu aos portugueses que circulassem pelos demais Estados participantes do sistema Schengen. Além disso, começam a ser estabelecidas as políticas de controle comum.
A medida mais importante tomada no início dos anos 1990 foi o processo de regularização extraordinário, medida necessária após a ausência de ações efetivas do governo português em relação ao tema migratória durante a década anterior. Costa (2012: 68) afirma que essa ação decorreu da inserção de Portugal no espaço Schegen. Concordamos em parte com a afirmação, pois, como destaca Ribas Mateos (2004: 113):

> Durante años, las políticas de inmigración de los países europeos de mayor tradición receptora se han caracterizado por su dualidad, es decir, por la división de las políticas según dos criterios: el control fronterizo y la integración de los inmigrantes. El control de fronteras externas a la Unión Europea ha sido indudablemente el objetivo prioritario en todos los estados miembros y el que ha perfilado las líneas fundamentales de la política de inmigración común, configurada a partir del año 1993, cuando se intensificaron las medidas legislativas relacionadas con estas materias. Fue entonces cuando los países europeos adoptaron una política de convergencia basada en el control de flujos y en el cierre fronterizo. El control de los flujos migratorios se fundamenta

> en el control de fronteras y en la lucha contra el empleo de los extranjeros sin permiso de trabajo y de residencia (con la consecuente detención y devolución).

A discordância com Costa decorre do fato de que ele não destaca o quadro de inação política responsável pela realidade do número de irregulares em Portugal, mesmo com a perspectiva de mudanças que a entrada na Comunidade Europeia em 1986 traria no campo migratório.

O Decreto-lei 212/1992, responsável pela ação de regularização, resultou em 39166 pessoas que conseguiram regularizar a própria situação em território português, o que demonstra um grande impacto, pois esse número aproxima-se de quase um terço dos imigrantes regulares em 1991 (Costa, 2012: 68), mas como destaca Pires (2011: 105), ficaram aquém do previsto, por muitos dos imigrantes não atenderem a um dos requisitos fixados pelo decreto.

Baganha & Marques (2001: 28) afirmam que a realização desses processos demonstra, de forma clara, que o país possuía uma vontade política de incluir os que se encontram em situação irregular no território. Porém, apesar desse fato salientado pela autora, não se pode esquecer de que a medida ter ficado aquém do previsto fez com que o problema persistisse na sociedade portuguesa, não significando uma efetiva inclusão e, ainda mais, criando a necessidade de outros processos de regularização extraordinários.

Tal fato se deve à opção do governo português, coerente com o próprio viés objetivado pela Comunidade, condizente com o quadro descrito por Stalker (2002), no qual ele sintetiza o problema da migração, colocando que, por um lado, os governos recebem bem os imigrantes como mão de obra, pois esta lhes permite suprir a necessidade de empregados em determinados campos de atuação que exigem uma formação complexa. E os imigrantes dispostos a atuar nos empregos sem exigência de qualificação, os quais a população local não quer ocupar. Mas, por outro lado, podem querer frear esses fluxos migratórios caso se perceba que podem surgir problemas políticos ou sociais, baseando-se, a partir dessa constatação, em argumentos de soberania e identidade nacionais para restringir esses fluxos.

Portanto, a inclusão não é de todos. Há uma opção clara de quem se deseja inserir. No caso, o governo do Partido Social Democrata (PSD), partido que pode ser classificado como de direita, que esteve no poder de 1985 até 1995, responsável, portanto, pelo início da europeização das medidas. Percebe-se uma forma de ação até certo ponto ambígua, pois inicia uma série de ações e normas que, se por um lado, procuram integrar os imigrantes, por outro, também demonstram uma lógica de controle e de desconfiança em relação aos estrangeiros (Pires, 2011). Há, portanto, segundo Santos (2004), um duplo viés, de integração dos já estabelecidos, com a restrição de entradas de novos fluxos.

Porém, devido ao alinhamento de Portugal com a Europa, a opção pela segurança é mais forte do que a integração, como fica evidente quando se observa outra norma criada por esse governo, o Decreto-lei 59/1993, responsável pela revogação dos Decretos-leis nº 264-B/1981, 333/1982 e 312/1986, reforçando o caráter de segurança atribuído à regulação dos fluxos migratórios, com medidas que vão desde a criação de centros de instalação temporária para os estrangeiros, local onde eles deveriam aguardar a decisão sobre a expulsão – ou não, ao reforço do regime de expulsão, com a possibilidade de expulsão por autoridade administrativa e a criação do crime de auxílio à imigração ilegal.

O decreto-lei expressou a vontade de restringir a vinda de novos estrangeiros, resultando em uma precarização da presença do imigrante não pertencente aos países-membros do acordo Schengen no território português (Pires, 2011: 104). Essa ação política segue a tendência dos países desenvolvidos conforme assinalou Reis (2006: 53) «a questão da imigração continua a ser basicamente regulamentada pelo Estado, e é tratada na maioria das vezes como problema de segurança pública e questão de polícia.»

Baganha (2005: 32) destaca os objetivos dessas medidas ao relatar que:

> Como foi então afirmado pelo ministro da Administração Interna, o objectivo político era "limitar, de forma criteriosa e prudente, a fixação de novos imigrantes". Este limite era tendencialmente de zero, como mais tarde o Ministro veio a clarificar: "não receber mais imigrantes sem integrar as

> comunidades que já existem no país" (citação de Dias Loureiro, no *Público*, 13 de Novembro de 1993).

Ela ainda diz:

> Assim, a primeira regulação explícita dos fluxos migratórios após a entrada de Portugal na Comunidade Europeia tinha como objectivo uma política de "imigração zero", tão restritiva e selectiva nas entradas que, na prática, estancasse o fluxo migratório (excepto para efeitos de reunificação familiar) e impedisse a fixação de ilegais em território nacional.

Entretanto, tal ação não surtiu efeito nos anos 90, pois o Estado, em diversas ocasiões, não tomou medidas para garantir a efetividade da lei. Entretanto, tais medidas representam a possibilidade de um grande prejuízo para os imigrantes em Portugal. Ao mesmo tempo em que são adotadas medidas precarizadoras da condição de um grupo de imigrantes, outros grupos recebem uma melhoria em suas condições ao serem regulados pelo Decreto-lei nº 60/1993, que definiu um novo regime legal de entrada e permanência dos cidadãos comunitários. Fica evidente que há uma clara distinção entre os imigrantes por conta de sua origem. Numa posição privilegiada estão as pessoas oriundas dos países membros do acordo Schengen e de outros países ricos, como Estados Unidos e Canadá. Isto é evidente com os Decretos-lei 59 e 60, ambos de 1993, sendo capaz de dar um lugar político muito diferente para pessoas que tomam a mesma atitude, isto é, procuram Portugal para viver (Dias N., 2012). Depois desse grupo dos países ricos, há os imigrantes advindos dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e do Brasil, por conta das relações históricas, favorecimento este previsto na própria Constituição portuguesa, em que há o provilégio das relações com países que possuem uma maior vinculação histórica com Portugal. Por último, ficaram os imigrantes extracomunitários de países que não possuem uma relação vinculada ao passado colonial com Portugal, sendo diretamente atingidos pelas ações de limitação de entrada realizadas.

A busca pela imigração zero atinge diretamente aos dois últimos grupos. O discurso e a legislação dos temas migratórios relacionados aos não desejados[1] estava centrado em questões de segurança, como o controle das fronteiras (Costa, 2012: 72).

A própria ideia da regularização é permeada por esse viés de segurança, pois permite em 1992/1993 que se conheça e regule quem já estava dentro do território português, reforçando o controle sobre essa população até então marginal.

Todos esses pontos explicitam uma lógica política conservadora que, no caso português, marca a égide do PSD. Dessa forma, há uma caracterização que delimita as tendências da direita e, a contrário senso, da esquerda, em Portugal, em relação aos imigrantes, conforme explica Pires (2011: 106):

> O governo de Direita lança as estruturas e as opções políticas que irão ser replicadas com variações, pelos sucessivos governos da mesma cor partidária. Ao mesmo tempo, durante esta legislatura, os partidos de esquerda começam a demarcar-se dos partidos de direita. A lógica e o enquadramento da imigração estrutura-se em torno dos princípios próprios a partidos de esquerda, isto é, promoção da igualdade de direitos e de inclusão na sociedade nacional, defesa dos direitos humanos, luta contra a discriminação etc.

---

1 O fato de os brasileiros e os imigrantes dos países do PALOP possuírem algumas vantagens, não significa que fossem grupos desejados. No caso dos brasileiros, há uma distinção entre os que eram bem formados e assumiam posições privilegiadas no mercado de trabalho, com os que vinham para trabalhos que exigiam uma baixa escolarização. O primeiro grupo é bem recepcionado; já o último sofre com a sua posição no mercado e na sociedade.

Resta ainda destacar que no período do PSD ocorrem a reforma do regime legal do SEF e a legislação referente aos centros de acolhimento temporário (Lei 34/1994). Ambas as medidas são no sentido de uma melhor operacionalização das normas criadas, evidenciando o fim do período da inação.

Já em 1995 há uma significativa mudança no cenário político português com a eleição de uma maioria parlamentar do Partido Socialista (PS). A esquerda, conforme destacado, possui um discurso político mais integrador dos grupos marginais, fazendo com que as medidas que adotam, via de regra, possuam um caráter menos excludente do que as realizadas pela direita. Portanto, a esquerda representou, em termos de integração, uma melhora no sistema português.

Mas, no caso em questão, isso não significou a alteração da opção por um controle efetivo de fronteiras para a redução dos fluxos (Pires, 2011: 107). Tal opção decorre dos compromissos assumidos pelo país em nível europeu. Por conta disso, Costa (2012) não vê uma distinção entre as ações realizadas pelo PS, no começo do governo, e as adotadas pelo PSD. O referido autor só vislumbra uma mudança em 1998.

Independente da forma de visualizar a questão, a primeira ação tomada pelo governo foi defrontar a realidade de imigrantes irregulares no território português. Por conta disso, realiza-se em 1996 (Lei 17/1996) um novo processo de regularização. Isso demonstra, por si só, que as leis de regulação de fluxos não funcionavam, levando a adoção da política de regularização como forma de solucionar, pelo menos parcialmente, a questão. Pires (2011: 107) destaca que isso se deve aos "interesses ligados ao mercado de trabalho das entidades patronais", levando a uma não atuação efetiva por parte do governo no controle fronteiriço e na aceitação do emprego desse imigrante irregular.

Porém, além desse fato, a própria entrada de Portugal no espaço Schengen tende a potencializar a questão da entrada de irregulares, pois, além de ter se tornado um local mais atrativo para os imigrantes, contexto no qual o país empreendeu recursos com vistas a grandes obras, a regulação das fronteiras foge da lógica estritamente nacional, como salienta Baganha (2005: 34):

> O legislador parece não se ter apercebido de que a entrada de Portugal no Espaço Schengen abria as portas do país aos titulares de vistos de curta duração emitidos por um qualquer país do Espaço Schengen. Esta perda de controle de um dos mais importantes mecanismos de regulação dos fluxos teve como consequência a formação de uma nova bolsa de ilegais, desta vez provenientes de países com os quais Portugal não tinha quaisquer vínculos históricos ou ligações económicas, os países do Leste Europeu.

Sobre essa segunda regularização extraordinária, Costa (2012: 72) diz que isso

> Viria a demonstrar não apenas que existiam contingentes significativos de pessoas a entrar em Portugal irregularmente, mas também que estas se integravam facilmente no mercado de trabalho e que a sua permanência em território português estava relativamente facilitada e era susceptível de se prolongar no tempo.

Independente da justificativa, o processo demonstra que, apesar do domínio significativo de pedidos de regularização de nacionais dos PALOP (Cerca de 66%), percebe-se o início da mudança no perfil migratório em Portugal, pois o país começa a atrair nacionais de um número muito maior de países, semelhante ao que ocorre no restante dos países do espaço Schengen.

Porém, apesar das semelhanças com a medida adotada pelo PSD, fica evidente que o PS procurou uma maior participação da sociedade civil, buscando seu apoio. Essa é uma característica distintiva entre a direita e a esquerda na organização das políticas migratórias em Portugal.

Outro quadro de sensível distinção é o avanço da integração dos imigrantes. Em 1996 foi criado o Alto Comissário para a Imigração e as Minorias Étnicas (ACIME – Decreto-lei nº 8-A), que desenvolverá a regulação de imigrantes em nível nacional, fundamental para a incorporação da sociedade civil nos programas

relacionados a integração (Pires, 2011: 109), o decreto-lei (50/1996) sobre o acesso ao direito de voto para certas nacionalidades em nível local e sob a condição de reciprocidade e, principalmente, a extensão do rendimento mínimo aos estrangeiros (Decreto-lei 19-A/1996).
Sobre esses fatos e o período inicial do governo do PS, Baganha (2005: 39) salienta:

> Desde 1995, Portugal perdeu o monopólio da concessão de vistos de curta duração. Insensível a este facto e às suas implicações, o legislador legislou em 1996 e novamente em 1998, sob pressão das Associações de Imigrantes, da Igreja Católica e do Partido Socialista, para facilitar e promover a integração dos imigrantes residentes no país independentemente do seu estatuto legal, esquecendo-se aparentemente de legislar para regular os fluxos e para combater a imigração ilegal.

Adota-se, nesse caso, posicionamento contrário ao da autora, pois, apesar do fortalecimento da integração, o governo continua com ação no sentido de reforço do controle das fronteiras, seja pelo já assinalado comprometimento com os demais países do acordo Schengen, que nesse momento possui um forte viés de controle dos movimentos migratórios, seja pelo seu interesse em alterar a forma de oferecimento dos vistos de trabalho, fundamentais no contexto de investimentos que o país recebia.
Tanto que a justificativa do controle das fronteiras é colocada na Lei nº 8/1998 que autorizou o Governo português a legislar sobre a matéria. O resultado disso é o Decreto-lei nº 244/1998, no qual se observam melhorias nas condições legais dos imigrantes (Pires, 2011: 108), como a diminuição e simplificação da concessão da autorização de residência. Mas, ao mesmo tempo, há previsões que tratam diretamente de temas vinculados à imigração de indocumentados, como a previsão de uma maior punição ao auxílio à imigração ilegal, a preferência pelos trabalhadores comunitários e não comunitários já instalados no país na satisfação das ofertas de emprego.
A atitude positiva do governo em relação à integração dos imigrantes, duramente criticada por setores conservadores, pois estes alegavam que isso seria um agente facilitador da entrada de irregulares, é benéfica para o país. O foco no combate à desigualdade, ao preconceito e a implementação de mecanismos de participação da sociedade civil não guardam relação com o menor ou maior controle da fronteira, ele vem para solucionar uma situação já dada, que é a presença de imigrantes e a necessidade de inserção desses grupos.
A distinção entre integração e política de segurança não é algo exclusivo de Portugal, trata-se de medida que era adotada pela própria União Europeia, que conferia maior autonomia aos Estados no desenvolvimento de suas ações de integração.
Há, ainda, a questão da visão laboral do imigrante, a qual possui interessantes avanços como o fim do sistema de quotas para imigrantes em empresas portuguesas (Decreto-lei nº 20/1998). Porém, justamente nesse campo, o governo de esquerda não conseguiu romper com a lógica de mercado e acabou por ceder à pressão de setores conservadores, tratando o imigrante como um mero ator econômico (Pires, 2011: 111). A visão do imigrante, enquanto mero agente econômico, é prejudicial aos direitos e à inserção social desse grupo, pois não realça outras contribuições que os imigrantes oferecem à sociedade de destino.
Pires (2011) destaca que essa forma de agir do governo do PS acabou por gerar uma situação na qual há um enquadramento economicista na vinda dos imigrantes, acompanhada de um visão humanista, pluralista no que diz respeito à integração daqueles que já estão no território.
Essa distinção demonstra a dificuldade política em se conceder aos não nacionais o mesmo quadro legal conferido aos estrangeiros. Nesse sentido, apesar dos avanços que os últimos anos de 1990 oferecem em relação à primeira metade da década, percebe-se que o ponto fundamental de oferecimento das mesmas oportunidades de trabalho não ocorre. Portugal avança em termos de integração, mas ao mesmo tempo, assume as posições tradicionais da Europa, como o fechamento de fronteiras e a visão utilitária do imigrante.
A visão utilitária oferece um quadro no qual se desdenha a condição do imigrante enquanto ser humano. O tratamento sobre o imigrante acaba designando diferentes níveis de direitos em relação à pessoa, seja por ser alguém que interessa ao Estado receptor, seja por ser de uma determinada origem, seja por executar uma tarefa.

Tudo isso faz com que o ser humano, por detrás da categoria de imigrante, fique à mercê da vontade de agentes políticos para obter ou não direitos. Por mais avanços que possamos distinguir entre a política de esquerda e direita, essa lógica distintiva não foi rompida no final do século XX, em Portugal, pois, em alguns momentos o imigrante ainda é tratado como um objeto.

2 – O século XXI

No início do século XXI, ainda sob o domínio do PS no poder, foi estabelecido o Decreto-lei 4/2001 no qual se estabeleceu a permissão da concessão de autorização de permanência aos estrangeiros e, mesmo não sendo titulares do visto de entrada, pudessem apresentar uma proposta de trabalho. (Costa, 2012: 74) Obviamente, tal medida possibilitou uma larga regularização de imigrantes nos anos seguintes, mas, sem dúvida, vinculou a temática migratória a uma visão economicista da migração.

Os anos de 2001 a 2003 apresentaram um total de 183.655 autorizações de permanência. Isso fez com que o número total de estrangeiros legalmente no país aumentasse, só em 2001, 69% (Costa, 2012: 75). Tal número não representava uma novidade, pois, antes do Decreto-lei, já estavam pendentes junto aos SEF, mais de 41 mil pedidos de autorização de residência, prevista no artigo 88 do Decreto-lei anterior, o de número 244/98 (Baganha, 2005: 34). Outro ponto marcante nesses dados foi a presença efetiva de migrantes oriundos do Leste Europeu que, conforme destacado na Introdução desse trabalho, transformou-se em um dos grupos mais significativos na migração portuguesa.

Baganha (2005) ainda acrescenta que a promulgação desse decreto, que regularizou um número muito significativo de imigrantes deveu-se à pressão exercida pelos setores de construção civil, obras públicas e turismo. Sem dúvida, o fato de setores empregadores terem pressionado a regularização colaborou para a criação de uma lógica economicista na regulação migratória.

King & Ribas Mateos (2005: 202-203) destacam que essa legalização revelou informações surpreendentes sobre a escalada da migração do Leste Europeu, além de dados que ultrapassam a duplicação da população imigrante regularizada em Portugal. Os autores ainda salientam que esse grande aumento em números estatísticos decorre do fato de Portugal ainda ser um país de emigração, o que leva a um quadro de substituição dos trabalhadores.

Esses dados mostram que o Decreto-lei nº 4/2001 trouxe uma significativa alteração na lógica regulatória portuguesa. Baganha & Marques (2001: 87) alegam que

> Mais do que uma simples alteração numérica da população estrangeira a residir em Portugal, a sua implementação teve efeitos sociais profundos e, na sua maior parte, perversos e cuja resolução será extremamente complexa. De facto, sob o seu efeito directo estruturaram-se, desenvolveram-se e solidificaram-se no nosso país redes de tráfico de mão-de-obra de tipo tentacular e carácter criminoso cuja erradicação num Estado de direito e numa sociedade democrática será morosa e particularmente difícil.

A principal novidade e, também, o foco das críticas ao Decreto-lei foi a criação das autorizações de permanência, que se mostrou incoerente com o sistema de entrada e permanência em Portugal. Vale destacar que esse último já era regulado por uma perspectiva normativa de matriz europeia. Fora uma pluralidade de formas de obtenção da possibilidade de trabalho, o que gerava um conflito na forma de regulação de questões relativas ao trabalho ou de outros temas, como a reunificação familiar.

A autorização de permanência funcionava de forma semelhante ao visto de trabalho, pois possuía a duração de apenas um ano, mas era prorrogável por iguais períodos até o limite de cinco anos. Somente após esses cinco anos tornava-se possível ou exigível ao imigrante possuir uma autorização de residência (Costa, 2012: 76).

Costa (2012: 76) destaca que:

> A autorização de permanência pressupunha a aceitação pelo Estado português de que os estrangeiros entrassem ilegalmente no seu território, o que sucedia sempre que o fizessem com um visto não adequado à finalidade da sua estada (exemplo: um estrangeiro entra com um visto de turismo, mas pretende trabalhar) e que isso não os impediria de obterem um trabalho e regularizarem posteriormente a situação. Com isso, o Estado português reconhecia a sua incapacidade para controlar as respectivas fronteiras, a qual é uma das funções tradicionalmente cometidas ao aparelho estadual[2] soberano.

Interessante visualizar que a tentativa do Estado português nessa matéria incidia sobre uma realidade que atingia a todos os Estados europeus, pois, nenhum deles, poderia se gabar de possuir um controle efetivo sobre as fronteiras. Isso significa que Portugal colocou-se à frente de seus parceiros de Comunidade ao tentar desenvolver uma lógica de integração de quadros já presentes no seu território para, assim, os controlar e poder ofertar algum tipo de proteção, o que é benéfico para o imigrante, em situação irregular. Mas, da mesma forma, contrário à lógica europeia em relação ao tema.

Porém, ao mesmo tempo em que reconhece os que estão em seu território, o Decreto-lei nº 4/2001 estabelece as Cotas de entrada em território nacional para novos imigrantes, subordinando o consentimento de vistos de trabalho à previsão anual de oportunidades de trabalho.

A primeira previsão ocorreu por meio da Resolução do Conselho de Ministros nº 164/2001, demonstrando, mais uma vez, apesar de incoerente com a medida anterior de integração, uma visão basicamente economicista do imigrante. Isso é confirmado no preâmbulo da Resolução, quando afirma que,

> Considerando o crescente número de cidadãos estrangeiros que não tenham a nacionalidade de um Estado-Membro da União Europeia que procuram o nosso País em busca de aqui encontrarem trabalho e melhores condições de vida, bem como a inexistência de uma capacidade de acolhimento ilimitada, é premente adoptar uma política de imigração equilibrada, que privilegie os canais de imigração económica legal desde os países de origem. Tal passa necessariamente pela admissão de estrangeiros munidos do adequado visto de trabalho, ao abrigo de acordos de imigração ou fora deles, mas sempre de acordo com as necessidades do mercado de trabalho nacional. Só assim se poderá contribuir para uma melhor regulação dos fluxos migratórios, combater de forma mais efectiva a actividade das redes de imigração clandestina e assegurar uma integração mais digna dos imigrantes na nossa sociedade. (DIÁRIO DA REPÚBLICA — I SÉRIE-B nº 278—30 de Novembro de 2001: 7598)

A busca por uma regulação efetiva da imigração era tão latente que o Decreto trouxe, pela primeira vez, a aplicação de penas para quem empregasse mão de obra de imigrantes irregulares, além da tipificação do crime de angariar trabalhadores imigrantes irregulares. Tal ideia para combater a imigração irregular foi adotada muito antes de a União Europeia estabelecer algo nesse sentido, o que demonstra uma visão mais adequada ao tema por parte das autoridades portuguesas do que a das autoridades europeias.Por fim, convém destacar que o Decreto-lei ainda estabeleceu uma limitação dos estrangeiros que poderiam ser expulsos sob a forma de pena acessória de seu território, pois excluía aqueles que tivessem nascido em território português, tivessem filhos menores de idade residentes em Portugal sobre os quais exercessem o poder paternal, ou que se encontrassem em território português desde quando possuíssem idade inferior a dez anos e tivessem nesse território residência habitual (Costa, 2012: 81). Sem dúvida, medidas como essa, adequadas aos julgados do

2 Estadual no sentido de Estatal no português brasileiro.

Tribunal Europeu de Direitos Humanos, representam avanços protetivos aos imigrantes, mostrando os avanços da legislação portuguesa para o reconhecimento de direitos e da vinculação dos cidadãos extracomunitários com a sociedade de destino.

Entre os anos de 1995 e 2002, quando a esquerda esteve no poder, ocorreram avanços e retrocessos na relação entre a ação estatal e o imigrante extracomunitário. O retrocesso seria a visão utilitarista desse imigrante, pensado para preencher as piores vagas do mercado de trabalho, mas que teria, ao fazer isso, o benefício de ser um sujeito de direitos e deveres.

Conforme destaca Pires (2011: 112), "consideramos este período de governação como relativamente inclusivo no que toca à integração do imigrante na sociedade de acolhimento, embora seguindo sempre uma estratificação qualitativa do estrangeiro".

Porém, no primeiro semestre de 2002, é eleita uma coligação de Direita que reúne o PSD, o Centro Democrático Social (CDS) e o Partido Popular (PP). Ao assumirem o poder, esse grupo imediatamente retoma as ações políticas anteriores do período em que exerceu o poder, tais como um controle mais forte das fronteiras e uma maior restrição à entrada no país. Em termos de integração, esse governo se caracterizará por uma aparente política inclusiva, mas em padrões menos avançados em termos de integração efetiva do que os praticados pelo governo anterior, pois a integração é vista como uma forma de se evitarem conflitos sociais, insegurança e uma integração que passa pela valorização da assimilação da língua e de valores portugueses (Pires, 2011: 112).

Já em 2003 é estabelecido o Decreto-lei 34/2003 no intuito de controlar a entrada de migrantes e o seu volume na população por meio da atribuição de um estatuto legal de permanência no país, no mesmo documento em que se extingue a figura da Autorização de Permanência e a fixação mais rígida de cotas de entrada, que seriam estabelecidas por meio de relatórios relativos a dois anos. Essas cotas só poderiam ser alteradas em casos muito relevantes, como atividades altamente qualificadas ou de caráter científico, artístico e social relevantes. Isso reforça a opção utilitarista do imigrante, que já havia sido tomada anteriormente, pois se estabelece um princípio de seletividade que favorece a entrada de estrangeiros altamente qualificados.

Além disso, esse decreto privilegia a regularização da entrada em Portugal a partir do país de origem desse imigrante, procurando, à semelhança do que outros países europeus já realizavam, a busca de um controle de fluxos não apenas nas fronteiras nacionais, mas também nos próprios países de origem. Reforçaram-se também os mecanismos de expulsão dos imigrantes irregulares e a penalização dos traficantes de pessoas e dos empregadores que utilizam os imigrantes indocumentados.

Há, ainda, medidas que visam a coibir a entrada de pessoas vistas como potencialmente perigosas, como a proibição de entrada de um estrangeiro condenado em pena de prisão suspensa, a proibição da concessão de um visto de trabalho a um estrangeiro condenado a pena superior a seis meses de prisão, ainda que suspensa ou o impedimento da reunificação familiar com um membro da família interditado de adentrar em Portugal. Observa-se um claro viés securitário nas ações, articulado com um discurso político no qual o imigrante é apresentado como uma ameaça (Costa, 2012: 82).

Ainda sobre a reunificação familiar, a Resolução do Conselho de Ministro nº 51/2004 estabeleceu que o preenchimento das cotas de entrada deveriam privilegiar esse instituto e os acordos bilaterais existentes. No afã de controlar a imigração, confunde-se o instituto da reunificação familiar com a imigração de matriz econômica.

Costa (2012: 83) resume a situação da seguinte maneira,

> Se a lei já condiciona a apreciação do pedido de reagrupamento familiar à existência de alojamento adequado e de meios de subsistência suficientes o que aliás nos parece ser de constitucionalidade duvidosa, não poderá ainda procurar preencher a quota de entrada de imigrantes com aqueles cuja finalidade é reunirem-se aos seus familiares residentes no País. Por outro lado, as quotas previstas conduziam à atribuição de vistos de trabalho, enquanto aos membros da família que são objecto de reagrupamento familiar era atribuída uma autorização de residência.

Situação semelhante é expressa pelo Decreto-lei 67/2004, o qual estabelece o registro de menores em situação irregular. O decreto fala que o seu objetivo é assegurar a essas pessoas o acesso ao sistema escolar e ao de saúde. Entretanto, é inegável o efeito de controle dessa população, vista como potencial perturbadora da ordem pública (Pires, 2011: 113).

O aumento no controle das fronteiras não significou a diminuição do número de irregulares, levando o Estado a promover em seu período de governo dois eventos de regularização extraordinária. O primeiro deles, que passou a ser conhecido como o Acordo Lula, estabeleceu um acordo entre Brasil e Portugal sobre a contratação recíproca de nacionais, o qual previa que nacionais desses Estados, que estivessem no território do outro país à época da assinatura, poderiam obter um visto num posto consular fora da sua área de residência. No caso dos brasileiros, fora do Brasil, desde que sua situação de permanência estivesse regularizada em Portugal (Costa, 2012: 83). Conjuntamente a essa medida é regulamentada a aplicação do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre Portugal e Brasil. Sem dúvida, essas medidas revelam duas características importantes da política migratória portuguesa: a de que Portugal continuava a ser um país de imigração e a de que a opção pelo luso-tropicalismo nas Relações Exteriores se mantinha.

> O argumento da Portugalidade além fronteiras, inclusive nas ex-colônias, é nitidamente nacionalista, tendo sido usado pelos diferentes governos constitucionais. Consideramos igualmente que é um argumento convincente para poder abrir portas no campo económico e ter alguma relevância na União Europeia. A nosso ver, Portugal nunca perdeu o seu instinto colonizador e/ou de conquista, se não territorial, pelo menos simbólico através da nacionalidade ou através de acordos privilegiados. Como defende Ramos (2009: 12) "recurso ao mito identitário da colonização integradora, que configuraria um traço duradouro da identidade nacional, esse sim, frequentemente referido (especialmente nos posicionamentos de centro-direita do arco ideológico) […] mito que transitou da ditadura para a democracia […] entrecho de pós-colonialismo e imigração. (Pires, 2011: 115)

A exigência de permanência regularizada em Portugal levou ao pagamento de multas por aqueles que se encontravam em situação irregular, a fim de conseguirem o preenchimento das condições de admissibilidade. O acordo consolidou a posição dos brasileiros como a de grupo mais presente em Portugal, mesmo não tendo um resultado mais expressivo pelo número alto de ausências de pessoas que haviam sido anteriormente cadastradas pelo SEF.

Outro processo de regularização ocorreu no ano seguinte, por meio do Decreto regulamentar nº 6/2004, regulamentando o Decreto-lei nº 244/98, em seu artigo 71, o qual permitia que todos aqueles que estivessem integrados ao mercado laboral e tivessem realizado descontos para a seguridade social e para o fisco por um período maior do que 90 dias, até o dia 12 de março de 2003, poderiam regularizar a situação no país por meio de um pedido de prorrogação de permanência.

Por meio dessa ação, estabeleceu-se um tipo de regularização que lembrava o conceito tradicional de cidadania inglesa, para a qual o pagamento de tributos, de contribuição para a seguridade social e a colaboração para o desenvolvimento do país, semelhantes, portanto, aos deveres dos nacionais, conferiria uma condição privilegiada a esses estrangeiros.

Já em termos de integração, apesar do preâmbulo da Lei nº 34/2003 falar em ações de caráter humanista ao nível do acolhimento e da integração dos imigrantes que residem em Portugal e da continuidade de políticas que apoiam a criação à manutenção de associações de imigrantes, o ACIME passa a ser um órgão dependente da presidência do Conselho de Ministros e um órgão consultivo do governo. Isso aumenta a influência deste sobre as ações de integração, estabelecendo inicialmente certas categorias de imigrantes mais assimiláveis. Portanto, a integração passa a ser vista como sinônimo de assimilação, apesar da ressalva que traz o texto sobre o respeito pela identidade e cultura de origem. Não fosse essa ressalva, tal ação seria muito semelhante às ações da Direita moderada europeia na regulação das migrações.

Nesse sentido, o ACIME passa a ter funções como a promoção do conhecimento e da aceitação da língua portuguesa, dos valores morais e culturais de Portugal, o respeito às leis do país, pois isso começou a ser visto como condição para a obtenção de uma integração bem-sucedida (Pires, 2011: 114).
Além dessa medidas nacionais, a internalização de alguns textos normativos europeus, acabam tendo impacto, como o Tratado de Amsterdã, a Diretiva nº 2000/433/CE, a Diretiva nº 2000/78 CE impuseram o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, sem distinção de origem étnica ou racial, no âmbito do emprego, da seguridade social, da educação, da saúde, entre outros.[3] Apesar da internalização dessas normas que combatem a discriminação, percebe-se que a atitude do governo português desse período privilegiou certas categorias de migrantes, por conta de sua mais fácil assimilação. A presença marcante de migrantes do Leste europeu gerou novos desafios que esse governo não soube responder de forma coerente, pois privilegiou, apesar de algumas medidas compensatórias, uma visão exageradamente utilitarista do imigrante, a qual traz como consequência a necessidade da mais rápida assimilação, para que ele possa atuar em seu trabalho o mais rápido possível.
Nesse período, a securitização do discurso em relação à imigração atingia os seus mais altos graus de intolerância, pois o evento das Torres Gêmeas nos Estados Unidos criaram estigmas sobre certos grupos, notadamente os árabes e as pessoas de orientação islâmica. Isso também favoreceu a opção de Portugal por grupos já presentes em seu território e com uma forte vinculação histórica.
Segundo Bigo (2009: 584),

> This attempt by several governments to whitewash their real intentions is not merely a symptom of the post-11 September security syndrome. It is a manifestation of the populism or 'government xenophobia' that has affected many political parties, including ones on the left, and has made huge inroads into the tabloid press distributed by a handful of major international press groups.

Entretanto, deve-se ter cuidado ao analisar a situação portuguesa naquele período, assim como de outras localidades, pois conforme destacam Fonseca, Malheiros & Silva (2005: 328):

> A report for the European Observatory of Racism and Xenophobic Phenomena, presented in March 2005, said that the majority of the Portuguese feel there is an excessive number of foreigners in the country (62.5 per cent of those surveyed held this belief – the EU average was around 50 per cent). This position is sometimes interpreted in the press as 'resistance to immigrants' or even xenophobia. But this is not necessarily the case. It is important to note that the Portuguese are in favour of equal civic rights and a multicultural society. Further, this general feeling about the 'excessive' *number* of foreigners should also be understood in the context of the present economic environment, marked by labour market contraction and an increase in unemployment. Finally, there has been a lack of information about the economic and social benefits of immigration.

Mesmo com os retrocessos pontuais apresentados em Portugal, por conta da Conjuntura política e histórica, que reforçavam o discurso securitário e de privilégio a certas categorias, a situação apresentada por esse país era muito melhor em termos migratórios para os imigrantes extracomunitários do que as apresentadas em outros países, nos quais a ideia de uma criminalização migratória dos irregulares eram mais evidentes. Além disso, a preocupação, mesmo que por pressão da Sociedade Civil e dos empregadores para a regularização

3 Em nível europeu "was already an emerging consensus that more muscular action against discrimination was a necessary component of any integration policy, but programmes in place varied considerably" (SCHAIN, 2009: 108).

das levas migratórias, traz a possibilidade de que pessoas, ainda que em situação irregular, possam encontrar depois de um certo período a condição de regularização e proteção estatal.

A não ação política de Portugal, que muitas vezes é responsabilizada pela criação da massa de irregulares em seu território, algo que passou a ser duramente criticado pelos países da União Europeia, é remediada por uma ação ativa e efetiva do Estado, a regularização extraordinária, no sentido de trazer para a sua alçada a regulação e a integração dos imigrantes. Sem dúvida, esse tipo de procedimento, apesar dos problemas que pode gerar, é mais benéfico do que a permanência de uma não ação, que deixa o imigrante numa situação em que a única relação que ele pode ter com o Estado no qual se encontra é a punição para a sua irregularidade.

Em 2005, há uma nova ascensão da Esquerda ao governo, levando a novas alterações no sentido das políticas migratórias em Portugal, porém, há a permanência do viés europeu na regulação. Parte das mudanças estava prevista no Programa de Governo, o qual defendia a busca pela integração política dos imigrantes na vida política e a participação das associações dos imigrantes no processo integracionista. Tal posicionamento é muito mais inclusivo do que o posicionamento do governo anterior, pois se reconhece o imigrante como um sujeito ativo na esfera pública, com voz institucional (Pires, 2011: 116).

Nesse sentido, a primeira ação governamental foi a redefinição das funções da ACIME, por meio do Decreto-lei 27/2005, no qual se previu que ela passasse a ter natureza interministerial para promover e coordenar projetos de integração dos imigrantes. Além disso, são criados os Centros de Apoio aos Imigrantes em nível nacional e local (CNAIS e CLAIS) (Pires, 2011).

O fato de o governo iniciar as suas ações na questão migratória em termos de ações de integração, é bastante significativo de uma mudança em termos ideológicos das ações realizadas pelo governo anterior, representando uma melhoria para os imigrantes.

No ano seguinte, 2006, foi aprovada a lei da nacionalidade (Lei Orgânica 2/2006) que reforçou o *jus soli*, o que facilitou a aquisição da nacionalidade portuguesa pelos descendentes dos imigrantes. Isso é significativo quanto a um posicionamento de integração dessas pessoas que são vistas como elementos que estão em um determinado território para ali permanecerem, tanto que já possuem inclusive descendentes nascidos no destino.

> Contudo, o conceito de *ius soli* não é condição suficiente para a atribuição da nacionalidade mas é complementado com outros requisitos, nomeadamente o tempo de residência legal poder ser provada por qualquer título válido de permanência. As terceiras gerações de imigrantes já podem adquirir automaticamente a cidadania portuguesa. […] As regras para a obtenção da cidadania por naturalização mudaram. Não é um procedimento automático mas sim um procedimento que se baseia na vontade do indivíduo de adquirir a cidadania portuguesa. Há contudo requisitos a cumprir, nomeadamente, estar legalmente emancipado, residir legalmente no país há 6 anos, conhecer a língua portuguesa e ter um registro criminal limpo. (Pires, 2011: 120)

Há um aumento significativo dos adquirentes da Nacionalidade Portuguesa. Porém, a lei não excluiu a hipótese do *jus sanguini*, demonstrando reconhecer que Portugal ainda mantém a característica de ser um Estado de emigrantes e, ainda, conferindo a seus nacionais a possibilidade de seus descentes se vincularem a Portugal mesmo nascendo em outros territórios.

> As mudanças adoptadas nas últimas décadas têm vindo a facilitar paulatinamente o acesso à nacionalidade portuguesa, o que em termos estatísticos significa que quem adquire a nacionalidade portuguesa deixa de ser contabilizado como estrangeiro. O acesso à nacionalidade portuguesa significa também o acesso à cidadania europeia, o que facilita a mobilidade dentro da União Europeia. (Padilla el al., 2012: 176)

A facilitação da obtenção da nacionalidade, juntamente com as vantagens de se possuir a nacionalidade portuguesa, fez com que muitos imigrantes, principalmente em um momento de crise, buscassem essa alternativa para poderem se estabelecer no país ou mesmo circular pelo espaço Schengen, a fim de buscarem melhores condições. Segundo as informações da EUROSTAT. Portugal é o país com a taxa de naturalização mais elevada da União Europeia nos últimos anos (Padilla et al., 2012).

Porém, a medida de maior destaque nesse período foi a aprovação de uma nova lei para regular a entrada e a permanência de estrangeiros, a Lei nº 23/2007, a qual buscou, mais uma vez, melhorar o estatuto jurídico para a integração dos imigrantes, a promoção da imigração regular, o combate à imigração irregular e a transposição para a ordem interna portuguesa de normas europeias emanadas nos períodos anteriores.

Sobre essa lei, primeiro deve-se destacar que a integração dos imigrantes já estava determinada dois meses antes da Lei ser aprovada, por meio de Plano de Integração, adotado por meio de uma Rede Ministros (nº 63-A/2007), estabelecendo metas a serem atingidas já em 2009. O plano envolveu

> 13 Ministérios, 122 Medidas e 295 metas, e 9 áreas de intervenção: trabalho, emprego e formação profissional, habitação, saúde, educação, solidariedade e segurança social, cultura e língua, justiça, sociedade de informação e desporto. As medidas são aplicadas a 11 diferentes tipos de intervenção transversal: descendentes de imigrantes, direito a viver em família, racismo e discriminação, liberdade religiosa, associativismo imigrante, media, relações com país de origem, acesso à cidadania e direitos políticos, questões de género, tráfico de seres humanos e acolhimento. (Pires, 2011: 116)

Apesar de previsto anteriormente, a Lei acabou por reforçar a adoção desse plano, reforçando uma perspectiva integracionista na legislação portuguesa. Além disso, merece destaque que a Lei criou um mecanismo permanente de regularização excepcional dos trabalhadores que não possuam visto de residência.

Tal medida é bastante significativa de uma intenção de integração efetiva, pois confere-se a possibilidade aos que já se encontram em território nacional e realizam uma atividade laborativa, de buscarem a sua regularização. O ponto que pode ser criticado, de que isso pode gerar, mais uma vez, uma noção utilitarista do imigrante não se sustenta, haja vista a regularização poder ocorrer de outras formas, assim como esse mecanismo facilitar a situação de um indivíduo que já se encontra num determinado local executando um trabalho. Outro ponto que corrobora essa posição é a de que essa Lei estabeleceu o Fim dos Vistos de trabalho.

Igualmente importante nessa lei é a impossibilidade de recusa da entrada de estrangeiros que tenham nascido em território português e que lá residam habitualmente, tenham a seu cargo filhos menores de idade de nacionalidade portuguesa ou tutelem menores residentes legalmente no país. Essa medida, conjuntamente com a Lei de nacionalidade de 2006, traz uma importante barreira à ação do Estado sobre os indivíduos que se encaixem nessa situação.

Aumento das hipóteses em que são possíveis a concessão de autorização de residência excepcionais, inclusas nessas razões de interesse público e de matriz humanitárias. Estabelecimento de vistos para estadia temporária, como tratamento médico, acompanhamento familiar, transferência de trabalhadores, exercício de atividade profissional, atividades de pesquisa e atividade altamente qualificada, prática esportiva amadora.

O texto traz a definição de dois tipos de autorização de residência, a temporária, válida por um ano e renovável por períodos sucessivos de dois anos e, a permanente, sem limite de validade. A adoção, seguindo as orientações europeias, do estatuto do residente de longa duração. Assim como na questão das possibilidades de reunificação familiar, notadamente dos filhos maiores de idade, desde que solteiros e a estudar em Portugal, assim como com o parceiro em união de fato e seus filhos menores ou incapazes desse parceiro de fato. Definição de uma autorização de residência autônoma para os familiares depois de decorrido um tempo de residência.

Há, ainda, a definição de limites à expulsão, nos casos de estrangeiros que tenham nascido em território português e lá residam; tenham a seu cargo filhos menores de nacionalidade portuguesa a residir em Portugal; tenham filhos menores, nacionais de Estado terceiro, residentes em território português, sobre os quais exerçam o poder paternal e a quem assegurem o sustento e a educação; encontrem-se em Portugal desde idade inferior a 10 anos e lá residam.

No geral, a Lei nº 23/2007 trouxe uma série de avanços positivos para os imigrantes residentes em Portugal, pois aumentou o rol de Direitos e das ações de integração, complementado com a instituição do Alto Comissariado para a Integração e o Diálogo Intercultural (ACIDI) no mesmo ano, além da supressão de muitos processos burocráticos. Mesmo elementos regulados por Diretivas europeias, como reunificação familiar, foram alargados por Portugal a ponto de reconhecerem a união de fato e permitirem aos parentes do imigrante o direito ao exercício de atividade profissional. Apesar de estabelecer a pena de expulsão, a Lei portuguesa eliminou a prisão preventiva para imigrantes irregulares detectados, o que é bastante positivo.

Apesar de diversos avanços em termos de integração e do fim de privilégios para migrantes brasileiros e dos PALOP, no mesmo ano da Lei nº 23/2007, o Estado português adotou, por meio do Decreto-Regulamentar nº 84/2007, um conceito de integração cívica, segundo o qual o imigrante deve dominar a língua portuguesa para a obtenção de autorização de residência permanente, do estatuto de residente de longa duração e da nacionalidade portuguesa. Isso representa um retrocesso.

Vale destacar que esse conceito de integração cívica foi estabelecido no plano da União pela pressão de países importantes, a exemplo da Alemanha e Holanda, assim como a Áustria. Outra medida de caráter negativo é discriminação negativa de imigrantes, que busca afastar de Portugal as pessoas que não são vistas como economicamente interessantes para o país, criando uma lógica que, por si só, é excludente.

Percebe-se, nessa fase da história das políticas migratórias portuguesas, o aumento de uma perspectiva europeizante. Porém, Portugal ainda estabelece, no espaço que lhe é conferido pelas normas comunitárias, uma política de caráter mais progressista e liberal, que reforça elementos de integração, principalmente quando possui um governo de orientação à esquerda. Deve-se destacar, entretanto, que mesmo as manifestações de segmentos da direita moderada são mais inclusivas dos imigrantes em comparação aos demais países da Europa, tanto que o PSD, em sua ampla maioria, apoiou a adoção da Lei nº 23/2007.

Em comparação com as demais leis migratórias do final dos anos 90 do século XX e início do século XXI, essa é a que está tendo maior duração. Entretanto, os eventos de 2008 que marcaram o início de uma grave crise a atingir a Europa e, notadamente Portugal, trouxeram como consequência a precarização da vida no país, principalmente para os imigrantes, os primeiros a sentirem os efeitos do desemprego. Obviamente, esse tipo de conjuntura estabelece um discurso de caráter xenofóbico em parte da população que acaba culpabilizando os imigrantes pelo desemprego, pela crise e por um eventual aumento dos índices de violência.

Em conjunto com essa situação, a Europa estabelece suas diretivas mais rígidas contra os imigrantes, principalmente a denominada "de retorno", no qual se percebe uma forte criminalização da imigração de indocumentados. Há que se destacar que a União Europeia estabeleceu uma forte pressão para que seus membros adotassem essas medidas e Portugal, afligido pela pior crise econômica desde a entrada na União, mas necessitado do apoio financeiro da comunidade, sofre uma enorme pressão para internalizar essas diretivas. Entretanto, enquanto permaneceu o Partido Socialista no poder, essas medidas não foram realizadas.

Quando, em 2011, o PSD retoma a liderança do poder em Portugal frente a uma crise econômica de grandes proporções e com diversas consequências sociais. Com o discurso da austeridade e do corte de custos, a situação da população portuguesa e dos imigrantes torna-se ainda mais desconfortável. O governo se mantém vinculado às opções da União, cumprindo rigorosamente todos os mandamentos feitos pela União e pelo FMI, por meio da Troika.

Obviamente que a pressão sobre Portugal não ocorre somente em matéria de questões financeiras, mas também a demais assuntos de interesse da União Europeia, como as Políticas Migratórias. Nesse sentido, em setembro de 2012, entrou em vigor a Lei nº 29/2012 que alterou a Lei nº 23/2007, a fim de transpor para a ordem jurídica portuguesa diversas diretivas europeias. Entre elas, duas formuladas a partir de 2008, para combater a imigração irregular, que são a de Retorno e a da Punição para os empregadores que contratarem imigrantes irregulares.

Conclusão

As alterações trazidas por essa última lei reforçam não só a europeização da normas, mas trazem como pano de fundo um processo de criminalização e perseguição aos imigrantes. Há pontos positivos em algumas normas europeias, mas elas já seriam a tendência de regulação em um país que possui uma perspectiva migratória mais positiva do que a grande maioria dos países europeus.
São poucos os pontos em que essa adequação resultou em melhorias para os imigrantes, pois a tendência geral da europeização foi a da criminalização dos movimentos, notadamente os dos irregulares. Por exemplo, cria o esdrúxulo tipo penal do Casamento de Conveniência, no qual há uma forte interferência na vida pessoal das pessoas, partindo de uma premissa de desconfiança sobre as uniões entre nacionais e estrangeiros.
Padilla & Ortiz (2012: 180) assinalam que:

> No contexto europeu de crescente criminalização, a visão portuguesa até agora tem sido mais humanitária, mesmo implementando as restrições que chegam por exigências europeias (deportações, expulsões, maior controle dos fluxos). (…) Portugal está entre os países que aplica de forma mais benévola as regras que endurecem as políticas migratórias europeias.

Entretanto, essas últimas alterações quebraram tal tendência que existia em Portugal, de buscar respostas mais harmonizadoras, na tentativa de buscar um equilíbrio entre as necessidades nacionais, notadamente do mercado, com as exigências europeias. Essa última forma de agir cria na opinião pública expectativas inatingíveis de controle de entradas que tendem a aumentar a intolerância em relação aos imigrantes (Papademetriou, 2008: L)
As ações que Portugal tomava no sentido de procurar canalizar e enquadrar a imigração, inclusive dando uma feição positiva a ela em vários aspectos e se esforçando por uma efetiva integração, é muito mais eficaz do que a perspectiva europeia inserida nas internalizações normativas, notadamente nesta última, na qual se estabelecem objetivos de controle ou exclusão, negando a existência e a presença constante dos fluxos migratórios para o país.

Referências

BAGANHA, M. I. (2005), "Política de imigração: A regulação dos fluxos". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 73, pp. 29-44.

BAGANHA, M. I., MARQUES, J. C. (2001), *Imigração e Política – O caso português*, Lisboa: Fundação Luso-Americana.

BIGO, D. (2009), "Immigration controls and free movement in Europe". *International Review of the Red Cross*, 91 (875), pp. 579-591.

COSTA, P. M. (2012), *Comunidade Política, Imigração e Coesão Social: O Caso Português*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbelkian.

DIAS, N. (2012) "Construir Cidades para os Outros – Imigração e Trabalho no Portugal Contemporâneo". In B. P. DIAS, N. DIAS (org.), *Imigração e Racismo em Portugal – O lugar do outro*, Lisboa: Edições 70.

FONSECA, L., MALHEIROS, J. M., SILVA, S. (2005), "Portugal". In J. NIESSEN, Y. SCHIBEL, C. THOMPSON (org.), *Current Immigration Debates in Europe: A Publication of the European Migration Dialogue*, Bruxelas: Migration Policy Group.

KING, R., RIBAS MATEOS, N. (2005) "Migração internacional e globalização no Mediterrâneo: o "modelo do Sul da Europa". In A. BARRETO (org.), *Globalização e Migrações*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

PADILLA, B., ORTIZ, A. (2012), "Fluxos Migratórios em Portugal: do Boom Migratório à Desaceleração no Contexto de Crise – Balanços e desafios". *REMHU, Rev. Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, 20 (39), pp. 159-184.

PAPADEMETRIOU, D. G. (2008) "Gerir melhor as migrações internacionais: princípios e perspectivas para maximizar os benefícios das migrações" In D. G. PAPADEMETRIOU (coord.), *A Europa e os seus Imigrantes no século XXI*, Lisboa: Fundação Luso-Americana.

PIRES, S. (2011) "Imigração e Governos Constitucionais em Portugal". In J. H. C. ANTÓNIO, V. POLICARPO (org.), *Os Imigrantes e a Imigração aos Olhos dos Portugueses – Manifestações de Preconceito e Perspectivas sobre a inserção de Imigrantes*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbelkian.

REIS, R. R. (2006), *Políticas de Imigração na França e nos Estados Unidos*, São Paulo: Hucitec.

RIBAS MATEOS, N. (2004), *Una Invitación a la Sociología de las Migraciones*. Barcelona: Ediciones Bellaterra.

SANTOS, V. (2004), *O Discurso Oficial do Estado sobre e Emigração dos Anos 60 aos 80 e a Imigração dos Anos 90 à Actualidade*, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

SCHAIN, M. (2009) "The State Strikes Back – Immigration Policy in the European Union". *The European Journal of International Law*, 20, pp. 93-109.

STALKER, P. (2002). "Migration Trends and Migration Policy in Europe". *International Migration Quarterly Review*, 40 (5), Special Issue 2, pp. 151-178.

Reestruturação sócio-espacial, êxodo rural e transformações urbanas: um estudo em Passo Fundo, RS – Brasil

Paulo Roberto Rodrigues Soares
paulo.soares@ufrgs.br

Juçara Spinelli
juçara.spinelli@uffs.edu.br

Resumo: A urbanização brasileira, após a década de 1990, configura fortes mudanças nas relações socioespaciais. Tais transformações, em muitas cidades médias brasileiras, são decorrentes, entre outros fatores, de uma reestruturação produtiva do campo que promove êxodo rural com consequente reflexo na cidade e nas sociedades. Levantamentos de dados em Passo Fundo, RS/Brasil apontam um aumento no déficit habitacional. Esse fato torna-se visível nas áreas irregularmente ocupadas e, mais recentemente, nos projetos de habitação popular, em implantação a partir de programas sociais. As atuais políticas públicas de acesso à moradia têm promovido novas relações e novos interesses frente às possibilidades de financiamento e endividamento imobiliário. A partir desse estudo pretende-se debater acerca de certa parcialidade no processo de acesso à moradia pelo controle do mercado imobiliário e dos agentes envolvidos que potencializam, muitas vezes, mudanças identitárias, nas culturas populares, mais exclusão social e desigualdade socioespacial.

Palavras-chave: reestruturação produtiva, agentes sociais, **êxodo rural,** urbanização, desigualdade espacial.

Introdução

Essa comunicação apresenta argumentos teóricos acerca da produção do espaço urbano, denotada a partir do intenso processo de reestruturação econômica e produtiva regional com forte reflexo nas cidades. Nesse processo, estão envolvidos diferentes agentes que, por meio de suas práticas e relações sociais, fortalecem a reestruturação urbana e a consequente demanda habitacional, a qual aquece a dinâmica do mercado imobiliário, especialmente em cidades de porte médio, polos regionais. Os estudos acerca da reestruturação produtiva, econômica e urbana, aliados às pesquisas sobre a dinâmica do mercado imobiliário (de terras e de imóveis edificados com finalidade residencial), no âmbito das cidades médias, são ainda pouco explorados e com referenciais relativamente incipientes no Brasil. Tais temáticas envolvendo a expansão da cidade e os reflexos intraurbanos de forma compacta e/ou difusa são comumente abordadas em investigações sobre estudos em escala metropolitana. O processo de reprodução do espaço urbano das cidades médias brasileiras tem se mostrado diferenciado daquele normalmente verificado nas metrópoles. Um dos fatores dessa diferenciação ocorre pela particularidade da expressividade dos movimentos sociais urbanos, cuja representação, nas cidades médias, não tem surtido grande efeito frente ao jogo de forças com os demais agentes sociais. Também, a rápida trajetória de crescimento das cidades médias e as intensas mudanças na produção do espaço intraurbano, sem o acúmulo de dados e informações devidamente registradas e facilmente acessíveis, constituem-se em outro fator limitante. A singularidade dos mercados imobiliários e dos circuitos de capitais, normalmente peculiares a cada localidade, muitas vezes até demarcadas a porções do espaço urbano, cujos agentes, nem sempre, atuam com a mesma regularidade é outro elemento que pode ser elencado como limitador da análise espacial, comparativa e temporal.

Objetivando apresentar uma breve contribuição teórica e aplicada à cidade de Passo Fundo, localizada no norte do estado do Rio Grande do Sul, essa comunicação está estruturada em três momentos: a) o debate acerca da

reestruturação no sentido da economia, da produção do espaço urbano e das cidades médias; b) a apresentação sucinta sobre quem são e como atuam os agentes produtores do espaço urbano e c) um estudo sobre Passo Fundo, no que se refere a reestruturação produtiva regional, a consequente mobilidade populacional, demarcada pelo êxodo rural e as transformações socioespaciais intraurbanas decorrentes do intenso processo de urbanização. Esses momentos estão apresentados nos itens a seguir.

Considerações gerais acerca da reestruturação sócio-espacial

A urbanização brasileira foi marcada, na segunda metade do século XX, por um forte crescimento populacional nas grandes cidades. Nas décadas seguintes, especialmente após os anos 1970, as cidades de porte médio também passaram a receber contingentes populacionais e, especialmente, no último quartel, intenso e significativo crescimento urbano, fato que promoveu um aumento no número de habitantes e profundas transformações intraurbanas.

Esse processo é decorrente, inicialmente, da crise do modelo de desenvolvimento baseado na "substituição de importações" e, entre outros fatores, do forte êxodo rural, provocado por uma profunda reestruturação produtiva no campo. Tal reestruturação tem como marcos a modernização da agricultura, a mecanização das lavouras, os monocultivos destinados à exportação (agronegócio), a concentração fundiária e as alterações nas formas laborais que demandaram um menor contingente de pessoas.

A reprodução do espaço urbano das cidades médias brasileiras, decorrente dessa intensa reestruturação produtiva e econômica, tem sido fortalecida pela forte ação do capital financeiro sobre a terra urbana. Tal fato ocasiona a valorização do solo urbano, a especulação imobiliária e, muitas vezes, a espoliação urbana, em que parte da população **não tem suas necessidades habitacionais devidamente reconhecidas socialmente, a exemplo da moradia digna e de serviços básicos coletivos (KOWARICK, 1979; 2000). A espoliação, em certas vezes, é** corroborada por processos de remoção de grupos sociais, os quais são alocados pelo poder público, em geral, em lugares afastados e dotados de poucos recursos infraestruturais e de serviços públicos .

Visando abordar a reestruturação econômica, urbana e das cidades buscou-se, primeiramente, contextualizar a *mundialização da economia*, especialmente nas últimas décadas, em que vêm ocorrendo intensos e rápidos processos de mudança que se refletem nas cidades e nas formas de vida da sociedade. Tais transformações podem ser demarcadas pelos seguintes fatos: ampliação nas relações internacionais; aumento de investimentos; diminuição das práticas protecionistas dos estados nacionais e, consequentemente, a transnacionalização da produção de bens e serviços, da composição de mercados internacionais de consumo e da intensificação da circulação financeira. Essas intensas mudanças foram imensamente favorecidas pelo avanço dos sistemas técnico-científico e informacionais fortemente representados, no contexto da globalização, pelas novas tecnologias de informação e de comunicação.

A mundialização da produção, pela expansão da atuação de empresas *transnacionais* vem promovendo uma verdadeira metamorfose no cenário urbano e das cidades, pois altera o circuito de capitais e os fluxos das transações de bens, serviços, mercadorias e trabalho e, portanto, interfere econômica, social e espacialmente nas escalas global, nacional e local. As transnacionais, como protagonistas dessas mudanças, escolhem seus espaços de posição pela situação política, econômica, geográfica e de logística de apoio local (redução de impostos, financiamentos, força de trabalho e medidas favoráveis à gestão dos negócios).

Para Gottdiener (1993, p 320) a reestruturação **é um** "fenômeno socioespacial" pois "**é fruto do processo social capitalista tardio e do processo espacial de desconcentração**[...], haja vista que são ao mesmo tempo produtos e produtores".

Assim, a *reestruturação produtiva* está fortemente calcada no fato de uma passagem da inserção industrial, que demarcou fortemente o crescimento das cidades, para a inserção de transnacionais, de bens e principalmente de serviços. Essas passam a ser dinamizadoras dos novos contextos do urbano e das cidades, dados pela economia (livre mercado), pela política (proliferação dos estados neutros e subsidiários, ampla abertura externa às transnacionais) e pelo espaço - *mudanças socioespaciais* (decorrentes de adaptações aos reflexos das ações advindas das intervenções de âmbito econômico e político).

Também Soja (2000) discute a mundialização como carro-chefe da transformação social, especialmente no final do século XX. Segundo o autor, uma leitura das relações globalizadas denota a ampliação da interligação de diversos pontos do planeta, uma nova divisão socioespacial mundial do trabalho, reorganização dos mercados mundiais e dos padrões de mobilidade dos povos e, ainda, uma ampliação da escala regional das pós-metrópoles, cuja dimensão mundial se torna mais e mais importante e evidente. Aprofundando seus estudos, em obra posterior (Soja, 2010), o autor debate acerca da crescente fusão das economias de urbanização e das economias regionais, mencionando que "as cidades e as regiões juntas tem efeitos generativos, capacidade criativa, força inovadora..." (SOJA: 2010, p. 254). Propõe um avanço teórico que supera a relação global-local para estudos em escalas diferenciadas, a exemplo do que denominou mesogeografias, um termo novo que surge da expansão mundial da urbanização regional e a crescente interação entre as escalas urbana, metropolitana e regional. Em que pese, nesse artigo, estarmos estudando uma cidade de porte médio, com cerca de 180 mil habitantes, com forte inserção regional e com uma estrutura produtiva vinculada ao agronegócio, diferente da base de estudos de Soja, que tem foco em Los Angeles (EUA), cidade que se dissipa espacial e culturalmente, denotando uma proporção de escala regional, o âmbito das relações pode ser tomada em situações comparadas.
Mattos (1999) analisa a reestruturação, dentre outros aspectos, a partir das mudanças socioespaciais. Para o autor, elas são visíveis em três situações: a) pela emergência de uma cidade de cobertura regional, dispersa, policêntrica, de limites imprecisos, configurada como arquipélago; b) aumento das desigualdades socioespaciais, gerando uma cidade segregada e fragmentada e c) aparecimento e consolidação de um conjunto de "novos artefatos urbanos", como *shopping centers,* condomínios e loteamentos fechados, empreendimentos imobiliários fortemente requintados, centros empresariais descentralizados, novos espaços de lazer. Sendo assim, o mesmo autor, em obra posterior considera que a reestruturação é um fenômeno que tende a generalizar-se no urbano (MATTOS, 2006)
Segundo Pereira (2011), a reestruturação se caracteriza pela enorme aglomeração urbana com forma dispersa, fragmentada e, simultaneamente, mais segregada. Tal reestruturação parece tratar-se, na ordem próxima, de uma *nova cidade* e também, revela sinais da emergência, inclusive na ordem distante, de uma nova sociabilidade. A reestruturação socioespacial envolve estratégias de crescimento da cidade que passam a depender do setor financeiro e do imobiliário conformando novos laços entre a valorização e a propriedade da terra.
Considerando as perspectivas dos diferentes autores sintetizamos, nesse trabalho, que a reestruturação produtiva **é um** processo de mudança espacial, social, tecnológica e organizacional. Assim, admitimos que a reestruturação tem ritmos, movimentos e temporalidades que se expressam social e espacialmente. A reestruturação é um processo que se desencadeia, inicialmente e mais visivelmente nas cidades metropolitanas. No entanto, como que num efeito "cascata", vem tomando conta das cidades de porte médio e até de pequenas cidades, onde os circuitos de capitais se vascularizam e adentram nas transações de mercados locais e regionais. A dinâmica do mercado imobiliário manifesta-se quase como que em um processo interligado e continuado, embora com poder e autonomia, o qual, por sua vez, também promove fragmentação, segregação, policentralidade, dispersão, desigualdade socioespacial, enfim, fortes modificações na cidade e na vida urbana. Essa dinâmica é influenciada pela atuação e interação dos diferentes agentes produtores do espaço urbano, os quais estão envolvidos nos processos que denotam formas e conteúdos socioespaciais que, muitas vezes, transcendem a escala urbana.

Agentes produtores do espaço urbano e práticas espaciais

A compreensão dos agentes e atores envolvidos de forma direta ou indireta na produção do espaço urbano é necessária para interpretar o papel que vêm desempenhando frente aos negócios fundiários e imobiliários e na promoção das distintas dinâmicas de produção e consumo da cidade. Essas dinâmicas produzem diferenciações e desigualdades socioespaciais.
Entende-se como agentes, o conjunto de atores sociais que participam, por meio de ações acumuladas ao longo do tempo, da produção e do consumo da cidade. "A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano..." (CORRÊA, 1989, p.11)

As transformações intraurbanas promovidas por tais agentes contribuem para o entendimento, de um lado, dos processos mais amplos, como os que promovem desigualdades socioespaciais e, de outro, daqueles que dizem respeito às características do próprio fenômeno de urbanização contemporâneo no Brasil, o qual é demarcado pela rápida e intensa reestruturação econômica e produtiva em escala local, regional e/ou global.
Para a descrição de quem são e como atuam, utilizamos os referenciais de Harvey (1980) e Correa (1989), cujos agentes podem ser compreendidos pela síntese a seguir (**Quadro 1**)

Quadro 1 – Agentes produtores do espaço urbano

Harvey (1980)		Correa (1989)	
Agente	**Característica**	**Agente**	**Característica**
Usuários de moradias	Aqueles que residem em casas, próprias ou alugadas, onde o valor de uso é mais preponderante do que o valor de troca (em moeda).	**Estado**	Atua através de subsídios à aquisição de moradia, mediação nos financiamentos com bancos oficiais, lançamento de políticas que facilitam a aquisição da casa própria. Atua ainda na execução de serviços públicos.
Corretores de imóveis	Aqueles que desejam lucrar com as transações de imóveis alheios, ou seja, valor de troca.	**Promotores imobiliários**	Aqueles que atuam na aquisição de áreas urbanas para construir residências que serão financiadas para classes sociais que possam pagar por elas.
Proprietários rentistas	Aqueles que alugam suas casas ou parte dela para obter renda.	**Proprietários fundiários**	Aqueles que têm o interesse em incrementar seus ganhos de capital com a terra.
Incorporadores	Aqueles envolvidos no mercado de imóveis (construtores, vendedores...), criam novos valores de uso para outros e valores de troca para si	**Proprietários dos meios de produção**	Aqueles que detêm os meios de produção: fábricas, galpões, máquinas. São grandes consumidores de espaço urbano.
		Grupos sociais excluídos	Aqueles que por meio de ocupações ou invasões de terrenos públicos ou privados se utilizam e/ou se apropriam de espaços, na maior parte das vezes, segregados, muitos deles em áreas de risco, demandando alocação de infraestrutura e acesso à cidade.

Fonte: Harvey (1980)e Correa (1989) adaptado pelos autores

Nesse contexto, pode-se considerar que Harvey (1980) aborda os agentes do mercado de moradias, e por assim dizer, produtores do espaço da cidade, fazendo a correlação entre o valor de uso e valor de troca. Já Corrêa (1989), além de considerar as diferentes situações entre valor de uso e valor de troca, argumenta que os agentes produtores do espaço urbano apresentam diferentes formas de atuação e, consequentemente, contribuem de diferentes modos na produção da cidade.
Para além desses agentes abordados por e Harvey (1980) e Correa (1989) faz-se necessária a consideração tanto das instituições e das sociedades, que envolvem a política e o poder formal, quanto dos indivíduos, dos grupos e das coletividades, que envolvem o campo das subjetividades, o poder social, relativos ao poder informal. Assim, as ações subjetivas que são praticadas pelos atores sociais são resultantes, também, de suas relações.

Tanto os agentes abordados por Harvey, quanto por Correa, e suas ações objetivas e subjetivas demonstram que a cidade se revela como um produto das contradições de classe e envolve interesses e necessidades disputados por diversas frentes. Assim, o espaço é produzido através das lutas que ocorrem na cidade, ou seja, a cidade passa a estruturar-se tanto em termos de elementos logísticos (redes infraestruturais, de transporte, serviços) quanto em termos da disputa pelos melhores espaços, fato que potencializa a valorização do solo urbano.
O processo de reestruturação urbana, sob intervenção ou ação de diferentes agentes é fortalecido pelo circuito de capitais e pelas forças políticas locais, como pode ser compreendido no item que segue.

Reestruturação produtiva, êxodo rural e transformações intraurbanas em Passo Fundo/RS-Brasil

Para contextualizar a o processo de reestruturação produtiva e o consequente êxodo rural, podemos descrever a constituição do município em quatro fases distintas que encaminham a compreensão de tal processo.
A primeira, diz respeito ao fato da localidade ter sua origem de povoamento de povos indígenas que resistiam a abertura de passagem e posterior ocupação dos *tropeiros* (condutores de tropas ou comitivas de muares e cavalos entre as regiões de produção e os centros consumidores no Brasil). Nessa localidade, os tropeiros faziam acampamento, pois partiam do interior do estado, especialmente da região das missões, com destino a São Paulo. Aos povos indígenas, posteriormente, acompanhando o transcurso de ocupação do estado, juntaram-se os povos de origem europeia (portugueses e espanhóis, prevalecendo os portugueses após os tratados de divisão da América) e escravos de origem africana. Esse momento pode ser simplificado como rota dos tropeiros, nucleação inicial, exploração de erva-mate e pecuária (séc. XVIII).
Como uma segunda fase, o ciclo migratório, demarcado pelo período de colonização no sul do Brasil. A região recebeu imigrantes europeus. Os italianos foram os que mais se estabeleceram na localidade de Passo Fundo, após 1870. A imigração contribuiu para a introdução da policultura, promovendo mudanças na estrutura fundiária (pequenas propriedades) teve forte influência na expansão produtiva, cujo marco pode ser denotado pela posterior implantação da ferrovia. No ano de 1857 o município teve sua emancipação e passou a ser estruturado pela estrada oriunda do caminho dos tropeiros, que constituiu o eixo inicial de urbanização e traçou a interligação regional. Esse caminho foi substituído parcialmente pela chegada da ferrovia (1898 – ramal Passo Fundo/Cruz Alta) e de sua expansão (1910 – ramal Passo Fundo/Marcelino Ramos). A ferrovia promoveu, posteriormente, a interligação da região com o centro econômico do país, fortalecendo o papel regional da cidade (GOSCH, 2005).
Como terceiro momento podemos destacar a consolidação da agricultura, tornando a região o celeiro da produção do Estado, especialmente a partir da década de 1940. A triticultura, que passou por diversas fases de modernização (processo produtivo: sementes, insumos e formas de cultivo/colheira/mecanização) também foi sendo incrementada com a introdução de outros grãos, como o milho e, posteriormente (1960) a soja. Na cidade, os reflexos estruturais mais visíveis dessa terceira fase, foram os moinhos (1940-1960) e as indústrias de máquinas, insumos, armazenagem e de apoio ao setor cerealista. O setor de serviços também despontou, estruturando o aporte técnico, de ensino e pesquisa, e de suporte financeiro e logístico.
Uma quarta fase é denotada no período mais recente, após anos 1990, em que a produção se volta fortemente ao mercado externo, consolidando o agronegócio e fortalecendo as grandes áreas de monocultivos de grãos (soja, trigo, milho, cevada, canola). Na cidade, se espraiam os serviços de apoio ao agronegócio, como bancos; corretores de grãos; empresas especializadas em sementes altamente tecnificadas e produtivas; fábricas e comércios de maquinários com avançado aporte tecnológico e de precisão; indústrias de processamento de grãos para geração de biocombustíveis e um zoneamento urbano específico para logística (transporte, armazenagem, especificidades transacionais dos grãos e derivados, entre outras).
Para além do reflexo desses momentos da constituição de Passo Fundo, alguns elementos demarcam a importância regional que a cidade veio a desempenhar:

- Kalil *et al* (2008) mencionam que **a rede urbana regional** cresceu em quantidade e em concentração demográfica, atraindo fortemente as populações rurais e de pequenos núcleos urbanos alijadas do

processo produtivo primário pela chamada *revolução verde*. Essa *revolução* foi demarcada, dentre outros fatores, pela forte inserção de insumos e mecanização das lavouras de trigo e soja e na segunda metade do século XX, atendendo aos interesses dos macroplanos econômicos nacionais e internacionais. Assim, a natureza da reestruturação produtiva da economia regional tem relações intrínsecas com o êxodo rural na região e o consequente aumento da população urbana na cidade polo regional, consolidando seu papel polarizador da região. O contingente populacional que veio principalmente do campo para a cidade não foi plenamente absorvido, ocasionando desigualdades sócio-espaicias. Os dados demonstram que na década de 1960 a população urbana passa a ser superior que a rural e, posteriormente, a partir da década de 2000, a intensa urbanização passa a representar mais de 97% da população de Passo Fundo, como podemos constatar na **figura 01**.

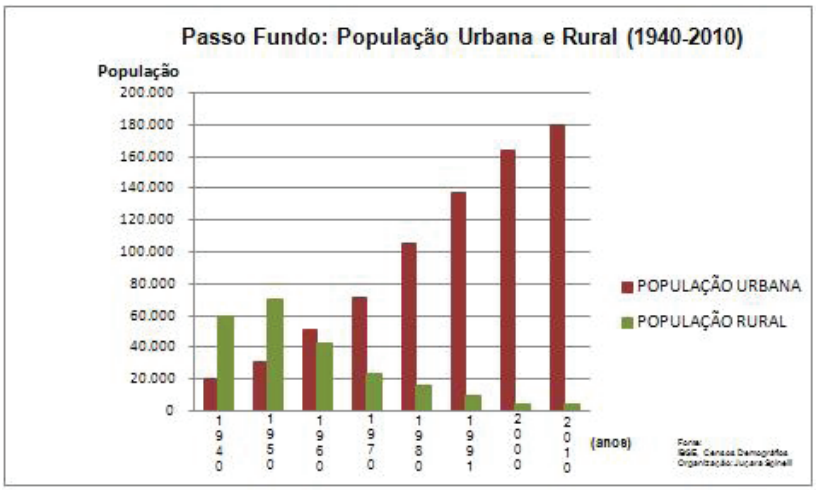

Figura 1- População de Passo Fundo, RS (1940-2010)
Fonte: IBGE (Censos Demográficos)

- A **expansão da cultura da soja** influenciou na redefinição da forma de divisão dos imóveis rurais, contribuindo para o aumento das granjas, em detrimento às pequenas propriedades rurais. A partir dessa dinâmica, preconizada por incentivos do Estado e ditadas pelo mercado internacional, embora ainda tenham pequenas propriedades de até 20 hectares, estas passaram a declinar e a compor as maiores propriedades. Esse fato promoveu a "especulação dos preços de mercado, a especulação da terra e a geração de "excedentes populacionais" os quais passaram a constituir um quadro de transformações que, talvez, ainda não tenha sido completamente compreendido" (DAL' MORO e RÜCKERT , 2004, p. 28). Assim, o mercado de terras urbanas passou a ser, em grande parte, absorvido pelos proprietários fundiários rurais das atuais médias propriedades (granjas).
- Desde sua fundação, teve uma relação direta com as **atividades agrícolas**, sendo fortemente marcada pelo dinamismo de uma agricultura modernizada, bem como pelas relações entre os agentes e atores envolvidos com essas atividades.
- Há que se considerar, **além das mudanças no espaço rural, uma forte adaptação da cidade** à **reestruturação**, passando a, por outro lado, constituir-se como centralizadora, pelo aparato industrial, comercial, de serviços e do ramo financeiro, polarizando a dinâmica urbana regional. A cidade passa a estruturar-se, assim, em termos de elementos logísticos (redes viárias, de transporte, bancos) e em termos da disputa pelos melhores espaços. Esse fato potencializa a valorização do solo e diferentes processos de reprodução do espaço urbano sob intervenção ou ação de diferentes atores e agentes participantes, fortalecidos pelo circuito de capitais, muitas vezes oriundo das transações do agronegócio regional ou de outros ramos da economia formal e não formal. Sendo assim, o contexto local de reprodução do espaço urbano é, também, fortemente influenciado pelas diferentes dinâmicas de desenvolvimento internas (locais) e externas (regionais).

A intensificação da urbanização na região de Passo Fundo foi impulsionada, pela reestruturação produtiva da agricultura, modernizada e mecanizada a partir da década de 1950. Este processo promoveu significativas mudanças na estrutura socioespacial interna das cidades. Essas mudanças tecnológicas e a reestruturação produtiva apontam, consequentemente, para uma mudança social e uma forte adaptação do trabalho. Isso ocorre, quer por meio da tecnificação, das novas formas de produzir e dos novos produtos no meio rural, quer pelo aparato de atividades dos setores da economia urbana que passam a ser renovadas, atendendo a demanda do campo e da cidade que se expande.

Em termos regionais, analisando a classificação proposta pelo estudo Regiões de Influência das Cidades - REGIC (IBGE, 2008), pode-se constatar que a rede urbana na Mesorregião Noroeste do Rio Grande do Sul, onde o município se localiza, apresenta duas denominadas capitais regionais. Passo Fundo (capital regional B) e Ijuí (capital regional C) são cidades caracterizadas como espaços urbanos com áreas de influência de âmbito regional. Dada a inserção regional de Passo Fundo, com uma população urbana superior a 185.000 habitantes e sua centralidade demarcada pela participação na consolidação do agronegócio e na prestação de serviços, pode-se destacar sua representação na rede urbana gaúcha como cidade média.

Desta forma, coincide esta centralidade com a análise de Soares (2011) que considerou Passo Fundo como cidade média situada "em uma região de agricultura modernizada e em expansão econômica", a qual "concentra algumas atividades vinculadas à base agrícola da economia regional" e polariza diversos centros de uma "região de elevada renda no meio rural, caracterizando-se, também, como lugar central provedor de serviços" (SOARES, 2011, p. 226).

Reestruturação produtiva: agentes e reflexos socioespaciais na cidade

O município de Passo Fundo está situado no Planalto Médio no estado do Rio Grande do Sul, distando cerca de 280 Km da capital, Porto Alegre. Com uma população estimada em 2014 de 195 mil habitantes (185 mil no Censo Demográfico de 2010), constitui-se no principal centro urbano da porção norte do estado do Rio Grande do Sul.

A rápida intensificação da urbanização exigiu, do poder público, em âmbito intraurbano, a elaboração de políticas habitacionais, dado o forte aumento da demanda habitacional, de um lado, e a dinâmica do mercado fundiário e imobiliário em ofertar possibilidades de habitação, de outro. Contudo, tais esforços vêm se apresentando insuficientes, fato que induziu a organização de movimentos de luta pela moradia. O grupo "Mulheres Unidas Venceremos", fundado em 1999 para atender as demandas sociais do Loteamento Leonardo Ilha, constituiu uma creche, tem atuação na área da educação (alfabetização de adultos e cursos profissionalizantes) e, a partir de 2006, vem atuando em projetos voltados à habitação social. No ano de 2002, foi se estruturando e organizando o MNLM (Movimento Nacional de Luta pela Moradia), o MMTU (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas), Porém, dada a ainda pouca expressividade, denota-se que os movimentos sociais atuam em Passo Fundo na questão da moradia, embora sua forma de intervenção tem sido mais fortemente pautada em ações pontuais nos loteamentos e locais de interesse social.

A cidade foi se expandindo e produzindo espaços desiguais, tanto a partir dos indicadores de faixas de renda, quanto das áreas valorizadas e das áreas empobrecidas. Segundo o IBGE (2010) no município foi constatado um quantitativo de cinco aglomerados subnormais, totalizando 700 domicílios (**Quadro 02)**.

Quadro 02 – Aglomerados subnormais: domicílios ocupados e população residente no município de Passo Fundo – 2010.

Aglomerados subnormais (Setor urbano)	Domicílios	População residente
Beira dos Trilhos (3)	96	359
Cruzeiro (6)	220	743
Entre-Rios (4)	198	653
Lucas Araújo (7)	126	434
Xangrilá (9)	60	239
Total	700	2.428

Fonte: Censo Demográfico 2010 – Aglomerados Subnormais – IBGE, 2010

Esses aglomerados são definidos como o conjunto de 51 habitações, ou mais, caracterizados por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das seguintes características: a) irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou, b) carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública.[1]. Em publicação recente (IBGE, 2011), consta que os aglomerados subnormais são, também, unidades habitacionais carentes, em sua maioria, além de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado em período recente, terreno de propriedade alheia, pública ou particular, e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. No site do IBGE consta ainda, que esses aglomerados são constituídos pela população residente e número de domicílios ocupados em favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros assentamentos irregulares.

Contudo, ainda que esses aglomerados revelem cerca de 700 domicílios, em conversa com representante da Secretaria de Habitação (setembro de 2014), o cadastro de demanda de habitação de interesse social encontra-se em cerca de 13.000 unidades, fato que justifica a ocorrência de aproximadamente 52 áreas invadidas na cidade. Por outro lado, ao se analisar os dados referentes ao Censo Demográfico (2010) quanto ao total de domicílios particulares ocupados percebe-se uma totalidade de 61.395 domicílios particulares ocupados (89,38% do total de domicílios particulares) contra um total de 4.392 domicílios particulares não-ocupados – vagos (6,43% do total de domicílios particulares), fato que corrobora com o déficit, ainda que supostamente essas unidades habitacionais viessem a ser, de alguma forma, ocupadas.

Por fim, destaca-se que o poder público têm adotado medidas de adaptação do Plano Diretor vigente, por meio da proposição de novas áreas HIS – Habitação de Interesse Social, visando encontrar formas de reduzir esse vasto déficit habitacional, bem como, angariar recursos para melhorias urbanas nessas áreas. Por outro lado, alega que há dificuldades em desapropriar áreas e de comprar glebas para implantar novos loteamentos pela elevada precificação atribuída pelo mercado imobiliário.

Passo Fundo é uma cidade que apresenta forte centralidade no contexto regional. No contexto intraurbano, apresenta intensa verticalização nas áreas centrais, ou seja, um crescimento concentrado no centro tradicional da cidade e em locais com função de novas centralidades e, também, um forte crescimento horizontal, "espalhando" a cidade que se dissipa de forma fragmentada e, simultaneamente, segregada. Nesse sentido, os reflexos da reestruturação produtiva podem ser sintetizados na cidade pelos pontos que seguem:

1) grande adensamento de prédios residenciais no centro da cidade e no entorno dos eixos comerciais estruturantes (Avenida Brasil e Bairro São Cristóvão), vias essas que cortam a cidade respectivamente no sentido sudoeste-nordeste e, a partir do centro, no sentido sudeste;

1 Maiores detalhamentos podem ser consultados na cartilha Censo 2010: aglomerados Subnormais – Informações territoriais. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000001516481120201348 0105748802.pdf, acesso em 02/12/2014.

2) mosaico de espaços de desigualdades sociais, que denotam inclusões ou exclusões sociais, dispersos no/pelo tecido urbano e
3) áreas segregadas demarcadas por áreas nobres e/ou por áreas intensamente favelizadas ou empobrecidas, na maioria das vezes localizadas na periferia da cidade.

Esses reflexos que promovem, consequentemente, uma reestruturação intraurbana, se fazem a partir de uma forte ação do capital financeiro sobre a terra urbana, fato que dinamiza o mercado fundiário e imobiliário. Participam desse processo, agentes protagonistas, como representantes do agronegócio regional (proprietários fundiários e dos meios de produção), da categoria política, dos ramos das áreas de saúde e educação e, em menor proporção, dos movimentos sociais por moradia. Assim, novas espacialidades e temporalidades se redefinem a partir do jogo de competições, interesses, desejos e necessidades expressos pelos diversos agentes que perpetuam a produção, apropriação e construção de identidades do/no espaço urbano.
Para finalizar a argumentação sobre os elementos que denotam reflexos da reestruturação produtiva no intraurbano, alguns dados tornam-se fundamentais.

- 27,39% população urbana de Passo Fundo declara não ter rendimentos; 47,01% tem rendimentos mensais de até 2 salários mínimos; 23,34% recebem entre 2 e 10 salários mínimos e os restantes, 2,26% recebem mais que 10 salários mínimos mensalmente (IBGE, 2010).
- os setores de alta renda localizam-se junto ao Centro (Vergueiro), Fátima, Rodrigues, Loteamento Morada da Colina, Bosque Lucas Araújo e Petrópolis. Também, novos empreendimentos já lançados buscam atender classes sociais mais abastadas, a exemplo da Morada Além do Horizonte e dos novos empreendimentos como o Condomínio Urbanístico Cidade Nova, condomínios horizontais Bosque Village, Vila Paládio, Vivenda das Palmeiras e La Barra.
- os investimentos em habitação de interesse social foram intensificados após o ano de 2009, com o Programa Minha Casa Minha Vida. No entanto, dos 29 empreendimentos da área urbana, apenas 10 **são para populações de baixa renda (faixa 1 do programa) e na sua maioria localiza-se em áreas periféricas da cidade.**
- as ocupações irregulares constituem as áreas já contempladas no PDDI como ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social e, contíguas a alguma delas, estão os aglomerados subnormais, em número de cinco, classificados pelo Censo (IBGE,2010), todas de baixa renda. Não se identificam declaradamente em dados oficiais, na cidade, ocupações irregulares de alta renda, embora se possa contatar, andando pela cidade, o aumento de mansões e casas de luxo em locais constituídos com APPs - Área de Preservação Permanente, como o entorno do Banhado da Vergueiro.

A reestruturação produtiva estimulou o mercado imobiliário. No caso do mercado imobiliário de Passo Fundo, exclusivamente voltando-se o olhar ao mercado de imóveis residenciais, pode-se constatar um considerável aumento no volume da oferta de empreendimentos nas últimas **década**s (1990-2010). Esse aumento ocorre tanto em âmbito particular, de cunho mercadológico, aqueles adquiridos com recursos de financiamentos bancários, quanto àqueles derivados de investimentos do setor público, regulamentados pela esfera federal, a exemplo dos parcialmente subsidiados e parcialmente financiados pelo Estado através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).
Pereira (2006) comenta que além dessa emergente produção imobiliária, as formas tradicionais destinadas à habitação se revestem de um novo impulso recorrente da própria dinâmica imobiliária que se torna mais agressiva e potente pelo aumento da integração com o mercado financeiro. Por outro lado, em contraponto aos grandes investimentos, aos desprovidos de acesso a alguma forma de capital ou financiamento, resta a cidade não vista, as habitações informais, os espaços segregados e as áreas de risco.
Ao analisar os circuitos da economia propostos por Santos (1979), Botelho (2007, p. 41) comenta que no caso do mercado imobiliário, no Brasil, ocorre a influência dos dois circuitos da economia. Isso ocorre na medida em que convive, de um lado, um setor capitalista de produção de moradias para as camadas mais abastadas e, de outro, um setor de construção de moradia realizado pelos próprios moradores, muitas vezes com recursos escassos. No primeiro caso, materializam-se os espaços de alto valor venal, compostos por

residências ou condomínios de luxo, em geral, adquiridas com recursos privados. No segundo caso, um setor de construção de moradia realizado pelos próprios moradores, muitas vezes com recursos escassos, utilizando parte do valor do FGTS ou através do autofinanciamento, assumindo dívidas de difícil pagamento e localizadas em áreas clandestinas ou de ocupação irregular. Nessa situação, as habitações são construídas com materiais de baixo custo, muitas vezes constituindo áreas de habitação popular, ou mesmo os aglomerados subnormais, como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros assentamentos irregulares (IBGE, 2010) dispersos no tecido urbano. Essa "convivência" entre os dois circuitos da economia promove a produção da cidade em fragmentos, coexistindo espaços de ricos e de pobres, com habitações opulentas e precárias. Não diferente do que nos demais municípios brasileiros, principalmente metropolitanos e de médio porte, a integração excludente dos dois circuitos se verifica.

Para SPOSITO (2009) a interação entre os dois circuitos da economia promove a constituição de uma cidade dispersa, demarcada por uma urbanização difusa, dada pela intensa ampliação da circulação, do tempo encurtado pela comunicação, circulação e os novos ritmos impostos pelas novas formas e maneiras de se morar e viver.

Nessa cidade ao mesmo tempo concentrada e dispersa, fragmentada e simultaneamente segregada, em que pesem a proporções de uma cidade média, é perfeitamente visível o papel da reestruturação produtiva na configuração do espaço e nas características sociais.

Os agentes produtores do espaço, em especial, os diretamente envolvidos com o mercado imobiliário (como os promotores/corretores imobiliários, o sistema bancário e o Estado) por meio de suas práticas sociais e espaciais, consolidam o espaço urbano de forma ao mesmo tempo segregada e articulada.

Considerações e perspectivas

O célere recente processo de urbanização brasileira, especialmente após a década de 1990, configura uma forte mudança na morfologia e nas relações socioespaciais urbanas, em especial, nas cidades de porte médio. Tais transformações, em muitas cidades médias brasileiras, são decorrentes de uma reestruturação econômica e produtiva do campo, com reflexos na cidade. A dinâmica imobiliária expressa esse reflexo. Os proprietários de terras rurais e urbanas, os incorporadores imobiliários e os empresários do setor da construção civil, com seus interesses econômicos, surgem como agentes prevalecentes e, muitas vezes, sua atuação é fortalecida pelo próprio Estado. As atuais políticas públicas federais de acesso à moradia têm promovido novas relações e novos interesses frente às possibilidades de investimento e financiamento/endividamento imobiliário. Nesse contexto, denota-se que há certa perversidade no/do processo de acesso à terra e à moradia pelo controle do mercado imobiliário e dos agentes e circuitos de capitais da classe dominante, gerando a exclusão social e, espacialmente, forte compactação e difusão urbana.

Nesse sentido, a perspectiva de uma urbanização menos excludente fica relegada a um segundo plano. Esse fato tem sua argumentação calcada na afirmativa de que dada a reestruturação sócio-espacial, e a atuação dos agentes produtores do espaço urbano, ocorre uma forte intervenção no mercado imobiliário. Esse mercado, embora oscile acompanhando a economia global e a brasileira, tem se apresentado de forma pujante. Essa dinâmica aponta para a geração de desigualdades, uma vez que o acesso à terra e à moradia, estabelecido pelo mercado imobiliário e demais agentes dos circuitos de capitais da classe dominante, produzem um espaço urbano socialmente excludente.

Referências

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2008), *Regiões de influência das cidades – 2007*. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br [consultado em 17-11-2008].

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (1940-2010), *Censos Demográficos*. Disponível em: www.ibge.gov.br [consultado em 21-11-2014].

CORREA, R. L. (1989), *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática.

DAL'MORO, S. M. & RÜCKERT, A. (2004), "A Agricultura no processo de desenvolvimento no Planalto Médio Rio-grandense". In: A. Silva, et al. (Orgs). *Estudos de geografia regional: o urbano, o rural e o rurbano na região de Passo Fundo.* Passo Fundo: Ed. UPF, p. 26-68.

GOSCH, L. R. M. (2005), "Evolução Urbana de Passo Fundo". In: A. P. Wickert, (Org.). *Arquitetura e Urbanismo em Debate.* Passo Fundo: UPF, p.69-88.

GOTTDIENER, Mark (1993), *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP.

HARVEY, David (1980), *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec.

KALIL, R. M. L. (et. al.) (2008), "Passo Fundo e o processo de integração regional: a questão ferroviária". In: X Seminário de História das Cidades e do Urbanismo, Recife. *Anais do X Seminário de História das Cidades e do Urbanismo.* Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2008. v. 1. p.1-17.

KOWARICK, L. (1979), *A espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

KOWARICK, L. (2000), *Escritos urbanos*. São Paulo: ED.34.

MATTOS, Carlos A. de (1999), "Santiago do Chile, globalización y expansión metropolitana: lo que existia sigue existiendo". *EURE - Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*. Santiago, vol. 25, nº76, p. 29-56. Disponível em http://www.scielo.cl/csielo.php?script=sciarttext&pid, [consultado em 26-10-2009]

MATTOS, Carlos A. de (2006), "Modernización capitalista y transformación metropolitana en América Latina: cinco tendencias constitutivas". *América Latina: cidade, campo e turismo***.** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, São Paulo, p.41-76.

PEREIRA, P. C. X. (2006). "Reestruturação inmobiliária em São Paulo (SP): especificidad y tendência". In: R. L. L da Silveira ; P Pereira y V. Ueda (Orgs.). *Dinâmica imobiliária e reestruturação urbana na América Latina.* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 43-63.

PEREIRA, P. C. X. (Org). (2011), *Negócios Imobiliários e transformações sócio-territoriais em cidades da América Latina.* **São Paulo: FAUUSP**, p.23-31.

SOARES, P. R. R. (2011), "A urbanização no Rio Grande do Sul: as cidades médias e o território". In: E. M. Pereira, e L. C. Dias (Orgs.). *As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro*. Florianópolis: Editora Insular, p. 211-228.

SOJA, E. W. (2010), "Mesogeografías: sobre los efectos generativos de las aglomeraciones urbanas". In Edward W. Soja, *La perspectiva postmoderna de un geógrafo radical.* Barcelona: Icaria. p.235-255.

SOJA, E. W. (2000), *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions.* Oxford: Blackwell Publishing, 440 p.

SPOSITO, M. E. B. (2009), "Urbanização difusa e cidades dispersas: perspectivas espaço-temporais contemporâneas". In: Nestor Goulart Reis. (Org.). *Sobre dispersão urbana*. São Paulo: Via das Artes, p. 35-54.

De estabelecidos a outsiders - o impacto de migrações no mercado imobiliário informal de aluguel e a produção de alteridades

Rodrigo de Oliveira Tavares
rodrigooliveira.t@gmail.com

Resumo: O presente artigo analisa os efeitos de um intenso processo de reestruturação produtiva no município do Cabo de Santo Agostinho, situado na região nordeste do Brasil, que nos últimos anos tem sido palco para a retomada da indústria naval brasileira e descentralização da indústria de petróleo e gás. Em virtude das obras para instalação destes empreendimentos, a mobilização de milhares de trabalhadores produziu efeitos significativos no mercado imobiliário informal de aluguel da região estudada. Refletindo sobre tais impactos nas relações econômicas e sociais estabelecidas, o artigo foca sua análise na inflação dos preços praticados, em razão de um novo padrão de renda da população migrante, e a instauração de um fluxo de migrações responsável por uma recomposição social marcada por intensa alteridade entre imigrantes estabelecidos e emigrantes outsiders.

Palavras-chave: migrações, mercado imobiliário, informalidade urbana.

1. O novo Nordeste industrial e o setor de petróleo e gás

Historicamente atrasado e extremamente pobre. A ingratidão do tempo legou ao Nordeste brasileiro memórias de uma terra árida e estéril de esperanças; um retrato que, até para os próprios nordestinos, dificilmente mudaria com o passar das estações. A ingrata lembrança é a memória que teimava em sublinhar as "vacas magras"; a vivência sofrida que deixava marcas nas mãos, no rosto e no que poderia ter sido a vida em condições menos adversas.

A adversidade de condições enfrentadas pela população nordestina teve no relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)[1] uma expressão emblemática de sua condição no cenário nacional, na qual a desigualdade toma forma e expõe o "peso" da região no quadro do desenvolvimento nacional da época. Já nas primeiras linhas, o relatório apresentava a região como a mais extensa área de baixo nível de desenvolvimento do continente americano, tendo como principais causas para sua tendência secular ao atraso a escassez de terras aráveis; baixa precipitação pluviométrica e a extrema concentração de renda na economia açucareira – herança colonial com repercussão até os dias atuais. Somava-se a estas características, segundo o relatório, a circunstância de uma política de desenvolvimento responsável por favorecer, de maneira ampla, a região Centro-Sul do Brasil, tendo em vista suas possibilidades de industrialização mais imediatas.

Além do contexto identificado nos relatórios produzidos por Celso Furtado, as heranças do processo de ocupação do território brasileiro expõem o impacto da diversidade regional - estruturada em um território com seis biomas diferentes - na cristalização de um desenvolvimento desequilibrado (Araújo, 2013). Um geografia que, ao longo da formação econômica brasileira, fez do Nordeste a terra do açúcar; e do Sudeste e Sul a terra do café.

No entanto, a luz lançada sob as desigualdades regionais que ganhou relevância na década de 1960, resultando em uma agenda nacional com políticas com atenção especial às regiões Nordeste e Norte, sofreriam os

1 Coordenado pelo economista Celso Furtado, o relatório, com o título "Um Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste", teve sua primeira edição no ano de 1959, e serviu como peça preliminar para a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

efeitos da dívida externa brasileira na década de 1980; e da crise interna da dívida pública na década de 1990, acompanhada pelo neoliberalismo em escala global (Ibidem).

Foi apenas no início do século XXI que o Nordeste brasileiro passou a experimentar os efeitos de uma mudança no padrão de desenvolvimento do país. Além da política de transferência de renda direta implementada pelo Governo Federal - talvez a mais emblemática no conjunto das recentes mudanças - a desconcentração industrial representou um impacto substancial na nova geografia econômica nacional. Da crescente participação da indústria de produtos de minerais não metálicos em Rondônia, ao surgimento do setor de petróleo e gás no estado de Pernambuco, na última década o perfil industrial de muitos estados do Brasil tem sido modificado em função desta desconcentração, o que nos coloca diante do objeto de investigação que serviu de base para as considerações do presente artigo.

No estado de Pernambuco, em particular, a desconcentração industrial pela qual passa o Brasil resultou no surgimento do setor de petróleo e gás no perfil industrial do estado. Entre 2002 e 2012, a participação do setor industrial no Produto Interno Bruto (PIB) do estado aumentou em 3,5%, respondendo, atualmente, por 25,1% do PIB do estado. No mesmo período, a participação do setor de petróleo e gás natural aumentou de 0,0% em 2007 para 9,9% em 2012, segundo dados do relatório da Confederação Nacional da Indústria (CNI) sobre o perfil da indústria nos estados brasileiros (CNI, 2014).

Atualmente, esta face da indústria pernambucana está concentrada no Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros - SUAPE, cujo perímetro incide sobre as áreas dos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca. O Complexo, criado em 1978 por meio da lei estadual nº 7.763, viu, no ano de 2005, o lançamento da pedra fundamental da Refinaria General José Ignácio Abreu e Lima; evento que marcaria o início de uma revolução industrial extemporânea naquela região.

Antes da Refinaria Abreu e Lima, SUAPE praticamente não existia no imaginário da população pernambucana - "tava aqui do lado, mas nem sabia o que era direito", conforme relato de um morador local entrevistado. A região era mais conhecida pelas praias e atividade turística que por sua atividade portuária e industrial. Pelo visto, sua existência, para o público geral, estava condicionada às oportunidades econômicas geradas a partir de sua consolidação como polo naval e industrial na região Nordeste, graças a instalação tanto da refinaria quanto do Estaleiro Atlântico Sul - símbolo regional da retomada da industrial naval brasileira.

Enquanto os primeiros raios da nova aurora da indústria pernambucana brilhavam sobre a população local - de início, inserida de maneira extremamente precária nas vagas que surgiram em função da instalação da Refinaria Abreu e Lima e do Estaleiro Atlântico Sul; para muitos trabalhadores do corte da cana-de-açúcar, o ocaso da economia açucareira tinha neles o crepúsculo de uma herança secular - "seremos os últimos daqui".

Se para um entrevistado, residente ao lado de SUAPE, as entrelinhas deste processo local não eram tão claras, provavelmente, as influências globais que influenciaram seu cotidiano passaram despercebidas. Porém, é justamente no cenário global que o processo de reorganização do espaço industrial tem fomentado mudanças significativas no cotidiano de relações sociais. No setor de petróleo e gás, por exemplo, o Brasil tem demonstrado significativo potencial perante o mercado global. Com uma produção mensal de petróleo em torno de 1,9 milhão de barris/dia (bpd)[2], o país ocupava a 14ª posição entre os maiores países produtores (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2008). Ademais, a descoberta de petróleo na camada do pré-sal serviu para alavancar os investimentos no setor. Segundo Araújo (2013), nos últimos anos a política de compras da Petrobrás passou a ser utilizada para estimular o setor produtivo nacional, especialmente a indústria naval, o que acabou resultando na instalação de estaleiros em vários estados do Nordeste, a exemplo do estado de Pernambuco. Outra mudança em sua política foi a desconcentração de refinarias, antes restritas às regiões Sudeste e Sul - mudança essa que culminou na construção de novas unidades, entre elas a Refinaria Abreu e Lima.

A nova dinâmica industrial que vem se instalando na região Nordeste, que já tivera no "nordestino" a redundância para "retirante", concedeu, para muitos, a oportunidade de voltar pra casa; e para tantos outros a diversificação

2 Conforme boletim de Destaques Operacionais disponível na página eletrônica da instituição voltada para seu relacionamento com investidores: www.investidorpetrobras.com.br (Página acessada em Janeiro de 2014).

do chão de suas esperanças em uma vida melhor - antes restritas ao Sul e, principalmente, Sudeste brasileiro. Em virtude das obras para instalação destes empreendimentos, a mobilização de milhares de trabalhadores produziu efeitos significativos no mercado imobiliário informal de aluguel da região estudada - o ponto de partida da investigação que, adiante, resultaria na observação de uma intensa alteridade entre a população local e grande parte da mão de obra advinda de outros estados.

2. Dos estabelecidos aos outsiders - o mercado imobiliário informal de aluguel como dupla conveniência

A área em que foi realizada a investigação sobre as relações de alteridade entre imigrantes e população local está situada no município do Cabo de Santo Agostinho, localizado na Região Metropolitana do Recife (RMR), estado de Pernambuco. Segundo os dados do Censo Demográfico, o município contava com uma população de 185.052 habitantes no ano de 2010 (IBGE, 2010). Entre 2000 e 2010, a taxa de crescimento demográfico do município foi de 1,9% a.a., superando as taxas estadual (1,04%a.a.); regional (1,06%a.a.); e nacional (1,17% a.a.). Entretanto, o dado mais significativo, e que foi utilizado na elaboração do corte espacial da análise, reside na taxa de crescimento demográfico registrada no distrito de Santo Agostinho, no qual está localizado o litoral do município do Cabo de Santo Agostinho. No distrito em questão, a taxa de crescimento demográfico entre 2000 e 2010 foi de 10,76% a.a., um crescimento acima de qualquer expectativa e que demonstra, inicialmente, um processo acelerado de adensamento populacional na área.

Coincidentemente, no ano de 2007 foi realizada a pesquisa de Contagem da População pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um ano que, para a população residente no distrito de Santo Agostinho é emblemático no curso deste processo, e considerado como o ano de pico de contratações para as obras da Refinaria Abreu e Lima e Petroquímica Suape. Tal coincidência é extremamente frutífera na análise deste processo, pois os dados referentes ao quantitativo de moradores em domicílios particulares permanentes (DPP) entre os anos 2000, 2007 e 2010, indicam que a sensação da população residente encontra respaldo nos dados oficiais produzidos pelo órgão federal.

Tabela 01: Moradores em domicílios particulares permanentes por distritos e taxa geométrica de crescimento anual da população – 2000-2007 e 2007-2010

Distritos	2000	2007	2010	Tx a.a. 2000-2007	Tx a.a. 2007-2010
Cabo de Santo Agostinho (Sede)	92.006	96.326	103.527	0,66%	2,43%
Juçaral	7.165	6.326	5.784	-1,76%	-2,94%
Ponte dos Carvalhos	45.489	47.283	54.044	0,55%	4,56%
Santo Agostinho	7.439	11.589	20.815	6,54%	21,56%

Fonte: Censo Demográfico – Resultados do Universo. IBGE, 2000; e 2010. Elaboração própria.

Nota-se que a tendência de crescimento demográfico para o distrito de Santo Agostinho é drasticamente alterada a partir de 2007, demonstrando, em números, a dimensão do impacto que as oportunidades geradas a partir dos empreendimentos em instalação provocaram na dinâmica demográfica do distrito. Entre 2007 e 2010, os números absolutos indicam um acréscimo de 9.226 residentes em DPP, quantitativo superior ao registrado no início da série, no ano 2000. A tendência de crescimento demográfico, que já indicava a condição de Santo Agostinho como um dos principais vetores de expansão urbana do município, foi 3,5 vezes maior no período entre 2007 e 2010.

Na esteira do adensamento populacional, o aumento no número de DPP segue tendência semelhante. Enquanto que, no município, foi registrado um acréscimo de 44,2% no número de DPP – Recife, capital do estado teve

um acréscimo de 25% no mesmo período; o distrito de Santo Agostinho registrou aumento de 228%, entre 2000 e 2010. Os demais distritos do município do Cabo de Santo Agostinho registraram variações de 33% (Cabo de Santo Agostinho – Sede); -3% (Juçaral); e 42% (Ponte dos Carvalhos). Os seguintes dados revelam que, possivelmente, as taxas de crescimento ao ano entre os períodos de 2000, 2007 e 2010 indicam que a dinâmica imobiliária acompanhou, de perto, os impactos do crescimento demográfico registrado no distrito.

Tabela 02: Domicílios particulares permanentes por distritos e taxa geométrica de crescimento anual – Cabo de Santo Agostinho, 2000-2007 e 2007-2010

Distritos	2000	2007	2010	Tx a.a. 2000-2007	Tx a.a. 2007-2010
Cabo de Santo Agostinho (Sede)	22.676	26.707	30.464	2,36%	4,48%
Juçaral	1.559	1.602	1.510	0,39%	-1,95%
Ponte dos Carvalhos	10.845	12.658	15.426	2,23%	6,81%
Santo Agostinho	1.939	3.415	6.425	8,42%	23,45%

Fonte: Censo Demográfico – Resultados do Universo. IBGE, 2000; e 2010. Elaboração própria.

Os dados censitários revelam que, entre 2000 e 2010, a participação do aluguel na distribuição dos DPP por condição de ocupação cresceu significativamente no distrito de Santo Agostinho. Em 2010, por exemplo, 28% dos domicílios ocupados no distrito eram alugados, enquanto que no ano de 2000 essa participação era de apenas 13%. Em valores absolutos, no intervalo de 10 anos, os número de domicílios cuja condição de ocupação era o aluguel passou de 259 para 1.799, um aumento de 595%.

Dados como esses, dificilmente, acontecem por acaso. No espetáculo da reestruturação produtiva da região Nordeste, o montante de mão de obra necessário para a instalação de empreendimentos do porte de uma refinaria ou de um estaleiro é o protagonista. Segundo matéria publicada na ocasião do aniversário de 36 anos de SUAPE[3], no momento de maior pico nas obras de instalação da Refinaria Abreu e Lima e da Petroquímica Suape, aproximadamente 65 mil trabalhadores circulavam nas dependências do Complexo, com a estimativa de que 40% seriam provenientes de outros estados, tendo em vista a falta de mão de obra qualificada na região para atender a demanda.

Um quantitativo como este - algo em torno de 25 mil trabalhadores imigrantes - não passa despercebido nem mesmo em uma cidade de grande porte, muito menos no Cabo de Santo Agostinho, considerado como município de médio porte - municípios que possuem entre 100 e 500 mil habitantes. Indiscutivelmente, o impacto dessa mão de obra imigrante não ficou restrito ao distrito de Santo Agostinho. Durante as observações e entrevistas realizadas em campo, houve relatos de que o distrito de Nossa Senhora do Ó, localizado no município de Ipojuca recebera boa parte deste contingente populacional, ocasionando em impactos de natureza semelhante aos observados em Santo Agostinho durante a investigação.

Diante desse contexto, o âmago da questão reside em uma simples equação: onde alojar este inesperado contingente populacional? O primeiro indício de uma demanda reprimida por alojamento provocou uma descaracterização no setor turístico de Santo Agostinho, responsável pela conversão de pousadas em alojamentos para a mão de obra instalada em SUAPE, e o motivo para tamanha procura era extremamente simples: a proximidade e fácil conectividade do distrito com o canteiro de obras por meio da PE-028, que resultava em um trajeto de aproximadamente 20 quilômetros.

Dentre os principais motivos destacados pelos entrevistados, além da proximidade, a oferta de serviços e lazer existentes no distrito de Santo Agostinho era um diferencial a ser considerado – condições existentes graças ao turismo de outrora. Nos finais de semana, as praias e bares eram o destino certo para tantos trabalhadores imigrantes, resultando nos primeiros atritos com a população local: a disputa pelos territórios de lazer e diversão.

3 Matéria especial publicada no caderno "Especial Suape 36 anos", do jornal Folha de Pernambuco, em 07 de novembro de 2014.

Naquele cenário, a realização de uma pesquisa sobre o mercado imobiliário informal parecia uma escolha de extrema obviedade, e a informalidade urbanística era o traço mais explícito desta. No intervalo de um dia era possível contar as fundações que não existiam no dia anterior. As linhas de tijolos subiam conforme o sol baixava, erguendo novas residências ou ampliando as existentes.

De igual forma, contar as lajes passou a ser tarefa árdua; ao final de uma obra, difícil era saber se aquela laje seria a única ou a primeira de muitas. Enfim, uma arquitetura terminantemente curiosa aos olhos, mas que, em seu interior, era possível antever um sentido próprio, responsável por orientar aquela imensidão de intervenções.

Algo que, em certe medida, remete às conclusões apresentadas por Rodríguez (2004 apud Abramo, 2010), sobre o paradoxo da informalização do formal no Chile. Para o autor, citado por Abramo para ilustrar o processo de transformação de áreas com padrões urbanos formais em áreas com padrões de informalidade urbanística, as necessidades individuais e coletivas servem como combustíveis para a transformação de edifícios, espaços domiciliares e públicos, produzindo, assim, novas formas de informalidade urbana. Aparentemente, acontecia no distrito de Santo Agostinho a mediação destas duas necessidades. De um lado, a necessidade individual de muitos proprietários em complementar sua renda familiar com o aluguel; do outro, a necessidade de alojamentos para uma legião de trabalhadores recém-chegados.

Curiosamente, o cenário acalentava uma singela referência ao clássico "The Wonderful Wizard of Oz", de L. Frank Baum. A sensação transmitida pelo local era de que, assim como Dorothy Gale, bastaria seguir a "estrada de tijolos" pois, qualquer que fosse o pesquisador que ali empreendesse uma investigação sobre a dinâmica imobiliária informal, os tijolos seriam as pistas para a interpretação do fenômeno em curso.

Com enredo menos aventuresco, o caminho até a Cidade das Esmeraldas[4] era curto, mas não menos majestoso. As surpresas do mercado imobiliário informal não ficam restritas ao improviso de sua arquitetura. Os mecanismos e formas de negociação, as transações, os acordos; um artigo para cada item não seria suficiente para descrever os pormenores de seus arranjos dinâmicos e extremamente suscetíveis ao cotidiano.

Tijolos! O mais provável, naquela época, seria a falta d'água - haja vista o crescimento demográfico e do número de domicílios registrado no distrito; mas, jamais, haveria falta de tijolos - não naquela época. Tijolo de seis furos; oito furos; para lajes; o sol, do amanhecer ao crepúsculo, refletia o vermelho do barro naqueles amontoados disformes que, mais tarde, serviriam para pendurar redes e varais, construir novos cômodos ou dividi-los. Por sinal, "lajes" virou sinônimo de "armazém" no distrito de Santo Agostinho. Os armazéns de "Joãos" e "Josés" transformaram-se em "João LAJES… e materiais de construção", por exemplo.

Partes concretas de uma vontade a ser erguida, o milheiro de tijolo em frente à casa também tinha seus significados - "já, já fulano troca de carro!". O milheiro era o indício infalível de aumento na renda do proprietário, um aluguel certo ou a venda de um imóvel que viria contribuir para modificar, entre tantas coisas, os padrões de consumo da população local.

Na base daqueles tijolos, estava o objeto a ser perseguido pela investigação; o motivo por trás de um acelerado processo de consumo do espaço urbano do distrito de Santo Agostinho, caracterizado pela verticalização informal - geralmente uma duplicata da planta inferior; parcelamento de lotes; e, paralelamente, a reconfiguração da estrutura interna de casas e apartamentos. Se, algum dia, sala de dois ambientes e cozinha ampla foi algum atrativo para imóvel, nos dias de efervescência do mercado imobiliário informal de aluguel, a quantidade de quartos era o fio principal das negociações estabelecidas naquela região.

No curso da analepse industrial pernambucana, o distrito de Santo Agostinho apresentava os indícios de uma forte demanda por habitações. O processo de conversão de pousadas em alojamentos, como dito, em uma região reconhecida pelos atrativos de sua atividade turística, demonstrava o vigor desta demanda por parte da mão de obra instalada na região.

Diante das observações de campo e dos dados censitários analisados, era praticamente indiscutível o quão intenso o mercado imobiliário de arrendamento, seja este formal ou informal, apresentava-se no município do Cabo de Santo Agostinho. Entretanto, o que chama atenção em relação ao distrito que serve de palco para as

---

4 Para retornar para casa, no estado americano do Kansas, Dorothy deveria trilhar a estrada de tijolos amarelos até a Cidade das Esmeraldas (Emerald City), onde encontraria o Feiticeiro de Oz.

observações é o volume acentuado em relação aos demais distritos do município. A maioria dos assentamentos populares consolidados – como Vila Cêpovo, Águas Compridas, Nova Gaibu etc., não apresentavam regularidade tanto do ponto de vista urbanístico - haja vista o galopante processo de autoconstrução observado na área; quanto jurídico, tendo em vista que muitos dos entrevistados não detinham o título de posse de suas propriedades, então localizadas em áreas dependentes de regularização fundiária.

Constatada a "febre do aluguel", a etapa seguinte da investigação debruçou-se sob uma característica bastante peculiar nas casas da região: os varais repletos de "macacões". De diversas cores e tipos, o que se via nos varais era uma invasão de operários no distrito de Santo Agostinho, fato constantemente suscitado durante as entrevistas devido ao aumento nos casos de exploração sexual e consumo de drogas na região – geralmente atribuídos aos "baianos" que chegaram na região para trabalhar na Refinaria Abreu e Lima. Nas primeiras entrevistas foi possível identificar uma mudança no perfil dos inquilinos, observada graças aos depoimentos dos próprios moradores – novos em sua maioria. Recém-chegados, muitos não viveram a timidez de outrora do mercado de arrendamento da região. Muitos, inclusive, chegaram para ocupar o lugar de antigos inquilinos, desprovidos de condições financeiras necessárias para arcar com os novos preços praticados, agora inflacionados pela mudança no perfil da demanda, grande parte dela composta por trabalhadores da indústria e da construção civil.

Em algumas áreas, o adensamento construtivo demonstra que alguns habitantes de assentamentos populares consolidados perceberam que a construção de cômodos ou apartamentos para aluguel poderia funcionar como um reforço aos rendimentos familiares (Lacerda & Melo, 2009). Além da subdivisão, muitos locadores dão início às suas atividades de arrendamento a partir do aluguel de um quarto, tendo em vista a necessidade de suplementar sua renda (Sugai, 2009).

No distrito de Santo Agostinho, antes da demanda provocada pelo aquecimento industrial, a forma de arrendamento mais comum era o chamado "aluguel por temporada". As residências, costumeiramente, eram arrendadas para famílias interessadas em desfrutar de seu período de férias no litoral cabense. Nesse período, algumas famílias de proprietários costumavam se mudar para a casa de familiares para arrendar seus imóveis por até dois meses. Uma parcela destas, ligadas à atividade pesqueira da região, costumava passar esse período em barracões improvisados na beira-mar.

O arrendamento prolongado era quase inexistente na região – prova disso é o percentual de domicílios cuja condição era a de aluguel no ano 2000, de apenas 13% (IBGE, 2000). Poucos alugavam por um período maior que três meses, pois, segundo os relatos, não havia uma demanda significativa. Em geral, os imóveis alugados por períodos mais longos envolviam na transação familiares, amigos, pessoas indicadas por familiares etc. Um círculo de indivíduos relativamente íntimo, que apresenta características próprias do mercado imobiliário informal de aluguel. Uma das principais características dos mecanismos que coordenam as transações imobiliárias informais reside nas relações contratuais firmadas em reciprocidade de «confiança-lealdade» (Abramo, 2010). Segundo Abramo, esta relação de reciprocidade está associada ao caráter interpessoal que as transações informais adquirem a partir da relação "cara a cara", onde a *confiança* do arrendador terá como contrapartida a *lealdade* do arrendatário:

> Nessa relação interpessoal de confiança e lealdade, estabelecem-se os contratos de arrendamento. Ainda por cima, nesses contratos de arrendamento, como existe uma relação de confiança e lealdade, construída a partir de relações interpessoais, há uma flexibilização dos termos do contrato incluindo inicialmente os pagamentos e seus valores. Esses pagamento e valores podem mudar em função da oscilação da renda dessa família, que é arrendatária, e a relação pessoal com o arrendador garantirá a continuidade do contrato com eventuais pagamentos compensatórios futuros (Abramo, 2010: 233).

Na interpessoalidade das relações contratuais informais, o encontro proporcionado pelas transações estabelecidas no mercado de arrendamento, em geral, coloca a necessidade de complementação dos locadores diante da necessidade de habitação dos inquilinos, numa relação contratual tácita ajustada pelas relações de confiança e lealdade e mediadas por «autoridades locais» (Ibidem). Ainda segundo Abramo, por mais «entremeadas» que

sejam as relações de confiança e lealdade, estas não garantem de forma «perfeita» os contratos no mercado informal de solo. Para tanto, existe a necessidade de uma «mediação institucional» que assuma a posição de uma terceira parte envolvida e, estando acima de locadores e inquilinos, promova o equilíbrio dos termos pactuados entre as partes (Abramo, 2009: 58).

No entanto, a presença desta autoridade local, uma espécie de «fiadora» nas transações imobiliárias informais, é questionada por Lacerda (2011). Ao questionar o papel da «autoridade local», face à ausência da figura do «fiador» exercida por determinada instituição, a autora levanta a hipótese de que, talvez, o conceito de *convenção* ofereça pistas quanto à coordenação do mercado informal e, neste caso, apresente condições mais pertinentes que uma abordagem «institucional» sobre a questão. Para a autora:

> A *convenção*, implícita ou explícita, guia os comportamentos econômicos dos seres humanos, na medida em que ela é inseparável do contexto da ação. Este, sempre marcado histórica e culturalmente, é um fato integrador da configuração dos fenômenos econômicos. Ocorre que a *convenção*, como referencial de conduta (ou norma) resulta de um acordo (ou acerto), explícita ou implicitamente firmado por indivíduos em interação (como, por exemplo, locadores e locatários de um imóvel), visando à organização social do exercício da liberdade de cada um deles. É por essa *convenção* que eles se conciliam, ou seja, se *co-ordenam* e, portanto, minimizam eventuais conflitos e maximizam os benefícios desejados em comum. Daí este ensaio considerar a possibilidade de adotar essa noção, para demonstrar que o MIAP é o resultado da produção dinâmica do indivíduo e da sociedade. (Lacerda, 2011: 28).

A convenção como referencial de conduta, ao resultar no acordo entre as partes, harmoniza a liberdade individual das partes envolvidas na transação informal, ajustando, dessa forma, as decisões individuais sobre determinada situação. Aqui, as necessidades se co-ordenam, minimizando conflitos e maximizando o interesse em comum. A autora ainda sustenta que as decisões das partes envolvidas devem ser apreendidas a partir das respectivas condições socioeconômicas de inquilinos e locadores – situação interna, assim como o ambiente em que vivem – situação externa. Esta síntese entre situação interna e externa representa o mundo de base familiar – individual, e o mundo social e cultural compartilhado por locadores e inquilinos, expressando a característica fundamental do mercado imobiliário em áreas pobres defendida pela autora: «resultado da produção dinâmica do indivíduo e da sociedade» (Lacerda, 2011: 28). Por este ponto de vista, o patrimônio imobiliário que conecta locadores e inquilinos é transacionado a partir de dispositivos de mercado em que as respectivas interpretações dos indivíduos da negociação devem ser consideradas em meio a um processo constante de ajustamento.

Os dados de natureza empírica, tendo como referência a convenção como referencial de conduta dos indivíduos em uma transação imobiliária informal, nos auxiliam a prosseguir com o raciocínio aqui proposto, onde a presença de uma demanda potencial seria capaz de estimular a exploração do patrimônio imobiliário numa dupla relação de necessidade: de um lado, a satisfação dos interesses monetários dos locadores; do outro, a necessidade da habitação urbana para os inquilinos.

3. De estabelecidos a outsiders – emigração e alteridades produzidas pelo novo mercado imobiliário informal de Santo Agostinho

Na dupla necessidade do aluguel informal, assim como Winston Parva[5], um grupo estabelecido, composto pelos moradores locais cuja posse, geralmente informal, de um bem imobiliário era objeto de arrendamento; encontrou nos futuros residentes, grupo formado por trabalhadores recém-chegados à região, uma demanda formidável

5 Nome fictício de uma pequena comunidade em que foi realizada a pesquisa que seria a base para a obra "Os estabelecidos e os outsiders", de Norbert Elias.

para a expansão de suas atividades imobiliárias informais - ou até mesmo inserção. Para tanto, abrindo mão, inclusive, de contratos já estabelecidos – em alguns casos. Os efeitos de uma demanda inesperada, resultado do impacto demográfico provocado pelos postos de trabalho gerados na instalação de empreendimentos de grande porte em SUAPE, trouxe novas convenções ao mercado imobiliário informal de aluguel no distrito de Santo Agostinho. A nova dinâmica imobiliária foi resultado de um contingente inesperado e, em geral, com poderes financeiros superiores aos praticados anteriormente.

Como exemplo, alguns relatos indicam que imóveis com valores próximos a R$ 350,00 passaram a ser alugados por até R$ 1.200,00, muito em função dos arranjos individuais da nova demanda por detrás de tais transações. Geralmente, entre 5 e 8 trabalhadores costumavam "inteirar" o valor do aluguel, reduzindo, assim, o gasto individual com moradia. Dessa forma, compartilhando os custos mensais com o aluguel, os altos valores passaram a ser uma constante; algo impraticável para a maioria da demanda anterior – unidades familiares. O resultado do mercado imobiliário informal aquecido, para alguns, significou num despejo tácito por meio de um reajuste inatingível por sua condição de renda individual ou familiar, provocando o primeiro fluxo de emigrantes "estabelecidos".

Daí por diante, o fluxo de emigrantes teria a contribuição de antigos moradores insatisfeitos com o predomínio dos "de fora" no distrito de Santo Agostinho – sensação responsável por relatos como "aqui tem mais baiano que cabense". Elias (2000), em seu ensaio teórico sobre as relações entre estabelecidos-outsiders, parte do princípio de alteridade fundado na noção de tempo, na «antiguidade da associação». Os estabelecidos, por exemplo, seria o grupo de indivíduos com virtudes compartilhadas desde longa data; enquanto os outsiders o grupo de indivíduos recém-chegados, não inseridos no grupo estabelecido, geralmente reconhecidos como «os de fora».

Como dito, os primeiros conflitos entre população local e trabalhadores imigrantes se deu em função da disputa dos espaços de lazer e diversão. A orla marítima do distrito de Santo Agostinho virou sinônimo de violência, prostituição e consumo de drogas; situações estas que, segundos os moradores locais, foram agravadas pela presença dos "baianos" – termo bastante utilizado na identificação de integrantes que não pertenciam ao grupo estabelecido.

Tem-se aqui, nas entrelinhas desta sensação compartilhada pelo grupo de estabelecidos, mais uma característica da relação entre estabelecidos e outsiders descrita por Elias (2000): «a sociodinâmica da estigmatização». Compartilhando a visão de que a mão de obra imigrante faria parte de uma espécie inferior, demonstrando, assim, o desapreço pelo outro grupo; a população estabelecida, reconhecida pelos rostos familiares, tinha em seu grau de coesão a capacidade de imprimir aos indivíduos recém-chegados características depreciativas. No entanto, o ponto nodal da relação entre estabelecidos-outsiders, no qual as características depreciativas atribuídas ao grupo outsider pelo estabelecido seriam assimiladas pelo próprio grupo outsider, demonstra não ter logrado êxito.

Para tanto, uma característica fundamental no eixo de tal relação, própria dos estabelecidos, que é seu alto grau de coesão social, encontrou paralelo no grupo de outsiders recém-chegados. O fato de compartilharem além da condição de imigrantes, as profissões desempenhadas – não necessariamente um sentimento de classe – serviu de base para criar um grupo de outsiders com maior coesão que, por seu quantitativo, passou a ser representativo na área.

No movimento contrário, a coesão social dos estabelecidos sofreu as interferências de um processo de emigração de residentes antigos, insatisfeitos com a situação do distrito. Para alguns, o caso mais notório era representado pelo bairro de Gaibu, visto como uma área extremamente degradada pelos "novos habitantes". Os rostos, que um dia foram familiares, passaram a ser cada vez mais estranhos, e o que já fora alteridade, edificada a partir de uma visão de grupo compartilhada, transformou-se em estranhamento individual. Os efeitos recentes de um processo de reestruturação produtiva, no caso do distrito de Santo Agostinho, por meio da dinâmica imobiliária de aluguel informal, foi base para a condução de uma inversão de papéis entre estabelecidos e outsiders, uma nova composição social marcada por intensa alteridade entre imigrantes, agora estabelecidos, e emigrantes, agora outsiders.

Referências bibliográficas

ABRAMO, P. (2009), "Mercado imobiliário informal: a porta de entrada nas favelas brasileiras". In P. Abramo (ed.), *Favela e Mercado Informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras*, Porto Alegre: ANTAC, pp. 4-13.

ABRAMO, P. (2010), "O mercado informal e a produção da segregação espacial na América: a cidade COMFUSA informal". In N. Lacerda, S. Leal (eds.), *Novos padrões de acumulação urbana na produção do habitat: olhares cruzados Brasil – França*, Recife: Ed. Universitária da UFPE. pp. 223-245.

ARAÚJO, T. B. (2013), "Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula". In E. Sader (ed.), *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*, São Paulo: Boitempo, pp. 157-172.

BAUM, L.F. (2008 [1900]), The Wonderful Wizard of Oz. Project Gutenberg. Disponível em http://www.gutenberg.org/files/55/55-h/55-h.htm [consultado em 02-11-2014].

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2008), Projeto "SUAPE GLOBAL – polo provedor de bens e serviços para a indústria de petróleo, gás, offshore e naval. Recife: SUAPE.

GTDN (1967), *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste.* Recife: Sudene.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2000), CENSO 2000 – Dados do Universo. Disponível em www.ibge.gov.br [consultado em 10-11-2014].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2007), Contagem da População 2007. Disponível em www.ibge.gov.br [consultado em 10-11-2014].

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2010), CENSO 2010 - Dados do Universo. Disponível em www.ibge.gov.br [consultado em 10-11-2014].

LACERDA, N. (2011), Mercado Imobiliário de aluguel em áreas pobres e teoria das convenções. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. Disponível em http://www.ceci-br.org/ceci/br/noticias/611-novo-livro-do-ceci-mercado-imobiliario-em-areas-pobres-e-teoria-das-convencoes.html [consultado em 31-10-2014].

LACERDA, N., MELO, J. M. (2009), "Mercado Imobiliário Informal de Habitação na Região Metropolitana do Recife". In P. Abramo (ed.), *Favela e Mercado Informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras*, Porto Alegre: ANTAC, pp. 112-139.

SUGAI, M. I. (2009), "Há favelas e pobreza na 'Ilha da Magia'?". In P. Abramo (ed.), *Favela e Mercado Informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras*, Porto Alegre: ANTAC, pp. 162-199.

Portugueses e Imigrantes africanos: que relações interétnicas?

Manuel Carlos Silva
mcsilva2008@gmail.com

Resumo: Com base nos resultados de um inquérito aplicado junto de 2000 portugueses, formando uma amostra representativa em termos de profissão, sexo e idade, implementada entre 2001 e 2005 no distrito de Braga, a que acresceram algumas dezenas de entrevistas, esta comunicação visa, parafraseando os conceitos de Norbert Elias (1980), caracterizar e analisar as relações interétnicas entre portugueses autóctones ('estabelecidos') e imigrantes africanos ('forâneos'), as respectivas e mútuas representações entre uns e outros nos mais diversos campos (familiares, escolares e laborais). Este binómio "estabelecidos"- "forâneos" obriga contudo a envolver e entrelaçar os conceitos de etnia e classe e respectivas trajectórias nomeadamente em torno dos conceitos de reprodução e mobilidade social e suas respectivas teorias, assim como um outro que, traduzido por "subir na vida", pode implicar ora mudança de classe ora simples melhoria social. Na revisão das auto e heterorepresentações procurar-se-á analisar as percepções e atitudes face ao outro, ao diferente e aferir até que ponto existem, assumindo a distinção conceptual de Petigrew e Meertens (1995), formas de discriminação racial ou étnica ora mais flagrantes e brutais ora mais subtis e veladas e, em caso afirmativo, quais os lugares dessa discriminação, quais os estereótipos e representações, atitudes e práticas dos autóctones sobre os chamados PALOPS. Por fim, extrair-se-ão algumas conclusões relativamente ao estado destas relações interétnicas no distrito de Braga.

Palavras-chave: Portugueses, Imigrantes Africanos, relações interétnicas, Representações, Discriminação racial

Introdução: o problema

Neste texto é meu propósito caracterizar e analisar as relações interétnicas entre portugueses autóctones e imigrantes africanos, as respectivas e mútuas representações entre uns e outros nos mais diversos campos (familiares, escolares e laborais), o que obriga a fazer uma breve revisitação do conceito de representação social e aferir até que ponto as mútuas representações sociais entre os "estabelecidos" e os "outsiders" podem ser explicadas a partir dos conceitos de etnia e classe e respectivas trajectórias nomeadamente em torno do conceito de mobilidade social e de um outro que, traduzido por "subir na vida", pode implicar mudança de classe ou simples melhoria social. O conceito de representação social remete, com efeito, para imagens e sistemas de referência, formas de reprodução e categorização do pensamento em relação à realidade social com o objectivo de a compreender, interpretar e/ou explicar ou ainda para a classificar e/ou mesmo justificar ou contestar. Neste sentido a noção de representação não é unívoca, mas antes polissémica e detém uma diferenciada densidade explicativa em relação à realidade social, o que foi visível nas diferentes interpretações e força heurística e explicativa dada pelos vários fundadores da Sociologia e respectivas correntes de pensamento. Assim, enquanto para Durkheim (1974) as representações sociais, embora estejam ligadas a outros factos sociais e sejam elas próprias factos sociais, não são nem ideias inatas nem preexistentes nos indivíduos, à boa maneira kantiana, mas possuem determinadas propriedades inerentes à sociedade e universalmente consubstanciadas na designada consciência colectiva. Ou seja, enquanto elemento constituinte e determinante da realidade social, elas estruturam-se independentemente dos indivíduos e surgem a partir da sociedade para, seguidamente, se reproduzirem através do longo processo de socialização, posição esta partilhada por Parsons (1956).
Numa perspectiva oposta e até antagónica se situa a perspectiva marxista, segundo a qual as representações sociais pertencem à esfera do superestrutural e, como tal, são produtos ou elementos derivados da infraestrutura, com a particularidade de veicularem amiúde as ideias ou ideologias das classes dominantes expressas na arte

e cultura, na moral e na religião, na filosofia ou na política, entre outras (Marx e Engels 1976). É o ser social que determina a consciência e não o contrário. As representações sociais, as ideias e concepções presentes na consciência, assim como as ideologias só se poderão entender e explicar a partir da sua base material económica, do lugar objectivo das classes e dos indivíduos na vida económica e social. Releve-se, porém, que certos excertos de Marx e posições de Lukács (1967), Gramsci (1974) e Lefebvre (1977) e vários (neo) marxistas se afastam de qualquer abordagem monocausal, economicista ou mecânica, realçando a importância da consciência, da linguagem, dos processos de hegemonia e/ou, em contraponto com o racionalismo, revalorizando e contextualizando o senso comum não só em temos de conservação mas também de luta na vida quotidiana, na mudança e emancipação.

Numa perspectiva intermédia e plural podemos enquadrar a abordagem weberiana (Weber 1990). O conceito de representação é traduzido por ideia, concepção, mundividência (*weltaanchauwung*), a qual, comportando juízo de valor, correlaciona-se com a base económica material, a vida mundana e dos interesses, mas não é, contrariamente à visão corrente do marxismo, um simples reflexo desta mas um factor culturalmente significativo, relativamente autónomo e indutor de efeitos próprios. Num entendimento próximo ou convergente com a posição weberiana situa-se a perspectiva quer de Simmel (1977) quer, de certa maneira, Mead (1934) e Goffman (1989), numa abordagem interaccionista, e Schutz (1993) numa perspectiva fenomenológica. Quer para o interaccionismo quer sobretudo para a fenomenologia é dad**o** especial relevo às interacções e representações do 'senso comum' na vida quotidiana, ou seja, às capacidades de negociação, aos significados e às interpretações que os actores fazem das experiências no dia-a-dia.

Apesar de Weber (1978, 1990) se distanciar da interpretação marxista, não descura a ligação das concepções, culturas e mundividências dos respectivos interesses das classes/grupos sociais, designadamente em situação de poder e, nesta óptica, há elementos de continuidade com a perspectiva marxista Foi aliás nesta base de recuperação dialética da perspectiva marxista e weberiana que Bourdieu (1989) veio relevar a ideia nuclear da representação e do sistema simbólico como produto (*opus operatum*), no sentido marxista, mas igualmente como mecanismo produtor numa perspectiva mais weberiana (*modus operandi*), ambos mediados pelo *habitus,* enquanto sistema de disposições integrador das experiências passadas mas também como matriz de percepções e acções presentes ou futuras.

O tema das representações sociais tem vindo a ser particularmente desenvolvido teórica e empiricamente por psicólogos sociais, sendo de referir como incontornável o legado de Moscovici (1989), segundo o qual as representações sociais compreendem formas de conhecimento socialmente partilhado, provindo da conjugação das formas da realidade social e da construção e interpretação da mesma pelos próprios indivíduos e grupos sociais.

No nosso entender, as representações e mesmo as ideologias não podem ser desligadas das condições de vida objectiva em termos de pertença de género, étnica, de classe e, em particular, a fonte de rendimento, os processos de socialização e as correlativas atitudes e preferências inculcadas.

1. (Auto)representações: família, escola e profissão

Ao serem os inquiridos questionados sobre o modo como classificam a família onde nasceram as respostas foram sintetizadas no gráfico 1:

Gráfico 1: Autoclassificação das famílias de origem

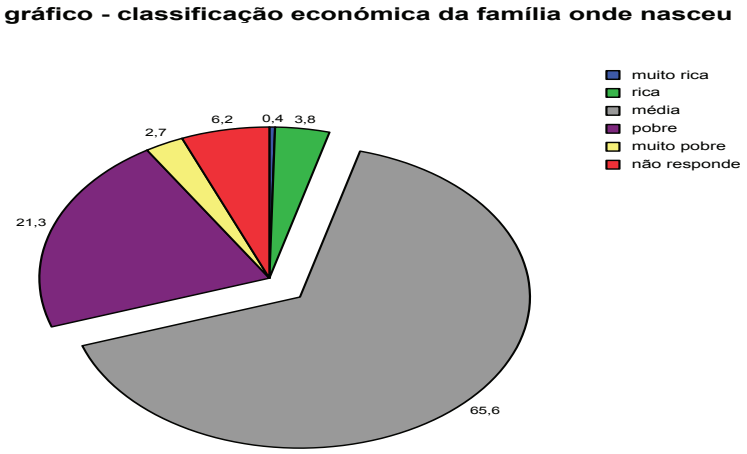

Fonte: ICDB, 2000-2005

Pelas respostas expressas no gráfico 1 pode inferir-se que, a par de respostas minoritárias a cada um dos dois extremos (4% "rica" ou "muito rica" *versus* 24.% "pobre ou "muito pobre"), o efeito classe média a que se referem diversos autores (Estanque 2005) tem aqui a sua confirmação, ou seja, 69% dos respondentes tendem a autoclassificar-se de "classe média". Estes resultados mostram as percepções em torno deste polissémico, ambíguo e mesmo equívoco conceito de 'classe média', o qual, enquanto termo inflacionado e espécie de grande 'saco', acaba por albergar grupos e categorias que, de modo estrito, pertencem a classes diferentes, tal como se pode comprovar no cruzamento da variável profissão e nas autorepresentações sobre a suposta identidade de grupo mais de referência que de pertença, aliás na tentativa de identificar-se e, se possível, 'colar-se' a posições intermédias e ser, como tal, vistos e considerados em termos estatutários:

Quadro 1: Autoclassificação da família de origem, por profissões

profissão presente	**Autoclassificação da família de origem**							
	Rica		**Média**		**pobre**		**total**	
	N	%	N	%	N	%	n	%
jornaleiro/operário/pescador	4	5,7	186	16,0	93	53,4	283	16,9
artesão/camponês pobre	-	-	14	1,2	23	12,9	37	2,2
lavrador médio/abastado	-	-	6	0,5	9	4,0	15	0,9
empregado/funcionário	27	35,1	466	40,2	104	47,5	597	35,6
trabalhador assalariado qualificado	12	17,1	153	13,2	50	14,5	215	12,8
profissional liberal/conta própria	22	31,4	83	7,2	17	4,3	122	7,3
pequeno empresário	3	4,3	38	3,3	9	4,0	50	3,0
médio/grande empresário	1	14,3	42	3,6	1	0,3	44	2,6
Reformado	-	-	26	2,2	69	33,3	95	5,7
Estudante	7	48,6	95	8,2	30	7,7	132	7,9
Doméstica	-	-	14	1,2	7	3,5	21	1,3
Desempregado	1	1,4	37	3,2	29	14,4	67	4,0
Total	77 (4,6)	100,0	1160 (69,1)	100,0	441 (26,3)	100,0	1678	100,0

Fonte: ICDB, 2000-2005

Tal como se pode verificar, há por parte dos empregados, funcionários e trabalhadores qualificados seja por conta doutrem, seja por conta própria, para além de médios e pequenos empresários, a tendência de autoclassificarem-se ao centro, embora haja parcelas destes grupos que se consideram ricos (entre 17% e 35%) e outros grupos/categorias menos significativas que se consideram pobres (4% e 23%). Por outro lado, no tocante aos jornaleiros, operários e pescadores, não obstante existirem 16% que afirmam situar-se em família de estrato médio, tendem, na sua maioria (53%), a autoclassificar-se de origem "pobre" ou "muito pobre", o que ocorre também na maioria dos reformados (73%). Os estudantes, por referência à sua família de origem, alguns autoordenam-se na situação intermédia (8%) ou pobre (8%) – sintomático da diversidade de origens sociais entre os estudantes do ensino superior – embora relevem o autoposicionamento nos estratos ricos (49%). Por fim, os desempregados, salvo 3% que se posicionam em categoria intermédia, autoclassificam-se de "pobres" ou "muito pobres".

Tal como Jenkins (1996) e Burawoy (1979) evidencia, a formação de grupo social e a categorização pelos próprios e pelos outros podem não coincidir, tal como aliás já vários clássicos da sociologia desde Marx (1975) e Mannheim (1976) a Weber (1978) o fizeram notar, nomeadamente na formação e na mobilização dos actores colectivos em termos de classe, a qual não é nem espontânea nem automática. Estas autorepresentações e autoclassificações são interessantes na medida em que, não obstante a dificuldade de delimitação entre o objectivo e o subjectivo, permitem, como o mostra Bourdieu (1980), contrastá-las com os dados de ordem mais objectiva, tal qual nos é dado nas respostas sobre as profissões passadas e presentes dos próprios e, embora com menor relevância, das dos seus pais.

Quadro 2: Autoclassificação da família de origem por profissão passada pai

profissão passada pais	Autoclassificação da família de origem							
	rica		Média		Pobre		Total	
	N	%	n	%	N	%	n	%
jornaleiro/operário/pescador	2	0,8	177	73,8	61	25,5	240	100
artesão/camponês pobre	-	-	23	42,6	31	57,4	54	100
lavrador médio/abastado	9	16,4	32	58,2	14	25,4	55	100
empregado/funcionário	10	6,2	129	79,6	23	14,3	162	100
trabalhador assalariado qualificado	14	20,0	52	74,3	4	5,7	70	100
profissional liberal/conta própria	6	13,6	35	79,5	4	5,7	44	100
pequeno empresário	1	2,3	38	88,4	4	9,4	43	100
médio/grande empresário	6	16,7	29	80,6	1	2,8	36	100
Reformado	-	-	1	100	-	-	1	100
Estudante	6	5,0	94	78,3	20	17,7	120	100
Doméstica	-	-	3	100	-	-	3	100

Fonte: ICDB, 2000-2005

Fazendo uma exposição sintética da distribuição das profissões dos próprios inquiridos, verifica-se que as representações são discrepantes face aos dados alegadamente objectivos da sua posição real em termos socioeconómicos, o que é aliás também reforçado pelos recursos educacionais possuídos e pelo lugar na organização, quando tratamos estes indicadores.[1]

1 O mesmo acontece se recuarmos na composição das profissões exercidas pelos pais dos inquiridos (cf. Anexo 9). Dos que responderam foi possível inferir que 52% exercem presentemente profissões assalariadas ou subalternas no caso dos pais-homens, às quais, se somarmos 23% dos reformados – dos quais a maioria terá exercido profissões assalariadas – elevar-se-ia acima dos 70% as classes objectivamente trabalhadoras por conta doutrem ou pequenas empresas por conta própria, sobretudo de cariz familiar. Tais dados serão

Uma outra dimensão a sublinhar nas auto-representações incidiu sobre quais os factores mais importantes para 'subir na vida'. Tendo sido solicitados a realçar dois dos factores apresentados numa lista que a seguir se enumera, as respostas distribuíram-se do seguinte modo, podendo nós pelo gráfico 2 identificar os dois factores mais importantes segundo os inquiridos:

Gráfico 2: 1.º factor mais importante par subir na vida (%)

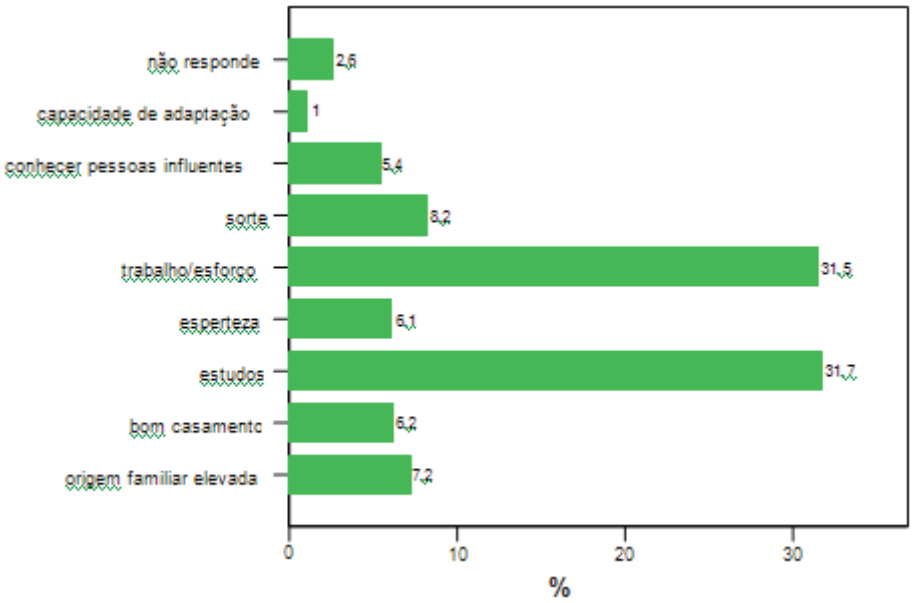

Fonte: ICDB, 2000-2005

Do gráfico 2 se infere e com larga margem sobre os demais que para 32% dos inquiridos o primeiro factor apontado como mais importante para 'subir na vida' resumia-se aos estudos, uma taxa seguida logo de perto por 31.5% de inquiridos que consideram o trabalho ou o esforço como o mais importante, o que confirma a centralidade do valor do trabalho, seja em relação ao presente, seja enquanto esforço para obter o melhor trabalho possível, o que implica investimento escolar. Ou seja, contrariamente celebrações pós-modernas em torno da valorização do prazer instantâneo do presente (cf. Maffesoli 1985) e/ou a desvalorização do trabalho, estas respostas denotam uma relevância fulcral atribuída à formação e ao trabalho como factores de avanço e progresso não só a nível geral mas também nas percepções subjectivas dos inquiridos, percepções estas cimentadas nas suas experiências e trajectórias já pessoais, já de amigos, parentes, vizinhos ou conhecidos. Embora em posições mais distanciadas, são de assinalar a "sorte" (8%), a origem familiar (7%), um bom casamento (6%), a "esperteza", as redes de relações sociais de interconhecimento ou influência (5%) designado por diversos autores como capital social desde Bourdieu (1980) a Putnam (1995). Já quanto ao segundo factor há algumas diferenças em relação ao primeiro, embora haja também algumas sobreposições, ainda que numa ordem diversa, tal como o mostra o gráfico 3:

---

também discrepantes com as autorepresentações e este dado tem influência no modo de categorizar os outros, nomeadamente os membros de minorias étnicas, neste caso os imigrantes africanos negros e sobretudo os ciganos, como mostramos noutra parte deste trabalho.

Gráfico 3: 2.º Factor mais importante par subir na vida (%)

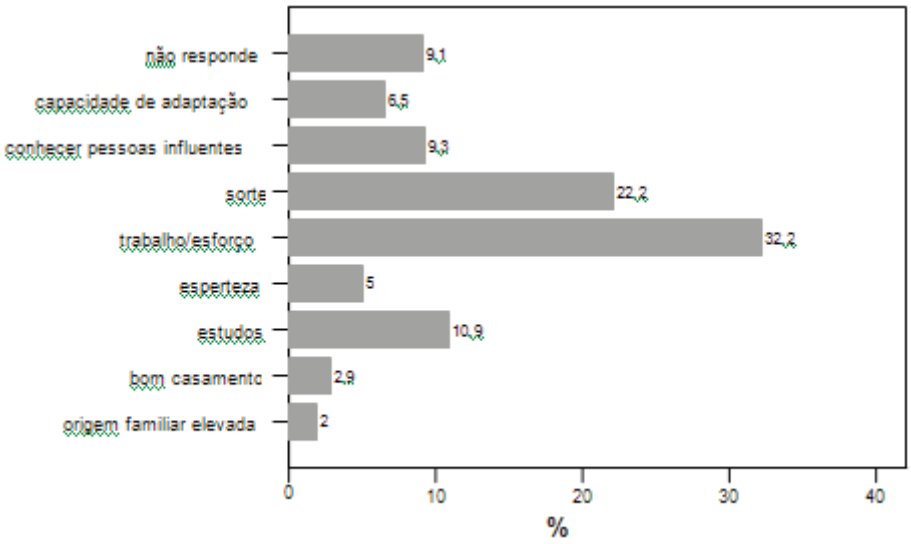

Fonte: ICDB, 2000-2005

O gráfico 3 mostra como o trabalho surge novamente e com destaque para 32% dos inquiridos como factor mais importante para 'subir na vida' e, em segunda posição, a 'sorte' com 22%, sendo os estudos relegados para terceiro lugar com 11%, resposta esta seguida de perto por "conhecer pessoas influentes" com 9%, um factor obviamente importante e denominado, como referimos, por Bourdieu (1979, 1980) como 'capital social', um termo algo impreciso na medida em que banaliza o conceito de capital e induz a fazer homologias com o capital económico que é de outra grandeza e impacto, pelo que seria mais apropriado para o conteúdo de capital social, tal como o fazem diversos autores transaccionalistas como Bailey (1969), Boissevain (1978) e outros como Silva (1998), utilizar o termo "conexões" sociais sob forma ora simétrica ora assimétrica.

2. Percepções, representações e discriminações face ao "diferente"

Questionados os inquiridos sobre quais os grupos que considera mais discriminados, foi possível apurar a seguinte distribuição de respostas:

Quadro 3: Grupos mais discriminados segundo sexo dos inquiridos

Os mais discriminados	Sexo			
	masculino		feminino	
	N	%	N	%
imigrantes africanos	**102**	**14,7%**	**92**	**10,9%**
ciganos	**258**	**37,1%**	**292**	**34,6%**
imigrantes africanos e ciganos	**150**	**21,6%**	**229**	**27,2%**
imigrantes de leste	**92**	**13,2%**	**138**	**16,4%**
negros em geral	**71**	**10,2%**	**72**	**8,5%**
outros cidadãos estrangeiros	3	0,4%	5	0,6%
portugueses	19	2,7%	15	1,8%
Total	695	100	843	100

Fonte: ICDB, 2000-2005

Não contabilizando os não respondentes – uma percentagem média de 21% entre homens e mulheres, a qual, embora não desprezável, não permite fazer qualquer ilação salvo a de não se pronunciarem – o grupo étnico que colhe mais opiniões no sentido de ser discriminado são os ciganos na óptica quer masculina (37%), quer feminina (35%). Se porventura adicionarmos a resposta que engloba imigrantes africanos e ciganos no mesmo patamar de maior discriminação, certamente que os ciganos constituem a minoria étnica vista como a mais discriminada, a qual somada conjuntamente com a opinião dos que consideram serem os ciganos e os imigrantes africanos os mais discriminados no olhar já dos homens (22%), já das mulheres (27%), virão a perfazer elevadas percentagens: para 59% dos homens e 53% das mulheres. Seguem-se os emigrantes de leste como os mais discriminados na perspectiva tanto dos homens (13%) como das mulheres (9%). Ainda que minoritários, surgem comentários em que se reconhece que ora os imigrantes africanos, ora outros imigrantes nomeadamente do Leste europeu, além de discriminados, não são reconhecidos no seu valor e qualificação: "*Os portugueses esquecem que também já houve grande êxodo de portugueses para o estrangeiro, nesta altura vem imigrantes altamente especializados e nós recebemos mal*" (mulher, 38 anos, licenciada, empresária).
Se considerarmos, porém, o conjunto das respostas (32% homens e 19% mulheres) que apontam os imigrantes africanos dos PALOP e os negros em geral como os mais discriminados, obtemos uma percentagem que supera a das opiniões afirmativas quanto à discriminação dos emigrantes do leste. No conjunto destas duas respostas não é possível distinguir se é mais a condição de imigrante se a cor da pele o elemento alvo de discriminação. A este respeito são vários os inquiridos e entrevistados a mencionar que, para além dos ciganos, são os imigrantes negros em Portugal os mais discriminados:

> "Muitos ciganos e/ou africanos merecem ser discriminados pois gostam de arranjar confusão em qualquer lado. Os portugueses por vezes tratam bem demais os imigrantes, só fazem algo que justifique" (homem,20 anos, 9º ano, empregado).

Relativamente aos imigrantes, há uma percepção predominante que eles são bem tratados de modo geral: "*Penso que genericamente os imigrantes são bem tratados, claro à excepção de algumas minorias, mas também são muito poucas*" (mulher, 22 anos, solteira, universitária). Mais, é pelo facto de serem bem tratados que os imigrantes continuam a entrar no país: "*Tratamo-los tão bem que não param de chegar ao nosso país"* (homem, 49 anos, 4ª classe, empregado). Alguns, não obstante serem por vezes objecto de ofensas verbais, relevam a situação e têm uma atitude compreensiva face ao "diferente" neste caso o imigrante africano negro:

> "No meu local de trabalho um africano agrediu-me verbalmente afirmando que não o queria atender, o que não era verdade…São todos iguais, apenas a cor, a língua é que muda, mas isso não quer dizer que sejamos diferentes" (mulher, 43 anos, 6º ano, artesã).

Residuais são as percentagens que apontam outros estrangeiros como discriminados. Alguns, porém, chegam a pronunciar-se no sentido de dizer que os discriminados são os portugueses, o qual pode ser lido como forma de expressar o sentimento de privação ou de se sentirem ou representarem socialmente mais relegados mesmo por oposição às próprias minorias étnicas ou nacionais. De resto alguns, dizem inclusivamente que "*eles é que discriminam*" e "*eles é que são todos racistas*", não tendo mesmo pejo em considerar que o racismo é mesmo necessário:

> "quem é discriminado são os portugueses, pois os pretos e os ciganos são racistas. Os portugueses tratam mal os imigrantes, porque não querem misturas…Ser africano é chunga, ser asiático é comer com paus, ser branco é excelente, ser negro é escuridão, ser cigano é mafioso, ser americano é ser o melhor, ser racista é necessário… Uma vez em Braga fui roubada por um preto à noite" (mulher, 29 anos,12º ano, empregada balcão a trabalhar 60 horas por semana!)

Uma das questões relevantes residia em saber o local onde as pessoas eram discriminadas, o que nos é dado constatar pelo seguinte quadro:

Quadro 4: Locais de discriminação

Locais de discriminação	Sexo			
	Masculino		feminino	
	n	%	n	%
na rua	**74**	**10,8%**	**96**	**11,4%**
no café/ bar	25	3,7%	21	2,5%
no comércio/ mercado	14	2,0%	16	1,9%
na própria residência	1	0,1%	3	0,4%
na escola	20	2,9%	41	4,9%
no local de trabalho	**136**	**19,9%**	**148**	**17,5%**
por todo o lado	**411**	**60,1%**	**516**	**61,1%**
outro local	3	0,4%	3	0,4%
total	684	100.0%	844	100,0%

Fonte: ICDB, 2000-2005

A este respeito os inquiridos, na sua grande maioria, não se esquivaram à pergunta, o que pressupõe que grande parte dos que não especificaram os grupos-alvo de discriminação deixam passar a ideia de que são discriminados quando se lhe coloca a questão relativa ao local de discriminação. De longe a maior parte dos inquiridos – 60% de homens e 61% de mulheres – emite a opinião de que as minorias étnicas ou nacionais, nomeadamente imigrantes, são discriminados "por todo o lado", o que pode dizer sê-lo sempre e em qualquer lado, mas pode também ser uma forma de preferir a resposta mais fácil e evasiva, para não dizer "em nenhum lado". Segue-se uma considerável percentagem de inquiridos que afirmam tal ocorrer no local de trabalho (20% de homens e 18% de mulheres), bem como na rua (11% homens e 11% mulheres) e outros, ainda que em menor expressão, na escola, no café, no local de residência ou no comércio.

Quadro 5: Opinião em relação aos PALOP (ex-colónias)

Opinião face aos PALOP (ex-colónias)	Sexo			
	masculino		feminino	
	n	%	n	%
são países estrangeiros como quaisquer outros	**254**	**28,3%**	**256**	**25,6%**
são países irmãos com uma linguagem comum	**498**	**55,4%**	**545**	**54,4%**
são a grandeza passada de Portugal	**87**	**9,7%**	**130**	**13,0%**
são um equívoco e embaraço históricos	40	4,4%	34	3,4%
são a nostalgia de um regresso	6	0,7%	22	2,2%
deviam ser orientados pelos portugueses	14	1,6%	14	1,4%
total	899	100,0%	1001	100,0%

Fonte: ICDB, 2000-2005

Um interessante e indirecto modo de olhar dos portugueses autóctones sobre os imigrantes africanos consistirá em saber como é que vêem os novos países independentes donde são originários os imigrantes africanos negros, para o que nos socorremos das respostas dadas e expressas no quadro 5, diferenciando as respostas por sexo dos respondentes. Tal como se pode ver, predomina a posição bem marcada de os países africanos de língua oficial portuguesa serem vistos como "países irmãos" para 55% de homens e 54% de mulheres inquiridas, seguidas de uma opinião aparentemente neutra e pragmática, por parte de 28% de homens e 26% de mulheres que consideram as ex-colónias e hoje países independentes como países estrangeiros como quaisquer

outros. Em terceiro plano, estão as atitudes mais passadistas, por parte de 10% de homens e 13% de mulheres que ainda vêem as "ex-colónias portuguesas como a "grandeza passada de Portugal" e/ou "a nostalgia de um regresso" e, por outro, num posicionamento mais frio e menos eufemístico para não dizer amiúde retórico, países estrangeiros a serem vistos como qualquer outro, deixando de parte quer os lados afectivos, quer ideias paternalistas ou neocoloniais: "*Estes países, antes de lá chegarem os portugueses, não eram nossos, por isso são países estrangeiros como quaisquer outros, porque nunca foram nossos*" (agricultor, 69 anos).
Embora residual, são de anotar opiniões que formam ainda resquícios passadistas de tratamento dos países africanos e seus cidadãos como menores de idade que devem ser tutelados e "educados" e "orientados" pela antiga metrópole, chegando alguns a comentar de modo algo contraditório: "*ser cigano é péssimo, mas ser africano é mau, mas ser racista é vergonhoso*" para logo acrescentar, quanto à descolonização, "*ela foi a desgraça de muita gente*" (mulher, 27 anos, 12º ano). Neste entendimento há a diferenciar os que consideram que a "desgraça" foi devida à política colonial e teimosia de Salazar e os que atribuem os problemas ao modo e os que consideram que tal se devia ao modo como foi feita a descolonização no pós 25 de Abril. Entre os primeiros são de realçar algumas das expressões emitidos por cidadãos mais críticos e mesmo responsáveis institucionais como, por exemplo, um comissário da polícia duma das esquadras a nível municipal:

> "Acho que Portugal, se não houvesse colónias, se teria desenvolvido muito mais. Andamos preocupados com outros povos e esquecemos o nosso país. Por outro lado, não sei até que ponto teríamos o direito de nos apropriarmos de terra onde já viviam outros povos" (comissário da polícia)

Outros, porém, atribuem a situação ao próprio processo de descolonização: "*Nós estamos mal e com tanta gente a vir de África, porque a descolonização foi mal feita*" (operário, 6ª classe).
Uma vez tida uma ideia panorâmica geral sobre o modo como os portugueses olham as ex-colónias, hoje países independentes, é certamente interessante correlacionar as opiniões pelas profissões dos respondentes, o que nos é dado no quadro 31:

Quadro 6: Opinião sobre as ex-colónias – hoje PALOP – por profissão

Profissão Presente	**Opinião relativamente às ex-colónias**												**total**	
	países estrangeiros como quaisquer outros		países irmãos com uma linguagem comum		grandeza passada de Portugal		equívoco/ embaraço históricos		nostalgia de um regresso		deviam ser orientados pelos portugueses			
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
jornaleiro/ operário/pescador	92	33	137	**49,1**	33	11,8	10	3,6	6	2,2	1	0,4	27	100
artesão/caseiro/ camponês pobre	10	**28,6**	17	**48,6**	7	20,0	1	2,9	-	-	-	-	35	100
lavrador médio/ abastado	5	**33,3**	5	33,3	5	**33,3**	-	-	-	-	-	-	15	100
empregado/ funcionário	158	**27,6**	329	**57,4**	61	10,6	20	3,5	3	0,5	2	0,3	573	100
trabalhador assalariado qualificado	47	22,3	129	**61,1**	17	8,1	9	4,3	7	3,3	2	0,9	211	100
profissional liberal/conta própria	26	23,2	66	**58,9**	8	7,1	8	7,1	4	3,6	-	-	112	100

pequeno empresário	15	**33,3**	22	**48,9**	6	13,3	-	-	1	2,2	1	2,2	45	100
médio/grande empresário	10	23,3	25	**58,1**	8	18,6	-	-	-	-	-	-	43	100
Reformado	19	19,4	63	**64,3**	13	13,3	1	1,0	-	-	2	2,0	98	100
Estudante	34	23,3	84	**57,5**	9	6,2	15	10,3	1	0,7	3	2,1	14	100
Doméstica	4	19	8	38,1	6	**28,6**	1	4,8	2	9,5	-	-	21	100
Desempregado	8	11,6	50	**72,5**	8	11,6	-	-	-	-	3	4,6	69	100
total	428	26	935	56,8	181	11	65	3,9	24	1,5	14	0,9	1647	100

Fonte: ICDB, 2000-2005

Por grupos socio-profissionais mantém-se como saliente a ideia de "*países irmãos com uma linguagem comum*" como a caracterização dominante entre os grupos sócio-profissionais mais representativos – empregados/funcionários (35%), profissionais qualificados por conta própria e contra doutrem (21%) e operários, jornaleiros e pescadores (15%), opinião esta partilhada, embora com menor expressão, por estudantes (9%), reformados (7%) e desempregados (5%). No entanto, também é marcante entre os mesmos grupos a ideia de as ex-colónias serem hoje vistas, em primeira instância, como países como quaisquer outros: para 37% de empregados/funcionários, 22% de jornaleiros, operários e pescadores, 17% de profissionais qualificados, 8% de estudantes e 4% de reformados.

Questionados sobre quais os principais medos que afligem os inquiridos, as respostas distribuíram-se do seguinte modo:

Quadro 7: Distribuição dos principais tipos de medos, por sexo

Maiores medos	**Sexo**			
	masculino		**feminino**	
	n	%	n	%
ser assaltado/atacado por africanos/negros	70	3,5%	72	3,6%
ficar sem trabalho	**524**	**26,0%**	**582**	**28,8%**
ser assaltado/atacado por ciganos	62	3,1%	82	4,1%
ficar sem meios para sobreviver	**493**	**24,4%**	**539**	**26,7%**
ser mal tratado por um bando	69	3,4%	86	4,3%
ficar doente	**611**	**30,3%**	**696**	**34,5%**
ter conflitos raciais	28	1,4%	30	1,5%
perder o cônjuge	178	8,8%	162	8,0%
separar-me da família	367	18,2%	447	22,2%
perder a cultura portuguesa	25	1,2%	18	,9%
não conseguir dar um futuro aos meus filhos	270	13,4%	298	14,8%
não responde	76	3,8%	73	3,6%

Fonte: ICDB, 2000-2005

Das respostas dadas ressaltaram três grandes tipos de medos, angústias ou preocupações: um primeiro relacionado com a ocorrência de doença grave (30% por homens e 35% por mulheres), desemprego (26% e 29% respectivamente), problemas de subsistência provocada por meios ou recursos mínimos (24% e 27% respectivamente) – se associados estes dois *itens*, dada a sua conexão, perfariam no total 50% por parte dos homens e 56% por parte das mulheres), tornando-se assim o medo mais saliente – e, por fim, um terceiro tipo de medos relacionados com problemas familiares (separações, não conseguir bom futuro para os filhos, perder o cônjuge), os quais somam 40% por homens e e 45% por mulheres.

Em relação aos medos reais ou imaginários no quadro do relacionamento interétnico, pelas respostas dadas não resulta haver medos significativos em relação a membros das minorias étnicas, embora sejam de registar, embora com pouca expressão, os medos de ser assaltado/a ora por negros ora por ciganos (entre 3% e 4% quer por homens quer por mulheres). A este respeito é de reter as seguintes respostas quando colocados os inquiridos perante a questão se têm medo quando passam ora por um grupo de africanos-negros, sentimento este diferenciado por sexo:

Quadro 8: Sentimento de medo face a africanos negros, por sexo

Medo ao passar por grupo de africanos/negros	Sexo			
	Homens		mulheres	
	n	%	n	%
Sim	**168**	**17,5**	**253**	**24**
Não	**762**	**79,4**	**778**	**73,5**
não responde	30	3,1	27	2,6
Total	960	100,0	1058	100,0

Fonte: ICDB, 2000-2005

Como se pode ver, a maior parte dos inquiridos e entrevistados não denotam medo face a africanos negros, tal como o refere, entre outros, um dos respondentes:

> "Já convivi com um negro, já vi negros a trabalharem, e outros não, tenho sido respeitado tanto por negros como por ciganos. Eu não tenho medo de negros nem ciganos, mesmo que estejam em grupo. Claro também eu não estou imune de ser assaltado mas nada me diz que isso vai acontecer com um grupo de ciganos" (polícia, 40 anos).

Se a maior parte não denota qualquer receio face aos imigrantes africanos negros, há, porém, uma percentagem de 18% dos homens e 24% das mulheres inquiridas que referiram "ter medo" ao passar por um grupo de africanos, o que, não sendo elevadas estas percentagens, são-no algo mais quando comparadas com as respostas dadas no quadro de relações mais diádicas e de tipo atomístico. Ou seja, o factor da presença de negros em grupo criam sentimento de insegurança e medo maior do que tomados individualmente cada um per si. A onda de migrações, nomeadamente as provindas de África, tem suscitado comentários de ressabiamento, pois, no entender de um empregado à boa maneira minhota: "*Estamos a ser embadidos (=invadidos) com imigrantes*" (homem, 35 anos, 12º ano, empregado).
Se prescindirmos da variável sexo e compararmos os medos de portugueses não ciganos face a ambas as minorias étnicas, encontramos o seguinte resultado:

Quadro 9: Medo ao passar por grupo de africanos/negros e ciganos

Medo ao passar por grupo de africanos negros ou de ciganos	Avaliação			
	africanos negros		ciganos	
	n	%	n	%
Sim	**421**	**21,5**	**700**	**36,8**
Não	**1540**	**78,5**	**1200**	**63,2**
subtotal	1961	100,0	1900	100,0
não responde	57	(2,8)	118	(5,8)
total	2018		2018	

Fonte: ICDB, 2000-2005

Como se pode ver, independentemente do sexo, considerados os dois grupos – negros, por um lado e ciganos, por outro – 78.5% respondem não sentir medo perante um grupo de negros *versus* 21.5% que revelam ter medo. Assim, a par de posicionamentos de cidadãos mais assertivos e denotativos de não terem medo, seja de negros seja de ciganos, outros há, porém, que manifestam receio que face aos ciganos se eleva algo mais. Não obstante haver 63% que dizem não ter medo, eleva-se para 37% a percentagem dos que confessam ter medo, sempre que encontram no seu percurso um grupo de ciganos. Comparadas estas respostas com outras dadas perante a pergunta se tinham medo de ser assaltados ou agredidos/as, estas são reveladoras da diferença relevante do facto de os africanos e sobretudo os ciganos estarem sós ou em grupo, percebendo a presença em grupo como uma situação mais ameaçadora dos respectivos grupos. Assim, tendo sido de novo questionados sobre a razão dos medos, evidencia-se tratar-se mais de medos imaginários, imaginados ou veiculados por outrem do que por experiência própria, como se pode ver pelo quadro 10.

Quadro 10: Razões dos medos face a grupos de africanos

Razões dos medos	Sexo			
	Masculino		Feminino	
	n	%	n	%
porque já me fizeram mal	**8**	**4,6**	**8**	**3,1**
porque já fizeram mal a familiares meus	**57**	**32,9**	**54**	**21,4**
amigos e conhecidos já tiveram experiências negativas com eles	20	11,6	29	11,6
porque ouvi falar de más experiências com africanos	14	8,1	32	12,7
ouvi falar de más experiências, mas nunca fui mal tratado	**70**	**40,5**	**120**	**47,6**
outra razão	4	2,3	9	3,6
subtotal	173	100,0	252	100,0
não responde	28	13.9	30	10,6

Fonte: ICDB, 2000-2005

Tendo em conta a amostra, foi bastante reduzido o número dos respondentes, tendo em conta a maior parte ou se absteve de dar opinião ou simplesmente não se aplicava por não terem qualquer contacto. Todavia respostas dadas permitem, apesar de tudo, ter uma percepção sobre as razões dos medos. Com efeito, se, por um lado, são referidas experiências negativas por parte do respondente ou outras havidas com familiares (37,5%% de homens e 24.5% de mulheres) e outras com menor expressão por parte de amigos e conhecidos (11,6% e 24% respectivamente), uma parte considerável de respondentes "*ouviu falar de más experiências*" ou "*ouviu falar de más experiências mas nunca foi maltratado"* (40.5% de homens e 47,6% de mulheres).
Confrontando os medos imaginados, sentidos e ouvidos e a realidade de ter sido vítima efectiva de assalto ou agressão e discriminação directa em sentido forte, o gráfico 4 dá conta duma discrepância entre o ouvido/imaginado e a realidade factual, quando questionados se foram vítima de actos concretos de discriminação racial por parte dos negros africanos ou por ciganos:

Gráfico 4: Vitima de discriminação racial

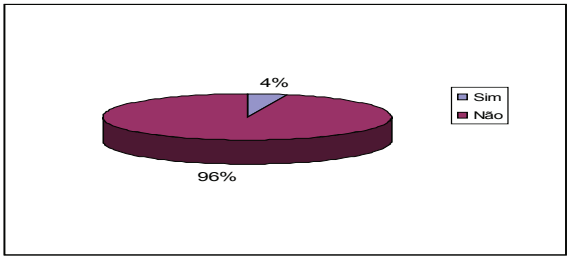

Fonte: ICDB, 2000-2005

Não levando em linha de conta as não respostas (5%), é surpreeendente o relativo contraste entre as respostas pouco expressivas de discriminação racial, que se fica por 4% contabilizando homens e mulheres numa média de 2% cada uma das categorias: "*já sofri discriminação nas escolas e nas repartições publicas em França.. Mas aqui tive uma experiência negativa com negros e deixei mesmo de ir ao trabalho duas semanas*" (homem, curso médio, pequeno empresário construção). Porém, ressalvando este e outros casos excepcionais e não levando em linha de conta as não respostas, ressalta e de modo esmagador que 96% dos inquiridos, sendo largamente maioritárias e significativas, afirmam nas respostas não terem sofrido discriminação racial.

3. A dimensão axio-cultural-simbólica

A dimensão cultural simbólica constitui é imanente a qualquer sociedade, o que, independentemente do peso heurístico e explicativo que lhe é atribuído pelas diferentes correntes, significa que não há sociedade sem cultura e um feixe de significados simbólicos. Um importante aspecto a analisar é o que se prende com o olhar dos portugueses não ciganos quer sobre os africanos negros quanto a determinadas afirmações denotativas ou sintomáticas de valores e as correspondentes semelhanças ou diferenças entre ambos os grupos em análise – os da maioria e o da minoria (negros africanos):

Quadro 12: Avaliação dos africanos negros por autóctones não ciganos

Afirmações sobre os africanos negros em termos de valores	Avaliação						Total	
	diferentes		parecidos		não sabe/ não responde			
	N	%	n	%	n	%	n	%
Os negros relativamente aos valores são, em relação aos portugueses:	1122	**55,6**	611	30,2	285	14,1	2018	100
Os negros relativamente aos modos de educar os filhos são, em relação aos portugueses:	932	**46,2**	742	36,8	344	17,1	2018	100
Os negros relativamente às crenças e práticas religiosas são, em relação aos portugueses:	1148	**56,9**	515	25,6	355	17,6	2018	100
Os negros relativamente aos comportamentos sexuais são, em relação aos portugueses:	587	29,1	738	36,6	693	34,3	2018	100
Os negros relativamente à língua são, em relação aos portugueses:	679	33,6	1055	**52,3**	284	14,1	2018	100
Os negros relativamente à honestidade são, em relação aos portugueses	552	27,3	1029	51,0	437	21,6	2018	100
Os negros relativamente às atitudes perante a vida e a morte são, em relação aos portugueses:	763	**37,8**	694	34,4	561	27,8	2018	100
Os negros relativamente ao comportamento em sociedade são, em relação aos portugueses:	899	**44,6**	845	**41,9**	274	13,6	2018	100

Fonte: ICDB, 2000-2005

Destes resultados é possível inferir que a maioria dos inquiridos – sejam homens, sejam mulheres – tende a considerar os negros diferentes ou muito diferentes em relação aos portugueses no que concerne os valores (56%), os modos de educar os filhos (46%), as práticas religiosas (57%) e, ainda que em percentagens menos significativas, no que concerne as atitudes perante a vida e a morte (38%), os comportamentos em sociedade (38%), a língua (34%), os comportamentos sexuais (29%) e a honestidade (27%). São sublinhadas amiúde em relação aos negros africanos algumas qualidades ou virtudes tais com a música, as danças, a unidade familiar e o respeito pelos mais velhos, tal como o refere um comissário da polícia:

> "o que me desperta mais a atenção nos negros africanos são a música e danças negras, a união familiar, o pouco valor dado ao material e o respeito pelos mais velhos. De resto, em relação aos 'valores' eles são parecidos. Nos 'modos de educar os filhos' eles dão mais liberdade, mas são parecidos. Crenças e práticas religiosas são parecidos' e nas práticas sexuais não faço a menor ideia, são diferentes".

Constatam-se todavia atitudes fortemente hostis quer em relação aos africanos, quer em relação aos ciganos:

> "Os africanos negros não têm nada de parecido com os brancos. Deviam ir todos para a África. Os ciganos estão a ocupar espaço que podia ser usado pelos portugueses. Eles têm um modo de vida muito estranho e fora do normal (p,m, 65 anos, analfabeta, viúva, reformada)

Se em relação aos ciganos as atitudes são mais hostis (cf. Silva e S.Silva 2002), j*á, porém, em relação aos africanos, em termos de trabalho, as percepções não são negativas ou tão negativas como face aos ciganos, tal como, entre outros o manifestou um empresário:*

> "Os negros esses ainda trabalham, os ciganos não. Esses vivem da droga, eu não digo que sejam todos, mas são uma grande maioria" (p, h, c, 41, 9º, médio empresário)

Uma forma de testar as atitudes e eventuais estereótipos ou preconceitos consistiu em questionar os inquiridos sobre como se comportariam ou reagiriam quando colocados face a certa situação ou se a presença, a proximidade ou mesmo a posição de autoridade técnica ou política de um cidadão, ora negro, ora cigano o incomodaria ou, pelo menos, não gostaria que acontecesse:

Quadro 13: Situações que provocariam incómodo

Situações	Não gostaria que acontecesse		Não provocaria incómodo	
	n	%	n	%
O que pensa de um negro tornado cidadão português	101	5,0	1918	95,5
O que pensa de um negro sentado a seu lado	63	3,1	1965	65,9
O que pensa de um negro tornar-se namorado(a) da sua (seu) filha(o)	453	**22,4**	1565	77,6
O que pensa de um negro ter relações sexuais com a sua(seu) filha(o)	565	**28,0**	1473	72,0
O que pensa de um negro casar com a sua (seu) filha(o)	583	**28,9**	1435	71,1
O que pensa de um negro ser pai (mãe) dos seus netos	492	**24,4**	1526	75,6
O que pensa de um negro ser seu chefe no trabalho	159	7,9	1859	92,1
O que pensa de um negro ser seu médico	102	5,1	1916	94,9
O que pensa de um negro ser seu presidente da Câmara	131	6,5	1887	93,5
O que pensa de um negro ser juíz de um caso que lhe diz respeito	152	7,5	1866	92,5
O que pensa de um negro ser um agente da polícia	105	5,2	1913	94,8
O que pensa de um cigano ser tornado cidadão português	188	9,3	1850	90,7
O que pensa de um cigano sentado a seu lado	266	13,2	1752	86,8
O que pensa de um cigano tornar-se namorado(a) da sua (seu) filha(o)	753	**37,3**	1265	62,7

O que pensa de um cigano ter relações sexuais com a sua (seu) filha (o)	887	**44,0**	1131	56,0
O que pensa de um cigano casar com a sua (seu) filha(o)	947	**46,9**	1071	53,1
O que pensa de um cigano ser pai (mãe) dos seus netos	876	**43,4**	1142	56,6
O que pensa de um cigano ser seu chefe no trabalho	558	27,7	1460	72,3
O que pensa de um cigano ser seu médico	391	19,4	1627	80,6
O que pensa de um cigano ser seu presidente da Câmara	429	21,3	1589	78,7
O que pensa de um cigano ser juíz num caso que lhe diz respeito	403	20,0	5	80,0
O que pensa de um cigano ser um parente próximo	390	19,3	1628	80,7
O que pensa de um cigano ser um agente da polícia	356	17,6	1662	82,4
total	2018	100,0	2018	100,0

Fonte: ICDB, 2000-2005

Entre as respostas mais expressivas e denotativas da vontade de distanciamento e mesmo de afastamento são de salientar as hipotéticas situações de destaque socio-profissional ou político (polícia, médico, juiz, presidente da Câmara) por parte do negro e na sociedade em margens percentuais entre 5% e 29% - as quais "não gostaria que acontecessem" ou "não lhe provocariam incómodo", o que mostra um relativo grau de tolerância ou simplesmente porque denotaria uma de duas hipóteses de raciocínio: ou porque acham que os imigrantes negros e sobretudo os ciganos simplesmente não obteriam tal estatuto ou porque, se o obtivessem, já não são se comportariam como os demais negros ou ciganos e, portanto, poderiam já estar aculturados. Já, porém, no tocante a relações de intimidade sexual e sobretudo situações de parentesco e sobretudo filiação por parte de seus filhos/as com negros, aí as percentagens elevam-se entre 22% e 29% em relação aos negros, denotando não gostar que acontecesse e mostrando mesmo incómodo por esse motivo. Procurando saber quais as características consideradas típicas dos imigrantes negros africanos por parte da maioria, o quadro 14 *dá-nos um retrato geral dessas representações:*

Quadro 14: Características típicas dos imigrantes africanos atribuídos pela maioria

Características típicas	**respostas**						**Total**	
	muito/ razoavelmente		**pouco/ nada**		**não sabe/não responde**			
	n	%	N	%	n	%	n	%
Os imigrantes africanos/negros são unidos/ solidários	1478	**73,2**	173	8,5	367	18,1	2018	100
Os imigrantes africanos/negros são preguiçosos	1017	50,4	517	25,7	484	23,9	2018	100
Os imigrantes africanos/negros são alegres	1470	**72,9**	215	10,6	333	16,5	2018	100
Os imigrantes africanos/negros são desonestos	560	27,7	798	39,5	660	32,7	2018	100
Os imigrantes africanos/negros são livres	1123	54,7	403	20	492	24,4	2018	100
Os imigrantes africanos/negros são fisicamente fortes	1155	**57,2**	486	24,1	375	18.5	2018	100
Os imigrantes africanos/negros são inteligentes	1069	53	429	21,3	520	25,8	2018	100
Os imigrantes africanos/negros são selvagens	748	37,1	718	35,6	552	27,4	2018	100

Os imigrantes africanos/negros são agressivos	774	38,4	773	38,3	471	23,3	2018	100
Os imigrantes africanos/negros são maliciosos	624	30,9	754	37,3	640	31,7	2018	100
Os imigrantes africanos/negros são mentirosos/ falsos	633	31.3	717	35,5	668	33,1	2018	100
Os imigrantes africanos/negros são impulsivos	991	**49,1**	452	22,4	575	28,5	2018	100
Os imigrantes africanos/negros são vingativos	801	40,2	568	28,1	639	31,6	2018	100

Fonte: ICDB, 2000-2005

Questionados os inquiridos sobre como vêem os africanos negros, em termos de atributos de personalidade, as respostas admitiam quatro variantes de classificação – muito, razoavelmente, pouco, nada – acabamos por juntar o 'muito' e o 'razoavelmente' num subconjunto e o pouco/nada num outro subconjunto. Nesta operação de agregação podemos obter uma ideia mais geral sobre como é que os autóctones não ciganos classificam os diferentes atributos que lhes foram equacionados. Se traços dos africanos como "solidários e unidos", "alegres" e, em menor medida, "livres" e 'fisicamente fortes' vistos como atributos positivos colhem percentagens elevadas (entre 57% e 73%), outros como o de 'inteligentes', sendo avaliados como traços mais elevados, já não o são tanto em relação aos africanos negros ficando-se estes, a partir dum olhar étnico eurocêntrico, num lugar não cimeiro mas intermédio em termos de inteligência com 53% mas, no contraponto e em percentagens aproximadas a estas são também vistos, nesse mesmo olhar, como 'preguiçosos' (50%), impulsivos (49%) e, em menor medida, 'vingativos' (40%), 'agressivos' (38%), 'selvagens' (37%), 'mentirosos' (31%) e 'falsos' (31%). Refiram-se, entre outros, as seguintes afirmações: *"Os pretos são uns gajos raivosos, nunca me dei bem com eles, só quando estive em Lisboa a trabalhar e porque fui obrigado"* (mulher, 42 anos, 4ª classe); *Não gosto muita das pretas, acho que é uma raça muito porca. Não gosto mesmo nada das pretas"* (mulher, 42 anos, 4ªclasse).

> "Os africanos são patologicamente rancorosos e os negros historicamente rancorosos… Há alguns anos atrás quando convivi com grupos de africanos, notei que eles têm um rancor escondido" (homem, 37 anos, licenciado, professor de música no passado e actualmente operário especializado).
> "Os negros são complexados e não gostam de trabalhar, geralmente são as mulheres que trabalham, eu fiz serviço militar em Moçambique e era isso que eu via" (homem, 83 anos, 4º, reformado).

Desta visão não partilham outros cidadãos inquiridos, para quem os negros, desde que os deixem em paz, não se imiscuem nem incomodam outros cidadãos. Tal convicção é partilhada, por exemplo, por um juiz, relatando uma experiência sua concreta em Lisboa:

> Não me senti incomodado, até porque eu vivi em Lisboa até aos trinta anos. Andava muitas vezes à noite no Bairro Alto e nunca me incomodaram. Ainda há pouco, há quatro ou cinco anos, lembro-me de uma noite que entrei no metro... (já saí de Lisboa há 16 anos e sair à noite em Lisboa era uma coisa que já não fazia há muito tempo) e andei de metro por volta da meia-noite, e eu era o único branco que andava no metro, que levava bastante gente, e achei muito engraçado porque dois deles iam ao fundo da carruagem com um daqueles rádios muito grandes, iam a dançar, e ninguém me incomodou.

Se procuramos saber como é que os portugueses se autoclassificam em termos de categorias típicas ou mais marcantes, chegamos ao registo das características positivas em relação a si próprios como endogrupo:

Quadro 15: Características típicas dos portugueses atribuídas pela maioria

Características Típicas	Respostas						total	
	muito/ azoavelmente		pouco/nada		não sabe/não responde			
	n	%	N	%	N	%	n	%
Os portugueses são unidos/solidários	1331	66,0	522	25,8	165	8,2	2018	100
Os portugueses são preguiçosos	907	44,9	878	43,5	233	11,5	2018	100
Os portugueses são alegres	1640	**81,3**	229	11,4	149	7,4	2018	100
Os portugueses são desonestos	688	34,1	1003	**49,7**	327	16,3	2018	100
Os portugueses são livres	1350	**66,9**	447	22,2	221	10,9	2018	100
Os portugueses são fisicamente fortes	1529	**75,7**	325	16,1	164	8,2	2018	100
Os portugueses são inteligentes	1685	**85,5**	128	6,3	205	10,2	2018	100
Os portugueses são selvagens	321	15,9	1358	**67,3**	339	16,8	2018	100
Os portugueses são agressivos	439	21,8	1258	**62,3**	321	15,9	2018	100
Os portugueses são maliciosos	669	33,2	987	48,9	362	17,9	2018	100
Os portugueses são mentirosos/falsos	538	26,7	1058	**52,4**	422	20,9	2018	100
Os portugueses são impulsivos	775	38,4	862	42,7	381	18,9	2018	100
Os portugueses são vingativos	556	27,6	1061	**52,6**	401	19,9	2018	100

Fonte: ICDB, 2000-2005

Numa espécie de autoavaliação, os portugueses emitem juízos francamente positivos, contabilizando as percentagens acima de 70%, designadamente entre 70% e 86%, vemos que os portugueses são vistos pelo próprios inquiridos portugueses como inteligentes, alegres, fisicamente fortes, livres. Já, porém, quanto a atributos negativos ou pejorativos tais como desonestos, mentirosos/falsos, maliciosos, vingativos, agressivos ou impulsivos ou ainda selvagens, as percentagens descem drasticamente para 38% a 16%. Estes dados vão de encontro a diversos estudos em que o endogrupo tende a valorizar-se positivamente e o exogrupo – neste caso africanos-negros, por um lado, e ciganos, por outro, a serem desvalorizados:

> "os portugueses tratam bem os imigrantes porque lhes dão trabalho e comida…Ser português é ser trabalhador, mas ser africano é não ter objectivos na vida, ser imigrante é ser doloroso, ser negro é ser pacato, ser cigano é ser violento, ser racista é discriminar" (mulher,curso médio, pequeno empresário construção).

Outros atribuem as eventuais más relações inter-étnicas à incapacidade das minorias em desempenhar os seus papéis à altura dos portugueses considerados melhores: "*Há más relações entre grupos étnicos porque somos melhores que eles e eles vêm tirar o emprego a outras pessoas*" (homem,37 anos, 9º ano, empregado); "*Somos um povo hospitaleiro, por algum motivo adquirimos essa fama*" (mulher, 22 anos, universitária).

A situação nem sempre obedece a pressupostos de um etnocentrismo consciente e elaborado mas é amiúde resultante do facto de as pessoas que de alguma forma se sentirem economicamente mais afectadas ou vulneráveis à pobreza, nem sempre relacionando a sua situação com as causas estruturais da mesma, tal como o exprime um vendedor entrevistado:

> "Acho que somos simpáticos e acolhedores, sem dúvida nenhuma. Quanto a sermos racistas, só passando por elas é que se sabe. Às vezes o facto de sermos pobres ou andarmos mal vestidos já é motivo para discriminação social" (homem, vendedor).

Não obstante a presença histórica secular dos portugueses nas ex-colónias e, entre 1961 a 1974 terem vivido com os nativos africanos, ainda que em experiências do teatro de guerra e, sobretudo após essa data, terem aumentado as possibilidades de convívio entre imigrantes dos PALOP e as populações portuguesas, o gráfico 5 *dá-nos conta do desconhecimento dalgumas tradição negra/africana:*

Gráfico 5: Conhecimento dalguma tradição negra/africana

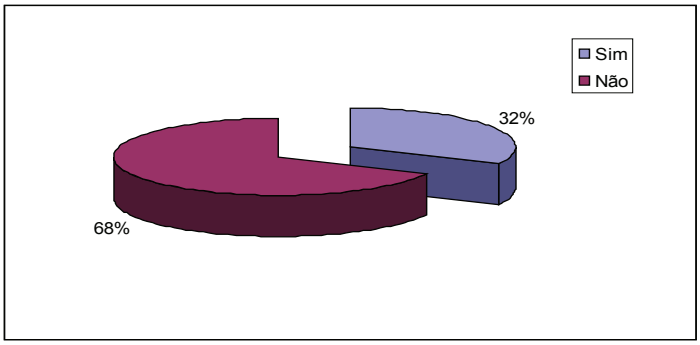

Fonte: ICDB, 2000-2005

Tal como se pode ver, 68%, ou seja, mais de dois terços dos portugueses não têm qualquer conhecimento das culturas tradicionais dos negros africanos. Por outro lado, é em diversos narrativas de portugueses sobre africanos e sobretudo sobre os negros a necessidade de mudar e moldar a cultura dos residentes estranhos:

> "Eu acho que os portugueses querem mudar a cultura dos negros e têm um sentimento de superioridade em relação a eles. Por outro lado, os negros têm um estilo de vida completamente diferente do português. E quanto aos ciganos, os portugueses não conhecem a cultura cigana e os ciganos também não se comportam de acordo com a nossa cultura**.** Por outro lado, os ciganos não se adaptam para não perderem a sua cultura face a um povo que tem sentimentos de superioridade em relação aos ciganos" (paramilitar, 42 anos).

Passando à caracterização da cultura africana/negra mais relevante, o quadro mostra-nos as visões dos respondentes portugueses sobre os traços da cultura africana/negra:

Quadro 16: Características da cultura africana mais salientes

Características da cultura africana	**respostas**	
	n	**%**
música e danças	476	71,5
unidade familiar	64	9,6
espírito/convívio de grupo	44	6,6
falta escolarização	21	3,2
respeito pelos mais velhos	31	4,7
nada me desperta interesse	10	1,5
a liberdade	8	1,2
pouco valor ao material	8	1,2
aversão à cultura negra	1	0,2
saúde	1	0,2
outro	2	0,3
subtotal	666	100,0
não responde	42	(2,1)
total	708	

Fonte: ICDB, 2000-2005

Do quadro 16 resulta que de longe o que ressalta para 72% dos inquiridos, em relação à cultura africana, nomeadamente negra, são a música e as danças, seguidas, embora com enorme diferença e menor expressão, a unidade familiar (10%), o convívio de grupo (7%) e o respeito pelos mais velhos (5%), sendo as restantes insignificantes ou meramente residuais.
Uma outra questão interessante a saber consistiu em aferir junto os inquiridos sobre as suas percepções em relação ao modo e nível de vida dos imigrantes africanos e compará-lo com o dos portugueses brancos, o que nos é dado pelo quadro 17:

Quadro 17: Modo e nível de vida dos imigrantes africanos/negros em relação aos portugueses

Avaliação	respostas	
	N	%
muito melhor	30	1,5
melhor	58	3,0
igual	413	**21,1**
pior	1229	**62,7**
muito pior	230	**11,7**
subtotal	1960	100,0
não responde	58	2,9
total	2018	

Fonte: ICDB, 2000-2005

Salvo 5% dos inquiridos portugueses não ciganos avaliando os imigrantes africanos como vivendo melhor ou muito melhor que os portugueses, 74% consideram que os imigrantes africanos vivem 'pior' ou 'muito pior' que os portugueses, restando 21% que afirmam que vivem 'igual' que os portugueses.

Conclusão

Tal como foi possível apurar, há diferentes olhares e percepções, atitudes e representações dos portugueses face aos africanos e vice-versa. Porém, a par de autorepresentações mais favoráveis ao ser português, ressaltam como predominantes representações negativas, preconceitos e estereótipos por parte dos portugueses em relação aos africanos, a que acrescem por vezes formas de racismo brutal e flagrante e amiúde formas de racismo subtil, velado. Em grande parte dos casos trata-se de serem grupos e indivíduos que não conhecem nem convivem com cidadãos e cidadãs africanos/as e suas culturas, constroem medos infundados que não têm tradução na prática, ou seja, imaginam ataques ou assaltos de grupos de africanos negros por todo o lado que não têm correspondência nas próprias experiências de vida. Tal é originado a partir da interiorização de boatos e rumores sem fundamento, pois quando questionados sobre o número de vezes que foram molestados por negros, as respostas são de facto residuais. ~

Bibliografia

ALMEIDA, João Ferreira (1990), *Valores e representações sociais*, in colecção Portugal – Os próximos 20 anos, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

BADER, Veit-Michael (1991), *Collectief Handelen*, Wageningen: Wolters-Noordhoff.

BURAWOY, Michel (1979), *Manufacturing Consent, Chicago e Londres*: University of Chicago Press.

AMÂNCIO, Lígia (1993), "Género – representações e identidades" in *Sociologia – Problemas e Práticas*, 14:127-140.

BAILEY, F.G. (1969), *Stratagems and Spoils. A Social Anthropology of Politics*, Nova Iorque: Stocken Books.

BOURDIEU, Pierre (1979), *La distinction. Critique sociale du jugement*, Paris: Minuit

BOURDIEU, Pierre (1980), *Le sens pratique*, Paris: Minuit.

BOURDIEU, Pierre (1989), *O poder simbólico*, Lisboa: Difel.

BURAWOY, Michel (1979), *Manufacturing Consent, Chicago e Londres*: University of Chicago Press.

CABECINHAS, R. (2004), "Representações sociais, relações intergrupais e cognição social" in *Paidéia*, Vol. 14, 28, 125-137.

DURKHEIM; Emile [1974(1895)], *Las reglas del método sociológico*, Madrid:Morata

ELIAS, Norbert (1980), *Introdução à Sociologia*, Lisboa: Edições 70.

ESTANQUE, Elísio (2012), *Classe Média : Ascenção e Declínio*, Lisboa : Fundação Francisco Manuel dos Santos.

GOFFMAN, Erving (1989), *A representação do eu na vida quotidiana*, Petrópolis:Vozes.

GRAMSCI, Antonio (1974), *Obras escolhidas*, , I e II, Lisboa: Estampa.

JENKINS, Richard (1996), *Social Identity*, Londres: Routledge.

LEFEBVRE, Henry (1977*), Critique de la vie quotidienne,* Paris:L'Arche.

LUKÁCS, George (1967), *Existencialismo ou Marxismo?*, São Paulo:Senzala

MAFFESOLI, Michel (1985), *La connaissance ordinaire*, Paris: Libraire des Méridiens.

MANNHEIM, Karl [1976 (1929)], *Ideologia e Utopia*, Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MARX, Karl [1975 (1895)], *A luta de classes em França, 1848-1850*, Coimbra: Centelha.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich [1976(1846)], *A ideologia alemã*, Lisboa: Presença.

MEAD, Herbert (1934), *Mind, Self and Society*: from the Standpoint of a Social Behaviorist, Chicago: University of Chicago Press.

MOSCIVICI, Serge (1989), «Des representations collectives aux Representations Sociales » in D. Jodelet (org), *Les representations sociales* **:62-86, Paris : Presses Universitaires de France.**

PARSONS, Talcott (1956), « Family Structure and the Socialization of the Child » in T. Parsons e R. F. Bales (orgs), *Family, Socialization and Interaction Process*:35-131, Londres: Routledge and Kegan Paul.

PETRIGREW e MEERTENS, PETTIGREW, Thomas F. e MEERTENS, Roel W. (1995), "Subtle and blatant prejudice in Western Europe" in *European Journal of Social Psychology,* 25: 57-75.

PINTO, José Madureira (1985), *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos*, Porto:Afrontamento.

PUTNAM, R. (1995), Bowling alone: America's declining social capital. J*ournal of Democracy* Vol. 6 (1995) 1, 64-78.

SCHUTZ, Alfred (1993), *La construción significativa del mundo social. Introducción a la Sociología compreensiva*, Barcelons:Editorial Paidós.

SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Nororeste de Portugal*, Porto: Afrontamento.

SILVA, Manuel Carlos e SILVA, Susana (2002), "Práticas e representações sobre a etnia cigana: o caso de Oleiros, Vila Verde" in *Antropológicas*, 6:57-86, Porto: Universidade Fernando Pessoa

SIMMEL, Georg (1977), *Sociologia. Estudios sobre las formas de socialización*, 2 vols., Madrid: Revista de Occidente/Alianza Editorial.

SOBRAL, José Manuel (1999), *Trajectos: passado e presente na vida de uma freguesia da Beira,* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

VALA, Jorge (1993), "Representações sociais e psicologia do conhecimento quotidiano" in J. Vala e M.B. Monteiro (orgs), *Psicologia Social*:475-502, Lisboa:Fundação Calouste Gulbenkian.

WEBER, Max, [1990 (1905)] *A ética protestante e o espírito do capitalismo,* Lisboa:Presença.

WEBER, Max [1978(1920)], *Economy and Society*, editado por G.Roth e C. Wittich, Berkeley e Londres: University of California Press.

Desigualdade, redefinições identitárias e políticas públicas: o caso de jovens e mulheres rurais[1]

Valmir Luiz Stropasolas

Resumo: Diversos atores sociais se mobilizaram nessas últimas décadas, no Brasil, por conquistas sociais para as populações rurais. Conceitos como rural, agricultura familiar, camponês, desenvolvimento, sucessão e juventude foram abordados de forma unitária visando representar a diversidade social. Intervenções no cotidiano buscaram contemplar as demandas represadas ao longo da história. Concebidos e anunciados como público estratégico para o desenvolvimento rural, segmento expressivo de jovens e mulheres rurais não vêm as consequências práticas destas intenções surtirem o efeito necessário do ponto de vista estrutural para a sua permanência no campo com condições adequadas. Nesse cenário, a problemática da concepção e implementação de políticas públicas vem emergindo como uma das principais preocupações de gestores públicos, intelectuais e lideranças dos movimentos sociais rurais. Alguns questionamentos vem sendo levantados nesse processo, mais precisamente: até que ponto esses conceitos ou mesmo as políticas conquistadas dão conta da heterogeneidade social, especialmente dos grupos que se deparam com hierarquias de poder, estigmas e desigualdades? Por outro lado, como incluir a diversidade reconhecendo as demandas específicas dos jovens e mulheres e suas novas identidades sociais? A partir de resultados de pesquisas e de participação em eventos específicos, este artigo faz uma análise das múltiplas interações existentes entre desigualdade, identidade e juventude rural, destacando as implicações dessa dinâmica na concepção de políticas públicas orientadas, sobretudo, aos jovens rurais.

Palavras-chave: desigualdade, identidade, juventude rural, políticas públicas.

Introdução

Ao se analisar parcela importante de políticas, programas e iniciativas públicas que vem sendo implementadas visando o fortalecimento da agricultura familiar, verifica-se entre as suas diretrizes a intenção de se destinar recursos específicos para os segmentos de jovens e mulheres rurais, considerados por muitos interlocutores dessas iniciativas como públicos estratégicos para a efetividade das ações de desenvolvimento, fato justificado também pela necessidade de se criar condições para a sua permanência e/ou retorno ao campo, diante das evidências recentes de que ainda vem ocorrendo a migração seletiva de jovens, especialmente mulheres, e suas implicações na sucessão geracional, no envelhecimento e masculinização das populações rurais, sobretudo nas regiões coloniais do sul do Brasil.

Importa ressaltar que o público visado se concentra em sua grande maioria na faixa etária de 18 a 29 anos, que é o segmento de idade e grupo social escolhido pelas instituições oficiais para realizar os seus esforços e investimentos, seja em processos de capacitação ou mesmo na alocação de recursos financeiros e produtivos. Embora determinadas ações mobilizadas pelas instituições e organizações tenham sido promissoras na inserção da juventude, inclusive com casos específicos de retorno ao meio rural de jovens que haviam deixado as propriedades de seus pais[2], de maneira geral, ainda se verifica uma tendência de recusa por parte expressiva desse público, sobretudo das filhas de agricultores familiares, de reproduzir socialmente a profissão agrícola praticada por seus pais, buscando projetos alternativos do ponto de vista profissional e educacional nas cidades,

---

1 Valmir Luiz Stropasolas, Professor da Universidade Federal de Santa Catarina, email: valmir.stropasolas@ufsc.br

2 Este retorno de jovens foi verificado na pesquisa intitulada "a participação dos jovens nas agroindústrias familiares do Litoral Sul Catarinense e as implicações no processo sucessório", que orientei junto ao Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas da UFSC, cuja dissertação foi defendida em 2012. (Clarissa de Quadros et alii, 2012).

visando a sua autonomia financeira e a independência da tutela dos pais. Se estes fatores são explicados, por um lado, pela persistência de hierarquias de poder e desigualdades de gênero e geração que geram descontentamentos e conflitos no âmbito dos grupos domésticos, por outro, são consequências, também, da não resolução de determinados problemas estruturais (concentração da terra, pobreza, invisibilidade e exclusão das políticas públicas, falta de infraestrutura social, cultural e econômica, entre outros) que afetam, de maneira geral, a agricultura familiar e, especificamente, a juventude e as mulheres rurais.

Nesse processo, é importante ressaltar que a maior parte do público juvenil ainda não tem sido incluído satisfatoriamente nas políticas e programas, nem tem acessado suficientemente os recursos disponibilizados pelas instituições. É importante registrar que temos constatado uma lacuna fundamental nesse processo: a invisibilidade das crianças e adolescentes rurais e a precária e insuficiente abordagem da infância rural na literatura, nas pesquisas e projetos das instituições que atuam nas comunidades rurais, o que nos motivou nesses últimos anos a realizar algumas investigações orientadas a esse público.

Assim, estamos diante de uma instigante e complexa problemática social: se a juventude vem sendo cada vez mais concebida e anunciada como público estratégico para o desenvolvimento rural, as consequências práticas destas intenções não tem surtido o efeito necessário do ponto de vista estrutural para a permanência da juventude ou das mulheres no campo com condições adequadas para a sua instalação, ou mesmo para incentivar um possível retorno e instalação como agricultores familiares. Informações de pesquisas conduzidas pelo autor indicam, ainda, de maneira sistemática a redução no número de indivíduos que poderiam assumir este papel desejado por determinados interlocutores de instituições do Estado e de organizações da sociedade civil[3].

Ou seja, são as escolhas da sociedade que estão em jogo e que podem definir o sentido do desenvolvimento dos territórios rurais, apostando-se na agricultura familiar e na instalação (obviamente com todas as condições necessárias) dos jovens e mulheres no meio rural ou deixando-se as definições para as engrenagens e os mecanismos excludentes do mercado, que tendencialmente vêm acarretando o esvaziamento demográfico, a concentração fundiária e de renda e o predomínio dos grandes segmentos empresariais vinculados ao agronegócio. A expansão da pecuária de corte e do reflorestamento em grande escala em espaços outrora ocupados pela agricultura familiar nas regiões coloniais do Sul do Brasil retrata esta realidade.

Enfim, as (in)definições que interferem nesta dinâmica de reprodução social, que geram desigualdades de oportunidades entre os sexos e entre as gerações, não resultam apenas de fatores endógenos à agricultura familiar, na medida em que são influenciadas também pelas consequências dos problemas estruturais ainda não resolvidos no mundo rural e que afetam, com maior ou menor intensidade, os diferentes segmentos da população rural brasileira, sobretudo os grupos sociais tradicionalmente excluídos das políticas públicas e dos direitos de cidadania.

Este artigo faz uma análise das múltiplas interações existentes entre desigualdade social, redefinições nos perfis identitários e políticas públicas. Fundamentado em resultados de pesquisas ou mesmo em observações advindas da participação em eventos sobre temáticas envolvendo os jovens rurais[4], discute-se as noções de desigualdade, diversidade e identidade e suas implicações na dinâmica de concepção e implementação de políticas públicas orientadas aos jovens e mulheres rurais.

---

3 As pesquisas referidas são: Gênero, suinocultura e biogás: a participação das mulheres na divisão social do trabalho familiar, realizada em 2011 na região Oeste de SC; O processo sucessório na produção familiar agroecológica de leite (em andamento); As mudanças nos processos de formação e socialização das crianças e suas implicações na sucessão entre as gerações na agricultura familiar, concluída em 2013, com recursos do CNPq, e casos exemplares de participação de jovens e mulheres em ações de agroecologia (em andamento com recursos do CNPq).

4 Entre os eventos, cabe destacar a participação nas coordenações do Seminário Nacional sobre Juventude Rural realizado em 2006 no CPDA/UFRRJ e do I Seminário Nacional sobre Juventude Rural e Políticas Públicas, organizado pela Secretaria Nacional de Juventude e realizado em 2012 em Brasília. Como resultado deste último seminário produziu-se o livro “Juventude rural e políticas públicas no Brasil”, organizado por Menezes, Stropasolas & Barcellos (2014).

1) As noções de desigualdade e diversidade na abordagem da juventude rural

Nessas últimas décadas a sociedade organizada através de movimentos sociais rurais, sindicatos, ONGs, com apoio de intelectuais, técnicos, pesquisadores, entre outros, mobilizaram-se a partir de uma unidade de ações visando conquistas políticas, sociais e econômicas para as populações rurais e camponesas. Conceitos como rural, agricultura familiar, camponês, desenvolvimento sustentável, juventude rural, são (re)construídos para pensar e abordar as problemáticas sociais rurais e propor mudanças, políticas, projetos, etc. Programas como o Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) são ilustrativos desse processo. Assim, concepções teóricas e intervenções no cotidiano buscaram (e ainda buscam) abarcar e representar a diversidade de categorias sociais e suas demandas represadas ao longo da história da agricultura brasileira.

Os dados divulgados de forma recorrente por organismos nacionais e internacionais, entre os quais o IBGE/PNAD, ONU e Unicef (2005), são bastante ilustrativos da precariedade e da desigualdade social vivenciadas, nessas últimas décadas, pelas populações rurais no Brasil, tendo como referência os indicadores de acesso às políticas públicas, à terra, à educação, à saúde, à infraestrutura social e cultural, à renda, à inclusão digital, à segurança alimentar e nutricional, entre outros direitos de cidadania que são, ainda, comparativamente mais acessíveis (embora com enormes desigualdades entre as classes) às populações urbanas. Nesse contexto, encontram-se os diversos segmentos sociais que integram o público infanto-juvenil nos territórios do rural brasileiro. A história da infância e da juventude rural nesses espaços sociais é permeada pelas trajetórias de segmentos expressivos das populações de agricultores familiares, camponeses, quilombolas, indígenas, caboclos, ribeirinhos, entre outros, vivendo uma condição de empobrecimento social e econômico, de estigmatização e preconceito, exclusão e invisibilidade, sobretudo, por parte do Estado, tendo em vista que desde o início sempre houve nas diferentes regiões brasileiras diferenciação e desigualdades entre os diferentes grupos sociais (inserindo-se aí as populações juvenis), devido a fatores vinculados às disparidades de desenvolvimento regional, às hierarquias de poderes e diferenças de classe social, etnia, raça, gênero e geração, enfim, ao acesso diferenciado às oportunidades, aos direitos de cidadania, às políticas públicas e aos bens da modernidade. Estas trajetórias sociais desiguais acompanham a história do Brasil, desde a Colônia, passando pelo Império e República, estando presente, ainda hoje, no cotidiano de segmento importante dessa população nos territórios rurais. Ou, como afirma Pinheiro (2001, p. 30), "a desigualdade social assume, entre nós, múltiplas expressões, quer se refiram à distribuição de terra, de renda, do conhecimento, do saber e, mesmo, ao exercício da própria cidadania".

Os dados disponibilizados pelo Censo Agropecuário de 2006 mostram uma dimensão dessa desigualdade. São aproximadamente 5,2 milhões de estabelecimentos no país. Desse universo, foram identificados cerca de 4,4 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar. Eles representavam 84,4% do total, mas ocupavam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Já os estabelecimentos não familiares representavam 15,6% do total e ocupavam 75,7% da sua área. Importa destacar também que, de acordo com os dados do PNAD, publicados em 2011, de aproximadamente 8 milhões de famílias que residem no meio rural, 6,5 milhões delas sobrevivem com até 3 salários mínimos.

Se levarmos em conta apenas os dados estatísticos divulgados pelas instituições oficiais, a diversidade do ponto de vista da desigualdade se manifesta, de forma bastante acentuada, entre os próprios agricultores familiares, considerando que aproximadamente 1,4 milhões deles são responsáveis por 80% do total do Valor Bruto da Produção (VBP) da agricultura familiar no Brasil e que 1,9 milhões somam apenas 10% deste VBP, dados esses que vem sendo utilizados por alguns analistas como parâmetro para justificar a ineficiência econômica ou produtiva de um enorme segmento da agricultura familiar. Por outro lado, os dados apontam que há uma disparidade, também, no que se refere ao acesso aos recursos do Pronaf, na medida em que se verifica uma concentração expressiva dos recursos desse Programa nos agricultores familiares mais capitalizados das regiões Sul e Sudeste do Brasil.

No entanto, mais que elaborar conclusões precipitadas em termos de ineficiência produtiva deste conjunto expressivo de estabelecimentos familiares brasileiros que somam apenas 10% do VBP da agricultura familiar - em que não se problematizam os métodos de coleta dos dados censitários fundamentados em recortes temporais que não incorporam a variedade de situações e condições vivenciadas nesses estabelecimentos - os

interlocutores dessa propalada ineficiência não reconhecem, não valorizam e, fundamentalmente, reproduzem a invisibilidade das características sócio-produtivas e culturais que configuram historicamente a enorme heterogeneidade presente nesses grupos sociais. Certamente, estudos mais criteriosos combinando fatores quantitativos e qualitativos poderiam demonstrar a produção de valores não apenas monetários ou conjunturais, como também a existência de um rico e diverso patrimônio sociocultural que contribui para a sustentabilidade socioambiental dos territórios do campo, das florestas e das águas, dimensões essas que não são incluídas nas apressadas análises economicistas. Seria muito importante também se repensar o processo de concepção, o desenho e a implementação de políticas públicas, como é o caso do Pronaf, cujas avaliações tem demonstrado uma inadequação entre este Programa e o perfil deste grupo expressivo de estabelecimentos que, por uma série de razões possivelmente não captadas no Censo Agropecuário de 2006, não obtiveram, não declararam ou subestimaram as suas receitas agropecuárias.

Finalmente, para ilustrar a magnitude da desigualdade social no mundo rural brasileiro, cabe recuperar os dados divulgados recentemente pelo Governo Federal em relação ao Plano Agrícola e Pecuário 2014/2015, em que se verifica que os recursos sob responsabilidade do MAPA somam R$ 135 bilhões para o custeio, comercialização e investimentos da agricultura empresarial. Já em relação ao Plano Safra para a Agricultura Familiar, a cargo do MDA, terá disponível R$ 23,1 bilhões para ser utilizado nas atividades de custeio e investimento. Conforme anunciado pelo próprios representantes deste Ministério, este valor representa 10 vezes mais que o valor aplicado há 12 anos atrás, no entanto o crédito ofertado para a agricultura familiar - que é responsável por garantir grande parte da segurança alimentar e nutricional do país, com 74,4% do pessoal ocupado no total dos estabelecimentos agropecuários – representa apenas 13,4% do crédito disponibilizado pelo Estado para o custeio e financiamento das atividades agropecuárias. Ou seja, a desigualdade estrutural do ponto de vista de acesso aos recursos públicos ainda permanece na sociedade rural brasileira, mesmo que se considere os enormes avanços que houverem nesses últimos anos em determinados aspectos das políticas agrícola e creditícia e do desenvolvimento rural no país.

Novamente os dados de 2010 do IBGE ilustram este cenário contraditório e conflituoso ainda vigente nos territórios rurais. Segundo os dados divulgados por este Instituto, em 2010, existem aproximadamente 8,1 milhões de jovens rurais na faixa etária de 15 a 29 anos, o que representa 27% de toda a população que vive no campo. Cabe salientar que nos últimos 10 anos em torno de 2 milhões de pessoas deixaram o meio rural e, deste universo, 50% são jovens, indicando de maneira geral processos de envelhecimento e masculinização da população que permanece no campo, embora hajam especificidades em relação a essas tendências em determinados territórios do país.

Sendo assim, é fundamental se problematizar a utilização do conceito de diversidade ou mesmo de identidade na análise da interação entre desigualdade, juventude e políticas públicas. O reconhecimento da pluralidade, heterogeneidade ou "diversidade" dos jovens rurais brasileiros que vem sendo cada vez mais expresso nos eventos, nas agendas públicas ou na literatura acadêmica se, por um lado, tem como lado positivo a relativização dos modelos hegemônicos e a valorização das diferentes identidades sociais e culturais, por outro, pode se tornar problemático na medida em que minimizar o peso das desigualdades sociais que afetam as populações do campo, da floresta e das águas, os próprios jovens rurais e as diferentes condições e oportunidades vivenciadas por este público em relação à população juvenil dos espaços reconhecidos como urbanos de nossa sociedade.

Para Silva (2005), o chamado "multiculturalismo" apoia-se em um vago e benevolente apelo à tolerância e ao respeito para com a diversidade e a diferença. Para o autor, é particularmente problemática a ideia de diversidade que se limita a proclamar a mera existência da diversidade. Nessa perspectiva da adoção do conceito de diversidade, a diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas, cristalizadas, essencializadas. Em geral, a posição socialmente aceita e pedagogicamente recomendada é de respeito e tolerância para com a diversidade e a diferença. Mas será que as questões da identidade e da diferença se esgotam nessa posição?

Nesse cenário, a relação tensa entre o todo social e as especificidades é marcante na abordagem das problemáticas que afetam (e as soluções que demandam) os diversos segmentos de jovens rurais brasileiros. Nessa relação conflituosa se inscreve a diversidade, noção aparentemente fácil de abordar no campo da teoria mas de difícil operacionalização no terreno das políticas públicas, sobretudo quando se busca contemplar, concomitantemente, medidas gerais visando atender ao "grande público" da juventude rural e ações direcionadas para tudo aquilo

que representa o específico, o singular, o diferente, ou seja o exuberante e colorido tecido social formado pela heterogeneidade histórica e cultural da população rural brasileira, em que se inserem os mais diversos grupos de jovens rurais.

No caso específico dessa população juvenil, os seus integrantes fazem parte de grupos sociais que possuem particularidades na organização e funcionamento das suas atividades econômicas, bem como singularidades culturais e históricas na vida social. Vivenciam processos de aprendizagem e de socialização no âmbito da família, da comunidade e da cidade, a partir da sua interação com as instituições e organizações do campo ou da cidade, ou mesmo no trabalho, na escola, na relação com a natureza, com os ciclos climáticos, com as culturas e as criações, com o tempo e o espaço, com a religiosidade, etc. Processos esses que fundamentam o convívio coletivo entre as gerações, bem como a mobilidade, a circulação e a atuação diversificada e ativa no exercício das atividades diferenciadas em que participam no âmbito da divisão social do trabalho na família, ou mesmo nos eventos culturais, nas atividades coletivas e nas iniciativas cooperativas e associativas organizados entre as famílias nas suas comunidades de origem. Essas características se diferenciam de acordo com os diferentes contextos em que se inserem os jovens rurais nos mais diversos territórios rurais. Por um lado, é importante destacar que essa diversidade social e cultural é resultante, também, das raízes históricas do campesinato brasileiro (WANDERLEY, 1999), o que deve ser reconhecido e valorizado pelo Estado e pela sociedade como um patrimônio.

Mas, se é importante o reconhecimento da diversidade que é decorrente das características singulares que conformam os grupos sociais rurais, torna-se imprescindível colocar-se em relevo que algumas diversidades exprimem, potenciam ou nascem de verdadeiras desigualdades sociais, o que muitas vezes não é expresso nas análises, nos discursos e nas agendas oficiais. Se nos referirmos ao público infantil e juvenil, especificamente, perceber essas pessoas como "crianças rurais" ou "jovens rurais" e, portanto, como tendo, indubitavelmente, uma "infância" ou uma "juventude", é apostar numa igualdade de status geracional que é visivelmente inexistente nas condições concretas de existência desses sujeitos sociais. Nesse sentido, esta desigualdade deixa de existir como uma contradição intrínseca à própria sociedade para ser entendida como uma lamentável contingência de "contextos sociais e culturais diferenciados", o que muitas vezes justifica e reproduz a negligência, o descaso, a omissão e a invisibilização por parte do Estado e da sociedade civil de populações consideradas específicas, tradicionais, camponesas, entre outras. O entendimento das grandes diferenças sociais que se manifestam nas condições materiais e imateriais de vida dos diversos segmentos de jovens rurais não pode ser feito como se elas não fossem mais que "disfunções", ou "injustiças" a serem eternamente "corrigidas" no futuro (SARMENTO & MARCHI, 2008). A luta pela igualdade de condições por parte das populações rurais se inscreve na consolidação de direitos de cidadania e de tudo aquilo que tem de melhor nos espaços sociais, rural e urbano, além da valorização (inclusive monetária) da profissão de agricultor(a) e de suas novas funções com os mesmos benefícios que qualquer outra profissão exercida na sociedade urbana.

Nos cenários da globalização hegemônica, a situação de ambiguidade e complexidade paradoxal é a que melhor ilustra a condição social da infância e da juventude. Se, por um lado, há uma maior proximidade vivenciada pelos indivíduos, devido, sobretudo, aos avanços tecnológicos na área das comunicações, paradoxalmente, o mundo parece ter-se tornado mais complexo, porque a sociedade se apresenta mais desigual e heterogênea. A desigualdade marca e afeta, sobretudo, os grupos sociais que enfrentam enormes dificuldades para acessar os direitos de cidadania, que continuam a ser excluídos e invisibilizados nas arenas de ação e nos foros de decisão, entre os quais as crianças e os jovens e, sobretudo, os membros dessas categorias que integram as populações tradicionais, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, assalariados rurais, entre outros.

Aos jovens e especialmente às crianças raramente é dada a oportunidade de participar na definição da agenda política que os afeta, dificilmente se procura incluir os seus pontos de vista. Nesse sentido, a ausência de um estatuto político está implicada na falta de um estatuto social desse público. Os integrantes dessas categorias sociais são vistos como aprendizes e em fase de socialização, um período caracterizado de transição para a vida adulta. Ou seja, não são membros plenamente constituídos do mundo social, considerando que estatuto social implica plena cidadania, ambos são pré-requisitos para a participação política. Mais precisamente, são (potencialmente) reconhecidos como cidadãos plenos em torno do momento em que deixam a juventude.

Verifica-se uma inadequação entre as expectativas das crianças e jovens, expressas nas novas atitudes face à

política, à família, ao trabalho, à educação, à sexualidade e ao corpo, por exemplo, e as respostas formuladas pelas instituições. No caso dos territórios rurais, constata-se uma lacuna enorme no tratamento destas temáticas por parte das instituições oficiais e entidades sociais que interagem com as famílias rurais. Estas categorias sociais são hoje prejudicadas, também, na sua relação com as políticas públicas, frequentemente excludentes e artificiais, na medida em que deposita-se nas responsabilidades individuais as causas do insucesso na busca pela satisfação das suas necessidades, na sua luta pela inclusão social e pelo acesso aos bens e direitos de cidadania, desconsiderando-se a influência dos mecanismos estruturais de produção das condições sociais. Quando depositamos apenas nos jovens ou nas famílias os problemas (e as soluções) que dizem respeito à sucessão não estaríamos reproduzindo hierarquias e reforçando o desequilíbrio e as desigualdades estruturais vinculadas à esta questão?

Considera-se, também, que as formas convencionais de socialização, a escola por exemplo, não chegam a responder à demanda cada vez maior deste público por uma formação adequada às suas necessidades e à realidade em que vivem, trabalham, e que interagem socialmente, bem como para entrar no mercado de trabalho ou para enfrentar os desafios das renovadas relações sociais de produção. Neste sentido, questionar-se sobre o papel e o lugar das crianças e jovens nas relações sociais, econômicas e culturais nos territórios rurais é também perguntar qual modelo de instituições, de escola, de família, de desenvolvimento, de políticas públicas pode atender e incluir as demandas e expectativas deste segmento da população.

Boaventura de Souza Santos (1998) utiliza a noção de individualismo institucionalizado para explicar o processo que consiste na definição do indivíduo como célula social de base (em detrimento da família, da classe social, da comunidade, etc.), na consignação de direitos individuais e, sobretudo, na prescrição normativa de cada um para conduzir a própria vida a partir de escolhas e opções puramente individuais. Nesse sentido, a individualização contemporânea configura-se não como uma escolha, mas como "fatalidade" socialmente prescrita. Para Sarmento & Marchi (2008), a individualização consiste em transformar a identidade humana de um "dado" em uma "tarefa" a cargo e responsabilidade dos próprios indivíduos, onde responder pelas consequências da escolha (das previstas às indesejadas) faz parte do jogo social. Em suma, o fracasso na tarefa de autoconstrução biográfica será, então, "responsabilidade" do indivíduo e não da dinâmica social, do Estado ou da sociedade. Ou, como se refere um jovem participante de um evento referido anteriormente: "cobra-se dos jovens o que não se cobra dos adultos", exemplificando que os bancos não querem disponibilizar recursos porque tem desconfiança na capacidade de um jovem ser responsável pela utilização eficiente do crédito e honrar o compromisso da dívida com o banco, o que se constitui em estereótipos excludentes e manifestos no plano individual e que, nesse caso, acabam inviabilizando o acesso por parte dos jovens rurais aos recursos públicos.

Assim, se o individualismo se apresenta como a ideologia da modernidade, isto não significa que todos tenham as mesmas "chances" de realizá-la com sucesso. Alguns conseguem tornar-se indivíduos "de fato", outros apenas o são no plano "jurídico". Tradicionalmente os temas da juventude, das mulheres, das populações quilombolas, indígenas, dos assalariados rurais, como também o debate de gênero, raça, etnia, orientação sexual, etc, são exemplos de públicos e temáticas que, muitas vezes, acabam ficando em segundo plano nas discussões das políticas e programas.

Quando fazemos ressalvas a algumas formas de abordagem das noções de diversidade, identidade e juventude, em momento algum desconsideramos a emergente e fundamental importância de se ampliar o (re) conhecimento dos diferentes segmentos da juventude rural brasileira. É preciso se fazer um amplo diagnóstico social e político das juventudes assalariada, indígena, quilombola, ribeirinha, por exemplo, populações que muitas vezes acabam ficando imperceptível nas discussões e intervenções centradas nas categorias agricultura familiar e juventude rural que, em muitas abordagens, são utilizadas de forma homogênea e harmônica. Para isso, a universidade, os movimentos sociais e as instituições governamentais precisam aliar forças para o processo de (re)conhecimento, valorização e afirmação dessas categorias sociais, buscando a superação das dicotomias, hierarquias e estigmatizações que impedem a inserção desses diferentes públicos na sociedade.

Uma dimensão pouco visualizada no âmbito das pautas de reivindicação da juventude, inserida nos movimentos do campo, é a da juventude assalariada. Alguns depoimentos no evento que tive oportunidade de participar em Brasília (2012), assim como trabalhos de pesquisadores(as) indicam que os jovens assalariados não tem

reconhecimento como cidadãos e sujeitos de direitos nos locais de trabalho sazonal e nem mesmo onde residiam anteriormente. Enfatiza-se para essa categoria social a importância de se buscar o trabalho decente e a empregabilidade juvenil, assim como maiores investimentos em qualificação profissional, visando se contrapor ao desemprego crescente nas cadeias produtivas em que estão inseridos, consequência da modernização em curso nesse setor. (Menezes et alii, 2011).

Ao se abordar o tema da diversidade dos jovens rurais é indispensável se inserir a juventude negra, certamente o público mais afetado pela desigualdade, exclusão e invisibilidade social. No evento acima referido inúmeros depoimentos reforçam a necessidade de se lutar pela titulação de terras das comunidades quilombolas, bem como para melhorar o acesso à renda, emprego e recursos públicos por parte dessa população, dando visibilidade à cultura e à religiosidade africana e fortalecendo a organização das redes de comunidades quilombolas.

Vários depoimentos neste mesmo seminário indicam, também, a ausência de temas sensíveis nas discussões em torno da interação sucessão, juventude rural e políticas públicas, entre os quais orientação sexual, drogas lícitas e ilícitas, violência doméstica, etc. Ou seja, se já é difícil discutir questões de gênero, geração, mais complicado ainda é abordar estas temáticas nos eventos e reuniões, as quais ainda costumam estar ausentes nas agendas das entidades representativas, dos movimentos sociais, das universidades. Nós temos ainda, no campo, um tabu muito forte envolvendo essa questão da diversidade sexual. Muitas vezes os jovens que são afetados por esses problemas, por hierarquias e preconceitos sofrem individualmente, porque não têm entidades, grupos, ações que possam de uma forma coletiva dar conta dessas questões. Embora em proporção bem menor que nos espaços urbanos, cada vez mais também no campo começam a aparecer novos formatos de relações afetivas, novos modelos de família, casamento e sexualidade, questionando padrões e instituições.

Um desafio importante vem se fazendo presente, mesmo que não de forma explícita, em diversos eventos envolvendo jovens rurais, como os que tive a oportunidade de participar recentemente. Isto é, buscar-se trabalhar numa perspectiva de unidade política-institucional todos os aspectos que são comuns à categoria juventude rural, garantindo ao mesmo tempo na sua concepção os instrumentos que contemplem as particularidades, o reconhecimento e a valorização das diferenças, a superação das desigualdades e o atendimento das reivindicações específicas, visando integrar dimensões que se complementam na abordagem da noção de diversidade no tocante às políticas públicas voltadas à juventude rural. Como enfrentar teoricamente a tensão entre a diversidade dos processos sociais inerentes à categoria juventude e os processos de natureza mais geral, unitária que caracterizam a sociedade (rural) contemporânea? Dar conta deste desafio significa também problematizar teoricamente uma possível relativização total da categoria juventude, que pode ser uma consequência da adoção de determinados enfoques analíticos que enfatizam apenas a diversidade entre os jovens ou mesmo que afirmam a noção de juventude como sendo genérica demais, de maneira que, ao não se visualizar semelhanças, acaba se negando a própria categoria.

Fazendo este questionamento, busco afirmar a pertinência e a relevância teórica de ainda se contar com as categorias juventude e rural para explicar os processos e fenômenos sociais em curso na mais diversas localidades brasileiras, fazendo a crítica da narrativa modernista, da globalização hegemônica, do agronegócio e do individualismo exacerbado e excludente que move o mercado capitalista no campo e as suas consequências no mundo rural em termos de exclusão de territórios, grupos sociais, culturas e identidades.

A partir da explicitação e do entendimento das diferentes visões de mundo dos jovens rurais e dos interesses e expectativas diversos, podemos apostar na possibilidade de se construir um sentido de unidade (da diversidade) na busca do reconhecimento e da afirmação social e cultural dos anseios dos jovens rurais. Nesse sentido, o reconhecimento de diferentes dimensões na abordagem das questões vinculadas à sucessão, juventude e políticas públicas, insere-se nesta instigante incumbência teórica de dar conta da diversidade da categoria sem desconsiderar o processo geral em que ela está inserida. Nesse sentido, não corremos o risco de se cristalizar uma ou outra dimensão nas análises e estudos sobre juventude, em decorrência, estaremos promovendo o diálogo não só nos diversos campos da academia (como forma de se evitar a fragmentação dos nossos campos de estudos e pesquisas), mas também entre a universidade, a sociedade civil, os movimentos sociais e os jovens rurais, incluindo na abordagem do tema da sucessão profissional e geracional na agricultura familiar as diversas dimensões implicadas, entre as quais, as políticas públicas, educação, saúde, cultura, lazer, renda, gênero, geração, etnia, raça, sexualidade, etc.

2) Redefinições nos perfis identitários dos jovens rurais

As concepções pautadas nos dualismos reducionistas rural-urbano ou tradição-modernidade – que acabou inferiorizando e estigmatizando populações e dimensões de sua vida – não dão mais conta ou não conseguem mais explicar as complexidades vivenciadas pelos diversos segmentos de jovens rurais, que se mobilizam de forma interativa nos diferentes espaços sociais, não sem experimentar renovados conflitos de valores e de visão de mundo entre os gêneros e as gerações, que se manifestam sobretudo na dimensão da vida social e cultural, especificamente, nos significados de ser jovem e rural, nas escolhas profissionais e nos projetos de vida, nas relações de sociabilidade, nos modelos de família e casamento, na religiosidade, na vida afetiva e orientação sexual, entre outros. De que forma e em que sentido os profissionais e/ou interlocutores das instituições e entidades que interagem com as populações do campo - sejam formuladores de políticas, lideranças, técnicos(as), extensionistas, professores, etc - abordam, concebem e adotam esses conceitos no cotidiano das suas intervenções? Que valores e significados de rural, campo, juventude são (re)produzidos nas suas atividades técnicas, políticas ou pedagógicas? Enfim, são questões instigantes que precisam se fazer presentes nas discussões e nas proposições de políticas que são feitas por pessoas e instituições que trabalham com as juventudes rurais no Brasil.

Autores como Lamarche (1993), Wanderley (1999), Abramovay (1998), Schneider & Niederle (2008), entre outros, já abordaram o tema da diversidade da agricultura familiar e camponesa. Em outra oportunidade (Stropasolas, 2006), fiz um esforço reflexivo para problematizar a adoção de forma homogeneizante e harmônica da categoria "agricultura familiar", mostrando que esse viés na utilização do conceito implica na omissão dos conflitos, das hierarquias de poder e dos problemas estruturais que se manifestam na vida social e cultural das populações rurais. Cabe salientar que ainda é perceptível em determinadas noções e proposições a imagem de um modelo cristalizado de rural, comunidade, família e juventude, padrão este que vem sendo literalmente detonado nas representações e práticas juvenis. Assim, de forma recorrente, percebe-se a necessidade de se realizar, também, uma discussão mais geral, teórica, de fundo das principais questões que afetam as juventudes e que emergem nas diferentes regiões e, assim, identificar o que há de comum entre os jovens e o que há de singular nas diferentes situações, o que existe de diferente em relação a outras gerações. Importa destacar que os jovens vivenciam hoje uma experiência geracional singular, herdam os problemas estruturais e as consequências de modelos de desenvolvimento rural excludentes e insustentáveis do ponto de vista socioambiental, ao mesmo tempo que são "convocados" ou reconhecidos como protagonistas de grandes transformações desejadas para os territórios rurais. Mantidas as condições atuais, quem deles deseja assumir este papel?

No processo de construção de políticas públicas para as juventudes rurais é fundamental se compreender os novos perfis identitários que vem sendo gestados nos diferentes contextos sociais em que interagem os jovens rurais. Nesse sentido, entendo ser necessário abordar a categoria juventude muito mais que o agrupamento de indivíduos reconhecidos como jovens constituindo uma população específica com características singulares ou mesmo como uma categoria que é a mera junção de grupos sociais juvenis diferenciados que pouco dialogam entre si, o que dificultaria sobremaneira a interação social e a identificação de interesses comuns entre os "pares geracionais" na sua luta por reconhecimento, valorização e afirmação de uma identidade política na sociedade. No processo de configuração de uma identidade social as classificações normativas também podem mascarar as hierarquias e as desigualdades sociais que marcam os diferentes contextos e as condições dos jovens no seu cotidiano, seja na família, na comunidade, nas instituições, etc.

Na luta pelo reconhecimento social e afirmação de uma identidade está envolvido um conjunto de fatores que se influenciam mutuamente e que não se restringem às iniciativas próprias dos indivíduos na sua trajetória em busca de afirmação social. Obviamente que, numa sociedade moderna, globalizada e fundamentada no individualismo exacerbado, os sujeitos são "estimulados" a encontrar reconhecimento como seres autônomos, individualizados, que disputam com outros indivíduos recursos simbólicos e materiais da sociedade. Como se refere Honneth (2003), na sua obra "Luta por reconhecimento", sem a suposição de uma certa medida de autoconfiança, de autonomia juridicamente preservada e de segurança sobre o valor das próprias capacidades, não é imaginável um êxito na auto-realização, se por isso deve ser entendido um processo de realização

espontânea de metas de vida autonomamente eleitas. No entanto, como se refere o autor, a liberdade de auto-realização depende de pressupostos que não estão à disposição do próprio sujeito humano, visto que ele só pode adquiri-la com a ajuda de seu parceiro de interação, indicando a importância da força solidarizante na formação coletiva da identidade.

Na concepção de Silva (2005), a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Para o autor, a identidade está sempre ligada a uma forte separação entre "nós" e "eles". Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder, o que significa também classificar e dividir o mundo social, o que torna-se central na vida social, ou seja a divisão e ordenamento da sociedade em grupos, em classes, que não são simples agrupamentos simétricos, mas também hierarquizações. Enfim, deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados. No mundo das políticas públicas, classificar, selecionar, dirigir recursos públicos implica hierarquizar, influir nas relações de poder existentes entre os diferentes grupos sociais, privilegiando uns em detrimento de outros.

Considero fundamental recuperar a noção de identidade trabalhada por Silva (2005), pois reforça a nossa intenção de mostrar as redefinições em curso nas identidades sociais dos jovens rurais, primeiramente para afirmar que a identidade desse público não é uma essência, um dado ou um fato, não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. Essa concepção de identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Juntamente com o autor "podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder".

Ao se analisar a noção de identidade visando compreender a interação entre diversidade social da juventude rural e políticas públicas é importante levar em consideração, também, que a construção de uma identidade social por parte dos diferentes segmentos de jovens rurais implica o reconhecimento de si mesmo na interação com o diverso, com o outro, o diferente, nos espaços sociais, rurais ou urbanos, públicos ou privados, em que se mobilizam cotidianamente seja para trabalhar, estudar ou mesmo para participar de reuniões, eventos, manifestações, etc. Nesse processo, "o outro é o outro gênero, o outro é a cor diferente, o outro é a outra sexualidade, o outro é a outra raça, o outro é a outra nacionalidade, o outro é o corpo diferente"(Silva, 2005). Contudo, do ponto de vista da diversidade, esta abordagem será consistente teórica e politicamente, indo além da superfície e de nossa natureza humana comum, se questionar as relações de poder e não deixar de incluir os processos de diferenciação que, antes que tudo, produzem a identidade e a diferença.

Nos embates travados cotidianamente para a formação das suas identidades e a inserção na sociedade, seja nos espaços sociais do campo ou da cidade, os mais diversos e heterogêneos indivíduos e grupos sociais integrantes da categoria juventude rural se deparam com hierarquias de poder, estigmas, preconceitos, discriminações e desigualdades. Nesse processo, segmento expressivo de jovens questionam a sua condição social no campo e procuram redefinir suas identidades e projetos de vida através de iniciativas que visam o acesso e a ampliação dos níveis educacionais, de oportunidades de trabalho e renda (que lhes proporcionem a autonomia financeira e a independência da tutela dos pais), além do reconhecimento político como cidadãos a partir da participação com voz ativa na vida sindical, política, institucional. Muitos desses jovens buscam, também, mudanças nas formas de ser, agir, falar, vestir, consumir, etc. Para isso, ancoram-se nas experiências pessoais e coletivas vivenciadas nos espaços privado e público e que são oportunizadas através da participação e interação na família, na comunidade, na escola, no sindicato, nos movimentos sociais, etc; ou mesmo através da televisão, da internet e das redes sociais, dos eventos políticos e culturais, das músicas e danças, das relações de sociabilidade, religiosidade e afeto, entre outros. Nessas relações dinâmicas em que vem sendo redefinidas as identidades sociais desse público, os jovens interagem num sistema cultural híbrido, conflituoso e contraditório, que resulta, por um lado, do desejo de não recusar completamente valores do mundo rural e, por outro, da busca pelo que

tem de melhor no mundo urbano, na localidade em que vivem, processo esse que é complexo e muito difícil de se realizar na vida cotidiana, mas que não deixa de ser "tentado" por inúmeros(as) jovens[5]. Por não visualizar mudanças na sua condição social, parcela expressiva da juventude vem recusando reproduzir a profissão de agricultor(a), sobretudo as moças, enquanto que outros jovens, de ambos os sexos, questionando essa condição e mais engajados e/ou vinculados a entidades representativas e movimentos sociais lutam para conquistar o seu direito como cidadãos de viver com dignidade formulando projetos para viver e trabalhar no campo.

Um aspecto que ilustra a complexidade experimentada atualmente pelos jovens reside na sua condição de "carregar" uma tradição que aprenderam e, ao mesmo tempo, serem chamados também a inovar. Isto se observa de forma mais evidente no campo das políticas, projetos e iniciativas de instituições governamentais, ONGs, ou mesmo de movimentos sociais rurais, ou seja, além da reprodução de um patrimônio sociocultural e das tradicionais atividades da agricultura familiar, sobretudo a produção de alimentos, propõem-se novas funções como a incorporação de atividades não agrícolas, a preservação dos recursos ambientais e dos ecossistemas, a segurança alimentar e a produção agroecológica, o agro-turismo e a agro-industrialização em pequena escala de alimentos, as alternativas bioenergéticas, entre outros.

Contudo, aumentam as exigências e a complexidade para se assumir com eficiência esses novos papéis, pois, além das dificuldades enfrentadas para a reprodução social do patrimônio familiar essas novas funções exigem competências, habilidades e recursos (inclusive de mão de obra) que muitas vezes não estão no domínio dos membros do grupo doméstico ou mesmo acessíveis ou que podem ser mobilizados a curto prazo. Por outro lado, não são raras as iniciativas acima referidas e voltadas à geração de renda que possuem um sério viés de fazer uma "produtivização" da vida dos jovens, quando na verdade os jovens buscam dar conta de questões que afetam a totalidade da sua vida social. Além de que, várias pesquisas de cunho qualitativo vem indicando que mesmo em famílias com melhores condições econômicas existem jovens migrantes ou predispostos a sair e procurar profissões alternativas à agricultura. Se os jovens podem se constituir como protagonistas no processo de ressignificação e valorização do tradicional e de viabilização das novas funções requisitadas para o espaço rural, o exercício desses novos papéis está na dependência de que o Estado e a sociedade forneçam todas as condições necessárias para o desempenho efetivo dessas atividades e que estas sejam devidamente valorizadas e remuneradas. Nesse contexto as discussões em torno da sucessão rural e profissional na agricultura familiar assumem um lugar privilegiado. Cabe, então, colocar em relevo os principais fatores implicados nesse processo.

Algumas considerações finais em torno da interação entre desigualdade, identidade e políticas públicas

A participação cada vez mais ativa dos jovens nos movimentos sociais e nas entidades representativas e sindicais, bem como o acesso por parte desse público às tecnologias de informação e comunicação, o contato e a interação com jovens migrantes e os maiores índices educacionais e culturais são fatores que, no conjunto, fazem os adolescentes e jovens questionar padrões e instituições e seus modelos e projetos convencionais de família, casamento, escola, igrejas, sindicatos, partidos, políticas, etc. Nesse processo de interação cada vez maior entre campo-cidade, as crianças e os jovens experimentam e formulam novos modelos e padrões alternativos de consumo, de comportamento, de estética do corpo, sexualidade, ou seja cada vez mais cedo, integrantes do público infantil e juvenil, de ambos os sexos, formulam novos planos e projetos de vida, redefinem identidades, valores, escolhas.

Pensar a juventude na sua maior diversidade possível, sem desconsiderar os fatores estruturais que marcam a desigualdade verificada entre os segmentos dessa categoria social, exige que se inclua também nas análises e nas políticas as redefinições nos perfis identitários e as temáticas de gênero, geração, raça, etnia, sexualidade, etc, visando dar conta das várias dimensões que constituem a totalidade da vida social da juventude e que tem

5 Maria José Carneiro e Maria Baudel Nazareth Wanderley constatam nas suas pesquisas esta ampliação do universo simbólico e valorativo por parte dos jovens rurais, ou como se referem as autoras, a busca conflituosa pelo "melhor dos dois mundos", o rural e o urbano.

sido afirmado de forma recorrente pelos próprios jovens nos eventos organizados seja pelo Estado seja pelos movimentos sociais, entre outros.

Nessa perspectiva, torna-se um desafio nada desprezível conceber e implementar políticas públicas orientadas para a sucessão profissional na agricultura familiar, envolvendo os jovens rurais, que não impliquem em classificações ou vieses políticos reproduzindo ou criando novas hierarquizações, exclusões ou assimetrias de poder nos territórios, famílias, comunidades e entidades em que se inserem as populações jovens do campo, da floresta, das águas, etc. Os mecanismos de unificação de categorias sociais por parte do Estado, que não deixam de ser resultantes também de iniciativas da sociedade civil visando aglutinar forças e lutar por conquistas sociais e políticas (como foi o caso da categoria agricultura familiar e a consolidação do Pronaf), como instrumento de planejamento, normatização e gestão de políticas públicas, devem ser problematizados ao se pensar políticas para os diversos públicos que integram a categoria juventude rural. Os formuladores e os que estão no dia a dia da execução das políticas precisam evitar o risco em potencial de se normatizar modelos, processos de gestão e públicos que respondem aos apelos e exigências dos programas e das instituições responsáveis pela implementação das políticas públicas, pois isto pode resultar num processo de seleção/exclusão de grupos sociais que integram a juventude rural, em detrimento dos que sempre estiveram à margem do Estado, dos seus recursos e instituições.

Enfim, muito daquilo que está em jogo na decisão das mulheres e jovens deixarem ou não o meio rural é a realização de seus projetos individuais e a migração, muitas vezes, se apresenta como a alternativa mais viável para viabilizá-los. De um modo geral, as constatações das pesquisas indicam que, para evitar a migração de jovens e abordar de forma efetiva a problemática da sucessão geracional, as ações isoladas não resolvem, sendo necessárias estratégias integradas, multidimensionais e duradouras envolvendo todos os segmentos do grupo doméstico, que consigam atingir simultaneamente vários aspectos, entre os quais os relacionados à infraestrutura social, cultural e econômica das comunidades e famílias como, por exemplo, a ampliação das opções de sociabilidade e lazer nas comunidades, a geração de oportunidades e de alternativas de emprego e renda (sobretudo visando a autonomia de gestão e financeira de jovens e mulheres), o acesso à terra e a instalação de rapazes, moças e casais novos na agricultura com condições adequadas de crédito, assistência técnica, profissionalização, etc, a melhoria dos sistemas de transportes e de comunicação, os investimentos necessários para a organização da produção, beneficiamento e comercialização de produtos e serviços com base em sistemas produtivos sustentáveis, a maior disponibilidade, adequação e melhoria na qualidade dos serviços vinculados à educação, saúde e cultura.

Alguns pesquisadores já identificaram a necessidade de se formular políticas públicas que auxiliem a fazer a transferência formal e o controle da propriedade, tendo em vista o questionamento na reprodução social da agricultura familiar. Para isso, seria necessário desenvolver instrumentos de políticas e recursos para que os filhos e filhas de agricultores familiares (além de outros grupos sociais juvenis) que desejam construir seu futuro profissional no meio rural possam ter acesso à terra, seja através de mudanças estruturais que proporcionem a realização da reforma agrária amplamente reivindicada pelos movimentos sociais, seja através de políticas de reordenamento fundiário específicas e direcionadas para a juventude. Nesse contexto, formular e implementar políticas de acesso à terra que possibilitem a transferência das propriedades para aqueles jovens que desejam continuar (ou retornar) na profissão de agricultor(a) é uma necessidade ainda atual e urgente, mesmo porque muito pouco (ou quase nada) foi feito nessa direção pelas instituições oficiais nesses últimos anos. Avaliações de políticas públicas realizadas recentemente, como é o caso do Pronaf ou mesmo o Programa Minha Primeira Terra, do Governo Federal, indicam a insuficiência de acesso a essas políticas por parte dos jovens rurais.

Constata-se que muito ainda precisa avançar em termos de demarcação das terras indígenas, bem como de titulação das terras quilombolas, considerando que nos marcos atuais a desapropriação se constitui num bônus para o proprietário da terra. Nesse sentido, a problemática da terra e o acesso desse bem por parte de populações tradicionais, agricultores familiares, camponeses, sem-terras, entre outros, implica rever a legislação agrária, fundiária, considerando efetivamente a função social da terra e, com isso, a realização de uma reforma agrária ampla, massiva e de qualidade

Nesses últimos anos, interlocutores e responsáveis por programas, ações e políticas no âmbito das instituições do Estado - com uma interação importante de atores sociais vinculados às entidades organizativas e representativas

das populações rurais, camponesas e tradicionais - realizaram esforços importantes no sentido de reconhecer a diversidade dos grupos sociais que integram essas populações, buscando a implementação de ações ou redefinindo políticas de âmbito geral como o Pronaf, por exemplo, visando focalizar recursos para públicos específicos, entre os quais, pescadores artesanais, quilombolas, indígenas, extrativistas, mulheres, jovens, etc. No entanto, constata-se, também, que as intenções de valorização desses diferentes segmentos sociais e o conjunto de ações implementadas no âmbito do Estado ainda são insuficientes para realizar transformações efetivas na condição social dessas populações, especialmente dos diversos grupos integrantes da categoria juventude rural. Nesse conjunto de medidas, poderia ser citado o PRONAF-Jovem, o programa Nossa Primeira Terra, o PRONATEC e, mais recentemente, o Programa Autonomia e Emancipação da Juventude no Plano Plurianual do Governo Federal (PPA 2012-2015), etc.

Há a necessidade também de se pensar o processo de concepção e implementação de políticas públicas reforçando a importância de se agir de forma unitária, sistemática, integrando processos simultâneos que contemplem políticas mais estruturais, gerais, duradouras com dimensões mais localizadas, específicas, focalizadas, setoriais, emergenciais. Ou seja, ações isoladas, setorizadas, contextuais, desconectadas de políticas mais macrossociais, estruturantes, não resolvem os problemas da juventude rural, que são complexos, multidimensionais, envolvendo simultaneamente fatores como terra, renda, emprego, sucessão, crédito, educação, cultura, lazer, saúde, informação, sexualidade, etc.

Ao se questionar a versão setorizada ou individualizada de políticas para a juventude, reforça-se a importância de se implementar ações integradas que contemplem a diversidade social da juventude e suas demandas específicas mas que estejam estreitamente vinculadas a um projeto mais amplo de transformação social orientado para o desenvolvimento territorial sustentável. Para isso, constata-se a necessidade de se rever os modelos e as formas de gestão e de implementação das políticas, sobretudo em nível local, visando justamente um maior controle social, uma maior participação social da juventude nesse processo, tendo em vista que se percebe uma débil participação dos jovens nos projetos e programas oficiais existentes nos territórios, inclusive os da cidadania. Ou seja, cada vez mais ampliar a articulação entre o Estado e suas instituições, a sociedade civil, os movimentos, as universidades, as entidades representativas e, sobretudo, os jovens na sua maior diversidade possível. Em suma, transformar agendas políticas em ações concretas constitui-se num grande desafio a ser enfrentado na viabilização de políticas públicas para a juventude rural. No âmbito macrossocial, os interlocutores da juventude reiteram a importância da regulamentação e implementação do Estatuto e do Plano da Juventude, buscando a sua consolidação como politica pública de Estado; o que se constituiria numa grande conquista social e política.

Diversos depoimentos feitos nos eventos referidos argumentam pela necessidade de se fazer uma contraposição ideológica àquilo que a mídia e os setores dominantes da sociedade vem pautando em torno do agronegócio. Ou seja, dando uma visibilidade social a esse modelo de agricultura, tendo como referência o sucesso tecnológico e mercadológico da produção**.** Em contraposição, propõe-se uma campanha maciça nos meios de comunicação pela permanência ou retorno da juventude ao campo, que leve ao conhecimento dos jovens rurais as políticas públicas a eles direcionadas, fazendo com que os recursos cheguem efetivamente e diretamente aos diferentes públicos que constituem a juventude rural, sem passar pelo crivo político-ideológico do poder local. Uma campanha que busque o reconhecimento e a valorização da profissão de agricultor(a) familiar na sociedade, com a garantia de acesso aos benefícios e direitos de cidadania daí decorrentes, semelhante ao que ocorre com as demais profissões urbanas, constituindo-se, assim, num pressuposto básico para o desenvolvimento dos territórios rurais. Para isso, argumenta-se pela importância de aumentar a sinergia e o controle social da utilização dos recursos públicos visando a inserção dos jovens no conjunto das políticas.

Quanto às entidades, organizações, programas e instituições em que interagem os diferentes segmentos de jovens rurais, propõe-se trabalhar com a perspectiva de que elas sejam, também, dos jovens e ajam com e para a juventude rural, visando a construção social de valores culturais e de cidadania política que possibilitem a inserção efetiva e democrática desse público nos espaços privado e público de nossa sociedade. Para além da proclamação retórica da importância de inclusão social dos jovens rurais e, considerando as insuficiências e/ou inconsistências na realização dos direitos e das políticas públicas que contemplem os diversos grupos sociais que integram a categoria, reconhecemos que é na garantia das condições fundamentais da existência e

na ruptura com as relações estruturais da sociedade que promovem a desigualdade e a exclusão que se joga o essencial da cidadania desse público. Enfim, o desenvolvimento da cidadania como uma identidade política e o reconhecimento dos jovens como sujeitos politicamente relevantes e membros efetivos e com voz ativa na comunidade, nas instituições e na sociedade.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. (1998), *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, São Paulo: Hucitec.

HONNETH, A. (2003), *Luta por Reconhecimento: a Gramática Moral dos Conflitos Sociais*, São Paulo: Editora 34.

LAMARCHE, H. (coord.) (1993), *L'agriculture familiale*, Paris: L'Harmattan, Vol. 1.

MENEZES, M. A. & SILVA, M. da & COVER, M. (2011), "Os impactos da mecanização da colheita de cana-de-açúcar sobre os trabalhadores migrantes". *Ideias* (UNICAMP), 2 (1), pp. 59-87.

MENEZES, M. A. & STROPASOLAS, V. L. & BARCELLOS, S. B. (2014), *Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil*. Brasília: Editora da SNJ.

PINHEIRO, A. (2001), *A Criança e o Adolescente no Cenário da Redemocratização: Representações Sociais em Disputa*. Tese de doutoramento, Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará.

QUADROS, C. de & STROPASOLAS, V. L. & REBOLLAR, P. B. M. (2011), "A participação dos jovens nas agroindústrias familiares do litoral sul catarinense e as implicações no processo sucessório". *Revista Pedagógica*, 14 (26), pp. 125-160.

SANTOS, B. S. (1998), *Reinventar a Democracia*. Lisboa: Gradiva.

SARMENTO, M. J. & MARCHI, R. de C. (2008), "Radicalização da infância na segunda modernidade: para uma sociologia da infância crítica". *Configurações*, 4, pp. 91-113.

SCHNEIDER, S. & NIEDERLE, P. A. (2008), "Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura". In F. G. Faleiro, A. L. de Faria Neto (orgs.), *Savanas: Desafios e Estratégias para o Equilíbrio entre Sociedade, Agronegócio e Recursos Naturais*. Planaltina, DF: Embrapa Cerrado, pp.989-1014.

SILVA, T. T. da (org.) (2005), *Identidade e Diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais*, Petrópolis: Editora Vozes.

STROPASOLAS, V. L. (2006), *O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens*. Florianópolis: Editora da UFSC.

UNICEF (2005), *Childhood Under Threat*. New York: Unicef Press.

WANDERLEY, M. de N. B. (1999), "Raízes históricas do campesinato brasileiro". In J. C. Tedesco (org), *Agricultura Familiar: Realidade e Perspectivas*, Passo Fundo: UPF, pp. 23-56.

GT 38
A era dos (não) direitos? Governação neoliberal e o papel dos movimentos sociais e o(s) uso(s) dos direitos humanos como produção de experiências contra-hegemônicas

Lei Maria da Penha: uma análise etnográfica de audiências de conciliação no município de Juiz de Fora

Jéssica Lopes Fachinetto [1]

Marcella Beraldo de Oliveira[2]

Luiza Mattheis Cruz[3]

Resumo: Este trabalho busca compreender o uso do instituto da conciliação como meio alternativo de administração de conflitos marcados por dissimetrias de poder relacionadas a gênero, notadamente aqueles que envolvem crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher nos termos da Lei 11.340/06 - popularmente conhecida como Lei Maria da Penha. Interessa, em especial, perceber a dinâmica das audiências de conciliação na 1ª Vara Criminal de Justiça Comum de Juiz de Fora – MG realizadas no âmbito dessa Lei, bem como o modo pelo qual as dissimetrias de poder são ou não administradas no decorrer das mesmas. A pesquisa de campo, de caráter etnográfico, mostrou que, nesse processo chamado de conciliatório, há por parte dos operadores dessa Lei, uma reificação das posições hierárquicas de gênero nos casos de violência tratados.

Palavras-chaves: Lei Maria da Penha, conciliação, violência de gênero

Introdução

Este trabalho tem o intuito de analisar a sistemática de funcionamento da Lei Maria da Penha na cidade de Juiz de Fora – MG, tentando entender como os casos de violência de gênero são tratados – especificamente na audiência de conciliação – e o que essa audiência produz como *justiça* em um sentido mais amplo. Em outras palavras, objetivou-se compreender como são administrados no Fórum, por meio da audiência denominada como *conciliação*, os casos amparados pela Lei 11.340/06, isto é, que envolvem violência doméstica e familiar contra a mulher.

---

1 Professora da Universidade Federal de Viçosa. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Pesquisa gênero e movimentos sociais de diversidade sexual em Universidades brasileiras. Email: jessica.fachinetto@gmail.com

2 Professora Adjunta de Antropologia na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Email: marcellaberaldo@hotmail.com

3 Estudante de graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora. Bacharela em Ciências Humanas pela mesma Universidade. Email: lu_mattheis@hotmail.com

A partir da definição do objetivo principal da investigação, foi possível estabelecer objetivos específicos, quais sejam, o entendimento do significado dessa *conciliação* para os operadores da Lei Maria da Penha e para as partes envolvidas nos casos de violência de gênero, assim como a compreensão das tensões pelo reconhecimento dos direitos sociais das mulheres no contexto de uma ordem social e excludente de governação neoliberal.
A metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa foi qualitativa, baseada nos métodos próprios da etnografia que, nas palavras de Geertz, consiste em:

> [...] uma descrição densa [...] é como tentar ler ('no sentido de construir uma leitura de') um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 1989: 7).

Com base nesta perspectiva, o trabalho de campo iniciou-se em setembro de 2011 e consistiu na observação de audiências nomeadas como *conciliação*, inerentes ao âmbito da Lei Maria da Penha. Estas audiências ocorriam no Fórum de Justiça Comum de Juiz de Fora, durante a parte da manhã. Além da observação em campo, houve também a realização de entrevistas com as partes e os profissionais do Direito, operadores dessa Lei, a consulta de documentação, tais como a pauta de audiências, os boletins de ocorrência, os requerimentos de medidas protetivas, as atas de audiências, entre outros; e finalmente, o mapeamento da dinâmica de organização do ambiente estudado.
Antes de adentrar de fato no debate central da pesquisa, é importante comentar sobre um ponto polêmico. A violência perpetrada contra a mulher por ela ser mulher é um problema social presente até hoje na grande maioria dos países do mundo. Com isso, torna-se imprescindível a discussão sobre a questão. Contudo, não há consenso entre os pesquisadores da área quanto à nomenclatura mais adequada para designar o fenômeno. Assim, ao longo deste texto, privilegiou-se o termo *violência de gênero*, partindo do pressuposto de que esta expressão engloba o caráter relacional da violência e a construção do desequilíbrio de poder entre posições sociais de gênero[4], consideradas também posições fluidas e mutáveis. No entanto, muitas vezes outras expressões foram utilizadas como sinônimos, respeitando categorizações específicas, como a criada pela Lei Maria da Penha, que aplica a concepção de *violência doméstica e familiar*; a nomeação *violência contra a mulher* usada em certa época pelos movimentos feministas, dentre outras.

A criminalização da violência contra a mulher no Brasil

No Brasil, a lei específica para a prevenção e o combate a violência doméstica e familiar foi sancionada no dia 7 de agosto de 2006 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Trata-se da Lei 11.340, a qual entrou em vigor em 22 de setembro do mesmo ano. A referida norma fora apelidada por Lula como *Lei Maria da Penha* – e assim continua sendo popularmente chamada até os dias de hoje. Esta denominação remete a uma homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, pois como afirmou o presidente, tal mulher "[...] renasceu das cinzas para se transformar em um símbolo da luta contra a violência doméstica no nosso país" (DIAS, 2012: 15).
Após sofrer repetidos episódios de violência durante o casamento, além de duas tentativas de assassinato em 1983, ficando paraplégica em função da primeira experiência, Maria da Penha denunciou Marco Antonio Heredia Viveros, seu marido e agressor. Em 1991 o réu foi condenado pelo tribunal do júri a oito anos de prisão. Mas recorreu em liberdade e o julgamento foi anulado um ano depois. Em 1996, o autor do crime foi

---

4 Segundo De Lauretis (apud Beraldo de Oliveira, 2006, p. 16): "[...] gênero não é apenas uma construção sóciocultural, mas um aparelho semiótico, um sistema de representação que atribui significado aos indivíduos no interior da sociedade. Atribui-lhes identidade, valor, prestígio, posição no sistema de parentesco, status na hierarquia social, etc. Gênero, portanto, é algo de natureza relacional que atravessa e constrói identidades de homens e mulheres, condicionando suas percepções de mundo".

levado a novo julgamento e condenado a dez anos e dois meses de prisão. Marco Antonio recorreu novamente em liberdade. Com o apoio de organizações transnacionais ligadas ao movimento de direitos humanos (CEJIL – Centro de Justiça Internacional) e do movimento feminista (CLADEM – Comitê da América Latina e Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres), Maria da Penha formalizou denúncia ao OEA – Organização dos Estados Americanos. Pela primeira vez a instituição aceitou uma denúncia referente à violência de gênero e condenou internacionalmente o Brasil devido a morosidade do poder judiciário na resolução desse tipo de conflito. Finalmente, após quase vinte anos decorridos dos fatos, Marco Viveros foi condenado e preso (DIAS, 2012; MACIEL, 2011).

Desde então, nota-se que o caso de agressão sofrido pela farmacêutica tornou-se emblemático no combate a violência de gênero. Não só por reconhecer um padrão sistemático deste tipo de violência, mas também por estabelecer a responsabilidade do Estado em nível internacional em razão da ineficácia do judiciário em nível nacional (SANTOS, 2008). Contudo, a luta protagonizada desde os anos 70, em especial pelos movimentos brasileiros feministas e de mulheres, foi fundamental para a visibilidade e a criminalização da violência contra a mulher. Deste modo, o percurso de transformações no enfrentamento de tal questão social no Brasil que culminou com a publicação da Lei Maria da Penha, merece ser mais detidamente aqui discutido.

Desde a década de 70, os movimentos de mulheres e feministas no Brasil estabeleceram como uma de suas principais pautas o combate a violência de gênero (SANTOS, 2008). Estes movimentos buscavam, mais especificamente, a construção social da violência contra a mulher como crime e, consequentemente, a maior visibilidade da temática. Por ocorrer principalmente no ambiente doméstico, esta forma de violência não era percebida pelo Estado brasileiro como um problema de ordem pública. Isto é, a resolução de conflitos envolvendo violência de gênero não era entendida como responsabilidade do Estado por ser oriunda do ambiente privado. Prevalecia a velha ideia do dito popular: *Em briga de marido e mulher, não se mete a colher.* O movimento feminista e de mulheres centrou sua luta justamente caminhando na contramão dessa concepção e, com o passar do tempo, muitas dessas reivindicações em prol das mulheres foram absorvidas pelo Estado, transformando-se em políticas púbicas. De acordo com Santos (2008),

> O processo de institucionalização das demandas feministas nesta área pode ser identificado com três momentos institucionais: primeiro, o da criação das delegacias da mulher, em meados dos anos 1980; segundo, o do surgimento dos Juizados Especiais Criminais, em meados dos anos 1990; terceiro, o do advento da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, a chamada Lei 'Maria da Penha'. Seria incorreto pensar estes 'momentos' como ocorrências singulares ou epifenômenos decorrentes de um fator exclusivo ou mesmo de um processo linear de desenvolvimento das lutas feministas e das políticas públicas. Aplica-se aqui a noção de 'momentos', tal como proposta por Antonio Gramsci, indicando a convergência de diversas forças políticas, econômicas e ideológicas que tornam possível a emergência de determinadas práticas sociais e políticas (SANTOS, 2008: 2).

Ao longo dos anos 80, foram criados os grupos feministas nomeados *SOS Mulher*. Fundadas por todo o país, estas organizações não governamentais (ONGs) tinham por objetivo fornecer assistência social, psicológica e jurídica às mulheres em situação de violência de gênero (SANTOS, 2008).

Gregori (1993) aponta em seu trabalho de campo realizado no *SOS – Mulher de São Paulo*, que a maioria das mulheres que procuravam a entidade, queixavam-se da violência cometida por seus parceiros. Além disso, percebeu-se reiteradas queixas das mulheres atendidas por essas ONGS em relação ao tratamento humilhante e machista a qual eram submetidas ao tentar apresentar denúncia nas delegacias de polícia - predominantemente administradas por policiais do sexo masculino (SANTOS, 2008 apud GOÉS, 1985).

O reconhecimento estatal do machismo presente nas delegacias de polícia brasileiras concretizou-se com a criação da primeira delegacia do Brasil especializada na defesa da mulher, em São Paulo, no ano de 1985 (SANTOS, 2008).

Esta iniciativa fez parte de um movimento de *politização da justiça,* focando naquilo que costuma ser designado como *política das identidades*. Apesar das críticas recebidas, pode-se dizer que tal projeto teve um

caráter *criminalizante*, no sentido de mostrar que bater em mulher é crime e, portanto, precisa ser penalizado pelo Estado, considerando-se tratar de um problema da sociedade, cultural e não privado (BERALDO DE OLIVEIRA, 2011). Mais que isso, a instituição representou sem dúvida, "[...] um reconhecimento da sociedade de que agressão contra a mulher não deve ser tratada como um problema das famílias carentes e desajustadas, mas sim como um problema que diz respeito a toda a sociedade" (*Ibidem*: 97).

Atualmente, segundo dados divulgados pela Secretaria de Políticas para as mulheres (2012), o país conta com o serviço de 374 unidades. Ou seja, cerca de 7% dos municípios existentes no Brasil possuem delegacia da mulher. Assim, contata-se que essas delegacias foram uma resposta do Estado brasileiro às demandas dos movimentos feministas e constituem ainda hoje, uma das principais políticas públicas no enfrentamento da violência de gênero (BERALDO DE OLIVEIRA, 2008, 2011; DEBERT *et al.*, 2006a; PASINATO, 2004).

O segundo *momento* de institucionalização das demandas feministas pode ser identificado a partir de meados da década de 90, quando a justiça criminal brasileira passou por um processo de reformas *informalizantes*. Em 1995, por meio da Lei 9.099, foram instituídos os Juizados Especiais Criminais (JECrims). Tais Juizados orientam-se pela busca da conciliação de conflitos na justiça penal. Sendo assim, as reformas no judiciário também englobaram o problema da violência contra a mulher. Conforme aponta Beraldo de Oliveira (2011), o JeCrim não representou:

> [...] um movimento de politização da justiça e nem de uma política de identidades, mas na prática, como diversas pesquisas nos JECrims apontaram, esteve povoado por um tipo de crime muito específico, aquele enviado pelas delegacias da mulher. Essa Lei teve o caráter descriminalizante e desburocratizante, fazendo parte daquilo que se chama de 'justiças alternativas', propondo uma política criminal com base na conciliação (BERALDO DE OLIVEIRA, 2011: 97).

Ainda em conformidade com Beraldo de Oliveira (2008), as formas de resolução alternativas de conflitos no Judiciário, mais especificamente, as baseadas na conciliação, tem ganhado um interesse cada vez maior no contexto jurídico brasileiro. O juizado especial cível e criminal é, certamente, o exemplo que mais evidencia o modo como esse interesse foi institucionalizado. Porém, Beraldo de Oliveira também ressalta que:

> Essa forma de administrar conflitos no Judiciário, implementada no Brasil pela Lei 9.099/95, é criticada pelo movimento feminista, com o argumento de que essa Lei banalizou a violência contra a mulher, principalmente por dois fatores: a pena da cesta básica atribuída aos agressores e por tornar o crime de lesão corporal e ameaça, crimes de ação penal pública condicionada, isto é, que necessitam de representação da vítima para continuar no sistema de justiça (BERALDO DE OLIVEIRA, 2006: 153).

Ainda que o intuito da lei fosse ampliar o acesso da população ao sistema de justiça, promover o rápido ressarcimento da vítima e acelerar as decisões penais, desafogando o Judiciário, os JECrims inesperadamente acabaram *invisibilizando* os conflitos de violência de gênero.

Na prática, como destaca Beraldo de Oliveira (2008: 17), a *informalização* provocada pela Lei 9.099/95, "acabou por enfatizar apenas a celeridade, reforçando e contribuindo para a permanência das desigualdades de poder nas relações de gênero". Nesse sentido, Debert (2006b: 18) acrescenta que, os JECrims "(re)transformam uma questão política num assunto privado". Deste modo, a aplicação da Lei dos Juizados Especiais em crimes de violência de gênero representou para os movimentos de mulheres e feministas em geral, um retrocesso na luta pelos direitos das mulheres (BERALDO DE OLIVEIRA, 2011; DIAS, 2012; SANTOS, 2008).

O terceiro *momento* configura-se com a promulgação da Lei Maria da Penha em 2006. Já nos anos 90, a maior parte dos países adotou uma legislação específica sobre a violência contra a mulher (SANTOS, 2008).

A Lei 11.340/06 significou para o Brasil um novo esforço de politização da justiça, privilegiando um certo grupo identitário: mulheres que sofreram violência no âmbito familiar e doméstico. Assim, alterou-se novamente o

procedimento jurídico da violência de gênero na justiça brasileira (BERALDO DE OLIVEIRA, 2011).
Desde 1993, quando a violência contra a mulher foi reconhecida formalmente em uma Conferência das Nações Unidas como um modo de violação dos direitos humanos, os países membros da ONU têm adotado medidas para combatê-la. Seguindo a tendência internacional, o Brasil adotou em 1995 a *Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher*, também conhecida como *Convenção de Belém do Pará*.
Nesta convenção, além do Brasil ratificar este modo de violência como uma transgressão aos direitos humanos e liberdades fundamentais das mulheres, definiu-se que "[...] qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada" (1994: 142) é caracterizado como violência contra a mulher.
O discurso internacional dos *direitos humanos das mulheres*, presente em tantas outras convenções, protocolos e planos internacionais, foi resultado de mobilizações feministas transnacionais, surtindo efeito nos discursos locais. No Brasil, por exemplo, ele incorporou-se às lutas feministas contra a impunidade em casos de homicídio de mulheres, bem como em campanhas promovidas por ONGs (SANTOS, 2008).
Desta forma, com a utilização quase integral do anteprojeto de lei elaborado por feministas brasileiras, oriunda de uma conjuntura internacional favorável, assim como da convergência de diversas forças políticas, econômicas e ideológicas, implementou-se a Lei 11.340/06. E desde então, os movimentos de mulheres e feministas no país vem discutindo acerca das condições necessárias para a aplicabilidade dessa lei.

Lei Maria da Penha: mudanças e receptividade

A Lei 11.340/06 configura-se dentro do universo legal como uma legislação de abordagem inovadora para o tratamento da violência doméstica e familiar. Há uma preocupação com as três dimensões de enfrentamento do problema: o combate, a proteção e a prevenção. Sendo assim, as medidas e ações previstas na Lei Maria da Penha podem ser organizadas em três eixos de intervenção (PASINATO, 2008, 2010).
Conforme aponta Pasinato (2010), o primeiro eixo de atuação trata das medidas criminais, isto é, medidas para a punição da violência. Uma mudança substancial trazida por este instrumento legal está na tipificação da violência doméstica e familiar contra as mulheres como um crime, retirando-a, portanto, do âmbito da Lei nº 9.099/95 que a tratava como um crime de menor potencial ofensivo[5]; e consequentemente, não sendo possível a aplicação de penas pecuniárias[6] aos agressores (BONETTI; PINHEIRO, 2009; DIAS, 2012). Além disso, neste eixo estão presentes procedimentos como a retomada do inquérito policial e a prisão em flagrante – preventiva ou decorrente de pena condenatória.
O segundo eixo diz respeito às medidas de proteção da integridade física e psicológica da mulher em situação de violência. A Lei Maria da Penha elenca um rol de medidas denominadas de *medidas protetivas de urgência,* com o intuito de assegurar a segurança pessoal e patrimonial da vítima e sua prole, bem como de tentar deter o agressor (DIAS, 2012; PASINATO, 2010). Como mostrou a reportagem da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM (2013b), as medidas protetivas mais solicitadas são: proibição do agressor de aproximação da vítima e familiares, proibição de contato (telefone, e-mail etc) com a vítima e familiares, afastamento do agressor do lar, restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, prestação de alimentos provisionais ou provisórios e suspensão de porte de armas do agressor. Por fim, integram também este eixo as medidas de assistência, contemplando, então, além do jurídico, o atendimento psicológico e social. Um exemplo adotado deste tipo de medida é a inclusão da mulher em situação de risco no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.

---

5 Segundo o art. 61 da Lei 9.099/95, são consideradas infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, podendo ser cumulada ou não com multa.

6 A chamada pena pecuniária é uma alternativa para substituir as penas privativas de liberdade. Assim, a pena consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública com destinação social.

Já no terceiro eixo de atuação, encontram-se as medidas de prevenção e de educação, entendidas como estratégias necessárias para coibir a reprodução social da violência de gênero. Para melhor ilustrar essas medidas, podemos citar a inclusão nos conteúdos escolares de informações básicas sobre o tema *violência contra a mulher*.

Ainda segundo Pasinato (2010), a articulação entre esses três eixos da Lei 11.340, depende, de certa forma, da criação dos Juizados ou Varas especializados no combate à violência doméstica e familiar, os quais devem se organizar para que as medidas previstas na lei sejam operacionalizadas de forma integrada.

Como quase tudo que é novo gera resistência, com a Lei Maria da Penha não foi diferente. No âmbito das Ciências Sociais, em conformidade com Beraldo de Oliveira (2011), pode-se identificar dois tipos de debates teóricos presentes no campo de estudos da violência de gênero. A primeira discussão diz respeito ao revezamento entre políticas de *criminalização* e *descriminalização*. Como já foi abordado em tópico anterior, cada uma destas inciativas faz parte de uma forma distinta de política criminal: uma com o intuito da criminalização da violência e outra com o foco nas *justiças alternativas*, isto é, busca-se a conciliação e desburocratização do sistema de justiça.

De acordo com Debert e Gregori (2008: 166), tanto na Lei Maria da Penha, quanto na questão das delegacias da mulher, o que fica evidente é "o encapsulamento da violência pela criminalidade e o risco concomitante de transformar a defesa das mulheres na defesa da família". Complementando esta argumentação, Beraldo de Oliveira (2011) assinala que a Lei 11.340/06 ao escolher a categoria *violência doméstica e familiar* para definir o fenômeno enfrentado, foi institucionalizado um limite para a percepção do que é ou não um crime fruto da desigualdade de gênero, por exemplo, não será aquela que ocorre contra uma prostituta, ou [...]uma mulher no ambiente de trabalho. O que pode ser perverso quando se trata de direitos da mulher. Falo isso porque as análises críticas da família e os esforços para mudar o modelo de família tradicional têm sido centrais no movimento de mulheres. Preservar a família e suas hierarquias em vez de enfatizar os sujeitos é uma forma de reificar preconceitos e hierarquias de poder presentes nas relações familiares, muitas vezes, violentas. Cabe ressaltar e elogiar que a Lei Maria da Penha ampliou o conceito de família e, atualmente considera, por exemplo, casais do mesmo sexo, confirmando assim a importância do uso do termo 'gênero' pela justiça, em substituição ao termo 'mulher' no que diz respeito as políticas de combate a violência (BERALDO DE OLIVEIRA, 2011: 98).

O segundo debate centra-se na alternância entre políticas criminais com foco em *particularismos* e *universalismos*, ou seja, políticas da igualdade versus políticas da diferença. A criação de delegacias especiais voltadas para a defesa de minorias – mulheres, idosos, crianças e adolescentes etc – é um dos exemplos do modo pelo qual a *universalidade* e a *particularidade* tem sido articuladas no Brasil. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar, previstos na Lei Maria da Penha, são outro exemplo dessa articulação. Assim, percebe-se que as instituições brasileiras criadas nesse formato, partem do pressuposto que a *universalidade* dos direitos só pode ser alcançada se a luta pela democratização da sociedade englobar a *particularidade* das formas de opressão que diferenciam as experiências de cada um dos grupos desprivilegiados (BERALDO DE OLIVEIRA, 2011; DEBERT; GREGORI, 2008).

As audiências de conciliação em Juiz de Fora

Em meio a uma sala decorada cuidadosamente por alguém de gosto requintado, onde réplicas da obra de pintores como Claude Monet misturam-se às paredes de cores amarela, laranja e verde, encontra-se sentada em frente ao computador uma mulher de aparência de cinquenta e poucos anos. A sua função naquela sala da 1ª Vara Criminal é realizar *audiências de conciliação* em casos que envolvem violência doméstica e familiar contra a mulher.

O termo *conciliação* foi definido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em seu Projeto Movimento Pela Conciliação (2006), a partir da concepção elaborada em 1993 por De Plácido e Silva. A noção desenvolvida pelo autor caracteriza-se como um ato em que, duas pessoas ou mais, estejam em desavença acerca de determinada questão, e resolvam a divergência amigavelmente. Desta maneira, a *conciliação* tanto diz despeito ao acordo amigável quanto ao que se faça judicialmente, por meio da transação que põe fim ao litígio.

As audiências objeto de estudo deste trabalho também são aqui denominadas como *audiências de conciliação*, no entanto, trata-se de uma categoria nativa. Com isso queremos dizer que, não existe nenhuma previsão na Lei 11.340/06 ou portaria publicada posteriormente que regulamente a implementação dessas audiências nos moldes retrocitados de uma audiência de conciliação no meio jurídico. Segundo a própria conciliadora da vara criminal pesquisada, as audiências são assim chamadas porque "não tem outro nome para isso", mas ao mesmo tempo "não deixam de ter uma característica de conciliação." A utilização dessa categoria justifica-se, conforme recomenda Brandão (2007), com a importância da construção de uma categoria analítica para tratar o fenômeno, a partir do diálogo com as categorias nativas, isto é, as categorias utilizadas pelos próprios atores sociais estudados.

Inicialmente, entre 2011 e 2012, dentre as quatro Varas Criminais de Juiz de Fora, apenas as duas primeiras designavam *audiências de conciliação*[7] para os casos abarcados pela Lei Maria da Penha. Posteriormente, já em 2013, com a volta a campo, todas as varas tinham adotado o procedimento, conforme havia sido recomendado pela comarca de Belo Horizonte, que também realiza tais audiências.

Mas o que são então essas *audiências de conciliação*? Trata-se de audiências realizadas pelos funcionários da 1ª Vara Criminal, anteriormente a concessão ou não de medidas protetivas de urgência. Por um bom tempo apenas os casos oriundos da 1ª e da 2ª vara foram incluídos nestas audiências, mais recentemente, incluiu-se também os casos da 3ª e 4ª Vara. Vale lembrar que estas audiências são um momento a parte, e aparentemente, não influenciam diretamente no prosseguimento do processo criminal.

Uma boa parte dos funcionários da 1ª Vara acredita que as *audiências de conciliação* são fundamentais para as partes, uma vez que, tanto a mulher em situação de violência quanto o agressor estão em *juízo*, e com isso, acredita-se que a tendência é de que levem mais a sério o que for decidido naquele espaço. As audiências possuem também um caráter informativo, como pode ser percebido nas palavras da defensora pública que atua na Vara:

> As audiências de conciliação são essenciais, porque só uma intimação não surte o efeito que a lei quer [...] algumas vezes **ele não sabe nem ler, não sabe nem o que está escrito ali**, não sabe o que pode acontecer se ele descumprir as medidas ou não. Então a audiência de conciliação é essencial para informar o agressor sobre o que ele não pode fazer, o que ele pode, o que pode acontecer se ele descumprir a medida protetiva. Essas audiências têm esse caráter pedagógico que é muito necessário na violência doméstica (*Caderno de campo*, grifo nosso).

Para esta defensora, como fica evidente em sua fala, a demanda que mais recorre à Lei Maria da Penha é formada por indivíduos desinformados e de classe baixa. Além disso, e, talvez exatamente por isso, em casos de violência doméstica e familiar torna-se necessário um esforço educativo e pedagógico, parecendo ser essa a principal função da justiça nesses casos, consolidando-se no que Geertz (1997) denominou de *sensibilidade jurídica*. Ou seja, segundo a percepção desta funcionária, o judiciário em casos de violência doméstica deve ter uma função mais pedagógica do que punitiva para com a população atendida – vista por este como mal informada e pobre.

Dentro da função principal pedagógica, o intuito das audiências parece ser especialmente a explicação às partes acerca da aplicação das medidas protetivas referidas na Lei, bem como as consequências de seu descumprimento. Isto pode ser observado na fala da mesma defensora:

> A conciliação não é **só** para as partes chegarem a um acordo, no caso da medida protetiva é para as partes serem ouvidas. [...] A medida protetiva não é exatamente para fazer um acordo, ela é mais pra informar, mais por um caráter pedagógico mesmo

7 A partir de 2013 estas audiências passaram a ser chamadas de *Audiências de mediação*. Contudo, optamos por denominá-las aqui da forma como os nativos usaram durante a maior parte do tempo da pesquisa de campo.

> [...], para a pessoa saber que os atos dela podem gerar consequências (*Caderno de campo*, grifo nosso).

Entretanto, durante as audiências são também firmados alguns tipos de acordos, dentre eles, alguns são relativos a respeito mútuo entre as partes, outros envolvem questões cíveis, como permite a Lei Maria da Penha; porém, este último tipo tem um caráter provisório, logo, a decisão definitiva deve ser buscada junto à Vara de Família. Como apontam Braga e Mattheis (2013), muitas vezes quando a mulher em situação de violência e seu agressor possuem filhos em comum, a questão original da audiência – a concessão ou não de medidas protetivas – parece ficar em *subplano*, ao mesmo tempo em que o debate sobre valor da pensão alimentícia, local e horário para visitação do menor, dentre outros, parece assumir posição central nas discussões ao decorrer das audiências e tomar boa parte do tempo das mesmas. Sendo assim, parece haver uma mudança de foco da mulher como *sujeito de direitos* para a família, como também demonstra de forma bastante ilustrativa, o fato da delegacia especializada na defesa mulher em Juiz de Fora ter mudado o nome para Delegacia de Orientação e Proteção à Família. Sobre esse ponto, Debert e Gregori (2008) lembram que:

> Não se trata de exigir que as instituições judiciárias partilhem o ideário feminista, mas que levem a sério o fato de a mulher ser sujeito de direitos. Por isso é relevante que tenhamos em mente esse deslocamento do objeto de intervenção e pensar sobre seus desdobramentos. Organizar ações que visam a eliminar a violência de gênero implica esboçar outros modos de conceber a família. Mais do que corrigir os excessos, os abusos cometidos pelos chefes de família [...] erradicar esse tipo de violência supõe colocar em xeque a desigualdade de poder no seio familiar e tornar inadmissível qualquer atitude que fira os direitos fundamentais dos envolvidos (DEBERT & GREGORI, 2008: 170).

Faz-se necessária a reflexão sobre um caso específico ocorrido em certa *audiência de conciliação*, uma prostituta que desejava medidas protetivas, assim como representar contra o agressor, foi informada que o tipo de violência que ela sofrera não se enquadrava na Lei 11.340, já que, segundo a conciliadora, ela não possuía "uma relação íntima de afeto" com o agressor. Deste modo, mais uma vez percebe-se a defesa da família ao invés da defesa da mulher. O *sujeito de direitos* aqui representado está intimamente ligado à certos papéis sociais, isto é, na Lei Maria da Penha defende-se a mãe, a esposa, não a mulher em si.

As *audiências de conciliação* possuem tempo de duração bastante variável, podendo durar de cinco até cinquenta minutos, uma vez que esta variação está diretamente relacionada a outros fatores, a saber: a presença do agressor e da vítima; a existência ou não de ação na Vara de Família para a resolução de questões supracitadas; o desejo da mulher de representar contra o agressor; o nível de entendimento das partes sobre as medidas protetivas, bem como a concepção moral da conciliadora perante o caso.

Além do objetivo traçado da explicação de questões legais foi possível perceber também que a conciliadora da vara em muitos momentos posicionava-se como detentora das regras de *boas maneiras* para se conviver em família e em casal. Para melhor ilustrar, descrevemos uma audiência observada:

> Faltavam vinte minutos para as dez horas quando a conciliadora, ainda ao telefone, pediu ao estagiário que fosse até a sala de espera e chamasse a primeira mulher com audiência marcada para aquela manhã de cinco de julho. A jovem entra na sala e como de costume, é indicada a sentar-se ao lado da Defensora Pública. Também como é de praxe, o agressor será chamado à sala somente após conversa entre a vítima e a conciliadora. A denúncia feita na delegacia é lida, ora em voz alta ora em silêncio pela conciliadora. Constata-se que a jovem afirmou anteriormente que desejava representar contra o agressor. Após o término da leitura, a conciliadora dirige-se a vítima e indaga: 'E agora, como tá a situação?' A mulher declara que após o episódio, o agressor não tem a 'perturbado' mais. A conciliadora pergunta se ela entendeu

> o que é representar contra alguém, assim como se ela quer isso mesmo. A mulher responde que quer 'amenizar' as coisas. Dito isso, a conciliadora pergunta então a ela se, caso haja uma conversa com o agressor e ele acordar de não incomodá-la mais, com as ameaças e xingamentos, se é suficiente para ela. A mulher responde de forma positiva. Finalmente, o agressor – ex-namorado da vítima – entra na sala e senta-se ao lado do advogado voluntário do dia. Após algumas considerações acerca do ocorrido e do que fora conversado com a vítima, a conciliadora pergunta ao agressor se são necessárias medidas protetivas. O agressor assume uma posição defensiva e começa a contar a história do dia do ocorrido, afirmando ter visto a ex-companheira com outra pessoa. A conciliadora chega calmamente a sua cadeira para frente e se aproxima do agressor. E então interrompendo a fala dele, dispara: **'Mesmo que você pegue a sua mulher na cama na lua de mel com outro homem, não pode bater**'. E continua: 'Ela pode *dar* pro bairro inteiro que o Sr. não tem nada com isso. O Sr. termina com ela, mas não pode bater, humilhar, xingar!' A vítima ri escondido do discurso da conciliadora. O ex-casal assina um documento denominado de *assentada* a qual declarava que 'As partes acordam nesta oportunidade que irão se respeitar'. As medidas protetivas são arquivadas (*Caderno de campo*, grifo nosso).

Nota-se que, por um lado, a população atendida muitas vezes busca o serviço de justiça de uma forma *tutelar,* e por outro, é recebida por operadores da lei dispostos a ensinar as *boas maneiras* para um convívio salutar em família. Em seu discurso, a bronca direcionada ao agressor tem o claro intuito de ensiná-lo um comportamento adequado para um cônjuge.

Considerações finais

A conquista de direitos para as mulheres é fruto de luta dos movimentos feministas e de mulheres. Diante do que foi exposto anteriormente, percebe-se que a Lei Maria da Penha protege mulheres sob a condição de que exerçam algum papel (de mãe, esposa ou namorada). Nesse caso, se a lei serve para garantir o direito de *mulheres*, não é por ter como princípio a proteção delas mesmas com sujeitos de direitos, mas por ter como princípio a proteção dela como parte da *família*. Esse ponto fica claro quando o auxílio é negado a uma prostituta, como foi narrado. É importante ressaltar que enfatizar a família em detrimento da mulher, como sujeito de direitos, é uma forma de reificar preconceitos e hierarquias de poder presentes nas relações familiares, muitas vezes, violentas.

É possível observar como são tortuosos os caminhos de conquista de direitos, já que, ao mesmo tempo em que a lei traz proteção real a muitas mulheres, a sua aplicação por parte dos agentes do direito muitas vezes demarca quem merece proteção e quem está excluído. Deixa, portanto, fora de seus limites muitas cujos laços não são "íntimos de afeto" com o agressor. Ao mesmo tempo em que propaga essa violência pela exclusão, oprime pela inclusão, já que aquelas que defende precisam se enquadrar nas categorias de "mãe", "esposa" ou "namorada" (no presente ou no passado: "ex-esposa", "ex-namorada").

Assim, não é possível abandonar a reflexão acerca das categorias com as quais o direito trabalha, lembrando que elas não são reflexo de uma essência dos seres, mas uma ferramenta para a proteção de indivíduos. O problema da tendência de aprisionamento dos sujeitos por categorias originalmente criadas para ampará-los é intrínseco à conquista de direitos via judiciário.

Além da necessidade de enquadramento de sujeitos em categorias políticas para a defesa de seus direitos, se observa ainda mais uma dificuldade na prática da conciliação. Ao se constituir como prática pedagógica, depende da subjetividade do mediador, que propagará noções acerca do que deve ser o papel da esposa, do marido, dos pais e do que é um "relacionamento saudável" impregnadas de pessoalidade.

Por fim, é preciso ter em atenção limitações dos processos de mediação sem deixar de reconhece-los como um avanço na luta por direitos das mulheres. Em um mundo capitalista, onde os direitos latino-americanos estão

muitas vezes subjugados a interesses internacionais, a sobreposição entre alternativas jurídicas e pedagógicas é, em muitos casos, uma opção boa para minimizar injustiças sofridas por mulheres na esfera doméstica.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA BRASIL. (2013a), *Distribuição de Varas de violência doméstica é desproporcional, revela estudo inédito do CNJ.* [online] Abril 2013a. Disponível em: http://www.spm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2013/03/20-03-distribuicao-de-varas-de-violencia-domestica-e-desproporcional-revela-estudo-inedito-do-cnj/?searchterm=varas%20especializadas [Acessado 20 de junho de 2013].

_____. (2013b), *Medidas de proteção já salvaram mais de 180 mil mulheres no país, diz ministra Eleonora.* [online] Maio 2013b. Disponível em: http://www.spm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2013/05/03-05-2013-medidas-de-protecao-ja-salvaram-mais-de-180-mil-mulheres-no-pais-diz-ministra-eleonora/?searchterm=medidas%20protetivas [Acessado 20 de junho de 2013].

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. *Violência contra a mulher:* 7% das cidades tem delegacias especializadas.[online] março 2012. Disponível em >http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/412102-VIOLENCIA-CONTRA-A-MULHER:-7-DAS-CIDADES-TEM-DELEGACIAS-ESPECIALIZADAS.html. [Acessado 20 de junho de 2013].

BERALDO DE OLIVEIRA, Marcella. (2006), *Crime invisível: mudança de significados da violência de gênero no Juizado Especial Criminal.* Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, Universidade Estadual de Campinas.

_____. (2008), "Da Delegacia de Defesa da Mulher ao Juizado Especial Criminal: significados da violência de gênero no fluxo processual". In: _____. Núcleo de Estudos de gênero – Pagu/ Unicamp. Campinas, pp.14-49.

_____. (2011), "Gênero, justiça e violência: mudanças jurídicas na defesa dos direitos das mulheres". *Teoria e Cultura*, 6, (1 e 2), Juiz de Fora, jan./dez., pp. 95-102.

BRAGA, Paolla; MATTHEIS, Luiza. (2013), "Os usos das justiças do diálogo e a "produção de justiça": uma análise da administração de conflitos de gênero e geração". *Primeiros Estudos*, São Paulo, 4, pp. 201-211.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (2007), "Reflexões sobre como fazer trabalho de campo". *Sociedade e cultura*, 10, (1), JAN./JUN., pp. 11-27.

BRASIL. *Constituição (1988).* Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília,

DF, Senado.

_____. Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais

Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27

set. de 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm [acessado em 10 de julho de 2013]

_____. Conselho Nacional de Justiça. *Projeto Movimento pela conciliação:* manual de

Implementação. [online] junho 2006. Disponível em:

<http://www.tj.sc.gov.br/institucional/especial/coordjuzesp/projeto_nacional/ManualImplem20060914.pdf> [Acessado em 20 de outubro de 2012].

_____. Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência

doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção

sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 ago. de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm> [Acessado em 14 de fevereiro de 2013].

BONETTI, Alinne & PINHEIRO, Luana. (2009), "De inovadora à diabólica – Primeiros resultados da Lei Maria da Penha". *Revista Pós Ciências Sociais*, 1, (11), São Luís.

CONVENÇÃO INTERAMECRICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - Convenção de Belém do Pará, 1994. (2006). In: Frossard, H. (Org.). *Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres*. Brasília, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, p. 139-146.

DEBERT, Guita Grin *et al*. (2006a), "Introdução". In:_____. *Gênero e distribuição da justiça: as delegacias de Defesa da Mulher e a construção das diferenças.* Campinas – SP, Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU/ UNICAMP.

_____. (2006b), *As Delegacias de Defesa da Mulher: Judicialização das relações sociais ou politização da justiça?* In:_____.Mariza Corrêa; Érica Renata de Souza (org). *Vida em família:* Uma perspectiva comparativa sobre "crimes de honra". Campinas, SP: Pagu-Núcleo de Estudos de Gênero/Universidade Estadual de Campinas, pp. 15-38.

DEBERT, Guita Grin & GREGORI, Maria Filomena. (2008), "Violência e gênero: Novas propostas, velhos dilemas". *Revista Brasileira em Ciências Sociais*. São Paulo, 23, (66), pp. 165-211.

DIAS, Maria Berenice. (2012), *A Lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.* São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

GEERTZ, Clifford James. (1989), "Uma descrição densa: Por uma Teoria interpretativa da Cultura". In: _____. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, LTC.

_____. (1997), *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ, Vozes.

GOÉS, Marta. (2008), "Mulher: sob os punhos cerrados do marido". Afinal, 23 de julho, 1985. pp. 74-81. In: SANTOS, Cecília Macdowell. *Da Delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha: Lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil.* Coimbra, março 2008, p.6.

GREGORI, Maria Filomena. (1993), *Cenas e queixas: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: Paz e Terra.

MACIEL, Débora Alves. (2011), "Ação coletiva, mobilização do direito e instituições políticas: o caso da campanha da Lei Maria da Penha". *Rev. bras. Ci. Soc*., 26, (77), São Paulo.

PASINATO, Wânia. (2004), *Delegacias de Defesa da Mulher e Juizados Especiais Criminais:* mulheres, violência e acesso à justiça. Apresentação no XXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS. Caxambu, Minas Gerais.

_____. (2008), "Violência contra as mulheres e legislação especial, ter ou não ter? Eis uma questão". *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 70, pp. 321-360.

_____. (2010), "Lei Maria da Penha. Novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos?" In: *CIVITAS – Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 10, (2), pp. 216-132.

SANTOS, Cecília Macdowell. (2008), *Da Delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha: Lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil.* Oficina do CES, 301. Coimbra.

SOUZA, Rosiene Gonçalves. (2011), *Violência contra mulheres na Zona da Mata Mineira:* aspectos sociodemográficos e lesões mais frequentes. Trabalho de Conclusão de Curso em Odontologia. Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora.

GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL E ESTADO PENAL: os desafios desta relação dialética

Eder Fernandes[1]
ederfm@gmail.com

Carla Appollinario de Castro[2]
carlaappollinario@ig.com.br

O medo dos bárbaros é o que nos torna bárbaros
(Todorov, 2010)

Resumo: O presente artigo pretende discutir alguns aspectos relacionados ao processo endêmico de criminalização da pobreza e de extermínio racial em curso no Brasil, tanto de uma massa empobrecida – sobretudo jovem, negra e de baixa escolaridade – quanto de atores sociais ligados a movimentos sociais e populares. Tal fenômeno se extrai do aumento dos índices de encarceramento, bem como da verificação do perfil socioeconômico do agente criminalizado. O resultado da pesquisa aponta para uma possível correlação entre as práticas que resultam na precarização das relações e condições objetivas de vida e de trabalho e o estatuto de um Estado Penal, destinado a conter os excluídos sociais e os desempregados. O novo cenário que resulta da combinação entre globalização neoliberal, ajuste e desmonte do Estado, retirada de direitos universais, desemprego estrutural e Estado Penal impõe novos desafios para os trabalhadores, para os movimentos sociais e populares, para o Estado e para o Direito.

Palavras-chave: criminalização da pobreza; juventude negra; movimentos sociais e populares; globalização neoliberal; Estado.

1. Programações criminalizantes no brasil

As discussões sobre políticas de segurança pública e de justiça criminal entraram no debate político do Brasil somente a partir da reestruturação do Estado sob a forma republicana, no fim do século XIX e apresentaram, como eixos principais, as seguintes críticas às instituições: a precariedade (denunciada pelas posições políticas e ideológicas mais conservadoras) e a arbitrariedade (combatida pelos liberais). Contudo, suas implicações remontam a um período histórico anterior, desde fins do século XVIII, «quando já se exigia modernização técnica e de procedimentos para punição, seguindo os ventos das inovações aplicadas pelas políticas liberalizantes relativas aos direitos (de cidadania e de direitos humanos) nas formações históricas das duas margens do Atlântico», como mostra a historiadora Gizlene Neder (2009: 79-80).

---

1 Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito/PPGSD. Doutor em Sociologia e Direito pela UFF. Desenvolve pesquisas nas áreas de «Poder, Democracia e Mobilizações Sociais» e de «Democracia, Cidadania e Autonomia Privada».

2 Doutora (2013) e Mestre (2010) em Ciências Jurídicas e Sociais pelo PPGSD da UFF. Professora da UFF de Volta Redonda e do PPGSD. Tem interesse em Direito e Sociologia, nas áreas do direito penal e processual penal, direito do trabalho, sociologia do trabalho e dos movimentos sociais e populares.

A mesma autora sugere que, a fim de apreender mais aspectos para a compreensão acerca do debate sobre criminalização, punição e a consequente violência decorrente deste processo, faz-se necessário abarcar, também, o acúmulo de permanências históricas na formação ideológica e na cultura jurídico-política brasileira ao longo de seu percurso, a partir de uma «interpretação que leva em conta a história das ideias políticas (sobre criminalização e punição) combinadamente com o conceito de cultura política» (Neder, 2009: 80).

Para tanto, propomos o presente artigo, na medida em que é possível identificar alguns mecanismos econômicos e extraeconômicos, que atuaram no processo de delineamento dos sistemas punitivos, com rupturas e permanências até os dias atuais.

A maior parte das pesquisas e dos estudos já realizados[3] se refere à superação dos cárceres, à origem das prisões ou à sua crítica, em termos de circulação de ideias e de cultura política, com ênfase nas diversas formas de punição adotadas, tais como suplícios, pena de morte, degredo, banimento, trabalhos forçados (galés) e casas de correção até as prisões modernas, apontando suas diversas estratégias de controle, disciplina e dominação.

A perfeita caracterização da evolução das formas jurídico-penais de punição e tratamento da questão criminal, em termos de uma programação criminalizante implantada no Brasil, foi detidamente descrita por Nilo Batista. O primeiro passo no percurso do autor é mostrar como se estruturava a criminalização, considerada como primária, no modelo colonial-mercantilista. Nilo Batista descreve que no período colonial o poder punitivo era exercido de forma desregulada e na esfera privada, diferenciando-se do modelo posteriormente adotado no contexto mercantilista no Brasil. Os usos punitivos concentravam-se no corpo do suspeito ou condenado, praticados principalmente no âmbito privado e exercido desregulamentadamente por senhores contra seus escravos (Batista, 2003b: 411-412; 414).

A partir do jesuíta Jorge Benci, o autor mostra que eram comuns castigos tais como «queimar ou atazanar com lacre aos servos; cortar-lhes as orelhas ou os narizes; marcá-los nos peitos e na cara; abrasar-lhes os beiços e a boca com tições ardentes» (Benci *apud* Batista, 2003b: 411-412; 414). Tais castigos, além de serem aplicados aos escravos, também se destinavam aos índios que oferecessem qualquer resistência ao projeto colonizador. A este processo de colonização dos índios corresponde «a mais brutal escravização [que] constitui o primeiro expediente jurídico do inexorável processo histórico de seu genocídio» (Batista, 2003b: 416).

Ainda no período colonial duas programações criminalizantes foram colocadas em prática no Brasil. A primeira, representada por um complexo jurídico-legal que se tornou coexistente com o sistema penal doméstico, que foram as Ordenações Filipinas. A segunda programação criminalizante posta em prática também no contexto do Brasil colonial foi decorrente da inquisição que a partir de 1560, com a introdução do confisco de bens, seria altamente rendosa e daria origem a uma nova programação criminalizante. Mesmo se beneficiando de normas recebidas pelo direito régio desde a inquisição medieval, ela vai se materializar num corpo próprio e multifário, do qual fazem parte, entre outros textos, o regimento pombalino, de 1774, na proscrição do segredo e na crítica à tortura. (Batista, 2003b: 419-420)

No período mercantilista (segunda metade do século XVIII), o conflito entre o capitalismo mercantil de estado e o capitalismo industrial emergente, com interesses opostos aos monopólios – cuja violação, na esfera penal, é considerada como contrabando – ao trabalho escravo e às colônias fechadas para o livre comércio irá resultar na edição das primeiras leis penais verdadeiramente brasileiras, com os mais diversos objetivos, tais como: proibir que negros escravos usassem facas e armas proibidas; proibir as sociedades secretas, tornando crime a participação em tais sociedades (direcionadas às lojas maçônicas, que já discutiam as ideias liberais); regulamentação da recém-instituída imprensa brasileira; criação de dois cargos de ajudantes da Polícia com as funções de vigiar pessoas, realizar cercos a casas e clubes políticos, podendo realizar prisões; a criação de dois cursos de ciências jurídicas e sociais (em São Paulo e em Olinda) e instituição do Supremo Tribunal de Justiça, que já estava previsto pela Constituição de 1824 (Batista, 2003b: 421-422).

---

3 Estamos nos referindo, principalmente, aos estudos de Rushe e Kirchheimer (2004), Foucault (1999), Melossi e Pavarini (2006), Pasukanis (1989), Baratta (2002), Young (2002), Zaffaroni (2001), Zaffaroni e Batista (2003), Wacquant (2001 e 2003) e Anitua (2008), no campo internacional. E no contexto brasileiro, em especial, às pesquisas e obras de: Nilo Batista (1996, 1997, 2002, 2003a, 2003b e 2008), Vera Malaguti Batista (1999, 2002, 2003, 2006a, 2006b e 2007), Gizlene Neder (1994, 1995, 2000 e 2009) e Augusto Thompson (1983).

Em 1830 foi editado o Código Criminal do Império, que desembocou em mais um estágio da programação criminalizante. Os fundamentos do sistema penal delineados a partir do Código são o resultado da influência, de um lado, do paradoxo existente entre o liberalismo e a escravidão e, do outro, dos movimentos de descentralização e centralização do poder punitivo. O período é fruto da ascensão do café produzido no Sudeste e declínio dos preços do algodão e do açúcar no Nordeste. Assim, diversas revoltas são realizadas nesta época como manifestação da insatisfação decorrentes da crise financeira que se instaura. Nilo Batista mostra que a escravidão, mantida pela Constituição de 1824, se apresentava como um limite absoluto ao liberalismo e que a saída para os conflitos provocados pela crise resultaram em um modelo policial de Estado em detrimento de uma concepção liberal que estava em andamento, tendo como consequência um «movimento de centralização política que explicitamente se veiculará através do poder punitivo, notadamente do processo penal» (Batista, 2003b: 424). O poder punitivo foi materializado no Código do Processo Criminal de 1832.

No entanto, o movimento de descentralização do poder punitivo tornou possível a edição de uma série de leis penais (provinciais e municipais), por vezes mais severas do que o sistema do Código, como foi o caso da legislação penal provincial e municipal editada no Rio de Janeiro, após a Revolta Malê[4] ocorrida na Bahia em 1835. Tais leis expressavam a programação criminalizante deste período, na medida em que elas eram editadas de acordo com os alvos sociais que o sistema penal queria atingir (Batista, 2003b: 427-428).

Na segunda metade do século XIX, em um contexto marcado pelo surgimento da industrialização, mas ao mesmo tempo por um resquício do regime escravista surge um novo sistema penal, no qual a «inferioridade jurídica do escravismo será substituída por uma inferioridade biológica» (Batista, 2003b: 442-443). Tratava-se do discurso que garantiu a dominação na forma de poder médico-policial, unificando a medicina social e a técnica policial, resultando em um acentuado controle social, direcionado contra os cortiços e demais construções populares. Neste período, foi editado o Código de 1890 que passou a conviver com uma proliferação de leis penais extravagantes.

Nilo Batista mostra que a programação criminalizante da primeira República espelha as contradições de um sistema penal que participava da implantação da ordem burguesa, mas trazia consigo a cultura da intervenção corporal inerente ao escravismo. A criminalização se direcionava à configuração e preservação dos lugares sociais, com fronteiras delimitadas funcional e territorialmente, confortadas pelo «discurso ético-jurídico que associava trabalho à honestidade e ociosidade à corrupção» (Batista, 2003b: 456-457; 458).

De acordo com o autor, uma vez fixados os lugares sociais dos alvos a serem atingidos, o novo sistema punitivo oferecia aos seus transgressores duas espécies de punição, com naturezas distintas: as proscritivas e as institucionalizantes. As primeiras, apesar da proibição constitucional da pena de banimento, eram representadas pelas colônias construídas em «ilhas marítimas», pela expulsão (de imigrantes e cáftens), pelo desterro para o Acre (aplicado aos que participaram da revolta da Vacina, em 1904), pelo degredo para Fernando de Noronha (cujos alvos foram os capoeiristas e os opositores políticos).

No que se refere às segundas, ou seja, às medidas de natureza institucionalizante, estas se caracterizavam como sendo fruto da associação dos saberes médicos com as técnicas policiais, ficando a cargo da criminologia positivista que emergia nesta época. Assim, suas principais instituições eram as penitenciárias (com a tarefa de disciplinar para o trabalho), os asilos (para a mendicância não apta ao trabalho), as colônias correcionais (destinadas aos vadios, os mendigos, capoeiristas e desordeiros, ou seja, à mão-de-obra apta ao trabalho; porém, relutante), os abrigos para 'menores transgressores', os manicômios judiciários (para os loucos).

A prevenção aos «crimes», agora, passava a ser garantida por meio de um acentuado vigilantismo realizado pela

---

4 A rebelião que ficou conhecida como Revolta dos Malês teve como contexto um período cercado de agitação social e marcado por uma profunda recessão na Bahia. A agitação social, resultado do aumento das importações de africanos, da intensificação do trabalho e da atmosfera provocada pela divisão entre os trabalhadores livres, era perceptível pelas inúmeras revoltas que ocorreram nesse período, já descritas, ao abordarmos a programação criminalizante instituída após a edição do Código Criminal do Império (1830). Vera Malaguti Batista descreve que «os rebeldes optaram por um enfrentamento clássico contra as forças armadas organizadas. Em nenhum momento houve violência contra unidades residenciais, nem incêndios, nem saques. Era um movimento organizado e dirigido», como revela Vera Malaguti Batista (2003c: 24).

polícia especializada (isto é, a polícia de costumes), direcionado aos «desordeiros» em geral, incluídos nesta classificação o proletariado (operários), que insatisfeitos com o grau de exploração pelo trabalho, começavam a se organizar, a partir de uma incipiente consciência de classe que começava a surgir. Esta época coincide com o tratamento da «questão social» como um caso de polícia, não tendo sido poucos os efetivos confrontos entre a classe trabalhadora e os agentes da ordem social.

A próxima programação criminalizante se insere no contexto pós-Revolução de 1930, durante a Era Vargas (1930-1945). Além do Código de Justiça Militar e do Código Penal Militar, duas outras compilações penais foram editadas: o Código Penal de 1940 (Decreto-lei nº 2.848) e a «Lei de Contravenções Penais» (Decreto-Lei nº 3.688), dedicada aos «delitos menores», sendo-lhes aplicadas penas simples, isto é, «sem rigor penitenciário, em estabelecimento especial ou seção especial de prisão comum, em regime semiaberto ou aberto» (art. 6º). Além deste conjunto de leis, nas décadas que sucederam o Código Penal (CP) de 1940 também foram editadas várias leis penais extravagantes, cujas finalidades eram: intervir na ordem econômica; limitar o poder punitivo de leis anteriores; abrandar algumas penas; coibir a discriminação racial, o genocídio, o abandono moral e material; coibir os abusos na administração pública e tutelar o patrimônio público.

De acordo com Nilo Batista, «a criminalização da vadiagem é quase um dado estrutural do capitalismo industrial, e, portanto, não poderia estar ausente» (Batista, 2003b: 463) da legislação editada neste período. Porém, ao mesmo tempo, ela apresentava um caráter punitivo que se revelou menos acentuado do que o modelo implantado no período anterior à Revolução de 30, bem como nos modelos subsequentes que foram adotados.

A última grande programação penalizante surge no contexto da globalização neoliberal, materializada sob a forma de índices sem precedentes de encarceramento em nosso contexto, o que revela a importância de seus diversos aspectos econômicos, políticos e sociais. Dessa forma, resta evidenciado o fato de que a evolução dos sistemas punitivos foi parte indissociável do desenvolvimento do sistema capitalista, pois todos eles atuaram no sentido de «gerir» a força de trabalho, conforme a escassez e o excesso de mão-de-obra e segundo os ciclos de crises e expansão do capital.

Segundo Vera Malaguti Batista, «no Brasil, a difusão do medo, do caos e da desordem tem sempre servido para detonar estratégias de exclusão e disciplinamento das massas empobrecidas» (Batista, 2003c: 188). Este processo se torna possível, pois «a diminuição do poder político faz com que o desamparo provocado pela destruição das redes públicas de proteção coletiva gere uma ansiedade difusa e dispersa que converge para a obsessão por segurança» (Batista, 2006: 253).

A autora mostra que a Revolta Malê envolveu um grupo de um pouco mais de 400 negros correndo pelas ruas de Salvador e foi rapidamente derrotado, posto sua flagrante desigualdade numérica e de armas, criando uma nuvem de pânico e histeria em Salvador que acabou se espraiando para o imaginário da sociedade imperial brasileira. Assim, a Revolta dos Malês detonou o medo que já atemorizava as mentes senhorias desde a Revolta ocorrida no Haiti e foi responsável por gerar uma série de boatos, rumores e denúncias de novos levantes, que culminaram na edição do Decreto de 14 de dezembro de 1838, proibindo a circulação de negros escravos sem que eles tivessem a autorização escrita de seus donos ou do feitor.

No entanto, entre a primeira e a segunda metade do século XIX surge um novo fato, que será responsável por transformar o medo (neste momento, representado pela rebeldia negra) em agente da subjetivação detonado contra as «classes perigosas». As cidades passavam a ser tomadas por grandes populações negras, sendo o Rio de Janeiro a que concentrava a maior população escrava urbana entre as Américas. Neste momento, «a preocupação com a segurança se traduz em todos os níveis. O medo branco faz com que o temor à insurreição seja mais sólido que a própria perspectiva de insurreição» (Batista, 2003c: 36).

Este período coincide com a programação criminalizante demonstrada por Nilo Batista, pautada pela unificação da medicina social com a técnica policial, que instituiu um poder médico-policial. Neste sentido, Vera Malaguti observa que o liberalismo oligárquico brasileiro alimentava um «medo branco» que aumentava com o fim da escravidão, que nos legou um princípio de desigualdade legítima (Batista, 2003c: 37).

As «classes perigosas» passaram a representar o núcleo central da questão política, em torno da qual se desenvolveram todos os debates após a abolição, na medida em que «sem ter mais a propriedade direta do trabalhador, o sistema precisava criar uma estratégia de repressão contínua fora dos limites da unidade produtiva. Assim, a manutenção da ordem passa a ser prerrogativa do poder público e de suas instituições» (Batista, 2003c: 38).

Por meio da dialética entre o medo de ontem e hoje exposta no pensamento de Vera Malaguti, é possível perceber que este elemento detonador e legitimador de políticas punitivas mais radicais entrou definitivamente no imaginário da sociedade brasileira, o que gera uma demanda incessante de mais repressão penal, a qual a mídia não se furta a propagandear aos quatro cantos do país. Percebemos nesta lógica horripilante um sistema perverso que se retroalimenta, pois é difundido o medo («branco quase ontológico») das «classes perigosas», por meio da mobilização da opinião pública legitimadora. Isto gera uma demanda por mais repressão penal. Este pedido é imediatamente atendido, sempre que instados a conter a «ordem», nossos diversos sistemas punitivos trataram de representar, na prática, mais e mais eficientes e excludentes, programações criminalizantes. Enfim, é praticamente um «*delivery* criminológico».

E para que os «clientes» não se sintam desagradados, no atual contexto de insegurança social, novos medos são constantemente «produzidos e colocados no mercado» (detonados). Há até amostra grátis do medo (a ameaça), a fim de satisfazer a clientela e novas programações criminalizantes são prontamente produzidas, garantindo-se, dessa forma, a «total satisfação» do «cliente». Tudo isso sem que, em momento algum, seja questionada a própria lógica do sistema econômico, político e social que produz o medo, os sistemas punitivos, as prisões, a exploração, a dominação, os alvos a serem criminalizados, o encarceramento em massa e o genocídio de jovens. Basta apenas o medo ou a simples ameaça e a existência das «classes perigosas» (Batista, 2003c: 105).

Todos esses fatores encontram-se sempre presentes nas diversas propostas de modernização e reaparelhamento do sistema e das instituições de justiça criminal. Por isso, não é raro o resgate, no bojo do debate social e político, das discussões sobre a diminuição da maioridade penal e até mesmo da adoção da pena de morte como forma de enfrentamento da questão criminal brasileira, embora esta última seja expressamente vedada pelo art. 5º, XLVII, b, da Constituição Federal.

Por este motivo, acreditamos que um estudo mais detido sobre as diversas implicações do desenvolvimento do sistema penal brasileiro se justifica como forma de compreender os complexos desafios impostos em nosso cenário.

2. Globalização neoliberal e estado penal

O primeiro aspecto a ser analisado diz respeito aos índices de encarceramento, à medida que, no Brasil, tais estatísticas são alarmantes e, por isso, não podem ser negligenciadas pela teoria social e jurídica. A ideia que motivou o presente tópico surgiu a partir de uma pergunta proposta por Löic Wacquant, ao analisar os efeitos da globalização e do neoliberalismo nos Estados Unidos, mas que tem total validade no atual contexto brasileiro, qual seja, o seguinte paradoxo: «como a penalidade neoliberal pretende remediar com um 'mais Estado' policial e penitenciário o 'menos Estado' econômico e social que é a própria causa da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países?» (Wacquant, 2001: 7)

A partir desse primeiro questionamento, surge uma segunda questão, não menos importante, que diz respeito ao destino das pessoas desalojadas desse Estado econômico e social (Estado de bem-estar social) e que não mais interessam ao Estado neoliberal. Assim, resta a seguinte dúvida: o que estaria ocorrendo com essas pessoas não mais amparadas pelas redes de proteção do Estado de bem-estar social – que vem sendo desmantelado pela globalização e pelo neoliberalismo - e que não são economicamente utilizadas pela nova forma de organização do trabalho imposta pelo programa neoliberal?

Por detrás das duas perguntas encontra-se, de um lado, o processo de desmantelamento do Estado de bem-estar social e, do outro, a implantação do Estado mínimo por meio da adoção de medidas neoliberais, que repercutem de forma drástica na vida em sociedade, sobretudo dos mais pobres. Diante desses dois elementos, torna-se importante entender todo esse processo por meio de seu viés mais nefasto, qual seja, as novas formas de controle social, as novas medidas implantadas no curso da questão criminal neoliberal.

O processo desenfreado de encarceramento imposto pelo sistema penal neoliberal sobre a massa empobrecida pode ser observado através da taxa nacional de encarceramento, que aumentou de 95,5 pessoas presas por 100 mil habitantes em 1995 para 285,49 pessoas presas por 100 mil habitantes em junho de 2013[5].

Evidentemente, não obstante o fato de o encarceramento ter aumentado, a população de uma forma geral não se sente mais segura por isso, na medida em que o mote da implantação do sistema penal neoliberal é baseado na difusão do medo, do caos e da desordem, que são instaurados de forma generalizada e universal, como assinala Vera Malaguti Batista, ainda que com o objetivo claro de «detonar estratégias de exclusão e disciplinamento das massas empobrecidas» (Batista, 2003b: 487-488), legitimando os diversos processos de maior demanda por ordem.

O segundo, mas não menos, importante aspecto consiste na necessária análise do que entendemos como já em curso, em nosso cenário, um verdadeiro genocídio racial. Há tempos nos deparamos com pronunciamentos no Brasil que confirmam a percepção de que, infelizmente, possuem uma incapacidade de desenvolver propostas que viabilizem um modelo de sociedade mais livre e igualitária. Associam-se a pronúncias teóricas liberais, principalmente ligadas à questão econômica, mais especificamente a uma de suas características mais nefastas: a preservação do *status quo* e ao discurso da não-culpabilidade coletiva, enfatizando a ideia de que as mazelas que muitos padecem são decorrentes quase única e exclusivamente da responsabilidade individual do sujeito. Inviabilizam e ridicularizam propostas que tentam interpretar determinadas situações sociais (como pobreza, exclusão, racismo, desigualdade) dentro de um contexto crítico mais ampliado, que problematiza as questões tendo em vista sua conjuntura política, econômica e social.

Neste cenário se insere o primeiro documento que analisaremos. Trata-se de um texto para discussão elaborado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), intitulado «Evolução e determinantes da taxa de homicídios no Brasil» que chama a atenção até mesmo dos pesquisadores mais distraídos, tendo em vista sua conclusão no sentido de considerar que, de um modo amplo, os «resultados comprovam que prender mais bandidos e aumentar o policiamento são armas válidas para reduzir a taxa de homicídios, independentemente do que ocorra com outras variáveis socioeconômicas» (Sachsida & Mendonça: 2012, 5).

A alarmante taxa de homicídios ocorridos no país, que nos coloca como um dos países mais violentos do mundo é bastante conhecida e contribui para moldar a subjetividade da sociedade como um todo, imersa em uma política que claramente apenas serve para difundir o medo de forma generalizada, naquilo que consideramos como difusão de uma «política do medo». Possuímos um assombroso número de quase 50 mil homicídios por ano. O Sistema de Informações de Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS) prevê que no período entre 1979 a 2009 tenha havido cerca de um milhão de homicídios no Brasil. Mesmo com a evidência desses dados, ao analisar a partir de dados oficiais do Estado o efeito de políticas de repressão sobre a taxa de homicídios na sociedade brasileira, os autores do Texto do IPEA lançam dúvidas sobre a habilidade da desigualdade de renda combater a taxa de homicídios. Procuram demonstrar que «aumentar a taxa de encarceramento e a taxa de policiamento são políticas públicas capazes de reduzir a taxa de homicídios, independentemente de a desigualdade de renda diminuir ou de o nível de escolaridade da população aumentar» (Sachsida & Mendonça: 2012, 38). Ou melhor, expressam que «o combate à criminalidade pode ser feito com sucesso sem passarmos por grandes mudanças na estrutura socioeconômica da sociedade» (Sachsida & Mendonça: 2012, 38). Ressalvam que não são contra as políticas de redução de desigualdade de renda ou contra o aumento do nível de escolaridade da população, mas destacam que «prender bandidos e aumentar a taxa de policiais são armas capazes de reduzir a taxa de homicídios» e reconhecem que não são as armas mais eficientes, mas afirmam que elas efetivamente funcionam (Sachsida & Mendonça: 2012, 38).

O que os autores propõem é mais repressão contra a criminalidade. Para eles, é a resposta mais prática, a que dá resultados mais imediatos e, de certa forma, também a mais barata. Como contraponto, temos a informação de que o custo médio do encarceramento gira em torno de R$ 1,3 mil a R$ 1,6 mil, de acordo com o levantamento realizado pela CPI do Sistema Carcerário (2009), no Sistema Penitenciário e R$ 2.100,00, no

---

5 Os números correspondem ao total de presos dos Sistemas Penitenciários Estadual, Federal e da Polícia e os dados foram obtidos a partir do levantamento realizado pelo Ministério da Justiça/DEPEN. Disponível em: http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRIE.htm. Acesso em: 27/11/2014.

complexo penitenciário privado construído em Ribeirão das Neves, na região metropolitana de Belo Horizonte, administrado pelo GPA (Gestores Prisionais Associados), um consórcio de cinco empresas privadas, por meio de PPP – parceria público-privada. O custo dos investimentos sociais que representam o conjunto dos direitos sociais previstos no art. 6º, da Constituição Federal, no entanto, em 2009, foi de R$2.967,80 *per capita* (Brasil, MPOG: 2012).

Sustentar que o aumento de efetivo policial é solução eficaz por si só, sem a necessidade de mudanças socioeconômicas mais estruturais não é uma conclusão evidenciada pelos números. Neste caso, os números parecem ser utilizados para se afirmar o que se quer dizer. E, neste caso, eles estão dizendo sobre uma política de manutenção do *status quo*, de perpetuação de uma história de segregação e desigualdade, encobrindo uma enorme guerra civil[6] mascarada com os mitos de povo pacífico, hospitaleiro, feliz, cordial e em progresso contínuo.

A segurança pública no Brasil é uma das esferas estatais que mais reflete a seletividade racial, sobretudo, após a adoção do neoliberalismo como principal agenda econômica, consolidando, entre nós, o Estado Penal (em detrimento do Estado Social). Nesse sentido, entendemos que defender uma política de maior repressão é também contribuir para a perpetuação dessa segregação. São aspectos que devem permear o tema: desigualdade, segregação social e racial, alta taxa de homicídios e incidência maior na população negra. Tais fatores não podem ser negligenciados quando o objetivo é problematizar a segurança pública e a questão criminal no Brasil.

A urgência do debate sobre a questão do elevado número de homicídios tem por base a suposição de que a morte é a violência elevada ao seu extremo. A banalização das mortes é um fenômeno que vem sendo naturalizado e que contradiz a ideia disseminada de que somos um povo pacato e calmo, situação que se agrava ainda mais quando se contrasta a nossa conjuntura social com a de outros países, vitimados por guerras civis, políticas explícitas de extermínio e genocídio racial. Devemos, pois, nos questionarmos se já não estamos, na prática, vivenciando uma guerra civil não declarada, um genocídio racial velado e, ao mesmo tempo, institucionalizado quando adotado sob a forma de política de segurança pública. O homicídio é um ato de intervenção humana, resultado de ações que danosamente afetam a vida das pessoas e impossibilitam a própria existência. Por isto, é importante que os dados sejam analisados de modo mais aprofundado, principalmente para que se possa concluir sobre as maiores incidências dos homicídios e se perceber que a violência no Brasil tem nome, endereço e renda. Cada uma dessas mortes tem sua história, seus determinantes e suas causas.

O Mapa da Violência (Waiselfisz; 2010 e 2011), que realizou a «anatomia» dos homicídios no Brasil, deu enfoque para uma análise dos níveis de violência homicida a partir da cor ou raça da população. Há um problema com relação ao corte temporal deste enfoque, que possui dados confiáveis somente a partir de 2002. A principal fonte de dados, que é o Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde, começou a processar as informações referentes à raça/cor a partir de 1996. Mesmo assim, até 2001 vários problemas nos dados foram identificados. Desta forma, somente foi possível trabalhar com a confiabilidade dos dados «oficiais» a partir de 2002 quando a identificação de raça/cor já atingia índices de 92.6%, o que garante boa confiabilidade das análises sobre o tema.

A categoria «negro», utilizada pela pesquisa, baseou-se no somatório entre as categorias de pretos e pardos, usadas pelo IBGE. Neste caso, é preciso dar destaque a um problema metodológico. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, coleta os dados por meio de autoclassificação do entrevistado. Ou seja, é o entrevistado quem se inclui nas seguintes opções: branca, preta, parda, amarela ou indígena. Estes dados são confrontados com as certidões de óbito, que é a fonte de dados para os índices dos homicídios. As classificações sobre cor/raça realizadas nas certidões são feitas por agentes externos ou por documentação preexistente. O problema reside no fato de que os dados do IBGE têm por base a autoclassificação, ao passo que as certidões de óbito não contam com a autoclassificação, mas com uma determinação de raça/cor dada pelo agente emissor da certidão. Assim, ambas as classificações nem sempre são coincidentes e, por isto, os resultados não são números absolutos, são mais aproximativos que assertivos. Feitas as ressalvas, vamos às conclusões do Mapa.

---

6 No mesmo sentido, ver: Menegat, 2006: 105-117.

Mesmo que haja diferenças entre as Unidades Federativas do Brasil, a tendência apresentada é de que há queda no número absoluto de homicídios na população branca e um aumento na população negra. Reafirmamos que os dados são referentes ao período computado a partir de 2002, o que coincide com uma ligeira redução geral da taxa de homicídios identificada a partir de 2003. O SIM/MS aponta a tendência de crescimento constante (sem nenhum decréscimo ou corte na constante) da taxa de homicídios desde a década de 80, com taxa decrescente a partir de 2003. O texto do IPEA não menciona este fato. Simplesmente se apoia no dado final de 2009 e aponta um acréscimo de 136% na taxa de homicídios nos últimos anos. Em outras palavras, não insere ou contextualiza os resultados numéricos com o contexto das últimas três décadas no Brasil, ao contrário da pesquisa realizada por Daniel Cerqueira, João Manoel Pinho de Mello e Rodrigo R. Soares. A primeira variação negativa no número de homicídios no Brasil, desde 1992, foi em 2004. Segundo os analistas, foi em decorrência principalmente da redução de óbitos por arma de fogo, decorrente da aprovação do Estatuto do Desarmamento, segundo dados do próprio SIM/MS. Importante destacar que a queda não foi tão significativa, pois se mantém em níveis inaceitáveis. Até 2003 as taxas de homicídio continuaram crescendo rapidamente, com quedas relevantes até 2005 e um equilíbrio instável depois (mas não nos esqueçamos de que as taxas continuam alarmantes).

O Mapa da Violência (Waiselfisz; 2010) criou um índice de vitimização negra, que resulta da relação entre as taxas de homicídio entre brancos e negros. Ele expressa em que proporção morrem mais negros do que brancos por homicídios. Temos alguns resultados:

a) Entre 2002 e 2010 houve uma queda de 24,8% da taxa de homicídios brancos, enquanto que a taxa de negros teve um aumento de 5,6%;
b) Em 2002, a vitimização negra na população era de 65,4%. Em 2010, o índice foi a 132,3% (ou seja, morrem, proporcionalmente, 132,3% mais negros do que brancos).

Dentro da faixa etária entre os 15 e 24 anos, onde estão localizados os maiores índices de homicídios, a vitimização negra é maior. Assim,

a) Entre 2002 e 2010 as taxas de homicídios de jovens brancos teve queda de 30,3%, enquanto que a de jovens negros cresceu 3,5%;
b) Em 2002, a vitimização de jovens negros era de 71,7%. Em 2010 o índice atingiu 153,9% (ou seja, morrem, proporcionalmente, 153,9% mais jovens negros do que jovens brancos).

Em termos proporcionais, para cada homicídio de não negro no Brasil, 2,4 negros são assassinados, em média. Isto leva a uma preocupação maior com relação às políticas públicas de segurança, principalmente no que concerne à identificação das particularidades desta vitimização racial. Mas estas políticas não caminham sozinhas, como é evidente. O que podemos concluir é que há uma associação crescente entre homicídios e cor da pele das vítimas, com concentração progressiva da violência sobre a população negra, principalmente em relação aos jovens. Somos levados à preocupação com subsídios para um diagnóstico mais aprofundado desta realidade, tanto por parte da sociedade civil, como pelas instituições estatais e governamentais.

Uma das conclusões mais evidentes é que o motor da maior vitimização dos negros não se encontra no crescimento dos homicídios negros. O motor está mais ligado à queda dos homicídios brancos. É indicativo para a afirmação de que as estratégias e políticas de segurança e proteção da cidadania incidem de modo diferente nos variados segmentos da população, tanto relacionado à questão da diferenciação entre raças/cor, quanto às políticas regionais/locais desenvolvidas pelos governos respectivos. Nesse sentido, poderíamos elencar aqui questões pontuais sobre o decréscimo de homicídios de brancos e aumento de homicídios de negros, que ainda estão abertos para uma maior pesquisa a respeito: aumento da segurança privada, que privilegia os mais afortunados (brancos); políticas de «pacificação» de favelas (de maioria negra) dominadas pelo tráfico e suas práticas de extermínios sumários (tal como o modelo adotado no Rio de Janeiro); melhoria no sistema de registro dos homicídios, trazendo à tona situações excluídas da contagem oficial estatal, dentre outros.

Para além das análises ligadas às causas imediatas da maior incidência de negros nas taxas de homicídios, outras questões precisam ser destacadas, já que são fatores ligados diretamente a essas causas imediatas. A população negra encontra-se situada nas posições mais inferiores das hierarquias sociais no Brasil. Esta exclusão social é reforçada pelo preconceito e estigmatização, onde o senso comum leva à percepção de que os cidadãos negros são, desde logo, potenciais perturbadores da ordem social, fazendo com que a punição seja um «privilégio» da população negra.

O Mapa da Violência de 2010 (Waiselfisz; 2010) demonstra que os 48% da variação dos índices de homicídio total são explicados pela variação dos índices de concentração de renda. Os contrastes entre pobreza e riqueza, com suas sequelas de maximização e visibilidade das diferenças, seriam os fatores com maior poder de determinação dos níveis de homicídio de um país.

Os elementos mais significativos para a análise da incidência de crimes de homicídio estão ligados à potencialidade da vítima, à potencialidade do agressor e à potencialidade da proteção que a vítima, também em potencial, possui, tendo em vista seu estilo de vida (idiossincrasias, sexo, idade, relações familiares, comunitárias e profissionais). Muitas análises focam suas atenções às meras potencialidades, destacando que ao indicarmos as probabilidades de incidência desses elementos não deve ser feita distinção levando em consideração o fator racial, mas as características individualizadas em si. Isto nos levaria a dizer que o negro não é a maior vítima de homicídios porque é negro, mas sim porque se encontra em situações de vulnerabilidade. Mas como compreender a vulnerabilidade sem se aprofundar em suas causas? Que nome devemos dar a estas causas? Quais seriam as «causas das causas»?

As características idiossincráticas do indivíduo são distribuídas de maneira aleatória na população e, para sua análise, não dependeríamos de fatores como cor de pele. Um exemplo característico é a incidência maior da taxa de homicídios na população jovem. Esta análise seria profunda, caso pudéssemos isolar o indivíduo de suas condicionais de existência (ou talvez se vivêssemos no mundo igualitário liberal), principalmente àquelas ligadas às suas relações familiares, comunitárias e profissionais, condicionadas por fatores diversos, como nível econômico, mobilidade residencial e acesso ao sistema de justiça. Entretanto, tal tarefa torna-se quase inviável para uma boa análise estatística.

A pesquisa do IPEA intitulada «Vidas Perdidas e Racismo no Brasil», elaborada por Daniel R. C. Cerqueira e Rodrigo Leandro de Moura (2013), oferece aparato teórico e estatístico para o aprofundamento do debate. Trabalhando com a inegabilidade da ideologia do racismo, afirma que este afeta a prevalência de homicídios negros e desenvolve argumentação em dois sentidos. Por um lado, após a abolição da escravatura, o negro, deixado à mercê do sistema socioeconômico, até hoje luta contra as mazelas da baixa dotação do seu capital humano. Por outro lado, e em consequência, há afetação na demanda por trabalho decorrente das discriminações por cor de pele, renegando os negros aos postos de trabalho menos qualificados e bloqueando as oportunidades de crescimento profissional. Essa situação faz com que sejam criados estereótipos negativos que afetam a identidade e autoestima dos negros, como foi apontado logo acima, em relação ao sistema de justiça criminal. Isto nos leva a trabalharmos com um conceito mais especificado desta situação, que é o de «racismo institucional», ou «racismo institucionalizado». Por ele, podemos afirmar as ações difusas de racismo no cotidiano das instituições organizadas do Estado, que reforçam e reafirmam o preconceito. A partir da década de 1990, os movimentos sociais negros passaram a empregar esta formulação para a identificação e prevenção do racismo institucional, por meio da formulação de políticas específicas para lidar com o problema.

Aliando a discussão do racismo institucionalizado com as políticas públicas de maior repressão policial, cabem pesquisas específicas sobre o funcionamento e credibilidade das polícias do país. Confiança na polícia, respeito aos direitos civis, por parte dos policiais, tratamento preconceituoso, causas da criminalidade e formação do efetivo policial são alguns dos itens debatidos em uma pesquisa do IPEA sobre os índices da segurança pública, de 2012, intitulada de «Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)». Há um claro diagnóstico de distanciamento entre a polícia e a sociedade, com o agravo de que a população que não é branca tem menos confiança nos serviços prestados pela polícia e menor confiança nestas instituições. Seguem alguns dados:

a) Sobre confiança na polícia militar: 6,2% confiam muito; 31,3% confiam; 40,6% confiam pouco; 21,4% não confiam; 0,5% NS/NR;

b) Sobre os policiais no Brasil respeitarem os direitos dos cidadãos: 3,5% concordam

plenamente; 38,2% concordam; 43,8% discordam; 9,7% discordam plenamente; 4,9% NS/NR;

c) Sobre os policiais no Brasil tratarem as pessoas com preconceito: 23,1% concordam plenamente; 40,4% concordam; 25,8% discordam; 6,3% discordam plenamente; 4.4% NS/NR;

d) Principal causa da criminalidade na percepção dos entrevistados: 12,2% pobreza; 23,8% desigualdade social; 20,5% falta de investimento em educação; 5,9% falta de investimento nas polícias; 9,1% corrupção dentro das polícias; 12,7% corrupção dos políticos; 13,9% aumento do tráfico de drogas; 1,2% outras; 0,7% NS/NR.

Os debates que são feitos a respeito da desmilitarização da polícia têm em vista a crise de legitimidade e funcionalidade pela qual passa esta instituição. Entretanto, há a necessidade de se acrescentar nas discussões o fator referente ao racismo institucionalizado, que ali acima apontamos na pesquisa sobre «Vidas perdidas» (IPEA, 2013). Sendo a polícia o primeiro elemento do sistema de justiça criminal a ser acionado no caso das ações de segurança pública, é ela quem deve primeiramente resguardar os direitos civis dos cidadãos, sua isonomia de tratamento e sua incolumidade física. A abordagem policial, fundamentada dentro das regras do devido processo, acaba permitindo que a «fundada suspeita», ensejadora das ações de abordagem, dê margem para a atuação ideológica institucionalizada do racismo. Os sinais identificados para a abordagem de um suspeito, na prática, estão fortemente relacionados à classe social e raça dos cidadãos.

As abordagens policiais fazem diferenciação de cor. Instauram, a partir do racismo institucionalizado, a presunção de culpabilidade ou «suspeição de cor», estigmatizando o negro a partir das tão aclamadas «estatísticas de raça». O debate acaba sendo menosprezado, pois muitos analistas proclamam que o estigma não se baseia na cor, mas nas potencialidades de criminalidade (e é justamente esta presunção que estamos atacando). Alia-se a isto o fato de que a força de trabalho das corporações policiais, em muitas regiões do país, é constituída em sua grande parte por policiais negros, levando-os a reproduzir os valores e a ideologia do racismo. Os motivos dessa reprodução por parte dos próprios negros não são objeto de debate neste momento, mas ligam-se a outros debates sobre a reprodução do discurso hegemônico e dos seus discursos de exclusão e segregação. Assim, podemos ter negros racistas, mulheres machistas, gays homofóbicos. É o oprimido reproduzindo o discurso do opressor, contra outros oprimidos e até contra si mesmo. No caso dos policiais, ao reproduzirem o discurso racista tornam-se intermediários e agentes desta prática, representando institucionalmente a produção da violência feita pelo próprio Estado. São opressores, mesmo que eles próprios possam ser vítimas dessa opressão.

Um dos elementos mais polêmicos da atuação policial no Brasil é a orientação discriminatória do seu trabalho, buscando sua «clientela» a partir de estereótipos que têm na cor da pele dos suspeitos seu elemento mais característico. Essa reprodução dos mitos estereotipados multiplica as consequências desastrosas do modo de operar das instituições policiais. Há uma naturalização da relação entre pobreza, negros e criminalidade, muitas vezes tornando invisível a prática racista. Não se percebe que o negro, principalmente o jovem, sintetiza um drama social, uma incapacidade generalizada de solucionar as contradições de nossa sociedade.

Segundo os indicadores da pesquisa do IBGE de 2009 sobre índices de vitimização, é possível apontar que este racismo institucionalizado produz consequências indesejáveis, sedimentando ainda mais a deslegitimidade dos aparatos policiais. Seguem outros dados:

a) Entre as vítimas que não procuraram a polícia, 61,8% eram negros e 38,2% eram não negros;

b) Dentre aqueles que não procuraram a polícia porque não acreditavam ou porque tinham medo da polícia, cerca de 60% eram negros e 40% não eram negros;

Esta vitimização que incide de maneira tão intensa sobre o negro permite também avaliar a diferença de perda de expectativa de vida ao nascer. Esta expectativa é um dos principais indicadores associados ao desenvolvimento socioeconômico dos países. Precisamos ter em mente que se levarmos em conta o momento em que se deu a vitimização, a perda de expectativa de vida é tanto maior quanto mais jovem for a vítima. A

partir do Censo 2010 do IBGE e das análises do SIM/MS, podemos destacar alguns números, que estimam a perda de expectativa de vida ao nascer devido às violências letais.

Estas estimativas foram processadas pela pesquisa «Vidas Perdidas» (IPEA; 2013). Se considerarmos todas as violências letais (homicídios, suicídios e acidentes), os negros possuem perda de expectativa de vida de 3,5 anos de vida, contra 2,57 anos dos homens de outra cor/raça. Se forem considerados apenas os homicídios, o homem negro perde 1,73 ano de vida ao nascer, enquanto que o homem não negro perde 0,81 ano de vida. O índice é mais alarmante se forem consideradas algumas unidades federativas em particular: Alagoas (6,2 anos); Espírito Santo (5,2 anos); Paraíba (4,8 anos).

A controvérsia que gira em torno destes resultados se refere às divergências decorrentes dos posicionamentos ideológicos que negam a existência de racismo no país. Como o objetivo aqui é justamente o de combater essa prática de mascaramento da realidade, nossa hipótese é clara: as diferenças das condições socioeconômicas e demográficas entre negros e não negros explica a diferença de vitimização por homicídios entre estes dois grupos populacionais. Continuemos com as conclusões da pesquisa.

Foram captadas possíveis diferenças socioeconômicas e demográficas entre a população negra e não negra: ensino fundamental incompleto; ensino fundamental completo; ensino médio incompleto; ensino médio completo; ensino superior incompleto; diferencial do percentual de jovens negros e brancos na população total; diferencial da taxa de desemprego; diferencial da renda média do trabalho. Na verdade, trabalhou-se com dois grandes grupos. Por um lado a análise a partir das faixas educacionais; por outro, a partir da taxa de desemprego e renda média do trabalho. Qualquer uma destas variáveis, tomadas individualmente, são estatisticamente significativas na explicação do diferencial de vitimização entre negros e não negros. Em síntese, quanto maior é a diferença de participação de jovens negros em relação aos não negros no sistema educacional, maior é o diferencial da taxa de homicídios entre negros e não negros (IPEA; 2013). O mesmo acontece com relação ao desemprego e renda do trabalho, onde com o aumento da taxa de desemprego dos negros em relação ao dos não negros, eleva-se o diferencial da taxa de homicídios entre estes grupos. O contrário também ocorre: quando há aumento de renda em favor dos negros, há uma diminuição na diferença da taxa de homicídios entre negros e não negros.

As características acima apontadas explicam apenas 20% do diferencial da taxa de homicídios. Como há uma elevada parcela ainda não explicada neste diferencial, há a necessidade de estudos com outras variáveis, como outras condições socioeconômicas e a ideologia racista, de difícil densificação em pesquisas estatísticas. Essa pesquisa do IPEA considerou características socioeconômicas como gênero, idade, escolaridade e estado civil da vítima e concluiu que a cor da pele da vítima, quando negra, faz aumentar em cerca de oito pontos percentuais a probabilidade de o indivíduo ter sofrido homicídio.

É difícil negar a relação entre a alta taxa de homicídios de negros e as desigualdades sociais que assolam principalmente os negros. A institucionalização do racismo, aliada às baixas condições socioeconômicas dos negros são fatores relevantes para a explicação do diferencial de vitimização dos homicídios entre negros e não negros. Enquanto a repressão for a política maior, a ferida não cicatrizará. Enquanto a negação das evidências existir, os números continuarão gritando sobre a morte.

Considerações finais

Todas as questões aqui debatidas são amplamente noticiadas pela mídia tradicional e conservadora como uma «guerra civil contra a sociedade», que facilmente pode ser deduzida apenas pela análise do saldo de «baixas», isto é, do número de pobres executados ou, se tiverem um pouco mais de sorte, apenas encarcerados. Tudo isso, na realidade, revela que esta «guerra civil» tem apenas um «inimigo» que não mais se situa no âmbito externo, como bem identificou Marildo Menegat (2006: 105-117). Ou seja, aquela representação da guerra como luta armada entre nações, por razões territoriais, econômicas ou ideológicas, deu lugar a uma guerra que, agora, se desenvolve contra uma parcela no interior da própria nação, isto é, contra uma camada da estrutura social que foi criada por uma sociedade determinada pelo processo de acumulação e pela propriedade privada. Observa-se deste modo que, pelo «paradigma executório de solução dos conflitos sociais», a atual política

criminal genocida direciona sua artilharia (os policiais, normalmente pertencentes às camadas pobres) contra seus «alvos», isto é, contra as massas mais pobres ainda (em geral, negras e jovens). A única luta que restou, portanto, foi a «intraclasse», enterrando-se de uma vez por todas a «luta entre classes», do velho Marx.
Nesse contexto, só podemos concluir que a compreensão da questão criminal no Brasil contemporâneo somente pode ser realizada em conjunto com a análise das mudanças estruturais, econômicas, políticas e sociais impostas pela globalização e pelo neoliberalismo, a fim de que, assim, elementos seguros e coerentes possam ser elaborados e utilizados na crítica ao atual contexto de verdadeira criminalização da miséria, genocídio racial e gestão da barbárie, em pleno vigor entre nós. Tais reflexões se tornam necessárias porque, não por acaso, todas essas medidas são adotadas contra «alvos específicos», na realidade, justamente aqueles que mais têm motivos para questionar a ordem oficial vigente.

Bibliografia

ADORNO, S. (2006), "Crimen, punición y prisiones em Brasil: um retrato sin retoques". *Revista Quorum*, 16, pp. 46, Disponível em: www.revistaquorum.es, [consultado em 08-3-2009].

ADORNO, S. (1996), "Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparada", *Estudos Históricos*, 18, pp. 14-36.

AGÊNCIA BRASIL. Peduzzi, P. (2013), "*Guerra do Iraque contabiliza 174 mil mortes em dez anos",* Disponível em: http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-03-17/guerra-do-iraque-contabiliza-174-mil-mortes-em-dez-anos, [consultado em 17-3-2013].

ANITUA, G. I. (2008), *Histórias dos pensamentos criminológicos*. Coleção Pensamento Criminológico, nº 15. Rio de Janeiro: Editora Revan; Instituto Carioca de Criminologia.

BARATTA, A. (2002) *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal*: introdução à sociologia do direito penal. Coleção Pensamento Criminológico, nº 1. Rio de Janeiro: Editora Revan; Instituto Carioca de Criminologia.

BATISTA, N. (2008). "'Só Carolina não viu' – violência doméstica e políticas criminais no Brasil". *Jornal do Conselho Regional de Psicologia*, pp. 12-13, Disponível em: www.crprj.org.br, [consultado em 23-8-2008].

BATISTA, N. (2003a), "Todo Crime é Político", *Revista Caros Amigos*, nº 77, Disponível em: http://www.pdt-rj.org.br/docs/Entrevista%20de%20Nilo%20Batista%20para%20a%20Revista%20Caro%20Amigos.doc, [consultado em 18-5-2008].

BATISTA, N. (2003b), "História da programação criminalizante no Brasil". In ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N. (eds.). Direito Penal Brasileiro: primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal. Rio de Janeiro: Revan.

BATISTA, N. (2002), "Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio", *Discursos sediciosos* – crime, direito e sociedade. 7 (12), 1-20, Disponível em: www.bocc.ubi.pt, [consultado em 20-10-2009].

BATISTA, N. (1997), "Política criminal com derramamento de sangue", *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 1997 (20), Disponível em: http://www.ibccrim.org.br/rbccrim/26-/?ano_filtro=2002, [consultado em 10-1-2002].

BATISTA, N. (1996), "Fragmentos de um discurso sedicioso", *Discursos sediciosos*, nº 1, Rio de Janeiro: Revan.

BATISTA, V. M.. (2007), "O Realismo Marginal: criminologia, sociologia e história na periferia do capitalismo", *Sociologia e Direito: explorando as Interseções*. MELO, M. P. (org.). Niterói: PSGDS - Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, pp. 135-148.

BATISTA, V. M. (2006a), *"A questão criminal no Brasil contemporâneo"*. *Revista Margem Esquerda* - Ensaios marxistas, 8, pp. 37-41.

BATISTA, V. M. (2006b), "Filicídio", RIZZINI, I.; CORONA, R. F.; ZAMORA, M. H.; NEUMANN, M. M. (Orgs.). *Crianças, adolescentes, pobreza, marginalidade e violência na América Latina e Caribe*: relações indissociáveis? Rio de Janeiro: Quatro Irmãos/FAPERJ, Disponível em: http://www.observatoriodeseguranca.org/files/Filicidio.pdf, [consultado em 27-9-2008].

BATISTA, V. M. (2003c), *O medo na cidade do Rio de Janeiro*: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan.

BATISTA, V. M. (2000), "O medo e o método", *Discursos Sediciosos* – Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 5 (9-10), pp. 187-195.

BATISTA, V. M. (1999), *Difíceis ganhos fáceis*: *drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia; Editora Freitas Bastos.

BATISTA, V. M.; DUMANS, A. M. (2002), "Há nada de novo no front", *Revista Ciência Hoje, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência,* 31 (18), pp. 10-25.

BRASIL. MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. (2012), "*Orçamento Federal ao Alcance de Todos*: *Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2013*". Disponível em: http://www.portaltransparencia.gov.br/controleSocial/documentos/orcamento_federal_alcance_todos.pdf, [consultado em 30-12-2012].

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. (2012), *SIPS* – Sistema de Indicadores de Percepção Social. OLIVEIRA Jr., A. de (Coord.). Rio de Janeiro: IPEA.

BENCI, J. (1997), *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*. São Paulo: Ed. Grijalbo.

CERQUEIRA, D. (2010), *Causas e Consequências do Crime no Brasil*. Tese de doutoramento, Rio de Janeiro: Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

CERQUEIRA, D., MELLO, J. M., SOARES, R. R. (2013) "*HOMICÍDIOS NO BRASIL*: uma tragédia em três atos". Brasília: IPEA, Disponível em http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/pesquisa/textos_sem_peq/texto0910.pdf, [consultado em 13-5-2014].

CERQUEIRA, D. R. C. & MOURA, R. L. (2013), "*NOTA TÉCNICA: Vidas perdidas e Racismo no Brasil"*, nº 10. Brasília: IPEA, Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/131119_notatecnicadiest10.pdf, [consultado em 13-5-2014].

CPI - *SISTEMA CARCERÁRIO*. (2009). *Série ação* parlamentar, nº 384, Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2701, [consultado em 20-1-2010].

FOUCAULT, M. (1999), *Vigiar e punir.* Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes.

GUIMARÃES, S. P. (2013), "Com mais mortes que Iraque, Brasil está em guerra e não sabe". *Revista Exame,* 18.07.2013, Disponível em: http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/nem-iraque-nem-sudao-brasil-esta-em-guerra-e-nao-sabe, [consultado em 18-7-2013].

IPEA. (2014), "*Pesquisa sobre crime racial está errada"*. SACHSIDA, A. Depoimento, 6'44''. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1nnjzW-0rZU&feature=youtu.be, [consultado em 13-4-2014].

IPEA. (2012), "*Sistema de Indicadores de Percepção Social* (SIPS)". Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/120705_sips_segurancapublica.pdf, [consultado em 13-4-2014].

MENEGAT, M. (2006), *O olho da barbárie*. São Paulo: Expressão Popular.

MELOSSI, D. e PAVARINI, M. (2006), *Cárcere e fábrica – As origens do sistema penitenciário (séculos XVI*

e XIX). Trad. Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan; ICC.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2013), "*SIM*-Sistema de Informações de Mortalidade". Disponível em: http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=060701, [consultado em 13-5-2014].

MORAES FILHO, J. C. G. de, "*Parceria público-privada no sistema prisional",* Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/20160-20161-1-PB.pdf, [consultado em 25-101-2014]

NEDER, G. (2009), "Sentimentos e ideias jurídicas no Brasil: pena de morte e degredo em dois tempos", MAIA, Clarissa Nunes [*et al*.]. *História das prisões no Brasil*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Rocco, pp. 79-108.

NEDER, G. (2000), *Iluminismo juridico-penal luso-brasileiro: obediência e submissão*. Rio de Janeiro: Revan; ICC.

NEDER, G. (1995), *Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil*. Porto Alegre, RS: Editora SAFE.

NEDER, G. (1994), "Em nome de Tânatos: aspectos da história do sistema penitenciário no Brasil", *Violência & Cidadania*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, pp. 11-34.

PASUKANIS, E. B. (1989), *Teoria Geral do Direito e Marxismo*. Rio de Janeiro: Renovar.

RUSCHE, G. & KIRCHHEIMER, O. (2004), *Punição e Estrutura Social*. Coleção Pensamento Criminológico, nº 3. Rio de Janeiro: Revan.

SACHSIDA, A. & MENDONÇA, M. J. C. (2012), "*Evolução e determinantes da taxa de homicídios no Brasil"*. Texto para discussão n. 1808. Brasília: IPEA, Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/973/1/TD_1808.pdf, [consultado em 13-5-2014].

SANTOS, J. C. dos. (2005), *Teoria da pena: fundamentos políticos e aplicação judicial*. Curitiba: ICPC; Lumen Juris.

THOMPSON, A. (1983), *Quem são os criminosos?* Rio de Janeiro: Achiamé.

TODOROV, T. (2010), *O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações*. Rio de Janeiro, Vozes.

WACQUANT, L. (2003), *Punir os pobres*: *a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan.

WACQUANT, L. (2001), *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

WAISELFISZ, J. J. (2009), "*MAPA DA VIOLÊNCIA 2010*: anatomia dos homicídios no Brasil". São Paulo: Instituto Sangari, Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2010/MapaViolencia2010.pdf, [consultado em 13-5-2014].

WAISELFISZ, J. J. (2011), "*MAPA DA VIOLÊNCIA 2012*: os novos padrões da violência homicida no Brasil". São Paulo: Instituto Sangari, Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/, [consultado em 13-5-2014].

YOUNG, J. (2002), *A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente.* Rio de Janeiro: Revan; ICC.

YUKA, M. (2002), "Todo camburão tem um pouco de navio negreiro". Intérprete: o RAPPA. In *Instinto coletivo ao vivo- versão simples*. São Paulo: Warner, CD- ROM, faixa3.

ZAFFARONI, E. R. (2001), *Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal*. Rio de Janeiro: Revan.

ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N., *et al.* (2003), *Direito Penal Brasileiro*: *primeiro volume – Teoria Geral do Direito Penal.* Rio de Janeiro, Revan; ICC.

O direito de greve do servidor publico federal do Brasil

Paulo Fernandes Sanches Junior[1]

Luciano dos Santos Diniz[2]

Reni Ferreira Arruda[3]

INTRODUÇÃO

A greve é um fenômeno social e esse instituto é previsto constitucionalmente como um direito a todos os trabalhadores brasileiros. Considerada uma norma autoaplicável, a decisão sobre o exercício do direito a greve compete única e exclusivamente ao trabalhador. Entretanto, a Constituição Brasileira, não permitiu essa aplicabilidade para o servidor público, determinando a necessidade da elaboração de uma legislação específica para disciplinar essa questão.

Passadas duas décadas desde a promulgação da Constituição Brasileira, o legislador não criou uma lei que regulamentasse o direito de greve do servidor público. Diante desse fato, indaga-se se a omissão legislativa gera a impossibilidade do exercício desse direito pelo servidor público federal; se o direito de greve do servidor público federal, garantido por uma norma constitucional que tem eficácia limitada, está subordinado a edição de normatividade posterior e, por fim, se pode uma ficção jurídica coibir o direito de um trabalhador reivindicar melhores condições de trabalho.

No intuito de desenvolver esses questionamentos, o presente artigo foi estruturado em três temas: (1) o direito de greve sob a perspectiva das normas constitucionais, infralegais e a limitação do servidor público, (2) o regime jurídico que se submete o servidor público e (3) as implicações que impossibilitam o exercício ao direito de greve do servidor público e a solução dada pelo Superior Tribunal Federal. Nas considerações finais serão identificados os pontos conflitantes percebidos com a aplicação da lei nº 7.783/89 para o exercício do direito de greve do servidor público federal.

DIREITO DE GREVE

Conforme ensinamentos de Perez del Castilho (1994), a greve é antes de tudo um fato social que a norma jurídica tenta compreender e administrar. Segundo Delgado (2005), as relações de trabalho envolvem diversos interesses, mas o seu núcleo é uma troca da força de trabalho por uma retribuição específica. O instrumento legitimador dessa troca é o contrato de trabalho que para o autor, é [...] *um ato jurídico bilateral, à medida que duas partes comparecem para sua celebração e cumprimento*[...] (DELGADO, 2005, p.516).

Maksud (2004) afirma que o conflito trabalhista pode ser definido como uma patologia social, pois a sociedade é condicionada para a estabilidade das relações, e os conflitos são considerados uma exceção. Desse modo, o legislador busca pacificar as agitações laborais com a implantação de normas que nem sempre satisfazem a todas as partes. Nesses casos, quando os interesses do grupo profissional são ameaçados, tem-se o conflito coletivo trabalhista. Para Delgado (2005) os conflitos coletivos trabalhistas, regra geral, podem passar por três modalidades de encaminhamento para sua solução, assim sendo:

---

1 Doutor em Engenharia Civil pela UNICAMP, Professor Adjunto IV do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET/MG, e-mail: sanches@dcsa.cefetmg.br.

2 Doutorando em Ciências Sociais pela PUC-SP, Mestre em Direito Público PUC-MG, Professor Assistente II do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG/MG, email lucianodiniz@dcsa.cefetmg.br.

3 Mestre em Administração pela NOVOS HORIZONTES, Professor Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, email: reni@dcsa.cefetmg.br.

- autocomposição: entendida como negociação coletiva;
- heterocomposição: é o processo judicial (dissídio coletivo), a arbitragem e a mediação;
- autotutela: onde se encontram a greve e o *lock-out*[4].

A autotutela, que representa um modo de exercício direto de coerção pelos particulares e o *lock-out* são proibidos pela ordem jurídica brasileira. Entretanto, a greve é uma exceção à tendência restritiva da autotutela. Embora proibida nos primeiros anos dos movimentos sindicais, a greve afirmou-se nas sociedades democráticas como inquestionável direito dos trabalhadores.

Segundo Perez del Castilho (1994), a greve é um instrumento da justiça. Para esse autor, a greve foi passando de delito a ilícito civil e, mais tarde, como liberdade individual e direito reconhecido legal e constitucionalmente. Cassagne, citado por Grotti (2008), salienta que a greve deve ser concebida como [...] *um direito de exceção, um remédio extremo, cujo fundamento reside no estado de necessidade que sofrem os trabalhadores ou empregados*.

A Greve é definida pelo texto da lei 7.783/89 como a *suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, de prestação pessoal de serviços a empregador* (art. 2º). O instituto da greve, ao ser incorporado pela ordem jurídica como um direito, acaba por encontrar nela suas próprias potencialidades e limitações. O direito de greve, garantido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CR/88), tratou de maneira diferente os trabalhadores e os servidores públicos. O art. 9º da CR/88 assegurou aos trabalhadores o direito de greve, competindo a estes decidir sobre a oportunidade de exercer esse direito e sobre os interesses que irão defender. Frise-se que compete aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercer o direito de greve conforme disposto no art. 9º da CR/88. Trata-se, sem dúvida, da mais ampla potencialidade reconhecida ao instituto em sua vivência no Brasil (DELGADO, 2005).

Entretanto, a própria Carta Magna apresenta limitações a esse direito, no §1º do art. 9º, que impõe a necessidade da elaboração de uma lei que definirá quais atividades serão consideradas essenciais e inadiáveis à comunidade. Assim sendo, a Lei Federal n° 7.783, denominada comumente de Lei de Greve, foi promulgada em 28/06/1989 e definiu os serviços ou atividades essenciais além de regulamentar o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade e, em seu artigo 16, estabeleceu expressamente sua inaplicabilidade ao setor público.

> Art. 10 São considerados serviços ou atividades essenciais:
> I - tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;
> II - assistência médica e hospitalar;
> III - distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos;
> IV - funerários;
> V - transporte coletivo;
> VI - captação e tratamento de esgoto e lixo;
> VII - telecomunicações;
> VIII - guarda, uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares;
> IX - processamento de dados ligados a serviços essenciais;
> X - controle de tráfego aéreo;
> XI compensação bancária.
> Art. 11. Nos serviços ou atividades essenciais, os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados, de comum acordo, a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
> Parágrafo único. São necessidades inadiáveis, da comunidade aquelas que, não

4 Lock-Out ou Locaute é a paralisação provisória das atividades da empresa, estabelecimento ou seu setor, realizada por determinação empresarial, com o objetivo de exercer pressões sobre os trabalhadores, frustrando negociações coletivas ou dificultando o atendimento a reivindicações coletivas obreiras. (DELGADO, 2005 p. 1406)

> atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.
> Art. 12. No caso de inobservância do disposto no artigo anterior, o Poder Público assegurará a prestação dos serviços indispensáveis.
> Art. 16. Para os fins previstos no art. 37, inciso VII, da Constituição, lei complementar definirá os termos e os limites em que o direito de greve poderá ser exercido. (BRASIL, 1989)

A ordem jurídica estabelece direitos e deveres para os grevistas, que repercutem, naturalmente, em suas relações com a comunidade e, em especial, com seus empregadores. Os arts. 6º e 7º da Lei de Greve estabelecem os direitos dos trabalhadores paredistas, como: utilização de meios pacíficos de persuasão, arrecadação de fundos por meio lícitos, livre divulgação do movimento, proteção contra a dispensa por parte do empregador (o contrato de trabalho encontra-se suspenso), proteção contra a contração de substitutos pelo empregador. Para Delgado (2005), esses direitos devem ser interpretados de forma restritiva, sob pena de frustrar, grosseiramente, o direito fundamental assegurado pela Constituição, pois, não podem os grevistas, causar prejuízo irreparável ou deixar de exercer atividades que sejam essenciais à futura retomada das atividades empresariais e/ou continuarem a greve após a celebração de acordo, convenção ou decisão judicial trabalhista (arts. 9º e 14º da Lei de Greve). As inobservâncias dessas regras podem caracterizar o movimento paredista como ilegal, inviabilizando a efetiva realização da greve.

Já os deveres dos trabalhadores em greve, conforme Delgado (2005), podem ser inferidos pelas próprias limitações que a ordem jurídica fixou para os movimentos paredistas, como por exemplo: assegurar a prestação de serviços indispensáveis às necessidades inadiáveis da comunidade, quando realizando greve em serviços ou atividades essenciais, organizar equipes para manutenção de serviços cuja paralisação provoque prejuízos irreparáveis ou que sejam essenciais à posterior retomada de atividades pela empresa, não fazer greve após a celebração de convenção ou acordo coletivo ou decisão judicial trabalhista, respeitar os direitos fundamentais dos outros, não produzir atos de violência, quer se trate de depredação de bens, quer sejam ofensas físicas ou morais a alguém.

Tendo por princípio norteador a justiça social, posiciona-se a Organização Internacional do Trabalho - OIT[5] - quanto ao direito de greve no sentido de apoiá-la tacitamente (embora não manifeste seu apoio de maneira expressa, a OIT apoia a liberdade sindical como forma de defesa dos direitos sociais e trabalhistas). Conforme Ribeiro (1998), a Organização Internacional do Trabalho - OIT não possui convenção específica sobre greve, mas as Convenções 87 e 98, que dispõem sobre liberdade sindical e negociação coletiva, contemplam, implicitamente, a greve como um direito fundamental dos trabalhadores, tanto do setor público quanto do setor privado, excluindo-se os funcionários das forças armadas.

Entretanto, apesar do art. 9º da CR/88 reconhecer a greve como um direito fundamental do trabalhador brasileiro, o art. 37, inciso VII, remete a necessidade da elaboração de uma lei específica que discipline esse direito para as pessoas que exercem a atividade laboral na Administração Pública e passadas duas décadas da promulgação da Carta Magna, nenhuma norma foi elaborada para dar efetividade ao dispositivo constitucional:

> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
> VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
> (BRASIL, 2005, p.42)

---

5 A OIT - Organização Internacional do Trabalho - é o órgão internacional de defesa dos direitos sociais e trabalhistas, vinculada a ONU.

Para Moraes (2006), o direito de greve é autoaplicável e garantido constitucionalmente a todos os trabalhadores, contudo, quando se trata de servidor público, o exercício a esse direito não é considerado autoaplicável pela jurisprudência brasileira, dependendo, para seu amplo exercício, de regulamentação de uma lei ordinária.

O REGIME JURÍDICO DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL

Carvalho Filho (2005, pág 461) define servidor público *como todo agente que, exercendo com caráter permanente uma função pública em decorrência de relação de trabalho, integram o quadro funcional das pessoas federativas, das autarquias e das fundações públicas de natureza autárquica.* Os servidores estão sujeitos ao regime jurídico próprio, dependendo da sua categoria de servidor: servidor público civil e militar, servidor público comuns e especiais e servidores públicos estatutários, trabalhistas e temporários. Por essa classificação pode-se perceber que os regimes jurídicos variam em função das peculiaridades que existem para cada tipo de servidor público e sua respectiva relação de trabalho. Em função da categoria de servidor os regimes jurídicos funcionais podem ser: Regime Estatutário, Regime Trabalhista, Regime de Emprego Público, Regime Especial e Regime Jurídico Único (CARVALHO FILHO, 2005).

Di Pietro (2008) e Cardoso Filho (2005), em sentido amplo, classificam os servidores públicos em (i) estatutários, ocupantes de cargos públicos providos por concurso público, nos moldes do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, e que são regidos por um estatuto, definidor de direitos e obrigações; (ii) os empregados públicos, ocupantes de emprego público também provido por concurso público (artigo 37, inciso II, da Carta Magna), contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho; (iii) e os servidores temporários, que exercem função pública, despida de vinculação a cargo ou emprego público, contratados por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público (artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal), prescindindo de concurso público.

O servidor público submete-se a um estatuto, fixado em lei, para cada uma das unidades da federação. Isto quer dizer que, o servidor, ao ser investido no cargo, ingressa em uma situação jurídica previamente existente, não podendo transigir, ainda que Administração Pública permita, já que o estatuto é lei, portanto, norma pública, cogente, inderrogável pelas partes (DI PIETRO, 2008).

Os empregados públicos, por sua vez, apesar de atenderem aos preceitos constitucionais referentes à prestação de concurso público, investidura, acumulação de cargos, vencimentos e determinadas garantias e obrigações previstas no Capítulo VII da Constituição, são contratados pelo regime da legislação trabalhista, adaptado para as exigências do Direito Administrativo. Os Estados e os Municípios não podem alterar garantias trabalhistas de um empregado público, pois somente a União detém a competência para legislar sobre Direito do Trabalho, conforme reza o artigo 22, inciso I, da Constituição Federal (DI PIETRO, 2008). Ressalta-se, entretanto, que quando a Administração Pública contrata pela CLT equipara-se ao empregador privado, sujeitando-se aos mesmos direitos e obrigações deste (CARDOSO FILHO, 2005).

Já os servidores da terceira categoria (temporários) são contratados para exercer funções temporárias, através de um regime jurídico especial a ser disciplinado em lei de cada unidade da federação. A previsão dessa categoria especial de servidores está contemplada no art. 37, inciso IX da CR/88, que admite a sua contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. Salienta-se que é a contratação temporária não permite posterior admissão deste servidor para cargo efetivo, sem a realização de concurso público. (CARDOSO FILHO, 2005).

Pelas referências feitas sobre as várias classificações das categorias dos servidores públicos, não é difícil constatar que muitas de suas peculiaridades variam exatamente em função do regime jurídico que incide sobre as respectivas relações de trabalho. Segundo Cardoso Filho (2005, pág. 464), *o regime jurídico é o conjunto de regras de direito que regulam determinada relação jurídica*.

Em sua redação original, o art. 39 da CR/88, dispunha que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deveriam instituir, no âmbito de sua competência, o Regime Jurídico Único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, autarquias e das fundações públicas. Entretanto, conforme advoga Carvalho Filho (2005), a Emenda Constitucional nº 19/98 aboliu o regime jurídico único, implantando

a reforma administrativa do estado. Com essa alteração, a Constituição permitiu que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios recrutem servidores sob mais de um regime jurídico, possibilitando que um Estado tenha um grupo de servidores estatutários e outro grupo trabalhista, desde que, é claro, seja a organização funcional estabelecida em lei.

Ao mesmo tempo em que baniu o regime jurídico único, a EC nº 19/98, extinguiu o sistema de isonomia funcional que, para Carvalho Filho (2005, pág. 472) *nunca foi efetivamente cumprido pelas pessoas do Estado* e que essa variedade de regimes cria disparidades no sistema de remuneração dos servidores da Administração Pública.

> (...) poucas coisa são tão confusas na Administração quanto o sistema remuneratório dos servidores. O sistema caótico é fruto do acúmulo de erros e erros, cometidos por várias décadas de arbitragem, abusos e imoralidades administrativas. Retorna-se, por conseguinte, ao sistema anterior, no qual foram constantes as discriminações injustificadas quanto aos vencimentos, daí decorrendo profunda insatisfação dos servidores: nada parece mais desanimador do que um servidor saber que, tendo cargo igual ao de outro servidor, ou exercendo funções idênticas ou assemelhadas, sua remuneração é desigualmente inferior. (CARDOSO FILHO, 2005, pág. 473)

Entretanto, em 2007, o Supremo Tribunal Federal, após julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade ADI nº 2.135/DF impetrado pelo PT, PDT, PCdoB e PSB decidiu suspender a vigência do art. 39, *caput*, da CR/88, em sua redação dada pela EC nº 19/98. Os requerentes alegaram que a alteração do referido artigo contrariou o art. 60, §2º, que prevê como requisito para sua validade, a aprovação em dois turnos de discussão e votação e três quintos dos seus membros (BRASIL, 2008). Após a aprovação no Senado, a Emenda Constitucional nº 19/98 entrou em vigor. Conforme conta na ADI nº 2.135/DF, a decisão tem efeito *ex nunc*, vigorando a partir da data da decisão (02 de agosto de 2007). Portanto, para Di Pietro (2008, pág. 496), *voltam a ter aplicação as normas legais que dispunham sobre regime jurídico único, editadas na vigência da redação original do art. 39, sendo respeitadas as situações consolidadas na vigência da redação dada pela EC nº 19/98, até o julgamento do mérito*. Para Carvalho Filho (2009), o restabelecimento do Regime Jurídico Único traz à tona uma velha controvérsia sobre o seu significado:

1. o regime único indica a obrigatoriedade de adoção exclusiva do regime estatutário;
2. cabe à pessoa federativa optar pelo regime estatutário ou trabalhista, mas, uma vez feita a opção, o regime deverá ser o mesmo para a Administração Direta, autarquias e fundações de direito público;
3. admite-se um regime único para a Administração Direta e outro para autarquias e fundações de direito público.

Di Pietro (2008) afirma que a fixação e alteração da remuneração dos servidores públicos só pode ser feita por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, conforme art. 37, inciso X da CR/88 com redação da EC nº 19/98. Por sua vez, inciso XIII, do art. 37 veda a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para efeito de remuneração de pessoal do serviço público. Esses dispositivos visam impedir os reajustes automáticos de vencimentos, caso um cargo ficasse vinculado a outro, fazendo com que o benefício concedido a um, fosse aproveitado por outro. Segundo Di Pietro (2008), o STF, na Súmula nº 681, definiu que é inconstitucional a vinculação do reajusto de vencimento de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária. A justificativa para a proibição é necessária, pois a Administração Pública está vinculada Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/2000) que estabelece os limites com as despesas com folha de pagamento de pessoal.

Por isso que Carvalho Filho (2005) insiste em afirmar que é inviável qualquer litígio trabalhista a ser decidido em dissídios coletivos dos servidores públicos. Para o autor, como os vencimentos dos servidores obedecem ao princípio da legalidade, fixado pelo art. 37 da CR/88, as reivindicações restringem-se, meramente, à natureza social do servidor público. Em consonância com esse entendimento, o Supremo Tribunal Federal, através da Súmula nº 679, decidiu que *a fixação de vencimentos dos servidores públicos não pode ser objeto de*

convenção coletiva. Desse modo, segundo Carvalho Filho (2005, pág. 570), *os instrumentos negociais de fixação de valores remuneratórios limitam-se à modalidade de salário e são aplicáveis apenas no âmbito das relações de trabalho do setor privado*. Além disso, como ensina Meirelles (2009), enquanto subsistir o cargo em que foi provido, seu titular tem direito ao exercício nas condições estabelecidas pelo estatuto, mas, ocorrendo uma modificação na estrutura, nas atribuições, nos requisitos para seu desempenho, lícito será a exoneração, a disponibilidade, a remoção ou a transferência de seu ocupante, para que outro o desempenhe na forma da lei. Não se admite o afastamento arbitrário ou abusivo do titular por mero ato do Executivo, sem lei que o autorize. *O servidor jamais adquirirá o exercício da mesma função, no mesmo lugar e nas mesmas condições, salvo os vitalícios, que constituem uma exceção constitucional à regra estatutária* (MEIRELLES, 2009, pág. 429). Di Pietro (2008) ratifica o posicionamento de Meirelles ao enfatizar que estatuto o qual se submete o servidor é lei, modificáve
l unilateralmente.

A GREVE DO SERVIDOR PUBLICO FEDERAL

No que tange à greve do servidor público, a Convenção 151 da OIT – *Convenção sobre as Relações de Trabalho na Administração Pública* – reconhece a importância dos serviços praticados pela Administração Pública e a necessidade da manutenção de uma relação salutar de trabalho entre as autoridades públicas e as organizações de empregados públicos. Para tanto, prescreve expressamente no seu art. 7º:

> Deverão ser adotadas, sendo necessário, medidas adequadas às condições nacionais para estimular e fomentar o pleno desenvolvimento e utilização de procedimentos de negociação entre as autoridades públicas competentes e as organizações de empregados públicos sobre as condições de emprego, ou de quaisquer outros métodos que permitam aos representantes de empregados públicos participar na determinação de tais condições (OIT, Convenção 151, tradução do autor)

O governo do presidente Lula, atendendo aos pedidos das centrais sindicais, encaminhou ao Congresso Nacional a Convenção 151 da OIT (PDC-795/2008[6]), que protege o exercício dos direitos sindicais dos trabalhadores da Administração Pública nos três níveis de Governo. No Brasil, historicamente, os servidores públicos nunca tiveram o direito à negociação coletiva, sendo vítimas da arbitrariedade de vários governos.
O Supremo Tribunal Federal, por diversas vezes examinando o direito de greve do servidor público, entendeu tratar o art. 37, inciso VII da CR/88 de norma de eficácia limitada:

> "O preceito constitucional que reconheceu o direito de greve ao servidor público civil constitui norma de eficácia meramente limitada, desprovida, em conseqüência, de auto-aplicabilidade, razão pela qual, para atuar plenamente, depende da edição da lei complementar exigida pelo próprio texto da Constituição. A mera outorga constitucional do direito de greve ao servidor público civil não basta — ante a ausência de auto-aplicabilidade da norma constante do art. 37, VII, da Constituição — para justificar o seu imediato exercício. O exercício do direito público subjetivo de greve outorgado aos servidores civis só se revelará possível depois da edição da lei complementar reclamada pela Carta Política. A lei complementar referida — que vai definir os termos e os limites do exercício do direito de greve no serviço público — constitui requisito de aplicabilidade e de operatividade da norma inscrita no art. 37, VII, do texto constitucional. Essa situação de lacuna técnica, precisamente por

6 Projeto de Decreto Legislativo 795/2008 - Aprova, com ressalvas, os textos da Convenção nº 151 e da Recomendação nº 159, da Organização Internacional do Trabalho, ambas de 1978, sobre as Relações de Trabalho na Administração Pública – aguardando aprovação pela Câmara dos Deputados.

> inviabilizar o exercício do direito de greve, justifica a utilização e o deferimento do mandado de injunção. A inércia estatal configura-se, objetivamente, quando o excessivo e irrazoável retardamento na efetivação da prestação legislativa — não obstante a ausência, na Constituição, de prazo pré-fixado para a edição da necessária norma regulamentadora — vem a comprometer e a nulificar a situação subjetiva de vantagem criada pelo texto constitucional em favor dos seus beneficiários." (MI 20, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 19-5-94, DJ de 22-11-96).

Como o direito de greve dos servidores públicos é uma norma de eficácia limitada, não podendo a greve ser exercida enquanto não houver uma lei específica que discipline a matéria, surgiram duas correntes entre os doutrinadores: uma de que seria uma lei ordinária a ser elaborada por cada ente da Federação, e a outra de que esta lei se trataria de uma lei federal, de alcance geral, aplicável a todas as esferas do governo.
Di Pietro (2008, pág. 516) entende que *como a matéria de servidor público não é privativa da União, cada esfera de governo deverá disciplinar o direito de greve por lei própria*. De modo contrário, Carvalho Filho (2005) entende que a lei específica deve ser federal e, uma vez editada, será o parâmetro para toda a Administração (União, Estados-Membros, Distrito federal, Municípios). Contudo, nenhum ente da federação até hoje regularizou essa situação.
Di Pietro (2008) chama a atenção para os artigos 566 da CLT e 162 Constituição da República de 1969, que vedavam expressamente o direito de greve dos servidores públicos. A CR/88, denominada Cidadã, ainda manteve algumas restrições aos militares dos Estados, Distrito Federal e Territórios conforme disposições dos arts. 142, §3º, inciso IV e 42, §1º.

> **Art. 42**. Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
>
> § 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores.
>
> **Art. 142.** As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.
>
> § 3º Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições:
>
> IV - ao militar são proibidas a sindicalização e a greve;
>
> (BRASIL, 2005, pags. 51, 52, 107 e 108)

Grotti (2008) diz que, a omissão do Poder Legislativo em regular o direito de greve dos servidores públicos, gerou uma preocupante realidade e várias greves dessa categoria foram se sucedendo em todos os níveis das Administrações Públicas federal, estadual e municipal, algumas com duração de semanas e até meses, com sérios prejuízos à economia, à sociedade e para o Estado de Direito. E com o intuito de coibir esses

movimentos paredistas, o governo federal editou o Decreto Federal nº 1.480 de 03/05/1995, dispondo sobre os procedimentos a serem adotados em casos de paralisações de servidores públicos federais, enquanto não regulado o disposto no art. 37 inciso VII da CR/88. Para Grotti (2008) é discutível a constitucionalidade do referido decreto que regulamenta uma lei inexistente - a lei de greve no serviço público, cuja mora é do próprio Poder Executivo. O equívoco é tamanho que as autoridades governamentais estabeleceram sérias restrições e até sanções aos servidores que participarem de greve, o que é incompatível com o fundamento dessa espécie de direito fundamental do trabalhador brasileiro. Esse decreto vai contra o disposto pela própria Constituição da República nos art. 5, inciso II, art. 84, inciso IV, e art. 37 caput. Grotti (2008) afirma que, em verdade, reina uma situação caótica sobre o tema, não existindo uniformidade de entendimento quanto aos efeitos da deflagração de greve para servidores, para os usuários, para o Estado e para os sindicatos.

> Art. 1º Até que seja editada a lei complementar a que alude o art. 37, inciso VII, da Constituição, as faltas decorrentes de participação de servidor público federal, regido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em movimento de paralisação de serviços públicos não poderão, em nenhuma hipótese, ser objeto de:
> I - abono;
> II - compensação; ou
> III - cômputo, para fins de contagem de tempo de serviço ou de qualquer vantagem que o tenha por base.
> § 1º Para os fins de aplicação do disposto neste artigo, a chefia imediata do servidor transmitirá ao órgão de pessoal respectivo a relação dos servidores cujas faltas se enquadrem na hipótese nele prevista, discriminando, dentro os relacionados, os ocupantes de cargos em comissão e os que percebam função gratificada.
> § 2º A inobservância do disposto no parágrafo precedente implicará na exoneração ou dispensa do titular da chefia imediata, sem prejuízo do ressarcimento ao Tesouro Nacional dos valores por este despendidos em razão do ato comissivo ou omissivo, apurado em processo administrativo regular.
> Art. 2º Serão imediatamente exonerados ou dispensados os ocupantes de cargos em comissão ou de funções gratificadas constantes da relação a que alude o artigo precedente.
> (BRASIL, 1995)

Diante da omissão do Congresso Nacional em regulamentar o art. 37, inciso VII da CR/88 e os Mandados de Injunção (Mis) 670/ES, 708/DF e 712/PA foram impetrados. O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento dos referidos mandados de injunção em 25 de outubro de 2007 e por unanimidade decidiu declarar a omissão legislativa quanto ao dever constitucional em editar lei que regulamente o exercício do direito de greve no setor público e aplicar ao setor, no que couber, a lei de greve vigente no setor privado (Lei nº 7.783/89).

> O Tribunal concluiu julgamento de três mandados de injunção impetrados, respectivamente, pelo Sindicato dos Servidores Policiais Civis do Espírito Santo - SINDIPOL, pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de João Pessoa - SINTEM, e pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado do Pará - SINJEP, em que se pretendia fosse garantido aos seus associados o exercício do direito de greve previsto no art. 37, VII, da CF ("Art. 37. ... VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;") - v. Informativos 308, 430, 462, 468, 480 e 484. O Tribunal, por maioria, conheceu dos mandados de injunção e propôs a solução para a omissão legislativa com a aplicação, no que couber, da Lei 7.783/89, que dispõe sobre o exercício do direito de greve na iniciativa privada.

> MI 670/ES, rel. orig. Min. Maurício Corrêa, rel. p/ o acórdão Min. Gilmar Mendes, 25.10.2007. (MI-670)
> MI 708/DF, rel. Min. Gilmar Mendes, 25.10.2007. (MI-708)
> MI 712/PA, rel. Min. Eros Grau, 25.10.2007. (MI-712)

Para Di Pietro (2008), não devem ser poucas as dificuldades que o legislador federal enfrentará para regulamentar a greve do servidor público através de lei específica, pois tanto o direito de greve quanto o direito de sindicalização, cuja importância para os trabalhadores em geral diz respeito a assuntos relacionados com pretensões salariais, não poderão ter esse alcance com relação aos servidores públicos (ressalva feita aos servidores das empresas estatais que, por força do art. 173 §1º, inciso II da CR/88, lhes foi imposto o regime jurídico igual ao das empresas privadas). Por isso, *o exercício do direito de greve do servidor público poderá, quando muito, atuar como pressão sobre o Poder Público, mas não poderá levar os servidores a negociações coletivas, com ou sem participação dos sindicatos, com o fito de obter aumento de remuneração* (DI PIETRO, 2008, pág. 517). Vale ressaltar que, apesar do entendimento do Supremo Tribunal Federal de que a omissão legislativa deve ser sanada com a utilização da Lei nº 7.783/89, a lei deve ser aplicada, aos movimentos paredistas titularizados por servidores públicos, somente naquilo que não for colidente com a natureza estatutária do vínculo estabelecido pelos funcionários do Estado e a Administração Pública (EBERT, 2008).

CONSIDERAÇÃO GERAIS

Com o entendimento do Supremo Tribunal Federal de que a Lei nº 7.783/1989 deveria ser aplicada aos movimentos paredistas titularizados por servidores públicos, faz-se necessário analisar os limites e possibilidades dessa aplicação tendo em vista a natureza estatutária do vínculo estabelecido pelos funcionários do Estado e a Administração Pública. Desse modo, será realizada uma análise pontual dos dispositivos da Lei n° 7.783/89.

> **Art. 1º.** É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.
> **Parágrafo único** O direito de greve será exercido na forma estabelecida nesta Lei.

- As greves são deflagradas em movimentos de reivindicação por melhores salários, melhores condições de trabalho, em busca do atendimento e da efetivação das normas do artigo 7º da Constituição. O art. 9º da CR/88 assegura o direito de greve para todos os trabalhadores. Para o exercício do direito de greve, um trabalhador em regime estatutário, em nada difere daquele que exerce suas atividades na iniciativa privada. Assim sendo, a greve é um direito constitucional e por isso esse dispositivo pode ser aplicado integralmente para os servidores públicos.

> **Art. 2º.** Para os fins desta Lei, considera-se legítimo exercício do direito de greve a suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, de prestação pessoal de serviços a empregador.

- Segundo Moraes (2006), o direito de greve é auto-aplicável, não podendo ser restringido ou impedido pela legislação infraconstitucional. Os arts. 10 e 11 da Lei nº 7.783/89 regulamentam as situações em que a paralisação acarrete prejuízo irreparável ou nos chamados serviços especiais. Importante ressaltar ainda que, os serviços essenciais à comunidade tanto podem ser prestados pelos trabalhadores do setor privado quanto do setor público. Não se justifica assim, o tratamento diferenciado ou separado entre a paralisação de um servidor público ou empregado celetista. Onde há a mesma razão, igual deve ser a regulamentação e solução. Esse artigo aplica-se plenamente ao exercício de greve do servidor público.

> **Art. 3º.** Frustrada a negociação ou verificada a impossibilidade de recursos via arbitral, é facultada a cessação coletiva do trabalho.
> **Parágrafo único** A entidade patronal correspondente ou os empregadores diretamente interessados serão notificados, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, da paralisação.

- O Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 492/DF de 1993, posicionou-se pela impossibilidade quanto à realização de negociações coletivas no serviço público, sob o entendimento de que existia incompatibilidade entre o vínculo do servidor público e o regime estatutário a que se submete consagrado nos arts. 37 e 39 da CR/88, ou seja, a fixação unilateral, por parte do Estado, das condições de trabalho. No entanto, para Ebert (2008), essa decisão não impossibilita que as entidades representativas dos servidores públicos e a Administração Pública negociem as matérias que constarão nos projetos de lei a serem submetidos à análise do Poder Legislativo. Entretanto, pelo princípio da separação dos poderes, o poder legislativo pode não aprovar o projeto elaborado. Diante disso, não há como estender aos servidores públicos a possibilidade da negociação coletiva, por força do princípio da legalidade que rege a Administração Pública. Isso não quer dizer que os servidores possam deflagrar greves sem o prévio conhecimento da pauta de reivindicações pelo poder Estatal. O instituto da greve, conforme afirma Ebert (2008), é um impasse litigioso surgido durante as discussões em torno das reivindicações coletivas. Em síntese, ainda que não exista a negociação coletiva para o servidor público, as pautas reivindicatórias devem ser sinalizadas para a Administração Pública. Já o §único do art. 3 afigura-se plenamente aplicável ao exercício de greve dos servidores públicos.

> **Art. 4º.** Caberá à entidade sindical correspondente convocar, na forma do seu estatuto, assembléia geral que definirá as reivindicações da categoria e deliberará sobre a paralisação coletiva da prestação de serviços.
> § 1º O estatuto da entidade sindical deverá prever as formalidades de convocação e o quorum para a deliberação, tanto da deflagração quanto da cessação da greve.
> § 2º Na falta de entidade sindical, a assembléia geral dos trabalhadores interessados deliberará para os fins previstos no "caput", constituindo comissão de negociação.

- Assim como as entidades representativas dos trabalhadores celetistas, os sindicatos de servidores públicos constituem-se sob a forma de pessoas jurídicas de direito privado e, como tal, são titulares dos direitos à liberdade e à autonomia sindical. Segundo ensinamento de Bandeira de Mello (2008), a Carta Magna Brasileira reconhece aos servidores públicos o direito à livre associação sindical. Sendo assim, a aplicabilidade do dispositivo se constata sem maiores dificuldades.

> **Art. 5º.** A entidade sindical ou comissão especialmente eleita representará os interesses dos trabalhadores nas negociações ou na Justiça do Trabalho.

- Os sindicatos são entidades associativas permanentes, que representam trabalhadores vinculados por laços profissionais e laborativos comuns, visando tratar de problemas coletivos das respectivas bases representadas, defendendo seus interesses trabalhistas e conexos, com o objetivo de lhes alcançar melhores condições de labor e vida. (DELGADO, 2005). A sindicalização dos servidores públicos compreende o direito de seus sindicatos os representarem em juízo ou foram dele nas demandas coletivas em que se discutem os interesses da categoria. Carvalho Filho (2009) ressalta que, o órgão judicial competente para processar e julgar as demandas que envolvam direitos e obrigações oriundos da relação estatutária será a justiça comum (Estadual ou Federal). Somente será atribuída à Justiça Trabalhista a solução da controvérsia sobre a legitimidade do exercício do direito de greve. Entretanto, o STF entendeu que a competência para apreciar e julgar eventuais

conflitos judiciais referentes à greve de servidores públicos deve ser decidida pela aplicação análoga da Lei nº 7.701/1988, que dispõe sobre a especialização de Turmas dos Tribunais do Trabalho em processos coletivos.

> **Art. 6º.** São assegurados aos grevistas, dentre outros direitos:
> I. o emprego de meios pacíficos tendentes a persuadir ou aliciar os trabalhadores a aderirem à greve;
> II. a arrecadação de fundos e a livre divulgação do movimento.
> § 1º Em nenhuma hipótese, os meios adotados por empregados e empregadores poderão violar ou constranger os direitos e garantias fundamentais de outrem.
> § 2º É vedado às empresas adotar meios para constranger o empregado ao comparecimento ao trabalho, bem como capazes de frustrar a divulgação do movimento.
> § 3º As manifestações e atos de persuasão utilizados pelos grevistas não poderão impedir o acesso ao trabalho nem causar ameaça ou dano à propriedade ou pessoa.

- As garantias enumeradas nos incisos I e II do art. 6º constituem mecanismos essenciais para a realização de qualquer greve. Não restam dúvidas de que os incisos aplicam-se integralmente às greves dos servidores públicos. Ressalta-se que, persuadir colegas ou angariar fundos, não pode conflitar com as garantias constitucionais conferidas aos indivíduos como a integridade física, a liberdade de consciência, a propriedade privada, o direito de ir e vir, entre outros.

> **Art. 7º.** Observadas as condições previstas nesta Lei, a participação em greve suspende o contrato de trabalho, devendo as relações obrigacionais, durante o período, ser regidas pelo acordo, convenção, laudo arbitral ou decisão da Justiça do Trabalho.
> **Parágrafo único** É vedada a rescisão de contrato de trabalho durante a greve, bem como a contratação de trabalhadores substitutos, exceto na ocorrência das hipóteses previstas nos arts. 9º e 14.

- Para Delgado (2005, pág. 488), *o contrato de trabalho é um acordo tácito ou expresso mediante o qual ajustam as partes pactuantes direitos e obrigações recíprocas*. Como pode-se observar, o contrato de trabalho pressupõe um ajuste sobre as condições de como será prestado o labor. Ao ser investido em cargo público, o servidor simplesmente adere ao estatuto que rege o funcionalismo, submetendo-se integralmente, às suas diretrizes. Sendo assim, não há que se falar em contrato de trabalho para o servidor público. As situações funcionais passíveis de serem experimentadas por um servidor público são aquelas que constam expressamente na legislação que rege a sua relação laboral com a Administração Pública. Entende-se por suspensão do contrato de trabalho a sustação ampla e bilateral de efeitos do contrato empregatício, que preserva, porém, sua vigência. (DELGAGO, 2005). Em princípio, praticamente todas as cláusulas contratuais não se aplicam durante a suspensão: não se presta serviço, não se paga salário, não se computa tempo de serviço, não se produzem recolhimentos previdenciários e nem depósitos de FGTS. Já a figura da suspensão do regime jurídico do servidor público simplesmente não é prevista, não existindo a possibilidade de descontos remuneratórios referentes aos dias não trabalhados como conseqüência automática e imediata da deflagração de uma greve. Na esfera federal, em caso de greve, o Decreto nº 1.480/95 editado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, impõe faltas funcionais (falta não justificada) aos servidores que participarem dos movimentos de paralisação. Tal decreto, que se reveste de regulamento de greve no serviço público, determina que, as faltas oriundas da greve, em nenhuma hipótese, poderão ser objeto de abono, compensação ou cômputo para fins de contagem de tempo de serviço ou de qualquer vantagem que o tenha por base o salário, além de exonerar ou dispensar os ocupantes de cargos em comissão ou de funções gratificadas que participem do movimento.

Desse modo, observa-se que, a própria Administração Pública criou punições que visam impedir o exercício ao direito de greve garantido na Constituição Federal. Assim sendo, é impossível a aplicação desse artigo para as greves dos servidores públicos. Por isso, não existe a possibilidade da suspensão do contrato de trabalho, já que o conjunto de normas que regem os servidores públicos não prevê tal instituto e nem tão pouco, figura análoga. Por outro lado, Ebert (2008) diz ser possível a aplicação do §único do art. 7º. Conforme entendimento do Meirelles (2009), a demissão do servidor público estável é ato punitivo, diferente do ato de exoneração. A demissão do servidor estável é possível através de processo administrativo disciplinar, em que assegure a ampla defesa ao infrator. O art. 127 da lei nº 8112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, autarquias e fundações públicas federais, enumera um rol de penalidades que podem ser aplicadas, sendo a demissão possível quando configurado o abandono de cargo ou inassiduidade habitual – que é a falta não justificada ao serviço (BANDEIRA DE MELLO, 2008).

> **Art. 8º.** A Justiça do Trabalho, por iniciativa de qualquer das partes ou do Ministério Público do Trabalho, decidirá sobre a procedência, total ou parcial, ou improcedência das reivindicações, cumprindo ao Tribunal publicar, de imediato, o competente acórdão.

- O STF entendeu que a Lei nº 7.701/1988, que dispõe sobre a especialização de Turmas dos Tribunais do Trabalho em processos coletivos, deve ser aplicada analogicamente para decidir sobre a competência para apreciar e julgar eventuais conflitos judiciais referentes à greve de servidores públicos. Assim, se a paralisação for de âmbito nacional, ou abranger mais de uma região da justiça federal, ou ainda, compreender mais de uma unidade da federação, a competência para o dissídio de greve será do Superior Tribunal de Justiça (art. 2o, I, "a", da Lei no 7.701/1988). Ainda no âmbito federal, se a controvérsia estiver adstrita a uma única região da justiça federal, a competência será dos Tribunais Regionais Federais (art. 6o da Lei no 7.701/1988). Para o caso da jurisdição no contexto estadual ou municipal, se a controvérsia estiver adstrita a uma unidade da federação, a competência será do respectivo Tribunal de Justiça (art. 6o da Lei no 7.701/1988). As greves de âmbito local ou municipal serão dirimidas pelo Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal com jurisdição sobre o local da paralisação, conforme se trate de greve de servidores municipais, estaduais ou federais.

> **Art. 9º.** Durante a greve, o sindicato ou a comissão de negociação, mediante acordo com a entidade patronal ou diretamente com o empregador, manterá em atividade equipes de empregados com o propósito de assegurar os serviços cuja paralisação resultem em prejuízo irreparável, pela deterioração irreversível de bens, máquinas e equipamentos, bem como a manutenção daqueles essenciais à retomada das atividades da empresa quando da cessação do movimento.
> **Parágrafo único** Não havendo acordo, é assegurado ao empregador, enquanto perdurar a greve, o direito de contratar diretamente os serviços necessários a que se refere este artigo
>
> **Art. 10**. São considerados serviços ou atividades essenciais:
> I - tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;
> II - assistência médica e hospitalar;
> III - distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos;
> IV - funerários;
> V - transporte coletivo;
> VI - captação e tratamento de esgoto e lixo;

VII - telecomunicações;
VIII - guarda, uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares;
IX - processamento de dados ligados a serviços essenciais;
X - controle de tráfego aéreo;
XI compensação bancária.

Art. 11. Nos serviços ou atividades essenciais, os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores ficam obrigados, de comum acordo, a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
Parágrafo único São necessidades inadiáveis, da comunidade aquelas que, não atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

- Os arts. 9, 10 e 11 definem a necessidade da manutenção de equipes de servidores quando a paralisação comprometa os equipamentos e a retomada das atividades, estabelece o rol de atividades consideradas essenciais e a obrigatoriedade de prestação de serviços mínimos nas atividades essenciais. Em todos os casos, as entidades sindicais ou comissão de trabalhadores deverão manter equipes de servidores para a prestação de serviços à sociedade. Segundo Ebert (2008), é praticamente impossível, no caso abstrato, afirmar quais serviços públicos necessitam de um contingente mínimo para assegurar os elementos materiais necessários à sua paralisação, bem como o seu regular oferecimento ao final da greve. Nos casos das atividades consideradas essenciais, o Poder Judiciário tem decidido, reiteradas vezes, que este quantitativo não pode ser inferior a 30%, sob pena da greve ser considerada abusiva e comprometer todo o movimento. Entretanto, pela falta de expressa previsão legal, não importa o percentual. O que importa é a manutenção dos serviços, sendo importante que a entidade tome as precauções necessárias para comprovar, documentalmente, a manutenção deste efetivo mínimo. Quando comprometidos os meios materiais de prestação de tais atividades e caracterizada a impossibilidade da sua retomada em razão da greve, poderá a Administração Pública proceder a arregimentação de mão-de-obra substituta, observando a legislação pertinente à sua esfera de atuação (municipal, estadual ou federal).

Art. 12. No caso de inobservância do disposto no artigo anterior, o Poder Público assegurará a prestação dos serviços indispensáveis.

- É importante salientar que, as atividades elencadas no art. 10, ora prestadas por empresas privadas, ora diretamente pelo Poder Público, foram elaboradas com vistas à regulamentação da greve no setor privado. Para Ebert (2008), a aplicação da Lei nº 7783/89 para as greves deflagradas pelos servidores públicos deve estar condiciona à análise de dois pontos elementares: 1º) quais os serviços prestados diretamente pelo Poder Público, mediante o emprego de funcionários estatutários, que se revestem de essencialidade e 2º) quais os critérios a serem utilizados para se classificar uma determinada atividade como tal. Frise-se que nem todo serviço público caracteriza-se como essencial a ponto de impor a manutenção de um contingente mínimo de servidores nos respectivos órgãos. Para Meirelles (2009), serviço público e serviço essencial não se confundem, de modo que somente no serviço essencial as restrições ao direito de greve são válidas. Nesse sentido, o Ministro Gilmar Mendes, no julgamento do Mandado de Injunção nº 708 proferiu voto dizendo que *em razão dos imperativos da continuidade dos serviços públicos, não estou a afastar que, de acordo com as peculiaridades de cada caso concreto e mediante a solicitação de órgão competente, seja facultado ao juízo competente impor a observância a regime de greve mais severo em razão de se tratarem de serviços ou atividades essenciais*. Assim sendo, caberá ao Poder Judiciário buscar, em cada

situação específica, o conteúdo do direito a greve dos servidores públicos, bem como dos direitos fundamentais dos cidadãos, eventualmente afetados (EBERT, 2008).

> **Art. 13.** Na greve, em serviços ou atividades essenciais, ficam as entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da paralisação.

- As entidades sindicais ou comissões de trabalhadores deverão comunicar a decisão tomada em assembléia geral aos empregadores e aos usuários dos serviços com três dias de antecedência. Entretanto, a simples observância das atividades elencadas no art. 10 da Lei de Greve para aplicação desse dispositivo pode trazer incerteza e ilegalidade ao movimento. Assim sendo, conforme pondera Ebert (2008), é prudente a aplicação do art. 12 a qualquer greve deflagrada por servidores públicos, sejam considerados os serviços essenciais ou não.

> **Art. 14.** Constitui abuso do direito de greve a inobservância das normas contidas na presente Lei, bem como a manutenção da paralisação após a celebração de acordo, convenção ou decisão da Justiça do Trabalho.
> Parágrafo único. Na vigência de acordo, convenção ou sentença normativa não constitui abuso do exercício do direito de greve a paralisação que:
> I - tenha por objetivo exigir o cumprimento de cláusula ou condição;
> II - seja motivada pela superveniência de fato novo ou acontecimento imprevisto que modifique substancialmente a relação de trabalho.

- Caso algum dos procedimentos estabelecidos pela Lei nº 7783/89 não seja observado pelo sindicato dos servidores no que tocante à formalidade da convocação (art. 4º), à observância dos direitos de terceiros (art. 6º), ou à manutenção de atividades mínimas nas hipóteses legais (arts. 9º a 12º), a greve será considerada abusiva pelo juízo competente. Como tratado anteriormente, não tem qualquer aplicabilidade a parte do artigo que trata sobre manutenção do movimento após a celebração de acordo ou convenção coletiva, pela simples razão de tais figuras não existirem no âmbito da Administração Pública.

> **Art. 15.** A responsabilidade pelos atos praticados, ilícitos ou crimes cometidos, no curso da greve, será apurada, conforme o caso, segundo a legislação trabalhista, civil ou penal.
> **Parágrafo único** Deverá o Ministério Público, de ofício, requisitar a abertura do competente inquérito e oferecer denúncia quando houver indício da prática de delito.

- Se, eventualmente, no curso da greve, manifestantes causarem danos à propriedade pública ou privada, à integridade física de terceiros, à vida ou outros bens jurídicos tutelados pelo direito criminal, caberá as autoridades policiais e do Ministério Público procederem a apuração do ocorrido e promoverem as medidas adequadas para o ajuizamento da correspondente ação penal. Os eventuais prejudicados poderão ingressar com ações cíveis de danos morais e/ou materiais decorrentes das condutas ilícitas praticadas pelos servidores em greve.

> **Art. 16.** Para os fins previstos no art. 37, inciso VII, da Constituição, lei complementar definirá os termos e os limites em que o direito de greve poderá ser exercido.

- Dispositivo sem aplicabilidade, em função da Emenda Constitucional nº 19/98 que alterou a redação do art. 37, inciso VII, que passou a exigir a elaboração de lei específica para o direito de greve do servidor público.

> **Art. 17.** Fica vedada a paralisação das atividades, por iniciativa do empregador, com o objetivo de frustrar negociação ou dificultar o atendimento de reivindicações dos respectivos empregados (lockout).
> **Parágrafo único.** A prática referida no caput assegura aos trabalhadores o direito à percepção dos salários durante o período de paralisação.

- Como o lockout é a paralisação das atividades por iniciativa de empregador (paralisação patronal), o referido instituto não encontra conceituação no âmbito da Administração Pública que é regida pelos princípios constitucionais, dentre os quais, destacam-se o princípio republicano (art. 1º, CR/88), a separação dos poderes (art. 2º, CR/88) e os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, CR/88).

Portanto, concluiu-se que, a aplicação da Lei nº 7.783/89 para regulamentar o exercício do direito de greve do servidor público, impõe alguns limites e possibilidades ao exercício desse direito para que o movimento paredista não seja considerado ilegal. Entretanto, o objeto da greve, que é pressionar o Estado a transigir nas questões de natureza salarial, não será alcançado pela decisão do STF, com a aplicação da Lei nº 7.783/89. Somente a elaboração de uma lei específica sobre a greve do servidor público é que poderá solucionar esse conflito e harmonizar as várias questões inerentes a um acordo ou negociação coletiva com as características da Administração Pública e a separação dos poderes. Porém, a elaboração dessa lei não será algo fácil para o legislador, que deverá conciliar os vários regimes jurídicos para um mesmo cargo, existentes na União, Estados, Distrito Federal e os Municípios após o advento da EC nº 19/98.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Editora Malheiros, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2005.

BRASIL. Decreto nº 1.480 de 03 de maio de 1995. Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em caso de paralisações dos serviços públicos federais, enquanto não regulado o disposto no art. 37, inciso VII, da Constituição. Disponível em < http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1995/1480.htm>. Acesso em: 08 março 2009.

BRASIL. Lei nº 7.783 de 26 de junho de 1989. Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências. Disponível em <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/tralei7783.htm>. Acesso em: 08 março 2009.

BRASIL. Projeto Decreto Legislativo nº 795 de 12 de Agosto de 2008. Aprova, com ressalvas, os textos da Convenção nº 151 e da Recomendação nº 159, da Organização Internacional do Trabalho, ambas de 1978, sobre as Relações de Trabalho na Administração Pública. Disponível em <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/590899.pdf>. Acesso em 15 de Agosto de 2009.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. MI 20/DF. DJ 22-11-1996. Relator Min. Celso de Melo. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/748172/mandado-de-injuncao-mi-20-df-stf>. Acesso em: 08 março 2009.

BRASIL. Superior Tribunal Federal. Constitucional. ADI 492, Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO, Tribunal Pleno, julgado em 12/11/1992, DJ 12-03-1993 PP-03557 EMENT VOL-01695-01 PP-00080 RTJ VOL-00145-01 PP-00068. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/inteiroTeor/obterInteiroTeor.asp?numero=492&classe=ADI>. Acesso em 15 de Setembro de 2009.

BRASIL. Superior Tribunal Federal. Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade. ADI-MC 2135/DF. DJe-041 DIVULG 06-03-2008 PUBLIC 07-03-2008. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/inteiroTeor/obterInteiroTeor.asp?numero=2135&classe=ADI-MC>. Acesso em: 08 março 2009.

BRASIL. Superior Tribunal Federal. MI 712, Relator(a): Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 25/10/2007, DJe-206 DIVULG 30-10-2008 PUBLIC 31-10-2008 EMENT VOL-02339-03 PP-00384. Disponível em < http://www.stf.jus.br/portal/inteiroTeor/obterInteiroTeor.asp?numero=712&classe=MI>. Acesso em: 15 de Setembro de 2009.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. MI 670, Relator(a): Min. MAURÍCIO CORRÊA, Relator(a) p/ Acórdão: Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 25/10/2007, DJe-206 DIVULG 30-10-2008 PUBLIC 31-10-2008 EMENT VOL-02339-01 PP-00001. MI 708, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 25/10/2007, DJe-206 DIVULG 30-10-2008 PUBLIC 31-10-2008 EMENT VOL-02339-02 PP-00207 Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/inteiroTeor/obterInteiroTeor.asp?numero=670&classe=MI> e <http://www.stf.jus.br/portal/inteiroTeor/obterInteiroTeor.asp?numero=708&classe=MI>. Acesso em: 15 de Setembro de 2009.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. 13ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. 13ª. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

CASTRO. Pedro. *Greve: fatos e significados*. São Paulo: Ática, 1986.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2005.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 2008.

EBERT, Paulo Roberto Lemgruber. "O direito de greve dos servidores públicos após o julgamento dos mandados de injunção nºs 670, 708 e 712 pelo Supremo Tribunal Federal". Revista IOB Trabalhista e Previdenciária, Porto Alegre , v.20, n.231 , p.83-100, setembro 2008.

GASPARINI, Diógenes. *Direito administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2006.

GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. "A Greve no Serviço Público". Interesse Público, Belo Horizonte, ano 10, n. 49, p.29-52, maio/junho 2008.

GUSTIN, Miracy Barbora de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca Dias. *(Re)pensando a Pesquisa Jurídica: teoria e prática*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

MAKSUD, Isabelle Siqueira. *Direito de Greve: uma abordagem inclusiva das modalidades atípicas.* 2004. 282f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica, Faculdade Mineira de Direito, Belo Horizonte.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito do Trabalho*. 22. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Editora Malheiros, 2009.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*, 13ª edição. São Paulo: Malheiros, 2001.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas, 2006.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. Convenio 151: Convenio sobre las relaciones de trabajo en la administración pública. Disponível em: <http://www.ilo.org/ilolex/spanish/convdisp1.htm> Acesso em: 22 agosto 2009.

PEREZ DEL CASTILHO, Santiago. *O Direito de Greve*. São Paulo: LTr, 1994.

RIBEIRO, Lélia Guimarães Carvalho. *O papel da greve na negociação coletiva*, in: PAMPLONA FILHO, Rodolfo (coords.). Direito do trabalho: estudos em homenagem ao prof. Luiz de Pinho Pedreira da Silva. São Paulo: LTr, 1998.

Quilombolas: entre o direito constitucional e os conflitos territoriais

Maria Jorge dos Santos Leite1
mariajorge.santosleite@yahoo.com.br

Resumo: Conceição das Crioulas está localizada no município de Salgueiro, sertão central de Pernambuco, no Brasil. Trata-se de uma comunidade quilombola cujas origens remonta ao final do século XVIII ou início do século XIX, e tem como referência a aquisição daquelas terras por seis mulheres negras – as "seis crioulas". O objetivo deste trabalho é analisar a atual luta dos habitantes dessa comunidade pelo direito à posse das terras que pertenceram às suas ancestrais, nos termos do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, da Constituição Brasileira de 1988. O trabalho é resultado de uma pesquisa de campo realizada na referida comunidade entre 2009 e 2012. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa de caráter etnográfico. A luta pelo direito à terra em Conceição das Crioulas tem sido a principal causa dos conflitos entre os quilombolas e os fazendeiros da região.

Palavras-chave: quilombolas, direitos, terra, fazendeiros, conflitos.

Introdução

Conceição das Crioulas localiza-se no município de Salgueiro, Sertão Central de Pernambuco e os seus habitantes, ali, se constituem, hoje, numa comunidade quilombola. A história dessa comunidade é contada a partir da memória oral de seus habitantes, segundo a qual foi "no tempo dos reis" que chegaram à região alguns negros e negras, possivelmente fugindo da escravidão. Esse grupo de negros e negras - embora na memória de seus habitantes apenas as negras tenham se destacado na fundação da comunidade, ficando conhecidas como as "seis crioulas"- arrendaram uma porção de terras equivalente a três "léguas" em quadra onde iniciaram um trabalho no cultivo e fiação de algodão; o produto era vendido na cidade de Flores, no sertão do Pajeú. Católicas fervorosas, as crioulas teriam feito uma promessa à Nossa Senhora da Conceição de construir uma capela caso conseguissem se tornar donas das terras em que trabalhavam. Alcançada a "graça", ergueram a capela, dando origem ao povoamento.

Considerando-se descendentes dessas "seis crioulas", que possivelmente eram escravas fugitivas, ou negras libertas, os habitantes de Conceição das Crioulas empreenderam, a partir de 1987, um processo de mobilização interno em busca de evidências históricas(documentais ou relatos orais) e elementos culturais que lhe conferissem uma identidade quilombola. Iniciava-se, a partir daquele momento, uma série de ações que levariam à organização de uma luta pela posse da terra de suas ancestrais nos termos do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, da Constituição Brasileira de 1988. Essa luta é uma das principais causa dos conflitos que envolvem os quilombolas e fazendeiros da região.

Terra quilombolas: os caminhos da legalidade

A década de 1980 trouxe não somente o retorno do Estado brasileiro às instituições democráticas, mas a uma concepção de cidadania que somava aos direitos (civis, políticos e sociais) existentes, os direitos coletivos: direitos relativos a gênero, geração, minorias étnicas, culturais e ambientais. Essas concepções de direitos resultaram da diversidade da luta dos movimentos sociais e encontraram seu marco jurídico fundamental na Constituição Federal de 1988. Entre os novos sujeitos coletivos de direito instituídos pela Carta Constitucional estão as comunidades remanescentes de quilombos, referenciadas no artigo 68 do ADCT.

O artigo 68 do ADCT determina: Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos(BRASIL, 2005, p. 171).

Além deste, a CF traz dois outros artigos importantes para o estabelecimento do movimento quilombola e a construção da identidade étnica do grupo que o compõe. São os artigos 251 e 216, conforme transcrição a seguir:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (EC nº 48/2005).

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (BRASIL, 2006, pp. 136-137).

Já o § 1º do artigo 216 estabelece: "o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação nacional" (BRASIL, 2006, p137).

A compreensão que se tem da leitura desses artigos é que o texto constitucional expressa a garantia da terra dos quilombolas como forma de manter a cultura afrobrasileira e valorizar a diversidade étnica e cultural que compõem a sociedade brasileira. A medida traduz o reconhecimento por parte de Estado de que a população brasileira é composta por diferentes grupos sociais e que é necessário reconhecer as diferenças existentes entre eles. Nesse sentido, o texto constitucional é representativo das demandas do Movimento Negro que colocou no debate nacional o direito à alteridade e o respeito à sua especificidade étnico-racial, assegurando o reconhecimento e a titulação das terras para as comunidades quilombolas.

Tais conquistas, portanto, não são uma generosidade dos parlamentares brasileiros para com os grupos étnicos historicamente marginalizados na sociedade brasileira. É importante lembrar que, ao ser instalada em 1987, a Assembleia Nacional Constituinte iniciava seus trabalhos em meio a intensa mobilização da sociedade civil organizada. Entre a diversidade de lutas dos movimentos sociais o Movimento Negro colocava em pauta antigas reivindicações suas: criminalização do racismo, denúncia do mito da democracia racial como empecilho aos investimentos nas políticas públicas de ações afirmativas antirracistas, promoção de uma política de valorização da história e cultura afrobrasileiras mediante o reconhecimento da identidade, da diversidade e do reconhecimento de uma sociedade multirracial e multicultural (GUIMARÃES, 2002,p.87). Foi por força dessa mobilização que a Constituição Brasileira desprendeu o primeiro grande esforço legal da história do país no sentido de prover o direito à propriedade definitiva da terra para as comunidades quilombolas.

Instituído na Constituição Federal de 1988, o direito das comunidades quilombolas a seus territórios é emblemático tanto pelas mudanças operadas no regime jurídico da terra, como pela expansão dos direitos coletivos. O dispositivo constitucional a que me refiro – artigo 68 do ADCC- só foi regulamentado em 2001, por decreto do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Tal decreto foi revogado por outro: o decreto n° 4.887, de 20 de novembro de 2003, já no governo Lula, "para uma compreensão diametralmente oposta acerca da definição dos novos quilombos, seus ocupantes e territórios. Neste meio tempo, os significados atribuídos aos termos do artigo constitucional foram alvo de disputas internas e externas aos órgãos do Estado" (FIGUEIREDO, 2008, p. 14).

É nesse contexto que vai emergir pela primeira vez a expressão "remanescentes de quilombos" para designar as populações que historicamente mantém uma crença subjetiva na descendência africana, apresentam um modo de vida diferenciado dos demais grupos sociais, se baseiam nas relações de interação e respeito com a natureza, com o território e preservam as reminiscências de seus ancestrais. Os grupos com tais perfis, deram início a um processo de luta pelo reconhecimento, enquanto remanescentes de quilombos, e começaram a articular seus movimentos sociais de luta pela terra a partir da perspectiva constitucional.

O movimento negro quilombola parece-me um indicativo de que os movimentos sociais, principalmente os voltados para as questões étnicas, fortaleceram suas lutas a partir dos anos subsequentes à promulgação da Constituição Federal de 1988, tendo como um de seus principais objetivos a garantia da efetivação dos direitos que esse instrumento jurídico assegura à população afrobrasileira, como afirma Givânia Silva:

O movimento quilombola tomou força a partir da Constituição de 1988 com a inserção do artigo 68 do ADCT – Atos das Disposições Constitucionais transitória da Constituição Federal que assegura aos remanescentes de quilombos o direito à posse da terra. Com a realização do I Encontro das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, em 19952, as comunidades passaram a ter sua própria organização. Isso desencadeou encontros nacionais e diversas formas de mobilizações no sentido de tornar conhecida a Lei, para que as comunidades pudessem lutar e garantir esse direito3(SILVA,2004, p.6).

Levar a Lei ao conhecimento da sociedade parece-me uma ação bastante estratégica do movimento quilombola; a partir de então, a luta pela terra não seria uma simples reivindicação de direitos, mas a garantia da efetivação de um direito já instituído, o que daria maior legitimidade ao movimento.

As lutas em torno dos direitos das comunidades quilombolas, via de regra, são caracterizados pela liminaridade: por um lado, esses direitos são afirmados em torno da terra, entendida como um meio de sobrevivência dos grupos; por outro, trata-se do reconhecimento de uma identidade coletiva própria e particular (FIGUEIREDO, 2008). Assim, ora a questão quilombola é entendida como questão fundiária, ora é entendida como questão racial e étnica. Isso dificulta a organização dos quilombolas que, para tornar legítima a sua luta, precisam começar com o processo de identificação de uma população como descendente de escravos e, portanto, habitantes de uma comunidade de quilombos.

Embora o principal critério para o reconhecimento de uma comunidade como quilombola seja a auto-identificação, esse processo não é tão simples. É exigido daqueles que estão pleiteando o seu reconhecimento como quilombolas, toda uma documentação - escrita ou não - através da qual o grupo expressa sua crença subjetiva na descendência dos antigos quilombos que se opuseram à escravidão existente durante três séculos no Brasil; um estudo antropológico e o reconhecimento oficial da comunidade como quilombola pela União, através da Fundação Cultural Palmares4.

Para que a Fundação Cultural Palmares proceda o reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombos três critérios devem ser atendidos: " (1) os residentes se autodefinirem como tal; (2) os intelectuais e a população local devem corroborar a reivindicação; (3) as instituições públicas do estado no qual se localiza o quilombo deve dar sua aprovação" (DAVIS, 2000, p. 88). Algumas comunidades quilombolas já são reconhecidas e já receberam os títulos de propriedade da terra; porém, não possuem ainda a posse efetiva da mesma e vivem em constantes conflitos com os fazendeiros localizados no seu entorno, é o caso de Conceição das Crioulas. Esta comunidade foi reconhecida como quilombola desde 1998, suas terras foram tituladas em 2000, mas o processo de desintrusão5 já se arrasta há mais de 12 anos, contando até este ano (2014), com apenas três propriedades desapropriadas, o que é insuficiente para o uso da coletividade quilombola.

O processo de reconhecimento e titulação das comunidades quilombolas no Brasil tem gerado grande número de conflitos agrários, o que exige dessas populações uma articulação cada vez maior. Evidentemente que tais conflitos sempre existiram no país, em maior ou menor intensidade, mas, nos últimos tempos, têm adquirido outras dimensões, principalmente a partir dos direitos conquistados por grupos negros e índios desde a Constituição de 1988. Esses direitos não se consolidam na promulgação da Lei, nem resolvem os problemas territoriais entre grupos étnicos distintos. Muitas das terras hoje demarcadas como terras dos quilombos são as mesmas que, durante muito anos estiveram(ou estão) sob posse de fazendeiros que as passaram para seus descendentes como direito de herança. Muitos desses herdeiros possuem escrituras das terras - legais ou não - e são eles que lutam contra os quilombolas pela manutenção da posse da terra, ou lutam na Justiça para receber da União uma "alta" indenização que julgam ter direito, para então poder entregá-las às comunidades de quilombos.

Os conflitos territoriais no Brasil não surgem, no entanto, a partir da Constituição de 1988. São conflitos históricos. No período pré-abolição, proprietários fundiários tentaram dificultar ainda mais o acesso à terra no País. A Lei de Terras no Brasil, datada de 1850, determinou que o acesso à terra a partir daquele momento só poderia acontecer através da compra. Com isso garantiu-se o acesso à propriedade apenas para os integrantes dos grupos hegemônicos. A forma da propriedade fundiária no Brasil foi construída historicamente como latifúndio e nunca no país foi realmente empreendida uma ampla reforma agrária.

Conflitos territoriais em Conceição das Crioulas

Atualmente, o conflito que emerge do embate entre comunidades quilombolas e grandes proprietários rurais vem tomando cada vez maior projeção. Em Conceição das Crioulas, a luta entre quilombolas e fazendeiros brancos - na percepção dos quilombolas - remonta ao início do século XX quando um coronel de nome Pedro da Luz chegou ali fazendo amizade com os negros e, apesar da resistência destes, se apossou do território, fatiou-o e vendeu para outros fazendeiros. Nesse período, mais precisamente em 1904, houve um conflito entre os dois grupos – negros e fazendeiros- que ficou conhecido como o "Movimento dos Revoltosos"; e entre 1940 e 1950 ocorreu outro conflito conhecido como "Guerra dos Urias", ambos relacionados à disputa por terras.

Sobre a Guerra dos Urias, o quilombola Virgínio Vicente de Oliveira afirmou o seguinte:
A Guerra dos Urias, é que eles eram de Floresta, chegaram aqui através de Pedro da Luz, aí foi comprano esse terreno, tinha uns criatório qui dava prejuízo nos roçados dos ôtos, tal. Até qui Januário (negro) matou uma criação deles. Ele (o líder dos Urias), achou muito ruim, e veio diretamente pra matar Januário! Aí ele disse - sabe que vai morrer hoje Januário? - É se chegou a hora. Aí levantou o punhal pra largar no véio. Aí o irmão dele (Januário) chegou. Então começou tudo. Esses Uria foram arranjar gente lá pro Cabrobó, cangaceiros né? Aí, os ôtos (negros), também foro arranjar gente daqui de Conceição, da Serra Umã, de Santana e foro guerrear. Esse Pedro da Luz, fazia qui tava dum lado e tava do ôto! É tanto que esses Uria saíram se arrastano daqui (...) o Zé Simão, era meu tio, nessa questão toda, ele deitado, aí qui os Uria chegaro assim na porteira de casa e dissero: 'cum esse aí ninguém bole, esse aí é um porco no chiqueiro. Vamos perseguir os ôto" (ENTREVISTA DE VIRGINIO VICENTE OLIVEIRA, EM 10/01/2000).
Segundo os quilombolas, junto com os coronéis que tomaram suas terras, veio também a Igreja Católica que, enquanto pregava a paz e a resignação, participava, ela mesma, do processo de expropriação das terras dos negros. Aparecida Mendes Silva afirma que, "foi o Padre Pires quem ajudou a grilar nossas terras6". Apesar dos conflitos citados acima, a quilombola acredita que seus antepassados aprenderam a não reclamar a posse de suas terras porque viviam sob constantes ameaças. Afirma ela que crescera ouvindo sua avó alertar: "briga por terra tem cheiro de sangue, tome cuidado!". Assim, as questões territoriais em Conceição das Crioulas têm raízes históricas e são frequentemente associadas a situações de opressão, sujeição e morte.
Para Givânia Maria da Silva, os conflitos territoriais de hoje, apesar de serem outros, apresentam os mesmos desafios dos conflitos que os negros quilombolas enfrentaram no passado,
Os desafios de hoje são os desafios de ontem. Porque os de ontem? Porque esses foram o desafio da superação dos navios, da escravidão, do anonimato, do abandono, e etc. Os de hoje não são esses, mas tem a mesma finalidade que é anular qualquer possibilidade de que preto nesse País seja tratado como o restante da população. Quando a grande imprensa, o latifúndio, setores conservadores da sociedade reagem contra essa política nós entendemos que o que está acontecendo hoje é o mesmo que aconteceu ontem, só que por outros meios e outros mecanismos. O que está posto é a certeza de que cada vez mais precisamos estar unidos. É uma luta árdua e, acima de tudo, é uma luta coletiva, pois só assim teremos força para lutar por um direito que nos é tão negado, que é o direito às nossas terras (ENTREVISTA DE MARIA APARECIDA MENDES SILVA, EM 14/08/2010).
Essa forma de pensar se manifesta nos discursos dos quilombolas de Conceição das Crioulas quase que de forma padronizada - uma espécie de discurso pré-elaborado - com o qual fundamentam a necessidade da luta pela terra e o acesso a outros direitos. Para os quilombolas possuir a posse efetiva da terra é fundamental para o acesso a outros direitos de cidadania como trabalho, educação, dignidade e construção de identidade.
O Movimento Negro Brasileiro viu algumas de suas antigas demandas serem transformadas em direitos na Carta Constitucional de 1988. Dentre os grupos negros os mais beneficiados foram os quilombolas; embora estes, independentemente da denominação que recebiam, não haviam até então organizado suas próprias demandas. Pode ser registrada como exceção a organização das comunidades negras rurais do Maranhão que, desde 1986, demandavam direitos de natureza territorial. Antes disso, a organização quilombola, da forma que conhecemos hoje, era praticamente inexistente. Também não havia, por parte do Estado, nenhuma política de reconhecimento a essas comunidades, como bem enfatiza a quilombola Givânia Silva:
Primeiro, na verdade não havia, até 1988, menção alguma do Estado brasileiro em reconhecer essas comunidades. A Constituição, mesmo de forma tardia, reconheceu esse grupo como integrante do povo brasileiro. Segundo, é a constatação de que é preciso não só reconhecer mas promover ações em políticas públicas que possam garantir a permanência das comunidades nos territórios de forma digna. Acho que esse é o nosso objetivo. Essa política tem um caráter especial. E o governo do presidente Lula deu a ela esse caráter especial. A gente reconhece as dificuldades de implementação, mas estamos executando essa ferramenta para que o Estado brasileiro possa chegar até essas comunidades que não eram vistas nem incluídas como parte da sociedade brasileira (ENTREVISTA DE GIVÂNIA MARIA DA SILVA,21/11/2008).
A menção feita no texto constitucional às comunidades quilombolas é o reconhecimento de que a população brasileira é composta de grupos sociais diferentes. Tem-se, assim, um novo modelo de Estado que reconhece as diversas identidades culturais e raciais. Para os integrantes dessas comunidades, para além de uma "reparação"

histórica, isso significa a integração do negro à sociedade brasileira, considerando a condição de marginalidade a que foram submetidos durante o período posterior à abolição.

Para o reconhecimento constitucional dos direitos dos quilombolas é necessário, antes, o (auto)reconhecimento por parte deles próprios, como descendentes dos habitantes dos antigos quilombos. No entanto, de acordo com o pensamento da quilombola Givânia, o reconhecimento em si não representa mudanças no modo de vida da população quilombola. É necessário, pois, a implementação de ações políticas que possibilitem a essas comunidades as condições necessárias para o estabelecimento de sua dignidade.

Para os quilombolas de Conceição das Crioulas o início do (auto)reconhecimento foi um momento muito significativo do qual fizeram parte comissões religiosas, Organizações Não-Governamentais e pesquisadores, conforme relata o senhor Andrelino Antônio Mendes, que participou diretamente daquele momento:

Tudo começou no final da década de 80, eu morava em são Paulo e foi através das freiras das CEBs (Comissões Eclesiais de Base). Então, João Alfredo começou a participar dos encontros. Aí começou a clarear a cabeça do pessoal. Em 96 veio o pessoal do Centro Cultural Luiz Freire, veio alguns deles fazer pesquisa e veio também a antropóloga Vânia Fialho e constatou que aqui era uma comunidade quilombola, aí em junho de 2000 recebemos do governo Fernando Henrique o titulo de posse da área. Mas ficou pior, porque o titulo não resolveu a questão fundiária, por que os fazendeiros também têm direitos, alguns tem documentos legais, fizeram usucapião, outros são grileiros ou só posseiros mesmo (ENTREVISTA DE ANDRELINO MENDES, em 09/01/2010).

Esse momento inicial da organização da comunidade é marcado, segundo os quilombolas, por momentos de "descoberta", de "tomada de consciência", de "efervescência", de "aprendizado dos direitos" e de formação e "(auto)formação", que acompanham o processo de construção de uma identidade étnica referenciada no passado escravo de seus ancestrais. Mas é também um momento de "desencantamento", pois, o conhecimento dos direitos instituídos, veio junto à consciência de que as questões fundiárias ali existentes são bastante complexas e, portanto, não se resolvem com a titulação da terra.

Para a construção da identidade e, consequentemente, a luta pela terra, a importância desse momento deve-se ao fato da busca pela ancestralidade africana ter culminado na descoberta da inexistência de registros escritos que comprovassem as origens do grupo, levando-o à utilização estratégica dos recursos da oralidade para reconstruir a trajetória histórica dos antepassados e compor sua identidade quilombola. As pessoas mais velhas da comunidade passaram a ser ouvidas com mais atenção e suas narrativas a dar sentido a algumas singularidades da comunidade, como bem explica Givânia Silva:

Como não tínhamos registros oficiais, no final dos anos 1980, procuramos resgatar nossa história na oralidade, entre as pessoas mais velhas da comunidade. A curiosidade começou quando percebemos que esbarramos em parentes em cada lugar que vamos. Até o nome gerava curiosidade, por que Conceição das Crioulas e não dos crioulos? As pessoas mais velhas informaram que Conceição surgiu de um grupo de seis mulheres negras, que estavam fugindo – não conseguimos descobrir ainda de onde, esse roteiro não está claro. Pela época, sabemos que foi no mesmo momento em que se acirrou a perseguição ao Quilombo dos Palmares e a todos os agrupamentos de negros. Fugindo, elas resolveram se abrigar nessa região, cercada pela serra, de difícil acesso. Aos poucos, outras lideranças foram chegando e, sendo vizinha à comunidade indígena Atikum, houve rapidamente entrosamento e o consequente crescimento dessa comunidade. Descobrimos que as fundadoras firmaram um compromisso de que se chegassem a ter a posse da terra, dedicariam um terreno à construção de uma capela em homenagem à Nossa Senhora da Conceição. Isto porque uma outra pessoa que chegou depois delas, um senhor, trazia a imagem da santa. Em 1º de janeiro de 1802, elas conseguiram a posse. É uma comunidade marcada pela luta feminista, desde a sua origem7 (ENTREVISTA DE GIVÂNIA MARIA DA SILVA, 11/07/2003).

Como se vê, foi a ausência de registros escritos referentes à história das "seis crioulas" que levou a população de Conceição das Crioulas a buscar na oralidade fatos que possibilitassem a reconstituição do caminho percorrido por aquelas e por seus descendentes mais imediatos. Tem-se, assim, uma história que traz nas suas origens as marcas da opressão, fuga, trabalho e religiosidade, cujos personagens principais são mulheres negras. Com essa história, agora registrada em diversas produções, Conceição das Crioulas se reveste de uma identidade étnica coletiva e se transforma num sujeito coletivo de direito que, entre outras demandas,

reivindica a posse da terra garantida na Constituição Federal.

É importante lembrar que os meios de garantia dos direitos dos quilombolas (inclusive o direito à posse da terra), previstos na Constituição de 1988, não foram assegurados nos primeiros anos posteriores à Constituição. Nesse período, permaneceu a ausência de instrumentos jurídicos específicos relacionados ao reconhecimento de direitos territoriais aos grupos negros. Assim, as comunidades quilombolas realizam seus processos de (auto)reconhecimento, mas suas demandas não foram, a princípio, encaminhadas por indefinição do órgão competente para a instalação dos processos de reconhecimento. Até que o Decreto Federal nº 3.912/2001, em cumprimento ao artigo 68 do ADCT, determina ser competência da Fundação Cultural Palmares identificar os "quilombolas":

Art, 1º Compete à Fundação Cultural Palmares – FCP iniciar, dar seguimento e concluir o processo administrativo de identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como de reconhecimento, delimitação, titulação e registro imobiliário das terras por eles ocupadas.

Parágrafo único. Para efeito do dispositivo no caput, somente pode ser reconhecida a propriedade sobre a terra que:

I - eram ocupadas por quilombos em 1888; e

II – estavam ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos em 5 de outubro de 1988.

Ao realizar as ações de sua competência a FCP não resolvia o problema territorial das comunidades quilombolas, pois emitia os títulos mas deixava em aberto os procedimentos de regularização e posse da terra pelos quilombolas. Esta questão é notória em Conceição das Crioulas:

A questão fundiária é uma discussão que vai mais além de 1996, 1997. O ex-presidente Fernando Henrique era quem deveria ter feito esse negócio. Simplesmente ele emitiu o título de posse e nem sequer chegou a iniciar essa regularização, porque ele sabia que para fazer essa regularização ele iria ficar "mal na fita" com os fazendeiros, que é quem apoia esse pessoal dessa linha. De lá para cá, teve um recomeço em 2004, mas parou porque era véspera de eleição. Aí o INCRA recuou e ficou o jogo de empurra pra lá e vem pra cá. Agora é que eles tão dando sequência8 (MENDES, 2009, p. 7).

O recomeço a que se refere o senhor Andrelino diz respeito à edição do o Decreto n.º 4887, de 20 de novembro de 2003, pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, mediante um forte processo de reivindicação das comunidades quilombolas pela imediata titulação de suas terras. Com esse dispositivo a competência de realização do procedimento de regularização das terras quilombolas foi repassada ao INCRA9. Este decreto representou certo avanço, ao adotar mecanismos previstos nas normas internacionais de proteção aos direitos humanos relativos ao direito à terra e à moradia, e ao delimitar novas competências para realização do procedimento administrativo. Entretanto, os poucos avanços esbarraram nos interesses de grupos econômicos, entre outros, o agropecuário e os setores de mineração.

De acordo com Wolkmer(2008) o que falta na verdade é uma tradição verdadeiramente democrática nos liames do "liberalismo burguês" que impede a consolidação do constitucionalismo de base popular-burguesa, onde o político e o social foram sempre construções momentâneas e inacabadas de facções societárias expressas nas oligarquias agrárias. É nessa perspectiva que faço a análise das palavras simples do senhor Andrelino Mendes, para quem a compreensão do processo parece muito simples. Entende o quilombola que o Governo FHC devia(podia) ter resolvido a questão da demarcação das terras quilombolas; mas, como legítimo representante do liberalismo burguês, não o fez para não ter que se indispor com os latifundiários "que é quem apoia esse pessoal dessa linha" [da direita].

Para a antropóloga Ilka Boaventura Leite a demora na regularização das terras quilombolas indica a apatia do Estado brasileiro para com a questão. Referindo-se ao artigo 68 do ADCT da Constituição Federal de 1988, explica:

Apesar de sua força simbólica e da oportunidade lançada em 88 pelo recurso constitucional, o projeto de cidadania dos negros encontra-se hoje fortemente ameaçado. Seja porque a grande quantidade de casos levantados desde então surpreendeu os órgãos designados para coordenar o processo, seja porque o processo em si esbarra em interesses das elites econômicas envolvidas na expropriação de terras, no desrespeito às leis e nas arbitrariedades e violências que acompanham as regularizações fundiárias. No início dos anos 90 percebia-se já: o seu campo de ação, as conseqüências mesmas do artigo proposto e aprovado pela Constituição não seriam

suficientes nem sequer estavam sendo avaliadas pelos setores conservadores que nele votaram. Acreditavam tratar-se de alguns pequenos casos isolados, bons para produzir a visibilidade aos atos de governo e para colocar uma pedra definitiva em cima do assunto(LEITE, 1999, p.41).

Os olhares, sejam dos sujeitos desse direito (os quilombolas) ou dos estudiosos da questão, acabam convergindo para o mesmo ponto: há uma "má vontade" por parte do Estado no cumprimento dos dispositivos legais que asseguram os direitos quilombolas. Nessa perspectiva, o Estado que se apresenta como plural na Constituição de 1988 por absorver as demandas dos movimentos sociais e reconhecer o direito fundamental à titulação das terras das comunidades de quilombos, revela-se impotente diante das pressões das forças conservadoras da elite nacional apoiadas na onda neoliberal, enfraquecedora dos direitos de cidadania.

Como o dispositivo legal não funciona a contento restou às comunidades quilombolas fortalecer suas lutas junto aos órgãos competentes. Em Conceição das Crioulas o papel da comunidade no processo de regularização territorial tem sido de constante cobrança, como afirma o senhor Andrelino Mendes:

Através da AQCC, tem se cobrado a vários órgãos não só municipal, mas também estadual e federal. A comunidade também tem o papel de denunciar para o mundo através da internet e outras forma (...) o que eu espero nessa questão é que antes mesmo que o presidente Lula saia, mesmo que não tenha resolvido, ele deixe ao menos bem encaminhado, porque é um presidente que nasceu das classe populares e que a gente bota fé. Eu, por exemplo, tenho uma grande esperança que é possível que ele colabore com a gente, não só com Conceição das Crioulas, mas em todas as questões fundiárias, seja área indígena, seja quilombola ou assentamento10 (MENDES, 2009,p.7).

Para o desapontamento do senhor Andrelino e de muitos outros quilombolas, índios e sem terra, o governo Lula, apesar de alguns avanços na área social, encerrou-se no final de 2010 sem resolver as questões que envolvem a distribuição e uso da terra no Brasil. Conceição das Crioulas, as comunidades quilombolas maranhenses e muitos outros grupos sociais ou étnicos, ainda não têm total acesso à terra (objeto de suas lutas).

Não era de se esperar que fosse fácil o cumprimento do artigo 68, já que no processo de aprovação do mesmo, na Assembléia Constituinte, formou-se uma forte oposição à efetivação desse direito constitucional. Essa oposição não se encerrou com o fechamento dos trabalhos na Constituinte, como afirma Ilka Boaventura Leite (2004):

(...) Assim que foi promulgada a Constituição, quando o tema entrou em pauta nos debates, nas manchetes da imprensa brasileira, apareceram as primeiras reações desfavoráveis ou de nítido estranhamento ao Artigo 68. Essas reações vieram principalmente de setores mais conservadores, representados pelos latifundiários e "grileiros", que temiam uma drástica alteração no quadro de acesso e regularização fundiária de terras no País; por lideranças governamentais, preocupadas com os recursos que seriam necessários às indenizações das terras já expropriadas das comunidades negras rurais; pelas instituições governamentais, supostamente responsáveis, disputando entre si a gerência desses recursos que deveriam ser destinados às indenizações. A estas reações seguiram-se outras, de viés "mais progressista", representadas pelos árduos defensores do arcabouço nacionalista de uma sociedade miscigenada – reacendendo a velha chama da democracia racial, reapresentando-se não mais como a posição assimilacionista dos modernistas, mas com nova roupagem pós-moderna da "nação hibridizada. (LEITE, 2004,pp. 21-22).

Na compreensão da autora são os defensores da "democracia racial", que junto aos latifundiários, empresários, a imprensa conservadora e outros setores da sociedade, se opõem às titulações das terras quilombolas, baseados num direito de grupos específicos etnicamente fundados. Para esses setores as políticas destinadas à população quilombola e outros grupos étnicos, não são direitos e sim "privilégios". Como esses setores detém forte poder econômico e político, capazes de retardar a efetivação dos direitos étnicos, o conflito entre eles e os sujeitos desses direitos, quando não explícitos estão sempre latentes.

Para a liderança quilombola Givânia Silva, a posição dos setores conservadores da sociedade à política territorial quilombola equipara-se a posição dos setores conservadores do passado, da época da escravidão:

Quando a grande imprensa, o latifúndio, setores conservadores da sociedade reagem contra essa política, e aí o cenário de hoje é um cenário confuso, nós entendemos que o que está acontecendo hoje é o mesmo que aconteceu ontem, só que por outros meios e outros mecanismos. O que está posto é a certeza de que cada vez mais precisamos estar unidos para que as conquistas que foram adquiridas não se percam (SILVA, Apud, OLIVEIRA , 2008 p.75).

Nos seus discursos, os quilombolas de Conceição das Crioulas sempre fazem analogias entre as condições sociais em que vivem atualmente e as que viveram seus antepassados (os escravos). As lutas destes contra a escravidão, pela liberdade e garantias de direitos básicos, são fortes referências na instrumentalização das lutas que hoje encabeçam visando a garantia dos direitos constitucionalmente adquiridos, como é o caso do artigo 68 da Constituição Federal de 1988.

O referido artigo abriu, por um lado, uma possibilidade jurídica para se fazer uma importante "reparação" na história e, por outro, um acirrado debate também em torno do significado desse dispositivo constitucional. Nesses debates não há muita clareza se a política de terra nele estabelecida se constitui como ação afirmativa ou como direito étnico. Mas, alguns autores fazem diferenciação entre os dois conceitos. Entendo que determinado direito, enquanto ação afirmativa, procura garantir a igualdade material aos diferentes - como é o caso das cotas - ; no direito étnico o que interessa é o direito dos diferentes se organizarem de acordo com suas singularidades. Nessa perspectiva, o referido artigo, o qual determina o direito dos quilombolas à posse da terra e o decreto 4887/03 que o regulamenta caracteriza-se como direito étnico e não como ação afirmativa. Assim, tenho trabalhado com a compreensão de que a posse da terra pelos quilombolas trata-se de um direito étnico.

Os direitos étnicos, devidamente constitucionalizados, se transformam em algo mais consistente, duradouro, embora não permanente. Enquanto as ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento.

Compreendo também que as ações afirmativas se caracterizam como uma política voltada para "corrigir" os feitos da escravidão praticada no passado tendo como objetivo a promoção da igualdade de acesso a bens fundamentais. Assim, o direito quilombola de acesso à terra não está dissociado de todo esse conjunto de medidas reparatórias. Portanto, o direito à terra nada mais é do a reparação dos donos causados aos negros pelo sistema de escravidão e por uma histórica política agrária de base latifundiária. Nesse caso tem-se aqui uma fusão, ou aproximação, dos dois conceitos: ação afirmativa e direito étnico.

A luta histórica dos afrobrasileiros foi fundamental para a evolução dos direitos civis. Entretanto, a emergência do direito étnico consolidado para atender às comunidades quilombolas, no período pós regime militar, só se tornou possível graças à instalação da Assembleia Nacional Constituinte que acabou por assimilar muitas demandas da sociedade, entre elas, as questões do Movimento Negro. Como esses direitos são derivados do poder constituinte, é importante refletir sobre as bases sociais que levaram à conquista dos mesmos. Segundo Almeida (2006),

(...) o processo social de afirmação étnica, referido aos chamados quilombolas, não se desencadeia necessariamente a partir da Constituição de 1988 uma vez que ela própria é resultante de intensas mobilizações, acirrados conflitos e lutas sociais que impuseram as denominadas terras de preto, mocambos, lugar de preto e outras designações que consolidaram de certo modo diferentes modalidades de territorialização das comunidades remanescentes de quilombos. Neste sentido a Constituição consiste mais no resultado de um processo de conquistas de direitos e é sob este prisma que se pode assegurar que a Constituição de 1988 estabelece uma clivagem na história dos movimentos sociais, sobretudo daqueles baseados em fatores étnicos" (ALMEIDA, 2006,p. 33, nota 21).

Além da necessidade de ações políticas voltadas para comunidades negras, o que se percebe nesse processo de conquista de direitos étnicos por parte dos quilombolas é que a instituição desses direitos não vem sendo acompanhada de uma estrutura administrativa e ações efetivas por parte do Estado.

Inexistindo uma reforma do Estado, coadunada com as novas disposições constitucionais, a solução burocrática foi pensada sempre com o propósito de articulá-las com as estruturas administrativas preexistentes, acrescentando à sua capacidade operacional atributos pretensamente étnicos. Se porventura foram instituídos novos órgãos públicos pertinentes à questão, sublinhe-se que a competência de operacionalização ficou invariavelmente a cargo de aparatos já existentes (ALMEIDA, 2005, p.7).

A ausência de acompanhamento do Estado na implementação do Artigo 68 do ADCT é também denunciado pelos próprios quilombolas, como afirma Maria Diva: "Temos a titulação mas a luta vai continuar em torno da terra, porque a gente tem o título, mas não tem a posse da terra. E, a nossa luta agora é para que, de fato,

venha pra nossas mãos, e, isso, tem gerado, assim polêmicas sérias11". A afirmação da quilombola é reiterada pelo Centro Cultural Luiz Freire que também ressalta o poder de articulação e mobilização da comunidade: "Apesar de ser reconhecida pelo Governo Federal como uma das primeiras comunidades remanescentes de quilombos, e possuir documentação legal desde 2000, Conceição das Crioulas é pioneira na mobilização e articulação das lutas quilombolas, tornando-se uma referência tanto no âmbito regional, como nacional12". Em outro momento acrescenta a entidade: "com a comunidade conhecendo seus direitos, organizada, fortalecendo e sendo fortalecida pelo Movimento Quilombola e seus aliados, é possível avançar na garantia da regularização dos territórios13"(CCLF, s/d,p.10).

Outra dificuldade é encontrada no fato da operacionalização dos procedimentos necessários para o reconhecimento dos territórios das comunidades quilombolas ser de competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário, através do INCRA. Como consequência disso, percebe-se um deslocamento da dimensão étnica para os instrumentos da ação agrária. Conforme Almeida, (2005):

Tratar os direitos coletivos tão somente como direito agrário poderá acarretar novos problemas na esfera jurídica, forçando as comunidades quilombolas a serem vistas como de "trabalhadores rurais" e "posseiros", isso é, reeditando as categorias classificatórias externas e as condições como eram formalmente nomeadas antes do advento da identidade quilombola e dos direitos que lhes correspondem, com o risco de renovar e gerar conflitos étnicos (ALMEIDA, 2005,p.7).

Identifica-se no que se refere ao direito de titulação das terras das comunidades quilombolas, questões relacionadas à democratização do país: o acesso à terra e a promoção das relações étnicos raciais. Nesse sentido, é importante lembrar que o Brasil foi último pais das Américas a abolir a escravidão e o último a reconhecer o direito territorial das comunidades remanescentes de quilombos, além de possuir até hoje, uma das maiores concentrações fundiárias do mundo. A partir dessa constatação, podemos associar o direito dessas comunidades à política de ações afirmativas.

Entretanto, um dos equívocos que vem ocorrendo está em: ao tratar a questão quilombola como ação afirmativa, o Governo Federal tem adiado a efetivação do direito conquistado com o art. 68. O que vemos, então, é que o Estado tem voltado sua ação para a prestação de serviços básicos às comunidades quilombolas sem efetivar a titulação de seus territórios. O próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário, possui o seu programa de ação afirmativa, o "Quilombolas", que atribui adjetivos às comunidades quilombolas - pobres, população carente, excluídos, população de baixa renda, desassistidos - distanciando assim os quilombolas da questão étnica.

Esse processo "inverso" é identificado pelos quilombolas como "novo processo de reconhecimento". Nele a auto-identificação da comunidade não é levada em consideração. Nesse processo a comunidade passa a ser vista dentro de um conjunto homogêneo de pessoas que recebem uma única identificação: " pobres".

Aparecida Mendes da Silva entende esse processo como:

Uma nova política que tá acontecendo com os grupos, que é uma inquietação. Que, ao invés das comunidades estarem se autoreconhecendo, o governo chega lá e reconhece sem discussão e já chega com o chamado beneficio, mas a gente imagina que por trás desse benefício tem um interesse. A comunidade tava um pouco inquieta com essa questão, porque o reconhecimento não partiu da própria comunidade e sim do governo" (SILVA, apud, SOUZA, 2006,p.73).

Ao perceber esses "descompassos" na implementação de um direito constitucionalmente estabelecido - a propriedade da terra pelos quilombolas - surge a necessidade de refletir sobre o fundamento desse procedimento de reparação histórica. O que deve ser reparado? Para responder à questão é preciso refletir sobre a dimensão da opressão colonial sobre os africanos e seus descendentes.

A morosidade no processo de implementação dos direitos quilombolas tem levado organizações não governamentais a desenvolverem projetos que auxiliam as comunidades quilombolas no processo de consolidação desses direitos. Como exemplo pode ser citado o Instituto socioambiental (ISA) que lançou o projeto "Cidadania Quilombola – Balcão de Direitos", cujo objetivo é proporcionar às comunidades quilombolas do Vale do Ribeira assistência técnica jurídica, buscando os meios necessários para que seus integrantes consolidem informações e mecanismos para eficácia de direitos fundamentais, com vistas a potencializar sua capacidade de exigir a eficácia do artigo 68 da ADCT da Constituição Federal de 1988, garantindo sua permanência nos territórios de forma sustentável e em equilíbrio com a legislação ambiental vigente.

Para os quilombolas de Conceição das Crioulas o acesso à terra é apenas um direito, através do qual devem lutar por outros direitos. Nas palavras de Givânia, "a terra é uma isca; com isso aqui, nós vamos ter que brigar por outras coisas que nós não temos". Ao que Maria Diva acrescenta: "Não é só que a terra chegue em nossas mãos, mas, também, condições pra que a gente trabalhe essa terra, senão nada vai adiantar. Falta a questão do incentivo agrícola pra que a gente faça essa terra produzir, que a maioria da terra é improdutiva". Andrelino Antônio Mendes complementa:

A gente quer que a terra venha acompanhada de assistência, de política agrária, onde a gente possa ter uma assistência para produzir (...), para ver se a gente tem condição de no futuro trabalhar sem ter que tá mendigando favores pra ninguém, para que possamos ter a nossa condição de sobrevivência. Essa é nossa luta nesse sentido ENTREVISTA DE ANDRELINO ANTONIO (MENDES, EM 20/01/2010).

Os discursos proferidos pelos quilombolas no decorrer dos eventos - espaços públicos de discussão - realizados na comunidade revelam a dimensão política do movimento e, dentro dela, a importância que tem a luta pela terra:

Nós queremos a terra, estamos na luta, mas o Governo não liberou a terra que é de nós, mas tá nas mãos dos fazendeiros. A luta vem de longe e vai mais longe ainda, porque nós num pode dizer que tem a terra, e não temo resposta de quando o governo vai liberar a terra. Nós não vamo dizer que tem a terra, mas que é do lugar sabe. Tem uns qui diz: vamo tocar é bala! Aí eu digo: bala não! Nós vamo receber a terra na graça de Deus! A gente fica emocionada porque ver os fios (filhos) da gente querer terra pra trabalhar aí não tem (choro). No dia que receber a terra vamos fazer uma festa!14 (DEPOIMENTO DE DONA SANTA, EM 06/-7/2010).

Nesse discurso a luta em defesa do direito à posse da terra aparece acompanhada por outras dimensões: a paz, "bala não!"; a religiosa, "vamo receber a terra na graça de Deus!"; a familiar/afetiva, "A gente fica emocionada porque vê os fios da gente querer terra pra trabalhar e não tem". Nesse sentido, para alguns quilombolas, a "consciência política", ao que parece, apresenta-se ainda como um processo em construção, considerando que o maior desafio da política "é criar as condições para que se passe da defesa dos interesses particulares para a construção e a defesa do interesse geral (NOGUEIRA, 2001, p.29).

Para os quilombolas, além da condição de sobrevivência, a terra é também um espaço referencial de inscrição do complexo cultural africano. Nesse sentido, como processo de territoralização dos descendentes de negros escravizados em comunidades quilombolas, possibilitam a elaboração de modelos específicos de reprodução cultural baseada nas suas origens étnicas e nos costumes herdados de seus ancestrais. Em seus discursos evidenciam um desejo de resgatar suas origens históricas e culturais:

(...) "infelizmente, por um longo período, tentaram apagar a memória de nossa cultura. Que a gente em termos de dança, eu já conheci todo mundo gostando de forró e discriminando o o o... como é que se chama a dança de índios? O toré, e outras danças de negro. Hoje se tenta resgatar essa cultura, tanto em termo de trabalho, como em termo de dança, de fala, de todas essas coisas. Se tenta resgatar hoje, apesar de ser difícil, muita coisa foi apagada (ENTREVISTA DE MARIA APARECIDA MENDES(SILVA ,EM 10/01/ 2001).

Não há dúvidas que há uma reparação econômica a ser feita refere-se à expropriação das condições físicas e materiais dos negros no processo de escravização. Mas existem também as dimensões cultural e psicológica. Essas dimensões, tão violentas quanto a econômica, estão relacionadas, respectivamente, ao processo de "desafricanização" dos negros e às condições de "desumanização" ou "coisificação" dos negros proporcionado pela escravidão.

Neste caso, a "reparação" deve proporcionar aos afrobrasileiros condições socioeconômicas, ou de outra natureza, que possam lhes proporcionar na sociedade a mesmas oportunidades que têm os não-negros. Para os quilombolas de Conceição das Crioulas, o Estado Brasileiro tem uma dívida socioeconômica com os afrobrasileiros, considerando que foram os negros africanos, seus ancestrais, que construíram economicamente o nosso país. Segundo suas palavras "O Brasil deve 500 anos de salários atrasados aos negros". Nesse sentido, o direito à terra é apenas parte do " pagamento" dessa dívida.

Os quilombolas admitem que, assim como os fazendeiros e o Movimento dos Trabalhadores sem Terra- MST, eles também necessitam da terra. No entanto, o valor que atribuem à terra é bem diferente: "a nossa visão é diferente da dos fazendeiros, do MST. "A gente não quer qualquer terra, mas essa aqui, porque é aqui que tem a sustentabilidade de nossa cultura"15. Isto faz com que a concepção de direito dos quilombolas de Conceição

das Crioulas não esteja unicamente associada a sua necessidade de produção, mas também à sua identidade. Essa sustentabilidade a que se refere a quilombola é ressaltada por Almeida (2005):

Pode-se destacar que os quilombolas, pelo critério político-organizativo, têm assegurado uma distinção em termos étnicos e suas demandas transcendem às necessidades físicas. Em inúmeras situações controlam efetivamente o acesso aos recursos naturais imprescindíveis, preservando-os e mantendo uma sustentabilidade constante, além de deterem um patrimônio intangível, como por exemplo o conhecimento de espécies vegetais com propriedades medicinais e do ecossistema de referência. (ALMEIDA, 2005, pp. 10-11).

As discussões acerca da sustentabilidade envolvem cada vez mais as formas de apropriação da terra e uso adequado dos recursos naturais. A política de reordenamento territorial das comunidades quilombolas engloba essa mesma perspectiva, mas acrescenta questões que lhes são peculiares: preservação da história e cultura afrobrasileira, uso coletivo da terra e de outros recursos naturais, produção agrícola e artesanal articulada à identidade do grupo e garantia da participação de todos nas decisões políticas.

Essa noção de sustentabilidade faz com que os quilombolas estabeleçam diferenças entre eles e outros grupos que também lutam pelo acesso à terra; ao mesmo tempo se opõem ao valor atribuído à terra pelo capital, em que esta é concebida apenas como bem econômico, ignorando seu significado simbólico e cultural.

Considerações finais

Neste trabalho busquei recontar um pouco da história de Conceição das Crioulas; comunidade quilombola localizada no sertão de Pernambuco, no Nordeste brasileiro; os conflitos entre seus habitantes e os fazendeiros da região; e a luta dos primeiros pela terra, na forma da Lei.

As origens de Conceição das Crioulas remontam ao final do século XVIII, ou início do século XIX, quando seis mulheres negras - as seis crioulas - ali chegaram e deram início ao plantio de algodão, em terras da Coroa Portuguesa. Com essa atividade conquistaram a posse da terra, através de compra, ainda em 180216 .

Os anos subsequentes à fundação de Conceição das Crioulas foram marcados, no âmbito da política fundiária, pela extinção da Lei das Sesmarias, em 1822, e a Lei de Terras, em 1850. Essa legislação, particularmente a Lei de Terras, funcionou como estratégia das elites agrárias brasileiras para manter inalterada a estrutura agrária vigente, impedindo o livre acesso da população pobre à terra. Assim, à tão singular origem de Conceição das Crioulas, segue-se uma história marcada por dominação, expropriação e conflitos, alternando momentos de tensão, negociação e tréguas entre as crioulas e seus descendentes, de um lado; e grandes proprietários rurais do sertão central pernambucano, de outro. Essa conjuntura permaneceu praticamente intocável até que, a partir da década de 1980, os habitantes daquela comunidade, influenciados pelos ideais no Movimento Negro Brasileiro e de instituições da sociedade civil, tomaram consciência de suas condições históricas e sociais, e passaram a reivindicar uma identidade quilombola.

A luta pela por uma identidade quilombola tornou-se legítima com a instituição, pela Constituição de 1988, das comunidades tradicionais como sujeitos de direitos. Nessa perspectiva, Conceição das Crioulas foi reconhecida como comunidade quilombola, em 1998, e recebeu o título da terra em 2000. Apesar dessas conquistas, a população ali residente hoje só tem acesso a uma pequena porção de terras comuns - herança de seus ancestrais - e mais uma área de aproximadamente 900 hectares, resultante da recente desapropriação, pelo INCRA, de três propriedades localizadas na área quilombola. O restante do território, num total de aproximadamente dezessete mil hectares, permanece ainda em processo de "desintrusão", acirrando o conflito entre quilombolas e os proprietários/ocupantes dessas terras.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, A. W. B. de(2005), O direito étnico à terra. In: Orçamento & Política Socio-Ambiental. Inesc – Artigo do Inesc e Fundação Boll.

ALMEIDA, A. W. B. de(2006)(Coord).Terra nosso bem maior. In: Nova cartografia dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Quilombolas de Conceição das Crioulas, Salgueiro/PE. Brasília-DF, PNCS-PCTB.

BEDESCHI, L. & ZANCHETTA, M. I.(2008). Cidadania quilombola. São Paulo: Instituto Socioambiental.

BRASIL(2006) . Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal.

DAVIS, D. J.(2000) Afro-brasileiros Hoje. São Paulo: Summus.

FIGUEREDO, A. L. V. de(2008) O "Caminho Quilombola": interpretação constitucional e reconhecimento de direitos étnicos. Rio de Janeiro: ICAM/IUPERJ.

GUIMARÃES, A. S. A.(2002). Classes, Raças e Democracia. São Paulo: Editora 34.

LEITE, I. B.(1991). Território Negro em área rural e urbana - algumas questões. Textos e Debates. Florianópolis, NUER/UFSC.

LEITE, I. B. (1999) "Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização?" Horizontes antropológicos: diversidade cultural e cidadania. Porto Alegre: PPGA, 1999.

NOGUEIRA, M. A.(2001). Em defesa da política. São Paulo: Editora SENAC São Paulo.

SOUZA, B. O.(2008). AQUILOMBAR-SE: Panorama Histórico, Identitário e Político do Movimento Quilombola Brasileiro. Dissertação de mestrado. Brasília: Departamento de Antropologia, UNB.

SOUZA, M. A.Oliveira(2006). AS MULHERES, A COMUNIDADE DE CONCEIÇÃO E SUAS LUTAS: as história escritas no feminino- Dissertação de mestrado. Brasília: Departamento de História, UNB.

WOLKMER(2008). A. C. A História do Direito no Brasil. Rio de Janeiro: Forense.

Direitos indígenas no judiciário brasileiro

Erika Macedo Moreira[1]

Aspectos introdutórios e metodológicos da pesquisa:

Ao longo do processo histórico, tomado a partir da invasão/ colonização, percebemos como os Povos Indígenas, habitantes originários do continente latino-americano, tiveram seus modos de vida e sua reprodução social, cultural, econômica, submetidas, subjugadas e exploradas, pelas ações do Estado. Este, através de uma concepção autoritária de desenvolvimento, determinou (ou buscou determinar) de cima para baixo, qual deveria ser o lugar dos índios do Brasil.

Darcy Ribeiro (1970), ao refletir sobre o resultado das trocas culturais estabelecidas entre Povos Indígenas, europeus colonizadores e sociedade dominante nacional, utiliza o termo *transfiguração étnica*, para fazer menção ao processo de re-elaboração cultural, enquanto estratégia de resistência, diante da busca pela manutenção dos valores e práticas vinculadas aos saberes tradicionais, ao mesmo tempo em que os Povos Indígenas absorvem e incorporam os valores e práticas das sociedades dominantes. No mesmo sentido, João Pacheco de Oliveira (2004) nos remete ao conceito de "índios misturados", a partir da narrativa do processo de territorialização e dos fluxos culturais e migratórios estabelecidos no nordeste brasileiro:

> cada grupo étnico pensa a "mistura" e afirma-se como uma coletividade precisamente quando dela se apropria segundo interesses e crenças priorizados. A idéia de "mistura" está presente também entre os próprios índios, sendo acionada muitas vezes para reforçar clivagens faccionais (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004, p. 28).

Para fazer frente às diferentes tentativas de dominação colonial, os Povos Indígenas, se utilizaram de diferentes estratégias de resistência: constituição de territórios autônomos manutenção de sua língua, religiosidade, guerra, novas fronteiras, dos novos limites da organização econômica e política, enfim, diferentes formas que permitiram a reprodução de modos próprios de vida, com sistemas normativos, em constante inter-relação com a organização política hegemônica.

Este artigo é um fragmento da tese, *ONHEMOIRÕ: O JUDICIÁRIO FRENTE AOS DIREITOS INDÍGENAS,* que procurou traduzir, a partir de uma dimensão empírica e interdisciplinar, a postura que o Judiciário tem assumido diante dos direitos dos Povos Indígenas, mesmo considerando a mudança de paradigma na relação entre Estado e Povos Indígenas, inaugurada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88). Tendo superado, ao menos do ponto de vista normativo, a política indigenista integracionista, com o reconhecimento expresso dos direitos dos índios à sua organização social, usos, costumes e tradições.

Importa esclarecer que os direitos indígenas estão relacionados a uma tripla dimensão: aqueles que são diretamente produzidos pelos povos indígenas enquanto expressão das suas organizações sociais, políticas e culturais, aqueles que estão reconhecidos pelo Estado, no âmbito de sua sistemática jurídica, e aqueles que aparecem como produto do contato/ interação/ confronto entre os dois primeiros (SOUSA SANTOS, 1988). Apontam para o reconhecimento do pluralismo jurídico e da diversidade cultural, como caminho para a superação, ao menos do ponto de vista teórico-normativo, inaugurado pela CF/88 e pelos tratados internacionais, do modelo monista e opressor (LYRA FILHO, 1980; FARIA, 1988), homogenizador das relações jurídicas entre Povos Indígenas e Estado, fortalecendo o Estado e a democracia (SOUSA SANTOS, 2010; CITTADINO, 2000). No entanto, o reconhecimento legal das especificidades culturais, no momento da efetivação, através das políticas públicas, acaba evidenciando o alcance, a eficácia e a legitimidade das normas que o Estado Nacional produz e busca efetivar (BOBBIO, 1992). De um lado, os Povos Indígenas, organizados na luta por reconhecimento de suas especificidades culturais, obrigam o Judiciário a se posicionar e construir uma nova concepção de justiça, que passa pelo exercício do reconhecimento de identidades diferenciadas

1 (Profa. do curso de Direito/ UFG – Regional Goiás; Doutora em Direito pela UnB. Contato: erika.moreira@pq.cnpq.br)

(CITTADINO, 2005) e redistribuição dos sentidos do bem comum, da igualdade, da liberdade, dos direitos individuais e coletivos (FRASER, 2008), de outro, proprietários privados, e às vezes o próprio Estado, reivindicam a universalidade dos direitos fundamentais e manutenção do modelo conservador de interpretação expresso no paradigma da inferioridade e da aculturação. Passados mais de 25 anos da promulgação da CF/88, a efetivação dos direitos coletivos, territoriais e culturais, expressos nos modos próprios de vida de cada povo, esbarra na forma como o Estado atua, através do judiciário, enquanto intérprete direto da Constituição, especialmente diante dos conflitos coletivos e culturais.

O trabalho dialoga com autores como Sousa Santos (2007) e Vianna (1997) que apontam para o judiciário, enquanto campo de intervenção jurídico-política, diante da crescente judicialização das políticas públicas. Trata-se, portanto, de reconhecer o papel do judiciário no processo de ampliação das formas de acesso à justiça[2], permitindo sua própria democratização, no contexto de transformação social e política (FARIA, 1987, 1989). Entre a igualdade jurídico-formal e a desigualdade socioeconômica (FRASER, 2008), o acesso à justiça está relacionado à busca de materialização dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Embora a premissa adotada no trabalho reconheça que o pluralismo jurídico e a diversidade cultural, componentes dos paradigmas da interculturalidade e da auto-determinação dos povos, estejam incorporados na sistemática jurídica atual e que continuem sistematicamente invisibilizados pelo judiciário brasileiro, não significa reconhecer ausência de sentidos sobre estes conceitos e nem que os sentidos e as práticas constituídas representem verdades absolutas, sem espaço para a disputa na concepção e constituição de seus significados (BOURDIEU, 2004; FOUCAULT, 1979). O desafio está em perceber as disputas estabelecidas no judiciário brasileiro diante da prática da interpretação intercultural dos direitos (BOTERO, 2010; TUBINO, 2009), dando evidencia ao grau de subjetividade pré - concebida que eventualmente atravessa as decisões e aos julgamentos que reificam o paradigma da inferioridade do tempo passado e que em tese foi superado pelo marco da interculturalidade.

A partir da análise de decisões, a pesquisa pretendeu abordar como o judiciário atua na forma de ver, pensar, julgar e interpretar os conflitos decorrentes da diversidade cultural (TUBINO, 2009). O esforço epistemológico é demonstrar as bases operantes na produção da verdade no direito, dando evidencia aos fundamentos que dão sustentação e aparência de legitimidade a decisão (ARRUDA JR, 1989; CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002; FARIA, 1988; WARAT, 1993; MIALLE, 1989), nos casos em que índios configuram como parte na demanda processual. Nesse sentido, o estudo aponta para uma estagnação[3], retroalimentada pelo centenário modelo de educação jurídica e pelas decisões judiciais. Para Bourdieu (2004), a especificidade da lógica do funcionamento do direito, está relacionada a uma dupla determinação, que limitam o grau de autonomia do direito e do próprio judiciário:

> Por um lado, pelas forças específicas que lhe conferem a sua estrutura e que orientam as lutas de concorrência ou, mais precisamente, os conflitos de competência que nele têm lugar e, por outro lado, pela lógica interna das obras jurídicas que delimitam em cada momento o espaço dos possíveis e, deste modo, o universo das soluções propriamente jurídicas (BOURDIEU, 2004, p. 211).

Para trabalhar na perspectiva de afirmação dos direitos culturais inclinamos nosso olhar para o pensamento pós-colonial (de inspiração literária e pós-estruturalista), que enfoca a relação constitutiva entre o capitalismo e o colonialismo e desconstrói as modalidades de representação estruturadas em termos de oposição binárias (IZAGUIRRE, 2004). Trata-se, portanto, de uma pesquisa com abordagem teórica, empírica e interdisciplinar, que parte do convencimento de que os efeitos do colonialismo estão para além da dimensão econômica e compõem a *colonialidade do sistema mundo* (LANDER, 2005), impondo uma necessária re-significação do direito, a fim de aproximar a prática jurídica dos novos paradigmas que norteiam a construção de um Estado

---

2 Compreendemos o conceito de acesso à justiça em sua dimensão alargada, como nos ensina José Geraldo de Sousa Júnior (2008, 2009).

3 De acordo com Dallari (2010:8): "No judiciário o passado determina o presente, influindo tanto na forma das solenidades, rituais e dos atos de ofício quanto no conteúdo de grande número de decisões. Esse é um dos principais motivos pelos quais há evidente descompasso entre o Poder Judiciário e as necessidades e exigências da sociedade contemporânea".

Democrático que se fortalece com a valorização da diversidade cultural. Com vistas a superar o marco do positivismo (pautado na universalidade, objetividade, neutralidade, imparcialidade e fragmentação dos campos dos saberes), nos propomos a valorizar a interdisciplinariedade, a complexidade, o espaço e o tempo, enquanto categorias analíticas para compreender o processo histórico do fenômeno social analisado.

Para o desenvolvimento da tese recorremos aos estudos da história, da geografia, da sociologia, da economia e da antropologia, com o intuito de enfatizar a complexidade que envolve a temática e desconstruir o lugar comum dos juristas naquilo que se refere à questão indígena. Em especial, no diálogo com a antropologia encontraremos o principal referencial metodológico para a análise das decisões.

O exercício entre os campos – especialmente entre o antropológico e o jurídico – implica no reconhecimento de que os fazeres metodológicos são completamente distintos, e que a pesquisa empírica pode ser um valioso instrumento na relativização das categorias e verdades encasteladas na dogmática jurídica, colocando em evidência os valores e ideologias revestidas nos ideais normativos do *dever-ser* que as decisões judiciais, presas aos ritos formais do processo, evidenciam. Através dos métodos da observação, da descrição, da análise e de entrevistas dos atores do judiciário foi possível compreender como as instituições, práticas e representações estão inseridas na sociedade brasileira e como elas mantêm uma relação de influência e interdependência na manutenção do *status quo.*

> Não um esforço para impregnar costumes sociais com significados jurídicos, nem para corrigir raciocínios jurídicos através de descobertas antropológicas, e sim um ir e vir hermenêutico entre os dois campos, olhando primeiramente em uma direção, depois na outra, a fim de formular questões morais, políticas, intelectuais que são importantes para ambos. (GEERTZ, 1998, p. 253).

O esforço do trabalho é identificar e compreender como os direitos indígenas são reconhecidos no judiciário. Portanto, a pretensão não é comparar o sistema jurídico indígena e nacional, conforme sugere Gluckmann analisando a jurisprudência, e nem procurando descrever o sistema tribal, como se pudessem ser compreendidos neles mesmos, como sugere Bohannan (*apud* CARDOSO DE OLIVEIRA, 1992, p. 25). Conforme sugere Cardoso de Oliveira, em seu diálogo com Geertz, é preciso estar atento ao significado das idéias englobadoras que sustentam e dão legitimidade às decisões, garantindo equidade ao sistema (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1992, p.25 e ss)

> A vantagem de mudar o foco da análise, passando das normas para as decisões, através da radicalização de questões de adequação, é que, assim procedendo, pode-se flexibilizar associações estritas entre situações típico-ideais e casos específicos de conflito. Abrindo-se novas possibilidades de superação de definições/interpretações normativas cristalizadas, sem que se assuma o compromisso de tomar uma posição sobre a legitimidade das normas em si mesmas, e evitando-se as dificuldades respectivas. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1992, p. 40)

Desta forma, privilegia-se o contexto (social e do sistema jurídico) em que determinadas decisões são produzidas, dando ênfase aos usos da lei e das forças em ação (MOORE, 1978, p.02). Assim, importa analisar a atuação das diferentes forças sociais no âmbito do judiciário, para compreender quais argumentos e fatores se tornam preponderantes no momento da construção da decisão judicial. Três dimensões devem ser consideradas na análise das decisões:

> a) o contexto cultural abrangente, que traz à tona o significado geral das coisas dentro de um universo específico simbolicamente pré-estruturado; b) o contexto situacional, que tematiza o significado das ações no âmbito de situações e eventos típico-ideais; e c) o contexto do caso específico, que focaliza a adequação dos significados equacionados nas duas primeiras dimensões contextuais para a interpretação/entendimento de uma disputa particular. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1992, p.27).

Ao analisar o conjunto das decisões, busca-se o sentido da *equidade* das interpretações judiciais, colocando em cheque a própria legitimidade das decisões, que reproduzem argumentos meramente formais. “Porque a

legitimidade/equidade de decisões específicas não é avaliada em relação a qualquer norma (ou conjunto de normas) particular, mas em relação a validade de uma interpretação determinada (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1992, p.41)". Trata-se, fundamentalmente, de um exercício para verificar a capacidade das decisões de compreenderem e adequarem o contexto cultural e o situacional, buscando os sentidos da justiça, do direito de cada um, para além da letra da lei, tendo em vista as causas, intenções e fundamentos. Diz Aristóteles: "a própria natureza da equidade é a retificação da lei no que esta se revele insuficiente pelo seu caráter universal" (*apud* ABBAGNANO, 2003, p.340). Apesar da tradição do positivismo jurídico tentar reduzir a importância da *equidade*, caberá ao magistrado – através do exercício da imparcialidade (enquanto tentativa de dar voz a toda e qualquer interpretação/ narrativa sobre os fatos em conflito); reconhecer o direito de cada um, usando a equivalência para se tornarem iguais. Pressupõe que os magistrados sejam capazes de realizar uma ponderação entre a igualdade/ diferença e os critérios ideais de bem comum/ justiça, diante do conflito de valores e princípios.

Diante de toda a complexidade apontada nos estudos pós-coloniais, no reconhecimento dos múltiplos significados da cultura e das identidades emergentes delas, surge uma nova concepção de Justiça. Entendida, na sua relação com a liberdade, a igualdade e o bem comum, enquanto elemento básico para a efetivação dos direitos fundamentais e conseqüente construção e fortalecimento do Estado Democrático de Direitos. Essa nova formulação, voltada para o reconhecimento da diversidade, passa por um debate, centrado em três grandes perspectivas epistemológicas: universalistas, relativistas e radicais.

A partir da derrocada da democracia liberal (com as constantes violações aos Direitos Humanos Universais, a desigualdade estrutural, a internacionalização do sistema financeiro e o próprio refluxo do direito constitucional frente ao avanço do direito privado), cumpre destacar que todas as correntes teóricas da filosofia, jurídico-política, estão preocupadas com um movimento de retorno ao Direito, buscando a construção de um fundamento ético para a vida política, necessária a consolidação da democracia. Segundo Gisele Cittadino (2000), estão divididas em 03 grupos analíticos: liberais, crítico-deliberativos e comunitaristas. Tendo como pano de fundo essa diversidade de posições no entendimento de como se compreender a *justiça,* a nossa proposta parte da análise do conjunto de decisões, ou seja, do confronto entre a fundamentação das mesmas nos casos específicos, para então buscar os significados das decisões no sistema jurídico (legitimidade/ equidade e justiça).

Para Luis Roberto Cardoso de Oliveira (1992, p. 42 e 43), a ocorrência de decisões padronizadas, com a utilização dos mesmos princípios, valores, normas e fundamentos, representam "tendências estruturais à reificação – TeaR" e podem indicar a presença de poder ilegítimo.

No entanto, o próprio autor alerta para o fato de que a identificação das TEaR não permite uma avaliação sobre a legitimidade de um sistema jurídico/político. O seu significado dependerá da amplitude das relações afetadas pelas respectivas tendências, bem como de seu significado correspondente no contexto do sistema social específico como um todo – o que impõe uma pesquisa mais ampla.

> (...) o esforço do desvelamento das TEaR deve ser entendido como uma maneira de identificar os atos de força endêmicos e/ou o poder normativo embutido no sistema social. Do meu ponto de vista, uma vantagem desta forma de identificação é o fato de promover melhores condições para a análise empírica do que a estratégia sugerida por Habermas através de sua noção de "simulação". Por outro lado, é importante ter em mente que o significado destas tendências – depois de terem sido identificadas e substantivadas – pode variar bastante de uma situação para a outra; e que de nenhuma maneira fornecem respostas fáceis quanto às especificidades das diferentes "sensibilidades jurídicas" (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1992, p. 43)

Importa verificar a atuação das diferenças forças sociais em atuação no âmbito do judiciário, para compreender quais argumentos e fatores se tornam preponderantes no momento da construção da decisão judicial. Buscando compreender em que sentido caminha as decisões, diante dos conflitos interculturais, de acordo com as três correntes analíticas: liberalismo puro, interculturalismo radical e liberalismo intercultural (MALDONADO, 2006).

A proposta é analisar como a decisão judicial representa uma visão de mundo revestida de uma retórica procedimental, que pode ou não, reconhecer, tolerar, garantir a reprodução de um modo de vida, no todo ou em

parte, conflitante com a forma própria de pensar. Ou seja, interessa-nos saber em que medida reificam práticas preconceituosas e racistas, que mantêm uma noção (implícita ou explícita) do paradigma da inferioridade dos índios.

Tendo em vista que o trabalho busca compreender como o judiciário brasileiro reconhece os direitos dos povos indígenas, a base empírica da pesquisa se constituirá do levantamento de decisões que versarem sobre os direitos indígenas. Além do levantamento bibliográfico - que foi praticamente contínuo ao longo do desenvolvimento da pesquisa, bem como a identificação dos pesquisadores que se relacionam com a temática; documentos oficiais (relatórios) e entrevistas com os atores processuais (advogados, juízes, defensores públicos, promotores, advogados gerais da união e procuradores da república) foram fundamentais no caminhar do trabalho.

"Problemas de índio" no judiciário brasileiro

O levantamento das decisões foi realizado pelo portal eletrônico dos respectivos tribunais: STF, STJ, TRF1 e TJ/MS. O lapso temporal estabelecido para o levantamento das decisões compreendeu o período de 1º de Novembro de 1988 à 1º de Janeiro de 2013. Não constitui pretensão deste trabalho o levantamento e análise de todas as decisões, nem estabelecer com precisão numérica as demandas relacionadas aos direitos indígenas que foram julgadas. Mesmo que fosse nossa pretensão, a ferramenta de busca apresenta uma limitação funcional, não permitindo o alcance da totalidade das decisões: primeiro, porque está restrita ao universo de acórdãos publicados na internet, segundo, porque a seleção é realizada conforme sua ementa e indexação. De todo modo permite ter uma dimensão quantitativa da forma como as informações processuais envolvendo indígenas estão organizadas nos órgãos judiciais. Diante do alto quantitativo nas categorias mais genéricas, "*índio*" e "*indígena*", partimos para uma pesquisa direcionada as categorias teóricas que norteiam o trabalho: *pluralismo jurídico e diversidade cultural.* Num segundo momento, ampliamos para: *cultura indígena, direitos indígenas, e usos, costumes e tradições.* A busca das categorias de análise foi realizada de forma fechada e de forma aberta. Pesquisadas de forma aberta, as expressões foram localizadas nas ementas das decisões de forma dispersa, no todo ou em partes. Ou seja, o conteúdo que expressavam não necessariamente refletia o significado da expressão e levou a um primeiro levantamento mais genérico e a uma sobreposição maior de ocorrências em torno da palavra *indígena*. Por seu turno, a pesquisa a partir das expressões fechadas, ou seja, entre aspas, permitiu afunilar o universo da amostra.

Deste modo, a partir da busca pelas expressões, de forma fechada, ou seja, entre aspas, alcançamos o seguinte quadro inicial:

	STF	STJ	TRF1	TJ/MS
Índio	539	166	+ de 1207	228
Indígena	629	395	+ de 1405	333
Subtotal	1168	561	2252	561
				4542
Pluralismo jurídico	---	---	---	---
Diversidade cultural	---	----	07	01
Cultura indígena	30	05	09	10
Direitos Indígenas	116	35	139	15
Usos, Costumes e Tradições	14	---	80	04
Subtotal	160	40	235	30
				465

Tabela: Quantitativo Comparado_Expressões Fechadas.
Sistematização: Erika Macedo Moreira.
Fonte: Sistema de pesquisa virtual de jurisprudência de cada um dos órgãos, 2013.

Diante do estranhamento com a ausência de ocorrências com a expressão *Pluralismo Jurídico*, e poucas para *Diversidade Cultural,* realizamos a busca pelas expressões na forma aberta. O que fez aumentar significativamente o universo:

	STF	STJ	TRF1	TJ/MS
Pluralismo jurídico	50	02	03	33
Diversidade cultural	10	09	52	1846
Cultura indígena	36	11	58	40
Direitos Indígenas	139	51	+ 202	102
Usos, Costumes e Tradições	14	01	92	08
Total	249	74	+ 407	2029

Tabela: Quantitativo Comparado_Expressões Abertas.
Sistematização: Erika Macedo Moreira.
Fonte: Sistema de pesquisa virtual de jurisprudência de cada um dos órgãos, 2013.

Na categoria *pluralismo jurídico,* o quantitativo, de zero, saltou para 50, no STF. Embora sem qualquer relação com a temática das comunidades tradicionais ou indígenas[4]. No STJ, o sistema acusou duas indicações. Ambas relacionadas ao direito de locação e revisão de alugueres. Portanto também sem relação ao tema do trabalho. Da mesma forma ocorreu no TRF1: encontramos 3 decisões relacionadas a temáticas outras: individualização de créditos de associados; direito de transferência de estudante devido à aprovação no concurso público; licença ambiental para construção de loteamento. No TJ/MS, o sistema identificou 33 ocorrências. Nenhuma delas relacionada à questão indígena. No entanto, neste caso, chamou atenção a possibilidade de uma vinculação indireta nas ações de indenização relacionadas à ausência de condições mínimas de salubridade e higiene do sistema carcerário, considerando que no próximo item apresentaremos os dados sobre a situação do encarceramento dos indígenas, em especial do Mato Grosso do Sul[5].
Já para a *diversidade cultural*, a expressão aparece, na forma fechada, no TRF1 e no TJ/ MS. No TRF1, todas as 7 decisões monocráticas estavam relacionadas a conflitos territoriais de Comunidades Tradicionais, sendo que apenas 1[6] não estava relacionada à suspensão das liminares em ações possessórias dos povos indígenas da Bahia – Pataxó Hã Hã Hãe e Tupinambás[7]. Na forma aberta, o quantitativo saltou para 51 ocorrências. No TJ/MS, apenas uma decisão encontrada está relacionada à temática indígena. Trata-se de recurso de apelação contra decisão que extinguiu sem julgamento de mérito a Ação de Indenização por Danos Morais com pedido de Pensão Alimentícia.
A decisão é favorável à autora e a fundamentação está repleta de juízos sobre o regime de tutela e a incapacidade civil:

---

4 Estavam relacionadas à liberdade de imprensa, relações homoafetivas, ficha limpa, fidelidade partidária, e, em especial, 1 nos chamou atenção por estar relacionada à participação da sociedade civil na composição do Conselho Nacional do Ministério Público (MS 26715 MC / DF - DISTRITO FEDERAL, MEDIDA CAUTELAR NO MANDADO DE SEGURANÇA. Relator: Min. CELSO DE MELLO. Julgamento: 18/06/2007). Tema relacionado à democratização do Judiciário, trazido pela EC/45, conforme visto em tópico anterior.

5 Uma ação, nº 0003149-34.2004.8.12.0008 de Embargos Infringentes, e 08 apelações: 0005345-95.2004.8.12.0001; 0001182-12.2004.8.12.0021; 0014778-26.2004.8.12.0001; 0015107-38.2004.8.12.0001; 0015130-81.2004.8.12.0001; 0004171-64.2003.8.12.0008; 0005173-69.2003.8.12.0008; 0014789-55.2004.8.12.0001.

6 Relacionada a conflitos territoriais das Comunidades Remanescentes de Quilombo. SLAT 2009.01.00.031060-5

7 SS 2007.01.00.059365-7/ BA, SS 2007.01.00.003588-6/BA, SS 2007.01.00.059457-3/ BA, SUEXSE 2007.01.00.003588-6/ BA, SUEXSE 2007.01.00.058763-6, SS 2007.01.00.058762-2/ BA

> (...) vale dizer, que a recorrente estuda na rede municipal de ensino, sua genitora trabalha como empregada doméstica e possui registro no Cadastro das Pessoas Físicas, e ambas residem na área urbana da cidade, não havendo qualquer indicação de que se tratam de indígenas em situação de alienamento social[8].

Este exercício reforçou a pretensão de trabalhar apenas com as ocorrências identificadas, na forma fechada: *diversidade cultural, cultura indígena*, *direitos indígenas e usos, costumes e tradições.*

Após leitura "flutuante" das ementas das decisões (de diferentes modalidades/ acórdãos, questões de ordem, decisões da presidência e decisões monocráticas e oriundas de diferentes instrumentos processuais, *Habeas Corpus*, Mandado de Segurança, Ações Ordinárias, Demarcatórias, Possessórias, etc), partimos para a sistematização dos dados. O inteiro teor das decisões foi trabalhado a partir da seleção de alguns casos, conforme veremos mais adiante[9].

A pesquisa flutuante consistiu em realizar leitura virtual e instantânea à identificação da ação, do tipo de instrumento processual, do conteúdo a que está relacionado, e a tomada de decisão, permitindo um rápido diagnóstico inicial do universo a ser trabalho.

As ementas identificadas pela pesquisa das expressões foram sistematizadas em tabelas, que identificavam a numeração do processo, a unidade da federação de origem, o povo e a terra indígena envolvidos, a data do julgamento, o relator, as partes e a ementa. Isto nos permitiu chegar a um total de 465 decisões analisadas (95/ STF, 35/ STJ, 230/ TRF1, 30 TJ/MS).

Embora seja latente e expresso que a questão territorial constitui o carro chefe do conjunto das decisões, a análise das ementas permitiu identificar casos em que elementos da cultura indígena, da dinâmica e organização social, em sentido mais estrito, seus usos, costumes e tradições, estão sendo considerados pelo sistema jurídico nacional.

Numa tentativa de classificar e aglutinar as ações para constituir uma análise comparada buscando o sentido da equidade na relação entre os direitos indígenas e o sistema jurídico nacional, pelo conjunto das decisões, consolidamos 04 categorias: *penal*, *desenvolvimento*, *terra e território* e *usos, costumes e tradições.*

Sob a rubrica de *Penal*, estão as ações envolvendo crimes de homicídio, estupro, lesão corporal, tráfico, etc, com participação de indígenas, seja como autor, vítima, paciente, ou mesmo entre indígenas, em crimes ocorridos dentro ou fora da TI; em que a grande maioria remete à discussão sobre os conflitos de competência entre a jurisdição federal e estadual.

Para *Terra e Território,* agregamos todos os tipos de ação, desde as ações possessórias, de reintegração ou manutenção, até as relacionadas aos procedimentos de demarcação, como ações ordinárias de suspensão ou cancelamento de portarias, indenização por desapropriação indireta, as ações de nulidade de títulos, de sobreposição de terras indígenas com áreas de preservação, assentamentos de reforma agrária.

Para o subitem *Desenvolvimento,* estão as ações que apontam para uma dimensão mais coletiva do dano e ameaçam a manutenção dos modos de vida do povo, como os decorrentes da construção de grandes empreendimentos e a extração ilegal de madeira e minérios. Está relacionado, portanto, ao processo de exploração e expropriação dos direitos dos povos indígena: tanto da exploração das fontes naturais, como das gentes, como nos casos de exploração da vulnerabilidade dos idosos, através de empréstimos e retenção de cartão de aposentadoria, inserção de bebidas alcoólicas nas comunidades, exploração sexual, trabalho degradante/ escravo.

No subitem *Usos, costumes e tradições* agregamos aquelas relacionadas a afirmação da identidade étnica e cultural, de manutenção de suas práticas sociais e culturais de organização social da comunidade, como o

---

8 AC 2010.026428-9/0000-00 - Campo Grande/ MS.

9 Trabalhando com o método de análise de conteúdo proposto por Laurence Bardin (2011), durante a pré-análise, primeiro momento de organização da análise, seguido pela exploração do material e do tratamento dos dados e da interpretação; a leitura flutuante "consiste em estabelecer o contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações. Esta fase é chamada de leitura "flutuante" em analogia com a atitude do psicanalista. Pouco a pouco, a leitura vai se tornando mais precisa, em função de hipóteses emergentes, da projeção de teorias adaptadas ao material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos (BARDIN, 2011, p. 126)."

direito à caça, os direitos das mulheres-crianças indígenas ao benefício de auxílio-maternidade, o direito de sepultamento nos territórios originários/ reivindicados e o direito a adoção extensiva pela família das crianças indígenas.
No STF, das 160 decisões iniciais, após o levantamento e sistematização, restaram 96, conforme gráfico abaixo:

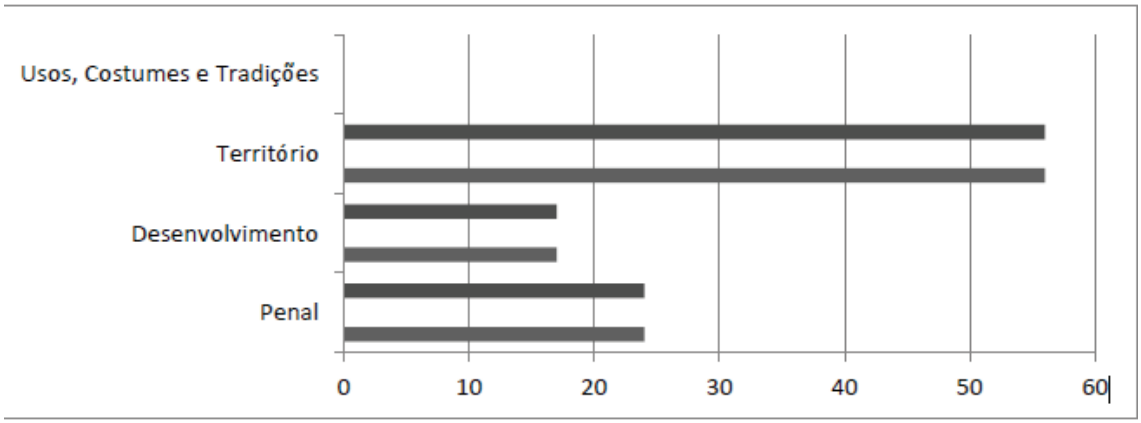

Gráfico: Subdivisão temáticas_STF
Sistematização: Erika Macedo Moreira.
Fonte: Síntese Quantitativa Categorias STF, 2013.

Com esta disposição percebemos que além do sistema de busca de jurisprudência não identificar ocorrências nas categorias teóricas do *Pluralismo Jurídico* e da *Diversidade Cultural*, vinculadas aos marcos do constitucionalismo plural, nós também não identificamos nas ocorrências, ações diretamente relacionadas aos usos, costumes e tradições, em sentido mais estrito. O que não significa que não possa haver, já que conforme salientado anteriormente, não constitui pretensão deste trabalho, o quantitativo preciso das demandas.
No STJ, restaram 35 das 40 decisões identificadas na forma fechada. Dessas, 33 estão diretamente relacionadas à matéria penal, seja em conflito de competência, em grau de recurso, ou em sede de *Habeas Corpus*. No entanto, para além da grande maioria relacionada aos diversos tipos de crimes, homicídio, estupro, lesão corporal, tráfico de entorpecentes, genocídio, envolvendo discussões sobre a competência jurisdicional, foi possível identificar, na materialidade do caso, relação com as categorias eleitas para organizar as decisões.

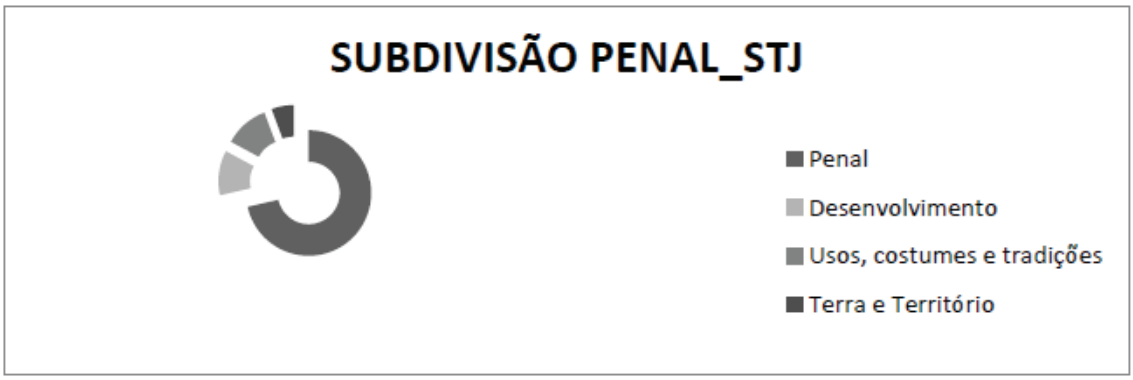

Gráfico: Subdivisão temáticas_STJ
Sistematização: Erika Macedo Moreira.
Fonte: Síntese Quantitativa Categorias STJ, 2013.

Conforme veremos adiante, apenas 6 das 35 decisões reconheceram a competência da justiça federal, considerando a relação entre o objeto da ação penal e as disputas sobre direitos indígenas. A ampla maioria das decisões remeteu a vigência da Súmula nº 140 do STJ e estabeleceu a competência da justiça estadual, por entender que eram inexistentes a relação com a disputa sobre terras indígenas. Vê-se assim, que os direitos indígenas acabaram reduzidos aos direitos territoriais.

No TRF1, das 235 decisões restaram 228, classificadas conforme disposto no gráfico abaixo:

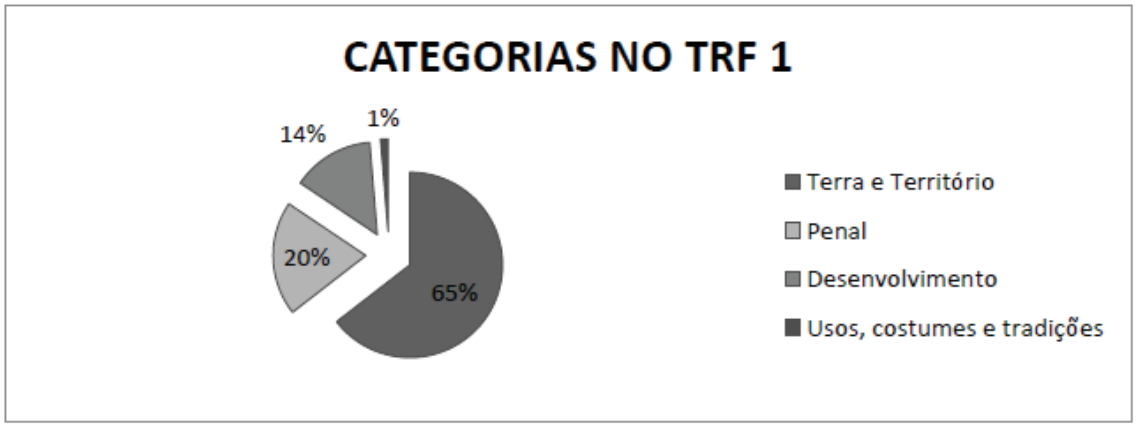

Gráfico: Subdivisão Temática_TRF1.
Sistematização: Erika Macedo Moreira.
Fonte: Síntese Quantitativa Categorias TRF1, 2013.

No TJ/ MS, o sistema de consulta a jurisprudência está dividido em duas sessões: físico e virtual. Dentro das categorias *cultura indígena, direitos indígenas, usos, costumes e tradições,* na consulta da jurisprudência das Turmas Recursais – físico, estão disponíveis para consulta acórdãos a partir de 01/2001 e decisões das Turmas Recursais (1ª, 2ª e 3ª, respectivamente, a partir de 06/2010, 10/2009 e 04/2010), o sistema localizou 24 decisões. Na consulta completa da jurisprudência do Tribunal de Justiça e das Turmas Recursais – virtual, o sistema localizou 30 decisões, entre Junho de 2001 e Agosto de 2013. Como o sistema não suportava a busca por lapso temporal maior do que um ano, optamos por não estabelecer limite e fizemos a busca livre, sem indicação de datas. Assim, trabalhando com os dados da busca virtual, chegamos a um total de 30 decisões para serem analisadas. Como se verá, a matéria penal constituiu a ampla maioria (20), seguida das matérias relacionadas a categoria Desenvolvimento (3), e as demandas territoriais (2).
Vale lembrar que a eleição do TJ/MS está relacionada à necessidade de escolher uma justiça local, para contrapor os dados nacionais, na perspectiva de mapear outros tipos de demandas e verificar como o judiciário local responde às demandas colocadas pelos indígenas no seu o dia-a-dia. Por isto a baixa incidência na questão da Terra e do Território, porque reconhecidas de competência da Justiça Federal. No âmbito da justiça federal, o estado do MS está vinculado à jurisdição do TRF da 3ª região. O mapeamento das ações no Tribunal de Justiça no Estado de Mato Grosso do Sul permitiu identificar as comarcas com maior incidência (Dourados – 6, Campo Grande – 4, Amambaí – 3, Ponta Porã, Bonito, Caarapó, Miranda – 2 em cada, Jardim e Porto Murtinho – 1 em cada), como também os advogados que militam na questão indígena. A partir deste quantitativo e considerando as comarcas que possuíam justiça federal e justiça estadual, escolhemos as comarcas de Ponta Porã, Amambaí e Dourados – além de Campo Grande, por ser a capital e abrigar os Tribunais.

À guisa de conclusão

O significativo número de decisões analisadas demonstra que o caráter incompleto e aberto no reconhecimento de novos direitos da Constituição, durante o exercício interpretativo, fica majoritariamente preenchido por uma leitura de mundo que reproduz o estranhamento e a inferioridade, sem alcançar os valores do "outro", das situações reais e concretas que mantêm os Povos Indígenas em uma situação desprivilegiada na estrutura econômica, material e simbólica. Limita-se, portanto, à negação e não produz a interação. Retira do judiciário a responsabilidade de contribuir com o Estado no cumprimento de seu dever em garantir aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Apesar do conservadorismo hegemônico, é importante considerar que muitas decisões estão se pautando pelo reconhecimento dos contextos sócio-culturais dos Povos Indígenas e que

entendem os direitos indígenas a partir de uma concepção mais ampla abarcando tudo que é inerente a vida e cultura indígena. Colocando o judiciário e todos os seus atores jurídicos no campo da disputa pela Constituição e legitimidade de uma concepção de justiça e bem viver, que se orienta pelo interesse público de garantir a diversidade cultural.

Só tem sentido pensar o crescente processo de judicialização, através do aumento expressivo das ações judiciais, quando este fortalece a democratização do judiciário, garantido com ampla participação dos atores jurídicos e sociais (magistrados, defensores, promotores e partes envolvidas) e imposição de limites às reformas de mercado do judiciário (que busca concentrar o poder nas mãos do juiz espectador, não participativo da ação, pautado na produtividade, na padronização de decisões e imposição de acordos, como se fosse mediação de conflito). "Nada" significa o aumento de ações judiciais quando estas em sua maioria são julgadas improcedentes em função de algum requisito formal, ou mesmo permanecem sem discussão e julgamento.

Quando observamos a estrutura de funcionamento, especialmente das varas da justiça estadual, percebemos o distanciamento entre a vigência e a efetividade do conjunto de normas e princípios da CF/88 e do direito internacional, como a Convenção 169/ OIT e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos Povos Indígenas. Os problemas dos Povos Indígenas acabam diluídos na estrutura do judiciário local do cone sul do Mato Grosso do Sul, que lida com todo tipo de ação, e não desenvolve um tratamento diferenciado aos indígenas e suas demandas por justiça.

Na questão da terra/ território, especialmente nas ações e recursos de liminares de manutenção de posse ou reintegração de propriedade, ou nas ações de interdito proibitório, há um alinhamento da magistratura no sentido de reconhecer a propriedade privada, em desconsideração do conceito jurídico de terra indígena, que transita entre as ideias-elementos de habitat do povo, posse permanente e tradicionalidade. Até que todo o processo demarcatório seja concluído, majoritariamente as decisões caminham no sentido de garantir a manutenção do *status quo*. Ou seja, "tudo aconselha que seja mantido o estado das coisas anteriores ao dessapossamento", "o dessapossamento da propriedade onde exerce atividades agropastoris provocaria um desequilíbrio que seria desproprocional ao próprio reingresso dos índios", "geraria prejuízos maiores à propriedade privada". Remete o problema do reconhecimento dos sujeitos titulares da ação para as instâncias superiores, onde se busca a definição de quem possui os justos títulos sobre as terras indígenas reivindicadas: a União, a partir do reconhecimento do indigenato e dos direitos originários determinados desde o Alvará de 1680 e a Carta Régia de 1808, ou o Estado e os proprietários de terra que receberam títulos de doação das terras consideradas devolutas, em função das "guerras justas" ou das "terras abandonadas" pelos índios? No âmbito da Justiça Federal, no STF, as decisões da Petição nº 3388/ RR, na demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, e da ACO nº 312/ BA, de nulidade dos títulos imobiliários incidentes na Terra Indígena Pataxó Hã Hã Hãe, são leituras obrigatórias para compreender os temas polêmicos da conjuntura jurídico-política atual. A primeira chegou ao STF em 20 de Abril de 2005, e demorou cerca de 8 anos para ser julgada, enquanto a segunda, chegou em 30 de Setembro de 1982, e apenas em 2 de maio de 2012 (quase 30 anos depois), a decisão determinou a nulidade dos títulos inseridos na área demarcada em 1938. No TRF1, com efeito, a luta de retomada dos territórios do povo Tupinambá, na Bahia marcou o conjunto das ações analisadas.

Embora todas as ações relacionadas aos conflitos de terra envolvam uma complexidade específica, a preponderância temática no quantitativo total das decisões, revela a necessidade de se constituir uma estratégia jurídica de enfrentamento do problema, que não passe pela pretensão de redução de sua complexidade, como temos com a proposta de pagamento do valor da terra na indenização, negando todo o indigenato e os direitos originários dos Povos Indígenas. É a defesa do indigenato como direito congênito e primário, que garante o imediato domínio da terra (e não uma posse a ser legitimada) e determina a ação enérgica do Estado no reconhecimento e demarcação das TI. O executivo e o judiciário precisam assumir com prioridade o enfrentamento da questão, como temos com as forças-tarefas interinstitucionais para enfrentamento de questões que colocam a soberania, os direitos fundamentais e a democracia em risco. As ações judiciais relacionadas à titulação das terras indígenas devem ter prioridade de julgamento. Embora não constitua tema central da tese, há que se destacar que a existência de trabalho escravo e de grupos armados nas fazendas representa flagrante atentado à ordem constitucional e ao Estado Democrático de Direito (CRFB, art. 5º, XLIV). No caso do estado do MS, a atuação do poder local, diga-se, fazendeiros com bandos armados, e com anuência do governo

(que há muito declarou política anti-indígena), não respeita os limites mínimos de respeito à dignidade da pessoa humana e a própria cidadania, como tivemos recentemente no caso dos leilões de gado para recolher fundos para subsidiar o enfrentamento/ contratação de "vigilância privada" contra as ocupações de terras. Ou mesmo as ações civis públicas, que pedem acesso aos poços d"água no interior das fazendas, bem como os incidentes recentes (massacre no acampamento indígena Guaiviry, os assassinatos das lideranças, a tentativa de genocídio no acampamento Apikay, o incêndio no ônibus com crianças indígenas a caminho da escola, etc.), são exemplos bastante concretos do que dizemos, e, com efeito, requerem uma ação enérgica do Estado Nacional, no combate destas práticas.

Enquanto a questão não se define, os conflitos de terra e assassinato de indígenas continuam. Ademais, tendo em vista que os conflitos fundiários são resultados de uma prática estatal pautada pela lógica desenvolvimentista agro-exportadora, perpetuada desde o período colonial, intensificada pela revolução verde e reproduzida, com atualizações tecnológicas, até os dias de hoje, não é difícil pensar na produção de um novo conceito que dê conta das relações do poder político local. Dialogando com Raimundo Faoro, em os Donos do Poder, temos práticas da *oligarquia judicial*.

Nas ações penais, a síntese do aculturado, portador de título eleitoral e carteira de trabalho, invisibiliza os sentidos de ser índio e os impactos sociais, culturais e econômicos que o encarceramento produz nele e na sua comunidade de origem. Assim, termos e categorias de outras áreas do conhecimento acabam apropriados no discurso jurídico com destinação conceitual e prática diversa dos seus sentidos originários. Como podemos verificar no (não) uso da perícia antropológica nas ações penais, que poderia contribuir na tradução das bases operantes dos direitos indígenas, constituído pelos Povos Indígenas, especialmente para a resolução de conflitos e estabelecimento/ cumprimento das sanções, ou mesmo na consideração dos direitos consuetudinários, ou do pluralismo jurídico, ou do território. Ou seja, o laudo deve ser utilizado para verificar os costumes indígenas e os reflexos da conduta do índio acusado criminalmente, na comunidade indígena e a aplicação ou não do sistema jurídico específico. Para tanto, é necessário superar o preconceito instituído pelos juristas, na relação com a perícia antropológica. No âmbito da sistemática constitucional plural, entende-se que a vigência da Súmula nº 140 do STJ, representa uma afronta à Constituição, aos direitos indígenas e ao direito de ter o processamento da ação com todas as garantias e instrumentos da interculturalidade. Como já visto, qualquer crime atinge os direitos indígenas, seja a liberdade pessoal do índio, seja a comunidade indígena impactada pelo conflito inter-étnico.

Nas questões relacionadas ao modelo de desenvolvimento próprio, fica ainda mais evidenciado como a corte brasileira tem sido autoritária na manutenção do "progresso nacional" definido pelo Estado. A pauta principal está relacionada à imposição dos grandes empreendimentos nas áreas indígenas, fruto das obras do Programa de Aceleração do Crescimento, como construção de UHE e estradas (vale destacar que a decisão no âmbito dos Embargos de Declaração da Ação Civil Pública da UHE de Belo Monte, do TRF1, é paradigmática e constituí excepcionalidade em relação aos entendimentos majoritários). Mantêm-se um instrumento processual criado pela ditadura – Suspensão de Liminar e o judiciário legitima o descumprimento do dever da União. O reconhecimento legal dos direitos indígenas e da autonomia dos Povos Indígenas acaba reduzida ao de tipo inferiorizado, já que não validado pelo processo de racionalização jurídica (formulação, generalidade e validade objetiva), nem pelo sentido de justiça que permeia o imaginário do magistrado, no momento da ponderação dos valores conflitantes. São aceitos quando a lei é omissa, ou desde que não contrariem as normas estatais. Quando não conflitante com os interesses do desenvolvimento nacional, "os usos, costumes e tradições" são respeitados e garantidos pela decisão judicial. Cuida-se dos direitos indígenas, portanto, somente quando relacionados à realidade sócio-cultural e não às questões de natureza político-territorial.

Fica claro, pela análise do conjunto das decisões, a reprodução das mesmas teses, mesmos paradigmas, princípios e normas de direito, como se fosse uma "norma-fundamental" estabelecida pela interpretação de uma decisão anterior que passa a nortear as demais na concepção de "bem comum". Assim, o judiciário brasileiro mantem-se atrelado aos paradigmas do tempo passado, mesmo com a mudança paradigmática inaugurada pela CF/88, mediante o modelo de interpretação ultrapassado e desconectado dos paradigmas atuais que norteiam a relação e a construção de políticas públicas entre os Povos Indígenas e o Estado, especialmente pensando as formas de acesso à justiça e o papel do judiciário. Com a reprodução dos limites impostos pelo "campo jurídico",

a manutenção do *status quo*, e, diante do papel/ efeito das "tendências estruturais à reificação (TeaR)" na desmaterialização de direitos sociais, econômicos, culturais, ambientais e políticos dos Povos Indígenas, fica colocado o desafio de pensar estratégias de superação da prática de racismo institucional e a construção de modelos de justiça que realmente se proponham a superar todas as barreiras colocadas pela forma tradicional de se conceber o direito, em especial dos Povos Indígenas (como o monismo, o dogmatismo, o formalismo e a descontextualização) e caminhar para o estabelecimento de diálogos interdisciplinares que permitam a diluição das fronteiras acadêmicas e o exercício da interpretação intercultural dos direitos dos Povos Indígenas. É preciso resgatar a dimensão comunitarista, vitoriosa nos debates da ANC e estabelecer outros parâmetros para a construção da decisão, especialmente quando os conflitos jurídicos estão relacionados à garantia dos direitos coletivos, transindividuais e plurais. A CF/88, como ordem concreta de valores, liberdades positivas de uma comunidade histórica, pautada na soberania popular e na supremacia dos direitos fundamentais, requer um Estado forte e atuante, que estimula a participação ativa da comunidade de intérpretes (e não somente o juiz) na constituição de uma dimensão discursiva de mobilização e expressão das diferenças dos sujeitos e interesses.

Para falar de universalidade dos direitos humanos, primeiro é necessário interculturalizá-los. É preciso modificá-los, ampliá-los e constituí-los, reconhecendo o caráter incompleto dos direitos, cujo sentido, significado se constituui a partir do conflito. Ou seja, é reconhecer pela fenomenologia, como o indivíduo separado é uma abstração e que a intersubjetividade é que constitui a subjetividade, sendo a individualidade manifestação das identidades produzidas em processos de socialização primária e secundária. Pressupõe superar o consenso imaginário de Rawls sobre as concepções mínimas de justiça, para aproximar-se do diálogo intercultural.

Pensar nessa outra política de Estado pressupõe reconhecer a violência historicamente institucionalizada e construir caminhos para "reduzir danos". Nesse sentido, entendemos que o artigo 109, XI, da CF/88, que determina a competência dos juízes federais para processar e julgar disputa sobre direitos indígenas é suficiente, diante da conjuntura política atual, para estabelecer uma virada na concepção de estrutura e sentido de justiça aos Povos Indígenas e acabar com o processamento de qualquer tipo de ação nas instâncias tradicionais da justiça estadual. Em que pese todas as contradições inerentes a estrutura de acesso ao judiciário – lembrando que pensar o acesso à justiça implica numa ação mais ampla – é urgente a necessidade de criação de uma estrutura especializada no âmbito da Justiça Federal, como a criação de varas especializadas para cuidar das questões criminais e político-territoriais; ou, as práticas contínuas, nas áreas indígenas, pelos Juizados Especiais Federais Itinerantes para demandas do dia-a-dia (efetivamente compromissados com os princípios e modos de fazer da mediação de conflitos); expansão e qualificação do corpo técnico/ jurídico nas instâncias e órgãos do judiciário federal, como o MPF e a DPU, especialmente de caráter interdisciplinar.

Na perspectiva da democratização do judiciário, é fundamental a criação de mecanismos para garantir da representação indígena, tanto na estrutura do controle externo, como nos cargos públicos do sistema de justiça. Com efeito, acredita-se que a possibilidade de mudança de paradigma do judiciário deve vir acompanhada do reconhecimento, na educação jurídica, de que trabalhar com esses novos pressupostos epistemológicos trazidos pela interculturalidade implica também uma tomada de postura, uma virada de valorização dos princípios da diversidade cultural e da identidade étnica, que permitem a reprodução dos modos de vida e da organização espacial diferenciada, como medidas opostas às práticas genocidas do Estado.

Referências básicas

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A força do direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico. *In,* BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. Comparação e Interpretação na Antropologia Jurídica. **Anuário Antropológico/89**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992, pp. 23-45.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Os direitos do índio. Ensaios e documentos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

CASTRO, Marcos Faro de. **O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA.** 1997. (*mimeo*)

CASTRO-GOMES, Santiago. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro, *In:* LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber.* Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

CITTADINO, Gisele. "Invisibilidade", Estado de Direito e Política de Reconhecimento, *in* CITTADINO, Gisele e outros(Org.). **Perspectivas atuais da Filosofia do Direito.** Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2005.

_____. **Pluralismo, Direito e Justiça Distributiva.** Elementos da Filosofia Costitucional Contemporânea. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2000.

CONDEPI, 2011. Carta de Lançamento do Comitê Nacional de Defesa dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul – CONDEPI. Disponível em: http://global.org.br/arquivo/noticias/ato-publico-cria-o-comite-nacional-de-defesa-dos-povos-indigenas-de-mato-grosso-do-sul-%E2%80%93-condepi/. Acesso em 25/ 11/ 2011.

COSTA, Emília Viotti da. **O Supremo Tribunal Federal e a construção da Cidadania.** São Paulo: editora UNESP, 2006.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **A constituição na vida dos povos**. Da idade média ao século XXI. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

_____. **O poder dos juízes.** 3ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

_____. O Poder Judiciário e a filosofia jurídica na nova Constituição, *in* **Poder Judiciário e a nova Constituição**. São Paulo: Lex, 1990. p. 9-23.

DELGADO, Guilherme C. Economia do Agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. **Reforma Agrária.** Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária –ABRA. Agronegócio e Realidade Agrária no Brasil. Julho de 2013.

FAORO, Raimundo. 1957. **Os donos do poder.** Formação do patronatro político brasileiro. 4ª edição. São Paulo: Globo, 2008.

FARIA, José Eduardo de (Org.). A noção de paradigma na Ciência do Direito: notas para uma crítica ao idealismo jurídico, *in* FARIA, José Eduardo de (Org.). **A crise do Direito numa sociedade em mudança.** Brasília: editora UnB, 1988.

_____. **Direito e Justiça.** A função social do judiciário. São Paulo: editora ática, 1989.

_____. **Eficácia Jurídica e Violência Simbólica.** O direito como instrumento de transformação social. São Paulo: Editora da USP, 1988.

_____. Estado, Sociedade e Direito, *in* FARIA, José Eduardo de (Org.). **Qual o futuro dos direitos?** Estado, mercado e justiça na reestruturação capitalista. São Paulo, Max Limmonad, 2002.

_____; LIMA LOPES, Jose Reinaldo. Pela Democratização do Judiciário, *in* **Coleção "seminários" nº07.** Rio de Janeiro: Apoio Jurídico Popular/ FASE, 1987.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro:

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 2007.

_____. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANCISCO DE VITORIA, O.P. **Doctrina sobre los índios.** Salamanca: Editorial San Esteban, 1992.

FRASER, Nancy. From Redistribution to Recognition: Dilemmas of Justice in a „Postsocialist" Age, *in* **Justice Interruptus**: Critical Reflections on the "Postsocialist" Condition". New York and London: Routledge, 1997, Pp. 11-40.

_____. Redistribuição, reconhecimento e participação:por uma concepção integrada da justiça, *in* SARMENTO, Daniel, IKAWA, Daniela, PIOVESAN, Flávia (Orgs.). Igualdade, diferença e direitos humanos. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2008.

GEERTZ, Clifford. I Parte: Por uma descrição densa, *in* **A interpretação das culturas**. RJ: Ed.Guanabara Koogan SA, 1989.

_____. **O saber local**. Novos ensaios de antropologia interpretativa. Petrópolis/ RJ: Vozes, 1998.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais. Morfologia e História**. Trad. Frederico Carotti. 1ª reimpressão. Companhia Das Letras, 2000.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. 1922 – **Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina.** Petrópolis/ RJ: Vozes/ LPP/ CLACSO, 2002.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: Inserções da geografia na crise da modernidade**. Parte 2: Modernidades e pós-modernidades. História e Ciência. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

IZAGUIRRE, Inés. Alguns ejes teórico-metológicos en le estudio del conflicto social, *In* José Seoane (Org.). **Movimentos Sociales y Conflicto en América Latina**. 1ª Edição. Buenos Aires: Clacso, 2004.

KARAM, Maria Lúcia. O proibicionismo criminalizador em matéria de drogas e a violação de direitos de povos indígenas na América Latina, *in* VILLARES, Luiz Fernando (Org.). **Direito Penal e Povos Indígenas.** Curitiba: Juruá, 2010.

KYMLICKA, Will. **Ciudadanía Multicultural. Una teoría liberal de los derechos de las minorias**. Traducción de Carme Castells Auleda. Cubierta de Victor Viano. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica S.A., 1996.

LACERDA, Rosane. Diferença não é incapacidade: gênese e trajetória histórica da concepção da incapacidade indígena e sua insustentabilidade nos marcos do protagonismo dos povos indígenas e do texto constitucional de 1988. **Dissertação de Mestrado**. UnB, 2007.

_____. **Os Povos Indígenas e a Constituinte (1987-1988)**. Brasília: CIMI, 2008.

LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber** – Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LYRA FILHO, Roberto. O direito penal dos índios, *in* SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés (Org.). **Textos Clássicos sobre o Dirieto e os Povos Indígenas.** Curitiba: Juruá editora, 1992.

_____. **O que é Direito?** 15ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Para um direito sem dogmas.** Porto Alegre: Editora Fabris, 1980.

MALDONADO, Daniel Bonilha. **La Constituición Multicultural**. Bogotá, Siglo del Hombre: 2006

MIALLE, Michel. **Introdução Crítica ao Direito**. Lisboa: Editora Estampa, 1989.

MOORE, Sally Falk. Law as process: an antropological approach. London/ Boston, Routledge & Keegan Paul, 1978.

MOREIRA, Erika Macedo Moreira. Da Aldeia ao Fórum. Trabalho apresentado em Banca de Qualificação de Tese. Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da **Universidade de Brasília**/ UnB, 2011.

_____. Justiça Nacional x Justiça Indígena: as possibilidades de diálogos multiculturais como estratégia de redefinição do fato punível. **Revista da Faculdade de Direito da UFG.**, vol. 32, nº01, jan/jun, 2008.

_____ . ***ONHEMOIRÕ: O JUDICIÁRIO FRENTE AOS DIREITOS INDÍGENAS.*** Programa de Pós-Graduação em Direito. Brasília, 2014.

NEQUETE, Lenine. O Poder Judiciário no Brasil. Crônicas dos Tempos Coloniais. **Coleção AJURIS – I.** Vol. I. Rio Grande do Sul: Edição Revista de Jurisprudência e Outros Impressos do TJ/ RS, 1975.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo.** Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2006.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2ª Ed. Rio de Janeiro:contracapa/ Laced, 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A geograficidade do social**: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. P. 263, In José Seoane (Org.). Movimentos Sociales y Conflicto en América Latina. 1a Edição. Buenos Aires: Clacso, 2004.

PRADO JUNIOR, C. Contribuição para análise de questão agrária no Brasil, *in* **Agricultura Subdesenvolvida**. Petrópolis, Vozes, 1977.

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil.** E outros estudos. 10ª edição. São Paulo: editora Brasiliense, 1977.

_____. **História econômica do Brasil.** 22ª edição. São Paulo: editora Brasiliense, 1979.

QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. Poder Judiciário e conflitos de terra: a experiência da vara agrária do sudeste paraense. **Tese de Doutorado**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ CPDA. Rio de Janeiro: 2011.

RIBEIRO, Darcy. Os Índios e a Civilização. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.1ª ed.: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

RIOUX, Jean Pierre. "Pode-se fazer uma história do presente?", In: CHAUVEAU, A. e TÉTARD, Ph. (orgs.). **Questões para a história do presente**, Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 1999, p. 39-50.

RIVAS, Alicia Herrera. Crise da Justiça Judiciária, *in* **Coleção "seminários" nº07.** Rio de Janeiro: Apoio Jurídico Popular/ FASE, 1987.

ROULAND, Nobert. **Nos confins do direito.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SANTOS, Milton. As Cidadanias Mutiladas, *in* GERNER, Julio. O Preconceito. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997.

SASTRE, Alfonso. **La batalla de los intelectuales. O Nuevo Discurso de las Armas y las Letras**. Buenos Aires: CLACSO, 2005

SAUTU, Ruth e outros (Org.). **Manual de Metodologia**. Construcción del marco teórico, formulación de los objetivos y elección de la metodologia. Buenos Aires, CLACSO: 2005.

SEPÚLVEDA, Juan Ginés de. **Tratado sobre las justas causas de la guerra contra los índios.** México: Fondo de cultura econômica, 1987.

SEVÁ FILHO, A.Oswaldo e SWITKES, Glenn. Resumo Executivo, *in* SEVÁ FILHO, A.Oswaldo (Org.). **TENOTÃ-MÕ.** Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network, 2005.

SEVÁ, A. Oswaldo Sevá Filho. **Grandes e polêmicas obras serão chamadas, no Brasil, a salvar o capitalismo global**. Entrevista concedida ao Correio da cidadania, disponível em **http://pontodepauta.wordpress.com/2011/08/14/entrevista-com-oswaldo-seva-filho**. Aceso em 14/08/2011.

SOUSA JÚNIOR, J. G. de. (Coord.). Observar a justiça: pressupostos para a criação de um observatório da justiça brasileira. Brasília: Ministério da Justiça e PNUD, 2009 (**Série Pensando o Direito, v. 15**).

_____. Por uma concepção alargada de acesso à justiça. **Revista Jurídica da Presidência**. vol. 10, nº 90. Brasília, Ed. Esplanada, 2008.

_____. **Introdução Crítica ao Direito.** Série o Direito Achado na Rua. Experiências Populares de Criação do Direito e Construção de Cidadania no Brasil. Vol. 1. Brasília, UnB, 1993.

_____. **Sociologia jurídica**: condições sociais e possibilidades teóricas. Porto Alegre: Sergio A. Fabris, 2002.

SOUSA SANTOS, Boaventura de Souza e outros. Introdução: para ampliar o cânone de ciência: a diversidade epistemológica do mundo, *in* SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Semear outras soluções.** Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **A gramática do tempo.** Para uma nova cultura política. 2ª edição. São Paulo: Editora Cortes, 2008.

_____. Introdução a administração da justiça, *in* FARIA, José Eduardo de (Org.). **Direito e Justiça.** A função social do judiciário. São Paulo: editora ática, 1989.

_____. **O discurso e o poder.** Ensaio sobre a sociologia da retórica juríca. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988.

_____. O Estado heterogêneo e o pluralismo jurídico, *in* _____; e outros. **Conflito e Transformação Social.** Uma Paisagem das Justiças em Moçambique; Porto: Afrontamento, 2003. Vol. I., Cap. I, pp. 47-128.

_____. **Para uma revolução democrática da justiça**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

_____. **Refundación Del Estado em América Latina. Perspectivas desde uma epistemologia Del Sur.** Lima, IIDS/ RELAJU, 2010.

SOUZA FILHO, C. F. Marés. **A função social da terra.** Curitiba: Juruá, 2002.

_____. **O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito**. Curitiba: Juruá, 2012

_____. O Direito Envergonhado: O Direito e os Índios no Brasil, *in* Luís Donisete; Benzi Grupioni (Org.). **Índios no Brasil.** São Paulo: Global Editora, 2005.

_____. **O Renascer dos Povos para o Direito**. Curitiba: Juruá, 2006.

TUBINO, Fidel. Aportes de la hermenêutica diatópica al diálogo intercultural sobre los derechos humanos, *in* TUBINO, Fidel ; MONTEAGUDO, Cecilia (Org.). **Hermenêutica en diálogo.** Ensayos sobre alteridad, lenguaje e interculturalidad. Lima/ Peru : Fondo Editorial, 2009.

WARAT, Luís Alberto. O senso comum teórico dos juristas, *in* SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de (Org.). **Introdução Crítica ao Direito.** Série o Direito Achado na Rua. Experiências Populares de Craiação do Direito e Construção de Cidadania no Brasil. Vol. 1. Brasília, UnB, 1993.

Cultura, gênero e classe no capitalismo neoliberal

Luiz Antonio da Silva Peixoto[1]

Resumo: O multiculturalismo tem adquirido grande relevância no âmbito da teoria social contemporânea. Neste trabalho sustentamos que as abordagens multiculturalistas das questões de gênero e sua interseção com os temas relacionados à categoria de classe social se tornam problemáticas uma vez que examinemos seus principais pressupostos teóricos e políticos. Acreditamos que a hostilidade multiculturalista ao conceito de totalidade e a consequente tese da atomização do social, encobrem a função ideológica de tal discurso no capitalismo neoliberal. Procuramos reafirmar, em nossa argumentação, a importância da primazia da classe social como fundamento explicativo da teoria social e política. Esta investigação procura, portanto, demonstrar que as abordagens culturalistas das questões de gênero e dos movimentos sociais, como visão alternativa de que os pequenos grupos substituem a classe trabalhadora, corre o risco de legitimar a nova micropolítica pós-moderna que celebra a política econômica e social do capitalismo neoliberal.

Palavras-chave: cultura; gênero; classe; ideologia; capitalismo; neoliberalismo.

A corrente teórica conhecida genericamente por «multiculturalismo» tem adquirido grande relevância no âmbito das ciências sociais e da teoria política contemporânea ao sustentar o respeito ao pluralismo de ideias e valores, às diferenças culturais e à singularidade dos modos de vida de cada sociedade e celebrar o «hibridismo cultural» (Burke, 2003: 112-113) como elemento fundante do mundo globalizado. Sua importância se revela também no âmbito da vida social em geral, na medida em que fundamenta diversos movimentos sociais em torno de causas que tinham pouca ou nenhuma visibilidade até as décadas de 1960 e 1970 do século XX. No entanto, as abordagens multiculturais das questões sociais e econômicas se tornam problemáticas uma vez que examinemos seus principais pressupostos teóricos e políticos.

Do ponto de vista de sua fundamentação teórica, o multiculturalismo deve boa parte de suas posições às filosofias pós-modernas que, na esteira do amortecimento das lutas da juventude e dos trabalhadores no Maio de 68 e da decadência do socialismo real no fim da década de 80 e início dos anos 90 (Badiou, 2012: 39-41), pretenderam decretar a morte de noções como verdade, razão e objetividade. Lyotard, um dos mais articulados defensores da pós-modernidade, argumenta que as metanarrativas modernas nascidas dos ideais iluministas estão definitivamente superadas (1989: 11-12). Tais metanarrativas supunham a existência de sujeitos autônomos e racionais que poderiam construir progressivamente sociedades cada vez mais justas e livres, isto é, emancipadas. Segundo este autor, as histórias de atrocidade e terror que caracterizaram o século XX desmentiram estes ideais e puseram sob suspeita todo o projeto social e político da modernidade. A partir desta constatação, deveríamos abandonar prontamente o princípio de identidade (Hall, 2001: 18-21), tão caro à modernidade clássica, e quaisquer noções totalizantes de verdade, liberdade, justiça e emancipação; deveríamos reconhecer a alta complexidade das sociedades pós-industriais e nos libertarmos da busca de certezas epistemológicas ou políticas. O relativismo cultural se viu resgatado do ostracismo e elevado a verdade acadêmica e de senso comum, o que imobilizou boa parte dos intelectuais que tinham sua formação e sua vida ligados às lutas sociais modernas. De nosso ponto de vista, o pensamento pós-moderno corroeu os pressupostos que permitiam a crítica das sociedades capitalistas e de suas estruturas econômicas e a defesa de

1 Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Professor Associado do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com atuação especializada nas áreas de Filosofia Social, Filosofia Política e Filosofia Contemporânea e desenvolvendo pesquisa sobre as relações entre cultura e ideologia no capitalismo contemporâneo a partir do marxismo e da teoria crítica da Escola de Frankfurt. luiz.peixoto@ufjf.edu.br

Reações patronais aos direitos fundamentais à terra e ao território a partir da Constituição de 1988: um pensamento abissal

Ana Claudia Diogo Tavares[1]

Resumo: O artigo examina as reações patronais aos direitos fundamentais à terra e ao território a partir da Constituição brasileira de 1988, em especial a partir dos discursos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Partimos de pressupostos epistemológicos críticos à colonização do saber promovida pela ciência ocidental com pretensões universalistas. Concluímos que a CNA afirma o mito de sua neutralidade da ciência e da lei, que beneficia o poder patronal e sustenta a inconstitucionalidade de normas estatais, sob o ideário do primado do direito de propriedade e da livre iniciativa sobre os direitos sociais, o que configura o uso hegemônico do Direito. A CNA taxa de ideológicos o uso de leis e os saberes de diversos grupos sociais que resistem ao modelo capitalista agroexportador de apropriação da natureza.
Palavras-chave: patronato rural, direito à terra, direito ao território, pensamento abissal, Constituição brasileira de 1988.

1 Introdução

O presente artigo examina, com base na pesquisa documental realizada no âmbito da tese de doutorado, algumas reações patronais aos direitos fundamentais à terra e ao território no Brasil, a partir da Constituição brasileira de 1988, em especial as reações discursivas protagonizadas pela entidade oficial de representação dos empregadores rurais no Brasil, denominada Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que desvelam algumas disputas político-jurídicas em torno da Constituição brasileira de 1988 e das legislações que regulamentaram seus dispositivos em dois âmbitos: agrário-fundiário e ambiental.

Esses âmbitos estão contemplados na divisão setorial interna da CNA em "Comissões Nacionais" temáticas, situadas ao lado da Diretoria da CNA e presididas por pessoas nomeadas pelo(a) presidente da CNA. Há um nível de divisão em função do tipo de produção (café, grãos, pecuária etc) e outro em razão de políticas temáticas (como as Comissões de Comércio Exterior, de Assuntos Fundiários e Indígenas, de Meio Ambiente, de Relações de Trabalho e Previdência Social). Vale destacar que a Comissão Nacional de Assuntos Fundiários, de acordo com o então presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Almir Soriano, foi fundada por várias entidades reunidas na CNA (entrevista de 10 de janeiro de 2002. *In:* LEAL, 2002: 114).

A CNA foi fundada em 1964, sob a denominação Confederação Nacional da Agricultura, a partir de sua previsão legal no Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 e da transformação estatutária da Confederação Rural Brasileira (CRB), entidade que a precedeu, constituída em 1951.

A CNA foi reconhecida oficialmente pelo Estado, o que a difere de outras associações que pretendem representar interesses da "classe rural" (como a Sociedade Rural Brasileira, fundada em 1919) ou "congregar interessados na prática da agricultura" (como a Sociedade Nacional da Agricultura, criada em 1897) em âmbito nacional. .

A CNA participa da estrutura organizativa sindical brasileira, fundada no recebimento de recursos advindos de tributos compulsórios cobrados de sua base social, independente de filiação sindical e no reconhecimento estatal de apenas um sindicato representativo de cada classe por base territorial, ao qual confere prerrogativas, como a representação oficial em negociações trabalhistas. As estruturas sindicais de grau superior, como a CNA, também são convidadas a assumir a fala dos seus representados (filiados ou não), em espaços governamentais de formulação de políticas públicas. A atribuição de prerrogativas, por meio de normas e políticas públicas que

---

1 Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2012), mestre em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (2007) e graduada em Direito pela Universidade Federal Fluminense (2004), e doutorado. Atualmente é coordenadora e pesquisadora do Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola e colaboradora no Programa de Pós-Graduação (Latu Sensu) Direitos Sociais do Campo da Universidade Federal de Goiás (UFG) e colaboradora no Observatório Fundiário Fluminense da UFF. Foi professora substituta da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012-2014) e da Universidade Federal Fluminense (2006-2008). ana@marianacriola.org.br

conferem funções semipúblicas a uma determinada organização, pode implicar também em limitações ao raio de ação dessa organização, dependente de políticas e recursos estatais (OFFE, 1989).

Na história de legislação e das políticas públicas relacionadas à formação de associações sindicais no Brasil, a ação institucional de conferir *status* "semipúblico" a determinadas organizações e limitar o âmbito de sua atuação, posta sob controle estatal, foi bastante evidente, como veremos ao resgatar o processo de formação do sindicalismo patronal rural brasileiro, em molde corporativo e autoritário. Tratamos o corporativismo ou modelo corporativo como aquele conjunto de políticas implementadas na década de 1930, visando o controle estatal sobre a atividade sindical e a absorção desta pelo Estado autoritário, com a instituição de imposto obrigatório e a unicidade sindical, que impedia a constituição de mais de uma entidade sindical sobre a mesma base territorial para representar uma categoria profissional pré-definida pelo Estado. Ou seja, este criou uma estrutura fictícia de divisão em categorias a partir da qual os sindicatos deveriam ser criados.

Algumas dessas estruturas, a despeito da afirmação da liberdade sindical, permaneceram no período posterior à Constituição de 1988, como o princípio da unicidade l, que veda a existência de mais de uma representação sindical por categoria na mesma base territorial (embora a definição de categoria tenha passado ao âmbito de decisão dos próprios trabalhadores e empregadores) e a previsão de contribuição sindical compulsória, devida pela categoria econômica ou profissional independente de filiação.

Offe (1989) usa o conceito de corporativismo, de forma contemporânea e mais ampla, "para designar mudanças globais na estrutura política de sociedades capitalistas desenvolvidas" que indicaria a crescente atribuição de "*status* público a grupos de interesse organizados", ou seja, que não se resumem a grupos formados a partir de conflitos no âmbito de relações trabalhistas. Ele percebe, em um momento histórico mais recente no contexto europeu, um aumento da corporativização, que significa atribuir formas de status público a organizações, através de fatores como: recursos "supridos pelo Estado"; definição de representação por decisão política; regulação das "relações internas entre os membros da base e os executivos da organização"; e reconhecimento e convite à organizações para "assumir, juntamente com um conjunto específico de outros participantes, um papel na legislação, no sistema judiciário, no planejamento e implementação da política, ou até mesmo investidas no direito de auto-administração" (OFFE, 1989: 242-243).

O fato de um grupo possuir um "*status* político positivo confere à organização imunidade parcial com relação a seus membros e a outras organizações" ao passo que o "*status negativo* como parte da dinâmica" do corporativismo pode consistir na retirada de subsídios de um grupo, redução de sua representação em determinadas áreas etc (OFFE, 1989: 244).

Compartilhando desse pressuposto, analisamos os interesses manifestos e posicionamentos públicos sobre direitos à terra e ao território da CNA, associação a quem foi atribuído o "status político semipúblico" de que fala Offe (1989).

Bruno et al. (2008: 13), a despeito dos limites e críticas de algumas lideranças patronais a respeito das entidades sindicais, percebe a estrutura sindical como "espaço importante de representação e de apoio logístico para os demais grupos e organizações patronais", que, portanto, "não prescindem do espaço sindical patronal, enquanto espaço tradicional e reconhecido de representação política".

Embora não seja nossa intenção tratar da heterogeneidade de interesses empresariais e das disputas por representação, entendemos que o caráter oficial da CNA pode torná-la um espaço privilegiado de estudo tanto das táticas e disputas internas às frações de classe dominante[2], quanto das disputas que envolvem o Estado e/ou a classe trabalhadora.

---

2 As disputas entre frações da classe dominante no campo podem se refletir no espaço institucional oficial de representação patronal. Essas disputas se expressaram como crise de representação da CNA (que culmina na disputa pela sua direção) na década de 1980, em uma conjuntura atravessada por uma crise econômica mundial, pelo surgimento de diversas associações por produto e pela defesa da propriedade, pela intensificação de mobilizações em torno da luta pela terra, pelo debate do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e início dos debates Constituintes de 1987/1988. Como dito, não iremos privilegiar as divisões e disputas internas à classe dominante no campo, que nem sempre são exteriorizadas. Para uma análise mais complexa das disputas, tensões e diferenciações entre as representações patronais rurais, ver Bruno (2008; 2009). Ver também Carneiro (2008), sobre a tensão intraclasse dominante "dentro" e "fora" da porteira, ou seja, entre aqueles que se dedicam à agropecuária e os demais setores da economia, como bancos, multinacionais e indústrias.

Basta destacar que, em princípio, as associações de empregadores, diferente das associações por produtos, "organizam os interesses empresariais no mercado de força de trabalho" e "são expressão das relações existentes entre os empresários e a ação coletiva dos trabalhadores" (BIANCHI, 1997: 123).

Entretanto, a existência, no meio rural, de um setor que não pode ser enquadrado nas categorias jurídicas de empregador ou de empregado (isto é, nem podem ser caracterizados como patrão, nem como assalariado), já que trabalham diretamente com a família sobre terra de sua propriedade ou posse, torna a construção das identidades patronais e de trabalhadores no campo mais complexa e disputada.

Além das prerrogativas citadas, a CNA detém, a partir da Constituição de 1988, a legitimidade jurídica (oficial, constitucional) para propor ações judiciais de inconstitucionalidade de normas jurídicas[3] ao Supremo Tribunal Federal (STF), órgão máximo na hierarquia dos Tribunais brasileiros, considerado o "guardião da Constituição", o que a torna uma interlocutora privilegiada com o Poder Judiciário, na divisão de trabalho e na concorrência entre as demais entidades patronais rurais. Portanto, as disputas político-jurídicas da CNA em torno do universo legal podem envolver um amplo leque de ações dentro da institucionalidade do Estado, desde a participação em espaços políticos e legislativos até o ingresso de ações judiciais. Essas disputas podem também se manifestar nas orientações prestadas aos seus associados e nas articulações com outros setores, tais como as demais confederações patronais oficiais (Confederação Nacional do Comércio - CNC, Confederação Nacional da Indústria – CNI, Confederação Nacional de Serviço - CNS e Confederação Nacional do Transporte – CNT entre outras).

A pretensão desse estudo foi desvelar formas de atuação e de apropriação pela CNA das leis agrárias que permitam brechas para alterações fundiárias no sentido de desconcentração de terras ou de transferência de terras aos povos indígenas e comunidades quilombolas, subtraindo-as do domínio de grandes proprietários ou empresas multinacionais.

Mas, se por um lado as leis podem apresentar limitações ao uso da propriedade e do trabalho humano, também legitimam determinadas relações sociais desiguais de poder fundadas sobre a possibilidade de apropriação privada da terra e da força de trabalho humano.

Utilizamos a noção de lei para compreender qualquer norma ou ato normativo de origem estatal. Adotamos alguns pressupostos epistemológicos que partem da crítica, em especial de estudiosos latino-americanos[4], à chamada colonização do saber promovida pela ciência ocidental com pretensões universalistas, embora construída a partir de particularismos de sociedades capitalistas dominantes baseadas em espaços geo-políticos determinados (GROSFOGUEL, 2008: 120). Esses processos de dominação colonial sustentam a universalidade dos paradigmas epistemológicos e dos modos de pensar eurocêntricos e, dessa forma, ocultam o "outro" não-eurocêntrico (ESCOBAR, 2005; GROSFOGUEL, 2008; MIGNOLO, 2005; SANTOS, 2007).

Para Grosfoguel (2008: 120), a neutralidade e a objetividade desinserida na egopolítica do conhecimento não passam de um mito ocidental possível na medida em que esconde "sua perspectiva local e concreta sob um universalismo abstrato", que oculta o sujeito e permite a construção de uma hierarquia de conhecimentos e de povos superiores e inferiores.

A lei, dentro desta crítica, é produto de um determinado contexto particular patriarcal-capitalista que visa se estender a um universo amplo de relações sociais, através do discurso de sua objetividade e neutralidade.

---

3 Cf. art. 103, CF/1988. A ação direta de inconstitucionalidade "foi introduzida no Direito brasileiro [...] pela Emenda Constitucional no. 16, de 26 de novembro de 1965, à Constituição de 1946, que a ela se referia como *representação*" (BARROSO, 2012: 182). Apenas o Procurador-Geral de República, que ocupava "cargo de confiança do Presidente da República", podia propor esse tipo de ação que acabava confinada "às hipóteses que não trouxessem maior embaraço ao Poder Executivo" (BARROSO, 2012: 186-187). A Constituição de 1988 estendeu a diversos entes e entidades a possibilidade de propor ação direta de inconstitucionalidade (portanto, a legitimidade ativa), entre os quais se encontra "confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional" (art. 103, IX). Há controvérsias no STF sobre "a caracterização do que seja entidade de âmbito nacional, a noção de classe e a composição das entidades". Para detalhes sobre a tendência de jurisprudência do STF, ver Barroso (2012).

4 Embora o grupo que participa do programa de investigação modernidade/colonialidade esteja estabelecido na "Latinoamérica", ela não deve ser entendida como região geográfica, "más como una 'perspectiva' o um espacio epistemológico que como una región" (ESCOBAR, 2005: 80).

Entretanto, mesmo a lei estatal é produto de relação de forças e conflitos e podem incorporar limitações ao poder absoluto da classe dominante, em decorrência de sua pretensão de universalidade (THOMPSON, 1989). Mas a limitação efetiva do poder e a interpretação dominante sobre a sentido das leis depende de lutas sociais, das forças em disputa.

Nuances sobre o sentido de cada conjunto de leis em uma sociedade capitalista, entretanto, podem ser interessantes para perceber possíveis diferenças relacionadas à argumentação da entidade patronal, pois as leis carregam distintas contradições conforme os temas tratados. Por um lado, as leis agrárias e ambientais legitimam a apropriação privada de parcelas de um território, com a exclusão dos demais, mas limitam o poder proprietário sobre o livre uso da terra[5]. Por outro, as leis trabalhistas legitimam relações de produção caracterizadas pela exploração da força de trabalho de um ser humano (o trabalhador) por outro (o empregador ou patrão), ao mesmo tempo em que comportam limites ao poder patronal.

Essas clássicas contradições da lei em abstrato, entretanto, ocultam, normalmente, alguns sujeitos submetidos a limitações provenientes do paradigma da apropriação/violência vigente nas sociedades coloniais, o lado oculto do paradigma da regulação/emancipação das sociedades modernas capitalistas, conforme exposto por Santos (2007). A face ocultada é a da desumanização e desqualificação dos trabalhadores no lado colonial da modernidade, é a negação de seus saberes e a invisibilidade ou negação de formas de produção da vida que não estejam a serviço da acumulação capitalista. Mas essas formas se afirmam e os sujeitos ocultos se apresentam em processos de resistência e luta, gerando distintos limites ao processo de apropriação capitalista da terra e do trabalho humano. As mobilizações e lutas de populações indígenas na América Latina são exemplares dessa afirmação.

Santos (2007: 5) caracteriza como exemplos de pensamento abissal tanto o monopólio da ciência moderna sobre a distinção entre o verdadeiro e o falso, em detrimento de conhecimentos visíveis como a filosofia e da teologia, de forma a tornar invisíveis conhecimentos "populares, leigos, plebeus, camponeses ou indígenas" que se encontrem "além do universo do verdadeiro e do falso", quanto o direito moderno "determinado por aquilo que conta como legal ou ilegal de acordo com o direito oficial do Estado ou com o direito internacional", portanto que se reduz à dicotomia/distinção universal legal-ilegal. Segundo o autor, este

> deixa de fora todo um território social onde ela seria impensável como princípio organizador, isto é, o território sem lei, fora da lei, o território do a-legal, ou mesmo do legal e ilegal de acordo com direitos não oficialmente reconhecidos. Assim, a linha abissal invisível que separa o domínio do direito do domínio do não-direito fundamenta a dicotomia visível entre o legal e o ilegal que deste lado da linha organiza o domínio do direito (SANTOS, 2007: 6).

A partir desses pressupostos, de que forma esse pensamento caracterizado por Santos (2007) como abissal permeia as argumentações dos representantes e assessores técnicos da CNA no Brasil? Como essas contradições legais são abordadas e em que medida são reforçadas pela entidade patronal rural?

Afinal, esse ideário da modernidade que oculta o subalternizado é apropriado pelas classes dominantes dos países situados do lado colonial da linha abissal. Bruno (1997: 16-17) percebe a emergência, no início dos anos 1990, da ideologia do "moderno" no discurso do patronato rural brasileiro, construída a partir da década de 1980, como uma espécie de "modernização da retórica" referenciada na consolidação da modernização agrícola no campo brasileiro. Veremos, portanto, em que medida esse discurso é potencializado para a desqualificação de adversários, de políticas e, em especial, de normas estatais sobre a esfera agrária.

---

5 Para uma análise da criação legislativa da propriedade privada de terras no Brasil (através da Lei de Terras de 1850) e na Argentina, ver Silva e Secreto (1999). As autoras constatam que o objetivo das leis agrárias que criaram a propriedade privada, separando as terras públicas das terras particulares, instituindo a compra como meio fundamental de aquisição do domínio, era a formação de mercado de terras nas antigas colônias européias, parte de um processo de formação do mercado mundial de terras e de produtos agrícolas.

2 A disputa da CNA sobre os direitos à terra e ao território: pensamento abissal

Em relação à reforma agrária, a ideologia patronal, defensora do direito absoluto de propriedade foi fomentada e propalada em princípio pela CRB e depois pela CNA, mas também por outras associações, como a SRB, já que é um ponto que unifica os setores patronais, conforme visto por Bruno (1997). A CNA passou a admitir algum tipo de controle estatal sobre as relações de trabalho e orientar seus sócios sobre as novas leis trabalhistas, mas refutou qualquer legislação permissiva à desapropriação-sanção decorrente do (ab)uso do direito de propriedade. Essa retórica, presente ao menos desde a década de 1950 na fala patronal, será reformulada de acordo com os distintos contextos sócio-econômicos que atravessaram a história do Brasil.

A retórica construída contra a proposta de reforma agrária pela CRB, em meados dos anos 1950, condenava os objetivos das diretrizes governamentais da época de intervenção na estrutura fundiária para promoção do acesso à terra aos trabalhadores e garantia de trabalho digno a todos e situava os problemas agrários na esfera econômica, afirmando que seriam agravados se houvesse redistribuição de terras. Nesse momento, a noção de função social da propriedade, já prevista na Constituição de 1946, era definida pela habilidade no trato da terra. Demandava, pois, melhorias agrícolas ou crédito para aquisição de propriedades ou acesso às terras públicas ou devolutas e indicava a substituição de desapropriações por tributação para desestimular as áreas improdutivas, quando aproveitáveis para agricultura. Naquela época, já se enunciavam os discursos que afirmavam, como conseqüências negativas da reforma agrária, uma "inútil dispersão de recursos" e "a intranquilidade nos meios produtores e pioneiros, com o enfraquecimento do indispensável estímulo à iniciativa privada" (GLEBA, mar. 1961: 15-16).

Para reforçar a argumentação, não faltaram adjetivos pejorativos para caracterizar o trabalhador rural: "analfabeto, ignorante e sem convívio social", ou seja, alguém sem qualificação para adquirir o status de proprietário, o outro que não está inserido do lado da modernidade européia, de onde provém o saber superior, racional, contido em manuais sobre o uso de maquinários agrícolas.

A legitimidade da propriedade decorreria da "capacidade" de obter a "produtividade" das terras; capacidade que, em geral, nem os pequenos proprietários não possuíam porque não inseridos na lógica de acumulação capitalista, mas de subsistência. Na lógica de acumulação, o máximo permitido seria a taxação de propriedades de acordo com um índice de produtividade calculado pela média nacional de produção, que garantiria ao maior produtor o menor pagamento de imposto territorial e ao menor produtor o maior tributo para provocá-lo a se inserir nessa lógica e buscar novas técnicas ou vender sua propriedade ao "mais capaz" (GLEBA, dez. 1962: 9-10).

Portanto, a proposta de reforma agrária se contrapunha ao movimento capitalista concentrador de terra, que, na retórica patronal, deve ser estimulado pelo governo, pois é a capacidade técnica, na lógica moderna-ocidental-capitalista, que o trabalhador não possui, o que valoriza a terra e torna sua apropriação tanto legítima, quando cumpridora de uma função social, definida pelo uso "racional", a partir da perspectiva ocidental eurocêntrica de racionalidade econômica intrínseca à iniciativa privada (categoria que parece criada para conferir uma imagem positiva dos detentores de capital, mas que podem ser tratados por burguesia).

Na medida em que, por um lado, a organização patronal exaltava a racionalidade moderna (e colonial) e reivindicava do Estado assistência aos proprietários de terras para se tornarem eficientes nessa lógica econômica da racionalidade ocidental, desde o início dos anos 1960, por outro, atribuía ao trabalhador rural uma espécie de incapacidade natural para a produção da terra.

Vimos que as propostas da CRB para a agricultura, contrárias à reforma agrária e favoráveis ao estímulo estatal para a produtividade das terras em moldes capitalistas, independente da sua extensão, foram vitoriosas a partir da conjuntura inaugurada com o golpe militar de 1964 no Brasil, com a repressão às lideranças e movimentos reivindicatórios de alteração do quadro fundiário brasileiro e a priorização da modernização do latifúndio, embora também tenham sido aprovadas medidas que permitiam a desapropriação de terras para reforma agrária, contrariando interesses patronais (Emenda Constitucional no. 10 e Lei 4.504/1964) em uma de suas demandas principais: a exclusão do tamanho da propriedade como critério para caracterização do latifúndio. O governo militar despolitizou a questão fundiária, transformada em questão militar, mas diante de obstáculos no Judiciário para realizar qualquer desapropriação relativa à reforma agrária, promoveu alterações constitucionais

e legais que foram questionadas pela CNA, a partir das mesmas bases argumentativas de outrora, embora já incorporasse ao discurso que negava a estrutura fundiária como problema do campo, as "mudanças técnicas e culturais implementadas" que não diferenciavam grandes e pequenos, mas "modernos e arcaicos produtores" (RAMOS, 2011: 169); argumento novamente articulado pela CNA no contexto da abertura política, em que foi lançado o I PNRA, configurando-se uma nova tentativa de alterar a estrutura fundiária e aplicar os dispositivos sobre desapropriação do Estatuto da Terra, rejeitada pelo patronato rural de forma violenta e expressa no surgimento de organizações em defesa da propriedade da terra, como a União Democrática Ruralista (UDR).

A CNA, como em outros tempos de acirramento das lutas pela terra, passou a negar reforma agrária ao defender que priorizassem terras públicas para reduzir custos ou a situá-la como capítulo da política agrícola. O centro da atenção do patronato rural na Constituinte de 1988 foi a garantia dos direitos de propriedade. Esse período coincidiu um momento de crise de representação da CNA, que atingia outras organizações tradicionais de representação patronal, como as confederações da indústria e do comércio. Mas o empresariado se articulou, fundou movimentos, fóruns, grupos, realizou reuniões, seminários, pesquisas, fomentou eleições de deputados constituintes e apoiou a articulação do Centrão para tentar impedir a aprovação de propostas progressistas, não apenas em relação à reforma agrária, mas também sobre direitos trabalhistas.

Embora pouco explorada ou destacada, a fala da representação oficial do patronato rural se fez presente a partir de seus dirigentes, que retomaram argumentos já vistos no sentido de descaracterizar a noção de reforma agrária ao defender uma política agrícola de fomento à produção e o uso de terras públicas em detrimento da desapropriação, além de reiterar a imagem dos agora nomeados "sem-terra" como incapazes de tornar terras produtivas, que não poderiam ser afetadas pela política. A desqualificação dos trabalhadores, na conjuntura marcada pela projeção da Campanha Nacional pela Reforma Agrária (CNRA), que articulava diversos setores da sociedade civil, incluiu caracterizar seus organizadores como "agitadores" e aliciadores de trabalhadores "ignorantes" (FERREIRA *et all*, 2009: 19). Portanto, a ignorância característica do trabalhador rural, na retórica patronal, além de incapacitá-lo para tornar a terra produtiva, também o tornava presa de aliciamento por "agitadores".

A construção dessa imagem do trabalhador desqualificado, ignorante e incapaz não é novidade, mas já era presente na fala oficial patronal desde meados da década de 1950, e está inserida no âmbito discursivo da modernidade-ocidental-capitalista, como opostos aos capazes e hábeis proprietários inseridos na lógica da acumulação capitalista, a única forma de racionalidade possível, que informava o conceito de terra produtiva. Esse pensamento moderno-colonial inferioriza a um grau tão elevado determinadas formas de pensar, conhecer e saber (e, portanto, também de produzir) que não as considera nem como outra forma de saber ou produção, mas como ausência. O trabalhador, nessa retórica abissal patronal, não é inferiorizado como menos capaz, mas é tratado como o incapaz (SANTOS, 2007). Diante dessa incapacidade, não se torna razoável permitir que tenha qualquer acesso à terra.

O final da votação da Constituinte de 1988 sobre o capítulo da reforma agrária foi marcado pela comemoração do patronato rural - manifestada, entre outras, entusiasticamente pela liderança patronal que acabou assumindo a presidência da CNA pondo fim à sua crise de representação, Alysson Paulinelli (dirigente da federação sindical mineira e deputado na Constituinte alinhado com a UDR na defesa de posições conservadoras sobre o direito de propriedade) - sobre a aprovação de dispositivos que impediam a desapropriação para fins de reforma agrária em imóveis considerados produtivos. Ou seja, apesar das disputas sobre a representação, se afinavam no fundamental, como demonstrou Bruno (2002).

Mas as normas possuem ambigüidades e contradições, estão abertas a novas disputas, e a Constituição de 1988 também previu a função social da propriedade, como uma obrigação dos proprietários que abrangia o cumprimento das normas de garantis dos direitos do trabalhador e do equilíbrio ambiental. A disputa, então, passou à esfera elaboração da legislação infraconstitucional para a definição de propriedade produtiva e da função social da propriedade.

Nessa ocasião, a CNA objetivava que se deslocasse o foco da distribuição da terra para o âmbito de medidas econômicas que trouxessem mais benefícios ao setor agropecuário (cujos interesses propositadamente eram e são apresentados como interesses da nação).

Muitos dos dispositivos aprovados no projeto de lei agrária que se configuravam em novos obstáculos à reforma agrária foram removidos apenas a partir do veto presidencial. Mas as pressões da CNA sobre o Legislativo e

o Executivo brasileiro continuaram, à espera (e na construção) de um ambiente mais favorável à previsão de novos obstáculos às desapropriações para fins de reforma agrária. Conseguiram isso, inicialmente através do Decreto no 2.550, de 11 de junho de 1997, que impediu a vistoria para fins de reforma agrária de imóvel rural que estivesse sob ocupação, até que esta fosse cessada, na contramão das propostas do Estatuto da Terra de 1964, que priorizava justamente as áreas de conflito fundiário (embora não fosse aplicado).

Aprofundaram suas conquistas com a edição da Medida Provisória 2.027-38, em 2000, que estendeu a proibição de vistoria pelo prazo de dois anos após cessada a ocupação, computado em dobro no caso de reincidência, além de impedir o repasse de recursos públicos a organização que colaborasse ou participasse de ocupações ou mesmo em conflito fundiário coletivo, numa formulação bastante ampla, a fim de minar qualquer apoio aos movimentos de luta pela terra. Interessava também ao Executivo a contenção dos movimentos reivindicatórios que pressionavam a implementação da política e, com a MP 2.183-56/2001, atualmente em vigor, as restrições impostas à realização da política de reforma agrária foram ampliadas, para impedir também a avaliação e a desapropriação dos imóveis que fossem objeto de ocupação, além de prever a exclusão de beneficiários ou pretensos beneficiários da reforma agrária identificados como participantes de conflito fundiário.

A reação do PT e da CONTAG a essas limitações também se fez pelo uso do Judiciário, através de ação direta de inconstitucionalidade, mas não teve sucesso na obtenção de liminar para suspender a aplicação da MP e ainda provocou uma fundamentação contrária ao entendimento de ocupações como manifestação democrática. O STF taxou de ilegais as ações de ocupação, o que foi oportunamente enfatizado pela assessoria técnica da CNA em reforço aos seus argumentos, que avançavam ao articular a ilegalidade das ações com os prejuízos ao setor privado e a violação do Estado Democrático de Direito. O julgamento foi usado também para a CNA cobrar do Governo a aplicação da citada MP, apresentada como um passo necessário para alcançar as "nações civilizadas", caracterizadas pelo respeito e aplicação de leis.

O fato do STF afastar, mesmo que preliminarmente, a inconstitucionalidade da MP, contribuiu para a CNA legitimar seu discurso e reforçar o mito moderno-colonial da lei abstrata e universal, produzida para o bem comum, típica do pensamento ocidental-moderno que se auto atribui a qualidade de civilizado. Esta afirmação do primado e universalidade da lei e do direito cabe na retórica patronal sempre que a lei possa ser usada para limitar ou coibir a ação dos seus adversários e, mais que isso, a própria ação do Estado no sentido de promover desapropriações para fins de reforma agrária. Se o Estado se mostrava lento em atender reivindicações de ampliação e agilização das desapropriações, agora ele mesmo produz um novo obstáculo e a responsabilidade pelo imobilismo no sentido da implementação da reforma agrária pode ser jogada sobre os ombros dos próprios movimentos sociais, cuja ação política pode bloquear qualquer medida desapropriatória. Mas a lei não impediu a continuidade das ocupações e pressões para revogação e reinterpretação dos limites da MP.

O Judiciário e seus tribunais não são monolíticos e também são alvo de pressões políticas e entendimentos divergentes e conflitantes entre seus membros. Na análise de casos concretos, a jurisprudência do STF restringiu a abrangência da MP aos casos de ocupação anterior à vistoria que interferissem na classificação da área de produtiva para improdutiva (MS nº 24.136-5/DF). Por outro lado, o STJ, a partir da concessão dos pedidos de proprietários para suspender processos de desapropriação com base na MP, opondo-se ao STF, editou a Súmula 354, para consolidar a possibilidade de suspender desapropriações em virtude de "invasão".

Em virtude da continuidade de ocupações de terra como forma de pressão para a realização da reforma agrária, apesar da lei, a ofensiva patronal, capitaneada pela CNA, foi em torno da "aplicação da lei", no caso, dos dispositivos "anti-invasão" da MP 2.183-56/2001, para suspender a desapropriação de áreas ocupadas, uma recomendação enviada aos três poderes do Estado (Legislativo, Executivo e Judiciário) em nome do Fórum Agrário Empresarial, realizado em abril de 2007, ampliando a articulação para, sob o manto da legalidade, impedir a ação política do movimento social e a aplicação da política de reforma agrária. O discurso jurídico do empresariado reduz a noção de Estado Democrático de Direito a uma legalidade conservadora do direito de propriedade (e de apropriação) de terras pela classe dominante, na lógica de acumulação capitalista. Nessa lógica do pensar moderno-colonial, se o direito de propriedade é uma garantia constitucional, absolutizada por não comportar ponderação com outras garantias e direitos constitucionais, os promotores de ocupações são criminosos, por violarem esse direito hegemônico. As motivações políticas são invizibilizadas ou desqualificadas na argumentação patronal.

O descumprimento das leis e das decisões judiciais que protegem os proprietários rurais contra os não proprietários (e que, portanto, podem ser caracterizadas como neutras, superiores, universais, modernas) é, na retórica da CNA, a causa dos conflitos agrários (e nunca a estrutura desigual de distribuição da propriedade). O cumprimento desse tipo de lei é o que para a CNA caracteriza a civilização ocidental almejada, fundada na livre iniciativa.

Diante da possibilidade de aprovação de leis que limitassem a concessão de liminares de reintegração de posse em conflitos coletivos pela posse de terra, a CNA alegou que haveria conseqüências negativas no plano da segurança e da produção agrícola, com retração de investimentos no campo. Essa lei não chegou a ser aprovada, mas já se anunciavam os argumentos usados para combater leis que não interessam à classe patronal: o prejuízo econômico ao setor e à nação.

Esse ideário também é absorvido pelos operadores do direito, conforme Vieira (2012) demonstrou, em sua pesquisa sobre o uso da Lei de Segurança Nacional, no estado do Rio Grande do Sul, contra lideranças do MST. A disputa pelas leis também passava pela propositura de ações judiciais de inconstitucionalidade (ADIs).

Em um período marcado pelas dificuldades de obtenção de terras para a reforma agrária, a atualização dos índices de produtividade passou a constituir uma das principais bandeiras de luta dos movimentos de trabalhadores rurais e, diante da proposta governamental de atender a reivindicação, a CNA e outras organizações do patronato rural logo se posicionaram enfaticamente contrárias e resistiram no Ministério da Agricultura.

Essa disputa também envolveu a busca na Constituição de 1988 de argumento jurídico que reforçasse sua oposição à intenção governamental de atualizar os índices e localizou no artigo 187, § 2º alguma possibilidade de alegar uma inconstitucionalidade. Como visto, tal artigo estabelece que sejam compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária.

A proposta histórica da CNA de desviar o foco da reforma agrária para a colonização de terras públicas foi adaptada nos anos 2000 para a defesa da regularização fundiária na Amazônia, contemplada pela legislação e política governamental que autorizou a transferência de terras públicas para o domínio privado e, ao contemplar com títulos de propriedade pequenos e médios posseiros em área de fronteira agrícola, tornam alienáveis e disponíveis para incorporação pelo mercado no modelo de agronegócio brasileiro.

O uso do Direito não se fez apenas no espaço do Judiciário. O parlamento parece ser o palco principal para a definição de instrumentos jurídicos que legitimam as fiscalizações sobre os órgãos do poder Executivo, como as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). Enquanto o uso do Judiciário na disputa sobre a validade ou interpretação de determinadas normas jurídicas exige a contratação de um advogado que possa fazer a defesa da pretensão, o uso do Parlamento exige a articulação de um determinado número de deputados que possa levar adiante a proposta de investigar condutas supostamente ilícitas dos agentes públicos. A CNA fomentou e apoiou a articulação desses parlamentares para criação de estruturas políticas de investigação de ações dos órgãos do Executivo responsáveis pelas políticas de reforma agrária (Incra) e de demarcação de terras indígenas (Funai). A existência de repasses de recursos públicos do governo federal ao MST também foi objeto de investigação legislativa impulsionada pela CNA.

A caracterização dos pretendentes a beneficiários da política de reforma agrária como criminosos, como vimos, foi mais uma tática argumentativa usada pela CNA com o intuito de questionar a desapropriação para fins de reforma agrária nas áreas ocupadas, pois configuraria, nessa visão, um incentivo a ações contrárias à lei. Alto custo e ineficiência da reforma agrária foram os principais argumentos que subsidiaram a proposta de CNA de substituição de desapropriações por financiamento estatal da compra de terras de particulares e terceirização da formação de lotes, também com o objetivo de acabar com as ocupações de terra.

A resposta do governo FHC às pressões dos movimentos de luta pela terra atendeu a CNA e o setor patronal rural, tanto ao editar a MP anti-invasão, quanto ao fomentar a normatização e a criação do Banco da Terra, em 1998, ao qual se atribuía a implementação de uma reforma agrária (assistida) pelo mercado. A substituição das desapropriações pelo crédito para aquisição de terras foi comemorada pela CNA, pois possuía uma dupla vantagem para os grandes proprietários rurais: fomentava o mercado de terras e excluía da agenda política a espécie de desapropriação que sancionava as práticas de especulação financeira com terras. Era o modelo defendido como "reforma agrária sensata e permanente", em oposição à reforma agrária via desapropriações.

A modernidade, afinal, é uma matriz de pensamento fundante e fundadora do contratualismo das vontades

livres e pressupostas como iguais em um mercado garantido pelo Estado capitalista. Em uma sociedade de raízes coloniais e escravocratas, como a brasileira, ela apresenta a sua face colonial na ausência de quaisquer limites à concentração territorial privada sob domínio de grandes corporações; no avanço do modelo agroexportador monocultor sobre terras indígenas, quilombolas e áreas de preservação ambiental; bem como na existência do trabalho escravo contemporâneo (também nomeado de servidão por dívida). Para se opor aos beneficiários da política de assentamentos rurais considerados não vocacionados, a CNA, no contexto do financiamento público de aquisição de terras, reconhece a existência de trabalhadores com "vocação para trabalhar na terra" (www.cna.org.br *apud* MEDEIROS, 2002: 83). A única reforma agrária possível seria realizada por mecanismos de mercado (crédito), buscando-se eliminar todos os outros instrumentos (índices de produtividade e desapropriações), pois o objetivo da reforma agrária se reverte, na fala patronal, no crescimento da produção agropecuária, o que já fora atingido pela competição, que exclui e desapropria naturalmente os "menos eficientes" (GLEBA, set. 1998: 5 *apud* LEAL, 2002). A outra reforma agrária, rejeitada pela CNA, é caracterizada de "política, ideológica, instrumento da filosofia socialista" (GLEBA, jul-ago. 2003: 12). Como a democracia, para a CNA, significa manutenção da "ordem" (capitalista-patriarcal-colonial), os grupos que pretendem subverter essa ordem não podem ser tolerados pelo Estado (GLEBA, jul-ago. 2003: 12). De forma correlata, o sentido de "justiça", para a CNA, está na manutenção das ações estatais no "estrito limite das leis e da neutralidade" que não permite outra ação que não seja a espera paciente dos camponeses pela reforma agrária. A CNA rearticula noções de um Estado cujo papel é se reduzir a garantir a segurança dos detentores da propriedade privada (o próprio direito de propriedade de alguns) contra aqueles que buscavam sua distribuição social. A vontade da sociedade e o bem-estar nacional coincidem sempre, nesse discurso patronal, com a vontade e o bem-estar dos proprietários rurais.

A conjuntura inaugurada pelo governo Lula, que havia se comprometido publicamente com a realização da reforma agrária no Brasil, foi marcado por um ascenso das lutas pela terra e crescimento de ocupações, além do lançamento do segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), que, conforme vimos, apresentou metas de assentamento abaixo das expectativas dos movimentos populares. Mas os dados divulgados pelo governo nesse período foram usados pela assessoria técnica da CNA para afirmar que havia se realizando a reforma agrária; cobrar a elaboração de indicadores sobre a produção, produtividade e renda dos assentamentos; caracterizar a política de paternalista e insustentável, diante da ausência de emancipação e dependência de recursos públicos dos assentamentos realizados; e lamentar que a ação dos movimentos sociais tivesse continuidade, já que teria perdido o sentido (GLEBA, mai/jun. 2006: 1-2).

O discurso da assessoria da CNA se volta para a responsabilização do governo sobre a ação dos movimentos de luta pela terra, seja ao não reprimi-los com o uso da MP anti-invasão, seja ao assentar abaixo das metas por ele mesmo estipuladas. A entidade patronal também se apropriou do capital de intelectuais alinhados ideologicamente com as bandeiras da direita, como Denis Rosenfield, que apresentou suas explicações para a intensificação das ocupações de terras pelo MST: o discurso esquerdizado de Lula nas últimas eleições; a posição governamental de não cortar repasse de recursos para entidades ligadas ao MST; a não aplicação do dispositivo de excluir famílias que ocupassem terras dos projetos de assentamentos rurais (GLEBA, mar/abr. 2007: 6).

A CNA, se por um lado tentou impedir, alterar e questionar leis consideradas potencialmente ou efetivamente prejudiciais à classe patronal rural, por outro, buscou orientar sua base sobre medidas a serem tomadas tanto para combater ocupações coletivas, aconselhando o uso do Judiciário e do direito de forma exclusiva (diferenciando-se de associações patronais que pregam a ação violenta direta para a defesa da propriedade, como a UDR).

Dessa forma, buscaram reforçar a caracterização da ação política dos movimentos como atos ilegais ou criminosos, que deve ser repelida pelas instituições judiciais. E, assim, o patronato pode se diferenciar como aquele que respeita as leis, embora isso ocorra porque o Judiciário costuma adotar as teses doutrinárias que protegem de forma absoluta a propriedade da terra, conforme visto por Quintans (2005) em relação à magistratura fluminense, e refutar qualquer tentativa de politização da questão como externa ao âmbito jurídico da legalidade.

Em relação às questões indígenas e quilombolas, vimos que na Comissão de Sistematização da Constituinte de 1987/1988 foram introduzidos dispositivos prejudiciais aos direitos dos indígenas, entre os quais a

recuperação da categoria "extintos aldeamentos indígenas" (oriunda de legislação aplicada apenas no período colonial para esbulhar terras indígenas) como parte dos bens do Estado, o que se configurava como estratégia para "desconsiderar a existência indígena" e, assim, "legitimar a posse dessas terras para fazendeiros" (EVANGELISTA, 2004: 67-68). Como vimos, essa categoria não foi incorporada, ao final, na Constituição de 1988, que se limitou a incluir entre os bens da União as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios (art. 20, X), mas foi objeto de jurisprudência do STF consolidada em na Súmula 650, para excluir terras dos bens da União. Jurisprudência recuperada no voto do Ministro Menezes Direito sobre o julgamento da demarcação contínua da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol e objeto de propostas de súmula vinculante (PSV) por entidades patronais.

A atuação da CNA no tema parece emergir somente após as lutas, demandas, regulamentações e políticas no sentido de demarcar terras indígenas e quilombolas (e do reconhecimento dos índios e dos remanescentes de comunidades quilombolas como portadores de direitos constitucionais à suas terras).

No momento em que as normas começaram a ser usadas de modo a afetar os interesses de sua base, a CNA buscou limitar a interpretação dos dispositivos constitucionais, no caso das demandas indígenas, ao refutar a possibilidade de ampliação ou demarcação que inclua terras indígenas invadidas por grileiros antes de 1988 e, em relação aos quilombolas, pugnou pela declaração de inconstitucionalidade do Decreto 4887, de 2003, que regulamentou o procedimento administrativo para titulação de territórios quilombolas.

De forma semelhante à argumentação de outrora que caracterizava os trabalhadores rurais como incapazes e ignorantes, conduzidos por interesses comunistas escusos, a partir da década de 1990 e, especialmente, dos anos 2000, são os indígenas e quilombolas que serão colocados nesse lugar da ausência de capacidade para protagonizar sua própria luta. Entretanto, na construção do inimigo, os trabalhadores rurais, de certo modo, parecem ter sido mais valorizados do que os indígenas e quilombolas, que nem ao posto de adversários ou opositores foram alçados. A CNA combate aqueles que conferem a legitimidade científica à luta política dos indígenas, através de laudos: os antropólogos. Estes passam a ser responsabilizados, ao lado das organizações não governamentais, pela reivindicação e invenção de identidade indígena. A desqualificação da CNA dos antropólogos e das ONGs de apoio às lutas indígenas pode se relacionar ao apoio científico do reconhecimento da legitimidade da reivindicação, discurso cabível no lado da racionalidade moderna-ocidental, num caso, e à visibilidade promovida, no outro.

A CNA se apropriou do discurso de participação social tanto em relação a legislação indígena quanto à quilombola, reivindicando os princípios da igualdade e da isonomia, que obviamente só interessam no plano jurídico quando, de alguma forma, a norma beneficia setores historicamente silenciados e violados para os quais cria espaços específicos de participação. A igualdade, nesse caso, tal qual no ideário contratual civilista para regulação da relação capital-trabalho, torna-se um discurso que serve à invisibilização da desigualdade produzida histórica e socialmente no sentido de inferiorizar dos povos indígenas e comunidades quilombolas e negar-lhes o estatuto de cidadania moderna.

A regulamentação do dispositivo constitucional quilombola por decreto passou a ser taxada de inconstitucional quando tornou possível a intervenção do poder público no direito de propriedade, pois qualquer limitação a esse direito, como vimos, é compreendida como causa de "insegurança jurídica". A extensão (que mais parece ideias fora de lugar) dos instrumentos de combate às ocupações de terras pelos movimentos de luta pela reforma agrária ao que denominava "invasões" indígenas sobre áreas particulares, também foi defendida pela CNA. O que a CNA chama de invasões são consideradas pelos indígenas retomadas de suas terras invadidas por grileiros que se intitulam proprietários e produtores rurais.

Na questão indígena, a Constituição de 1988 se apresenta como um obstáculo para os interesses patronais, pois garante aos indígenas o direito originário às suas terras e, portanto, representa um empecilho ao pagamento de indenização aos considerados usurpadores de terras indígenas. Em virtude disso, a mobilização da CNA também se voltou para a defesa de mudanças de ordem constitucional, através do apoio a propostas de Emendas Constitucionais que visam garantir a previsão de indenização aos possuidores de boa-fé afetados pela demarcação ou ampliação de terras indígenas (PEC 03/2004, proposta no Senado Federal). Há também propostas de submeter a aprovação da demarcação de terras indígenas ao parlamento brasileiro (PEC 38/1999, proposta no Senado Federal; PL 4791/2009; PEC 215-2000, proposta da Câmara dos Deputados Federais).

A CNA participou da disputa que envolveu a demarcação contínua da Reserva Indígena de Raposa Serra do Sol em 2005, questionada judicialmente por um grupo de produtores rurais e pelo estado de Roraima. As condicionantes inseridas pelo STF no procedimento de demarcação de terras atenderam diversas demandas do setor patronal, em especial, a vedação à ampliação de terra indígena já demarcada (o que, por exemplo, havia sido reivindicado com êxito por indígenas do Espírito Santo contra a demarcação dos anos 1970 que excluíra parcela do seu território para conceder à Aracruz Celulose) e a garantia de participação dos entes federados em todas as etapas do procedimento.

Essa reação patronal, que conta com a presença da CNA, se explica também pela lógica de apropriação territorial no Brasil para a expansão agropecuária, que encontra limites nas áreas destinadas à reforma agrária, aos povos indígenas e às comunidades quilombolas, mas também nas limitações do uso de áreas sob proteção ambiental. Os limites à apropriação territorial de determinadas áreas, subtraídas do mercado de terras, foram traduzidos, no discurso político-jurídico da CNA, como relativização do direito de propriedade e, no discurso econômico, postos como causa de futuro aumento do "risco Brasil" (GLEBA, nov/dez. 2007: 11).

A disputa sobre as questões agrárias e ambientais protagonizada pela CNA envolve uma apropriação da Constituição de 1988 que exalta o dispositivo que assegura o direito de propriedade (artigo 5º, XXII), sem qualquer menção à relativização desse direito promovida no âmbito da própria Constituição, ao determinar que a propriedade atenda sua função social (artigo 5º, XXIII).

3 Considerações finais

O setor patronal brasileiro disputa territórios para a expansão agropecuária e acusa as restrições ambientais de âmbito nacional ou global de impedir o desenvolvimento nacional, ao mesmo tempo em que se apropria de um discurso neoliberal global de flexibilização para a defesa da diminuição de normas de proteção ao trabalhador. Os limites de natureza ambiental ao modelo produtivo brasileiro, entretanto, também geram novas oportunidades de negócios e se traduzem na construção da noção de desenvolvimento sustentável, que não nega o progresso como fim último e mercantiliza o meio ambiente.

Para reagir a normas estatais que contrariam os interesses representados pela entidade patronal, os argumentos se apóiam sempre que possível em estudos e estatísticas que possam ser interpretadas de forma a corroborar as teses defendidas, tanto em relação à reforma agrária (e a partir do discurso da eficiência em termos capitalistas), quanto em relação à proteção ambiental (favorecida pela agricultura, que não precisa de legislações restritivas). Essa linha de atuação foi explicitada em matérias que difundiram a parceria da CNA com a Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER) para premiar trabalhos acadêmicos que partissem dos pressupostos explicitados pela CNA sobre produção agrícola, meio ambiente e questões fundiárias (GLEBA, jul./ago. 2007: 12; GLEBA, jan./fev. 2008: 12). Em relação ao meio ambiente, a CNA e a SOBER supunham a possibilidade de conciliação do desenvolvimento da agropecuária (que é traduzido como o desenvolvimento do País) com a preservação ambiental, e relegavam aos estudos o papel de responder o modo como se daria essa conciliação. No tocante à questão fundiária, ao trabalho premiado caberia responder se a desapropriação para reforma agrária "contribuirá para o desenvolvimento da agropecuária brasileira", através da comparação da produtividade das consideradas *commodities* agrícolas com a produção dos assentamentos rurais ou, caso abordasse as comunidades indígenas, remanescentes de quilombos, considerando que "parte da sociedade brasileira reconhece uma dívida histórica com esses grupos", deveria responder "quem paga esta dívida e quando ela será quitada?" (GLEBA, jul./ago. 2007: 12).

Essas questões, de acordo com a CNA, eram "muitas vezes, maculadas por fortes componentes ideológicos", o que gerava "a necessidade de envolvimento da comunidade científica brasileira para tornar possível uma análise técnica sobre os temas eleitos pelo Prêmio SOBER/CNA" (GLEBA, jul./ago. 2007: 12).

A CNA invoca as associações científicas e a ciência como critério de veracidade e estimula a academia a produzir argumentos a favor de suas demandas. A análise considerada técnica e desprovida de elementos ideológicos é sempre aquela que coaduna com a ideologia dominante do patronato rural que pugna a ausência de questão agrária ou de necessidade de redistribuição fundiária. Nesse sentido, a CNA exalta as considerações

do sociólogo Zander Navarro sobre a inexistência de razões para o Brasil promover uma ampla redistribuição de terras, em virtude da predominância urbana (GLEBA, jan./fev. 2008: 12). Essa racionalidade patronal sustenta uma oposição entre ideologia e ciência (ou técnica), a fim de desqualificar os debates e as teses científicas que não partem desses mesmos pressupostos e questionam a própria lógica de apropriação capitalista como problema a ser superado.

As pesquisas e estudos incentivados pela CNA são mais uma estratégia da organização patronal e figuram ao lado das opiniões e orientações sobre as legislações e políticas governamentais apresentadas pelos assessores técnicos das Comissões Nacionais temáticas da CNA, em geral formados em agronomia e/ou Direito, e/ou pelos advogados chefes do seu Departamento Jurídico (Cf. GLEBA, ago. 1998: 11; set/out. 2006: 12; jun. 2004: 11; ago-out. 2009: 10-11).

Ao examinarmos as orientações da CNA à sua base em relação à forma de agir para reprimir ocupações de terra, evitar desapropriações, se opor a demarcações de terras indígenas etc,. A CNA, como vimos, possui um reconhecimento estatal como representante legítima do setor patronal agropecuário, o que implica em vantagens e uma relativa imunidade em relação à sua base, mas limitações legais no raio de ação que podem significar, em determinadas ocasiões, o apelo ao cumprimento da lei.

Mas a imunidade não é absoluta e a direção da CNA precisa se legitimar perante a base social, sob pena de uma crise institucional que aponte para uma substituição de seus quadros, como ocorrera no início do período de transição democrática (ainda não completada, tendo em vista a dificuldade para a abertura dos arquivos da ditadura militar). Nesse sentido, são importantes as consultas e pesquisas da CNA dirigidas a levantar a percepção da classe patronal no campo sobre os temas de maior preocupação e interesse, embora partam de questões identificadas a priori como problemas a hierarquizar em termos percentuais: crédito rural, desapropriações e demarcações de terras indígenas e quilombolas, limitações ambientais. Os fóruns de debate promovidos pela CNA servem tanto para consolidar e fortalecer, quando para legitimar suas posições entre seus associados.

Apesar de, em princípio, a diferença entre as entidades que se dividem por produtos e a organização de empregadores se o direcionamento desta última para organizar os interesses no mercado de trabalho, no caso do campo brasileiro, a identidade construída pela entidade patronal não é a de "empregadores rurais", mas gira em torno da categoria "produtores rurais", o que também pode ser explicado pela disputa histórica entre a CNA e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), entidade sindical de cúpula dos trabalhadores rurais, pelo enquadramento sindical de pequenos produtores rurais ou proprietários de terra que, a despeito de não serem assalariados, também não possuem empregados, mas trabalham diretamente a terra em conjunto com sua família.

A CNA parece acreditar na existência de uma "técnica" ou "ciência" desprovida de ideologia, embora sua assessoria nomeada de "técnica" possua funções e caráter eminentemente político, expressando a posição institucional da CNA em diversos espaços públicos e nos periódicos localizados após 1988.

A associação patronal rural se apropria, assim, da legitimidade das "titulações" de seus "técnicos" para conferir um caráter "científico" e, supostamente, isento de "ideologia" ao seu discurso contrário à reforma agrária, à titulação de terras aos remanescentes de quilombos ou à demarcação de terras indígenas.

Notamos algumas aproximações dos discursos da CNA (ou seja, de seus dirigentes e/ou assessores "técnicos") ao efetuado em âmbito global na conjuntura da globalização neoliberal, no que se refere à estabilidade do contrato social relacionada às "expectativas do mercado e dos investimentos", o que, segundo Santos (2003: 18-19) só é possível pela "instabilidade das expectativas das pessoas".

O autor, como vimos, traçou um quadro de diversas formas de fascismo social, dentre os quais o que chama de fascismo pára-estatal na dimensão que nomeia *fascismo contratual.* Nessa forma, devido à discrepância de poder entre as partes no contrato, a parte mais fraca é obrigada a aceitar as condições da mais forte como, por exemplo, na tentativa do projeto neoliberal de transformar o contrato de trabalho no contrato de direito civil (SANTOS, 2003:22).

Dentre as argumentações jurídicas mais reivindicadas por dirigentes e assessores da CNA esteve a "segurança jurídica", em geral, no sentido de garantir proteção ao crédito e à propriedade privada, ou, nos temos de Santos (2003), a estabilidade do contrato social. Como visto, segurança e estabilidade dos setores dominantes,

que se adéquam ao paradigma da modernidade-colonialidade. Neste modelo, a CNA adota as noções de desenvolvimento (econômico) em detrimento de justiça social (com reforma agrária). Em suma, um falso contrato, sem margem para a autonomia de sua vontade da maioria dos grupos sociais, invisibilizados, criminalizados ou inferiorizados, conforme o contexto, a fim de justificar a continuidade da dominação nos moldes capitalistas-colonialistas.

Esse discurso jurídico é construído a partir da emergência de lutas de diversos grupos sociais que questionam o modelo capitalista agroexportador de apropriação da terra, da natureza e exploração extrema do trabalhador.

4 Referências Bibliográficas

BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no Direito brasileiro.** 6ª edição rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra: (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil).** Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária: UFRRJ, 1997.

_____. **O ovo da serpente: monopólio da terra e violência na Nova República.** Tese de doutorado defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Profa. Maria de Nazareth Baudel Wanderley, em março de 2002.

_____[et. al.]. **Grupos de Solidariedade, Frentes Parlamentares e Pactos de Unidade e Ação. Em pauta o fortalecimento e a disputa pela representação patronal no campo.** Relatório Final de Projeto de Pesquisa. Rio de Janeiro: REDES e IICA, 2008.

_____[et. al.]. **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder.** Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

CARNEIRO, Olavo. **Tratoraço – o alerta do campo: um estudo sobre ações coletivas e patronato rural no Brasil.** Dissertação defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, sob a orientação de Regina Ângela Landim Bruno, em 19/12/2008.

ESCOBAR, Arturo. **Más Allá Del Tercer Mundo. Globalización y Diferencia.** Bogotá: Instituto Colombiano de Antropologia e História, 2005.

GROSFOGUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global.** *In*: Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 80, março, 2008.

LEAL, Giuliana Franco. **Guardiões da propriedade: organizações da burguesia agrária e reforma agrária – um estudo sobre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.** Dissertação defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação de Fernando Antonio Lourenço. Campinas, 2002.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **A questão da reforma agrária no Brasil.** FFCL/USP: São Paulo, 1983.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política.** São Paulo: Editora brasiliense, 1989.

SANTOS, Boaventura. **Poderá o direito ser emancipatório?** Revista Crítica de Ciências Sociais, 65, Maio 2003: 3-76.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes.** *In:* Revista Crítica de Ciências Sociais, 78, Outubro 2007: 3-46.

SILVA, L. M. O. e SECRETO, Maria Verônica. *Terras públicas, ocupação privada: elementos para a história comparada da apropriação territorial na Argentina e no Brasil. In*: **Economia e Sociedade.** Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Economia: Campinas, n. 12, 1999.

THOMPSON, EP. **Senhores e Caçadores: as origens da Lei Negra.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

Periódicos consultados

GLEBA, Rio de Janeiro: CRB, 1955-1963

GLEBA, Rio de Janeiro/Brasília: CNA, 1964-1973

GLEBA, Brasília: CNA, abril a setembro de 1995

GLEBA, Brasília: CNA, abril/maio de 1996

GLEBA, Brasília: CNA, julho e setembro de 1997.

GLEBA, Brasília: CNA, março e agosto de 1998.

GLEBA, Brasília: CNA, janeiro a março e setembro de 1999.

GLEBA, Brasília: CNA, julho e outubro de 2000.

GLEBA, Brasília: CNA, março e setembro de 2001.

GLEBA, Brasília: CNA, janeiro a dezembro de 2002.

GLEBA, Brasília: CNA, janeiro/fevereiro, maio a dezembro de 2003.

GLEBA, Brasília: CNA, janeiro/fevereiro, maio, julho, outubro a dezembro de 2004.

GLEBA, Brasília: CNA, janeiro a dezembro de 2005.

GLEBA, Brasília: CNA, janeiro/fevereiro e maio a dezembro de 2006.

GLEBA, Brasília: CNA, março a dezembro de 2007.

GLEBA, Brasília: CNA, janeiro a junho e setembro/outubro de 2008.

GLEBA, Brasília: CNA, janeiro a outubro de 2009.

projetos radicais de transformação social, contribuindo para uma onda de ceticismo e niilismo teóricos sem precedentes.

Por outro lado, do ponto de vista estritamente político, os pressupostos multiculturalistas revelam sua clara filiação liberal, isto é, seu enraizamento na teoria contratualista defendida em diversas versões desde o século XVII até o presente. Comum às várias formas de contratualismo, encontramos a ênfase na importância do indivíduo frente à sociedade (isto é, no individualismo), a crença de que o mercado econômico pode e deve ser o paradigma da sociabilidade e a naturalização de características humanas que, na verdade, são derivadas do processo histórico-social. Além disso, uma análise mais aprofundada das posições do multiculturalismo acerca dos conflitos derivados das diferenças sociais, culturais e econômicas, explicita sua afinidade com uma das figuras centrais do liberalismo clássico, conhecida como «tolerância liberal»: a defesa do respeito ao «outro», em seus costumes, comportamentos morais e suas regras de convivência. No entanto, como nos adverte Zizek (2005: 37-38) de forma perspicaz, a tolerância multicultural pelo «outro», tende a ocultar uma forma de hierarquização e mesmo de superioridade do ocidente liberal em relação a outras formas de cultura: elas devem ser reconhecidas e respeitadas desde que não ponham em risco o estilo de vida das sociedades liberal-democráticas. Em última instância, elas não podem ser usadas como parâmetro para nenhuma crítica aos «nossos» valores e modelos de vida.

A presente comunicação pretende investigar em que medida tais pressupostos pós-modernos e liberais comprometem o multiculturalismo e o transformam em uma nova forma de ideologia, que tem por função encobrir a importância fundamental da esfera econômica (do mercado) na dinâmica do mundo social do capitalismo globalizado. Nossa hipótese é que o multiculturalismo se apresenta como a ideologia da fase neoliberal do capitalismo, na medida em que se manifesta como uma vertente do relativismo e do ceticismo pós-modernos em relação a qualquer projeto de transformação social radical; e, ao mesmo tempo, tenta nos convencer de que, em nossa atualidade histórica, vivemos numa sociedade genuinamente democrática e não-repressiva, na qual não existe qualquer incompatibilidade entre os valores de mercado, os valores sociais e culturais e os direitos fundamentais dos indivíduos.

Começaremos examinando os argumentos pós-modernos contrários à utilização do conceito de ideologia e identificando a possível importância deste conceito para a teoria social contemporânea; num segundo momento, exploraremos o fenômeno da subordinação crescente da política à economia na era da globalização, mostrando suas consequências fragmentadoras para os movimentos sociais organizados; e, num terceiro momento, enfrentaremos a questão central do multiculturalismo como ideologia adequada e funcional para o capitalismo neoliberal globalizado, na medida em que promove a substituição das lutas políticas pelas lutas culturais, o que não alcança as bases de sustentação da estrutura sistêmica do capitalismo. Nesse mesmo sentido, a ênfase dada no discurso pós-moderno às questões de gênero e às questões étnicas nos parece uma operação ideológica de deslocamento e invisibilização das questões de classe, ou seja do significado político de fundo da luta de classes no processo histórico atual.

1. Ideologia e pós-modernidade

Entre os traços característicos do mundo contemporâneo ou pós-moderno, encontramos a fusão entre ideologia e realidade técnico-econômica, ou, se quisermos, entre discurso e realidade material. Para muitos, tal fusão conduz ao fim inevitável da *crítica da ideologia*, uma vez que esta já não tem um lugar privilegiado a partir do qual possa transcender a realidade existente e avaliá-la. Qualquer tentativa de crítica totalizante ao sistema econômico e social vigente é imediatamente descartada pelo relativismo pós-moderno como mais uma metanarrativa teleológica e autoritária.

Recentemente, diversas outras razões têm levado ao descrédito do termo ideologia. Entre elas, estão a freqüente imprecisão do conceito e as muitas noções diferentes de ideologia em circulação. Existem razões, também, pelas quais o conceito de ideologia parece ser supérfluo e redundante. Uma delas é que a teoria da ideologia está vinculada a um conceito de representação; alguns modelos de representação têm sido questionados e, com isso, segundo se supõe, também a noção de ideologia. Outra razão é a ideia de que para identificar uma forma

de pensamento como ideológica, seria preciso dispor de uma espécie de acesso à verdade absoluta. Se a ideia de verdade absoluta é contestada, o conceito de ideologia parece desmoronar com ela. Além disso, existe a tese de que o que mantém o sistema em funcionamento é menos a retórica ou o discurso do que a sua própria lógica sistêmica: a ideia de que o capitalismo tardio funciona por si, de que ele possui mecanismos que garantem sua reprodução sem que seja preciso passar pela consciência individual para ser validado ou legitimado (Bourdieu, Eagleton, 1996: 266-267). Apesar de todos estes argumentos, supomos que não podemos simplesmente abdicar do conceito de ideologia, pois se o fizermos, perderemos a possibilidade de analisar o discurso pós-moderno em sua relação com a realidade histórica concreta, o que, por si só, já constituiria uma atitude ideológica.

As críticas à noção de ideologia dependem bastante do problema da demarcação dos limites entre o discurso ideológico e a realidade objetiva (extra-ideológica) à qual ele remete. Assim, por um lado, a noção de ideologia sofreu, em sua história, um processo de ampliação gradual através do qual passou de «lógica de ocultação do real» a serviço da manutenção do domínio de um grupo ou classe social, para ser concebida como qualquer «conjunto de ideias», isto é, passou a abranger toda a atividade de pensamento. Porém, se toda e qualquer forma de pensamento, por ser um «conjunto de ideias», for ideologia, não só desaparece esta última como lógica da dissimulação («falsa consciência»), mas desaparece também sua negação determinada, isto é, o *discurso crítico* (Chaui, 2003: 23). O resultado final desse processo foi a diluição relativista da própria noção de ideologia. Por outro lado, se toda forma de conhecer o mundo é ideológica, não podemos demarcar seus limites em relação à realidade, ou seja, esbarramos na impossibilidade intrínseca de isolar uma realidade cuja coerência não seja mantida por mecanismos ideológicos. Nisso reside uma das principais razões para o abandono progressivo da noção de ideologia: essa noção torna-se «forte demais», começa a abarcar tudo, inclusive o terreno da própria crítica da ideologia, que forneceria o padrão pelo qual poderíamos medir a distorção ideológica e denunciá-la. Em nosso entender, embora nenhuma linha demarcatória clara separe ideologia e realidade, devemos, ainda assim, sustentar a tensão que mantém viva a crítica da ideologia, distinguindo a esfera das representações e a esfera da realidade como forma de garantir a *bidimensionalidade* do real. Evidentemente, a ideologia não pode ser concebida como mero reflexo invertido do real ou da práxis. Tal tipo de concepção é a origem de explicações mecanicistas e funcionalistas cujos pressupostos epistemológicos já foram superados (Zizek, 1996: 9). A ideologia, enquanto representação, é um momento da práxis social, e não pode ser dicotomicamente separada dela. Se tomarmos o pensamento ou a ideologia como simples *reflexos* de uma realidade «em si», perderemos seu sentido originário de *ocultação* do real, pois os estaremos afastando de sua origem histórica e social. Isto equivale a restaurar a clássica dicotomia idealista entre ideias e coisas, sujeito e objeto, teoria e prática.

Por outro lado, ignorar ou rejeitar a diferença entre o pensamento (a crítica) e a ideologia (as representações), como o fazem algumas teorias pós-modernas, implica em homogeneizar o campo do pensamento, tomando-o como um todo que inclui algumas verdades e algumas mentiras, de acordo com critérios subjetivos de avaliação. Estaríamos, então, no terreno do puro relativismo, onde todos os pensamentos ou «discursos» se equivalem, pois não haveria nenhuma instância «extra-ideológica» a partir da qual julgá-los. Parece ser esse o caso, quando as teorias pós-modernas rejeitam como «ideológica» a própria tentativa de demarcar a diferença entre a ideologia e a realidade efetiva, e concluem que a única postura não ideológica consiste «em renunciar à noção mesma de realidade extra-ideológica, e em aceitar que tudo com que lidamos são ficções simbólicas, com uma pluralidade de universos discursivos, e nunca com a 'realidade' (Zizek, 1996: 22)». Essa conclusão pós-moderna, no entanto, é a ideologia por excelência; pois ao negar a existência do não-discursivo, de uma realidade extra-textual, o que resta é o discurso como esfera autônoma e universalizante que reifica as relações sociais e a história, imunizando-as contra qualquer análise crítica.

Da mesma forma, podemos dizer que a teoria social pós-moderna atua ideologicamente ao supervalorizar o contingente na realidade social, em detrimento do necessário. É reconhecidamente ideológica a perenização de alguma situação historicamente limitada, o ato de tornar universal o elemento específico de um contexto social determinado; esta tem sido a operação ideológica clássica de absolutizar o necessário em detrimento do contingente. No entanto, o seu inverso não é menos ideológico: não reparar na necessidade interna das transformações históricas e sociais, tomando como absolutas as suas contingências. A tarefa de um pensamento contra-ideológico seria, então, justamente, discernir a necessidade oculta que se manifesta como mera

contingência. Ao se posicionar radicalmente no campo da contingência histórica e social, o discurso pós-moderno obscurece ou encobre as necessidades internas que governam a lógica sistêmica, tomando o *ser* do social pelo seu *aparecer*.

2. Gênero, classe e novos movimentos sociais

Acreditamos que o discurso multiculturalista da diferença e do pluralismo, com sua hostilidade ao conceito de «totalização», pode ser decodificado ideologicamente como um repúdio sistemático às noções de práxis e de projeto coletivo, tão caras à teoria crítica da sociedade. É fato que o surgimento dos «novos movimentos sociais», (ecologistas, feministas, homossexuais, etc) traz à cena contemporânea o desgaste e o esvaziamento da concepção moderna de política, protagonizada pelos grandes sujeitos sociais (partidos, sindicatos, entidades de classe, etc.), corroborando a tese da «atomização do social» (Jameson, 1996: 322-323). No entanto, o que se explicita nessa tese da atomização irreversível do social é a sua *função ideológica*. Embora, objetivamente, o aparecimento dessas lutas específicas contenha um elemento progressista, o que está em jogo nessa argumentação é a primazia da classe social como fundamento explicativo da teoria social e política. Esses movimentos são considerados «novos», justamente, por serem movimentos «não classistas», isto é, por terem deslocado o fator de classe de sua posição privilegiada na prática e no imaginário sociais. Assim, segundo Jameson (1996: 323), a consequência do pluralismo como «ideologia de grupos» é que «a visão alternativa de que os pequenos grupos, de fato, *substituem* a classe trabalhadora em via de extinção acaba permitindo que essa nova micropolítica seja usada para uma celebração obscena do pluralismo e da democracia do capitalismo contemporâneo».

Embora nem todos os pensadores pós-modernos defendam explicitamente o relativismo epistemológico e cultural, pode-se dizer que é inerente às posições pós-modernas a crítica radical da universalidade e da totalidade. Ao invés de valores «universalistas» e de conhecimentos «totalizantes», eles enfatizam a «diferença»: «identidades particulares, tais como sexo, raça, etnia, sexualidade; suas opressões e lutas distintas, particulares e variadas; e conhecimentos particulares, incluindo mesmo ciências específicas de alguns grupos étnicos» (Wood, Foster, 1999: 12).

A retórica da fragmentação da ação política está em consonância com a esquizofrenia da consciência coletiva e à serviço do desmantelamento das visões políticas de mudança social, isto é, do chamado «esgotamento das energias utópicas» (Habermas, 1987: 105). A resposta pós-moderna para esta situação é uma espécie de atitude cínica frente aos discursos ideológicos, que configura uma nova forma de consciência plenamente adaptada à sociedade «pós-ideológica» do capitalismo globalizado, uma «falsa consciência esclarecida» (Sloterdijk, 2012: 34-35). O abandono pós-moderno do horizonte universal do valor e da ética, em nome da desconstrução da metafísica e do Iluminismo, implica o colapso da distância crítica, ou seja, a perda de uma posição ético-política óbvia fora do jogo de relações sociais a partir da qual fundamentar uma teoria crítica da sociedade. Acreditamos que a perda ou a negação dessa dimensão ética tem por conseqüência solapar um dos pressupostos fundamentais de uma teoria social crítica.

A descrença em relação aos discursos racionais de valor ético e político, produz uma atitude niilista que, segundo Harvey, prepara o terreno para «o ressurgimento de uma política carismática e de proposições ainda mais simplistas do que aquelas que tinham sido desconstruídas» (1994: 315). Nesta «nova» política, os fabricantes de imagens e a mídia assumem um papel poderoso na modelagem da identidade política, reutilizando de forma esvaziada e positivista o princípio metafísico da identidade (Safatle, 2008: 18-19). Assim, na ausência de alternativas «viáveis» de transformação social, assistimos à substituição da ética pela estética como paradigma filosófico e político.

Evidentemente, ao analisar a teoria pós-moderna como ideologia, não estamos afirmando a «falsidade» do discurso pós-moderno como um todo. O pós-estruturalismo, através da obra de Foucault, por exemplo, tem o mérito inegável de nos ter apontado as diversas estratégias através das quais o poder está disseminado no saber e nas instituições mais insuspeitas, forjando uma subjetividade dócil à dominação. No entanto, apesar do acerto de diversas análises desenvolvidas por autores pós-modernos ou pós-estruturalistas, como Foucault, o

projeto de desconstrução das teorias sociais modernas pode muito bem ser funcional para o ressurgimento de interesses ideológicos retrógrados. De fato, em toda nossa argumentação até aqui, estamos partindo da ideia de que uma ideologia não é necessariamente «falsa»:

> (...) quanto a seu conteúdo positivo, ela pode ser 'verdadeira', descrevendo uma situação de forma bastante precisa, pois o que realmente importa não é o conteúdo afirmado como tal, mas o modo como esse conteúdo se articula com a postura subjetiva e o contexto de sua enunciação. Assim, estamos dentro do espaço ideológico propriamente dito no momento em que esse conteúdo – 'verdadeiro' ou 'falso' (se verdadeiro, tanto melhor para o efeito ideológico) - é funcional com respeito a alguma relação de dominação social de maneira intrinsecamente não transparente (Zizek, 1996: 13-14).

Nesse sentido, acreditamos que a «desconstrução» do mundo social pelo pensamento pós-moderno, para além de seu conteúdo muitas vezes correto, se vincula historicamente a interesses políticos neoconservadores que pretendem *ocultar* a continuidade da lógica de acumulação e do antagonismo de classes no capitalismo globalizado ou pós-moderno, neutralizando ou inviabilizando as possibilidades de crítica à sociedade existente. A crise da representação, como ela é concebida pelos pós-modernos, parece tornar desnecessária a crítica da ideologia e as teorias sociais emancipatórias. Em nosso entender, essa posição pós-moderna leva à despolitização e desistoricização da teoria social, uma vez que nivela todos os «discursos» teóricos (e políticos) de conservação ou transformação social, abrindo espaço para o niilismo e o ceticismo políticos.
Em nosso entender, uma teoria crítica relevante para o nosso tempo deve analisar o esvaziamento da política e a conseqüente despolitização do mundo social sem sacrificar a totalização e a crítica da ideologia; isto é essencial para uma teoria que tenha a pretensão de apontar caminhos para a transformação social. Contrariamente às teses de Lyotard e de outros pós-estruturalistas, acreditamos que *a ideologia não desapareceu*; ela ainda é um importante instrumento de sustentação para a dominação em nossas sociedades, embora no presente suas simulações sejam mais difíceis de serem percebidas.

3. A naturalização da economia

A sociedade contemporânea se caracteriza pelo aprofundamento do processo de expansão da racionalidade econômica para todas as esferas da vida social: o capitalismo globalizado modela um mundo no qual a economia, a política e a cultura se fundem num sistema absoluto que, ou incorpora as alternativas de forma neutralizada ou as rejeita de forma absoluta. O economicismo se transforma na ideologia hegemônica de nosso tempo, fazendo com que a lógica do mercado, típica do neoliberalismo, subordine todas as esferas da vida humana aos seus imperativos. Por um lado, o aparato técnico-econômico, amparado no desenvolvimento tecnológico e sob a égide da mercadoria, submete a política aos interesses produtivos e financeiros. O Estado-nação é alijado de sua importância histórica na modernidade, ficando à mercê das «leis de mercado»: este controla as novas tecnologias e reforça os interesses políticos de alguns países e de certas regiões do mundo, Por outro lado, a expansão da esfera econômica liquida com a semi-autonomia da cultura, isto é, com a distinção entre cultura e realidade. Segundo Jameson, a era da globalização dissolve o cultural no econômico e o econômico no cultural:

> A produção de mercadorias é agora um fenômeno cultural, no qual se compram os produtos levando-se em conta não só seu uso imediato, mas também sua imagem. A propaganda e o marketing se tornaram uma mediação fundamental entre a cultura e a economia, sendo atualmente, importantes formas de produção estética (2001: 22).

Observa-se o fenômeno da mercantilização da política e da cultura sob o império das determinações econômicas. O que parece mais importante ressaltar é o fenômeno da fusão entre as diversas dimensões do econômico, do cultural e do político, que caracteriza a denominada «pós-modernidade» e que dota a globalização de sua estrutura fundamental. O discurso hegemônico da globalização nos apresenta todo esse processo como irreversível. Esse caráter de irreversibilidade está presente em todas as áreas de influência do processo de

globalização. Através da naturalização do processo econômico e do determinismo tecnológico, esse discurso encobre os interesses específicos de dominação que lhe dão sustento e nos impede de perceber seu caráter *totalitário.*

O atual processo de internacionalização do capital pode ser, portanto, caracterizado como *globalização totalitária* na medida em que o discurso ideológico hegemônico reduz a complexidade da globalização a uma única dimensão, a econômica. Todas as outras dimensões da globalização – a social, a política e a cultural – são, quando muito, tematizadas sob o domínio subordinador da globalização econômica. Mesmo especificamente a dimensão *econômica* da globalização é compreendida de forma redutora e linear, ao ser concebida, em termos neoliberais, como a ampliação contínua da dependência dos Estados, das instituições e dos indivíduos em relação ao mercado mundial. Dessa forma, a sociedade mundial fica reduzida e falsificada como uma *sociedade do mercado mundial*.

A sociedade modelada pela globalização hegemônica é a do império do mercado mundial, que subordina e transforma todas as coisas em mercadorias. A ditadura da economia, então, significa o primado e o domínio do mercado mundial, preconizado pela ideologia neoliberal da globalização, sobre todas as dimensões da sociedade. Todas as alternativas a essa forma objetiva assumida pelo processo de globalização são «repelidas» ou «reduzidas» a partir do modelo economicista de globalização.

A supremacia dessa visão economicista do mundo é, ao mesmo tempo, teórica e prática. Na prática, ela é evidente no próprio processo de globalização que, segundo seus defensores, estaria constituindo uma «nova» forma de capitalismo verdadeiramente mundial. Até que ponto isso de fato está ocorrendo e com que intensidade, pode ser discutível. No entanto, é indiscutível que a lógica totalitária do capitalismo global começa a abranger todas as esferas da existência social sem que se possa encontrar, pelo menos por enquanto, formas de controle eficientes sobre seus desdobramentos:

> A principal razão por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe *a mais* poderosa – estrutura *'totalizadora'* de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua 'viabilidade produtiva', ou perecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, 'totalitário' – do que o sistema do capital globalmente dominante (Mészáros, 2002: 96).

Antes do advento da globalização, ainda subsistia uma autonomia relativa das esferas política, cultural e artística. Hoje, porém, essa autonomia (ou semi-autonomia) está sendo suprimida, na medida em que todas as atividades se tornam mercantis ou passíveis de serem mercantilizadas. Essa possibilidade de uma mercantilização universal, embora já prevista por Marx, se apresenta agora como uma possibilidade objetiva: «a estrutura do sistema econômico, cuja essência é a produção de mercadorias (valores de troca), penetra e modela à sua imagem e semelhança o conjunto social» (Olea, Flores, 1999: 69). Com o «triunfo» prático do economicismo, se torna objetiva a «absorção da ideologia pela realidade» e a expansão do aparato técnico-econômico para todas as relações sociais (Marcuse, 1982: 31).

No campo teórico e ideológico, o economicismo opera a partir da naturalização das leis de mercado e da própria sociedade. O desenvolvimento econômico «naturalizado» é visto como um processo linear e irreversível: o mercado tem sua própria lógica, independente das relações sociais e da história. A sociedade, por sua vez, é «naturalizada» ao se dissolver as relações sociais em fatores semifísicos ou semibiológicos. No século XIX, o «século das ciências naturais», tentou-se neutralizar os riscos representados pela teoria social e pelas ciências humanas em geral com doutrinas pseudocientíficas. Na atualidade, procura-se novamente legitimar o capitalismo globalizado com a dignidade de leis naturais para torná-lo imune a críticas e elevá-lo acima do contexto histórico. O neoliberalismo, promovendo a naturalização ideológica das leis de mercado, remontou à irracionalidade do «cientificismo social» do século XIX. A naturalização da economia e da sociedade, segundo Kurz, acarreta como conseqüência lógica a barbarização das relações sociais: «os mentores neoliberais não respondem apenas pelo advento do fundamentalismo, mas também pelo atual regresso ao darwinismo social e ao anti-semitismo» (1997: 197).

O domínio ideológico do pensamento econômico, que configura o capitalismo global, consiste na construção da visão de que o modelo econômico neoliberal não é válido apenas para o estudo das leis do «livre mercado», mas também para todas as relações sociais. Diversas áreas de conhecimento e muitas correntes teóricas da moda têm afirmado, no fundo, a mesma coisa: a única verdade das relações sociais é o mercado.

4. A hegemonia da economia sobre a política

Na esfera política, a expansão do poder da globalização econômica implica, como conseqüência mais importante, a subordinação da política à economia, o que se explicita na perda de influência dos Estados nacionais sobre as questões econômicas. Para a globalização neoliberal, a política tem que se submeter às leis inexoráveis da economia de mercado, o que representaria o fim, ou pelo menos a diminuição, do poder e da soberania dos Estados-nação. O próprio arcabouço da política moderna, historicamente construído a partir da moldura do Estado-nação, é assim colocado em risco. Entretanto, Jameson parece ter razão ao ver precisamente nesse argumento dos defensores da globalização, o encobrimento de «uma nova forma de imperialismo» típica do estágio do capitalismo financeiro. Segundo esse autor, a ampliação da influência econômica da globalização significaria, na verdade, o aumento do poderio econômico e militar dos Estados Unidos: ao descrever o enfraquecimento do Estado-nação, estaríamos, de fato, descrevendo «a subordinação de outros Estados-nação ao poder americano; seja através do consentimento, da colaboração, ou do uso da força militar ou de pressões econômicas» (Jameson, 2001: 18-20). O «novo» imperialismo, na atualidade, se fundamenta politicamente através da propagação do neoliberalismo, do mercado livre por todo o mundo, isto é, da ideologia do livre mercado.
A questão política predominante, portanto, quando se analisa o fenômeno da globalização, é a do Estado-nação e do esvaziamento da esfera política em geral. A globalização econômica representaria o fim do Estado-nação como centro de poder, ou pelo menos implicaria a diminuição drástica do seu papel de influenciar a história e as sociedades. Hobsbawm descreve a crise do final do «breve século XX» como a própria crise do Estado-nação e dos ideais políticos modernos:

> As próprias unidades básicas da política, os Estados-nação territoriais, soberanos e independentes, inclusive os mais antigos e estáveis, viram-se esfacelados pelas forças de uma economia supranacional ou transnacional e pelas forças infranacionais de regiões e grupos étnicos secessionistas, alguns dos quais – tal é a ironia da história – exigiram para si o status anacrônico e irreal de 'Estados-nação' em miniatura. O futuro da política era obscuro, mas sua crise, no final do Breve Século XX, patente. (...) Foi uma crise das crenças e supostos sobre os quais se apoiava a sociedade moderna desde que os Modernos ganharam sua famosa batalha contra os Antigos, no início do século XVIII: uma crise das teorias racionalistas e humanistas abraçadas tanto pelo capitalismo liberal como pelo comunismo e que tornaram possível a breve mas decisiva aliança dos dois contra o fascismo, que as rejeitava (1995: 20).

Desde suas origens, a modernidade política se caracterizou pela relação dialética entre dois campos: a política e a economia, o Estado e o mercado. A própria esfera econômica (os mercados nacionais), foi construída pela ação deliberada do Estado nacional (Bourdieu, 2001: 98). Esta relação, porém, supunha uma certa hierarquia, variável historicamente, entre esses elementos. Podemos dizer que, durante a vigência do Estado do bem-estar social, a primazia pareceu estar do lado da política, cabendo ao Estado intervir efetivamente nas atividades econômicas e sociais e administrar, controlar, os excessos e desequilíbrios gerados pela lógica do mercado. Mesmo Marcuse, que vê no Estado do bem-estar social um «Estado de ausência de liberdade», argumenta contra os críticos liberais e conservadores daquela forma de Estado, que:

> A denúncia das aptidões opressivas do Estado do bem-estar social serve, assim, para proteger as aptidões opressivas da sociedade *anterior* ao Estado do bem-estar social. Na fase mais avançada do capitalismo, essa sociedade é um sistema de pluralismo subjugado no qual as instituições competidoras cooperam para a solidificação do poder do todo sobre o indivíduo. Ainda assim, a administração pluralista é, para o indivíduo administrado, muito melhor do que a administração total. Uma instituição pode protegê-lo de outra; uma organização pode mitigar o impacto da outra; as possibilidades de fuga e desagravo

> podem ser calculadas. O domínio da Lei, não importa quão restrito, é, ainda assim, infinitamente menos perigoso do que o domínio acima da lei ou sem ela (1982: 64).

Durante a vigência do Estado do bem-estar social, apesar de todo o controle sobre os indivíduos e o conformismo social, o padrão de vida se levou nos países capitalistas mais desenvolvidos e a riqueza produzida com o aumento da produtividade gerou uma situação de maior igualdade entre as classes sociais. A esfera política foi decisiva nesse processo de administração e planejamento da vida social. No entanto, após a emergência do neoliberalismo nas últimas duas décadas do século passado, aquela relação tendeu a se alterar, com a economia predominando sobre a esfera política. Resta sabermos em que grau a política se submeteu à economia, e quais as conseqüências concretas dessa perda de autonomia. Esta questão é fundamental para compreendermos a situação difícil pela qual passam atualmente os Estados-nação e para podermos formular alternativas políticas ao sistema econômico e social vigente.

A ideia de que a política se encontra hoje subordinada à economia é muitas vezes denunciada como «determinismo econômico». Mas não se trata aqui de uma posição puramente teórica e abstrata, mas de um predomínio social e historicamente real da esfera econômica sobre a esfera político-estatal. É evidente que este fato histórico concreto é reforçado pelo próprio discurso ideológico da globalização. De acordo com Kurz, a prova desse predomínio da economia é o fato de que o Estado não detém na atualidade – e por sua própria opção política – instrumentos de regulação ou controle sobre o mercado, mas necessita do meio deste, ou seja, do capital. O instrumento primordial do Estado, o «poder», sempre dependeu, e cada vez mais depende, do capital para se sustentar; precisa de financiamento para ser mantido em funcionamento. As atividades estatais «precisam ser financiadas, não somente as atividades jurídicas, infra-estruturais etc., mas também o poder no sentido mais imediato do termo, ou seja, as forças armadas» (Kurz, 1997: 103).

De fato, desde os primórdios do modo de produção capitalista, capital e Estado sempre foram elementos complementares para o funcionamento do sistema como um todo; o que pode indicar que a crise atual do Estado e da política em geral significa, igualmente, a crise do capital. Ao analisar essa relação de complementaridade, Mészáros observa que a formação do Estado moderno é uma exigência para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema:

> O capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno. Portanto, não é acidental que o encerramento da ascensão histórica do capital no século XX coincida com a crise do Estado moderno em todas as suas formas (...) Compreensivelmente, a atual crise estrutural do capital afeta em profundidade todas as instituições do Estado e os métodos organizacionais correspondentes. Junto com esta crise vem a crise política em geral, sob todos os seus aspectos, e não somente sob os diretamente preocupados com a legitimação ideológica de qualquer sistema particular de Estado (2002: 106-107).

O capital é o meio universal que abrange e governa não apenas as atividades propriamente econômicas, mas também as atividades da esfera política e estatal; o que não quer dizer que o Estado como estrutura de comando político do capital possa ser totalmente desmontado na atual fase de hegemonia da lógica pura do capital. Isto desmente muito do que o discurso da globalização tem difundido como verdade «científica». A análise dos acontecimentos históricos das últimas décadas indicariam, de acordo com os globalistas mais radicais, que estamos prestes a viver num mundo governado pelo capital e não pela instância política. Com a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética, muitos analistas à direita (e mesmo à esquerda) acreditaram que tínhamos chegado ao «fim da política», pelo menos como esta foi concebida pela modernidade. Conceitos como capitalismo e socialismo, esquerda e direita, utopia e emancipação, pareciam não fazer mais sentido em um mundo regido pelas leis «naturais» da economia de mercado. O uso do termo globalização, efetivamente, implicaria agora não apenas o possível fim da política, mas também do Estado nacional, bem como a redefinição do que é «política».

Uma das principais conseqüências da globalização econômica é o ataque supostamente natural e inevitável – isto é, «não-político» – do neoliberalismo a um dos pressupostos mais importantes da política moderna: o Estado social. Por outro lado, podemos afirmar que, ao contrário do que sustenta a «narrativa» da globalização,

esta significa uma *decisão política*:

> A '*globalization*' econômica não é um efeito da mecânica das leis da técnica ou da economia, mas o produto de uma política implementada por um conjunto de agentes e de instituições e o resultado da aplicação de regras deliberadamente criadas para fins específicos, a saber, a liberalização do comércio (*trade liberalization*), isto é, a eliminação de todas as regulações nacionais que freiam as empresas e seus investimentos. Em outras palavras, o 'mercado mundial' é *uma criação política* (como havia sido o mercado nacional), produto de uma política mais ou menos conscientemente acordada (Bourdieu, 2001: 101).

A globalização econômica é um fenômeno essencialmente político, na medida em que permite às empresas libertarem seus interesses de qualquer obstáculo criado pelo aparelho de Estado. Nesse sentido, ela visa atacar o movimento trabalhista e assim reconquistar o poder de negociação que havia sido politicamente domesticado e limitado pelo Estado do bem-estar social constituído a partir das noções, tipicamente modernas, de justiça social e democracia. Nesse sentido, a globalização explicitou seu «economicismo», que sempre esteve latente no capitalismo, mas que permanecia oculto ideologicamente no estágio de submissão ao Estado do bem-estar social: que cabe às empresas, isto é, à esfera privada, não apenas um papel central na configuração econômica, mas também na configuração da sociedade como um todo.

Com o advento da economia global, passam a ser questionados os fundamentos modernos da política, do Estado e da economia nacional. Esse questionamento assume a forma de uma luta do capital contra seus velhos adversários, o trabalho e o Estado. Sabemos que o capital, agora representado em seus interesses pelo neoliberalismo, sempre viu na organização sindical e sócio-estatal do trabalho e na burocracia do Estado (com sua «opressiva» cobrança de impostos) os grandes obstáculos à sua expansão ilimitada (Anderson, 1995: 9-11). A política das empresas, em sua lógica neoliberal, cria o que se pode denominar «despolitização», isto é, a transformação da política em seu próprio inimigo: quanto mais se incentiva o crescimento da economia e se diminui a carga de impostos das empresas, mais se cria desemprego no final do processo e mais se desacredita a política do Estado. A «política da globalização» não visa apenas romper as amarras das organizações sindicais, mas também as do Estado nacional. Sob a hegemonia da ideologia neoliberal, a globalização tem como objetivo último o desmantelamento do aparelho e da tarefa social do Estado visando a concretização da «utopia» do Estado mínimo. Trata-se, portanto, de um ataque político às premissas da sociedade moderna fundada na idéia do Estado social, entendido como instrumento democrático de resolução das contradições entre o capital e o trabalho.

O resultado desse processo é a despolitização ideológica, que legitima uma nova forma de exercício de poder totalitário para além do sistema político moderno. As empresas e o mercado rompem, assim, com o equilíbrio e o pacto de poder da sociedade industrial avançada, prescindindo, até certo ponto, dos governos, dos parlamentos, da esfera pública, dos tribunais e das instituições multilaterais e constituindo um mundo supostamente regido pela autogestão da atividade econômica. Mészáros nos lembra, no entanto, que a globalização do capital não implica no «fim» do Estado ou da política, pois representa, ao invés do fim desta, a construção de uma nova hierarquia entre os diversos Estados nacionais:

> Assim, a 'globalização' (tendência que emana da natureza do capital desde o seu início), muito idealizada em nossos dias, na realidade significa: o desenvolvimento necessário de um sistema internacional de dominação e subordinação. No plano da política totalizadora, corresponde ao estabelecimento de uma hierarquia de Estados nacionais mais, ou menos, poderosos que gozem – ou padeçam – da posição a eles atribuída pela relação de forças em vigor (...) na ordem de poder do capital global (2002: 111).

A ideia hegemônica, isto é, neoliberal, de globalização se disseminou por todos os partidos (inclusive os de esquerda), instituições e até mesmo em organizações da sociedade civil organizada (ONGs). Dessa forma, ela teve grande êxito ideológico ao «reduzir a oposição à discussão e promoção de diretrizes alternativas *dentro do status quo*» (Marcuse, 1982: 24). Seu principal postulado, em geral não contestado, é que não se pode refletir sobre a economia, mas antes aceitar como fato consumado que necessariamente tudo e todos – a política, a sociedade, a cultura e a ciência – deverão ser subordinados ao primado da economia. Deveríamos

nos lembrar de que a globalização econômica não é um mecanismo automático, uma lei natural ou social; ela é na verdade um *projeto político* que visa a construção de uma sociedade desigual e totalitária. Sua ideologia tenta nos convencer de que não há ação (política), e sim a execução das leis do mercado mundial que tornaram obrigatórias a redução do Estado e da justiça social. Decretada a «morte da política», a sociedade se transformaria então num sistema fechado, no qual os seres humanos ficariam impedidos, pela própria realidade objetiva, de «imaginar alternativas sociais radicalmente diferentes da ordem vigente» (Jameson, 2001: 53).

5. A culturalização da política

Acreditamos que, na atualidade, é absolutamente necessário analisar e criticar o liberalismo democrático que sustenta o sistema econômico e social capitalista e que, em sua forma ideológica mais desenvolvida, se mostra tolerante e multicultural e promove o que Zizek designa como «culturalização da política» (2014: 115). Deve-se notar que o multiculturalismo acaba reproduzindo a atitude do colonizador em relação aos colonizados: há que se conhecer e se respeitar seus costumes e hábitos, mas sem se deixar contaminar por eles. Assim, o multiculturalismo mantém uma distância que poderíamos considerar eurocêntrica em relação às outras culturas não-ocidentais. A identidade do outro deve ser respeitada sem que por isso a cultura ocidental perca sua posição universal. Nesse sentido, Zizek afirma que «o respeito do multiculturalismo pela especificidade do Outro é precisamente a forma adotada pela afirmação da sua própria superioridade» (2006: 73). Na verdade, sustentamos que o multiculturalismo é a forma ideológica que o capitalismo globalizado assume como manifestação no mundo contemporâneo. Boa parte da dificuldade que temos para mapear a realidade econômica, social e política vem do fato de que a homogeneização sem precedentes que observamos no mundo atual adota a forma de seu contrário: a heterogeneidade multicultural.

Mais ainda, o pensamento multiculturalista abre um caminho para conflitos, ou seja, a luta pelo reconhecimento das identidades marginalizadas e pela tolerância em relação às diferenças, que em nenhum momento questiona o sistema econômico capitalista global. Dessa maneira, a luta política se torna uma luta cultural pelo reconhecimento de identidades e pela tolerância das diferenças étnicas, morais e religiosas. Segundo Zizek, o pressuposto desta culturalização da política parece ser a conclusão de que «o capitalismo esta aí para ficar» (2006: 76). É como se a energia crítica tivesse encontrado uma saída de substituição nas lutas culturais que, por fim, deixam intacta a base do sistema capitalista como um todo. Esta substituição da política pela cultura, aliás, é apontada por Eagleton como uma das principais características da própria pós-modernidade a partir da década de 1980:

> Entre outras coisas, a cultura havia sido uma maneira de manter aquecida a política radical, sua continuação por outros meios. Cada vez mais, todavia, ela passaria a ser um substituto. (...) Diferença era a nova palavra de ordem, num mundo crescentemente submetido às mesmas indignidades de morte por fome e doença, cidades clonadas, armas mortais e a rede de televisão CNN (2005: 78-79).

Ao se transformar a luta política em uma forma de luta cultural desloca-se o alvo dessas lutas para os conflitos étnicos e religiosos, e este deslocamento de fato é bastante útil e conveniente para o capitalismo global, na medida em que sua base de sustentação se encontra bem distante destes conflitos. Nesse sentido, devemos pensar na urgência de uma repolitização das questões econômicas e também das questões sociais e culturais. O sistema de poder hoje é plenamente capaz de aceitar a livre expressão das chamadas minorias étnicas, sexuais e religiosas, mas tenta neutralizar ou mesmo eliminar qualquer espaço para a crítica da economia e da democracia liberal.

A tolerância liberal do multiculturalismo é, na verdade, bastante mais tolerante quando tratamos de questões diretamente relacionadas ao sistema econômico ou ao sistema de poder. Marcuse, num texto bastante conhecido pelas polêmicas que gerou, já alertava para o caráter repressivo da chamada tolerância liberal e procurava identificar claramente os limites de sua aparente neutralidade:

> Dentro do contexto de tal estrutura social, pode-se seguramente praticar e proclamar a tolerância. É ela de dois tipos: 1) a tolerância passiva das atitudes e ideias enraizadas e tradicionais mesmo que seus efeitos nocivos sobre o homem e a natureza sejam evidentes; 2) a tolerância ativa, oficial, concedida à

> direita e à esquerda de empreender movimentos de agressão e de paz, ao partido do ódio assim como ao partido da humanidade. Denomino de 'abstrata' ou 'pura' essa tolerância não-partidária na medida em que ela se abstém de tomar partido – mas, ao fazê-lo, ela realmente defende o mecanismo de determinação já estabelecido (1970: 90-91).

Marcuse nomeia esta forma de tolerância abstrata e não-partidária defendida pela teoria política liberal como «tolerância repressiva», por ocultar sua complacência e até mesmo sua conivência com as estruturas mais fundamentais da sociedade estabelecida e propõe uma outra atitude diante dos problemas históricos enfrentados no capitalismo contemporâneo. Sua concepção de tolerância implica certa forma de intolerância em relação a questões mais estruturais que promovem a miséria dos povos; segundo ele, «a tolerância que ampliou o escopo e conteúdo da liberdade sempre foi partidária – intolerante para com os protagonistas do *status quo* repressivo» (1970: 91). Em uma época na qual predominam a «tolerância repressiva» e o relativismo pós-moderno, devemos reivindicar o direito de afirmar a existência de uma verdade universal que se articula a partir de uma postura claramente partidária. É possível defender inclusive, como o faz Zizek, a ideia de que verdade e partidarismo não são mutuamente excludentes; pelo contrário, a verdade universal de uma situação concreta não pode ser alcançada pela mediação entre uma multidão de interesses diferentes em conflito, mas apenas através de uma postura inteiramente partidária assumida pela esquerda política e teórica:

> (...) a esquerda ao mesmo tempo aceita o caráter antagônico da sociedade (não há posição neutra, a luta é constitutiva) *e* permanece universalista (falando em nome da emancipação universal): na perspectiva de esquerda, aceitar o caráter radicalmente antagônico – ou seja, *político* – da vida social, aceitar a necessidade de 'tomar partido', é a única maneira de ser efetivamente *universal* (Zizek et al., 2005: 41).

De acordo com a lógica hegeliana adotada por Zizek, a universalidade que se pretende neutra é falsa (devemos chamá-la «universalidade abstrata»), pois só nos situando na zona de exclusão social gerada pelo sistema, isto é, na posição dos desempregados, dos sem-teto, dos imigrantes, etc, chegamos ao único ponto de universalidade verdadeira (ou «universalidade concreta»). Isto ocorre porque numa sociedade estruturada hierarquicamente, a medida de sua universalidade se encontra na maneira através da qual suas diversas partes se relacionam com os excluídos. Assim, o multiculturalismo tem seu aspecto positivo ao se declarar a favor da tolerância cultural; no entanto, se torna problemático ao colocar-se como último reduto da atividade política. O universalismo (e a ideia de verdade universal) não é oposto ao multiculturalismo: temos que encontrar o núcleo de normas e valores que seja uma base para o respeito mútuo e direcionar nossa reflexão e nossas ações para a opressão promovida pelo poder econômico e político, que é o verdadeiro terreno das lutas.

Nesse contexto ideológico de refluxo do pensamento crítico, assistimos a um tipo de retrocesso teórico e acadêmico, tanto nas ciências sociais quanto na filosofia. Nas ciências sociais especificamente, e nas ciências humanas em geral, a predominância de enfoques micrológicos, do relativismo cultural, do ceticismo epistemológico e a crítica radical às abordagens totalizantes dos fenômenos sociais tem levado a uma regressão teórica de grandes proporções. Segundo Eagleton, a «inflação da cultura» e a apologia do subjetivismo em detrimento de todas as formas de objetividade é uma das marcas características do mundo acadêmico pós-moderno (1998: 19-23). O relativismo para o qual tudo depende dos valores e das representações também está de volta no âmbito do senso comum e da própria filosofia: parecemos retornar àquilo que Marcuse denominou de «cultura afirmativa» (1998: 95-96), isto é, ao idealismo que concebe o mundo como produto apenas de nossas representações. No senso comum, vemos a proliferação da literatura de auto-ajuda, de «seitas» (new age) e o aumento da religiosidade e do misticismo popular; além da relação entre negócios e «misticismo zen». No campo da filosofia acadêmica temos a «volta a Kant» e aos contratualistas clássicos, a ênfase na epistemologia e na teoria do conhecimento; além da hegemonia do que denominaremos «filosofias afirmativas»: filosofia analítica, neopositivismo, filosofia da linguagem e filosofia da mente.

Especialmente grave, de nosso ponto de vista, é constatar a pobreza teórica à qual ficou reduzida a filosofia política contemporânea: temos aqui a existência do que podemos considerar um consenso liberal a partir do qual o capitalismo se transforma numa espécie de estrutura invisível no debate político. Os debates se

reduzem, então, a apenas uma única questão: como podemos administrar o capitalismo sem questioná-lo em suas estruturas mais fundamentais? Esta tem sido a tônica das discussões entre liberais e comunitaristas, e também dos adeptos da teoria social habermasiana, que se apresentam como principais, e, por vezes, únicos agentes da crítica social.

Para finalizar, apontaremos algumas das tarefas que se impõem para a reconstrução de uma teoria crítica da sociedade contemporânea. A primeira delas é a crítica intransigente à noção de que vivemos em uma era pós-ideológica, de que as sociedades contemporâneas devem ser compreendidas como sistemas sociais que funcionam a partir das determinações técnico-econômicas neutralizadas de quaisquer considerações de caráter político ou ideológico. Em nosso mundo pós-ideológico e pragmático a economia é vista como um assunto para os técnicos, que se pretendem científicos e apartados de qualquer motivação política. Esta pretensa despolitização da economia procura manter o sistema fora da luta política, uma luta que se transforma, com o advento do multiculturalismo, em uma batalha cultural.

No campo econômico, precisamos romper com o fetiche do capitalismo global; o que significa que, contra aquela tentativa de despolitização da economia, devemos reafirmar a posição contrária, isto é, a necessidade de «repolitizar a economia», entendendo-a como um projeto que tem na totalidade da vida social seu sentido (Zizek, 2006: 135). Segundo Zizek, o lema da esquerda que ainda se propõe a elaborar uma teoria social crítica na atualidade deveria ser, na verdade, um alerta contundente: «É a economia *política*, imbecil!» (2006: 131).

No campo político e ideológico devemos fazer a crítica da forma política capitalista, ou seja, da democracia liberal (representativa): esta se apresenta como uma sociedade na qual todos os conflitos podem ser resolvidos através das estruturas jurídicas pertinentes e todas as ideias e valores devem ser aceitos em nome da «tolerância liberal», desde que não coloquem em risco as estruturas econômicas básicas e a noção de democracia representativa. Na verdade, o que temos em nossa sociedade é apenas uma democracia nominal, uma vez que as pessoas comuns não participam nos debates sobre as questões mais fundamentais e cruciais. As decisões realmente importantes são tomadas à revelia dos cidadãos e a política hegemônica atualmente é a política do medo: medo da insegurança, do desemprego, da crise, do terrorismo, dos imigrantes, etc. Por fim, acreditamos ser fundamental para a teoria social crítica escapar da armadilha ideológica que vincula democracia liberal e capitalismo, impedindo a formulação de propostas alternativas de vida social e econômica.

Bibliografia:

ANDERSON, P. (1995), "Balanço do neoliberalismo". In E. Sader e P. Gentili. (eds.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 9-23.

BADIOU, A. (2012), *A hipótese comunista*, São Paulo: Boitempo.

BOURDIEU, P. (2001), *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BOURDIEU, P., EAGLETON, T. (1996), "A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista". In S. Zizek (ed.), *Um mapa da ideologia*, Rio de Janeiro: Contraponto, pp. 265-278.

BURKE, P. (2003), *Hibridismo cultural*, São Leopoldo, RS: UNISINOS.

CHAUI, M. (2003), *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*, São Paulo: Cortez.

EAGLETON, T. (1998), *As ilusões do pós-modernismo*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

EAGLETON, T. (2005), *Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HABERMAS, J. (1987), "A nova intransparência". *Novos Estudos - Cebrap*, (18), pp. 103-114.

HALL, S. (2001), *A identidade cultural na pós-modernidade*, Rio de Janeiro: DP&A.

HARVEY, D. (1994), *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, São Paulo:

Edições Loyola.

HOBSBAWM, E. (1995), *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*, São Paulo: Companhia da Letras.

JAMESON, F. (1996), *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*, São Paulo: Ed. Ática.

JAMESON, F. (2001), *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*, Petrópolis, RJ: Vozes.

KURZ, R. (1997), *Os últimos combates*, Petrópolis, RJ: Vozes.

LYOTARD, J.-F. (1989), *A condição pós-moderna*, Lisboa: Gradiva.

MARCUSE, H. (1982), *A ideologia da sociedade industrial*, Rio de Janeiro: Zahar.

MARCUSE, H. (1998), *Cultura e sociedade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MARCUSE, H. (1970), "Tolerância repressiva". In R. P. Wolff et al., *Crítica da tolerância pura*, Rio de Janeiro: Zahar, pp. 87-126.

MÉSZÁROS, I. (2002), *Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição*, São Paulo: Ed. da UNICAMP / Boitempo.

OLEA, V. F., FLORES, A. M. *Crítica de la globalidad: dominación y liberación en nuestro tiempo*, Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1999.

SAFATLE, V. (2008), *Cinismo e falência da crítica*, São Paulo: Boitempo.

SLOTERDIJK, P. (2012), *Crítica da razão cínica*, São Paulo: Estação Liberdade.

WOOD, E. M., FOSTER, J. B. (eds.) (1999), *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ZIZEK, S. (2006), *Elogio da intolerância*, Lisboa: Relógio D'Água.

ZIZEK, S. (2014), *Violência: seis reflexões laterais*, São Paulo: Boitempo.

ZIZEK, S. (ed.) (1996), *Um mapa da ideologia*, Rio de Janeiro: Contraponto.

ZIZEK, S. et al. (2005), *Zizek crítico: política e psicanálise na era do multiculturalismo*, São Paulo: Hacker Editores.

Cosmopolítica Chiquitano e a experiência de luta no Estado do Agronegócio

Marilia de Almeida Silva[1] (UFMT)
lia_cultura@hotmail.com

Edson Caetano[2] (UFMT)
caetanoedson@hotmail.com

Resumo: No sudoeste do Mato Grosso, estado brasileiro localizado na fronteira boliviana, a etnia indígena Chiquitano resiste e persiste a produção de sua existência fundada na perspectiva cosmológica do ser livre e parte da natureza, assim como esta é parte do ser, antagonizando-se aos interesses do agronegócio representado pelo Estado que governa absoluto para favorecer empresários e latifundiários, muitos destes sendo também os mesmos governantes. O presente trabalho objetiva acentuar as experiências de luta dos Chiquitanos no Brasil frente ao processo de sobreposição aos direitos humanos que vem provocando a dizimação dessa etnia, mas que, ao mesmo tempo, ressignifica a produção da vida indígena como possibilidade de emancipação humana plena na superação desses limites. O diálogo dar-se-á no campo do materialismo histórico pelas reflexões adjuntas aos intelectuais Mariátegui e Mészáros e aos fatos concretos de retaliação e violência do Estado contra os Chiquitanos que inspiraram este estudo.

Palavras-chave: Povos Indígenas. Luta. Agronegócio. Direitos Humanos. Etnia Chiquitano.

1. Introdução

Diante das diversas formas de violência, que constituídas pelas violações aos direitos indígenas e humanos que tem atingido os povos indígenas no Brasil, fez-se necessário este estudo para deflagrar os crimes cometidos contra o povo Chiquitano que vive no Mato Grosso, Estado brasileiro, bem como seus autores e razões possíveis. O Brasil possui atualmente 241 etnias indígenas[3], distribuídas por todo território nacional, das quais 41, aproximadamente, estão localizadas no Estado do Mato Grosso. A etnia Chiquitano tem sua formação étnica-

---

1 Graduada em Educação Física pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação. E-mail: <lia_cultura@hotmail.com>.

2 Graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP), Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus Cuiabá. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação. E-mail: <caetanoedson@hotmail.com>.

3 Segundo o último senso dos povos indígenas realizado pelo IBGE (2010), existem 896.917 indígenas nos Brasil, sendo que 517.383 vivem em territórios demarcados e outros 379.534 ainda aguardam a demarcação de seus territórios tradicionais. Segundo Buzzato (2013: 12) "das 1.047 terras indígenas reivindicadas por estes povos atualmente, de acordo com levantamentos do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), apenas 38% estão regularizadas. Cerca de 30% das terras estão em processo de regularização e 32% sequer tiveram iniciado o procedimento de demarcação por parte do Estado brasileiro. Das terras indígenas regularizadas, em termos de extensão territorial, 98,75% se encontram na Amazônia Legal. Enquanto isso, 554.081 dos 896.917 indígenas existentes no Brasil, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, vivem nas outras regiões do país, que têm apenas 1,25% da extensão das terras indígenas regularizadas".

cultural a partir do século XVI, no período colonial, resultante das reduções de diferentes etnias pelas Missões Jesuítas nos *pueblos misionales*[4]. Contudo, outros movimentos históricos influenciaram as mudanças culturais que hoje marcam a identidade Chiquitano, concentrados, principalmente, no século XIX, período em que se deram a formação dos Estados Republicanos da Bolívia e, posteriormente, do Brasil, e no período mais recente, marcado pela expansão agropecuária e implantação do capitalismo no campo, mais conhecido como agronegócio.

Indubitavelmente, nos mais de quinhentos anos em que se deu a colonização e, com esta, a dizimação de incontáveis comunidades autóctones e a precarização da vida desses povos na América Latina, o que se observa é o gradativo aumento, nos últimos anos, de estratégias políticas por parte dos interessados na consolidação do agronegócio que vem forjando ações cada vez mais violentas e perversas contra os povos indígenas. Contrariando o que determina a Constituição Brasileira, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas da Organização das Nações Unidas (ONU), estes povos são invisibilizados pelo Estado e, consequentemente, pela sociedade, acarretando no número cada vez mais latente de mortes, genocídio, violência e conflitos. Como afirma Rangel (2007: 9)

> São violações que colocam esses povos, como sujeitos e como categoria social, em luta incessante por reconhecimento, pelo direito de existir, por respeito às suas terras e formas de subsistência, no contexto de uma sociedade que reluta em reconhecer suas necessidades específicas, tanto do ponto de vista sociocultural, quanto de sua condição humana.

Desta forma, o presente trabalho tem o escopo de analisar como as experiências de luta do povo Chiquitano no Brasil, frente ao processo de sobreposição aos direitos humanos - que vem provocando a dizimação dessa etnia -, tem ressignificado a produção da vida indígena como possibilidade de emancipação plena humana na superação desses limites. Para tanto, travamos um diálogo desde as reflexões dos intelectuais Mariátegui e Meszáros e aos fatos concretos de retaliação e violência do Estado contra os Chiquitanos que inspiraram este estudo, na perspectiva do materialismo histórico.

2. A sobrevivência da cosmologia indígena em tempos de falsa liberdade e da negação aos direitos

O direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre tantos outros que garantem a satisfação das necessidades vitais, são pressupostos do direito de todas as mulheres e todos os homens em qualquer parte do mundo. Todavia, em muitas circunstâncias esse direito é violado por interesses particulares a determinados grupos de poder.

A miséria é um triste exemplo desse processo. Fruto não da escassez de riquezas ou da incapacidade produtiva, mas sim da concentração das mesmas, ela compõe a contraditória sociedade fundada pela exploração de força de trabalho humana e privação dos recursos necessários à produção material e imaterial da vida. O caráter excludente e perverso do capitalismo determinou uma estruturação social dicotômica, a qual é marcada por duas forças antagônicas: uma representante dos capitalistas, hegemônica no que condiz às condições econômicas e políticas; a outra dos trabalhadores, explorados e reféns dos abusos de poder e da tirania do Capital. Este, segundo Meszáros (2002:138)

> [...] é de longe o mais poderoso regulador espontâneo da produção conhecida pela humanidade até o presente e não pode ser substituído por um vácuo-econômico. A dominação do capital sobre a sociedade pode ser superada por uma ordem materialmente sensata e humanamente gratificante que assuma todas as funções metabólicas vitais deste modo de controle sem suas contradições.

---

4 Os *pueblos misionales* refere-se aos locais em que se concentraram as missões jesuítas, organizados a partir das igrejas centralizadas, moradas e roças no contorno. Nestes espaços os autóctones eram obrigados a trabalhar para manter toda a comunidade ali concentrada, além de estudarem música e aprenderem o catecismo.

As contradições presentes na sociedade capitalista, oriundas do desenvolvimento intensificado da exploração das forças produtivas para concentração de poder capital e dos meios de produção, marcaram a história com a miséria e o caos social que perduram os últimos séculos. Desigualdades estas provocadas pela dicotomia social, deliberadas e sustentadas hoje pela estrutura capitalista contemporânea que maximiza o desperdício e utiliza se do Estado para intervir a favor do lucro.

Na perspectiva capitalista, essencialmente contraditória, mudam-se as relações do trabalho para o ser humano, tornando-se um trabalho exteriorizado (MARX, 2004). A mulher e o homem são produtores da própria miséria: "o trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria" (MARX, 2004: 80). Por outra via, também aumentam as riquezas dos capitalistas, portadores dos meios de produção.

A principal característica do trabalho no capitalismo está na mercadoria. Assim, identifica-se como trabalho assalariado, onde os meios de produção se contrapõe ao ser humano, tornando as forças produtivas em capital, ou seja, não há possibilidade, nesta racionalidade, de mulheres e homens produzirem a vida material sem antes venderem sua força de trabalho ao capitalista, este proprietário dos meios de produção que se utiliza de técnicas e tecnologias para explorar trabalhadoras e trabalhadores assalariados, constituindo assim um caráter antagônico de modo de produção. Embora todo trabalho humano converta a natureza em bens para supressão das necessidades sociais, obrigando-a a fornecer a matéria-prima para produção material e imaterial na reprodução da vida humana, no capitalismo o trabalho se concebe em exploração total como consequência da expropriação dos meios de subsistência, com fins produção maximizada da mais-valia.

A mais-valia capital transformou a produção para além de mercadorias. Marx (1980: 584), em sua crítica ao capitalismo, aponta como a lógica funcionara em várias esferas da sociedade, cujo "o trabalhador não produz para si, mas para o capital, por isso não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais-valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim a auto-expansão do capital". Marx aponta para a valorização central do capital e este como fim de toda produção humana, impondo uma moral capitalista na sociedade que veio a tornar se a cultura predominante desde o processo de consolidação do capitalismo. Mészáros coloca como serem um dos principais pontos de elucidação sobre os engenhos que movimentam o sistema dominante, a maximização do desperdício e a ação permissiva do Estado à coisificação cada vez maior do ser. Tais ações conjuntas são também chamadas de taxa de decrescente, a qual acrescenta Meszáros (2002: 655) que

> [...] assumiu, na atualidade uma posição de domínio na estrutura capitalista do metabolismo sócio econômico, não obstante o fato de que, no presente, quantidades astronômicas de desperdício precisam ser produzidas para que se possa impor à sociedade algumas de suas manifestações mais desconcertantes.

Este processo de maximização do desperdício traz a margem da sociedade o valor moral burguês de 'esbanjar', pois o capitalismo não está apenas para valorização do capital, mas também para expansão infinita deste. O ideário de capital acumulado e ilimitado gerou uma maximização do lucro. Todavia o mais cruel está na racionalidade desses antagonismos: a coisificação do humano e a humanização das coisas, para que assim a perpetuação do capitalismo seja garantida.

Esta relação alienante de trabalho constituiu a gênese da sociedade capitalista, encerrada na propriedade privada, a qual "é, portanto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo" (MARX, 2004: 87). Nessa perspectiva, o ser humano torna-se alienado de seu trabalho e de si mesmo, coisificando-se e humanizando o produto de seu trabalho, aqui mercadoria alienada ao seu produtor direto, ou seja, à trabalhadora e/ou ao trabalhador. Como afirma Marx (2004: 86),

> Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, um poder estranho [que] está diante dele, então isso só é possível pelo fato de [o produto do trabalho] pertencer a um outro homem fora do trabalhador. Se a sua atividade lhe é martírio, então ela tem que ser fruição e alegria de viver para um outro. Não os deuses, não a natureza, apenas o homem mesmo pode ser este poder estranho sobre o homem.

O processo de alienação que Marx traz, também é ratificado por Mészáros (2006: 133), o qual argumenta:

> 'não é tanto dos homens que procede a miséria, mas da potência das coisas'. Mas a potência das coisas para causar miséria é apenas um dos aspectos de reificação. O mais importante deles é que o trabalhador é transformado em mercadoria. Marx também observa que a lei da oferta e procura governa a produção dos homens, tanto quanto a de qualquer outra mercadoria, e que o trabalhador como 'capital vivo' é uma forma especial de mercadoria que tem a infelicidade de ser um 'capital carente'.

A coisificação traz no ser uma alienação muito mais repugnante, a alienação do humano. Os antagonismos morais do capitalismo burguês são, por sua gênese, excludentes. Seu potencial destrutivo do homem e da natureza forjam seu próprio fracasso e falência. Como adjetivos sociais das últimas décadas podemos citar o desemprego, a miséria, a exclusão social, a fome (inacreditavelmente), a violência e por diante.

Com a gradativa ligação do setor agrário a economia capitalista no Brasil, em meados do século XX, o trabalho no campo passou a ser configurado também como assalariado, todavia predominando a modalidade temporário, influenciado pela mecanização do campo e a temporalidade da produção. Ao passo que expandiu-se o capitalismo no campo, os interesses de mercado voltaram-se para atender a demanda internacional, e não nacional, desprezado as necessidades e contextualizações internas. O agronegócio tornou-se o grande empreendimento brasileiro do século XX e XXI. Todavia, este não foi o único processo que se desenvolveu no campo. As consequências desta valorização predatória por quase seis séculos afetaram diretamente ao meio ambiente e às mulheres e aos homens do campo, tais como os indígenas, quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, camponeses, enfim, todos os povos e comunidades tradicionais que possuem uma racionalidade antagônica na produção da vida. A resistência, a resiliência, a luta pela terra, a organização política pelos movimentos sociais, a negação às ideias colonizadoras e capitalista são algumas das características que foram potencialmente fortalecidas com a forçada imposição do agronegócio pela, pecuária, agricultura, desmatamento, mineração e barragem de rios, como principais exemplos, no campo, cuja disputa pelas terras - ou território tradicional para os contra-hegemônicos, tornou-se o cerne da questão.

Todavia, pelas contradições humanas, latentes do modo de produção capitalista, mulheres e homens resistem no conflito da produção da vida, lutando por sua liberdade, igualdade e justiça. Todavia haja um sistema hegemônico de produção e esse fator venha a subordinar outras possíveis formas, encontramos sociedades organizadas em outros sistemas com objetivo de produzirem a vida amplamente, no qual transformam suas experiências em uma força objetiva e subjetiva, (re)criando uma cultura de resistência e de luta. Estes, a priori, possuem uma racionalidade inversa à cultura dominante, pois seus valores são baseados na cooperação, autonomia, doação, comensalidade e solidariedade, não pressupondo a exploração das forças produtivas, rebuscando os preceitos sociais fundantes da lógica das relações humanas de produção coletiva. Assim, como afirmam Marx e Engels (2007: 94), ao recorrerem a essas formas diferenciadas de produção, homens e mulheres modificam sua realidade e, ao modifica-la, modificam "o seu pensamento e os produtos do seu pensamento". É o processo de determinação da consciência pela vida, ou seja, "corresponde à vida real, parte-se do indivíduo vivo e real e considera-se a consciência como *sua* consciência".

É o caso dos povos indígenas. Estes povos, junto às outras comunidades tradicionais, caracterizam-se "como identidade sociopolítica mobilizadora das lutas por direitos" (CRUZ, 2012: 597). Tais lutas encontram se no campo ambiental, cultural, político e territorial de grupos étnicos, que rebuscam direitos que permeiam desde a preservação e o desenvolvimento da biodiversidade, até o direito de existirem.

Pronto, podemos acentuar que o sinônimo do cotidiano indígena é a luta. Ela traduz uma identidade transfigurada na história de resistência em prol a sua cosmologia[5], esta visão das coisas gerais e próximas que

---

5 Como escreve Viveiros de Castro (1996: 115) "trata-se da concepção, comum a muitos povos do continente, segundo a qual o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não-humanas, que o apreendem segundo pontos de vista distintos". O antropólogo defende a teoria do perspectivismo ameríndio, ligada essencialmente ao xamanismo e que afirma que "a condição original comum aos humanos e animais não é a animalidade, mas a humanidade.

alcança a percepção humana. Sua tradição milenar intrínseca natureza, fazendo desta também a sua cultura – uma cultura não só inerente às mulheres e aos homens, mas a todos os seres cósmicos[6] -, traduz-se em uma visão cosmocêntrica, "estendem tais predicados [humanidade] muito além das fronteiras da espécie, em uma demonstração de sabedoria 'ecosófica'" (VIVEIROS DE CASTRO, 1996: 124), denotando uma clara dicotomia cosmológica entre indígenas e brancos. Estes, baseiam-se em uma natureza universal separada das culturas múltiplas e particulares, o que resulta na distinção ontológica entre corpo e espírito, vida e morte, forças produtivas e relações de produção, sociedade e natureza, política e cultura, ciência e religião, e assim por diante. Já para os indígenas, é inaplicável tais categorizações, pois estes rejeitam o dualismo entre natureza e cultura, partindo de uma visão repleta de subjetividade e "relações sociais (de comunicação, troca, agressão ou sedução), sendo ontologicamente associados e distribuídos numa mesma economia de metamorfoses" (ALBERT, 2003 apud TIBLE, 2012: 160). No perspectivismo ameríndio de Viveiros de Castro (1996: 127), o sujeito é o ser que possui um espírito (alma), sendo a condição para isto possuir um ponto de vista; logo humanos e não-humanos "colocados em perspectiva de sujeito", se percebem e agem na existência humana, pois "a Cultura é a natureza do Sujeito; ela é a forma pela qual todo sujeito experimenta sua própria natureza". Estas distantes, hora antagônicas, perspectivas são compreendidas na letra da lei magna universal, enquanto um direito humano de todo e qualquer indivíduo e/ou sociedade no mundo. Mesmo na Constituição brasileira de 1988 (ainda prevalecente), considera e determina, como exemplo do artigo 231, que "são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens" (BRASIL, 1988). Porém, a organização política do Estado brasileiro tem proporcionado a corrupção dos sistemas de leis do país, não havendo o cumprimento das mesmas e, ainda pior, fomentando o descumprimento de acordos internacionais firmados pelo Brasil junto às Nações Unidas e à Organização Internacional do Trabalho, por exemplo, além dos casos mais graves de violação dos direitos humanos, relegados aos indígenas brasileiros. Mas quais os motivos que deflagram essa situação criminosa? A quem interessa manter as atrocidades e tiranias cometidas contra os indígenas? Como superar tais limites da impunidade e do descaso nacional e internacional?

A existência indígena no mundo contemporâneo deve-se exclusivamente a sua resistência enquanto povo, pois desde o contato com o branco e sua perspectiva de mundo ocidental, as interferências causadas foram as piores possíveis, uma vez que desencadearam o desequilíbrio cósmico dos indígenas, seja pela morte de milhares de pessoas, pela predação da natureza desordenada, pelo 'mal' que proliferam entre os espíritos. Embora desde 1948 as Nações Unidas (2009), em Assembleia Geral, ter aprovada a proposta que criminaliza o genocídio, na resolução 260 A (III), que entrou em vigor na ordem internacional em 1951, em conformidade com o artigo XIII, a violência contra os povos indígenas no Brasil só tem aumentado. Segundo o último relatório do Conselho Indigenista Missionário (2013), que divulga dados da situação indígena no Brasil, apenas do ano de 2013, 8.014 indígenas foram vítimas de violência por omissão do Poder Público, dos quais 4.085 foram vítimas dos crimes de abuso de poder, assassinato, ameaça de morte, violência sexual, entre outros, com número assustador de 3.618 indígenas vítimas das mais variadas formas de racismo e discriminação étnico-cultural. Kräutler (2013: 9) ainda denuncia que

> O descaso para com estes povos não se restringe apenas aos direitos territoriais. Manifesta-se também no criminoso desleixo no atendimento à saúde das populações indígenas que resultou, de acordo com dados do próprio Ministério da Saúde, na

---

[...] os mitos contam como os animais perderam os atributos herdados ou mantidos pelos humanos. Os humanos são aqueles que continuaram iguais a si mesmos: os animais são ex-humanos, e não os humanos ex-animais" (VIVEIROS DE CASTRO, 1996: 119). Ou seja, tanto os seres humanos quanto os outros seres têm na humanidade uma condição.

6 Isso inclui uma relação entres mulheres, plantas, astros, animais, crianças, xamãs, símbolos, homens, montanhas, seres superiores e míticos. Seja propriedade que se manifeste, material ou imaterialmente, ela pode ter um espírito; basta que haja relação.

> morte de 693 crianças em 2013. A constatação de que de cada 100 indígenas que morrem no Brasil 40 são crianças torna inegável o fato de que está em curso uma política indigenista genocida.

Para compreender tamanha brutalidade, incentivada pelas práticas políticas brasileiras, recorremos à reflexão de Mariátegui (2007: 26), o qual aponta que "la cuestión indígena arranca de nuestra economía. Tiene sus raíces en el régimen de propiedad de la tierra". O ressurgimento indígena deve converter todas as reivindicações em político-econômicas, por não se tratar se um problema abstrato (étnico e moral), mas sim concreto (social, econômico, político). Segundo Mariátegui (2007: 26-27)

> El "gamonalismo" invalida inevitablemente toda ley u ordenanza de protección indígena. El hacendado, el latifundista, es un señor feudal. Contra su autoridad, sufragada por el ambiente y el hábito, es impotente la ley escrita. El trabajo gratuito está prohibido por la ley y, sin embargo, el trabajo gratuito, y aun el trabajo forzado, sobreviven en el latifundio.

A advertência que o intelectual peruano advém das questões pertintes ao espaço/ tempo latino-americano, uma vez que sua população originária sofreu, e sofre progressivamente, com a permanente colonização, exploração, discriminação. Ela, sobretudo coincide com o cenário de lutas que contornam as identidades do campo que concentra nosso estudo. Mariátegui, chamando atenção à questão político-econômica da terra como central nas disputas entre o capitalismo e ameríndios, consequentemente traz algumas categorias de análises primordiais, como identidade indígena e latifundiários. A identidade indígena é construída em meio a resistência que estes estabelecem diante das constantes ameaças à reprodução de suas vidas pelos latifundiários. Estes, por sua vez, constituem uma forte relação de interdependência com o Estado, sendo o empresário, na maioria das ocasiões, o mesmo governante, uma situação necessária a sobrevivência do capitalismo, outrora fora aos sistemas de produção tiranos.

A tensão existente neste espaço/tempo de desrespeito dos direitos indígenas e humanos, desemboca em pelo menos dois sentidos: o primeiro, na anulação de todo e qualquer direita à vida, seja ao ser humano, seja aos animais, plantas, águas e minérios. Neste sentido, os direitos humanos são levados 'a pó', ignorados no complô da burocrática e corrupta legislação e nas intencionalidades de acumulação de poder e capital dos representantes da lei. Quantos são os casos em que os órgãos representantes das instâncias máximas de justiça tenham sentenciado a favor da injustiça, cumprindo a lei? É improvável uma resposta quantitativa, mas é certo, pelos intermináveis exemplos, que seja uma constante, visto que "esta ideología aún subsiste en la práctica legal de la mayoría de los operadores jurídicos actuales, aunque en el derecho positivo se haya producido un drástico cambio" (SALGADO, 2006:16).

No Brasil, podemos mencionar o exemplo do deputado Almir Sá que acrescenta o inciso XVIII ao art. 49 na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, de 2000, em que fica estabelecido que "é da competência exclusiva do Congresso Nacional: (...) XVIII - aprovar a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e ratificar as demarcações já homologadas" (DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2000), que ainda estabelece que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei. Doze anos mais tarde, a PEC fora aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, composta por uma maioria representativa da 'bancada ruralista'. Apesar das inúmeras manifestações por parte de indígenas, instituições não governamentais e mesmo outros governantes, o que prevalecem são os interesses político-econômicos, como destacado por Mariátegui. Em carta enviada à presidente do Brasil, Dilma Rousseff em julho de 2013, durante uma duradoura manifestação no governo Federal, os indígenas reivindicam, na primeira pauta, que

> A incidência do governo junto a sua base para o arquivamento das Propostas de Emendas à Constituição (PEC) 038 e 215 que pretendem transferir para o Senado e Congresso Nacional respectivamente a competência de demarcar as terras indígenas, usurpando uma prerrogativa constitucional do Poder Executivo. (ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL, 2013)

A ênfase dada em relação a PEC 215, como exemplo, mostra-nos o segundo sentido da tensão entre as culturas: a consciência de classe. Os indígenas da América Latina se reconhecem como um grupo de identidade única, tanto por sua essência cosmológica, quanto por sua resistência, luta e determinação. Enquanto ameríndios, suas experiências comuns, herdadas e compartilhadas, dão a estes o reconhecimento de interesses entre e si e contra outros grupos humanos, de interesses antagônicos (THOMPSON, 1987). Para Thompson (1987: 10), "a consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais", sendo presente tal manifestação nos discursos e no cotidiano ameríndios, uma vez que o que antecede suas consciências, são suas as lutas. Este fenômeno de formação de classe, reforça a afinidade cosmológica ameríndia, levando as lutas indígenas a uma noção cosmopolítica com teor revolucionário, pois estes não buscam garantir apenas a 'posse' da terra, mas sim, torna-la um 'território comum', ou seja, os indígenas lutam pela supressão da propriedade privada e contras todas suas significações atribuídas desde a colonização, uma ideologia afirmada por Capotorti (1991, apud SALGADO, 2006: 16) em que

> […] el establecimiento de una sociedad homogénea en la cual las personas pertenecientes a grupos minoritarios tendrían que abandonar – gradualmente si no por la fuerza - sus tradiciones, su cultura y el uso de su lenguaje a favor de las tradiciones, la cultura y el lenguaje del grupo dominante.

Assim, a resistência dos indígenas a estas e outras intencionalidades motivadas pelos interesses político-econômicos do agronegócio cria e recria uma identidade fundada na consciência de si e do outro, "uma formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles menos operam durante um considerável período histórico" (THOMPSON, 1987: 12) e que, portanto, deve lhe ser dada a devida consideração enquanto um processo histórico-cultural de revolução social, política e econômica.

3. As experiências de luta dos Chiquitanos no Brasil frente ao processo de sobreposição aos direitos humanos

Mato Grosso é reconhecido pela sua diversidade social e ambiental, representado por um território que circunscreve diferentes biomas, inerentes ao ecossistema da Amazônia, do Cerrado e do Pantanal, um precioso manancial de águas do planeta, além, é claro, de grupos de diferentes identidades étnico-sociais. Estes formam as comunidades indígenas, ribeirinhos, quilombolas, campesinos, seringueiros, retireiros, ciganos, extrativistas, morroquianos, pantaneiros, além de acampados e assentados de Movimento Sem Terra (MST), entre outros, que contemplam suas culturas pelas suas características milenares e/ou tradicionais de produzir a vida associadamente. Um dos trabalhos mais minuciosos realizados no estado, registrado por Silva e Sato (2012), em Mapa Social: mapeando os grupos sociais do Estado de Mato Grosso – Brasil, conseguiu mapear noventa e nove identidades nos territórios mato-grossenses, interpretadas "de acordo com as autonarrativas dos participantes, que registraram a existência de 52 grupos sociais/comunidades/movimentos (...) somados a 47 etnias indígenas" (SILVA; SATO, 2012: 20); e sabemos que há muito mais.

Todavia, o que a priori aparece enquanto sendo expressivo, legitimando assim a realização de processos distintos de políticas que priorizassem essa ampla diversidade, ocorre inversamente algo propositado: as políticas do estado intensificam a exploração material e humana, a precarização da vida dos seres em geral e na constante ameaça aos sistemas ecológicos seja pelo desmatamento, pelo intervenção no leito dos rios, pela instalação de micro-usinas, pela monocultura, pela mineração, pelo uso de agrotóxicos, pela extinção da biodiversidade, enfim, pelo processo de maximização do lucro frente às máxima exploração de riquezas naturais e humanas. Perante ao avanço do agronegócio e sua monocultura, o status quo em versão latifundiária, surgem os conflitos incandescentes, pois as comunidades e povos tradicionais, com suas culturas antagônicas ao sistema explorador e tirano, resistem e persistem seus costumes, tradições, modos de ver e viver. São conflitos socioambientais, são conflitos socioeconômicos, conflitos cosmopolíticos.

A voracidade e perversidade do agronegócio sustenta a ameaça do extermínio. Em meados dos anos 1930, o Estado brasileiro preocupado em ocupar o território geopolítico da fronteira para garantir sua 'brasilidade', promoveu diversas políticas de incentivo à migração da população camponesa, especialmente do sul do país, para às áreas do centro-norte, como a Marcha para o Oeste do governo militar, em 1938, que convocava os 'verdadeiros brasileiros' para colonizar as terras selvagens (PACINI, 2007). Tal episódio deu partida no processo de expansão das 'fronteiras agrícolas', mas que para garantir os interesses político-econômicos dos fazendeiros[7], trouxe consigo a invasão dos territórios indígenas, expulsando-os dos mesmos. A inexistência óbvia de documentos os tornou alvos políticos - figura impostora de 'representação dos interesses do povo' -, o quais 'higienizaram' os 'espaços vazios[8]' sem barreiras constitucionais, pois a concessão de terra particular deveria conter a autorização da União[9], ou seja, eles mesmos assinando. Segundo o antropólogo Pacini (2012a: 89)

> No Brasil, o território chiquitano é visto como uma ameaça aos fazendeiros e políticos que tentam a todo custo negar a existência da etnia indígena, pois se os Chiquitanos se dizem indígenas, possuem direito ao seu território tradicional, mesmo que já tomado pelos fazendeiros e políticos.

Para compreendermos melhor esse espaço/tempo que nos referimos, trazemos alguns fatos que desenham a realidade de disputa pelos territórios no Mato Grosso. As terras indígenas são públicas e constituem os direitos desses povos, como prevê o artigo 231 da Constituição Nacional de 1988: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens". Segunda a legislação, as terras públicas devem ser destinadas prioritariamente aos povos indígenas, seguidos pelos quilombolas, comunidades tradicionais, comunidades de conservação ambiental e assentamentos da reforma agrária, ficando por último a possibilidade de serem vendidas aos produtores privados. Mas não é assim que acontece. A quem interessa ignorar a Constituição Federal de 1988? Até o ano de 2014, todos os deputados estaduais são ruralistas; dois oito deputados federais, sete são pecuaristas; dos três senadores, um é pecuarista e o outro é o maior produtor de soja do mundo, ocupando a presidência da Comissão de Meio Ambiente do Senado; e o Governador do Estado é um latifundiário. A conhecida no Brasil bancada ruralista[10] conta com estes deputados e senadores, unidos a mais de cem outros, que tentam acabar com os mecanismos legais de direitos dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais através de diferentes caminhos (político,

---

7 Fazendeiro/a ou fazendeiros/as no contexto de nossa discussão, refere-se a mulheres e homens que são latifundiários, proprietários, ou 'se dizem ser', de algumas porções extensas de terras e que constituem a classe dominante na representação do agronegócio. Nossas citações são equivalentes as dadas pelas pessoas durante a pesquisa de campo. Optamos, pela ordem dos estudos e pelos riscos do conflito, não citar os nomes destes sujeitos enquanto não tivéssemos comprovantes, diferentemente daqueles que temos.

8 Com facilidade os governantes, com auxílio da propaganda midiática, promoveram a ideia no Brasil de serem as matas regiões inabitadas, vazias, sem vida e que deveriam ser ocupadas pelos civis, seres de verdade. Encontramos este discurso no senso comum até os dias de hoje entre os que viveram naquele momento, ou pela história, registrada nos livros didáticos, que se ensina nas escolas, pública ou privada, ou ainda na mídia que 'relembra' acontecimentos importantes da nação brasileira. Todavia, além dos milhares de seres vivos como a fauna e a flora, ainda haviam milhares de centenas de humanos invisibilizados para legitimar um dos maiores massacres da terra.

9 Lei da Terra de 1850 que estabelece restrição de "acesso às terras localizadas até cento e cinquenta metros da linha fronteiriça" (PACINI, 2007: 18).

10 As estimativas quanto ao poder desta bancada variam entre 120 e 200 votos, os quais votam em bloco quando a matéria é de seu específico interesse. Um dos exemplos é o Projeto de Lei 6.424, de 2005, em tramitação na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e encaminhado pelo Presidente da Câmara dos Deputados à Comissão de Agricultura constitui um enorme risco para a integridade dos biomas brasileiros Congresso e já aprovado no Senado, que aumenta em 150% o limite legal para desmatamentos nas fazendas da Amazônia e dá anistia aos fazendeiros que já desmataram, ilegalmente, suas propriedades nos últimos sete anos.

jurídico, econômico e coercitivo), e, aos poucos, estão conseguindo nas instâncias legais, porém no cotidiano Chiquitano, assim como de outros tantos povos, estes ruralistas/ latifundiários/ fazendeiros estão devastando todos os tipos de vidas.

A desintegração de famílias inteiras de seu território tradicional ocasionou prejuízos também em relação ao desenraizamento de alguns Chiquitanos, não raras comunidades inteiras[11]. A dimensão da perda para o povo é irreparável, visto que ficam fragilizadas a garantia da produção e reprodução da vida, material e simbólica. Nesta última encontramos, por exemplo, a impossibilidade de familiares velarem os seus mortos nos locais de cemitério indígena dada ordem de fazendeiros que proíbem a entrada nas áreas 'privadas'. Na aldeia Vila Nova Barbecho[12] os cemitérios[13] chiquitanos existentes no pé dos morros foram cercados e muitos destruídos pelos fazendeiros que impedem o acesso a estes lugares sagrados, caso que também ocorre em outras tantas comunidades chiquitanas.

As invasões realizadas pelos fazendeiros, na sua maioria envolvidos diretamente na política do Estado, deu-se mesmo sem a posse efetiva da terra, ou seja, sem a possuírem legalmente, mas sim pelo uso do poder do capital e da coação física e moral. O uso da violência predominou as ações de ocupação e expulsão dos indígenas e outras comunidades tradicionais existentes. As cercas colocadas nos latifúndios servem, não apenas como demarcação de território privado, mas como símbolo de poder, injustiça e monopólio do solo sagrado. É nesta peculiaridade que sentem os sujeitos que ali vivem as contradições entre a cultura chiquitana e a cultura do outro. O que os chiquitanos da aldeia Vila Nova Barbecho mais sentiram fora a cruel estratégia de expulsão destes da terra onde produzem sua existência material e imaterial. Como a aldeia se situa ao pé da Serra do Barbicho, o córrego Nopetarch é a única fonte abundante de água no qual fundaram suas vidas. Todavia, a fazenda São Pedro 'expandiu-se' de tal forma que prejudicou a vida naquele lugar. O dono da fazenda, represou o córrego Nopetarch para piscicultura, desmatou a cabeceira do rio, colocando o gado que, ao pisotear, provoca seu assoreamento e, para completar a agressão, jogou serragem nas águas, contaminando a água que bebem e se banham os Chiquitanos, causando doenças nas crianças e idosos, principalmente. A intensão do fazendeiro possivelmente era o abandono dos Chiquitanos da localidade pela impossibilidade de manterem a sobrevivência sem a água. Mesmo os Chiquitanos fazendo as denúncias aos órgãos competentes, acreditando no estado brasileiro, a situação pouco muda. Quando chega a estação da seca, os Chiquitanos passam necessidades vitais com a falta de água na aldeia, pedindo socorro ao estado e aos órgãos indigenistas, como a equipe de solidariedade chiquitana[14]. Esta conseguiu auxiliar as lideranças Chiquitanas a buscarem a construção de um

---

11 A aldeia Chiquitana São José, no caminho para aldeia Santa Aparecida, fora dizimada pelos fazendeiros e fazendeiras da região, pelas ameaças e coações violentas. Muitos fugiram para outras aldeias, para beira das estradas ou para as periferias das cidades, perdendo o elo familiar e a alegria de continuar suas vidas.

12 A aldeia Vila Nova Barbecho localiza-se à 8 km da fronteira com a Bolívia, no município de Porto Espiridião, à 317 Km de Cuiabá (capital de Mato Grosso), cuja maior parte da população vive na zona rural, exercendo atividades ligadas à pecuária de corte, principal fonte econômica da região sudoeste do estado de Mato Grosso. A maioria das trabalhadoras e dos trabalhadores vivem em situação precária, pelas péssimas condições de trabalho oferecidas, além de ser corrente o flagrante de trabalho escravo, uma vez que fazendeiros e fazendeiras utilizam da força de trabalho indígena em suas atividades econômicas, aproveitando-se da miséria instalada por eles mesmos e da coação feita pelo preconceito financiado pelos capitalistas da região.

13 Algumas localizações das aldeias extintas são realizadas pela presença arqueológica, geralmente com os cemitérios. "E o cemitério mais antigo localizado junto à aldeia de José Turíbio e José Chué, no lado direito do córrego Nopetarch e, do lado esquerdo da aldeia Vila Nova Barbecho, local com alto índice de cerâmicas, provavelmente aldeia antiga dos Chiquitanos" (PACINI, 2012b: 165).

14 A equipe de solidariedade chiquitana é como se auto identificam alguns missionários e militantes que juntos às lideranças chiquitanas, pensam os problemas e tentam solucioná-los buscando as competências responsáveis, como os órgãos de justiça, de educação e de saúde, além de colocarem a 'mão-na-massa' socorrendo os indígenas nos momentos de maiores dificuldades, como fora no problema com a água na Vila Nova Barbecho, recebendo os estudantes indígenas universitários em Cuiabá (e que oferecem todo suporte para tornar viável a permanência destes), lutando por melhores condições de vida, por educação (caso das escolas chiquitanas) e ofertando suporte religioso que é solicitada pelos Chiquitanos.

poço artesiano junto ao ministério público, que concebeu o direito e ordem de execução pelos departamentos responsáveis. Contudo, o poço não foi feito, pois o fazendeiro ameaçou através de seus capangas armados os trabalhadores que realizavam a obra, os quais fugiram e abandonaram todo material e trabalho. A empresa, ainda sem explicar motivos coerentes, deixou o material restante da obra em uma propriedade contrária aos Chiquitanos. Denunciado os fatos às autoridades competentes, audiências foram realizadas. Em uma delas, em maio de 2014, na coordenação de saúde indígena do Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI, de Cuiabá, um dos funcionários disse ter sido ameaçado pessoalmente pelo dono da fazenda São Pedro, dentro do trabalho por três vezes, e que da última vez ele teve medo por sua vida. Mesmo ele tido argumentado na presença de outros funcionários, lideranças Chiquitano e de membros da equipe solidária, nada fora feito, pois o processo está parado no Tribunal de Justiça[15] de Cáceres há muito tempo e 'não se sabia ao certo o motivo'. Outros problemas foram relatados e, para encerrar, na ata da reunião, não fora relatado a fala do funcionário ameaçado pela situação de insegurança a que os funcionários estão subjugados.

As denúncias realizadas pelos Chiquitanos da Vila Nova Barbecho também se repetem na aldeia Fazendinha, no Portal do Encantado[16]. Este, inserido no parque de Santa Barbara, é um território sagrado aos Chiquitanos porque abriga os portais, passagens sagradas entre o divino e a terra. Na fazenda em que está localizada a cabeceira do córrego Encantado, que passa por este solo, o fazendeiro também colocou seu gado, provocando a quase morte destas águas, para o desespero dos Chiquitanos que choram ainda só em recordar desses dias. Estas águas para eles representam o elo divino que dá a vida a todos os seres da terra, pois os *hitchis* dos animais moram ali. Logo, com o processo do rio que secava pelo assoreamento, os indígenas imaginaram o fim de toda a vida, inclusive de sua da própria água que sofria e manifestava sua dor. Era uma dor de todos. Felizmente, o processo foi revertido pela autuação do fazendeiro, mas o fluxo da vida ainda não voltou ao normal, pois os peixes e outros seres vivos permaneceram acuados com as ameaças, pois os *hitchis* não ficam em lugares impróprios. Esta área possui uma "característica peculiar dentre os sistemas ecológicos brasileiros", com "áreas de ocorrência de animais em processos de extinção, como o boto-cor-de-rosa, o boto cinza, a preguiça-real, o tamanduá-decolete e a onça pintada" (SILVA, 2007: 78).

Por possuírem o traço de resistência 'pacífica', visto a grande desvantagem que os indígenas ficaram expostos com as medidas de ordem civil estabelecidas nos governos brasileiros, os Chiquitanos passaram a ser conhecidos por não entrarem em conflito direto com os usurpadores dos seus recursos naturais, matas e território, facilitando a aliciação da força de trabalho, praticamente escrava, de famílias inteiras, que passou a ser comum nas fazendas da região, pois os bugres[17] tinham a fama de bons na lida com o gado e no trato com a terra, além de mansos; heranças das missões. Assim, muitos Chiquitanos mantiveram relações de trabalho de exploração, como denuncia de Pacini (2012b: 67):

> Os locais em que estão, dentro de fazendas, beiras de estradas, na zona neutra da fronteira, na periferia das cidades, não permitem o cultivo da terra e isso os obriga a

15 O antropólogo e missionário Aloir Pacini, membro da equipe de solidariedade aos Chiquitanos, acompanhou os indígenas nestes processos, sendo um dos responsáveis direto pelo socorro prestado pelo colégio Natre Dame de Cuiabá no caso da água. Pacini (2007: 496) afirma que "Era do interesse do fazendeiro e da Justiça Federal de Cáceres arquivar o Processo 2006.36.01.001484-2 cujo autor, o Ministério Público movia contra Edir Luciano Manzano da fazenda São Pedro, por causa das irregularidades nos encaminhamentos uma vez que um juiz tinha decidido que a comunidade ficaria com 325 hectares para as 15 famílias chiquitanas, mas depois o fazendeiro destruiu os marcos deste perímetro colocados pela FUNAI". Anos depois, "Na audiência em Cáceres (5-12-2010) (...) o juiz federal Paulo Sodré decidiu que a família ficasse somente com 25 hectares (...)". Ficaram de fora o córrego, algumas casas e a roça, afetando diretamente na sobrevivência da família, separada de seu próprio território tradicional pelas cercas da arbitrariedade do agroempresário e injustiça do Estado.

16 Aldeia Fazendinha, Acorizal e a Central Chiquitana pertencem à Terra Indígena Portal do Encantado que está localizada a 150 km da área urbana município de Porto Esperidião.

17 Bugre é um termo pejorativo empregado pelas pessoas locais para designar com hostilidade os Chiquitanos como imigrantes bolivianos, ou seja, uma categorização xenofóbica e racista.

> procurar trabalhos assalariados para garantir o sustento familiar. Existe trabalho nas fazendas somente para os que não se reconhecem como indígenas. Em muitas comunidades os conflitos pela posse da terra fizeram com que Chiquitanos fossem mortos e a maioria fugisse para a Bolívia ou para as cidades, e estas comunidades já não existem mais. Exceção a isso são os casos das comunidades de Vila Nova Barbecho e as do Portal do Encantado.

Pacini esclarece um pouco de como se encontram os Chiquitanos no lado brasileiro, onde apenas alguns grupos resistiram ao genocídio, uma resistência que toma forma de luta, que se contrapõe a visão colonialista e autoritária dos 'civilizados' sobre a apropriação, pois à terra se acrescenta o imaginário e o significado da própria existência.

A luta nasce com o chiquitano, nasce com o indígena brasileiro. Todavia o protagonismo indígena é significantemente expressivo e ultrapassa os espaços/ tempos sociais, pois mesmo com todo massacre (genocídio) já realizado, os indígenas continuam com grande resistência, a existir! Observamos na experiência chiquitana de relação com o Estado um grande desafio correlacionado ao poder, que é multifacetado nas instâncias das relações determinantes: correlações de força entre o Estado nacional e os Indígenas brasileiros; correlações de força entre os fazendeiros e as comunidades Chiquitanas, onde somamos os representantes do governo do estado do Mato Grosso a favor dos fazendeiros; e as correlações de força internas entre os Chiquitanos. Todas estas são presentes e afirmam o protagonismo indígena Chiquitano.

4. Considerações Finais

Não há dúvidas que o maior projeto do povo Chiquitano que mora no Brasil, em especial aqueles que conhecemos durante os processos de luta pelo direito ao território tradicional, coincidindo com o desejo da maior parte indígena da América Latina, é a supressão da propriedade privada e a justa liberdade e respeito às diferentes alteridades que habitam a terra, sejam humanas ou não-humanas, pois seus espíritos necessitam emancipar-se. Impedidos de prosseguirem com sua cosmologia pela ganância dos colonizadores, que invadiram e dizimaram seus antepassados, forçando-os a encarrem a luta simbólica como único viés de resistência através da história, deparam-se com o agronegócio, a identidade capitalista do campo brasileiro, o antagonismo moral, ideológico, político, social e epistemológico de vida, de identificação de si e do outro, de assimilação da alteridade e da produção da vida, humana e não-humana.

A produção da vida chiquitana expressa suas peculiaridades na realidade imaginada e vivida socialmente e que marcam uma cultura de resiliência, resistência e forte embate identitário oriundo dos conflitos experimentados nos seis séculos de colonização pelo 'branco' e na crescente devastação da vida provocada pela ambição e soberania do agronegócio, experiência que nos interessou interpretar na sua complexidade com intuito de apreendermos os processos mistificados da contradição humana e que possibilitam tornar concretas outras formas de produzir a vida antagônicas ao sistema vigente, capitalista.

As vozes silenciadas do povo Chiquitano no Brasil nos contam partes de um processo invisibilizado de uma organização social ameríndia, que luta por existir conforme sua racionalidade cosmológica - antissistêmica e emancipatória - devido à ameaça eminente que os sufoca e extermina suas gerações passadas e futuras, mas que, concomitantemente, reverbera em uma consciência social de identidade étnica-cultural e das relações de poder entre o Estado, o capital (personificado no agronegócio), a sociedade não-indígena e os povos indígenas. Embora a questão indígena tenha suas raízes no sistema de propriedade das terras (MARIÁTEGUI, 2007) - fato que cumpre um grave processo de dizimação dos povos originários e suas formas de organização social por serem consideradas o entrave do avanço capitalista na América Latina, intensamente observado no caso chiquitano pelos ataques investidos do agronegócio -, o que queremos evidenciar é como as experiências chiquitanas nos auxiliam a conceber novos/antigos processos de formação humana, histórica-social, nos quais se privilegiem o bem-viver dos indivíduos a partir da liberdade de produção, da supressão da propriedade privada e efetivação dos direitos humano.

Já no primeiro parágrafo do artigo 231 da Constituição de 1988, esse direito se expressa no direito ao território tradicional, comum e livre:

> São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. (BRASIL, 1988)

O reconhecimento das terras indígenas como um território simbólico, imaginado e materializado da vida indígena representa um avanço fundamental que possibilita inverter o processo de dizimação e proporcionar às etnias uma chance de revigorar suas culturas, começando pelas identidades invisibilizadas, ou até mesmo proibidas, através da produção da vida livre e associada por garantir a cosmológica essência. Estes direitos, mesmo que não apaguem da memória o sofrimento oriundo da crueldade colonizadora e elitista das sociedades eurocidentais e, desde o último século, capitalista globalizado e nacional, permitem que os povos indígenas recuperem suas estimas, ou seja, a identidade e a luta. Todavia não é o que ocorre. Assim como se deu na formação clássica na Europa, o agronegócio e o Estado assumem um mesmo sujeito anti-emancipatório, um poder capital-político: o ruralismo, ou chamado enquanto identidade, bancada ruralista. Os ruralistas, como se autodenominam os mais orgulhosos, repetem sempre suas ideias elitistas, paternalistas, machistas, xenofóbicas entre algumas mais características.

O que ocorre nos órgãos federais, destacado o Congresso Nacional que aprova e propõe leis - além de pressionar consideravelmente a estabilidade das instancias presidenciais -, é um perfeito sistema de fraudes e alienação dos bens e direitos comuns da nação brasileira. No caso do Congresso, os senadores e deputados federais se organizam por interesses comuns e trabalham para favorecer os negócios privados daqueles que os favorecem mais. É relacionado ao indivíduo que ali está empoderado, mas também a toda uma classe capitalista que não tem limites para acumular capital, não apenas pela ganância, mas pelo ódio e preconceito contra aqueles que matam e exploram, um sentimento construído pelas tradições do sistema capitalista. Pois, como já havia alertado Marx

> O roubo assume a forma parlamentar que lhe dão as leis relativas ao cercamento das terras comuns, ou melhor, decretos com que os senhores das terras presenteiam com os bens que pertencem ao povo, tornando-os sua propriedade particular, decretos de expropriação do povo. (MARX, 1982: 841)

Porém, é na continuidade da vida que estas mulheres e estes homens da etnia Chiquitano optaram pela resistência, mantendo sua cultura no pulsar dos pés no chão ao dançarem o curussé, na força das mãos no bater do bumbo, no fôlego das tantas histórias que perpassa o pífano, nos sorrisos e nas lágrimas que materializam a alegria e a dor de ser Chiquitano. Na intensão de superar os agressivos e longos desafios, os Chiquitanos crescem se reconhecendo como guerreiros. Aqueles que optam pela identidade, aceitam o elementar de sua essência viver, pois a estes é inegável 'ser'; logo o que optam concomitantemente é pela luta. Mesmo entre os que negam, há um depósito de esperança de um dia despir-se do aprisionamento e à sua terra voltar. Depositam em seus líderes a missão de conduzi-los a este momento: Deus, os santos, caciques, pajés, *hitchis* e outros tantos brasileiros que a eles se apresentam como solidários à causa. Seus líderes são ousados e têm a pretensão de construírem, junto ao seu povo, um projeto de vida comunal que identificamos como uma produção de sujeitos livres que se associam para que conquistem a garantia da reprodução ampliada da vida à todos os seres, um privilégio ao espírito humano em manifestar-se sem limites nas diferentes naturezas materiais.

Refletimos para o momento contemporâneo da produção da vida chiquitana que dentro das suas condições históricas-sociais e no espaço/ tempo que circunscreve suas relações com a natureza e as outras organizações sociais humanas, um caminho possível para a sociedade em que almejam, aquela mesma imaginada por nós como uma possibilidade de emancipação da humanidade, que compreende o humano e a natureza com a mesma dimensão de direitos, e que estes sejam efetivados e respeitados.

5. Referências Bibliográficas

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (2013). *Carta Pública dos Povos Indígenas do Brasil à presidenta da República Dilma Rousseff.* Brasília, 10 de julho de 2013, Disponível em http://cimi.org.br/site/ptbr/?system=news&conteudo_id=7024&action=read, [consultado em: 15-03-2014].

BRASIL (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* Brasília, Disponível em http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/index.shtm [consultado em: 20-01-2014].

BUZATTO, Cleber C. (2013). A paralisação das demarcações como elemento indutor da violência. In: *Relatório: Violência contra os povos indígenas no Brasil: dados de 2013.* Brasília, CIMI.

CONSELHO MISSIONÁRIO INDIGENISTA (ed.) (2007). *Relatório: Violência contra os povos indígenas no Brasil: dados de 2006-2007.* Brasília: CIMI.

_____ (2013). *Relatório: Violência contra os povos indígenas no Brasil: dados de 2013.* Brasília, CIMI.

CRUZ, Valter C. (2012). Povos e Comunidades Tradicionais. In: CALDART, Roseli S. et al. *Dicionário da Educação do Campo.* Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

KRÄUTLER, Erwin (2013). "Com a terra, o céu murchou". In: CONSELHO MISSIONÁRIO INDIGENISTA. *Relatório: Violência contra os povos indígenas no Brasil: dados de 2013.* Brasília: CIMI.

Marx, Karl (1980 [1867]). *O Capital. Crítica da economia política.* Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2004 [1844]). *Manuscritos econômico-filosóficos.* Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo.

_____. (1982 [1885]). *O Capital: Crítica da economia política.* Livro 1, v. 2, ed. 8. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MARX, Karl & ENGELS, Frederic (2007 [1847]). *A Ideologia Alemã***.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István (2006). *Marx: a teoria da alienação.* São Paulo: Boitempo.

_____. (2003) *Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição.* São Paulo: Boitempo.

NAÇÕES UNIDAS (2009). *Declaração Universal dos Direitos Humanos.* Rio de Janeiro, Disponível em http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf [consultado em: 10-08-2014].

PACINI, Aloir (2012a). Mapas da fronteira. In: LANGER, Protasio & CHAMORRO, Graciela. *Missões, militância indigenista e protagonismo indígena.* São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora.

PACINI, Aloir (2007). *Identidade étnica e território Chiquitano na fronteira (Brasil-Bolívia).* Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS, Porto Alegre.

PACINI, Aloir (2012b). Um perspectivismo ameríndio e a cosmologia anímica chiquitana. *Espaço Ameríndio* (UFRGS), v. 6, p. 137-177.

CAMARA DOS DEPUTADOS. *PEC 215/2000.* Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562 [consultado em: 10-08-2014].

RANGEL, Lucia H. (2007). Contexto social e fatores de violência. In: CONSELHO MISSIONÁRIO INDIGIONISTA. *Relatório: Violência contra os povos indígenas no Brasil: dados de 2006-2007.* Brasília: CIMI.

SALGADO, Juan M. (2006). *El convenio 169 de la OIT: comentado y anotado. Colaboración Adriana Beatriz Latashen.* Ed. 1. Neuquén: EDUCO, Universidad Nacional del Comahue.

SILVA, Regina A.; SATO, Michèle (2012). *Mapa Social: mapeando os grupos sociais do estado de Mato Grosso - Brasil.* Ed. 1, v. 1. Cuiabá: UFMT.

SILVA, Renata B. (2007). *Os Chiquitanos de Mato Grosso: estudo das classificações sociais em um grupo indígena da fronteira Brasil-Bolívia.* Tese (doutorado) apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. USP, São Paulo.

THOMPSON, Edward P (1987). *A* Formação da Classe Operária Inglesa*: A Árvore da Liberdade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

TIBLE, Jean François Germain (2012). *Marx e américa indígena: diálogo a partir dos conceitos de abolição e recusa do Estado.* Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP, Campinas.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (1996). Os Pronomes Cosmológicos e O Perspectivismo Ameríndio. *Mana* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 2, n.2, p. 115-144.

GT 39
Para descolonizar o direito e a cultura jurídica

Transpondo o positivismo hegemônico na sociedade moderna: Pluralismo jurídico latino-americano e africano numa perspectiva comparativa

Lucimar Borges[1]

O texto reporta se sobre pluralismo jurídico, a partir do estudo nas realidades de Botswana, Moçambique e Angola, e nas de Bolívia, Equador e Brasil. Criei os conceitos de epistemologias do norte, de pluralismos jurídicos muito fracos, epistemologias do sul, de pluralismos jurídicos "meso" fracas, em construção para fortes e epistemologias africanas, de pluralismos jurídicos fortes, constituindo as categorias sócias jurídicas comparativas dos pluralismos jurídicos africanos e latinos americanos.
A África reclama por um direito consagrado pela tradição, se constituindo localmente, reconfigurando seus sistemas sócios jurídicos, negociando ou cooptando, persistindo e coexistindo sua diversidade, através do direito costumeiro e dos tribunais comunitários, representando a categoria epistemológica de pluralismo jurídico forte.
Na América Latina, os movimentos sociais vêm gerando consciências e reivindicando o direito à inclusão e o reconhecimento de sua justiça. Bolívia e Equador passaram por profundas transformações constitucionais, em razão das mobilizações protagonizadas pelos movimentos indígenas e organizações populares, na busca de um projeto plurinacional e pluricultural.
No Brasil experimentamos um pluralismo do direito da favela, constituído pelo crime organizado ou pelas associações, que vão criando um "estado paralelo", que se expressa pela autoridade brutal e na lei dos mais fortes, em razão do vazio deixado pelo Estado. Temos ainda as políticas de segurança pública das Unidades de Polícia Pacificadora nos morros do Rio de Janeiro, onde se busca desarmar e desorganizar o crime. O acesso ao direito e à justiça, apesar de se encontrar na órbita do Estado, se faz pela prestação jurisdicional ramificada em diversos meios jurídicos e policiais, os quais desafogam os Tribunais e atuam nas favelas, constituindo-se no monismo jurídico pluralizado e pluralismo diferenciado. Estes dois conceitos caracterizam as epistemologias jurídicas de pluralismos "meso" fracas, em construção para forte, já que a prestação jurisdicional encontra se em expansão para outros espaços, em outros campos jurídicos.
Palavras chaves: pluralismo jurídico; positivismo hegemônico; Epistemologias africana e latina americana; direitos comunitários e tradicionais; monismo jurídico pluralizado.

---

1 Doutoranda do Programa: Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI, CES e FEUC, da Universidade de Coimbra. Professora Universitária; Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás; Especialista em Estratégias de Relações Internacionais; Especialista em: Direito Público, Direito Penal e Processual Penal. Bacharel e Licenciada em: Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás; Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

1. Pluralismo jurídico no mundo latino americano

A influência colonial e da ciência moderna vão consolidar o mundo latino americano, através das interpretações socioculturais e jurídicas do direito estatal. Os movimentos sociais e as lutas pelo direito a ter direitos não reconhecidos, passou a ser a bandeira de luta dos excluídos do sistema social latino americano. O povo latino-americano e seu pluralismo se fundamentam na cultura jurídica popular, determinada por múltiplas fontes jurídicas, reconhecidas e manifestadas nos diversos campos sócio jurídicos, configurando o pluralismo jurídico de Wolkmer (2001), ao afirmar que este é um referencial cultural de ordenação compartilhada, onde se reconhece uma multiplicidade de manifestações ou práticas normativas, em determinado espaço político e sociocultural, constituídas de conflitos e ou consensos, oficializados ou não, nas necessidades existenciais de determinado grupo social.

No pluralismo jurídico e cultural percebe a distância entre o modelo jurídico criado pelo povo e o do Estado, que gera conflitos entre as partes, onde as manifestações de juridicidade dos excluídos são organizadas em movimentos sociais, constituindo uma "cultura popular dos direitos humanos" e confrontados com os da lei oficial, caracterizando se, no "direito insurgente". Este direito surge nas lutas pelas diferenças e a diversidade, consistindo na reflexão regulatória viva, da atuação da comunidade. Assim, o fator cultural constitui o cerne do conceito de pluralismo comunitário participativo, uma vez que representa as manifestações culturais populares de juridicidade, encaradas como resistentes ao aparelho estatal.

Segundo Santos (2012), Bolívia e Equador vêm construindo oportunidades de correção histórica das relações coloniais, invizibilizadoras das múltiplas culturas, empreendida para descolonizar a sociedade e o Estado, através de outras práticas sociais e políticas de relações de poder, especialmente, as econômicas, em outro universo diferente das culturas capitalistas neoliberais. A lógica de sociabilidade e de convívio dos índios é a do "bem viver", em contato com a terra e a organização social dos povos indígenas se estabelece por parâmetros diversos, considerando seus valores sociais, referendados na comunidade e na cooperação mútua, em que os utensílios e bens servem apenas para o desfrute de todos e não para a acumulação capitalista.

A coexistência dos povos indígenas tem sido marcada por práticas afirmativas da diferença cultural e civilizacional, com lutas por uma justiça indígena de inclusão social e jurídica, reconhecida pela justiça oficial, juntamente com a construção de um Estado e uma sociedade plurinacionais. Estas lutas têm gerado algum efeito, como as que têm garantido, nas recentes constituições de Bolívia e Equador, o reconhecimento de direitos indígenas, configurando o que Santos (2012) chama de constitucionalismo transformador.

Um tribunal constitucional que reconheça os povos indígenas e os direitos da sua justiça, em coexistência com a justiça oficial, a partir de um projeto constitucional multidimensional, deve se orientar gradualmente pela ecologia de saberes jurídico. Este conceito de Santos (2012: 36), significa o modo de pensamento jurídico, que corresponda à forma de relação inter judicial, baseado na conviviabilidade entre os sistemas jurídicos, constituindo o pluralismo jurídico desses sistemas, assente "na aprendizagem recíproca dos sistemas em presença". Este intercâmbio de soluções jurídicas nos remeterá à interlegalidade e aos híbridos jurídicos e o resultado disto é o maior conhecimento que as pessoas têm da presença de diversas culturas jurídicas e justiças oficial e não oficial, tornando possível para as mesmas, fazerem opção por uma das justiças ou que sejam reguladas por mais de um sistema jurídico.

Os projetos constitucionais em Bolívia e Equador, ainda segundo Santos (2012: 47 e 48), não criaram somente uma situação de pluralismo jurídico, mas também, de debate político e lutas sociais, com múltiplas dualidades de saberes. Os povos indígenas buscam a plurinacionalidade, através de ações para a transformação social e o termômetro para isto, é o fenômeno do direito e a justiça, bem como suas práticas, contradições, ambivalências e avanços nas lutas pelo reconhecimento de direitos sociais e culturais.

Os excluídos dos bens da vida social, principalmente nos países ou nas zonas mais pobres, como no interior do nordeste brasileiro, não sabem seus direitos e são cooptados pelo Estado assistencialista. A ignorância desses gera indivíduos apáticos e conformistas, pois se convencem de que o Estado é benevolente, porque lhes têm concedido as "bolsas". Esta atitude paternalista confere ao direito oficial, uma sobreposição endeusada, principalmente durante os processos eleitoreiros, já que estas políticas públicas, além de gerar os prestígios oligárquicos locais, viabilizam a permanência dos excluídos, nas mesmas condições, porque sempre estão a

combater os efeitos da exclusão social e jamais as causas das mesmas.
Esta é uma das realidades, constitutiva do limitado pluralismo jurídico brasileiro, o qual se apresenta do tipo às avessas da realidade africana, pois enquanto nesta, as lutas se estabelecem, no sentido de afirmar o seu lugar, enquanto justiça comunitária ou tradicional, no espaço social e político, aqui constitui se direitos e outras formas de resolução de conflitos, em razão da própria ausência do Estado, que não se encontra e nem se estabelece em todos os espaços sociopolíticos, principalmente nas periferias e favelas da sociedade, bem como, não reconhece as diversidades étnicas sociais.
Nas lutas indígenas e sociais latinas americanas, a reivindicação por uma precedência histórica e uma autonomia cultural, desafia o edifício jurídico e político do Estado, caracterizando o pluralismo jurídico, de "epistemologias jurídicas meso fracas, caminhando para fortes", porque estão em construção. Esta categoria epistemológica se identifica com uma realidade dialética em continuidade dinâmica, que se estabelece nos contornos de uma ação reativa, da qual desencadeia uma constelação de ações e reconhecimentos múltiplos, conduzidos pelos atores sociais.
As lutas sociais, dos excluídos do sistema sociopolítico e jurídico latino americano, podem se tornar radicalizadas, consolidando transformações sociais, caracterizadas pelo potencial organizacional e dirigente, daqueles que se encontram na posição de liderança dos movimentos sociais, e que não se esquecem de que necessitam de todos, para suas lutas se tornarem producentes, ou os movimentos sociais, acabam por serem cooptados por outras ideologias políticas, aproveitadoras da situação, promovendo ações políticas em torno de interesses próprios. Esta tem sido uma realidade, principalmente nos movimentos sociais de lutas pela terra e a casa própria no Brasil.
Dentre os vínculos coloniais, constituídos durante o século XIX na América Latina, além do capitalismo dependente, tivemos a configuração de um direito e um Estado monolítico e monocultural, que se expressa a partir de uma organização racional burocrática, do tipo de dominação legal weberiana. Este Estado apreende como nação, um conjunto de indivíduos homogêneos, pertencente ao mesmo espaço geopolítico. Mas os povos indígenas têm resistido a esta perspectiva, através do requerimento de um projeto de Estado plurinacional ou étnico-cultural, de pertença comunitária compartilhada e heterocultural. Portanto, entre o monismo e o pluralismo jurídico em Bolívia e Equador, há uma disputa pelo reconhecimento da justiça indígena, ao mesmo tempo em que, esta não reconhece a cultura jurídica dominante, para resolver seus litígios e organizar a vida social nas comunidades.
Contudo, a consolidação de uma justiça estruturada no pluralismo jurídico, em um Estado plurinacional, é um caminho longo de lutas sociais e políticas, talvez utópicas ou uma utopia realista, em que eu aposto, nas incríveis possibilidades emancipatórias do novo, enquanto há vida, há esperança e sonhos, não devemos afastar das rebeldias competentes e inconformistas ou deixarmos de sonhar ideias inquietantes, com mentes perigosas, para vencer os sensos comuns e atuar com ações combatentes, na vanguarda e retaguarda da história social e cultural da humanidade, excluída do sistema mundial.

2. A formação da cultura jurídica e o pluralismo jurídico brasileiro:

Venho neste tópico, contextualizar a cultura jurídica e o pluralismo jurídico à brasileira, começando pela pesquisa de Boaventura de Sousa Santos nos anos 70, sobre a Associação de Moradores de uma favela do Rio de Janeiro e o Direito de Pasárgada, que influenciou as reflexões críticas no direito e de algumas organizações jurídicas, contribuiu para colocar em voga o conceito de pluralismo jurídico e através de Miguel Pressburger, instituiu-se também o conceito de "direito insurgente", numa perspectiva em que, se vê nos movimentos populares que insurgem contra a ordem jurídica burguesa, o fulcro de um novo direito emancipatório. Nos anos 80 e 90, tivemos as críticas ao seu romantismo, visualizado nos anos mais conservadores da ditadura brasileira. Uma das primeiras críticas, segundo Carvalho (2010) foi a de que, por estar inserido no capitalismo, aquele direito pesquisado na favela do Rio de Janeiro, representava um subproduto do próprio sistema econômico e não seria fruto de uma organização deliberada e um movimento social emancipatório, pois não estavam lutando para afastar se do direito estatal e objetivando criar outro direito, mas ao contrário, estavam assumindo

o vazio deixado pelo Estado, criando um "estado paralelo", porque o oficial não os alcançava, tornando-se excluídos do sistema jurídico brasileiro.

Azevedo (1996) propõe desmistificar o direito positivo, que se constitui num pacote visto e etiquetado de normas, fazendo do juiz um apêndice do legislador, para fazer uma interpretação extensiva da lei, ao contexto histórico da realidade social. Nos anos 90 tivemos as influências de Oliveira (2004), que influenciou diretamente a ampliação dos Juizados Especiais na área penal e nos anos 2000, Dantas (2005) propõe transpor o positivismo, em razão da insuficiência deste e construir a "subjetivíssima justiça social", através da aplicação dos princípios constitucionais, fazendo decisões que façam sentido para o cidadão, através do "construtivismo ético" e o senso de justiça da sociedade. Estas propostas não chegam a ser pluralistas, uma vez que ainda tem como referência o próprio Estado, mas representam um recurso pós-positivista, pois transpõem a mera interpretação e aplicação literal da lei, conduzem a um meio termo, entre o positivismo e o pluralismo jurídico e este pós-positivismo acaba por caracterizar a minha epistemologia jurídica de pluralismo "meso" fraca, em construção para forte.

A experiência da cultura jurídica de final do século XX e início do XXI têm demonstrado desdobramentos sociais, os quais o Estado tem sido incapaz de administrar e regular as relações sociais e assim, outras experiências deverão ser conduzidas, em razão da capacidade concreta da sociedade, em criar meios alternativos às crises locais e globais, pois afinal, no caso brasileiro, nós temos o nosso jeito avacalhado e avacalhador, como disse o sociólogo Francisco de Oliveira, para dar um "jeitinho brasileiro" e nisto a Europa não soube e não sabe fazer, mas nós o sabemos como mais ninguém.

O direito das favelas, nos grandes centros urbanos do Brasil, é autoritário, pautado na lei do mais forte, do comandante do crime organizado, principalmente do tráfico de drogas, onde o Estado se apresenta hipossuficiente, para combater e libertar estas regiões dos seus endurecimentos, que deixam os moradores e as suas associações comunitárias, à deriva da brutalidade e à inalcançável salvação do sistema jurídico oficial. Nestas favelas, as classes oprimidas enfrentam o problema da existência de um direito paralelo, que vigora coexistindo no mesmo espaço do direito oficial, afirma Carvalho (2010), pois os mecanismos alternativos de resolução de conflitos, autoritários e repressivos ou justos e humanitários, vão se consolidando na medida em que o Estado vai se ausentando. Infelizmente, ainda experimentamos entre o direito da periferia e o direito positivo, uma interação camuflada, da qual gera um paralelo de situações, em que um se alimenta do outro mutuamente, através de sua elaboração e cooptação, engendrados entre as estruturas policiais oficiais e as paralelas, conduzidas pelas facções do crime organizado.

O fim da repressão no Brasil, não alcançou os morros das favelas, das grandes cidades, somente mudou sua roupagem e para enfrentar o direito paralelo, a alternativa foi a ampliação da política de segurança social, nos anos 2000, através da efetivação da ação jurídica e policial nestas comunidades, contra os comandos e facções do crime organizado e a consequente, violência social urbana. Para tanto, criou-se as Unidades de Polícia Pacificadora. As UPP´S são organismos institucionais, organizados e especializados, com equipamentos e armamentos de repressão altamente qualificados, conduzidos pelo poder de polícia do Estado, caracterizadas pela divisão interna, do aparato policial burocrático e administrativo, com o objetivo específico, de apoderar do espaço comunitário dos morros, nas mãos da "justiça alternativa".

Este contexto sociopolítico, de coexistência entre a atuação da justiça alternativa periférica e o Estado, com a ampliação da atuação nos morros, através da entrada das UPP´s nas favelas, nos fornece subsídios para pensarmos, num mitigado tipo de pluralismo jurídico marginal favelado e ainda, uma política ideológica, de monismo jurídico pluralizado, característico dos espaços socioculturais e políticos centrais, oficializados pelo Estado e os periféricos, às margens da sociedade, nas favelas do Rio de Janeiro. As UPP´s representam um comando, estabelecido a partir da lógica ideológica da pacificação, da prática da "violência legítima", advinda do Estado e seu poder de polícia, utilizando os mesmos instrumentos operacionais do crime organizado, combatendo a violência com mais violência, inclusive contra a comunidade, que tem se tornado vítima da polícia pacificadora e do crime organizado.

As UPP´s representam um movimento social contra hegemônico, dentro da perspectiva hegemônica legal, pois para o Estado, a atuação das UPP´s, significa uma prática emancipatória, uma arte revolucionária, conduzida por profissionais altamente treinados, através de condutas tecnologicamente específicas para combater a

atuação do crime organizado e suprirem os espaços sócios políticos, deixados pelo próprio Estado. Portanto, esta atuação é de mão dupla, pois ela se estabelece na relação entre o Estado e o crime organizado e também dentro do próprio Estado, entre o poder de polícia e o administrativo. Estas relações pulverizadas significam uma ação, que gera uma reação no próprio Estado, caracterizando se, numa relação de monismo dialético pluralizado.

A atuação das UPP´s não é consensualmente aceita nas favelas, pois os combates entre a Polícia Pacificadora e o crime organizado têm gerado outras violências, contra inocentes, dessas mesmas comunidades. Assim, ainda devemos pensar num movimento social contra hegemônico comunitário e um hegemônico institucional, em razão da relação de desconfiança estabelecida entre os favelados e o Estado, uma vez que prevalece a inoperância deste, no combate a permanente violência na comunidade, constituindo-se numa situação de um tipo de pluralismo jurídico ideológico comunitário de um lado, e do outro, num monismo político-institucional pluralizado.

Para além das relações entre as UPP´s, ligadas diretamente ao Estado e o Comando do crime organizado, bem como as entre o Estado e a comunidade, já descritas, ainda resta mencionarmos, as relações estabelecidas entre a comunidade e o crime organizado. Nestas predomina a submissão da comunidade, principalmente dos comerciantes das favelas, ao serem obrigados a favorecerem situações ou fingir não as perceberem, e até mesmo pagar "propinas", no sentido pejorativo do Brasil, ao crime organizado, para que possam estar com suas portas abertas. Há também o controle das facções criminosas, através de senhas, das entradas de moradores e visitantes nas comunidades. Portanto, trata-se aqui, de uma redefinição do conceito de espaço público e privado, pois estes misturam, se trocam e codificam, em outros espaços comunitários, configurando o que Teresa Caldeira (2000) chamou de transformação do espaço público em privado, ao se referir, à sua pesquisa sobre os entraves sociais fortificados, dos condomínios horizontais fechados, em razão da criminalidade urbana. Estes entraves têm como objetivo a manutenção da segurança, desencadeando a criação de fronteiras sociais e a disputa pelo mesmo espaço social, entre moradores débeis economicamente e abastados, sejam nas periferias ou nos bairros elitizados das grandes cidades. A instituição policial e os "entraves fortificados", constituídos de propriedade pública, para uso coletivo, se tornam privada, enfatizando o valor do que é privado e restrito, ao mesmo tempo em que desvalorizam o que é público e aberto na cidade, impondo regras de inclusão e exclusão social.

A partir disto, verifico o condomínio fechado, não horizontal, mas vertical, por se localizarem nos morros, das favelas das cidades que, apesar de não serem áreas nobres, estes espaços comunitários são disputados entre seus moradores e as organizações criminosas, onde aqueles acabam sendo controlados pelas milícias destas, à revelia do Estado. Contudo, os três atores sociais, o Estado com as UPP´s, a comunidade e o comando do crime organizado, relacionam-se com os outros três da Caldeira (2000), como o espaço público do Estado, os ricos inclusos, proprietários dos fortificados e da segurança privada e, os pobres exclusos, que representam uma ameaça àqueles, a partir do ponto em comum, qual seja, a criminalidade urbana, que tem redefinido os espaços sociais nas metrópoles brasileiras.

A partir das interpretações e definições de monismos e ou pluralismos já realizadas, me lembro da classificação sugestiva de Meneses (2012) sobre a classificação tipológica de monismos e pluralismos em Angola, e assim, estendo minhas colocações para outro tipo legal, o qual representa a própria atuação do Estado, através das UPP´s e as relações com a comunidade, que eu chamaria de monismo institucional comunitário, e outro representando a comunidade e o comando do crime organizado, de pluralismo comunitário organizacional, advindo da ação criminosa das facções, em uma vasta relação em redes, conduzidas por diversos chefes, representadas e representantes, em diversos espaços sócios comunitários, das favelas e das comunidades do Brasil.

Apesar da delimitação do espaço sócio jurídico na administração e no contexto do acesso à justiça no Brasil, ainda podemos pensar numa espécie efetiva de prestação jurisdicional, que se ramifica em diversos modelos de institutos ou instituições jurídicas, com o Ministério Público, a Defensoria Pública, apesar de ainda restrita, os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e os Federais, as Câmaras de Arbitragem, as mediação e conciliação, bem como as Advocacias Populares e a Pastoral da Terra, ligada à Igreja Católica, e outras. Estas instituições jurídicas, criadas pelo Estado ou por outras instituições sociais, como as Organizações não governamentais, procuram resolver conflitos sociais coletivos ou individuais, sobretudo das minorias sociais, desprovidas de recursos financeiros, para pagar as custas processuais.

Estas instituições jurídicas, se encontram na órbita de referência, em torno do Estado, porque utilizam o direito e o ordenamento jurídico estatal, a partir de diversos objetivos como, desafogar o Foro e os Tribunais, enquanto centro de poder judicial, resolvendo causas de menor potencial ofensivo ou elas se compõem de um tipo de justiça externa, que se aproxima das periferias das comunidades e da sociedade, ou ainda, se compõe de uma justiça humanitária ou social, de lutas em defesa de determinados grupos específicos, na sociedade.
Esta prestação jurisdicional constitui-se, numa ramificação, a qual eu chamo de monismo jurídico pluralizado, porque o eixo condutor da prestação jurisdicional continua sendo o Estado e o que ele estabelece, através do direito positivo, mas aquelas instituições jurídicas se deslocam para outras instâncias, pluralizando-se em outras instituições e espaços sociais locais, em outros contextos organizacionais menos formais e mais próximos da comunidade, como nos bairros periféricos, das grandes cidades. Este monismo jurídico pluralizado caracteriza as epistemologias jurídicas de pluralismos "meso" fracas, em construção para fortes, uma vez que a prestação jurisdicional, encontra se em expansão para outros espaços, em outros campos jurídicos.
As relações conflituosas nascem da exclusão e privação social, de necessidades e direitos de toda natureza, num cenário de desigualdades gritantes, onde aparecem novos atores sociais com suas carências e potenciais aspirações de produção jurídica. Nas ações concretas destes atores coletivos, emerge um consenso pela afirmação identitária e autonomia de interesses, constituindo direito e criando normas, fora dos canais clássicos de produção do direito e independentes dos rituais formais, de institucionalização procedimental de aplicação, dessas fontes jurídicas. Trata-se de uma pluralidade de efetivação de interesses e necessidades sociais, emergentes de outras diversas formas de agir comunitário, mediante processos sociais autorreguláveis, advindos de grupos, comunidades, associações profissionais e organizações sociais, constituindo os movimentos sociais, sujeitos nucleares da ordem jurídica pluralista, caracterizada por outra cultura político-jurídica.
Aos novos sujeitos histórico-sociais é reconhecida a possibilidade de construírem um novo paradigma de cultura política e de uma organização emancipatória, afirma Wolkmer, (2001: 123). Esses movimentos sociais são sujeitos coletivos transformadores, de diversos estratos sociais e uma prática organizativa institucionalizada, objetivando a realização ou o alcance de direitos humanos fundamentais e sociais.
Os movimentos sociais brasileiros têm como dinâmica de ação, a reivindicação e redistribuição de bens de toda a natureza, bem como, as melhorias das condições de vida. Pois, experimentamos uma era desenvolvimentista, desde os anos 30, concentrada na região sudeste, que somente nos anos 70 em diante, inicia-se o processo de desconcentração da produção, para outras regiões do país, mas nesta perspectiva, a região nordeste do Brasil, sempre foi ficando esquecida, de toda política pública de desenvolvimento urbano, infraestrutura econômica e social.
Estes movimentos sociais tinham como lema de luta, no período ditatorial dos anos 60 e 70, a resistência e contestação ao autoritarismo do regime burocrático militar, por liberdades de expressão, de direitos humanos e sociais, ampliando a partir dos anos 80, com a política de redemocratização do Brasil e as "diretas já", bem como o crescimento econômico concentrado, que viabilizou as greves de diversas categorias profissionais do país, dentre elas, os metalúrgicos, bancários e professores.
Nos anos 90, na chamada "década perdida", experimentamos as políticas neoliberais, de privatizações, de cortes sociais e abertura da economia ao capital internacional que, portanto, resta saber, "perdida" para quem. A resistência ao desmantelamento dos movimentos sociais sindicais trabalhistas e à flexibilização das relações de trabalho, representaram outros tipos de lutas, dos movimentos sociais brasileiros, contra o Estado neoliberal. Os movimentos sociais se institucionalizam, delegam decisões, se organizando na autogestão ou rede de solidariedades, em vários formatos efetivos de ação, as quais conduzem ao que poderíamos chamar de um pluralismo político e jurídico comunitário.
A ampliação da classe média ou a "nova classe média" brasileira, tem caracterizado a "cidade rebelde", representada e organizada sob diversas manifestações sociais de lutas, por diferentes atores sociais, dentre eles os estudantes, objetivando ampliação de direitos sociais, como o passe estudantil livre e direito à diversidade, como as opções sexuais, nas ruas das grandes cidades do Brasil. A classe baixa ou grupos periféricos, comuns na estratificação social brasileira, são subalternos, pouco organizados, pouca escolaridade e qualificação profissional. Por isto, é uma classe em si, usando a perspectiva da consciência de classe de Marx. Seus protestos se limitam às necessidades básicas, pois estão bem próximos ou mesmo, dentro da sociedade civil incivil, caracterizada por Santos (2003).

Esta prática ideológica na classe baixa gera a ilusão da eficácia dos direitos, garantidos na lei do Estado e por isto a endeusam. Nem mesmo os escândalos de corrupção, principalmente econômica, que nossos julgamentos, pelas comissões parlamentares de inquérito, até final dos anos 2000, têm resultado em "pizza", linguagem do senso comum, quando quer dizer que vai acabar em nada, conseguiram afastar o sucesso eleitoreiro daqueles que estão no poder estatal. A única investigação que acabou em julgamento, salvo melhor juízo de recordação, foi a do mensalão, mas que restaram consequências para quem a promoveu e atualmente, quem sabe a da maior empresa petrolífera do Brasil, quiçá do mundo, a Petrobrás. Esta situação nos remete às epistemologias jurídicas de pluralismos jurídicos "meso" fracas, ainda em dialética construção para forte, pois o movimento social da classe baixa-pobre, não tem uma retórica política organizada e nem uma práxis consciente, bem como a prestação jurisdicional aos crimes de "colarinho branco" vem ampliando.

Os movimentos sociais latinos americanos são basicamente "movimentos populares" e não movimentos de classes, como os de operários, tão presentes no século XIX, principalmente na Europa, os quais tinham um componente básico ou sua base constituída, por trabalhadores, lutando por direitos sociais trabalhistas. Os movimentos atuais se organizam com base em direitos étnicos, pela terra, de gênero, pela afirmação identitária, religiosa, sexual e comunidades históricas, que lutam para serem reconhecidos nos seus espaços sociais. Estes movimentos se compõem de diversas categorias históricas originárias, que reclamam seus direitos ancestrais ou mesmo, os direitos atuais de inclusão social, na sociedade contemporânea. Eles ainda representam fontes de produção do direito, enquanto sujeitos coletivos, pois atuam nas interligações, das relações sociais, a partir das necessidades inerentes à produção da vida material, subjetiva e cultural, caracterizando Wolkmer (2001), um "pluralismo comunitário participativo".

3. Pluralismo jurídico no mundo africano

O pluralismo jurídico africano será abordado nas realidades de Botswana, Angola e Moçambique, em razão da impossibilidade de suporte científico para contemplar o todo. Nos contextos contemporâneos vivenciamos as dificuldades de articulação capazes de assumir a igualdade, a partir de uma cidadania pluralista e multicultural. O grande desafio é a busca incessante, do reconhecimento da circulação no mundo social, de variedades étnicas culturais, de sistemas jurídicos e de direitos, fora da perspectiva estatal e isto nos incumbe a desconstituir o positivismo do direito eurocêntrico, que se espalhou como uma epidemia pelas colônias ocidentais e africanas. Com o intuito de abarcar as diferentes interpretações entre o moderno e o tradicional, em relação ao direito e sua aplicação, torna-se necessário a construção de um conceito de direito amplo e flexível o bastante, para transpor todas estas nuances jurídicas e os conflitos, bem como os tipos de direitos a serem negociados e protegidos, para que possa captar toda a dinâmica jurídica e social, nos diferentes enquadramentos sócios espaciais. Este direito deve nos levar a um processo de democratização do acesso à justiça e ao aprofundamento das múltiplas disposições jurídicas e identitárias, para ampliar a cidadania.

As análises do contexto sócio jurídico africano apresentam singularidades marcadas pelo colonialismo e a imposição do seu direito, em detrimento dos vários direitos africanos, os quais formam uma riqueza de detalhes e especificidades, que transpõe nosso imaginário. A complexa realidade africana nos remete a perspectivas diversas, que parecem contrárias, mas acabam por se reinventarem e se complementarem, através da combinação do tradicional e o moderno, com os governos diretos e indiretos e ainda local e colonial. Os Estados ainda podem ser homogêneos ou heterogêneos, instituídos por uma colonização centralizadora ou por diversas instituições jurídicas políticas costumeiras e tradicionais, ou pelas modernas ideologias positivistas universalistas, e ainda as pós-modernas, que abarcariam todas estas diversas vozes, caracterizando uma tradição inventada ou cooptada e negociada, que compõe a riqueza das interlegalidades, de hibridismos jurídicos e políticos, de direitos e ordens normativas dinâmicas, que se cruza, se influenciam, se fazem e refazem dialeticamente, caracterizando diversos pluralismos jurídicos, institucionais e comunitários que, eu concebo como epistemologias africanas de pluralismos jurídicos fortes, porque independentemente de advir do "pesadelo colonial" ou uma "ficção jurídica", como diz Araújo (2008), coexistem numa pluralidade de direitos e de instâncias de resolução de conflitos em África.

As pluralidades jurídicas encontradas na África, reconhecidas ou não pelos governos oficiais, a partir dos direitos costumeiros, direitos nativos, direitos tradicionais, tribunais ou instâncias comunitárias e uma infinidade de outros direitos, bem como seus atores sociais locais ou chefes tribais, têm persistido e resistido, se transformando ou negociando, mas que ainda assim, têm deixado seus resquícios, advindos das lutas anticolonialistas, conduzidas pelos povos nativos africanos. Os diversos direitos e meios de acesso à justiça em África, nos diversos estudos sobre o pluralismo jurídico, têm demonstrado vantagens em detrimento às justiças oficiais, pois nestas justiças comunitárias ou tradicionais, dentre os aspectos positivos, há a proximidade geográfica e cultural da comunidade, pois são constituídos por cidadãos da própria comunidade, que conhecem e participam da realidade local, bem como é permitida a participação de todos, é mais barata ou gratuita e utilizam a linguagem vernacular da comunidade.

Há também realidades problemáticas, nos acessos à justiça comunitária em África e não devemos romantizar, pois são instituições criadas pelo homem, portanto, dignas de jogos, negociações, cooptações, interesses ideológicos e econômicos, bem como outras falcatruas definidas e delimitadas, em certos contextos e realidades sociopolíticas, em detrimento da boa fé e a lealdade profissional judicial. Por exemplo, Meneses na citação de Araújo (2008: 85), afirma que a grande pluralidade de instâncias de resolução de conflitos, pode resultar em uma competição saudável ou em rede de cooperação rivais, gerando consequências para os cidadãos.

Se no mundo europeu consideram se a nação constituída por uma sociedade civil, no mundo africano, é caracterizado pelos mesmos europeus, como um continente formado por tribos e nativos, que usam diversos dialetos linguísticos e vivem na incivilidade. Uma das ideologias justificadoras do processo colonial vem a identificar os povos africanos, como bárbaros, que devem ser lhes impostos a "civilização", como meio de encobrir a expansão exploratória do capitalismo moderno. Este mundo hegemônico, que têm escravizado e submetido as diversas culturas étnicas, aos seus moldes de vida social e vem levando os africanos a resistirem às posturas subservientes assimilatórias, através das lutas pela afirmação da identidade, tem se tornado objeto de profundas discussões acadêmicas, na tentativa de se recontar a história da África, criando e ou recriando conceitos, como os de tradição, tradicional versus moderno, "questão nativa", "invenção da África" e outros.

Para Santos (2003), o tradicional e o moderno coexistem na sociedade moderna e esta dicotomia serviu de justificação para a dominação colonial e cita dois exemplos, afirmando que em Moçambique no período revolucionário as autoridades tradicionais eram vistas como resquícios do colonialismo, e por isto, marginalizadas e o segundo, é o da luta dos povos indígenas da América Latina, pelo reconhecimento dos seus sistemas político-jurídicos ancestrais. Quer em um caso ou outro, apesar das difíceis condições em que as lutas se desenrolam, existe espaço para o cosmopolitismo, o tradicional tornou-se uma maneira compensadora de reivindicar à modernidade, uma outra modernidade. Debaixo do violento impacto da globalização neoliberal e à luz do colapso do Estado, o tradicional passou a simbolizar aquilo que não pode ser globalizado.

3.1. Pluralismo Jurídico em Botswana:

Inicio o primeiro exemplo de pluralismo jurídico, discutindo o caso de Botswana, o qual, assim como todos os estudos africanos, representa uma perspectiva, totalmente diversa do mundo ocidental. Estas diferenças se estabelecerão na própria lógica de construção ideológica do mundo moderno e o conhecimento hegemônico imposto, onde o mundo africano é esquecido ou contado à versão europeizada, excluindo sua rica, complexa e peculiar cultura sociopolítica e jurídica, caracterizando pluralismos jurídicos específicos. Em Botswana, segundo Griffiths (1996) a dicotomia do pluralismo jurídico, se estabelece entre a Justiça Formal ou de Estado e a Justiça Informal ou Popular, no contexto da reconstrução pós-colonial. Pretendo discorrer sobre as divergências oriundas da coexistência desses dois sistemas jurídicos, sendo um hegemônico e outro, apesar da luta e permanente negociação, na realidade sociopolítica de Botswana, bem como ainda, as suas cooptações pelo Estado, considero "contra hegemônico".

Em Botswana os dois modelos de resolução de conflitos, os dos Magistrados do Estado e os dos Chefes da Kgotla, que representam o fórum do direito costumeiro, de qualquer tribo particular ou entre as comunidades entre si, desde que não seja incompatível com o direito oficial, coexistindo ou às vezes negociada, advinda dos

fortes resquícios coloniais. A justiça formal é instituída pelo aparato burocrático funcional, institucionalizado pelo Estado, constituído de profissionais especializados, hierarquicamente distribuídos em funções específicas, que se submetem aos interesses deste e da lei estatal. Estes juízes formados e especializados, originados da capital ou de outras regiões de Botswana, têm como objetivos resolver os conflitos sociais, onde as partes se tornam ganhadoras ou perdedoras, através da aplicação de sanções ou coerções restritivas. O acesso a esta justiça se apresenta limitada em dizer às partes culpadas ou inocentes, bem distante da convivência e, alheio aos problemas socioculturais locais às experiências conflituais, consolidadas no contexto da comunidade local. Segundo Griffiths (1996) os processos da justiça formal são regidos por regras rígidas e linguagem inacessível às partes, que por isto, ignoram as interpretações dadas pelos juízes e assim, não participam do processo. Em contraste, a justiça informal define-se como um tipo de sistema jurídico, baseada no costume da comunidade, que se apresenta descentralizada e não requerem profissionais e nem conhecimentos jurídicos específicos para o seu funcionamento, a não ser àqueles oriundos dos direitos costumeiros locais. Estas características propiciarão maior participação e acesso à justiça, pela comunidade, bem como maior envolvimento das partes no processo, que, portanto, se apresentará como mais democrático e igualitário, apesar da desigualdade de gênero.

Ela afirma também que na justiça popular há suas inconsistências, que se apresentam supostamente flexível, de regras não fixas, mas costumeiras, introduzidas pelos governos locais, na medida das suas necessidades, solucionando determinado conflito. Esta justiça é aplicada pelas autoridades de "chefes tribais", investidos de autoridade na esfera pública e esta investidura retrata as negociações de poder entre a justiça formal do Estado e a informal, uma vez que a nomeação para se tornar um Chefe da justiça informal comunitária, se realizava de acordo com as filiações das famílias, envolvidas no governo local e nas oligarquias nepotistas.

O direito se constitui por diferentes culturas jurídicas, assimétricas nas zonas de contato, as quais formam os campos sociais, que se encontram e se defrontam, nos diversos universos sociais, onde se mobilizam trocas de poder muito desiguais. Esta perspectiva é percebida na relação entre a cultura jurídica oficial e a não oficial em Botswana, pois é permitida a atuação da cultura jurídica comunitária não oficial, na medida em que ela não se desajuste do direito consuetudinário, consagrado no ordenamento jurídico estatal. Griffiths (1996) salienta a posição política adotada pelo Estado independente, com relação ao poder dos chefes comunitários, durante os últimos anos do Protetorado, advindo do período colonial, em que aquele foi se reduzindo aos interesses da administração colonial. Este processo de "descolonização" irreal foi sendo negociado entre os interesses locais e os dos colonizadores, com o sobrestamento destes. Nesta circunstância, nota se a relação de dependência do funcionamento dos tribunais consuetudinários, criado pelo sistema jurídico formal do Estado em Botswana. Esta situação, segundo a pesquisadora, constituiu-se numa disputa entre as duas justiças, uma vez que a formal necessita de profissionais formados e especializados e a informal apenas das conexões familiares na comunidade.

Assim, o pluralismo jurídico neste contexto, se estabelece entre "dois entes jurídicos", um estatal e outro cultural comunitário, mas que se hibridizam, conforme Santos (2000), a partir de um processo negocial. Dentre as características cruciais desse hibridismo jurídico, verificamos, conforme Griffiths (1996), um jogo duplo, onde por um lado o Chefe da justiça informal cumpre o seu papel, enquanto instituição comunitária e por outro, ele também cumpre sua função jurisdicional, dentro do sistema jurídico formal, se rendendo ao poder político do governo central. Dessa forma, o governo central reconhece os interesses regionais do direito costumeiro, desde que não ameacem os interesses nacionais. Este pluralismo jurídico híbrido cooptado sugestionará críticas de Abel (1982), citadas pela Griffiths (1996), as quais desafiou a autêntica representação comunitária da justiça popular, afirmando que esta seria um veículo para a "extensão dissimulada de controle do Estado" e que esta "dicotomia entre o "formal" e "informal"" representa a negação desta última, que acaba por ser lida no sistema estatal formal.

No caso de Botswana, além da composição entre legalidade cosmopolita e legalidade hegemônica, e apesar das ingerências do Estado, o hibridismo do pluralismo jurídico e cultural não deixa de ser uma realidade, porém, há outros problemas sociais, como os de exclusão de gênero, típico da cultura africana, onde a posição social da mulher e seus direitos se encontram limitados, na estratificada sociedade, uma vez que ela enfrenta a discriminação e o preconceito, principalmente nas relações familiares, não usufruindo dos mesmos direitos do homem.

Assim, é possível concluir que, o pluralismo jurídico é uma hibridação jurídica cooptado em Botswana, uma vez que o direito consuetudinário tem sido um "artefato promovido e construído pelos senhores coloniais", onde aquele se submeteu ao contínuo colonialismo. Portanto, o Estado, apesar de independente, não rompeu com as ideologias colonialistas, mas apenas "redecoficou em novas roupagens", corrompendo a justiça informal e o seu direito costumeiro. Mas, o pluralismo jurídico em Botswana não tem se entregado por completo às engrenagens da justiça oficial, pois este persiste e coexiste como "um espaço cultural", uma "justiça alternativa que é mais sensível aos desejos da comunidade". (Feliz e Milner, 1993: 9, apud Griffiths, 1996).

3.2. Pluralismo Jurídico em Angola e Moçambique:

Dentre os múltiplos atores sócio-políticos em Angola, as autoridades tradicionais, têm persistido e resistido às implantações do Estado moderno pós-colonial, nas mediações dos conflitos comunitários locais. Estas autoridades alcançam popularidades, em razão da sua aproximação com os problemas da comunidade e a influência, expressada na força da solidariedade mecânica de Durkheim (2010), em que as relações face-a-face e a alta coesão social, provenientes da comunidade no sentido de Tonnies, citado por Miranda (1995), afirmando que este tipo de grupo, se estabelece pelas relações familiares e sentimentos de pertencimento à comunidade, gerando possíveis manipulações do chefe ou da autoridade local.

Segundo Meneses (2012: 23), o contexto político gerado pela emancipação política em Angola, dará novo sentido à questão da cidadania que, deverá expandir de um Estado homogêneo para um heterogêneo e plurinacional, para abarcar a realidade multicultural e étnica, que formam a sociedade angolana. Portanto, o projeto político deve incluir todas as instâncias e formas de poder locais, que pertencem e operam em Angola. As lutas sociais angolanas pelo reconhecimento e pertencimento gerarão hierarquias entre uma sociedade angolana moderna e uma tradicional, principalmente em Luanda, afirma Meneses (2012: 24), citando Santos (2007), acerca da linha abissal, que dividirá o espaço social entre "deste lado" e do outro lado, "de lá da linha". Os dois lados se confirmam, a partir da insistência em ser referência, das suas especificidades políticas e processuais normativos heterogêneos, em coexistência com os fenômenos de ocultação, daqueles que estão do outro lado da linha abissal, constituído pelo Estado, em razão da impossibilidade da coparticipação e coabitação do tradicional e o moderno, em um só lado da linha e isto gera negligência pelo direito oficial, de muitos dos conflitos, como os de feitiçaria, violência doméstica e infraestrutura social.

Meneses (2012) cita sete modelos de sistemas jurídicos não estatais, constituídos em Angola, caracterizados em função da cooperação, do reconhecimento e aceitação crescente da validade destes sistemas, desde os de forte monismo legal, ao intermediário, reconhecimento tácito, mas limitado da justiça informal ou reconhecimento ilimitado desta justiça e o consequente reconhecimento formal das justiças não estatais, integrado ou também não integrado à justiça estatal, e por último, o pluralismo jurídico, reconhecendo completamente os sistemas de justiça não estatais.

Na paisagem jurídica angolana, assim como noutras sociedades africanas, o direito moderno hegemônico tem suprimido e tornado invisível ideologicamente a diversidade cultural, as formas de regulação social e resolução dos conflitos, fora do direito estatal. Segundo Meneses (2012: 31 e 32) a viragem política atravessada por Angola, a partir de 1990, direciona as discussões sobre pluralismo jurídico, no bojo da crise de governança, representatividade social e política do Estado, vislumbrando o acesso à justiça, da maioria da população e o funcionamento das outras justiças.

A (re) invenção da África austral a partir do contexto de Moçambique é o meu último tópico, quando estou a falar sobre o pluralismo jurídico e acesso à justiça naquele continente. Em Moçambique, as concepções e práticas pluralistas para interpretar e aplicar o direito tem assumido contextos diferentes, daqueles outros dois países discutidos. O livro organizado por Santos e Trindade (2003) vem a proporcionar um retrato da paisagem da justiça moçambicana, principalmente das justiças comunitárias. Para eles, estas justiças são complexas e por vezes cometem desrespeitos aos direitos humanos, mas ainda sim, elas representam um caminho, para uma justiça mais democrática, por se constituírem através de pluralismos jurídicos, e isto possibilita a consolidação do direito emancipatório.

Em Moçambique as práticas jurídicas assumem contornos políticos e socioculturais percebidas em outras esferas de interlegalidades, segundo Santos (2003), bem mais amplas do que aquelas definidas entre o Estado e as outras instâncias jurídicas, pois elas vão além de ordens jurídicas plurais, influenciam-se, transformam-se e se cruzam entre os direitos em escalas locais, nacionais e globais, descaracterizando as dicotomias, oficial e não oficial, formal e informal ou tradicional e moderno na realidade sócia jurídica moçambicana. A formação histórica colonial moçambicana foi caracterizada por três modelos de culturas político-jurídicas de Estado. A cultura político-jurídica colonial tradicional, constituindo se da primeira fase da colonização, quando no país chegaram os colonos europeus, consolidando um governo indireto, que se bifurcava, entre a questão nativa tradicional, submetida ao domínio centralizado e hierarquizado pelos "civilizados" europeus e eles próprios.

Portanto, há os cidadãos colonos e os indígenas, onde estes vivem sob o império do regime do indigenato e deveriam passar pela assimilação cultural, para alcançar a cidadania, mas ainda há outros dois modelos administrativos e suas formas de direito e de justiça para cidadãos colonos e indígenas, onde nas áreas dos colonos, constituiu-se os concelhos e freguesias, enquanto na dos indígenas, as regedorias e chefaturas. Cada uma dessas instâncias tinha o seu papel, porém, claro que estas últimas estavam submetidas à administração colonial. Com a abolição do regime do indigenato, mais formal do que realidade social, segundo Meneses, et. al.; (2003: 348), apesar de todos se tornarem cidadãos portugueses e terem, teoricamente direitos iguais, manteve-se as práticas dualistas, dos regulados e da obediência ao régulo e ao direito costumeiro.

No segundo modelo de Estado, tivemos a rápida experiência do Estado socialista e revolucionário, caracterizando uma radical e profunda ruptura nas instituições colonizadoras, substituindo-as, por um novo governo das massas populares. A ideia era reconstruir tudo e todos, como um Estado unitário, uma cultura nacional, ensino e saúde para todos, estatização das terras, um sistema jurídico e uma organização judiciária única, com ampla participação popular, substituindo as autoridades tradicionais e o direito costumeiro. E na última fase, Moçambique foi levado a desmantelar o Estado social e constituir o Estado democrático, representativo e multipartidário, assente no capitalismo neoliberal, independente entre aspas, uma vez que o colonialismo se reconstrói em novas formas, em cumprimento aos comandos dos organismos internacionais, financiadores da própria realidade social e cultural local.

Estas transformações leva o Estado a reconstruir os tribunais comunitários, revalorizando a diversidade étnica e cultural, permitindo aos cidadãos, resolverem seus conflitos na comunidade. Isto reacendeu as discussões sobre as autoridades tradicionais, que acabou sendo recriadas, em razão dos condicionantes internacionais, as acharem viáveis para o fortalecimento e ajustamentos estruturais, a partir da descentralização, da instrumentalização do controle político, do novo estado moçambicano.

Contudo, atualmente, a partir de meados dos anos 2000, o Estado moçambicano vem promovendo o debate e as discussões, referentes a uma revisão da organização judiciária e regulamentação dos tribunais comunitários, com o fim de incentivar e reconhecer outros sistemas normativos e instâncias de resolução de conflitos, alterando substancialmente a pluralidade jurídica. Em Moçambique as três culturas jurídicas apresentadas, se interligam, criando e recriando em cada momento e em cada lugar, realidades sociais efêmeras, às quais podemos nos apossar novamente, da expressão de Santos (2003 e 2006), de hibridismos jurídicos e também da sua metáfora, para caracterizar este contexto, quando ele diz: palimpsesto de políticas e culturas jurídicas.

O que se pôde perceber é que as autoridades tradicionais, ou as instâncias ou justiças comunitárias e os tribunais costumeiros em Moçambique, apesar das políticas coloniais engendradas, não foram capazes de os extinguirem, mas pelo contrário têm sido reinventados, desempenhando papéis nos espaços e no campo jurídico da resolução de conflitos, principalmente nas questões rurais e familiares. Para Meneses (2005), os estudos sobre Moçambique tendem a priorizar as autoridades tradicionais e se esquecem da grande quantidade de outras entidades, de resolução de conflitos encontradas, formando um leque de legitimidades reconhecidas tanto quanto aquelas.

4. Pluralismo jurídico enquanto prática do direito emancipatório

O pluralismo jurídico tem sido uma experiência argumentativa pós-positivista, desde o século XIX, a qual distingue do direito estatal, reconhecendo outras multiplicidades de ordens normativas e formas de resolução de conflitos, coexistindo na sociedade, sob diversas formas, extensões e intensidades. O pluralismo jurídico não é novidade, mas é uma experiência não reconhecida pacificamente, pois a visão colonial eurocêntrica do direito positivo, tem se alastrado como uma epidemia sócia política, principalmente no mundo ocidental. Esta discussão é um processo dialético, em construção nas diversas ciências sociais, dentre elas a antropologia e a sociologia, mas muito pouco discutido e aceito nos meios acadêmicos, principalmente nos cursos de direito.

O conceito de pluralismo jurídico, segundo Araújo (2008: 19), ganhou força a partir de meados do século XX, com o trabalho de Max Gluckman sobre a antropologia do direito em África e posteriormente, nos anos 70, com os trabalhos de Gilissen, que confrontará o monismo jurídico com os fatos da realidade sócia jurídica, através do desempenho de papéis e funções de diferentes campos de direito e sua aplicação, e por último, ela cita John Griffiths, como o percussor do desenvolvimento do conceito de pluralismo jurídico, o qual mobilizou a discussão posteriormente.

O pluralismo jurídico enquanto prática emancipatória deverá reconstruir se teoricamente e pela auto reflexão, segundo Santos (2003: 243), a partir de pluralidades interpretativas da ciência jurídica e de ordens jurídicas, de poderes e de conhecimentos, reconhecendo as inter-relações das pluralidades entre si, no bojo das relações de poder, porque a emancipação é relacional e se consolida nas relações entre o direito e o poder estatal, consubstanciado no conhecimento científico. Para Santos (2000: 269) o direito é um corpo de procedimentos regularizados e de padrões normativos, considerados justificáveis num dado grupo social, que contribui para a criação, prevenção e resolução de litígios, realizada através de um discurso argumentativo e articulada sob a ameaça da força, onde este direito deve se estender à resolução das relações conflituosas, estabelecidas no âmbito das instituições da sociedade, as quais envolvem as garantias e os espaços sociais, que vão se construindo nas lutas cotidianas, tornando se emancipatórias na medida em que vão afirmando os direitos sociais.

Essas lutas são empreendidas, no dizer de Santos (2003), pelas rebeldias competentes em ação, levadas a cabo pelo inconformismo, planejada e organizada para um objetivo emancipatório, de libertação dos excluídos e garantias de direitos de inclusão social. O potencial emancipatório do direito dependerá dessas lutas sociais contra a globalização hegemônica, travadas pelos movimentos sociais locais e globais e, do repensar a ação social, transpondo os obstáculos da regulação neoliberal jurídica e política, abrindo espaços para a emancipação. A Reinvenção do direito deve ser para lá de emancipatório, criando-se o direito emancipatório do emancipatório, do contrato social da antiglobalização da modernidade. Isto se constituirá, numa versão contra hegemônica, a partir das bases sociais de lutas e de sua organização, em diálogo constante com outras organizações sociais mundializadas. Cada base deve ter um representante, que possa levar as propostas de lutas às outras bases, para unir as forças por um movimento social global, mas com raízes regionais e a partir de experiências locais, e aqui cito o exemplo do movimento zapatista no México, pois ele se aproxima desta estrutura social.

O cosmopolitismo subalterno de Sousa (2003) se refere a um projeto cultural, político e social de que apenas existem manifestações embrionárias e que este direito deverá na prática, se consubstanciar numa legalidade, que deve ser empreendida num espírito prospectivo e prescritivo. Um exemplo de que esta perspectiva do cosmopolitismo subalterno do direito é contra hegemônica, mas pode assumir-se hegemônica demoliberal, foi o pluralismo jurídico caracterizado nas inter-práticas cotidianas, ente o direito cooptado do Chefe Kgotla e o Direito do Magistrado em Botswana. Portanto, torna se necessário verificar, quais as formas de pluralismo jurídico, que conduzem à legalidade cosmopolita e quais as que afirmam o poder legal do Estado. Para Santos (2003: 39), "o teste consiste em avaliar se o pluralismo jurídico contribui para a redução da desigualdade nas relações de poder...". E assim o fazendo, reduz também a exclusão social, elevando a qualidade da inclusão. Portanto, o direito não pode ser nem emancipatório, nem não-emancipatório, porque emancipatórios e não-emancipatórios são os movimentos, as organizações e os grupos cosmopolitas subalternos, ou que criam direitos ao lutar por seus direitos, ou recorrem à lei, para levar as suas lutas por diante.

5. Diálogo com as epistemologias do pluralismo jurídico

Maria Paula Meneses foi minha inspiração para a construção das três categorias conceituais de epistemologias jurídicas e seus consecutivos tipos de pluralismos. Também não será possível falar de epistemologias, sem me referir a Santos (2003), idealizador do termo "epistemologias do sul". Para ele, este conceito foi constituído com o objetivo de confrontar os conhecimentos gerados no âmbito científico hegemônico eurocêntrico, advindos da produção do sul global, caracterizado por premissas culturais e sociais contra hegemônicas, porque distintas das que estão à disposição, nas epistemologias do norte ocidental. Estas epistemologias do norte se constituem de conhecimentos universalistas, homogêneos e monocultural, consolidados a partir da imposição e sobreposição do colonialismo redutor, explorador e excludente, das diferenças étnicas culturais. Evidentemente que, uma teoria assente em todos os pressupostos do norte global, não seria válida no sul global, pois ela não seria capaz de se comunicar com a diversidade das interculturalidades das epistemologias do sul.

O termômetro para verificarmos a potencialidade dessas lutas sociais, é medido pelas categorias epistemológicas jurídicas, que tenho proposto, ao analisar aspectos do pluralismo jurídico, nas realidades africana e latina americana. A partir do conceito de epistemologias jurídicas do norte, verifico e identifico um pluralismo jurídico fraco. Pois toda rica gama de produção do direito e de outros sistemas de resoluções de conflitos fica fora da definição do direito, e com isto, desperdiça se muito, da capacidade de se interpretar e dar respostas, à prestação jurisdicional, a partir de outros mecanismos de direitos, fora dos limites do direito estatal.

O acesso á justiça nos países africanos tendem a ser reduzido no sistema oficial do Estado e amplo nas instâncias tradicionais e comunitárias, bem como nos tribunais costumeiros, na busca pela resolução dos conflitos, da maioria dos cidadãos africanos. Isto foi afirmado pela Meneses (2012: 26.), ao citar além do caso angolano, diversos outros Estados africanos como: Malawi, Serra Leoa, Moçambique, Gana e outros, como também percebidos, nas realidades sócias jurídicas e políticas de Botswana, Moçambique e Angola. O pluralismo jurídico em África reclama por um direito consagrado ancestralmente pela tradição comunitária. Tanto estes direitos como os diversos meios de acesso à justiça, às vezes negociados, outras vezes reafirmados e ainda, resistidos às imposições dos Estados "pós-coloniais", como direito costumeiro e os sistemas de justiça tradicional ou comunitários são frequentemente procurados e utilizados pela maioria dos africanos e isto se dá, como percebemos, em razão da vasta possibilidade de resolução dos seus conflitos, a partir de uma ótica restauradora, de perseguição da coesão social, restituição, reconciliação e reabilitação, ao invés do sistema oficial, que enfatiza a retribuição entre as partes. Todas estas realidades se incluem no conceito de epistemologias jurídicas africanas, de pluralismos fortes porque, apesar do contexto delimitado em que foram estudadas, estas se apresentam de muita riqueza e complexidade, constituindo se, de diversos direitos e instâncias de resolução de conflitos, inter-relacionadas tanto entre si, como entre si e o Estado.

Já a realidade latina americana se constitui nas epistemologias jurídicas de pluralismo "meso" fraca, em construção para forte, porque verificamos que o Estado ineficiente não alcança determinados espaços sociais com sua política de prestação jurisdicional, mesmo com o aparato policial especializado e os movimentos sociais estão distribuídos sob a égide de diferentes origens, reivindicando diversos direitos, que se separaram em razão da organização, do nível de consciência política e da práxis hegemônica. Eles vêm atuando em diversos momentos, a partir de diferentes formações sociais, concepções de luta e de organização, pois dialeticamente vem se construindo e se renovando a partir dos momentos históricos, sociais, políticos e regionais, peculiares de cada país ou região, dentro do país ou da América Latina.

Terminando as minhas epistemologias jurídicas, cito novamente Santos (2003) com as suas epistemologias de saberes, afirmando que, os conhecimentos gerados pelas epistemologias do norte não incluem os adquiridos nas epistemologias do sul e desperdiçavam uma diversidade de conhecimentos narrativos, e assim, o diálogo de comunicação entre uma e outra epistemologia, enriqueceria e robusteceria os projetos de transformação social da modernidade.

Referências bibliográficas

Araújo, Sara (2008). "Pluralismo Jurídico em África: Ficção ou realidade?" Revista Crítica de Ciência Sociais, 83, 121-139.

Azevedo, Plauto Faraco (1996). *Aplicação do direito e contexto social*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

Caldeira, Teresa (2000). *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp.

Carvalho, Lucas Borges de (2010). "Caminhos (e descaminhos) do pluralismo jurídico no Brasil", *in* Wolkmer, Antonio Carlos e all. (orgs.). *Pluralismo Jurídico: os novos caminhos da contemporaneidade.* São Paulo: Saraiva.

Dantas, David Diniz (2005). *Interpretação constitucional no pós-positivismo: teorias e casos práticos.* São Paulo: Madras.

Durkheim, Émile (2010). *Da divisão do trabalho social*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.

Griffiths, Anne (1996). "Between Paradigms: differing perspectives on justice in Molepolole Botswana". Journal of Legal Pluralism.

Meneses, Maria Paula & Menezes, André Kaputo & Cardoso, Aguiar Miguel & Abreu, Isabel (2012), "As Autoridades Tradicionais em Luanda", *in* Meneses, Maria Paula & Lopes, Júlio (org.), *O Direito por fora do Direito: as instâncias extra-judiciais de resolução de conflitos em Luanda*. Coimbra: Almedina, 329-368.

Meneses, Maria Paula & Lopes, Júlio (orgs.) (2012). "Conclusões: as instâncias extra-judiciais de resolução de conflitos em Luanda", *in* Meneses, Maria Paula & Lopes, Júlio (org.), *O Direito por fora do Direito: as instâncias extra-judiciais de resolução de conflitos em Luanda*. Coimbra: Almedina, 369-376.

Meneses, Maria Paula (2012), "Pluralismo social, pluralismo legal em Luanda, Angola", *in* Meneses, Maria Paula & Lopes, Júlio (org.), *O Direito por fora do Direito: as instâncias extra-judiciais de resolução de conflitos em Luanda*. Coimbra: Almedina, 21-38.

Meneses, Maria Paula & Fumo, Joaquim & Mbilana, Guilherme & Gomes, Conceição (2003). "As autoridades tradicionais no contexto do pluralismo jurídico", *in* Santos, Boaventura de Sousa & Trindade, João Carlos (orgs.). *Conflito e Transformação Social: uma paisagem das Justiças em Moçambique,* volume II; Porto: Afrontamento.

Oliveira, Luciano (2004). *Sua Excelência o Comissário e outros ensaios sobre sociologia jurídica.* Rio de Janeiro: Editora Letra Legal.

Miranda, Orlando de (1995). *Para ler Ferdinand Tonnies.* São Paulo: Edusp.

Santos, Boaventura de Sousa (2001). "Os processos da globalização", *in* Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Globalização. Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (2002). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.* São Paulo: Cortez.

Santos, Boaventura de Sousa (2003). "Poderá o direito ser emancipatório?". Revista Crítica de Ciências Sociais, 65, 3-76.

Santos, Boaventura de Sousa (2005). "A sociologia dos tribunais e a democratização da justiça", *in* Santos, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.* São Paulo: Cortez.

Santos, Boaventura de Sousa (2012). “Democratizar a democracia”. São Paulo: Saraiva.

Wolkmer, Antonio Carlos (2001). *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. São Paulo: Alfa Omega.

ENTRE A CIVILIZAÇÃO, A BARBÁRIE E O DIREITO: refletindo sobre a Filosofia Jurídica da Alteridade.

Antonio Guimarães Brito
antoniobrito@ufgd.edu.br; tombrito@yahoo.com

Resumo: Com a inauguração da Modernidade, se construiu um grande Estatuto Jurídico universalizante, no sentido de se organizar a humanidade, entre os reconhecidamente humanos e os Não-Humanos. Radicalmente formatado em uma concepção eurocêntrica, esse Estatuto Jurídico selecionava, separava, julgava, incluía e marginalizava o mundo entre civilizados e bárbaros. Nesse sentido, civilização e barbárie são as categorias fundamentais do Estatuto Jurídico da Modernidade, signos por excelência de uma classificação sobre a natureza humana, significando, por sua vez, em um sistema de direitos e garantias para uns e o completo abandono para outros. Ser civilizado ou ser bárbaro implicava o reconhecimento ou a negação de todos os direitos fundamentais à dignidade humana

Palavras- Chaves: Civilização; Barbárie; Direito; Alteridade; Ética.

1. Estatuto Jurídico da Modernidade: entre o Civilizado e o Bárbaro

Com a inauguração da Modernidade, construiu-se de caráter plenamente universal, um grande Estatuto Jurídico no sentido de se organizar a humanidade. Radicalmente formatado em uma concepção eurocêntrica, esse Estatuto Jurídico selecionava, separava, julgava, incluía e marginalizava o mundo entre civilizados e bárbaros. Nesse sentido, civilização e barbárie são as categorias fundamentais do Estatuto Jurídico da Modernidade, signos por excelência de uma classificação sobre a natureza humana, significando, por sua vez, em um sistema de direitos e garantias para uns e o completo abandono para outros. Ser civilizado ou ser bárbaro implicava o reconhecimento ou a negação de todos os direitos fundamentais à dignidade humana. Enquanto que para o civilizado desenvolviam-se direitos históricos, como os da liberdade civil, política e religiosa, principalmente após as revoluções liberais, para os bárbaros destinavam-se primeiramente a Guerra Justa, a Encomienda, o instituto da tutela, as políticas de assimilação e o tráfico comercial negreiro. Enquanto a civilização representava a afirmação do homem racional, branco, europeu e, acima de tudo, sujeito de direito, o bárbaro era destituído de humanidade, ou seja, a barbárie é o lugar do Não-Sujeito, do Não-Direito, do Não-Humano.

Por outro lado, para sustentar o Estatuto Jurídico da Modernidade, práticas discursivas foram construídas, no sentido de definir, compreender e difundir tanto a civilização como a barbárie. Foram os discursos colonialistas – como o da Incapacidade Indígena, discutido tanto por Sepúlveda como por Las Casas; o da Degeneração da América, defendido por Buffon e De Pauw; o do Projeto Iluminista, principal discurso colonialista; o do Evolucionismo, com Spencer, Darwin, Morgan, Frazer, Tylor e tantos outros; como também pelo Racismo Científico, em que, por intermédio de uma suposta ciência, a superioridade do homem branco-europeu era sempre afirmada e, ainda, o da Filosofia Ontológica, centrada no sujeito-em-si – que forjaram o Estatuto Jurídico da Modernidade, ou seja, a concepção de civilização *versus* barbárie. Todos esses discursos foram colonialistas e culminaram com a radicalização do Outro como Não-Ser. A partir da Modernidade, o Mundo eurocêntrico estava dividido juridicamente entre civilizados e bárbaros, os primeiros com o direito à dignidade e os últimos completamente destituídos de qualquer direito fundamental. Toda a construção jurídica eurocêntrica destinou-se aos civilizados. Aos bárbaros restou a exploração, o assassinato, o genocídio e a escravidão.

Entre todos os discursos colonialistas, o Iluminismo foi a prática discursiva de maior amplidão e alcance durante a Modernidade. As luzes eram a afirmação da superioridade do civilizado, do racional, do homem da corte, dos costumes eurocêntricos, pois, imbuído de uma vontade universalizante, possuía implicado em seu

discurso o desejo de poder. O projeto iluminista possuía um caráter universal, exemplar, abstrato, ontológico e, acima de tudo, colonialista. Travava-se uma luta contra a barbárie dos povos americanos, indígenas e selvagens. O Século das Luzes está "[...] impregnado de fé na unidade e imutabilidade da razão. A razão é una e idêntica para todo o indivíduo pensante, para toda a nação, toda a época, toda cultura" (Cassirer, 1994:23). O projeto civilizatório é um plano iluminista, essencialmente etnocêntrico e evolucionista. As letras, as artes e as ciências existem dentro da concepção dualista de civilização e barbárie. Não há arte, letras, ciência e humanidade fora do projeto iluminista, esse é o pensamento predominante do século XVIII. Após Giordano Bruno, Corpérnico, Galileu, Newton, Kepler, Da Vinci, Spinoza, Descartes, Leibniz, Montaigne, Hume, Bacon, Bodin, Grotius, Hobbes, Locke, Erasmo, Montesquieu, Diderot, Voltaire, Kant, D'Alembert, Fontenelle, Condillac, Maupertuis, entre outras dezenas de nomes importantíssimos do Renascimento e do Iluminismo, o mundo era uma representação do projeto civilizatório europeu contra a barbárie. Como declara Madalena (2009:35) "Muito, para não dizer quase tudo, daquilo que consideramos como valores régios da Modernidade, tem suas raízes (ou epicentro, a partir do qual se desenvolveram, cresceram e expandiram como ondas) no iluminismo"; ou seja, o projeto civilizatório da Modernidade é uma proposta fundamentada nos pressupostos iluministas. A fé em uma natureza moral imutável, uma unidade orgânica do gênero humano, é disso que decorre todo senso de justiça, tanto para Diderot, Voltaire e Montesquieu (Cassirer, 1994).

Por outro lado, o discurso colonialista da Filosofia Ontológica, de uma forma muito mais sutil e requintada, do ponto de vista da reflexão intelectual, fortaleceu a ideia egocêntrica do sujeito Ser-Eurocêntrico, senhor do mundo e do Direito. A razão ontológica fundamenta-se na supremacia do sujeito civilizado, ente soberano, cartesiano, racional, mas, antes de tudo, colonialista.

A percepção ontológica absoluta do sujeito faz com que o homem moderno ignore a humanidade do índio e posteriormente declare que "Deus morreu". É um processo de "mundanização", "dessacralização", "barbarização", "dominação". Como escreve Dussel (1977: 262), "Este homem moderno europeu é o homem que a filosofia define como ego. No pensamento medieval este ego, pessoa, se afirmava como transcendência na relação teológica [...]". E conclui, "[...] mas desaparecendo Deus na Idade Média na experiência ateia do homem moderno europeu, o ego fica só, e por isso, então, o ego, primeiro diz: Eu conquisto". A Modernidade, a oposição entre civilizados e bárbaros, o projeto das luzes, tudo isso está fundado na ontologia do sujeito, que é resumido por Mattei como (2002:156): "[...] individualismo em termos antropológicos, subjetivismo em termos metafísicos, egoísmo em termos éticos, antropocentrismo em termos teológicos". A absolutização do sujeito – metafísica moderna – reduz o Mundo e o homem ao "ser-egótico", como expõe Dussel (1977).

Contudo, com a emergência dos discursos descolonialistas latino-americanos – como a Filosofia da Libertação e a Ética Concreta da Alteridade – rompe-se com o Estatuto Jurídico da Modernidade, fundamentado na oposição entre civilização e barbárie. Ocorre uma verdadeira descolonização, na qual o Outro é reconhecido em sua alteridade e dignidade. Ocorre que, tanto a Filosofia da Libertação como a Ética Concreta da Alteridade – os dois discursos descolonialistas – possuem em comum o fundamento da Alteridade como proposta libertadora do Outro, superando o paradigma do Estatuto Jurídico da Modernidade. Para o discurso descolonialista, não há mais a divisão entre civilização e barbárie. Isso significa o reconhecimento da dignidade do Outro, por intermédio do respeito a Alteridade. A diferença deixa de ser motivo da negação do Direito e passa a ser reconhecida como fonte afirmadora da dignidade do Outro. Ocorre uma verdadeira revolução na forma de se pensar e de ser ver o Outro. Realiza-se um processo de desbarbarização do Outro, quando sua identidade cultural, suas peculiaridades históricas e locais passam a ser percebidas como direito fundamental do ser. O Outro, antes estranho, diminuído, humilhado, negado, rebaixado, envergonhado, abatido, ergue-se e revela sua face humana. E isso significa que, por meio da Alteridade não há mais a oposição entre civilização e barbárie, pois novos caminhos são descobertos em relação de diálogo, cooperação e Direito. A Alteridade, pressuposto e fundamento dos discursos descolonialistas, é motivadora de um novo Estatuto Jurídico para a humanidade, rompendo com o paradigma histórico da Modernidade, paradigma esse que significou a morte, o assassinato, o massacre, o estupro, a escravidão, de toda periferia do Mundo eurocêntrico. Com o direito a Alteridade, não há mais barbárie, não há mais civilização, mas a possibilidade de se construir novos rumos na história humana. A ética da alteridade, nesse sentido, apresenta-se mais como uma experiência pensante prática, de encontro com o Outro, e não a repetição cansada de uma razão teórica tradicionalmente ocupada com a ontologia do sujeito.

Experiência ética da alteridade é um Vir-a-Ser, aberta à realidade do Outro e concretizada na solidariedade. É um pensar que entende que "A condição do pensamento é uma consciência moral" (Levinas, 2009:39), e que tem raízes profundas no sofrimento dos historicamente colonizados. Nessa direção, escreve Dussel (1977: 8-9), que "A partir da "alteridade", surge um novo pensar, não já dialético, mas analético, e aos poucos, penetramos no desconhecido para a filosofia moderna, para a filosofia europeia presente, para o pensamento logológico, instaurando uma antropologia latino-americana [...]". O autor também destaca que "Filosofia dos oprimidos a partir da opressão. Filosofia da libertação das nações pobres do globo. [...] A filosofia da libertação ou meta-física da alteridade propõe-se, para além da modernidade europeia e da dependência cultural própria da nossa América latina [...]".

É importante destacar que os discursos descolonialistas – Filosofia da Libertação e Ética Concreta da Alteridade – não são expressões meramente teóricas, concebidas em processos intelectuais tipicamente eurocêntricos, mas construídos a partir da luta concreta do cotidiano, manifestada por intermédio do muitos movimentos sociais, como os dos sem-terra, dos sem-teto, das Ligas camponesas, das comunidades faveladas, dos negros e, principalmente, dos indígenas, uma vez que estes foram os que mais sofreram com o colonialismo. Não se trata de uma percepção teórica quanto à reflexão subjetiva, abstrata, cognitiva, mas construída a partir do clamor de sofrimento dos subjugados do colonialismo, ou seja, representa a luta diária pelo reconhecimento do direito à dignidade, direito esse roubado pelo Estatuto Jurídico da Modernidade. Os movimentos sociais, em sua dinâmica e prática cotidiana, concretizam os discursos descolonialistas, rompendo com a divisão entre civilizados e bárbaros. Na essência do processo histórico, a luta dos movimentos sociais é uma luta contra a barbárie.

Pode-se afirmar que é justamente na concretude das lutas cotidianas, na reivindicação dos direitos fundamentais historicamente negados aos marginalizados, que a exterioridade jurídica do Outro é revelada, defendida e gritada. O que antes silenciava, tornava-se invisível e, se sufocava, ora se insurge, clama, incomoda, principalmente por intermédio dos movimentos sociais de cunho popular. Significa um rompimento com antigas estruturas políticas, oriundas da cultura histórica europeia. Independentemente das burocracias funcionais, esses movimentos se manifestam das mais variadas forma de protesto e luta. Como explica Wolkmer (2001: 132), "Neste particular, os novos movimentos sociais representam um paradigma alternativo de cultura política na medida em que rompem com as antigas formas de organização e representação da sociedade [...]", promovendo verdadeiras microrrevoluções cotidianas.

Dessa maneira, a ética concreta está presente nos diversos movimentos populares, seja na luta dos negros em sua inserção universitária, seja nos protestos ecológicos, nas ocupações dos sem-terra, nas passeatas homoafetivas, na luta urbana dos sem-teto, ou principalmente no movimento indígena.

Observa-se, que o movimento dos povos indígenas representa, em síntese e em sua expressão mais verdadeira, a luta da descolonização, por serem os índios as maiores vítimas históricas do colonialismo. A emancipação e a autodeterminação dos povos indígenas encerra em si um símbolo vivo do fim da divisão entre civilizados e bárbaros. O reconhecimento e a efetivação do direito a preservação de suas culturas, usos, costumes, línguas, mitos, como também de suas terras tradicionalmente ocupadas e, acima de tudo, o respeito à sua dignidade como Outro, são processos de libertação do colonialismo, como bem citado por Joênia Wapixana, em sua defesa no Supremo Tribunal Federal, no caso Raposa Serra do Sol.

Destaca-se, que durante o processo da dominaçao colonialista, a política para com os povos indígenas oscilou, entre o exterminío e a desindigenizaçao. Havia o interesse declarado de fazer desaparecer o indígena na América Latina, tratava-se de um problema fundamental para a formaçao da sociedade latino-americana na perspectiva colonialista. A visão do índio como bárbaro irá se fazer presente durante os quinhentos anos de colonialismo latino-americano. O assassinato do indígena, o estupro a índia, as aldeias queimadas e etnias inteiras destruídas por pestes e doenças, foram assim os quinhentos anos de extermínio dos povos indígenas, desde a época de Las Casas até recentemente na Amazônia brasileira, como o genocídio dos Oro-win (Brito, 2000), dos yanomamis (Rocha, 2007), e uma quase infinita relação de etnias mortas (Ribeiro, 1977), tanto pelos ciclos da borracha, como pela ocupação desordenada da Amazônia, pela pecuária irresponsável, pelo garimpo criminoso, pelos projetos de reforma agrária promovidos pelo governo em terras indígenas. Contudo, o movimento indígena vem crescendo, amadurecendo e tornando-se símbolo da luta contra a colonialidade.

Todo esse processo diz respeito à descolonização do Estatuto jurídico da Modernidade, isto é, o rompimento do Binômio Civilização-Barbárie.
Os bárbaros, vítimas dos discursos colonialistas, emergem nos Movimentos Sociais Populares com toda a sua força histórica reprimida no sofrimento em silêncio e promovem a descolonização da periferia. E, no que diz respeito a isso, o indígena, o clássico bárbaro do colonialismo, em sua luta de emanciapção e libertação, representa o inquietante, mas justo processo de solidariedade humana em seu sentido mais amplo e promissor.

2. O reconhecimento da exterioridade jurídica e concreta do "ser" no "outro": a descolonização jurídica da barbárie

> Mas, surpreendentemente, o tempo foi mostrando que o "primitivismo" latino-americano só reivindica o direito de criar uma civilização sem a barbárie, a liberdade de elaborar uma filosofia própria para enfrentar e superar a irracionalidade do colonialismo. (Semeraro, 2009: 152)

Entende-se que a barbárie é um conceito colonial que significa o não reconhecimento jurídico da dignidade do Outro, do diverso, do índio, do mestiço, do favelado. A ideia da barbárie como negação do Outro foi construída e difundida pelos discursos coloniais. Trata-se da barbarização de todo aquele diverso do mundo eurocêntrico. E o *status* jurídico do bárbaro é o de Não-Humano, ou de uma humanidade incompleta, diminuída, deformada. Ao contrário, com base em uma ética fundamentada na vida vivida do cotidiano, na concretitude do ser e de suas necessidades básicas, nas condições materiais de sobrevivência humana e no respeito à diversidade da cultura, o Outro é reconhecido e libertado da barbárie. É nesse sentido, que a filosofia concreta da alteridade, surgida no âmbito latino-americano, voltada para as lutas populares, para o movimento indígena, para as ligas camponesas e aos sem-teto, sem-terra, aos famintos e ridicularizados, rompe com a ideia da barbárie e da civilização, entendendo ser essa oposição fruto da concepção colonialista do mundo. Como pondera Semeraro (2009:155), "Contra os discursos a-históricos e os devaneios pós-modernos, a filosofia na América veio se construindo por sujeitos concretos profundamente enraizados na empiria da população pobre que afirma a obstinada consistência da vida real [...]". Trata-se de um resgate da realidade da vida, libertando-se da forma de se pensar meramente abstrata e subjetiva. Procura-se revelar o concreto da existência, tendo como base o sofrimento e da exclusão dos marginalizados, ou seja, "[...] o Outro deve ser 'autêntico' em sua exterioridade cultural" (Dussel, 2002: 422). Entende-se, nessa direção, o direito de se ser, o que se é. Fora do controle colonialista, que, para dominar o mundo teve de excluir milhares de povos.

Aponta Semeraro (2009:155) "Ao contrário de uma filosofia abstrata, retórica, introvertida, intelectualista, a filosofia latino-americana se forma na materialidade da existência e assume suas feições a partir das prementes necessidades e da crítica social [...]" O Outro, barbarizado pelo discurso colonialista, tratava-se de um ser vazio, sem identidade, sem direito, sem vida real. Em sua crítica profunda, Dussel (2002:422) é categórico, "[...] a vítima, o "Outro" oprimido e excluído, não é um objeto formal vazio: é um sujeito vivo em um mundo pleno de sentido [...]".

A ética é concreta, pois considera o processo histórico da exploração econômica colonialista e as condições matérias da existência, como também se alia às lutas populares de reivindicação da dignidade concreta. Ao mesmo tempo, trata-se de uma ética da alteridade, no momento que reconhece a diversidade cultural humana e nega a proposta universalista imposta pelo eurocentrismo. Nesse sentido, escreve Wolkmer (2001:268-269) que:

> [...] há que avançar na formulação de uma "ética concreta da alteridade" capaz de romper com todos os formalismos técnicos e os abstracionismos metafísicos, revelando-se a expressão autêntica dos valores culturais e das condições histórico-materiais do povo sofrido e injustiçado da periferia latino-americana e brasileira. A "ética da alteridade" não se prende a engenharias "ontológicas" e a juízos a priori

> universais, postos para serem aplicados a situações vividas, mas traduz concepções valorativas que emergem das próprias lutas, conflitos, interesses e necessidade de sujeitos individuais e coletivos insurgentes em permanente afirmação. Admite-se, assim que a "ética concreta da alteridade" tem um cunho libertário, pois, por estar inserida nas práticas sociais e delas ser produto, pode perfeitamente se materializar como instrumento pedagógico que melhor se adapta aos intentos de conscientização e transformação das nações dependentes do capitalismo periférico, bem como das lutas de libertação e emancipação nacional dos povos oprimidos. Destarte, o conteúdo constitutivo da "ética concreta da alteridade", enquanto expressão de valores emergentes (emancipação, autonomia, solidariedade e justiça), quer como forma de destruição da dominação, quer como instrumento pedagógico da libertação, envolve duas condições essenciais: a) inspira-se na "práxis concreta" e na situação histórica das estruturas sócio-econômicas até hoje espoliadas, dependentes, marginalizadas e colonizadas; b) as categorias teóricas e os processos de conhecimento são encontrados na própria cultura teológica, filosófica e sócio-política latino-americana.

Ressalta-se, que a prática da ética concreta da alteridade revoluciona no sentido do próprio cotidiano do excluído, no seu fazer concreto e diário. É uma utopia inserida na concretitude da existência, não projetada para o futuro, ou esquematizada por uma filosofia abstrata, mas realizada na necessidade momentânea, preeminente, fundamental e urgentíssima, daqueles que passam fome e estão excluídos de toda sorte de bem-estar e segurança. Assim acrescenta Karner (1987:31) "Tal visão de uma sociedade futura não deve ser apenas uma utopia longínqua; antes, sua realização deve começar aqui e agora, na prática diária e não apenas na prática política – o que significa o início da utopia concreta, em que cada pessoa revoluciona sua vida cotidiana".

Esses novos sujeitos são vistos no sentido de titulares de direitos antes não reconhecidos não se refere do sujeito abstrato concebido pela tradição filosófica eurocêntrica, resumido na ontologia absolutista do Ser-em-Si, mas sim no ser concreto, em seu sofrimento real, material e histórico, da mesma forma em sua singularidade cultural, étnica e diversa. Esse é o caráter revolucionário da ética concreta da alteridade, ela elimina de vez a concepção dual entre civilização e barbárie, como também considera os processos mundiais e históricos da exploração econômica. Ao mesmo tempo, não exclui o Outro da humanidade em face de suas diferenças culturais, por isso se trata de uma ética da alteridade, preocupa-se com o direito do Outro, levando em consideração suas necessidades materiais históricas, em razão disso ser uma ética concreta. É de uma ética marxista e antropológica da solidariedade, em que reconhece a existência jurídica do Outro, sua exterioridade, suas necessidades e seu direito historicamente negado. Como bem assevera Wolkmer (2001:236), "Enquanto o metafísico 'sujeito em si' da tradição liberal-racionalista é o sujeito cognoscente a priori, que se ajusta às condições do objeto dado e à realidade global estabelecida, o 'novo sujeito coletivo' é um sujeito vivo e livre, que se autodetermina [...]". O autor observa que "Nesta situação, o 'novo', enquanto portador do futuro, não está mais numa totalidade universalista constituída por sujeitos soberanos, [...] mas no espaço de subjetividades cotidianas compostas por uma pluralidade concreta de sujeitos diferentes e heterogêneos".

Na ética concreta da alteridade, a ideia marxista do proletariado, dos marginalizados da sociedade industrial defendida por Marcuse, ou dos condenados da terra por Fanon, é retomada com mais vigor, com base na concepção latino-americana de povo oprimido, difundida por autores como Dussel, Boff e Gutierrez (Wolkmer, 2001:237). E, o direito como formulação não apenas filosófica, mas muito mais política, volta-se à realidade histórica latino-americana, assumindo um papel decisivo no processo da descolonização do Outro. E isso significa, antes de tudo, na desbarbarização do índio, do negro, do mestiço e do favelado.

A dimensão jurídica na ética concreta da alteridade é revelada a partir do momento que descoloniza o Outro, quando reconhece sua dignidade e seu direito à diferença. O direito de se ser diferente do modelo branco, eurocêntrico, iluminista, ontológico, moderno e civilizatório implica a desbarbarização do mundo latino-americano, indígena e mestiço. A exterioridade jurídica do Outro consiste no reconhecimento do direito à diferença e, com isso, o dualismo entre civilização e barbárie torna-se mero discurso colonialista, que justificou o massacre de todos os povos indígenas, como também mestiços e pobres da América Latina. Quando se aponta

o bárbaro, se exclui da humanidade o Outro, e com isso, nega-se juridicamente todos os direitos fundamentais ao desenvolvimento humano.

O sofrimento da exclusão, da opressão, historicamente constituído no processo do colonialismo, do índio assassinado ao favelado marginalizado, torna-se a força viva e real da ética concreta da alteridade. É um direito que vem de baixo para cima, reivindicando dignidade e respeito, nascido da espontaneidade e do sofrimento, de todo imenso contingente de seres que foram descartados e rotulados de bárbaros, seja nas aldeias indígenas, nas comunidades de base, nas faveladas, nos movimentos de rua, seja na violência do campo. Significa um novo sujeito jurídico e histórico, de caráter coletivo e politicamente insurgente. Referente a isso, Wolkmer ainda menciona (2001:238-239) que "Na verdade, o 'novo sujeito histórico coletivo' articula-se em torno do sofrimento – às vezes centenário – e das exigências cada vez mais claras de dignidade, de participação, de satisfação mais justa e igualitária das necessidades humanas fundamentais [...]". O autor destaca que "[...] o 'antigo sujeito histórico' individualista, abstrato e universal [...], deve dar lugar a um tipo de coletividade política constituída [...]", ou seja, movimento dos sem-teto, sem-terra, indígenas, negros, mulheres e outros segmentos do processo da libertação.

No projeto colonialista, civilização é o mundo jurídico, e barbárie, o mundo fora do direito. "Em suma, a oposição entre civilização e barbárie é a oposição entre o Bem e o Mal" (Wolff, 2004:25), isto é, no conceito da barbárie está presente a noção da ausência do direito. Todavia, a barbárie é um discurso jurídico colonialista, eurocêntrico, por isso a ética concreta da alteridade possui esse caráter de descolonização, pois, ao reconhecer o direito do Outro a ser diferente nega a barbárie. Dessa forma, a ética concreta da alteridade rompe com pressupostos da Modernidade, admitindo outra perspectiva jurídica em relação ao Outro.

3. O movimento dos povos indígenas no Brasil como processo de Descolonização da barbárie: Raposa Serra do Sol e outras lutas indígenas

> A barbárie continua, no entanto é preciso destacar a resistência a essa barbárie, como no Brasil, onde foram criadas associações de luta pela proteção das populações indígenas e de seus direitos. (Morin, 2009:39)

> Dado o passado colonial latino-americano, a questão indígena tem sido fonte de conflitos e movimentos sociais.[...] No caso brasileiro, como a maior parte da população indígena vive em áreas da floresta amazônica, a tendência será o aumento de conflitos, dado o interesse econômico pela região e a demanda dos povos da floresta em geral pela terra. Esta questão ganha relevância também por ser o movimento indígena um dos principais da era da globalização. Ele concentra demandas culturais, histórico-sociais, econômicas e também políticas. (Gohn, 2002:231)

> Estamos vivendo um importante momento histórico hoje no Brasil. A terra Indígena Raposa Serra do Sol, como um caso emblemático em todo território nacional, representa a voz dos povos indígenas e também a possibilidade de vermos aplicado o que já foi garantido há 20 anos – nossos direitos originários, nosso direitos à imprescritibilidade do direito à terra, direito de viver conforme nossos usos, costumes, tradições. Quem define a terra indígena são os próprios povos indígenas. Eu quero lembrar aqui, senhores Ministros, que o que está em jogo são os quinhentos anos de colonização! (Joênia Wapichana, 2009:170)

Desde o encontro de Barbados, em toda América Latina e Caribe, o movimento indígena tem crescido, principalmente a partir do entendimento de que devem ser os próprios índios os protagonistas de sua luta e os sujeitos históricos de transformação de sua realidade de excluído. Nesse contexto, no Brasil, extraordinário movimento de reivindicação dos povos indígenas vem ganhando força e destaque no cenário político nacional.

Apesar das segregações, tanto pela ação criminosa de setores exploratórios, como seringalistas, madeireiros, garimpeiros, pecuaristas e arrozeiros como pela política omissa do Estado, a luta dos direitos indígenas, patrocinada pelos próprios índios, tornou-se um dos mais fortes e instigantes movimentos sociais no Brasil. Mereceu, inclusive, espaço próprio no texto constitucional de 1988. Afinal de contas, são "227 povos indígenas vivendo no Brasil, em 626 terras indígenas [...], falando 180 línguas, [...] e cerca de 450 mil índios" (Ricardo; Santilli, 2009:32).

Como destaca Neves (2003:115), "O surgimento de mobilizações e manifestações indígenas no Brasil está diretamente relacionado com os movimentos étnicos que, a partir dos anos 70, emergem em diversos países da América Latina". Destaca-se que, ainda no ano de 1974, surgiu a primeira assembleia indígena, significando uma tomada de consciência da opressão e da discriminação que o índio estava inserido. E logo em 1980, estudantes indígenas residentes em Brasília criaram a União das Nações Indígenas (UNIND). Como suas jovens lideranças não possuíam muita representatividade com seus povos, acabou não sendo reconhecida. No mesmo ano, foi criado, contudo, em Campo Grande, a também denominada União das Nações Indígenas (UNI). Na sequência, UNI e UNIND se unem, formando uma nova UNI (Neves, 2003). Importa ainda destacar, na década de 1980, a II Assembleia dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro, realizada em abril de 1987, no município de São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas. Foi o início de um processo de diálogo e abertura entre governo e povos indígenas. Como destaca Neves (2003:118):

> Este acontecimento adquire ainda importância ainda maior se considerarmos que, além de reunir cerca de 500 lideranças indígenas da região, membros de entidades de apoio, antropólogos, advogados e partidos políticos aliados dos índios, esta "assembleia" recebeu representantes dos governos federal e estadual, bem como de grupos econômicos com interesse na região. Em documento divulgado ao final das discussões, as lideranças indígenas exigiam a demarcação imediata das terras, o reconhecimento da exclusividade de seus direitos sobre os recursos do solo e do subsolo e o pagamento de indenizações pelas prospecções e explorações ilegais realizadas por empresas mineradoras.

Mas, sem dúvida, foi em 1992, na ocasião da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, patrocinada pelas Nações Unidas e sediada na cidade do Rio de Janeiro, que os povos indígenas no Brasil conseguiram realizar a maior assembleia indígena no território brasileiro, e, nessa ocasião, adotaram sua própria declaração sobre meio ambiente e desenvolvimento, a "Declaração de Kari-Oka".

Nesse processo de reconhecimentos dos direitos indígenas, a questão da terra tornou-se o tema quase central do movimento indígena. Pode-se, inclusive, pensar que a "luta pela demarcação das terras está na gênese do movimento indígena (Neves, 2003:143). Para a cultura indígena, terra possui um sentido cosmogênico, espiritual, no qual suas crenças, tradições, costumes se reproduzem. Pode-se afirmar que a questão indígena é essencialmente inseparável da terra, dos territórios e de seus recursos naturais, uma vez que constituem o elemento vital para a sobrevivência dos povos indígenas, pois, na verdade, o indígena e a terra formam uma só identidade. Destaca-se, nesta discussão, a natureza da relação dos povos indígenas com a terra, ou seja, o caráter territorial e existencial. É por intermédio dessa relação espiritual com a terra, que de uma forma quase geral os povos indígenas perpetuam suas tradições e culturas. Isso tem sido reivindicado e declarado em praticamente todos os documentos, cartas e instrumentos do movimento dos povos indígenas. Trata-se do conceito de territorialidade étnica, presente no artigo 13 da Convenção 169 de 1989, da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

O esforço dos povos indígenas pela demarcação de suas terras tem sido o móvel das grandes batalhas políticas e judiciais enfrentadas pelo movimento indígena no Brasil. Sabe-se, como aponta Mota e Galafassi (2009:76), "[...] que o procedimento demarcatório não cria o direito indígena às terras, direito este que resulta diretamente da Constituição e nasce com a ocupação tradicional", contudo, diante da ocupação desordenada e criminosa e a política jurídica brasileira baseada na necessidade de se recorrer sempre aos tribunais para se valer de um direito anteriormente declarado, os povos indígenas têm focado seu movimento nos processos de demarcação

territorial. Tarefa essa gigantesca, considerando a extensão territorial brasileira, como também a morosidade da justiça. De acordo com Ricardo e Santilli (2009:33), "A extensão total das terras indígenas no Brasil é de mais de 109,7 milhões de hectares, ou 12% do território Nacional. [...]" e na Amazônia legal brasileira "[...] vivem 60% da população indígena brasileira, ocupando 98,8% da extensão total das terras indígenas. Os outros 40% da população indígena vivem em terras predominantemente exíguas, que correspondem a 1,2% da extensão total das terras indígenas".

Nesse sentido, a relação entre o movimento indígena e o processo de demarcação das terras tornou-se fator constitutivo da emancipação e da autonomia dos povos indígenas. Caso singular e talvez pioneiro tenha sido a ação dos índios Kulina, da região do alto do rio Purus, no estado do Acre, e posteriormente imitada pelos Kanamarí, no rio Juruá. Como escreve Neves (2003:133):

> Em virtude das ambigüidades legais e da inoperância do Estado no cumprimento de sua obrigação constitucional de promover a demarcação das terras indígenas, os próprios índios assumiram a tarefa de demarcar e garantir as suas terras. Uma das primeiras iniciativas nesse sentido foi desencadeada pelos índios Kulina da região do alto rio Purus, no Estado do Acre, na fronteira entre Brasil e o Peru, que realizaram a demarcação física de sua terra abrindo picadas na mata e fixando improvisados marcos e placas de madeira construídos por eles próprios. [...] Na assembleia do povo Kulina realizada em 1990, os índios do alto rio Purus, a partir da experiência acumulada em sua terra, incentivaram os seus parentes moradores no rio Juruá a promover a abertura das picadas nos limites da terra indígena Kulina do Médio Rio Juruá que, apesar de delimitada em 1998 pela FUNAI, nunca fora demarcada e que era constantemente invadida por madeireiros, pescadores, seringueiros e principalmente seringalistas, que recusavam a admitir aquela terra como "terra indígena".

Significa a denominada autodemarcação, resultado direto do avanço do movimento indígena no Brasil, pois a terra assume para os povos indígenas um significado muito além e maior do de propriedade no sentido mercantil e civil. No caso dos Kulina, no Médio Juruá, ainda na década de 1990, tratou-se de um enorme passo dado na direção da autodeterminação indígena. Além dos Kulina, ainda no rio Juruá, os povos vizinhos, Kanamari e Deni, iniciaram também o processo de "autodemarcação", colocando marcos de madeira para assinalar as divisas de suas terras (Neves, 2003).

A experiência de autodemarcação dos povos do rio Purus e Juruá inspirou posteriormente a ideia da "demarcação participativa", que foi experimentada no Projeto às populações indígenas da Amazônia legal (PPTAL), subprojeto do Programa Piloto para proteção das florestas tropicais no Brasil (PPG7). Um dos processos de "demarcação participativa" realizados pelo PPTAL foi a demarcação da Terra Indígena Waiápi, cinco outras terras localizadas na região do alto rio Negro, e a Terra Indígena do Vale do Javari (Neves, 2003).

Apesar das diferenças significativas da "autodemarcação" e da "demarcação participativa", ambas reproduzem o amadurecimento do movimento indígena e de suas organizações de luta. Neves (2003:140) distingue com clareza a diferença de ambos os procedimentos:

> Embora a "autodemarcação" e a "demarcação participativa" tenham por objetivo o mesmo resultado de regulação fundiária das terras indígenas, resultado este muitas vezes alcançado a partir de metodologias e procedimentos semelhantes, elas são substantivamente diferentes, uma vez que a participação indígena nestes dois modelos de demarcação é totalmente distinta. Enquanto "autodemarcação" é o espaço por excelência de exercício da mobilização política, de formulação de propostas e da emancipação étnica, na "demarcação participativa" a presença indígena é acessória e meramente de apoio aos trabalhos no terreno com a participação étnica regulada por normas técnicas, por cronogramas de execução de tarefas e por planejamentos administrativos totalmente alheios ao universo indígena.

Nesse sentido, sem dúvida, a "demarcação participativa" funciona em uma esfera institucional e burocrática, enquanto a "autodemarcação" trata-se do exercício pleno do reconhecimento constitucional do direito indígena a suas terras tradicionais, no entanto não se pode negar na primeira modalidade que há também um avanço na direção da afirmação dos povos indígenas, na condição de participantes do processo demarcatório. Destaca-se, obviamente, que as autodemarcações dos Kulina, Kanamari e Deni representam talvez o marco mais importante do movimento indígena e da autodeterminação. Como afirma Neves (2003:143), "Estes três casos de "autodemarcação" concretizados no Amazonas – a "autodemarcação" dos Kulina, [...] a " autodemarcação" dos Kanamari, [...] e a " autodemarcação" dos Deni, [...] demonstram a dimensão emancipatória da " autodemarcação" [...]" O autor também acrescenta, "[...] não reside apenas no seu aspecto de mobilização das populações locais com o objetivo de conquistas territoriais, mas na sua capacidade de construção de um novo sistema possível de relações entre povos indígenas e Estado".

De certa forma, vence-se, a partir da década de 1990, a ideia da tutela absoluta da FUNAI em relação aos índios, abrindo novos campos ao indigenismo e às organizações indígenas. Surgem novos interlocutores e outros setores governamentais e, principalmente, autonomia por parte das lideranças indígenas. E com o Movimento "Brasil 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular – Brasil Outros 500", na passagem comemorativa dos 500 anos de história brasileira a contar da chegada dos colonizadores europeus, o movimento indígena se fortalece e se destaca. Como cita Neves (2003:128), "A participação dos índios no Movimento Brasil Outros 500 [...] mobilizou cerca de 3.600 índios em caravanas. Traçando o caminho inverso da ocupação europeia, em um movimento simbólico de retomada do Brasil [...]", e para concluir, o autor afirma, "[...] a Marcha deu ao país um exemplo gritante de exercício de cidadania na defesa de direitos fundamentais das populações indígenas [...]".

A Marcha Indígena significou uma correção ao desvio histórico brasileiro no tocante aos povos indígenas, demonstrando ao mundo a força e a articulação do movimento indígena. Foi o rompimento decisivo à história de exclusão com que os índios foram sujeitados com a colonização eurocêntrica e a política de assimilação do Estado brasileiro. Durante muito tempo, no Brasil, persistiu a ideia ora da integração, ora da isolação. Para ser índio, era necessário manter-se completamente afastado, ou estaria transfigurado pela desindigenização. Com o movimento indígena, e principalmente pela luta de suas terras, surge uma nova etapa na política brasileira sobre a diversidade, sobre a diferença, e acima de tudo, sobre a superação das marcas do colonialismo. A luta pela terra indígena é, acima de tudo, a luta contra o passado colonialista brasileiro. Como observa Pateo (2009:164), "Estima-se que existam nos dias de hoje mais de 200 processos, em diversas instâncias judiciais, contestando o reconhecimento de Terras Indígenas no Brasil. O mais emblemático deles se refere à terra indígena Raposa Serra do Sol". A questão da demarcação da Raposa Serra do Sol, não apenas pela repercussão internacional que obteve, mas pelo conjunto de seus detalhes, encerra em si a dimensão da luta e o alcance da importância do processo de reconhecimento da territorialidade indígena no Brasil.

Localizada entre os rios Tacutu, Ireng, Miang e Surumu, na divisa do Brasil com Venezuela e a Guiana, a Terra Indígena Raposa Serra do Sol possui uma população aproximada de 20.000 indígenas, entre as etnias Macuxi, Ingarikó, Patamona, Taurepang e Wapixana, distribuídas em 194 aldeias (Santilli, 2009). Calcula-se, cerca de 10 mil Macuxi, 600 Taurepang, 1.170 Ingarikó, 100 Patamona e 7 mil Wapixana, totalizando em tamanho 1,7 milhões de hectares (Mota; Galafassi, 2009). A Raposa Serra do Sol é terra tradicionalmente ocupada por essas etnias indígenas, desde tempos imemoriais; por exemplo, a presença dos Macuxi e Wapixana na Raposa Serra do Sol é citada inclusive por Joaquim Nabuco em seu livro "O Direito do Brasil", publicado em 1903, em sua defesa, ao rei da Itália, no conflito entre Brasil e Inglaterra pela divisa do país. Fato esse resolvido pelo Tratado de Londres. Os indígenas da Raposa Serra do Sol eram tratados por Nabuco como os Guardiões dos Sertões, pelo franco apoio dos índios ao Estado brasileiro. (Mota; Galafassi, 2009). Contudo, tornou-se ainda necessário, em face da ocupação ilegal de arrozeiros, posseiros, madeireiros, abertura de estradas e expansão da pecuária, uma profunda e longa batalha judicial, para que os indígenas pudessem preservar o seu território. Como sintetizou Pateo (2009:166), referindo-se à Raposa Serra do Sol, "Inicia-se então a mais importante batalha jurídica pelos direitos indígenas desde a redemocratização do Brasil, esse é o caráter emblemático da disputa pela Raposa do Sol", pois de um lado o direito originário, fundamental, garantido constitucionalmente, dos índios a seu território étnico, do outro lado, a prática colonialista, de desrespeito e marginalização dos povos indígenas.

O processo administrativo de reconhecimento da Raposa Serra do Sol iniciou por parte da FUNAI em 1991, obtendo parecer favorável pela demarcação em 1993. Como relata Mota e Galafassi (2009:85), a FUNAI, a partir de 1991, determinou "[...] a elaboração de novos estudos relativos à área hoje pertencente à Terra Indígena Raposa Serra do Sol, para resolver divergências relativas tanto à área total a ser demarcada, bem como quanto à forma da demarcação (contínua ou em 'ilhas')" E acrescenta, "Tais estudos culminaram em parecer conclusivo, datado de 1993 (Parecer n. 036/DID/DAF, de 12 de abril de 1993), opinando favoravelmente à demarcação contínua de 1,678 milhão de hectares".

Posteriormente, em 13 de abril de 2005, pela Portaria n. 543, assinada então pelo Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, foi definido, graças a uma maior precisão técnica do levantamento geográfico, que a Raposa Serra do Sol teria como extensão 1,74 milhões de hectares de área contínua (Mota; Galafassi, 2009). Obviamente, o conflito estava armado, pois, durante já algum tempo, os indígenas da região vinham sendo ameaçados e perseguidos pelos posseiros, aliados a autoridades locais. Em maio de 2005, é impetrada, pelos senadores Augusto Affonso Botelho Neto e Francisco Mozarildo de Melo Cavalcanti, a Ação Popular n. 3.388, tendo como objeto a suspensão da Portaria n. 534/2005 do Ministro de Justiça, como também do Decreto homologatório do Presidente da República referente à demarcação da Raposa Serra do Sol (Mota; Galafassi, 2009:106). Inicia-se, então, a batalha jurídica sobre direitos indígenas de maior divulgação e abrangência. O que está em jogo nesse julgamento é o modelo colonialista de exploração e opressão do povo indígena. Ou se perpetuam as velhas práticas, conhecidas muito mais pelas vítimas que se sucederam ao longo dos 500 anos do Brasil, ou se parte para uma nova compreensão, fundada na convivência interétnica, no Estado pluriétnico e multicultural, em que a humanidade do Outro, do negro, do índio, do diferente, é respeitada e reconhecida em sua singularidade e exterioridade jurídica. E outro aspecto fundamental no caso da Raposa Serra do Sol, marco na luta dos direitos indígenas, é a participação, pela primeira vez na história colonialista brasileira, de um indígena, na condição de advogado, falar na Corte máxima, sem a necessidade de representação e defensores alheios ao universo indígena. Como assinala Mota e Galafassi (2009:108), "A isso se somou um fato histórico que torna o caso ainda mais emblemático: pela primeira vez na história do Supremo Tribunal Federal, os Ministros ouviram a sustentação de um índio brasileiro". E acrescenta, "Em 27 de agosto de 2008, Joênia Batista de Carvalho, do povo Wapixana e primeira índia a se tornar advogada no Brasil, subiu à tribuna para fazer sustentação oral em defesa da demarcação da TI RSS [...]".

A sustentação de Joênia Wapixana no Supremo Tribunal Federal representa o início do processo de emancipação histórica dos povos indígenas e, ao mesmo tempo, demonstração clara da prática libertária da filosofia latino-americana, fundada na ética da alteridade e no reconhecimento jurídico. Como um desabafo de todos os povos indígenas brasileiros, Joênia Wapixana Carvalho (2009:171) declarou aos Ministros "A questão da ameaça à soberania, isso dói muito! Dói porque nós ouvimos nossas histórias, contadas por nossos avós, que carregaram nas costas os marcos para definir o território brasileiro [...] ".

No final da disputa jurídica, a força do movimento indígena se revela, na decisão do Supremo Tribunal Federal. Depois de séculos de usurpação e assassinatos, de toda a sorte de humilhação e sofrimento, a voz indígena é ouvida e respeitada. Solenemente traduzido no voto final do Ministro relator:

> Enfim, tudo medido e contado, tudo visto e revisto – sobretudo quanto a cada um dos dezoito dispositivos constitucionais sobre a questão indígena –, voto pela improcedência da ação popular sob julgamento. O que faço para assentar a condição indígena da área demarcada como Raposa Serra do Sol, em sua totalidade. Pelo que fica revogado a liminar concedida na Ação Cautelar n. 2009, devendo-se retirar das terras em causa todos os indivíduos não-índios (Britto, 2009:213).

Sem dúvida os conflitos e desafios permanecem, mas um processo de desbarbarização do Outro se inicia a partir do movimento indígena e na concretização das demais lutas populares, como os sem-teto, os sem-terra, os sem-emprego, os sem-cidadania e, principalmente, os sem-humanidade, condição essa histórica dos relegados à barbárie.

Atualmente, principalmente no estado do Mato Grosso do Sul, políticas e ações genocidas são praticadas contra as etnias indígenas, como exemplo os Kaiowá, que lutam pela retomada de suas terras tradicionais, criminosamente ocupadas pelo agronegócio. Assassinatos de lideranças indígenas por pistoleiros, suicídios de adolescentes e a fome das crianças são fatores de violação aos direitos dos povos indígenas, infelizmente recorrentes na luta dos Kaiowa pelo Tekoha. Mas os povos indígenas resistem bravamente, e já demostraram historicamente, que continuaram lutando, até quando perdurar a ganancia e a estupidez do mundo dito "civilizado".

Referências

BRITO, A. G. (2004) ***Povos Indígenas e Relações Internacionais: a tolerância como princípio das relações interétnicas.*** Dissertação de Mestrado em Direito. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

BRITO, A. G. (2000). *"Aplicação do direito em defesa da reserva indígena Uru-eu-wau-wau*". *Direito e Democracia*,1(2).

BRITTO, C. A. (2009). Voto do Ministro Relator. In: Trujillo, Julia et al. (org.). *Makunaima grita: Terra Indígena Raposa Serra do Sol e os Direitos Constitucionais no Brasil.* Rio de Janeiro: Beco do Azougue.

CASSIRER, E. (1994). *A Filosofia do Iluminismo*. Campinas: Ed. Unicamp.

DUSSEL, E. (2002). Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão. Rio de Janeiro: Vozes.

DUSSEL, E. (1977a) *Para uma ética da libertação latino-americana. Acesso ao ponto de partida da ética.* São Paulo: Loyola.

DUSSEL, E. (1977b). *Para uma ética da libertação latino-americana. Erótica e Pedagógica.* São Paulo: Loyola.

GOHN, M. G. (2002). *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.

KARNER, H. (1987). "*Movimentos sociais: revolução no cotidiano"*. In: Scherer-Warren (org.). *Uma Revolução no Cotidiano?* Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: brasiliense.

LÉVINAS, E. (2009). *Entre Nós – ensaio sobre a alteridade.* Petrópolis: Vozes.

MADALENA, A. (2009) "*Iluminar as Luzes, desdobrar o iluminismo"*. In: Bettiol, M. R. B.; Hohlfeldt, A. (org.). *O Século das Luzes: uma herança para todos*. Porto Alegre: Editora Movimento.

MATTÉI, J. F. (2002). *A Barbárie interior: ensaio sobre o i-mundo moderno.* São Paulo: Unesp.

MORIN, E. (2009).*Cultura e barbárie européias*. Rio de Janeiro: Bertrand.

MOTA, C.; GALAFASSI, B. (2009). "*A demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol: processo administrativo e conflitos judiciais"*. In: Trujillo, Julia et al. (org.). ***Makunaima grita****: Terra Indígena Raposa Serra do Sol e os Direitos Constitucionais no Brasil.* Rio de Janeiro: Beco do Azougue.

NEVES, L. J. O. (2003). "*Olhos mágicos do Sul (do sul): lutas contra-hegemônicas dos povos indígenas no Brasil*". (2003). In: Santos. B. S. (org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural.* Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

PATEO, R. D. (2009). "*A demarcação de terras indígenas no Brasil e o caso Raposa Serra do Sol"*. In: Trujillo, Julia et al. (org.). *Makunaima grita: Terra Indígena Raposa Serra do Sol e os Direitos Constitucionais no Brasil*. Rio de Janeiro: Beco doAzougue.

RIBEIRO, D. (1983). *O dilema da America Latina.* Petrópolis: Vozes.

RICARDO, B.; SANTILLI, M. (2009). "*Povos indígenas, fronteiras e militares no estado democrático de direito"*. In: Trujillo, J. et al. (org.). *Makunaima grita: Terra Indígena Raposa Serra do Sol e os Direitos Constitucionais no Brasil*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue.

SANTILLI, P. (2009). "*Povos do Roraima*". In: Trujillo, J. et al. (org.). *Makunaima grita: Terra Indígena Raposa Serra do Sol e os Direitos Constitucionais no Brasil*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue.

SEMERARO, G**.** (2009)**.** *Libertação e hegemonia: realizar a América Latina pelos movimentos populares.* São Paulo: Idéias & Letras.

WAPICHANA, J. B. (2009) *"Em defesa dos direitos dos povos indígenas na Raposa Serra do Sol"*. In: Trujillo, J. et al. (org.). *Makunaima grita: Terra Indígena Raposa Serra do Sol e os Direitos Constitucionais no Brasil*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue.

WOLFF, F. (2004). "*Quem é bárbaro?*" In: Novaes, A. (org.). *Civilização e Barbárie*. São Paulo: CIA das Letras.

WOLKMER, A. C. (2001). *Pluralismo Jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito*. São Paulo: Editora Alfa-Omega.

Sistema de Justiça e Democracia no Brasil: as experiências das Ouvidorias Externas das Defensorias Públicas

Luciana Zaffalon Leme Cardoso
luzaffalon@gmail.com

Resumo: O texto aborda o percurso de criação das Ouvidorias Externas das Defensorias Públicas do Brasil à luz das inovações democráticas por elas introduzidas no Sistema de Justiça nacional, em um contexto de crescente judicialização de conflitos e busca por assistência jurídica gratuita no país.
As Ouvidorias Externas foram inseridas no organograma das Defensorias como resultado de uma demanda social. Trata-se de experiência vivenciada inicialmente no Estado de São Paulo como resultado de texto de lei elaborado e defendido pelo Movimento pela Criação da Defensoria local, que congregou mais de 400 entidades e movimentos sociais. O modelo foi, alguns anos depois, por força de Lei Federal, expandido para todo país.
Diante do imperativo da Lei Federal diferentes experiências subnacionais foram levadas à cabo e analisa-se este processo de expansão.

Palavras-chave: Acesso à justiça. Defensoria Pública. Ouvidorias. Participação Social. Inovações Democráticas.

Texto:

1. Contextualização

Quando se observa o Sistema de Justiça no Brasil deve-se destacar que o público alvo da prestação jurisdicional[1], que, quando em condições de vulnerabilidade legalmente deve ser atendido pelas Defensorias, nunca contou com qualquer espaço de intervenção nos modos de operação do Poder Judiciário, assim como não contou com espaços de diálogo ou possibilidades de fiscalização das funções exercidas pelo Estado neste universo. Destaca Santos (2010) que as classes populares, durante muito tempo, só tiveram contato com o sistema judicial pela via repressiva, como seus utilizadores forçados. Raramente o utilizaram como mobilizadores ativos - e este é o contexto no qual se insere este artigo.
Pretende-se aqui resgatar as inovações democráticas advindas da criação de um novo mecanismo de controle e participação social nas Defensorias Públicas Estaduais, as Ouvidorias Externas, no contexto de um Sistema de Justiça historicamente marcado pela desigualdade de tratamento entre classes quanto ao acesso à justiça.
Olhando para o hermetismo das instituições que compõem o Sistema de Justiça no Brasil e considerando o papel do direito como ferramenta de mudança social, se busca trazer à luz um novo modelo de Ouvidoria, que legalmente tem como função primeira a viabilização e o incremento do controle e da participação popular na Defensoria Pública.
O avanço do modelo Externo de Ouvidoria, mecanismo já previsto em instituições como as polícias de São Paulo desde a década de 80, foi significativo nos últimos anos, sobretudo após a entrada em vigor da Lei Complementar Federal nº 132/2009, que definiu sua implantação como regra para todas as Defensorias Públicas Estaduais, inspirando-se na experiência exitosa conquistada pelos Movimentos Sociais e Populares na Defensoria de São Paulo.

---

1 [1] A jurisdição, que compete aos órgãos do Poder Judiciário, é uma função do Estado, pela qual ele atua na composição dos conflitos de interesses, com o fim de aplicar o direito, em todas as esferas.

O debate em torno do tema ganhou corpo progressivamente nesses últimos anos e vem se fortalecendo também para outras esferas do sistema de justiça e da administração pública. É diante desse cenário, e das primeiras experiências efetivadas nas Defensorias Públicas do país, que se busca verificar a relação entre o formato institucional das Ouvidorias Externas em pleno exercício nas Defensorias e a intensidade democrática da participação. Para tanto, pretendemos comparar as diferentes estruturas institucionais na perspectiva de identificar quais as que favorecem de fato a participação ou aquelas que, ao contrário, a obstaculizam, tornam mais difícil ou menos genuína, afastando a prática efetiva do modelo originalmente proposto pelo *Movimento pela Defensoria Pública* de São Paulo.

2. Breve histórico

A Constituição Federal de 1988 prevê que todos os estados brasileiros devem contar com Defensorias Públicas que garantam às pessoas em condições de maior vulnerabilidade a assistência jurídica integral e gratuita. Desenha-se, desta forma, a porta de entrada para o sistema de justiça para a maioria da população. São Paulo foi um dos últimos estados a criar sua Defensoria.

O notável atraso na criação da Defensoria de São Paulo, efetivada em 2006, desencadeou um intenso processo de participação popular, que culminou com a criação do *Movimento pela Defensoria Pública*, que congregou mais de 400 entidades politicamente organizadas que ativamente passaram a dialogar, propor e cobrar dos Poderes Executivo e Legislativo os necessários encaminhamentos para a observância do texto constitucional.

O objetivo deste *Movimento*, de acordo com seu manifesto aberto, era impulsionar a criação de uma Defensoria *democrática, autônoma, descentralizada e transparente*, o que restou consagrado no texto da Lei Complementar nº 988/2006, que criou a Defensoria Paulista.

As inovações observadas não representam uma democratização espontânea, mas são, em verdade, fruto de um contexto de atraso político que desencadeou uma mobilização social capaz de viabilizar a incorporação, no texto legal, das prioridades construídas pelo *Movimento* – dentre elas a criação de uma Ouvidoria Externa, titularizada por pessoas que não pertencem aos quadros da instituição, eleitas a partir de listas tríplices elaboradas pela Sociedade Civil[2], para o exercício de no máximo dois mandatos bienais consecutivos.

Em 2009 entra em vigor a Lei Complementar Federal nº 132, que, ao alterar dispositivos da Lei Complementar nº 80/1994, reorganiza as normas gerais das Defensorias Estaduais de todo país, assim como da Defensoria Pública da União, prevendo a criação de Ouvidorias necessariamente Externas.

As Ouvidorias independentes se constituem, neste novo modelo, como uma espécie de elo entre legalidade e legitimidade: trata-se de medida tomada pelo legislador para atender ao compromisso de democratização também do acesso à Justiça – a nova Lei Orgânica da Defensoria Pública é uma das metas do *II Pacto Republicano por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo*[3].

Vale lembrar que o Sistema de Justiça brasileiro passa por uma rápida transformação, em especial desde 2004[4]. Sobre o papel da Defensoria, destaca Sadek:

> (...) ainda que não respeitados, não dá no mesmo a presença ou não de direitos formalizados em diplomas legais. A não coincidência entre o mundo real e o legal adverte para a necessidade de se

---

2 Seguiremos aqui a terminologia *sociedade civil*, adotada pelo texto da Lei Complementar Federal n. 132/2009, que estendeu o modelo de Ouvidoria Externa para todas as Defensorias Estaduais.

3 Assinado em 13.04.2009, o pacto estabeleceu dez metas nacionais para o Judiciário, com o objetivo de reduzir as desigualdades entre os diversos segmentos deste Poder. Um dos focos do trabalho foi o fortalecimento das Defensorias Públicas. No documento, os então Presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva, da Câmara dos Deputados, Michel Temer, do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes e do Senado, José Sarney, firmaram o compromisso de criar meios capazes de garantir o acesso universal à Justiça, "especialmente dos mais necessitados".

4 Aprovação da *Reforma do Judiciário* por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004.

> construir mecanismos que garantam a sua aproximação. Dentre estes mecanismos, a Defensoria Pública se constitui na mais importante instituição. (Sadek, 2007: 15)

É farta a bibliografia que explicitará o papel diferenciado da Defensoria Pública e sua importância como instituição responsável por, de maneira mais eficaz e abrangente, viabilizar o acesso ao direito. Atualmente, no entanto, se verifica o crescente contingenciamento do investimento público no acesso à Justiça, o que se soma aos cenários explicitados nos Diagnóstico da Defensoria Pública, elaborados pela Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça nos anos de 2006 e 2009: a Defensoria ocupa posição evidentemente desfavorável em relação às demais instituições que compõem o Sistema de Justiça no Brasil, quer seja em relação ao número de profissionais, estrutura ou orçamento.

De acordo com Lauris (2009), o debate sobre acesso à Justiça hoje se orienta pelo afunilamento e seletividade resultantes das limitações de financiamento, pelas restrições na definição dos beneficiários dos serviços prestados pela Defensoria e pela redução do alcance destes serviços, entre outros. Temos, segundo Lauris (2009), um afunilamento crescente na definição das necessidades jurídicas elegíveis para a assistência jurídica que, estando de acordo com os propósitos de racionalização da gestão publica, colide com o projeto de um sistema jurídico igualitário.

Se o projeto de universalização do acesso à Justiça também tem se distanciado da realidade, «não é menos verdade que as oportunidades de acesso podem contribuir significativamente para a produção de resultados socialmente mais justos» (2009). Quanto aos efeitos do afunilamento do acesso, aponta Lauris:

> A relação entre desigualdade, exclusão, Justiça e direitos assume os contornos de um circulo vicioso: em virtude dos níveis de desigualdade e dos mecanismos de exclusão, o acesso à Justiça e aos direitos é negado; sendo este negado, mantêm os padrões de desigualdade e exclusão existentes. Consequentemente, o tema do acesso tem se destacado, sobretudo, pela sua negação, isto é, pela perpetuação de processos de diferenciação e hierarquização social enquanto causas e consequências das limitações ao acesso à Justiça e aos direitos. (Lauris, 2009: 122)

O acesso à Defensoria, como passo necessário à efetivação do rol de direitos previstos na legislação brasileira, assume destacado papel de Justiça distributiva, o que se insere, no entanto, em um cenário que apresenta ainda outras dificuldades que merecem destaque e que podem, potencialmente, se valer do modelo de Ouvidoria Externa para suas superações.

3. Ouvidoria Externa como paradigma – Panorama

A Ouvidoria Externa, no modelo em que legalmente foi desenhada, tem a atribuição de buscar incorporar as vozes dos destinatários da assistência judiciária diretamente na determinação das definições políticas da Defensoria, caminhando na direção oposta ao excludente legado judicial brasileiro.

Olhamos aqui para as primeiras experiências de se ter, no organograma da instituição que se configura como porta de entrada do Sistema de Justiça, um representante do povo, eleito pela Sociedade Civil para vocalizar suas demandas, desvinculado dos quadros da instituição e de seus costumes jurídicos - é essa «fenda na justiça» (Cardoso, 2010) que está em discussão.

Parte-se da hipótese de que, por meio da ampliação do diálogo delimitada pelo modelo de Ouvidoria Externa, potencialmente passa a ser possível uma compreensão mais exata do quadro de exclusão jurídica que precisa ser superado, do que precisa ser priorizado. Consideramos, nesta esteira, a participação por meio da Ouvidoria como instrumento para que as desigualdades aflorem na forma de questões prioritárias e possíveis soluções coletivas que caminhem para a efetivação da Justiça, superando-se inclusive os entraves linguísticos e operacionais vinculados ao exercício do direito. Sobre o tema:

> Mas, há também uma outra área, que é a da procura suprimida. É a procura daqueles cidadãos que têm consciência dos seus direitos, mas que se sentem totalmente impotentes para os reivindicar quando são violados. (...) Ficam totalmente desalentados sempre que entram no sistema judicial, sempre que entram em contato com as autoridades, que os esmagam pela linguagem esotérica, pela presença arrogante, pela sua maneira cerimonial de vestir, pelos seus edifícios esmagadores, pelas suas labirínticas secretarias etc. esses cidadãos intimidados e impotentes são detentores de uma procura invisibilizada. (Santos, 2010: 23)

Ainda, segundo Lauris (2009), as tensões e contradições vivenciadas pelos agentes políticos, pelas profissões jurídicas e pelos cidadãos podem influenciar de maneira expressiva a configuração do sistema de acesso e se pretende, ao fim e ao cabo, explicitar a inovação democrática de se ter, no seio da Defensoria, como parte estruturante de sua gestão, um órgão exclusivamente comprometido com a vocalização e defesa dos interesses dos destinatários da assistência jurídica integral e gratuita – os Usuários da Defensoria.

Em outras palavras, o Sistema de Justiça, assim como toda e qualquer esfera de poder e tomada de decisão, seletivamente se adéqua às demandas que lhe são apresentadas por meio de disputas, conflitos e interesses antagônicos.

Levando em conta a magnitude das expectativas e dos interesses de diferentes atores, especialmente operadores públicos do direito, Poder Executivo e destinatários da política de assistência jurídica (cidadãos e movimentos sociais), é de se destacar que a busca do interesse público parece ser sensivelmente fortalecida com o incremento das Ouvidorias Externas das Defensorias.

Acredita-se, dentre outras hipóteses igualmente alinhadas à democratização do Sistema de Justiça, que a Ouvidoria Externa (enquanto espaço de sujeição da Sociedade Civil na estrutura das Defensorias) pode servir não só à fiscalização da instituição, mas também ao melhor planejamento da atuação dos mecanismos de acesso/assistência jurídica e propiciar a «criação de novas correntes jurisprudenciais sobre problemas recorrentes das classes populares e, finalmente, a transformação ou reforma do direito substantivo» (Santos, 1995), em proveito das pessoas em condição de maior vulnerabilidade.

O avanço do modelo Externo de Ouvidoria foi significativo nos últimos anos. Se existiam apenas duas Ouvidorias Externas em exercício entre as Defensorias Estaduais em 2009[5], hoje elas são nove e compõem o Colégio de Ouvidorias de Defensorias Públicas do Brasil[6] de forma empoderada, posicionando-se pela replicação do modelo, tanto nas Defensorias quanto em outras instituições públicas, e por seu fortalecimento mútuo

5 Ouvidorias das Defensorias Públicas dos Estados de São Paulo e da Bahia.

6 Criado antes de 2009 para reunir esforços em torno da consolidação das Ouvidorias Externas, o colegiado teve gradual fortalecimento nos últimos anos, pelo engajamento de todas as Ouvidorias participantes.

FIGURA 1 - Mapa: Ouvidorias Externas em exercício em dezembro de 2014

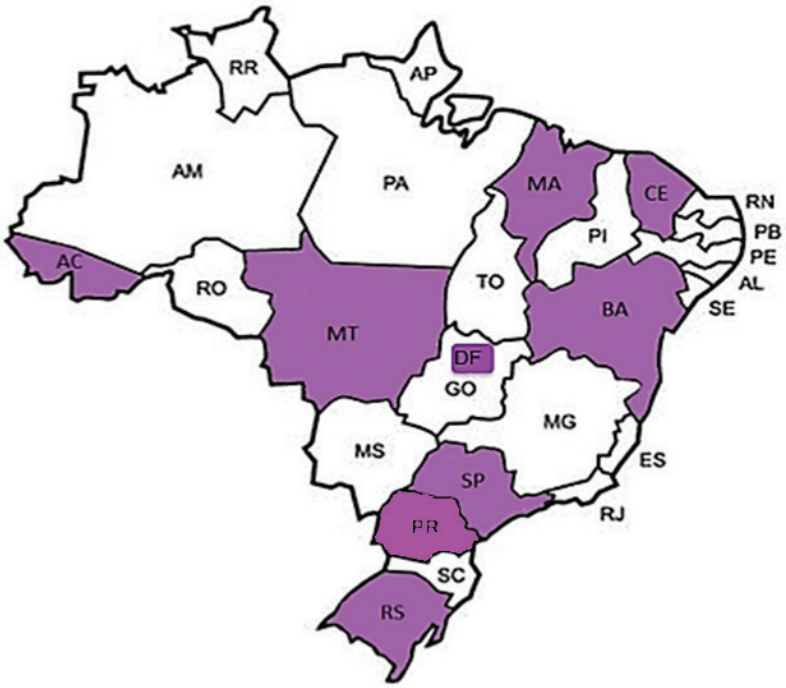

Fonte: Colégio de Ouvidorias das Defensorias Públicas do Brasil

Ainda buscando apresentar o contexto geral no qual se insere o processo de implementação do novo mecanismo, há que se ressaltar que diversos Movimentos Sociais têm tido destacada atuação pela consolidação do modelo Externo de Ouvidoria no cenário nacional, pautando o tema em congressos, seminários, audiências públicas e diversas publicações e documentos políticos, como se verá no capítulo 7 abaixo. Destaca-se especialmente a atuação de: Forum Justiça, JusDh – Articulação Justiça e Direitos Humanos, Pastoral Carcerária, Rede de Justiça Criminal e RENAP – Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares.

De outro lado, como também se verá mais detidamente adiante, temos uma robusta resistência ao modelo, inclusive com o questionamento de sua constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF).

O que parece estar em questão é compreender as dinâmicas de alijamento e apropriação dos mecanismos públicos de acesso à justiça com destaque, aqui, para as próprias Ouvidorias a serem titularizadas por representantes da Sociedade Civil.

Tendo em vista o marco legal federal, que, respeitando o princípio federativo, define patamares mínimos para todas as Defensoria, e as diferentes normativas subnacionais vinculadas à concretização local das Ouvidorias, buscamos verificar, tendo como ponto de partida o modelo construído pelo *Movimento pela Defensoria*, avanços e retrocessos experimentados pelos estados que implementaram Ouvidorias após a entrada em vigor da Lei Complementar nº. 132/2009, bem como suas diferenças. Como dito acima, se pretende comparar as diferentes estruturas institucionais levadas a cabo, na perspectiva de identificar quais as que favorecem de fato a participação ou aquelas que, ao contrário, a obstaculizam, tornam mais difícil ou menos genuína.

4. Perspectiva metodológica e fontes de dados

A pesquisa que deu origem a este artigo, que é fruto também da experiência acumulada durante o exercício de dois mandatos como Ouvidora-Geral da Defensoria Pública, tem como ponto de partida o conhecimento e os documentos reunidos como integrante do Colégio de Ouvidorias das Defensorias nos últimos quatro anos e entrecruzou análise estrutural e de ação, o que implicou não só a caracterização normativa, estrutural e funcional das diferentes experiências vivenciadas em cada uma das Ouvidorias analisadas, mas, também, a análise das dinâmicas postas no campo institucional e social em que se inserem.

O estudo se valeu de diferentes técnicas de pesquisa e se dividiu em tarefas que interagiram de forma dinâmica, tendo como principais fontes de dados os relatórios de gestão que legalmente devem ser publicados pelas Ouvidorias semestralmente, as normativas estaduais relativas à implementação e funcionamento destes órgãos, bem como seus materiais de divulgação e as experiências compartilhadas pelos Ouvidores durante os últimos quatro anos.

5. Base teórica

É possível pensar a racionalidade do Estado Democrático de Direito pelas normas, regras e procedimentos que regem as instituições que o integram e servem à mediação de conflitos, comumente submetidos ao Poder Judiciário como última instância para suas resoluções. Os princípios de universalidade, de controle e de participação social, assim como da transparência devem, inclusive por força de disposição constitucional, reger a administração púbica brasileira em todas as suas esferas e o modelo de Ouvidoria Externa, como vivenciado nas Defensorias Públicas, inaugura uma nova perspectiva de aplicação destes princípios em instituições de justiça. Estes são, em linhas gerais, ao lado dos Direitos Humanos, que servem de norte à aplicação da justiça, os eixos de preocupações que levaram à consolidação da base teórica.

Nesta esteira, os conceitos utilizados na formulação deste artigo tiveram como ponto de partida, como ilustrado no corpo do texto, apoio nas concepções de Boaventura de Souza Santos, Élida Lauris e Maria Tereza Sadek no que tange à grande área da sociologia do direito e aos temas afetos à Defensoria Pública e ao Sistema de Justiça em geral, suas possíveis configurações políticas e a luta social para que os processos de democratização alcancem também esta esfera de poder.

A base teórica para as formulações acerca do modelo de Ouvidoria advém, sobretudo, dos estudos empreendidos por Rubens Pinto Lyra, Bruno Konder Comparato e Maria de Fátima Veras Vilanova.

Lyra (2011), ao analisar o histórico e as perspectivas dos modelos de ouvidorias existentes no país, destaca:

> Como se vê, a influência do *paradigma democrático,* que enfatiza, na atuação da ouvidoria, além da autonomia, a busca de mais Justiça, inclusão social e participação, na realidade concreta das ouvidorias hoje existentes, é ainda limitada, mas vem, paulatinamente, conquistando novos espaços institucionais. (Lyra, 2011: 3)

Alinhada com o modelo ao qual se volta o presente projeto, Vilanova (2004) aponta o papel da Ouvidoria como instrumento de proteção e de defesa de direitos:

> [...] o instituto da Ouvidoria propicia uma visão macroestrutural da organização, constituindo rica fonte de informações para o planejamento interno, no sentido do redirecionamento de ações em sintonia com reais necessidades da comunidade, a partir da participação dos que estão na base do sistema. (Vilanova, 2004: 86)

Os modelos de análise construídos por Bruno Konder Comparato quando da realização de estudos comparados de ouvidorias trouxe o aporte principiológico e metodológico para o desenho inicial do estudo de casos. Observando a crise de representação política, Comparato (2006) aponta:

> Neste vasto campo de discussão aberto por estas práticas de democracia participativa [gestão de proximidade, nova administração pública, modernização da administração local, democracia participativa, descentralização administrativa, empoderamento do cidadão], a proposta deste estudo é contribuir para o debate com a experiência das ouvidorias públicas que, segundo minha avaliação, ao mesmo tempo que fiscalizam o exercício do poder, constituem um instrumento relevante de participação popular. Enquanto que a maioria dos mecanismos de democracia participativa introduzem a participação popular na definição e formulação de políticas públicas, mesmo que apenas em caráter consultivo, as ouvidorias influenciam o aspecto decisivo da implementação das políticas. (Comparato, 2006: 3-4)

A análise dos patamares nos quais se desenvolvem *os encontros entre Estado e Sociedade Civil*, formulada por Evelina Dagnino, entre outros autores referenciados ao conceito de «democracia deliberativa », também constituem o universo teórico de referência. O estudo das experiências já vivenciadas de Ouvidorias Externas de Defensorias também se pauta, seguindo o modelo formulado por Dagnino (2002), pela natureza das relações estabelecidas. Há, no caso de todas as Defensorias, como se disse anteriormente, a previsão legal de criação da Ouvidoria Externa, o que assumiria, de acordo com o modelo apresentado por Dagnino, um «caráter mandatório». O que se busca verificar é em quais casos o projeto de democratização do acesso à Justiça ultrapassa o caráter mandatório, alcançando a valorização deste paradigma participativo institucionalmente.
A natureza mandatória de uma política vincula-se, no modelo formulado por Dagnino, à estrita observância das obrigações legais. Tem natureza mandatória a política que resulta da lei, sem implicar em construções ou escolhas para além do cumprimento do dever legal; assim, superam essa natureza aquelas políticas que ultrapassam as expectativas iniciais do legislador, avançando na consecução dos objetivos daquela esfera de intervenção do Estado.
Dagnino traz referências para a formulação de questionamentos acerca dos cenários existentes antes da criação das Ouvidorias, permitindo que se questione em que medida suas implementações colaboraram com a ampliação e aprimoramento da democracia no que tange à função jurisdicional do Estado, criando, inclusive, novos espaços públicos. A verificação da possível superação do *caráter* exclusivamente *mandatório* nos processos democratizantes instituídos por meio das Ouvidorias Externas levará em conta a análise dos mecanismos adotados por força de lei e a verificação da existência de outros processos participativos (não previstos em lei).

6. Ouvidorias Externas – Expansão do modelo

As diferentes dinâmicas na configuração do modelo de Ouvidoria, a definição dos critérios para composição tanto do colégio eleitoral responsável pela elaboração das listas tríplices para o exercício do cargo de Ouvidor-geral quanto daqueles critérios que devem ser observados pelos candidatos ao cargo, o nível de pró-atividade das organizações e movimentos sociais, o envolvimento dos diversos órgãos das Defensorias Públicas locais, o compromisso com a publicização do processo, assim como o investimento atrelado à criação e efetivação das Ouvidorias são alguns dos pontos que chamam a atenção nas experiências já vivenciadas.
A construção do histórico da criação das Ouvidorias Externas das Defensorias, a análise de suas possíveis configurações políticas, bem como de seus processos de criação e implantação, busca identificar os avanços e retrocessos experimentados, seus impactos e as diferenças práticas observadas.
Este artigo se propõe, inicialmente, a analisar as seis primeiras Ouvidorias implementadas após a entrada em vigor da legislação federal que deu origem ao novo modelo nacional. São elas, em ordem cronológica, as Ouvidorias das Defensorias da Bahia, Acre, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Ceará – há contudo que se ressaltar que já se faz possível, em um segundo momento, analisar as demais experiências levadas a cabo, notadamente nos Estados do Maranhão e Paraná, além do Distrito Federal.
Outro elemento caro à análise que se empreende diz respeito aos dados relativos à Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, que não participa do Colégio de Ouvidorias das Defensorias Públicas do Brasil, mas se insere no universo da pesquisa por ser uma das seis primeiras Ouvidorias implementadas após a entrada em vigor da Lei Complementar Federal 132/2009, que, como já se disse, trouxe o imperativo do modelo Externo de Ouvidoria para todas as Defensorias. Este caso será analisado de forma mais detida no próximo tópico do artigo, a partir de dados coletados a respeito dos processos de escolha dos dois Ouvidores que exerceram mandato no Estado após a entrada em vigor da Lei Complementar 132/2009[7].
A experiência vivenciada pelas Defensorias que passaram, por força de Lei, a se ver diante do desafio de

7 Também foram consultadas as informações disponíveis no site da Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janiero: <http://ouvidoriadefensoriapublicarj.webnode.com/nossa-equipe/>.

criar um novo órgão de controle é o ponto inicial de análise. Além da considerável dimensão de adaptação institucional à própria ideia e concepção de incorporação, em já pacificadas estruturas organizacionais de um novo órgão, as Defensorias também se viram diante de desafios operacionais vinculados à implementação deste que se caracterizaria como seu órgão de fiscalização externa, de promoção da qualidade de seus serviços e que potencialmente se firmaria como sua ponte permanente com os movimentos sociais.

O texto legal provisiona os princípios gerais, cabendo aos estados, diante de suas realidades locais, avançar e normatizar sua concretização. Em outras palavras: prevê o artigo 105-B da Lei 132/2009, que «O Ouvidor-Geral será escolhido pelo Conselho Superior, dentre cidadãos de reputação ilibada, não integrante da Carreira, indicados em lista tríplice formada pela sociedade civil, para mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução. », destacando em seguida que «§ 1º O Conselho Superior editará normas regulamentando a forma de elaboração da lista tríplice. »

Na esfera dos desafios operacionais vivenciados, a forma de elaboração da lista tríplice se constitui como primeiro desafio para as Defensorias que se vêem diante da empreitada de criação de suas Ouvidorias e parece ser possível afirmar que este deve ser um dos principais focos de atenção: uma vez que o Conselho Superior da Defensoria é quem fará a escolha do Ouvidor dentre os três nomes constantes da lista tríplice que lhe será submetida, e que à Defensoria-Geral caberá a nomeação, merece atenção as possíveis configurações que prevejam novos espaços de interferência institucional no processo, com foco na análise da sujeição da eleição, que, pelo texto da lei, deve ser da Sociedade Civil.

Da leitura dos dados coletados se pode concluir que uma vez elaborada e levada a cabo a lista tríplice, cabe, na prática, ao Ouvidor eleito (e aos movimentos sociais e populares envolvidos no processo de sua escolha), os contornos dos próximos passos do novo órgão, que já está, então, sob sua responsabilidade. As Defensorias têm, contudo, alguns desafios prévios na condução dos primeiros processos, que implicam, dentre outros importantes passos: 1) se apropriar deste novo instrumento de participação social; 2) difundir institucionalmente seus valores e desafios, enfrentando muitas vezes resistências internas; 3) normatizar o tema (definindo, dentre outras questões, quais os requisitos para habilitação das candidaturas); 4) em alguns casos empreender mudanças legislativas que amparem e viabilizem a criação do órgão e dos cargos a ele afetos; 5) difundir externamente o conceito desta ouvidoria, apresentando à sociedade de forma geral e aos movimentos sociais e conselhos de direitos em especial o novo mecanismo; 6) estruturar um colégio eleitoral formado exclusivamente pela Sociedade Civil, que, depois de se apropriar do tema, poderá compor a lista tríplice; 7) fazer, diante da lista formalizada, a escolha e posterior nomeação daquele que for eleito para ocupar o primeiro mandato de um novo órgão.

Vejamos abaixo um quadro que compila algumas especificidades de cada Ouvidoria, de acordo com as legislações locais e regras dos respectivos Conselhos Superiores das Defensorias Públicas (CSDP) de cada Estado. A Tabela parte da experiência inicial do Estado de São Paulo, como desenhada pelo *Movimento pela Criação da Defensoria* e vivenciada entre os anos de 2006 e 2010, ilustrando, na coluna seguinte, a experiência deste mesmo Estado a partir de 2010.

TABELA 1 - Ouvidorias Externas nas Defensorias: Panorama

	Modelo desenhado pelo Mov. Social: SP 2006-2010	SP a partir de 2010	Bahia	Acre	Mato Grosso	Rio Grade do Sul	Rio de Janeiro	Ceará
Criação da DEFENSORIA	--	2006	1985	2001	1998	1991	1977	1997
Criação da OUVIDORIA		2006	2009	2010	2010	2010	2006	2010
Quem conduz a elaboração da lista tríplice	Conselho de Direitos Humanos	Conselho de Direitos Humanos	Comissão eleitoral mista: Defensores e representantes da Ouvidoria e Grupo Operativo	2010: Centro de Defesa dos DH e Educação Popular 2012: Comissão composta por Defensores	Comissão eleitoral composta por Defensores	CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA	CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA	Comissão eleitoral composta por Defensores
Há audiência Pública ?	Não havia previsão	Sim, para apresentação das candidaturas	Sim, para apresentar o processo e suas regras	Não há	Sim, para apresentar o processo e as candidaturas	Não há	Não há	Sim, 3: i) apresentação do processo; ii) apresentação candidaturas; e iii) votação.
Quem vota na lista tríplice	Conselho de Direitos Humanos	Representantes da Sociedade Civil que integram o Conselho de DH	Representantes dos Conselhos de Direitos do Estado	2010: Centro de Defesa dos DH e Educação Popular 2012: Comissão ESCOLHE 3 VOTANTES dentre as entidades habilitadas	Todas as entidades que se habilitarem	CSDP ESCOLHE 3 VOTANTES dentre as entidades habilitadas	CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA	Todas as entidades que se habilitarem podem votar
Quem escolhe o Ouvidor dentre os 3 nomes	Governador do Estado	Conselho Superior da Defensoria (em todos os casos – Conforme Lei Federal)						
Quem nomeia	Governador do Estado	Defensor Público-Geral (em todos os casos – Conforme Lei Federal)						

	Modelo desenhado pelo Mov. Social: SP 2006-2010	SP a partir de 2010	Bahia	Acre	Mato Grosso	Rio Grade do Sul	Rio de Janeiro	Ceará
Classificação do órgão	Administração Superior	Administração Superior	Auxiliar	Auxiliar	Auxiliar	Auxiliar	Auxiliar	Auxiliar
Há Conselhos Participativos na Ouvidoria?	Sim 11 titulares, 11 suplentes	Sim 11 titulares, 11 suplentes e 5 membros de notório saber	Sim, com representantes de todo o Estado (há custeio das despesas operacionais)	Sim 10 representantes de organizações da sociedade civil	Não há	Não há	Não há	Não há
Requisitos específicos para se candidatar ao Cargo de Ouvidor/a	Não havia previsão	Não há perfil previamente desenhado	- Curso de nível superior - Histórico de militância em áreas afetas à Defensoria ou afins, por no mínimo 02 anos	- Ter mais de 30 anos - Nível superior (preferência por Direito, Psicologia, História, Sociologia ou Serviço Social) e registro nos órgãos de classe	- Histórico de militância em áreas afetas à Defensoria ou afins, por no mínimo 02 anos	Não há perfil previamente desenhado	Apenas Defensores compuseram as listas tríplices até agora	- Histórico de militância em áreas afetas à Defensoria ou afins, por no mínimo 01 ano
Vedações específicas para candidatura ao cargo de Ouvidor/a	Membros da Defensoria Pública	Membros da Defensoria, ainda que aposentados, membros do CONDEPE e pessoas estrangeiras.	- Membros da Defensoria, ativos ou aposentados, servidores da Defensoria efetivos - cônjuge ou companheiro ou parentes, por consanguinidade, civil ou	- Membros da Defensoria, ativos ou aposentados, servidores da Defensoria efetivos - cônjuge ou companheiro ou parentes, por consanguinidade, civil ou	Membros da Defensoria	- Membros da Defensoria, ativos ou aposentados, servidores da Defensoria efetivos - cônjuge ou companheiro ou parentes, por consanguinidade, civil ou	Não há	- Membros da Defensoria - ocupantes de cargo eletivo, em qualquer esfera do poder;

	Modelo desenhado pelo Mov. Social: SP 2006-2010	SP a partir de 2010	Bahia	Acre	Mato Grosso	Rio Grade do Sul	Rio de Janeiro	Ceará
			afinidade, até o terceiro grau. - Integrantes das carreiras jurídicas de Estado e de Governo;	afinidade, até o terceiro grau. - Integrantes das carreiras jurídicas de Estado e de Governo;		afinidade, até o terceiro grau. - Integrantes das carreiras jurídicas de Estado e de Governo;		
Remuneração do Ouvidor é Equiparada ao dos Defensores	Não há previsão	Não	Não	Sim (Defensor Nível II)	Não	Sim (Defensor em classe inicial)	Sim * Teto constitucional	Não
Valor de remuneração		R$ 12.500,00 € 4.170,00	R$ 5.600,00 €1.868,00	R$ 15.400,00 € 5.137,00	R$ 6.850,00 € 2.285,00	R$ 18.648,00 € 6.221,00	R$ 29.400,00 € 9.808,00	R$ 3.106,82 € 1.036,00
Quadro de apoio das Ouvidorias	*"...poderá contar, para seu pleno funcionamento, com membros e servidores da Defensoria ..."*	4 Servidores Comissionados, 4 Oficiais de atendimento (concursados de nível médio) e 2 Agentes (concursado de nível Superior)	EQUIPE ATUAL - 3 servidores em Regime Especial Administrativo : 1 de nível superior e 2 de nível médio Obs.: houve significativa redução de equipe da primeira para a segunda gestão.	Norma: Chefia de Gabinete, Secretária Administrativa e Assessoria Técnico-Jurídico. Equipe atual: 2 servidores efetivos não concursados, (agente administrativo e datilógrafo)	1 assessor jurídico comissionado	1 Cargo em Comissão	Três Defensores Públicos, além da Ouvidora-Geral, também apresentada como Defensora-Ouvidora	1 Secretária (nível superior ou médio, com curso de secretariado)

O primeiro elemento de análise diz respeito a quem conduz o processo de votação da lista tríplice. Apenas no caso de São Paulo se verifica a externalidade inclusive com relação à organização do pleito, modelo que acabou sendo depois adotado também pelas Defensorias dos Estados do Maranhão e Paraná – os respectivos Conselhos Estaduais de Direitos Humanos se encarregam da organização e condução de todo o processo de construção da lista tríplice.

Nos casos do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul é o próprio Conselho Superior, a quem competirá posteriormente a escolha do Ouvidor, quem conduz o processo de votação da lista tríplice. No Acre, no Mato Grosso e Ceará se observa a criação de Comissões Eleitoras compostas apenas por Defensores Públicos. Na Bahia, por sua vez, se tem um formato misto: forma-se uma Comissão Eleitoral composta tanto por Defensores quanto por representante da Ouvidoria e de seu Grupo Operativo (Conselho Participativo integralmente composto por pessoas de fora dos quadros da instituição).

Vale destacar, como se verifica no quadro acima, que merecem especial atenção os processos de eleição de Ouvidores nas Defensorias do Acre e do Rio Grande do Sul, uma vez que Defensores se encarregam não apenas da organização do processo como também da escolha de quem poderá votar na elaboração da lista tríplice, colocando, no limite, em xeque o modelo como um todo: a instituição não apenas escolhe um entre os três nomes, como previsto em lei, mas elege, antes, o colégio eleitoral que elaborará a lista tríplice.

A experiência do Rio de Janeiro, por sua vez, não conta com qualquer participação da Sociedade Civil, se afastando por completo do que prevê a Lei Complementar Federal nº. 132/2009.

Outra diferença que merece destaque nas experiências já vivenciadas se refere à existência ou não de Conselhos Participativos nas próprias Ouvidorias, o que permite o aprofundamento e a diversificação da participação social qualificada nas Defensorias de forma permanente, assim como a criação de uma bem vinda instância de fiscalização externa da própria Ouvidoria, constituindo, inclusive, novos espaços educativos e de fomento à participação.

Se verifica a existência destes Conselhos Participativos nas Ouvidorias do Acre, da Bahia e de São Paulo – sendo que a Ouvidoria Paulista conta com expressa previsão legal de existência de Conselho Consultivo também Externo.

Trata-se de Colegiado formado, em regra, por pessoas e/ou representantes de entidades notoriamente compromissadas com os princípios e atribuições da Defensoria que atuam voluntariamente, de forma propositiva e em conjunto com a Ouvidoria-Geral, empenhando-se na democratização dos espaços de participação e

na defesa dos direitos de Usuárias e Usuários da instituição. Este nos parece um elemento dinamizador e democratizante do próprio mecanismo "Ouvidoria Externa" se constituindo, na prática, como diferenciador nas experiências observadas, inclusive com relação à formação de quadros – Acre, Bahia e São Paulo viram seus primeiros Ouvidores e Ouvidoras serem sucedidos por membros dos Conselhos Participativos das respectivas Ouvidorias.

Retomando o modelo formulado por Dagnino, é possível identificar, com a criação dos Conselhos Participativos, a superação da natureza meramente mandatória da política – destacam-se, neste cenário, construções e escolhas para além do mero cumprimento do dever legal, alcançando a valorização do paradigma participativo. A Ouvidoria da Defensoria de São Paulo já nasceu com seu Conselho Consultivo expressamente previsto em lei, os Conselhos das Ouvidorias do Acre, da Bahia e posteriormente do Maranhão, contudo, parecem representar novos avanços.

Parece ser relevante também resgatar o modelo originalmente desenhado pelo *Movimento pela Defensoria Pública*, e aplicado aos dois primeiros mandatos da Ouvidoria da Defensoria Paulista: o Ouvidor Externo era originalmente selecionado pelo Governador do Estado, a quem era encaminhada a lista tríplice, garantindo-se maior autonomia e isenção.

No novo cenário a escolha cabe ao Conselho Superior da Carreira, submetendo, assim, a eleição daquele que exercerá o controle externo aos que estarão sob sua fiscalização. O critério de composição de lista tríplice, formulada necessariamente pela Sociedade Civil foi mantido, mas criou-se o embaraço de ser o fiscalizador escolhido por seu fiscalizado e não parece haver ainda consenso acerca de como equacionar esta mudança de forma a manter-se o processo integralmente autônomo e externo.

Se as apontadas diferenças existentes entre o modelo criado e adotado pela Defensoria Paulista e aquele preconizado pela Lei 132/2009 parecem representar um retrocesso no que se refere às conquistas do *Movimento pela Defensoria* no Estado de São Paulo, não se pode deixar de considerar que, paralelamente, representam um avanço para os demais estados, que passaram a contar com o órgão externo de fiscalização apto a garantir participação social na promoção da qualidade dos serviços prestados pela Instituição.

Segundo a legislação federal, as Ouvidorias das Defensorias Púbicas Estaduais tem por finalidades precípuas: propor medidas que visem à consecução dos princípios norteadores das Defensorias Públicas e ao aperfeiçoamento dos serviços prestados; estabelecer meios de comunicação direta entre a Defensoria Pública e a sociedade, receber manifestações, adotando as providências pertinentes e informando o resultado aos interessados; contribuir para a disseminação das formas de participação social no acompanhamento e aperfeiçoamento da prestação dos serviços realizados pela Defensoria Pública; manter contato permanente com os vários órgãos da instituição, estimulando-os a atuar em permanente sintonia com os direitos dos usuários, dentre outras tantas atividades que as Ouvidorias podem desempenhar, conforme ilustrado em seus Relatórios públicos de Gestão, que podem ser consultados nos respectivos sítios eletrônicos destes órgãos[8].

Importante lembrar que o modelo Externo de Ouvidoria caracteriza-se, principalmente, pela autonomia funcional e independência do órgão, sendo que, para plena satisfação de tal pressuposto fundamental, sua direção deve caber à pessoa indicada pela Sociedade Civil, excluída a candidatura de integrantes do quadro funcional da instituição - e, na perspectiva de de fato promover-se a oxigenação, a diversidade e a externalidade, há que excluir inclusive membros inativos (aposentados). Referida vedação também caracteriza, frente ao contexto atual que será mais detalhadamente explorado abaixo, uma inovação. Trata-se de avanço vivenciado nas Defensorias dos Estado do Acre, Bahia, Rio Grande do Sul e São Paulo e exponencializado pelo veto também a integrantes das demais carreiras jurídicas do Estado e de Governo.

---

8 Pode-se fazer o download do relatório dos últimos quarto anos de atividades da Ouvidoria-Geral da Defensoria de São Paulo, que abarca as gestões 2010-2012 e 2012-2014 e as principais atividades do Colégio de Ouvidorias no mesmo período pelo seguinte link: http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/23/Documentos/2014_06_05_Relatorio-OG-2010-14.pdf

7. Resistências ao modelo de Ouvidoria externa e contexto do debate em torno do tema

Se os desafios operacionais vinculados à criação das Ouvidorias Externas têm sido paulatinamente superados pelas Defensorias, é na atual administração da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro que se evidenciam de forma mais nítida os desafios ideológicos que este novo modelo tem à frente. O atual Defensor Público-Geral do Rio de Janeiro, que está em seu segundo mandato, quando da disputa eleitoral para assunção do cargo, divulgou ilustrativa declaração, constante de seu site de campanha:

> Sou contrário a Ouvidoria Externa. Aliás, esse é o pensamento da maioria esmagadora dos nossos colegas Defensores Públicos. No ano passado, eu e vários outros Defensores Públicos enviamos à categoria um manifesto intitulado "Defensores Públicos Independentes", manifestando nossa recusa a essa bizarra modalidade de controle em desfavor apenas dos Defensores Públicos. Interessante que os colegas que apoiaram a criação da Ouvidoria Externa, hoje se posicionam contrários ou não assumem qualquer posicionamento, quando instados a se manifestarem sobre o tema, mas, em época de eleição, não poderíamos esperar outro comportamento. Teremos que minimizar o dano dessa mal-vinda Ouvidoria Externa e por isso, no Conselho Superior propus, e foi aprovado por maioria, que o Ouvidor Externo poderá ser destituído pelo Conselho Superior e não mais pela ALERJ, como no modelo anterior. Como venho dizendo, a Defensoria Pública ainda não está blindada e não podemos lançar experimentos que poderão ser desastrosos para os Defensores Públicos. Aliás, experiências que, muitas das vezes são criadas e decididas sem o amplo debate com toda a categoria. Agora, que se apresentem os responsáveis pela criação da Ouvidoria Externa. Penso que a nossa Ouvidoria deve ser mantida no modelo atual – evidentemente com uma melhor estruturação – com um aposentado a frente da mesma. Com uma pessoa estranha à carreira e que não conhece a dinâmica do nosso trabalho muita coisa ruim estará por vir e estaremos expondo a nossa Instituição à mídia sensacionalista. (Nilson Bruno[9], desta vez, fala sobre a pauta institucional e corporativa, além da ouvidoria externa, dentre outros temas, 2011)

Também tem origem no Rio de Janeiro a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n◦ 4608/2011, iniciada pelo Partido Social Liberal (PSL), que questiona o modelo Externo de Ouvidoria, reforçada, no mesmo ano, pela Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (ADPERJ), que, na qualidade de *amiga da corte*[10], buscou se manifestar no processo reforçando os argumentos de referido Partido, advogando contrariamente ao modelo Externo de Ouvidoria. Em 2012 ocorreu renovação da Direção da ADPERJ e a nova gestão, após reiterados debates públicos, recorreu ao STF para retirar o apoio da Associação à ADI.

Como contraponto à resistência externada pelo Rio de Janeiro, o novo modelo de Ouvidoria foi formalmente defendido por atores sociais e por parte da carreira de Defensores Públicos; foi neste sentido que também requereram admissão, na qualidade de *amigos da corte*, na ADI n◦ 4608/2011, em ordem cronológica: o Instituto de Defesa do Direito de Defesa; a Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública de São Paulo, amparada pelo Núcleo de Justiça e Constituição da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas; as Defensorias dos seguintes estados, na qualidade de membros do Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais: Acre, Bahia,

---

9 Trecho de matéria veiculada sob o título "Nilson Bruno, desta vez, fala sobre a pauta institucional e corporativa, além da ouvidoria externa, dentre outros temas", disponível em www.nilsonbruno.com.br/?p=190, endereço acessado pela última vez em 26 de fevereiro de 2012.

10 *Amicus curiae* é um termo de origem latina que significa "amigo da corte" e denomina o sujeito admitido em um processo de controle de constitucionalidade em trâmite no Supremo Tribunal Federal. O "amigo da corte" não é parte do processo, mas uma vez admitido nesta qualidade, pode apresentar argumentos que entende importantes para o debate que está em questão no processo. Lê-se no Glossário Jurídico disponível no site do Supremo Tribunal Federal: *Amicus Curiae*. **Descrição do Verbete:** "Amigo da Corte". Intervenção assistencial em processos de controle de constitucionalidade por parte de entidades que tenham representatividade adequada para se manifestar nos autos sobre questão de direito pertinente à controvérsia constitucional. Não são partes dos processos; atuam apenas como interessados na causa. Plural: Amici curiae (amigos da Corte). Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/glossario/verVerbete.asp?letra=A&id=533>

Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Roraima, São Paulo e Sergipe; além do Instituto Pro Bono e Conectas Direitos Humanos e, por fim, a Associação Nacional de Defensores Públicos.

Ainda com relação ao cenário fluminense, em 2011 o Conselho Superior da Defensoria Pública (CSDP) do Rio de Janeiro escolheu e seu Defensor Público-Geral, nomeou para o cargo de Ouvidor, a despeito da norma vigente, um Defensor aposentado, que não foi indicado por nenhuma entidade ou movimento social. O próprio CSDP formulou a lista tríplice, a partir dos nomes dos inscritos, sem participação ou representação social nesta elaboração. Apenas três defensores aposentados configuraram nesta listagem.

O Colégio de Ouvidorias de Defensorias Públicas do Brasil, por sua vez, declarou-se contrário à opção adotada pela Defensoria do Rio de Janeiro, não reconhecendo, assim, o Ouvidor-Defensor aposentado como seu integrante com legítimo direito a voto, direito que se restringe, de acordo com o Estatuto do Colégio, aos Ouvidores não integrantes da carreira, eleitos através de lista tríplice rigorosamente composta pela Sociedade Civil.

A administração da Defensoria do Rio de Janeiro e seu Conselho Superior renovaram sua opção por não seguir a previsão legal quando, em fevereiro de 2013, repetiram o modelo do processo de eleição anterior: a lista tríplice foi novamente elaborada pelo próprio CSDP e não pela Sociedade Civil e se nomeou uma Defensora aposentada para o cargo.

Importante notar também que, em contrapartida à resistência desta que é a mais antiga Defensoria Pública do Brasil, se viu nascer, no ano de 2011, em solo carioca, o movimento chamado *Fórum Justiça – reconhecimento, redistribuição e participação popular: por uma política judicial integradora*.

O Fórum congrega Defensores Públicos, movimentos sociais e populares, acadêmicos, estudantes e operadores do direito de forma geral, e busca fomentar o debate e a construção política em torno de temas como a Ouvidoria Externa e outras formas de construção participativa dos rumos do Sistema de Justiça.

Em dezembro de 2011 se realizou a primeira reunião geral do Fórum Justiça, que resultou no *Pacto* Fórum Justiça – Rio de Janeiro, documento que apresenta o conjunto de caminhos e propostas formuladas a partir do compromisso com a inclusão de uma *pauta popular, cidadã e substantiva* para o sistema de justiça, destacando, dentre outros temas fundamentais, a proposta de Ouvidoria Externa em todos os órgãos do sistema de justiça, não só reforçando, mas alargando o projeto de ouvidorias independentes.

A oposição ao modelo conduzida pela atual gestão da Defensoria do Rio de Janeiro foi reforçada pela publicação de Edital para a escolha do primeiro ouvidor da Defensoria Pública do Estado da Paraíba que, em processo iniciado em dezembro de 2012, não garantiu à Sociedade Civil a prerrogativa que lhe é garantida por lei de composição da lista tríplice, que foi elaborada por uma Comissão Julgadora integrada apenas por Defensores Públicos. Também lá foi eleito para o cargo um defensor aposentado, contrariamente ao texto da lei.

Em resposta à aparente tendência de nomeação de Defensores aposentados para o cargo de Ouvidor Externo, como citado acima, alguns estados avançaram no texto de suas normativas locais para além do expressamente previsto na legislação federal, vedando a nomeação de membros inativos das respectivas Defensorias para o cargo de Ouvidor.

Outras iniciativas também merecem destaque no cenário nacional: a Lei Complementar nº 132/2009, que, como vimos, estendeu o modelo Externo de Ouvidoria para todas as Defensorias Estaduais não alcançou a Defensoria Pública da União. Porem, por iniciativa de significativa parcela dos Defensores Federais o tema entrou em pauta também nesta instituição que decidiu, por meio de Deliberação de seu Conselho Superior, pela criação de sua Ouvidoria Externa, nos moldes das Defensorias Estaduais. A Ouvidoria, contudo, ainda não foi implementada.

Também o Ministério Público Federal realizou, em 2012, uma consulta pública de alcance nacional sobre o modelo de sua Ouvidoria. Embora não tenha implementado o modelo inteiramente externo, deu um passo significativo nesta direção, criando um Conselho Consultivo Externo, que integrará a gestão da Ouvidoria do MPF.

Ainda outras manifestações políticas e sociais reforçam o debate, a exemplo da *Carta do II Seminário da JusDh - O Potencial Democrático dos Direitos Humanos para a Política Pública de Justiça*, de julho de 2013:

> Identifica-se, portanto, a necessidade de participação da sociedade civil no interior do sistema de justiça, através de mecanismos de transparência e participação social na gestão e administração da justiça enquanto política pública, condição para efetiva realização de mudanças no âmbito da justiça brasileira. À revelia da resistência das suas instituições a estas transformações democráticas, compreende-se que a instauração de ouvidorias externas constitui importante mecanismo de acesso e democratização da justiça, constituindo-se como canal de interlocução para a incorporação do conteúdo dos direitos humanos na cultura institucional, e como aliado na distribuição horizontal do poder interno.

Os avanços do modelo para o âmbito federal, assim como as cada vez mais recorrentes manifestações sociais sobre o tema e a inserção deste debate na agenda pública, a exemplo da expressa referência ao modelo de Ouvidoria Externa das Defensorias no edital do Projeto Pensando o Direito, desenvolvido pela Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça como parte do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)[11], que, publicado no ano de 2011 criou, pela primeira vez, uma linha específica voltada às Ouvidorias Públicas, nos dão a dimensão que este modelo passa a ter no cenário nacional.

Por fim, vale mencionar que o recém publicado Relatório da Comissão Nacional da Verdade traz como recomendação expressa, no capítulo dedicado à Defensoria Pública a «instituição legal de ouvidorias externas no sistema penitenciário e nos órgãos a ele relacionados»:

> [13] Instituição legal de ouvidorias externas no sistema penitenciário e nos órgãos a ele relacionados: 31. A criação de ouvidorias externas como instrumento de fiscalização e controle social do sistema penitenciário e dos órgãos a ele relacionados – polícias, Defensorias Públicas, Ministério Público e órgãos judiciais – deve ser adotada como uma política pública, com vistas ao aperfeiçoamento das instituições e de sua governança. Os ouvidores devem ser escolhidos com a participação da sociedade civil, ter independência funcional e contar com as prerrogativas e a estrutura necessárias ao desempenho de suas atribuições.[12]

8. À guisa de conclusão

A sistematização final e a análise dos dados coletados são desafios que seguem postos e que serão empreendidos durante o doutoramento sobre o tema, atualmente em curso; contudo, já é possível destacar alguns apontamentos iniciais.

As diferentes dinâmicas na configuração do modelo de Ouvidoria, a definição dos critérios para composição tanto do colégio eleitoral responsável pela elaboração das listas tríplices para o exercício do cargo de Ouvidor-Geral quanto daqueles critérios que devem ser observados pelos candidatos ao cargo, o nível de pró-atividade das organizações e movimentos sociais locais, o envolvimento dos diversos órgãos das respectivas Defensorias Públicas, o compromisso com a publicização do processo, assim como o investimento atrelado à criação e efetivação das Ouvidorias são alguns dos pontos que chamam a atenção e que vem sendo registrados durante a pesquisa.

As mais recentes reflexões publicadas sobre Ouvidorias, já no contexto de vigência do paradigma das Ouvidorias Externas das Defensorias, também servem de ponto de partida às conclusões que se pretende apresentar. O resultado da pesquisa[13] do *Projeto Pensando o Direito* do PNUD, acima referenciado, publicado no ano de 2013, é ilustrativo:

---

11 O Programa tem o objetivo de fortalecer o diálogo entre o Executivo Federal e atores acadêmicos como Universidades e Centros de Pesquisa, além de subsidiar o trabalho de análise e elaboração legislativa do Ministério da Justiça.

12 Relatório da Comissão Nacional da Verdade, Pg 969. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/…/rel…/Relatorio_Final_CNV_Parte_5.pdf

13 Desenvolvida pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais e pela Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa (FUNDEP).

> Ouvidoria interna e externa: qual o modelo que melhor atende aos objetivos de uma ouvidoria pública? (...) na ouvidoria interna o ouvidor muitas vezes perde a ligação com a sociedade, pois se insere por demasia no órgão estatal. Isso seria prejudicial ao próprio órgão, pois faria com que a qualidade das informações produzidas fosse diminuída, além de colaborar com a perda de legitimidade diante da população.
> (...) conclui-se que a ouvidoria interna, por sua estrutura, favorece um contato mais próximo com o administrador, porém, não possibilita que esse administrador seja fiscalizado pela ouvidoria de maneira efetiva. (...). No caso da ouvidoria externa, pode-se afirmar que o contato com o Administrador aconteceria de forma mais independente, pois o ouvidor não integra o órgão a ser fiscalizado[14].

Também o Boletim de Análise Político-Institucional do IPEA, que trata da *Agenda Política e Desafios Institucionais: questões centrais para 2013*[15] aborda a questão no capítulo «*Ouvidoria Pública e Governança Democrática*»:

> Um tema central nas atribuições e no trabalho realizado pelas ouvidorias é a questão da autonomia. Levando em consideração a sua natureza e sua finalidade de contribuir para o amadurecimento da democracia participativa no Brasil, o tema da autonomia é uma questão da maior relevância. Não é possível pensar a razão de ser destas instituições sem levar em consideração a sua condição de autonomia. [...]
> 2 AUTONOMIA DAS OUVIDORIAS NA GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA [...]
> Se, por um lado, o uso privado da razão é uma condição imprescindível para a gestão e a atuação das instituições públicas, por outro, a governança democrática não pode ser reduzida a este procedimento. A fim de preservar a sua qualidade democrática, as instituições públicas devem, ou deveriam, assegurar algum espaço para a autorreflexão crítica de seus propósitos e ações. Neste sentido, um dos principais objetivos das ouvidorias públicas é contribuir para a formação de um espaço permanente de uso público da razão em meio ao predomínio do seu uso privado na máquina pública. Às ouvidorias cumprem, portanto, a função de atuar como mecanismo de correção democrática na medida em que instituem a possibilidade de os cidadãos e gestores públicos questionarem o funcionamento das próprias instituições.
> [...]
> Um requisito básico para alcançar autonomia é ter definido desde seu ato normativo um mecanismo externo para escolha do Ouvidor.

É possível afirmar, tanto no campo teórico quanto a partir das experiências concretas já levadas a cabo, que a implementação de Ouvidorias Externas nas Defensorias Públicas de fato representa um novo paradigma participativo no Sistema de Justiça – mesmo que este ainda precise ser aprimorado no que se refere às limitações exploradas neste artigo.

A democratização dos processos decisórios existentes nas Defensorias (com a presença da Ouvidoria como membro nato do Conselho Superior da Instituição, por exemplo), implica a legitimação do exercício de sua função garantidora da cidadania dentro do Sistema de Justiça na medida em que através da participação social tem-se o fortalecimento do Estado Democrático de Direito nesta esfera. Considera-se, à luz de nosso referencial teórico, a "participação" como instrumento para que as desigualdades possam ser enfrentadas na forma de questões prioritárias e possíveis soluções coletivas. Embora a participação não seja garantia de resultados,

---

14 Edição nº 42 da Série Pensando o Direito, intitulada *Por um Sistema Nacional de Ouvidorias Públicas: Possibilidades e Obstáculos*. Disponível em: http://participacao.mj.gov.br/pensandoodireito/wp-content/uploads/2013/02/Volume-42-relat%C3%B3rio-final.pdf

15 CARDOSO, LIMA NETO E ALCÂNTARA, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/book_bapi%203.pdf.

implica a abertura de espaços e ativação da cidadania, o que, por si só, altera o quadro histórico das lutas sociais no Brasil, notadamente quando o foco é o Sistema de Justiça.

Paralelamente, cabe destacar que, para que se possa de fato avançar na democratização do Sistema de Justiça, há que se ter a participação popular e o controle social concretizados também no âmbito do Ministério Público e do Poder Judiciário. Caminharíamos, assim, rumo a superação da já mencionada trajetória hermética e conservadora destas esferas de Poder público.

As Ouvidorias vêm, paulatinamente, se consolidando como mecanismos essenciais de promoção da qualidade e democratização da Administração Pública como um todo, tendo recebido assento constitucional com a Emenda Constitucional nº. 45/2004 que, entre outras disposições reformadoras do Poder Judiciário, determinou a criação de Ouvidorias para o recebimento de denúncias e reclamações dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público.[16]

Coube às Defensorias Públicas Estaduais impulsionar o desenvolvimento teórico e prático deste mecanismo, adotando o modelo Externo de Ouvidoria com o advento da Lei Complementar n.º 132/2009, atualmente consolidado em nove estados da federação, como se viu. Cabe agora ao Judiciário e ao Ministério Público não perder o bonde da história.

Em outras palavras, a implementação de Ouvidoria-Geral Externa, inserida no seio de instituições jurídicas, caracteriza um inovador mecanismo de controle e participação social que potencialmente gesta um novo referencial não apenas para as Defensorias, mas para todo Sistema de Justiça, atendendo a um anseio histórico de movimentos sociais pró Direitos Humanos e de democratização do Estado brasileiro.

A criação, a exemplo do ocorrido nas Defensorias, de mecanismos por meio dos quais a sociedade politicamente organizada tem a oportunidade de dialogar com as instituições jurídicas alinha-se com bastante nitidez às concepções vinculadas à democracia participativa, que, celebrada em outras esferas de poder, também se mostra crucial no campo da função jurisdicional do Estado. Nesse sentido, o fortalecimento do Estado Democrático de Direito implica a criação de novos espaços de deliberação afetos à promoção da justiça, sobretudo tendo em vista as implicações sociais das decisões judiciais para a sociedade como um todo.

9. Bibliografia

CARDOSO, LIMA NETO E ALCÂNTARA, (2013), "Ouvidoria Pública e Governança Democrática". *Boletim de Análise Político-Institucional do IPEA - Agenda Política e Desafios Institucionais: questões centrais para 2013,* Disponível em: http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/book_bapi%203.pdf, [consultado em 04-07-2014].

CARDOSO, Luciana Zaffalon L (2010), *Uma Fenda na Justiça – A Defensoria Pública e a construção de inovações democráticas*, São Paulo: Editora Hucitec.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, *Relatório Final – Parte V – Conclusões e Recomendações,* (2014), Disponível em: http://www.cnv.gov.br/…/rel…/Relatorio_Final_CNV_Parte_5.pdf, [consultado em 11-12-2014].

COMPARATO, Bruno K. (2006), *As Ouvidorias de Polícia no Brasil: controle e participação,* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

DAGNINO Evelina (2002), *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*, São Paulo: Editora Paz e Terra/ Unicamp.

16 ***Art. 103-B**. (...). **§ 7º** A União, inclusive no Distrito Federal e nos Territórios, criará ouvidorias de justiça, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional de Justiça.* | ***Art. 130-A.** (...). **§ 5º** Leis da União e dos Estados criarão ouvidorias do Ministério Público, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público.*

JUSDH ARTICULAÇÃO JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, *Carta do II Seminário da JusDh - O Potencial Democrático dos Direitos Humanos para a Política Pública de Justiça*, (2013), Disponível em http://www.jusdh.org.br/2013/07/22/carta-do-ii-seminario-da-jusdh-o-potencial-democratico-dos-direitos-humanos-para-a-politica-publica-de-justica/, [consultado em 11-11-2014].

LAURIS, Élida (2009), "Entre o social e o político: A luta pela definição do modelo de acesso à Justiça em São Paulo*". Revista Crítica de Ciências Sociais*, 83, pp. 121-142.

LYRA, Rubens P. (2011), *A Ouvidoria pública brasileira e a questão da autonomia,* João Pessoa: Editora Prim@ Facie.

OUVIDORIA-GERAL DA DEFENSORIA DE SÃO PAULO, *Relatório de Atividades 2010-2012 | 2012-2014,* (2014), Disponível em: http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/23/Documentos/2014_06_05_Relatorio-OG-2010-14.pdf, [consultado em 11-11-2014].

SADEK, M. T. (2007), *O Judiciário tem atuação política*. *O Judiciário Paulista*, São Paulo: Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2010), *Para uma revolução democrática da Justiça*, São Paulo: Editora Cortez.

SANTOS, Boaventura de Souza (1995). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, São Paulo: Cortez.

SILVA, Adriana Campos (2012), *Por um Sistema Nacional de Ouvidorias Públicas: Possibilidades e Obstáculos,* Belo Horizonte: Pensando o Direito.

VILANOVA, Fátima (2004), *Ombudsman, ouvidores: transparência, mediação e cidadania,* Fortaleza: Edições Demócrito Rocha.

A JUSTIÇA QUE SE CUMPRE SEM O ESTADO: estudo de caso comparativo das resistências e permanência das comunidades quilombolas em seus territórios

Lilian Cristina Bernardo Gomes
lcbgomes@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo pretende apresentar o resultado de pesquisa de pós-doc (CNPQ) que analisou, através de estudo de caso comparativo, a resistência e a permanência de três comunidades quilombolas de Minas Gerais em seus territórios: Brejo dos Crioulos, Luizes e Mumbuca. O desafio foi o de analisar o modo como estes grupos e outros criaram formas contra-hegemônicas de acesso ao território onde vivem, pois ao se manterem no espaço geográfico que habitam, construíram um modo próprio de criar, fazer e viver (Constituição Federal, inciso II, art. 216), efetivando, assim, a justiça sem o Estado-nação. Ao permanecerem e resistirem nos territórios eles acessam a justiça sem o Estado o que nomeamos como justiça contra-hegemônica. Indica-se de que modo essa justiça sem o Estado constitui-se em ferramenta jurídica plural para pressionar o Estado a efetivar a política pública de titulação dos territórios.

Palavras-chave: Brasil, comunidades quilombolas, justiça contra-hegemônica; modos de criar, fazer e viver.

INTRODUÇÃO

A análise desenvolvida na pesquisa de Pós-doc com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sobre a relação entre a questão quilombola e a justiça no Brasil, teve uma dupla abordagem: por um lado, o objetivo era o enfrentamento dos desafios que se colocam para o acesso ao sistema de justiça estatal brasileiro na perspectiva dos direitos coletivos; por outro lado, buscou apontar para a existência de formas plurais de justiça, construídas pelos grupos quilombolas em seus territórios. O enfrentamento dessa dupla perspectiva foi motivado pelas dificuldades enfrentadas para a efetivação do direito constitucional das comunidades quilombolas previsto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)[1] da Constituição Federal de 1988.

Essas dificuldades se devem, por um lado, ao fato de que a concepção de terra para os quilombolas contrapõe-se à visão hegemônica de propriedade privada, dentro dos parâmetros do mercado e que tem sido historicamente respaldada pelo marco jurídico do direito estatal brasileiro, pois os quilombolas vivem na modalidade de uso comum das terras que "é acionada como elemento de identidade indissociável do território ocupado e das regras de apropriação" (ALMEIDA, 2006b, p. 113). Esses grupos construíram uma autonomia que se expressa na decisão do que plantar, como plantar, onde plantar, quando plantar e de onde e como morar, não estando regidos por nenhum formato específico determinado por padrões pré-estabelecidos.

Nesse caso, a discussão sobre o acesso à justiça não pode ser limitada pelo viés tradicional da justiça estatal brasileira, ou, em outras palavras, analisada sob o paradigma liberal-individual de justiça, recorrente nas ações do sistema judiciário. Por se tratar de uma questão complexa e mais ampla, compreende-se que o direito desses grupos mobilizam uma tripla dimensão de justiça, qual seja, reconhecimento de identidades e de direitos,

---

1 Art. 68. Do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos." O direito quilombola é corroborado pelos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988.

redistribuição material e simbólica e representação política e jurídica[2] no espaço público, inspirada na tripla dimensão de justiça de Nancy Fraser (2007), que nomeamos como os "3 Rs" da Justiça.

Contudo, a efetivação da justiça para esses grupos enfrenta muitos obstáculos, pois além de estar no rol dos conflitos por terra no Brasil[3], liga-se à luta contra a ordem iníqua e racista historicamente perpetrada no país. Assim, pretende-se analisar quais são os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas no acesso ao poder judiciário brasileiro para efetivar o direito fundamental ao território, que, no caso dessas comunidades, tem significados próprios. Esses grupos, ao se manterem no espaço geográfico que habitam, construíram um modo próprio de criar, fazer e viver que a Constituição de 1988 afirma se constituir patrimônio histórico e cultural brasileiro (art. 216). Essa construção territorial é uma justiça que se efetivou através das contingências sócio históricas, tornando-se um modo alternativo de acesso à justiça, nomeada, no presente artigo, como justiça plural. Desse modo, compreendemos que, mesmo sem o reconhecimento formal do Estado brasileiro, ela se constitui em uma justiça já efetivada pelos grupos no sentido de "pertencimento a uma dada unidade social, que não dissociam radicalmente 'política de reconhecimento' de política de identidade', compreendendo, enfim, direitos territoriais expressos por uma multiplicidade de formas de uso comum dos recursos naturais" (ALMEIDA, 2001, p. 7). Contudo embora existam essas formas plurais de justiça, efetivadas pelos grupos, ela não é suficiente, pois, diante do Estado de Direito, é necessário o acesso à justiça estatal, o que pode garantir a esses grupos o reconhecimento de seus direitos pela ordem jurídica constitucional.

A partir de um estudo de caso comparativo com três comunidades quilombolas de Minas Gerais - quais sejam: Brejo dos Crioulos (São João da Ponte, Varzelândia e Verdelândia), Mumbuca (Jequitinhonha) e comunidade urbana de Luízes (Bairro Grajaú, Belo Horizonte) - pretende-se indicar de que modo a justiça plural (sem o Estado) é uma forma, mesmo que frágil, de efetivar o direito ao território com diferentes formas de construção das territorialidades.

O texto será dividido em três partes. Na primeira parte indica-se para o marco teórico conceitual com o qual se opera nesse texto apontando para a compreensão da justiça como reconhecimento de identidades e de direitos, de redistribuição material e simbólica e representação política e jurídica. Na segunda parte apresenta-se um panorama da questão quilombola no Brasil e algumas características do estudo de caso em Minas Gerais. Na terceira parte são apresentados alguns elementos que apontam para o que estamos chamando de justiça plural através dos modos de criar, fazer e viver das comunidades quilombolas e, finalmente, passa-se às considerações finais.

A justiça como reconhecimento de identidades e de direitos, de redistribuição material e simbólica e representação política e jurídica

O debate sobre as questões de justiça a partir da dimensão do reconhecimento, da redistribuição e da representação política coloca novos desafios ao modo de conceber o acesso à justiça dentro perspectiva liberal, que compreende que o sistema de justiça deve ser capaz de resolver querelas de indivíduos livres e iguais (BOBBIO, 2000, p. 319) e que estes estão circunscritos à esfera privada. Nessa concepção, supõe-se que

---

2 Duas observações se fazem necessárias. A primeira é que Nancy Fraser não trabalha com a representação jurídica, mas compreendemos que para o trato com as questões de grupos ligados ao racismo estrutural e a questão de terras na América Latina essa é uma dimensão central. A segunda observação é que a teorização de Fraser é elaborada no contexto dos países do Norte global, sendo necessário, portanto, no uso de tais abordagens, estar atento para as especificidades presentes na realidade brasileira.

3 Em 2009 a Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou dados indicando que somente no referido ano foram registrados um total de 528 ocorrências de conflitos de terra. Destes, 45 eram em torno dos recursos hídricos e, ainda, 415 atos de violência correspondendo a tentativa de assassinatos, ameaças de morte e prisões (ALMEIDA, 2010, p. 317). Almeida (2010) indica, ainda, que desses conflitos, aproximadamente 30% das ocorrências estavam relacionadas à "usurpação de terras tradicionalmente ocupadas e a maior parte dentre elas refere-se a terras de comunidades de remanescentes de quilombos" (ALMEIDA, 2010, p. 317).

qualquer conflito é particular e as decisões do sistema judiciário aplicam-se somente às partes envolvidas (SANTOS et. al., 1996). Neste sentido, não se coloca a questão da promoção do acesso à justiça na seara dos direitos coletivos.

Avritzer e Marona (2013) afirmam que: "Os direitos compreendidos em uma acepção mais ampla demandam uma ressignificação sociopolítica do poder judiciário que passa por três novos elementos: a territorialidade/identidade; a desagregação dos atores e dos interesses e a possibilidade de uma justiça pós-liberal que reconheça tanto o individual quanto o coletivo, o social e o comunitário, tal como têm apontado Boaventura de Sousa Santos" (AVRTIZER; MARONA, 2013, p. 13).

A presente análise se pauta, portanto, na perspectiva de compreender o acesso à justiça pela via dos direitos coletivos. Os grupos quilombolas demandam um modo de acesso à justiça, que vai além do modo como o sistema judiciário tem se posicionado no Brasil. O sistema de justiça no Brasil está fortemente organizado por uma lógica privada, sensível às ações dos setores com interesses particularistas. O que se pode verificar no caso quilombola é que estão em curso várias estratégias para desconstitucionalizar a discussão do acesso a terra/território. Sistematicamente, as formas de ocupação do território pelos quilombolas têm sido tratadas pelo judiciário como esbúlio, quando na verdade elas se constituem em um modo próprio de realização da justiça plural, para além da concepção privatista de propriedade. Seja no caso do acesso a terra, seja no caso da legislação contra a violência exercida contra as mulheres, temos evidências em estudos do Observatório da Justiça Brasileira de que os problemas de acesso à justiça persistem (MATOS *et. al*, 2010; TÁRREGA et. al., 2012).

A entrada do direito quilombola[4] na cena pública nacional aponta para a ampliação dos patamares de justiça social no Brasil. A concepção de justiça social que norteia o presente artigo está pautada no marco teórico desenvolvido por Nancy Fraser - que articula uma tripla dimensão para pensar os meios de se alcançar a justiça social: o reconhecimento, a redistribuição e a representação política (Fraser, 2005; Fraser, 2007)[5]. O marco teórico de Axel Honneth (1996; 2003) [6] também ocupa lugar central, pois ele direciona suas preocupações às lutas sociais que não ganharam visibilidade pública (HONNETH, 2003, p. 115). O reconhecimento público do direito desses grupos ao território, expresso na Constituição de 1988, é um marco no processo de luta local, já que desde a Abolição da Escravidão (1888) a questão dos quilombos ficou invisibilizada, fazendo parecer que essa era uma questão superada e extinta, juntamente com a escravidão (ALMEIDA, 1996, p. 15).

No entanto, diversos relatórios antropológicos (GUSMÃO, 1996, 1998; ALMEIDA, 2006; LIMA *et. al.*, 2007; MOTA, 2003; 2009) apontam que esses grupos construiriam formas diversas de ocupação do território em momentos históricos diferentes, constituindo-se em patrimônio histórico e cultural de toda a população brasileira (SARMENTO, 2007, p. 83). Assim, as comunidades quilombolas possuem realidades específicas, estabelecidas através de sua própria trajetória, ligadas a situações históricas e a contextos completamente diferentes. Estes grupos têm suas especificidades ligadas à concepção das terras tradicionalmente ocupadas que "expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza" (ALMEIDA, 2008, p. 25).

Estes grupos construíram uma autonomia própria e não estão regidos por nenhum formato específico determinado por padrões pré-estabelecidos. Existe uma diversidade enorme de denominações e territorialidades específicas, tais como: terras de preto, terras de santo, terras de índios, terras de Irmandade, terras de parentes, terras de

---

4 Anjos (2009) indica para a existência de 3.000 registros municipais de comunidades quilombolas em todos os Estados do Brasil, com exceção do Acre e de Roraima.

5 No caso das lutas etnicorraciais no Brasil acrescentamos à essas dimensões de Nancy Fraser a representação jurídica, pois estes grupos têm processos abertos no sistema de justiça formal e se faz necessário que se amplie a área do direito étnico para a defesa desses direitos e para o empoderamento dos grupos.

6 Embora a teorização desses autores seja útil para pensar as questões do direito quilombola, ressalta-se para a necessidade de se manter o distanciamento necessário já que tais teorias foram escritas no contexto da realidade dos movimentos sociais do hemisfério Norte. No entanto, mantidas as devidas especificidades, suas teorizações parecem importantes para a construção dos marcos da justiça para esses grupos.

ausente, terras de herança (e/ou terras de herdeiros) e patrimônio (ALMEIDA, 2006b, p. 113), terras de mulheres (GUSMÃO, 1996, p. 77), dentre outras. Dessa forma, tais situações sociais devem ser compreendidas a partir dessa pluralidade de construções territoriais que, além do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), estão protegidas pelos art. 215 e 216 da Constituição Federal que identifica os indígenas e afro-brasileiros como patrimônio cultural brasileiro e os aponta como partícipes do processo civilizatório nacional (Constituição Federal, art. 215, §1). Esses grupos mobilizados são considerados comunidades tradicionais. Alfredo Wagner Berno de Almeida (2008):

> [...] a noção de "tradicional" não se reduz à história, nem tão pouco a laços primordiais que amparam unidades afetivas, e incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como unidades de mobilização. O critério político-organizativo sobressai combinado com uma "política de identidades", da qual lançam mão os agentes sociais objetivados em movimento para fazer frente aos seus antagonistas e aos aparatos de estado. Aliás, foi exatamente este fator identitário e todos os outros fatores a ele subjacentes, que levam as pessoas a se agruparem sob uma mesma expressão coletiva, a declararem seu pertencimento a um povo ou a um grupo, a afirmarem uma territorialidade específica e a encaminharem organizadamente demandas face ao Estado, exigindo o reconhecimento de suas formas intrínsecas de acesso à terra, que me motivaram a refletir novamente sobre a profundidade de tais transformações no padrão "tradicional" de relações políticas (ALMEIDA, 2008, p. 30).

Portanto, não são apenas as formas tradicionais ligadas a "*estruturas intermediárias do grupo étnico, dos grupos de parentes, da família, do povoado ou da aldeia, mas também por um certo grau de coesão e solidariedade obtido face a antagonistas e em situações de extrema adversidade e de conflito, que reforçam politicamente as redes de solidariedade*" (Ibidem, p. 29).
Pode-se observar que essas formas complexas de organização demandam um sistema de justiça que reflita o que de fato se passa na realidade das teias que se desenharam na sociedade brasileira, não podendo ficar circunscrita à concepção de justiça que compreende que esta deve ser capaz de resolver querelas de indivíduos livres e iguais (BOBBIO, 2000, p. 319).

Um panorama da questão quilombola no Brasil e as comunidades de estudo de caso em Minas Gerais

A luta quilombola é de tempo longo e nesse estudo nos detemos na luta contemporânea desses atores pelo território. Em pesquisa desenvolvida por Gomes (2009) indicou-se que se até a Abolição da Escravatura a existência de quilombos era considerada uma grave subversão à ordem, no período do Pós Abolição da Escravidão até o processo Constituinte (1987-1988) estas realidades ficaram inviabilizadas fazendo parecer que essa era uma questão superada e extinta juntamente com a escravidão (ALMEIDA, 1996, p. 15). No entanto, a partir da década de 1970, as articulações dos movimentos negros do Norte e Nordeste com os movimentos do Sudeste fizeram com que a questão quilombola ganhasse progressivamente maior visibilidade no espaço público nacional (ALBERTI; PEREIRA, 2007). A atuação dos movimentos sociais negros foi fundamental para a viabilização dessa luta e para a denúncia de que a questão quilombola está vinculada a dois grandes desafios colocados ao processo de aprofundamento democrático no Brasil: a superação do racismo e o modo como as terras foram distribuídas no País, gerando grandes desigualdades no modo de acesso às mesmas. Isso nos remete à necessidade de compreensão de como raça e terra estão articuladas ao modo de estruturação do Brasil, o que gerou um déficit de extensão da cidadania ao conjunto da população brasileira e ao desenvolvimento de formas perversas de racismo (FERNANDES, 2007, p. 203). Dados os limites desse

trabalho não será possível aprofundar nessa questão da intricada relação entre terra e raça tem sido enfrentada por alguns autores (MARX; 1998; NASCIMENTO, 1980; GOMES, 2009).

Apenas com a Constituição de 1988 é que se reconhece o direito construído pelos quilombos contemporâneos ao território e após muitos embates (SILVA, 1997), durante o processo Constituinte (1987-1988), foi aprovado o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que afirma: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos" (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988). Além desse artigo, a Constituição apresenta dois artigos centrais para a defesa desse direito, a saber: os artigos 215 e 216 da Constituição de 1988 à medida que garantem o pleno exercício dos direitos culturais e sociais e consideram como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, os quais se ligam à preservação dos modos de criar, fazer e viver (Constituição Federal, 1988, art. 216, II). As Convenções internacionais cumprem, ainda, importante papel no processo de reconhecimento desses direitos podendo-se citar a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989, ratificada pelo Brasil em junho de 2002. No art. 2º dessa Convenção é reconhecido como critério fundamental os elementos da auto-identificação dos povos. A constitucionalização do direito quilombola e o reconhecimento da comunidade internacional do mesmo significou uma conquista no processo de publicização dessa questão no cenário nacional.

Nesse sentido, a Constituição de 1988 estabelece o primeiro marco legal[7] do período republicano para esse tema, seguido de outras determinações que visam regulamentar a política pública voltada para a titulação quilombola. Por todas essas questões a regulamentação do direito quilombola tem ocorrido de forma conflituosa no espaço público nacional. Coloca-se de um lado aqueles que defendem o direito quilombola, tal como a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras de Quilombos (CONAQ), criada em 1996; e, de outro, aqueles que apresentam entraves para sua efetivação, representado sobretudo pela Bancada Ruralista. A capacidade desses últimos grupos em torno da defesa do direito à propriedade individual vem desde o período colonial, capacidade essa que se ampliou a partir da década de 1930[8], momento no qual as esquerdas incluem na pauta de reivindicações a questão da reforma agrária. Gomes (2013) faz um levantamento de todos os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional ligados à questão da territorialidade quilombola indicando que estes são contrários à efetivação da territorialidade desses grupos[9].

Todos esses entraves colocados ao direito quilombola na esfera federal se replicam de modos diferentes nas esferas estaduais e municipais. Conforme afirmado nesse estudo, o direito quilombola tem sido recorrentemente desqualificado como direito coletivo e com o aporte da visão dogmática e positivista que predomina no direito. A corroboração disso pode ser feita ao confrontarmos a presença de estruturas permanentes do judiciário (sede e não sedes) e a distribuição das comunidades quilombolas no interior do Estado conforme os Mapas 1 e 2. Essa comparação permite perceber que há um maior vazio de estruturas permanentes de justiça (sedes), exatamente nas áreas onde há uma maior presença de comunidades quilombolas em Minas Gerais.

---

7 Além desses marcos foi criada em 7 de fevereiro de 2007, por decreto presidencial (Decreto n.º 6.040), a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério do Meio Ambiente (MMA).

8 Motta (2006) indica que a Sociedade Rural Brasileira (SRB) foi fundada em 1919 e surge na defesa da grande propriedade por iniciativa de setores ligados à grande lavoura paulista (MOTTA, 2006:242). Barcelos e Berriel (2009) indicam que, atualmente, a SRB é vinculada à Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) – órgão máximo de representação do patronato rural (BARCELOS; BERRIEL, 2009:22).

9 Ainda, em consonância com essa propostas contrárias ao direto quilombola, tramita, desde 2004, no Supremo Tribunal Federal, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) 3239/2004 3.239/2004 proposta pelo PFL (atual DEM), junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Essa ADIN questiona a constitucionalidade do Decreto 4.887/2003, sob a alegação de que este, ao regulamentar o art. 68 do ADCT, invade a esfera da lei incorrendo, portanto, em "autonomia ilegítima". O argumento é que, ao dispensar a mediação de instrumento legislativo e dispor *ex novo*, o ato normativo editado pelo Presidente da República invade esfera reservada a lei, incorrendo em manifesta inconstitucionalidade (ADIN 3.239/2004).

Mapa 1 - Divisão Judiciária

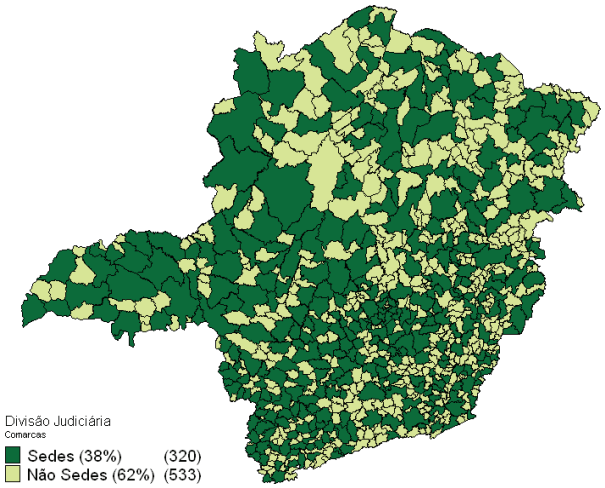

Fonte: Elaborado pelo OJB a partir de dados do IBGE e COJE

Mapa 2 - Comunidades quilombolas de Minas Gerais (2007)

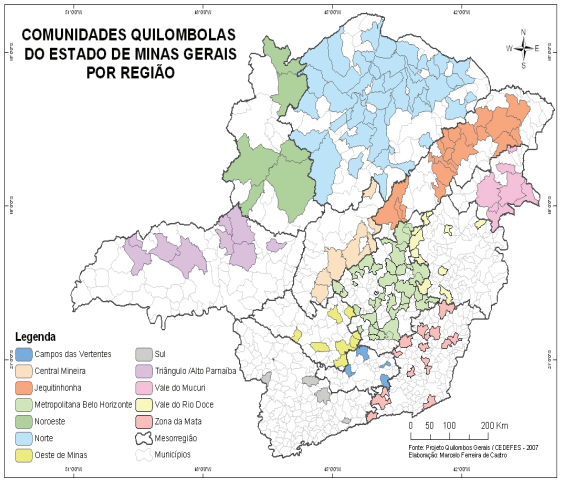

Fonte: Cedefes, 2008.

Antes de entrar em cada um dos casos, nos parece importante indicar algumas características das comunidades que serão tratadas a partir da próxima seção.

Quadro 1 – Resumo sobre cada comunidade

Território	Comunidades	Localização em Minas Gerais	Inicio da ocupação pelos quilombolas	Principal conflito
Brejo dos Crioulos	Localiza-se às margens do ribeirão Arapuim, encontra-se dispersa em vários núcleos populacionais: Araruba, Arapuim, Cabaceiros, Caxambu, Conrado, Serra DÁgua e Furado Seco. Vivem no local aproximadamente 3 mil pessoal em 460 moradias.	Localiza-se entre três municípios do Norte de Minas (Verdelândia, Varzelândia e São João da Ponte)	Segunda metade do século XIX	Fazendeiros locais
Luizes	Vila Maria Luiza Moreira	Região Oeste de Belo Horizonte (Bairro de Grajaú)	1895	Atores com poder econômico e político

	Três núcleos de moradia: Laranjeira – o maior, onde se encontram a Igreja, a casa paroquial, a farinheira e a escola -, Mumbuca e Cachoeira. No quilombo há 54 famílias, totalizando 204 habitantes.			União criação da Reserva Biológica da Mata Escura (2003)
Mumbuca		Cidade do Jequitinhonha, extremo Nordeste de Belo Horizonte.	**1862** - compra da terra de Mumbuca por José Cláudio de Souza.	

Elaboração própria.

Conforme o Quadro 1 acima, é possível observar que as três comunidades possuem conflitos com diferentes antagonistas. Contudo, embora possuam esses conflitos esses grupos construíram trajetórias específicas mesmo em meio a contingências e contrariedades. Deve-se compreender que os grupos quilombolas se autoidentificam como tal a partir de contingências que foram dadas pela necessidade de buscar um território livre de fuga dentro de uma ordem escravocrata, refigurando, portanto, um "[...] entre-lugar contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O 'passado-presente' torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver" (BHABHA, 2007, p. 27). Ou seja, esses grupos excluídos do próprio sistema formal criaram formas próprias e fizeram com que a justiça se cumprisse, pois vivem em seus territórios, mas ainda sem a presença do Estado. A seguir, indicam-se alguns elementos que comprovam que essa justiça histórica está realizada pela presença desses grupos em seus territórios, contudo justiça realizada de modo frágil pois, conforme indica-se nos casos estudados, eles estão submetidos à situação de racismo e ao poder econômico de grupos com prestígio que podem usurpá-los de seus locais de vivência devido à facilidade de acesso ao sistema de justiça formal e pela utilização dos instrumentos legais. Rigatto (2006) indica que esse foi o caminho através do qual se consolidou uma concepção privatista da terra, "[...] negligenciando a realidade complexa anterior das formas de ocupação, assim como hoje o faz em termos da aplicação do texto constitucional às questões que envolvem o acesso à terra" (RIGATTO, 2006, p. 14).

A justiça plural: modos de criar, fazer e viver dos grupos

a. Ocupação/racismo/expropriação

De acordo com o "Relatório Técnico de Identificação/Laudo antropológico da Comunidade Remanescente do Quilombo de Brejo de Crioulos" a ocupação do território se iniciou na segunda metade do século XIX. Segundo o Relatório:

> Neste tempo, Brejo já era conhecido como um lugar de água farta e boas terras para plantio. Ao chegarem às margens do Arapuim, os negros vindos de Gorutuba encontraram os crioulos ou tapuias, que já habitavam a região. Diziam os mais velhos que os crioulos eram bravos e foi necessário amansá-los. Com o tempo e com a intensificação dos casamentos entre crioulos e chegantes, todos se tornaram uma só família, unida pela relação de parentesco. (IGNÁCIO et. al., 2004, p. 78).

E ressalta sobre os modos de vida desse tempo:

> Neste tempo, os rios e a terra solta – sem proprietários ou cercas – também favoreceram a reprodução social dos crioulos, cujos modos de vida se baseavam nas atividades que assegurassem a reprodução do grupo, com o plantio de roças do período das águas e do rebaixamento delas – arroz, milho, feijão, cana, mandioca e algodão -, a criação extensiva de animais, a pesca nas lagoas e no ribeirão, a caça nas matas, além da produção de rapadura, cachaça, farinha de milho e de mandioca, tecidos. (IGNÁCIO et. al., 2008, p. 80).

Contudo, todo esse ciclo de vasta diversidade de produção e fartura é ameaçado em um momento chave para a comunidade, o chamado "tempo da divisa" - que é quando há um crescente interesse mercantil pelas terras. Em outras localidades do norte mineiro, o "tempo da divisa" é, também, nomeado de tempo dos agrimensores, que marca a entrada dessas terras no mercado e ocorre a perda da autonomia por parte da comunidade de Brejo dos Crioulos. Tudo isso impacta na vida desses grupos e no acirramento dos conflitos a partir, sobretudo, da década de 1990.

Já a comunidade de Luízes tem uma história de ocupação do território que remonta a 1865. Os registros, posteriores à Abolição da Escravatura, sugerem "compensação" ou "direito adquirido" por trabalho sobre uma fração das terras da fazenda. Um desses registros certifica a transferência para Nicolau Nunes Moreira de uma gleba, delimitada por marcos e confrontações específicas como "folha de pagamento do quinhão" por ocasião da Divisão da Fazenda Calafate, requerida pelo Estado de Minas Gerais, em virtude da desapropriação efetuada pela Comissão Construtora da Nova Capital (Figoli et. al.,2008, p. 13). Sobre essa ocupação pode-se encontrar, ainda, a seguinte afirmação no "Relatório Antropológico de caracterização histórica, econômica, sócio-cultural do quilombo de Luízes"

> Diferentemente da origem irregular, comumente atribuída às terras quilombolas, os casais fundadores da comunidade dos Luízes se instalaram à margem do córrego Piteiras, em 1895, em glebas de terras doadas ou adquiridas, originadas na Divisão da Fazenda Calafate, promovida pela Comissão Construtora de Belo Horizonte. O quilombo tem início, portanto, na aquisição ou mesmo recebimento compensatório de terras, presumivelmente por trabalho escravo, o que caracteriza o espaço do remanescente não como ocupação irregular mas como quilombo de origem legal, pela situação regular das terras que deram origem ao nucleamento residencial do grupo. (FIGOLI et. al., 3008, p. 7).

Está fora dos limites desse trabalho refazer todo o modo como se legitima o direito desses herdeiros, o fato é que houve uniões matrimoniais entre as duas famílias, os descendentes de Anna Apolinária, os Luízes, de Nova Lima e os filhos de *Nicolau*, de Belo Horizonte. (FIGOLI et. al., 2008, p. 21). Dos diversos relatos obtidos sobre a origem da comunidade, o elo histórico pode ser estabelecido: o grupo se origina das relações de parentesco e de herança que se estabelecem com as uniões de três filhas de *Anna Apolinária Lopes* com três filhos de *Nicolau Nunes Moreira* e *Felicíssima Angélica de Jesus*. Dessas uniões, o grupo traça a descendência bilateral a partir da união de um desses casais: *Vitalino Nunes Moreira* e *Maria Luiza Moreira*. (p. 83). Pode-se observar que a ocupação tem aspectos semelhantes àqueles de Brejo por sua origem no período da escravidão. E, assim como na situação de Brejo a deslegitimação desses grupos como verdadeiros donos da terra vai sendo construída, tendo como um de seus pilares o racismo. No caso de Luízes esse racismo é progressivamente explicitado pois a população envolvente cresce, com maior poder econômico e político, assim a "etnicidade e os processos de territorialização se manifestam de modo característico sob a forma de acirrada competição e conflito com a sociedade envolvente, geralmente em condições de franca desigualdade de poder." (FIGOLI, et. al. , p. 9).

No estudo do processo administrativo que tramita no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi possível constatar nos autos essa realidade. No vol I, fl. 121 há um Boletim de Ocorrência (BO) registrado na Policia Civil do Estado de Minas Gerais onde uma quilombola de Luízes acusa uma moradora

do Grajaú de racismo. No BO há a seguinte afirmação: "Nos chamou de negros, pés rapados, e sem nível algum para possuirmos terrenos nesse Bairro. Que eu e meu irmão [...] somos negros de nível inferior e que ele (meu irmão) deveria reconhecer seu lugar e ir para a favela que lá é que é seu lugar" (Processo INCRA, n° 0024.07.492.353-3, vol. I, fl. 121). Essa comunidade vive diversas situações e expressões de racismo, seja por relações **intergrupos**, tais como essa, seja pela forma como os direitos desses grupos têm sido historicamente vilipendiados pelos interesses econômicos e políticos. As situações de desrespeito moral exigem que o reconhecimento **identitário** desses grupos ocorra, para que esses grupos possam passar da vergonha e desrespeito para a recolocação dos mesmos no lugar de dignidade devida a todos os seres humanos - fundamento da República Federativa do Brasil (art.1º, III).

Outro elemento a salientar sobre a situação específica da comunidade de Luízes é que fica patente como a questão da terra no Brasil é um emaranhado que acaba por beneficiar aqueles que têm recursos para legitimar terras (HOLSTON, 2003; RIGATTO, 2008). A diminuição da área reconhecida hoje como pertencente aos quilombolas e o estrangulamento da população em uma área bem menor do que aquela que lhes pertencia, por direito, parece ser um dos elementos que mais causa revolta e faz com que a população fique desacreditada do sistema de justiça formal. O relatório feito pelo NUQ traz várias informações sobre possíveis grilagens na área, desaparecimento de documentos, diferentes linhagens de parentes, enfim, aspectos **esses** que, dados os limites de tal trabalho, não podem ser retomados.

Contudo, é possível constatar que "[...] certo é que o grupo apresenta documentos e defende a existência de terras adquiridas, na época pelos fundadores do quilombo, num tamanho muito superior ao ocupado hoje" (FIGOLI, et. al., 2008, p. 15). O caso de Mumbuca também remonta a uma ocupação dentro dos parâmetros legais. No "Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sócio-Cultural: o Quilombo de Mumbuca" (LIMA et al., 2007) existe a informação que aproximadamente 60 anos após a fundação da Sétima Divisão Militar de São Miguel, José Cláudio de Souza comprou as terras de Mumbuca, as quais estão registradas em Cartório, com escritura datada de 1862. As terras foram compradas de Maria de Souza Saraiva e de sua filha Bernardina Luiza dos Santos e esposo, José Xavier de Souza. A área está localizada em "uma região denominada Ilha do Pão e a terra é chamada Sítio Mumbuca, descrito como 'lugar de criar e plantar'. O valor total da compra foi de duzentos e cinqüenta mil réis. Como era comum na época, a escritura não cita a dimensão da terra negociada" (LIMA et al., 2007, p. 20), As 81 famílias que vivem atualmente[10] em Mumbuca têm orgulho de sua história e do modo como foi fundado o território.

No caso de Mumbuca as manifestações de racismo são diferentes, pois, embora tenham fazendeiros que disputam as áreas, a sociedade envolvente é também formada por outras comunidades, conforme indicado, que são Vai-Quem-Quer, Babilônia, Cachoeira, Mumbuca, Laranjeiras e Escuta. Há dois momentos em que a resistência da comunidade se faz sentir. O primeiro momento deve-se a ameaça de fragmentação das terras com a chegada dos latifundiários na década de 1940. Isso levou a comunidade a definir pela transformação da terra em Terra de Santa. Lima *et al.* (2007) ressalta:

> Com a assessoria jurídica e financeira dos frades franciscanos dirigentes da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, moradores que ainda permaneciam donos de sua terra de herança se convenceram da importância de transferir a posse de suas terras para a *Santa*: Nossa Senhora do Rosário, a padroeira dos moradores e de quem José Cláudio era devoto. Essa atitude impediu que, uma vez transferida para a Igreja, a terra corresse o risco de algum dia ser vendida. Por sua natureza coletiva, a *Terra da Santa* passou a pertencer a todos os seus associados (doadores ou não das terras). Dessa forma, nenhum dos seus herdeiros, motivado por um interesse pessoal, poderia aceder à opção de vender sua terra para terceiros. (LIMA *et al.,* 2007, p. 39).

Essa foi a alternativa encontrada para que a terra não fosse vendida e que algum morador se rendesse à oferta

10 No "Relatório de Mumbuca" a Equipe do NUQ (Lima *et. al*., 2007) aponta que estas famílias vivem nas seguintes localidades: Vai-Quem-Quer, Babilônia, Cachoeira, Mumbuca, Laranjeiras e Escuta: "apenas dois deles são reconhecidos como comunidades, pois possuem uma organização religiosa e econômica formal" (LIMA et. al. 2007, p. 7).

de fazendeiros interessados na região. Assim, a terra por sua natureza coletiva, a *Terra da Santa* - passou a pertencer a todos os seus associados (doadores ou não das terras).
O outro momento que criou a necessidade de resistência veio com a criação, pelo Governo Federal, de uma reserva biológica na área onde a comunidade está. Em junho de 2003 ocorreu a criação da Rebio da Mata Escura instaurando um conflito que coloca em choque a questão ambiental e a questão agrária. Parece desnecessário retomar a anterioridade do direito dessa comunidade em permanecer na área. O que interessa demarcar nesse caso são as contradições internas, pois, de acordo com Sampaio (2007), a Rebio da Mata Escura teria sido criada como forma de compensação ambiental "[...] no processo de negociação para a instalação da Usina Hidrelétrica de Itapebi, no Município de Salto da Divisa, extremo nordeste mineiro, na divisa com o Estado da Bahia e na bacia do Rio Jequitinhonha" (SAMPAIO, 2007, p. 123). Até o fechamento desse artigo (dezembro/2014), passados 11 anos do decreto de implantação da Rebio o caso de Mumbuca continua sem solução e parado no Instituto Chico Mendes sem solução. Desse modo, sem nos alongarmos, é a própria União, que detona o conflito com os quilombolas sendo que, contraditoriamente, o próprio Governo Federal e que deveria efetivar o direito territorial desses grupos.
Finalmente, ao final dessa subseção, em cada um dos conflitos indicados há pelo menos três aspectos a serem ressaltados. O primeiro refere-se ao tipo de conflito. Em Brejo dos Crioulos a disputa é explicitamente feita com os fazendeiros, em Luízes com a pressão imobiliária e a sociedade envolvente com forte poder econômico e político e, em Mumbuca um conflito com o próprio Governo Federal. O segundo aspecto é que nos três casos os relatórios antropológicos e os relatos da população comprovam a anterioridade da presença dos quilombolas em relação aos interesses que hoje se impõem e ameaçam o direito desses grupos. Isso nos leva ao terceiro aspecto que é a desvalorização dos relatos orais sobre os documentos escritos.

b. Modos de criar, fazer e viver

Feita essa primeira aproximação com as formas de ocupação e conflitos enfrentados pelos grupos atualmente, aponta-se a seguir por que motivo indica-se, nesse artigo, que esses grupos possuem um elemento central que é a presença, em meio à todas essas adversidades, de formas de existência coletiva e de construção de modos de criar, fazer e viver específicos que legitimam a titulação de seus territórios.
A complexidade das formas de existência coletiva e de caráter simbólico, dos diferentes elementos das formas de uso comum, é de difícil apresentação pois demandam densas descrições de diferentes elementos que estão fora dos limites desse estudo. O que faremos a seguir é apenas exemplificar em cada caos estudado (Brejo dos Crioulos, Luizes e Mumbuca) alguns elementos que indicam que o modo de ocupação territorial desses grupos, sustentam o que temos afirmado sobre um modo próprio de justiça efetivada pelos mesmos em diferentes localidades, apesar do não-reconhecimento formal do Estado brasileiro. O que se verá a seguir é que longe de práticas homogêneas e visões de mercantilização da terra, os quilombolas têm construído territórios que se constituem em verdadeiro patrimônio histórico e cultural de todo o povo brasileiro.
Diante disso daremos apenas alguns exemplos que estão apresentados de modo adequado em cada um dos Relatórios Antropológicos de cada comunidade aqui trabalhada de Brejo dos Crioulos (IGNÁCIO et. al., 2004); Luízes (FIGOLI et. al., 2008) e Mumbuca (LIMA et. al., 2007).
Em Brejo ressalta-se o manejo do território dentro da dinâmica ambiental a qual relaciona-se à uma concepção ancestral e uma dinâmica própria de ligar o ambiente com o manejo dos recursos naturais. Ignácio et. al (2004) afirmam que:

> Nas formas de manejo dos recursos naturais efetivadas pelas comunidades tradicionais como Brejo dos Crioulos ficam claras a observação e a leitura do ambiente, desenvolvidas ancestralmente. Este saber é produzido em um movimento de relações empíricas e cotidianas na construção do modo de vida da comunidade com o meio onde está inserida. Embora o saber tradicional resulte de vivências outras que não as do saber acadêmico, pode-se estabelecer entre elas uma relação de complementaridade. A leitura do espaço ecológico de Brejo dos Crioulos, feita pela comunidade tradicional de origem quilombola que ai vive, nos remete aos seus usos

> e práticas diretamente relacionadas à reprodução de sua vida material e simbólica (IGNÁCIO et. al. 2004, p. 54).

Esse elemento de uma produção que está fortemente vinculada ao modo de relações estabelecidas com a dinâmica ambiental local não é uma exceção em comunidades tradicionais quilombolas e em seguida será indicado o caso de Mumbuca (MG). Em estudo anterior (GOMES, 2009) verificamos que essa mesma tendência está presente em Alcântara (MA), onde existem mais de 152 comunidades quilombolas que vivem em um complexo mosaico de relações próprias com o território.

Em Mumbuca também se verifica essa relação de manejo com o território que foge aos padrões de associação única entre terra e mercantilização embora essa comunidade desempenhe importante papel no processo de abastecimento da cidade do Jequitinhonha na feira às sextas e sábados pela manhã. Lima et. al.(2007) indicam que:

> Os moradores de Mumbuca são *camponeses*: agricultores familiares com uma integração parcial ao mercado. Cultivam pequenas áreas em suas roças e quintais com a finalidade de prover o sustento da família. Membros de um mesmo grupo doméstico trabalham para prover o seu próprio consumo, seja o consumo direto ou o indireto, obtido a partir da venda de parte da produção para a compra de outras mercadorias para o consumo.
>
> Há várias gerações a produção destinada à venda é levada pelos moradores à feira na cidade de Jequitinhonha, que ocorre todas as sextas-feiras e sábados. A participação coletiva dos moradores na economia da sede do município é um dos momentos de expressão das fronteiras do grupo, quando os *mumbuqueiros* se apresentam e são reconhecidos como uma coletividade étnica distinta. As famílias de Mumbuca são conhecidas na cidade pela qualidade de seu produto principal: a farinha. São também pequenos produtores de legumes e frutas. Há entre eles os que possuem uma pequena produção de feijão, mas esta se destina principalmente ao próprio consumo. (LIMA *et al.*, 2007, p. 147).

Isso nos remete a um importante aspecto sobre as alternativas que esses grupos oferecem ao modelo produtivo monopolista e de larga escala praticado no Brasil, pois longe de praticarem apenas uma agricultura de subsistência, esses grupos podem contribuir com práticas ancestrais que aliem manejo dos territórios, produção e sustentabilidade. Três grandes desafios colocados ao modelo de produção agrícola em voga, que tem sido amplamente questionado no projeto de construção de uma sociedade, que também respeite os direitos da natureza como está previsto, por exemplo, na Constituição do Equador[11].

Em Luízes, embora a comunidade viva em meio a um espaço urbano densamente povoado, pode-se, identificar a presença de uma cosmovisão própria. Na entrada para a comunidade há uma árvore da espécie *Guapuvuru* que:

> Epítome da vida dos Luízes e centro da vida social, pode se dizer que ela é o *axis mundi* comunitário, pois tudo o que é acontecimento de importância se desenrola ao pé e à sombra dessa imponente e lendária árvore, sobre a qual se contam muitas estórias acerca de sua origem, dos fatos fantásticos e sobrenaturais que ali

---

11 Na Constituição do Equador de 2008 no capítulo sétimo constam os "Direitos da Natureza". Em seu art. 71, dispõe: "Art. 71. A natureza ou Pacha Mama, onde se reproduz e se realiza a vida, tem direito a que se respeite integralmente a sua existência e a manutenção e regeneração de seus ciclos vitais, estrutura, funções e processos evolutivos. Toda pessoa, comunidade, povoado, ou nacionalidade poderá exigir da autoridade pública o cumprimento dos direitos da natureza. Para aplicar e interpretar estes direitos, observar-se-ão os princípios estabelecidos na Constituição no que for pertinente. O Estado incentivará as pessoas naturais e jurídicas e os entes coletivos para que protejam a natureza e promovam o respeito a todos os elementos que formam um ecossistema" (Constituição do Equador, 2008, art. 71).

> aconteceriam. Como pilar do universo comunitário, o amplo espaço que demarca a projeção da sua sombra no terreno é considerado espaço comum. Indício do caráter simbólico da árvore são as construções já iniciadas para abrigar à sua sombra futura capela dos Luízes. Não seria exagerado dizer que o lugar assim delimitado se apresenta como a materialização espacial e simbólica dos próprios laços sociais da comunidade. Reforçam ainda sua significação os relatos lendários que circulam sobre sua origem extraordinária, atribuída a uma semente que teria germinado curiosa ou inexplicavelmente com a saliva de uma criança, pendurada pelo seu pai no seu pescoço como proteção (um *patuá*), para assegurar o bom nascimento dos seus dentes, poder atribuído à semente, provavelmente sugerido pela beleza da sua perfeita forma oval e de sua superfície polida. (FIGOLI et. al. 2008, 64-65).

O mais interessante de observar é que a Guapuvuru foi acometida por uma doença e, na festa de Sant'Anna de 2013 restava apenas o tronco mas o seu lugar simbólico, o *axis mundi* comunitário foi mantido, pois a celebração da Missa do Congo ocorreu nesse mesmo espaço reunido em torno dela a comunidade de Luízes.
Esses e outros exemplos das formas de criar, fazer e viver desses grupos podem ser ricamente encontrados em cada um dos Relatórios aqui consultados que nos termos de Geertz (1978) desenvolvem descrições densas (GEERTZ, 1978, p. 15). Contudo, o objetivo aqui foi tão somente o de indicar que tais grupos têm uma justiça efetivada nesses modos de existência. Portanto, o reconhecimento por parte do Estado do direito ao território para a reprodução física e cultural é elemento central para que esse justiça se efetive, também, na perspectiva do Estado de Direito. Contudo, conforme veremos a seguir esses grupos confrontam a concepção de terra como mercadoria e bem privado e individual. Essa concepção está fortemente arraigada no pensamento jurídico nacional no modo de percepção da estrutura agrária e fundiária brasileira. Indica-se, a seguir, para algumas situações que os quilombolas se confrontam com os grupos do poder, do prestígio e da força política, os quais se sobrepõem às demandas por reconhecimento simbólico e pela pluralidade das formas de existência coletiva.

Considerações finais

Na Introdução desse trabalho indicamos que o desafio a ser enfrentado por essa pesquisa tinha uma dupla natureza. De um lado, indicar para as dificuldades que se colocam para o acesso ao sistema de justiça estatal brasileira; por outro lado, apontar para a existência de formas alternativas de justiça plural construída pelos grupos quilombolas em seus territórios. O enfrentamento nessa dupla perspectiva se fez necessário devido às dificuldades enfrentadas para a efetivação do direito constitucional das comunidades quilombolas, previsto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).
Conforme foi possível perceber ao longo desse artigo, a dificuldade de acesso às estruturas permanentes do judiciário ocorre por pelo menos três aspectos de diferentes naturezas. O primeiro aspecto refere-se ao predomínio dos interesses privatistas e do poder econômico sobre as demandas dos grupos quilombolas. Por exemplo, no caso de Luízes - citando apenas uma das muitas expropriações que sofreram ao longo da história - mesmo após a elaboração do RTID, a PBH concedeu liminar para a CIFER construir em território quilombola. Isso demonstra que o poder econômico predomina sobre os direitos construídos historicamente pelas comunidades. E isso nos leva ao segundo aspecto uma vez que o caso da comunidade de Luízes – que está dentro da cidade de Belo Horizonte, sede de comarca, a 4 km do Fórum Lafayette - aponta que a proximidade física dessas estruturas não faz muita diferença pois eles foram usurpados do mesmo modo que as outras duas comunidades. No caso de Brejo fica evidente o quanto os interesses dos fazendeiros têm predomínio sobre o dos quilombolas, sendo esses últimos frequentemente tratados como usurpadores e criminosos, conforme foi indicado. E no caso de Mumbuca é, também, emblemático pois é a própria União – responsável por titular os territórios quilombolas – o agente que ameaça o grupo de perda do território.
Finalmente, tudo isso nos leva ao terceiro aspecto, o qual indica que na concepção de terra - que predomina nas decisões por demandas coletivas - prevalece uma visão eminentemente privatista liberal dos sujeitos de

direitos. As concepções de direito puramente dogmáticas e positivistas predominam nessas decisões. Ou seja, nos parece que o desafio a ser enfrentado é o da construção de uma cultura jurídica que se volte para a compreensão de que existem formas de existência coletiva que demandam conhecimento e abertura, bem como merecem mais consideração, pois, as demandas das comunidades quilombolas são legitimas e, assim, devem ser tratadas pelo sistema de justiça para que o processo de democratização da sociedade brasileira, de fato, se realize.

Referências bibliográficas:

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. *Histórias do movimento negro no Brasil*: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas / CPDOC-FGV, 2007.

ALMEIDA, Wagner Berno de (org. et. al.). Caderno de Debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos. Manaus: PNCSA; UEA, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Os quilombolas e a base de lançamentos de foguetes de Alcântara*: laudo antropológico. 2 v. Brasília: MMA, 2006a.

ALMEIDA, Alfredo Berno de. *Terras de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto*: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006b.

ALMEIDA, Alfredo Berno de. Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2.ª ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008. Disponível em: <http://www.novacartografiasocial.com/downloads/Livros/livro_terrasocupadas.pdf> Acesso em: 21/02/2013.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). *Quilombos*: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV / ABA. 2000.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos: sematologia face a novas identidades. In: SMDDH; CCN. (Org.). *Frechal terra de preto*: quilombo reconhecido como reserva extrativista. São Luís, 1996, p. 11-19.

ANJOS, Rafael Sânzio Araújo dos. *Quilombolas*: tradições e cultura da resistência. São Paulo: Aori Comunicações, 2006.

AVRITZER, L. MARONA, M. GOMES, Lilian C. B.. *Cartografia da justiça no Brasil: uma análise a partir de atores e territórios*. São Paulo: ed. Saraiva, 2014.

BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva; BERRIEL, Maycon Cardoso. Práticas institucionais e grupos de interesse: a geograficidade da Bancada Ruralista e as estratégias hegemônicas no parlamento brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19, 2009. Anais... São Paulo, pp. 1-32, 2009. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Barcelos_EAS.pdf>. Acesso em: 30 out. 2009.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

BOBBIO, Norberto. *Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Organizado por Michelangelo Bovero. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2000.

CPT. *Juiz concede liminar de despejo contra o quilombo de Brejo dos Crioulos*. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/noticias/12-conflitos/1488-juiz-concede-liminar-de-despejo-contra-o-quilombo-brejo-dos-crioulos> Acesso em: 13/06/2013.

CEDEFES (Org.). *Comunidades quilombolas de Minas Gerais no séc. XXI*: história e resistência. Belo Horizonte: Autêntica/CEDEFES, 2008.

FERNANDES, Florestan. Aspectos da questão racial. In: FERNANDES, Florestan (Org.). *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2007 [1966]. p. 38-63.

FIGOLI, Leonardo H.G. Relatório Antropológico de caracterização histórica, econômica, sócio-cultural do Quilombo de Luízes. NUQ/FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2008.

GOMES, LILIAN C. B. O direito quilombola e a democracia no Brasil. *Revista de Informação Legislativa*, v. I, p. 303-320, 2013.

GOMES, Lilian C. B. 2009. Justiça seja feita: direito quilombola ao território. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política (Doutorado).

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *Comunidade negra de Campinho da Independência*: Paraty – Rio de Janeiro. FCP, 1998. Relatório Técnico Científico.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *Terra de pretos*: terra de mulheres. Brasília: Biblioteca Palmares, 1996.

HOLSTON, James. *Insurgent citizenship*: disjunctions of democracy and modernity in Brazil. Princeton: Princeton University Press, 2008.

HOLSTON, James. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 8, n. 21, p. 68-89, 1993.

HONNETH, Axel. 2003. Redistribution as recognition: a response to Nancy Fraser. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition?* A political-philosophical exchange. Londres; Nova York: Verso, p. 110-197.

IGNÁCIO, Elizete (Coord.). *Relatório Técnico de Identificação/Laudo antropológico da comunidade remanescente do Quilombo de Brejo dos Crioulos.* Fundação Cultural Palmares: Rio de Janeiro, 2004, mimeo.

LIMA, Deborah (Coord.). *Relatório Antropológico de caracterização histórica, econômica e sócio-cultural*: o Quilombo de Mumbuca. NUQ/UFMG, 2007. 1 Cd room.

MARX, Anthony W. *Making race and nation*: a comparison of South Africa, the United States, and Brazil. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

MATOS, Marlise *et al.* 2010. *Acesso ao Direito e à Justiça Brasileiros na Perspectiva de Gênero/Sexualidade, Raça/Etnia: Entre o Estado e a Comunidade*. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

MOTA, Fábio Reis. *Nem muito mar, nem muita terra. Nem tanto negro, nem tanto branco:* uma discussão sobre o processo de construção da identidade da Comunidade Remanescente de Quilombo na Ilha de Marambaia. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia Universidade, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2003.

MOTA, Fábio Reis. *Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte?* Demandas de direitos e reconhecimento no Brasil e França. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Do outro lado da cerca. In: PAULA, Delsy Gonçalves de; STARLING, Heloisa Maria Murgel; GUIMARÃES, Juarez Rocha (Org.). Sentimento de reforma agrária, sentimento de república. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo*: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.

RIGATTO, Silvia Helena. *Das sesmarias a função social da propriedade*: um estudo de história do direito e da formação da estrutura agrária fundiária no Brasil. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

ROMERO, Silvio. Realidades e Ilusões no Brasil: parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979 [1906].

SAMPAIO, Alexandre Lima. *Conflito sócio-ambiental no meio rural de Minas Gerais*: o licenciamento de assentamentos, o Projeto de assentamento Chico Mendes II e a Reserva Biológica da Mata Escura. Dissertação (Mestrado em Sociologia). – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo. Para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MARQUES, Maria Manuel Leitão; PEDROSO, João; FERREIRA, Pedro Lopes. *Os Tribunais nas sociedades contemporâneas:* o caso português. Porto: Edições Afrontamento. 1996.

SARMENTO, Daniel. A garantia do direito à posse dos remanescentes de quilombos antes da desapropriação. In: DUPRAT, Deborah (Org.). *Pareceres jurídicos*: direitos dos povos e comunidades tradicionais. Manaus: UEA, 2007. p. 77-104.

TARREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco *et al*. 2012. Observatório da atuação do Poder Judiciário nos conflitos agrários decorrentes de ocupações de terra por movimentos sociais nos estados do Pará, Mato Grosso, Goiás e Paraná (2003-2011): Relatório Final de Pesquisa. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Direito.

VIANA, Oliveira. Evolução do povo brasileiro. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938 [1922].

A formação juridica hegemonica e a transformação do seu modelo cognitivo

Zéu Palmeira Sobrinho[1]

The hegemonic juridical education and the change of his cognitive model.

Resumo: Neste artigo o intento é o de uma iniciar uma análise sobre um aspecto específico da crise do direito atual que consiste na tensão entre a formação jurídica hegemônica e o desafio da transformação do modelo cognitivo hegemônico. A proposta principal é "des-aprender" o direito hegemônico e procurar meios ou alternativas, baseados na experiência, para a construção de outra formação de perspectiva emancipacionista, levando em conta o pluralismo, a ecologia dos saberes, os direitos humanos e a prática social de uma escuta da implicação e de uma escuta da indignação.

Palavras chaves: formação jurídica; justiça cognitiva

Abstract: In this articles the objective is to start an analysis about a specific character of the law's crisis, that is: the tension between the hegemonic juridical education and the challenge to modify the hegemonic cognitive model. The proposal is to unlearn the hegemonic law and find alternatives, based on experience, to build other formations in the emancipationist perspective, taking into consideration the pluralism, the ecology of knowledge, the human rights and the social practice of listening to the implication and indignation.

Keys words: juridical education; cognitive justice;

Introdução

Há bem pouco a Nova Escola Sociológica do Direito de Coimbra retomou, sob a inspiração do professor Boaventura de Sousa Santos, o debate sobre a possibilidade de se reconstruir o direito a partir da indagação central: *pode o direito ser emancipatório?*

A questão proposta vem resultando em várias discussões e conclusões, ainda que provisórias, sobre os modos de produção do poder, do conhecimento e do direito. A riqueza da temática vem abrindo assim um leque de alternativas para se repensar as diferentes condicionalidades que permeiam o direito em busca da sua transformação.

Imerso no debate proposto por Santos (2002, 2007a; 2007b; 2009; 2010), o presente artigo tem o intento de iniciar uma análise sobre um aspecto específico da crise do direito atual que consiste na tensão entre a formação jurídica hegemônica e o desafio da transformação-superação do modelo cognitivo hegemônico. Daí a proposta de enfrentar-se nesse artigo uma nova indagação: é possível uma formação jurídica emancipatória? A resposta demanda antecipadadamente compreender bem os sintomas da crise de qualificação dos profissionais do direito, pressuposto para se elaborar um diagnóstico crítico capaz de auxiliar a compreender relações

---

1 O autor é bolsista da CAPES, bacharel em direito, mestre e doutor em Sociologia, professor da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), juiz federal do trabalho, no Brasil, coordenador de pesquisas do GESTO-UFRN (Grupo de Estudos Seguridade Social e Trabalho) e, atualmente, realiza estágio de pós-doutoramento em Sociologia Jurídica pelo CES (Centro De Estudos Sociais), da Universidade de Coimbra.

causais, a identificar as pistas e a encontrar os caminhos possíveis para um novo modelo de formação jurídica. Dentre tantos pontos mencionados e silenciados, será dado destaque inicialmente a dois sintomas da crise da formação jurídica: o primeiro é de ordem epistemológica, enfatizando-se a crise do modelo cognitivo e a crítica ao saber monodisciplinar, ao europeísmo acrítico e a educação bancária; o segundo é de ordem política, que consistirá na ênfase da fragilização do direito como mediação capitalista. Registre-se, por último, que o termo formação jurídica tem uma conotação muito ampla e pode envolver diferentes atores e espaços institucionais da sociedade. Todavia, como o debate mais amplo não pode se esgotar dentre dos limitados espaços do presente texto, a abordagem enfocará mais precisamente a formação dos profissionais do direito e o espaço dos cursos jurídicos.

A compreensão de cognição e de modelo cognitivo

O objetivo deste tópico é tentar debater em que consiste o modelo cognitivo e a cognição como qualificativo de um modelo de justiça ou prática política de justiça. A cognição aqui deve ser vista como um processo recursivo e autônomo que consiste na construção do complexo de qualificações para o ser compreender como ele conhece o conhecimento e como ele pode agir no mundo. Em sua recursividade, a cognição aqui coincide com a construção do complexo da identidade do ser vivo em relação com o conhecimento do e no mundo. Não se trata, portanto, de uma moldagem preestabelecida de um mundo ou de uma automática representação de um processo de apreensão da realidade. Por não ser algo que é dado a priori nem algo que se mantém incólume ao real, a cognição há de ser uma possibilidade humana reiterada de construir uma experiência de autonomia para conhecer, julgar e agir com o mundo.

A palavra modelo é intencionalmente utilizada para refletir aquilo que na dinâmica do processo educativo é recorrente, ou seja, quais valores, temas e práticas são reiteradas na experiência dos atores. Um modelo por mais abstrato que seja é comparável, mutatis mutandi, a uma fotografia-síntese, registra um momento e como um retrato estará sempre defasado ou distorcido ante as vicissitudes e dinâmica da vida. Daí dizer-se que um modelo cognitivo é uma síntese inconclusa ou recorte descritivo e aberto dos temas geradores que compõem uma proposta pedagógica em contraste com os reflexos desta sobre as práticas dos distintos atores envolvidos no processo educativo.

No tocante ao processo de formação se não há um modelo cognitivo dado, senão um modelo em construção, isso significa que é o dinamismo das práticas educacionais que revela o visível e o invisível, ou seja, aquilo que é tomado como existente e aquilo que apesar de circular nos fios invisíveis das relações sociais é silenciado ou tido como não existente. Em face desse dinamismo, que envolve a "presentificação" e a "ausentificação" de comportamentos e condicionalidades, a tarefa de captar o modelo cognitivo hegemônico do processo de formação torna-se mais complexa. Todavia, ela pode ser realizada se for levado em conta um conjunto de aspectos fundamentais: o foco temático predominante do modelo, o seu grau de dialogicidade interna e externamente, a intensidade do compromisso com os interesses sociais e a prática dos agentes envolvidos.

Outro aspecto fundamental do modelo cognitivo é saber quem o constrói, como se constrói, quem o avalia e como se avalia. A prática educacional hegemônica vem revelando uma avaliação de modelo que prestigia a mera frequência, as tarefas de reiteração de ideias e a reprodução de práticas de ensino baseadas em modelos hierarquizantes, de transmissão de conhecimentos, negligenciando a valoração em relação ao potencial das discussões ou práticas de intervenção cooperativa na realidade.

Se a avaliação não mudou substancialmente nas últimas décadas, por outro lado tornou-se lugar comum apelar-se para uma formação democrática e cognitivamente justa. O desafio continua a ser como avaliar os modelos cognitivos na medida em que eles não vem sendo enfocados quanto aos graus democráticos na participação e nos desdobramentos sobre a experiência. Avaliar um modelo, portanto, continua a ser uma ação complexa que compreende indagar criticamente sobre as práticas sociais, os valores que a inspiram, o cotidiano dos espaços de formação, as interações construídas na e a partir do sistema e a reformulação dos atores envolvidos.

A cognição por ser uma relação complexa que envolve o ser que conhece e experimenta o mundo pode ser de alta ou baixa intensidade. Quanto maior a intensidade da cognição mais humanizante será esta. Em termos de

relação social, a cognição pode ser de baixa intensidade ou egoísta ou de alta intensidade ou social. Somente a cognição de alta intensidade é capaz de promover efetivamente uma justiça cognitiva porque ela se constrói na experimentação de uma desconstrução e combate ao preconceito, à exploração, à discriminação, à crueldade e à opressão.

Uma cognição social ou de alta intensidade pressupõe o conhecimento que adquire importância a partir da preocupação com o outro que lhe integra e dá sentido. Daí dizer que somente emerge a possibilidade de uma justiça cognitiva na medida em que há uma cognição de alta intensidade, ou seja, o conhecimento indivisível da partilha, da experiência da solidariedade, da atuação de um espaço emocional fortemente encharcados dos sentimentos de ética e de justiça.

Como proposta para se transformar o modelo cognitivo, impõe-se aqui inicialmente o desafio de pensar a crise da formação do profissional do direito, que envolve os aspectos epistemológicos e políticos, com ênfase para o debate sobre o objeto do direito, a cultura monodisciplinar, a mercantilização da formação e a educação bancária.

3. A crise da formação jurídica

No tocante à formação jurídica do profissional do direito, um problema crucial está na sua base epistemológica. Afinal qual é mesmo o objeto do direito?

Eis aí o primeiro problema para a formação jurídica do profissional do direito: conhecer as suas origens no debate epistemológico do direito. O desafio de identificar o campo de gravitação do direito põe em evidência uma crise epistemológica com nítidos reflexos de identidade. Trata-se de um debate que influencia o modo como se define, se leciona e se aprende o direito na sociedade.

Há denotados esforços teóricos para se cravar piquetes delimitadores do terreno de atuação do direito. Além da corrente tecnocientificista, que se esforça para conferir ao direito o caráter de ciência, isto é, para "consagrá-lo" como um saber chancelado pela comunidade científica, tem-se ainda as versões restritas do direito, tais como: o direito como técnica (visão formalista); o direito como valor e expressão da visão jusnaturalista; o direito como norma, expressando uma visão estruturalista, para quem defende o monismo positivista, ou uma visão estrutural-funcionalista para os que defendem o positivismo pluralista; o direito como relação objetiva, para quem enfatiza o reflexo e a objetivação, a exemplo do que ocorre ao realismo sociológico e jurídico; o direito como relação intersubjetiva para quem, a exemplo de Habermas, funda sua teoria numa ação comunicativa; o direito como fato social, tese defendida pela sociologia jurídica, a partir de Durkheim; o direito como função, expressando a visão funcionalista da teoria dos sistemas; o direito como tradição, visão trabalhada pela Escola Histórica de Savigny; o direito como instrumento de dominação, visão defendida por parte da doutrina marxista ortodoxa; e o direito como instrumento ambíguo de dominação e resistência, defendida pelos movimentos sociais de inspiração socialista.

Para se compreender a profundidade da crise epistemológica do direito que se reflete na formação jurídica, três desafios se apresentam: a refedinição do campo de gravitação do direito; segundo, o enfrentamento da cultura monodisciplinar; e, por último, o combate à mercantilização do saber jurídico.

3.1 A crise epistemológica e o campo de gravitação política do direito

Quanto mais recortado for entendido o objeto do direito mais descontextualizado tende a ser a formação do jurista. Quanto mais encurralado for tal objeto mais robustecido emergirá o furor da hiperespecialização e a dificuldade do profissional do direito compreender o mundo ao seu redor, por faltar-lhe o preparo para exercer a dialogia e a intercomunicação como fases de potencialização da capacitação crítica e da convivialidade.

A menor integração e envolvimento entre o direito e os saberes inter e transdisciplinares tende a imergir o saber jurídico em um fosso e a tornar a formação jurídica cada vez mais uma técnica inspirada num saber necrosado e dogmatizante. Daí o desafio de criar espaços de escutas entre os profissionais do direito e a sociedade

para se compreender e reconectar o direito à democracia, principalmente para se perceber os direitos contra-hegemônicos, na perspectiva de uma ecologia de saberes, e conceber outras possibilidades de pluralismo jurídico e de percepções plurais a respeito dos direitos humanos.

Quanto mais o ensino jurídico se distanciar do estudo sobre a interdependência entre os problemas sociais e o processo de humanização, mais tecnicista e formalista tende a ser o profissional do direito. Em considerável parcela da educação universitária, o Brasil tornou-se uma espécie de Meca dos proprietários privados. Estes, valendo-se da autonomia universitária, reconhecida por lei, consolidaram o academicismo reprodutor da mesmice intelectual. Sob tal aspecto, a mesmice cultural interpenetrou o espaço público e o privado de ensino, com a banalização do método formal de aprendizagem, jogando na passividade político-intelectual uma legião de estudantes mediocrizados pela cultura bancária. Em larga medida esse quadro envolveu "escolhas públicas" que culminaram num saber sitiado e na reprodução de modelos culturais que afetaram o referencial didático-pedagógico.

O direito está envolto num campo de lutas em que o ponto central é a hegemonia dos interesses refletidos no construto jurídico. Por construto jurídico entende-se o processo social e os valores que entram na elaboração, interpretação e aplicação das expressões e institutos jurídicos e, não menos importante, na formação e atuação dos seus profissionais. Nem sempre tais interesses estão explícitos, uma vez que a burocratização e a institucionalização do direito servem como véu diáfano, isto é, prestam-se a difundir uma sub-reptícia e falsa aparência de neutralidade.

Sob esse aspecto, há uma questão extremamente controvertida e por isso delicada, que consiste em se saber se o direito é sempre e necessariamente objeto ou instrumento da classe dominante.

Quem defende o caráter instrumental e mecânico do direito cria uma explicação determinista, esvaziando as suas possibilidades contra-hegemônicas. Por outro lado, fechar os olhos para o utilitarismo, que exerce crescente influência sobre o direito, é adotar uma ingênua postura que ignora as condicionalidades do poder.

Afirmar como Marx que o direito está gravitando na superestrutura econômica não representa nada mais do que dizer que o direito no estado capitalista alinha-se sistematicamente como objeto de uma sustentabilidade capitalista. Todavia, a atuação do direito tem aspectos contraditórios e antissistêmicos, os quais precisam ser visualizados ora como paliativos para a manutenção do status quo, ora como exploração das irracionalidades sistêmicas que podem servir de ponto de inflexão, ora para o despertar crítico da sociedade rumo ao processo de emancipação.

A noção de direito como dispositivo mecânico, rígido e unilinear da estrutura econômica é algo que só ganhou espaço na pior interpretação de uma fração marxista. O próprio Marx ao trabalhar com a tendência da processualidade social demonstrou que há um ciclo no qual os elementos subjetivos refletem-se na ideação cultural de novas institucionalidades materiais. Isso significa que a cultura reproduz-se num ciclo ideológico e material que são inseparáveis e inter-relacionados. O fato de o direito ser capitalista não o torna absolutamente uma técnica de poder isenta de contradições e imune à cultura das classes não hegemômicas. A rigor, se é correto afirmar-se que o direito expressa a hegemonia cultural da classe dominante, não é menos verdade dizer que o capitalista apropria-se e assimila da cultura das classes dominadas. Essa lógica se verificou inclusive em formações pré-capitalistas. Recorde-se que Roma subjugou a Grécia e tal poder não foi suficiente para impedir que a cultura grega influenciasse a cultura dos dominadores. Será ingênuo também achar que a assimilação da cultura pelos povos dominados se dá apenas num processo de perversão pelos dominadores.

Uma das dimensões da crise epistemológica, que afeta a formação jurídica, cresce na medida em que atuam no campo do direito elementos para situá-lo, por um lado, como um saber dogmaticamente egoístico e utilitarista, e, por outro lado, como uma técnica que tende a revelar a desconexão entre uma prática contratualista e uma metafísica infértil.

A rigor, a referência do direito quando toma ponto de partida de uma norma ou um valor tende a um idealismo abstrato e a um desprezo dos problemas e necessidades concretas da sociedade. O ensino jurídico não vem demonstrando habilidades para superar tal inversão de referências, de modo que as faculdades vem formando profissionais ou que estão desconectados da realidade ou que e não sabem compreender as relações sociais. Isso ocorre porque eles, ao invés de serem preparados em sua formação para dialogar com a realidade, são meramente adestrados a manipularem com os códigos e as formalidades que estes chancelam.

A crise epistemológica revela, portanto, a ausência do direito como objeto de radicalização da democracia concreta, como campo de uma didática dialógica, socialmente comprometida, crítica e participativa, baseada na corporeidade reflexiva e na capacidade interventiva voltada para organizar e apoiar as pessoas e os movimentos sociais nas causas de interesse difuso, além de subsidiar a sociedade para a promoção da solidariedade. Parcela da crise epistemológica é decorrência do déficit de contextualização, fenômeno este que aponta para outro traço fenomênico da debacle da formação jurídica que consiste na crise crônica do saber monodisciplinar, conforme tópico a ser abordado em seguida.

3.2. A crise crônica do saber monodisciplinar

Sob a influência da filosofia escolástica, emergida no século VIII, o ensino foi popularizado por meio das escolas e estruturado no trivium (gramática, lógica e retórica) e no quadrivium (aritmética, geometria, astronomia e música). Nos primórdios da escolástica havia, portanto, uma preocupação limitada à expressão da ideia e a sua força retórica.

Sob a influência da filosofia humanista, a cultura renascentista se debruçou ante o desafio de formar um homem capaz de revalorizar a grande trajetória histórica que marca o gênio humano como ser constituído de corpo e espírito. A crença da história como um projeto em construção fez o ideário renascentista racionalizar um homem padrão como protótipo do sábio capaz de explorar os potenciais do intelecto a partir da apropriação de um saber enciclopédico.

A formação enciclopédica, desde a patrística e da escolástica e, ainda, a partir do seu ápice iluminista, passou por duas fases de degeneração: primeiro, o da tentação cientificista totalizante ao transmitir a falsa sensação de que nada escaparia ao saber dito científico; segundo, consequência relativa do primeiro, o da separação entre os domínios dos saberes que, paradoxalmente, permitiram delimitar as fronteiras particulares da ciência.

No topo da degeneração da formação enciclopédica esteve sempre a vaidade que levou à autossuficiência intelectual, reduzindo o conhecimento a uma erudição superficial e pantanosa. Por outro lado, o risco de se combater acriticamente o enciclopedismo consistiu em absolutizar a incompletude humana para criar zonas compartimentadas e estanques de conforto em que se situam as especialidades. Enfim, a forma de o homem conhecer a sua realidade atingiu sob a escolástica um ponto crítico de obsessão pela completude que o levou a extremos, ora totalizantes, ora atomizantes. O dilema construído pela escolástica se reproduz até hoje nas situações em que não se admite a incompletude na produção do saber. Não se pode negar que os avanços da física quântica, da biologia, da matemática estocástica e da ecologia criam a possibilidade de não soterrar os esforços de análise holística da realidade, permitindo ao homem buscar as conexões entre os saberes, micro e macrocósmicos, permeados de incompletudes e incertezas. Portanto, o desafio do conhecimento é não desperdiçar a oportunidade de religar os saberes; mais do que nunca essa tarefa só se torna possível diante de uma postura de humildade intelectual e de solidariedade.

O direito tende a esmaecer-se diante do seu autoenjaulamento e da sua autoblindagem dogmático-cognitiva. A hiperespecialização, tanto no campo do direito como de qualquer outro conhecimento, leva a uma apatia do saber. É perturbador concluir que nos meios científicos as questões da pertinência de interdisciplinaridade venham – ainda que vagarosamente - avançando, ao passo que nos cursos de direito há ainda um fechamento que o impede de sair da esfera rígida do burocratismo. O direito insere-se numa realidade constituída de uma trama de linhas interdisciplinares hiperconectadas, a ponto de inexistir sentido explicativo ao direito fora do contexto da realidade que o constitui.

O direito, sob estado de cronificada síncope ética, ainda vem em grande parcela sendo reduzido a um procedimentalismo tecnicista, enfeudado em formas e funções pré-definidas, baseado na argumentação e na interpretação de fatos e normas com o escopo de solucionar disputas atomizadas e de chancelar a primazia dos interesses egoísticos dos contendores. Superar essa primazia desafia "des-conhecer" o direito para "re-conhecê-lo", isto é, conhecer o direito buscando a humanidade que lhe dá vitalidade, tarefa impossível quando limitada ao "conhecimento jurídico". A propósito, o homem é muito mais do que o homo juridicus; ele é um ser biológico e social que se reproduz em uma realidade complexa influenciada por fenômenos políticos,

econômicos, psíquicos, culturais, etc.

Compreender tais fenômenos desafia não privilegiar somente a parte ou o todo, mas conceber a importância de conhecer ambos e saber interrelacioná-los. Em suma, inexistirá um excelente especialista que, a despeito da sua incompletude, não seja também um ótimo generalista. Mas essa conjugação somente é possível a partir de uma postura de diálogo e solidariedade. Isso significa que o modo como se conhece a realidade tende a transformar não apenas a realidade do conhecimento, mas sobretudo a realidade conhecida.

Toda realidade que perpassa a formação jurídica há de ser vista como um campo de relações tecidas conjuntamente e todo problema humano só há de ser concebido senão como um objeto entremeado nessas relações. Por isso mesmo conhecer e solucionar um problema demanda compreender a articulação do direito como objeto para a mediação humana no mundo, saber qual a sua adequação ética e a relação com o meio.

A superação do saber monodisciplinar sempre foi igualmente um desafio ético, que não há de ser reduzido a uma questão técnica. Recorde-se que quem se viu no direito de construir a bomba atômica não apenas desempenhou funções técnicas, mas aplicou conhecimentos que trouxeram repercussões para toda a vida planetária. Seguindo o mesmo raciocínio, quem se depara com uma questão de família, trabalhista, consumerista, etc não é chamado a solucionar apenas um caso judicial. Sua atuação tende a reproduzir ou não uma estrutura social, podendo ajudar a cimentar a justiça ou a injustiça. Tende a replicar, portanto, reflexos para a vida da sociedade, para a economia e para o mundo. Se a decisão chancela a indiferença, a covardia e a mágoa, ela tende a reproduzir tudo aquilo que ela chancelou.

Diz-se que a especialização foi importante por ter possibilitado uma maior aproximação do objeto. Por outro lado, com o desenvolvimento e o aprofundamento das especialidades criou-se uma fragmentação de saberes que tornou invisíveis os fios que as conectava. O efeito mais direto dessa separação foi o da criação de linguagens que bloquearam a intercomunicação disciplinar. Esse auto-isolamento das especialidades foi utilizado como técnica de dominação. Assim, por exemplo, a compartimentalização de unidades de análises do direito e da economia trouxe consequências práticas, uma vez que contribuiu para isolar as variáveis dessas especialidades em relação à questão social, entorpecendo a capacidade crítica dos especialistas e mutilando o raio de ação da própria especialidade.

A quantidade de conhecimento demandado pelas novas ciências cresce em "progressão geométrica". A formação atualizada demanda um esforço em processo contínuo. Porém, não se trata apenas de acúmulo de conhecimento, mas de se rediscutir continuamente qual o modo mais eficaz para permanecer aprendendo com e para o outro. A aprendizagem solidária não é aprender para si, mas aprender para todos, é retirar consequencias de uma aprendizagem que se preocupa com a justiça do presente como condição primeira da explicitação humana.

Uma boa dica para se adquirir a formação geral é a interação, a interlocução, a formação e a participação de grupos de estudos em equipes multidisciplinares que possibilitem inteligibilidades recíprocas. Desse modo torna-se possível desenvolver-se a comunicação interdisciplinar com clareza, condição imprescindível para a intercolaboração. A convivência em tais grupos deve ser respeitosa, compreensiva, evitando-se os preconceitos, as desqualificações pessoais e as críticas devassadoras que se erguem como muros intransponíveis para se bloquear a sinergia entre as disciplinas.

No âmbito da academia as resistências à interdisciplinaridade ainda são enormes, notadamente naqueles nichos nos quais se encontram fortes vínculos entre o conjunto de professores e as suas disciplinas. Transitar além da sua área pode representar para o acadêmico um desafio que o levará para um mundo desconhecido e repleto de incertezas, tanto no plano intelectual quanto no plano da reserva de mercado. Enfim, mesmo naqueles cursos que se dizem interdisciplinares, a formação tende a não livrar-se dos muros da ideologia dominante. Uma forma de blindar tal ideologia tem sido contorcer a realidade ao ancorar-se em bases meramente discursivas. Sobre a crítica da questão discursiva – no âmbito da formação jurídica - reconhece-se aqui uma nova dimensão da crise do direito que consiste na cultura "bancária", que será objeto do próximo tópico.

3.3. A crise da cultura "bancária" e mercantilizada

O termo "educação bancária" ganhou notoriedade a partir da obra de Paulo Freire[2], pedagogo que vivenciou uma experiência de formação jurídica desde os tempos em que foi acadêmico do curso de direito em Recife-PE.

Freire tornou-se um pensador-ator da educação em seu sentido amplo, de modo que as suas reflexões sobre a "educação bancária" são atualíssimas para se repensar os processos de aprendizagem.

A educação bancária está caracterizada no fato recorrente de o educando ser visto como uma conta ou uma caixa vazia na qual se coloca o crédito, isto é, o saber engessado. A espécie em análise, segundo Freire (2000; 2007; 2010; 2011), é conhecimento imposto, ao invés de ser o "conhecimento partejado".

Para quem manipula o saber bancário um metro de biblioteca ou de arestos faz mais sucesso do que as atitudes reflexivas do profissional de direito. Tal modelo leva o educando à falsa sensação de completude e autonomia. Porém, em nenhum campo do conhecimento a eficácia da aprendizagem coincide com a mera acumulação de conhecimentos. Essa afirmação serve igualmente para o direito no qual as informações e saberes se obsoletizam conforme as vicissitudes históricas. O mais desastroso da "aprendizagem" bancária é que o educando ao invés de pensar repete o pensamento de outrem, ou seja, pensamento que não lhe é próprio e que por isso resulta num processo de alienação do saber. Esse alheamento ou alienação tem por consequência imediata a perda de oportunidade de o educando criar a sua própria identidade e autonomia.

A perda de autonomia ocorre porque a educação bancária consiste na relação entre o educado e o educador baseada no "processo de aprendizagem" verticalizado e imitador-memorizador por meio do qual o professor é o intérprete da autoridade e o aprendente é o sujeito passivo a absorver o "conhecimento crítico". O educando, portanto, no processo de educação bancária, torna-se quando muito alguém que silenciosamente deglute "a cartilha" e se identifica pela consciência transitivo-ingênua e pelo caráter antidialógico de sua ação. Na educação bancária, conforme esclarece Freire (2005, p. 68), o educando é um ser passivo:

> O educador é o que educa; os educandos, os que são educados; o educador é o que sabe; os educandos, os que não sabem; o educador é o que pensa; os educandos, os pensados; o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente; o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados; o educador é o que opta e prescreve sua opção; os educandos os que seguem a prescrição; o educador é o que atua; os educandos, os que têm a ilusão de que atuam; o educador escolhe o conteúdo programático; os educandos, se acomodam a ele; o educador identifica a autoridade do saber com sua autoridade funcional, que opõe antagonicamente à liberdade dos educandos; estes devem adaptar-se às determinações daquele; o educador, finalmente, é o sujeito do processo; os educandos, meros objetos.

Uma cultura bancária do direito tem coincidido com o surgimento de uma ciência dos arestos, com a apologia do legulismo, com a hipercientificização do processo e com o esoterismo da linguagem. Ela ainda está baseada numa pseudo epistemologia do direito restrita à hermenêutica, à principiologia e à procedimentalização, automutilando-se ou adentrando apaticamente no debate sobre as questões políticas, social, econômica, etc.

A modalidade bancária não é um modelo ingênuo. Ele é adequado a uma formação baseada em hierarquias e a definição de uma conteudística antidemocrática e burocratizante. Trata-se de um modelo que se inspira em tribunais que deliberam burocraticamente por intermédio de suas cúpulas e que reproduzem e premiam advogados formalistas e juízes subservientes ao abstracionismo jurídico.

É possível que Freire ao tratar do saber bancário tenha se reportado com maior ênfase ao direito, tendo em vista a sua experiência como ex-estudante de direito e ex-advogado. Não por coincidência, o curso de direito

---

2 "Na visão "bancária" da educação, o "saber" é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro." (Freire, 2005, p. 67).

é um filão para o setor privado que o transforma numa mercadoria, reduzindo o ensino, na grande maioria dos casos, às aulas expositivas. Há situações em que cursos jurídicos, proliferando-se em profusão, funcionavam no espaço de um cinema, após o término das sessões.

Não é incomum verificar-se que professores, sem ou com pouca titulação, mal remunerados, estão a reduzir o processo de aprendizagem a momentos de descarrego de um saber cristalizado e constantemente desempacotado e reempacotado.

Para piorar a situação da aprendizagem jurídica, considere-se ainda a reserva de mercado estimulada pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) que, ao usar o exame de ordem, para controlar o ingresso de novos advogados na entidade, desvia o foco de atenção da melhoria do processo de formação dos profissionais de direito, visto que ela mesma não se deu conta que a formação deve ser periódica, de modo que pouca eficácia tem uma avaliação voltada para a mera obtenção da inscrição. Ademais, a OAB utiliza-se ainda do chamado selo de qualidade "OAB recomenda" para classificar as faculdades de direito do país. Tal selo tem eficácia duvidosa, posto que os resultados apurados são baseados numa metodologia predominantemente quantitativa.

Apesar de toda crítica à qualidade das faculdades de direito, o mercado de trabalho brasileiro ainda presencia uma forte procura pelos cursos jurídicos, tendo em vista a constante oferta de cargos de nível médio e superior no serviço público e também na advocacia. Essa oferta de postos tem sido assimilada pelo mercado de cursinhos e faculdades que se especializaram em prometer facilidades na preparação dos candidatos, os quais enfrentam – na maioria dos casos – concursos que se resumem a avaliações que em sua maioria são objetivas, baseadas em provas que demandam do candidato mero conhecimento da lei, ou questões subjetivas dissimuladas, as quais buscam o poder de síntese no saber objetivado do direito sumulado ou positivado. Esse "saber cristalizado" vem sendo reiterado, de modo a estimular o círculo vicioso da educação bancária, a qual continua a ser reproduzida em larga escala no âmbito das faculdades de direito, muito em razão de uma falta de identidade do espaço universitário que se resume a ensinar como sempre o que sempre foi ensinado.

A formação jurídica emancipatória: partir da experiência enquanto experencialidade e experimentação de uma desaprendizagem do direito

Ao valorizar essa percepção de experiência no campo de atuação dos profissionais do direito, surge o desafio de encontrar um referencial teórico que auxilie a encontrar pistas para uma formação jurídica emancipatória. Sob esse aspecto, a obra de Santos torna-se adequada por resgatar a importância da experiência no contexto de uma ecologia dos saberes. Daí a pertinência da aplicação dos conhecimentos sobre a sociologia das ausências, para se compreender a experiencialidade, e da sociologia das emergências para por em análise a experimentação da transformação do processo formativo.

A sociologia das ausências visa estudar como a ciência, sob a hegemonia capitalista, adestrou o olhar da sociedade para excluir outros saberes e experiências, inclusive para julgá-los como não existentes ou ausentes. A sociologia das ausências busca observar e resgatar esses saberes marginalizados e "soterrados" em busca de uma ecologia dos saberes capaz de recuperar a perspectiva emancipatória. No dizer de Santos (2002, p. 251), ela "cria as condições para ampliar o campo das experiências credíveis neste mundo e neste tempo e, por essa razão, contribui para ampliar o mundo e dilatar o presente." Por outro lado, a sociologia das emergências é a sociologia das possibilidades de um saber argumentativo (não meramente demonstrativo), convincente e razoável (não racionalizador) "que identifica sinais ou pistas ou traços de possibilidades futuras em tudo o que existe" (Santos, 2002, p. 258). Produzir a sociologia das emergências implica dois objetivos: primeiro, conhecer na realidade os sinais ou pistas que até então foram ignorados; segundo, fortalecer esses mesmos sinais ou pistas.

Dentre as pistas mais perceptíveis para a transformação do direito e da formação jurídica está o desafio de uma ruptura cognitiva consubstanciada numa prática emancipadora. A proposta de uma ruptura demanda inicialmente a construção de uma pedagogia ou prática política da "escuta-ação", que pode ser concebida em duas modalidades que se complementam: uma escuta da indignação; e uma escuta da implicação.

Escutar é uma condição para a valorização e o respeito ao outro e, ainda, para se criar uma sinergia de

transformação da realidade em que as pessoas estão inseridas. Segundo Eduardo Galeano (2009), nascemos em nações com vozes mutiladas, de modo que mulheres, negros, índios, pobres, etc foram adestrados para o emudecimento. A escuta do silêncio desafia a ruptura do silêncio da escuta, desafio que demanda não escutar apenas o mundo, mas escutar com o mundo.

No dizer de Freire, escutar com o mundo, além de significar escutar com o outro, é um pressuposto para se posicionar criticamente no mundo, exercendo uma dialogicidade construtiva:

> Escutar, no sentido aqui discutido, significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro. Isto não quer dizer, evidentemente, que escutar exija de quem realmente escuta sua redução ao outro que fala. Isto não seria escuta, mas auto-anulação. A verdadeira escuta não diminui em mim, em nada, a capacidade de exercer o direito de discordar, de me opor, de me posicionar. Pelo contrário, é escutando bem que me preparo para melhor me colocar ou melhor me situar do ponto de vista das ideias. Como sujeito que se dá ao discurso do outro, sem preconceitos, o bom escutador fala e diz de sua posição com desenvoltura. Precisamente porque escuta, sua fala discordante, em sendo afirmativa, porque escuta, jamais é autoritária. (FREIRE, 2010, p. 45).

A escuta da indignação em relação ao direito desafia a compreensão de uma sociologia jurídica da indignação, a qual toma como premissa a relação entre a capacidade de articulação de saberes para a compreensão da realidade e a consciência da indignação diante das injustiças cognitivas. Para Santos (2007b; 2009), um direito num contexto de pós-modernidade de oposição, que não se torne num relativismo cultural, pode vir a ser emancipatório, autocrítico, capaz de des-pensar um direito obsoletizado e reconstruir-se a partir de uma perspectiva pluralista, politicamente inclusiva, que resulte numa prática e numa retórica compreensiva da ecologia dos saberes e da diversidade cultural.

Isso significa vincular a intensidade da experiência cognitiva à capacidade de reconstrução contínua da autonomia e do autoconhecimento do aprendente, enquanto ser biológico e social, tornando possível afirmar-se que da experiência é que se busca construir uma modelização cognitiva e vice-versa.

A experiência, enquanto síntese de um complexo de saberes e práticas, é um requisito para a constituição, manutenção ou transformação de um modelo cognitivo. Um modelo cognitivo, uma vez constituído, tende a regular e a manter uma experiência de imitação. Por outro lado, o modelo cognitivo adquire a possibilidade de se desconstruir ou se reformular sempre que uma experimentação é articulada a partir da recuperação daquilo que antes eram experiencialidades ou experiências opacificadas ou ausentes.

Observe-se aí que a experiência é um termo mais amplo que compreende tanto a experiencialidade quanto a experimentação. E em que consiste essa distinção entre a experiencialidade e a experimentação?

Ambas são importantes, mas nenhuma é suficiente se não for resgatada e apropriada pelos mobilizadores sociais numa relação de complementaridade.

A experiencialidade, considerada isoladamente, é uma constelação de saberes e práticas pertinentes que, embora entrelaçadas na memória do complexo circuito composto pelos filamentos invisíveis da processualidade social, tem em sua contextura uma perspectiva espaço-temporal interrompida ou não-reconectada com o tempo ou com o espaço presente.

A experiencialidade pode ser de dois tipos: a temporal e a espacial.

A experiencialidade temporal, própria ou de terceiro, é a experiência que já não se encontra em evidência, seja porque foi perdida, esquecida, silenciada ou soterrada. Assim, por exemplo, uma categoria de trabalhadores que "desaprendeu" a se articular para debater os seus problemas ou "desaprendeu" a adotar estratégias para reivindicar a valorização do trabalho, tende a ser detentora de uma experiência temporal invisibilizada porquanto foi entorpecida ao longo do tempo.

A experiencialidade espacial, diferentemente da experiencialidade temporal, caracteriza-se por não se apropriar de uma ou mais experiências de relação social ocorridas na atualidade e num espaço diverso. A experiencialidade espacial é a opacificação de um locus de experiências que povoam o entorno ou o planeta

e que não é percebido por causa dos antolhos daqueles que não buscam reconectar os fios invisíveis que relacionam simultaneamente as diferentes experiências sociais.

Diferentemente da experencialidade, a experimentação é uma experiência atual e implicada. Como o próprio nome sugere, a experimentação é a experiência em ação e a ação com experiência; a experimentação há de ser bem sucedida a depender da sua intensa relação com uma experiencialidade resgatada.

A experimentação de uma cognição de alta intensidade caracteriza-se pela escuta da implicação - articulada, emergente, prudente, mas sobretudo ousada, humana e dinâmica - de agentes na construção de uma justiça cognitiva, a qual envolve uma formação das pessoas pela experiência e na experiência para o enfrentamento e superação da crise atual.

A implicação envolve um engajamento na crítica e, especialmente, na ação de transformação da realidade. Tal implicação demanda uma postura compreensiva e inclusiva, fora de propósito de uma lógica de guerra, a qual contempla a destruição do outro ou de saber do outro como condição de afirmação histórica de um dado saber. A propósito, como bem lembra Gramsci (1998), mesmo os saberes das elites não podem ser simplesmente rechaçados num espetáculo de darwinismo teórico sem antes serem criticamente analisados quanto a possibilidade de sua importância, recuperação e compatibilidade com os interesses de uma educação libertadora.

Aqui fazemos uma alusão à proposta de Santos, ou seja, é preciso des-pensar o direito como ruptura com um modelo de regulação que frustra a emancipação. Des-pensar o direito, portanto, significa des-aprender o direito nos moldes de uma cultura contratualista, individidualista, proprietarista e desimplicada com os que sofrem. Des-pensar o direito não é o mesmo que "desescolarizar" o saber jurídico hegemônico, mas recuperar, reespacializar, democratizar e conferir uma nova historicidade aos saberes jurídicos, para que estes sejam também senso comum e um dos meios para se obter a interação em prol da igualdade, da diversidade e da democracia.

Na tarefa de "des-pensar" o direito não é difícil concordar com Santos (2007a) quando este explicita que o saber científico passou a servir de "regulador hegemônico" e, ainda, continua a exercer papel fundamental na modernidade e na racionalização da tensão entre regulação e emancipação social. Essa tensão foi viabilizada em parte graças ao modo como a ciência moderna cientificizou o direito reapropriando-se sofisticadamente das instituições romanistas. Nessa tarefa de reapropriação revivalista, Santos (2007) destaca que na modernidade nascitura três fatores contribuíram para que o direito pudesse vislumbrar o seu caráter inovador, a saber: a recuperação de instituições oriundas do direito romano; as bases racionalistas do direito natural; e o contratualismo social, notadamente sob a influência dos chamados fundadores do pensamento político moderno, que são Hobbes, Locke e Rousseau, considerados por Santos, como os defensores das pilastras do estado, do mercado e da comunidade, respectivamente.

O direito historicamente vem assumindo uma característica bifronte, ora servindo como fator de resistência, ora como meio de conformação ou regulação dos interesses hegemônicos. A história das sociedades embrionárias é marcada pela tensão entre os direitos hegemônicos e os direitos emergentes, isto é, o direito do status quo e o direito contra-hegemônico, cotidiano e caótico. Aqueles refletem preponderantemente a estrutura de poder vigente que se constitui num dos alvos da mudança social; estes estão difusos ora na articulação com os direitos hegemônicos, ora cimentando a prática da desobediência civil. Compreender essa bifacialidade do direito é importante na medida em que se recupera uma percepção do direito como instrumento de resistência, que ao longo do tempo ficou entorpecida por força da hegemonia do modo de produção capitalista, o qual buscou cientificizar o direito, reduzindo a sua importância como mecanismo a serviço da ordem e como condicionalidade do progresso ou evolução da sociedade.

A simplificação do direito a instrumento da ordem foi antecedida de uma concepção emancipatória do próprio direito, a qual se conflitou com a ordem jurídica feudal, a mesma que chancelava os poderes dos suseranos mas convivia com as regulações que gravitavam nos espaços das famílias e da igreja. Sob o feudalismo, o direito estava submetido a uma pluralidade de micro-ordenamentos que conviviam caoticamente, em face da inexistência de uma hierarquia e de uma instituição estatal centralizadora dos interesses hegemônicos. Isso significava que os diversos senhores, e os variados núcleos de poder vigentes na Idade Média, tinham a sua própria estrutura de direito, tornando mais visíveis os conflitos entre as percepções e a aplicação do direito.

Assim, nem sempre o direito civil ou o direito canônico refletia uma afinidade com o direito do senhorio ou com as possíveis aspirações locais de uma fração da vassalagem.
A estratégia para entorpecer e desmobilizar essas experimentações de direito somente veio com o capitalismo, que assimilou e apropriou-se do direito de resistência, adestrando-o aos interesses do novo modo de produção. Essa recuperação coincidiu com o processo de cientificização do direito e de desqualificação da pretensão de emancipação. Tal processo implicou em datar o direito de uma racionalidade da ordem. As raízes históricas dessa processualidade remontam aos estudos dos glosadores que viam no direito romano o potencial bifronte capaz de possibilitar uma ruptura com a ordem vigente e a institucionalidade de uma técnica a serviço de uma nova ordem. A nova técnica desqualificou a percepção de que o homem do medievo tinha sobre o direito, além de atribuir ao jurista a exclusiva legitimidade científica para manifestar-se no campo jurídico marcado por uma racionalizada estrutura de leis e princípios. Reuniu-se, portanto, a experiência do legado da autoridade dos jurisconsultos romanos e a racionalidade ordenadora dos códigos justinianeus. Essa convergência de percepções influenciou o modo de reprodução da visão de mundo burguesa que, a pretexto de racionalizar o direito, invocou num primeiro momento o argumento jusnaturalista (Grotius) de que, a exemplo da natureza que exige uma racionalização para garantir a ordem do cosmos, a sociedade necessita de um direito racional – fundado nesse "senso comum ou universal" – como condição para a manutenção da boa ordem social.
Isso demonstra que repensar a formação jurídica implica compreender a sua tensão genética, ou seja, desafia a recuperação da percepção de que o direito está permeado de tensão legitimadora entre igualdade versus desigualdade; e entre a propriedade privada versus acesso aos bens da vida. Essa tensão se projeta em ciclos necessários constituídos de etapas de ordem, desordem e reordenamento.

Considerações finais: uma formação jurídica compatível com uma justiça cognitiva ou de alta intensidade e o desafio de desaprender o direito

Não tem sido fácil encontrar respostas que ultrapassem a mera especulação teórica sobre o tema da formação jurídica. Todavia, as respostas indispensáveis à inovação da formação jurídica devem ser também necessárias para a transformação da sociedade. Tal metamorfose, no campo particular do direito, deve ser suficiente à formação do profissional para a realização de uma justiça cognitiva, que envolve a um só tempo uma concepção teorica de formação jurídica emancipatória do direito, respaldada numa experimentalidade, e as implicações da experimentação de uma justiça comprometida com o combate a crueldade, a opressão, a negligência, a discriminação e a exploração.
O processo de implicação que nos impele à "des-aprendizagem" e à "re-aprendizagem" do direito, desafia – no contexto da experimentação inclusiva de novas concepções contra-hegemônicas - o envolvimento dos seguintes aspectos: um compromisso radical com a transformação das estruturas sociais opressoras, discriminatórias e excludentes que cimentam as relações de exploração e dominação; a comunhão de comunidades críticas e horizontalizadas capazes de identificar e analisar as relações entre as formas jurídicas e as relações entre o poder político e a justiça social; o resgate, a valorização e o impulsionamento das lutas e movimentos sociais, percebendo-se a importância destes como agentes mobilizadores da mudança social; a consolidação de uma prática reiterada e democrática de dialogicidade, permitindo a tematização popular de modelos teóricos e das questões sociais sob uma perspectiva antiautoritária.
Em suma, a experimentação para a formação de uma justiça cognitiva torna-se uma possibilidade com o incentivo à dialogicidade democrática, à ecologia dos saberes e a ruptura com a monocultura jurídica. Não existe uma receita pronta e acabada para se construir uma aprendizagem dialógica, mas há pistas sem quais nenhuma mudança será possível. Assim, dentre as pistas mais urgentes está a necessidade do abandono da formação jurídica baseado na autoridade clássica, dando lugar a autoridade legitimada na ecologia dos saberes e na comunicação inclusiva. De todos esses desafios, o que deve marcar profundamente o novo modelo cognitivo é a "des-aprendizagem" do direito como uma estratégia para se valorizar a experiência da implicação que, além de significar a ruptura com a monocultura, demanda a formação baseada na participação democrática, no pluralismo jurídico amplo e nos direitos humanos concretos.

Bibliografia

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 14.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 49 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da autonomia**. 40 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

_____. **Pedagogia da indignação**. 8 reimp. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Política e educação**. 8 ed. Indaiatuba-SP: Vila das Letras, 2007.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas na América Latina**. Porto Alegre: L & PM, 2010.

GRAMSCI, Antonio**. Concepção dialética da história**. 6ª ed., Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 6 ed. Cortez, São Paulo, 2007a.

_____. Para uma socióloga das ausências e uma sociologia das emergências. Coimbra**: Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 63, 2002, p.237-280.

_____ **Para uma revolução democrática da justiça**. São Paulo: Editora Cortez, 2007b.

_____ **Sociologia jurídica crítica**: para un nuevo sentido comun en el derecho. Madrid: Trota, 2009.

_____. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Propostas para um debate em torno da descolonização dos direitos humanos: por *um mundo onde caibam muitos mundos*

Paulo Renato Vitória[1]
prvitoria@gmail.com

No mundo dos poderosos, não cabem mais que os grandes e seus servidores. No mundo que nós queremos cabem todos. O mundo que queremos é um onde caibam muitos mundos. A Pátria que queremos construir é uma onde caibam todos os povos e suas línguas, que todos os passos a caminhem, que todos a riam, que a amanheçam todos.

Subcomandante Insurgente Marcos

Resumo: O presente trabalho pretende explorar criticamente algumas das limitações dos principais discursos filosóficos que fundamentam as concepções hegemônicas sobre direitos humanos no mundo ocidental. Pretende demonstrar que o positivismo jurídico, em suas mais criativas vertentes, ao invés de representar uma alternativa ao jusnaturalismo burguês, constituiu historicamente uma importante ferramenta de concretização e legitimação desta visão de mundo. Também pretende demonstrar que o nihilismo dominante nos dias atuais, também contribui para a neutralização do debate em torno da construção de alternativas que superem os paradigmas impostos pela tradição ocidental moderna/colonial. Neste sentido, busca esboçar algumas ideias que possam contribuir à construção de uma concepção de direitos humanos crítica, de-colonial, impura e subversiva que possa servir (e servir-se) aos (dos) distintos processos de luta contra todas as formas de dominação, exploração e império entre os seres humanos.

Palavras-chave: direitos humanos, Ocidente, modernidade/colonialidade, descolonização, propostas de diálogo

Introdução

Os *direitos humanos realmente existentes* devem ser entendidos sempre contextualmente, isto é, como produtos de uma racionalidade específica, situados em um determinado marco epistemológico delimitado no espaço e no tempo: uma construção da cultura ocidental burguesa (Gallardo, 2000) moderna/colonial[2]. Um de seus mais ambiciosos produtos culturais (Herrera Flores, 2009b), na medida em que se apresenta ao mundo, de uma maneira hegemônica (através dos meios mais abrangentes de propagação), como fruto de um «consenso»

---

1 Doutorando em *Desarrollo y Ciudadanía: Derechos Humanos, Igualdad, Educación e Intervención Social* pela *Universidad Pablo de Olavide* (Sevilha, Espanha). Possui mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2007) e graduação em Ciências Jurídicas e Sociais, nesta mesma instituição (2005). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Processo nº BEX 1589/13-0).

2 Seguindo a sugestão de Mignolo (2013), utilizarei a expressão modernidade acompanhada de sua característica mais inseparável: a colonialidade. Segundo este autor, «A grande mentira (ou talvez o grande erro e a grande ignorância, se se prefere) é fazer acreditar (ou acreditar) que a modernidade superará a colonialidade quando, na verdade, a modernidade precisa da colonialidade para instalar-se, construir-se e subsistir. Não houve, não há e não haverá modernidade sem colonialidade. Por isso, precisamos imaginar um futuro outro e não mais a completude do projeto incompleto da modernidade.» (Mignolo, 2013: 35, tradução minha).

inequívoco de toda a humanidade, acima de toda a contingência e da fragilidade de suas premissas.
Um discurso que ambiciona apresentar um código ético vinculante a todos os seres humanos (seja entendido como histórico ou transcendental), independentemente de suas culturas, suas histórias de vida, suas crenças, suas necessidades, ou seus desejos. Um discurso bipolar (Sánchez Rubio, 2014b), cuja posta em prática – paradoxalmente – acaba tornando inatingíveis suas próprias promessas abstratas à imensa maioria dos seres humanos de carne e osso.
Este texto pretende, através de um pensamento crítico, questionar alguns fundamentos do discurso ocidental moderno/colonial em torno de direitos humanos, para então apresentar algumas propostas que possam contribuir à construção de um discurso alternativo de direitos humanos, coerente com um horizonte descolonial e eticamente comprometido com o combate a todas as formas de dominação, exploração e império entre os seres humanos, e de exploração irresponsável da natureza por parte dos seres humanos.
Em um primeiro momento, pretendo visibilizar as premissas e os dilemas capitais de alguns dos discursos considerados como «fundadores dos direitos humanos» no mundo ocidental. Meu objetivo é trazer à tona a fragilidade destas teorias a partir de uma reflexão em torno dos seus fundamentos, invariavelmente sustentados na ideia (implícita ou explícita) de superioridade da racionalidade europeia sobre todas as outras possíveis. Por razões de delimitação do trabalho, e seguindo a sugestão de Baldi (2014), no sentido de discernir entre duas modernidades ocidentais, começarei apresentando alguns dos argumentos utilizados no debate de Valladolid (ocorrido entre os anos de 1550 e 1551), envolvendo Bartolomé de las Casas e Juan Ginés de Sepúlveda, para depois fazer uma breve análise de uma amostra de três autores inseridos na tradição iluminista: René Descartes (1596-1650), John Locke (1632-1704) e Immanuel Kant (1724-1804). A seleção dos mesmos se justifica em função de sua importância para a construção não apenas do discurso hoje dominante sobre direitos humanos, mas também da epistemologia que o respalda, supostamente secularizada.
No segundo capítulo, explorarei algumas das principais premissas das teorias que defendem a existência de direitos humanos desde uma perspectiva positivista ou historicista, com a intenção de demonstrar que tanto o argumento da evolução histórica linear (no sentido positivo, qualitativo) quanto o argumento do consenso histórico universal em torno dos *direitos humanos realmente existentes* são falsos. Procurarei evidenciar que o que comumente se apresenta como um desenvolvimento histórico dos direitos humanos, em distintas gerações, é muito mais uma adaptação do discurso ocidental moderno/colonial em função de determinadas ameaças concretas ao domínio burguês do que um resultado da evolução de uma consciência humanista mundial (ou «global»). Argumento também que o positivismo jurídico, ao contrário do que majoritariamente se afirma nos manuais tradicionais de filosofia do direito, não é uma filosofia oposta ao jusnaturalismo burguês, mas uma importante ferramenta prática para a consolidação hegemônica desta visão de mundo.
Na terceira parte deste trabalho, procurarei apresentar três propostas (ou melhor, «apostas») para contribuir com a construção de uma concepção de direitos humanos que tenha compromissos éticos, epistemológicos e políticos coerentes com a ideia de construção de *um mundo onde caibam muitos mundos*, parafraseando uma conhecida insígnia do Exército Zapatista de Liberação Nacional (EZLN) mexicano. Ressalto que não as concebo de maneira hierárquica, mas complementar, sendo as duas primeiras condições para a terceira.
Parto do pressuposto de que a opção por um diálogo intercultural, pluri-versal, horizontal, constituinte e diatópico (Santos, 1997) somente tem sentido em um ambiente de combate a todo tipo de condições de assimetria (a simetria nunca pode ser assumida como um ponto de partida) entre as partes. Para entrar em um diálogo respeitoso e descolonial, estas devem comprometer-se não apenas com o reconhecimento da própria incompletude, mas, sobretudo, com o combate, a renúncia, o rechaço e a reparação a todas as formas de dominação e exploração entre os seres humanos e de exploração irresponsável da natureza e dos recursos que permitem a vida neste planeta.

1 Algumas raízes do humanismo abstrato ocidental

1.1 A «superioridade» europeia como premissa do humanismo cristão

O pensamento ocidental se constitui a partir da suposição *a priori* de uma superioridade europeia/cristã com relação a todas as outras culturas, que Mignolo (2013) denomina *diferença imperial*. A chegada dos europeus em Abya Yala[3], e a consequente construção do mito da modernidade (Dussel, 1993), implicou na incorporação de um importante elemento – visível ou invisível – às concepções dominantes no Ocidente: a *diferença colonial*, ou *colonialidade do poder* (Quijano, 2009). A partir de então, as duas diferenças passam a operar em conjunto, criando uma *matriz imperial/colonial de poder*.

Pouco lembrada pelos manuais tradicionais de direitos humanos, a polêmica entre Bartolomé de las Casas e Juan Ginés de Sepúlveda, é fundamental para se entender a construção do *outro* colonial como inferior e passível de ser dominado. Como se verá ao longo deste trabalho, algumas «questões filosóficas» suscitadas pelos europeus neste primeiro contato seguem vigentes até os dias de hoje. Estariam, os colonizadores, diante de seres humanos? Como justificar a submissão dos povos nativos a maus tratos e escravidão? Como justificar o saqueio das suas terras e riquezas naturais? Poderiam eles ser evangelizados e «civilizados»? Através de quais métodos?

O primeiro argumento de Sepúlveda é que os índios (bárbaros e pagãos), mesmo sendo efetivamente humanos, correspondiam à descrição de Aristóteles de «escravos por natureza», pois eram seres inferiores aos europeus (civilizados e cristãos). Segundo esse raciocínio, seria natural o domínio do mais imperfeito pelo mais perfeito. Las Casas, por sua parte, decide não afrontar diretamente a filosofia de Aristóteles, muito respeitada na época, e concentra seus esforços argumentativos em excluir os índios da categoria «escravo por natureza», aceitando-a como válida. Sua estratégia consiste em identificar na tradição aristotélico-tomista a existência de quatro diferentes tipos de «bárbaros» e argumentar que nem todos deveriam ser considerados *a priori* como «escravos naturais». Seriam: a) *bárbaro em sentido impróprio*: «homem cruel, desumano, selvagem e impiedoso, que age contra a razão humana por raiva ou por disposição natural» (Las Casas, 1548), vivendo numa sociedade bem ordenada (de acordo com a concepção cristã); b) *bárbaro em sentido acidental*: «aqueles que não têm língua escrita que corresponda à falada» (Las Casas, 1548); c) *bárbaro propriamente dito*: caso raríssimo entre os seres humanos. São «aqueles que, ou por seu caráter malévolo e perverso ou pela aridez da região onde vivem, são cruéis, selvagens, beberrões, estúpidos, e alheios à razão. Não são governados pela lei ou direito, não cultivam amizades e não possuem Estado ou comunidade política organizada.» (Las Casas, 1548)[4]; d) *bárbaros que não conhecem a mensagem cristã*: são bárbaros todos os povos que não conhecem a verdadeira religião e a fé cristã, por mais sábios ou prudentes que sejam. (Gomes, 2007; ver também Wallerstein, 2007)

Em seu segundo argumento, Sepúlveda defende que a *guerra contra os índios* não é justa apenas para levar-lhes a cristandade, mas também em função dos «crimes que eles cometem contra a lei natural com sua idolatria e sacrifício de vítimas humanas aos deuses» (*Apud* Gomes, 2007). Las Casas rebate dizendo que os índios não podem ser submetidos aos castigos da Igreja, simplesmente porque eles nunca haviam tido contato com a «verdadeira religião».

O terceiro argumento de Sepúlveda é que a *guerra contra os índios* é um mecanismo de «proteção» dos mesmos com relação às eventuais «práticas contra a lei natural» (já mencionadas no segundo argumento). Las Casas rebate dizendo que o remédio da Igreja para «libertar» os índios não pode causar um mal maior do que aquele a que estão submetidos.

Por fim, seu quarto argumento é que a *guerra contra os índios* serve como preparação do caminho para a

---

3 Nome usado pelo povo Kuna, etnia que habita até hoje o norte da Colômbia e o sul do Panamá, para designar o que foi denominado "América" pelos colonizadores europeus. Significa "terra em plena maturidade" ou "terra de sangue vital".

4 Este não seria o caso dos indígenas, que possuíam, segundo Las Casas, «Estados adequadamente organizados, sabiamente governados por excelentes leis, religião e costumes.» (Las Casas, 1548)

propagação da fé cristã, facilitando a tarefa de «conversão» dos nativos. A resposta de Las Casas é que a conversão dos mesmos à fé católica somente deve ocorrer de livre e espontânea vontade, exceto em casos «extremos».[5]

Como se pode observar, ambos debatedores partem da premissa de que a religião cristã é superior e deve ser imposta a todos os seres humanos. A diferença fundamental se dá com relação aos métodos a serem utilizados na imposição do cristianismo: para Sepúlveda, o terror e a guerra; para Las Casas, a persuasão (e, apenas em último caso, a força). Além disso, os argumentos do bispo de Chiapas supõe não apenas a inferioridade moral dos índios, mas de todas as civilizações não cristãs (*diferença imperial*). Contesta a escravidão natural dos índios, mas não de outros tipos de «bárbaros». A fervorosa defesa que Bartolomé de Las Casas faz dos povos indígenas não se dá a partir do reconhecimento de uma igual dignidade do *outro*, mas da expectativa de «ensinar» ao *outro* as «verdadeiras» virtudes, exclusivas da fé cristã.

1.2 A (segunda) modernidade e a «racionalização» da «superioridade» ocidental

O *cogito ergo sum* de René Descartes é considerado como o ponto de partida da racionalidade moderna, supostamente emancipada das fundamentações divinas. Ironicamente, sua ambiciosa proposta de construção de um método científico baseado na razão humana, que permitiria conhecer a verdade das coisas através do pensamento, também não conseguiria prescindir da fé como fundamento último.

No intuito de deduzir racionalmente seu método desde o princípio, Descartes propõe a si mesmo deixar de lado todos os seus critérios anteriores, como alguém que decide primeiro destruir completamente a própria casa, para depois construir uma inteiramente nova. Porém, para não ficar desabrigado durante a construção, o pensador elabora uma «moral provisória», com a intenção de que esta lhe sirva de abrigo confortável durante o tempo em que trabalhe na obra. O conteúdo desta moral provisória consiste precisamente na obediência às leis e costumes do seu país, além do apego à religião. Segundo Descartes (2001:37-46), somente é possível explicar a existência de uma racionalidade imperfeita como a humana a partir de uma mais perfeita, a de Deus. Em tese, o poder de interpretar o mundo e de distinguir entre o certo e o errado passava gradativamente dos homens da Igreja para os homens da ciência, mesmo que esta seguisse rigorosamente baseada, em última instância, na fé em Deus. Seguia intacta a premissa da superioridade *a priori* do pensamento Ocidental com relação às demais cosmovisões.

Entretanto, a racionalidade cartesiana não podia deixar de deparar-se com o dilema fundamental de todo universalismo excludente: se o que «dignifica» o ser humano é um atributo comum a todos os seres humanos (seja a razão ou a criação divina), como justificar filosoficamente a superioridade dos colonizadores europeus com relação aos bárbaros de qualquer parte? Em tese, a resposta dada tanto por Las Casas quanto por Sepúlveda, que remete à evangelização como única forma de salvação (e, portanto, de «humanização»), não podia mais ser usada.

O desafio era encontrar um argumento secularizado (pelo menos aparentemente) que pudesse justificar não apenas o saqueio e as expropriações, mas também a propriedade de escravos e a dominação europeia nas colônias. Um pensamento que pudesse efetivamente dividir «o mundo humano do sub-humano, de tal forma que princípios de humanidade não são [fossem] postos em causa por práticas desumanas.» (Santos, 2009:31)

O pensador inglês John Locke, considerado pelos teóricos dominantes como um dos «pais» dos direitos humanos, aceita o desafio, mesmo que também amparado na premissa da existência de Deus. Os principais

---

5 Quando se tratar de hereges; Quando os infiéis habitarem território que já foi cristão; No caso de pagãos praticarem idolatria em terras que já foram cristãs; Quando os infiéis blasfemam conscientemente contra Cristo ou os santos; Quando os infiéis colocam obstáculos à propagação da fé; Quando os infiéis atacam os cristãos com guerra ofensiva; Quando os infiéis praticam sacrifícios humanos ou canibalismo; Quando os infiéis aceitam, voluntariamente a jurisdição da Igreja. (Gomes, 2007)

argumentos[6] que Locke desenvolve em seu *Segundo tratado sobre o governo civil* (Locke, 2001[7]) se derivam da ideia de que a preservação da propriedade é o fim principal da sociedade civil (§85). Para proteger este direito natural, fundado na vontade de Deus (§135), Locke define seu conceito de poder político como «o direito de fazer leis, aplicando a pena de morte, ou, por via de conseqüência, qualquer pena menos severa, a fim de regulamentar e de preservar a propriedade», além de «defender a república contra as depredações do estrangeiro» (§3).

Se alguém viola o «direito natural à propriedade», está declarando «guerra a todo o gênero humano e por isso pode ser destruído como um leão ou um tigre, uma daquelas bestas selvagens em cuja companhia o homem não pode conviver ou ter segurança.» (§11). A vítima, respaldada pelo poder político, como defensora da humanidade, tem o direito inalienável a voltar ao *estado de natureza* e aniquilar o transgressor, «tanto para impedir outros de fazer o mesmo dano, que nenhuma reparação pode compensar, pelo exemplo da punição que atinge a todos, mas também para proteger os homens dos ataques de um criminoso (...).» (§11)

Desta forma, a guerra dos «defensores da humanidade» (isto é, da propriedade privada) será sempre uma guerra justa. No entanto, tendo assegurado o direito a aniquilar o transgressor como a uma «besta selvagem», o defensor da humanidade pode, por compaixão, fazer-lhe o favor de prolongar a sua vida e apenas escravizar-lhe. O transgressor, que já renunciou à própria vida ao cometer um delito contra a propriedade burguesa, tem sempre reservado o direito a suicidar-se, se assim prefere, pois «quando ele considera que a pena imposta pela escravidão ultrapassa o valor de sua vida, tem o direito de resistir à vontade de seu senhor e provocar para si a morte que ele deseja.» (§23).

Porém, por outro lado, para que a teoria de Locke pudesse ficar completa, ela tinha também que justificar a expropriação dos povos indígenas, que em princípio eram os proprietários de suas terras. Para resolver o problema, Locke afirma que Deus estabeleceu uma condição para o exercício do direito de propriedade: «Não se poderia supor que Ele [Deus] pretendesse que ela [a terra] permanecesse sempre comum e inculta. Ele a deu para o uso industrioso e racional (e o trabalho deveria ser o título), não para satisfazer o capricho ou a ambição daquele que se mete em querelas e disputas.» (§34) Deste modo, o uso comunitário das terras, predominante nas comunidades indígenas, era automaticamente convertido em irracional, o que impedia o reconhecimento de sua propriedade.

Como os «conquistadores» europeus não tinham necessariamente a intenção de trabalhar «industriosa e racionalmente» as terras saqueadas, Locke tinha ainda de legitimar, sem incorrer em contradições lógicas, o direito a acumular as terras roubadas dos indígenas. Ele soluciona o problema argumentando que a acumulação de grandes extensões de terra é um direito reservado exclusivamente àqueles seres humanos que consentem com a utilização de dinheiro (algo que não apodrece e que pode ser trocado por riquezas). Desta forma, ao evitar o desperdício «irracional» dos perecíveis frutos da terra, trocando-os por dinheiro, se estaria fazendo um bem à humanidade. (§47 e §48).

No caso de uma eventual rebelião dos indígenas contra o «direito natural» dos conquistadores civilizados – que representaria uma *declaração de guerra contra todo o gênero humano* – «Deus» assegurava aos «ofendidos» europeus o sagrado direito de exterminar os nativos rebeldes e apropriar-se de suas terras e recursos. Aos indígenas, restava a escravidão como melhor alternativa, e o suicídio como única opção.

Outra importante tentativa ocidental de «dignificar» o ser humano a partir de um pensamento racionalista abstrato foi empreendida por Immanuel Kant, que defendia a existência de uma racionalidade pura, independente da experiência humana, da qual se podem extrair mandamentos absolutos através de um critério formal (*imperativo categórico*), que pode ser resumido pelo enunciado: «age segundo a máxima que possa fazer a si mesma lei universal.» (Kant, 2006:67). Segundo este autor, «o homem – e, de uma maneira geral, todo o ser racional – existe como um fim em si mesmo, e não apenas como meio para o uso arbitrário desta ou

---

6 A leitura que faço aqui da mencionada obra de Locke segue a lógica da argumentação de Duchrow & Hinkelammert (2003), sendo diferentes, no entanto, as traduções consultadas.

7 Como esta obra de Locke está dividida em parágrafos, para facilitar a consulta (já que existem inúmeras edições), ao invés de mencionar o número da página, citarei o parágrafo correspondente.

daquela vontade.» (Kant, 2006:58)
Nesse sentido, como supostamente somos os seres humanos os únicos seres racionais (com «potencial» acesso ao *imperativo categórico*), somos os únicos dignos. Porém, se resultasse comprovada a existência de outro ser racional, dentro da lógica kantiana, este deveria ser tomado sempre como um fim, e nunca como um meio. Do mesmo modo, se um ser humano não aceita as leis da razão, talvez por não compartilhar da mesma visão de mundo do filósofo alemão, está a rebelar-se contra sua própria autonomia, que consiste em seguir a razão transcendental, que é a razão *a priori* de todos os seres humanos. Ou aceitamos a moral absoluta kantiana, ou não somos autônomos e estamos a um passo de deixar de ser considerados como racionais, e, portanto, dignos. Se não estamos de acordo com os mandamentos da razão pura, corremos o risco de deixarmos de ser «fins», para figurar como meros «meios». (Kant, 2006:58-59) Esse raciocínio possibilita ao filósofo elaborar uma hierarquia entre as «raças», baseada numa suposta superioridade europeia. Mesmo que Kant, nos seus últimos textos tenha moderado o tom racista de seu discurso, segundo Patricio Lepe-Carrión, ele manteve...

> (...) até a morte um fervente desejo de construir um cosmopolitismo imperial baseado em um ideal civilizatório onde a 'cor' e seu consequente 'imaginário' cultural funcionaria como um dispositivo estético e epistêmico para a elaboração de uma nova 'ordem' hierárquica que legitimaria a autoproclamação da Europa na liderança mundial daquela cruzada universal por meio do colonialismo e da escravidão. (Lepe-Carrión, 2014:80, tradução minha)

Além disso, como nos adverte Helio Gallardo (2000), mesmo no nível intra cultural a máxima kantiana de que não se deve utilizar os seres humanos como meios, que costuma ser lida em termos absolutos, deve ser entendida de outra maneira. Segundo o autor, «a posição efetiva de Kant é mais flexível: instrumentaliza a um operário ou a uma prostituta enquanto operário e prostituta, mas não os instrumentalizes enquanto seres humanos» (Gallardo, 2000:50, tradução minha). Aliás, o humanismo universalista europeu, racista e excludente com relação aos demais povos, também só viria a reconhecer formalmente a «humanidade» abstrata das mulheres – mesmo as europeias – no século XX.

2 Universalismo de fato? O humanismo abstrato ocidental ganha *status* jurídico

2.1 O positivismo como ferramenta de imposição do individualismo possessivo burguês

Como se viu até aqui, o discurso humanista ocidental moderno/colonial se construiu historicamente sobre a premissa da superioridade europeia, tanto nas suas variáveis cristãs quanto nas «racionalistas». Entretanto, partir dos triunfos burgueses no final do século XVIII, e da consolidação da ideia de Estado nação, este pensamento ganhava uma nova e importante ferramenta de validação formal: o positivismo jurídico. O universalismo excludente ocidental (cristão e/ou «racional») deixava de ser apenas filosofia para converter-se em sistema jurídico, revitalizado pelo mito da neutralidade e da igualdade formal. Não é a toa que os teóricos dominantes apontam as revoluções burguesas (e toda a sua simbologia) como o momento do «nascimento» dos direitos humanos. Sem dúvida, é nesse momento que o humanismo universalista ocidental moderno/colonial burguês começa a transformar-se em direito (e este em «ciência») e a aspirar um domínio universal.
A burguesia acedeu a uma esfera de poder que antes não lhe pertencia, generalizando suas projeções e seus interesses específicos de classe, aliando-se ao clero. O individualismo possessivo se tornava o valor fundamental a ser defendido pela nova «ciência» jurídica, que passava a ser controlada com unhas e dentes pela classe em ascensão. O poder de dizer e interpretar as leis fez a burguesia desenvolver teorias e legislações extremamente complexas e autorreferenciadas a partir do século XIX. Tão complexas, a ponto de gerar um imaginário fetichista, capaz de blindar de toda discussão as suas motivações morais. Longe de representar uma alternativa ao jusnaturalismo moderno/colonial, o positivismo jurídico nasce com a função de sacramentar essa visão de mundo, adaptada aos novos tempos e às novas relações sociais.
A *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* de 1789 apresenta uma ideia de «universalidade» em termos de validade, mas não em termos de reconhecimento. A «superioridade» da burguesia cristã/patriarcal

no interior da cultura ocidental oculta-se nas ideias de igualdade formal e livre mercado. A «superioridade» europeia, por sua vez, segue como premissa oculta deste discurso numa perspectiva intercultural. Os direitos naturais reconhecidos na Declaração são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão (art.2º). Não há nenhuma referência expressa com relação à escravidão ou ao mundo colonial, tampouco às mulheres.

De acordo com as narrativas dominantes no Ocidente, os direitos humanos evoluíram desde então, num processo crescente de «humanização da humanidade», até adquirirem finalmente o status de «universalidade» com a Declaração de 1948, que representaria um inédito consenso entre todos os membros da espécie humana com relação a alguns princípios éticos de convivência. Meu argumento é que tanto a tese da evolução histórica (em sentido linear e qualitativo) quanto a tese do consenso universal são falaciosos e servem para impor a um nível global uma visão de mundo excludente, destrutiva e, em última instância, suicida.

2.2 A teoria das gerações e a (neo?)colonização do imaginário de direitos humanos

Reconhecer a historicidade dos *direitos humanos realmente existentes* não implica necessariamente em aceitar *a priori* que tal construção histórica seja negativa ou positiva. Sim, podemos eventualmente julgá-la moralmente, mas sempre desde um lugar (epistemológico, geográfico, social, individual, cultural ou político) específico. Meu objetivo aqui é demonstrar que o desenvolvimento histórico dos *direitos humanos realmente existentes* se deu muito mais em função da necessidade de adaptação do discurso moderno/colonial às diferentes ameaças concretas à sua hegemonia (tanto no âmbito intracultural quanto no intercultural), do que de uma crescente «humanização da humanidade».

A teoria das gerações de direitos humanos nasceu de uma metáfora do jurista polonês Karel Vasak, então funcionário da UNESCO, em uma conferência no Instituto Internacional de Direitos Humanos em Estrasburgo, no ano de 1979. Para explicar didaticamente a evolução histórica dos *direitos humanos realmente existentes*, Vasak utilizou como exemplo as três conhecidas insígnias da Revolução Francesa: *liberdade, igualdade* e *fraternidade*. Cada um destes ideais corresponderia, metaforicamente, a uma geração histórica de direitos humanos.

A metáfora foi muito bem acolhida e logo passou a ser tomada como teoria por uma importante parcela dos estudiosos de direitos humanos vinculados aos discursos dominantes. A adoção da metáfora de Vasak reforça, simultaneamente, duas teses do pensamento hegemônico: a de que os direitos humanos «nasceram» com a Revolução burguesa e a de que o reconhecimento jurídico das seguintes gerações significa a afirmação histórica do ideal emancipador e libertário contido já na semente plantada em 1789.

Inúmeros são os motivos para que não se tome a sério a metáfora de Vasak. Em primeiro lugar, porque se trata de uma metáfora que fortalece a colonização dos imaginários em torno da ideia de que os *direitos humanos realmente existentes* são conseqüência necessária e irresistível do processo evolutivo da consciência humana. E isso gera inúmeras implicações práticas. Enumerarei aqui algumas das que considero mais importantes, mas enfatizo que se trata de uma lista em aberto[8]: 1) Imposição dos valores particulares burgueses a todo o planeta; 2) Desencorajamento das discussões em torno da fundamentação e do conteúdo dos direitos humanos; 3) Compatibilização dos direitos humanos com o modo de produção capitalista e com a transformação de tudo (inclusive o próprio capital) em mercadoria; 4) Normalização das desigualdades sociais através da imposição de uma concepção de igualdade meramente formal; 5) Reconhecimento de liberdades e garantias abstratas, o que as converte em artigos de consumo, sujeitos às leis do mercado; 6) Imposição de um modelo de democracia representativa de baixa intensidade em escala planetária, que tende a ser controlada pelo poder econômico; 7) Mitigação da consciência coletiva da humanidade com relação ao Holocausto, e aos bombardeios atômicos de Hiroshima e Nagasaki; 8) Criação de um imaginário de paz y de humanismo, não

8 Infelizmente, não há espaço para desenvolver mais detalhadamente cada uma destas conseqüências neste texto. Minha intenção aqui é a de trazer estes elementos para reflexão e debate.

obstante à realidade de guerras, violência, desigualdade, fome e destruição da natureza que marcam o mundo pós 1948; 9) Deslegitimação de todas as formas de resistência armada contra o sistema dominante, através da construção de um imaginário hegemônico pacifista; 10) Desmobilização e colonização do imaginário dos movimentos anti sistêmicos, convertendo as lutas *contra* o sistema em lutas *dentro* do sistema; 11) Legitimação do imaginário neoclássico/neoliberal e das teorias do «fim da história», a partir da queda do campo socialista; 12) Monopolização da violência legítima por parte dos conglomerados militares transnacionais, capitaneados pelos países ricos, legitimando sua posse monopolística de armamentos de destruição massiva para atuar em «defesa» dos direitos humanos...

Em segundo lugar, porque a existência de direitos (classificados como) «de segunda geração» no interior do mundo ocidental só se deu de uma maneira circunstancial, em função da ameaça real representada pelo exemplo do campo socialista à manutenção do sistema hegemônico na Europa. «A prova é que nos Estados Unidos esse Estado de Bem Estar nunca foi necessário e que, bastou o colapso do bloco do leste, para que as mais agressivas políticas neoliberais o desmantelassem em toda Europa em apenas dez anos (…)» (Alba Rico, 2011:95, tradução minha). Com a ameaça sob controle, o «pacto» passou a ser revisto, abrindo-se o caminho para a passagem do neoliberalismo.

> Inclusive o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais y Culturais (ONU, 1966) caracteriza a estes como 'progressivos'. Quer dizer que se farão efetivos, inclusive juridicamente, quando existam recursos para tanto. Quando existirão em um mundo organizado desde a propriedade excludente, o indivíduo egoísta e a acumulação de transnacional e cósmica de capital? Nunca. Exceto que fosse um negócio lucrativo e que reforçasse os poderes de uns poucos. (Gallardo, 2010, tradução minha)

Mesmo os direitos «de terceira geração», na melhor das hipóteses são vistos como limites – abstratos e contornáveis – ao pleno desenvolvimento dos direitos individuais, mas nunca como direitos plenos. Sua aplicabilidade é restringida pela própria configuração do sistema geopolítico/econômico internacional e depende invariavelmente da boa vontade das grandes potências, sobretudo no que diz respeito aos direitos relacionados com a preservação do meio ambiente (cuja destruição se acentua num ritmo muito mais acelerado que a propagação das declarações e tratados internacionais protetivos).

Outro argumento que contradiz a hipótese da evolução histórica linear é a existência de diversos discursos muito mais abrangentes em matéria de reconhecimento de direitos humanos oriundos de lugares pertencentes tanto ao mundo europeu quanto ao não europeu e que são anteriores aos discursos reconhecidos «oficialmente» como fundadores dos *direitos humanos realmente existentes*. Os exemplos são muitos, mas, por razões de delimitação, mencionarei apenas um europeu e um não europeu. A própria Revolução Francesa é um caso paradigmático: somente se fala no discurso «vencedor», liberal, mas havia profundas aspirações a direitos sociais nos discursos «perdedores», que se podem observar, por exemplo, através de uma leitura do Manifesto dos Iguais (Babeuf, 1796). No âmbito não europeu, pode-se destacar, entre outros exemplos, a Revolução do Haiti de 1804, que consagrou a «primeira nação negra, de escravos iletrados, a se tornar independente e abolir a escravidão e estabelecer, dentre outros, direitos iguais para filhos nascidos fora do matrimônio, a possibilidade de divórcio» (Baldi, 2014), muitos anos antes dos países europeus que se autoproclamam os grandes defensores dos direitos humanos.

2.3 A tese do «consenso histórico» e a colonização das utopias no «pós guerra» pelo mito dos direitos humanos

Para o pensamento dominante, a Declaración de 1948, além de representar a última etapa do processo evolutivo de universalização dos direitos humanos – a do reconhecimento internacional (Bobbio, 2004) – seria a reconciliação entre as grandes, porém superficiais polaridades modernas. Já não importa sua procedência nem sua fundamentação. Não interessa se estes *valem* porque são direitos naturais ou se *valem* porque são

direitos positivados. O importante é que «valem»! Para Bobbio (2004:16), «O problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los.»

Segundo o jusfilósofo italiano, os direitos humanos não são universais «em princípio», mas «de fato», pois o acordo firmado por meio de 48 governantes nacionais (entre os quais, diversas colônias e ex-colônias), representaria a vontade inequívoca da humanidade e seria a prova definitiva do consenso histórico (*consensus omnium gentium*) em torno dos direitos humanos. A tese possui, pelo menos, duas finalidades intrínsecas: tentar colocar um fim na discussão acerca dos fundamentos filosóficos dos direitos humanos realmente existentes (para invisibilizar seu caráter monocultural e excludente) e construir um imaginário de paz e respeito que pudesse legitimar a nova ordem geopolítica/econômica internacional, redesenhando os limites abissais entre o mundo civilizado (humano) e o mundo bárbaro (sub humano), aproveitando o contexto de medo e perplexidade no qual se encontrava a humanidade.

> Sem a naturalização da guerra e sua não-ética, que se legitimou como hegemônica nos imaginários coletivos dos povos do mundo com a detonação das duas bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, em agosto de 1945 (além de outros bombardeios massivos sobre populações civis, por exemplo, Dresde e Tokio, anteriores às duas bombas), não seria possível que o desenho global dos direitos humanos se posicionasse nestes mesmos imaginários coletivos como a única alternativa que possuem os indivíduos e os povos para conter o poder imperial e assegurar as condições e garantias mínimas de sobrevivência. (Pérez Almeida, 2011:120, tradução minha)

Como bem sabemos os povos invadidos, saqueados, escravizados, colonizados e subdesenvolvidos pela Europa e pelos Estados Unidos, o desprezo e a eliminação racional da vida humana não são novidades do século XX. No entanto, além dos eficientes horrores causados pelo Holocausto nazista, a «grande novidade» representada pelos cogumelos de Hiroshima y Nagasaki em agosto de 1945 demonstra algo inédito na história da humanidade: o poder de destruição massivo, que permite derreter em poucos segundos países inteiros, ou inclusive, se assim desejarem os donos das bombas, acabar com a vida humana no planeta simplesmente apertando alguns botões. O próprio conceito de guerra se modificaria radicalmente desde essa demonstração. (Alonso Tejada, 2010)

O contexto de medo era perfeito para a construção de um mito que pudesse alimentar um imaginário de paz, tranquilidade e respeito – em ambos os lados da linha. Que armazenasse nas memórias coletivas o Holocausto como um fenômeno acidental[9], causado por um ditador louco, cruel e manipulador, completamente alheio à lógica própria do sistema moderno/colonial[10], e silenciasse o máximo possível com relação às bombas atômicas (o recado já estava dado). Um mito que pudesse criar a ilusão de «que nosso mundo é livre e inocente, que encarna valores superiores e uma história de superior moralidade» (Alba Rico, 2011:96), não obstante à realidade de guerras e violência de todo tipo que pautou o mundo pós 1948. Como destaca o Subcomandante Insurgente Marcos (1997), citado por Coronil (2005), para «o Terceiro Mundo, a Guerra Fria foi realmente uma guerra quente, formada por 149 guerras localizadas que produziram 23 milhões de mortes».

Esse mito, como se pode facilmente perceber, atende pelo nome de «direitos humanos». A ameaça real representada pelas armas de destruição massiva das potências dominantes e o contexto mundial marcado por quatro séculos e meio de saqueio colonialista e ingerência imperialista constituem vícios insanáveis da Declaração e de todas as normas (sobretudo econômicas) de direito internacional, as quais vem servindo, desde a formação do sistema-mundo moderno/colonial (Wallerstein, 2012) para canalizar os fluxos econômicos

---

9 Césaire (1978) afirma que o que o problema do Ocidente com relação ao Holocausto não reside no «crime em si, *o crime contra o homem*, não é a *humilhação do homem em si*, é o crime contra o branco, a humilhação do homem branco e o ter aplicado à Europa processos colonialistas a que até aqui só os árabes da Argélia, os 'coolies' da Ìndia e os negros da África estavam subordinados.» (Césaire, 1978:18)

10 Para Bauman (1998), trata-se de um acontecimento assustador, justamente porque reflete de uma maneira crua a lógica própria da modernidade. Um acontecimento que, apesar de não ser inevitável, é perfeitamente previsível e iminente no âmbito da racionalidade dominante (Bauman, 1998:37).

desde a periferia (zona «perdedora») até o centro (zona «vencedora»), através da iminência do uso da força, sem que se abandonasse outro mito: o «livre comércio». (Polanyi, 2012:14; Wallerstein, 2012:25)
Ao conquistar a hegemonia mundial, primeiro mediante os processos de saqueio e apropriação colonialistas, posteriormente através das relações assimétricas de dominação dos Estados nacionais (in)dependentes e, finalmente, pela pilhagem total perpetrada pela globalização neoliberal – com o auxílio do positivismo jurídico e do economicismo fetichistas – o individualismo possessivo ocidental e todo o seu aparato técnico e ideológico se impôs institucionalmente à maioria dos países, e subjetivamente, aos imaginários individuais e coletivos de uma grande parcela da humanidade.
A atual globalização neoliberal e seu discurso hegemônico sobre direitos humanos servem como mecanismos de legitimação ideológica desta visão de mundo, uma vez que invisibilizam o seu caráter racista através da generalização dos ideais burgueses de igualdade formal e meritocracia (Coronil, 2005). Se, no período colonial, o mundo metropolitano legitimava seu humanismo abstrato através da negação radical do *outro*, hoje, com a globalização tornou-se possível simultaneamente afirmar a «humanidade» de todos os seres humanos e transferir a responsabilidade pela desgraça da maioria da humanidade aos próprios desgraçados. «O racismo se refugiou em seu aparente oposto, o universalismo e seu derivado: o conceito de meritocracia». (Quijano & Wallerstein, 1992:585-586)
Sem dúvida, é necessário não apenas descolonizar os direitos humanos, mas também «desocidentalizá-los» e «desglobalizá-los». Entretanto, o caminho não é fácil. Uma proposta nesse sentido não pode basear-se simplesmente na negação radical do Ocidente, tampouco na afirmação de uma «nova» cultura particular por sobre todas as outras, por mais «aberta» que seja. Qualquer proposta concreta que se elabore será sempre *uma* proposta que, de alguma maneira, supõe algumas decisões contingentes. Uma proposta de direitos humanos descolonializadora, por mais que ambicione ser uma proposta intercultural, deve assumir seu ponto de partida como parcial (o que não é necessariamente sinônimo de local ou regional) e concentrar-se em fundamentar as suas razões.

3 Algumas ideias e três propostas para um debate em torno da descolonização dos direitos humanos

3.1 Primeira aposta/compromisso: *rechaço a todas as formas de dominação e exploração entre os seres humanos como forma de reconhecimento radical do outro*

Ser parcial não significa necessariamente ter que escolher entre um novo tipo de universalismo abstrato ou algum particularismo nacionalista/autóctono/regionalista filosófico, outro falso dilema criado pela própria modernidade. Importa, antes de mais nada, reconhecer que há questões que, de alguma maneira nos conectam a todas as culturas (Dussel, 2009). Mesmo que cada uma as interprete de uma maneira diferente, não há como negar que vivemos todos em um mesmo planeta e somos afetados mutuamente pelas nossas ações e omissões. O mundo em que vivemos é o mesmo e é preciso construir condições para que todas e todos possamos coexistir, conviver, compartilhar e, sobretudo, sobreviver enquanto espécie.
A «regra» predominante hoje é a existência naturalizada de relações de exploração, discriminação e de dominação entre os seres humanos, e a exceção são os direitos humanos eventualmente assegurados. Cada vez que se reconhece os direitos de um determinado grupo (mulheres, negros, indígenas, LGBTT´s e etc.), se está retirando este grupo da «regra geral» e abrindo uma exceção, mesmo que de uma maneira simplista, burocrático/formal, abstrata e pós-violatória (Sánchez Rubio, 2014a). Por mais que avancemos no reconhecimento de mais e mais restrições formais às relações assimétricas, o «grau zero» (Castro-Gómez, 2005:18) segue sendo o mesmo. Dentro deste paradigma, o não reconhecimento é a regra e o reconhecimento – mesmo formal –, a exceção.
Se quisermos realmente falar em direitos humanos em perspectiva descolonial, para início de conversa, devemos dinamitar esse «grau zero» colonial e assumir como premissa fundamental o rechaço/renúncia/reparação a todo e qualquer tipo de relações humanas baseadas na exploração e na dominação, seja de caráter

étnico, econômico, nacional, generacional, epistemológico, de gênero, religioso, libidinal, intelectual ou de qualquer outra natureza. Consequentemente, esta aposta implica em um compromisso com os processos de luta – individuais e coletivos – contrários a estas relações.

A partir deste compromisso, podemos afirmar categoricamente a incompatibilidade entre o capitalismo (em qualquer de suas formas) e direitos humanos. Isso não significa que qualquer modelo não capitalista seja compatível com esta premissa. O capitalismo não é o único sistema baseado na dominação e na exploração do ser humano, nem o único sistema potencialmente destrutivo das condições naturais que permitem a sobrevivência humana. A única coisa que se universaliza de alguma maneira aqui é a definição de que é manifestamente contrária aos direitos humanos qualquer forma de naturalização de relações de dominação e/ou exploração entre os seres humanos.

Esse compromisso possui também uma dimensão reparadora, que é consequência natural do reconhecimento pleno do *outro* concreto, inserido em uma complexa trama de relações e opressões históricas. De nada adianta reconhecer o *outro* abstratamente, através do rechaço (presente) e da renúncia (futuro) a estes tipos de relação se não se reparam os danos causados no passado, ao menos questionando-se os privilégios concretos delas diretamente derivados. Mesmo que seja impossível restaurar o *status quo ante*, há determinadas questões que ficariam insustentáveis em um contexto de pleno reconhecimento do *outro* (o caso das dívidas dos países colonizados, hoje «subdesenvolvidos», é um bom exemplo).

3.2 Segunda aposta/compromisso: *rechaço a todas as formas de relação com a natureza que coloquem em risco a possibilidade de sobrevivência dos seres humanos na Terra*

O projeto civilizacional da modernidade capitalista não oculta apenas a existência da sua «outra cara» – e condição de existência – colonial, periférica, «bárbara» e sub-humana. Ironicamente, as promessas de emancipação e liberdade do sistema dominante invisibilizam também o seu caráter suicida. O mito da «prosperidade» e do crescimento infinito, reforçado pela onipresença de mercadorias cada vez mais sedutoras e pelos avanços tecnológicos constantes em distintos campos (inclusive o militar) somente é possível graças à apropriação e ao uso irresponsável dos recursos naturais em um ritmo também crescente, descontextualizado e insustentável. Não compromete apenas a existência do *outro* subalterno, mas também de todas as formas de vida existentes no planeta, incluindo as gerações futuras.

Inúmeros são os relatos que corroboram este cenário estarrecedor. Para Mignolo (2008:51, tradução minha), «Hoje estamos envolvidos em uma civilização que marcha, triunfante, em direção à morte, ao passo que se anuncia globalmente uma re-orientação civilizatória da vida.» O problema está posto. No entanto, as propostas mais aceitas no âmbito da racionalidade científica dominante, naturalmente, são aquelas que não questionam frontalmente o sistema como um todo, mas defendem a mitigação de suas nefastas conseqüências. Cada vez mais escutamos conceitos como capitalismo verde, desenvolvimento sustentável, social, humano, local e etc. Karl Polanyi, muito antes da atual globalização neoliberal, já denunciava a impossibilidade prática desta utopia:

> (...) ideia de um mercado autorregulável implicava uma rematada utopia. Uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substancia humana e natural da sociedade; ela teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto. (Polanyi, 2012:4)

Para enfrentar o problema, devemos começar encarando-o de frente. É preciso, antes de mais nada, deslegitimar as teorias neoclássicas dominantes que, pouco a pouco, colonizaram o imaginário econômico da maioria da humanidade. Uma proposta para descolonizar os direitos humanos deve necessariamente passar pela descolonização do imaginário econômico desenvolvimentista e globalizante. Novamente, não se trata de impor uma única alternativa particular ao modelo imposto pelo Ocidente, mas de manifestar um categórico rechaço a todo o tipo de relações e práticas humanas que suponham a apropriação exclusiva, a mercantilização e a acumulação dos recursos naturais que possibilitam a manutenção e a reprodução da vida humana sobre este planeta.

Há inúmeros exemplos – em diversas partes do planeta – de como a economia pode ser colocada a serviço dos

seres humanos e não o contrário. Podemos, inclusive, construir novas alternativas. Não há uma receita única. O que fica claro, no entanto, é que não há alternativa dentro do pensamento ocidental, pois este é absolutamente incompatível com o reconhecimento do outro. Não se pode pensar *um mundo onde caibam muitos mundos* sem rechaçar este *mundo que destrói todos os mundos*, inclusive a si próprio. Esta segunda proposta, como se pode perceber, está integralmente vinculada à primeira e também possui uma dimensão reparadora. Um exemplo que pode ser utilizado aqui é a proposta de *decrescimento*, dirigida, sobretudo, aos países «desenvolvidos» (ver Latouche, 2009; Taibo, 2009, entre outros).

3.3 Terceira aposta/compromisso: *um diálogo intercultural baseado no reconhecimento pleno do outro para construir um pluri-versalismo de encontro (um mundo onde caibam muitos mundos)*

Uma concepção de direitos humanos comprometida com a construção de *um mundo onde caibam muitos mundos* não pode ser defendida desde um paradigma monocultural/excludente, quando uma das partes se reconhece a si própria como superior a todas as outras, e supõe com naturalidade a existência de relações de dominação, discriminação e de exploração entre os seres humanos. Tampouco se pode imaginar um diálogo intercultural respeitoso em um contexto onde uma das partes reivindique para si o direito de apropriar-se das condições naturais necessárias à vida de todas as outras e de utilizá-las de uma maneira irresponsável, que ameace a própria existência de todas as outras. Há, sem dúvida, concepções que são incompatíveis com a existência de *um mundo onde caibam muitos mundos*.

Uma concepção descolonial em torno de direitos humanos deve ser uma concepção simultaneamente de combate/enfrentamento e de construção/recuperação. É uma aposta ética, política e epistemológica nos mais diversos processos de luta (tanto individuais como coletivos) contra as lógicas dominantes, que sejam compatíveis com a construção de um mundo onde os seres humanos possam conviver, coexistir e compartilhar os recursos materiais e espirituais necessários para a vida (Herrera Flores, 2009a), seja qual for a explicação que lhe brindemos. É uma ética de resistência contra a uniformização do mundo e uma aposta por uma ecologia de saberes (Santos, 2009), de práticas e cosmovisões que possam aportar algo à construção de um modo de vida sustentável, fundamentado em outro paradigma ético, baseado no bem comum (Hinkelammert, 2003).

Os dois primeiros princípios aqui apresentados não são princípios «sagrados», uni-versais nem uni-versalizáveis. Tampouco se derivam de um observador neutro, privilegiado epistemologicamente, acima de todos os outros. Eles visam justamente impedir que qualquer perspectiva se sobreponha às outras mediante processos de dominação, exploração, discriminação e exclusão. São «opções» que no meu entendimento podem abrir espaço para que um pluri-versalismo (Grosfogel, 2008), de confluência (nem de partida nem de chegada, mas de encontro), constituinte[11], baseado numa hermenêutica diatópica[12], tenha lugar. Se trata de, ao mesmo tempo, combater o uni-versalismo ocidental e apostar na construção de um mundo pluri-versal, onde efetivamente caibam *todos* os mundos comprometidos com a desnaturalização de todas as formas de dominação, de exploração, de destruição ou de violência – que podemos chamar *direitos humanos* – que existirem (e resistirem) sobre a Terra.

---

11 Em um sentido democrático, liberador e decolonial, conforme descreve Alejandro Medici (2014?): «A recuperação de uma experiência e de uma compreensão teórica do conceito de poder constituinte democrático, plural e com vontade descolonizadora supõe partir de uma crítica a este dispositivo moderno/colonial de uniformização que usurpa a função constituinte.»

12 Para Boaventura de Sousa Santos (1997:23), «A hermenêutica diatópica baseia-se na ideia de que os *topoi* de uma dada cultura, por mais fortes que sejam, são tão incompletos quanto a própria cultura a que pertencem. Tal incompletude não é visível desde o interior dessa cultura, uma vez que a aspiração de totalidade induz a que se tome a parte pelo todo. O objectivo da hermenêutica diatópica não é, porém, atingir a completude – um objectivo inatingível – mas, pelo contrário, ampliar ao máximo a consciência da incompletude mútua através de um diálogo que se desenrola, por assim dizer, com um pé numa cultura e outro, noutra. Nisto reside o seu carácter dia-tópico».

Algumas (in)conclusões

Em primeiro lugar, devemos perguntar-nos se é possível construir estes limites – essenciais para a realização de um diálogo intercultural – apenas a partir do próprio diálogo, nas condições realmente existentes, extremamente assimétricas? Desde logo, me parece que não. Os grupos que mais se beneficiam das condições assimétricas do atual monólogo globalizador/suicida jamais renunciariam a tais prerrogativas «pacifica e espontaneamente», por mais convincentes e majoritários que sejam os apelos e os argumentos. O cenário não é dos mais favoráveis. Trata-se de uma batalha extremamente desigual. O inimigo não conhece nenhuma ética, senão a busca pelo máximo lucro em troca do mínimo investimento. E detém o controle dos meios de destruição e de informação massivos. A ameaça é real. Como enfrentá-la nos dias atuais, e em condições tão desiguais?

Me limitarei aqui a traçar algumas possibilidades que podemos desempenhar desde a Academia, para contribuir neste projeto. Uma proposta é descolonizar o ensino dos direitos humanos (Baldi, 2014), propondo novos referenciais teóricos, privilegiando outras formas e conteúdos, outros métodos, outros pontos de vista, outros *sentidos*, visibilizando as premissas do atual pensamento hegemônico, etc. É preciso também descolonizar o imaginário econômico (Latouche, 2009), para combater e transformar alguns conceitos, como progresso, crescimento, desenvolvimento, consumo (e um longo etc.) e recuperar a dimensão humana e política da economia, democratizando-a e colocando-a a serviço dos seres humanos e afrontando a mercantilização de todas as esferas da vida, através de propostas econômicas locais alternativas e do combate às estruturas dominantes.

Tanto os direitos individuais, quanto a democracia, o progresso tecnológico e a economia são bens da humanidade e devem ser desvinculados do conceito de capitalismo (e de seus domínios), para que possam servir à verdadeira emancipação do ser humano contra todo o tipo de opressão ou ameaça.

Também me parece coerente denunciar e condenar veementemente todo o tipo de posturas que naturalizem as relações que inferiorizam uns seres humanos em benefício de outros (não apenas as advindas do Ocidente capitalista moderno/colonial patriarcal e burguês). Devemos apoiar e visibilizar os mais diversos processos de luta e de resistência contra tais relações, além de buscar sempre uma relação de enriquecimento e aprendizado mútuo com estes movimentos. A teoria sem a prática é vazia e a prática sem reflexão pode ser contraproducente.

Me parece necessário recuperar o sentido histórico da existência humana, através do protagonismo popular constituinte e da aposta no empoderamento, na capacidade de fazer e desfazer mundos (Herrera Flores, 2009a), individual ou coletivamente. É preciso resgatar as palavras e conceitos que nos foram roubados, e subverter os que nos foram impostos, como é o caso dos direitos humanos. Somos maioria os que queremos um mundo para seguir vivendo. Se somente temos um planeta, é preciso urgentemente democratizá-lo, para que nele caibam, se respeitem e se fecundem mutuamente muitos mundos diferentes.

Referências:

ALBA RICO, S. (2011), *Capitalismo e nihilismo: dialéctica del hambre y la mirada,* La Habana: Ruth Casa Editorial.

ALONSO TEJADA, A. (2010), *La guerra de la paz*, La Habana: Ruth Casa Editorial.

BABEUF, G. (1796), "Manifesto dos Iguais". *DHNET*, Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/a_pdf/babeuf_manifesto_dos_iguais.pdf, [consultado em 09-12-2014].

BALDI, C. (2014), "Descolonizando o ensino dos direitos humanos". *Hendu - Revista Latinoamericana de Derechos Humanos,* 4(1) pp. 8-18.

BOBBIO, N. (2004), *A era dos direitos*, Rio de Janeiro: Elsevier.

BAUMAN, Z. (1998), *Modernidade e holocausto,* Rio de Janeiro: Zahar.

CASTRO-GÓMEZ (2005), *La hybris del punto cero*, Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana.

CÉSAIRE, A. (1978), *Discurso sobre o colonialismo*, Lisboa: Sá da Costa Editora.

CORONIL, F. (2005), "Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo", In: E. Lander (ed.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*: *Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, pp.105-132.

DESCARTES, R. (2001[1637]), *Discurso do método* (trad. M. E. Galvão), São Paulo: Martins Fontes.

DUCHROW, U. & HINKELAMMERT, F. (2003) *La vida o El capital: alternativas a la dictadura global de la propiedad,* San José: DEI.

DUSSEL, E. (1993), *1492, O encubrimento do outro: a origen do mito da modernidade*, Petrópolis: Vozes.

DUSSEL, E. (2009), "Una nueva edad en la historia de la filosofía: el diálogo mundial entre tradiciones filosóficas", *Revista Tabula Rasa,* 11, pp. 97-114.

GALLARDO, H. (2000), *Política y transformación social: discusión sobre derechos humanos*, Quito: Editorial Tierra Nueva,

GALLARDO, H. (2010), "Sobre las 'generaciones'de derechos humanos". *Pensar América Latina*, Disponível em http://www.heliogallardo-americalatina.info/index.php?option=com_content&view=article&id=174&catid=11%3Aconversaciones&Itemid=106, [consultado em 09-12-2014].

GOMES, R. A. (2007), "Análise do debate entre Las Casas e Sepúlveda - Valladolid, 1550-1551", *Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região*, 19(4), pp. 77-125.

GROSFOGEL, R. (2008), "Hacia um pluri-versalismo transmoderno decolonial. *Revista Tabula Rasa,* 9, pp. 199-215.

HERRERA FLORES, J. (2009a), *A (re)invenção dos direitos humanos*, Florianópolis: Boiteux.

HERRERA FLORES, J. (2009b), *Teoria crítica dos direitos humanos: os direitos humanos como produtos culturais*, Rio de Janeiro: Lumen Juris.

HINKELLAMERT (2003), *Solidaridad o suicídio colectivo*, San José: Ambientico Ediciones.

KANT, I. (2006[1785]), *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos* (trad. L. Holzbach), São Paulo: Martin Claret.

LAS CASAS, B. (1548), "Carta ao Imperador Carlos I" *Biblioteca Virtual de Direitos Humanos – USP*, Disponível em http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/bartolome-de-las-casas-em-defesa-dos-indios-c-1548m.html, [consultado em 09-12-2014].

LATOUCHE, S. (2009), *Sobrevivir al desarrollo: de la descolonización del imaginario económico a la construcción de una sociedad alternativa.* Barcelona: Icaria.

LEPE-CARRIÓN, P. (2014), "Racismo filosófico: el concepto de 'raza' em Immanuel Kant". *Filosofia Unisinos,* 15(1), pp. 67-83.

LOCKE, J. (2001 [1689]), *Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos* (trad. M. Lopes e M. L. da Costa), Rio de Janeiro: Vozes.

MEDICI, A. (201?), "Poder constituyente y giro descolonizador. Reflexiones desde el nuevo constitucionalismo transformador", mimeografado.

MIGNOLO, W. (2013), *Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal.

PÉREZ ALMEIDA, G. (2011), "Los derechos humanos desde la colonialidad". In: Maryluz G. (ed.), *Los derechos humanos desde el enfoque crítico*, Caracas: Fundación Juan Vives Suriá.

POLANYI, K. (2012[1944]), *A grande transformação* (trad. F. Wrobel), Rio de Janeiro: Elsevier.

QUIJANO, A. (2009) "Colonialidade do poder e classificação social". In: B. S. Santos. & M. P. Menezes (eds.), *Epistemologias do Sul*, Coimbra: Almedina, pp. 73-117.

QUIJANO, A. & WALLERSTEIN, I. (1992), "La Americanidad como concepto, o América em el moderno sistema mundial" *RICS*, 44(4), pp. 583-591.

SÁNCHEZ RUBIO, D. (2014a) *Encantos e desencantos dos direitos humanos: de emancipações, libertações e dominações.* Porto Alegre: Livraria do Advogado.

SÁNCHEZ RUBIO, D. (2014b), "Crítica a una cultura estática y anestesiada de derechos humanos: por una recuperación de las dimensiones constituyentes de la lucha por los derechos" In: C. Muller, K. F. M. S. de Azevedo (eds.), *Os conflitos fundiários urbanos no Brasil*, Porto Alegre: CDES Direitos Humanos, pp.13-50.

SANTOS, B. S. (1997), "Por uma concepção multicultural de direitos humanos", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 48, pp. 11-32.

SANTOS, B. S. (2009), "Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes". In: B. S. Santos. & M. P. Menezes (eds.), *Epistemologias do Sul*, Coimbra: Almedina, pp. 23-71.

TAIBO, C. (2009), *En defensa del decrecimiento: sobre capitalismo, crisis y barbarie*. Madrid: La Catarata.

WALLERSTEIN, I. (2012), *El capitalismo histórico*, Madrid: Siglo XXI.

WALLERSTEIN, I. (2007), *Universalismo europeo: el discurso del poder*, Madrid: Siglo XXI.

Fora do processo, dentro da comunidade. Um estudo sobre a atuação da Justiça Federal brasileira em áreas de exclusão social

Vladimir Santos Vitovsky
vladimirvitovsky@gmail.com

Resumo: O artigo discute a atuação da Justiça Federal brasileira na Cidade de Deus, área de exclusão social do Rio de Janeiro, em parceria com o Programa Justiça Comunitária. Utilizando como marco teórico a teoria de Boaventura de Sousa Santos, que analisa a tensão entre regulação e emancipação social, discuto tal forma de atuação a partir de três dimensões: (1) do papel dos Tribunais nas sociedades contemporâneas; (2) do pluralismo jurídico; e (3) do acesso aos direitos e à justiça. O estudo conclui que tal parceria pode contribuir para uma via alternativa às tradicionais concepções do acesso aos direitos e à justiça, com foco na educação para os direitos e formação de redes sociais, a partir da atuação extraprocessual e extrajudicial dos juízes.

Introdução

As políticas públicas tradicionais de acesso à justiça federal tem sido voltadas principalmente para a ampliação quantitativa e aproximação geográfica do sistema adjudicatório, para a especialização de varas, para a adoção da mediação e da conciliação, realização de mutirões, atuação itinerante, e criação e ampliação de juizados especiais. Tais iniciativas (seja com caráter físico fixo, seja de maneira itinerante) estão voltadas para a prestação jurisdicional, isto é, a promoção do acesso à justiça é circunscrita ao processo, à judicialização do conflito.

Uma outra forma de política pública de promoção do acesso à justiça, com atuação fora do processo judicial, é o Programa Justiça Comunitária, inicialmente desenvolvido no Tribunal de Justiça do Distrito Federal pela Juíza Gláucia Foley (2008; 2010), e que, após se tornar política pública nacional pela Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, foi implementado na Cidade de Deus no Rio de Janeiro. O programa Justiça Comunitária do Distrito Federal consiste em recrutar membros da comunidade (os agentes comunitários) e está assentado em três pilares: a educação para os direitos, a mediação e a formação/animação de redes.

O artigo que ora apresento tem por objetivo discutir como pode um ramo específico do poder Judiciário brasileiro, a Justiça Federal, atuar em localidades expostas a vulnerabilidades econômicas e sociais para garantir o efetivo acesso democrático aos direitos e à justiça com a resolução extrajudicial dos conflitos, discutindo as possibilidades e os limites de sua atuação em parceria com o Programa Justiça Comunitária.

A Justiça Federal brasileira é o ramo do poder judiciário que lida com os litígios que envolvem o próprio Estado federal brasileiro (a União, bem como suas entidades e seus órgãos). Daí advém que as matérias judicializadas são questões relacionadas com a política econômica do governo federal, litígios em face da entidade nacional de previdência social oficial, que é o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), revelando o acesso aos direitos previdenciários, financiamentos imobiliários realizados por entidades bancárias federais, como a Caixa Econômica Federal (CEF), as ações possessórias envolvendo entidades federais, a efetivação de direitos sociais como a saúde, os litígios envolvendo direitos indígenas, quilombolas, entre outros.

Discutir a atuação de um ramo do poder judiciário para resolver conflitos em face do próprio Estado implica em discutir a tensão entre a regulação (a forma de atuação dos Tribunais) e a emancipação social (derivada da promoção do acesso democrático aos direitos e à justiça). Para Boaventura de Sousa Santos (2009) o paradigma da modernidade representa uma transição decorrente da discrepância da experiência social e das expectativas sociais. Uma discrepância potencialmente desestabilizadora, e que repousa nos dois pilares em que se apoia o paradigma da modernidade: a regulação e a emancipação social. A regulação é o conjunto de normas, instituições e práticas que garantem a estabilidade das expectativas. Estabelece uma relação politicamente tolerável entre as experiências presentes e as expectativas sobre o futuro (Santos, 2009: 30). A emancipação moderna é o conjunto de aspirações práticas oposicionais, dirigidas a aumentar a discrepância

entre experiências e expectativas, pondo em dúvida o *status quo*, isto é, as instituições que constituem o nexo político existente entre experiências e expectativas (Santos, 2009: 30-31).
A partir deste marco teórico, e problematizando a atuação da justiça federal em áreas de exclusão social, dentro do campo analítico da sociologia jurídica crítica dos tribunais (Santos, 2009), procuro discutir o tema a partir de três dimensões (1) a dimensão da atuação dos tribunais nas sociedades contemporâneas; (2) a dimensão do pluralismo jurídico, (3) a dimensão do acesso aos direitos e à justiça.
São estas três dimensões que permitem avaliar a forma de atuação da Justiça Federal na Cidade de Deus, em parceria com o Programa Justiça Comunitária, e em contraponto com sua atuação no Complexo do Alemão, com base na implementação de tais políticas públicas.
A metodologia que adoto é a pesquisa-ação participativa (*participatory action research*) na linha desenvolvida por Orlando Fals Borba (2002), que significa investigar de forma crítica a situação atual e também elaborar propostas, analisando suas possibilidades e seus limites. Além disso, utilizo o método do estudo de caso alargado de Boaventura de Sousa Santos (1983), analisando a agregação da justiça federal ao programa Justiça Comunitária na Cidade de Deus contrapondo sua atuação no Complexo do Alemão.
Com base neste instrumental teórico-analítico e metodológico, pretendo apresentar a trajetória da pesquisa de campo, finalizando com as conclusões preliminares do estudo.

1. Os projetos de atuação da Justiça Federal na Cidade de Deus e no Complexo do Alemão e a construção de uma "justiça participativa".

O estudo concentrou-se na análise e no desenvolvimento de dois projetos dos quais a Justiça Federal do Rio de Janeiro, através do Tribunal Regional Federal da 2a Região, participou, o projeto "Casa de Direitos" e o projeto "Justiça Aqui", implementados, respectivamente, na Cidade de Deus e no Complexo do Alemão, em parceria com outras instituições estatais.
Por se tratar de uma iniciativa do Estado, para julgar conflitos em face do próprio Estado, com um perfil de litigiosidade de conflitos relacionados com o *Welfare State*, o marco teórico que melhor possibilitaria tal análise, bem como permitiria estabelecer as condições prognósticas para a garantia do efetivo acesso aos direitos e à justiça, era a teoria desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos, que analisa a tensão entre a regulação e a emancipação social, da qual exsurgem três dimensões: o papel dos Tribunais nas sociedades contemporâneas, o pluralismo jurídico e o acesso aos direitos e à justiça.
Partindo da epistemologia da sociologia jurídica crítica, foi possível construir o conceito de "justiça participativa", que se diferencia das demais formas de participação dentro do processo, e que se coaduna com as propostas do Programa Justiça Comunitária desenvolvido pela Juíza Gláucia no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e implementado na Cidade de Deus, no âmbito do projeto "Casa de Direitos".
Com efeito, citando alguns casos da Suprema Corte colombiana, Abramovich (2007: 16) reconhece as novas formas de participação na esfera pública através do processo, isto é, vinculando o acesso à justiça e a possibilidade de ação de certos grupos ou coletividades na esfera pública, do que deriva o ativismo judicial. Observa-se que (1) a forma de participação é no processo e (2) o ativismo dos juízes é, igualmente, dentro do processo.
O que pretendi com o presente estudo foi desvelar uma nova forma de participação judicial que fosse fora dos processos, desjudicializada, bem como uma nova forma de ativismo judicial, aquele promovido por juízes fora do processo, exógeno às decisões judiciais, que promovesse uma ruptura com a alienação que o processo judicial produz (Denti, 1976), propondo uma "horizontalidade solidária" (Ardila Amaya, 1999; 2004; 2005) nas relações entre poder Judiciário e cidadãos.
A esta nova forma de atuação, podemos denominar de "justiça participativa". Na linha do que estabelece Boaventura de Sousa Santos, a construção deste conceito, desta forma de atuar, não pode ser celebratória, sob pena de incorrer no mesmo erro que se tenta evitar. Deste modo, era importante fazer a "hermenêutica de suspeição" (Santos, 200; 2002).

Com as três dimensões que desenhei (atuação dos tribunais nas sociedades contemporâneas, pluralismo jurídico e acesso aos direitos e à justiça) é possível elaborar uma compreensão crítica da atuação dos tribunais e formular e implementar ações voltadas para a garantia do acesso aos direitos e à justiça, mormente no tocante aos conflitos de competência da Justiça Federal.
Os dois projetos dos quais participei, o "Casa de Direitos", na Cidade de Deus, em parceria com o Programa Justiça Comunitária, e o "Justiça Aqui" no Complexo do Alemão possibilitaram analisar as funções desempenhadas pelos Tribunais nas sociedades contemporâneas, que passo a analisar no próximo item.

2. A atuação dos Tribunais nas sociedades contemporâneas

Dividindo a atuação dos Tribunais em cinco aspectos, pode-se buscar sua compreensão a partir (1) do relacionamento inter e intra institucional; (2) do relacionamento com a comunidade, com os moradores e associações das áreas de exclusão social; (3) da função exercida pelos Tribunais; (4) das escalas e da temporalidade da atuação; e (5) dos critérios e indicadores de avaliação da atuação dos Tribunais nas áreas de exclusão social.
A atuação dos Tribunais quando tratada em relação com as demais instituições pode ser vista como se todas estas instituições fossem independentes, isto é, tinham liberdade, contudo, o comportamento das mesmas é passivo. Isto fica patente na fala de uma instituição no âmbito do projeto "Casa de Direitos" que iria seguir a Justiça Federal, isto é, só instalaria postos se a Justiça Federal também o fizesse. E na fala do Ministério Público estadual que disse que somente haveria promotor se houvesse juiz. Pode-se observar que este protagonismo é exógeno, como é exógena a própria definição do acordo, que no caso do projeto "Casa de Direitos" veio principalmente do Ministério da Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos e Assistência Social do Governo do Estado do Rio de Janeiro, e no caso do projeto "Justiça Aqui" é proveniente do CNJ e do Ministério da Defesa.
A articulação entre as instituições heterogêneas é desarticulada, tal qual expressou a coordenadora do projeto "Casa de Direitos", havendo forte relação de competição entre os projetos "Casa de Direitos" e "Justiça Aqui", o que ocasionou a saída da Casa de Direitos do Complexo do Alemão.
Esta relação também se oberva internamente. Outrossim, é possível também verificar um pluralismo interno quanto à localização das ações sociais, se na Presidência, se na Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais, ou, ainda, na comunicação social, ou, até mesmo, no setor de sustentabilidade, tal como era no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
Além disso, a própria forma de atuação é plural. Na primeira fase da implementação do projeto "Justiça Aqui" no Complexo do Alemão houve a instalação física do Centro de Atendimento Itinerante da Justiça Federal (CAIJF). A partir da parceria com o Programa Justiça Comunitária do projeto "Casa de Direitos" da Cidade de Deus e da segunda fase de atuação itinerante dentro da comunidade do Complexo do Alemão, com as parcerias com a ONG Educap e com a atuação no espaço da Praça do Conhecimento da prefeitura a comunidade passa a atuar, passa a participar mais ativamente.
A continuidade, e a sustentabilidade de tais projetos foi, no entanto, uma preocupação da Desembargadora Federal Coordenadora dos Juizados Especiais Federais.
No relacionamento com a comunidade observamos resistência inicial: "o que vocês querem", "o Estado vem e depois some". Por sua vez, ficou visível a possibilidade de esterilizar os movimentos sociais da comunidade por ocasião da realização da 3ª Ação Itinerante na cidade de Deus, no âmbito do projeto "Casa de Direitos", já em parceria com o Programa Justiça Comunitária.
No aspecto funcional, pode-se observar, principalmente no projeto "Justiça Aqui" que há uma atuação muito forte voltada para instalação física de dependências do Judiciário. A forma de atuação implica no reforço de sua função instrumental de julgar, de prestar jurisdição em sentido estrito, com a judicialização dos conflitos, isto é, reforçando a concepção de que a atuação dos Tribunais está voltada para o ajuizamento de ações e formação de um processo. Deste modo, são negligenciadas suas funções simbólicas e políticas na estruturação do conflito.

Por sua vez, há grande influência das questões de segurança pública, que também comprometem sua continuidade. Pode-se observar que desde a exposição de motivos da Lei dos Juizados Especiais Federais que a narrativa de se fazer uma "política judiciária" de aproximação com as áreas de exclusão social, de promover o acesso à justiça aos excluídos está relacionada com a segurança pública.

A questão da segurança pública nos remete à análise da escala local da atuação dos Tribunais nas sociedades contemporâneas, no Rio de Janeiro, estado da federação brasileira que é um dos mais afetados pelos problemas da área de segurança pública, ganhando contornos específicos na atuação do poder Judiciário nas áreas de exclusão social, com uma nova forma de policiamento que objetiva atuar com instalações físicas permanentes dentro das favelas, que são as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que se autodenomina de "polícia de proximidade", auto-diferenciando-se da chamada "polícia comunitária", tendo por estratégia, segundo seu discurso oficial, a parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública, bem como entre as diversas instâncias dos governos e diferentes atores da sociedade civil. Este propósito vai acarretar a criação da UPP Social, isto é, do acoplamento da prestação de serviços sociais à política de segurança pública.

No projeto "Justiça Aqui" isto fica bastante evidente quando o mesmo é implantado na sede da Coordenação de Polícia Pacificadora do Complexo do Alemão. Outrossim, o programa de mediação de conflitos foi implementado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro a partir da atuação dos policiais militares como mediadores, após terem sido submetidos a treinamento no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Igualmente, no projeto "Casa de Direitos" os termos do Acordo de Cooperação fazem expressa menção à política de segurança pública. Outrossim, o adiamento das ações no Complexo do Alemão em agosto de 2014 foi decorrente da instabilidade na política de segurança pública no local, em virtude do recrudescimento da violência. Contudo, não se pode concluir daí que a "política judiciária" de aproximação com as áreas de exclusão social seja derivada da política de segurança pública. Com efeito, a participação dos representantes da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro nas reuniões no projeto "Casa de Direitos" era tímida. Do mesmo modo, os órgãos da segurança pública no Complexo do Alemão, no âmbito do projeto "Justiça Aqui" tinham participação e influência inexpressivas. Colaboravam com todas as atividades mediante solicitação, mas em momento algum exerciam qualquer tipo de protagonismo ou antagonismo. Nem tampouco há que se falar em mera política de apaziguamento em oposição à efetiva inclusão social.

Foi em virtude do recrudescimento da violência que tivemos que adiar nosso cronograma de eventos que realizaríamos na Praça do Conhecimento no Complexo do Alemão, no âmbito do projeto "Justiça Aqui". Este mesmo motivo foi determinante para a saída de todas as instituições (Tribunal de Justiça, Ministério Público do Estado, Tribunal Regional do Trabalho, entre outros) do local físico onde se situava o projeto "Justiça Aqui", na sede da Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) do Complexo do Alemão.

Contudo, as descontinuidades foram muitas a ponto do programa da UPP Social, inicialmente acoplado à política de segurança pública do governo do Estado do Rio de Janeiro, ser deslocado para o Instituto Pereira Passos, instituição do município do Rio de Janeiro. Esta municipalização foi decorrente mais de um jogo político-partidário, de uma dança das cadeiras na política do governo do Estado em decorrência das eleições do que efetivamente de uma reestruturação das atribuições de cada entidade estatal.

Por seu turno, as outras duas escalas (o nacional e o global) também merecem ser analisadas. De fato, foi possível observar que o papel das propostas de reforma do Poder Judiciário sempre esteve alinhado com as recomendações das agências multilaterais, mormente com o Banco Mundial (BM), isto é, inserido na proposta de reformas liberais (Chasin, 2012: 104-106), consoante se observa da análise de seus documentos, que orientam as reformas do poder Judiciário para seu papel no bom funcionamento do mercado.

Em âmbito nacional, destaca-se no Brasil o processo de redemocratização brasileiro, com a Constituição de 1988, e, sobretudo, no final do ano de 2004 com a promulgação da Emenda Constitucional 45, de 30 de dezembro de 2004 (EC 45), que criou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a quem compete o controle da atuação administrativa e financeira do poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

Conforme pudemos observar, a promulgação da EC 45 e a criação do CNJ, vêm como efeito das pressões por tribunais mais ágeis e democráticos, como se vê de sua exposição de motivos, intitulada "Pacto de Estado para um Judiciário mais rápido e republicano", e incrementa a atenção voltada para a atuação dos tribunais,

reforçando a configuração de sua atuação como um indicador da qualidade da democracia de um país (Pedroso, 2011), pondo em questão a transparência das instituições e seu relacionamento com o jurisdicionado, com a comunidade, na relação entre Estado e sociedade civil. Esta escala nacional será determinante para caracterizar o Estado brasileiro como um *Welfare State* e promover uma modalidade de acesso à justiça calcado na judicialização dos direitos, reconhecidos pela constituição e regulados pela legislação infraconstitucional, mas, contudo, não implementados na prática. Uma forma de acesso à justiça com base na certificação de direitos, tal qual já apontado por Boaventura de Sousa Santos (2007), e não na criação de novos direitos.

É aí que explode a tensão entre a regulação, isto é, a forma de atuação dos tribunais decorrente do reconhecimento constitucional e infraconstitucional de direitos, e a emancipação social, derivada da promoção do acesso democrático aos direitos e à justiça, com a não implementação de tais direitos na prática (Santos, 2009). Para Boaventura de Sousa Santos (2009) esta discrepância da experiência social e das expectativas sociais é característica do paradigma da modernidade, que repousa nos dois pilares em que se apoia o paradigma da modernidade: a emancipação social e regulação. A atuação dos Tribunais nas áreas de exclusão social estabelece uma relação politicamente tolerável entre as experiências presentes e as expectativas sobre o futuro (Santos, 2009: 30). A emancipação moderna é o conjunto de aspirações práticas oposicionais, dirigidas a aumentar a discrepância entre experiências e expectativas, pondo em dúvida o *status quo*, isto é, as instituições que constituem o nexo político existente entre experiências e expectativas (Santos, 2009: 30-31).

Por fim, a avaliação da atuação nas áreas de exclusão social é considerada pelo Ministério da Justiça a partir de seu enfoque quantitativo: "O Ministério da Justiça quer números", disse a coordenadora do Programa Justiça Comunitária ao referir-se à exigência de um número mínimo de atendimento como requisito para a continuidade do programa. Do mesmo modo, quando convidamos as agentes comunitárias da Cidade de Deus no âmbito do projeto "Casa de Direitos" e somente poucas compareceram a reação do Tribunal foi que "não adianta fazer tais ações. A Comunidade não valoriza. Só pouquinhas pessoas compareceram". Se por um lado o aspecto quantitativo é hipervalorizado e pode obscurecer a avaliação da atuação, por outro deve ser enfrentada a falta de indicadores, ainda que qualitativos para a avaliação desta forma de atuação.

É com base na análise destes aspectos observados que podemos caracterizar a atuação dos tribunais como típicas de um Estado heterogêneo, semiperiférico *welfarista*. Uma atuação que é decorrente sim de um Estado providência, do *Welfare State*, e que é tradicionalmente judicializadora. Deste modo, a proposta de reconstrução de uma forma de atuação deve romper com esta tradição judicializadora, focar na aproximação com as instituições administrativas, empoderando a comunidade. A atuação se por um lado pode ser independente, deve ser formada uma rede com os demais parceiros com busca não à competitividade, mas sim a complementaridade. O foco na comunidade, e por isso a parceria com o Programa Justiça Comunitária, como no caso do projeto "Casa de Direitos" na Cidade de Deus, ou com ONGs com grande penetração na comunidade, como no âmbito do projeto "Justiça Aqui" no Complexo do Alemão, no qual a presidente da ONG Educap auxiliou na promoção dos eventos bem como com a aproximação com o espaço da Praça do Conhecimento é importante, e fundamental para o êxito da atuação com integração à comunidade. Deve-se, todavia, ficar sempre atento aos riscos de esterilização dos movimentos sociais e de desarticulação da comunidade, provocada pelo ingresso do ente público. Somente desta forma poder-se-ía constituir-se em política pública *bottom-up*, e com respeito ao tempo da comunidade pois a imposição de uma temporalidade dos Tribunais também é forma coercitiva de política pública *top-down*. A função dos Tribunais deve ser deslocada para a função simbólica e política da forma de atuação, deixando de ser mero certificador de direitos.

É por tal motivo, que o melhor indicador qualitativo da forma de atuação é o empoderamento que ela é capaz de promover.

Graficamente, poderíamos desenhar a tabela abaixo:

Aspectos	Como é	Promover a emancipação social
(1) Relacional institucional	Independente e passivo. Protagonismo exógeno. Heterogêneo. Articulação desarticulada. Competitivo. Pluralismo interno. Informal.	Articulado em *pool*. Formação de redes. Colaborativo. Institucionalização. Pode se caracterizar como política pública.
(2) Relacional comunitário	Descontínua. Tem mais de Estado que de comunidade. É *top-down*. Iatrogênico.	Contínua e terminativa. Articulada com o Programa Justiça Comunitária ou com ONGs com penetração comunitária. Receptiva e incentivada. É *bottom-up*. Itinerante. Promotora de redes socais.
(3) Funcional	Função instrumental e certificadora de direitos.	Função simbólica e política.
(4) Escalar e temporal	Local articulado com a política de segurança pública; no plano nacional associado ao *Welfare State*; em escala mundial atenta às exigências das instituições financeiras mundiais. Tensão entre o tempo dos Tribunais e o tempo da comunidades.	Desvinculado das exigências das agências internacionais e da política de segurança pública. Respeito ao tempo da comunidade.
(5) Avaliação	Quantitativo: número de atendimentos	Qualitativo: empoderamento

Quadro 1. Atuação dos Tribunais em áreas de exclusão social.

3. O pluralismo jurídico

No tocante ao pluralismo jurídico, o analiso em suas duas faces: enquanto constatação e enquanto estratégia. Como constatação, foi possível observar que há tanto o pluralismo na produção do direito previdenciário nas comunidades da Cidade de Deus e do Complexo do Alemão como na forma de resolução de conflitos.

O pluralismo da produção do direito previdenciário está cartografado tanto na escala, quanto na projeção e na simbolização. Por seu turno, ele circula entre os seis espaços-tempo definidos por Boaventura de Sousa Santos. Tanto no Complexo do Alemão como na Cidade de Deus os direitos prestacionais (previdência social, assistência social, e saúde) circulam nestes seis espaços-tempo.

Os direitos previdenciários e assistenciais são decorrentes do trabalho ou do não-trabalho, o que produz uma circulação de tais direitos no espaço da produção. Por seu turno, seja desde a aposentadoria, até a concessão de pensão por morte os direitos atravessam o espaço doméstico. Como são serviços prestacionais, prestados pelo Estado, há circulação no espaço da cidadania. E decorrente da escala mundial, estes direitos também circulam no espaço-mundo, na medida em que as agências estatais estão focadas no gasto e na despesa pública. Por sua vez, como tais direitos muitas vezes são reivindicados por advogados, através da judicialização, tais direitos

circulam pelo mercado. E sendo comuns a todos os moradores das áreas de exclusão social, circulam pelo espaço-tempo da comunidade, vide as experiências do Programa de Justiça Comunitária instituído na Cidade de Deus e tentado no Complexo do Alemão.
Como estratégia, analisar o pluralismo jurídico significa analisar como são mobilizadas as categorias estruturais do Direito (retórica, violência e burocracia) e como elas se relacionam entre si.
Vê-se, portanto que no projeto "Casa de Direitos", na Cidade de Deus, tanto na primeira quanto na segunda fase a retórica foi predominante com o "Programa de Capacitação em Justiça Federal e Juizados Especiais Federais". A burocracia passa a ser visualizada quando da renovação do acordo de cooperação. A violência sempre foi uma ameaça, exógena com a questão da segurança pública. Somente aparece na atuação com a ação itinerante e a possibilidade de desmobilizar os demais parceiros do Programa Justiça Comunitária (a atuação iatrogênica a que fizemos menção no capítulo anterior). A covariação quantitativa é observada quando a burocracia prepondera sobre a retórica por ocasião da renovação do Acordo de Cooperação e quando se cogita fazer atermação para a judicialização dos conflitos. A combinação geopolítica de tais estruturas na periferia se dá com a possibilidade de se instituir um reforço da desjudicialização. Por fim, a interpenetração estrutural ou qualitativa ocorreu quando uma das categorias a violência e a burocracia se interpenetram na retórica como no caso da realização da 3ª ação itinerante e na possibilidade de degeneração da educação para os direitos.
Por sua vez, no Complexo do Alemão, a retórica somente passa a preponderar apenas no segundo momento da atuação, no final do ano de 2013 e no ano de 2014 quando passamos a atuar de forma itinerante dentro da comunidade. Até então preponderava a burocracia com a instalação do Centro de Atendimento Itinerante da Justiça Federal na sede do Comando de Polícia Pacificadora. A violência se fez presente exclusivamente nas questões ligadas à segurança pública. A covariação quantitativa foi observada, tal qual pontuei acima, com a preponderância da burocracia na primeira fase (de instalação do CAIJF) e possibilidade atermação para a judicialização dos conflitos, e da retórica na segunda fase, com a atuação itinerante. A combinação geopolítica de tais estruturas na periferia se dá com a possibilidade de se reforçar a desjudicialização. Por fim, a interpenetração estrutural ou qualitativa ocorreu quando uma das categorias a violência e a burocracia podem penetrar na retórica com a degeneração da educação para os direitos.

4. O acesso aos direitos e à justiça: o papel da educação para os direitos

A grande dificuldade de tais políticas é sempre identificar as necessidades jurídicas da comunidade. As pessoas não conseguem identificar os seus problemas. E só chegam ao Poder Judiciário quando está desesperado mas não provém antes.
Não há mecanismos intermediários entre a comunidade e o Judiciário. Vide a questão da pirâmide de litigiosidade. O que está em discussão é uma forma de legal *aid/ legal advice, o legal education for citizenship*, mas o *framework* do *legal aid* não dá conta de todas as questões por isso nosso marco teórico é o de Boaventura de Sousa Santos.
Os grandes benefícios desta forma de atuação que estamos desempenhando são que vem (a) da falta de informação; (b) necessidade de dar transparência; (c) ficar mais próximo do cidadão, aproximar-se do cidadão; (d) dar cidadania. Em termos de acesso democrático aos direitos e à justiça, a proposta de atuação tem muitas possibilidades mas também muitos desafios.
Os desafios são como aumentar a participação, como realizar a mediação como fazer as redes, os *networks*, e os problemas que não se transformam em processos, transformar competição em colaboração, firmar parcerias com os outros órgãos como INSS e a Defensoria Pública da União, ser chamado nas suas responsabilidades, e os cuidados para que assegurar a imparcialidade do juiz, a preocupação com sua imparcialidade e que a parte não diga que seu direito é certo pois já o teve assegurado por um juiz.
Alguns juízes entendem que a educação para os direitos não é sua responsabilidade, na divisão jurídica do trabalho. Outrossim, outros temem a educação para os direitos em virtude de objetivarem preservar a imparcialidade do juiz e proteger a imagem da instituição.

A partir do desenvolvimento das atividades pedagógicas foi possível ver que existem conflitos latentes, problemas na comunidade que podem ser solucionados de forma extraprocessual, extrajudicial a partir de uma mediação com os órgãos federais.

Isso ficou bastante evidente na palestra para os agentes comunitários quando relataram que um dos grandes problemas de natureza previdenciária foi o fechamento do posto de atendimento do instituto de previdência social, sugerindo a possibilidade de uma mediação da Justiça Federal para reabertura daquele posto de atendimento.

O outro ponto que sugere a possibilidade de realização de uma mediação extraprocessual, extrajudicial também de natureza previdenciária foi a constatação, relatada pelos agentes comunitários da má prestação de atendimento nos postos de atendimento do instituto da previdência social, bem como queixas com relação as perícias que são realizadas, o atendimento prestado pelos peritos.

No tocante a possibilidade de formação de redes, a pesquisa tem revelado que na Cidade de Deus os grupos são muito distanciados, e há rivalidades entre eles. Por exemplo, quando realizada a ação itinerante na quadra do Caratê, em parceria com o Programa Justiça Comunitária, e foi dito para as outras lideranças comunitárias, estas queixaram-se da divulgação que não tiveram conhecimento, deram sugestões sobre horário, dia de realização e formas de divulgação. Assim, e possível reaproximar os grupos e organizações em atuação na cidade de deus para formação de uma rede maior, tal qual já explicitado no trabalho de Celso Alexandre Alvear (2008).

As atividades pedagógicas tem revelado que a maior procura pela orientação da Justiça Federal e acerca dos serviços da administração publica, pelo que tentam ir ao judiciário para resolver os problemas que a administração não consegue resolver, mormente os de matriz previdenciária. Mas, conforme dito, não se restringem aos direitos previdenciários mas ate mesmo a administração de tais direitos, como nos casos do fechamento do posto do INSS e as queixas quanto a qualidade de atendimento e realização da pericia. Tais questões jamais apareceriam dentro de um processo judicial, somente a partir da aproximação pedagógica foi possível captar a existência de tais questões.

O que foi recorrente e que a grande queixa e quanto a carência de informação acerca dos direitos e de aproximação com o poder público. Isto não significa um desconhecimento total de direitos, pois em certos casos conhecem seus direitos mas querem ter certeza ("quero me certificar com o juiz" disseram varias pessoas atendidas nas ações itinerantes nos anos de 2011 e 2013.

O que a pesquisa tem revelado e que a localização geográfica da justiça com uma base física, não foi demandada pela população nem e objeto de reivindicação, sendo questionável sua necessidade, mas certo sobretudo de sua insuficiência para permitir o mapeamento dos problemas existentes na comunidade bem como para promover a inclusão social e participação da comunidade. As atividades pedagógicas tem possibilitado realizar uma sociologia das ausências. Contudo, tal qual a instalação de uma vara ou juizado não garante uma inclusão social, e pode funcionar como mero alivio de sobrecarga dos tribunais, a mera realização de palestras educativas sobre o direito por si só também não e garantidora. Consoante dito, ela exsurge de um movimento de como se aproximar da comunidade mas com as limitações de recursos financeiros, de material, de pessoal, de instalações, e os custos e a ociosidade e o fracasso das experiências anteriores.

Deste modo, a atividade pedagógica, a pedagogia judicial também padece dos mesmos perigos, sendo necessárias cautelas, e submete-la a um teste de lítimo observando em que condições as atividades pedagógicas prestadas pelo poder judiciário podem ter cunho emancipatório. No caso da cidade de Deus, a experiência tem-se revelado positiva por contar com o apoio da comunidade, que vê nela uma relevância de esclarecimento de direitos mas sobretudo de transparência do poder Judiciário: "essas atividades são excelente", "é um resgate da cidadania" disseram duas agentes comunitárias ao fim das palestras sobre o que e a Justiça Federal e os direitos sociais que são judicializados.

Essas iniciativas não podem ser descontínuas, sob pena de se caracterizar um acesso a justiça randomizado, criando meras bolhas de cidadania, nem mera propaganda institucional, ou busca de legitimidade institucional nem alivio de sobrecarga para evitar o ajuizamento de ações judiciais.

Tais experiências tem permitido captar conflitos que envolvem toda a coletividade (o caso do fechamento do posto do INSS, do atendimento e da realização de pericia) o atendimento no hospital federal e na maternidade municipal, envolvendo questões de gênero, bem como transformar diversos conflitos individuais, que

transformar-se-iam em ações individuais, em conflito coletivo em forma de intervenção coletiva a ser resolvida de forma definitiva pela mediação extrajudicial, extraprocessual.

Uma das coordenadoras do Projeto Casa de Direitos, em uma das reuniões de que participei mencionou que aquando da realização da primeira ação itinerante a iniciativa de "Conversando com o Juiz", isto é, de se fazer uma oficina na qual as pessoas conversariam, dialogariam coletivamente com o juiz não deu certo. Elas queriam ir ali de forma prática, para resolver seus problemas concretamente e em particular, ou ao menos obter orientação sobre o seu caso concreto, e não queriam palestras. Foi muito curioso pois de início pensei que tratava-se até mesmo de uma oposição aos propósitos da Justiça Comunitária, de realizar uma justiça de diálogos.

Daquele primeiro contato com uma das coordenadoras, a impressão de oposição entre o projeto "Casa de Direitos" e o Programa Justiça Comunitária foi desfeita. Mas no início, pensei que houvesse oposição. O que propus foi discutir uma justiça comunitária, o que é união estável, dependência económica e incapacidade, mas disseram que não havia interesse e que o essencial era "receber coisas, fazer valer seus direitos e não ouvir, estavam como pressa e de passagem. O que você tem a me dar" . Era que "o que eles querem é ser atendidos. A comunidade não quer a teoria, querem o resgate da cidadania. Havia uma falta de confiança, e a proximidade foi dando uma visão real, um trabalhador de oficina mecânica perguntou o que o Estado está fazendo aqui". Essa impressão, que mais revelava o meu real desconhecimento sobre o que era o Programa Justiça Comunitária, somente veio a ser desfeita no encontro seguinte. Com efeito, o projeto "Casa de Direitos" abrigava o Programa Justiça Comunitária, tal qual vimos nos capítulos anteriores.

Deste modo, com a Educação para os Direitos, tanto na Cidade de Deus, no âmbito do projeto "Casa de Direitos", em parceria com o Programa Justiça Comunitária, quanto no Complexo do Alemão, no âmbito do projeto "Justiça Aqui", objetivou-se implantar programas de esclarecimento ao público sobre as funções dos Juizados Especiais Federais, e dos direitos judicializados nos processos de sua competência, bem como desenvolver ações destinadas à efetiva participação do cidadão e de sua comunidade na solução de seus problemas, mormente em comunidades expostas à situação de vulnerabilidade social e econômica, permitindo assim, a identificação, a prevenção e a resolução dos conflitos relacionados com a competência dos Juizados Especiais Federais.

A Educação para os Direitos veio como uma solicitação dos membros da Comunidade, que a designaram de Capacitação em Juizados Especiais Federais, e teve ampla adesão. Registre-se que o Tribunal de Justiça, por intermédio da Desembargadora que realiza o Programa de Capacitação de líderes comunitários, denominado "Justiça Cidadã" que teve grande repercussão e aceitação na Cidade de Deus, tendo sido realizada uma edição no Fórum da Barra da Tijuca. Tal evento é sempre lembrado e elogiado, sugerindo que a comunidade tem uma forte demanda por capacitação em temas relacionados com a justiça.

Há que se ressaltar a importância de que as comunidades carentes conheçam os Juizados Especiais Federais. Como sabido, para ingressar com ação nos Juizados Especiais Federais não é necessária a presença de advogado, o que o torna grande instrumento de empoderamento dos membros da comunidade, que podem, por si, reivindicarem seus direitos. É fato que os Juizados Especiais Federais instituíram um novo paradigma de justiça ao propiciar uma maior democratização do acesso à justiça a comunidades expostas a situações de vulnerabilidade econômica e social e que não tem informações mínimas de seus direitos. Portanto, por dispensar a presença de advogado, os Juizados Especiais Federais permitem ao cidadão ter conhecimento de seus direitos e saber como reivindicá-los por si próprios.

Assim, o trabalho de Educação para os Direitos teve por escopo 3 (três) pilares: a identificação, a prevenção e resolução de conflitos relacionados com a competência dos Juizados Especiais Federais.

A identificação consistiu em, através das palestras, conhecer a comunidade e seus problemas relacionados com a competência dos Juizados Especiais Federais. Foi possível observar que na Cidade de Deus há um perfil de conflitos previdenciários e de assistência social, e também relacionados à prestação de serviços de saúde (fornecimento de medicamentos e internações), todos da competência dos Juizados Especiais Federais. Outro ponto que foi possível identificar é que os conflitos de natureza previdenciária são em sua larga maioria relacionados com a concessão de auxílio-doença e várias queixas do atendimento prestados pelos Peritos do INSS. Além disso, era recorrente a menção de que a Cidade de Deus é muito carente de informações sobre os seus direitos.

Conclusões preliminares

Este estudo permitiu abarcar seis aspectos, tal qual menciona Hespanha & Santos (2011: 12): um de âmbito epistemológico (a constituição de um saber sobre acesso à justiça, a epistemologia da litigiosidade); outro teórico (acerca das relações entre os tribunais e a comunidade); um terceiro de natureza conceitual (associada às diferentes tradições e conteúdos semânticos do que é o acesso à justiça, o perfil de litigiosidade da justiça federal, o pluralismo jurídico, o que é comunidade, o que são territórios, e outros espaços); um quarto de escala (associada ao global, o nacional e o local); um quinto no plano metodológico (associada à falta de metodologias que discutam a observação e a participação feita por pessoas que circulam nos papeis de pesquisador e ator envolvido nas experiências em questão); e um sexto no âmbito político (acerca da definição do relacionamento dos tribunais com as comunidades, e dos jogos de poder entre os órgãos do próprio estado, e o empoderamento/enfraquecimento, a emancipação/esterilização das comunidades, e a tensão entre a emancipação e a regulação social, e entre as lógicas do acesso à justiça e do alívio de sobrecarga).

Mesmo diante de ambiguidades e críticas, a parceria da Justiça Federal com o Programa Justiça Comunitária apresenta possibilidades. É uma manifestação do pluralismo jurídico participativo nos termos propostos por Wolkmer (2001; 2002) criando espaços de diálogo emancipatório na comunidade.

Deste modo, o Programa Justiça Comunitária possui um potencial emancipatório para aprimorar a administração da justiça. Os envolvidos nesse processo devem garantir que essa iniciativa mantenha seu caráter emancipatório e não seja utilizada/manipulada para legitimar a exclusão. Assim, mesmo constituindo uma via alternativa de modo de atuação do juiz, a parceria da Justiça Federal com o Programa Justiça Comunitária tem suas possibilidades e limitações, e deve passar por constante reavaliação de seus impactos no tempo e no espaço, para se constituir em uma "justiça democrática de proximidade" (Santos, 2008: 25), pois, assim tem diversas contribuições a dar na constituição de atuação de juízes e de uma nova forma de acesso à justiça, substituindo a lógica automática e impessoal do balcão (*guichet*) da justiça (Wyvekens, 1996) por um tratamento comunitário. Dois aspectos devem sempre estar presente: (1) não se pode proceder à importação acrítica de modelos de países centrais devendo passar por uma abordagem crítica para sua adoção; (2) por fim, os modelos devem estar sempre sujeitos a reanálises constantes.

Esta parceria entre a Justiça Federal e o Programa Justiça Comunitária parece oferecer uma terceira via para se alcançar uma justiça participativa de alta intensidade. É uma proposta que pela sua abrangência permite fazer críticas, mas também sublinhar elementos consistentes com uma democracia mais dinâmica, participativa e emancipatória.

E os desafios que se colocam para uma justiça comunitária federal estão presentes no fato de ser (1) uma iniciativa do Estado (2) para lidar com conflitos que envolvem o próprio Estado, (3) podendo assim se degenerar de manipulação/legitimação da opressão, (4) sufocando as iniciativas não-estatais, e está relacionada com (5) um perfil de litigiosidade que envolve, sobretudo, direitos previdenciários, dispostos em uma relação de conflitos de indivíduos em face do Estado, e que, diagramado na análise de Boaventura de Sousa Santos (2009), (7) de um indivíduo pertencente a uma sociedade civil estranha ou incivil. Por fim, em face da configuração de seus litígios, desafia em como formar agentes capazes de mediar as lides previdenciárias, como construir multiplicadores, e como formar redes sociais relacionadas com matéria previdenciária.

São desafios de uma justiça participativa federal na busca de um novo senso comum jurídico, que supere o senso comum dos juízes, e permita não só que o cidadão se aproxime da justiça, mas, mutuamente, que a Justiça Federal se aproxime do cidadão.

Referências bibliográficas

ABEL, Richard (1981), The politics of informal justice. V. 1. The american experience. Londres,: Academic Press.

AMAYA, Edgar Ardila (1999). "Hacia um modelo de justicia desde la comunidad". In. Justicia y desarrollo: Debates. Paz y Democracia: el aporte de la Justicia Comunitaria y de paz. Corporación de Excelencia en la Justicia. Año II, n. 10, Bogotá, Dic.

_____ (2004), "Justicia comunitaria como realidad contemporánea. Claves para el estudio de las políticas en justicia comunitaria", Revista El Otro Derecho, 30. pp. 75-102.

BORGES, Marina Soares Vital (2006), "Tribunales de justicia em Brasil, nuevas prácticas de justicia participativa y justicia comunitária", Revista El Outro Derecho 35. Bogotá-Colômbia: Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos-ILSA, dezembro.

_____ (2008), Justiça comunitária, administração de conflitos e Antropologia Jurídica: uma contribuição para uma relação processual mais humana. In: Colaço, Thais Luzia. Elementos de Antropologia Jurídica. São José: Conceito Editorial.

COLAÇO, Thais Luzia & BORGES, Marina Soares Vital (2008), "Justiça comunitária: Uma alternativa para os países da África e da América latina" Disponível em http://www.cean.cinquantenaire.sciencespobordeaux.fr/borges_colaco_communication.pdf. Acessado em 16/07/2010.

DU BOW, Fredric L. & MCEWEN, Craig (2004), "Community boards: an analytic profile", in. MERRY, Sally Engle & MILNER, Neal (org) (2004), The possibility of popular justice: a case study of community mediation in the United States. Michigan: The University of Michigan Press, pp. 125-168.

FITZPATRICK, Peter (2004), "The possibility of popular justice", in. MERRY, Sally Engle & MILNER, Neal (org) (2004), The possibility of popular justice: a case study of community mediation in the United States. Michigan: The University of Michigan Press, pp. 453-474.

FOBLETS, Marie-Claire; GRIFFITHS, Anne et al., (1996), "A la recherche de une justice perdue", Law, University of Bermingham.Journal of Legal Pluralism and Unofficial Law. Number 36, 1996.

GUIBENTIF, Pierre (2007), Les julgados de paz: une nouvelle justice de proximité au Portugal. Revue Droit & Société, v. 66, 331-359.

MARSHALL, Tony F. (1988), "Out of Court: more or less justice?" in. Matthews Roger (1988). Informal justice? London: SAGE.

MATTHEWS, Roger (1988), Reassessing Informal Justice. In. Matthews, Roger (org.), Informal justice? London: SAGE. pp. 25-50.

MENESES, Maria Paula (2004), "Toward intelegality? Traditional healers and the Law in postcolonial Mozambique", Oficina do CES, 202.

_____ (2007), "Pluralism, Law and Citizenship in Mozambique: Mapping the Complexity", Oficina do CES, 291.

_____ (2009), "Poderes, direito e cidadania: o 'retorno' das autoridades tradicionais em Moçambique", in Santos, Boaventura de Sousa et al. (org) (2009), "Velhos e novos desafios ao direito e à justiça", Revista Crítica de Ciências Sociais, 87. pp. 9-42

MERRY, Sally Engle (2004), "Sorting out popular justice" in. MERRY, Sally Engle & MILNER, Neal (org) (2004), The possibility of popular justice: a case study of community mediation in the United States. Michigan: The University of Michigan Press, pp. 31-66.

NADER, Laura (2004), "When is popular justice popular?", in. MERRY, Sally Engle & MILNER, Neal (org) (2004), The possibility of popular justice: a case study of community mediation in the United States. Michigan: The University of Michigan Press, pp. 435-452.

PEDROSO, João (2002) "Percurso(s) da(s) reforma(s) da administração da justiça : uma nova relação entre o judicial e o não judicial", Oficina do CES, 171

_____ (2003), Por caminho(s) da(s) reforma(s) da(s) justiça(s). Coimbra: Editora Coimbra.

_____ (2004), « El (re)nacimento de la justicia de paz : una reforma democrática o tecnocrática de la justicia ? Las experiencias en Italia, España, Brasil y Portugal », Revista El Otro Derecho, 30. pp. 197-222.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1982), "O Direito e a comunidade: as transformações recentes da natureza do poder do Estado nos países capitalistas avançados", Revista Crítica de Ciências Sociais, 10, 9-40.

_____ (1989), Introdução a uma ciência pós-moderna, Rio de Janeiro: Graal.

_____ (1994), Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. Porto: Afrontamento.

_____ (1999), "A crise (interna ou externa) dos tribunais?", in. Colóquio "A Justiça em Portugal" - organizado pelo Conselho Económico e Social. Lisboa : CES, 1999

_____ (2002a), A crítica da razão indolente : contra o desperdício da experiência, São Paulo : Cortez Editora.

_____ (2002b), Democratizar a democracia : os caminhos da democracia participativa, Rio de Janeiro : Civilização Brasileira.

_____ (2002c), "Direito e democracia : a reforma global da justiça", in. Pureza, José Manuel e Ferreira, António Casimiro (org.), A teia global: movimentos sociais e instituições, Porto, pp. 125-176.

_____ (2002d), Toward a new legal common sense: law, science and politics in the paradigmatic transition. New York: Routledge.

_____ (2003a), "Poderá o Direito ser emancipatório?", Revista Crítica de Ciências Sociais, 65, 3-76.

_____ (2003b), O Estado heterogêneo e o pluralismo jurídico, in. Santos, Boaventura de Sousa e Trindade, João Carlos (orgs.), Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique. v. 1. Porto, Afrontamento.

_____ (2008), Para uma revolução democrática da justiça. São Paulo: Editora Cortez, Coleção Questões da nossa época, volume 134, 2007.

_____ (2009), Sociología jurídica crítica. Para un nuevo sentido común en el derecho. Bogotá, ILSA; Madrid, Trota.

SANTOS, Boaventura de Sousa et al.(1996), Os Tribunais nas sociedades contemporâneas: o caso português. Porto: Afrontamento. pp. 15-56.

SANTOS, Boaventura de Sousa & RODRÍGUEZ-GARAVITO, César A. (2005), Law and globalization from below : towards a cosmopolitan legality. Cambridge : Cambridge University Press.

SANTOS, Boaventura de Sousa et al. (org) (2009), "Velhos e novos desafios ao direito e à justiça", Revista Crítica de Ciências Sociais, 87.

TOMASIC, R. (1982) "Mediation as an Alternative to Adjudication: Rhetoric and Reality in the Neigbourhood Justice Movement", in TOMASIC, R. & FEELEY, M. M. (Eds.) Neighbourhood Justice: Assessment of an Emerging Idea. New York: Longman.

VERONESE, Alexandre (2004), "Estado vira ONG? Projetos de acesso à justiça geridos por tribunais". Programa do IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política, realizado de 21 a 24 julho 2004 no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : PUC, 2004. p. 48.

_____ (2007), "Projetos judiciários de acesso à justiça: entre assistência social e serviços legais", Revista Direito GV 5, v. 3, n. 1, pp. 13-34.

WOLKMER, Antonio Carlos (2001), Pluralismo Jurídico: fundamentos de uma nova cultura do Direito. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 2001.

_____ (2002), "Sociedad Civil, Poder Comunitario y Acceso Democrático a la Justicia", Revista El Otro Derecho, Bogotá, v. 26-27.

WYVEKENS, Anne (1996), "Justice de proximité et proximité de la justice. Les maisons de justice et du droit", Revue Droit & Société, 33, 363-388.

GT 40
Poder e violência de gênero

Estereótipos femininos veiculados em textos humorísticos

Valdete A. Borges Andrade
valborgesandrade@gmail.com

Resumo: O humor é um fenômeno próprio da linguagem humana. Por meio desse fenômeno torna-se possível criticar a sociedade, atacar o estabelecido e manter o controle social. De acordo com Travaglia (1991), ao se estudar o humor é possível descobrir aspectos repressivos de uma sociedade. Uma das formas de verificar esse tipo de coerção é por meio das representações cristalizadas da sociedade, dos estereótipos, os quais, na maioria das vezes, são construídos a partir de condições de disputa, de confronto, tendo como base a manifestação cultural e ideológica de cada cultura. Esta pesquisa tem como objetivo identificar o que a estereotipia revela sobre os aspectos repressivos da sociedade brasileira. Para atingir nosso objetivo, analisamos, tendo como base teórica a linguística, sob o ponto de vista sociológico, textos humorísticos retirados de *sites* da *internet* e de livros. Buscamos os estudos sobre humor desenvolvidos por Raskin (1979, 1985) e Travaglia (1991).

Palavras-chave: Estereótipos; Gênero feminino; Ideologia; Humor; Repressão social

Introdução

Socialmente, não se diz tudo o que se deseja, nem da maneira que se imagina em qualquer circunstância. Com exceção dos loucos, as pessoas dizem o que dizem, em determinados lugares ou momentos de acordo com as convenções estipuladas pela sociedade. Segundo Foucault (1996), o discurso do louco, na Idade Média, não era levado a sério, e talvez, por isso, não tinha valor jurídico. Contrapondo-se a isso, atribuía-se ao discurso dos loucos diferentes poderes, os quais lhes asseguravam a possibilidade de dizer o que não se estava autorizado a dizer, sem que punições lhes fossem atribuídas. Historicamente, o ser humano conseguiu escapar às convenções sociais e dizer o que deseja utilizando o humor: lugar "autorizado" socialmente para falar sobre questões consideradas "delicadas", que, normalmente, não são aceitas pela sociedade, muitas vezes, por representarem afronta aos direitos humanos, à dignidade da pessoa humana, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988. Assim, é por meio dos textos humorísticos, como as piadas, as anedotas, as tirinhas de humor, que as pessoas conseguem romper com as amarras do discurso.

Possenti (2001) afirma que o gênero piada, por um lado, fornece simultaneamente um dos melhores retratos dos valores e problemas de uma sociedade e, por outro, fornece uma coleção de fatos e dados impressionantes para quem quer saber o que é e como funciona a língua. É por meio desse fenômeno, que se torna possível criticar a sociedade, atacar o estabelecido, e manter "o equilíbrio social e psicológico de uma sociedade" (TRAVAGLIA, 1990). De acordo com Travaglia (1990), ao se estudar o humor é possível descobrir aspectos repressivos de uma sociedade, e uma das formas de verificar esse tipo de coerção é por meio das representações cristalizadas da sociedade, dos estereótipos.

Com base na abordagem desse autor, neste estudo, analisar os estereótipos femininos veiculados em textos humorísticos, a saber: tirinhas de humor e piadas, e verificar por que determinados grupos, como, por exemplo, o das mulheres, são objeto de repressão, por meio da utilização dos estereótipos. Para atingir nosso propósito, o *corpus* analisado foi retirado de *sites* da *internet* e de revistas em quadrinho.

Fundamentação teórica

Estereótipos e humor

A palavra estereótipo, segundo Lysardo-Dias (2007) , etimologicamente, vem do termo *stereos,* que em grego significa "sólido". Dessa forma, esse termo pode ser associado à noção de algo pré-determinado, cristalizado, fixo. "O fato de ele ser tomado como uma idéia que foi se solidificando ao longo do tempo e, por isso, possa ter se distanciado da "realidade", fez com que fosse entendido como elemento falseador e pernicioso para as relações sociais." (LYSARDO-DIAS, 2007: 27).
O ponto de partida para o estudo da estereotipia refere-se ao reconhecimento que os estereótipos surgem em diferentes tipos de contexto e que cumprem determinadas funções, como aquelas relacionadas aos fatores sociais. Os estereótipos, representações que os sujeitos fazem do discurso e do mundo, revelam problemas e valores em uma sociedade. A mudança de um estereótipo em uma sociedade é algo muito lento, uma vez que

> uma simples mudança no plano das crenças pessoais não parece ser suficiente para eliminar os conteúdos estereotipados da memória, sobretudo porque os padrões estereotipados de resposta , por terem sido cultivados desde muito cedo e por serem amplamente difundidos na cultura em que o percebedor vive, são facilmente acessíveis e conseguem se sobrepor às repostas que se sustentam nas crenças individuais. (PEREIRA, 2002: 159)

Um aspecto importante com relação a essas representações, é que cada época constrói seus estereótipos. Assim, no decorrer da história, os estereótipos, construídos e transmitidos por meio de diferentes fontes: família, escola, escola e mídia, vão sendo suprimidos e/ou criados de acordo com a demanda da sociedade. De posse desse "poder", a indústria cultural, em parceria com a comunicação de massa, dificulta a redução e a supressão dos estereótipos. Uma das formas de perpetuar e, consequentemente, manter o controle o social é por meio da utilização dos estereótipos nos gêneros do humor. Assim, os textos humorísticos tornam-se um material extremamente rico para se estudar esse fenômeno.
Do ponto de vista sociológico, Travaglia destaca alguns pontos básicos sobre os estereótipos e o humor:

> o humor desempenha na sociedade um papel social e político através de certas funções, uma das quais é básica: o ataque ao estabelecido, à censura, ao controle social, fazendo do humor o lugar de escapar à cultura (o que é social mas também antropológico), de mostrar outros possíveis padrões escondidos. Face a isso, pode-se descobrir quais as repressões de uma sociedade estudando o humor, o que parece ainda não ter sido feito, pelo menos no Brasil. A abordagem social também inclui a questão dos estereótipos. (TRAVAGLIA, 1990: 59)

Para se verificar as repressões de uma sociedade, Travaglia (1989) propõe um instrumental para a análise do humor, o qual apresentaremos a seguir.
Para Travaglia (1990: 55), "o humor é uma atividade ou faculdade humana cuja importância se deduz de sua enorme presença e disseminação em todas as áreas da vida humana, com funções que ultrapassam o simples fazer rir." Esse autor ainda completa que humor é uma arma de denúncia, de instrumento de manutenção do equilíbrio social e psicológico da sociedade. Travaglia (1989: 671), com o objetivo de categorizar os programas televisivos em populares e de elite, estabelece como instrumental para a análise do humor seis grupos de categorias de humor, a saber: 1) A **primeira categoria** está relacionada com a forma de composição: o humor pode ser descritivo, narrativo e dissertativo; 2) A **segunda categoria** refere-se ao objetivo do humor, que pode ser o riso pelo riso, a liberação, a crítica social e a denúncia; 3) A **terceira categoria** é a do humor quanto ao grau de polidez: humor de salão, o médio e o sujo ou pesado. 4) **A quarta** categoria refere-se ao assunto: negro, sexual, social (político, costumes, instituições, serviços, caráter ou tipo humano, governo, classes e língua) e

étnico. 5) A **quinta categoria** é a do humor quanto ao código: verbal ou linguístico e não verbal (situação, gestos, movimentos e atitudes corporais, caracterização, expressão fisionômica, ruídos vocais não-linguísticos, objetos, voz); 6) A **sexta categoria** é o que provoca o riso. Essa categoria está subdivida em duas categorias: 1ª) *scripts* (estupidez, esperteza ou astúcia, absurdo, ridículo, mesquinhez); 2ª) mecanismos (cumplicidade, ironia, mistura de lugares sociais ou posições de sujeito, ambiguidade, uso de estereótipos, contradição, sugestão, descontinuidade de tópico, paródia, jogo de palavras, quebra-língua, exagero, desrespeito a regras conversacionais, observações metalinguísticas, violação de normas sociais).

Convém informar que, na análise do *corpus*, levaremos em consideração todas as categorias do humor, visto que esse instrumental é necessário para quem se propõe a estudar o humor. Mesmo levando em consideração essas categorias, vamos nos deter, mais especificamente, no estudo da sexta categoria, que trata de um dos recursos que contribui para o estabelecimento das repressões da sociedade: os estereótipos.

> Os métodos que servem para tornar as pessoas cômicas são: colocá-las em uma situação cômica, o disfarce, o desmascaramento, a caricatura, a paródia, o travestismo etc. É óbvio que todas estas técnicas podem ser usadas para servir a propósitos hostis e agressivos. Pode-se fazer uma pessoa cômica para torná-la desprezível, para privá-la de sua reivindicação de dignidade e autoridade. (FREUD, 1905: 123)

Em ***Semantic Mechanisms of Humor***, Raskin (1979) define o humor como um fenômeno filosófico, fisiológico e de natureza psicológica, e afirma, ainda, que o seu valor estético, a sua relação com a verdade, ética, costumes e normas, o seu uso na literatura, e a sua relação na sociedade e na cultura têm ocupado as mentes de um grande número de pensadores ao longo dos séculos.[1] De acordo com esse autor, tentativas de explicar o humor têm sido feitas de várias maneiras por outros teóricos, entre eles: Propp, Hegel, Freud. Dentre essas tentativas, destacamos a teoria da ridicularizarão de uma falha humana ou erro, e a exibição da superioridade sobre outra pessoa. Segundo Raskin (1979: 326), nenhuma dessas tentativas realizou a análise formal do aspecto linguístico, e, contribuindo com a Linguística do humor, propõe a teoria semântica com base nos *scripts.* Para o autor (1979: 325), *"*os scripts representam o "senso comum", as estruturas cognitivas armazenadas na mente do falante nativo"[2], projetadas para descrever certas rotinas padronizadas, processos etc.

Raskin (1979), preocupado em compreender o fenômeno do humor, desenvolve uma teoria semântica formal do humor, e toma como objeto de pesquisa a piada. Nessa teoria, cada texto seria identificado como possuindo uma determinada propriedade semântica de tal forma que a presença dessa propriedade tornaria qualquer texto bem-humorado. A hipótese principal de sua teoria é a de que o elemento de humor seria o resultado de uma sobreposição parcial de dois (ou mais) *scripts* diferentes e opostos em algum sentido, mas compatíveis (totalmente ou parcialmente) com o texto em que esse elemento se realiza.[3] De acordo com o teórico, muito do humor verbal depende de uma sobreposição parcial ou completa de dois ou mais *scripts.*

Já em uma abordagem psicológica, Freud (1905), em sua obra: **O chiste e sua relação com o inconsciente**, comenta que apenas um pequeno número de pensadores se aprofundou nos problemas dos chistes. Freud apresenta, nessa obra, alguns nomes que discutiram esse assunto: o novelista Jean Paul (Richter) e os filósofos

---

1 **No original**: Humor as a phenomenon, its philosophical and physiological nature, its aesthetic value, its relation to truth, ethical standards, customs and norms, its use in literature, its dependency on the society and culture have occupied the minds of a great number of thinkers for centuries.

2 **No original:** The scripts are thought to represent the "common sense" cognitive structures stored in the mind of the native speaker.

3 **No original:** The object of the research is verbal humor. The purpose is to develop a formal semantic analysis in terms of which each joke-carrying text would be identified as possessing a certain semantic property such that the presence of this property would render any text humorous. The main hypothesis is that this humorous element is the result of a partial overlap of two (or more) different and in a sense opposite script which are all compatible (fully or partially) with the text carrying this element.

Theodor Fischer e Theodor Lipps, e traz alguns conceitos formulados por esses dois filósofos. Para Lipps (1898, *apud* FREUD, 1905: 7), "um chiste é 'algo cômico de ponto de vista subjetivo', isto é, 'algo que nós produzimos, que se liga a nossa atitude como tal e diante de que mantemos sempre uma relação de sujeito, nunca de objeto, nem mesmo objeto voluntário (*ibid*.,80). Fischer (1889, *apud* FREUD, 1905: 7) "ilustra a relação dos chistes com o cômico lançando mão da caricatura, que, em sua abordagem, é situada entre ambos." Isto é, para esse autor, a comicidade interessa-se pelo feio, em qualquer uma de suas manifestações, o que, dessa forma, faz nascer a caricatura.

Freud, nessa obra, assevera que "uma apreciada definição do chiste considera-o a habilidade de encontrar similaridades entre coisas dessemelhantes, isto é, descobrir similaridades escondidas." (FREUD, 1905: 8). E acrescenta que existem outras ideias, para a descrição e definição dos chistes, tais como: 'um contraste de ideias', 'sentido no *nonsense*', 'desconcerto e esclarecimento'. Segundo Albertini (1999), Freud, nesta mesma obra: **O chiste e sua relação com o inconsciente**, esclarece que o processo de formação do chiste é parecido com o do sonho; e que em sua evolução, o chiste estabelece a luta contra dois poderes: a razão ou o crítico, de um lado, e a repressão à agressão e à obscenidade, de outro, e classifica essas etapas com dois tipos de piadas: as inofensivas e as tendenciosas. Freud (1905: 59), "o chiste é um fim em si mesmo, não servindo a um objeto particular; em outro caso, o chiste serve a um fim - torna-se *tendencioso*."

Os textos humorísticos, como as piadas, as anedotas, as tirinhas de humor, que abordam a estereotipia feminina, acreditamos, se enquadram como tendenciosos, visto que se apresentam como dinâmicas socioculturais que servem para perpetuar a violência contra a mulher.

Aspectos repressivos da sociedade brasileira sobre a mulher

Estudos feitos sobre gênero revelam não só crenças e valores das culturas, veiculados com base nas diferenças biológicas, mas também os papéis sociais atribuídos a cada um dos gêneros. Historicamente, o gênero masculino foi colocado como superior ao feminino. Em razão disto, a mulher foi tratada como um ser desprezível e inferior ao homem e, desta feita, transformada, em algumas culturas, em objeto de riso.

As relações estabelecidas sócio historicamente revelam um sistema patriarcal em que se valoriza o homem em detrimento da mulher, provocando desigualdades sociais, econômicas e culturais entre os gêneros. Desde a Antiguidade até o final do século XVII, a mulher foi considerada imperfeita, inferior ao homem, e tida como instrumento de uso. Além disso, verifica-se que a violência contra a mulher acontece de forma diferente entre os gêneros. No homem, geralmente, a violência é cometida por outro homem em locais públicos, já contra a mulher acontece em seu lar, ambiente doméstico, sendo vitimada pelo pai, irmão, padrasto ou marido. Não raro, esse tipo de violência é aceito pela sociedade como um fenômeno cultural, veiculado por meio de costumes e de normas, com a justificativa da necessidade de "punir" esposa, filhas, irmãs. Neste contexto de impunidade, as mulheres são também vitimadas por outro tipo de violência: pelo desfavorecimento com relação às hierarquias sociais, haja vista, na sociedade brasileira, os cargos que as mulheres ocupam nas empresas que, na grande maioria das vezes, são inferiores aos dos homens. Assim, a agressão contra a mulher aparece marcada não só em seu próprio o corpo, por meio de castigos e punições, mas também por diferentes tipos de desqualificação, como, por exemplo, a profissional. "O gênero aparece como um eixo pelo qual o poder é exercido numa luta constante frente à distribuição desigual de suas oportunidades." (GUERRA, 2003: 33). A humilhação, advinda da violência, a torna, de alguma forma, vulnerável e impotente para reagir diante do poder exercido pelo homem sobre ela.

Como dissemos, a luta do gênero é desigual. Reflexo disso, é que o homem sócio historicamente detém o poder. Lamentavelmente, podemos verificar, na sociedade brasileira, por meio, por exemplo, dos textos humorísticos, que o discurso machista é veiculado não só pelo homem como também pela mulher. Essa atitude, às vezes, inconsciente das mulheres, dificulta a extinção dessa violência, o que, de certa forma, perpetua a luta desigual.

As relações de poder

> [...], de modo geral, as práticas punitivas se tornaram pudicas. Não tocar mais no corpo, ou o mínimo possível, e para atingir nele algo que não é o corpo propriamente (FOUCAULT, 1987: 15).

Em **O Sujeito e o Poder**, Foucault (1995) apresenta o poder de diferentes maneiras; não o poder que se refere a um posto de comando, mas o poder que se estabelece nos discursos presentes em todas as relações humanas, nas relações de lutas constantes, cotidianas, estabelecidas a partir de certos momentos. O poder é descentrado, se dá nas relações humanas (micro instâncias), mais especificamente nas relações de gênero, em que se pode verificar o exercício de força. Sobre esse tema, Fernandes (2012: 52) assevera que

> o poder não é então algo que alguém possa deter, ou o que pode emanar de alguém, existe em relação de forças, é marcado por dispersão, sofre intermediações, apoios recíprocos etc., e integra um sistema de diferenças, próprio a coexistência dos sujeitos, e , assim como discurso, funciona por meio de práticas, é exercido.

Foucault (1987: 27), em **Vigiar e Punir**, estuda "a metamorfose dos métodos punitivos a partir de uma tecnologia política do corpo onde se poderia ler uma história comum das relações de poder e das relações de objeto." Nessa obra, Foucault mostra, a partir de um exemplo de suplício e de utilização do tempo em uma prisão, a evolução histórica da legislação penal dos métodos punitivos adotados pelo poder público para reprimir os delinquentes. Os métodos vão desde a violência física até instituições correcionais. O autor adverte que os métodos punitivos não deixaram de existir totalmente até meados do século XIX, e que castigos como, por exemplo, a privação de liberdade, nunca funcionaram sem a punição do corpo. Mesmo "que não recorram a castigos violentos ou sangrentos, mesmo quando utilizam métodos "suaves" de trancar ou corrigir, é sempre do corpo que se trata [...]" (FOUCAULT, 1987: 28). As técnicas de punição do corpo estão relacionadas ao estabelecimento do poder, ou seja, as relações de poder têm uma ligação direta e imediata sobre o corpo dos dominados. Na relação de dominância entre os gêneros, é no corpo das mulheres que a violência, realmente, se instaura.

Para as mais diversas relações de poder existem diferentes formas de resistência. Foucault (1995) sugere que ao analisarmos o poder na sua racionalidade interna, talvez devêssemos analisar o antagonismo das estratégias. Exemplificando, temos: para analisar o que seja sanidade talvez devêssemos analisar o que seja insanidade. Com isso, o autor propõe compreendermos as relações de poder a partir da investigação das formas de resistência, mais especificamente das oposições estabelecidas como, por exemplo, do homem sobre a mulher, do médico sobre o homem, dos pais sobre os filhos, do psicólogo sobre o paciente.

As lutas antiautoritárias, assim definidas por Foucault, que se estabelecem cotidianamente, possuem aspectos comuns, quais sejam:

> 1) São lutas "transversais"; isto é, não são limitadas a um país. Sem dúvida, desenvolvem-se mais facilmente e de forma mais abrangente em certos países, porém não estão confinadas a uma forma política e econômica particular.
> 2) O objetivo dessas lutas são os efeitos de poder enquanto tal. [...]
> 3) São lutas "imediatas" por duas razões. Em tais lutas, criticam-se as instâncias de poder que lhes são mais próximas, aquelas que exercem sua ação sobre os indivíduos. Elas não objetivam o "inimigo mor", mas o inimigo imediato. [...] (FOUCAULT, 1995: 234).

Os três primeiros aspectos vistos anteriormente não são considerados os mais originais; os que seguem se apresentam mais específicos:

> 4) São lutas que questionam o estatuto do indivíduo [...]
> 5) São uma oposição aos efeitos de poder relacionados
> ao saber, à competência e à qualificação [...]
> 6) Finalmente, todas essas lutas contemporâneas giram
> em torno da questão: quem somos nós? (FOUCAULT, 1995: 234-235)

Em todas as relações humanas existem relações de poder/força, em que se pode verificar o embate, a luta, a qual tem como objetivo atacar um adversário, agir sobre ele. Diante do embate, o objetivo prevalente é fazer com que, para o adversário, a luta não lhe seja possível. De acordo com Foucault (1995), essa forma de poder faz com que os indivíduos se tornem sujeitos. O termo sujeito, para esse autor, é dividido em dois significados: 1) sujeito a alguém por controle ou dependência e; 2) sujeito que é preso à própria identidade de maneira consciente ou por autoconhecimento. Por exemplo, na relação conjugal, o homem, ao instaurar o medo na mulher a partir da violência exercida, faz com que ela se torne aprisionada e, desse modo, vítima da situação, presa em sua própria identidade.

A resistência, assim, emerge em diferentes tipos de luta, seja: 1) contra as várias formas de dominação; 2) contra as formas de exploração; 3) contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e aos outros. Lutas as quais podem aparecer, separadas ou misturadas, em diferentes momentos da história. Mesmo misturadas, sempre uma irá se sobressair. Como exemplo, Foucault (1995) aponta a atual luta da sociedade contra as formas de sujeição, de submissão, que, de maneira alguma, exclui as lutas contra as formas de dominação e de exploração. Convém lembrar que as lutas estabelecidas cotidianamente nas relações humanas coexistem entre si, sendo que uma acaba ganhando mais visibilidade que a outra, mas sem que uma anule a outra.

Foucault (1995) trata também do poder ligado ao Estado. Esse é um tipo de poder político que não se ocupa dos indivíduos, mas da totalidade, ou melhor, de uma classe ou de um grupo. O autor "sinaliza aqui que o Estado tende a atender prioritariamente os privilegiados, ou os grupos aos quais se vinculam seus correligionários." (FERNANDES, 2012: 53-54).

Por outro lado, no século XVIII, tem-se uma nova forma de poder, instaurada pelo Estado moderno ocidental, baseada nas instituições cristãs: o poder pastorado. O cristianismo, por meio do poder pastorado, postula que os pastores devem servir às pessoas enquanto uma individualidade, e não como príncipes ou magistrados. Essa é uma forma de poder orientada para ganhar a salvação, e caracterizada pela docilidade do indivíduo, o qual deve ser humilde e obediente ao pastor. Nesse sentido, o pastor tem como função ser o condutor do seu rebanho, e fazer sempre o bem para si e para os outros. Em todas essas formas de poder, para Foucault, fica evidente que o poder se exerce, ele funciona nas relações sociais.

Esclarecemos que, neste estudo, o que nos interessa é compreender como o poder é exercido por meio dos estereótipos. O poder de que tratamos aqui é o das relações entre os indivíduos, em que um exerce o poder sobre o outro, ou seja, um age sobre o outro. "Só há poder exercido por 'uns' sobre os 'outros'; o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidade esparso que se apóia sobre estruturas permanentes."(FOUCAULT, 1995: 242).

Compreendemos que a relação de poder não é a privação da liberdade, nem é da ordem do consentimento; a liberdade é a condição para se exercer o poder. Se o poder só existe onde se tem liberdade, a liberdade, dessa forma, torna-se condição para o exercício do poder. Assim, somente irá existir poder se o sujeito for livre para fazer suas escolhas, do contrário tem-se a escravidão. O poder é exercido por meio de uma ação que age sobre outra ação; se se tem a ação sobre o corpo, estamos diante da violência. "Uma ação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades; [...]." (FOUCAULT, 1995: 243).

Quando Foucault (1995) define o exercício do poder como um modo de ação sobre as ações do outro, um modo de "conduzir condutas", ele inclui um outro elemento importante na discussão sobre o exercício do poder: a liberdade. Reiteramos que o poder só pode ser exercido sobre os "sujeitos livres", os quais têm diante de si diferentes possiblidades de ação, de conduzir sua conduta. O que foge isso, como dissemos anteriormente, é escravidão. Na condição de escravizado, o indivíduo está no limite, não há como escapar. Não se pode dizer que existe uma disputa entre poder e liberdade, pois um não exclui o outro (onde há poder, perde-se a liberda-

de). Na realidade, só haverá poder se existir a liberdade, daí a impossibilidade de o poder e a liberdade serem apartados.

As relações de poder constituem a sociedade, ou melhor, as relações de gêneros. Uma sociedade "sem relações de poder", de acordo com Foucault (1995), é uma abstração. É no social, por meio dos discursos, que as relações de poder se materializam e, consequentemente, revelam a posição do sujeito e também suas formas de resistência.

Para exercer o poder, é preciso elaborar estratégias, escolher soluções 'vencedoras', para se conseguir a *vitória* sobre o adversário. É preciso fazer com que o adversário fique impossibilitado de vencer o jogo. Como dissemos, em toda relação de poder há resistência, linhas de fuga; o que implica uma estratégia de luta. Todas as relações de poder vão de encontro às estratégias de luta, numa "atração recíproca" e numa "inversão perpétua" (FOUCAULT, 1995). Assim, a resistência torna-se parte integrante das relações de poder nas lutas travadas pelos sujeitos na sociedade.

ANÁLISE DOS ESTEREÓTIPOS FEMININOS VEICULADOS EM TEXTOS HUMORÍSTICOS

Realizados os apontamentos sobre os aspectos repressivos da sociedade brasileira, e sobre a constituição do poder, passaremos à análise de textos humorísticos. Para realizarmos a análise, vemo-nos impelidos a verificar quais as condições de produção da leitura do primeiro gênero a ser analisado: as tirinhas de humor (em anexo). Vale esclarecer que o acontecimento de ler, para nós, será visto a partir de uma situação concreta, e entendido como um processo em construção permanente.

As tirinhas humorísticas são veiculadas, geralmente, na última página do gibi. As frases narrativas, que compõem os textos das tirinhas, são escritas em balõezinhos (característica da estrutura composicional da HQ) em uma sequência horizontal. A leitura desse gênero, realizada de forma rápida, se faz obrigatoriamente de cima para baixo, ao contrário da leitura das Histórias em Quadrinhos (gênero que antecede as tirinhas), em que a leitura se faz da esquerda para a direita, em uma sequência vertical. As frases do texto se apresentam de forma sucessiva, em sequência, em um espaço delimitado, reduzido, onde cabem, no máximo, quatro quadrinhos. Essa característica faz com que o autor produza uma história breve, permitindo ao leitor a retomada rápida da leitura. As frases narrativas, que compõem os textos das tirinhas, são escritas em balõezinhos (característica da estrutura composicional da HQ) em uma sequência horizontal. A leitura desse gênero, realizada de forma rápida, se faz obrigatoriamente de cima para baixo, ao contrário da leitura das Histórias em Quadrinhos (gênero que antecede as tirinhas), em que a leitura se faz da esquerda para a direita, em uma sequência vertical. As frases do texto se apresentam de forma sucessiva, em sequência, em um espaço delimitado, reduzido, onde cabem, no máximo, quatro quadrinhos. Essa característica faz com que o autor produza uma história breve, permitindo ao leitor a retomada rápida da leitura.

Verificadas as condições de produção do gênero discursivo, damos início à análise. Convém esclarecer que tomamos os enunciados como uma materialidade linguística verbo-visual, uma vez que na composição do gênero Tirinha de humor, além das palavras e das representações prosódicas, entram os desenhos e as cores como características principais.

Temos, no primeiro quadrinho, a imagem da personagem Mônica sentada em uma pedra no meio de um jardim lendo um livro e ao lado seu brinquedo de estimação, o coelhinho Sansão, que serve de instrumento de coação contra as personagens Cebolinha, Xaveco e Cascão. Essas personagens são representantes da figura masculina, e têm como objetivo denegrir a imagem de Mônica, por meio de xingamentos como: dentuça, gordinha e baixinha. Esses termos representam a imagem da mulher estereotipada, fora do padrão atual construído pelos meios de comunicação. "Só os meios de comunicação têm o poder de mudar a visão das pessoas sobre um grupo estereotipado, já que os apresentam quotidianamente." (PEREIRA, 2002: 160)

O nome dado, pela Mônica, ao coelhinho aciona nossa memória discursiva, que nos faz remeter à história bíblica de Sansão e Dalila: Sansão possuía uma força sobre-humana que, segundo a Bíblia, vinha do Espírito do SENHOR. Sansão apaixonou-se por Dalila, mulher do povo fariseu, que o traiu depois de descobrir que a

fonte de sua força estava em seus cabelos. Depois dessa traição, Sansão perde os cabelos e, consequentemente, a força; além disso, fica cego e é escravizado. Para Mônica, a ausência de Sansão significa a perda da força, que pode ser correlacionada com a personagem bíblica: a perda do cabelo acarreta a perda da força.

No mesmo quadrinho, visualizamos atrás de Mônica a personagem Cebolinha engatinhando, com o intuito de pegar/furtar Sansão. Existe entre essas duas personagens uma relação de luta constante. Cebolinha utiliza-se de diferentes estratégias, para se apoderar de Sansão. As tentativas, sempre fracassadas dessa personagem, fazem com que a Mônica se utilize da violência (forma primitiva do poder) para coibir essas ações.

No segundo quadrinho, temos a primeira enunciação. Mônica, de costas para o Cebolinha e percebendo sua aproximação diz: "Você quer que eu leve flores pra você no hospital?". Nesse momento, ele se assusta. O sentido desse enunciado nos possibilita visualizar a imagem de uma pessoa doente, machucada. Leva-se flores para alguém em um hospital, para demonstra-lhe que se importa com sua recuperação, em sinal de solidariedade. Um paradoxo: usa-se da violência para depois acionar o sentimento de compaixão.

Correlacionado esse enunciado com os observados em outras tirinhas, verificamos que o posicionamento do sujeito enunciador (Mônica) é caracterizado pela violência física, como forma de resistência aos ataques feitos pelos personagens masculinos. No ato violento da personagem feminina, podemos verificar a resistência, como resposta aos xingamentos que tem como foco as características físicas da mulher, as quais, atualmente, não são desejáveis pelo universo masculino (gordinha, baixinha, dentuça). Como forma de reforçar as diferenças e manter o controle social, a sociedade perpetua estereótipos, tais como: mulher bonita é mulher magra, em histórias feitas com o objetivo de divertir as crianças, o que pode incidir de forma negativa na constituição de suas identidades. Dessa forma, a sociedade acaba apresentando para o mundo infantil a cultura do mundo adulto. A mensagem pode ser lida da seguinte forma: se o mundo adulto é machista, com elevados índices de violência de homens contra as mulheres, as mulheres devem reagir de forma também violenta. Entretanto, sabemos que isso não é verdade.

No caso da segunda tirinha (em anexo), a resistência incide diretamente sobre o corpo. A tirinha traz a personagem Mônica tentando fazer com que o Cebolinha durma por meio da hipnose. Diante de sua incapacidade, para produzir um efeito sobre o corpo de Cebolinha, Mônica utiliza de violência física para fazer com que ele durma literalmente. Assim, novamente, é ativada nossa memória discursiva, o que nos faz remeter às situações vividas pelos personagens, quando há a disputa do objeto que serve para Mônica como um instrumento de coação.

A utilização da violência física é um modo de ação sobre a ação do outro, é uma forma de resistência em relação ao poder. Concorrem para os atos de violência de Mônica, as ações da personagem Cebolinha (representando a dominação masculina) sobre a Mônica (representando a resistência feminina). Podemos verificar aí a oposição entre o poder do homem sobre a mulher. A personagem masculina estabelece uma relação de poder sobre a personagem feminina, por meio de diferentes tipos de enunciação (xingamentos), os quais ressaltam/perpetuam os estereótipos femininos (mulher feia é mulher gorda/ mulher magra é mulher bonita). Essa relação faz emergir a resistência, como já dissemos, muitas vezes violenta, por parte da personagem Mônica, representante do universo feminino.

No terceiro e último quadrinho (tirinha de humor nº1), temos o segundo enunciado, desta vez, realizado por Cebolinha: "***Inclível*** como a Mônica está me convencendo cada vez mais ***lápido***." Neste caso, não só a memória discursiva do leitor foi ativada, por meio do acionamento verbal, mas também da própria personagem que recua, pois, reconhece o poder de coerção utilizado por Mônica. Impossibilitado de agir, Cebolinha desisti de pegar/furtar o coelhinho, tornando-se comportado e, assim, não recorre à força. Essa é uma forma de sujeição a qual essa personagem está condicionada. "Uma sujeição nasce mecanicamente de uma relação fictícia. De modo que não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, do louco à calma, o operário ao trabalho [...]." (FOULCAULT, 1987: 226).

Nessa tirinha, diferentemente de outras, a violência não incide sobre o corpo; não é preciso tocá-lo para atingir o objetivo da personagem Mônica: fazer com que a luta do adversário (Cebolinha) lhe seja impossível. "De modo geral, as práticas punitivas se tornaram pudicas. Não tocar mais no corpo, ou o mínimo possível, e para atingir nele algo que não é o corpo propriamente." (FOUCAULT, 1987: 15). Por meio do enunciado aciona-se a memória, enquanto condição de produção e funcionamento discursivo, para impedir uma ação. Mônica sem usar a violência impede a ação da personagem Cebolinha, atingindo, assim, algo que não é o corpo em si, mas

a ação que seria desencadeada por ele.
As tirinhas de humor da Turma da Mônica apresentam uma das características das piadas, que é a oposição entre dois discursos: positivo/negativo (mulher feia é mulher gorda/ mulher bonita é mulher magra). (POSSENTI, 2010). Os aspectos físicos, fora do padrão da sociedade brasileira atual, são ressaltados por meio do discurso que desqualifica esses aspectos. Por exemplo, se um grupo considera que ser belo é ser alto, magro, o discurso direcionado às pessoas que não atendem a esse padrão vai ser de subjugação e humilhação.
Outro gênero do humor que retrata bem a questão dos estereótipos relacionados à figura feminina é a piada. "Piadas e anedotas são uma forma extremamente rica de abordagem da questão da identidade - estereotipada, [...]. A razão é que esses tipos de textos sempre retomam discursos profundamente arraigados e cujos temas são sempre cruciais para a sociedade." (POSSENTI, 2010: 11)
Observem as duas piadas a seguir:

Piada 1
Você tem fogo?
Ela responde: - Sim.
- Então cospe, dragão!

Piada 2
Você tem telefone?
Ela responde: - Tenho
- Então porque você não vende e faz uma plástica?

PIADAS engraçadas. Disponível em: <http://www.piadas.com.br/>. [consultado em 24-10- 2014].

As piadas 1 e 2, assim como a tirinha de humor 1, tratam do estereótipo veiculado aos aspectos físicos da mulher. Esses textos humorísticos podem ser classificados como "tendenciosos" (FREUD, 1905), uma vez que há uma linguagem agressiva, que reflete condições históricas de disputas. Pode-se verificar nesses textos a figura masculina exerce o poder, o qual foi concedido historicamente pela sociedade.
Na piada 1, a palavra "fogo" possibilita duas leituras: reação química de queima e dragão (representação conotativa de mulher feia). Com isso, a piada apresenta a sobreposição de dois *scripts* distintos: fogo e dragão (representação da mulher feia). A piada começa descrevendo uma situação padrão, que nos faz acessar nossa memória discursiva: o homem faz uma pergunta qualquer, banal a uma mulher (Ela responde: - Sim), para tentar se aproximar dela. Imediatamente ativamos o *script:* fogo = pretesto para se aproximar de uma mulher. Entretanto, apesar da resposta à pergunta ser comum, é infeliz, sendo o riso desencadeado pela resposta do homem "Então, cospe dragão."
Não só na tirinha humorística 1 como também nas piadas 1 e 2, podemos constatar a agressividade no discurso do homem com relação à mulher. Esse tipo de discurso estereotipado acaba mantendo/perpetuando a inferioridade do gênero feminino em relação ao masculino.
Desta feita, encerramos a análise de um *corpus* pouco extenso, mas que nos possibilitou dialogar com outros, ao acessarmos nossa memória discursiva. De acordo com Fernandes (2007), a noção de recorte deve ser acionada para a delimitação do *corpus*, uma vez que o enunciado se apresenta como nó em uma rede, formando, assim, uma constelação com outros enunciados. Em uma análise discursiva evocamos outros enunciados, os quais são capazes de nos fazer compreender a trama discursiva.

Considerações finais

Neste trabalho, analisamos os estereótipos femininos veiculados em textos humorísticos: tirinha de humor e piada. Para este estudo, realizamos um recorte do *corpus*; entretanto, vemos a possibilidade de o mesmo ser ampliado, a fim de se verificar a ocorrência de outros estereótipos no gênero feminino. Verificar essas ocorrên-

cias em um *corpus* mais extenso nos fará refletir um pouco mais sobre as relações de poder constitutivas nas relações de gêneros, e sobre a questão dos estereótipos, que são utilizados como instrumento de controle social Os enunciados analisados e tantos outros refletem as relações de poder estabelecidas, cotidianamente, nas relações de gêneros, de onde emergem a resistência e as linhas de fuga. Dessa forma, a resistência sempre estará presente como uma forma de negar/extinguir os discursos cristalizados, ou melhor, os estereótipos, os quais estão naturalizados pela sociedade.

Finalizamos esta reflexão, elaborada sob a perspectiva da Análise do Discurso, propondo que sejam realizados estudos que tratem sobre temas como: as relações de poder e a estereotipia, os quais constituem outros gêneros humorísticos. Pois, como dissemos, os gêneros humorísticos revelam valores, costumes, atitudes de uma sociedade e, consequentemente, fornecem dados importantes para quem quer saber o que é e como funciona a língua (POSSENTI, 2001).

Bibliografia

ALBERTINI, V.(1999), *O riso e o risível na história do pensamento*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

CONSTITUIÇÂO Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm [consultado em 07-11- 2014].

FERNANDES, C. A. (2007), "A Noção de Enunciado em Foucault e sua Atualidade na Análise do Discurso." In Fernandes, C. A.; Santos, J. B. C. (org.). *Percursos da Análise do Discurso no Brasil*. 1ª ed. São Carlos: Claraluz.

FREUD, S. (1980.), "Os chistes e sua relação com o inconsciente [1905]". In *Edição standart brasileira das obras psicológicas completas.* vol. 7. Rio de Janeiro: Imago.

FOUCAULT, M . (1995), "O Sujeito e o Poder." In Rabinov, P.; Dreyfus, H. *Michel Foucault:* Uma Trajetória Filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica. (trad. V. P. Carrero). Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 229-249.

_____. (1987), *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão. (trad. R. Ramalhete). Petrópolis, Vozes.

_____. (1996), *A Ordem do Discurso*. 3ª ed., São Paulo: Loyola.

GUERRA, C. G. (2003) "ONG SOS Mulher Família de Uberlândia e o trabalho com Grupos de Apoio a mulheres que vivenciam a violência conjugal e intrafamiliar." Revista de Educação Popular, Uberlândia, novembro, pp. 28-39.

LYSARDO-DIAS, D. (2007), "A Construção e a desconstrução de estereótipos pela publicidade brasileira." Disponível em: http://professor.ucg.br/siteDocente/admin/arquivosUpload/13147/material/clichesestereotipos.pdf [consultado em 02 11 2014].

PEREIRA, M. E. (2002), *Psicologia social dos estereótipos*. São Paulo: E.P.U.

POSSENTI, S. (2001), "O humor e a língua". Disponível em: <http://aescritanasentrelinhas.d3estudio.com.br/wp-content/uploads/2009/02/o-humor-e-a-lingua-texto.pdf >. (consultado em 23-06-2012).

_____. (2010), *Humor, língua e discurso*. São Paulo: Contexto.

RASKIN, V. (1979), *Semantic Mechanisms of Humor*. Proceedings of the Fifth Annnual Meeting of the Berkeley Linguistics Society, pp. 325-335.

TRAVAGLIA, L. C.. (1990), Uma introdução ao estudo do humor pela linguística. DELTA – *Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada,* São Paulo, pp. 55-82.

_____. (1989)," Recursos linguísticos e discursivos do humor: humor e classe social na televisão brasileira".

In *Anais do 36º Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo.* São Paulo: USP/GEL-SP, pp. 670-677.

Corpus

PIADA engraçadas. Disponível em: http://www.piadas.com.br/piadas/machistas/melhores-cantadas-para-mulheres-feias [consultado em 24-10- 2014].

VIOLÊNCIA da Turma da Mônica. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/violencia-na-turma-da-monica [consultado em 24-10- 2014].

Anexos:

Tirinha de humor 1:

Tirinha de humor 2:

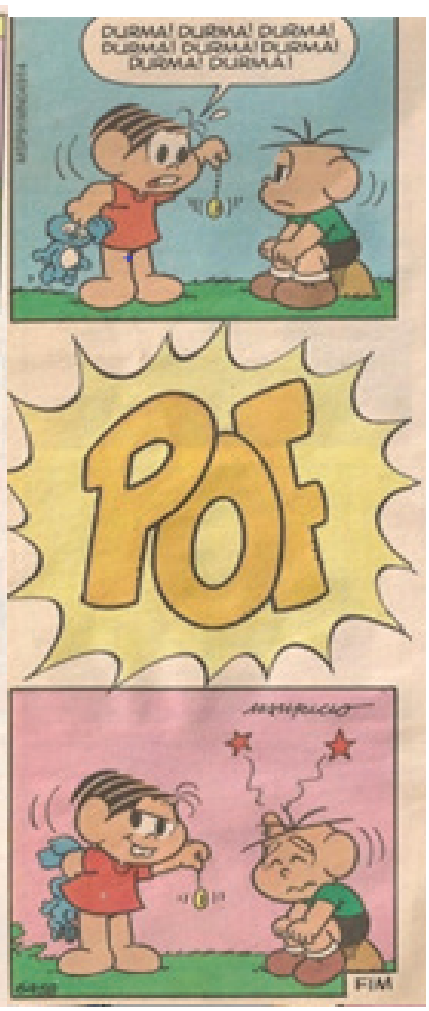

Gênero e violência doméstica na obra de Conceição Evaristo

Manoela dos Santos Barbosa
manoellasbarbosa@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste estudo é analisar as marcas da violência em *"Aramides Florença"* um dos contos que formam a antologia, *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011), da autora Conceição Evaristo. Neste estudo, observarei as contribuições da autora para perceber as dinâmicas das opressões de gênero e raça, buscando elucidar o lugar sócio-cultural que a autora se insere para a produção da sua textualidade, visando compreender de que maneira evidenciam-se, a partir da sua obra ficcional as questões que dizem respeito às violências – de gênero, física e racial – e de que modo estas opressões culminam nas expressões de violência doméstica e familiar contra mulheres negras, bem como compreender de que forma a literatura pode configurar-se como espaço discursivo para problematizar/politizar questões provenientes do cotidiano.

Palavras-chave: Gênero; violências; Literatura; crítica cultural; Conceição Evaristo.

1. Introdução

Maria da Conceição Evaristo estreou na literatura em 1990, publicando, inicialmente, contos e poesias na série *Cadernos Negros*[1]. Escritora de perfil versátil, escreve ainda romances e ensaios sempre focalizando a temática afro-brasileira e de gênero.

Neste trabalho, será analisado o conto "Aramides Florença", que inaugura e compõe a antologia *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011). Nesta obra, Evaristo reúne treze contos todos protagonizados por mulheres negras, que, de alguma maneira, foram vitimadas por violências – físicas e sexuais – as quais experienciam ainda as peculiaridades da interseção entre gênero e raça.

Dessa maneira, a autora retoma seu projeto literário, surpreendendo pela sua maneira de escrever as mulheres negras, rompendo com estereótipos, homogeneidades, invisibilidades, sensualidade exacerbada comumente destinada às mulheres afro-brasileiras, no que tange a boa parte da produção literária brasileira e, posteriormente, propondo releituras da realidade através da sua prosa contemporânea.

Evaristo define sua forma de escrever como uma "escrevivência"– quer dizer, escrever a existência, e afirma "foi daí, talvez, que eu descobri a função, urgência, a dor, a necessidade e a esperança da escrita. É preciso comprometer a vida com a existência ou é o inverso? Comprometer a escrita com a vida? " (EVARISTO, 2007: 17 e 21)

Nesse ambiente, pretende-se elencar, a partir de uma perspectiva étnica, de classe e feminista, a abordagem dada pela autora com comprometimento e sensibilidades as questões do dia-a-dia, a exemplo da violência doméstica que se faz presente nas treze narrativas que compõem a antologia.

Nesse sentido, a autora propõe releituras da violência, nos apresentando, sem pudores, personagens reais do nosso cotidiano, tendo como pressuposto a relação entre narração e a inspiração poética, sem perder de vista as imbricações da violência à mulher e a relação machista a que estão submetidas na narrativa proposta, focalizando através da sua textualidade de caráter político, questões que permeiam o nosso cotidiano através de vozes femininas negras ambientadas no século XXI.

1Publicação coletiva do Grupo Quilombhoje Literatura que vem a público desde 1978; cada ano é dedicado á poesia ou à prosa.

2. Comprometimento etnicorracial e de gênero na textualidade de Conceição Evaristo

É sabido que, ao longo da história, as mulheres sempre foram subjugadas, oprimidas, excluídas e, quando somamos a estas opressões as questões referentes a gênero e raça observa-se que as mulheres negras passam por múltiplas segregações.

A estas mulheres há muito tempo destinam-se comumente estereótipos que vão desde a sexualizada, sensualizada, marginalizada, entre outros atribuídos através de um olhar homogeinizante e brutal sobre seus corpos e identidade. Este tipo de "olhar" é um dos caminhos pelos quais nega-se a estas mulheres suas identidades, suas particularidades e,

principalmente, seus direitos enquanto cidadãs.

Estas noções de estereótipos permanecem estigmatizando e marcando esta parcela significativa da população brasileira e corrobora para fortalecimento dos preconceitos, direcionando a estas mulheres a validade das práticas de violências – institucionais simbólicas[2] e físicas.

Conforme nos alerta Castro e Rocha (2006: 12):

> ampliar a atenção às mulheres negras em situação de violência é romper com uma visão estreita de que as outras formas de violência não influem na qualidade de vida, na auto-estima e na redução dos danos causados à mulher e multiplicar as estratégias vitoriosas das mulheres no combate a violência contra a mulher, em especial as mulheres negras, atuando também nas outras causas que violam os seus direitos e que reproduzem com maior ênfase a violência contra elas.

As políticas de enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil é em certa medida um avanço. O reconhecimento deste tipo de violência traz à tona e de certo modo ao centro da agenda pública as demandas dos mais distintos grupos de mulheres e dos feminismos. Esta discussão não se dá pelo viés vitimista e passivo. Ao contrário, esta demarcação de gênero e raça, como fator importante vem à tona exatamente pelos questionamentos dos mais distintos grupos e movimentos de mulheres negras.

Reivindicando desse modo ações efetivas que combinam para sua inserção na promoção de políticas mais eficazes, e capazes de abarcar as demandas dos feminismos, haja vista a diversidade em que estamos inseridos. Isto se dá não por exclusividade, mas por inserção e devida atenção as peculiaridades.

Sueli Carneiro (2001:2) nos convoca a enegrecer nossos feminismos, conforme discorre:

> O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras.

As contribuições de Sueli Carneiro são primordiais para empreender através da história as dinâmicas das relações de gênero. Este posicionamento contribui teoricamente para viabilizar ampliação das reflexões e

---

2 Entende-se, por violência simbólica a imposição, dominação a partir do plano discursivo, da linguagem e da representação as quais se traduzem em formas fdiferenciadas no exercício de poder.

empoderamento das mulheres negras, encorajando-as a contribuir para que mudanças efetivas possam reverter à lógica vigente.

Sueli Carneiro (2001: 2a) faz alusão ainda à ideia de democracia racial vigente, que podem ser percebidas ainda hoje. Sobre isto ela afirma:

> Fazemos parte de um contingente de mulheres ignoradas pelo sistema de saúde na sua especialidade, porque o mito da democracia racial presente em todas nós torna desnecessário o registro da cor dos pacientes nos formulários da rede pública, informação que seria indispensável para avaliarmos as condições de saúde das mulheres negras no Brasil, pois sabemos, por dados de outros países, que as mulheres brancas e negras apresentam diferenças significativas em termos de saúde.

O alerta de Sueli Carneiro (2001), bem como de outras feministas – como Luiza Bairros, bell hooks e outras, que abarcam, além das questões de gênero, também a identidade racial como caminho para uma perspectiva que combata não apenas as opressões de gênero, mas também de raça. Para esta autora, "essa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antiracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira."

É nessa perspectiva que Conceição Evaristo consciente das opressões tanto de raça, quanto de gênero possibilitando a partir da sua produção ficcionista pautada em discussões relevantes sobre a realidade, sinalizando que a literatura também pode cooperar para intervir, problematizar e, sobretudo, agenciar novas reflexões.

É desse modo que Conceição Evaristo se apresenta através do seu projeto literário, investindo em discursos que extrapolam o campo hegemônico, eurocêntrico e patriarcal, em que marcara(m) e, em certa medida, ainda marca(m) o cânone literário brasileiro[3], contribuindo de maneira significante através da sua produção literária à medida que vem pautando discussões que permeiam nosso cotidiano opressivo.

Assim, a autora propõe inserções respaldadas na diversidade, na pluralidade dos discursos e, principalmente, na inscrição de personagens negras que aparecem-nos sob novas perspectivas de representação.

A autora, em um dos seus ensaios, afirma a sua proposta literária:

> Se há uma literatura que nos invibiliza ou nos ficcionaliza a partir de estereótipos vários, há um outro discurso literário que pretende rasurar modos consagrados de representação da mulher negra na literatura. Assenhoreando-se "da pena", objeto representativo do poder falo-cêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma auto-representação. Criam, então, uma literatura em que o corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do "outro"como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher-negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira. (Evaristo, 2007: 54)

A voz da autora compartilha com as personagens sob uma nova perspectiva, tanto na sua prosa, quanto nos romances e poesias, as personagens são emancipadas e conscientes de suas escolhas pessoais, são intelectuais, escolarizadas, bem sucedidas na suas escolhas profissionais, apresentando, desse modo, um novo panorama do ponto de vista da representação, através de uma literatura cujo caráter é eminentemente político.

A autora afirma a esse respeito:

---

3 Segundo Thomas Bonnici (2007) "o cânone (Gr. Kanón: régua; lat. Canon: régua, medida) literário ocidental é composto principalmente de obras escritas por autores brancos, masculinos e que pertencem às nações hegemônicas. As exceções são raras e só confirmam a regra" (p. 38).

> [...] na escre(vivência) das mulheres negras, encontramos o desenho de novos perfis na literatura brasileira, tanto do ponto de vista do conteúdo, como no da autoria.Uma inovação literária se dá profundamente marcada pelo lugar sócio-cultural em que essas escritoras se colocam para produzir suas escritas." (EVARISTO, 2007: 54a)

O posicionamento da autora sinaliza o seu empenho em manifestar uma escrita que configura o lugar sócio-cultural em que se insere para apresentar-nos novas representações literárias que configura o lugar sócio-cultural e, assim, posicionando-se enquanto mulher negra na sua textualidade. Conforme:

> Pode-se dizer que o fazer literário das mulheres negras, para além de um sentido estético, busca semantizar um outro movimento,ou melhor, se inscreve no movimento a que abriga todas as nossas lutas.Toma-se o lugar da escrita, como direito, assim como se toma o lugar da vida. Nesse sentido, vários textos se tornam exemplares, como os de: Geni Guimarães, Esmeralda Ribeiro, Miriam Alves, Lia Vieira,Celinha, Roseli Nascimento, Ana Cruz, Mãe Beata de Iemonjá dentre outras. Há ainda que se recordar da primeira romancista abolicionista brasileira, Maria Firmina dos Reis, com a publicação de Úrsula, em 1859. Não se pode esquecer, jamais, o movimento executado pelas mãos catadoras de papel, as de Carolina Maria de Jesus que, audaciosamente reciclando a miséria de seu coditiano, inventaram para si um desconcertante papel de escritora. (EVARISTO, 2007: 54b)

Conceição Evaristo escritora de voz coletiva, consciente e atenta as dimensões da intersecionalidade das opressões de gênero e raça se propõe, desse modo, a discutir e problematizar como apresentar uma literatura comprometida com o universo feminino negro, e, sobretudo, busca questionar o dever e comprometimento que a literatura deve ter com a realidade e a inclusão.

Corroborando com este posicionamento, Norma Telles (1992) salienta que "as imagens literárias não são neutras; são, ao contrário, um guia, um mapa para a realidade que nos ajuda a perceber "o mundo real". É, nesse sentido, que reitero as contribuições significativas de Evaristo e a devida atenção que a mesma dá a realidades que até então estavam fora dos discursos literários de alguma maneira.

Nessa linha, é valido salientar a importância de pensar criticamente a visão homogeneizante, ressaltando a necessidade de questionar os padrões canônicos e pré-estabelecidos a partir de um único padrão cultural e a inserção de especificidades, a exemplo, das questões sociais de gênero e do feminismo. Assim, "[...] o objetivo dos discursos pós-coloniais e do feminismo é a integração da mulher marginalizada à sociedade." (BONNICI, 2012: 25)

Em conformidade as ponderações de Thomas Bonnici, Nelly Richard em *A escrita tem sexo* (2002) diz que é preciso pensar sobre a importância "de perguntas e de reflexões, em torno dos temas mulher, escrita e poder", "[...], pensar a partir de uma margem, a partir de um limite de infração que assumiu a marca do gênero sexual como local de desafio e questionamento das hegemonias discursivas." (RICHARD, 2002: 127)

Faz-se necessário trazer a escrita como uma estratégia para reescrita, releituras, possibilitando trazer a baila questões que permeiam o universo feminino, atribuindo um olhar crítico e denunciador, a fim de corroborar para que os anseios, discursos e demandas do feminino e dos feminismos sejam agenciados também através da literatura.

Em relação a isto, Bonnici acrescenta:

> Além disso, teóricos brasileiros começaram a (re)debruçar sobre os problemas indigenistas e da construção nacional, da escravidão e das raízes africanas, da etnicidade e do racismo, da (in)dependência literária, do cânone literário, da nacionalidade e cidadania, do binômio exclusão-inclusão, do feminismo branco e negro, da miscigenação, do hibridismo, da identidade brasileira e da resistência. (BONNICI, 2002: 321)

Nesse momento, é válido voltar-se para questões oportunas sobre identidade, e entender como esses assuntos se tornam relevantes, inclusive, para repensar os lugares e falas direcionadas a determinados grupos e/ou pessoas. A possibilidade da reescrita, a inserção de novos paradigmas, de novas abordagens, sobretudo, aos grupos até então silenciados, excluídos e escamoteados por uma visão canônica e singularizada que não traduz a diversidade identificada no Brasil.

É nessa ruptura com o discurso homogêneo e unilateral que os estudos sobre a literatura ganham "cor e sexo". E nessa direção é que a obra de Conceição Evaristo, se coloca como um rasgo no cânone literário brasileiro, propondo novas leituras literárias, novas possibilidades de diálogos com o social e modos de vida, sobre os quais os textos ficcionais vem conquistando um foco de discurso.

3."Aramides Florença": violências físicas e sexuais no ambiente doméstico

Ainda na abertura do livro, Conceição Evaristo sinaliza o modo sensível com que a "personagem-narradora" se coloca para intermediar as histórias que lhes serão confidenciadas:

> Gosto de ouvir, mas não sei se sou a hábil conselheira. Ouço muito. Da voz outra, faço a minha, as histórias também. E, no quase gozo seco os olhos. Não os meus, mas de quem me conta. [...] Desafio alguém a relatar fielmente algo que aconteceu. Entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta. O real vivido fica comprometido. E, quando se escreve o comprometimento (ou o não comprometimento) entre o vivido e o escrito aprofunda mais o fosso. Entretanto, afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar escrevivência.(EVARISTO, 2007)

A gênese da escrita de Evaristo vem das suas vivências e do acúmulo de histórias ouvidas desde a sua infância, geralmente, permeadas por histórias de mulheres – as da sua família e as do seu convívio social – desde criança. Sobre isto, ela diz:

> Como ouvi conversas de mulheres! Falar e ouvir entre nós era talvez a única defesa, o único remédio que possuíamos. Venho de uma família em que as mulheres, mesmo não estando totalmente livres de uma dominação machista, primeira a dos patrões, depois a dos homens seus familiares, raramente se permitiam fragilizar. [...] Talvez por isso tantas personagens femininas em meus poemas e em minhas narrativas? Pergunto sobre isto, não afirmo.(EVARISTO, 2007)

É nesse ambiente que nos reportamos à antologia *Insubmissas lágrimas de mulheres*, e, como o próprio título sugere, é marcado por mulheres insubordinadas que buscam estratégias para driblar as adversidades cotidianas e, em torno delas, que giram as histórias que permeiam esta obra.

Aqui, o *corpus* é "Aramides Florença", o primeiro conto da antologia. Neste conto, a protagonista é uma mulher negra chefe de departamento de uma empresa promissora, de vida econômica estabilizada, que escolhera ter um filho e tendo encontrando "o homem certo", em comum acordo e, em momento oportuno, conceberam um filho. "A vida seguia conforme as expectativas dos dois. A gravidez desejada logo aconteceu." (EVARISTO, 2011: 13)

A princípio, observa-se certa harmonia no lar e na convivência entre os dois. "O pai, embevecido e encabulado com o milagre que ele também fazia acontecer, repartia os seus mil sorrisos ao lado da mãe." (EVARISTO, 2011: 14). Mas, é durante a experiência da gestação que Aramides passa a enfrentar os primeiros gestos violentos do seu companheiro.

A narradora-personagem, atenta ouvinte, relata o primeiro mal-estar instaurado:

> Um dia, algo dolorido no ventre de Aramides inaugurou uma perturbação entre os dois. Já estavam deitados, ela virava para lá e para cá, procurando uma melhor

> posição para encaixar a barriga e, no lugar em que se deitou [...]Lá estava um desses aparelhos de barbear, em que se acopla a lâmina na hora do uso. Com dificuldades para se erguer, gritou de dor. Um filete de sangue corria de uns dos lados do seu ventre. Aramides não conseguiu entender a presença daquele objeto estranho em cima da cama.[...] O homem, pai do filho de Aramides Florença, não soube explicar a presença do objeto ali. Talvez tivesse sido na hora em que ele foi preparar a cama dos dois... Talvez ele estivesse com o aparelho na mão. Talvez...Quem sabe... (EVARISTO, 2011: 15).

Este primeiro "gesto" passou de certo modo insuspeito, já que entre os dois nunca houvera se quer algum estranhamento ou atitude desta natureza. Mas, quase três semanas depois, outro evento veio abalar e trazer um "ligeiríssimo mal estar na confiança que Aramides depositava em seu homem." (EVARISTO, 2011: 15a) e ocorre outro episódio:

> Estava ela (Aramides) no último mês de gestação, quando meio sonolenta, já de camisola, mas ainda de pé, narcisicamente se contemplava no espelho do banheiro. [...] Pelo espelho, viu o seu homem se aproximar cautelosamente. Adivinhou o abraço que dele receberia por trás. Fechou os olhos... [...] Só que, nesse instante, gritou de dor. Ele, que pouco fumava, e principalmente se estivesses na presença dela, acabara de abraçá-la com o cigarro acesso entre os dedos. [...] Um ligeiro odor de carne queimada invadiu o ar. Por um ínfimo momento ela teve a sensação de que o gesto dele tinha sido voluntário (EVARISTO, 2011: 15b-16).

Embebida pela maternidade e, agora, já nos dias de dar à luz, Aramides parecia não se importar com a sensação de estranheza que pairava entre eles, nem com os dois últimos gestos violentos de seu companheiro. A maternidade e suas emoções eram maiores que as suspeitas.

Os dias passaram e após nove meses de ansiedade e espera, nasce o filho do casal, nomeado de Emildes. Felizes, a família deixa o hospital e retoma a vida, agora, a três - mãe, pai e filho. "Os primeiros dias foram só solicitude da parte dele.[...] ...que Aramides, a rainha-mãe, esqueceu por completo as dores e a tênue desconfiança vividas anteriormente".(EVARISTO, 2011: 16a). E assim, a protagonista esquecera todo o ocorrido, atribuindo ao "atordoamento de alguém que experimentara pela primeira vez a sensação de paternidade." (EVARISTO, 2011: 16 b)

No entanto, sucessivas atitudes e palavras que sinalizavam a ideia de posse e descontrole começaram a ficar mais evidentes, e a relação que a princípio era de cumplicidade, amor e harmonia, deram vazão ao medo. A ideia de família tal qual a tríade sagrada estava por definhar. "Um dia, a sutil fronteira da comedida paz, que nos últimos tempos reinava entre o homem e a mulher, se rompeu." (EVARISTO, 2011: 17). Nesse momento, é a própria protagonista quem descreve o ato de violência sexual sofrida:

> Estava eu amamentando o meu filho – me disse Aramides, enfatizando o sentido da frase, ao pronunciar pausadamente cada palavra -, quando o pai de Emildes chegou.[...] Ninguém por perto para socorrer o meu filho e a mim. Numa secessão de gestos violentos, ele me jogou sobre nossa cama, rasgando minhas roupas e tocando violentamente com a boca um dos meus seios que já estava descoberto, do ato de amamentação...[...] E, dessa forma, o pai de Emildes me violentou. [...] E, inexplicavelmente, esse era o homem. Aquele que eu havia escolhido para ser o meu e com quem eu havia compartilhado sonhos, desejos, segredos, prazeres...[...] Era esse o homem, que me violentava, que machucava meu corpo e a minha pessoa, no que eu tinha de mais íntimo. (EVARISTO, 2011: 17a e 18).

As suspeições de Aramides estavam corretas, e só frente a um acontecimento brutal, como a violência sexual praticada pelo seu companheiro, que aquelas primeiras atitudes foram rememoradas, ganhando corpo e fazendo-a perceber o quanto o perigo de fato era eminente e de que ela, para ele, não passava de um objeto

diante do qual os seus desejos poderiam ser efetivados, já que tratando-a como posse o seu "poder" enquanto homem podia ser exercido da maneira que quisesse.
Fato curioso é que em nenhum momento do desenrolar da narração, o seu companheiro seja nomeado, pois as referências a ele são sempre "o pai do meu filho", "o pai do menino". (EVARISTO, 2011: 12). Talvez, aí residam umas das sequelas da violência experienciada por Aramides. Talvez aí, esteja um traço da violência psicológica.
O afastamento da narradora-ouvinte, neste momento, demonstra a empatia desde a sua chegada à casa de Aramides, quando a reconhece como a sua "igual" e a solidariedade não só ao ouvi-la, mas, sobretudo, cedendo--lhe espaço para manifestar suas tristezas, dissabores, desilusão e dores num momento como este.
Ao longo dos anos temos observado inúmeros casos de agressões, brutalidades e extremismos protagonizados pela herança do patriarcado[4]. Tem sido cada vez mais comum ouvirmos, presenciarmos ou termos notícias sobre violência(s), principalmente, no que diz respeito à mulher. O fato é que muitas são violentadas apenas por ser mulher, o que nos leva a observar que essas severidades estão ligadas ao machismo e seus desdobramentos. Os valores machistas ainda predominam padronizando comportamentos, reforçando estereótipos, que configuram como o sexismo, a misoginia, contribuindo para a exploração, subordinação, dependência que se desdobram nas mais variadas formas de violência contra a mulher.
No Brasil, o número de mulheres violentadas, cotidianamente, tem crescido de maneira expressiva, principalmente no ambiente doméstico e familiar. Questões como estas são bastantes caras, a literatura brasileira.

É importante que as mais distintas linguagens, a exemplo da narrativa Conceição Evaristo, quando traz à tona por apresentar tramas cujas personagens que situam questões cotidianas contribuindo, desse modo, para politizar identidades femininas e negras.
"A violência contra a mulher é qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial" (Art. 5º da Lei 11.340/06)[5] e caracteriza-se como um problema antigo e multifacetado.
Assim, observar essas questões é possibilitar o entendimento entre as formas de dominações e subordinações as quais determinados grupos são submetidos e evidenciar as formas desiguais de exercício de poder, que por vezes, se revelam assimétricos.
É nesse sentido que questionam-se as formas de subordinações das mulheres negras, tanto pelo viés do gênero quanto pelo racial, a fim de compreender de que maneira isto reflete nas formas de violência, não apenas simbólica, mas, também, físicas. Há de ser observado que as formas de violência não se produzem isoladamente, mas compreendidas a partir da suas interações entre raça, gênero e etnia.
As violências apresentam-se de maneiras distintas e, vale o entendimento de Constância Lima Duarte (2010: 1), que reflete sobre a *dominação simbólica*, de Pierre Bourdieu conforme:

> Nunca concordei inteiramente com a afirmação de Bourdieu, de que a violência simbólica se 'constrói através de um poder não nomeado',
> que 'dissimula as relações de força'. Ora, tal poder tem nome, e ele é machismo. E as relações de poder, do macho sobre a fêmea, estão bem visíveis nas relações sociais de gênero. Também questiono sua explicação simplista de que a dominação masculina se perpetua porque as mulheres naturalmente a aceitam. Ao invés de buscar

4 Segundo Saffioti, patriarcado é uma espécie de ordenamento fundamentalista, simbólico, político, econômico e jurídico, que implica que homens possam fazer o que quiserem com mulheres e nem serem culpados por seus atos.

5 Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. www.planalto.gov.br

> a explicação da conduta agressiva no próprio agressor, e o porquê das categorias sociais estarem tão assimiladas ao masculino, parece mais fácil vitimizar, mais uma vez, a vítima.

Assim, a violência é um tema recorrente tanto na prosa quanto na poesia de Conceição Evaristo; podemos observar o quanto esta temática se faz presente ao nos debruçarmos sobre outros contos presentes na antologia *Insubmissas lágrimas de mulheres*, a exemplo de "Rose dus Reis", "Nalatina Soledad", "Lia Gabriel" (e demais), quanto em suas produções nos Cadernos Negros como: "Duzu-Querença" (1993), "Zaita esqueceu de guardar os brinquedos" (2007), dentre outros."Ana Davenga" (1998) presente na edição melhores contos,por exemplo, é onde as expressões de violência chega ao ápice com a assassinato/morte da protagonista.
Observa-se, sensivelmente, também na sua lírica a presença dessas dores, adversidades e brutalidades também, como no poema em homenagem a memória de Maria Beatriz do Nascimento[6]:

A noite não adormece nos olhos das mulheres

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
a lua fêmea, semelhante nossa,
em vigília atenta vigia
a nossa memória.
A noite não adormece
nos olhos das mulheres
há mais olhos que sono
onde lágrimas suspensas
virgulam o lapso
de nossas molhadas lembranças.
A noite não adormece
nos olhos das mulheres
vaginas aberta
retêm e expulsam a vida
donde Ainás, Nzingas, Ngambeles
e outras meninas luas
afastam delas e de nós
os nossos cálices de lágrimas.
A noite não adormecerá
jamais nos olhos das fêmeas
pois do nosso sangue-mulher
de nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede
de nossa milenar resistência.
(EVARISTO, Conceição, 2008: 21)

6 Intelectual, pesquisadora, poetisa e ativista brasileira.
http://antigo.acordacultura.org.br/herois/heroi/mariabeatriz

Evaristo é uma escritora de voz coletiva, que propõe releituras do cotidiano a partir das suas obras ficcionais, poemas, romances, evidenciando, o caráter político e o comprometimento etnicorracial e de gênero em seus escritos.
No que concerne a prosa, Constância Lima Duarte (2010: 6) acena:

> Assim, as narrativas de Conceição Evaristo parecem conter a expressão de um novo paradigma.[...] Escrita de dentro (e fora) do espaço marginalizado, a obra é contaminada da angústia coletiva, testemunha a banalização do mal, da morte, a opressão de classe, gênero e etnia.E ainda se faz de porta-voz da esperança de novos tempos.[...] Nesta tríade – gênero, classe e etnia.

É através dessa tríade que os discurso das produções literárias possibilitam a inserção de novas representações identitárias, que antes se configurava como um espaço de privilégios e exclusividades de grupos hegemônicos e dominantes passando a colaborar com novas possibilidades de diálogos suscitando reflexões sobre o convívio social, o cotidiano. É desse modo que assume também força política e representatividade que nutre fortemente a representação da mulher como aspecto fundamental em sua obra.

Considerações

Não são apenas as mulheres negras que sofrem com a violência, mas em grande maioria são as mais atingidas por estas brutalidades. Atribuindo um olhar preciso a dimensão racial, pode-se traçar de maneira efetiva o retrato da violência doméstica e familiar e faculta o entendimento de como essas formas de violências agridem de maneira diferenciada as mulheres negras e, assim favorecer medidas capazes de converter as iniqüidades em dignidade e reconhecimento das injustiças sociais a que são acometidas.
Há de ser observada ainda, a violência contra a mulher diluída a partir do gênero, que ao incorporar a questão racial, tornam-se incipientes para traçar um diagnóstico preciso do quadro da violência contra as mulheres negras, especificamente.
Assim, observar estas questões é possibilitar o entendimento entre as formas de dominações e subordinações as quais determinados grupos são submetidos e evidenciar as formas desiguais de exercício de poder, que por vezes, se revelam assimétricos.
Deste modo, os movimentos feministas e de mulheres negras vem ao longo dos anos questionando e cobrando do Estado atenção devida no que tange a essas questões, no intuito de suprir esta lacuna, possibilitando através de reflexões, estudos e dados que contribuam para compreender estes fenômenos e erradicá-los do nosso convívio, com a finalidade de proporcionar uma sociedade menos injusta e desigual para todas as pessoas.
Embora existam alguns avanços, ressalvamos que muitas perspectivas de mudanças são tomadas a partir do referencial de gênero direcionado ao "feminismo universal" e definidas sem levar em conta as particularidades e pluralidade do ser mulher. Dessa forma, adotada as representações raciais que identificamos no país, as lacunas ficam aparentes e a limitação de dados que possibilitem compreender este fenômeno a partir da leitura racial ficam dificultadas e muitas vezes, invibializadas.
Conceição Evaristo, consciente das opressões tanto de raça quanto de gênero, que as mulheres negras sofrem, vem colaborando enquanto escritora atenta aos desdobramentos que estas interações proporcionam.

É nesse sentido, que a sua "ficção-verdade" e suas escrita de caráter eminentemente político, sinaliza que a literatura pode cooperar para intervir, mediar, problematizar e, sobretudo, politizar feridas e agenciar novas formas de pensar, se ver, relacionar-se (entre si e com os outros).

Referências

BONNICI, Thomas. (2012), Aspectos da teoria pós-colonial/ Temas avançados da teoria pós-colonial/ A literatura brasileira é pós-colonial? In: *O pós-colonialismo e a literatura*. Estratégias de leitura. Maringá, EDUEM. 17-53; pp. 55 - 77; pp. 319 - 335.

BONNICI, Thomas. (2007), *Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências*. Maringá, EDUEM.

BORDIEU, Pierre. (2009), *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kuhner. São Paulo: Bertrand Brasil.

BRASIL (2006). *Lei 11.340 de 07/08/2006 – "Lei Maria da Penha"*. Disponível em chttp://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. [Consultado em 10-08-2014].

CARNEIRO, Sueli. (2001), *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero*. In: Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero - Anais. Durban.

CASTRO, Regina de e ROCHA, Luciane O. (2006), *A questão da violência doméstica e as mulheres negras.* In: BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Cartilha Violência Doméstica - Protegendo as Mulheres da Violência Doméstica. Brasília: Brasília: Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos. pp. 12 e 13.

DUARTE, Constância Lima. Gênero e violência na literatura. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/literafro/data1/artigos/artigoconstancia.pdf [Consultado em 11-08-2014].

EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo por Conceição Evaristo. Disponível em: http://nossaescrevivencia.blogspot.com.br/search/label/apresentacao [Consultado em 12-10- 2014].

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe; um dos lugares de nascimento de minha escrita. Disponível em: http://nossaescrevivencia.blogspot.com.br/2012/08/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos.html [Consultado em 05-10-2014].

EVARISTO, Conceição. *Da representação à auto-representação da mulher negra na literatura brasileira.* Disponível em: http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/52%20a%2057.pdf [Consultado em 12-10-2014].

EVARISTO, Conceição. (2011), *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Belo Horizonte: Nandyala.

EVARISTO, Conceição. (2008), *Poemas da recordação e outros movimentos*. Belo Horizonte: Nandyala.

RICHARD, Nelly. (2002), *A escrita tem sexo?* In: Intervenções críticas. Arte, Cultura, Gênero e Política. Tradução Romulo Monte Alto. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.(2009), *Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres.* Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil, Junho.

TELLES, Norma. (1992) Autor+a. In JOBIM, José Luís (Org.). *Palavras da Crítica*. Rio de Janeiro: Ed. Imago.

A mulher nas unidades operacionais da polícia militar de sergipe: estratégias e táticas de um cotidiano profissional

Élida Damasceno Braga
elidabraga74@gmail.com

Resumo: O presente artigo analisou o cotidiano das mulheres policiais que atuam no serviço operacional da Polícia Militar de Sergipe, com foco Batalhão de Choque, observando as dinâmicas e sociabilidades que emergem no contexto. Nesse sentido, a problemática se deu em torno de compreender a inserção da mulher na atividade policial militar, bem como o desenvolvimento desta em unidades operacionais. Tais lugares são construídos de modo masculinizado em seus modelos de ação, ou seja, vistos como redutos masculinos, caracterizando as relações de gênero e poder que ali são estabelecidas, bem como as tensões delas advindas. A metodologia utilizada se deu a partir das observações e anotações no campo, de nove entrevistas realizadas com mulheres que atuam ou atuaram no policiamento operacional e também por pesquisa documental. A análise permitiu mostrar que a participação das mulheres no trabalho operacional da Polícia Militar está envolto pela diversidade de poderes estabelecidos, pelo não reconhecimento de determinadas ações em detrimento da manutenção do modelo de masculinidade vigente, mas também aponta para novas formas de se fazer o policiamento ostensivo. Ao modelo já estabelecido, ampliam-se astuciosamente outros atributos, dentre eles: flexibilidade, criatividade e atenção. Criam, portanto, táticas para superar as dificuldades que enfrentam no exercício de sua função. Com isso, compreende-se a participação da mulher a partir de singularidades, sem que haja a necessidade de comparações, quando as mesmas inovam e surpreendem nas práticas laborais e nas interações sociais.

Palavras-chave: Polícia; Trabalho; Profissão; Gênero; Policiamento operacional.

1. Introdução

As transformações sociais contemporâneas têm incidência direta na composição da força de trabalho. Mudanças de comportamento, aliadas às novas técnicas que o progresso científico proporciona, tais como controle sobre o corpo e expansão da escolaridade, contribuem para o aumento da presença feminina no espaço público.

No entanto, há ainda diversas dificuldades enfrentadas por mulheres no tocante ao exercício de suas profissões. Um exemplo é o tratamento ainda limitado nas questões de inserção das mulheres nas Polícias Militares. Tal inserção, geralmente, aponta para os ideais de naturalização do trabalho imposto a elas de acordo com a ótica machista.

A pesquisa[1] que originou este artigo buscou compreender em que medida as mulheres atuantes no serviço operacional da Polícia Militar de Sergipe, com foco na capital Aracaju, enfrentam as estratégias propostas pelas relações de força estabelecidas no cotidiano do trabalho. A proposta central consiste em estudar o trabalho realizado por mulheres policiais que estão inseridas nas unidades operacionais da Polícia Militar de Sergipe, como é o caso do Batalhão de Choque, analisando, portanto, as dinâmicas que emergem dessas relações. A metodologia se deu a partir das observações, de nove entrevistas realizadas com mulheres que atuam ou atuaram no policiamento operacional e também por pesquisa documental.

---

1 Pesquisa de Mestrado intitulada "Mulheres policiais nas unidades operacionais da PMSE:surpresas e mobilidade em meio às práticas ostensivas", sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Sergio da Costa Neves, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS).

Este artigo traz como recorte a inserção e socialização dessas mulheres, bem como as tensões vivenciadas no cotidiano da profissão policial militar com foco no serviço operacional. Primeiramente, a questão histórica da inserção das mulheres em profissões tipicamente masculinas. Depois, o enfoque recai sobre as tensões vividas entre homens e mulheres que compõem o serviço operacional e as relações de poder vivenciadas nesse cotidiano laboral.

2. Aspectos históricos: condicionantes para a inserção das mulheres nas polícias

As Polícias Militares brasileiras aparecem no contexto da segurança pública como portadoras de poder legítimo, em um corpo disciplinado com vistas ao controle social, normatizando o comportamento público através da consolidação da ordem estabelecida (FOUCAULT, 1987). No entanto, como se trata de um espaço constituído sobre os alicerces da masculinidade, percebe-se, no entanto, a inquietude e os conflitos quando este se abre para a inserção de mulheres no cotidiano do trabalho policial.

Na década de 1950, foi criado em São Paulo, o "Corpo de Policiamento Feminino", sendo o primeiro estado a abrir espaço para a inserção de mulheres nas Polícias Militares do país. As mulheres tinham por atividade fim os cuidados com as minorias, ou seja, crianças, idosos e outras mulheres. A partir da década de 1970, as Polícias Militares brasileiras passaram por um processo de militarização, sendo comandadas por oficiais do Exército Brasileiro, sob um padrão de excessiva burocratização. Nesse período, de acordo com Shactae (2010), a Organização das Nações Unidas instituiu a década da mulher com o intuito de combater as desigualdades de gênero, adotando políticas de defesa dos direitos das mulheres. Com isso, o governo foi influenciado, permitindo, assim, a abertura dos quartéis à participação das mulheres.

Outro fator de destaque nessa abertura de espaço é que, após o período ditatorial, a presença da mulher começou a ser utilizada com o fim de amenizar a imagem da segurança pública, que se encontrava muito abalada perante a sociedade, tentando a construção de uma polícia mais preventiva através da natureza feminina nas funções de proteção e maternagem. A elas foram atribuídas tarefas de humanização, a fim de reconstruir uma imagem menos repressiva da polícia (MOREIRA; WOLFF, 2009).

As policiais femininas eram, portanto, o cartão de visita da instituição. Havia espaços e afazeres determinados, utilizando a imagem de mulher maternal, feminina, condições estas que lhes foram naturalmente atribuídas ao longo da história, ocorrendo em espaços previamente pensados para veicular a imagem de auxílio e proteção (CALAZANS, 2003).

3. A socialização inicial: ritmos intensos com fins específicos

Em uma estrutura hierarquizada como a da Polícia Militar, pode-se observar que a composição e recomposição do espaço dependem de diversos fatores. As ações iniciais dentro da instituição giram em torno de aceitação de normas, fazendo com que se adquiram comportamentos adequados à esfera militar. Para entender o cotidiano de uma instituição policial foi utilizado o aporte teórico dos estudos de Erving Goffman por tratar das interações sociais cotidianas. As instituições militares, que são caracterizadas como instituições totais[2], nas quais os indivíduos são isolados da sociedade, tendo suas atividades concentradas e normatizadas, foram, então

> [...] estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias e grandes mansões do ponto de vista dos que vivem nas moradias dos empregados (Goffman, 1974: 17).

2 Instituição total definida como um lugar de residência e trabalho no qual um grande número de indivíduos, colocados na mesma situação, separados do mundo exterior por um período relativamente longo, levam juntos uma vida reclusa cujas modalidades são regulamentadas de forma explícita e minuciosa.

Para Goffman (1974), os indivíduos ao ingressarem nessas instituições são separados da sociedade por um período de tempo, estando em igualdade entre si. Tais grupos são submetidos a uma rotina rígida, horários inflexíveis, atividades coletivas, debaixo de autoridade rigorosa, tendo por finalidade mantê-los sob vigilância. Assim, sendo a Polícia Militar um ambiente cercado de simbolismos nas relações de poder tem-se, logo de início, lutas a serem travadas nas relações que ali se desenvolvem, sejam elas hierárquicas ou não.
O aluno (a) ao ingressar na Polícia Militar é submetido ao processo de *mortificação do eu* apontado por Goffman (1974). No período do Curso de Formação de Soldados (CFSd), a exemplo da turma de 2002[3], era como se quisessem limpar o que eles possuíam de singular e transformar em um padrão específico. É comum ouvir o termo "aluno é bicho[4]", referindo-se ao fato de que não devem sequer pensar, não tendo, portanto, identidade própria.
Tal mudança de comportamento é sentida mediante as dificuldades da adaptação. Segundo Goffman (1974), esse ritual de passagem se consolida mediante as barreiras impostas aos novatos para que se destituam de si mesmos, estando assim, inseridos no contexto militar.

4. Hierarquia/disciplina: pilares que sustentam a ordem e as relações de poder estabelecidas

A visão e organização do mundo militar são norteadas pelos princípios da hierarquia e disciplina. Isso porque atuam em todas as esferas da vida social militar. O poder que é distribuído e normatizado nas instituições militares vai desde a divisão de tarefas e papéis a serem desempenhados às relações de poder com base na obediência às ordens estabelecidas (LISTGARTEN, 2002: 45).
De fato, a hierarquia é ordenada de acordo com postos e graduações ou, quando se trata dos pares[5], é definida por antiguidade. Aos dois segmentos, os oficiais e as praças cabem, segundo o regulamento vigente, as devidas atribuições. Aos oficiais o exercício de comando, chefia e direção da organização policial e às praças a execução das ordens estabelecidas. Contudo, a hierarquia se mantém em todas as esferas, pois mesmo quando estão em igualdade de patentes prevalece a antiguidade[6] (ARANHA, 1997:72).
A disciplina, por sua vez, adestra e molda a massa desorganizada com o objetivo de atender os fins que a instituição requer. Ela traz em si a função de construir corpos submissos e adaptados aos objetivos institucionais, inibindo ações motivadas por interesses individuais (LISTGARTEN, 2002: 47).
Dito de outro modo, a hierarquia e a disciplina são considerados os pilares das organizações militares e têm por finalidade tornar os corpos, que ali se encontram submetidos ao regime, em "corpos dóceis" [7]. Visto que, "O sucesso do poder disciplinar deve-se sem dúvida, ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normatizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame" (FOUCAULT, 1987: 153).
As relações de poder também ocultas nas relações de gênero podem ser observadas levando-se em consideração que, quando os seres humanos se reconhecem como homens e mulheres e daí constituem diferentes contextos históricos, culturais e sociais, estão produzindo reagrupamentos e ressignificações na dinâmica dessas relações, ou seja, construindo e reconstruindo esses sujeitos (MEYER, 1996: 63). Para Foucault (1987) os saberes, técnicas e discursos produzidos se misturam com as práticas de poder exercidas sobre os corpos, sendo o poder

---

3 Concurso público realizado pela Universidade Federal de Sergipe para 200 candidatos, sendo 160 homens e 40 mulheres. A Ata de encerramento do CFSd/2002-2003 da 1ª turma foi lavrada no dia 06/03/2003 com um total de 192 concludentes, sendo 37 mulheres. A Ata da 2ª turma foi lavrada em 14/07/2003 com duas mulheres que voltavam da Licença Maternidade. Assim, concluíram um total de 194 alunos, dentre os quais 39 mulheres. Estes dados foram obtidos junto à Divisão de Ensino do CFAP.

4 Nome dado aos novatos pelos policiais mais antigos.

5 Pares no sentido de pertencerem à mesma graduação.

6 Muito comum ouvir entre conversas de policiais uma frase que já se tornou adágio popular:"antiguidade é posto!".

7 Termo cunhado por Michel Foucault.

exercido através do domínio do corpo, sem necessariamente tocá-lo. Muito mais no âmbito da consciência que no físico.

Tais práticas dentro das instituições policiais são constitutivas do que Foucault (1987) chama de adestramento, ou disciplinarização. O poder, segundo Foucault (2003), configura-se como um lugar estratégico na sociedade, um tipo particular de relação que influencia e modifica a conduta dos indivíduos. A diferenciação do poder está no fato de que alguns indivíduos podem mais ou menos determinar a conduta de outros, entretanto, não de modo repressivo, usando força física, mas pelos atributos de dominação.

O autor ainda ressalta que, essas construções e reconstruções incidem em resistências e que estão inscritas nas relações de poder de modo pontual. As mesmas assumem posicionamentos variados dentro do contexto, partindo do pressuposto estabelecido pelo autor de que não existe poder sem resistência, haja vista o mesmo poder subordinador é também o elemento pelo qual se pode exercer resistência.

Então, através dessas relações é possível reconhecer as estratégias que homens e mulheres utilizam para conviver e também tomar posições em determinados espaços da sociedade, além da possibilidade de se reconfigurar a visão da mulher subordinada ao homem (CAPELE, 2006: 48).

De acordo com Certeau (1994) as estratégias são organizadas tendo como ponto de partida o poder que, na verdade, é o cálculo das relações de força com tipos específicos de saberes para determinar e conquistar um lugar para o sujeito dentro da perspectiva do querer/poder. Essa conquista acontece dada as circunstâncias nas quais os indivíduos podem influenciar e também reinventar aquilo que o influencia, ou seja, criando táticas capazes de subverter aquilo que ora o domina.

5. Mulheres na atividade policial no Brasil

As transformações sociais e econômicas impulsionam a participação das mulheres no mundo do trabalho em setores bastante diversificados. Com isso, ampliam-se também os conflitos advindos dessas recentes conquistas. A inserção de mulheres nas forças armadas, por exemplo, permitiu a conquista de espaços até então restritos à presença feminina. Já na Brigada Militar do Rio Grande do Sul, pôde-se observar o perfil e a distribuição entre homens e mulheres na instituição, fixando o olhar nas questões hierárquicas que passam pela dicotomia oficiais/praças, bem como na construção das mulheres em policiais militares. Na Polícia Militar do Paraná, foi criado, em 1979, um documento que definia a participação das mulheres na estrutura policial, de acordo com a finalidade e o emprego das mesmas. Às mulheres cabiam as funções de orientar, informar, proteger, especialmente no trato com outras mulheres, crianças e anciões. Apesar de serem alocadas em situações de policiamento a pé, motorizado, aeroportos, feiras, dentre outros, a elas era proibido o porte de armas. Em Minas Gerais, a Polícia Militar não se preparou para a inserção da mulher. Isso revela a tentativa de se anular as características femininas a fim de se construir apenas a policial militar sob os padrões da masculinidade (LOMBARDI, 2010; CALAZANS, 2003; SHACTAE, 2006; LISTGARTEN, 2002).

Nesse ínterim, mais de vinte anos se passaram e muitas mudanças nos modos de trabalho ocorreram, necessidades surgiram em diversos pontos do contexto abordado. Todas essas contribuições vistas sob a perspectiva de gênero nos ajudam, no entanto, a pensar e compreender a situação que as mulheres viveram e vivem quando se abordam as questões de policiamento, principalmente o policiamento operacional[8], ou seja, na atividade fim da Polícia Militar. Segundo Capelle (2006), as mulheres estão debaixo de diferentes visões sociais, em posicionamentos diversos frente à realidade existente, despertando, nas mesmas, uma reflexão para a qual pode haver tanto a transformação como a acomodação ao modelo já existente.

Dessa maneira, apreende-se que as mulheres policiais vêm conquistando, gradativamente, espaços no policiamento operacional[9], desempenhando funções anteriormente impensáveis para elas.

---

8 Atividade de manutenção da Ordem Pública executada com exclusividade pela Polícia Militar, observando características, princípios e variáveis próprias, visando à tranquilidade pública (Manual Básico de Policiamento Ostensivo, Exército Brasileiro)

9 Neste estudo, entenda-se policiamento ostensivo e policiamento operacional como sinônimo.

Considerando essas assertivas, pode-se pensar na inserção das mulheres como um marco significativo para a Instituição policial, na qual se produziu mudanças externas e internas. Dessa maneira, é importante reconhecer que,

> [...] as mulheres, mesmo como minorias simbólicas, em uma instituição pautada pelo paradigma da masculinidade, introduziram a lógica da diferença, uma vez que produziram desacomodação, desestabilização e desorganização interna nessas instituições, colocando possibilidades de pensar o medo, o risco do ofício de polícia e um questionamento a respeito da ordem estabelecida (CALAZANS, 2007:146).

Dentro desse contexto, observa-se que a participação da mulher nas polícias cresce e o policiamento operacional, atividade fim das Polícias Militares, propicia a visibilidade das mesmas.
Foi a partir desse ponto que a pesquisa avançou. Para além de dar apenas visibilidade à trajetória das mulheres policiais, a pesquisa buscou a compreensão dos conflitos gerados nas práticas dos atores envolvidos no cotidiano laboral e como isso afeta o contexto do policiamento operacional. Nesse movimento, observam-se através das estratégias impostas, as táticas desenvolvidas para o estabelecimento e ampliação do número de mulheres no serviço operacional.

6. A mulher na Polícia Militar de Sergipe

Em Sergipe, o ingresso das mulheres nos quadros da Polícia Militar deu-se no final da década de 1980. Duas são as maneiras de ingressar na Polícia Militar de Sergipe, pelo quadro das praças ou pelo quadro de oficiais. Os dois quadros de acesso, no entanto, são oferecidos por concursos públicos específicos, ingressando como alunos de soldados ou cadetes, respectivamente. As primeiras mulheres da PMSE foram inseridas no Curso de Formação de Oficiais (CFO), no ano de 1989, em Pernambuco. Em Sergipe ainda não há Curso de Formação de Oficiais. Desde então, elas têm, efetivamente, feito parte de todos os quadros de acesso da corporação. Em 1989, também, foram enviadas mais duas mulheres, desta vez ao Estado do Pará para o Curso de Formação de Sargentos (CFS), passando, posteriormente, o processo de formação a ser executado no CFAP[10] - Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PMSE, que tem como finalidade a formação, aperfeiçoamento, habilitação, e especialização dos quadros das Praças[11] dando início às turmas do Curso de Formação de Soldados (CFSd). A primeira turma de mulheres data de 1993, na qual foram formadas 41 alunas[12].
Em 1995 foi criada a Companhia de Polícia Feminina, que teve duração de três anos, sendo desativada em 1998 e seu efetivo distribuído nas demais unidades (COSTA, 2005: 37). Segundo alguns relatos de policiais femininas da época, a companhia foi desativada devido à insatisfação de muitas policiais por serem alocadas apenas em solenidades, nas quais serviam "cafezinhos" ou de entregas de medalhas, o que era uma constante. A restrição do espaço, ou seja, a delimitação do espaço a ser ocupado por elas na corporação gerava tensões. Observe o seguinte relato:

> A Companhia feminina por não possuir finalidade específica, como muitas outras, a exemplo do Choque e da CPTran, e acabava sendo chamada para tudo que era solenidade. Eu mesma servi muito cafezinho e entreguei muita medalha, por isso pedimos para sermos distribuídas nas demais companhias para sermos iguais aos outros e fazermos as mesmas coisas (Pfem, 19 anos de serviço)

---

10 A fundação do CFAP consta na Lei Estadual Nº 2.234 de 10 de novembro de 1979, publicado no Diário Oficial do Estado de Sergipe **Nº 18.537** de 11 de dezembro de 1979.

11 Segundo Regimento interno da Unidade de Ensino.

12 De acordo com BGO Nº 225 de 14 de dezembro de 1993 que publicou a Ata de Encerramento do Curso de Formação de Soldados PM/BM – Masc/Fem . O curso iniciou com 381 alunos no total. Destes, 26 alunos foram desligados ao longo do curso. Nos desligados havia oito mulheres. Desse modo, o curso que começou com 49 mulheres formou 41.

A Companhia Feminina também realizava policiamento no aeroporto de Aracaju, as revistas no presídio feminino as quintas, sábados e domingos, bem como o serviço de guarda da própria companhia A desativação da mesma partiu da insatisfação entre as mulheres oficiais da época, pelo fato de haver um quadro específico, ou seja, "ser mulher". Na polícia militar há os quadros de especialistas com funções específicas, como por exemplo, o quadro da banda de música, por haver músicos; o quadro do Hospital da Polícia Militar por haver médicos e enfermeiros, devido as suas especificidades. Entretanto, foi criado o quadro da Companhia de Policiamento Feminino com a especificidade de ser mulher, quando o curso, o salário e todas as previsões na legislação eram iguais para ambos os sexos (SANTOS, 2011: 54).
Além disso, havia ainda outra especificidade. As oficiais não chegariam às posições de comando mais altas da PM, mas, apenas, ao posto de Capitãs. No entanto,

> [...] não demorou muito até que a cúpula da Polícia Militar percebesse o equívoco que estava prestes a cometer e corrigiu a tempo. O projeto foi revogado no nascedouro, por influência das recém-formadas oficiais que se reuniram e procuraram o comandante geral à época para reivindicarem tratamento igualitário. Utilizando-se dos argumentos que tinham em seu favor, as oficiais conseguiram convencer a cúpula da PMSE a desistir de criar o quadro separado e elas acabaram sendo incorporadas no quadro que já existia (SANTOS, 2011: 26).

Assim, em 1998, a Companhia Feminina foi desativada, tendo o efetivo policial distribuído nas diversas unidades existentes na instituição. Atualmente, a PMSE conta com um quantitativo de 320 policiais femininas num universo de 5455 policiais[13]. Isso significa que as mulheres representam, aproximadamente, 6% do efetivo geral. Nesses pouco mais de vinte anos, podemos perceber que a participação feminina na PM gera inquietações, novas formas de pensar o modo de trabalhar, bem como conflitos que se espalham em diversas vertentes. Embora, se observe em outros estudos que, esta falta de preparo para organizar o espaço com a inserção das mulheres, não é uma peculiaridade apenas de Sergipe, é vital que se abra espaço para discussões, trazendo a vida cotidiana das instituições para nos fazer pensar sobre tal contexto.

7. O Batalhão de Policiamento de Choque: discreta inserção das mulheres policiais

Os Batalhões de Polícia de Choque no Brasil foram criados, em sua maioria, para atender a um tipo de policiamento para fins específicos, quando da existência de conflitos e revoluções no país. Possuem nomes diferenciados, obedecendo aos registros e peculiaridades históricas de cada unidade.
O policiamento de choque, nos diversos estados do país, tem em comum suas especificidades. Estas vão do Controle de Distúrbios Civis (CDC), motins e rebeliões em presídios, retomada de locais ou áreas ocupadas, praças desportivas ao policiamento motorizado, ou seja, situações de grave comprometimento da ordem pública segundo as diretrizes observadas.
Em Sergipe, o Pelotão de Polícia de Choque foi criado em 20 de dezembro de 1979 através da lei n.º 2.234 de 10 de novembro do mesmo ano. Em 2007, passou a ser Batalhão de Choque e, atualmente, tem no seu quadro de efetivo cerca de 170 policiais[14], dentre os quais 03[15] mulheres.
Algumas demandas do policiamento operacional executadas pelo Batalhão de Choque são: a atuação em praças desportivas, reintegrações de posse ocorridas na capital e interior do estado, ordens de serviços diversas para

---

13 Dados obtidos junto à PM1.

14 Variando de acordo com as publicações diárias do Boletim Geral Ostensivo, no qual são publicadas as entradas e saídas do efetivo.

15 Dados atualizados em 27/05/2014

atender os eventos de médio e grande porte, tais como, carnaval, micaretas, entre outros. Outra destinação para o serviço operacional é a recobertura e saturação em áreas críticas[16].

Para se configurar historicamente essa inserção no policiamento operacional, buscou-se saber, com ajuda dos relatos de policiais mais antigos, quem foi a primeira policial mulher a trabalhar no Batalhão de Choque em Sergipe.

A primeira mulher a trabalhar no policiamento de Choque foi também uma das primeiras policiais a serem inseridas na PMSE, no curso oferecido para sargentos no Estado do Pará em 1989. No ano de 1999, na graduação de 3º Sargento, após a desativação da Companhia Feminina, foi transferida[17] para a então Companhia de Choque[18] sediada no Conjunto João Alves, no município de Nossa Senhora do Socorro. A mesma relata que foi transferida sem o seu conhecimento, ficando dois meses na companhia na função de Sargento de operações[19]. Nesse ínterim,

> Executava todos os serviços externos, usando metralhadora além da pistola, com direito às normais escalas extras em estádios de futebol, eventos e o que surgisse. Minha escala era de 12x36 (o turno numa semana iniciava pela manhã, às 06h30 e na semana seguinte era à noite). Após 24h de repouso do serviço ordinário já estava [...] pronta para escala extra que sempre surgia (PFem, 23 anos de serviço).

Através desta fala, podemos identificar quais os tipos de trabalhos executados em uma unidade operacional. O que foi narrado sobre o serviço que se desenvolvia há doze anos, pouco difere do que se executa hoje. A escala de 12x36 foi alterada para 24x72[20]. As instalações atuais do BPChq mantém alojamento feminino em boas condições de uso. A entrevistada ainda contou que na época não havia alojamento feminino, utilizando, portanto, o mesmo espaço que os policiais homens.

8. O cotidiano do policiamento operacional: tensões em meio às relações de poder

O efetivo de mulheres que compõe a Polícia Militar de Sergipe, conforme já fora mencionado, é de cerca de 6% do geral. Pouco mais de 11% do efetivo feminino está feminina na Polícia Militar, apesar de pequena, gera inquietações e novas formas de pensar o modo de trabalhar, bem como conflitos que se espalham em diversas vertentes[21]. No cotidiano profissional é importante observar que o espaço das viaturas é ocupado por homens e mulheres policiais que perfazem uma rotina na qual atenção e cuidado com o outro são elementos constantes, a

---

16 Isso envolve a apreensão de drogas, arma de fogo, motos e carros roubados, bem como indivíduos em situação de flagrante delito.

17 A transferência se deu no BGO nº 058 de 06/04/1999.

18 Essas mudanças de Pelotão para Companhia e depois para Batalhão também são vistas através dos brasões.

19 Função similar ao atual "Supervisor" do Batalhão que é executado por um Tenente.

20 Trabalha 24 horas e folga 72 horas em escala corrida.

21 Casos como: o das alunas de Sargento que, após vários anos de lutas judiciais obtiveram o direito de serem promovidas por terem sido preteridas em um curso interno em 1997, tendo como amparo legal a lei estadual Nº 3696/96 que preconiza o mínimo de 10% para o efetivo feminino nos cursos, concursos, bem como para fins de admissão; e um de bastante repercussão foi o que viveu Cabo PM que no serviço rotineiro de um posto policial, no início de abril de 2011, no bairro Eduardo Gomes em São Cristóvão, a mesma, após dezessete horas de serviço, foi até a sua residência a fim de utilizar o banheiro. Ao retornar ao posto recebeu o comunicado que deveria ligar para um oficial que estava supervisionando a área no dia. Ao telefonar para o superior, esta recebeu a ordem de prisão por abandono de posto, mesmo tendo avisado aos colegas aonde iria. Segundo a Associação de Mulheres da Segurança Pública de Sergipe "O detalhe a importante a ser observado nesse caso é o de que inexiste banheiro ou alojamento feminino no PAC e a casa da policial está localizada a menos de 200 metros do posto".

fim de que se estabeleça confiança mútua nas equipes. O posicionamento de cada um, a atenção aos comandos específicos, o perigo iminente de morte ao se realizar o trabalho, revelam circunstâncias extremas nas quais o entrosamento e confiança são cruciais para o desenvolvimento do trabalho.
Fora das ruas, as entrevistadas fazem alusão à questão da falta de estrutura para acomodar as mulheres policiais no serviço operacional, pois ainda existem unidades que não dispõem de alojamento feminino.

> [...] a questão da estrutura para as mulheres na polícia não existe. Por exemplo, as mulheres estão na Radiopatrulha há mais de 14 anos e tem um ano apenas que foi criado um alojamento feminino, nem banheiro tinha. Nós usávamos os mesmos banheiros que os homens e as mesmas instalações. Se tivesse uma mulher na guarda, ela ia ter que dormir junto com os homens porque não tinha alojamento, não havia essa capacidade gestora pra perceber que ela tinha que ter os seus aspectos respeitados. (PFem, 10 anos de serviço).

Boas condições de trabalho, no entanto, equilibram as tensões existentes nas relações de poder. Todos se igualam quando a questão é o trabalho adequado, com recursos específicos que proporcionam o desenvolvimento das competências e habilidades no cotidiano profissional.
O fragmento a seguir aponta para questões contraditórias que as mulheres enfrentam. Ao mesmo tempo em que querem desenvolver um trabalho igualitário não podem também negar suas especificidades, conforme defendido por Soares (2005). Tais especificidades acabam por contrariar o modelo masculino existente, inibindo as pressões por parte das mulheres. Estas, em sua maioria, adaptam-se à rigidez da disciplina vigente ao invés de resistir ao modelo imposto.

> Eu não acredito nessa questão de que fulano é mais capaz que beltrana, eu acredito que eles são capazes de desenvolver o mesmo serviço, de desempenhar o mesmo trabalho. Talvez um demore menos que o outro[...] Mas aí são as questões das dificuldades que podem ser observadas entre profissionais do mesmo sexo [....]. É sabido que a mulher tem a compleição física diferente da do homem, mas será que não se pode adequar o trabalho? Adequar as ações até nas questões de equipamentos mesmo, porque nós usamos colete masculino e isso machuca os seios, aperta, comprime, machuca, dói.. Passar 12 horas com um colete masculino... (PFem, 10 anos de serviço).

Essas tensões aparecem com maior força no serviço operacional, pois se em toda a polícia as relações de poder podem ser sentidas através dos pilares da hierarquia e da disciplina, no espaço do serviço operacional elas se acentuam, haja vista nesse espaço não haver nada que tenha sido pensado para a inserção das mulheres. As estratégias utilizadas por quem detém o poder dão conta de dificultar a adaptação das mulheres ao meio. Estas, por sua vez, além de minoria, precisam surpreender e se mover astuciosamente para permanecer no contexto operacional.
Há também questões como aceitação, rejeição, discriminação, negação, acomodação aos padrões existentes, elencadas nos discursos que se seguem:

> O maior problema que temos hoje, nós mulheres, é a questão da aceitação perante os outros colegas. Há os que dizem em alto e bom som “eu não trabalho com mulheres” e nós não somos apenas mulheres, somos profissionais de Segurança Pública. Eu não entendo essa incapacidade da maioria dos colegas de compreender as funções desenvolvidas, pois somos pouco mais de trezentos e não temos só trezentos policiais na atividade meio, então [...](PFem, 10 anos de serviço).

As relações de poder que se ocultam nas relações cotidianas entre homens e mulheres apontam para o preconceito e discriminação com relação às mulheres policiais. Com práticas de poder exercidos sobre os corpos, sem necessariamente tocá-lo como já fora evidenciado por Foucault (1987) é possível perceber que tais práticas se dão tanto pela questão numérica, haja vista os homens serem maioria como pela vigilância excessiva da conduta, pois as mulheres são observadas em tudo que fazem, sendo sempre motivos de questionamentos e subordinadas ao controle excessivo.

Esse contexto estratégico de dominação se revela em diversas e complexas dimensões. O ser mulher, o ser mulher policial militar e o ser mulher policial militar no serviço operacional são diversos fatores que se articulam entre si e contribuem para a consolidação da discriminação nas relações que se formam no cotidiano do serviço operacional.

> Na verdade a sociedade é machista, a polícia é machista e há toda uma predominância de um trabalho voltado para a força masculina. Mas, é como eu já falei, tem que haver uma batalha diuturna da mulher pra que ela possa realmente ser vista a priori, ser respeitada como policial, como profissional, como alguém também capaz de desenvolver as mesmas atividades, ou ainda melhor (PFem, 14 anos de serviço).

As dificuldades são inúmeras em aceitar e se propor a aceitar a mudança de modelos tão enraizados na sociedade sobre o papel da mulher. Como resultado, todas essas dificuldades vão se transformando em resistências ao sistema. Resistências estas, para as quais Foucault (2003) aponta as diferentes estruturas de poder e como este se constitui em elementos de recusa à sujeição estabelecida.

Dos assuntos abordados, um dos que mais incomoda as mulheres no policiamento ostensivo é quando estas se veem confrontadas pela falta de confiança dos homens no trabalho desempenhado pelas mesmas. Como exemplo, observemos a indignação contida nos discursos que se seguem:

> Eu sou uma espécie de "café com leite", não me colocam num guarnição fixa, fico sempre rodando sem função estabelecida. Deixam-me de lado pelo simples fato de ser mulher. Um homem, por menor experiência que tenha na polícia, ou seja, o mais recruta de todos, tem mais moral do que eu, pois nele confiam e em mim não. É como se eu não existisse aqui! (Pfem, 14 anos de serviço).

O não reconhecimento advindo das injustiças cotidianas gera desprezo social, dificultando a realização de justiça com relação às minorias (NEVES, 2002). Os discursos acima nos dão conta da manutenção do modelo de masculinidade, no qual a capacidade de tomada de decisão, a chefia, os atributos físicos continuam dominando a vida cotidiana de homens e mulheres que trabalham no serviço operacional.

É interessante observar as maneiras de fazer, Certeau (1994), tanto de homens como mulheres no cotidiano operacional. Mesmo diante de escalas de serviço já definidas, é possível perceber os homens querendo dar um "jeitinho" de não ter mulheres na guarnição. Antes, estas precisam provar que podem dar conta do serviço proposto. Contudo, até que isso se torne prática, elas sofrem o constrangimento da preterição, de verem ainda alguns superiores utilizando das patentes para reorientar posições de modo que as mulheres se sintam como "menos um", ou seja, tanta faz estar ali ou não.

Entretanto, podemos perceber avanços quando aparecem discursos que revelam atributos tidos como femininos sendo aliados ao modo de fazer masculino no policiamento operacional. Vejamos:

> A mulher veio pra quebrar barreiras. Nós conseguimos chegar numa unidade operacional, mas isso a gente sabe que se demorou a conquistar. Havia muito preconceito em relação à mulher não ter capacidade, nem a força física que o homem tem. Entretanto, o que se requer na maioria das vezes são técnica e astúcia e isso homem ou mulher podem desenvolver. Então a contribuição que nós damos

> é trabalhar com a mesma competência e com um pouco mais de discernimento e atenção que falta aos homens nos momentos de emoção (Pfem, 06 anos de serviço).
> A mulher é muito profissional, persistente naquilo que faz. Tem pessoas que independente de sexo se escoram nas outras, então não da pra dizer por que é mulher, mas porque é profissional ou não. Normalmente a mulher é mais atenciosa, mais observadora. O grau de atenção em uma guarnição que tem mulher é bem maior (PM, 14 anos de serviço).

Como se pode observar, as mulheres no policiamento operacional desenvolvem táticas próprias para enfrentar as estratégias que lhes são impostas. Estas, em serviço, são percebidas como mais atenciosas, observadoras, ganhando assim espaço para atuar em um nível mais igualitário. Se o modelo, o padrão a ser seguido é o que exalta as características masculinas de força, rigidez e tomada de decisão rápida, as mulheres que se inserem no serviço operacional inovam quando além de se igualarem nos atributos de aceitação podem ampliar estes com características como maior atenção, sutileza, flexibilidade, sensibilidade, transformando estas em táticas a seu favor.
Assim, a astúcia aparece como mediadora, quando as forças estratégicas que as relações de poder impõem não resta alternativa aos que se encontram na posição de fracos, tornando-se táticas (CERTEAU, 1994). Desse modo, o serviço operacional adquire maior completude em suas ações cotidianas quando conta com a presença de homens e mulheres em uma mesma guarnição.

9. Considerações finais

O presente artigo propôs analisar o cotidiano das mulheres que atuam no serviço operacional da Polícia Militar de Sergipe. Nesse sentido, foi identificado através do processo histórico que em Sergipe, como em diversos estados brasileiros, as mulheres policiais foram inseridas no período pós-ditatorial, ou seja, meados da década de 1980 com a finalidade de atender às novas propostas para Segurança Pública (SOARES, 2005:39). A proposta era mudar a imagem de uma polícia repressora por uma "naturalmente" de protetora e maternal (MOREIRA; WOLFF, 2009:86).
Em virtude dessa inserção, mudanças e conflitos no cotidiano das unidades policiais foram se formando. As mulheres, carregadas de histórias de invisibilidade, chegam a um ambiente propício aos homens, feito para eles, sob seus padrões. Além disso, os pilares da disciplina e hierarquia operando tanto nas relações de gênero como na organização do corpo policial, propriamente dito, de sorte que, a maioria das mulheres optou por se acomodar aos padrões já estabelecidos (CALAZANS, 2003: 42), bem como ao espaço que a elas fora reservado, ou seja, o serviço administrativo, as solenidades e eventos para entregas de medalhas.
Sobre essas relações de gênero pode-se perceber pelos discursos analisados que o tratamento dispensado mutuamente oscila. Por vezes aparecem situações nas quais os homens tendem a proteger as mulheres, alegando a suposta fragilidade das mesmas. Em outros momentos elas são apontadas como preguiçosas pelas mesmas características ressaltadas. Na verdade, modos distintos de manter o trabalho das mulheres nivelado por baixo, ou seja, discursos que se legitimam, estabelecendo as relações de poder que mantêm as mulheres sob o estigma da fragilidade, o qual ressalta a ideologia de inferioridade (GOFFMAN, 1988:37).
Como resultado, observam-se situações nas quais a discriminação e o desrespeito afloram quando, por exemplo, em algumas falas são elencadas posturas do tipo "não trabalho com mulher". Tais injustiças aparecem no cotidiano das relações, dificultando a aproximação, o reconhecimento do trabalho das mulheres policiais no âmbito da instituição, o qual sofre interferência no seu desenvolvimento cotidiano.
Assim, as discussões elencadas como pontos de reflexão no decorrer da pesquisa suscitam novas indagações a respeito dessa presença feminina que aumenta, gradativamente, e que se propõe como possibilidade de pensar o outro, bem como a desenvolver novas maneiras de fazer a partir das diferenças.

Outro ponto a ser destacado na análise refere-se às relações que se dão no ambiente do policiamento operacional. São relações imbricadas pelo discurso da aceitação, rejeição, discriminação, negação e acomodação aos padrões existentes. São, na verdade, práticas de poderes exercidos sobre o corpo sem a necessidade do toque como afirma Foucault (1987). Explorando ainda essas práticas de poder, pelos discursos apresentados, é possível apreender sobre adestramento e disciplinarização que são comuns às instituições policiais.

Os discursos das relações sociais apontam para um contexto estratégico de dominação, no qual as mulheres policiais são vistas sob diversos ângulos, sendo excessivamente vigiadas em todas as ações executadas. Isso consolida as discriminações, mas também é propício para gerar resistência, ocasionando o que Foucault (1988) chama de poder negativo e positivo, os quais são capazes de modificar a conduta dos indivíduos nas diversas interações sociais.

Contudo, percebe-se também maneiras de fazer que dão conta de unir modelos já consagrados de masculinidade (força, rigidez) aos atributos ditos femininos (flexibilidade, observação) como formas de inovar e surpreender nas maneiras de fazer (CERTEAU, 1994:92) o policiamento ostensivo.

Faz-se necessário pensar sobre essas resistências internas, pois ainda que discretas, pelo baixo número de mulheres no policiamento operacional se comparado às que estão empregadas nas áreas administrativas, constituem-se em mudanças significativas no âmbito da PM, pois mostra que as constituições iniciais para as quais as mulheres foram elencadas, já não se sustentam mais. Os papéis são diversos, as atividades também e as maneiras de fazer (CERTEAU, 1994:95) vão se alternando, fazendo com que a estrutura antes proposta apenas para os homens modifique-se, assim como a cultura organizacional.

Como resultado, as mulheres policiais surpreendem ao fortificar a outrora posição de fracas, a qual historicamente foi submetida. Elas absorvem o modelo existente, transformam o espaço de trabalho com manobras astuciosas, assumindo formas diferentes de fazer aquilo que já está estabelecido como modelo para o policiamento operacional. Com essas manobras o serviço policial ganha em mobilidade, surgindo, assim, novas formas de fazer e de pensar o policiamento ostensivo.

10. Referências bibliográficas

ARANHA, Roberto (org.). (1997), Constituição do Estado de Sergipe de 1989. *Legislação Policial Militar do Estado de Sergipe***.** Salvador: Garamond.

CALAZANS, M.E. de. (2007), Polícia e gênero: mulheres na polícia ostensiva. In**:** *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*.

CAPELLE, Mônica C. Alves. (2006), *O trabalho feminino no policiamento operacional: subjetividade, relações de poder e gênero na 8ª Região de Polícia Militar de Minas Gerais.* Tese (Doutorado) – CEPEAD – Centro de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, Belo Horizonte.

CERTEAU, Michel de. (1994), *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer/ Michel de Certeau;* tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes.

COSTA, Karla Patrícia Barbosa. (2005)*, Processos sociais e educativos na formação do soldado:um olhar sobre a polícia militar de Sergipe*. 167f. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Pós-Graduação em Educação. São Cristovão/SE: Universidade Federal de Sergipe.

FOUCAULT, Michel. (1987), *Vigiar e punir: nascimento da prisão.* Tradução de Lígia M.Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 280 p.

_____, Michel. (1988), *História da Sexualidade. A vontade de saber*. vol. 1. Rio de Janeiro: Edições Graal.

_____, Michel. (2003), *Estratégia, Poder-Saber.* Coleção Ditos e Escritos, v.4. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

GOFFMAN, Erving. (1974), *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva.

LISTGARTEN, Silvia Caroline. (2002), *Diagnóstico identitário da policial feminina na Polícia Militar de Minas Gerais*. Monografia (Especialização) do Curso Superior de Administração Pública. Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte.

LOMBARDI, Maria Rosa. (2010), Profissão: oficial engenheira naval da Marinha de Guerra do Brasil. In: *Revista Estudos Feminista*. Florianópolis.

MEYER, D. (1996), Do poder ao gênero: uma articulação teórico-analítica. In: LOPES, M. J. M. et al. (Org.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas. p. 41-51.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. INSPETORIA-GERAL DAS POLÍCIAS MILITARES. *Manual Básico de Policiamento Ostensivo.*

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. (1980), *Manual de Campanha: Ordem Unida.* 2ª Ed..

MOREIRA, Rosemeri; WOLFF, Cristina Sheibe. (2009), A ditadura militar e a face maternal da repressão. In: *Dossiê gênero, feminismos e ditadura*. Ano X, 2º semestre, p. 56-65.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa. (2002), Direitos Humanos e cidadania simbólica no Brasil. In: *Direitos Humanos: Os Desafios do Século XXI uma abordagem interdisciplinar*. Rubens Braga Lyra, organizador. Ed. Brasília Jurídica.

SANTOS, Amanda Freitas dos. (2011), *Percepções e perspectivas de mulheres em função de comando na Polícia Militar de Sergipe*. São Cristóvão, SE, 2011. Monografia (Especialização Violência, Criminalidade e Políticas Públicas) – Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública, Universidade Federal de Sergipe.

SCHACTAE, Andréa Mazurok. (2010), *Vestindo a farda: a identidade da mulher militar na polícia feminina no Paraná em 1977.* PR: Capes.

SOARES, Barbara Musumeci. (2005), *Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*/ Barbara Musumeci Soares, Leonarda Musumeci; com Luciane Patrício e Angélica de Faria Silva. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Violência nas escolas: representações e práticas

Doutoranda Fabiana Maria Roque Chaves
fabianamrchaves@gmail.com

Resumo: O presente estudo trata-se da análise sobre as representações e práticas de violência entre adolescentes em duas escolas de Portugal e duas escolas no Brasil. O mesmo é o resultado da tese de doutoramento intitulada "Violência nas Escolas: representações e práticas", na qual buscamos investigar de que maneira a violência se manifesta na escola, como ela é percebida pelos envolvidos e quais têm sido as práticas de enfrentamento da mesma.
O estudo apresenta relatos dos adolescentes sobre a percepção que estes vivenciam no cotidiano de suas escolas e estratégias que segundo estes atores sociais, deveriam ser utilizadas para lidar com os conflitos existentes. Embora diferentes em muitos aspectos, estas escolas se assemelham no tocante à existência de incivilidades e a preocupação dos adolescentes em preveni-las com ações afirmativas frente a estes atos.

Palavras-chave: Educação, Violência, Escola, Representações e Práticas.

Introdução

Nos últimos anos, casos de violência ocorridos nas escolas, têm sido cada vez mais noticiados, chama atenção o aumento, ou o registro, de atos delituosos e de pequenas e grandes "incivilidades" nas escolas, o que justifica o sentimento de insegurança dos que a frequentam. Esta visibilidade sobre as situações de violência na escola tem sido acompanhada, como salienta Sebastião, Alves & Campos (2003) «em paralelo, pela exposição mediática dos fenômenos de delinquência juvenil, coincidindo na ideia de que ambas convergem e constituem uma ameaça grave, encontrando-se fora de controle» (p.37).
Neste sentido, estamos vindo a assistir a um aumento significativo do sentimento de insegurança no seio das comunidades educativas e à crescente exigência de tomada de medidas políticas e disciplinares mais severas (ME, 1999; Sebastião e outros, 1999).
Tornam-se mais visíveis as transgressões, os atos agressivos, os incidentes mais ou menos graves que têm como palco a escola ou seu entorno, onde todos os atores (alunos, professores, corpo técnico-pedagógico, pais e agentes de segurança) sentem-se vítimas em potencial. Esse angustiante sentimento de vulnerabilidade, segundo Debarbieux (1998, p. 13), «expressa a existência de uma tensão social, que desencadeia insegurança no cotidiano das pessoas, mesmo não sendo elas vítimas diretas de crimes e delitos» – reflexão corrente no acervo da literatura internacional sobre o tema.
Nos últimos anos, percebe-se que a instituição escolar vem enfrentando profundas mudanças com o aumento das dificuldades cotidianas, que provêm tanto dos problemas de gestão e das suas próprias tensões internas quanto da efetiva desorganização da ordem social, que se expressa mediante fenômenos exteriores à escola, como a exclusão social e institucional, a crise e o conflito de valores e o desemprego. A escola não seria mais representada como um lugar seguro de integração social, de socialização, não é mais um espaço resguardado; ao contrário, tornou-se cenário de ocorrências violentas.
Também as alterações profundas que se produziram na estrutura, métodos e públicos dos sistemas educativos, trouxeram consequências que foram analisadas na literatura sociológica. A massificação do acesso à escola coincidiu com a democratização política, fato que resultou em contextos escolares mais conflituais e no acesso a níveis da escolarização cada vez mais elevados de grupos sociais deles até aí afastados. A diversificação dos públicos escolares, originalmente como resultado da massificação, posteriormente devida aos processos migratórios de variados tipos, que têm contribuído para transformar a sociedade traduziu-se ainda pelo desencadear de situações conflituais no sistema educativo «resultantes da manutenção de métodos

organizacionais e pedagógicos típicos da escola de elites; e resultantes do acréscimo da presença na escola de grupos portadores de características culturais e valores conflituais com os dominantes na instituição escolar» (Sebastião, Alves & Campos, 2003, pp.38-39).

Num enfoque de caráter mais sociológico não poderemos, contudo, deixar de sublinhar a problemática dos direitos humanos que está intimamente associada a todo o sofrimento ou privação que a violência comporta, seja ela uma realidade escolar ou em qualquer outro contexto. Neste modo de ver as coisas, os sociólogos fizeram com que fosse possível conceber estratégias que fossem além da mera repressão, ou de uma retirada tímida de volta ao "santuário". Eles colocaram em questão o próprio significado da escola, em sua dimensão socializadora e, por fim, deram ênfase às novas dimensões da seleção social que vêm ocorrendo nas escolas, que incluem: «tendências étnicas ou até mesmo raciais, e que estão em processo de se tornar objeto de novas pesquisas, em razão da sua importância para a escola» (Montoya apud Debarbieux & Blaya, 2002, p.122).

Em um importante artigo a respeito da trajetória dos estudos sobre violência escolar na França, Debarbieux (2001) conclui que «é enganoso supor que a definição permita maior aproximação e apreensão do fenômeno», e propõe que a violência seja estudada a partir de como ela é percebida pelos atores sociais que a vivenciam, em contextos diferenciados (apud Silva & Ristum, 2010, p.235).

Muitos problemas na escola atual, não se referem apenas aos aspectos pedagógicos, mas, a fatores próprios do seu contexto e organização. Incidem indiretamente nos resultados do trabalho dos professores que em seus relatos, de maneira geral, têm destacado que a violência, principalmente o desrespeito, vem se constituindo como uma constante no meio escolar.

Partindo destes pressupostos, esta pesquisa tem como ponto de partida uma descrição detalhada das diferentes formas de violências que ocorrem no cotidiano das escolas, enfatizando como este fenômeno se dá nas interações sociais e nas representações e práticas dos adolescentes sobre a violência nos estabelecimentos de ensino. Dá-se ênfase a um enfoque vivencial e simbólico, que por sua vez abarca tanto experiências dos atores como vítimas, agressores e observadores, como o imaginário sobre as várias violências vividas e praticadas em duas escolas de Portugal e duas escolas do Brasil.

Trata-se de um estudo comparado entre estas escolas destes dois países, diferentes em muitos aspectos, mas que se assemelham em termos da natureza da violência escolar no tocante às origens dos processos de produção da mesma.

Neste sentido, procuramos compreender as violências em contexto escolar, identificando tanto as orientações comuns como as particularidades dos modos de apropriação deste modelo em cada um dessas escolas.

Sendo assim, este estudo tem como objetivos investigar as representações e práticas dos adolescentes acerca da violência no contexto escolar; a percentagem de indivíduos expostos e afetados; o que pode ser feito para minimizá-la neste contexto, encontrar soluções pacíficas e criativas para a eliminação da violência que afeta principalmente os adolescentes, através da fala dos mesmos.

Definido os objetivos propostos, foram levantadas as seguintes questões, que orientaram a investigação empírica:

– Alunos destes contextos, duas escolas de Portugal e duas escolas no Brasil, têm a mesma percepção das violências vividas e praticadas?

– O que pensam estes atores sociais sobre as práticas de violência que ocorrem nas suas escolas?

– Segundo estes atores, em que aspectos programas e políticas de intervenção podem contribuir para o enfrentamento desta violência em escolas de Portugal e Brasil?

Metodologia

Face ao problema sociológico definido, não é possível eleger um único instrumento de investigação para as questões colocadas. A pesquisa em questão se pautou pelo pluralismo metodológico, ou seja, pela combinação de métodos extensivos (quantitativos) e compreensivos (qualitativos), a fim de melhor se aproximar das representações e práticas de violências vividas neste contexto.

A pesquisa extensiva visou quantificar, detalhar e relacionar mensurações e descrever a extensão de um

fenômeno, "recorrendo-se a levantamentos[1] tipo "*survey*"[2] (Abramovay, 2006, p.40).
O questionário foi aplicado há um total de 1.000 alunos (451 do sexo masculino e 549 do sexo feminino) distribuídos pelas quatro escolas de ensino básico (2º e 3º ciclos), duas escolas na cidade de Lisboa em Portugal e duas escolas no estado de Minas Gerais no Brasil, tendo os sujeitos idades compreendidas entre os 10 aos 15 anos.
Já a pesquisa compreensiva consiste em um tipo de estudo que dá voz aos sujeitos, incorporando condicionamentos sociais e reações a eles, «representando tensões e interações dialéticas entre o objetivo e o subjetivo – os quais não são opostos, mas compõem uma realidade múltipla» (Abramovay, 2006, p.40). Nesse sentido, foi proposta uma questão: Perguntamos aos alunos a percepção dos mesmos sobre a violência que ocorre nas suas escolas e como previni-la ou combate-la neste contexto.

Resultados e discussões

Analisando as práticas de violências que ocorrem diariamente na escola, corrobora-se a tese de que agressões múltiplas se reforçam e que a violência é uma díade a ser estudada como uma relação em que interagem vítimas, agressores e observadores.
No cotidiano das escolas a prática de violência é vivenciada pelos alunos, portanto, com base nos dados das escolas estudadas e após análise dos mesmos, dos 1.000 alunos que responderam o questionário, 525 (52,5%) alunos referem ter presenciado nas suas escolas práticas de violência que consideram reprovável na escola.

Quadro 1. Distribuição dos pesquisados sobre práticas de violência presenciadas na escola

Sexo	Escalão etário							Nível de Ensino				
	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos	Outras idades	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
Rapaz	22	49	49	77	29	20	3	50	58	55	61	25
Rapariga	26	40	61	82	34	28	5	50	53	59	87	27
Total	48	89	110	159	63	48	8	100	111	114	148	52

Fonte: *Inquérito Representações e Práticas de Violência nas Escolas – 2011 a 2013*

Dos alunos que responderam terem observado práticas de violências na sua escola, num total de 525 alunos, 276 (52,5%) eram raparigas e 249 (47,5%) rapazes. Vemos que as raparigas nas escolas pesquisadas presenciam mais práticas de violência em relação aos rapazes.
Em relação ao escalão etário dos que presenciaram na sua escola, práticas de violência que consideravam reprováveis, vemos que as idades dos 13 anos, tanto para os rapazes, 77 alunos (14,6%) da amostra, quanto para as raparigas, 82 alunas (15,6%) da amostra, apresentam maior incidência. Seguida das idades dos 11 anos, onde os rapazes, 49 alunos (9,3%) da amostra relatam em maior número em relação às raparigas, 40 alunas (7,6%) da amostra. Nos 12 anos, 49 rapazes (9,3%) da amostra e 61 raparigas (11,6%) da amostra, os 14 anos 29 rapazes (5,5%) da amostra e 34 raparigas (6,5%) da amostra. Nas idades dos 10 e 15 anos, temos a mesma proporção de alunos, 48 alunos respectivamente.

1 Pesquisa por levantamento é aquela que as características de interesse de uma população são levantadas (observadas ou medidas), mas sem manipulação. É a pesquisa realizada mediante a "interrogação direta das pessoas cujo comportamento deseja conhecer" (Gil, 1996, p.56).

2 É o tipo de pesquisa que visa determinar informações sobre práticas ou opiniões atuais de uma população específica ver GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4ªed. São Paulo, Atlas, 1995. 207p.

Comparando as escolas pesquisadas, nas escolas 1 e 2 (Portugal), 269 (51,2%) alunos disseram observarem práticas de violência na sua escola enquanto que nas escolas 3 e 4 (Brasil), 256 (48,8%) alunos. Tal situação corresponde a valores de práticas de violência em Portugal abaixo do esperado[3] e superior ao esperado relativamente as práticas de violência observadas no Brasil (X^2 = 12,596; gl= 1; p=0,000)[4].

Em comparação por sexo, nas escolas 1 e 2, não há diferença significativa entre rapazes e raparigas, em igual número, os rapazes 135 (50,1%) alunos e as raparigas 134 (49,9%) alunas disseram observar práticas de violência. Nas escolas 3 e 4, as raparigas 141(55%) disseram em maior número em relação aos rapazes 115 (45%), observaram práticas de violência. Tal situação corresponde a valores de práticas de violências para os rapazes acima do esperado e abaixo do esperado em relação as raparigas (X^2 = 2,582; gl= 1; p=0,000).

Em relação ao escalão etário, comparando as escolas estudas, temos, nas escolas 1 e 2, a idade dos 11 anos 65 alunos, seguido pela idade dos 12 anos 61 alunos em relação as escolas 3 e 4 onde a idade dos 11 anos 24 alunos e 12 anos 49 alunos. Nas escolas 3 e 4 a maior incidência apresenta-se na idade dos 13 anos 113 alunos em comparação as escolas 1 e 2, com 46 alunos. Nas escolas 1 e 2, a idade dos 10 anos 46 alunos responderam ter observado práticas de violência na escola em comparação as escolas 3 e 4, onde apenas 2 alunos dessa faixa etária disseram observar práticas de violência. Tal situação corresponde a valores de práticas de violência relativamente à idade dos alunos. Temos valores de práticas acima do esperado para 12, 13 e 15 anos e inferior ao esperado para as idades dos 10, 11 e 14 anos (X^2 = 23,519; gl= 9; p=0,000).

Com base na presença de práticas de violência nas escolas pesquisadas e o grau em que estes adolescentes se sentiram ameaçados, perguntamos aos mesmos, quais eram os atos mais frequentes. Os comportamentos analisados que poderiam estar sendo praticados nas escolas foram: brigas; agressão verbal e/ou psicológica, palavrões; agressão física; bater; ameaças; socos, pontapés, beliscões e puxões de cabelo; espancamento; bullying; empurrão; de tudo; insultos e desrespeito; assalto e/ou roubos; confrontos; discussão; discriminação (cor da pele, sexo, raça) e preconceito. Por fim, foram considerados todos os tipos de práticas que os alunos pudessem referir.

---

3 Para efeitos da análise dos dados, considera-se valores diferentes do esperado numa determinada modalidade (acima ou abaixo) aqueles que apresentam percentualmente, em relação ao total da variável em questão, diferenças significativas quando na respectiva tabela de frequências os valores residuais padronizados estão fora do intervalo]-2; +2[, uma vez que, em condições de independência das variáveis, a probabilidade de ocorrência de valores fora deste intervalo é inferior a 5% (margem de erro utilizada nesta investigação).

4 Na presente investigação apenas se faz referência ao qui quadrado (X^2) quando o respectivo valor, tendo em conta o número de graus de liberdade (gl) e a margem de erro de 5%, é considerado significativamente maior que 0 e, para além disso, se verificar que menos de 10% das células resultantes do cruzamento das variáveis apresentam valor igual ou inferior a 5.

Quadro 2. Distribuição dos pesquisados sobre práticas de violência reprováveis, presenciadas na escola

PRESENCIADAS	Ocorrência N	%	Sexo				Escalão etário					
			Rapaz	%	Rapariga	%	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos Ou mais
Nenhuma	642	64.3%	300	66.5%	342	63%	79	139	128	140	102	54
Briga	108	10.8%	46	10.2%	60	11%	0	4	10	63	18	13
Agressão verbal e/ou psicológica, palavrões	102	10.2%	41	8.64%	61	11.2%	8	18	39	20	10	7
Agressão física	36	3.6%	18	4%	18	3.3%	11	6	6	6	5	2
Bater	8	0.8%	3	0.7%	5	1%	3	3	0	1	0	1
Ameaça	7	0.7%	4	0.9%	3	0.5%	0	3	0	2	0	2
Socos, pontapés, beliscões, puxões de cabelo	30	3%	13	2.9%	17	3.1%	4	12	6	6	0	2
Espancamento	5	0.5%	3	0.66%	2	0.4%	3	0	1	0	1	0
Bullying	34	3.4%	15	3.32%	19	3.5%	3	4	4	16	2	5
Empurrão	4	0.4%	1	0.22%	3	0.5%	0	2	2	0	0	0
De tudo	1	0.1%	0	0%	1	0.2%	0	0	1	0	0	0
Insultos e/ou desrespeito	9	0.9%	3	0.66%	6	1.1%	1	2	4	2	0	0
Assalto e/ou roubo	8	0.8%	5	1.10%	3	0.5%	1	4	0	1	1	1
Confrontos	3	0.3%	0	0%	3	0.5%	0	0	0	3	0	0
Discussão	1	0.1%	0	0%	1	0.2%	0	0	0	0	0	1
Discriminação/ preconceito	1	0.1%	1	0.2%	0	0%	0	0	0	1	0	0
TOTAL	999	100%	451	100%	543	100%	113	197	201	261	139	88

Fonte: *Inquérito Representações e Práticas de Violência nas Escolas – 2011 a 2013*

Dos alunos perguntados sobre práticas de violência observadas na escola consideradas reprováveis, 642 (64,3%) alunos, não referiram nenhuma prática. Observa-se que quando perguntados sobre práticas de violência nas suas escolas, vemos que 525 alunos da amostra disseram observar práticas de violência, mas quando perguntado quais seriam estas práticas, apenas 357 alunos as reportaram. Dos 642 alunos que disseram não haver nenhuma prática, observamos um maior número de raparigas 342 (53,2%) alunas em relação aos rapazes 300 (46,8%) alunos, que não referiram nenhuma prática de violência na escola. Em relação ao escalão etário, temos mais alunos nas idades dos 13 anos 140 (21,8%) alunos, seguido das idades dos 11 anos 139 (21,6%) alunos, 12 anos 128 (20%) alunos, 14 anos 102 (15,8%) alunos e em menor proporção a idade dos 10 anos 79(12,4%) alunos, 15 anos ou mais 54 (8,4%) alunos.

Já os alunos que referiram ter observado práticas de violência que consideravam reprováveis na escola, temos 357 (35,7%) alunos.

Com base nos dados analisados, vimos que, em relação a: **brigas,** no grupo de interesse vimos que, 108 (10,8%) alunos da amostra observaram brigas. Destes, numa maior incidência, as raparigas que observaram mais brigas 60 (55,5%) alunas em relação aos rapazes 49 (44,5%) alunos. Em relação ao escalão etário, a idade dos 13 anos foi a idade onde referiram mais brigas na escola 63 (58,3%) alunos, seguido pelas idades de 14 anos 18 (16,6%) alunos, 15 anos 13 (12,1%) alunos, 12 anos 10 (9,3%), 11 anos 4 (3,7%) alunos e na idade dos 10 anos, nenhum aluno relatou brigas na escola. **Agressão verbal e/ou psicológica e palavrões,** em relação à prática de agressão verbal e/ou psicológicas e palavrões, no grupo de interesse observaram estes comportamentos 102 (10,2%) alunos da amostra, destes 41(40,2%) rapazes em relação ao número maior de raparigas 61 (59,8%) alunas. Em relação ao escalão etário, maior incidência na idade dos 12 anos 39 (38,2%) alunos observaram mais brigas na escola, seguido das idades dos 13 anos 20 (19,6%) alunos, 11 anos 18 (17,7%) alunos, 14 anos 10 (9,8%) alunos, 10 anos 8 (7,9%) alunos e 15 anos 7 (6,9%) alunos. **Agressão Física,** relativamente à agressão física, 36 (3,6%) alunos da amostra disseram observar práticas de agressão física nas escolas pesquisadas. Na mesma proporção, 18 rapazes e 18 raparigas. Em relação ao escalão etário, maior incidência na idade dos 10 anos 11(30,5%) alunos, observaram mais práticas de agressão física na escola. Em relação as outras idades temos, 11, 12 e 13 anos com 6 (16,7%) alunos em cada idade que observaram agressão física, na idade dos 14 anos 5

(13,8%) alunos observaram agressão física e nos 15 anos apenas 2 (5,6%) alunos. **Bater,** em relação aos alunos que falaram sobre o comportamento de bater temos, 8 (0,8%) alunos da amostra que disseram haver a prática de bater nas escolas. Destes 3 rapazes e 5 raparigas. Em relação ao escalão etário, maior incidência nas idades dos 10 e 11 anos, 3 alunos observaram mais práticas em relação a bater. Temos apenas 1 aluno nas idades dos 13 e 15 anos. E nas idades dos 12 e 14 anos, nenhum aluno referiu a prática de bater nas escolas estudadas. **Ameaça,** em relação a prática de ameaça nas escolas, 7(0,7%) alunos da amostra disseram ter observado. Destes 4 alunos são rapazes e 3 raparigas. Em relação ao escalão etário, maior incidência nas idades que referiram ameaça foram: 11 anos 3 alunos, 13 e 15 anos, 2 alunos em cada escalão. **Socos, pontapés, beliscões e puxões de cabelo,** sobre esta prática, 30 (3%) alunos da amostra disseram haver socos, pontapés, beliscões e puxões de cabelo. Destes 13 alunos eram rapazes e 17 eram raparigas. Em relação ao escalão etário, a idade que mais observou estas práticas foram os 11 anos com 12 alunos seguido das idades dos 12 e 13 anos com 6 alunos, 10 anos com 4 alunos, 15 anos com 2 alunos e na idade dos 14 anos nenhum aluno observou estas práticas na escola. **Espancamento,** em relação a esta prática, 5 (0,5%) alunos da amostra disseram haver espancamento nas escolas, destes 3 rapazes e 2 raparigas. Em relação ao escalão etário, as idades que observaram foram 10 anos 3 alunos, 12 e 14 anos 1 aluno em cada escalão, nas outras idades não foram referidas. **Bullying,** em relação a observação de prática de bullying nas escolas, 34 (3,4%) alunos da amostra referiram haver esta prática na escolas pesquisadas. Destes 15 alunos rapazes e 19 raparigas. Em relação ao escalão etário temos, com uma maior incidência na idade dos 13 anos com 16 alunos, seguidas das idades, 15 anos com 5 alunos, 11 e 12 anos com 4 alunos por escalão, 10 anos com 3 alunos e 14 anos apenas com 2 alunos. **Empurrão,** em relação a esta prática, 4 (0,4%) alunos da amostra disseram haver empurrões nas escolas pesquisadas, destes 1 rapaz e 3 raparigas. Em relação ao escalão etário, temos referido apenas nas idades dos 11 e 12 anos com 2 alunos em cada escalão, as outras idades não observaram. **De tudo,** apenas um aluno de 12 anos, disse observar de tudo na escola. **Insultos ou desrespeitos,** em relação a esta prática, 9 (0,9%) alunos da amostra disseram haver insultos e desrespeitos nas escolas, destes 3 são rapazes e o dobro, 6 alunas, são raparigas. Em relação ao escalão etário, 4 alunos com 12 anos, 2 alunos para cada escalão das idades dos 11 e 13 anos e 1 aluno na idade dos 10 anos, as outras idades não referiram observar esta prática. **Assaltos ou roubos,** em relação a esta prática 8 (0,8%) alunos da amostra disseram haver assaltos ou roubos na escola. Destes, em maior número 5 rapazes em relação a apenas 3 raparigas. Em relação ao escalão etário, 4 alunos de 11 anos, 1 aluno para cada escalão dos 10,13,14 e 15 anos. A idade dos 12 anos não referiu observar esta prática nas escolas pesquisadas. **Confrontos,** em relação a esta prática, 3 (0,3%) alunos da amostra disseram observar confrontos nas escolas pesquisadas. Destes 3 raparigas e nenhum rapaz. Em relação ao escalão etário, estão concentradas nas idades dos 13 anos. **Discussão,** em relação à prática de discussão na escola, apenas um aluno na idade dos 15 anos observou. **Discriminação (cor da pele, sexo, raça) e preconceito,** em relação à prática de discriminação ou preconceito na escola, apenas um aluno na idade dos 13 anos mencionou esta prática. Mas quando perguntados na última sessão do questionário, um número significativo de alunos referiram sofrer preconceito e discriminação em relação a sua cor e condição socioeconômica.

Relativamente à **análise comparada** dos alunos das duas escolas portuguesas em relação aos alunos das duas escolas brasileiras, temos algumas assimetrias Nas escolas 1 e 2 (Portugal), 383 (67,5%) alunos disseram não terem observado prática de violência na escola, nas escolas 3 e 4 (Brasil), 259 (60%) alunos. Em relação ao sexo, nas escolas 1 e 2 os rapazes 193 (50,4%) alunos disseram em maior número não terem observado práticas de violência na escola em relação as raparigas 189 (49,6%) alunas. Nas escolas 3 e 4, o contrário, um maior número de raparigas 152 (58,7%) alunas, disseram não observar práticas de violência em relação aos rapazes 107(41,3%) alunos. Em relação ao escalão etário, quando comparados, as idades diferem em relação a observação de práticas de violência na escola. Nas escolas 1 e 2, temos maior incidência na idade dos 11 anos com 101 alunos e nas escolas 3 e 4 observamos maior incidência na idade dos 13 anos com 80 alunos. Em relação as idades que menos observamos práticas de violência, nas escolas 1 e 2, a idade de 15 anos com 24 alunos e nas escolas 3 e 4 a idade dos 10 anos com 10 alunos. Em relação às **brigas**, comparando as escolas pesquisadas, nas escolas 1 e 2, apenas 2 (0,35%) alunos disseram terem observado esta prática. Nas escolas 3 e 4, o número de alunos que observaram brigas é muito maior 106 (24,53%) alunos. Em relação ao sexo, nas escolas 1 e 2 apenas os rapazes disseram terem observado brigas na escola. Nas escolas 3 e 4, o contrário, as raparigas em maior número de 60 (56,6%) alunas, disseram haver brigas nas escolas em relação aos rapazes 46

(43,4%) alunos. Comparando o escalão etário, as idades diferem em relação às brigas observadas nas escolas estudadas. Nas escolas 1 e 2, temos 1 aluno em cada escalão das idades dos 11 e 14 anos e nas escolas 3 e 4 observamos maior incidência na idade dos 13 anos, 63 alunos em seguida as idades 14 anos com 17 alunos, 15 anos com 13 alunos, 12 anos com 10 alunos, 11 anos com 3 alunos e na idade dos 10 anos, nenhum aluno referiu ter observado brigas.

Em relação à **agressão verbal**, **psicológica e palavrões**, comparando as escolas pesquisadas, nas escolas 1 e 2, temos uma incidência maior de alunos que observaram estas práticas em relação as escolas 3 e 4. Os dados analisados são 68 (12%) alunos para 33 (7,63%) alunos. Talvez pelo fato de que na cultura brasileira uma agressão verbal possa levar imediatamente a uma agressão física, em relação à cultura portuguesa onde é comum uma agressão verbal ser dada por encerrada. Em relação ao sexo, nas escolas 1 e 2 os rapazes 30 (44,1%) alunos disseram em menor número terem observado agressão verbal, psicológica e palavrões na escola em relação as raparigas 38 (55,9%) alunas. Nas escolas 3 e 4, o contrário, um maior número de raparigas 22 (66,6%)alunas, disseram observar estas práticas em relação aos rapazes 11 (33,4%) alunos. Comparando o escalão etário, as idades diferem em relação à agressão verbal, psicológica e palavrões observados nas escolas. Nas escolas 1 e 2, a idade dos 12 anos, 22 alunos, seguido das idades dos 11 anos com 16 alunos, 13 anos com 11 alunos, 10 anos com 8 alunos, 14 anos com 7 alunos, 15 anos com 4 alunos. Nas escolas 3 e 4 observamos maior incidência na idade dos 12 anos com 17 alunos em seguida as idades 13 anos com 9 alunos, 15 anos com 3 alunos, 11 e 14 anos com 2 alunos cada, e na idade dos 10 anos, nenhum aluno referiu ter observado estas práticas. Em relação à **agressão física**, comparando as escolas pesquisadas, temos nas escolas 1 e 2, maior incidência de alunos que observaram estas práticas em relação as escolas 3 e 4. Os dados analisados são 33 (5,82%) alunos para 3 (0,69%) alunos. Em relação ao sexo, nas escolas 1 e 2 os rapazes 16 (48,5%) alunos disseram terem observado agressão física na escola em relação as raparigas 17 (51,5%) alunas. Nas escolas 3 e 4, 2 rapazes e 1 rapariga, disseram observar esta prática. Comparando o escalão etário, as idades diferem em relação à agressão física observada nas escolas. Nas escolas 1 e 2, a idade dos 10 anos, 11 alunos, seguido das idades dos 11 e 13 anos com 6 alunos, 12 anos com 5 alunos, 14 anos com 3 alunos, 15 anos com 2 alunos. Nas escolas 3 e 4 observamos 1 aluno na idade dos 12 anos e 2 alunos na idade dos 14 anos. Em relação a **bater**, comparando as escolas pesquisadas, nas escolas 1 e 2, temos uma incidência maior de alunos, 7 (1,23%) que observaram estas práticas em relação as escolas 3 e 4, 1 (0,23%). Em relação ao sexo, nas escolas 1 e 2 os rapazes 2 (28,6%) alunos disseram em menor número terem observado bater, em relação as raparigas 5 (71,4%) alunas. Nas escolas 3 e 4, apenas 1 rapaz. Comparando o escalão etário, as idades diferem em relação ao bater observado pelos alunos nas escolas pesquisadas. Nas escolas 1 e 2, a idade dos 10 e 11 anos, 3 alunos em cada escalão, seguido de 1 aluno na idade dos 13 anos. Nas escolas 3 e 4 observamos 1 aluno na idade dos 15 anos que referiu ter observado bater. Em relação à **ameaça**, comparando as escolas pesquisadas, nas escolas 1 e 2, temos uma incidência maior de 5 alunos que observaram estas práticas em relação as escolas 3 e 4 que obtivemos 2 alunos. Em relação ao sexo, nas escolas 1 e 2 os rapazes 2 alunos disseram em terem observado ameaça na escola em relação as raparigas 3 alunas. Nas escolas 3 e 4, apenas 2 rapazes observaram ameaças na escola. Comparando o escalão etário, as idades diferem em relação à ameaça observada nas escolas. Nas escolas 1 e 2, a idade dos 11 anos, 3 alunos, seguido da idade dos 13 anos com 2 alunos. Nas escolas 3 e 4 observamos 2 alunos na idade dos 15 anos. Em relação a **socos**, **pontapés**, **beliscões** e **puxões de cabelo**, comparando as escolas pesquisadas, nas escolas 1 e 2, temos uma incidência maior de alunos que observaram estas práticas em relação as escolas 3 e 4. Os dados analisados são 24 (4,23%) alunos para 6 (1,38%) alunos. Em relação ao sexo, nas escolas 1 e 2 os rapazes 10 (41,6%) alunos disseram em menor número terem observado socos, pontapés, beliscões e puxões de cabelo em relação as raparigas 14 (58,4%) alunas. Nas escolas 3 e 4, a amostra se apresenta de forma uniforme, 3 rapazes e 3 raparigas. Comparando o escalão etário, as idades diferem em relação a socos, pontapés, beliscões e puxões de cabelo, observados nas escolas. Nas escolas 1 e 2, a idade dos 11 anos, 9 alunos, seguido das idades dos 12 anos com 5 alunos, 10 e 13 anos com 4 alunos em cada escalão, 15 anos com 2 alunos, e a idade dos 14 anos nenhum aluno referiu em relação a esta prática observada. Nas escolas 3 e 4 observamos maior incidência na idade dos 11 anos com 3 alunos em seguida as idades 13 anos com 2 alunos, 12 anos com 1 aluno. Em relação a **espancamento**, comparando as escolas pesquisadas, temos nas escolas 1 e 2, uma incidência maior de alunos que observaram esta prática em relação as escolas 3

e 4. Os dados analisados são 4 (0,7%) alunos para 1 (0,23%) alunos. Em relação ao sexo, nas escolas 1 e 2 os rapazes 3 alunos disseram em maior número terem observado espancamento na escola em relação as raparigas 1 aluna. Nas escolas 3 e 4, apenas 1 rapariga observou esta prática. Comparando o escalão etário, as idades diferem em relação a espancamento, observados nas escolas. Nas escolas 1 e 2, a idade dos 10 anos, 3 alunos, seguido da idade dos 12 anos com 1 aluno. Nas escolas 3 e 4 observamos 1 aluno da idade dos 14 anos. Em relação à **bullying**, comparando as escolas pesquisadas, nas escolas 1 e 2, temos uma incidência maior de alunos que observaram esta prática em relação as escolas 3 e 4. Os dados analisados são 19 (3,4%) alunos para 15 (3,3%) alunos. Em relação ao sexo, nas escolas 1 e 2 os rapazes 9 alunos disseram em menor número terem observado bullying na escola em relação as raparigas 10 alunas. Nas escolas 3 e 4, os rapazes 6 alunos em menor número em relação as raparigas 9 alunas. Comparando o escalão etário, as idades diferem em relação à bullying observado nas escolas pesquisadas. Nas escolas 1 e 2, a idade dos 13 anos, 6 alunos, seguido das idades dos 11 e 12 anos com 4 alunos em cada escalão, 10 anos com 3 alunos, 15 anos com 2 alunos, e a idade dos 14 anos nenhum aluno referiu em relação a esta prática observada. Nas escolas 3 e 4 observamos maior incidência na idade dos 13 anos com 10 alunos em seguida as idades 14 anos com 2 alunos e 15 anos com 3 alunos. Em relação à **empurrão**, comparando as escolas pesquisadas, nas escolas 1 e 2, temos uma incidência maior, 4 alunos que observaram esta prática em relação as escolas 3 e 4, nenhum aluno. Em relação ao sexo, nas escolas 1 e 2 apenas 1 rapaz em relação a 3 raparigas, que disseram terem observado empurrão na escola. Em relação à **de tudo**, apenas na escola 1 e 2 um aluno de 12 anos, se referiu a esta prática. Em relação à **insultos e desrespeito**, comparando as escolas pesquisadas, temos nas escolas 1 e 2, 6 alunos, uma incidência maior de alunos que observaram estas práticas em relação as escolas 3 e 4, apenas 3 alunos. Em relação ao sexo, nas escolas 1 e 2 os rapazes 2 alunos disseram em menor número terem observado insultos e desrespeito na escola em relação as raparigas 4 alunas. Nas escolas 3 e 4, os rapazes 1 aluno e as raparigas 2 alunas. Comparando o escalão etário, as idades diferem em relação à insultos e desrespeito observados nas escolas. Nas escolas 1 e 2, a idade dos 10,11 e 12 anos, 2 alunos para cada escalão. Nas escolas 3 e 4 observamos 1 aluno na idade dos 12 anos e 2 alunos na idade dos 13 anos. Em relação a **assalto e roubo**, comparando as escolas pesquisadas, apenas os alunos das escolas 1 e 2, 8 alunos, 5 rapazes e 3 raparigas, relataram terem observado assaltos e roubos na escola. Em relação a **confrontos**, comparando as duas escolas, apenas os alunos das escolas 1 e 2, 3 alunas, relataram terem observado confrontos na escola. Em relação à **discussão**, comparando as duas escolas, apenas os alunos das escolas 3 e 4, 1 aluna, relatou ter observado discussão na escola. Em relação à **discriminação** e **preconceito**, comparando as duas escolas, apenas os alunos das escolas 3 e 4, 2 alunos, 1 rapaz e 1 rapariga, relataram terem observado discriminação e preconceito na escola. Vemos que em relação as práticas de violências presenciadas nas escolas temos maior incidência de brigas, agressões verbais, psicológicas e palavrões, seguidos de agressões físicas, bullying e os socos, pontapés, beliscões e puxões de cabelo. Em relação as brigas vemos que estas acontecem mais nas duas escolas brasileiras em 98% dos casos. Já as outras práticas analisadas que tivemos maiores incidências: agressões verbais, psicológicas e palavrões, seguidas de agressões físicas, bullying e os socos, pontapés, beliscões e puxões de cabelo, ocorreram numa porcentagem muito maior nas duas escolas portuguesas. Nas escolas brasileiras as meninas relataram mais estas práticas e nas escolas portuguesas, os rapazes.

Tal situação corresponde a valores dos tipos de práticas de violência reprováveis nas escolas pesquisadas. Temos em relação a nenhuma prática observada, acima do esperado para as escolas observadas em Portugal e abaixo do esperado para as escolas observadas no Brasil. Em relação a brigas, abaixo do esperado para as escolas observadas em Portugal e acima do esperado para as escolas observadas no Brasil. Em relação às agressões físicas e/ou verbal e/ou psicológica, temos acima do esperado nas escolas observadas em Portugal e abaixo do esperado nas escolas observadas no Brasil. Em relação às lutas, temos acima do esperado nas escolas observadas em Portugal e abaixo do esperado nas escolas observadas no Brasil. Em relação a bater, temos acima do esperado nas escolas observadas em Portugal e abaixo do esperado nas escolas observadas no Brasil. Em relação a ameaças, temos cima do esperado nas escolas observadas em Portugal e abaixo do esperado nas escolas observadas no Brasil. Em relação a socos, pontapés, beliscões e puxões de cabelo, temos acima do esperado nas escolas observadas em Portugal e abaixo do esperado nas escolas do Brasil. Em relação a palavrões e espancamentos, temos acima do esperado para as escolas observadas em Portugal e abaixo do

esperado nas escolas observadas no Brasil. Em relação ao bullying, temos abaixo do esperado nas escolas observadas em Portugal e acima do esperado nas escolas observadas no Brasil. Em relação a empurrões, temos acima do esperado nas escolas observadas em Portugal e abaixo do esperado nas escolas do Brasil. Em relação a ver de tudo, temos acima do esperado nas escolas observadas em Portugal e abaixo do esperado nas escolas do Brasil. Em relação a insultos e/ou desrespeito, temos acima do esperado nas escolas observadas em Portugal e abaixo do esperado nas escolas do Brasil. Em relação a confrontos, temos acima do esperado nas escolas observadas em Portugal e abaixo do esperado nas escolas do Brasil. Em relação a discussão, temos abaixo do esperado nas escolas observadas em Portugal e acima do esperado nas escolas do Brasil. Em relação a discriminação e preconceito, temos abaixo do esperado nas escolas observadas em Portugal e acima do esperado nas escolas do Brasil ($X^2 = 185,667$; gl= 15; p=0,000).

Muitas das práticas que são presenciadas pelos adolescentes nas escolas, acabam por causar perturbações e frustações e até danos psicológicos, neste sentido, perguntamos a estes alunos que presenciaram práticas de violência nas suas escolas, em que grau se sentiram ameaçados por estas situações presenciadas.

Quadro 3. Distribuição dos pesquisados sobre grau em que se sentiram ameaçados pela situação presenciada na escola

Situação que presenciou	Ocorrência N	%	Sexo				Escalão etário					
			Rapaz	%	Rapariga	%	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos ou mais
Nada afetado	563	58%	250	56.8%	313	59%	51	114	102	160	78	58
Pouco afetado	246	25%	118	26.8%	128	24%	30	36	52	57	39	32
Afetado	115	12%	51	11.6%	64	12%	19	19	27	28	9	13
Muito afetado	44	5%	21	4.8%	23	4%	3	14	9	7	8	3
TOTAL	968	100%	440	100%	528	100%	103	183	190	252	134	106

Fonte: *Inquérito Representações e Práticas de Violência nas Escolas – 2011 a 2013*

Num total de 968 alunos que responderam sobre o grau em que se sentiram afetados por situações presenciadas na escola, destes 563 (58%) alunos disseram não terem se sentido afetados, 246 (25%) alunos disseram se sentir um pouco afetado, 115 (12%) alunos disseram se sentirem afetados e 44 (5%) alunos disseram terem sido muito afetados.

Em relação ao sexo, as raparigas aparecem em maior proporção do que os rapazes, quando perguntado sobre situações que tenham presenciado no cotidiano da escola e o grau em que se sentem afetadas. Nada afetado 313(55,6%) raparigas em relação a 250(44,4%) rapazes, pouco afetado, temos 128(52%) raparigas para 118(48%) rapazes, afetados temos 64(55,6%) raparigas para 51(44,4%) rapazes e muito afetado temos 23(52,3%) raparigas para 21(44,7%) rapazes. Relativamente ao escalão etário dos pesquisados, observa-se que na idade dos 13 anos há menos afetados com situações que ocorrem no cotidiano da escola, 160 (28,4%) alunos, seguido pelas idades dos 11 anos, 114(20,3%) alunos, 12 anos, 102(18,1%) alunos, 14 anos, 78(13,9%) alunos, 15 anos, 58(10,3%) alunos e 10 anos 51(9%) alunos. Os alunos que disseram pouco afetados apresenta maior incidência na idade dos 13 anos, 57 alunos, seguidos pela idade dos 12 anos com 52 alunos, As outras idades, 10, 15, 11 e 14 anos, têm uma variação entre 30 a 39 alunos por escalão, nenhum escalão abaixo da média. Os alunos que disseram se sentirem afetados, temos a idade dos 13 anos com uma maior incidência, 28 alunos, seguido pela idade dos 12 anos com 27 alunos, 10 e 11 anos com 19 alunos, 15 anos com 13 alunos e 14 anos com 9 alunos. Os que disseram se sentir muito afetados temos a maior incidência na idade dos 11 anos com 14 alunos, seguido pela idade dos 12 anos com 9 alunos, com menor incidência na idade dos 15 anos com apenas 3 alunos que se disseram muito afetados com situações presenciadas na escola.

Relativamente à **análise comparada** dos alunos das duas escolas portuguesas (1 e 2) e dos alunos das duas escolas brasileiras (3 e 4) mostra também algumas assimetrias. Nas escolas 1 e 2 (Portugal), 314 (58,3%) dos alunos se disseram nada afetados com as situações presenciadas em relação a 248 (58%) alunos das escolas 3 e 4 (Brasil). Quando comparado os que se dizem pouco afetados temos na escola 1 e 2 130 (24,1%) alunos em relação as escolas 3 e 4, 116 (27%) alunos. Em relação aos que disseram se sentir afetados temos nas escolas 1 e 2, 71 (13,2%) alunos em relação aos 44 (10%) alunos das escolas 3 e 4. Os que disseram se sentir muito afetados temos nas escolas 1 e 2, 24 (4,4%) alunos em relação a 21 (5%) nas escolas 3 e 4. Em relação ao sexo, também não se difere muito em relação a proporção de alunos por amostra, mas nas escolas 3 e 4 vemos que em relação aos alunos que se sentem nada afetados com as situações presenciadas na escola, as raparigas estão em maior número, correspondendo a 62% dos alunos.

Relativamente ao escalão etário, quando comparados, temos variações significativas em relação aos nada afetados onde nas escolas 1 e 2 os alunos de 11 anos, 85 (27%) se dizem nada afetados, enquanto nas escolas 3 e 4, observamos na idade dos 13 anos, 109 (44%) alunos. Em relação aos que disseram se sentir pouco afetados temos nas escolas 1 e 2 nas idades dos 12 anos (23%) dos alunos, 11anos (21,5%) e 10 anos (21,5%) dos alunos, em relação as escolas 3 e 4, onde se observa na idade dos 13 anos (32,8%) alunos, seguido pelas idades dos 15 anos (20,7%), 14 anos (19,8%)e 12 anos (18,9%) dos alunos. Em relação aos que disseram se sentir afetados temos nas escolas 1 e 2 maior incidência na idade dos 10 anos com 18 alunos (25,3%), 12 e 13 anos com 14(19,7%) alunos seguido dos 11 anos com 13(18,3%) alunos, em menor proporção o escalão dos 14 anos, em relação as escolas 3 e 4 onde ocorre em maior número na idade dos 13 e 12 anos, respectivamente (31,8%) e (29,5%) dos alunos.

Vemos que a maioria dos alunos pesquisados não se sentiram afetados pelas práticas de violência vivenciadas nas escolas, principalmente os alunos das duas escolas portuguesas. Em relação aos que sentiram afetados pelas situações vivenciadas, também temos em maior número, alunos das duas escolas portuguesas.

Tal situação corresponde ao grau em que se sentiu ameaçado pelas práticas de violência observadas, relativamente ao país. Em relação a nenhuma das opções marcadas, temos acima do esperado para as escolas observadas em Portugal e abaixo do esperado para as escolas observadas no Brasil. Em relação a nada afetado, temos abaixo do esperado para as escolas observadas em Portugal e acima do esperado para as escolas observadas no Brasil. Em relação a pouco afetado, temos abaixo do esperado para as escolas observadas em Portugal e acima do esperado para as escolas observadas no Brasil. Em relação a afetado, temos acima do esperado para as escolas observadas em Portugal e abaixo do esperado para as escolas observadas no Brasil. Em relação a muito afetado, temos abaixo do esperado para as escolas observadas em Portugal e acima do esperado nas escolas observadas no Brasil (X^2 = 16,338; gl= 4; p=0,000).

Considerações finais

Apesar de algumas semelhanças em relação às práticas de violência vivenciadas nas escolas estudadas, vemos que os dados da presente investigação apontam também algumas diferenças entre os estabelecimentos de ensino analisados. Torna-se relevante que cada escola seja objeto também de análises individualizadas. Neste sentido, podem ser apreendidos aspectos e fatores associados a cada escola, que podem introduzir diferenças relevantes não apenas na prática de violência na escola, mas também nos efeitos das mesmas, tornando este fenômeno em alguns casos, único em cada escola.

A escola e seus profissionais formam um universo capaz de propiciar o desenvolvimento do aluno, bem como criar condições para que ocorram aprendizagens significativas e interações. Cada sujeito apresenta um universo próprio, tornando necessário que o estabelecimento dos espaços interativos, no contexto educacional, seja orientado a promover relações de troca, de esforços partilhados na construção de soluções comuns, para o alcance dos objetivos coletivos.

Todos nós nos preocupamos com o aumento dos comportamentos agressivos e da violência ocorridos na maioria de nossos sistemas educacionais. Consequentemente, uma medida importante seria o desenvolvimento de uma parceria internacional sobre as políticas e as práticas de prevenção da violência e a formação de nossos professores relacionadas a prevenção da violência nas escolas.

É certo que não existe ainda um conceito de violência na escola suficientemente estabilizado nem uma teoria consolidada na totalidade. Porém, os estudos científicos que, nas últimas décadas, têm vindo a ser desenvolvidos, indicam que estamos perante um campo temático que não tem parado de adquirir consistência teórica e que é fundamental a continuação do desenvolvimento e produção científica.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, M. & Rua, M.G. Escola e Violência. Brasília: UNESCO, 2002.

ABRAMOVAY, M. & Rua, M.G. Violência nas escolas. Brasília: UNESCO, 2003

BARROS, Nazaré. (2010). Violência nas Escolas Bullying: Reflexões sobre indisciplina, violência e bullying escolar. Lisboa: Bertrand Editora.

CARVALHO, Maria João Leote de. (2012). Delinquência de crianças e jovens: uma questão de olhares. ALICERCES, Lisboa, Edições Colibri / Instituto Politécnico de Lisboa, pp. 23-35.

CHARLOT, B. ÉMIN, J-C. (Eds.). (1997). Violences à l'école: état des savoirs. Paris: Armand Colin.

CHARLOT, B. (2002). Violência nas escolas: como os sociólogos franceses abordam essa questão. *Sociologias*, n. 8, jul./dez.

CHESNAIS, J. C. (1981). Histoire de la violence. Paris: Éditions Robert Laffont.

DEBARBIEUX, E. (Coord.)."La violence à l`école: approaches européenes". Institute National de Recherche Pedagogic. In: Revue Francaise de Pedagogie, n.°123 – avril, mai-juin,1998.

DEBARBIEUX, Éric.; BLAYA, Catherine. (orgs). (2002). Violência nas escolas: dez abordagens européias. Brasília: UNESCO.

GUILLOTTE, A. (1999). Violence et Education – Incidents, incivilités et autorité dans le contexte scolaire. Paris: Presses Universitaires de France.

LOURENÇO, Nelson, LISBOA, Manuel e FRIAS, Graça. (1998). Crime e insegurança: delinquência urbana e exclusão social. *Sub-Judice*, 13, pp. 51-59.

LOURENÇO, Nelson & LISBOA, Manuel. (1992), Representações da Violência. Lisboa: Cadernos CEJ, 2/91.

NÓVOA, A. (1992). As instituições escolares em análise. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

SEBASTIÃO, J., T. SEABRA, M. G. ALVES, D. TAVARES, J. M. MARTINS, e M. J. PORTAS (1999). A produção da violência na escola, Revista da ESES, Santarém.

SEBASTIÃO, João, ALVES, Mariana Gaio, CAMPOS, Joana. (2003). Violência na escola: Das políticas aos quotidianos. Sociologia, Problemas e Práticas, nº 41, p. 37-62.

SILVA, Joelma Oliveira da & RISTUM, Marilena. (2010). A violência escolar no contexto de privação de liberdade. Revista Psicologia, Ciência e Profissão, 30(2), p.232-247.

Novas Cartas Portuguesas: desafio e incitação à sublevação

Ana Bárbara Pedrosa
Universidade Federal de Santa Catarina
anabarbarapedrosa@gmail.com

Resumo: Partindo do livro *Novas Cartas Portuguesas*, das "Três Marias", em que o elemento feminino desafia os valores patriarcais da ditadura salazarista, pretende-se questionar o contexto de criação da obra, detalhando e interpretando o compromisso da obra literária com a realidade. Procura-se ainda inquirir de que forma a criação literária feminista pode funcionar como defesa contra a dominação cultural. No livro, a denúncia das explorações reflecte a luta de classes e, portanto, mecanismos de poder e de dominação mais abrangentes que o do sexo pelo sexo. A obra – em movimento (Eco, 1988) – mostra a feminização da pobreza e incita sublevações não só a nível de género, mas a nível de todas as classes oprimidas pela ditadura salazarista em Portugal, incitando a alteração da relação de forças que provoca todos os tipos de opressões. Será, assim, um ponto de partida, enquanto denúncia, para a transgressão do modelo social em vigor.

Palavras-chave: feminismo, literatura, ficção, relações de poder

1. Introdução

No conto *O Romance de Chupim*, Monteiro Lobato relata uma situação em que um homem, em virtude do facto de viver sob a dependência económica da esposa, se torna num dos "chupins", "homens falhos, *ratés* da virilidade" (Lobato, 2009: 47), de acordo com uma das personagens, uma vez que desempenham meramente o papel de *maridos*. Estando a mulher ao leme do poder económico do casal, a única função *de mulher* que cumpriria seria a da gravidez, "já que é impossível a revogação de certas leis naturais" (Lobato, 2009: 48). O homem tomaria conta dos filhos, habituar-se-ia à submissão e acabaria "usando em casa as saias velhas da mulher, para economia de calças" (Lobato, 2009: 48). Este conto deixa-nos uma imagem da qual podemos partir neste estudo: a de um homem ridicularizado por não ter poder, sob a assumpção de que a posição submissa e dependente está naturalmente confinada à mulher e que qualquer alteração deste padrão significa a ridicularização e a feminização do homem. Prova disso é a forma como termina o conto: "O romance do chupim tem hoje onze anos. Já é menino de escola. Chama-se Lauto e, para reabilitação do sexo barbado, puxou o caráter da mãe" (Lobato, 2009: 63).

Iremos, neste artigo, explorar a relação entre a representação literária da realidade social e o implícito papel de denúncia e convite à sublevação na obra *Novas Cartas Portuguesas*, de Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa. Aqui, iremos focar-nos em alguns dos casos de mais aguçada violência retratados na obra, que, em plena ditadura salazarista, foi um contributo crucial para a retirada do tema do âmbito privado: com a obra, ainda que a primeira edição, de Abril de 1972, tenha sido recolhida e destruída pela censura de Marcelo Caetano, estava dado um primeiro passo para que a violência doméstica fosse alvo de discussão pública - um assunto político, portanto -, distanciando-se da ideia de assunto exclusivo do foro privado. Desta forma, a intervenção do poder público teria espaço para acção e as relações de poder, que naturalizavam as opressões de género, poderiam ser questionadas. O livro das "três Marias", como ficaram conhecidas internacionalmente, será, assim, um primeiro passo nas conquistas da luta feminista na desconstrução da naturalização da violência machista, enquanto combate à impunidade.

Cabe ainda referir que, não raras vezes, a crítica literária considera a obra sem atentar nas suas condições de produção. Neste processo, haverá uma falha analítica, uma vez que, pela ausência da razão de ser da obra e pela visão do autor enquanto indivíduo e não enquanto agente de um papel social, deixa de ser possível fazer uma análise completa da obra. No decorrer deste artigo, não iremos alhear-nos das condições de produção.

Ao mesmo tempo, não seguiremos uma orientação sociologista, uma vez que a ficção permite inúmeros artifícios e que o universo real pode ser alterado por propósitos literários. Analisaremos aqui partes de *Novas Cartas Portuguesas*, encarando-as como propostas de vida e denúncias de vidas possíveis, mostrando os condicionamentos sociais que interferiram na construção interna da obra.

2. Um projecto de emancipação social através da literatura

Não tendo a violência doméstica sido sempre punida, outrora foi justificada com a ideia de que a violência *per se* é já constitutiva de um povo e que parte, por isso, da natureza humana (Luz, 2009: 50). Desta forma, a hierarquia entre os géneros, por estar aliada a uma cultura susceptível de naturalizar e justificar a violência, seria susceptível de democratizar-se (Luz, 2009: 56). Perante isto, os movimentos feministas tiveram de mostrar que as desigualdades de género são construções sociais. Cumprir este desafio seria o único caminho para a desconstrução da naturalização e da subordinação das mulheres. Assim, grupos de mulheres organizaram-se colectivamente, a partir do século XX, para denunciarem a violação de direitos femininos, dando visibilidade à violência contra as mulheres. *Novas Cartas Portuguesas* é um dos exemplos dessa luta colectiva, surgido no decorrer de uma ditadura que em tudo privilegiava o patriarcado e que, por isso, considerou a obra imoral.
María Luisa Femenías, num artigo sobre o feminismo latino-americano, repara que as questões próprias do feminismo pós-colonial acabaram por adoptar o desenho das políticas da identidade (Femenías, 2007: 11). As três Marias, contudo, conscientes da herança histórica negativa das mulheres, nunca se deixaram resvalar para essa concepção do mundo: pelo contrário, elas aliam as opressões de género às opressões de classe, numa representação completa das relações de poder arquitectadas na sociedade portuguesa durante a ditadura salazarista. Femenías considerará que esta é uma representação acertada, uma vez que julga que as questões *materiais* devem somar-se ao marco formal igualitário e universalista (Femenías, 2007: 12).
A naturalização das relações de poder, tão conveniente às classes dominantes, uma vez que dizima a legitimidade das forças que se lhe opõem, será um dos grandes entraves à alteração de forças sociais. Dessa forma, a tradição existirá somente no domínio do exercício de poder sobre corpos instituídos em hierarquia e inferioridade (Swain, 2010: 36). Contra isto, a acção dos movimentos feministas permitiu que a violência tenha passado a ser entendida como um problema social – e, portanto, tenha passado a existir a possibilidade de ser enfrentada. É o caso da obra a que aqui nos referimos: ela mostrou de que forma a condição das mulheres não derivava de uma condição natural, mas política, ao mesmo tempo que a trouxe para a discussão pública enquanto violação de direitos que exige resposta política. Organizada colectivamente, a obra mostra a repressão sofrida pelas mulheres sem recurso a eufemismos – e fá-lo com personagens diferentes em condições diferentes, não se acantonando numa situação única, tornando-se, assim, num caso ímpar de ilustração da condição feminina em Portugal na literatura portuguesa.
Swain notará ainda que o facto da história considerar a diferença sexual enquanto dado "natural" significa que ela se revela incapaz de problematizar as representações e os valores constitutivos do social (Swain, 2010: 39). E, de facto, foi desnaturalizando a violência que as autoras permitiram que ela se tornasse num assunto político, alvo de discussão pública. E até, acrescente-se, de repressão pública, já que ela tão claramente abanava esse *status quo* considerado natural. O poder instituído defendia-se, assim, da tentativa de alteração de forças, deslegitimando a oposição ao considerá-la "imoral".
É ainda neste sentido que Pierre Bourdieu considera que a dominação masculina é um dos casos mais berrantes de *discriminação simbólica*, uma vez que a *violência simbólica* de que as mulheres padecem, invisível para elas mesmas, se exerce principalmente através das vias simbólicas da comunicação (Bourdieu, 2012: 7). Ao mesmo tempo, considera que esse poder reside na forma como os dominantes fazem reconhecer a sua maneira de ser particular como universal (Bourdieu, 2012: 78), que resultará da sua incondicional adesão à ordem das coisas (Bourdieu, 2012: 88). É no mesmo sentido que Simone de Beauvoir faz referência à ideia do masculino como universal, concluindo que o masculino representa tanto o positivo como o neutro, razão pela qual tem sido aceitável que o sintagma nominal "os homens" possa designar toda a humanidade (Beauvoir, 1970: 9). Estas ideias de *violência simbólica* e de *masculino como universal* serão cruciais na análise para a qual partiremos:

elas serão as razões de fundo para as discriminações – também *simbólicas* - sofridas pelas mulheres e serão as responsáveis pela arquitectura do poder favorável ao agente masculino. Assim, cabe ainda lembrar Chauí (1998), que irá admitir que ter direitos é o equivalente a ter poder: dessa forma, um direito não é concedido, sendo antes conquistado e conservado. É ainda esta relação entre direitos e poder que as autoras exploram na obra, que parece tão política quanto literária. As autoras, misturando prosa com poesia (numa obra que teve ainda várias adaptações para teatro, dentro e fora da Europa), revigoram as perspectivas sobre as opressões de géneros normalizadas durante a ditadura salazarista e incitam as práticas de igualdade. Ao representarem a realidade de forma crua, e ao darem vida a personagens que não só sentem as opressões de género como as condenam, não deixando que se normalizem ou naturalizem, as autoras dão um passo para a transformação das relações de poder, partindo para a transgressão do modelo social vigente. Assim, o feminismo aparece não só como objecto literário, mas como projecto de emancipação social através da literatura. Existe, desta forma, um compromisso da ficção com a realidade, uma vez que ela aparece como forma de alterá-la – ou, pelo menos, tem esse intuito, o que já não é de somenos.

3. O compromisso da ficção com a realidade

> "Mulher: abastança de homem, sua semelhança, sua terra, seu latifúndio herdado. De secretas coisas acusarão o trio; nós os assustaremos na recusa de lhes sermos presa." (Barreno/Horta/Costa, 2010: 75)

A forma como Barreno, Horta e Costa lançaram mãos a este corajoso empreendimento não lhes deixou espaço para eufemismos: logo no início da obra, denunciam a posição de objecto que as mulheres ocupam na sociedade: "Porque só de minha posse na verdade te importas: eu tua terra, colónia, tua árvore-sombra-programada para acalmar sentidos" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 21). A não-recursividade aos eufemismos irá tornar-se mais notória à medida que a obra prossegue: seja nas descrições de violações sexuais, de casamentos, da clausura de Mariana num convento ou de violência doméstica, não houve meiguice nem candura que refreassem a escrita de um livro duro e perturbador. Iremos, aqui, focar-nos em seis cenas, que, por serem das mais violentas, nos parecem as mais pertinentes na análise das discriminações sofridas pelas mulheres no decorrer da obra.

3. 1. "O PAI"

É a visão do homem sobre a mulher, integrante nas várias formas de opressões de género, aquilo que aparece como forma legitimadora de todas as atrocidades que sobre ela são cometidas. Assim, a mulher será propriedade do homem, por meio do trabalho e das leis, corpo a ser possuído e terra que lhe pertence: "(ah, mulher! que é para te comprar que eu trabalho há séculos, e minhas leis, e tu sempre me foges), corpo que se possui, terra do homem, carne da sua carne, costela de Adão" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 81/82). É sob esta visão que surge uma das mais perturbadoras cenas deste livro: a violação de uma mulher (menina?) pelo próprio pai. Ao escrevê-la, as autoras não desculparam o culpado nem fizeram da vítima heroína, que aqui aparece a ocupar o seu papel submisso, assumindo o papel que lhe está destinado por um *princípio simbólico* que é conhecido por dominantes e dominados (Bourdieu, 2012: 8). Mesmo tendo consciência de que a relação sexual que entre os dois se estabelece é contra a vontade dela, ou não necessitaria de calá-la ("Curva-se quando ela acorda e tapa-lhe a boca com força, brutal" in Barreno/Horta/Costa, 2010: 130), o homem considera que a culpada é a filha, que "Era perversa: tinha um riso liberto, sedento, e uma maneira envolvente de olhar os outros; um odor enlouquecido a entreabrir-se aos poucos, como um fruto, obsessivo: obsessivamente, obsessivamente" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 130). Viola-a, porque, afinal, ela "andava em casa com as blusas desabotoadas" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 129) e, no dia seguinte a tê-la violado, diz-lhe que tem de abandonar a casa:

> "(...) não podemos continuar a viver todos juntos na mesma casa depois do que se passou. Foste a culpada de tudo, bem sabes que foste a culpada de tudo, eu sou homem; sou homem e tu és provocante, perversa. És perversa. Uma mulher sem

> vergonha, sem pudor. Não te quero ver mais, enojas-me, repugnas-me, envergonhas-me. Tu percebias, sei que percebias, que sabias como me punhas. Eu sou homem, minha puta."
>
> (Barreno/Horta/Costa, 2010: 130)

Mariana, a filha, assume a culpa: "Claro que sou uma puta, podes estar tranquilo, pai, sou uma puta." (Barreno/Horta/Costa, 2010: 130). A mãe põe-se do lado do dominante: " – Grande cabra – chamou-lhe a mãe quando ela se dirigia para a porta da rua, agarrada às paredes para não cair" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 130).
Desta forma, a mulher é apresentada como um ser imoral, numa mera técnica retórica de isentar e elevar o homem à categoria de modelo ideal. A misoginia não será, assim, um mero acto irracional de ódio às mulheres, antes sendo uma necessidade estrutural para a afirmação masculina (Braidoti, 2004: 12). Neste sentido, as mulheres são definidas por oposição aos homens, sendo-lhes atribuído um marco de inferioridade, que deverá ser visto como um traço natural (Braidoti, 2004).
Em sociedades dominadas pelo chauvinismo masculino, tem sido comum que a mulher violada possa ser julgada culpada e que o homem agressor apareça como vítima indefesa perante aquilo que será visto como provocação do corpo feminino. Neste caso, tal acontece, porque, afinal, era a mulher que "deixava a porta entreaberta, esquecida, enquanto se despia devagar" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 129). Mais de quarenta anos anos após a primeira edição da obra, a culpabilização das vítimas existe ainda na sociedade portuguesa. Prova disso é um acórdão do Tribunal da Relação do Porto, datado de 13 de Abril de 2011, que isentou um psiquiatra da violação de uma paciente, grávida de nove meses, não pela ausência de provas, mas porque considerou que a violação não foi suficientemente violenta: "Para que o empurrão na ofendida integrasse o conceito de violência, visada como elemento objetivo do crime de violação, teria de traduzir um 'plus' relativamente à força física normalmente utilizada na prática de um ato sexual"[1]. Aliás, o artigo 163º do Código Penal é claro: só é violador quem "por meio de violência, ameaça grave, ou depois de, para esse fim, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir, constranger outra pessoa".
Bourdieu considera que os actos de conhecimento e de reconhecimento práticos da fronteira entre dominantes e dominantes, desencadeados pelo *poder simbólico* – e pelos quais os dominados podem contribuir para a sua própria dominação –, assumem formas de emoções corporais; assim, o corpo subtrai-se às directivas da consciência, agindo conforme as censuras inerentes às estruturas sociais (Bourdieu, 2012: 51). Tal pode assumir diversas formas, como o enrubescer ou o gaguejar. Neste caso, é a assumpção de culpa aquilo que faz com que Mariana isente o culpado, assumindo a culpa da violação que sofreu. Metade vítima, metade cúmplice, diria Jean-Paul Sartre.

3. 2. "*Texto sobre a solidão*"

A cena anterior remete-nos ainda para outra, em que a relação sexual é utilizado como mera manobra de subjugação. Assim, Mónica, que se debate, "todavia imóvel, hirta" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 191), vê-se forçada a manter relações sexuais com um homem que não ignora o horror que lhe provoca. Aliás, é nesse horror que se faz a sua excitação sexual: "Gosto que tenhas nojo mas que venhas comigo para a cama" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 191), pensará ele. Dessa forma, o seu orgasmo contará como vitória sua, como subjugação dela: "se veio de novo a vingar-se dela; lambuzando-lhe com o sexo, em seguida, a boca cerrada a dar-lhe a conhecer o gosto da sua vitória." (Barreno/Horta/Costa, 2010: 193). Tal estará de acordo com a visão de Bourdieu, que interpreta a relação sexual como uma relação social de dominação, construída através do princípio de divisão entre o masculino, activo, e o feminino, passivo. Este princípio dirigirá o desejo masculino como desejo de posse e o feminino como desejo de dominação masculina, aliando-se aqui a dominação e a subordinação erotizadas, passando mesmo a haver um reconhecimento erotizado da dominação (Bourdieu, 2012: 31). O gosto do homem na subjugação feminina prova, assim, o desejo de posse e a necessidade de assumpção de poder.

---

1 Acórdão número RP20110413476/09.0PBBGC.P1, processo número 476/09.0PBBGC.P1, relatora Eduarda Lobo.

3. 3. "*Carta de D. Joana de Vasconcelos para Mariana Alcoforado freira no Convento de Nossa Senhora da Conceição em Beja*"

Uma parte considerável do livro gira à volta de duas mulheres: Mariana, encarcerada num convento, sob o hábito que rejeita, e Joana, casada contra a vontade, com um homem que não quer. Ainda que Mariana, encarcerada no convento por mãos alheias, se sinta numa tristeza infinda, Joana, casada com um homem que não escolheu, há-de invejar-lhe o fado: "Antes aprouvera a meus pais me darem hábito tal como a ti, Mariana; monja me agradaria mais ser que mulher odiando seu marido e tão vulnerável, tão ansiosa, tão sequiosa de amor." (Barreno/Horta/Costa, 2010: 135). Tal se deve porque, a uma vida de clausura, Joana vai contrapor o seu "corpo dilacerado, por membro estranho, escaldante, a magoar sobretudo a alma" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 135). Fará, assim, a Mariana, a pergunta retórica: "sabes tu minha irmã, o que é calarmos, dia após dia, o nojo, a aflição já sem lágrimas, nem lágrimas tendo para nos chorarmos, nem pena conseguirmos arranjar mesmo por nós próprias?" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 135). Afinal, Mariana não sabe "o que é sermos tomadas nuas por mãos apressadas e bocas moles de cuspo" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 135). Notamos, nesta cena, dois casos de mulheres cujos destinos foram decididos por outrem. Como nota Ávila, o processo de construção dos direitos sexuais integra-se no processo, mais amplo, da construção da democracia. Assim sendo, para que as mulheres construam os seus próprios direitos sexuais, devem romper com a heteronímia a que sempre estiveram submetidas, relativamente ao uso dos seus próprios corpos (que empurrou, neste caso, Joana para um casamento que não quer), uma vez que aquilo que historicamente sempre controlou e reprimiu as suas vivências corporais na sexualidade foi determinado por homens. Dessa forma, o controlo do corpo é um elemento central da dominação patriarcal (Ávila, 2003: 467). As duas personagens são, assim, dois claros exemplos da dominação do patriarcado, que lhes escolhe os destinos e, num dos casos, explora sexualmente um corpo como lhe aprouver, contra a sua vontade.

3.4. "*Monólogo de uma mulher chamada Maria, com a sua patroa*"

A leitura leva-nos ainda a uma cena de violência doméstica que se destaca pela desculpabilização do agressor. Num monólogo que dirige à patroa, Maria há-de perguntar: "mas como é que eu podia saber que o meu António havia de vir assim das Áfricas, ele que era uma pessoa, não desfazendo, de tão bom coração e desde que veio das guerras anda transtornado da cabeça e me mete medo grita noite e dia, bate-me até se fartar e eu ficar estendida." (Barreno/Horta/Costa, 2010: 163). Ao longo do monólogo, Maria vai dando a entender o grau da violência: "ele sempre a bater, a bater, só não dando cabo de mim porque o menino coitadinho, se foi botar agarrado ao meu corpo" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 164). A uma violência bárbara, segue-se a aceitação: "voltou um mês depois, para me pedir desculpa com tão bons modos que o desculpei, o que quer a senhora, são fraquezas que a gente tem" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 164). As autoras mostram ainda o desespero que pode assolar uma vítima de violência doméstica sem esperança no futuro e sem capacidade de mudança: "Foi sina ser infeliz, não vale a pena lutar contra o destino, minha senhora, não vale a pena, o homem pode-se revoltar sempre que quer mas a mulher está presa a eles, a um filho e depois? Que o meu António no fundo até não é mau, não senhora, e é o pai do meu Antoninho, pobrezinho, tão fraquinho me saiu do corpo..." (Barreno/Horta/Costa, 2010: 164). Esta será, assim, uma representação de um caso em que a mulher não se reivindica como sujeito por estar simbolicamente destinada à resignação e à submissão.

Com esta cena, as autoras tiraram a violência doméstica dos confins da vida privada, inacessível pela política pública (só no ano 2007, contudo, ela passaria a ser considerada crime público em Portugal), o que permitiu que a relação de forças fosse alterada. Tirando a violência doméstica do espaço privado a que estava confinada, através da literatura, as três Marias permitiram que tal fosse alvo de discussão pública e que as condições em que as mulheres viviam durante a ditadura salazarista fossem denunciadas. Estavam, assim, escancaradas as portas que davam acesso à política dentro da casa, num avanço feminista que desconstruía a naturalização da violência machista. Desta forma, o feminismo, aliando o teórico ao pessoal, e aliando ambos ao colectivo, resulta numa teoria crítica sobre as relações de poder.

3.5. "*O Cárcere*"

A violência continua, outra vez numa descrição atroz: à entrada do homem na casa, a mulher "percebeu-lhe o olhar mau dos dias em que choviam novas acusações, novas suspeitas, renovadas injúrias." (Barreno/Horta/Costa, 2010: 169). A partir daí, fica claro que a personagem não terá salvação, que a violência que dali advirá não terá justificação naquilo que fizer ou não. É por esse motivo que diz "porquê contar pormenores e suas sequências, tudo foi provocação, táctica de extrair o pretexto do seu silêncio" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 170), uma vez que ele continuava "buscando o mínimo pretexto que lhe permitisse passar ao ataque, à brutalidade" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 170). Daí que seja dito que "o que foi seu [da mulher] gesto ou sua resposta não interessa" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 170), uma vez que, assim como assim, ele passaria ao ataque. E assim o fez: "ele saltou do catre com as suas botas pesadas, e começou a dar-lhe pontapés meticulosamente, primeiro nas canelas, depois nas coxas, depois no sexo, as botas subindo sempre, à medida que o seu corpo se dobrava, se curvava, se enrodilhava" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 170). No final, a vítima lembra-se de que quando José, o marido agressor, fora preso, "todos eles tinham protestado então, com alarido e com ódio aos polícias, e viera mesmo um senhor com um papel para se assinar o nome a protestar" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 171). Nota ainda que, por ela, "não há papéis nem zangas". Por que a tratará ele assim, a ela, que lhe coze as batatas, lhe trata da roupa e lhe pariu os seis filhos? (Barreno/Horta/Costa, 2010: 171). Cabe, aqui, fazer duas notas sobre este texto. A primeira diz respeito à mobilização em torno da pessoa sobre a qual a violência é exercida: Maria nota que, quando José fora vítima – neste caso, da polícia -, tinha havido mobilização para que sobre ele não fossem cometidas injustiças ou violências; por ela, contudo, ninguém se mobiliza, sofre violência em silêncio – uma violência naturalizada, portanto – e a sua condição não choca ninguém. A segunda nota refere-se à confusão de Maria, que não entende como pode ser mal tratada, se cozinha, trata da roupa e dá à luz. Ou seja, considerando que cumpre o seu papel de mulher – esposa, empregada doméstica e mãe -, não pode haver motivos para a violência. A confusão de Maria deixa em aberto a sua perspectiva sobre potencial violência sobre quem não cumpre estes papéis. A personagem está, assim, conformada com o seu papel submisso, assumindo-o como natural e contribuindo para a sua própria dominação.

3.6. "*A Luta*"

Resta-nos aqui a referência a uma outra passagem da obra, que nos remete para uma recusa da insubmissão: nela, Maria abandona o marido, António, decidida a não mais ceder. Ela "corre sem ver para onde, sem saber se ele a persegue a fim de a tentar levar para casa" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 231). Sem olhar para trás, a decisão está tomada: não mais cederá às súplicas, às ameaças, à ternura ou à tortura física. António, por sua vez, não aceitará a decisão: diz a sua ameaça num tom que quase parece uma jura de amor: "Tudo hei-de fazer para que voltes" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 232). Nesse tom, que é já a ameaça de violência, há-de tentar agrupar a agressão com o amor: "Não penses que me vingo. Sabes que te amo. Somente agora os gestos são diferentes e outros os processos de to demonstrar." (Barreno/Horta/Costa, 2010: 232). A violência que exerce será, assim, um gesto diferente, um outro processo de demonstrar amor. Refere-se ainda ao poder que terá sobre ela, dizendo que nunca a obrigou "a alguma coisa mais do que seria normal exigir um homem de uma mulher", tendo somente empregado "mesmo os direitos (que me são devidos) sobre minha mulher" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 233). Ou seja, mais uma vez, a mulher aparece como propriedade do homem, sobre a qual o homem pode exercer os direitos que entender, fruto de uma relação de forças que objectifica – e, portanto, coloniza – as mulheres.

Ele refere-se ainda à sua [dela] "presença frágil aqui em casa onde é o teu lugar" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 232), o que nos remete para a divisão do espaço: numa sociedade em que os homens dominam o espaço público e o poder, as mulheres ficam destinadas ao espaço privado. Estando excluídas das tomadas de decisões e do exercício do poder, as mulheres confinam-se à vida privada e doméstica numa casa que é, assim, o lugar delas. Ávila (2003) notou ainda que os direitos têm várias abordagens, que dependem da visão teórico-política com base na qual são colocados em perspectiva, afirmando que a luta no campo ideológico para derrotar a moral conservadora, que garantia a submissão da sexualidade das mulheres à reprodução, foi importante na história

da prática política e do pensamento feministas. Esta ideia estará intrinsecamente ligada à do texto a que aqui nos referimos, uma vez que o homem assume que a mulher lhe pertence, que tem direitos sobre ela e que ela deve ainda estar confinada ao espaço privado.

4. Considerações finais

> "Quando o burguês se revolta contra o rei, ou quando o colono se revolta contra o império, é apenas um chefe ou um governo que eles atacam, tudo o resto fica intacto, (…) Se a mulher se revolta contra o homem nada fica intacto; para a mulher, o chefe, a política, o negócio, a propriedade, o lugar, o prazer (bem viciado), só existem através do homem." (Barreno/Horta/Costa, 2010: 143)

Foi para abalar as convenções sociais que o livro de Barreno, Horta e Costa foi publicado. Tendo sido proibido e destruído três dias após a sua publicação, podemos concluir que esse primeiro intuito foi cumprido: não seria sob pena da manutenção da ordem vigente que a censura de Marcelo Caetano iria agir. As autoras bem o disseram: "Bem sei que a revolta da mulher é a que leva à convulsão em todos os extractos sociais; nada fica de pé, nem relações de classe, nem de grupo, nem individuais, toda a repressão terá de ser desenraizada, e a primeira repressão, aquela em que veio assentar toda a história do género humano, criando o modelo e os mitos das outras repressões, é a do homem contra a mulher." (Barreno/Horta/Costa, 2010: 198). De facto, foi com interminável arrojo que conseguiram a convulsão a que fizeram referência: denunciando a situação em que viviam as mulheres, sem pudores, não raras vezes dando às suas personagens a capacidade analítica necessária ao abalo do *status quo*, as autoras empreenderam numa obra literária que depressa se tornaria no primeiro caso feminista internacional. Mais: através disso, elas denunciaram ainda as opressões de classe e o pântano da guerra colonial, temas tabus durante o regime. Em plena ditadura, arrojaram uma literatura em prol da igualdade. Assim, esta obra, tão tida em conta enquanto literatura feminista, tão importante para o feminismo também a nível internacional, ultrapassou as paredes do género, não se encerrando na opressão sofridas pelas mulheres. Ao deixarem também clara a exploração classista, as autoras afastaram-se do risco de que a sua obra pudesse funcionar como forma de favorecimento particular de mulheres saídas do mesmo espaço que os homens que ocupam as posições dominantes. Desta forma, *Novas Cartas Portuguesas* é uma obra que tem em conta todas as estruturas de dominação e que deixa clara a consciência de que só a destruição de todas elas poderá permitir um mundo em que a dominação masculina não seja uma realidade. É neste sentido que Simone de Beauvoir lembra que as mulheres burguesas se solidarizam com homens burgueses e não com as mulheres proletárias. A dominação de classe é, assim, obstáculo a ultrapassar para se chegar à equidade de género.

Na construção da narrativa, as autoras não são alheias aos mecanismos sociais do poder. Elas afirmam que a "repressão perfeita é a que não é sentida por quem a sofre, a que é assumida, ao longo duma sábia educação, por tal forma que os mecanismos da repressão passam a estar no próprio indivíduo, e que este retira daí as suas próprias satisfações." (Barreno/Horta/Costa, 2010: 198/199). Daí que algumas das personagens a que fizemos referência possam encaixar-se no papel submisso a que estão destinada pelos mecanismos da *violência simbólica* (Bourdieu, 2012). Dessa forma, e uma vez que os dominantes já terão reconhecido o *status quo* como o estado natural, as mulheres aderem a essa ordem, tantas vezes de forma incondicional. Repare-se no que diz Maria: "Foi sina ser infeliz, não vale a pena lutar contra o destino, minha senhora, não vale a pena, o homem pode-se revoltar sempre que quer mas a mulher está presa a eles" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 164).

Com personagens de fôlego, *Novas Cartas Portuguesas* deixa uma semente para a recusa da resignação: o vínculo matrimonial não deve ser um contrato de posse. Por isso, a pergunta retórica: "Acaso será a mulher obrigada a suportar a um homem todas as humilhações só porque ele é marido: dono, senhor?" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 213). Perguntando-o, e esperando reflexão e não resposta, as autoras incitam as sublevações das classes oprimidas, fazendo com que a sua obra literária, tão comprometida com a realidade, funcione contra a dominação cultural. Desta forma, denunciando de forma crua os problemas que advêm das hierarquias de poder, deixam a semente para a transgressão do modelo social vigente.

Não sendo a denúncia das atrocidades da guerra colonial ou das relações de poder de somenos, o processo jurídico que foi aberto às autoras foi motivado precisamente pela expressão da sexualidade, com o agravante de ter sido feito por mulheres. A assumpção do corpo e do prazer, numa sociedade católica e patriarcal, constituiu uma grave afronta à moral oficial que, precisamente por ser o reflexo de um poder patriarcal, decidia os papéis sociais das mulheres.

5. Referências bibliográficas:

ÁNZALDUA, Gloria (2000). "Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo" in Revista Estudos Feministas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

ÁVILA, M. B (2003). "Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde" in Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro.

BARRENO, Maria Isabel; **HORTA**, Maria Teresa; **COSTA**, Maria Velho da (2010). *Novas Cartas Portuguesas*. Alfragide: Dom Quixote.

BEAUVOIR, Simone de (1970). *O segundo sexo – fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

BEAUVOIR, Simone de (1967). *O segundo sexo – a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

BOURDIEU, Pierre (2012). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand.

BRAIDOTI, Rosi. "El sujeto en el feminismo" in: BRADOITI, R. *Feminismo*, *diferencia sexual y subjetividade nómade*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2004. p. 9-31.

CHAUÍ, M. (1998). *Ética e violência*. Teoria e Debate, 39.

ECO, Umberto (1988). *Obra aberta*. São Paulo: Editora Perspectiva.

FEMENÍAS, María Luisa (2007). "Esbozo de un feminismo latinoamericano" in Revista Estudos Feministas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

FRASER, Nancy (2007). "Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação" in Revista Estudos Feministas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

LOBATO, Monteiro (2009). "O romance do chopim" in *Primeiro de Maio*. São Paulo: Imprensa Oficial.

LUZ, Nanci Stancki da (2009). "Violência contra a mulher: um desafio à concretização dos direitos humanos" in Luz, Nanci Stancki; Carvalho, Marília Gomes de; Casagrande, Lindamir Salete (orgs.), *Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola.* Curitiba: Editora ETFPR.

SWAIN, Tania Navarro (2010). "O Grande Silêncio: a violência da diferença sexual" in Stevens, Cristina; Brasil, Katia Cristina Tarouquella; Almeida, Tânia Mara Campos de; Zanello, Valesca (orgs.), *Gênero e feminismos: convergências (in)disciplinares*. São Paulo: In libris libertas.

Poderes disseminados, fazeres transformadores: Mulheres que resignificaram espaços[1*]

Drª Helen Ulhôa Pimentel
helenulhoa@hotmail.com

Resumo: Discute-se a atuação da filósofa Maria da Conceição Adjucto Botelho e da enfermeira e nutricionista, Firmina Santana, nascidas em famílias tradicionais de Paracatu, Minas Gerais e que não militaram em movimentos feministas, mas se beneficiaram das oportunidades de educação e expressão abertas por eles. Busca-se contribuir para a desconstrução da pretensa submissão da mulher, utilizando as concepções de poder foucaultianas, analisando atuações femininas que endossam uma história menos linear, que revelam tensões e acomodações, que apresentam outras formas de existência, refletindo sobre a quem interessam as versões tradicionais construídas. Essas mulheres, sem transgredir normas, ressignificaram seus espaços de atuação. Discute-se se elas podem ser interpretadas como "feministas bem comportadas" por usufruírem das aberturas conquistadas, sem preocupação com a opressão feminina; como suas práticas podem ser analisadas como resistências; e a amplitude que alcança a abertura do espaço social para a educação das mulheres e para suas possibilidades de expressão.

Palavras-chave: Mulheres. Feminismos. Gênero. Poder. Resistência.

Introdução

O projeto Mineiras insubmissas contribuiu para descortinar atividades desenvolvidas por mulheres que lutaram e conseguiram ampliar os horizontes femininos durante a primeira metade do século XX. As atividades de algumas dessas mulheres foram eminentemente importantes, claramente de vanguarda, não necessitando grande esforço para localizá-las e identificá-las como inovadoras e libertadoras das amarras sociais. Outras mulheres atuaram em espaços tradicionalmente a elas destinados, sem alarde, sem holofotes, sem parecer ameaçadoras, mas transformaram esses locais em focos de poderes disseminados e de fazeres transformadores. É sobre duas dessas mulheres que esse trabalho recai. Elas nasceram na cidade de Paracatu, na cidade de Paracatu, interior de Minas Gerais, Brasil, que na época era uma pequena cidade que vivia principalmente da pecuária, de características muito tradicionais, que se localizava muito distante da capital (cerca de 1000 km) ou dos maiores centros do Estado e de difícil acesso em decorrência da precariedade das estradas que a ligavam à região mais próspera do estado ou ao litoral, onde ficava situada a capital do país. Surgida em decorrência da descoberta de ricas jazidas de ouro, beneficiou-se dessa riqueza mineral que permitiu, após a decadência do metal precioso, a consolidação de uma próspera camada de produtores rurais dedicados à pecuária.

As análises a seguir busca entender suas atuações no sentido de construir seus próprios espaços sociais, mas também inseri-las em um contexto de profundas transformações pelas quais a sociedade brasileira passava. Pelo que pudemos perceber essas mulheres tiveram apoio, não encontraram barreiras intransponíveis a lhes exigir intensa luta, não causaram indignação, não se tornaram transgressoras, nem questionaram os papeis a elas atribuídos pela sociedade. Viveram simplesmente como puderam e souberam. A partir da análise da atuação de Dondona e Firmina Santana buscamos desconstruir noções de universalidade, que implicam na coerência e unidade dos sujeitos e numa visão monolítica da opressão masculina que rejeita "a multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto das 'mulheres'" (Butler, 2010: 34-35).

1* Agradeço o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais - FAPEMIG

Essas mulheres pertenciam a famílias importantes e esse fator precisa ser levado em consideração, pois a dinâmica social não é constituída apenas pela dualidade masculino/feminino, mas também pela interveniência de outros fatores, como classe, etnia, cultura.

Materiais e métodos

A sociedade brasileira passou por transformações muito profundas entre finais do século XIX e início do XX. Nesse período, com relação às mulheres, principalmente das camadas mais elevadas, localiza-se a lenta substituição de um discurso patriarcal hegemônico[2] por outro médico higienista, que vai introduzir a defesa do casamento por amor e a transformação da mulher na "rainha do lar", responsável direta pelo bem estar e felicidade da família, incluindo o marido e os filhos. Maria Lucia Rocha-Coutinho afirma que os médicos "reforçaram a inferioridade "natural" feminina, através da mistificação da mulher-mãe. Principalmente a eles se deve a criação de uma nova forma de submissão das mulheres: a submissão por amor, ao marido, aos filhos e ao lar." (Rocha-Coutinho, 1994: 90). Segundo ela a ciência da época atribuía à mulher uma "natureza" distinta da do homem, marcada por ser mais intuitiva, frágil, delicada e afetiva, incapaz de qualquer atividade intelectual.

Esse discurso foi encampado pelo Estado que iniciava sua modernização e que buscava como forma de cuidar da população para que ela se tornasse mais produtiva. Para isso era necessário cuidar da saúde (por meios sanitários e alimentares) e da disciplina. A mulher-mãe teria nisso uma função imprescindível, sendo necessário inclusive investir na sua educação.[3] Juntamente com todas essas mudanças na sociedade, o olhar sobre a mulher passou por grandes transformações. Para conseguir um bom casamento, os pais agora não tinham apenas que exibir dotes materiais que acompanhariam as noivas, mas as qualidades delas para serem as esposas capazes de contribuir para o sucesso do marido (mas também do pai). (Rocha-Coutinho, 1994: 89). A esposa agora não deveria mais ser escondida de olhares externos, mas atraí-los, mantendo, contudo, uma conduta ilibada. Ela deveria ser desejada e inalcançável.

A análise, da atuação de Dondona e de Firmina Santana, não foi feita em busca da elaboração de biografias, mas da compreensão dos significados que elas buscaram imprimir às suas obras e às suas vidas. Isso exigiu uma análise contextualizada do local e época em que viveram, dos discursos presentes nas suas produções e nas suas constituições enquanto sujeitos da história. Para isso foi necessário recorrer a alguns aparatos da Análise do Discurso (AD), que visa a compreender "como um objeto simbólico produz sentido" (Orlandi, 2002: 66) e como um determinado texto significa.

De acordo com Eni P. Orlandi, a Análise do Discurso teoriza a interpretação e, nesse aspecto, ela vai além da Hermenêutica. (Orlandi, 2002: 25-26). Para o/a analista do discurso, os dados linguísticos não podem ser tratados como reflexo de 'opiniões' ou 'sentimentos' subjacentes das pessoas, como um 'espelho da mente' ou como uma ferramenta usada para se ter acesso aos pensamentos das pessoas, ainda que todo dizer seja carregado de intencionalidade, propósito, interesse. Os discursos devem ser entendidos em suas condições de produção, ou seja, na situação/circunstância em que emerge um enunciado, ou que se faz uma enunciação. As palavras significam pela história e pela língua. Assim o dito está sempre constituído pelos já-ditos; por isso, a memória deve ser pensada em relação ao discurso, ou seja, como interdiscurso: aquilo que é produzido antes, em outro lugar, mas que está presente numa situação discursiva, "formulações feitas e esquecidas que determinam o que dizemos". (Orlandi, 2002: 66) Assim, procuraremos recortar dos documentos selecionados

---

2 Sobre a "limitação de se pensar a família a partir de modelos ideais" ver CORRÊA, Mariza. "Repensando a família patriarcal brasileira. Notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil". In ARANTES, Antonio Augusto [ed]. (1994), *Colcha de retalhos*. Estudos sobre a família no Brasil. 3 ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP.

3 Veja sobre isso veja por exemplo: RAGO, Luzia Margareth. *Do Cabaré ao lar*: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. FREIRE COSTA, Jurandir. *Ordem Médica e Norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

as superfícies discursivas, buscando nelas as significações possíveis e as matrizes de sentido – entendidas como categorias constitutivas dos discursos de uma época – que inscreveram na realidade representações sociais acerca dos nossos objetos de pesquisa, produzindo sentidos.
Esses discursos foram produzidos dentro de determinadas condições de possibilidade e isso constitui o que Foucault denomina de abordagem genealógica que busca, dentro de um quadro metodológico, identificar as modalidades e a constituição dos objetos a serem analisados. Para ele

> É isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história. (Foucault, 1992: 07).

A genealogia estuda a formação dos discursos e seus objetos ao mesmo tempo dispersos, descontínuos e regulares. Busca detectar a maneira pela qual foram formadas determinadas séries de discursos, a norma específica que regeu cada uma, e suas condições de aparição, crescimento e variação. Foucault lembra que a função crítica da inversão das evidências e o aspecto genealógico não são nunca inteiramente separáveis, pois os discursos não surgem espontaneamente, eles se constituem em meio a rejeições, exclusões, reagrupamentos e atribuições. A genealogia também deve apontar o poder que tem o discurso de constituir domínios de objetos a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas, constituindo "regimes de verdade". É a formação desses "regimes de verdade" que buscamos apreender na vida e obra de Dondona e de Firmina Santana, ou seja, o feixe de relações que permitiram a elaboração e a eclosão dos significados de que foram revestidas, suas matrizes de inteligibilidade.
A questão do poder que está aí inscrita é fundamental para a análise do nosso objeto. Nas palavras de Foucault,

> O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...] A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros e falsos, a maneira como sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (Foucault, 1992: 12).

Se a verdade é produzida pelo poder, precisamos lançar mão também das suas concepções sobre ele. Olhar a situação da mulher, não apenas sob a ótica da opressão, mas, ao contrário, identificando os mecanismos de resistências e as ressignificações empreendidas por elas implica em ver o poder como "o suporte móvel das relações de força que, devido a sua desigualdade, induzem continuamente estados de poder, mas sempre localizados e instáveis." (Foucault, 1988: 89).
A busca dos vestígios de construção dos significados nos apresenta as relações sociais como perpassadas por poderes exercidos em todas as direções. Para ele o funcionamento de uma sociedade se faz no embate entre os poderes e as resistências que lhes são implícitas, pois "onde há poder há resistência." (Foucault, 1988: 91). Essa perspectiva rompe com o dualismo da concepção de poder e da resistência se exercendo de cima para baixo ou de baixo para cima e nos permite uma análise das relações homens/mulheres menos simplista, pois traz em seu bojo a imagem de uma rede formada por relações desiguais e móveis.

Mulheres que resignificaram espaços

Dondona

A primeira, Dondona, de acordo com a nota biográfica elaborada por Antonio Oliveira Mello, (Botelho, 1997: 7-8) nasceu em 1892, em uma família tradicional, sobrinha de um dos professores da cidade, que era um dos intelectuais de destaque local na época, que além de filósofo escrevia e encenava peças teatrais, recebendo dele grande influência. O tio, encantado com o interesse e a capacidade da sobrinha, emprestava-lhe livros e a convidava para participar das atividades culturais que desenvolvia. Posteriormente casou-se com um homem de posses e que teve por ela admiração e respeito, proporcionando as condições necessárias a que ela pudesse desenvolver sua capacidade intelectual. Tornou-se dona de casa como quase todas as mulheres de sua condição social e criou muitos filhos. Apesar disso, nunca deixou de ler e principalmente, discutir filosofia. Educou seus filhos aplicando os conhecimentos filosóficos adquiridos, preparando-os para a nova vida social que ela acreditava ver surgir. Sem sair do lar, o transformou em espaço de construção de saberes e atitudes.

Recebeu apenas instrução primária, mas, como autodidata, estudou filosofia e publicou alguns trabalhos nesse campo. A obra que chamou nossa atenção foi *Amenizemos a vida* (Botelho, 1997: 7-8), de sua autoria, publicada originalmente em 1934, onde estabelece diálogos com diversos filósofos,[4] desde alguns clássicos até os do seu tempo e emite conceitos indicativos de que ela estava sintonizada com os pensamentos mais influentes de sua época e que deles se valia, construindo sua própria percepção de mundo.

Em texto publicado no prefácio da edição de 1997, Tristão Salustiano Botelho (seu neto) justifica o interesse pelo estudo de sua obra dizendo que "uma mulher ter-se posto a filosofar (ou seja: não apenas pensar, mas pensar radicalmente) no início do século, nos ermos do sertão mineiro, é motivo suficiente para nosso espanto [...]." (Botelho, Tristão, 1997: 13). Ele apresenta também um apanhado da forma pela qual percebe que ela leu principalmente os filósofos, da ilustração, Schopenhauer, Ortega Y Gasset, Heidegger e Sartre[5] e construiu um pensamento próprio, tributário em muitos aspectos dos trabalhos lidos, mas dotado de certa independência e de um olhar informado pelas experiências vividas no sertão mineiro.

Pensar sobre o local onde viviam essas mulheres é importante, não apenas por ser considerado provinciano, mas também pelo relativo isolamento imposto pela sua situação geográfica. As condições de transporte eram extremamente precárias, exigindo dias de viagem para ir de Paracatu a Belo Horizonte e mais ainda para chegar ao Rio de Janeiro. Apesar disso, ou talvez, por isso mesmo, a educação em Paracatu tenha sido de alguma maneira privilegiada. Foi dos primeiros municípios mineiros a ter uma Escola Normal (destinada à formação de professores), criada em 1880 (Mello, 1994: 126). Borges informa que em 1889, em Minas Gerais, só havia escola normal nas cidades de Ouro preto, Campanha, Diamantina, Montes Claros, Sabará, Paracatu, Uberaba e São João Del Rei (Borges, 2005: 246). Em 1908 foi fundado o grupo escolar Afonso Arinos e em 1926 foi criado o Liceu Paracatuense que funcionou apenas por um ano por falta de professores. (Mello, 1994: 127).

Essas informações nos levam a perceber que a cidade oferecia alguma condição de escolarização para a elite local, e também que essa elite recebia estímulos educacionais. Não foi pequeno o número de pessoas que foram enviadas para continuar seus estudos nos maiores centros do país, ou mesmo do exterior, mas eram predominantemente homens. Esses dados biográficos nos permitem uma incursão nas concepções vigentes à época, com relação à educação. Se até aquele momento a educação de uma maneira geral extremamente deficitária, predominando o analfabetismo, para a mulher era ainda pior. O século XIX assiste a uma progressiva retirada de empecilhos à educação das mulheres em nome do melhor desempenho da função de mãe e dona de casa, assunto que abordaremos adiante.

Em *Amenizemos a vida* Dondona reflete sobre a condição humana em tópicos denominados "a nossa tragédia", "a felicidade", "o problema da mulher", "o trabalho", "a religião", "a educação" e encerra com uma "jaculatória", onde professa toda a sua fé na humanidade e no futuro.

---

4 Dentre eles ela discute Nietzsche, Bergson,Marx, Kant, Comte, Hegel, Schilling, Fichte, Dilthey. Abordando educação comenta Freud, o behaviorismo, o pragmatismo Americano dentre outros.

5 Utiliza-se para isso outros escritos: um de 1961 outro de 1971.

Para discutir a questão dos poderes disseminados vamos colocar o nosso foco sobre suas considerações sobre a mulher, o trabalho e a educação. Ela inicia a análise do "problema da mulher" com uma frase: A mulher deserta o lar. Diz que esse é "o grito de alarma que parte de todos os lados com repercussões rumorosas e difusas enchendo todos os cantos" (Botelho, 1997: 36). Efetivamente, encontramos essa referência sendo ecoada insistentemente nos discursos da época, contribuindo para consolidar a concepção de que a vocação primeira da mulher e seu destino final era o lar, mas que o trabalho fora de casa comprometia o seu desempenho. Ao encontrarmos mulheres defendendo essa ideia como se fosse sua, somos levadas a concordar com Foucault quando afirma que

> O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (Foucault, 1992: 10).

O exame das fontes indica que os discursos em questão eram construídos por (em) determinadas instâncias do social, mas apresentados sob a forma de consenso, como se tivessem sido submetidos ao consentimento dos interessados, como se representassem os interesses da totalidade da sociedade. Os que a eles se submetiam não se sentiam forçados, mas os adotavam como naturais, como desde sempre existentes, como fazendo parte da natureza, como possuidores de uma essência da qual não poderiam esquivar.

Dondona, sem se deter em explicitar as concepções da época, sem comentar as lutas então empreendidas, inclusive as que compuseram a chamada primeira onda do feminismo no Brasil, considerada "sufragista" por defender o sufrágio universal, que daria às mulheres o direito ao voto, mostra que conhecia as discussões suscitadas e que não concordava com as restrições implícitas nesses discursos que acusavam as mulheres trabalhadoras de descumprir o "sublime" papel de mãe.

Afirma que não é verdade que a mulher deserta o lar, porque "a mulher não deserta o lar, porque nele estão seus filhos". Essa sua posição mostra que, apesar de favorável ao trabalho feminino, partilhava da concepção de que a mulher tem instinto materno e que coloca seus filhos acima de qualquer outro interesse. Seu discurso contém enunciados tributários de diferentes formações discursivas, mescla sentidos buscando a constituição de outros significados. Analisando a interdiscussividade como uma rede de memórias Pêcheux consegue explicar os deslocamentos operados dizendo que

> [...] todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (Pêcheux, 1997: 56).

Foucault aborda essa questão ao examinar a questão dos regimes de verdade como produzidos por "múltiplas coerções". Segundo ele

> Em nossas sociedades, a "economia política" da verdade tem cinco características historicamente importantes: a "verdade" é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios

> de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas "ideológicas"). (Foucault, 1992: 13)

O século XX foi inteiramente perpassado por inumeráveis discursos a respeito dos papeis da mulher na família e na sociedade. O embate entre as diversas forças sociais envolveu instituições laicas e religiosas e mobilizou toda a sociedade civil. A heterogeneidade dos discursos construídos e veiculados, a diversidade de formas de comunicação adotadas, a variedade de instâncias enunciadoras envolvidas, contribuíram tanto para criar uma ilusão de Transparência dos sentidos que estariam neles inscritos, quanto para instaurar uma instabilidade significativa.

Dondona defende que a mulher busca tornar melhor o seu lar e que se afasta dele "mas a ele torna trazendo o pão que aí escasseia pela incapacidade do homem [...]." (Botelho, 1997: 40). Esse enunciado está ancorado na concepção da existência do instinto materno feminino que transforma toda mulher em mulher–mãe, dedicada, amorosa acima de qualquer limite. Ao mesmo tempo questiona o papel de provedor do homem, indicando que na situação histórica por ela vivida o homem não conseguia manter dignamente o lar, como o papel a ele atribuído exigia. Ela indica que o sustento da casa está lentamente sendo compartilhado entre marido e mulher. Sem se mostrar aguerrida nem defensora da manutenção do modelo homem-provedor, sem considerar que há nisso vergonha e sem colocar o trabalho feminino como transgressão, ao mesmo tempo reafirma o papel doméstico e materno da mulher, de uma forma tão natural, que evidencia que não via qualquer contradição entre trabalhar fora, cuidar da casa e dos filhos, e ainda ajudar o marido nas despesas. Essa era a concepção mais aceita da mulher moderna da primeira metade do século XX, apesar de feministas mais radicais já estarem questionando não apenas o direito ao trabalho ou ao voto, mas também alterações mais profundas na estrutura do país, se preocupando com questões mais polêmicas, como a sexualidade e o corpo. (Sohiet, 2012: 222).

Em artigo denominado *Evolução feminina e necessidade de cultura*, publicado no Anuário Brasileiro de Literatura, Nair de Andrade afirma que "os tempos modernos acentuam [...] a responsabilidade, entregando à mulher uma larga e expressiva realização de poderes. Permitindo que ela ingresse nas ciências, nas artes. Participe da vida de trabalho, da organização política, do destino social do mundo." (Andrade, 1939: s/p). Após apresentar a nova situação vivida pela mulher, diz que ela precisa ter oportunidade de estudar para exercer de forma adequada os seus novos papeis. Termina dizendo que "no trabalho constante de elevação moral e intelectual, é que a mulher pode realizar plenamente a imensa tarefa de responsabilidade que lhe cabe hoje na formação da família, na organização da sociedade, no destino do mundo." (Andrade, 1939: s/p).

Sua postura parece concordar com o que foi defendido por M.R., que assina em uma coluna intitulada conselhos sociais da revista *Alterosa* de novembro de 1939, um artigo sobre "saber ser cordata para que reine a harmonia", onde atribui às mulheres toda a responsabilidade pela harmonia das relações familiares. Segundo a autora, ela deve ser atenta a tudo, mas respeitar a individualidade de todos à sua volta, dos filhos, das empregadas, do marido e dos conhecidos. A mulher/mãe não deve impor sua vontade, deve dar sempre a impressão de que não está vigiando, de que respeita a liberdade, mas não pode perder o controle das situações. (R.M. 1939: s/p).

Quando se detém sobre o trabalho feminino, ela reflete também sobre o casamento, dizendo em uma nota:

> Emancipada, a mulher proverá à sua subsistência com o seu próprio trabalho, não se levando à tragédia do casamento sem amor. Emancipada, escutará somente as vozes de seu coração, já que com o seu trabalho tem a existência garantida e não se descerá a artigo de comércio com tarifas e regulamentos, ao mais baixo nível de degradação a que pode cair uma criatura humana. (Botelho, 1997: 69).

Essas observações nos mostram que ela concordava com os discursos feministas da época, mas que os colocava no futuro. Ela deixa claro que na sociedade em que vivia, a mulher ainda era dependente economicamente, e que essa dependência era degradante. Ao denunciar a falta de respeito às mulheres resultante do sistema de casamentos vigente não faz nenhuma referência às leis que vigoravam, mas com certeza não as desconhecia. O código civil de 1916 colocava o marido como cabeça do casal e estabelecia que a mulher precisava de seu consentimento para exercer qualquer atividade fora de casa. (Brasil, 1916).

Canguilhem nos diz que "O normal é o efeito obtido pela execução do projeto normativo, é a norma manifestada no fato [...] o anormal, que logicamente é o segundo, é existencialmente o primeiro" (Canguilhem, 2002: 216), ou seja, as normas têm a função de impedir comportamentos previamente existentes que não interessam à "classe normativa" que detém a hegemonia na articulação do social. O contexto de elaboração do Código Civil era de mudanças estruturais da economia em andamento no mundo todo. O trabalho fora de casa, que não era novidade para as mulheres das camadas mais pobres, tornava-se horizonte possível também para as "bem nascidas". A preocupação em delimitar um lugar específico para a mulher criava barreiras para a expansão desse movimento, ao mesmo tempo em que não podia simplesmente ignorar as transformações em curso.

A leitura que Dondona faz da sociedade em que vive se materializa em um discurso que mobiliza outros tantos discursos e sentidos. Seus enunciados indicam que

> existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. (Foucault, 1992: 103).

Ela exerce seu poder de significar, de escolher, de discernir, mas também sofre a ação de outros poderes que a impelem em determinada direção, que a interpelam enquanto produtora e consumidora de verdades, como o indivíduo que Foucault afirma nunca ser "alvo inerte ou consentido de poder, [mas] são sempre centros de transmissão." (Foucault, 1992: 105).

Diversos discursos correntes afirmavam a incompatibilidade entre trabalho fora de casa e as funções domésticas femininas. A revista *semana ilustrada* de maio de 1928 traz um artigo denominado: deve a professora casar? assinado por Craveiro Costa. Nele o autor afirmava que a função do magistério (que, no entanto, era a mais aceita para as mulheres) era incompatível com o casamento e as obrigações que dele decorriam e que aquelas que desertavam o lar por cinco ou seis horas o deixavam desprotegido e por outro lado não cumpriam devidamente seus deveres como professoras. Ao defender que fosse aprovada uma lei que proibisse às mulheres que se casassem de continuar no exercício do magistério, afirmava, no final do artigo, que essa impossibilidade de manutenção do emprego após o casamento seria útil também para afastar delas "a casta numerosa dos que, sem profissão, casam com professoras só pelos vencimentos..." (Costa, 1928: s/p).

Os sentidos que regiam as concepções dos papeis de homens e mulheres aparecem muito claramente construídos por esse discurso. A constituição, tanto do homem provedor quanto da mulher dependente, se apresenta sob a aparência da defesa dos interesses dos filhos e da sociedade, apagando os interesses políticos e sociais aí presentes: a família burguesa, voltada para a formação de uma sociedade produtiva e ordeira.

Quando Dondona discute educação, não o faz a partir dos direitos ou deveres a ela, mas a partir de posições filosóficas que pensam as condições em que ela deve ser aplicada. Fala sobre a capacidade de enxergar o mundo, propiciada pelo conhecimento, e afirma que "impor sem interesse é toda a tragédia da educação tradicional." (Botelho, 1997: 55). Isso que ela defende era o discurso da chamada "educação nova", voltada para a criança, que queria professores mediadores apenas, auxiliando alunos participativos. O que ela apresenta como a realidade vigente é a figura autoritária do professor, considerado dono do saber que deveria transmitir os conhecimentos a um aluno passivo, receptáculo para um conhecimento externo e desvinculado de sua realidade.

Ela só cursou os quatro primeiros anos escolares, indicação de dificuldades ainda existentes para a educação no período e local, mas mais especificamente da mulher, no entanto, como autodidata continuou estudando. Uma questão trazida pela revista da Academia Mineira de Letras em janeiro de 1953 nos apresenta aspecto dessa condição feminina. Na sessão denominada *V*ários *Assuntos* encontramos a notícia de que na última sessão realizada, tinha sido votada a reforma do estatuto, a partir da proposta do acadêmico João Dornas Filho, que versa sobre a admissão de mulheres na academia e que, apesar da proposta ter tido 17 votos a favor contra 11 contra, não atingiu a maioria absoluta exigida pelo regimento, que era de mais de metade dos membros da academia, e não dos presentes apenas, não tendo sido, portanto, aprovada. Não consta o número dos acadêmicos existentes naquele momento. O parecer foi redigido em 6 de março de 1952 por Cristiano Martins. (Martins, 1953: 233). Se em 1952 a mulher ainda não era admitida na Academia Mineira de Letras,

apesar de muitas já estarem produzindo e divulgando seus trabalhos, temos noção de quão fechada ainda se encontrava a sociedade à entrada das mulheres em espaços considerados masculinos.
Analisando essas ideias presentes em obra de 1934, redigida por uma mulher do sertão mineiro, entendemos que, pelo menos para a elite local, era possível o contato com os centros mais desenvolvidos do país e com as ideias circulantes em âmbito até internacional. Percebemos também que parte da elite local, a que tinha interesse em educar seus filhos, os encaminhava para Belo Horizonte ou para o Rio de Janeiro (que era então a capital federal). A sua filha Beatriz Botelho Vasconcelos diz em fragmento retirado de um livro de memórias inédito, intitulado *com a noite na garupa*, que "Euryalo Canabrava, Otto Maria Carpeaux e José de Queiroz Lima foram seus amigos e companheiros de tertúlias", nas ocasiões em que ela ia ao Rio de Janeiro visitar os filhos que lá moravam. (Vasconcelos, 1997: 11). Esses nomes são nomes de grande peso nos meios intelectuais brasileiros.[6]
À época, poucas mulheres se interessavam por estudos filosóficos, e a maioria dessas residia em cidades maiores, onde havia mais facilidade de acesso a escolas e a livros. Manteve amizade e relações intelectuais com homens e, pelo que parece, esses a aceitavam como interlocutora. A atualidade dos conhecimentos que ela possuía indica que estava sintonizada com as discussões mais avançadas em sua época.
As relações que ela estabeleceu com o tio, com filósofos do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte, indicam que não podemos tratar as relações de gênero de forma generalizada, sem considerar as nuances sociais, educacionais, de etnia e até mesmo regionais. A possibilidade de atuação de uma mulher dependia de complexas redes de relações em que estivesse envolvida.

Firmina Santana

A segunda mulher estudada, filha de um casal de posses, estudou inicialmente em sua cidade natal, saindo depois para continuar seus estudos na capital federal, Rio de Janeiro, onde fez um curso de enfermagem, depois foi para a Argentina estudar nutrição e para os Estados Unidos da América em busca de aperfeiçoamento. Nunca se casou, morreu precocemente e ocupou espaços na vida pública. Os saberes adquiridos a tornaram referência nacional, e com eles buscou transformar o que era produzido nas cozinhas dos lares, e principalmente nas cozinhas das escolas, das fábricas, dos restaurantes populares, orientando a preparação da alimentação das crianças e dos operários. A cozinha para ela não significava reclusão ao espaço doméstico, mas local onde os saberes eram essenciais para a formação de um povo forte e capaz de superar suas limitações.
De acordo com sua biografia, constante no Arquivo Municipal Olympio Michael Gonzaga, de Paracatu, nasceu em 1909, foi enfermeira e a primeira nutricionista brasileira. Formada pela Universidade do Brasil em 1937, foi convidada em 1940, a fazer um curso de nutrição na Argentina, a expensas do governo brasileiro.[7] O Jornal *A noite* traz a notícia do regresso de duas enfermeiras da Escola Ana Neri ao Brasil depois de uma temporada

---

6 Sobre esses intelectuais citados ver: NOBILE, Ana Paula Franco. *A recepção crítica de O amanuense Belmiro, de Cyro dos Anjos (1937)*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 165.
WIKIPÉDIA. http://pt.wikipedia.org/wiki/Euryalo_Cannabrava
MENDONÇA, José Márcio. Euryalo Cannabrava. Iniciativa Cultural, 04/11/2009. Disponível em http://iniciativacultural.wordpress.com/2009/11/04/euryalo-cannabrava/. Acessado em 18/09/2014.
CARPEAUX, Otto Maria. A idade média por Carpeaux. São Paulo: Leya, 2012. Disponível em http://books.google.com.br/books?id=6DKF66g8YbQC&pg=PT3&dq=filosofia+de+Otto+Maria+Carpeaux&hl=pt-BR&sa=X&ei=ODgbVPKgMpLNggSh2YKoAQ&ved=0CCAQ6AEwAQ#v=onepage&q=filosofia%20de%20Otto%20Maria%20Carpeaux&f=false. Acessado em 18/09/2014
LOURENÇO, Maria Cecília França. Museus acolhem moderno. São Paulo: Edusp, 1999, p. 154. Disponível em http://books.google.com.br/books?id=eZWKSRS46FQC&pg=PA154&dq=Jos%C3%A9+de+Queiroz+Lima+RJ&hl=pt-BR&sa=X&ei=ykAbVJ3AAY_CggSzrYH4DA&ved=0CB4Q6AEwAA#v=onepage&q=Jos%C3%A9%20de%20Queiroz%20Lima%20RJ&f=false. Acessado em 18/09/2014.

7 APMOMG de Paracatu. Biografias.

na Argentina e diz que "suas companheiras vão prestar-lhe homenagens". (Noite, 1942: 5) Em uma época em que poucas conseguiam estudar, fazer um curso fora do país era uma façanha que merecia homenagens. Esse enunciado trás ainda um elemento a ser analisado: quem vai lhes prestar homenagens são "suas companheiras", indicando que o campo da enfermagem era tipicamente feminino e que apenas mulheres encontraram nesse feito motivo de orgulho. O fato de um jornal noticiar o retorno delas e a homenagem, no entanto, é indicativo de que o fato interessava também a outros setores sociais e que esse era um acontecimento a ser realçado.

No Brasil Firmina Santana foi assistente do professor Josué de Castro, organizou a dietética do Hospital dos servidores públicos, criou uma escola de nutrição. Foi representante da ONU no Congresso Internacional de Haia e viajou para os Estados Unidos da América em 1952, com uma comissão do governo brasileiro para aperfeiçoamento de estudos, onde conseguiu uma bolsa do governo americano para mais dois anos de permanência de estudos naquele país, onde faleceu prematuramente em 1953.[8] De acordo com José Aluísio Botelho, a causa de sua morte foi uma obstrução Intestinal seguida de Infarto Agudo do Miocárdio. Ela estava internada no George Washington Hospital em Washington, EUA. (Botelho, José, 2007).

O Jornal *Ciência para todos*, do dia 30 de julho de 1950 traz o programa da semana da alimentação promovida pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), na qual Firmina Santana aparece como a única conferencista mulher, no meio de seis homens. (Alimentação, 1950: p. 2). O tema alimentação era novo e pela predominância masculina na condução do evento, era dominado por homens. Era um saber

No *Diário Oficial da União* foi publicado um edital informando a realização de um curso sobre "noções gerais de alimentação, particularmente do escolar" oferecido pela "Prefeitura do Distrito Federal, em colaboração com a Associação Brasileira de Nutricionistas, [que] irá promover um curso de Alimentação para as professôras públicas, visando, principalmente, o problema da merenda escolar." O edital continua dizendo que o curso foi patrocinado pelo Dr. Renato Pacheco Chaves de Castro, que ocupava o cargo de Diretor do Departamento de Saúde Escolar e dizia que as matérias seriam ministradas pelos professores "Dr. Milton Melo Braga de Oliveira, nutrólogo do referido Departamento e pela nutricionista D. Firmina Santana, Presidente da Associação Brasileira de Nutricionistas." (Diário, 1950: 27).

O site oficial da Associação Brasileira de Nutrição (ASBRAN), em artigo comemorativo do aniversário da Associação, traz reflexões sobre sua história, dizendo que ela se confunde com a da nutrição no Brasil. A conselheira da ASBRAN, professora Elenice Costa destacou o trabalho dos profissionais que ajudaram a pavimentar o caminho da nutrição e diz:

> Foi em 31 de agosto de 1949 que um grupo de nutricionistas, liderado por Firmina Santana, se reuniu e resolveu criar a Associação Brasileira de Nutrição (ABN) e idealizar o símbolo da profissão no Brasil, não só pelos poderes públicos, mas também pela sociedade. Jamais poderemos esquecer que foram essas colegas que nos [antecederam], e as atuais que fazem o que amam, que tornaram possível a ascensão da Ciência e do profissional. (ASBRAN).

Maria Letícia Galluzzi Bizzo *Et al* em artigo apresentado na ANPUH afirmam a liderança de Firmina Santana e o prestígio do grupo com autoridades federais. É dito textualmente:

> O movimento para criação da primeira entidade de classe, a Associação Brasileira de Nutricionistas, teve início no SAPS; após reunião de trabalho, seus nutricionistas procuraram Firmina Santana, que liderou um movimento que eclodiu não só pela determinação, mas também devido ao bom relacionamento de pessoas do grupo com personalidades de prestígio junto ao Governo Federal, facilitando a tramitação do processo. (Bizzo, 2011: 5).

8 APMOMG de Paracatu. Biografias.

Esse prestígio junto ao governo decorre dos interesses que esse tinha na solução alimentar proposta para enfrentar os problemas atribuídos à identidade dos brasileiros, relacionados à suposta incapacidade física e intelectual decorrentes da degeneração resultante da mistura de raças "inferiores".
A nutrição tornou-se objeto de estudos e preocupações na primeira metade do século XX, como parte das questões que ocuparam governos e homens de ciência que se empenhavam em buscar soluções para os problemas gerados pelas guerras mundiais e suas sequelas, assim como possibilitados pelo desenvolvimento de saberes também impulsionado pelas vicissitudes da época. A alimentação aparecia aí inicialmente como um dos fatores que influenciavam a produtividade dos operários, tornando-se necessária uma atenção especial com a dieta em busca de maior eficiência.
No Brasil, há uma corrente que defende que a esses fatores soma-se o entendimento de que nossa população mestiça precisava ser melhorada, branqueada, e que a dieta teria um papel importante nesse sentido, pois fortaleceria essa massa atingida pela degeneração racial e a tornaria mais apta ao trabalho. (Bezerra) Para esses, a nutrição, e órgãos encarregados de cuidar dela junto aos trabalhadores e às famílias pobres, torna-se política de Estado na Era Vargas. A preocupação com o futuro do país se desenhava por meio de políticas de caráter eugênico, no sentido de melhoria racial. Essas concepções haviam sido muito fortes em fins do século XIX, ganharam contornos muito radicais na Alemanha nazista e no Brasil foram entendidas como passíveis de solução tanto pelo estímulo à imigração de europeus, que contribuiriam para o branqueamento do povo brasileiro, como pelo melhoramento das condições alimentares, de saúde e de educação.

Conclusões

Essas duas mulheres, uma que viveu toda a vida no interior, a outra que viveu ali até sua formatura no curso normal, com certeza ajudaram mulheres que vieram após elas a conquistar espaços até então pouco ocupados por mulheres.
Dondona não assumiu funções fora do lar, mas teve um filho filósofo e duas filhas que se destacaram como poetizas. Uma delas tornou-se funcionária do Itamaraty na década de 1940, tendo inclusive ocupado a posição de adida ao consulado do Brasil em Casa Blanca, no Marrocos,[9] no imediato pós-guerra (algo ainda não estudado), indicando que a filosofia da mãe não servia apenas para diletantismo, mas que a mulher

> sai à procura da cultura de que tem necessidade o seu espírito e que se reverte em alto benefício do lar, pois, conhecendo a fundo o que é a educação, deixará de ser um cúmplice no infortúnio de seus filhos, quando não a sua única causa, descurando o seu desenvolvimento físico e perturbando o moral. (Botelho, 1997: 40).

Firmina ajudou a formar mulheres para funções ligadas à nutrição e à higiene, no lar e no trabalho, mas ajudou também a desmistificar a ideia de que a mulher não tinha capacidade intelectual.
As atuações das duas mulheres analisadas se constituíram em rica oportunidade de discutir questões relativas à história das mulheres, buscando fugir dos universalismos e abordar as relações de poder na sociedade como múltiplas, irregulares e condicionadas por uma série de outros fatores além do gênero. Nem a filósofa Maria da Conceição Adjucto Botelho nem a enfermeira e nutricionista Firmina Santana, nascidas em famílias tradicionais, militaram em movimentos feministas, nem deixaram qualquer vestígio de terem se sentido marginalizadas ou inferiorizadas. A condição social a que pertenciam e as condições existentes na época e local em que viveram permitiram que elas se beneficiassem de oportunidades de educação e expressão abertas pelos discursos médicos e higienistas e pelas lutas feministas. Pudemos examinar documentos de época e perceber que a propagada submissão da mulher é historicamente construída e que contra ela foram encetadas

9 Essa informação consta na biografia de Beatriz Botelho Vasconcelos fornecida pela Academia de Letras do Noroeste de Minas.

reações que nos apresentam mulheres ressignificando espaços e fazeres tradicionalmente lidos como impostos às mulheres como destino. Utilizando as concepções de poder foucaultianas, analisando atuações femininas que endossam uma história menos linear, que revelam tensões e acomodações, que apresentam outras formas de existência, refletindo sobre a quem interessam as versões tradicionais construídas, acreditamos ter realizado uma releitura da "opressão" feminina. As mulheres analisadas, sem transgredir normas, ressignificaram seus espaços de atuação, usufruíram das aberturas conquistadas pelo feminismo e propiciadas pela concepção burguesa de família, sem vitimização. Suas práticas podem ser analisadas como resistências, estratégias e táticas e a amplitude que alcança a abertura do espaço social para a educação das mulheres, e para suas possibilidades de expressão, contribui para o surgimento de discursos mais radicais, que visam transformar mais profundamente a sociedade e que são bandeiras de outra onda do feminismo.

Referências

ABRABAN. *Associação Brasileira de nutrição*. Disponível em http://www.asbran.org.br/sitenovo/noticias.php?dsid=1037#.Uyx-bvldWY4. [consultado em 27-11-2014]

ANDRADE, Nair. (1939), Evolução feminina e necessidade de cultura. In *Annuario Brasileiro de Literatura* de 1939, s/p.

APMOMG. Arquivo Público Municipal Olympio Michael Gonzaga, de Paracatu. *Biografias*.

ALIMENTAÇÃO ao alcance de todos. (1950), Ciência para todos. Suplemento de divulgação científica de *"A Manhã"*. Ano II, 30. Rio de Janeiro, 30 de julho de 1950. p. II. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=085782&pagfis=445&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#. [cunsultado em 21-03-2014]

BEZERRA. José Arimatea Barros. O processo de gênese do saber em alimentação no Ceará. Disponível em http://www.historiadaalimentacao.ufpr.br/grupos/textos/Texto%20Arimateia.pdf. [consultado em 02-10-2014]

BIZZO, Maria Letícia Galluzzi. (ed). (2011), "Aspectos dos processos, determinantes e implicações do modelo de criação e consolidação dos cursos e profissão de nutricionista no Brasil". Disponível em *www.ufjf.br/renato_nunes/files/2011/03/Histórico-da-Nutirição.doc*. [consultado em 02-10-2014]

BORGES, Vera Lúcia Abrão. (2005), "Subsídios para a história da formação docente no Brasil. Minas Gerais (1892 a 1930)". In GATTI JÚNIOR, Décio & INÁCIO FILHO, Geraldo (ed). *História da Educação em Perspectiva*: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas, SP: Autores associados; Uberlândia, MG: EDUFU.

BOTELHO, José Aluísio. (2007), "Mulheres paracatuenses. Firmina Santana". Disponível em http://araposadachapada.blogspot.com.br/2007_02_01_archive.html. [consultado em 12-09-2014].

BOTELHO, Maria da Conceição Adjucto. (1997), *Amenizemos a vida e outros textos*. Brasília: Artgraf.

BOTELHO, Tristão Salustiano. (1997), "Da tragédia à utopia (aproximação à filosofia de Dondona)". In BOTELHO, Maria da Conceição Adjucto. *Amenizemos a vida e outros textos*. Op. Cit.

Brasil. (1916). *Lei 3071 de 1 de janeiro de 1916*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. [consultado em 01-10-2014].

BUTLER, Judith. (2010), *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CANGUILHEM, Georges. (2002), *O Normal e o Patológico*. 3ª edição. São Paulo: Forense.

CARPEAUX, Otto Maria. (2012), *A idade média por Carpeaux*. São Paulo: Leya. Disponível em http://books.

google.com.br/books?id=6DKF66g8YbQC&pg=PT3&dq=filosofia+de+Otto+Maria+Carpeaux&hl=pt-BR&sa=X&ei=ODgbVPKgMpLNggSh2YKoAQ&ved=0CCAQ6AEwAQ#v=onepage&q=filosofia%20-de%20Otto%20Maria%20Carpeaux&f=false. [consultado em 18-09-2014]

CORRÊA, Mariza. (1994), "Repensando a família patriarcal brasileira. Notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil". In ARANTES, Antonio Augusto et al. *Colcha de retalhos*. Estudos sobre a família no Brasil. 3 ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP.

COSTA, Craveiro. (1928), "Deve a professora casar?" *Semana ilustrada*, anno 1, 50-51, Bello Horizonte, 26 de maio de 1928.

DIÁRIO Oficial da União. 01 de janeiro de 1950, p. 27, seção 2. Disponível em http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2297646/pg-27-secao-2-diario-oficial-da-uniao-dou-de-01-02-1950. [consultado em 11-07-2014]

FREIRE COSTA, Jurandir. (1979), *Ordem Médica e Norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal.

FOUCAULT, Michel. (1988), *História da Sexualidade. A Vontade de Saber*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Graal.

____. *(*1992), *Microfísica do Poder*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal.

LOURENÇO, Maria Cecília França. (1999), *Museus acolhem moderno*. São Paulo: Edusp, p. 154. Disponível em http://books.google.com.br/books?id=eZWKSRS46FQC&pg=PA154&dq=Jos%C3%A9+de+Queiroz+Lima+RJ&hl=pt-BR&sa=X&ei=ykAbVJ3AAY_CggSzrYH4DA&ved=0CB4Q6AEwAA#v=onepage&q=Jos%C3%A9%20de%20Queiroz%20Lima%20RJ&f=false. [consultado em 18-09-2014].

MARTINS, Cristiano. (1953) "Sobre a admissão de mulheres na academia". *Revista da academia mineira de letras.* Sessão vários assuntos. 17. Jan. de 1953.

MELLO, Antônio de Oliveira. (1994), *As minas reveladas*: Paracatu no tempo. Paracatu: Prefeitura Municipal.

MENDONÇA, José Márcio. (2009), "Euryalo Cannabrava". Iniciativa Cultural, 04-11-2009. Disponível em http://iniciativacultural.wordpress.com/2009/11/04/euryalo-cannabrava/. [consultado em 18-09-2014].

NOBILE, Ana Paula Franco. (2006), *A recepção crítica de O amanuense Belmiro, de Cyro dos Anjos (1937)*. São Paulo: Annablume.

NOITE, a. (1942), Sábado, 10 de janeiro de 1942. p. 5 Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&pasta=ano%20194&pesq=firmina%20santana. [consultado em 09-07-2014].

ORLANDI, E. (2002), *Análise do discurso*: princípios e procedimentos. 4 ed. Campinas: Pontes.

PÊCHEUX, M. A Análise de Discurso: três épocas (1983). (1997), In: GADET, F. & HACK, T. (ed). *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. Unicamp.

R. M. (1939), "Saber ser cordata para que reine a harmonia". *Revista Alterosa*, ano 1, 03, novembro de 1939.

RAGO, Luzia Margareth. (1985), *Do Cabaré ao lar*: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. (1994), *Tecendo por trás dos panos*. A mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco.

SOHIET, Rachel. (2012), "A conquista do espaço público". In PINSKY, Carla & PEDRO, Joana Maria (ed). *Nova História das mulheres*. São Paulo: Contexto.

VASCONCELOS, Beatriz Botelho. (1997), "Dondona, minha mãe". In BOTELHO. Maria da C. A. *Amenizemos a vida. Op. Cit*.

O empoderamento das mulheres e a lei maria da penha como tecnologia de gênero: Possibilidades com os Estudos Femini stas e de Gênero para o Serviço Social

Thiago F. Sant'Anna

Resumo: Este artigo objetiva analisar a Lei no. 11.340/06, conhecida por Lei Maria da Penha, como uma tecnologia de gênero voltada para o enfrentamento de casos particulares de violência contra as mulheres, e para a transformação das relações de gênero e destruição da estrutura machista e misógina da sociedade. Compreendemos a violência contra as mulheres como uma das áreas de atuação de assistentes sociais por se tratar de uma das expressões questão social. A análise operada está ancorada no pensamento oriundo dos Estudos Feministas e de Gênero, no conhecimento do Serviço Social e no pensamento de Michel Foucault.

Palavras-chave: Gênero, Violência, Questão Social, Serviço Social, Lei Maria de Penha

Abstract: This article aims to analyze the Law 11.340/06, known as the Maria da Penha Law, as a technology of gender focused on coping with particular cases of violence against women, well as transforming gender relations and destroy the sexist and misogynistic structure of society. We understand violence against women as one of the areas of expertise of social workers because it is one of the expressions social issue. The analysis is anchored operated in thought coming from the Feminist Studies and Gender, from the knowledge of social work and the thought of Michel Foucault

Keywords: Gender, Violence, Social Issues, Social Service, Maria de Penha Law

1. A questão social e a performatividade do gênero

Implacável não poderia deixar ser uma leitura sobre a Lei Maria da Penha ancorada na ótica dos Estudos Feministas e de Gênero, na busca por contribuir reflexões no campo do conhecimento e provocar a intervenção dos assistentes sociais, haja vista que a Lei 11.340/06, de 7 de agosto de 2006, é, em nossa opinião, um poderoso instrumento não somente de coibição da violência contra as mulheres e punição para agressores, mas também de desestabilização da sociedade machista e misógina.

No que tange à sua condição jurídica, Fonseca (2012, p. 38) nos esclarece que "a doutrina não tem debatido a natureza jurídica da Lei Maria da Penha". Não tendo, também, criado normas de Direito Penal, mesmo que tenha regulamentado normas de processo penal e processo civil, a Lei Maria da Penha também não é uma norma penal incriminadora. Para alguns, a Lei 11.340/06 é uma "norma processual, de cunho cautelar", pois

> definiria hipóteses de sua incidência cuidando de matérias processuais, disposições acerca de procedimento e ingressa em um campo eminentemente cautelar, trazendo as medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor (PINTO, Rodrigo Bossi apud FONSECA, 2012, p. 38).

Outros sustentam que a referida lei, "com o propósito de correção das distorções históricas no acesso à justiça e na realização dos direitos das mulheres, pode ser vista como uma ação afirmativa que toma diferença como princípio para atingir a igualdade jurídica" (PASINATO, Wânia apud FONSECA, 2012, p. 38).

Assunto incontornável, o problema da violência contra as mulheres tem sido uma questão social bastante expressiva. Isso porque esta forma de prática de violência integra o "*conjunto* das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura" (IAMAMOTO, 2008, p. 27). Sob essa ótica, a experiência de violência sofrida por mulheres revela uma das "múltiplas formas de pressão social, de invenção e de re-invenção da vida construídas no cotidiano, pois é no presente é que estão sendo recriadas formas novas de viver, que apontam um futuro que está sendo germinado" (IAMAMOTO, 2008, p. 28). Em alerta, preocupa-nos, diante disso, não somente a qualidade das ações adotadas pelo Estado e pela sociedade em geral, no sentido de conter tais práticas, mas também o equívoco em torno da construção da legitimidade social que a violência contra as mulheres tem ganhado em nossa sociedade, constituindo as práticas de violência contra as mulheres nas relações cotidianas patriarcais e misóginas enquanto experiências normalizadas e tomadas, em alguns casos, como "naturais".

Isso porque, várias vezes, nos deparamos com enunciados que expressam as inúmeras possibilidades de naturalização do acesso violento dos homens sobre os corpos das mulheres. Quem nunca trouxe à baila na memória a representação de um homem das cavernas puxando a mulher pelo cabelo como alegoria de poder na relação heterossexual? Outras vezes, quem não ouviu ser reiterada a frase de que a prostituição é a profissão mais antiga do mundo, suscitando o significado de que os homens sempre acessaram, violentamente, os corpos das mulheres? (PATEMAN, 1993) De costume, quem já recuou ou observou à distância, alguma vez, uma discussão ou confusão entre casais, pensando na máxima: " em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher!", imposta a nós como uma regra moral da sociedade. Ao atuarem no atendimento às mulheres vítimas de violência, assistentes sociais não podem furtar-se a uma opinião ou a se engajarem na crítica e no enfrentamento contra tais expressões de gênero fabricadas e circuladas no senso comum, marcadas pela estrutura misógina da sociedade.

As práticas de violência contra as mulheres, a sua legitimação e a sua naturalização, não podemos negar, são alimentadas com enunciados como estes, processo pelo qual artefatos, produtos, práticas e representações social e culturalmente construídas são tomadas como naturais e normais. Já dizia Butler (2003, p. 107) que o gênero "é um laborioso processo de tornar-se 'naturalizado'", cujo objetivo é "mostrar que a idéia de [que] um corpo natural é um construto" (BUTLER, 2003: 181). Trata-se de efeitos das narrativas naturalizantes constituídas pelos dizeres do senso comum que perfazem estratégias voltadas para configurar corpos inscritos no âmbito da heterossexualidade e do patriarcalismo.

Continuando com a filósofa feminista, a naturalização das relações desiguais de gênero, baseadas na violência, são forjadas no âmbito da condição performativa do gênero. Segundo Butler (2001, p. 154), a performatividade "deve ser compreendida não como um "ato" singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia", o que, por sua vez, faz com que "as normas regulatórias do "sexo" trabalhem de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual" (BUTLER, 2001, p. 154). Enquanto "uma reiteração de uma norma ou conjunto de normas" (BUTLER, 2001, p. 167) pode ser reformulada da seguinte maneira:

> (a) a performatividade de gênero não pode ser teorizada separadamente da prática forçosa e reiterativa dos regimes sexuais regulatórios; (b) a explicação da agência condicionada por aqueles próprios regimes de discurso/poder não pode ser confundida com o voluntarismo ou o individualismo, muito menos com o consumismo, e não pressupõe, de forma alguma, um sujeito que possa escolher; (c) o regime da heterossexualidade atua para circunscrever e contornar a "materialidade" do sexo e essa "materialidade" é formada e sustentada através de – e como – uma materialização de normas regulatórias que são, em parte, aquelas da hegemonia sexual; (d) a materialização de normas exige aqueles processos identificatórios pelos quais as normas são assumidas ou apropriadas, e essas identificações precedem e possibilitam a formação de um sujeito, mas não são estritamente falando, executadas pelo sujeito; (e) os limites do construcionismo ficam expostos naquelas fronteiras

> da vida corporal onde corpos abjetos ou deslegitimados deixam de contar como "corpos".

Não há como não questionar, portanto, as inúmeras referências no cotidiano que, simbólica e materialmente, fomentam, dia-a-dia, a violência contra as mulheres. Tais narrativas naturalizantes, enquanto discursos, atuam performaticamente, produzindo, por meio do discurso, práticas de violência contra as mulheres. Isso porque, sendo performativo, o gênero está ancorado em regimes sexuais regulatórios, marcado pela hegemonia da heterossexualidade, ao mesmo tempo que delimita os espaços de atuação, livre, do sujeito. Sob essa ótica, o sujeito não tem outro caminho a não ser assumir ou apropriar-se dos processos identificatórios que este regime oferta, relegando os que vivem nas fronteiras e fora desses regimes à condição de objetos dessas narrativas naturalizantes, abjetos, isto é, não-corpos. Nesse sentido, o mecanismo de produção da citação da lei através dessas máximas, enquanto "mecanismo de sua produção e articulação" (BUTLER, 2001, p. 169), fortalece a reiteração e naturalização das normas regulatórias do sexo que são – ao invés de construídas – performativamente instituídas.

Mediante essa naturalização, uma operação de acobertamento do caráter socialmente construído e performativamente produtor destas práticas culturais é acionado através da reiteração de discursos/práticas que produzem a violência contra as mulheres no cotidiano da vida social. Neste caso, a violência contra as mulheres, enquanto uma questão social construída e equivocadamente tomada como "legítima" e "natural" em alguns casos, é constituída e constitutiva de discursos e práticas envolvidas neste conflito social. De tal modo, os conceitos de questão social e performatividade, no que tange à investigação deste objeto em questão – a violência contra as mulheres – podem ser operados conjuntamente ao apreenderem a dimensão discursiva que, ao nomear, produz a questão social.

Instiga-nos, nessa linha de reflexão, interpelar tal objeto de investigação – a Lei n. 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha – a partir dos Estudos Feministas e de Gênero. Antes da análise, pretendemos explicitar o arcabouço teórico construído no seu interior a fim de esclarecer nossos pontos de vista de análise. Vale ressaltar que vamos apresentar este campo de abordagem desprovido de uma linearidade e dos conceitos de evolução, pois muitas dessas teorias coexistem e se conflitam entre elas. A diferenciação entre as teorias feministas a seguir atende, portanto, a um quesito didático e não a uma ordem cronológica.

2. Os Estudos Feministas e de Gênero: a abordagem de uma poderosa arma para assistentes sociais no enfrentamento das práticas de violência contra as mulheres

As primeiras abordagens dos estudos feministas no âmbito das ciências humanas e sociais revelaram-se positivistas, funcionalistas e liberais, sendo as mesmas anteriores à própria elaboração do conceito de gênero. Conhecidas por serem estudos sobre as mulheres, oriundos da inserção das feministas na Universidade que, ao longo dos anos 1960 e 1970, reivindicaram as mulheres como sujeito e objeto da Ciência (SCHIENBINGER, 2001). Reunidas no chamado Feminismo Liberal (NYE, 1995, p. 18-47), propunham uma reforma do Sistema Patriarcal ao legitimarem a luta das mulheres para a conquista de espaços nas diversas áreas sociais e políticas que antes estavam vedadas a elas, como a do sufrágio.

Ao dar visibilidade às mulheres, denunciar a situação de opressão, além de fazer levantamentos empíricos acerca de férteis campos para futuras pesquisas e investigações sobre a vida das mulheres, tais estudos foram fundamentais nas investigações que resultaram na descrição da vida social das mulheres, embora sem incursões pela sua interpretação.

Ao tomarem de assalto a condição central nas pesquisas em ciências humanas e sociais, ao longo dos anos 1960 e 1970, outros esforços foram inspirados para a busca da compreensão do processo de produção, sustentação e modificação das identidades e relações hierarquizadas de gênero em nossas sociedades. Como resultado privilegiado nesse período, forjou-se uma categoria de análise inovadora para interpretar as identidades e as relações entre homens e mulheres: o gênero. Mesmo que, posteriormente, este conceito, juntamente com o de identidade, fosse profundamente abalado por Butler (2003), não há como negar que encontraram, em

determinado momento do debate, um espaço importante e privilegiado para o aprofundamento das análises nas ciências sociais, ao qual o próprio Serviço Social não poderia furtar-se.
Reconhecido tais esforços, não há como deixar de ressaltar a tentativa de desvincular a noção de natureza à de experiência sóciocultural de gênero – já que, enquanto o sexo se referia ao campo da anatomia e da fisiologia, o conceito de gênero se relacionava ao de de cultura e sociedade. Pensado como um construto social, histórico, cultural, o gênero, segundo Soihet (1997, p. 279):

> tem sido, desde a década de 1970, o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual. [...] O gênero se torna, inclusive, uma maneira de indicar as "construções sociais" – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. O "gênero" sublinha também o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através de um estudo que os considere totalmente em separado.

Ao nos subsidiarmos na leitura de Soihet, é possível afirmar que tanto a nossa sociedade como inúmeras outras, distantes no tempo e no espaço, elaboram imagens, representações sociais e estilos de gêneros. Gênero como um saber que constitui corpos sexuados, que atribui significados aos corpos, aos comportamentos e às relações sociais. Ao incorporarem os corpos, o gênero define-os por um sexo e designa-os como corpos em nossa sociedade ocidental, masculino e feminino.
Mais tarde, as abordagens pós-estruturalistas afirmariam que o sexo, assim, passaria a ser pensado como natureza *a priori* em vez de um produto do social, pois os discursos, no aspecto social, definem e constroem o sexo. Enquanto um conjunto de normas regulatórias estabelecidas pelos discursos capazes de incorporar e cobrir os corpos, as pessoas, seus pensamentos e suas relações sociais, o gênero, sob a ótica de Butler (2003, p. 25),

> é o meio discursivo/cultural pelo qual "a natureza sexuada" ou "um sexo natural" é produzido e estabelecido como "pré-discursivo", anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura. (Butler, 2003: 25)

As abordagens feministas pós-estruturalistas, emergidas ao longo dos anos 1980 e 1990, alinhavadas com o pensamento da diferença de Deleuze, Derrida e Foucault, implicaram na implosão e na crítica do conceito de gênero por este reproduzir, no plano sócio-cultural, uma dicotomia oriunda do campo da natureza: Masculino X Feminino. Apesar de desvelar a construção social e discursiva da diferença sexual, o conceito de gênero acabou por reforçar dois mundos universais, como se homem e mulheres se referissem universalmente a experiências padronizadas. Em outras palavras, o próprio conceito de gênero encontrou-se domesticado no interior dos Estudos Feministas, ao reproduzir a ordem binária (que divide o mundo em duas partes) e homogeneizar os conceitos de "homem" e "mulher". A partir destas reflexões, foi possível pensar na diferença dentro da diferença. Joan Scott (1992, p. 87) assim ressaltou:

> Além disso, uma vez que o gênero foi definido como relativo aos contextos social e cultural, foi possível pensar em termos de diferentes sistemas de gênero e nas relações daqueles com outras categorias como raça, classe ou etnia, assim como em levar em conta a mudança. A categoria de gênero, usada primeiro para analisar as diferenças entre os sexos, foi estendida à questão das diferenças dentro da diferença. [...] Na verdade, o termo "mulheres" dificilmente poderia ser usado sem modificação: mulheres de cor, mulheres judias, mulheres lésbicas, mulheres trabalhadoras pobres, mães solteiras [...].

Nesse sentido, não poderíamos tomar o gênero/cultural como efeito do sexo/natural, pois inexistiria um elemento *dado a priori,* pela natureza, com o poder de determinação imperativa sobre o sujeito. Trata-se de processo complexo que, segundo Tânia Navarro Swain (2000, p. 69), pode ser assim esclarecido:

> as representações sociais, veiculadas em imagens e em linguagens, traduzem o gênero em corpos sexuados e o desnudamento deste mecanismo permite a inversão das polaridades do sistema sexo/gênero: assim, é o gênero que cria o sexo. O sexo biológico deixa de ser o significante geral que abriga o binário sexual e passa a ser igualmente signo produzido no próprio seio do agenciamento social. Neste sentido, é performativo, como sublinha Butler, instalando sua realidade no próprio discurso que o descreve. Assim, o sexo passa a ser pensado não mais como um dado corporal sobre o qual o construto do gênero é artificialmente imposto, mas como uma norma cultural que governa a materialização dos corpos.

Com a emergência destas reflexões, as abordagens pós-estruturalistas minaram conceitos homogêneos e universais como o uso da categoria "mulher", pois tal identidade não revela tudo que uma pessoa é. A propósito, as pessoas podem ser uma "mulher" diferente de outras "mulheres", cuja identidade pode estar ancorada em uma multiplicidade de significados atribuídos às diferenças corporais no feminino como as interfaces com as dimensões da raça, da classe, da etnia, da escolaridade, da nacionalidade, da opção religiosa etc. Assim, ao traduzir uma abordagem das múltiplas experiências do social, iniciava-se um processo de subversão das categorias de sexo, gênero, homem, mulher, masculinidade e feminilidade. Vistos como similar ao sexo, o gênero pôde ser tomado como um conjunto de representações sociais sobre o "verdadeiro homem" e a "verdadeira mulher" que construíra o sexo e os corpos como pré-discursivos, como se fossem anteriores à cultura. Rosi Braidotti (2000, p. 183) definiu o gênero como uma "ficção reguladora, isto é, como uma atividade normativa que constrói certas categorias tais como o sujeito, o objeto, o masculino, o feminino, o heterossexual e o lesbiano, como parte de seu mesmo processo" e passam, portanto, a normatizar corpos, comportamentos, relações sociais, formas de pensar, de vestir, enfim, inúmeras possibilidades de estilos e de vivências no social. O gênero, como ficção regulatória, produzido por aparelhos tecnológicos (LAURETIS, 1994) no campo material e simbólico, atua como uma representação social sobre as diferenças sexuais, queremos dizer, de acordo com Denise Jodelet (2001, p. 22), como "uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social". Podemos assinalar, de tal modo, que se trata de "sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros" (JODELET, 2001: 22). Tais matrizes orientam nossas ações no mundo, ao nomearmos e definirmos os mais diferentes aspectos da realidade diária. São elas que nos permitem interpretar este mundo, tomar decisões e posicionar-nos na realidade social. Elas são social e culturalmente produzidas e seu objetivo é justamente o de instituir o real em seus aspectos social e individual, o de orientar comportamentos e práticas sociais entre os homens, as mulheres, os homossexuais e os heterossexuais.

Assim, em vez de o sexo ser considerado biologicamente determinado e o gênero culturalmente construído, as teorias feministas pós-modernas alegam que ambos são produtos socialmente elaborados. Não somente o gênero é uma produção da sociedade, mas o próprio corpo humano não é imune às pressões sociais que o forjam, o modelam e o alteram em cada contexto sócio-discursivo. Deste modo, o corpo humano, os corpos de homens e de mulheres não são "dados" pela natureza, mas "estão sujeitos ao agenciamento humano e às escolhas pessoais no interior de diferentes contextos" (GIDDENS, 2005, p. 106).

Estas teorias possibilitaram a crítica da Ordem Normativa Heterossexual, ao reconhecer ser a Heterossexualidade, uma ordem compulsória (WITTIG, 1980). Em defesa dos conceitos de identidade nômade e líquida, emergiram outras correntes feministas que reivindicaram sua posição no debate: o feminismo negro, o feminismo lesbiano etc, pois

> Se alguém "é" uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é [...] mas porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente

> nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente construídas. (BUTLER, 2003: 20)

Em suma, as teorias feministas estão comprometidas com a elaboração de um projeto que implica "tanto criticar as definições e representações existentes das mulheres como em criar novas imagens da subjetividade feminina" (BRAIDOTTI, 2000, p. 185). As teorias feministas perfazem, portanto, a elaboração de ferramentas analíticas poéticas, ricas e plurais, capazes de escapar aos hermetismos e blocos teóricos androcêntricos.

Longe de desmerecer inúmeras outras reflexões que já existem no interior do conhecimento do Serviço Social em interface com a violência contra as mulheres [1], entrecruzada com os Estudos Feministas e de Gênero e com o objeto de investigação circunscrito à lei em questão, nossa análise, ancorada nessas perspectivas sobre os feminismos, descritas anteriormente, pauta-se por percorrer por uma ótica singular, diferenciada da abordagem marxiana, mas substanciada pelas contribuições de Judith Butler e Teresa de Lauretis e pela abordagem de Michel Foucault acerca dos dispositivos e do poder. Penso que muitos outros estudos têm a sua relevância, sobretudo os de orientação marxiana/marxista, porém, não podem desprezar a potencialidade dos estudos feministas de matriz pós-estruturalista, subsidiadas pelo pensamento de Michel Foucault, tanto na pesquisa sobre este objeto de investigação quanto na atuação das/os assistentes sociais no enfrentamento da violência contra as mulheres.

Esta abordagem lança mão de alguns pressupostos para que o/a leitor/a possa percorrer conosco a construção do argumento. Partimos, portanto, de um solo teórico-metodológico que não toma o sujeito como origem de uma ação, como uma entidade transcendental que, livre e autônoma, produz práticas e sentidos, mas são as ações/as práticas – social, cultural e discursivamente construídas –, são as experiências e o jogo de forças no campo dos sentidos que se revelam como mediadores na constituição e posição sócio-histórica dos sujeitos.

Sob as teorizações de Foucault (2010) e de teóricas feministas como Joan Scott (1999) e Teresa de Lauretis (1994), partimos dessa hipótese para a observação dos fenômenos sociais que se pautam na acepção de que a lei n. 11.340/06 apresenta-nos algumas práticas sociais e discursivas por meio das quais "as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas" (SPINK; MEDRADO, 2000, p. 45), construindo termos a partir dos quais "compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta" (SPINK; MEDRADO, 2000, p. 45). Tais práticas sociais e discursivas, definidas pela regularidade que as acompanham, abrangem diversas esferas da vida humana como as formas de agir, de pensar, de se relacionar, os comportamentos desejados e indesejados, as formas de falar, as formas de punir e de proteger, enfim, inúmeros estilos e formas de participação na vida social que vão preencher as experiências de vida das pessoas.

Em consonância com esse aporte teórico-metodológico, a experiência também não é um atributo dos sujeitos, ou seja, ela não emana das pessoas. Ao contrário, a experiência é, segundo Scott (1999, p. 42), "um evento discursivo", por meio do qual os sujeitos são "constituídos discursivamente". Sob esta ótica,

> não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência. A experiência, de acordo com essa definição, torna-se, não a origem de nossa explicação, não a evidência autorizada (porque vista ou sentida) que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento. Pensar a experiência dessa forma é historicizá-la, assim como as identidades que ela produz (SCOTT, 1999: 27).

---

1 Sobre o assunto ver: SILVA, M. V. *Violência contra a mulher*: quem mete a colher? São Paulo: Cortez, 1992; TELES, M. A. de A.; MELO, M. de. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2003; SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001; SAFFIOTI, H. I. B. Violência de gênero no Brasil contemporâneo. In: SAFFIOTI, H. I. B.; VARGAS, M. M. (Orgs.). *Mulher Brasileira é assim*. Rio de Janeiro/Brasília: Rosa dos Tempos/Nipas/Unicef, 1994. p. 151-185; LIMA, Fausto R.; SANTOS, Claudiene (Coords.). *Violência doméstica:* vulnerabilidades e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

Daí ser possível afirmar que as/os assistentes sociais podem operar o arcabouço teórico-metodológico feminista, entrecruzado ao do Serviço Social, em suas experiências com a dimensão técnico-operativa, na busca por não somente acionar as práticas de atendimento às mulheres vítimas de violência, mas também a reunir forças para criticar e afrontar a produção de sentidos ancorados na sociedade machista e misógina.

Ao seguirmos nessa direção, nos deparamos com a seguinte problemática: como assistentes sociais podem operar a Lei n. 11.340/06 como um discurso capaz de acionar e transformar práticas e experiências por meio das quais as pessoas – homens e mulheres – podem tornar-se sujeitos em uma relação historicamente constituída comprometida com o combate à violência praticada pelos homens contra as mulheres? Que possibilidades o pensamento de Foucault acerca dos dispositivos de poder (2002), combinado às abordagens feministas de Butler, Lauretis e Scott, podem suscitar às/aos assistentes sociais no que se refere à possibilidade de operar de forma diferente a Lei 11.340/06 na busca por combater essa face das expressões da questão social?

Defender, intransigentemente, os direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo, defender o aprofundamento da democracia enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida, empenhar-se para a eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças, bem como optar por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero são palavras caras às/aos assistentes sociais no que tange ao exercício da sua profissão (CFESS, 2012, p. 22-24). Inseparáveis de suas práticas e experiências profissionais, bem como de seus saberes acumulados ao longo de anos, estas precisas palavras são capazes de deixar em alerta qualquer assistente social sensível à questão social da violência contra as mulheres no Brasil. São palavras, portanto, capazes de incentivar qualquer profissional do Serviço Social a buscar maneiras possíveis para enfrentar esse problema haja vista que o próprio art. 10, do "Capítulo III - Das Relações com Assistentes Sociais e outros/as Profissionais" (CFESS, 2012, p. 32), prevê enquanto deveres do/a assistente social, "ser solidário/a com outros/as profissionais, sem, todavia, eximir-se de denunciar atos que contrariem os postulados éticos contidos neste Código"; e o art. 13 do "Capítulo IV – Das Relações com entidades da Categoria e demais organizações da Sociedade Civil", do mesmo capítulo, o qual também postula que é dever destes/as profissionais

> denunciar, no exercício da Profissão, às entidades de organização de categoria, às autoridades e aos órgãos competentes, casos de violação da Lei e dos Direitos Humanos, quanto a: corrupção, maus tratos, torturas, ausência de condições mínimas de sobrevivência, discriminação, preconceito, abuso de autoridade individual e institucional, qualquer forma de agressão ou falta de respeito à integridade física, social e mental do/a cidadão/cidadã; (CFESS, 2012, p. 35)

Enquanto um discurso forjador de experiências possíveis voltadas para a constituição de sujeitos, comprometida com a autorização de identidades e construção de outras histórias possíveis, a Lei Maria de Penha, conhecida e operada por assistentes sociais, no interior das reflexões feministas foucaultianas, pode ser um poderoso instrumento tanto no combate aos casos de violência contra as mulheres quanto na desmontagem dos pilares da sociedade machista e misógina, a incluir nesta não somente as práticas e experiências, mas também os sentidos mobilizados nos discursos, nos preconceitos, nas narrativas naturalizantes que constituem as relações de gênero como hierarquicamente desiguais.

3. A Lei Maria da Penha como tecnologia de gênero

Se a selvageria é uma condição constitutiva de muitas práticas de violência contra as mulheres, operadores do Direito e assistentes sociais não podem esquivar-se da condição múltipla e diferenciada contida nas diversas formas de expressão da violência contra as mulheres enquanto questão social. Que imagens da violência contra as mulheres, constitutivas da cena dentro do ambiente familiar e doméstico podem ser extraídas na lei? Longe de serem homogeneizantes, as práticas de violência contra as mulheres podem ser mapeadas já no § 2º. do art.

3º. do Título I, sobre as "Disposições Preliminares" da lei, onde reconhece-se que "cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no *caput*" (BRASIL, Lei n. 11.340/06). Tais considerações alinham aos detalhes que a lei descreve sobre a presença da violência ocorrida no âmbito doméstico no Título II "Da Violência Doméstica e Familiar contra a Mullher". Ela dispõe, em seu art. 5º., as inúmeras formas de configuração deste tipo de violência como uma violação dos direitos humanos, independente da orientação sexual:

> I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;
> II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;
> III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. (BRASIL, Lei n. 11.340/06)

A cena discursiva apresentada é construída pelas imagens das mulheres com seus parentes, pais, irmãos, filhos, maridos, namorados ou, até mesmo, amigos ou desconhecidos. O "ambiente doméstico", o "âmbito da família" ou "qualquer relação íntima de afeto" são construções que, apesar de tratadas de forma homogêneas, não escondem suas multiplicidades, pois são apresentadas conforme diversas nuances. Tais delimitações espaço-geográficas substanciam a idéia de que a noção de gênero emergente do texto da lei não está restrita à questão da mera diferença sexual, mas incorpora a construção sócio-cultural dos espaços onde as relações são travadas. Ser uma mulher vítima de uma brutal violência implica ser vítima do poder masculino, mas exige-nos um olhar por outras esferas do tecido social que nos apresenta outros personagens que, apesar de serem homens, são também parentes, pais, irmãos, filhos, maridos, namorados, amigos ou desconhecidos. São dimensões da identidade cujas posições independem da determinação natural do sexo, mas também abrangem laços de convivência, de parentesco ou não, sentimentos de pertencimento, exercícios da sexualidade, forma de convivência em geral.

Adentremos o espaço doméstico, os confins da instituição familiar, assegurada pelo escudo da sacralidade, aparentemente distante de selvageria, para encontrarmos, ao mesmo tempo, sua substância monstruosa e de terror que tem invadido a vida de muitas mulheres que visualizam, na vida após o casamento, a realização pessoal. O alto índice de dados [2], inegavelmente alarmantes, acerca da violência sofrida por mulheres no ambiente doméstico acena para a falência da instituição família enquanto lócus de proteção total das mulheres pelos homens. Pois é dentro da própria família e das relações afetivas que a envolvem que podemos localizar experiências de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral às mulheres. E são, conforme o §9º. do art. 129, os ascendentes, os descendentes, os irmãos, o conjugue ou companheiro, ou quem quer que conviva e estabeleça relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, que são, normalmente, autores dos crimes (BRASIL, Lei n. 11.340/06). Diante disso, é tarefa incontornável às/aos assistentes sociais que lidam com mulheres vítimas de violência investigarem o que está por detrás do discurso dessas mulheres, enunciados nas instituições de proteção às vítimas, além de buscar, através dos seus instrumentos de trabalho, as raízes do problema.

Estas imagens da violência contra as mulheres nos remetem às condições de produção do exercício da violência contra as mulheres como oriunda de formação discursiva específica que definem "aquilo que numa formação

---

2 Segundo o site Portal Brasil, "quatro em cada dez mulheres brasileiras já foram vítimas de violência doméstica", perfazendo um total de 43,1% o número de mulheres que já foram vítimas de violência em sua própria residência, de acordo com o PNAD. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/governo/2011/07/43-das-mulheres-ja-foram-vitimas-de-violencia-domestica-segundo-anuario. Acesso em: 10 fev 2014. Em entrevista recente, a feminista Rita Segato traz um mapa preocupante sobre a violência de gênero na América Latina. Disponível em: http://www.revistaenie.clarin.com/ideas/Rita-Segato-Mujer-cuerpo-control_0_1081091894.html. Acesso em: 16 fev. 2014.

ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito" (ORLANDI, 2002, p. 43). Ou seja, a violência está inscrita em relações, práticas, comportamentos que englobam uma cultura patriarcal, machista e misógina, instituidoras da família como lócus de proteção feminina.

Nesta sociedade, a violência contra as mulheres dentro do ambiente doméstico tem como alvo privilegiado o corpo. Lesões, socos, pontapés, bofetões, violência carnal, atentado contra o pudor e ameaças perfazem uma variedade de técnicas brutais de apropriação e escrita da violência no corpo das mulheres pelos homens. Trata-se de um tipo de violência que atinge o corpo e alcança a alma, que ultrapassa os limites da raça, da idade ou da condição social com a diferença de que quando o fato ocorre com mulheres brancas, pertencentes às classes privilegiadas, toma proporções grandiosas em comparação com o descaso e o silêncio das cotidianas violências que mulheres negras e pobres sofrem diariamente.

Além destas condições de produção circunscritas social-espacialmente, elas também estão, segundo o art. 7º. , do Capítulo II "Das Formas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher", enumeradas entre as várias das formas de violências doméstica e familiar praticadas contra as mulheres como: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. As delimitações espaciais alimentam a pluralidade e a sofisticação de práticas discursivas que, no bojo do social atribuem e produzem sentidos às imagens da violência contra as mulheres. O cardápio não é pequeno, mas as possibilidades de escolha da formas de praticar a violência contra as mulheres atingem o corpo, alcança a alma, desbancam o patrimônio, deturpam o exercício da sexualidade e desmoralizam o sujeito feminino. Daí ser fundamental que assistentes sociais, no atendimento às vítimas de violência e no enfrentamento da sociedade machista e misógina que cria condições para o surgimento de práticas de violência contra as mulheres, percebam, no texto da lei Maria da Penha, o caráter múltiplo e disseminado destas práticas. Ao lançarem mão desta metodologia, tais profissionais podem perceber as nuances e condições de produção da violência.

Outra incursão sobre a leitura da lei n. 11.340/06 é o exercício que nos possibilita problematizar o conceito de "mulher" existente na lei, haja vista que inexiste essa condição universal e homogênea do gênero. Sob essa ótica, a interface da identidade de gênero com outras classificações identitárias possibilita-nos compreender a construção dos gêneros em nossa sociedade. Como a lei em análise pode funcionar como tecnologia de gênero – na acepção dada por Lauretis (1994, p. 204), qual seja, "o conjunto de técnicas e estratégias discursivas por meio das quais o gênero é construído" – e, com efeito, produzir gêneros dentro e fora do modelo machista e misógino da sociedade? Daí, ao identificarmos o solo imaginário onde se inscreve a Lei n.11.340/06, a partir do qual emanam imagens da violência contra as mulheres, podemos destacar outros direcionamentos possíveis e enxergar, no texto da lei, estratégias de subversão e superação do status quo. De vítimas e pessoas suscetíveis à violência, mulheres podem, ao conhecerem o dispositivo normativo em análise, ser empoderadas.

Para se transformar em uma tecnologia de gênero voltada para a mudança das relações de gênero em nossa sociedade – a transformação de mulheres frágeis em mulheres empoderadas –, a Lei Maria da Penha dispõe sobre as táticas e as estratégias discursivas voltadas para superação do quadro com as medidas integradas de prevenção, dispostas no art. 8º. do Capítulo I do Título III "Da Assistência à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar" como "um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios" (BRASIL, Lei n. 11.340/06). Esse conjunto articulado pode ser substanciado por meio da: "integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação"; "promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia"; "respeito nos meios de comunicação social dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar"; "implementação de atendimento policial especializado para as mulheres"; "promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher"; "celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não governamentais"; "capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciadas no inciso I quanto às questões de

gênero e de raça ou etnia" [3]; "destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher" (BRASIL, Lei n. 11.340/06). Além destas, a lei defende uma assistência à mulher de forma articulada e de acordo com os princípios e as diretrizes contidos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública. Ou seja, a lei constitui uma rede de relações voltada para a coibição da violência, ao envolver juízes, policiais, intelectuais, imprensa, assistência social, políticos, professores. A rede de relações, a qual assistentes sociais não podem perder de vista, é estratégia da tecnologia de gênero, voltada para direcionar as práticas na contenção da violência contra as mulheres que, ao conhecerem o funcionamento desta rede profissional, são empoderadas para que possam desestabilizar pilares da sociedade machista e misógina que faz emergir a violência.

Tais estratégias sócio-discursivas possibilitadas pela Lei Maria da Penha para contribuir para a transformação das relações de gênero, instalam o mecanismo da "vigilância hierarquizada" por meio da qual se sofistica a fiscalização onde cada um fiscalizava uma parte. Vejamos como funciona a vigilância hierarquizada, segundo Foucault (2002, p. 148),

> O poder na vigilância hierarquizada [...] funciona como uma máquina. [...] é o aparelho inteiro que produz "poder" e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo. O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e absolutamente "discreto", pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio. A disciplina faz "funcionar" um poder relacional que se auto-sustenta por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados. Graças às técnicas de vigilância, a "física" do poder, o domínio sobre o corpo se efetuam segundo as leis da ótica e de mecânica, segundo um jogo de espaços, de linhas, de telas, de feixes, de graus, e sem recurso, pelo menos em princípio, ao excesso, à força, à violência. Poder que é em aparência ainda menos "corporal" por ser mais sabiamente "físico".

Inscrita nas abordagens de Foucault acerca do conceito de "poder disciplinar", o mecanismo da "vigilância hierarquizada" possibilita que as/os assistentes sociais saibam operar juntamente com as instâncias que acionem técnicas e estratégias voltadas para coibir a violência contra as mulheres. Desprovidas/os de um poder que possa suprimir tais práticas de violência, pois não pode deter o poder como "uma coisa", as/os assistentes sociais podem vir a manusear a lei 11.340/06 como "uma máquina" e, a partir disso, "fazer "funcionar" um poder relacional" com os quais diversas instâncias do poder público possam ser acionadas e comprometidas com o enfrentamento de casos isolados e também de pilares da estrutura machista e misógina da sociedade. Estratégicas/os, as/os assistentes sociais precisam calcular, mensurar, conjeturar, presumir, na perspectiva de envolver não somente agressor e vítima, mas também envolver, conforme apontado anteriormente, juízes, policiais, intelectuais, imprensa, assistentes sociais, políticos, professores etc. O dispositivo da vigilância hierarquizada pode ser pensado, sob essa ótica, como um mecanismo de distribuição das responsabilidades, equacionamentos dos encargos, tanto no plano micro quanto macro.

Nesta experiência de contenção da violência contra as mulheres, o juiz, por exemplo, é personagem com tarefas definidas que, em seu art. 23, da Seção III "Das Medidas Protetivas de Urgência à Ofendida", deverá:

> I – encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;

---

3 Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação.

> II – determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;
> III – determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;
> IV – determinar a separação de corpos; (BRASIL, Lei n. 11.340/06)

Somando-se à responsabilidade do juiz, encontra-se a polícia que tem sua posição de autoridade substanciada pela lei. O Capítulo III "Do Atendimento pela Autoridade Policial", do Título III "Da Assistência à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar", prevê que, na hipótese da iminência ou da prática da violência doméstica e familiar contra a mulher, "a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis" como:

> I – garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário;
> II – encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal;
> III – fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;
> IV – se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;
> V – informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis. (BRASIL, Lei n. 11.340/06)

De porte da chamada para a sua ação, a autoridade policial, em casos de violência contra as mulheres, após a realização do registro da ocorrência, deverá adotar, de imediato, os procedimentos previstos no art. 12º., sem prejuízo daqueles previstos no Código do Processo Penal:

> I – ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada;
> II – colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias;
> III – remeter, no prazo de 48 (quarente e oito) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência;
> IV – determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários;
> V – ouvir o agressor e as testemunhas;
> VI – ordenar a identificação do agressor e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes criminais, indicando a existência de mandado de prisão ou registro de outras ocorrências policiais contra ele;
> VII – remeter, no prazo legal, os autos do inquérito policial ao juiz e ao Ministério Público. (BRASIL, Lei n. 11.340/06)

Podemos perceber que, na prática de acionar instâncias que possam se comprometer ao combate da violência contra as mulheres por meio da operação da lei, as/os assistentes sociais podem tomar a lei 11.340/06 como um dispositivo de poder estratégico com o qual os dados e informações colhidos, tanto da parte do agressor quanto da vítima, além dos registros documentados como boletim de ocorrência e exame de corpo de delito e, não se pode desprezar, os relatórios oriundos de prontuários, entrevistas e registros de observação construídos pelas/os assistentes sociais como peças e instrumentos valiosos para o enfrentamento de uma situação específica e para a formação de saber acerca do assunto violência contra as mulheres, com os quais, outros casos poderão ser apreciados analogamente. Daí serem fundamentais documentos como o termo redigido pela autoridade policial que, segundo o texto da lei, em seu parágrafo 1º. do art. 12º., prevê conter:

> I – qualificação da ofendida e do agressor;
> II – nome e idade dos dependentes;
> III – descrição sucinta do fato e das medidas protetivas solicitadas pela ofendida (BRASIL, Lei n. 11.340/06).

O saber construído acerca das práticas de violência contra as mulheres não pode ser desprezado no trajeto de enfrentamento dos acontecimentos singulares e dos padrões estruturais, pois, enquanto tecnologia de gênero, ele faz emergir outras representações de gênero, as quais possam tornar as mulheres mais empoderadas e menos indefesas e os homens, menos violentos e misóginos e mais filóginos (philos = amigo; gyne = mulheres) (RAGO, 2003, não paginado). Transformados em informação disseminada no seio da sociedade, tais saberes empoderam mulheres. [4]

Tal saber acerca das práticas de violência contra as mulheres pode ser construído mediante documentos expressos nos parágrafos seguidos, 2º. e 3º., tais como:

> §2º. A autoridade policial deverá anexar ao documento referido no §1º. o boletim de ocorrência e cópia de todos os documentos disponíveis em posse da ofendida.
> §3º. Serão admitidos como meios de prova os laudos ou prontuários médicos fornecidos por hospitais e postos de saúde. (BRASIL, Lei n. 11.340/06)

O exame e a formação de um saber voltado para o enfrentamento de casos particulares, o empoderamento feminino e a desestabilização dos pilares da estrutura machista e misógina da sociedade podem emanar de exercícios de poder através dos vários envolvidos no processo, como as testemunhas e as próprias vítimas. Os policiais se inserem nesse mecanismo estratégico que faz a lei 11.340/06 ser uma tecnologia de gênero com a produção de documentos como o inquérito policial (art. 20) e os atos processuais (art. 21). Peça fundamental oriunda da documentação elaborada, o exame se torna um componente desta tecnologia que possibilitará a fabricação de novas representações de gênero ao longo do tempo, diluindo o exercício de poder masculino e empoderando mulheres.

Ao lado dos mecanismos da vigilância hierarquizada e do exame, a Lei Maria da Penha aciona também o elemento da sanção normalizadora. Segundo o texto da lei, no art. 17:

> É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa. (BRASIL, Lei n. 11.340/06)

A sanção normalizadora, compreendida como uma peça no dispositivo de poder, funciona na redução do caráter repressivo do poder em prol do seu aspecto produtivo. Produtivo porque ao descrever, mesmo que formas de punição, elabora e fabrica práticas que agem no intuito de fecundar novas relações sociais, dentre elas, as de gênero. No art. 22 da lei, este caráter produtivo do poder por meio da sanção normalizadora pode funcionar na produção de práticas quando descreve que "constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras":

> I – suspensão da posse ou restrição do porte de armas, comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei no. 10.826, de 22 de dezembro de 2003;
> II – afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;
> III – proibição de determinadas condutas, entre as quais:

---

4 Curiosamente, inúmeros sítios na internet utilizam a expressão "Maria da Penha neles!", como forma de demonstrar que, no senso comum, a lei pode funcionar como instrumento inibidor da violência.

> a) Aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;
> b) Contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;
> c) Freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;
> IV – restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;
> V – prestação de alimentos provisionais ou provisórios (BRASIL, Lei n. 11.340/06).

Ao invés de apenas reprimir, o dispositivo normativo produz condutas, fabrica comportamentos como o porte ilegal de armas, o afastamento do domicílio, o contato com a ofendida, além da restrição à visita aos dependentes, abalando práticas e exercícios de poder, tradicionalmente identificados ao mundo masculino, como o uso de armas, o poder patriarcal sobre a casa, a mulher e a linhagem.
Em outro momento, ao relatar as possibilidades de decisões do juiz, a lei dispõe sobre outras formas de atuação da sanção normalizadora que desestabilizam exercícios de poder masculinos, como o relativo ao patrimônio:

> Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:
> I – restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;
> II – proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;
> III – suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;
> IV – prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida (BRASIL, Lei n. 11.340/06).

O dispositivo da sanção normalizadora operado na lei 11.340/06, não há como duvidar, empodera mulheres e desempodera homens quando o assunto é violência de gênero, pois perfaz um aparelho tecnológico de construção de gêneros, ancorado na atribuição de tarefas às próprias instituições, como o faz com o Ministério Público, o qual caberá:

> I – requisitar força policial e serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, entre outros;
> II – fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e adotar, de imediato, as medidas administrativas ou judiciais cabíveis no tocante a quaisquer irregularidades constatadas;
> III – cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, Lei n. 11.340/06).

Longe de ser apenas uma lei a ficar no papel, a conhecida Lei Maria da Penha, em homenagem à mulher homônima que sofreu agressões do marido durante anos, pode não somente servir de normativa voltada para fazer operar os mecanismos de combate à violência em casos particulares, mas, enquanto uma tecnologia de gênero, estabelece uma nova política de espaço no enfrentamento da violência contra as mulheres ao estabelecer compromissos a serem assumidos pelas diversas instâncias da Federação, como prevê nas suas "Disposições Finais", em específico o art. 35, que estabelece:

> Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:
> I – centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;
> II – casas-abrigo para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;
> III – delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;
> IV – programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;
> V – centros de educação e de reabilitação para os agressores (BRASIL, Lei n. 11.340/06).

Além de enfrentar casos particulares, empoderar as mulheres e buscar destruir a estrutura machista e misógina da sociedade, a Lei 11.340/06 é implacável no fortalecimento e na construção de uma nova ordem político-social com estratégias que garantirão, no futuro, uma redução significativa dos números da violência doméstica de familiar no Brasil. Centros de Atendimento, Casas de Abrigo, Delegacias, Programas e Campanhas, além dos Centros de Educação e Reabilitação para os Agressores, locais de atuação de assistentes sociais, vislumbram, ao dar efetividade às possibilidade da lei em criar, performativamente, outras relações de gênero, tornando-as/os protagonistas de um trabalho voltado para suprimir essa mancha na história do Brasil.

Referências

BRAIDOTTI, Rosi. *Sujetos Nómades*. Corporización y diferencia sexual em la teoria feminista contemporânea. Buenos Aires, Barcelon, México: Paidós, 2000 (Género y Cultura).

BRASIL. Lei no. 11.340/06. Lei Maria da Penha. Câmara dos Deputados. Biblioteca Digital. Centro de Documentação e Informação. Disponível em http://bd.camara.gov.br. Acesso em 22 de setembro de 2010, às 15hs.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero:* feminismo e subversão da identidade. (trad. Renato Aguiar). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopes. (org.). *O corpo educado*: pedagogias da sexualidade. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

CFESS. *Código de Ética do/a Assistente Social.* 10 ed. rev. atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

FONSECA, Antonio Cezar Lima da. Ato Infracional e Lei Maria da Penha. *Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul*, n. 71, jan. 2012 – abr. 2012. Disponível em: http://www.amprs.org.br/arquivos/revista_artigo/arquivo_1342123626.pdf Acesso em: 19 fev. 2014.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, Paul. *Michel Foucault:* uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. *Vigiar e Punir:* nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

IAMAMOTO, Marilda. *O Serviço Social na Contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org). *As Representações Sociais*. (Tradução Lílian Ulup). Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001.

LAURETIS, Teresa de. Tecnologias do Gênero. (Tradução de Suzana Funck). *In:* HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

NYE, Andrea. *Teoria Feminista e as Filosofias do Homem*. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1995.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso*: princípios e procedimentos. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 2002, p. 43.

PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso ou por uma cultura filógina. Disponível em: www.unb.br/ih/his/gefem. Acesso em: 15 jun. 2003.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, H. I. B. Violência de gênero no Brasil contemporâneo. In: SAFFIOTI, H. I. B.; VARGAS, M. M. (Orgs.). *Mulher Brasileira é assim*. Rio de Janeiro/Brasília: Rosa dos Tempos/Nipas/Unicef, 1994. p. 151-185 . SCHIENBINGER, Londa. *O Feminismo mudou a ciência?* Bauru, SP: Edusc, 2001.

SCOTT, Joan. Experiência. *In* SILVA, Alcione Leite da e outras (orgs.) *Falas de gênero*. *Teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Ed. das Mulheres, 1999.

SILVA, M. V. *Violência contra a mulher*: quem mete a colher? São Paulo: Cortez, 1992.

SPINK, Mary J. & MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary J. (Org.) *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano:* aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortês, 2000.

TELES, M. A. de A.; MELO, M. de. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

WITTIG, Monique. *O pensamento hétero*. 1980, não paginado. Disponível em: http://mulheresrebeldes.blogspot.com.br/2010/07/sempre-viva-wittig.html. Acesso em: 08 fev. 2014.

Relação de gênero e amor conjugal no *rap* brasileiro

Sandra Mara Pereira dos Santos
soul_mara@yahoo.com.br

Resumo: A representação de amor conjugal no *rap* nacional revela dimensões sociais da questão de gênero nesse meio musical, bem como porque existe uma quantidade de cantores do sexo masculino bem maior que o número de mulheres cantando *rap* no Brasil. Além disso, observo a frequente associação realizada pelos *hip-hoppers* entre amor conjugal e a mulher. Estudar o modo como esse tipo de amor é pensado no *rap* revela os motivos pelos quais existem desigualdades na quantidade e nas práticas sociais desses compositores no *rap* brasileiro.

Palavras-Chaves: Relação de Gênero, Amor Conjugal, *Rap.*

Abstrat: The representation of conjugal love in the national rap reveals social dimensions of gender in music world as well because there are a number of singers much larger than the number of women rapping in Brazil male. Also, notice the frequent association performed by hip-hoppers between conjugal love and the woman. Studying how this kind of love is thought rap reveals the reasons why there are disparities in the quantity and social practices of these composers in Brazilian rap.

Key Words: Gender Relations, Conjugal Love, Rap.

1 – Introdução

Existe em muitos países o movimento *Hip-Hop*[1]. Este é o nome de uma cultura juvenil. Tal movimento engloba basicamente a música (*rap*), a dança (*break*) e o grafite (arte visual). Também existem jovens das periferias do Brasil, que constroem músicas conhecidas como pertencentes ao gênero musical do *rap*.

Observei no site *www.hiphopmulher.com.br,* em vídeos de *rap*[2] na *internet*, nos shows, nas entrevistas e em diálogos informais realizados via *facebook* com cantores e cantoras de *rap*, que a quantidade de homens cantores de *rap* no Brasil é consideravelmente maior que o número de mulheres. Em conversas via f*acebook* e nas entrevistas realizadas com as *MC's*, essas cantoras deixaram transparecer que quando elas procuram inserção neste cenário musical enfrentam preconceitos de gênero. Há nesse estilo musical a reprodução de hierarquias através de sexo de uma pessoa, todavia também existe a elaboração de estratégias socioculturais para conquistarem reconhecimento artístico no *rap*. Além disso, essas cantoras ainda constroem comportamentos, escolhas e ações para transporem formas de poder presentes entre homens e mulheres.

Para refletir sobre a quantidade e a atuação das mulheres e dos homens no *rap* nacional, escolhi analisar as representações de amor heterossexual nas relações conjugais nesse estilo musical. Desta forma, discuto neste texto as concepções do amor conjugal existentes nas letras de *rap* e nos discursos dos cantores(as) de *rap*, nesse enfoque de estudo sobre o amor crio relações sociais com a questão de gênero, pois penso que tal enfoque revela a reprodução de hierarquias, as mudanças, as estratégias e resistências da feminilidade perante

---

1 *Hip-Hop*: nome dado a cultura adolescente originária dos guetos negros norte-americanos, contendo elementos como o *rap* (música), o *break (dança)*, o grafite (desenho).

2 O *Rap* é criado e cantado pelos *Rappers* ou *MC's* . Quase não existe intérprete no *rap*, assim o compositor de uma letra é o próprio cantor da música.

o masculino. Também analiso o modo como a inferiorização da emoção amor nas falas dos *rappers*, mostram como a mesma e a razão contribui na construção das identidades de feminino e masculino, bem como na tensão social existente na relação de gênero no *rap* nacional.

2 – Relação de gênero no *rap*

Nos shows e demais eventos de *rap*, nos quais eu realizei pesquisa de campo na cidade de Marília, localizada no centro-oeste do estado de São Paulo, havia poucas moças, tanto na plateia, como nos palcos atuando como cantoras. Também acompanhei o modo como as letras de *rap* possuem muitas temáticas que fazem parte de um discurso e reflexão ampla contra o preconceito racial e social. No entanto, nessas letras há pouca referência sobre os problemas vividos pelas mulheres das periferias e sobre outros temas associados à elas, como por exemplo, crimes passionais, ciúmes e amor conjugal, tratarei apenas desse último sentimento. Ainda observei que no campo do *rap*, a questão da menor quantidade e da participação da mulher, são assuntos de menor relevância para tais cantores(as).

Interpreto que no *rap* existe pouca a pouca reflexão sobre a relação homem e mulher na produção dos *raps*. Penso que essa diferença na proporção numérica e de escolhas em um rol de hierarquia dos temas a serem cantados nas letras de *rap* é uma das expressões sociais da relação de gênero, que homens e mulheres vivem no cenário do *rap* nacional. Esses conflitos podem ser compreendidos com o auxílio das discussões presentes na relação de gênero. Esse conceito possui discussões específicas que ajudam a entender a pouca participação das mulheres no *rap*. Ainda vejo que está relacionada a questão de gênero as reflexões sobre masculino e feminino, nesses dois últimos conceitos o amor no *rap* é utilizado pelas pessoas para construírem suas identidades na relação de gênero.

Penso que nessa relação entre os homens e as mulheres o amor conjugal é usado para construção de identidades de feminilidade e masculinidade, assim ele é um dos sinais diacríticos para sinalizar as diferenças entre os homens e as mulheres. E tal emoção permite aos agentes construir suas relações identitárias. Por fim, analiso que a representação de amor conjugal auxilia na construção das identidades dos agentes, e nas suas preferências afetivas para se diferenciarem dos outros estilos musicais.

Na problemática sobre a construção de identidade através das emoções, é pertinente refletir sobre a identidade gênero, isso porque tal discussão permite uma compreensão da questão numérica e simbólica da mulher e do feminino no *rap*. Dessa forma, inicio a discussão sobre a relação de gênero em algumas autoras. A primeira delas é Linda Nicholson (2000).

Segundo Linda Nicholson (2000), no final dos anos 60 a categoria usada para diferenciar o masculino do feminino era o "sexo", ou seja, a biologia do corpo. O feminismo dessa época teve que lidar com esse tipo de concepção e pensar nas distinções sociais entre os homens e as mulheres. Por isso, essa autora apresenta que o "sexo" esteve e ainda permanece atrelado as discussões e visões sobre o masculino e o feminino. Essa autora analisou ainda, que em contextos sociais e históricos diversos, as concepções de homem e de mulher, de feminino e de masculino podem ter sentidos diferentes.

A partir da década de 70 nos Estados Unidos e final dos anos 80 no Brasil, as pesquisas sobre as mulheres deixaram de ser estudadas isoladamente e passaram a ser relacionadas com os homens. A categoria de gênero começou a ser usada para pensar a mulher em relação ao homem. Assim, essas pesquisas introduziram a perspectiva das diferenças sociais entre os homens e as mulheres como distinções relacionais.

Henning (2008) estudou nos textos de Scott (1990), a existência de uma separação entre o sexo (natureza) e gênero (cultura). O gênero seria o resultado dos significados sociais dados para os sexos das pessoas. No entanto, Butler (2003:60) questiona uma separação binária entre os conceitos de sexo e gênero. Essa autora argumenta que o sexo também é uma criação de alguns discursos sociais, os quais foram formados no campo da medicina, da política e outros; em outras palavras, assim como a categoria gênero, sexo também é derivado de uma construção social. Dessa forma, para essa autora o corpo ou o "sexo" não é um meio passivo, no qual são depositados os significados culturais, que são denominados de gênero. Assim, Butler (2003:65) propõe considerar nas discussões de gênero a matéria e a realidade do corpo. De acordo com essa autora, a discussão

de gênero também engloba a biologia do corpo e os significados culturais conferidos e assumidos e pelo corpo sexuado. Segundo Butler (2000: 55), a partir de alguns estudiosos como Foucault (2001), o estudo de gênero é conduzido por uma crítica genealógica, que consiste em não buscar uma sexualidade essencializada nas pessoas, mas as implicações políticas, as quais permeiam a temática de gênero.

A pesquisa de campo que realizo com cantores(as) de *rap* do Estado de São Paulo, me propiciou ver que tais compositores de ambos os sexo reproduzem a pouca reflexão sobre o amor conjugal no *rap.* Analiso que isso ocorre porque eles naturalizam o lugar do amor nesse estilo musical, esse espaço está dentro de uma hierarquia de temas na qual essa emoção está abaixo da razão, e, por isso, apesar das mudanças, ainda existe a reprodução da relação de poder na relação de gênero no *rap* nacional.

A emoção amor presente no *rap* é uma das referências que são usadas para construírem masculinidades e feminilidades, no entanto, ela não é amplamente pensada como a desigualdade material. Dessa maneira, não reconhecem que o amoré formado e atua nas relações humanas, e, por isso, ele também contribuiria para uma compreensão dessa relação de poder no mundo do *rap*. O não questionar a menor presença do amor conjugal no *rap* reproduz relação de desigualdade nos elementos diacríticos, como por exemplo, o amor e seu opositor, a razão, os quais compõem o feminino e o masculino no *rap.*

A identidade de gênero é relacional porque se cria na diferença e também é baseada na escolha de sinais culturais. Assim, podemos ter uma mulher (sexo) e em termos de gênero, ou seja, referências sociais assumidas por corpos diferentes, que na vida pública assume ou escolhe cargos na política, veste roupas uniformizadas com expressões sérias, dirige ônibus, coordena e chefia equipes, paga as próprias contas e é bastante independente, tornando-a possuidora de símbolos de masculinidade. E, além disso, essa mesma pessoa ainda pode utilizar outras construções sociais com o mesmo corpo (sexo), pois ela pode na vida íntima gostar de ser passiva, pintar as unhas de rosa ou vermelho claro, de decorar a casa, de ser delicada, de usar shorts curtos, e saias, assim ela vive alguns dos símbolos de feminilidade. Nessa perspectiva de análise temos uma interação e identidade de gênero e não apenas de sexos. E é com essa referência que venho estudando a questão de gênero com a emoção.

Na relação de gênero analiso que o amor conjugal é eleito socialmente como sinal cultural para a feminilidade, mas como já refleti aqui o "feminino" pode estar em uma pessoa do sexo de homem, e mesmo assim o amor continua significando feminilidade. Dessa maneira, minha crítica não é para o gênero enquanto demarcador de diferenças culturais e construtor de identidades, e sim para o papel que o amor feminino possui na relação de gênero no *rap* nacional, pois ele é usado por muitos cantores(as) para criar desigualdade e relação de poder.

A participação de homens e mulheres no *rap* nacional é analisada no seu aspecto de modo de ser, ou seja, em sinais culturais assumidos por tais pessoas, que as colocam na relação de gênero; nesse modo de ser há o enaltecimento do "pensar", organizar e sistematizar. Em meus estudos sobre as letras de *rap*, conversas informais e entrevistas com cantores(as) analiso que o pensar racionalmente demarca diferenças, mas também desigualdade ou inferiorização das pessoas. Dessa maneira, vejo que o "pensar" é a razão, a qual é usada para construir essa masculinidade, e a emoção amor representa o feminino, que não transforma as pessoas das periferias. Segundo muitos *rappers* e cantoras o *rap* é para criticar a desigualdade social, e para o enfrentamento desse tipo de violência é útil uma forma de atuar socialmente: o modo de ser masculino ou a razão, e não o feminino ou o amor.

Segundo algumas *rappers,* usar apenas seus corpos de modo sexual para cantarem dificilmente os homens prestarão atenção em suas ideias; esse é um dos motivos pelos quais elas não seguem a via sexual. As *MC's* evitam demonstrar sensualidade em quase todos os momentos e jamais sexualidade, porque o objetivo principal delas não é obter atenção por meio do corpo, mas pelas ideias que cantam em suas músicas.[3]

Concordo com as *rappers* quando dizem que, usar apenas suas ideias e letras de modo emocional amoroso para cantarem dificilmente atrairá a atenção os homens para suas ideias. Penso que o pouco interesse dos homens para a descrição de conflitos nos relacionamentos conjugais é um dos motivos que fazem as cantoras raramente

---

3 Em minhas observações nos *sites,* nas letras, em revistas e em *shows* de *rap*, observei a diferença quantitativa e de significados de raça entre homens e mulheres negras com as pessoas brancas nesse estilo musical. Notei que comparando com as mulheres brancas há uma expressiva participação e valorização de mulheres negras em tal meio artístico. Isso ocorre porque no cenário do *rap* existe uma ampla discussão e reflexão sobre as diferenças e desigualdade racial no Brasil.

seguirem a via amorosa em suas canções, principalmente no início de suas carreiras, visto que elas ainda não possuem legitimidade e reconhecimento da sua capacidade intelectual sobre a vida material.
O objetivo principal delas não é obter atenção por meio do afeto heterossexual, mas pelas ideias sociais que cantam em suas músicas. No entanto, ao fazerem isso terminam por reproduzir um dos discursos masculino-ocidental sobre como as mulheres devem lidar com seu corpo, sua emoção, sua razão e seu espírito: elas devem mantê-los divididos em uma hierarquia de produção e expressão humana e artística, dentro das regras sociais. Uma dessas normas é ocultar no espaço público, bem como no *rap* e na política, emoções como o amor, como se ele também não tivesse sua formação no cultural logo também possui poder. (Foucault, 2001).
Muitas dessas cantoras querem obter voz e reconhecimento no *rap* por meio da racionalidade e não do afeto, esse é um dos motivos que as fazem procurar o espaço do *rap* para serem artistas e não em outro gênero musical, apesar destes outros estilos musicais aceitarem mais facilmente as mulheres devido ao seu corpo e expressões amorosas. Analiso em algumas falas das *MC's* que elas procuram expor suas ideias no *rap,* porque nele elas são notadas como pessoas que criam, criticam e produzem pensamentos e racionalidade. Assim, essas pessoas possuem como principal intencionalidade ou "agência" de serem mulheres que não querem ganhar visibilidade e reconhecimento social pela sua emoção, como ocorre em outros gêneros musicais como, por exemplo, no estilo musical mais citado por elas: no *funk.*
Analiso que, a menor presença de dramas e expressões de amor nas letras de *rap* também está intrinsecamente ligada ao fato de a maior parte dos *raps* ainda ser produzido por homens/ masculinos. Contudo, vamos observar a letra de uma música intitulada "*meu filho, minhas regras"*, produzida e cantada por uma mulher/feminina ou/e masculina:

Há cinco anos e alguns meses atrás por aí,
Conheci um cara que até pensei fosse certo pra mim
(...) Ao amanhecer dei a luz a um menino
Meu sentimento é eterno (...)
(...) Ser mãe pela primeira vez
Me fez crescer
Eu não era mais, aquela mina que não tinha nada a perder
Sozinha, sem rumo, sem casa, sem razão pra viver
Minha vontade de crescer, vencer, era bem maior
O casamento era só, aparência mano, era só
Não demorou pra acontecer o que temia,
Voltar pra casa da mãe com um filho nos braços (...)
(...) Quando meu filho crescer vai entender e se orgulhar de mim (....)
(...) Nada é pra sempre
Se o cara cai fora é o primeiro fator
Quem vai te assumir com os filhos que ele deixou
(....) O pai filho da puta que só faz filho por fazer (...)
(...) Meu filho é minha luz pra sair deste escuro (...)

Ressalto aqui que a figura da mulher maternal e da mãe possui muito respeito nas periferias, e, por isso, na letra acima a mulher no papel de mãe ressignifica seu fracasso como mulher, esposa namorada e/ou amante. Ela sabe que como mãe obterá respeito, visto que perante a miséria material nas periferias o que pode "salvar" esses jovens é a formação moral de uma mãe, pois como nos disse a cantora os pais/homem são ausentes econômica e moralmente da vida de seus filhos(as), crítica que a própria autora da música deixa bem claro ao dizer: *"(....) O pai filho da puta que só faz filho por fazer (...)."*
O papel sagrado e a ligação mulher com a maternidade continuam associados ao sexo de uma pessoa, fato que podemos ver na importância que tal papel teve na vida da personagem. Interpretei que, ela luta pelo filho porque isso significa refazer-se como pessoa e obter respeito social, pois ela já havia sido abandonada por um

homem, e se como mulher havia a decepção e vergonha moral, como mãe ela tinha sua chance de reconquistar reconhecimento e valor social.[4]

Podemos observar na letra como o quadro econômico da narradora se complicou na medida em que percebemos a forma que ela criou expectativas financeiras e morais em relação ao companheiro, já que, como notamos na letra, ela esperava ser "assumida" por ele: "*Quem vai te assumir com os filhos que ele deixou"*. O fato de a narradora acreditar que o pai do seu filho fosse sustentá-la, explicita a ideia de o homem ter de ser para ela uma espécie de tutor. Essa é uma concepção de relação dos homens com as mulheres "nada moderna" e baseada na ideia de uma mulher viver somente sob os cuidados de um homem, mas como essa obrigatoriedade social já é bem mais flexível e frágil o desenrolar da história da personagem foi outro, ou seja, ela não foi tutelada. Entretanto, ainda vemos que na música do grupo "Visão de Rua", que a mãe ressignifica seu desencantamento e enfrentamento com uma nova realidade entre os homens e as mulheres, pois ela encontra no seu filho um motivo para reorientar sua vida. Assim, a narradora não abandona seu filho porque isso significaria desistir do seu próprio projeto de vida: ser mãe e cantora de *rap*. Uma música cheia de permanências e mudanças sociais na relação de gênero, bem como de sofrimento e estratégias de uma mulher/feminina e mãe.

A menor presença de músicas como a citada anteriormente no *rap* nos leva para as reflexões sobre as representações, de relatos de experiências vivenciadas pelas mulheres, principalmente na ênfase das relações do espaço privado/amoroso nas letras de *rap*. Além disso, sempre ouvi e li nas letras de *rap* que tal estilo musical é para questionar, representar, denunciar e resistir a um sistema desigual, dessa forma, comecei a refletir que a mulher da periferia estava sendo representada, mas com pouca frequência nesses *raps*.

A história das mulheres cantoras de *rap* no Brasil nos mostra que elas criaram espaços e performances em uma forma de arte que nasceu como masculina. Essa prática delas foi e ainda é, para não serem vistas pelos homens e mulheres como pessoas que possuem somente duas funções: reproduzir biologicamente e dar prazer sexual aos homens. Dessa forma, estrategicamente, elas apropriam-se de um espaço para usar recursos musicais e corporais desenvolvidos pelos homens como, por exemplo, vozes fortes, gestos duros, sonoridades do espaço urbano, temas considerados socialmente como do espaço público e, portanto, dos homens entre outros, a fim de negarem um padrão social de gênero e não serem vistas como apenas um ser sexual, emocional e doméstico. Destaco ainda, como estas três dimensões são vistas no *rap* como despolitizadas e estão simultaneamente relacionadas aos atributos e aos papeis sociais das mulheres.

3 – Amor conjugal no *rap*

Para refetir sobre o amor no *rap* é relevante discutir o modo como alguns autores pensam sobre essa emoção, por isso, estudei uma análise de Bauman (2004:)sobre um dos diálogos de Platão: "O banquete" (1999:49). Desse diálogo Bauman (2004) utiliza algumas concepções sobre as qualificações ou atributos sobre o amor, tais concepções estão presentes no diálogo "O Banquete" de Platão. Penso que o autor do livro "Amor Líquido" ao utilizar tal forma de visão filosófica sobre o amor , nos mostra o modo como esse sentimento foi concebido de outras formas na Grécia Antiga, e ao ilustrar essas diversas maneiras de pensar o amor, o autor desse livro consegue realizar uma crítica para uma representação e prática de amor existente na modernidade: o amor líquido.

Utilizo a reflexão de Bauman (2004:21), que é o de olhar para o amor em uma época diferente da nossa temporalidade, porque tal discussão me ajuda a entender as concepções de amor no *rap*. Apesar da distância histórica entre os textos sobre amor de Bauman (2004:23) e Platão (1999:50), o tema amor é algo comum na Grécia Antiga e também no período a partir so século XIX. Período que esse sociólogo polonês chama de modernidade, isso devido a constituição de práticas políticas, econômicas e filosóficas no mundo ocidental.

Bauman (2004:55) cita em seu livro " O amor líquido" algumas ideias presentes no diálogo "O Banquete" de

4 Ana Cláudia Pacheco nos diz que um grupo de mulheres negras na Bahia também compensão a solidão conjugal por meio de algumas estratégias e atividades sociais etc. pois a manutenção de um relacionamento amoroso torna-se difícil porque são negras.

Platão. Esse diálogo é um texto que esse filósofo dedica somente para pensar sobre a natureza, as qualidade e os defeitos do amor. Enxerguei em uma citação no livro de Bauman (2004: 57) sobre esse filósofo grego, visões semelhantes com as concepções de amor na sociedade atual e no *rap*, e, por isso, visualizei relevância em ler esse diálogo e apresentar neste texto suas pricinpais discussões sobre amor. Assim, apresento abaixo as seguintes reflexões em Platão (1999:58) sobre o amor, e em seguida, volto ao autor do livro "Amor líquido" e ao *rap* com o modelo de amor desse filósofo para desenlvover as análises sobre amor e relação de gênero no *rap*.

No diálogo "O Banquete" de Platão ele apresenta na fala de outros personagens, a crença que o amor é um DEUS (Eros), mas para o próprio Platão o amor não é humano e nem divino, o amor é um SER intermediário entre essas duas dimensões: divina e humana.

Para o autor do parágrafo acima o amor é uma atividade na qual envolve a criação de sentimentos de força e carência, busca do belo e da alma, que para ele essas virtudes compõem a verdade, assim o amor não nasce belo, mas na busca pelo outro ser humano, pode tornar-se belo e atingir a alma. Todavia, isso só será possível com o uso da razão e do intelecto humano.

O diálogo "Banquete" de Platão (1999:60) constitui-se basicamente de um conjunto e discursos de poetas da época de Platão (c.428-349 a.C.), nos quais encontra-se definições de amor, bem como suas qualidades e problemas que o amor gera para os seres humanos. É relevente sabermos que tais discursos compõem a filosofia platônica, essa é mais uma inspiração do que propriamente uma sistematização no modelo da ciência moderna. Visto que na época de Platão a busca por explicações da origem do que existia e dos acontecimentos entre as pessoas era através de mitos e lendas, e não do modo como utilizamos os métodos e visões presentes na ciência nos tempos atuais.

No "Banquete" o amor possui alguns significados, comopor exemplo, sabedoria e determinação para buscar pelo ser amado. Essas virtudes devem ser usadas para encontrar o amor nooutro e nunca sozinho. Na visão platônica a pessoa sozinha não se satisfaz como ser humano, ela não é feliz, pois isso apenas é possível na conjugalidade. A partir dessa reflexão em Platão (1999: 80), analiso que tal conjugalidade é um projeto consciente de um encontro e uma construção afetiva permanente com um "outro", e nunca um "individualismo afetivo".

Na concepção platônica somente após uma pessoa encontrar a outra que foi criada para amá-la, que ambas poderão usufruírem das qualidades do amor. A partir da minha leitura dessa concepção, analiso queos atributos positivos do amor não são construídos pelas pessoas sozinhas durante sua vida, e quando elas decidem buscar um relacionamento elas procuram alguém para dar essas qualidades do amor. Essas qualidades nunca são construídas sozinhas, assim a pessoa que constrói as qualidades do amor sozinha não usufruirá de um amor que lhe trará felicidade, e sim de qualidades ilusórias que ela acredita ser o amor; pois de acordo com o amor em Platão só é possível usufruir do amor a dois e nunca sozinho. O amor para esse filósofo é como em um banquete, no qual somente conjuntamente acontece a complementariade de sentimentos humanos, assim não existe o desenvolvimento e a realização de um banquete com uma única pessoa, assim é o amor: conjugal e não individual.

No início do diálogo "O Banquete" certo personagem pergunta o motivo pelo qual não se discute e elogia o amor, como faziam com outros temas, pois nesse banquete as pessoas presentes estavam elogiando tudo, menos o amor. Dessa forma, inicia-se nessa narrativa uma discussão sobre a natureza dessa emoção. Tal emoção aparece com as seguintes características: um desejo do divino (Eros - um dos primeiros deuses) e do humano, rico e pobre (falta), bom e belo (Afrodite), pobre, duro, seco, corajoso, caçador, e ávido de sabedoria. O Amor ainda seria filho da pobreza com o recurso (sabedoria) e, por isso, divino e humano. Para a compreensão da realidade na época de Platão não havia ênfase na separação ou divisão entre divino e humano, como existe nos dias atuais.

A divisão das dimensões da vida e da realidade social está presente na representação sobre a origem do amor no cenário do*rap,* mas nem sempre está presente em todo o desenvolvimento da conjugabilidade , ou seja, na construção do relacionamento conjugal. Para *MC's* e cantoras de *rap*, principalmente para os mais velhos, os valores do amor devem ser praticados pelo casal, só assim eles e elas acreditam que o amor pode ser vivenciado pelas duas pessoas. Nessa fase a criação do amor está nas mãos do casal e não do biológico ou do cósmico, como está na primeira fase dessa emoção.

O amor no *rap* nacional pertence a fases e dimensões da vida diferentes umas das outras. Todavia em Platão (1999:82) ele não pertencia as fases da vida, ele está em todos os momentos da vida e com as mesmas influências do divino e do humano, e sem divisão desses dois mundos. Mas, no *rap* existe sim a divisão do amor em etapas e sobre quem controla o amor e de onde ele vem. Assim, nesse estilo musical analiso atualmente em minha pesquisa, que ora o amor é o biológico ou cósmico (primeira etapa) e ora é o ser humano(segunda etapa).

Nos estudos sobre o desenvolvimento do pensamento ocidental após o século XIX, vemos que a divisão da realidade social para ser pensada foi construída ao longo do pensamento ocidental moderno. Desta forma, a concepção sobre as qualidades do amor, suas funções, o que ele propicia, e o que deve ser feito dele, são frutos de uma visão de mundo que fragmentou a realidade humana. Isso com a finalidade de explicá-la e estudar o que pensamos, como agimos e o que sentimos. Tal modo de conhecer a realidade por meio das separações de corpo, mente, emoções, espiritualidade é chamado nas ciências sociais de especialização do conhecimento no mundo ocidental moderno. Esse fato também que ocorre nos pensamentos sobre o amor conjugal entre os cantores(as) de *rap* no Brasil.

Os *rappers* e as *MC's* dividem e fragmentam o amor e o modo como usá-lo, conhecê-lo e relacionar-se com outras pessoas em sua vida, porque essa forma fragmentada de pensar e viver as emoções está no pensamento ocidental moderno. E como esses artistas formaram-se como sujeitos em uma sociedade que tem como referência de viver esse modo de fragmentação, tal modelo compõe a visão de mundo desses artistas.

Devido a especialização do conhecimento que também está no *rap* nacional, a concepção na qual o amor é como uma troca de valores em comum entre duas pessoas e criados pelos seres humanos, convive paralelamente com uma outra ideia, a de que o amor também tem influência do cósmico ou espiritual.

Antes de fazer pesquisa de campo, minha hipótese inicial de pesquisa era que existia uma única visão de amor no *rap*, na qual havia a ideia que esse sentimento ficava estático, e, portanto, ficavasse sempre na mesma dimensão da realidade humana. Mas, durante minha pesquisa de campo me surpreendi ao analisar que no *rap* há mais de uma visão sobre o amor, as quais convivem paralelamente no tempo e espaço e de modo flexível: o amor conjugal está no cósmico, que fez o biológico e no profano(há uma clara separação entre biológico ou natureza-cósmico- e cultura), e não apenas no cósmico e no irracional como eu imaginava. Esse último está mais no feminino e é controlado pela razão, essa é construída e exercitada pelos humanos e pelo masculino. Tal modo de pensar reproduz a hierarquia por meio amor amoroso entre homens e mulheres no *rap* nacional.

A pesquisa de campo me propiciou enxergar de perto sinais culturais presentes nos discursos dos compositores e que são formados com mais de uma perspectiva sobre a emoção amor conjugal. Assim, observei nesses discursos que duas dimensões criadas pelos sujeitos compõem esse tipo de amor: o emocional e o racional.

A emoção está presente nos discursos dos *rappers* e das cantoras como um recurso que torna a ação do amor amoroso independente das vontades humanas, desta forma, pode-se pensar que ele possui poder de ação emocional e social sobre as pessoas. Assim, há no cenário do *rap* um discurso social no qual o amor possui poder de controlar os homens e as mulheres. No entanto, veremos como ocorre esse controle do irracional nos sujeitos.

O fato de termos no *rap* mais mulheres cantando sobre um sentimento concebido com vontade própria e difícil de ser controlado pelas pessoas, e, portanto, irracional, fez-me questionar por que esse sentimento é mais relacionado com as mulheres. Durante minha reflexão sobre essa pergunta, compreendi que um dos fatores que propicia a frequente relação entre amor e sexo feminino é porque a sociedade estabelece uma maior conexão entre o amor conjugal e a mulher/feminina. Apesar das mudanças sociais que ocorreram ao longo da história nas representações sobre o feminino, a mulher continua sendo constantemente associada as emoções irracionais, portanto, ao amor conjugal.

Analiso nos diálogos informais que os questionamentos sobre a seriedade e a existência de um compromisso social e legitimidade para as cantoras de *rap* com letras cujos temas são de amor conjugal, são menores do que para os homens, possivelmente somente pelo fato de serem mulheres. Teoricamente a mulher e o homem são autorizados socialmente a expressar amor, no entanto, as mulheres são mais desqualificadas em seus projetos de artistas de *rap*, quando cantam mais temáticas de amor.

O fato de as mulheres que cantam *rap,* com temas sobre amor amoroso, serem menos provocadas para darem provas sociais, como por exemplo, cantarem *raps* sobre problemáticas sociais, nos revela que é esperado pela

sociedade e, portanto, natural, que elas expressem mais o sentimento de amor conjugal. Todavia, vemos o modo como essa emoção não é muito pensada nesse campo e nem é construída politicamente, bem como o fato de elas cantarem sobre esse sentimento.

Vejo a maneira que conceber como natural o fato de as mulheres cantarem sobre amor, nos demonstra que esse sentimento é visto no *rap* como uma emoção a qual pertence às mulheres, pois o amor nasceu mais com elas do que com os homens. Sendo assim, existe nos discursos de cantores e cantoras nessa modalidade artística, que o amor e as mulheres pertencem ao mundo da natureza, visto que tal sentimento está no biológico das mulheres, que foi criado pelo mundo cósmico.

Percebi que, as mulheres possuem no cenário do *rap* mais autorização cultural para cantarem sobre afeto amoroso, isso pelo fato de esse sentimento ser visto como parte da natureza biológica delas. Desta maneira, se alguma mulher no *rap* manifesta "lágrimas de amor" em público, ninguém se importa ou se assusta com esse choro dela. No imaginário social do *rap* essas lágrimas nasceram no corpo dessa mulher, e, por isso, ela não consegue controlar com sua mente "o sentir" e a expressão pública desse amor e dessa substância química. No discurso do *rap* se uma mulher nasceu com essa capacidade emocional é para que seja manifestada em todos os contextos sociais, pois ela não possui em seu biológico muita racionalidade para controlar esse tipo de sentimento, bem como sua expressão em público, fato esse que não ocorre e não pode acontecer com os homens. Desse modo, nessa modalidade musical há a reprodução de uma concepção na qual existem emoções que já nascem com os homens e outras que já nascem com as mulheres, assim o amor seria uma emoção da mulher. Todavia, penso que essa identificação realizada na cultura entre mulher e amor conjugal não é biológica, mas ela é construída na sociedade pelas pessoas.

Refleti que nos espaços e relações sociais do *rap* as mulheres são sinônimo de feminilidade. Nesse meio artístico o amor é um atributo feminino, e, por isso, os homens que cantam sobre esse sentimento são mais questionados sobre seus planos artísticos, principalmente no início da carreira, sobretudo, se eles desejarem possuir reconhecimento e legitimidade social, como um representante político das periferias.

Em algumas conversas informais com cantoras e cantores via *facebook,* em análises de frases e imagens divulgadas por eles nessa rede social, compreendi o modo como o amor conjugal é mais desqualificado do que as emoções derivadas da indignação política no Brasil. Pois, observo que essa paixão amorosa é frequentemente cercada de um contexto lúdico e de um descompromisso social com a vida. O afeto amoroso entre homem e mulher ou é desvalorizado, ou não possui o mesmo reconhecimento social que a raiva e revolta, isso porque não é pensado como um sentimento capaz de obter transformações culturais. Reflito que para esses artistas as mudanças provocadas pelo amor conjugal não abrangeriam relações de diversos espaços sociais, somente o da casa das pessoas.

Ainda noto que, na esfera de homens cantando sobre amor, eles devem dar mais justificativas e provas culturais para os demais artistas do que as mulheres, e algumas dessas provas são: construírem a maior parte de suas letras com temáticas sobre a desigualdade econômica, preconceitos raciais, criminalidade urbana e outros assuntos semelhantes. Para a expressão dessas esferas da realidade social eles disseram-me que deve-se usar a "mente" ou intelecto, e não amor e demais sentimentalismos para criticar a sociedade. Desta maneira, interpretei que esse exercício intelectual está no campo da razão e não da emoção amor. Assim, para eles a racionalidade possui mais credibilidade e poder do que o amor para as práticas e discursos contra os representantes do poder, bem como para as disputas sociais. Por isso, compreendi que o afeto na conjugabilidade é deixado em segundo plano ou nem pensando como possuidor de poder para o questionamento de vivências sociais.

Percebo a forma como as temáticas sobre problemas sociais nos espaços públicos são concebidos socialmente como uma dimensão específica de fazer política, ou seja, são tratadas como questões que não fazem do espaço doméstico. Relaciono que tal espaço é até hoje, apesar das mudanças na relação de gênero, mais visto pelas pessoas como espaço da mulher. Ao contrário das temáticas sociais, a temática do amor conjugal é entendida como aquele que é criada e, que deve ser restrita ao campo privado e, por isso, não é muito explorada e refletida pelos cantores de *rap*, os quais objetivam transformar as interações sociais fora do campo doméstico, estas avaliações também reafirmam para as pessoas que esse sentimento não é natural aos homens, mas sim as mulheres.

Considerando as discussões de gênero é relevante apresentar que a relação entre amor e mulher não diz respeito a apenas ao sexo de uma pessoa, até porque temos homens cantando sobre amor, mas também as representações

de mulher e de homem, tais referências são criadas com determinados significados culturais que são atribuídos aos corpos das pessoas. Esses significados formam os conceitos de feminilidade e masculinidade. Entre alguns desses significados de masculino e feminino temos as emoções manifestadas pelas pessoas.
Analiso que se o amor conjugal é compreendido pelos *MC's* e pelas *MC's* como um dos significados de feminilidade, ele também é visto como naturalmente pertencente ao corpo da mulher, que no cenário do *rap* é sinônimo de feminilidade. Vemos o modo como se um homem expressar os atributos do amor e, consequentemente, de feminilidade, ele terá que apresentar para seus pares desse meio musical justificativas ou outras provas sociais usando outras temáticas de letras e outros discursos da área social, sendo assim ele oferece para seu púbico e demais artistas que cantar sobre esse modo de amar/feminino não é maior que sua masculinidade ou/e temas do mundo público e de carências econômicas.
Assim refleti que no meio musical do *rap* cantar sobre amor conjugal significa, por um lado, expressar feminilidade, pois tal emoção é associada pelos *MC's* e pelas *MC's* como do campo privado, da natureza, do irracional, de uma vivência sem poder de transformações políticas, e, além disso, está separada da luta contra a desigualdade e preconceitos sociais, por outro lado, cantar sobre estes dois últimos temas significa expressar masculinidade, tendo em vista que para tais artistas esses temas são opostos do amor conjugal, portanto, da feminilidade. Do meu ponto de vista a mulher e o amor conjugal são representantes de feminilidade e, por isso, essas três dimensões: mulher, amor e feminilidade, possuem menor participação no *rap* nacional, pois não há a crença que tais referências possuem a mesma capacidade de questionamentos e transformações morais e sociais que o homem, temas da vida pública e da masculinidade.(Breton, 2009; Rezende, 2012).

4 – Considerações finais

Analisei neste texto a concepção de algumas emoções de muitos *rappers e MC's*, na qual a mulher/feminino não possui requisitos válidos para questionar e lutar contra as violências derivadas da desigualdade social. Segundo tais cantores(as) para enfrentar-se esse tipo de violência, existe entre eles(as) a ideia que é mais útil uma forma de atuar socialmente: o modo de ser masculino.
Observei o modo como não é oferecido no cenário do *rap* muito espaço para outras formas de ser e expressão das emoções, e que podem questionar a estrutura social vigente e demonstrar diferentes opções de relações sociais, modo de ser pessoal e político, como por exemplo, o amor amoroso. Esta emoção é pensada no *rap* como sendo incontrolável pelo feminino e dominada pelo homem/mulher(masculinos), isso porque ele possui a racionalidade natural de seu sexo.
No *rap* ocorre uma separação da realidade social na esfera do público e do privado do pessoal e do social, cantores e cantoras relacionam questões do espaço público, mas deixam de fazer essa relação com outros espaços e categorias da vida. E, além disso, eles também dividem o amor conjugal em duas principais etapas da vida: biológico ou cósmico e razão ou humano.

5 – Bibliografia

BAUMAN, Zygmunt. (2004), *Amor L*íquido: sobre a fragilidade do*s laços humano*. Rio de Janeiro: Zahar.

BUTLER, Judith. (2003), *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidad*e**.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BUTLER, Judith**.** (2000), "*Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do sexo*." In.:Guaciara Lopes Louro(org.). O corpo educado. Belo Horizonte: Autêntica. pp.50-65.

FOUCAULT, Michel. (1993), *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal.

NICHOLSON, Linda. (2000), "*Interpretando o Gênero*". Estudos Feministas, Florianópolis, (v,8;nº2):9-41.

SCOTT, Joan. (1992), "*História das Mulheres*". In.: BURKE, Peter.(Org). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Unesp.p.63-95.

BRETON, David Lê. (2009), *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

ELIAS, Norbert. (1994), *O processo civilizador: uma história dos costumes*.Vol1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

REZENDE, Claudia. B; COELHO, Maria C. (2012), *Antropologia das Emoções*. Rio de Janeiro: Editora.

PALEIKAT, Jorge; COSTA CRUZ, João; TANNERY, Paul. (1999), Platão, 427-347 a *Diálogos I: Mênon, Banquete, Fedr*o. Rio de Janeiro: Ediouro.

Formação docente na descolonização das Infâncias: perspectivas feministas, linguagem cinematográfica e poéticas da resistência

Adriana Alves da Silva
silvadida07@gmail.com.

Resumo: Este trabalho propõe reflexões das contribuições dos estudos feministas e pós-coloniais para a formação docente na Educação Infantil, a partir da poética do cinema, este compreendido como arte da resistência e trazendo como referência os filmes: *Osama*, (Afeganistão/Japão/Irlanda, 2003), de Siddiq Barmak, *Quando Budha desabou de Vergonha* (Irã/Afeganistão, 2005) de Hanna Makhmalbalf e *O sonho de Wadja* (Arábia Saudita, 2012) de Haifaaa al Mansour. Apresentamos a interlocução entre a linguagem cinematográfica, as teorias feministas e pós-coloniais, como uma preciosa possibilidade de desconstrução do olhar e sensibilização da escuta para compreender as relações de poder que permeiam a vida das mulheres e crianças. Evidenciamos a política nas lutas dos Movimentos Feministas, que marcaram a origem das conquistas do direito à educação infantil no Brasil, plena de conquistas sociais no campo dos direitos e da construção de propostas emancipadoras de educação, contra as diferentes formas de discriminações, desigualdade e violência de gênero.

Palavras-chave: Cinema; Infância; meninas, violência de gênero; formação docente

Apresentacão

Este trabalho propõe apresentar reflexões das contribuições dos estudos feministas e pós-coloniais para a formação docente na Educação Infantil, a partir da poética do cinema, buscado em sua dimensão de arte de resistência. Ao compreendermos a dimensão estética associada a ação política buscamos evidenciar algumas interlocuções entre as ciências humanas, movimentos sociais e a arte, apontando possibilidades de construções coletivas de possíveis poéticas da resistências e de desconstrução do olhar e sensibilização da escuta para compreender as relações de poder que permeiam a vida das mulheres e crianças.

Em fase de mudanças políticas e de retrocessos das conquistas nos direitos das crianças no Brasil, muitas pesquisas se atentam atualmente aos desafios em tempos sombrios, plenos de marcas e da presença das forças que regulam, normatizam e tentam homogeneizar a infância brasileira, através de apostilas, avaliações mensuradoras, entres outras práticas e políticas neoliberais para a educação, assim como os processos de privatizacão das universidades públicas brasileiras.

Por isso a proposta de resgatar as memórias e destacar as contribuições das lutas dos Movimentos Sociais, que marcaram a origem das conquistas do direito à educação infantil, com especial e merecido destaque as lutas das mulheres e o movimento feminista no Brasil na década de 1970-80, suas demandas por sociedades mais justas e igualitárias (FARIA, 2006). Assim como os desafios atuais do feminismo nos trazem questões emergenciais apontando para as mudanças e conquistas sociais e políticas no campo dos direitos e da construção de propostas emancipatórias de educação, contra as diferentes formas de preconceito e discriminação como o racismo e a homofobia ainda tão perversamente presentes na nossa sociedade.

Assim este trabalho busca articular referenciais teóricos distintos no campo das Ciências Humanas e Sociais, da Arte e das Políticas, no tripé entre a pesquisa, a políticas e a pedagogia, buscando a criança pequena em sua centralidade, no compromisso acadêmico e político na construção de uma Pedagogia da Educação Infantil, emancipatória contra todas as formas de violência e autoritarismo. Afinal desde que nascem as crianças são

sujeitos de direitos, direitos à educação e cuidado, direito à proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica, direito de não sofrer negligência, conforme apontam atualmente as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI, 2010).

E também enfoca as tensões existentes entre o exercício dos direitos das crianças, dentre eles o direito à participação, na sociedade, na escola, direito à participação nas pesquisas. Assim, as crianças sujeitos e autoras da história, exigem de nós adultas/os pesquisadoras/es um compromisso ético e procedimentos de pesquisas que permitam sua participação como co-autoras dos processos de pesquisas. Pesquisas que apontam para as particularidades das crianças no contexto de educação da infância a partir de uma escuta politicamente sensível centrada na criança.

Na busca pelo direito das crianças, este trabalho problematiza as possibilidades da linguagem cinematográfica nos cursos de formação de professores(as) para atuar com as crianças pequenas, no intuito de propor aos estudantes(as), professores(as) e futuros(as) professores (as) uma formação emancipatória e descolonizadora, em que eles(as) possam se reconhecer como sujeitos de sua própria história, percebendo as contradições que estão presentes na sociedade e nas instituições educativas, os limites ideológicos de determinadas pedagogias que se apresentam como verdades inquestionáveis.

Deste modo, este trabalho pretende contribuir com formações docentes que possam questionar e problematizar as teorias pedagógicas na universidade e também nas creches e nas pré-escolas, visando que reflitam sobre as práticas que temos e as que queremos, e proporcionem uma educação descolonizadora e emancipatória também para as crianças. Que as crianças também sejam ouvidas, mesmo quando ainda não falam, como os bebês, que suas linguagens possam ser compreendidas, associando a ética na pesquisa com princípios estéticos que contribuam para que suas questões ganhem ressonância nas propostas e projetos pedagógicos construídos para elas e com elas.

Para dialogar com este trabalho, trazemos ainda os resultados da recente pesquisa "*Por ser Menina: Percepções, Expectativas, Discriminações, Barreiras, Violências baseadas em Gênero e Habilidades para a vida das meninas de 6 a 14 anos nas cinco regiões do Brasil"*, (PLAN, Brasil, 2014). A pesquisa traz importantes dados sobre o processo de escolarização, trabalho das meninas brasileiras, nos auxiliando na discussão de como as desigualdades de gênero atingem a infância e na importância para pensar a infância a partir de uma perspectiva de gênero.

Propomos deste modo algumas reflexões que possam contribuir no processo urgente e emergente de desconstrução da idéia de uma infância homogênea na formação docente. Buscamos na linguagem cinematográfica, nas sutilezas das imagens e nos fragmentos de seus diferentes significados, caminhos para a desconstrução de nossas certezas sobre as crianças e as infâncias, meninos e meninas. Nosso objetivo é instigar a nos deslocarmos de nossas formas de ver e de não ver, de nos colocarmos em movimento, como as crianças e suas infâncias no cinema que propomos como chave de acesso para estas reflexões.

Este trabalho é um convite para processos de refinamento do olhar, a partir da linguagem cinematográfica e da perspectiva de gênero, provocando a revisão dos conceitos tradicionais nos quais as crianças, principalmente as meninas e meninos foram enquadrados. A experiência cinematográfica é proposta como uma possibilidade de formação estética, na busca por refinarmos nossas lentes, do nosso olhar de adulto (adultocêntrico e androcentrico) e nossa escuta com as infâncias. Um cinema compreendido como arte da memória (ALMEIDA, 2009; ALMEIDA, 2004), cinema este que está em movimento e que transita entre o passado, o presente e o futuro, colocando-se nestes deslocamentos de espaços e tempos, forjados pela linguagem cinematográfica suas emergências históricas (JAMESON, 1995).

De acordo com Elizabeth Ellsworth (1997, apud LOURO, 2002), estudiosa feminista, teórica do cinema e educadora, entre o filme e o público se passa alguma coisa que escapa a qualquer previsão: existe aí um "espaço volátil'", "uma dinâmica que é incontrolável". Uma estratégia diferenciada, afinal não estamos questionando simplesmente se o público compreende, ou não, a "mensagem" do filme, mas algo talvez mais confuso e impreciso e que não se situa apenas na esfera da compreensão, mas também da sensibilidade. Esse espaço da imprevisibilidade ou mesmo desajuste permitido pela experiência cinematográfica é muito instigante e talvez possa ser considerado o espaço mais criativo da prática educativa.

Com as perspectivas das lentes de gênero, destacamos este conceito de análise (SCOTT, 1995) que permite reconhecer a tendência à naturalização das relações sociais baseadas na fisiologia do corpo e enxergá-lo como

signo impresso por uma sociedade e por uma cultura. Esse controle é o ponto principal que este artigo pretende discutir. Gênero pode ser compreendido como um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, que fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre as várias formas de interação humana. É a construção social que uma dada cultura estabelece ou elege em relação a homens e mulheres.

Assim, o conceito de gênero implica conhecer, saber mais sobre as diferenças sexuais. Compreender como são produzidas, pelas diferentes culturas e sociedades, as relações entre homens e mulheres, meninos e meninas. Portanto, gênero pode ser entendido como "a organização social da diferença sexual"(1995: 74). Gênero é, nos mais amplos termos, a forma pela qual as capacidades reprodutivas e as diferenças sexuais dos corpos humanos são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico.

Nesta perspectiva "pensar criticamente o cinema implica reconhecer o impacto social desse meio de comunicação e procurar conhecer as nuanças da linguagem cinematográfica e sua capacidade de evidenciar ou mesmo criar padrões de conduta que marcam limites sociais ou estimulam transgressões ao *status quo"*. (KAMITA, 2006). E desse modo, buscamos apresentar neste artigo como a experiência cinematográfica nos ajuda a problematizar nossas concepções de criança e infância ao longo da formação docente.

Diante das contribuições recentes da sociologia da infância, este artigo enfrenta o desafio de tentar compreender os desejos e as lógicas de meninos e meninas, e de usar essas informações em seu favor, para que diferenças se explicitem sem que sejam transformadas em desigualdades. Como resultado desse processo, ampliamos o nosso entendimento sobre diversos aspectos das complexas e intrincadas relações de gênero na infância.

Longe de apenas lamentar a situação de opressão vivida pelas crianças, pelas meninas, buscamos denunciar e revelar os sinais de resistência e de busca de autonomia e dignidade (FARIA, 2002). Evidenciar como as crianças encontram espaços para a transgressão, reagem como podem, resistem à opressão da sociedade e recriam sociabilidades entre si. Assim, as crianças com seus protagonismos nos provocam a pensá-las a partir de outras perspectivas no diálogo com as referências do campo da sociologia da infância. Pensá-las para além de suas necessidades, pensá-las a partir de seus direitos (FARIA e FINCO, 2011), pensá-las como atores sociais.

Olhar para as particularidades das crianças no contexto da infância e na forma como se identifica e interpreta suas relações: "uma teoria politicamente sensível centrada na criança, que seria uma forma adicional de tornar a disciplina mais inclusiva e, conseqüentemente, mais democrática". (HENDRICK, 2005, p. 29). Seria o cinema, atraves das linguagens cinematográficas, um potente artefato para compreender e representar a realidade e para trazer elementos para a formação docente?

Para refletir sobre esta questão retomamos a proposição inicial: do cinema como arte da memória, memória em formação, em disputa ideológica, em construção: amalgamando estética e política.

1. Cinema arte da Memória: experiência cinematográfica e sua emergência histórica

Compartilhamos a perspectiva analítica de Milton de Almeida que o cinema é uma arte da memória, em sua vasta pesquisa traz historicamente como fez e faz parte da educação cultural, científica e política contemporânea, enquanto artefato de representação da realidade apresenta opções estéticas e "toda escolha estética é uma escolha política". (2009: 33).

A memória é compreendida enquanto construção ideológica e política das coletividades, ou seja, é construída historicamente, em uma completa teia de relações, imbricado jogo de poder. Ao relacionar o cinema como arte da memória, advinda das técnicas de representação da realidade a partir da invenção da perspectiva, ou seja, originária da pintura e depois da fotografia, Milton de Almeida o situa no âmbito das construções técnicas e estéticas historicamente atreladas à igreja, a burguesia e ao capitalismo, sendo o cinema o mais importante artefato cultural da modernidade pleno de contradições e possibilidades.

O cinema acompanha e é um dos fundamentais instrumentos de sociabilização no processo de urbanização da sociedade, após revolução industrial, em meados do século XIX, Walter Benjamin no célebre ensaio de *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, publicado na década de 1930, salienta esta perspectiva da coletividade como fundamento,

> Nas obras cinematográficas a reprodutibilidade técnica do produto não é, como no caso da literatura ou da pintura, uma condição externa para sua difusão maciça. A reprodutibilidade técnica do filme tem seu fundamento imediato na técnica de sua produção. Esta não apenas permite, da forma mais imediata, a difusão em massa da obra cinematográfica, como a torna obrigatória. A difusão se torna obrigatória, porque a produção de um filme é tão cara que um consumidor, que poderia, por exemplo, pagar um quadro, não pode mais pagar um filme. O filme é uma criação da coletividade. (1994: 172) .

Benjamim também destaca neste ensaio uma tarefa histórica coletiva, no caso para as possibilidades criadas com esta nova linguagem, de um aprendizado da segunda natureza do homem, esta inventada pelos homens com a técnica de captação e reprodução da realidade.

Assim, a descrição cinematográfica da realidade é para o homem moderno infinitamente mais significativa que a pictórica, porque ela lhe oferece o que temos direito de exigir da arte: um aspecto da realidade livre de qualquer manipulação pelos aparelhos, precisamente graças ao procedimento de penetrar, com os aparelhos, no âmago da realidade. (idem, 187)

Mas o que seria este âmago da realidade? É ambíguo o ensaio, pois em diversas passagens Benjamim exalta o cinema e suas possibilidades, mas não deixa de ponderar ou destacar as muitíssimas contradições das condições materiais que permite a produção de uma arte da coletividade, essencialmente custosa economicamente e condicionada aos modos de produção e distribuição.

Este aspecto de contradições e possibilidades traz outro aspecto que gostaríamos de refletir, a partir do efeito de choque provocado pela sucessão de imagens, Walter Benjamim destaca o quanto o cinema e sua linguagem depois intensificada e potencializada pela linguagem televisiva revolucionou o aparelho perceptivo das pessoas, reconfigurando a nossa percepção do mundo.

E isto se relaciona com as mudanças na ordem da socialização das pessoas e suas relações com a experiência, e com as formas de sentir as coisas, o mundo em que vivemos. Estas metamorfoses da percepção advindas desta nossa construção do olhar pelas imagens do cinema são revolucionárias, porém, também trágicas e constantemente colocam-se a serviço da alienação e da manipulação dos homens, distraídos e automatizados, habituando-se as novas exigências da coletividade, segundo Benjamim,

> (...) nada revela mais claramente as violentas tensões do nosso tempo que o fato que essa dominante tátil prevalece no próprio universo da ótica. É justamente o que acontece no cinema, através do efeito de choque de suas seqüências de imagens. O cinema se revela assim, também desse ponto de vista, o objeto atualmente mais importante daquela ciência da percepção que os gregos chamavam estética. (1994: 194).

Ismail Xavier (2008) na introdução da sua clássica antologia *A experiência do cinema* situa os/as leitores/as das possibilidades (e limites) de leitura das diversas áreas do conhecimento sobre o cinema e suas repercussões, (...) procurar explicar como se estrutura a relação filme/espectador evidencia um critério básico: dar privilégio às tentativas de caracterizar, discutir, avaliar tipo de experiência audiovisual que o cinema oferece – como suas imagens e sons se tornam atraentes e legíveis, de que modo conseguem a mobilização poderosa dos afetos e se afirmam como instância de celebração de valores e reconhecimentos ideológicos, mais talvez do que manifestações de consciência critica.

Em seguida o autor pondera que "o problema da ficção cinematográfica, tal como se consolidou a partir do cinema narrativo clássico, produto da indústria" (2008: 10) e conseqüentemente estética norte-americana, permeia a linguagem de um cinema dominante. Assim a intencionalidade de Xavier destaca ser de fundamental importância para os estudos e pesquisas na área de cinema, a crítica ao cinema dominante, rigidamente codificado; e sua retórica de base – a "impressão de realidade".

E aqui salientamos nosso desvio fundamental de método, quando relacionamos cinema e infância, descartamos o óbvio ululante das relações de produção cinematográfica para as crianças com o mercado, isto de maneira geral – embora tenha trabalhos relevantes que fazem esta discussão, nossos interesses buscam centrar-se

em cinematografias periféricas, vanguardistas, subterrâneas, qual seja que esteja na contramão do "cinema dominante", pois:

> O cinema não foge à condição de campo de incidência onde se debatem as mais diferentes posições ideológicas, e o discurso sobre aquilo que lhe é especifico é também um discurso sobre princípios mais gerais que, em última instância, orientam as respostas a questões especificas. (...) Aqui é assumido que o cinema, como discurso composto de imagens e sons é, a rigor, sempre ficcional, em qualquer de suas modalidades; sempre um fato de linguagem, um discurso produzido e controlado, de diferentes formas, por uma fonte produtora. (1984: 13).

Esta perspectiva vai de encontro com a busca por metodologias de pesquisa com crianças, e a experiência cinematográfica, ambos os campos de incidência em constante construção, visando ao refinamento de nossas lentes, do nosso olhar de adulto, que anseia outras miradas possíveis e emergentes sobre as crianças e suas infâncias.

Compreendemos que a infância que *explode na tela de cinema* (TRUFFAUT, 2005), desde o neo realismo italiano no pós guerra, instaurado por entre outros Roberto Rosselini com a trilogia da guerra, eternizado pelo pequeno Edmond, o protagonista de *Alemanha Ano Zero* (1948) é um importante instrumento estético, artefato político e poético de humanização (SILVA, 2014).

A questão que se coloca neste trabalho é como a linguagem cinematográfica que destaca o protagonismo das crianças se revela como um precioso instrumento para enxergar a diversidade das infâncias, vislumbrando possibilidades de resistência contra as formas de homogenização, normatização e codificação de uma infância abstrata e universal. Desse modo apresentamos a seguir alguns filmes chaves que utilizamos em nossas experiências com formação docente.

2. Cinema arte da resistência: poéticas emergentes nas infâncias das meninas

Para a problematização deste trabalho apresentamos os filmes *Quando Budha desabou de Vergonha* (Irã/Afeganistão, 2005) de Hanna Makhmalbalf, *O sonho de Wadja*(Arábia Saudita, 2012) de Haifaaa al Mansour e *Osama*, (Afeganistão/Japão/Irlanda, 2003) de Siddiq Barmak. Estes três filmes podem ser considerados com o que denomina-se na teoria cinematográfica como 'cinema de autor', e podemos de certa forma identificamos historicamente suas raízes estéticas e políticas no neo realismo italiano. Uma definição pertinente e atual é do grande cineasta brasileiro Glauber Rocha "o cinema de autor está ligado a uma estrutura de produção. O cinema de autor, ou cinema independente, ou cinema novo, ou cinema moderno, ou cinema livre, é o cinema onde o valor cultural, artístico, político, sobrepuja o interesse comercial." (ROCHA, 2006: 343).

O cinema de Hanna e Haifaaa, jovens cineastas pertence a este movimento do cinema de arte, autoral, que mantêm princípios do neo realismo, fundindo na linguagem cinematográfica, em suas formas e conteúdos, a temática social emergente em que estão inseridas suas autoras e a questão documental, os filmes através da ficção dialogam com documentos históricos, base fundamental do cinema comprometido com seu tempo histórico, um cinema que faz pensar, como incita Ismail Xavier (1983, 1984).

Assim como *Osama* (filme ganhador do Globo de Ouro de 2003 e outros prêmios em Cannes no mesmo ano, primeiro filme pós queda do regime Talibã), foi realizado pelo cineasta afegão Siddiq Barmak que há anos era exilado no Paquistão, produzido com apoio iraniano, sem atores profissionais, com crianças escolhidas em escolas e orfanatos, com exceção da protagonista que foi encontrada pelo diretor andando na rua e retrata as dificuldades, impedimentos e determinações sociais impostas as meninas, proibidas de quase tudo, mas sobretudo de estudar, um filme-documento das opressões de gênero no Afeganistão.

Esses três filmes possuem especificidades que se interelacionam e se aproximam. Assim, outra chave de reflexão que propomos para pensar é no cinema como arte da resistência, considerando o movimento de poéticas emergentes, tendo os aportes da teoria feminista que segundo Rossana Kamita (2009) "busca

estabelecer uma nova visão sobre a linguagem cinematográfica como forma de subverter as bases nas quais se sustenta historicamente o cinema" (p. 174). Segundo esta pesquisadora, baseada em outros célebres ensaios sobre cinema e femininos4, tendo como suporte a psicanálise, problematiza historicamente o cinema como instrumento de representação de um feminino de uma ótica burguesa e patriarcal. As análises potencializadas por uma perspectiva feminista destas autoras buscam problematizar a construção do olhar sobre as mulheres, nas relações dialéticas de submissão e resistências, nos deslocamentos de ponto de vista, da produção e realização dos filmes à sua complexa rede de distribuição, bem como nas relações de público destes filmes.

E nesta perspectiva de produção e distribuição de filmes, considerando o cinema de autor, encontramos na contemporaneidade das artes da resistência e suas poéticas emergentes, as mulheres, as crianças e suas infâncias potencializadas de maneira intensa na nova onda do cinema iraniano. Podemos elencar outros filmes que também são reveladores de possibilidades para se pensar a infância e o cinema de resistência. Filmes como *Onde fica a casa do meu amigo*? de Abbas Kiarostami (Irã, 1997) e *O silêncio* de Mohsen Makhmalbalf (Irã, 1998), dois dos mais célebres cineastas iranianos, consagrados internacionalmente que justamente pela temática da infância em seus filmes abriram as portas do ocidente – através dos três grandes festivais de cinema de arte: Veneza, Cannes e Berlim para o cinema iraniano. Ambos surgiram após a Revolução Iraniana que derrubou o xá Mohammad Rezã Shah Pahlavi e instaurou o Aitolá Khomeini como líder supremo do país em 1979 e instauram de maneiras diversas, porém intensas um cinema de resistência e de poéticas emergentes. (KIAROSTAMI, 2004)

Especialmente Mohsen Makmalbalf, que era um muçulmano militante na década de 1970 e que após a revolução passou a se dedicar ao cinema junto com a sua família, tendo a questão das mulheres e das crianças uma temática recorrente na produção familiar, explorado nos filmes realizados por sua esposa Mazieh M. e suas duas filhas Samira M. e Hanna M.

> Marzieh escreveu e dirigiu seu primeiro filme em 2000, Roozi ke zan shodam *(O dia em que me tornei mulher*), produzido por seu marido. Ele retrata três mulheres iranianas em diferentes estágios da vida: a primeira é uma criança, Hava (Fatermeh Cherag Akhar) que é declarada "uma mulher" em seu aniversário de 9 anos, e conseqüentemente, obrigada a usar um *chador* e proibida de conversar com os meninos, entre eles seu melhor amigo; a segunda é uma jovem rebelde, Ahoo (Shabnam Toloui), cujo marido a ameaça com um divórcio porque ela quer participar de uma corrida de bicicletas; e a última é uma viúva rica. Hoora (Azizeh Sedighi), que finalmente consegue se libertar das amarras da sociedade." (2011: 513)

Samira Makhmalbalf dirigiu o premiado documentário *A Maçã* (1998) aos 17 anos, seguido de *A lousa negra* (2002) e o curta *11 de setembro* (2002) e Hanna Makmalbalf que também dirigiu aos 18 anos seu primeiro e premiado filme *Quando Budha desabou de vergonha* (2007) que discutiremos neste artigo de forma mais detalhada adiante.

Estas talentosas, sensíveis, corajosas irmãs, seguiram a estética cinematográfica da mãe, praticamente nasceram dentro de *sets* de filmagens, atuando nos bastidores dos filmes do pai e atualmente são jovens diretoras de uma das mais importantes cinematografias mundiais, o cinema iraniano. Ambas iniciaram como diretoras e autoras com filmes documentários e curtas metragens, experimentaram e estão em processo de construção da estética de seus filmes, mas ambas tem com a infância e questões de gênero uma particular e intensa relação, de contemplação, denúncia, revelação de uma humanidade perdida, desorientada. Seus filmes também podem ser compreendidos como cinema de poesia (TARKOVSKI, 2010) e políticos, humanistas.

Assim, discutir o cinema na perspectiva feminista nos permite construir um olhar mais afinado para a condição feminina, de mulheres em distintas situações de violência e em especial para a dupla opressão de gênero e geração da condição infantil, das meninas, e aquilo que aproximam suas marcas sociais, históricas, culturais, econômicas. Compreender as contradições e as possibilidades de ser mulher e ser menina e os desafios frente àquilo que a sociedade espera delas, como veremos nas infâncias de *Wadja, Baktay* e de *Osama* a seguir.

3. Cinema arte da transgressão: infâncias cinematográficas e formação docente

Trazemos neste artigo fragmentos *das infâncias destas meninas,* as aventuras e os desafios a serem enfrentados por essas meninas para alcançarem seus sonhos e desejos, permeados de significados e reveladoras de muitas questões sobre as infâncias, sobre os lugares das infâncias, sobre as meninas e meninos, sobre as transgressões e resistências das crianças. As meninas concretas nestes cinemas nos ajudam a revelar as desigualdades de gênero, a produção e a reprodução social das diferenças, condicionada por valores, modelos, estereótipos de gênero e relações de poder.

Wadja (2012) é o título original do filme e o nome de sua pequena protagonista heroína, no primeiro longa metragem dirigido por uma mulher na Arábia Saudita. Lançado no Brasil como "O sonho de Wadja" (2013), da cineasta Haifaaa al Mansour, é sonho e superação dentro e fora do filme. Foi o primeiro filme completamente realizado na Arábia Saudita e indicado ao Oscar de melhor filme estrangeiro, lançou ao mundo uma narrativa poética e política, repleta de citações em especial ao cinema iraniano, justamente pela escolha estética de problematizar os conflitos da sua sociedade, com especial foco nas questões de gênero, pelo ponto de vista da infância.

Wadja tem 10 anos e vive com a mãe o pai na periferia de Riad, capital da Arábia Saudita, é uma garota cheia de personalidade, conforme as escolhas da diretora de evidenciar uma certa 'ocidentalização' da personagem, através das músicas, roupas, tênis...bem como na sua relação com os meninos, em especial o amigo Abdullah, que a acompanha em quase toda a narrativa, com destaque na busca da realização de seu sonho: comprar uma bicicleta verde, que um dia ao ir para escola vê à venda numa loja.

O filme indica que bicicletas não é coisa de meninas e fica-se evidente que ali as meninas e também as mulheres, além do véu, são cerceadas em muitas situações cotidianas, começando pela mãe de *Wadja*, que logo no inicio do filme é constrangida pelo motorista de um transporte particular (cabe o destaque que as mulheres não podem dirigir e devem – com permissão do marido, recorrer a estes motoristas), já que ela está estudando e pega este transporte para ir a Universidade. Esta seqüência inicial da dificuldade da mãe em sair de casa para ir estudar, tendo que se submeter a um motorista grosseiro e mal humorado, ameaçando, reclamando, coagindo, dá o tom do filme, focado em uma menina - protagonista que tem como sonho a compra de uma bicicleta, ou seja, o conflito do filme está na questão dos direitos das meninas-mulheres ao movimento, a liberdade, ao deslocamento.

Aos olhos e experiências das mulheres dos países ocidentais soa absurdo, não poder dirigir ou mesmo andar de bicicleta, porém sem comparações anacrônicas de realidades tão distintas, com níveis e manifestações diferentes da opressão contra as mulheres, mas também ressoa entre nós, como uma metáfora das desigualdades de gênero que ultrapassam fronteiras geográficas, religiosas e ou ideológicas.

As cenas iniciais do filme, envolvendo *Wajda*, sua mãe e o motorista são permeadas por diferentes mensagens simbólicas relacionadas à questão da restrição da mobilidade da mulher, em seu deslocamento para o trabalho, e a possibilidade do trabalho feminino e da emancipação da mulher. O desejo pela bicicleta além de simbolizar o desejo infantil por um "brinquedo de menino" revela a sutileza da sensibilidade crítica e a relação de companheirismo de Wadja com sua mãe, na negação de sua condição menina-mulher.

E nisto cabe um olhar atento as seqüências que retratam a forte repressão aos direitos femininos na escola de meninas em Riad, é neste espaço escolar, através do tempo fílmico que sentimos as ressonâncias opressivas do controle ao corpo das meninas, lá (na Arábia Saudita e nos países pós revolução islâmica, como o Irã e o Afeganistão de *Baktay*) buscando a completa supressão de direito ao corpo e a sexualidade feminina, já nos países ocidentais exaltada ao exagero, mas em ambos os contextos marcadas pela negação de direitos.

A forte repressão aos direitos femininos é retratada na escola de meninas em Riad. É nesse espaço que a diretora da instituição educacional chama a atenção das garotas por estarem rindo em voz alta e por estarem sendo vistas. Afinal, não é de "bom tom" que os homens sejam atraídos pela voz feminina, e muito menos que elas estejam ao alcance dos olhares masculinos. "Meninas de respeito não podem ser vistas" – é o que se diz em uma das cenas da película5.

No filme *Budha desabou de vergonha (2007)*, acompanhamos a 'odisséia' de uma doce e determinada garotinha de 5 anos para ir à escola, retratatando com uma estética 'documentária' sua trajetória, não estabelece

uma relação temporal direta, narra um percurso, do momento que a mãe a deixa cuidando do irmão bebê, para ir trabalhar e ela escuta o menino vizinho, um amiguinho da mesma idade estudando em voz alta, ela escuta e deseja este estudo-brincadeira, e este desejo a mobiliza a ir atrás dele, a encontrar caminhos, a criar possibilidades, a insistir e persistir, em um direito a escola, a educação, a infância.

As seqüências do filme carregam nas sutilezas das brincadeiras, numa forte dimensão política, construída em uma linha tênue e tensa entre brincadeira e violência. Na busca pela escola, os tensos e poéticos episódios revelam como *Baktay* acredita que é possível escapar do poder dos meninos um pouco mais velhos, que ela encontra por acaso no caminho, estes um pequeno grupo que 'brincam' de Talibãs, controlando os caminhos. A menina ao ser interpelada pelo grupo transita entre o brincar e o escapar da opressão presente na brincadeira, afirmando para outras meninas, que já tinham sido 'aprisionadas' anteriormente: "é somente uma brincadeira, os meninos não irão nos machucar".

São cenas das brincadeiras que indicam que as crianças brincam em condições dadas, pois elas apreendem o mundo e compreendem a linguagem pedagógica das coisas (PASOLINI, 1990) meninos reproduzem a patrulha agressiva contra as mulheres do mundo dos adultos, em seus pares: as meninas, como a cena onde meninos cavam um buraco para o apedrejamento, e *Baktay* diz "eu não quero brincar de apedrejamento, vou sujar minhas roupas", resistindo como pode, revelando a intencionalidade da diretora de alguma forma evidenciar relações com as mulheres que lutam e sonham.

Lutam e sonham juntas, como na cena onde a pequena *Baktay* é mantida como refém na caverna, juntamente com outras meninas, provocando-nos uma tensão e confusão sobre como ver as brincadeiras das crianças, incitando em nós expectadores estes tênues limites entre a fantasia e realidade. Entre gestos e palavras de ataque, os meninos chamam a pequena menina de terrorista e pecadora, rasgam seu caderno (que ela mesma compra, vendendo ovos na feira) e o transformam em aviõezinhos, atirados contra a montanha, onde antes, havia estátuas históricas dos Budas de Bamiyan, que foram destruídas pelo Talibã em 2001.

Baktay, não só resiste, mas transgride todas as fronteiras e imposições de gênero que se colocam em seu caminho, das metáforas do uso do batom, (cosmético proibido) como lápis e do caderno, conhecimento, que se entrelaçam nas cenas com os significados da presença feminina e do processo de escolarização e educação das mulheres ou da brincadeira proibida que desestabiliza e causa desordem no sistema escolar.

O movimento de *Baktay* nos inquieta e incita a tentar compreender as forças que as constrangem, ao mesmo tempo a força que a impele e a audácia de querer "sair do seu próprio lugar" e coragem para enfrentar as amarras dos valores e costumes de suas culturas.

O cinema transgressor/alternativo de Hanna Mahkmalbalf nos convida à desconstrução do olhar sobre a infância nos revelando ao mesmo tempo dimensões e características distintas, específicas da condição geográfica, histórica e cultural de suas infâncias, mas ao mesmo tempo próximas e semelhantes, no sentido que nos remete as memórias e ao olhar das infâncias de muitas meninas e meninos.

O Sonho de Wadjda expõe a mobilidade feminina limitada, onde andar de bicicleta é considerado uma ameaça à virtude das meninas, em *Quando Buda desabou de vergonha,* o desejo de ir para escola se torna uma suprema transgressão, uma odisséia, via sacra, em ambas narrativas os deslocamentos estão em disputa.

A negação dos direitos das meninas de irem à escola também é a chave de *Osama*. O filme começa com uma filmagem que remete diretamente ao cinema iraniano e ao cinema documental, especialmente pelas imagens da cidade, deteriorada e marcada pelos conflitos bélicos constantes, e nos vemos como expectadores em meio a uma manifestação de mulheres de burca. Remete-se a uma reportagem, um registro do real, marcado pela presença do cineasta-camêra, assim como nos closes nas mulheres em iminência de desvendarem seus rostos. Em seguida o filme apresenta a narrativa que recorrerá a um drama mítico histórico, que remonta a antiguidade e as estratégias de muitas mulheres para participarem da vida pública (IPIRANGA, 2010): da menina-mulher que se faz passar por menino-homem para conquistar uma posição de direitos na sociedade. Nesta perspectiva vê-se na tela o desenrolar da história da menina travestida e transformada no menino *Osama*, que tentará (motivada ou melhor obrigada pela mãe e pela avó) a aventurar-se no meio dos meninos, da escola, da esfera pública.

Também salientamos que a trama ser construída em torno de uma adolescente é o centro de uma simbologia perversa, as meninas vão para o "abate" do casamento ou da prostituição após a menstruação, quando tornam-

se férteis e podem contribuir na manutenção da espécie, no capitalismo, dos herdeiros. O que conduz para a outra metáfora do filme, o título : *Osama*. É evidente a associação imediata que o título produz, Osama Bin Laden e as torres gêmeas do 11 de setembro. Mas em certa medida a provocação resulta, na verdade, em uma 'desosamização', pois não há nada de Bin Laden ou há nos resquicios do Talibã, de qualquer forma o filme aponta para o fato que *Osama* é o nome mais dado a meninos no Paquistão e no Afeganistão nos últimos anos. Ser Osama é ser José, João, é ser só mais um, é ser qualquer um, ser todos. A menina de Osama é todas as mulheres afegãs e, mais, é o próprio Afeganistão. (WERNECK, 2003).

E nesta dimensão nos remetemos a Clarice Lispector[1] no livro *A via crucis do corpo* (1974), pois estes corpos infantis femininos, nos parecem 'condenados' a carregarem suas crucis da condição de gênero em suas culturas marcadas pela opressão feminina, mas que também transgridem, como Cidinha a personagem do conto "A língua do p" que transita entre a brincadeira e a iminente violência em também resiste como pode.

> Havia um mal-estar no vagão. Como se fizesse calor demais. A moça inquieta. Os homens em alerta. Meu Deus, pensou a moça, o que é que eles querem de mim? Não tinha resposta. E ainda por cima era virgem. Por que, mas por que pensara na própria virgindade? Então os dois homens começaram a falar um com o outro. No começo Cidinha não entendeu palavra. Parecia brincadeira. Falavam depressa demais. E a linguagem pareceu-lhe vagamente familiar. Que língua era aquela? De repente percebeu: eles falavam com perfeição a língua do "p". Assim: - *Vopocêpê reperaparopoupu napa mopoçapa boponipitapa? - Jápá vipi tupudopo. Épé linpindapa. Espestapa napapopo*. Queriam dizer: você reparou na moça bonita? Já vi tudo. É linda. Está no papo. Cidinha fingiu não entender: entender seria perigoso para ela. A linguagem era aquela que usava, quando criança, para se defender dos adultos. Os dois continuaram: - *Queperopo cupurrapar apa mopoçapa. Epe vopocepê? – Tampambempem. Vapaipi serper nopo tupunepel.* Queriam dizer que iam currá-la no túnel... O que fazer? Cidinha não sabia e tremia de medo. Ela mal se conhecia. Aliás, nunca se conhecera por dentro. Quanto a conhecer os outros, aí então é que piorava. "Me socorre, Virgem Maria! me socorre! me socorre!" (...) Tirou um cigarro da bolsa para fumar e acalmar-se. Não adiantou. Quando seria o próximo túnel? Tinha que pensar depressa, depressa, depressa. Então pensou: se eu me fingir de prostituta, eles desistem, não gostam de vagabunda". (LISPECTOR, 1994: 88-89)

Especialmente *Baktay* em todo o seu movimento, sua odisséia e *via crucis* seu objetivo é ir à escola, e quando chega lá, após tanta luta inclusive por um lugar ali, a professora está "ausente" de costas para as crianças, copiando na lousa, a escola não tem muito sentido, ela transgride novamente com o batom e a brincadeira entre as meninas e é expulsa.

Ao olharmos para *Osama, Wadja* e *Baktay* deparamo-nos com suas fantasias, com suas realidades não-realistas, com sua autonomia na capacidade de imaginar algo que não está dado, uma força intensiva de imaginação, com sua capacidade de inventar outra realidade com temporalidades lógicas próprias. E nos perguntamos sobre os lugares da infância que estamos construindo ou proporcionando para nossas meninas?

Na possibilidade de aproximar o olhar e refinar os ouvidos (a escuta) com a centralidade nas crianças, podemos enxergar e sentir suas originalidades e imprevisibilidades de suas transgressões. A escolha por abordar a transgressão como resistência e movimento está relacionada com a perspectiva da criança-menina e justifica-se pela necessidade de refletir sobre um sistema de educação inspirado em experiências fascista.

A experiência fascista os havia ensinado que as pessoas conformadas e obedientes eram perigosas e que, na construção de uma nova sociedade, era imperativo salvaguardar e comunicar esta lição e alimentar e manter uma nova visão de crianças que possam pensar por si mesmas. (Bonacci - Prefeito de Reggio Emilia na década de 60 - 1995: 16 apud entrevistado por DAHLBERG; MOSS; PENCE, 2003: 23).

---

1 Uma das mais importantes romancistas brasileira, que teve na questão feminina um dos elementos chaves da sua poética 'feminista' e extensa produção literária . (SILVA, 2005).

Nesta perspectiva ressaltamos as contribuições de Loris Malaguzzi[2] e o contexto da infância na Itália no pós guerra, o movimento de superação das contradições do sentimento de infância na experiência fascista para as possibilidades das crianças concretas vislumbradas no cinema através do neo realismo italiano e posteriormente na pedagogia da infância que emergiu deste período.

As contribuições de Loris Malaguzzi em sua nostalgia de futuro de toda uma geração que viveu os horrores da 2° guerra mundial, provocaram uma revolução no pensamento pedagógico que busca incansavelmente e de maneiras diversas, construir uma cultura da infância, com crianças concretas, portadora de direitos humanos, cheias de potencialidades e esperanças de outro futuro possível.

A sua nostalgia de futuro ao defender o direito das crianças pequenas a uma educação infantil de qualidade, com as suas famílias participando e sendo respeitadas, com professoras e profissionais da educação e das artes, em um espaço de alegria libertadora, é revolucionário, pois não separa o corpo da mente, o pensar do fazer e contagia as escolas para a pequena infância em Reggio Emilia e espalha-se por outras cidades do mundo. Loris Malaguzzi alimentava esta nostalgia de futuro, com uma criatividade no presente, com um compromisso histórico daquele que viveu os horrores de um século repleto de tragédias, com um otimismo da vontade, parafraseando outro italiano genial que certamente também o inspirou, Antonio Gramsci "contra o pessimismo da razão o otimismo da vontade". (FARIA e SILVA, 2013: 110)

As crianças concretas nestes cinemas: italiano do passado, iraniano no presente... como na pedagogia da maravilha iniciada com Loris Malaguzzi são compreendidas como sujeitos históricos, foram evidenciados no cinema neo realista de Rossellini e outros cineastas desta geração e na pedagogia da infância, que inicia-se em Reggio Emilia e espalha-se pelo norte da Itália, sendo hoje referência mundial.

Considerações finais: desafios para formação docente

As desigualdades de gênero produzidas e reproduzidas ao longo do tempo, iniciam desde as primeiras relações na infância. As crianças do sexo feminino, desde muito cedo, são educadas a constranger seus corpos, seja pela imposição de usar unhas pintadas, saltos altos, maquiagem, mechas coloridas nos cabelos e são educadas a consumir moda. A partir das experiências dos filmes, podemos falar da educação da menina, que significa "falar de uma educação do corpo" (SOARES, 2002), falar de um lento processo civilizatório, da lenta e complexa mudança de sensibilidade, da tolerância ou intolerância por atitudes e práticas humanas, de uma consideração cada vez mais eloqüente que confere ao corpo uma importância sempre mais alargada. O corpo é o texto que revela trechos bem marcados da história de uma dada sociedade.

O livro *Educar para a submissão*, da italiana Elena Gianini Belotti (1975), traz uma importante contribuição para se colocar em questão as relações de gênero na infância. A autora italiana relata, em seu livro, observações desde os primeiros anos da criança, analisando o comportamento dos adultos a seu respeito, as relações que estabelecem com as crianças nas diversas idades, o tipo de exigências que lhes são feitas e a maneira como lhes apresentam, as expectativas que envolvem o fato de pertencer a um sexo e não a outro.

Tensões entre corpo e infância aparecem na maneira como os corpos de meninas e meninos são socialmente classificados e hierarquizados, determinando papéis sociais e estabelecendo relações de poder. O que podemos ver é um processo de socialização de gênero, que possibilita experiências corporais marcadas por uma relação desigual, marcadas pela condição de menina e de menino. No corpo da menina e no corpo do menino inscrevem-se formas diferentes de perceber, de movimentar-se; formas diferentes e geralmente opostas de comportar-se, de expressar-se, de preferir.

> Como o conhecimento sobre o corpo adquire gênero? [...] Como, em outras palavras, o social se materializa? Investigações bem-sucedidas sobre o processo de incorporação do gênero devem utilizar três princípios básicos. Primeiramente, o par

2 Loris Malaguzzi (1920 -1994) foi um importante professor de crianças, gestor de políticas públicas na educação e um dos grandes inventores e articuladores da pedagogia da infância na Italia.

> natureza/criação é indivisível. Em segundo lugar, organismos — humanos ou outros — são processos ativos, alvos móveis, desde a fertilização até a morte. Terceiro, nenhuma disciplina acadêmica ou clínica sozinha nos fornece a verdadeira ou a melhor maneira de se entender a sexualidade humana. Os insights de muitas pessoas, das teóricas críticas feministas aos biólogos moleculares, são essenciais para se compreender a natureza social da função fisiológica. (FAUSTO- STERLING, 2000: 235).

Sem querer vitimizar as meninas, queremos refinar o olhar para as diferentes estratégias de fuga destas crianças. As crianças ao transgredirem as fronteiras, introduzem elementos de instabilidade, tensão e crise, que fazem com que possamos refletir sobre as concepções a respeito das infâncias de meninas e meninos. O protagonismo das meninas colocam em cheque determinadas concepções, que por longo tempo foram naturalizadas. Ao encontrarem espaço para a transgressão, essas meninas vão além dos limites do que é predeterminado para seu sexo, desejam experiências diferentes daquelas que lhes são impostos e buscam outros sentidos, buscam ressignificar a cultura na qual estão inseridas. Ao contrariarem as expectativas dos adultos, Wadja e Baktay problematizam suas vidas, criam novas formas de relações, transgridem. A positividade das transgressões de gênero traduz-se no modo como resistem aos padrões preestabelecidos, quando expressam seus desejos, recriam e inventam maneiras de ser, traduz-se no modo como resistem aos padrões preestabelecidos, quando expressam seus desejos, recriam e inventam maneiras de brincar, de ser menino e de ser menina. (FINCO, 2004).

Os valores e atitudes internalizadas por meninas e meninos são resultado de imposição unilateral da sociedade, a construção das identidades de gênero envolvem um processo permanente de acomodação e resistência. É necessário compreender como as crianças reagem às contradições e pressões com que se defrontam para construir suas identidades sociais (ANYON,1990). Envolvidos na condição de ser menina ou menino, na resistência aos valores sexistas da sociedade, a criança, ao brincar, não está somente fantasiando, mas trabalhando suas contradições, ambigüidades e valores sociais. Ao considerar que meninas e meninos nem sempre estão fazendo aquilo que os adultos querem ou esperam que eles/elas façam, que é necessário tratar do tema das relações de gênero na infância a partir de uma perspectiva diferenciada, na tentativa de um olhar não adultocêntrico, observando os movimentos de transgressão e discutindo as resistências aos modelos.

As diferenças de gênero entre as crianças se sobrepõem ao que elas têm em comum? Ainda que em graus, maneiras e culturas distintas, meninas e meninos têm em comum a capacidade de se expressar, a espontaneidade, a sociabilidade, o desejo, a curiosidade, a criatividade e a imaginação, possuem o desejo de brincar e de se expressarem, de sonhar e de resistir.

Assim, destacamos o quanto as crianças nestes filmes expões aos adultos as possíveis, urgentes linhas de fuga. As crianças mostram-nos que seus desejos e vontades vão além do que os adultos esperam deles; que possuem a capacidade de criar e recriar, de vivenciar situações inesperadas de formas inovadoras. Brincando, as crianças compartilham a acumulação de tensão, a excitação da ameaça e o alívio e a alegria da fuga (CORSARO, 2007). E o que fazer diante desses corpos dessas meninas que traçam linhas de fuga, que insistem em escapar, transgredir as fronteiras de gênero? Precisamos de alguma forma repensar a preponderância desse modelo hegemônico de vida (de ser), nos questionando a que perspectiva tal modelo corresponde e quais seus interesses. *Osama, Baktay* e *Wadjda* nos revelam a força de suas infâncias, possuem suas estratégias para lidar com as forças opressoras, reproduzem e inventam, recriam, transgridem e buscam escapar e reinventar possibilidades. As crianças possuem especificidades que as diferenciam de outras categorias sociais, são sujeitos "em devir", um devir que nada tem a ver com um vir-a-ser adulto, mas sim, um devir criança, que instaura uma outra temporalidade. Devir-criança é a infância como intensidade, um situar-se intensivo no mundo; um sair sempre do "seu" lugar e situar-se em outros lugares, desconhecidos, inusitados, inesperados; é algo sem passado, presente ou futuro; algo sem temporalidade cronológica, mas com geografia, com intensidade e direção próprias. Um devir é algo "sempre contemporâneo", criação cosmológica: um mundo que explode e a explosão de mundo (KOHAN, 2010).

Assim, relacionar gênero infância, cinema e formação docente apresenta-se como possibilidade de desconstrução, deslocamentos possíveis, movimentos reflexivos e o desafio da criação/invenção de um "outro

lugar" para pesquisar e compreender as crianças. Assim como o cinema, o conceito de gênero pode nos mover de um lugar para outro e transformar o lugar de onde se olha e de quem vê.

Enxergar as infâncias plurais requer a análise relacional entre infância, gênero, idade e geração, ou seja, requer a análise da questão do poder contido nas relações que permeiam a vida das crianças. Essas categorias de análise ajudam-nos a problematizar as características das crianças, esquematicamente delineadas a partir da heteronomia, da dependência e da obediência, em troca de proteção. Traz a tona alguns paradoxos e dilemas destacados pela ambivalência das atitudes sociais dos adultos perante a infância, sobretudo no que diz respeito à relação entre o que queremos para nossas crianças e as realidades em que algumas delas são inseridas.

Acreditamos que o olhar sensibilizado e a escuta refinada, proporcionado pela experiência cinematográfica, possam trazer o estranhamento, para um movimento de interpretação e de desnaturalização de algumas crenças sobre meninos e meninas, e pode permitir que algumas certezas sejam desfamiliarizadas e desconstruídas. As possibilidades de produção, reprodução e resistência à discriminação de gênero na infância interagem de maneira complexa e colocam-nos muitos desafios. Pois como já dizia Rosa Luxemburgo "quem não se movimenta não sente as correntes que o prendem".

Referências Bibliográficas

ALMEIDA. Milton J. (2009). Cinema arte da memória. Campinas, São Paulo: Autores Associados. _____. (2004) As idades, o tempo. Campinas: *Pro-Posições*. vol. 15, n. 1 (43), p. 39-61, jan./abr.

ANYON, Jean. (1990) Intersecções de gênero e classe: acomodação e resistência de mulheres e meninas às ideologias de papéis sexuais. *Cadernos de Pesquisa,* São Paulo, n. 73, p.13-25, maio.

BECCHI, Egle. (2003) Ser menina ontem e hoje: notas para uma pré-história do feminino. *Pro-Posições,* Dossiê: Educação Infantil e gênero, v. 14, n. 3, (42), p. 41-52.

BELOTTI, Elena. (1975) *Educar para a submissão.* Petrópolis: Vozes.

BENJAMIN, Walter. (1994). Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura - Obras escolhidas, Volume I. São Paulo: Brasiliense.

DAHLBERG, Gunilla; MOSS, Peter; PENCE, Alan. (2003). *Qualidade na educação da primeira infância*: perspectivas pós-modernas. Porto Alegre: Artmed.

ELLSWORTH, Elizabeth. (2001). Modo de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). *Nunca fomos humanos: metamorfoses da subjetividade contemporânea*. Belo Horizonte: Autêntica,p. 7-76.

FARIA, Ana Lúcia G. de. (2002). Apresentação Cad. CEDES. Dossiê As meninas. vol.22, no.56,Campinas Apr..

FARIA, Ana Lúcia G. e SILVA, Adriana A. (2013). *Por uma nova cultura da infância: Loris Malaguzzi.* Revista Educação Especial, v. X, p. 98-111.

FAUSTO-STERLING, Anne (2000). Sexing the body: gender politics and the construction of sexuality. New York: Basic Books.

FINCO, Daniela. (2003) *Faca sem ponta, galinha sem pé, homem com homem, mulher com mulher:* relações de gênero nas relações de meninos e meninas na pré-escola. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FINCO, Daniela. (2010) *Educação infantil, espaços de confronto e convívio com as diferenças:* analises das interações entre professoras e meninas e meninos que transgridem as fronteiras de gênero. Tese (Doutorado

em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. GEPEDISC – Culturas Infantis. II Seminário do GRUPECI II. Criança: a estrangeira. Rio de Janeiro.

HENDRICK, Harry. (2005) A criança como actor social em fontes históricas. Problemas de identificação e interpretação. In: CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison (Org.). *Investigação com crianças. Perspectivas e Práticas*, Porto: Edições Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.

IPIRANGA, Pedro. Entre macho e fêmea: Santas Travestidas na Antiguidade. (2010) *Revista Letras*, Curitiba, n. 80, p. 59-69, jan./abr. Editora UFPR.

JAMESON, Fredric. (1995). *As marcas do visível.* Rio de Janeiro: Graal.

JAVEAU, Claude. (2005). Criança, infância(s), crianças: que objetivo dar a uma Ciência Social da Infância? *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 379-389, maio/ago.

JENKS, Chris. (2002). Constituindo a criança. *Educação, Sociedade e Culturas* — Associação de Sociologia e Antropologia da Educação, Portugal, n. 17.

KAMITA, Rosana Cássia. (2006). *Luz e Sombra: relações de gênero no cinema*. In: KAMITA, Rosana C.; ASSIS, Gláucia de Oliveira; SILVA, Cristiani Bereta da Silva. Novos olhares, muitos lugares. Florianópolis: Ed. Mulheres.

_____. *O cinema e as relações de gênero pelas lentes de Ana Carolina*. In: TORNQUIST, Suzana C...(et al). (2009) Leituras da Resistência: corpo, violência e poder. Florianopolis: Editora Mulheres.

KIAROSTAMI, Abbas. (2004). Duas ou três coisas que sei de mim. O real, cara e coroa de Yossef Ishagpour. São Paulo. Editora Cosac & Naify; Mostra Internacional de Cinema de São Paulo, 2004.

KOHAN, Walter Omar. (org). (2010). *Devir-criança da filosofia.* Belo Horizonte: Editora Autêntica.

LISPECTOR, Clarice. (1994). *A via crucis do corpo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

LOURO, Guacira L. (2000) Cinema e Sexualidade. In.: Educação & Realidade, Dossiê Cinema e Educação, v. 33, n. 1.

LOURO, Guacira Lopes. (2002). *O corpo educado*: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica.

MOLLO-BOUVIER, Suzanne. (2005). Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 391- 403, maio/ago.

PASOLINI, Paolo. (1990). *Genariello: a linguagem pedagógica das coisas*. In LAHUD, M. (org.) Os jovens infelizes: antologia de ensaios corsários. São Paulo, Editora Brasiliense, 1990, p. 125-136.

PRADO, Patrícia Dias. (2006). *Contrariando a idade:* condição infantil e relações etárias entre crianças pequenas da educação infantil. Tese (Doutorado) — Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

QUINTEIRO, Jucirema. (2002). Sobre a emergência de uma Sociologia da Infância: contribuições para o debate. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 20, p. 137-162, jul./dez.

QVORTRUP, Jens. (2005). Macro-análise da infância.In: CHRISTENSEN, P; JAMES, A. (Org.). *Investigação com crianças:* Perspectivas e Práticas. Porto: Edições Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, p. 73-96.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. (1999) *A pesquisa em Educação Infantil no Brasil*: trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma pedagogia da Educação Infantil. Tese (Doutorado) — Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ROCHA, Glauber. (2006). *O século do cinema*. São Paulo, Ed. Cosac Naify.

ROSEMBERG, Fúlvia. (1996). Teorias de gênero e subordinação de idade: um ensaio. *Pro-Posições*, v. 7, n. 3 [21], p. 17-23, nov.

SILVA, Adriana A. (2005) *A poética* do cotidiano com Clarice Lispector: emergindo imagens. Dissertação de Mestrado. Instituto de Artes/UNICAMP, Campinas.

SILVA, Adriana A. (2014) *A Estética da Infância no Cinema:* poéticas e culturas infantis. Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas.

SCOTT, Joan Wallach. (1995). *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realida- de, Porto Alegre, v.20, n.2, jul./dez. p. 71-99.

SOARES, Carmen Lúcia. (2002). Cultura de movimento. *Revista do SESC/SP – Corpo, Prazer e Movimento*, São Paulo, p. 15-23, jan.

TARKOVSKI. Andrei. (2010). *Esculpir o Tempo.* São Paulo, Ed. Martins Fontes.

TRUFFAUT, François. (2005). *O prazer dos olhos: textos sobre o cinema.* Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar.

XAVIER, Ismail. (1984). *O discurso cinematográfico:* A Opacidade e a Transparência. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

_____. (1983). *A experiência do Cinema*. Rio de Janeiro. Editora Graal.

WERNECK, Alexandre. Osama. (2003) Revista de cinema *Contracampo,* 59.

Telenovela e políticas públicas de enfrentamento da violência: percepções de mulheres atendidas no cras em São Borja/rs –Brasil

Eliana Mourgues Cogoy
E-mail: elianacogoy@gmail.com

Resumo: As telenovelas são consideradas um dos programas de maior audiência no Brasil e vêm destacando importantes problemas do cotidiano. A pesquisa versa sobre telenovelas e políticas públicas de gênero. Objetivou analisar como estas repercutem no conhecimento da população em situação de risco social. Metodologicamente, esta investigação qualitativa buscou a inspiração dialético-crítica e possui como unidade de análise as mulheres atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Leonel Brizola, em São Borja/RS. Para a coleta de dados, realizou observação participante e entrevistas semiestruturadas, nas residências das participantes que assistiram a telenovela 'Salve Jorge'. A escolha desta novela se refere ao fato de ela ter abordado políticas públicas nacionais direcionadas às mulheres, como a Lei 12.015/09 (sobre tráfico de pessoas) e a Lei 11.340/06, mais conhecida como 'Maria da Penha' (que visa a aumentar o rigor das punições das agressões contra as mulheres quando ocorridas no âmbito doméstico ou familiar).

Palavras-chaves: telenovelas; políticas públicas; violência de gênero.

1. IntroduçãO

O presente trabalho é um desdobramento da tese de doutorado da autora e propõe uma análise a respeito da relação entre telenovela e políticas públicas, a partir da apreensão de mulheres em situação de risco social habitantes num município de fronteira localizado no extremo sul do Brasil. Parte-se do pressuposto de que as telenovelas brasileiras contribuem para a formulação de uma pauta de políticas públicas no país. Uma das hipóteses é de que as mulheres em situação de risco social percebem as telenovelas como um espaço de informação sobre as políticas públicas brasileiras. Para aprofundar este debate, buscou-se investigar de que modo as telenovelas brasileiras repercutem no conhecimento das mulheres em situação de risco social sobre as políticas gênero e sobre a formação da agenda pública.

O caminho metodológico estruturou-se a partir da pesquisa qualitativa em virtude do potencial de apreensão crítica da realidade. Os significados atribuídos pelos sujeitos à sua experiência social cotidiana permitem um desvelamento maior das relações raciais e dos mecanismos de dominação/exclusão inerentes à sociedade capitalista.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas que possibilitaram que as políticas públicas abordadas na telenovela "Salve Jorge" [1], mais associadas especificamente à condição de gênero feminino - o tráfico de pessoas e a violência contra a mulher -, a partir das temáticas relacionadas mediante a política de Segurança Pública e a Lei Maria da Penha, fossem analisadas a partir da percepção e da vivência de dezessete mulheres que participam do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS São Borja.

A relevância desta proposta consiste em analisar mulheres em situação de risco social, setor este com acesso restrito a uma pluralidade mais ampla de meios de informação. Além disso, a partir de uma primeira revisão bibliográfica sobre esta problemática, identificou-se uma baixa quantidade de investigações que relacionam as telenovelas com a formação de opiniões sobre as políticas públicas. Neste contexto, este trabalho busca diferenciar-se no enfoque conferido à política e ao método empregado para captar a voz e os discursos destas mulheres.

---

1 A telenovela «*Salve Jorge*» é de autoria de Glória de Perez e foi exibida no Brasil no período de outubro de 2012 a maio de 2013.

2. A construção metodológica da pesquisA

Para orientar a construção metodológica desta pesquisa, optou-se pela inspiração dialético-crítica, a qual se fundamenta na análise das relações antagônicas entre capital e trabalho, que geram a divisão social do trabalho, a exploração e a alienação. Gadotti (2003) explica que em cada processo de desenvolvimento de um fenômeno ou coisa existe sempre uma contradição que é a principal, cuja existência determina a de outras. Através do conflito entre capital e trabalho surge um conjunto de problemas sociais, políticos e econômicos que originam a questão social.

A análise de qualquer processo das relações sociais, seja associada à miséria, fome, desemprego, violência ou outros, pressupõe a apropriação dos cenários que antecederam a esta realidade, através do resgate histórico das transformações que compõem o processo produtivo capitalista e suas consequentes crises. O método de investigação dialético-crítico possibilita a compreensão dos novos problemas que se apresentam na sociedade contemporânea, decorrentes de questões da atualidade como: a revolução tecnológica, a globalização e outras. A postura dialética estimula a compreensão da realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação, construída por sujeitos históricos. Como afirma Kosik (1976), o homem conhece a realidade na medida em que cria e se comporta, antes de qualquer coisa, como ser prático.

A investigação se caracteriza do tipo qualitativa e teve como unidade de análise as mulheres integrantes do Grupo de Convivência pertencente ao Centro Referência de Assistência Social – CRAS Leonel Brizola, em São Borja/RS.

O Município de São Borja foi emancipado em 21/05/1882 e localiza-se no oeste do Rio Grande do Sul, com uma população estimada de 64.820 habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), distribuídos em uma área de 3.371,051 Km². Limita-se ao Norte com a cidade de Garruchos e com a República Argentina; ao Sul, faz fronteira com as cidades de Maçambará e Itaqui; a Leste, com as cidades de Itacurubi e Santo Antônio das Missões, e a Oeste, com a cidade de Santo Tomé na Argentina (divisa demarcada pelo Rio Uruguai).

No que se refere ao órgão gestor da política pública de Assistência Social no âmbito municipal de São Borja, existe a Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Cidadania - SMTASC. A SMTASC possui cinco Centros de Referência em Assistência Social, sendo eles: CRAS – Arneldo Matter, CRAS - Centro, CRAS - Leonel Brizola, CRAS - Paraboi e CRAS – Passo, todos para a prestação de serviços socioassistenciais de proteção social básica para famílias e indivíduos da comunidade são-borjense. O principal serviço ofertado pelos CRAS está relacionado ao Programa e Atendimento Integral à Família (PAIF), o qual almeja fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

No município de São Borja, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Brizola está referenciado territorialmente por sete bairros: Umbu, Itacherê, Vila Cabeleira, Vila Jaguari, Vila São Francisco, Vila Aparício Sampaio e Leonel Brizola. Esta condição de 'territorialização' constitui-se um dos eixos fundantes e estruturais da constituição da identidade do CRAS. Estes bairros são distantes do centro e com pouco acesso a serviços públicos tais como: creches, transporte urbano, atendimento à saúde pública e saneamento básico.

O CRAS Leonel Brizola teve sua inauguração em 1º de fevereiro de 2008. Sua estrutura é constituída de imóvel próprio, entretanto, o espaço é compartilhado com o Centro de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS, ou seja, algumas instalações são de uso comum.

O Grupo de Convivência de Mulheres do CRAS Leonel Brizola teve seu início em 2013, como o propósito de ser destinado às mulheres dos sete bairros já referidos acima e objetiva proporcionar o fortalecimento de vínculos, através de cada encontro, estimulando as relações de convivência, experiências, a autoestima, a troca de informações, buscando assim o alcance da dignidade e da cidadania. Ele é coordenado por uma assistente social que a cada encontro realiza uma dinâmica diferente: algumas vezes ocorrem palestras, outras, orientações, sempre com vistas à organização familiar e comunitária. Deste grupo, foram entrevistadas as mulheres que assistiram a telenovela 'Salve Jorge' e aceitaram fazer parte desta pesquisa.

Quanto à escolha de 'Salve Jorge', refere-se ao fato desta telenovela ter abordado políticas públicas nacionais direcionadas às mulheres, como a Lei 12.015/09 (sobre tráfico de pessoas) e a Lei 11.340/06, mais conhecida

como 'Maria da Penha' (que visa a aumentar o rigor das punições das agressões contra as mulheres quando ocorridas no âmbito doméstico ou familiar).
Na realidade brasileira se faz importante destacar que atualmente a principal ferramenta de enfrentamento da violência doméstica contra mulheres foi alcançada a partir da criação da Lei nº 11.340/06 – Lei Maria da Penha. É a partir dela que as mulheres passaram a ser amparadas por incontáveis instrumentos e serviços para garantir seus direitos e a atenção nas situações de violência.
A Lei Maria da Penha é um dispositivo legal brasileiro que busca aumentar o rigor das punições das agressões contra as mulheres quando estas ocorrem no âmbito doméstico ou familiar. Inclusive cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Também dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal. Ao mesmo tempo, alterou o Código Penal com a introdução do parágrafo 9º do Art. 129, possibilitando que agressores das mulheres no âmbito doméstico ou familiar sejam detidos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada. Estes agressores tampouco poderão mais ser mais punidos com penas alternativas. A legislação aumenta o tempo máximo de detenção previsto de um a três anos, e prevê medidas que partem desde a remoção do agressor do domicílio até a proibição de sua aproximação da mulher agredida.
A Lei 11.340/06 dispõe a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Conforme a seu artigo 5º, a Lei Maria da Penha configura como violência doméstica e familiar contra mulher a "qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial".
Durante os anos 2009 e 2010, Carneiro & Fraga (2012) realizaram uma pesquisa documental na qual mapearam os casos de violência doméstica em São Borja, através dos registros na Delegacia de Polícia Civil e no Fórum da Comarca deste município, correspondentes aos crimes demarcados na Lei Maria da Penha. Os dados obtidos revelaram que do total de 1.068 ocorrências, 610 foram instauradas, ou seja, resultaram em investigações. A vítima denuncia, mas interrompe o processo muitas vezes por fragilidade emocional, falta de apoio da família e dos filhos, dependência econômica, dependência afetiva, entre outras (Carneiro & Fraga, 2012). Além disso, as autoras constataram a impunidade dos agressores frente aos crimes praticados, pois muitas vezes terminam não sendo processados. Esta realidade se encontra tanto em São Borja como em outras cidades do país.

3. Procedimentos metodológicos

Buscou-se neste estudo investigar como as telenovelas brasileiras repercutem no conhecimento da população em situação de risco social acerca das políticas públicas. A unidade de análise foram as mulheres em situação de risco social atendidas pelo CRAS Leonel Brizola (São Borja/RS), que assistiram a telenovela 'Salve Jorge'. E a escolha de pesquisar um grupo de 'risco social' parte da compreensão adotada por Yazbek (2001), na qual risco social é tratado como a probabilidade de ocorrência de um evento que cause dano, geralmente, rupturas, como: familiar, violação de direitos, e está associado ao aumento da pobreza, das desigualdades e vulnerabilidades sociais. No que se refere à preferência por ser a partir de um público atendido por um 'CRAS', justifica-se por ser um serviço socioassistencial da gestão de política pública de assistência social, no âmbito municipal.
Conforme Lopes e Silva (2007), as telenovelas muitas vezes são importantes, inclusive ou também no entendimento de direitos e deveres que fazem parte da formação da cidadania em todo o país.

> Abordar a telenovela como recurso comunicativo é identificá-la como narrativa na qual se conjugam ações pedagógicas tanto implícitas quanto deliberadas que passam a institucionalizar-se em políticas de comunicação e cultura no país. Em outros termos, é reconhecer a telenovela como componente de políticas de comunicação/

> cultura que perseguem o desenvolvimento da cidadania e dos direitos humanos da sociedade (LOPES, 2009: 32).

Desta forma, investiga-se como a telenovela enquanto recurso comunicativo poderá ampliar sua função para além da condição de entretenimento, mas também como ferramenta para promover cidadania e políticas públicas. Entende-se que políticas públicas são diretrizes, ou seja, princípios norteadores de ação do poder público, que estabelecem regras e procedimentos para as relações entre este e a sociedade. Alguns conceitos abarcam o estudo que analisa o governo à luz de grandes questões públicas ou conjunto de ações do governo e outros como a soma das atividades do governo, etc.

> Assim, do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. [...] políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí porque qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. (SOUZA, 2006: 25)

Reside aí o interesse de tantas áreas de conhecimento - como sociologia, antropologia, ciência política, geografia, entre outras - pesquisar sobre este tema, fato este que certamente tem contribuído para os avanços teóricos e empíricos.

A primeira etapa da pesquisa consistiu no levantamento bibliográfico sobre o tema, como políticas públicas, desigualdade social e, inclusive, estudar sobre telenovela na perspectiva das temáticas sociais - por se tornar uma área nova de conhecimento para o Serviço Social.

A etapa seguinte foi a aproximação ao campo de investigação. Conhecer o Grupo de Convivência – CRAS Leonel Brizola. Para tanto, a primeira providência foi solicitar formalmente a autorização institucional, o consentimento para a realização do estudo. Uma vez autorizada a pesquisa pela Secretária de Assistência Social do Município, deu-se início às atividades de coleta de informações.

A terceira etapa foram as observações realizadas no trabalho de campo, denominadas de 'observações participantes'. Gil (1999) explica que esta prática de observação foi introduzida na pesquisa social pelos antropólogos, no estudo das chamadas "sociedades primitivas" e, a partir daí, passou a ser utilizada também por eles nos estudos de comunidades e de subculturas específicas. Para o autor, a observação participante:

> Consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo, ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo (...) se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo (GIL, 1999: 113).

Na primeira vez, foram explicados os objetivos da pesquisa, os procedimentos a serem adotados para a coleta de dados, a liberdade em participar ou não, o sigilo das informações – compromisso ético, expresso no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Após a participação em alguns encontros, deu-se início às entrevistas. Ao todo foram 17 mulheres entrevistadas, com as gravações autorizadas, a fim de serem posteriormente transcritas, categorizadas e analisadas pela pesquisadora. Utilizou-se de entrevista semiestruturada tendo em vista que esta consiste num dos principais meios que tem o pesquisador para realizar uma coleta de dados. Triviños apresenta a definição deste tipo de entrevista afirmando que

> Podemos entender por entrevista semiestruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante

(1987: 146).

Durante o processo das entrevistas se reconhece que as perguntas fundamentais são elaboradas a partir do embasamento teórico, porém, no decorrer das respostas obtidas, novas questões foram acrescentadas para a contribuição do trabalho.
No processo de análise dos resultados, os diferentes dados coletados foram organizados e sistematizados para possibilitar seu exame a partir dos objetivos propostos. As informações obtidas no levantamento de dados e na coleta de documentos foram trabalhadas com base nos procedimentos da análise auxiliares do método dialético.

4. Alguns resultados

Ao todo, foram 17 entrevistas, todas realizadas nas residências das participantes que assistiram a telenovela 'Salve Jorge'. Seguem abaixo algumas características principais das entrevistadas:
- 70% das mulheres entrevistadas possuem idade entre 30 e 49 anos;
- 76% das mulheres possuem o ensino fundamental incompleto. O estudo verificou que, deste percentual, 50% estudaram apenas até a 5ª série. Há ainda 18% que nunca estudaram e 6% que estão em curso técnico;
- 76% se afirmam como responsáveis pelos cuidados 'do lar';
- 41% afirmam receber menos de 01 salário mínimo nacional; 41% recebem em média 01 salário mínimo mensal; 12% não souberam informar e 6% garantiram que sua renda familiar era mais que um salário mínimo (neste caso, o número de pessoas na família era bem superior às demais entrevistadas). Constatou-se que esta pergunta também sempre causava certa incerteza e, por vezes, certo desconforto;
- 59% das entrevistadas não se consideram a 'chefe da família', porém, 41% sim. Este dado revela um índice bem aproximado, ou seja, mesmo que a mulher muitas vezes não seja a 'provedora' dos recursos financeiros, há um indicativo de 'autoridade feminina'. Em algumas falas nas entrevistas foi possível detectar a fala "*quem manda aqui sou eu*" por parte das mulheres. Outro fator possível ser analisado é que o Programa Bolsa Família prioriza as mulheres como responsáveis pelo recebimento do benefício. Talvez isso possa reforçar essa identidade;
- 47% vivem com até 04 pessoas em casa; 24% 05 ou mais pessoas; 17% 03 pessoas e 12% apenas 02 pessoas. Estes dados revelam que a maioria não possui uma família extensa; em média, poderia se dizer, compõem a família o casal e dois filhos;
- 94% das entrevistadas não possui filiação a nenhum partido político;
- 59% das mulheres entrevistadas nunca participaram de campanhas eleitorais e 41% sim. Destas, 83% envolveram-se na campanha para receber algo em troca, seja através de remuneração financeira ou cestas básicas. Apenas 17%, o que corresponde a 01 pessoa, teve a sua participação espontânea.
- 88% das entrevistadas não participam de atividades de associação comunitária, apenas 12% sim. O propósito desta pergunta era verificar o associativismo como forma de participação no bairro, na vida em comunidade e nas ações coletivas que dela resultam;
- 47% participam do CRAS há aproximadamente três anos; 24% há mais de quatro anos; 17% há dois anos; e 12% há um ano. Conclui-se que a grande maioria, no mínimo, está há mais de três anos participando, tempo suficiente para criar vínculos e conhecer as atividades propostas;
- 82% recebem Bolsa Família e 18% não. Os valores variam de R$ 32,00 a R$ 306,00 de acordo com a renda mensal da família por pessoa, com o número de crianças e adolescentes de até 17 anos e o número de gestantes e nutrizes componentes da família;
- 64% são evangélicas; 24% da Umbanda e 12% se dizem Católicas. Há, portanto, uma predominância na religião evangélica;
- 76% se afirmam casadas ou vivem com companheiros; 12% solteiras; 6% viúvas e 6% divorciadas;
- 100% das entrevistadas possuem televisão; 88% têm rádio e 24% têm computador, sendo que destas, apenas 01 com acesso à internet;
- 88% vivem em casa construída de alvenaria e apenas 12% em casa de madeira.

A seguir serão apresentadas as narrativas das entrevistadas a respeito de como as telenovelas repercutem no conhecimento delas acerca das políticas públicas, mais especificamente, sobre tráfico de pessoas (Lei 12.015/09) e a 'Maria da Penha' (Lei 11.340/06).

> Eu acho que ela foi assim, uma novela para as pessoas acordarem sobre a realidade das coisas, porque ali tinham muitas coisas que aconteciam na novela, que geralmente, acontece na vida real, sobre tráfico de pessoas, a violência contra mulher, essas coisas, ela serviu como um alerta, porque às vezes as pessoas acham que não acontecem certas coisas, e a novela dá a entender que tem muita coisa acontecendo na vida real. (Entrevistada 08)

Na fala desta entrevistada, identificou-se o quanto a telenovela 'Salve Jorge' foi importante para 'alertar', 'acordar', 'mostrar a realidade'. Este mesmo depoimento também aparece na visão desta outra resposta:

> Bem, é uma novela que ensinou muita coisa, sobre as coisas que acontecem, sobre os tráficos, não só de mulheres e de crianças, como também tinha tráfico de drogas, e também sobre como a polícia age […]. Eu acho que é isso, que eu não pude assistir muito, mas o que deu para mim [sic] assistir foi isso. (Entrevistada 09)

Esta entrevistada também comentou a respeito do tráfico que acontece não somente com as mulheres, mas com crianças e drogas, e a telenovela 'Salve Jorge' procurou também explorar isto em suas cenas. Além disso, identifica-se que a entrevistada percebe a ação da Política de Segurança Pública sendo executada mediante a atuação da Polícia Federal. Também foram colhidos alguns depoimentos como este: "Sobre esse tráfico de mulher, eu não sabia" (Entrevistada 16). Isto demonstra que a telenovela como recurso comunicativo (LOPES, 2009) é capaz de servir para o cidadão, no sentido de perseguir o desenvolvimento da cidadania e dos direitos humanos da sociedade.

No que se refere ao fato da novela Salve Jorge auxiliar no esclarecimento sobre a exploração sexual de mulheres, seguem alguns depoimentos das entrevistadas:

> Ajudou bastante porque as mulheres se alertaram mais, e ajudou bastante elas, porque a polícia também fez a parte deles, ajudou bastante, pelo menos tá avisando ali, se elas olhassem a novela, vai ajudar bastante, para se alertar […]. A gente já é ressabiada de tanta coisa, eu falo muito para minha guria, que não pegue nada de ninguém, quando chama também não vai, que a gente não sabe, as pessoas têm muita maldade, e eu já sou ressabiada, eu vejo os carros, e já olho muito a novela, daí a gente já fica esperta. (Entrevistada 10)

Para essa outra entrevistada, mais uma vez a atuação da Polícia Federal é destacada, assim como o 'alerta' dos riscos da rede de exploração sexual, abordados através da telenovela 'Salve Jorge'. Também se indagou sobre a percepção sobre as campanhas de prevenção sobre a exploração sexual e o fato de conversar sobre isso com alguém. Destaca-se o seguinte depoimento:

> Sim. Já conversei com a minha filha, observei através da televisão mesmo, que a gente assiste, que a gente acompanha noticiários, que eu gosto muito de acompanhar, os disque denúncia eu vi, a gente conversa bastante, quando ela pode vim [sic] de lá da cidade onde ela mora, que ela mora em Canoas, ela vem e a gente conversa muito, e ela sempre fala, que lá tem muita gente que foi trabalhar para lá, e não conseguiu, se tornaram prostitutas, lá mesmo onde ela está, ela sabe, pessoas que trabalham com ela, no trabalho dela, sabe, que trabalham de dia e à noite vão para prostituição. Aqui

> no bairro até que não tenho conhecimento, mas a gente sabe que tem. (Entrevistada 08)

Para esta entrevistada, a televisão é um canal importante de informação, ela observa as campanhas, está ligada aos anúncios do tipo 'Disque-denúncia', procura conversar com sua filha no sentido de alertá-la quanto aos perigos existentes em uma cidade de maior porte, como a cidade onde a filha vive atualmente.
Em outro depoimento, identificou-se que, nos encontros do Grupo de Convivência do CRAS Leonel Brizola, comentários sobre assuntos relacionados à telenovela, no caso, 'Salve Jorge', tornaram-se comuns:

> Cada uma contava um pouco da novela, nós conversamos, sim, sobre a novela, se comentava sobre o tráfico de mulheres, sobre exploração, cada um contava uma coisa. Conversavam bastante sobre novela, sempre conversam, sobre assuntos atuais, quando acontece alguma coisa, sempre estão comentando, entre as mulheres, coisas que acontecem. (Entrevistada 15)

Evidencia-se neste espaço a riqueza de se aproveitar momentos como este para explorar aquilo que faz parte do cotidiano destas pessoas, do seu momento de não-trabalho e de captação de informações que recebem mediante a telenovela, para se debater a respeito daquilo que envolve o acesso à cidadania de maneira geral.
Na telenovela 'Salve Jorge', a Lei Maria da Penha também foi abordada em dois momentos. O primeiro, logo no início da novela, pela personagem Morena (Fernanda Costa) e, posteriormente, pela personagem Lívia Marini (Cláudia Raia). As entrevistadas manifestaram os seguintes depoimentos:

> Eu mesma já tinha uma denúncia, porque faz praticamente oito anos que eu estou separada, e foi por aí, foi por agressão, que eu me separei, inclusive eu guardei os papéis, estão tudo guardado [sic], eu tenho tudo. Sim, eu me senti bem, mas na verdade, as mulheres, elas têm medo, sabe, por mais que elas sofram, elas preferem sofrer do que [sic] denunciar, medo, vergonha, ressentimento, até mesmo pela autoestima da pessoa. Sim, de maneira geral, foi uma novela importante. Eu nunca pensei que fosse me separar, mas depois de vinte anos de casada, eu consegui, para mim eu me sinto melhor agora do que quando eu era casada, e a novela me ajudou, me deu coragem, para pedir, para denunciar, para lutar por mim mesma, no caso seria a violência, a bebida, essas coisas, assim, isso me ajudou muito, me ajudou, bastante. Eu procurei a Maria da Penha! (Entrevistada 08)

Na percepção dessa entrevistada, a telenovela 'Salve Jorge' foi importante, e fez questão de ressaltar que ela própria já fez uso da Lei Maria da Penha. Na sua opinião, falta coragem às mulheres que são vítimas da violência, mas, no seu caso, a telenovela a ajudou muito para tomar a iniciativa.

> Só na televisão, mesmo, que a gente vê que as mulheres vão dar parte, daí os maridos vão lá e matam as mulheres [...] dá direto isso aí, quase todos os dias dá, que elas têm medida, dão parte de tudo, e depois os maridos vão e matam ou atiram azeite, é horrível o que fazem com as coitadas, das próximas. Eu acho que essa novela tratou bem o assunto do tráfico, da prostituição, tudo, sabe, eu achei superboa a novela, sabe, porque ela tratou tudo os assuntos que estão atuais, eu achei que ela tratou das coisas que estão acontecendo, na vida real mesmo, muita gente não sabia, eu própria não sabia que podiam fazer isso com as pessoas. (Entrevistada 15)

Para essa outra entrevistada, a denúncia e a efetividade da Lei Maria da Penha no combate à violência doméstica e contra a mulher ainda é coisa de 'televisão'. Ela acredita que o tema foi bem tratado e os assuntos são atuais, assim a expressão adotada: "Eu própria não sabia que podiam fazer isso com as pessoas" (entrevistada 15).

Ressalta-se ainda o comentário realizado por esta entrevistada: "Eu acho que sim, tem alguma coisa, tipo, essa Lei Maria da Penha, coisa que a gente não sabe que passa na novela e a gente aprende". (Entrevistada 09). Percebe-se, novamente, o quanto a telenovela, no caso, 'Salve Jorge', pôde contribuir para o conhecimento desta população acerca destas questões neste espaço investigadas. Na fala abaixo, aparece também outro fator interessante, ligado à concepção de direito:

> a mulher também tem que ter direito, tem que ter não, tem direito, só que muitas vezes, essas mulheres apanham, mas não procuram a lei, parece que elas gostam de apanhar. (Entrevistada 02)

Neste caso, há uma afirmação por parte da entrevistada que enfatiza a condição de "direito" e ao mesmo tempo, uma indignação que se refere ao fato das mulheres que não denunciam. No entanto, o ato de 'denunciar' aparece nas falas abaixo:

> Conheço algumas pessoas que já fizeram essa denúncia (risos). Ajuda dependendo da mulher, se a mulher tem atitude daí ajuda, mas se não tem, nem adianta fazer, porque se é para ir lá e denunciar e dois ou três dias estar junto de novo, que nem se apresente para denunciar! (Entrevistada 16).

Como se observa, a entrevistada ressalta no seu discurso a necessidade da 'atitude' para a denúncia, porém também expressa sua indignação, uma vez que "dois ou três dias estão junto de novo". Mostra que a Lei existe para proteger a mulher, mas ela mesma acaba por retornar a condição de submissão à condição de violência doméstica.

Considerações finais

A telenovela, a partir do momento em que começou a introduzir os conteúdos sociais, passou a ocupar um importante espaço de informação que muitas vezes relacionam-se a cidadania e políticas públicas.

O estudo possibilitou a compreensão de que a Lei Maria da Penha é bem mais próxima da realidade dessas mulheres do que a abordagem sobre o tráfico de pessoas. Isto vai ao encontro do que é revelado por outras pesquisas quanto às informações de que sobre a primeira questão há um desconhecimento maior e algumas vezes até receio em falar sobre o assunto.

No que se refere à Lei Maria da Penha, os discursos das entrevistadas revelaram por unanimidade, a familiaridade sobre no que consiste esta proteção legal, algumas com relatos de experiência e outras até com expressões de indignação frente à condição da mulher que interrompe o inquérito e retorna ao convívio com o agressor.

Por fim, as mulheres entrevistadas, as quais são usuárias da Política de Assistência Social, demonstraram estar sintonizadas com as informações que recebem através da mídia, no caso, a telenovela. Isto representa que nos próprios grupos de atendimento, nas conversas informais, o que passa nas telenovelas é comentado e socializado entre os participantes, tornando-se uma possível ferramenta de abordagem para os trabalhadores sociais. Daí a importância de se pensar que o trabalho preventivo, tanto na questão da violência de gênero quanto nas demais esferas que tangenciam outras questões relacionadas aos direitos de justiça e equidade, também perpassam novos caminhos a serem elaborados, utilizando a telenovela como recurso comunicativo para o processo orientação e conscientização.

Referências

Brasil. (2006). *Lei Maria da Penha*. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República.

_____. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848/40. Disponível em: http://www.senado.gov.br/sicon/index.jsp. [consultado em 03-03-2012].

_____. (2012). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas sobre o PAIF* - Vol. 2 Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF.

_____. (2009). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas*: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: MDS.

Carneiro, A. A.; Fraga, C. K. (2012). "A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: da violência denunciada à violência silenciada". *Serviço Social e Sociedade*. Cortez. pp. 369-397

Gadotti, M. (2003). *Concepção Dialética da Educação*. Um estudo introdutório. São Paulo: Cortez.

Gil, A. C. (1999) *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Altas.

Kosik, K. (1976). *Dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra.

Lopes, M. I. V. (2009). "Telenovela como recurso comunicativo". *Matrizes*. pp.21-47.

Lopes, D. B.; Silva, L. A. P. (2011). *Cidadania e novela: a midiatização de questões sociais em horário nobre*. Disponível em: http://projeto.unisinos.br/midiaticom/conteudo/artigos/2007/artigos_externos/Artigo_DanielBarsiLourdesSilva.pdf. [consultado em 12-09-2011].

Souza C. (2006). "Políticas Públicas: uma revisão da literatura". *Sociologias*. Porto Alegre. Ano 8 nº 16, pp. 20-45.

Triviños, A. N. (1987). *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação*. São Paulo: Atlas.

Yazbek, M. C. (2001). "Pobreza e exclusão: expressões da questão social no Brasil". *Revista Temporalis*, Brasília: ABEPSS. pp.33-40.

Violência de gênero no Brasil, Portugal e Moçambique

Martim Cabeleira de Moraes Júnior
moraes51@terra.com.br

Marlene Inês Spaniol
marlenespaniol@hotmail.com

Resumo: Trata-se de uma comparação das políticas de prevenção e repressão à violência doméstica, através da análise de dados dos países: Brasil, Portugal e Moçambique. A análise trabalha com dados, políticas de prevenção e organização da sociedade para entender e romper as dinâmicas sociais de tratamento desigual em relação às questões de gênero. O método está baseado em análise quantitativa e qualitativa dos dados disponíveis nos três países estudados. No Brasil, a ênfase foi nas redes de atendimento às mulheres vítimas de violência através da sala lilás e patrulhas policiais chamadas – Maria da Penha –, práticas premiadas com o – Prêmio Governarte - A Arte do Bom Governo –, do BID, que fomenta um novo olhar na forma de se fazer políticas públicas, impulsionando o empoderamento das mulheres, além de fortalecer a erradicação da violência de gênero. O Trabalho é parte de uma pesquisa para tese de doutorado em Ciências Sociais.

Palavras-chave: Violência de gênero, políticas públicas de prevenção, Brasil, Portugal, Moçambique

Introdução

O presente artigo visa fazer uma análise comparativa da violência de gênero no Brasil, em Portugal e em Moçambique, países de língua portuguesa, e que apresentam estatísticas consideraveis destes delitos em seus países.

O texto decorre de pesquisa exploratória autônoma desenvolvida pelos autores que estão tratando do tema: violência doméstica. Esta pesquisa autônoma pretende produzir um livro que trate de maneira comparativa os países da América latina, bem como os países de língua portuguesa no mundo, para servir, ao mesmo tempo de uma espécie de survey, bem como levantar algumas hipótes acerca da violência doméstica no mundo.

Inicialmente o assunto violência no ambiente doméstico parece ser algo mais próprio de países com problemas mais graves de pobreza e desigualdade, porém, pelos dados analisados de uma maneira global, perecebe-se que a questão é mundial.

Primeiramente vai se tratar de alguns conceitos importantes acerca da violência de gênero e, ao final se pretende trazer e analisar alguns dados comparativos destas incidências nestes 3 países.

A ideia do texto é aproximar os interlocutores das principais conclusões e hipóteses que estão sendo estudadas pelos autores do trabalho.

Porém o objetivo principal do texto é produzir um estranhamento sobre os olhares que toda comunidade acadêmica está fazendo sobre o tema estudado, com o objetivo de produzir intensos debates sobre os seguintes aspectos:

- Conceitos e tipologias de violência doméstica;
- A frequência de vitimização;
- Os custos sociais, psicológicos e financeiros decorrentes;
- As possibilidades de rompimento da lógica do enfrentamento de violência através dos órgãos de polícia e do judiciário.

1. A violência de gênero nos dias atuais: conceitos importantes

Ao longo da história, a desvalorização da mulher, considerada como gênero feminino, esteve enraizada na sua diferença sexual e biológica, reservando a ela inicialmente espaços distintos, bem longe do mundo da ciência. Foi ao longo de décadas vista como um ser inferiorizado, sexual e intelectualmente, restando-lhe em muitas culturas apenas o mero papel de "dona de casa", questão hoje em dia já ultrapassada.
Ao conceituar gênero, Saffioti (2004, p. 44-47) refere que "a expressão violência doméstica costuma ser empregada como sinônimo de violência familiar e, não raramente, também de violência de gênero". A autora destaca que o conceito de gênero é aberto, caracterizando-se na construção social do masculino e do feminino. Ainda referindo-se ao conceito de gênero no Brasil, Saffioti descreve a ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres, destacando que este se alastrou rapidamente na década de 1990.

> [...] Nem todos os bons dicionários seguem a mesma linha do escolhido por ela. *The Concise OXFORD Dictionary* chega a registrar gênero como o sexo de uma pessoa, em linguagem coloquial. Para manter o rigor conceitual, entretanto, pode-se adotar a expressão categorias de sexo para se fazerem referências a homens e a mulheres como grupos diferenciados, embora a gramática os distinga pelos gêneros masculino e feminino e apesar de o gênero dizer respeito às imagens que a sociedade constrói destes mesmos masculino e feminino. Neste sentido, o conceito de gênero pode representar uma categoria social, histórica, se tomado em sua dimensão meramente descritiva, ainda que seja preferível voltar à velha expressão categoria de sexo (Saffioti, 1969a, 1977). Uma das razões, porém, do recurso ao termo gênero foi, sem dúvida, a recusa do essencialismo biológico, a repulsa pela imutabilidade implícita em "a anatomia é o destino", assunto candente naquele momento histórico. (SAFFIOTI, 2004, p.110).

A violência é um termo polissêmico, ou seja, tem muitos significados, e o seu uso aponta para as formas diferenciadas de constrangimentos, coações ou agressões. Nesse sentido, o conceito de violência doméstica na Lei Maria da Penha é bastante abrangente, trazendo no texto do art. 5º a sua configuração como "*violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial*".
Destaca, também, o texto legal que o âmbito da unidade doméstica compreende o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas. Já o art. 7º da Lei nº. 11.340/06 descreve a forma como se concretiza a violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras, nos seguintes termos:

> I - a *violência física*, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
> II - a *violência psicológica*, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, [...];
> III - a *violência sexual*, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força, [...];
> IV - a *violência patrimonial*, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
> V - a *violência moral*, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006, Art. 7º, § I-V).

Importante conceituar, também, os termos "violência" e "violência de gênero" para compreender o alcance de cada uma das expressões. Sobre o tema Michaud (1989) alude que:

> Há violência quando, muma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. (MICHAUD, 1989, p.10).

Por sua vez, a violência de gênero é conceituada por Strey (2004, p. 13) como aquela que "*incide, abrange e acontece sobre/com as pessoas em função do gênero ao qual pertencem. Isto é, a violência acontece porque alguém é homem ou é mulher. Em outro conceito rápido a autora diz que violência de gênero seria a violência de homens praticada sobre mulheres*", ressaltando que se trata de uma questão complexa e interminável.
Já para Joan Scott (1995) gênero é uma categoria útil de análise histórica e define que:

> **Gênero** tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão interrelacionados, mas deverm ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: **(1)** o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e **(2)** o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. [...] Como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas, **o gênero implica quatro elementos interrelacionados**: **em primeiro lugar**, **os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas** – Eva e Maria como símbolos da mulher, [...] **Em segundo lugar, conceitos expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas** e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino. [...] **O terceiro aspecto das relações de gênero consiste** no desafio da nova pesquisa histórica em fazer explodir esta noção de fixidez, **em descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero**. [...] O **quarto aspecto** do gênero **é a identidade subjetiva** [...]. (SCOTT, 1995, p. 86-87). (Grifou-se).

Santos (2009, p. 141-152) descreve que os fenômenos da violência difusa adquirem novos contornos, disseminando-se por toda a sociedade. Destaca que entre a multiplicidade de formas de violência presentes nas sociedades contemporâneas está a violência de gênero, onde as mulheres são amplamente vitimizadas em relação aos homens. O autor ressalta, no conceito de violência difusa, que:

> [...] As diferentes formas de violência, presentes em cada um dos conjuntos relacionais que estruturam o social, podem ser explicadas se compreendermos **a violência como um ato de excesso, qualitativamente distinto, que se verifica no exercício de cada relação de poder presente nas relações sociais de produção do social. A ideia de força, ou de coerção, supõe um dano que se produz em outro indivíduo ou grupo social, seja pertencente a uma classe ou categoria social, a um gênero, a uma etnia, a um grupo etário ou cultural.** Pode-se verificar empiricamente na sociedade brasileira a seletividade social das vítimas: trabalhadores urbanos, moradores de bairros populares, pais, crianças, mulheres, jovens, negros, índios. Do sexo masculino: acidentes de trânsito, homicídios, armas de fogo; jovens e adolescentes: abuso sexual, violência doméstica (contra crianças, idosos, mulheres): contra crianças, castigos corporais e maus tratos; **violência sexual**

> **contra as mulheres e o aumento do registro da violência doméstica**. (SANTOS, 2009, p. 148). (Grifou-se).

Segundo referem Vicensi e Grossi (2012), a violência contra as mulheres é um dos temas mais veiculados na sociedade contemporânea e perpassa o seu cotidiano na família, desde o seu papel de provedora do lar até a busca de atendimento na rede de proteção contra a agressão sofrida, e finalizam artigo escrito sobre o tema afirmando que:

> A violência contra mulheres está inserida em uma teia de relações sociais, institucionais e culturais que reproduzem os papéis tradicionais de gênero. [...] A partir do momento que a violência contra as mulheres começa a se configurar como um problema social e de saúde pública no Brasil, as articulações dos movimentos feministas e de mulheres passam a ser vistos como fundamentais para as ações e políticas sociais destinadas ao enfrentamento das violências contra as mulheres. [...] Para as políticas públicas serem eficazes, elas precisam ser horizontais, ou seja, articular os diversos setores da sociedade, responder às demandas locais e envolver a sociedade no processo de desconstrução de discursos que mantêm e reproduzem as desigualdades entre homens e mulheres. (VICENSI; GROSSI, 2012, p. 154-155).

As políticas públicas e as redes de atendimento também são abordadas por Negrão (2004, p. 215-258), ao referir que pensadores e gestores ancoram-se na necessidade de desenvolver políticas públicas com visão não fragmentada, mas que, não raras vezes, ocorrem nós e rupturas neste apoio às mulheres, tornando falho o auxílio estatal de apoio às vítimas de violência de gênero.

Sobre a falta de proteção estatal em rede e de políticas públicas eficientes, Azevedo e Craidy (2011, p. 38) salientam que "*a falta de uma rede de atendimento que ligue as instituições com a área da saúde e que proporcione serviços e atendimento tanto às vítimas quanto aos agressores, dificulta a solução de grande parte da demanda*". Destacam, ainda, que tanto integrantes do judiciário quanto profissionais da segurança pública reconhecem a necessidade de tratamento médico e psicossocial para as vítimas e agressores que costumam atender diariamente no exercício das suas profissões.

A seguir será analisada a violência de gênero no Brasil, com destaque para a entrada em vigor da Lei Maria da Penha.

2. A violência de gênero no Brasil e o atendimento às vítimas

No Brasil pode-se dizer que houve um marco divisório com a entrada em vigor da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/06), pois esta representou uma grande mudança na forma como o Estado passou a tratar determinadas condutas praticadas contra as mulheres; ações estas merecedoras de uma maior reprimenda e que, a partir do início da vigência deste diploma legal, passaram a ser tratadas com maior rigor penal no Brasil, destacando que o Estado do Rio Grande do Sul, que sempre apresentou altos índices de violência de gênero, foi o último que aderiu ao Pacto *Nacional* de enfrentamento à violência contra a mulher.

O artigo 10 da Lei n. 11.340/2006 diz que a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis nos casos de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher ou da sua iminência, sendo que os altos índices estatísticos de violências e agressões comprovam essa ação policial como os apresentados na tabela 1, por exemplo, que totalizaram 4.489 mulheres visitadas pelas Patrulhas Maria da Penha por terem sido vítimas de violência doméstica, ou ainda, o estudo sobre femicídio: um tema em debate da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, que identificou 50,4 da autoria destes delitos nos maridos ou companheiros, 25,5% por ex-companheiros, ou ex-maridos, justificando a necessidade de se difundir e ampliar o alcance da lei. (RELATÓRIO LILÁS, 2014, p.20).

Antes da vigência da Lei Maria da Penha, aplicava-se a Lei nº. 9.099/95 aos agressores de mulheres, sendo visto e julgado naquela época apenas como "*mais um delito de menor potencial ofensivo*" do qual não cabia prisão em flagrante e cuja penalização ao agressor normalmente limitava-se ao pagamento de cestas básicas. Nestes casos a autoridade policial lavrava termo circunstanciado para estes tipos de ocorrência, encaminhando-o imediatamente ao Juizado com as partes e providenciando os exames periciais necessários e, em muitos casos, a própria vítima levava a intimação ao agressor, expondo-se com isto a maiores riscos. Em caso de o autor não poder ir, comprometia-se a comparecer em dia e hora marcada, sem a imposição da prisão em flagrante e nem do pagamento de fiança. Esta possibilidade esgotou-se, uma vez que esta nova lei proibiu a aplicação de penas restritivas de direitos, prestação pecuniária, cesta básica e multa a estas vítimas.
Sobre a atividade policial e as políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil, Moraes e Gomes (2009) destacaram em suas pesquisas que:

> No Brasil, **a principal política específica de combate à violência contra a mulher ocorreu pela via da segurança pública**, através da implantação e expansão das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM). Em que pese a grande repercussão e relevância dessa política ao longo da atuação dessas instituições, os estudos apontaram ambiguidades nos papéis desenvolvidos pelas autoridades policiais e pelas próprias vítimas, indicando as dificuldades para se tratar esta questão no âmbito exclusivo da justiça criminal. [...] Contudo, desde a sua criação, essas delegacias passaram por transformações e, apesar de sua importância como política pública, não constituem homegeneamente um campo de investigação da violência contra a mulher. (MORAES; GOMES, 2009, p. 84-85). (Grifou-se).

Estas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) começaram a ser implantadas no Brasil em 1985. Com o advento da Lei Maria da Penha, além da necessária criação de novas delegacias, foi preciso dotá-las de meios para um eficiente funcionamento, recursos humanos e materiais, lembrando que além das providências decorrentes do registro policial, em muitos casos, é preciso dar proteção, encaminhar as vítimas a hospital ou posto de saúde ou para realização de exames. Em alguns casos é preciso transportar a vítima e filhos a abrigo ou outro local seguro, e também providenciar na retirada dos pertences do local da ocorrência, por determinação legal, com base no art. 11 da Lei.
O atendimento policial adequado constitui medida imprescindível diante das possibilidades de novas agressões. No Estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, a aceitação e os bons resultados da implantação de Patrulhas Maria da Penha, criadas pela polícia para fiscalizar a aplicação das medidas protetivas determinadas judicialmente, e da rede de atendimento às mulheres vítimas de violência, através da sala lilás, foi tão grande que a Secretaria de Segurança Pública deste Estado, criadora destas boas práticas, foi premiada pelas iniciativas com o "*Prêmio Governarte – A Arte do Bom Governo*", do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Tal iniciativa fomenta um novo olhar na forma de se fazer políticas públicas e, neste caso específico, impulsiona o empoderamento das mulheres, além de fortalecer a erradicação da violência de gênero. A rede de atendimento da segurança pública do Estado do Rio Grande do Sul venceu na categoria "*Governo Seguro: Prevenir o Crime e a Violência*", entre 29 países concorrentes da América Latina e Caribe, como a primeira rede de atendimento de ciclo completo do Brasil, sendo que o programa premiado integra a Rede Lilás, uma parceria da Secretaria de Segurança Pública (SSP) com a Secretaria de Políticas para às Mulheres, que articula todas as ações de combate à violência de gênero do Estado.
Destaca-se, também, que em 08 de fevereiro de 2012 o Congresso Nacional brasileiro criou a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da violência contra a mulher, com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e para apurar denúncias de omissão por parte do poder público, com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência. Esta Comissão foi formada por 11 Deputados Federais e 11 Senadores e analisou mais de 30 mil documentos e realizou diligências em: casas-abrigo, delegacias da mulher, institutos médicos legais, juizados e varas da mulher, entre outros locais; nos Estados de: Pernambuco, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul,

Espírito Santo, Alagoas, São Paulo, Bahia, Paraíba, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Pará, Goiás, Amazonas, Ceará, Roraima e no Distrito Federal. No relatório nº 1, de 2013, os integrantes da CPMI propuseram 12 projetos de lei complementar, sendo que a maior parte previu mudanças na Lei n. 11.340/06 e fez sugestões aos órgãos responsáveis pelas ações de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

3 A violência de gênero em Portugal

Seguindo o raciocínio segundo o qual o Brasil, sendo um país colonizado há muito menos tempo que os países europeus, seria de se esperar que Portugal tivesse níveis bem diferentes de problemas com violência doméstica do que mostram alguns dados.
Conforme dados da Comissão para Cidadania e Igualdade de Gênero, do ano de 2000 até 2011 variou em um crescente vertiginoso. Saltou de 11162 casos em 2000 para 28980 casos em 2011.
A Comissão considera como violência os seguintes atos, divulgados em panfleto de esclarecimento[1]:

> • O que é a violência doméstica? Em que tipo de relações ocorre?
> A violência doméstica carateriza-se por comportamentos violentos e pelo abuso de poder de uma pessoa sobre a outra com o objetivo de a controlar. Ocorre entre pessoas que têm/tiveram uma relação de intimidade, familiar ou de dependência.
> • Que formas de violência existem? Física, sexual e/ou psicológica.

A conceituação de violência doméstica, bem como a sua abrangência de quem são as vítimas variam de país para país, conforme as suas respectivas legislações.
Mesmo com as variações conceituais consideradas, é possível a comparação do aumento de casos de violência doméstica, considerando, assim como em uma tendência de frequência ascendente também em Portugal.
Assim é pertinente levantar-se a hipótese de que não há relação entre a economia ou os demais fatores que poderiam traduzir o desenvolvimento de um país e a frequência dos casos de violência doméstica ocorridos.
Também é possível levantar outra hipótese, segundo a qual a violência doméstica é uma subespécie da violência geral, porém vem tomando visibilidade no final do século XX e no início do século XXI.
Por milênios as mulheres foram oprimidas em quaisquer setores da vida humana. No casamento eram consideradas como propriedade do pai, passando a propriedade do marido. Em alguns momentos históricos da antiguidade e idade média serviram também como escravas. No aspecto religioso foram consideradas entes sem alma por um período considerável. Alguns filósofos clássicos da antiguidade grega e romana as consideravam seres inferiores aos homens.
O domínio masculino dos homens na história humana foi explorado por vários autores, porém a síntese mais expressiva é a de Bourdieu (1999), quando descreve seus estudos baseados na sociedade *cabila,* bem como os mecanismos de reprodução dos estilos modos de vida ocasionados através da educação. O autor denomina esta situação como a "dominação masculina", inclusive servindo de título para seu livro que aborda o conceito de violência doméstica enquanto um mecanismo que faz com que as mulheres sejam introduzidas em um mundo construído para homens, sem que percebam e possam construir espaços de resistência.
As políticas públicas desenvolvidas em Portugal, são semelhantes as praticadas em outros países, podendo ser sintetizadas em:

- Mudanças legislativas recentes;
- Campanhas de indução ao povo para tornar visíveis os casos de violência doméstica;
- Esforço para que os órgãos judiciais e policiais façam intervenções específicas e mais qualificadas nos casos mais drásticos.

---

1 Disponível em: http://www.acidi.gov.pt/_cf/163477. Acesso em 30 out 2014.

Quanto a legislação portuguesa sobre o tema violência doméstica, constata-se que ela vai da Constituição até leis mais localizadas, passando pelos tratados e convenções internacionais, com ênfase na produção mais concentrada nos século XXI.
A criminalização de condutas em torno da violência doméstica parece ser mais ampla do que a brasileira, já que considera um espectro maior de vítimas.
Os órgãos envolvidos no combate aos casos de violência doméstica em Portugal, com maior visibilidade no Brasil são:

- Legislativo, Executivo e Judiciário;
- Comissão para Cidadania e Igualdade de Gênero;
- Órgãos policiais;
- Central Nacional de Apoio ao Imigrante;
- União Europeia;
- Ministério Público;
- União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR);
- Associação Portuguesa de apoio à Vítima (APAV).
-

É claro que há mais órgãos envolvidos, tais como ONGs, universidades que pesquisam o tema, imprensa, etc.

3 A violência de gênero em Moçambique

Moçambique, assim como o Brasil, passa pelas características decorrentes de ter sido por muito tempo colônia de países europeus, o que lhe confere características singulares nos aspectos sociais, econômicos e demográficos.
A frequência de casos de violência doméstica em Moçambique, de acordo com o Inquérito Demográfico de Saúde (IDS), publicado em 2011 também é considerável, destacando-se a quantidade significativa de casos de vitimização de homens.
As políticas públicas desenvolvidas para fazer frente aos casos de violência doméstica em Moçambique são bastante semelhantes aos países Portugal e Brasil, com ênfase nas campanhas de denúncias, para tornar os casos mais visíveis. Também contam com mudanças legislativas, bem como esforços dos órgãos policiais para lidar com o problema de maneira mais específica.
A legislação de Moçambique sobre o tema, assim como a brasileira é recente, pelo menos as leis mais específicas que definem a violência doméstica.
A criminalização de atos de violência doméstica trata tão amplamente quanto a legislação portuguesa, sendo ambas mais abrangentes que a lei brasileira, principalmente no que se refere às vítimas. Em Moçambique e em Portugal, crianças e homens também figuram na legislação enquanto vítimas. Diferentemente, no Brasil, a ênfase da legislação é na vitimização feminina.
Em Moçambique os órgãos envolvidos no combate à violência doméstica são:

- Gabinete de Atendimento a Mulher e Criança Vítimas da Violência Doméstica;
- Polícias;
- Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
- Ministério Público;
- Outros.
-

A diferença dos outros dois países estudados é a de que os organismos internacionais de Direitos Humanos tem uma intervenção muito mais acentuada nos países do continente africano, como é o caso de Moçambique.

4. Violência doméstica em comparação nos países estudados

Comparando os países estudados, quais sejam: Brasil, Moçambique e Portugal, percebe-se que há poucos pontos de divergência entre as dimensões abordadas, merecendo destaque apenas alguns poucos pontos específicos.

No quadros 1 pode-se observar que, nas dimensões: conceito de violência doméstica, legislação sobre o assunto, vitimização, dados disponíveis para estudos, políticas públicas adotadas e resultados obtidos, pode-se apontar o seguinte:

- As principais diferenças são na conceituação de violência doméstica, onde no Brasil a concentração é na vitimização feminina, enquanto em Moçambique e Portugal o conceito abrange homens e crianças;
- As legislações dos três países sobre o tema é recente;
- As vítimas, nos três países tem dificuldade em romper com as agressões sofridas;
- Os dados sobre as mais variadas formas de violência doméstica têm sido catalogados e disponibilizados para os pesquisadores e formuladores de políticas públicas em todos os três casos;
- As políticas públicas implementadas também são de natureza semelhantes nos três países;
- Infelizmente os resultados não tem sido aqueles esperados em todo o mundo.

QUADRO 1
COMPARAÇÃO DE VARIÁVEIS ENTRE OS PAÍSES ESTUDADOS

VARIÁVEL	PORTUGAL	BRASIL	MOÇAMBIQUE
CONCEITO	Abrange mulheres, homens e crianças em diferentes tipos de violência.	Ênfase na vitimização feminina.	Abrange mulheres, homens e crianças em diferentes tipos de violência.
LEIS	Datam do século XXI	Datam do século XXI	Datam do século XXI
VÍTIMAS	Maioria mulheres.	Grande maioria mulheres.	Mulheres e alguns homens.
DADOS	Demonstram crescimento do número de casos	Demonstram crescimento do número de casos	Demonstram crescimento do número de casos
POLÍTICAS PÚBLICAS	Crescendo nos últimos dez anos	Crescendo nos últimos dez anos	Crescendo nos últimos dez anos
RESULTADOS	Aumento do número de vítimas, mas também aumento no número de denúncias e casos levados ao judiciário.	Aumento do número de vítimas, mas também aumento no número de denúncias e casos levados ao judiciário.	Aumento do número de vítimas, mas também aumento no número de denúncias e casos levados ao judiciário.

Fonte: Estudos dos autores

Considerações finais

Este artigo buscou trazer alguns avanços no campo da prevenção à violência de gênero. Sabe-se que uma lei, tão somente, não solucionará os problemas de violência de gênero e nem da sociedade, tampouco terminará com a criminalidade, pode-se dizer, porém, que a Lei Maria da Penha no Brasil está modificando profundamente as

relações entre mulheres vítimas de violência doméstica e seus agressores, além de instigar pesquisas sociais e discussões doutrinárias e jurisprudenciais.

Para a redução da violência de gênero, faz-se necessária a implementação e ampliação de políticas públicas de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher de forma conjunta nas três esferas de governo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), e ainda das entidades não governamentais. É preciso, pois, empenhar esforços para o engajamento de toda a sociedade, tendo como fundamentos: a segurança pública, a assistência social, a saúde, a educação, o trabalho e a habitação para o desenvolvimento social e cultural da mulher em situação de violência, no âmbito das relações domésticas e familiares.

Diante dos avanços protagonizados, em parte pelas políticas públicas adotadas em todo o mundo, seria de se esperar a redução drástica dos casos de violência doméstica. Porém alguns pesquisadores concluem que não ocorre grande aumento, mas sim maior visibilidade dos casos, devido, principalmente às pesquisas acadêmicas e às mudanças legislativas. Outros pesquisadores, bem como a imprensa mundial, declaram que há sim aumento nos casos de violência no ambiente doméstico.

Por fim fica a noção de que o assunto, apesar de sua complexidade, a exemplo de outros problemas sociais mundiais, requerem sempre pesquisas para esclarecimento e entendimento. Porém, o fundamental para o enfrentamento passa sempre por projetos coletivos de melhoria na qualidade de vida de todos os seres humanos, independente das suas especificidades de gênero, etnia, raça, idade, orientação sexual, classe social, profissão, etc.

Fica também a sensação de que, enquanto sociedade, novamente se está incorrendo no mesmo erro, qual seja: o de criar mecanismos violentos (através da polícia, legislação punitiva e judiciário) para tentar dar conta da própria violência. Enquanto o esforço para entrelaçar políticas públicas e desenvolvimento de explicações científicas sobre o problema são muito tímidos.

Essa é uma modesta contribuição para que tais problemas sejam tratados com maior relevância dentre os tantos que devemos enfrentar no mundo contemporâneo.

Referências

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de & CRAIDY, Mariana. (2011) *Conflitos de gênero no Judiciário: a aplicação da Lei 11.340/06 pelo juizado de Violência Doméstica e Familiar de Porto Alegre/RS. In*: AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Org.). *Relações de gênero e sistema penal: violência e conflitualidade nos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher*. Porto Alegre: EDIPUCRS, pp. 11-40.

BOURDIEU, Pierre. (1999). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BRASIL, Senado Federal, (2013). *Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra a Mulher no Brasil, Relatório nº 1/2013 – CN*. Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal. Brasília: Distrito Federal. Disponível em: http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp. [Consultado em: 03-12-2013].

_____. Câmara dos Deputados. *Lei nº 11*.340 (2006), de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340. [Consultado em 03-12-2013].

_____. Câmara dos Deputados. *Lei nº 9.099*, (1995), de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm. [Consultado em 03-12-2013].

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil***.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituição compilado. htm. [Consultado em 03-12- 2013].

MOÇAMBIQUE, Ministério da Saúde, (2011). *Inquérito Demográfico de Saúde 2011, Relatório Preliminar*. Instituto Nacional de Estatística e Ministério da Saúde. Maputo. Disponível em: http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp. [Consultado em: 03-12-2013].

MICHAUD, Yves. (1989). *A violência*. São Paulo: Ática.

MORAES, Aparecida Fonseca & GOMES, Carla de Castro. (2009). *O caleidoscópio da violência conjugal: instituições, atores e políticas públicas no Rio de Janeiro*. In: MORAES, Aparecida Fonseca & SORJ, Bila (Orgs.). *Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira*, Rio de Janeiro: Sete letras, pp. 75-109.

NEGRÃO, Telia. (2004). *Nós e rupturas da rede de apoio às mulheres*. In: STREY, Marlene Neves & AZAMBUJA, Mariana Porto Ruwer de & JAEGER, Fernanda Pires (Orgs.). *Violência, gênero e políticas públicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, pp. 215-258.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. (2014). *Banco Mundial apoia 'Patrulha Maria da Penha' para combater violência contra mulheres no RS*. Disponível em: http://www.onu.org.br/banco-mundial-apoia-patrulha-maria-da-penha-para-combater-violencia-contra-mulheres-no-rs/. [Consultado em 03-12-2013].

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. (2009). *Violência e conflitualidades*. Porto Alegre: Tomo Editorial, (Série Sociologia das Conflitualidades, n. 3).

SCOTT, Joan. (1995) *Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade*, Porto Alegre, pp. 71-99.

STREY, Marlene Neves. (2004). *Violência de gênero: uma questão complexa e interminável*. In: STREY, Marlene N. & AZAMBUJA, Mariana P, R. & JAEGER, Fernanda P.(Orgs.). *Violência, gênero e políticas públicas*, Porto Alegre: EDIPUCRS, pp. 13-44.

VICENSI, Jaqueline Goulart & GROSSI, Patrícia Krieger Grossi. (2012). *Rompendo o silêncio: estratégias de enfrentamento das mulheres frente à violência intrafamiliar*. In: GROSSI, Patrícia Krieger (Org.). *Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber*. Porto Alegre: EDIPUCRS, pp.135-158.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa (2014) . Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Femicídio: um tema para debate. In: *Relatório Lilás 2012-2013*. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), pp. 20-40.

_____. Secretaria de Segurança Pública. (2014). *Governo do estado recebe prêmio internacional em segurança pública***.** Disponível em: http://dhsprogram.com/pubs/pdf/PR14/PR14.pdf. [Consultado em 20-10- 2014].

Trajetórias políticas de luta e a Lei Maria da Penha: estratégias e conquistas do movimento feminista no Brasil para o enfrentamento à violência de gênero

Tatyane Guimarães Oliveira[1]

Resumo: Em 2006 o Brasil aprovou a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, que tem como principal objetivo coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A lei incorporou ao ordenamento jurídico brasileiro mecanismos importantes para a repressão e prevenção à violência de gênero. O objetivo do presente artigo é situar social e historicamente as dinâmicas de intervenção do movimento feminista no Brasil para a implementação da Lei Maria da Penha, analisando contextualmente as estratégias de luta que se estabeleceram diante da complexa relação com o Estado e do enfrentamento político relacionado às ideologias patriarcais e a defesa de uma politização do espaço privado. É essencial refletir sobre as lutas travadas para a implementação de políticas públicas pelo movimento feminista no Brasil, pois entraves enfrentados para a aprovação da lei se conectam diretamente aos desafios cotidianos para a superação das desigualdades de gênero.

Palavras-chave: Movimento feminista. Trajetórias. Incidência política. Lei Maria da Penha.

1. Lei Maria da Penha: novas ou velhas resistências?

No dia 7 de agosto de 2006 foi sancionada no Brasil a Lei nº. 11.340 que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nomeada como Lei Maria da Penha (LMP) em homenagem à farmacêutica Maria da Penha que sofreu uma série de tentativas de assassinato por parte de seu ex-marido.

A aprovação da Lei Maria da Penha ganhou destaque na mídia nacional por trazer ao ordenamento jurídico brasileiro mecanismos específicos de proteção ás mulheres em situação de violência doméstica e familiar e por determinar o comprometimento de todas as instâncias estatais na prevenção e repressão à violência contra a mulher e suas peculiaridades.

Considerada um marco importante em termos de legislação de proteção à mulher em situação de violência, a lei provocou debates importantes em pontos considerados polêmicos, como o fato de ser aplicável apenas às mulheres, e por isso ferir o princípio da igualdade, ou de prever penas "mais duras" aos agressores, e por isso, ser um retrocesso à tendência atual de diminuir os braços do Estado Penal. A atenção se virou para o questionamento em torno de como o Poder Judiciário brasileiro iria aplicar a LMP diante desses desafios e quais seriam suas consequências no combate à violência contra a mulher.

As resistências à LMP estão diretamente relacionadas ao avanço desta na proteção das mulheres, assim como à interferência política e feminista causada na ordem androcêntrica do Direito pela atuação do movimento feminista, e para que possamos compreender esses desafios é preciso não só inserir essas questões em contextos mais amplos relacionados ás questões ideológicas e estruturais, mas compreender como se deu a trajetória do

---

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia. Email: tatygut@gmail.com. GT40B - VIOLÊNCIA DE GÊNERO, INSTITUIÇÕES, NORMAS E VALORES.

*Biografia: Advogada popular na área de gênero e saúde desde 2005 e voluntária na ONG CORDEL VIDA na defesa dos direitos humanos das pessoas que vivem com HIV/aids e mulheres em situação de violência. Atualmente é professora do Curso de Direito de Santa Rita da Universidade Federal da Paraíba e realiza curso de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia. É também Coordenadora do eixo de gênero e saúde do Centro de Referência em Direitos Humanos da UFPB.

movimento feminista na construção de uma política pública de combate à violência de gênero, assim como o próprio processo de construção da lei.

Fruto da luta do movimento feminista a Lei Maria da Penha, para além de um resultado concreto dessa luta, integra também um caminho que ainda está sendo construído para a cidadania da mulher. Para compreender a inserção da LMP como parte de um caminho ainda em construção é preciso entender a trajetória de luta em torno das reivindicações por políticas públicas de combate à violência doméstica.

O objetivo do presente trabalho é situar social e historicamente as trajetórias de luta do movimento feminista no Brasil para a construção de políticas públicas de combate à violência contra a mulher, analisando contextualmente as estratégias de luta que se estabeleceram diante da complexa relação com o Estado e do enfrentamento político relacionado às ideologias patriarcais e a defesa de uma politização do espaço privado.

É essencial refletir sobre as lutas travadas para a implementação de políticas públicas pelo movimento feminista no Brasil, pois os atuais entraves enfrentados para a implementação da legislação de proteção à mulher em situação de violência se conectam diretamente aos desafios cotidianos para a superação das desigualdades de gênero. Como destaca Costa (2010, p. 3) o movimento feminista, nos processos de luta por politização da opressão da mulher traz também para a sociedade a necessidade de refletir e criar novas condutas, novas práticas e conceitos, novas dinâmicas.

O resgate das lutas travadas pelo movimento feminista no Brasil contra a violência doméstica coloca-se não só por questões acadêmicas e históricas, mas pelo compromisso político de visibilizar os impactos objetivos das trajetórias de lutas das mulheres contra a violência e de seu protagonismo na subversão de uma sociedade marcada pela violência de gênero. Como afirmam Costa e Brandão (2002, p. 276) as investigações históricas sobre as mulheres tem revelado que estas não foram inativas ou ausentes dos acontecimentos históricos, mas sim sistematicamente omitidas dos registros oficiais.

Resgatar a visibilidade das mulheres na história não se justifica apenas em relação ao passado, mas em relação aos caminhos construídos e ainda trilhados. Ao adotar neste trabalho uma perspectiva histórica que se compromete com as mulheres e sua história de luta, proponho um regaste do protagonismo feminista, assim como da narrativa situada dessas histórias. É preciso pensar a história enquanto produto da dominação masculina e perceber seus dois níveis de atuação: nível dos próprios acontecimentos e o nível da elaboração deles empreendida pelo relato (PERROT, 1995, p.20).

Apesar do grande avanço nos registros históricos sobre a história das mulheres, é comum deparar-se com relatos sobre acontecimentos específicos que envolvem a conquista de direito para as mulheres, mas que silenciam sobre sua presença e isso ganha força quando, após a década de 80, o movimento feminista passa a utilizar o Estado como vetor importante para mudanças relacionadas à violência doméstica e familiar. Apesar das conquistas e da importância estratégica do Estado, o fato é que este ainda é um *locus* de constante disputa. Como exemplo destaca-se o relato de Aquino (2002) ao resgatar a história do movimento feminista em Salvador (Bahia) pela implantação da Delegacia de proteção à mulher.

Segundo Aquino (2002, p. 222) a despeito de todas as articulações das mulheres para a implantação da delegacia, esta foi criada sem qualquer comunicação ao movimento feminista, além de ter sido noticiada como sendo fruto de articulações do Estado:

> (...) para os representantes do Estado entrevistados durante a pesquisa, não havia uma justificativa para que o movimento feminista estivesse presente no processo de implementação da DPM, uma vez que a inspiração para a criação de uma delegacia especializada foi o pioneirismo da ação do governo do estado de São Paulo. De acordo com esta perspectiva, a iniciativa tomada em Salvador veio de dentro do próprio Estado. A institucionalização da delegacia especial estaria vinculada, também, a uma preocupação com notícias sobre constrangimentos por que passavam mulheres ao denunciarem a violência em delegacias comuns. O objetivo a ser atingido seria a existência de um local apropriado para que as vítimas fossem atendidas, não implicando, necessariamente, na ideia de que a DPM fosse uma intervenção em um campo específico de relações desiguais de poder.

Note-se que, para além de resgatar quem protagonizou o processo de construção da política pública, dar visibilidade do protagonismo feminista na luta por essas políticas significa entender sua proposta de funcionamento e permitir maior controle social possibilitando pressão para uma política pública efetiva. Aquino (2000, p. 283) ao fazer esse destaque afirma que a insatisfação com as delegacias especializadas se dá em face da "não identificação entre feministas e a política pública implantada", ou seja, o protagonismo e as reivindicações feministas são essenciais para uma política pública efetiva e não é coincidência essa tentativa de invisibilizar essas ações.

Essa invisibilidade é parte de uma construção ideológica em torno no Estado Liberal que considera os direitos conquistados frutos da "vontade do legislador" e ignoram as tensões e lutas travadas pelos movimentos sociais em um processo amplo de participação democrática no processo legislativo. Como aponta a autora: "o Estado não cede espaços de poder que possam proporcionar a integração da sociedade civil organizada no processo de institucionalização e acompanhamento do serviço a ser prestado" (AQUINO, 2000, p.285).

Ainda sim, para além das tensões com o Estado e a apropriação e invisibilidade que este propõe em relação à atuação dos movimentos sociais é preciso pensar como a história tem narrado esse processos de conquistas. Pensar o Brasil é pensar um país onde "o sentido histórico não é necessariamente predominante" (RAGO, 2003), logo o resgate das trajetórias de luta do movimento feminista contra a violência doméstica e familiar não apenas visibiliza os acontecimentos e o protagonismo das mulheres, mas contribui para a compreensão política da publicização da violência doméstica e a inclusão da temática no cotidiano social.

A trajetória de luta para a conquista de uma legislação de combate à violência doméstica não tem início num ponto fixo da história, mas é continuidade das tensões de outros processos de reivindicação e de resistência feminista. Visando se adequar a proposta de um artigo concentrado nas trajetórias de reivindicação em torno do combate à violência doméstica e familiar, o presente trabalho toma como ponto de partida as primeiras articulações de mulheres e feministas no contexto de luta contra a Ditadura Militar e pela redemocratização do Brasil nas décadas de 70 e 80, imprescindíveis para a compreensão da luta por políticas de enfrentamento a violência doméstica nos últimos 30 anos e se desenvolve, como proposto por Santos (2014) na perspectiva de três momentos importantes no campo da intervenção feminista junto ao Estado: a criação das delegacias especializadas, surgimentos dos Juizados Especiais Criminais e a aprovação da lei Maria da Penha.

2. Politizando o privado: visibilidade e publicização da violência doméstica

Em 1968 o Brasil vivenciava um recrudescimento das ações ditatoriais implantadas pelo Regime Militar no Brasil após o golpe em 1964, num momento em que o mundo se encontrava em ebulição com a resistência de movimentos contra guerras, racismo e autoritarismos.

> Durante o ano de 1968, parcelas da sociedade, ao se rebelarem contra a ação imperialista e genocida, invocaram ideais libertários e igualitários. Começaram a desvendar as discriminações que procuram transformar as mulheres, os jovens e os negros numa massa informe sem expressão cultural e política. Emergiram movimentos feministas e de negros, principalmente norte-americanos, contra as ideologias patriarcal, machista e racista. (TELES, 1993, p. 61)

No Brasil, após a luta pelo direito ao voto das mulheres no início do século XX, o feminismo ressurge num período marcado pelo autoritarismo e pela resistência dos grupos de esquerda. Várias são as narrativas sobre a origem do ressurgimento do movimento feminista na década de 70; como aponta Pedro (2006) são resultados de disputas de poder entre os grupos feministas e destes com os diversos personagens envolvidos na luta contra a ditadura militar. A compreensão das trajetórias das lutas feministas contra a violência de gênero passa também pela compreensão dessas tensões e disputas.

Na década 70 surge no Brasil o chamado feminismo da Segunda Onda, marcado especialmente pela luta contra o patriarcado e pelo direito ao corpo e ao prazer. Com as palavras de ordem de que "o pessoal é político", as

mulheres passaram a questionar não só a ausência formal de direitos, mas as próprias construções culturais e sociais em torno do ser mulher e a inserção destas questões no espaço público e político.

Dentre os marcos históricos relacionados ao ressurgimento do feminismo no Brasil, além da declaração do Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975, Pedro (2006, p. 253-254) destaca nos anos 60 a divulgação de ideias do feminismo da segunda onda, assim como, no início dos anos 70, os grupos de reflexão.

Independente de onde localizar a origem do ressurgimento do feminismo no Brasil, o contexto de construção desses caminhos são relevante para a compreensão de uma luta específica em prol dos direitos das mulheres. As reflexões provocadas pelo questionamento sobre a situação da mulher foram essenciais para a construção de uma pauta política de combate à violência. O reconhecimento da violência contra as mulheres se dá na medida em que o movimento feminista avança historicamente na visibilidade da violência e na mudança cultural promovida ao defender que o "pessoal é político" (PASINATO, 2010).

O ano de 1975 é marcado pela declaração do Ano Internacional da Mulher pela ONU e vários eventos são realizados marcando fortemente a luta das mulheres. Costa (2005, p. 05) afirma que a partir desse evento novos grupos organizados de mulheres surgem pelo país e o movimento de mulheres se amplia e assume novas bandeiras.

Os grupos de reflexões foram espaços de extrema importância para essa conscientização e para a troca de experiências de mulheres sobre a vida doméstica e as relações de opressão vivenciadas nas relações conjugais. Muitas críticas foram lançadas a esses grupos por serem considerados despolitizados ou "burgueses", especialmente num contexto de tensões constantes entre o movimento feminista e os partidos e movimentos de luta contra a ditadura, mas numa retomada desse processo de articulação entre as mulheres percebe-se sua importância para o feminismo brasileiro.

Nesse sentido é o depoimento de Maria Ligia Quartim de Morais que, citada por Pedro (2006, p. 264), afirma que sentia preconceito em relação aos grupos de reflexão, mas que, atuando junto ao movimento, era isso que fazia com suas companheiras por meio das longas conversas sobre seus medos e frustrações:

> por usarmos as 'outras' como álibi, isto é, falarmos do aborto delas, dos anticoncepcionais delas (as operárias, as mulheres da periferia etc.), terminávamos por esquecer que vivíamos os mesmos problemas e que poderíamos ser personagens de matéria sobre os nossos abortos, anticoncepcionais etc.

Ao analisar os depoimentos sobre esses grupos percebe-se que temas como dominação e as relações com os maridos e companheiros eram muito presentes. Pedro (2006, p. 260) citando o trabalho de Branca Moreira Alves e Jaqueline Pitanguy destaca os objetivos e metodologia desses grupos de reflexão:

> Grupos pequenos e informais, constituídos unicamente por mulheres. Essa tática desenvolveu-se espontaneamente. Surgiu pela necessidade de se romper o isolamento em que vive a maior parte das mulheres nas sociedades ocidentais, nuclearizadas em suas tarefas domésticas, em suas experiências individuais vividas solitariamente. A mulher constituiu assim um espaço próprio para expressar-se sem a interferência masculina, para compreender-se através de sua voz e da voz de suas companheiras, para descobrir sua identidade e conhecer-se. Nestes grupos a mulher descobre que sua experiência, suas dificuldades, frustrações e alegrias não são isoladas nem fruto de problemas unicamente individuais, mas, ao contrário, são partilhadas por outras mulheres. A descoberta dessa experiência comum, a transformação do individual em coletivo, forma a base do movimento feminista... Se o que era aparentemente individual e isolado se revela, na verdade, como uma experiência coletiva, concretiza-se a possibilidade de luta e de transformação.

Como referido, esse ressurgimento do feminismo no Brasil se dá em meio à luta contra a ditadura e muitas mulheres feministas, pioneiras neste momento, também atuavam em grupos e partidos de esquerda como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8). Esse fato não só politizou a luta feminista, o que a diferenciou dos feminismos europeu e estadunidense, como também visibilizou a necessidade da luta específica e sua relação com outros processos de opressão.

Os confrontos que decorreram da disputa entre a luta específica e as lutas gerais e o engajamento feminista na luta contra a ditadura foram importantes para o movimento feminista no Brasil. Aliados ao surgimento de outros feminismos, como o feminismo negro, essas tensões deram à luta feminista um caráter politizado e engajado com a realidade social e econômica brasileira.

Esse é um momento importante para a compreensão da existência dos feminismos e da sua articulação com outras pautas consideradas específicas. Não obstante a existência de alguns conflitos entre as várias corrente do feminismo, Costa (2010, p. 182) destaca que

> em linhas gerais, poderíamos caracterizar o movimento feminista brasileiro dos anos 1970 como fazendo parte de um amplo e heterogêneo movimento que articulava as lutas contra as formas de opressão das mulheres na sociedade com as lutas pela redemocratização.

Gregori (1993, p. 28) afirma que, dado o momento ainda embrionário do movimento e as tensões com os grupos de esquerda, as questões específicas da mulher ainda diziam respeito prioritariamente à discriminação e à limitação das funções sociais da mulher como mãe e esposa e que questões como a violência contra a mulher e o aborto, por serem polêmicos, não foram abordados para evitar "radicalizações" que pudessem provocar a desmobilização dos grupos.

Ainda sim, as tensões geradas em torno dos debates entre a luta específica e a luta contra ditadura foram determinantes para os caminhos trilhados para a prioridade dada à pauta violência contra a mulher na década de 80. Alguns fatos marcam fortemente esse momento. Teles (1993, p. 123) relata, por exemplo, o posicionamento contrário dos dirigentes de partidos e militantes em relação à luta contra a violência doméstica e sexual em face da possibilidade de que essa pauta pudesse provocar "divisões no seio da classe operária". No mesmo sentido, Costa (2010, p. 186) relembra que, em matéria publicada no Jornal Lampião da Esquina, o MR8, ao se posicionar diante da criação dos SOS-Mulher, afirma que a organização "transforma violência na família em caso de polícia e faz o jogo da ditadura, porque culpa o operário que chega em casa cansado e bate na mulher".

Segundo Teles (1993, p. 122) os questionamentos em torno da questão específica da mulher geraram impactos importantes, especialmente durante a realização do II e III Congresso da Mulher Paulista em 1980 e 1981, respectivamente. É nesse momento que a questão da autonomia do movimento de mulheres é debatida com mais fôlego e prioridades são definidas: a luta contra a violência doméstica e contra o controle de natalidade.

Durante o I Congresso da Mulher Paulista em 1980 que é criada uma comissão de combate à violência sofrida pelas mulheres com vistas a produzir visibilidade imediata á essas novas perspectivas de atuação. Essa comissão foi fruto dos debates especialmente travados em torno do que Gregori (1993, p. 30) considera ser "a primeira tentativa de incorporação, pelas feministas, de um trabalho ligado á violência contra a mulher".

É na década de 80, portanto, que a pauta do combate à violência doméstica ganha fôlego, especialmente a partir das ações do movimento contra a absolvição de homens agressores com o argumento da legítima defesa da honra e com a ação direta de organizações no atendimento às mulheres em situação de violência por meio dos SOS-Mulher. Tavares, Sardenberg e Gomes (2014, p.4) nesse sentido, enfatizam a importância de campanhas que se valiam no mote "quem ama não mata" e o caso do assassinato de Angela Diniz por Doca Street em 1976, momento em que as feministas se mobilizaram para sua condenação.

Ações como estas se proliferaram no Brasil e grupos feministas organizados passaram a fazer pressão para a condenação de assassinos de mulheres, no decorrer da luta, "evidenciou-se não só a violência contra a mulher como a conivência da sociedade e das autoridades constituídas, policiais e judiciárias, em relação a esse tipo de crime" (Teles, 1993, 132).

A ação direta de combate à violência passou a fazer parte da agenda prioritária dos feministas no Brasil. No início da década de 80 foram criados em São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro e Belo Horizonte os SOS-Mulher com o objetivo de atender mulheres vítimas de violência por meio de um serviço de voluntárias que incluía psicólogas e advogadas (DINIZ, 2014. p.17).
Essas organizações se inseriram num contexto de reação ao assassinato de mulheres e com perspectiva de atuação direta na mudança de práticas culturais se tornaram espaços importantes para o conhecimento acerca do fenômeno da violência doméstica. Nesse sentido Gregori (1993, p. 38) ressalta que o "interesse em estimular práticas do tipo SOS residia exatamente no fato de ele propiciar a mobilização de mulheres não sensibilizadas com o feminismo, através da conscientização dos problemas oriundos de suas experiências de vida". A atuação do movimento na criação dos SOS-Mulher se dá num período ainda marcado pela desconfiança em relação ao Estado e as feministas ainda tinha como estratégia a ação direta. Diniz (2014, p. 19) relembra:

> Podemos dizer que o movimento no Brasil elegeu duas estratégias: a ação direta no primeiro momento e a reivindicação de políticas públicas em seguida. O movimento feminista brasileiro tem como uma marca própria a sua articulação com a reivindicação dos direitos sociais, mais do que com a noção de liberdade ou libertação das mulheres. No caso dos movimentos feministas europeu e norte-americano, a reivindicação dos direitos das mulheres era muito mais referida aos direitos individuais, com base na tradição liberal, de escolha e de liberdade nos âmbitos amorosos, sexuais e domésticos, que deveriam se desdobrar na plenitude da liberdade e autonomia nas relações pessoais, de trabalho e no âmbito político. O movimento feminista brasileiro, por sua vez, desde os seus primórdios ainda nos anos setenta, enfatizou os direitos sociais e a luta pelo estado democrático.

Os caminhos que levam o movimento feminista a atuar mais qualificadamente no combate à violência doméstica passam inevitavelmente pelo próprio processo de ressurgimento do feminismo como prática política neste período. Reflexões/ações sobre os mais variados aspectos da vida da mulher fertilizaram um campo importante de reivindicações específicas. A cada experiência compartilhada nos grupos de reflexão, confronto travado com os partidos na luta por redemocratização e alianças articuladas com outros movimentos sociais, o movimento feminista avançava no processo de conscientização coletiva do lugar ocupado pela mulher nas relações sociais e da sua necessidade de transformação.
A violência contra mulher passa a ser um dos focos de atuação do movimento feminista e a estratégia de ação direta, por meio da conscientização, visibilidade e publicização e sua inserção nos debates públicos como um problema social avança para a intervenção junto ao Estado para a promoção de políticas públicas.

3. Feministas e o Estado: mudanças de estratégia para o combate à violência doméstica

Com a abertura política no Brasil após o golpe de 1964 novos desafios se apresentam ao movimento feminista. Ressurgido num contexto de desconfiança e confronto com o Estado, o movimento feminista foi obrigado a repensar suas estratégias diante de um novo cenário onde o eleitorado feminino passou a ser de interesse dos partidos e quando a oposição é eleita para alguns governos municipais e estaduais, pois passou-se a vislumbrar a possibilidade de avanços em termos de uma política feminista (COSTA, 2010, p.188).
As reações são as mais diversas, as feministas se depararam com as possibilidades de passar a atuar no legislativo e no executivo, assim como se depararam efetivamente com a possibilidade de avanços em termos de políticas públicas (SCHUMAHER; VARGAS,1993, p. 351) e os desafios passam a se colocar em face da relação entre o movimento feminista autônomo e o Estado.
Surge assim, no contexto desses debates e enfrentamentos, o primeiro espaço estatal dedicado à mulher, o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF), criado em 1983 em São Paulo, que tinha como prioridades creche, saúde, trabalho e violência (DINIZ, 2014, p. 19). Dentre as propostas deste espaço já despontavam

reflexões importantes acerca dos delineamentos de uma política pública de combate à violência doméstica, como a adotada na Lei Maria da Penha:

> 1) maior politização da violência contra mulheres, coordenação de campanhas educacionais e conscientização das mulheres sobre o problema; 2) criação de casas abrigo e de novas instituições para fornecer atendimento jurídico e psicológico às vítimas da violência doméstica e sexual; 3) mudanças nas instituições jurídicas e policiais, como a capacitação dos policiais numa perspectiva anti-machista, bem como a contratação de assistentes sociais em cada delegacia de policia; 4) reformulação da legislação machista; 5) fomento de pesquisas sobre violência contra as mulheres; e 6) incorporação das preocupações dos movimentos de mulheres na agenda das políticas públicas (SANTOS, 2014).

Outros conselhos e mecanismos foram criados a partir desse período caracterizando a época como um momento de forte articulação com o Estado. Dentro do movimento esse foi um período de fortes e acalorados debates acerca da atuação junto ao aparelho estatal e uma possível perda de autonomia do movimento feminista. Como analisam Abers e Bulow (2011, p. 66), num momento em que se tem um crescente interesse no processo democrático e na participação em processos decisórios os ativistas "cruzam a fronteira entre o Estado e a sociedade, trabalhando em alguns momentos em organizações da sociedade civil e em outros momentos em órgãos estatais".

Em 1985 ocorre em Belo Horizonte o VII Encontro Nacional Feminista e diante de um cenário de tensão relacionado à criação dos conselhos, especialmente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), intensos debates são travados em torno da concepção e função desses espaços junto ao Estado (COSTA, 2005; SCHUMAHER; VARGAS, 1993).

Os debates em torno da criação dos conselhos e das vantagens e desafios na atuação junto ao Estado culminam com uma atuação qualificada e que caracteriza o movimento feminista no Brasil, especialmente no que se refere ás políticas de combate à violência. As concepções em torno de como deveriam ser as políticas públicas e as intervenções junto ao Estado permearam não só a preocupação com a autonomia do movimento, mas as reflexões sobre o que se queria do Estado e como articular um processo de construção de políticas públicas que efetivamente se traduzisse em mudanças sociais.

Mesmo com a consciência de que "é uma utopia acreditar que as ideias feministas sejam assumidas pelas entidades oficiais do Estado" (SCHUMAHER; VARGAS, 1993, p. 354), durante o VII Encontro Nacional Feminista as militantes, não obstante a polarização de posições, lançam um documento[2] com exigências importante para a compreensão das intervenções feministas junto ao Estado no campo de políticas públicas:

> - criação do CNDM mediante projeto de lei, como forma de garantir ampla participação da sociedade civil e das mulheres;
> - atribuição de dotação orçamentária própria;
> - identificação do órgão com a luta contra a discriminação e a opressão da mulher;
> - qualquer parlamentar que venha a ocupar cargo no conselho deve licenciar-se de seu mandato;
> - viabilização da participação do movimento de mulheres na elaboração, execução e acompanhamento das políticas oficiais;
> - o conselho deve expressar as reivindicações do movimento de mulheres sem pretender representá-lo ou substituí-1o;
> - e, finalmente, adoção do critério de composição do conselho baseado na trajetória feminista de suas participantes (SCHUMAHER; VARGAS, 1993, p. 354).

2 Carta de Belo Horizonte publicada pelo Centro de Informação da Mulher (CIM).

A intervenção qualificada e crítica marcará a atuação do movimento feminista neste novo momento. Costa (2005, p. 7) destaca o protagonismo do movimento feminista durante o período da Assembléia Nacional Constituinte e a participação do CNDM na campanha nacional denominada "Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher", assim como a importância da articulação entre o CNDM, movimento feminista e bancada feminina, através do *lobby do batom;* para a autora esse processo "representou uma quebra nos tradicionais modelos de representação vigentes até então no país, na medida em que o próprio movimento defendeu e articulou seus interesses no espaço legislativo sem a intermediação dos partidos políticos".

É no mesmo período e inserido nos debates sobre a relação dos movimentos sociais com o Estado que se dão as primeiras institucionalizações de equipamentos específicos de combate à violência doméstica contra a mulher. Como proposto por Santos (2014, p. 154-155), pode-se perceber os três momentos institucionais que moldaram e refletiram as lutas feministas no contexto da atuação estatal: "primeiro, o momento da criação das delegacias da mulher, em 1985; segundo, o do surgimento dos Juizados Especiais Criminais, em 1995; terceiro, o do advento da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, a chamada Lei Maria da Penha".

Em 1985 foi criada em São Paulo a primeira Delegacia de Defesa da Mulher. A institucionalização das delegacias permite compreender os desafios lançados ao movimento feminista diante da articulação com o Estado, todavia esse processo não necessariamente refletiu as expectativas do movimento feminista à época. O programa de ação das feministas era mais amplo e não se reduzia apenas à proposta de repressão, as feministas reivindicavam uma política com a incorporação de medidas mais integrais como conscientização, atendimento psicossocial e fomento de pesquisas (TAVARES; SARDENBERG; GOMES, 2014; SANTOS, 2014).

Apesar de contrariar as expectativas feministas, as Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres (DEAMs) transformaram-se em um mecanismo essencial para a compreensão do fenômeno da violência doméstica ao intensificar sua visibilidade por meio das estatísticas criminais e, juntamente com outros espaços específicos para a questão da mulher no Estado, significou o reconhecimento público da existência de uma violência específica contra a mulher (AQUINO, 2000).

Nos primeiros anos após o Regime Militar no Brasil e com a "nova democracia" é possível caracterizar, como propõe Santos (2014, p. 158-159), um momento de desilusão com as delegacias da mulher devido "ás dificuldades de diálogo com as delegadas e a falta de institucionalização da capacitação das policiais a partir de uma perspectiva de gênero", assim como um enfraquecimento dos mecanismos de promoção dos direitos da mulher dentro do Estado nos governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1993) e Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002).

A despeito desse enfraquecimento, a década de 90 é fortemente marcada por Conferências e Encontros Internacionais que permitiram uma articulação ampliada entre mulheres do mundo todo e a intensificação dos debates em torno da violência doméstica. Destacam-se a Conferencia Mundial de Direitos Humanos ocorrida em Viena em 1993 e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher de 1994 (OEA, 2014) que reconhecem a violência contra a mulher como uma violação de direitos humanos e contemplem as reivindicações acerca das estratégias e concepções em torno da violência doméstica e sexual.

É também na década de 90 que é aprovada no Brasil a Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995 que institui os Juizados Especiais Criminais (JECrim). Apesar de não ser criada especificamente para o tratamento dos casos de violência doméstica a referida lei e seus mecanismos ganham destaque por inserir esse tipo de violência no rol de infrações penais consideradas de menor potencial ofensivo.

Das críticas às teses de legitima defesa da honra às denuncias de morosidade processual e impunidade dos agressores, são os protestos contra a Lei 9.099 de 26 de setembro de 1995 que possibilitam uma maior compreensão da incidência política do movimento feminista para a construção da lei Maria da Penha que representa o momento atual vivenciado pelas feministas no campo do controle social de políticas públicas.

A lei 9.099 de 1995, considerada um avanço importante no campo do Direito Penal por proporcionar alternativas ao encarceramento, tratava a violência doméstica contra a mulher como crime de menor potencial ofensivo e estimulava a desistência dos processos judiciais contra os agressores e, consequentemente, "a ideia de impunidade presente nos costumes e na prática que leva os homens a agredirem as mulheres" (BASTERD, 2011, p. 27-28).

A conciliação e o estímulo aos métodos de resolução de conflitos alternativos acarretavam em condenações de pagamento cestas básicas para infrações penais envolvendo a violência doméstica. Tal prática se contrapunha às propostas e concepções que exigiam do Estado Brasileiro o reconhecimento da violência contra a mulher como uma violação de direitos humanos. O enfrentamento às perspectivas que minoravam os danos da violência doméstica e ignoravam as relações de poder entre homens e mulheres foram essenciais para a construção de uma política pública de enfrentamento efetivo á violência contra a mulher.

4. Construção e aprovação da Lei Maria da Penha: as ousadias do movimento feminista no Brasil

A resolução dos casos de violência doméstica contra as mulheres por meio do pagamento de cestas básicas e as resignificações causadas por esse tratamento à violência doméstica no Brasil são contestadas cotidianamente diante de um quadro alarmante de casos de violência doméstica contra mulheres.

No contexto dessas contestações e nas dinâmicas das práticas intervencionistas e participativas, o movimento feminista forma em 2002 um Consórcio de Organizações com a finalidade de elaborar um anteprojeto de lei para uma política pública de enfrentamento da violência contra a mulher que efetivamente puna os agressores e contribua para a erradicação da violência de gênero.

As diretrizes de elaboração do anteprojeto foram baseadas nas discussões coletivas do movimento feminista e de mulheres e refletiu, nessa perspectiva, a proposta de gerar impacto que não se restringisse apenas à questão penal, mas também à todos os órgãos governamentais responsáveis pela segurança, educação, saúde, entre outros (CALAZANS; CORTES, 2011, p. 42).

O Consórcio foi composto pelas ongs Centro Feminista de Estudos Assessoria (CFEMEA); THEMIS – Assessoria Jurídica; Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação, Ação e Estudos de Gênero (CEPIA); Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos (ADVOCACI); Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE) e Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) e após a elaboração do documento-base pelo Consórcio, foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com ampla participação da sociedade civil.

Calazans e Cortes (2011, p. 45) destacam que além de instituições, movimento e organizações[3], foram convidados a participar um grupo de juízes integrante do Fórum Nacional de Juizados Especiais (FONAJE). Os embates e divergências entre o movimento feminista e os juízes do FONAJE permeiam as reflexões importantes do presente trabalho na medida em que entendemos esse debate como uma disputa política e as estratégias adotadas pelo movimento feminista como historicamente refletidas. Para tanto adotamos a perspectiva de Alvarez, Dagnino e Escobar (2000, p. 29) que explicam:

> Ao explorar o político nos movimentos sociais, devemos ver a política como algo mais que um conjunto de atividades específicas (votar, fazer campanha ou lobby) que ocorrem em espaços institucionais claramente delimitados; tais como parlamentos e partidos; ela deve ser vista como abrangendo também lutas de poder realizadas em uma ampla gama de espaços culturalmente definidos como privados, sociais, econômicos, culturais e assim por diante.

Dentre várias propostas e conquistas do trabalho do Consórcio e do movimento feminista brasileiro, vamos destacar a que se relaciona diretamente com a não aplicação da Lei 9.099/1995 nos casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres. Tal destaque se dá, pois é no contexto dos debates em torno desta reivindicação

---

3 Foram convidados para participar de reuniões ou convocados para oitivas alguns grupos, como a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, representações de mulheres indígenas e negras, representantes da Magistratura, da Segurança Pública, do Ministério Público e da Defensoria Pública (CALAZANS E CORTES, 2011, p. 45)

do movimento feminista que encontramos o *lócus* do embate político e ideológico que culminou com o a resistência à lei Maria da Penha, ou seja, a uma política pública feminista.

Os juízes do FONAJE argumentavam que bastariam algumas modificações no texto da lei 9.099/1995 para que esta fosse aperfeiçoada e se tornasse mais efetiva para situações que envolvesse violência doméstica (LAVIGNE, 2011, p. 67). Em oposição, o movimento feminista alertava para o fato de que na égide desta legislação a violência doméstica é considerada como violação de menor potencial ofensivo e não como uma violação de direitos humanos.

A despeito de amplos debates e diálogos realizados[4] durante todo o processo de discussão da lei, seja no âmbito do Poder Executivo (GTI) ou do Poder Legislativo, os juízes integrantes do FONAJE participaram ativamente de articulações políticas para a permanência dos casos de violência doméstica sob égide da lei 9.099/1995. Essas articulações lograram êxito inicialmente, pois, rendida à pressão da FONAJE, a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres – SPM encaminhou à Presidência da República proposta de anteprojeto de lei que não contemplava a demanda do movimento pela retirada dos casos de violência doméstica dos JECrims.

> Como se vê, de um modo geral o Projeto do Executivo havia incorporado grande parte da proposta do Consórcio, principalmente no que se referia aos princípios, conceitos e proteção à mulher vítima de violência, como prevista na Convenção de Belém do Pará. Inobstante, manteve o julgamento dos casos na égide da Lei 9.099/1995, destruindo assim toda a esperança do movimento de mulheres em ver considerada como crime de violação dos direitos humanos das mulheres. (CALAZANS; CORTES, 2011, p. 47)

É no Legislativo que o maior desafio se constituiu. Audiências públicas regionais foram realizadas, debates e atividades de mobilização foram articulados com fins de garantir o máximo de participação social e de aprovar a legislação com as propostas feministas. No que se refere às audiências públicas que ocorreram no Brasil Calazans e Cortes (2011, p. 50) afirmam que a exclusão dos casos de violência doméstica da lei 9.099/1995 foi ponto de unanimidade e consensual em todos os Estados. Por fim, essa mobilização resultou no atual texto da lei Maria da Penha que retira do âmbito dos Juizados Criminais situações de violência doméstica e que reconhece esse tipo de violência coma violação dos Direitos Humanos.

Segundo Basterd (2011, p. 16) as organizações e os movimentos feminista e de mulheres criaram/construíram um campo de poder, assim como se inseriram qualitativamente no espaço público em face de sua atuação nos últimos 30 anos.

O uso de informações quantitativas e qualitativas, estudos confiáveis e interlocução com movimentos de mulheres de base como fonte de dados sobre a violência; a produção de conhecimento pelas organizações, movimentos de mulheres e pela academia, assim como a presença constante das feministas no debate público e no processo de redemocratização são elementos importantes para compreender o processo de incidência política do movimento. "É nesse contexto de constituição de um novo campo de poder que se deve compreender o processo de elaboração e de aprovação da Lei Maria da Penha" (BASTERD, 2011, p. 16).

Outro destaque importante para compreender a importância política desse processo é a que na construção da Lei Maria da Penha um dos nortes e fundamentos para o combate a violência é a de que a violência contra as mulheres é uma violação dos direitos humanos.

> Com tal perspectiva, a elaboração e o processo legislativo voltados para a aprovação da Lei Maria da Penha contaram com a capacidade de organização e de mobilização

---

4 Dentre estes o *workshop* "Encontro de Perspectivas". Segundo o VI Relatório Nacional Brasileiro à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW, período 2001-2005 uma das razões para a realização deste evento foi a necessidade de sensibilização do Ministério Público, os Juizados Especiais Criminais, as Defensorias Públicas, a OAB e a Magistratura para uma revisão da legislação brasileira sobre violência contra a mulher (Lavigne, 2011).

> política de organizações e movimentos feministas, que desenvolveram articulações amplas, incluindo articulações com atores-chave do poder político. Esse processo redundou, também, no aprofundamento do debate público sobre a violência de gênero e sobre as limitações do exercício da cidadania pelas mulheres. (BASTERD, 2011, P. 15)

É em face do "ativismo" dos juízes do FONAJE e da reação do movimento feminista que Lavigne (2011, p. 69) traz questionamentos importantes sobre esse protagonismo: "a que se deve esse ativismo de magistrados do FONAJE? Que razão os levou a querer substituir a perspectiva feminista na defesa dos interesses das mulheres?". Esses se dão na mesma linha dos questionamento que podem ser elaborados em torno dos atuais desafios enfrentados para a implementação da Lei Maria da Penha.

As reflexões que decorrem deste questionamento perpassam por discussões mais profundas acerca não só de perspectivas técnicas acerca do funcionamento do Poder Judiciário e da efetivação de direitos, mas deve ser pautada por uma reflexão crítica sobre o poder político do Poder Judiciário e sobre a transformação da cultura política dominante reivindicada pela atuação dos movimentos sociais (ALVAREZ, DAGNINO E ESCOBAR, 2000, p. 26).

A incidência política do movimento feminista brasileiro desafiou essas "velhas" estruturas jurídicas e contribuíram para revelar como estas reproduzem o "jogo de forças sociais e políticas" e os "valores morais e culturais" (WOLKMER, 2003. p.155) de uma sociedade. Como afirma Wolkmer (2003, p. 154): "o Direito é a projeção normativa que instrumentaliza os princípios ideológicos (certeza, segurança, completude) e as formas de controle do poder de um determinado grupo social".

Campos (2011, p. 2) destaca que a crítica feminista sempre se pautou na sustentação dicotômica presente nas ciências e nas disciplinas acadêmicas (razão/sensibilidade, razão/emoção, racional/irracional) e que nosso pensamento se estruturou em torno de uma série de dualismo ou de pares opostos. Citando Olsen afirma que na visão dualista uma metade é feminina e a outra masculina e que o "masculino" é considerado superior e com o qual o Direito se identifica.

A exclusão histórica das mulheres do espaço público, e, portanto, das práticas jurídicas desvalorizam traços associados às mulheres no campo do Direito (OLSEN, 2000. p. 3). O gênero, portanto, passa a ser determinante na construção e na aplicação do Direito:

> Se o gênero organiza a vida social, dá significado à dimensão do poder, estrutura a divisão sexual do trabalho, as doutrinas jurídicas são criadas em um contexto social permeado pelo gênero, por relações econômicas e raciais, pela divisão sexual do trabalho e pela subjetividade dos doutrinadores envolvidos no processo. (CAMPOS, 2011, p.4).

Logo, sendo o Direito a projeção normativa que instrumentaliza ideologias androcêntricas, as resistências das instituições jurídicas à aplicação da legislação de proteção a mulher em situação de violência doméstica deve ser entendida para além de interpretações técnicas do direito ou de incompreensões acerca das peculiaridades que envolvem esse tipo de violência. Estas devem ser inseridas num contexto mais amplo de compreensão do fenômeno do Direito e de uma compreensão politizada do seu uso estratégico para a manutenção de poder e para a resistência ao caráter subversivo das reivindicações e conquistas feministas.

As resistências, tanto ao projeto de lei, quanto na aplicação da Lei Maria da Penha, não são apenas manifestações recorrentes de pessoas sexistas, mas reações novas com argumentos antigos às inovações feministas e a um novo paradigma feminista, ou seja, outra perspectiva que não a da centralidade do homem e do homem como sujeito universal.

> Na medida em que os objetivos dos movimentos sociais contemporâneos às vezes vão além de ganhos materiais e institucionais percebidos; na medida em que esses movimentos sociais afetam as fronteiras da representação política e cultural, bem

> como a prática social, pondo em questão até o que pode ou não pode ser considerado político; finalmente, na medida em que as políticas culturais dos movimentos sociais realizam contestações culturais ou pressupõem diferenças culturais – então devemos aceitar que o que está em questão para os movimentos sociais, de um modo profundo, é uma transformação da cultura política dominantes na qual se movem e se constituem como atores sociais com pretensões políticas (ALVAREZ, DAGNINO E ESCOBAR, 2000, p.26).

O reconhecimento das peculiaridades da violência doméstica, a inserção de dispositivos não só repressivos, mas relacionados à saúde, prevenção e a inserção de todo o aparato necessário para uma ação preventiva e de proteção à mulher implicaram diretamente na recepção pelo direito brasileiro da perspectiva feminista acerca de segurança humana.

Na perspectiva de Olsen (2000, p. 3) os desafios mais interessantes contra o sistema dominante de pensamento no direito são colocados pelas feministas, pois se configuram em críticas sobe o domínio do masculino. E é por tal razão que a atuação do movimento feminista pode ser vista como um processo importante de resignificação do direito, na medida em que impõe a este a ruptura com uma suposta neutralidade da lei e da própria violência e passa a impor ao ordenamento jurídico uma interpretação específica que considere as "peculiaridades" da violência doméstica.

Afirmar que, mais que uma intervenção jurídica, a atuação do movimento feminista brasileiro na construção e aprovação da Lei Maria da Penha foi uma atuação política é afirmar os impactos sociais e culturais de suas ações na medida em que a perspectiva dominante e androcêntrica da magistratura no Brasil não logrou êxito. "A vacilante percepção à causa da mulher ainda está presente no sistema de justiça, que permanece reativo às mudanças introduzidas pela nova legislação (...)" (LAVIGNE, 2011, p. 84).

A luta do movimento feminista nunca se restringiu a um reconhecimento formal de direitos. É importante resgatar que esse leque de direitos conquistados pela Lei Maria da Penha veio acompanhado de uma série de mecanismos de controle e fiscalização da legislação, possibilitando que a esta não fosse uma conquista isolada, mas um passo num longo caminhar já traçado há tempos no Brasil.

Pelas experiências compartilhadas pelo movimento feminista e pela vasta documentação produzida no que se refere aos caminhos para a provação da lei Maria da Penha, percebe-se que sua trajetória vem acompanhada de uma quebra com epistemologias jurídicas e com teorias do direito que não são receptivas teorias e práticas feministas.

A lei ao ser proposta por um movimento e elaborada com ampla participação rompe com a noção de gênero no direito (CAMPOS, 2011, p. 4), tanto de quem é agente ativo na produção de leis, como ideologicamente quebra esses paradigmas binários ressaltando uma visão plural que desconstrói o "ser universal e neutro", ao inserir mulheres no mundo jurídico como sujeitas específicas de proteção.

> Essa lei adotou a perspectiva feminista de que a violência, especialmente a violência nas relações interpessoais, é um dos principais mecanismos de poder para forçar as mulheres a posições subordinadas na sociedade face à permanência contra elas de padrões discriminatórios nos espaços público e privado (BASTERD, 2011 p. 16).

Como destacam Alvarez, Dagnino e Escobar (2000, p. 16) os movimentos sociais expandem as fronteiras das políticas institucionais e redefinem o sentido de noções convencionais de cidadania, representação política e participação.

O movimento feminista brasileiro resignificou o Direito na medida em redefiniu o sentido de cidadania. Significa dizer que a resignificação do Direito não se apresenta apenas pelo conteúdo da lei Maria da Penha, mas se coloca pela participação política e pela disputa de poder do movimento feminista nesse processo nos últimos 40 anos. O movimento feminista tem contribuído significativamente a crítica cultural contemporânea e nesse sentido é a análise de Rago (2003, p. 8):

> Para além da desconstrução de configurações ideológicas, conceituais, políticas, sociais e sexuais que organizam nosso mundo, os feminismos deram visibilidade às formas perversas da exclusão que operam no mundo público. Ao mesmo tempo, propuseram formas alternativas de organização social e sexual fundamentais para a construção de relações mais igualitárias não apenas entre os gêneros, já que se trata fundamentalmente da construção de um novo conceito de cidadania, num campo em constante mutação.

O processo de aprovação de leis que criam mecanismos e instituições para a proteção a mulher em situação de violência vem sempre acompanhado de reflexões sobre as relações de poder existentes e sobre como romper com as desigualdades impostas por estas. Ao fazer esse tipo de proposta as políticas públicas exigem um comprometimento que interfere diretamente nas práticas culturais tanto da sociedade em geral como dos profissionais e agentes do Estado.

As experiências de mais de 40 anos de atuação do movimento feminista, seja no confronto com o Estado Autoritário seja na articulação de políticas através deste após a redemocratização no Brasil, qualificaram as experiências e estratégias adotadas junto a aprovação de uma legislação voltada para a proteção da mulher em situação de violência doméstica e familiar.

A forte incidência política e o enfrentamento ao conservadorismo do direito e sua perspectiva androcentrica geraram resultados de suma importância. Esses resultados, como se vê ao resgatarmos a historia de luta do movimento feminista no Brasil, não surgem de um único momento ou de um trabalho pontual, ao contrário, a incidência política do movimento feminista na aprovação da Lei Maria da Penha, enquanto marco legislativo e histórico para o combate a violência doméstica, é a continuidade de um caminho que já vem sendo trilhado; e a ousadia de irromper no mundo jurídico com uma perspectiva feminista nada mais é que o resultado de um trabalho cotidiano e se resistência histórica das mulheres no Brasil.

Referência

ABERS, Rebecca. BULOW, Marisa Van. **Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar ativismo através da fronteira entre Estado e Sociedade?**. Sociologias [online]. Volume.13, número 28, 2011.

ALVAREZ, Sonia E. DAGNINO, Evelina. ESCOBAR, Arturo. O Cultural e o Político nos movimentos sociais latino-americanos. In: **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-americanos: Novas Bibliografia**, ALVAREZ, Sonia E. DAGNINO, Evelina. ESCOBAR, Arturo (orgs.). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

AQUINO, Silvia. A trajetória de luta do movimento feminista de Salvador pela criação da Delegacia de Proteção à Mulher. In. MOTTA, A.; SARDENBERG, C. e GOMES,M. (orgs). **Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas**. Coleção Bahianas, n. 5. Salvador: NEIM/UbFBA. 2000.

AQUINO, Silvia. Construindo uma "nova cidadania": reflexões sobre a interação entre movimento feminista e Estado na criação da Delegacia de Proteção à Mulher de Salvador. In. COSTA, A.A. e SARDENBEG, C. (orgs) **Feminismo, Ciência e tecnologia**. Coleção Bahianas, número 8. Salvador: NEIM/UFBA. 2002.

BASTERD, Leila Linhares. Lei Maria da Penha: uma experiência bem-sucedida de *advocacy* feminista. In: CAMPOS, Carmem Hein de (org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI da Mulher)**. Disponível em http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=130748&tp=1. Acesso em 21 ago. 2014.

CALAZANS, Myllena. CORTES, Iáris. O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da

Penha. In: CAMPOS, Carmem Hein de (org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

CAMPOS, Carmem Hein de. Razão e sensibilidade: teoria feminista do direito e lei Maria da Penha. In: CAMPOS, Carmem Hein de (org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

CAMPOS, Carmen H. de. Violência doméstica no espaço da lei. In BRUSCHINI, Cristina. PINTO, Celi Regina (orgs.). **Tempos e lugares de gênero**. São Paulo: Editora 34 e Fundação Carlos Chagas, 2001.

COSTA, Ana Alice Alcantara. BRANDÃO, Jaciara Sena. Lili Tosta e os fundamentos do feminismo baiano. In: SILVA, Maria Dulce. NERY, Inez (orgs.). **Cenários e personagens plurais**. Teresina: NEPEN/UFPI, 2002.

COSTA, Ana Alice. O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar. In: WOLFF, Cristina Scheibe. PEDRO, Maria Joana. (orgs.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

COSTA, Ana Alice. **O movimento feminista no Brasil. Dinâmicas de uma intervenção política**. . Labrys. Estudos feministas. Janeiro/julho. 2005.

DEBERT, Guita Grin. As delegacias de defesa da mulher: judicialização das relações sociais ou politização da justiça? In CORREA, Mariza. SOUZA, Erica Renata de (orgs.). **Vida em família: uma perspectiva comparativa sobre "crimes de honra"**. Campinas, SP: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero/Universidade Estadual de Campinas, 2006.

DECISÕES **STF ADC 19 e ADI 4424 (constitucionalidade da Lei Maria da Penha e dispensa da representação da vítima)**. Disponível em <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-Content/uploads/2012/08/PGR31052010_ADI4424_lei9099naoseaplica.pdf>. Acesso em 21 ago. 2014.

DINIZ, Simone G. **Violência contra a mulher: estratégias e respostas do movimento feminista no Brasil (1980-2005)**. Disponível em < http://mpdft.gov.br/pdf/unidades/nucleos/pro_mulher/simone.pdf>. Acesso em 20 ago. 2014.

FREITAS, Silvana. **Para juiz, proteção à mulher é "diabólica"**. Folha de São Paulo. Cotidiano. São Paulo, 21 de outubro de 2007. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2110200719.htm. Acesso em 21 ago. 2014.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

LAVIGNE, Rosane M. Reis. Caso Fonaje: o ativismo de juízes integrantes do Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE no processo de elaboração da Lei Maria da Penha. CAMPOS, Carmem Hein de (org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

OEA. **Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, "Convenção de Belém do Pará"**. Disponível em < http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>. Acesso em 20 ago. 2014.

OLIVEIRA, Marcella Beraldo de. Da delegacia de defesa da mulher ao Juizado Especial Criminal: significados da violência de gênero no fluxo processual. In DEBERT, Guita Grin. GREGORI, Maria Filomena. OLIVEIRA, Marcella Beraldo de (orgs.). **Gênero, família e gerações: Juizado Especial Criminal e Tribunal de Júri**. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP, 2008.

OLSEN, Frances. El sexo del Derecho. *In* RUIZ, Alicia E.C. (compiladora). **Identidad Feminina y Discurso jurídico**. 1ºed. Biblos: Buenos Aires, 2000.

PASINATO, Wânia. **Lei Maria da Penha: novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos?**.

Civitas – Revista de Ciências Sociais. Civitas, Porto Alegre, volume 10, número 2, p. 216-232, maio-ago. 2010.

PEDRO, Joana Maria. **Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)**. Revista brasileira de história. São Paulo, volume 26, número 52, 2006.

PERROT, M. **Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência**. In.: Cadernos Pagu, número 4, 1995.

RAGO, Margareth. **Os feminismos no Brasil: dos "anos de chumbo" à era global**. Labrys - estudos feministas. Número 3, janeiro/ julho, 2003.

SANTOS, Cecília MacDowell. **Da Delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha: Absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 89. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/gender%20workshopRCCS_89_Cecilia_Santos.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.

SCHUMAHER, Maria Aparecida. VARGAS, Elizabeth. **Lugar no Governo: álibi ou conquista?**. Revista Estudos Feministas. Ano 1. 2º semestre. 1993.

SOARES, Vera. **Movimento feminista: paradigmas e desafios**. Revista Estudos Feministas 11, 1994.

TAVARES, Márcia Santana. SARDENBERG, Cecília M. B. GOMES, Márcia Queiroz de C. **Feminismo, Estado e políticas de enfrentamento à violência contra mulheres: monitorando a lei Maria da Penha**. Disponível em: <http://www.tanianavarroswain.com.br/labrys/labrys20/brasil/lei%20MP.htm>. Acesso em 26 jun. 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

TJ/MS **declara Lei Maria da Penha inconstitucional**. Disponível em <http://www.douradosnews.com.br/arquivo/tj-ms-declara-lei-maria-da-penha-inconstitucional-f816bbad8f23a9d1751a9f8aab9a7315>. Acesso em 21 ago. 2014.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Ideologia, Estado e Direito**. 4 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

"Se eu não me fizesse de doida, eu apanhava todo dia": VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA PERCEPÇÃO DE MULHERES PROVEDORAS DA AMAZÔNIA PARAENSE

Lana Claudia Macedo da Silva
lanacmacedos@gmail.com

João Luiz da Silva Lopes
joaolslopes@bol.com.b

Resumo: O estudo objetiva contribuir para o debate acerca da violência doméstica contra a mulher segundo a percepção de mulheres provedoras. Como metodologia adotou-se a entrevista semi-estruturada. A pesquisa reflete sobre o tema a partir da memória de três mulheres residentes em áreas periféricas, baixa escolaridade, sem qualificação profissional e inseridas no mercado de trabalho informal. Essas mulheres conseguiram romper com a naturalização da violência doméstica a partir da revisão dos arquétipos que associam a mulher à imagem de sexo frágil. Elas não se percebem como subordinadas e contrastam com tal modelo, prenunciando a debilidade do papel tradicional da esposa/mãe/dona-de-casa. Considera-se que a violência doméstica retrata a desigualdade e discriminação de gênero, embora não se configure como passividade feminina, haja vista as estratégias de sobrevivência, resistência e poder dessas mulheres.

Palavras-chave: Mulheres. Violência Doméstica. Amazônia.

Introdução

O presente artigo objetiva analisar os discursos de mulheres provedoras acerca da violência doméstica por elas sofrida. A Violência contra a mulher constitui sério problema de saúde pública, assim como uma violação dos direitos humanos. Existem diferentes formas de violência contra a mulher, dentre elas a violência social, jurídica, doméstica, psicológica, a física e a sexual. As Nações Unidas definem violência contra a mulher como:

> Qualquer ato de violência baseado na diferença de gênero, que resulte em sofrimentos e danos físicos, sexuais e psicológicos da mulher; inclusive ameaças de tais atos, coerção e privação da liberdade seja na vida pública ou privada. (Nações Unidas, 1992).

Todas essas formas de violência podem ter sérias implicações para a saúde sexual e reprodutiva da mulher. A Violência contra a mulher também pode ser institucional, ou seja, quando os serviços oferecidos por uma instituição e sistemas públicos são prestados em condições inadequadas resultando em danos físicos e psicológicos para a mulher (por exemplo: longas esperas para receber tratamento, intimidação, mal trato verbal, ameaças e falta de medicamentos).

No Brasil, pesquisas da Fundação Perseu Abramo (2000) apontam que a cada 15 segundos uma mulher é agredida, das mulheres que já sofreram algum tipo de violência, mais de 50% delas não costumam recorrer a auxílio e, para 53% os maridos e parceiros são os principais agressores.

Pesquisa realizada no ano de 2011 na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher no município de Belém revela a ampliação do número de denúncias no período de Agosto de 2006 a 2010. Em 2006 a DEAM recebeu 5.664 tipos de denúncia, em 2007 são registrados 5.149 boletins de ocorrência (BOP) de um total de 10.544 atendimentos, em 2008 são 6.354 bop's, destes 28% são casos de lesão corporal segundo a Lei Maria

da Penha, de um total de 10.549 atendimentos. No ano de 2009 são 7.679 Bop's, destes 27% representam lesão corporal segundo a LMP e em 2010 são 6.875, destes 29% correspondem a lesão corporal segundo a LMP, totalizando a DEAM encerrou este ano com 11.195 atendimentos (Silva & Miranda, 2011).

O aumento no quantitativo de denúncias a partir de agosto de 2006 representa a visibilidade da violência contra a mulher na sociedade, principalmente após a criação da Lei Maria da Penha. A LMP é um marco na trajetória das mulheres brasileiras, pois rompe com a privacidade desse fenômeno, inserindo-o como problema público. Após a Lei as mulheres passaram a denunciar mais seus agressores.

A questão da violência contra a mulher no município de Belém não diverge muito da realidade nacional, contudo devem-se levar em consideração as peculiaridades regionais. Silva & Miranda (2011) enfatizam que em todo o Estado do Pará com seus 143 municípios existem apenas 10 possuem Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher. Essa realidade dificulta às ações de prevenção e enfrentamento a violência doméstica, por isso a criação de políticas públicas, comprometidas para e com os direitos das mulheres do Estado do Pará são imprescindíveis.

Em pesquisa de doutoramento sobre mulheres provedoras na capital paraense, observou-se que a violência doméstica está presente nos discursos das mulheres investigadas. A violência mais visível incide nas agressões físicas e morais praticadas pelos homens. Essa forma de violência se apresenta como a mais propagada e combatida pela sociedade. Mas, há outras formas não tão visíveis e, por isso mesmo, difíceis de serem combatidas.

A proposta deste trabalho está pautada em um estudo sócio-antropológico acerca da trajetória de vida de três mulheres responsáveis pelo domicilio da Região Metropolitana de Belém (RMB). Para procedimento metodológico optou-se pela entrevista estruturada, isto é, com um roteiro previamente estabelecido. As mulheres foram entrevistadas separadamente, segundo os locais e horários de sua conveniência. Para as entrevistas, seguiu-se um roteiro previamente estabelecido com perguntas abertas discorrendo sobre as temáticas relacionadas ao estudo. Acrescenta-se, porém, que a finalidade do roteiro não foi estabelecer limites à entrevista, ao contrário, as perguntas eram de caráter aberto permitia a inclusão de perguntas que porventura não constassem no roteiro, obedecendo ao próprio fluxo da conversa. Assim, a entrevistada era conduzida a falar sobre determinados assuntos pertinentes a pesquisa por meio de perguntas estabelecidas no roteiro.

A metodologia da entrevista aberta se assemelha a conversas, permitindo que os sujeitos pesquisados sintam-se mais à vontade e descontraídos. A situação de espontaneidade apresentada no decorrer das conversas (entrevistas) possibilitou a visibilidade de processos íntimos que, por não serem muitas vezes conscientes, são frequentemente desconhecidos dos próprios entrevistados. Igualmente, as entrevistas permitem que os entrevistadores, a todo e qualquer momento, possam esclarecer dúvidas e, também, rever respostas e perguntas à medida que o processo de entrevista acontece.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, com o aval das pessoas pesquisadas, buscando-se preservar da maneira mais fiel possível o que foi dito, como por exemplo, a maneira de falar, os erros gramaticais, as gírias e ênfases. Além disso, na medida em que as transcrições eram feitas foram sendo inseridos comentários discorrendo sobre as situações de entrevista, tais como nervosismo na fala, risos, hesitação, gesticulação exagerada entre outros. As entrevistas tiveram duração de duas a quatro horas de gravação, em dias e horários diferentes.

Concorda-se com Rocha-Coutinho (2004: p.5) acerca da relevância da utilização desse arsenal metodológico para os estudos sobre mulheres:

> A utilização de histórias orais – quer sob a forma de histórias de vida, quer sob a forma de entrevistas abertas que se assemelham a um "bate-papo", como as que utilizamos –, bem como o uso da análise do discurso para interpretar os textos delas resultantes, tem se mostrado especialmente útil nos estudos sobre mulheres. Se quisermos melhor entender como as ideologias dominantes – refletidas e reforçadas pelos diferentes tipos de discurso a que as pessoas estão expostas – estruturam as instituições e moldam a vida cotidiana das pessoas, é necessário ouvir não apenas o que as pessoas dizem de suas vidas concretas, mas também como elas falam sobre suas vidas.

Deste modo, a história oral se apresenta como um instrumental de extrema importância para o cientista social, pois permite fazer com que as pessoas falem sobre suas vidas, suas vivências e trajetórias. Assim, o pesquisador conta com rico material sobre fatos e atividades, mas, sobretudo, transparece a experiência emocional dos sujeitos. Contando suas histórias, as pessoas articulam suas experiências e refletem sobre os significados destas experiências para si próprias e para os outros. Deste modo é possível a visualização de como o sujeito se percebe no mundo, seus valores, suas ações e atitudes e os significados imbuídos nessas ações conscientes ou inconscientes.

Violência Doméstica Contra a Mulher

A violência contra a mulher é uma das formas de violência mais aceitas como "natural", referendada em ditos populares como: "mulher apanha porque gosta". Os números alarmantes de violência contra mulher não representam a realidade deste complexo fenômeno social, visto que, muitas mulheres agredidas ainda permanecem silenciadas por diferentes fatores que perpassam desde questões econômicas até afetivas.
Desde a Constituição Federal (1988) que se tem estabelecido o reconhecimento e combate à violência doméstica em seu parágrafo 8º, art. 226: "o Estado assegurará à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações". Contudo, a dificuldade de adentrar no espaço familiar, considerado até então privado, favorece a omissão do estado em relação aos direitos das mulheres.
Nesse sentido, os movimentos de mulheres de todo o país tem exercido importante papel no sentido de dar visibilidade aos crescentes números de mulheres que sofrem violência, de maneira a combater a desigualdade de gênero e romper com a naturalização de valores discriminatórios.
Segundo Saffioti (2004) a violência doméstica ocorre no interior do domicílio e fora do âmbito familiar como exemplo na rua, no local de trabalho da mulher, estas relações de desigualdades e poder entre homens e mulheres estão ligados por vínculos afetivos, afinidade, amor, vínculos consanguíneos. A violência doméstica possui peculiaridades, sendo praticada por maridos, companheiros, namorados atuais ou anteriores, daí sua complexidade, pois o agressor está inserido no cotidiano da mulher, tem acesso a sua intimidade e a suas informações. O agressor se beneficia da condição privilegiada de convívio e acesso à mulher para exercer a dominação através de atos violentos.
Vale ressaltar que a violência doméstica está imersa por relações de poder. Saffioti (2001) expõe que as faces desse poder são representadas pela potência e a impotência, as mulheres são socializadas para conviver com a impotência e os homens são vinculados à força, a potência, isto é são preparados para exercer o poder.
E, segundo a análise foucaultiana (1988) o poder é compreendido de maneira dinâmica, exercido em rede. As relações conflituosas utilizam-no para impor seus interesses e dominar quem não o detém, as relações sociais estão envoltas por dimensões do campo de forças envolvidas nesse processo.
Cabe ressaltar que nos dias atuais, ao mesmo tempo em que as mulheres convivem com a discriminação de gênero, também há conquistas oriundas das lutas empreendidas ao longo de séculos por mulheres de todas as gerações. A maior participação da mulher no mercado de trabalho, acompanhada de maior visibilidade no espaço público são algumas delas. Concomitantemente, às mulheres estão mais presentes no mundo do trabalho e, também, assumindo sozinhas o provimento de sua família, portanto, expostas a uma sobrecarga de trabalho dentro e fora do âmbito doméstico.

"Se eu não me fizesse de doida, eu apanha todo dia"

A pesquisa traz a reflexão sobre o tema a partir da memória de três mulheres nascidas na década de cinquenta, moradoras de áreas periféricas, com baixa escolaridade, sem qualificação profissional e, portanto, inseridas no mercado de trabalho informal, essas mulheres narram sua história:

> No início do casamento eu fui muito oprimida porque meu marido era machista. Eu era daquela mulher que se não fizesse de doida, eu apanhava todo dia. Minha família não queria o casamento então eu tive que aguentar porque eu casei com quem eu quis (Margarida, 2009).

Assim Margarida inicia sua narrativa sobre o período em que esteve casada. O cotidiano marcado por violência A violência não sutil, mas sim, gritante na fala dessa mulher de meia idade. Ao dizer "se eu não me fizesse de doida eu apanhava todo dia", a pesquisada revela que traçou estratégias adaptativas para conviver com o que ela denominou de "machismo" por parte do marido.

Em determinada ocasião chegou a prestar queixa na delegacia por agressão física e, o delegado lhe disse: *"Vai minha filha, volta pra casa, é pai dos teus filhos"*. Nessa ocasião, ela diz que apanhou, mas, também bateu, agatanhou o marido. Transparece nesse ponto da fala da pesquisada a ausência do poder público no trato com as mulheres que se encontram em situação de violência doméstica. Ou seja, havia nítido despreparo por parte dos órgãos públicos que deveriam ser responsáveis pela segurança dessas mulheres.

No ano de 2005 o Senado Federal apresentou dados do Relatório de Pesquisa sobre a temática da Violência Doméstica Contra a Mulher. Participaram do estudo um universo de 16.433.682 mulheres, residentes nas 27 capitais brasileiras, com idade superior a 16 anos. Os resultados sinalizam que 71% dessas mulheres já foram agredidas, sendo o marido ou companheiro o maior responsável para 65% das entrevistadas. No que concernente as reações femininas após o ato de violência 28% procuraram ajuda familiar ou de amigos, 16% procurou uma delegacia comum, 22% procurou uma delegacia especializada para o caso, 19% silenciou e, ainda 15% não responderam à pergunta.

Os dados acima são reveladores de um crime cometido entre quatro paredes que apresenta grande potencial ameaçador para suas vítimas. Margarida faz parte de uma estatística alarmante, o número reduzido de mulheres que procuram a polícia para prestar queixa contra seu agressor. Ressalte-se que o testemunho da pesquisada se refere às décadas de 1980 e 90, período em que a mesma vivia em união conjugal. Não há levantamentos estatísticos acerca dessas décadas que procurassem evidenciar os números de casos de violência doméstica contra mulher, nem tão pouco, suas atitudes em relação ao fato. No Brasil, somente na década de 90 a questão teve visibilidade entrando na pauta de discussão dos movimentos sociais femininos.

Percebe-se na fala de Margarida a frustração com a situação de despreparo por parte de autoridades policiais que deveriam zelar por sua integridade física e moral. Mas, ao contrário, naquele instante o conselho dado pelo delegado foi para que a mulher retornasse à casa e aceitação a situação, haja vista que durante muito tempo a sociedade brasileira aceitou o ditado popular que propaga "em briga de marido e mulher não se mete a colher". O silêncio social a que a mulher estava subjugada trouxe como consequência uma sociedade sem parâmetros definidos entre assuntos pertinentes à esfera privada e à esfera pública. E, como o homem, perante a Constituição brasileira exercia o pátrio poder, onde os filhos, a mulher e a casa estavam sob sua responsabilidade era uma prática comum os assuntos considerados domésticos não ultrapassarem os limites da casa.

Nesse momento ainda não se pode falar de redes de apoio e instrumentos capacitados para trabalhar essa temática, como a Delegacia da Mulher[1] e a Lei Maria da Penha[2], ambas criadas em 1985 e 2006, respectivamente. A Lei Maria da Penha apresenta quatro tipos de violência contra a mulher: Violência Sexual: Assédio, estupro, sedução, Importunação ao pudor, atentado ao pudor. Violência Psicológica: Xingamento frequente, ofensa moral, ameaça de espancamento, levar a mulher a se sentir inferior. Violência Social: desemprego e prostituição, salário inferior e falta de creches, preconceito e discriminação, assédio moral. Violência Jurídica: leis que garantem a dominação masculina.

---

1 A primeira Delegacia da Mulher surgiu em São Paulo, tendo como principal política pública o combate e prevenção à violência contra a mulher. Atualmente, o país conta com 307 delegacias da mulher.

2 A Lei de nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 conhecida como Lei Maria da Penha, recebe esse nome em homenagem a biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, uma vítima emblemática da violência doméstica que lutou, durante anos, para que seu agressor, ex-marido e pai de suas três filhas, viesse a ser condenado.

Atualmente, os movimentos que lutam em favor dos direitos femininos estão engajados em uma campanha para deflagrar a violência contra a mulher como questão de saúde pública, compreendida como uma agressão aos direitos humanos das mulheres, e não mais tratada como privado ao espaço doméstico.

Após o episódio da delegacia Margarida decidiu conversar com o patrão do marido para contar o acontecido e pedir que o salário dele fosse entregue à ela, impedindo que o marido gastasse tudo com bebida, comprometendo as despesas domésticas. Com a convivência, aprendeu a conhecer o marido e, utilizar estratagemas para evitar brigas:

> Eu também era uma pessoa muito insegura, que não sabia relevar o que ele fazia, chegava partia para a agressão. Hoje eu reconheço que com a cabeça que eu tenho agora, se eu tivesse casado com ele nessa época, a gente ia viver feliz e não tinha tantos atritos como foi no passado, porque eu queria viver a vida dele, eu queria que ele fizesse aquilo o que eu queria, porque ele chegava pra mim e ditava as regras "Olha é assim, assim!" Então eu também queria que ele fizesse o que eu queria, mas era o contrário, ele só sabia se impor, na hora... Era muito mulherengo. Era muito farrista. Ele só tinha uma preocupação com comida, bota a comida pra dentro de casa, tem o leite das crianças. Ele não queria saber se tava precisando de móveis, se a casa tava para reformar (Margarida, 2009).

Vários elementos surgem nessa fala: ciúme, insegurança, agressão, imaturidade. Margarida inicia amenizando as responsabilidades do marido perante os acontecimentos e, transfere para si o encargo de ser compreensiva e tolerante, como condiz à uma mulher. Em um dado momento de sua fala, a vivência da violência passa a ser pontuada como sendo responsabilidade sua, isto é, algo naturalizado ao cotidiano feminino, como um acontecimento normal entre casais:

> Eu assumi uma responsabilidade, eu escolhi isso e então eu vou vivenciar isso até quando não der. Separei com ele de morte. Quantas vezes ele arrumou mulher? "Eu vou embora, é aquela coisa que não dá mais certo" Ia embora. Quando eu via parava o carro e voltava com tudo. Já chegou a sair com tudo de casa, de não ficar um boné. E depois voltou.

As constantes brigas são relatadas como próprias ao relacionamento conjugal, revelando uma estratégia de defesa, e também, como possibilidade de sobrevivência, tamanho o aviltamento à vida. Com cincos filhos pequenos para criar, sem escolaridade, sem mãe e pai que pudessem lhe dar ao menos o suporte moral, ela não tinha alternativa a não ser suportar a situação e criar estratégias para continuar sua trajetória.

Reconhecer a opressão não significa se pôr na condição de vítima, pois a mesma relata que apanhou, mas também, bateu e, buscava estratégias de superação dessa situação, quer através da posse do salário do marido e apoio do patrão (que poderia tornar-se um aliado importante nessas circunstâncias), quer por meio de seu reconhecimento como esposa.

Em "A Dominação Masculina", Pierre Bourdieu (2010), acentua a importância da família enquanto instituição socializadora onde as posições dos agentes sociais encontram-se pré-estabelecidas ou pré-determinadas. No contexto familiar se manifestam as relações desiguais de poder no que concerne ao gênero, partindo de dois polos, o dominado e o dominador:

> É, sem dúvida. À família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculina, é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa representação garantida pelo direito e inscrita na linguagem (Bourdieu, 2010: 103).

É, portanto na família que tais práticas são criadas e recriadas, fortalecidas no cotidiano das relações de gênero, onde nem dominador nem dominado se concebem enquanto tal dada a eficácia simbólica das estruturas de dominação que concorrem para a naturalização de suas práticas.

Indubitavelmente a família possui papel preponderante na construção dos papéis sociais. Todavia, esses papéis não são estruturas fixas, estáticas, mas ao contrário, elas sofrem alterações segundo o contexto histórico, social e político em que o indivíduo se encontra. Nesse sentido, pensar que os sujeitos "dominados" corroboram com tal situação, de maneira implícita ou não, é contrariar as narrativas apresentadas pelas mulheres participantes desta pesquisa.

Sobre esse aspecto, considera-se pertinente recorrer à análise Foucaultiana acerca do controle e normatização dos indivíduos por múltiplos processos de poder:

> Dizendo poder, não quero significar 'o poder', como um conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um estado determinado. Também não entendo poder como um modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma de regra. Enfim, não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre o outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais. Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (Foucault, 1988: 102-103).

Para Foucault, o poder encontra-se inserido nas relações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas, no âmbito de uma sociedade. Os indivíduos que dela fazem parte exercem-no de todas as formas e em várias situações: hora dominando, hora sendo dominado.

> Onipresença do poder: não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E 'o' poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de auto-reprodutor, é apenas efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento que se apóia em cada uma delas e, em troca, procura fixá-las. Sem dúvida: devemos ser normalista: o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada (Foucault, 1988: 103).

O autor considera que o poder é proveniente de todas as partes. As relações de poder são dinâmicas e móveis, e mantêm ou destroem grandes esquemas de dominação. Assim, as correlações de poder são relacionais e se relacionam sempre com inúmeros pontos de resistência numa posição de interioridade em relação ao poder. A resistência, ou como afirmou Foucault, as resistências (no plural) compõem o papel de adversário, de opoente presente em toda a rede de poder, porém não como subproduto proveniente desta relação e fadado ao fracasso: "A pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais" (p. 107).

A pesquisa revela a presença de inúmeros focos de resistência por parte das mulheres que sofreram violência doméstica: desde a tentativa de posse do salário do marido, a não aceitação de seu enclausuramento na esfera doméstica, assim como, a insubordinação à condição de mulher traída, conforme discurso mais adiante.

Ainda no que tange à violência, observou-se diferentes aspectos presentes nos discursos dos sujeitos pesquisados. A forma de violência mais visível incide nas agressões físicas e morais praticadas pelos homens.

Essa forma de violência se apresenta como a mais propagada e combatida pela sociedade[3], conforme lê-se nos trechos abaixo:

> Ele (marido) dizia que por ele ser machista, ele achava que toda mulher que trabalhava fora, ela deixava o marido, ela corneava o marido, porque ele achava que a mulher que trabalha fora se tornava independente e como ele era muito mulherengo, acho que ele tinha experiências de casos com colega de serviço, eu calculo que era isso o pensamento dele, mulheres que trabalhavam assim, ele achava que era isso. Eu tentei varias vezes trabalhar. Trabalhei com vendas, mas sempre dentro de casa, nunca fora (Margarida, Ananindeua, 2009).

> Eu falo pra ele que ele é o homem das cavernas ele é muito ignorante quando ele tem que dizer, ele diz, ele ofende e não quer saber se tu vai te sentir bem ou mal, aí é isso que se torna chato pra mim (...) eu não sei eu acho feio a mulher que larga a sua casa e vai embora (...) o que aconteceu eu não esqueço nunca, porque tem um ditado que "quem dá-lhe esquece, mas quem apanha não" se tu vive com um homem ele te humilha, ele faz tudo o que tu não gosta, tu todo tempo tu vai reviver lembrando aquilo, te fala palavras que te ofende, ofende a tua, a tua dignidade (...) pra ele tem que ser na base da marra, até pra manter uma relação, chegava eu quero e pronto. Não era com aquela delicadeza, com carinho, com conversa não, então tudo isso eu guardo comigo, os filhos foram feito tudo na marra (Gabriela, Belém, 2011).

> Ele era uma pessoa assim muito... gostava de bater, gostava de me prender dentro de casa e eu não saía pra canto nenhum, só dentro de casa cuidando das crianças, não tinha liberdade pra ir numa igreja, numa missa, em canto nenhum enquanto ele tinha outras amantes na rua e ele não queria que eu visse né, aí ele me prendia dentro de casa. Mas quando foi um dia eu vi, nesse dia que eu vi, aí eu desmanchei o casamento (Qureidinha, Belém, 2011).

A primeira vista, o fato dessas mulheres terem parado (momentaneamente) de trabalhar para cuidar dos filhos, do marido e da casa pode dar a impressão errônea de uma submissão passiva às regras estabelecidas pelo marido. Contudo, é necessário um olhar mais acurado para examinar como são construídas as relações entre os sexos, conforme sugere a antropóloga Claudia Fonseca ao pesquisar a Vila de São João em Porto Alegre.
De maneira similar ao estudo de Fonseca (2004) na periferia de Porto Alegre, percebemos que há na comunidade estudada grande temor do marido em ser "corno". O medo masculino do chifre explica, em parte, a preocupação do bom desempenho de seu papel de provedor do lar, assim como, os inúmeros mecanismos contrários ao trabalho extradoméstico da esposa. Segundo a antropóloga, mecanismos femininos como as fofocas, piadas e acusações são utilizados no intuito de manipular a imagem pública dos homens:

> Diante da 'irresponsabilidade' dos homens, elas ficam vulneráveis, em perigo de sucumbir à decadência material; contudo, pela palavra feminina, os homens são submetidos à sanções simbólicas de importância proporcional (Fonseca, 2004: 155).

---

3 Em Belém, em média, 10 mil denúncias são feitas anualmente na Delegacia de Atendimento à Mulher no Pará. Porém, nem todas as mulheres que fazem as denúncias conseguem cortar o ciclo de violência. Somente 400 mulheres conseguem seguir o acompanhamento do Programa Maria do Pará, lançado em 8 de março de 2009 pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), oferecendo acompanhamento psicológico, pedagógico, social e jurídico voltados à superação de traumas emocionais, resgate de auto-estima e da autonomia pessoal.

Os homens da Vila de São João não encontram problemas em exercer sua "malandragem viril" (usando uma expressão da autora), porém, ficam estigmatizados em caso de traição feminina sendo frequentemente apontados pela comunidade circunscrita como "chifrudo". O contrário, porém, não acomete às mulheres investigadas, pois não ficam marcadas como transgressoras em caso de traição. Para a mulher, o ápice de sua condenação social ocorre quando não consegue "arrumar" ou "segurar" um parceiro adequado capaz de prover o sustento dela e de seus filhos.

Aqui, o comportamento sexual de homens e mulheres é uma prática corporificada, vitimizando tanto uns como os outros. O corpo assume o *lócus* onde se inscrevem as disputas pelo poder, é nele que nosso capital cultural está inscrito, é ele nossa primeira forma de identificação desde que nascemos – enquanto homens ou mulheres. Por conseguinte, o corpo é a materialização da dominação, é o *lócus* do exercício do poder por excelência. O sexo define se seremos dominados ou dominadores (Bourdieu, 2010).

Na concepção desse sociólogo, a sociedade naturaliza e reforça as diferenças entre os sexos de maneira a estereotipar as práticas e simbolismo considerados inerentes a cada um dos sexos. Nesse sentido, força, domínio e controle são considerados atributos masculinos enquanto obediência e fragilidade pertencem à esfera feminina. Tal dominação extrapola a esfera do concreto e tangencia os meandros do campo simbólico, tornando-se ainda mais difícil de ser combatida e refreada, pois percorre a esfera das relações coloquiais, além da consciência, inscrevendo-se nos corpos, práticas e valores. As mulheres são dominadas pelo poder masculino, desconsiderando a história da resistência, para esse autor a dominação é universalizante. Todavia, outros autores defendem uma postura diferenciada do autor de "A Dominação Masculina".

A historiadora Michelle Perrot evoca a história das mulheres para ratificar sua tese, argumentando que pensar a história de modo linear considerando somente a história da dominação masculina é um equívoco, pois impossibilita visualizar as mulheres no papel de sujeitos ativas e construtoras desta história. A autora considera ainda que não há limites estanques entre o público e o privado. "As fronteiras entre o público e o privado nem sempre existiram. Elas mudam com o tempo", assegura (2006: 176). As mulheres exercem o domínio no cotidiano, nos bastidores, esquivando-se da pretensa dominação masculina e "criando elas mesmas o movimento da história" (p. 187).

Salienta-se que Perrot faz uma análise do aspecto micro para o macro, enquanto Bourdieu realiza o trajeto inverso, parte do fenômeno macro para compreender o micro. Ele, ao contrário de Foucault não reconhece as interrupções produzidas no âmbito dos processos históricos. Para Foucault (1988: 105) "onde há poder há resistência", isto é, existem formas de ação que resistem à ideia de uma dominação universal passiva no que tange às mulheres.

A traição masculina aparece, em diferentes estudos, como um dos elementos "tolerado" quando não compromete o provimento da família (Sarti, 2007; Mendes, 2005, 2008).

Nota-se também como os "comentários" dos vizinhos interfere na relação de um casal. Sobre isso, Margarida, uma das pesquisadas diz:

> Eu era horrível. Quando eu sabia que tinha amante, eu ia atrás, botava ela pra correr. Ele morria de medo de mim, morria de vergonha, ele era safado, mas não gosta que eu aprontasse (Margarida, Ananindeua, 2009).

A frase revela que a mulher tinha conhecimento das relações extra conjugais do marido e formulava estratégias para contornar essa situação. Mais adiante no depoimento Margarida inconformada reconhece:

> E o pior é que os filhos sabiam, porque o Marcelo e o Márcio já trabalhava com ele, tinha 16,17 anos, sabiam iam comer lá na casa dela (Margarida, Ananindeua,2009).

O caso de Margarida ilustra o quanto as relações extra conjugais são legitimadas perante a sociedade. Os próprios filhos dela sabiam e pareciam apoiar a atitude paterna, numa demonstração de solidariedade masculina, isto é, aceitando ou ao menos encobrindo as amantes do pai. O que me faz questionar: Caso as filhas soubessem dos relacionamentos do pai elas contariam à mãe ou teriam a mesma postura dos irmãos? Difícil saber, mas, de

todo modo eram os filhos do sexo masculino, já adolescentes, que saíam com o pai para trabalhar e, portanto, partilhavam do universo masculino e dos valores que permeiam esse universo, como ter muitas mulheres, um indicativo de masculinidade.

Gabriela também faz referências ao consumo exagerado de bebida alcoólica por parte de seu marido:

> Olha hoje em dia a gente anda meio extremo, eu e ele, eu já estou convivendo mais por afinidade, que como por amor entre marido e mulher, a gente briga que nem dois cachorros tenho que ser franca que eu não vou, não vou usar uma máscara de couro que não é verdade, pra fazer transparecer uma coisa que não é, no início primeiro que a nossa relação no início, eu fiquei com ele quase que por uma, um meio de segurança, uma necessidade aí com a continuação, logo no início aí foi bom, depois aí veio o vício da bebida, aí ele já achava como veio aparecendo filhos, ele já achava que na rua ele era melhor, que dentro de casa como já tinha os filhos, já não dava mais e aí vez daquilo se transformar no amor, foi se transformando em distância e hoje em dia vem tudo na minha cabeça tudo que aconteceu tudo o que eu passei e a gente não ta vivendo lá essas grandes maravilhas tamos convive..., eu antes eu como eu falo pra minha filha, eu aguentei muita coisa porque meus filhos eram tudo escadinha a diferença de um pro outro, eram 1 ano 2 anos, então como eu fui criada com outras pessoas eu acho que, eu achava que os meus filhos não deveriam ser criadas como eu fui, jogado num canto de um e de outro, se tinha mãe e tinha pai, eu procurei eu tive que aguentar até quando deu. (Gabriela, Belém, 2011).

E acrescenta:

> Uma vez eu me arrumei eu disse que ia me embora só que os filhos começaram a chorar disseram que era pra mim não ir, que era pra mim ficar porque se eu fosse não tinha quem tomasse conta deles que eles eram pequenos na época. Tinha noite que ele bebia, ele chegava, ele queria quebrar, ele queria fazer e acontecer, cansei de passar a noite toda sentada na cabeça da ponte esperando ele dormir para mim poder entrar em casa então eu acho que isso não era vida, então eu achava que aquilo não era vida pra mim (Gabriela, Belém, 2011).

Os relacionamentos marcados por intensas dificuldades econômicas. O marido por muito tempo vive de "bicos" entre idas e vindas intermitentes de carteira assinada. Gabriela começa a trabalhar em serviços gerais dadas as dificuldades do marido em manter um emprego que pudesse prover a família.

> Por necessidade, porque o que ele ganhava ele ia, ia trabalhar o que ele ganhava, se ele ganhasse 20,00 (vinte) 15 (quinze) era pra bebida e 5 (cinco) ele trazia pra dentro de casa. O que é que a gente ia fazer com isso com os filhos que a gente tinha então meus filhos precisavam se calçar, precisavam se vestir precisavam de alimentos eu precisava de tudo isso então eu comecei a trabalhar e comecei a depender de mim mesma, tanto pra mim como pros meus filhos aí dele eu não pedia nada. O pouco que ele trazia se comprava uma comida se comprava alguma coisa e pronto era isso (Gabriela, Belém, 2011).

Os discursos ora apresentados contribuem para pontuar a presença de práticas tradicionais de desigualdades de gêneros, apresentadas por meio da traição, da violência doméstica e da divisão sexual do trabalho, concorrendo com situações de mudança e de poder feminino, evidenciado, não somente pela condição de provedoras da família, mas também pelas atitudes e comportamentos que evidenciam insatisfações e reações diante do contexto desigual de gênero vivenciado por cada uma dessas mulheres.

À guisa de conclusão

O debate, aqui empreendido, faz menção a dois tipos de violência presentes no cotidiano de mulheres chefes de família: a física e a simbólica.

Está implícita na fala das pesquisadas a insatisfação quanto à ausência masculina do provedor em sentido metafórico e concreto. O fato de vizinhos e conhecidos considerarem o marido como alguém que ambiciona se beneficiar de sua esposa, isto é, "viver às custas da mulher", macula sua masculinidade perante a família e a sociedade envolvente. Contudo, o homem não fica inerte diante desse embaraço social. Comumente, sua reação transparece por meio da (re)afirmação de seu potencial masculino como ser desgarrado, sem vínculos e livre.

Evidências fornecidas pelos sujeitos de nosso estudo sustentam a polarização entre os gêneros na camada popular. Aspectos como a vocação masculina para circular entre as mulheres constitui forte indicativo de masculinidade, tolerada, até certo ponto, entre as mulheres/companheiras, desde que não comprometa a premissa maior do homem provedor de sua prole, contudo, os discursos das mulheres pesquisadas sugerem uma revisão dos arquétipos teóricos que associam a mulher à imagem de sexo frágil, submissa e dependente. Elas não se percebem e/ou se apresentam como subordinadas e, ainda, contrastam com tal modelo, prenunciando a debilidade do papel tradicional da esposa/mãe/dona-de-casa.

Embora imersas em um cotidiano de agressão, as histórias relatadas, não conduzem a naturalização dessa violência. As cenas de violência marcadas no cotidiano dessas mulheres revelam diferentes percepções em torno da situação vivenciada por cada uma. Elas adotam diferentes estratégias de defesa, desde a resposta física, passando pela posse do salário do marido, até a busca por auxilio em instituições públicas. Salienta-se que é no cotidiano que tais relações são construídas e alicerçadas e, portanto, esse constitui o espaço onde as relações de gênero necessitam ser repensadas e revisadas.

A fragilidade das redes de apoio as mulheres vítimas de violência é outro ponto a ser ressaltado. Romper o ciclo de reprodução das relações de violência de gênero consiste em promover a dignidade a mulheres e homens, pensados enquanto sujeitos legítimos de direitos humanos. A sociedade brasileira avançou na construção de redes de serviços para atendimento da mulher em situação de violência a partir da criação da Delegacia da Mulher e da Lei Maria da Penha, embora ainda esteja distante do ideal de equidade de gênero, pois aspectos referentes à prevenção e amparo dessa mulher continuam fragilizados.

Referências

BOURDIEU, P. (2010). *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

FONSECA, C. (2004). *Família, fofoca e honra*: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

FOUCAULT, M. (1988). *História da sexualidade:* a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições GRAAL.

MENDES, M. A. (2005). *Mulheres Chefes de Família em Áreas ZEIS: Gênero, poder e Trabalho.* Tese de doutoramento. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco.

_____. (2008). "Violência doméstica na vida das chefes de família em camadas pobres: marcas, Tolerâncias e reações femininas". In*: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 2008, Caxambu-Minas Gerais.

PERROT, M. (2006). *Os Excluídos da História*: operários, mulheres e prisioneiros. 4ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra.

SAFFIOTI, H. I. B. (2004). *Gênero, Patriarcado e Violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. (Coleção Brasil Urgente)

_____. (2001). *Contribuições Feministas para o Estudo da Violência de Gênero.* Cadernos Pagu (16), pp. 115-136.

SARTI, C. A. (2007). *A Família como espelho:* um estudo sobre a moral dos pobres. 4ª ed. São Paulo: Cortez.

SENADO FEDERAL. (2005). *Violência Doméstica Contra a Mulher.* Relatório de Pesquisa. Brasília.

SILVA, L. C. M. e MIRANDA, S. N. (2011). Lei Maria da Penha: avanços e desafios no município de Belém, Pará. Trabalho apresentado ao *II Simpósio Gênero e Políticas Públicas.* Universidade Estadual de Londrina.

ROCHA-COUTINHO, M. L. (2004). Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. In: *Revista Temas de Psicologia*. UFRJ, volume 12, número 1.

VIOLÊNCIA contra a Mulher. Disponível em: http://www.aads.org.br/wp/?page_id=378. Acessado: jun de 2011.

Violência de gênero na Lei Maria da Penha: que mulheres estão protegidas?

Firmiane Venâncio do Carmo Souza
firmiane@hotmail.com

Violência contra a mulher no Brasil, emergência da Lei Maria da Penha e cidadania

A violência contra a mulher no Brasil tem ocupado grande parte da agenda feminista nos últimos quarenta anos, e isso não se dá por acaso. O Brasil no ano de 2012[1] tornou-se o sétimo país do mundo com maior taxa de homicídios de mulheres por 100 mil habitantes, deste número, mais de 60% dos agressores eram companheiros, ou ex-companheiros das vítimas e em mais de 70% dos casos, as violências contra a mulher eram cometidas no ambiente doméstico.

Essa constatação feita pelo Mapa da Violência de 2012 ocorre após 15 (quinze) anos desde o Relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos realizado em 1997 e referido no Caso 12.051, que ali tramitou, acerca da vítima Maria da Penha Fernandes.

> As agressões domésticas contra mulheres são desproporcionadamente maiores do que as que ocorrem contra homens. Um estudo do Movimento Nacional de Direitos Humanos do Brasil compara a incidência de agressão doméstica contra mulheres e contra homens e mostra que, nos assassinatos, havia 30 vezes mais probabilidade de as vítimas o sexo feminino terem sido assassinadas por seu cônjuge, que as vítimas do sexo masculino. A Comissão constatou, em seu Relatório Especial sobre o Brasil, de 1997, que havia uma clara discriminação contra as mulheres agredidas, pela ineficácia dos sistemas judiciais brasileiros e sua inadequada aplicação dos preceitos nacionais e internacionais, inclusive dos procedentes da jurisprudência da Corte Suprema do Brasil. Dizia a Comissão em seu relatório sobre a situação dos direitos humanos em 1997:
>
> Além disso, inclusive onde existem essas delegacias especializadas, o caso com freqüência continua a ser que as mulheres não são de todo investigadas ou processadas. Em alguns casos, as limitações entorpecem os esforços envidados para responder a esses delitos. Em outros casos, as mulheres não apresentam denúncias formais contra o agressor. Na prática, as limitações legais e de outra natureza amiúde expõem as mulheres a situações em que se sentem obrigadas a atuar. Por lei, as mulheres devem apresentar suas queixas a uma delegacia e explicar o que ocorreu para que o delegado possa redigir a "denúncia de incidente". Os delegados que não tenham recebido suficiente treinamento podem não ser capazes de prestar os serviços solicitados, e alguns deles, segundo se informa, continuam a responder às vítimas de maneira a fazer com que se sintam envergonhadas e humilhadas. Para certos delitos, como a violação sexual, as vítimas devem apresentar-se ao Instituto Médico Legal, que tem a competência exclusiva para realizar os exames médicos requeridos pela lei para o processamento da denúncia. Algumas mulheres não têm conhecimento desse requisito, ou não têm acesso à referida instituição da maneira justa e necessária para obter as provas exigidas. Esses institutos tendem a estar localizados em áreas urbanas e, quando existem, com freqüência não dispõem de pessoal suficiente. Além

1 WAISELFISZ, Julio Jacobo.(2013), *Mapa da Violência 2012 Atualização:homicídio de mulheres no Brasil.* Em http://mapadaviolencia.org.br/mapa2012_mulheres.php (visualização em 17 de novembro de 2014)

> disso, inclusive quando as mulheres tomam as medidas necessárias para denunciar a prática de delitos violentos, não há garantia de que estes serão investigados e processados.[2]

O processo histórico até que o Estado brasileiro dispusesse de uma legislação específica criando mecanismos eficazes no enfrentamento à violência contra a mulher, o que veio ocorrer em 2006 com a aprovação da Lei 11.340/06, mundialmente conhecida como Lei Maria da Penha, foi permeado todo o tempo por questões relevantes de caráter prático e teórico do que representavam e ainda representam as violações à integridade física, psicológica, sexual, moral e patrimonial das mulheres. Essas questões, trazidas para debate público, romperam as fronteiras do privado e acabaram por robustecer a ideia contida no brocardo feminista de que "o pessoal é político".

De fato, como referido por Barsted (2011), a constituição do feminismo como ator político e, portanto, como forma de expressão de cidadania ativa foi fundamental na aprovação da Lei Maria da Penha.

A noção de cidadania ativa realmente é extremamente útil para a compreensão não apenas do processo de participação política das mulheres e dos movimentos sociais que representam a luta por uma vida sem violência de gênero, mas também para que possamos introduzir a definição de cidadania passiva e daí por diante desenvolver as questões que serão discutidas neste trabalho acerca de que sujeitos de direitos estão protegidos pela Lei 11.340/06.

Virgínia Vargas Valente (2000) lembra que a reflexão feminista acerca da cidadania ganhou peso no final do século passado e início do presente século e encontra-se em sintonia com as preocupações tais como a luta das mulheres por igualdade, aportando novos conteúdos democráticos. Nessa perspectiva, a autora elenca as diversas dimensões da cidadania e destaca:

> La dimensión activa o pasiva de la ciudadanía está relacionada también con la dinâmica de derechos y responsabilidades que los ciudadanos tienen con la comunidade política a la que pertenecen. Se ha tendido a ver la ciudadanía activa en relación a la capacidade de tener juicio independiente frente a los assuntos públicos y su participación ciudadana en ellos; el assumir um compromisso activo en la deliberación de los temas que afectan a la comunidade política. Y si ha tenido a ver al ciudadano pasivo como sujeto de derechos, protegidos por el Estado y sin ningun papel real como sujeto politico. (VALENTE, 2000:177)

Segundo Provoste y Valdés em Barsted (2011:29-30), tomando por base as reflexões de Hannah Arendt:

> La ciudadanía activa (...) se basa en la suposición de una práctica crítica capaz de exigir el cumplimiento de normas jurídicas preestabelecidas, de nombrar las carências de aquellas personas que no han sido definidas como sujetos de derechos y de formular nuevos derechos que surgen con la complejidad creciente de las problemáticas de la vida contemporânea. Con esa perspectiva, la história de las luchas sociales de las mujeres, así como de otros movimientos sociales puede ser interpretada como una tendência para el incremiento del ejercicio futuro de la ciudadanía...

Sem dúvida, a implementação de políticas de enfrentamento à violência contra a mulher tem relação direta com o processo de exercício da cidadania ativa, pois não raro essas políticas decorreram de um intenso processo de pressão de grupos sociais de mulheres que não apenas exerceram capacidade crítica acerca de um fenômeno de tamanha magnitude como a violência de gênero, mas encontram nas diversas formas de advocacy feminista o caminho para o reconhecimento de direitos e garantias definidas em instrumentos legais.

Ao ter reconhecida a igualdade formal por meio da previsão legal contida nas normas internacionais e nacionais, torna-se imprescindível às mulheres transformar tal igualdade em material, substancial e para tanto, somente a existência das leis é insuficiente. É preciso atribuir concretude aos mandamentos ali contidos. Isso se faz por meio da resistência expressa de duas maneiras: pela agência política coletiva de controle social ou pelo exercício individualizado de reinvindicação judicial do direito declarado pela lei.

---

2 CIDH- Comissão Interamericana de Direitos Humanos, *Relatório nº54/01, Caso 12.051.* Em https://www.cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm (visualização em 17 de novembro de 2014).

A judicialização dos conflitos domésticos e familiares promovida por mulheres que buscam a intervenção do sistema de justiça (Poder Judiciário, Defensoria Pública, Ministério Público, advocacia privada) e segurança pública para romperem o ciclo de violência em que vivem, tornou-se o mecanismo individual de enfrentamento preferencial de mulheres brasileiras. Isso não se dá por acaso, mas decorre da possibilidade de a justiça intervir em curto espaço de tempo por meio de medidas protetivas de urgência que, afastando as partes, interrompe a violência atual e previne o seu agravamento, até decisão final sobre todo o conflito.
Podemos dizer assim, que a emergência da Lei Maria da Penha representou indiscutivelmente um novo paradigma jurídico e político para as mulheres, visto que passaram a poder vindicar à autoridade judiciária, inclusive diretamente, o direito às medidas de proteção, como também redundou num importante processo de reconhecimento e manejo cotidiano de dimensões da cidadania.

Relações de Poder em Julgamento

A violência contra a mulher de que trata a Lei 11.340/06 é reveladora de uma persistente articulação social de poder baseada na superioridade de um gênero, o masculino, sobre outro, o feminino.
Essa estrutura que promove a subordinação da mulher, fruto de uma construção histórica na qual a expressão de vontade das mulheres foi silenciada, antecede todas as demais formas de opressão (classe, raça, etnia) e ainda subsiste.
Pateman (1993:22) em O Contrato Sexual nos lembra que:

> Apesar das diversas reformas recentes na legislação e das mudanças mais amplas na condição social das mulheres, ainda não temos a mesma situação civil que os homens, embora esse fato político fundamental de nossas sociedades raramente seja tema dos debates contemporâneos sobre a teoria e a prática do contrato. Os maridos não desfrutam mais dos amplos direitos que exerciam sobre suas mulheres no século XIX, quando as esposas estavam na condição legal de propriedade. Mas, nos anos 80, esse aspecto de sujeição conjugal subsiste nas jurisdições que se recusam a aceitar algum tipo de limitação do acesso de um marido ao corpo de sua mulher...

Petit (1994) chama atenção para o fato de que o pacto original cria a família e a sociedade, mas suas histórias são distintas, se por um lado a história do contrato social é uma história de liberdade, o contrato sexual é uma história de sujeição, ambas as histórias dão conta da gênesis do poder.
Assim, é possível perceber que desde o Estado Absolutista e chegando ao liberal, os espaços reservados às mulheres sempre foram aqueles relativos à esfera doméstica, privada e, portanto, de pouco interesse para a coletividade. Dietz (1987:8-9) refere que «a noção liberal do privado mantém o ideário da mulher como propriedade do homem, como também tem mantido fora da vida do público aquelas que 'pertencem' a essa esfera: as mulheres»
Os regimes socialistas também não abriram mão de um modelo de subordinação feminina, pois em que pese considerarem a força de trabalho das mulheres nas fábricas, as impingia uma dupla e tripla jornada com os afazeres domésticos com filhos e companheiros, enquanto a estes restava tempo para incumbirem-se das questões políticas.
Portanto, as questões relativas às mulheres foram historicamente secundarizadas e restringidas ao espaço doméstico. Romper com a ordem patriarcal e re-significar a posição das mulheres na sociedade não foi e não tem sido tarefa fácil. Lerner (1990) aponta que a hegemonia masculina no sistema de símbolos adotou duas formas: a privação da educação a mulheres e o monopólio masculino das definições. Nessa linha a autora referida nos chama atenção para o fato de que:

> El sistema patriarcal sólo puede funcionar gracias a la cooperación de las mujeres. Esta cooperación le viene avalada de varias maneras: la inculcación de los géneros; la privación de la enseñanza; la prohibición a las mujeres a que conozcan su própria historia; la división entre ellas al definir la "respetabilidad" y la "desviación" a partir de sus actividades sexuales; mediante la represión y la coerción total; por médio de la discriminación en el

> acceso a los recursos económicos y el poder político; y al recompensar con privilégios de classe a las mujeres que se conforman.(LERNER, 1990:316)

É somente com a formação de uma consciência feminista calcada na história das mulheres, ou seja, baseada nas experiências vivenciadas por essas pessoas, notadamente organizadas sob a estrutura do feminismo que tem a capacidade de ser a um só tempo, teoria e ação política, é que todas essas questões atinentes ao patriarcado, ao sexismo e violência contra as mulheres que daquele decorrem, tornam visível o campo sobre o qual essa discussão se estabelece, qual seja o das relações de poder.

Foucault (1979), dentre outros autores, enfatiza o fato de que o poder é circulante, não se trata de um dado, mas deve ser analisado como algo que funciona em cadeia, rede, portanto a forma como agimos, postamos nosso discurso, é um dos primeiros efeitos do poder.

Essa perspectiva nos permite analisar como a construção das identidades masculina e feminina, com a imposta superioridade daquela sobre esta, serviu ao longo dos anos a um projeto de dominação e manutenção de privilégios do gênero masculino, sobre o feminino.

Tal dominação de um e a um só tempo subjugação do outro já pôde ser exemplificada anteriormente, mas é na violência contra a mulher que encontramos a face mais radical entre o exercício do poder e a resistência apresentada. A ruptura da integridade física, psíquica, sexual, moral e patrimonial da mulher é o momento em que esse poder masculino de dominação se esvai, assim como a capacidade de resistência feminina se anula.

Saffioti (2004:62) em Gênero, Patriarcado e Violência relembra que:

> Como o território humano não é meramente metafísico, mas também simbólico, o homem, considerado todo-poderoso, não se conforma quando sua mulher o abandona por não mais suportar os maus-tratos, ou quando ele, o homem, é preterido por outro por sua mulher. Qualquer que seja a razão do rompimento da relação, quando a iniciativa é da mulher, isto constitui uma afronta para ele. Na condição de macho dominador, não pode admitir tal ocorrência, podendo chegar a extremos de crueldade.

No ordenamento jurídico brasileiro, durante muito tempo, essas relações de poder que, extremadas, culminavam com a violação da integridade física, psíquica, moral, sexual e patrimonial da mulher, eram discutidas no âmbito das unidades judiciárias de família, quando o assunto era posto apenas como a necessidade de pôr termo a "problemas de família", sem os contornos públicos do conflito. Outra possibilidade era, quando levada a violência cometida à mulher ao conhecimento da autoridade policial, esta a encaminhava na maioria das vezes para resolução em juízos de delitos de pequeno potencial ofensivo.

Tanto numa situação, quanto na outra, as questões de fundo ensejadoras do comportamento do agressor, bem como a análise das condições da suposta vítima, eram obscurecidas pelas questões de ordem prática e privada da esfera familiar (divórcio, partilha de bens, guarda dos filhos, alimentos) ou pela objetividade, informalidade, do procedimento dos juizados especiais criminais para delitos de pequeno potencial ofensivo, cujo enfoque dado ao conflito doméstico e familiar que violentava as mulheres, desde a sua nomenclatura, era de menor importância.

Provocada por movimentos feministas e de mulheres, a intervenção dos organismos internacionais de direitos humanos nesse contexto que resultou na aprovação da Lei Maria Penha, parece deixar evidente que estamos a tratar neste terreno de relações de poder.

O que nos leva a essa conclusão, é a admissão no texto da Lei referida acima de que violência contra a mulher ali tratada está baseada no gênero, senão vejamos:

> Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:[3]

---

3 Lei 11.340/2006, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm, visualização 26 de setembro de 2014.

Vale dizer, o artigo 5º da Lei Maria da Penha ao definir como violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero, importa da teoria feminista conceito que encontra em algumas de suas dimensões, o referencial de construto social das relações de poder travadas entre homens e mulheres, reorientando as diferenças de acesso a bens, direitos e poder do determinismo biológico que vigorou durante muitos séculos.

Essa concepção diferenciada das razões que levam mulheres a sofrerem violências por parte de seus companheiros, pais, filhos, namorados, no âmbito doméstico e familiar, levou indiscutivelmente as relações de poder de gênero a serem apreciadas pelo sistema de justiça nacional, o que deu ensejo a uma diversidade de interpretações ou não intervenções em relações jurídicas postas em julgamento.

Realmente, a mudança no paradigma da análise dos conflitos domésticos e familiares que atingem as mulheres no Brasil assumida pela Lei 11.340/06 não tem sido de fácil assimilação pelo sistema de justiça.

Se por um lado, a Lei Maria da Penha trouxe inovações profundas na resolução de tais conflitos, ao estabelecer o binômio integralidade das ações e multidisciplinaridade da análise do conflito, de outro lado encontrou nos (as) operadores(as) do sistema justiça pessoas formadas ainda por uma mentalidade sexista, androcêntrica e classista.

Nesse sentido, o judiciário como espaço onde as relações de poder também são construídas e os privilégios masculinos são reforçados por homens e por mulheres que não compreendem a complexa formação da ordem patriarcal para qual, muitas delas acabam por contribuir, tornou-se o palco de avanços, mas de alguns graves equívocos.

Carmen Hein de Campos (2011) faz essa avaliação em seu artigo sobre a necessidade de uma reformulação política do sistema de justiça, no sentido de se tornar um *locus* de reafirmação das igualdades entre homens e mulheres e não como meio legitimador de desigualdades de gênero. Ao citar Smart (2000) e Lauretis (1994), a autora afirma:

> Si el género organiza la vida social, le da significado a la dimensión del poder, estrutura la división sexual del trabajo, las doctrinas jurídicas son creadas en un contexto social permeado por ele género, por relaciones económicas y raciales, por la división sexual del trabajo y por la subjetividades de los doctrinadores involucrados en el processo. Pero, ¿como opera el género en el derecho? Según Smart (2000), el derecho 'es uno de los sistemas (discursos) que producen no sólo las diferencias de género, sino formas muy específicas de diferencias polarizadas'. Actúa, por lo tanto, como una estratégia creadora de género o, utilizándose de la formulación de Lauretis, como una 'tecnología de género'(CAMPOS, 2011:15)

Reconhece ainda Campos (2011:22), que «la Ley Maria da Penha está provocando desplazamientos discursivos que afirman cada vez más los derechos de las mujeres relacionados con una vida libre de violencia, rompendo con el orden de género del derecho penal. Sin embargo, las resistencias a la aplicación de la Ley, aunque cada vez más reducidas, buscan frenar ese nuevo posicionamento. Las tensiones entre el conservadorismo legal (doctrinario y jurisprudencial) y las propuetas feministas deben ser resueltas en la superación del primero y en la inscripción de un nuevo lugar para las mujeres a partir del segundo».

De fato, tem representado um grande desafio para as feministas brasileiras, provocar no cotidiano dos processos de violência doméstica e familiar contra a mulher, a compreensão adequada de categorias analíticas construídas pela Teoria Feminista nos últimos dois séculos, sobretudo quando essa incorporação implica na repartição de poder e de privilégios sociais que passam por obter do judiciário uma escuta qualificada e destituída de preconceitos acerca do que significa sofrer violência de gênero.

Quem são as mulheres que a lei Maria da Penha quer proteger

Simone de Beauvoir (1949:17) em "O Segundo Sexo" mostra que desde Aristóteles, a São Thomas, à história do Gênese, «a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. »

A escritora revela ainda que somente no século XVIII, homens com uma característica mais democrática, a exemplo de Diderot e Stuart Mill, passam a defender que a mulher é, como o homem, um ser humano.

Para Marilena Chauí *apud* Gregori(1993:132), «as mulheres foram constituídas heteronomamente como sujeitos e assim, são tomadas como uma subjetividade em que falta algo imprescindível para a categoria sujeito: autonomia do falar, do pensar e do agir»

Discutimos em capítulo anterior, como se deu o impacto da passagem do Estado absolutista, para o Estado liberal sobre as mulheres e de que, em que pese falar-se muito do contrato social, da normatividade do novo regime liberal que se instalava, as mulheres permaneciam como uma categoria subalterna. Aquela a quem a norma era dirigida também, mas de cuja elaboração não participara. O contrato, portanto, que regia a vida das mulheres era o sexual e não o social.

Além disso, muito se discute na Teoria Feminista acerca de como se construiu ao longo dos anos a categoria analítica mulher, visto que por estratégia, a teoria da diferença centrada na análise dicotômica do que é ser homem e ser mulher, colocou a nós todas, as mulheres, num universo único, como se fôssemos todas iguais.

Claudia de Lima Costa (1998:133) lembra que «a categoria mulher é heterogênea, construída historicamente por discursos e práticas variados, sobre os quais repousa o movimento feminista».

Diante dessas tensões, o feminismo passa a trabalhar com outras categorias de identidade (raça, classe, etnia, sexualidade, nacionalidade etc.) de forma interseccional, já que a história mostra que mulheres negras de classe pobre guardam apenas no gênero a possibilidade de viverem história semelhante a de uma mulher branca de classe alta. No entanto, até a forma como vivem a sua experiência de ser mulher é diferente para as mulheres, quando fazemos os cruzamentos de raça e classe, por exemplo.

Essas considerações iniciais são importantes, porque a compreensão da mulher como sujeito de direitos, capaz, e não como objeto, tardou de ser incorporada na legislação brasileira. De marcado traço sexista, até alguns anos após a virada do milênio, o código penal brasileiro colocava a "honestidade da mulher" como um valor a ser considerado na aferição do crime de rapto.

Imaginemos, pois, o impacto social e jurídico do conteúdo da Lei Maria da Penha que não apenas posiciona a mulher definitivamente como de sujeito de direitos, mas numa ação afirmativa que desiguala os sujeitos da relação de poder doméstico e familiar, ao valorar sobremaneira a voz da mulher na sua manifestação de vontade de exigir do judiciário uma intervenção imediata no ciclo de violência vivido.

As tentativas de declarar a Lei 11.340/06 inconstitucional por supostamente ferir a igualdade entre homens e mulheres, ao colocar estas numa posição de superioridade, foram rechaçadas pelo Supremo Tribunal Federal. Num julgamento emblemático na Ação Direta de Constitucionalidade nº 19/2007, a suprema corte brasileira reconheceu a existência de uma desigualdade material entre homens e mulheres, reforçada por uma cultura que considera a mulher como propriedade do homem e, nessa medida, sujeita a todas as imposições, inclusive de força e violência masculinas.

Os ataques indiretos à aplicação da Lei Maria da Penha, entretanto, não cessaram de ocorrer nos julgamentos de casos individualizados. Um desses julgados, cuja análise passaremos na sequência, diz respeito a um processo emblemático envolvendo uma atriz e um ator nacionalmente conhecidos do grande público.

Reproduzimos, por oportuno, trechos do voto de um recurso denominado Embargos infringentes e de nulidade sob nº 0376432-04.2008.8.19.0001, interpostos por Dado Dolabella em face de Luana Piovani, proferido pelo Desembargador Sidney Rosa e Silva, acompanhado pelos desembargadores Siro Darlan de Oliveira e Elizabeth Gomes Gregory. A decisão foi tomada por maioria de votos, ficando vencidas as desembargadoras Márcia Perrini Bodart e Maria Angélica G. G. Guerra, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em 25 de junho de 2013, vejamos:

> In casu, observa-se, sem ingresso na prova meritória, a imputação de agressão de namorado contra namorada, o que, dentro do conceito lógico legal, poder-se-ia aplicar a referida Lei Maria da Penha.
>
> Entretanto, uma simples análise dos personagens do processo, ou do local do fato – não doméstico - ou mesmo da notoriedade de suas figuras públicas, já que ambos são atores renomados, nos leva à conclusão de que a indicada vítima, além de não conviver em uma relação de afetividade estável com o réu ora embargante, não pode ser considerada uma mulher hipossuficiente ou em situação de vulnerabilidade.
>
> É público e notório que a indicada vítima nunca foi uma mulher oprimida ou subjugada aos caprichos do homem.

Denominei situações como esta, como a apropriação reducionista de categorias analíticas, para limitar os espaços de exercício de poder das mulheres, algo demasiado comum no sistema de justiça brasileiro. Não por outro motivo, Scott (1987:87) afirma que «o gênero é construído através do parentesco, mas não exclusivamente; ele é construído igualmente na economia e na organização política, que, pelo menos em nossa sociedade, operam atualmente de maneira amplamente independente do parentesco».

A propósito do que vimos anteriormente, a mulher aqui, sob a falsa justificativa de que não perfaz as características de alguém submissa, é tratada como o Outro. Aquela que, embora fale, pleiteie em juízo direitos atinentes a sua cidadania, não deixa de ser aquela que a representação masculina de poder diz que é.

O argumento levantado pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro para negar à mulher Luana Piovani o sistema de proteção da Lei Maria da Penha, em nada difere dos fundamentos utilizados por alguns juízos que pretendiam a declaração de inconstitucionalidade da referida lei tomando como bases duas premissas: a) uma inexistente desigualdade entre homens e mulheres e b) a permanência numa situação de violência como uma opção da mulher.

Importante a análise de Saffioti (2004:79) quando diz que:

> Raramente uma mulher consegue se desvencilhar de um homem violento sem auxílio externo. Até que este ocorra, descreve uma trajetória oscilante, com movimentos de saída da relação e de retorno a ela. Mesmo quando permanecem na relação por décadas, as mulheres reagem à violência variando muito as estratégias.

A violência baseada no gênero que a Lei Maria da Penha evoca para aplicar-se às mulheres no âmbito doméstico e familiar, corresponde exatamente à construção social que desequilibra as relações entre homens e mulheres a ponto de chegar à ruptura da integridade física, psíquica, moral sexual ou patrimonial da mulher. Desse modo, o manejo dos instrumentos disponibilizados pela lei para fazer a violência cessar não distingue a mulher por sua capacidade intelectual ou financeira.

O argumento utilizado revela ainda a face do preconceito racial e de classes existente no Brasil. Os desembargadores do Rio de Janeiro deixam implícita que a violência doméstica e familiar contra a mulher é tema atinente às camadas mais empobrecidas e não brancas da sociedade, quando sabemos que em que pese essa espécie de violência revele seu lado mais cruel nas mulheres com menos autonomia financeira, o que implica muitas vezes em maior tempo de permanência na relação violenta, atinge as mulheres indistintamente, pelo fato exclusivo de serem mulheres.

A riqueza analítica desse caso ainda nos leva a perceber que no Brasil, o exercício da cidadania de mulheres em situação de violência passa sob o crivo tendencialmente masculino. Para Melo e Alves (2002:172):

> Sumariando, a saída de mulheres do espaço doméstico para o enfrentamento jurídico-social por si só pode se constituir numa conquista/resistência, mas à miúde se torna mais uma "oportunidade de silenciar.

Curioso verificar ainda, que em nenhum momento passou pela consciência crítica do corpo de julgadores do caso Luana Piovani/Dado Dolabella que ao manejar o sistema de proteção da Lei Maria da Penha, a atriz estava a manifestar sua cidadania como mulher e, nessa perspectiva, não apenas depositava sua crença no sistema

protetivo inovador da norma jurídica (cidadania passiva), mas promovia, com sua atitude, o encorajamento de muitas outras mulheres que por ventura se encontrassem em idêntica situação de violência (cidadania ativa).
Essas diversas dimensões da cidadania são exatamente o que a decisão judicial analisada revela. Por incrível que pareça, ali estão postas quais mulheres estão sob proteção da lei e, mais vez, estabelecido o convencimento das razões levadas pela defesa do agressor de que aquela mulher não perfaz os "requisitos" de vítima.
Apenas a título de curiosidade, a situação prática que culminou com referido julgamento, ocorrera no ano de 2008, numa boate no Rio de Janeiro, quando o ator Dado Dolabella deu um tapa no rosto da atriz Luana Piovani, levando-a ao chão. Uma senhora idosa que tentou socorrer a atriz na ocasião também foi jogada ao chão pelo ator.
De notar-se, portanto, que nenhuma das características levantadas pelos desembargadores cariocas acerca de suposta ausência de vulnerabilidade da vítima, seriam capazes de evitar que a atriz sofresse a violência ali descrita.
Há sete meses, a quinta turma do Superior Tribunal de Justiça brasileiro à unanimidade, acolhendo recurso formulado pelo Ministério Público e corroborado pelas vítimas (a atriz e a senhora idosa) por meio do voto da relatora Ministra Laurita Vaz, determinou que a hipótese era sim de aplicação da Lei Maria da Penha.
Nesse julgamento, cuja numeração e integral conteúdo não é possível ainda ter acesso por tramitar em segredo de justiça, os (as) Ministros (as) entenderam que a lei se aplica a todas as mulheres, independente de classe ou de questões sociais, para eles (elas), a incidência da Lei Maria da Penha decorre da desigualdade historicamente construída entre homens e mulheres.
Diante disso, parece não haver dúvida de que aquilo que nos individualiza enquanto mulheres, decorrentes de intersecções de classe e raça que podemos umas vivenciar, outras não, não afasta os instrumentos de exercício de cidadania contidas na Lei Maria da Penha, de que são titulares todas as mulheres.
Superado o que poderia representar o maior retrocesso na aplicação da Lei Maria da Penha, ou seja, sedimentada a posição de que essa lei se destina a todas as mulheres, independente da classe, raça, etnia, nacionalidade e orientação sexual, é esta última categoria, orientação sexual, que tem apresentado em parca doutrina e jurisprudência brasileiras as maiores ampliações interpretativas sobre a incidência dos mecanismos de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.
É que, apesar da inexistente justificativa na Exposição de Motivos da Lei Maria da Penha[4] para o parágrafo único do artigo 5º, abaixo reproduzido, tal dispositivo tem provocado diferentes compreensões, sobretudo acerca das construções teóricas do significado de gênero e sexo.

> Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:
> I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;
> II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;
> III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.
> Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.[5]

Numa interpretação coadunada com o *caput* do artigo, chegamos à conclusão de que a lei quis afirmar sua aplicação nas relações em que tanto o sujeito de proteção da norma seja lésbica, como afirma que uma mulher

---

4 Exposição de Motivos EM nº016-SPM/PR de 16 de novembro de 2004.

5 Idem Lei 11.340/2006, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm, visualização 26 de setembro de 2014.

também pode ser sujeito ativo do crime de violência doméstica e familiar contra outra mulher.
Por outro lado, de valor significativo e até certo ponto vanguardista, o trabalho de autoras como Maria Berenice Dias (2013) conclui que o parágrafo único do art.5º da Lei Maria da Penha se aplica não apenas a lésbicas, mas a travestis, transgêneros e transexuais:

> Ao afirmar a Lei Maria da Penha que está sob o seu abrigo a mulher, sem distinguir sua orientação sexual, encontra-se assegurada proteção tanto às lésbicas como às travestis, às transexuais e aos transgêneros do sexo feminino que mantêm relação íntima de afeto em ambiente familiar ou de convívio. A Lei busca a preservação plena da dignidade da pessoa humana, fazendo valer o gênero alegado pela pessoa vitimada. (DIAS, 2013:1)

Estamos diante, portanto, de um processo identitário mais fluido, fruto de discursos e performances pós-modernas que não passaram despercebidas pela teoria feminista, mas foram reconhecidas do ponto de vista da valoração das expressões dos corpos e, portanto, numa revitalização do sexo não como categoria imutável biologicamente, mas algo também construído socialmente. Judith Butler (2005), inclusive, propõe o sexo não como condição anatômica através da qual o gênero é socialmente construído, mas uma norma que governa a materialização dos corpos.
Fato é que nesta perspectiva, o sexo biológico pouco importa, a forma como a pessoa manifesta a sua identidade ao mundo é que deve ser analisada para fins de aplicação ou não da Lei Maria da Penha a transgêneros, transexuais e travestis.
Mas a jurisprudência brasileira tem ido além desse convencimento e estendido a incidência dos princípios e institutos da Lei Maria da Penha às situações de violência doméstica e familiar entre homossexuais masculinos, numa interpretação que merece bastante cautela, pois, em que pese a lei referir à violência doméstica e familiar aplicada nas relações baseadas no gênero, a intenção do legislador foi indubitavelmente proteger as mulheres, ou às representações de vulnerabilidade feminina que, portanto, encontram-se historicamente mais suscetíveis a esse tipo de violência. Conclusão essa construída doutrinariamente, visto que não está descrita em lei.
A leitura da exposição de motivos encaminhada ao Chefe do Executivo com o anteprojeto da Lei Maria da Penha, posteriormente submetido ao Congresso Nacional e aprovado sob o nº 11.340/06, não deixa dúvidas de que o sujeito protegido pela norma são as mulheres.
A extensão de sua aplicação a relações envolvendo homens como vítimas, não nos parece coadunar-se com intenção do legislador que era, e ainda é, enfrentar uma espécie de violência que vitima no ambiente doméstico e familiar a maioria quase absoluta das mulheres. A lei especial destina-se a enfrentar e visibilizar esse fenômeno e não minimizá-lo, ou banaliza-lo, sob o fundamento de que homens também sofrem violência no ambiente doméstico e familiar, quando sabemos que essa hipótese é exceção e não regra.

Considerações Finais

Após oito anos da entrada em vigor da Lei 11.340/06, Lei Maria da Penha, encarregada de enfrentar e coibir a violência baseada no gênero que vitima mulheres no ambiente doméstico e familiar, encontramos um cenário de poucas certezas teóricas e práticas acerca do sujeito de direitos ali protegido.
A Lei referida possui três dimensões importantes e que devem ser verificadas: a primeira delas, diz respeito ao sujeito de proteção da norma, o bem juridicamente protegido, que é a integridade física, psíquica, moral, sexual ou patrimonial da mulher; a segunda, diz respeito a quem pode cometer essa violência, aqueles que são ou se consideram familiares, aparentados; a terceira refere ao espaço onde essa violência normalmente é cometida, qual seja o doméstico. Esta última dimensão não é condicionante à aplicação da lei ao caso concreto, pois um namorado (a), ou companheiro (a) da mulher pode praticar a violência fora do ambiente doméstico.
No entanto, apesar de essas dimensões encontrarem-se descritas objetivamente na Lei 11.340/06, parece-nos impositiva uma certa vigilância feminista, visto que a pletora de decisões em diversos sentidos, permitindo o Superior Tribunal de Justiça a incidência da norma até em relação à violência cometida por um filho, contra o

pai (não homossexual, não travesti, não transgênero, não transexual)[6], desloca o foco da intenção originária da Lei Maria da Penha que é a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.
Pulverizar a aplicação da Lei Maria da Penha fazendo-a incidir em qualquer situação de violência doméstica e familiar, tem a finalidade implícita de desconhecer e espraiar as hipóteses de violência contra a mulher. É a forma simbólica que o poder judiciário, espaço de poder eminentemente masculino, encontra para mais uma vez secundarizar as demandas das mulheres.
Campos (2011:19) nesse sentido pontua que:

> Al construir una legislación específica para guiar el tratamento legal de la violência doméstica, el feminismo disputa un lugar de enunciación hasta entonces no reconocido por los juristas tradicionales. Es que la afirmación de los derechos de las mujeres, a través de una legislación específica, amenaza el orden de género en el derecho penal afirmado por esos juristas. Dicho de outra forma, los presupuestos teóricos bajo los cuales se ha sustentado la formulación sexista sobre lo que debe o no ser considerado un tema de relevância jurídica.

A Lei Maria da Penha é a expressão da ação e prática feminista no Brasil mais importante desde as conquistas legislativas aprovadas na Constituição Federal de 1988, e é com essa percepção que devemos compreender que, acima de qualquer outra coisa, estamos diante de uma lei que redimensiona relações de poder e disponibiliza às mulheres instrumentos para exercício de cidadania no campo da violência nas relações domésticas e familiares.

Vimos nos capítulos anteriores que o judiciário brasileiro tem tentado reduzir o âmbito de proteção da lei às mulheres e ampliar a sua incidência para incluir os homens como sujeitos de proteção. Portanto, é preciso monitorar cada interpretação ou aplicação que implique na fragilização desse instrumento de poder feminino. Não estamos diante de uma lei que objetiva enfrentar a violência doméstica e familiar *prima facie*, é imprescindível que esta violência viole a integridade de uma mulher, ou no máximo, quem assim se identifica ou apresenta socialmente. E isso não é purismo interpretativo, mas uma posição política a ser defendida.

Referências bibliográficas

BACCHETA, Paola. (2009), "*Co-formações/co-produções:considerações sobre poder, sujeitos subalternos, movimentos sociais e resistência"*. In Carmen Susana Tornquist, Clair Castilhos Coelho, Mara Coelho de Souza Lago, Teresa Kleba Lisboa, *Leituras de Resistência-Corpo, Violência e Poder, Vol.1*. Florianópolis: Mulheres.

BARSTED, Leila Linhares (2011)," *Ley Maria da Penha: uma exitosa experiência de advocacy feminista"*. In Carmen Hein de Campos, Leila Linhares Barsted (eds), *Ley Maria da Penha-un análisis jurídico feminista,* Lima: CLADEM.

BEAUVOIR, Simone de. (1949), "O segundo sexo". 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009

BUTLER, Judith P. (2005), "*Butler e a desconstrução do gênero"***.** Estudos Feministas, vol.13(1): 216, janeiro-abril/2005,pp.179-183.

CAMPOS, Carmen Hein de.(2011), "*Razón y Sensibilidad: Teoría Feminista del Derecho y Ley Maria da Penha*". Ley Maria da Penha: un análisis jurídico feminista. Lima: Cladem.

CHAUÍ apud GREGORI, Maria Filomena. (1993)." Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista". Rio de Janeiro:Paz e Terra.

COSTA, Claudia Lima da. "*Tráfico do Gênero"*. Cadernos Pagu, 11, 1998, pp.127-140

6 Notícia STJ: http://www.estadao.com.br/noticias/geral,filho-que-agrediu-pai-cai-na-lei-maria-da-penha,944142 (Visualizado em 24 de novembro de 2014).

DIAS, Maria Berenice; REINHEIMER, Thiele Lopes. (2013). *"Violência doméstica e as uniões homoafetivas"*. Em http://www.compromissoeatitude.org.br/violencia-domestica-e-as-unioes-homoafetivas-por-maria-berenice-dias-e-thiele-lopes-reinheimer/, visualizado em 28/09/2014

DIETZ, Mary G. (1987), "O contexto é o que conta: feminismo e teorias da cidadania". Sán Angel: Debate Feminista (Cidadania e Feminismo), pp.03-28.

FOUCAULT, Michel. (1979) "Microfísica do poder". 28ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2014.

LERNER, Gerda. (1990), "La creación del patriarcado." (Cap.11-El origen del patriarcado).Barcelona: Critica, pp.310-330.

MELO, Ana Maria Vasconcelos, ALVES, Ana Adelina Coutinho de Faria (2002). *"Relações de Gênero e cultura no discurso jurídico"*. In Ana Alice Costa e Cecília Sardenberg (eds). *"Feminismo, Ciência e Tecnologia"*. Salvador: Redor/Neim-FFCH/UFBA

PATEMAN, Carole. (1993) "O Contrato Sexual". São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp.15-65

PETIT, Cristina Molina. (1994). "Dialética Feminista de la Ilustración". Barcelona: Anthropos (Parte I. La dicotomia púbico/privado em el pensamento político ilustrado y liberal), pp.29-104

PROVOSTE apud BARSTED, Leila Linhares (2011)," *Ley Maria da Penha: uma exitosa experiência de advocacy feminista"*. In Carmen Hein de Campos, Leila Linhares Barsted (eds), *Ley Maria da Penha-un análisis jurídico feminista,* Lima: Cladem.

RODRIGUES, Almira. (2010), *"Advocacy: uma ação política de novo tipo"*. Em http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1566:advocacy-uma-acao-politica-de-novo-tipo&catid=212:artigos-e-textos&Itemid=146 (Visualização em 22 de novembro de 2014).

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. (2004), "*Gênero, Patriarcado, Violência"***.** São Paulo: Perseu Abramo.

SCOTT, Joan Wallach. (1989), "*Gênero: uma categoria útil de análise histórica"*. Educação & Realidade, vol. 20, nº 2,jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SMART, Carol, LAURETIS, Teresa *apud* CAMPOS, Carmen Hein de. (2011),"*Razón y Sensibilidad: Teoría Feminista del Derecho y Ley Maria da Penha*". Ley Maria da Penha: un análisis jurídico feminista. Lima: Cladem, pp.11-26

VALENTE, Virgínia Vargas. (2000), "*Una reflexión feminista de la ciudadanía"*. Estudos Feministas 2/2000, pp.170-190.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo.(2013), *Mapa da Violência 2012 Atualização:homicídio de mulheres no Brasil.* Em http://mapadaviolencia.org.br/mapa2012_mulheres.php (visualização em 17 de novembro de 2014)

Violência contra as mulheres e acesso à justiça: notas sobre uma Roda de Conversa em Itinga/BA

Márcia Tavares
marciatavares1@gmail.com

Resumo: Este artigo discute o enfrentamento à violência contra as mulheres, mais precisamente, a aplicação da Lei Maria da Penha e o acesso à justiça, a partir do depoimento de nove mulheres em situação de violência doméstica e familiar, residentes em Itinga, município de Lauro de Freitas, situado no estado da Bahia/Brasil, durante uma Roda de Conversa, na AMMIGA – Associação de Mulheres Amigas de Itinga, promovida para reforçar a construção de um dossiê a ser entregue à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional, formada para investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil. Seus relatos revelam queixas e demandas, indicam que o Disque 180 surge como porta de entrada para a rede de atendimento, a exemplo dos Centros de Referência, Delegacias e Projeto Viver, enquanto os serviços de justiça, como o Ministério Público, são pouco mencionados e, outros são omitidos, como é o caso da Casa Abrigo.

Palavras chaves: Gênero; Violência contra a Mulher; Lei Maria da Penha; Roda de Conversa.

I – Comentários Iniciais

A violência contra as mulheres se configura em violação dos direitos humanos, na medida em que ameaça a vida, a saúde, a integridade física e a liberdade das mulheres em diferentes sociedades, épocas e culturas, independente de classe social, raça/etnia, idade/geração, orientação sexual e/ou religião a que pertençam essas mulheres, manifestando-se de várias formas, mais ou menos explícitas, desde a violência física, sexual, simbólica, psicológica, moral até a patrimonial.

Podemos definir a violência de gênero como qualquer forma de violência que, ancorada na organização social dos sexos, é cometida contra indivíduos, devido à sua condição de sexo ou orientação sexual. A violência perpetrada pelos homens contra as mulheres se distingue tanto histórica como numericamente, uma vez que se manifesta não só como fenômeno estruturado, mas também como fator estruturante da organização social de gênero nas sociedades contemporâneas (SAFFIOTI & ALMEIDA, 1995).

Com efeito, a Organização das Nações Unidas – ONU define a violência de gênero como a "violência contra uma mulher apenas porque ela é mulher" ou que atinge mulheres "desproporcionalmente", podendo incluir agressão ou sofrimento físico, mental ou sexual, ameaças, coerção e outros atos que privem as mulheres de liberdade (UNITED NATIONS, 2006:11). Esse tipo de violência geralmente ocorre no âmbito familiar e doméstico, e tem com protagonistas parceiros – ou ex-parceiros – íntimos.

No Brasil, entretanto, até meados dos anos 1970, a violência contra as mulheres era considerada uma questão de ordem privada e, por conseguinte, o Estado e a sociedade não a concebiam como um problema social e político. Em suma, essa prática social, na condição de assunto estritamente privado, contava com a complacência da sociedade e era considerada até mesmo "normal" (SANTOS, 2008: 30), cabendo aos envolvidos resolver a questão, já que o espaço privado era inatacável e inviolável por parte do espaço público (SAFFIOTI, 1999).

Os movimentos feministas, a partir da década de 1980, trouxeram para o espaço público a discussão política de questões até então encerradas no âmbito privado, desfazendo a dicotomia entre público-privado e, desde então, o Estado tem oferecido respostas institucionais à problemática da violência contra a mulher que, pontuais e limitadas, têm contribuído para deslegitimar esta violência como uma questão de ordem privada e superar a noção de que em "*brigas de marido e mulher não se mete a colher*" (SILVA & TAVARES, 2014).

Em outro momento, recordo que, em decorrência da politização da violência doméstica, nos anos 1980 foram criados os primeiros serviços de atendimento às mulheres em situação de violência, o SOS Mulher (1980), o Conselho Estadual da Condição Feminina (1983) e o Conselho Nacional de Direitos das Mulheres, bem como implantada a primeira Delegacia da Mulher – DDM (1985). Além disso, o período ficou marcado por mudanças no âmbito jurídico, iniciadas com a Constituição Federal de 1988 que, sob a influência dos movimentos feministas e de mulheres, reconhece a igualdade entre os sexos no inciso 1 do artigo 5º, ao mesmo tempo em que estabelece no § 8º a garantia de assistência do Estado aos membros do grupo familiar, por meio da criação de mecanismos capazes de reprimir a violência na esfera de suas relações (TAVARES, 2010).

Contudo, passados mais de trinta anos, a institucionalização das demandas dos movimentos feministas no tocante ao enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil ainda se mostra intermitente, com avanços e retrocessos. Conforme ponderam várias autoras, esse processo pode ser sintetizado em três momentos distintos[1]: o primeiro momento acontece nos anos 1980, quando são estabelecidos os primeiros diálogos com o Estado e criadas as delegacias de atendimento às mulheres; o segundo momento ocorre na década seguinte, 1990, com a implantação dos Juizados Especiais Criminais, os "JECRIMs", cuja atuação provocou um forte retrocesso nas lutas e reforçou a histórica trivialização da violência contra a mulher[2]; e, mais recentemente, o terceiro momento, marcado pela sanção da Lei nº 11.340, em 7 de agosto de 2006, popularmente conhecida como Lei "Maria da Penha", pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (SANTOS, 2008; TAVARES, SARDENBERG & GOMES, 2011).

A Lei Maria da Penha traz importantes avanços para a proteção social das mulheres em situação de violência, principalmente no que se refere aos seguintes aspectos:

> [...] mudança de paradigma no enfrentamento da violência contra a mulher; incorporação da perspectiva de gênero para tratar da desigualdade e da violência contra a mulher; incorporação da ótica preventiva, integrada e multidisciplinar; fortalecimento da ótica repressiva; harmonização com a Convenção CEDAW/ONU e com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; consolidação de um conceito ampliado de família e visibilidade ao direito à livre orientação sexual; e, ainda, estímulo à criação de bancos de dados e estatísticas. (PIOVESAN & PIMENTEL, 2007:1).

Pasinato (2014) ressalta duas inovações, a primeira delas refere-se ao fato da lei tomar como objeto a violência doméstica e familiar contra a mulher, que é tratada como violação aos direitos das mulheres (artigo 6º), além de classificar as modalidades de violência – física, sexual, psicológica, moral e patrimonial – que podem ser praticadas de forma isolada e/ou combinada, resultando na perda de direitos, de autonomia e liberdade pelas mulheres. Outra inovação consiste na forma como recomenda a adoção de medidas de responsabilização do autor/agressor, medidas de proteção à integridade física das mulheres e de seus direitos, medidas de assistência que contribuam para fortalecimento da mulher e medidas de prevenção, que ajudem a inibir/eliminar a reprodução da violência baseada no gênero na sociedade. Em suma, a legislação recomenda medidas de prevenção, proteção e não apenas penas restritivas de liberdade para os agressores.

Em outro momento, Pasinato (2010) esclarece que as medidas previstas na Lei Maria da Penha podem ser organizadas em três eixos de intervenção: o primeiro eixo se reporta às medidas criminais para punir a

---

1 Sobre a luta dos movimentos de feministas e de mulheres e sua repercussão sob a forma da criação de leis e serviços específicos, ver, por exemplo, Costa (2006); Santos (2008); Machado (2010).

2 Lesões corporais leves e ameaças eram consideradas como delitos de menor potencial ofensivo, o que implicava na prescrição de uma pena máxima de até 1 ano de detenção (BARSTED, 2007) que, à luz da Lei nº 9.099/95, possibilitava ao agressor escolher uma pena alternativa, como o pagamento de uma multa, em geral a doação de uma cesta básica, uma vez que a Lei recomendava a conciliação entre as partes (AQUINO, 2009). Por sua vez, Pitanguy e Pimentel (2007) enfatizam que o modo como os JECRIMs tratavam os casos de violência contra a mulher naturalizava este padrão de violência, o que reafirmava a hierarquia entre os gêneros, contribuindo para manter as mulheres vulneráveis.

violência, assim como recomenda procedimentos tais como a retomada do inquérito policial, a prisão em flagrante, preventiva ou em função de pena condenatória, a restrição para determinação criminal referente a certos crimes e o veto para aplicação da lei 9099/95 em qualquer crime que se caracterize como violência doméstica. O segundo eixo envolve uma série de medidas protetivas, com caráter de urgência para a mulher, associada a medidas direcionadas ao seu agressor, integrando, nesse eixo, medidas de assistência que abrangem o atendimento psicológico, jurídico e social. Finalmente, o terceiro eixo contempla as medidas de prevenção e de educação, consideradas estratégicas para reprimir a reprodução social da violência e a discriminação baseadas no gênero.

Um dos instrumentos criados pelo governo federal para garantir o processo de implementação da Lei Maria da Penha foi o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, lançado pelo presidente Lula na cerimônia de abertura da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em agosto de 2007 (BRASIL, 2008). Coordenado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), o Pacto Nacional visa prevenir e enfrentar a violência contra as mulheres, mediante a operacionalização de um conjunto de políticas intersetoriais, cujas ações são desenvolvidas por ministérios e secretarias especiais, nas várias dimensões da vida social. Neste sentido, é essencial a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a qual visa a redução dos índices de violência contra as mulheres, bem como a execução de ações voltadas para a aplicação da Lei Maria da Penha, cujo monitoramento é realizado pelo Observatório de Monitoramento da Lei Maria da Penha (TAVARES, 2013).

O Observatório Lei Maria da Penha – Observe, é uma instância autônoma, da sociedade civil, formada por um consórcio que reúne organizações não-governamentais e núcleos de pesquisa universitários. Instalado em 2007, o Observe é sediado no NEIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, da UFBA – Universidade Federal da Bahia, responsável pela coordenação nacional de pesquisas, cujo principal objetivo é monitorar, analisar e divulgar informações sobre o processo de efetivação da Lei Maria da Penha, ou seja, identificar e publicizar avanços, boas prática, mas também obstáculos e problemas enfrentados para aplicação integral da Lei.

O trabalho do OBSERVE envolve diferentes atividades, desde a elaboração de uma metodologia para monitorar a efetiva aplicação da Lei, capacitação de pesquisadoras para realização do monitoramento da Lei; capacitação de operadores da Lei; estudos de caso em capitais brasileiras; pesquisas sobre as condições efetivas de aplicação da Lei Maria da Penha nas DEAMS, Varas e/ou Juizados de Violência Doméstica e Familiar nas capitais brasileiras e no Distrito Federal, mas também sobre o acesso das mulheres e o fluxo da justiça no Brasil.

Em 2012, durante a realização da pesquisa intitulada "A implementação da Lei Maria da Penha e o Acesso das Mulheres à Justiça em Salvador/BA", financiada pelo CNPQ, com o objetivo de investigar o processo de implementação da Lei Maria da Penha a partir do ponto de vista dos executores da política de enfrentamento à violência contra a mulher nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAMs e das mulheres em situação de violência que buscam os serviços de proteção e apoio, acompanhei as diligências da Comissão Parlamentar de Inquérito da Violência contra as Mulheres, a CPMI da Violência na cidade de Salvador e na Região Metropolitana. Numa das ocasiões, participei de uma Roda de Conversa com mulheres em situação de violência doméstica e familiar, residentes no Bairro de Itinga, no município de Lauro de Freitas, sobre a qual me deterei nos próximos tópicos.

II – Percurso Metodológico

A Roda de Conversa consiste em uma modalidade de metodologia participativa adotada com o intuito de fomentar uma cultura de reflexão acerca dos direitos humanos. Para tanto, busca-se criar um espaço dialógico, motivar a interação entre os participantes, cujo diálogo é incentivado mediante a adoção de uma postura de escuta e a circulação da palavra, bem como com o uso de dinâmicas de grupo conduzidas por um(a) facilitador(a), que estimula a reflexão. Em suma, "É uma proposta dialógica que visa relacionar cultura e subjetividade" (AFONSO; ABADE, 2008, p. 19).

A Roda de Conversas em Itinga foi realizada no dia 19 de junho de 2012, na sede da AMMIGA - Associação de Mulheres Amigas de ltinga, com a finalidade de colher depoimentos de mulheres em situação de violência, os quais subsidiariam a elaboração de um dossiê a ser entregue à Comissão Parlamentar de Inquérito da Violência contra as Mulheres, a CPMI da Violência, durante suas diligências na Bahia. Para compor o dossiê, pretendia-se reunir dados estatísticos, relatórios enviados pelos órgãos oficiais, mas também incluir depoimentos das usuárias da Rede sobre os serviços de proteção. Em suma, a Roda de Conversa teve como objetivo ouvir e registrar as percepções das participantes sobre o atendimento e funcionamento dos equipamentos para mulheres em situação de violência existentes no município.
Inicialmente, foi formada uma roda de abertura para esclarecer às mulheres o objetivo da atividade e solicitar o seu consentimento para registrar em áudio e vídeo os depoimentos. Em seguida, foi aplicada uma técnica de relaxamento e respiração, de modo a promover a integração do grupo e deixar as mulheres mais confiantes para trocarem experiências, desabafarem e ampararem umas às outras durante as narrativas de suas histórias de violência. Apresentou-se um breve roteiro às mulheres, de modo a conduzir a narrativa para uma avaliação acerca dos serviços a que recorreram para romperem com a violência, qual o acolhimento recebido, soluções e obstáculos encontrados, expectativas, aspectos negativos e positivos que mais as marcaram quando decidiram dar um basta à violência. Enfim, foi solicitado às mulheres que se apresentassem e compartilhassem sua história. Quem quer falar primeiro?

III – Girando a roda: Relatos sobre violência

Os depoimentos das mulheres obedecem a um roteiro interior, revivem a relação com o agressor e/ou cenas que as marcaram, revolvem dores, reescrevem sua história antes, confrontam o agora e investigam o depois, tomando como parâmetro as diferentes modalidades de violência sofridas e as dificuldades enfrentadas para terem acesso à justiça e refazerem suas vidas.

Cenários e Atores da violência

Os depoimentos das mulheres reproduzem o cenário da violência, apontam seus agressores, contabilizam o tempo que suportaram as diferentes formas de agressão e repercussões em suas vidas.

> Moro numa casa de dois andares que minha mãe me deixou, mas era uma prisão. Meu esposo não me permitia nem conversar com meus filhos, atender telefone [...] , meu pai é que me ajudava pra estudar e ele não tinha como negar e eu estudei. Suportei 27 anos, ele ligava pra minha empregada pra saber de minha vida ...

> Fui agredida durante 10 anos até o dia que atirei no meu marido. Tenho uma filha deficiente, porque ele me agrediu grávida. Depois de separada meu ex me estuprou.

> Sempre sonhei casar, me guardei para as núpcias. Mas fui violentada. Não casei, n*ão* tenho marido [...] *não sei se sonho ainda* [...] *não consigo que* nenhum homem chegue perto de mim ...

> Me estupraram no colégio com arma na cabeça e remédio no meu nariz. Eu não lembro do estupro [...]sso foi feito por um rapaz que queria ficar com minha mãe, mas ela não quis, por isto ele fez o isto comigo. Agora no São João minha família vai para o interior, todo mundo me aponta lá ‘a menina que foi estuprada’. Não viajei com todo mundo para não ser apontada.

As agressões à mulher ocorrem predominantemente no espaço privado, ou seja, no lar, concebido como nicho de amor que, supostamente, deveria lhe proporcionar bem estar e segurança. No entanto, a ideologia patriarcal ainda atua como principal referência da construção identitária do "macho" brasileiro, o que impossibilita a tessitura de relações de gênero verdadeiramente igualitárias no casamento (SARDENBERG, 1997) e, contribui para que muitos homens acreditem que agredir fisicamente ou cometer outras modalidades de violência contra suas mulheres (psicológica, moral, patrimonial etc.) é um direito, com base na subjugação da mulher, respaldada em crenças religiosas, tradições culturais e na relutância da nossa sociedade em admitir que esta forma de violência consiste em um problema social (STREY, 2001) e, uma questão de saúde pública, de proporções endêmicas (MINAYO, 2006). Em suma, o lar se revela um espaço perigoso, ao contrário da imagem construída ao longo do processo de socialização, no qual a mulher é levada a acreditar que o perigo se encontra no espaço público, e não na esfera doméstica.

Contudo, a violência também atinge as mulheres no espaço público, em locais desertos, na escola, quando desacompanhada. A ideologia patriarcal forja diferentes padrões de moralidade para homens/mulheres e, no campo afetivo-sexual, o homem ainda detém a prerrogativa da escolha das parceiras, a liberdade sexual feminina ainda é vista de forma preconceituosa, o que inibe as mulheres a denunciarem em caso de estupro, com receio de serem rotuladas com base na roupa, nas companhias ou locais em que se encontravam quando foram agredidas, ou seja, têm medo de serem acusadas de provocar o agressor.

Por outro lado, Nogueira (2013) adverte que um significativo índice de violência permanece oculto no próprio lar, quando a mulher é estuprada pelo próprio marido, pois para esta é bastante embaraçoso encarar a própria família, parentes, amigos, enfim, a sociedade. Contudo, o mesmo ocorre com jovens mulheres solteiras que se sentem constrangidas de procurar a polícia, em virtude das implicações sociais que este tipo de criminalidade causa (NORONHA & DALTRO, 1991), O certo é que para adolescentes ou adultas, casadas ou solteiras, o estupro provoca traumas físicos e psicológicos, que afetam a capacidade de se relacionarem e confiarem no sexo oposto, produzindo transtornos em sua vida afetiva e sexual.

3.2 Os serviços de proteção

Os depoimentos fazem poucas referências aos serviços de justiça e nenhuma à Casa Abrigo, enquanto as delegacias, que deveriam atuar como primeira instância de proteção, são concebidas pelas mulheres como lugares onde são expostas a mais violência, desta feita institucional, conforme demonstram as seguintes falas:

> Na delegacia não aceitaram a queixa porque não tinha sangue.
>
> Fui na Delegacia no dia 18. 10. 2006 na DEAM de Brotas. Eles disseram que eu tinha que dormir com ele, porque ele era meu marido.
>
> [...] chegou a policia na viatura, me botaram dentro ... foram procurando ele, eu sangrando .... Os policiais só mandarem eu parar de chorar. Me levarem para o Meandro de Farias (hospital). Mas só me fizeram perguntas, só o médico teve empatia.

Os depoimentos das mulheres demonstram que os agentes policiais se recusam a lavrar o boletim de ocorrência, caso não haja marcas físicas que comprovem a agressão, ou seja, a violência psicológica é desconsiderada enquanto modalidade de violência contra a mulher, o que sugere desconhecimento da Lei Maria da Penha, ao mesmo tempo em que evidencia seu descumprimento. O atendimento dos profissionais não propicia acolhimento, empatia e a ausência de uma escuta humanizada fragiliza ainda mais a mulher, que se sente incompreendida, aviltada pelo descaso com que sua denúncia de violência é tratada, isto é, como um problema que remete à ordem do privado e, cuja solução pode ser buscada pelo próprio casal, sem a interferência de

terceiros, delegados, juízes, entre outros, que têm problemas mais graves a resolver. Em suma, a violência é banalizada, o que incorre na impunidade dos agressores. (DEBERT & GREGORI, 2008; TAVARES & SARDENBERG, 2012).
Por sua vez, as mulheres, ao explicarem, a pedido da facilitadora, desenhos feitos por elas em que tentam ilustrar seus sentimentos acerca da impunidade dos agressores revelam:

> O rapaz e a moça que me estupraram não foram presos.
>
> Eu me formei enfermeira, mas tenho dificuldade de emprego porque exijam boa aparência .. Meu desenho: uma esfera com eu dentro com asas, porque eu era livre, porque tinha uma mãe para me proteger. Tem um coração vermelho dentro de mim. Fiquei dois meses inválida e perdi a matricula do DERAN. Tem uma arvore de pedra, que é o mundo [...]. O mundo de hoje é cheia de ameaças.

A impunidade dos agressores gera insegurança, medo e, para a mulher, o mundo se torna um lugar ameaçador, sente-se desamparada e, se as marcas físicas da agressão desaparecem, as dores da alma não cessam. Para proteger-se e sobreviver à perda da liberdade, aos projetos e sonhos roubados pela violência sofrida, restam-lhe o isolamento e a solidão, mitigados pelo acolhimento encontrado em alguns serviços da Rede de atenção:

> Freqüento o Centro (CRLG) há quase 3 anos. Lá sou atendida como pessoa. Na UNIME o advogado me recebeu muito bem, fez todo o meu processo.
>
> No Centro (Centro de Referência Lélia González) fui bem atendida [...] no mesmo dia que cheguei lá. [...] Me sinto amada quando chego lá.
> Liguei para 180, recebi orientação para ir ao CRLG. Fui atendida e gostei, estava deseperada [...]. O divorcio vai sair, estou com advogada do Centro.
>
> Descobri o CRLG via o 180. Foi no CRAS, lá tinha o 180. Lá (no CRAS) fui orientada ir ao Centro. [...] Lá no CRLG eu tenho proteção e apoio.
>
> Fui para o VIVER (Projeto VIVER - IML). Lá eu fui muito bem atendida por psicólogos, assistente social, usarem de empatia. La no VIVER me encaminharem para o CAPS. No CAPS me encaminharem para o CRLG...
>
> No MADA -Mulheres que amem demais-eu consegui apoio.

Ao contrário do depoimento de mulheres na Roda de Conversa realizada em Salvador, cujo atendimento é considerado insatisfatório, tanto nas DEAMs como na Vara, no Ministério Público, no IML e até no Disque 190[3], onde os serviços são classificados como "horríveis", as mulheres de Itinga se referem ao Disque 180[4],

---

3 Número da Central de Polícia que presta para atendimento a emergências.

4 Em 2014, foi lançado o aplicativo para celular Clique 180, desenvolvido pela ONU Mulheres, entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, em parceria com a SPM, com o apoio da Embaixada Britânica, que atende tanto mulheres em situação de violência como pessoas que não compactuem e desejem denunciar agressões. O aplicativo possibilita acesso direto à Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR).
Além de permitir acesso à central da SPM, que recebe denúncias e presta orientações, o Clique 180 oferece informações sobre as várias modalidades de violência contra as mulheres, dados de localização relativos aos serviços da Rede de Atendimento e sugestões de rota física para acesso a esses serviços. Integram também o aplicativo conteúdos sobre a

que as esclarece sobre as modalidades de violência e orienta acerca de serviços de atenção, a exemplo do Viver que, após realizar um exame de corpo de delito de forma respeitosa, estabelece empatia com as mulheres, o que facilita seu encaminhamento ao Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) Lélia González, cuja equipe de profissionais, segundo as informantes, "me ensinou a olhar, a respeitar", ou seja, fortalecem sua autoestima, devolvem-lhe a esperança, pois "graças a ela me animei de novo" e, com o apoio do MADA – Mulheres que amam demais anônimas[5] conseguem "se recuperar da dependência de relacionamentos destrutivos, aprendendo a se relacionar de forma saudável consigo mesma e com os outros".

A superação: mulheres aprendendo a amar a si mesmas

Ainda que seus depoimentos reprisem o sofrimento e revolta, extravasem a dor represada em busca de compreensão e solidariedade, trazem também a marca da superação e procuram ressaltar conquistas:

> Hoje sou advogada. A violência chega em qualquer lugar, basta ter uma mulher e um homem. A liberdade não tem preço. Desejo ajudar todas as pessoas que também sofrem violência.
>
> O que dói, que todo mundo espera que você esqueça e supere logo.
>
> Sou filha de cozinheiro e lavadeira, mas tô livre do cativeiro. [...], mas meus filhos são super carinhosos comigo[...] sou liberta dos preconceitos, maus tratos, xingamentos ...
>
> Tentei suicídio, mas hoje estou aqui. Faço parto do grupo MADA [...]. Hoje, (mostrando a borboleta colorida com palavras coloridas no desenho), é BELEZA, A U TORESPEI TO, CONFIANÇA em mim mesma. Já fiz dois anos no MADA. Não devo recuar.
>
> Eu ganhei uma casinha da CONDER no bairro de Vida Nova, fui para prefeitura e conheci o CREAS [...]. Tô correndo atrás para voltar para estudar.

Para a mulher, romper com o ciclo de violência em que se v*ê* enredada não é algo simples, envolve dilemas, cobranças relativas à sua incapacidade de manter o relacionamento, mas também dificuldade de esquecer a dor e, muitas vezes, ficar reprisando o enredo de violência vivenciado com parceiros íntimos, o que afasta as pessoas e a isola ainda mais. Todavia, com o apoio de familiares, amigos e, o acolhimento e orientação dos serviços da rede de atenção, ela consegue aos poucos retomar sua vida, volta a estudar, adquire casa própria, consegue um emprego e, finalmente, recupera a liberdade, "que não tem preço", o "autorrespeito" e "a confiança em si mesma".

Lei Maria da Penha, além de uma ferramenta colaborativa para mapear os espaços das cidades que oferecem maior risco às mulheres. Finalmente,em março de 2014, por iniciativa da SPM o Ligue 180 foi transformado em disque-denúncia, serviço que funciona durante 24 horas, cujo novo formato possibilita que as denúncias recebidas sejam encaminhadas aos sistemas de Segurança Pública e Ministério Público de cada um dos estados e Distrito Federal. Essa mudança confere maior agilidade e resolutividade ao tratamento das denúncias recebidas. Disponível em: www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/05/campanha-eu-ligo-e-aplicativo-clique-180-incentivam-denuncias. Acesso em: 13/11/2014

5 O Grupo MADA – Mulheres que amam demais anônimas, existe em várias capitais brasileiras e países, funciona através de reuniões, fundamentadas em passos, lemas e conceitos adaptados de AA - Alcoólicos Anônimos. São frequentadoras mulheres que vivenciam relacionamentos de dependência amigos, namorado e marido entre outros, que afetam profundamente suas vidas. Disponível em: http://www.grupomada.com.br. Acesso em 01/12/2014.

IV – Acordes para começar de novo: "você é a sua Bússola"

Ao ouvir os depoimentos das mulheres de Itinga, não pude deixar de pensar em tantas mulheres que ainda se encontram oprimidas, subjugadas a relacionamentos violentos, mas também naquelas que tentaram se libertar e, mesmo denunciando seus agressores, depararam-se com a morosidade e inadequação no atendimento, o descaso e despreparo dos operadores da Lei que, respaldados na ideologia patriarcal, defendem a preservação da família e, por conseguinte, esperam que a mulher reúna os/atributos tradicionais que lhe conferem feminilidade – resignação, sacrifício, renúncia e dedicação irrestrita ao outro, isto é, ao parceiro. Encerrada a roda, estava convicta da responsabilidade do Dossiê, que tinha o dever de reunir as demandas das mulheres em situação de violência, mas também ilustrar a real condição dos serviços da rede de atenção, a partir da perspectiva de suas usuárias. Passados dois anos, pouca coisa mudou. Mas, como verbalizou uma das mulheres presentes na roda de conversa, "você é a sua Bússola". Neste sentido, saí da sede da AMMIGA e, enquanto dirigia meu carro, os versos de uma canção popular invadiam minha memória e, esculpiam uma imagem, a que recorro para concluir este texto, em que tentei compartilhar minhas impressões acerca da Roda de Conversa, cujas ideias, espero, consigam traduzir os sentimentos de esperança e a luta das mulheres para superarem a violência e retomarem suas vidas:

Começar de Novo
Ivan Lins
Começar de novo e contar comigo
Vai valer a pena ter amanhecido
Ter me rebelado, ter me debatido
Ter me machucado, ter sobrevivido
Ter virado a mesa, ter me conhecido
Ter virado o barco, ter me socorrido
Começar de novo e contar comigo
Vai valer a pena ter amanhecido
Sem as tuas garras sempre tão seguras
Sem o teu fantasma, sem tua moldura
Sem tuas escoras, sem o teu domínio
Sem tuas esporas, sem o teu fascínio
Começar de novo e contar comigo
Vai valer a pena já ter te esquecido
Começar de novo.

Referências

AFONSO, M. L. M., Abade, F. (2008). *Para reinventar as Rodas*. Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAM). Publicação eletrônica. Disponível em: http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/lapip/PARA_REINVENTAR_AS_RODAS.pdf, [consultado em 10-11-2014].

AQUINO. S. de**.** (2009). Pathways of Women's Empowerment: Pathways of women's empowerment through legal strategies: the case of Maria da Penha Law. Brazil. Trabalho apresentado à Conferência *Pathways of Women's Empowerment: What are we learning?*, promovida pelo Pathways of Women's Empowerment

Research Programme Consortium. Cairo, Egito.

BARSTED, L. L. (2007). "A resposta legislativa à violência contra as mulheres". In: S. Almeida (org), *Violência de Gênero e Políticas Públicas*. Editora UFRJ, Série Didáticos: Rio de Janeiro, pp. 119-137.

COSTA, A. A. A. (2006). "O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política". In: H. P. de Melo et al. (orgs.). *Olhares Feministas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO (Coleção Educação para Todos; v. 10).

DEBERT, G. G., GREGORI, M. F. (2008). "Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, 23, (66), pp. 165-211. Disponível em www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n66/11.pdf, [consultado em 23-06-2014].

MACHADO, L. Z. (2010). *Feminismo em movimento*. – 2. ed. –.São Paulo: Francis.

MINAYO, M. C. (2006). "A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica". *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 11 (2), pp. 375-383.

NOGUEIRA, F. N. (2013). "O crime de estupro e suas consequências sobre a vítima". Disponível em: www.webartigos.com/artigos/o-crime-de-estupro-e-suas-consequencias-sobre-a-vitima/107808/, [consultado em 14-06-2014].

NORONHA, C. V., DALTRO, M. E. "A Violência Masculina é Dirigida para Eva ou Maria?" (1991). *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 7 (2), pp. 215-231, abr./jun.

PASINATO, W. "Avanços e obstáculos na implementação da Lei 11.340/2006". Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/02/1_7_avancos-e-obstaculos.pdf, [consultado em 23-10-2014].

_____. (2010) "Lei Maria da Penha Novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos?" *Revista de Ciências Sociais*. Civitas: Porto Alegre, 10 (2), pp. 216-232.

SAFFIOTI, Heleieth. (1999). Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva* (13). São Paulo: PUC, abr.1999, pp. 82-91.

_____, ALMEIDA, S. (1995). *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter.

SANTOS, C. M. (2008). "Da Delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha: lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil". *Oficina do Centro de Estudos Sociais* (301), CES, pp. 1-38. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/301.pdf?CSRF_TOKEN=1d23a4261ffa5501342046db3f5c4044fce700e4, [consultado em 12-09-2014].

SARDENBERG, C. (1997). "Amor, Gênero e Identidade Sexual: Uma perspectiva sócio-antropológica". NEIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher: UFBA, mimeo.

SILVA, E. L., TAVARES, M. (2014). "Face a face com a violência contra a mulher: Percepções e ações de assistentes sociais da rede de atenção em Salvador/BA". *Anais do 18º Encontro da REDOR*. Recife: UFPE.

STREY, M. N. (2001). Violência e Gênero: um casamento que tem tudo para dar certo. In: P. K. Grossi & G. C. Werba (orgs), *Violências e gênero: coisas que a gente não gostaria de saber*. Porto Alegre: EDIPUCRS, pp. 47-69.

TAVARES, Márcia. (2010). "Para o monitoramento da Lei Maria da Penha – OBSERVE!" *Anais do XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Brasília: DF.

_____. (2013). "Roda de Conversa entre Mulheres: denúncias sobre a inaplicabilidade da Lei Maria da Penha em Salvador/BA e a descrença na justiça". *Anais do Fazendo Gênero 10 – Desafios Atuais dos Feminismos*. Florianópolis: UFSC. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=76, [consultado em 01- 06-2014].

_____, SARDENBERG, C. *Monitorando a aplicação da Lei Maria da Penha em Delegacias Especializadas de Salvador/BA*, 2012 (inédito).

_____, SARDENBERG, C., GOMES, M. Q. (2011). Feminismo, Estado e Políticas de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres: Monitorando a Lei Maria da Penha. *Labrys* (20-21). Disponível em: http://www.tanianavarroswain.com.br/labrys/labrys20/brasil/lei%20MP.htm, [consultado em 15-10-2014).

UN (2006) 'Ending Violence Against Women. Study of the Secretary-General', New York: UN.

O Tempo da Justiça para mulheres em situação de violência na Bahia

Márcia Santana Tavares
marciatavares1@gmail.com

Iole Macedo Vanin
iolevanin2007@gmail.com

Resumo: Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa em que a parceria do Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher (GEDEM) do Ministério Público com o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) da Universidade Federal da Bahia, possibilitou-nos rastrear obstáculos na justiça quanto aos prazos das ações penais de enfrentamento à violência doméstica e familiar no Estado da Bahia/Brasil, ou seja, contabilizar o tempo gasto desde o oferecimento da denúncia ao trânsito entre os demais serviços de atenção às mulheres – DEAMs, Ministério Público, GEDEM, Defensoria Pública e Vara Especializada. Para tanto, foram selecionados 200 processos, relativos aos anos de 2009 até 2013 que, depois de estudados indicam dados incompletos, a exemplo de omissão da natureza dos fatos, lentidão no andamento dos processos, ausência de informações relativas à concessão de medidas protetivas, mas, principalmente, quanto à conclusão dos processos, revelando, entre outras coisas, a não responsabilização penal dos agressores.

Palavras chaves: Gênero; Violência; Mulher; Justiça.

I – Comentários Iniciais

A violência contra as mulheres[1] é um fenômeno presente em diferentes culturas, sociedades e épocas, independente de idade e geração, grau de instrução, classe social, orientação sexual ou raça/etnia, uma vez que tal fenômeno é decorrente das desigualdades sociais de gênero. Deste modo, os índices de violência contra as mulheres são mais elevados em países onde persiste uma cultura androcêntrica, enquanto sofrem redução naqueles países que se mobilizam para eliminar as diferenças de gênero.

No Brasil, os temas referentes à violência doméstica e à desigualdade de gênero se tornaram objeto de debate, principalmente a partir dos anos 1970, quando o movimento feminista[2] e de mulheres considerou que, para desvelar o poder exercido pelo homem sobre a mulher, mediante o uso de violência, seria necessário aprofundar o conhecimento em torno da estrutura patriarcal da sociedade (CAMPOS, JORGE & BARCELOS, 2010), de modo a promover uma transformação radical no tocante à invisibilidade que envolvia a violência contra a mulher, ainda encerrada no espaço privado e, fomentar a criação de políticas de sensibilização e enfrentamento, conforme lembra Aquino (2006).

---

1 Neste artigo, a violência contra a mulher é concebida como qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, no âmbito público ou na esfera privada, conforme define a Resolução 48/104 da ONU, que aprovou a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher (1993) e na Convenção Para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres, mais conhecida como Convenção de Belém do Pará, aprovada pela Assembleia Geral da OEA (1994).

2 De acordo com Mariza Corrêa (2001), o feminismo contemporâneo no Brasil teve sua maior expressão na década de 1970, quando se articulou com movimentos populares e movimentos políticos, que reivindicavam desde moradia e melhores condições de vida para a população até a anistia aos presos políticos, o direito à terra pelos grupos indígenas do país e direitos para as minorias.

O fato de a Organização das Nações Unidas eleger o ano de 1975 como o "Ano Internacional da Mulher", dando início à "Década da Mulher" (1975-1985), suscitou a politização da violência doméstica e familiar, o que intensificou o debate na sociedade brasileira, o lançamento de campanhas e a publicação de reportagens na imprensa, além da exibição de seriados televisivos.

Com efeito, na década seguinte, a violência contra a mulher se tornou o *carro chefe* (IZUMINO, 2004) das reivindicações do movimento feminista, cujo diálogo estabelecido com o Estado brasileiro fomentou a estruturação dos primeiros serviços de atendimento às mulheres em situação de violência: a criação do SOS Mulher (1980); do Conselho Estadual da Condição Feminina (1982); de programas sociais como o PAISM – Plano de Assistência Integral à Saúde da Mulher (1984); da implantação do Conselho Nacional de Direitos das Mulheres e, criação da primeira Delegacia Especializada da Mulher, em 1985. (RAGO, 2003).

As reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres serão contempladas na Constituição Federal de 1988, que reconhece a igualdade jurídica entre os sexos no inciso 1 do artigo 5º e, no § 8º, determina a garantia de assistência do Estado aos membros do grupo familiar, mediante a criação de mecanismos que reprimam a violência na esfera de suas relações (TAVARES, SARDENBERG & GOMES, 2011). Em suma, a Constituição Federal de 1988 promove uma importante mudança na condição da mulher, ao abolir a tutela masculina na sociedade conjugal[3] (SARTI, 2004).

Na década seguinte, conhecida como a "Década das Conferências", o Brasil participou e ratificou as deliberações das seguintes conferências e convenções: As Conferências da ONU realizadas em Viena (1993), Cairo (1994) e Beijing (1995); a Conferência Mundial de Direitos Humanos ocorrida em Viena (1993), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1994) e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994), popularmente conhecida como Carta de Belém do Pará (BRASIL, 2005).

Em 1995, foi sancionada a Lei 9099/95, com o intuito de ampliar o acesso da população à justiça por meio da aplicação de princípios como a celeridade, a economia processual, a informalização da justiça e a substituição de penas restritivas da liberdade pela aplicação de penas alternativas (PASINATO, 2004), no caso de infrações penais de menor potencial ofensivo, com pena inferior a um ano de detenção.

Para tanto, foram criados os Juizados Especiais Criminais (JECRIMs) que, no entanto, não contribuíram para reprimir a violência contra a mulher, na medida em que as penas aplicadas aos agressores se resumiam a multas, comumente o pagamento de cestas básicas que, por sua vez, exerceram um "efeito praticamente descriminalizador" (BARSTED, 2006), concorrendo para a trivialização da violência (PASINATO, 2004), o crescimento da impunidade e a discriminação contra as mulheres na sociedade brasileira.

Neste sentido, algumas organizações não governamentais feministas formaram um consórcio[4], com a finalidade de discutir e formular uma minuta de projeto de lei com foco na erradicação da violência doméstica e familiar contra as mulheres (CORTÊS, 2006), cujo conteúdo foi incorporado quase integralmente no texto da Lei de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei nº 11.340), mais conhecida como Lei Maria da Penha[5], que foi sancionada pelo então presidente Lula em 2006, entrando em vigor no mesmo ano.

---

3 A Convenção Sobre a Eliminação de Todas Formas de Discriminação Contra a Mulher (1979) recomenda aos países a adoção de medidas para assegurar a igualdade jurídica de homens e mulheres em todas as dimensões da vida pública e privada. O Brasil se tornou signatário dessa Convenção em 1984, embora tenha feito ressalvas ao artigo 16, pois o nosso Código Civil em vigência não reconhecia a igualdade entre os cônjuges, isto é, o homem detinha a chefia da sociedade conjugal (BARSTED & GARCEZ, 1999).

4 Barsted (2006, p.78) afirma que : "Esse Consórcio foi formado pelas seguintes ONGs: CEPIA, CFEMEA, AGENDE, ADVOCACI, CLADEM / IPÊ e THEMIS, além de Rosane Reis Lavigne, defensora pública do Estado do Rio de Janeiro; Leilah Borges da Costa, advogada, membro do Instituto dos Advogados Brasileiros; Ela Wiecko de Castilho, procuradora federal; e Letícia Massula, advogada. Na tramitação do Projeto de Lei, outras ONGs, pesquisadoras, operadores do direito e militantes do movimento de mulheres contribuíram para a aprovação desse PL".

5 Maria da Penha Maia Fernades, biofarmacêutica, durante seu casamento com o professor universitário Marco Antonio Heredia Viveiros, sofreu várias agressões e ameaças, inclusive duas tentativas sucessivas de assassinato, uma das quais

A Lei 11.340/2006 tem como objetivo principal a criação de mecanismos de prevenção e repressão à violência doméstica e familiar contra a mulher, definida no Art. 5 como "qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial". Para tanto, a Lei classifica as modalidades de violência cometidas contra a mulher no "âmbito da unidade doméstica" (Art. 5, Inciso I), no "âmbito da família" (Art. 5, Inciso II) ou "em qualquer relação íntima de afeto" (Art. 5, Inciso III). Em outro momento, destacamos as seguintes inovações reunidas na Lei Maria da Penha:

> [...] define e caracteriza a violência doméstica e familiar contra a mulher; classifica as formas de violência doméstica contra a mulher – física, psicológica, sexual, patrimonial e assédio moral; extingue as penas pecuniárias, pagas com cesta básicas ou multas; determina que a violência doméstica independe de sua orientação sexual; retira dos juizados especiais a competência para apreciar os crimes de violência doméstica contra a mulher e prescreve a criação de juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher, com competência cível e criminal para abranger as questões familiares decorrentes da violência contra a mulher; altera o código do processo penal para permitir ao juiz a decretação de prisão preventiva diante de riscos à integridade física ou moral da mulher e possibilita a prisão em flagrante; a pena do crime de violência doméstica passa a ser de três meses a três anos; altera a lei de execuções penais para possibilitar que o juiz determine o comparecimento obrigatório do agressor a programas de educação e reabilitação (TAVARES, SARDENBERG & GOMES, 2011).

Com efeito, a Lei Maria da Penha representa um avanço na esfera jurídica e política, ao prever tanto a adoção de medidas punitivas, como também de prevenção e de proteção social às mulheres em situação de violência, seu texto apresentando as seguintes inovações, conforme sintetizam Pimentel e Piovesan (2007: 1):

> [...] mudança de paradigma no enfrentamento da violência contra a mulher; incorporação da perspectiva de gênero para tratar da desigualdade e da violência contra a mulher; incorporação da ótica preventiva, integrada e multidisciplinar; fortalecimento da ótica repressiva; harmonização com a Convenção CEDAW/ONU e com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; consolidação de um conceito ampliado de família e visibilidade ao direito à livre orientação sexual; e, ainda, estímulo à criação de bancos de dados e estatísticas.

As mudanças defendidas na Lei 11.340/2006 são endossadas pelo II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), cujo capítulo 4 aborda o enfrentamento de todas as formas de violência que afligem as mulheres (BRASIL, 2008), mas as políticas públicas de enfrentamento adquirem consistência com o lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em agosto de 2007, uma iniciativa do governo federal que, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), visa reduzir os índices de violência contra as mulheres; estimular uma mudança cultural, no que se refere à atitudes igualitárias e ao respeito incondicional às diversidades de gênero, além de assegurar e proteger os direitos de todas as mulheres em situação de violência. (BRASIL, 2007)

---

a deixou paraplégica e, mesmo após denúncia pública e condenado pela dupla tentativa de homicídio, o réu apelou à Justiça e conseguiu permanecer em liberdade. Em 1998, Maria da Penha denunciou a Justiça brasileira junto aos Tribunais Internacionais por morosidade e negligência quanto à conclusão do processo judicial contra o seu agressor. Finalmente, em 2001, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), no Relatório nº 54, não só responsabilizou o Estado Brasileiro por negligência e omissão como recomendou a adoção de políticas de enfrentamento à violência contra a mulher no país (CFEMEA, 2007). Ver *Informe No. 54/01*, de abril de 2001, parágrafos 55 e 56. Disponível em: http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/299_Relat%20n.pdf. Acesso em: 07 jun. 2014.

Na Bahia, o Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher foi firmado em 30 de junho de 2008, mediante a assinatura de um Termo de Cooperação e Convênio entre o então Governador Jaques Wagner e a Ministra da SPM à época, Nilcéa Freire. Algumas medidas foram adotadas pelo governo estadual para fortalecer a articulação operacional da Defensoria Pública, Ministério Público e Tribunal de Justiça com as políticas setoriais, conforme estabelece a Lei Maria da Penha, tais como a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/BA), a implantação de Centros de Referência e Núcleos de Atendimento à Mulher, a criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Núcleos de Defensoria Pública e Varas Especializadas em Violência Doméstica e Familiar, bem como a implementação de programas e serviços sociais para prevenir e coibir a violência contra as mulheres.

Certamente, as medidas adotadas para enfrentamento à violência se constituem em avanço, mas não podemos ignorar os problemas apontados por estudos que buscam monitorar a aplicação da Lei Maria da Penha, os quais revelam desde a infraestrutura precária dos serviços até a insuficiência e rotatividade de recursos humanos, sem qualquer formação sobre a questão de gênero e a violência doméstica (TAVARES, SARDENBERG & GOMES, 2011; TAVARES, 2013). Outras pesquisas indicam que nas Delegacias e Juizados/Varas das capitais brasileiras, dentre as quais Salvador, o atendimento não é padronizado, os dados não são sistematizados nem socializados entre a equipe e, não existem registros informatizados. Além disso, não há qualquer protocolo para acompanhar o encaminhamento das mulheres a serviços da rede no que se refere à resolutividade/atendimento de suas demandas. (SARDENBERG, 2010; SILVA, LACERDA & TAVARES, 2012). Nos Juizados das capitais, também não foram identificados registros das ações ajuizadas referentes a crimes e contravenções, de processos criminais em andamento, de condenações e absolvições, nem mesmo do número de medidas protetivas encaminhadas pelas DEAMs, deferidas e indeferidas pelos Juizados (GOMES & TAVARES, 2010). Na Vara de Salvador, Tavares (2013), com base em depoimentos de usuárias dos serviços, revela que a morosidade no atendimento, a burocracia, o número insuficiente de funcionários e o seu despreparo tornam o atendimento precário, dificultam o acesso das mulheres a medidas protetivas e favorecem o extravio ou a prescrição de processos. Em resumo, as mulheres se queixam da falta de acolhimento, ou seja, de uma escuta qualificada e, da morosidade no atendimento e pouca resolutividade.

Neste sentido, o Ministério Público do Estado da Bahia, através do Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher (GEDEM), em parceria com o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) da Universidade Federal da Bahia, formulou o projeto "Direitos Humanos das Mulheres e Enfrentamento da Violência de Gênero", tendo como principal objetivo aprimorar a atuação do Ministério Público no enfrentamento e prevenção à violência doméstica de gênero e contra a mulher, de modo a garantir a defesa e proteção de seus direitos, contribuir para o fortalecimento das redes de proteção, o acesso à inclusão social e a efetivação dos Direitos Humanos das Mulheres.

Este artigo busca analisar uma das ações centrais do projeto, isto é, debruça-se sobre uma pesquisa destinada a esquadrinhar o tempo da justiça, a partir da leitura de processos administrativos instaurados no Ministério Público e acompanhados pelo GEDEM, cujos resultados discutiremos nos próximos tópicos.

II – Caminhos Metodológicos

A pesquisa compreendeu dois momentos: Inicialmente, foi realizada pesquisa bibliográfica de modo a compor um acervo voltado para a violência contra a mulher e acesso à justiça no Brasil. O segundo momento consistiu em pesquisa documental, retrospectiva, de processos administrativos instaurados desde o 4º trimestre de 2009 até o 2º semestre de 2013, referentes a duzentas mulheres em situação de violência que recorreram ao Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher (GEDEM) do Ministério Público da Bahia em busca de proteção. O estudo dos procedimentos administrativos foi acompanhado de levantamento relativo a cada processo na Vara Especializada, com a finalidade de conferir as informações obtidas.

Elegemos como instrumental técnico o formulário, que consiste em um inventário elaborado especialmente para a coleta de dados, cujo preenchimento é feito pelo próprio pesquisador (LAKATOS & MARCONI, 1991). As questões formuladas foram previamente discutidas, elaboradas e/ou reformuladas, de modo a fornecerem

informações relativas ao fluxo da justiça. Os dados foram coletados por quatro estagiárias do Ministério Público, estudantes do Bacharelado em Gênero e Diversidade do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da universidade Federal da Bahia (NEIM/UFBA), como atividade de avaliação do estágio, sob a supervisão acadêmica de professoras do referido curso.
Após coletados, os dados foram digitalizados no Programa Statistical Package Social Science – SPSS, versão 17.0 for Windows (SPSS Inc., Chicago, USA), capaz de organizar e analisar estatisticamente planilhas preenchidas com dados extraídos dos formulários, em que cada item corresponde a uma variável da planilha do SPSS que, ao final, geraram gráficos e tabelas simples e cruzadas que ilustram a discussão em torno dos resultados obtidos, que abordaremos no próximo tópico.

III – Alguns Resultados

Neste tópico socializamos alguns resultados da pesquisa, começando com o perfil das mulheres agredidas e de seus agressores, a relação existente entre essas mulheres e os agressores, para em seguida nos reportarmos ao fluxo da justiça, procurando acompanhar as idas e vindas das mulheres pelas instituições em busca de informações, bem como a solicitação e concessão de medidas protetivas.

3.1 O perfil das mulheres agredidas

Os dados apurados revelam que as mulheres são agredidas desde a adolescência até a idade adulta. Contudo, predomina a faixa etária entre 33 a 37 anos, seguida por 27 a 32 anos e, 38 a 43 anos, embora haja também indícios da violência contra a mulher idosa. Quanto às características étnico-raciais das mulheres, predomina a cor parda, seguida por mulheres que se classificam como pretas e, em último lugar, mulheres brancas. Se levarmos em conta a forma classificatória adotada pelo IBGE, podemos inferir que há uma maior incidência de mulheres negras. Com relação ao grau de instrução das mulheres agredidas, verificou-se maior incidência no nível médio, seguido por mulheres com ensino fundamental, embora tenham sido identificadas mulheres com grau de instrução superior, o que sugere mudanças no perfil de mulheres que denunciam as agressões sofridas. Quanto às atividades profissionais desenvolvidas pelas mulheres, predominam donas de casa, que não exercem atividade remunerada; empregadas domésticas e, mulheres que desempenham atividades variadas, a exemplo de costureira, diarista, auxiliar de serviços gerais, secretaria, recepcionista, professora, médica, conselheira tutelar, garçonete e trabalhadora rural entre outras.

O perfil do homem agressor

Entre os agressores, predominam homens de cor parda, seguidos por homens classificados como pretos e, com menos representatividade, homens brancos. Quanto ao grau de instrução, a violência é mais recorrente em homens com baixa escolaridade, com ensino fundamental (completo e incompleto), seguida de homens com nível médio e, por último, homens com nível superior (completo e, em maior número, incompleto). Os dados indicam que os homens com menor escolaridade se encontram mais propensos a recorrerem à violência na relação conjugal. Contudo, cabe ressaltar que a escolaridade não atua como único determinante da violência, pois esta vem associada a outros fatores, a exemplo da situação socioeconômica. Com relação à atividade profissional exercida pelos homens, esta é compatível com a baixa escolaridade, isto é, trabalham como pedreiros, motoristas, policiais militares e professores, além de pintor, segurança, auxiliar de serviços gerais, aposentado entre outras atividades.

A relação entre as mulheres e o agressor

Nos processos estudados, constata-se que os principais agressores correspondem a homens com quem convivem ou mantiveram um relacionamento afetivo e sexual, ou seja, companheiros e ex-companheiros, seguidos por esposos. Os índices menos representativos também se referem a ex-parceiros íntimos ou indivíduos com quem as mulheres têm relações de parentesco, ou seja, ex-namorados, ex-esposos e irmãos, mas também filhos, namorados, cunhados e ex-cunhados, pais e padrastos, enteados e sobrinhos.

Tipo de Violência e Idade da Vitima

Nos processos constam ameaças (Crimes Contra a Vida), seguidas por lesões corporais (Crimes Contra a Pessoa), infrações penais e, homicídios consumados (Crimes Contra a Pessoa). Os índices menos representativos são relativos a contravenções penais, cárcere privado, difamação e injúria.
Todavia, cabe enfatizar que a violência sofrida pelas mulheres sofre variações conforme sua faixa etária. Por exemplo, a violência patrimonial e econômica foi identificada apenas entre as mulheres com idade de 50 a 55 anos, que também sofrem violência física/patrimonial/econômica, além de enfrentarem três tipos e/ou mais de violência. Acima de 55 anos, as mulheres são alvo de violência física, psicológica//emocional, física/psicológica//emocional, de cárcere privado, mas também da somatória de três tipos e/ou mais de violência, que também predomina em mulheres na faixa etária de 33 a 37 anos. Contudo, se há maior incidência de violência psicológica/emocional na faixa etária de 38 a 43 anos, a violência física/psicológica/emocional predomina em mulheres de 27 a 32 anos, enquanto mulheres com idade entre 15 a 37 anos são submetidas a cárcere privado, que também atinge mulheres acima de 55 anos, conforme já mencionado. Finalmente, o homicídio atinge mulheres mais jovens, com idade de 15 a 26 anos e de 33 a 37 anos.

Tipo de Violência e Idade do Agressor

A violência perpetrada pelos homens contra as mulheres ocorre em todas as faixas etárias. No entanto, os dados apontam para uma predominância entre homens com idade de 33 a 37 anos, com idade de 27 a 32 anos, de 44 a 49 anos e, homens com idade de 38 a 43 anos. Entre as modalidades de violência, predominam três tipos e/ou mais e violência física. Os dados revelam também uma redução do número de agressores na faixa etária correspondente a 50 a 55 anos e acima de 50 anos, cuja modalidade de violência concentra três tipos e/ou mais, enquanto homens mais jovens, com idade de 21 a 26 anos, apresentam o menor índice de violência, embora a modalidade predominante nesta faixa etária seja letal, ou seja, homicídios.
A violência contra as mulheres, em suas modalidades física, sexual, social e psicológica, encontra-se alicerçada em padrões produzidos e reproduzidos secularmente que, ao instaurarem a supremacia do sexo masculino sobre o feminino, marcam a posse masculina sobre a mulher que, no âmbito das relações conjugais, é destituída da condição de sujeito e se torna objeto do qual o homem pode dispor, ou seja, agredir fisicamente, humilhar, torturar e até mesmo roubar-lhe a vida, caso desafie sua autoridade e/ou ameace deixá-lo (PERON, 2008).
A versão atualizada do Mapa da Violência no Brasil[6], ao agregar dados de cidades com número superior a 26 mil mulheres e homicídios computados pelo Sistema de Informações de Mortalidade – SIM – da Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS – do Ministério da Saúde – MS, expõe a face da violência contra as mulheres na Bahia: O estado ocupa a 6ª posição nas estatísticas de homicídios femininos no período entre 2008 e 2010, enquanto Salvador, embora esteja na 94ª posição entre os municípios, quando comparada com as demais capitais brasileiras, sobe para a 5ª colocação.

---

6 Fonte: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf, [consultado em 13-10-2014]. O mapa da violência foi atualizado em agosto de 2012.

Neste sentido, Julio Jacobo Waiselfisz, responsável pelo Mapa da Violência, em entrevista concedida ao blog Compromisso e Atitude (2013), pondera que a violência contra a mulher, desde formas mais brandas até à mais extrema, o feminicídio, continua a ocorrer porque as diversas instituições que deveriam assegurar a segurança e proteção da mulher consideram-na culpada, ou seja, ela incita a violência. Este tipo de postura institucional é conivente com a violência e impunidade e termina incentivando o feminicídio.

O Fluxo da Justiça

Os dados abaixo nos oferecem uma noção dos desafios enfrentados pelas mulheres em situação de violência para terem acesso à justiça. Mais precisamente, reproduzem o percurso dessas mulheres, suas idas e vindas, indicando a peregrinação a que são sujeitas para serem ouvidas e terem suas demandas atendidas. Ao mesmo tempo, apontam para a forma como vem se articulando a rede de atendimento às mulheres em situação de violência na Bahia e a desproteção a que estas são submetidas.

Com relação ao número de vezes que as mulheres buscaram informações sobre o processo, os dados demonstram que, dos 200 (duzentos) processos investigados, apenas 12 (doze) são omissos. Constatou-se que, em 92 (noventa e dois) processos, as mulheres retornaram, no mínimo, de 2 a 3 vezes, seguidas de 51 (cinquenta e uma) mulheres que solicitaram informações de 4 a 6 vezes. Os percentuais mais baixos, porém, não menos importantes, dizem respeito a 32 (trinta e duas) delas que voltaram apenas 01 vez e, 13 (treze) que se deslocaram mais de 7 (sete) vezes para obterem informações.

Quando comparamos a quantidade de vezes que as mulheres buscaram informações sobre o processo com as instituições que ofereceram respostas às suas dúvidas e questionamentos, podemos inferir que, nos processos analisados, o Setor Psicossocial/Administrativo do GEDEM é o mais mencionado nos processos, com um total de 76 (setenta e seis) referências, seguido pela DEAM de Brotas, sobre a qual constam 40 (quarenta) referências e, por 10 (dez) respostas apresentadas por um ou mais órgãos. Nos processos são citadas também outras instituições, a exemplo do Ministério Público do Interior do Estado, a Delegacia de Periperi e Delegacias comuns entre outras.

Conforme ressalta Pasinato (2010a), o sistema de justiça criminal brasileiro é constituído por vários órgãos: a Polícia Civil e Militar, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Judiciário. A atuação de cada um desses órgãos é essencial tanto para a organização e funcionamento, como para conferir agilidade ao fluxo da justiça. As delegacias de polícia – sejam comuns ou especiais, a exemplo das Delegacias da Mulher – são a porta de entrada deste fluxo, e sua localização indica a importância do atendimento inicial prestado às mulheres em situação de violência. Em resumo, o acesso à justiça formal começa na delegacia, mas sua concretização está condicionada à atuação de outros órgãos e outros agentes, o que nos leva a ponderar que, se as mulheres têm recorrido mais frequentemente ao GEDEM em busca de orientação, o fluxo da justiça parece comprometido desde a porta de entrada, ou seja, as DEAMs.

Com efeito, estudos desenvolvidos nas DEAMs de Salvador revelam alguns aspectos preocupantes: as mulheres são desestimuladas a registrarem a ocorrência caso não tragam marcas visíveis[7]; a demora desde o registro da ocorrência à audiência, o intervalo entre um procedimento e outro durando cerca de três meses, em virtude dos trâmites burocráticos (SILVA; LACERDA, 2012); a falta de capacitação e de envolvimento com a temática do corpo profissional, que demonstra pouco ou nenhum conhecimento referente à questão de gênero e à violência doméstica e familiar contra a mulher, o que se reflete no atendimento prestado, já que suas orientações tomam como parâmetro o senso comum e não a legislação; falta de protocolo de atendimento e de articulação entre os serviços da rede (SILVA; LACERDA & TAVARES, 2012; TAVARES, 2013).

---

7 Ver, por exemplo, Pasinato (2010a), segundo a qual, nas DEAMs de Belo Horizonte/MG, o atendimento prestado às mulheres na recepção passa por uma seleção que classifica as ocorrências como "criminais" ou "não criminais", dando prioridade àquelas que se encaixam no primeiro grupo. Neste grupo são classificados, por exemplo, os casos de violência física, cuja gravidade é reconhecida pelos policiais, ao contrário das mulheres que sofreram ameaças ou violência psicológica, que só conseguem fazer o registro da ocorrência depois de muita insistência.

Por outro lado, o Núcleo de Gênero do Ministério Público, enquanto espaço criado para assegurar os direitos humanos das mulheres, tem como competência fiscalizar a aplicação de leis voltadas ao enfrentamento das desigualdades de gênero e da violência contra as mulheres, mas também os serviços de atendimento prestados às mulheres em situação de violência, conforme previsto na Lei 11.340/2006 (BRASIL, 2010), o que pode explicar o maior fluxo de mulheres que recorrem ao Núcleo em busca de esclarecimentos sobre o andamento de seus processos, mas também para se protegerem da violência cometida por seus parceiros íntimos.

A solicitação e concessão de medida protetiva

Dentre os 200 (duzentos) processos estudados, 97 (noventa e sete) mulheres requereram medida protetiva (48,5%), enquanto 27 (vinte e sete) não as solicitaram (13,5%). Todavia, assim como em alguns tópicos analisados neste relatório, 76 (setenta e seis) processos não trazem informações a respeito (38,0%).
Quando comparadas a data de requerimento da medida protetiva e a data de sua expedição, os dados revelam, por exemplo, que no 3º trimestre de 2010 foram requeridas 7 (sete) medidas, sendo que 2 (duas) foram expedidas no mesmo trimestre, 2 (duas) no 2º semestre do ano seguinte, 1 (uma) medida no período de 6 a 8 dias, 1 (uma) medida concedida entre 16 a 30 dias e, 1 (uma) última, cuja expedição ocorreu no 2º trimestre de 2013, ou seja, três anos após ser solicitada[8]. No 3º trimestre de 2011 foram solicitadas 4 (quatro) medidas, 2 (duas) delas expedidas no mesmo trimestre, 1 (uma) concedida no semestre seguinte e 1 (uma) no 2º trimestre de 2012.
Constata-se o descumprimento da Lei Maria da Penha no tocante à concessão de medidas protetivas de urgência previstas no artigo 18 da Lei 11.340, o que evidencia a morosidade na obtenção de respostas efetivas às demandas apresentadas pelas mulheres e, o risco a que ficam expostas em face da proteção a que têm direito e, no entanto, é postergada. De fato, os depoimentos de mulheres em situação de violência à CPMI da Violência denunciam que as solicitações de medidas protetivas encaminhadas pelas DEAMS à Vara Especial levam cerca de 6 meses a um ano para serem decretadas e cumpridas (TAVARES, 2013).
Por outro lado, Dias (2007) ressalta que, assim como cabe à autoridade policial tomar as providências cabíveis (art. 10) ao tomar ciência de um episódio que se caracterize como violência doméstica, compete ao Ministério Público requerer a aplicação de medidas protetivas de urgência ou a revisão daquelas expedidas anteriormente, de modo a garantir a proteção da mulher (art. 18, III, art. 19 e § 3º), sempre que seus direitos forem ameaçados ou violados.

IV – Compartilhando inquietações, mas sem concluir...

Os resultados aqui apresentados, no que se refere ao perfil de mulheres agredidas e homens agressores não diferem daqueles encontrados nas várias pesquisas desenvolvidas em DEAMs e Juizados do Brasil[9] e, demonstram a importância de atentarmos para a intersecção entre vários marcadores sociais como gênero, idade/geração e raça/etnia para melhor compreendermos a produção e reprodução da violência contra a mulher na sociedade brasileira.
Por outro lado, indicam que, a despeito das profundas transformações sociais ocorridas nas últimas décadas do século passado e intensas mobilizações dos movimentos feministas e de mulheres desde os anos 1970 e, finalmente, nos anos 2006, a criação da Lei Maria da Penha e implantação de uma política de enfrentamento à violência contra a mulher, o imaginário social ainda engendra um acumpliciamento com o ideário patriarcal, o

---

8 Durante visita realizada pela Comissão da CPMI à Vara Especial de Salvador, em 2012, para elaboração de um Dossiê sobre a violência contra as mulheres, acompanhei a entrevista de uma mulher que aguardava a expedição da medida protetiva fazia um ano, a qual foi expedida pela Juíza diante da Comissão.

9 Ver, por exemplo, Soares (2011); Leão (2011); Tavares, Gomes e Sardenberg (2011); Silva, Lacerda & Tavares (2012); Tavares (2013).

que finda por naturalizar a violência e trivializar as ocorrências que, ao se repetirem impunemente, contribuem para intensificar os graus de violência, mecanismo a que recorrem os homens quando sentem as estruturas de poder que ainda sustentam as relações de gênero ameaçadas.

Esta também pode ser uma das razões que levam à morosidade no atendimento, ao descaso dos operadores da lei diante das denúncias de violência doméstica e familiar feitas pelas mulheres. Em outras palavras, não são apenas os agressores que consideram a violência uma questão de foro íntimo, que não requer a interferência de terceiros, agentes policiais, delegadas, assistentes sociais, procuradores e até mesmo juízes findam por reprisar comportamentos e atitudes consuetudinários ao descumprirem a Lei Maria da Penha e, em nome da preservação da família, reeditarem a Lei 9099/95, isto é, promoverem a conciliação entre as partes e, descriminalizarem a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Talvez por isso tenhamos identificado a omissão da natureza do fato na maioria dos processos administrativos investigados, ou seja, esta informação não consta em 101 (cento e um) dos 200 (duzentos) processos, o que sugere descaso e negligência. Ora, pode-se entender o esquecimento de uma ou outra informação, mas deixar de mencionar a natureza do fato que originou o próprio procedimento administrativo é registrar às avessas a importância atribuída à repressão e criminalização da violência contra a mulher na esfera doméstica e familiar. Não é à toa, portanto, que entre os 200 (duzentos) processos analisados, apenas um deles tenha sido concluído, ou melhor, foi extinta a punibilidade, com base no Código Penal, art. 107, II – 5º, não havendo quaisquer outras informações nos demais processos.

Finalmente, os dados se mostram omissos no tocante a informações relativas à Vara Especializada, onde tramitam os processos/ações penais, cujos dados não foram preenchidos, o que parece confirmar a fragmentação dos serviços, ou seja, a ausência de articulação da rede de proteção às mulheres em situação de violência. Em suma, o sistema de justiça continua tendo dificuldade de estabelecer um diálogo e pactuar uma ação coesa que intensifique o fluxo da justiça.

Enquanto isso não acontece, as mulheres percorrem uma via-crúcis por diferentes instituições e serviços em busca de proteção, sem que muitas vezes suas vozes sejam ouvidas e suas demandas atendidas, sem orientação e atendimento humanizado, mas também sem assistência jurídica, alvo de mais uma modalidade de violência, desta feita, a violência institucional, sobre a qual pretendemos discutir em outro momento, ao confrontarmos os procedimentos administrativos do GEDEM aqui estudados com os respectivos processos instaurados na Vara Especializada. Talvez, então, os resultados sejam mais alvissareiros, porém, o certo é que teremos informações mais precisas sobre como o acesso das mulheres à justiça vem se processando na Bahia e que obstáculos devem ser superados para prevenirmos e coibirmos a violência contra a mulher em nosso estado.

Referências

AQUINO, S. de. (2006). "Análise de Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs) em funcionamento no Estado da Bahia, em uma perspectiva de gênero e feminista". Aquino S. de. -- Salvador.

BARSTED, L. L., GARCEZ, E. (1999). "A Legislação Civil Sobre Família no Brasil". In: L. L. Barsted & J. Hermann (coord.). *As Mulheres e os Direitos Civis*. Rio de Janeiro: CEPIA, pp. 9-26.

_____. (2006). "O avanço legislativo no enfrentamento da violência contra as mulheres". In: E. Leocádio & M. Libardoni (orgs.). *O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência*. – Brasília: AGENDE, pp. 65-90.

BRASIL. (2007) "Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher". Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: Brasília.

_____. (2008). "II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres". Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: Brasília.

_____. (2010). SPM – Secretaria Especial de políticas Públicas para as Mulheres. "Norma Técnica de Uniformização das DEAMs". Edição atualizada, disponível em: spm.gov.br, [consultado em: 31-10-2012].

CAMPOS, E. M, JORGE, M. & BARCELOS, R. (2010). "A Importância do trabalho em rede e a atuação da academia no enfrentamento à violência contra a mulher". *Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas*. Universidade Estadual de Londrina, pp. 24-37.

CFEMEA. (2007). Orçamento Mulher. *Perspectivas das Políticas para as Mulheres no PPA 2008-2011*, Brasília.

CORRÊA, M. (2001) "Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal". *PAGU* (Dossiê: Feminismo em questão, questões do feminismo), (16), pp. 13-30.

CORTÊS, I. R. (2006). "Processo de Criação da Nova Lei sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher". In: *Protegendo as mulheres da violência doméstica/Seminário de Capacitação para juízes, procuradores, promotores, advogados e delegados no Brasil*. Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos/Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, pp. 49-50.

DIAS, M. B. (2007). *A Lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

GOMES, M. Q. de C., TAVARES, M. S. (2010). "OBSERVE: desafios para o monitoramento da aplicação da Lei Maria da Penha". *Anais Eletrônicos do Fazendo Gênero 9*: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Florianópolis: UFSC. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278299099_ARQUIVO_FG9OBSERVE.pdf, [consultado em 13-11-2014].

IZUMINO, W. P. (2004). "Violência contra a mulher no Brasil: acesso à justiça e construção da cidadania de gênero". In: *Anais do Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra.

LAKATOS, E., MARCONI, M. de A. (1991). *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas.

LEÃO, M. R. da Rocha. (2011). *Relatório Final do Programa Institucional de Bolsistas de Iniciação Científica 2010-2011*. Salvador: UFBA.

PASINATO, W. (2004). "Delegacias de Defesa da Mulher e Juizados Especiais Criminais: mulheres, violência e acesso à justiça". In: *XXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS*. Caxambu, Minas Gerais. Disponível em: http://www.nevusp.org/downloads/down082.pdf, [consultado em 04-12-2014].

_____. (2010). "Acesso à justiça para mulheres em situação de violência. Um estudo de caso sobre a Delegacia da Mulher e a rede de enfrentamento a violência de Belo Horizonte". In: *34º Encontro Anual da ANPOCS*. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=226&limit=20&limitstart=0&order=hits&dir=ASC&Itemid=350, [consultado em 21-11-2014].

PERON, A. P. "As imagens da violência conjugal nos relatos e nos registros de uma Delegacia da Mulher". Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST60/Ana_Paula_Peron_60.pdf, [consultado em 10-l0-2014].

PIOVESAN, J., PIMENTEL, S. (2007). *Lei Maria da Penha*: *Inconstitucional não é a lei, mas a ausência dela*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

RAGO, M. (2003). "Os feminismos no Brasil: dos 'anos de chumbo' à era global". *Labrys*, (3).

SARDENBERG, C. M. B. (2010). "A aplicação da Lei Maria da Penha em foco"./ C. M. B. Sardenberg, M. Q. de C. Gomes, M. S. Tavares. Salvador: NEIM / UFBA, (*Cadernos do OBSERVE 1*).

SARTI, C. A. (2004). "O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória". *Estudos Feministas*. UFRJ: Rio de Janeiro, 12 (2), pp. 35-50.

SILVA, E. L. da, LACERDA, S. O. de. (2012). "Denunciei, e agora? Fragmentos de conversas com mulheres em situação de violência". *Anais do XIII Encontro de Pesquisadores em Serviço Social*. Juiz de Fora: MG.

_____; TAVARES, M. (2012). "A Lei Maria da Penha e sua Aplicação nas DEAMs de Salvador: reflexões sobre o que pensam e dizem as mulheres em situação de violência". *Anais do 17º Encontro da REDOR*. Disponível em: http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/view/285, [consultado em 20-09-2014].

SOARES, J. E. (2011). "Relatório Final do Programa Institucional de Bolsistas de Iniciação Científica 2010-2011". Salvador: UFBA.

TAVARES, M., SARDENBERG, C., GOMES, M. Q. (2011). "Feminismo, Estado e Políticas de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres: Monitorando a Lei Maria da Penha". *Labrys*, nº 20-21.

_____. (2013). "Roda de Conversa entre Mulheres: denúncias sobre a inaplicabilidade da Lei Maria da Penha em Salvador/BA e a descrença na justiça". *Anais do Fazendo Gênero 10 – Desafios Atuais dos Feminismos*. Florianópolis: UFSC. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/simposio/view?ID_SIMPOSIO=76, [consultado em 01-06-2014].

A Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e Atendimento às Vítimas da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul[1]

Fernanda Bestetti de Vasconcellos[2]
fevasconcellos@hotmail.com

Resumo: O presente estudo de caso descreve como ocorreu o processo de criação, implementação e funcionamento da "Rede de Atendimento da Segurança Pública para o Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar", formada por diferentes órgãos (Brigada Militar, Polícia Civil e Instituto Geral de Perícias) vinculados à Secretaria de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul (Brasil), os quais desempenham atividades voltadas para o atendimento e proteção de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, protegidas pela Lei Maria da Penha (lei 11.340/06). São demonstrados dados acerca do contexto institucional no qual está inserido o governo do Rio Grande do Sul, no sentido de descrever seu processo de adesão, a partir do ano de 2011, ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, firmado pelo governo federal brasileiro. São descritas as experiências implementadas pela Brigada Militar (Patrulha Maria da Penha), Polícia Civil (Delegacia Especializada para o Atendimento de Mulheres) e Instituto Geral de Perícias (Sala Lilás), bem como os resultados obtidos pelas práticas e principais entraves para a realização do trabalho desenvolvido. Finalmente, é realizada uma análise dos resultados obtidos a partir do trabalho desenvolvido pelos órgãos articulados em rede, estabelecendo-se recomendações para o aperfeiçoamento do programa, assim como analisando-se o potencial de adaptação da política a outros contextos.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; Segurança Pública; Políticas de Segurança; Lei Maria da Penha

Introdução

As primeiras políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres começaram a ser verificadas no contexto brasileiro no início dos anos 1980. A partir de denúncias públicas motivadas pelo assassinato de mulheres por seus companheiros e da ausência de respostas do Poder Judiciário para combater a impunidade destes agressores, pode ser observado um processo de organização e mobilização dos movimentos feministas, o qual tinha como principal demanda respostas estatais que fossem capazes de coibir a violência e punir os agressores A primeira Delegacia Especializada para o Atendimento de Mulheres (DEAM) foi criada no ano de 1985 em São Paulo, configurando-se em uma experiência pioneira que, mais tarde, passou a ser reproduzida em outros munícipios brasileiros. A maior expansão destas delegacias ocorreu entre 1986 e 1995. Atualmente existem cerca de 475 unidades em funcionamento no país, um aumento que pode ser entendido como reflexo

---

1 Estudo de caso realizado através de consultoria prestada ao BID, a qual foi contratada para a documentação da experiência para a premiação recebida pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (Gobernarte: el arte del buen gobierno – Seguridad Ciudadana).

2 Fernanda Bestetti de Vasconcellos é socióloga pesquisadora da PUCRS e pesquisadora visitante no Departamento de Criminologia da Universidade de Ottawa (Canadá). Realiza atividades nas áreas de Sociologia do Direito, Criminologia, Segurança Pública e Administração da Justiça Criminal. Desde 2007, desenvolve pesquisas sobre violência contra a mulher, focando-se na implementação e funcionamento nos mecanismos de justiça penal e segurança pública criados a partir da Lei Maria da Penha. É membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e pesquisadora do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-INEAC).
http://lattes.cnpq.br/7816244903166292

da revitalização política destas delegacias especializadas no âmbito das políticas desenvolvidas pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (Pasinato e Santos, 2008).

A aprovação da Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha[3], representa um marco no extenso processo histórico de reconhecimento da violência doméstica contra as mulheres como um problema social no Brasil, e traz em seu texto muitas marcas dos embates políticos travados pelos movimentos feministas e de mulheres na luta pela conquista da cidadania para as mulheres (Pasinato, 2008). A nova legislação introduz mudanças substantivas no cenário jurídico brasileiro. Entre essas mudanças, são de interesse particular nesta pesquisa aquelas que se referem ao papel da polícia.

O atendimento pela autoridade policial está regulamentado no Capítulo III da Lei 11.340/2006, artigos 10, 11 e 12. Além das atividades de polícia judiciária – registro de ocorrência policial e a retomada dos inquéritos policiais como instrumento de apuração das responsabilidades nos ilícitos penais que se enquadram na lei, - a autoridade policial também deve atuar para que sejam aplicadas as medidas protetivas de urgência, sempre que a mulher solicitar. Estas medidas são, em sua maior parte, de natureza cível, tal como os pedidos de afastamento do agressor, pedidos de guarda de filhos e ações de alimentos. Cabe também à autoridade policial providenciar que esta mulher receba socorro médico e tenha preservada sua segurança, transferindo-a para local seguro e adequado. Com esta alteração, a polícia passa a atuar de imediato em duas frentes de intervenção: os pedidos de medidas protetivas possuem trâmite rápido e uma vez que sua solicitação tenha sido registrada, seu envio deverá ser imediato para o juízo competente para sua avaliação. Paralelamente, deverá a mesma autoridade policial providenciar a instauração do inquérito policial, dando-lhe o prosseguimento legal. Outra mudança introduzida pela Lei 11.340/2006 refere-se à possibilidade de realização da prisão em flagrante delito em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, procedimento até então pouco utilizado nas Delegacias de Defesa da Mulher.

Na prática as novas atribuições provocaram o aumento do volume de trabalho para as polícias, em especial para as DEAMS que, como visto anteriormente, são a grande referência para o atendimento de mulheres em situação de violência. Contudo, pouco se sabe como estas Delegacias têm administrado suas novas atribuições. Fato é que pouco se conhece sobre a atuação policial na aplicação da Lei Maria da Penha, tanto no que se refere aos obstáculos que estão sendo encontrados para o cumprimento das novas atribuições, quanto no que se refere às soluções exitosas, que certamente existem.

Atendimento aos Casos de Violência Contra a Mulher no Rio Grande do Sul e Contexto Institucional e Governamental do Estado

A primeira DEAM do Rio Grande do Sul foi criada no ano de 1988, na cidade de Porto Alegre. As prerrogativas de atuação da unidade estiveram, desde sua implementação, ligadas ao atendimento especializado a mulheres vítimas de violência, no que se refere ao registro policial e investigação dos casos.

A partir da entrada em vigor da Lei Maria da Penha, a demanda por atendimento na unidade cresceu exponencialmente, passando a serem registrados anualmente, em média, 19 mil casos de violência doméstica e familiar contra a mulher na DEAM de Porto Alegre, aumentando o volume de registros policiais anuais na delegacia em mais 100%. Tal acréscimo pode ser explicado pelas crescentes campanhas informativas criadas a partir da Lei Maria da Penha, voltadas para propiciar o conhecimento da mesma pela população brasileira, no sentido de dar visibilidade ao problema da violência contra a mulher e informar as vítimas sobre seus direitos de atendimento e proteção. Estas campanhas passaram a ser veiculadas, a partir do ano de 2007, em diversos meios de comunicação, como rádio, televisão, jornais e internet e a atenção da população às mesmas gerou um fenômeno de aumento de registros policiais dos casos em todo o território brasileiro (Pasinato, 2010).

---

3 Lei 11.340/06, a qual cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, dispõe sobre a criação dos Juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

O substancial aumento da demanda por atendimento na DEAM de Porto Alegre não foi acompanhado do aumento do número de profissionais para a realização das tarefas de atendimento, administrativas ou de investigação. Neste sentido, é possível afirmar que as atividades profissionais desenvolvidas pela unidade passaram a ser afetadas pela falta de recursos humanos disponíveis, gerando, como uma das suas consequências, tanto a insatisfação das vítimas que buscavam atendimento na unidade (tanto pela demora no atendimento, quanto pela impossibilidade de satisfazer suas necessidades de escuta), quanto o descrédito das mesmas em relação à proteção que deveria lhes ser garantida após o registro policial dos casos.

Ainda que a Lei Maria da Penha tenha trazido em seu conteúdo legal inovações voltadas para o atendimento, proteção e administração dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, pode-se dizer que as mesmas possuem amplos entraves para que possam ser colocadas em prática. Na maioria dos estados brasileiros, a entrada em vigor da Lei não foi acompanhada pela qualificação efetiva dos profissionais que desenvolvem suas atividades nas unidades da polícia civil e não houve a criação de uma efetiva rede de serviços e proteção para as vítimas, impossibilitando, assim, a garantia dos direitos conferidos às vítimas pela legislação.

A Rede de Atendimento da Segurança Pública para o Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar

A ideia da criação de uma nova política de enfrentamento à violência doméstica e familiar implementada pelos órgãos de segurança pública do governo do Rio Grande do Sul foi impulsionada a partir do *I Seminário Internacional Mulheres e a Segurança Pública*, realizado em março de 2012, fruto de uma parceria entre a Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria de Políticas para as Mulheres e teve como objetivo proporcionar um debate entre as profissionais que atuavam nas instituições da área da segurança pública, voltado para uma discussão acerca das políticas e práticas institucionais direcionadas para proteção e atendimento de mulheres vítimas de violência.

Interessada na criação de novas práticas de proteção e atenção às mulheres vítimas de violência e redução nos índices de homicídios praticados contra mulheres, a Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul reuniu profissionais da Polícia Civil, Brigada Miliar e Instituto Geral de Perícias, no sentido de incentivar essas instituições a implementarem novos programas de enfrentamento à violência contra a mulher. Centrada na construção de projetos e ações que buscassem conscientizar as mulheres servidoras dos órgãos de segurança pública da importância do seu papel no processo de transformação necessário para tornar as polícias instituições cidadãs, a ideia da criação de uma rede para o atendimento das vítimas esteve voltada para a humanização dos procedimentos e proteção efetiva das mesmas pelas instituições policiais.

O alinhamento do governo do Rio Grande do Sul com o governo federal, através da adesão do Estado ao *Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres*, já havia propiciado, no ano de 2011, a criação de uma Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, voltada para a implementação de ações que busquem promover e garantir os direitos das mulheres. A criação de uma rede que garantisse o atendimento humanizado e qualificado às mulheres vítimas de violência e a proteção contra o acirramento das violências sofridas, além de estar voltada para objetivos incentivados pelo governo federal, passava a tomar o lugar do vácuo deixado pela inexistência de programas e/ou políticas que dessem efetividade a Lei Maria da Penha e colocassem em prática os direitos por ela garantidos às vítimas.

O planejamento para a criação dos programas de atendimento e proteção formadores da rede ocorreu a partir de estudos estatísticos produzidos pela Divisão de Estatística Criminal da Secretaria de Segurança Pública. Os dados sobre homicídios contra mulheres ocorridos durante os cinco primeiros anos da entrada em vigor da Lei Maria da Penha, acompanhados das taxas aferidas mensalmente de outros crimes, foram preponderantes para que uma política de atenção e proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar fosse estruturada.

A análise das estatísticas criminais sobre os homicídios contra mulheres, ocorridos no âmbito doméstico e familiar, caracterizou os mesmos como crimes anunciados, uma vez que, em mais de 80% dos casos investigados, a vítima já havia realizado o registro policial de violências praticadas pelo agressor e, grande parte das vítimas destes homicídios anunciados possuía medidas protetivas deferidas pelo judiciário. Outro

importante dado que passou a ser conhecido a partir da análise das estatísticas criminais demonstrou que a maioria dos homicídios contra mulheres ocorre em um período de três meses após a data da última ocorrência policial registrada pela vítima.

Os dados obtidos através da análise das estatísticas criminais apontaram a fiscalização do cumprimento das medidas protetivas de urgência como uma possível forma de prevenção ao acirramento das violências sofridas pelas vítimas, bem como aos homicídios. Neste sentido, o foco central da política de prevenção parecia estar voltado para a elaboração de um programa que fosse capaz de acompanhar as vítimas desde o registro policial dos casos, protegendo-as de um possível acirramento da violência, através da verificação do cumprimento das medidas protetivas de urgência solicitadas ao judiciário.

A *Rede de Atendimento para o Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar* foi implementada pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 20 de outubro de 2012. Sua formação e articulação se dá a partir de ações realizadas pela Brigada Militar, através do programa *Patrulha Maria da Penha*, pela Polícia Civil, através do atendimento às mulheres vítimas nas DEAMs, e pelo Instituto Geral de Perícias, através do programa *Sala Lilás*. A atuação das instituições que formam a rede está voltada para a fiscalização das medidas protetivas de urgência solicitadas ao judiciário e para o atendimento humanizado e qualificado às vítimas de violência. Além das três instituições vinculadas à Secretaria de Segurança Pública acima citadas, as atividades desenvolvidas na rede de atendimento e proteção são auxiliadas pelos dados produzidos pelo Observatório da Violência Contra a Mulher, criado junto ao Departamento de Estatísticas Criminais, e pelo Departamento de Ensino e Treinamento, ambos órgãos da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul.

As atribuições institucionais dos órgãos que fazem parte da rede são distribuídas da seguinte forma:

1. A Polícia Civil faz o registro das ocorrências policiais e encaminha ao judiciário as solicitações de medidas protetivas de urgência feitas pelas vítimas. No decorrer deste processo, são identificados os casos marcados por maior gravidade, os quais são informados à Brigada Militar, no sentido de que o cumprimento das medidas protetivas solicitadas seja fiscalizado;
2. A Brigada Militar, através da Patrulha Maria da Penha, realiza visitas às residências das vítimas para verificar o cumprimento das medidas protetivas de urgência solicitadas, esclarecer dúvidas e fornecer informações e realizar encaminhamentos para unidades da área da assistência social, conforme as necessidades apresentadas pelas vítimas. Em alguns casos, a Patrulha Maria da Penha também realiza visitas aos agressores para que os mesmos sejam informados sobre o cumprimento das medidas protetivas solicitadas pelas vítimas, bem como sobre as consequências de seu não cumprimento;
3. O Instituto Geral de Perícias faz o acolhimento das mulheres vítimas de violência doméstica na Sala Lilás, criada para oferecer às mesmas um atendimento qualificado e humanizado. Na Sala Lilás são realizados atendimentos psicossociais, exames periciais, físicos e psíquicos e a confecção de retratos falados digitais, conforme o caso;
4. O Departamento de Ensino e Treinamento da Secretaria de Segurança Pública organiza e ministra cursos de formação e capacitação para os servidores que irão atuar nos programas da rede de atendimento e proteção, de modo a prepara-los para o exercício das funções;
5. O Observatório da Violência Contra a Mulher recebe e trata os dados gerados pelas instituições de segurança pública que compõem a rede, no sentido de promover análises que permitam a avaliação e o monitoramento dos resultados obtidos através da atuação da rede.

É importante destacar o papel da agenda de governo do atual governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, para a criação da rede de atendimento e proteção às mulheres vítimas de violência domestica e familiar, enquanto política de segurança pública. A elaboração do programa de governo contou, desde o início, com a participação de representantes da sociedade civil (movimento feminista, acadêmicos e ONGs vinculadas à causa da promoção e garantia dos direitos humanos) e de servidores estaduais (profissionais da área da segurança pública, técnicos administrativos), no sentido de construir conjuntamente um projeto de governo voltado para o atendimento das demandas de grupos vulneráveis.

O interesse em criar políticas de atenção a estes grupos vulneráveis levou a criação de um fórum de discussão permanente, com o objetivo de debater questões norteadoras de ações práticas para o fortalecimento de uma

equidade de gênero e raça/etnia. Assim, no inicio da gestão do governo Tarso Genro, foi criado o Fórum Pró-Equidade de Gênero e Raça/Etnia, o qual passou a promover encontros periódicos com profissionais atuantes em todas as secretarias estaduais, no sentido de promover um processo de transformação das culturas institucionais de atendimento/tratamento do público que acessa os serviços oferecidos pelas instituições participantes do fórum. Além disso, os encontros do grupo buscam debater questões vinculadas às próprias práticas institucionais de gestão, as quais parecem ser influenciadas por uma cultura machista e patriarcal.

Além de atender de forma mais qualificada a demanda a demanda da sociedade civil, o governo Tarso Genro parece preocupar-se também com a necessidade de equidade entre servidores do sexo feminino e masculino que desempenham suas atividades profissionais nos órgãos de segurança pública que compõem a rede de atenção e proteção às mulheres vítimas. Neste sentido, o governo buscou atender demandas antigas das profissionais da segurança pública do sexo feminino, no sentido de oferecer melhores condições de trabalho às mesmas: compra de coletes femininos à prova de balas, transferência das profissionais para atividades administrativas durante o período gestacional, diminuição do tempo de trabalho necessário para aposentadoria para profissionais que desempenham atividades potencialmente nocivas à saúde.

A possibilidade de dar início a um processo de transformação da cultura institucional dos órgãos de segurança pública através do empoderamento das profissionais foi considerado um importante marco para o desenvolvimento do projeto da criação da rede. Em um momento anterior a implementação da mesma, a Brigada Militar não possuía nenhuma profissional do sexo feminino ocupando posto superior na configuração hierárquica da corporação que contava com 31 coronéis do sexo masculino[4]. Na Polícia Civil, a realidade era semelhante quando considerados os cargos mais elevados: dos 75 delegados de quarta classe, apenas três profissionais que ocupavam os cargos eram do sexo feminino, e dos 131 delegados de terceira classe, apenas 24 eram mulheres.

Outro ponto importante a ser destacado está vinculado a ocupação dos cargos de gestão dos programas oferecidos pela rede de atendimento e proteção por profissionais do sexo feminino, as quais possuem uma trajetória profissional voltada para questões ligadas à defesa e garantia dos direitos humanos. A escolha das profissionais também esteve pautada na necessidade de que os cargos de gestão fossem ocupados por servidoras com perfis caracterizados pelo conhecimento técnico necessário para o desempenho qualificado às atividades referentes aos serviços oferecidos por cada programa.

A Patrulha Maria da Penha e a Fiscalização do Cumprimento das Medidas Protetivas de Urgência

A verificação da necessidade do acompanhamento/fiscalização do cumprimento das medidas protetivas de urgência solicitadas pelas vítimas de violência domestica e familiar no momento do registro das ocorrências policiais nas unidades da Polícia Civil para a prevenção do acirramento das violências sofridas serviu como ponto de partida para a criação de um programa de proteção através do policiamento ostensivo, atividade de atribuição da Brigada Militar. Até a criação do programa, a instituição não contava com qualquer serviço voltado para o atendimento específico dos casos abarcados pela Lei Maria da Penha e a inexistência de dados organizados sobre os atendimentos prestados pela instituição a estes casos, somada a não utilização de um procedimento/protocolo qualificado de atendimento configurava-se num entrave para a realização de um trabalho qualificado e capaz de prevenir novos casos por parte da Brigada Militar.

Até a criação da Patrulha Maria da Penha, o contato dos policiais militares com as mulheres vítimas de violência, bem como com agressores, ocorria apenas quando a atuação da corporação era demandada através de sua central telefônica para atendimento de casos de emergência (190). O procedimento padrão utilizado para estes atendimentos era o de dirigir-se ao local do fato e encaminhar os envolvidos à uma delegacia de

4 A instituição contava com 104 tenentes-coronéis (102 homens e duas mulheres) e 297 postos de major (sendo apenas nove deles ocupados por profissionais do sexo feminino).

Polícia Civil, onde deve ser realizado o registro formal da ocorrência policial. Neste sentido, a Brigada Militar não desempenhava qualquer atividade de prevenção e, é possível dizer que, sua atuação nestes casos estava ligada apenas à condução de vítimas e agressores às unidades da Polícia Civil.

No que se refere a articulação com o trabalho desenvolvido pela Polícia Civil, a mesma era inexistente, não havendo qualquer compartilhamento de informações sobre os casos encaminhados até as delegacias de polícia, bem como em relação a novos registros de ocorrências realizados por vítimas encaminhadas conduzidas pela Brigada Militar. Além disso, quando realizavam os atendimentos de emergência demandados através da central 190, os policiais militar não possuíam qualquer informação acerca da situação das vitimas e agressores e a existência de um possível histórico de conflitos violentos entre as partes ficava restrita aos servidores da Polícia Civil, uma vez que a mesma não era compartilhada com os profissionais da Brigada Militar, impossibilitando, mais uma vez, a existência de um atendimento direcionado e qualificado por parte da mesma.

A elaboração do projeto da Patrulha Maria da Penha sofreu a influência de um programa, que já vinha sendo desenvolvido em uma cidade do interior do estado, chamado Família em Paz, coordenado pela, então comandante do 40 batalhão da Brigada Militar, Tenente-Coronel Nádia Gerhard. O programa Família em Paz tinha como foco principal a promoção da proteção de mulheres em situação de violência e sua atuação se dava a partir da reunião entre instituições das áreas da saúde e assistência social, Ministério Público e Brigada Militar.

A Patrulha Maria da Penha foi criada com o intuito de aperfeiçoar o atendimento às vítimas a partir de uma maior articulação com outros órgãos de segurança pública e assistência social. Lançada em 20 de outubro de 2012, a Patrulha passou a acompanhar o cumprimento de medidas protetivas de urgência encaminhadas ao Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da cidade de Porto Alegre por mulheres residentes nos locais onde estão implementados os quatro Territórios de Paz na cidade[5].

A coordenação da Patrulha Maria da Penha é realizada pela Tenente-Coronel Nádia Gerhard, comandante do 19 Batalhão da Brigada Militar, localizado na cidade de Porto Alegre. Para a realização das visitas, o programa conta com quatro viaturas, identificadas com o logotipo da Patrulha Maria da Penha no vidro traseiro, distribuidas em quatro unidades operacionais da Brigada Militar: 20 Batalhão, localizado no bairro Rubem Berta; 1 Batalhão, localizado no bairro Santa Tereza; 21 Batalhão, localizado no bairro Restinga; e 19 Batalhão, localizado no bairro Partenon. Além de coordenar as atividades desenvolvidas pela Patrulha na cidade de Porto Alegre, a Tenente-Coronel Nádia também coordena as unidades existentes nas cidades do interior do estado[6].

A utilização de viaturas identificadas com o logotipo do programa Patrulha Maria da Penha é justificada pelo caráter coercitivo-preventivo das visitas realizadas às vítimas pelos profissionais. Neste sentido, a identificação das visitas realizadas pela comunidade auxiliaria a prevenção de novos casos de violência.

As equipes que atuam no programa são formadas por profissionais dos sexos feminino e masculino, todos capacitados/treinados para o desenvolvimento de atividades no programa, através de um curso oferecido pelo Departamento de Ensino e Treinamento da Secretaria de Segurança Pública. As edições do curso possuem duração de uma semana, com aulas ministradas nos três turnos (manhã, tarde e noite) e é oferecido para servidores de todas as instituições vinculadas a rede de atendimento e proteção. Assim, no sentido de promover a integração entre os profissionais, as aulas são frequentadas por policiais militares, policiais civis, servidores do Instituto Geral de Perícias e de instituições vinculadas à área de assistência social e administração.

A matriz curricular do curso de capacitação conta com disciplinas voltadas para a sensibilização dos profissionais para as especificidades que caracterizam os casos de violência doméstica e familiar, para o conhecimento da Lei Maria da Penha (no que se refere aos seus dispositivos legais, conteúdo jurisprudencial e aplicação), atribuições e funcionamento de cada serviço oferecido para as vítimas e agressores nas instituições

---

5 Os Territórios de Paz da cidade de Porto Alegre, criados a partir do PRONASCI, com o intuito de implementar políticas públicas de prevenção e redução às violências, estão localizados nos bairros Restinga, Lomba do Pinheiro, Rubem Berta e Santa Tereza.

6 Canoas, Esteio e Charqueadas.

de segurança pública, assistência social e saúde, metodologia de abordagem, entre outras. As disciplinas são ministradas por profissionais e gestores das instituições que participam das aulas e por técnicos e acadêmicos da área do direito, psicologia e assistência social.

A atuação da Patrulha se dá a partir da parceria instituida com a DEAM[7]. A partir de relatórios diários elaborados pela Polícia Civil, a Brigada Militar passou a tomar conhecimento de todos os pedidos de medidas protetivas de urgência realizados pelas vítimas no momento do registro das ocorrências policiais, passando, então, a acompanhar os casos identificados pela Polícia Civil como mais graves, observando o cumprimento das medidas por agressores e vítimas, antes mesmo de que sejam expedidas pelo judiciário. No sentido de prevenir o acirramento das violências sofridas, os profissionais que atuam na Patrulha cumprem um roteiro, elaborado a partir do relatório entregue pela DEAM, o qual orienta a criação de um cronograma diário de visitas a serem realizadas pelas viaturas da Patrulha.

Além de fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas de urgência por parte dos agressores e das vítimas, a Patrulha Maria da Penha também realiza encaminhamentos para instituições de assistência social que fazem parte da rede de atenção e proteção às mulheres vítimas de violência, oferece informações sobre direitos, deveres e procedimentos que devem ser seguidos pelas vítimas. A realização de tais encaminhamentos busca suprir necessidades materiais das vítimas, muitas delas economicamente dependentes dos agressores, além de possibilitar o acesso à serviços de atendimento na área da saúde e assistência jurídica.

A opção da Patrulha de acompanhar os casos mesmo em um momento anterior ao deferimento dos pedidos de medida protetiva de urgência é justificada pela demora para que o parecer do judiciário seja expedido, o qual costuma ser elaborado em um período que vai de 48 a 72 horas. A real possibilidade de acirramento da violência após o registro policial do caso, aumenta a vulnerabilidade das vítimas e, o acompanhamento dos casos pela Patrulha logo após os boletins de ocorrência serem lavrados e os pedidos de medida protetiva de urgência serem encaminhados, configura-se em uma prática de prevenção.

Após a realização de cada visita às residências das vítimas, os policiais militares da Patrulha Maria da Penha elaboram relatórios, voltados para a identificação dos casos de violência mais graves. Os relatórios são, posteriormente, remetidos à Polícia Civil, para que os mesmos sejam anexados aos documentos do processo de investigação (inquérito policial). Cada um dos inquéritos policiais referentes aos casos atendidos pela Patrulha Maria da Penha recebem uma identificação, no sentido de serem acompanhados com maior atenção.

Nos casos em que o acompanhamento através das visitas não é suficiente para que seja mantido o afastamento do agressor, e a Patrulha é comunicada pela vítima, são elaborados, como estratégia final de prevenção, pedidos encaminhados para o Poder Judiciário para a prisão preventiva do agressor. Os profissionais da Patrulha Maria da Penha dão prosseguimento ao trabalho de acompanhamento às vítimas até que a ameaça de novas violências seja cessada.

A inexistência de um canal formal do Poder Judiciário, que prestasse informações sobre o deferimento dos pedidos de medida protetiva de urgência, configurou-se, até meados do mês de outubro de 2013, num entrave para o acompanhamento dos casos de violência pela Patrulha Maria da Penha. Até o período mencionado, tais deferimentos eram informados somente às vítimas requerentes quando compareciam aos fóruns, dificultando o conhecimento do encaminhamento dado pelo Poder Judiciário aos casos, tanto para vítimas, quanto para os profissionais das polícias militar e civil.

A partir de um esforço da rede de atenção e proteção da segurança pública, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul passou a oferecer dados sobre os deferimentos das medidas protetivas de urgência em seu endereço digital[8], possibilitando que a consulta seja realizada a partir do nome completo das vítimas solicitantes. O serviço, que ainda necessita ser aperfeiçoado[9], facilita o acesso dos dados tanto pelas instituições de segurança

---

7 Até o momento da elaboração deste relatório de pesquisa, a articulação entre DEAM e Patrulha Maria da Penha ocorria de modo informal, não existindo qualquer regulamentação oficialmente sancionada que orientasse as instituições.

8 Disponível em: http://www.tjrs.jus.br/site. Acesso em dezembro de 2013.

9 Os dados ainda não podem ser acessados através dos dados pessoais dos agressores, o que facilitaria o trabalho das instituições de segurança pública, no sentido de que poderiam ser acessadas informações sobre o histórico de medidas

pública, quanto pelas vítimas, as quais, muitas vezes, carecem de recursos materiais para locomoverem-se até os espaços físicos do Poder Judiciário.

O crescente número de casos atendidos pela Patrulha Maria da Penha criou a necessidade de criação de um programa de banco de dados que possibilitasse a organização das informações coletadas. A partir de agosto de 2013, a Brigada Militar passou a contar com um software disponível na rede digital interna da corporação, no qual são diariamente inseridos os dados informados em relatórios produzidos ao final de cada visita realizada pelos profissionais.

Com a implantação do sistema, todas as unidades da polícia militar passam a ter a possibilidade de encontrar informações referentes ao trabalho realizado pelos profissionais da Patrulha Maria da Penha, no que se refere aos históricos de atendimento e administração dos casos. A criação do banco de dados também torna possível a realização de um atendimento mais qualificado e direcionado por parte da central telefônica para atendimento de emergências.

O balanço realizado pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, passado um ano do início das atividades desempenhadas pelo programa Patrulha Maria da Penha apontam que 1.971 mulheres vítimas de violência doméstica e familiar foram atendidas nas cidades de Porto Alegre, Canoas, Esteio e Charqueadas. De todos os casos atendidos, 537 deles passaram a ser acompanhados de maneira mais intensiva pelos profissionais da polícia militar, no sentido de prevenir novas violências. Além dos dados sobre a quantidade de atendimentos realizados, foram registrados dados sobre os casos em que vítimas e agressores reestabeleceram suas relações, num total de 216 casos. O desrespeito ao cumprimento das medidas protetivas de urgência por parte dos agressores foi responsável pela realização de 109 prisões preventivas.

O trabalho de fiscalização do cumprimento das medidas protetivas de urgência realizado pela Patrulha Maria da Penha alcançou, em seu primeiro ano de atividades, o principal objetivo proposto em seu projeto de criação, não tendo ocorrido nenhum caso de homicídio entre as vítimas acompanhadas pelo programa. A eficácia das atividades desenvolvidas pelos policiais militares, no que se refere ao seu caráter preventivo, também pode ser observada através da inexistência do registro de novas ocorrências policiais por parte das vítimas atendidas pela Patrulha.

Para a implementação do programa Patrulha Maria da Penha, o governo federal repassou à Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul um valor total de 3,5 milhões de reais, através da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Até o final de 2014, o programa será implementado em mais 21 cidades do Estado[10].

A Polícia Civil e as Delegacias Especializadas para o Atendimento de Mulheres

O trabalho de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar realizado pela Polícia Civil ocorre a partir dos serviços de registro e investigação policiais, oferecidos em todas as delegacias de polícia existentes no Estado do Rio Grande do Sul. Porém, é a partir do trabalho desenvolvido nas unidades especializadas no atendimento às mulheres vítimas de violência que ocorre a real articulação da instituição com o trabalho desenvolvido pela Patrulha Maria da Penha.

São os registros dos casos de violências realizados pelas mulheres vítimas nas Delegacias Especializadas para o Atendimento de Mulheres (DEAMs) que possibilitam a realização do trabalho de fiscalização do cumprimento das medidas protetivas de urgência pelos profissionais da Patrulha Maria da Penha. Pode-se dizer também que o fluxo formal de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica é iniciado a partir do atendimento realizado nas unidades da Polícia Civil.

---

protetivas de urgência solicitadas por outras vítimas. Este histórico poderia informar sobre a periculosidade dos agressores.

10 Santa Cruz do Sul, Caxias do Sul, Passo Fundo, Vacaria, Santo Ângelo, Lajeado, Bento Gonçalves, Rio Grande, Pelotas, Bagé, Novo Hamburgo, Gravataí, Erechim, Santa Rosa, Cruz Alta, Ijuí, Santa Maria, Viamão, Alvorada, São Leopoldo, Uruguaina e Santana do Livramento.

A partir do atendimento realizado pelos servidores da Polícia Civil são realizados os encaminhamentos das vítimas aos serviços oferecidos pelo Instituto Geral de Perícias (Sala Lilás), assim como seus casos, quando elaborados pedidos de medida protetiva de urgência, são informados à Brigada Militar para o acionamento da Patrulha Maria da Penha. Neste sentido, a articulação das instituições que formam a rede de atendimento e proteção da segurança pública se dá a partir do fluxograma representado abaixo:

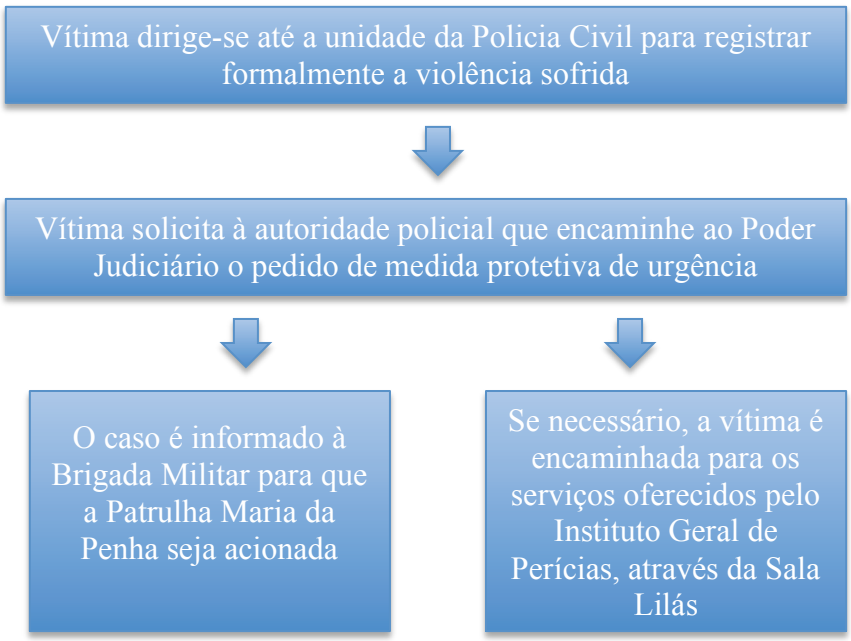

Diariamente, são elaborados relatórios que contém dados sobre as solicitações de medida protetiva de urgência pela Polícia Civil, os quais são entregues para os policiais militares que atuam na Patrulha Maria da Penha. Os casos mais graves registrados são informados à Brigada Militar, no sentido de que sejam acompanhados com maior atenção, evitando, assim, o acirramento e/ou novos casos de violência. Os casos acompanhados pelos profissionais que atuam na Patrulha possuem prioridade para a investigação policial e, assim que as investigações são realizadas, os casos são enviados ao Poder Judiciário para que a administração criminal do conflito seja realizada de forma célere.

Pode-se dizer que a criação da rede de atenção e proteção criada pela Secretaria de Segurança Pública não gerou modificações substanciais no que se refere à estruturação das dinâmicas de atividades realizadas nas DEAMs. As modificações ocorridas na rotina das unidades estão relacionadas à elaboração dos relatórios para o conhecimento da Brigada Militar e na priorização de investigação dos casos atendidos pela Patrulha Maria da Penha.

Na verdade, a criação da rede possibilitou a integração de algumas atividades realizadas pela Polícia Civil e Brigada Militar, configurando-se em uma prática inovadora e, de certa forma, ousada (se consideradas as disputas históricas existentes entre as policias civis e militares brasileiras). No que se refere à articulação da Polícia Civil com o Instituto Geral de Perícias, a mesma não sofreu alterações, uma vez que as atividades desenvolvidas por ambas instituições sempre ocorreu de forma complementar.

Quanto às mudanças estruturais nas DEAMs, as mesmas foram iniciadas um ano antes da criação do projeto de implementação da rede. Em 2011, o governo estadual criou a Coordenadoria das DEAMs, no sentido de gerenciar a qualidade de atendimento nos 36 órgãos especializados (Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher e Postos de Atendimento a Mulher) da Polícia Civil no Estado. Dentre as atribuições da Coordenadoria, estão as atividades de assessorar as políticas públicas de segurança pública da mulher; dar acompanhamento permanente às DEAMs; orientar os profissionais que atuam nas DEAMs quanto ao preenchimento dos boletins de ocorrência; acompanhar os desdobramentos dos casos mais graves atendidos pelas DEAMs, dialogando

com outras instituições envolvidas no atendimento; exercer a interlocução das unidades especializadas com a secretaria de Segurança Pública - Chefia da Polícia Civil, a secretaria estadual de Segurança e demais órgãos no âmbito da administração pública.
O Rio Grande do Sul possui 16 DEAMs[11] e 20 Postos de Atendimento à Mulher em Delegacias de Polícia de Pronto Atendimento, sendo três delas inauguradas após a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Em 2013, a Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul recebeu do governo federal, através da Secretaria de Políticas para as Mulheres, um montante de 654 mil reais para a criação de mais três DEAMs[12], as quais serão deverão estar em atividade até o final de 2014.

O Instituto Geral de Perícias e a Sala Lilás

O atendimento às mulheres vítimas de violência oferecido Instituto Geral de Perícias, através do Departamento Médico-Legal (DML) passou a ser realizado em um espaço inaugurado em setembro de 2012, denominado Sala Lilás. A criação da Sala Lilás, ocorrida a partir da implementação da rede para atendimento e proteção para mulheres vítimas de violência doméstica, se deu pela necessidade de evitar processos de re-vitimização das vítimas que necessitam realizar exames periciais, oferecendo às usuárias um espaço voltado para o acolhimento das mesmas, enquanto aguardam os atendimentos da perícia clínica, da psíquica e do serviço psicossocial, buscando garantir a privacidade. A elaboração do projeto para a criação do programa Sala Lilás esteve voltada para necessidade de humanização dos procedimentos de atendimento às mulheres vítimas, através da sensibilização dos servidores que atuam no local.
Somente a partir da criação da Sala Lilás as mulheres vítimas de violência doméstica e/ou sexual passaram a aguardar a realização dos exames periciais em um local privativo: anteriormente aguardavam em um espaço comum para todas as pessoas que necessitam fazer os exames, ocorrendo, inclusive, casos em que vítima e agressor esperavam atendimento no mesmo saguão. Além disso, o DML passou a coletar dados acerca da origem da violência sofrida para a produção de análises estatísticas dos casos de violência doméstica e/ou sexual contra a mulher.
O programa Sala Lilás também foi responsável pela padronização da coleta de material biológico encontrado nas vestes íntimas de vítimas de agressão sexual: a partir do programa, todos os postos que realizam exames periciais passaram a utilizar um kit padronizado (contendo uma veste íntima descartável, a qual é ofertada à vítima em troca da utilizada até o momento da realização do exame pericial). O material recolhido, composto pelas vestes íntimas e três lâminas com amostras para análise de material genético, é encaminhado para análise laboratorial.
Além da padronização da coleta de material genético para perícia laboratorial, o Instituto Geral de Perícias passou a fazer uso de um software responsável pelo armazenamento de dados genéticos de agressores sexuais em um banco. Com a utilização do banco de dados, passou a ser possível a identificação de agressores sexuais com múltiplas vítimas.
Para a implementação do programa Sala Lilás, o Departamento Médico Legal passou a contar também com um sistema informacional que auxilia os profissionais que atuam na instituição a recriar rostos de suspeitos de crimes por meio de um programa de tratamento de imagens, conhecido como Retrato Falado Digital ou Sistema de Representação Facial Humana. A partir dos relatos das mulheres vítimas de violência, o sistema possibilita a reprodução com qualidade fotográfica das características faciais dos suspeitos. A utilização do sistema tem como objetivo tornar célere o processo de construção de retratos falados, no sentido de atenuar o sofrimento das vítimas.

---

11 As DEAMs existentes no Estado do Rio Grande do Sul estão localizadas nas cidades de Santa Maria, Cruz Alta, Passo Fundo, Rio Grande, Caxias do Sul, Erechim, Santa Cruz do Sul, Pelotas, Lajeado, Ijuí, Santa Rosa, Gravataí, Bento Gonçalves, Porto Alegre, Novo Hamburgo e Canoas

12 As novas DEAMs deverão ser instaladas nas cidades de Alvorada, Viamão e Bagé..

O programa Sala Lilás também conta com a realização de exames de perícia psíquica e um serviço psicossocial, anteriormente não disponibilizados no Departamento Médico Legal. Os exames de perícia psíquica são realizados para a elaboração de provas periciais em crimes de origem sexual que não podem ser comprovados materialmente. As provas testemunhais obtidas através da perícia psíquica são obtidas através de técnicas de entrevistas, buscando a comprovação de sinais e sintomas de sofrimento psíquico decorrente de traumas.

O serviço psicossocial foi implementado com a finalidade de promover o acolhimento das mulheres vítimas de violência doméstica e/ou sexual e encaminhar as mesmas para tratamento médico (psicológico ou psiquiátrico) e serviços de assistência social existentes na comunidade. As atividades do serviço psicossocial são desenvolvidas em parceria com as faculdades de Psicologia e Assistência Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Atualmente, o programa Sala Lilás está em funcionamento em três cidades do Estado do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Caxias do Sul e Santana do Livramento. Em 2013, foi disponibilizado pelo governo federal um total de 1,4 milhões de reais para a ampliação do programa, a qual deve ser realizada até o final de 2014, através da criação de novas unidades em outras 11 cidades[13].

Finalmente, o fluxograma abaixo representa a estrutura a partir da qual a rede de atendimento e proteção da segurança pública para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar está articulada, bem como os serviços oferecidos pelas instituições que fazem parte da mesma:

13 As novas unidades do programa Sala Lilás deverão ser criadas junto aos Postos Médico-Legais das cidades de Cruz Alta, Erechim, Ijuí, Lajeado, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Bagé e Vacaria.

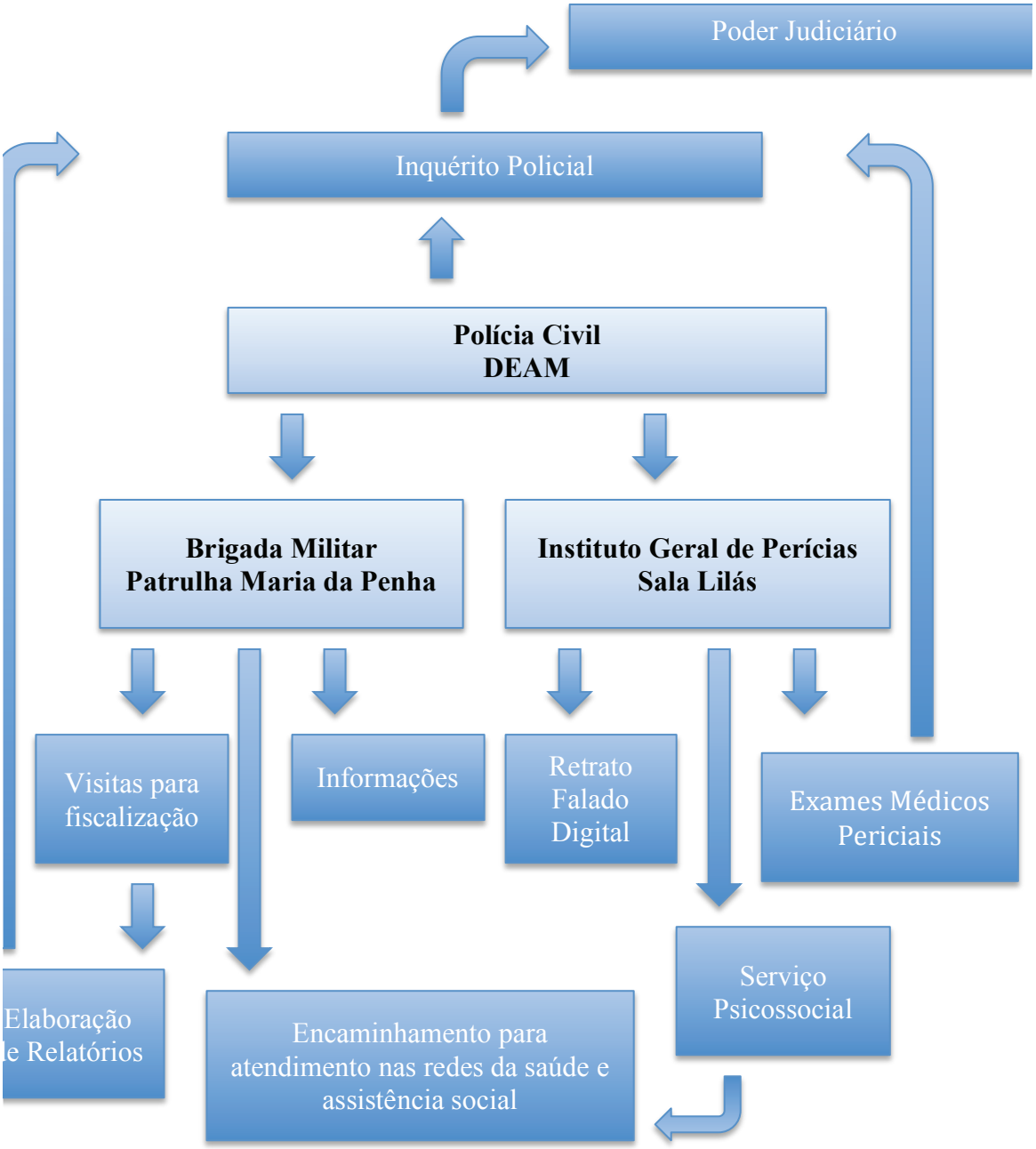

Considerações

A implementação do projeto para a construção da rede de atendimento e proteção a mulheres vítimas de violência doméstica foi realizada a partir do enfrentamento persistente a entraves vinculados tanto à uma cultura institucional machista, a qual historicamente permeia as atividades exercidas pelos servidores dos órgãos de segurança pública no Estado do Rio Grande do Sul (assim como ocorre em todos os Estados do território brasileiro), quanto às dificuldades para a sensibilização dos servidores e articulação entre as instituições policiais.

Como anteriormente citado, a articulação entre servidoras dos órgãos de segurança pública permitiu a elaboração de um projeto para a construção da rede, o qual obteve, desde as primeiras discussões, o respaldo

institucional do governador do Estado. Tais discussões buscaram incentivar a criação de serviços voltados tanto para o enfrentamento aos homicídios contra mulheres, quanto à prevenção de violências e qualificação/humanização dos serviços oferecidos a este público, delineando a construção de uma política que atendesse um grupo vulnerável e marcado por características específicas, até então desconsideradas durante a elaboração de planejamentos institucionais da ampla maioria das instituições de segurança pública.

Ainda que a criação da primeira delegacia especializada para o atendimentos a mulheres no Rio Grande do Sul tenha ocorrido há 25 anos, as instituições de segurança pública continuam sendo chefiadas por servidores do sexo masculino. Sabe-se que o número de profissionais do sexo feminino que desempenham atividades nestas instituições elevou-se no decorrer dos últimos anos, porém o trabalho a ser desenvolvido pelos profissionais que atuam nos cargos de gestão continua a ser vistos como atividade masculina.

A indicação de uma mulher para a coordenação da Patrulha Maria da Penha configurou-se em uma novidade para a Brigada Militar: até então, nenhuma mulher havia ocupado um cargo de comando na instituição. A promoção da então Major Nádia, além de gerar um possível desconforto institucional, foi observada como pouco promissora e seu propósito, a Patrulha, considerado de menor relevância dentro do quadro de atividades desenvolvidas pela corporação.

Além disso, a administração policial dos casos de violência conjugal não caracteriza-se em uma atividade de prestígio, já que, em sua maioria, ocorrem no âmbito privado, dentro do ambiente doméstico, fora do espaço público. Neste sentido, a atividade das polícias militares estaria ligada à realização de um policiamento ostensivo, voltado para a repressão de uma criminalidade ligada ao tráfico de drogas, roubos, homicídios, dentre outros delitos tradicionalmente de interesse público.

Mesmo que pareça um tanto irracional a existência de uma cultura institucional que não possua o entendimento majoritário de que a violência doméstica constitui-se em um crime, é necessário apontar que a incorporação desta ideia pela cultura da corporação só poderá ocorrer através de um processo gradual. É necessário levar em conta que a Brigada Militar é uma instituição com mais de cem anos de existência, constituída historicamente por uma maioria masculina, e que o debate sobre a violência contra a mulher passou a ser realizado no Brasil há cerca de 30 anos, sendo uma lei específica para o tratamento destes casos criada há apenas sete anos. Até este momento, os acontecimentos vividos no âmbito doméstico marcados por violência não diziam respeito à polícia, justiça, vizinhança ou comunidade. Elementos como conservadorismo, patriarcalismo e sexismo permitiam que fosse mantida uma barreira quase intransponível entre o espaço público e o espaço privado (Vasconcellos, 2013).

A necessidade de sensibilização dos profissionais, que atuam tanto em atividades técnicas quanto administrativas, para o problema da violência doméstica contra a mulher também pode ser apresentada como um desafio em processo de enfrentamento. Historicamente, as políticas públicas de segurança desenvolvidas em todo o Brasil estiveram ligadas à necessidade de redução de homicídios, crimes contra o patrimônio e enfrentamento ao tráfico de drogas, sendo a administração dos conflitos violentos interpessoais pouco priorizada. Unida à cultura institucional machista, a dificuldade de quadros institucionais de observar a prevenção e enfrentamento da violência doméstica contra a mulher como uma atividade de grande importância para a promoção da sensação de segurança da comunidade também parece configurar-se em um desafio enfrentado.

A implementação da Patrulha Maria da Penha pode ser considerada como uma importante inovação, uma vez que o programa passa a atuar no vácuo existente entre o registro da ocorrência policial e o deferimento das medidas protetivas de urgência pelo Judiciário, fiscalizando o cumprimento das medidas antes mesmo do julgamento dos méritos. Neste sentido, a Patrulha Maria da Penha também busca prevenir o acirramento dos casos de violência registrados pela Polícia Civil, o que parece auxiliar na prevenção dos homicídios cometidos contra mulheres em situação de violência doméstica.

A realização de um trabalho conjunto entre as polícias, Brigada Militar e Polícia Civil, através da implementação da rede de atenção e proteção constitui-se em uma prática inovadora, se considerado o histórico de disputas vivenciadas pelas instituições acerca das atribuições formais de cada uma delas. A criação de mecanismos para uma real atuação conjunta das instituições de segurança parece configurar-se em uma importante estratégia de prevenção ao acirramento das violências sofridas pelas vítimas, porém, mesmo que seja considerada uma prática inovadora e promissora, no que se refere ao seu caráter preventivo, a articulação entre as polícias, que

pode ser considerada um elemento central para o desenvolvimento das atividades de prevenção, necessita passar por um processo de formalização institucional para que as atividades desenvolvidas possam ter a continuidade garantida a longo prazo.

Citar que inexiste a formalização institucional das atividades desenvolvidas na rede, significa dizer que ainda não foram desenvolvidos protocolos oficiais de operação e coordenação que ordenem e/ou organizem as práticas da Patrulha Maria da Penha realizadas através da articulação entre Polícia Civil e Brigada Militar. A coordenação das inovadoras atividades conjuntas, as quais parecem ser desenvolvidas de modo bastante satisfatório e amistoso, pode ser considerada uma limitação, uma vez que o contato entre as gestoras da rede atuantes nas polícias é realizado a partir da voluntariedade das mesmas, resultante de esforços pessoais e possibilitada pelos perfis conciliadores das gestoras.

Assim, a eficácia do trabalho de acompanhamento da Patrulha Maria da Penha, no que se refere ao cumprimento das medidas protetivas encaminhadas ao judiciário, depende da boa vontade da delegada titular da DEAM, a qual elabora relatórios diários com dados acerca dos pedidos e registros de ocorrências policiais realizados. Sem a elaboração de tais relatórios, a Patrulha Maria da Penha não poderia atuar. Neste sentido, uma futura modificação nos cargos de gestão ocupados nas duas instituições pode configurar-se em um entrave para o desenvolvimento das atividades dependentes da articulação entre as instituições, dada a imprevisibilidade das relações pessoais a serem formadas a partir das possíveis mudanças.

A necessidade de um processo de formalização institucional das atribuições e articulação entre as instituições que compõem a rede de atendimento e proteção também está vinculada a ideia de possibilitar a permanência da mesma, ainda que ocorram mudanças (mesmo aquelas caracterizadas pela necessidade de alternância no poder para a constituição de um governo democrático) governamentais. Somente a partir da formalização institucional da rede é possível o processo de transformação de uma política de governo em política de Estado.

No que se refere às atividades desenvolvidas pelos servidores da Polícia Civil, pode-se dizer que um dos principais desafios enfrentados está ligado à qualificação/treinamento dos mesmos. A possibilidade de qualificação dos serviços de atendimento oferecidos pelas delegacias especializadas para o atendimento de mulheres parece estar ligada, para além de questões de reaparelhamento e disponibilização de novos profissionais nas unidades (as quais configuram-se como principais demandas dos servidores lotados nestas unidades), a capacitação/treinamento dos profissionais que atuam no local, no que se refere tanto à sensibilização dos mesmos para as especificidades dos conflitos conjugais violentos, quanto ao aprendizado de técnicas de acolhimento, escuta e mesmo mediação dos casos trazidos à delegacia pelas vítimas de violência que buscam uma forma de administrar seus conflitos. Além disso, a lotação de profissionais com perfil adequado para os cargos/funções de atendimento direto ao público nas DEAMs, parece configurar-se em uma importante medida, uma vez que além de realizarem procedimentos formais de registros policiais e outras diligências, estes profissionais recebem demandas de acolhimento, escuta e aconselhamento.

Diferentes estudos produzidos vem demonstrando a necessidade das mulheres vítimas de violência doméstica quanto à escuta de seus relatos pelos serviços de apoio formal destinados a este público. As mulheres vitimadas por violência conjugal que buscaram assistência destes serviços apontaram maior satisfação com os serviços prestados naqueles casos em que podem relatar suas experiências: relatar o abuso (o que permite que a vítima encontre novos significados ou sentimentos em relação ao ocorrido) parece configurar-se em uma questão central, já que grande parte das mulheres que não procuraram serviços de apoio formais, acabaram voltando-se para familiares ou amigos próximos, no sentido de buscar apoio (Leviore, 2005, Johnson e Dawson, 2011, Gregori, 1993).

Quanto ao trabalho desenvolvido pelos servidores que atuam no programa Sala Lilás, no âmbito do Instituto Geral de Perícias, pode-se dizer que o mesmo enfrentou dificuldades iniciais relativas tanto a necessidade de um processo de sensibilização por parte dos profissionais responsáveis pelo acolhimento às mulheres vítimas, quanto a necessidade de recursos financeiros importantes para a aquisição de materiais para que fosse possibilitada a ampliação e qualificação dos serviços oferecidos. A sensibilização dos profissionais ocorreu a partir da capacitação/treinamento oferecido pelo Departamento de Ensino da Secretaria de Segurança Pública, bem como por um esforço dirigido por parte da coordenadora do programa, no sentido de promover entre os servidores a percepção para a necessidade de humanização dos serviços oferecidos, através de atividades

de acolhimento e atenção, as quais devem estar voltadas para evitar que vítimas sofram novos processos de vitimização no momento em que realizam exames periciais.

Os entraves referentes à pouca disponibilidade de recursos tanto para a implementação das primeiras sedes da Sala Lilás quanto para a ampliação do programa são enfrentados através da busca por recursos federais, dado o alinhamento do governo estadual com o governo federal, no que se refere ao Pacto de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, e da criação de uma parceria com a comunidade. A experiência de implementação do programa nas duas primeiras cidades do interior do Estado onde sedes da Sala Lilás foram criadas, demonstraram o interesse das comunidades locais e percepção da necessidade de aprimoramento dos serviços de acolhimento realizados, através de doações de recursos materiais (como tinta, cimento, tijolos, entre outros) para a viabilização do programa. A aproximação da instituição com a comunidade parece configurar-se em uma ótima estratégia para a gestão dos serviços oferecidos, já que são gerados benefícios mútuos: de um lado, a comunidade auxilia materialmente a implementação do programa, envolvendo-se, paralelamente, com a necessidade de enfrentamento à violência doméstica, e de outro são disponibilizados para a comunidade serviços de acolhimento e atenção qualificados e humanizados.

No que se refere ao potencial de adaptação da inovação na qual está constituída a Rede de Atendimento da Segurança Pública para o Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Estado do Rio Grande do Sul, acredita-se que este seja elevado nos demais estados brasileiros. A existência de uma estrutura institucional similar no âmbito das secretarias de segurança pública brasileiras, quanto às suas atribuições e instituições vinculadas, possibilita a articulação de uma rede constituída por moldes similares ao da experiência implementada no Rio Grande do Sul. Além disso, a abrangência nacional da lei Maria da Penha possibilita a utilização dos mesmos marcos legais, no que se refere às práticas de enfrentamento e prevenção da violência doméstica contra a mulher.

Pode-se dizer ainda que, assim como o elevado potencial de adaptação da experiência para outros contextos brasileiros, os entraves enfrentados ou em processo de enfrentamento no contexto do Rio Grande do Sul muito possivelmente estarão constituídos em dificuldades a serem vencidas em outras localidades brasileiras, uma vez que as barreiras provocadas pelas disputas institucionais entre policias civil e militar, existência de culturas institucionais machistas e verificação do problema da violência contra a mulher como uma questão de pouca importância, podem ser observadas em diversos contextos nacionais.

Talvez, partindo-se da experiência implementada no contexto do Rio Grande de Sul, a ideia de estabelecer uma rede organizada através da ocupação de cargos de gestão dos órgãos envolvidos por profissionais do sexo feminino, configure-se em uma prática que possibilite dar início a uma necessária mudança na cultura institucional da segurança pública. A promoção da igualdade entre homens e mulheres dentro dos órgãos de segurança pode ser apontada como indispensável quando existe a pretensão de desenvolver políticas voltadas para o enfrentamento a violência de gênero em qualquer contexto mundial, uma vez que o principal requisito para a diminuição destes casos está vinculado à promoção formal e prática da igualdade entre homens e mulheres.

Finalmente, é necessário apontar que, ainda que seja alcançada uma distribuição equânime de cargos entre profissionais do sexo feminino e masculino nas instituições de segurança pública, tornando-as mais democráticas e transformando a cultura machista existente, a criação de uma nova rede, responsável por desempenhar atividades paralelas à da segurança pública, constituída a partir da articulação entre instituições promotoras de serviços de assistência social e saúde, apresenta-se como uma necessidade central para o desenvolvimento de atividades de prevenção de novos casos de violência doméstica. Talvez, o fortalecimento das instituições já existentes, a organização e qualificação dos serviços oferecidos, bem como sua adequação à demanda por atendimentos recebida e sua articulação com uma rede implementada pelos órgãos de segurança pública, seja ainda o maior desafio a ser enfrentado.

Referências Bibliográficas

BONETTI, Aline; PINHEIRO, Luana e FERREIRA, Pedro. 2008. **Violência contra as mulheres e Direitos Humanos no Brasil: uma abordagem a partir do Ligue 180**. Paper. Fazendo Gênero 8 – Corpo Violência e Poder. Florianópolis, 25-28/agosto.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LIEVORE, D. **No Longer Silent: A Study of Women's Help-seeking Decisions and Service Responses to Sexual Assault**. Canberra: Australian Institute of Criminology, 2005.

PASINATO, Wânia 2008. **Violência contra as mulheres e legislação especial, ter ou não ter? Eis uma questão.** Revista Brasileira de Ciências Criminais, nº 70, janeiro-fevereiro de 2008, páginas 321-360.

PASINATO, Wânia e SANTOS, Cecília M. 2008. **Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil**. PAGU/UNICAMP. CEPLAES/Equador. IDRC. Disponível em: http://www.ceplaes.org.ec/AccesoJusticia/ceplaes-perfil-es.html

PASINATO, Wânia e SANTOS, Cecília M. dos. **Percepções sobre direitos das mulheres, acesso à justiça e conhecimento sobre as Delegacias da Mulher e a Rede de Serviços.** Pesquisa de Opinião com as Mulheres de Belo Horizonte. 2009. Campinas : PAGU/UNICAMP/CEPLAES/IDRC.

PASINATO, Wânia. **Acesso a Justiça e Violência contra a Mulher em Belo Horizonte**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2012.

PASINATO, Wania. **Delegacias de Defesa da Mulher e Juizados Especiais Criminais:** mulheres, violência e acesso à justiça. XXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS. Caxambu, Minas Gerais, 26 a 28 de outubro de 2004.

VASCONCELLOS, Fernanda Bestetti de. **A família, a violência e a justiça: conflitos violentos familiares, Lei Maria da Penha e concepções jurídicas no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.** Revista Civitas, Vol. 13, No 1 (2013): Dossiê Violência e sociedade. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/12590.

Um estudo sobre ressignificações do masculino e do feminino no contexto da Lei Maria da Penha [1]

Janaína Sampaio Zaranza[2]
inazaranza@yahoo.com.br.br

Maria Isabel Silva Bezerra Linhares[3]
isabelblinhares@yahoo.com.br

Nadja Rinelle Oliveira de Almeida[4]
nadjarinelle_234@hotmail.com

Resumo: Este trabalho desenvolve-se através de narrativas de homens e mulheres que passaram pela Lei Maria. No Brasil, a mudança no paradigma de denúncia e criminalização masculina teve uma reviravolta, mediante a deslegitimação do homem, no sentido de poder unitário e resoluto. Como objetivo geral deste trabalho, portanto, devo fazer uma discussão mais ampla da situação da mulher e do homem, no âmbito de conjugalidades heterossexuais, na tentativa de identificar pontos cruciais para a compreensão dos possíveis novos processos de reaprendizagem do feminino e do masculino, quando a mulher aciona o dispositivo jurídico da Lei Maria da Penha. A metodologia utilizada é a etnometodologia, Bertaux(2010), Turner(1974,1985, 2004), Giddens(2003) relaciono as narrativas de homens e mulheres sobre o acionamento da Lei Maria da Penha, os significados e ressignificados de ambos, neste momento atual caracterizando padrões antigos e novos do ser feminino e masculino. Construindo outras subjetividades direcionadas para este novo momento social.

---

1 Palavras Chaves: Violência, Lei Maria da Penha, Significado, resignificado, Denúncia, testemunho.

2 Doutoranda da Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, professora da Faculdade Maurício de Nassau. Possui licenciatura(1996) e bacharelado(1999) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará, Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará(UFC), Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, na linha de Pesquisa Diversidades Culturais, estudos de gênero e processos identitários, bolsista vinculada ao CNPQ. Trabalha, hoje, na área de Sociologia e antropologia, com ênfase em Violência, processos relacionais e identitários, atuando principalmente nos seguintes temas: Dimensões da Violência estrutural e subjetiva, colonialismo e pós colonialismo, estudos culturais, educação, sociologia, movimentos sociais, direitos humanos, violência simbólica e violência doméstica.

3 Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Especialização em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade de Brasília (UNB), Especialização em Metodologia da Pesquisa Social (UVA) e Mestrado em Gestão Pública (UVA). Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), vinculada à linha de pesquisa Processos de Trabalho, Estado e Transformações Capitalistas. Bolsista da CAPES desde agosto de 2011. É Professora Assistente da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Pesquisadora e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Culturas Juvenis (GEPCJU) e coordenadora da linha de pesquisa "Juventude, Trabalho e Políticas Públicas.

4 Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Mestre e atualmente doutoranda do Programa de Pós graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC), vinculada à linha de pesquisa Educação Ambiental, Juventudes, Arte e Espiritualidade. Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) desde agosto de 2013. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Culturas Juvenis (GEPECJU) e do Grupo de Estudos Pesquisas Juventudes e Sociedade.

Este trabalho apresenta algumas considerações de minha pesquisa de doutorado em Sociologia/UFC/ Brasil. A delimitação do campo da pesquisa evidencia um trabalho social de instituições de atendimento e combate à violência de gênero, doméstica e intrafamiliar que possui ressonância no corpo social e revelam-me movimentos actanciais da relação homem e mulher. Sei que esta nomenclatura abrange vários tipos de violência para com criança, idoso, mulher, etc., mas minha escolha destaca-se no campo relacional onde emergem os conflitos de parceiros íntimos que estão envolvidos com a mulher que recorre à Lei Maria da Penha.

As narrativas relatam como mulheres e homens passaram pela Lei Maria da Penha, desde o Boletim de ocorrência, a prisão em flagrante; também os momentos após o fato da prisão acontecer, as medidas protetivas; a audiência, a prisão na captura, e no presídio, os testemunhos, a libertação, à volta, ou a separação, a liberdade provisória do homem atendido pelo Núcleo de Atendimento ao Homem Autor de Violência Contra a Mulher - NUAH[5].

Todo este movimento significante é lugar social sobre o qual me debruço: sobre essas instâncias se verá as (re) ssignificações produzidas ou induzidas nas identidades e subjetividades dos sujeitos envolvidos.

Como objetivo geral deste trabalho, portanto, devo fazer uma discussão mais ampla da situação da mulher e do homem, no âmbito de conjugalidades heterossexuais, na tentativa de identificar pontos cruciais para a compreensão dos possíveis novos processos de reaprendizagem do feminino e do masculino, quando a mulher aciona o dispositivo jurídico da Lei Maria da Penha.

Assim é que percorro um campo teórico que para delimitar-se deve configurar uma análise do percurso de mulheres e homens no acionamento da Lei Maria da Penha, capaz também de levar a uma compreensão dos dados estatísticos sobre este dispositivo e a uma relação de reconhecimento das identidades que estão se ressignificando.

Demostrando o estado operacional das mudanças do percurso de denúncia das violências, a mulher pode apontar também mudanças de relação no âmbito do mundo vivido. Desse modo é que, operando com a lei como dispositivo de coerção, lugar de onde se podem capturar movimentos de falas e posições diversas, se poderá supor ver algo das novas reinvindicações sociais, em termos de costumes, que estão em circulação hoje. O que clamam ou o que dizem os sujeitos das relações íntimas e sociais[6] - mulheres e homens – quando aquela aciona o dispositivo jurídico da lei Maria da Penha?

Nesse construto, devo partir realmente da categoria de gênero como uma lógica de entendimento da violência contra mulher – objetivando alcançar estruturas conceituais significantes, tais como: feminino, masculino, conjugalidade. Como relações heterossexuais, neste lugar do recorte escolhido, desvelam papéis de gênero socialmente construídos para a mulher e pelo homem? Os aspectos normativos que regulam estas relações quando a violência é registrada, sendo condicionados e condicionantes – recursividade que o pensamento complexo nos auxilia a pensar –, como estão a delimitar poderes ante o sistema social legal?

O conceito de gênero, para designar desigualdades relacionadas a papéis sexuais culturalmente constituídos, pode ser considerado como uma conquista epistemológica, na medida em que contribui para desnaturalizar a opressão de um sexo sobre o outro. Para Joan Scott (1990), "… gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para diferenças corporais".

Neste caso, o conceito de gênero é um ponto de analise fundante para estabelecermos novas conexões tanto sobre sexualidade como as relações sociais. Gênero, aqui, sendo compreendida como a base das relações

---

5 Instituições sociais que trabalham nos casos de violência contra mulher no Brasil, e principalmente Fortaleza, Ceará.

6 Para Sarti (2001) haveria uma diferenciação entre as duas tendências principais no interior da corrente feminista do movimento de mulheres, entre os anos 70 e 80 , que exprimiam o próprio movimento. A primeira, mais voltada para a atuação pública das mulheres, investindo em sua organização política, concentrando-se principalmente nas questões relativas ao trabalho, ao direito e à redistribuição de poder entre os sexos. Foi a corrente que posteriormente buscou influenciar as políticas públicas, utilizando os canais institucionais criados dentro do próprio Estado, no período da redemocratização dos anos 80. A outra vertente preocupa-se, sobretudo, com o terreno fluido da subjetividade, com as relações interpessoais, tendo no mundo privado seu campo privilegiado. Manifestou-se principalmente através de grupos de estudos, de reflexão e de convivência. Nestes grupos ressoava a idéia de que o "pessoal é político". (2001:pp.31-48).

sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, bem como um modo de dar significado às relações de poder (Scott,1993).

Para Osterne e Frota (2009) utilizar gênero como categoria analítica para entender o contexto das relações violentas dos homens contra as mulheres amplia o olhar sobre o fenômeno à proporção que possibilita a compreensão das diferentes formas de relações entre os sexos nos espaços de convívio individual e social. Ainda segundo as autoras, na formulação de Scott, gênero delimita "espaços sociais", compara valores, constrói diferenças, constitui e ao mesmo tempo justifica hierarquias. (OSTERNE, FROTA 2009, p.7)

Ainda para as autoras, o conceito de gênero passou a ser utilizado para caracterizar uma relação, como a construção social do sujeito feminino e masculino. Já para Heilborn (1990) citada por Osterne (2001, p. 117) a palavra gênero, gramaticalmente falando, significa o "[...] 'emprego de desinências diferenciadas para designar indivíduos de sexos diferentes ou ainda coisas sexuadas'[...]." Todavia, este termo ganhou outros significados, passando a exprimir a diferença "[...] entre atributos culturais inerentes a cada um dos sexos e a dimensão biológica dos seres humanos." (OSTERNE, 2001, p.117)

Ortner(1972)[7] reflete sobre a condição da mulher na sociedade universal, com o texto "está a mulher para o homem assim como a natureza está para cultura", "O status secundário feminino na sociedade é uma realidade legitimada, sendo uma verdade universal, um fato pan cultural".

Dessa forma intento contribuir para a compreensão do feminino e do masculino, no âmbito relacional, quando se manifestam na esfera institucional do dispositivo legal nomeado Lei Maria da Penha.

A experiência com esse convívio onde vigem instigantes contradições no processo relacional indivíduo e sociedade mesclava-se com as advindas dessa nova realidade legal da vigência da Lei Maria da Penha – o que orientou a escolha desta temática

Tive a oportunidade conviver com as situações estudadas, junto às instituições de enfrentamento à violência contra a mulher. Lugares destinados à pesquisa que delimitam não somente a escolha institucional, como ressalta Giddens (2003), são espaços que estabelecem a natureza localizada da interação social, através dos quais as atividades cotidianas dos indivíduos são coordenadas. Nessa visada, o*s locais não são apenas lugares, mas cenários de interação de modo particularmente persuasivo, os cenários são usados cronicamente - e, em grande parte, de maneira tácita - por atores sociais para confirmar o significado em atos comunicativos.* Mas é importante anotar desde aqui que os cenários se também são determinados pelos sujeitos, influenciam substancialmente o caráter serial dos encontros e são influenciados por este.

Outro autor, que revelou considerações pontuais foi Turner, a e b.1974,1982, 2005; entre as leituras identifiquei os Dramas, rituais e performances como campo teórico chave para entender o objeto trabalhado. A teoria elaborada por Turner em seu estudo de rituais e dramas sociais desvela diferentes níveis simbólicos de argumentações.

Nesse trabalho observei diversas instituições e sujeitos que dela fazem parte, entre mulheres e homens atendidos por profissionais. Entre os enfoques encontrados no campo, quando comecei a estabelecer o *lócus* de pesquisa, olhava para lugares, nele observando personagens e trama. Para Turner, os ritos são um momento situado dentro e fora do tempo, dentro e fora da estrutura social profana, e que se tornam visíveis, mesmo que efemeramente, ocasionando certo reconhecimento no símbolo, quando não na linguagem. Rompem, então, com um vínculo social generalizado que deixou de existir, e entretanto, concomitantemente, apresenta-se fragmentado em uma multiplicidade de laços estruturais (1974, p.118)

Em Turner, tem-se a separação de dois modelos; o primeiro marca uma sociedade cujo sistema é estruturado, diferenciando sujeitos e posições frequentemente hierárquicas, posições político-jurídico-econômicas com muitos pontos de avaliações separando os homens de mais ou de menos.

O segundo, que surge de maneira evidente no período liminar, é a sociedade considerada como um "comitatus" não estruturado, rudimentarmente estruturado e relativamente indiferenciado - uma comunidade, uma comunhão de indivíduos iguais que se submetem em conjunto à autoridade geral dos anciãos rituais (TURNER, 1974, p.119).

---

7 Site pesquisado : http://www.academia.edu/4203043/49943566_ORTNER_Sherry_Esta_a_mulher_para_o_homem_assim_como_a_natureza_para_a_cultura 19/06/2014, 07:14.

De acordo com a análise do autor, poderíamos compreender que há um período de transição entre as duas, pois estamos em uma sociedade de sistema estruturado, com as divisões sociais, políticas e econômicas, mas encontramos um período liminar que mostra transformação para novo lugar social. Haveria transformações dos sujeitos, quando um movimento de afastamento é feito, após o marco da denúncia ao dispositivo da lei?
Para encontrar as comunidades ditas acima, observei a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) e do interior, e na zona metropolitana conversei com mulheres que estavam realizando o Boletim de ocorrência e acionando a medida protetiva. Observei também homens presos em flagrante delito por violência doméstica; e delegadas e escrivãs, no Juizado Especial da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Fóruns do interior, onde não havia o Juizado Especial da Mulher instalado.
Conversei com mulheres que haviam acionado a Lei Maria da Penha, e que estavam com o inquérito já em andamento, com homens presos pela lei, além de juízas, promotoras, assistentes sociais e policiais da escolta e da guarda; no Núcleo de Atendimento de Autor de Violência Doméstica contra Mulher (NUAH), como também no Fórum entrevistei os autores de violência julgados e atendidos pelo NUAH, como também a advogada, a juíza, o promotor que atende aos casos. No Centro de Referência do Município de Fortaleza, entrevistei mulheres, advogadas e as profissionais de atendimento - entre elas encontramos também pedagogas, psicólogas, sociólogas, e historiadoras.
Cotidianamente, visitava-os e refleti que o espaço institucional foi o meio para chegar aos narradores da história a ser contada. Ambos, mulheres e homens, estão movendo processos denunciatórios mediante a Lei Maria da Penha, como também movem operadores do circuito de justiça criminal da lei (tanto do jurídico, como da polícia civil e militar). Nesse ambiente vasto, mas focalizado, como estamos a dizer, pude urdir o campo empírico desta pesquisa.

Cenários em movimento: e, no entanto, as mulheres se movem!

Fui realizando a pesquisa, constituindo tanto dados quantitativos como fazendo entrevistas compreensivas com mulheres e com homens, na DDM, no Juizado da Mulher; nas delegacias da capital e do interior; no Núcleo de Atendimento de Autor de Violência Doméstica contra Mulher (NUAH); no Fórum de Fortaleza, além do próprio Centro de Referência, de onde eu vinha de atuar como profissional.

Diante das visitas observava desde a geografia as interações que eram pontuadas no lugar, no Juizado Especializado da Mulher, ao entrar no juizado, vê-se que este está dividido em pedaços de espaços destinados a cada ator social. Homens e mulheres não ficam no mesmo espaço. Havia a sala onde aguardavam serem chamados, mas ao chegarem ficavam na expectativa de vê-los passar pelo jardim que dá acesso à entrada da sala de audiência. Daí os veria – refiro-me aos homens - subir para a cela, e assim é que eles poderiam ser vistos por elas antes da audiência. Era frequente ouvir: - *Como ele emagreceu, valha como está magro!* E um compungido: - *Meu Deus, como está feio, mas como estou com saudade*... E, se havia uma economia dos afetos dividindo e multiplicando saudades, havia uma geopolítica institucional dos lugares e posições na escuta e fala que ali se sucediam.
O espaço para mulheres parecia agradável, com espaço para sentar, muitas oficinas e rodas de conversa. O andar trôpego, contudo, dizia de outra realidade. Sempre, ali, ao entrar sentia a possibilidade de prosseguir com a pesquisa, mas, de certa forma, ao adentrar no espaço masculino, tinha vontade de correr e nunca mais voltar: eram ameaças de variada natureza, que eu julgava nunca poder esquecer.
Sempre nas quintas-feiras eu saía para o juizado, por ser o dia da audiência - dia de escuta do réu preso. Eles ficavam amontoados em uma cela de 4X6m. Entre dezesseis a vinte homens, dependendo do dia. O cheiro fétido de algo podre e guardado há muito tempo, a sensação de que um deles poderia sair dali e pôr a vida de uma mulher em risco me espantava um pouco; o medo de algum perder o discernimento e ter uma crise era sempre uma possibilidade. E afinal, havia uma relação presente, contudo.
Entre as falas dos policiais, eles diziam que "*dentro das grades é tudo um santo... Mas ao saírem viram uns diabos...*". A audiência era entre trinta minutos a uma hora, dependendo de quantas pessoas testemunhavam.

Alguns deles já vinham pela terceira vez e o pedido de soltura não saía, não por ser algo demorado, mas sim, negociado; os homens que tinham mais condições saíam em uma semana; outros ficavam mais tempo, entre duas semanas a três meses[8].
Ao serem chamados para audiência "os Marias da Penha"[9] desejavam sorte e a saída um do outro, em uma evidente solidariedade que se armava entre eles; e sempre pareciam verbalizar o desejo da esperança.
Alguns, após serem presos, passavam pela DDM e depois eram levados para a captura, na delegacia central de Fortaleza. Como a DDM não tem cela, os homens são levados para esse outro espaço, para serem presos, o inquérito até ser instaurado e levado para o inquérito e *descerem para o presídio*[10]. E eu continuava a rota para delinear o campo empírico da pesquisa.
Havia relatos de que no presídio que os homens eram tratados como estupradores, pois *batiam em mulher,* e era corrente que poderiam sofrer represálias no espaço prisional. Documentos mostravam que os primeiros homens a serem presos pela Lei Maria da Penha foram violentados sexualmente pelos outros no presídio. Após estes eventos, eles foram encaminhados para a *ala evangélica* do presídio, onde se dizia ainda que se não obedecessem seriam punidos[11].
No Juizado, a cada pedido de encaminhamento para audiência os presos eram motivo de gozação; os guardas não deixavam por menos, e sempre saía uma piadinha em torno de sua situação. A atitude dos guardas relatada nos documentos e pesquisas mostrava que eles sempre davam sua opinião no momento das entrevistas dizendo: *aqueles maria da penha eram burros* por estarem ali, pois a lei tinha mudado e eles deveriam se acostumar[12].
Quando os entrevistava, pareciam dizer, em se referindo a mim: o que ela está fazendo aqui de novo? Na posição de Marias da Penha, em vários momentos da entrevista, na cela, em particular, enquanto aguardavam a audiência, via em seus olhares a revolta por terem sido presos pela Lei 11340. Vários deles diziam: "*Eu sou trabalhador, não era para eu estar aqui, não*"... A sensação de terem sido presos por serem agressores de mulheres deixava-lhes perplexos.
Até 2006, não seria tão fácil prendê-los. O relato do sofrimento pela prisão, a raiva exposta em suas falas, no momento da entrevista, a indignação por estarem ali *trancafiados*[13]... A revolta. A cada relato havia uma relação de afirmação, ora de ambígua negação que era constituída com o outro que representava o poder que o aprisionava ante um processo ao qual estava atado.

> Quando eu sair daqui, ela vai ver (...) (Na DDM; homem de 28 anos,)
> Eu fiz coisas erradas, mas estou com saudade das minhas filhas (...) (interlocutor,43 anos, Juizado da mulher)

Buscando ainda delinear o universo da pesquisa, em sua tinta e cenário, eu ia à Delegacia de Defesa da Mulher – Fortaleza, construindo cotidianamente um saber novo para mim, já que agora eu me situava de outro lugar. Sempre ia às segundas e quartas - às segundas por ser após o fim de semana, e sempre as mulheres fazem queixas após esse período. Estando lá, sentia ora medo, ora revolta; mas também cumplicidade com as mulheres; surpreendia-me, porém, buscando humanidade na prisão dos homens.
"Quantos não vi algemados no corrimão da escada, algemados um a um a um ferro na parede!" – eu anotava em meu Diário de Campo. E que quantidade de mulheres que sofriam violência de gênero, doméstica – eu

---

8 Existem algumas pesquisas que mostram que o homem preso , sempre é pobre, sem condições de defesa. Na realidade, encontrei homens com mais poder aquisitivo, mas com certeza eles saiam mais rápido.

9 Nome dados aos homens pelos próprios presos.

10 Fala nativa.

11 Entre as punições estava apanhar dos "xerifes" das celas.

12 No capitulo III falaremos deste processo como um processo civilizatório que a maioria dos homens não vê desta forma (ELIAS, 2004). Além de perceber a novas construção dos costumes (Thompson, 1963)

13 Expressão nativa.

as via com o semblante aterrorizado... Nas suas narrativas mostram a indignação de estar naquele espaço de denúncia. A fala dos homens e das mulheres personagens se avivava mediante os ouvintes; e ora contavam os mínimos detalhes, ora calavam bruscamente.

A equipe de policiais (escrivãs) se dividia para instaurar os boletins, que poderiam tornar-se inquéritos, ao acionarem a Lei. Verificavam-se testemunhos. Gravidades – se havia algo mais grave, a escuta era feita pelas delegadas; os policiais (mulheres e homens) sempre estavam fazendo giros na viatura, realizando algum mandato ou apreensão.[14]

Os homens amontoados, a prisão, o chamado para audiência, o flagrante. A delegacia, a revolta. O medo das mulheres, a pergunta sobre o que seria depois. Eu anotava.

Entre as suposições levantadas, observei como a mulher vive sua singularidade na condição de "vítima"[15] de violência como uma subversão de sua identidade. Será que o seu discurso iria mudar a realidade que vivenciaria após a denúncia? – elas se viam perguntando-se. Como essa construção social se transmudava da ordem do natural para o social, portanto, mutante? Como visualizar o passado e o hoje, com as mudanças das leis, a partir de falas postas nestes diversos lugares de captura? Como ficaria o lugar deste homem socialmente estigmatizado, mas que perdeu a "autorização" de bater? E a mulher que traz o estigma de ter sofrido violência conjugal – o que seria o (des)afeto depois? A partir deste ponto nodal, para onde conflui todo esse universo aqui delineado, como uma tatuagem em minha pele, construo indagações como buscar "o ponto de vista feminino" e o "masculino" sobre o vivido nesse percurso de denúncia. Anúncio?

O movimento ritualizado da Lei Maria da Penha me levava a esta visão panóptica. Desse modo é que entre as delegacias do Interior desenvolvi um trabalho mais presente em Sobral/ Ceará/ Brasil. Impressionou-me o fato desta delegacia atender toda a zona norte do Ceará. Neste visgo cotidiano, entramos em um espaço onde as mulheres ficavam esperando para darem seus testemunhos em um momento oportuno. Neste meio tempo, entre-tempo ou tempo de espera - que às vezes demoravam muito mesmo - , tive condições de escutar mais profundamente algumas mulheres, homens e a delegada titular responsável pela delegacia.

No Fórum de Sobral encontrei facilidade tanto de conversar com a equipe de trabalho da Execução da Lei, como com as mulheres ouvidas. Entrevistei as promotoras do Núcleo de Promotores especializados em violência doméstica e os policiais do Ronda e da Polícia Civil.

Agora, com maior tempo de pesquisa, eu via entre as queixas o sentimento que se bipartia: havia aquelas mulheres que não sentiam a necessidade de se separarem, mas de arrenegar do (parceiro/marido/companheiro), dar "*um susto para que ele possa voltar melhor para dentro de casa*". E aquelas que queriam sair e não havia *para onde ir*[16].

Enquanto eu fazia observação na Delegacia da Zona Metropolitana de Maracanaú coletava dados estatísticos; observava a geopolítica do espaço e as temporalidades do processo ritual dos parceiros nas relações, agora afastados em certo sentido. Que produções significantes eram geradas nesse afastamento – etapa da liminaridade que eu parecia ver agora nas mulheres denunciantes?

A Delegacia da Zona Metropolitana em Caucaia oportunizou-me dados estatísticos, que estavam a ser gerados para a execução do perfil da violência no estado do Ceará.

Na Delegacia de Juazeiro, um lugar paradigmático: devido à religiosidade e ao patriarcalismo daquela sociedade, visualizamos uma série de crimes envolvendo mulheres e seus companheiros. Além de monitorar os dados

---

14 Considerado como diligência poderia ser para pegar as roupas e utensílios de mulheres que irão ser abrigadas, ou documentos que no momento do conflito elas deixavam para trás.

15 Definição de vítima traz pontos importantes a serem discutidos. A mulher passa por um momento de vitimização, mas várias delas percorrem outros caminhos. Saindo desta terminologia, assim, utilizei este termo entre aspas devido não concordar com a conotação que a palavra vítima tem em relação à mulher que sofre violência, é como se esta fosse incapaz de qualquer reação diante da situação vivenciada. (Gregori, 1993, Pg.123)

16 Por ser a quatro horas de Fortaleza, e não existir Casa Abrigo, as mulheres ficavam à mercê do que poderia acontecer durante o chamado "ciclo da violência". Muitas delas ainda traziam o estigma de serem desacreditadas pelos familiares. Procurá-los já seria difícil, ficando algumas vezes impossível a saída desta mulher de casa.

estatísticos, analisei documentos que evidenciavam esta realidade -material importante para o entendimento das relações de violência nesta região. Como observa Frota e Santos (2012).[17]

> As duas mulheres mortas estão inseridas em um universo de 97 vítimas que perderam a vida de maneira violenta no Ceará em 2014. Os números, ainda não consolidados, são da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) e se referem a mortes registradas até o último dia 28 de abril. Nesse mesmo período, em todo o Estado, 1.419 pessoas foram vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs), que abrangem os homicídios, latrocínios (roubos seguidos de morte) e lesões corporais seguidas de morte). De acordo com os números de mulheres mortas por violência no Estado, Fortaleza lidera, com 46 casos registrados. Em seguida, os municípios da região metropolitana Maracanaú, Eusébio e Caucaia tiveram, cada um, cinco mulheres mortas por violência no ano. Em Juazeiro do Norte, no Cariri, quatro mulheres foram mortas neste ano. Em Maranguape, Crateús e Limoeiro do Norte houve duas vítimas em cada município em 2014.[18]

Já retornando a Fortaleza, visitei algumas vezes o Núcleo de Atendimento de Autor de Violência Doméstica contra Mulher(NUAH/ Fórum), para acompanhar e entrevistar homens apenados pela Lei que já estavam em liberdade provisória. Localizado em uma das salas do Fórum Clóvis Beviláqua (em Fortaleza) permanece como espaço de atendimento ao homem agressor[19]. Lá tive condições de observar e entrevistar homens atendidos pelo Núcleo, profissionais e o promotor que da parceria ao trabalho do Núcleo, participando das palestras e rodas de conversa. Estes têm que manter frequência em 10 rodas de conversa, sendo importante a repercussão destas rodas na mentalidade destes homens, sobre a temática da violência. Conversei com a juíza da Vara de Execuções e com o promotor de Justiça do Juizado de Fortaleza, com os profissionais e com os homens atendidos. Foi um dos espaços mais interessantes, pois eles se colocavam após a saída da prisão e estavam programados a comparecer 10 encontros sobre educação de gênero.

> Neste momento vi o relato de alguns homens, minha escuta acionava diferenças entre o que diziam para mim e para a advogada, o psicólogo do grupo. Eles continham algumas palavras quando estavam na frente deles. O relato mostrava a importância que eles davam para o curso, não digo que todos fizessem isso, entretanto, alguns estava lá por serem mandados pela justiça. As reapredizagens de ser homens, sexo masculino, macho, é algo não absoluto, mas para alguns deles a construção dessa masculinidade, referisse a outros termos, como a necessidade de afirmar a sua masculinidade, conflitos com a sogra, ciúmes, drogas, bebida, obsessão. (Diario de Campo)

Necessidades do Campo empírico...

Levando em consideração a máxima sócio-antropológica do "estranhar o que é familiar"[20], assumi a tarefa de voltar a cada local antes visitado no trabalho exercido no Centro de Referência. Senti a necessidade de estranhar o que é familiar, aprofundar no cotidiano e a vida de mulheres e os homens que passaram pela lei. "Foi de extrema importância para tentar pôr-se no lugar do outro e de captar vivências e experiências particulares".[21]

---

17 Frota, M. H.de Paula F. e Santos, V. M., O femicídio no Ceará: machismo e impunidade? Fortaleza, Ed. UECE, 2012.

18 Postado por Portal C1 Cariri nesta segunda-feira, 5 de maio de 2014 | 06:40

19 Linguagem nativa.

20 No texto observando o familiar (1974)

21 Da Matta analisou esta mesma questão no texto "exótico em familiar e o familiar em exótico". Em O ofício do etnólogo ou como ter "antropological blues" in Publicações do programa de Pós –Graduação, em Antropologia Social do Museu Nacional, 1974.

A escolha dos espaços e lugares se deu por investir em locais que mantinham um trabalho de enfrentamento à violência contra mulher [22]. Assim, escolhi acompanhar dados das Delegacias de Defesa da Mulher de toda a região cearense. Os municípios que tem delegacia da Mulher foram procurados para levantamento estático, tendo dados de Fortaleza, Maracanaú, Caucaia, Sobral, Iguatu, Juazeiro, entre os anos de janeiro 2010 a junho de 2014. Entre as delegacias pesquisadas estive em Fortaleza, Sobral, Maracanaú e Caucaia. Não por ser somente um dado estatístico, mas os números falam, entre essa realidade saíram pesquisas importantes para aferir este cotidiano[23] [24]

No site "Compromisso e atitude[25] encontramos 25 pesquisas relacionadas a estas realidades evidenciando um lugar paradigmático em nossa sociedade.

Dados Nacionais sobre violência contra mulher 1980 a 2010

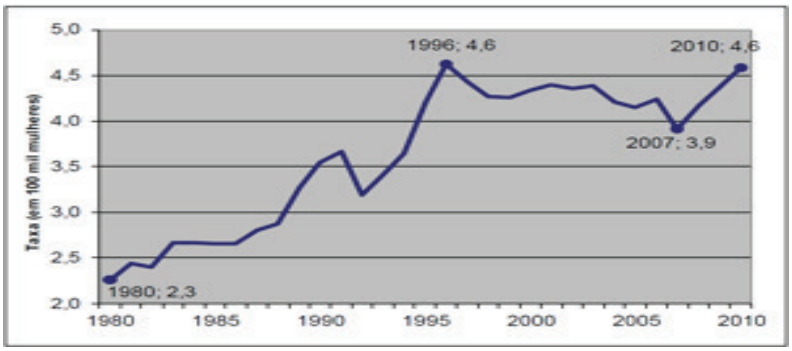

Fonte: Compromisso e Atitude - 2014

Revelam que entre 1980 e 2010 foram assassinadas mais de 92 mil mulheres no Brasil, 43,7 mil somente na última década. Segundo o mapa da Violência 2012[26], o número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, o que representa um aumento de 230%. Em comparação com o mapa de 2013, ligados a homicídio e juventude no Brasil os dados mostram que, de 2001 a 2011, o índice de homicídios de mulheres aumentou 17,2%, com a morte de mais de 48 mil brasileiras nesse período. Só em 2011 mais de 4,5 mil mulheres foram assassinadas no país.

Os dados do site revelam que o crescimento efetivo acontece até o ano de 1996, período que as taxas de homicídio feminino duplicam, passando de 2,3 para 4,6 homicídios para cada 100 mil mulheres *(ver gráfico acima)*. A partir desse ano, e até 2006, as taxas permanecem estabilizadas, com tendência de queda, em torno

---

22 O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher foi lançado em agosto de 2007, como parte da Agenda Social do Governo Federal. Consiste em um acordo federativo entre o governo federal, os governos dos estados e dos municípios brasileiros para o planejamento de ações que consolidassem a Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres por meio da implementação de políticas públicas integradas em todo território nacional. O Pacto apresentou naquele momento, uma estratégia de gestão que orientava a execução de políticas de enfrentamento à violência contra mulheres, no sentido de garantir a prevenção e o combate à violência, a assistência e a garantia de direitos às mulheres. A proposta era organizar as ações pelo enfrentamento à violência contra mulheres, com base em quatro grandes eixos/áreas estruturantes.(Site: http://www.spm.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/copy_of_texto-base-do-pacto-nacional-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-a-mulher(17.07.2014, hora 05:30 min),

23 Lei Maria da Penha não serviu para diminuir mortes de mulheres no país, aponta estudo do Ipea -Pesquisa divulgada hoje mostrou que o RS é o quinto Estado com menor taxa de assassinato de mulheres no país por Kamila Almeida - 25/09/2013 | 10h13(Site pesquisado: http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/09/lei-maria-da-penha-nao-serviu-para-diminuir-mortes-de-mulheres-no-pais-aponta-estudo-do-ipea-4280577.html)

24 Irei aprofundar este tema no cap 1, pag.

25 http://www.compromissoeatitude.org.br/sobre/dados-nacionais-sobre-violencia-contra-a-mulher/

26 Mapa da Violência 2012 divulgado pelo Instituto Sangari.

de 4,5 homicídios para cada 100 mil mulheres. No primeiro ano de vigência efetiva da lei Maria da Penha, 2007, as taxas experimentam um leve decréscimo, voltando imediatamente a crescer de forma rápida até o ano 2010, último dado atualmente disponível, igualando o máximo patamar já observado no país: o de 1996.
Outro dado constatado foi que, segundo a Central de Atendimento à Mulher, somente em 2013 foram registrados 532.711 chamadas, totalizando quase 3,6 milhões de ligações desde que o serviço foi criado em 2005. Entre os relatos de violência, os principais autores são, em 81% dos casos, pessoas que têm ou tiveram vínculo afetivo com as mulheres. A violência física fica com 54% dos casos relatados e a psicológica, 30%. Entre outros dados colocados teve denúncias de cárcere privado com 620 denúncias e de tráfico de pessoas 340 e em relação à violência sexual foram registradas ainda 1.151 denúncias. Pode ser que o conhecimento disso mostre a integra dificuldade que estamos vivenciando, onde a maioria de mulheres morre pontualmente em nosso país.

Personagens em ação...

Entre as personagens instituídas pela pesquisa de campo, senti a necessidade de, como fez Woolf ao escrever Orlando(1928), seu livro autobiográfico, ter a precisão de movimentar a construção de seu personagem, um homem que se transforma em mulher, ou melhor, uma mulher que se transforma em homem para poder se estabelecer na sociedade elizabetina, a autora à frente de seu tempo percebe que o espaço dado as mulheres, por muitas vezes estabelece um lugar ínfimo. Articulações entre Orlando homem e Orlando mulher enfatiza os papéis de gênero, as atribuições de cada, e principalmente, normas estabelecidas para cada sexo/gênero.
Estabelecendo um elemento crítico para analisarmos trazemos Beauvoir em *O Segundo Sexo* (1986), a mulher não nasce mulher, torna-se mulher... (Beauvoir, 1986) e Boris[27] em Falas de Homens: a construção da subjetividade feminina,

> ... o homem não nasce homem: ele torna-se homem. Se a masculinidade pode ser ensinada e ser construída, não há dúvida de que ela pode ser transformada, já que o que se construiu pode, então, ser 'demolido' ou 'desconstruído', para ser, novamente, construído.(BORIS, 2002, p. 17)

Como Boris, Barbieri (1991) contribui para aprofundar as discussões enfatizando a necessidade de perceber a questão de gênero de maneira relacional. A discussão sobre estudos de homens e masculinidades, não vem diminuir as contribuições a análise de gênero. Cornell(1987,1995,1997) refere-se como masculinidade:

> Em vez de tentarmos definir a masculinidade como objeto (um caráter de tipo natural, uma conduta padrão, uma norma), necessitamos nos centrar nos processsos e relações por meios dos quais homens e mulheres levam vidas envolvidas no Gênero. A masculinidade(...) é, ao mesmo tempo, a posição nas relações de gênero, as práticas pelas quais os homens e as mulheres se comprometem com essa posição de gênero e os efeitos destas práticas na experiência corporal, na personalidade e na cultura.(Cornell, 1997, p 35)

Assim constrói um sistema dicotômico e classificatório expressa a divisão simbólica, entre o mundo para masculino e feminino(Bourdieu, 1995). Corrêa (1996) relata a questão do patriarcado, como uma categoria explicativa para a subordinação feminina. O conceito de patriarcado, esclarecido por Saffioti, é mais específico que a idéia de gênero por expressar o "regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens" (SAFFIOTI, 2004, p. 44), deixando clara a direção da opressão. Segundo esta, o patriarcado não se trata de uma relação privada, mas civil; confere direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, de forma quase irrestrita, sendo este um de seus elementos basilares; configura um tipo de relação hierarquizada, presente em todos os espaços da sociedade, não apenas na família; possui base material; corporifica-se, e, por fim; representa uma estrutura de poder baseada na ideologia e na violência.
Butler (2001) analisa a materialidade do corpo e a perfomatividade de gênero, contestando a categoria do sexo

---

27 BORIS, Georges Daniel Janja Bloc. **Falas de homens:** a construção da subjetividade masculina. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002.

nesta engendrada relação, em primeiro lugar pontua que as diferenças sexuais são evocadas pelas diferenças materiais, mas principalmente por uma demarcação discursiva. A categoria "sexo" é, desde início, normativa, parafraseando Butler ao afirma que Foucault considerava "um ideal regulatório".

> (...) o sexo não apenas funciona como norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz corpos que governa, isto é, toda força regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir – demarcar, fazer, circular, diferenciar – os corpos que controla (Butler , 2001, pg.153 e 154).

O espaço que as mulheres e homens de hoje tentam culturalmente, socialmente, construir algo para além das possibilidades de algo fundante no gênero, e não no sexo. " Sexo é construído como algo inabalável". Essa noção interfere na vida e dimensão de macho e fêmea.

Ao ler *Orlando* de Virginia Woolf, senti algo para além do constituído, ao apresentar tantas epifanias em cada parágrafo, visualizei uma realidade que para a autora em sua época e em seu tempo seria avassalador. O livro demarca a transição do século XIX para o século XX, o processo civilizatório constituía-se dentro dos termos, normas, padrões a serem seguidos.

Como Foucault ressalta em Nós Vitorianos (1988, 7). Entretanto, Woolf (1928) fugiu dedes arquétipos, das vivências, que seriam tidos como valores de outros tempos e dimensões. A narração passa em cerca de 350 anos, envolvendo processos, histórias, vivências que enfatizam um ser e as transformações de sua época e do tempo. Tempo esse, que pode ser hj, ontem ou amanhã...

Mas por que trazer Orlando para minha qualificação? Quero apresentar um sensível pensamento que ao se construir tantos eus, revela a inspiração para podemos entender como o tempo de certa forma provoca tantos conflitos.

> Toda ela se obscureceu e harmonizou, como quando se acrescentava a pincelada necessária para dar relevo e solidez a uma superfície, e o que raso se torna profundo e o próximo distante; e tudo isso é contido como a água pelas paredes de um poço. De modo que agora obscurecida e quieta, e convertida com o acréscimo desse Orlando, nisso que, com ou sem razão, se chama um só eu, um eu real. E ficou silenciosa. Pois é provável que, quando as pessoas falam alto, os eus (dos quais pode haver mais de dois mil) tenham consciência de sua divisão e se esforcem por se pôr em comunicação, se estabelece, ficam silenciosos. (Woolf, 1978, 176 e 177)

Falo não somente, da construção do enredo, mas do tipo e necessidade de se ausentar do tempo cronológico para falar das transformações de tempo vindouro, de transformações pessoais, das transformações dos sujeitos e das subjetividades. Necessito dizer que ao iniciar o livro percebe a necessidade de trabalhar com esta construção de gênero, que reconhecem homens e mulheres será necessário vivenciar tantas diferenças e desigualdades, enquanto somos seres que precisamos um dos outros, mas não numa dimensão de dependência, mas de construção (...), logo denomina '*Orlando como Homem – ele – porque não havia dúvida a respeito de seu sexo, embora a moda do tempo concorresse por disfarçá-lo'* – mas seus posicionamentos mostravam um ser constituído como macho, pensamentos, ações e reações. *Outro tanto jurava Orlando fazer coisas de meninos. Como, porém contava só dezesseis anos, e era muito criança para cavalgar com eles pela África, ou pela França, fugia de sua mãe e dos pavões do jardim, e ia para o sótão atacar e atravessar e esfatiar o ar com sua espada(...)(idem, 07).*

Marco aqui como a escritora idealizou sua autobiografia, estabelecendo a necessidade de vivenciar o lado masculino e usufruir desta posição tanto ficcional, como interpretativa. A dimensão da postura do outro, a vivência de ser o macho mesmo que idealizado, concedendo a experiência de ser o que está distante de si, ser o outro.

É neste posicionamento que busco mediar Woolf com o meu objeto, articulando as posições de cada um dos interlocutores, sendo estes mulheres ou homens. Será que a lei Maria da Penha pode ser vista como algo além

de nosso tempo, e ações? Não posso responder isto, imediatamente, mas faço isso na construção de minha tese. Assim, trabalhei com alguns campos; literatura, dados quantitativos, qualitativos, e uma literatura extensa, neste momento denominei trabalhar com mulheres e homens que foram entrevistados em vários locais, pontuados acima, os denomino-os por nomes próprios, entre o material trabalhado apresento os personagens desta pesquisa.

Entre as certezas que desenvolve está em analisar a categoria de narração e a técnica de histórias de vidas considerando o trabalho de Bertaux(2010).

Outro olhar pode ser instituído por Veena Das(2011) trabalha a exposição das identidades reconhecidas no cotidiano da pesquisa, nas quais encontro situações de testemunho[28] femininas e masculinas. A partir daí, a trajetória de denúncia percorrida facilitou a observação do objeto, descobri que a categoria testemunhos (Das, 2008) poderia ser uma das nuances a ser trabalhadas. No início queria visualizar a trajetória de homens e mulheres que tivessem acionado a lei. Mas, depois percebi que a narrativa expressa homens e mulheres que estão construindo novas aprendizagens de gênero por ambos, auxiliava a identificar as principais violências, a *força de aplicabilidade da lei (fazendo menção ao Estado de direito e sobre as vidas que são mortas, para ele vidas nuas.(Agambem,2002).*

Das para construir um panorama epistemológico e metodológico a autora interage com os estudos sobre o sofrimento social, analisando um conjunto de situações onde a linguagem pode falhar. Em vários textos, a autora (1990, 1996, 1997, 2000, 2006) trata da violência social inserida no dia a dia de mulheres indianas. Esta violência não é qualquer tipo de violência, mas aquela que provoca um ponto de desvio tanto na vida daqueles que sofreu diretamente quanto aqueles que são imaginária e historicamente trabalhados por ela. Das(1990) explicita-os como, eventos críticos (*critical events*) a estas circunstâncias provocadoras, caracterizados pela brutalidade de instituições como a família, o Estado ou grupos religiosos ou econômicos, etc, tanto em países pobres da América Latina, da África.

A autora analisa a violência como um ao invés de considerar a violência como um elemento social cujas causas são distantes e indefinidas ou interagindo na autoridade do sujeito e da patologia, Das persegue os efeitos que certos acontecimentos críticos agenciam nos discursos e nos corpos daqueles que são, habitualmente, os principais e os primeiros a receberem a violência do Estado e da família: crianças e mulheres.

Trabalhando, principalmente com mulheres, mesmo aquelas que não sofreram na sua própria pele a violência de uma experiência social disruptiva - mas que ainda assim mantêm a lembrança, volver a significação de suas vidas e de seus corpos no cotidiano.

Para entender o sentido proposto por Das (1997, 1998) remetemos a Wittgenstein e as contribuições do filósofo americano Stanley Cavell (1999). Este trabalho traz a experiência das mulheres submetidas a eventos críticos, com a instituição de novas possibilidades subjetivadas em meio à fragmentado social e familiar provocada por estas circunstâncias, é preciso recuperar, mesmo que brevemente, aquilo que ela sugere garantir sua existência subjetiva e social.

A violência por muitas vezes é incompreendida por suas razões, ficando externo ao processo de civilização. Esta violência que não pode ser reconhecida como "humana", que coloca em jogo o próprio status de humano daquele que a perpetra, fica sem palavras. O que acontece com esta violência, com a memória desta violência? Como esta violência pode ser recuperada e como ela atua sobre os sujeitos, construindo espaço de identificação na própria violência.

Para Das, o sentido das ações está no cotidiano, um conhecimento que está presente nos meios e que não seriam apenas através da linguagem. São apresentados por imagens e recursos *estéticos* que se erguem pela língua e também com o próprio corpo. O cotidiano exerce papel principal expressão e recuperação dos sentidos dados,

---

28 o significado de testemunhar a violência – de falar em nome da morte de relações. Alguns antropólogos se perguntam se a noção de testemunho pode ser posta como lugar analítico a partir do qual escrever, porque argumentam que o forte substrato cristão desse conceito o torna uma categoria inadequada, quando não suspeita, para o trabalho antropológico. Considero essa posição excessivamente restritiva, como se outras culturas (p. ex., o Islã e o Hinduísmo) não tivessem imaginação literária do ocidente, a figura de Antígona como testemunha fornece uma espécie de mito fundador que explora as condições sob as quais a consciência pode encontrar uma voz no feminino.

feito de indivíduos, afetos e conflito. A violência e a exclusão só não podem ser entendidas se não tiverem atreladas as ações que são expressas como sofrimento social e reações posicionadas não só como práticas individuais, impregnadas no cotidiano. Escolhas feitas, despreocupadas, sem intenção.

Mas essa aposta no cotidiano não pretende indicar que há *alguém* que resiste no cotidiano, pois não há, necessariamente, este agente da resistência: ao menos não se deve falar de uma resistência calculada; mas de uma existência possível. Isso não significa que não existam sujeitos que interfiram na realidade, e que se trate de uma pura submissão aos jogos de linguagem.

Para isso o discurso será entendido como a estratégia priorizada a ter a intenção, problematizar e analisar, de dentro, (na medida em que define e esclarece um espaço social, constituído por sujeitos que desempenham seus papéis) a partir de uma perspectiva sócioantropológica, a "lógica das práticas" institucionais que envolvem o controle e a responsabilização da atividade policial. Dessa maneira, a ênfase direcionada recai a entender que:

> (...) os discursos [o dito, a fala] são feitos de signos [que remetem a conteúdos e representações]; mas o que fazem é mais que utilizar esses para designar coisas. É esse mais que os tornam irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso aparecer e que é preciso descrever (Foucault: 1986, p. 56).

Diante de tantos sujeitos de pesquisa, fiquei desejando compreender como a subjetividade expressa uma séria de possibilidades de entendimentos a pesquisa. Quando atribuo subjetividade vem com a perspectiva de Grossi (1993:225-226), explica que ajudará mediar à dimensão da subjetividade com o auxilio de relacionar os sentimentos das mulheres e homens utilizando a subjetividade no trabalho de campo através da leitura de depoimentos, denúncias e emoções passadas pelos relatos expostas em suas falas, relatos e experiências em torno dos boletins, denúncias e processos.

Elias (1993) ressalta a contribuição da mudança histórica, evidencia a ação não individualizada, mas através do entrelaçamento de pessoas originando assim uma ordem sui generis, mais forte que a vontade de uma pessoa isolada. É essa ordem estabelecida que verse o processo civilizador.

> O estudo desses mecanismos de integração, porém, também é relevante, de modo mais geral, para a compreensão do processo civilizador. Só se percebermos a força irresistível com a qual uma estrutura social determinada, uma forma particular de entrelaçamento social, orienta-se, impelida por suas tensões, para uma mudança específica e, assim, para outras formas de entrelaçamento, é que poderemos compreender como essas mudanças surgem na mentalidade humana, na modelação do maleável aparato psicológico, como se pode observar repetidas vezes na história humana, desde os tempos mais remotos até o presente (Elias, 1993, p. 195).

A compreensão do processo civilizador é construída através estas formas de entrelaçamento social, sistematizando as mudanças necessárias para uma mentalidade civilizada, para além do aparato psicológico, através do entrelaçamento entre as pessoas e a forma de conviver. Vejamos como o interlocutor, refere-se a isso:

> Deixa eu falar um pouco aqui. Falar assim, a respeito, eu entendo o lado que a mulher tem o sexo frágil, é, a mulher já se torna mais sensível que o homem, né, mas eu quero falar, eu quero falar assim, mais a respeito assim ó, biblicamente falando dentro da palavra de Deus; a palavra de Deus diz lá no livro de II Timóteo, se não me engano, capítulo três, que a mulher ela não pode de maneira alguma exercer nenhuma autoridade sobre o homem porque primeiro foi criado Adão e depois a Eva. Tipo assim, as leis, as pessoas que fazem as leis de hoje em dia elas tão indo contra a palavra de Deus, só quem não conhece que não consegue entender, porque assim ó, Deus ele fez o homem para a mulher e a mulher para com o homem e lá fora eles já tão autorizando homem se casar com homem e mulher com mulher então isso é tudo contra a palavra de Deus, né, que o próprio Deus deixou escrito lá que isso é abominável aos olhos dele; da mesma forma o, o apóstolo Paulo ele escreveu nas segundas cartas de Timóteo, capítulo três que o homem, a mulher não

> pode exercer autoridade sobre o homem, porque o homem é a cabeça, o homem é o cabeça. Mas eu entendo, eu não sou contra, tipo assim, o homem chega em casa drogado, embriagado, espanca a mulher, mete a peia na mulher, aí eu concordo, tem que ser preso, mas assim, que nem foi o caso, assim, dos irmãos né? Porque o meu caso aqui já foi discussão de família, com meus pais, meus irmãos porque eu tava na química, no crack, tá entendendo; só quem sabe é quem convive, né; eu tava pedindo dinheiro pra usar droga, aí a família ficou, minhas irmãs nervosa e tal dentro de casa - eu não tô aqui pra defender o meu lado, até porque eu tô aqui, já tô pagando, eu creio que hoje eu vou embora, no meu caso foi só uma discussão, ameaças, essas coisas, discussão verbal - , mas levando pro lado aqui do contexto aqui dos irmãos que têm esposa, essas coisas, eu acho que ele deveria assim olhar de outra forma, porque a mulher, porque assim, da mesma forma que o irmão de camisa amarela aí falou, a mulher ela pega ligou aqui... Ele tá me ameaçando' a polícia, a polícia ela chega, a polícia ela chega ela não escuta a tua versão não, ela já chega tacando as pulseira de prata já e te levando, ele não quer escutar a tua versão, o que é que aconteceu, não! Ele já leva. Se eles ganha ou não, isso aí não é problema meu, mas que eles não escuta a versão do acusado, eles têm que escutar! [homem falando ao fundo] Porque por muita das vez, por muita das vez, por muita das vez a pessoa entra lá, um exemplo: entra um ladrão de galinha sai um ladrão de banco, porque a cadeia ela é uma escola do crime viu, tem muita gente que entrou lá que só roubava uma bicicleta, um celular e hoje em dia tá extorquindo, roubando e até matando lá dentro. Tem cidadão pai de família lá dentro que não sabe nem o que é cadeia, não sabe nem o que é cadeia."(interlocutor, Juizado da Mulher, abril /2013)

Estes textos não oficiais foram considerados pela autora como "documentos à margem por relatarem as angústias, os desejos, e as dificuldades que envolvem o trabalho de campo". Segundo a perspectiva da autora, tais relatos constroem outro texto acerca da experiência subjetiva do antropólogo em campo denominando-os, "relatos de intimidade".

Biografia

ALMEIDA, Vale de Miguel, **Uma interpretação antropológica da Masculinidade**, Lisboa: Fim de Século Edições, 1995.

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos**. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

_____ . **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CORREA, Mariza. **Vida em Família: uma perspectiva comparativa sobre "crimes de honra" / Family Life: a comparative perspective on "crimes of honour"**. 1. ed. Campinas: Pagu/Unicamp, 2006. v. 1. 516 p.

DERBET,G.G. In: CARDOSO, Ruth (org.). **A aventura antropológica.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____, Guita Grin. **Quando a vítima é mulher**: análise de julgamento de crimes de estupro, espancamento e homicídio. Brasília/DF: CEDAC, 1987.

_____, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena & PISCITELLI, Adriana (orgs.). **Gênero e distribuição da justiça**: as delegacias de defesa da mulher e a construção das diferenças. Coleção Encontros. Campinas/ SP: Núcleo de Estudos de Gênero –PAGU/Unicamp, 2006a.

DEBERT, G. G.; SIMÕES, J. A**. Envelhecimento e velhice na família contemporânea.** São In E. V. de Freitas et al. (orgs.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Guanabara e Koogan, 2006. pp 1366-1373.

DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (org.). **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.17-38.

DURHAM, E. **Família e reprodução humana**. In: FRANCHETTO, B; CAVALCANTE, M. L;

DURKHEIM, E. (1975). **La famille conjugale**. In E. Durkheim , *Textes III* (pp.35-49). Paris: Minuit.

HEILBORN, M.L. (Orgs.). **Perspectivas antropológicas da mulher 3**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. pp.15-44.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes.** 2º vol. Rio de Janeiro: Zahar, 1994

ELIAS, Norbert. **Envolvimento e Alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento de uma prisão.** Petrópolis: Vozes, 1987.

_____ . **História e sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____.História e sexualidade II: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____.**Sobre a História da Sexualidade. In**: **Microfísica do poder.** 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000. P.243 – 27.

_____. **Os intelectuais e o poder – conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: Microfísica do poder.** 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

Frota, M. H.de Paula F. e Santos, V. M., O femicídio no Ceará: machismo e impunidade? Fortaleza, Ed. UECE, 2012.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1989.

Giddens, A. (1993). A transformação da intimidade (M. Lopes, Trad.). São Paulo: Editora Unesp.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1988.

GÓMEZ, Olga Amparo Sánchez. Feminicidios en Colombia. 2007 – 2009. Bogotá: Casa de la Mujer, Funsarep, Ruta Pacífica, Vamos Mujer, 2010.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra; São Paulo, SP: ANPOCS, 1993.

_____, Maria Filomena. Feixes, paralelismo e entraves: as delegacias de defesa da mulher de São Paulo e as instituições. **Primeira Versão**. Vol. 132. Campinas/SP: IFCH/Unicamp, 2005.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de gênero e sexualidade**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998. 17 p.

Heilborn, M. L. (2004). Dois é Par. Gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Garamond Universitária.

JAGGAR, Alison M. e BORDO, Susan R. **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

JILL, Radford e Diana Russell, ***Femici tem coordenado ações de: the politics of woman* killing** (Twayne Publishers, New York, 1992)

LÉVI-STRAUSS, Claude. A estrutura e a forma: reflexões sobre uma obra de Vladimir Propp. In: **Antropologia estrutural II**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, [1976]1993.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Uma teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MINAYO, M. C. de S **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 6 ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MORAES, A. F., Universal e Local nas Expressões da "Violência Conjugal". In: **Revista de Ciências Sociais** , Volume 37 – número 2 – 2006.

PONCIONI, P. A 'Feijoada': negociação e violência nas práticas policiais de mediação de conflitos. **Revista Praia Vermelha**, ESS/UFRJ, RJ, n.14/15, 1º/2º sem. 2006, p. 156–183. Disponível em http://www.ess.ufrj.br/download/revistapv_14_15.pdf. Acesso em 28.09.2010.

PORTELLA, A. P. et al. Homens: Sexualidades, direitos e construção da pessoa, Recife: SOS Corpo – Gênero e cidadania : Instituto Papai, 2004.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". In: **Revista Educação e Realidade** n.2, vol.15. Porto Alegre: 1990, pp.5-22.

_____, Joan W. Entrevista com Joan Wallach Scott. **Revista Estudos Feministas**, n. 1, 1998, p. 115.

_____. Joan W. Gênero: uma categoria útil de analise histórica. **Educação e realidade.** Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul. Dez 1990.

SCOTT, P. A família brasileira diante das transformações no cenário histórico global. In: SCOTT, P; COUTO, M. T. (Orgs.). Família, teoria social e identidade brasileira **Revista Anthropológicas**, Recife, ano 9 v 16 (1). Editora Universitária da UFPE, 2006. pp.217-242

RIFIOTIS, T. "As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a judicialização dos conflitos conjugais". **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, 19(1), 2004.

_____T. Alice do outro lado do espelho: Revisitando as matrizes das violências e conflitos sociais. In: **Revista de Ciências Sociais ,** Volume 37 – número 2 – 2006.

RIFIOTIS, T. Nos campos da violência: diferença e positividade. **Antropologia em Primeira Mão**. (19). Florianópolis, SC: UFSC, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SALEM, T. (1978). O velho e o novo: um estudo de papéis e conflitosfamiliares. Petrópolis, RJ: Vozes.

_____.(2007). O casal grávido. Disposições e dilemas daparceria igualitária. Rio de Janeiro: Editora FGV

SINGLY, F. de (2007). Sociologia da família contemporânea (C.E. Peixoto, Trad.). Rio de Janeiro: Editora FGV.

SOIHET, Raquel. "Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano", in: **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997.

VÁSQUEZ, Patsilí Toledo. Tipificar el Feminicidio? In: Anuário de Derechos Humanos. Universidad de Chile, Facultad de Derecho, Nº 4, ano 2008.

ZAHARIADIS, Nikolaos. (1995). *Markets*, **States, and Public Policies: Privatization**

in Britain and France. Ann Arbor: University of Michigan Press.

_____. (1999**). "Ambiguity, Time and Multiple Streams"**. In Sabatier, Paul A. (ed.) *Theories of the Policy Process*. Oxford, Westview Press.

Zaranza, J.S. Meninas Mulheres – Histórias de violência no contexto da Rua, Monografia de Conclusão de Curso de Ciências Sociais,UFC, 2004.

Sites pesquisados

1. RUBIN, G. S. The traffic in women: notes on the political economy" of sex. In: RAITER, R. (Ed.). Toward anthropology of women. Nova York: Monthly Review Press, 1975.

2. BUTLER, J. "Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo". In: LOURO, G. L. (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 151-172.http://www.ufscar.br/cis/wp-content/uploads/Guacira-Lopes-Louro-O-Corpo-Educado-pdf-rev.pdf

3. Comentário de Adriana Piscitelli- http://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a09.pdf

4. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. Gayle S. Rubin- http://wmst419.drkissling.com/winter2011/wp-content/uploads/2010/12/Rubin1984.pdf

5. Tráfico sexual – entrevista*Gayle Rubin com Judith Butler- http://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a08.pdf

6. HEILBORN, M. L. e SORJ, B. "Estudos de gênero no Brasil". In:O que ler na Ciência Social Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

7. Dubar, C. **Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos*** **htt**p://dx.doi.org/10.1590/S0101-73301998000100002

8. file:///C:/Users/hp/Desktop/cadernos_de_campo_n13_177-185_2005-libre.pdf 10.07.2014

Imaginar e Repensar o Social: Desafios às Ciências Sociais em Língua Portuguesa, 25 anos depois

Agressões e afetos: os meandros da violência conjugal

Iara Maria de Araújo[1]
iara.mar@terra.com.br

Resumo: A violência esboçada no interior das relações íntimas e de afeto envolve uma teia complexa de significados produzidos social e culturalmente, independente de raça, idade, classe, entre outros marcadores sociais. Reflexo de reações diversas que se imbricam, envolvendo relações de poder, desigualdade, amores, desencantamentos e os significados construídos em torno do gênero. A violência conjugal é entendida como expressão radical da relação hierárquica entre os sexos. O objetivo é refletir sobre a presença da violência nas relações conjugais destacando suas formas de manifestação, resistências e enfrentamentos. Realizou-se um estudo a partir dos inquéritos instaurados na DEAM - Crato-CE entre os anos de 2003 a 2012 e entrevistas realizadas com quinze mulheres em situação de violência. Pudemos observar, no interior dos conflitos interpessoais, que culminaram em violência, disputas relacionadas ao poder, autoridade relacionadas ao papel esperado e desempenhado por cada sexo.

Palavras- chave: violência conjugal, agressões, afetos, poder.

Introdução

A violência de gênero é um fenômeno que adquiriu maior visibilidade nas últimas três décadas, sendo reconhecida como um problema social, cultural e de direitos humanos de extrema relevância, sai da esfera privada e adentra o espaço público, tornando-se alvo de políticas públicas que tentam coibir tal fenômeno. Tema bastante desafiador para a análise sociológica, considerando a sua complexidade e as distintas formas de expressão de práticas sociais tidas como violentas. Não são poucos os teóricos que já se debruçaram sobre o tema, e ao aprofundar as discussões e teorizações sobre este, acabaram lançando luzes para a compreensão desse fenômeno e seus efeitos no tecido social. Embora esse fenômeno seja universal suas manifestações e intervenções legais são variáveis.

A violência conjugal, uma das formas da violência de gênero ao se expressar, principalmente, no ambiente familiar e no interior das relações íntimas e afetivas, foi historicamente tratada como uma questão corriqueira da vida privada envolvendo somente as partes atingidas diretamente. Desde a década de 1980, no Brasil, essa temática passa a ter mais visibilidade tanto pelos estudos teóricos, quanto pela ação dos movimentos sociais organizados de inspiração feminista.

Ao questionar as noções culturais de família, o movimento feminista tenciona a visão dessa instituição como pertencente ao espaço do privado, colocando em questão sua estrutura ancorada na autoridade masculina e submissão feminina. Apesar das inúmeras intervenções institucionais criadas desde 1985[2] para combater e prevenir esse tipo de violência, essas iniciativas ainda não conseguiram dar respostas significativas no sentido de coibir esse tipo de violência. A lei 11.340/96 conhecida por Lei Maria da Penha, revela mudanças nesse

---

1 Doutora em Sociologia pela UFC, Professora da Universidade Regional do Cariri (URCA).

2 Uma dessas intervenções foi a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.

aspecto, pois introduz inovações no trato da violência doméstica e familiar propondo uma nova forma de lidar legalmente com os conflitos interpessoais.

O presente trabalho busca refletir sobre a presença da violência nas relações conjugais, destacando suas formas de manifestação, resistências e enfrentamentos e os significados produzidos tomando como referência a relação entre os parceiros. Destacamos os relatos de mulheres em situação de violência com experiências de sofrimentos, dores humilhações e superações e as tensões envolvendo direitos e supostos deveres conjugais, e a difícil convivência com violências e afetos.

Como estratégia metodológica desenvolveu-se um estudo exploratório, de caráter qualitativo e quantitativo, nos inquéritos registrados na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher da cidade de Crato-CE, Brasil entre os anos de 2003 a 2012. A partir desses dados foram selecionados casos de violência que se encontram dentro de um quadro de violência conjugal, dentre os quais foram realizadas 15 entrevistas abertas com mulheres na faixa etária entre 19 e 63 anos de idade.

Gênero: as marcas de um conceito

Na década de 90, com o desenvolvimento dos estudos de gênero, muitos autores passaram a utilizar o conceito "violência de gênero" entendido como mais amplo que "violência contra a mulher". Vale ressaltar que desde a década de 70, o termo gênero tem sido usado para teorizar sobre a diferença sexual e utilizado inicialmente pelas feministas norte - americanas. As contribuições advindas dessa perspectiva teórica têm sido notáveis, principalmente pelo enfoque no caráter social das distinções baseadas no sexo, opondo-se a um determinismo biológico. O gênero enfatiza o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade capaz de captar a rede de relações sociais e as mudanças históricas. Por muito tempo a opressão das mulheres foi vinculada ao sistema patriarcal pelas feministas na análise da relação dominação - submissão feminina. Essa tendência generalizante sofre críticas atualmente pelos estudos de gênero, ao questionar que a dominação masculina não pode ser identificada como algo fechado, que se reproduz de forma semelhante, mas apresenta variações na forma como o poder patriarcal é instituído e legitimado, bem como, são bastante distintas as formas de resistências desenvolvidas pelas mulheres em contextos diferentes.

A historiadora Joan Scott (1990) oferece uma contribuição significativa quando o assunto é gênero. Ao apresentar a definição de gênero, considera três características principais: dimensão relacional, construção social das diferenças percebidas entre os sexos e campo primordial onde o poder se articula.

Ao historiar o conceito e propor o seu uso como categoria analítica e metodológica, a autora destaca o entendimento de como, ao longo do tempo, se produziram e legitimaram as construções de saber e poder sobre a diferença sexual. O poder é entendido como in fluxo (nem fixo nem localizado numa pessoa ou instituição) que se articula de acordo com o campo de forças. Desta forma, verdades universais presentes nas hierarquias e desigualdades de gênero, baseadas na diferença biológica, podem ser questionadas. Scott ainda faz uma articulação do gênero com a classe e a raça/etnia, o que indica o entendimento de que as desigualdades de poder se articulam conforme esses três eixos. O gênero enfatiza o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade, capaz de captar a rede de relações sociais e as mudanças históricas.

Louro (2009, p.27) destaca que o surgimento da categoria gênero significou mudanças na forma de conceber o feminino e o masculino, pois permitiu analisar como esses conceitos se constroem social e culturalmente, percebendo-se a maneira pela qual os sujeitos se constituíam e eram constituídos no interior das relações de poder. Essa categoria causou grande impacto e impulsionou intensos debates entre especialistas de diversas filiações teóricas. Sob esse aspecto, a autora alerta para a seguinte questão: para que se compreenda o lugar e as relações estabelecidas entre homens e mulheres numa dada sociedade, "é importante observar não os seus sexos, mas, sim, tudo o que socialmente se construiu sobre estes", partindo do princípio de que homens e mulheres são frutos da realidade social e não o resultado da anatomia dos seus corpos.

Louro (2011) acredita que a inscrição do masculino e do feminino nos corpos é constituída no contexto e com as marcas de uma determinada cultura, sendo a possibilidade de expressar a sexualidade socialmente estabelecida, codificada e, portanto, moldada pelas redes de poder de uma sociedade. Essa questão nos faz

compreender que os corpos são significados pela cultura e ressignificados o tempo inteiro. Para a autora, diante de variadas imposições culturais, adequamos os nossos corpos a determinados critérios, sejam eles estéticos, morais ou higiênicos, considerando-se aqui o grupo de pertença. As diferentes culturas atribuem aos corpos de homens e mulheres determinadas distinções, envolvendo vestimentas, cuidados físicos, cheiros, adereços; dessa forma, percebemos, nos corpos, marcas de identidade e de diferenciação. Decodificamos essas marcas e classificamos os sujeitos pela maneira como eles se apresentam no nível de seus corpos, pelos gestos e comportamentos usados, como também por variadas maneiras de expressão.

Poderíamos pensar que esse processo se resume numa simples questão de reconhecimento de identidade; no entanto, ele envolve atribuição de diferenças, que implicam hierarquias e desigualdades, capazes de fomentar as redes de poder incrustadas na sociedade.

Diante de estudos centrados sobre as mulheres, de forma estreita e isolada, o conceito de gênero parte do entendimento de que homens e mulheres são definidos em termos recíprocos, e nenhuma compreensão de qualquer um pode existir por meio de estudo inteiramente separado. A construção dos gêneros ocorre na dinâmica das relações sociais; é na relação com o outro que os seres humanos se constroem como tais. Não se trata apenas de um deslocamento semântico, mas o termo encerra diferenças analíticas para pensar a relação mulher / violência.

Violências e afetos

A violência esboçada no interior das relações íntimas e de afeto envolve uma teia complexa de significados produzidos social e culturalmente. Essa problemática, desde muito tempo, vem fazendo parte da vida de casais independente de raça, idade, situação econômica entre outros marcadores sociais. Apesar de ser um fenômeno antigo é também uma temática atual, sendo reflexo de reações diversas que se imbricam, envolvendo relações de poder, desigualdade, afetividade, sexualidade, amores, desencantamentos e os significados construídos em torno do gênero categoria estruturante das relações conjugais, envolvendo papeis e idealizações em torno de obrigações e deveres conjugais e familiares.

A violência conjugal é uma das modalidades da violência de gênero, foi entendida pelo feminismo como expressão radical da relação hierárquica entre os sexos no núcleo familiar. Nessa relação, o homem ocupa a posição de mando, podendo fazer valer a sua autoridade para punir, exigir e por vezes, agredir os outros componentes da família, principalmente a mulher (GREGORI, 1993).

Por ocorrer, na maioria dos casos, no lar, a violência conjugal foi durante muito tempo entendida como um problema privado que só dizia respeito aos atores envolvidos, ou seja, a mulher e seu companheiro e, por isso, essa violência acabou sendo banalizada aos olhos da sociedade.

Essa temática foi uma das principais questões problematizadas pelo movimento feminista no início da década de 1980 com a publicização de casos de homicídios de mulheres conhecidas, de classe média alta, cometidos pelos companheiros. Estes fatos provocaram indignação, por parte da população, e estimularam muitas mulheres a saírem do espaço privado de suas casas para lutar contra a impunidade. Essas ações e mobilizações impulsionaram a criação de instituições e políticas públicas específicas para lidar com a temática da violência de gênero. São criados assim, a partir de 1982, O Conselho Nacional dos direitos das mulheres, Conselhos Estaduais e Municipais e posteriormente as Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres.

Com a criação dessas instituições a violência de gênero passa a ser compreendida como uma questão de ordem pública, cabendo ao Estado intervir por meio da autoridade policial. A partir de então, essa questão ganha novas dimensões criando alianças com órgãos internacionais a exemplo da ONU sendo reconhecida, a partir de então, como um problema de saúde pública e de direitos humanos, pois além de causar danos morais e físicos às mulheres esse tipo de violência provoca também danos à saúde da vítima e à autoestima.

Na experiência das 15 mulheres entrevistadas muitos conflitos conjugais foram permeados por meio de atos violentos tais como, surras, tapas, chutes, xingamentos, humilhações e privações. Mesmo compreendendo que esses atos não são unilaterais, a sua maior incidência, nos casos pesquisados, ocorreu por parte dos homens, que imbuídos de uma visão patriarcal exercem posição de superioridade sobre as mulheres que se utilizam

desse suporte para assumirem o sentimento de mando e posse, se utilizando corriqueiramente da violência para demarcar essa posição.

A violência ocorrida no contexto das relações de conjugabilidade, por ser um fenômeno presente no cotidiano de muitas mulheres, por muito tempo acabou ganhando legitimação social, ou seja, foi e em muitos casos ainda é considerado comum e banal no dia-a-dia e no espaço privado do lar, apesar das políticas para coibir tal fenômeno, permanecendo ainda usual a expressão "em briga de marido e mulher não se mete a colher" e na fala de uma entrevistada quando indagada sobre a violência sofrida afirma " briga normal de marido e mulher". A briga normal revelada por ela envolvia agressões físicas, como tapas empurrões e agressões verbais tais como, xingamentos e humilhações.

A família é entendida como uma instituição social marcada por laços afetivos e consanguíneos, simbolicamente um espaço de companheirismo, amor, cuidado e proteção, Sarti, (2004), no entanto, o que pode ser observado é que esse espaço também tem se caracterizado como um lugar que abriga diversas práticas violentas, desmistificando assim a visão da família como um lugar de harmonia.

É comum presenciar em seu interior disputas relacionadas ao poder e autoridade correlacionadas ao papel desempenhado por cada sexo. A violência de gênero, cada dia mais se faz presente na experiência diária de muitas mulheres que vivenciam, agressões semelhantes, mas que agem e reagem de diferentes maneiras e que se diferenciam uma das outras pelas estratégias utilizadas e pelo contexto a qual estão inseridas. Ao longo das entrevistas realizadas com mulheres em situação de violência, histórias de poder, submissão, humilhações, resistências, enfrentamentos, silenciamentos, ressentimentos, desilusões e expectativas de dias melhores são relatadas, ora de forma eufórica, altiva, ora demonstrando tristeza vergonha, indignação. O tom das suas falas, seus gestos, e o choro, são as marcas desses sentimentos expressados ao reviverem as cenas da violência a qual vivenciaram, e algumas, ainda vivenciam, pelo fato de conviverem com o mesmo problema que a fizeram realizar uma denúncia.

De acordo com o estudo realizado a violência no ambiente familiar vai se tornando repetitivo e acaba se tornando parte da rotina do casal, agravando-se em frequência e intensidade. De tão repetitivo, muitas mulheres relataram que já se preparavam em certas circunstâncias, pois já previam os conflitos. Os casos de violência envolvem, ameaças, coerção, desqualificação, cerceamento da liberdade, humilhações, agressões físicas, patrimoniais e sexuais. Os relatos dos conflitos vivenciados pelas mulheres, demonstram a complexidade da violência nas relações interpessoais. O cotidiano, por motivos diversos, vai se transformado em um dia-a-dia conturbado, com discussões e agressões, tornando a violência uma das formas de comunicação. Comunicação expressa no exercício do poder e nas diversas formas de resistências.

Além do medo permanente, relatado pelas entrevistadas, a violência no âmbito familiar, causa danos físicos, psicológicos e sociais. Casos de adoecimento psíquico, como depressão e fobia social foram destacados, em decorrência da violência, afetando o desempenho no trabalho e em outras atividades sociais tais como a relação com os vizinhos e ou mesmo com a família. Das quinze mulheres entrevistadas oito afirmaram tomar medicamentos. Os problemas mais citados foram hipertensão e depressão, problemas nervosos e insônia. Em alguns casos foi registrado tentativa de suicídio.

As marcas toleradas

Quando se discute a violência de gênero, o corpo torna-se uma referência fundamental, pois a violência física é a mais visível e a que causa mais indignação, embora as mulheres relatem que muitas palavras maltratam mais que um tapa.

Os discursos que tratam da igualdade de gênero e todo o processo do surgimento das condições para qualificar as agressões físicas como violência doméstica, assumem e atribuem novos sentidos e significados ao corpo. A construção de uma narrativa de gênero modifica a maneira como a corporalidade é vivenciada. Gestos e atitudes em relação ao corpo usualmente tidos como naturais tornam-se atitudes de violência principalmente depois da Lei 11340 /96, conhecida como Lei Maria da penha afetando significativamente o aumento do número de denúncias e a compreensão do que deve e pode ser denunciado. Altera também o comportamento

de familiares e vizinhos que, mesmo sem o pedido ou autorização de quem sofre a agressão, recorrem aos aparatos policiais como forma de coibir a violência conjugal como no caso relatado a seguir.

> *Foi assim, eu peguei uma discussão com ele lá dentro. Olhe, não tinha ninguém, estava só eu e ele lá dentro, nós pegamos uma discussão. Quando eu sai, a polícia já tava ali. Aí eu disse: oxente! a polícia já tá ali fazendo o que? Aí eu fiquei parada olhando, eu corri depressa fui pegar um pano para limpar aqui (aponta para perto do olho, mostrando onde o marido a tinha lesionado) para ele não ver sabe, por que de uma coisinha desse tamanho se torna uma coisona, por que tava saindo sangue né? (F.J 32 anos).*

Entre as muitas modificações trazidas pela lei está a responsabilidade do Estado no enfrentamento desse tipo de violência e "uma nova forma de administração legal dos conflitos interpessoais, em substituição à estrutura já existente" (MORAES E SORJ, 2009, p. 57)". Além de envolver a possibilidade do encarceramento do agressor, a classificação dos tipos de violência, a delimitação social onde ocorre a violência, a queixa como uma ação pública incondicionada e principalmente o poder situacional que a lei possibilita à mulher, a partir de sua eficácia jurídica e simbólica no momento da queixa-crime. No entanto, nem sempre as mulheres se utilizam dos aparatos policiais tal qual a lei determina, ou utiliza de todos os recursos de que dispõe. Alguns arranjos puderam ser constatados, especialmente nos casos de violência conjugal, em relação as motivações que levam mulheres em situação de violência a denunciarem as agressões mas não desejarem a criminalização do agressor, aspectos também observados nos estudos de Moraes e Gomes (2009).

> As expectativas e motivações que orientam as vítimas de violência conjugal a procurar às delegacias e publicizar a situação de conflito (e/ou agressão dele decorrente) novamente remetem a uma discussão sobre os possíveis impasses postos na criminalização. (...). Um desses aspectos revela que a mais frequente motivação das mulheres em procurar a delegacia não consiste em criminalizar o parceiro (...). (MORAES e GOMES 2009, p.101).

O que muitas mulheres procuram, diferente da eficácia jurídica, entendida nesse trabalho como criminalização do agressor, é a eficácia simbólica possibilitada pela lei como, por exemplo, a pacificação das relações, e a ressignificação do pacto conjugal e o efeito "sossega leão".

> *Ele não encosta mais o dedo em mim. Às vezes, quando ele quer gritar, eu relembro a ele (da queixa). Eu digo: você tá lembrado? Ai pronto, ele fica bem calmo. (C, 39 anos).*

Outra entrevistada relata que a denúncia e a prisão servem como um paliativo. Nos primeiros meses o companheiro fica calmo sem brigas, depois retorna, inicialmente com os maltratos verbais até chegar ás agressões físicas.

> *Não, ele não fica assim na hora que chega não, ele passa uma boa temporada {calmo} A última vez que ele foi preso tá com uns oito meses. Faz uns dois meses, agora foi que ele começou a criar caso, com a bebida as maltratações, assim de boca, com a família, com os de casa e com os de fora. (J M, 31 anos).*

No relato a seguir deixa transparecer que certas violências são aceitáveis, é como se houvesse um limite, que só com o rompimento deste é que merecesse uma denúncia e desejo de punição. A entrevistada usa a expressão dar queixa de "cabeça erguida", ou seja, com motivo justo para tal ato. No seu caso, ela não considera algo grave, pois se enquadra dentro do tolerável, mesmo sofrendo agressões acredita que a violência cometida contra ela é algo normal por ser de menor gravidade comparando com a violência cometida contra outras mulheres, uma ilustração de que determinadas violências, quando cometidas por parceiros íntimos, são mais toleradas.

> *Eu acho errado a mulher apanhar e viver com ele de novo. Mas, na minha situação, eu acho que não é só eu que acontece uma coisa dessa e volta. Pela minha visão, eu já vi muitas por aqui, tá entendendo, que já aconteceu isso e já voltou e é pior do que eu, por que aqui ele não anda dando em mim de murro que cai e bate com a cabeça na parede, que nem eu canso de ver. Os maridos dão demais nas mulheres! Queria que tu visse bichinha! A violência é grande e tem mulher que não reage! É pior, porque se ele desse um murro na minha cara e me largasse*

na parede sem eu fazer nada e tivesse saindo sangue do meu nariz, na maior violência eu dava queixa de cabeça erguida! (F.J 32 anos).

As mulheres agredidas, muitas vezes, sofrem caladas. Para elas é difícil dar um basta naquela situação. Por isso acabam convivendo com a violência por muito tempo. O amor, sentimento que faz com que elas iniciem o relacionamento e por vezes permaneçam nessa situação acaba se transformando em dor e sofrimento. Muitas ainda sentem vergonha por depender emocionalmente ou financeiramente do agressor; outras acham que "foi só daquela vez" ou que, no fundo, são elas as verdadeiras culpadas pela violência.

Eu sofro, ele me humilha, me esculhamba, mas eu sempre gosto dele. Não sei como é isso não! (F.M, 32 anos).

As relações de poder e hierarquias que existem dentro do núcleo familiar, reforçadas e legitimadas socialmente, tendem a serem vistas como normais e, mesmo causando danos físicos e psicológicos aos envolvidos, são reproduzidas e suportadas. Essa noção pesa mais ainda sobre as mulheres, que mesmo com as mudanças que vem acontecendo nos valores culturais a respeito do casamento e consequentemente sobre a preservação do casamento, ainda existem preconceitos com mulheres separadas e, principalmente, com filhos, como podemos perceber nos depoimentos abaixo:

Eu disse: Cícero você vai arrumar um emprego, eu também, aí nós vamos viver melhor porque lá o custo de vida é muito caro, né? E tem essa casinha, não é boa, mas nós arruma, nós vamos arrumar ela, aí quando chegou aqui o que foi que aconteceu? Ele começou beber, começou a me maltratar, brigava muito com as meninas e era aquela cachorrada, sabe? (É, 36 anos).

Por causa dos meninos assim, por que eu não queria eles separados e outra, por que ele não tinha onde ficar e nem eu tinha onde ficar (F, 32 anos).

Eu gosto dele e sei lá eu não queria ficar solteira e com os filhos assim sem o pai (F.M, 32 anos).

Aqui e acolá ele ainda me empurrava e só não me batia devido essa menina que tava aqui e os dois meninos. Eu não queria que os meninos se metessem porque eu não queria que os meninos, queria não, não quero que os meninos trisquem nele nem com uma unha, que não leva vantagem, porque ele é pai, mesmo ruim, mesmo se fosse o cão, mas é pai, foi o que eu escolhi pra eles, não foi? Não posso dizer: vá ser contra o seu pai, pra eu passar por boa, Não! É que nem eu disse lá na justiça mesmo. (M.N, 63 anos).

No caso acima, a entrevistada delimita a interferência dos filhos, que em muitos casos, impediram dela sofrer agressões, no entanto, ela sempre interferiu para os filhos não agredirem o pai para defendê-la, justificando sempre que ele é o pai, neste caso a autoridade do pai é evocada e deve ser mantida.

Esse fato remete a outro, de igual importância, que se refere a um tipo de violência que alguns autores chamam de "violência intergeracional", isto é, "como não foram aprendidos outros modelos de relações familiares, homens e mulheres tendem a reproduzir história de violência vivenciada ainda quando crianças ou adolescentes" (GOMES, DINIZ, ARAUJO e COELHO, 2007, p. 506).

Porque eu sofri demais não só dele, eu já vim sofrendo da minha mãe. Aí quando casei foi pior ainda porque pelo menos a mãe é mãe, não é? Aí um estranho que é casado não é nada (C, 39 anos).

O medo também é uma constante na vida dessas mulheres que, em meio a inúmeras ameaças de integridade física e até de morte, preferem não reagir às agressões. Esse é um importante fator que faz com que muitas mulheres permaneçam anos de suas vidas em um relacionamento conturbado e também representa uma das causas que faz com que muitas retornem a delegacia para retirar a queixa.

Ele sempre bate, quando a gente se desentende, ele não é de acordo com a separação, é do tipo do homem que para se separar a mulher tem que morrer tem que... Não pode continuar vivendo não! (J, 31 anos)

A gente não dormia aqui de noite com ele! Uma noite rebuliçada, assim mesmo, chafurdenta. A gente não dormia à noite, nem tinha sossego de dia" (F. 32 anos).

Uma das entrevistadas fala da sua tolerância em excesso que a faz hesitar, hesitação alias que envolve a sua fala quando revela que tem uma convivência por acaso, pois não tem o mesmo sentimento de antes e que não está obrigada a permanecer com o marido, mas logo depois diz "é como se tivesse obrigada" porque não se sente capaz de partir para uma separação quando envolve quatro filhos. No entanto, procura a justiça para mediar uma separação amigável.

> *Apoio da justiça, pra ver se a gente entrava num acordo, separação amigável, já que de boca ele não aceita, a gente só pedir, só falar só conversar! (J. M., 31 anos.)*

Essa transformação de sentimentos também é uma das motivações que impulsiona às denúncias e a procura pelas DEAMs principal política pública voltada para a mulher em situação de violência. A criação dessa instituição foi o marco decisivo para que essa problemática saísse da intimidade do lar e ingressasse na esfera pública.

As formas geralmente toleradas de agressão estão relacionadas à punição seja física ou não, como forma de castigar um comportamento visto como reprovável ou inadequado. As agressões percebidas como, sem motivos ou gratuitas não são aceitas, gerando revolta e indignação, mas, dependendo da situação que provocou a agressão pode resultar na justificativa do comportamento agressivo, tornando-se ainda usada a expressão "um homem pode bater em sua mulher para ensiná-la, ou como enfoca Simião (2006, p.136) " As agressões do marido são pensadas como instituídas no campo de uma expectativa social de que o bater na mulher pelo homem é um bater disciplinar" .

O sentimento implícito no relato de uma entrevistada, se enquadra dentro dessa expressão, como podemos ver no diálogo a seguir, ao explicar porque o marido a maltratava. "Ele não gostava que eu bebesse, eu teimava e ele me batia." E depois relata a naturalização com que percebia o ato, "Briga normal de marido e mulher" (M. S 40 anos).

Machado (2002) relata que há um desejo masculino de deixar uma marca no corpo como uma prova de mostrar a hierarquia entre os gêneros, marca essa que deve ser vista por qualquer um. É uma forma de inibir a liberdade ou mesmo o poder de sedução de uma mulher, ou como diz de Foucault (2009) as marcas inscritas nos corpos é uma forma de instaurar docilidade.

Dentre as marcas gravadas nos corpos das mulheres entrevistadas, algumas imagens e relatos foram significativas tais como a de (C. S, 38 anos) que teve o rosto marcado por um punhal pelo marido em uma das agressões que sofreu. Ela disse que a marca foi proposital, e que a intenção era que ela não esquecesse o ocorrido e que todos vissem do que ele era capaz. Ela diz que sente uma profunda tristeza quando se olha no espelho. Ou as de (J. M 31 anos) que mostra as várias cicatrizes no corpo marcado com um facão e relata ainda os socos e murros que levou no rosto. Seu corpo guarda as marcas visíveis e não visíveis. (J. M.) tenta justificar a sua idade -31 anos – primeiro diz que pessoas claras envelhecem muito rápido, depois admite que o envelhecimento também é do sofrimento. Fala da comparação que o companheiro faz do corpo dela com o de outras mulheres, "Ele diz que as outras mulheres tem mais corpo do que eu". Fala que não se olha mais no espelho e que não reage às agressões pois se acha muito tolerante.

A não reação de (J. M) pode ser atribuída à força simbólica da compreensão de que esses atos violentos acontecem ancorados em valores que atribuem a centralidade masculina na hierarquia familiar. Uma violência tecida a partir de uma construção social de gênero.

Essa questão levanta os seguintes questionamentos: qual o grau de tolerância para determinadas agressões e o que seriam uma agressão justificada? De acordo com o relato das mulheres entrevistadas certos excessos visíveis no corpo que extrapolam certos limites tais como a relatada por (M.G. 22 anos) mostram também um significado moral para o ato agressivo.

Ela relata que o companheiro queria ser dono dela, nas suas palavras, "queria ser meu pai". Não queria que ela saísse ou falasse com as pessoas. Na descrição dos vários atos de violência que sofreu cita a tentativa de enforcamento e outros espancamentos tais como veremos a seguir.

"Ele me pisou com a KENNER dele deu chutes nas minhas costas – passei 15 dias com as costas em carne viva. (...) Ele fazia para todo mundo ver, ele me puxava pelos cabelos, me arrastava, eu passava de oito dias dentro de casa, trancada para não olhar pra cara do povo, pro povo não tá falando – eita levou uma *surra do marido! Eu sempre ficava trancada. "Ele me deu uma surra de corda, ai decidi prestar queixa."*

A entrevistada fala da vergonha de ser espancada publicamente e diz que a surra de corda foi demais, pois nem do pai ela apanhou desse jeito, o ato foi percebido como uma ofensa moral. Percebe-se que há uma recusa dessa estratégia disciplinar pois atribui esse poder só ao pai.

Buscando outros caminhos

Como já afirmamos acima, as mulheres em situação de violência reagem às agressões sofridas, de formas variadas, mesmo aquelas que continuam vivendo maritalmente com o agressor. Das quinze mulheres entrevistadas oito permanecem no relacionamento conjugal, uma ficou viúva e outra afirma que foi o companheiro que saiu de casa. As demais também afirmaram que a separação só veio a acontecer depois de anos de convivência com o agressor. Entretanto, isso não significa que essas mulheres não reagiam aos conflitos. Todas relataram que as situações de violência causavam sentimento de indignação, vergonha e revolta.

> *Eu fico muito desgostosa porque eu penso assim: meu Deus a gente faz de tudo por ele, eu batalhei a minha vida pra poder ajudar ele, um mês eu pago o aluguel outro mês ele paga, eu faço o possível e ele nunca agradece o que a gente faz, eu penso assim que ele é mal agradecido, eu acho assim (F.J, 32 anos).*

> *Sentia muita angústia, muito assim. tinha hora que eu queria deixar tudo ai e ir embora, deixar ele ai com os filhos e tudo. Tinha hora que eu já tava abusada de tanto sofrer nas mãos dele (F. 32 anos).*

> *Eu sei que quando a neném nasceu eu pensei que o choro da menina incomodava, mas ai ela (vizinha) disse: "não mulher o choro do neném* não incomoda nada, o que é feio é a cachorrada de vocês" (F.M, 31 anos).

> *Digamos que não era vergonha, mas era tipo uma dúvida, que o que aconteceu ao meu ver eu não merecia (W, 24 anos).*

É importante perceber que as agressões que essas mulheres sofriam, principalmente quanto à violência psicológica, as deixavam cada vez mais fragilizadas, fazendo aumentar sua insegurança e diminuir sua autoestima, tornando-a cada vez menos capazes de enfrentar as agressões sofridas. Mesmo assim, o desrespeito e as magoas constantes levaram algumas a romper o silêncio e reagir aos conflitos buscando outros caminhos.

> *Eu ficava em casa e fazia de tudo, de tudo pra ele, tudo que eu podia fazer pra ele eu fazia e não dizia nada, eu aguentava tudo, mas também é de chegar tempo que a pessoa também... Não é? A medida enche, a pessoa vai caindo na idade, vai ficando sem paciência!" (M. N, 63 anos).*
> *Por que eu sempre fui assim submissa no começo eu era submissa a ele, ele batia em mim no início né, deixava de cara roxa! No início quando eu tinha só a primeira, {filha} aí depois eu comecei a reagir aí ele deixou de me bater. (E. N, 48 anos).*

Muitas também responderam às agressões de forma violenta, pois os constantes conflitos que marcam suas rotinas as desestabilizam de forma que o autocontrole fica prejudicado pois como diz carvalho e Camargo (2010. P. 28) "a própria relação de poder, disciplina e dominação que persegue estes indivíduos dentro e fora dos contextos familiares dá margem aos atos violentos".

> *Mulher eu dizia também, eu não vou mentir, porque na hora você fica com tanta raiva que quer também! Eu não temia, eu tinha que revidar de qualquer maneira. Ele me fez tanta raiva uma vez que eu passei foi vergonha, corri atrás dele com uma pedra. Ele me tirava do sério" (É. 36 anos).*

> *Eu brigava muito, me defendia muito, porque eu não tava devendo, e ainda hoje é assim! (C, 39 anos)."*

A procura pela DEAM para prestar queixa também representa uma forma de romper com o silêncio e reagir às agressões sofridas por meio da intervenção judicial.

> *Aí eu disse: não dá mais de jeito nenhum. Eu trabalhando e ele nada de trabalhar, eu fui e disse: não dá mais certo. Aí me separei, não quis mais saber dele não. Aí ele ficou me ameaçando, chegava aí, ainda chegou com uma roçadeira, quebrou esse relógio, cortou minhas plantas, fazia aquela cachorrada. Aí foi quando eu resolvi dar parte dele e fui na Delegacia da Mulher (E 36 anos).*

Pode-se perceber que a violência conjugal deixou de ser concebida como um problema "do casal" e que se transformou em um problema público a partir da publicização dos conflitos. É certo que os caminhos percorridos por essas mulheres ao tornarem pública a violência não se reduz a um único motivo, pois o que foi percebido é que a expectativa primeira delas, na maioria dos casos, se trata de recompor os vínculos de integração coletiva e familiar.

Apesar da Lei Maria da Penha ter inovado ao entregar ao Estado a responsabilidade na resolução dos conflitos conjugais, os relatos mostraram que essa prática de resolução não é exclusivamente consolidada pelo Estado, mas que as mulheres procuram interferir de diferentes maneiras, mostrando a especificidade de cada situação. O que torna essa problemática plural e complexa.

Contudo, vale ressaltar que as quinze mulheres entrevistadas, de forma alguma, se mostraram acostumadas com a situação de violência que vivenciavam. Todas relatavam que apesar de estar vivendo ou ter vivenciado anos de agressões, não significa dizer que essa realidade era vista como algo normal, natural. Ao contrário, elas relataram que sentiam indignação, revolta, vergonha perante os familiares e vizinhos por conta dos conflitos e agiam buscando uma solução para seus problemas. O que percebemos é que a ação de algumas mulheres, diante dos conflitos, nem sempre tinha efeitos desejados, que era o fim das agressões.

Consideração finais

A violência de gênero é um tema complexo, como já explicitado, envolvendo muitas variáveis e contextos também diversos, isso faz com que as mulheres reajam à situação de violência de maneiras distintas.

Segundo o relato das entrevistadas a permanência na situação de violência, ocorre por vários motivos, tais como: falta de emprego, de apoio familiar, por não querer deixar sua casa, pela preservação da família e pelo amor. Das quinze mulheres entrevistadas seis delas ainda permanecem na relação com o companheiro. Nos casos em que a relação foi rompida, fato que aconteceu com nove mulheres entrevistadas, não foram só as agressões que motivaram essa decisão, mas outros fatores também foram decisivos, tais como: o aparecimento de outra mulher ou o envolvimento com drogas:

Durante as entrevistas nota-se também que as mulheres se utilizam de estratégias diferentes para reagir à violência. Nas reações passivas as mulheres preferem não enfrentar o agressor, muitas delas relatam ficar deitadas, quietas, sem ao menos falar, evitando o confronto. Já outras reagem as agressões sofridas de maneira ativa, quando enfrentam o agressor muitas vezes também fazendo uso da violência.

Das quinze mulheres entrevistadas, oito prestaram queixa apenas uma vez e sete afirmaram ter instaurado vários inquéritos. Algumas, logo após o evento agressivo, enquanto outras conviveram com a violência por muito tempo antes da decisão de denunciar, apelando para a separação e negociações. Doze das entrevistadas resolveram prestar queixa por vontade própria. Entre os motivos que as levaram a denunciar o companheiro estão à vontade de se ver livre das agressões, o fim do diálogo entre os dois, medo dos filhos intervirem nas brigas, o afastamento do companheiro do lar, entre outros.

Houve casos, em que, mesmo sofrendo agressões há vários anos as mulheres não se sentiam encorajadas a procurar a DEAM. Nesses casos, as agressões só se transformaram em inquéritos policiais porque os vizinhos chamaram a polícia. No grupo entrevistado, três mulheres afirmaram que não tinham a intenção de denunciar, porém, como muitas vezes os conflitos aconteciam diante dos vizinhos a polícia acabava sendo chamada. Nesses casos, elas foram obrigadas a denunciar, pois o agressor é preso em flagrante.

De acordo com o grupo entrevistado, percebe-se várias intenções ao denunciar. Apenas uma das entrevistadas manifesta a vontade de criminalizar o agressor, enquanto as outras, buscam através da denúncia, apoio, segurança, ajuda por meio da instituição policial, o afastamento do companheiro da residência e a busca pelo sossego e paz.

Em todos os casos, o que se pode destacar é que o fato da mulher prestar queixa em uma instituição policial, que existe especialmente em sua defesa, faz com que ela adquira um poder situacional. Com a ida à delegacia a mulher tem o poder de escolher se ele vai responder criminalmente ou não, dependendo dos casos. O que se pode notar, nesses casos, é que a mulher acaba usando a autoridade policial, que está ao seu lado, para coagir o agressor na tentativa dele mudar o comportamento. Ou, como afirma MORAES e GOMES (2009), "(...) ao recorrer à polícia e ao intervir no processo judicial, as vítimas exercitam um modo de poder que amplia o seu espaço de negociação" (p. 81).
Nesses casos, o agressor modifica o seu comportamento com a realização ou até com a ameaça de uma nova denúncia. Porém, também se percebeu que existem casos que essa mudança de comportamento é momentânea. O agressor quando não se sente mais ameaçado retoma as agressões. Com isso, muitas mulheres acabam voltando à delegacia e realizando uma nova denúncia, já que a primeira não conseguiu resolver os conflitos.

Referências

ARAUJO, Iara Maria . M., BORSOI, I. C. LIMA, J. C. **Operárias no Cariri cearense: Fábrica, família e violência doméstica.** In**:** Revista Estudos feministas, Florianópolis, V.19, N° 3, 2011.

ARAÚJO, Iara Maria **Queixas denúncias e conciliações: um estudo sobre violência de gênero.** (Relatório de pesquisa) FUNCAP, Crato, E, 2012.

ARAUJO, Iara Maria. SILVA, A. E. **Queixas, denúncias e conciliações: violência de gênero e atuação das delegacias da mulher. IN. Anais** XI Congresso Luso-Afro- Brasileiro de Ciências Sociais, 2011.

DEBERT; GREGORI. **Violência de Gênero: novas propostas, velhos dilemas**. Rev. Brasileira de Ciências Sociais. V.23. N 66. São Paulo. 2008.

DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Marcela Beraldo. **Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a "violência doméstica".** Cad. Pagu nº 29. Campinas. Jul/dez. 2007.

FOUCAULT, Michel.**Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a pratica feminista**. Paz e terra. 1993.

MACHADO. Lia Zanotta. **Atender vítimas, criminalizar violências. Dilemas das delegacias da mulher.** Série antropológica, UNB. Brasília. 2002.

MACHADO, Lia Zanotta. **Onde não há igualdade**. In: MORAIS, Aparecida Fonseca.

SORJ, Bila. **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira.** 7 letras. Rio de Janeiro. 2009.

MARQUES. Roberto. **Gênero, agência e trânsito de mulheres no Cariri contemporâneo**. In: SILVA, M. A. BENEVIDES, N. Z. e OLIVEIRA JUNIOR (org). As vozes do tempo: polissemia das fontes históricas. Fortaleza: EDUECE, 2009.

MORAIS, Aparecida Fonseca. SORJ, Bila. **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. 7 letras. Rio de Janeiro. 2009.

MORAES, Aparecida Fonseca, GOMES, Carla de Castro. O Caleidoscópio da Violência Conjugal: instituições, atores e políticas públicas no Rio de Janeiro. In: **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: 7 letras, 2009. 192p.

NOBRE, Maria Teresa. BARREIRA, César. **Controle social e mediação de conflitos: as delegacias da mulher e a violência doméstica**. Sociologias. Nº 20. Porto Alegre. 2008.

PASINATO, Wânia; SANTOS, Cecília MacDowell. **Mapeamento das Delegacias da mulher no Brasil.** UNICAMP/PAGU. Campinas. 2008.

ROMEIRO, Julieta. A Lei Maria da Penha e os Desafios da Institucionalização da "Violência Conjugal" no Brasil. In: **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: 7 letras, 2009. 192p.

RIFIOTIS, Theofhilos. **As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a judicialização dos conflitos conjugais.** In: Anuário 2003: Direito e globalização . Rio de Janeiro: lúmen Júris/ UNESCO/ MOST, 2003.

SARTI, A. Cynthia. **A família como ordem simbólica.** Psicologia USP, 2004, 15(3), 11-28.

As representações sociais da violência doméstica no meio rural: notas sobre as relações patriarcais de gênero no interior da Bahia.

Maria Asenate Conceição Franco
maria.franco@gm.ifbaiano.edu.br.

Resumo: A violência contra a mulher presente em todas as camadas sociais é objeto de estudo de pesquisadores/as que buscam ampliar a visibilidade da violação aos direitos humanos das mulheres e desnaturalizar os maus-tratos impostos nas relações patriarcais de gênero. Destarte, o artigo propõe discorrer sobre o projeto de pesquisa em andamento sobre as representações sociais da violência doméstica no meio rural na cidade de Governador Mangabeira- BA. A Lei 11.340/2006, marco de conquista das mulheres engajadas nas lutas sociais para denunciar a violência doméstica e familiar. Configurada enquanto política pública não é universal. Sua inaplicabilidade associada ao silêncio de mulheres submissas diante da violação de seus direitos perpetradas por homens obsta o direito à vida digna.

Palavras- chave: Representações Sociais. Família. Gênero. Violência. Direitos Humanos.

Introdução

As situações de violência a que mulheres estiveram e continuam expostas na sociedade sexista, racista com ideologia patriarcal como no caso da brasileira. São pesquisadas e analisadas por estudiosos/as na historiografia feminina (SOIHET, 2008). Imersas numa ordem social injusta e discriminatória onde a luta pela sobrevivência pode se constituir em aspecto desencadeador da subordinação feminina e, na maioria dos casos, o seu duplo papel na produção e reprodução da força de trabalho, as mulheres são impostas a conviver com a violação de seus direitos humanos no espaço doméstico ou fora dele.

Essa forma de dominação masculina traduzida em violência doméstica é entendida por Bandeira (2013) enquanto "ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ ou psíquico contra as mulheres (alguém) e se caracteriza por relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, pela intimidação, pelo medo e pela insegurança" (p. 77). Na atualidade, este fenômeno social que atinge as mulheres, é histórico e arraigado na estrutura patriarcal, tem se alastrado em todas as classes sociais e independe de raça/etnia, cor, casta, religião, geração, orientação sexual, espaços geográficos e tem b por base a ideologia de gênero (TAVARES; SARDENBERG; GOMES, 2011).

Neste contexto, o artigo propõe discorrer sobre o projeto de pesquisa sobre as representações sociais da violência doméstica no meio rural. A Lei 11.340/2006. Ressalta-se que a finalização da atividade acadêmica ocorreu em outubro/2014 o que significa trabalhar com os dados concluídos e tabulados do questionário aplicado e respondido pelas mulheres, protagonistas do projeto de pesquisa desenvolvido no Sindicato de Trabalhadores/as Rurais da cidade de Governador Mangabeira- BA que teve o apoio financeiro do Instituto Federal Baiano/ Pró Reitoria de Pesquisa e Inovação- PROPES/ Campus Governador Mangabeira e da Fundação de Amparo á Pesquisa do estado da Bahia- FAPESB e do Conselho Nacional de Pesquisa- CNPq[1].

Para melhor contextualizar a problemática da violência contra a mulher em contextos rurais, este trabalho será dividido em três momentos interrelacionados:

A princípio, se fará breve explanação sobre os movimentos feministas e de mulheres responsáveis por publicizar a violência contra a mulher que se restringia ao espaço privado/ doméstico; as políticas públicas relevantes que

---

1 Quem financiou as bolsas Iniciação Científica Jr.

foram conquistas destes movimentos; em seguida, analisar alguns dados do questionário aplicado referente ao perfil das mulheres pesquisadas e suas representações sociais sobre a violência doméstica e, para tanto, a análise teórica será embasada à luz da Teoria das Representações Social[2] além de pesquisadores/as da temática aqui discorrida. Relevante se faz ainda, transcrever falas[3] de algumas mulheres que encorajadas, relataram episódios de violência doméstica quando aplicado a técnica do grupo focal, por fim traduzir a violência doméstica representada simbolicamente a partir de desenhos feitos por mulheres trabalhadoras rurais.

Desenvolvimento

O feminismo enquanto movimento social propõe ações de enfrentamento da dominação e exploração da mulher pelo homem nos moldes patriarcais. Para Silva e Camurça (2013) esse movimento feminista que emerge a partir dos anos 1960 até os dias atuais:

> [...] é um dos movimentos que se enquadram na ideia de 'novos movimentos sociais. O feminismo, [...] é aquele que tem o foco permanente de atenção no enfrentamento da dominação e exploração das mulheres pelos homens e pelas instituições sociais, [...] instituições patriarcais (p. 22).

A desnaturalização da violência contra mulher a partir dos anos 1970 ganhou visibilidade com as lutas sociais dos movimentos feministas e de mulheres. Nesse processo inicia-se a luta política para fazer valer a igualdade de gênero ampliar a discussão no espaço político da afirmação que "o pessoal é político" (COSTA, 2005) o que deu ênfase para que, na agenda política, a questão dos direitos da mulher fosse incluída, principalmente a responsabilização do poder público na implantação de políticas públicas que garantissem direitos à mulher, melhoria de vida, a exemplo de construção de equipamentos, como creche enquanto suporte na criação de seus filhos/as; qualificação profissional; as diferenças entre os papéis sociais e econômicos de homens e mulheres. Costa (2005) ressalta que esse slogan não deve ser interpretado apenas na ótica de luta mobilizadora, e sim, levantar questões nos parâmetros conceituais da categoria do ser político, o que contribuiu para criação de documentos regulatórios, punições dos agressores e, consequentemente, um conjunto de serviços para proteção e prevenção, logo, assistência às mulheres violentadas e que estes mecanismos ampliem a discussão sobre a necessidade do Estado em assegurar proteção em casos de violência doméstica e familiar e consolidação de direitos à categoria mulher.

O feminismo na sua configuração de movimento social, segundo Costa (2005), emerge das ideias iluministas e ideias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana o que o caracteriza de movimento moderno. O movimento liderado por mulheres lutavam (e lutam) por direitos e políticos da categoria mulher.

> [...] o feminismo traz para o espaço da discussão politica as questões até então vistas tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público- privado, base de todo pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político. Para o pensamento liberal, o conceito de público diz respeito ao Estado e às suas instituições, à economia e a tudo mais identificado com política. Já o privado se relaciona com a vida doméstica, familiar e sexual, identificado com o pessoal, alheio à politica (p. 10).

Pasinato (2006) aponta que as lutas feministas pela igualdade de gênero, após a década de 1970, o fenômeno da violência contra a mulher[4] constituiu-se em lema principal dos movimentos de mulheres. A autora ressalta que

---

2 Serge Moscovici, 2012.

3 Ressalta-se que as mulheres convidadas para participar do projeto assinaram termo de consentimento livre e esclarecida.

4 [...] configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: [...]. BRASIL: Lei 11.340/2006, Artigo 5º.

a criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher no estado de São Paulo, o que contribuiu para enriquecer o acervo bibliográfico cujas discussões estruturaram-se nas temáticas da institucionalização, o combate e prevenção da violência nos seus aspectos judiciais.

No Brasil, o movimento feminista[5] protagoniza a luta pela eliminação de toda forma de violência contra a mulher e levanta a bandeira contra a absolvição dos autores de homicídios de mulheres. Registra-se neste recorte temporal, precisamente em 1975, o Ano Internacional da Mulher declarado pela Organização das Nações Unidas- ONU; em 1979, esse organismo aprovou a "Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher". Na década posterior, grupos feministas SOS- Mulheres com o objetivo de amparar as mulheres vítimas de violência nos aspectos jurídico, psicológico e social. Nos anos 1980 materializa-se a política institucional pública, a criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher[6]; diversidades de eventos nesta década enfatizaram as lutas em defesa da mulher e garantia enquanto sujeito de direitos.

Pela via do reconhecimento dos direitos das mulheres, o Brasil teve participação e é signatário das Conferências[7] da ONU realizadas na década 1990. As autoras Tavares; Sardenberg e Gomes (2012) reforçam que a emergência do feminismo[8] foi fundamental para publicizar as ideologias de gênero, a visibilidade da violência doméstica e familiar nos moldes de problema social ocorreu nos anos 1960 e 1970, merecendo atenção na agenda política. O processo de redemocratização na década de 1980 e, nesta conjuntura, a discussão dos movimentos feministas[9], os conselhos de direitos das mulheres e o movimento organizado de mulheres e o Estado acerca da violência contra as mulheres, muito embora com pouca visibilidade e espaço na agenda política; em 1987, mudanças na legislação brasileira oriundas das articulações dos grupos sociais, tendo reforço do Conselho Nacional da Mulher, que enfatizaram a presença da mulher no espaço das discussões da Assembleia Constituinte, onde as propostas elaboradas e disseminadas à sociedade civil e aos membros do movimento da constituinte através da Carta das Mulheres à Constituinte (TAVARES; SARDENBERG; GOMES, 2012), favoreceu a inserção no texto constitucional da temática da igualdade entre homens e mulheres.

Marco regulatório estabelecido pela ONU, a Declaração pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres concebe a questão da mulher como problema social (SARTI, 2004) e a violência contra a mulher uma violação de direitos humanos e discriminação social baseada em gênero. Entretanto, a luta pela igualdade entre homens e mulheres não se restringe a uma questão de direitos humanos (MORIÉRE, 2010; SCOTT, RODRIGUES, SARAIVA, 2010), os espaços no mercado de trabalho e questão salarial, a divisão sexual do trabalho, orientação sexual são questões intrínsecas na agenda política em defesa da igualdade de gênero.

Ao resgatar a história dos mecanismos que definiram a formatação de políticas públicas[10] com recorte de gênero no Brasil, Pasinato pontua que[11] a criação da Primeira Delegacia de Defesa da Mulher e os Conselhos

---

5 Cf. SARDENBERG, C. M. B.; GOMES, M. Q. DE C.; TAVARES, M. S.: A aplicação da Lei Maria da Penha em foco. NEIM/UFBA, 2010 (Cadernos do OBSERVE, 1).

6 1985 foi inaugurada "A primeira Delegacia em defesa das mulheres no Brasil e no mundo [...]" (OLIVEIRA, 2012, p. 176).

7 Em 1993 Viena (Conferência Mundial de Direitos Humanos); 1994, Cairo; 1995 Beijing. (TAVARES, 2010).

8 Ver, por exemplo, SARTI, Cynthia Andersen. **O Feminismo brasileiro desde os anos 1970**: revisitando uma trajetória. 2004, p 40.

9 Ver por exemplo COSTA, Ana Alice. **O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL**: dinâmica de uma intervenção política. Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 1. Sem. 2005.

10 Ver, Tavares; Sardenberg e Gomes Tavares (2011), que destacam três momentos que marcaram a institucionalização de mecanismos no combate à violência contra a mulher e, mais uma vez, são eles, os movimentos feministas e de mulheres que conquistam direitos à mulheres oprimidas e submissas ao poder do macho sobre a fêmea. Assim podendo ser cronologicamente elencados: "criação de Delegacias da Mulher, em meados dos anos 1980; em segundo lugar, a implantação dos Juizados Especiais Criminais, em meados dos anos 1990; por último, a sansão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006 , [...]"(2011, p.3).

11 [...] o recurso à vitimização feminina esteve presente nas campanhas contra a impunidade nos crimes passionais promovidos pelo movimento de mulheres; foi um importante instrumento na definição de políticas públicas- sendo as

de Direitos foram instrumentos significativos às mulheres. A visibilidade da violação de direitos humanos contra as mulheres, ou seja, a expressão *violência de gênero* (PASINATO, 2006) é compreendida enquanto relação de poder de dominação masculina e submissão feminina, o que somente reforça a ideologia patriarcal construída socialmente e explícita na desigualdade de gênero, opressão e exploração das mulheres.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher realizada no ano de 1994 no seu Capítulo I, art. 1, popularizada como Convenção de Belém do Pará concebeu esse fenômeno como "qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na privada".

Em 2000[12], aconteceu a primeira Marcha das Margaridas[13], coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, tendo como protagonistas mulheres do campo e da floresta, a qual faz parte da agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadoras/res Rurais[14] e movimentos feministas e de mulheres que visam ampliar a visibilidade da cidadania feminina. Como bem enfatizam Scott; Rodrigues; Saraiva (2010, p. 78): "Com estudos, movimentos, organizações não governamentais e governamentais a situação da mulher rural tem se tornado visível". Integra a sua agenda de reivindicação o fenômeno social da violência sexista. Já em 2008, como resposta à Marcha das Margaridas, o governo federal lança a Campanha Nacional: "Mulheres, donas da própria vida- Viver sem violência, direito das mulheres do campo e da floresta"; pautada no respeito e dignidade de uma vida sem violência.

O governo cria em 2003 a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres- SPM no governo do presidente Lula. E, por intervenção dos movimentos feministas com o slogan: "o pessoal também é político" deu ênfase para que na agenda política a questão dos direitos da mulher fosse incluída, principalmente a responsabilização do poder público na implantação de políticas públicas que garantissem direitos à mulher, melhoria de vida, a exemplo de construção de equipamentos, como creche enquanto suporte na criação de seus filhos/as; qualificação profissional; as diferenças entre os papéis sociais e econômicos de homens e mulheres, mecanismos para ampliam a discussão sobre a necessidade do Estado para assegurar proteção em casos de violência doméstica e familiar e consolidação de direitos à categoria mulher. Na visão de Costa (2005), esse slogan, não deve ser interpretado apenas na ótica de luta mobilizadora, e sim, levantar questões nos parâmetros conceituais da categoria do ser político, contribuiu para criação de documentos regulatórios, punições dos agressores e, consequentemente, um conjunto de serviços para proteção e prevenção, logo, assistência às mulheres violentadas.

No início do século XXI, a mulher é amparada pelo Programa de Prevenção, Assistência e combate à Violência contra a Mulher enquanto responsabilização de todos sobre a as formas de violência na concepção de "relações patriarcais de gênero" (SAFFIOTI, 2004)**.** Ao ajustar o olhar na agenda sociopolítica, ampliar a visibilidade da categoria gênero diante da hierarquização patriarcal historicamente construída entre seres socialmente desiguais entre homem x mulher, no ano de 2006, é sancionada a Lei 11.340 onde:

> [...] foi dada uma segunda visibilidade a esse fenômeno, trazendo novamente à trama social a violência contra a mulher como algo a ser repudiado pela sociedade civil e uma questão social a ser prevenida e combatida pelo Estado, mediante politicas públicas que garantam proteção á mulher e seus familiares, [...] (LIMA, 2012, p. 83).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, entre 2009 e 2011, o Brasil registrou 16,9 mil femicídios por conflito de gênero, onde a Bahia ocupa o 2º lugar com maior número de taxa de assassinatos de mulheres. Apesar dos avanços legais e da implantação de Delegacias Especiais, os dados revelam que o problema é assustador e urge a necessidade de expandir as políticas públicas para o enfrentamento desta realidade nos Estados e municípios brasileiros.

---

mais importantes a criação das Delegacias de Defesa da Mulher e dos Conselhos Estaduais e Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher. (2006, p. 132)

12 A segunda em 2003; terceira em 2007 e quarta em 2011.

13 Maior aprofundamento visitar a página da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura- CONTAG.

14 Para melhor explanação ver Scott; Rodrigues; Saraiva (2010).

A Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência constitui-se um dos principais instrumentos de prevenção, combate e assistência às mulheres, considerando o fenômeno enquanto expressão multifacetada. O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres concebidas enquanto instrumento que materializa a Política Nacional, propõe uma intervenção pública de caráter multissetorial, é responsável em atende de forma humanitária e qualificada às mulheres em situação de violência via Rede de atendimento[15] por meios:

> da formação continuada de agente públicos e comunitários;
> da criação, re-aparelhamento ou reforma de serviços especializados (Casa Abrigo, Centros de Referências, Centros de Reabilitação e Educação do Agressor, Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Defensorias da Mulher);
> da constituição/ fortalecimento da Rede de Atendimento a partir da articulação dos governos- federal, estadual e municipal- e da sociedade civil para o estabelecimento de uma rede de parcerias para o enfrentamento da violência contra as mulheres, no sentido de garantir a integralidade do atendimento. (II PNPM, págs. 98-99).

A implementação desses serviços de forma efetiva, possibilitará às mulheres um fortalecimento às suas tomadas de decisão em (re) construírem seus novos caminhos pautados no protagonismo e na condição de sujeito de direitos.

A partir das propostas contidas no II Plano de Políticas para as Mulheres na Política e no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher[16] além das reivindicações dos movimentos de mulheres[17]. Em 2007, foi criado a Fórum de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Campo e da Floresta na perspectiva de melhor visibilidade à violência de gênero e efetivação e reconhecimento da Lei Maria da Penha no meio rural. Já em 10 de agosto 2010, através da Portaria Nº 85/10 consolida-se a conquista de direitos às mulheres do Campo de da Floresta por meio das Diretrizes de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Campo e da Floresta marco que possibilitará o avanço da elaboração e implementação de políticas públicas às mulheres do meio rural tendo a Política Nacional para as Mulheres e o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher como referência para suas propostas e ações, a exemplo das Unidades Móveis Rurais de Atendimento às Mulheres[18].

Uma das contribuições teóricas na contemporaneidade referente aos serviços de proteção e assistência à mulher em situação de violência no campo é analisada por Scott e Cordeiro (2013) ao estabelecer contrapontos entre mulheres da cidade e do campo. Para eles, essas mulheres independentemente dos espaços geográficos onde residem, já foram submetidas às tipologias da violência em algum momento de suas vidas. Os autores apresentam dados relevantes oriundos da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2010. No quesito Lei Maria da Penha, as mulheres residentes na cidade conhecem um a mais a lei (84%), enquanto as do meio rural (81%). Quanto às denúncias às agressões submetidas, são as mulheres rurais que menos denunciam aos órgãos competentes/ segurança pública. Scott e Cordeiro (2013) reforçam que a ausência de rede de proteção à mulher em situação de violência, a exemplo de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

---

15 [...] atuação articulada entre as instituições/ serviços governamentais, não governamentais e a comunidade, visando à ampliação e melhoria da qualidade do atendimento à identificação e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência; e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção. (II PNPM, p. 99).

16 Para conhecer as diversas formas de violência contra a mulher, consultar Cap. II; Art.7º da Lei 11.340/2006.

17 A Marcha das Margaridas movimento organizado pela Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura para o enfrentamento da violência sexista e punição do agressor. (MULHERES DO CAMPO E DA FLORESTA: DIRETRIZES E AÇÕE NACIONAIS, 2011). A diversidade de temas presentes na agenda política das mulheres rurais pode ser exemplificada com A Marcha das Margaridas. Em 2011 a Marcha teve como lema o desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade. (SCOTT e CORDEIRO 2013, p. 138).

18 Em 2011 as Unidades foram anunciadas pela Presidenta Dilma Rousseff e até 2012, 10 Unidades serão implantadas. Na Bahia, o município de Irecê será sede para atender 12 municípios, constituída Território de Irecê. (MULHERES DO CAMPO E DA FLORESTA: DIRETRIZES E AÇÕE NACIONAIS, 2011).

(DEAMs), nas cidades de menor porte e em áreas rurais obsta a materialização da Lei 11.340/06 às mulheres domiciliadas nestes locais.

Com o advento da Lei 11.340/06[19], tornou-se obrigatório a implantação de Delegacias para o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, entretanto são constantes os registros de ocorrências de agressão contra a mulher ainda são registradas em delegacias comuns a exemplo da cidade de Governador Mangabeira que não dispõe de uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher- DEAM para registro de ocorrências relativas às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. E, neste caso, as mulheres recorrem, na condição de agredidas à Delegacia comum da cidade mencionada, o que nem sempre é rotina de mulheres rurais, haja vista a diversidade de obstáculos para deslocamento até o centro, a ausência de recursos financeiros e até mesmo a inexistência de transporte público local, sendo o táxi (carro particular) o principal meio de locomoção para locais distantes das localidades ondem residem. Nesta perspectiva, as dificuldades, a saber: residências afastadas do centro, localidades sem infraestrutura, precarização de transporte coletivo, obstam a vida de mulheres acometidas de agressões multifacetadas por questões de gênero.

A partir deste entendimento, é relevante analisar características das mulheres que compuseram o universo da pesquisa. A faixa etária delas com mais expressividade está entre 20 a 40 anos (68%) acima de 41 (32%); referente a autodeclaração entre preta e parda (84%), já branca e outra somaram (16%); outro fator importante é a escolarização onde as mulheres cursaram o ensino fundamental I incompleto (8%) , já fundamental I completo (20%). È evidente que no quesito profissão de lavradora (72%) liderassem; a renda das mulheres rurais até um salário mínimo (44%), já na faixa de 1 a 2 mínimos (44%). A maioria tem companheiro (92%). Esse dado não influencia na divisão sexual do trabalho doméstico já que as mulheres cuidam da casa (53%) e somente (4%) recebem ajuda do marido. Em contrapartida são elas que, na lavoura, estão contribuindo com sua força de trabalho (64%) nas atividades de plantação, colheita e outros serviços similares.

Ao analisar as representações sociais da violência doméstica em contextos rurais entrecruzada com as relações patriarcais de gênero, é visível nas mulheres, mesmo desemparadas de mecanismos que lhe garantam a proteção e prevenção em situação de violência doméstica, demonstrarem em suas respostas, o grito pelo basta de invisibilidade à desigualdade de gênero na sociedade brasileira/ baiana. Suas respostas denotam que não aceitam a relação patriarcal de gênero.

As diversas tipologias da violência contra a mulher no meio rural perpetrada pelo homem são configuradas a partir da concepção de violência de gênero numa situação de inferioridade e submissão da mulher modelada pelo contexto social da "ordem patriarcal de gênero" (SAFFIOTI, 2004, p. 138). Essa ideologia tende a ser reforçada na medida em que eixos estruturantes que desencadeiam padrões de desigualdade nas suas interceccionalidades de classe, raça/etnia, geração dentre outros fatores, contribuem para acirrar a exclusão social feminina e negligenciar direitos de cidadania. E como bem diz SAFFIOTI (1994; p. 443) "A violência do macho contra a mulher [...] é constitutiva na organização social de gênero no Brasil".

Segundo Moscovici (2012, p. 8) as representações sociais do sujeito se constroem em pensamento, imagens a partir de seu contexto sócio- histórico e cultural que lhe credencia para compreender a realidade à qual está imerso; "[...] como, e por que, as pessoas partilham o conhecimento e desse modo constituem sua realidade comum, de como eles transformam ideias em práticas [...]". Para tanto, representação social constitui-se enquanto,

> Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (p. 21).

---

19 Sobre o acompanhamento, avaliação, implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha, consultar TAVARES, 2010.

Baseado na constituição da realidade rural, a violência simbólica é permanente, mas invisível pelo fato de fazer parte do cotidiano das mulheres pesquisadas onde as violências psicológicas, a exemplo de xingamentos, baixas autoestima, passam despercebidas por serem recorrentes no seu dia a dia, uma vez que não deixam marcas "aparentes". Saffioti (2004) ressalta que a violência psicológica está presente nas diversas tipologias da violência de gênero.

Nesta concepção, a complexidade que envolve este ato brutal e suas mais variadas formas, não pode ser analisada isoladamente, é preciso considerar o lugar e o contexto que está inserido este fenômeno na rede mais ampla da violência estrutural (BANDEIRA, 2013). Destarte, os resultados do questionário referentes às formas de violência que as mulheres rurais foram/são submetidas nos espaços domésticos, a psicológica (57,65%) é presente no cotidiano de mais da metade das respondentes, seguida da moral (19,4%); a física (14,28), entretanto foi percebido o medo e a resistência em discorrer sobre a questão, o que pode ter ocultado o depoimento no coletivo. A violência sexual (9,52%) apesar de a maioria ter convivência conjugal, essa violação é presente.

Ao referir-se sobre motivos da violência do homem contra a mulher na realidade rural tem-se como causas principais o álcool e o ciúme (38,3%; 38,3%), acompanhado da questão financeira (10,64%). A necessidade de expressar-se, ser dona de seu próprio destino foi evidente ao responderem o significado de ser mulher: é ser livre (36,17%), outras ter o respeito dos companheiros (17%) e por último, valorizar-se (14,89%). A análise desta última questão constitui-se no reforço à submissão e subalternidade feminina apesar das conquistas que possibilitaram à mulher maior visibilidade, entretanto, ainda urge a necessidade da universalização de políticas públicas de gênero que empoderem as mulheres, sujeitos políticos. A afetividade materna é a principal razão de mulher rural em situação de violência doméstica permanecer na relação conjugal (45,24%), em seguida a dependência financeira (30,45%) e o medo da solidão (7,14%); sentimentos e sociedade (4,76%; 4,76%) e família (2,36%).

Pesquisas apontam que a violência de gênero é uma realidade que muitas mulheres são submetidas. "A ação feminista de enfrentamento da violência [...] vem se dando de forma contínua e crescente [...]" (SCOTT; RODRIGUES; SARAIVA, 2010, p. 65) o leva à implantação e implementação de políticas públicas, a exemplo da Lei 11.240/2006 e seus mecanismos de proteção e prevenção, entretanto, ainda é inexistente no meio rural pesquisado a efetivação de políticas públicas para diminuir a desigualdade de gênero. Nesta concepção, as falas transcritas abaixo traduzem que as diversas tipologias da violência contra a mulher no meio rural perpetrada pelo homem são configuradas a partir da concepção de violência de gênero numa situação de inferioridade e submissão da mulher modelada pelo contexto social da "ordem patriarcal de gênero" (SAFFIOTI, 2004, p. 138).

> [...] depois a pessoa denuncia, eu tenho caso de muita gente e depois, vai lá acaba não resolvendo nada, as pessoa voltam pra casa a justiça não faz nada e depois o rapaz [...] e se prende depois solta e não resolveu nada e ai o pessoal acaba querendo fazer a justiça com as próprias mãos. Às vezes justiça dá aquela proteção que é pro esposo não se aproximar dela dai a pouco o esposo vai e mata e também a mulher aprendeu a agir[...]as vezes eu não vou mais denunciar e quando ele vim eu já sei o que vou fazer. (Jó)[20]

O desencantamento e a descrença na justiça são sentimentos que as mulheres expõem: *"[...]. A mulher não vai dizer: a vou denunciar três dias tá solto quando acabar entra dentro de casa e acaba matando foi muito vezes que eu vi acontecer[...]". (Suzi)*. O fato de conhecerem tragédias de violência contra mulher sem a Lei ser cumprida e o agressor continuar impune a ponto de reincidir na violação aos direitos humanos.

> [...] foi minha sogra [...] quando ela baixou no fogão pra pegar o bolo ele deu um tiro nela [...], depois a família pagou ele foi solto Muitas vez nego vê que o marido vai preso com três dias tá solto.(assim que ela deu queixa, com três dias amanheceu

20 Os nomes são fictícios para preservar a privacidade das mulheres.

> morta, a família do lado dele pagou a fiança, não levou quatro ano preso, tá solto,[...] arrumou outra família [...] com vinte e um depois[...] fez a mesma coisa: matou a outra[aquela arma que mata boi, furou de um lado a outro, atravessou.[...] (Suzi).

Há situações em que a solidariedade familiar, filhos, dependência econômica constituem fatores que obstaculiza a liberdade da mulher diante da vida marcada pela violência doméstica. *"[...] e assim que ela dependente do marido e assim ela vai ser repisada, [...] (Suzi).* Em outra fala a omissão é estratégia da ideologia da relação patriarcal de gênero: *"[...] eu vejo tanta coisa, só que a gente não pode comentar, [...]". Ninguém pode citar o nome de quem é quem [...] (Maria).* Ou seja, ninguém denuncia por quê? É seguindo o ditado " briga de marido e mulher"?

> [...] tem muitas pessoas que abaixa a cabeça vive assim como o tempo de ontem, tem pessoas que ainda vive [...] tem pessoas que vivem, mas aquelas que querem [...] têm aquelas que têm conhecimento, mas tem medo de denunciar [...]. (Suzi)
>
> [...] tem muita mulher que não tem serviço visse tipo assim da bolsa família, há a marido eu tô precisando disso pra comprar, vá trabalhar, entendeu, ela depende dele, ele pode espancar ela diz assim eu vou pra onde com três filhos, a donde é que vai me cuidar de mim, a mãe, se a mãe tiver um lugar tem apoio e se aquela que der as costas, arrumou se vira por lá mesmo então ela fica com medo[...].(Suzi)

Na concepção de Saffioti (2004) não há cumplicidade das mulheres quando agredidas pelos homens, cedem devido seu poder mínimo diante dos agressores, todavia, não consentem tal comportamento que lhe nega o direito a uma vida sem violência. Há casos de dificuldades de inserção no mercado de trabalho, o que pode ocasionar dependência financeira, sentimento emocional, ausência de vínculos familiares, dentre outros fatores condicionantes à conformidade dessa dominação masculina. O medo também de expor as agressões à vizinhança é preocupante: *"[...] ela apareceu com o olho roxo e disse que bateu na cama, depois abriu o jogo e disse que o marido lhe bateu [...]"* (Maria).

> Ai um dia ele tentou me pegar eu tava a menina de 2 meses de nascida eu larguei a menina no braço de Joana tá aqui de prova [...] lutei com ele também tava com as unhas grande e lascei a guela dele ele morreu dizendo que ia descontar isso desse dia em diante ele nunca mais partiu pra dizer pra vim perto de mi não (Cris)
>
> Hoje eu acho que minimizou mais um pouco através da Lei Maria da Penha porque assim tipo antes o povo levava como o tipo de violência assim a mais hoje, [...] já ouvi através de vizinho a que mulher tá devido assim, quer falar alto devido e tal por causa da Lei Maria da Penha [...] se não fosse essa Lei que talvez assim não tinha medo e ai diz assim hoje a mulher tá com tanto poder por causa da Lei M da Penha [...] dizer assim acabou totalmente com a violência não eu tava falando que minimizou um pouco [...] a mulher fala alto por causa da Lei Maria da Penha [...] hoje a mulher tá com tanto poder se não fosse essa a Lei [...] acabou totalmente a violência , não[...] (Nalva).

Essa fala evidencia que a compreensão do mecanismo possível de coibir as agressões por que passam mulheres amplia a condição da denúncia vir anonimamente enquanto ferramenta garantidora da visibilidade do fenômeno social que contraria a conquista da mulher na igualdade de gênero. É Bandeira (2013) que na discussão sobre mudanças na mentalidade da população brasileira defende que o conhecimento lei "Maria da Penha" vai depender do reconhecimento de sua importância e do seu valor para a sociedade o que independe de se ter ou não sido agredida ou se possua escolarização formal.

> [...] tenho uma parente minha toda vez ela apanhava o marido batia nela ai ela dava queixa ela não ia lá pra Maria da Penha mais ela dava queixa por aqui a polícia ia lá dava conselho e acabava voltando de novo pra casa, quando foi um dia ela se preparou ele já tava no costume de bater ai ele disse hoje eu vou fazer os outros dias eu te bato hj eu vou te matar ela disse vem e ai com a coragem que ela teve ele foi lá pegou um machado pra rachar mermo ela saiu capinando ai Deus mostrou ou

> Deus ou não sei o que, mostrou uma enxadinha que tinha um cacobunzinho ela só foi pegou assim antes dele descer o machado ela desceu a enxada e rachou a cabeça dele assim ele caiu lá no chão "oi me matou" ela perna pra que te tem,[...] levou cinquenta ponto. [...] Tu vai me pagar, ela disse: naquele dia eu fiz uma quando tu vi eu faço duas. (Jô)

Em um contexto onde a violência precisa de um basta, mulheres reagem à dominação masculina como forma de por fim à desigualdade de gênero no aspecto da força masculina em detrimento à feminina e, como bem diz Saffioti (2002, p. 4):

> Todavia, as mulheres sempre reagem contra o agressor, das mais diferentes maneiras. Suas reações podem não ser adequadas para pôr fim à violência de seus parceiros [...]. Por que, então, continuar denominando as mulheres que sofrem violência de gênero, [...] doméstica e intrafamiliar, de vítimas?

Faz-se necessário a análise das condições em que vivem mulheres em contextos rurais, as exemplo destas que por razões privadas, as limitam a permanecer com a violência doméstica na invisibilidade ou mesmo desacreditar que é possível a operacionalização da Lei que a ampara e dá visibilidade a este fenômeno social a ser prevenido e combatido pelo Estado com a implantação de políticas públicas que possam garantir a proteção da mulher e da sua família, a saber, sua prole.

Conclusão

A partir dessas reflexões pode-se pontuar que a situação de violências contra mulheres em contextos rurais é tão preocupante tanto quanto aquelas cometidas elas mulheres dos centros urbanos. Medidas de atenção, proteção e prevenção devem ser ampliadas para que a universalização de políticas públicas de gênero possa chegar a mulheres que como bem dizem Scott; Rodrigues; Saraiva (2010):

> [...] a violência contra mulheres no campo termina por constituir uma parcela ainda ínfima do espectro de ações desses atores todos. E justamente em contextos rurais diversos onde a transparência da manifestação exacerbada da condição desigual, hierárquica, põe as mulheres em situação de alta vulnerabilidade (p. 84).

A melhor visibilidade desse fenômeno no meio rural através de ações socioeducativas tende a contribuir para ampliar a literatura com experiências vividas nestes contextos a partir das falas de quem vive a situação de violência doméstica e almeja uma vida livre de opressão, subalternidades, submissão, que possam consolidar o seu protagonismo, ser sujeitos políticos, embora com suas limitações enquanto mulheres rurais, mas que possam desfrutar de uma vida digna sem violência, livre dos moldes patriarcais, estereótipos nesta sociedade marcada pela trama da dominação masculina, logo desigualdade de gênero, com enfatiza Costa (2007, p. 6): "Geralmente, as mulheres são vistas e tratadas apenas como provedoras do bem- estar da família ou como meio de bem- estar de outros, como mães e esposas, nunca como sujeitos autônomos com demandas próprias". Sem pretensão de esgotar a discussão aqui proposta, mas disseminar a desigualdade de gênero nos contextos rurais almeja-se alargar os horizontes de conquistas das mulheres no entendimento de que o seu empoderamento é proposta desafiadora na desconstrução das relações patriarcais de gênero que perduram neste século.

Bibliografias

Marcha das Margaridas. Disponível em http://www.contag.org.br/ [consultado em 10-12-14].

BANDEIRA, L. (2013), "A violência doméstica: uma fratura social nas relações vivenciadas entre homens e mulheres". In: VENTURI, G.& GODINHO, T. (Orgs) *Mulheres Brasileiras e Gêneros Nos espaços Públicos e Privado: uma década de mudanças na opinião pública*. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc SP, pp. 63-78.

BRASIL, Portaria Nº 85/2010. Institui: "DIRETRIZES DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DO CAMPO E DA FLORESTA". Brasília, 2011. Disponível em: http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/campo-e-floresta. [Consultado em 21-06-2014].

BRASIL. "II PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES". Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/pnpm/livreto-mulher.pdf. [Consultado em 29-12-2012].

BRASIL. LEI 11.340/2066. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 29/12/2012>. [Consultado em 10-10-14].

"COMISSÃO INTERAMERICA DE DIREITOS HUMANOS". Disponível em http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>. [Consultado em 21-06 2014].

GARCIA. L. P. et all . "Violência contra a mulher: femicídios sobre o Brasil". Disponível em<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_feminicidio_leilagarcia.pdf.> [Consultado em 11-11-2013].

IPEA. "IPEA revela dados inéditos sobre a violência contra a mulher". Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19873> [Consultado em 11-11-2013].

LIMA, M. G. de: (2012) "A importância da análise das relações patriarcais de gênero para compreensão da Lei Maria da Penha". In: LIMA, R. de L. de & GURGEL, T.& QUEIROZ, F. M. de (Orgs): *Gênero e Serviço Social: múltiplos enfoques*. Natal, RN, EDUFRN, pp .81-96.

MOSCOVICI, S. (2012), *Representações sociais: investigações em psicologia social.* Trad. Pedrinho A. Guareschi. 9ª ed.- Petrópolis, RJ: Vozes.

OLIVEIRA, V. R. C. de (2012): "A construção dos direitos humanos e as mulheres como sujeitos". In: LIMA, R. de L. de & GURGEL, T. & QUEIROZ,F. M. de (Orgs): *Gênero e Serviço Social: múltiplos enfoques*. Natal, RN, EDUFRN, , pp.161-185.

PASINATO, W. (2006) "Questões atuais sobre gênero, mulheres e violência no Brasil". Politicas Sociais & Segurança Pública. Estudos de Politica e Teoria Social- PRAIA VERMELHA (PPGESS/UFRJ), (14) & 15, pp. 130- 154.

SAFFIOTI, H. I. B. (1994) "VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL ATUAL". Estudos Feministas, Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, (2), pp. 443-461.

_____(2004), *Gênero, patriarcado, violência*. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo – (Coleção Brasil Urgente).

SARDENBERG, C. M. B. &GOMES, M. Q. de C.& TAVARES, M. S. (2010): "A aplicação da Lei Maria da Penha em foco". NEIM/UFBA, (Cadernos do OBSERVE,1).

SILVA, Carmen &CAMURÇA, S. *Feminismo e movimento de mulheres*. (2010). Recife: SOS Corpo- Instituto Feminista para a Democracia.

SCOTT, P.& RODRIGUES, A. C.& SARAIVA J. das C. (2010). "Onde mal se ouve os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais". In: _____. ; CORDEIRO, R.&

MENEZES, M. (Orgs). *Gênero e Geração em Contextos Rurais*. – Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, pp. 63- 93.

_____ & CORDEIRO, R. de M. (2013): "Mulheres no campo: polarização de gênero e sinais de ascensão". In: *Mulheres brasileiras e gêneros nos espaços público e privado: uma década de mudança na opinião pública*. VENTURI, Gustavo & GODINHO, Tatau. (Orgs): - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc, SP, 2013. pp. 129-139.

SOIHET, R. (2008): "Mulheres Pobres e Violência no Brasil". In: *Histórias de Mulheres no Brasil*. PRIORE, M, D. (Org.)& BASSANEZI, C. (Coord. De textos) 9.ed.1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto; pp. 362-400.

TAVARES, M. S. (2010). "Para o monitoramento da Lei Maria da Penha: - OBSERVE"! Anais do XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. CFESS: Brasília, DF, (CD Rom).

Novas Cartas Portuguesas: desafio e incitação à sublevação

Ana Bárbara Pedrosa
anabarbarapedrosa@gmail.com

Resumo: Partindo do livro Novas Cartas Portuguesas, das "Três Marias", em que o elemento feminino desafia os valores patriarcais da ditadura salazarista, pretende-se questionar o contexto de criação da obra, detalhando e interpretando o compromisso da obra literária com a realidade. Procura-se ainda inquirir de que forma a criação literária feminista pode funcionar como defesa contra a dominação cultural. No livro, a denúncia das explorações reflecte a luta de classes e, portanto, mecanismos de poder e de dominação mais abrangentes que o do sexo pelo sexo. A obra – em movimento (Eco, 1988) – mostra a feminização da pobreza e incita sublevações não só a nível de género, mas a nível de todas as classes oprimidas pela ditadura salazarista em Portugal, incitando a alteração da relação de forças que provoca todos os tipos de opressões. Será, assim, um ponto de partida, enquanto denúncia, para a transgressão do modelo social em vigor.

Palavras-chave: feminismo, literatura, ficção, relações de poder

1. Introdução

No conto O Romance de Chupim, Monteiro Lobato relata uma situação em que um homem, em virtude do facto de viver sob a dependência económica da esposa, se torna num dos "chupins", "homens falhos, ratés da virilidade" (Lobato, 2009: 47), de acordo com uma das personagens, uma vez que desempenham meramente o papel de maridos. Estando a mulher ao leme do poder económico do casal, a única função de mulher que cumpriria seria a da gravidez, "já que é impossível a revogação de certas leis naturais" (Lobato, 2009: 48). O homem tomaria conta dos filhos, habituar-se-ia à submissão e acabaria "usando em casa as saias velhas da mulher, para economia de calças" (Lobato, 2009: 48). Este conto deixa-nos uma imagem da qual podemos partir neste estudo: a de um homem ridicularizado por não ter poder, sob a assumpção de que a posição submissa e dependente está naturalmente confinada à mulher e que qualquer alteração deste padrão significa a ridicularização e a feminização do homem. Prova disso é a forma como termina o conto: "O romance do chupim tem hoje onze anos. Já é menino de escola. Chama-se Lauto e, para reabilitação do sexo barbado, puxou o caráter da mãe" (Lobato, 2009: 63).

Iremos, neste artigo, explorar a relação entre a representação literária da realidade social e o implícito papel de denúncia e convite à sublevação na obra Novas Cartas Portuguesas, de Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa. Aqui, iremos focar-nos em alguns dos casos de mais aguçada violência retratados na obra, que, em plena ditadura salazarista, foi um contributo crucial para a retirada do tema do âmbito privado: com a obra, ainda que a primeira edição, de Abril de 1972, tenha sido recolhida e destruída pela censura de Marcelo Caetano, estava dado um primeiro passo para que a violência doméstica fosse alvo de discussão pública - um assunto político, portanto -, distanciando-se da ideia de assunto exclusivo do foro privado. Desta forma, a intervenção do poder público teria espaço para acção e as relações de poder, que naturalizavam as opressões de género, poderiam ser questionadas. O livro das "três Marias", como ficaram conhecidas internacionalmente, será, assim, um primeiro passo nas conquistas da luta feminista na desconstrução da naturalização da violência machista, enquanto combate à impunidade.

Cabe ainda referir que, não raras vezes, a crítica literária considera a obra sem atentar nas suas condições de produção. Neste processo, haverá uma falha analítica, uma vez que, pela ausência da razão de ser da obra e pela visão do autor enquanto indivíduo e não enquanto agente de um papel social, deixa de ser possível fazer uma análise completa da obra. No decorrer deste artigo, não iremos alhear-nos das condições de produção. Ao

mesmo tempo, não seguiremos uma orientação sociologista, uma vez que a ficção permite inúmeros artifícios e que o universo real pode ser alterado por propósitos literários. Analisaremos aqui partes de Novas Cartas Portuguesas, encarando-as como propostas de vida e denúncias de vidas possíveis, mostrando os condicionamentos sociais que interferiram na construção interna da obra.

2. Um projecto de emancipação social através da literatura

Não tendo a violência doméstica sido sempre punida, outrora foi justificada com a ideia de que a violência é constitutiva de um povo, partindo, assim, da natureza humana (Luz, 2009: 50). Desta forma, a hierarquia entre os géneros, por estar aliada a uma cultura susceptível de naturalizar e justificar a violência, seria susceptível de democratizar-se (Luz, 2009: 56). Perante esta realidade, o movimento feminista teve de mostrar que as desigualdades de género são construções sociais. Cumprir este desafio seria o único caminho para a desconstrução da naturalização e da subordinação das mulheres. Assim, grupos de mulheres organizaram-se colectivamente, a partir do século XX, para denunciarem a violação de direitos femininos, dando visibilidade à violência contra as mulheres. Novas Cartas Portuguesas é um dos exemplos dessa luta colectiva, surgido no decorrer de uma ditadura que em tudo privilegiava o patriarcado e que, por isso, considerou a obra imoral.

María Luisa Femenías, num artigo sobre o feminismo latino-americano, repara que as questões próprias do feminismo pós-colonial acabaram por adoptar o desenho das políticas da identidade (Femenías, 2007: 11). As três Marias, contudo, conscientes da herança histórica negativa das mulheres, nunca se deixaram resvalar para essa concepção do mundo: pelo contrário, elas aliam as opressões de género às opressões de classe, numa representação completa das relações de poder arquitectadas na sociedade portuguesa durante a ditadura salazarista. Femenías considerará que esta é uma representação acertada, uma vez que julga que as questões materiais devem somar-se ao marco formal igualitário e universalista (Femenías, 2007: 12).

A naturalização das relações de poder, tão conveniente às classes dominantes, uma vez que dizima a legitimidade das forças que se lhe opõem, será um dos grandes entraves à alteração de forças sociais. Dessa forma, a tradição existirá somente no domínio do exercício de poder sobre corpos instituídos em hierarquia e inferioridade (Swain, 2010: 36). Contra isto, a acção dos movimentos feministas permitiu que a violência tenha passado a ser entendida como um problema social – e, portanto, tenha passado a existir a possibilidade de ser enfrentada. É o caso da obra a que aqui nos referimos: ela mostrou de que forma a condição das mulheres não derivava de uma condição natural, mas política, ao mesmo tempo que a trouxe para a discussão pública enquanto violação de direitos que exige resposta política. Organizada colectivamente, a obra mostra a repressão sofrida pelas mulheres sem recurso a eufemismos – e fá-lo com personagens diferentes em condições diferentes, não se acantonando numa situação única, tornando-se, assim, num caso ímpar de ilustração da condição feminina em Portugal na literatura portuguesa.

Swain notará ainda que o facto da história considerar a diferença sexual enquanto dado "natural" significa que ela se revela incapaz de problematizar as representações e os valores constitutivos do social (Swain, 2010: 39). E, de facto, foi desnaturalizando a violência que as autoras permitiram que ela se tornasse num assunto político, alvo de discussão pública. E até, acrescente-se, de repressão pública, já que ela tão claramente abanava esse status quo considerado natural. O poder instituído defendia-se, assim, da tentativa de alteração de forças, deslegitimando a oposição ao considerá-la "imoral".

É ainda neste sentido que Pierre Bourdieu considera que a dominação masculina é um dos casos mais berrantes de discriminação simbólica, uma vez que a violência simbólica de que as mulheres padecem, invisível para elas mesmas, se exerce principalmente através das vias simbólicas da comunicação (Bourdieu, 2012: 7). Ao mesmo tempo, considera que esse poder reside na forma como os dominantes fazem reconhecer a sua maneira de ser particular como universal (Bourdieu, 2012: 78), que resultará da sua incondicional adesão à ordem das coisas (Bourdieu, 2012: 88). É no mesmo sentido que Simone de Beauvoir faz referência à ideia do masculino como universal, concluindo que o masculino representa tanto o positivo como o neutro, razão pela qual tem sido aceitável que o sintagma nominal "os homens" possa designar toda a humanidade (Beauvoir, 1970: 9). Estas ideias de violência simbólica e de masculino como universal serão cruciais na análise para a qual par-

tiremos: elas serão as razões de fundo para as discriminações – também simbólicas - sofridas pelas mulheres e serão as responsáveis pela arquitectura do poder favorável ao agente masculino. Assim, cabe ainda lembrar Chauí (1998), que irá admitir que ter direitos é o equivalente a ter poder: dessa forma, um direito não é concedido, sendo antes conquistado e conservado. É ainda esta relação entre direitos e poder que as autoras exploram na obra, que parece tão política quanto literária. As autoras, misturando prosa com poesia (numa obra que teve ainda várias adaptações para teatro, dentro e fora da Europa), revigoram as perspectivas sobre as opressões de géneros normalizadas durante a ditadura salazarista e incitam as práticas de igualdade. Ao representarem a realidade de forma crua, e ao darem vida a personagens que não só sentem as opressões de género como as condenam, não deixando que se normalizem ou naturalizem, as autoras dão um passo para a transformação das relações de poder, partindo para a transgressão do modelo social vigente. Assim, o feminismo aparece não só como objecto literário, mas como projecto de emancipação social através da literatura. Existe, desta forma, um compromisso da ficção com a realidade, uma vez que ela aparece como forma de alterá-la – ou, pelo menos, tem esse intuito, o que já não é de somenos.

3. O compromisso da ficção com a realidade

"Mulher: abastança de homem, sua semelhança, sua terra, seu latifúndio herdado.
De secretas coisas acusarão o trio; nós os assustaremos na recusa de lhes sermos presa." (Barreno/Horta/Costa, 2010: 75)

A forma como Barreno, Horta e Costa lançaram mãos a este corajoso empreendimento não lhes deixou espaço para eufemismos: logo no início da obra, denunciam a posição de objecto que as mulheres ocupam na sociedade: "Porque só de minha posse na verdade te importas: eu tua terra, colónia, tua árvore-sombra-programada para acalmar sentidos" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 21). A não-recursividade aos eufemismos irá tornar-se mais notória à medida que a obra prossegue: seja nas descrições de violações sexuais, de casamentos, da clausura de Mariana num convento ou de violência doméstica, não houve meiguice nem candura que refreassem a escrita de um livro duro e perturbador. Iremos, aqui, focar-nos em seis cenas, que, por serem das mais violentas, nos parecem as mais pertinentes na análise das discriminações sofridas pelas mulheres no decorrer da obra.

3. 1. "O PAI"

É a visão do homem sobre a mulher, integrante nas várias formas de opressões de género, aquilo que aparece como forma legitimadora de todas as atrocidades que sobre ela são cometidas. Assim, a mulher será propriedade do homem, por meio do trabalho e das leis, corpo a ser possuído e terra que lhe pertence: "(ah, mulher! que é para te comprar que eu trabalho há séculos, e minhas leis, e tu sempre me foges), corpo que se possui, terra do homem, carne da sua carne, costela de Adão" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 81/82). É sob esta visão que surge uma das mais perturbadoras cenas deste livro: a violação de uma mulher (menina?) pelo próprio pai. Ao escrevê-la, as autoras não desculparam o culpado nem fizeram da vítima heroína, que aqui aparece a ocupar o seu papel submisso, assumindo o papel que lhe está destinado por um princípio simbólico que é conhecido por dominantes e dominados (Bourdieu, 2012: 8). Mesmo tendo consciência de que a relação sexual que entre os dois se estabelece é contra a vontade dela, ou não necessitaria de calá-la ("Curva-se quando ela acorda e tapa-lhe a boca com força, brutal" in Barreno/Horta/Costa, 2010: 130), o homem considera que a culpada é a filha, que "Era perversa: tinha um riso liberto, sedento, e uma maneira envolvente de olhar os outros; um odor enlouquecido a entreabrir-se aos poucos, como um fruto, obsessivo: obsessivamente, obsessivamente" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 130). Viola-a, porque, afinal, ela "andava em casa com as blusas desabotoadas" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 129) e, no dia seguinte a tê-la violado, diz-lhe que tem de abandonar a casa:

"(...) não podemos continuar a viver todos juntos na mesma casa depois do que se passou. Foste a culpada de tudo, bem sabes que foste a culpada de tudo, eu sou homem; sou homem e tu és provocante, perversa. És perversa. Uma mulher sem vergonha, sem pudor. Não te quero ver mais, enojas-me, repugnas-me, envergonhas-me. Tu percebias, sei que percebias, que sabias como me punhas. Eu sou homem, minha puta."

(Barreno/Horta/Costa, 2010: 130)

Mariana, a filha, assume a culpa: "Claro que sou uma puta, podes estar tranquilo, pai, sou uma puta." (Barreno/Horta/Costa, 2010: 130). A mãe põe-se do lado do dominante: " – Grande cabra – chamou-lhe a mãe quando ela se dirigia para a porta da rua, agarrada às paredes para não cair" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 130).
Desta forma, a mulher é apresentada como um ser imoral, numa mera técnica retórica de isentar e elevar o homem à categoria de modelo ideal. A misoginia não será, assim, um mero acto irracional de ódio às mulheres, antes sendo uma necessidade estrutural para a afirmação masculina (Braidoti, 2004: 12). Neste sentido, as mulheres são definidas por oposição aos homens, sendo-lhes atribuído um marco de inferioridade, que deverá ser visto como um traço natural (Braidoti, 2004).
Em sociedades dominadas pelo chauvinismo masculino, tem sido comum que a mulher violada possa ser julgada culpada e que o homem agressor apareça como vítima indefesa perante aquilo que será visto como provocação do corpo feminino. Neste caso, tal acontece, porque, afinal, era a mulher que "deixava a porta entreaberta, esquecida, enquanto se despia devagar" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 129). Quase trinta anos após a primeira edição da obra, a culpabilização das vítimas existe ainda na sociedade portuguesa. Prova disso é um acórdão do Tribunal da Relação do Porto, datado de 13 de Abril de 2011, que isentou um psiquiatra da violação de uma paciente, grávida de nove meses, não pela ausência de provas, mas porque considerou que a violação não foi suficientemente violenta: "Para que o empurrão na ofendida integrasse o conceito de violência, visada como elemento objetivo do crime de violação, teria de traduzir um 'plus' relativamente à força física normalmente utilizada na prática de um ato sexual"1. Aliás, o artigo 163º do Código Penal é claro: só é violador quem "por meio de violência, ameaça grave, ou depois de, para esse fim, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir, constranger outra pessoa".
Bourdieu considera que os actos de conhecimento e de reconhecimento práticos da fronteira entre dominantes e dominantes, desencadeados pelo poder simbólico – e pelos quais os dominados podem contribuir para a sua própria dominação –, assumem formas de emoções corporais; assim, o corpo subtrai-se às directivas da consciência, agindo conforme as censuras inerentes às estruturas sociais (Bourdieu, 2012: 51). Tal pode assumir diversas formas, como o enrubescer ou o gaguejar. Neste caso, é a assumpção de culpa aquilo que faz com que Mariana isente o culpado, assumindo a culpa da violação que sofreu. Metade vítima, metade cúmplice, diria Jean-Paulo Sartre.

3. 2. "Texto sobre a solidão"

A cena anterior remete-nos ainda para outra, em que a relação sexual é utilizado como mera manobra de subjugação. Assim, Mónica, que se debate, "todavia imóvel, hirta" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 191), vê-se forçada a manter relações sexuais com um homem que não ignora o horror que lhe provoca. Aliás, é nesse horror que se faz a sua excitação sexual: "Gosto que tenhas nojo mas que venhas comigo para a cama" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 191), pensará ele. Dessa forma, o seu orgasmo contará como vitória sua, como subjugação dela: "se veio de novo a vingar-se dela; lambuzando-lhe com o sexo, em seguida, a boca cerrada a dar-lhe a conhecer o gosto da sua vitória." (Barreno/Horta/Costa, 2010: 193). Tal estará de acordo com a visão de Bourdieu, que interpreta a relação sexual como uma relação social de dominação, construída através do princípio de divisão entre o masculino, activo, e o feminino, passivo. Este princípio dirigirá o desejo masculino como desejo de posse e o feminino como desejo de dominação masculina, aliando-se aqui a dominação e a subordinação erotizadas, passando mesmo a haver um reconhecimento erotizado da dominação (Bourdieu, 2012: 31). O gosto do homem na subjugação feminina prova, assim, o desejo de posse e a necessidade de assumpção de poder.

3. 3. "Carta de D. Joana de Vasconcelos para Mariana Alcoforado freira no Convento de Nossa Senhora da Conceição em Beja"

Uma parte considerável do livro gira à volta de duas mulheres: Mariana, encarcerada num convento, sob o hábito que rejeita, e Joana, casada contra a vontade, com um homem que não quer. Ainda que Mariana, encarcerada no convento por mãos alheias, se sinta numa tristeza infinda, Joana, casada com um homem que não escolheu, há-de invejar-lhe o fado: "Antes aprouvera a meus pais me darem hábito tal como a ti, Mariana; monja me agradaria mais ser que mulher odiando seu marido e tão vulnerável, tão ansiosa, tão sequiosa de amor." (Barreno/Horta/Costa, 2010: 135). Tal se deve porque, a uma vida de clausura, Joana vai contrapor o seu "corpo dilacerado, por membro estranho, escaldante, a magoar sobretudo a alma" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 135). Fará, assim, a Mariana, a pergunta retórica: "sabes tu minha irmã, o que é calarmos, dia após dia, o nojo, a aflição já sem lágrimas, nem lágrimas tendo para nos chorarmos, nem pena conseguirmos arranjar mesmo por nós próprias?" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 135). Afinal, Mariana não sabe "o que é sermos tomadas nuas por mãos apressadas e bocas moles de cuspo" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 135). Notamos, nesta cena, dois casos de mulheres cujos destinos foram decididos por outrem. Como nota Ávila, o processo de construção dos direitos sexuais integra-se no processo, mais amplo, da construção da democracia. Assim sendo, para que as mulheres construam os seus próprios direitos sexuais, devem romper com a heteronímia a que sempre estiveram submetidas, relativamente ao uso dos seus próprios corpos (que empurrou, neste caso, Joana para um casamento que não quer), uma vez que aquilo que historicamente sempre controlou e reprimiu as suas vivências corporais na sexualidade foi determinado por homens. Dessa forma, o controlo do corpo é um elemento central da dominação patriarcal (Ávila, 2003: 467). As duas personagens são, assim, dois claros exemplos da dominação do patriarcado, que lhes escolhe os destinos e, num dos casos, explora sexualmente um corpo como lhe aprouver, contra a sua vontade.

3.4. "Monólogo de uma mulher chamada Maria, com a sua patroa"

A leitura leva-nos ainda a uma cena de violência doméstica que se destaca pela desculpabilização do agressor. Num monólogo que dirige à patroa, Maria há-de perguntar: "mas como é que eu podia saber que o meu António havia de vir assim das Áfricas, ele que era uma pessoa, não desfazendo, de tão bom coração e desde que veio das guerras anda transtornado da cabeça e me mete medo grita noite e dia, bate-me até se fartar e eu ficar estendida." (Barreno/Horta/Costa, 2010: 163). Ao longo do monólogo, Maria vai dando a entender o grau da violência: "ele sempre a bater, a bater, só não dando cabo de mim porque o menino coitadinho, se foi botar agarrado ao meu corpo" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 164). A uma violência bárbara, segue-se a aceitação: "voltou um mês depois, para me pedir desculpa com tão bons modos que o desculpei, o que quer a senhora, são fraquezas que a gente tem" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 164). As autoras mostram ainda o desespero que pode assolar uma vítima de violência doméstica sem esperança no futuro e sem capacidade de mudança: "Foi sina ser infeliz, não vale a pena lutar contra o destino, minha senhora, não vale a pena, o homem pode-se revoltar sempre que quer mas a mulher está presa a eles, a um filho e depois? Que o meu António no fundo até não é mau, não senhora, e é o pai do meu Antoninho, pobrezinho, tão fraquinho me saiu do corpo..." (Barreno/Horta/Costa, 2010: 164). Esta será, assim, uma representação de um caso em que a mulher não se reivindica como sujeito por estar simbolicamente destinada à resignação e à submissão.

Com esta cena, as autoras tiraram a violência doméstica dos confins da vida privada, inacessível pela política pública (só no ano 2007, contudo, ela passaria a ser considerada crime público em Portugal), o que permitiu que a relação de forças fosse alterada. Tirando a violência doméstica do espaço privado a que estava confinada, através da literatura, as três Marias permitiram que tal fosse alvo de discussão pública e que as condições em que as mulheres viviam durante a ditadura salazarista fossem denunciadas. Estavam, assim, escancaradas as portas que davam acesso à política dentro da casa, num avanço feminista que desconstruía a naturalização da violência machista. Desta forma, o feminismo, aliando o teórico ao pessoal, e aliando ambos ao colectivo, resulta numa teoria crítica sobre as relações de poder.

3.5. "O Cárcere"

A violência continua, outra vez numa descrição atroz: à entrada do homem na casa, a mulher "percebeu-lhe o olhar mau dos dias em que choviam novas acusações, novas suspeitas, renovadas injúrias." (Barreno/Horta/Costa, 2010: 169). A partir daí, fica claro que a personagem não terá salvação, que a violência que dali advirá não terá justificação naquilo que fizer ou não. É por esse motivo que diz "porquê contar pormenores e suas sequências, tudo foi provocação, táctica de extrair o pretexto do seu silêncio" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 170), uma vez que ele continuava "buscando o mínimo pretexto que lhe permitisse passar ao ataque, à brutalidade" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 170). Daí que seja dito que "o que foi seu [da mulher] gesto ou sua resposta não interessa" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 170), uma vez que, assim como assim, ele passaria ao ataque. E assim o fez: "ele saltou do catre com as suas botas pesadas, e começou a dar-lhe pontapés meticulosamente, primeiro nas canelas, depois nas coxas, depois no sexo, as botas subindo sempre, à medida que o seu corpo se dobrava, se curvava, se enrodilhava" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 170). No final, a vítima lembra-se de que quando José, o marido agressor, fora preso, "todos eles tinham protestado então, com alarido e com ódio aos polícias, e viera mesmo um senhor com um papel para se assinar o nome a protestar" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 171). Nota ainda que, por ela, "não há papéis nem zangas". Por que a tratará ele assim, a ela, que lhe coze as batatas, lhe trata da roupa e lhe pariu os seis filhos? (Barreno/Horta/Costa, 2010: 171). Cabe, aqui, fazer duas notas sobre este texto. A primeira diz respeito à mobilização em torno da pessoa sobre a qual a violência é exercida: Maria nota que, quando José fora vítima – neste caso, da polícia -, tinha havido mobilização para que sobre ele não fossem cometidas injustiças ou violências; por ela, contudo, ninguém se mobiliza, sofre violência em silêncio – uma violência naturalizada, portanto – e a sua condição não choca ninguém. A segunda nota refere-se à confusão de Maria, que não entende como pode ser mal tratada, se cozinha, trata da roupa e dá à luz. Ou seja, considerando que cumpre o seu papel de mulher – esposa, empregada doméstica e mãe -, não pode haver motivos para a violência. A confusão de Maria deixa em aberto a sua perspectiva sobre potencial violência sobre quem não cumpre estes papéis. A personagem está, assim, conformada com o seu papel submisso, assumindo-o como natural e contribuindo para a sua própria dominação.

3.6. "A Luta"

Resta-nos aqui a referência a uma outra passagem da obra, que nos remete para uma recusa da insubmissão: nela, Maria abandona o marido, António, decidida a não mais ceder. Ela "corre sem ver para onde, sem saber se ele a persegue a fim de a tentar levar para casa" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 231). Sem olhar para trás, a decisão está tomada: não mais cederá às súplicas, às ameaças, à ternura ou à tortura física. António, por sua vez, não aceitará a decisão: diz a sua ameaça num tom que quase parece uma jura de amor: "Tudo hei-de fazer para que voltes" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 232). Nesse tom, que é já a ameaça de violência, há-de tentar agrupar a agressão com o amor: "Não penses que me vingo. Sabes que te amo. Somente agora os gestos são diferentes e outros os processos de to demonstrar." (Barreno/Horta/Costa, 2010: 232). A violência que exerce será, assim, um gesto diferente, um outro processo de demonstrar amor. Refere-se ainda ao poder que terá sobre ela, dizendo que nunca a obrigou "a alguma coisa mais do que seria normal exigir um homem de uma mulher", tendo somente empregado "mesmo os direitos (que me são devidos) sobre minha mulher" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 233). Ou seja, mais uma vez, a mulher aparece como propriedade do homem, sobre a qual o homem pode exercer os direitos que entender, fruto de uma relação de forças que objectifica – e, portanto, coloniza – as mulheres.

Ele refere-se ainda à sua [dela] "presença frágil aqui em casa onde é o teu lugar" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 232), o que nos remete para a divisão do espaço: numa sociedade em que os homens dominam o espaço público e o poder, as mulheres ficam destinadas ao espaço privado. Estando excluídas das tomadas de decisões e do exercício do poder, as mulheres confinam-se à vida privada e doméstica numa casa que é, assim, o lugar delas. Ávila (2003) notou ainda que os direitos têm várias abordagens, que dependem da visão teórico-política com base na qual são colocados em perspectiva, afirmando que a luta no campo ideológico para derrotar a moral

conservadora, que garantia a submissão da sexualidade das mulheres à reprodução, foi importante na história da prática política e do pensamento feministas. Esta ideia estará intrinsecamente ligada à do texto a que aqui nos referimos, uma vez que o homem assume que a mulher lhe pertence, que tem direitos sobre ela e que ela deve ainda estar confinada ao espaço privado.

4. Considerações finais

"Quando o burguês se revolta contra o rei, ou quando o colono se revolta contra o império, é apenas um chefe ou um governo que eles atacam, tudo o resto fica intacto, (…) Se a mulher se revolta contra o homem nada fica intacto; para a mulher, o chefe, a política, o negócio, a propriedade, o lugar, o prazer (bem viciado), só existem através do homem." (Barreno/Horta/Costa, 2010: 143)

Foi para abalar as convenções sociais que o livro de Barreno, Horta e Costa foi publicado. Tendo sido proibido e destruído três dias após a sua publicação, podemos concluir que esse primeiro intuito foi cumprido: não seria sob pena da manutenção da ordem vigente que a censura de Marcelo Caetano iria agir. As autoras bem o disseram: "Bem sei que a revolta da mulher é a que leva à convulsão em todos os extractos sociais; nada fica de pé, nem relações de classe, nem de grupo, nem individuais, toda a repressão terá de ser desenraizada, e a primeira repressão, aquela em que veio assentar toda a história do género humano, criando o modelo e os mitos das outras repressões, é a do homem contra a mulher." (Barreno/Horta/Costa, 2010: 198). De facto, foi com interminável arrojo que conseguiram a convulsão a que fizeram referência: denunciando a situação em que viviam as mulheres, sem pudores, não raras vezes dando às suas personagens a capacidade analítica necessária ao abalo do status quo, as autoras empreenderam numa obra literária que depressa se tornaria no primeiro caso feminista internacional. Mais: através disso, elas denunciaram ainda as opressões de classe e o pântano da guerra colonial, temas tabus durante o regime. Em plena ditadura, arrojaram uma literatura em prol da igualdade. Assim, esta obra, tão tida em conta enquanto literatura feminista, tão importante para o feminismo também a nível internacional, ultrapassou as paredes do género, não se encerrando na opressão sofridas pelas mulheres. Ao deixarem também clara a exploração classista, as autoras afastaram-se do risco de que a sua obra pudesse funcionar como forma de favorecimento particular de mulheres saídas do mesmo espaço que os homens que ocupam as posições dominantes. Desta forma, Novas Cartas Portuguesas é uma obra que tem em conta todas as estruturas de dominação e que deixa clara a consciência de que só a destruição de todas elas poderá permitir um mundo em que a dominação masculina não seja uma realidade. É neste sentido que Simone de Beauvoir lembra que as mulheres burguesas se solidarizam com homens burgueses e não com as mulheres proletárias. A dominação de classe é, assim, obstáculo a ultrapassar para se chegar à equidade de género.
Na construção da narrativa, as autoras não são alheias aos mecanismos sociais do poder. Elas afirmam que a "repressão perfeita é a que não é sentida por quem a sofre, a que é assumida, ao longo duma sábia educação, por tal forma que os mecanismos da repressão passam a estar no próprio indivíduo, e que este retira daí as suas próprias satisfações." (Barreno/Horta/Costa, 2010: 198/199). Daí que algumas das personagens a que fizemos referência possam encaixar-se no papel submisso a que estão destinada pelos mecanismos da violência simbólica (Bourdieu, 2012). Dessa forma, e uma vez que os dominantes já terão reconhecido o status quo como o estado natural, as mulheres aderem a essa ordem, tantas vezes de forma incondicional. Repare-se no que diz Maria: "Foi sina ser infeliz, não vale a pena lutar contra o destino, minha senhora, não vale a pena, o homem pode-se revoltar sempre que quer mas a mulher está presa a eles" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 164).
Com personagens de fôlego, Novas Cartas Portuguesas deixa uma semente para a recusa da resignação: o vínculo matrimonial não deve ser um contrato de posse. Por isso, a pergunta retórica: "Acaso será a mulher obrigada a suportar a um homem todas as humilhações só porque ele é marido: dono, senhor?" (Barreno/Horta/Costa, 2010: 213). Perguntando-o, e esperando reflexão e não resposta, as autoras incitam as sublevações das classes oprimidas, fazendo com que a sua obra literária, tão comprometida com a realidade, funcione contra a dominação cultural. Desta forma, denunciando de forma crua os problemas que advêm das hierarquias de poder, deixam a semente para a transgressão do modelo social vigente.

Não sendo a denúncia das atrocidades da guerra colonial ou das relações de poder de somenos, o processo jurídico que foi aberto às autoras foi motivado precisamente pela expressão da sexualidade, com o agravante de ter sido feito por mulheres. A assumpção do corpo e do prazer, numa sociedade católica e patriarcal, constituiu uma grave afronta à moral oficial que, precisamente por ser o reflexo de um poder patriarcal, decidia os papéis sociais das mulheres.

5. Referências bibliográficas

ÁNZALDUA, Gloria (2000). "Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo" in Revista Estudos Feministas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

ÁVILA, M. B (2003). "Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde" in Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro.

BARRENO, Maria Isabel; HORTA, Maria Teresa; COSTA, Maria Velho da (2010). Novas Cartas Portuguesas. Alfragide: Dom Quixote.

BEAUVOIR, Simone de (1970). O segundo sexo – fatos e mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

BEAUVOIR, Simone de (1967). O segundo sexo – a experiência vivida. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

BOURDIEU, Pierre (2012). A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand.

BRAIDOTI, Rosi. "El sujeto en el feminismo" in: BRADOITI, R. Feminismo, diferencia sexual y subjetividade nómade. Barcelona: Editorial Gedisa, 2004. p. 9-31.

CHAUÍ, M. (1998). Ética e violência. Teoria e Debate, 39.

ECO, Umberto (1988). Obra aberta. São Paulo: Editora Perspectiva.

FEMENÍAS, María Luisa (2007). "Esbozo de un feminismo latinoamericano" in Revista Estudos Feministas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

FRASER, Nancy (2007). "Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação" in Revista Estudos Feministas. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

LOBATO, Monteiro (2009). "O romance do chopim" in Primeiro de Maio. São Paulo: Imprensa Oficial.

LUZ, Nanci Stancki da (2009). "Violência contra a mulher: um desafio à concretização dos direitos humanos" in Luz, Nanci Stancki; Carvalho, Marília Gomes de; Casagrande, Lindamir Salete (orgs.), Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola. Curitiba: Editora ETFPR.

SWAIN, Tania Navarro (2010). "O Grande Silêncio: a violência da diferença sexual" in Stevens, Cristina; Brasil, Katia Cristina Tarouquella; Almeida, Tânia Mara Campos de; Zanello, Valesca (orgs.), Gênero e feminismos: convergências (in)disciplinares. São Paulo: In libris libertas.

A visível dor ocultada: a naturalização e os danos socioemocionais da violência psicológica contra a mulher

Diêgo Fernando Silva Rabelo
diegofhistoriador@gmail.com

Luana Tereza de Barros Vieira Rocha
lunaflorrocha@hotmail.com e luanatereza_rocha@yahoo.com.br.

Resumo:O trabalho analisa os aspectos que caracterizam a violência psicológica sofrida por mulheres atendidas no Centro de Referência de Violência Contra a Mulher, criado pelo governo federal, com ênfase nas determinações sociais decorrentes de uma sociedade machista que naturaliza práticas de agressão no âmbito doméstico. A violência psicológica enquadrada na Lei Maria da Penha (11.340/2006) está presente em outras como a física, sexual, patrimonial e moral. Acarreta danos nem sempre imediatos, impercebíveis até mesmo para quem a sofre, independem da proximidade do agressor e envolvem demais sujeitos que possuem laços afetivos com a mulher dificultando o rompimento do ciclo de violência. Ela se expressa em insultos, ameaças, humilhações e resultam em consequências como a autoestima baixa, medo, tentativas de suicídio, ansiedade e até mesmo, transtornos mentais graves, como síndrome do pânico, a esquizofrenia.

Palavra-chave: Violência de gênero. Violência psicológica. Centro de Referência. Movimento feminista. Lei Maria da Penha.

1. Introdução

O trabalho tem por objetivo analisar a violência psicológica sofrida por mulheres atendidas no Centro de Referência de Violência Contra a mulher, com ênfase nas determinações sociais decorrentes de uma sociedade machista que naturaliza práticas de agressão no âmbito doméstico.

As discussões acerca das relações entre gênero deu-se inicialmente no século XVIII. Ao discutir a questões de como os sujeitos sociais atuam na realidade social, outras problemáticas entraram em jogo como, por exemplo, a democracia que marcou presença em estudos nos séculos XIX e XX. Essas análises cooperaram para compreensão de diversas instâncias sociais, antes descartadas de análises influenciando os rumos do social, da política e da cultura no Brasil.

A mulher, em especial, a brasileira é historicamente desrespeitada e tratada de maneira desigual e entendida como ser inferior tanto no âmbito público quanto privado. Entendida como frágil e de extrema doçura, ela enfrenta, desde o nascimento, uma educação diferenciada do homem, nos quais ambos assumem papéis determinados. No lar, espaço geralmente, compreendido como de ternura, afeto e harmonia, a mulher recebe tratamento inadequado, como por exemplo, castigos corporais.

Essa realidade durante anos foi entendida como natural, por saber que essas ações são necessárias para manter a ordem e o equilíbrio familiar. Essa concepção apresentou um caráter revelador de uma concepção ideológica reproduzida historicamente advinda da dominação patriarcal tão presente na formação social do Brasil.

O Brasil e em outros países, a violência contra a mulher decorreu de uma organização sociocultural machista. Ou seja, um tipo de ordem e privilégio comandado e destinado ao homem. Como se refere Santos (2004) um dos grandes indícios de opressão é o fato de que durante muito tempo coube à mulher todo o trabalho doméstico e a exclusão/negação do contato com outras realidades foi sucumbida.

A violência não tem limites encontra-se tanto na esfera pública quanto no espaço doméstico, este último torna-se um cenário de maus tratos físicos e psicológicos, abusos sexuais, destruição ou subtração de móveis,

documentos pessoais, ofensas constantes, que desestrutura gradativamente o "eu" da mulher, criando todo um cenário de subjugação e negação da condição humana digna, e bem pior, a periodização a naturalização desses eventos, mantendo-a insuportavelmente, na violência de gênero.

Santos (2004:13) baseada em Saffioti (1994) fundamentou essa questão, inferindo que:

> A violência contra a mulher deve ser entendida como uma relação de poder, de dominação do homem e de submissão da mulher, pois a natureza das relações sociais determina o comportamento agressivo aos homens e submissos às mulheres, como os costumes, a educação e os meios de comunicação, os quais criam e preservam estereótipos que referenciam a ideia do sexo masculino ter o poder de controlar os desejos, as opiniões e a liberdade de ir e vir das mulheres.

Com a crescente participação das mulheres nas últimas décadas em várias instâncias sociais, principalmente, sua inserção em movimentos sociais, (o movimento feminista, em especial) houve a promoção de discussões sobre questões antes jamais trabalhadas. Dentre as inúmeras problemáticas levantadas pela manifestação, tem-se a discriminação e a violência doméstica levando ao Estado o reconhecimento dessas realidades. Com demandas apresentadas pelos movimentos feministas e de mulheres foi exigindo do Estado medidas cabíveis de enfrentamento às mazelas, as chamadas políticas públicas.

A partir da década de 70, com as ações das mulheres contra as desigualdades, hierarquia e exclusão, a questão da violência doméstica migrou do espaço privado para o âmbito público passando a ser encarada como um problema social e a ser combatido. Desse contexto de relações intrínsecas de poder do Estado e sociedade, as políticas públicas para o enfrentamento da questão da mulher passaram a ser implementadas.

E dentre as inúmeras manifestações promovidas pelos movimentos sociais, em especial, o feminista[1] foram muitas as conquistas local e internacional, como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) que é exemplo de avanços legislativos no enfrentamento da violência contra as mulheres que pode ser entendida como um mecanismo de impacto na sociedade, como mudanças nas mentalidades e comportamentos, haja vista, que são as leis um dos grandes instrumentos de persuasão na sociedade, pois as leis como infere Bardest (2006: 66) gera e norteia novas práticas capazes de concretizar o ideal democrático.

A violência doméstica se expressa em violência física, psicologia, sexual, patrimonial e moral cometida por parceiros, ou (ex) companheiro (fruto de união estável), (ex) marido, (ex) namorado, filhos e filhas, sogros, sogras, ou outro sujeito que mantém relação íntima ou de aproximação com a mulher e, que vive ou viveu na mesma casa. Apesar de espaços públicos também serem ambientes que cometem a violência de gênero, realizadas por conhecidos ou não, é no âmbito doméstico que há maior frequência e, pior, o ocultamento de atos violentos.

Dentre as formas de violência defendidas pela Lei Maria da Penha (11.340/06) destacamos a violência psicológica. Consideramos que a violência psicológica transita nas demais formas de violência. É transespacial e transtemporal. Não se limita à mulher. Os filhos não são anulados do jogo de poder nutrido pela manipulação, persuasão, medo cometidos pelo agressor. Esses elementos fundamentam uma teia de relações que impossibilitam o rompimento do ciclo de violência.

É nesse contexto que o conceito de violência psicológica se constitui como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, redicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

O trabalho e constitui metodologicamente por alguns dados estatísticos de 06 (seis) anos de existência do Centro de Referência de Atendimento à Mulher de São Luís/MA, inaugurado em 20 de junho de 2008, com ênfase a violência mais frequente, as complicações de saúde, o motivo das agressões.

---

1 Estes espaços voltados para as mulheres foram conquistas decorrentes de lutas do movimento feminista e, em especial, o grupo de mulheres da Ilha no Maranhão.

Também para compor o trabalho foram ouvidos e registrados diálogos de mulheres atendidas nos meses de agosto, setembro e outubro, período dedicado por nós para o contato com os sujeitos da pesquisa.
Constatamos nas falas das mulheres[2], toda a trajetória de violência, com destaque a psicológica, logo iniciada no namoro, avançando no momento de união estável ou casamento e prolongando-se com o término da relação, nesse ínterim, inúmeros sujeitos são envolvidos em atos intransigentes, manipuladores e sutis, os quais comporaram uma difícil tarefa à mulher de romper o ciclo de violência.

2. A violência doméstica como desigualdade sociohistórico: bases conceituais para seu entendimento

A família carrega um significado social de ser uma instituição regada de aconchego, ser acolhedora, um espaço para construção de relações dos sujeitos para o «'atendimento das necessidades básicas sejam elas materiais ou afetivas enfim, um espaço de liberdade, cumplicidade, serenidade e diversão'» (Santos, 2004: 24). Contrário e infelizmente, pode ser um ambiente de conflitos, tensões, disputas, poder e de lutas, ora brandas ora extremamente violentas.
Violência como prática decorrente de uma particular relação entre os sujeitos históricos. Essa sociedade carregada de uma cultura de dominação, exploração e humilhação entre os homens e mulheres é legitimada e naturalizada em distintos momentos temporais.
Para Teles e Melo (2003), o termo violência contra a mulher é uma expressão trazida à tona pelo movimento feminista nos anos 70, por ser alvo principal da violência de gênero. Esse tipo de violência foi assim designado para retratar um ato contra pessoa do sexo feminino, fundada na premissa de ser apenas e simplesmente um ser feminino. Essa expressão significou a intimidação da mulher pelo homem, que desempenhou o papel de seu agressor, seu dominador e seu disciplinador. Mas é bom salientar que esse agressor não é apenas aquele com o papel de marido, companheiro, namorado. É possível, mesmo que com pouca frequência, possa ser um filho, filha, outro (s) com laços consanguíneos e/ou agregados.
Esse contexto de relações de poder constituído por elementos ordenadores da cena doméstica definem o marido e a esposa, pais e filhos em posições hierárquicas, direitos e deveres específicos, no contexto de profundas desigualdades como diz Romanelli (2003). Esses valores diversificam segundo as relações de gênero e idade.
O poder expresso no âmbito familiar está interligado com as relações de gênero, ou seja, as atitudes pensadas e praticadas no dia-a-dia desses sujeitos. A categoria gênero possibilita o entendimento das relações sociais complexas cujos homens e mulheres dão corpo à vida social.
Para isso, é interessante compreender seu percurso histórico visando saber as desigualdades entre os sexos que, segundo Saffioti (1997) trata da construção social do masculino e feminino, fruto de um processo humano que possibilita um universo de análises concernentes à questão das desigualdades e hierarquias na sociedade. Para a autora, esses elementos não são de caráter biológico, mas social. O gênero é uma construção social que define o ser mulher e o ser homem. É das noções de mulher e de homem que nascem as normas que permitam a transformação de um bebê em um ser feminino ou masculino.
É o que Teles inferem:

> O termo gênero não pode ser confundido com sexo. Este, na maioria das vezes, descreve características e diferenças biológicas, enfatiza aspectos da anatomia e fisiologia dos organismos pertencentes ao sexo masculino e feminino. As diferenças sexuais assim descritas são dadas pela natureza. Mulheres e homens pertencem a sexos diferentes [...] O gênero, no entanto, aborda diferenças socioculturais existentes entre o sexo masculino e feminino, que se traduzem em desigualdades econômicas

2 Tarefa em que a pesquisadora Luana Rocha teve o papel de destaque, pois atua na instituição como Assistente Social. Todo o diálogo colhido teve o consentimento das mulheres e da diretora da Casa da Mulher de São Luis.

> e políticas colocando as mulheres em posição inferior à dos homens nas diferentes áreas da vida humana (Teles, 2003: 17).

Ou como infere Carrara:

> Gênero se refere à construção social do sexo anatômico. Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos (Carrara, 2009: 39).

Sendo assim, gênero não se confunde com o sexo biologicamente possuído, mas é algo construído político e socialmente. Essa atribuição decorre dos modelos de organização social, bem como, a complexidade e contradição que cada sociedade e, essa em sua particularidade apresenta a concepção de classes, orientação sexual, raça/etnia, religião, idade, etc..

Na existência da desigualdade envolvendo o gênero masculino e feminino imperam a relação de poder de dominação de um sobre o outro, isto é, o homem que submete a mulher a suas vontades e interesses, fato este, construído historicamente. Essa realidade é concretizada segundo valores e modos de sociabilidade e é significativamente reforçado por ideologias onde induzem relações violentas entre os sexos. É o que se refere Teles:

> Não é a natureza a responsável pelos padrões e limites sociais que determinam comportamentos agressivos aos homens e dóceis e submissos às mulheres. Os costumes, a educação e os meios de comunicação tratam de criar e preservar estereótipos que reforçam a ideia de que o sexo masculino tem o poder de controlar os desejos, as opiniões e a liberdade de ir e vir das mulheres (Teles, 2003: 18).

São construídos e naturalizados os estereótipos. A mulher possui uma identidade voltada para trabalhar no ambiente doméstico, isto é, no lar (a chamada rainha do lar), onde são executadas tarefas voltadas para o bem-estar de filhos, filhas e marido ou companheiro. Tavares (2008) infere que a ideologia dominante impõe que toda mulher tem a capacidade "natural" de ser mãe, logo toda a mulher devem casar, ter filhos e cuidar da casa, dessa forma, a sociedade reproduz tal ideologia e a constrange a isto. O sofrimento, a rejeição social à mulher se manifesta logo nessa premissa pautada na subordinação ao âmbito doméstico e reprodutivo, pois existem mulheres que não escolhem ou desejam esse "caminho natural", consequentemente outras formas de preconceito são a elas designadas[3].

A mulher amorosa, compreensiva é subjugada e assume um papel hierarquicamente inferior onde a violência de gênero é reflexo dessa relação.

O homem, o provedor da casa, o sujeito público, aquele de respeito e obediência – ideias materializadas no cotidiano expressando o poder do gênero masculino – subordina mulher e filhos a valores hierarquicamente desiguais que impossibilita – pela naturalização dos fatos – a mulher se perceber em um contexto de conflito. Esses mecanismos potencializam a preservação das desigualdades no universo societal.

Os mecanismos ideológicos inculcados em mentes humanas que dirigem as interpretações sobre o mundo e, conduz o agir humano estão inseridos em uma sociedade estratificada onde imperam as diferenças entre classes, diferenças essas diversas segundo o período histórico constituído de instâncias políticas, econômicas e culturais. Segundo as relações construídas historicamente, por exemplo, no sistema capitalista interferem nas condições de gênero e a existência do poder aprofunda as disparidades entre homens e mulheres:

> O modo de produção da qual fazem parte esses sujeitos sociais são relevantes no entendimento das relações de gênero e de classe, pois, apesar da situação de subalternidade que acompanham historicamente as mulheres no que diz respeito ao seu papel na sociedade, existem profundas diferenças entre elas segundo a posição social que ocupam (classe trabalhadora, classe média ou classe dominante) [...] A

3 A lesbofobia se enquadra nessas condições.

> questão de gênero e suas relações não podem ser analisadas fora da complexidade das outras relações maiores das quais fazem parte. Elas também se constituem enquanto relações de poder que mantém a mulher em posição inferior ao homem são relações sociais que constituem verdadeiros campos de força cujas mulheres encontram-se numa posição desvantajosa (Tavares, 2008: 35)

As relações que estratificam os gêneros segundo o contexto histórico vigente, estão expressas no papel desempenhado por cada sujeito na sociedade. Tavares (2008) ao compreender a estratificação entre homens e mulheres situando um em condições de inferioridade e outro, de superioridade faz uma análise referente à ideia do público e privado que de certa forma, alimenta os interesses dominantes e, por conseguinte, do modelo de produção vigente.

A autora esclarece que a relação de gênero é alvo de uma opressão específica. As mulheres constituem uma unidade formada pelo recorte de gênero. Assim, a opressão e a violência exercidas sobre a mulher atravessam as referências de classe e etnicidade, constituindo-se, pois em um fenômeno transversal, embora assuma feições particulares tendo em vista a condição de classe e/ou raça/etnia a que pertence à mulher.

As disparidades entre gênero, têm com ênfase os papéis sociais por aquele determinado. Tipicamente, o espaço do privado é reservado às mulheres, e as formulações políticas se davam em atividades eminentemente públicas, portanto reservadas aos homens. «'De público entende-se como ambiente a ser visto e ouvido por todos, àquele que tem divulgação, a voz, é o mundo exterior'» (Ferreira, 2007: 25) «'já o privado, contrário e este, mostra-se como ambiente de reserva, limitado, ao mundo interior'».

Esse mundo tanto exterior quanto interior é constituído de hierarquia, separação, classificação ou como infere Ferreira (2007), as mulheres, crianças, idosos, pobres e negros tem sido relegados aos espaços do privado, que restringem seus poderes de decisão e ação. O afastamento entre público e privado dificulta o entendimento das questões de gênero, quando reforça o conservadorismo dos papéis desempenhados por cada gênero. Ferreira (2007: 27) continua agora a expressa a seguinte ideia:

> O significado mais elementar do que é público e privado está na constatação de que há coisas que ganhem vida e alguma forma de existência em meio à sociedade. Veja-se o caso das situações de violência sexual e doméstica [...] embora seja motivo de vergonha e humilhações para as mulheres, tais atos de violência foram, durante muito tempo, ocultos pelas fortes relações familiares e por acontecerem em geral, entre quatro paredes.

Trazendo à tona as questões da esfera privada, das particularidades entre as relações afetivas e de possíveis mazelas delas provenientes, trataremos agora sobre a Violência Psicológica e suas nuances, as questões de caráter objetivo e subjetivo percebidos no comportamento dos envolvidos e como ela se efetiva no seio familiar de modo a dificultar, o rompimento do ciclo de violência sofrido pela mulher.

2.1 Violência Psicológica: nuances, sujeitos e efeitos

A violência doméstica ou violência de gênero é entendida como aquela que acontece em função dos sexos. Ela ocupa um lugar peculiar dada a sua complexidade dentro de uma rede de violência maior. Não ocorre apenas no âmbito doméstico, mas também nos espaços públicos, por pessoas conhecidas ou não, contudo é na primeira que ela se manifesta em maior grau, dado o seu nível de ocultamento perante a sociedade. Essa forma de violência apresenta aspectos que ora condena sua existência ora a confirma, no sentido de manter o equilíbrio relacional entre homens e mulheres no ambiente doméstico:

> A sociedade comumente apresenta uma posição contrária em relação à violência, pois ora a rejeita, dependendo da forma e intensidade como que ela acontece, com requintes de crueldade, por exemplo, ora a confirma e a legitima ao reproduzir os padrões impostos as mulheres de submissão ao homem, como por exemplo, ao concordar que a mulher deve ser uma boa dona de casa, esposa e mãe, pois do

contrário deve sofrer as sanções aplicadas por seu marido, que é apanhar (Tavares, 2008: 42)

Ainda sobre o conceito de violência doméstica contra a mulher, Santos (2004:30) compreende como sendo «'um sofrimento e às agressões dirigidas especialmente às mulheres pelo fato de serem mulheres, pela concepção de inferioridade e subalternidade da mulher em relação ao homem, sobretudo nas relações conjugais'». A designação dada pela Lei Maria da Penha (11.340/06) diz que «'violência doméstica contra a mulher é qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial'».

Para Tavares (2008), violência doméstica é a que ocorre dentro de casa, nas relações entre as pessoas da família, entre homens e mulheres, pais/mães e filhos, entre jovens e pessoas idosas. Ampliando essa preposição conceitual, em que violência se encontra em todas as pessoas do lar, podendo ter laços familiares ou não.

Sabemos que a violência contra a mulher no âmbito familiar não ocorre apenas contra as mulheres, podendo acontecer entre dois homens ou ainda entre duas mulheres, isto segundo as circunstâncias, mas é contra as mulheres que ela se destaca. No Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência em São Luís do Maranhão[4], espaço da análise, é verificado essas questões.

Conforme a Lei Maria da Penha (11.340/2006) a violência doméstica possui 05 (cinco) formas, as quais são: física, sexual, psicológica, patrimonial, moral. Nossa pretensão é analisar a luz das desigualdades entre os gêneros localizados no espaço doméstico, a prática da violência psicológica, com ênfase a uma série de aspectos que envolvi a mulher, os quais dificultam o rompimento do ciclo de violência. Tais impedimentos acarretam a uma condição de naturalização e enraizamento da condição de dominação, humilhação e exploração da mulher pelo agressor.

Segundo informações de mulheres atendidas no Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de São Luís, mais conhecida com o nome CASA DA MULHER de São Luís, inaugurado em junho de 2008, o sujeito de maior destaque que assume o papel de agressor é o companheiro (37,76%) e, em seguida, ex-companheiro (23,65%). Geralmente, o tempo de namoro para essas uniões deram-se em um curto intervalo de tempo, menos de seis meses. No caso de mulheres de união estável, menos de um mês.

Considerando o namoro um tipo de envolvimento importante para conhecimento de mundos, gostos, empatias ou antipatias, bem como, dos familiares do casal, É o conhecer daqueles que buscam uma relação afetiva. Essa provável face da relação se dá muito breve e pouco se conhece bem minimamente, a personalidade do homem e da mulher[5]. Com efeito, isso não é uma regra, haja vista que a realidade dinâmica dos sujeitos não deve ser colocada em generalizações, e nem acusar a mulher por sua escolha, pois há casos de namoros prolongados e que, depois do casamento, o homem mostra-se extremamente agressivo, possessivo e manipulador, contrariando seu modo de ser naquela fase constituída de afeto, amor, levando ao desconhecimento do "verdadeiro" companheiro ou marido que acreditou ter escolhido.

A maioria das mulheres agredidas e que buscam atendimento na CASA DA MULHER tiveram um período mínimo de envolvimento, antes de culminar com uma relação oficial e, muitas alegaram à seguinte ideia: não o conheci muito bem antes de ir morar junto ou casar. De fato, há uma ocultação ou manipulação do comportamento agressivo por parte do homem. Esse comportamento é fruto de um contexto histórico, o qual tem por base a concepção de dominação do homem e inferioridade da mulher.

É nesse contexto que se inicia uma problemática relação, a envolver não apenas a mulher, mais várias e diferentes pessoas que estão ou conhecem direta e/ou indiretamente essa a realidade.

---

4 Segundo a Norma Técnica de Uniformização elaborada pela Secretaria Especial de Políticas para mulheres do Governo Federal (2006), O Centro de Referência é o espaço estratégico da política de enfrentamento à violência contra as mulheres, exercendo o papel de articulador dos serviços, organismos governamentais e não governamentais que integram a rede de atendimento às mulheres e garantindo o acesso a outros serviços para as que se encontram em situação de vulnerabilidade social, em função da violência de gênero. Oferece atendimento e acompanhamento psicológico, social, jurídico, orientação e informação às mulheres em situação de violência. Dentre muitos no país, focamos o de São Luís do Maranhão.

5 Com efeito, é difícil o conhecimento total do outro, pois somos sujeitos inacabados e em constante transformação. Mas certos comportamentos podem ser constantes e estes são os que nos leva a continuar ou não com o outro. São elementos que alicerçam as semelhanças, os pontos em comum que aproxima homens inseridos no meio societal.

Na esfera privada, cuja união já se efetivou, o homem passa gradativamente a agir de forma inesperada através de agressões das mais várias formas com companheira ou esposa. Conforme o diálogo das mulheres, as agressões iniciam-se com termos pejorativos, como insultos que acarretam a humilhações, constrangimentos. Isso implica dizer que, a violência mais conhecida e visível, a física não é a primeira a ser cometida e sim, a psicológica ligando com a moral (expressa na injúria, calúnia e difamação). A senhora T. K alegou nos informou «'nem sempre ele me agredia, mas sempre havia violência psicológica e moral'» ou, o mesmo exemplo da senhora C. J de 35 anos, «'começou por xingamentos através das discussões, em seguida, a agressão física'».
Ora, o agressor que tem consigo um caráter machista e busca coagir não apenas fisicamente a mulher. Ele age, primeiramente, através da dominação do emocional que facilita toda e qualquer ação agressiva. Como é o exemplo da senhora J., que relatou uma situação inesperada de violência psicológica por parte do companheiro: «'ele me agrediu porque não tinha comida (...) Eu falava, rapaz como você quer comida se você não coloca comida em casa e ele só falava, eu quero comida'».
O uso de termos depreciativos (injúria, calúnia e difamação), aliada a violência física, patrimonial e sexual coopera com a ansiedade, medo, baixa alto-estima, comportamento apático, transtorno do sono e alimentar, e complicações a saúde como o surgimento de pressão alta, depressão, etc. O caso da senhora J de J., os anos de violência lhe causou uma série de complicações de saúde, com destaque a de ordem mental. Em atendimento ela alegou ter sofrido um surto psicótico expresso no tipo de convulsão que levou como a usuária disse ao «'entortamento do corpo'». Ela alegou «'o médico falou que não era para ele ficar me impressionando (...) eu iria ficar pior'» (...) «'eu tenho que comprar medicamentos tarja preta'». L. de L cita sua história «'eu tenho problema de pressão'», outra a C. A. (52 anos) «'fiquei com arritmia cardíaca, tomo ritalina (tarja preta) '».
É no espaço doméstico, ocultado aos olhos da sociedade que a violência psicológica se mostra transtemporal. Esse termo refere-se que a prática da violência não tem limites quanto ao tempo de união, isto é, a mulher pode ou não estar convivendo sob o mesmo teto com o agressor para ser agredida.
Com efeito, muitos dos casos de morte ou outra agressão extrema ocorridos no contexto de violência de gênero acontecem quando o casal não está mais junto, quando a mulher por não suportar as agressões decide sair de casa e tentar um novo norte de vida. Para um homem que a considera como sua propriedade, um ser que não deve viver longe de seu controle, de sua tutela, ser dependente financeiro e emocional, torna-se para ele algo insuportável e inacreditável, acarretando a atitudes torpes e fatais.
Como exemplo dessa preposição, algumas mulheres atendidas na CASA DA MULHER relataram que, após o término do relacionamento o companheiro ou marido passaram a residir em outros municípios, ou locais distantes de sua morada situada em São Luís. Mas ao ter conhecimento de a ex-companheira ou ex-esposa ter um novo relacionamento, o agressor passa a freqüentar a casa da mulher sem autorização, ou manter visitas em área circunvizinha. Muitos passaram a exigir direitos na casa e a ameaçar exigindo a guarda dos filhos, alegando que a presença de outro homem não soa bem junto aos seus filhos, e em casos extremos, chega a proibir a presença do novo namoro à casa da mulher, alegando ser sua propriedade. Como exemplo do caráter transtemporal da violência psicológica nos referimos às ameaças constantes sofridas pela senhora M. C de 53 anos, quanto ao relato de um fato da insatisfação do agressor em sair de casa, ele disse segunda a mulher atendida «'quero ver qual a justiça vai me tirar daqui'».
Todo esse poder exercido pelo agressor sobre a mulher, filhos e até, outro homem que muito tem receio em se envolver e, alguns casos, termina o relacionamento se dá pelo discurso, impregnado de ameaças, ofensas, exibição de armas, ou seja, o uso da violência psicológica e moral, e última instância, a física e patrimonial.
A violência psicológica também é transespacial, pois não se restringe apenas ao seio doméstico, atinge outras localidades e, consequentemente, alcança outros sujeitos. Se a violência ultrapassa a esfera do privado atingindo, por exemplo, espaços públicos frequentados pela mulher, esta sofre restrição em muitas atividades, como por exemplo, de ir ao trabalho. Cerceada de ir à casa dos pais, irmãos, amigos, bem como, igrejas e festas. No caso de "desobediência", a mulher tem um preso a pagar. Perseguições nos locais de trabalho[6] ou em

6 Muitas perdem seus empregos mesmo que o empregador saiba da violência sofrida, mas pelo medo de represálias ou não querer se envolver a exonera.

áreas circunvizinhas a esse espaço. Agressões verbais e físicas em residências de familiares e amigos, se não, atos violentos com estes. Vigilância dentro ou fora da Igreja, em locais de festa com o uso de difamações aos sujeitos próximos a mulher, com o objetivo de prejudicar ou findar as relações de sociabilidade desta.

Os familiares e amigos da mulher também podem ser vítimas. Muitos agressores, conforme apresentaram as mulheres atendidas pela Casa da Mulher são impedidos, sob pena de danos físicos e até patrimoniais, de conviver com a mulher. Isso leva a uma drástica realidade: o isolamento, a intimidação e redução do convívio social e, consequentemente, o aprofundamento do domínio do companheiro ou marido que se torna a figura mais próxima (se não única) da mulher.

O caso de L. de L. de 26 anos mostra um caso de cerceamento cometido pelo ex-companheiro «'hoje eu saiu, bebo com minha mãe, antes eu nem saia de casa'». Ou o caso de J. de 35 anos «'todo serviço ele cobra ciúme, diz que eu arrumaria alguém, até me fazer sair do trabalho'». Quando a violência psicológica envereda aos amigos «'ligava para amigos me prejudicando, tive amigos que foram ao meu trabalho saber o que tinha ocorrido'». A referida usuária nesse último relato descreve o constrangimento decorrente das confusões promovidas pelo ex-companheiro, que se apoderou de seu aparelho telefônico e enviou inúmeras mensagens aos seus amigos, todas de caráter depreciativo e de cunho sexual, as quais levaram muitos colegas a se desentender com a mulher. A senhora informou que, muitos chegaram a ir ao seu trabalho na busca de saber das reais razões daqueles conteúdos, outros não retomaram a amizade por receio ou por não acreditar que não foi à mulher que enviou.

Outra característica transespacial da violência psicológica são os casos em que o agressor recorre a visitas em escolas de filhos. Ameaçando-os, persuadindo-os em deixar a mãe, resultando no medo e ansiedade na mulher. Isso tem reflexos na tentativa de buscar orientações em espaços institucionais, quando o agressor não se mostra nada receoso com qualquer ação da justiça, tornam-se mais agressivo com a mulher.

L. de L. informou a procura do agressor pelos filhos no ambiente escolar «'Ele nunca quis ou foi buscar a criança na escola (...) e agora, sim'». O relato de R. S. C. de 33 anos «'as crianças ficam desesperadas, ele dá pressão nas crianças'».

A violência psicológica pode não atingir a mulher diretamente, como ir contra a sua vida. Refirimo-nos, a ações que se destinam aos filhos. Agressões físicas, morais e psicológicas contra os filhos são constantes e acarreta profunda angústia, desorientação e medo por parte da mulher. Muitas delas continuam com esse companheiro, por essas razões. Isso ocasiona a imobilidade e fragilidade e, portanto, torna-a mais suscetível às práticas de violência por parte do agressor. A senhora J. inferiu «'os meninos ficam reclamando pela agressão que me faz, aí ele agride eles'», outro caso em que o filho reagi as agressões do pai para com a mãe «'ele gritava e chorava e não queria viver com ele [o agressor], ele [o filho] queria defendê-la'». Nesse caso a criança do sexo masculino tinha apenas 08 anos.

L. de L. alegou que a filha é o ponto fraco e a deixa vulnerável à situação de violência. Em alguns casos, os próprios filhos desenvolvem problemas de saúde, interferindo na vida dos pequeninos «'eles tem dificuldades na escola, falta de concentração, nervosismo'».

A mulher, portanto se encontra nessa rede de poder e de subordinação. Consigo os seus filhos que se desenvolvem nesse contexto de medo e abuso. Muitos recusam tais atitudes, outros internalizam essas vivências agressivas do pai ou padrasto e, passam seja na escola, seja em casa com a própria mãe, irmãos e amigos a agirem de forma violência e agressiva, alguns mesmo pequeninos condenam tais atos e se recusam a agir desse modo. E têm aqueles que se recusam no futuro ter qualquer relacionamento, no caso, as filhas (adolescentes), pelo temor de sofrer o mesmo que a mãe.

Portanto, a violência doméstica e a psicológica que segundo os dados estatísticos está em primeiro lugar com 28, 05%[7], em especial, é expansiva, ou seja, tem a mulher como foco principal, mas não se limita a ela. Não limitada quanto ao tempo e favorece a uma série de complicações de saúde. Os gritos, a ameaça, a vigilância, o cerceamento lhes causavam medo extremo, preocupação daquilo que o agressor delas pensava e que serviria como motivo das agressões. Muitas das razões da violência se dão pelas relações extraconjugais do homem, ciúme, o qual é o maior motivo da violência com 17,01%, drogas/álcool, conflito familiar e por bens, de modo

7 Seguida da Moral com 25,47% e, em terceiro, a física com 22, 81%.

que todos consumam emocionalmente a agredida. Muito das mulheres atendidas alegaram ter desenvolvido problemas de ordem emocional, como a depressão, tremores, pressão alta, insônia e a ansiedade se destaca com 19,85%. E todas essas complicações ao vulnerabilizá-las, possibilitam uma realidade fértil de novas agressões, novos controles, novos atos de dominação, subordinação que dificultam o rompimento do ciclo de violência.

3. Conclusão

Os eventos que materializam a violência doméstica contra as mulheres acarretam a naturalização das condições desiguais entre os gêneros. O processo de inculcação gera a aceitação de padrões hierárquicos, cuja mulher é obrigada a ceder, reproduzindo o padrão imposto, tornando-se mais um instrumento de propagação das desigualdades semeada no âmbito privado.

Porém, há muitas que superam essa condição. Denunciam. Provoca o Estado quando buscam orientação nas instituições de enfrentamento ou, juntam-se nos movimentos sociais. Exige uma resposta e, portanto, a superação de sua condição de violentada que perdura, anos e até décadas.

Ao buscar o rompimento do ciclo de violência, a mulher persegue aquilo que dela foi sucumbido, a liberdade, o ato de agir conforme seus desejos e interesses. Uma vida quando depositou numa relação, que deveria ser de companheirismo, ajuda recíproca e afeto e que, motivos torpes foram dados, ofensas morais, abusos sexuais, hematomas, etc.

Nos atendimentos na CASA DA MULHER de São Luís percebe-se que elas são usurpadas do trabalho público, perseguida assim como seus filhos no ambiente familiar, proibida de manter um contato com familiares e amigos. A dor gerada as obriga a denunciar a relação insustentável. Muitas ainda mantêm laços de afetividade. Ainda acreditam numa mudança de atitude, por parte do agressor. Mas, as possíveis chances sucumbem qualquer que seja a possibilidade de reconciliação.

O sentimento pelo companheiro ou marido agressor, constatado nos discursos, revela um gostar sinônimo de sofrimento e, portanto, necessário desfeito. As investidas dos homens é uma constante e exige da mulher a total certeza de continuar ou não com ele. Isso revela a autonomia do sujeito, mas que deve ser mediada com a efetivação do direito da mulher, sob a luz das políticas públicas quando constrói e efetiva forma de enfrentamento a práticas desiguais, como é a violência de gênero.

Referências

BARSTED, Leila Linhares. O Avanço legislativo no enfrentamento da violência contra as mulheres. In: LEOCÁDIO, Elcylene; LIBARDONI, Marlene (orgs.). *O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência*. Brasília:AGENDE, 2006, p. 66-88.

CARRARA, Sérgio. Conceito de Gênero. In: Araújo, Leila; BARRETO, Andréia; PEREIRA, Maria Elisabete (org.). *Gênero e Diversidade na Escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais.* Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: spm, 2009. p. 39-46.

FERREIRA, Mary. *As Caetanas vão à luta: feminismo e políticas públicas no Maranhão.* São Luís: EDUFMA, Grupo de Mulheres da Ilha, 2007.

ROMENELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC. Cortez, 2003. p. 73-88.

SAFFIOTI, Helleith; I. B. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In: Kupstas, Márcia (org.) *Violência em debate*. São Paulo: Editora Moderna, 1997, p. 39-57.

SANTOS, Welma Sousa. *Violência Doméstica Contra a Mulher no Bairro da Vila Embratel: dor privada, assunto público.* São Luís: UFMA, 2004.

TAVARES, Ana Carolina Cerveira. *Violência Doméstica conjugal contra as mulheres: uma análise da violência simbólica vivenciada pelas mulheres atendidas no Hospital da Mulher em São Luis*. São Luís: UFMA, 2008.

TELES, Maria Doméstica de Almeida. (2003), *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense.

"Acho muito difícil você conseguir ter parto normal": a violência obstétrica inscrita no discurso sobre o parto[1]

Jacqueline Fiuza da Silva Regis[2]
fiuzaregis@yahoo.de

Introdução

Neste trabalho, apresentado no GT Violência de gênero e desigualdade social, durante o XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro (CONLAB), vislumbro, por meio da análise de textos relacionados ao parto e à assistência obstétrica brasileira, as representações discursivas desta prática social, em especial no que se refere à violência obstétrica, mais uma das formas de violência de gênero que atinge as mulheres no Brasil (Aguiar, 2010; Franzon & Sena, 2012; Salgado, Niy & Diniz, 2013; Amorim & Katz, 2008). Filio-me neste trabalho ao pressuposto da Análise de Discurso Crítica (ADC) (Jäger, 1996; Chouliaraki & Fairclough, 1999; Fairclough, 2003; Jäger, 2012) de que ao narrar um fato, fazemos escolhas lexicais, gramaticais e de estilo que não são neutras e que expõem nossa afiliação, muitas vezes irrefletida, a determinados discursos relacionados a práticas sociais específicas. Nesse movimento, ocorre tanto a produção, quanto a reprodução ou transformação de traços discursivos que podem marcar tanto a perpetuação da violência obstétrica quanto a resistência e a subversão das mulheres, alternando numa mesma narrativa momentos de submissão e de emancipação, ou de opressão e de libertação.

Marco teórico-metodológico

Como já mencionado, abordo a questão da violência obstétrica desde uma perspectiva discursivo-analítica crítica, segundo a qual o trabalho de pesquisa não deve partir meramente de interesses acadêmicos, mas sim indagar como um problema social é expresso, sinalizado, constituído e legitimado pelo uso do discurso (Wodak, 2004: 225 *apud* Ramalho & Resende, 2011: 20).

Siegfried Jäger (2012), em sua *Introdução à Análise de Discurso Crítica*, assevera ademais que a ADC trata de discursos históricos carregados ainda na atualidade com um teor de verdade, analisando-os criticamente, evidenciando suas estratégias e promovendo sua mudança. Desta maneira, a ADC, que é avessa a qualquer forma de violência e a toda forma de dominação de um grupo humano sobre outro, embasa e motiva protestos "encorajando a resistência frente a injustiças e à opressão/dominação e contra bloqueios em relações de conhecimento e poder de toda sorte, o que Foucault descreve como relações de dominação" (Jäger, 2012: 9)[3].

De acordo com esse enfoque, o *discurso* corresponderia a "formas reguladas de fala institucionalizada, na medida

---

1 Este texto apresenta recorte de minha pesquisa de doutoramento sobre a representação discursiva da gestação e do parto, que integra os trabalhos do grupo de pesquisa "Mobilização, direitos e cidadania: ação, representação e identificação no discurso", financiada com bolsa de doutoramento pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2 Doutoranda em Linguística e Romanística, em regime de cotutela, pela Universidade de Brasília e pela Friedrich-Schiller-Universität, Jena, Alemanha. Mestre em Letras-Alemão, Letras-Português e Ciência Política pela Friedrich-Schiller-Universität, Jena, Alemanha Bacharel em Ciência Política pela Universidade de Brasília (1999). Membro do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS) do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília (UnB). Filiada à Associação Latino-americana de Estudos do Discurso (ALED). Participa do grupo de pesquisa "Mobilização, direitos e cidadania: ação, representação e identificação no discurso" (UnB/CNPq).

3 Todas as citações em português de títulos em língua estrangeira são traduções de minha autoria

em que são fundidas enquanto ações e que portanto exercem efeitos de poder (conforme Michel Foucault)“ (Link, 1986a: 71 *apud* Jäger, 2012: 26). Ou ainda a “um fluxo de conhecimento através do tempo e do espaço” (Jäger, 2012: 29). Textos são a materialização desse discurso, que por meio deles se torna acessível à analista. E, se discurso equivale a uma maneira comum de conhecer e organizar a experiência humana, Fairclough (2003) diferencia ainda entre esse conceito mais abrangente de *discurso* e o uso específico, reconhecendo a existência de diferentes *discursos* como “diferentes maneiras de representar aspectos do mundo”. Jäger propõe nesse caso a categoria de *feixe discursivo*, que se compõe de *fragmentos discursivos* com temática comum (Jäger, 2012: 80). Esses *fragmentos* corresponderiam “a um texto ou parte de um texto que trata de um determinado tema” (Jäger, 2012: 80).

O *feixe discursivo* central em minha pesquisa é aquele relacionado à gestação e ao parto, que se imbrica, entre outros, com o discurso sobre a mulher, o discurso sobre a saúde e a doença e o discurso econômico. Nesse âmbito, a motivação inicial foi a percepção desta forma específica de violência de gênero que é a violência obstétrica. Definida da seguinte maneira na *Ley orgánica sobre el derecho de las mujeres a una vida Libre de violencia*, da Venezuela:

> *Se entiende por violencia obstétrica la apropiación del cuerpo y procesos reproductivos de las mujeres por personal de salud, que se expresa en un trato deshumanizador, en un abuso de medicalización y patologización de los procesos naturales, trayendo consigo pérdida de autonomía y capacidad de decidir libremente sobre sus cuerpos y sexualidad, impactando negativamente en la calidad de vida de las mujeres.*

Diante da situação exposta, e convicta de que todo problema social tem uma faceta discursiva, decidi analisar criticamente discursos materializados em textos relacionados a essa questão. Para tanto, estabeleci algumas perguntas de partida para guiar a condução de meu trabalho. São elas: (1) Como se identificam as autoras com respeito ao período pré-natal e ao momento do nascimento? (2) Como é representada/identificada a figura da/o profissional da assistência que a acompanha nesse período/momento? (3) Como são representados o contexto do pré-natal e do nascimento? (4) Como se relacionam essas representações/identificações com a conjuntura mais ampla em que elas acontecem ou das quais elas resultam? (5) Como se (re)produz e/ou minimiza discursivamente o problema da violência obstétrica?

A *base material* para minha observação, análise e interpretação, meu arquivo, por assim dizer, é bastante diversa e corresponde a:

(a) a participação ativa desde há aproximadamente 6 anos, período que inclui duas gestações, dois partos e pós-partos, inicialmente como beneficiária e posteriormente como ativista no crescente movimento pela humanização do parto e do nascimento no Brasil;

(b) a etnografia, ‚concreta‘ e virtual, em combinação com a ADC, nos termos defendidos por Hammersley (2005);

(c) relatos de parto redigidos por mulheres contando sobre sua experiência pessoal, coletados ou gerados especialmente para esse propósito;

(d) entrevistas com algumas das poucas parteiras urbanas de minha cidade;

(e) cartas redigidas e enviadas por mulheres a sua/seu obstetra, comentando os serviços de atenção que (não) lhes foram prestados durante o parto;

(f) postagens em blogs referentes ao parto e à maternidade;

(g) representações audiovisuais da gestação e do parto;

(h) artigos diversos publicados em veículos de comunicação da mídia tradicional.

O primeiro item mencionado acima, meu envolvimento direto no movimento pela humanização, é indicativo quanto à *posição discursiva* de onde me reporto. Essa posição, cuja explicitação se faz necessária numa abordagem crítica da pesquisa, diz respeito, segundo Margaret Jäger (1996: 47),

> [A]o lugar de onde se dá uma participação no discurso e sua avaliação para uma pessoa ou um grupo ou instituição. [...] O resultado do envolvimento em diversos discursos, aos quais o indivíduo foi exposto, e, durante sua vida, processou em um determinado posicionamento ideológico ou uma visão de mundo.

Quanto a essa *base material*, devo ressaltar que diz respeito a toda a imersão destes últimos anos e que fundamenta a *análise estrutural* mais ampla. Entretanto ela não corresponde, em sua totalidade, ao corpus analítico menor a ser submetido a uma *microanálise* de fragmentos discursivos, sobre o que me reportarei posteriormente.

Contextualização

No Brasil, o sintoma mais evidente dessa forma de violência é a taxa de cesarianas, a mais alta do mundo, que engloba mais de 50% dos nascimentos. Essa taxa é uma evolução decorrente da hospitalização do parto e do nascimento ocorrida sobretudo desde a segunda metade do século XX.

Segunda a historiadora Maria Lúcia Mott (2002: 207), em 1945, 70,4% dos partos do maior município do Brasil, o município de São Paulo, ainda aconteciam em casa. Segunda essa autora (2002: 198),

> a indicação do hospital como lugar ideal e seguro para as mulheres darem à luz é uma recomendação que passa a ser divulgada na literatura médica, com mais ênfase, a partir da década de 1930. Até o final do século XIX, os partos eram realizados quase que exclusivamente no domicílio da parturiente [...] assistidos na maioria das vezes por parteira leiga e raramente por parteira diplomada. Apenas em casos complicados, quando a parteira não conseguia resolver o problema, chamava-se o médico. [...]
>
> Dar à luz fora de casa era uma situação anormal, considerada apavorante e procurada apenas em casos extremos, sobretudo por pessoas tidas como desclassificadas socialmente.

Mas, ainda na primeira metade do século XX, aumenta o número de médicos que acompanham o parto, encarado e propagado, cada vez mais, como "um evento médico e potencialmente perigoso". O desenvolvimento técnico da obstetrícia, da indústria farmacêutica e a promessa de melhor atendimento à parturiente e ao recém-nascido trouxeram consigo a crescente hospitalização e o aumento de intervenções.

Uma das consequências dessa hospitalização foi a institucionalização do chamado parto normal, na realidade um "circo de horrores", no qual a mulher é submetida a uma série de intervenções desnecessárias e, em sua maioria, dolorosas. Pérez & Gérvas (1999) denominaram "crueldade terapêutica" esse uso desnecessário de procedimentos médicos e cirúrgicos que se realizam simplesmente porque se tem poder para fazê-lo. Diniz & Chacham (2004) falam de uma "obstetrícia de linha de montagem", na qual o uso de ocitocina sintética para acelerar o parto, o corte na vagina, o uso do fórceps, e manobra de Kristeller são transformados em procedimentos de rotina – ainda que essa prática não se fundamente em uma medicina baseada em evidências.

Segundo Sonia Lansky (*apud* Batalha: 2012, 9), esse cenário faz com que o parto prevaleça no imaginário da mulher como sendo uma tortura da qual seria preciso fugir e com que, no imaginário do médico, prevaleça a crença de que com a cirurgia cesariana, que não implicaria em danos, ele controle a natureza e possa organizar melhor o ritmo de trabalho. E muito possivelmente daí resulte nossa posição de campeões do mundo em número de cesáreas, pois segundo dados da Unicef (2013), o Brasil "apresenta provavelmente as mais altas taxas de cesarianas no mundo. Sua frequência aumentou de 38% de todos os partos em 2000 para 54% em 2011."

Eventos discursivos: do renascimento do parto ao parto roubado e à lei

Conforme, Siegfried Jäger (2012: 82), eventos discursivos são aqueles que têm uma grande repercussão midiática e que, por isso mesmo, podem influenciar a direção e a qualidade do *feixe discursivo* a que se referem. Baseada nessa concepção, aponto alguns eventos ocorridos no Brasil nos últimos 3 anos por mim considerados discursivos e, como tal, potenciais impulsionadores de mudanças discursivas.

Em 2012 foi publicado no site de compartilhamento de vídeos em formato digital Youtube o vídeo do parto domiciliar de Sabrina Ferigato, retratando o nascimento do seu primeiro filho, Lucas. A publicação obteve, em menos de 1 semana, mais de 145.000 acessos e uma das consequências dessa repercussão, foi uma reportagem

realizada pelo programa televisivo Fantástico, uma revista eletrônica transmitida semanalmente há quarenta anos e que alcança grande parte da população brasileira nas noites de domingo. Na reportagem, participaram tanto a família de Lucas quanto profissionais da área da atenção ao parto, como o médico Jorge Kuhn, que se pronunciou positivamente sobre a segurança do parto domiciliar.

No dia seguinte à exibição da reportagem, o Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro (CREMERJ) encaminhou denúncia contra o médico ao Conselho Regional do Estado de São Paulo (CREMESP) devido ao posicionamento, pois, conforme a presidente do Conselho, Márcia Rosa de Araujo (CREMERJ, 2012a), seriam "muitas as complicações possíveis durante um trabalho de parto, que demanda[ria]m atendimento médico imediato, em local equipado e com uma equipe preparada para enfrentá-las. Por isso, o CREMERJ é contra a realização de partos domiciliares". Ademais, o CREMERJ (2012b; 2012c) publicou as resoluções 265 e 266 resolução, declarando vedadas tanto "a participação do médico nas chamadas ações domiciliares relacionadas ao parto" quanto "a participação de pessoas não habilitadas e/ou de profissões não reconhecidas na área da saúde durante e após a realização do parto, em ambiente hospitalar", e incluindo expressamente nessa proibição "as chamadas 'doulas', 'obstetrizes', 'parteiras',etc."

Diante de tal arbitrariedade, no domingo seguinte, aconteceu, fruto de uma articulação coletiva e decentralizada, organizada horizontalmente, sobretudo pelas redes sociais virtuais, uma marcha em defesa do direito de escolha, chamada a Marcha do Parto em Casa, quando centenas de pessoas em mais de 30 cidades brasileiras foram às ruas pelo direito de parir onde, como e na companhia de quem quiserem.

No ano seguinte, 2013, após um período de cerca de dois anos de produção, graças a um recorde de arrecadação em financiamento coletivo, chegou às salas comerciais de cinema de 50 cidades o documentário "O Renascimento do Parto", alcançando um público de mais de 30.000 pessoas. O filme apresenta a situação do parto no Brasil, por meio de depoimentos de famílias e profissionais da assistência, enfatizando os riscos e negatividades de uma cesárea e promovendo as vantagens de um parto domiciliar atendido por equipe multidisciplinar.

Nesse mesmo ano, veio ao mundo por meio de um parto natural „simplesmente perfeito", o filho de Kate Middleton, da família real inglesa, fato que repercutiu internacionalmente e motivou a publicação de inúmeros textos, entre eles a de um artigo intitulado „Cesariana é coisa de plebeu". Entendo que *eventos discursivos* como o documentário supracitado, que contou com a presença da família de um famoso ator de telenovela, e a associação do parto natural à imagem de uma "princesa", tem o potencial de (re)produzir a imagem de um parto natural "perfeito" como um sonho a ser atingido. A questão que se põe aqui entretanto é se a imagem do sonho idealizado seria um sonho de consumo, restrito à "nobreza", ou um sonho com um direito universal pelo qual se deve lutar no âmbito da assistência pública e gratuita.

Passando aos eventos do ano de 2014, ressalto a primeira grande reação contra esse movimento de luta pela autonomia da mulher, e pelo direito ao protagonismo durante o próprio parto. No dia 1° de abril, Adelir Carmem Lemos de Góes, foi retirada no meio da noite por nove policiais armados de dentro de sua casa, em pleno trabalho de parto, para ser conduzida, contra sua vontade, a um hospital onde seria submetida, contra sua decisão, a uma cesariana. A médica que a atendera quando recusou ser operada antes de tentar um parto normal acionara a justiça por entender que um parto normal poria em risco a vida do bebê, que se encontrava em posição pélvica. Embora não haja nem dispositivo legal algum que embase tal ação judicial, nem evidências científicas que respaldem a opinião da médica, ela conseguiu se impor como autoridade, ferindo o direito à autonomia de Adelir, garantido constitucionalmente.

Diante do ocorrido, uma ação coletiva culminou 10 dias mais tarde na realização do Ato Nacional "meu corpo, minhas regras". E ao final de maio, em cooperação com ativistas, o deputado federal Jean Wyllys, cuja atuação tem se destacado pelo empenho pela concretização e proteção dos direitos humanos, apresentou o Projeto de Lei 7633/2014, 29.5.2014, que dispõe sobre a humanização da assistência à mulher e ao neonato durante o ciclo gravídico-puerperal.

Com essa exposição de alguns eventos considerados discursivos, espero ter provido uma contextualização não só do problema em questão, a pungente violência de gênero que atinge atualmente 25% das mulheres no Brasil (Fundação Perseu Abramo, 2010), mas também da mobilização, do movimento emancipatório pela recuperação do "parto roubado" e pelo respeito à dignidade e à autonomia da mulher.

Microanálise de fragmentos discursivos: um médico para fazer o parto ou uma

parteira para aparar o bebê?

Nesta seção, apresento recortes da *microanálise* de alguns *fragmentos discursivos* do corpus analítico desta pesquisa. Com relação ao teor da *microanálise*, Margarete Jäger a define como sendo um passo analítico que "trata tanto do conteúdo quanto da estrutura textual e abrange tanto as estratégias de fala e argumentação assim como os meios sintáticos de que os participantes discursivos se servem" (Jäger, 1996: 53).
Além de textos verbais, textos imagéticos ou multimodais também podem ser submetidos a esse escrutinamento, visto que no âmbito da ADC "análises de textos imagéticos poderiam complementar a microanálise, como realizada para textos verbais." (Friedrich & Jäger, 2011: 16). Trata-se, por fim, de se estabelecer relações entre o dizível e o visível para se alcançar uma intepretação mais ampla sobre o fenômeno estudado. Como destaca Holert (Holert, 2000, 19 *apud* Friedrich & Jäger, 2011, 14), imagens não simplesmente refletem realidade, elas também têm o potencial de (re)construir realidade, pois elas também emergem em meio a relações de conhecimento e poder e projetam visibilidades, e invisibilidades, e permitem a localização de posições discursivas para os sujeitos.
Dito isso, passo aos excertos comentados, extraídos de dois textos institucionais, de relatos e cartas escritos por mulheres, e também de passagens de artigos de opinião publicados em blogs.

Microanálise de duas representações visuais do parto

Os trabalhos de Kress & Van Leeuwen *Reading Images* (2004) e *Multimodal Discourse* (2001) oferecem ferramentas para a análise de outros modos semióticos, que não os verbais. E em *Discourse and Practice* (2008) Van Leeuwen dedica um capítulo exclusivamente à representação visual de atores sociais. Sirvo-me dessas três obras para a análise visual empreendida.
Para começar, tomemos um cartaz do Ministério da Saúde para uma campanha de conscientização sobre os benefícios de um acompanhante da escolha da mulher durante o parto (Figura 1), direito garantido por lei, mas que ainda encontra resistências para sua concretização na prática de muitas instituições de assistência à mulher durante o parto.

Figura 1

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde, Acompanhante no parto traz mais segurança para a mãe. Infografia. 2011.

A parte verbal do texto lembra como a/o acompanhante pode ajudar na hora do parto, por exemplo motivando a mulher a caminhar ou a mudar de posição. Contudo, imageticamente, se representa a mulher, deitada de costas em uma maca elevada com as pernas sobre perneiras, posição que favorece a agência e o protagonismo da/o obstetra, sendo inclusive aquela indicada no caso de procedimento cirúrgico. À gestante, entretanto, deitada assim, são impossibilitadas mudanças significativas de posição. Aqui, elementos de um discurso intervencionista e de medicalização do parto, representado visualmente, se articula com elementos e de um discurso pró parto natural, representado verbalmente, gerando uma ambiguidade interdiscursiva na mensagem gerada, devido a essa mescla de discursos articulados nesse texto específico (Fairclough, 2003: 218).

Kress & Van Leeuwen (2004: 2) defendem que, como estruturas linguísticas, estruturas visuais também realizam significados, apontando para interpretações diferentes da experiência e de diferentes formas de interação social. Os significados realizados em cada um desses modos podem tanto coincidir quanto divergir. Entretanto, de acordo com os autores (2004: 17), ambos os modos expressam significados pertencentes às culturas de uma sociedade e por ela estruturados, fato que resulta em um considerável grau de congruência entre eles. E, dado que as sociedades não são homogêneas, mas sim compostas por grupos de interesses diversos e frequentemente contraditórios, em uma constante disputa pela hegemonia, as mensagens produzidas por indivíduos refletem as diferenças, incongruências e conflitos característicos da vida social.

Ao tornar algo visível, a seleção, a visibilidade de uma imagem, corresponde a diversas exclusões, a diversas invisibilidades. Formas alternativas de representação, de visibilidade seriam, por exemplo, aquelas estampadas no adesivo da Rede Boliviana pela Humanização do Parto e do Nascimento (Figura 2) distribuído entre a/os participantes da III Conferência Internacional sobre Humanização do Parto e Nascimento, realizada em 2010 em Brasília.

Figura 2

Fonte: Adesivo distribuído durante a III Conferência Internacional sobre Humanização do Parto e Nascimento, de 26 a 30 de novembro de 2010 em Brasília-DF.

Ao tratar do desenho das ações sociais, Kress & Van Leeuwen afirmam que as ações podem ser representadas de maneira estática e conceitual ou de maneira personalizada e dramatizada. Quer dizer, a/os participantes de uma ação podem ser representada/os como simplesmente existentes, inativa/os, ou como agentes, ativa/os.
Levando esses aspectos em consideração, o que podemos reconhecer no material divulgado pelo Ministério da Saúde (Figura 1), cuja intenção seria a promover a humanização do parto, o protagonismo da mulher, seria antes uma (re)constituição do papel da mulher como paciente, como simplesmente existente, não como agente ou protagonista de seu próprio parto. Os agentes seriam, em menor grau, o acompanhante e, em maior grau, a agente de saúde, ainda que esteja projetada em segundo plano.
Aprofundando um pouco mais a comparação entre as figuras 1 e 2, podemos observar outro aspecto também elucidado por Kress & Van Leeuwen (2004: 53), o fator angularidade *versus* circularidade. Conforme esses autores,

> círculos e formas curvas geralmente são elementos que nós associamos à ordem orgânica e natural, com o mundo da natureza orgânica [...]. Angularidade nós associamos com o mundo inorgânico, cristalino, ou com o mundo da tecnologia, que é um mundo criado por nós mesmos, e por isso, um mundo que nós, pelo menos em tese, podemos compreender completa e racionalmente. O mundo da natureza orgânica não é obra nossa, e sempre trará consigo um quê de mistério.

A Figura 1 se constitui de uma carga muito maior de angularidade que a Figura 2. Desde a moldura externa, todo o enquadramento dos textos, passando pela mesa de cirurgia até o suporte da lâmpada, a Figura 1 é marcada por ângulos, retos ou quase retos. A Figura 2 por sua vez é curva desde a moldura até a disposição dos textos verbais. E nas representações das maneiras de dar à luz, especialmente nas duas apresentadas no semicírculo inferior, o corpo da parturiente e mesmo o do acompanhante se encontram mais curvados, tal qual "o sol, a lua e a barriga da mulher grávida", que como nos lembram Kress & Van Leeuwen (2004: 54), também são curvos, e mais associados à natureza e seus processos que a intervenções técnicas ou tecnológicas.
Qualquer uma das representações acima apresentadas tem efeitos discursivos e se servem potencialmente ao que Fairclough (2003: 208) chama inculcação, pessoas se posicionando em discursos, agindo, falando e se vendo em termos desses discursos. Essa inculcação faz parte dos processos de identificação dos atores sociais, intimamente relacionados aos discursos que interiorizamos, à constituição de nosso posicionamento subjetivo. Essa inculcação pode ajudar a determinar o "endereço da mulher", como o definiu Helmstetter (2003: 183), que argumenta que

> o ser humano não se torna ser humano já pelo nascimento ou pela criação, mas só por meio de seu lugar na ordem simbólica, na qual precisa ser inserido. Porque isso não é regulado biologicamente, tem-se que mostrar a ele, qual é o seu lugar, e por isso se pode mostrá-lo e dizê-lo.

A pergunta seria então: Que lugar na ordem simbólica definem para a mulher cada uma das representações acima? A resposta é sempre complexa e reflete a luta hegemônica e a mudança discursiva em curso, para os quais a Figura 1, ilustração divulgada pelo Ministério da Saúde, é exemplar. Nela se pode vislumbrar um interdiscurso de antagonismos que pode refletir uma potencial mudança estrutural nas relações sociais, devido ao contraponto exercido em face do quadro de violência com que nos deparamos, por meio da agência de sujeitos históricos concretos, sobretudo, mulheres associadas em redes horizontais de solidariedade, buscando a emancipação feminina e o protagonismo na experiência do próprio parto.

1.1. Microanálise de relatos de parto e cartas ao obstetra

Passemos agora a textos meramente verbais de diferentes gêneros. Comecemos com um excerto do relato de Amanda[4], mãe de Jonas, nascido por meio de uma cirurgia cesariana, embora ela desejasse parir normalmente. Nesse relato, gentilmente escrito para colaborar com esse estudo, ela escreve:

- "Quando engravidei, já sabia de cara, que era ela a médica que eu gostaria que me acompanhasse na gravidez e no parto. Sonhava em ter meu filho retirado de dentro de mim por ela."
- "Acho que o maior medo que eu tinha na gravidez era justamente que acontecesse alguma coisa com a Dra. Ana Luiza que a impossibilitasse de fazer o meu parto."

4 Todos os nomes de colaboradora/es mencionados são pseudônimos.

Apesar do desejo confesso de parir, e da menção a um "acompanhamento" da gestação e também do parto no primeiro período, a seleção lexical realizada no segundo período do excerto configura a atribuição do protagonismo à médica, que deve "retirar o bebê", "fazer o parto". Ao observar o dizível, deve-se pensar sempre no que poderia ter sido dito, mas não foi, no horizonte de possibilidades excluídas. Neste caso, podemos pensar na exclusão da opção parteira ou obstetriz, como atores sociais associáveis ao evento do parto e do nascimento, assim como nas ações de aparar o recém-nascido, ou de acompanhar o parto, em contraposição ao "fazer o parto".

E como a médica de Amanda, de fato, adoeceu inesperadamente às vésperas do nascimento de Jonas, ela precisou se remeter a outro médico, a quem relatou seu desejo de parir normalmente e de quem recebeu a seguinte resposta:

- "- Parto normal? - acho muito difícil você conseguir ter parto normal. Você, além de ser primigesta, já tem 36 anos. Provavelmente [você] nem vai entrar em trabalho de parto!"

Nesta curta passagem temos a representação de algumas estratégias de reprodução de um discurso intervencionista, fundadas na distribuição assimétrica de poder característica da relação obstetra-gestante. A pergunta retórica coloca em questão a validade desse desejo de parir, visto pelo médico, note-se o verbo modalizador, como improvável. O médico atribui seu veredito com base em uma presumível incapacidade de Amanda, inexperiente e idosa – você que não deve conseguir, você que está gestante pela primeira vez, você que é idosa, você que nem vai entrar em trabalho de parto.

E as previsões do médico se cumpriram, o parto não se concretizou e Amanda foi operada por ele mesmo, que no último minuto assumiu, que parto normal ele não fazia, conforme podemos ler no excerto a seguir:

- – Dr. Ricardo, aqui é o Ariel, marido da Amanda. Estivemos no seu consultório nesta semana. O senhor ser lembra da gente?
- Claro que sim, Ariel. Como vai?
- A Amanda entrou em trabalho de parto.
- Ok. Então pode ir pra o Hospital Brasília que eu faço a cirurgia!
- Mas Dr.... é que a gente gostaria de tentar o parto normal antes.
- Ah. Vocês querem que seja parto normal? - bem... éh.... eu não faço parto normal, não. Mas se vocês forem lá no Hospital Brasília tem um médico excelente, o Dr. Fulano de tal, e ele faz parto normal. Ele é bastante competente.

Após desagradável experiência com o pronto-atendimento recebido no hospital, Amanda, já em trabalho parto avançado e com muitas dores, resigna e aceita ser operada por Dr, Ricardo. E, relatando o ocorrido, Amanda finaliza da seguinte maneira o seu texto:

- "No final das contas, foi muito legal. Retiradas as preocupações, apreensões e o stress que eu tive, o que importava era que aquele médico que eu odiava trouxe ao mundo o meu filhinho querido. Ele é saudável, lindo e forte. Era isso o que importava. Eu podia não gostar muito dele, mas o resultado final deu tudo muito certo. Eu estava bem. O Jonas estava bem. Os dois estávamos bem. Era isso que realmente importava. Eu agora vou embora pra casa com a minha família. No final das contas... Obrigada, Dr. Ricardo!"

O argumento central, o enunciado, dessa passagem – que se repete, em diferentes bocas, nos mais diferentes textos e contextos referentes ao desfecho de uma assistência violenta, mas após a qual mãe e filha/o sobrevivem e estão "bem" – contribui para a perpetuação da violência obstétrica, quando a sobrevivência da mãe e do bebê já são suficientes para desculpar, normalizar, desescandalizar, qualquer mau trato sofrido durante o parto, que perde assim sua importância e sua gravidade, tornando o profissional de saúde digno até mesmo de gratidão, e não mais de punição ou reabilitação.

Passando ao texto de outra colaboradora, vemos como Tânia – que em um único relato conta a história de dois nascimentos, o primeiro uma cesárea, o segundo um parto natural – representa a mudança de perspectiva que fez parte da emancipação e do protagonismo alcançado. Sobre a primeira gestação ela conta:

- "Busquei um G.O. que fizesse parto normal e acreditei. Acreditei que todos os procedimentos e instruções eram para que tudo desse certo, que me levasse ao meu parto. Mas não tinha ideia do quão enganada eu estava."

Tania limita sua busca a um ginecologista obstetra, cuja posição subjetiva é a de agente, protagonista, que fará o parto, ela é apenas a paciente que seria levada ao parto, expressa no pronome oblíquo, objeto direto, "me".
Na segunda gestação sua atitude foi diferente, o que percebemos tanto na expansão quanto na seleção lexical:

- "Fui atrás de parteira, GO ou Enf., Obstetra que pudesse acompanhar meu parto, mesmo que fosse para vir de outra cidade."

Dessa vez outras profissionais também foram previstas, reconhecidas como possíveis "acompanhantes", coadjuvantes, e são aqui mencionadas expressamente em seu texto. A possibilidade de que alguém faça seu parto já é dizível, essa virada leva à pressuposição de que o parto ela mesma fará. E ela o fez.
Nas palavras de Iêda, a seguir, encontramos a menção a sorte numa descrição um tanto quanto controversa, onde esse item lexical se emprega numa eufemia que substitui o uso da palavra azar, o azar que tantas mulheres experimentam ao trazerem suas filhas ao mundo pelo, assim chamado, parto normal.

- "Se eu posso considerar que tive alguma sorte neste momento, foi o de terem me esquecido no fim da sala, pois não me colocaram o soro com ocitocina sintética que acelera o parto e aumenta as contrações, intensificando muito a dor. Hoje eu sei que se tivessem feito, provavelmente eu teria implorado por uma cesariana, como a grande maioria das mulheres."

Ao associar sorte ao esquecimento, ao abandono no fim da sala, ela na verdade deixa pressuposto o azar vivido, que poderia ter sido pior, concretizado numa atenção violenta, com intervenções que poderiam tê-la levado a "implorar" pela maior de todas as intervenções desnecessárias, a cirurgia cesariana. E nisso ela denuncia o sistema, as práticas vigentes, e nos oferece uma imagem possível da mulher que, sabendo sobre as rotinas dos hospitais, "prefere" ser operada, pura e simplesmente por estar sendo alvo de violência e tentar nesse momento minimizar o sofrimento que lhe é imputado.
Seguindo com essa microanálise de fragmentos discursivos, deixo os relatos de parto, cuja/os leitora/es pressuposta/os costumam ser os círculos de familiares e amiga/os da parida, embora muitas vezes, e cada vez mais, sejam endereçados a outras mulheres em busca de emancipação e de elementos que embarquem o enfrentamento, a desconstrução de relações de dominação que ameacem sua autonomia.
Passo então, agora, a fragmentos de cartas ao obstetra, como aquela escrita por Elena – mãe de Lara, nascida por meio de uma cesariana, e de Ernesto, parido em casa com a assistência de uma parteira – durante a segunda gestação, como parte de uma terapia. Embora não a tenha redigido inicialmente com esse objetivo, ao fim e ao cabo, ela de fato enviou a carta à médica, mas nunca obteve nenhum retorno.
Ao mencionar o dia em que a bolsa amniótica rompeu e ela se dirigiu ao escritório de sua obstetra, ela escreve que a médica:

- "Constatou então que eu não tinha nenhuma dilatação e, como o neném estava muito alto e eu não tinha nenhuma contração, disse que teria que ser uma cesárea, naquele momento."

Aqui são mencionados alguns dos mitos clássicos, utilizados para se justificar uma cesariana, ainda que conforme a medicina embasada em evidências se possa dizer que Elena possivelmente só precisasse de um pouco mais de calma, e a médica de um pouco mais de alma, para esperar a hora do nascimento de Lara. Mas a profissional é categórica ao afirmar a urgência de uma cesárea, sem demora, "teria que ser, naquele momento".
Sobre o momento de nascimento de sua filha, Elena escreve a Dra. Débora:

- "Daí você nasceu minha filha, eu passei um pouco mal durante a cirurgia, não sei bem o que aconteceu, acho que quase desmaiei, fiquei lá parada, deixando as coisas acontecerem. Depois escutei o choro da minha filha, foi o momento menos ruim."

Aqui chamam a atenção dois aspectos: o desvio linguístico-conceitual, quando Elena rompe as fronteiras do dizível e diz o indizível – "você nasceu minha filha"; e a denúncia da inocorrência de momentos bons, houve sim um "momento menos ruim". Com essa afirmação ela contribui para a desconstruir a imagem romantizada da mãe que esquece, ou deveria esquecer todas as dores, todas a violências sofridas, ao escutar o chorinho do neném recém-nascido.
Seguindo na análise de fragmentos, apresento um excerto da carta ao obstetra escrita por Ainda, hoje uma das líderes nacionais no movimento pelo parto humanizado, que relata sobre sua história e a experiência com cesárea indesejada:

- "Há 15 anos minha filha nasceu por suas mãos, através de uma cesariana desnecessária. Após um relacionamento médico-paciente de 14 anos, desde a adolescência, mais 9 meses em que disse ao senhor que eu gostaria de ter um parto normal, eu acabei na mesa de cirurgia."

Com essa introdução, Aida circunstancia a possível constituição subjetiva de uma mulher a quem essa forma de violência, a cesárea desnecessária e indesejada, pode atingir. Uma mulher como ela, um sujeito social constituído numa constelação definida pela assimetria de conhecimento-poder, resultante tanto do papel social e da autoridade personificada na figura do profissional, quanto da presumível diferença etária entre jovem paciente e médico experiente, marcada no pronome de tratamento "senhor", como também do longo período de constituição dessa posição subjetiva, no catorze anos de uma "relação médico-paciente", na qual, ouso ironicamente afirmar, como diz o ditado, manda quem pode e obedece quem tem juízo.

A engajada participação da Aida no movimento pelo parto natural nos permite ainda, a partir de outro texto seu, perceber como a violência simbólica e o discurso hegemônico podem interpelar mesmo o sujeito experiente e ativamente engajado, revelando as ambivalências de que somos todas passíveis por estarmos sujeitas de diferentes formas e intensidades a diferentes discursos hegemônicos e contra-hegemônicos. Aida, apesar do belo ativismo, é também uma das pessoas que demonstra pouca sensibilidade ou compreensão para com as mulheres que por ventura se "deixem" operar e faz coro em um movimento de críticas ferrenhas a essas mulheres, que "apesar da informação a que se pode ter acesso atualmente prefeririam se iludir". Em uma postagem de blog, uma autora condena esse posicionamento, exemplarmente nos seguintes excertos:

- "A questão é que tenho visto com cada vez mais frequência mulheres criarem verdadeiras guerras em defesa do parto normal, especialmente, nas redes sociais."
- "As mulheres que fazem cesárea, então, são crucificadas por grupos defensores do parto natural.

Sobre esse texto, Aida comenta em uma rede social:

- „NUNCA vi uma matéria com esse tipo de conteúdo mimimi mimimi não sou menos mãe, a guerra das mães, as mães criticam muito, ser escrito por uma mulher que atingiu satisfação em suas escolhas. Amiga que escreveu esse artigo, bem como a psicóloga que escreveu o livro, quer uma dica? Te-ra-pia!!! [...] Vá sanar sua maternidade, porque não são as mães que estão em guerra, são as frustradas que estão se sentindo atacadas por conta própria."

Ao se manifestar publicamente nesse tom, utilizando-se do advérbio "NUNCA", assim em maiúsculas, Aida levanta categoricamente o pressuposto de que "uma mulher satisfeita" em situação alguma faria tal crítica. Quem critica supostamente não teria uma maternidade saudável, estaria doente, precisaria ser "sanada". O qualificador "mimimi" atribuído ao conteúdo, revela uma atitude negativa, nos termos de Martin e White (2005), que denominam *atitude* a forma avaliativa subdivida em *afeto*, *julgamento* e *apreciação*. Sendo que o *afeto*, diz respeito a recursos para a representação de reações emocionais a comportamentos, textos ou processos e fenômenos, registrando sentimentos positivos ou negativos; o *julgamento* se refere a recursos para avaliar comportamentos de acordo com princípios normativos; e, por fim, a *apreciação* remete a recursos para a representação do valor das coisas. Na passagem citada, Aida denota seu *desafeto* por quem manifesta tais opiniões, quem seleciona tais conteúdos "mimimi", indignos de *apreciação* positiva, julgando o comportamento de quem o faz como se fora resultado de desequilíbrio mental, de uma psicopatologia a ser tratada terapeuticamente, o que nos remete ao imaginário sexista que associa facilmente desequilíbrios emocionais, histerias, loucura e "mimimis" ao gênero feminino.

Aida reage às críticas ao movimento com um contra-ataque, atribuindo às autoras "frustação", "insatisfação", reproduzindo modos recorrentes de desqualificar opiniões expressas por mulheres, cujas críticas, quando expressas, não têm seu mérito julgado pelos argumentos apresentados, sendo sim desqualificadas e atribuídas a uma suposta insatisfação (pressupostamente de ordem sexual) de sua autora. Se por um lado, Aida com seu ativismo contribui para a avanço na humanização do parto e para o enfrentamento da violência obstétrica, por outro lado, com essa representação, Aida se fecha para a diferença e para o diálogo, se rebela contra outras mulheres, minando a solidariedade, fortalecendo estruturas que sustentam a violência, em lugar de enfraquecê-las.

A título de conclusão: "fiz duas cesáreas e o mundo não acabou"

Como mencionei no início deste artigo, interessa-me sobretudo focar a faceta discursiva da violência obstétrica e buscar entender, não só, como esse problema se (re)constitui discursivamente, mas também, como ele é, o pode ser, discursivamente combatido.

Entendo que estamos diante de uma virada discursiva, concretizada pela ocupação de posições estratégicas numa guerra de trincheiras, em termos gramscianos, por meio do estabelecimento de redes horizontais de solidariedade e de comunicação, de divulgação da possibilidade de nascimentos como eventos respeitosos, nos quais a mulher, sua família e a criança sejam a/os protagonistas da história. O vídeo compartilhado por Sabrina Ferigato e seus desdobramentos representam um dos inúmeros passos dados nesse movimento.

Claro que, como em qualquer disputa pela hegemonia do discurso, esse movimento se depara com reações por parte de representantes do discurso hegemônico em crise, no qual o parto é entendido como um evento hospitalar a ser "feito" por um profissional da medicina sem a participação, ou intromissão de "pessoal não qualificado". As resoluções e o posicionamento do CREMERJ em 2012, assim como a atuação do aparato jurídico e policial que roubou o parto de Adelir em 2014, são emblemáticas dessas reações ao movimento contra-hegemônico pela emancipação da mulher e por uma assistência obstétrica sem violência.

O caso de Adelir, especificamente, levanta a questão do direito para quem. Para princesas ou para plebeias? Pois embora a maioria das mulheres emancipada seja alvo de retaliação, essa retaliação é mais cruel quando visa atingir a uma subversiva mulher, negra, provenientes das camadas menos abastadas da sociedade. Como escreveu Eliane Brum (2014):

> Ao dizer "não", Adelir tornou-se perigosa. Como uma mulher, usuária do [Siatema Único de Saúde] SUS, moradora da zona rural, recusa-se a cumprir a ordem de uma doutora? Como ela ousa escolher o que considera melhor para ela e para seu bebê? Não como uma inconsequente, mas como alguém que se preparou para o parto, informou-se, contratou uma doula para ajudá-la? Nem mesmo quando botam um termo de responsabilidade diante dela, sempre assustador para todos e mais ainda para os pobres, Adelir recua. Ela assina. E vai para casa continuar a se preparar para dar à luz sua filha.

A estrutura hegemônica marcou a mão armada o "endereço" de mulheres como Adelir no que diz respeito a sua autonomia de decisão sobre sua vida sexual e reprodutiva. Só com um esforço muito grande de imaginação eu conseguiria imaginar tamanho abuso de autoridade sendo cometido contra uma representante branca, de classe média, diferente da clássica usuária do SUS, uma consumidora da medicina oferecida a alto custo como produto em hospitais, clínicas e consultórios particulares. As perguntas que me faço então são: como essa questão está sendo trabalhada no movimento nacional pelo parto humanizado, nomeadamente em suas expoentes mais influentes? Há uma campanha efetiva por uma assistência ao parto digna, gratuita e universal para todas as "plebeias" ou uma ênfase num produto de qualidade, o parto assistido por equipe multidisciplinar, cujo custo seja considerável, mas no qual se vale a pena investir? Qual é o impacto enfim seja de um evento como o documentário o Renascimento do Parto, seja da associação do parto a princesas e da cesariana a plebeias? As repostas, sigo buscando-as.

No que diz respeito às representações institucionais multimodais, que articulam textos verbais e não verbais, percebemos o embate discursivo, a interdiscursividade presente em documentos como a Figura 1, que (re) constituem concomitantemente velhos e novos posicionamentos subjetivos, ensejando inculcações diversas e contraditórias, explicitando a disputa pela hegemonia em curso.

Indo além nas possibilidades de (re)construção, ou ainda de transformação no plano do discurso, percebemos como seleções lexicais referentes ao profissional da atenção obstétrica e as consequentes atribuições de seu papel enquanto agente ocorrem nos relatos lidos. Acredito que uma sensibilização referente a essas escolhas e ao fato de que cada um/a de nós é detentor/a de poder, podendo exercê-lo em cada uma de nossas ações cotidianas, inclusive no usos que fazemos de nossa própria língua para interagir socialmente e (re)constituir realidades, pode promover a subversão e emancipação discursiva.

A explicitação de estratégias persuasivas utilizadas por profissionais – como os médicos de Amanda e de Elena – que não assistem ou preferem não assistir parto normal, mas que se omitem em admiti-lo, construindo

ao longo do pré-natal um quadro legitimador para a cirurgia devido, quase sempre, à suposta incapacidade da mulher, que não estaria habilitada para um parto normal, pode servir de apoio a mulheres em busca de emancipação, instrumentando-as para se posicionar melhor diante de tais estratégias e estimulando-as a buscar outros indícios quanto a validade das afirmações feitas, a verificar, por exemplo, as estatísticas dos procedimentos realizados pela/o profissional e a cota de cirurgias em comparação ao número de partos normais possibilitados.

A evidenciação do dizível e do indizível, assim como o ecoar da desobediência aos limites discursivos impostos hegemonicamente, com a expansão das fronteiras e a nomeação das experiências vividas sem normalizações, mas sim com a escandalização da violência existente, como o fez Elena ao dizer que a médica "lhe nasceu a filha", e como tento fazer ao repetir e divulgar suas palavras, também pode contribuir para a emancipação de outras mulheres e para a escandalização de toda uma situação de violência institucionalizada que foi normalizada.

Ademais, com relação ao movimento e ao ativismo, creio ser importante fomentar, antes de mais nada, a empatia e a solidariedade entre mulheres como estratégia de emancipação coletiva, fugindo ao risco de recrudescer as estruturas hegemônicas por tratar como inimigo quem está ao nosso lado, considerando-se que, se não está defendo este ou aquele tipo de parto, está defendo o direito das mulheres ao respeito a sua autonomia, até mesmo para se submeter a uma cirurgia cesariana. A abertura para o diálogo e o respeito às diferenças é fundamental. Mesmo porque, como defende Margarete Jäger, posicionamentos moralizadores são pouco convincentes (Jäger, 1996: 288). Mais vale agir como sugerido por Jean Wyllys (2014b), que em meio a sua ação política em defesa da democracia e de "nossos direitos e liberdades" propõe numa postagem em seu perfil de rede social:

> A democracia se faz com opiniões diferentes, debates abertos e francos e respeito pelo outro. Temos que aprender [...] que não podemos ser autoritários, nem tratar como inimigo/a quem está do nosso lado. [...] Dialoguemos sem imposições, sem dar ordens e com respeito pela opinião do outro. Tentemos ouvir mais e gritar menos. E sejamos solidários entre nós, mesmo que às vezes não pensemos igual, porque lá fora estão nossos inimigos, querendo acabar com nossos direitos e liberdades.

Além disso, concordo com Siegfried Jäger (2012: 124), quando, apoiado em Foucault, afirma que para os discursos vigentes vale que todos contribuímos para sua composição, ainda que nenhum de nós tenha realmente desejado ou planejado o que aconteceria de fato, em que resultariam nossas ações. E diante dos discursos vigentes e da consequente constituição discursiva do sujeito, os espaços e as possibilidades para ações individuais são limitados. Partindo-se desse ponto de vista, podemos nos questionar quanto às responsabilidades de todas/os as/os envolvida/os, sem que nos preocupemos em primeira instância com a atribuição de culpa, sem situar pessoas e grupos a priori como sendo vítimas ou algozes. Desta maneira, talvez seja possível fortalecer um diálogo construtivo para a constituição de uma nova hegemonia discursiva, na qual a violência institucionalizada contra a mulher não seja mais normal.

Bibliografia

AGUIAR, J.M. (2010), *Violência institucional em maternidades públicas: hostilidade ao invés de acolhimento como uma questão de gênero*. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Medicina, Departamento de Medicina Preventiva, Universidade de São Paulo.

AMORIM M.M.R. de, KATZ L. (2008), "O papel da episiotomia na obstetrícia moderna". *Femina*, 36, pp. 47-54.

ARNHEIM, R. (1982), *The power of the Center: a study of composition in the visual arts*. Edição revisada. Berkeley, Los Angeles & London: University of California.

BATALHA, E. (2012), Parto e nascimento com cidadania. *Revista Radis*: comunicação e saúde. pp. 8 - 10.

BRUM, E. (2014), A potência de Adelir: Que dogmas tão profundos a gestante de Torres feriu para ter seu corpo violado pelo Estado na calada da noite. *El País*, Edição Brasil, 14 de abril. Disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2014/04/14/opinion/1397481297_943876.html [consultado em 22-11-2014].

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. (1999), *Discourse in Late Modernity*. Edimburgo: Edinburgh University Press.

CREMERJ (2012a), *CREMERJ denuncia médico que defendeu parto domiciliar*. Disponível em http://www.cremerj.com.br/informes/exibe/1285;jsessionid=Eh2981eudhIpaHIhhjzXqTz8.undefined [consultado em 13-11-2014].

CREMERJ (2012b), Resolução CREMERJ 265/12. Rio de Janeiro.

CREMERJ (2012c), Resolução CREMERJ 266/12. Rio de Janeiro.

DINIZ, S. G., CHACHAM A. S. (2006), "O "corte por cima" e o "corte por baixo": o abuso de cesáreas e episiotomias em São Paulo". *Questões de Saúde Reprodutiva* 2006, I (1), pp. 80-91.

FAIRCLOUGH, N. (2003), *Analysing Discourse*. London: Routledge.

FRANZON, A.C.A., SENA, L.M. (2012), *Teste da violência obst*étrica: Avaliação das mulheres sobre os cuida*dos recebidos durante internação para o parto e nascimento*, Disponível em: http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2013/03/Divulga%C3%A7%C3%A3o-dos-resultados_-Apresenta%C3%A7%C3%A3o_Diagramada_Vers%C3%A3o-final.pdf, [consultado em 16-05-2014].

FRIEDRICH, S., JÄGER, M. (2011), „Die Kritische Diskursanalyse und die Bilder: Methodologische und methodische Überlegungen zu einer Erweiterung der Werkzeugkiste". *DISS-Journal: Zeitung des Duisburger Instituts für Sprach- und Sozialforschung (DISS)* 21: 3, pp. 14-16.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO (2010), *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado. Pesquisa de opinião pública*. Disponível em http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2013/03/www.fpa_.org_.br_sites_default_files_pesquisaintegra.pdf [consultado em 17-11-2014].

HAMMERSLEY, M. (2005), "Ethnography and Discourse Analysis: Incompatible or complementary?" *Polifonia*, nº 10, pp. 1-20.

HELMSTETTER, R. (2003), „Popularisierungen. Wissen für Frauen zwischen "Fortplanzungszwecken und Schönheitsidealen". In: LACHMANN, R., RIEGER, S. (orgs.), *Text und Wissen: Technologische und anthropologische Aspekte*. Tübingen: Narr, p. 181-195.

JÄGER M. (1996) *Fatale Effekte: Die Kritik am Patriarchat im Einwanderungs Diskurs*, Duisburg: Diss.

JÄGER, S. (2012), *Kritische Diskursanalyse: Eine Einführung,* Münster: Unrast.

KRESS, G., VAN LEEUWEN, T. (2001), *Multimodal Discourse: The Modes and Media of Contemporary Communication*. London, New York: Arnold; Oxford University Press.

KRESS, G., VAN LEEUWEN, T. (2004), *Reading Images: The Grammar of Visual Design*. London & New York: Routledge.

MOTT, M. L. (2002). Assistência ao parto: do domicílio ao hospital (1830 – 1960), *Proj. História*, São Paulo (25), dez. pp. 197-219.

PÉREZ, M., GÉRVAS, J. (1999). "Encarnizamiento diagnóstico y terapéutico con las mujeres". *Revista Semergen* 25 (3), pp. 239-248.

RAMALHO, V; RESENDE, V. de M. (2011), *Análise de discurso (para a) crítica: O texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes Editores.

SALGADO, H.O., NIY, D.Y., DINIZ, C.S.G. (2013), "Groggy and with tied hands: the first contact with the newborn according to women that had an unwanted c-section", *Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano*, 23, pp. 190-197.

UNICEF (2013), Pesquisa para estimar a prevalência de nascimentos pré-termo no Brasil e explorar possíveis causas. Disponível em www.unicef.org/brazil/pt/br_prematuridade_possiveis_causas.pdf [consultado em 21-11-2014].

VENEZUELA (2007), *Ley orgánica sobre el derecho de las mujeres a una vida Libre de violencia.*

WYLLYS, J. (2014a), *Projeto de Lei 7633/2014*, apresentado à Câmara dos Deputados, Brasil. Disponível em www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=617546 [consultado em 21-11-2014].

WYLLYS, J. (2014b), *Vamos falar de sexo e as negas?* Disponível em https://www.facebook.com/jean.wyllys [consultado em 22-11-2014].

«Não quero que nada de mal aconteça ao meu pai … fui eu que o provoquei.»

Incesto e representações do género

SANTOS, Filomena
namesantos@sapo.pt

Resumo: A análise do caso de Mariana, vítima de incesto, mostra que as adolescentes, em comparação com as crianças mais pequenas, estão mais facilmente sujeitas à descriminação e violência de género com base na dominância simbólica do masculino (Amâncio, 1994). As meninas, sobretudo as mais velhas, são vistas como «sedutoras» e «provocadoras», deslizando rapidamente da posição de vítimas à de culpadas e responsáveis pelo abuso sexual. O texto refere também as consequências para a saúde mental do abuso sexual, as razões da vergonha e do silêncio do ponto de vista emocional, e, ainda, os relacionamentos familiares da criança vítima de incesto e as políticas familiares.

Palavras-chave: Abuso sexual da criança; incesto; género; representações e estereótipos.

1. Introdução

A família é nas sociedades contemporâneas, de acordo com as grandes tendências históricas de sentimentalização e privatização que acompanham a modernização da vida familiar, o «casulo protetor» e, também, paradoxalmente, o lugar mais violento (Almeida et al., 1999; Barroso, 2007; Dias, 2004; Pais, 1998), onde ocorrem com mais frequência os maus-tratos e abusos, nomeadamente, contra as crianças.

Durante longos anos, em relação às situações de violência familiar, quer no interior da relação parental, quer conjugal, a atitude dominante era a de uma certa aceitação cultural e social, mesmo até justificada por necessidades educativas das crianças, e, também, das mulheres. Só era condenada quando dela resultavam consequências graves.

A idealização em torno de um modelo único de família contribuiu para que se mantivesse "escondida" a violência familiar, chegando-se a afirmar, o que não é verdade, que era um fenómeno só observado em famílias pobres, a viver na fronteira da exclusão social, e/ou muito desestruturadas pela existência de problemáticas como o desemprego, o alcoolismo, a doença mental, etc.

Embora a violência intrafamiliar não seja um fenómeno apenas dos nossos dias, só recentemente passou a haver uma tomada de consciência deste problema.

A situação do abuso sexual, no contexto da violência em relação à criança, ganhou maior visibilidade nos últimos anos, provavelmente devido à divulgação que se tem feito sobre este tema, porque até há relativamente pouco tempo mal se falava dele, como se não existisse. Além disso, o abuso sexual no interior da família é um fenómeno socialmente transversal, como mostram os estudos extensivos que abordam a violência e os maus-tratos de crianças e jovens (Almeida et al., 1999).

A presente comunicação centra-se na análise de um caso de abuso sexual de uma menor, em contexto intrafamiliar, de modo a mostrar como os estereótipos sexuais e a assimetria nas representações do género (Amâncio, 1993 e 1994; Pereira, 2012; Santos, 1995 e 2008), influenciam a perceção do abuso e o próprio trabalho dos técnicos chamados a intervir nestas situações[1]. A comunicação refere ainda breves apontamentos

1 A informação utilizada baseia-se nos relatórios da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e no próprio discurso de uma das técnicas que lidou com o caso, ele próprio objecto de análise e desconstrução durante a preparação de uma

sobre as consequências para a saúde mental do abuso sexual, as razões da vergonha e do silêncio do ponto de vista emocional, e, ainda, os relacionamentos familiares da criança vítima de incesto e as políticas familiares, utilizando o contributo de vários campos disciplinares (da sociologia, da psicologia e da psiquiatria infantil), dado tratar-se de um fenómeno complexo e pluridimensional.

2. História de mariana: análise de um caso de abuso sexual

Mariana é um caso de abuso sexual na forma de incesto. Antes de ser institucionalizada, com 16 anos de idade, Mariana vivia numa aldeia rural relativamente próxima da cidade da Covilhã. A mãe, costureira, e o pai, pasteleiro de profissão, pertencem aos segmentos das classes populares com fracas habilitações escolares[2]. O casal separou-se quando a filha tinha 12 anos, após a infidelidade da mulher, e Mariana passou a viver sozinha com o pai. Desde aí, mãe e filha nunca mais mantiveram contacto.

O duplo padrão ou dupla moralidade acerca da infidelidade masculina e feminina (Santos, 1995), sendo as relações extraconjugais dos homens socialmente toleradas e as das mulheres altamente criticadas e condenadas, principalmente numa aldeia do interior do país, parece ter contribuído, neste caso concreto, para desviar a atenção do agressor e até mesmo desculpabilizá-lo aos olhos das pessoas envolvidas neste caso, em particular dos técnicos.

O poder paternal atribuído ao pai na sequência da infidelidade da mulher contribuiu para que Mariana ficasse ainda mais desprotegida em casa do progenitor. Sabe-se, no entanto, que o abuso sexual já acontecia quando a mãe vivia com a filha e o marido, aparentemente sem o conhecimento da primeira. É difícil situar ao certo a idade de Mariana quando ocorreram as primeiras práticas de abuso sexual e quais as suas modalidades, antes do abuso envolver contacto sexual com penetração. Quando o abuso se tornou público, Mariana contou aos técnicos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) que também a irmã mais velha tinha sido vítima de atos semelhantes.

Gostaria de salientar que a perceção de que existem familiares perigosos para as crianças, especialmente pais, desencadeia, muitas vezes, nos técnicos defesas que dificultam o diagnóstico (Furniss, 1993). Por outro lado, a idealização que as crianças fazem do progenitor maltratante confunde os técnicos, de que é exemplo o caso relatado, e acentua as dificuldades de diagnóstico. Em geral, a criança tende a negar os maus-tratos e o abuso, assim como a proteger e a desculpabilizar o agressor, principalmente quando se trata do pai ou de outro adulto com o qual têm uma relação afetiva e de grande proximidade (Furniss, 1993). Assim é o caso de Mariana vítima de incesto.

Por medo ou por uma questão de lealdade para com o pai, Mariana não revelou o que se estava a passar, se bem que as primeiras suspeitas tenham surgido quando ela tinha 12 anos a partir de uma mensagem que escreveu ao namorado («não gosto que o meu pai faça aquelas coisas comigo»). Apesar do caso ter sido sinalizado à CPCJ, por iniciativa da mãe do namorado, na altura nada se provou porque as palavras de Mariana não foram tidas em consideração ou suficientemente valorizadas.

O desabafo de Mariana com 12 anos («**não gosto que o meu pai faça aquelas coisas comigo»**), contrasta nitidamente com o discurso da jovem com 16 anos que vai ao ponto de descrever o prazer que sentia quando tinha relações sexuais com o pai, conforme vem descrito no relatório da CPCJ: «**o meu pai não abusou de mim, eu deixei e gostei…»; «eu deixei porque já tinha tido relações sexuais com o meu namorado, já não era virgem…».** Este discurso, perante os técnicos da Comissão, tem como objetivo perdoar e proteger o pai.

---

dissertação de Mestrado «*Situações Familiares e Maus-Tratos às Crianças e Jovens»,* realizada sob a minha orientação na Universidade da Beira Interior.

2 A descrição do contexto social onde ocorreu este caso não significa a adesão à ideia de que a violência e os maus-tratos de crianças e jovens só acontecem em famílias de baixo nível socioeconómico e/ou com poucas qualificações escolares. O fenómeno, incluindo o abuso sexual, é diversificado do ponto de vista dos contextos de classe social (Almeida et al., 1999).

Mariana é uma menina inteligente e sabe jogar com os preconceitos sociais. É como se ela estivesse a dizer aos técnicos: eu é que o seduzi, eu é que o provoquei**…** eu é que o excitei, um homem não resiste, eu sou culpada! O discurso de Mariana mostra bem **as assimetrias dos conteúdos dos estereótipos sobre a sexualidade feminina e masculina** (Santos, 1995 e 2008). Acredita-se que existem diferentes necessidades e desejos sexuais segundo os géneros, sendo as mulheres mais passivas e os homens mais ativos. Acredita-se que a expressão da sexualidade masculina é mais forte e mais difícil de controlar o que leva os homens a tomar a iniciativa enquanto que a das mulheres é uma sexualidade expositiva e reativa. Espera-se, assim, que as mulheres sejam o mais atrativas possíveis sem serem sexualmente ativas (Santos, 1995). Sempre que há a perceção, por parte dos outros, que as atitudes e comportamentos das mulheres não correspondem a estes estereótipos, isto é, quando ultrapassam as fronteiras daquilo que se espera ser o comportamento e a sexualidade feminina, as mulheres são mal vistas e fortemente criticadas (Amâncio, 1994; Pereira, 2012; Santos, 1995). Isto acontece, como mostram os estudos sobre a problemática do género, devido à limitação dos significados especificamente femininos, reduzidos quase exclusivamente às relações afetivas e à reprodução biológica, em contraste com os significados mais amplos e universais do masculino (Amâncio, 1994; Santos, 2008: 122). Também nos casos de violação e assédio sexual (Amâncio, 1993), entre adultos, acontece muitas vezes as mulheres violadas e abusadas serem vistas como provocadoras dos homens e culpadas pela situação, passando de vítimas a responsáveis. Não admira então que Mariana tivesse dado a entender que ela própria é que seduzia e procurava o pai, criando uma certa confusão nos profissionais que acompanharam este caso.

A propósito do estereótipo da criança e da jovem «sedutora» vale a pena citar o autor do livro *Abuso sexual da Criança* (Furniss, 1993), que mostra bem que o adulto é sempre o responsável:

> O estereótipo da criança sedutora que seduz o pai e aprecia o abuso tem pouco a ver com a realidade do abuso sexual da criança. Tem a sua origem, principalmente, nas projeções dos adultos do seu próprio pensamento sexual nas crianças. (…). Isso significa que mesmo que uma criança se comportasse de uma maneira abertamente sexual, comportamento que cada vez mais aprendemos a ver como resultado de abuso sexual anterior e não como ponto de partida (…). Nem mesmo o mais sexualizado ou sedutor comportamento jamais poderia tornar a criança responsável pela resposta adulta de abuso sexual, em que a pessoa que comete o abuso satisfaz o seu próprio desejo sexual em resposta à necessidade da criança de cuidado emocional (Furniss, 1993: 21).

Quando Mariana era uma criança de doze anos de idade e queria carinho do pai, ela recebeu sexo. Mariana apesar de ter sido sexualmente abusada pelo pai continua a gostar dele e pretende evitar que o mesmo seja julgado e condenado a uma pena de prisão agravada. Declarou aos técnicos da Comissão: **«não quero que nada de mal aconteça ao meu pai. (…) se for a tribunal digo que fui eu que o provoquei».**

Os estudos no âmbito da pedopsiquiatria e da psicologia clínica relativos ao abuso sexual de menores (Furniss, 1993; Vidigal, 2014) referem que a sedução da criança e do jovem face ao adulto não tem um objectivo sexual (o que eles pretendem é amor e ternura), mas os adultos é que interpretam esse comportamento como uma provocação sexual. Mariana queria certamente amor e carinho da parte do pai, ainda mais numa situação de ruptura conjugal em que a mãe saiu de casa e ela ficou inteiramente aos cuidados do pai, assumindo progressivamente o papel da mãe e substituindo-a, inclusive nos afazeres domésticos, conforme consta do relatório da CPCJ. Esta substituição da mãe pela filha assume uma dimensão interacional, no contexto da relação complexa e assimétrica, em termos de poder, entre pai e filha, já que os estudos referem que os pais incestuosos tendem, muitas vezes, a tratar as filhas como esposas mesmo quando a mãe está presente no quotidiano familiar (Vidigal, 2014).

«**O meu pai não abusou de mim, eu deixei e gostei…**», palavras de Mariana, revelam, por outro lado, uma profunda **culpabilidade**.

Segundo a pedopsiquiatra Maria José Vidigal, «a grande maioria das crianças não toma parte ativa para iniciar o abuso sexual, mas todas as crianças são participantes ativas na interação abusiva, mesmo se são forçadas contra sua vontade» (Vidigal, 2014).

O aspeto interacional da participação constitui a base da experiência emocional e explica o facto das crianças

e jovens poderem sentir-se responsáveis pelo abuso se bem que, de facto, jamais possam ser responsáveis.
Mariana está claramente a defender o pai, carregando sozinha **a culpa** e a vergonha que irá arruinar a sua autoestima, e que a levará, também, a desenvolver uma **pseudo-normalidade**, como é, aliás, frequente em casos de abuso sexual (Vidigal, 2014), pela impossibilidade de integrar psicologicamente a violência da experiência. Lembro-me, na altura, de ouvir comentar que Mariana levava agora uma vida perfeitamente normal, após ser retirada à família e institucionalizada, concluindo os técnicos, apressadamente, que tinha sido um caso de sucesso. Mas esta aparente normalidade, que confunde mais uma vez os profissionais, pode corresponder a um silêncio enganador, já que a probabilidade de ocorrerem perturbações de foro psiquiátrico na idade adulta é muito elevada, ainda mais quando o abuso sexual é precoce e prolongado no tempo (Vidigal, 2014), como foi o caso de Mariana.
Tilman Furniss (1993), conhecido especialista alemão (psicanalista e terapeuta familiar), várias vezes aqui referido, considera que é muito difícil sobreviver ao abuso sexual da criança como uma pessoa intacta, embora se tenha que ter em conta fatores protetores ou de resiliência.
A jornalista Clara Ferreira Alves, numa das suas crónicas, considera que

> uma criança abusada sexualmente nunca será um adulto igual aos outros, está condenada a vaguear nesse crepúsculo onde não se distingue a confiança no outro, a confiança na humanidade. Tem um corpo que não reconhece inteiramente seu, um corpo estigmatizado, um corpo manchado (cit. in Vidigal, 2014).

Conforme sublinha Furniss (1993), também colaborador das Nações Unidas no estudo sobre a violência contra as crianças, a revelação do abuso sexual da criança, em particular na forma de incesto, conduz a uma crise imediata nas famílias e nas redes sociais. Assim sendo, gostaria de sublinhar que a intervenção deve ser encarada como um problema multidisciplinar, exigindo a colaboração em rede de diversos especialistas/ instituições (dos tribunais, da saúde, nomeadamente mental, da educação e da segurança social), e visar os **relacionamentos familiares da criança.** A unidade de investigação e intervenção, de carácter necessariamente multifacetado, deixaria então de ser unicamente o indivíduo (criança ou jovem) para passar a ser a família, o que convoca, naturalmente, conhecimentos, entre outros, da dinâmica e diversidade dos modos de funcionamento familiares. Os sociólogos da família sabem, por exemplo, que a diferentes perfis de paternidade ou «maneiras de ser pai», correspondem diferentes estilos de conjugalidade e que **a relação parental não é independente da própria relação conjugal, onde se jogam desigualdades sociais e de género** (Santos, 2012; Wall, 2005; Wall et al., 2010). Por sua vez, os especialistas da área da psicologia e da pedopsiquiatria chamam a atenção para a tríade complexa constituída por: criança vítima, pai abusador e mãe cúmplice.
A relação entre o abusador e a criança é sempre uma relação de poder assimétrica o que é, já por si, uma violência. Mas mesmo a mãe que fica passiva ou silenciosa acaba, também, por ser a agressora, aparecendo aos olhos da criança como cúmplice silenciosa do agressor (Vidigal, 2014). Face à revelação do abuso sexual, muitas são as mães que reagem pela negação, com o intuito de preservar a imagem do marido ou salvaguardar a manutenção dos laços familiares, sacrificando a vítima que passa por «mentirosa» e «culpada» enquanto que o abusador passa por «inocente». A **idealização** que se faz **da maternidade** contribui também, na minha perspetiva, para que a violência familiar contra as crianças e jovens se mantenha escondida. Como diz Furniss (1993), se o abuso sexual ocorre no interior da família, a situação é muito mais complicada, mais difícil de resolver e de consequências imprevisíveis. O abuso sexual intrafamiliar constitui, na opinião do autor, um campo minado de confusão e uma constante ameaça de fracasso para os próprios profissionais.
«Se uma criança é maltratada por um dos progenitores, habitualmente o outro é cúmplice. Todavia, há situações em que quando um deles é maltratante (sendo mais habitual o pai), a mãe sai de casa com os filhos, para os proteger» (Vidigal, 2014). Mas o que dizer das mães que são pessoas pouco autónomas (e talvez por isso com maior probabilidade de serem cúmplices do abuso sexual dos filhos), mulheres dependentes dos maridos, económica e/ou emocionalmente frágeis ou elas próprias vítimas de violência conjugal? Todas estas questões vêm reforçar a ideia da necessidade de serem acionadas **políticas integradas de apoio à família** que olhem para as interações familiares sem descurar a sua articulação com os contextos sociais mais amplos – "o lado de dentro" das famílias e o "lado de fora".

A nível legal, o abuso sexual é um crime, pelo que têm que ser ativados o sistema legal contra os infratores e os serviços de proteção a favor das crianças e dos jovens. Contudo, outro aspeto a ter em consideração diz respeito ao próprio funcionamento da justiça e, em particular, o tempo que demoram os julgamentos, de tal modo que não é raro passarem muitos meses, ou até anos, até serem tomadas medidas de penalização em relação aos abusadores.

Acontece então, muitas vezes, que a não saída imediata de casa do agressor e a retirada das crianças da família, seguida da sua **institucionalização**, acaba por penalizar, injustamente, as crianças e adolescentes, o que constitui mais uma violência. Maria José Vidigal que participou no julgamento Casa Pia, como consultora, chama também a atenção para os interrogatórios a que as crianças e os jovens são sujeitos e o facto da própria Justiça não acreditar neles, com base na tese das «falsas memórias»[3], o que representa, só por si, afirma a autora, uma segunda violação (Vidigal, 2014).

Tal como Mariana, face ao abuso sexual raramente as crianças revelam os factos. De acordo com Furniss (1993), 90% das crianças não falam do abuso. Ficam confusas, mantêm o segredo até tarde e, por vezes, durante toda a vida. «E quando revelam são ameaçadas ou não acreditam nelas, tratando-as de mentirosas. Mais frequentemente o que acontece é elas mentirem quando negam nada ter acontecido» (Vidigal, 2014).

3. Conclusão

O abuso sexual, na forma de incesto, é talvez a modalidade mais chocante de violência sobre as crianças e ao mesmo tempo um campo minado, feito de cumplicidades, silêncios, vergonha, por parte dos envolvidos, e, simultaneamente, de preconceitos, estereótipos e uma mão cheia de dificuldades em lidar com estes casos, quer da parte dos familiares, quer dos profissionais chamados a intervir.

O entendimento da complexidade dos processos relacionados com a violência e os maus-tratos de crianças e jovens em contexto intrafamiliar, em particular no caso de abuso sexual na modalidade de incesto, desafia instituições, terapeutas e profissionais de diferentes áreas a desenvolverem as suas técnicas e formas de abordagem, num trabalho que se pretende cada vez mais em rede, integrado e multidisciplinar.

O caso de Mariana, abusada sexualmente pelo pai, sugere que em relação às crianças mais velhas, do sexo feminino, o risco de interpretação da interação abusiva de acordo com a assimetria dos conteúdos dos estereótipos sobre a sexualidade feminina e masculina é consideravelmente maior. As raparigas adolescentes estão mais vulneráveis à descriminação de género, no contexto das relações de dominação intersexos, e sujeitas a julgamentos negativos em caso de abuso sexual. A consequência é a jovem passar rapidamente da posição de vítima à de «provocadora», isto é, ser julgada culpada e responsável pelo abuso. Trata-se então de uma dupla ou tripla violência de género: violência psicológica, física e simbólica.

4. Referências bibliográficas

ALMEIDA, Ana Nunes, Isabel M. André & Helena N. de Almeida (1999), "Sombras e Marcas : os maus tratos às crianças na família". *Análise social*, 150, pp. 91-121.

3 A propósito do abuso sexual têm-se colocado a questão controversa sobre a veracidade dos depoimentos das crianças, com base nas «falsas memórias». «A psicóloga Elisabeth Lofttus que esteve em Portugal aquando do início do Julgamento Casa Pia, no qual participei como consultora do Procurador Geral da Justiça (João Aibéu), afirmou então que a maioria das memórias das crianças sobre os abusos eram falsas e induzidas pelos terapeutas. Este seu depoimento foi aceite pelos psiquiatras presentes no mesmo julgamento (Pio de Abreu e Carlos Amaral Dias)» (Vidigal, 2014). A autora contrapõe com o trabalho de investigação de Jim Hopper (Cf. Hopper, J. (2008), «Recovered Memories of sexual abuse». http://www. jimhopper.com/memory/) e com base na sua própria experiência de mais de 30 anos como terapeuta (Vidigal, 2014).

AMÂNCIO, Lígia (1993), "Assédio Sexual no Local de Trabalho - Crime ou Castigo?". *Organizações e Trabalho*, 5/6, pp. 75 - 88.

AMÂNCIO, Lígia (1994), *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença,* Porto: Afrontamento.

BARROSO, Zélia (2007), *Violência nas Relações Amorosas*, Lisboa: Colibri/ SociNova.

DIAS, Isabel (2004), *Violência na Família : Uma abordagem sociológica*, Porto: Afrontamento.

FURNISS, Tilman (1993), *Abuso Sexual da Criança – uma Abordagem multidisciplinar*, Porto Alegre: Grafline.

PAIS, Elza (1998), *Homicídio Conjugal em Portugal – Ruturas violentas da conjugalidade*, Lisboa: Hugin Editores.

PEREIRA, Maria do Mar (2012), *Fazendo Género no Recreio. A negociação do género em espaço escolar*, Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais/Instituto de Ciências Sociais.

SANTOS, Filomena (1995), *Infidelidade Conjugal – Classe Social e Género*. Tese de mestrado, Lisboa: ISCTE. Policopiado.

SANTOS, F. (2008), "A dominância simbólica do masculino". In *Sem Cerimónia nem papéis – um estudo sobre as uniões de facto em Portugal.* Tese de doutoramento, Covilhã: Universidade da Beira Interior, pp. 121-127. Disponível em https://ubithesis.ubi.pt/handle/10400.6/654

SANTOS, F. (2012), "Perfis de Coabitação em Portugal". *Forum Sociológico*, 21, pp.133-142.

VIDIGAL, Maria José (2014), *O Abuso Sexual na Criança*. Ciclo de Conferências "A Dualidade dos Instintos - Eros e Tanatos Revisitados", Lisboa: ISPA.

WALL, Karin (org.) (2005), *Famílias em Portugal*, Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais/ Instituto de Ciências Sociais.

WALL, Karin, Sofia Aboim & Vanessa Cunha (Coord.) (2010), *A Vida Familiar no Masculino. Negociando velhas e novas masculinidades,* Lisboa: CITE/Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Violência doméstica contra as mulheres residentes na zona rural

Maria do Perpetuo Socorro Nassau Araújo[1]
Ana Paula Glinfskoi Thé[2]
Ana Maria Lacerda de Freitas[3]
Mônica Nascimento e Feitosa[4]

Resumo: A violência doméstica ocupa lugar de destaque na pauta dos problemas sociais no Brasil, apesar de ser recente o seu reconhecimento. No meio rural, essa situação se intensifica, seja pela falta de conhecimento e informações sobre as políticas e programas ou pela inexistência de instituições de apoio, e até mesmo pelas dificuldades de acesso aos locais de proteção. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo investigar as ações do Estado brasileiro na implementação de políticas públicas cujo foco é a prevenção e combate à violência contra as mulheres no meio rural. Metodologicamente o trabalho utilizará da pesquisa bibliográfica e documental, com base nas reivindicações contempladas pela pauta da ""Marcha das Margaridas"" que ocorreu em Brasília no ano de 2011. Os resultados obtidos apontam que embora os avanços sejam consideráveis, ainda são parcos diante das conquistas a serem alçadas.

Palavras-Chave: Violência. Mulher. "Marcha das Margaridas". Políticas Públicas. Zona rural.

Introdução

Temos o direito de ser iguais sempre que as diferenças nos inferiorizam, temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza.
Boaventura de Souza Santos

A violência contemporânea acompanha o homem desde a antiguidade. Se saltarmos do período pré-histórico para o chamado período civilizacional, encontraremos sinais da violência, seja na Antiguidade Clássica com seus grandes pensadores, seja no obscuro período medieval, passando pelo Iluminismo e chegando até às matanças em escala industrial do século XX. (SILVA, 2010). A formação do Império Romano deu-se, basicamente, pela força e pela posterior dominação, com evidente emprego da violência, utilizando-se de métodos guerreiros de combate e extermínio. (SILVA, 2010)
Minayo (2006) concebe a violência enquanto um fenômeno sócio-histórico que acompanha toda a experiência da humanidade; afirma que não podemos pensar a violência como sendo uma só, mas como sendo múltipla: em suas causas, em suas vítimas, em seu alcance, em suas manifestações. E por serem múltiplas, sua definição se torna um desafio e seria um erro reduzir a violência contemporânea a uma definição fixa e simples, assegura ser

1 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social e professora do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. socorro.nassau@hotmail.com.

2 Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social e Professora do Departamento de Geo-Ciências da Universidade Estadual de Montes Claros –UNIMONTES. anathecomanej@yahoo.com.br.

3 Mestre em Desenvolvimento Social e professora do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Montes Claros- UNIMONTES. aninhadefreitas@yahoo.com.br

4 Mestre em Desenvolvimento Social, advogada e professora do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros- UNIMONTES. monfeitosa@yahoo.com.br

este um conceito amplo, complexo, polissêmico e controverso. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002:[s.p.]):

> Violência é o uso intencional da força ou poder físico, em forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou um grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesões, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações.

No Brasil, a violência está presente em todas as camadas e segmentos sociais, disseminando o medo e a insegurança entre as pessoas e afetando as relações de convivência (GAMA, 2013:15). E especificamente à violência cometida contra a mulher ocupa um grande espaço no país, sendo comprovada pelas estatísticas apresentadas pelas ONGs e órgãos públicos.

Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2010, revelou que a cada 2 minutos, 05 mulheres são agredidas violentamente no Brasil, pelo menos 7,2 milhões de mulheres, com mais de 15 anos, já sofreram agressões desde 2001, sendo que, 1,3 milhões delas nos 12 meses que antecederam a pesquisa. Ou seja, a violência contra as mulheres não é episódica, mas integra a realidade contemporânea como um problema social.

E em relação às mulheres rurais, pesquisa realizada ao final de 2008 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), entre as participantes da 4ª Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, revelou que dentre 529 mulheres das diversas regiões do país, 55,2% sofreram algum tipo de violência doméstica e familiar; destas, 27,6% sofreram ameaças de morte, 11,9% estupro marital e 4,3% cárcere privado.

E a título de exemplos expressivos de violência contra a mulher, podemos fazer menção a Maria da Penha Maia Fernandes, biofarmacêutica, que no ano de 1983 sofreu duas tentativas de homicídio praticadas por seu ex-marido. Assim como Margarida Alves, assassinada por latifundiários do Grupo Várzea, na cidade de Alagoa grande, Paraíba.

De acordo com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), enquanto a maior parte da violência sofrida pelo grupo masculino ocorre nas ruas e nos espaços públicos, o grupo feminino geralmente é agredido dentro de casa, no espaço privado.

E no meio rural, essa situação se intensifica, seja pela falta de conhecimento e informações sobre as políticas e programas ou pela inexistência de instituições de apoio, e até mesmo pelas dificuldades de acesso aos locais de proteção.

A violência contra a mulher tem sido objeto de importantes estudos e pesquisas, merecendo destaque os trabalhos e estudos de Souza (2006), Amaral (2012), Silva (2008) e Souza (2009), que evidenciam as desigualdades e a violência sofridas pelas mulheres rurais. Os estudos apontam também que, uma maneira dessas mulheres amenizarem essa situação de desigualdade e violência é a sua participação efetiva em uma das maiores manifestações populares que acontece no país e que integra a agenda dos movimentos sociais do campo contra a fome, a pobreza e a violência sexista, realizada em Brasília/DF, a denominada "Marcha das Margaridas".

Neste sentido, o objetivo deste estudo é investigar as ações do Estado brasileiro na implementação de políticas públicas cujo foco é a prevenção e combate à violência contra as mulheres no meio rural.

Metodologicamente o trabalho utilizará da pesquisa bibliográfica e documental, com base nas reivindicações contempladas pela pauta da "Marcha das Margaridas" que ocorreu em Brasília no ano de 2011. É importante ressaltar que como resultado das negociações de sua pauta, apresentada ao poder executivo em 2007, foi instituído o Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, que já atuou com as seguintes contribuições:

> Criou em 2008 a Campanha Mulheres Donas da Própria Vida – Viver sem Violência Direito das Mulheres do Campo e da Floresta. Outra iniciativa importante do Fórum foi o debate das diretrizes para o enfrentamento da violência contra as mulheres do

> campo e da floresta, inseridas na Política e no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, por meio da Portaria 085, de 10 de agosto de 2010, Presidência da República. (CONTAG, CADERNOS DE TEXTOS PARA ESTUDO E DEBATES, 2011:38-39).

O interesse de realizar este estudo se deu pelo fato de perceber que existem poucas pesquisas que evidenciam as conquistas das mulheres rurais em relação à implementação de políticas públicas, em prol da diminuição dos índices de violência doméstica, considerada pelos especialistas do assunto, como uma questão de saúde pública no Brasil e no mundo, afetando a população tanto em âmbito individual quanto em âmbito coletivo.
Assim, este estudo justifica-se, pelo fato de acreditar que as políticas públicas no combate a estas modalidades de crimes que ameaçam a vida, alteram a saúde e produzem enfermidades, sensibilizam e conduzem estudiosos a discutirem o tema, com o intuito de prevenir e impedir esta fatalidade que emerge da sociedade e marca a contemporaneidade, ceifando vidas.

Violência: algumas considerações

Serão apresentadas em linhas gerais, algumas considerações do o que vem a ser a violência e de modo mais específico a violência contra a mulher.
Desde a antiguidade existe uma preocupação do ser humano em entender a essência do fenômeno da violência, sua natureza, suas origens e meios apropriados, a fim de reduzi-la, preveni-la e eliminá-la da convivência social. Diversos são os estudiosos que conceituam o termo violência. A antropóloga Alba Zaluar, ao tratar da expressão violência, diz o seguinte:

> O termo violência vem do latim *violentia*, que remete a *vis* (força, vigor, emprego de força física, ou recurso do corpo para exercer sua força vital). Essa força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo assim, carga negativa, ou maléfica. É a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento causado), que vai caracterizar um ato como violento, percepção que varia cultural e historicamente. (ZALUAR, 1999:8).

Para Emile Durkheim (1966), a violência é definida como um sintoma de funcionamento ineficiente das instituições sociais nos processos de socialização em relação às normas sociais e jurídicas vigentes na sociedade. O homem em seu "estado natural" - livre do controle social - seria um ser egoísta, impulsivo, movido por desejos e paixões imediatas e se comportaria como um lobo, constituindo-se uma ameaça aos seus semelhantes. Além disso, este não teria, em si mesmo, mecanismos próprios de autocontrole, autolimitação e regramento.
De acordo com Costa (1986), a violência é derivada da cultura e da particularidade da vida social, se tornando visível quando as divergências entre os indivíduos não é resolvida pelo diálogo e pela cooperação, sendo empregada a força e a agressividade para solucionar os conflitos. No entendimento de Silva (2010:169):

> As origens da violência são remotas, legitimadas pelo patriarcado, e estão inseridas em nossos costumes, compondo identidades femininas e masculinas por intermédio de um sistema patriarcal que formou mulheres para a subserviência e os homens para a agressividade, portanto, características como doçura e mansidão são aceitáveis para o sexo feminino enquanto dureza e força são atributos incentivados para o sexo masculino. Para este sistema a violência institui um valor de caráter justo, um elemento fundamental na constituição do poder masculino.

Segundo Teles e Melo (2005:15), o termo violência, em seu significado mais frequente, indica seu caráter repressor sobre o outro, que o reduz em sua humanidade:

> [...] quer dizer uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta. È um meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano.

E a Violência contra a mulher?

A violência contra a mulher "é um fenômeno extremamente complexo, com raízes profundas nas relações de poder baseadas no gênero, na sexualidade, na autoidentidade e nas instituições sociais" (HEISE *et all,* 1994:41). De acordo com Teles e Melo (2005:69-70):

> A violência cometida contra a mulher é um fenômeno histórico que dura milênios, pois a mulher era tida como um ser sem expressão, uma pessoa que não possuía vontade própria dentro do ambiente familiar. Ela não podia sequer expor o seu pensamento e era obrigada a acatar ordens que, primeiramente, vinham de seu pai e, após o casamento, de seu marido.
> [...]
> A violência contra a mulher deve ser entendida como uma relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher. Os papeis impostos ás mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem a reações violentas. Não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas.

É possível verificar na literatura que vários são os termos e expressões utilizados que contribuem para designar o que seja a violência contra a mulher. Não existe desta forma um conceito fechado, mas sim uma síntese de outros conceitos como violência de gênero, violência domestica/ familiar que contribuem na composição de sua definição.

Violência de Gênero

A década de 70 no Brasil é marcada por crise de legitimidade do regime autoritário, que favorece o início do processo de abertura política e constituição de formas democráticas de participação da sociedade. E esse conjunto de circunstâncias contribuíram para o surgimento dos movimentos sociais que se desenvolveram principalmente como reflexo da precariedade ou falta de condições dos canais de representação, ou de arranjos institucionais existentes no período autoritário (JACOBI,1988).
E a construção da ideia de gênero deu-se neste contexto, com o movimento feminista, quando estas buscaram espaço para a constituição de uma cidadania feminina, tendo como uma de suas bandeiras de luta, a defesa da igualdade e eqüidade de direitos entre homens e mulheres.
A utilização da categoria de gênero, segundo a historiadora Ana Colling (2004:28), tem como objetivo introduzir na história a dimensão da relação entre os sexos, com a certeza de que esta relação não é natural, mas uma relação social construída e constantemente transformada pela dinâmica social. Tem sido utilizado, portanto, para teorizar a questão da diferença sexual, o questionamento quanto aos papéis sociais destinados às mulheres e aos homens. De acordo com a definição de Scott (1990:7):

> O gênero torna-se, antes, uma maneira de indicar —construções sociais – a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.

Neste sentido, é possível dizer que o conceito de gênero está ligado a um processo relacional, ou seja, não é possível analisar homens e mulheres em separado já que um se define em relação ao outro. É fruto de uma construção social do quem vem a ser masculino e feminino, distinguindo a dimensão biológica da dimensão social. De acordo com Bourdieu (1999:9-10), "a identidade social de homens e mulheres é construída durante o passar do tempo através de variações da sociedade que lentamente moldaram os gêneros da maneira com a qual hoje nos é apresentada, qual seja a predominância do masculino sobre o feminino". Este sistema encadeado que define o comportamento de homens e mulheres no âmbito da vida em sociedade é chamado de modelo de sociedade patriarcal, ou seja, um modo de organização social ou dominação social que aponta para o exercício e presença da dominação masculina.
Assim a partir do que foi exposto, podemos compreender que a violência baseada no gênero é qualquer comportamento agressivo baseado na relação de dominação da vítima, ou seja, observa-se um sujeito subordinado ao poder exercido pelo agente dominador.

Violência Doméstica

Estudos evidenciam que a violência doméstica é um fenômeno enraizado na sociedade brasileira por sua natureza patriarcal, onde se impõe a superioridade masculina consolidada através da naturalização da sociedade machista. A atual legislação brasileira sobre violência doméstica e intrafamiliar contra mulheres entrou em vigor no ano de 2006 com o título de "Lei 11.340 - Lei Federal de Violência Doméstica ou Familiar contra Mulher". Essa Lei que tem como objetivo coibir a violência doméstica contra mulheres foi apelidada de "Lei Maria da Penha", em "homenagem" à história de violência sofrida por Maria da Penha Maia Fernandes. A Lei Maria da Penha, assim define violência doméstica:

> Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:
> I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;
> II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;
> III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.
> Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.
> Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

Day (2009) entende a violência doméstica como sendo todo comportamento que deprecie o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um componente da família, podendo ser efetivada dentro e fora de casa, por qualquer integrante da família, sanguínea ou não, que esteja em relação de poder com a pessoa agredida.

Segundo Cunha (2007), o abuso físico, emocional, sexual ou psicológico de pessoas que coabitam no mesmo local que o agressor, independentemente de vínculo parentesco entre estes, é caracterizada como violência doméstica. No entendimento de Santos (ANO:PÁGINA):

> A violência doméstica até o fim da década de 1990 era invisível por ser pouco divulgada e também pelo fato de não provocar uma comoção nacional que motivassem políticas públicas, pois ela não era identificada como problema político e sim de ordem familiar. A discussão sobre o enfrentamento desse tipo de violência estava confinada basicamente ao domínio das ações dos debates feministas.

A medida que a violência doméstica é denunciada, aumenta a demanda por ações de políticas públicas que possam contê-la. E à medida que esta questão passou a ser problematizada, começou a destacar-se entre os temas sociais de maior relevância, ampliando-se de tal maneira que já não se admite a prática de atitudes que até pouco tempo eram aceitas e toleradas pela sociedade. De acordo com Soares (1999:33):

> O lar, o casal e a família deixam de funcionar como mônadas impenetráveis, como núcleos decisórios, autorreferidos e possuidores de direitos próprios, para se desmembrarem em novas unidades socialmente significativas, competindo legitimamente e em igualdade de condições pelo acesso aos direitos civis – para usar a imagem do liberalismo apropriada à ocasião. Mulheres, homens, crianças, idosos; pais, filhos, netos, avós, empregados, e no limite, até os animais da casa terão seus "direitos" garantido por uma lógica universalizante, que não se confunde com a lógica ou lógicas (muitas vezes obscuras e tirânicas) que regem os arranjos e dinâmicas familiares.

Portanto, o mundo privado deixa de ser um assunto de interesse apenas dos integrantes da família, cabendo ao Estado interferir quando atos de violência são praticados.

Políticas públicas para o enfrentamento da violência contra a mulher

A busca pela igualdade de gênero e pela conquista de direitos ocasionou a publicização da violência sofrida pela mulher em decorrência do exercício do poder de dominação do homem.
Andrade (2003: 112) destaca o trabalho desenvolvido pelos movimentos feministas, alertando para a gravidade da violência pelas quais as mulheres passavam.

> [...] foi o feminismo que desvelou múltiplas formas de violência contra a mulher, captando-a em toda sua extensão (sentido amplo): desde a violência simbólica cotidiana, das microdiscriminações até a macroviolência física, mutiladora, monumental. Denunciando, trazendo a público e, portanto, publicizando e politizando lágrimas e sangue que rolavam silenciosos no vasto espaço privado da dor feminina, mulheres de todas as idades, etnias e *status* social deflagraram um processo que está em curso, com consequências ainda inimagináveis. (ANDRADE, 2003: 112)

Os estudiosos desta temática apontam que, o Movimento Feminista no Brasil representou o momento histórico em que as mulheres precisavam assumir uma postura questionadora diante dos principais problemas que afligiam seu cotidiano, para que as estruturas políticas sociais lhes ajudassem no enfrentamento da violência doméstica. A partir desta postura do movimento feminista, que a violência doméstica tornou-se um problema público e, portanto, objeto central nas políticas públicas do Brasil, assim como em outros países do mundo. A implementação de políticas públicas é necessária para transformar uma realidade, pois quando se torna prioridade precisa ser implementada. De acordo com Pereira (2002:223):

> Políticas Públicas significa, ação coletiva que tem por função concretizar direitos sociais demandados pela sociedade e previstos nas leis.Ou, em outros termos, os direitos declarados e garantidos nas leis só tem aplicabilidade por meio de políticas públicas correspondentes, as quais por sua vez, operacionalizam-se mediante programas,projetos e serviços.

Neste sentido torna-se necessário o Estado conferir recursos e funcionamento suficiente às Políticas públicas que possam combater e reduzir a violência contra as mulheres. De acordo com Silva (2010:77):

> No Brasil é possível calcular vários avanços no campo legal e social, como também na criação de organismos em defesa das mulheres vítimas de violência, dentre eles podemos destacar: as Delegacias de defesa das mulheres, Centro de Atendimentos especializados, casas abrigos, centrais de atendimentos telefônicos de emergência, entre outros mecanismos de apoio. Além de que uma forte mobilização nacional para a conscientização da violência doméstica está ainda em construção, a qual se fortificou a partir da década de 1980.

A importância dos movimentos feministas, no Brasil, principalmente das décadas de 1970 e 1980 para cá é destacada quanto ao grau de politização de conquistas, para a qual foi muito importante a criação das delegacias especializadas no atendimento às mulheres.

> A conquista política obtida pelo Movimento Feminista representada pela criação de uma delegacia voltada especificamente para o público feminino, além de representar um relevante passo para a visibilidade do problema da violência,possibilitou um avanço para a diminuição das distâncias entre o direito e o acesso a cidadania entre homens e mulheres. Se por um lado a violência representava um poder instituído que servia para o fortalecimento de uma categoria social, a existência de um espaço para o apoio à vítima permitiu o seu enfretamento (SOARES, 1999: 33).

E um marco importante dessa nova fase foi a Constituição Federal de 1988, com a qual houve uma ampliação e reconhecimento dos direitos individuais e sociais da população brasileira, sobressaindo a seguridade da igualdade entre homens e mulheres no espaço público e na vida familiar. A Constituição Brasileira, em seu art. 5º, declara:

> Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-s e aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes. E ainda em seu parágrafo I dizer: homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

De acordo com Souza (2006:148-149), foi de grande importância a inclusão no artigo 226, do parágrafo 8º, que estabelece "a obrigatoriedade do Estado na criação de mecanismos para coibir a violência no âmbito da família". De igual importância, também o artigo 5º, parágrafo 2º, reconhece "*status* constitucional aos Tratados e Convenções Internacionais subscritos pelo governo brasileiro, incluindo aqueles específicos aos direitos humanos das mulheres". Souza (2006:149) complementa "Essa conquista abriu caminhos para implementação de políticas públicas que são indispensáveis para a construção da cidadania das mulheres e o estabelecimento da igualdade/eqüidade nas relações de gênero"

Outro dispositivo legal relevante no combate à violência no âmbito do espaço privado é a Lei nº 11.340, sancionada no dia 7 de agosto de 2006, pelo Presidente da República, Luiz Inácio da Silva, conhecida como "Lei Maria da Penha" (BRASIL, 2008). Esta lei é específica sobre as violências contra as mulheres – sejam

físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais ou morais, e por esta lei, teve-se garantida a seguridade no aumento do rigor nas punições para quem agride mulheres, determinando que o agressor seja preso em flagrante ou tenha sua prisão preventiva decretada.
Assim, é possível dizer que a vitimização feminina foi um importante instrumento utilizado para a implantação desse aparato institucional para o enfrentamento à violência contra as mulheres.

Violência contra as mulheres rurais

Conforme relatado anteriormente, vários são os avanços evidenciados na criação de ações políticas no combate à violência contra a mulher. Mas, estudos da temática revelam que as mulheres da área rural, encontram-se em desvantagens em relação as mulheres da área urbana, visto que as mesmas não tem acesso nem informação as leis existentes e encontram-se em uma situação de maior vulnerabilidade no que tange ao enfrentamento a violência contra a mulher.
A Organização Mundial de Saúde (OMS) compilou dados de vários países que indicam que a violência doméstica (física, sexual e psicológica) é maior em populações rurais do que em populações urbanas. No caso do Brasil, 37% das mulheres da zona rural sofrem violência física ou sexual perpetradas pelos seus companheiros, contra 29% da zona urbana (OMS, 2005).
São tantas e diversas as formas de violência contra as mulheres, que estas acabam por serem banalizadas, ou seja, consideradas comuns e naturais às relações entre homens e mulheres. Foram selecionadas algumas frases emblemáticas que representam as várias faces da violência a que as mulheres estão expostas – em todas as fases da vida, como trabalhadoras e militantes, como filhas, companheiras, mães, quer sofram em silêncio por anos, quer denunciem publicamente os abusos contra elas cometidos (IPEA, 2003:22):

> *"Para fugir dele, dormia no galinheiro ou embaixo da cama". "Fui ameaçada por madeireiros, fugi de casa e passei cinco meses fora". "Sofri agressões, tapas, socos durante quinze anos, ele usava arma de fogo. Meus oito filhos presenciavam tudo. Fiz tratamento neurológico. Saí dessa situação com a ajuda de uma enfermeira quando tive coragem de contar". "Minha mãe e irmãs falavam que eu tinha que tolerar as agressões do meu marido". "Meu marido me agredia com revólver e faca enquanto eu segurava os filhos nos braços".*

Para Soares (1999), a primeira dificuldade da mulher em situação de violência doméstica é vencer a barreira do silêncio – fruto da vergonha e do desejo, mais do que compreensível, de esconder a falência do projeto conjugal – e do silêncio de todos que a cercam.

> *"Fui ameaçada de morte caso denunciasse as agressões, quis sair de casa, mas meus filhos não deixaram". "Retirei a queixa contra meu filho por pressão da polícia". Crime homofóbico ocorre com muitas mulheres". "Procurei meus direitos, mas estou decepcionada com a recepção da lei, a lei não funciona na prática".*

Nesse relato é possível perceber que a mulher encontra barreiras para fazer a denúncia; além de sentir muita vergonha, muitas vezes é acusada e se sente responsável por ser violentada, sente-se humilhada e recuada ao saber que a lei está indiretamente ao "lado do agressor".

> *"Tenho uma filha fruto de um estupro pelo cônjuge, contei a ela o que aconteceu". "Os homens que violentam, estupram e batem em mulheres são médicos, vereadores, vigilantes, patrões, homens de igreja, advogados". "Os homens acham que são donos das mulheres". "Mulher sempre foi tratada como ser inferior". "A cultura do nordeste é que homem tem que mandar e mulher baixar a cabeça". "A violência faz parte da realidade da mulher".*

Conforme vimos, para as mulheres das áreas rurais a situação é de completa vulnerabilidade em relação ao enfrentamento contra a violência, e as mulheres que ainda tentam seguir em frente com as queixas são ameaçadas e se colocam em uma situação de risco, recebendo ameaças explícitas dos companheiros.

As Margaridas e as estratégias de ação contra à violência

> "Por que a senhora veio para a "Marcha das Margaridas"?" "Vim porque não quero mais continuar chorando por ver tanta violência".

Quem são essas Margaridas? A "Marcha das Margaridas" é uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas.

Segundo Silva (2008), a Marcha tem esse nome em homenagem à dirigente sindical Margarida Alves (1943-1983), já citada neste estudo, considerada um grande símbolo da luta das mulheres por terra, trabalho, igualdade, justiça e dignidade. Essa dirigente destacou-se por ter rompido com padrões tradicionais de gênero ao ocupar por 12 anos a presidência do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba. Sua trajetória sindical foi marcada pela luta contra a exploração, pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, contra o analfabetismo e pela reforma agrária. Margarida Alves foi brutalmente assassinada com um tiro no rosto pelos usineiros da Paraíba em 12 de agosto de 1983. A denominação da "Marcha das Margaridas" foi uma forma de tornar pública a situação de desigualdade nas quais vivem as trabalhadoras rurais, evidenciar as diversas formas de violências enfrentadas e a situação de pobreza na qual vive a maioria das mulheres (SILVA, 2008:88).

A estrutura organizacional da Marcha é formada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), pelas 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e pelos mais de 4 mil Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), e por várias organizações de mulheres parceiras. A primeira marcha, realizada nos anos 2000, teve como lema "*2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista*" e contou com a participação de 20 mil mulheres.

Em sua segunda edição, em 2003, com o lema "*2003 razões para marchar por reforma agrária, acesso à água, saúde, salário digno e contra a violência sexista*", contou com presença de 40 mil mulheres de todos os estados brasileiros. A terceira marcha, em 2007, com o lema "*2007 razões para marchar por terra, água e agroecologia; valorização do salário mínimo; soberania e segurança alimentar; trabalho, renda e economia solidária; garantia de emprego e condições de trabalho das assalariadas; saúde pública, direitos previdenciários e educação do campo*", teve temas e pautas de discussão atualizados, em função da conjuntura e cenário econômico e político da sociedade brasileira, com a participação de aproximadamente 50 mil mulheres.

Em 2011, na quarta edição, com a participação de 100 mil mulheres e com o lema "*2011 razões para marchar por: desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade*", ocorreram discussões a partir de sete eixos: 1- Biodiversidade e Democratização dos Recursos Naturais; 2- Terra, Água e Agroecologia; 3- Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; 4- Autonomia Econômica, Trabalho e Renda; 5- Educação Não Sexista, Sexualidade e Violência; 6-Saúde e Direitos Reprodutivos; 7- Democracia, Poder e Participação Política.

É possível perceber a temática da violência, objeto de estudo desta pesquisa, dentro do eixo cinco: Educação Não Sexista, Sexualidade e Violência, que contempla as seguintes reivindicações encaminhadas ao governo federal, conforme dados fornecidos pela CONTAG:

> Assegurar e ampliar os recursos orçamentários do Programa de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da SPM e destinar, no mínimo, 20% desses recursos à implementação de serviços específicos para atender as mulheres do campo e da floresta, em situação de violência.

> Implantar, até 2013, no âmbito do Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres, 54 unidades móveis, incluindo barcos para a região amazônica, para atendimento às mulheres trabalhadoras do campo e da floresta em situação de violência, e cumprir em 2011 a meta de 15 unidades móveis.

A pauta, ora apresentada ao Governo Federal, integra um conjunto de proposições, de ações e medidas estruturantes na expectativa de que sejam devidamente tratados e atendidos, num processo de diálogo permanente com as mulheres trabalhadoras do campo e da floresta.

Conquistas das Margaridas

Ao longo dos anos a "Marcha das Margaridas" teve importantes conquistas, como o Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência, o Pacto Nacional e as Diretrizes de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta. Em 2013, os componentes da Marcha são agraciados com uma grande conquista: a implementação de 54 unidades móveis para atendimento a mulheres em situação de violência. Os veículos fazem parte das ações do programa 'Mulher, Viver sem Violência' e vão circular nas áreas rurais, levando serviços de segurança pública e de justiça previstos pela Lei Maria da Penha.

> Em 2011, vocês cobraram ações do governo federal para aplicação da Lei Maria da Penha no campo e na floresta. Reivindicaram dez unidades móveis para a presidenta Dilma e, hoje, temos o orgulho de entregar a vocês 54 ônibus, dois por estado e o DF. É uma alegria imensa concretizar esse direito, que marca os dez anos de trabalho incessante da Secretária de Políticas para Mulheres -SPM em favor da cidadania das brasileiras". (MENICUCCI, 2013: [s.p.]).

Entre as 200 trabalhadoras rurais - mobilizadas pela Jornada das Margaridas que testemunharam a assinatura do termo de doação e entrega das chaves dos veículos - estava a trabalhadora rural Janaína Nunes.

> Vai ser oferecido um serviço importante para algo que, na maioria das vezes, elas não denunciam justamente, por falta de acesso a informações, medo e repressão. Com a Unidade Móvel, ao saber que se vai ter um auxílio, um respaldo, talvez elas possam denunciar mais e acabar com essa violência, que não acontece só na cidade, mas também no campo (JANAÍNA NUNES, 2013:26).

Ainda segundo Janaína Nunes, a unidade móvel pode reverter o quadro de medo e falta de informação a que mulheres vítimas de violência doméstica normalmente estão sujeitas. A entrega das unidades móveis foi iniciada em 08 de agosto de 2013, sendo o município de Alagoa grande, na Paraíba, o primeiro estado a receber duas unidades móveis, por ocasião dos 30 anos de assassinato de Margarida Maria Alves, ícone da luta por direitos das trabalhadoras rurais.

> Para cada estado e o Distrito Federal, o governo federal doará dois ônibus, com valor unitário de R$ 550 mil. Ao todo, o investimento nos 54 veículos é de R$ 30 milhões. Estão equipados com duas salas de atendimento, *netbooks* com roteador e pontos de internet, impressoras multifuncionais (digitalização de documentos e fotocópias), geradores de energia, ar condicionado, projetor externo para telão, toldo, 50 cadeiras, copa e banheiro adaptados para a acessibilidade de pessoas com deficiência. (MENICUCCI, 2013:[s.p.]).

Ainda segundo Menicucci (2009), a definição de serviços e itinerário dos ônibus são de responsabilidade dos governos estaduais e de municípios-pólos, com monitoramento da Secretaria de Política para as Mulheres (SPM) e do Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência no Campo e na Floresta. As unidades móveis fazem parte do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e se somam ao programa 'Mulher, Viver sem Violência', para a integração de serviços na aplicação da Lei Maria da Penha.

Em março de 2013, foi lançado o Programa "Mulher, Viver sem Violência", com recursos de R$ 265 milhões para serem executados pela SPM, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Este programa prevê seis ações: Casa da mulher brasileira, centros especializados nas fronteiras secas, ampliação do Ligue 180, campanhas educativas, ações interministeriais para humanização, adequação dos hospitais de referência e Instituto Médico Legal (IML) e entrega de 54 unidades móveis para o enfrentamento à violência nas zonas rurais e floresta. (SPM, 2013)

De acordo com a SPM, entre outubro de 2013 a junho de 2014, as Unidades Móveis e Barcos para Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, Florestas e das Águas já realizaram mais de 20 mil atendimentos em todo o País, em mais de 100 viagens. E no primeiro semestre de 2014 foram realizadas 10 oficinas estaduais, agora, o projeto está sendo retomado com a realização de outras 17 até o final do ano. Nesta atividade é feito um resgate da construção do eixo sobre violência contra as mulheres da pauta da "Marcha das Margaridas" com o intuito esclarecer as participantes sobre as conquistas da ação.

Para Alessandra Lunas, Secretária Geral das Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a unidade móvel se configura como uma conquista do movimento das mulheres do campo. Registrou que foram anos de luta e de discussão para que as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher pudessem se adaptar para atender as vítimas da violência nas zonas rurais. Afirma colocar na agenda que a violência contra as mulheres no campo precisa ser prioritária, trabalhar esta sensibilização, discutir que o formato seria este e agora ver isso se realizando, para nós é uma conquista muito grande.

Ainda segundo Lunas, o desafio agora é efetivar o funcionamento da unidade móvel e o atendimento às mulheres. Nesse sentido, destacou que todas as trabalhadoras rurais vão estar empenhadas no processo de sensibilização e mobilização para que, de fato, o serviço aconteça onde as mulheres mais precisam.

Soledade Leite, que fundou o movimento de mulheres do campo em Alagoa Grande (PB), acompanhou a primeira entrega das unidades móveis, que ocorreu na cidade, e garantiu: "Nós, que compomos o movimento no Nordeste, em Alagoa Grande, iremos acompanhar e monitorar o atendimento. O carro foi entregue para o governo do estado, mas, onde precisar, nós fazemos a articulação. Vamos atrás e fazemos a cobrança".

Soledade Leite frisou ainda a importância da presença de psicólogas e delegadas no atendimento às mulheres, assim como a necessidade de uma articulação com as prefeituras e movimentos locais para que o impacto da chegada dos veículos no interior seja positivo, e pontuou: "Se estivermos bem amparadas, isso será melhor para as companheiras que são vítimas de violência".

Considerações Finais

Conforme foi evidenciado ao longo desta pesquisa, a sociedade contemporânea constantemente é surpreendida com as consequências causadas pela violência. Estudos e pesquisas sobre o tema têm avançado para compreender estes fatos e, sobretudo, apresentar soluções para minimizar este problema que permeia a vida social do ser humano.

Foi possível constatar que violência contra a mulher tem raízes profundas na nossa sociedade e tem sido objeto de luta do movimento feminista e de outros movimentos em defesa dos direitos das mulheres e que são direitos humanos, na busca de planejamento e formulação de políticas públicas para sua prevenção, redução e controle.

A "Marcha das Margaridas", uma das maiores manifestações populares que acontecem no país e que integram a agenda dos movimentos sociais do campo, contra a fome, a pobreza e a violência sexista, está inserida nestes movimentos de mulheres, e tem como uma das suas bandeiras de luta, buscar junto ao Estado a implementação de políticas públicas para o enfrentamento e o combate contra violência das mulheres do meio rural.

E uma grande conquista do movimento das mulheres do campo foi contemplada na pauta de 2011 e encaminhada ao governo federal: a implementação de 54 unidades móveis para atendimento às mulheres em situação de violência. Colocar na agenda que a violência contra as mulheres no campo precisa ser prioritária, trabalhar esta sensibilização, discutir que o formato seria este e agora ver isso se realizando, para nós é uma conquista muito grande. (CONTAG, LUNAS, 2013).

Os resultados obtidos, levando-se em conta as condições em que vivem as mulheres rurais, com pouco acesso a serviços e informações e relativo isolamento, apontam que embora os avanços sejam consideráveis, ainda são parcos diante das conquistas a serem alçadas.

Segundo Menicucci (2009:18), "Isoladas, sem acesso aos serviços oferecidos pelos governos municipais, estaduais ou federal, mulheres rurais estão sujeitas a uma situação que favorece a reprodução de atitudes e valores patriarcais e alimenta a impunidade dos agressores".

No Brasil, há vários estudos que demonstram conquistas das mulheres no campo da educação, política e mercado de trabalho, mas estas não foram suficientes para superar as desigualdades e as violências contra as mulheres que persistem até os dias de hoje. Portanto, proteger a mulher da violência doméstica, da qual sempre foi vítima, conforme abordado nesta pesquisa, é respeitar a sua integridade física e moral e tornar efetivos os seus direitos humanos.

Referências

AMARAL, T. M. **A (IN)eficácia do Estado na Implementação das Medidas Protetivas Previstas na Lei Maria da Penha, enquanto Políticas Públicas de Efetivação dos Direitos de Cidadania**. Dissertação de Mestrado em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul .Santa Cruz do Sul 2012.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Sistema penal máximo X cidadania mínima***:* códigos da violência na era da globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, p.112.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. **Constituição Federal**, de 05 de outubro de 1988. Atualizada até a Emenda nº 70/2012. In: Senado Federal - Portal Legislação Constituição Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/index.shtm> Acesso em: 29 out 2012.

BRASIL. **Lei n. 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 09 jun. 2010.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2004.

COLLING, Ana. **A construção histórica do feminino e do masculino**. In: STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise Rodrigues (Orgs.). **Gênero e Cultura**: questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CONTAG. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **A trajetória da marcha das margaridas**. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=256&ap=1&nw=1> Acesso em: 28 out 2012.

COSTA, J.F. **Violência e psicanálise.** Rio de Janeiro: Editora Graal, 1986

CUNHA, Tânia Rocha Andrade. **O Preço do Silêncio**: mulheres ricas também sofrem com a violência. Bahia: Edições Uesb, 2007. p. 4

DAY, Vivian Peres. **Violência doméstica e suas diferentes manifestações**. Disponível em:< http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a03v25s1.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2009.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Cia. Editora Nacional,1966.

FARIA, Ernesto (Org.). **Dicionário Escolar Latim-Português**. 4. ed. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Educação/Ministério da Educação e Cultura, 1967.p. 1067

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. Realizada em 2001. Disponível em: http://www.fpa.org.br/nop/. Acesso em: 19 de maio de 2006.

GAMA, J. V. B. **Violência Urbana**: Um Estudo Comparativo das Políticas Públicas para Enfrentamento da Violência Sexual nos Municípios de Cachoeira do Arari e Breves- PA. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano da Universidade da Amazônia. Belém do Pará, 2013.

GROSSI, Miriam Pillar; MINELLA, Luzinete; PORTO, Rozeli (Orgs.). **Depoimentos Trinta Anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência**. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2006

HEILBORN, Maria L; SORJ, Bila. **Estudos de gênero no Brasil**. in: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995).** ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

HEREDIA, B; CINTRÃO, R. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. In: O PROGRESSO das mulheres no Brasil. Brasília: UNIFEM/Fundação Ford/CEPIA, 2006.

HEISE, L., 1994. **Gender-based abuse**: The global epidemic. Cadernos de Saúde Pública, 10 supp):135-145.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **2013: "Marcha das Margaridas"**: perfil socioeconômico e condições de vidadas mulheres trabalhadoras do campo e da floresta.

JACOBI, Pedro Roberto. **Movimentos sociais e Estado**: efeitos político-institucionais da ação coletiva, in Revista Ciências Sociais Hoje. São Paulo, 1988.

MENICUCCI, Eleonora. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres do Brasil. Brasília, Portal Planalto, 2013.

MINAYO, MCS. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: editora Fiocruz, 2006

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Brasília: OMS/OPAS, 2002. Disponível em: <http://www.paho.org/Portuguese> Acesso em: 05 outubro 2014.

PEREIRA, Potyara A.P. **Como Conjugar Especificidade e Intersetorialidade na Concepção e Implementação da Política de Assistência Social**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo.Ano XXIV,n77,p.54-62, Marc,2004.

SCOTT, Joan W. **Gênero:** uma categoria útil. In: Educação e Sociedade, Porto Alegre, 19. sp-forumproequidade. blogspot.com.br/2013/08/discurso-da-ministra-eleonora-sobre.html

SILVA, B. **A "Marcha das Margaridas":** resistências e permanências. Dissertação (Mestrado em Sociologia). 2008. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SILVA, C. M. O. G. **Violência Contra as Mulheres**: A Lei Maria da Penha e suas implicações Jurídicas e Sociais em Dourados. Dissertação de Mestrado em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)-Dourados, 2010.

SILVA, Elias dos Santos. **Representações Sociais de violência no filme tropa de elite**: O Homem como predador do próprio homem. Dissertação (mestrado em psicologia da saúde). 2010. Universidade católica Campo Grande-MS, 2010.

SOARES, Barbara Musumeci. **Mulheres Invisíveis**: violência conjugal e novas políticas de segurança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 33.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. In: **Revista de Sociologia** - Scyelo, ano 8, no 16. Jul/Dez, 2006.

SOUZA, Maria Clarice Rodrigues de. **Violência Contra Mulheres**: Um estudo de Gênero-Montes Claros-1985-1994. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

SOUZA, V. L. N. **A Violência Contra a Mulher e a Proteção Social**: Estudo Sobre as Ações da Prefeitura Municipal de Belém Destinadas às Mulheres. Dissertação de Mestrado, em Serviço Social, da Universidade Federal do Pará – Belém, 2006.

TELES, Maria Amélia de A.; MELO, Mônica**. O que é violência contra a mulher?** São Paulo. Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 2005.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O papel das políticas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** Montes Claros/MG: 2002.

ZALUAR, Alba. **Um debate disperso**: violência e crime no Brasil da redemocratização. Revista São Paulo Perspectiva. Volume 13, n. 3. São Paulo: Fundação SEADE, 1999.

GT 41
Desigualdades, Finanças Familiares, Género e Poder

Gestão das Finanças Conjugais em Tempo de Crise Económica
(*Couples' money management arrangements in times of economic crisis*)

Alexandra Ferreira-Valente
Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal; Universidade Lusíada de Lisboa, Portugal
mafvalente@gmail.com

Lina Coelho
Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal; Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Portugal
lcoelho@fe.uc.pt

Resumo: Nas últimas décadas têm-se vindo a multiplicar estudos sobre as formas de gestão dos orçamentos conjugais, com particular ênfase para a relação entre a gestão financeira, as desigualdades de género, e a variabilidade daquela gestão em diferentes épocas e culturas. Em Portugal conhece-se ainda pouco acerca desta realidade. Este estudo visa analisar os modos de gestão das finanças dos casais portugueses e fatores seus correlacionados em tempos de crise económica, bem como o poder marital e os papéis de género. Cerca de 1000 membros de casais heterossexuais, em idade activa, com filhos dependentes, completaram o questionário do estudo. Este texto apresenta resultados daquele estudo, recorrendo à tipologia de Jan Pahl aplicada ao caso português. Analisam-se eventuais consequências da atual crise económica sobre os referidos padrões de gestão.

Palavras-chave: Finanças familiares, modalidades de gestão, crise económica, casais portugueses, casais com filhos

1. Introdução

A forma como os casais gerem as suas finanças tem implicações na qualidade de vida das famílias, e de cada um dos seus membros, na medida em que determina o tipo e grau de influência de cada indivíduo sobre as decisões familiares. De facto, o modo como cada casal gere o orçamento familiar determina o grau de autonomia, bem-estar e satisfação de cada elemento da família (Ashby e Burgoyne, 2008; Burgoyne et al. 2007; Pahl 1995; Sonnerberg, 2008; Vogler e Pahl, 1993). Não é pois de estranhar que este tema tenha vindo a constituir objeto de estudo para diversas ciências sociais, em diferentes contextos nacionais e culturais, nas últimas 3 décadas (Bennett, 2013; Coelho et al. 2014). A relevância desta investigação resulta também reforçada pelo seu potencial para informar escolhas políticas em domínios diversos como a providência social, a família e o casamento. O estudo da gestão das finanças conjugais beneficiou de forma significativa do trabalho de Jan Pahl e Carolyn Vogler e, em particular, da tipologia de formas de gestão proposta por estas autoras (Pahl, 1989, 1995, 2008; Vogler, 2005; Vogler e Pahl, 1993, 1994; Vogler et al. 2008), que tem vindo a ser aplicada a múltiplos contextos nacionais (Burgoyne et al. 2007; Heimdal e Houseknecht, 2003; Kenney, 2006; LudwigMayerhofer et al. 2011; Nagy et al. 2012; Oropesa et al. 2003; Vogler et al. 2006, 2008). Apesar das críticas e adaptações a que tem sido sujeita a tipologia em causa, os resultados obtidos pelas autoras britânicas tem vindo a ser confirmados, de modo geral, em vários países ocidentais.

A tipologia em causa prevê 6 modalidades diversas, e mutuamente exclusivas, de gestão das finanças conjugais (ver Coelho, 2013; e Coelho et al. 2014 para uma revisão compreensiva do tema). São elas: *joint pooling*, traduzido por Coelho (2013) como *gestão conjunta*, *partial pooling* (*gestão conjunta parcial*), *female whole wage* (*gestão integral pela mulher*), *male whole wage* (*gestão integral pelo homem*), *housekeeping allowance* (*mesada para o governo da casa*) e *independent management system* (*gestão independente*). Segundo as autoras, na *gestão conjunta* os cônjuges juntam os rendimentos, têm igual acesso aos mesmos e as despesas são da responsabilidade de ambos. A *gestão conjunta parcial* refere-se às situações em que o casal apenas junta uma parte dos seus rendimentos pessoais, e cada um dos cônjuges reserva uma parte do rendimento para as despesas e poupanças pessoais, dividindo as despesas comuns. Na *gestão integral pela mulher* o homem fica com uma parte do seu rendimento para si e entrega o restante à mulher, ao qual esta adiciona o seu próprio rendimento (se existir), sendo a mulher responsável pela gestão deste rendimento conjunto. A *gestão integral pelo homem* caracteriza a forma de gestão inversa à anterior, em que o homem tem responsabilidade exclusiva pela gestão das finanças familiares. A *mesada para o governo da casa* corresponde a situações em que o homem/mulher entrega à/ao cônjuge um montante de valor fixo, com o qual esta/este realiza todas as despesas correntes da casa. Na *gestão independente* ambos os cônjuges auferem um rendimento próprio, que mantém totalmente separado, e cada um é responsável por assegurar diferentes categorias das despesas do agregado.

Sucessivos estudos demonstraram que a escolha de um destes sistemas de gestão, em detrimento dos outros, é influenciada por caraterísticas diversas do casal e da respetiva família, como sejam, a composição do agregado familiar, o estatuto da relação conjugal e outras (Ashby e Burgoyne, 2008; Burgoyne et al. 2010; Heimdal e Housekecht, 2003; Kenney, 2006; Martínez et al. 2004; Vogler et al. 2008), ou a homogamia em termos de idade, educação, rendimentos e situação profissional dos cônjuges (Laporte e Schellenberg, 2011; Ludwig-Mayerhofer et al. 2006; Vogler e Pahl, 1993; Vogler et al. 2008), ou ainda as ideologias, valores e práticas sociais relativas ao género e ao casamento prevalecentes na sociedade ou grupo social a que o casal pertence (Ashby e Burgoyne, 2008; Laporte e Schellenber, 2011; Vogler e Pahl, 1993). Assim, em traços largos, a *gestão integral pela mulher* e a *mesada para governo da casa* são mais comuns entre casais casados, idosos, com baixos níveis de escolaridade e rendimento médio-baixo, com mulher doméstica, e em que tende a prevalecer a ideologia do homem provedor do sustento da família (*cf.* Quadro 1; Coelho et al. 2014). Por outro lado, é entre os casais casados, com rendimento mais elevado, mas cuja mulher é doméstica ou trabalha a tempo parcial, que a *gestão integral pelo marido* é mais frequente (*ibidem*). Já a *gestão conjunta* é mais comum entre casais casados com filhos, em que ambos os cônjuges trabalham a tempo completo, dando lugar a contribuições quase igualitárias para o rendimento conjunto. Nestas situações tende a prevalecer uma representação do casamento como comunhão/partilha, a par com a valorização de igualdade de género (*ibidem*). Finalmente, a *gestão conjunta parcial* e a *gestão independente* tendem a ser mais frequentes em casais jovens, casais em coabitação ou união de facto, recasados ou sem filhos, sobretudo tratando-se de cônjuges com o ensino superior e emprego a tempo completo e, por consequência, maior rendimento. Em consonância, estes casais tendem a nutrir ideologias de *coprovisão* no casamento e igualdade de género, em conjunto com individualismo (*ibidem*).

Apesar da forte congruência dos resultados encontrados na literatura, são, contudo, de admitir, mudanças nos modos de gestão financeira familiar associadas às evoluções culturais, socioeconómicas e ideológicas, que ocorrem segundo padrões específicos e a ritmos diferenciados em diferentes países, como postula a própria Jan Pahl (2008). Os países do Sul da Europa, como Portugal, merecem a este propósito, uma atenção particular, na medida em

Quadro 1

Formas de Gestão das Finanças Familiares e Características da Família/Casal, Homogamia Socioeconómica e Ideologias

	Gestão integral pela mulher	***Mesada para governo da casa***	***Gestão integral pelo homem***	***Gestão conjunta***	***Gestão conjunta parcial***	***Gestão independente***
Idade dos Cônjuges	Casais jovens (< 30 anos) ou de meia idade (> 40 anos)	Casais de meia idade ou idosos (> 40 anos)	Casais de meia idade ou idosos (> 40 anos)	Casais com idades compreendidas entre 30 e 40 anos	Casais jovens	Casais jovens
Escolaridade dos Cônjuges	Escolari-da-de Baixa	Escolarida-de Baixa	-	Os cônjuges têm o ensino superior, e o homem tem um nível de escolaridade superior ao da mulher	Os cônjuges têm o ensino superior	Os cônjuges têm o ensino superior, e o homem tem um nível de escolaridade superior ao da mulher
Estatuto da Relação	Casais casados	Casais casados	-	Casais casados	Casais em coabitação ou união de facto e casais recasados	Casais em coabitação ou união de facto e casais recasados
Composição do agregado familiar	-	-	-	Casais com filhos	Casais sem filhos	Casais sem filhos
Situação Profissional da Mulher	É doméstica ou tem um emprego com rendi-men-to baixo	É doméstica ou tem um emprego a tempo parcial com rendi-mento baixo	É doméstica ou tem um emprego a tempo parcial com rendimen-to baixo	Tem um emprego a tempo completo	Tem um emprego a tempo completo	Tem um emprego a tempo completo
Rendimento familiar	Médio	Baixo	Elevado	Qualquer	Qualquer	Médio/Alto
Contributo da mulher para o rendimento do casal	Não tem ou é inferior ao do homem	Não tem ou é inferior ao do homem	Não tem ou é inferior ao do homem	Inferior ou semelhante ao do homem	Semelhante ou superior ao do homem	Semelhante ou superior ao do homem
Ideologia / Valores	Tradicio-nal	Tradicional	Tradicio-nal	Igualitária; Ideologias da *coprovisão* e da partilha/ comunhão	Igualitária; Ideologias da *coprovisão* e individualismo	Igualitária; Ideologias da *coprovisão* e individualismo

Fonte: autores

que se distinguem pela manutenção de laços de solidariedade familiar intra e intergeracionais muito fortes, patentes, por exemplo, na co-residência intergeracional (Isengard e Szydlik, 2012;
Jappens e Van Bavel, 2012). Por outro lado, as dinâmicas socioeconómicas recentes nestes países resultaram numa coexistência de valores e práticas divergentes. Por um lado, prevalecem ainda o *familialismo* e papéis de género tradicionais, por outro, emergiram lógicas de meritocracia e individualismo, ideologias de igualdade de

género e de *coprovisão* (Aboim, 2005, 2011; Crompton e Lyonette, 2007; Wall, 2007). É de admitir que esta coexistência, mais ou menos conflitual, de diferentes representações e práticas no que respeita aos papéis de género e ao casamento, seja especialmente marcada na sociedade portuguesa. De facto, a revolução de Abril de 1974 veio desencadear um processo de mudanças sociais rápidas, muito evidentes nas práticas e papéis de género, com destaque para a entrada progressiva e sustentada das mulheres, sobretudo das mães, no mercado de trabalho e a tempo completo. É assim de admitir que os ganhos de autonomia económica das mulheres daí decorrentes tenham implicado mudanças significativas também no domínio das práticas financeiras dos casais (Coelho e Ferreira-Valente, 2014). Contudo, estas alterações deverão assumir modulações várias em função do contexto socioeconómico e cultural específico, não sendo de esperar que se manifestem com igual intensidade e abrangência em diferentes grupos e espaços da sociedade.

O estudo das formas de gestão das finanças familiares mereceu, até ao momento, pouca atenção da investigação sobre a família em Portugal. São, no entanto, de referir os contributos de Delaunay (2000), Nagy et al. (2012) e Coelho (2013). Tais autores fazem uma análise exploratória do tema.

O estudo aqui apresentado ocorreu no âmbito do projecto "*Finanças, Género e Poder: Como estão as famílias portuguesas a gerir as suas finanças no contexto da crise?*". Trata-se de um projeto que parte das perspetivas propostas pelas sociólogas britânicas Jan Pahl e Carolyn Vogler, adotamndo como ponto de partida a sua tipologia de gestão financeira familiar (Pahl, 1989, 1995, 2008; Vogler, 2005; Vogler e Pahl, 1993, 1994; Vogler et al. 2008) para caraterizar os modos de gestão das finanças dos casais heterossexuais portugueses, identificar eventuais padrões de género nas decisões financeiras das famílias e avaliar os impactos da crise económica nesta dimensão da vida familiar.

Numa primeira fase, a equipa de investigação procurou explorar a aplicabilidade da referida tipologia à realidade dos casais portugueses, a prevalência de cada modalidade de gestão e a sua relação com um conjunto de características sociodemográficas, familiares e económicas (Coelho, 2013; Coelho et al. 2014; Ferreira-Valente e Coelho, 2014). Para tal recorreu-se a uma fonte secundária de informação, o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento do INE (ICOR 2010), cujo módulo anual especializado de 2010 focou a partilha de recursos no seio dos agregados domésticos privados (ADP). No geral, os resultados encontrados para uma amostra de 3331 ADP compostos por, pelo menos, um casal heterossexual estão em linha com a evidência empírica patente na literatura (Kenney, 2006; Laporte e Schellenber, 2011; Lauer e Yoadanis, 2011; Vogler et al. 2006). Assim:

(1) a maioria dos casais (64,5%) declarou juntar os seus rendimentos, tratá-los como recursos comuns e geri-los, pelo menos parcialmente, em conjunto ("*gestão conjunta*" e "*gestão conjunta parcial*");

(2) quase 30% dos casais declarou usar as modalidades de *gestão integral pela mulher* (10,7%) ou *pelo marido* (18,9%);

(3) apenas um pequeno grupo de casais declarou usar a modalidade de *mesada para governo da casa* (3,2%) ou a *gestão independente* (2,8%).

A *gestão conjunta* revelou-se mais comum entre os casais com filhos dependentes, com rendimento por adulto equivalente acima da média da amostra, e quando os cônjuges tinham rendimentos semelhantes ou o homem tinha rendimento apenas ligeiramente superior ao da mulher. Por outro lado, esta forma de gestão era menos frequente nos casais de formação recente e em famílias alargadas ou com filhos adultos. Estes grupos de casais eram, de resto, também aqueles em que prevalecia a *gestão conjunta parcial*. Já a *gestão independente* revelou-se mais frequente em casais recompostos, recentemente formados, em união de facto, ou vivendo em áreas urbanas. A *gestão integral* e a *mesada para o governo da casa* evidenciaram-se mais frequentes em casais idosos, eventualmente inseridos em famílias alargadas, e naqueles com maiores diferenciais de rendimento entre os cônjuges.

Numa segunda fase do trabalho, de que o presente texto é subsidiário, pretendeu-se: (1) aprofundar o estudo sobre as formas de gestão dos orçamentos familiares pelos casais portugueses com filhos dependentes; (2) testar correlações entre as diversas modalidades de gestão e as características sociodemográficas, familiares e económicas relevantes encontradas em estudos anteriores, nomeadamente os que usaram dados do ICOR 2010; (3) avaliar se, e de que forma, a atual crise económica está a afetar as estratégias de gestão financeira familiar. Com efeito, as perdas de poder de compra das famílias decorrentes da crise (devidas a desemprego,

diminuição dos rendimentos ou aumento dos encargos), conduzem à necessidade de adoção de estratégias de adaptação orçamental que podem afetar também os modos de gestão das finanças familiares, incluindo eventuais alterações nos padrões de género dentro do casal.

2. Método

2.1. Participantes

Com vista à consecução dos objetivos enunciados, aplicou-se um inquérito por questionário a uma amostra tendencialmente representativa da população do estudo, tomando como referência os dados dos *Censos* de 2011, no que respeita a casais entre 30 e 50 anos de idade, por área de residência[1] e nível de escolaridade. A dimensão da amostra foi determinada por recurso ao cálculo do tamanho da amostra proporcional à população[2] (*cf.* Ott e Longnecker, 2010) para uma margem de erro de 5%, resultando numa amostra esperada de 977 participantes. A tabela 1 apresenta os números, esperado e efetivado, de participantes por NUTS II.

Tabela 1. Composição Esperada e Efetiva da Amostra

	N.º Absoluto de casais, entre 30 e 50 anos de idade (*Censos*, 2011)	***n* esperado**	***n* observado**
Norte	476 596	361	376
Centro	273 750	261	271
Lisboa	314 692	287	226
Alentejo	20 635	25	43
Algarve	22 291	27	32
Açores	4 721	6	33
Madeira	9 489	11	20
TOTAL	1 265 166	977	1001

Fonte: autores

Foi então construída uma amostra não probabilística por quotas, composta por 1001 membros de casais heterossexuais portugueses, a viver com pelo menos um filho dependente, em que pelo menos um dos cônjuges tinha entre 30 e 50 anos. As tabelas 2 e 3 resumem as características sociodemográficas dos cônjuges e dos respetivos agregados domésticos.

Como pode ser visto, a amostra é relativamente equilibrada quanto ao sexo dos respondentes, sendo 57,8% do sexo feminino. A idade média dos inquiridos situa-se em 40,4 anos para as mulheres (SD=6,1) e 42,2 para os homens (SD=6,6). A maioria dos cônjuges eram trabalhadores a tempo completo (83% e 76%, respetivamente, para homens e mulheres). Apenas 10% dos homens e 12% das mulheres declarou encontrar-se desempregado, sendo que em 19 casais ambos se encontravam desempregados. Verifica-se homogamia na escolaridade dos cônjuges em cerca de metade da amostra, sendo que nos restantes a mulher detém escolaridade mais elevada em 33,7% dos casos. Na sua maioria os casais são casados (78,8%), vivendo apenas com filhos menores de 18

1 Área de residência é aqui definida de acordo com a *Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos* II (NUTS II), segundo o disposto no Decreto-Lei n.º 244/2002.

2 O tamanho da amostra e de cada um dos conglomerados é dado pela expressão , onde *n* é o tamanho da amostra, *t*=1,96 (para um intervalo de confiança de 95%), *e* designa a margem de erro admitida, e *p* corresponde à proporção de sujeitos que cumprem os critérios de inclusão para cada conglomerado.

anos (79,3%). Cerca de 59% dos participantes vive apenas com um filho. As famílias alargadas representam 9,7% do total da amostra e as famílias recompostas correspondem a 22,5%. Mais de 56% dos casais aufere um rendimento mensal igual ou inferior a 1400€, 12% auferem menos de 700€ mensais. O rendimento médio por adulto equivalente da amostra é 771,7€ (SD=447,5).

Tabela 2. Características Sociodemográficas dos Cônjuges

	n	%
Sexo do Participante		
Feminino	579	57,8
Masculino	422	42,2
Escolaridade da Mulher*		
Nível 0 e 1	203	20,4
Nível 2	221	22,2
Nível 3	241	24,2
Nível 5 e 6	331	33,2
Escolaridade do Homem*		
Nível 0 e 1	256	25,7
Nível 2	203	20,4
Nível 3	285	28,6
Nível 5 e 6	251	25,2
Situação Profissional da Mulher		
Trabalhadora a Tempo completo	762	76,3
Trabalhadora a Tempo Parcial	57	5,7
Desempregada	121	12,1
Outra	59	5,9
Situação Profissional do Homem		
Trabalhador a Tempo completo	825	82,5
Desempregado	102	10,2
Outra	73	7,3

Nota: Níveis de escolaridade segundo a *International Standard Classification of Education* (UNESCO, 2011).

Fonte: autores

Embora em 643 casais (64%) ambos estejam empregados a tempo completo, observam-se desigualdades no contributo dos cônjuges para o rendimento familiar. Com efeito, em 440 casais a mulher tem rendimento inferior ou muito inferior ao seu cônjuge, e em 86 a mulher não

Tabela 3. Características Sociodemográficas dos Casais e do Agregado Familiar

	n	%	M	SD
Estatuto da Relação Conjugal				
Casado	779	78,8	-	-
União de facto (legalmente reconhecida)	101	10,2	-	-
Coabitação	109	11,2	-	-
Casal Recomposto				
Casal Não Recomposto	766	77,5	-	-
Casal Recomposto	222	22,5	-	-
Composição do Agregado Familiar				
Pais com filhos dependentes (< 18 anos)	794	79,3	-	-
Pais com filhos dependentes (≥ 18 anos)	110	11	-	-
Famílias Alargadas	97	9,7	-	-
Número de Filhos (< 18 anos)			1,5	0,6
1 criança	516	58,9	-	-
2 crianças	303	34,6	-	-
3 ou + crianças	57	6,5	-	-
Rendimento do Agregado (por escalões)				
< 700€	117	11,8	-	-
701€ a 1400€	443	44,5	-	-
1401€ a 2500€	317	31,9	-	-
2501€ a 3500€	78	7,8	-	-
> 3500€	40	4	-	-
Rendimento por Adulto Equivalente	-	-	771,7	447,5
Educação Relativa do Casal				
Nível de Escolaridade da Mulher é Muito Inferior	40	4,1	-	-
Nível de Escolaridade da Mulher é Inferior	159	16,3	-	-
Nível de Escolaridade semelhante	499	51,1	-	-
Nível de Escolaridade da Mulher é Superior	240	24,6	-	-
Nível de Escolaridade da Mulher é Muito Superior	89	9,1	-	-
Situação Profissional do Casal				
Ambos Trabalham a TC	643	64,2	-	-
Homem Trabalha a TC, Mulher Doméstica	24	2,4	-	-
Homem Trabalha a TC, Mulher em Outra Situação	156	15,6	-	-
Mulher Trabalha a TC, Homem em Outra Situação	119	11,9	-	-
Ambos Desempregados	19	1,9	-	-
Outra	40	4,0	-	-

Contributo para o Rendimento do Casal				
Homem não tem rendimento	47	4,7	-	-
Mulher tem rendimento muito superior	49	4,9	-	-
Mulher tem rendimento superior	148	14,8	-	-
Rendimento é semelhante	227	22,8	-	-
Mulher tem rendimento inferior	325	32,6	-	-
Mulher tem rendimento muito inferior	115	11,5	-	-
Mulher não tem rendimento	86	8,6	-	-

Legenda: TC - "Tempo Completo"
Fonte: autores

tem qualquer rendimento. Estes 526 casais perfazem 53% da amostra, contra 23% com rendimentos semelhantes e 24% em que a mulher tem rendimento superior ao do cônjuge.

2.2. Material

O questionário de auto-resposta utilizado foi construído para a finalidade deste estudo, e incluía 54 perguntas fechadas e semifechadas, subdivididas em 6 áreas temáticas (*cf.* Coelho et al. 2014), versando as seguintes dimensões: caraterísticas sociodemográficas dos cônjuges e do agregado familiar, formas de gestão das finanças familiares, divisão do trabalho não pago, rendimento do agregado familiar, transferências intergeracionais, qualidade de vida associada à saúde e mudanças ocorridas no contexto da crise.

Características sociodemográficas. Esta área temática compõe-se de 18 perguntas fechadas ou semifechadas acerca dos cônjuges (sexo, idade, estatuto da relação, relações conjugais anteriores e número de filhos dessas relações, escolaridade, situação profissional, perceção de felicidade individual) e do agregado familiar (composição e valor mensal mínimo para fazer face às despesas).

Formas de gestão das finanças familiares. Incluem-se nesta área temática perguntas acerca dos modos de gestão dos rendimentos pelo casal, a partir da adaptação da pergunta correspondente do *International Social Survey Programme* de 2012 (ISSP 2012). Os participantes foram também inquiridos sobre eventuais alterações à forma de gestão do orçamento familiar ao longo do tempo, proporção do rendimento pessoal segregado do dinheiro comum, acesso a contas bancárias e a cartões de crédito e forma de gestão das finanças familiares usada pelos pais do/da respondente, num total de 9 perguntas.

Rendimento do agregado familiar e transferências intergeracionais. As 6 questões incluídas nesta secção incidiram sobre a composição e fontes do rendimento familiar, e a existência de transferências intergeracionais (dinheiro e géneros recebidos/dados e respetivo destino/origem).

2.3. Procedimento

O questionário utilizado foi construído com base em questionários de inquéritos nacionais e europeus, entre os quais: a *European Social Survey*, o ISSP 2012, o ICOR 2010 e respectivo módulo temático sobre a partilha de recursos no seio do agregado doméstico privado, a versão portuguesa do *Hospital Anxiety e Depression Scale* (Pais-Ribeiro *et al.* 2007; Zigmond e Snaith, 1983), e a versão portuguesa do *SF-8* (Ferreira, 2000; Pais-Ribeiro, 2005; Ware e Sherbourne, 1992).

A construção e adaptação do questionário seguiram o procedimento proposto por Pais-Ribeiro (1999). Na primeira etapa definiram-se os constructos e variáveis a avaliar. Com base na literatura existente e nos instrumentos utilizados em estudos anteriores, procedemos à construção ou adaptação e listagem dos itens a incluir, à redação da folha de rosto e das instruções do questionário. O questionário foi, depois, submetido à apreciação

de um painel de especialistas, para avaliação da validade facial do instrumento. Após adaptação, inclusão ou eliminação de itens da primeira versão, chegou-se a uma versão de consenso. Esta foi então submetida, em formato de papel e lápis, a aplicação pré-teste com *cognitive debriefing* a uma amostra de 15 participantes pertencentes à população do estudo (George *et al.* 2014), com o objetivo de avaliar a compreensibilidade e acessibilidade das instruções e dos itens. Após alterações daí resultantes, a nova versão foi aplicada a uma amostra piloto de 98 indivíduos. Os resultados obtidos foram submetidos a nova apreciação do painel de especialistas, segundo a Técnica de Delphi (Todd e Bradley, 1994). Feitas pequenas alterações adicionais, chegou-se à versão final, e consensualizada, do instrumento.
O estudo e questionário foram, finalmente, divulgados em versão electrónica (http://www.ces.uc.pt/questionarios/index.php?sid=169471elang=pt) através de mensagem de correio eletrónico enviado a *mailing lists* chave de abrangência nacional. A recolha de dados por via eletrónica decorreu entre 1 de Março e 31 de Agosto de 2014, tendo sido complementada com a recolha de dados em versão papel e lápis, na fase final da aplicação, com a finalidade de corrigir enviesamentos de amostragem e garantir o preenchimento aproximado das quotas esperadas por região geográfica e nível de escolaridade.

Análise Estatística. Começou-se por caraterizar a amostra e a distribuição das variáveis através de estatísticas descritivas. Para avaliar se a escolha das formas de gestão dos orçamentos familiares depende das características sociodemográficas dos cônjuges ou do casal recorreu-se ao teste do Qui-Quadrado, como descrito por Maroco (2014). Em casos de não verificação de todos os pressupostos deste teste, previu-se o recurso ao teste do QuiQuadrado por Simulação de Monte Carlo. Eventuais diferenças de médias do rendimento por adulto equivalente dos agregados familiares em função das formas de gestão das suas finanças foram avaliadas através da análise de variância (ANOVA *one way*). Para tal, procedeu-se à verificação dos pressupostos da normalidade e da homogeneidade das variâncias através da análise da curtose (*Ku*) e assimetria (*Sk*), com valores de *Ku* e *Sk* inferiores a 2 a indicar ausência de violação severa do pressuposto da normalidade, e do teste de Levene (*ibidem*). Em caso de violação do pressuposto da homogeneidade das variâncias, previu-se utilizar a correção de Welch. Perante um eventual efeito das formas de gestão sobre o rendimento por adulto equivalente, previmos usar o teste HSD de Tukey para avaliar as diferenças entre grupos (*ibidem*). As análises estatísticas foram realizadas com recurso ao *software* IBM SPSS Statistics v. 20. Admitiu-se uma probabilidade de erro tipo I (α) de 0,05.

3. Resultados e Discussão

3.1. A Gestão das Finanças dos Casais Portugueses com Filhos

Nas tabelas 4 a 6 apresentam-se as frequências relativas, tabelas de referência cruzada e resultados dos testes do Qui-Quadrado para avaliar se as formas de gestão dos orçamentos familiares dependem das características sociodemográficas dos agregados familiares em análise.

Tabela 4. Formas de Gestão do Orçamento Familiar Segundo o Sexo do Respondente (%)

	FWW	MWW	HKA	JP	PP	IMS	Chi² sig.
Total	**4,7**	**4,4**	**3**	**55,9**	**11,4**	**20,7**	-
Sexo do Respondente							<0,001
Feminino	6,2	4,0	1,8	52,5	11,8	23,8	
Masculino	2,6	4,8	4,8	60,5	11,0	16,4	

Fonte: autores

À semelhança dos resultados encontrados anteriormente em amostras de casais portugueses, espanhóis, britânicos, norte-americanos, canadianos e suecos (Coelho, 2013; Ferreira-Valente e Coelho, 2014; Heimdal e Houseknecht, 2003; Kenney, 2006; Laporte e Schellenber, 2011; Martínez et al. 2004; Pahl, 2008) a gestão conjunta é a forma de gestão financeira adotada pela maioria dos casais (55,9%). Este é pois um resultado transversal a diferentes culturas e países. Ainda assim, a sua prevalência varia em função dos contextos socioeconómicos, culturais e regionais, como veremos de seguida. De facto, esta escolha é mais frequente entre casais casados, no Norte e Centro do país, entre casais de classe média e média-baixa (tomando como referência o rendimento mensal e a escolaridade), e em casais com rendimentos semelhantes, que trabalham a tempo completo. Por outro lado, esta modalidade de gestão é significativamente menos frequente em casais em coabitação, em casais com relação frágil com o mercado de trabalho (desempregados ou noutra situação profissional), e em casais com contributos individuais muito díspares para a formação do rendimento familiar. Esta modalidade é também relativamente menos frequente em famílias com rendimentos elevados e nas regiões do Algarve e Ilhas. Estes são resultados consistentes com os que já tínhamos encontrado aquando da análise dos dados do ICOR 2010 (Coelho, 2013; Coelho et al. 2014;

Tabela 5. Formas de Gestão do Orçamento Familiar e Características Sociodemográficas dos Cônjuges (%)

	FWW	MWW	HKA	JP	PP	IMS	Chi² sig.
Total	**4,7**	**4,4**	**3**	**55,9**	**11,4**	**20,7**	-
Sexo do Participante							<0,001
Feminino	6,2	4,0	1,8	52,5	11,8	23,8	
Masculino	2,6	4,8	4,8	60,5	11,0	16,4	
Escolaridade da Mulher*							<0,001
Nível 0 e 1	**10,6**	6,5	**9,0**	58,3	**3,5**	**12,1**	
Nível 2	6,4	6,0	1,8	**65,1**	6,9	13,8	
Nível 3	2,5	2,5	2,5	56,5	11,3	24,7	
Nível 5 e 6	**1,5**	2,8	**0,6**	48,0	**19,6**	**27,5**	
Escolaridade do Homem*							<0,001
Nível 0 e 1	**12**	6,8	6,8	58,6	**4,8**	**10,8**	
Nível 2	3,5	4,5	2,5	**63,2**	7,5	18,9	
Nível 3	2,5	3,9	1,8	58,5	11,3	22	
Nível 5 e 6	**0,8**	2,4	**1,2**	**44,4**	**21,2**	**30**	

Fonte: autores

Ferreira-Valente e Coelho, 2014). As associações encontradas entre variáveis estão também em linha com os resultados de Pahl e Vogler (1993) e de outros autores (Kenney, 2006; Vogler et al. 2008; Yodanis e Lauer, 2007), o que parece permitir uma generalização transnacional das conclusões. A elevada prevalência de casais que coabitam com filhos adultos a adotarem esta modalidade de gestão excede o esperado, se considerarmos os resultados por nós encontrados anteriormente. Pensamos que esta divergência pode ser explicada pelas diferenças metodológicas entre ambos os estudos. Com efeito, o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento solicita a identificação das pessoas do agregado responsáveis por gerir o dinheiro do mesmo. Diversamente, neste estudo, inquirirmos especificamente acerca da forma como os cônjuges gerem o rendimento do casal.
Considerando agora a gestão conjunta parcial (11%) e a gestão independente (21%), ou seja, formas de gestão dos orçamentos familiares que envolvem alguma segregação dos rendimentos dos cônjuges (parcial no primeiro caso, total no segundo), concluímos que elas abrangem, em conjunto, cerca de um terço dos casais inquiridos. Trata-se de situações em que é de esperar que a igualdade de género, por um lado, e a autonomia/

independência de cada cônjuge, por outro, sejam especialmente valorizadas pelos membros do casal (Laporte e Schellenberg, 2011; Raijas, 2011). De acordo com a literatura disponível (Lewis, 2001; Joseph e Rowlingson, 2001; Vogler *et al.* 2008), podem também corresponder a casais jovens ou recompostos que optam por uma atitude de precaução perante a possibilidade de dissolução de uma relação que não estão seguros de ser permanente. Os resultados apresentados nas tabelas 3 e 4 parecem confirmar estas afirmações, já que ambas as formas de gestão são relativamente mais frequentes em casais em coabitação vivendo na região de Lisboa ou mais a Sul (e na Região Autónoma da Madeira), e em casais com escolaridade e rendimentos mais elevados. Trata-se pois de casais mais jovens, escolarizados e urbanos, entre os quais é de esperar uma prevalência da ideologia de igualdade de género e da afirmação da independência e individualismo sobre o familialismo e a ideologia tradicional da comunhão no casamento (Aboim, 2011; São José, 2012). Os valores do rendimento por adulto equivalente confirmam que se trata de opções associadas a níveis médios de vida superiores. Os resultados estão também em linha com aqueles encontrados por Vogler e Pahl (1993), Heimdal e Houseknecht (2003) e Laporte e Schellenber (2011). Com efeito, em coerência com os nossos resultados, estes autores observaram que a probabilidade de os casais optarem por alguma segregação dos seus rendimentos aumenta à medida que aumenta a escolaridade dos cônjuges, bem assim como a participação da mulher no mercado de trabalho e, consequentemente, o seu contributo para o rendimento do casal. A segregação dos rendimentos é, aliás, segundo estes autores, mais provável à medida que o rendimento das mulheres aumenta e que cresce o diferencial entre os rendimentos dos cônjuges. Os dados da tabela 4 confirmam que estas formas de gestão são, de facto, mais prevalentes quer em casais cujas mulheres têm rendimento superior ao do cônjuge, quer naqueles em que a mulher tem rendimento (muito) inferior. Por outro lado, estas duas formas de formas de gestão são menos frequentes nos casais com filhos adultos e em famílias alargadas, de rendimentos e escolaridade baixos, sobretudo no Norte ou nos Açores e na Madeira (no caso da gestão conjunta parcial), e naqueles em que ambos estão desempregados ou em que um dos cônjuges não tem rendimento próprio.

A prevalência destas duas formas de gestão (gestão independente e gestão conjunta parcial) na nossa amostra é, contudo, um resultado inconsistente com os resultados encontrados em países do Ocidente. Tudo somado, a prevalência de 32% destas formas de gestão nesta nossa amostra, e de 26% encontrada no estudo que realizámos com os dados do ICOR 2010 (Ferreira-Valente e Coelho, 2014), é superior às encontradas naqueles outros países. Com efeito, se bem que a prática de alguma forma de segregação dos rendimentos tenha vindo a aumentar (Pahl, 2008), a incidência destas formas de gestão (quando tomadas em conjunto), na última década, varia entre os 15% nos Estados Unidos da América (Kenney, 2006), 23% no Canadá (Laporte

Tabela 6. Formas de Gestão Financeira segundo as Características do Casal (%)

	FWW	MWW	HKA	JP	PP	IMS	Chi² sig.	*F* sig.
Total	**4,7**	**4,4**	**3**	**55,9**	**11,4**	**20,7**	-	
Estatuto da Relação Conjugal							<0,001	
Casado	4,3	4,1	2,3	59,2	11,4	18,7		
União de facto (legalmente reconhecida)	7,0	7,0	4,0	50	9	23		
Coabitação	5,9	2,9	6,9	**33,3**	**15,7**	**35,3**		
Casal Recomposto	7,4	6,9	4,2	49,1	8,8	23,6	0,01	
Casal Não Recomposto	4,0	3,7	2,6	57,4	12,3	20		
Composição do Agregado Familiar							0,03	
Pais com filhos dependentes (< 18 anos)	4,3	4,3	2,2	55,2	12,5	21,5		
Pais com filhos dependentes (≥ 18 anos)	4,6	3,7	5,6	**63,9**	**5,6**	16,7		
Famílias Alargadas	7,4	5,3	7,4	52,6	9,5	17,9		
Área de Residência*							<0,001	
Norte	3,8	5,1	3,2	**63,3**	8,3	16,4		
Centro	3,8	2,6	2,6	58,3	11,7	21,1		
Lisboa	4,5	3,6	**1,8**	48,4	**16,1**	25,6		
Alentejo	2,4	-	-	56,1	12,2	**29,3**		
Algarve	6,3	3,1	9,4	**40,6**	**18,8**	21,9		

Açores	**18,2**	**21,2**	**12,1**	**24,2**	9,1	**15,2**		
Madeira	15	5	-	**45**	**5**	**30**		
Rendimento do Agregado (por escalões)							<0,001	
< 700€	7,2	9,9	**8,1**	56,8	**4,5**	**13,5**		
701€ a 1400€	6,8	5,3	3,4	**60,5**	8,2	15,8		
1401€ a 2500€	**1,6**	2,2	**1,3**	52,4	14,9	**27,6**		
2501€ a 3500€	3,8	**1,3**	-	**44,9**	**21,8**	**28,2**		
> 3500€	-	-	2,5	50,0	**20**	**27,5**		
Rendimento por Adulto Equivalente	580,5[a]	549,7[a]	564,6[a]	745[b]	970,4[c]	871[c]		<0,001
Educação Relativa do Casal							*n.s.*	
Situação Profissional do Casal							<0,001	
Ambos Trabalham a TC	3,1	2,4	**1,4**	58,2	12,7	22,3		
Homem TC, Mulher Doméstica	-	**16,7**	**16,7**	58,3	8,3	-		
Homem TC, Mulher em Outra Situação	5,8	9,7	6,5	51,6	8,4	18,1		
Mulher TC, Homem em Outra Situação	9,4	2,6	2,6	55,6	9,4	20,5		
Ambos Desempregados	**17,6**	**11,8**	**11,8**	**41,2**	5,9	**11,8**		
Outra	8,1	**10,8**	5,4	**40,5**	13,5	21,6		
Contributo Relativo para o Rendimento do Casal						<0,001		
Homem não tem rendimento	**22,2**	2,2	6,7	48,9	8,9	**11,1**		
Mulher tem rendimento muito superior	8,5	4,3	-	46,8	**23,4**	17		
Mulher tem rendimento superior	**2**	2,7	2	54,7	14,9	**23,6**		
Rendimento é semelhante	3,2	2,7	**0,5**	**66,7**	10,8	16,2		
Mulher tem rendimento inferior	3,7	2,8	**1,5**	55,9	11,7	**24,4**		
Mulher tem rendimento muito inferior	2,6	3,5	3,5	51,3	9,6	**29,6**		
Mulher não tem rendimento	8,4	**20,5**	**16,9**	**42,2**	**3,6**	**8,4**		

Legenda: TC – "Tempo Completo"

Fonte: autores

e Schellenberg, 2011), e 27% no Reino Unido (Pahl, 2008). Esta parece pois constituir uma particularidade do caso português, sobretudo se se atendermos a que estamos a considerar
apenas casais com filhos dependentes, um fator que costuma aparecer como sendo determinante da opção pela gestão conjunta. As razões explicativas podem eventualmente ser encontradas, como avançaram Coelho *et al.* (2014), nos efeitos decorrentes da participação excecionalmente elevada das mulheres portuguesas (em particular das mães) no mercado de trabalho (Coelho e
Ferreira-Valente, 2014)[3]. O aumento progressivo da autonomia financeira das mulheres e o seu contributo para o orçamento familiar poderá, com efeito, ter contribuído significativamente para mudanças nas representações e nos papéis de género nas últimas décadas (Aboim, 2008; Vogler e Pahl, 1993; Vogler et al. 2006), com expressão também no domínio da gestão financeira das famílias, conduzindo a um padrão pós-moderno de gestão.

Em congruência com esta hipótese, as restantes modalidades de gestão das finanças familiares têm uma representação apenas residual no contexto português (12% no total), semelhante à encontrada no Reino Unido (Burgoyne *et al.* 2007), mas mais baixa do que a encontrada nos Estados Unidos da América (28%; Kenney, 2006) ou no Canadá (20%; Laporte e Schellenberg, 2011). Trata-se de modalidades de gestão habitualmente

3 A taxa de emprego feminino em equivalente a tempo integral aumentou consistentemente, em Portugal, desde a década de 1970, tendo atingido o seu pico no ano 2008. Em 2013, o seu valor era 62%, um dos mais elevados na União Europeia, superado apenas pela Alemanha (72%) e pela Suécia (77%), sendo ainda muito superior a outros países do Sul da Europa, como Espanha (53%), Itália (50%) e Grécia (43%).

apresentadas na literatura como típicas de casais com baixos níveis de escolaridade e de rendimento. Na nossa amostra destacam-se em casais desempregados ou com mulher doméstica, e em que pelo menos um dos cônjuges, o homem (no caso da gestão integral pela mulher) ou a mulher (na gestão integral pelo homem e na mesada para o governo da casa), não aufere rendimento (Coelho *et al.* 2014; Kenney, 2006; Vogler, 2005; Vogler e Pahl, 1993). Aquelas 3 formas de gestão são também relativamente prevalecentes nos Açores e no Algarve, o que pode eventualmente estar associado à predominância de ideologias e práticas mais tradicionais nestas regiões no que respeita às relações de género e ao casamento.

3.2. Gerir o Orçamento Familiar Antes e Durante a Crise Económica

Para conhecermos eventuais alterações às formas de gestão das finanças familiares em resultado da crise económica, perguntámos aos participantes se tinham alterado a sua modalidade de gestão, bem assim como as eventuais razões dessa alteração. Perguntamos, ainda, qual a modalidade utilizada antes do agravamento da crise, tomando como ano de referência 2010. Os resultados encontrados são apresentados na tabela 7.

Como pode ser visto, a distribuição das formas de gestão é muito semelhante em 2010 e 2014. Com efeito, dos 1001 casais, apenas 44 declararam ter alterado a forma de gestão do seu orçamento. Embora a maioria destes o tenha feito nos últimos 4 anos (desde 2010), em apenas cerca de metade dos casos (47%) tal aconteceu em consequência direta ou indireta da crise. Nestes casos, o desemprego foi apontado como fator explicativo por 14 casais. Assim, parece poder concluir-se que a crise económica, apesar de acarretar alterações à afetação dos recursos familiares, e também ao nível das poupanças e do endividamento (Coelho *et al.* em preparação),

Tabela 7. Formas de Gestão do Orçamento Familiar e Alterações

	N	%
Modalidade de Gestão – Ano 2010		
FWW	32	3,6
MWW	36	4
HKA	22	2,4
JP	516	57,5
PP	105	11,7
IMS	187	20,8
Casais que Alteraram a Forma de Gestão	44	4,4
Tempo (em anos) decorrido desde a alteração		
Até 1 ano	9	25,0
Entre 2 e 4 anos	21	58,3
5 ou mais anos	6	16,7
Circunstâncias que motivaram a alteração		
Desemprego	14	36,8
Dificuldades em fazer face às despesas mensais	2	5,3
Aumento das despesas	2	5,3
Para melhorar a forma de gestão	5	13,2
Para tornar a gestão mais fácil	4	10,4
Casamento ou nascimento dos filhos	3	7,9
Garantir independência	3	7,9
Outra(s)	5	13,2

Fonte: autores

não se reflete no imediato nas formas de gestão do casal propriamente ditas. Será de supor a existência de um certo conservadorismo e resistência à mudança neste domínio da vida dos casais, eventualmente determinados pela natureza estrutural e estruturante das questões financeiras na própria relação conjugal (tal como os valores, as ideologias e as práticas). Podemos também admitir a existência de outros fatores, amortecedores das consequências da crise (por exemplo, as solidariedades familiares intergeracionais) que, a par de um padrão de gestão já antes pós-moderno, justifiquem a não ocorrência de alterações significativas neste domínio.

4. Conclusão

O estudo das formas de gestão das finanças conjugais, através de metodologias quantitativas e junto de uma amostra tendencialmente representativa dos casais com filhos, é pioneiro em Portugal. Os contributos anteriores combinaram metodologias qualitativas (Delaunay, 2000) e análise de fontes secundárias de informação (ICOR 2010; Coelho, 2013; Coelho *et al.* 2014; Ferreira-Valente e Coelho, 2014; Nagy *et al.* 2012), não permitindo uma comparação com os resultados patentes na literatura internacional, dadas as diferenças metodológicas existentes. Por outro lado, o estudo das formas de gestão e das suas alterações em consequência da crise também não haviam sido, até agora, alvo de estudo em Portugal.

Neste estudo procuramos ir ao encontro destas lacunas da literatura. Apesar das limitações metodológicas inerentes, nomeadamente ao seu *design* transversal e ao facto de não ter sido possível cumprir com rigor as quotas estabelecidas na construção da amostra, os resultados encontrados sugerem que uma parcela significativa dos resultados patentes na literatura se aplica também ao caso português. Em sentido contrário, podemos no entanto sublinhar, por um lado, a maior prevalência da gestão conjunta parcial entre os casais portugueses com filhos dependentes e, por outro, a relação entre as formas de gestão, o estatuto da relação, a composição do agregado familiar, a área de residência, o rendimento por adulto equivalente, o contributo da mulher para o rendimento do casal, a escolaridade dos cônjuges e a sua situação profissional.

A crise económica e suas consequências parecem não acarretar um impacto claro e inequívoco sobre as formas de gestão das finanças familiares. A gestão das finanças parece, deste modo, constituir uma dimensão estrutural da vivência conjugal, eventualmente definida em função de variáveis não afetadas diretamente pela crise económica e sua particular temporalidade, como sejam a socialização e as ideologias prevalecentes sobre género e casamento. É, no entanto, também possível que mudanças nesta dimensão da vida familiar e conjugal resistam no imediato, mas possam vir a ocorrer ao longo dos próximos anos, de forma gradual e por ajustamentos sucessivos, sobretudo se a crise económica se prolongar no tempo. Essa é uma realidade que só futuros estudos de cariz longitudinal ou por recurso a metodologias qualitativas permitirão aferir.

Referências

ABOIM, S. (2005), "Dinâmicas de Interacção e Tipos de Conjugalidade". In K. Wall (ed.), *Famílias em Portugal - Percursos, Interacções, Relações Sociais,* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 231-302.

ABOIM, S. (2008), "Género e Modernidade: A Construção Pública do Privado". In M. Villaverde, K. Wall, S. Aboim, F. C. Silva, (Eds.), *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 561-582.

ABOIM, S. (2011), "Jovens e vida familiar". *Observatório Permanente da Juventude*, Disponível em http://www.opj.ics.ul.pt/index.php/setembro-2011, [consultado em 1-04-2014].

ASHBY, K. J., BURGOYNE, C. B. (2008), "Separate financial entities? Beyond categories of money management". *Journal of Socio Economics*, 37 (2), pp. 458-480.

BENNETT, F. (2013), "Researching Within-Household Distribution: Overview, Developments, Debates, and Methodological Challenges". *Journal of Marriage and Family,* 75, pp. 582-597.

BURGOYNE, C. B., REIBSTEIN, J., EDMUNDS, A. M., DOLMAN, V. (2007), "Money management systems in early marriage: Factors influencing change and stability". *Journal of Economic Psychology*, 28, pp. 214–228.

BURGOYNE, C. B., REIBSTEIN, J., EDMUNDS, A. M., ROUTH, D. A. (2010), "Marital Commitment , Money and Marriage Preparation: What Changes after the Wedding?". *Journal of Community Applied Social Psychology*, 20, pp. 390-403.

COELHO, L. (2013), "O meu, o teu, o nosso dinheiro: Contributos para o estudo da gestão das finanças conjugais em Portuga". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 101, pp. 89-110.

COELHO, L., FERREIRA-VALENTE, M.A. (2014), "The Economic Empowerment of Portuguese Women at the Crossroads: An Accomplishment Facing the Tourniquet of the Crisis". In *Book of Abstracts of the 18th ISA World Congress of Sociology*, Yokohama [JP]: International Sociological Association, pp. 180, Disponível em http://www.isa-sociology.org/congress2014/isa-wcs2014-book-of-abstracts.pdf, [consultado em 02-09-2014].

COELHO, L., FERREIRA-VALENTE, A., CORDEIRO SANTOS, A., FRADE, C., VIEIRA, C., JESUS, F., OLIVEIRA, M., MARQUES, R., PORTUGAL, S. (2014), *Finances, Gender and Power: How are Portuguese Households Managing their Finances in the Context of Economic Crisis?–Preliminary Results*, Coimbra, CES, 91, Disponível em . http://www.ces.uc.pt/fct/Relatorio_1_FINFAM_Versao_1_Abril2014.pdf, [consultado em 02-05-2014].

CROMPTON, R., LYONETTE, C. (2007), "Família, género e articulação entre trabalho e vida privada: comparação dos casos britânico e português". In K. Wall., L. Amâncio (Eds.), *Família e Género, Atitudes Sociais dos Portugueses*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 93-128.

DELAUNAY, C. (2000), "Quotidianos conjugais: a decisão financeira como forma de poder. Poder familiar clarificação do conceito". *Forum Sociológico,* 3/4, pp. 157-178.

FERREIRA, P. (2000), "Criação da versão portuguesa do MOS SF-36. Parte I – Adaptação cultural e linguística". *Acta Médica Portuguesa,* 13 (1-2), pp. 55-66.

FERREIRA-VALENTE, A., COELHO, L. (2014), "Family Money Management Arrangements: Using the 2010 Statistics on Income and Living Conditions Survey to Study the Portuguese Case". In *Book of Abstracts of the 18th ISA World Congress of Sociology*, Yokohama [JP]: International Sociological Association, pp. 276, Disponível em http://www.isa-sociology.org/congress2014/isa-wcs2014-book-of-abstracts.pdf, [consultado em 02-09-2014].

HEIMDAL, K., HOUSEKNECHT, S. (2003), "Cohabiting and Married Couples' Income Organization: Approaches in Sweden and the United States". *Journal of Marriage and Family*, 65, pp. 525–538.

ISENGARD, B., SZYDLIK, M. (2012), "Living Apart (or) Together? Coresidence of Elderly Parents and Their Adult Children in Europe". *Research on Aging*, 34, pp. 449–474.

JAPPENS, M., VAN BAVEL, J. (2012), "Regional family norms and child care by grandparents in Europe". *Demographic Research,* 27, pp. 85-120.

JOSEPH, R., ROWLINGSON, K. (2011), "Her house, his pension? The division of assets among (ex)couples and the role of policy". *Social Policy and Society*,11, pp. 69-80.

KENNEY, C. (2006), "The Power of the Purse: Allocative Systems and Inequality in Couple Households". *Gender Society*, 20, pp. 354-381.

LAPORTE, C., SCHELLENBERG, G. (2011), "Income management strategies of older couples in Canada". *Canadian Studies in Population*, 38 (3-4), pp. 1-22.

LAUER, S. R., YODANIS, C. (2011), "Individualized marriage and the integration of resources". *Journal of Marriage and Family,* 73, pp. 669-683.

LEWIS, J. (2001), *The End of Marriage*, Cheltenham: Edward Elgar.

LUDWIG-MAYERHOFER, W., ALLMENDINGER, J., HIRSELAND, A., SCHNEIDER, W. (2011), "The power of money in dual-earner couples: A comparative study". *Acta Sociologica*, 54 (4), pp. 367-383.

LUDWIG-MAYERHOFER, W., GARTNER, H., ALLMENDINGER, J. (2006), "The allocation of money in couples: The end of inequality?" *Zeitschrift Fur Soziologie*, 35 (3), pp. 212-226.

MARTÍNEZ, C., MÉNDEZ, C., DEMA MORENO, S., PASCUAL, M. (2004), "[*Money, love and individualization: economic relationships in contemporary couples/families*]", Oviedo: KRK Ediciones. [Spanish]

MARÔCO, J. (2014), *Análise Estatística com o SPSS Statistics,* Pêro Pinheiro, Report Number.

GEORGE, M., PINILLA, R., ABBOUD, S., SHEA, J., RAND, C. (2013), "Innovative use of a standardized debriefing guide to assist in the development of a research questionnaire with low literacy demands". *Applied Nursing Research,* 26, pp. 139–142.

NAGY, I., MEDGYSI, M., LELKES, O. (2012), "The 2010 Ad hoc EU SILC module on the intra-household sharing of resources". *Research note of the income distribution and living conditions network of the social situation observatory, 3/2012,* Disponível em http://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=9807 langId=en, [consultado em 01-04-2014].

OROPESA, R. S., LANDALE, N. S., KENKRE, T. (2003), "Income allocation in marital and cohabiting unions: The case of mainland Puerto Ricans". *Journal of Marriage and Family*, 65 (4), pp. 910-926.

OTT, R. L., LONGNECKER, M. (2010), *An introduction to statistical methods and data analysis* (6.ª Ed.), Belmont (EUA): Brooks/Cole.

PAIS-RIBEIRO, J. (1999), *Investigação e avaliação em psicologia e saúde*, Lisboa: Climepsi.

Pais-Ribeiro, J. (2005), *O importante é a saúde: estudo de adaptação de um instrumento para avaliar o estado de saúde*, Lisboa: Fundação Merck Sharp Dohme.

PAIS-RIBEIRO, J. SILVA, I., FERREIRA, T., MARTINS, A., MENESES, R., BALTAR, M. (2007), "Validation study of a Portuguese version of the Hospital Anxiety and Depression Scale", *Psychology, Health Medicine, 12* (2), pp. 225–237.

PAHL, J. (1989), *Money and Marriage*, London: Macmillan.

PAHL, J. (1995), "His money, her money: Recent research on financial organisation in marriage". *Journal of Economic Psychology*, 16 (3), pp. 361-376.

PAHL, J. (2008), "Family finances, individualisation, spending patterns and access to credit". *The Journal of Socio-Economics*, 37, pp. 577–591.

RAIJAS, A. (2011), "Money management in blended and nuclear families". *Journal of Economic Psychology*, 32 (4), pp. 556-563.

SÃO JOSÉ, J. (2012), "Entre a gratificação e a opressão: os significados das trajetórias de cuidar de um familiar idoso". *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, *número temático: envelhecimento demográfico*, 123-150.

SONNENBERG, S. (2008), "Household financial organisation and discursive practice: Managing money and identity". *Journal of Socio-Economics,* 37 (2), pp. 533-551.

TODD, C., BRADLEY, C. (1994), "Evaluating the design and development of psychological scales". *In* C. Bradley (Ed.), *Handbook of psychology and diabetes*, Swizerland: Hardwood Academic Press, pp. 15-42.

VOGLER, C. (1998), "Money in the household: some underlying issues of power". *The Sociological Review,* 46 (4), pp. 687–713.

VOGLER, C. (2005), "Cohabiting couples: rethinking money in the household at the beginning of the twenty first century". *The Sociological Review*, 53 (1), 1-29.

VOGLER, C., BROCKMANN, M., WIGGINS, R. D. (2006), "Intimate relationships and changing patterns of money management at the beginning of the twenty-first century". *British Journal of Sociology*, 57 (3), pp. 455-482.

VOGLER, C., BROCKMANN, M., WIGGINS, R. D. (2008), "Managing money in new heterosexual forms of intimate relationships". *Journal of Socio Economics*, 37 (2), pp. 552-576.

VOGLER, C. , PAHL, J., (1993), "Social and economic change and the organisation of money within marriage". *Work, Employment and Society*, 7 (1), pp. 71–95.

VOGLER, C., PAHL, J. (1994), "Money, Power and Inequality within Marriage". *Sociological Review*, 42 (2), pp. 263-288.

WALL, K. (2007), "Atitudes face à divisão familiar do trabalho em Portugal e na Europa". In K. Wall, L. Amâncio (Eds.), *Família e Género, Atitudes Sociais dos Portugueses*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 211-257.

WARE, J.E., SHERBOURNE, C.D. (1992). "The MOS 36-Item Short-Form Health Survey (SF-36), Conceptual framework and item selection". *Medical Care*, 30, pp. 473-83.

YODANIS, C., LAUER, S. (2007), "Economic inequality in and outside of marriage: Individual resources and institutional context". *European Sociological Review,* 23 (5), pp. 573-583.

ZIGMOND, A. P., SNAITH, R. P. (1983), "The Hospital Anxiety and Depression Scale". *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 67, pp. 361 – 370.

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado no âmbito do projeto "Finanças, Género e Poder: como estão as famílias portuguesas a gerir as suas finanças no contexto da crise?" (PTDC/IVC-SOC/4823/2012 – FCOMP-01-0124-FEDER-029372), financiado por fundos FEDER, através do Programa Operacional Fatores de Competitividade – COMPETE, e por fundos Nacionais, através da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).
As autoras agradecem à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) pelo apoio concedido. Agradecem também os comentários dos vários membros da equipa de investigação, bem assim como os contributos de Cristina Vieira para a construção do questionário utilizado e de Raquel Ribeiro para a construção das bases de dados. Gostariam ainda de agradecer o apoio de todas as pessoas e instituições que contribuíram para a divulgação do estudo e para o processo de recolha de dados.

Terra, Parentesco e Empoderamento das Mulheres em 3 comunidades rurais de Timor-Leste

Vanda Narciso[1]
Investigadora Independente
vandanarciso@gmail.com

Pedro Damião de Sousa Henriques[2]
Departamento de Economia e CEFAGE- Universidade de Évora,
pdamiao@uevora.pt

Resumo: Neste trabalho procuramos investigar o papel que a terra e os sistemas de parentesco têm no empoderamento das mulheres rurais do distrito de Bobonaro em Timor-Leste. Com o principal objectivo de comparar os aspectos referentes à posse, acesso e decisões sobre a terra, e outras da esfera doméstica, elaborámos um estudo de caso comparando uma comunidade matrilinear harmónica, uma matrilinear e uma patrilinear, do distrito de Bobonaro em Timor-Leste. O principal instrumento de recolha de informação foi um inquérito por questionário a 102 agregados familiares em três sucos do distrito de Bobonaro.
Os dados apresentados apontam para que as mulheres nas comunidades matrilineares: i) têm mais direitos à terra, tendo no entanto muito mais posse que controlo; ii) têm mais empoderamento na esfera doméstica, medido pela participação e autonomia na tomada de decisões; e ainda para que iii) Existe uma associação tendencialmente positiva da componente controlo dos direitos à terra e o empoderamento, nos grupos matrilinear harmónico e patrilinear.

Palavras Chave: Género, Terra, Empoderamento, Parentesco, Timor-Leste

1. Introdução

Para as comunidades rurais o acesso e uso dos recursos naturais é uma das questões fundamentais do nosso tempo. A distribuição equitativa dos recursos, intra e inter familiar, está por concretizar e constitui um dos grandes desafios para o século XXI. De entre os recursos disponíveis para as famílias sobressai a terra dada a sua enorme importância para as populações rurais.
Ao longo da história, a terra tem sido reconhecida como uma das principais fontes de subsistência, riqueza, estatuto social, e poder. O acesso e uso dos recursos provenientes da terra estão dependentes das normas de parentesco. A descendência ou filiação refere-se às regras que governam e identificam a filiação para determinados propósitos. Os direitos à terra e o acesso aos recursos estão em muitos casos entre esses propósitos. O antropologo Edmund Leach vai mais longe e diz mesmo que "kinship systems have no "reality" at all except in relation to land and property" (Leach, 1961:207, apud Holden, S., Kaarhus, R., & Lunduka, R. 2006:55).
Os antropólogos normalmente distinguem dois tipos básicos de filiação: a cognática e a unilinear. Nesta, quan-

1 Engª Zootécnica com mestrado em Estudos sobre as Mulheres, e Pós-graduada em Medicina Humanitária. Exerce, desde 1994, atividade profissional como gestora de informação e de inovação. Para além disso desenvolve trabalho como formadora e investigadora independente. As suas principais áreas de investigação são Género e Desenvolvimento, Direitos à Terra, Microfinanças e Timor-Leste e participa regularmente em conferências e seminários nessas áreas.

2 Engenheiro agrónomo com o mestrado e PhD em economia agrária. É professor associado do Departamento de Economia da Universidade de Évora e membro integrado do CEFAGE. Os seus temas de investigação são na área de economia e política agrária e dos recursos naturais. Participou em vários projetos de pesquisa e programas de cooperação para o desenvolvimento, nomeadamente em Angola e Timor-Leste.

do os indivíduos são relacionados através de uma mulher, ou de uma linha feminina, fala-se de descendência ou filiação matrilinear, quando a relação é feita através de um homem ou linha masculina, diz-se descendência ou filiação patrilinear. Nenhuma sociedade é inteiramente matrilinear ou patrilinear no que se refere não só à descendência, mas também em relação à residência, herança ou sucessão e por isso alguns autores preferem referir-se a sociedades predominantemente matrilineares ou predominantemente patrilineares (Augé,1975:16). Nas sociedades cognáticas, também designadas de bilaterais, os filhos de ambos os sexos obtém descendência a partir de ambos os pais.

A regra de herança é o princípio que governa a transmissão de bens, nomeadamente a propriedade. Filiação e herança devem ser distinguidas de sucessão, princípio que governa a transmissão de funções. Nas sociedades em que o parentesco coincide com a organização social, a herança e a sucessão são geralmente função da filiação; e tendem a seguir a mesma linha que ela (Augé, 1975:21).

Filiação e/ou herança matrilinear não significa que o casal more necessariamente com os parentes da mulher e no lugar da matrilinhagem onde em princípio se situa a terra a que a mulher tem direito. Os antropólogos distinguem várias regras de residência após o casamento das quais destacamos as seguintes: matrilocal/uxorilocal quando o novo casal se instala na casa ou lugar onde a mulher residia antes do casamento, patrilocal/virilocal quando o casal se instala na casa ou lugar do homem, e neolocal quando o casal forma uma residência separada dos parentes de ambos.

Como características associadas aos sistemas matrilineares temos a filiação matrilinear, a herança matrilinear e a residência matrilocal/uxorilocal, assim podemos considerar um sistema de parentesco matrilinear quando apresenta pelo menos duas dessas características. De acordo com a classificação de Lévi-Strauss, os indivíduos cumprindo residência matrilocal e filiação matrilinear (ou patrilocal e patrilinear) podem ser considerados como pertencendo a um regime harmónico, matrilinear ou patrilinear (Augé, 1975:44).

Muitas vezes é assumido que em áreas matrilineares as mulheres desempenham papéis mais fortes e tem maior influência, nomeadamente nos assuntos relacionados com a terra, mas isso nem sempre acontece. Há um grande debate sobre isso e por exemplo Lepowsky afirma que "*Matrilineal descent provides the preconditions favourable to the development of female political and economic power, but it does not ensure it*" (Lepowsky, 1993:297 apud Huffer, 2008: Xii).

As sociedades matrilineares não são o espelho oposto das sociedades patrilineares por a maioria delas não serem matriarcais. Mesmo nas sociedades matrilineares as mulheres não ocupam a mesma posição que os homens ocupam nas sociedades patrilineares e patriarcais. Assim, enquanto a descendência é rastreada através das mulheres, nalgumas sociedades matrilineares os homens continuam a manter uma posição importante, nomeadamente na casa das suas irmãs, como parece acontecer com os Búnaque que estudamos neste trabalho[3].

Nos sistemas predominantemente patrilineares as mulheres têm menos direitos em vários domínios (Agarwal 1994; Dube (1997).

Apesar de todos os progressos registados, em muitos países as mulheres tem um reduzido nível de empoderamento se medido este pela participação e autonomia na tomada de decisões. Uma das explicações propostas (pela antropologia) para este facto reside nos diferentes efeitos na autonomia das mulheres das normas de parentesco.

Empoderamento é um conceito multidimensional e complexo, difícil de definir e difícil de relacionar com os resultados das ações tomadas, não havendo uma definição e indicadores de medida universalmente aceites.

Não há unanimidade, nem uma definição única de empoderamento, mas geralmente esta inclui dois elementos principais que o diferem de outros conceitos similares, ser um processo de mudança e esse processo envolver ganhar agência (Malhotra et al., 2002:7).

Para Kabeer (1999:437) o conceito de empoderamento é definido por três aspetos interrelacionados: os recursos para fazer escolhas; a capacidade de agência para influenciar as escolhas; e os resultados benéficos para a pessoa. Em resumo, a autora define empoderamento como "… *the expansion in people's ability to make stra-*

---

3 "Na comunidade matrilinear como aquela em estudo, o lugar da mulher enquanto elo de transmissão da pertença da Casa e da posse da terra e dos bens mais sagrados é fortemente limitado pelo papel que os homens, os seus irmãos, detêm." (Sousa, 2010: 351)

tegic life choices in a context where this ability was previously denied to them". Sen (1999) aplica o conceito de "*capabilities*" para os dois primeiros aspetos, como as possibilidades abertas para dado individuo, mas dá ênfase a que os resultados diferem de acordo com as preferências das pessoas.

Agência pode ser definida como a capacidade de tomar decisões que afetam a própria vida, é a componente de ação do empoderamento, é tomar o poder e o que a pessoa faz com o poder que adquiriu. Nas ciências sociais a agência é muitas vezes operacionalizada pela tomada de decisão, mas pode ter outras formas como a negociação, manipulação e resistência (Kabeer, 1999:438).

Empoderamento tem um valor intrínseco (World Bank, 2011:22), sendo assim desejável por si mesmo, e tem também um valor instrumental no sentido de que um maior empoderamento das mulheres tem vindo a ser ligado a resultados positivos em outras áreas como seja a saúde da mulheres e dos filhos (Quisumbing, 2003:22).

Em resumo, Deere & León (2001:25) afirmam que empoderamento não é um processo linear com um começo e fim bem definido e que não é igual para todos; o empoderamento depende em muito da história de cada pessoa e do contexto social em que vive.

Por outro lado, para alguns autores, como por exemplo Dube (1997) e Mason (2003), o empoderamento dentro do agregado familiar é fortemente influenciado pelo contexto social, dado que é mais fortemente determinado pelas instituições sociais do que pelas características individuais. Assim, Mason (2003) sugere que os estudos sobre o empoderamento das mulheres se devem concentrar nos direitos, obrigações e recursos concedidos às mulheres, versus homens, sob diferentes sistemas de género, em vez de nas características das mulheres individuais.

A questão dos direitos à terra na perspetiva das relações de género remete-nos ao fato de ser mulher ou homem constituir um fator determinante da distribuição de ativos, nomeadamente da terra, no seio da família e da comunidade e também pelo Estado e pelo mercado.

Existem vários argumentos a favor dos direitos das mulheres à terra. Agarwal (1994:19) uma pioneira neste campo, e outras autoras como Deere & Léon (2001), consideram o bem-estar das mulheres, a eficiência, a igualdade e o empoderamento. Assim, será de esperar quando as mulheres herdam terra que tenham mais empoderamento e um maior bem-estar.

A terra por todo o seu significado, socioeconómico, cultural e religioso, é o recurso mais valioso para a maioria das populações rurais em todo o mundo, incluindo para as populações rurais de Timor-Leste.

As normas de parentesco são pilares fundamentais da organização social e influenciam significativamente o sistema consuetudinário de gestão e posse da terra, que é o dominante em Timor-Leste (Fitzpatrick, 2002:167 e RDTL, 2008:7) e também as relações de género.

Dois sistemas diferentes de parentesco coexistem em Timor-Leste um patrilinear em vigor na maioria do território e um matrilinear nas regiões com predominância dos grupos etnolinguísticos Tétum-Terik, Búnaque e Galoli. O distrito de Bobonaro, onde ambos os sistemas -patrilinear e matrilinear- de posse da terra existem oferece uma rara oportunidade de investigar a relação entre direitos à terra, sistemas de parentesco e empoderamento.

A constatação da importância da contribuição das mulheres para o desenvolvimento das zonas rurais, incluindo para a segurança alimentar, aliado ao seu baixo controlo sobre o fator de produção essencial que é a terra, torna pertinente abordar esta temática numa perspetiva de género.

Escolhemos dar especial ênfase à situação das mulheres face ao recurso terra, dada a grande importância da terra para populações rurais e por poder desempenhar um papel importante no empoderamento das mulheres (Agarwal 1994:39).

Por outro lado, a pertinência deste estudo reside igualmente no fato de procurar analisar e dar visibilidade a alguns aspetos normalmente negligenciados, como seja a relação entre mulheres, terra e empoderamento, nomeadamente em comunidades matrilineares as quais, por serem uma minoria, são pouco estudadas.

Com o objectivo principal de analisar como os direitos à terra influenciam o empoderamento das mulheres rurais no distrito de Bobonaro, tomando explicitamente em consideração o papel dos sistemas de parentesco, fizemos um estudo de caso entre uma comunidade matrilinear harmónica, uma matrilinear e uma patrilinear, pertencentes ao distrito de Bobonaro em Timor-Leste com vista a estabelecer as seguintes relações: 1) Que há uma forte (co)relação entre os direitos à terra que uma mulher tem e o seu poder de decisão na esfera doméstica

(Argarwal 1994 e FAO 2002); 2) Que há desigualdades de género no que se refere aos direitos à terra em Timor-Leste, e que essas desigualdades de género devem-se essencialmente a tradições fortemente enraizadas na família, nas comunidades, no Estado e no mercado, ou seja, nos principais mecanismos de obtenção ou acesso à terra, quer seja por herança, distribuição ou aquisição da terra (Agarwal, 1994 e Deere & Léon, 2001), relativamente à família, assumem grande importância os mecanismos de herança (incluindo nela as transferências/doações intervivos); e 3) Que o tipo de organização social existente, nomeadamente ao facto de o sistema de parentesco ser matrilinear ou patrilinear, influenciam fortemente não só as normas de herança como a autonomia e participação das mulheres na tomada de decisões.

2. O Contexto Timorense

A República Democrática de Timor-Leste ocupa metade da ilha de Timor situada na fronteira do Sudoeste Asiático com o Pacifico, tem uma população de 1.066.409 pessoas, é um país maioritariamente católico (96,9%) e apresenta grande variedade etnolinguística com pelo menos 32 grupos diferentes (DNE, 2011).
Restaurada a independência em 2002, após 25 anos de ocupação indonésia e 450 de colonização Portuguesa, a Constituição dá primazia aos direitos humanos. Os principais instrumentos internacionais de direitos humanos foram ratificados, incluindo o Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW) em 2003, e a Declaração dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio em 2005.
Relativamente ao desenvolvimento humano, Timor-Leste ocupa a 134ª posição entre 187 países, com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,576, abaixo da média regional que é de 0,683, e com 37,4% da população vivendo abaixo da linha de pobreza fixada em 1,25 US $ por dia (UNDP, 2013).
A taxa de natalidade é das mais elevadas do mundo, cerca de 5,7%, a taxa de gravidezes na adolescência (mulheres entre os 15-19 anos) é de 65,9% e a taxa de mortalidade materna é especialmente alta, com 300 mortes por 100.000 nascidos (UNDP, 2013). A taxa de participação no mercado de trabalho (rácio mulheres-homem) é de 0,518, a participação das mulheres no Parlamento Nacional é elevada (29,2% dos membros eleitos) mas baixa no poder local, há uma única mulher governadora de subdistrito, e apenas 3% dos chefes de suco são mulheres (JICA, 2011).
A Constituição consagra a igualdade entre homens e mulheres (artigo 17º), e do acervo legislativo salientamos a Lei contra a violência doméstica (Lei nº 7 de 2010), assim como a ausência de uma "Lei da terra".
As ideias de igualdade de género, violência doméstica ou empoderamento são novos conceitos para as áreas rurais do país, muitas vezes levados e impostos pelas agências internacionais e organizações não-governamentais (ONG), mas difíceis de apreender e integrar no modo de vida tradicional pelas populações locais.
As condições para exercer os direitos à terra nas comunidades rurais em Timor-Leste variam essencialmente em função das relações de parentesco e do género, embora outros fatores como a idade e a fase do ciclo de vida também sejam importantes.
A maioria dos grupos etnolinguísticos em Timor-Leste são patrilineares existindo uma minoria de comunidades matrilineares pertencente aos grupos Búnaque em Bobonaro, Covalima e Ainaro; Tétum-Terik em Covalima, Viqueque e Manufahi e Galoli em Manatuto.
No total, a população pertencente a estes grupos não excede os 12,5% e nem todas as pessoas seguem as regras matrilineares. Os Búnaque, o nosso grupo matrilinear de estudo, são cerca de 55.837 pessoas em Timor-Leste (DNE, 2011:203) ocupando a zona de fronteira central entre Timor-Leste e Timor-Ocidental, nos distritos de Bobonaro e Covalima e em número semelhante estão também presentes na região Lameken de Timor-Ocidental.
Em Timor-Leste cerca de 70% da população vive em áreas rurais e depende do uso da terra para a sua sobrevivência. Sendo que 63% do total da população trabalha na agricultura, valor que sobe para 79 nas áreas rurais (DNE, 2011). As mulheres representam 40,6% da população economicamente ativa (estimada em 461.000) e 45% se considerarmos apenas o sector agrícola. A grande maioria das mulheres (88,2%) economicamente ativas exerce a atividade no sector da agricultura (FAO, 2011).
As estratégias de subsistência, embora predominantemente baseadas na terra são variadas no sentido em que

o uso do recurso terra é, em si, variado e inclui a produção de alimentos para consumo doméstico e venda, pastagens para o gado e a produção de culturas de rendimento. Além disso, a terra é também utilizado para obter outros bens como plantas medicinais, fibras que são utilizadas para cobertura de telhados, madeira para a construção e para combustível etc. Apesar desta centralidade para a subsistência de grande parte da população, nem todos os Timorenses desfrutam de acesso/direitos seguro e adequado à terra e essa insegurança tende a ter um rosto pobre e feminino.

Em Timor-Leste a filiação unilinear é dominante. A maioria dos grupos etnolinguísticos são patrilineares privilegiando-se a filiação paterna; a herança patrilinear onde os bens, com destaque para a terra, são transmitidos aos filhos homens; e a residência patrilocal/virilocal.

Na herança patrilinear a terra é por norma passada de pai para filho. Se um homem não tem filhos é provável que as filhas possam herdar, mas também pode acontecer que a terra seja herdada pelos irmãos ou sobrinhos homens. Se uma filha ficar solteira os irmãos "deixam-na" ficar com alguma terra para cultivar. Nas comunidades matrilineares são as filhas que na maior parte dos casos herdam a terra.

Na residência patrilocal/virilocal, por norma as filhas deixam a aldeia natal quando se casam para irem viver na aldeia do marido. Nos sistemas matrilineares, a residência matrilocal/uxorilocal predomina. Em ambos os sistemas, a neolocalidade começa a ganhar espaço dada a maior mobilidade dos mais jovens com a sua deslocação para os centros urbanos.

Em Timor-Leste predomina um sistema patrilinear e patriarcal, e onde o sistema de parentesco é matrilinear este não é matriarcal já que os homens dominam em muitas áreas e o papel da mulher em diferentes domínios é pouco reconhecido e valorizado.

Não existem dados sobre a posse e controlo da terra e o poder negocial das mulheres em Timor-Leste aos vários níveis, nem da relação entre género, terra, poder negocial, empoderamento e violência baseada no género. As questões relacionadas com a terra em Timor-Leste têm sido estudadas desde a colonização Portuguesa, mas poucos trabalhos são dedicados aos sistemas tradicionais/locais de posse terra e menos ainda sobre os aspetos de género. Relativamente ao estudo da terra nos grupos matrilineares os trabalhos recentes de Thu et al. (2007), Narciso e Henriques (2010 e 2011) e Miranda (2011) são de referir.

Thu et al. (2007) no artigo "Gendered access to customary land in East Timor" fornecem uma interessante análise comparativa dos sistemas de posse da terra em duas comunidades patrilineares e uma comunidade matrilinear, em Ainaro e Manufahi, a comunidade matrilinear de seu estudo é uma comunidade Tétum-Terik localizado no distrito de Manufahi. Este artigo realça o grau de flexibilidade em ambos os sistemas de parentesco relativamente à herança, e por isso questiona de alguma forma a construção binária de patrilinearidade e da matrilinearidade, dizendo que a mesma é limitada.

No artigo "Women and Land in Timor-Leste: Issues in Gender and Development "(Narciso & Henriques, 2010), faz-se uma análise dos direitos das mulheres a partir do acervo legislativo e analisa-se com detalhe a posição da mulher em Timor-Leste relativamente aos direitos à terra; e o trabalho publicado no livro "Ita maun alin - O livro do irmão mais novo" (Narciso & Henriques, 2011), sobre as funções da terra para as comunidades rurais de Timor-Leste, onde se faz também uma reflexão sobre a desigualdade de género no acesso aos recursos e à herança da terra.

O relatório "Género e Agricultura em Quatro Distritos de Timor-Leste" (Miranda, 2011) abrange comunidades matrilineares e patrilineares em quatro distritos de Timor-Leste e teve como objetivo recolher um conjunto de dados sobre as mulheres que trabalham na agricultura em diferentes contextos, para apoiar o Ministério da Agricultura e Pescas na formulação de políticas que apoiem e promovam a participação das mulheres. As comunidades matrilineares estudadas situam-se nos distritos de Manatuto (Galoli) e Bobonaro (Búnaque).

3. Metodologia

Este estudo utilizou uma combinação de métodos primários e secundários de recolha de dados. A recolha de

dados primários incluiu como principal instrumento um inquérito por questionário aos agregados familiares. Foi feita também a recolha adicional de informações, principalmente de carácter qualitativo, através de diálogos, conversas e observações no campo. Estas últimas foram fundamentais para uma melhor compreensão da situação e ajudaram a analisar e interpretar alguns dos resultados obtidos.
O trabalho de campo foi realizado durante o verão de 2011, os inquéritos foram realizadas por um grupo de docentes e estudantes da UNTL, de ambos os sexos, que têm como língua materna Búnaque e/ou Quêmaque, com a supervisão de uma equipa da Universidade de Évora que os autores integravam.
A amostragem foi efetuada em duas etapas: a primeira consubstanciou-se numa lista das famílias fornecidas pelos chefes de sucos; a partir dessas listas foi possível construir no terreno uma amostra de 102 agregados familiares, 35 em Tapo e Aidabaleten e 32 em Tapo-Memo (número de inquéritos depois de validados). Dadas as dificuldades de obter antecipadamente alguns dados e de aplicação do inquérito no campo, não foi possível construir uma amostragem aleatória estratificada.
Os inquiridos foram aqueles adultos, um por agregado familiar, que se mostraram disponíveis para colaborar. As perguntas foram feitas oralmente nas línguas locais e os resultados apontados de imediato. A organização social vigente é em muito baseada na unidade familiar[4], que é em simultâneo uma unidade de reprodução, de produção e de consumo. A centralidade da unidade familiar (ou doméstica) foi determinante na escolha do grupo doméstico/família como respondentes ao inquérito.

Grupos, dimensões de análise e hipóteses

Dado a importância da organização social, nomeadamente do sistema de parentesco na distribuição dos recursos, a nossa análise foi feita essencialmente tendo como base o sistema de parentesco, em detrimento do critério geográfico de recolha dos dados. Assim, da conjugação das três características que habitualmente definem a matrilinearidade: herança matrilinear, residência uxorilocal e filiação matrilinear foram constituídos três grupos de parentesco.
Os inquiridos com residência matrilocal e parentesco matrilinear foram incluídos no grupo matrilinear harmónico (MH). No grupo matrilinear (M) incluímos aqueles que não pertencendo ao grupo MH apresentavam pelo menos duas das três características acima. O grupo patrilinear (P) corresponde aos 27 casos que apresentam uma, ou nenhuma das características matrilineares.
Tendo como pano de fundo os três grupos de análise que correspondem aos três grupos de parentesco, definimos duas grandes dimensões de análise, os direitos à terra e o empoderamento, que nos permitiram enunciar as hipóteses do estudo.
A primeira dimensão é os direitos à terra, incluindo nestes não só a sua posse mas também o seu controlo. Com esta dimensão pretendemos averiguar a veracidade da nossa primeira hipótese, H1: As mulheres em comunidades matrilineares tem mais direitos à terra que as mulheres em comunidades patrilineares.
No inquérito os respondentes foram convidados a responder às questões: "A quem pertence a terra que trabalha" (E1), "Como obteve a terra" (E2) " e "De quem é a terra" (E3). Estas questões fornecem algumas pistas, ainda que de forma incompleta, sobre os direitos à terra, que podem ser conceituadas como uma fonte de empoderamento. Uma questão adicional "Quem toma as decisões sobre o cultivo da terra" (E5) fornece na prática uma medida de controlo sobre o uso da terra. Se conjugarmos as questões E3 e E5 podemos obter uma indicação relevante sobre os direitos à terra. Importa referir que estas variáveis qualitativas foram convertidas em variáveis quantificáveis através de um sistema de pontuação (1 ponto para homem, 2 pontos para ambos e 3 pontos para mulher).

A segunda dimensão é o empoderamento com o objetivo de verificar a nossa segunda hipótese, H2: as mulheres em comunidades matrilineares têm mais empoderamento dentro do agregado familiar do que as mulheres

4 Ainda que em Timor-Leste outros dois níveis de parentesco sejam também muito importantes, o grupo etnolinguístico e a linhagem da Casa sagrada.

em comunidades patrilineares. Para a analisar usamos vários itens, com especial ênfase na esfera da tomada de decisões sobre recursos económicos, mas não nos cingimos a elas e utilizamos também a questão da possibilidade de recrutar trabalho, a participação na venda de produtos nos mercados e o envolvimento com os serviços de extensão rural.

As questões relacionadas com o processo de decisão são as seguintes: - "Quem é responsável pelos gastos de dinheiro" (B21) (para lá das compras quotidianas domésticas de pequeno montante essencialmente alimentares, refere-se por exemplo a quem decide comprar mobília, ferramentas agrícolas e reparar a casa); "Quem é responsável por alimentar a família" (B23) (no sentido de providenciar a disponibilidade de alimentos) e "Quem é responsável pelas decisões relativas ao uso da terra" (E5) (ex. plantar o quê, quando, em que quantidades, ou sobre o uso de fatores de produção). A estas três perguntas os respondentes podiam responder que a decisão é do homem (1ponto), de ambos (a que chamaremos codecisão, 2 pontos) ou da mulher (3 pontos), este sistema de pontuação permitiu converter estas variáveis qualitativas em variáveis quantificáveis, de modo a permitir uma análise quantitativa, por exemplo calcular a média.

Confirmámos no pré-teste que a venda de terras não é um ato comum nestas comunidades, o que nos levou a manter duas questões gerais sobre o assunto mas a não incluir uma questão sobre a tomada de decisão relativa à venda da terra, o que poderia configurar o direito de transferência. Também não questionámos sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho e sobre rendimentos regulares das mulheres fora da agricultura, por sabermos que as hipóteses de participação e de existência desses rendimentos são muito escassas ou mesmo nulas.

Com base nas três variáveis relativas à tomada de decisão (B21, B23 e E5) foram criados 4 indicadores de empoderamento que avaliam a autonomia e participação das mulheres nas decisões: 1) o nº de decisões que as mulheres tomam sozinhas; 2) o nº de decisões que as mulheres tomam em codecisão; 3) o nº total de decisões em que as mulheres participam, em codecisão e sozinhas; 4) média ponderada de tomada de decisão das mulheres, levando em consideração se cada decisão é tomada pelo homem, conjunta (codecisão) ou individual da mulher.

A associação entre as variáveis dos direitos das mulheres à terra e os indicadores de empoderamento, refeitos para este fim sem incluir a variável "Quem toma as decisões sobre o cultivo da terra" (E5) (já que a variável E5 fazia ela própria parte dos indicadores construídos anteriormente) permitiu a verificação da terceira hipótese, H3: As mulheres com mais direitos à terra têm mais empoderamento.

Para analisar os dados foi utilizado o programa SPSS v.21.0 e as seguintes operações: análise descritiva dos dados através da média e da moda, testar as diferenças significativas entre os três grupos de parentesco através das tabelas de contingência (Teste do Qui Quadrado), e ANOVA (Teste F e do *Post Hoc*) e associação entre as variáveis, através do *V de Cramer*.

4.DISCUSSÃO dos RESULTADOS

Características dos grupos e dos respondentes

Como foi dito anteriormente a nossa análise foi feita essencialmente tendo como base o sistema de parentesco, tendo sido constituídos 3 grupos com base na filiação, residência pós-matrimonial e regra de herança.

Assim, e como advém da própria definição, no grupo matrilinear harmónico 100% dos agregados familiares apresentam residência matrilocal e filiação matrilinear e 91,7 % dos agregados disseram praticar herança matrilinear. É ainda de destacar que este foi o único grupo onde as mulheres foram a maioria dos respondentes 52,8% e o grupo com maior dimensão média das famílias (5,3). No que respeita ao grupo étnico a maioria dos respondentes (88,9%) são Búnaque e um minoria (11,1%) Quêmaque.

No grupo matrilinear 87,2% dos casos apresentam residência neolocal, 92,3% filiação matrilinear e 97,4% herança matrilinear. Neste grupo a maioria dos respondentes (89,7%) são Búnaque e uma minoria (7,7%) são Quêmaque, havendo ainda 2,6 % de Bekais e 22,8% dos respondentes foram mulheres.

Por ultimo, no grupo patrilinear a residência é patrilocal em 48,1% das famílias e neolocal em 40,7% dos casos, a filiação é em 70,4% dos casos patrilinear e em 25,9% dos casos há filiação dupla, quanto à herança

esta é em 88,9% dos casos patrilinear. Este grupo é o que apresenta menor dimensão média da família com 3,63 (diferença estatisticamente significativa). Neste grupo a maioria (92,6%) das famílias pertencem ao grupo Quêmaque, havendo 3,7% de famílias Tétum-Terik e 3,7% de famílias Bekais e apenas uma mulher (3,7%) respondeu ao inquérito.

A média de idades dos respondentes não apresenta diferenças significativas entre os três grupos variando no caso das mulheres entre 44 anos no grupo MH e 46 no grupo matrilinear e sendo um pouco superior para os homens onde varia entre 44 no grupo MH e 51 no grupo M. Relativamente ao estado civil a grande maioria dos inquiridos nos 3 grupos (84,3%; 89,7% e 88,9%) são casados/as.

O analfabetismo é elevado, maior que a média nacional de 41,7% (UNDP 2013) nos grupos matrilineares, 47,2% no MH e 56,4% no M, e somente 25,9% no grupo P. Globalmente, a maioria das mulheres respondentes não têm qualquer escolaridade (67,7%) ou contrário dos homens onde "apenas" 35,2% são analfabetos. Este é um ponto importante, pois os baixos níveis educacionais das mulheres geralmente incidem negativamente sobre outros indicadores de desenvolvimento como saúde e nutrição e reduzem as oportunidades de participação social e de beneficiar do rendimento não-agrícola. Os níveis de escolaridades são muito baixos, sendo que as diferenças entre grupos de parentesco não são significativas, mas parecem consideráveis, ainda que não significativas, entre géneros dentro do mesmo grupo.

Terra: Têm as Mulheres direito à Terra?

Neste ponto o que pretendemos averiguar é a veracidade da nossa primeira hipótese, H1: As mulheres em comunidades matrilineares tem mais direitos à terra que as mulheres em comunidades patrilineares. Para tal vamos verificar se as mulheres em comunidades matrilineares têm mais acesso à terra através do mecanismo de herança do que as mulheres em comunidades patrilineares, e verificar se para além do acesso têm também o controlo da mesma.

À pergunta "A quem pertence a terra que trabalha" (E1), os respondentes que indicam que a terra é própria (família nuclear) são 91,7% no grupo MH, 92,3% no M e 63% no P; a responder que é da família (família alargada) há 5,6% no grupo MH, 0% no grupo M e 22,2% no grupo P; a responder que é própria e da família há 2,8% no grupo MH, 7,7% no grupo M e 11,1% no grupo P, e, surpreendentemente para nós, apenas um respondente (no grupo patrilinear) identificou a comunidade e nenhum o Estado como proprietários de terra. A diferença nas respostas a esta questão é significativa entre o grupo MH e o P.

A maneira mais comum de obter as terras é por herança, 88,9%, 82,1% e 66,7% nos grupos MH, M e P, respectivamente. É interessante notar que outras fontes de aquisição foram mencionadas, sendo que a compra (apenas compra) é apenas mencionada no grupo patrilinear (18,5%) e a comunidade apenas mencionada no grupo matrilinear harmónico (5,6%), já uma mistura de compra e herança está presente nos 3 grupos. Não há diferenças significativas entre grupos e o género dos respondentes parece não diferenciar a maneira de obter a terra.

Tabela 1 – Direitos à terra: Posse e controlo da terra por grupo de parentesco (%)

	Matrilinear Harmónico (MH)	Matrilinear (M)	Patrilinear (P)
De quem é a terra (posse)			
Homem	2,8	0	37,0
Ambos	19,4	28,2	59,3
Mulher	77,8	71,8	3,7
Quem toma as decisões relativas à terra (controlo)			
Homem	2,8	7,7	44,4
Ambos	77,8	87,2	51,9
Mulher	19,4	5,1	3,7

Fonte: Resultados obtidos pelos autores

De acordo com a Tabela 1 existe uma proporção consideravelmente maior de mulheres com propriedade da terra nos grupos matrilineares (77,8% no MH e 71,8% no M), aparecendo a posse conjunta em segundo lugar. No

grupo patrilinear a posse conjunta é maioritária (59,3%), seguida pela posse só do homem (37,0%). A regra de posse não é rígida, havendo um misto de soluções, sendo de assinalar os valores da posse conjunta já que esta pode indiciar uma certa flexibilidade e abertura à mudança das práticas tradicionais. Em relação à propriedade/posse da terra há diferenças significativas entre os 2 grupos matrilineares (MH e M) e o grupo P mas dentro daqueles não parece haver entre o género dos respondentes.

As decisões sobre o cultivo da terra mostram uma realidade muito diferente da apresentada para a posse da terra (Tabela 1). É de realçar que a codecisão é sempre a resposta maioritária.

Ou seja, mesmo nos grupos matrilineares (MH e M) onde na maioria (74%) dos casos as mulheres tem a posse da terra, as mulheres apenas decidem sozinhas em cerca de 12% dos casos, havendo mesmo 5,3% de casos onde o homem decide sozinho, controlando a terra; já no grupo patrilinear onde o homem detém sozinho a posse da terra em 37% e em 59,3% dos casos a posse conjunta, os homens decidem sozinhos em 44,4% dos casos. A resposta à pergunta quem toma as decisões sobre o cultivo da terra apresenta diferenças significativas entre os grupos matrilineares e o patrilinear, e para as respostas ambos e mulher a diferença, de acordo com o género dos respondentes, parece ser considerável.

Os dados acima confirmam a nossa hipótese de que as mulheres têm mais direitos à terra nas comunidades matrilineares. No entanto a magnitude dos dois direitos considerados (posse e controlo) é muito diferente. As mulheres nesses grupos têm mais acesso à posse da terra, nomeadamente através do mecanismo de herança, do que as mulheres em comunidades patrilineares (74% versus 3,7%) sendo a diferença entre o grupo MH e M reduzida (77,8% e 71,8% respetivamente), mas relativamente ao controlo a disparidade entre grupos matrilineares e patrilinear atenua-se (12% versus 3,7%) porque baixa drasticamente o número de mulheres que tem controlo sobre a terra. Ou seja, o número de mulheres que decidem sozinhas sobre a terra é pequeno e a diferença entre os dois grupos matrilineares aumenta (19,4% no MH e 5,1% no M) (Tabela 1). Em suma, os "direitos efetivos e independente à terra" (*effective rights in land*) das mulheres matrilineares, ainda que maiores do que o das mulheres patrilineares, são reduzidos.

Empoderamento: Qual a participação das mulheres na tomada de decisões?

É agora altura de tentar perceber se as mulheres nas comunidades matrilineares têm também mais empoderamento dentro do agregado familiar, o que a verificar-se confirma a nossa segunda hipótese, H2: as mulheres em comunidades matrilineares têm mais empoderamento dentro do agregado familiar do que as mulheres em comunidades patrilineares. Para a analisar usamos vários itens, com especial ênfase na esfera da tomada de decisões.

Para além da análise descritiva que se segue, Tabela 2, criámos 4 indicadores, como veremos mais à frente, relativos à participação e autonomia das mulheres na tomada de decisões, que podem funcionar como representando o nível de empoderamento.

Em relação ao gasto de dinheiro, a codecisão é sempre a opção mais indicada, com 84,6% no grupo M, 50,0% no grupo MH e 44% no grupo P (em ex-áqueo com a resposta homens), ou seja é maioritária nos dois grupos matrilineares, mas não no patrilinear. No grupo MH é ainda de referir que 44,4% indicam que as mulheres fazem estas decisões sozinhas. Os resultados são significativamente diferentes entre todos os grupos de parentesco e parecem ainda indicar que, pelo menos para a resposta mulheres, as diferenças de acordo com o género do respondente são consideráveis.

Tabela 2 - Tipo e forma de decisão por género dos respondentes e grupo de parentesco (%)

Decisão de como gastar o dinheiro					
Respondentes		**Quem decide**	**Matrilinear Harmónico (MH)**	**Matrilinear (M)**	**Patrilinear (P)**
Total		Homens	5,6	2,6	44,4
	Codecisão	50,0	84,6	44,4	
	Mulheres	44,4	12,8	11,1	
Género do responden-te	**Masculino**	Homens	11,8	3,6	46,2
		Codecisão	58,8	89,3	46,2
		Mulheres	29,4	7,1	7,7
	Feminino	Homens	0,0	0,0	0,0
		Codecisão	42,1	72,7	0,0
		Mulheres	57,9	27,3	100
Decisão e Responsabilidade de alimentar a família					
Respondentes		**Quem de-cide**	**Matrilinear Harmónico (MH)**	**Matrilinear (M)**	**Patrilinear (P)**
Total		Homens	8,3	7,7	48,1
	Codecisão	61,1	76,9	37,0	
	Mulheres	30,6	15,4	14,8	
Género do responden-te	**Masculino**	Homens	11,8	7,1	50,0
		Codecisão	64,7	82,1	34,6
		Mulheres	23,5	10,7	15,4
	Feminino	Homens	5,3	9,1	0,0
		Codecisão	57,9	63,6	100
		Mulheres	36,8	27,3	0,0
Decisão sobre o cultivo da terra					
Respondentes		**Quem decide**	**Matrilinear Harmónico (MH)**	**Matrilinear (M)**	**Patrilinear (P)**
Total		Homens	2,8	7,7	44,4
	Codecisão	77,8	87,2	51,9	
	Mulheres	19,4	5,1	3,7	
Género do responden-te	**Masculino**	Homens	11,8	3,6	46,2
		Codecisão	58,8	89,3	46,2
		Mulheres	29,4	7,1	7,7
	Feminino	Homens	0,0	0,0	0,0
		Codecisão	42,1	72,7	0,0
		Mulheres	57,9	27,3	100

Fonte: Resultados obtidos pelos autores

Relativamente aos gastos quotidianos mais pequenos, essencialmente de produtos alimentares, e à gestão quotidiana do orçamento familiar doméstico, das nossas observações e conversas, nomeadamente nas idas aos mercados, estas parecem ser decisões e tarefa mais desempenhada pelas mulheres, em qualquer dos grupos de parentesco. É ainda de referir que a contribuição das mulheres para o rendimento familiar, e para a sua gestão, não é reconhecido nem valorizado, nem pelos homens, nem pelas próprias mulheres.

A codecisão é também sempre a opção mais escolhida no que diz respeito ao alimentar a família, sendo os valores para esta resposta de 76,9% no grupo M, 61,1% no grupo MH e de 37% no grupo P, mais uma vez é maioritária nos dois grupos matrilineares, mas não no patrilinear. Existem diferenças significativas entre os grupos matrilineares e o patrilinear, e parece não haver grandes diferenças de acordo com género dos respondentes dentro de cada grupo. No entanto, a partir das nossas observações de campo pode dizer que as mulheres são responsáveis pela produção de culturas alimentares (a horta) para consumo doméstico e por cozinhar. A mulher normalmente decide as refeições diárias, incluindo a compra se for necessário, e cozinha. Os homens não estavam envolvidos na compra de alimentos, nem no cozinhar e preparar a comida, e até mesmo obter a lenha para cozinhar era principalmente uma tarefa das mulheres. Aliás, em todos os grupos todo o trabalho tradicionalmente doméstico (com exceção do cuidar das crianças que é uma tarefa de todos) é feito quase exclusivamente pelas mulheres.

Como já foi referido acima, à pergunta quem toma as decisões sobre o cultivo da terra a maioria dos respondentes opta pela codecisão, sendo aqui a opção maioritária nos três grupos. Mais uma vez as diferenças são significativas entre os grupos matrilineares e o grupo patrilinear, e parecem consideravelmente diferentes de acordo com o género dos respondentes dentro de cada grupo.

Para além dos números, é interessante verificar que há um padrão que emerge nitidamente nas três decisões: A codecisão é a forma de decisão mais escolhida, nos grupos matrilineares (MH e M) e P, com exceção neste grupo para a responsabilidade de alimentar a família, maioritariamente do homem. Se atendermos ao género do respondente a situação mantem-se para o grupo M, mas altera-se para o grupo MH. As respondentes femininas do grupo MH, mantem a codecisão como 1ª opção na responsabilidade de alimentar a família, mas para as outras decisões as mulheres sozinhas ficam em 1º lugar.

A tomada de decisão por parte da mulher sozinha, é sempre muito baixa nos grupos M e P, com valores que se situam entre 3,7% e 15,4%, já no grupo MH é muito baixa para o cultivo da terra, baixa para o alimentar a família e moderada no caso de como gastar o dinheiro (44,4%). Para os três tipos de decisão, a forma de decisão exclusivamente feminina vai decrescendo conforme nos deslocamos do grupo mais matrilinear (MH) para o patrilinear; sendo que do MH para o M esta forma de decisão desce mas cresce a codecisão, já do M para o P esta descida não corresponde um aumento da codecisão, mas sim da decisão exclusivamente masculina.

Não é possível concluir se as respostas dadas por homens e mulheres dentro dos mesmos grupos matrilineares são em termos estatísticos significativamente diferentes. Seria interessante poder analisar com mais profundidade se as perceções sobre quem toma este tipo de decisões são diferentes, ou não, de acordo com o género do respondente. No entanto para ter a certeza, teríamos que ter interrogado os dois membros do casal, separadamente, e relativamente a decisões concretas tomadas em determinado período de tempo.

Com base nas três variáveis anteriores foram criados quatro indicadores de empoderamento, agrupando essas três questões (Tabelas 3 e 4).

Tabela 3 – Participação das mulheres na tomada de decisões, número e forma por grupo de parentesco %

Nº de decisões	Matrilinear Harmónico (MH)	Matrilinear (M)	Patrilinear (P)	Total
Número de decisões que as mulheres tomam sozinhas				
0 decisões	47,2	76,9	77,8	66,7
1 decisão	27,8	12,8	14,8	18,6
2 decisões	8,3	7,7	7,4	7,8
3 decisões	16,7	2,6	0	6,9
Número de decisões que as mulheres tomam em codecisão				
0 decisões	19,4	2,6	29,6	15,7
1 decisão	13,9	7,7	29,6	15,7
2 decisões	25,0	28,2	14,8	23,5
3 decisões	41,7	61,5	25,9	45,1
Número total de decisões em que as mulheres participam, codecisão e sozinhas				
0 decisões	0.0	0,0	22,2	5,9
1 decisão	2,8	0,0	25,9	7,8
2 decisões	11,1	17,9	18,5	15,7
3 decisões	86,1	82,1	33,3	70,6

Nota: Muito alta = > 80%; Alta <80% e = > 60%; Moderada <60% e = > 40%; Baixa <40 e = > 20% e Muito baixa < 20% (categorização usada por Kumar & Paul, 2002)

Fonte: Resultados obtidos pelos autores

Na globalidade a percentagem de casos em que a mulher não toma nenhuma das três decisões sozinha é elevada (66,7%), mas com diferenças entre o grupo MH e os grupos M e P significativas, com 47,7% no grupo MH, 76,9% no grupo M e 77,8% no grupo P. É de realçar que no grupo MH mais de metade dos casos (52,8%) indicam que as mulheres tomam pelo menos um tipo de decisão sozinhas.

O número de três decisões em codecisão é muito elevado nos grupos matrilineares (MH e M). A codecisão emerge como a forma privilegiada de participação das mulheres em todos os grupos de parentesco, uma vez que mais de 80% (84,3%) das mulheres participam em codecisão em pelo menos uma decisão. A codecisão apresenta diferenças significativas entre o grupo M e os outros dois grupos.

Quando a mulher sozinha e codecisão são agrupadas, nos grupos matrilineares (MH – 86,1%; M – 82,1%) as mulheres participam maioritariamente nas três decisões analisadas. Para o grupo patrilinear essa participação reduz-se para um terço (33,3%), enquanto para cerca de 22,2% dos respondentes as mulheres não participam em nenhum tipo de decisão. Há diferenças significativas entre o grupo P e os outros dois grupos.

Tabela 4 - Média ponderada da participação das mulheres na tomada de decisões por grupo de parentesco

	Matrilinear Harmónico	Matrilinear	Patrilinear
Média ponderada	6,7	6,15	4,96

Fonte: Resultados obtidos pelos autores

Em relação às médias acima apresentadas na Tabela 4, a diferença entre o grupo MH e M é de 8,20% mas entre o grupo M e o P a diferença sobe para 20% (é de 21% entre MH e P). Sendo as diferenças na média ponderada significativa entre os grupos de parentesco.

Em relação a estes quatro indicadores é de salientar que há sempre diferenças significativas entre algum dos grupos de parentesco e os restantes e que o grupo MH é o que parece mais favorável a uma maior participação e autonomia das mulheres nas tomadas de decisões, seguido de perto pelo M. As dificuldades das mulheres em participarem na tomada de decisões é nitidamente maior no grupo patrilinear.

Os dados apresentados permitem afirmar que as mulheres nas comunidades matrilineares estudadas têm mais empoderamento na esfera doméstica medido pela participação na tomada de decisões, utilizando as variáveis isoladamente ou qualquer um dos indicadores criados, sendo esta conclusão reforçada no grupo MH.

Terra: Fator de empoderamento das mulheres?

Com o intuito de verificar a nossa terceira hipótese, H3: As mulheres com mais direitos à terra têm mais empoderamento, analisamos a associação, através do *V de Cramer,* entre as variáveis dos direitos das mulheres à terra -"A terra própria de quem é" (E3) e "Quem toma as decisões sobre o cultivo da terra" (E5) - e os indicadores de empoderamento, refeitos para este fim sem incluir a variável E5.

Tabela 5- Nível de associação entre direitos à terra e empoderamento por grupo de parentesco

Sistema de Parentesco	Decisão	Valor V de Cramer	Phi Nivel sig.	Valor V de Cramer	Phi Nível sig.
MATRILINAR HARMÓNICO (MH)	Mulheres sozinhas	0,199	0,582	**0,5**	**0,001 ***
	Mulheres Codecisões	0,144	0,827	**0,504**	**0,001***
	Mulheres Participam	0,26	0,3	0,264	0,285
	Escala ponderada	0,371	0,271	**0,576**	**0,002***
MATRILINEAR (M)	Mulheres sozinhas	0,039	0,971	0,234	0,371
	Mulheres Codecisões	0,152	0,636	0,252	0,292
	Mulheres Participam	0,164	0,307	0,139	0,721
	Escala ponderada	0,171	0,768	0,252	0,549
PATRILINEAR (P)	Mulheres sozinhas	0,316	0,248	0,351	0,155
	Mulheres Codecisões	0,224	0,606	**0,454**	**0,025***
	Mulheres Participam	0,192	0,736	0,409	0,6
	Escala ponderada	0,52	0,67	**0,642**	**0,005***

Nota: * Pearson Chi-Square, significativo a 0,05

Fonte: Resultados obtidos pelos autores

De acordo com os dados da Tabela 4 é de destacar que a variável "De quem é a terra" (E3), que neste trabalho operacionaliza a componente posse dos direitos à terra, não evidencia ter associação significativa com nenhum dos indicadores de empoderamento em nenhum dos grupos de parentesco. Uma possível explicação pode estar no fato de a terra nestas comunidades não ser um bem facilmente transacionável e isso poder diminuir o seu impacto nos indicadores de empoderamento.
Pelo contrário a variável "Quem toma as decisões sobre o cultivo da terra" (E5) apresenta uma associação significativa com alguns dos indicadores de empoderamento nos grupos MH e P. A associação é significativa e relativamente forte com o número de decisões que as mulheres tomam sozinhas, em codecisão e com a escala ponderada de decisões no grupo MH. No grupo P a associação é significativa e relativamente forte com o número de codecisões e forte com a escala ponderada. Estes dados confirmam a importância dos direitos efetivos, que inclui o controlo e não só a posse, das mulheres à terra e não apenas o direito de herança como fator empoderamento.
Em resumo a verificação da terceira hipótese, H3: O fato de as mulheres terem mais acesso à terra traduz-se em mais empoderamento, aponta para uma associação tendencialmente positiva da componente controlo dos direitos à terra, nos grupos MH e P, mas não evidencia a mesma tendência no grupo M, já que aí a associação nunca não é significativa.

5. Conclusões

Este trabalho investiga o papel que a terra e os sistemas de parentesco têm no empoderamento das mulheres rurais do distrito de Bobonaro em Timor-Leste com recurso a um estudo de caso onde se compara uma comunidade matrilinear harmónica, uma matrilinear e uma patrilinear, do distrito de Bobonaro em Timor-Leste. Para tal usámos como principal instrumento um inquérito por questionário a 102 agregados familiares em três sucos do distrito de Bobonaro.
Os dados apresentados confirmam as nossas três hipóteses de partida.
A nossa primeira hipótese de que as mulheres têm mais direitos à terra nas comunidades matrilineares foi confirmada. No entanto, a magnitude dos dois direitos considerados (posse e controlo) é muito diferente, sendo muito maior a posse que o controlo. Em suma, os "direitos efetivos e independente à terra" (*effective rights in land*) das mulheres matrilineares, ainda que maiores do que o das mulheres patrilineares, são reduzidos nomeadamente quando se considera a variável controlo.
Utilizando as varáveis da tomada de decisão, isoladamente ou qualquer um dos indicadores com elas criados, foi possível confirmar que as mulheres nas comunidades matrilineares têm mais empoderamento na esfera doméstica medido pela participação e autonomia na tomada de decisões (segunda hipótese), sendo esta conclusão reforçada no grupo MH. Dentro da tomada de decisões são de salientar dois fatos: i) A codecisão emerge como a forma de decisão mais escolhida; ii) A tomada de decisão por parte da mulher sozinha é sempre muito baixa.
Relativamente à terceira hipótese, as mulheres com mais direitos à terra têm mais empoderamento; os nossos dados empíricos ao apontam para uma associação tendencialmente positiva e relativamente forte, ou forte, da componente controlo dos direitos à terra com o empoderamento, nos grupos MH e P, mas não evidenciando a mesma tendência no grupo M. Sendo de realçar que a associação positiva deve-se essencialmente à componente controlo já que a componente posse não apresenta, em caso algum, associação significativa.
Por outro lado os resultados demonstraram que mesmo onde as mulheres têm a propriedade e controlo sobre a terra, isso não se traduz automaticamente num aumento de empoderamento. No entanto, existem claros benefícios para a posse de terra das mulheres nas comunidades matrilineares: elas têm acesso e a terra continua sendo delas, se se divorciarem, forem viúvas ou não se casarem, o que em contraste com a situação da mulher na comunidade patrilinear é uma vantagem muito importante.
Nas comunidades matrilineares, apesar do restrito acesso dos homens à posse da terra, o direito dos homens de controlo sobre a propriedade e de participação nos órgãos de decisão tradicionais restringe o poder que as mulheres poderiam exercer por herdarem e terem terra. Para tirarem maior proveito desse direito as mulheres devem ter também o controlo da terra. Tudo isto não pode estar dissociado da participação e poder das mu-

lheres nos órgãos tradicionais de decisão. Em suma, a existência de regras matrilineares, nomeadamente de herança, e as relações de parentesco não negam a existência de estruturas sociais patriarcais. Nos grupos matrilineares estudados as leis costumeiras dão às mulheres direito a herdar a terra, mas a gestão e o controlo da terra pertence na maioria dos casos a ambos, sendo uma minoria de casos aqueles em que a mulher decide sozinha, não se sabendo ao certo se as mulheres no passado já terão tido e exercido mais direitos na gestão e controlo da terra. Sendo que nos foi relatado que no passado, nalgumas comunidades, algumas mulheres pertenceram a esses órgãos dada a sua idade e sabedoria. Este fato significa que outros fatores, como idade e estatuto, devem ser levados em consideração quando falamos sobre os papéis de género e relações de género e releva o fato de que "mulheres" não são um grupo homogéneo.

Num cenário de pluralismo legal e sem uma "Lei da Terra" em vigor, a autoridade para decidir as questões da terra reside nas autoridades tradicionais e estas em qualquer dos grupos, matrilineares e patrilineares, são essencialmente composta por elementos masculinos, ou seja, as mulheres, como género, são tipicamente excluídas desses órgãos tradicionais. O controlo da terra e a participação nas instituições tradicionais de poder e de decisão dá ao homem (marido, irmão ou tio materno) um poder considerável e diminui o potencial poder que as mulheres poderiam exercer. O importante papel que os *leaders* locais podem desempenhar para mudar a situação não pode ser ignorado, assim deve trabalhar-se em estreita colaboração com os *leaders* locais, tornando estes aliados dos diretos das mulheres à terra de modo a facilitar a mudança social necessária.

A instituição social parentesco (com as regras que lhe estão associadas) mostrou ser um fator importante e que deve ser tido em conta na formulação das políticas. Nomeadamente o fator matrilinearidade revelou-se como elemento essencial, o seu papel nas questões da terra e no empoderamento/poder das mulheres deve ser aprofundado. A matrilinearidade parece constituir um fator que promove a posse e o controlo da terra (embora muito menos o controlo do que a posse) pelas mulheres. Por outro lado o parentesco é também um fator crucial do acesso e uso de outros recursos, económicos e não económicos -culturais e sociais- que são determinantes para o bem-estar da mulher.

Da nossa análise, para além dos dados empíricos, outros três fatos são de realçar: i) a posse da terra não corresponde linearmente ao seu controlo; i) a não participação das mulheres nos órgãos tradicionais de decisão; iii) a lei prevê a igualdade mas que esta na prática não se aplica. Estes dois últimos fatos necessitam de uma análise muito para lá da família, e levam a questão para os palcos da comunidade e do Estado.

Assim, se quisermos que a mudança social em termos de direitos das mulheres à terra se torne realidade, há necessidade de melhorar o controlo e uso efectivo dos direitos à terra por parte das mulheres, capacitando-os para defender e desafiar as restrições culturais que incidem sobre os seus direitos à terra. Para além de leis favoráveis aos direitos das mulheres à terra, as mulheres devem ser habilitadas a usar a lei para reivindicar os seus direitos sobre a terra e ser capaz de negociar, aproveitando o pluralismo jurídico para encontrar espaços onde possam realizar a sua agência e empoderamento.

Bibliografia

AGARWAL, B. (1994), A *Field of One's Own: Gender and Land Rights in South Asia*, Cambridge, Cambridge University Press.

AUGÉ, M. (Dir.), (2003[1975]), *Os domínios do Parentesco: Filiação, Aliança Matrimonial, Residência*, Lisboa, Edições 70.

DEERE, D. C., & LÉON, M. (2001), *Empowering women: Land and property rights in Latin America*, Pittsburg, University of Pittsburg Press.

DNE (2011), *Timor-Leste Relatóriu Sensus 2010, suku relatóriu, Tapo*, Díli, Direção Nacional de Estatística e United Nations Population Fund.

DUBE, L. (1997), *Women and Kinship: Comparative Perspectives on Gender in South and South-East Asia*,

New Delhi, Sage Publications.

FAO, (2002), *Gender and Access to Land*, FAO - Land Tenure Studies Vol. 4, Rome, FAO.

FAO, (2011), *The state of food and agriculture 2010-2011, Women in agriculture: closing the gender gap for development*. Disponível em http://www.fao.org/docrep/013/i2050e/i2050e00.htm, (consultado em 5.08.2013).

FITZPATRICK, D. (2002), *Land Claims in East Timor*, Canberra, Asia Pacific Press.

Holden, S., Kaarhus, R., & Lunduka, R. (2006), "Land Policy Reform: The Roles of Land Markets and Women's Land Rights in Malawi". Noragric Report nº 36 (October 2006), Ås, Norway, Noragric, Norwegian University of Life Sciences, Disponível em http://www.umb.no/statisk/noragric/publications/reports/2006_nor_rep_36.pdf (consultado em 10.06.2013).

HUFFER, E. (2008), "Introduction". In Huffer, E. (Ed.), *Land and women: the matrilineal factor: the cases of the Republic of Marshall Islands, Solomon Islands and Vanuatu* (pp. vii-xv), Fiji, Pacific Islands Forum Secretariat. Disponível em http://www.forumsec.org.fj/resources/uploads/attachments/documents/Land%20and%20Women.pdf , (Consultado em 10.06.2013).

JICA. (2011), *Country Gender Profile, Timor-Leste,* Japan International Cooperation Agency, Timor-Leste Office, Disponível em http://www.jica.go.jp/english/ourwork/thematic_issues /gender/background/profile.html ,

(consultado em 10.06.2013).

KABEER, N. (1999), "Resources, Agency, Achievements: Reflections on the Measurement of Women's Empowerment". *Development and Change*, Vol. 30, pp.435-464.

KUMAR, P., & PAUL, T. (2002), "Empowerment of Women: Concept, Policy Approach and

Implications". *Department of Economics, University of Allahabad*, Disponível em http://www.isical.ac.in%-2F~wemp%2FPapers%2FPaperPrahladKumarAndTinkuPaul.doc&ei=u9LlT43DIsvV4QSn2djXAQ&usg=AFQjCNEvhXB1AQmjtzmLXtRrXZuhWYqJfw&sig2=aLPQ65aJjmtPmNyAxm81fA , (Consultado em 10.06.2013).

MALHOTRA, A., SCHULER, S. R., & BOENDER, C. (2002), "Measuring Women's Empowerment as a Variable in International Development*". Background Paper prepared for the World Bank Workshop on Poverty and Gender: New Perspectives*, Disponível em http://siteresources.worldbank.org/INTGENDER/Resources/MalhotraSchulerBoender.pdf

(consultado em 10.06.2013).

MASON, O. K., & SMITH, L. H. (2003) "Women's empowerment and social context: results from five Asian countries". Washington, DC: World Bank, Gender and Development Group, Disponível em http://swaf.pop.upenn.edu/sites/www.pop.upenn.edu/files/WomensEmpowerment2Jan2003.pdf, (consultado em 10.06.2013).

MIRANDA, S. (2011), *Relatório Género e Agricultura em Quatro Distritos de Timor-Leste*

(Bobonaro, Ermera, Manatuto e Viqueque). Díli, Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade.

Narciso, V., & Henriques, P. D. S. (2010), "Women and Land in Timor-Leste: Issues in

Gender and Development". *Indian Journal of Gender Studies*, Vol. 17(1), 49-72.

Narciso, V., & Henriques, P. D. S. (2011), "Funções da terra para as comunidades rurais de Timor Leste". In Silva, K., Sousa, L. (Orgs.), *Ita mau alin. Afinidades Antropológicas em torno de Timor-Leste,* Lisboa, Edições Colibri, pp. 241-255.

Quisumbing, R. A. (2003), "Power and Resources within the household: Overview". In Quisumbing, R., A. (Ed.), *Household Decisions, Gender, and Development - A synthesis of Recent Research,* Washington, D. C., IFPRI, pp. 19-22.

RDTL. (2008), *Relatório de Estado da Nação – Vol. IV*, Díli, Ministério da Economia e Desenvolvimento.

Sousa, L. (2010), *An tia: partilha ritual e organização social entre os Bunak de Lamak Hitu, Bobonaro, Timor-Leste*. Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade Aberta, Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.2/1703, (consultado em 15.08.2013).

THU, M. P., SCOTT, S., & NIEL, K. P. V. (2007), "Gendered Access to Customary Land in

East Timor". *GeoJournal,* August 2007, Vol. 69 (4), pp. 239–255.

UNDP. (2013), "Human Development Report 2013 - Timor-Leste Country Profile". Human Development Indicators, Disponivel em http://hdrstats.undp.org /en/countries/profiles/TLS.html (consultado em 15-08-2013).

World Bank. (2011), "Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2012 – Igualdade de Género e Desenvolvimento - Visão Geral", Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2012/Resources/7778105-1299699968583/7786210-1315936231894/Overview-Portuguese.pdf, (consultado em 10.06.2013).

Cidadania, Empoderamento Feminino e Promoção Familiar através das Políticas Sociais de Transferência de Renda.

Alexandre Ben Rodrigues
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
alexbenrodrigues@yahoo.com.br GT 41

Letícia Maria Schabbach
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
leticiams65@gmail.com GT 41

Vanessa Marx
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
vanessa.marx@ufrgs.br GT 41

Resumo: Em um contexto de expansão das políticas sociais nos países em desenvolvimento, sobretudo daquelas que focalizam as mulheres, este trabalho examina os efeitos da participação em um programa estadual de transferência de renda (complementar ao Bolsa Família) no tocante ao empoderamento feminino e à ampliação das capacidades e da cidadania das beneficiadas. A pesquisa foi realizada através de *survey* com famílias que recebem o benefício do Programa RS Mais Igual, residentes em vários municípios do estado do Rio Grande do Sul (Brasil), por meio da aplicação de questionários e realização de entrevistas. Os resultados indicam que as beneficiárias obtiveram ganhos materiais e simbólicos ao acessarem o benefício, que lhes possibilitaram atuar como promotoras do bem-estar individual e familiar; bem como demonstrar que políticas sociais que responsabilizam legalmente as mulheres (pelo recebimento e gestão dos recursos) potencializam o seu empoderamento e a conquista de direitos, tanto pelo aspecto da redistribuição quanto do reconhecimento.

Palavras-chave: empoderamento feminino, transferência de renda, políticas públicas, promoção familiar.

1. Introdução

Nos últimos anos, a tríade formada pelos conceitos de cidadania, empoderamento feminino e promoção familiar ganhou notoriedade no cenário acadêmico e de produção de políticas públicas no Brasil. O contexto econômico e social brasileiro, considerando-se suas diversas mudanças recentes, respalda a importância do tema e a necessidade da incorporação de novos referenciais teóricos para a compreensão do papel da mulher no desenvolvimento humano e socioeconômico do país, uma vez que nosso entendimento sobre essa temática está em transformação.

Se durante a última década do século XX foi possível perceber os numerosos casos malsucedidos de implementação do receituário neoliberal, sobretudo na América Latina, hoje vivemos um período de reinterpretação da economia globalizada, uma vez que se tornou claro que o desenvolvimento socioeconômico não pode ser obtido pela simples primazia do mercado para solucionar o histórico déficit social da região. Essa constatação explicita o fato de que o Estado continua a ser mais necessário do que nunca, e torna prioritária a discussão de que tipo e com que qualidade a intervenção estatal deve ser aplicada.

O neoliberalismo, como modelo de desenvolvimento socioeconômico, surgiu após a Segunda Guerra Mundial em resposta ao Estado intervencionista e de bem-estar na América do Norte e Europa, buscando estabelecer outro tipo de capitalismo, sem regras. A partir dessa base, foram implementadas políticas como altas taxas de juros, via livre para os fluxos financeiros, redução dos impostos para os sujeitos com salários mais altos – o que

gerou altas taxas de desemprego, um amplo programa de privatizações e o desmantelamento de alguns sindicatos. Porém, o que teve maior impacto foi a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo em matéria ideológica, influenciando tanto governos de direita como os da socialdemocracia europeia, que incorporaram em seus programas ideários e iniciativas neoliberais. Anderson (2003:192) reflete sobre o neoliberalismo, comentando:

> Economicamente o neoliberalismo fracassou. Não conseguiu nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, pelo contrário, conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, ainda que não tão desestatizadas como havia sido proposto. Política e ideologicamente, conseguiu um grau de êxito jamais sonhado pelos seus fundadores, disseminando a simples ideia de que não existe alternativa para seus princípios e que todos, partidários ou opositores, tem que adaptar-se às suas normas (ANDERSON, 2003:192).

Com o início do século XXI e o questionamento dos preceitos neoliberais, podemos dizer que vivemos em um período pós-neoliberal, no qual a discussão gira em torno das melhores estratégias e ferramentas para orientar a intervenção estatal. De fato, existem diferentes caminhos para o desenvolvimento, várias formas de capitalismo e arquiteturas institucionais, sobre as quais o Estado deve incidir como coordenador, com uma perspectiva sustentável e de longo prazo (DINIZ, 2009). Esse novo movimento tem sido capitaneado por alguns países, em especial os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) que, apesar de não apresentarem níveis elevados de renda, têm assumido certo protagonismo na economia global, alterando a correlação de forças políticas existente.

Um dos aspectos centrais da agenda pós-neoliberal, para além dos aspectos econômicos, diz respeito à capacidade do sistema estender os benefícios do desenvolvimento a toda a sociedade. Essa preocupação com a inclusão social implica a necessidade de políticas de transferência de renda, serviços sociais básicos e educação profissionalizante, de forma a elevar a ação do Estado para além do tradicional assistencialismo aos setores mais pobres da população, atingindo uma escala quantitativa e qualitativa que só a máquina estatal é capaz de viabilizar (BOSCHI; GAITÁN, 2008).

Partindo do referido contexto, a articulação entre cidadania, empoderamento feminino e promoção familiar é exposta neste artigo através da Teoria das Capacidades de Amartya Sen, e sua implicação em nossa forma de compreender os resultados das recentes políticas sociais de transferência de renda implementadas no Brasil. Como escopo empírico para tratar dessas questões, selecionamos o Programa RS Mais Igual, dentro do Programa Estadual de Erradicação da Extrema Pobreza, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (RS). Esse Programa está sendo analisado pelo Observatório de Políticas Sociais, dentro de uma parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), através do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) e a Casa Civil do governo sul-rio-grandense. As informações apresentadas neste estudo referem-se ao Primeiro Relatório do citado Observatório, mais especificamente aos dados extraídos dos questionários aplicados às beneficiárias residentes em sete municípios abarcados pelo Programa RS Mais Igual (MADEIRA et al., 2014).

O Programa RS Mais Igual foi regulamentado pela Lei Estadual nº **13.716, de 15 de abril de 2011, que instituiu a Política Estadual de Combate à Pobreza Extrema.** Seu objetivo é reduzir os índices de vulnerabilidade econômica e social no estado, inserindo a população em situação de pobreza extrema em uma rede de políticas públicas, em parceria com projetos e ações do Governo Federal, das prefeituras e da sociedade civil[1]. O Programa divide-se em três eixos de atuação: transferência de renda, acesso aos serviços públicos e geração de oportunidades/inclusão produtiva. Dentro do primeiro eixo foi instituído o Programa Estadual RS Mais Renda, regulamentado pela Lei Estadual nº **13.923, de 17 de janeiro de 2012, que pretende combater as desigualdades sociais e promover a inserção social e econômica dos beneficiários do Programa Bolsa Família, por meio de apoio financeiro** (na forma de complementação da renda). O Programa RS Mais Igual (e dentro dele, o RS Mais Renda) é coordenado pela Casa Civil do governo do RS.

1 Site: http://www.rsmaisigual.rs.gov.br

A criação desse Programa estadual segue trajetória similar observada em programas de transferência de renda implantados em outros estados brasileiros, a partir de pactos regionais celebrados, desde 2011, entre a União e os governos estaduais para a implementação do Plano Brasil sem Miséria, pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Tais acordos visam estabelecer competências e responsabilidades de cada esfera governamental na execução e implementação do Plano, no âmbito regional. Dentre essas iniciativas podemos citar: São Paulo (Renda Cidadã), Rio de Janeiro (Renda Melhor), Distrito Federal (Vida Melhor), Espírito Santo (Bolsa Capixaba), Goiás (Renda Cidadã), Amapá (Renda Para Viver Melhor), Mato Grosso (Panela Cheia), Bahia (Renda Melhor), Rondônia (Renda Guaporé e Plano Futuro) (RAMOS et al., 2014).

2. Teoria das capacidades humanas: fortalecendo a cidadania

A Teoria das Capacidades Humanas de Amartya Sen parte do reconhecimento da persistente desigualdade econômica e de acesso às oportunidades de inclusão social no mundo contemporâneo como um indicativo de que devemos ampliar o nosso entendimento sobre o desenvolvimento socioeconômico dos países. Historicamente, a noção de desenvolvimento foi vista apenas como crescimento econômico, deixando em segundo plano os aspectos sociais, culturais, políticos e ambientais, considerados fundamentais para alcançarmos uma real qualidade de vida. Isso significa dizer que a obtenção de bem-estar dos cidadãos não pode ser alcançada somente através da melhora dos indicadores econômicos de um país, sendo necessária também a atenção governamental para com outras dimensões da vida social.

As formulações teóricas de Sen foram aplicadas na criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), uma medida comparativa para classificar os países do ponto de vista do desenvolvimento humano, sendo aferido a partir das variáveis de expectativa de vida ao nascer, educação e produto interno bruto *per capita*. A criação desse índice teve o intuito de superar a visão economicista de desenvolvimento, ampliando os indicadores com a inclusão de um conjunto de liberdades substantivas, como o acesso aos serviços sociais básicos, e alargando o seu escopo para abarcar o problema da desigualdade e da justiça social. Tal ampliação remete ao aumento das liberdades e da qualidade de vida dos cidadãos, dando centralidade à justiça distributiva e à igualdade de oportunidades (SEN, 2000).

Nessa linha, o desenvolvimento de um país ocorre na medida em que um conjunto de liberdades é garantido às pessoas, concretizando a sua autonomia e felicidade: liberdades políticas através de eleições e livre expressão do pensamento; liberdades econômicas com a participação no comércio e na produção; oportunidades sociais através do acesso a políticas de saúde e educação; garantias de transparência; e segurança protetora. Aqui, o conceito de liberdade é estendido em seu viés substantivo, instrumental, real e humano, assumindo a noção de *capacidades* através dessas liberdades. Ou seja, ampliar as liberdades dos cidadãos incrementa as suas capacidades individuais de produzir bem-estar (SEN, 2000).

Sabe-se que o modelo econômico contemporâneo produz riquezas e, ao mesmo tempo, uma parcela considerável da população que não se beneficia dessa produção. Dessa forma, a promoção da coesão social ocorre através da justiça distributiva, articulando a relação entre a pobreza, a cidadania e a emancipação social, com o intuito de desenvolver uma concepção centrada na realização do potencial humano. Tal potencial seria, assim, a chave para a realização das verdadeiras transformações sociais capazes de aumentar o bem-estar da população, situando os indivíduos como protagonistas da sua própria história, a partir do acesso às ferramentas que lhes permitam viver esse protagonismo.

A noção de desenvolvimento como criação de oportunidades para a igualdade, a cidadania e as capacidades humanas coloca as políticas públicas, sobretudo as políticas sociais, no centro do debate. Do ponto de vista da análise de longo prazo, pode-se dizer que quanto mais inclusivo for o alcance da educação e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de os pobres e potencialmente pobres superarem sua condição de pobreza. Ao aumentarem o seu potencial de obter renda, acabam por incrementar a situação econômica e social do país. Pode-se dizer, então, que o desenvolvimento é um processo econômico, social e político em que as escolhas das pessoas são expandidas e maximizadas a partir de novas oportunidades que lhes são ofertadas na relação

Estado-mercado. Isso permite a cada pessoa levar uma vida feliz e realizada, pelo fato de deter as capacidades e oportunidades para ser aquilo que deseja.

Na esteira da proposição de Amartya Sen, podemos falar, ainda, do conceito de igualdade complexa (OCAMPO, 2000), o qual é entendido como o conjunto de aspectos simbólicos e materiais da igualdade que podem ser percebidos através de uma gama de direitos aos quais os indivíduos devem ter acesso para viverem em uma sociedade plenamente igualitária. Esses direitos estão distribuídos em sete categorias:

a) acesso a um nível de bem-estar material compatível com o desenvolvimento produtivo médio do país;
b) capacitação para a produção econômica;
c) acesso à educação, conhecimento e informação;
d) acesso ao poder político e suas instâncias decisórias;
e) participação na vida social da comunidade;
f) liberdade para afirmar visões de mundo e práticas culturais;
g) liberdade para deliberar sobre os assuntos da comunidade e ter voz pública.

Alinhada a esse conjunto de direitos que formam a igualdade complexa está a abordagem que nos possibilita operacionalizar o conceito de desenvolvimento humano como uma noção mais abrangente do que desenvolvimento econômico, fundamentando o papel do Estado nessa relação, como indutor de um sistema econômico mais justo e de uma distribuição mais equilibrada de recursos sociais. A partir daí, amplia-se nossa capacidade analítica para avaliar políticas sociais, com o intuito verificar em que medida a ação estatal tem possibilitado a promoção da igualdade complexa. Essa é considerada a melhor alternativa para enfrentar de maneira sustentável as contradições de uma sociedade desigual e de um modelo socioeconômico que ainda não tem sido capaz de garantir direitos sociais geradores de bem-estar para a população.

A teoria das capacidades humanas e demais conceitos originados dessa matriz, bem como a noção de igualdade complexa, ajudam-nos a estabelecer um referencial seguro para compreender o papel que as políticas sociais podem ter nas transformações das relações de gênero. Passemos agora ao aprofundamento dessa questão.

3. O empoderamento feminino garantindo a promoção familiar

De posse do referencial teórico da Teoria das Capacidades, podemos estabelecer uma conexão mais específica com o tema da igualdade de gênero e pensar sua aplicação na realidade concreta das mulheres. Algumas importantes autoras em teoria política, como Carole Pateman e Martha Nussbaun, problematizam essa questão através da forma pela qual uma sociedade valora as diferenças biológicas entre homens e mulheres e quais as implicações dessa valoração na distribuição de bens sociais. Nesse sentido, uma igualdade meramente abstrata entre gêneros não tem condições de influir diretamente nas desigualdades sociais, sobretudo se a esfera da vida privada, historicamente um espaço de desigualdade e violência de gênero, não for permeável à intervenção pública através do Estado (CYFER, 2010).

Historicamente, sabe-se que a conquista de direitos por parte das mulheres tem se dado de forma lenta e seus principais avanços são muito recentes. A cidadania política, o acesso à educação, a inserção no mercado de trabalho e o direito ao divórcio, para citar alguns, datam de meados do século XX e, ainda assim, não podem ser considerados como direitos consolidados em todas as partes do mundo. No entanto, as relações de gênero têm-se alterado em função da aquisição gradual desses direitos por parte das mulheres, pelo menos no sentido de levar a mulher do espaço doméstico para o espaço público, dando maior visibilidade à questão de gênero (WALBY, 2004).

Ademais, uma abordagem voltada às capacitações e ao empoderamento feminino deve lidar primordialmente com a dimensão do poder estabelecido, que conforma as relações de gênero de uma forma desigual em relação à mulher. Uma real igualdade de oportunidades para as mulheres deve incluir a aquisição de meios materiais que promovam o bem-estar, mas também permitir que elas desenvolvam formas de equalizar as relações de poder no espaço privado e, ao mesmo tempo, que possam continuar desenvolvendo suas atividades no espaço

público.

Em *Desenvolvimento como Liberdade*, Amartya Sen (2000) dedica-se ao longo de um capítulo a discutir a questão da condição de agente das mulheres na promoção das mudanças sociais. Uma das suas primeiras observações é que, na contemporaneidade, a pauta dos movimentos feministas tem-se dedicado a dar atenção à condição de agente da mulher, ou seja, ao seu protagonismo na sociedade, em vez de se restringir à reivindicação de uma simples melhoria no bem-estar feminino. Mais do que uma substituição de perspectiva, temos aqui a incorporação do papel ativo da mulher nas transformações sociais, aliada à sempre fundamental busca do bem-estar.

A noção de empoderamento (em sentido literal, adquirir poder) implica a mudança nas relações sociais em que as pessoas estão inseridas, e é fundamental para se pensar os processos de mobilização e ação na busca de afirmação dos direitos e de diminuição das desigualdades (ZORZI, 2008). Embora não trabalhe diretamente com esse conceito, mas com as noções de poder e agência, Amartya Sen refere que a condição de um melhor bem-estar pessoal ou coletivo é algo a ser buscado, e não simplesmente a ser recebido.

> Já não mais receptoras passivas de auxílio para melhorar o seu bem-estar, as mulheres são vistas cada vez mais, tanto pelos homens como por elas próprias, como agentes ativas de mudança: promotoras dinâmicas de transformações sociais que podem alterar a vida das mulheres e dos homens (SEN, 2000:220-221).

Esses dois aspectos da condição feminina, a busca de bem-estar e a condição de agente, estão intimamente ligados, fazendo com que o protagonismo da mulher em sua vida já seja um fator de promoção de bem-estar.

> Trabalhos empíricos recentes evidenciaram o modo como o respeito e a consideração pelo bem-estar das mulheres são acentuadamente influenciados por variáveis como o potencial das mulheres para auferir uma renda independente, encontrar emprego fora de casa, ter direitos de propriedade, ser alfabetizadas e participar como pessoas instruídas nas decisões dentro e fora da família (SEN, 2000:249).

Assim, quando a mulher conquista poder sobre sua própria vida, tendo condições de prover seus próprios recursos, ela percorre um ciclo tendencialmente satisfatório de promoção de bem-estar, além de impactar positivamente sobre a forma como a sociedade está organizada no tocante ao papel social feminino. A vida doméstica e as relações familiares acabam sendo o primeiro espaço no qual o protagonismo da mulher se manifesta, permitindo a ela colocar-se em condições mais igualitárias na resolução dos conflitos inerentes ao espaço privado das relações sociais.

Para Amartya Sen, mulheres que exercem a condição de agentes independentes têm maiores condições de atuar sobre as iniquidades, primeiramente no lar e na relação com os homens (cônjuges), proporcionando, inclusive, um melhor cuidado aos filhos. Tão logo adquiram mais educação e maior protagonismo, a destinação dos recursos econômicos familiares tende a ser mais equilibrada, atendendo às diversas áreas que promovem bem-estar, como saúde e alimentação, dentre outras.

> Algumas variáveis relacionadas à condição de agente das mulheres (como a alfabetização feminina) frequentemente tem um papel muito mais importante na promoção do bem-estar social (em particular da redução da mortalidade infantil) do que variáveis relacionadas ao nível geral de opulência na sociedade (SEN, 2000:257).

Não é apenas a redução da mortalidade infantil que é obtida com o aumento do protagonismo da mulher. Há também uma relação entre alfabetização feminina e fecundidade, uma vez que mulheres mais instruídas tendem a ter menos filhos e a seguir um planejamento familiar, além de se dedicarem mais a atividades fora do lar. Daí surge uma das condições básicas para a presença feminina nas várias práticas sociais, como por exemplo, na política e no mercado de trabalho.

Analisa Zorzi (2008) identificou quatro significados em pesquisas que utilizam o conceito de empoderamento, esse sendo um processo: a) que constitui cidadãos mais protagônicos e engajados nas questões políticas; b) que busca a superação das desigualdades econômicas, políticas e sociais, abarcando a questão da superação da

pobreza e de outras privações; c) alternativo de desenvolvimento; d) de transformação das relações de gênero. Mais recentemente, os trabalhos que buscam explicar os fenômenos sociais relacionados com a condição feminina (item d), têm se orientado por uma das três primeiras dimensões, ou por combinações entre elas. Em sua pesquisa sobre o acesso das agricultoras ao PRONAF-Mulher[2], a autora define empoderamento como um processo através do qual as mulheres passam a ter o controle e a participação sobre decisões importantes relacionadas à própria vida e a da família, sendo não linear e variando conforme o contexto individual e social.

> O empoderamento não é um processo linear com um começo bem definido e um final que seja o mesmo para todas as mulheres; é moldado para cada indivíduo ou grupo através de suas vidas, seus contextos e sua história, assim como ocorre de acordo com a posição de subordinação nos níveis pessoal, familiar, comunitário e nos níveis mais elevados (DEERE; LEON, 2002: 55 apud ZORZI, 2008:39).

Por sua vez, estudos que analisam o impacto de políticas de microcrédito destacam três dimensões articuladas inerentes ao empoderamento feminino:

a) econômico-individual – consiste no acesso aos recursos e melhoria de renda, procurando-se verificar se existe uma maior participação das mulheres no processo decisório sobre a destinação de recursos e da renda familiares, para além do benefício individual;

b) pessoal – envolve a construção de uma qualidade de vida melhor através da participação das mulheres nas despesas de consumo, o que termina por fortalecer a sua posição em relação aos maridos e à comunidade, gerando maior autoconfiança e autoestima;

c) social e política – busca-se elucidar em que medida estaria ocorrendo, também, uma maior inserção em espaços sociais e políticos, o que implicaria uma maior disposição das mulheres em questionar a sua posição subordinada em diferentes esferas (na família, no trabalho, na economia, na política, dentre outras) (ZORZI, 2008).

A recuperação do papel do Estado como indutor das políticas sociais, principalmente no caso das políticas de transferência de renda, impulsiona-nos a pensar na necessidade de definição de uma nova agenda que garanta direitos sociais, na qual os beneficiários dessas políticas tenham o direito de delas participar, a fim de que se tornem sujeitos de sua própria história de vida. E o resgate das políticas públicas promovidas pelo Estado é importante para a afirmação da política por meio de um Estado presente e democrático, bem como de um modelo de distribuição mais justo e humano. Essa seria a base para uma mudança que contemplaria os saberes populares e as agendas dos agentes.

A forma com que as mulheres exercem os seus direitos e cumprem as suas obrigações pode dar-se de forma coletiva, comprometendo a todos na busca do bem-estar. Logo, elas podem participar e influir em seu meio social, ao mesmo tempo em que se emancipam, adquirindo um maior conhecimento sobre a esfera pública. Os confrontos que surgem das desigualdades resultam dos fluxos e refluxos da luta política e surgem como reação a alterações nas oportunidades e restrições políticas. Também podem ser indicadores de uma mudança social que se avizinha (GOHN, 2011, TARROW, 2009).

Poderíamos dizer que, com as experiências de radicalização da democracia e de inclusão social, os atores sociais buscam novas formas de influenciar a política. A inovação consistiria no aumento da consciência de que é necessário ampliar a esfera pública, através da inserção dos atores sociais excluídos e da criação de canais de diálogo entre os saberes populares intrínsecos às lutas e práticas do cotidiano – por exemplo, o legado dos movimentos sociais, em especial, do movimento de mulheres. Essa ampliação da esfera pública iria além de uma ideia de rede de comunicação e de conteúdos, de tomada de posições e de opiniões (HABERMAS, 1997). Frente a outros atores, ela poderia constituir um *lócus* de aprendizado mútuo e de tomada de consciência das necessidades dos sujeitos, de como reforçar suas agendas e de como exercerem

---

2 O PRONAF Mulher é uma política de crédito voltada às agricultoras familiares que tem como objetivo financiar algum empreendimento econômico desenvolvido por elas no meio rural, através do repasse de recursos a projetos encaminhados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, elaborados em conjunto com a EMATER municipal.

influência em temas públicos. Assim como o conceito de cidadania, o conceito de sociedade civil tem um sentido de disputa, a qual pode ser demonstrada nos canais de participação e de interlocução com o Estado. Os movimentos sociais, entre eles o movimento feminista, vêm demonstrando que sua história está pautada pela luta por novos direitos de cidadania, a qual contemplaria tanto o direito à igualdade quanto à diferença (DAGNINO, 1994).

O aprendizado mútuo dos atores sociais tem um caráter não só de emancipação social, mas também de preocupação pela diversidade cultural e pela radicalização da democracia. "Pensar a democracia como ruptura positiva na trajetória de uma sociedade implica em [sic] abordar elementos culturais dessa mesma sociedade" (SOUSA SANTOS; AVRITZER, 2009:52). Partindo dos elementos culturais, a troca de saberes faz-se mais complexa e, ao mesmo tempo, mais desafiante. A diversidade cultural constitui um elemento central ao se trabalhar com atores sociais, no sentido de que a diferença aparece como um recurso, como uma riqueza, como elemento essencial para confrontar diferentes visões, perspectivas e significados.

Entender cada situação social ou cultural implica que há coisas além da experiência que transcendem a própria subjetividade. A luta pelo reconhecimento tornou-se fundamental no interior das disputas sociais e políticas. Demandas por reconhecimento das diferenças vêm conectando-se com a problemática da redistribuição. As injustiças culturais ou simbólicas fazem parte dos padrões sociais de dominação cultural, onde a questão da política de gênero é emblemática, pois historicamente as mulheres vêm sofrendo exploração, marginalização e privação. Gênero é um modo ambivalente de coletividade que contém uma face político-econômica a qual o traz para o âmbito da redistribuição (FRASER, 2001).

No caso de uma política de transferência de renda é importante visualizar como se dá o protagonismo das mulheres. Encarar a mulher como elemento central dessa política requer visualizar uma situação complexa que apresenta elementos contraditórios. e por um lado esse tipo de política social pode reforçar o papel da mulher como responsável pela esfera privada, pela casa e pelos filhos, onerando-a ainda mais enquanto chefe de família ou domicílio, por outro, pode obstar uma mudança mais profunda nas relações de gênero, principalmente no que se refere à possibilidade de inserção igualitária no mercado de trabalho. Para Pateman (1998:213):

> A construção patriarcal da 'sociedade civil' é tão poderosa que a maioria das discussões sobre casamento e trabalho supõe que o contrato de trabalho esclarece a subordinação das esposas. Ou seja, supõe-se sempre que a esfera pública esclarece a esfera privada, e não o inverso (PATEMAN, 1998:213).

Além disso, políticas sociais desse tipo, além de reforçar o papel da mulher como responsável pelo cuidado da família (crianças, jovens, idosos, marido, etc.), atribuem-lhe mais um encargo, o de zelar pelas condicionalidades do programa. A família[3] é um lugar de intervenção de políticas sociais reprodutoras das características socialmente construídas como condição de gênero. E, no dizer de Pierre Bourdieu, trata-se de um espaço crucial para a reprodução da dominação masculina:

> [...] a unidade doméstica é um dos lugares em que a dominação masculina se manifesta de maneira mais indiscutível (e não só através do recurso à violência física) o princípio da perpetuação das relações de forças materiais e simbólicas (BOURDIEU, 2014:138).

---

3 Toma-se como referência neste estudo a definição de família do Programa Bolsa-Família, enquanto unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que possuam laços de parentesco ou de afinidade com o responsável pelo domicílio, que forme um grupo doméstico vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros (BRASIL, 2004). Essa formulação engloba outros arranjos além da família nuclear, como, por exemplo, a família convivente (IBGE), situação em que dois ou mais núcleos familiares dividem o mesmo domicílio. Certamente, a responsabilização das mulheres como beneficiárias legais de políticas de combate à pobreza alinha-se às transformações estruturais que vêm acontecendo nos arranjos familiares brasileiros desde a década de 1980, as quais envolvem, dentre outros aspectos, o aumento da população idosa, das mulheres responsáveis pelos domicílios, dos casais reconstruídos e das mães que vivem com os filhos e sem cônjuge.

Contudo, ser a responsável pelo recebimento do benefício pode dotar as mulheres de uma maior autonomia financeira, afastando-as de situações de ameaça e violência no âmbito doméstico. Nesse caso, o exercício da autonomia relaciona-se com as relações de poder, onde é permitido fazer-se escolhas, como a de contribuir para o sustento da família e de se separar do agressor.

Vários trabalhos empíricos salientam esse aspecto contraditório das políticas sociais voltadas às mulheres, ou daquelas cujo beneficiário legal é a mulher. Dentre eles, citamos o estudo desenvolvido por Zorzi (2008) a respeito do acesso de agricultoras familiares ao PRONAF-Mulher. Entendendo empoderamento como o processo que permite o controle sobre definições importantes para a vida, incluindo a condição de agente (que age e promove mudanças no bem-estar pessoal, familiar e coletivo), a autora mapeou as possibilidades e os limites da participação feminina naquele Programa. Por um lado, o acesso à política de crédito permitiu às agricultoras: investirem em atividade própria (por exemplo, na produção de produtos coloniais e hortifrutigranjeiros), intervirem ativamente nas decisões familiares e da comunidade, perceberem a sua capacidade (de gerir o próprio processo de trabalho, de administrar a renda dele decorrente, de ajudar financeiramente a família, de contribuir para os projetos coletivos da comunidade), bem como elevarem a sua autoestima. Por outro, os impactos foram limitados quanto: à reduzida autonomia decisória; o empreendimento implantado ser visto apenas como complementar à produção agropecuária; os rendimentos obtidos serem percebidos como simples apêndices à renda familiar; a necessidade de aumento da jornada de trabalho; a manutenção da divisão sexual do trabalho e da dicotomia entre esfera produtiva e doméstica. A autora finaliza o estudo comentando que não foi verificada uma ruptura com as desigualdades de gênero, porquanto implicava mudanças que poderiam provocar um conflito intrafamiliar, que era evitado pelas agricultoras.

> Certamente ocorreram mudanças para essas mulheres, principalmente em relação ao aumento de sua autoestima por se sentirem capazes de gerir todo o processo de seu trabalho, desde a produção até a comercialização, quanto de contribuir financeiramente com a família. No entanto, entende-se que as coisas permanecem "no seu lugar", isto é, as práticas construídas historicamente e influenciadas pelos condicionamentos socioculturais a que estão inseridas são ainda muito presentes e resistentes, tanto para os homens como para as mulheres (ZORZI, 2008: 4).

4. Políticas de transferência de renda, promoção familiar e cidadania

O tema da desigualdade de gênero no Brasil começou a ser incorporado na agenda governamental nos anos 80, sobretudo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, envolvendo os governos estaduais e municipais na produção de políticas públicas. A inclusão dessa temática foi resultado da atuação de movimentos sociais que lutavam pela democratização do país e que tinham as mulheres como integrantes quantitativa e qualitativamente relevantes. Ainda nos anos 1990, com a constatação da chamada feminização da pobreza (ou pauperização da mulher), bem como do elevado desemprego entre as mulheres e de sua marcante presença no mercado informal, as políticas de combate à pobreza começaram a ganhar a agenda dos organismos internacionais[4], os quais iniciaram uma série de proposições de políticas sociais focalizadas no público feminino (FARAH, 2004).

Em paralelo, as políticas de assistência social, sobretudo as de transferência de renda, passaram a focalizar,

---

4 O Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU do ano de 1996 já evidenciava a disparidade salarial nas relações de gênero e a vulnerabilidade das mulheres que ocupavam a posição de mantenedoras da família, sobretudo no caso das famílias monoparentais.

desde a década de 1990, esse segmento populacional, valorizando o papel da mulher e da família na proteção social. Conforme Farah (2004), tal estratégia de focalização, inicialmente defendida por movimentos feministas de todo o mundo, buscava garantir através da mulher maior eficiência às políticas de combate à pobreza, por conta de seu papel na família e na reprodução social, de sua presença marcante nos assuntos ligados à moradia e ao bairro, e da presença significativa de mulheres na população pobre. Posteriormente, os movimentos e entidades de gênero no Brasil começam a recomendar a discriminação positiva de grupos de mulheres, os mais excluídos e vulneráveis (mulheres negras, mães solteiras, chefes de família).

Nesse contexto, os governos subnacionais passaram a assumir a questão de gênero tanto em programas específicos dirigidos à mulher, quanto pela sua inserção em programas mais gerais, de diversos setores. Ao examinar tais programas, Farah (2004) detectou a existência de duas vertentes: a) uma mais tradicional, que percebe a mulher a partir de sua função na família, devendo as políticas públicas nela investir pelo efeito multiplicador sobre a família e a sociedade; b) outra que considera as políticas públicas ampliadoras do espaço de cidadania, através da extensão de direitos a novos segmentos da população, incluídos em ações governamentais específicas.

Ao analisarmos a situação das políticas sociais no Brasil, do ponto de vista do modelo de desenvolvimento que vem sendo adotado pelo Governo Federal e do desenho das políticas de proteção social, é possível concluir que está em curso um padrão de ação governamental focado na redução das desigualdades e na capacitação dos indivíduos em médio e longo prazo. Esse padrão parece estar garantindo sustentabilidade aos resultados econômicos do país, que têm sido positivos. Alguns programas governamentais – como o Programa Bolsa Família e, mais recentemente, o Plano Brasil Sem Miséria – são a materialização de iniciativas governamentais que garantem a ampliação da renda e, em paralelo, a qualificação profissional e escolar dos beneficiários, entre outros benefícios.

A pesquisa desenvolvida pelo Observatório de Políticas Sociais do Rio Grande do Sul sobre o Programa RS Mais Igual examina como se deu a implementação desse Programa e sua interface com o Programa Bolsa Família, a partir da percepção dos gestores e dos beneficiários. Busca, ainda, conhecer os efeitos materiais e simbólicos da inserção em um programa de transferência de renda para as famílias beneficiárias. Em sua fase inicial, foram realizadas, entre janeiro e março de 2014, 113 entrevistas (com a aplicação de questionários) com famílias atendidas pelo Programa em sete municípios do Rio Grande do Sul. A partir do material levantado nos questionários e nos depoimentos gravados, selecionamos elementos pertinentes à reflexão ora proposta.

Antes de apresentarmos os resultados da pesquisa relacionados com o suposto incremento da autonomia e do empoderamento das mulheres a partir do recebimento da complementação de renda, faremos uma breve apresentação do grupo de respondentes, cujas características aparecem sintetizadas no quadro 1, abaixo.

Quadro 1 – Características das entrevistadas e dos domicílios – Programa RS Mais Igual, 2014.

Atributos		Distribuição dos respondentes
Características pessoais das entrevistadas	**Sexo**	113 mulheres (100%)
	Idade	Intervalo etário entre 19 e 55 anos de idade, 49% possui até 30 anos, apenas 3,7% têm mais de 50 anos. Idade média de 32 anos.
	Escolaridade	A maioria (55%) possui o Ensino Fundamental incompleto, 17% o Ensino Fundamental completo, e apenas 13% completaram o Ensino Médio.
	Filhos	Intervalo entre um e nove filhos, 2,6 filhos em média. 54% têm até dois filhos.
	Etnia	51% autodeclarou-se de cor branca e 48% de cor parda ou preta. Há uma sobrerepresentação de beneficiadas de cor parda ou preta comparativamente à presença de mulheres de cor parda ou preta na população feminina do RS em 2010, que foi de 15%.
	Estado civil	58,5% das entrevistadas declararam-se solteiras, 26% em união estável, 11% casadas e 5% separadas.
	Ocupação	49% informaram como ocupação serem "do lar".
Condições domiciliares e características dos conviventes	**Local da moradia**	98% na área urbana.
	Número de moradores	Variou entre dois e dez moradores, média de quatro moradores. Prevalecem as casas com três ou quatro moradores (50%).
	Número de cômodos	Média de 4,5 cômodos, a maioria dos domicílios tem entre quatro e cinco cômodos.
	Número de cômodos usados como dormitório	50% residem em imóveis com dois dormitórios, 30,5% com um dormitório. A média de dormitórios é de 2,93.
	Número de banheiros	84% das residências possuem um banheiro/sanitário, enquanto 4% não o têm. Em 91,5% dos casos, o banheiro é de uso exclusivo do domicílio.
	Relação de parentesco com os outros moradores do domicílio	61% dos moradores são filhos das entrevistadas, 12% são cônjuges. A média de idade dos moradores (sem contar a entrevistada) é de 13 anos. 39% são crianças de até cinco anos de idade.
	Tipo de imóvel	39% cedidos, 35% próprios e 11% alugados.
	Energia elétrica e água encanada	95% dos domicílios possuem energia elétrica e 99% água encanada (sendo que 95% contam com água proveniente da rede geral de distribuição).
	Trabalho dos conviventes	55% dos residentes maiores de 12 anos não trabalham fora de casa.

Fonte: Elaboração própria baseada em MADEIRA et al. (2014).

Nas falas das entrevistadas, um fator importante enfatizado quanto ao recebimento do benefício é a questão da responsabilidade e do compromisso por estar recebendo uma complementação de renda, no sentido das condicionalidades dos Programas Bolsa Família e RS Mais Igual, pelas quais as mulheres são as responsáveis diretas.

Ah mudou bastante coisa! Tu tem que ter o compromisso, tem que ter de mandar as crianças para a escola, carteira de vacinação, cria uma responsabilidade maior. (Entrevista 7, Capão da Canoa/RS)

Salientamos, igualmente, a independência obtida por essas mulheres, já que muitas delas contaram durante muito tempo com a ajuda de familiares, dos amigos, de serviços governamentais de assistência social ou mesmo de instituições beneficentes, como ONGs e igrejas. O recebimento do benefício marca uma maior

autonomia, uma vez que as entrevistadas manifestaram-se, com muita clareza, a respeito do fato de que, quando dependem de terceiros para obter o seu sustento material, sentem-se em situação de inferioridade. Assim, o recurso financeiro recebido do governo, ainda que na forma de um auxílio, aparece como fator estimulante para que valorizem e reconheçam a sua capacidade de sair de uma condição de pobreza extrema, de prover a si próprias e de atender as suas necessidades materiais e dos filhos.

> *Eu já passei fome, eu já passei frio. Já* não tive *um lugar para morar, quando morava trabalhava para fora, meus filhos todos pequenos na lavoura de fumo. Cheguemo a trabalhá num lugar que o dono queria que a minha nenê e o meu piá trabalhassem e, no final das contas,* não dava nem dez *reais pros meus filho*. [...] *Porque a minha guriazinha tinha sete anos, o guri tinha oito, um ano de diferença um do outro, e ele queria obrigá aos meus filho a trabalh*á *no fumo. Para isto eles têm mãe para trabalhar! Então depois que saímos de lá, na casa da minha mãe não tinha lugar, e aí eu cheguei a dormir, não foi uma vez nem duas, que eu cheguei a dormir no mato com eles. Já passei muita dificuldade, já passei fome, já passei frio, para deixar o que tinha pra comer pros meus filhos. O pai era bêbado só queria bater, só queria judiar, foi então que acabei fugindo. Passei toda esta tempestade na minha vida! E hoje eu peço, eu agradeço a Deus por eles, e por mim também, que eu tenho este canto aqui para morar, e não boto fora por nada neste mundo*. (Entrevista 1, Lajeado/RS*)*
> *Eu pedia para os vizinhos, mas eu tinha vergonha de pedir as coisas nas casas dos outros.* (Entrevista *7,* Lajeado/RS)
> É bom, é bem gratificante tu poder não precisar de alguém, tu pode*r abrir uma conta, poder ir comprar, poder pagar, é bem bom. É melhor do que depender dos outros*. (Entrevista 2, Porto Alegre/RS)

A alimentação melhorou consideravelmente com o recebimento do benefício e é um dos itens preferidos para o seu uso. As crianças alimentam-se de forma saudável na escola e pedem o mesmo alimento em casa; com a chegada do benefício, as mães sentem-se em condições de atender tal necessidade. Há muitos relatos de compra de frutas e verduras, revelando uma preocupação das mães com uma alimentação saudável para seus filhos.

> *Onde é que eu invisto? Invisto na alimentação deles bastante né, não deixo faltar nada pra eles, tô sempre na função de Danone. É carne,* é tudo em função deles, frutas bastante*, sempre.* (Entrevista 10, Porto Alegre/RS)
> *Ah, eu aprendi muita coisa, principalmente na escolinha, e seguido tinha reunião com a nutricionista, que mostrava o que eles comiam, o que poderiam comer mais, mais natural, que desse mais ferro*." **(**Entrevista 3, Santana do Livramento/RS)

Uma conquista pessoal que aparece com bastante frequência é a de poder estabelecer prioridades de consumo, exercitando a capacidade de escolha de bens valiosos e indispensáveis. Isso significa poder fazer planejamento, ainda que, em alguns casos, o próprio fato de planejar ações e assumir riscos de executá-las gere alguma insegurança quanto à manutenção do recebimento do recurso. Com isso vem a percepção daquilo que é realmente necessário e daquilo que é supérfluo.

> *Todo mês eu já sei o destino. Esse mês eu comprei os material. Mês que vem preciso comprar uma calça e uma jaqueta para cada um. Já tá tudo destinado. Eu já sei tudo que tenho prá fazer*. (Entrevista 1, Rio Grande/RS)
> É bom, é muito bom, por*que daí tu consegue ver o que é necessário mesmo na tua vida, no teu dia a dia, tu consegue ver o que realmente tu precisa, tem coisa que tu quer, mas é supérfluo.* (Entrevista 3, Porto Alegre/RS)

As beneficiárias sentem-se, em geral, importantes, orgulhosas e responsáveis por poder gerenciar um valor monetário e possuir um cartão, tendo assim um instrumento que auxilia no cuidado da família e eleva a sua própria autoestima. Elas reconhecem como sendo um benefício conquistado e um direito adquirido, o que funciona como estímulo para buscarem novos patamares de renda. Em geral, elas gerenciam o seu próprio cartão e se manifestam positivamente quanto ao sentimento de autonomia, mesmo nos casos em que admitem que não tomam sozinhas a decisão de como utilizá-lo.

> É, esse cartão pra mim foi muito bom, tipo assim. Tu sentir um orgulho de ter um dinheiro, uma coisa pra poder manter a tua família. *E, no caso, sou eu que recebo, né, e compro as coisas. Eu que administro.* (Entrevista 5, Porto Alegre/RS)
>
> *Ah! Eu me sinto, como é que vou dizer, responsável.* (Entrevista 1, Ijuí/RS)

A sensação de autonomia também foi manifestada quando questionadas acerca da liberdade e da segurança, bem como dos significados atribuídos a tais sentimentos. E liberdade para as entrevistadas representa o direito de ir e vir, o livre arbítrio, poder fazer o que querem, falar o que pensam e decidirem sobre sua própria vida.

> *Olha, eu posso fazer o que quero, tenho meu dinheirinho, cuido da minha vida, eu sou livre.* (Entrevista 7, Lajeado/RS)
>
> É a liberdade de ir e vir, né? De correr atrás dos direitos. De viver. (Entrevista 5, Porto Alegre/RS)
>
> *Ai, agora nota dez. Agora depois que eu me separei, é outra coisa! Porque, bah, isso não é vida, a gente sofrer assim.* (Entrevista 10, Porto Alegre/RS)

Em relação à pergunta "Você considera-se seguro" as respostas remetem para dois sentidos: um deles é a exposição a condicionantes externos como a violência (na família e no meio de vivência), e o outro engloba fatores subjetivos, como o fato de se sentir segura enquanto pessoa. Nesse item, os depoimentos convergem para a segurança proporcionada por seus próprios atos e/ou a independência em relação ao marido.

> *O que mudou? Me deu mais autonomia. Eu posso chegar, e sei que no final do mês eu sei que posso comprar alguma coisa pras minhas filhas. Me deu mais autonomia, me deu mais segurança, tu te sente mais segura mesmo.* (Entrevista 5, Santana do Livramento/RS)
>
> *Eu me considero segura porque eu corro bastante atrás dos objetivos. Eu tento fazer o possível, às vezes o impossível, prá tentar melhorar as condições de vida, tudo. E no caso, no momento, tô bem feliz com esse dinheirinho do Bolsa, também, que me ajuda bastante. É uma coisa boa*. (Entrevista 5, Porto Alegre/RS)
>
> *Porque agora parece que sou mais independente. Eu e o meu filho, né. Não tem uma pessoa pra me dar pressão, um marido que xaropeasse.* (Entrevista 10, Porto Alegre/RS)

Outras referências quanto ao processo de empoderamento aparecem quando as beneficiárias falam de seus sonhos e das mudanças que ocorreram em suas vidas com a participação no Programa. Dentre os sonhos para si e sua família, as respostas dividem-se em: estudo (inclusive Universidade) e trabalho para os filhos, aquisição de casa própria (ou de casa maior) e obtenção de emprego para si próprias.

> *Eu desejo o melhor para eles, que eles tenham um futuro, que eles possam estudar, que eles não precisem depender do Programa do Bolsa Família, que eles possam ter uma carteira assinada, uma profissão, entendeu,* e saúde. (Entrevista 7, Capão da Canoa/RS)
>
> *Ah, eu espero assim, dos meus filhos, é que eu possa encaminhá eles com a vida, o que eu quero, o que eu espero deles é que eles estudem, né, coisa que eu não pude fazer. Que, como eu digo pra eles, com estudo não tá fácil, imagina sem, né?* (Entrevista 4, Bagé/RS)

> *Fazer o PROUNI, ter um bom futuro e boas condições*. (Entrevista 3, São Leopoldo/RS)
> *Tu sabe que a gente sempre espera tudo de melhor, né. E mais ainda dá uma vida melhor pros filhos, por isso que eu voltei a estudá, a gente tem uma casa, quer que a* [filha] *faça faculdade, que consiga, né. Como agora já não deu.* (Entrevista 2, Bagé/RS)
> *Tenho bastantes sonhos, mas o principal* é *construir casa maior, com banheiro*. (Entrevista 2, Caxias do Sul/RS)
> *Eu espero achar um trabalho bom pra mim, e cuidar melhor dos meus filhos. Ter uma boa casa*. (Entrevista 3, Ijuí/RS)
> *Ah, o meu futuro! Eu queria arrumar um serviço fixo que possa dar o melhor para eles, poderem estudar, poder adquirir pra dar o melhor pra eles. Depois quem sabe fica pra eles as coisas,* né. (Entrevista 5, Capão da Canoa/RS)

Ademais, as entrevistadas reconhecem que a vida dos filhos é melhor do que a delas próprias e de seus progenitores, com melhores condições e poder aquisitivo. Outro fator a ressaltar é a interface do Programa RS Mais Igual com outras políticas sociais, que pode contribuir com mudanças para si e para a família.

> *Então pra mim é melhor, porque o que eles têm hoje, que pode ter um videogame, uma bicicleta, um desejo, um sonho deles que eu possa, eu vô ali, né.* (Entrevista 4, Bagé/RS)

> [...] *muitas coisas, tem bastante facilidade, esses cursos mesmo tão dando, e só não faz quem não quer, só não tem renda quem não quer, com esses cursos que tão dando.* (Entrevista 2, Santana do Livramento/RS)

5. Conclusão

Este trabalho analisou os efeitos – em termos de autonomia, elevação da autoestima e conquista de direitos – de um programa de transferência de renda implementado no estado do Rio Grande do Sul, o RS Mais Igual. Os achados empíricos foram interpretados à luz de conceitos como capacidades humanas, igualdade complexa e empoderamento feminino, os quais fornecem uma base teórica segura e adequada para compreender os fenômenos em questão.

Na análise dos resultados foi possível compreender o papel que programas como o Bolsa Família e o RS Mais Igual têm na vida das suas beneficiárias legais, gerando maior estabilidade, responsabilidade e autonomia, bem como possibilitando ganhos materiais e simbólicos.

Identificaram-se fortes indícios de que um Programa de transferência de renda pode incidir positivamente sobre um conjunto de precariedades materiais dos beneficiários e, igualmente, o que é mais importante em longo prazo, sobre as suas necessidades de garantir o próprio sustento, e de alcançar maior reconhecimento e autonomia. Com relação aos aspectos geracionais, as entrevistadas percebem-se como tendo acesso a recursos que melhoraram a sua condição de vida e a de seus filhos, os quais eram inacessíveis aos seus pais. Ainda assim, revelaram as dificuldades atuais inerentes ao ingresso no mercado de trabalho.

Tais resultados sugerem que, com a participação no Programa RS Mais Igual, está em processo o empoderamento das mulheres beneficiárias, no sentido de adquirirem poder sobre decisões importantes de sua vida, de seus filhos, família e comunidade, e de atuarem como agentes promotoras de bem-estar. São aspectos que, por vezes, não constam entre as metas centrais de determinada política social, e vão aparecendo ao longo de sua implementação, como efeitos positivos não esperados. Tais efeitos ultrapassam a mera execução eficiente dos programas por meio da responsabilização feminina, atingindo a garantia de direitos e a ampliação da cidadania de grupos sociais específicos, nesse caso, das mulheres pobres ou extremamente pobres. Por fim, destacamos que a análise sobre cidadania, empoderamento e participação feminina em políticas sociais será

objeto de futuros estudos, quando será possível ampliar o escopo da pesquisa (incluindo mais entrevistadas) e abordar a questão de forma mais integradora, explorando os aspectos de redistribuição e de reconhecimento potencializados pelo protagonismo feminino nessas políticas.

Referências

ANDERSON, Perry (2003). Neoliberalismo: un balance provisorio. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **La Trama del Neoliberalismo. Mercado, Crisis y Exclusión Social**. Buenos Aires: CLACSO.

BRASIL. Lei Federal nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 12 jan. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm>. [Consultado em 10 jul. 2014].

BOSCHI, Renato; GAITÁN, Flávio (2008). Intervencionismo Estatal e Política de Desenvolvimento na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 305-322.

BOURDIEU, Pierre (2014). **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

OCAMPO, José Antonio. **Equidad, desarrollo y ciudadanía**. [S.l.]: CEPAL, 2000. Disponível em: < http://www.cepal.org/publicaciones/xml/5/4425/lcg2071.pdf>. [Consultado em 10 out. 2014].

CYFER, Ingrid. Liberalismo e Feminismo: Igualdade de Gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaum (2010). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 135-146.

DAGNINO, Evelina (Org.) (1994) **Anos 90. Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense.

DEERE, Carmen D.; LEON, Magdalena (2002). **O Empoderamento da Mulher: Direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS.

DINIZ, Eli (2009). Globalização, Estado e Trajetórias Nacionais: Dilemas do Desenvolvimento e o Futuro do Brasil. In: SICSU, João; CASTELAR, Armando. **Sociedade e Economia**: Estratégias de Crescimento e Desenvolvimento. Brasília: IPEA.

FARAH, Marta Ferreira Santos (2004). Políticas Públicas e Gênero. In: GODINHO, Tatau (Org.) **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo.

FRASER, Nancy (2001). Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.) **Democracia hoje**: novos desafios para teoria democrática contemporânea. Brasília: Ed. UNB.

GOHN, Maria da Glória (2011). **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola.

HABERMAS, Jürgen (1997). **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

MADEIRA, Lígia (Coord.); RODRIGUES, Alexandre B.; HELLMANN, Aline G.; BERNARDI, Ana Júlia B.; HERMANN, Daiana; MARZULO, Eber P.; GELISKI, Leonardo; SCHABBACH, Letícia M.; PAPI, Luciana P.; RAMOS, Marília P.; MARX, Vanessa; ROSA, Taciana B. **Produto 3: Primeiro Relatório. Contratação de Prestação de Serviços 30/2013. Observatório de Políticas Sociais do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (UFRGS/CEGOV).

PATEMAN, Carole (1998). **O Contrato Sexual**. São Paulo: Paz e Terra.

RAMOS, Marília P. (Coord.); MADEIRA, Lígia M.; SCHABBACH, Letícia M.; MARX, Vanessa; PAPI,

Luciana P.; RODRIGUES, Alexandre B.; HERMANN, Daiana; GELISKI, Leonardo; BERNARDI, Ana Júlia B.; ROSA, Taciana B. **Avaliação da implementação de Políticas de Transferência de Renda no estado do Rio Grande do Sul – Projeto de Pesquisa** encaminhado ao Edital de Chamada Universal (MCTI/CNPQ, n. 14/2014). Porto Alegre, jun. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual nº 13.716, de 15 de abril de 2011. Cria a Política Estadual de Combate à Pobreza Extrema e o Programa RS Mais Igual. **Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 19 abr. 2011. Disponível em: < http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/13.716.pdf>. [Consultado em 10 out. 2014].

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual nº 13.923, de 17 de janeiro de 2012. Institui o Programa RS Mais Renda e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 18 jan. 2012. Disponível em: < http://www.rsmaisigual.rs.gov.br/upload/20140516173329lei_n__13923_2012.pdf>. [Consultado em 10 out. 2014].

SEN, Amartya (2000). **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras.

SOUSA SANTOS, Boaventura; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) (2009). **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

TARROW, Sidney (2009). **O Poder em Movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes.

WALBY, Sylvia (2004). Cidadania e transformações de gênero. In: GODINHO, Tatau (Org.) **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo.

ZORZI, Analisa (2008). **Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao PRONAF Mulher em Ijuí-RS**. 2008. 137f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

Calculando os laços: a gestão financeira nas famílias recasadas

Laura Cristina Eiras Coelho Soares
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Psicologia Social e Psicologia Jurídica.
aurasoarespsi@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho integra pesquisa sobre recasamento após divórcio. A partir dos relatos obtidos por meio de entrevistas com padrastos e madrastas- tratados por meio da análise de conteúdo e relacionados com a pesquisa bibliográfica- foram observadas diversas questões que envolvem a administração financeira nas famílias recasadas. Essa temática possui aproximações com diferentes assuntos: divisão de contas, igualdade entre os filhos, mudança de residência, pensão e herança. Segundo os entrevistados, as principais dificuldades residem em definir a participação dos padrastos/madrastas no sustento dos enteados; lidar com o prolongamento dos dispêndios com os enteados jovens adultos e dialogar sobre a distribuição financeira desigual entre os filhos e enteados. Conclui-se que a administração econômica nas famílias recasadas consolida-se como um amplo campo de pesquisas interdisciplinares por relacionar fatores que ultrapassam o aspecto estritamente monetário e que se apresentam atravessados pela questão de gênero.

Palavras-chave: Família Recasada. Gestão Financeira. Psicologia Jurídica. Gênero. Separação.

1. Introdução

O desenvolvimento teórico e metodológico desse trabalho é parte integrante da tese de doutorado intitulada «Padrastos e madrastas: construindo seus lugares nas famílias recasadas» (SOARES, 2013), defendida no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) sob orientação da Profa.Dra. Leila Maria Torraca de Brito. Cabe esclarecer que o interesse no tema central, Família, é fruto de uma trajetória acadêmica, na qual venho construindo meu campo de reflexão (SOARES, 2012; SOARES, 2008). No decorrer da referida pesquisa foram estudadas questões que envolvem a família recasada constituída após separação conjugal[1], tendo como objetivo principal compreender as atribuições e as responsabilidades de padrastos e madrastas no que se refere ao trato com seus enteados.

O percurso metodológico adotado, de abordagem qualitativa, envolveu dois momentos. Inicialmente, realizou-se a pesquisa teórica (DEMO, 1987), na qual foi possível aprofundar e ampliar o estudo do material bibliográfico, nacional e internacional, a respeito do recasamento após divórcio. Na segunda etapa foram feitas entrevistas, individuais e semi-estruturadas, com seis padrastos e seis madrastas integrantes de diferentes famílias recasadas, formadas após separação conjugal. As relações conjugais eram heterossexuais, os participantes eram residentes no Estado do Rio de Janeiro e integrantes da classe média. Os procedimentos metodológicos utilizados seguiram as normas estabelecidas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Brasil, tendo sido autorizado pelo Comité de Ética em Pesquisa da UERJ.

1 A autora não faz distinção entre separação conjugal e divórcio, utilizando-os como sinônimo. A família recasada após uma separação conjugal é uma formação familiar historicamente recente no Brasil, já que o reconhecimento legal do recasamento após divórcio ocorreu somente após Lei do Divórcio entrar em vigor em 1977.

2.Administrando financeiramente a família recasada

A administração da questão financeira em famílias recasadas tem sido objeto de estudo de vários pesquisadores na França[2] (DOMINGO, 2009; MARTIAL, 2005; MARTIAL & FINE, 2002; CADOLLE, 2005; CADOLLE & THÉRY, 2003), mas no Brasil carece de produções acadêmicas sobre a realidade econômica dessas famílias. De forma geral, independente do modelo familiar, a gestão econômica nas famílias envolve diversos aspectos que ultrapassam o valor real atribuído ao dinheiro, revelando um fator simbólico a ele vinculado. Journet (2005), ao empreender estudo bibliográfico sobre a temática, observou que: «a circulação de renda, de auxílios, de pensões, de patrimônios e heranças [é regulada] pelas normas de confiança, de proximidade, de cuidado, e ainda pelos sentimentos de dever e de culpa. » [3] (p.6, tradução livre).

No entanto, algumas particularidades das famílias recasadas podem ser notadas, por exemplo, nos modos de organização financeira desses casais em comparação aos cônjuges de primeira união. Segundo a pesquisa relatada por Domingo (2009), dentre os casais de primeira união, 71% reúnem os rendimentos de ambos em sua totalidade. Já entre os recasados, somente 47% escolheram essa opção, e o restante se dividiu em duas possibilidades: ou cada membro administra seu próprio dinheiro, ou reúnem uma parte dos ganhos e administram o restante individualmente. Assim, observa-se que a maneira pela qual o casal recasado organiza as atribuições dos encargos financeiros mostra uma maior preocupação com a independência financeira de cada um se comparados ao casal de primeira união (DOMINGO, 2009).

Nos recasamentos nos quais as pessoas não geraram filhos em comum, a separação orçamentária é ainda mais evidente. Na visão de Martial & Fine (2002), essa divisão econômica poderia se dar devido ao receio da ocorrência de sucessivos divórcios. O processo de separação de um casal pode envolver uma queda financeira (WAGNER & GRZYBOWSKI, 2003) e uma reorganização em termos de manutenção de estilo de vida e, portanto, a gestão individualizada pode indicar como intenção a preservação da autonomia. Outro dado trazido por Domingo (2009), refere-se à satisfação com o modelo de administração: 58% dos casais recasados declararam nunca terem entrado em desacordo por causa de dinheiro, enquanto 50% dos outros casais responderam o mesmo.

No caso particular do recasamento, além dos fatores subjetivos que envolvem o dinheiro e sua representação, que se apresentam em qualquer união conjugal, esbarra-se também em aspectos objetivos, pois a formação familiar pode envolver crianças que recebem suporte econômico oriundo de diferentes fontes de renda. Para auxiliar nessa compreensão, apresenta-se o exemplo fictício do ex-casal João e Maria, que tiveram uma filha chamada Ana. Depois da separação, Maria se recasou com José e nasceu Mateus. Ana está sob a guarda da mãe e recebe quatro mil reais de pensão do pai. Maria e José somados têm como renda mensal o total de cinco mil reais, ou seja, a pensão de Ana é quase o mesmo valor dos rendimentos de Maria e José somados.

Desta forma, como administrar não só economicamente, mas também em termos relacionais, o fato de que Ana teria mais oportunidades do que seu meio-irmão, Mateus, em decorrência do ganho de pensão? A pensão dada à Ana seria redistribuída para toda a família? O pai de Ana iria aceitar que o suporte financeiro direcionado à sua filha fosse utilizado pela outra criança? Com a pensão, Ana tem condições de estudar em escola particular, fazer um curso de inglês ou até passar seu aniversário na Disney, mas e o meio-irmão?

Essa questão também pode surgir no momento de planejar uma comemoração, tal como casamento, aniversário e festa escolar. Além da dúvida em relação à administração financeira do custeio das festividades, outras podem surgir, por exemplo, como decidir com quem a noiva vai entrar ou dançar a valsa de 15 anos. Pesquisa-

---

2 O conhecimento da realidade francesa sobre essa temática foi possível em decorrência do Doutorado Sanduíche realizado no Institut National d´Études Démographiques (INED) no período de abril a julho de 2012, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES, por meio da bolsa do Programa Institucional de Doutorado Sanduíche no Exterior – PDSE.

3 O texto original em francês é: « [...] la circulation des revenus, des aides, des pensions, des patrimoines et des héritages n'est pas gouvernée par le libre jeu des intérêts, mais par des normes de confiance, de proximité, de sollicitude, sinon des sentiments de devoir ou de culpabilité.» (p.6)

dores (SOARES, 2010[4]; CADOLLE, 2005 e CARDOSO, 2009) pontuam que algumas celebrações na família recasada podem se tornar um momento no qual questões conflituosas ganham destaque. Segundo Cadolle (2005) a organização do casamento do enteado pode virar: «Um quebra-cabeças para alguns jovens, que preferem adiar o casamento indefinidamente[5]» (p.86, tradução livre). A autora acrescentou em seu texto a imagem do convite de casamento de um dos seus pesquisados, no qual constava o nome da mãe e do padrasto da noiva, ao lado do nome do pai e da madrasta também da noiva e, por fim, o nome do pai e da mãe do noivo, todos convidando para a celebração da união de seus filhos.

Essas situações ilustram como o aspecto financeiro perpassa vários momentos dessa família em diversas fases do seu ciclo familiar. Nesse aspecto, a gestão econômica encontra expressão nos laços, na medida em que aquele que auxilia no financiamento da festa, seja de 15 anos ou de casamento, almeja ser reconhecido pelo seu lugar. Espaço de visibilidade que também é expressão do vínculo afetivo previamente estabelecido.

No que tange à participação dos padrastos/madrastas no sustento dos enteados, na investigação empreendida por Martial & Fine (2002) foram elencadas algumas variáveis relacionadas ao auxílio prestado pelo padrasto/madrasta, dentre elas: rendimento; participação do genitor não-guardião; o tempo e a história compartilhada; configuração da família recasada e trajetória dos cônjuges. A partir da pesquisa realizada por essas autoras, notou-se que: «[...] o dinheiro dado e recebido torna-se a tradução material de uma relação vivida como 'parental', em vez de sua justificação. »[6] (p.97). Equivale a dizer que o padrasto/madrasta torna-se provedor econômico do enteado em decorrência do laço afetivo que é construído, isto é, a partir do momento em que se sente responsável pelo enteado, essa relação se traduz no apoio financeiro oferecido. Nesse sentido, é o inverso da lógica imposta aos pais, que devem fornecer suporte econômico obrigatório em função da vinculação parental.

Na pesquisa de Cadolle (2005), a existência do vínculo socioafetivo é considerada quando se tenta compreender a dificuldade das madrastas em aceitarem os gastos do companheiro com os enteados. Em função da madrasta, na maioria das vezes, não coabitar com os enteados torna-se mais frágil a construção de um laço afetivo e de confiança. Assim, os gastos com a prole do companheiro podem ser percebidos como desproporcionais. Cadolle (2005) identificou que as madrastas não contribuem financeiramente e ainda impõem limitações de despesas com os enteados. Para driblar essa tensão, alguns pais optam por presentear seus filhos de uniões anteriores de forma que a nova esposa não tenha conhecimento, ou seja, de maneira escondida.

Algumas madrastas mostraram-se ressentidas com o prolongamento dos dispêndios com os enteados jovens adultos. Contudo, parte delas também sustenta seus filhos em idades avançadas, utilizando os ganhos do casal e com o consentimento do seu cônjuge, que é o padrasto de seu filho (CADOLLE, 2005). A autora levanta como hipótese explicativa dessa postura as diferenças de gênero. Ela pontua que, apesar das mudanças sofridas, parece que a mulher ainda se compreende como detentora dos direitos sobre os rendimentos que entram na casa e, portanto, o fato de parte dessa quantia ser direcionada para fora do ambiente doméstico é percebido como algo que deve cessar o quanto antes.

No entanto, quando a mãe não ocupa seu espaço materno, a madrasta pode vir a substituí-la, assumindo todos os encargos, inclusive econômicos. Neste sentido, o entendimento apresentado por Martial & Fine (2002) se aplica, ou seja, a contribuição econômica refletirá um vínculo parental substitutivo, como um desdobramento financeiro decorrente da sócio-afetividade. Journet (2005), conclui em sua análise que na troca financeira na família: «[...] pesam na balança todos os tipos de valores imateriais ou incomensuráveis: sentimentos, disponibilidade, proximidade, lealdade, preocupação pessoal, comprometimento, papel parental, apego... » (p.12, tradução livre)[7].

---

4 Texto desenvolvido a partir da análise do filme «Tinha que ser você» que retrata o casamento de uma filha de pais separados que possui proximidade afetiva com o padrasto e o pai tenta encontrar seu espaço na solenidade.

5 O texto original em francês é: «C´est un casse-tête pour certains jeunes qui préfèrent remettre indéfiniment le mariage» (CADOLLE, 2005, p.86).

6 O texto original em francês é : « [...] l'argent donné et reçu devient la traduction matérielle d'une relation vécue comme 'parentale', plutôt que sa justification» (p.97)

7 O texto original em francês é : «[...] met en balance toutes sortes de valeurs immatérielles ou simplement incommensurables: sentiments, disponibilité, proximité, fidélité, souci personnel, engagement, rôle parental, compétences, attachement…» (p.12)

3. Administração financeira nas famílias recasadas: relato dos entrevistados

Diversos entrevistados mencionaram a questão econômica como um aspecto gerador de impasses e de difícil administração. Em razão da temática a respeito da questão financeira na família recasada não ter sido concentrada em uma indagação específica, as respostas apresentaram-se de forma dispersa, tendo aproximações com diferentes assuntos, tais como: divisão de contas, igualdade entre os filhos, mudança de residência, pensão e herança.

De acordo com os dados coletados, pode-se notar que a divisão financeira ocorre de duas maneiras principais. A primeira refere-se à separação de custos e de contas bancárias, marcando claramente a busca pela manutenção de uma independência econômica dos cônjuges. No entanto, determinar os limites do que seria responsabilidade de um ou de outro pode ser fonte de conflito, como expõe Débora: «Nunca quis misturar o dinheiro, cada um tem o seu e paga as contas. De vez em quando tem atrito, porque um acha que está pagando mais do que o outro». A entrevistada Yasmin destacou a importância de manter seu trabalho e autonomia financeira: «Ele até falou para eu sair do meu trabalho, mas eu falei o meu é meu e o seu é o seu, a gente tem que separar, não é porque casou».

A segunda forma de administração trata da integração das contas, ou seja, somam-se os ganhos de cada um dos cônjuges para o pagamento dos gastos. Seguem abaixo trechos das entrevistas de Neusa e João a respeito desse modo de funcionamento:

> Vida de casal, não tem meu dinheiro, seu dinheiro, a vida é de casal, com as crianças não tem problema. Ele paga pensão, escola e, qualquer outra coisa, é a gente que compra. Não temos muito essa divisão, junta e vê o que tem para pagar. (Neusa)

> Eu entendo que as contas precisam ser pagas, temos um custo mensal [...] Levo ele para a escola, pago a escola dele, não questionamos quem paga o que, simplesmente pagamos as contas, a gente se divide fazendo as tarefas, não é uma obrigação, é flexível, a gente divide essa responsabilidade. (João)

Esses dois modos de articulação financeira também foram identificados na pesquisa de Domingo (2009). Segundo a autora, em comparação com os casais de primeira união, os recasados optaram mais pela divisão econômica dos gastos, apontando para a manutenção da autonomia financeira.

No entanto, apesar desses acordos, a distinção financeira entre os filhos foi observada pela madrasta Débora, no que tange ao marido fornecer condições econômicas distintas entre os filhos da primeira união e a filha do atual casamento. A entrevistada relatou, também, ressentir-se com o fato de o marido tomar decisões sobre custear algumas solicitações dos filhos da primeira união sem consultá-la. Ela sente que as despesas com a filha, fruto da união atual, ficam principalmente sob sua responsabilidade.

> *(Sobre o casamento e a formatura da enteada, foi conversado esse pagamento?):* ele bancou, com a ex-mulher ele não trata diretamente, se ela quiser contribuir... Isso gera conflitos, porque a conta ficou toda com a nossa família. *(E isso influencia no seu orçamento?)* Indiretamente influencia, porque a filha que nós temos fica mais sob minha responsabilidade, casa, roupa, escola [...] Acaba não sendo justo pelo lado de cá, não é que falte algo aqui, mas a decisão precisa ser mais unânime. (Débora)

Retomando o exemplo fornecido a respeito da família que possui rendimentos distintos, hipoteticamente composta por João, Maria e sua filha Ana, encontrou-se na presente pesquisa de campo um relato bem próximo da história fictícia apresentada anteriormente: «Até hoje, tem que ser tratado de forma igual, comprar uma coisa para um e para o outro. Ela tem a pensão do pai, o que às vezes dificulta essa igualdade, mas tem o pai ausente e o [meu filho] tem o pai em casa» (Guilherme). A igualdade de tratamento entre irmãos que alguns entrevistados mencionaram torna-se difícil de ser mantida, diante de uma desigualdade de possibilidades decorrentes de rendimentos diferentes.

A próxima fala retrata o significado atribuído ao dinheiro nas relações familiares. O padrasto João sente-se responsável pela família, pois em comparação com o pai, ele é o detentor da administração e suporte financeiro. Neste caso, o dinheiro posicionaria o homem como pai em relação ao enteado, fato que evidencia um atravessamento de gênero:

> Tinha um evento na escola e o [meu enteado] estava chorando, «meu pai não chegou» disse. E eu sei o que é isso, porque meu pai chegava no mínimo uma hora e meia atrasado. Eu falei: «não preocupa não que te levo», [...] foi o dia dos pais. Aí o pai dele chegou e os pais foram chamados para participar das atividades, eu fiquei observando, tinham aqueles pais mais ativos e outros parados e o [o pai dele] é um desses. O pai perguntou se ele queria algo para comer ou beber e o [meu enteado] entende que o pai tem menos condição, então ele disse que não queria nada. Aí eu fui fazer o pedido e perguntei o que ele queria, ele pediu e eu comprei. (João)

No trecho abaixo, o entrevistado João procura diferenciar afeto e dinheiro, mas conclui seu relato correlacionando o fato de despender dinheiro e considerar o enteado como filho:

> Ele [o pai] tem dificuldade financeira, mas existem coisas que não envolvem dinheiro, você dar atenção a uma criança, levar para passear, comprar um sorvete. Ele é um cara ausente. [...] Ele não dá um tostão para o [meu enteado] e eu gasto meu dinheiro com ele, porque eu o considero meu filho. (João)

Alguns padrastos estabeleceram essa associação entre fornecer suporte material ao enteado e ocupar o lugar do pai. O padrasto Lorenzo destacou sua dedicação financeira ao enteado, ressaltando o investimento que uma criança demanda: «não vai 30 % do meu salário para ele, vai tipo 80%, tudo é para ele, se vamos ao supermercado, eu posso abrir mão dos meus gostos, ela [minha esposa] também, mas para ele não, para ele compramos o que ele gosta».

Na pesquisa de Martial & Fine (2002) evidenciou-se essa correlação entre o sustento financeiro e o lugar parental, segundo as autoras, apoiar economicamente a criação do enteado mostrou-se como a expressão de um vínculo estabelecido como parental. O entendimento, apresentado por parte dos entrevistados, de que por prover economicamente torna-se o pai da família, pode ser compreendido em decorrência da construção social de que as responsabilidades de sustento caberiam ao homem. A interpretação de que essas falas refletiriam um atravessamento de gênero encontra apoio, na medida em que, as madrastas que contribuem para o suporte financeiro do enteado não reivindicavam o reconhecimento enquanto mães, já que o lugar materno não está vinculado ao campo econômico e sim ao afetivo.

A questão do gênero perpassa as atribuições do cuidado e financeiras, pois a distribuição de tarefas no âmbito doméstico é marcada pelo que é socialmente esperado de homens e mulheres. Em outras palavras, o padrasto e a madrasta pensam suas responsabilidades com os enteados tendo como referência os modelos do que socialmente caberia ao homem ou à mulher e, portanto, esses dois aspectos se mesclam e tornam-se inseparáveis.

Esse exercício da padrastalidade e da madrastalidade, balizado pela distinção de gênero, também foi observado na pesquisa empreendida por Théry & Dhavernas (1993) por meio de entrevistas com padrastos e madrastas. As autoras identificaram que os entrevistados percebiam suas atribuições seguindo os modelos de gênero, ou seja, as madrastas enfocaram a construção do vínculo afetivo e os padrastos mostraram-se preocupados com o modo de exercer a autoridade com os enteados. A madrasta Yasmin, ao ser perguntada sobre o acompanhamento dos enteados, expressou:

> Ele [meu marido] não participa não, eu sempre fiz tudo, foi cumpridor dos deveres com dinheiro, mas ele trabalhava de meia-noite às oito horas, não tinha tempo, hoje ele está participando mais. [...] Eu participei assim de sempre ir ao colégio, sempre fui muito preocupada com os estudos deles. A minha enteada terminou o segundo grau no supletivo. Sempre, sempre fui muito cuidadosa com a roupa deles e com a comida (Yasmin)

Esse trecho da entrevista de Yasmin descreve a separação por gênero, ou seja, ao marido cabe o sustento fi-

nanceiro da família, e à esposa providenciar os afazeres domésticos e o acompanhamento escolar das crianças, independentemente de serem seus filhos ou enteados.

De acordo com a pesquisa estudada por Domingo (2009), o estilo conjugal adotado na recomposição familiar tende a ser menos cristalizado nos tradicionais modelos de gênero, porém ainda observa-se que a atividade doméstica costuma ser desempenhada pela mulher, como no relato de Ana:

> De tudo, tudo da vida dele [meu enteado] quem fazia era eu, o estudo, religião, roupa (*e o pai não participava?*) muito pouco, por que ele é assim com as meninas também, ele é assim até hoje, festinha de escola, essas coisas, ele nunca gostou, nunca participou [...] Sou eu que cuido, faxina, comida, roupa tudo eu que cuido. (Ana)

Alguns padrastos evidenciam essa separação de tarefas por gênero. A responsabilidade dos cuidados com os filhos e com o lar permanece com a mulher, até mesmo após o nascimento do filho da atual união. No relato de Guilherme, essa atribuição é evidentemente delegada às figuras femininas da casa: «quando ele nasceu os cuidados ficaram com a mãe e com a avó».

A amplitude de estruturas das famílias recasadas permite que coexistam diversas formas de se organizar. Na presente investigação também foi relatado o caso de uma família recasada na qual a mulher era do lar. Nesse caso, reafirmam-se essas posições de gênero e surge o conceito de ajuda na fala de Vítor quando menciona sua participação no âmbito doméstico: «Sempre quem fez tudo em casa foi minha esposa, ela é do lar, a gente procura ajudar em alguma coisa». Sabe-se que mesmo com as modificações sociais dos papéis de gênero, a concepção de que o homem oferece uma ajuda à esposa nas atividades da casa demonstra que o âmbito doméstico permanece domínio feminino (ROCHA-COUTINHO, 2004), ainda que os formatos familiares possam escapar do modelo nuclear (DOMINGO, 2009).

4. Considerações finais

No presente artigo, fragmento de uma investigação mais ampla a respeito das atribuições de padrastos e madrastas com seus enteados, objetivou-se evidenciar alguns aspectos financeiros que envolvem a família recasada constituída após separação conjugal. Foram enfocados como pontos relevantes: o modo de organização financeira do casal recasado; a divisão financeira entre as fratrias recompostas e a contribuição financeira dos padrastos/madrastas nos gastos dos enteados e sua relação com a questão de gênero.

Na pesquisa desenvolvida foi observado, no que se refere às atribuições de padrasto/madrasta, que a divisão social de gênero surgiu no modo de compreender o que caberia ao padrasto e à madrasta, pois as práticas encontravam correspondência com os lugares sociais apontados para homens e mulheres. Assim, as madrastas preocupavam-se com o cuidado cotidiano e com o afeto, enquanto os padrastos buscavam um caminho para alcançar a autoridade.

Nesse cenário, a gestão financeira da família recasada encontra-se intimamente relacionada com a temática do gênero, que encontrou expressão no posicionamento adotado por alguns dos padrastos entrevistados que associavam o sustento econômico que forneciam ao enteado com o lugar paterno.

Desta forma, nas famílias recasadas notou-se a coexistência de modos de organização financeira do casal mais independentes, com maior autonomia dos ganhos e gastos, ao mesmo tempo em que se apresenta o entendimento de que o custeio financeiro é uma atribuição que remete ao exercício da paternidade. O desafio de se pensar a família recasada como uma configuração distinta da família nuclear de primeira união encontra eco na dificuldade dos próprios integrantes em administrar rendimentos diferentes para as crianças que compõem essa família. A tentativa, relatada por um entrevistado, de manter o mesmo padrão financeiro para toda a fratria recomposta esbarra no fato de que esses filhos possuem vinculações parentais diversas e, portanto, pensões ou fontes de renda também diversificadas.

Diante do exposto, conclui-se que a administração financeira no recasamento apresenta peculiaridades que necessitam de maior aprofundamento e, portanto, mostra-se necessária a ampliação da produção de investigações específicas sobre a gestão econômica nas famílias recasadas no contexto brasileiro. A compreensão dos diversos aspectos que se relacionam com a economia familiar permite a construção de políticas públicas que contemplem as demandas dessas formações familiares. Desta forma, evidencia-se o compromisso social da Psicologia ao buscar dar visibilidade a essa configuração familiar e suas particularidades.

5. Referências bibliográficas

CADOLLE, Sylvie (2005). C´est quand meme mon père! La solidarité entre père divorcé, familles paternelle et enfants adultes. In: *Terrain*, 45, setembro 2005, p. 83-96.

CADOLLE, Sylvie & THÉRY (2003), Irène. *Entraide et solidarities dans les constellations familiales recomposes*. Rapport de Recherche pour la Caisse Nationale des Allocations Familiales. Avril.

CARDOSO, Andréia Ribeiro (2009). Escola e pais separados: uma parceria possível. Curitiba: Juruá.

DEMO, Pedro (1987). *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo: Atlas.

DOMINGO, Pauline (2009). Le quotidien des familles recomposées. In: *Politiques sociales et familiales,* 96, Junho 2009, p.96-104.

JOURNET, Nicolas (2005). L'argent en famille. In: *Terrain*, n° 45, p. 5-12.

MARTIAL, Agnès (2005). Comment rester liés ? Les comptes des familles recomposées. In: *Terrain*, 45, setembro 2005, p. 67-82.

MARTIAL, Agnès & FINE, Agnès (2002).. *L'argent dans les familles recomposées après divorce*. Dossier d'étude de la Caisse Nationale des Allocations Familiales, 29, février 2002.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia (2004). Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. In: *Temas em Psicologia da SBP*, 12 (1), p. 2– 17.

SOARES, Laura Cristina Eiras Coelho (2013). *Padrastos e madrastas: construindo seus lugares nas famílias recasadas*. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SOARES, Laura Cristina Eiras Coelho (2012). No Fogo Cruzado: Pais e mães recasados entre seu(s) filho(s) e seu novo cônjuge. In: BRITO, Leila Maria Torraca de. (Org.). *Escuta de Crianças e de Adolescentes: Reflexões, sentidos e práticas*. Rio de Janeiro: Eduerj, v. 1, p. 170-190.

SOARES, Laura Cristina Eiras Coelho (2010). Tinha que ser você: ser pai, ser padrasto na família recasada. In: *Nova Perspectiva Sistêmica*, XIX, p. 129-131.

SOARES, Laura Cristina Eiras Coelho (2008). A família com padrasto e/ou madrasta: um panorama. In: BRITO, Leila Maria Torraca de. *Famílias e Separações: Perspectivas em Psicologia Jurídica.* Rio de Janeiro: EdUERJ, p.81-112.

THÉRY, Irène & DHAVERNAS, Marie-Josèphe (1993). La parenté aux frontières de l'amitié: statut et rôle du beau-parent dans les familles recomposées. In: MEULDERS-KLEIN, Marie-Thérèse; THÉRY, Irène. *Recompositions familiales aujourd´hui*. Nathan, p.159-214.

WAGNER, Adriana & GRZYBOWSKI, Luciana Suárez (2003). Uma andorinha sozinha não faz verão? A mulher divorciada e a monoparentalidade familiar. Psicologia Clínica, Rio de Janeiro - RJ, 15(2), p. 13-30.

GT 42
De novo as classes médias? Emergência e crise em perspectiva comparada

De novo as classes médias? Emergência e crise em perspectiva comparada.

Helena Bomeny
Professora Titular Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
helena.bomeny@hotmail.com

1. Apresentação

A proposta desta pesquisa é fruto de investimentos anteriores, no Brasil e em Portugal, que implicaram em experiências de campo e rotina de ensino na graduação e pós-graduação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE). O primeiro estímulo à pesquisa no Brasil veio com o convite à participação em Seminário Internacional em Lancaster, Inglaterra, onde, sob a coordenação do sociólogo John Urry os participantes foram provocados a refletir sobre as "novas classes médias" e os impactos provenientes de seu crescimento em um número significativo de países. O Brasil compunha um desses países, e àquela altura, órgãos da imprensa, sobretudo da imprensa carioca, ocupavam páginas em chamadas sugestivas a respeito da nova classe média, da ascensão de parcela significativa da população ao consumo, dos deslocamentos progressivos em viagens dentro e fora do país, da ampliação do número de carros nas ruas pela extensão da aquisição de veículos aos segmentos populares, da inclusão do avião como meio de transporte para um grupo tradicionalmente fora desse tipo de transporte. Mobilizada pelo debate aberto com os enunciados do economista Marcelo Neri, Helena Bomeny tentou com o texto apresentado em Lancaster, elencar os pontos de tensão entre a abordagem de Neri e as reações dos cientistas sociais ao que se divulgava.[1]

Foi da participação naquele grupo que veio o interesse de ampliar o debate submetendo à Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ) um projeto de pesquisa para um experimento onde se pretendia trazer ao debate atores que pudessem compor o que entendíamos como Classe Média Tradicional e aqueles que poderiam ser localizados no que estava sendo, a nosso ver, imprecisamente, conceituado como "Nova Classe Média". O projeto foi aprovado, e a pesquisa envolveu a parceria com Leticia Velloso (professora da Universidade Federal Fluminense), Clarice Peixoto (professora associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ), Celi Scalon (Professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ) e alunos da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, estudantes do curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro matriculados em disciplina especial ministrada por Helena Bomeny. A pesquisa foi realizada dentro dos limites impostos pelo tempo e pelo orçamento a ela destinados. Mas o interesse pelo tema não esmorecia ali. Os estudantes envolvidos na pesquisa sentiram-se parte de um grupo, e as discussões, as trocas e a experiência no campo os levaram a desenhar suas próprias monografias de final de curso, e alguns, seus projetos para concorrerem a uma vaga na pós-graduação, mestrado e doutorado.

A pesquisa realizada na zona sul do Rio de Janeiro deixou na equipe uma indagação que foi se ampliando na medida do interesse do grupo. Haveria correspondência entre os relatos que tivemos de personagens da zona

1 Bomeny, Helena. (2011), "Do frango ao avião ou o que é possível dizer da *nova classe média brasileira"*. Rio de Janeiro.

sul da cidade com outros possíveis de moradores em bairros que são classificados como "subúrbio"? Como poderia ser avaliado esse processo em bairros tradicionais da cidade do Rio de Janeiro classificados como "subúrbio"? De que maneira famílias de classe média tradicional e famílias classificadas como nova classe média vivenciaram a mobilidade social registrada na última década?

O interesse antropológico e sociológico pelo subúrbio não é incomum no campo dos estudos urbanos. Uma das chaves para o entendimento de tal interesse vem da convicção de que espaços são construções sociais. Esta é uma dimensão que mobiliza não apenas sociólogos e antropólogos, mas um número importante de geógrafos que veem nestas atribuições um redimensionamento do aspecto físico cartográfico, ressignificando-o com categorias provenientes de concepções que disputam primazia na escala de valores em função da qual as cidades são divididas e hierarquizadas. A atribuição positiva e negativa de valor relacionada a espaços de uma mesma região urbana provoca a imaginação sociológica em várias dimensões. Em que se baseia a classificação positiva? Com que fundamentos a classificação negativa se constrói? No caso desta pesquisa, o interesse surgiu do trabalho de campo realizado pelos estudantes na zona norte da cidade, em pequenos ensaios de pesquisas produzidas como requisito de avaliação do curso ministrado na universidade em torno da temática das novas classes médias. Perceberam de imediato a forma como comentários e avaliações dos atores variavam se provenientes de bairros considerados suburbanos na classificação cultural. Surpreendiam-nos os achados comuns nos relatos daqueles atores entrevistados na zona sul da cidade, e ampliava-se a curiosidade a respeito de certa linha de corte na percepção dos atores a respeito de seus estilos de vida, suas reações à nova mobilidade social, suas experiências como "segmentos emergentes" em comparação com os depoimentos que colhemos na zona sul.

O desenho da proposta foi reestruturado de modo a estabelecer interlocução com pesquisadores de distinta extração, como os geógrafos, por exemplo. E fortaleceu na equipe o interesse em ampliar o marco comparativo com outro país. A colaboração de uma geógrafa foi essencial ao desenho do projeto; e a participação de um sociólogo português (António Firmino da Costa) com experiência em estudos urbanos em Lisboa e interessado no mesmo marco comparativo entre zonas da cidade enriqueceu e ampliou o escopo da pesquisa. Acrescentamos ainda que a interlocução com uma antropóloga (Clarice Ehlers Peixoto) e uma socióloga (Maria das Dores Guerreiro), especialistas em estudos de famílias, nos ajudou a embasar a interpretação sobre trajetórias familiares em ambientes de ascensão, no Brasil e em Portugal.

Estariam aqueles segmentos médios envolvidos ou receptivos ao que se lhes impunha como grupo em ascensão? E, de torna viagem, sabíamos os significados atribuídos à categoria subúrbio quando destinada a um espaço específico da cidade? Teria tal classificação ressonância em outros países? A experiência concentrada em um bairro nos daria mais elementos de comparação e a chance de mais concentração no campo de investigação? Seria um experimento comparável a Lisboa, por exemplo?

As indagações encontraram ressonância no Brasil e em Portugal. Antonio Firmino da Costa, autor, entre um conjunto significativo de publicações, de obra de referência sobre Alfama coordena o projeto com Helena Bomeny.[2] Esboçamos em conjunto uma proposta para o próximo Congresso Luso Afro Brasileiro que se realizará em Lisboa de 2 a 5 de fevereiro de 2015. A proposta foi aceita, conforme pode ser atestada na nota abaixo. Vimos na parceria a chance ímpar de proporcionar:

- Oportunidade de estabelecer marco comparativo em contexto internacional;
- Oportunidade de formar estudantes no ambiente regular e sistemático de pesquisa;
- Oportunidade de viabilizar a realização do trabalho de campo, bem como a promoção de workshops com pesquisadores do Rio de Janeiro e de Lisboa;
- Oportunidade de participar de encontros acadêmicos realizados fora do ambiente universitário carioca;
- Finalmente, e mais importante: chance de estabelecer vínculos coletivos mais permanentes de interlocução, condição indispensável ao desenvolvimento e consolidação de campos de pesquisa.

---

2 O livro *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural* (publicado em 1999 pela Celta Editora, Oeiras, Portugal) abriu um campo de aprimoramento em estudos urbanos na interlocução com pesquisas realizadas no Brasil há mais de duas décadas, inicialmente sob a coordenação de Gilberto Velho (1945-2012).

2. Fundamentos teóricos

Quatro eixos teóricos informam a construção desta proposta:

- Limites da categorização do conceito "novas classes médias";
- Processos de socialização e trajetórias familiares: dimensões sociais e políticas;
- Educação e Mobilidade Social;
- Construção social do espaço

> Embora separados para fins de exposição, tais eixos teóricos serão operados em sintonia. Interligados, responderão de forma particular a cada uma das perguntas mais específicas construídas como objetos de pesquisa a ser respondida por cada um dos integrantes do grupo de pesquisa. Em linhas gerais, esses são os argumentos que embasarão a conexão proposta, tomando-se cada um dos eixos expostos.

A perene e sempre ambígua "classe média": o que nos diz a teoria sociológica?

Como desses fenômenos que vêm em revoada, de tempos em tempos, a chamada "nova classe média brasileira" provocou um bom número de reações de natureza variada. Os mais otimistas viram nessa movimentação a possibilidade de, finalmente, o Brasil entrar em outro patamar pelo ingresso no mercado de parcela significativa da população, antes, quem sabe, invisível. Os menos entusiasmados olharam com desconfiança, em parte talvez pela recusa de atribuir ao governo do PT ganho e responsabilidade por um esforço que foi anterior, mas que ficou em evidência no governo Luiz Inácio Lula da Silva. Os cientistas sociais tentaram se equilibrar entre esses dois polos e, cada um à sua maneira, convidou o espectador para uma viagem menos deslumbrada, quer fosse considerado o otimismo anunciado, quer fossem as avaliações informadas e comprometidas pelas preferências político-partidárias. A tese de doutorado de André Salata, recentemente defendida na UFRJ é exemplar do que seria a melhor tradição das Ciências Sociais.[3] De fato, a tradição sociológica deixa marcada uma convicção: das possibilidades explicativas que as Ciências Sociais poderiam oferecer, poucas exerciam tal poder de atração quanto a abordagem do social pelas classes. A estrutura de classes pareceu sempre responder à grande maioria dos dilemas que as disciplinas eram convocadas para decifrar. Para as gerações que se formaram nas décadas de 1960 e 1970, uma espécie de mantra acompanhava seus investimentos intelectuais: indique que estrutura de classes prevalece na sociedade que serão desvendadas as razões que conduziram a tal ou qual formação social, bem como dos desafios que a sociedade expõe e que nos reclama a atenção. Karl Marx era o grande inspirador, e dificilmente alguém desconfiaria de sua capacidade e da sofisticação analítica de seus textos quando, por exemplo, lendo o *18 Brumário de Luiz Bonaparte*, via uma estrutura em movimento obrigando o leitor a fugir de esquemas mais endurecidos. Ao lado dessa matriz, outra aparecia sem o mesmo glamour, em verdade, até mais abatida pelas críticas que tinham sua sustentação no olho enviesado provocado pelas teorias da estratificação. O conteúdo da crítica era claro: estratificação é um retrato da sociedade. O que diz um retrato? Pouco. É preciso ver o processo que produziu a imagem que será revelada no retrato. Max Weber era a bola da vez: muita pancada em suas sugestões alternativas e nos que a ele se seguiram como Gino Germani que atraía a fúria de muitos intelectuais acusando-o de responsável por uma espécie de água rala de uma teoria incapaz de explicar a dinâmica da totalidade ou da complexidade do mundo social. Havia até os que, como Rodolpho Stavenhagen, tentavam combinar as duas perspectivas como uma saída possível a contemplar dimensões distintas de sociabilidade. Mas os efeitos não eram assim tão aprovados.

Classes sim; estratificação social, grupos de referência, mobilidade social exigiam cuidado extremo dos investigadores. Em esquema tão rápido, não foi difícil também a classificação imediata. Os primeiros se situavam em

---

3 Cf. SALATA, André. (2014), *Quem é Classe Média no Brasil? Um Estudo Sobre Identidades de Classe*. [Tese de doutorado defendida no Instituto de Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), orientada por Celi Scalon].

contexto teórico europeu, aliás, berço da emergência da Sociologia; os segundos encontravam seus referenciais no contexto norte-americano, lembrança indesejável e completamente descartada aos que buscavam a formação em Ciências Sociais no período. Mas o problema permanecia quando o que estava em questão era a conceituação de um segmento importante da sociedade, mas incabível nos esquemas mais confiáveis. O que falar das classes médias? Poderiam receber tal definição? Seriam analisáveis segundo referenciais mais robustos disponíveis na tradição sociológica? Como tratar a classe média com o referencial de Marx? Como encontrar nesse conjunto ao menos duas das condições essenciais postas por Marx à concepção de classe, como certa unidade cultural e um sentido comunitário provocado por consciência de uma posição política em torno de interesses específicos? Max Weber elencou esta questão de imediato quando já inicia sua postulação dizendo que tecnicamente sua definição fugiria do constrangimento comunitário: estava convencido de que o fato de comporem a mesma fração econômica não conduzia, necessariamente, os indivíduos à ação comunal. Seria possível que nos deparássemos com experimentos de ação comunal, mas tal contingência nem seria frequente, nem universal. Poderia acontecer, mas não poderia condicionar a própria conceituação. Weber chega a especificar graus possíveis de ação comunal, chegando ao que consideraria mais permanente e consequente (porém mais difícil e raro): a ação societária. E apresentou um leque de tal maneira diferenciado e detalhado, com tantas possibilidades e variações quantas possibilidades e variações a estrutura de mercado (de produtos e de trabalho) pudesse exibir. Situações de classe: situações de mercado. Um problema posto para empiria. Como tratar?

Uma das maneiras de enfrentar tal dilema – sugestão, a nosso juízo, bem construída na tese de Salata – foi concentrar na identidade dos atores que integram o disperso e impreciso segmento a partir de suas auto percepções. Tal sugestão da pegada por identidade produziria a vantagem de, em alguma medida, provocar certo balizamento comunitário, certa aproximação do sentido comunal, menos dispersivo que a configuração das chamadas "classes médias" nos impõe. Afinal, estamos interessados em saber de que forma se movimenta um aglomerado de indivíduos que compram, vendem, votam, opinam, consomem, reagem ou se mantém apático. Se não são localizáveis em um conceito articulado como o de classe por serem parte de um segmento impreciso, instável, variável e disperso, como deixar de incluí-lo no rol dos objetos da sociologia?

Afinal, de que maneira esse imenso conjunto de pessoas recém incluído no que seria uma "nova classe média" brasileira se percebe ou percebe sua inserção. Veem-se como classe média? Veem-se nessa classificação? Entendem como tal sua situação de melhoria? Um traço permanente evidenciado na pesquisa de Salata, mas também na de Celi Scalon e na nossa própria foi o reconhecimento pelos entrevistados ou um achado dos dados numéricos de uma ascensão, ainda que viessem com frases nem sempre incisivas como estas: "estou melhorzinho", "agora podemos ter mais conforto", "agora é melhor". Uma revelação clara de que o momento presente é melhor que o passado. Mas há mais indicações nos achados de pesquisa: mesmo sem se referir a isso claramente, uma reflexão sobre futuro mostrava o limite dessa percepção como classe média. "Não acho que sou classe média"; "trabalhador", "menos pobre, melhor de vida. E toda a análise sociológica contida no livro é para comprovar – e comprova – que há limites grandes em classificações sociais com parâmetros estatísticos. Estar localizado estatisticamente por critério de renda em tal posição ou lugar social não significa que os atores se vejam ou se percebam naquele lugar. E isso tem consequências sobre a vida cotidiana. O sentido que os indivíduos atribuem às suas ações, diria Weber, diz muito sobre a ação coletiva. Sobre a forma como coletivamente agem. Os dilemas se superpõem: o que os indivíduos dizem pode ser fonte confiável para os analistas? Da falsa consciência alertada por Marx à ilusão biográfica, objeto de atenção de Pierre Bourdieu, a desconfiança impõe suas advertências. Os sociólogos se mobilizam para dar uma resposta ao problema contemporâneo de se ou não abraçar as classes como veículo de explicação da sociedade. Teria perdido eficácia o modelo explicativo convencional? Parece que sim, e mesmo os mais fieis ao modelo admitem a necessidade de depurar o conceito ou inserir novos parâmetros e novos métodos mais condizentes com a dinâmica contemporânea. Tema clássico também, já visitado por Max Weber, Georg Simmel, Émile Durkheim, Norbert Elias, entre outros, não seria descartado em uma análise sobre esse que ficou sendo o fenômeno contemporâneo desencadeado pela notícia na mídia segundo a qual teríamos agora em muitos países uma situação específica de crescimento da classe média.

André Salata demonstrou em seu trabalho o quanto esse grupo, no Brasil, não se vê como tal, e como a classe média brasileira só é assumida como referencial para os que estão no topo de uma estrutura de concentração

de renda das mais perversas como é a do Brasil. Ou seja, ´classe média no Brasil é elite´ - é quem teve alguns privilégios como tempo de escolaridade acima dos doze anos, educação superior, plano de saúde privado, frequência aos ambientes de cultura (teatro, cinema, excursões acadêmicas, formação fora), especialização, formação para o trabalho não manual etc. São indicações preciosas que fortalecem a interpretação de Wright Mills no livro clássico, publicado em 1951 nos Estados Unidos da América do Norte intitulado *A Nova Classe Média*, referência crucial a este projeto de pesquisa.

Mas a elite brasileira também não se vê como elite; se vê como classe média. Uma elite - já nos mostrou Elisa Reis - que chegou aonde chegou "por sorte", talvez não possa mesmo se autoidentificar como elite, espécie de usurpação indevida de um lugar que não lhe foi conferido por esforço, trabalho, competência ou dedicação, mas por sorte, favor, acaso, imprevisto, conhecimento, amizade etc. Uma sucessão de privilégios. Ser classe média em país com tal distância entre a grande maioria e uns poucos é ser privilegiado. Por uma percepção tão aguda da distância é que esse aglomerado recém-chegado (seria este o sentido do adjetivo "nova" qualificando a classe média?) não se poder incluir naquela categoria anunciada. Teriam consciência do que falta? *Estabilidade* e *futuro* são as categorias analíticas balizadoras da busca que orienta nossa proposta de pesquisa. A elas se relacionam outros eixos norteadores das perguntas que nos propusemos responder. E por meio delas, as dimensões de investimento pessoal e aprimoramento se mostram centrais à permanência ou fragilidade da situação em que os indivíduos e/ou as famílias se encontram, em suas próprias avaliações.

Educação e Mobilidade Social

De que maneira a *ideia de futuro* – tão importante na conformação do que seria o modo de vida da classe média tradicional - já tratada pelo sociólogo Wright Mills na década de 1950 nos Estados Unidos da América do Norte – se mantém ou não nesse grupo que está sendo recentemente denominado "a nova classe média"? Esta foi a pergunta que nucleou o experimento da pesquisa anterior, e que se mantém como central nesse novo empreendimento. Nossa convicção é que tal dimensão de futuro, em seus vários significados (futuro como expectativa, futuro como orientação de vida, futuro como definição de atitudes em direção a algum lugar/situação de vida, futuro como motivo de preparação para momento posterior esperado) pode ser o diferencial necessário à distinção sociológica entre um e outro grupo, ou seja, entre o que se constituiu como classe média tradicional, por um lado, e a chamada "nova classe média", pelo outro. A variável central neste caso - é nossa hipótese - está relacionada à educação. Tempo de escolaridade, aproveitamento e rendimento escolar, perspectivas de continuidade dos estudos na direção do ensino superior são dimensões importantes nas indagações que faremos no trabalho de campo. Ao lado dessas informações mais sistemáticas, outra dimensão nos pareceu central na distinção entre famílias analisadas. Que lugar a educação ocupa na escala de valores da própria família? É um valor em si? Está estritamente relacionada a oportunidades de ingresso no mercado de trabalho? Restringe-se exclusivamente ao ambiente formal das escolas ou é enriquecida com atividades culturais em ambiente extraescolar?

O estudo clássico de Wright Mills nos conduz a indicadores claros que nortearam os investimentos daqueles que foram por ele classificados como a "nova classe média" naquele contexto dos anos 1950 nos Estados Unidos. O tempo de formação, aprimoramento e informação ocupa lugar especial na construção de certo *ethos* de um grupo que profissionalmente se impunha no mercado de trabalho com características próprias tanto no sentido de aquisição de conhecimentos, especialização etc como no sentido de valores que pautariam seus próprios passos na conduta de vida. A ideia de progresso (também cara ao sociólogo norte-americano) de certa maneira fortalece a convicção otimista de que educação e mobilidade social se relacionam indelevelmente. Dificilmente seria possível desfazer tal convicção no contexto em que Wright Mills pautou os estudos sobre aquele imenso segmento social em um país saído vitorioso da segunda guerra, voltado para o crescimento e efervescente com relação às novas ocupações de um mercado que se diversificava à altura do otimismo que se propagava. A distinção feita por ele a respeito daqueles que conseguiam acumular conhecimento escolar com formas não convencionais de instrução, sofisticando os personagens e abrindo novas oportunidades de se moverem na estrutura ocupacional levou alguns autores, como Michael Burawoy a aproximá-lo de Pierre Bourdieu, espécie de sua contraparte na França. O "herdeiro" de Mills elaborava na França no contexto de

pesquisa sobre a rede escolar pública os conceitos de violência simbólica, capital social e capital cultural, chave na sociologia de Pierre Bourdieu.

A sociologia da educação acumula vasta tradição de lidar com a associação nem sempre constante entre formação educacional e progresso; entre educação e mobilidade ascendente. Um volume substancial de investigações tem sido produzido e está disponibilizado nas melhores revistas de educação, nacionais e internacionais em resposta aos alertas de Pierre Bourdieu a respeito da assimétrica relação entre escola e aprendizado, da interferência do background dos estudantes no processo de aprendizagem, dos processos excludentes no interior da comunidade escolar daqueles que não conseguem manejar-se nos meandros dos discursos narrativos constantes das mensagens em salas de aula, dos hábitos cultivados em ambientes menos favoráveis diante dos programas destinados à escolarização universal, entre outras provocações que culminam na ideia de que a escola pode promover o recrudescimento da desigualdade. Os estudos vão de uma ponta a outra, ora valorizando a escola como única oportunidade disponível ao conjunto maior da sociedade de promover alguma diferença diante de tamanha desigualdade na vivência social, ora alertando para o efeito inócuo da escola diante de forças ambientais familiares e sociais tão adversas. No entanto, as imperfeições decorrentes dos processos de universalização do direito à educação, bem considerado socialmente relevante na vida republicana, não têm sido capazes de retirar a variável educacional como definidora de destinos e trajetórias individuais e familiares. Esta é uma das dimensões de pesquisa que estamos propondo seja eixo em torno do qual outras dimensões sejam mobilizadas e tratadas.

Processos de socialização e trajetórias familiares; Dimensões sociais e políticas

Uma das questões levantadas por especialistas a respeito da classe média e das novas classes médias diz respeito ao seu comportamento político. Seriam mais conservadoras? Resistiriam a mudanças em momentos quando percebem aferição de ganhos, ainda que incertos ou provisórios? O que esperar politicamente de um grupo que ingressa abruptamente em um mercado de consumo? Que tipo de eleitores seria? Como se comportariam na comunidade politicamente organizada?

Essa é uma dimensão da pesquisa que tem no campo da socialização política e nos estudos de cultura política forte inspiração. Gabriel Almond e Sidney Verba são referências clássicas quando se mobiliza o conceito de cultura política.[4] Segundo a definição proposta por eles, a cultura política é o modelo de atitudes e orientações face à política pelos membros de um sistema político. Estamos tratando de um padrão particular de orientações para a ação política, de um conjunto de significados e intenções dentro do qual operam os sistemas políticos. Crenças, valores, símbolos, orientações de conduta são elementos cruciais na interpretação das escolhas, das recusas e do posicionamento dos indivíduos diante de questões que envolvem a vida política na sociedade. Comportamentos são baseados em crenças; crenças são estimuladas ou transmitidas no ambiente social por vários mecanismos. Saber o quanto transmissões são internalizadas e se transformam em atitudes é um desafio posto aos que se interessam pelo fenômeno sociológico da transmissão/aprendizado de noções relevantes à compreensão do universo de valores que informa decisões de natureza política e social. Não se trata de processo linear; sequer se trata de alguma noção universalmente apreensível. Sujeição, rejeição, participação, inércia, indiferença, ativismo, passividade entre outras possíveis percepções inserem-se no emaranhado do que se categorizou como socialização política, processo de socialização ou cultura política e cívica. Participação centrada em instituições de natureza local, paroquial traduziria o que os autores entenderam como cultura cívica, e dificilmente seria possível atribuir homogeneidade nesses processos de socialização. Variariam não apenas de acordo com o tipo de valores e crenças privilegiados em contextos diferenciados, como também pela forma como indivíduos e grupos internalizam as mensagens neles contidas.

Processos sociológicos de aprendizado de valores ocuparam outras matrizes de pensamento. Norbert Elias em seu clássico livro *O processo civilizador* traz a questão reforçada pelas conjunturas específicas de países distintos e deixa sugestões de análise que passam pelas lições dos manuais de civilidade como instrumentos de formação de comportamentos e atitudes socialmente aceitáveis, ao conceito de habitus tão caro à socio-

---

4 Cf. ALMOND, G.; VERBA, S. (1989). The civic culture: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press; ALMOND, G. (1980). *The intellectual history of the civic culture*. In: ALMOND, G.; VERBA, S. (Eds.) (1980) *The civic culture revisited*. Boston: Little, Brown and Company, p. 1-37.

logia de Pierre Bourdieu. Aprendizados sociais, culturais e políticos compõem estoques "civilizatórios" na medida em que traduzem bens racionalmente acumulados e transmitidos nas diversas culturas e expressos de maneiras próprias. Aos dois, Elias e Bourdieu, não escapou a dimensão classificatória, bem como seus efeitos hierarquizadores sobre a convivência social. Desta maneira, em ambas as contribuições analíticas, as de Elias e Bourdieu, neutraliza-se o efeito passivo que a teoria da cultura política, tal como concebida por Almond e Verba parece sugerir – fonte de boa parte das críticas dirigidas aos dois sociólogos. Na esfera classificatória abre-se espaço para consideração das assimetrias (Elias), das imposições simbólicas (Bourdieu) e dos conflitos que pautas concorrentes provocam na definição do que será considerado legítimo ou aceitável socialmente.
Essas são referências nucleares do que pretendemos aferir do aprendizado de valores que as famílias das classes médias tradicionais e das novas classes médias incorporaram em suas percepções como atores sociais e políticos. O que aprenderam, onde aprenderam noções básicas de participação na vida social; em que instituições participaram; como percebem sua vivência escolarizada; o que projetam para seus filhos; como veem as políticas; como avaliam os governos; de que maneira escolheram seus candidatos nas últimas eleições; que opinião têm sobre o futuro; que lugar atribuem pertencer na escala social. O aprendizado de valores e a interpretação que têm sobre questões da vida cotidiana ajudam na composição de um quadro compreensivo do fenômeno que estamos investigando.

3. Metodologia

Este projeto consiste em um programa de estudos e uma ampla agenda específica de pesquisas que serão realizadas no Brasil e que terão o marco comparativo internacional. Serão incorporadas nessa proposta metodologias quantitativas e qualitativas. A meta é realizar entrevistas em profundidade e etnografias, bem como estudos estatísticos com base nos dados dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010.
Consideramos essencial a realização de estudos que permitam capturar estilos de vida e visões de mundo e, para esta finalidade, é indispensável lançar mão de métodos qualitativos que possibilitem o aprofundamento e acompanhamento mais próximo dos fenômenos em análise. Já nos beneficiamos de uma etapa anterior de pesquisa onde entrevistas em profundidade, com roteiro definido pela equipe composta de pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Fundação Getúlio Vargas foram realizadas e serviram de exemplo a experimento mais aprofundado. A pesquisa de campo, para aplicação das entrevistas abertas, será feita pelos estudantes de pós-graduação envolvidos no projeto, sob a supervisão da coordenadora do projeto e dos professores de metodologia do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A contraparte portuguesa será igualmente levada com a experiência consolidada do grupo de professores do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE)[5] sob a liderança de António Firmino da Costa[6].

---

5 O ISCTE-IUL é a instituição universitária líder no ensino e na investigação em Sociologia em Portugal. A Licenciatura em Sociologia do ISCTE foi a primeira a ser criada no ensino superior público em Portugal. O número de teses de mestrado e de doutorado em Sociologia defendidos no ISTE-IUL é o mais elevado da universidade portuguesa. O Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) é um centro de referência na área da Sociologia em Portugal.

6 **António Firmino da Costa**. Doutor em Sociologia. Professor catedrático do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Investigador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL). Pesquisa sobre desigualdades sociais, literacia e educação, ciência e sociedade, identidades culturais e culturas urbanas, metodologia das ciências sociais. Algumas publicações: *Percursos de Estudantes no Ensino Superior* (2014); "Mixed-methods evaluation in complex programmes" (2013); *Desigualdades Sociais Contemporâneas* (2012); "Social classes and educational assets: a transnational analysis" (2009); *Públicos da Ciência em Portugal* (2002); *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural* (1999).

> Daremos ênfase especial às etnografias com famílias que representam a classe média tradicional e à nova classe média. As etnografias serão conduzidas por mim e pelos professores que integrarão a interlocução de pesquisa no Rio e em Lisboa. Técnicas de georreferenciamento serão valorizadas com o objetivo de examinar as relações entre classes e espaço da área selecionada para a pesquisa: o bairro de Madureira no Rio de Janeiro. Em Lisboa, a equipe definirá o bairro tipicamente considerado subúrbio para proceder à comparação com o campo no Rio de Janeiro. Dinâmicas sociais e demográficas se cruzarão de modo a viabilizar a análise sociológica pretendida da distribuição de classes específicas em espaços específicos da zona suburbana da cidade. Também o subúrbio classifica seu espaço, hierarquizando-o e dotando-o de valores em escala do mais ou menos privilegiado.

A agenda de pesquisa aqui exposta implicará o cruzamento ou a valorização de metodologias específicas pelo conjunto amplo e variado de dimensões a serem contempladas. Ao menos três dissertações de mestrado, uma de doutorado, além da produção da própria coordenadora do projeto estão consideradas nesta proposta. Cada um dos objetos construídos exigirá um tipo mais próprio de caminho a ser selecionado. Fatores sócio demográficos e ocupacionais, indicadores de gostos, estilos de vida, processos de socialização, expectativa e percepções de futuro por parte da amostra selecionada para pesquisa, tudo isso demandará o que metodologicamente tem sido nomeado como "triangulação metodológica" – trajeto mais rico de aproximação ao campo de pesquisa pela mobilização de técnicas quantitativas e qualitativas de pesquisa. Integram a equipe do projeto os estudantes de pós-graduação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Izabelle Vieira (Doutorado), Amanda Bueno (Mestrado) e Tiago Magaldi (Mestrado). Todos eles estão comprometidos com a pesquisa e o desenho de suas próprias pesquisas nasceu e se desenvolverá no escopo desta pesquisa.

Bibliografia de referência

ALBUQUERQUE, G. (1977). *Classes médias e política no Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BARROS, R. CARVALHO, M. FRANCO, S. Mendonça, R. (2010). *Determinantes da Queda na Desigualdade de Renda no Brasil*. IPEA. Texto para discussão nº 1460.

BOURDIEU, Pierre.(2008) *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, SP, Edusp.

BURRIS, V.(1986) *The Discovery of the New Middle Class*. *Theory and Society*. 15, p. 317-49.

DAHRENDORF, R. (1959), *Class and Class Conflict in Industrial Society*. London: Routledge and Kegan Paul.

EHRENREICH, B. EHRENREICH, J.(1979), *The professional-managerial class*, in P. WALKER (ed.) (1979), *Between Labour and Capital*, New York: Monthly Review.

ERIKSON, R. GOLDTHORPE, J. H. PORTOCARERO, L.(1979) *Intergenerational Class Mobility in Three Western European Societies*. *British Journal of Sociology*, 30. 415-41.

GOLDTHORPE, J.H. (1995), *The Service Class Revisite'* in M. Savage and T. Butler (eds) *Social Change and the Middle Classes*, London: UCL Press.

GOLDTHORPE, John H. (2000), *Social Class and the Differentiation of Employment Contracts.* In: GOLDTHORPE, J. *On Sociology: numbers, narratives, and the integration of research and theory*. Oxford University Press.

GOULDNER, A. W. (1979), *The Future of intellectuals and the Rise of the New Class*, New York: Continuum.

GRUSKY, D.(2008), - *Social Stratification: Class, race and gender in Sociological perspective*. Stanford, Westview Press.

MARQUES, Eduardo. SCALON, Celi. OLIVEIRA, Maria Aparecida. (2009), *Estrutura Social e Classe em Duas Metrópoles Brasileiras*. In: SCALON, C. *Ensaios de Estratificação*. Belo Horizonte, Argumentum.

MILLS, C. Wright. (1951), *White Collar*. New York: Oxford University Press.

NERI, M. - *A Nova Classe Média* (2008), Rio de Janeiro/RJ. CPS/FGV.

PAKULSKI, J. e WATERS, M. (1996), *The Death of Class*. London, Sage Publications.

SALATA, André. (2014), *Quem é Classe Média no Brasil? Um Estudo Sobre Identidades de Classe*. [Tese de doutorado defendida no Instituto de Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), orientada por Celi Scalon]

QUADROS, W. (2003), *A evolução recente das classes sociais no Brasil*. In: HENRIQUE, W. PRONI, M. (org.). *Trabalho, Mercado e Sociedade*. São Paulo: UNESP; Campinas: IE/UNICAMP.

QUADROS, W. (1985) *A nova classe média brasileira*. Campinas: IE/UNICAMP.

QUADROS, W. (1991), *O "milagre brasileiro" e a expansão da nova classe média*. Campinas: IE/UNICAMP.

RIFKIN, J. (1995), *The End of Work: The Decline of the Global Labor Force and the Dawn of the Post-Market Era.* New York, Putnam Publishing Group.

ROEMER, J. (1982), *A General Theory of Exploitation and Class*. Cambridge, MA, Harvard University Press.

ROMANELLI, G. (1996), *Famílias de camadas médias. A trajetória da modernidade*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo (USP).

SCALON, C. (2011) *Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate*. *Contemporânea*, vol 1, p.49-68.

SCALON, C. e SANTOS, J.A. (2010) *Desigualdades, Classes e Estratificação Social*. In: *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Sociologia*. São Paulo, ANPOCS.

SCALON, C. (1999), *Mobilidade Social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro, Revan.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.(2014) *Comissão para definição da classe média no Brasil.* Disponível em: http://www.sae.gov.br/vozesdaclassemedia/?page_id=470. Data de acesso: 12/06/2014.

_____. *Perguntas e respostas sobre a definição da classe média.* Disponível em: http://www.sae.gov.br/vozesdaclassemedia/?page_id=470. Data de acesso: 12/06/2014.

_____. *Vozes da classe média: é ouvindo a população que se constroem políticas públicas adequadas. (2014)*Disponível em http://www.sae.gov.br/vozesdaclassemedia/?page_id=36. Data de acesso: 12/06/2014.

_____. *Vozes da classe média.*(2014) Caderno 2: desigualdade, heterogeneidade e diversidade. Disponível em http://www.sae.gov.br/vozesdaclassemedia/?page_id=36. Data de acesso: 12/06/2014.

_____. *Vozes da classe média.(2014*), Caderno 3. Disponível em http://www.sae.gov.br/vozesdaclassemedia/?page_id=36. Data de acesso: 12/06/2014.

_____. *Vozes da classe média*. (2014), Caderno 4: classe média e emprego assalariado. Disponível em http://www.sae.gov.br/vozesdaclassemedia/?page_id=36. Data de acesso: 12/06/2014.

SEN, Amartya.(2001), *Desigualdade Reexaminada.* São Paulo, Record.

SOBRINHO, Guilherme G. de F. Xavier.(2011), *"Classe C" e sua alardeada ascensão: nova? Classe? Média? Índice Econômico*. FEE. Porto Alegre, v.38, n.4, p.57-80.

SOUZA, Amaury. LAMOUNIER, Bolívar. (2001), *A Classe Média Brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. Rio de Janeiro/RJ. Elsevier.

SOUZA, Jessé. (2010), *Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: UFMG.

TORRES, H. (2004), *Quem é classe média no Brasil*. *Gazeta Mercantil* - *Opinião* - 23/2/2004

WARDE, A. (2005), *Consumption and Theories of Practices, Journal of Consumer Culture*, vol. 5 (2), pp 131-153.

WEBER, M. (1977) *Class, status and party*. In: GERTH, H.H.; MILLS, C.W. *From Max Weber: Essays in Sociology*. New York, Oxford University Press.

WEBER, M. (1991), *Economia e Sociedade*. Brasília, UnB.

WRIGHT, Erik Olin.(1986), *What is Middle about the Middle Class?* In: Roemer, John (org) *Analytical Marxism*. Cambridge University Press.

WRIGHT, Erik Olin. (1978), *Class, Crisis and the State*. London: New Left Books.

WRIGHT, Erik Olin. (1989), *The Debate on Classes*. London, Verso.

Consumo e classes sociais: elos de pertença e fronteiras simbólicas

Ana Lúcia de Castro[1]
UNESP, Araraquara.
Castroanalucia75@gmail.com

Esta comunicação visa contribuir para a compreensão acerca das visões sobre a classe média presentes na concepção de indivíduos de baixa renda, residentes em uma favela na periferia da Grande São Paulo, Brasil, tomando-se como chave analítica a discussão sobre a dimensão simbólica do consumo na cultura contemporânea. Esta reflexão ganha maior densidade ao lembrarmos que a vinculação entre consumo e classes populares não era, até recentemente, algo comum nas reflexões das ciências sociais, que, via de regra, associavam o tema do consumo ao universo das classes médias e não vislumbravam a possibilidade de o trabalhador de baixa renda adquirir outros produtos, além dos assim chamados *de primeira necessidade.*

Duas mudanças concorrem para que esta associação passe a ser colocada na agenda do debate, sendo a primeira de ordem teórica, enquanto a segunda diz respeito a mudanças concretas ocorridas na estrutura social brasileira. No que toca à discussão teórica, notamos uma inflexão no debate sobre consumo, a partir do desenvolvimento de uma perspectiva analítica sócio-antropológica acerca da circulação e apropriação de bens, que se afastava das explicações vigentes e buscava construir uma nova lente para a interpretação do fenômeno, até então analisado por uma visão pautada em dualismos e polarizações. Esta perspectiva, que enfatiza os *aspectos simbólicos das trocas e apropriações dos objetos*, foi construída, num primeiro momento, a partir da contribuição de várias pesquisas etnográficas e abriu espaço para se pensar o consumo não só como apropriação direta de bens por intermediação monetária, mas também como usos e ressignificações de bens imateriais, tais como imagens e sensações.

As pioneiras reflexões de Marcel Mauss são fundamentais para o necessário esforço de alargamento da compreensão acerca da ideia de mercado, ampliando seu entendimento para além das sociedades ocidentais, como forma de refinar sua compreensão no interior dessas mesmas sociedades. No célebre *Ensaio sobre a dádiva* (2003), o autor reúne um significativo conjunto de dados e relatos etnográficos no sentido de contribuir para o entendimento do sentido das trocas – não apenas materiais - em diversos grupos humanos.

Uma das principais contribuições de Mauss reside no desvendamento do caráter simbólico das trocas e na desconstrução do pressuposto utilitarista de que os grupos não ocidentais estariam numa espécie de estágio pré econômico, em que os indivíduos se voltariam apenas para a busca do alimento para subsistência individual. A crítica às análises que reduzem as relações econômicas entre os homens à dimensão prático-utilitarista tem continuidade nas reflexões de Marshall Sahlins, quem aponta criticamente para a necessidade de construção de um olhar analítico que se volte para a ordem cognitiva complexa de categorias culturais e suas relações na discussão das apropriações e interdições de bens de consumo, a exemplo de como ele próprio opera no ensaio *La penseé Bourgeoise* (Sahlins, 2003)

Em *Cosmologias do capitalismo* (2004) o autor amplia e refina o argumento de que as trocas de mercadorias são movidas, sobretudo, por uma dimensão que escapa aos imperativos de suas funções prático-utilitaristas, ao demonstrar que os principais produtos que moveram as relações econômicas entre os países hegemônicos no século XIX (chá, ópio e sândalo) muito se afastavam da ideia de necessidade, como vem sendo sustentado numa perspectiva prático-utilitarista.

---

1 Doutora em Ciências Sociais (IFCH/UNICAMP). Realizou estágio pós-doutoral na Nottingham Trent University. Professora efetiva da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: consumo, mídia, corpo e sociedade, processos de subjetivação e identidades. Publicou, dentre outros, Culto ao corpo e sociedade:mídia, estilos de vida e cultura de consumo, em co-edição AnnaBlume e FAPESP. É Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da FCL/Unesp, campus Araraquara.

A perspectiva analítica que enfatiza a dimensão simbólica dos bens e suas apropriações, tem um importante marco no trabalho de Jean Baudrillard, que aponta o caráter *sígnico* do objeto, o qual passa a ser visto não mais apenas como um produto ou uma mercadoria, mas um signo inserido num *sistema de signos de status* (Baudrillard, 1973). Ainda que preocupado em denunciar o consumo como o elemento central e redutor das sociedades capitalistas, Baudrillard contribui para a construção de uma perspectiva sobre o consumo que aponta para além da sua dimensão prático-utilitarista. Partindo da semiologia, nos desvenda outros nexos da problemática, entendendo que o consumo supõe a manipulação ativa de signos e que na sociedade capitalista tardia o signo e a mercadoria teriam se juntado para formar a *mercadoria-signo*, conceito cunhado para enfatizar o desligamento das mercadorias de sua utilidade funcional. (Baudrillard, 1985).

Também devemos lembrar o trabalho desenvolvido por Mary Douglas (2004), ao lado do economista Baron Irshwood como importante referência à construção da perspectiva aqui delineada. Segundo os autores, caberia ao antropólogo desvendar os valores, socialmente construídos, subjacentes ao consumo dos bens, os quais configurariam a dimensão material de um ritual que ocorreria cotidianamente entre as pessoas, cujo principal elemento de sustentação seria a fixação dos significados na vida social. Nesta linha, os bens se configurariam como "pontes" ou "cercas", capazes de estabelecer elos de pertença e/ou fronteiras simbólicas entre os sujeitos e os grupos. Pautados pela noção de que toda prática diária ampara-se em um sistema simbólico, fornecedor dos referenciais sobre as maneiras de agir, e principalmente, de significar algo para os outros, os autores defendem que as mercadorias estariam, nesse sentido, exercendo o papel de comunicadores, e mais, seriam o material simbólico utilizado pelos consumidores na construção de *um universo inteligível* (DOUGLAS & ISHERWOOD, 2004).

Nesta mesma linha e partindo de ampla base empírica, Bourdieu desenvolve os principais conceitos de seu arcabouço teórico em *A distinção* (2007), ao defender a tese de que o consumo (sobretudo o consumo alimentar, vestuário e cultural) é estratégia de *distinção social*, mecanismo pelo qual os indivíduos e grupos evidenciam marcas de pertencimento a determinados círculos e, ao mesmo tempo, afastam-se de outros, reforçando fronteiras simbólicas. O principal legado de Bourdieu reside no apontamento dos sistemas classificatórios extremamente hierarquizantes que marcam as sociedades capitalistas ocidentais e na sua ênfase no exercício do *poder simbólico* nas práticas culturais (incluindo o consumo). Parte da ideia de que, nas sociedade de classes hierarquizada, a lógica que imprime sentido às práticas cotidianas, dentre elas o consumo, é a da distinção-imitação, num movimento constante de busca de afastamento dos "de baixo" para parecer com os "de cima".

Em contraponto, podemos referir os estudos de Michel de Certeau (1998), que apontam para uma outra maneira de perceber as práticas cotidianas e a forma como indivíduos se comportam diante das determinações estruturais dispostas na sociedade, ao apontar para a noção de que, em várias situações, aquilo que é imposto ao indivíduo pelas instituições (as *estratégias*) pode ser subvertido no momento da prática, quando são criadas possibilidades de ação (as *táticas*) que escapam do previamente estabelecido, pois se não contrariam totalmente a estrutura, ao menos se aproveitam das brechas deixadas pela ordem social estabelecida para proveito próprio.

De Certeau amplia as possibilidades de entendimento da ação individual diante das determinações estruturais, enfatizando os *usos* e práticas cotidianas no sentido de transcender as limitações ainda presentes na obra de Bourdieu. Essa possível manipulação simbólica, ao modo de uma *bricolagem* – que não é necessariamente arbitrária –, abre margem para o entendimento de diversos fenômenos sociais contemporâneos, possibilitando a apreensão dos diversos sentidos assumidos pelo consumo, para além da lógica da imitação-distinção.

Paralelamente ao transcurso deste debate de cunho teórico, o Brasil veio passando por mudanças em sua estrutura social, produto de políticas de inclusão social, possíveis após a estabilidade econômica propiciada pelo Plano Real. Embora concordemos com a ideia de que não se trata do surgimento de uma "nova classe média", considerando que *classe* não é uma variável apenas econômica, mas um termo que envolve valores (ethos) e práticas (modos de uso), não é de se desprezar o contingente de pessoas que passaram a ter acesso a bens de consumo, até então alijadas deste mercado. O tema não é consensual e a polêmica nasce da classificação, proposta por alguns intelectuais e técnicos ligados ao governo federal, segundo a qual seriam considerados como pertencentes à classe média os que vivem em famílias com renda *per capita* mensal entre R$ 291 e R$ 1.019 e tem baixa probabilidade de passar a ser pobre no futuro próximo.

Não se trata de negar a diminuição da desigualdade social, a redução da concentração da riqueza, a melhoria da renda dos mais pobres e o incremento das perspectivas desse setor da população, mas de questionar este conceito de classe média, que considera a renda como único fator a ser levado em conta.[2] Como aponta Souza (2010), o grupo em questão possui uma ética do trabalho, fortemente influenciada por um capital familiar, onde a transmissão de exemplos e valores do trabalho duro e continuado se faz presente, mesmo em condições adversas. Segundo o sociólogo, a herança do capital econômico é praticamente nula e o capital cultural é um bem que, ainda que existente, é inferior em relação às elites dominantes; no entanto, a família estruturada é a base que dará sustentação para conquistas de melhores condições de vida e distinção social.

Interessa-nos, neste trabalho, refletir sobre a maneira como as políticas de inclusão social têm impactado nas relações entre os grupos e nas subjetividades. Em outras palavras: se e como este contingente de novos consumidores constroem um sentido de pertença e reforçam fronteiras simbólicas entre si e em relação às *classes médias tradicionais*. Para efeitos desta análise, chamamos classes médias tradicionais àqueles grupos que, *melhor aparelhados* para a competição social, detém o capital cultural que permite o desenvolvimento de um certo estilo de vida e o cultivo e compartilhamento de um *ethos* próprio. Assim, vislumbramos contribuir para o mapeamento e compreensão dos diversos sentidos assumidos pelo consumo dentre essa nova classe de consumidores.

Para tanto, tomamos como universo empírico uma área sob intervenção do Programa de Urbanização Integrada, que encerra aproximadamente 1.500.000 m^2 e é composta por seis núcleos de favelas: Lamartine, Dominicanos, Cruzado, Missionários, Campineiros e Toledanos. Ao todo são 5.799 edificações, das quais apenas 980 estão em área urbanizada. Esta área tem o nome de Jardim Santo André, bairro do município de Santo André, grande São Paulo. Deste conjunto, elegemos para observação mais sistemática a Favela Dominicanos, por ser de menor porte (138 edificações) e contar com aproximadamente 75% dos lotes já urbanizados, nos indicando maiores possibilidades de encontrarmos uma população que, embora despossuída de recursos, goza de condições menos precárias e com algum poder de consumo e o conjunto habitacional, que, em tese, oferece aos moradores uma condição social mais "prestigiada", por gozarem de infra-estrutura urbana e oporem-se aos ainda "favelados".

O conceito de urbanização de favelas é relativamente novo e vem sendo aplicado, em sua concepção atual, desde 1998 - e tem implicações importantes, por carregar uma concepção mais ampla sobre o papel que a CDHU (Cia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) deve cumprir enquanto órgão do governo estadual voltado ao planejamento e intervenções na área habitacional. Vale ressaltar que a área em questão foi adquirida, como estoque de terras, pela CDHU em 1977, porém algumas famílias já ocupavam o local de forma irregular. A partir de 1.980 a ocupação irregular e desordenada intensificou-se, transformando-a em um dos maiores assentamentos precários em terreno de propriedade da CDHU. No final dos anos 80, a CDHU iniciou um processo de intervenção na área, *reassentando* as famílias moradoras do Jardim Santo André em novas unidades habitacionais (Uhs) construídas e financiadas pela Cia. Em 1.998 o caráter da intervenção da CDHU muda, com a proposta de se introduzir o conceito de urbanização de favelas e não ter sua ação mais reduzida apenas à produção de Unidades habitacionais, ampliando-se o campo de preocupação das ações implementadas, que agora deveriam considerar também os espaços para prestação de serviços de saúde, escolas e áreas de lazer e convivência.

Esta recente ampliação do conceito de urbanização de favelas, que agora carrega outras políticas sociais em seu bojo, coincide com as políticas de distribuição de renda implementadas pelo governo federal, que alçam à condição de consumidor parcelas da população antes alijadas do mercado. Este contingente de consumidores que vem sendo denominado de *nova classe média* é parte das mudanças estruturais que vêm conferindo uma nova conformação à sociedade brasileira, tais como o crescimento da taxa de urbanização (84,3% em 2010, contra 45,1% em 1960), do emprego no setor serviços (7,6% em 2008 e 22,5% em 1950) e a queda na taxa de fecundidade (1,86% em 2010 e 6,21% em 1950).

Outros dados informam a mudança na pirâmide social. Ainda que totalmente frágil do ponto de vista sociológico, a classificação proposta pelos técnicos do governo federal indica algo novo. Entre 2004 e 2010, 32 milhões

2 Setti, R. *Especialistas divergem sobre a ascensão da nova classe média*. Revista Veja, 15/10/12

de pessoas ascenderam socialmente, ainda que discordemos da denominação: teriam ascendido à categoria de classes médias, segundo estudo da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República. Por este estudo, estima-se que o Brasil tenha 104 milhões de pessoas na *classe média*, o que representa 53% da população brasileira – 20% estão na classe alta e 28% na baixa, enquanto, sob o mesmo critério de classificação, apenas 38% da população estaria na *classe média* em 2002.

Parece-nos que a vinculação da problemática acerca dos processos de construção de identidades neste contexto, aqui denominado de "novo Brasil", à discussão sobre consumo, revela-se como chave interessante para adentrarmos na reflexão aqui proposta, cujo ponto de partida é uma perspectiva que busca afastar-se dos preconceitos que cercam o consumo popular, apontados por Miller (2004), bem como da razão prática atrelada ao tema, e vislumbra contribuir para o mapeamento e compreensão dos diversos sentidos assumidos pelo consumo dentre essa nova classe de consumidores.

Um breve perfil

A partir de um amplo levantamento realizado com uma amostragem da população residentes nas 6 favelas do Jd.Santo André, envolvendo 365 famílias e 1340 moradores, podemos traçar um panorama das condições de vida e dos hábitos de consumo desta população. Vale ressaltar que o tratamento dos dados ainda está em andamento e esta análise ainda é preliminar.

Para boa parte dos moradores, rede de contatos foi o principal caminho para chegada no bairro. Boa parte das famílias entrevistadas aponta como motivo principal para ter ido morar no local o fato de já terem parentes ou amigos lá morando anteriormente (33,1%). Outra parte considerável das famílias (31,1%) aponta como principal motivo o preço acessível de aluguel ou compra de imóvel - ou o único local encontrado - enquanto 27,7% delas buscaram, simplesmente, deixar de pagar aluguel.

Quanto à procedência, 83,3% das famílias advém do próprio Estado de São Paulo, e as demais, prioritariamente, de estados do nordeste, com predominância de Pernambuco (6,3%). Quando perguntado se família era atendida por algum benefício social, mais da metade delas afirmam que não (64,4%), enquanto apenas 35,6% afirma usufruir de algum benefício social.

Chama atenção o dado relativo ao gosto de se morar no local. A grande maioria das famílias entrevistadas afirma gostar de morar no núcleo, o que revela vínculos de afetividade e identificações construídos no local. Este dado é reforçado pelo fato de que, ao serem questionados sobre o desejo ou planejamento de mudança, 61,9% das famílias afirmam não planejarem.

Um dado revelador do isolamento, distância e dificuldades de comunicação no local analisado refere-se à maneira como a correspondência é entregue. Apenas 58,9% das famílias entrevistadas afirma receber entregas do correio pelo carteiro, enquanto 11,2% afirma não ter nenhum modo de receber correspondências. Recorrer a endereços de amigos, parentes ou mesmo ir retirar no posto do correio é a alternativa para 13,7%, enquanto 9,6% retiram na Associação de moradores ou em comércios e 6, 3% utilizam serviço de caixa postal.

O tratamento relativo à água de beber pelas famílias entrevistadas também é um indicador da precariedade em que vivem. Quase a metade delas (47,7%) ingerem água sem tratamento algum. O principal método utilizado por aqueles que costumam tratar a água de beber é a filtração (42,2%), enquanto 8,4% compram água em galões e 3% utilizam-se de cloração ou fervura.

A maioria das famílias que compõem a amostra (94%) reside em área em processo de urbanização e em moradia própria (95,9%). Praticamente 10% das famílias mora em edificações com apenas um ou dois cômodos. Quase a metade delas (49,3%) contam com habitações com três ou quatro cômodos. Em casas com 5 cômodos moram 20,3% das famílias entrevistadas. Quanto ao número de dormitórios, apuramos que 87,7% das famílias dispõem de até dois cômodos para dormir, sendo que deste, 46,3% dispõem de apenas um dormitório.

A posse de bens materiais é um indicador importante das condições materiais de vida desta população. Quase a metade não conta com aparelho de som e rádio em casa: 45,8% e 47,4%, respectivamente, não adquiriram estes bens de consumo. Em consonância com outros estudos realizados, inclusive o Censo, a televisão, contudo, está presente no cotidiano da quase totalidade das famílias entrevistadas. Apenas 2,5% afirmaram não ter o aparelho em casa, enquanto 58,1% têm um dele e 32,9% afirmam ter dois televisores em seus lares. Há, ainda, lares com três (5,2%) e quatro (1,4%) aparelhos de televisão. Geladeira é um bem de consumo presente na totalidade dos lares e DVD está presente na grande maioria dos lares (78,4%).

A máquina de lavar ainda está ausente de 47,1% das moradias, das quais 40,8% não contam nem com a opção do tanquinho. O aspirador de pó só foi adquirido por 7,1% das famílias entrevistadas, enquanto a grande maioria (92,3%) não o adquiriu. Mais da metade destas famílias não contam com telefone fixo em casa (54%), mas apenas 20% delas também não têm celular: 44,7% das famílias contam com um aparelho, 26,6% com dois deles e 6,3% com três. A grande maioria não adquiriu computador (74,5%) e o veículo automotivo está presente na vida de apenas 27,7% destas famílias, enquanto 71,2% não possuem automóvel e 89% nem automóvel nem moto, sendo este último veículo possuído por apenas10,1% das famílias.

A escolaridade dos moradores das favelas do Núcleo Jd. Santo André é baixa. Do total de habitantes que compõem a amostra (1340), 9,9% concluiu a quarta série do fundamental. Apenas 10,6% concluíram a quinta série, que somados ao 6,8% que concluíram o sexto ano, computam 17,4% de moradores que concluíram o grau de escolaridade correspondente ao antigo primário, atual ensino fundamental I. Aqueles que chegaram a concluir ao oitavo ano representam 7,1% da amostra, que somados aos que concluíram o nono ano, totalizam 10,7% que concluíram o fundamental II, antigo ginásio. O ensino médio foi concluído por 16,3% do total de entrevistados que compõem a amostra. Quase 3% nunca frequentou a escola e não sabe ler e escrever, enquanto menos de 1% também nunca frequentou, mas sabe ler e escrever.

Dentre os indivíduos que compõem a amostra e que possuem alguma fonte de renda, 53,7% exercem trabalho regular, 8,7% exercem trabalho ocasionalmente e 0,4% recebem seguro desemprego. Há aqueles que percebem sua fonte de renda advinda de Programas sociais (6,1%); aposentadoria (5,1%) e auxílio INSS ou pensão alimentícia.

A renda média aferida foi de R$ 624,03 e a maior parte da renda das famílias entrevistadas é dispendida com alimentação, pois praticamente metade delas gastam um valor entre R$ 300,00 e R$ 600,00 com despesas alimentares. O segundo ítem que mais absorve a renda das famílias é o vestuário: 59,4% do total das famílias declaram ter algum tipo de despesa mensal para atender à necessidade de vestir-se, dentre elas, 96,3% delas afirmam dispender até R$ 200,00 mensais com roupas, sendo que 67,3% gastam o valor de até R$ 50,00 com este ítem.

Gás, energia elétrica água são itens de despesa mensais para boa parte das famílias que compõem a amostra, respectivamente: 96,1%; 81% e 57,8%. Contudo, para quase a totalidade das famílias que gastam com este itens de consumo, os valores absorvidos ficam na faixa de até R$ 50,00, com exceção da energia elétrica que, um pouco mais cara, absorve até R$ 100,00 de 40,9% das famílias que dispendem com este ítem. Despesas com telefone são regulares para 68,7% das famílias, dentre as quais 92,5% declaram gastar até R$ 100,00.

As despesas com transporte e locomoção ocupam importante lugar no "ranking" de itens de consumo: 52,7% do total de famílias entrevistadas afirma ter este tipo de despesa mensal que fica na faixa de até R$ 200,00 mensais para 54,4% das famílias que contabilizam este tipo de gasto.

Saúde aparece como item de despesa mensal para 40,8% das famílias. Dentre as famílias que afirmam ter este tipo de gasto regularmente, 81,2% dispendem até R$ 200,00 com o ítem.

Lazer e Educação aparecem como ítem de despesa regular para apenas aproximadamente 12% do total das famílias que compõem a amostra. Dentre as famílias que declaram ter algum tipo de despesa com lazer, 91% afirma dispender até R$ 200,00 mensais, sendo que 70,5% delas dispendem até R$ 100,00. Dentre as famílias que afirmam ter gastos regulares com educação, 86,7% declaram gastar a quantia mensal de até R$ 200,00, sendo que 59,5 dispendem um valor correspondente a até R$100,00.

Estes dados nos indicam, de modo geral, que estas famílias vivem no limiar da subsistência, com quase a totalidade de seu orçamento comprometido com itens básicos de sobrevivência. Contudo, buscando um aprofundamento e mapeamento dos sentidos do consumo, iniciamos a sondagem etnográfica, realizando algumas incursões a campo e percebemos a circulação de bens e produtos associados a ao universo das grifes, o que nos levou a outros aspectos da discussão, e a outros percursos analíticos.

Sentidos do consumo

A proposição desta experiência etnográfica que prevê o "encontro empático" com os consumidores, busca, de um lado, contribuir ao esforço de *restituir a dimensão cultural de nossa sociedade,* em geral tratada apenas como economia (Appadurai, 2008), numa *abordagem da cultura material por meio das nuanças da imersão etnográfica*, tal como desenvolvida por Miller; e de outro lado, colaborar para a construção de uma perspectiva

analítica que alargue a corriqueira continuidade das obras de Veblen (1983) e Bourdieu (2007), tão presente nas ciências sociais, ora tomando-se exemplos extremos de consumo conspícuo como caracterização de todo e qualquer consumo, ora indicando-se a instrumentalização de bens de consumo nas estratégias de distinção.
Em uma breve sondagem na favela estudada, salta-nos aos olhos os varais improvisados com camisetas estampando grifes conhecidas. Em um mesmo quintal de "terra batida", é possível flagrar criação de galinhas e um adolescente portando um boné de marca renomada e cobiçada pelos jovens. Partindo do pressuposto de que a discussão acerca do que pode ser considerado "produto de primeira necessidade" é estéril, [3] focamos a aquisição de todo tipo de produto, tanto aqueles que se voltam ao abastecimento rotineiro, como os voltados à construção da aparência, como acessórios, roupas e produtos de beleza, para uso próprio/familiar ou para fins de presentear.
Um outro aspecto que nos chamou atenção, nessas primeiras observações, refere-se ao fato de que, embora bastante isolados e com precariedade material extrema (distância de 3 km até o ponto de ônibus mais próximo, ruas sem asfaltamento, habitações em piso de terra batida, ausência ou improvisação de mobiliário), os moradores do local contam com um grande número de "salões de beleza", invariavelmente com uma placa, em madeirite, papelão, ou outro tipo de material barato, estampando os dizeres: *fazemos chapinha* ou *escova progressiva*. Esta intrigante recorrência, observada nas primeiras sondagens exploratórias, será nosso ponto de partida na busca das "categorias de entendimento próximo", possíveis de serem detectadas apenas com o paciente e denso trabalho etnográfico (GEERTZ, 1997).
Caminhando pelas ruas, becos e vielas do bairro, nos deparamos com realidades muito diversas. Em uma rua em que a intervenção da CDHU é mais antiga, as antigas casinhas entregues no início dos anos 90 e já quitadas passaram por ampliações e reformas, algumas delas contando agora com garagens para três carros, portões com altas grades de ferro, calçada e quintal pavimentados, pintura externa, enquanto três ruas abaixo, numa ocupação irregular próxima a um córrego por onde passa um esgoto a céu aberto, avistamos barracões construídos com materiais improvisados, quintal de terra batida com criações de galinhas.
A distância de supermercados próximos é suprida por vários pequenos pontos comerciais, com venda de produtos básicos, como arroz, feijão, óleo e material de limpeza, que contam sempre com um balcão onde se serve a "branquinha".[4]
Ao avistar uma longa fila logo descubro que se trata de distribuição de uma "cesta básica", composta por arroz, feijão, óleo e um cacho de banana. O local da distribuição é a Associação de moradores e a pessoa que organiza é Célia[5], quem depois se demonstrou liderança e figura histórica no local e é proprietária da casa ao lado do galpão que abriga a Associação. Inicio uma conversa com ela, que pede para marcar para um outro dia, pois está naquele momento muito ocupada no atendimento às pessoas. Numa segunda visita, realizo uma entrevista, na qual ela conta que mudou para o bairro há 27 anos, quando integrava um grupo que realizou as primeiras ocupações no local. Seu papel de liderança vai se evidenciando no decorrer da entrevista e ela relata que concorreu à vereadora na última eleição, mas não se elegeu. É Curioso percebermos como este perfil de liderança local está ligado à atuação dos técnicos sociais da CDHU que lá atuaram.

É uma história até legal. A construção foi em 97, lo*go que as meninas*[6] *da CDHU vieram pra Santo André.... E pediam pra acompanhar elas pra entregar uns panfletos...até aí eu não tinha muito vínculo com a minha comunidade...meu vínculo ainda estava com a outra comunidade que eu morava - que era o Jd. Cristiane. Aí, comecei a andar com o pessoal do social da CDHU, daí começou a criar uma relação estreita com as famílias, comecei a ver as necessidades, a violência.*

---

3 Sabemos que qualquer definição do que pode ser considerado útil/bem de primeira necessidade ou realmente necessário é culturalmente construída, envolvendo julgamentos morais e juízos de valores. (Douglas & Irshwood, 2004; Sahlins, 2004)

4 Nome atribuído pelos moradores à pinga.

5 Todos os informantes receberam nomes fictícios.

6 A entrevistada se refere na entrevista às técnicas da área social da CDHU como "meninas da CDHU".

E quanto à criação do galpão que abriga a Associação de moradores, relata:

Daí, até a assistente social falou "vamos abrir uma associação" que na época não tinha, só tinha de futebol, mas uma coisa bem fechada, bem individual. E a gente abriu a associação, depois de muitos anos, e começamos a ajudar a comunidade. Começamos com uma casa caindo aos pedaços, fomos para um barracão e hoje estamos aqui.

A diferença sentida em sua vida e na dos seus vizinho é expressa na fala de Célia pela ênfase em uma grande melhora, tanto das condições de vida, como das oportunidades que se colocam. Quando solicitada a falar mais um pouco sobre as mudanças que ela percebia na vida das pessoas do local desde a chegada das técnicas da CDHU, ela afirma:

Nossa! Mudou a visão, a atitude...um processo muito bom que eles passaram. A urbanização... hoje já não falam mais comunidade, falam bairro. Tem direito a escola, a estudar, a fazer faculdade. E também a troca né: se tenho direito também tenho deveres. Eles começaram a ter essa visão que não tinham.
(...). O governo federal ajuda bastante também... vou dizer até 2010 com a bolsa família essas coisas. Só que eu acho que é pouco. Acho que a maior participação com a mudança de direitos e deveres foi a CDHU. As técnicas...o trabalho delas "olha isso daqui está certo, isso está errado".

Mas, a despeito de reconhecer a grande melhora sentida nas condições de vida no local, Célia insiste que ainda há muito a fazer, lembrando dos projetos inacabados que ficaram paralisados no passado...

Hoje todo mundo tão comendo melhor. Morando melhor...acho que algumas tão devendo ainda ...a CDHU, precisa melhorar mais. Tem muita coisa mal feita pra trás que precisa ser revista. Mas em vista do que era, ta bom, mas dá pra ficar melhor.... é preciso mais renda mais trabalho, mais cursos profissionalizantes, porque com a CDHU agente conseguiu bastante cursos profissionalizantes, com a prefeitura.

Quando questionada se poderíamos dizer que as pessoas do bairro agora eram de classe média, percebemos que a visão economicista defendida pelo governo federal penetrou no discurso da entrevistada

Agora essas pessoa tudo pode dizer que são da classe média..... O poder aquisitivo delas tão melhor e a questão da moradia....temos um grupo mínimo que vive numa moradia indigna, sub humano.... mas a maioria já se sente da classe média...com certeza. Posso te garantir. Temos pessoas fazendo faculdade...já é uma coisa de outro mundo. Cursos...eles se sentem sim. Pelo jeito, modo de falar. As vezes eu até brinco "ei ta pagando né". Poder aquisitivo grande.

Tentando explorar melhor a relação com a sua visão sobre a *classe* média, insisti na pergunta sobre o que diferencia a classe média dos pobres, e a entrevistada aponta a idéia de oportunidade:

....acho assim: é o poder aquisitivo que temos, uma boa moradia.... eu não digo que é pobre, é que não teve uma oportunidade... .não ter tido oportunidade de ter uma moradia de ter um curso profissionalizante, de ter estudo, isso faz com que eles tenham uma precariedade tremenda, sabe e não tem como... como eu sobrevivo a esse mundo...A esse país se eu não tenho apoio do poder público. E a sociedade civil que tem também uma parcelinha de culpa que vê eles como paisagem...eles não existem...já faz parte daquela paisagem. É isso que eu acho.

É interessante perceber que, no que se refere à aquisição de bens materiais, embora no plano discursivo apareça a idéia de que sentem-se *incluídos* num universo social ao qual antes não pertenciam, identificado como *classe média*, quando observamos as apropriações destes bens como forma de "parecer" com as pessoas identificadas como pertencentes à classe média, notamos a negação do desejo de pertencer ou parecer com ela, geralmente

associada a uma imagem negativa. Esta direção na análise, relativa ao não desejo de pertença à classe média, surgiu no decorrer de uma entrevista realizada com Mara, ajudante de cozinha, que ao ser perguntada se frequenta a "feira da madrugada"[7] para comprar produtos de grife para se parecer com a classe média, respondeu: - *Não, não quero ser esnobe como eles, nem metida, eu compro porque dura mais…*

Na mesma linha Nora, recepcionista, afirma: *Compro roupas de marca porque percebi que sou melhor aceita no meu trabalho, mas não quero ser como a classe média que fica disputando quem compra a roupa mais cara….*

Ao se referir aos bazares beneficentes que organiza no galpão da Associação, quando comercializa produtos doados, muitos dos quais roupas de marcas consagradas, como *Zara* e *Fórum*, Célia descreve os desfiles irônicos em que alguns ridicularizam personagens da televisão, imitando-as de maneira debochada.

Percebe-se, então que, quando o que está em pauta é o pertencimento à classe média pela inclusão via políticas públicas, a idéia de classe . é positivada e a pertença é desejada, mas quando a questão é a apropriação de bens para imitação, visando ***passar por, ser identificado como classe média,*** aparece uma noção negativada de classe média, expressa nos dizeres de Sonia, empregada doméstica que, ao se referir à sua patroa diz: " tenho pena dela, sabe... ela só come alface, só usa preto... deve ser muito triste"....

Estes relatos e observações preliminares me levam a trabalhar em torno da hipótese de que o consumo, dentre este grupo de baixa renda, não tem necessariamente o sentido de imitar a classe média ou denotar distinção social, mas também de acessar este universo, circular por ele - brincando e ironizando - e permanecer no seu próprio, do qual extraem prazer e expressam, algumas vezes, orgulho de pertencer. A lógica da imitação-distinção não é o que, exclusivamente, orienta o grupo em suas práticas de consumo, que a conhece e joga/brinca com ela. Isto traz uma importante implicação para a teoria sociológica, pois revela que os indivíduos não apenas reproduzem a lógica que orienta a sociedade, mas dela se apropriam e a resignificam em suas relações cotidianas.

Referências

APPADURAI, A. *A vida social das coisas.* Rio de Janeiro: Ed. UFF, 2008.

BAUDRILLARD, J. *Sociedade de consumo.* Lisboa: Edições 70, 1995.

_____ *O Sistema de objetos*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.

BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. (Org.). *Cultura, consumo e identidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BOURDIEU, Pierre: *A distinção: crítica social do julgamento.* São Paulo: EDUSP, Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, P**.** *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo. Ed. Perspectiva. 1982.

CANCLINI, Néstor Garcia *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

CASTRO, A. L. "Corpo, consumo e mídia". *Revista Comunicação, mídia e consumo,* vol. 1, ano 1, n.1, maio de 2004.

CASTRO, Ana Lúcia "Culto ao corpo, e estilos de vida: o jogo da consturção de identidades na cultura contemporânea". *Perspectivas: revista de ciências sociais,* v. 31, p.137-168, jan-junho 2007.

7 Feira de produtos importados, em grande parte de origem ilegal, que ocorre clandestinamente em algumas noites de alguns finais de semana. A divulgação da feira ocorre discretamente, no "boca a boca", para que não haja intervenção policial.

_____ "Culto ao corpo e sociedade: mídia, cultura de consumo e estilos de vida". São Paulo: AnnaBlume/FAPESP, 2007, 2ª edição.

CAMPBEL, Collin *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno.* Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

DE CERTEAU, Michel *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

DOUGLAS, M. & ISHWWOOD, B. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

DUARTE, A. *"*A antropologia e o estudo do consumo: revisão crítica de suas relações e possibilidades". *Etnográfica: Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia.* vol.14(2) 2010. p. 363-393.

FARIAS, Edson (org.) *Práticas culturais nos fluxos e redes da sociedade de consumidores.* Brasília (DF): DPP/UNB, Verbis Editora, 2010.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de consumo e pós modernismo*, São Paulo: Studio Nobel, 1995.

GEERTZ, Clifford "Do ponto de vista dos nativos". In: *O saber local: novos ensaios de antropologia interpretativa.* Petrópolis: Vozes, 1997.

HALL, Stuart *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

KOPYTOFF, I. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, A. *A vida social das coisas:* as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Eduff, 2008. p. 89-121.

LEACH, J. W.; LEACH, E. (Ed.) The kula: new perspectives on Massin exchange, Cambridge: Cambridge Unversity Press, 1983.

LIPOVETSKY, G. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas.* São Paulo: Cia das Letras, 1999.

LIPOVETSKY, Gilles *A felicidade paradoxal. Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo.* São Paulo: Cia das Letras, 2007.

LIMA, D.N. *"Antropologia do Consumo: a trajetória de um campo em expansão"* in *Bib: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – SP: ANPOCS nº56, 2º semestre, 2003.

MACCRAKEN, Grant. Cultura e consumo. Novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

MAGNANI, J. G. C. "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS / Edusp, vol. 17, nº 49, julho / 2002,

MALINOWSKI, B. *Os argonautas do pacífico ocidental.* São Paulo:Abril Cultural, 1978. (Col. Os pensadores).

MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva.* Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia.* São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MILLER, D. *Teoria das compras*: o que orienta as escolhas dos consumidores. São Paulo:Nobel, 2002.

MILLER, D. Pobreza da moralidade. *Antropolítica*: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política, n. 17, p. 21-43, 2 sem. 2004.

MILLER, D. Consumo como cultura material. *Horizontes Antropológicos*, ano 13, n. 28, p. 33-63, jul./dez. 2007.

SAHLINS, M. *Cultura e razão prática.* Rio de Janeiro: Zahar, 2003. Cap. La penseé bourgoise.

SAHLINS, M. *Cultura na prática.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004. Cap. "A sociedade afluente original" e "Cosmologias do capitalismo"

SCALCO, L. M. & PINHEIRO-MACHADO, R. Os sentidos do real e do falso: o consumo popular em perspectiva etnográfica. *Rev. Antropologia*, vol. 53, n.1, São Paulo, 2010.

SOUZA, J. *Os batalhadores brasileiro:* nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

VEBLEN, T. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições.* São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Col. Os economistas)

VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

VELHO, Otávio Guilherme [Org.]. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense, 2002

Enfim, a (nova) classe média brasileira vai ao paraíso!

Carla Appollinario de Castro[1].
Luiz Antonio da Silva Peixoto[2].

Resumo: Os recentes estudos e pesquisas sobre a emergência ou não de uma (nova) classe média no Brasil, se, por um lado, propiciam o debate acerca de seu uso como reserva de consumidores ou como capital político, por outro não enfatizam as questões fundamentais: por que não percebemos melhorias substanciais na vida da maioria desses indivíduos? Por que o atual modelo de desenvolvimento não confronta as bases de reprodução de nossas crônicas injustiças sociais? Cada um destes estudos enfatiza um aspecto do problema: seja a aceleração na mobilidade social ou a dinamização do mercado consumidor ou, ainda, sua vulnerabilidade à cooptação política. Nesse contexto se insere o presente artigo, que pretende refletir acerca do possível impacto da emergência de uma suposta (nova) classe média sobre o padrão histórico de delineamento da cidadania / acesso ao consumo no cenário brasileiro contemporâneo.

Palavras-chave: nova classe média; globalização neoliberal; Estado; cidadania; questão social.

1. Era uma vez... uma (nova) classe média!

Um fenômeno não exatamente novo tem ocupado lugar de destaque no debate político-social, bem como na mídia contemporânea: a ascensão de uma (nova) classe média, sobretudo a partir de 2003. Suas raízes remontam ao início da década neoliberal e, portanto, são concomitantes às privatizações, à consolidação do desemprego estrutural/crônico e do padrão de trabalho precário, no contexto brasileiro.

Na realidade, trata-se de uma camada social que não pode ser compreendida por meio apenas da renda ou pelo padrão de consumo, tendo em vista sua complexidade e heterogeneidade, no que se refere especialmente aos comportamentos, crenças, opções políticas, valores e necessidades que orientam tais indivíduos.

Apesar da fragilidade de toda e qualquer metodologia pautada apenas pela renda, padrão de consumo e condição de vulnerabilidade[3] social, é possível perceber que essa foi a opção adotada pelo discurso político oficial, bastante enfatizado, sobretudo, a partir do governo Dilma, cujos resultados são largamente propagandeados. Como exemplo, temos o seu pronunciamento na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas, que afirma:

> O Brasil descobriu que a melhor política de desenvolvimento é o combate à pobreza, e que uma verdadeira política de direitos humanos tem por base a diminuição da desigualdade e da discriminação entre as pessoas, entre as regiões e entre os

---

1 *Professora do Departamento de Direito da UFF de Volta Redonda e do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito - PPGSD/UFF – E-mail: carlaappollinario@ig.com.br* .
Doutora (2013) e Mestre (2010) em Ciências Jurídicas e Sociais pelo PPGSD da UFF. Atualmente, é Professora Adjunta e pesquisadora da UFF, de Volta Redonda. Tem interesse em Direito e Sociologia, com ênfase nas áreas do direito penal e processual penal, direito do trabalho, direito processual do trabalho e da sociologia do trabalho e dos movimentos sociais e populares.

2 *Professor Associado do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF – E-mail: luiz.peixoto@uffj.edu.br*. Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com atuação especializada nas áreas de Filosofia Social, Filosofia Política e Filosofia Contemporânea, desenvolvendo pesquisa sobre as relações entre cultura e ideologia no capitalismo contemporâneo a partir do marxismo e da teoria crítica da Escola de Frankfurt.

3 De acordo com o relatório, o grau de vulnerabilidade «(...)é definido como o percentual de pessoas que vivem em locais cuja renda per capita caiu abaixo da linha de pobreza em algum momento dos 5 anos subsequentes» (SAE/PR, mai., 2012: 11).

> gêneros. O Brasil avançou política, econômica e socialmente sem comprometer sequer uma das liberdades democráticas. Cumprimos quase todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, antes de 2015. Saíram da pobreza e ascenderam para a classe média quase 40 milhões de brasileiras e brasileiros. Tenho plena convicção de que cumpriremos nossa meta de, até o final do meu governo, erradicar a pobreza extrema no Brasil. (Rousseff, 21/09/2011)

A partir do governo Dilma, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - SAE/PR passou a se ocupar da «*promoção e consolidação de uma nova classe média produtiva e dinâmica sem risco de retorno à pobreza*».

Mais do que apenas estratégia discursiva, verifica-se que o «milagre econômico e social», identificado pelo governo como já em curso no Brasil, pretende solucionar nossos déficits sociais não apenas com simples malabarismo ou manipulação numérica, mas por meio de uma lógica, que os integrantes da Escola de Frankfurt, tiveram a oportunidade de denunciar como sendo uma razão instrumental[4]. Contudo, contrastando as tabelas 1 e 2 e o gráfico 1 (todos em anexo) com o velho e conhecido quadro de desigualdade social histórica, não podemos deixar de identificar uma abordagem ampla e formal, que pretende, por meio da abstração, ocultar o mundo concreto e real, com todas as suas implicações para a questão social.

Por isso, não podemos deixar de apresentar o rol elencado pela propaganda oficial (no mínimo, provocativo), contendo 45 (quarenta e cinco) «*curiosidades*» acerca da nova classe média, dentre as quais destacamos as seguintes:

TABELA 3
45 Curiosidades sobre a Nova Classe Média

1	ü	Na última década, o perfil socioeconômico do país mudou – e muito. A principal novidade foi o fortalecimento da classe C, composta por famílias que têm uma renda mensal domiciliar total (somando todas as fontes) entre R$ 1.064,00 e R$ 4.561,00.
2	ü	Os números indicam que ocorreu uma considerável mobilidade social nos últimos anos: entre 2004 e 2010, 32 milhões de pessoas ascenderam à categoria de classes médias (A, B e C) e 19,3 milhões saíram da pobreza.
5	ü	A classe C em 1992 era composta por 34,96% da população. Em 2009 chegou a 50,5% (dados para 2010 apontam cerca de 52%).
7	ü	Entre 2002 e 2010 os eleitores de nível universitário na classe C saltaram de 6 milhões para 9 milhões. Serão 11 milhões em 2014. Incluindo aqueles com ensino médio, eram 48 milhões no ano passado e serão 52 milhões em 2014.
11	ü	Eleitores da classe C por região: Norte = 4%; Nordeste = 22,6%; Centro-Oeste = 7,8%; Sudeste = 48,2%; Sul= 17,4%.
12	ü	Em 2009 a classe C foi responsável por 881 bilhões de reais dos gastos com consumo – a maior fatia do total de 2,2 trilhões do País. Só na área de educação, com pagamento de escola, material escolar e livros, o consumo foi de 15,7 bilhões (em 2002 esse consumo foi de 1,8 bilhão!)
15	ü	Até poucos anos atrás, depois de quitadas as contas do mês, essas pessoas não tinham um centavo sobrando para consumir mais do que os itens da cesta básica. Hoje, colecionam sapatos, têm acesso à tecnologia e frequentam faculdades. Tudo isso graças a mudanças profundas na economia brasileira que elevaram a renda dos brasileiros. Nos últimos sete anos, essa camada da população teve um aumento superior a 40% em sua renda familiar, que hoje vai de R$ 1,1 mil a R$ 4,5 mil. Esse aumento já injetou na economia mais R$ 100 bilhões desde 2002.
16	ü	De acordo com dados do instituto de pesquisa Data Popular, a classe C é responsável por 78% do que é comprado em supermercados, 60% das mulheres que vão a salões de beleza, 70% dos cartões de crédito no Brasil e 80% das pessoas que acessam a internet. «A nova classe média movimenta R$ 273 bilhões na internet por ano somente com seu salário, se considerarmos o crédito disponível à ela, esse montante dobra».
19	ü	No último quarto de século, a exemplo do que ocorreu em praticamente todos os países emergentes, houve um intenso processo de mobilidade social vertical. Não só a mobilidade individual que constitui um campo tradicional de estudo dos sociólogos, mas mobilidade também estrutural, de toda uma camada, em decorrência de processos econômicos poderosos, como a abertura das economias, uma fase de vigoroso crescimento da economia mundial e, no caso brasileiro, o controle da inflação e a consequente expansão do crédito. Em vez dos integrantes da classe média tradicional, que apenas almejavam reproduzir o status dos pais, num universo mais ou menos estático, os da «nova» classe média têm a ambição de «subir na vida», viver melhor, consumir mais e, portanto, aprender e se qualificar a fim de gerar a renda consentânea com essa forma de viver. (Bolívar)

4 Conferir: Adorno; Horkheimer (1985).

22	ü	Chamada de «nova classe média» a classe C passou a englobar mais da metade dos brasileiros pela primeira vez em 2011. São 32 milhões de pessoas com idade entre 12 e 64 anos, nas principais regiões metropolitanas de todo o Brasil, sendo 20% na classe C1 e 30% na classe C2. Essa migração em massa alterou o rumo da divisão historicamente desigual do bolo no Brasil e proporcionou o surgimento de um grupo com características socioculturais próprias.
23	ü	A nova classe C é predominantemente jovem, composta por expressiva fatia de afrodescendentes. Em Salvador, por exemplo, 41% das pessoas que fazem parte dessa faixa da população são negros e, em Brasília, 22%.
26	ü	Do ponto de vista econômico, a classe C está mais otimista. Em 2005, 40% declararam estar melhor do que no ano anterior. Já em 2009, este percentual subiu para 50%. Em relação às perspectivas futuras, o percentual de otimismo também aumentou: em 2005, 74% estavam otimistas com o próximo ano e, em 2009, este percentual foi a 84%.
29	ü	Com emprego garantido e mais renda, os brasileiros migram dos serviços públicos de educação e saúde para redes privadas. O objetivo é conseguir um melhor atendimento, só que agora é o setor privado que não consegue dar conta da demanda e manter a qualidade.
32	ü	A migração de pessoas do setor público para o privado que ocorre na área de saúde também se dá na de educação. Em 2003, 11% dos alunos matriculados nos ensinos fundamental e médio frequentavam escolas privadas. Esse porcentual está em 16% hoje e deve chegar a 20% em cinco anos.
35	ü	O atual aumento do poder de consumo da população – causado, entre outros motivos, pela estabilidade da moeda e a consequente expansão do crédito (responsável hoje por 50% do PIB brasileiro) – vem chamando a atenção de diversos segmentos da sociedade – de estudiosos a economistas, passando pelo empresariado e dando trabalho extra para os estrategistas de marketing.
45	ü	Na maioria das famílias de classe média brasileira, os pais ainda são mecânicos, pedreiros, empregadas domésticas, cozinheiras. Os filhos, vendedores de lojas, operadores de telemarketing, recepcionistas. De modo geral, nessas famílias quem comanda tem uma escolaridade baixa. Porém, seus filhos já estão seguindo outro rumo. Segundo um levantamento da consultoria Data Popular, 68% dos jovens da Classe C estudaram mais que seus pais. Nas classes A e B esse percentual não passa de 10%. Os dados revelam a importância que o estudo tem hoje na vida dos futuros chefes de família da classe que mais cresce no País. Hoje, o sonho de muitos desses jovens não é apenas o carro zero e o celular de última geração, o diploma de Ensino Superior e o MBA tornaram-se mais importantes do que qualquer outro produto disponível no mercado.

FONTE: «45 curiosidades sobre a nova classe média» (SAE/PR, 2012).

Uma leitura mais atenta das «curiosidades» sobre a nova classe média, permite apontarmos algumas conclusões:

i. Esse modelo de análise da mobilidade social, ao contrário do que sustenta o discurso oficial, prioriza apenas o padrão de consumo (despesas e gastos com bens essenciais e supérfluos) e da renda (nesse sentido, ver, em especial, os itens 1, 2, 12, 15, 16, 29, 32, acima destacados);

ii. Os «limites superiores absolutos» utilizados (tabela 1, em anexo), que delineiam a «nova classe média», de R$441,00, R$641,00 e R$1.019,00 *per capita*, só podem ser interpretados como inaceitáveis quando se pretende alcançar um padrão de mobilidade coadunado com o bem-estar social;

iii. Os dados referentes à educação, apontados nos itens 7, 12, 29, 32 e 45, enfatizam apenas o aspecto quantitativo, sem, contudo, explicitar em que termos o acesso à educação tem sido promovido, no que se concerne à qualidade do serviço prestado pelas instituições privadas e, também, as públicas;

iv. O viés ideológico do discurso fica bastante evidenciado, por exemplo, nos itens 2, 15, 19, 26 e 45 e chama bastante atenção o nivelamento realizado no item 15, ao informar que atualmente, os indivíduos da nova classe média «*colecionam sapatos, têm acesso à tecnologia e frequentam faculdades*», promovendo um estranho nivelamento entre aspectos radicalmente distintos, como se tivessem o mesmo valor para o estabelecimento do bem-estar social;

v. A inegável expansão do crédito, difundida como democratização de um benefício mais social do que econômico, explicitada nos itens 16, 19 e 35, oculta o papel fundamental do crédito no neoli-

beralismo, ao mesmo tempo em que, induz os indivíduos da nova classe média ao engano, à medida que garante falsa sensação de bem-estar, ilustrada no item 26, como se fosse possível «subir na vida» apenas pelo acesso a bens e padrão de consumo, antes, remotos.

vi. Como revela o item 11, os integrantes da nova classe média representam um universo significativo de eleitores, razão pela qual passam a ser disputados como «capital político» nas recentes eleições (e, provavelmente, nas futuras); e

vii. Por fim, no que diz respeito à continuidade da produção de desigualdades sociais, diferentemente do alegado no item 22, verifica-se que as pequenas transformações sociais realizadas nos últimos anos não foram suficientes para alterar de forma mais substantiva o acúmulo de injustiças sociais que se estabeleceu como regra durante o processo de desenvolvimento econômico brasileiro, o que fica claro a partir da tabela 4 (em anexo), que ilustra a relação entre o rendimento médio mensal familiar *per capita* dos arranjos familiares dos 10% mais ricos em relação aos arranjos familiares dos 40% mais pobres (por região).

É interessante notar, a partir da tabela 4 (em anexo), que a combinação entre baixo crescimento econômico, controle da inflação, expansão do crédito e prestação de medidas assistenciais apenas focalizadas possibilitou, em todas as regiões, que a desigualdade social fosse de certa forma reduzida, na comparação entre 1992 e 2009, ou seja, nas duas décadas neoliberais. Isto significa dizer que, em 2009, os 10% mais ricos possuíam 15,22 vezes mais renda do que os 40% mais pobres (contra 19,26 vezes, em 1992).

Entretanto, ao ampliarmos o período de análise, verificamos que na comparação entre 1981 e 2009, a diminuição da desigualdade social nas regiões centro-oeste e nordeste foi bastante discreta, diferentemente do verificado nas regiões sul e sudeste, que puderam experimentar uma mudança mais acentuada e, ainda, que houve aumento significativo no padrão de desigualdade na região norte.

Contudo, e apesar das variações verificadas apenas nas duas últimas décadas, a manutenção de uma perversa desigualdade social é inegável. Por este motivo, o nosso atual cenário não pode ser negligenciado pela teoria social contemporânea, em que pese o «novo milagre econômico» pretendido, especialmente, pelo governo de Dilma e ilustrado pela suposta emergência de uma «nova» classe média, pois o Brasil continua apresentando índices absurdos de desproporção na distribuição de renda.

Além disso, o padrão de desenvolvimento pautado apenas pelo crescimento econômico e a geração de renda apresentou limites claros no capitalismo neoliberal, contribuindo apenas para a concentração de riquezas nas mãos da minoria e, consequentemente, para o aumento da desigualdade social. Uma das características do neoliberalismo, aliás, consiste em dissociar crescimento econômico de desenvolvimento social. No entanto, ocultando esta contradição, o atual discurso governamental procura perseguir um maior desenvolvimento social a partir do crescimento econômico, entendido este, dentro dos moldes do paradigma neoliberal.

Nesse sentido, qualquer país – emergente ou não - que tenha como horizonte um quadro de perpetuação das contradições decorrentes do processo de acumulação (agravamento da questão social), tal como se verifica no contexto brasileiro, não pode focalizar, pura e simplesmente, no crescimento e desenvolvimento econômicos. Aliás, a mesma limitação foi identificada pelas Nações Unidas, como pode ser observado abaixo, pois

> Ignorar a desigualdade na busca do desenvolvimento é perigoso. Focar exclusivamente no crescimento econômico e geração de renda como estratégia de desenvolvimento é ineficaz, uma vez que leva à acumulação de riqueza para alguns e aprofunda a pobreza de muitos, numa abordagem que desconhece a transmissão intergeracional da pobreza. Uma abordagem mais ampla para a redução da pobreza inclui as dimensões sociais, econômicas e políticas, integrando investimentos em saúde, educação, desenvolvimento econômico, e representação em processos legislativos e judiciais. É a implementação de políticas nestas áreas que contribui para o desenvolvimento do capital humano, permitindo que os pobres possam realizar plenamente seu potencial

> produtivo. Enfrentar todos os aspectos da pobreza aumenta as chances de que as futuras gerações colham os benefícios de políticas atuais ao invés de permanecerem presas em um ciclo de pobreza. As desigualdades na distribuição de renda e no acesso aos recursos produtivos, serviços sociais básicos, oportunidades, mercados e informações podem causar e exacerbar a pobreza. Conforme enfatizado nas recomendações da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social, é fundamental que as políticas e programas de redução da pobreza socioeconômicas incluam estratégias para reduzir a desigualdade. (UN, 2005: 1, tradução nossa)

Todos esses aspectos, portanto, têm pontuado o debate social mais amplo, em maior ou menor grau, e aparecem no bojo da discussão brasileira sobre a suposta emergência de uma «nova classe média», como veremos no item a seguir.

2. Mobilidade social acelerada ou discurso para plateia cativa?

Concomitante à emergência do «novo» paradigma surgiu o debate acadêmico acerca da (nova) classe média, revelando múltiplos aspectos que permeiam seu delineamento, no contexto brasileiro, que passaremos a analisar.

A primeira contribuição é do economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), desde março de 2013, Marcelo Neri, ao defender que a «nova classe média brasileira é filha da combinação do crescimento com a equidade, que difere de nossa história pregressa e daquilo que ocorre nas últimas décadas em países emergentes e desenvolvidos nos quais a concentração de renda sobe» (2011: 14).

Em outras palavras, o autor assume o argumento de que estaria finalmente ocorrendo, pela primeira vez no desenvolvimento socioeconômico do país, a «repartição do bolo», tão almejada nas décadas anteriores, manifesta agora sob a forma de crescimento com distribuição de renda, sendo essa combinação a maior característica dessa nova estrutura declasses[5].

O economista reconhece que o contingente de brasileiros pobres ainda se revela bastante expressivo, mas passível de sofrer transformações futuras, caso a tendência à distribuição de renda seja mantida, à medida que

> Como consequência da manutenção do crescimento com redução da desigualdade, a pobreza também continua sua tendência decrescente, que vem desde 2003, quando o número de pobres segundo a linha da FGV, de R$151,00 mensais, era de 49 milhões de pessoas. Esses indivíduos correspondem, em nossa metodologia de segmentação de estratos econômicos, à classe E, chegando a uma população de 28,8 milhões de pobres. (2011: 26).

Neri refuta o argumento segundo o qual a nova classe teria como função apenas dinamizar o mercado interno após décadas de estagnação econômica, ao afirmar que «mais do que o consumismo e o otimismo, o que caracteriza a nova classe média brasileira (...) é o lado do produtor; leia-se educação e trabalho» (2011: 14), com o objetivo de garantir o novo «padrão» adquirido.

Ainda de acordo com o autor:

> Crédito [ao consumidor] e benefícios oficiais fazem parte da cena da classe C, mas como coadjuvantes. O protagonista é o lado produtor, do empregado formal em

5 De acordo com Neri, o índice de 55,5% registrado em 2011 representa cerca de 100,5 milhões de indivíduos que possuem renda entre R$1.200,00 e R$5.174,00 mensais (2011: 27).

> particular. A carteira de trabalho é o maior símbolo da ascensão como ato consumado, e o concurso público é seu platônico objeto de desejo. Os 'por conta própria' [leia-se empreendedores] são os outros protagonistas fundamentais do mercado de trabalho brasileiro da classe C, mas da classe E também. Verdadeiros capitalistas sem capital. E sem políticas públicas de apoio também como a do crédito produtivo popular. (Neri, 2011: 168)

Porém, ao mesmo tempo, explicita que «ser nova classe média também é consumir serviços públicos de melhor qualidade no setor privado, aí incluindo colégio privado, plano de saúde e o produto prêmio, que é a previdência complementar.Todos podem ser vistos como ativos meio públicos, meio privados, que conferem maior, ou menor, sustentabilidade ao sonho brasileiro de subir na vida» (Neri, 2011: 19), evidenciando que esse é o aspecto mais extraordinário do fenômeno.
Além do aspecto econômico, o economista também revela a perspectiva política implícita na nova classe, consistente em sua consolidação como capital político, uma vez que

> Os 105,5 milhões de brasileiros que estão na nova classe média correspondem a 55,05% da população. Isto significa que a nova classe média brasileira inclui não só o eleitor mediano, aquele que decide o segundo turno de uma eleição, mas também que ela poderia sozinha decidir um pleito eleitoral. Complementarmente, a nova classe média também é a classe dominante, do ponto de vista econômico, pois já concentrava 46,6% do poder de compra dos brasileiros em 2011, superando as classes A e B, estas com 45,6% do total do poder de compra. As demais classes D e E tem (*sic*) hoje 7,8% do poder de compra, caindo do nível de 19,79% logo antes do lançamento do Plano Real. (Neri, 2011: 28-29)

Entretanto, em que pese sua ênfase aos aspectos econômico e político-social, a partir da caracterização apresentada, é possível perceber que a expressão «nova classe média» é utilizada por Neri muito mais em seu sentido econômico do que social. Esse viés estritamente econômico fica mais evidenciado ainda quando o autor propõe «dar o mercado» a essa nova classe como «agenda» ideal a ser desenvolvida no novo contexto, ao sustentar que

> 'Dar o mercado'significa acima de tudo melhorar o acesso das pessoas ao mercado de trabalho. Os fundamentos do crescimento econômico e as reformas associadas são fundamentais aqui. A agenda de reformas trabalhista, previdenciário e tributária (desoneração da folha de pagamento etc.) turbina a relação entre crescimento e mercado de trabalho, mas fica difícil falar delas quando estamos gerando quase dois milhões de empregos formais em oito meses. A pergunta que não quer calar é quantos empregos geraríamos se a institucionalidade fosse mais favorável. [Nesse sentido] A educação funciona como passaporte para o trabalho formal: refiro-me a todos os níveis escolares formais e da educação profissional. (...) Como o setor público é, ou deveria ser, mais próximo dos pobres, ele pode pavimentar o acesso ao mercado. (...) Metas sociais complementam esse movimento, incorporando eficiência do setor privado ao setor público por meio de um pseudomercado, já que não existem preços. (...) Se a opção é ir além do 'dar mercado aos pobres'usando o Estado como ponte, vale incorporar na agenda do 'choque de gestão'a conexão entre a distribuição de recursos do orçamento público e o desempenho das diferentes unidades receptoras de recursos, medidas por indicadores sociais. (Neri, 2011: 262-263)

E conclui, ponderando que:

> Alguns gostariam de uma agenda mais amigável à ação privada, outros gostariam de um Estado provedor. O coletivo de brasileiros, no fundo, quer as duas coisas, respeito às regras de mercado com políticas sociais ativas por parte do Estado. Se os consensos de Washington não vigoram em Brasília, Caracas também não é aqui. O desafio é combinar as virtudes do Estado com as virtudes dos mercados, sem se esquecer de evitar as falhas de cada um dos lados. (Neri, 2011: 263)

Complementarmente às medidas acima descritas, o autor ainda propõecomo agenda para a base da pirâmide social brasileira, o empreendedorismo (Neri, 2011: 19 e 191-212), figura jurídica já introduzida no Brasil.
Nesse aspecto, em especial, não poderíamos deixar de apontar algumas críticas[6], pois as ideias que compõem o que preferimos denominar de discurso empreendedor vêm sendo disseminadas há algum tempo, mais precisamente desde 1999, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso, implantouo Programa Brasil Empreendedor (PBE), cuja finalidade foi promover «o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas, buscando-se a inserção dos empreendedores no setor formal da economia, bem como o surgimento de novos negócios» (PBE, «apresentação», s/d).
Desde então, o Estado brasileiro passou a desenvolver importante papel de agente disseminador da cultura empreendedora ou «empreendimentista» (HARVEY, 1994: 161), por meio de diversos programas de capacitação e estímulo à formalização como microempreendedores individuais.
Igualmente merece destaque a iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que, em seu relatório de março de 2004, intitulado «*Desencadeando o empreendedorismo: o poder das empresas a serviço dos pobres*», afirma a importância do empreendedorismo como instrumento de combate à pobreza. Segundo este documento,

> Apesar do enorme progresso feito nos últimos 50 anos, 1,2 bilhões de pessoas (a quinta parte da população mundial) subsistem com menos de um dólar por dia, sem acesso a muitos dos serviços sociais considerados básicos para uma vida digna. Esta situação penosa requer uma resposta global, que utilize todos os recursos financeiros, intelectuais e organizacionais que possamos reunir. Diante deste quadro desolador, o Secretário Geral Kofi Annan desafiou a Comissão para Setor Privado e Desenvolvimento a responder duas perguntas: Como podemos desencadear o potencial do setor privado e do empreendedorismo, nos países em desenvolvimento? Como o setor privado pode ser engajado no combate à pobreza? O presente relatório é a nossa resposta a essas interrogações. (Pnud, 2004: i)

O que se extrai de todas as propostas citadas é que não faltaram «iniciativas» dispostas a convencer a grande massa de desempregados, subempregados e informais da necessidade de se formalizarem, mas dentro do novo paradigma das relações de trabalho neoliberais, o que resulta em precarização de sua atividade produtiva. A nosso ver, tal processo de formalização, neste contexto neoliberal, implica em adaptação e conformação às novas regras do jogo ditadas pelo mercado e reivindicadas pelo próprio autor.
Portanto, uma crítica a tal discurso se justifica na medida em que o empreendedorismo não se apresenta apenas como defesa de uma tese estritamente econômica, mas, de forma mais ampla e profunda, como uma tese social, isto é, assume um caráter de projeto social e político, com sérias consequências para a esfera pública. É interessante notar que, justamente no momento em que o Estado bate em retirada em relação às questões mais

---

6 Mais críticas sobre o tema (bem como às consequências) podem ser obtidas a partir de: Alves, 2011; Alves e Tavares *in*: Antunes, 2006; Barbosa *in*: Francisco e Almeida, 2007; Malaguti, 2000; Pochmann, 2006 e Tavares, 2002.

básicas da cidadania, a lógica do mercado se propõe, por meio da ideologia empreendedora, a trazer soluções justamente para estas e outras questões tradicionalmente pertinentes às funções do Estado. Dessa maneira, o recente culto ao empreendedorismo (a exemplo do que propõe Marcelo Neri), como bem observou Giovanni Alves (2011), acaba por revelar que a lógica do mercado, ao se universalizar, pretende gerenciar a totalidade da vida social.

Nestes termos, percebemos que o empreendedorismo apresenta-se como aparente «solução» ou superação da contradição capital / trabalho. Na atualidade, os indivíduos produtivos não mais constituiriam uma classe trabalhadora / operária, mas sim, uma classe «empreendedora», para a qual as únicas metas e valores seriam aqueles que conduzem ao sucesso econômico. Esse processo fica evidente no momento em que o trabalhador (microempreendedor individual) deixa de se perceber como empregado, passando a se ver como «empresário», o que resulta em uma evidente perda da consciência de classe, que é capaz de torná-lo um oposto de si mesmo.

Contudo, a dimensão mais relevante que emerge desse discurso é a transformação do empreendedorismo em algo instintivo, derivado de uma suposta «natureza humana», que – tal como ocorreu com a empregabilidade, entendida como capacidade de manter-se empregado – desloca a responsabilidade pelo aumento do desemprego, do sistema econômico como um todo para a «natureza» individual dos excluídos. Assim, resta claro que o atual lugar reservado para estes indivíduos, flutuantes na estrutura social, é o de microempreendedor individual, que deve ser interpretado como o último acento no «carro do progresso», aqui expresso pela figura alegórica criada por Bauman (2005: 24). Aliás, nesse sentido, este é o aspecto que resta mais evidente na proposta do economista Marcelo Neri.

Uma leitura bastante diversa, e por vezes até mesmo oposta, é apresentada pelo economista Marcio Pochmann e pelo sociólogo Jessé Souza.

O primeiro autor, que desde 2007 até maio de 2012 ocupou a presidência do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, critica o que considera a inconsistência das definições e identificações sobre a existência de uma nova classe média no Brasil, afirmando que

> Em síntese: entende-se que não se trata da emergência de uma nova classe – muito menos de uma classe média. O que há, de fato, é uma orientação alienante sem fim, orquestrada para o sequestro do debate sobre a natureza e a dinâmica das mudanças econômicas e sociais, incapaz de permitir a politização classista do fenômeno de transformação da estrutura social e sua comparação com outros períodos dinâmicos do Brasil (Pochmann, 2012: 8).

Acrescenta ainda Pochmann, que esta visão da transformação social tem sido utilizada para análise de outros países da periferia do capitalismo, com o intuito de difundir uma interpretação otimista e exitosa da globalização neoliberal, como se fosse possível «solucionar» as mazelas provocadas pela política econômica neoliberal dentro de seus próprios marcos estruturais (2012: 8). Isto talvez explique porque este tipo de interpretação esteja centrado numa retórica de classe e de rendimento desligada das condições concretas e objetivas de vida dos grupos sociais, incluindo entre as características da suposta «nova classe média» seus desejos mercantis, seu consumismo e individualismo.

O que sua pesquisa constata é um aumento dos empregos formais. No entanto, esse aumento se dá na expansão do setor de serviços, responsável por criar «nove em cada grupo de dez novas ocupações com remuneração de até 1,5 salário mínimo mensal» (Pochmann, 2012: 10). Isto caracterizaria, de acordo com o autor, um movimento de fortalecimento do mercado de trabalho, mas em atividades de baixa remuneração e qualificação.

Entretanto, acreditamos que esta novidade resulta, em sentido mais amplo, em desvalorização do trabalho e, consequentemente, na legitimação da redução do custo geral médio do trabalho, materializada no contingente

de trabalhadores com rendimento mensal de até 1,5 salário mínimo[7], que, em 2009, representava 47,8% da população ocupada (Pochmann, 2012: 28).
O economista, assim como Marcelo Neri, acredita que houve um processo de mobilidade social. Contudo, seu argumento é no sentido de que tais indivíduos são muito mais próximos da classe trabalhadora do que da classe média, à medida que

> Seja pelo nível de rendimento, seja pelo tipo de ocupação, seja pelo perfil e atributos pessoais, o grosso da população emergente não se encaixa em critérios sérios e objetivos que possam ser claramente identificados como classe média. Associam-se, sim, às características gerais das classes populares, que, por elevar o rendimento, ampliam imediatamente o padrão de consumo (Pochmann, 2012: 10).

Outro aspecto fundamental apontado por Pochmann consiste no caráter despolitizado de tal processo social. Segundo ele, os segmentos das classes populares que elevaram sua renda estão desconectados dos chamados movimentos sociais e das instituições tradicionais que historicamente mobilizaram a classe trabalhadora, tais como partidos, sindicatos, associações de moradores ou de bairro (2012: 10-11). Isto, paradoxalmente, confirmaria a natureza predominantemente mercantil deste processo de mudança social.
Ao contrário de Marcelo Neri, que enfatiza a adoção de medidas privatistas até no âmbito do Estado, Pochmann promove uma crítica das interpretações acerca de uma «nova classe média», demonstrando que estas interpretações têm como pano de fundo e principal objetivo promover a reorientação das políticas públicas para o atendimento das demandas de diversos setores do mercado: saúde, educação, previdência e assistência social (Pochmann, 2012:11). Ou seja, estaríamos assistindo aqui a uma luta de interesses pelo direcionamento e apropriação dos recursos públicos pela iniciativa privada, em detrimento de demandas públicas e universais, sendo esta talvez a maior contribuição de sua pesquisa.
Já as formulações propostas por Jessé Souza, que assim como Pochmann, rejeita a noção de «nova classe média», são mais no sentido da emergência de uma «nova classe trabalhadora».
Além de criticar o atual debate acerca da emergência de uma «nova classe média», por considerá-lo insubsistente do ponto de vista sociológico, à medida que é fruto de uma associação entre classe e renda, o autor ainda rejeita o caráter estritamente «economicista»[8] bastante comum nas interpretações acerca dos contornos atuais da sociedade brasileira, defendendo que sua argumentação

> (...) é sobre classe social nova e moderna, produto das transformações recentes do capitalismo mundial, que se situa entre a «ralé» e as classes média e alta. Ela é uma classe incluída no sistema econômico, como produtora de bens e serviços

---

7 Convém ressaltar que, em 2009, enquanto o governo já começava a comemorar a emergência de uma «nova» classe média a partir da consolidação de um segmento inteiro da população com rendimento médio mensal de até 1,5 salário mínimo (que, oficialmente, era equivalente a R$465,00), o DIEESE já apontava que o salário mínimo necessário, referente a DEZ de 2009, deveria ser de RR 1.995,91, ou seja, 4,29 vezes maior do que o salário mínimo vigente à época. Atualmente, o salário mínimo necessário, apontado pelo DIEESE, referente ao mês de NOVEMBRO de 2014, é de R$2.967,07, contra os R$724,00 oficiais, isto é, uma diferença de 4,09 vezes maior. De acordo com o Dieese, o salário mínimo necessário corresponde ao «salário mínimo de acordo com o preceito constitucional 'salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim'» (conforme preceitua o artigo 7º, IV, a CRFB). A metodologia consiste em considerar «em cada mês o maior valor da ração essencial das localidades pesquisadas. A família considerada é de dois adultos e duas crianças, sendo que estas consomem o equivalente a um adulto. Ponderando-se o gasto familiar, chegamos ao salário mínimo necessário».

8 Para um aprofundamento sobre o que o sociólogo denomina de «economicismo», isto é, a «visão redutoramente econômica do mundo», remetemos para Souza, 2009: 18-26.

> valorizados, ou como consumidora crescente de bens duráveis e serviços que antes eram privilégios das classes média e alta. Mas como as classes sociais não podem ser definidas (...) apenas pela renda e pelo padrão de consumo, mas, antes de tudo, por um estilo de vida e uma visão de mundo 'prática', que se torna corpo e mero reflexo, mera disposição para o comportamento, que é em grande medida pré-reflexivo ou 'inconsciente' (Souza, 2010: 26).

Entretanto, como mostra o sociólogo, o que caracteriza a existência deste grupo social é a ausência de «privilégios de nascimento», ou seja, do «capital familiar», diferentemente do que ocorre nas classes média e alta. Tal segmento também não desfruta do acesso ao capital cultural (valorizado pelas classes médias «autênticas»), bem como ao capital econômico, típico das classes altas (Souza, 2010: 49-50). Nesse sentido, suas «conquistas» foram alcançadas

> (...) à custa de extraordinário esforço: à sua capacidade de resistir ao cansaço de vários empregos e turnos de trabalho, à dupla jornada na escola e no trabalho, à extraordinária capacidade de poupança e de resistência ao consumo imediato e, tão ou mais importante que tudo que foi dito, a uma extraordinária crença em si mesmo e no próprio trabalho (Souza, 2010: 50).

Além disso, a ênfase na associação entre classe e renda, de acordo com Jessé, acaba por agravar o perverso quadro de invisibilidade da desigualdade social brasileira, ao minimizar o quadro de eternização da ralé, compreendida como uma

> (...) 'classe social', nunca percebida até então enquanto 'classe', ou seja, nunca percebida como possuindo uma gênese social e um destino comum, sempre (in) visível, entre nós, e percebida apenas como 'conjuntos de indivíduos', carentes ou perigosos. (...) uma 'classe de indivíduos' que nasceram sem o 'bilhete premiado' de pertencerem às classes alta e média (Souza, 2009: 25).

Em nosso entendimento, a maior contribuição do sociólogo para o debate acerca da «nova classe média», ou, como ele prefere, nova classe trabalhadora, consiste em explicar o provocativo título de sua pesquisa, a partir da análise de tais indivíduos como «batalhadores», uma vez que

> Essa nova classe trabalhadora labuta entre 8 e 14 horas por dia e imagina, em muitos casos, que é o patrão de si mesmo. O real patrão, o capital tornado impessoal e despersonalizado, é invisível agora, o que contribui imensamente para que todo o processo de exploração do trabalho seja ocultado e tornado imperceptível. Vitória magnífica do capital que, depois de 200 anos de história do capitalismo, retira o maior valor possível do trabalho alheio vivo, sem qualquer despesa com a gestão, o controle e a vigilância do trabalho. Destrói-se a grande fábrica fordista e transforma-se o mundo inteiro numa grande fábrica, com filiais em cada esquina, sem lutas de classe, sem sindicatos, sem garantias trabalhistas, sem greve, sem limite de horas de trabalho e com ganho máximo ao capital. Esse é o admirável mundo novo do capitalismo financeiro (Souza, 2010: 57).

Portanto, como se vê, trata-se de um inegável resgate da «ética do trabalho», porém, desprovida, no atual contexto neoliberal, dos direitos sociais de outrora (sobretudo os trabalhistas), antes garantidores da cidadania, acentuando ainda mais o dramático quadro da questão social brasileira.

3. Considerações finais

Nosso argumento principalconsiste em afirmar que apesar da recente retomada da mobilidade social, prepondera no contexto brasileiro, a manutenção de um perverso acúmulo de injustiças sociais, pois o Brasil continua apresentando índices absurdos de desigualdade na distribuição de renda.

O estigma de «país dos contrastes», comumente atribuído ao Brasil, pode ser observado a partir das tabelas 4 a 6 e do gráfico 1 (em anexo), que sintetizam os indicadores dos principais direitos sociais.É curioso notar que, além da diminuição da desigualdade de renda ter sido bastante tímida, esta foi acompanhada de uma expressiva precarização do mercado de trabalho.

Também é preciso registrar a necessária crítica a este tipo de pesquisa, que utiliza dados de renda pessoal. No caso dos trabalhadores, normalmente os 40% mais pobres a que se refere a pesquisa, a renda pessoal é a renda do salário ou da remuneração. Porém, o grande problema gira em torno dos 10% mais ricos, pois, no que tange à renda do capital, esta metodologia não é capaz de captar os exatos ganhos do capital. Logo, não podemos considerar que tais dados estejam, de fato, traduzindo a realidade, que objetivamente revela-se bastante distinta.

A análise mais detida das medidas adotadas a fim de garantir a cidadania, ainda que em novas bases, nos leva ao necessário reconhecimento de que persiste a ausência de concretude dos direitos sociais que conduziriam à cidadania. A manutenção, cada vez mais acentuada, dos trabalhadores em verdadeiros guetos de miséria e de pobreza, só conduz a uma conclusão, no sentido de que, em primeiro lugar: persiste o *déficit* histórico de cidadania que se acumulou no contexto brasileiro, ao longo de séculos e séculos. Diante deste fato, em segundo lugar, devemos levar em conta que essa «incapacidade» histórica, dentro do atual sistema, está tão longe de acabar quanto de se configurar um efeito colateral (não desejado) de sua reprodução, apesar de todo o discurso oficial acreditar ser possível compatibilizar mercado e cidadania.

No âmbito específico da emergência de uma «nova classe média», vários são os objetivos que podem ser identificados no discurso oficial do governo, transformado em panaceia da mobilidade social, tais como: ***i)*** legitimar ou institucionalizar a desigualdade;***ii)*** justificar ideologicamente o estímulo estatal ao mercado privado em vários setores, principalmente, o de serviços (saúde, educação, previdência etc) direcionados a essa «nova» classe;***iii)*** incrementar o que poderia ser denominado de «economia política da nova classe média», por meio do crédito e da, consequente, dinamização do consumo, mantendo o ambiente (microeconômico) favorável aos negócios; e ***iv)*** garantira manutenção da política econômica neoliberal, simulando resolver no varejo o que as medidas macroeconômicas produzem no atacado.

Sustentamos que os antigos problemas decorrentes do processo de acumulação capitalista (como a informalidade, o subemprego, os baixos salários), representativos da questão social, que, nos países centrais manifestavam-se apenas de forma residual e conjuntural, em nosso contexto, permearam todo o desenvolvimento do sistema econômico, sem jamais terem sido inteiramente debelados. A informalidade, por exemplo, que coloca em xeque a cidadania via inserção no mercado de trabalho, mesmo apresentando algum grau de recuo e variações, é responsável por um déficit histórico de integração social e, portanto, de cidadania, que não pode ser negligenciado seja pelo Estado ou pelas análises sociais, representando, em 30/10/2013, 46,4%[9] da População Economicamente Ativa do país.

Também os «novos» problemas (como a pobreza, o desemprego, as ocupações atípicas e a precarização), representativos da «nova» questão social (Castel, 1998), que, agora, se impõem a um contingente considerável de pessoas nos países capitalistas centrais, não mais de forma temporária, mas estrutural, no Brasil, igualmente, não chegaram a ser totalmente solucionados. Entendemos, pois, que, em nosso contexto, as manifestações da «nova» questão social (cujo indício mais forte é a exclusão) passam a coexistir com os problemas decorrentes da «antiga» questão social (consubstanciada nas consequências da dominação/exploração), na medida em que

9 Este percentual foi obtido a partir do IBGE e representa uma das três diferentes definições do grau de informalidade oferecidas no Ipeadata com base na PNAD. Esta taxa corresponde ao resultado da seguinte divisão: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria). Elaboração: Disoc/Ipea. Grau de informalidade - definição I. Atualizado em: 30/10/2014.

mesmo os indivíduos que ainda se mantêm minimamente integrados são submetidos a contratos de trabalho flexibilizados[10] e, portanto, precarizados, motivo pelo qual é preciso ressignificar os parâmetros que até então serviram para definir a cidadania.

Verifica-se, portanto, que, de uma incipiente cidadania, as classes trabalhadoras foram levadas à ideia de consumo como meta final da vida humana, mesmo quando o acesso a bens de consumo apresenta-se como limitado. Os indivíduos destas classes são «convencidos» a passarem de cidadãos (com todas as consequências políticas e ideológicas inerentes a este tipo de cidadania) a consumidores distraídos, no quadro da passagem do Estado de bem-estar social (de Seguridade Social) para o Estado fornecedor de bens.

O modelo clássico do cidadão-consumidor do Estado de bem-estar social, com toda a estrutura que garantia um mínimo de segurança individual e coletiva, é agora substituído pelo simples consumidor atomizado e quase inteiramente desprovido daquelas estruturas de segurança social. De sociedade de consumo que pretendeu a incorporação maciça das classes trabalhadoras (e também consumidoras), usufruindo dos benefícios da produção, passamos a uma sociedade de consumidores, que se distraem ao terem acesso aos bens de consumo atualmente produzidos (ainda que de baixa qualidade e só por meio do crédito), enquanto lhes são subtraídos os antigos elementos de seguridade social.

O novo homem-consumidor do capitalismo neoliberal (inteiramente fascinado pelo fetichismo do consumo) se distrai enquanto seus direitos mais fundamentais seguem sendo paulatinamente retirados. A distorção da representação da consciência do indivíduo fica evidenciada tanto no momento em que ele compra bens de consumo imediato aos quais antes não tinha acesso, quanto no momento em que ele consegue, ainda que minimamente, acessar bens de melhor qualidade. No decorrer deste processo, a retirada dos elementos de cidadania, representados pela formalização de sua atividade produtiva e pelos direitos sociais derivados desta formalização, torna-se invisível aos seus olhos. O fetichismo do consumo individualiza os produtores e consumidores, destrói a experiência de uma esfera pública comum e acessível a todos, diminui o espaço de autonomia do indivíduo com respeito às determinações materiais de sobrevivência e, ainda, reduz a luta de classes a luta pelo consumo.

Situamos tais aspectos na crítica ao progresso (tomado como uma ideologia de dominação) e na crise estrutural do capital que, combinados, resultam em um quadro de barbárie institucionalizada, que se apresenta como a nova ordem social burguesa, ao mesmo tempo, em que produzem profundas transformações na subjetividade daqueles que mais têm razões para questionar essa dinâmica, agora, reduzidos a meros consumidores.

Por isso, ressaltamos, como bem observou o filósofo Vladimir Safatle (2011), que essa atual (re)configuração de certos segmentos da sociedade pode ser uma ótima oportunidade, aproveitando o anseio de ascensão social dessa parcela de indivíduos que integram a «nova classe média», ou melhor, a «nova classe trabalhadora», para resgatar a discussão sobre a luta de classes, assim como para expor os malefícios da desigualdade, razão pela qual este debate permanece em aberto.

Bibliografia

ADORNO, T. W., HORKHEIMER, M. (1985), *Dialética do esclarecimento,* Rio de Janeiro: Zahar.

ALVES, G. (2011),*Trabalho e subjetividade,* o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório, São Paulo: Boitempo.

ALVES, M. A., TAVARES, M. A.(2006), "*A dupla face da informalidade do trabalho: 'autonomia' ou precarização*". *InR.* Antunes(ed.),*Riqueza e miséria do trabalho no Brasil,* São Paulo: Boitempo, pp. 425-444.

BARBOSA, R. N. de C. (2007), "*Trabalho esolidária: crítica ao empreendedorismo como possibilidade*

10 Estamos nos referindo aos empregos criados no contexto neoliberal, acompanhados de contratos de trabalho realizados sob um arcabouço jurídico-legal que já havia institucionalizado as formas precárias, mediante a flexibilização do tempo de trabalho (jornada de trabalho), da remuneração, das espécies de contratação, da alocação do trabalho e, por fim, das formas de resolução dos conflitos (inclusive, com amplo incentivo à solução direta).

histórica". *In*E. M. Francisco, E. M. Venzon, C. C. L. de Almeida (eds.), *Trabalho, território, cultura:* novos prismas para o debate das políticas públicas, São Paulo: Cortez, pp. 79-98.

BAUMAN, Z. (2005),*Vidas desperdiçadas,* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed..

CASTEL, R. (1998), *As metamorfoses da questão social,* uma crônica do salário, Petrópolis: Vozes.

DIEESE, s./d., "Salário mínimo nominal e necessário", Disponível em: http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html,[consultado em 28-11-2014].

HARVEY, D. (1994), *Condição pós-moderna,* uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural, São Paulo: Loyola.

IBGE, "*Grau de informalidade I"*. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br,[consultado em 28-11-2014].

MALAGUTI, M. L. (2000),*Crítica à razão informal,* a imaterialidade do salariado, São Paulo: Boitempo.

NERI, M. (2011), *A nova classe média,* o lado brilhante da base da pirâmide, São Paulo: Saraiva.

PBE - PROGRAMA BRASIL EMPREENDEDOR, "*Apresentação",* Disponível em: http://www2.desenvolvimento.gov.br/sitio/sdp/proAcao/proBraEmpreendedor/proBraEmpreendedor.php,[consultado em 205-02-2011].

POCHMANN, M. (2012), *Nova classe média*?,o trabalho na base da pirâmide social brasileira, São Paulo: Boitempo.

POCHMANN, M. (2006), "Desempregados do Brasil". *In*R.Antunes (ed.), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil,* São Paulo: Boitempo, pp. 59-73.

PNUD, (março, 2004), "*Desencadeando o empreendedorismo,* o poder das empresas a serviço dos pobres". Relatório para o Secretário Geral das Nações Unidas, Disponível em: http://www.undp.org/cpsd/documents/report/portuguese/foreword_p.pdf,[consultado em 20-12-2011].

ROUSSEFF, D., "Discurso na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas, Nova York/EUA, em 21-09-2011", Disponível em: http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-66a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua,[consultado em 20-12-2011].

SAFATLE, V. (agosto, 2011), "A ascensão da nova classe média vai bater no teto". Revista Caros Amigos, 173, Disponível em:http://cms.carosamigos.terra.com.br/index/index.php/component/content/article/174-revista/edicao-173/1477-entrevista-vladimir-safatle,[consultado em 20-12-2011].

SAE/PR - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, (s./d.), "*45 curiosidades sobre a nova classe média*", Disponível em: http://www.sae.gov.br/novaclassemedia/?page_id=58,[consultado em 05-03-2012].

SAE/PR- SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, (maio, 2012), "*Relatório*", "apresentação", "*Reunião final da Comissão para Definição da Classe Média no Brasil", São* Paulo, Disponível em: http://www.sae.gov.br/site/?p=12009,[consultado em 30-05-2012].

SAE/PR - SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, (2012), "Compêndio 'Classe Media em Números'", São Paulo, Disponível em: http://sae.gov.br/novaclassemedia/numeros/,[consultado em 30-05-2012].

SOUZA, J. (2009), *A ralé brasileira,* quem é e como vive, Belo Horizonte: Editora UFMG.

SOUZA, J. (2010), *Os batalhadores brasileiros,* nova classe média ou nova classe trabalhadora?, Belo Horizonte: Editora UFMG.

TAVARES, M. A. (2002), "Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista". Revista Outubro,7,

São Paulo: pp. 49-60, Disponível em: http://www2.fae.edu/galeria/getImage/1/361633460249798.pdf,[consultado em 03-05-2011].

UNITED NATIONS – UN, "The Inequality Predicament, Report on the World Social Situation 2005: Mr. José Antonio Ocampo and Mr. Johan Scholvinck meet with the press on 25 August to discuss global imbalances". The InequalityPredicament, Disponível em: http://www.un.org/esa/desa/desaNews/desa95.html#feature,[consultado em 20-05-2010].

Anexos

TABELA 1

ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL – CLASSE MÉDIA

PARÂMETROS DE RENDA e QUANTIDADE DE SALÁRIOS MÍNIMOS

SEGMENTO	FAIXA DE RENDA (per capita)	QTDE. DE SALÁRIOS MÍNIMOS (SM = R$645,00)
Alta classe alta	Acima de R$2.480,01	>3,84SM
Baixa classe alta	Entre R$1.019,01 e R$2.480	>1,57SM e 3,84SM
Alta classe média	Entre R$641,01 e R$1.019	>0,99SM e <1,57SM
Média classe média	Entre R$441,01 e R$641	>0,68SM e <0,99SM
Baixa classe média	Entre R$291,01 e R$441	>0,45SM e <0,68SM
Vulnerável	Entre R$162,01e R$291	>0,25SM e <0,45SM
Pobre mas não extremamente pobre	Entre R$81,01 e R$162	>0,12SM e <0,25SM
Extremamente pobre	Até R$81	<0,12SM

Fonte: Elaboração própria, a partir do relatório da «*Reunião final da Comissão para Definição da Classe Média noBrasil*» (SAE/PR, mai., 2012: 20).

TABELA 2

EVOLUÇÃO DO TAMANHO RELATIVO DOS OITO GRUPOS DE RENDA EM QUE A POPULAÇÃO FOI DIVIDIDA

(2001-2009) - (Variação: %)

GRUPOS	LIMITES SUPERIORES ABSOLUTOS	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Extremamente pobre	81	11	10	11	9	8	7	6	5	5
Pobre mas não extremamente pobre	162	16	17	17	16	15	13	12	11	10
Vulnerável	291	21	21	21	21	22	20	20	19	19
Baixa classe média	441	16	16	16	18	17	17	16	17	17
Média classe média	641	11	12	11	12	13	15	16	16	17
Alta classe média	1019	11	10	10	11	11	13	14	14	15
Baixa classe alta	2480	10	10	9	10	10	11	12	13	13
Alta classe alta	Acima de 2480	4	4	3	3	4	4	4	4	4

Fonte: Relatório da «*Reunião final da Comissão para Definição da Classe Média no Brasil*» (SAE/PR, mai., 2012: 20).

GRÁFICO 1

EVOLUÇÃO DOS SEGMENTOS DE CLASSE MÉDIA

(2001-2009) - (Variação: %)

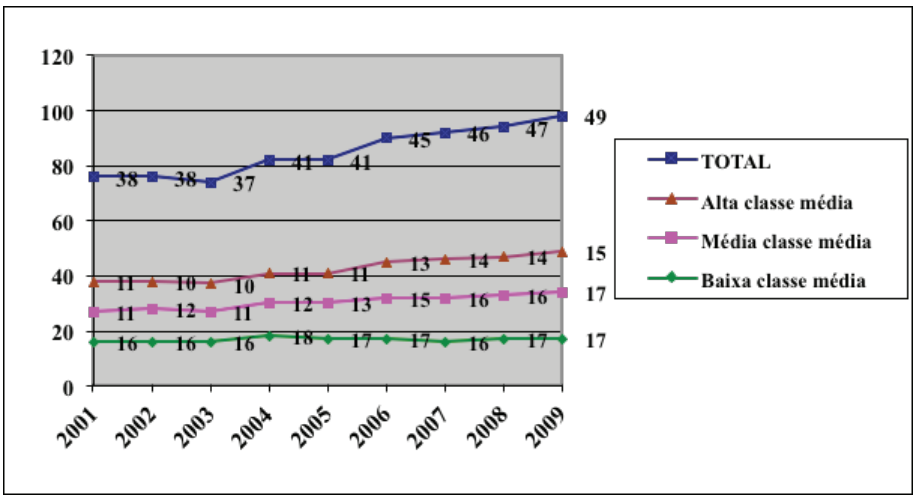

Fonte: Elaboração própria, a partir do relatório da «*Reunião final da Comissão para Definição da Classe Média no Brasil*» (SAE/PR, mai., 2012: 20).

TABELA 4

Relação entre rendimento médio mensal familiar *per capita* dos arranjos familiares dos 10% mais ricos em relação aos arranjos familiares dos 40% mais pobres por região - Brasil – (1981-2009)

	CENTRO-OESTE	NORTE	NORDESTE	SUL	SUDESTE
1981	**19,84**	**13,25**	**18,76**	**16,11**	**17,84**
1982	20,25	14,59	19,33	17,30	18,79
1983	20,09	15,23	20,19	18,50	19,20
1984	20,32	14,59	18,56	18,11	18,87
1985	21,07	16,72	21,38	18,14	19,22
1986	20,82	14,61	19,34	17,56	17,92
1987	22,39	15,82	23,38	18,09	19,13
1988	27,39	19,08	25,75	20,08	20,72
1989	28,22	22,36	28,34	22,01	24,01
1990	25,01	20,76	26,61	20,46	20,49
1991(*)	-	-	-	-	-
1992	**21,05**	**18,60**	**22,66**	**16,97**	**17,04**
1993	23,31	19,60	27,80	17,69	19,40
1994 (*)	-	-	-	-	-
1995	20,97	20,73	23,11	18,64	19,14
1996	22,97	20,30	25,95	18,31	18,76
1997	22,48	21,14	25,27	17,87	18,98
1998	22,73	20,88	24,03	17,90	18,99
1999	21,78	18,58	23,24	18,53	18,04
2000 (*)	-	-	-	-	-
2001	22,36	18,50	22,93	17,00	19,19
2002	22,09	18,33	21,85	15,25	18,51
2003	20,44	16,20	20,83	15,28	17,99

2004	19,13	15,87	20,42	14,55	16,37
2005	19,68	15,02	19,11	14,09	16,42
2006	18,10	14,32	19,41	13,33	15,82
2007	19,30	15,41	18,76	13,21	14,65
2008	18,47	13,49	17,92	12,56	14,12
2009	**17,72**	**14,63**	**17,96**	**12,22**	**13,61**
VARIAÇÃO (1992 – 2009)	**-3,33 (-18,79%)**	**-3,97 (-27,13%)**	**-4,7 (-26,16%)**	**-4,75 (-38,87%)**	**-3,43 (-25,20%)**
VARIAÇÃO (1981 – 2009)	**-2,13 (-10,73%)**	**+1,38 (+9,43%)**	**-0,8 (-4,45%)**	**-3,89 (-31,83%)**	**-4,23 (-31,08%)**

(*) Sem dados informados.

Fonte: IPEA. Elaboração própria, a partir do IBGE/PNAD (1981-2009)[11].

Tabela 5

Distribuição da população por características pessoais e por classe de renda: Brasil 2009 – Variação: %

		BRASIL	
	BAIXA	**MÉDIA**	**ALTA**
SEXO			
Homem	34	52	14
Mulher	34	51	14
COR OU RAÇA			
Branco ou amarelo	23	55	22
Negro	45	47	7
Faixa etária (em anos)			
0 a 14	53	40	7
15 a 24	36	53	11
25 a 64	28	54	18
65 ou mais	13	67	20

Fonte: Estimativas produzidas com base na PNAD, incluindo Norte Rural. Elaborado a partir de: SAE, Compêndio, 2012.

Nota 1: As classes de renda foram definidas pelos seguintes intervalos, segundo a renda domiciliar per capita mensal: baixa - até R$250,00; média - entre R$250,00 e R$1.000,00; alta - mais de R$1000,00.

Nota 2: O universo total exclui os residentes que não são considerados membros do domicílio (pensionistas, empregados domésticos e seus parentes) e os domicílios onde um dos membros omitiu uma de suas rendas.
Nota 3: A categoria «negro» inclui pretos e pardos.

11 IPEA. *Renda - razão entre a dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres*. Consiste no grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, por meio da comparação entre a renda média dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico da distribuição com a renda média dos indivíduos pertencentes aos quatro décimos mais pobres da mesma distribuição. É calculada a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE). Atualizado em:16/02/2011. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br/. Acesso em 20/05/2012.

Tabela 6
Distribuição espacial e por classe de renda da população: Brasil
2009 – Variação: %

		BRASIL	
	BAIXA	**MÉDIA**	**ALTA**
Área			
Urbana	29	54	16
Rural	58	38	4
Região	48	44	8
Norte	56	38	6
Nordeste	22	59	18
Sudeste	20	60	19
Sul	27	56	17
Centro-Oeste	48	44	8
Porte do município			
Região metropolitana	25	55	20
Médio porte	26	55	18
Pequeno porte	43	48	8

Fonte: Estimativas produzidas com base na PNAD, incluindo Norte Rural. Elaborado a partir de: SAE, Compêndio, 2012.

Nota 1: As classes de renda foram definidas pelos seguintes intervalos, segundo a renda domiciliar per capita mensal: baixa - até R$250,00; média - entre R$250,00 e R$1.000,00; alta - mais de R$1.000,00.
Nota 2: O universo total exclui os residentes que não são considerados membros do domicílio (pensionistas, empregados domésticos e seus parentes) e os domicílios onde um dos membros omitiu uma de suas rendas.

Entre Cidadania e Consumo: A invenção da nova classe média brasileira

Moisés Kopper[1]
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
moiseskopper@gmail.com

Resumo: O artigo explora a emergência da figura ambígua do cidadão-consumidor como resultado de políticas públicas direcionados para o governo da nova classe média brasileira. Baseado em etnografia multissituada, a pesquisa explora os aparatos políticos, científicos e mercadológicos que informam a modelização das fronteiras desse dispositivo que se baseia na incorporação de 40 milhões de pessoas na definição de uma nova classe média. A partir de trabalho de campo junto a beneficiários de políticas habitacionais, discute-se os investimentos morais, econômicos e subjetivos em diálogo com as mudanças de classe que os deslocamentos populacionais pelo tecido urbano evocam. Que modalidades de sujeito e projetos de vida são atualizados na mobilização de categorias como "inclusão social", "cidadania" e "consumo" por empreendedores, elaboradores de políticas públicas, líderes comunitários e cidadãos em devir? Ao revelar os dilemas e contradições da recente mobilidade econômica e espacial brasileira, tensiona-se as imagens de um novo país em reconfiguração.

Palavras-Chave: Nova Classe Média; cidadania; consumo; políticas públicas; etnografia.

Introdução

Dona Hilda é uma senhora de 93 anos que desde 2009, com o lançamento do Programa Habitacional "Minha Casa Minha Vida", milita na busca pela casa própria. Eu a conheci enquanto eu acompanhava, em Porto Alegre, as reuniões do Conselho de Desenvolvimento do Partenon – Codespa –, uma associação de futuros moradores, que atualmente se prepara para receber as chaves dos novos apartamentos. Ela se movimenta com relativa facilidade em sua casa *engembrada*[2] no alto do morro próximo à avenida Bento Gonçalves, e não recusa a possibilidade de falar de sua trajetória.

Dona Hilda não nasceu em Porto Alegre. Veio para a capital aos dezoito anos, em busca de trabalho, seguindo nisso o exemplo da maior parte de seus vizinhos e residentes nas imediações, em situação irregular, para onde foram lançados na sucessão dos anos, das políticas higienistas e urbanistas, e da especulação imobiliária. Seu avô paterno era *engenheiro formado*. Embora não tenha certeza, suspeita que suas origens remetam à África.

Dona Hilda trabalhou durante toda sua vida como cozinheira em uma família de descendência italiana que residia no mesmo bairro que ela. O tempo de sua narrativa, de sua história pessoal, é pontuado pela intercalação de ciclos de vida: *nascer, se criar, casar, sair de casa, ter filhos, morrer*. Dona Hilda, ao longo dos anos em que trabalhou naquela casa, observou as *moças solteiras* casarem, e os *meninos* se criarem. Com a dissolução da família, ela migrou para outra ocupação: foi trabalhar, *de carteira assinada*, por oito anos, como cozinheira de um colégio estadual. "Foi aí que eu paguei o meu INPS[3]. E dali eu saí aposentada".

Dona Hilda sempre recusou a ideia de que *pobre precisa andar mal arrumado*. Ela se orgulha da educação que

---

1Moisés Kopper é doutorando em antropologia social pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Possui mestrado na mesma área e graduação em Ciências Sociais. Interessa-se sobretudo pelos seguintes temas: antropologia econômica e da política, etnografia, classes populares, nova classe média, intelectuais, performatividade, subjetividade, governamentalidade, formações de mercado, comércio popular, processos de (in)formalização.

2 Os termos em itálico referem-se a expressões nativas.

3 Antigo Instituto Nacional de Previdência Social, agência responsável pelo sistema de seguridade social no Brasil.

pôde oferecer aos filhos, que nunca deixaram de frequentar a escola graças ao seu esforço de iniciar a rotina diária de trabalho antes mesmo do sol nascer. Além disso, o convívio de longo tempo com seus *patrões*, como empregada doméstica, faz com que ela negue a estética da pobreza. Mas as relações que cruzam trabalho e intimidade não lhe renderam apenas noções estéticas distintas das de sua rede de vizinhança. Sua patroa foi quem lhe *arrumou* a primeira casa de duas peças depois da *maloquinha* em que nasceram os dois primeiros filhos. Ela apresentou Dona Hilda ao Estado. Começava ali seu percurso amarrado à diversidade de políticas sociais e habitacionais que a conectavam à visibilidade dos modos de governo, por meio de seus fluxos subjetivos.
Quando Dona Hilda se mudou da Botafogo, ela foi interpelada pelo estado novamente. Desta vez, porém, pelo Departamento Municipal de Habitação, que declarou o terreno em que ela recém havia alugado *duas peças* como impróprio para habitação. É "área verde". E área verde não se aluga. Depois de dois anos de negociações, idas e vindas, ela finalmente veio residir onde está até hoje. A casinha onde mora não possui quaisquer papeis escriturados do imóvel. Dona Hilda comprou as chaves de terceiros e foi morar, como várias outras pessoas, de maneira irregular no complexo construído pelo Departamento Municipal de Habitação em fins dos anos 1980. E novamente foi interpelada pelos agentes do Estado.

> "Aí veio o pessoal do Demhab aqui fazer acontecer, chegou e perguntou: da onde a senhora veio? Eu vim de casa alugada. Ah, então a senhora vai se inscrever e ficar aqui, concorrer aqui porque veio de casa alugada, e aqui não tem pretendente. É, ta bom, botou o meu nome e foi embora. E aí depois eles me mandaram uma *carta*".

Foi por meio da carta – que indicava seu cadastro e visibilidade no banco de dados social do governo municipal – que dona Hilda foi notificada a respeito das inscrições para o Programa Minha Casa, Minha Vida, em 2009. Ainda assim, perdeu o prazo hábil e, quando finalmente conseguiu chegar ao Departamento de Habitação, foi por meio da mesma carta que conseguiu negociar sua entrada no programa:

> Eu guardei, né, é uma carta, eu vou guardar. E quando abriu lá [MCMV], eu disse assim, bahhhh, eu vou levar aquela carta e vou mostrar! Isso aqui tem 20 anos! [risos]. Tem 20 anos! E eu não botei fora, vai ser agora que eu vou botar fora? Aí eu tirei xerox de tudo e mandei lá. (...)E por causa dessa carta a minha parte ta liberada, eu fiquei inscrita!

A situação de acumulada precariedade costura o contexto simbólico a partir do qual Dona Hilda e seus vizinhos ordenam o cotidiano de suas vidas. Poderíamos falar aqui num trabalho de *assemblage* de elementos a partir da pragmática concreta e sensível que concatena as peças dessa precariedade. Dona Hilda emprega a noção de *engembrado* para dar conta da experiência dessa transitoriedade– de viver a incerteza no dia-a-dia, enquanto se aspira às abstrações imaginativas e voláteis da *melhoria de vida*. Ou melhor, de a uma possibilidade concreta de jogar, experimentar e flertar com o futuro enquanto movimento e deslocamento de sentido.
É esse tornar precário do antigo, que exagera a produção da necessidade, que acaba ajudando a construir o contraste com o cenário de chegada – o acesso à casa própria, tornado legítimo pela história de lutas e pela construção da militância na habitação. Quando pergunto a Dona Hilda o que ela achou dos novos apartamentos, ela não tem dúvidas:

> O que que eu achei? Mas o que que eu vou achar? Mas bah... O *pobre*, ir morar ali?! Hmmm, a pessoa tem que ter *muita classe*, minha filha, pra morar ali naquele lugar. Um lugar *chique*, um lugar *fino*, né? Pra nós... É fora de série aquilo ali, vou lhe contar. Eu acho até que vou chorar se eu chegar a entrar lá. Ao ver na televisão aquela senhora, né, de cadeira de rodas, que *ganhou* uma casa da Caixa Federal, ela chorou, coitada, chorou. Cadeira de rodas e ela *ganhou*. (...) Tao *bonitinho*. Ela morava numa *casa de tábua*, caindo os pedaços, entrar numa *casa de material*, com tudo direitinho, com banheiro, com sala, com cozinha, com tudo... Ela chorou, e eu também chorei. Eu disse assim, olha que eu também vou chorar quando eu entrar lá. Mas claro, já pensou, não é? Dá uma coisa na gente. Dá uma alegria muito grande no coração da gente, né. Eu vou contar, com essa idade aqui, ainda *ganhar* tudo isso aqui?

A história de Dona Hilda permite introduzir de modo privilegiado algumas das questões que atravessam a pesquisa de doutorado que conduzo, sobre a emergência da "nova classe média" brasileira como um problema analítico. Ao contrário do modo como esse debate tem sido conduzido, a minha proposta não está em fazer uma antropologia *das* classes sociais, já que não é dentro deste campo temático, ou o das estratificações sociais, que podemos entender as questões levantadas pela trajetória de pessoas como Dona Hilda. O ponto de partida analítico, inspirado pelo método etnográfico, consiste em perguntar-se sobre o que um debate recente em torno de classes (sociais ou econômicas) nos diz sobre o Brasil, suas imagens de nação, seus mercados em reconfiguração e suas políticas de governo. Classe social torna-se, assim, um idioma, ou melhor, um operador lógico que permite dizer e fazer coisas, a partir de uma problemática que surge no contexto da recente mobilidade social brasileira.

Assim, um ponto de partida etnográfico está em entender como e onde se dá essa passagem, ou seja, essa emolduração da "inclusão social" através do mercado e do estado, sem perder de vista a ideia de deslocamento, de fluxos subjetivos que permitem realizá-la na prática. O mercado da casa própria constitui, assim, o próprio contexto em que essa passagem subjetiva se torna possível. É a partir da habitação que são tornados visíveis os deslocamentos espaciais, morais e subjetivos pelo tecido urbano. É também na produção de novos endereços residenciais que a gramática da "inclusão", da "formalização" e do acesso a bens jurídicos, como os direitos (jurídicos, sociais, econômicos e políticos), são amarrados. E é também no consumo e na cosmologia da casa que se articulam camadas semânticas, produção de sujeitos e sentidos em deslocamento, e tecnologias de mercado para acessar esses novos cidadãos consumidores.

Mas é sobretudo quando olhamos para as políticas públicas de habitação, materializadas recentemente no Programa Minha Casa Minha Vida, que essa gramática da "inclusão social" e do deslocamento (a mudança e melhora de vida, a passagem da precariedade à dignidade e da vulnerabilidade à classe média) tomam forma. O efeito dessa sobreposição entre políticas habitacionais e políticas de classificação de classe média sugere uma circularidade moral na delimitação dos critérios técnicos que estipulam os sujeitos da "nova classe média" e os beneficiários sociais de programas como o PMCMV.

Este artigo está dividido em três partes. Na primeira, apresento em linhas gerais os contornos das disputas sobre o surgimento da nova classe média brasileira nos últimos anos, apontando para algumas tensões presentes nesse debate. Na segunda parte, trato de algumas reconfigurações de mercado, fazendo a conexão com as políticas habitacionais voltadas para o estímulo da nova classe média, por meio do programa Minha Casa Minha Vida e da etnografia que tenho levado a cabo na cidade de Porto Alegre. Por fim, concluo minha fala com uma breve discussão sobre os impactos dessas políticas para a produção de subjetividades que se constroem nas conexões com o estado e o mercado.

1 – A "Nova Classe Média" Brasileira: um debate em aberto

O jargão "nova classe média" passou a ser empregado no Brasil a partir de um estudo proposto em 2008 pelo economista Marcelo Neri (2008; 2011), quando ainda estava na Fundação Getúlio Vargas – hoje é presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE-PR). O que se sugeria na época era uma primeira releitura da estratificação social brasileira, a partir do modelo estatístico da *mediana*, baseado na renda mensal dos domicílios brasileiros médios. Ou seja, na prática os dados estatísticos foram rearranjados de modo que a "classe C" se tornasse o estrato mais representativo da pirâmide social brasileira, matematicamente situada entre as classes A e B, de um lado, e D e E, de outro. Marcelo Neri foi rápido em acrescentar, ainda na apresentação do livro em que propunha sua tese: "*Os sociólogos podem relaxar, pois não estamos falando de classes sociais (operariado, burguesia, capitalistas, etc.), mas de estratos econômicos. Leia-se dinheiro no bolso, que seria, segundo os economistas, a parte mais sensível da* anatomia *humana"* (2011:17). Fato é que esses dados iniciais injetaram ânimo no debate, e as grandes corporações midiáticas se apressaram em veicular e tornar públicos os números apresentados. Assim, a nova "classe C" teria renda familiar entre R$ 1200,00 e 5mil reais e equivaleria a 53% da população do censo 2010, ou 102,6 milhões de pessoas. O dado mais impressionante que passou a ser divulgado é que em sete anos (2003-2010), 40 milhões de brasileiros teriam migrado para a classe C.

Duas observações são pertinentes ao considerarmos esses números. Primeiro, podemos dizer que Marcelo Neri foi cauteloso ao definir o momento político em que lançaria a grande ideia, em pleno anúncio de uma crise econômica internacional escancarada. A ideia seria providencial para o posicionamento do governo federal, que enfatizaria o consumo e o crescimento do mercado interno brasileiro como estratégia de superação dos problemas. Segundo, a justificação do argumento se baseia, como Callon (1998) já havia notado quanto aos economistas, na performance e na ideia de que os números "falariam por si". As estatísticas seriam incontestáveis, não precisariam de grandes explicações, porque, no limite, seriam extensões da própria realidade que buscam explicar. Por outro lado, o interessante é observar, justamente, as operações de concretização do sentido nas interpretações veladas dos números, e proposições como medir o "índice de felicidade" da população se convertem em argumentos eficazes.

Obviamente, as afirmações provocativas do economista não iriam passar despercebidas e deram origem a ondas de crítica que, volta e meia, ainda hoje, tomam as páginas de jornal e capas de volumosas coletâneas de livros "científicos". Poderíamos resumi-las em três níveis distintos. Um primeiro nível diz respeito à crítica difusa, sem traços ou conotações políticas evidentes que não o conservadorismo materializado por uma "antiga classe média" que sente a exclusividade de seus bons valores distintivos escapar-lhe das mãos. Essa crítica encontra-se diluída em diferentes editoriais midiáticos, em figuras públicas de partidos de direita, ou ainda na voz dos que alardeiam para os perigos da bolha econômica, do endividamento das famílias, ou mesmo da destruição desenfreada do meio ambiente (como se antes ela não aparecesse). A crônica de Luís Fernando Verissimo (2011) a resume bem:

> Buuu
> Diálogo urbano, no meio de um engarrafamento. Carro a carro.
> É nisso que deu, oito anos de governo Lula. Este caos. Todo o mundo com carro, e todos os carros na rua ao mesmo tempo. Não tem mais hora de pique, agora é pique o dia inteiro. Foram criar a tal nova classe média e o resultado está aí: ninguém consegue mais se mexer. E não é só o trânsito. As lojas estão cheias. Há filas para comprar em toda parte. E vá tentar viajar de avião. Até para o exterior? Tudo lotado. Um inferno. Será que não previram isto? Será que ninguém se deu conta dos efeitos que uma distribuição de renda irresponsável teria sobre a população e a economia? Que botar dinheiro na mão das pessoas só criaria esta confusão? Razão tinha quem dizia que um governo do PT seria um desastre, que era melhor emigrar. Quem pode viver em meio a uma euforia assim? (...).

Uma segunda abordagem, mais qualificada e específica, emerge de setores internos ao próprio Partido dos Trabalhadores, em geral insatisfeitos com os rumos tomados pelos governos Lula e Dilma e pelas políticas voltadas ao estímulo do consumo. Podemos situar nesse espectro as críticas do economista Marcio Pochmann (2012; 2014) e da filósofa Marilena Chauí (2013).

Em 2012, quatro anos após o lançamento da pesquisa de Marcelo Neri, Marcio Pochmann publica um pequeno livro questionando a pertinência do conceito de "nova classe média" para dar conta desses processos recentes de mobilidade social. Baseando sua análise na estrutura de ocupações da população, o autor sugere que poucas mudanças em termos de mobilidade social foram efetivamente observadas ao longo da última década no país.

> Seja pelo nível de rendimento, seja pelo tipo de ocupação, seja pelo perfil e atributos pessoais, o grosso da população emergente não se encaixa em critérios sérios e objetivos que possam ser claramente identificados como classe média. Associam-se, sim, às características gerais das classes populares, que, por elevar o rendimento, ampliam imediatamente o padrão de consumo. Não há, nesse sentido, qualquer novidade, pois se trata de um fenômeno comum, uma vez que trabalhador não poupa, e sim gasta tudo que ganha [sic] (Pochmann, 2012:10).

A crítica de Marilena Chauí poderia ser mais bem narrada a partir dos desdobramentos de um evento de lançamento do livro "10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma", de organização de Emir Sader, que ocorreu em São Paulo em maio de 2013. Além de chefes de estado e autoridades políticas, estiveram presentes intelectuais cuja trajetória era atravessada por filiações ou predileções pelo partido. A filósofa começou com uma explicação histórica sobre as conquistas sociais e jurídicas das classes trabalhadoras europeias:

> Não é pela escolaridade, pela renda, pela profissão, pelos gostos de consumo, que eu determino uma classe social. Isso não define uma classe social no modo de produção capitalista. O que a define é a maneira pela qual ela se insere nos meios sociais privados da força produtiva. Portanto, critério ABCDE, EFJH, o alfabeto inteiro, não quer dizer coisa nenhuma. (…) A perspectiva de que dispor de um conjunto de bens de consumo em massa, e dispor de um conjunto de direitos sociais significa mudar de classe, não. Significa que a classe conquistou os seus direitos, o seu lugar.

Depois de uma breve explicação das razões teóricas de sua discordância com relação à ideia de uma "nova classe média", esbravejou:

> E porque eu defendo esse ponto de vista? Não é só por razões teóricas e políticas. É porque eu odeio a classe média. A classe média é um atraso de vida. A classe média é a estupidez. É o que tem de reacionário, conservador, ignorante, petulante, arrogante, terrorista. É uma coisa fora do comum a classe média (…). A classe média é uma abominação política porque ela é fascista. Ela é uma abominação ética porque ela é violenta. E ela é uma abominação cognitiva porque ela é ignorante".

Em tom de deboche, o ex-presidente Lula, que assistia à fala da filósofa, exclama: *"*Agora, depois de tantos anos de luta, que eu cheguei a ser considerado de classe média, essa mulher avacalha com a classe média! Não é possível! [risos]*"*.

O provocativo desabafo da intelectual gerou uma repercussão interminável na mídia e produziu um extenso conjunto de publicações e reações enfurecidas em diferentes veículos de comunicação pela internet. O que essas críticas evidenciam é que os discursos sobre o recente processo de mobilidade social nunca são, estritamente, *apenas* argumentos, mas produzem e refletem engajamentos morais de um tipo particular, e causam tanto mais estranheza ou repulsa quanto mais evidentemente forem enunciados por intelectuais, a quem sempre competiu renovar a crença numa separação radical entre o universo das ideias e os contextos sociais da sua produção.

Em geral, portanto, para este grupo, poderíamos dizer que a produção da crítica se baseia em definições marxistas de mobilidade social, que não poderiam ser mais que conjunturais, já que neste modelo é a sociedade que está em movimento, o que não mudaria a distância relativa das ocupações dos sujeitos em questão. No máximo, seria possível especular sobre coisas como capital cultural e social na definição dessas posições, em todo caso pouco dinâmicas no tempo e no espaço.

Finalmente, uma terceira onda de críticas surge no interior do campo acadêmico e é instrumentada sobretudo por sociólogos avessos ao que entendem seja uma deturpação da noção de "classe social". O sociólogo que mais investiu nesse debate, seja pelo volume de publicações, seja por anunciar o debate explicitamente, em ocasiões públicas, é Jesse Souza, radicado na Universidade Federal de Juiz de Fora. Ele publica em 2009, cerca de um ano após o lançamento da pesquisa da FGV, duas obras (2009; 2010) com textos variados que nitidamente inauguram uma linha de investigação que pretende retomar o conceito de "classe social" como o único legítimo na explicação sociológica do fenômeno. Em seu *paper* apresentado no Seminário Temático (ST) "As Classes Sociais no Brasil Contemporâneo" (2013) da ANPOCS, o sociólogo deixa isso claro:

> "O conceito de "classe econômica" é absurdo de fio a pavio já que; ou pressupõe que as determinações econômicas são as únicas variáveis realmente importantes para o conceito de classe ou, caso contrário, deveria simplesmente se referir a "faixas de renda" e não a "classes". Esta última opção não é a de Neri até porque "faixas de renda" não possuem o mesmo apelo no imaginário das pessoas que "classe". Ao

> contrário, Neri usa as tais "classes econômicas" como se fossem "classes sociais" em sentido estrito, já que o ponto decisivo é que elas tomam o seu lugar na analise e são o fundamento central para todas as hipóteses construídas por Neri para "explicar" o Brasil contemporâneo e seus dilemas e desafios".

Apesar de enunciadas em espaços e espetros muito díspares do campo político, acadêmico e social, as críticas encontram caminhos para a sua circulação. Dependendo das ocasiões e forças em jogo, elas podem se opor ou se articular. Assim, por exemplo, Marcio Pochmann e Jessé Souza disputam com vigor a autoria do conceito de "nova classe trabalhadora". Apesar disso, é possível encontrar esses mesmos intelectuais em eventos e coletâneas de livros compostas de artigos críticos ao tema da "nova classe média" (ver, por exemplo, Bartelt, 2013). A publicação seminal de Marcelo Neri chamou a atenção igualmente da presidente Dilma Rousseff que, em 2012, aclamou seu livro como "um dos estudos mais bem feitos a respeito desse processo que estamos vivendo no Brasil", recomendando-o como "leitura obrigatória"[4]. Àquela altura, no seio da Secretaria de Assuntos Estratégicos[5], estruturava-se o projeto "Vozes da Nova Classe Média", resultado de um seminário organizado no ano anterior que visava congregar "especialistas", cientistas sociais e figuras políticas estratégicas ao governo para pensar políticas públicas destinadas à sustentabilidade dessa Classe C. Para os técnicos que entrevistei na Secretaria, o problema estava em como "fazer o pulo do gato":

> De repente o Brasil criou várias oportunidades: aumento de salários, diminuição do desemprego... Mas por que esses 32 milhões de pessoas que estavam amarrados à pobreza agarraram essas oportunidades e saíram da pobreza, e outras 20 milhões não agarraram a oportunidade e não conseguiram sair da pobreza?

Após esse primeiro seminário, montou-se uma comissão técnica, composta pelos mesmos intelectuais, políticos e publicitários, para discutir um novo critério de classificação das classes sociais brasileiras. Baseando-se no estudo de Neri e em uma miríade de outras abordagens internacionais sobre o problema da estratificação, a SAE valeu-se da renda familiar per capita para elaborar os intervalos de classe, amarrando-os a um cálculo sobre o grau de vulnerabilidade social, isto é, da probabilidade de voltar à pobreza. O resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 1 – Nova Classificação das Classes Sociais segundo a SAE

Estrato	Faixas de Renda per capita familiar (em 2012)	Grau de Vulnerabilidade (prob. de voltar a ser pobre)
Extremamente pobre (miséria)	Até R$ 81	N.A.
Pobre	R$ 82 – 161	N.A.

4 Conforme matéria do jornal Valor Econômico, disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=22409&Itemid=75.

5 O órgão foi criado em 2008, durante o segundo mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, e até o final dele foi coordenado por um filósofo e filiado ao partido do então vice-presidente. Nesse período, que vai de 2008 até 2010, a secretaria discutiu, basicamente, questões de médio e longo prazo, tais como o Plano Amazônia Sustentável, que até então estava sob o guarda-chuva do Ministério do Meio Ambiente. Foi nesse período que o IPEA, até então vinculado ao Ministério do Planejamento, passou a responder diretamente às demandas da secretaria. No início de 2011, com a posse do novo ministro, Wellington Moreira Franco, nomeado diretamente pela presidente Dilma Rousseff, a secretaria adquiriu maior importância para o planejamento estratégico do governo, ao mesmo tempo em que novas agendas de pesquisa passaram a compor a ordem do dia. Em pouco tempo, a SAE reorganizou suas pautas internas e estipulou a "nova classe média" como uma das principais temáticas de sua nova atuação.

Vulnerável	R$ 162 – 291	N.A.
(Nova) Classe Média Baixa	R$ 292 – 441	Até um ano
(Nova) Classe Média Média	R$ 442 – 641	De um a cinco anos
(Nova) Classe Média Alta	R$ 642 – 1019	Mais de cinco anos
Baixa Classe Alta	R$ 1020 – 2480	N.A.
Alta Classe Alta	Acima de R$ 2480	N.A.

Fonte: acervo de pesquisa/elaboração própria.

Renato Meirelles, um dos maiores pesquisadores de mercado e propaganda do Brasil, foi o único representante do setor privado convidado a participar de todo esse processo. Ele é presidente fundador do Instituto de Pesquisas Data Popular, sediado na cidade de São Paulo, que foi criado em 2001 como mais um braço de uma agência de marketing. A rigor, poderíamos dizer que seu papel foi decisivo na configuração de uma frente discursiva que culminaria na popularização do jargão "nova classe média". Isso porque, desde o início de suas atividades, tratou de convencer seus clientes da necessidade de pensar o consumo de baixa renda desde aquilo que entendia como o universo da "cultura popular", usando, para isso, o selo certificador dos cientistas – sociólogos, antropólogos, economistas, demógrafos, estatísticos – então recém contratados para a realização das pesquisas de mercado (Kopper, 2014).

A visibilidade do Data Popular cresceu na proporção em que fechava grandes contratos de consultoria com empresas estratégicas, que lhe permitiam veicular à grande mídia nacional os resultados dessas pesquisas como resultados desinteressados, isto é, decorrentes de "pesquisas científicas". Em pouco tempo, um *boom* de notícias de todos os lados passou a assinalar o potencial de consumo da nova "classe C": rendas familiares generosas, acesso ao crédito e a bens duráveis, potencial de consumo anual de mais de um trilhão de reais. O Data Popular seguiu na estratégia de lançar números cada vez mais bombásticos e performáticos: as favelas e periferias já não seriam como eram antes; negros, mulheres e jovens são definidos como populações-alvo no interior da classe média, sujeitos cujas trajetórias passam a importar para a constituição de um mercado interno em desenvolvimento e para o governo adequado da nação.

Este debate é bem mais extenso e controverso do que estas breves sinalizações podem indicar. Apesar disso, elas nos dão uma noção das disputas apaixonadas que estão em jogo na tentativa de buscar classificar esse "novo" Brasil. O que está em evidência nem sempre é apenas um debate acadêmico sobre quem tem razão e quem está errado, mas a dramatização de conflitos entre limites disciplinares, monopólios em risco e crises de reconhecimento que extrapolam a discussão em torno de "classe", e que sugerem tentativas de hierarquizar moralmente os atores e campos de debate. A tal ponto que a pergunta que parece fazer mais sentido é: sobre o que efetivamente se fala, quando se faz um debate sobre classe? A que outros caminhos e efeitos de sentido e de poder essa retórica nos conduz?

Essa me parece ser, de fato, a questão central do debate sobre classes sociais no Brasil atual: os argumentos empregados a favor ou contra a sua existência só fazem sentido, só adquirem vida, quando acompanhados de vínculos com critérios e atributos concretos que funcionam como sinalizadores e marcadores de classe. A questão então é de que modo os limites historicamente colocados entre classes sociais são flexibilizados, recolocados, no interior de cenários políticos e econômicos atuais? O que essas flexibilizações nos dizem sobre quem as propõem? E mais: como se definem as passagens, as fronteiras, as entradas e saídas dessa "nova classe média" na prática? Como esses limites adquirem vida nos fluxos concretos de pessoas?

2 – As políticas habitacionais no Brasil contemporâneo

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi lançado em marco de 2009 pelo então presidente Lula, com o objetivo inicial de construir um milhão de moradias, divididas em três faixas de renda com critérios específicos. O programa era o ponto alto de um *continuum* de reformas institucionais que iniciou em 2003 com a criação do Ministério das Cidades e a implantação do Sistema Nacional de Habitação (SNH). Logisticamente, PMCMV divide-se em três faixas de renda, cada qual operando por critérios distintos de financiamento e execução. As principais diferenças ocorrem entre a faixa um, de zero a três salários mínimos por família (valores de 2009), e as faixas dois e três, que se estendem de três a dez salários mínimos por família (valores de 2009).

Tabela 2 – As faixas salariais do PMCMV

	0 a 3 salários mínimos	3 a 10 salários mínimos
Investimento previsto	16 bilhões	18 bilhões
Número de casas	400mil	600mil
Parcela mínima	R$ 25	
Pode comprometer	Max. 5% da renda	Max. 20-30% renda
Prazo Max. Financiamento	10 anos	
Valor médio do imóvel	50-60mil	130-150 mil
Produção baseada na	Oferta	Demanda

Fonte: acervo de pesquisa/elaboração própria.

Pode-se observar que o corte da faixa um do PMCMV é essencialmente idêntico aos limites superiores apontados pelo critério da SAE quanto à renda familiar média mensal da Nova Classe Média Baixa – o que aponta para uma interessante sobreposição dos sujeitos-alvo das políticas públicas, e sugere que o estímulo à casa própria é uma das maneiras mais eficazes de ingressar na nova classe média. A faixa um é definida pelo governo como a de maior grau de vulnerabilidade social, razão pela qual se torna particularmente interessante do ponto de vista etnográfico, na medida em que permitirá entender a circulação e produção das fronteiras de classe a partir do mercado da casa própria.

Tabela 3 – Comparação de renda entre a "nova classe média" e o PMCMV

	Renda Per Capita familiar	Renda Familiar média mensal	Renda familiar MCMV
Classe média baixa	R$ 292 - 441	R$1.540	Até R$ 1.600 (0-3 sal. Min.)
Classe média média	R$ 442 - 641	R$1.925	Até R$ 5.000 (3-10 sal. Min.)
Classe média alta	R$ 642 - 1.019	R$2.813	

Fonte: acervo de pesquisa/elaboração própria.

A gestão do programa, na sua faixa salarial inicial, é feita pelas prefeituras municipais, que tiveram a incumbência, em 2009, de organizar um cadastramento das famílias interessadas e elegíveis aos critérios do financiamento. O papel das prefeituras inclui: fazer o cadastramento e as listas de demanda dos interessados; doação de terrenos; isenções tributárias; desburocratização nos processos de aprovação e licenciamento; flexibilização das normas urbanísticas.

Esses critérios, longe de serem apenas normativas técnicas, possuem o efeito de produzir sujeitos adequados a tais projetos, e incluem: famílias residentes ou que tenham sido desabrigadas de áreas de risco; famílias que tenham mulheres responsáveis pela unidade familiar; idosos; e famílias que possuam pessoas portadoras

de deficiência. Em Porto Alegre, o Departamento Municipal de Habitação também estabeleceu como critério o atendimento às demandas originárias do Orçamento Participativo e de pessoas com deficiência. Dos 54 mil cadastros realizados em Porto Alegre, 35mil foram enquadrados nos critérios da Caixa Econômica Federal;

Em Porto Alegre já foram realizados e entregues cinco condomínios destinados a famílias com renda de zero a três salários mínimos. Atualmente, há dois que ainda estão em fase de construção. Meu trabalho de campo concentra-se no Residencial Bento Gonçalves, empreendimento com 540 unidades habitacionais divididas em 03 condomínios (na primeira fase), que foi entregue em setembro de 2014. Os apartamentos têm área entre 43,50m² e 46,60 m², dois dormitórios, sala, cozinha, área de serviço e banheiro. O Residencial tem ainda 320 vagas de estacionamento, quadras esportivas, guaritas, salões de festas e playground. Construção esteve a cargo da incorporadora Kaufmann Construções, especializada em empreendimentos para o PMCMV.

O empreendimento situa-se no bairro Partenon, que é considerado central em termos de sua localização geográfica no município de Porto Alegre, e está próximo, portanto, a universidades, redes comerciais, postos de saúde, hospitais e escolas. Isso contrasta com o restante dos empreendimentos já entregues, todos situados na Restinga, um dos maiores bairros da zona sul de Porto Alegre, que surgiu nos anos 1960 a partir de políticas habitacionais municipais para remover famílias em áreas de risco. Apesar de o déficit habitacional do bairro Partenon ser calculado em torno de 8mil unidades habitacionais, nem todos os beneficiários são do bairro. Ao contrário, as obras do PMCMV são usadas pela prefeitura para acomodar diversos outros remanejos populacionais pela cidade que, de outra forma, demorariam mais para acontecer caso fossem empregadas verbas municipais.

Etnograficamente, tenho acompanhado as reuniões e atividades promovidas pelo Conselho de Desenvolvimento do Partenon, o Codespa, que foi fundado e é dirigido por Marília Fidel – militante do Orçamento Participativo há longo tempo na questão da habitação e regularização fundiária. Marília esteve à frente de todo o processo de discussão e implementação do Residencial Bento Gonçalves, desde a licitação até a aquisição da área, e constitui-se numa figura central para entender a negociação dos critérios de acesso ao empreendimento. Desde 2009, o Codespa vem promovendo reuniões mensais entre os seus membros, que atualmente giram em torno de 600 pessoas. Essas reuniões ocorrem em espaços diversificados, como sedes de escolas de samba, colégios estaduais e espaços coletivos de igrejas, e reúnem um público que gira em torno de 200 a 300 pessoas. Em função de suas articulações políticas, Marília conseguiu sobrepor aos códigos técnicos da Caixa Econômica Federal, uma nova hierarquia moral de valores que informa a seleção e recrutamento dos interessados na casa própria. Graças a essas articulações, Marília negociou junto aos articuladores locais do programa MCMV a autonomia para indicar 150 dos 540 apartamentos da primeira fase do empreendimento. Essas moralidades estão baseadas na ideia do merecimento, e incluem sobretudo a assiduidade na participação das reuniões mensais e no pagamento das mensalidades da instituição, prática instituída há menos de um ano. Além disso, podem incluir outros tipos de facilidades ou favorecimentos, de acordo com o empenho demonstrado pela causa. Cada novo membro do Codespa recebe uma carteirinha com o seu nome e fotografia, que o identifica como sócio. Também demarca claramente uma distinção moral em relação a quem é parte de uma coletividade e, mais importante, está vinculado a um determinado modo de pensar o problema da habitação, aquilo que, provisoriamente, estou chamando de "cosmologia do habitar". Com isso me refiro não apenas aos critérios morais de acesso, mas também às negociações sociais em torno dos limites e usos do dinheiro, aos novos códigos éticos de como habitar, aos modelos familiares em rearranjo, aos circuitos e redes sociais acionados, às alianças entre mercado, governo e comunidades que as permeiam.

As reuniões mensais do Codespa são um espaço privilegiado para a produção de um sentido coletivo do que significa habitar, de descer do "morro para o asfalto", de incorporar e ser incorporado numa determinada retórica da inclusão social, da formalização, da cidadania, do consumo material. Observar essas tensões que configuram o cotidiano é, em última análise, o outro lado necessário de uma nova classe média ainda em construção – uma classe média que não apenas é definida por números e estudos, mas que é consequência da produção e negociação de categorias de pessoas, lugares e moralidades.

Considerações Finais

Gostaria de encerrar *paper* tocando numa questão que parece atravessar a dinâmica das relações entre ciência, mercado e estado na produção discursiva da nova classe média. Refiro-me, especificamente, aos efeitos desses imbricamentos para a produção de uma certa modalidade de sujeito ao mesmo tempo trabalhador, consumidor e cidadão. Para o governo, por exemplo, está claro que investir em políticas públicas para a nova classe média implica num movimento das políticas sociais/assistencialistas para as políticas econômicas/emancipatórias. Consumir, ou tornar-se sujeito através da inserção no mercado, torna-se o próprio instrumento de governamentalidade da nação – daí a importância dos institutos de pesquisa na produção de mediações e justificações que organizam, mais que a mecânica do mercado interno brasileiro, as disputas morais em torno da legitimidade do consumo. Positivar o consumo dessas classes populares tornadas médias no próprio ato de consumir, através de um apelo eloquente ao contexto de desigualdades e exclusões que pontuam nossa história, é o primeiro passo no seu processo de *cidadanização*. Quando analisamos os caminhos propostos pelo governo para a sua sustentabilidade a longo prazo – que passam pela qualificação e estabilização da mão-de-obra, pelo aumento do emprego formal e por políticas de administração do futuro – fica evidente que a chamada "porta de saída" da pobreza está na ideia da "inclusão produtiva" ou, se quisermos, na produção de subjetividades aptas ao trabalho, isto é, capazes de manter a economia e o consumo em atividade no futuro.

Tudo isso nos leva aos dilemas concretos desse léxico da "inclusão", social, econômica e política, que parece se realizar na produção de sujeitos imaginados como trabalhadores e consumidores, numa espécie de patrimônio e trunfo político brasileiro. É preciso compreender essas formatações móveis da cidadania no contexto do atual debate em torno da nova classe média, sem perder de vista os encontros etnográficos com os sujeitos de carne e osso que supostamente se enquadrariam nessas novas categorias, discutindo com eles a sua pertinência. A etnografia junto ao Codespa, na busca pelo entendimento dos dilemas práticos das políticas habitacionais, permite observar o que ocorre quando diferentes intervenções visam alçar sujeitos a novas categorias de pertencimento social – da vulnerabilidade à inclusão, da precariedade à dignidade. O que acontece com os "novos incluídos"? Com pessoas como Dona Hilda, cujas histórias são traçadas e narradas nas imbricações com as políticas de estado? O que estes sujeitos estão em processo de tornar-se? Como as contradições e tensões de suas trajetórias permitem problematizar esses regimes e modos de intervenção? É nesse diálogo entre as pessoas, as políticas e os mercados que podemos encontrar respostas para os dilemas que cruzam cidadania e consumo na formação da nova classe média brasileira.

Referências Bibliográficas Citadas

BARTELT, Dawid Danilo (org.) (2013), *A Nova Classe Média no Brasil como Conceito e Projeto Político*, Rio de Janeiro: Fundação Henrich Böhl.

CALLON, Michel (1998), "Introduction: the embeddedness of economic markets in economics", Oxford: Blackwell Publishers, p. 1-58.

CHAUÍ, Marilena (2013), "Uma nova classe trabalhadora". In: SADER, Emir (org.), *Lula e Dilma:* dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil, São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil.

KOPPER, Moisés (2014), "Vestígios de um Novo Brasil A configuração do mercado de pesquisas para a base da pirâmide", In: YACCOUB, Hilaine. (Org.). *Consumo Popular no Brasil:* Contribuições da Antropologia e Sociologia, Rio de Janeiro: Multifoco.

NERI, Marcelo (2011), *A Nova Classe Média:* o lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: editora Saraiva.

_____ (2008), *A Nova Classe Média:* o lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: CPS/FGV.

POCHMANN, Marcio (2012), *Nova Classe Média?* O trabalho na base da pirâmide social brasileira, São Paulo, Boitempo.

_____ (2014), *O Mito da Grande Classe Média:* capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo.

SOUZA, Jessé (2009), *A Ralé Brasileira:* quem é e como vive. Belo Horizonte: editora UFMG.

_____ (2013), "O Economicismo e a Invisibilidade das Classes". In: *Anais 37º Encontro Anual da ANPOCS*. Águas de Lindóia.

_____ (2010), *Os Batalhadores Brasileiros:* nova classe média ou nova classe trabalhadora?. Belo Horizonte: editora UFMG.

VERISSIMO, Luis Fernando (2011), "Buuu". In: *Jornal O Estadão*, disponível em [http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,buuu-imp-,711779], acessado em 30.11.2014.

Uma classificação ideológica da literatura sobre a Nova Classe Média: uma reflexão sobre limites políticos do debate

Jana Martins Leal[1]
Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ)
E-mail: leal.jana@gmail.com

Resumo: Este trabalho produz uma identificação, sistematização e análise de uma amostra da literatura contemporânea acerca da "Nova Classe Média", seguida da proposição de uma tipologia ideológica, analítica e crítica para a organização desta bibliografia em *clusters*. Por conseguinte, aponta e reflete sobre os limites político-ideológicos subjacentes aos trabalhos em torno da "Nova Classe Média" e especula sobre novas formas teórico-epistemológicas para abordar o problema.

Palavras-chave: Nova Classe Média, literatura, tipologia, Ideologia, novas abordagens teórico-metodológicas.

1. Nova classe média brasileira? As divergências no debate intelectual

O surgimento da Nova Classe Média (NCM) no Brasil causou polêmica entre os intelectuais brasileiros. Após seu desenvolvimento, em 2008, pelas mãos do economista Marcelo Neri (2008a, 2008b), ganhou difusão por meio da mídia, tornando-se um verdadeiro debate público no Brasil. Em 2011, galgou mais um degrau, ao transformar-se em assunto estratégico de política pública do governo Dilma Rousseff. Neste ínterim, encontrou, por um lado, aceitação no meio midiático e entre alguns intelectuais como, por exemplo, os cientistas políticos como Amaury Souza e Bolívar Lamounier e, por outro, recebeu críticas de cientistas sociais como Jessé Souza e de economistas como Marcio Pochmann. Estes fatos demonstravam o caráter extremamente controverso desta classificação.

O aspecto central, divisor de águas entre os intelectuais, foram os parâmetros, nos quais estava baseada a formulação do conceito. Esta nova classe social também chamada de classe C, estava pautada num modelo de estratificação, no qual a renda e o potencial de consumo eram as referências centrais para a sua formulação. A classe C era então calculada matematicamente como a classe mediana da pirâmide social. Desta forma, renda e consumo foram criticados por serem aspectos extremamente economicistas e por terem sido utilizados de forma exclusiva, no desenvolvimento desta classificação. Em função disto, foi lhe conferido um caráter ideológico: a nova classe média seria a expressão dos ideais liberais daqueles que a defendiam.

Se esta pode ser uma disparidade ideológica entre os intelectuais que discutem a NCM, ela não parece ser a única. A forma como os autores explicam as mudanças de renda e de consumo de camadas populares no Brasil nos últimos dez anos apresentava-se como outro fator diferenciador das visões sociais de mundo entre eles. Mas que polarizações ideológicas estariam por trás desta discussão? Quais seriam, portanto, as configurações ideológicas subjacentes aos debates em torno da classe C? Por fim, que implicações isto pode gerar para os debates científicos em torno desta temática? Essas são as perguntas que este trabalho busca responder.

A partir deste caldeirão fervilhante de disputas ideológicas que abrange o tema da nova classe média, este texto realiza uma revisão de determinada amostra da literatura acerca da nova classe média, propondo uma classi-

---

1 Mestranda em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Uerj (Iesp-Uerj) e pesquisadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos do Trabalho (Nupet/ Iesp-Uerj). Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Foi bolsista CNPq do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI/UFF). Também atuou como bolsista FAPERJ da Fundação Museu-Casa de Rui Barbosa, no Setor Educativo do Museu. Foi professora de História da rede Municipal de Educação de Teresópolis (RJ-Brasil). Atuou como Tutora de História do Curso de Pré-vestibular Social Cederj/Cecierj. Realizou Estágio Docente na Uerj, no curso de Nutrição da UERJ.

ficação teórico-ideológica para os autores em questão. Trata-se, pois, de averiguar as polarizações teóricas e ideológicas que subjazem ao debate. Desta forma, o objetivo é refletir sobre certas limitações e fragilidades presentes nestas discussões, abrindo espaço para a formulação de novos problemas e metodologias de trabalho.
A análise de uma amostra da literatura que discute o surgimento da classe C permite constatar o dissenso em relação à legitimidade concedida a esta classe entre diversos intelectuais brasileiros. Alguns autores acreditam que a NCM é legítima, porque o aumento da renda e do consumo de setores populares significou sua mobilidade social (Neri, 2008a, 2008b, 2011; Meirelles & Athayde, 2014; Souza & Lamounier, 2010). Para outros, esta nova classificação social não é legítima, uma vez que a configuração de determinada classe social e da mobilidade social devem ser analisados sob a luz de outros fatores sociológicos (Pochmann, 2012, 2014; Chauí, 2013; Souza, 2010; Costa, 2013; Kerstenetzky & Uchôa, 2013; Quadros et al. 2013). Para estes, a realidade social seria muito mais complexa, para ser interpretada e classificada apenas com base na renda e no consumo. Este é o ponto inicial de divergência entre os autores.
Entretanto, é possível verificar a existência de outros pontos de divergência. Um deles é a forma como esses autores explicam as mudanças econômico-sociais que ocorreram recentemente no Brasil[2]. Há, grosso modo, duas tendências na forma de explicar essas mudanças[3]. A primeira tendência enfatiza o mercado. Ele seria a força motora das transformações que ocorreram nas camadas populares brasileiras nos últimos dez anos (Souza & Lamounier, 2010; Souza, 2010.[4]). Ele possui, portanto, maior peso neste tipo argumentativo. Nesse sentido, é a partir das transformações e/ou continuidades no comércio internacional que a configuração econômico-social no Brasil se estabelece. Mesmo que as políticas nacionais sejam entendidas como fator que, em última instância, desencadeie as mudanças internas do país, elas só são possíveis a partir do condicionamento externo dado pelo mercado internacional. É uma visão macro estrutural que entende as mudanças ocorridas no Brasil como reflexo das modificações ocorridas internacionalmente no sistema mercantil capitalista. O país é, portanto, entendido como uma nação, dentre outras, inserida nessa macro estrutura financeira do capital. Neste sentido, o papel do Estado fica reduzido ou, no mínimo, não aparece com força na argumentação dos autores. O Estado praticamente não possui papel ativo para modificar a configuração de classes do país.
Vale ressaltar que essa tendência explicativa perpassa a argumentação tanto de autores que aparentemente são favoráveis (Souza & Lamounier, 2010) à NCM quanto daqueles contrários a ela (Souza, 2010). Ou seja, ela é comum a autores que são a favor da NCM, como, para outros que são contrários a esta classificação. Nesta tendência, as mudanças econômicas e sociais que ocorreram no Brasil são compreendidas como reflexo das transformações do sistema capitalista. Ou seja, a possibilidade ou não da existência da NCM, se daria em função das mudanças que ocorreram recentemente no sistema capitalista.
Um fator apontado como promotor dessas mudanças no país seria a formação de cadeias globais de produção. As empresas transnacionais, com a produção crescente de bens e serviços em cadeia global, teriam induzido à diminuição de preços de produtos industrializados e destes serviços no Brasil, levando ao barateamento dos produtos industrializados como geladeiras, televisores, celulares produzidos por essas multinacionais e, por consequência, à intensificação do consumo por camadas populares. Essas cadeias globais de produção teriam promovido, portanto, uma sociedade *low cost*, da qual o Brasil não estaria à margem e, sobre a qual, se construiria o pilar do aumento do consumo popular. (Pochmann, 2014)

---

2 Entende-se por mudanças econômico-sociais recentes no Brasil as transformações mais significativas que, segundo a opinião de cada autor, ocorreram, em termos econômicos e sociais, nas camadas populares brasileiras ao longo dos últimos 10 anos. Essas transformações, podem se referir, então, ao aumento da renda e do consumo dos setores mais pobres da população e/ou às mudanças na configuração da classe trabalhadora brasileira.

3 Evidentemente há diferenças no tipo de argumentação dos autores, entretanto, o que se pretende ressaltar são as características comuns, as tendências gerais.

4 É possível inserir também Pochmann, M. e Chauí, M. a esta tendência, já que atribuem um peso explicativo ao sistema capitalista significativo para explicar as transformações no Brasil. Entretanto, não é possível inseri-los de forma exclusiva a esta tendência, visto que, numa comparação entre as duas tendências, estes autores possuem características mais fortes da segunda tendência. Portanto, estão inseridos na próxima.

Um segundo elemento destacado, nesta tendência, seria o recente crescimento econômico dos países emergentes. A prosperidade da economia mundial das décadas de 1990 e 2000 antecessora da crise econômica internacional de 2008-2009 seria um fator fundamental para se compreender o crescimento econômico dos países emergentes e o aumento do poder de compra dos setores mais pobres de sua população. O Brasil, inserido nessa conjuntura, teria, se modificado internamente, em função das mudanças econômicas internacionais que teriam privilegiado, circunstancialmente, os países emergentes e, dessa forma, a crescente *medianização* dessas populações. (Souza & Lamounier, 2010)

Por último, outro fator destacado como o epicentro das ondas de mudanças no país seriam as transformações na configuração do capitalismo fordista para o taylorista, compreendidas também como mudanças do "capitalismo duro" para o "capitalismo flexível". (Souza, 2010). Cabe destacar, entretanto, que as transformações às quais Souza se refere, não são aqui o aumento da renda e do consumo dos setores populares, mas, as transformações na configuração da classe trabalhadora. A crescente incorporação da lógica capitalista pelos trabalhadores, típica do capitalismo flexível, teria engendrado, no Brasil, assim como em outros lugares do mundo, transformações na lógica de controle sobre os trabalhadores. O controle sobre estes se daria, hoje, em grande parte, sob um regime mais flexível e com ausência de conflitos.

Essas mudanças do sistema capitalista indicariam, na realidade, suas continuidades. Seriam transformações superficiais da macroestrutura do capital que expressariam a permanência da essência exploratória do sistema capitalista. Deste ponto de vista, não haveria espaço para pensar o aumento de renda e do consumo dos setores populares que acontece no Brasil como uma mudança econômico-social significativa. O que existiria, de fato, seria uma classe que permaneceria na condição de trabalhadora, entretanto, sob novas roupagens e, por isso, poderia ser entendida como nova classe batalhadora. (Souza, 2010)

Numa outra direção, a segunda tendência entre os autores para explicar as transformações econômicas e sociais recentes no Brasil, enfatiza, não o mercado, mas o Estado como responsável por essas mudanças (Chauí, 2013; Costa, 2013; Kerstenetzky & Uchôa, 2013; Meirelles & Athayde, 2014; Neri, 2008a, 2008b, 2011; Pochmann, 2012, 2014; Quadros et al. 2013). Nela, o Estado possui um lugar de destaque na argumentação dos autores. É atribuído a ele um papel central na coordenação das políticas públicas. Ele é um agente fundamental na coordenação e planejamento da economia. Ainda que o mercado apareça como fator importante na argumentação, ele tende a aparecer histórica e geograficamente contextualizado e a estar situado sob os comandos da dimensão política. Nesse sentido, o mercado seria, em grande parte, conduzido pelo e no Estado. Existe, então, uma valorização do papel do Estado brasileiro frente às ordens do mercado, ou seja, o Estado é um agente, relativamente empoderado, capaz de agir, modificar e influenciar a economia. Há, portanto, um entendimento do Estado como protagonista histórico capaz de modificar e administrar a economia do país e sua sociedade.

Por conseguinte, as mudanças econômicas e sociais da população que ocorreram na sociedade brasileira nestes últimos dez anos seriam, então, grande parte, produtos das políticas do Estado. Não seria o mercado a força motora fundamental que levaria às mudanças sociais no país, mas ao contrário, seriam as escolhas e modificações políticas, via Estado. É a partir dele que se desenvolvem as políticas econômicas e sociais que serviram de base para explicar as transformações econômicas e sociais dos setores populares no país. Portanto, a configuração das classes no país poderia ser entendida como resultado, pelo menos em parte, das políticas estatais. Assim, é facultado ao Estado brasileiro certo poder de administração sobre a configuração de classes no Brasil.

É importante lembrar que nessa lógica argumentativa que valoriza o papel do Estado sobre o mercado, semelhantemente à primeira tendência explicativa, há tanto autores que aceitam a classificação da NCM (Meirelles & Athayde, 2014; Neri, 2008a, 2008b, 2011), como aqueles que discordam dela (Chauí, 2013; Costa, 2013; Kerstenetzky & Uchôa, 2013; Pochmann, 2012, 2014; Quadros et al, 2013). Entretanto, independentemente da separação dos autores acerca da legitimidade concedida à NCM, nesta tendência, destacam-se as políticas do governo Fernando Henrique Cardoso e as políticas dos governos Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff como fatores fundamentais para a compreensão das mudanças recentes nos setores populares do país.

Por um lado, a política de estabilização da moeda (Plano Real) do governo Fernando Henrique Cardoso teria permitido a redução da inflação, preservando o poder de compra dos salários e a estabilização da economia (Costa, 2013; Meirelles & Athayde, 2014; Neri, 2008a, 2008b, 2011). Estas políticas de FHC seriam elementos importantes para a explicação da ascensão de renda dos mais pobres, já que teriam permitido o planejamento

e crescimento econômico a longo prazo, fundamental para a concessão de crédito aos mais pobres que ocorreu nos últimos dez anos.

Por outro lado, a política dos governos Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rouseff, em substituição à política neoliberal de FHC, teriam associado crescimento econômico à redistribuição de renda no país. O retorno do crescimento econômico, agregado a taxas reduzidas de desemprego, à política de valorização do salário mínimo e às políticas assistencialistas, como o Bolsa Família, teriam permitido o aumento da renda e do poder de compra das camadas mais pobres do país. A base inferior da pirâmide social, em relação aos mais ricos, teria aumentado seu peso de participação na riqueza do país, permitindo, portanto, a diminuição das desigualdades de renda no país. Assim, essas políticas seriam os fatores explicativos fundamentais para explicar o aumento do crédito e do consumo por parte de setores populares (Chauí, 2013; Costa, 2013; Kerstenetzky & Uchôa, 2013; Meirelles & Athayde, 2014; Neri, 2008a, 2008b, 2011; Pochmann, 2012, 2014; Quadros et al, 2013). Cabe ressaltar que, nesta amostra da literatura, em termos proporcionais, a maioria dos autores destaca a importância dessas políticas como força dinâmica central. Há, desta forma, certo consenso em destacar as políticas assistencialistas e redistributivas dos governos Lula e Dilma como fatores explicativos fundamentais para o recente aumento da renda e do consumo dos mais pobres no Brasil.

2. Proposta de classificação teórico-ideológica para a literatura acadêmica acerca da NCM

Foi possível observar na literatura acadêmica acerca da NCM no Brasil duas divisões teóricas entre os autores: a primeira que divide os autores entre os que legitimam e os que se opõem a este tipo de classificação social; a segunda que os separa entre aqueles que enfatizam o mercado ou o Estado para explicar as mudanças econômicas e sociais dos setores populares brasileiros dos últimos anos. A partir desta constatação, se propõe, então, uma classificação dos autores com base nestas duas divisões. Essa tipologia é expressa por um esquema, no qual há, para cada uma dessas divisões, um eixo central. O primeiro eixo abarca os debates em torno da *legitimidade da nova classe média*. Este se divide em dois polos: o primeiro que coaduna os autores em torno da legitimidade da NCM e o oposto que reúne os que se contrapõem a ela. O segundo eixo envolve as duas tendências explicativas em relação às transformações econômicas e sociais das camadas populares nos últimos dez anos no Brasil. Essas tendências de explicação são denominadas *tipos explicativos*. Este eixo está, então, dividido entre o polo superior que reúne os que enfatizam o Estado para explicar essas transformações e o outro que coaduna aqueles que enfatizam o mercado.

> Para a configuração da classificação proposta serão conjugados esses dois eixos centrais que dividem os autores. O eixo da legitimidade da NCM estaria na horizontal. Sua extremidade da esquerda seria *negativa* e a extremidade da direita *positiva*. O segundo eixo seria o tipo explicativo e se encontraria na vertical. Na sua extremidade superior, se encontraria a categoria ênfase no Estado e a extremidade inferior, a categoria ênfase no Mercado.
>
> Vale lembrar que, à medida que os autores são alocados nesta classificação, algumas diferenças podem ser ofuscadas entre eles, no entanto, outras questões presentes em suas obras são observadas de forma mais clara e, desta forma, tornam-se passíveis à problematização. Cabe, pois, salientar que esta tipologia é apenas uma proposta possível de classificação. Ele não encerra as forma de compreensão dos autores. Outras formas de classificação, de acordo com a proposição de referências podem ser desenvolvidas para a literatura em questão. Esta configuração está expressa no esquema I, abaixo:

ESQUEMA I

Fonte: Elaboração da autora

Neste esquema, os dois eixos funcionam como variáveis qualitativas ordinais. A ordenação dos autores não é absoluta, como em variáveis nominais, mas qualitativa. Tanto no eixo 1, como no eixo 2, existe uma ordenação dos autores com base no grau da tendência argumentativa que apresentam. Ainda que no eixo 1 a categorização se assemelhe à da ordem nominal, é possível verificar certo grau de legitimidade dada à classificação da NCM diferente entre os autores[5], ou seja, é possível uma classificação escalonar entre eles. Desta forma, a partir da conjugação dos dois eixos é possível posicionar os autores de forma relativa e gradativa entre si. Nesse sentido, estar num quadrante não significa necessariamente um posicionamento puro, no qual a lógica argumentativa do autor esteja completamente limitada às características do grupo ao qual pertence. Se a posição do autor está próxima de outro quadrante, isso significa que ele tende a incorporar lógicas argumentativas do grupo do qual se aproxima. Por não ser uma classificação absoluta, os autores não estão encerrados nos quadrantes de forma acabada e independente, ao contrário, eles só se enquadram num grupo a partir da posição relativa que possuem em relação os demais. É um esquema que, portanto, privilegia as tendências e não os posicionamentos absolutos. A utilização de pontos para localizar os autores, é, antes, uma forma de elucidar didaticamente a classificação, do que propriamente um meio de encerrá-los numa posição. Isto está expresso, no esquema II, abaixo.

5 Por exemplo, ainda que Neri e Souza & Lamounier concordem com a legitimidade da NCM, os últimos defendem que há certa fragilidade nesta nova classe. Assim, há uma tendência entre os cientistas políticos a conceder menor legitimidade à categoria do que Neri.

ESQUEMA II

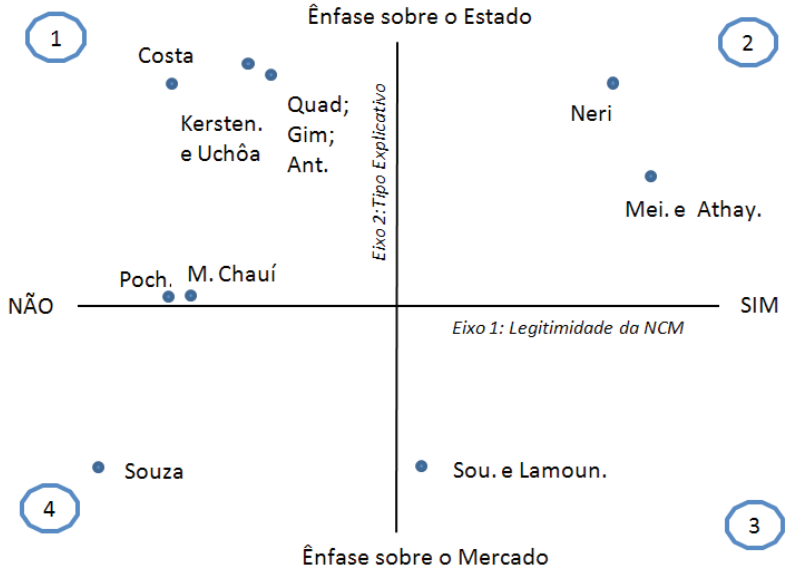

Fonte: Elaboração da autora

Nesse esquema, cada eixo expressa uma divisão, não apenas teórica, mas, ideológica entre os autores. Isto porque tanto as divergências em torno da legitimidade da NCM, expressas pelo eixo 1 do esquema, como as diferenças de ênfase sobre o Estado ou o mercado para explicar as mudanças econômico-sociais recentes nos setores populares brasileiros, sintetizadas no eixo 2, exprimem certas «visões sociais de mundo» dos autores, conforme a perspectiva de Michael Löwy (2009).

Desde, pelo menos, a paradigmática obra de Karl Marx (1996, 1998, 2011), existe um imenso debate acerca do sentido de ideologia. A intenção aqui não é desenvolver esta discussão, entretanto, é importante destacar o sentido atribuído ao termo neste trabalho. O sentido de ideologia, empregado neste texto, está fundamentado na proposta teórica desenvolvida por Löwy (2009). Inspirado nas obras marxistas, o autor define-a, não como ideia isolada ou conteúdo doutrinário, mas, antes de tudo, como uma «'forma de pensar', uma certa problemática, um certo horizonte intelectual ('limites da razão')» (Löwy, 2009 : 114-115). As ideologias são entendidas como visões sociais de mundo, produzidas pelas classes sociais, no entanto, Löwy entende que os intelectuais possuem relativa autonomia ideológica em relação à classe social. Estes podem se separar da classe por questões sociais e culturais. Contudo, as ideologias destes intelectuais podem os tornar representantes de classe. Assim, tornam-se «representantes políticos e literários» das classes, ou seja, ideólogos que sistematizam e desenvolvem as ideologias.

A partir disso, é possível perceber que, dentre os debates que subjazem à questão da NCM, há uma divisão ideológica entre os autores em relação à legitimidade concedida à classe C. Esta polarização foi inicialmente apontada por Pochmann (2012) e Souza (2010). Esta polêmica se estabeleceu em função da exclusividade concedida à renda e ao consumo como parâmetros classificatórios exclusivos para o desenvolvimento desta categoria social. Considerados parâmetros estritamente econômicos, a utilização da renda e do consumo para estipulação das divisões de classe, na realidade, significaria a legitimação das divisões sociais engendradas pelo capitalismo, ou seja, significaria a vitória dos ideais liberais. Desta forma, mais do que representar uma divergência teórica entre os autores, as disputas em torno da pertinência NCM revelariam uma verdadeira disputa político-ideológica entre eles. Isso está evidenciado, nos seguintes trechos de Pochmann e de Souza:

> Em síntese: entende-se que não se trata da emergência de uma nova classe – muito menos de uma classe média. O que há, de fato, é uma orientação alienante sem fim, orquestrada para o sequestro do debate sobre a natureza e a dinâmica das mudanças econômicas e sociais, incapaz de permitir a politização classista do fenômeno de transformação da estrutura social e sua comparação com outros períodos dinâmicos do Brasil. (Pochmann, 2012: 8)

> É justamente a legitimação de privilégios inconfessáveis que está em jogo na noção, hoje corrente entre nós, de "nova classe média" para os brasileiros trabalhadores que examinamos. Trata-se de uma interpretação triunfalista que pretende esconder contradições e ambivalências importantes da vida desses batalhadores brasileiros e veicular a noção de um capitalismo financeiro apenas "bom" e sem defeitos. A ideia que se quer veicular é a de uma sociedade brasileira de novo tipo, a caminho do Primeiro Mundo, posto que, como Alemanha, Estados Unidos ou França, passa a ter uma classe média ampla como setor mais numeroso da sociedade. E isso como efeito automático do mercado liberal desregulado. Essa concepção é um produto direto da dominação financeira que fincou sólida base no nosso país nas últimas décadas e que quer interpretar seus interesses particulares como interesses de todos. (Souza, 2010: 45-46)

Por conseguinte, para os que se contrapunham à NCM, o desenvolvimento de uma classificação social deve levar em consideração outros fatores sociológicos, já que a realidade social é complexa para ser entendida apenas com base nestes dois fatores. Eles reivindicam, portanto, que a conformação de uma determinada classe social não pode reduzida a categorias estritamente econômicas. Ela deve ser produzida sob à luz de determinada teoria social, no âmbito da Sociologia (Pochmann, 2012; Souza, 2010).

De fato, no que tange à legitimidade da NCM, são perceptíveis dois aspectos fundamentais que dividem os autores: o primeiro é a tendência à legitimação ou deslegitimação da ordem capitalista e o segundo é o grau de mudança social atribuído ao aumento da renda e do consumo entre os mais pobres.

No polo em que a NCM é aceita, há uma tendência à legitimação e/ou conservação da ordem capitalista, já que não se aponta o sistema capitalista como o causador das desigualdades sociais. Não há, portanto, críticas em relação a ele. Desta forma, as mudanças sociais podem ser produzidas no seio do sistema capitalista, ou até mesmo, através do seu reforço e/ou da sua expansão. Nesse sentido, o aumento da renda e do consumo dos mais pobres tende a ser entendido como uma mudança significativa ou até mesmo como uma revolução social. Existe, portanto, neste polo, uma estimação dessas transformações que ocorreram nas camadas populares. O aumento dos ganhos e do poder de compra dos mais pobres é entendido como uma grande transformação social.

Já no polo em que a NCM não é aceita, há uma tendência a perceber a ordem capitalista como problemática, há, portanto, uma inclinação a perceber o capitalismo de forma crítica. Os conflitos e problemas sociais produzidos em seu âmbito estão no centro da argumentação. Desta forma, as desigualdades sociais no Brasil são entendidas como algo significativo e/ou há uma forte crítica em relação à ordem econômica vigente nesse polo. Nesse sentido, o aumento da renda e do consumo de setores populares na sociedade brasileira tende a significar uma mudança não muito profunda, ou, até mesmo, a desvelar, na realidade a continuidade da ordem social desigual.

Visto isso, é possível observar que os autores inclinados para o polo direito do esquema tendem a legitimar a ordem capitalista e a entender o aumento da renda e do consumo entre os mais pobres como uma grande mudança na sociedade brasileira, já entre aqueles que se concentram no polo esquerdo do esquema, há uma tendência a criticar a ordem capitalista e a entender essa maior participação dos mais pobres na riqueza nacional como uma mudança superficial. Parece então, de fato, haver uma divisão ideológica entre aqueles que legitimam e os que deslegitimam a NCM, como já foi apontada por Souza e Pochmann. Enquanto os primeiros tendem a ser enquadrados ideologicamente dentro de uma perspectiva mais liberal ou conservadora, os segundos se inclinam para uma perspectiva mais crítica ou progressista.

Engendra-se outra polarização teórico-ideológica a partir da forma como os autores explicam as mudanças econômicas e sociais recentes no Brasil, ou seja, aquela que se produz em torno do eixo 2 do esquema. Para aqueles que enfatizam o mercado como um determinante da ordem social, a forma de organização da sociedade brasileira é entendida basicamente como reflexo do mercado internacional. As mudanças econômicas e sociais pelas quais passou o Brasil são, nesse sentido, em grande parte, reflexo das mudanças ou continuidades do sistema de mercado internacional. Seja para enfatizar as novas roupagens dos conflitos de classe no Brasil, seja para enfatizar as modernizações da economia brasileira. As transformações econômico-sociais brasileiras

acabam sendo entendidas como reflexo do contexto externo. Destarte, o Estado tende a ser esquecido enquanto protagonista histórico. Ele praticamente não exerce, nessas argumentações, papel ativo na configuração social interna brasileira. O Brasil tende a ser entendido como uma boia que flutua e se move conforme as ondas do mercado internacional[6].

Já para o tipo explicativo que enfatiza o Estado como condutor das mudanças sócio-econômicas do Brasil, a configuração econômico-social brasileira estaria atrelada às políticas governamentais da sociedade brasileira. Diferentemente, do primeiro tipo explicativo, o Estado brasileiro seria enxergado como ator histórico fundamental na condução da história do país. Esta segunda forma de explicação pressupõe maior autonomia e soberania do Estado brasileiro diante das imposições externas do mercado. Mesmo que o Brasil decida seguir o modelo de desenvolvimento dos países ricos, é através da política que isto se realiza. Suas transformações internas não são fruto apenas dos acontecimentos externos ou das imposições de mercado, mas consequência das decisões políticas internas do país. Contudo, é importante lembrar que o mercado não desaparece desta argumentação, uma vez que existe ênfase sobre o Estado. Ainda que ele seja apontado como dimensão importante que exerce influência sobre o país, não é entendido como força hegemônica única.

Há, portanto, uma segunda separação ideológica entre os autores. Determinados autores enfatizam o mercado como força motriz principal das mudanças econômico-sociais brasileiras expõem uma visão social de mundo no qual os aspectos comerciais e financeiros tendem a ser hegemônicos sobre as decisões políticas. Há pouco espaço de atuação para o Estado. Desta forma, o Brasil é entendido, grosso modo, como reflexo dos imperativos de mercado. Por conseguinte, sua configuração de classes também o é. Por outro lado, dentre aqueles que enfatizam o Estado, há o entendimento de que as políticas governamentais são, grande parte, independentes do mercado. O Estado é um protagonista histórico capaz de direcionar, modificar e administrar a Economia. É ele o dispositivo dinamizador das transformações econômicas internas do país. Por conseguinte, a configuração de classes seria reflexo, em parte, das políticas públicas estabelecidas no país. Desta forma, esses autores exibem uma visão de Brasil mais autônomo.

Visto isso é possível perceber que esta assimetria de visões de mundo engendra uma divisão ideológica mais complexa entre os autores em questão. Pode-se nomear essas quatro tendências ideológicas distintas da seguinte maneira: a tendência *liberal*; a *crítica*, conforme as polarizações em torno do eixo 1; uma tendência *convicta do papel Estado* e outra *convicta do papel do mercado*, conforme as disparidades em torno do eixo 2. A conjugação, dois a dois, dessas quatro tendências produziria, então, quatro posicionamentos ideológicos distintos dos autores: (1) *Os críticos convictos do progresso via Estado* ou *Reformistas Fortes*; (2) *Os liberais convictos do progresso via Estado* ou *Reformistas Fracos*[7]; (3) *Os liberais convictos da continuidade social via mercado* ou *Liberais Stricto Senso;* (4) *Os críticos convictos da continuidade social via mercado* ou *críticos radicais/céticos.*

Os críticos convictos do progresso via Estado ou *Reformistas Fortes* (Chauí, 2013; Costa, 2013; Kerstenetzky & Uchôa, 2013; Pochmann, 2012, 2014; Quadros et al, 2013) imaginam a ordem capitalista a partir dos conflitos e das mazelas sociais produzidos em seu interior. Podem ou não declarar uma crítica aberta ao sistema capitalista. Ainda que não declarem abertamente esse questionamento, partem de uma perspectiva crítica em relação à ordem econômica, já que as desigualdades sociais provocadas pelo sistema estão no centro de sua argumentação. Tendem mais a reivindicar mudanças sociais profundas via Estado e menos a partir das transformações no sistema capitalista. Paralelamente ao fato de perceberem que o capitalismo é fundamental na

---

6 É possível problematizar até que ponto o que se entende por economia internacional é, na realidade, o que se passa com a economia da Europa e/ou dos países desenvolvidos. A transição de um capitalismo fordista para um capitalismo taylorista não seria um modelo de transição típico dos países desenvolvidos? O que leva a crer que este modelo de transição pode ser utilizado para a compreensão das mudanças econômico-sociais que ocorrem no Brasil? Haveria, em algum período da História, o Brasil adotado um sistema fordista de produção?

7 Esta denominação está baseada na qualificação atribuída por André Singer para as políticas de inclusão via mercado do Partido dos Trabalhadores de em seu livro *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.* São Paulo, Cia. das Letras.

configuração social desigual do Brasil, eles entendem que o Estado brasileiro, é capaz de corrigir determinadas disparidades sociais. Os problemas sociais brasileiros não seriam, portanto, fruto somente da configuração da ordem capitalista, mas das políticas adotadas no país e, nesse sentido, seriam passíveis a mudanças. Mudanças essas que, ainda que produzidas no seio do sistema capitalista, deveriam ser promovidas, num sentido profundo, pelo Estado.

Desta forma, estes autores se contrapõem à NCM, já que consideram os aumentos da renda e do consumo das camadas populares mudanças superficiais. Estes apenas significariam inclusão dessa população ao mercado e não, a formação de uma nova classe social. A classificação social dessa população estaria vinculada às desigualdades provocadas pelo sistema capitalista. Entretanto, reconhecem que o aumento da renda e do consumo dos mais pobres no Brasil é um avanço significativo e, nesse sentido, reconhecem a diminuição da desigualdade de renda que se estabeleceu no país, por meio das políticas dos governos Lula e Dilma. Entretanto, tendem a acreditar que elas precisam ser revistas, já que transformariam superficialmente a população. Há, por conseguinte, uma propensão a cobrar uma atuação do Estado mais intensa e numa outra direção.

Os liberais convictos do progresso via Estado ou *Reformistas Fracos* (Meirelles & Athayde, 2014; Neri, 2008a, 2008b, 2011) imaginam a ordem capitalista a partir dos benefícios que ela pode trazer, corroborando-a, ou até mesmo valorizando-a. O sistema capitalista não é evocado como força central das mazelas sociais. Ainda que haja problemas sociais, estes podem ser solucionados no seio da ordem vigente e, até mesmo a partir do seu aprofundamento. As reformas sociais podem ser realizadas no final e não na origem do sistema para muda-lo estruturalmente. Nesse sentido, o aumento da renda e do consumo dos mais pobres é entendido como um benefício social e como uma mudança profunda na sociedade. Eles expressariam uma verdadeira mudança de classes para os mais pobres no Brasil, ou seja, legitimaria a existência da NCM. Há, portanto, neste grupo, a aceitação da NCM como nova classe social no Brasil.

Por outro lado, similarmente *Reformistas Fortes*, valorizam o papel do Estado e/ou da população brasileira no estabelecimento dessas mudanças. Acreditam, dessa forma, que as políticas de estabilização da moeda do governo FHC, mas, sobretudo, as políticas redistributivas dos governos Lula e Dilma foram fundamentais para o aumento dos ganhos e do potencial de consumo dos mais pobres no Brasil. Essas políticas teriam sido fundamentais para a associação entre crescimento econômico e distribuição de renda no país. Por meio dessas políticas, o Brasil teria conseguido superar a crise econômica internacional de 2008. Por fim, reconhecem a diminuição da desigualdade de renda no Brasil, tendendo a atribuir a isto uma verdadeira revolução social.

Os liberais convictos da continuidade social via mercado ou *Liberais Stricto Senso* (Souza & Lamounier, 2010) imaginam, assim como os *Reformistas Fracos*, a ordem econômica a partir dos benefícios produzidos por ela e, portanto, tendem a valorizá-la. Não destacam, portanto, assim como aqueles, o sistema capitalista como causador das desigualdades de classe. Entendem o Brasil como reflexo do mercado internacional. O crescimento econômico, anterior à crise internacional de 2008, teria produzido uma conjuntura favorável de crescimento econômico para os países emergentes. O Brasil não estaria fora disso. Assim, o crescimento econômico brasileiro, da década de 2000, seria consequência da conjuntura internacional. Estes fatos teriam permitido o aumento da renda e do consumo dos mais pobres e teriam permitido a mobilidade social deste segmento. Eles, nesse sentido, aceitam a legitimidade do aumento da renda e do consumo como fatores que induzem, por si só, a ascensão social e, portanto, a NCM.

Entretanto, diferentemente dos *Reformistas Fracos*, neste grupo, essas mudanças sociais são compreendidas a partir das mudanças no mercado internacional. O crescimento da NCM no Brasil só teria sido possível, graças à crescente *medianização* das populações dos países emergentes no cenário internacional, na qual o Brasil estaria inserido. Não atribuem, desta forma, a motivação das mudanças sociais e econômicas do Brasil a mudanças políticas internas, mas, a conjunturas externas. Além disso, ainda que corroborem com a legitimidade da NCM, ou seja, entendam que o aumento da renda e do consumo populares provoque uma transformação estrutural de classes, estes consideram o aumento dos ganhos e das compras dos mais pobres uma mudança frágil[8]. Dada a condição de fragilidade do Brasil, enquanto país em desenvolvimento, qualquer movimento ou

8 O que pode, talvez, ser entendido como uma contradição destes autores.

crise internacional afetaria sua economia e, por consequência, à também frágil NCM. A configuração social no Brasil seria, portanto, reflexo principalmente das dinâmicas de mercado.
Por fim, o*s críticos convictos da continuidade social via mercado* ou *críticos radicais/céticos* (Souza, 2010), assim como os *Reformistas Fortes*, imaginam a ordem capitalista a partir dos conflitos e das mazelas sociais produzidas em seu interior. A super exploração e as péssimas condições dos trabalhadores são bastante evidenciados nesta perspectiva. Parte-se declaradamente da crítica contundente ao sistema capitalista, o que permite distanciá-los substancialmente daqueles. Nesse sentido, acredita-se que os aumentos da renda e do consumo dos mais pobres não modificam a configuração de classes no Brasil, já que esta última é, em grande parte, fruto dos conflitos entre capital-trabalho inerentes ao sistema capitalista. Portanto, não concordam que haja uma NCM, mas uma classe trabalhadora, ainda que sob novas configurações.
Aliás, estes entendem que as mudanças econômicas e sociais no Brasil são fruto, em grande parte, das mudanças macroeconômicas do sistema capitalista internacional. Como o aumento dos ganhos e do potencial de consumo dos mais pobres não significaria mudanças sociais verdadeiras para o país, o que deveria ser entendido por transformações econômicas e sociais produzidas recentemente no Brasil deveriam ser os novos arranjos da classe trabalhadora brasileira. A lógica flexível de controle sobre os trabalhadores, característica do capitalismo atual, teria engendrado a incorporação da lógica produtivista nos trabalhadores brasileiros que, a partir de então, não necessitariam, em grande parte, de patrão para o controle de seu rendimento produtivo. Ela mesma se configuraria como seu novo patrão. Esta lógica produtivista estaria incorporada pelos trabalhadores que as transmitiriam geracionalmente para as futuras camadas de trabalhadores, dando prosseguimento à reprodução social, entretanto, sob nova roupagem. Estabelecendo-se, portanto, uma nova classe trabalhadora no Brasil. Ou seja, nesta perspectiva, semelhantemente aos *Liberais Stricto Senso*, as mudanças que ocorreram no Brasil seriam consequência, grande parte, do reflexo das mudanças no mercado internacional[9].

3. Análises, reflexões e conclusões

A análise das divergências teórico-ideológicas entre os autores indica que a legitimidade da NCM é ratificada tanto por intelectuais, cujo posicionamento ideológico se situa entre o*s liberais convictos do progresso via Estado* ou *Reformistas Fracos e os liberais convictos da continuidade social via mercado* ou *Liberais Stricto Senso.* Se, à primeira vista, é possível concordar com os apontamentos de Souza e Pochmann, de que corroborar com a legitimidade da NCM é uma simples adesão à ideologia liberal, é preciso, num segundo momento, fazer algumas ressalvas a essa premissa, já que, mesmo entre os *liberais*, não há um forte consenso em relação à NCM. Percebe-se que os *Liberais Stricto Senso* tendem a observar a NCM com certo olhar desconfiado, já que enfatizam sua fragilidade[10]. Ao que tudo indica, ela é uma categoria legitimada de forma mais significativa pelos *liberais convictos do progresso via Estado* ou *Reformistas Fracos*.
Esta diferença entre os *Reformistas fracos* e os *Liberais Stricto Senso* é fundamental, portanto, para compreender por que os primeiros tendem a legitimar mais a NCM do que os últimos. Enquanto os autores situados no polo inferior demonstram uma visão de mundo que enfatiza a dependência brasileira em relação ao mercado internacional, os autores do polo superior enfatizam um Brasil protagonista e relativamente autônomo. São, portanto, as diferenças entre esses horizontes intelectuais em relação ao entendimento acerca da realidade econômica e social no Brasil que acabam permitindo, em grande parte, a atribuição de maior legitimidade cedida à NCM pelos *liberais convictos do progresso social via Estado* do que entre os *liberais convictos da continuidade social via mercado*. Isto porque aqueles que legitimam mais a NCM entendem que o Brasil é um país capaz de administrar e transformar a sua realidade social e, portanto, capaz de promover mobilidade

9 Ou da Economia dos países desenvolvidos.

10 A observação atenta do posicionamento dos autores no esquema permite perceber que eles não atribuem uma legitimidade tão significativa à NCM quanto os liberais progressistas, por isso, estão próximo dos autores que discordam da legitimidade da NCM no esquema proposto.

social e transformações entre as classes sociais (sobretudo no que tange o seu Estado). Já os últimos legitimam menos a NCM, porque entendem que o Brasil é um país com pouca força de transformação interna. Ele é, em grande parte, reflexo das mudanças econômicas internacionais e, portanto, as configurações sociais também o devem ser.

Logo, ainda que seja possível dizer que a NCM é uma interpretação liberal da realidade social, é preciso complementar a esta premissa que talvez a NCM seja uma forma de compreensão do mundo social mais dos *Reformistas Fracos* e não tanto dos *Liberais Stricto Senso*. Estes, ainda que interpretem o mundo social a partir dos ideais liberais, não acreditam que o Estado brasileiro possa realizar uma mudança social internamente. Ao contrário dos progressistas, eles insistem que o Brasil é um país dependente do mercado externo e, portanto, frágil diante das economias desenvolvidas. Assim, afirmar categoricamente a robustez da NCM num país frágil economicamente como o Brasil, seria uma forma de ir contra visão de mundo dos *Liberais Stricto Senso*.

Esta análise permite perceber, portanto, que as discussões ideológicas entre os autores não deve se limitar apenas às divergências entre *liberais* e *críticos*, mas, também levar em consideração as distinções provocadas pelas diferentes formas de compreender as mudanças econômicas e sociais dos setores pobres da população brasileira nos últimos dez anos, como forma de enriquecer o debate. Acrescentar os debates em torno do tipo explicativo (eixo 2) pode, portanto, contribuir para complexificar as discussões que permeiam a temática da NCM.

Para além das diferenças de posicionamento entre *Reformistas Fracos* e *Liberais Stricto Senso*, a complexificação do debate pode também ser construída analisando-se outras semelhanças e diferenças entre os grupos ideológicos. A exposição das diferenças, em relação ao eixo 2, permitiu perceber certas convergências entre setores *críticos* e *liberais*. Enquanto no polo superior, setores *críticos* tendem a se agregar a setores liberais, ao reconhecerem as diminuições das desigualdades no país como algo significativo para o país, entendendo o poder das políticas públicas como fator fundamental na condução da diminuição das desigualdades de renda no país, no polo inferior, críticos e liberais se coadunam ao concederem pouco reconhecimento à diminuição das desigualdades sociais recente no Brasil. Nesta segunda tendência explicativa, este fato não é reconhecido ou é apontado como algo pouco significativo, frágil. Mas o que de fato representaria a diminuição dessa desigualdade de renda no Brasil? Algo significativo ou indiferente? É preciso refletir de forma mais profunda sobre os significados da diminuição das desigualdades de renda, num país extremamente desigual, como o Brasil. Isto foi muito pouco discutido nesta amostra da literatura que discute a classe C. E refletir sobre isso talvez seja uma forma de enriquecer os debates em torno da NCM.

Num outro exercício analítico, a partir das polarizações teórico-ideológicas subjacentes ao debate em torno da NCM, é possível verificar certos limites desses horizontes intelectuais. Até que ponto o trabalho intelectual estaria isento de posicionamentos político-ideológicos? Segundo Weber (1974), todo trabalho acadêmico é regido por valores, mas isso não destruiria a objetividade da Ciência. Nesse sentido, refletir sobre os valores que norteiam o trabalho destes intelectuais seria uma forma de compreender os limites de seus trabalhos. Então, o esquema classificatório desenvolvido permitiria refletir, por outro lado, acerca dos limites dos resultados apresentados por estes autores.

É possível pensar até que ponto esses horizontes ideológicos, por não terem sido, até então, expostos de forma clara e problematizados, tornam os debates de tal forma polarizados em torno da NCM, que os resultados estariam mais próximos de uma disputa ideológico-política do que de uma objetividade científica. Nesse sentido, limitar-se somente às disputas ideológicas subjacentes à temática não empobreceria os debates científicos? Será que referenciais axiológicos que norteiam inicialmente o trabalho desses autores não acabaram por tornar seus trabalhos restritos a um horizonte ideológico e por simplificar as questões em torno da NCM? A ideia não é negar que haja limites ideológicos ou valores que norteiem os trabalhos acadêmicos (Weber, 1974), ao contrário, é coloca-los em evidência para problematizá-los. Na medida em que estes são expostos, de forma clara, são passíveis à problematização. Por conseguinte, cria-se espaço para a formulação de novos problemas, compreendidos sob outras perspectivas e valores.

Por exemplo, será que o aumento do potencial de compra dos mais pobres quando entendido somente como a corroboração dos ideais liberais (Pochmann, 2012; Souza, 2010) não seria uma forma de dar por encerrada esta questão, não permitindo a formulação de novos problemas acerca dessa temática? Por conseguinte, seriam

a renda e consumo variáveis estritamente econômicas? O consumo, por exemplo, não poderia ser entendido como um fator que vai além da dimensão econômica e alcança dimensões culturais e até mesmo políticas entre os grupos sociais? Talvez a teoria bourdieusiana indique um caminho para se pensar o consumo para além de sua dimensão econômica. Para Bourdieu (2007), as diferenciações de consumo entre os grupos sociais pode revelar capitais culturais e sociais distintos e, portanto, relações distintas de poder entre classes.

Nesse sentido, como entender o aumento de consumo dos mais pobres? Será que este fato não teria alterado alguma relação de poder historicamente estabelecida entre os grupos no Brasil? Se o consumo pode ser entendido como um fator de distinção entre as classes (Bourdieu, 2007), até que ponto o simples aumento do potencial de compra dos mais pobres não teria, mesmo que de forma superficial, alterado certos padrões culturais das elites, provocando acirramento de classes no Brasil?

Talvez, ainda que de forma precária, incompleta e residual o aumento do consumo dos mais pobres teria atingido determinadas dimensões do conflito de classes no Brasil, provocando certa tensão social na população brasileira. Nesse sentido, a forma polarizada como a NCM vem sendo tratada pelos autores tem simplificado os significados que as mudanças econômico-sociais que permeiam essa questão podem ter. Assim, alegar que o reconhecimento da NCM simplesmente esconde os verdadeiros conflitos de classe no Brasil (Pochmann, 2012; Souza, 2010), pode, na verdade, simplificar a forma de compreender as mudanças e os acirramentos de classe, que, ainda que sutis, podem estar envolvidos nesta questão.

Isso sem falar do que o aumento da renda de determinado grupo social pode significar em termos sociológicos. Será que a renda não pode, a longo prazo, se transformar, por exemplo, em capital ou em investimentos educacionais que promovam uma real mudança de classe para determinados segmentos mais pobres? Qual seria a relação entre renda e educação? E por que perceber o reflexo dessas mudanças econômicas na estratificação social brasileira a curto prazo? Será que os impactos dessas mudanças econômico-sociais não se refletiriam, a longo prazo, na configuração das classes brasileiras? A ideia não é corroborar com a ideia de que o aumento da renda e do consumo são capazes, por si só, de gerarem uma nova classe média no Brasil, mas tentar trabalhar a questão da mobilidade social a partir de uma perspectiva mais complexa e menos conjuntural.

Em outra direção teórica, seria possível entender essas mudanças a partir dos reflexos, não na estrutura de classes, mas, no imaginário social? Não seria possível entender os aumentos da renda e do consumo dos mais pobres como fatores que provocam transformações mais no imaginário social do que na mobilidade de classes no Brasil? Será que o aumento da renda e do consumo dos mais pobres não significou antes o crescimento de um ideal de classe media no imaginário da população brasileira, do que propriamente a medianização da sociedade brasileira? Talvez seja possível pensar a NCM como um processo de transformação do imaginário popular brasileiro.

Todas essas questões surgem na medida em que é possível não limitar os problemas que estão abarcados sob essa temática a apenas sua dimensão ideológica. Ou seja, na medida em é possível ultrapassar, ainda que de forma momentânea, as polarizações teórico-ideológicas que perpassam os debates em torno da NCM. Não que esses valores políticos vão deixar de existir ou que seja possível descartá-los dos trabalhos acadêmicos (Weber, 1974: 101), mas, para além de adotar um posicionamento a favor ou contra este tipo de classificação social ou, para além de simplesmente associá-la a ideais liberais, é necessário problematizar essas polarizações, como forma de ampliar os pontos de vista em torno da questão e permitir a formulação de novos problemas. Talvez, desta forma, seja possível uma compreensão mais profunda da realidade social brasileira.

Portanto, é preciso investigar minuciosamente as questões que perpassam à temática da NCM. Ao contrário de encará-las sob um ponto de vista antagônico, é preciso se debruçar sobre os assuntos controversos que estão abarcados nessa temática a partir de uma complexidade e de um aprofundamento maiores. Como pode se constatar, mais do que simplesmente discordar ou concordar com a legitimidade da NCM, é preciso, por exemplo, compreender o que significam as mudanças econômicas e sociais nos setores populares que ocorreram recentemente no Brasil ou de que forma podem ser metodologicamente tratadas. Então, em relação aos debates que envolvem a NCM, trata-se menos de aceitar ou rejeitar esta forma de classificação social e, mais de compreender as transformações econômicas e sociais dos últimos anos no Brasil. Talvez seja preciso mudar

o enfoque da questão. Não se limitar à ontologia de uma classe social, mas discutir de forma mais profunda as modificações que estão ocorrendo no Brasil[11].

Visto isso, é possível concluir que o esquema de classificação dos autores permite averiguar suas diferenças e/ou semelhanças teórico-ideológicas de forma mais clara, possibilitando perceber certos limites, certas fragilidades ou incongruências dos debates em questão. Por um lado, essa tipologia, estabeleceu um exercício de interpretação axiológica dos autores, contribuindo para aprofundar os debates acerca de seus posicionamentos ideológicos. Por outro, permitiu, através de um segundo exercício intelectual, apresentar certos limites desses posicionamentos ideológicos, averiguando o tênue limiar entre o mundo intelectual e o político e abrindo caminhos para a formulação de novos problemas a serem investigados cientificamente.

Bibliografia

BOURDIEU, P. (2007), *A Distinção: crítica social do julgamento,* São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk.

CHAUÍ, M. (2013), "Uma nova classe trabalhadora". In E. Sader (ed.), *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*, São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, pp. 123-134.

COSTA, L. C. (2013), "Classes médias e as desigualdades sociais no Brasil". In D. D. Bartelt (ed.) *A "Nova Classe Média" no Brasil como Conceito e Projeto Político,* Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, pp. 43-55.

KERSTENETZKY, C. L. & UCHÔA, C. (2013), "Moradia inadequada, escolaridade insuficiente, crédito limitado: em busca da nova classe média". In D. D. Bartelt (ed.) *A "Nova Classe Média" no Brasil como Conceito e Projeto Político,* Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, pp. 16-31.

LÖWY, M. (2009), *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*: marxismo e o positivismo na sociologia do conhecimento, São Paulo: Cortez.

MARX, K. (2011 [1852]), *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (trad. N. Schneider), São Paulo: Boitempo.

_____. & Engels, F. (1998 [1933]), *A ideologia alemã* (trad. L. C. C. Costa), São Paulo: Martins Fontes.

_____. & Engels, F. (1996 [1848]), *Manifesto do Partido Comunista* (trad. M. A. Nogueira, L. Konder), Petrópolis: Ed. Vozes.

MEIRELLES, R. & ATHAYDE, C. (2014), *Um país chamado favela: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira,* São Paulo: Editora Gente.

NERI, M. C. (2011), *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*, Rio de Janeiro: Editora Saraiva.

_____. (2008a), *A nova classe média*, mimeo, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Disponível em http://www.cps.fgv.br/cps/classe_media/, [consultado em 20-11-2014].

_____. (2008b), Miséria e a nova classe média na década da desigualdade, mimeo, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: http://www.cps.fgv.br/cps/desigualdade/, [consultado em 20-11-2014].

11 E isso significa também discutir como essas mudanças ocorreram. É importante relativizar tanto o peso das políticas governamentais, quanto da Economia na determinação das mudanças que ocorrem no Brasil. É preciso compreender o Brasil, o seu Estado e sua população, como protagonistas históricos que agem numa conjuntura interna específica, mas, que ao mesmo tempo, estão inseridos num contexto capitalista maior, cuja correlação de forças também os influencia. É preciso, portanto, um tipo de raciocínio intermediário entre as duas tendências para compreender as mudanças econômicas e sociais recentes no Brasil. Mas para que isso ocorra, é preciso, antes de tudo trazer à tona essa questão.

POCHMANN, M. (2014) *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social.* São Paulo: Boitempo.

_____, (2012), *Nova classe média? : o trabalho na base da pirâmide social brasileira,* São Paulo: Boitempo.

QUADROS, W. J., GIIMENEZ, D. M., ANTUNES, D. J. N. (2013), "Afinal, somos um país de classe média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos anos 2000". In D. D. Bartelt (ed.) *A "Nova Classe Média" no Brasil como Conceito e Projeto Político,* Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, pp. 32-42.

SINGER, A. (2012), *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.* São Paulo, Cia. das Letras.

SOUZA, A. & LAMOUNIER, B. (2010), *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade,* Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília, DF: CNI.

SOUZA, J. (2010), *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?,* Belo Horizonte: Editora UFMG.

WEBER, M. (1974 [1917]), *Ensaios sobre a teoria das ciências sociais.* Lisboa: Editorial Presença.

E EU SOU CLASSE MÉDIA?
Reflexões acerca do enigma da "nova classe média" no Brasil

Maria Isabel Silva Bezerra Linhares
Universidade Federal do Ceará (UFC)/Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)
E-mail: isabelblinhares@yahoo.com.br

Janaina Sampaio Zaranza
Universidade Federal do Ceará (UFC)
E-mail: inazaranza@yahoo.com.br

Nadja Rinelle Oliveira de Almeida
Universidade Federal do Ceará (UFC)
E-mail: nadjarinelle_234@hotmail.com

RESUMO: A proposta desse artigo é promover um diálogo com alguns pesquisadores, como Marcio Pochmann, Ruy Braga, Jessé Souza, André Singer, Amaury de Souza & Bolivar e Lamounier, entre outros, situando o debate atual acerca da possível constituição de uma "nova classe média" no Brasil. Sem a pretensão de avaliar os conceitos e posicionamentos apresentados nas obras de cada autor citado, destaco a importância desse debate para uma compreensão dessa temática. Para Lazzarato e Negri as abordagens em termos de estratos de distribuição de renda são de difícil utilização, para apreender a relação entre as transformações estruturais que elas observam e quantificam e as novas dinâmicas de trabalho. A reverberação midiática e ideológica que elas encontram não explica, sozinha, seus impactos. Para Amaury de Souza & Bolivar Lamounier, "A literatura internacional sobre estratificação social mostra que o fenômeno da classe social, no sentido marxista, dificilmente se configura no mundo atual". Pochmann, por sua vez, tenta refletir sobre os trabalhadores pobres (*working poor*) e Jessé de Souza se esforça em manter um conceito de "classe trabalhadora", por meio dos "batalhadores", entendendo que uma adequada compreensão dessa "nova classe trabalhadora" supõe compreender também as bases materiais e simbólicas do novo tipo de capitalismo "flexível" que a dominação financeira criou no mundo "emergente". Amaury, Bolivar e Neri assumem a crise do conceito e da realidade da classe operária, isto é, a fragmentação do trabalho e a heterogeneidade de sua composição técnica, como o terreno sobre o qual constroem suas noções de classe média.

Palavras-chave: Nova Classe Média. Classe Trabalhadora. Classe de batalhadores. Nova pobreza.

Nota introdutória

Proponho-me, nesse artigo, apresentar um esboço do estado da arte acerca do atual debate da temática sobre "nova classe média", "classe C", "proletariado", sendo estes termos recorrentes utilizados por alguns estudiosos que se debruçam sobre eles, para justificarem e explicarem o referido fenômeno, a exemplo de Marcio Pochmann, Ruy Braga, Jessé Souza, Giovanni Alves, André Singer, entre outros, situando o debate atual acerca de uma possível constituição de uma "nova classe média" no Brasil. Sem a pretensão de avaliar os conceitos e posicionamentos apresentados nas obras de cada autor citado, destaco a importância desse debate para uma compreensão dessa temática.

Tomo como ponto de partida algumas questões norteadoras, entendendo que tais questões fazem parte do conjunto de dúvidas de pessoas que pretendem esclarecimentos dessa temática. Uma primeira questão básica se propõe a indagar: No Brasil está se constituindo uma nova classe média? Em decorrência dessa questão básica, outras se apontam: "uma nova classe social ou o proletário que se transforma?", "A nova classe média existe?" Quantos são os que passaram para a "classe média"?

É bem verdade que nesse ensaio de recorte teórico surjam limitações em torno desse debate, de tal modo que privilegiarei uma rota teórica que possa esclarecer e evidenciar pontos de vista e posicionamentos relevantes da nossa realidade brasileira.

1 A relevância do debate sobre a classe média no Brasil

A abordagem em termo de "classe C" e agora de "nova classe média" constitui como que a "pauta" do debate, pelo volume dos trabalhos estatísticos realizados e pelo impacto de sua linha interpretativa. Não se trata apenas de uma linha de estudo e de transformação brasileira, mas de algo que diz respeito às dinâmicas globais.
No Brasil, desde 2001, a desigualdade em termos de renda diminuiu regularmente. A renda per capita dos 10% mais ricos da população aumentou em média de 1,49%, ao passo que a dos mais pobres tem aumentado 6,79%. Isso num movimento oposto ao que caracterizou os outros integrantes dos BRICS[1]: neles, a desigualdade é originariamente inferior à do Brasil, mas ela aumentou ao invés de diminuir. Em conseqüência, a pobreza diminuiu constantemente desde 2003.
"Estimamos que, entre 1993 e 2011, 59,8 milhões de brasileiros (o equivalente a uma França) chegaram a condição de nova classe média", afirma Marcelo Neri (2012, p. 257). Mas a mobilidade chegou mesmo a ritmos consistentes no período de 2003 – 2011, quando 4º milhões de brasileiros entraram para a classe média, assinala o autor. Do ponto de vista desse autor, a classe média passou, assim, de 65,9 a 105,5 milhões de pessoas, o que corresponde a um aumento de 60%. Segundo suas previsões, até esse ano de 2014 mais de 12 milhões migrarão para a "classe C" e 7,7 milhões irão para as classes B e A. Com exceção do nordeste, as classes A, B e C serão a realidade de 75% da população. Ressalta Neri (2012, p. 14), "A nova classe média brasileira é filha da combinação do crescimento com a equidade, que difere de nossa história pregressa e daquilo que ocorre nas últimas décadas em países emergentes e desenvolvidos onde a concentração de renda sobe". Os 20% mais pobres crescem mais nos outros países, e aqui a desigualdade vem caindo consistentemente, ano após ano. O índice de Gini caiu de 0,596, em 2003, para 0,51, em 2011, atingindo a menor série histórica.
Para Lazzarato e Negri (2013) as abordagens em termos de estratos de distribuição de renda são de difícil utilização, para apreender a relação entre as transformações estruturais que elas observam e quantificam e as novas dinâmicas de trabalho. A reverberação midiática e ideológica que elas encontram não explica, sozinha, seus impactos. Para os dois autores, há duas razões que explicam a força das pesquisas em termos da "nova classe média". A primeira, destacam os autores, poderão ser encontradas nas premissas teórico-metodológicas invocadas por Amaury de Souza & Bolivar Lamounier (2010, p. 14): "A literatura internacional sobre estratificação social mostra que o fenômeno da classe social, no sentido marxista, dificilmente se configura no mundo atual". Segundo os autores, se Pochmann tenta refletir sobre os trabalhadores pobres (*working poor*) e Jessé de Souza se esforça em manter um conceito de "classe trabalhadora", por meio dos "batalhadores", Amaury, Bolivar e Neri assumem a crise do conceito e da realidade da classe operária, isto é, a fragmentação do trabalho e a heterogeneidade de sua composição técnica, como o terreno sobre o qual constroem suas noções de classe média.
A segunda razão é o fato de, em seguida, privilegiar a abordagem a partir fundamentalmente dos níveis de distribuição de renda. Diante da heterogeneidade e fragmentação da composição social, as análises a partir da renda funcionam como ferramentas eficazes para apreender as transformações estruturais da pirâmide social e têm uma grande força descritiva e operacional, em termos de políticas públicas e, para alguns críticos, como estratégia eleitoral. Contudo, advertem Lazzarato e Negri, o esgotamento da noção marxiana de classe acaba se misturando mais como um desejo ideológico de pacificação social, ao passo que as análises em termos de renda ficam presas às abordagens neoclássicas.
Para incrementar a reflexão em torno do debate brasileiro acerca da possível constituição de uma "nova classe

1 O **BRICS** é um agrupamento econômico atualmente composto por cinco países: **B**rasil, **R**ússia, **Í**ndia, **C**hina e África do **S**ul. Não se trata de um bloco econômico ou uma instituição internacional, mas de um mecanismo internacional na forma de um agrupamento informal, ou seja, não registrado burocraticamente com estatuto e carta de princípios.

média", apresento, de forma sintética, alguns elementos presentes nos estudos de relevantes estudiosos, a exemplo de Marcio Pochmann, Ruy Braga, Jessé Souza, André Singer, entre outros, cruzando com outras perspectivas teóricas presentes nos trabalhos de Marcelo Neri e nas premissas teórico-metodológicas de Amaury de Souza e Bolivar Lamounier. Não se trata de uma análise conclusiva, mas, conforme dito, perspectivas de autores que poderão movimentar um campo de análise fértil, para se compreender as formulações sobre classes sociais no Brasil.

Parto de um fato inegável: ao longo dos últimos anos, a política de transferência de renda, via programas como Bolsa Família, e a política de valorização do salário mínimo foram o carro chefe de uma transformação significativa nas condições da população mais pobre em nosso País. Com elas vieram também a ampliação dos benefícios concedidos pela previdência social, a melhoria das condições no mercado de trabalho e o acesso ao crédito. No entanto, também é amplamente reconhecido que a política econômica desse período continuou a favorecer e beneficiar as camadas mais ricas de nossa sociedade, por meio da política de juros elevadíssimos, das isenções fiscais, das desonerações tributárias, da ampliação da privatização e toda a sorte de benesses dirigidas ao capital em geral e ao setor financeiro em particular.

Destacando essa nova realidade, o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2014, que traz o IDH[2] de 2013, o Brasil figura de novo no grupo dos países com desenvolvimento humano "alto", a segunda entre quatro categorias definidas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Existem 49 nações com índice "muito alto", 53 com "alto", 42 com "médio" e 43 com "baixo". De 2012 para 2013, só 38 países melhoraram seu IDH e apenas 18, ou seja, 10% do total, conseguiram ganhar posição. O Brasil faz parte dos dois times. Segundo o PNUD, à medida que os países avançam, é mais difícil observar variações no IDH.

Assim, apesar de ter ocorrido uma melhoria na distribuição na base da sociedade, o restrito topo da pirâmide foi ainda muito mais beneficiado, conforme analisam alguns estudiosos. E como os níveis da desigualdade e de concentração são muito elevados, o aspecto significativo seria analisar o que ocorreu com os 0,5% mais ricos na comparação com os 99,5% restantes, daí a imperiosa necessidade de intensificar as análises acerca desse fenômeno brasileiro sobre a possível constituição de uma "nova classe média".

1.1 Marcio Pochmann e o mito da classe média

Os livros *Nova classe media? O trabalho na base da pirâmide social* e *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*, lançados por Marcio Pochmann em 2012 e 2014, respectivamente, fazem parte de um esforço intelectual do autor para analisar as transformações em curso na estrutura social brasileira no começo do século XXI, questionando, a partir de uma perspectiva histórica e baseada em dados e análises estatísticas, o mito da ascensão de uma nova classe média. Na sua perspectiva, a definição de "classe média" não é uma construção ingênua (teórica e politicamente), apresentando uma finalidade de manipulação do "consciente da população em prol dos seus próprios desejos mercantis", propagandista do "consumismo e da negação da estrutura de classe em que o capitalismo molda a sociedade" (Pochmann, 2012, p.5). Assim, a desmistificação é forma de contraposição a um "voluntarismo teórico inconsistente", que esconde interesses ideológicos contrários a qualquer projeto desenvolvimentista (Pochmann, 2014, p.45).

Com temáticas convergentes, as duas obras apresentam abordagens complementares, porém distintas. A primeira, de 2012, analisa a mobilidade social que está ocorrendo na base da pirâmide social brasileira, especialmente a partir da retomada do crescimento econômico, do avanço da formalização do emprego, da diminuição da pobreza e da redução da desigualdade social. A sua tese central é de que não é possível perceber - pela análise empírica - uma mudança no sentido de tornar o Brasil uma sociedade de classe média, considerando que as ocupações criadas se concentram fortemente (+ 90%) na faixa de até 1,5 salários mínimo e

2 O IDH é calculado, desde a década de 90, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), uma das várias agências temáticas da ONU. Seu objetivo é ser uma referência da qualidade de vida que vá além de análises baseadas no critério de renda. Também leva em conta a esperança de vida, a expectativa de anos de estudo e o tempo médio efetivo de estudos.

são de baixa qualificação, em que parte significativa dos trabalhadores é submetida à instabilidade profissional e precárias condições de trabalho.

Para dar concretude à sua tese, analisa separadamente cinco situações ocupacionais que tendem a apresentar grande precariedade, tais como 1) o perfil dos empregos gerados na economia brasileira, destacando-se as atividades na área de serviços e do comércio; 2) o trabalho nas unidades familiares, destacando o peso significativo do emprego doméstico; 3) as ocupações em atividades primárias e autônomas, que ainda significam mais de 20% do total dos ocupados; 4) a terceirização, que avança fortemente e uma nova realidade precarizante do trabalho; 5) a modalidade de contratação temporária, que é sinônimo de instabilidade e insegurança. São ocupações que estão na base da pirâmide social, apesar de significar uma forma de incorporação de parcela da população na classe trabalhadora, mas não pode ser identificada com parte expressão de uma nova classe média.

No livro de 2014, a tese de que a classe trabalhadora está sendo substituída por uma crescente classe média é contestada a partir da análise das condições materiais em que ocorre a reprodução social sob o capitalismo. A estrutura social apresenta uma correlação com as diferentes fases do capitalismo: a livre concorrência, a oligopolista, a pós-industrial e a monopolista transnacional, nos termos do autor. Particularmente, a conformação de uma classe média não proprietária desenvolve-se com a industrialização e urbanização, criando uma série de ocupações qualificadas nas empresas e em atividades de serviços. Além disso, apesar das diferenças nacionais, os países centrais constituíram uma camada média a partir da viabilização do Estado de Bem-Estar Social. Especialmente depois da segunda Revolução Industrial, os ganhos de produtividade, a presença do movimento trabalhista e o avanço da democracia criaram as condições políticas para a incorporação dos trabalhadores no padrão de consumo capitalista e para a conformação de uma classe média não proprietária. É uma construção social e política que contribuiu para contrarrestar características imanentes do capitalismo, tais como o desemprego e a desigualdade, a partir da estruturação de um Estado promotor do desenvolvimento e da proteção social.

No Brasil, com a industrialização tardia e o passado colonial e escravocrata, assim como em função da nossa composição política e da própria fragilidade dos trabalhadores organizados e da inexistência de democracia em boa parte do período entre 1930 e 1980, configura-se uma estrutura social marcada pela não concretização das "reformas civilizatórias" construídas nos países centrais. Apesar da forte evolução do assalariamento e consequente avanço da estruturação do mercado de trabalho, os trabalhadores ficaram relegados a uma "condição de subconsumo", em função da prevalência de baixos salários e de ganhos de produtividades desigualmente distribuídos. A constituição de uma classe média não proprietária ganha alguma expressão na ditadura militar, em um contexto em que as empresas tiveram liberdade para estabelecer sua hierarquia de remuneração, e as políticas públicas (especialmente as sociais e tributárias) favoreceram as camadas da população com maior renda, aprofundando o fosso social e propiciando que setores da classe média tradicional se beneficiassem dos baixos preços dos serviços.

O quadro de desigualdade e exclusão social, combinado com o arrocho salarial e a precariedade de políticas sociais, impulsionou a constituição de movimentos sociais e políticos, entre os quais se destaca o "novo sindicalismo", que colocou na pauta da sociedade, durante o processo de redemocratização, um projeto "social-desenvolvimentista" inspirado na experiência das políticas do Estado de Bem-Estar Social. Projeto esse que não se viabilizou nos anos 1980/1990, primeiro em razão da não solução da crise econômica e, na sequência, fundamentalmente pela prevalência da hegemonia do projeto neoliberal. Implementado pela política de estabilização da moeda, tal projeto aprofunda a desestruturação do mercado de trabalho e insere o país na globalização financeira, abrindo a economia, o que proporciona um boom de consumo baseado na importação de bens, mas promove um processo de desindustrialização do país, um sucateamento da máquina pública do Estado e políticas de flexibilização do mercado de trabalho.

Na explicação desses processos, Pochmann sempre relaciona a dinâmica interna com o que está ocorrendo no capitalismo internacional. Uma reflexão de destaque é a de que o capitalismo contemporâneo proporcionou uma sociedade de baixos custos, que tem como base a desregulamentação da economia, a redefinição do papel do Estado, o deslocamento da produção de bens e serviços para a Ásia, que, segundo Pochmann, reconfigura uma geografia da classe média com baixos salários, além de importantes inovações tecnológicas, que contribuíram

para viabilizar as cadeias globais de produção e a financeirização da economia, em que os grandes grupos econômicos impulsionam a sua atividade econômica aproveitando as vantagens comparativas, a flexibilização do trabalho e as políticas de redução da proteção social.

Nesse sentido, é curioso notar que as manifestações sociais na Europa, nos últimos anos, apresentam demandas materiais de bem-estar, dentro de um processo que está gerando uma situação multipolar de ocupações, em que uma parte importante da população se encontra em condição de "precariado" (Standing, 2013), o que expressa uma heterogeneidade e segmentação maior da classe trabalhadora. Ou seja, as mudanças no capitalismo contemporâneo fizeram que a sociedade de baixos custos ganhasse expressão global, permitindo uma ampliação do acesso ao consumo de uma parte da população - sem que "fosse necessária uma alteração sensível na repartição da renda ou na estrutura de classes sociais" - e favorecendo a "ideologia da ascensão social do capitalismo globalizado" (Pochmann, 2014, p.84-5). Nessa configuração societal, em vez de identificar uma crescente "medianização" da sociedade capitalista contemporânea, constata-se uma recomposição da classe trabalhadora, que se torna mais heterogênea e segmentada, portanto, com maior dificuldade de construção de identidades para a ação coletiva.

O Brasil dos anos 2000 apresenta uma inflexão política, favorecida num primeiro momento por um fluxo mais favorável de comércio internacional, com o incremento de um projeto social-desenvolvimentista que proporcionou as condições para a retomada de uma mobilidade social ascendente. Ela adveio de um quadro de crescimento econômico e de decisão política de promover inclusão social, por meio da política de valorização do salário mínimo, melhora nas negociações salariais, políticas de transferência de renda, fomento à agricultura familiar, formalização dos contratos de trabalho e incentivo e disponibilização do crédito. Políticas que incrementaram o mercado interno, proporcionando a geração de milhões de empregos e queda do desemprego. No entanto, como destacado nos dois livros, o incremento do emprego esteve concentrado na base da pirâmide social, em que parte importante das ocupações é de baixos salários e de atividades pouco qualificadas, desmistificando mais uma vez que na estrutura social há o surgimento de uma nova classe média. A volta da mobilidade social também é favorecida, entre outros fatores, pela redução dos custos dos bens, como descrito acima, pelo aumento da renda - em especial dos que se encontram na base da pirâmide social -, pela diminuição da desigualdade social, principalmente entre os rendimentos do trabalho (Pochmann, 2014), pela crescente incorporação da mulher no mercado de trabalho e pela diminuição do tamanho das famílias. Tais fatores promovem o acesso ao consumo capitalista de massa para um contingente expressivo da população, mas são requisitos insuficientes para constituir uma ampliação da classe média. Assim, nos anos 2000, há o avanço de um estrato denominado de *workingpoor*[3], como principal segmento beneficiado das mudanças políticas do período.

A partir dos livros do Pochmann, é possível concluir que a estrutura social é condicionada pelas condições objetivas de reprodução social, ou seja, pelas ocupações geradas a partir da estrutura econômica que é formada em cada momento histórico do capitalismo. As características do capitalismo contemporâneo tendem a desfavorecer uma conformação mais homogênea da sociedade, com o avanço de uma camada média expressiva. Tais características não são determinadas simplesmente pela dinâmica econômica, mas definidas no jogo político da sociedade. Nesse sentido, a tese que identifica uma tendência de conversão da classe trabalhadora em classe média escamoteia um projeto de sociedade que valoriza a integração social individual e a sociedade autorregulada pelo mercado. Na visão do autor, é fundamental ter um Estado com condições de viabilizar a construção de uma situação social mais homogênea, o que pressupõe a capacidade de orientar o desenvolvimento no sentido de constituir uma estrutura econômica mais complexa e políticas sociais mais amplas, que são bases para a criação de camadas médias assalariadas.

---

3 **Trabalhadores pobres** - pessoas cujos rendimentos caem abaixo de um determinado limiar da pobreza. Dependendo de como se define "trabalho "e" pobreza", alguém pode ou não pode ser contado como parte de trabalhadores pobres.

1.2 Ruy Braga: o "enigma da nova classe média" e o debate acerca da "financeirização" do consumo popular

Importante esclarecer, inicialmente, que a nova definição de "classe média" que vem orientando recentemente a criação das políticas públicas do governo federal, fora aprovado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE)[4]. Grosso modo, trata-se da simples determinação de algumas faixas de renda que localizam os novos grupos recém saídos do pauperismo em relação àqueles indivíduos extremamente pobres e em relação à chamada "classe alta". Ao fim e ao cabo, para o governo federal, fariam parte da classe média brasileira todos aqueles que recebem uma renda mensal per capita entre R$ 291 e R$ 1.019,00, ou seja, aproximadamente, 54% da População Economicamente Ativa (PEA) do país.

Sobre a teoria das classes, entende Ruy Braga que não pode se limitar a uma única variável, ainda que seja a "renda". Exatamente porque as classes sociais são relações sociais multidimensionais e construídas historicamente, e que qualquer determinação unilateral deste fenômeno fatalmente criará mais desentendimentos do que esclarecimentos. Neste caso específico, argumenta o autor a partir de suas análises sobre esse fenômeno, que o interesse do governo não é investigar cientificamente a realidade brasileira, mas apenas racionalizar suas políticas públicas. Trata-se de qualificar e atender carências específicas daquela faixa da população em termos de qualificação e educação financeira. Daí alerta para a relação entre as classes pobre, média e alta.

Segundo Braga, o processo de desconcentração de renda entre os que vivem dos rendimentos do trabalho experimentado nos últimos nove anos preparou em certa medida o terreno para que noções ideologizadas sobre as classes sociais prosperassem no país. Ou seja, a despeito de seu raquitismo teórico, a definição de "nova classe média" da SAE encaixa-se perfeitamente bem em um debate cujo eixo gravita em torno do aprofundamento da financeirização do consumo popular. Ou seja, o que a secretaria realmente pretende é ensinar à população como poupar dinheiro para aproveitar as novas oportunidades criadas pelo recente barateamento do crédito. Para tanto, é importante reforçar a ideologia de que o Brasil transformou-se em um "país de classe média", critica o autor.

Ao analisar a combinação desses movimentos, Braga percebe que o modelo de desenvolvimento brasileiro neste século absorveu o excedente populacional produzido na década anterior, mas à custa de baixa remuneração (94% das vagas abertas em 2000 tinham remuneração de até 1,5 salário mínimo) e do aumento da taxa global de rotatividade do trabalho (36,9%). Ou seja, à custa da reprodução de um regime de acumulação que insiste em precarizar o trabalho subalterno. Além disso, este modelo foi capaz de integrar grandes contingentes de mulheres e de não brancos, mas quase sempre em ocupações alienadas que não requerem qualificações especiais. Sinteticamente, acompanhando a dinâmica das ocupações na base da pirâmide social do país, entende que somos obrigados a refletir sobre os alcances e os limites do atual modelo de desenvolvimento pós-fordista. Tal reflexão implica encarar o atual ciclo de crescimento econômico do ponto de vista do alargamento da superpopulação relativa (precariado brasileiro, proletariado precarizado…). Por um lado, afirma Braga (2012, p. 3),

> É possível perceber claramente os avanços em relação à década anterior: a política de valorização do salário mínimo permitiu que um enorme contingente de trabalhadores, especialmente concentrado nas regiões mais carentes, conquistasse um padrão de consumo relativamente inédito na história nacional. Com a formalização do emprego, estes trabalhadores ascenderam a um patamar menos inseguro socialmente, o que tende a elevar a *satisfação individual*. E a percepção destes em relação ao futuro tornou-se mais positiva.

Entende o autor que a promessa da superação da pobreza e do subdesenvolvimento esbarra na incapacidade do modelo em gerar postos de trabalho mais qualificados, superar a barreira do salário mínimo e bloquear a rotatividade do trabalho. Afinal, questiona, como poderia ser diferente se o atual regime de acumulação concentrou-se em torno das atividades de mineração, de petróleo, dos agronegócios e da indústria da construção civil? Destaca que o atual modelo se propõe trocar a indústria de transformação por setores que utilizam largamente trabalho não qualificado.

---

4 Governo de Dilma Roussef (Partido dos Trabalhadores)

Recorre aos trabalhos de Pochmann para compreender a atual dinâmica do trabalho doméstico para famílias, do trabalho nas atividades autônomas e primárias, além do trabalho terceirizado, destacando que aquele esmiuçou o avesso do atual regime de acumulação. E, ao fazê-lo, demonstrou que a hegemonia do governo (referindo-se ao Governo Lula), apoia-se em um consistente alargamento da base salarial da pirâmide ocupacional brasileira. Nesse sentido, Pochmann adverte-nos a respeito dos riscos inerentes a um modelo de desenvolvimento que apresenta sérias dificuldades em promover um ciclo de ascensão social consistente com mais e melhores salários. E conclui sua análise afirmando que o choque entre a "satisfação individual" e os germes da "insatisfação coletiva" avoluma-se tensões no atual regime hegemônico.

1.3 Jessé Souza: a "ralé brasileira", uma classe de "batalhadores"

Outro grupo de pesquisa sobre a transformação social brasileira da última década privilegia uma abordagem socioantropológica. Nela encontra-se uma crítica explícita ao regime discursivo às pesquisas em termos da composição de uma nova classe média. Aqui destaco as pesquisas de Jessé Souza, destacando o livro intitulado "Os batalhadores brasileiros". Para Souza (2010), é politicamente difícil antecipar o comportamento ou nomear uma perspectiva particular até porque essa classe não é homogênea. Ela parece reunir elementos tanto de uma classe trabalhadora "pós-fordista", ou seja, superexplorada, sem tradição de solidariedade de classe e se acreditando empresários de si mesmos, com elementos de uma pequena burguesia tradicional, no sentido de empreender pequenos negócios muitas vezes sem pagar impostos ou direitos trabalhistas. E enfatiza

> ... dizer que os "emergentes" são a nova classe média é uma forma de dizer, na verdade, que o Brasil, finalmente, está se tornando uma Alemanha, uma França ou uns Estados Unidos, onde as "classes médias" e não os pobres, os trabalhadores e os excluídos, como na periferia do capitalismo, formam o fundamento da estrutura social... (Souza, 2010, p. 20).

Ao ser entrevistado pelo IHU On-Line acerca da definição sobre esse estrato social brasileiro que está emergindo economicamente e sobre o seu perfil, Souza (2014) afirma que é sempre difícil definir um fenômeno social que está se constituindo "em ato" defronte de nossos olhos. Para o pesquisador a classe média estabelecida é uma classe dominante porque se forma pela apropriação privilegiada de capital cultural, seja técnico e especializado, seja literário e especulativo, o qual é indispensável para o funcionamento do mercado e do Estado. E, ao se referir a classe trabalhadora brasileira, assim afirma

> Não é isso que acontece com os "batalhadores" que analisamos. O acesso aos capitais impessoais, que são a base de todo privilégio social – tanto material quanto simbólico –, e aos capitais econômico e cultural é restrito e limitado. São pessoas que fizeram escola pública ou universidade particular (no melhor dos casos) tendo de trabalhar paralelamente muitas vezes em mais de um emprego. Muitos trabalham entre 10 e 14 horas por dia e não possuem o recurso mais típico das classes do privilégio que é o "tempo" para incorporação de conhecimento valorizado e altamente concorrido. Essas características estruturais implicam em "condução de vida" e "percepção do mundo" – as duas características mais importantes para conhecermos a especificidade do pertencimento de classe – muito distintas das classes médias estabelecidas entre nós.

Quando questionado sobre a chance de participação política, econômica e social desse novo estrato social que emerge no país e sobre os lados positivos e negativos do surgimento desse novo estrato social, argumenta:

> Esse estrato social é o grande responsável pelo extraordinário desenvolvimento econômico brasileiro dos últimos anos que se deu, fundamentalmente, pela perspectiva do mercado interno. Foi esse estrato que dinamizou a economia brasileira na última década e estimulou o mercado de consumo de bens duráveis antes de impossível acesso a grandes parcelas da população. Especialmente no Nordeste, a região mais dinâmica e de grande número de "batalhadores" nesta última década, foi o Bolsa Família, no testemunho de inúmeros de nossos informantes, o que ajudou a irrigar

> com alguma economia monetária rincões secularmente esquecidos entre nós. A nova demanda criada foi um dos elementos que permitiu surgir uma classe de pequenos empreendedores no interior do Nordeste, vários dos quais compondo a assim chamada "nova classe média". Politicamente, é difícil antecipar o comportamento ou nomear uma perspectiva particular até porque essa classe não é homogênea. (Souza, 2014).

Ao problematizar tal questão, Souza entende que não é que o regime discursivo e o projeto político-econômico sejam mesmo de 'homologar' o Brasil ao modelo social e moral das economias centrais, mas que se trataria de uma afirmação não verdadeira. E afirma "nossa pesquisa empírica e teórica demonstrou que isso é mentira" (Souza, 2010, p. 21). Para o pesquisador uma mentira que diz respeito aos jogos, que, segundo ele, são fundamentais: os jogos ideológicos e simbólicos.

Esclarece que, por um lado, as mudanças são reais, pelo outro, são mentira, "porque essas mudanças reais são todas interpretadas de modo distorcido, sem conflitos e sem contradições". O risco é de "naturalizar-se a sociedade tal como ela se apresenta", ao passo que "é dessa maneira que se constrói a violência simbólica necessária para a sua reprodução infinita". No confronto de visões entre direita e esquerda brasileira, Souza esclarece que, do lado da direita neoliberal, o problema está em dizer que existem classes e negar, no mesmo movimento, a sua existência ao vincular a classe à renda. É isso que faz com que os liberais digam que os "emergentes" são uma nova classe média, por ser um estrato com relativo poder de consumo. Por outro lado, o "marxismo enrijecido não percebe... as novas realidades de classe porque as vinculam ao lugar econômico na produção e, engano ainda mais importante ... a uma 'consciência de classe' que seria produto desse lugar econômico. *(ibid*, p. 22).

Assim, a abordagem sociológica critica os dois reducionismos economicistas, pois nenhum dos dois "percebe a gênese sociocultural das classes". Isso porque em todas as sociedades "os indivíduos são 'diferencialmente' por uma 'cultura de classe' específica" (ibid. p. 22). O que interessa é apreender "a transferência de valores imateriais na reprodução das classes sociais e de seus privilégios no tempo" (Souza, 2010, p. 23). A composição das classes diz respeito aos estilos de vida, isto é, a algum capital cultural que inclui também algo como uma "herança" de outro tipo, destaca: "Essa herança de classe média, imaterial por excelência, é completamente invisível para a visão economicista dominante do mundo" (ibid., p. 24).

Essa preocupação pela relação entre acumulação econômica e "violência simbólica específica" (ibid., p. 29) leva Souza a afirmar que o desenvolvimento capitalista no Brasil, ou seja, o próprio processo de modernização produziria "uma classe inteira de indivíduos não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, esse é o aspecto fundamental, das precondições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação. Essa classe é a 'ralé' estrutural" (ibid., p. 25). A "ralé se reproduz como mero 'corpo' incapaz, portanto, de atender às demandas de um mercado cada vez mais competitivo baseado no uso do conhecimento útil para ele", afirma Souza.

A "ralé", conforme Souza, é mera força muscular, isto é, mero "corpo", algo cuja venda responde àquilo que acontece "na prostituição" (ibid., p. 24). Então, a classe emergente, a nova classe, segundo Souza, é aquela que se encontra entre a "ralé" dos excluídos e abandonados e as classes média e alta. "Ela é uma classe incluída no sistema econômico como produtora de bens e serviços, ou como consumidora crescente de bens duráveis e serviços", que antes eram meros privilégios. Conclui, então, dizendo que esses "emergentes que dinamizaram o capitalismo brasileiro na última década constituem... uma nova classe trabalhadora brasileira" (2010, p. 26\).

Para Souza, essa nova classe não é uma classe média, a "linguagem de seu corpo" é diferente: " a nova classe trabalhadora não participa desse jogo de distinção que caracteriza as classes alta e média" (ibid., p. 49).

1.4 André Singer: Nova classe C ou nova pobreza?

Uma questão polêmica levantada nos últimos anos diz respeito a quem são e quantos são os que passaram para a "classe média" no Brasil. Para Singer (2012) existe certa confusão, difundindo-se a impressão de que a pobreza está acabando e o país tornou-se "de classe média", o que para o autor não é verdade. Elabora suas análises a partir de duas visões sobre o grupo que está transitando para a "classe C". Uma é que ele passaria a fazer parte da classe média baixa, como tende a aparecer em Amaury de Souza e Bolívar Lamounier (A

Classe Média Brasileira. São Paulo, Elsevier, 2010). A outra, que seria uma nova classe trabalhadora, como propõe Jessé Souza (*Os Batalhadores Brasileiros: Nova Classe Média ou Nova Classe Trabalhadora?* Belo Horizonte, UFMG, 2010).

Segundo o Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (IPEA), de 2003 a 2008, o número de pessoas em situação abaixo da linha de pobreza caiu aproximadamente de um terço para um quarto da população. Mas isso não significa que todas essas pessoas tenham passado para a classe média, conforme a análise de alguns estudiosos. Existem muitas formas de dimensionar a pobreza e há uma discussão permanente entre os especialistas sobre como se deve defini-la. Em se tratando de pobreza monetária, a linha divisória seria dada pela renda familiar per capita de até meio salário mínimo. Isso significa que, em uma família de quatro pessoas, se a soma da renda de todas as pessoas que trabalham na casa não passa de dois salários mínimos, ela estaria em situação de pobreza. Entre 2003 e 2008, em torno de 20 milhões de pessoas teriam passado a receber acima de meio salário mínimo per capita, deixando, assim, a pobreza absoluta. Para Singer, isso não significa que tenham passado para a classe média. Além de haver aí um mero efeito estatístico — se a pessoa recebe algum real acima do limite da pobreza deixaria de ser pobre —, é mais provável que boa parte dessas pessoas tenha passado para uma situação de pobreza relativa, assinala o pesquisador.

Por outro lado, problematiza Singer, nos cálculos de Marcelo Neri, economista e pesquisador da Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro, aproximadamente 29 milhões de pessoas passaram para a classe C entre 2003 e 2009[5]. Na definição da FGV-RJ, usando dados de 2009, a classe C seria formada por pessoas que têm renda familiar, somadas todas as fontes de renda, de R$ 1.126,00 a R$ 4.854,00, em valores da Grande São Paulo daquele ano. Então, parece que os pobres estão se tornando classe média, pois os números são relativamente próximos. No entanto, uma coisa é a redução da pobreza – os que deixaram o patamar de até meio salário mínimo de renda familiar *per capita* —, outra é o aumento da classe C, que, entre 2003 e 2009, teria passado de 38% para 50% da população, numa proporção semelhante à daqueles que saíram da pobreza, mas sem serem, necessariamente, as mesmas pessoas.

Singer entende ser mais lógico pensar que os pobres estão melhorando gradativamente sua situação por meio do Bolsa Família, do emprego na construção civil, do acesso ao crédito, sem, no entanto, trocar a pobreza por um padrão de classe média. Isto é, há uma nova pobreza, que resulta da superação da miséria e das condições mais difíceis, mas sem um salto para a classe média.

Quando se define a nova classe C como classe média baixa, o critério é basicamente o do consumo. Ou seja, a passagem para um padrão de consumo superior seria o fator predominante. A compra de eletrodomésticos, o uso de avião etc., definiria a classe. Na segunda visão, conta também a inserção na produção e, em boa medida, a nova classe C é composta por assalariados. Então, se têm carteira assinada e emprego formal, chamá-los de "nova classe média" indica o sentido político que se quer dar a essa transformação, assim empreende sua análise a partir da perspectiva de Jessé Souza.

Para Singer a expressão "classe média" não é neutra. Tem embutida a ideia de que, quando transita para um patamar superior de consumo, o indivíduo torna-se portador de valores de classe média. Um desses valores seria o individualismo, segundo o qual a ascensão teria ocorrido por esforço próprio, sem vínculo com reivindicações coletivas ou políticas públicas sujeitas à intervenção dos movimentos sociais.

Ao tratá-la como "nova classe trabalhadora", por sua vez, admite-se que a nova classe C pode aderir a valores como os da associação coletiva (sindical), vedada aos que estavam antes desempregados ou na informalidade. O crescimento da massa de trabalhadores (10 milhões de empregos formais gerados nos governos Lula) poderia resultar em mobilizações como as que ocorreram de 1978 a 1988, fruto do crescimento no número de trabalhadores no milagre econômico da ditadura. Enfim, a tese da "nova classe trabalhadora" afirma que o comportamento político dos proletários dos anos 2000 tem chance de ser como o daqueles que na década de 1980 ajudaram a construir a Constituição progressista de 1988.

Ao mesmo tempo, membros da "classe D" estão passando para a C. Com esse aumento, a classe C passou a ser mais da metade da população, segundo a FGV-RJ. Mas a "nova classe C", isto é, os que passaram recentemente

---

5 Ver André Singer. *Realinhamento eleitoral e mudança política no Brasil*. Tese de livre-docência. Departamento de Ciência Política/USP, 2010.

para essa condição, são cerca de 10% da população. E conclui dizendo, que apesar de ser verdade que está em curso um processo de ascensão social, por meio do qual cresce o número dos que alcançam um padrão de vida com maior possibilidade de consumo, a maior parte do Brasil ainda é pobre.
Do ponto de vista da inserção na produção, seria um novo proletário, pois é assalariado. Mas, ressalta Singer, que precisaríamos saber de que tipo de proletariado se trata, porque o capitalismo também mudou. Ainda seguindo a linha de pensamento de Jessé Souza, argumenta que o capitalismo brasileiro estaria produzindo relações de trabalho muito mais precárias, flexíveis e fragmentadas do que na época fordista. Portanto, não se deveria esperar o mesmo comportamento do antigo proletariado. Nessa visão, para dialogar com os novos "batalhadores" brasileiros, seria necessário enfrentar a questão do empreendedorismo.
Nessa perspectiva, entende que o capitalismo mudou. Há mais flexibilidade, precarização e fragmentação, afirma. Ao mesmo tempo, as relações de assalariamento continuam a se expandir. O empregado do teleatendimento, e de outros setores, poderá se sindicalizar, fazer greve, etc. Está aberta, portanto, a questão de saber se a ele falarão mais as políticas de empreendedorismo ou as velhas formas da luta de classes. E questiona: a redução da jornada, a melhoria das condições de trabalho, o aumento de salário não serão reivindicações naturais desses novos trabalhadores?

2 Afinal, ela existe? o enigma da "nova classe média brasileira"

> "O adicional de ocupados na base da pirâmide social reforçou o contingente da classe trabalhadora, equivocadamente identificada como uma nova classe média. Talvez não seja bem um mero equívoco conceitual, mas expressão da disputa que se instala em torno da concepção e condução das políticas públicas atuais." (Pochmann, 2010)

Resultado da junção das palavras proletário e precário, o termo precariado suscita ainda muitos debates sobre o que realmente representa. Um grupo importante, no qual se destacam o sociólogo francês Robert Castel e o professor de economia inglês Guy Standing, considera o precariado uma nova classe social formada por profissionais, geralmente jovens qualificados, que enfrentam condições de trabalho cada vez mais precárias. Castel, falecido em marco ultimo, já discutia a precarização da condição salarial no livro *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário* (1995). Em entrevista a Revue d'Information Sociale, em 2010, Castel insistia: "a situação não melhorou... o fenômeno da precarização permanece importante e parece ter sido ocultado pelo problema do desemprego... muitos continuam a trabalhar em condições abaixo do que foi e do que ainda é considerado um emprego".
Para Standing, o precariado é uma nova classe social, emergente e heterogênea, composta pelos que não tem educação ou status; pelas minorias de imigrantes e deficientes, que estão perdidos e podem explodir; e por jovens educados que não tem futuro e que não aceitam propostas políticas da direita ou da esquerda. Standing identifica três características comuns a esses grupos: o emprego é casual e não lhes dá um senso de identidade profissional; os salários são muito baixos, com perda de benefícios e é necessário fazer muitas coisas não remuneradas (preparar currículo, procurar constantemente emprego, passar por treinamento, etc.); e faltam direitos a benefícios além do salário, como pensões, seguro-saúde e licença-maternidade. Autor do livro *O precariado – a nova classe perigosa*, Standing, que e ex-diretor da Organização Internacional do Trabalho (OIT), afirma que o precariado é a primeira classe social com nível de educação e qualificação acima do exigido pelo trabalho: "a pessoa tem grau universitário, mas trabalha como garçom".
Mas há controvérsias em relação a algumas colocações de Standing. Nomes como os dos professores Ruy Braga e Giovanni Alves, no Brasil, e Peter Alexander e Edward Webster, na África do Sul, consideram que o precariado não é uma classe nova e sim uma camada do proletariado. Ruy Braga, professor da USP, aponta que o proletariado precarizado existe desde os primórdios do capitalismo histórico. Autor do livro *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*, Braga remete a Karl Marx para delimitar o conceito de precariado como sendo a superpopulação relativa, excluindo-se os trabalhadores qualificados e a população pauperizada; ou seja, o precariado é formado pela camada da população latente, flutuante e estagnada.

O conceito de superpopulação relativa (ou exercito industrial de reserva) foi cunhado por Marx na segunda metade do século XIX. A população flutuante é a parte da classe trabalhadora formada pelos que entram e saem do mercado de trabalho, pois são contratados e demitidos muito rapidamente pelas empresas; a população latente e composta por trabalhadores muito jovens que estão no campo e migram para a cidade, mas ainda não ingressaram no mercado formal; já a população estagnada engloba trabalhadores submetidos a condições absolutamente degradantes e que recebem salários baixíssimos.

Para Braga o precariado é a fração mais numerosa e mais explorada da classe trabalhadora, mantida na periferia do sistema capitalista. Giovanni Alves, sociólogo e professor da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), concorda que o precariado não é uma classe nova, mas "inclui apenas jovens adultos altamente escolarizados, desempregados ou inseridos em relações de trabalho e vida precárias". Segundo ele, "evidencias empíricas demonstram efetivamente que esse e o perfil da juventude trabalhadora no seio dos novos movimentos sociais de rebeldia, tanto na Europa e Estados Unidos, quanto no Brasil".

Outra divergência é quanto ao perigo do precariado. Enquanto Guy Standing considera o precariado uma classe perigosa por ser massa de manobra para grupos de direita, Ruy Braga considera que se trata de uma classe progressista: "luta para conservar direitos sociais e proteger conquistas dos trabalhadores, protegendo-se do ataque conservador aos direitos dos trabalhadores". Por outro lado, Alves defende que, politicamente, o precariado tem caráter dual, intrinsecamente contraditório: "muitos integrantes do precariado cultivam aspirações fetichistas de consumo e adotam o individualismo competitivo próprio do ethos burguês, mas estão profundamente imersos na condição de proletariado".

A redução da pobreza brasileira neste século fez da classe C a maior do País. Com base em critérios de renda, o grupo engloba atualmente algo como 110 milhões de pessoas, de uma população total estimada há pouco pelo IBGE em 202 milhões de habitantes. Esta numerosa classe costuma ser chamada por autoridades e analistas como "nova classe média". Não existe, porém, consenso em torno da catalogação.

A tese da obra é simples. "Classe média" é uma expressão historicamente utilizada para definir a estrutura produtiva de uma sociedade. Abrange profissionais liberais, empreendedores, executivos de escalão intermediário das empresas. Deste ponto de vista, não houve mudança significativa no País na última década. Os 40 milhões que saíram da pobreza rumo à classe C são de outra natureza. Beneficiários do Bolsa Família e, mais do que tudo, trabalhadores: de fábricas, lojas, obras de construção civil. De 2003 até o momento atual, foram abertas 20 milhões de vagas com carteira assinada, segundo dados oficiais.

A categorização dos brasileiros por nível de renda ajuda a afastar a hipótese do País contar com uma "nova classe média" - ao menos, daquela noção comum sobre o que é ser "classe média". Das pessoas com 15 anos ou mais e que têm rendimento, 68% vivem com até dois salários mínimos mensais, segundo Pochmann. Algo em torno de 1,5 mil reais. Não é uma renda a ser associada a usos e costumes da classe média típica, como jantar fora, trocar de carro com frequência ou passar as férias no exterior, assinala o autor. A discussão sobre a natureza da classe C ampliada não é um capricho acadêmico. "Se o que há é uma nova classe média, o papel do Estado perde importância, pois a classe média tradicional não precisa do Estado", diz Pochmann. "Mas se o que existe são mais trabalhadores, o Estado ganha importância, porque trabalhador precisa de serviços públicos."

A auto-imagem feita pelos novos integrantes da "classe C" também parece afastá-los da noção comum de "classe média". É uma das constatações de outro livro, *Um País Chamado Favela*, resultado de um mapeamento com dois mil moradores de 63 comunidades. Um dos autores é Renato Meirelles, diretor do Datapopular, instituto de pesquisas especializado nos brasileiros emergentes. Os recém-chegados à classe C demonstram ter valores distintos dos professados pelas pessoas já nascidas na classe média. A identidade do grupo está ligada a certos bens materiais (roupas, bolsas, celulares) e comportamentos (gosto pelo funk ostentação), e não à partilha de uma mesma visão de mundo. E acreditam que têm e tiveram de "ralar" para subir na vida, ao contrário da classe média tradicional. "Eles valorizam a própria história, tem orgulho da origem. Querem ser ricos, mas não querem ser como os ricos", afirma Meirelles.

Considerações finais

Os livros, os artigos e o debate atual em torno da possível constituição de uma "nova classe média" no Brasil trazem importantes contribuições para se compreender as transformações em curso e as disputas na sociedade brasileira. No entanto, a questão da classe social vai além dos elementos objetivos e quantitativos, conforme levantado a partir da perspectiva dos pesquisadores citados ao longo desse artigo. Essa análise pode suscitar outras discussões na perspectiva da ampliar a reflexão, incluindo a dimensão subjetiva de classe, relacionada à (re) definições identitárias trazidas por essa nova estrutura objetiva, com implicações na construção de ações coletivas.

Como Estanque destaca, para além de uma classe média real pode-se conceber uma "virtual", em que as demarcações e adesões sociais a essa referência imprecisa podem incidir nas representações sociais, isto é, constituem "referência simbólica propiciadora de ilusões de oportunidade, criadora de atitudes adaptativas e de aceitação, que funciona como mecanismo de integração do sistema social, assegurando assim a reprodução das próprias desigualdades sociais" (2003, p.70). A dimensão subjetiva de classe média pode contribuir para ampliar a reflexão ao trazer novos elementos para analisar as possibilidades de constituições de sujeitos sociais. Ou seja, em que medida essa classe trabalhadora com acesso ao consumo de massa assimila e se enxerga na integração social.

Enfim, as análises e posicionamentos dos pesquisadores aqui enfatizados são referências, inclusive pela sua base consistente de dados e de análises, para debater as controvérsias sobre as implicações das transformações recentes na estrutura social brasileira.

Referências

ALVES, G. (2011). *Trabalho e subjetividade: O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo:* Boitempo Editorial.

BRAGA, R. (2012). *O enigma da "nova classe média*". Disponível em: http://blogdaboitempo.com.br/2012/06/04/o-enigma-da-nova-classe-media/. Acesso em 15/12/2014.

COCCO, G. (2013). Trabalho imaterial e a nova composição de classe (apresentação a 2ª edição). In: LAZZARATO, M. & NEGRI, A. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina.

KREIN, José D. (2014). *A estrutura social do Brasil anos 2000 e o mito da classe média*. Publicado em 16/08/2014. Disponível em: http://www.boitempoeditorial.com.br/v3/Noticias/visualizar/3614. Acesso em 15/dez/2014.

LAZZARATO, M. & NEGRI, A. (2013). *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividades*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina.

NERI, M. (2012). *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. Rio de Janeiro: FGV – SARAIVA.

POCHMANN, M. (2012). *Nova classe media? O trabalho na base da pirâmide social.*

_____. (2014). *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social.*

SINGER, A. (2012). *Nova classe C ou nova pobreza?* Disponível em: http://operamundi.uol.com.br/conteudo/samuel/36355/nova+classe+c+ou+nova+pobreza+.shtml. Acesso em: 15/12/2014.

STANDING, G. (2013). *O precariado: a nova classe perigosa*. São Paulo: Autêntica.

SOUZA, A. & LAMOUNIER, B. (2010). *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. Rio de Janeiro – Brasília: Elsevier – CNI.

SOUZA, J. (2010). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG.

As compras e o tempo
O consumo e a construção das "novas" classes médias

Everardo Rocha
PUC-Rio,
everardo@puc-rio.br

Marina Frid
PUC-Rio,
marina_frid@yahoo.com.br

William Corbo
PUC-Rio
wacorbo@gmail.com

1. Introdução

O objetivo deste estudo é analisar a recorrência das relações que podem ser observadas entre os diferentes movimentos do fenômeno do consumo na modernidade e a formação das chamadas "novas classes médias". Mais especificamente, pretendemos investigar as formas pelas quais um determinado modelo de negócios, originado na segunda metade do século XIX com os grandes magazines, estrutura um sistema para o comércio de bens e serviços que contribui decisivamente para estender novas práticas do consumo, envolvendo contingentes, cada vez mais amplos, das populações urbanas de "camadas médias" (Velho, 1981). Assim, vamos examinar três diferentes contextos e experiências históricas nas quais inovações na dinâmica comercial se correlacionam com o recrutamento de novos públicos consumidores ao possibilitarem a inclusão de parcelas da sociedade em atividades e espaços de compra anteriormente restritos. Esses momentos que tomamos como emblemáticos para o estudo em questão são: a emergência dos grandes magazines nas principais cidades europeias entre meados do século XIX e início do século XX; a expansão dos shoppings nos Estados Unidos durante o período subsequente à Segunda Guerra Mundial; a chegada recente, sobretudo, a partir dos anos 2000, de marcas internacionais nas grandes cidades brasileiras.

Nosso estudo pretende demonstrar, através de diferentes contextos e experiências históricas, como a formação, a visibilidade e o imaginário relacionado às ditas "classes médias" são recorrentes e conectados profundamente às transformações na esfera do consumo. Para realizar essa tarefa, em um primeiro momento vamos investigar o nascimento dos grandes magazines nos centros urbanos europeus a partir de meados do século XIX e como estes empreendimentos aproximam uma quantidade significativa de indivíduos originários de estratos mais baixos aos hábitos, bens de consumo, estilos e gostos típicos da burguesia da época. A análise destaca que o modelo de negócios inaugurado pelos grandes magazines pode ser assumido como uma espécie de precursor dos shoppings e redes de lojas que hoje são lugar comum nas paisagens urbanas. Afinal, diversas técnicas de vendas, distribuição, marketing, publicidade e design foram introduzidas por essas "catedrais" do consumo moderno, como nomeadas por Émile Zola em seu clássico *Au Bonheur des Dames*, de 1883. Essas técnicas, que há mais de cento e cinquenta anos aumentaram de forma expressiva o universo de consumidores, são até hoje, *mutatis mutandis*, aplicadas por grandes empreendimentos comerciais e marcas consagradas. Além disso, outro fator importante dos grandes magazines é a representatividade dos seus milhares de funcionários e empregados que constituíram, eles próprios, parte do contingente das "novas classes médias" europeias da época, com destaque para as vendedoras, que desempenharam uma função central na projeção de novos lugares sociais para a mulher como trabalhadora e consumidora.

Após a análise do contexto dos grandes magazines, nosso estudo avança para o período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial e investiga as condições para a expansão do consumo nos centros urbanos dos Estados Unidos interligadas à categoria dos *white-collars* e a construção dos shoppings. Pois, como observa Wright-Mills (1979 [1951]), para a classe média norte-americana, o comércio em meados do século XX deixa de ser uma opção e se torna um tipo de atividade totalizante, ou seja, de abrangência ilimitada, envolvendo quase todos os atores sociais em seus processos, técnicas e práticas. Segundo a perspectiva do autor, naquele momento, o mercado passa a atravessar toda e qualquer instituição e relação social. Em larga medida, esse envolvimento se concretiza com um acentuado desenvolvimento dos shoppings, com suas estruturas gigantescas que disponibilizam uma profusão de mercadorias à venda para toda e qualquer pessoa com poder de compra. Por um lado, os *white-collars* servem ao mercado como funcionários e prestadores de serviço direta ou indiretamente ligados a esses empreendimentos; por outro, são eles próprios parte substancial do contingente de consumidores visados pelos enormes centros comerciais.

Já chegando ao tempo presente, a última parte do artigo está concentrada no exame de alguns aspectos da ascensão de uma "nova classe média" no Brasil, tendo como objeto de análise o caso da multinacional *Forever 21* - cadeia varejista de moda aqui estabelecida recentemente. Dentre outros importantes fatores, o lugar de destaque alcançado pelo país no cenário político-econômico internacional e as estimativas de um potencial de milhões de consumidores atraíram, nos últimos anos, diversas empresas estrangeiras que iniciaram ou expandiram suas operações em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba e Ribeirão Preto. O crescimento do consumo na direção de camadas da população antes sem acesso às possibilidades de compras gerou um intenso debate sobre os anseios, gostos, prioridades e novos hábitos adquiridos pelo grupo de brasileiros emergentes. Em nosso estudo, destacamos o caso da chegada, no primeiro semestre de 2014, da rede de lojas norte-americana *Forever 21*, que teve grande repercussão por atrair milhares de jovens para longas filas nas inaugurações de suas primeiras lojas no Rio de Janeiro e em São Paulo. A *Forever 21*, uma das principais marcas mundiais do segmento *fast-fashion*, é voltada principalmente para um público jovem e tem como principal característica a promessa de sempre disponibilizar em suas lojas novos modelos de roupas e acessórios da "última tendência", com rápida reposição e baixos custos. Ao trazer uma moda internacional a preços acessíveis e diretamente ligada, sobretudo, à ideia de juventude, a *Forever 21* é modelar para tratarmos da inclusão das "novas classes médias" na esfera do consumo no atual contexto brasileiro.

Em suma, vamos analisar os grandes magazines europeus, os shoppings norte-americanos e a marca contemporânea *Forever 21*, mostrando como estes modelos de negócios, respeitados seus respectivos contextos, articulam-se com o recrutamento de consumidores em um permanente processo de criação de "novas" classes *média*s que se integram ao cenário do consumo. Seus respectivos projetos e modelos de negócio permanecem muito semelhantes: acelerar a reposição de produtos, praticar baixos preços, tornar acessíveis bens antes restritos às elites e realizar intervenções publicitárias. Se no caso dos grandes magazines europeus e dos shoppings norte-americanos o eixo de inclusão foi, entre outros, as técnicas comerciais e as inovações introduzidas nas relações de trabalho, no caso da marca contemporânea, a inclusão se traduz além disso, através de uma narrativa de juvenilização que disponibiliza uma moda "elitizada" para um público mais amplo. Em todos esses contextos algo parece insistir: a articulação entre transformações nos modelos de consumo e o permanente recrutamento de uma "nova" classe média que os sustenta.

2. Burguesias e os grandes magazines na Europa

A partir da segunda metade do século XIX, uma nova modalidade de comércio, surgida em algumas das principais cidades europeias, torna-se elemento central para a consolidação do fenômeno do consumo na modernidade. Os grandes magazines acontecem efetivamente no período que Karl Polanyi (2012 [1944]) classificou como os "cem anos de paz", entre 1815 e 1914, quando, diante da repercussão da Revolução Francesa, as principais potências mundiais passam a concentrar todos os seus esforços no desenvolvimento da capacidade industrial e na manutenção de uma paz universal saudável para os negócios. Mudanças na ordem cultural, nos costumes e nos gostos forneceram as bases para a formação de um sistema de consumo mais dinâmico e de

maior alcance. Os grandes magazines são favorecidos, então, por uma convergência de fatores como: a expansão de um sistema midiático, a reestruturação das cidades, o aperfeiçoamento das técnicas de marketing e design, a exaltação do estilo de vida burguês, o estímulo ao gasto do romantismo, o crescimento do consumo de saberes, as mudanças no papel da mulher na sociedade, entre outros. (Miller, 1981; Rappaport, 2001; Hazel Hahn, 2009; Campbell, 2001; Darton, 1996; LeGoff e Aitken, 2011).

De fato, os modos de sociabilidade e as estratégias de vendas introduzidas pelos grandes magazines estruturaram muitas das práticas de consumo tal como as experimentamos hoje (Rocha, Frid e Corbo, 2014). Empresários pioneiros do modelo de negócios dos grandes magazines, como Aristide Boucicaut, proprietário da loja *Le Bon Marché*, fundada em 1852 em Paris e tida como o primeiro grande magazine do mundo', representam bem aquilo que Max Weber (2004 [1920]) indica como "perturbação ao aconchego" da economia tradicional, uma espécie de força que retira da zona de conforto os pequenos comerciantes que predominavam até então. A figura do empreendedor, que experimenta a ascensão econômica e social com vertiginosa velocidade, nutriu as expectativas de riqueza, prestígio e fama do imaginário burguês. Émile Zola (2008 [1883]) o reproduziu em Octave Mouret, o dono da loja de departamentos *Bonheur des Dames* que dá o título ao seu romance, personagem provavelmente inspirado em Boucicaut, que de fato nascera filho de um humilde chapeleiro e ao morrer em 1877 tinha uma riqueza estimada em 22 milhões de francos (Gay, 2002).

Na realidade, porém, somente uma pequena minoria de burgueses alcançou tamanha projeção. Entre as exceções, Peter Gay (2002) aponta John D. Rockefeller e Andrew Carnagie, que acumularam em vida verdadeiras fortunas. Segundo o autor, no século XIX as camadas médias na Europa se expandiram de forma significativa. Não constituíam, no entanto, um todo coeso em termos de aspirações políticas, desenvolvimento econômico, questões de religiosidade, atitudes perante a autoridade, entre outros aspectos. Ao longo dos cem anos que precederam a Primeira Guerra Mundial, os estratos medianos e superiores do complexo amálgama que era a classe burguesa aumentaram em número, fortuna e expressividade política, enquanto os inferiores cresceram apenas em quantidade. Como indica Gay (2002), a demanda por serviços do nível mais baixo entre aqueles da classe média - escriturários, balconistas, vendedores, entre outros - tornou-se cada vez maior com o crescente aparelhamento do governo e a expansão da indústria, dos bancos, das seguradoras, e também do comércio. Na Alemanha, por exemplo, o contingente de funcionários administrativos aumentou sete vezes. Com essa dilatação da pirâmide da burguesia europeia, as camadas mais baixas acabaram por receber nomes específicos, como *Mittlestand* na Alemanha e *nouvelles couches* na França.

Pode-se dizer que um traço comum entre as diversas classes médias do século XIX estava na valorização da autonomia e na perspectiva de serem indivíduos livres, capazes de determinar seus próprios rumos, ainda que balizados pela família, a sociedade e o Estado. Nesse contexto, os grandes magazines foram, por exemplo, influentes no processo de emancipação feminina, tanto por colocarem o consumo como atividade prioritariamente de mulheres quanto por abrirem campo para elas no mercado de trabalho. Assim, as mulheres atuantes no mercado como trabalhadoras e consumidoras passaram a ocupar o centro de uma das mais relevantes esferas da vida social; em certo sentido, elas foram responsáveis por modelar a cultura do consumo (Leach, 1984). Os serviços oferecidos pelos grandes magazines - refrescos para os clientes, bistrôs, restaurantes, bibliotecas, salas de repouso - e seus anúncios publicitários contribuíam para a construção de um imaginário sobre as práticas de consumo como experiências singulares e personalizadas. Desse modo, os grandes magazines se firmavam como espaços aptos a satisfazer aos anseios e expectativas tanto sociais quanto individuais (Rappaport, 2001).

Entre meados do século XIX e início do XX, os grandes magazines constituíam espaços públicos especificamente forjados para a sociabilidade feminina. Assim, em uma via de mão dupla, a mulher tanto impulsionou o consumo nos grandes magazines como se beneficiou dele em seu processo de emancipação (Leach, 1984; Rappaport, 2001; LeGoff e Aitken, 2011). Os grandes magazines funcionavam como espaço de comunicação, espelhando e construindo o *modus vivendi* burguês com vendedores bem vestidos, polidos e especialistas em tratar a sua clientela preferencial, as mulheres, como verdadeiras "rainhas". Segundo Miller (1981), os grandes magazines proporcionavam em seus ambientes uma extensão do estilo de vida dominante, ampliando o acesso a esses valores traduzidos nos bens expostos em suas prateleiras. A representação de uma cultura burguesa era visível já nas vitrines e se prolongava pela decoração interior das lojas, sempre equipadas com bistrôs, tecidos

nobres, as últimas tecnologias e seções de produtos variados que saltavam aos olhos e construíam um ambiente mágico de consumo.

Ao transformar o espaço de venda em espaço de comunicação e fazer do ato da compra uma experiência prazerosa e memorável, os grandes magazines, propuseram novos gostos, hábitos, comportamentos e alternativas de sociabilidade. Essas lojas atuaram de forma pedagógica, materializaram valores da burguesia ascendente tornando o consumo um fim em si mesmo e constitutivo da experiência cotidiana nas grandes cidades. Segundo Verheyde (2012), os seis métodos comerciais estabelecidos para sustentação do modelo de negócio dos grandes magazines foram: a fixação e exibição dos preços, a redução dos custos aliada ao aumento das vendas, a livre entrada dos consumidores nas lojas, a criação de diferentes seções com produtos variados, a política de devoluções e o investimento na publicidade. No modelo empresarial dessas lojas, o objetivo central era facilitar e incentivar a compra através de todos os artifícios possíveis.

Em sua análise, Miller (1981) observa que a estratégia do *Le Bon Marché* consistia, principalmente, em encurtar o fluxo de bens dos produtores às mãos dos consumidores, aumentando o giro de mercadorias, o volume de vendas e a consequente entrada de receitas no caixa. A aceleração do consumo era algo central na lógica financeira dos grandes magazines, baseada na venda massificada com margens reduzidas de lucro aliada à produção em larga escala. Assim, os grandes magazines representaram o primeiro passo na expansão do luxo e das atividades de consumo para uma maior parcela da sociedade (Lipovetsky e Roux, 2005). O crescimento desse modelo de lojas implicou em diversas transformações nos hábitos, gostos e práticas não só entre as mulheres e homens da alta burguesia, mas também de seus próprios funcionários. Nesse sentido, a expansão dos grandes magazines se relaciona com a formação de uma "nova classe média" consumidora, tal como observado por Miller (1981), que apontou a ascensão social dos funcionários do *Le Bon Marché* como uma das consequências de sua consolidação.

Em sua trama, Zola (2008 [1883]) destaca o encantamento dos vendedores do "Paraíso das Damas" com os modos e costumes de seus clientes burgueses, despendendo seus salários em compras, ingressos de teatro, restaurantes e passeios de finais de semana. As funcionárias protestavam contra as refeições pouco caprichadas oferecidas nos refeitórios da loja e se refestelavam com quitutes que podiam adquirir com o dinheiro ganho no trabalho. Também dispendiam seus salários em acessórios e vestidos de seda para passearem nos dias de folga, quando podiam deixar o uniforme. Não por acaso, em diversas passagens do romance de Zola, o personagem Octave Mouret descreve clientes e funcionários do *Au bonheur des dames* como *bourgeoisie moyenne* (Zola, 2008 [1883]:106) ou, mais frequentemente, como *petites-bourgeoises* (Zola, 2008 [1883]:129, 218, 304, 305, 316, 395, 515), indicando um novo grupo social constituído por mulheres e homens trabalhadores dos grandes magazines que foi também logo incorporado ao universo do consumo. Como descreve o clássico escritor francês:

> Como todos os rapazes do comércio, ele tinha gana de gastar, batendo-se a semana inteira em sua seção, com uma cupidez de avaro, com uma única ambição de jogar o dinheiro pela janela no domingo, nas pistas de corrida, nos restaurantes e bailes; jamais uma economia, jamais um adiantamento, tudo era gasto imediatamente depois de recebido, com uma despreocupação total do dia seguinte. (Zola, 2008 [1883], p.176)

Rappaport (2001) analisa como a inauguração em 1909 da loja de departamentos *Selfridge's* em Londres promoveu, na região do *West End*, uma forma de democratização do consumo para as camadas mais baixas da população urbana em um ambiente que se mantivera predominantemente relacionado à aristocracia e à alta burguesia. O proprietário Harry Gordon Selfridge aplicou todo o conhecimento que adquiriu nos 25 anos em que trabalhou na loja de departamentos norte-americana *Marshall Field's*, para impulsionar a transformação das experiências de consumo na cidade de Londres. Após a inauguração da loja, que mantinha suas vitrines acesas até a meia noite para o prazer visual dos transeuntes, o *West End* londrino foi estabelecido como uma área onde indivíduos de diversos estratos sociais podiam desfrutar o prazer das compras. Segundo Rapapport (2001, p.202), "Gordon Selfridge chegou até mesmo a afirmar que sua loja resgatou a sociabilidade dos merca-

dos dos primeiros tempos modernos com sua cultura de mistura de classes e mistura de sexos.". A série britânica de televisão da PBS *Mr. Selfridge*, sobre a trajetória do grande magazine, retrata como os seus empregados gozavam de certo prestígio social e recebiam uma série de benefícios da loja.
As novas camadas - as *mittlestand* e *nouvelles couches* - confirmam as profundas mudanças sociais de sua época, embora, como sugere Gay (2002), a extensão dos benefícios que puderam usufruir fosse, na realidade, bem limitada. Na prática, seus integrantes lutavam para arcar com todas as despesas que se acumulavam, desde aquelas referentes à alimentação e ao aluguel residencial. Luxo para eles era o consumo de produtos e serviços habituais aos burgueses de segmentos mais altos - jantar em restaurantes, comprar entradas para concertos, viajar nas férias, adquirir móveis confortáveis, ou encomendar um casaco novo -, permitindo-se extravagâncias pontuais no dia do pagamento. Mas, sobretudo, preocupavam-se em não decair para o proletariado, insistindo a todo custo em cultivar modos burgueses formais e educando seus filhos de acordo com os padrões éticos da burguesia (Gay, 2002). Distinguir-se dos proletários era fundamental para a então "nova classe média" europeia e participar do jogo do consumo era, portanto, crucial neste processo de diferenciação social.

3. *"White-collars"* e shopping nos Estados Unidos

Um outro marco na construção de camadas médias através do consumo aparece claramente no caso dos shoppings nos Estados Unidos no período posterior à Segunda Guerra Mundial e o subsequente recrutamento de uma "nova classe média", classificada por Charles Wright-Mills (1979 [1951]) como *white-collars*. Nas principais cidades norte-americanas, os grandes magazines - lá denominadas lojas de departamento - já estavam presentes desde a segunda metade do século XIX, de forma simultânea aos principais centros da Europa. Entre as pioneiras, podemos citar a *Macy's*, inaugurada em 1858 em Nova Iorque, a *Wanamaker's* em 1877 na Filadélfia e a *Marshall Field's*, que se expande após o grande incêndio de Chicago, em 1871. Apesar da existência dessas lojas de departamento em praticamente todas as principais cidades do país, o que chama nossa atenção nesse contexto e dialoga diretamente com a ideia de *white-collars* é o surgimento de shoppings nas regiões de subúrbio dos Estados Unidos em meados do século XX, especificamente no pós-guerra. Diante do deslocamento da população para os subúrbios, esses novos empreendimentos contribuíram para a descentralização das cidades e incentivaram de maneira intensa a articulação de uma "nova classe média" com as atividades de consumo.
Como afirma Don Slater (2002), no período do pós-guerra o consumo vive uma espécie de apogeu nos Estados Unidos pois, do ponto de vista econômico, combinam-se a produção em massa típica da prática fordista e o foco administrativo keynesiano, que foram oportunos para a construção de uma grande riqueza. Como destaca o autor, em meados do século XX a economia norte-americana recebe uma herança das políticas praticadas nas décadas anteriores e vive um período de grande crescimento da produção, dos investimentos, da infraestrutura e dos salários reais. É importante destacar que é nesse contexto que o Estado passa a regular de forma mais próxima os compromissos entre trabalhadores e patrões, assim como a acumulação de capital colhe os frutos do estímulo praticado nos anos anteriores, possibilitando assim um cenário favorável ao consumo. O contexto internacional efervescia e era fortemente marcado por uma crescente oposição entre dois modelos de sociedade, a capitalista e a socialista - representada pela União Soviética -, tendo os Estados Unidos se consolidado como a principal potência ocidental com o fim da Segunda Guerra Mundial e como grande expoente do capitalismo. Dessa forma, além de todo o cenário interno, os conflitos ideológicos no plano global faziam com que a cultura do consumo fosse estimulada e trabalhada de forma intensa, seja através do imaginário midiático seja, principalmente, através da inclusão de indivíduos e grupos antes excluídos de uma série de espaços e experiências, como destaca Charles Wright-Mills (1979 [1951]).
Assim, transformações profundas ocorreram nas camadas médias da população norte-americana na primeira metade do século XX, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial (Wright-Mills, 1979 [1951]). Diferente da burguesia europeia do século XIX, a antiga classe média dos Estados Unidos era formada, principalmente, por pequenos empreendedores rurais espalhados pelo país que possuíam, de fato, autonomia, e podiam praticar a livre iniciativa. Ao longo do século XX, porém, ocorre um processo de crescente concentração dos meios de

produção, dando origem a negócios cada vez maiores nas mãos de poucos empreendedores. Dessa maneira, uma massa de homens e mulheres foi paulatinamente incorporada ao mercado como trabalhadores assalariados, a maioria em escritórios e exercendo funções administrativas ou de vendas, compondo uma "nova classe média" norte-americana menos autônoma, enfraquecida em sua influência política e mais heterogênea em termos socioeconômicos.

Em seu livro clássico "A Nova Classe Média", Wright-Mills (1979 [1951]) indica que os *white-collars* incluem desde profissionais liberais como médicos, engenheiros e advogados até burocratas assalariados, gerentes de banco, publicitários e vendedores de lojas. Portanto, esse grupo em si configura uma espécie de pirâmide dentro da pirâmide social abrangente, na qual alguns estratos das camadas médias ainda se misturam em termos de renda e prestígio com a base, o proletariado, e, no polo oposto, alguns segmentos praticamente alcançam seu vértice, onde se situam os detentores dos meios de produção.

De modo geral, o grande e intricado universo dos *white-collars* se divide em cinco grupos fundamentais que organizavam as camadas médias da sociedade norte-americana em termos de ocupações. Há o "mundo das antigas profissões" com médicos, engenheiros, advogados, professores e entre outras tantas especialidades que gravitam ao seu redor. O "mundo dos intelectuais" envolve escritores, pensadores, críticos, poetas, romancistas, editores, etc. O "mundo administrativo" inclui secretárias, administradores, contínuos e gerentes. O "mundo dos escritórios" com seus contadores, escriturários, datilógrafas. Finalmente, o "mundo do magazine", com seus mais variados tipos de vendedores, de ambulantes, representantes de vendas, balconistas aos pesquisadores de mercado e publicitários.

Como indica Wright-Mills (1979 [1951]), no pós-guerra as cidades norte-americanas se transformam em enormes espaços comerciais, onde vender e comprar se tornam atividades cotidianas quase mandatórias, perpassando a vida social urbana em todos os seus aspectos. Nesse cenário, dois acontecimentos são centrais para o entendimento do consumo e o recrutamento de uma "nova" classe média: primeiro, a partir da década de 1950 uma série de shoppings são construídos nas cidades do país; em segundo lugar, o "mundo do magazine" emerge e se expande sobremaneira com suas próprias hierarquias internas, sendo o publicitário o personagem que ocupa o ponto mais alto.

No estudo de Padilha (2006), destaca-se que o primeiro shopping construído nos Estados Unidos data de 1950 e foi erguido nos arredores de Seattle. O novo modelo de comércio buscava, dentre outras coisas, expandir o consumo e solucionar os problemas relativos ao congestionamento de automóveis, uma modalidade industrial em franca expansão na economia norte-americana. Não por outro motivo, os shoppings tinham grandes espaços destinados ao estacionamento de carros e buscavam reproduzir toda a magia dos grandes magazines criados um século antes, tendo em seus interiores espaços de lazer, restaurantes, lanchonetes, espetáculos, lojas de marcas renomadas, banheiros públicos, etc. Apesar da proximidade com o modelo dos grandes magazines, o formato dos shoppings surge praticamente cem anos depois, quando a urbanização norte-americana e o forte crescimento econômico traziam consigo a necessidade de um rearranjo das cidades agora ampliadas na direção dos subúrbios e áreas mais periféricas. Com isso, o modelo de shopping inaugurado nas redondezas de Seattle foi rapidamente adotado em várias outras regiões dos Estados Unidos, com sucessivas construções de shoppings por todos os cantos do país em poucos anos.

Aliado ao surgimento dos shoppings, em meados do século XX o "mundo do magazine" vive o seu auge. O crescimento das agências de publicidade em números e importância para as empresas anunciantes nutriu o imaginário de uma profissão *cool*, prestigiosa e destacada dos demais vendedores do "mundo do magazine". Durante os anos de 1950, as agências investiram em novas técnicas de pesquisa, no contato frequente com o consumidor e em anúncios para a televisão que se popularizava. A década de 1960, classificada como a era de ouro da publicidade nos Estados Unidos, é recontada pela premiada série de televisão *Mad Men* da AMC Networks, que retrata os célebres publicitários da Madison *Avenue* em seus dramas cotidianos: a competição por espaço no mercado; as disputas internas nas agências; a mulher como esposa, mãe e profissional; as relações na família, e o estilo de vida da classe média que se reveza entre o trabalho em Manhattan e o lar nos subúrbios nova-iorquinos.

As novas estratégias da publicidade, as técnicas do marketing, o design e a construção dos shoppings principalmente nos subúrbios norte-americanos aliados ao crescimento econômico do país e a formação de uma

"nova classe média", como definida por Wright-Mills (1979 [1951]), evidenciam a centralidade do consumo nesse processo. No contexto histórico estudado, os indivíduos e grupos que migravam para o subúrbio e para as regiões periféricas, que compravam seus carros e enfrentavam congestionamentos passavam a usufruir de um novo estabelecimento a sua disposição, com amplos estacionamentos, marcas renomadas convivendo lado a lado, espaços de lazer, restaurantes, lanchonetes, etc. Ao mesmo tempo, as técnicas de persuasão e de convencimento para a compra se aperfeiçoavam e representavam de maneira modelar as lógicas, estruturas e valores de uma cultura e um imaginário voltado para o consumo.

4. Juventude e a moda da *Forever 21* no Brasil

Em 15 de março de 2013, cerca de duas mil pessoas se misturaram nos corredores e formaram longas filas no Morumbi Shopping em São Paulo para conhecer a grande novidade. A primeira loja da *Forever 21* no Brasil abriu suas portas nesse dia com um movimento intenso de consumidores, em sua maioria jovens mulheres, obtendo grande repercussão na mídia. Os visitantes desejosos por entrar na primeira filial brasileira da varejista, que chegou com a promessa de oferecer roupas da moda a baixos custos, esperaram por até cinco horas nos corredores do shopping com suas senhas em mãos. Na semana seguinte, a cena se repetiu no Rio de Janeiro na abertura da loja no shopping *Village Mall*, surpreendendo os frequentadores assíduos do centro comercial cujo ambiente é habitualmente tranquilo. Uma vez dentro da loja, os grandes desafios eram as filas para experimentar e pagar pelos produtos[1].

A empresa chegou com a promessa de continuar oferecendo moda a preços acessíveis em suas filiais no Brasil, desafiando outros varejistas de *fast-fashion* já estabelecidos no país, como a multinacional *C&A* e as locais *Renner* e *Riachuelo*[2]. De fato, a chegada da *Forever 21* ao mercado brasileiro segue o mesmo percurso recente de diversas marcas internacionais. A *TopShop*, uma concorrente da *Forever 21*, já havia aportado no Brasil desde 2012[3]. Popular entre consumidores da classe-média norte-americana, a *Gap* se estabeleceu no país em 2013. Outras grifes de moda de custo mais elevado como *Michael Kors* e *Juicy Couture* abriram lojas em cidades brasileiras nos últimos anos, além de diversas marcas dos mais variados segmentos, como chocolates *Lindt*, cosméticos de origem vegetal *The Body Shop* e a gigante tecnológica *Apple*[4].

O contexto socioeconômico e um breve panorama sobre a história brasileira das últimas décadas podem oferecer algumas pistas para uma compreensão mais ampla sobre o período que culmina com a entrada em série de marcas internacionais no país. De fato, a proliferação de empresas estrangeiras foi impulsionada por um momento interessante para o Brasil, quando o país alcançou uma posição privilegiada em meio a uma crise financeira global.

A turbulência que atingiu as principais economias do mundo, especialmente os Estados Unidos e os países da União Europeia, foi antecipada pela primeira vez em 2007, teve seu auge em 2008, e seus efeitos persistiram nos anos subsequentes. Entre outros fatores possíveis, a chamada "crise do *subprime*" foi causada principal-

---

1 "Clientes esperam até 5 horas para conhecer Forever 21", publicada em 15/03/2014. http://exame.abril. com.br/negocios/noticias/abertura-da-forever-21-tem-5-horas-de-filas. Acesso em 10/11/2014. "Forever 21 antecipa inauguração e abre de surpresa primeira loja no Rio", publicada em 21/03/2014: http:// oglobo.globo.com/economia/forever-21-antecipa-inauguracao-abre-de-surpresa-primeira-loja-no-rio-11946093. Acesso em 10/11/2014.

2 "Chegada da Forever 21 pode atrapalhar concorrentes no Brasil", publicada em 20/03/2014: http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/chegada-da-forever-21-pode-atrapalhar-concorrentes-no-brasil. Acesso em 15/11/2014.

3 "Top 5 na Topshop: o que tem na loja paulistana - e quanto custa", publicada em 18/06/2012: http://revista.vogue.globo.com/moda/news/top-5-na-topshop-o-que-tem-na-loja-paulistana-%E2%80%93-e-quanto-custa/. Acessado em 15/11/2014.

4 "18 redes de franquias estrangeiras que devem chegar ao país", publicado em 29/04/2013. http://economia.ig.com.br/empresas/2013-12-13/dez-marcas-internacionais-que-desembarcaram-no-brasil-em-2013.html.

mente por desregulamentação, alavancagem e aumento de empréstimos hipotecários de alto risco. Uma vez que a fragilidade de importantes bancos foi exposta e quando se tornou claro que dezenas de trilhões de dólares em derivativos eram de fato suspeitos e valiam muito menos do que o esperado, instituições financeiras foram desacreditadas, a confiança do mercado desapareceu e empresas começaram a quebrar (Shiller, 2008).

Um momento significativo aconteceu em 2008, quando o governo dos EUA se recusou a socorrer o banco de investimentos *Lehman Brothers*, permitindo que fosse à falência. Nesse mesmo ano, ao ser questionado sobre como a crise atingiria o Brasil, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva comentou: "Lá (nos EUA), ela é um tsunami; aqui, se ela chegar, vai chegar uma marolinha que não dá nem para esquiar."[5]. E, como sugerido por um artigo no jornal francês *Le Monde*[6], sua percepção foi mesmo correta. O Brasil foi um dos últimos a ser pego na recessão e um dos primeiros a sair dela. Considerada uma economia emergente, juntamente com outros BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)[7], o país foi reconhecido por especialistas e pela imprensa internacional como um dos pilares de crescimento e estabilidade. Essa imagem positiva foi reforçada pela reportagem de capa do *Financial Times* de novembro de 2009: "O Brasil decola" (o título é acompanhado por uma imagem da famosa estátua do Cristo Redentor literalmente disparando como um foguete). Segundo a revista, houve certa descrença em 2001, quando especialistas indicaram o Brasil como uma das economias mais promissoras do mundo, uma vez que, naquela época, o país tinha "(...) uma taxa de crescimento tão minúscula quanto os seus biquínis.". No entanto, em 2009, todas as dúvidas pareciam finalmente desaparecer.

De fato, a trajetória do Brasil em direção ao triunfo de 2009 não foi tranquila. Durante os anos 1980, o país gradualmente fez a transição de um período de ditadura militar de quase 30 anos para uma desejada redemocratização, que se concretizou com a eleição presidencial de 1989. Na década de 1990, o país passou por um processo inflacionário extremamente alto com práticas de indexação que aumentavam os preços a todo o momento. Essa fase de instabilidade começou a ser controlada em 1994, quando o então Ministro da Fazenda, e futuro presidente, Fernando Henrique Cardoso sancionou o programa econômico brasileiro conhecido como Plano Real. Como consequência dessa nova agenda, foram necessárias alterações severas no sistema bancário que estava à beira do colapso. Por isso, em 1995, o governo instituiu o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER). Esse programa tinha como objetivo evitar a perda de credibilidade dos bancos, além de facilitar o processo de ajustes iniciado com o Plano Real. Em termos gerais, a finalidade do PROER era regulamentar as práticas bancárias para resguardar investimentos e poupanças da sociedade. O programa inibia, entre outras coisas, os empréstimos hipotecários conhecidos como *subprime*. À luz dos acontecimentos que foram parte central da crise que atingiu os Estados Unidos em 2008, levando à crise mundial, o PROER foi uma medida importante para a proteção da economia brasileira (Garcia e Giambiagi, 2010).

Mesmo com essas significativas intervenções governamentais, os mandatos de Fernando Henrique Cardoso são lembrados por iniciativas mais liberais, como a privatização de empresas estatais. Em 2001, Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) venceu a eleição presidencial. Receou-se, então, que sua administração poderia comprometer o crescimento do setor privado, mas não foi o que aconteceu na economia brasileira e Lula se tornou um presidente muito popular no Brasil e famoso internacionalmente. O seu governo se caracterizou especialmente pela expansão de programas que visavam à inclusão social da população brasileira mais pobre, como o Fome Zero e o Bolsa Família. Esses esforços possibilitaram que, entre 2004 e 2010, mais de 32 milhões de brasileiros fossem inseridos na classe média e outros 19 milhões ultrapassassem a linha da pobreza (Neri, 2012). Foi em seu segundo mandato que a crise econômica abalou o mundo. A popularidade

---

5 "Lula: crise é tsunami nos EUA e, se chegar ao Brasil, será 'marolinha'", publicada em 04/10/2008. http://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410. Acesso em 10/11/2014.

6 "Le rebond de la croissance mondiale repose sur les BRIC", publicada em 19/09/2009. http://www.lemonde.fr/la-crise-financiere/article/2009/09/16/trois-grands-pays-emergents-le-bresil-la-chine-et-l-inde-ont-retrouve-la-croissance_1241180_1101386.html. Acessado em 08/11/2014.

7 O economista Jim O'Neill foi o primeiro que, em 2001, sugeriu a sigla BRIC - Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2011, a África do Sul foi incorporada a este grupo, sendo adicionado o S à sigla - BRICS.

de Lula foi decisiva para manter o PT no poder. Tendo o seu apoio, Dilma Rousseff foi eleita como a primeira mulher presidente do Brasil em 2010.

O crescimento expressivo da classe média na primeira década dos anos 2000 foi amplamente repercutido na mídia, que dedicou inúmeros programas de televisão, matérias de jornal e reportagens de revistas em busca de conhecer "os hábitos e sonhos de cerca de 30 milhões de brasileiros que, só neste ano, serão responsáveis por R$ 620 bilhões em compras." (*Revista Época Negócios*, edição 33). Uma profunda correlação entre consumo e inserção social caracteriza a ascensão da "nova classe média" brasileira, marca que se tornou evidente na abundância de comentários jornalísticos sobre o fenômeno. A edição especial da *Revista Veja* de maio de 2010 traçou o perfil de uma "nova mulher" no centro de uma classe emergente. Elas são trabalhadoras que assumem a chefia da família e, segundo as estatísticas apresentadas pela revista, "representam mais de 50% dos clientes das farmácias, dos supermercados e das lojas de roupas.". Com poder de decisão e de compra, "Para cada dez homens de classe média que fazem compras nos shoppings, há doze mulheres.". A mesma *Revista Veja* apresenta a consultora de beleza Patricia, como uma personagem modelar:

> Consultora de beleza, Patricia é responsável por 60% do dinheiro do lar. Ancorada no sucesso dela, a família trocou o fogão, comprou um computador com acesso à internet e estacionou na garagem um carro zero-quilômetro, comprado em 2008, em 24 prestações. "Prazo bem curtinho mesmo, que é para a gente não se meter em dívidas que não acabam mais", diz Patricia. O próximo passo é trocar o televisor e terminar de pagar as prestações da casa própria em Itaquaquecetuba, na Grande São Paulo. "Lá teremos uma suíte para o casal", afirma Patricia.

Novamente, como em contextos históricos anteriores, o aumento da participação da mulher na esfera pública está relacionado à inclusão pelo consumo e à emergência de uma "nova classe média". Como descrito pela *Revista Veja*, 71% dessas "novas mulheres" tratam os cabelos em casa, consumindo produtos como "xampu, condicionador, creme para tratamento, óleo de silicone, máscara de tratamento, creme para pentear e gel de fixação". Ainda segundo a reportagem, "apenas 7% viajam tanto quanto gostariam - mas 86% dizem querer fazer turismo nos próximos anos". E mais, consideram que "uma marca famosa é fundamental" em produtos como perfumes, sapatos e roupas.

Foi, portanto, em meio a uma crise global e à ascensão socioeconômica de milhões de brasileiros que um enxame de marcas internacionais desembarcou no país com expectativas de conquistar um novo mercado consumidor. Como na Europa do século XIX e no pós-guerra dos Estados Unidos, a "nova classe média" brasileira está longe de compor um todo homogêneo. Mas, talvez o traço distintivo seja a efetiva inclusão de todos na esfera do consumo, ainda que suas capacidades pecuniárias se diferenciem e impliquem em limites variados. As filas de milhares de pessoas, em sua maioria mulheres, nas inaugurações da *Forever 21* são emblemáticas desse cenário em que participar de acontecimentos no âmbito do consumo é fundamental à vida social contemporânea nas cidades brasileiras. Bem conhecida por um público dos segmentos medianos e altos da classe média, que já adquiriam seus produtos em viagens internacionais, a *Forever 21* chegou ao Brasil mantendo seu posicionamento como uma marca jovem, acessível e, portanto, globalizante.

Em 30 anos de existência, a *Forever 21* foi progressivamente alcançando reconhecimento internacional como um dos *players* mais importantes no cenário da moda de varejo. Como de costume entre os empreendedores burgueses, a história da *Forever 21* está intimamente relacionada com a vida, os êxitos e a ascensão econômica e social de seus fundadores, o casal sul-coreano Dong-Won Chang e Jin Sook. Reza a lenda que no ano da primeira loja, então chamada *Fashion 21*, inaugurada em 1984, em Los Angeles, Dong-Won Chang trabalhava em um posto de gasolina para financiar a empresa familiar, enquanto sua esposa era encarregada de escolher as mercadorias que seriam postas à venda nas prateleiras. Em 1995, a empresa abriu suas primeiras lojas fora da Califórnia e em 2001 iniciou sua expansão para outros países, tais como Canadá, Reino Unido, Japão e China. Hoje em dia, apesar de ter mais de 500 lojas localizadas em alguns dos principais centros urbanos do mundo, a *Forever 21* continua sendo essencialmente um negócio familiar, com o casal e suas duas filhas, Linda e Es-

ther, respectivamente primogênita e caçula, ocupando posições de liderança na empresa. A filha mais velha é responsável pela área de marketing, enquanto a mais nova cuida do *visual merchandising*.
Junto com gigantes como a *H&M*, *TopShop*, *Zara* e *Desigual*, a *Forever 21* atua no mercado altamente competitivo do *fast-fashion*, que tem a missão central de oferecer aos consumidores roupas *fashion* por preços acessíveis, com uma recomposição incessante dos estoques de produtos. Essas lojas geralmente ocupam grandes espaços e prometem ofertar aos seus clientes uma ampla gama de opções de roupas e acessórios que se renovam durante todo o ano. Esta modalidade de negócios lembra muito as estratégias e métodos iniciados com as primeiras lojas de departamento na Europa e nos Estados Unidos desde a segunda metade do século XIX. Como os primeiros grandes magazines, a *Forever 21* aposta em uma produção em larga escala para reduzir custos, acelerando assim a rotatividade de produtos e a entrada de receitas no fluxo de caixa. Em suma, a lógica da multinacional consiste em tornar mais rápido e curto o fluxo de bens da produção ao consumo. Dessa forma, garante as barganhas e a permanente sensação de novidade aos jovens das classes médias que anseiam por desfilar com roupas da última moda.
Já no século XIX, as lojas de departamento operavam, simultaneamente, um ambiente de produção fabril nos seus bastidores - de racionalização do trabalho, processos mecanizados e movimentos matematizados - e um espaço de magias aberto ao público, de vitrines e amplos salões decorados artisticamente, com cores, aromas e música (Rocha, Frid e Corbo, 2014). Da mesma forma, a *Forever 21* constrói uma imagem jovem e cria uma atmosfera convidativa ao consumo, tanto através do design de suas lojas como por meio de anúncios publicitários e canais de venda on-line. Isto significa que, enquanto executa uma cadeia produtiva complexa, a empresa lança mão de diversos recursos para esconder a história social de suas mercadorias, promovendo jovialidade, descontração e atualidade para seus consumidores. Através de variados mecanismos do marketing e técnicas de vendas, a *Forever 21* faz moda a preços baixos, convertendo continuamente roupas e acessórios em categorias de pessoas, estados de espírito e estilos de vida que se traduzem em um imaginário que inclui mágicas noções como - *modern femme*, *heritage*, *minimalist*, *free spirit*.
A eficácia da *Forever 21* em tornar as compras uma experiência mágica e não uma atividade estritamente racional foi demonstrada pelas inaugurações brasileiras. Em uma série de depoimentos, disponíveis no *YouTube*, diversas clientes e *bloggers* de moda que compareceram aos eventos começam seus relatos com comentários sobre as filas longas e a lotação das lojas. No entanto, como sugerem suas narrativas, o tumulto e as horas de espera foram percebidos mais como um sinal de sucesso do que como um aspecto negativo ou uma "perda de tempo". A satisfação com a experiência de compras na nova loja parece justificar o sacrifício.
A associação entre a *Forever 21* e os jovens é, enfim, outro fator importante para sua expansão. De fato, a marca capitaliza com a valorização, característica da cultura contemporânea, de um ideal de juventude que todos podem almejar, não importando a idade. O esticamento da categoria do jovem nas narrativas midiáticas se traduz em práticas de consumo inclusivas de indivíduos de todas as faixas etárias, sejam crianças, adolescentes, adultos ou idosos (Rocha e Pereira, 2009). Ao se dirigir a um público jovem, a *Forever 21* potencializa sua capacidade de atingir um universo sempre mais amplo de consumidores. Inicialmente focada em moda feminina, a marca hoje já conta também com linhas masculina, para meninas e mulheres *plus size*. Como revelam seus catálogos online e comerciais de televisão, o conceito de juventude serve ao propósito de reunir pessoas de diversas idades em uma mesma experiência de consumo da marca. Assim, a *Forever 21* tanto tem os consumidores jovens como alvo principal, quanto inspira um determinado jeito extremamente amplo de ser jovem. Em suma, entre os múltiplos fatores que convergiram para formar as filas nas inaugurações das suas lojas no Brasil, a marca global, acessível e jovem se alinha às expectativas de uma classe média em expansão.

5. Considerações finais

Como destacamos ao longo do artigo, a formação e o imaginário das chamadas "novas classes médias" e o fenômeno do consumo guardam fortes relações entre si. Nos três exemplos aqui discutidos, um mesmo modelo de negócios, inaugurado ainda no século XIX com os grandes magazines, permanece balizando nossas atividades de consumo mais de cento e cinquenta anos depois de sua criação e expandindo hábitos, gostos e poder

de compra para uma parcela cada vez maior das populações urbanas. Os três diferentes contextos analisados contribuíram para a inclusão de camadas específicas da sociedade em experiências e espaços de consumo que antes eram restritos. Apesar do mesmo intuito e das práticas semelhantes, esses empreendimentos guardam importantes particularidades que justificam o estudo individual de cada um deles.

Em suma, os grandes magazines contribuem para a formação de uma "nova classe média" na Europa através do barateamento dos preços, da política de tornar os produtos acessíveis a um maior número de consumidores e da capacidade de fazer de seus trabalhadores potenciais consumidores, que entram em contato cotidianamente com o estilo de vida burguês. Os shoppings que surgem nos Estados Unidos no período subsequente a Segunda Guerra Mundial, cumprem um importante papel no atendimento de uma "nova classe média" que migrava para os subúrbios e para as redondezas dos principais centros urbanos e, assim como os grandes magazines do século XIX, fazem com que seus funcionários tenham acesso ao universo do consumo através do contato com o público e da ascensão econômica. Por fim, o caso da marca contemporânea *Forever 21* no Brasil evidencia uma estratégia de tornar acessível à chamada "nova classe média brasileira" uma série de produtos antes restritos a uma determinada parcela da sociedade, com a promessa de apresentar sempre as últimas tendências da moda a preços baixos e carregando consigo um ideal abrangente da juventude.

O que pretendemos mostrar nesse artigo é a relação íntima que o consumo possui com os movimentos de surgimento, recrutamento e expressividade das "novas classes médias". Este artigo busca destacar que além de questões do campo econômico e das transformações na esfera da produção, as atividades e experiências ligadas à cultura, ao simbólico e à dinâmica do consumo são esclarecedoras e extremamente ricas para o entendimento da vida social na modernidade. Procuramos evidenciar a permanência no lugar das "mudanças". Pensar que algumas categorias como a aceleração na reposição dos produtos, a política de baixos preços, a acessibilidade a bens antes restritos a determinados grupos, o investimento em marketing, o design, as ações publicitárias, entre outros complexos dispositivos de consumo que experimentamos hoje foram primeiro estruturados pelos grandes magazines há mais de cento e cinquenta anos.

Nosso trabalho procurou ainda demonstrar a profunda ligação entre o consumo e as camadas médias de uma dada sociedade ou contexto histórico. O primeiro parece construir, articular e tornar visível a segunda, permitindo sua inclusão em práticas e espaços antes indisponíveis e oferecendo produtos e serviços, esses bens simbólicos, cujo valor também se encontra no seu potencial de expressividade para um grupo social. Se, como ensinou Marx (1978 [1848]), a esfera da produção define o irreversível antagonismo entre burguesia e proletariado, as sempre "novas" classes médias são recrutadas e se expressam, sobretudo, através da outra ponta do processo econômico, a esfera do consumo.

Referências

CAMPBELL, C. (2001). *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco.

DARNTON, R. (1996). *O Iluminismo como negócio*. São Paulo: Cia das Letras.

GARCIA, M. e GIAMBIAGI F. (2010). *Risco e regulação: por que o Brasil enfrentou bem a crise financeira e como ela afetou a economia mundial*. Rio de Janeiro: Campus.

GAY, P. (2002). *O século de Schnitzler*: a formação da cultura da classe média: 1815-1914. São Paulo: Companhia das Letras.

HAZEL HAHN, H. (2009). *Scenes of Parisian modernity*: *culture and consumption in the nineteenth century*. New York: Palgrave Macmillan.

LE GOFF, C. e AITKEN, S, (2011). *Au bonheur des dames, l'invention du Grand Magasin.* Documentário, França.

LEACH, W. (1984). "Transformations in a culture of consumption: women and department stores". *The Journal of American History*, vol. 71, n.2.

LIPOVETSKY, G. e ROUX, E. (2005). *O luxo eterno.* São Paulo: Companhia das Letras.

MARX, K. e ENGELS, F. (1978 [1848]). *O manifesto comunista*, 2 ed., Rio de Janeiro, Zahar.

MILLER, M. B. (1981). *The Bon Marché*. New Jersey: Princeton University Press.

NERI, M. (2012). *A nova classe media: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva.

O'NEIL, J. (2001). "Building better global economic BRICs". In: *Global Economics Paper,* 66. Nova Iorque: Goldman, Sachs & Co.

PADILHA, V. (2006). *Shopping Center: a catedral das mercadorias*. São Paulo: Editora Boitempo.

POLANYI, K. (2012 [1944]). *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Elsevier.

RAPPAPORT, E, (2001). "Uma nova era de compras: a promoção do prazer feminino no West End londrino, 1909-1914". In: CHARNEY, L e SCHWARTZ, V. (Orgs.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, p.187-221.

ROCHA, E., FRID, M. e CORBO, W. (2014). "Negócios e magias: Émile Zola, *Au Bonheur des Dames* e o consumo moderno". *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, vol. 12, n.32.

ROCHA, E. e PEREIRA, C. (2009). *Juventude e consumo: um estudo sobre a comunicação na cultura contemporânea*. Rio de Janeiro: Mauad X.

SHILLER, R. J. (2008). *The subprime solution: how today's global financial crisis happened, and what to do about it*. Nova Jersey: Princeton University Press.

SLATER, D. (2002) *Cultura do consumo & modernidade*. São Paulo: Nobel.

VELHO, G. (1981) *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar

VERHEYDE, P. (2012). *Les grands magasins parisiens*. Paris: Balland Éditeur.

WEBER, M. (2007 [1920]). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret.

WRIGHT-MILLS, C. (1979 [1951]). *A nova classe média*, 3ed. Rio de Janeiro: Zahar.

ZOLA, E. (2008 [1883]). *O paraíso das damas*. São Paulo: Estação Liberdade.

Impertinências da abordagem da "nova classe média".

Patrícia Vieira Trópia[1]
Universidade Federal de Uberlândia
tropia@uol.com.br

Desde os anos 2000, banalizou-se a ideia-força segundo a qual teria emergido, em função da redução da pobreza, do aumento da renda e da estabilidade do consumo, uma "nova classe média", que corresponderia à 52,67% da população brasileira. Os críticos da "nova classe média" têm discutido os problemas metodológicos e conceituais da abordagem, bem como a incompatibilidade de se identificar, com os critérios meramente econômicos adotados, o que seria a classe média. Parece-nos importante retomar o debate teórico sociológico sobre classe média, evidenciando a eficácia de uma abordagem relacional das classes sociais. Nosso objetivo é, inicialmente, apresentar o controverso e complexo conceito sociológico de classe média, buscando, ao final, apresentar os resultados de pesquisa sobre uma fração da classe média profissional – os auditores fiscais da receita federal – no Brasil contemporâneo.

I. Simplificação e complexidade

No início dos anos 90, a maioria dos sociólogos brasileiros interessados no tema da classe média centrava suas análises nas mudanças nas relações de emprego e no mercado de trabalho, mudanças produzidas pela recessão no início da década de 80 e pelos efeitos da duradoura estagnação econômica, os quais tinham afetado tradicionais profissões até então consideradas sólidas (BONELLI, 1989). O foco analítico das pesquisas era o processo de assalariamento, as mudanças das credenciais formativas e educacionais e as trajetórias profissionais dos assalariados não-manuais, tais como médicos, engenheiros, advogados, bancários, professores, funcionários públicos (CANEDO, 1978 e 1986; SEGNINI, 1988 e 1998; KAWAMURA, 1981 e 1986; GRUN, 1985 e 1990). A predominância da condição de assalariados entre profissionais, até então, liberais; os efeitos da reestruturação do trabalho; as novas demandas e relações de trabalho; as novas credenciais educacionais; a perda do poder aquisitivo ou do "status social" das carreiras, bem como o ativismo sindical (de professores, bancários, médicos, funcionários públicos)[2], tudo isso motivava a sociologia brasileira, que, não obstante algumas exceções[3], deixava, por distintas razões, de discutir teoricamente a problemática das classes.
Em alguma medida, esta situação alterou-se desde então. Embora o tema do sindicalismo em geral, operário ou de classe média, tenha sofrido certo refluxo[4], as pesquisas em torno da temática das profissões e do trabalho se ampliaram. Estudos sobre reestruturação produtiva, novas tecnologias, processos de precarização do trabalho

---

1 Graduada em Pedagogia pela Unicamp (1988), mestre em Ciência Política pela Unicamp (1994) e doutora em Ciências Sociais pela Unicamp (2004). Realizou pós-doutorado em 2013 na Université Lumière Lyon II, na França. Desde 2009, é professora do INCIS da UFU e membro do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma universidade. Realiza pesquisas relacionadas aos seguintes temas: sindicalismo no Brasil, mobilização e sindicalismo de classe média. É autora do livro Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro, publicado pela Expressão, em 2009. É organizadora da coletânea, Sindicatos metalúrgicos no Brasil contemporâneo, Fino Traço, 2012.

2 Ver: Boschi (1997), Blass (1992), Canedo (1978), Bonelli (1989).

3 Assinalamos os trabalhos de pesquisa de Saes (1987), Laranjeira (1991), Boito (2004), Simões (1991).

4 O refluxo do movimento sindical, resultante da implantação das políticas de natureza neoliberal nos anos 90 (TROPIA, 2009), repercutiu também na academia, tornando-se um tema, embora tradicional, relativamente menos pesquisado. Beróud (2009) relaciona a redução do interesse acadêmico pelo sindicalismo às teses do "fim do sindicalismo" e ao avanço dos estudos sobre os novos movimentos sociais.

e do emprego, alteração nas relações trabalhistas ganharam espaço em função das transformações ocorridas no plano da organização do trabalho e no modo de intervenção do Estado brasileiro. Ampliaram-se os estudos sobre assalariados não manuais, motivados pelas alterações nas profissões, mudanças no próprio padrão de desenvolvimento econômico – redução do papel desenvolvimentista do Estado nacional -, baixo crescimento econômico, aumento do desemprego nos níveis mais altos da carreira, da informalidade, redução das hierarquias (*downsizing*), ainda que nem todas as abordagens se pautassem numa análise das classes. Mas até esta lacuna foi, ainda que de forma marginal, reduzida.

Algumas pesquisas de natureza sociológica (FRANÇA, 1994; GIRARDI JR., 1995; GRUN, 1998; FANTINATTI, 2001; NOGUEIRA, 2005; SOUZA, 2010; CORREA, 2009; RIBEIRO, 2011) e antropológica (O'DOUGHERTY, 1998; CALDEIRA, 2000; MARKOWITZ, 2011; YACCOUB, 2011) enfrentaram o tema das classes médias, buscando articular discussão teórica a análises empíricas. Paralelamente à retomada do debate teórico sobre as classes, importante espaço foi preenchido com o trabalho de fôlego de Santos (2002; 2004) sobre a estrutura de classes brasileira, enquanto Klaus Eder (2002) e Sallum (2005) recolocaram a variável classe no primeiro plano do instrumental analítico dos novos movimentos sociais[5].

Malgrado tais contribuições, estudos empíricos sobre grupos profissionais – trajetórias, profissões, precarização, gênero, comportamentos, ação coletiva, tendências políticas –, descurados de qualquer análise orientada, ainda que criticamente, pelo variado manancial teórico das classes médias,[6] permaneceram dominantes e mais influentes no campo sociológico. É plausível supor que, também por isso, nos anos 2000 a abordagem sobre a "nova classe média", tão refratária à discussão sociológica, tenha ganho terreno rápida e facilmente no Brasil. Desde então, banalizou-se, sobretudo nos meios jornalísticos mas não apenas neles, a ideia-força segundo a qual teria emergido, em função da redução da pobreza, do aumento da renda e da estabilidade do consumo, uma "nova classe média", que corresponderia à 52,67% da população - o equivalente a 98 milhões de brasileiros (NERI, 2008)[7]. Segundo Neri comporia esta nova classe todos aqueles que recebem renda familiar mensal total entre R$1.064,00 e R$4.591,00.

A repercussão das teses defendidas por Neri foi imediata, rendeu inúmeras reportagens e passou a orientar o discurso e as estatísticas governamentais oficiais (MEDEIROS, 2013). Diante de tanto estardalhaço e do grande eco produzido pela imprensa, a tese do crescimento da "nova classe média" suscitou uma reação crítica de economistas e cientistas sociais, colocando o tema da classe média, novamente, na agenda sociológica.

A presente abordagem da "nova classe média" tem sido muito criticada em função da sua *superficialidade* e de sua *manipula*ção *política*. "O uso da terminologia 'nova classe média' por formadores de opinião, economistas e pesquisadores é uma banalização do termo 'classe'", aponta Yaccoub (2011), enquanto para Souza (2013b), "o debate público brasileiro sobre a 'nova classe média' é dominado por um debate pobre e superficial" e pela "manipulação política", posto que a noção de classe é diretamente relacionada à renda e consumo. Segundo Braga,

> "o processo de desconcentração de renda entre os que vivem dos rendimentos do trabalho experimentado nos últimos nove anos preparou em certa medida o terreno para que noções ideologizadas sobre as classes sociais prosperassem no país. Ou seja, a despeito de seu raquitismo teórico, a definição de "nova classe média" da SAE [Secretaria de Assuntos Estratégicos] encaixa-se perfeitamente bem em um debate cujo eixo gravita em torno do aprofundamento da financeirização do consumo popular. Ou seja, o que a secretaria realmente pretende é ensinar à população como poupar dinheiro para aproveitar as novas oportunidades criadas pelo recente barateamento do crédito. Para tanto, é importante reforçar a ideologia de que o Brasil transformou-se em um "país de classe média"" (2012).

---

5 Sobre a análise marxista dos movimentos sociais ver Galvão (2008).

6 Para um balanço cuidadoso, sistemático e crítico das abordagens teóricas sobre as classes medias, sugere-se a leitura do trabalho de Cavalcante (2012).

7 Contribui para a banalização do conceito a terminologia utilizada nos meios publicitários, que classifica as classes pelas letras iniciais do abecedário (A, B, C, D e E), conferindo uma imprecisa ideia da distribuição dos grupos na estrutura social.

A abordagem da "nova classe média" parece-nos equivocada, entre outras razões, porque desconsidera – como, de resto, fazem as teorias da estratificação social – que renda e salário constituem efeitos das condições materiais de existência, tais como a propriedade dos meios de produção, o modo de apropriação e de produção da riqueza e a desigualdade social (GALVÃO & TROPIA, 2014). Naquela abordagem, consideram-se os indivíduos, sobrepostos em classes, apenas e tão somente como potenciais de consumo e não como sujeitos da produção material, simbólica e política.

Os críticos da "nova classe média" têm se ocupado, com razão, em discutir os problemas metodológicos e conceituais da abordagem, bem como a incompatibilidade de se identificar, com os critérios adotados, o que seria a classe média. Todavia nos parece importante, crucial até, retomar o debate teórico sobre classe média, evidenciando sua complexidade e a insuficiência dos critérios economicistas em geral adotados, bem como a maior eficácia de uma abordagem relacional e estrutural das classes sociais.

Nosso objetivo neste texto é, inicialmente, apresentar o debate em voga no Brasil em torno da existência de uma suposta "nova classe média" e, em um segundo momento, analisar o controverso e complexo conceito sociológico de classe média, buscando, ao final, apresentar, ainda que de forma breve, o que nos parece ser importante na pesquisa sobre a temática.

II. O debate em torno da "nova classe média"

Após mais de duas décadas de estagnação econômica, com altas taxas de desemprego e informalidade, a economia brasileira sofre uma inflexão com um novo ciclo ascendente do PIB. O dinamismo na economia produziu um aumento do poder aquisitivo da população - acarretando mudanças no perfil distributivo de renda. Embora o salário mínimo tenha apresentado ganhos reais desde 1992 (exceto em 1994 e 2003), é no período de 2004 a 2007 que se combinam taxas de expansão do PIB (4,5% a.a.) e do piso salarial legal (4,8% a.a.). Além desta combinação entre o crescimento do PIB e do salário mínimo legal, outras variáveis positivas complementam o perfil distributivo. A formalização dos contratos de trabalho potencializou os efeitos da recuperação do salário mínimo. Ademais, a ampliação e o aprimoramento dos programas focalizados de transferência de renda, como o Bolsa Família, tiveram o condão de afetar as camadas mais pobres, que até então não eram diretamente beneficiadas pelos ganhos do piso legal. As mudanças econômicas e na distribuição de renda fizeram emergir um debate em torno, sobretudo, das alterações na base da estrutura social. Para qual posição social teriam migrado os quase 30 milhões de brasileiros que ultrapassaram a linha da pobreza nos anos 2000?

Enquanto alguns autores entendem que a mudança da estrutura social brasileira, ao contrário do que tradicionalmente acontecia, fizera emergir uma camada com maior poder aquisitivo entre os pobres e os ricos, outros afirmam que tais mudanças, malgrado a redução dos índices de pobreza, não implicaram em ascensão social (MEDEIROS, 2013). Com efeito, enquanto alguns autores entendem que o surgimento desta nova camada, denominada "nova classe média", resultou em ascensão social (NERI, 2008; SOUZA & LAMOUNIER, 2010), outros criticam esta interpretação e buscam localizar este grupo fora da classe média (QUADROS, 2008a e 2008b; POCHMANN, 2012; SOUZA, 2010; ABÍLIO, 2011; SALATA, 2012; LUCE, 2013; BARTELT, 2013).

O debate sobre a 'nova classe média' ganha ainda maior amplitude posto que um Grupo de Trabalho, vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, foi especialmente criado em 2011 para definir "as fronteiras desse grupo do meio"[8]. Neste debate são diversas as definições de classe empregadas assim como as variáveis utilizadas na análise. Vejamos.

---

8 Por meio da Portaria Ministerial no. 61, de 27 de setembro de 2011, um Grupo de Trabalho foi criado para definir a "nova classe média". Esse grupo, formado por uma comissão de avaliação e uma comissão técnica, trabalhou entre novembro de 2011 a abril de 2012 na definição prática e conceitual de classe média, que resultou, entre outros, no "Relatório para definição da classe média no Brasil". Ver: http://www.slideshare.net/saepr/relatrio-para-definio-da-classe-mdia-no-brasil.

Segundo Marcelo Neri (2008), a principal mudança na estrutura social no Brasil nos anos 2000 foi o crescimento da "nova classe média". A queda do Índice de Gini[9] de 0,627 em abril de 2002 para 0,584 em abril de 2008, é apontada como indicador de redução da desigualdade da distribuição de renda no país. Por conta desta redução, o padrão de vida de uma parte considerável da camada mais pobre da população, relativamente à população brasileira em geral, teria se ampliado. A variável decisiva para a identificação desta "nova classe média" é, pois, a renda e o potencial de consumo. A análise de Neri se baseia no chamado "Critério Brasil"[10] e divide a sociedade em quatro estratos de renda (AB, C, D e E)[11].

A análise de Neri é claramente vinculada à perspectiva teórica da estratificação social, que compreende a *não igualdade* social como uma escala, em que indivíduos e grupos são dispostos hierarquicamente em estratos de renda. É justamente esta centralidade do rendimento na estratificação da sociedade brasileira que é questionada por seus críticos. Mesmo que outras características (posse da carteira de trabalho, nível educacional e ocupacional, ampliação do mercado de trabalho) possam ser atribuídas à esta "nova classe média" (SOUZA & LAMOUNIER, 2010)[12], a renda é, no limite, a variável principal. Justamente porque esta "nova classe média" resultaria de transformações econômicas que teriam encurtado as distâncias sociais, sua exploração política tem sido notória, mas, ao mesmo tempo, muito rebatida[13].

As principais críticas partem da perspectiva segundo a qual se ignoram outros elementos constituidores das classes sociais, tais como a posição nas relações de produção, o trabalho, as características ocupacionais dos indivíduos e a posse de capital social e cultural pelos seus membros. Como aponta Salata (2012), a definição da "nova classe média" não levaria em conta a dimensão estrutural da estratificação social, nem consequentemente da desigualdade. A renda é analisada como atributo e não como efeito da relação econômico-social.

Ademais, um problema central na análise dos defensores da "nova classe média" é o fato de tomarem o rendimento, independentemente de sua origem, como uma variável única, absoluta e sem qualquer determinação estrutural. Dito de outro modo, para os defensores da abordagem da "nova classe média", a renda é um fator *estruturante*, enquanto, para a tradição sociológica marxista, por exemplo, o salário seria efeito da estrutura do modo de produção capitalista.

Quadros (2008a e 2008b), Pochmann (2012), Jessé de Souza (2010) e Abílio (2011) também partem do pressuposto segundo o qual o principal aspecto definidor de classe não é exclusiva ou principalmente a renda. Estes autores criticam a abordagem da "nova classe média", na medida em que grande parte dos indivíduos inseridos nos estratos C e D estariam distantes das condições de trabalho, de emprego e das ocupações, tanto quanto do estilo e do padrão de vida tradicionalmente associados às classes médias. Por sua vez, embora seja responsável pelo crescimento brasileiro e pela dinamização da economia nos anos 2000, os *batalhadores*, segundo Souza (2010), não têm acesso ao capital econômico e cultural, restrito, limitado e secreto, que implica na condução da vida e na percepção do mundo, típicos da classe média brasileira. Vejamos como cada um destes autores compreendem a classe média.

---

9 O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade, compreendida entre 0 e 1, comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda.

10 O Critério de Classificação Econômica Brasil "foi construído para definir grandes classes que atendam às necessidades de segmentação (por poder aquisitivo) da grande maioria das empresas. Sua função é estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de "classes sociais"" (MEDEIROS, 2013).

11 A camada E vai até a "linha da pobreza", enquanto a camada D se estende até a mediana da distribuição de renda. A "Classe C", considerada a classe média no país, engloba famílias que percebem renda entre R$1.064,00 a R$4.561,00 mensais (em valores de 2008), indo da mediana até a linha que separa os 10% mais ricos do resto da população.

12 Os fatores que os autores utilizam para classificar as classes sociais são: casa própria, educação universitária, padrão de vida estável, profissão de prestígio, acesso a lazer e diversão, renda alta, acesso a boas escolas e negócio próprio. O controle inflacionário e o aumento no padrão de vida permitiram a inserção de uma camada mais ampla da população à nova classe média.

13 Em reunião ocorrida em abril de 2012, a presidenta Dilma Rousseff sugeriu, em público, a leitura do livro "A Nova Classe média". Em agosto de 2012, Marcelo Neri foi nomeado para a presidência do IPEA.

Quadros (2008a e 2008b), partindo da abordagem proposta por Wright Mills, analisa a estratificação social brasileira desagregando-a por rendimento em uma estrutura ocupacional. Deste modo, ele relativiza a tese do crescimento da classe C, ao afirmar que este crescimento ocorreu associado à expansão de ocupações de baixo rendimento, resultando no alargamento do que ele denomina *massa trabalhadora*. Quadros ressalta também que a margem de rendimentos proposta por Neri não garante o acesso aos bens e serviços que definiriam um padrão de classe média, dado que tal padrão depende da combinação, em cada país, do desenvolvimento capitalista, da estruturação da sociedade e dos padrões e estilos de vida historicamente construídos. Segundo Quadros,

> "Quanto mais desenvolvido o país e melhor sua estrutura ocupacional, maiores tendem a ser as boas oportunidades disponíveis às pessoas – e maior sua classe média-alta. O emprego é o alicerce da inserção do indivíduo em sociedades como a brasileira e, depois da propriedade, é a base da desigualdade social; portanto, a geração de bons empregos é fundamental para o desenvolvimento social.
> A estrutura ocupacional, portanto, delimita os espaços para a luta dos indivíduos por mais dinheiro, melhores empregos e ascensão social. Isto significa que uma grande classe média é um indicador dos mais relevantes do bem-estar social e do desenvolvimento material alcançado por determinada sociedade" (QUADROS, 2013, p. 37).

A classe C, símbolo do crescimento recente, estaria longe dos padrões e estilos de vida que caracterizam a "nova classe média", cujo pressuposto seria o acesso, com recursos próprios, à educação, cursos de idiomas, viagens internacionais, convênios médicos abrangentes, moradias diferenciadas, segurança pessoal, serviços pessoais especializados, tais como psicólogos, dentistas, médicos, entre outros. Equivalente à faixa de renda identificada como "nova classe média", a classe C seria composta por auxiliadores de escritório, vendedores, garçons, professores primários, policiais, auxiliares de enfermagem, ou seja por trabalhadores com carências de todo tipo, o que revelaria a enorme "distância entre a vida da nova classe média do século XX e a dos anos 2000" (QUADROS, 2008b, p. 16). Na medida em que há uma disparidade entre o padrão de classe média e aquele identificado como supostamente da "nova classe média", Quadros afirma que a "classe C" pode, no limite, ser caracterizada como *remediada*, relativamente à massa de pobres e miseráveis.

Igualmente crítico da abordagem da "nova classe média", Pochmann (2012) afirma que embora o recorte entre a classe trabalhadora e a classe média seja dado pela renda, outras variáveis relativas à posição dos indivíduos no mercado de trabalho implicam na classificação social. Pochmann também critica a perspectiva neoliberal e individualista contida na abordagem da "nova classe média", que oculta a estrutura e a dinâmica das classes sociais. Para o autor, é um verdadeiro engodo associar "a ascensão nos rendimentos da população assentada na base da pirâmide social aos segmentos de classe média. Na realidade, trata-se do alargamento das classes trabalhadoras impulsionada pela ampliação do setor terciário da economia nacional" (POCHMANN, 2013, p. 167).

Luce (2013), por sua vez, opera com o conceito marxista de superexploração para refutar a tese da "nova classe média". Além de mistificar a realidade, a tese da "nova classe média" carece de fundamentos econômicos mínimos: haveria alguma razoabilidade na proposição segundo a qual comporiam a mesma classe de renda indivíduos que poderiam receber salários tão díspares, cuja diferença chegaria a 430%? Por sua vez, o fato de indivíduos, inseridos na faixa de renda intermediária, terem se tornado consumidores de bens duráveis não significou que tenham perdido a condição de precarizados, posto que cumprem longas jornadas, recebem abaixo do salário mínimo necessário, muitos deles são empregados como pessoa jurídica, enquanto outros são terceirizados e trabalham sem quaisquer direitos. O tão alardeado aumento potencial do consumo, segundo Luce, carece de rigor posto que são ignoradas as reais condições em que este fenômeno se dá; quais sejam, o endividamento das famílias, o aumento do desgaste da força de trabalho para poder acessar tais valores de uso e o barateamento de vários desses produtos. Para o autor, tratar-se-ia de formas renovadas de superexploração da classe trabalhadora.

A crítica sociológica mais contundente à abordagem da "nova classe média" tem sido feita por Jessé de Souza

(2010). O autor, por sua vez, enfatiza os valores imateriais na definição de classes sociais, tais como estilo de vida, gostos, educação, o "capital cultural". Tais valores estão associados ao conceito de *habitus*, cunhado por Bourdieu (2007), para quem disposições assimiladas pelos indivíduos os predispõem à reprodução de um grupo no tempo. Estas disposições, mascaradas por uma visão economicista do mundo, que afirma que todos os homens têm as mesmas chances e que naturaliza o privilégio a partir do mérito, definem a classe média para este autor. Ademais, uma espécie de miopia, de fundo economicista, incidiria especialmente sobre a classe média, a qual se reproduz por meio da transmissão de precondições que irão garantir aos seus filhos maiores chances de sucesso na aquisição e reprodução de capital cultural (SOUZA, 2009). Para este autor, a denominada "nova classe média" não seria genuína, justamente porque não possuiria o capital cultural nem as disposições que caracterizariam a classe média "verdadeira", sendo melhor caracterizada por nova classe trabalhadora, "batalhadores" ou simplesmente a "ralé". O autor afirma que a classe média seria caracterizada pela busca da distinção social, que a vincularia a um determinado estilo de vida, estilo, de resto, distinto dos setores populares.

> "O acesso aos capitais impessoais, que são a base de todo privilégio social – tanto material quanto simbólico –, e aos capitais econômico e cultural é restrito e limitado. [Os batalhadores] São pessoas que fizeram escola pública ou universidade particular (no melhor dos casos) tendo de trabalhar paralelamente muitas vezes em mais de um emprego. Muitos trabalham entre 10 e 14 horas por dia e não possuem o recurso mais típico das classes do privilégio que é o "tempo" para incorporação de conhecimento valorizado e altamente concorrido" (SOUZA, 2011).

A crítica sociológica à abordagem economicista de Neri também tem avançado com as reflexões de Abílio (2011). A partir de uma démarche marxista das classes sociais, a autora relativiza a potencialidade explicativa da tese da "nova classe média. Segundo Abílio, o primeiro problema do conceito de "nova classe média" difundido por Neri é fundamentalmente se constituir como "classe econômica", definição baseada na renda e funcional aos critérios de mercado ao potencial de consumo; o segundo, tal como aponta Quadros, seria a própria fonte de dados utilizada por Neri para interpretar a natureza da ascensão social verificada no governo Lula. Como a PNAD recolhe os dados a partir das informações dadas pelas pessoas, é preciso relativizar as conclusões tiradas por Neri, posto que a renda constitui mais uma "representação social" do que um dado preciso dos ganhos familiares. Mas o principal problema da abordagem da "nova classe média", segundo Abílio, é a decalagem entre renda e trabalho.

Ainda que Quadros e Pochmman apontem a necessidade de compreender o lugar dos *remediados* na estrutura ocupacional e no mercado de trabalho, para Abílio a tarefa é ainda mais complexa pois se trataria de investigar as relações de trabalho, notadamente o trabalho como fundamento de relações de exploração e desigualdade. A autora desloca, neste sentido, o foco da renda, da ocupacional e do mercado de trabalho para as relações de trabalho, indicando, além da perspectiva relacional, que as precárias condições de trabalho às quais os trabalhadores da suposta "nova classe média" estão submetidos estariam distantes do que poderia ser reconhecido como o viver de uma classe média.

Os críticos da abordagem concluem que a "nova classe média" não corresponde à classe média quer se considere a renda, o potencial de consumo, as características ocupacionais, a propriedade, a qualificação educacional, o trabalho, quer as variáveis subjetivas (hábitos, estilos de vida, valores sociais). Tratar-se-ia de um segmento da classe trabalhadora que teria obtido, por meio de salários diretos e indiretos, uma elevação de seu padrão de consumo e de vida, de todo modo insuficiente para alterar a sua posição na estrutura social.

Face às críticas recebidas, Neri chegou a afirmar que "os sociólogos podiam relaxar", posto que não falava em "classe social", mas de "classes econômicas", o que, com efeito, nem relativiza os equívocos da abordagem, nem muito menos dispensa o pesquisador do rigor conceitual ao fazer ciência. Ademais, as críticas à Neri não vieram apenas dos "sociológicos", mas igualmente de economistas destacados no estudo da matéria. Passemos agora a outro plano: a necessária inflexão na abordagem teórica, relacional e estrutural da classe média.

III. Em busca do conceito não economicista e relacional das classes médias

O debate em torno da classe média é muito extenso, polêmico e pode grosso modo ser esquematizado nos seguintes termos: trabalham com a ideia de classe(s) média (s) os autores que entendem que a condição de assalariamento é insuficiente para definir a inserção dos trabalhadores em uma única e determinada classe. Os autores orientados pela teoria weberiana compreendem que assalariamento e nível salarial potencializam as possibilidades de acesso numa situação de mercado, mas acrescentam que, pensar em classes ou estratos, exige igualmente uma análise da posição de status e de prestígio conferidos socialmente aos indivíduos. Já na tradição marxista operam com um conceito restrito de classe operária e, consequentemente, com a existência de classes ou camadas intermediárias (pequena burguesia, classe média, nova pequena burguesia) os autores para os quais a condição de assalariamento (ser vendedor da força de trabalho) é insuficiente para determinar a origem, a situação ou a posição de classes; para tais autores, os assalariados não-manuais, embora sejam explorados, não pertenceriam ao proletariado, mesmo quando afetados por processos de rotinização, empobrecimento, perda de autonomia que são geralmente identificados como "proletarização".

Mas se a condição salarial é insuficiente, que variáveis analíticas são necessárias para identificar e, principalmente, compreender a classe média? A resposta à tal questão é bastante complexa e tem mobilizado há mais de um século importantes tradições teóricas.

O interesse e as polêmicas em torno desta "nova" classe foram, inicialmente, motivadas pelo crescimento significativo dos assalariados não-manuais (trabalhadores de escritórios, do setor público, empregados do setor de serviços) e pela nova configuração da estrutura ocupacional nascida na etapa monopolista do capitalismo e ampliada pelo Estado de Bem-estar social. Por sua vez, o comportamento político bascular (ora à direta, ora à esquerda) e o fato de expressar material e simbolicamente valores distintos do proletariado clássico e industrial colocavam ainda mais em evidência a existência de demarcadas hierarquias sociais ou *barreiras de classe*, bem como uma dificuldade cada vez maior de se pensar em uma classe não operária homogênea e amalgamada (POULANTZAS, 1975; SAES, 1985).

Há uma longa tradição sociológica que, desde o início do século XX e em função do advento da grande empresa, da racionalização do trabalho e das estruturas sociais de bem-estar, destaca a ampliação seja de hierarquias entre trabalhadores nas sociedades industriais avançadas - nos Estados Unidos o trabalho pioneiro de Mills (1969), na Inglaterra os trabalhos de Lockwood (1962) e Goldthorpe (1982), na Alemanha, as análises de Weber (1974) sobre a burocracia e de Kracauer (1971) na Berlin dos anos 20 -, seja das marcas de distinção social (BOURDIEU, 1979).

O crescimento de um conjunto de assalariados qualificados, vinculados à indústria, mas principalmente ao setor de serviços e à burocracia pública e privada, chamava a atenção posto que, em muito ou quase tudo, estes trabalhadores diferiam do proletariado clássico. Embora fossem assalariados era, então, necessário compreender os as fronteiras e a natureza das relações entre os trabalhadores manuais e os não-manuais (MILLS, 1969; LOCKWOOD, 1962; OLIN WRIGHT, 1981; POULANTZAS, 1975; GOLDTHORPE, 1982)[14].

Pioneiros, os trabalhos de Wright Mills (1969) e David Lockwood (1962) foram motivados pelo aumento numérico dos colarinhos brancos. De acordo com Wright Mills, apesar da proximidade econômica com os operários (trabalho assalariado e nível salarial), os colarinhos brancos reivindicavam no plano simbólico um status superior frente ao trabalho manual. Lockwood afirmava que os trabalhadores de classe média gozavam de vantagens materiais: salários superiores, relações pessoais e afinidades com o patronato, maior estabilidade no emprego, maiores possibilidades de ascensão funcional e melhores condições de trabalho. Além disso, no que tange à situação de trabalho, se a fábrica criava possibilidades de identificação comum e solidariedade entre os operários, o escritório, contrariamente, dificultava os vínculos entre os funcionários. Os "colarinhos brancos" possuiriam um *status* diferenciado, um modo de vida próprio e estariam ligados a um padrão de racionalidade que norteava o planejamento burocrático das organizações capitalistas do século vinte. Essa nova

14 Goldthorpe, por exemplo, define a classe média (*service class*) pelo tipo de contrato de trabalho, enquanto Olin Wright (1981) considera as habilidades e a posição na organização do trabalho.

classe média não procurava a segurança econômica e a distinção social na propriedade, mas antes na ocupação, na estabilidade do emprego, que por sua vez seria determinada pelo tipo de instrução. Ademais, para Mills e Lockwood, como os colarinhos brancos distinguiam-se do operariado também na luta política, a tese da bipolarização social presente no *Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels estaria superada.

No *Manifesto do Partido Comunista* (1998), Marx e Engels afirmavam que a sociedade burguesa teria simplificado os antagonismos de classe, posto que cada vez mais dois vastos campos diametralmente opostos se oporiam: burguesia e proletariado. A burguesia fez dos antigos profissionais liberais seus servidores assalariados e

> "as camadas inferiores da classe média de outrora, os pequenos industriais, pequenos comerciantes e pessoas que possuem rendas, artesãos e camponeses, caem nas fileiras do proletariado: uns porque seus pequenos capitais, não lhes permitindo empregar os processos da grande indústria, sucumbiram na concorrência com os grandes capitalistas; outros porque sua habilidade profissional é depreciada pelos novos métodos de produção" (1998, p. 15).

A tese da bipolarização social teve grande influência nas análises marxistas, as quais, ao tomar o assalariamento e a tendência à depreciação das habilidades profissionais diante de novos métodos de produção, concebiam os assalariados não-manuais como proletários. A divisão técnica do trabalho aniquilaria a autonomia do trabalhador que mais e mais perderia o controle do processo de trabalho. Para entender o moderno mundo do trabalho nos escritórios e em certos setores do comércio, Braverman (1980) por exemplo afirmava que a clássica distinção entre trabalho manual e trabalho não-manual não teria mais validade explicativa. A gerência científica teria concentrado as tarefas de coordenação do processo de trabalho e padronizado de tal forma o trabalho nos escritórios que, como na fábrica, os processos, antes fundamentalmente mentais, se tornaram repetitivos, rotineiros e manuais (TROPIA, 1994). Ademais, a automação – que desqualificava o trabalho -, a origem social proletária e o recrutamento de trabalhadores não-qualificados alterariam o perfil social dos trabalhadores de escritório e os aproximaria ao proletariado.

Todavia, a desigual valorização da força de trabalho, em termos salariais mas também em termos formativos e ocupacionais, acabou produzindo uma inflexão nas abordagens e nos métodos de investigação da estrutura social. Educação e formação profissional foram elevadas ao mesmo patamar do capital e, neste sentido, à condição de determinante da reprodução das desigualdades de classe e da exploração. Por sua vez, os efeitos das relações entre capital e trabalho (assalariamento, divisão do trabalho, caráter produtivo ou improdutivo do trabalho, despotismo de fábrica, monopólio do saber) passaram a ser direta e indiretamente articulados a fatores políticos e ideológicos na determinação de classe. Por fim, ao questionar a visão bipolar, os analistas passaram a tratar o comportamento político bascular (à direita ou à esquerda) das classes médias nas diferentes conjunturas não mais como vetor do aburguesamento ou da proletarização mas em função dos seus próprios interesses de classe.

Nos anos de 1960 e 1970 são publicados trabalhos que, embora orientados por perspectivas teóricas distintas, tinham em comum a crítica ao capitalismo e o enfrentamento da problemática da "pequena burguesia" ou das "camadas intermediárias", de uma perspectiva distinta da sociologia funcionalista norte-americana, até então dominante (SAES, 1977). Nesta onda, entre outros, surgem os trabalhos de Poulantzas (1975), de Baudelot, Establet & Malemort (1974), Baudelot & Establet (1975) e Bourdieu & Passeron (1970).

No campo marxista, a contribuição de Poulantzas (1969; 1975) para a pesquisa sobre as classes sociais é de longe a mais importante. Ao sofisticar a análise de classes a partir de uma leitura extrativa dos textos marxistas clássicos, Poulantzas foi levado a discutir *o lugar* das classes nas relações de produção, tomando-as como relações econômicas que são condicionadas por relações jurídico políticas e ideológicas. Poulantzas desenvolveu um conceito restrito de classe operária e por esta via lançou uma discussão sistemática sobre os trabalhadores não manuais. A classe operária é composta por todo assalariado que desenvolve trabalho produtivo, ou seja, "aquele que produz diretamente mais-valia, que valoriza o capital e que é trocado pelo capital" (POULANTZAS, 1975, p. 229), estando, consequentemente, dela excluídos os trabalhadores que realizam trabalho improdutivo. Como a caracterização do trabalho improdutivo é insuficiente para definir a "nova pequena burguesia" (composta pela burguesia tradicional e pelos assalariados improdutivos), Poulantzas incorpora, em sua análise,

as relações políticas e ideológicas que caracterizam os assalariados não-manuais. Estes seriam portadores das funções (técnicas e políticas) de direção e supervisão capitalista. Se a venda da força de trabalho e o caráter coletivo da produção capitalista aproximam trabalhador manual e não manual, o caráter produtivo ou improdutivo tende a separá-los. Por sua vez, a condição de portadores das funções (técnicas e políticas) de direção e supervisão na divisão capitalista do trabalho opõe trabalhadores manuais aos não-manuais e estes últimos ao capital, muito embora tal oposição seja ocultada por meio de disposições ideológicas próprias.

A divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, segundo Poulantzas, produz efeitos econômicos e político-ideológicos sobre toda a sociedade, mas em especial sobre a "nova pequena burguesia", na medida em que os *trabalhadores intelectuais* (termo adotado por Poulantzas) ocupam um lugar de subordinação nas relações que estabelecem com os trabalhadores manuais, relações cujas desigualdade e *barreira de classe* são simbolicamente (ideologicamente) representadas como uma hierarquia natural e politicamente neutra. A cultura nobre, a educação qualificada, as habilidades especiais são para Poulantzas (de)marcadores ideológicos (cuja base material é a divisão social do trabalho) aspirados pelos trabalhadores intelectuais em sua luta pela manutenção das barreiras de classe, relativamente aos trabalhadores manuais.

> "Esse trabalho intelectual está investido de toda uma série de rituais, de habilidades, de elementos "culturais", que o distinguem daquele da classe operária, isto é, do trabalho produtivo. (...) Essa simbolização cultural é bastante conhecida (...) ela vai da valorização clássica do "trabalho de escrita", dos "funcionários de escritório" em geral (saber escrever e expor as "ideias"), até aquela de um certo uso da "palavra" (é preciso saber "falar bem" – falar bonito – para bem vender e comercializar os produtos – a "arte da venda") etc., e destaca, finalmente, as diferenciações ideológicas entre a cultura geral e o traquejo nobre, de um lado, e o saber técnico (trabalho manual) de outro.
> (...) essa divisão do trabalho intelectual/trabalho manual continua a ter um papel próprio na barreira de classe entre a nova pequena burguesia e a classe operária". (POULANTZAS, 1975, p. 280-281.

A relação entre divisão capitalista do trabalho, desigualdades de classes e a *cultura intelectual e dominante* seria, por sua vez, retrabalhada pela denominada sociologia francesa da "reprodução", sobretudo por Baudelot & Establet (1975) e Bourdieu & Passeron (1970).

Para demonstrar que a educação não é igualitária, "que a Escola única é apenas a aparência socialmente eficaz (pois produz efeitos ideológicos concretos), assumida pela escola pública" (SAES, 2005, p.104), Baudelot & Establet (1975), baseando-se em pesquisas empíricas, mostraram como o sistema escolar - cindido em redes de escolarização destinadas a diferentes classes sociais - cumpre as funções de contribuir na formação da força de trabalho e de reproduzir as concepções ideológicas necessárias à manutenção das relações entre as classes. Segundo os autores, estas redes, na medida em que reforçam e distinguem trabalho manual e intelectual, valorizando o segundo em detrimento do primeiro, não apenas reproduzem mas dissimulam o caráter social e desigual da divisão capitalista do trabalho.

Bourdieu & Passeron (1970) também demonstraram que o sistema de ensino é funcional à reprodução das desigualdades de classe, posto que produz a ilusão de autonomia e de neutralidade e "reforça a crença na capacidade individual de sucesso por meio de critérios culturais de domínio das classes "superiores"" (GUTIERREZ, 2011, p. 58). O aparelho escolar, em nome da gratuidade, do recrutamento universal e da formalização de suas regras, realiza uma seleção social. Esta seleção social é não apenas eficaz à reprodução, mas aceita por aqueles que são excluídos (classes populares, operários, camponeses) do (e pelo) sistema de ensino. Segundo Gutierrez, o exame escolar constitui um fator de estímulo aos que reconhecem a legitimidade das hierarquias sociais por ele conferida, posto que ele "conduziria, de um lado, aqueles que estão subordinados às hierarquias a se identificarem como os que "fracassaram" e, de outro, levaria um pequeno número dos bem sucedidos a serem considerados como os "eleitos" pela atestação de um mérito ou de um "dom"" (2011, p. 58).

O Estado, ao conferir ao sistema de ensino uma autonomia própria a partir de critérios de seleção e auto-reprodução meritocráticos, cria uma disposição geral na sociedade à hierarquização da qualificação e à aceitação dos certificados e títulos – a partir de critérios de dons e méritos individuais. Ou seja, a valorização da ideologia meritocrática difunde-se por todas as classes. Mas as categorias que dependem desta certificação como fundamento de sua posição seriam os pilares sociais da defesa dos critérios meritocráticos posto que teriam interesses "de classe" em sua reprodução.

A apropriação crítica de aspectos presentes nas análises de Bourdieu & Passeron e de Baudelot & Establet, por um lado, e o diálogo crítico com os trabalhos de Poulantzas, de outro, tem levado Saes (1977; 1985; 2005; 2011) a desenvolver uma das análises mais originais e sugestivas sobre as classes médias.

Segundo Saes, as classes médias constituem um grupo social que "congrega todos os trabalhadores, assalariados ou não, que, além de desempenharem algum trabalho apenas indiretamente produtivo (quando não absolutamente improdutivo), auto-representam-se, no plano ideológico, como trabalhadores não-manuais, distintos dos trabalhadores manuais e superiores a eles nos planos profissional e social" (2005, p. 100). Embora devedora das análises de Poulantzas, esta definição implicou nalgumas retificações no conceito de nova pequena burguesia.

Segundo Saes (1977), o que distingue os assalariados não manuais dos assalariados manuais é o apelo à ideologia meritocrática e não o individualismo de tipo pequeno burguês, como afirmava Poulantzas. Segundo o autor, a distinção entre trabalhador produtivo e trabalhador improdutivo levada a efeito por Marx no famoso *Capítulo VI Inédito* de *O Capital* é insuficiente para distinguir os assalariados manuais dos não-manuais. Trabalhador improdutivo e classe média não seriam, pois, conceitos coincidentes posto que a posição comum no processo social de produção – ou seja o fato de não participarem diretamente do processo de produção de mais-valia, ao contrário dos produtivos – seria insuficiente para produzir uma orientação ideológica e política comuns.

A classe operária, segundo Saes, pela sua condição de produtores diretos de mais-valia, vive cotidianamente a oposição entre capital e trabalho. Tal oposição impediria que a hierarquia dos salários ou a escala de qualificações, por exemplo, neutralizasse a tendência à sociabilidade. Para os assalariados improdutivos porém a questão é distinta. A *situação de trabalho* dos improdutivos, para Saes, produz um efeito muito particular sobre este subconjunto de assalariados: dificulta que eles concebam a separação entre trabalho manual e trabalho não-manual como uma contradição fundamental das relações capitalistas. Ao contrário do que ocorre em relação ao trabalhador manual que vive cotidianamente o despotismo de fábrica e a ausência de autonomia (como evidenciou Olin Wright em seus primeiros trabalhos), a separação entre trabalho manual e trabalho não-manual não é concebida como uma relação desigual, despótica e subordinada, mas diversamente como uma hierarquia natural fundamentada nos dons e nos méritos pessoais. Mais precisamente, a ideologia da meritocracia à medida que apaga da consciência destes trabalhadores o fato de serem explorados tanto quanto os assalariados produtivos - tal como afirmava Poulantzas -, substitui tal contradição pelas diferenças: o sentimento de superioridade, o preconceito, a marginalização social e inúmeras formas de segregação e distinção social – representações sociais tão comuns entre os assalariados não-manuais.

Os assalariados não-manuais, sob efeito da ideologia da meritocracia, concebem suas relações de trabalho como relações individuais, entre pessoas, ou, no limite, como relações entre grupos profissionais. Haveria uma espécie de metamorfose no modo como estes trabalhadores interpretariam suas relações sociais; a desigualdade de classe, a divisão capitalista do trabalho, a separação entre trabalho manual e não-manual *apareceriam* sob a forma de distintas capacidades, talentos, dons, vontades, esforços e gostos individuais, distinções que são difundidas no plano simbólico e ideológico, que constituem "marcadores" sociais, mas que são, seja pela estrutura educacional, seja pela estrutura profissional, certificadas socialmente. Segundo Saes é justamente a criação dessa *aparência* que a classe média persegue, pois dela depende a sua valorização econômica e social como classe. Denominada "ideologia de segundo grau" (2005), a meritocracia ocultaria, segundo Saes, os interesses mais profundos dos assalariados não-manuais: a rejeição ao nivelamento socioeconômico (salarial, profissional, ideológico) e político entre todos os trabalhadores.

Retomando o conceito de classes médias proposto pelo autor – "todos os trabalhadores, assalariados ou não, que, além de desempenharem algum trabalho apenas indiretamente produtivo (quando não absolutamente improdutivo), auto-representam-se, no plano ideológico, como trabalhadores não-manuais, distintos dos traba-

lhadores manuais e superiores a eles nos planos profissional e social" - de que forma poderíamos operacionalizar a análise das classes médias a partir um tratamento sociológico não economicista, relacional e sofisticado? A identificação da natureza produtiva ou improdutiva do trabalho é uma dimensão importante, ainda que insuficiente. No plano das relações econômicas, o mais interessante seria identificar a situação de trabalho dominante das frações da classe média (TROPIA, 1994). O tamanho das empresas (escritórios, lojas, instituições), a fragmentação ou concentração dos trabalhadores, as diferenças de status e autoridade, hierarquias, constituiriam elementos da situação de trabalho, que contribuiriam fundamentalmente na determinação da consciência dos trabalhadores de classe média (LOCKWOOD, 1962: 73).

Boito Jr. (2004, p. 222) sintetizou alguns dos indicadores das situações de trabalho das classes médias: o padrão de socialização do trabalho que realizam, variável que depende do tamanho das empresas ou instituições em que os assalariados trabalham e do caráter (coletivo ou não) do trabalho que realizam; as formas de remuneração (salario fixo, salario comissionado, funções gratificadas etc.) e o montante salarial; o tipo de nível de qualificação formal exigidos para o exercício das ocupações e profissões; o conteúdo e relações de trabalho estabelecidas – complexidade das tarefas, maior ou menor autonomia no local de trabalho, atividade de direção, supervisão ou controle sobre outros trabalhadores; existência de hierarquias etc.

A partir da análise da situação de trabalho colocar-se-ia outro desafio, qual seja o de identificar as disposições ideológicas que os grupos sociais pesquisados tenderiam a assumir no que diz respeito: à auto-representação que constroem sobre seu trabalho, às disposições políticas e ideológicas, por exemplo para a luta sindical e a participação política, bem como às formas concretas como se comportam politicamente nas diferentes conjunturas.

Em síntese, a identificação de *que grupos compõem a de classe média* exigiria pesquisas de natureza diferentes daquelas que fundamentam a abordagem "da nova classe média" discutida na segunda parte deste artigo, não apenas porque os indicadores da situação de trabalho distam daqueles, mas porque uma abordagem sofisticada demandaria instrumentos sociológicos qualitativos capazes de captar disposições ideológicas e comportamentos políticos.

V. Bibliografia

ABÍLIO, L. C. A. (2011) "nova classe média" vai ao paraíso? Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos.

BARTELT, Dawid Danilo. (Org.) (2013) *"Nova Classe Média" no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll.

BAUDELOT, Christian e ESTABLET, Roger. (1975) *L' école capitaliste en France.* Paris: Maspero.

BAUDELOT, C., ESTABLET & R., MALEMORT, J. (1974) *La Petite bourgeoisie en France.* Paris, François Maspero.

BÉROUD, Sophie. Syndicalisme. (1992) In: Olivier Fillieule et al. *Dictionnaire des mouvements sociaux*. Presses de Sciences Po « Références », 2009, p. 540-548.

BLASS, Leila. (1992) *Estamos em greve*. São Paulo, Hucitec.

BOITO JR. Armando. Classe média e sindicalismo. (2004) *Politeia*: História e Sociedade, 4, 1. Disponível em: < http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/view/186>. Acessado em 20/07/2013.

_____. (2007) *Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos*. São Paulo: Unesp.

BONELLI, M. G. (1989) *A Classe Média do "Milagre" à Recessão*, São Paulo, IDESP.

BOSCHI, Renato Raul. (1987) *A arte da associação*, Rio de Janeiro, Vértice.

BOURDIEU, Pierre. (2008) *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude. (1975) *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

BRAGA, Ruy. (2012) *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.

_____. (2012) O enigma da 'nova classe média'. *Blog da Boitempo*. Disponível em: < http://blogdaboitempo.com.br/2012/06/04/o-enigma-da-nova-classe-media/>. Acessado em 14/09/2013.

BRASIL. (2012) Relatório Comissão para definição da classe média. Disponível em : http://www.sae.gov.br/vozesdaclassemedia/wp-content/uploads/Relat%C3%B3rio-Defini%C3%A7%C3%A3o-da-Classe-M%C3%A9dia-no-Brasil.pdf. Acessado em 10/09/2013.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. (2000) *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Editora 34.

CANEDO, L. B. (1978) *O sindicalismo bancário em São Paulo*. São Paulo, Símbolo.

_____. (1986) *Bancários: Movimento Sindical e Participação Política*. Campinas, Editora UNICAMP.

CAVALCANTE, Sávio Machado. (2012) *Classes médias e modo de produção capitalista: um estudo a partir do debate marxista*. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Tese de Doutorado.

CORRÊA, Ana Elisa Cruz. (2009) " Classe média e reformismo altermundialista". *Cadernos Cemarx*, 5, p. 155-168.

EDER, Klaus. (2002) *A nova política de classes*. Bauru; São Paulo: EDUSC.

FANTINATTI, M. M. C. (2001) *O Movimento docente na universidade pública : contribuição ao estudo do perfil e da ideologia do sindicalismo de classe média*. Campinas, Alínea.

FRANÇA, Barbara Heliodora. (1994) "Nova classe média ou novo proletariado". *São Paulo em Perspectiva*. 8, 1, janeiro-março, p. 42-51.

GALVÃO, Andréia. (2008) O marxismo importa na análise dos movimentos sociais?. Anais do 32º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, Minas Gerais. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2522&Itemid=230>. Consultado em 15/09/2013.

GALVÃO, Andréia e TRÓPIA & Patrícia. (2014) A CSP-Conlutas em perspectiva. In: Roberto Véras, Maria Aparecida Bridi, Marcos Ferraz (orgs.). *O Sindicalismo na Era Lula*. Belo Horizonte, Fino Traço.

GIRARD JR. Liráucio. (1995) *Classe média, meritocracia e situação de trabalho*: *o sindicalismo bancário em São Paulo (1923-1944)*. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, dissertação de mestrado.

GOLDTHORPE, John. (1982) On the servisse class: its formation and future. IN: Guiddens, A. e McKenzie G. (orgs.) *Social class and the division of labour*. Cambridge University Press.

GUTIERREZ, Andriei Guerrero. (2011) *Engenheiro, política e sociedade no contexto da reestruturação capitalista brasileira*. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Tese de doutorado.

GRUN, Roberto. (1985) *A produção de uma empresa moderna*: os bancários e a automação, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

_____. (1990) *A revolução dos gerentes brasileiros*. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, tese de doutorado.

_____. (1998) A classe média no mundo do neoliberalismo. *Tempo Social* (USP. Impresso), 10, 1, p. 143-163.

KAWAMURA, Lili. (1981) *Engenheiros: trabalho e ideologia*. São Paulo, Editora Ática.

_____. (1986) *Tecnologia e política na sociedade*. São Paulo, Brasiliense.

KRACAUER. Siegfried. (1971) *Les employés*. Paris, Les Belles Lettres.

LAMOUNIER, B. & SOUZA, A. (2010) *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. Rio de Janeiro: Elsevier.

LARANJEIRA, Sonia (org.). (1989) *Classes e movimentos sociais na América Latina*, São Paulo, Hucitec.

_____. (1991) Classes médias e movimento sindical: o caso dos profissionais de nível superior no Rio Grande do Sul. *São Paulo em Perspectiva*, 5, 1, p. 64-71.

LOCKWOOOD, David. (1962) *El trabajador de la classe média*. Madrid, Aguilar.

LUCE, Mathias Seibel. (2013) "Brasil: nova classe média ou novas formas de exploração da classe trabalhadora?", *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, 11, 1, Rio de Janeiro, jan./ abr. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462013000100010&script=sci_arttext. Acessado em 1/10/2013.

MARKOWITZ, M. A. (2001) *Fazer parte da classe média: práticas discursivas num bar em Rio de Janeiro e em um café em Buenos Aires*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. (1998) *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo.

MEDEIROS, G. S. (2013) *A classe média em questão: Limites e possibilidades explicativas das abordagens sobre a "nova classe média brasileira"*. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Monografia de Graduação.

MILLS, C. W. (1969) *A nova classe média*. Rio de Janeiro, Zahar.

NOGUEIRA, A. M. (2005) *A liberdade desfigurada – a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro*. São Paulo, Expressão Popular.

NERI, M. (2010) *A nova classe media: o lado brilhante da pobreza*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: < http://www3.fgv.br/ibrecps/ncm2010/NCM_Pesquisa_FORMATADA.pdf>. Acessado em março de 2012.

_____. *A nova classe média brasileira*. Rio de Janeiro: CPS, 2008

O'DOUGHERTY, Maureen. (1998) Auto-retratos de classe média: hierarquias de "cultura" e consumo em São Paulo. *Dados*, 31, 2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581998000200005&script=sci_arttext#back>.Consultado em 10/09/2013.

OLIN WRIGHT, Eric. (1981) *Classe, crise e o Estado*. Rio de Janeiro, Zahar.

POCHMANN, Marcio. (2012) *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo, Boitempo Editorial.

_____. (2013) "Mobilidade social no capitalismo e redivisão internacional da classe média". In: Dawid Bartelt (org.) *"Nova Classe Média" no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, p. 156-170.

POULANTZAS, Nicos. (1975) *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro, Zahar editores.

_____. (1969) *Poder político y clases sociales en el Estado Capitalista*. México, Siglo XXI editores.

QUADROS, Waldir. (2008a) *A evolução da estrutura social brasileira. Notas metodológicas*. Texto para discussão, IE/UNICAMP, 147, novembro.

_____. (2008b) *A evolução recente da estrutura social brasileira*. Texto para discussão, IE/UNICAMP, 148, novembro.

QUADROS, Waldir., GIMENEZ, Denis M. & ANTUNES, Daví, J. N. (2013) Afinal, somos um país de classe média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos anos 2000. IN: *A "Nova Classe Média" no Brasil como Conceito e Projeto Político*. Dawid Danilo Bartelt (org). – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, p. 43-55.

RIBEIRO, Santiane Arias. (2011) O perfil de classe média do movimento altermundialista: o caso da ATTAC. Tese de Doutorado em Ciência Política. Campinas: IFCH/Unicamp.

SAES, Décio. (1977) Classe média e política de classe – notas teóricas. *Contraponto* - Revista do Centro de Estudos Noel Nutels, II, 2, novembro, p. 96-102.

_____. (1980) Tendências do sindicalismo de classe média no Brasil, 1930 - 1964. In: Evaristo de Morais Filho e outros. *Sindicatos e política*.

_____. (1985) *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz.

_____. (2005) Classe média e escola capitalista. *Crítica Marxista,* Rio de Janeiro: Ed. Revan, 21, p. 97-112.

_____. (2011) Perfis psicossociais de professor. *Educação & Linguagem*, 15, p. 23-44.

SALATA, André. (2012) Notas sobre a tese da nova classe média brasileira. Disponível em: <observatoriodasmetropoles.net> Consultado em: 28 de setembro de 2012.

SCALON, Celi & SALATA, André. (2012) Uma nova classe média no Brasil da última década?: o debate a partir da perspectiva sociológica. *Sociedade e Estado*, 27, 1, p.387-407.

SALLUM JR., Brasílio. (2005) "Classes, cultura e ação coletiva". *Revista Lua Nova*. São Paulo: USP, 65.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. (2002) *Estrutura de posições de classes no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda*. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Editora UFMG e IUPERJ.

_____. (2004) *Questão de classe: teorias e debates acerca das classes sociais nos dias de hoje*. Juiz de Fora, Clio edições eletrônicas. Disponível em: <http://www.ufjf.br/clioedel/files/2009/10/COD04001.pdf>. Acessado em 14/09/2013.

SEGNINI, Liliana. (1988) *A Liturgia do Poder: Trabalho e Disciplina*. São Paulo, EDUC.

_____. (1998) *Mulheres no Trabalho Bancário*: Difusão Tecnológica, Qualificação e Relações de Gênero. São Paulo: Edusp.

SIMÕES, Solange Deus. (1991) "Classe média profissional no Brasil: trabalho e organização política e sindical". XV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=473%3Aanais-do-encontro-gt&catid=1056%3A15o-encontro&Itemid=366. Acessado em 14/09/2013.

SOUZA, Amaury & LAMOUNIER, Bolívar. (2001) *A Classe Média Brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. Rio de Janeiro/RJ. Elsevier.

SOUZA, Jessé. (2010) Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: ed. UFMG.

_____. (2009) *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG.

_____. (2013a) "Ciclo de debates sobre classes sociais". Vídeo-Entrevista Fundação Perseu Abramo. 15/06/2013. Disponível em : < http://novo.fpabramo.org.br/content/jesse-de-souza-nova-classe-media-e-manipulacao-politica>. Acessado em 14/09/2013.

_____. (2013b) "Entrevista com o sociólogo Jessé de Souza", O Globo, 12/05/2013. Disponível em : < http://mariafro.com/2013/05/21/38016/>. Consultado em 14/09/2013.

TROPIA, Patrícia Vieira. (1994) *Classe média, situação de trabalho e comportamento sindical: o caso dos comerciários de São Paulo*. Campinas, Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Dissertação de mestrado.

_____. (2009) *Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro*. São Paulo, editora Expressão Popular.

WEBER, Max. (1974) *Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar.

YACCOUB, Hilaine. (2011) A chamada "nova classe média": cultura material, inclusão e distinção social. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 17, 16, p. 197-232.

GT 43
Sociologia do Esporte:
A Copa do Mundo de 2014, gênero e sociedade

Copa do Mundo de Futebol 2014: Representações de Notícias Divulgadas em um Jornal da Região dos Campos Gerais (Paraná/Brasil)

Alfredo Cesar Antunes[1]
Universidade Estadual de Ponta Grossa-Paraná-Brasil–
alfredo.cesar@hotmail.com

Resumo: A Copa do Mundo de Futebol (Brasil 2014) é momento privilegiado para refletir o papel dos meios de comunicação na consolidação de discursos e concepções sobre o evento. Questiona-se como e quais notícias são divulgadas na região dos Campos Gerais, principalmente na cidade de Ponta Grossa (Paraná/Brasil) sobre o referido evento. Portanto, o objetivo do presente trabalho é analisar a representação social da Copa do Mundo de Futebol (2014) conferindo papel privilegiado às notícias divulgadas em um jornal brasileiro de característica regional. Visto que representações sociais (MOSCOVICI) são fenômenos específicos relacionados com modo particular de compreender e se comunicar, que a mídia tem a capacidade de trazer o conhecimento reificado para o nível do senso comum, a fonte escolhida para análise foi o jornal, por ser um veículo de construção e propagação das representações. O jornal escolhido foi o "Diário dos Campos". Estão sendo analisadas, por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2002) as notícias divulgadas nos mês que antecedeu o evento (junho 2014). A busca foi realizada no site da internet do referido jornal (http://www.diariodoscampos.com.br/) com o termo "copa do mundo". Com os resultados é possível verificar que a copa do mundo de futebol é 'pano de fundo' para muitos assuntos, desde definição de calendários, campanhas projetos até tema de escolas de samba no carnaval. Na continuidade da pesquisa foram analisados as notícias durante o evento e dos meses subsequentes à Copa do Mundo para a determinação das representações sobre o evento. Os resultados das notícias divulgadas após o evento demonstram novamente esta tendência de uma representação para além do jogo propriamente dito.

Palavras-chave: copa do mundo; futebol; jornal; notícias.

Eixo temático: Implicações dos mega-eventos esportivos na América Latina.

Introdução

O Brasil passa por um momento ímpar em sua história, sediando dois grandes eventos esportivos, a Copa do Mundo de Futebol (2014), que já ocorreu e os Jogos Olímpicos (2016- Rio de Janeiro); além de outros já concretizados, como os Jogos Mundiais Militares (2011) e a Copa das Confederações (2013); sem contar os Jogos Pan-Americanos realizados no Rio de Janeiro em 2007.

---

1 Possui graduação em Educação Física pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1994), mestrado em Ciências da Motricidade pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000) e doutorado em Doutorado em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (2012). Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual de Ponta Grossa e docente do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Tem experiência na área de Educação Física, com ênfase em Formação Profissional Em Educação Física, atuando principalmente nos seguintes temas: educação física, formação profissional, esporte/lazer e sociedade.

Os megaeventos esportivos tornaram-se um fenômeno midiático que estimula o comércio e, consequentemente o consumo de produtos, imagens e notícias ligadas ao fenômeno esportivo. Estes eventos (mega) permitem reflexões que antes não estavam em pauta no meio acadêmico e esportivo. Alguns pontos podem ser levantados, entre os mais debatidos e estudados está o legado que será deixado por estes megaeventos. No que se refere ao legado destes eventos pode-se destacar os estruturais (instalações e equipamentos esportivos), as políticas públicas (meio ambiente, planejamento urbanístico, segurança, transporte público, tecnologias de informática e telecomunicações), educacionais (educação olímpica, educação física, voluntariado), esportivos (lazer, formação esportiva, esporte de alto rendimento) e produção de conhecimento (científica e tecnológica). A evolução tecnológica transformou e continua transformando o comportamento e as relações sociais. Mas, como estas transformações estão sendo influenciadas por estes megaeventos ou os estão influenciando? E no que se refere à produção científica, quais são as áreas mais afetadas por estes eventos? Quais as representações sociais produzidas por estes eventos? É preciso um olhar mais próximo e atento sobre estes eventos para a produção de novos conhecimentos.

Os megaeventos compõem espaços privilegiados e ricos para a pesquisa e novas práticas para nossa sociedade. É fundamental desviar nosso olhar do persuasivo apelo midiático e comercial que estes megaeventos proporcionam. Não podemos acreditar, de maneira ingênua, como muitos tentam nos convencer, que os principais problemas do Brasil serão resolvidos com a realização destes megaeventos e seu legado. Mas, por outro lado, podemos e devemos refletir e produzir conhecimentos a partir desta rica possibilidade e oportunidade. A Copa do Mundo de Futebol (Brasil 2014) é momento privilegiado para refletir o papel dos meios de comunicação na consolidação de discursos e concepções sobre o evento. Desta forma, questiona-se como e quais notícias são divulgadas na região dos Campos Gerais, principalmente na cidade de Ponta Grossa (Paraná/Brasil) sobre o referido evento.

Ponta Grossa tem uma população estimada de 317.339 habitantes (IBGE, 2012), com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal[2] (IDHM) de 0,763 (PNUD, 2014), localizada no segundo planalto paranaense, na região denominada de Campos Gerais, distante 115 quilômetros da capital Curitiba. Pela sua posição geográfica e entroncamento rodoferroviário possibilita acesso a todas as regiões do estado do Paraná e outros estados vizinhos (Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, 2014).

> O advento da comunicação em massa permitiu o acesso maciço a contextos sociais específicos, bem como a emergência de diversos novos núcleos sociopsicológicos de produção de conhecimento do senso comum e uma conseqüente diversificação das representações (Duveen, 2003). Nesse sentido, considerando-se a relação da mídia com o público – tanto consumidor quanto produtor do conhecimento – as representações sociais também são construídas e difundidas por meio da interação pública entre atores sociais, em práticas de comunicação do cotidiano (Moscovici, 1961/1976, 1982, 2003 apud Goetz, Camargo, Bertoldo & Justo, 2008, p. 227).

Portanto, o objetivo do presente trabalho é analisar a representação social da Copa do Mundo de Futebol (2014) conferindo papel privilegiado às notícias divulgadas em um jornal brasileiro de característica regional. Em específico o problema do estudo está sobre o impacto de um megaevento em um município que não seja capital de estado ou sede de jogos.

> O futebol é indubitavelmente o esporte mais popular do mundo, tendo como instituição internacional organizadora de futebol a FIFA - A Federação Internacional de Futebol Associado, organizando a principal competição internacional de futebol que é a Copa do Mundo FIFA, conhecida habitualmente como, Copa do Mundo, que

2 O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais (PNUD, 2014).

> hodiernamente, faz parte do cotidiano de uma elevada porcentagem da população mundial. No meio desta circunstancia, evidencia-se a seleção brasileira de futebol masculino, recordista em conquistas em Copa do Mundo, tornando a seleção mais bem sucedida do futebol (Moura, 2014, p. 155-156).

Considerados os objetivos e o enfoque norteador deste estudo, a presente pesquisa se caracteriza como de concepção metodológica interpretativa e de orientação descritiva.

De acordo com o referencial de Gaya (2008, p. 45) "as concepções metodológicas predominantemente ideográficas, interpretativas ou hermenêuticas, se constituem na alternativa adequada quando o objeto de investigação centra-se na compreensão e valoração das interpretações do indivíduo sobre a realidade".

Na pesquisa interpretativa os dados são definidos como construtos, ou seja, fenômenos observáveis de forma indireta. Os dados são categorizados indiretamente. "Os cons¬trutos […] exigem do investigador a necessária interpretação subjetiva dos indicadores, antes de transformá-los em categorias passíveis de medição ou simplesmente de observação". (GAYA, 2008, p. 47).

Segundo Gaya (2008) a metodologia interpretativa se distingue por algumas características fundamentais: nela, a realidade se apresenta de forma subjetiva, múltipla, intangível e holística; tem por objetivo compreender e interpretar os significados dos fenômenos e ações sociais; a relação investigador e sujeito-investigado é caracterizada como inter-relação de ambos; facilita a compreensão de determinada situação do ponto de vista dos sujeitos envolvidos; assume uma capacidade mais ou menos subjetiva do investigador de interpretar os fenômenos estudados (p. 48).

Para a realização da análise dos documentos será utilizado a técnica de análise de conteúdo segundo as proposições de Bardin (2002), quando ele trata de um "…conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens". (BARDIN, 2002, p. 38).

Bardin (2002) organiza o método em três fases: pré-análise, na qual os principais pontos são a leitura flutuante, a escolha dos documentos, preparação do material, a referenciação dos índices e elaboração dos indicadores; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

O jornal escolhido foi o "Diário dos Campos"[3]. Foram analisadas, por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2002), as notícias divulgadas nos meses que antecederam o evento, ou seja, até junho de 2014, notícias durante o evento (12 de junho a 13 de julho), e posteriormente as notícias dos meses após o evento (julho e agosto de 2014). A busca foi realizada no site da internet do referido jornal (http://www.diariodoscampos.com.br/) com o termo "copa do mundo". Após a análise os resultados foram agrupados em categorias e interpretados em interação com a literatura.

Visto que representações sociais (Moscovici, 2013) são fenômenos específicos relacionados com modo particular de compreender e se comunicar, que a mídia tem a capacidade de trazer o conhecimento reificado para o nível do senso comum[4], a fonte escolhida para análise foi o jornal, por ser um veículo de construção e propagação das representações.

> Pessoas e grupos criam representações no decurso da comunicação e da cooperação. Representações, obviamente, não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, en-

---

3 [...] atualmente é um importante jornal na região dos Campos Gerais, com tiragem de 11500 exemplares em dia úteis e 13500 aos domingos [...] O Diário dos Campos, sob o nome de O Progresso, publicou sua primeira edição em 27 de abril de 1907 [...] O surgimento do nome "Diário dos Campos" no ex trissemanal O Progresso aconteceu em primeiro de janeiro de 1913, em conseqüência da fundação da Companhia Typographica Pontagrossense e da união com o material tipográfico do semanal Correio dos Campos (Wikipedia: http://pt.wikipedia.org/wiki/Di%C3%A1rio_dos_Campos, 2014).Com 107 anos de tradição, é o jornal mais antigo em circulação no Paraná, com atuação em 23 municípios dos Campos Gerais (Facebook: https://www.facebook.com/diariodoscampos/info?tab=overview, 2014).

4 No universo consensual [...] "o ser humano é a medida de todas as coisas" e no universo reificado "Todas as coisas, quaisquer que sejam as circunstâncias, são, aqui, a medida do ser humano" (Moscovici, 2013, p.49-50).

> quanto velhas representações morrem. Como consequência disso, para se compreender e explicar uma representação, é necessário começar com aquela, ou aquelas, das quais ela nasceu (Moscovici, 2013, p. 41).

Atualmente a mídia impressa tem papel fundamental na divulgação de notícias sobre o esporte e, especialmente, dos grandes eventos esportivos como a Copa do Mundo de Futebol. Bracht (2005, p.17) ao falar do esporte de alto rendimento complementa com a expressão "esporte espetáculo", pois entende que "[...] esta abriga a característica central desta manifestação hoje, ou melhor, sua tendência mais marcante, qual seja, a transformação do esporte em mercadoria veiculada pelos meios de comunicação de massa".

> [...] o poder atual da mídia caracteriza-se por produzir sentidos, projetá-los, legitimá-los, dando visibilidade aos fenômenos que atraem primeiramente a atenção dos jornalistas. A função destes não se esgota entre o acontecido e o público. Os jornalistas selecionam, enfatizam e interferem por meio de palavras e imagens na construção sim bólica dos acontecimentos. Tal construção é um processo que pode encontrar resistências e modificar-se ao longo da produção e veiculação do que é noticiado (Serra & Santos apud Goetz, Camargo, Bertoldo & Justo, 2008, p. 228).

Outro fator importante a ser considerado é como a notícia é divulgada, ou seja, como o conhecimento é disseminado, pois "[...] muitas vezes o conhecimento científico é disseminado em versões simplificadas, de acordo com as limitações do público ou distorcido e degradado da verdade original por quem o difunde" (Citeli apud Goetz, Camargo, Bertoldo & Justo, 2008, p. 228).

> A diversidade e a contradição nos remetem ao estudo das representações sociais não mais como conteúdos, mas como processo. Processo entendido não como mero processamento de informações e elaboração de teorias, mas como práxis; ou seja, tomando como ponto de partida a funcionalidade das representações sociais na criação e na manutenção de uma determinada ordem social. Nos diversos textos que lidam com as representações sociais enquanto formas de conhecimento prático, são destacadas diversas funções, entre elas: orientação das condutas e das comunicações (função social); proteção e legitimação de identidades sociais (função afetiva) e familiarização com a novidade (função cognitiva). (Spink, 1993, 306).

Neste sentido Landowski (apud Gurgel, 2008, p. 487) afirma que "[...] os veículos de comunicação constroem a 'realidade' a partir de interações com seus públicos no plano do discurso e é justamente assim que se dá o sentido das coisas do mundo, através da mídia". Portanto, o jornal passa a ter um papel fundamental sobre a representação social de um determinado assunto, principalmente quando o contato com o mesmo está baseado, principalmente, através dos meios de comunicação, ou seja, não existe outra possibilidade de contato, para o público em geral, com este conteúdo a não ser por meio da mídia.

> Assim como o futebol, a mídia possui uma importância social que supera largamente a dimensão do "reclame" e dos segundos em que produtos são anunciados e notícias são veiculadas. O dinheiro proveniente da veiculação dos anúncios sustenta toda a mídia: cada emissora de rádio, jornal, revista ou rede de televisão "comerciais" depende, para sua sobrevivência no mercado, da chamada "verba publicitária". A par deste papel de "mola-mestra" do sistema da mídia, a publicidade ainda exerce uma enorme influência na cultura contemporânea, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo capitalista (Gastaldo, 2009, p. 353).

Com base nas notícias divulgadas sobre a Copa do Mundo de Futebol 2014 – FIFA no Brasil serão realizadas as análises e interpretações das representações presentes no Jornal Diário dos Campos.

Os resultados serão apresentados em categorias, de acordo com as notícias encontradas, frequência e porcentagem das respostas. A análise baseou-se, principalmente, nos títulos das notícias e seus conteúdos.

Resultados

Como resultado dos meses anteriores ao evento é possível identificar as seguintes categorias de notícias: copa do mundo como assunto secundário ou coadjuvante; construção dos estádios; setores de apoio ao evento; ingressos; produtos desenvolvidos relacionando com o evento; equipe de trabalho/apoio para o evento; jogos de preparação (amistosos e preparação dos estádios); legados do evento; seleções de outros países; convocação da seleção brasileira.

Tabela 1: Notícias sobre a copa do Mundo de Futebol FIFA-2014.
Jornal Diário dos Campos – 2014 – anterior ao evento.

CATEGORIAS	FREQUÊNCIA	%
Copa do mundo como assunto secundário ou coadjuvante	25	29,1
Construção dos estádios	15	17,4
Setores de apoio ao evento	14	16,3
Ingressos	8	9,3
Produtos desenvolvidos relacionando com o evento	5	5,8
Equipe de trabalho/apoio para o evento	5	5,8
Jogos de preparação (amistosos e preparação dos estádios)	4	4,7
Legados do evento	4	4,7
Seleções de outros países	4	4,7
Convocação da seleção brasileira	2	2,3

Com estes resultados é possível inferir que a copa do mundo de futebol é 'pano de fundo' para muitos assuntos, desde definição de calendários, campanhas, projetos e até tema de escolas de samba no carnaval.

> [...] embora não determine ou condicione comportamentos ou ações sociais, a mídia certamente atua como um fator de poderosa influência no campo social. Na medida em que o discurso da mídia articula determinados significados aos fatos enquanto oculta outros, é construída nesse discurso uma determinada "definição de realidade", que, dada a imensa difusão social de seus veículos, tem grande possibilidade de tornar-se (ou "manter-se") hegemônica, colaborando assim de modo ativo na manutenção de uma dada relação de forças no interior da sociedade (Gastaldo, 2009, p. 353).

Esta variedade de notícias sem relação direta com o evento principal reforça a preocupação exclusiva com aspectos técnicos, como a ênfase na construção e infraestrutura de apoio do estádio de futebol da capital paranaense (Arena da Baixada Curitiba –Pr/Brasil), e com o número baixo de notícias sobre o legado do torneio para a sociedade brasileira. Destaca-se assim a pequena quantidade de notícias sobre os legados do evento.
De acordo com Villano et.al (2008) um megaevento esportivo pode gerar vários tipos de legado como: legados em si (construções, compra de equipamentos, empregos, outros eventos, aumento da prática de atividades físicas pela população), legados da candidatura do evento (aprendizado, planejamento), legados da imagem do Brasil (oportunidades econômicas, imagem dentro e fora do país, orgulho regional e nacional, legados de governança (planejamento, cooperação, parcerias) e legados de conhecimento (treinamento e capacitação, voluntariado, geração de informações, estratégias).
As notícias sobre voluntariado, apesar de poucas, (Equipe de trabalho/apoio para o evento) mostram a importância deste tema para a sociedade e deveria ter mais destaque em um jornal regional, pois possibilitaria maior divulgação e talvez maior participação da sociedade.
Em pesquisa realizada por Nolasco et. al. (2008) comparando voluntários dos Jogos Pan-americanos 2007 e voluntários dos jogos Olímpicos de Atenas 2004 foi verificado que a internet foi o meio mais utilizado para

efetuar inscrição nos jogos com participação voluntária (87,83% no Pan-Americano 2007 e 54,3% em Atenas 2004). Portanto, a divulgação em um jornal com circulação na internet é um poderoso auxílio, além da importância da divulgação e construção de uma representação sobre este tipo de atividade.
Porém, a alta porcentagem de notícias "secundárias ou coadjuvantes" mostra uma representação da Copa do Mundo de Futebol que vai além do jogo propriamente dito. Percebe-se que um evento realizado no país possibilita outro olhar, ou seja, o padrão de referência passa a ser outro quando comparado com um evento fora do seu país. O olhar para o jogo, para a torcida divide a atenção com outros setores como o comércio e o turismo (feriados extras) e outras possibilidades boas ou ruins que antes não eram possíveis. Outros estudos comparando notícias deste jornal de copas do mundo realizadas fora do Brasil seriam esclarecedoras. Neste sentido, Spink (1993, p. 303) esclarece que

> [...] a representação é uma construção do sujeito enquanto sujeito social. Sujeito que não é apenas produto de determinações sociais nem produtor independente, pois que as representações são sempre construções contextualizadas, resultados das condições em que surgem e circulam.

Na continuidade da pesquisa foram analisados os artigos dos meses subsequentes à Copa do Mundo (julho e agosto) para a determinação das representações sobre o evento.
A tabela abaixo apresenta a análise realizada

Tabela 2: Notícias sobre a copa do Mundo de Futebol FIFA-2014.
Jornal Diário dos Campos – 2014 – durante o evento.

CATEGORIAS	FREQUÊNCIA	%
Copa do mundo como assunto secundário ou coadjuvante	9	32
Comércio/economia/serviços	7	25
Jogos de seleções de outros países	3	11
Jogos da seleção brasileira	9	32

Fica evidente novamente que mesmo durante a realização do evento Copa do Mundo FIFA – 2014 vários assuntos secundários predominam nas notícias divulgadas sobre o torneio. Com sete notícias (25%) o comércio durante o evento é o tema de maior destaque. A preocupação da sociedade brasileira e as notícias divulgadas nos meios de comunicação de massa (TV, rádio, internet, revistas e jornais) estão, de certa forma, expressas nesta análise. Isto posto, é importante frisar que atualmente, segundo Castells (2012, p. 462)

> [...] o novo sistema de comunicação transforma radicalmente o espaço e tempo, as dimensões fundamentais da vida humana. Localidades ficam despojadas de seu sentido cultural, histórico e geográfico e reintegram-se em redes funcionais ou em colagens de imagens, ocasionando um espaço de fluxos que substitui o espaço de lugares. O tempo é apagado no novo sistema de comunicação já que passado, presente e futuro podem ser programados para interagir entre si na mesma mensagem.

Portanto, as notícias divulgadas aqui indicam também uma representação da Copa do Mundo de Futebol-FIFA 2014 que está além do jogo propriamente dito, com uma forte carga dos impactos econômicos.
Os resultados das notícias divulgadas após o evento demonstram novamente esta tendência de uma representação para além do jogo propriamente dito.

Tabela 3: Notícias sobre a copa do Mundo de Futebol FIFA-2014.
Jornal Diário dos Campos – 2014 – após o evento.

CATEGORIAS	FREQUÊNCIA	%
Campeonato Brasileiro retorna após a copa	1	7
Comércio/economia/serviços	9	65
Comemoração da Alemanha	2	14
Convocação da nova seleção brasileira	2	14

Segundo Moscovici (apud Goetz, Camargo, Bertoldo & Justo, 2008, p.227) a comunicação pode acontecer de três formas, a saber:

> 1. Propaganda, sistema caracterizado por temas ordenados sistematicamente e bem definidos em antagonismos, com intenção persuasiva. 2. Propagação, estabelecido por membros de um grupo que possuem uma visão de mundo organizada em torno de uma crença a propagar. 3. Difusão, direcionado a um grupo social com identidade difusa, é moderada pela própria audiência tendo em vista que a informação aqui se constitui em produto, isto é, o objetivo é de simplesmente informar, o que contribui para a formação do saber comum.

As notícias divulgadas podem ser interpretadas de forma a direcioná-las ou enquadrá-las em algumas destas possibilidades de interação entre os sujeitos e o objeto analisado, ou seja, o jornal. Porém, em uma análise inicial não surgem interações com o sistema de propaganda, também não estabelecem uma visão de mundo específica; portanto, ao considerar o sistema de difusão fica mais evidente um sentido dado ao objeto como uma circulação de informações ou ideias mais amplas da sociedade.

Após estas análises e verificação de que as Representações das notícias divulgadas estão situadas para além do jogo é fundamental notar que

> A diversidade e a contradição nos remetem ao estudo das representações sociais não mais como conteúdos, mas como processo. Processo entendido não como mero processamento de informações e elaboração de teorias, mas como práxis; ou seja, tomando como ponto de partida a funcionalidade das representações sociais na criação e na manutenção de uma determinada ordem social [...] A função cognitiva de familiarização com a novidade, transformando o estranho - potencialmente ameaçador - em algo familiar, nos permite evidenciar os dois principais processos envolvidos na elaboração das representações postulados por Moscovici em 1961: ancoragem e objetivação. A ancoragem refere-se à inserção orgânica do que é estranho no pensamento já constituído [...]A cristalização de uma representação nos remete, por sua vez, ao segundo processo: a objetivação. A objetivação é essencialmente uma operação formadora de imagens, o processo através do qual noções abstratas são transformadas em algo concreto, quase tangível (Spink, 1993, p. 306).

Portanto, a análise destas notícias devem ser interpretadas para além da informação, ou seja, é preciso entender, com outros estudos, quais os processos de ancoragem e objetivação estão envolvidos na construção desta representação social que está além do jogo propriamente dito.

Bibliografia

BARDIN, L. (2002) *Análise de conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70.

BRACHT. V. (2005) *Sociologia crítica do esporte, uma introdução*, Ijuí: Unijuí.

CASTELLS, M. (2012) *A Sociedade em rede*, São Paulo: Paz e Terra.

GOETZ, E. R.; CAMARGO, B. V.; BERTOLDO, R. B. e JUSTO, A. M. Representação social do corpo na mídia impressa. Psicologia & Sociedade; 20 (2): 226-236, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n2/a10v20n2.pdf.

GAYA, A. (2008) *Ciências do Movimento humano: introdução à metodologia da pesquisa*. 1. ed. Porto Alegre: Artmed.

GASTALDO, E. (2009). "O país do futebol" mediatizado: mídia e Copa do Mundo no Brasil. Sociologias, 11(22), 352-369

GURGEL, A. (2008), O papel da mídia na construção do legado dos jogos Pan-Americanos Rio 2007: análises pós-evento. In Lamartine DaCosta, D. Corrêa, E. Rizzuti, B. Villano & A. Miragaya, *Legados de megaeventos esportivos*, Brasília: Ministério do Esporte, pp. 487-490

MOSCOVICI, S. (2013) *Representações sociais: investigações em psicologia social*, Petrópolis: Vozes.

MOURA, G.B. et al (2014) Representações sociais da Copa do Mundo, da FIFA e da seleção brasileira de futebol. *Psicologia e Saber Social*, 3(1), 154-159.

NOLASCO, ET AL. Pesquisa comparativa entre voluntários dos Jogos Pan-americanos Rio 2007 e voluntários dos jogos Olímpicos de Atenas 2004. In Lamartine DaCosta, D. Corrêa, E. Rizzuti, B. Villano & A. Miragaya, *Legados de megaeventos esportivos*, Brasília: Ministério do Esporte, pp. 428-439.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA. (2014) *A cidade*. Disponível em http://pontagrossa.pr.gov.br/acidade#caracteristicas, [consultado em 15-11-2014]

PNUD. (2014) *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*. Ranking IDHM Municípios 2010. Disponível em http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx, [consultado em 15-11-2014].

SPINK, M.J. (1993) O Conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial. *Cad. Saúde Públ*., Rio de Janeiro, 9 (3), pp. 300-308.

VILLANO, B. Seminário "Gestão de Legados de Megaeventos Esportivos": pontos de convergência. In Lamartine DaCosta, D. Corrêa, E. Rizzuti, B. Villano & A. Miragaya, *Legados de megaeventos esportivos*, Brasília: Ministério do Esporte, pp. 45-48

Moradores de Rua em Copa do Mundo: Presença Criminalizada na Cidade de Belo Horizonte

Maria da Luz Alves Ferreira[1]
UNIMONTES, mariadaluz@oi.com.br

Pâmela Daniele Ramos Tuller[2]
UNIMONTES, pamellatuller@yahoo.com.br

Resumo: O trabalho objetivou refletir sobre os conflitos pela utilização dos espaços urbanos públicos que envolveram moradores de rua e o município de Belo Horizonte/MG, às vésperas da Copa do Mundo da FIFA de 2014. Pretendeu-se compreender como foram realizadas as ações voltadas a coibir a presença dos primeiros nos apontados espaços, que relação elas mantiveram com o assinalado evento e no contexto de que discursos foram justificadas e praticadas. Estudaram-se aspectos legais desses atos e, ao mesmo tempo, os conflitos subjacentes, isto é, as disputas pelos espaços. Percebeu-se que o morador de rua é uma figura contrastante com a prosperidade que tentam exibir as cidades-sedes de tais eventos. A prática de eliminação dessa população, avaliada como excluída e socialmente inútil, é comum e foi observada nas ações, rotuladas como de gestão do espaço público, perpetradas pelo município estudado, em especial na forma de deslocamento forçado (através da desconstrução de seus espaços de sobrevivência)

Palavras-chave: Morador de rua. Copa do Mundo da FIFA. Conflitos urbanos.

1 Introdução

A prática de atos de natureza higienista (como vêm sendo rotulados os deslocamentos compulsórios de moradores de rua, dentre outras populações marginalizadas) em períodos precedentes à, e em locais onde são realizados, eventos como a Copa do Mundo da FIFA (CMF), apresenta-se, para diversos organismos internacionais, como já conhecida, notadamente em países nos quais as desigualdades sociais são evidenciadas a olhos nus, seja por meio da presença de aglomerados subnormais (favelas) ou de moradores de rua.

Em 2012, por ocasião da Revisão Periódica Universal (RPU)[3] da ONU relativa à observância dos Direitos Humanos, o Brasil foi advertido da necessidade de respeito aos Direitos Humanos nos preparativos da CMF de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016. O relatório atestou que a reestruturação urbana decorrente desses megaeventos deveria ser regulada de modo a prevenir deslocamentos ou despejos forçados, ademais de incidentes de execuções extrajudiciais pela polícia.

Na medida em que se aproximaram os preparativos para CMF, inclusive com a ocorrência da Copa das Confederações em 2013, intensificaram-se práticas de violências contra os moradores de rua, tais como a apreensão de pertences, a proibição de trânsito ou fixação em determinados locais, a internação institucional e remoção forçadas, conforme relatório da Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua (CNDDH).

As denúncias reiteradas conduziram ao ajuizamento de ações judiciais contra diversos municípios: em 2014

---

1 Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social e de Graduação em Ciências Sociais da UNIMONTES. Doutora em Sociologia e Política pela Universidade de Minas Gerais – UFMG.

2 Mestranda em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da UNIMONTES. Especialista em Direito Processual e Graduada em Direito pela UNIMONTES. Advogada.

3 Disponível em: http://www.onu.org.br/revisao-periodica-universal-da-onu-questiona-direitos-humanos- na- preparacao-para-copa-de-2014, [consultado em 30-06-2014].

a defensoria pública do estado da Bahia, em virtude de recolhimento institucional forçado, sobretudo de moradores de rua que se fixavam nas proximidades do estádio Arena Fonte Nova, em Salvador/BA; já em 2012, uma ação popular foi movida contra o município de Belo Horizonte/MG, acusado de apreensão irregular de pertences e de promover o deslocamento forçado desse segmento[4].

Acredita-se que, desde 2012, o município de Belo Horizonte venha praticando reiterados atos voltados à remoção forçada dessas populações. Ele foi, ainda, um dos primeiros, ou quiçá o primeiro, município a ser judicialmente condenado a se abster de continuar na prática dos atos narrados. Contudo, apesar da condenação, os atos não cessaram de ser praticados, dessa vez travestidos de legais, o que, segundo propomos como hipótese, significou a adoção de instrumentos legais para criminalizar a presença dos moradores de rua e provocar o deslocamento forçado das áreas públicas de interesse da CMF.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre os conflitos pela utilização dos espaços urbanos públicos que envolvem, de um lado, moradores de rua e, de outro, o Poder Público. Especificamente, pretende-se compreender como este último vem implementando ações, legalizadas ou clandestinas, para coibir a presença dos primeiros nos apontados espaços de cidades que sediaram jogos da CMF, particularmente, a de Belo Horizonte.

Espera-se conjugar as abordagens sociológica e jurídica, visto que serão tratados aspectos legais dos atos administrativos realizados em confronto com os direitos pertinentes aos moradores de rua, ao mesmo tempo em que estudados os conflitos subjacentes aos atos normativos, noutros dizeres, as disputas pelos espaços e consequências de determinadas políticas, sobremodo de cunho econômico, para os mais vulneráveis dos habitantes das cidades, os moradores de rua.

Para tanto, num primeiro momento, alguns aspectos atinentes aos moradores de rua serão apresentados, em especial sua caracterização, como são representados, condição e modos de vida genéricos. Conseguintemente, serão estudados os atos, encabeçados pelo município de Belo Horizonte contra os moradores de rua, no sentido de promover a remoção forçada dos mesmos. Almeja-se analisar notícias veiculadas nas mídias, inclusive oficiais, o enfrentamento judicial da questão e as formas através das quais o Poder Público continuou a perpetrar os mesmo atos através de instrumentos legais, bem como os discursos encobertos.

2 Moradores de rua: conceito, caracterização e condições/modos de vida genéricos

Organismos internacionais como a ONU e a FEANTSA conceituam os moradores de rua a partir da conexão dos mesmos com a falta de alojamento, daí serem denominados de “sem-abrigo”. Entretanto, no universo institucional brasileiro, registra-se certa preocupação em desconectar do conceito de moradores de rua a negação do acesso à moradia adequada. Ele será elaborado, deste modo, tendo a palavra “rua” como um de seus componentes indissociáveis. Falava-se em moradores de rua; hoje, em população em situação de rua.

Os dois últimos mencionados substantivos utilizados para conceituar esse segmento populacional centram atenções na pessoa conceituada, isto é, em suas características. Eles buscam estabelecer uma relação primordial com a rua, enquanto cenário onde a vida se processa. O morador ou pessoa em situação de rua é, acima de tudo, quem utiliza a rua como espaço para moradia e a partir de onde é possível obter o sustento.

O conceito de pessoa em situação de rua, constante do Decreto 7.053/2009, parece distinguir o viver na rua como uma estratégia de sobrevivência frente às situações de extrema pobreza e de não inserção no mundo normal do trabalho. Diante da falta de emprego, por exemplo, isto é, de mecanismos convencionais de promoção do sustento, a rua pode ser uma alternativa para não sucumbir aos infortúnios da vida.

Entretanto, apresentar os moradores de rua como envolvidos em uma situação, a situação de rua, apresenta-se menos adequado do que supor estarem eles dentro de uma condição, a condição de rua. A palavra situação remete à ideia de posição e transitoriedade, como também ao efeito de dispor algo dentro de um todo, de um

4 Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-06/orgaos- publicos-atuam- contra-violacao-de-direitos-de-moradores-de, [consultado em 26-06-2014].

espaço. Trata-se, outrossim, de algo que está. Condição, por outro lado, carrega a noção de característica imanente, de qualidade, enfim, ela remete ao ser: maneira de ser, estado de uma pessoa ou de uma coisa; base fundamental, qualidade requerida; cláusula; requisito.

A predileção pela segunda em lugar da primeira é justificada no fato de que, ao tratar os moradores de rua como uma população em situação de rua, subsiste um prejulgamento implícito, qual seja, o de se tratar de uma posição que não pode ser duradoura. Simplificando ao extremo, os moradores de rua estão na rua, foram posicionados como viventes e sobreviventes na rua, mas devem obrigatoriamente ser reintegrados aos modos de vida convencional. A longa permanência na rua é, praticamente, negada. De outra face, afirmar se tratar de uma população em condição de rua permite compreendê-la à partir do elemento diferencial na construção de seus modos de vida: a própria rua.

Pesquisas capazes de abranger a totalidade dos moradores de rua existentes são escassas. Não é possível, deste modo, precisar quantos eles são, como também atestar suas características. Somente em 2008 foram divulgados os resultados de uma pesquisa de abrangência nacional, a PNPS. Elaborada pela UNESCO e o MDS, ela foi realizada em 71 municípios brasileiros com população superior a 300 mil habitantes.

A PNPS (BRASIL, 2008) identificou 31.922 pessoas adultas (com mais de 18 anos) vivendo nas ruas. Essa população foi descrita como majoritariamente masculina, com idade entre 25 e 44 anos, negra (de cor parda e preta), advinda de áreas urbanas e vivendo na rua há mais de 02 anos. Ela possui nível de escolaridade baixo (mais da metade possuem apenas o ensino primário e cerca de 15% nunca estudou), desenvolve alguma atividade remunerada (70,9%), embora perceba entre R$ 20,00 e R$ 80,00 a título de rendimentos semanais, e pouco praticam a mendicância. A quase totalidade dos entrevistados que trabalham atuam em economias informais e cerca da metade jamais trabalhou com carteira assinada. A maioria mantém contato frequente com familiares e 88,5% não recebem quaisquer benefícios governamentais.

O recenseamento realizado, em 2013, pelo município de Belo Horizonte identificou 1.827 pessoas como moradoras de rua. O perfil encontrado é bastante semelhante ao constante da PNPS, mas aponta uma população mais envelhecida e com índices superiores de pessoas trabalhando com carteira assinada (12,5%, contra os 1,9% alcançados na pesquisa nacional).

Embora o morador de rua possa trabalhar (no sentido amplo da palavra e, de fato, trabalham) ele é referenciado, no senso comum, como entregue ao ócio e à vagabundagem. Ele é representado como quem rejeita "voluntariamente" o trabalho e, através deste, integrar-se à sociedade. Daí porque são culpabilizados pela ida para a rua e, assim, por todos os seus fracassos e destinos, destacam Mattos & Ferreira (2004).

Para esses autores, o comportamento desviante também pauta a representação do morador de rua como sujo ou louco. Ele subverteria os principais hábitos de higiene, de preservação da saúde e outros comportamentos minimamente conformes aos praticados pelas demais pessoas. Logo, é associado à figura do maltrapilho, de aparência repugnante ou portador de problemas psiquiátricos. Enquanto a caracterização do morador de rua como vagabundo desperta sentimentos anti-solidários (afinal, estar na rua decorre de uma falta pessoal), identificá-lo como louco tende a provocar sentimentos de temor frente a sua presença.

Para Kasper (2006), todas essas representações podem ser sintetizadas na figura do mendigo. Ele distingue o mendigo como quem pratica a mendicância e, para além disso, como o indivíduo demarcado pelo estereótipo do sujo e maltrapilho, doente, louco e perigoso.

Segundo a definição institucional de moradores de rua, eles têm em comum a extrema pobreza. Todavia, em lugar de absolutamente pobres, assumem a posição de excluídos, quando, entre os anos 1970 e 1990, a noção europeia de pobreza cede espaço para a ideia de exclusão social: o pobre é o indivíduo excluído dos modos de vida, hábitos, e atividades normais do Estado onde vive, pelo motivo de não possuírem recursos bastantes para lhes permitir a participação. (KASPER, 2006)

A temática da exclusão social encobre uma compreensão da sociedade como dual e os indivíduos como incluídos e excluídos. Embora ambos coexistam, somente os primeiros ocupariam alguma posição, participação e utilidade social.

Castel (2009) analisa a exclusão social a partir da ideia de coesão e tendo o emprego como principal mecanismo de integração (a abordagem aqui é estrutural e de cunho economicista). Nos contornos de uma sociedade

salarial, o emprego, a "posição no salariado", mais do que o trabalho em si, torna-se o grande responsável por promover a inserção social dos sujeitos. Essa posição congrega uma renda, um status, proteções e identidades pertinentes.

A acumulação de bens e riquezas vincula-se, nesse tipo de sociedade, ao salário. Ele referencia o modo de consumo, assim como, e a partir dele, o estilo de vida dos salariados. Simplificando ao extremo, pode-se dizer que o salário determina o consumo, que determina um lugar social, por conseguinte, um estatuto jurídico específico e, finalmente, quem os sujeitos representam ser em termos identitários (as características particulares dos indivíduos não são consideradas na mesma proporção que sua identidade, isto é, vale mais quem se representam ser no jogo das posições sociais).

Paradoxalmente, o apogeu do salariado, enquanto organizador quase absoluto da vida social, marcou o quão forte e frágil é sua capacidade de integrar a todos, de manter coesa a sociedade, pois, uma vez alijado do salariado, afastado estará da vida social. As reestruturações advindas ao mundo do trabalho pela empresa vêm tornando o desemprego crônico, o trabalho instável e o trabalhador sempre vulnerável, quando não excluído. O problema de o desemprego buscar raízes cada vez mais profundas na sociedade decorre de que, com o passar do tempo, os sistemas de seguridade social, notadamente os recursos para mantê-los, tornam-se escassos. Como consequência, a proteção social pode se tornar insustentável, e o indivíduo inempregável (embora protegido – vulnerável), tornar-se-á inempregável e desprotegido. Ele perde definitivamente sua posição no salariado, participação no consumo e utilidade social, logo, tornam-se inexistentes. Esses "inúteis para o mundo" (na exata expressão de Castel, 2009) estão presentes, mas não podem provocar implicações: «ocupam uma posição de *suprenumerários*, flutuando num espécie de *no man's land* social, (...) [a inutilidade] desqualifica-os no plano cívico e político, (...) [eles] não estão ligados aos circuitos de trocas produtivas» (p. 530).

Essas análises foram construídas pelo autor principalmente a partir da experiência europeia, particularmente a francesa. O Brasil, ao contrário da França, nunca experimentou o pleno emprego. Não se pode afirmar, com segurança, que a sociedade brasileira tenha se consolidado, em algum momento, como salarial, tampouco que a exclusão nela observada tem como origem o fim (ou a crise, que seja) da sociedade salarial e do enfraquecimento do Estado Social. É que também não se pode garantir haver sido o Estado brasileiro um típico Estado Social.

A existência de uma integração, embora transversal, dos moradores de rua ao sistema capitalista, à empresa, e, por consequência, a negativa de se tratarem eles de pessoas excluídas foi proposta e verificada a partir de pesquisas realizadas junto a esse segmento na cidade de Montes Claros/MG (TULLER, 2003). Trata-se de uma população heterogênea que congrega grupos, em sua maioria, dedicados ao desenvolvimento de atividades remuneradas com regularidade. Por conseguinte, eles ocupariam um lugar na produção, desenvolvendo ocupações que possibilitam, ao contrário do defendido por Castel (2009), a exploração, acumulação capitalista e produção de renda. Assim, eles não seriam tão excluídos como proposto.

No apontado estudo foi identificada a presença dos moradores de rua na cadeia produtiva da reciclagem e de gêneros alimentícios comercializadas no mercado municipal. Em geral eles realizam pelo ao menos duas atividades econômicas distintas; praticam jornadas de trabalho superiores à máxima determinada pela legislação e auferem baixos rendimentos, mas que podem ultrapassar ao salário mínimo nacional, sem estarem acolhidos por quaisquer tipos de assistência. Essa constatação torna insustentável a afirmação de que, uma vez expulso do emprego ou do mundo normal do trabalho, não haverá renda, e, por consequência, acesso ao consumo de bens e serviços mínimos.

Oliveira (1997) afirma que o sistema capitalista não é excludente. É de sua natureza reservar um lugar para todos, embora com desproporcionais distribuição de vantagens e imposição de cargas. A exclusão, em si, não existe para este autor, porque não é possível existir indivíduos presentes e ausentes da esfera social. Não existiriam, aliás, duas sociedades ou esferas sociais.

De fato, não é possível explicar a subcidadania (estatuto inegável aos moradores de rua) unicamente a partir da desconexão dos indivíduos com uma posição no salariado (formal), até pelo motivo de que o mundo dito normal do trabalho, notadamente no Brasil, é aquele que integra um setor formal e um setor informal, imbricados numa relação simbiótica.

Concluir pela inexistência de exclusão (ninguém está excluído), entretanto, não permite constatar o inverso da "máxima" casteliana, segundo a qual, a inutilidade econômica equivale à inutilidade social, isto é à invalidação

social. A participação dos moradores de rua na produção, mormente em situação "normal" (já que dentro de setores atrelados à própria dinâmica da economia), atesta se tratar de sujeitos importantes à produção, logo economicamente úteis. Contudo, eles podem não gozar de utilidade social na mesma proporção em que revelam alguma utilidade econômica.

Os estudos pouco centrados em aspectos estruturais e, sobretudo, pouco focados numa compreensão social unicamente a partir da "acumulação global" extrapolam o conceito de vida social, revolvendo-lhe o senso puramente economicista. A tendência é de cair no dualismo (existem indivíduos presentes e ausente da vida social), mas nesse ponto eles possibilitam avançar sobre as limitações da abordagem antidualista. (OLIVEIRA, 1997)

Os modos de vida praticados pelos moradores de rua são considerados destoantes do inscrito naqueles dispostos numa socialização dita normal, de tal maneira que por vezes são considerados como "perversos". A rua, tradicionalmente considerada como espaço para a prática de atos da vida pública, é por eles utilizada com a dupla finalidade de desempenhar os atos da vida pública e os atos mais íntimos da vida privada. É aqui que eles se desconectam de um dos princípios elementares da vida social humana. Segundo Oliveira (1997)

> do ponto de vista do processo global da acumulação, essa especificidade não tem nenhuma importância. (...) Para que ela seja considerada um efeito perverso do sistema, é preciso ter uma resposta para a seguinte questão: perverso em relação a quê? A resposta não pode ser outra senão: em relação a um ponto de vista valorativo acerca do que seja um modo de viver humano. No âmbito deste, por mais que seja possível encaixar os nossos indigentes - como nos exercitamos em fazer -, resta sempre a 'impressão' de que existe um abismo entre quem, no fim da tarde, tem uma casa para voltar, ainda que humilde.

A ausência de integração para Castel (2009) conduz ao isolamento social. Através de sucessivos processos de rupturas (do emprego principalmente), por ele chamados de processos de desfiliação, os sujeitos podem se desconectar da órbita social. Falar em desfiliação para este autor é mais adequado do que falar em exclusão por fatalmente ela designar um apartamento social semelhante ao vivenciado pelos judeus apátridas, por exemplo. Oliveira (1997), por outro lado, utiliza justamente essa concepção de exclusão, formulada por Hannah Arendt, para explicar como os grupos tradicionalmente considerados excluídos (não da vida econômica, mas da vida social humana) são percebidos.

Os moradores de rua definitivamente não são considerados como pertencentes à vida social humana. Suas condições de vida, tanto no que pertine às múltiplas carências suportadas, quanto no que toca às práticas consideradas "perversas", denotam isso. Para o último autor mencionado, esse não pertencimento revela uma profunda desconexão da vida social, em maior intensidade (é possível supor) que as desfiliações castelianas, por referenciarem esquemas valorativos: os moradores de rua são "avaliados" como expulsos da vida social humana. Eles são invisíveis e inexistentes socialmente, todavia eles estão lá. E a tensão entre a visibilidade de sua invisibilidade nutre sentimentos hostis e por vezes exterminatórios.

As abordagens da pobreza e dos afastados de forma duradoura do mercado de trabalho carregam, na medida em que os chamavam de excluídos, o discurso da inclusão. É preciso integrá-los aos modos de vida, hábitos e atividades normais do Estado onde vivem. Existe um consenso, segundo Kasper (2006), entre os governos, defensores das políticas de integração ou entre os que se incomodam com a presença dos moradores de rua, qual seja, o de que eles, definitivamente, não podem habitar as ruas. Para este autor, é por este motivo que «de vez em quando aparece um fulano que se sente perfeitamente legitimado em incendiar um 'mendigo', pensando [estar] assim 'limpando a cidade'» (p. 193).

As violências perpetradas contra moradores de rua não são restritas às esferas não governamentais. O recenseamento feito pelo município de Belo Horizonte identificou os agentes públicos como principais autores (quase 50 %) das violências às quais são submetidas. De modo semelhante, elas não estão adstritas a Belo Horizonte, ou ao Brasil.

Particularmente na esteira dos jogos olímpicos ou mundiais futebolísticos, a figura do morador de rua contrasta com a imagem da cidade próspera, digna, portanto, de acolher os aludidos megaeventos, motivo pelo qual a visibilidade desse segmento tende a ser evitada, como será visto no tópico a este subsequente.

3 Megaeventos esportivos x moradores de rua: de prática esportiva a espetáculo, em cujo cenário não devem estar os últimos contidos

O jogo e o esporte foram associados, desde a Antiguidade, ao entretenimento, significando isso se tratarem de atividades desinteressadas, opostas ao trabalho e de agradável realização. No entanto, ao longo da trajetória das competições desportivas, é possível perceber o agregar de diversos outros elementos a essa função entretenedora, vindo a prática do desporto a assumir funções outras tais como a de carregar discursos políticos, simbolizar disputas ideológicas, bem como, e por fim, a de constituir não mais que uma mercadoria. (MINUZZI, MARIN & FRIZZO, 2013).

O uso político dos jogos legou à utilização econômica a dimensão espetaculosa das competições, em especial as olímpicas. Desde esse período, coincidente com o da Guerra Fria, a realização dos eventos demandavam alta performance governamental e elevados investimentos financeiros, seja na elaboração dos igualmente espetaculosos conjuntos arquitetônicos, seja na preparação dos atletas envolvidos.

Quando confederações desportivas como o Comité Olímpico Internacional (COI) e a FIFA experimentaram severas crises financeiras oriundas da diminuição dos investimentos governamentais, a admissão do capital privado, como também a ingerência do empresariado na satisfação de seus interesses, foi pensada como única solução possível para continuar a promover os campeonatos, pelo ao menos em dimensões espetaculares. Para o setor privado, sob outro enfoque, significou uma oportunidade de investimento.

A COI e a FIFA foram, nesse empreendimento, exitosas graças à adoção de pesadas estratégias de *marketing*. Fazia-se imprescindível aos investidores "vender" as competições como megaeventos. As imagens dos, e associadas aos, jogos poderiam, agora, ser economicamente exploradas.

A participação das cidades e países anfitriões dos campeonatos foi preponderante para conferir dimensões colossais aos eventos e demarcou o uso político-ideológico do desporto. Os governos eram os principais fomentadores e o sucesso dos mundiais representaria o sucesso do país realizador do evento. Na atual fase, por assim dizer, neoliberal (de gestão empresarial) dos campeonatos, os Estados continuaram a se submeter às exigências (de mercado) da COI e FIFA. Enquanto no primeiro momento assinalado essa atuação poderia resultar na apresentação de um país forte e poderoso, no segundo ela objetiva exibir cidades cujos padrões coincidam com o ostentado por cidades globais, em termos de infraestrutura, educação, trabalho etc., que atendam aos interesses do capital, conforme assinalam Minuzzi, Marin & Frizzo (2013).

Os aludidos autores enfatizam ser característica a tentativa de exibir as cidades-sedes de semelhantes eventos como lugares adequados para os negócios, para se investir economicamente (e gerar renda, incrementar o emprego...), além de seguro para habitar, fazer turismo e consumir.

O empenho conjunto das cidades e empresas, noutros dizeres, a parceria público-privada, para conjugar os diversos interesses envolvidos, conseguiu, de fato, promover verdadeiros espetáculos. É o que se percebe desde os jogos Olímpicos de 1992 em Barcelona. Por outro lado, as estratégias adotadas são por vezes atentatórias aos direitos humanos, como as já citadas práticas de higienização urbanas, cujo objetivo é de literalmente maquiar o que pode afetar negativamente a imagem do país e cidades-sedes como desenvolvidas. Daí porque tudo o que for associável à pobreza ou à insegurança são passíveis de eliminação: nos Jogos Olímpicos de 1992, por exemplo, os profissionais do sexo suportaram deslocamentos forçados para que não se fizessem uma associação do evento à prostituição (legalizada na Espanha); já em Atlanta, nas vésperas dos de 1996, mais de 20 mil moradores de rua foram reprimidos para desvincular da cidade uma imagem de não-prosperidade.

É evidente que políticas higienistas hoje não podem ser sequer pensadas pelos Estados, ainda mais pelos signatários da Declaração dos Direitos Humanos, todavia, diversas são as estratégias empreendidas para burlar possíveis "entraves" à perfeita realização dos megaeventos. A presença desses segmentos é indesejada e inúmeros subterfúgios são engendrados para criminaliza-la. A título de exemplo: visando eliminar a presença dos moradores de rua na cidade de Atlanta, foi aprovada uma lei determinando a proibição do *camping* urbano, concebido, de acordo com Kasper (2013, p. 204), citando E. Hopkins e L. Nackerud, como o ato de «erguer tendas ou qualquer estrutura oferecendo abrigo, fazer preparativos para dormir, guardar possessões pessoais, acender um fogo, cozinhar regularmente ou preparar refeições, ou viver num veículo estacionado». A tentativa,

como se percebe, é de criminalizar a permanência nas ruas e, a partir disso, coibir, agora sob os auspícios da lei, a presença dos moradores de rua.

No Brasil, os preparativos para a CMF e Jogos Olímpicos de 2016 já provocaram o deslocamento de grupos também associados à pobreza e à falta de segurança. Áreas identificadas como favelas foram destruídas e houveram muitos despejos. No que pertine aos moradores de rua, foram diversos os deslocamentos forçados e destruição de pertences sob a justificativa de vedação da obstrução dos espaços públicos, como no município de Belo Horizonte, desde 2012.

A CNDDH afirma haver recebido diversas denúncias de violência patrimonial (com a apropriação e posterior ou concomitante destruição de bens), além de subtração, invalidação ou ocultação de documentos de identificação. As apreensões aconteceriam de forma violenta, vindo delas a participar a Guarda Municipal e a Polícia Militar de Minas de Gerais. O caso chegou ao judiciário através de Ação Popular ajuizada contra o Estado de Minas Gerais e o anotado município por uma testemunha que havia presenciado uma dessas apreensões.

Segundo informou o autor da ação judicial, as apreensões foram realizadas de modo ilegal: os objetos apreendidos incluíam cobertores, roupas, alimentos e documentos de identificação e os moradores de rua não recebiam nenhum auto de apreensão, necessário nesse tipo de ato. Ele apresentou farta documentação, dentre vídeos, reportagens, fotografias e depoimentos que, embora não tenha convencido o juiz em primeira instância, foram suficientes para demonstrar a veracidade das afirmações em segunda, por ocasião do deferimento de recurso. A desembargadora relatora do recurso, Teresa Cristina da Cunha Peixoto, julgou procedente o pedido formulado pelo autor da ação, consistente em determinar a abstenção, por parte dos réus, de promover apreensões ilegais em especial dos pertences pessoais e documentação dos moradores de rua na capital mineira.

Foi considerado, ademais, como prova de que o munícipio adotou a apreensão como prática constante, o depoimento do prefeito Márcio Lacerda, segundo a qual «*o morador de rua não pode se estabelecer na via. Ele pode, no máximo, ficar com o cobertor. A prefeitura tem a obrigação e o direito de recolher todos os utensílios que ele estiver carregando*». Para os réus, que não negaram os fatos, as apreensões se limitavam à recolha de entulhos. Não se tratavam de violação a coisas referíveis como bens.

Os objetos apreendidos, conforme a desembargadora, eram os necessários à sobrevivência na rua, incluíam cobertores, papelões e outros materiais ou objetos utilizados como proteção e isolamento térmico. Além disso, os locais nos quais os moradores de rua se fixavam eram molhados em períodos nos quais as temperaturas mais baixas ou as chuvas são registradas. Por tudo isso, ela compreendeu que os atos perpetrados tinham com finalidade última a remoção forçada de moradores de rua de determinados locais: «[é] incontroversa a colocação de obstáculos múltiplos com o intuito de retirá-los desses locais e impedir que ali se estabeleçam, tendo repercutido nessa cidade, negativamente, à evidência, a colocação de pedras e objetos pontiagudos debaixo de viadutos». Finalmente, a decisão não admitiu fossem considerados os pertences que trazem consigo os moradores de rua como lixo ou entulhos, mas de seus bens, portanto protegidos pelo direito à propriedade privada.

A discussão acerca da natureza dos objetos mantidos pelos moradores de rua havia, no entanto, apenas registrado o seu termo inicial. O município elaborou, após a proibição judicial de recolha, a denominada Instrução Normativa Conjunta nº 01 de 02 de dezembro de 2013, na qual determinava o que e em que quantidade poderiam os moradores de rua portar, vindo todo o resto ser passível de eliminação.

No seu artigo 5º, a instrução estabelece a proibição de apreensão dos pertences pessoais, desde que essenciais à sobrevivência dos moradores de rua. Foram discriminados como essenciais à sobrevivência os bens lícitos capazes de serem portados pelos moradores de rua, «em um só deslocamento e sem auxílio de veículos transportadores (...) e os materiais essenciais ao desenvolvimento do serviço/trabalho».

A instrução foi considerada como um suplemento à decisão judicial, tendo em vista definir do que se tratam os bens que não podem ser apreendidos. Segundo a coordenadora do Comitê de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua, em entrevista concedida ao jornal Estado de Minas, a decisão é acertada ao delimitar os bens inapreensíveis, e completou: «*o que o poder público não pode é assistir ao sujeito colocar um fogão ou uma geladeira na rua, ocupando o espaço*

público indevidamente. Fizemos a desobstrução. A lei determina que o viaduto não pode ser usado por particulares»[5].

Quando se fixa (e transforma a rua em espaço de moradia), o morador de rua transgrediria regras constantes do código de posturas da cidade, impeditivas da manutenção de objetos e materiais considerados obstrutivos do acesso livre ao público em espaços concebidos sob essa insígnia.

Com o respaldo da instrução, o município vem promovendo diversas atividades de (para utilizar a exata expressão) gestão do espaço público. O morador de rua é aqui considerado como elemento componente do (ou intruso ao) espaço público, pelo que sua presença será gerida. A rua, aquilo que o caracteriza e conforma sua identidade, será desproporcionalmente disputada com o poder público. Enquanto aquele compreende a rua como sua "casa", lugar de moradia e sustento, este compreenderá todos os meios que proporcionam a habitação dos moradores de rua como ilegítimas composições do espaço público.

Em janeiro e fevereiro de 2014, o município divulgou diversas notas informando a realização constante das atividades de desobstrução dos espaços públicos:

> [...] a fim de garantir segurança ao trânsito e aos pedestres. [...] Foram **recolhidos detritos** como tábuas, papelões, chapas e latas, tijolos, madeiras [...]. As abordagens foram realizadas pelos fiscais [...] que **informaram aos moradores em situação de rua dados sobre a legislação municipal vigente**.[6]
>
> [...] todo e qual qualquer material **inutilizável** que impeça o tráfego de pessoas nas ruas e calçadas da cidade, evitando, assim, possíveis acidentes. [...] Ao todo, já foram recolhidos cerca de 12 toneladas de **materiais inservíveis**. [...] 'A pessoa em situação de rua tem o direito de ir e vir. O que ela não deve é impedir que outro cidadão possa exercer o mesmo direito'[7].
>
> [...] O foco é a gestão correta do espaço público, de forma a coibir a construção de moradias e acampamentos no logradouro público. [...] **o objetivo é desocupar o logradouro público e não fazer a retirada de moradores de rua**. Portanto, **foram removidos apenas materiais que caracterizavam moradia** e ocupavam o espaço público.[8] *(grifos)*

A utilização dos adjetivos inútil e inservível, como se percebe, são utilizados para qualificar os materiais apreendidos. É interessante que, embora haja a menção expressa à inexistência de deslocamento forçado, o município afirma que os objetos que caracterizam moradia foram recolhidos: eles seriam impeditivos do direito de ir e vir das demais pessoas, assim, não seriam os moradores de rua, mas suas barracas, os objetos que promovem a sobrevivência, o habitar as ruas, o alvo das atividades do município. O problemático nesse discurso é que os objetos dejetados como lixo são reapropriados como bens pelos moradores de rua. Pedaços de pau, papelões, lonas e sacolas plásticas viram casas e uma lata velha de tinta, uma panela ou um fogão.

A recolha e a proibição de portar (implícita naquela) objetos que proporcionem o habitar as ruas reduz as possibilidades de sobrevivência e força o deslocamento. A procuradora-geral de justiça, que interveio na Ação

---

5 Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/10/04/interna_gerais,456099 /prefeitura-de-bh-endurece-fiscalizacao-aos-moradores-de-rua.shtml, [consultado em 05-05-2014]

6 Disponível em: http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1114193, [consultado em 04-06-2014.

7 Disponível em: http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1115681, [consultado em 04-06-2014].

8 Disponível em: http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1115685, [consultado em 04-06-2014].

Pública acima citada, interpretou as apreensões como uma estratégia higienista, «cuja pretensão é a de forçar essas pessoas a buscarem os serviços que a municipalidade lhes oferece (deficitários, frise-se), a exemplo dos abrigos, através do desfazimento de seus espaços de sobrevivência em grupo».

O habitar as ruas, embora guarde correlação com a falta de moradia e outras questões estruturais, é visto por Kasper (2006) como um gênero de vida. Para este autor, os moradores de rua se inserem no espaço público urbano de um modo peculiar e inovador. Eles adaptam as formas de utilizar este espaço com o intuito de promover a subsistência e, mais do que isso, facilitá-la. Os moradores de rua, desta forma, praticam ações voltadas para a subsistência pessoal (ele luta por sobreviver), mas transforma a rua na medida em que emprega técnicas, cria instrumentos e artefatos facilitadores dessa existência. É por isso que ele avalia o conjunto dessas práticas como uma forma de inserção no espaço urbano.

A destruição dos espaços ocupados pelos moradores de rua não vai determinar, forçosamente, o retorno do morador de rua para a casa (as razões para a saída dela podem não haver desaparecido), ou o acolhimento institucional, em abrigos, por exemplo. Via de regra, as disputas por determinados espaços ocasionará a adoção de novas estratégias, como a fixação em diferentes locais. Prates, Prates & Machado (2011), aliás, explicam o constante movimento das populações de rua (erroneamente caracterizadas como nômades) em face de que a fixação nem sempre é permitida pelos demais sujeitos que disputam os espaços públicos. O "nomadismo", assim, seria resultante da expulsão dos moradores de rua dos locais nos quais intentam se fixar.

Em setembro de 2013, antes de a instrução entrar em vigor e estando proibida de promover apreensões, o município não havia obstado as práticas de "desobstruções e limpeza" de determinados locais. O jornal Estado de Minas[9] divulgou a recolha de barracas de papelão, lona e madeira erguidas ao longo dos viadutos do Complexo da Lagoinha e Avenida Antônio Carlos. Foram removidas, na manhã do dia 23, 17 barracas. No mesmo dia houveram novas tentativas de cobrir com lona os locais de pernoite e novas barracas foram erguidas, vindo, no entanto, a ser imediatamente retiradas pelo município. Nota-se que muitos persistiram nos mesmos locais onde se fixam, a despeito das constantes remoções.

Pesquisas realizadas com moradores de rua na cidade de Montes Claros vêm demonstrando que a permanência nas ruas pode se ligar ao desenvolvimento de um modo de vida peculiar e distinto dos predispostos numa socialização reputada normal. Eles, mormente quando "estabilizados" nas ruas após longo tempo, compreendem e se apropriam dos logradouros públicos como espaço para o desenvolvimento dos atos da vida privada e pública. Não existe a clássica separação entre um agir público e um privado, herdados no modo de vida legado das gerações passadas. Além disso, muitos dos locais escolhidos guardam relação com as ocupações remuneradas desenvolvidas e deixa-los pode comprometer a obtenção de rendimentos. Sobremais, muitos moradores de rua afirmaram ser importante a fixação em único lugar como forma de obter uma referência "residencial", um local onde eles possam ser encontrados.

Em diversas outras notícias publicadas na imprensa, inclusive a oficial do município, restou notório o desígnio de promover o deslocamento forçado. A intenção de impedir a permanência dos moradores de rua em certos locais foi desejada e reivindicada ao município pelo CDL, por moradores de diversos bairros. Campanhas proibitivas de ofertar donativos aos moradores de rua e manter esguichos de água em jardins e praças forma incentivadas, exemplificativamente, no Bairro de Lourdes. A medida conseguiu, segundo informaram, reduzir essa presença que causava mal estar: «*eles tomavam banho de balde na calçada, pediam dinheiro no ponto de ônibus, cercavam fiéis na saída das igrejas e faziam sexo a qualquer hora do dia*»[10].

Nessa direção, as remoções forçadas poderiam não guardar correlação com a realização da CMF, já que esse comportamento intolerante seria enraizado e generalizado: ninguém quer pessoas morando nas ruas. Para Kasper (2006), os modelos de inserção estão cada vez mais esgotados e a solução seria a eliminação, a exclusão definitiva frente às impossibilidades de integração.

---

9 Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/09/24/internagerais,452384/cdl-quer-retirar -moradores-de-rua-da-zona-sul-de-belo-horizonte.shtml, [consultado em 17-05-2014].

10 *Idem.*

As remoções forçadas, no entanto, foram intensificadas nos últimos anos (todo o imbróglio narrado se passa entre 2012 e 2014), sobretudo nas cidades-sedes da CMF. O município de Belo Horizonte divulgou no mês anterior ao de abertura da CMF o incremento das ações de atendimento aos moradores de rua. O discurso sustentado ao longo dos últimos meses, a relembrar, o de gestão dos espaços públicos, suporta modificações e, agora, teria como alvo coibir violências possivelmente perpetradas contra os moradores de rua.

O município estaria preocupado com a segurança dos moradores de rua durante os dias de jogos. A afirmativa foi de que esse segmento populacional é bastante vulnerável e poderia sofrer violência em especial por parte dos turistas. Assim, as abordagens foram intensificadas **para retirar das ruas** (como expressamente afirmaram) e conduzir os moradores de rua a instituições de acolhimento. O jornal da Câmara Municipal informou, aos 03 de junho, que «*durante a Copa do Mundo serviço especializado de abordagem social da prefeitura vai intensificar os trabalhos, os moradores de rua serão encaminhados para repúblicas e abrigos*». Foi enfatizado que as abordagens se dariam no sentido de estabelecer com o morador de rua «*uma nova dinâmica que não seja a vida nas ruas, nós temos várias ofertas, seja acolhimento institucional, seja o retorno para a família*». Foi anunciado uma aumento de 30% no número de profissionais para atuar em jornada estendida, entre 8:00 horas e 24:00 horas.[11]

Outros jornais, como o Aqui e Agora da emissora Rede TV, divulgaram a mesma notícia de que o município intensificaria **a retirada** dos moradores de rua durante a realização da CMF. Representantes do município, nessa oportunidade, reiteraram se tratarem essas medidas de tentativas de coibir violações aos direitos humanos dessas populações e que em nenhum momento a remoção se daria de forma compulsória. Entretanto, não lhes seria permitido ocupar o espaço público de maneira irregular, pelo que seus pertences (quando não constantes do rol descrito na instrução normativa) seriam recolhidos: *«A ordem, portanto, é recolher caixotes, latas, colchões e cobertores. Quem quiser ficar onde está só pode manter objetos de uso pessoal. (...) Os que aceitam sair são levados para os albergues da capital mineira, que não têm capacidade para receber todos os moradores»*[12].

A mudança no discurso e a urgência com que as medidas de retirada (não porque obstruem e utilizam como privados os espaços públicos, mas porque são vítimas em potencial dos turistas) deveriam ser praticadas exatamente durante os jogos, entre junho e julho de 2014, além da ocorrência concomitante dessas ações em outras cidades-sede, conduzem ao entendimento de que o objetivo, desde o início foi a remoção forçada dos moradores de rua da cidade de Belo Horizonte.

4 Conclusões

É possível sugerir haver sido a presença dos moradores de rua, no município estudado, criminalizada, na medida em que vedada sua fixação. Esse segmento foi concebido como um elemento, um objeto disposto no espaço, pelo que deveria ser gerido.

A rua (o espaço, para o município considerado público e, para os moradores de rua, também como privado), por sua vez, foi desproporcionalmente disputada entre os que a utilizam para viver e sobreviver e entre aqueles que reúnem recursos (e talvez o monopólio) para determinar de modo imperativo como utilizá-la. Foi, aliás, sob o rótulo de gestão do espaço público, que o município implementou mecanismos formalmente legais para obstaculizar a fixação e promover o deslocamento forçado dos moradores de rua, através da desconstrução de seus espaços de sobrevivência.

A justificativa foi de que eles ocupam indevidamente o espaço público, obstruindo calçadas e praças, devendo, diante disso, suportar sanções consistentes na perda, em favor do município, de seus pertences. Mas a intensificação das atividades e a mudança no discurso político evidenciaram sob que título as ações estavam sendo perpetradas, qual seja, a de eliminar a visibilidade, durante a Copa, dos moradores de rua.

---

11 Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=fQsPO4syOI8, [consultado em 30-06-2014].

12 Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=xYkKSxp-Emk, [consultado em 10-06-2014].

Bibliografia

BRASIL (2008), *Sumário executivo da pesquisa nacional sobre a população em situação de rua*, Brasília: UNESCO/ MDS, 2008.

_____. (2009), *Decreto 7.053, de 23 de dezembro de 2009*, Brasília, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. [consultado em 03-03-2014].

BELO HORIZONTE. *Instrução normativa conjunta de 01 de dezembro de 2013* - disciplina a atuação dos agentes públicos junto à População em Situação de Rua, no Município de Belo Horizonte, Disponível em http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao .do?method =DetalheArtigo&pk=1112251, [consultado em 07-06-2014].

_____. *Trabalho de gestão de espaço público são realizados na região leste***.** Disponível em: http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method =DetalheArtigo&pk=11 15681, [consultado em 04-06-2014].

_____. *Atividades e serviços realizados pela PBH na região noroeste são apresentados em balanço***.** Disponível em: http://portal6.pbh.gov.br/ dom/iniciaEdicao.do?me thod=DetalheArtigo&pk=1114193, [consultado em 04-06-2014].

_____. *Ação conjunta na região noroeste promove desobstrução do logradouro na lagoinha***.** Disponível em: http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.d o?method=Detalhe Artigo&pk=1115685, [consultado em 04-06-2014].

CASTEL, R. (2009), *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário,* (8), Petrópolis: Vozes.

FERREIRA, J. (2013), "Prefeitura de BH endurece fiscalização aos moradores de rua". In: *Estado de Minas*. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/ 2013/1004/interna_gerais,456099/prefeitura-de-bh-endurece-fiscalizacao-aos-moradores-de-rua.shtml, [consultado em 05-05-2014].

KASPER, C. P. (2006), *Habitar a rua*. Tese de Doutoramento, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

MARTINS, H. (2014), "Órgãos públicos atuam contra violação de direitos de moradores de rua na Copa". *Agência Brasil.* Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/ direitos-humanos/noticia/2014-06/orgaos-publicos-atuam-contra-violacao-de-direitos-de-moradores-de, [consultado em 26-06-2014].

MATTOS, R. M & FERREIRA, R. F. (2004), "Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua". *Psicologia e sociedade*, 16 (2), Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822004000200007&script=sci_arttext, [consultado em 03-12-2013], pp. 47-58.

MINAS GERAIS. 8ª Câmara Cível d Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. *Agravo de Instrumento Nº 0024.12.135523-4/001*. Desembargadora Relatora Teresa Cristina da Cunha Peixoto.

OLIVEIRA, F (2011), *Crítica à razão dualista*, (3), São Paulo: Boitempo Editorial.

ONU. *Revisão periódica universal da ONU questiona direitos humanos na preparação para a Copa de 2014,* Disponível em: http://www.onu.org.br/revisao-periodica-universal- da-onu-questiona-direitos-humanos-na-preparacao-para-copa-de-2014, [consultado em 30-06-2014].

SARAUPU, P. & KIEFER, S. (2013), "CDL quer retirar moradores de rua da zona sul de Belo Horizonte". *Estado de Minas*. Disponível em: http://www.em.com.br/ app/noticia/gerais/2013/09/24/interna_gerais,452384/cdl-quer-retirar-moradores-de-rua-da-zona-sul-de-belo-horizonte.shtml, [consultado em 17-05-2014].

A Vinheta de Abertura da Copa do Mundo de 2014: algumas reflexões sobre a apropriação de um ideal de identidade cultural brasileira.

Ivana Auxiliadora Gonçalves Guimarães[1]
Universidade Federal de Mato Grosso
ivana.cos.ufmt@gmail.com

Francisco Xavier Freire Rodrigues
Universidade Federal de Mato Grosso
fxsociologo@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo tem o intuito de descrever e analisar os elementos da cultura e identidade nacional brasileira presentes na Vinheta de Abertura da Copa do Mundo da FIFA de 2014, evento futebolístico de extensões mundiais, realizado no Brasil. Pretende-se identificar a presença de imagens, objetos, indivíduos, construções míticas, conceitos difundidos, bem como a forma de interpretação e abordagem desses elementos adotada na construção. Objetiva-se também reconhecer o que motiva a tais apropriações por este evento de caráter comercial e privado. Será realizada uma pesquisa descritiva, de caráter documental, através de observação do produto audiovisual em questão situado na TV FIFA, esta ultima localizada no site de compartilhamento de vídeos YOUTUBE.

Palavras-chave: Esporte; Identidade; Consumo; Cultura Brasileira; Copa do Mundo de 2014.

1. Introdução

A Copa do Mundo de Futebol é um dos megaeventos mais aguardados pelo público e pela imprensa mundial. O torneio esportivo, que acontece quadrienalmente, movimenta não só as pessoas e a mídia, mas também uma série de instituições públicas e privadas, bem como segmentos da economia e do comércio, sem citar os eventos ou ações paralelas, sejam elas ligadas ao futebol ou não, que de alguma forma se beneficiam da movimentação gerada pelo evento. É certo que consiste num acontecimento de grande mobilização e, uma questão se coloca em evidência neste contexto: as identidades nacionais, em especial, a do país-sede da competição. No ano de 2014, o Brasil teve o desafio de sediar o megaevento e vivenciou, durante o mês de duração da competição, a exposição massiva de sua imagem, interna e externamente. Todo um ideário ou imaginário de nação construído é revisitado, e de certo modo reafirmado, com uma intensidade pouco vista em outros momentos: ruas e avenidas decoradas com motivos nacionais, jornais, revistas e internet enaltecendo o espírito ufanista, além das mobilizações individuais como uso de camisetas, adereços e bandeiras, estampando as cores da nação. Assim, no intuito de se gerar uma maior aproximação do evento com o país, é comum a Federação Internacional de Futebol (FIFA) se apropriar de alguns ditos *símbolos nacionais,* para promover e potencializar a venda do seu mais lucrativo produto, bem como todos os seus desdobramentos, e por consequência, gerar uma circulação e consumo mais positivado, por parte dos visitantes no país anfitrião.

---

1 A autora deste trabalho é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso. O coautor é Professor Adjunto IV do Departamento de Sociologia da UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso/ Campus Cuiabá e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea – ECCO/IL/UFMT.

2. Cultura e Identidade no contexto do campo esportivo

A cultura é como um texto, que se constitui de um esforço intelectual tanto daquele que produz em primeira mão uma realidade (nativo) como daquele que a interpreta e produz outros significados para tal (etnógrafo). Esta é uma concepção bastante pertinente para entender os questionamentos que envolvem a compreensão dos fenômenos culturais relacionados aos nacionalismos porque se propõe a interpretar os seus diversos desdobramentos de sentido e não apenas decodificar o que está à primeira vista. O antropólogo Clifford Geertz discorre com propriedade sobre essa visão de cultura composta por uma teia de significados; onde um universo de acepções são produzidas e sempre passíveis de reformulações e novas interpretações.

> « 'O conceito de cultura que eu defendo, e cuja utilidade os ensaios abaixo tentam demonstrar, é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície' ». (GEERTZ, 2008: 04).

O teórico também nos coloca o sentido público da cultura: o seu significado é concebido através daquilo que é vivenciado, ou seja, das interações e diálogos produzidos entre os indivíduos, pois a matéria prima da cultura é tudo que é experimentado. Além disso, nos conduz a refletir sobre a relevância do que é vivenciado. « A cultura, esse documento de atuação, é portanto pública (...) Embora uma ideação, não existe na cabeça de alguém; embora não física, não é uma identidade oculta». (GEERTZ, 2008: 08). Ele ainda completa: « O que devemos indagar é qual é a sua importância: o que está sendo transmitido com a sua ocorrência e através da sua agência, seja ela um ridículo ou um desafio, uma ironia ou uma zanga, um deboche ou um orgulho» (GEERTZ, 2008: 08). Sendo assim, o campo esportivo e suas diversas manifestações, podem ser considerados elementos passíveis desta leitura contextual para produção de novas teias de significações; são matéria prima e produto dessa leitura pública aberta que se convencionou chamar de cultura.

Sendo assim, o esporte moderno se configura como um dos mais importantes espaços sociais e representantes da cultura moderna. Muito mais do que um simples contexto para a prática corporal de uma modalidade, se caracteriza como um imenso campo de interação e produção de sentidos. É um lugar diferente da vida cotidiana; onde é possível viver a imaginação e o sonho. É também um ambiente de celebração, onde indivíduos e grupos expressam os sentimentos mais profundos e aquilo que os fazem diferentes. Assim, o universo esportivo permite a produção de novos olhares e diversas interpretações das realidades vivenciadas pelos indivíduos envolvidos. Segundo Helal (1990),

> « 'o primeiro passo para uma compreensão sociológica do esporte no mundo moderno é encará-lo como fato social, isto é como algo socialmente construído, que existe fora das consciências individuais de cada um, mas que se impõe como uma força imperativa capaz de penetrar intensamente no cotidiano de nossas vidas, influenciando os nossos hábitos e costumes'» (HELAL, 1990:14).

Portanto, se é o esporte um espaço de produção de modos de ser e fazer individuais e coletivos, isso nos permite entender que é este também um espaço que produz parecenças e diferenças; que expõe aquilo que nos agrega e nos separa, ou seja, que nos permite conceber *identidades*.

Como poucos espaços e contextos da vida social, a esfera esportiva vem contribuindo decisivamente para o fortalecimento e difusão daquilo que se entende como *identidades nacionais*. Desde muito tempo, ele, o esporte, esteve relacionado às práticas de treinamento dos exércitos nacionais e, mesmo com o surgimento do chamado esporte de alto rendimento; voltado para o alto desempenho de atletas num mercado organizado, não deixou de ser um importante articulador dos processos de criação de significados culturais de nação.

Sobre esta questão, o teórico jamaicano Stuart Hall, em *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, coloca que « as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações » (HALL, 2005:50). Segundo ele, toda cultura nacional deve ser entendida como um discurso, ou seja, ao se produzir sentidos sobre uma nação, com os quais podemos nos identificar, as identidades vão sendo constituídas e estas, por sua vez, se manifestam através das estórias, símbolos e imagens que são criadas. Assim, ele observa que as narrativas de uma cultura nacional podem se organizar à partir do que chamou de *elementos principais.*

O primeiro elemento foi denominado *narrativa de nação*. Entende-se que toda pátria tem uma espécie de relato que vai se passando de geração à geração; significa dizer que as vivências partilhadas, materializadas através das estórias, imagens, símbolos, lembranças de acontecimentos marcantes, entre outras experiências, positivas ou não, são como componentes fundamentais para a formação da ideia de nação. O segundo elemento organizador é chamada de *origens*. Diz respeito à tradição, ao limiar das coisas, aquilo que é intemporal. Toda identidade nacional é entendida como o início de tudo. Sendo assim, o caráter nacional é uma condição imutável, mesmo com o passar dos anos e com o surgimento de acontecimentos que marcam a história. O terceiro elemento denominou de *invenção da tradição*. Nele pressupõe-se que toda uma gama de práticas rituais ou simbólicas de uma nação, que podem ser bem recentes e propositalmente idealizadas, buscam difundir certos valores e normas de comportamento e conduta, através da sua reprodução contínua. O quarto elemento é chamado de *mito fundacional,* que dá a entender que as estórias de origem de uma nação não se localizam num tempo cronológico, mas numa temporalidade mítica e finalmente, o quinto e último elemento, diz respeito ao *povo* ou *folk original*. Nele reside a ideia de um povo legítimo, natural ou autêntico, apesar de haver ressalvas com relação à esta afirmação.

O cientista político Benedict Anderson (2008) também dá sua contribuição para a discussão através da teoria das comunidades imaginadas, que apresenta a noção de nações soberanas criadas à partir de uma ideação e, por ela e para ela compartilham símbolos e significados e fazem-se irmãos, dentro de um mesmo espaço imaginado.

3. A Vinheta da Copa do Mundo de 2014

A Copa do Mundo de Futebol, evento realizado pela FIFA; órgão representativo e regulador da prática do futebol (*futebol association*) profissional de alto rendimento no mundo consiste num certame composto por 32 seleções masculinas nacionais, após passagem por um processo eliminatório entre as 208 federações afiliadas ao órgão. Sua edição inicial ocorreu em 1930, tendo sido suspensa apenas em ocasião da Segunda Guerra Mundial, nos anos de 1942 e 1946. Com uma proposta de sensibilização para causas humanitárias e valorativas globais, através da promoção e desenvolvimento do futebol, a Copa, como é costumeiramente chamada, pode ser considerado um dos poucos eventos da pós-modernidade capaz de causar uma imensa movimentação global para si.

> «'A Copa do Mundo da FIFA é o evento esportivo de maior audiência do mundo inteiro. Cerca de 715,1 milhões de pessoas assistiram à final da Copa do Mundo da FIFA 2006 na Alemanha. O evento de 2010 na África do Sul foi transmitido a 204 países por 245 canais diferentes. Dentro dos estádios, 3.170.856 espectadores compareceram às 64 partidas, com uma média de 49.670 por jogo e o terceiro maior público total, atrás dos EUA 1994 e da Alemanha 2006'» (FIFA, 2014).

A sua 20ª edição, que teve como país anfitrião o Brasil, se realizou entre os dias 12 de junho e 13 de julho de 2014, em 12 cidades do país, situadas em diferentes localidades do território nacional. Em meio às severas críticas da população e da comunidade internacional, ainda agravada por questões políticas e econômicas que envolviam a sua realização e viabilização interna, o evento finalizou-se com um saldo positivo, sendo considerado um verdadeiro sucesso de público e venda pela FIFA. Como é de costume, a cada novo evento, uma nova *identidade visual* é criada, ou seja, um conjunto de elementos visuais e representativos, que servem como

referencial de reconhecimento e exclusividade do evento. Em geral, opta-se para a criação desta identificação, por uma leitura que traga uma mescla de algumas características que remetem ao país anfitrião juntamente a elementos que fazem referência ao futebol.

Figura 1 – Logomarca Oficial da Copa do Mundo da FIFA de 2014

Fonte: Site FIFA, 2014.

Assim, para o processo de transmissão dos jogos, a alternativa criada para imprimir essa identificação oficial à exibição televisiva foi a criação e inserção de uma *vinheta de abertura*. Em geral, trata-se de uma produção audiovisual, que tem em torno de 30 a 50 segundos de duração, que vem, ao longo das edições do mundial em que foi apresentada, buscando não só um aprimoramento estético com também um alinhamento entre o conceito assumido pela marca e a identidade nacional do país receptivo do evento. Sobre a vinheta criada para a Copa do Mundo de 2014, a estória está centrada em como um menino pobre de uma favela do Rio de Janeiro; cidade central de realização e organização do torneiro, além de indiscutível símbolo internacional do Brasil; imagina ser a Copa do Mundo de Futebol em seu país. O filme faz um passeio pelo território brasileiro rebuscando pontos turísticos e referencias importantes de todas as chamadas *cidades-sede*, ou seja, as unidades federativas escolhidas para receber os jogos da 1ª fase do mundial, escolhidas de forma à contemplar todas as regiões, portanto a diversidade do país.

3.1 Descrição do Objeto de Pesquisa

A fim de contemplar a metodologia definida para análise do objeto de pesquisa um *descritivo ou relato* da proposta audiovisual foi realizado, a fim de buscar os elementos e identificações mais relevantes da cultura e identidade nacional brasileira presentes na Vinheta de Abertura da Copa do Mundo da FIFA de 2014. De acordo com Gil (1999), uma pesquisa descritiva « tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis». Sendo assim, segue apresentado o material coletado:

"Uma trilha sonora exclusiva, que faz alusão ao samba, acompanha todo o desenrolar da narrativa proposta. Na Cena 1, a estória começa com um menino, de aspecto mestiço, aparentemente simples e humilde, que mora numa das inúmeras favelas do Rio de Janeiro/RJ. Ele veste o uniforme da seleção brasileira de futebol e está com os pés descalços. Ele está à brincar com uma bola de futebol, em cima de uma laje ou telhado, quando é seduzido pela paisagem deslumbrante da cidade, que mostra a conhecida Enseada de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Ele demonstra um olhar seduzido e alegre para com o que enxerga e algo parece ser resgatado de seu imaginário ou sonho, através de seus olhos. Na Cena 2, uma espécie de passeio pelas cidades-sede da Copa do Mundo do Brasil é iniciado. Introduz-se por Brasília/DF, a Capital Federal do Brasil. Apresentam-se alguns monumentos importantes da cidade: os prédios da Esplanada dos Ministérios, a Catedral Basílica da cidade, o Congresso Nacional, a Biblioteca Nacional e o Nova Arena Mané Garrincha. Alguns balões, com motivos de algumas nacionalidades presentes no evento (Grã-Bretanha/Espanha/Brasil/

Coréia) sobrevoam os céus da cidade. Algumas faixas, com a identidade visual da Copa se estendem e flamulam em torno da fachada externa do estádio. As pessoas encontram-se espalhadas pelo espaço, todas aparentando alegria e empolgação. Na Cena 3, o passeio pelas cidades segue seu curso e vai para Curitiba/PR e Porto Alegre/RS, cidades da Região Sul do país. Monumentos representativos das 2 cidades são apresentados como: a Usina do Gasômetro, o Centro Administrativo Porto Alegre, a Arena Beira Rio, às margens do Rio Guaíba, a estufa do Jardim Botânico, o Museu Oscar Niemeyer, o prédio da Prefeitura de Curitiba, entre outros. A cena continua a explorar a imagem de pessoas felizes e esfuziantes. Na Cena 4, o passeio imaginário segue para São Paulo/SP, cidade da Região Sudeste e maior cidade do Brasil. Tudo sucede-se em torno da tradicional "pelada", que acontece entre dois transeuntes na rua, além de pessoas assistindo e aplaudindo a demonstração de habilidade. São todos de cor mestiça, representando a heterogeneidade racial do país e da cidade. Ao fundo algumas construções referenciais da cidade também são representadas, como: a ponte estaiada da cidade, o antigo prédio do BANESPA, o Edifício COPAN, o MASP, dentre outros. A bola da pelada é chutada e há uma nova transição para outra cidade-sede. Atravessando por entre matas e papagaios, na Cena 5 inicia a apresentação das cidades-sede do interior do Brasil. Primeiramente a cidade de Cuiabá/MT, na Região Centro-Oeste do Brasil. Alguns pontos turísticos da cidade são apresentados, tais como: a Catedral Basílica da cidade, o monumento do Centro Geodésico da América do Sul, o Rio Cuiabá, bem como a Arena Pantanal. Na Cena 6, a cidade de Manaus/MA, em uma nova transição por entre matas amazônicas, a Arena da Amazônia é apresentada, dentre prédios e rios da região. Na Cena 7, a cidade de Salvador/BA, na Região Nordeste do país é mostrada através do Pelourinho, um dos principais pontos turísticos da cidade, entre bandeirolas e grande alegria dos indivíduos nas ruas. Num segundo plano aparece a nova Arena Fonte Nova e papéis picados saindo de seu interior. Na Cena 8, há um retorno à cidade do Rio de Janeiro/RJ, para o conhecido cenário da Praia de Ipanema, onde indivíduos estão a jogar "Futevôlei" na praia. Há quiosques, prédios e pessoas ao longo da orla da praia. Algumas esculturas de areia representando alguns dos estádios da Copa estão no primeiro plano da imagem. Bandeiras de diversas nacionalidades estão hasteadas também ao longo da praia e os indivíduos demostram alegria e empolgação. A identidade oficial do evento aparece na cena. Na Cena 8, é mostrada uma imagem aérea do Maracanã iluminado e lotado. Um helicóptero sobrevoa-o e há uma chuva de papeis picados. Há bandeiras de várias nacionalidades em seu entorno e inúmeras pessoas caminham em sua direção. A Cena 10 se passa na comunidade do protagonista da estória. Os moradores da favela se surpreendem com as luzes que emanam do centro do campo do Maracanã e correm para avistar, com alegria e efusão. O menino protagonista do sonho aparece dentre a multidão e também olha as luzes do estádio. Na Cena 11, um olhar de arrebatamento toma conta do menino, que reflete em seus olhos as luzes que efluem do Maracanã. Na Cena 12, uma imagem aérea do globo terrestre é apresentada e, no interior dela, os contornos territoriais do Brasil com todas as suas arenas em destaque. Luzes brilhantes derivadas de cada uma delas desprendem-se em direção ao céu. Finalmente, na Cena 13, as luzes se fundem e formam no céu a logomarca oficial da Copa do Mundo FIFA de 2014."

3.2 Análise de Dados

O primeiro ponto relevante a se evidenciar na produção é a questão da **identidade racial brasileira**. Nas imagens exploram-se indivíduos miscigenados, com características raciais heterogêneas, resultantes do misto de povos que passaram e deixaram sua contribuição étnica para a formação do país. O protagonista da estória se faz um bom exemplo deste legado racial: um menino nem branco, nem negro, mas "misturado", proveniente da combinação racial de suas gerações antecessoras, vindas do índio, negro e europeu, como retratam os registros históricos do país.

O sociólogo/antropólogo Gilberto Freyre, em sua mais emblemática obra *Casa Grande & Senzala*, discorre sobre a emergência de uma democracia racial brasileira, como resposta aos problemas e fonte das peculiares e jeito de ser brasileiro.

> «'As ideias de Freyre ganharam um motor de propulsão com o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) que encontrou em suas ideias que positivavam a mistura de raças uma possibilidade de projeto nacional. (...). Uma ideologia quase mitologia que "relata a epopeia das três raças que se fundem nos laboratórios das selvas tropicais", e que "conta a origem do moderno Estado brasileiro'» (VIEIRA; SILVA, 2010:08).

Assim a produção audiovisual em questão faz um uso positivado da questão racial brasileira, apresentando-a como fonte, não só da multietnicidade, mas de outras características ditas intrínsecas ao povo brasileiro, tais como alegria, energia, gingado e dentre elas, o dito *bom futebol*, característico do país.

Figura 2 - Vinheta: Protagonista da Animação de Abertura da Copa do Mundo de 2014

Fonte: TV FIFA, 2014.

O ponto seguinte a se destacar é o futebol como **identidade de nação**. É interessante notar que, toda a narrativa da proposta foi construída para demonstrar um país que se coloca em "grande festa", com o advento do evento mundial de vivência e prática do esporte "mais cultuado pelos brasileiros". É interessante ressaltar que tal construção do futebol como insígnia nacional; que foi resultado de uma ideação política necessária de afirmação do país enquanto nação, num contexto de transição de um estado agrário para um estado urbano (Anos 1930), ainda vem funcionando até os dias atuais, porém com novo significado, mesmo com as transformações do esporte, especialmente do futebol, em mercados organizados de alto rendimento. O teórico brasileiro Roberto Damatta discorre sobre esse novo sentido impresso ao esporte na sociedade moderna:

> «'Fundamental, portanto, para o funcionamento dessa sociedade baseada no conflito de interesses e na competição, todas essas modalidades esportivas que invariavelmente tomam o confronto, o conflito e a competição com matéria-prima, transformando as paixões que levavam à morte e à vingança nas sociedades tradicionais, numa leal, rotineira e higiênica disputa de interesses. Tais dissensões são agora não somente institucionalizadas, mas programadas, planejadas e transformadas num espetáculo bom para pensar e dramatizar (...)'». (DAMATTA, 1994:14).

Figura 3 – Vinheta: Transeuntes jogando uma "Pelada"

Fonte: TV FIFA, 2014.

Assim, o futebol continua a ocupar o seu espaço privilegiado de símbolo nacional, porém agora como palco de representação e problematização da vida em sociedade, sendo possível por ele (re) elaborar e vivenciar; através de sua prática corporal com também por todo o seu repertório de atuação, todos os ritos, mitos, verdades, traços de distinção e mazelas da sociedade brasileira. Portanto, o futebol assumiu um novo status de meio para se pensar e reconhecer o Brasil.

Finalmente, destaca-se o uso de construções arquitetônicas, características geográficas ou monumentos artísticos regionais do país como **símbolos identitários brasileiros**. É notório ao longo da produção o uso de ícones regionais, na forma de prédios públicos, esculturas e até características geográficas, que passam a ser consideradas, neste contexto, uma representação nacional: o monumento ao *Cristo Redentor* (Rio de Janeiro), a *Esplanada dos Ministérios* (Brasília), o *Pelourinho* (Salvador), a *estufa do Jardim Botânico* (Curitiba), os Rios da Região Amazônica, entre outros conhecidos pelo público. Ao discorrer sobre cultura brasileira e os elementos representativos que a constitui, Helal e Brinati (2013) colocam que

> «'Há uma disputa para saber quais manifestações dessa dimensão devem ser consideradas como fazendo parte dela. (...). Aspectos da história comum de um povo podem ser selecionados e valorizados, como ocorre em discussões sobre a cultura nacional, de modo a ressaltar interesses estabelecidos'» (HELAL; BRINATI, 2013:142).

Sendo assim, a FIFA exalta e faz uso de tais elementos representativos, de forma a atender os seus interesses como organizadora e fomentadora da competição. É certo que, no privilegiar que alguns desses ícones, outros acabam por não ter a oportunidade de estar em evidência ou experienciar a exposição midiática e o fomento às suas atividades turísticas e econômicas, porém é de responsabilidade do órgão promotor evidenciar esses espaços oficiais, para que haja o estímulo ao consumo desses espaços como destinos da competição e, numa segunda instância, para que haja mais proximidade ou sentido de pertencimento. É interessante ressaltar que, neste contexto, a FIFA cria dois nichos de atuação diferenciados: reforça o sentimento de regionalidade junto ao público interno (brasileiros a vivenciar e usufruir do evento) e imprime um sentido de diversidade à brasilidade junto ao público externo (neste caso os visitantes estrangeiros).

Figura 4 – Vinheta: Símbolos representativos de Cidades-Sede da Copa do Mundo

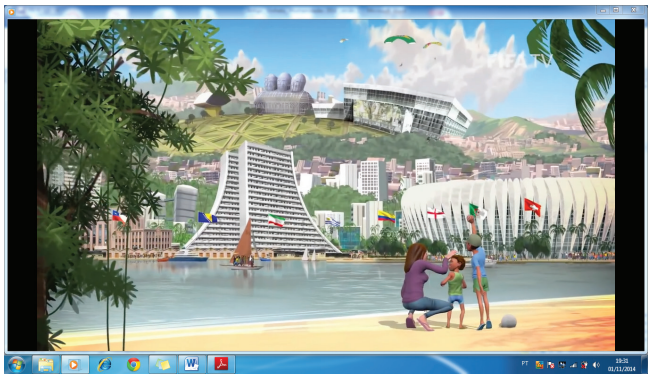

Fonte: TV FIFA, 2014.

3.3 Conclusão da Pesquisa

Após apuração do material audiovisual *Vinheta de Abertura da Copa do Mundo de 2014* dentro da metodologia proposta conclui-se que a narrativa criada se apropria das concepções de cultura e identidade brasileira em vigência. Destaca-se o uso de representações ou simbologias identitárias, regionais e nacionais, tangíveis e intangíveis, que propiciam uma aproximação ou identificação do público interno (brasileiros) e externo (estrangeiros), possibilitando assim uma afinidade ou simpatia do público com o evento.

5. Considerações Finais

É notória a presença e importância dos megaeventos esportivos no nosso meio social. Este evento de escala mundial se tornou um importante meio ou canal de viabilização de demandas públicas e privadas, mas também se transformou num interessante palco de reflexão de questões mais essenciais, como política, economia ou meio ambiente, mas também de problemáticas que nos acompanham há séculos e se tornaram grandes dilemas, como é o caso das identidades, especialmente aquelas que nos identificam como nação.
Sem dúvida, a Copa do Mundo de Futebol no Brasil foi um eficiente meio para buscar um entendimento de como, quando e em que medida essa narrativa identitária nacional é acionada e avaliar se as construções mais conhecida ainda funcionam e em que circunstâncias são mais bem assimiladas e potencialmente difundidas. Ao se pensar no campo esportivo como um rico espaço de criação e difusão de sentidos, Bordieu (1983) ressalta "os lucros" de um evento como a Copa do Mundo, para as nações que o recebem:

> «'A maximização de sua influência, proporcionada pelo desenvolvimento e alcance dos meios de comunicação, viabiliza as principais razões apontadas como lucros das cidades-sede: criação e desenvolvimento de imagem global, exposição midiática regional, nacional e internacional de forma "espontânea", diferentemente de outros meios. Nesse sentido se evidencia a força da relação esporte, mídia e espetáculo, na qual a televisão possui um papel central'». (BORDIEU, *apud* ALMEIDA; MEZARDI; MARCHI, 1983:187)

Assim, o que fica para uma reflexão posterior é em que medida a potencialização desse ideal liberta ou aprisiona, uma vez que, assumindo tais narrativas como uma imagem global, condenam-se as novas construções (ou elimina esta necessidade) e transforma a identidade em algo estanque. O que se deve considerar é que, até que ponto a difusão desse ideal não permita novas configurações e diferentes visões, uma vez que as identidades, na pós-modernidade, são essencialmente heterogêneas e mutantes.

Referencias Bibliográficas

ALMEIDA, B. S., MEZZADRI, F. M., MARCHI, W. J (1999), "Considerações Sociais e Simbólicas sobre Sedes de Megaeventos Esportivos". Revista Motrivivência, Brasil, Ano XXI, nº 32/33, Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2009n32-33p178/14118, [consultado em 15-05-2014].

ANDERSON, B. (2008), Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras.

DAMATTA, R (1994), "Antropologia do óbvio - Notas em torno do significado social do futebol brasileiro", Revista USP, Brasil, n. 22, Disponível em: http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26954/28732, [consultado em 01-11-14].

GEERTZ, C. (2008), A interpretação das culturas, Rio de Janeiro: LTC.

GIL, A. C. (1999). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, 5 ed., São Paulo: Atlas.

HALL, S. (2005), A identidade cultural na pós-modernidade, 10 ed., Rio de janeiro: dp&a.

HELAL. R. G., BRINATI, F. A (2014), Caxirolas, Fuleco e Brazuca: Uma análise da cultura brasileira nos símbolos da Copa do Mundo FIFA 2014, In: Comunicação e esporte: copa do mundo 2014 [recurso eletrônico], Ary José Rocco Júnior (org), Coleção GP'S: grupos de pesquisa, vol.13, 2014, São Paulo: INTERCOM.

HELAL, R. G. (1990), O que é Sociologia do Esporte, Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Brasiliense.

TV FIFA. Copa do Mundo da FIFA™, Disponível em: http://pt.fifa.com/aboutfifa/worldcup/, [consultado em 20-10-14].

VIEIRA, P. T, SILVA, M. A. (2010), "Gilberto Freyre, "cultura nacional" e a antropologia brasileira: revisões e contribuições de um passado incompreendido". XVIº CONGRESO INTERNACIONAL DE ANTROPOLOGÍA IBEROAMERICANA

"Culturas ibéricas y mestizaje en América, África y Oriente", Disponível em http://marcoaureliosc.com.br/freyre.pdf, [consultado em 01-11-14].

Miscigenação e Copa do Mundo no processo de construção da identidade nacional brasileira

Tiago Del Tedesco Guioti[1]

Mauro Cardoso Simões[2]

Eliana de Toledo[3]

Resumo: O processo de construção da identidade nacional, no Brasil, mostra-se diferente do queaconteceu na Europa. Parece que a identidade nacional brasileiranão se desenvolveu somente por meio de uma tradição comum, guerras ou por um idioma institucionalizado, podendo-se dizer que um dos aspectos mais relevantes foi a miscigenação da população. Este aspecto, que começou a ser visto como algo pertencente à cultura, pode ser compreendido como algo que fortalece a cultura brasileira e reflete em suahistória, principalmente após as conquistas nas Copas do Mundo. Isso nosrevela que a miscigenação passa a ser entendida como algo favorável e importante paraa construção identitária brasileira. No decorrer da realização de uma edição de Copa do Mundo, a constituição da identidade nacional brasileira se evidencia especialmente pormeio do afloramento dos símbolos nacionais (como a bandeira e o hino) através da seleção brasileira (como unidade e pelos seus membros).

Palavras-chaves: Copa do Mundo; Identidade nacional; Miscigenação; Futebol; Brasil.

Introdução

Em todos os períodos da humanidade, o homem necessitava de algo que pudesse referencia-lo, seja por meio de rituais, culturas ou símbolos. Em detrimento disso, as identidades vêm à tona para representar o homem dando um significado ao seu "eu", pois segundo Berlin (2002: 590), a necessidade de pertencer a um grupo facilmente identificável fora considerado, pelo menos desde Aristóteles, um requisito humano natural: famílias,

---

1 Graduado em Ciências do Esporte, na Faculdade de Ciências Aplicadas pela Universidade Estadual de Campinas. A linha de pesquisa é voltada para área de humanas, mais precisamente para os temas como Nacionalismo e Jogos Olímpicos, Identidade nacional e esporte e a relação Estado e Sociedade no âmbito esportivo. Atualmente é aluno de Mestrando no programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas localizado na UNICAMP. No mesmo, estuda temas como relações entre Nacionalismo, Nação, Identidade nacional e Esporte e focando no estudo específico os Atletas Independentes Olímpicos.

2 Graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Doutorado em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas; Pós-Doutorado em Filosofia pela National University of Singapore e pela University of Cambridge (Inglaterra). Atualmente é Professor da Faculdade de Ciências Aplicadas da UNICAMP. Tem experiência na área de Filosofia, Etica, Filosofia Politica, Utilitarismo Clássico. Atua principalmente nos seguintes temas: Paternalismo, Utilitarismo Clássico, Racionalismo Critico, Teoria do Estado e Ética Aplicada. É membro do GT de Ética da ANPOF; Sócio Acadêmico e Científico da SIEU; Membro da Sociedade Internacional de Metafísica (Gênova - Itália).

3 É formada em Educação Física e Bacharel em Treinamento em Esportes pela Faculdade de Educação Física da UNICAMP, mestre em Educação Física pela UNICAMP e doutora em História pela PUC-SP. Temas de pesquisa Ginástica, História da Ginástica e Educação Física. Foi membro do Grupo Ginástico Unicamp. Realizou projetos na área do esporte e do lazer em parceria com Prefeituras, clubes, associações e entidades sociais. Atualmente é co-líder do Grupo de Pesquisa em Ginástica da USJT. Lecionou na Universidade São Judas Tadeu e atualmente leciona no curso de Ciências do Esporte, da Faculdade de Ciências Aplicadas - UNICAMP, Campus Limeira.

clãs, tribos, propriedades, camadas sociais, classes, organizações religiosas, partidos políticos e finalmente nações e Estados eram formas históricas da realização dessa necessidade humana básica de identificação.
Ainda, Hall (2005: 71) explícita que a identidade está profundamente envolvida no processo de representação e assim, qualquer mudança nos elementos da representação social dos indivíduos vai ter reflexo na identidade cultural daquele grupo. Além do mais, o mesmo autor salienta que essas representações na maioria das vezes se apoiam nas tradições inventadas que ligam o passado e o presente, ou seja, em mitos de origem que projetam o presente de volta ao passado, em narrativas de nação que conectam o indivíduo a eventos históricos nacionais mais amplos e mais importantes.
Considerando então que qualquer identidade é uma representação social, ela há de ser constituída e construída em um dado momento. Neste sentido, referente às identidades nacionais, foco desse trabalho, Ortiz (2013: 621-22) argumenta que não existe identidade autêntica ou inautêntica, verdadeira ou falsa, mas sim representações do que seria um país e seus habitantes.
Já Bauman (2005), em sua obra "Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi", conceitua as identidades como autodeterminação, em outras palavras, o eu postulado. Segundo o mesmo autor, as identidades estão atreladas às comunidades como sendo as entidades que as definem.
È a partir deste pensamento que podemos evidenciar, portanto, o processo de construção de identidades nas sociedades modernas industrializadas, pois Dubar (1997) citado por Faria e Souza (2011), argumenta que as formações identitárias se constituem em um movimento de tensão permanente entre os atos de atribuição, que correspondem ao que os outros dizem ao sujeito o que ele é e, os atos de pertença em que o sujeito se identifica com as atribuições recebidas e adere às identidades atribuídas. Portanto, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento (Hall, 2006: 38).
O contexto da criação das identidades nacionais em determinado país se deve a constituição e a fortificação de um sentimento nacional promovida pela ideologia política do nacionalismo e o surgimento de Estados soberanos delimitados por territórios fronteiriços, mediante a sua modernização e industrialização, mesmo que esse processo seja tardio (como no caso do Brasil) ou não (como no caso de alguns países europeus). Corrobora esse argumento Berlin (2002:597), pois seu posicionamento é que a nação não é o único culto coletivo de si mesmo e que para isso uma linguagem e uma retórica semelhantes têm sido usadas, com seu aspecto histórico, para identificar os verdadeiros interesses do indivíduo com os de sua Igreja, sua cultura, sua casta, sua classe, seu partido. Contudo, o mesmo autor explicita que o mais poderoso apelo de todos esses centros de devoção e auto-identificação tem sido historicamente o Estado-nação. Estes tipos de Estado eram e são definidos pela área ocupada pelos membros da nação, que por sua vez era definida por sua história, cultura comum, composição étnica e, com crescente importância, a língua, segundo o discurso apontado por Hobsbawn (2007).
Conquanto, vale ressaltar que o processo de construção das identidades nacionais é determinado, também, por elementos característicos da cultura de determinado país, já que a identificação coletiva refere-se a representação social que ela proporciona. Assim, analisando especificamente o caso brasileiro, duas condicionantes para essa constituição foram determinantes. A primeira é a miscigenação dos povos que habitavam e habitam o Brasil, sendo o elemento imprescindível para a *brasilidade* e o outro é o futebol por meio da Copa do Mundo, pois como argumenta Giglio (2007), a identidade nacional do brasileiro toma forma em uma seleção carinhosamente chamada de canarinho, principalmente a cada quatro anos numa Copa do Mundo. Ainda, como conclui Bracht (2005: 105), o esporte permitiria uma identificação com um coletivo, com uma nação e satisfaria portanto a necessidade de pertencimento a um coletivo.
Nessa perspectiva, o objetivo do trabalho se pauta no entendimento da criação da identidade nacional brasileira com alguns elementos comuns aos da civilização europeia e outro elemento peculiar que é a miscigenação, assim como, o aporte que o futebol, por meio da Copa do Mundo, forneceu para o afloramento e a afirmação da identidade brasileira.

A concepção da identidade nacional

O processo da criação ou da construção de uma identidade nacional se evidenciou de várias formas, ao longo do século XVIII e principalmente nos séculos XIX e XX, nas mais diversas regiões do mundo. A principal vertente para a criação deste tipo de representação ou de referência do sujeito nacional, nas sociedades europeias, se deu pela disseminação de uma tradição ou mitos comuns, por meio de um termo muito pertinente, o fator étnico e principalmente pela disseminação de uma língua oficializada e institucionalizada.

A criação destas identidades ditas nacionais é construída por meio de "oposições binárias" de acordo com Mandler (2006). Ou seja, um grupo, uma sociedade ou no caso deste presente estudo, um Estado Nacional identifica um "outro" e, em seguida, o define contra isso. No entanto, segundo o mesmo autor, a identidade nacional é um tipo peculiar de identidade. Ela pode ser traçada de volta ao período pré-moderno, quando as pessoas já estavam definindo-se como membros de grupos que se parecem muito com as nações-etnias. Já na era moderna, no entanto, este processo de identificação nacional tornou-se mais onipresentes e também mais consequentes, graças a alguns fenômenos distintamente modernos, como por exemplo, os Estados-nações, o nacionalismo e a nação.

Contudo, Anderson (1991), em seu trabalho de alto impacto nos estudos sobre identidades nacionais e principalmente sobre nações, explícita que o desenvolvimento moderno da imprensa e de outras tecnologias de comunicação tornou possível, pela primeira vez para os indivíduos espalhados por distâncias de sentir-se fortemente e, simultaneamente, parte de uma única "comunidade imaginada". Assim, o Estado moderno desenvolveu novas tecnologias próprias para construir, configurar, manipular e mobilizar esse sentimento de "identidade nacional". Ainda segundo este ponto, Mandler (2006) destaca que a identidade nacional torna-se a identidade de trunfo por ser mais durável e mais urgente do que todas as outras formas de identidades conhecidas. Entretanto, vale ressaltar, como já exposto, que esse processo só se deu a partir da industrialização do mundo moderno por meio da criação do Estado-Nação. Lembrando que o surgimento de Estados, em consonância com a nação se deu na Modernidade e foi e é uma instituição recente na história dos homens, como aponta Hobsbawn (1990).

Para regimentar o argumento dessa criação importante para a vida moderna, Mandler (2006: 278) explícita que, quando os grupos dominantes das sociedades modernas descobriram que podiam implantar a consciência nacional para tornar o Estado uma ferramenta muito mais forte, não apenas para fins domésticos, mas para o desempenho em um cenário internacional, outras sociedades vizinhas foram obrigadas a terem a mesma atitude para concorrerem de igual para igual, como tem demonstrado as "novas nações" desde as guerras Napoleônicas às guerras civis Iugoslavas.

Nas palavras de Hobsbawn (2007: 127), em sua obra intitulada "A era do capital", na época das construções das nações, acreditava-se que o nacionalismo, uma ideologia política responsável pela criação/fortificação das identidades nacionais, implicava um desenvolvimento necessário, assim como a desejada transformação de nações em Estados-nações soberanas com um território coerente. Em consonância com este fato, pode-se pensar que a associação de um território à soberania política de um Estado independente, constituiu-se, portanto, na identificação do Estado com a nação e o território (Pearson, 1994).

E é neste contexto das crescentes criações de Estados nacionais em ambos os séculos XVIII e XIX, decorrido de alguns fatores como: as revoluções desta época, o fenômeno do êxodo rural, as imigrações causadas pelos processos de industrialização e urbanização e o agrupamento de etnias diversificadas dentro de Estados delimitados por fronteiras, que se alavancou o uso do nacionalismo como ideologia política, a fim de criar, com a formação de uma nação, uma identidade coletiva e um sentimento de pertencimento a um grupo nacional, segundo Guioti (2012: 32).

Ademais, é possível estabelecer que um dos fatores determinantes para esse sentimento de pertença á uma identidade nacional, possibilitado pela legitimação do Estado-nação e pela criação da nação por meio do nacionalismo, foi a institucionalização de uma língua oficial, tanto para fins socioculturais quanto para fins de expansão comercial, pelo menos naquelas sociedades modernas que já obtinham certo grau de industrialização de sua produção mercantil. Corroboram esse pensamento, autores como Geary (1995), Gellner (1993), Hall (2006) e Hobsbawn (1990 e 2007).

O argumento que justifica a língua oficial como institucionalizadora e disseminadora de uma identidade nacional vão ao encontro do pensamento de Gellner (1993), pois segundo o autor a ideologia nacionalista uniu o âmbito cultural com o âmbito político, advindo por um sistema educacional universal que só surgiu com a transformação da divisão do trabalho e dos processos produtivos e cognitivos. Assim, transfere-se o foco da identificação do homem para uma cultura mediada pela alfabetização e um sistema educativo formal e extenso, que segundo o referente autor, essa seria a essência do nacionalismo.

A partir disso, estas instituições educacionais tornaram-se o lócus da criação de Estados–nações, tanto com a imposição da ideologia nacionalista como, de forma mais sutil, com a disseminação e o uso da língua nacional, na qual estava implícita essa ideologia, formando as unidades culturais e linguísticas (Geary, 2005). De mesmo modo, Hobsbawn (2007) explicita que nas instituições de ensino o objetivo era impor os valores da sociedade, tais como a moral e o patriotismo, assim como outros objetivos como o estudo da aritmética e outras disciplinas que capacitavam intelectualmente os alunos em formação. Este elemento político e ideológico era evidente no processo de construção da língua de uma nação, pois ela não era a base da consciência nacional, mas sim um artefato cultural (Hobsbawn, 1990: 134).

Por meio deste fato, que Hobsbawn (1990) e Gellner (1993) em suas obras sobre o nacionalismo e sua influência no mundo moderno e contemporâneo definem que o mesmo é a consciência de uma nova forma de organização social estandardizada, com base num elevado nível ou grau de instrução civil, altamente dependente da educação e protegida pelo próprio Estado.

Neste sentido, pode-se compreender a importância das instituições de ensino, pois com a escolha e o aprendizado de uma língua oficial, faz com que ela torne-se um dos elementos construtivos da formação de um Estado nacional no mesmo período onde se formavam as nações devido ao fato de estarem reproduzindo e disseminando a história de tradições ou mitos comuns a essa nova nação que acabara de ser formada. Da mesma maneira, a linguagem era importante para definir uma identidade nas sociedades modernas. De acordo com as palavras de Gellner (1993: 10), nas sociedades primitivas ou tradicionais, o relacionamento social assegurava uma comunicação efetiva e também definia a identidade de seus membros. Entretanto, nas sociedades modernas, os relacionamentos sociais eram nada mais do que "encontros" e por isso tornava fundamental um meio de comunicação, como a linguagem, para obter uma coesão social e os homens serem definidos por suas culturas próprias para ter uma identidade, já que o conjunto estável de relacionamentos sociais não existia mais.

Desse modo, para ter a língua oficial como um meio de comunicação em massa, havia de ter uma alfabetização em grande escala das sociedades (Gellner, 1993: 10). O mesmo autor argumenta ainda que, no mesmo período, na sociedade industrial, igualitária com uma forte e anônima rotatividade social, tinha sistemas educativos construídos para manter uma homogeneidade cultural do meio linguístico, sendo que, o objetivo da cultura, naquela época (no século XIX), era uniformizar as diferenças estruturais da sociedade, fortificando os interesses nacionalistas. Ainda, Castanho (1993) explícita que a unificação de uma língua era um dos objetivos da industrialização das sociedades, com a expansão comercial, fazendo com o que, tornavam-se um elemento facilitador da troca de produtos dentro do mesmo território.

Portanto, a cultura nacional tornou-se uma característica-chave da industrialização e um dispositivo da modernidade ao generalizar uma língua vernácula, criar uma cultura homogênea e manter um sistema educacional nacional (Hall, 2006).

Em sentido contrário a criação das identidades nacionais no continente europeu, pautadas em um Estado-nação moderno e soberano, território, uma sociedade homogeneizada etnocêntrica e uma língua oficial institucionalizada, a criação das mesmas ocorreu de forma diferente e tardiamente no Brasil. Como argumenta Mandler (2006: 281), os processos pelos quais essas identidades são construídas ficam-se muito complexos, envolvendo uma série de mecanismos psicológicos e sociológicos, e variando de acordo com o contexto e situação.

Notadamente, o Brasil era um Estado diferente daqueles que estavam emergindo na Europa, desde o final do século XVIII e no decorrer do século XIX. Neste período em questão, por definição não se pode dizer que o Brasil era um Estado-nação, pois segundo Afonso (2001), Estado-nação possui uma ideia de ser uma organização tendencialmente isomórfica de território, etnia, governo e identidade nacional. Assim, analisando o contexto político, econômico e social do Brasil nesta época, pode-se dizer que com uma sociedade predominantemente

agrária e escravocrata, o Estado brasileiro não se "classificava" dentro das premissas pertinentes à criação de uma identidade nacional do mesmo modo do que as sociedades europeias, pois se considerarmos o conceito de identidade nacional como aspecto evolucionista, estabelece um falso ditado de que as sociedades mais simples evoluem naturalmente para as formas mais complexas, identificadas diretamente com a civilização europeia, conforme Ortiz (2006: 162).

Esse argumento é balizado ainda por Ortiz (2013: 610), um dos autores mais renomados em estudos sobre a identidade nacional brasileira, porém em seu estudo sobre as "Imagens do Brasil", o autor sublinha que a nação remete-nos à consolidação e à expansão da modernidade industrial e que somente alguns países poderiam ser classificados dessa forma, excluindo as sociedades asiáticas, africanas, parte do leste europeu e também o Brasil.

Assumindo então que o Estado brasileiro não era modernizado, pois ainda não tinha 'acometido' sobre ele a Revolução Industrial, o processo de criação da identidade nacional brasileira era ainda algo obscuro e bastante confuso, mesmo tendo alguns processos políticos nacionais de mesma magnitude que alguns países europeus (guardada as suas devidas proporções), tais como a Inconfidência Mineira (1789), sendo uma revolta separatista contra o colonizador do Brasil, Portugal; o Processo de Independência frente ao mesmo (1822) e a Proclamação da República (1889) tirando o poder na Monarquia e instaurando a forma republicana federativa e presidencialista no país.

Ademais, para corroborar com esse assunto, Ortiz (2006), na sua obra "Cultura Brasileira e identidade nacional" analisa como e por que os intelectuais brasileiros, principais agentes da criação de uma possível identidade nacional, enfrentaram o desafio de definir a especialidade do brasileiro enquanto nação em períodos distintos, anunciando e também fixando, um caráter ontológico da identidade brasileira. O mesmo autor ainda argumenta que para que o debate da identidade nacional fosse iniciado era necessário presumir duas categorias de análise. A primeira era a nação, ainda sendo um conceito não devidamente esclarecido no Brasil e a outra é a cultura, pela qual seria a consciência coletiva que vincula os indivíduos uns aos outros (Ortiz, 2013; 610), que por sua vez, aliada ao conceito de nação nos remete a um emblema, a uma identidade ou como melhor exemplifica o autor, um caráter nacional.

Neste período, portanto, mesmo sem ter os mesmos processos e o mesmo campo para a construção de uma identidade nacional, o Estado brasileiro necessitava de encontrar as especificidades brasileiras para a construção das mesmas. Para tanto, conforme Velloso (1993: 89) os intelectuais brasileiros, tomados com um sentimento de orgulho e resignação, se auto elegeram executores dessa missão, rompendo com um passado de dependência cultural e tendo como o maior obstáculo, estabelecer um tipo étnico específico capaz de representar a nacionalidade brasileira, num território encharcado de diferentes raças e diferentes etnias por meio de processos imigratórios e pelo modo de produção escravocrata, além dos indígenas que já habitavam o país.

Para isso, foi necessário que na constituição do projeto de um Estado nacional brasileiro, literatura e política caminhassem juntas como algo indissociável, de acordo com Velloso (1993: 91). Isso tudo porque a arte é definida como o saber mais capaz de apreender o nacional e, portanto, o mais apto para conduzir a organização do país e lidando com a emoção e a intuição, a arte passa a ser consagrada como depositária de valores superiores, devendo sair da esfera do puro intimismo para exercer uma ação mais dinâmica no seio da sociedade. (Velloso: 1993).

Contudo, o tema central que permeia a busca de uma especialidade brasileira para a constituição da identidade nacional é a chamada *Miscigenação*. Segundo Ortiz (2013: 615), o conceito de Miscigenação ou Mestiçagem é um processo histórico no qual as raças e culturas misturam-se na formação de uma sociedade híbrida. Esse elemento particular constituinte da identidade brasileira é pautado, conforme Ortiz (2006: 163) nas discussões sobre o caráter nacional que se realizam no mito da nação como fusão das três raças fundamentais e amalgamadas: o branco, o negro e o índio, ou seja, três raças características do Brasil desde o seu descobrimento (1950). Porém, isso não implicava considerá-las em termos de igualdade, pois na fusão das raças, ao elemento branco são atribuídas as características e valores capazes de conduzir a nação à civilização, desde que aclimatados aos trópicos pela experiência da mestiçagem.

A essa atribuição positiva primeiramente ao povo branco, deixando claro que os autores desse presente estudo preferem o termo povo à raça, subsidiou o pensamento negativo da Miscigenação por parte da elite intelectual brasileira do século XIX. Ortiz (2006: 163), explícita que as teorias raciológicas deste determinado período caracterizavam o mestiço como essencialmente fraco, pois trazia, na experiência da mestiçagem, os elementos biológicos de raças desiguais, conferindo-lhe uma natureza inferior expressa na apatia e nas debilidades morais e intelectuais. Assim, nessa perspectiva da mestiçagem, as políticas de imigração, além de seu significado econômico, apresentam-se, como uma alternativa para o branqueamento da população, acelerando, portanto, o caminho até o ideal nacional. Contribuindo para esse argumento, Filho (2005: 248) sublinha que miscigenação do ideal nacional brasileiro era de grande preocupação para a elite intelectual que, fortemente influenciada pelas ideias racistas importadas da Europa, discutia a nossa mistura racial e perguntava-se sobre as suas consequências para o destino da nacionalidade.

Para regimentar esse aspecto negativo da mistura de povos num contexto de uma sociedade escravocrata, ainda Ortiz (2013: 615), argumenta que a mestiçagem, como ele comumente denomina em seu estudo, conduzia os brasileiros necessariamente a uma subalternidade intransponível. Por isso, a ilusão de diferentes intérpretes ou literários do Brasil a respeito do ideal de embranquecimento.

Entretanto, a negatividade da miscigenação começa a perder suas forças para o sentimento de positividade, principalmente após o fim do sistema de produção escravocrata brasileiro no final do século XIX. Nesse período, com o povo negro livre, eles passaram então a serem inclusos nas preocupações nacionais do Estado brasileiro, conforme (Ortiz, 2006: 164), e a partir disso o futuro da identidade nacional brasileira estaria na supressão lenta e gradual das deficiências hereditárias. Para tanto, de acordo com Filho (2005: 248), começa a surgir um discurso que afirma a positividade da miscigenação, pois essa *ideologia da miscigenação* se consolida no Brasil, como mostra Skidmore (1991) citado por Filho (2005), no início do século XX, devido à elite dominante começar a argumentar confiantemente que o Brasil estava livre do racismo, simplesmente pelo fato de estar formando uma única raça e cultura por intermédio da miscigenação.

Infelizmente, apenas com o argumento de um país sem racismo e considerando os povos "inferiores" no mesmo nível, não foi o bastante para fortificar a positividade do elemento da miscigenação. Para isso, houve uma ressignificação da ideia de miscigenação somente na década de 1930, com a Revolução de 30 e consequentemente com o tão esperado processo de industrialização e modernização do país. Neste sentido, Ortiz (2013: 615) se pauta na obra de Gilberto Freyre, considerando-a importante para a identidade nacional brasileira, pois ela confere aos brasileiros uma carteira de identidade. Como bem aponta Ortiz (2013), para Freyre o ideal da mestiçagem encerra a capacidade de se conciliar as contradições políticas, culturais, sociais e econômicas. O mestiço, então, é o ideal harmônico no qual se espelha o "segredo do sucesso do Brasil".

Portanto, esta mudança de sinais, do negativo para o positivo possibilita uma releitura da história, do desenvolvimento e da modernização, virtudes antes incompatíveis com o espírito nacional, e agora viáveis e factíveis mediante a atuação coordenada do Estado brasileiro, conforme assinala Ortiz (2013). É neste contexto que os novos símbolos de identidade, como a mulata, o samba e o futebol (aspecto central neste trabalho), se consolidam liberados das interpretações raciológicas e, portanto, alcançam a categoria de brasilidade.

Por fim, a noção de mestiçagem fez e faz parte da tradição intelectual brasileira e o pensamento de que tudo é parte de um mesmo conjunto, ou seja, diversas representações simbólicas que habitam esse mesmo conjunto, é evidenciada ou pelo menos reforçada por meio da prática do futebol no Brasil. Portanto, é no âmbito esportivo que a miscigenação tomou conta e forma, ajudando assim, a construção e afirmação de uma identidade nacional brasileira.

A identidade nacional brasileira e as Copas do Mundo.

Antes de iniciar o pensamento acerca da identidade nacional brasileira e o futebol, especialmente num dado momento, a Copa do Mundo, cabe nesta parte do trabalho iniciar o porquê dos esportes, por meio de suas competições nacionais e internacionais, ajudam, afloram e/ou afirmam um sentimento nacional coletivo.

Deste modo, de acordo com Giulianotti (2002), em sua obra a "Sociologia do futebol: Dimensões históricas e socioculturais do esporte de multidões" foi em detrimento do crescimento dos meios de comunicação em massa, as melhorias na infraestrutura dos transportes e a criação de um programa nacional de educação que serviram para suscitar sentimentos unitários de identidade nacional. Contudo, havia outro fator que também era baseado nas sociedades modernas e que foram institucionalizados no interior das *Publics Schools* inglesas como a língua oficial, os *esportes modernos*. Para tanto, Hobsbawn (1990) argumenta que os esportes vão simbolizar a unidade dos Estados nacionais e reforçar o sentimento de pertencimento a uma unidade. Ou seja, reforçam uma identidade nacional a partir das rivalidades amistosas entre as nações nas competições esportivas pela institucionalização das mesmas, onde se via bandeiras nacionais tremulando e cantoria de hinos nacionais para a produção de uma história oficial da nação, conforme Giulianotti, (2002).

Além desse fator, os esportes também promoviam, de certa forma, uma válvula de escape para as tensões grupais, que seriam destruídas ou diluídas, por meio de sua vivência controlada nas disputas das provas esportivas. É nesta época que competições esportivas foram criadas e recriadas, tal como a Copa do Mundo (1930) e os Jogos Olímpicos (1896) respectivamente, onde se representavam os Estados-nações em eventos que teoricamente promoviam a paz e um sentimento de convivência social entre estes Estados.

E com a criação das competições internacionais mais importantes do século XX e do século atual, os Estados nacionais utilizaram e utilizam das premissas desses eventos para a promoção de seus prestígios tanto para o âmbito nacional quanto para o âmbito internacional, no sentido de mostrar para os outros Estados a sua força e o seu ímpeto e, portanto, o poder de sua identidade coletiva nacional.

Para evidenciar esse argumento, Elias e Dunning (1992: 324-325), sublinham que o caráter de oposição inerente ao esporte entre duas ou mais equipes, dois ou mais indivíduos, explica sua proeminência como um foco de identidade coletiva; sendo que o próprio esporte proporciona uma identificação de grupo, mais precisamente a formação da ideia de pertencer a um grupo. E assim, no contexto dos Estados-nações pacificados no plano interno, ou seja, em sociedades em que o Estado estabeleceu um monopólio efetivo sobre o direito de usar a força física, o esporte proporcionou a única ocasião em que unidades sociais complexas e impessoais pudessem unir-se. Da mesma forma, só que em nível internacional, a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos proporcionam as únicas ocasiões, em tempo de paz, durante as quais as nações inteiras podem unir-se com regularidade e de forma visível por meio da exaltação dos símbolos nacionais, como o hino e a bandeira.

Ademais, Topic e Coakley (2010) explicitam que os esportes, mais do que a maioria das atividades e esferas da vida social, forneceram ocasiões para a expressão pública de valores nacionais, crenças, orgulhos, união coletiva e identidade. Representadas por meio da cobertura da mídia, os esportes, em muitas regiões do mundo, agora se juntam a religião, trabalho e a comunidade como um lugar popular para a expressão pública de identidades nacionais. Os autores ainda nos fornecem exemplos, como os já citados eventos internacionais de esportes, que são uados para ressaltar símbolos nacionais e apresentar atletas e times como representações de Estados-nações. É assim que Topic e Coakley (2010) argumentam que atletas vitoriosos usam bandeiras nacionais para expressar suas identificações com a nação e os espectadores usam os eventos e vitórias como ocasiões para proclamarem a afiliação e o orgulho nacional.

No Brasil esse uso do Estado perante o esporte se deu forma similar, apesar de sua peculiaridade, pois o mesmo utilizou o futebol como um dos elementos para a busca da sua identidade nacional e, consequentemente, a afirmação da mesma, assim como, da sua própria cultura.

Do mesmo modo que a criação da identidade nacional brasileira, o uso político do Estado para com o esporte se deu de forma tardia devido a esses processos se darem por meio da modernização e industrialização do Estado-nação. De acordo com Topic e Coakley (2010), a relação entre a identidade nacional e o esporte advém das nações europeias, principalmente a Britânica; nessas nações as atividades esportivas foram institucionalizadas numa era quando as próprias nações selecionadas disputavam uma com a outra por uma força regional e global, durante uma era de expansão industrial e quando a mídia impressa centralizou-se no fornecimento de uma narrativa dominante sobre esporte e nação.

Em relação ao Estado brasileiro, esse processo só se deu na década de 1930 já no século XX, com a industrialização dos modos de produção e também com o desenvolvimento dos meios de comunicações. Para tanto, Costa (2006: 108) afirma que neste novo governo, a construção da nação e da nacionalidade brasileira

era a prioridade sempre presente, que estimulava e justificava todas as realizações do Estado, como a adoção do salário mínimo (1940) e a criação das leis do trabalho (1943). Ou seja, para o Governo Vargas, a formação da grande nação brasileira era um dever patriótico de todos.

Para a construção dessa grande nação, utiliza-se da argumentação de Ortiz (2013), que ainda durante o período de governo de Getúlio Vargas na década de 30, a esfera da cultura era um elemento vital da propaganda política e foi preciso difundir uma versão de brasilidade que vinculasse os diferentes setores da sociedade em torno dos rumos da até então chamada "Revolução de 30". A educação e os meios de comunicação (cinema educativo e rádio) transformam-se assim em instrumentos de construção da nacionalidade. Entretanto, o esporte, mais especificamente o futebol, é notadamente o mais influente elemento de aglutinação de interesses no Brasil, conforme Helal et al. (2010: 7). Segundo esses mesmos autores, é nítido que os brasileiros ficam mais unidos em torno de um ideal a cada quatro anos. Percebe-se nas ruas uma motivação diferenciada, as cores nacionais estão por toda parte, os indivíduos se unem para tarefas como pintura de ruas, enfeitar as casas, expor em todo canto seu amor pela pátria. É desse modo que a Copa do Mundo de Futebol parece despertar uma catarse coletiva, numa espécie de "nacionalismo cíclico".

E se considerarmos a vinculação das identidades nacionais com as representações simbólicas, não somente com os símbolos oficiais do Estado, o efeito da Copa do Mundo na identidade nacional brasileira vai mais além. Giglio (2007) sublinha que a Copa do Mundo, indica a transformação do futebol em marca da identidade nacional em que o ato de torcer, a incorporação de uma prática particular de se jogar, a valorização da experiência comunitária, a comoção, as concentrações populares para assistir aos jogos do Brasil, as ruas enfeitadas e pintadas de verde e amarelo, e, portanto, as metamorfoses da cidade e do cotidiano em torno da participação da seleção em uma Copa do Mundo representam a valorização de um dos maiores símbolos de brasilidade: o futebol. Para isso, de acordo com o mesmo autor, a mídia participou ativamente do processo de construção da identidade nacional, pois geralmente transforma os atletas que representam a seleção brasileira, seja de qual modalidade for, em marcas da identidade nacional e, assim, fabrica-se a ideia daquilo que os brasileiros esperam dos brasileiros, gerando-se um modelo nacional.

Entretanto, só é evidenciada essa identidade "futebolística" nacional brasileira, quando a seleção brasileira entra em campo e de acordo com Giglio (2007), não seria somente isso, pois se cria uma grande expectativa para que os jogadores brasileiros joguem o estilo que se convencionou chamar de futebol-arte que se oporia ao futebol-força, presumivelmente praticado pelos europeus. Ou seja, na opinião do autor, não basta jogar futebol, é preciso praticá-lo de uma determinada forma, capaz de identificá-lo a partir de algumas características particulares que compõe o seu estilo de jogar. A construção desse estilo de jogo e sua reprodução foi uma forma de consolidar a identidade brasileira, pois é por meio desse estilo que os brasileiros são conhecidos no futebol brasileiro e mundial.

E essa forma de jogar futebol, totalmente particular dos brasileiros, advém primeiramente da passagem do futebol amador para o futebol profissional ocasionando a participação mais efetiva dos jogadores de ascendência sociais mais baixas em detrimento apenas da participação de jogadores de elite. Assim, os jogadores negros e mestiços são os pioneiros no que viria a ser chamado de "estilo brasileiro de jogar futebol", segundo Rodriguez (2002: 2) e estes foram os atletas socialmente identificados como os criadores e a razão de ser do conhecido *futebol arte.* Para qualificar esse argumento, Freyre (1971) diz que as qualidades do futebol no Brasil, a maneira artística de jogar, os dribles geniais e a dança gingada confirmariam a brasilidade, sendo resultado da mistura de raças, que segundo o autor é tão positiva na constituição da identidade nacional.

Portanto, tendo como o âmbito esportivo ou sendo mais específico, o âmbito futebolístico, como um campo que proporcionou e ainda proporciona uma melhor análise da cultura brasileira e permite a junção de uma gama de elementos culturais brasileiros ditos positivos, como a miscigenação dos povos, é possível defender o papel fundamental que o futebol, por meio das edições da Copa do Mundo, teve na construção da identidade nacional brasileira. Além do mais, fazendo uma periodização histórica das grandes participações do Brasil em Copas do Mundo, pode-se observar dois momentos característicos dessa argumentação: As edições de 1950 e 1970.

O primeiro momento, a Copa do Mundo de 1950, realizada no Brasil foi uma importante oportunidade para o país, industrializando e já com anseios de uma nação moderna, mostrar o seu valor para outros Estados nacionais. Um exemplo disso foi a construção do principal palco desse evento, o Estádio do Maracanã, na qual,

segundo Helal et al. (2010), representava mais que um grande estádio de futebol, pois ele era a afirmação das possibilidades de um povo enquanto nação grandiosa, ou seja, o passaporte para o progresso e para o mundo civilizado.

Tendo essa edição de Copa do Mundo sido constantemente interpretada como uma das maiores tragédias do futebol brasileiro, devido ao selecionado brasileiro perder a final da Copa para o Uruguai, Da Matta (1982: 31) afirma que esse evento implicou uma coletividade e trouxe a visão solidária de uma oportunidade histórica, por ter ocorrido no início de uma década na qual o Brasil buscava marcar o seu lugar como nação que tinha um grande destino a cumprir.

Após as conquistas de dois títulos mundiais (1958 e 1962), o país se depara com o segundo momento que melhor evidencia a pertinência do futebol para com a construção da identidade nacional brasileira, a Copa do Mundo de 1970.

Para tanto, Ortiz (2013: 620) argumenta que o Brasil já vivenciara uma época diferente em sua história, a Ditadura Militar (1964-1985). Para ele, o quadro é outro durante regime, pois havia um esforço de se construir uma política cultural em escala nacional fundamentando-se na reinterpretação das ideias de sincretismo e mestiçagem, procurando acomodá-las à perspectiva autoritária do Estado. Assim, era preciso modelar uma imagem convincente de um Brasil nativo, sem influências estrangeiras (que nessa época se referiam ao comunismo), harmônico e cordial.

Deste modo, a conquista do título em 1970 no México deu a esse regime brasileiro uma maior legitimidade, pois segundo Helal et al. (2010), este marco consolidou o futebol como elemento de identificação cultural fortalecendo o sentido de pertencimento à nação durante as Copas do Mundo entre os brasileiros.

Portanto, é evidente que tanto a miscigenação quanto o futebol, por meio da Copa do Mundo, participaram fortemente da construção da identidade nacional brasileira ao longo dos anos, conforme a sociedade brasileira vinha se modernizando.

Considerações Finais

Fica claro para os autores deste presente estudo que o Estado brasileiro teve o processo de construção de identidade nacional diferente e mais recente em relação aos países do continente europeu. Isso se deve em parte à modernização e industrialização tardia que o país teve, assim como algumas características peculiares da construção desse tipo de identidade no "velho mundo", como um Estado-nação moderno e soberano, um território delimitado por fronteiras, uma sociedade homogeneizada etnocêntrica e uma língua oficial institucionalizada. Algumas dessas características só vieram à tona no Brasil na década de 1930, mediante a uma política nacionalista advinda da então chamada Revolução de 30. O exemplo disso é transformação em um Estado soberano de território extenso, e a implementação de uma língua nacional institucionalizada.

Além disso, um elemento particular da constituição da cultura brasileira e, por consequência, importante para a definição da identidade nacional brasileira foi a miscigenação de seus povos. Ocorrida por inúmeros processos imigratórios, pelo sistema escravocrata dos séculos XVIII e XIX e pela "união" da sociedade colonizadora europeia e os indígenas brasileiros, a miscigenação, em seus primórdios, não era benquista pelas elites dominantes da época que continham pensamentos raciológicos.

Entretanto, se considerarmos que para obter uma identidade nacional bem definida é necessário a junção da nação com a cultura, a miscigenação dos povos brasileiros nos permite pensar em ser o principal elemento da cultura brasileira e, por assim dizer, da identidade brasileira. Devido à época em que se constituiu um forte sentimento nacional nos brasileiros (na metade do século XX), a mistura de seus povos e de suas culturas passa a ter um aspecto muito mais positivo do que negativo se comparado ao século XIX e o começo do século XX.

Para tanto, o ambiente que vai proporcionar a difusão das características positivas da miscigenação brasileira é o esportivo por meio do futebol e do seu evento máximo, as edições de Copas do Mundo. Paralelamente, o futebol também é tido como elemento não formador da identidade nacional e sim como elemento aglutinador e disseminador desse sentimento nacional coletivo. A causa disso é a forma como se joga o futebol no Brasil, sendo denominado como *futebol-arte* e destinado os créditos para os jogadores mestiços e negros.

Partindo do pressuposto que o sucesso de qualquer esporte em um determinado país está relacionado à quantidade de conquistas, é importante ressaltar que se o futebol brasileiro não obtivesse tantas conquistas de títulos em Copas do Mundo (ao todo são cinco Copas), supõe-se que o futebol não teria alcançado um papel tão importante na caracterização brasileira. Além do mais, é possível estabelecer relações entre momentos áureos de uma ideologia nacionalista do Estado brasileiro com o desempenho da seleção brasileira de futebol em edições de Copas do Mundo, como foi possível ver nas edições de 1950 e de 1970.
Por fim, conclui-se que o evento majoritário do futebol mundial, evento esse que proporciona a exaltação de símbolos nacionais, como hino e a bandeira e a representação dos mesmos por meio de uma seleção, é um momento de afloramento e afirmação da identidade nacional brasileira, a fim de mostrar suas características positivas como a miscigenação de seus povos.

Referências:

AFONSO, A. J. (2001), Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional. *Revista Educação e Sociedade*, 22 (75). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302001000200003&lng=en&nrm=iso. [Consultado em 06 Dec. 2012.]

ANDERSON B. (1991), *Imagined Communities*, London, UK.

BAUMAN Z. (2005), *Identidade: entrevista à Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar.

BRACHT V. (2005), *Sociologia crítica do esporte: uma introdução.* Ijuí, Rio Grande do Sul: Unijuí.

BERLIN, I; HARDY, H; HAUSHEER, R. (2002), *Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios.* São Paulo, SP: Companhia das Letras.

CASTANHO S. E. M. (1993), *Nasce a nação: Roland Corbisier, o nascionalismo e a teoria da cultura brasileira.* Tese de Doutoramento, Campinas, Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000065425. [Consultado em 10-10-2012.]

COSTA, M. S. D. (2006), "*Os gramados do catete: futebol e política na Era Vargas (1930-1945")*. In: SILVA, Francisco C. T; SANTOS, Ricardo P. *Memória social dos esportes: futebol e política - a construção de uma identidade nacional.* Rio de Janeiro: Mauad, FAPERJ.

DA MATTA, R. (1982), *O universo do futebol.* Rio de Janeiro: Editora Pinakotheque.

ELIAS N; DUNNING E. (1992), *A busca da excitação.* Lisboa, Portugal: Editora Memória e Sociedade.

FARIA, E; SOUZA, V.L. (2011), "Sobre o conceito de identidade: apropriações em estudos sobre formação de professores." *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 15 (1), pp. 35-42. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pee/v15n1/04.pdf. [consultado em 21-7-2014.]

FILHO, P.O. (2005), "Miscigenação *versus* bipolaridade racial: contradições e consequências opressivas do discurso nacional sobre raças". *Estudos Psicologia*, 10 (2), pp. 247-253.

FREYRE, G. (1971), "Futebol brasileiro e dança" In FREYRE, Gilberto. *Seleta para jovens.* Rio de Janeiro: José Olympio.

GEARY P. J. (2005), *O mito das Nações: a invenção do nacionalismo.* São Paulo, SP: Conrad Editora do Brasil.

GELLNER, E. (1991), *Nacionalismo e democracia.* Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília.

GIGLIO, S. S. (2007), *Futebol: mito, ídolos e heróis.* Dissertação de mestrado, Campinas, Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

GIULIANOTTI, R. (2002), *Sociologia do futebol: Dimensões históricas e socioculturais do esporte de multidões.* São Paulo, SP: Novalexandria.

GUIOTI, T. T. (2012), *Atletas Independentes Olímpicos e a quebra do paradigma do nacionalismo.* Trabalho de Conclusão de Curso, Limeira Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas.

HALL S. (2006), *A identidade cultural na pós-modernidade.* Rio de Janeiro: RJ. DP&A.

HELAL, R; CABO, A; SILVA, C. (2010), Pra frente Brasil! Comunicação e identidade brasileira em Copas do Mundo. *Esporte e Sociedade,* 5 (13), pp. 1-21.

HOBSBAWN, E. (2007), *A era do capital: 1845-1875*. São Paulo, SP: Paz e Terra.

HOBSBAWN, E. (1990)*, Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade.* Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

MANDLER, P. (2006). What is "national identity"? Definitions and applications in modern british historiography. *Modern Intellectual History*, 3 (2). pp 271-297.

ORTIZ, R. (2006). *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense.

ORTIZ, R. (2013). Imagens do Brasil. *Revista Sociedade e Estado,* 28 (3), pp. 609-633.

PEARSON, R. (1994), *The Longman Companions to European Nactionalism.* Londres, Reino Unido.

RODRIGUES, F. X. F. (2002), "Futebol e teoria social: introdução a uma sociologia do futebol brasileiro". In: *Associação brasileira de antropologia*, Gramado. *Congresso:* Associação Brasileira de Antropologia. Disponível em: http://www.ludopedio.com.br/rc/index.php/biblioteca/recurso/805. [Consultado em 2-11-2014].

TOPIC, M. D. COAKLEY, J. (2010), Complicating the Relationship Between Sport and National Identity: The Case of Post-Socialist Slovenia. *Sociology of Sport Journal*, 27, pp. 371-389.

VELLOSO, M. P. (1993). A brasilidade verde-amerela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos,* 6 (11), pp. 89-112.

A mercadoria Copa do Mundo FIFA - Brasil 2014

Adriano José Rossetto Junior[1]
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
adrianorossettojr@uol.com.br

Rodrigo Pojar Paiva
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
rgo.paiva@gmail.com

Marisa do Espirito Santo Borin
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Resumo: A Copa do Mundo FIFA – Brasil 2014 abre amplo debate na sociedade brasileira, discussões são geradas pelos possíveis impactos e legados do megaevento esportivo. O esporte, divulgado e reconhecido nos megaeventos esportivos da Industria Cultural, é o paradigma da eficiência do capitalismo e da expansão da indústria e comercialização da mercadoria esporte. Nesta direção, os objetivos desse artigo visam discutir a Copa do Mundo FIFA no Brasil e seu potencial de acumulação de capital à FIFA. Para alcançar os objetivos propostos a análise é fundamentada no pensamento marxista, que possibilita analisar a ideologia da sociedade capitalista presente no megaevento e a expansão da mercadoria esporte pela Copa FIFA. Observa-se que o megaevento esportivo é sustentado e produzido por subsídios e recursos públicos, mas baseado no princípio da acumulação de capital, cujos fins e megalucros são das instituições privadas, da FIFA e seus parceiros, as custas da sociedade, dos trabalhadores e do meio ambiente.

Palavras-chave: Copa do Mundo 2014; FIFA; Megaevento esportivo.

Introdução

Em curto intervalo de dois anos, o Brasil sediará os dois maiores megaeventos esportivos do planeta, Copa do Mundo FIFA realizada em 2014 e Jogos Olímpicos que acontecerão em 2016. Desde o anúncio de que o país fora eleito como sede dos eventos o tema passou a fazer parte do cotidiano do povo brasileiro. O esporte deixou de ser discutido apenas nas portas dos estádios, esquinas, nas bancas de jornal, ou nos bares e padarias nas manhãs de segunda-feira com a rotina dos trabalhadores e passou a ser debatido, também, no âmbito político, econômico e acadêmico, ou seja, por parlamentares, intelectuais, pelas comunidades escolares, pelos gestores e empresários das grandes corporações e pelos governantes municipal, estadual e federal.
Assim, a escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo FIFA 2014 abre um amplo debate na sociedade brasileira, porque possibilita, em princípio, aos cidadãos importantes benfeitorias e conquistas, geradas pelos legados do megaevento esportivo, que vão desde o planejamento urbano, mobilidade urbana, logística, comunicação, até a arquitetura de novos edifícios, iluminação e paisagismo de espaços públicos, o que resulta

---

1 Graduação em Educação Física - Uni-FMU - 1993, Pós-graduação em Educação Física Escolar - Uni-FMU - 2001, Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - 2003 e Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com pesquisa sobre os legados do megaevento copa do Mundo FIFA – Brasil 2014 à sociedade. Atuação profissional: Coordenador Pedagógico da OSCIP Instituto Esporte & Educação com ações em vários Estados brasileiros e professor dos Cursos de Pós-graduação do Centro Universitário Uni-Fmu, com experiência em Metodologia da Pesquisa; Educação Física Escolar e Dimensões sociológicas do Esporte.

na construção de uma nova infraestrutura urbana e metropolitana, podendo conferir às cidades sedes as características das cidades globais (Sassen, 1998).

Grandes eventos esportivos fascinam a humanidade há muitos anos. Sejam eles os jogos olímpicos, copas mundiais de futebol, campeonatos pan-americanos, dentre outros. Os megaeventos esportivos, sem dúvida, podem ser considerados fenômenos de popularidade, presenciado, comemorado e vibrado por milhares de torcedores nos locais dos eventos e assistidos via televisão e mídias eletrônicas por bilhões de pessoas em todo o mundo, independente de sistema político-econômico, religião, divisão social, etc.

Sediar megaeventos esportivos da magnitude de Copas do Mundo e Olimpíadas gera discussões acaloradas sobre a validade dos esforços e investimentos necessários para construir e adaptar a infraestrutura existente de acordo com as exigências das instituições organizadoras, respectivamente a Federação Internacional de Futebol (FIFA) e o Comitê Olímpico Internacional (COI) e o possível legado desses eventos, especialmente em países em desenvolvimento, como o Brasil, com inúmeras demandas sociais e necessidades urgentes da população nas esferas da educação, saúde, moradia e segurança, entre outras.

Ardoino e Brohm (1995) afirmam que, assim como a pena de morte ou o aborto, o esporte afeta e divide profundamente as opiniões, levando a divergências e discussões acaloradas em todos os setores da sociedade. Provoca a polarização emocional e ideológica, e que diante de um objeto investido de tanta libido e afetividade é difícil permanecer neutro ou indiferente, o que constata-se claramente durante a realização desses megaeventos esportivos, em especial a Copa do Mundo FIFA.

A FIFA apresenta o megaevento esportivo, Copa do Mundo FIFA – Brasil 2014, para o governo brasileiro produzir, agregada de possíveis valores e possibilidade de desenvolvimento econômico, social e cultural do país, com possibilidade da provisão de infraestrutura, melhoria do transporte, segurança e telecomunicações, resultados, impactos e legados consequentes da sua mercadoria (Copa do Mundo FIFA), que a valorizam como fator de desenvolvimento para o país, logo, justificam os investimentos do Estado na produção do megaevento esportivo. Entretanto, sediar a Copa do Mundo FIFA, o segundo maior evento esportivo mundial, é um investimento potencialmente caro e nem sempre (na grande maioria das vezes) com o legado projetado. Conforme Highan (1999) existe um crescente número de pesquisas acadêmicas e obras na literatura internacional sobre os efeitos negativos ou ambivalentes dos megaeventos esportivos, tanto do ponto de vista econômico quanto social. A literatura internacional tem demonstrado, recorrentemente, que as avaliações posteriores ao megaevento contradizem as projeções iniciais, que costumam estar completamente superdimensionadas (Proni, 2009).

Rubio (2008: 11) enfatiza a necessidade de "discutir os custos sociais e materiais do processo de candidatura e realização de megaevento esportivo na atualidade". Para a autora, o fator legado é identificado em meio a uma controvérsia, por ser necessária a construção de "equipamentos para que sejam incorporados à cidade e ocupados por sua população", em razão das necessidades da população, especialmente, no Brasil, um país em desenvolvimento e com direitos da população não atendidos, como a própria prática esportiva. O que contradiz com a maioria dos investimentos em "novos equipamentos públicos para um uso restrito e temporário" (Rubio, 2008: 12), como os estádios da Copa do FIFA 2014.

A partir do contexto relatado e da efervescência causada pela recente realização do megaevento no país, os objetivos desse artigo visam discutir a Copa do Mundo FIFA no Brasil e seu potencial de acumulação de capital à FIFA.

Esporte: educação, saúde, diversão, mercadoria e espetáculo.

Não se pode compreender e discutir o esporte apenas como fator positivo e propiciador de desenvolvimento, saúde, educação, ética, responsabilidade e outros, porque o esporte é polissêmico. Adorno (1995), Bourdieu (1983), Elias e Dunning (1992) alertam para a ambiguidade do esporte, que é um importante fator de socialização, em razão da internalização e reforço de valores e educação de atitudes e comportamentos, favorecer e estimular a amizade, respeito, paz, criticidade e alteração de normas, atitudes e valores retrógrados e conservadores (machismos, preconceitos, violências, intolerâncias, etc.), ou ao contrário associar-se ao propósito de adaptação social, com a manutenção da ideologia hegemônica, da estrutura e das desigualdades

sociais vigente, estimular a violência; agressividade e competição exacerbada. Para Adorno (1995) o esporte constitui-se em ação educativa ou barbárie, depende dos objetivos e de como é conduzido.
O esporte recebeu duras críticas, como as de Brohm (1978), que apoiado no conceito dos aparelhos ideológicos de Estado de Althusser, considera a instituição esportiva como parte destes e que dispõe de uma autonomia relativa exercendo, antes de tudo, uma função: inculcar a ideologia do rendimento físico. Adorno (1995: 79) também critica o esporte pela violência, culto a obediência, autoritarismo e ao sofrimento. "Ao esporte pertence não apenas o impulso à violência, mas também a suportá-la e tolerá-la".
O esporte é, além de um conjunto de regras, movimentos, técnicas e táticas, uma maneira de controlar o social. A prática e vivência esportiva levam a aprendizagem de regras, normas, valores, objetividade, racionalidade e também da hierarquia e da administração do tempo e espaço, os valores esportivos (seleção, rendimento e recorde) são os mesmos da sociedade industrial capitalista (Brohm, 1978).
As ideologias da sociedade capitalista presentes no esporte podem ser compreendidas a partir das assertivas de Marx e Engels (1991), que apresentam o nexo entre os aspectos concretos e materiais da vida cotidiana e os valores da sociedade.

> A produção de ideias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanação direta de seu comportamento material. [...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (Marx e Engels, 1991: 36-37).

A consciência, portanto, é desde o início um produto social, e continuará sendo enquanto existirem homens. A consciência é, naturalmente, antes de qualquer coisa mera consciência do meio sensível mais próximo e consciência da conexão limitada com outras pessoas e coisas situadas fora do indivíduo que se torna consciente (Marx e Engels, 1991: 43).
A adaptação do homem à indústria e à sociedade capitalista é favorecida duplamente com a prática esportiva, porque ocorrem na esfera corporal (fisiológica), com a melhora das aptidões física e saúde, que melhoram o desempenho e produtividade no trabalho, com a maior produção e a superação dos recordes e, também, no aspecto psíquico com a internalização de valores e atitudes focadas na determinação, rendimento máximo, disciplina, superação e outras, que favorecem o modo de produção capitalista, com o envolvimento efetivo, afetivo e emocional do trabalhador na cooperação para a produção. O esporte encerra em si mesmo o risco do desenvolvimento de uma ordem social na qual ninguém se reconhece, porém todos se encontram submissos, letargiados, subordinados ou sujeitados aos valores dominantes, ou seja, a reprodução da força de trabalho e do modo de produção capitalista, quando nos preparamos para trabalhar e render mais (Kühlsen e Giménez, 2014).
A relação entre os valores da sociedade capitalista e do esporte podem ser inferidas a partir da afirmação de Marx e Engels (1991: 72) "As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante".
O esporte reproduz a estrutura política, ideológica e cultural do capitalismo. O esporte nasce com a sociedade industrial e é inseparável de sua estrutura e funcionamento, daí todas as similitudes em relação ao sistema capitalista.
Com a nova configuração sociopolítica da era moderna e capitalista, com o crescimento das cidades, aglomeração dos trabalhadores e surgimento das metrópoles, segundo Elias e Dunning (1986), torna-se necessário o processo civilizador, que se constitui em termos práticos no controle e diminuição da violência interna cotidiana, na busca do debate e do refinamento das atitudes. Assim, surge o esporte moderno, como forma de refinamento das condutas e crescente autocontrole nas relações sociais e pessoais, em substituição aos jogos populares, existentes antes dos Estados modernos, que eram extremamente violentos, grosseiros e menos civilizados.
O sistema esportivo vai se institucionalizando no decorrer de seu desenvolvimento, com a ideia da competição, cujo objetivo maior é vencer a qualquer custo, sobrepujar o adversário, na busca incessante de mais rendimento,

conquistar recorde (de produção), escravizar os corpos ao rendimento absurdo e ao sucesso de qualquer forma, que são princípios e valores do capitalismo e inerentes ao esporte. Ao mesmo tempo o esporte funciona como válvula de escape do stress e tensões impostas pelo modo de produção do sistema capitalista, torna-se meio de sublimação da agressividade, descarga de energia das revoltas com as insatisfações cotidianas e forma de diversão e distração da população explorada pelo Capital (Brohm, 1975; Dunning, 1994; Elias e Dunning, 1992).

O esporte atual, divulgado e reconhecido pela maioria da sociedade nos megaeventos esportivos, é o paradigma da eficiência do capitalismo e da expansão da indústria do esporte, transformado em mercadoria. Assim, avança a esportivização da sociedade, porque favorece a eficiência e eficácia no trabalho, com o rendimento máximo e exploração do trabalhador e o culto ao entretenimento do indivíduo com a expansão dos espetáculos nos eventos esportivos da Indústria Cultural[2] e aumento da comercialização do produto esporte, que são de propriedade da FIFA, COI e outras instituições esportivas internacionais.

Conforme escreve Galeano (1995: 18), *"El juego se há convertido em espectáculo, com pocos protagonistas y muchos espectadores, fútbol para mirar, y el espectáculo se há convertido em uno de los negocios más lucrativos del mundo, que no se organiza para jugar sino para impedir que se juegue"*.

Assim, em um mundo comandado pelo Capital, que tem como foco a produção da mercadoria para a mais-valia absoluta e relativa e, consequentemente o lucro e acúmulo de capital, tudo acaba transformado em mercadoria. Assim, como o futebol não teria o mesmo fim? Até a alegria do torcedor é transformada em mercadoria, da mesma forma como o gozo, o humor, o tempo livre, o prazer e outros (Ouriques, 2014a).

A transformação do esporte em mercadoria pode ser compreendida pelo modo de produção capitalista, que de acordo com Marx (1985) é o de produção de mercadoria, centrado na exploração da força produtiva do trabalhador, com o objetivo da conquista de mais-valia (lucro).

Pode-se observar nas palavras de Marx a possibilidade de transformação do esporte (produto da ação do homem) em mercadoria para a geração de mais-valia pelos capitalistas que administram as entidades esportivas, especialmente, a partir da década 1970.

> O produto – a propriedade do capitalista – é um valor de uso, fio, botas, etc. [...] O valor de uso não é, de modo algum, a coisa que se ama por si mesma. [...] Primeiro, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Segundo, ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia (Marx, 1985: 155).

Para Marx (1985) os produtos do Capital são mercadorias devido a duplicidade de função, quando ao mesmo tempo são objetos de uso (ferro, trigo, malha, etc.) e tem valor de troca. "O Valor da mercadoria é a sua

---

2 O termo **Indústria Cultural** (em alemão *Kulturindustrie*) foi criado pelos filósofos e sociólogos alemães Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973), membros da Escola de Frankfurt, a fim de designar a situação da arte na sociedade capitalista industrial, empregaram o termo pela primeira vez no ensaio Dialética do Esclarecimento, publicada somente em 1947.

Para os dois pensadores, a autonomia e poder crítico das obras artísticas derivariam de sua oposição à sociedade. No entanto, o valor contestatório dessas obras poderiam não mais ser possível, já que provou ser facilmente assimilável pelo mundo comercial. Adorno e Horkheimer afirmavam que a máquina capitalista de reprodução e distribuição da cultura estaria apagando aos poucos tanto a arte erudita quanto a arte popular. Isso estaria acontecendo porque o valor crítico dessas duas formas artísticas é neutralizado por não permitir a participação intelectual dos seus espectadores.

A arte seria tratada simplesmente como objeto de mercadoria, estando sujeita as leis de oferta e procura do mercado. Ela encorajaria uma visão passiva e acrítica do mundo ao dar ao público apenas o que ele quer, desencorajando o esforço pessoal pela posse de uma nova experiência estética. As pessoas procurariam apenas o conhecido, o já experimentado.

representação como valor de troca", porque é o produto como propriedade do Capital que se transforma em mercadoria, sendo a forma mais comum do valor das mercadorias o dinheiro (Marx, 1985: 62-63). O esporte é usado como diversão, passatempo, entretenimento, mas também tem valor de troca, com a venda dos direitos de imagens, ingressos para as partidas, camisas das equipes, pacotes de viagens e outros produtos relacionados ao esporte que são amplamente comercializados.

Segundo Marx (1985) o modo de produção capitalista objetiva a acumulação e o lucro e a forma como os obtém é prioritariamente por meio da mais-valia, seja ela absoluta ou relativa. A mais valia absoluta resulta da exploração da força de trabalho caracterizada pela produção excedente, por parte do proletário, durante sua jornada de trabalho para além do pagamento equivalente ao seu salário. O trabalhador labuta além dos limites do necessário para a obtenção de recursos para si mesmo, em outras palavras, parte da jornada de trabalho excedente, o mais-trabalho, é "extorquido do trabalhador e transformado em lucro para o capitalista" (Marx, 1985: 176). Poderia ser relacionado e exemplificado com os inúmeros campeonatos e excessos de partidas disputadas com a exploração dos trabalhadores do esporte.

Também, ocorre a mais-valia relativa que decorre da redução do tempo de trabalho para produção da mercadoria e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho. "O valor das mercadorias está na razão inversa da força produtiva do trabalho. [...] A mais-valia relativa, ao contrário, está na razão direta da força produtiva do trabalho. Sobe com força produtiva em aumento e cai com força produtiva em queda" (MARX, 1985: 253). A mais-valia relativa pode ser visualizada no esporte com a venda e revenda dos direitos de transmissão dos megaeventos esportivos, quando a força produtiva do espetáculo esportivo, da indústria cultural, é potencializada ao extremo.

A mais-valia relativa é constatada, também, na espetacularização do esporte, que transforma os atletas em astros, com salários astronômicos, aumentando o valor da força produtiva e, ao mesmo tempo, ampliando os lucros e acumulo de capita, a mais-valia relativa, com a comercialização dos eventos esportivos com maior valor de troca.

O esporte reproduz integralmente todo o aparato característico da estrutura cultural, política e ideológica do capitalismo. O esporte é, ele mesmo, o reflexo inegável do próprio espirito do capitalismo (OURIQUES, 2014a). A afirmação é corroborada por Capela e Tavares (2014, p10), que demonstram algumas formas de como o esporte replica o modo de produção do sistema capitalista:

> [...] em nome da espetacularização extrema de suas vidas, são submetidos a situações extremadas de insalubridade humana ao experimentarem-se em comparações máximas obrigatórias de performances superlativas em relação a outros seres humanos[...] o que denominamos de dimensões inumanas das práticas esportivas corporais.
>
> As performances esportivas espetacularizadas [...] só são obtidas por meio de sofisticada tecnologia esportiva antivida. Nessa lógica de promover os esportes, a dor vivida pelos atletas é mascarada
>
> [...] Os atletas são produtos à venda, maquinas de rendimento feitas para produzir os lucros elevadíssimos e mensagens ideológicas de seus patrocinadores ligados à indústria cultural do lazer esportivo e aos órgãos dos sistemas esportivos mundiais tais como o COI, FIFA, Federações e Confederações, empresários etc.

Nesse grande e poderoso mercado de poder e do capital, os atletas, com a intenção de também conseguir vender a sua mercadoria (seu corpo) e conquistar mais capital, ao tentar transferências internacionais e assinar milionários contratos, principalmente, com os Clubes Europeus, colocam seu corpo em sacrifício físico e aderem a linguagem do silêncio ou a dos patrocinadores e empregadores, para que nada atrapalhe os negócios da FIFA e de seus exploradores. Assim, conforme Ouriques (2014a) foi criado o ídolo serviçal. O jogador de futebol tornou-se o operário da bola, que vende sua força de trabalho e é explorado pelo capitalista, seja ele o clube, a FIFA ou a empresa patrocinadora.

A exploração da força de trabalho pelo Capital foi analisada por Marx (1985: 264), "A força produtiva social do trabalho desenvolve-se gratuitamente tão logo os trabalhadores são colocados sob determinadas condições, e o capital os coloca sob essas condições". A força produtiva social do trabalho emana naturalmente com o capital, não pertencendo mais ao trabalhador. Mesmo que um mínimo de atletas sejam bem remunerados e ídolos de seus clubes e países e não sintam e sofram tanto com a exploração ou são recompensados pelos malefícios, lesões e sacrifícios, a grande maioria é explorada e descartada rapidamente pelo mercado da bola quando não desempenham mais o esperado, ou quando surge alguém para substituir com menor custo, mais uma vez o foco é na geração de mais-valia, lucro, realizar o espetáculo esportivo, que será comercializado, com o menor custo de produção e maior valor de venda.

A expansão do mercado e da indústria do esporte

O esporte, como uma mercadoria qualquer, necessita ser produzido e comercializado e, demais, cumpre essencial função na Indústria Cultural. O proprietário do produto esporte-futebol, a FIFA, lança mercadorias e organiza processos para gerar lucro e ampliar a acumulação de capital. Os megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, é um exemplo de mercadoria da Indústria Cultural esportiva e ao mesmo tempo promotora da comercialização de inúmeras outras mercadorias, alavancando a venda de materiais esportivos até imóveis, de souvenires da Copa (produtos licenciados da FIFA) a produtos bancários e semelhantes.

A Copa do Mundo FIFA como mercadoria e forma de expansão e acumulação de capital aconteceu a partir de 1974, com a eleição de João Havelange para a presidência da FIFA e seus acordos com as multinacionais, com abrangência de comércio em todo o mundo (Coca-Cola e Adidas), que mudaria a história das Copas do Mundo de futebol. A necessidade de obter recursos para cumprir as promessas de campanha, como a ampliação de seleções nas Copas FIFA, a popularização e desenvolvimento do futebol nos continentes Africano e Asiático, favoreceu uma estreita relação com a Adidas e a criação da ISL para cuidar do marketing e negócios da FIFA. Também com a aproximação e diálogo com os governos e líderes políticos de dezenas de países da África, Ásia e América do Sul, que elegeram Havelange como presidente. A FIFA transformou-se rapidamente em uma grande empresa dedicada a sua comercialização planetária, consequentemente, ligada a necessidade de ampliação de mercado. O novo estilo de gestão da FIFA estava em harmonia com o processo incipiente de globalização econômica. O futebol transformou-se gradualmente em um grande negócio planetário, com o estimulo a prática do esporte, com formação de jogadores e técnicos nos países da África e Ásia, que potencializou o mercado consumidor direto das mercadorias da indústria esportiva e a formação de mais e mais telespectadores para a indústria cultural e seus valores capitalistas.

Em nome dos negócios, Havelange, provocou alterações na Copa do Mundo FIFA, com a inserção de mais seleções dos continentes que o elegeram, elevando de 16 para 24 seleções e posteriormente para 32 países que disputam a Copa FIFA e negociava com as televisões os direitos de transmissão do espetáculo para todo o mundo. Conforme Ouriques (2014a), essa foi a era na qual a mercadoria virou espetáculo e ganhou outra forma. Assim, não importava mais a qualidade dos jogos e o respeito ao corpo físico dos jogadores, com a exploração dos atletas, com jogos em seguida e horários impróprios a prática esportiva.

Os megaeventos esportivos se transformaram em "superprodução midiática" distinguindo-se de outros eventos esportivos do passado, O espetáculo esportivo oferecido por essa superprodução exige uma organização sem improvisos e minimizando imprevistos, uma vez que deve maximizar o lucro dos organizadores e das empresas de televisão, assim como propiciar um retorno garantido aos patrocinadores (Proni, 2014).

O lucro e a acumulação de capital das empresas de televisão escondem-se atrás das superproduções esportivas que cativam, prendem e aprisionam os telespectadores, com as imagens fantásticas e narrações efusivas, que emocionam e apaixonam o espectador, ao mesmo tempo em que facilitam a venda dos produtos de seus patrocinadores em todas as regiões do mundo, gerando capital astronômico às redes de TV que comercializam os segundos de propaganda nos eventos esportivos por milhares de dólares, devido a abrangência mundial e audiência de bilhões de pessoas, como nunca vista antes. Dessa forma, a própria transmissão, a imagem, é uma mercadoria, que com a transmissão para bilhões de telespectadores gera mais e mais-valia (lucro)!

Para a FIFA os altos custos da superprodução do megaevento não importam, ainda mais que esses custos são em grande maioria (quase a totalidade) financiados pelo governo brasileiro e uma pequena parcela pela iniciativa privada, não exigindo da FIFA grandes investimentos na produção do mesmo. Conforme relata Marx (1985), para o capitalista o valor absoluto de produção da mercadoria é indiferente, pois "como a produção de mais-valia é o objetivo determinante da produção capitalista, não é a grandeza absoluta do produto, mas a grandeza relativa do mais-produto (parte do produto em que se representa a mais-valia) que mede o grau da riqueza" (Marx, 1985: 185), o que interessa é a mais-valia da mercadoria, que é realizável na venda. A Copa FIFA é uma mercadoria ou produto em que sua produção não tem custo para quem lucra com ele, ou seja, pode-se dizer que temos a ampliação da mais-valia ao extremo.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista sempre segue em expansão, mas não de forma linear e progressiva, pois está em meio a crises e sobressaltos. Segundo Marx (1985) O capital é orientado para a extração e movido pela acumulação máxima do excedente (trabalho e capital) para a sua reprodução expandida. Atualmente com estrutura e abrangência universal e recheado de contradições internas, o capitalismo necessita expandir-se no espaço e no tempo, adotando características próprias em cada Estado nação para progredir na acumulação de capital. Para Marx (1985), caso bloqueie a expansão e a reprodução do sistema capitalista todo o aparelho entraria em crise estrutural e com consequências calamitosas.

> A necessidade de um mercado em expansão constante para seus produtos persegue a burguesia por toda superfície do globo. Precisa instalar-se em todos os lugares, acomodar-se em todos os lugares, estabelecer conexão em todos os lugares. A burguesia por meio de sua exploração do mercado mundial deu um caráter cosmopolita para a produção e o consumo em todos os países (Marx, 1985: 134).

O esporte de modo geral, e, especificamente, o futebol tem sido uma mercadoria que, ao mesmo tempo, estabelece e amplia as relações mercantis dos seus proprietários (FIFA e outros) e dos países industrializados e desenvolvidos onde surgiram as práticas esportivas mais difundidas na atualidade, especialmente os países europeus e os Estados Unidos da América. Também, possui relevância na construção da identidade nacional de vários países, especialmente a brasileira. Importante lembrar que a grande maioria dos esportes praticados no Brasil, como o futebol, rugby, tênis, iatismo, basquete, etc. são produtos de um transplante ou globalização cultural.

A expansão da indústria e do comércio dos países desenvolvidos da Europa fez com que países periféricos, como o Brasil, acabassem recebendo as mais variadas mercadorias e, com elas, práticas culturais, valores e normas que moldaram uma forma de ver e viver no mundo capitalista. Juntamente com as mercadorias produzidas, os países industriais capitalistas, exportavam tecnologia, profissionais especializados, expertises e conhecimentos que invadiam todas as nações do mundo, por exemplo, as Companhias de Ferrovias Inglesas que se instalaram em diversos países, com suas tecnologias e funcionários, ou seja, indivíduos que traziam consigo a sua cultura, que, em muitos casos, constituía-se na prática esportiva e de lazer, algo que aos poucos era incorporado à cultura local, que mais adiante seria definido equivocadamente como "cultura nacional".

> O esporte que as sociedades contemporâneas conhecem, reverenciam e praticam é o mesmo que se consolidou entre meados do século XIX e início do século XX e que traduz o significado de uma sociedade (inglesa/capitalista) que enaltece os desafios, as conquistas, as vitórias e o esforço individual como forma de ascensão social (Goellner, 2004: 3).

Nos dias de hoje, o esporte é um fenômeno social universal, que ocorre nos países ricos e pobres, desenvolvidos e em desenvolvimento, constituindo a única atividade humana a mobilizar mais de 3 bilhões de pessoas/espectadores ou consumidores (estimativa de pessoas que assistem aos megaeventos esportivos) em um evento (Pilatti, 1999).

O esporte desenvolveu-se rapidamente no século XX, surge na Europa, especialmente na Inglaterra no século XIX, torna-se a prática corporal hegemônica e, ainda, gera a esportivização de outras manifestações da Cultura Corporal, como dançar, andar de skate, escalar, etc. (Bracht, 2006).

A expressão "cultura universal" na maioria das vezes pretende consolidar o eurocentrismo e o predomínio da cultura europeia. Assume, assim, a inexistência da cultura nacional dos países periféricos, como o Brasil, e as vantagens da globalização, que na verdade favorecem a ampliação do mercado e a comercialização de seus produtos.

O processo não é novo e atende ao nome de colonialismo ou neocolonialismo, que leva os países periféricos a condição de dependentes. A repetição ou a mera continuidade da imposição cultural, social e econômica dos países desenvolvidos pode ser explicada a partir das colocações de Marx e Engels (1991), que afirmam que a compreensão da realidade, os comportamentos e atitudes predominantes na sociedade, como seus valores, cultura e normas, somente podem ser captadas pelo estudo dos homens históricos e reais, porque esse

> [...] não percebe que o mundo sensível que o envolve não é algo dado imediatamente por toda a eternidade, uma coisa sempre igual a si mesma, mas sim produto da indústria e estado da sociedade, isto é, na verdade, no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, cada uma das quais se alçando aos ombros da precedente, desenvolvendo sua indústria e seu comércio, modificando a ordem social de acordo com as necessidades alteradas (Marx e Engels, 1991: 67).

O esporte, ao longo do tempo, principalmente depois que lançou seus tentáculos em todos os espaços do globo, tornando-se cultura corporal hegemônica, conquistando os indivíduos de várias nacionalidades, etnias, gêneros e classes sociais, que passaram a praticá-lo e amá-lo, conseguiu também o desprezo de alguns intelectuais, que o consideraram "ópio do povo", como Brohm (1978). A autor realiza analogia do esporte com a religião na concepção de Marx. A maior parte dos intelectuais, que criticam o esporte, compreendem que a idolatria aos superastros do esporte, a superstição, o chauvinismo da vitória, o consumo esportivo, os telespectadores ingênuos e omissos, são subprodutos ou valores esportivos que se consubstanciam como mecanismo de controle social.

Para um grande grupo de intelectuais de esquerda, o esporte, em especial o futebol, castra a inteligência do povo e retira, de maneira freudiana, a sua energia revolucionária. Os investimentos em esporte são entendidos, muitas vezes, como política do pão e circo, os amantes do esporte passam a ser mal vistos, reconhecidos como alienados e inimigos das classes desfavorecidas, os esportistas, frequentemente, são considerados como consciências ingênuas, obra do imperialismo e da burguesia internacional. O que, geralmente, são críticas pertinentes e reais, como se observa nas falas de muitos atletas e esportistas.

O cidadão brasileiro ao assistir uma partida de futebol na televisão consome diversos produtos e práticas sociais associadas ao esporte, algo que seria impossível sem a televisão. O esporte e os megaeventos esportivos, em particular os transmitidos regularmente pelas televisões, são fundamentais para ocupar o tempo livre, que, nas sociedades orientadas pela lei do consumo e valor, é transformado na mercadoria do entretenimento, da diversão. O esporte no tempo livre, oferecido e comercializado pela Indústria Cultural, neste caso a Televisão, torna-se ferramenta ideológica pelas mercadorias virtuais produzidas, especialmente, por justificar o sistema capitalista como único possível (Ouriques, 2014a).

No atual momento histórico do esporte, a realização dos megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, cumpre a função política e econômica de gerar e ampliar espaços geográficos, países e regiões onde o esporte, especialmente o futebol e todas as mercadorias ligadas direta e indiretamente a ele, possam ser divulgadas e comercializadas, favorecendo formas de reprodução do capital no espaço e tempo.

A alegria proporcionada pelo futebol, especialmente com as vitórias ou com as festas da Copa do Mundo FIFA, propicia a venda de inúmeros produtos, desde adesivos comemorativos, cerveja, camisas, pacotes turísticos, brindes, alimentos, etc. Segundo o estudo Soccer Economics (2006), realizado pelo banco holandês ABN-AMRO BANK, estimou-se em 0,7% a taxa suplementar de crescimento no país que ganhasse o Mundial daquele ano, em função do maior consumo de bebidas, comidas, material esportivo e suvenires, mas, sobretudo, devido ao aumento da autoestima nacional, que leva a população a investir e consumir mais. O esporte, como qualquer outra indústria, interage com vários setores produtivos do mundo capitalista, que se utilizam do

esporte como catalisador de seus acúmulos de capital e lucro a fim de consolidar seu processo de produção e reprodução capitalista.

Para Marx (1985: 263) "O motivo que impulsiona e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital, isto é, a maior produção possível de mais valia, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho pelo capitalista". Lucro é o único objetivo de qualquer negócio, como já assinalado o futebol, no caso a Copa do Mundo FIFA, tornou-se uma mercadoria da indústria do esporte.

A lógica capitalista e empresarial na gestão do esporte, especificamente da FIFA, articulou parcerias e associou-se a várias esferas da indústria e do mercado esportivo, tratando-os com primor. A partir de 1974 a Copa do Mundo FIFA tinha que ser rentável e acumular capital.

Assim, nos processos de transformação da Copa do Mundo FIFA em mercadoria e ampliação de mais-valia, a FIFA reuniu o marketing empresarial, a gestão e contabilidade comercial, a mídia e os patrocinadores em torno do megaevento esportivo, que mais atrai e comove grande parte da população mundial. Também, abusou dos recursos e da omissão do Estado, aproveitando da corrupção e ingenuidade dos governantes, que passaram a ser os responsáveis por realizar o megaevento esportivo repleto de exigências e padrões, com ilusão das promessas de legados sociais, estruturais e econômicos, entretanto com a disponibilização dos lucros à FIFA e as empresas patrocinadoras. Por exemplo, a FIFA e suas subsidiarias não recolheram R$559 milhões com a isenção de impostos concedida pelo governo brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA – Brasil 2014, ou seja, menor custo de produção da mercadoria, consequentemente maior lucro com o alargamento da mais-valia relativa.

Os eventos esportivos a cada ano têm aumento de público nos estádios e de telespectadores e intenso crescimento dos resultados econômicos. Ou seja, o esporte, no contexto atual do capitalismo, é um ótimo negócio e uma excepcional mercadoria comercializada, o mercado e o público consumidor continuam em expansão e, ainda, podem ser criados e vinculados novos produtos aos megaeventos esportivos. "Os megaeventos esportivos representam o clímax do esporte e, ao mesmo tempo, o seu produto final" (Ouriques, 2014a: 33).

Assim, pode-se inferir que depois do esporte ser transformado em mercadoria se produz o fetichismo do esporte, que estimula ainda mais o consumo da mercadoria esporte. Marx esclarece o processo:

> Porém, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não tem que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Por isso, para encontrar uma analogia, temos de nos deslocar à região nebulosa do mundo da religião. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo de fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadoria, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (Marx, 1985: 71).

Os capitalistas proprietários dos megaeventos esportivos atribuíram e atrelaram a estes, ao longo de seu desenvolvimento como mercadoria, aspectos afetivos, emocionais, valorativos, como patriotismo, nacionalismo, honra, desafio, conquista, poder, que geraram o fetichismo no esporte, como pouco se encontra em outra mercadoria da indústria capitalista. Nota-se o fenômeno ao verificar os preços dos ingressos da Copa do Mundo FIFA, os investimentos físicos e econômicos das pessoas para consumirem o produto megaevento, no intuito de simplesmente demonstrar as pessoas próximas que usufruiu da efêmera mercadoria esporte (megaevento). Também, nos esforços e sacrifícios atuais e posteriores de toda a nação, somados ao pseudo-orgulho da população de realização do megaevento esportivo. Conforme Marx, no processo de mais-valia e fetichização da mercadoria, as coisas são animizadas e personificadas, o produto se coisifica, um mundo de fetiches. Mas o fetichismo da mercadoria se prolonga e amplifica no fetichismo do capital (Marx, 1985).

A decisão da sede dos megaeventos esportivos relaciona-se a duas estratégias básicas das entidades maiores do esporte (FIFA e COI), uma é o de desenvolvimento esportivo, com o objetivo de formar novos esportistas e qualificar a prática esportiva nesses países e a segunda é a abertura de novos mercados para as empresas associadas a essas entidades, principalmente as fabricantes de material esportivo.

Os países emergentes do mundo capitalista: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul são as sedes dos últimos e próximos megaeventos esportivos. Segundo Matheson e Baade (2014), trata-se de argumento da FIFA apresentar como legado da Copa FIFA realçar o enorme potencial para catalisar ou induzir o desenvolvimento econômico e social de países em desenvolvimento. Entretanto, a definição desses países como sede do megaevento ocorre pelas possibilidades de expansão de mercado, porque esses países, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), alcançaram em 2012 o montante de 27% do valor global do Produto Interno Bruto (PIB) e ainda não se constituem nos maiores mercados consumidores da mercadoria esporte e também de outros produtos vinculados a ele, o que possibilita a expansão do mercado consumidor e, consequentemente do acúmulo de capital pela entidade e seus parceiros.

O caráter itinerante dos megaeventos esportivos é difundido como uma forma de levar o esporte, com seu discurso de saúde, paz, relacionamento social e político entre as nações e valorização do país sede a todos os cantos do mundo, algo como ofício e necessidade de contemplar todo o planeta com os benefícios da disseminação dos princípios e valores do esporte, ou pode-se chamar de massificação esportiva. Entretanto, na verdade, a FIFA e o COI transformam os megaeventos esportivos em uma estratégia econômica da indústria do esporte global, vinculada a práticas políticas de interesse do Estado nação ao qual se associou.

Segundo Proni (2014: 93), "o megaevento geralmente exige um elevado gasto público, o qual precisa ser legitimado pela percepção de que deixará uma herança importante em termos econômicos, sociais, culturais e mesmo ambiental", especialmente quando realizados em países em desenvolvimento, que apresentam muitas demandas sociais a serem consideradas. Entretanto, apesar da fala do ex-presidente da Confederação Brasileira de Futebol (Ricardo Teixeira), que garantiu que seria a Copa da iniciativa privada, a realidade é outra bem diferente, com elevado gasto público e sem heranças que possibilitem minimizar os problemas e anseios da população quanto a educação, saúde e segurança, que eram o clamor da sociedade nas jornadas de junho de 2013.

O Tribunal de Contas da União demonstra que 98,5% dos gastos com a Copa do Mundo FIFA - Brasil 2014 serão cobertos com dinheiro público, do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS), da Infraero e da Caixa Econômica Federal, além dos incentivos fiscais concedidos a FIFA que não pagará nenhum imposto ao Brasil sobre a comercialização de seus produtos.

Os governos Federal, Estadual e Municipal procuram aproveitar a expectativa criada de que haveria um impacto muito positivo para a sociedade em geral e assim cunhar um ambiente de grande otimismo, colhendo dividendos políticos, especialmente, com as eleições que se avizinhavam no final de 2014.

A Copa do Mundo FIFA coloca obrigações ao Estado Nacional, que pela emoção causada na massa e o apelo popular que gera, mobiliza as forças desse Estado com tanta agilidade, presteza e unidade dos poderes executivo, legislativo e judiciário, com aceleração de aprovação de leis, emendas, orçamentos, obras, financiamentos e outros. Essas obrigações "teoricamente" contemplam expectativas de desenvolvimento social e econômico de muitas regiões e cidades com problemas urbanos e sociais e, no mesmo sentido, consideram também expectativas de negócios dos capitalistas locais e globais para geração de lucros imediatos e futuros.

A FIFA garantiu todos os seus privilégios comerciais na exclusividade de divulgação de suas marcas, distribuição, publicidade, propaganda de produtos e serviços, bem como as isenções fiscais. A "Lei da Copa" rasgou a legislação nacional, deram megaprivilégios à FIFA. O país sede conscientemente torna-se refém da FIFA, que ameaça com a retirada do megaevento das cidades-sede que não cumprirem com o catálogo de encargos e os prazos exigidos, e impor as devidas cobranças jurídicas dos contratos firmados.

Os eventos esportivos começaram como necessidade, viraram tradição e hoje são uma grande estratégia política e econômica dos donos da indústria do esporte, do futebol. A FIFA concentra seu poder de intervenção na Superestrutura, criando leis e alterando o direito jurídico, consequentemente reorganizando a infraestrutura, ou seja, modificando as relações de produção e interferindo nas forças produtivas do país, como sempre os objetivos do capital são lucro exorbitante, expansão do mercado e acúmulo de capital, ou seja, a lógica do Capital relatada por Karl Marx.

Somam-se a todos esses fatores elencados, o receio de passar vergonha pelo crivo dos países desenvolvidos, que sempre fez com que Nelson Rodrigues afirmasse que o Brasileiro sofre de complexo de cachorro vira-lata. O complexo de inferioridade assumido por milhões de brasileiros, razão pela qual, o povo brasileiro e, principalmente, os governantes estão dispostos a superar a condição de colonizados com a realização de um megaevento que é produzido por poucos países. Tal fato pode ser constatado nas afirmações dos gestores públicos (Presidente, Ministros, Governadores e outros), sobre o desenvolvimento e transformações estruturais, com a realização impecável do megaevento esportivo internacional, para demonstrar ao mundo suas competências. Esses são alguns dos fatores que empurram e justificam o governo a realizar todas as obrigações das entidades esportivas. Como se pode observar na fala do ex-presidente da república, Luiz Inácio (Lula) da Silva, logo que o Brasil "conquistou" o direito de sediar as Olimpíadas "Deixamos de ser um país de segunda classe. Ganhamos a cidadania internacional" (Folha de São Paulo, 2009).

Marx (1985) entendia que nenhum sistema socioeconômico funciona sem um regulador. Para Marx (1985) na sociedade capitalista é a lei do valor que regula, porém não como equilíbrio, mas como desequilíbrio sempre renovado para gerar mais acúmulo de capital. Marx defendia o Estado como regulador, porém o que se constata é que o Estado brasileiro se rendeu ao fetiche esportivo pela ingenuidade e interesses políticos de seus governantes e pelos valores capitalistas de interesses das empresas e dos corruptos de plantão.

Considerações Finais

A análise do esporte é realizada, muitas vezes, pela lógica esportiva, mais precisamente, a perspectiva da torcida. Isso acontece inclusive com os profissionais da educação física, que muitas vezes pensam o esporte como um bem em si mesmo, inquestionável, e percebe as críticas sobre o fenômeno esportivo como uma ameaça, como um ataque, o que seria, no modo de agir da torcida, de uma ofensiva da equipe opositora à sua equipe.

O esporte é impenetrável à crítica, ou ainda mais, a própria teoria. O importante para o esporte e para os esportistas é apenas a eficácia e eficiência técnica, tática e estratégias desenvolvidas, o foco poucas vezes é colocado além do instrumental e pragmático, dificilmente se olha para além das quatro linhas de jogo.

O esporte sofre a dupla negação em relação aos seus aspectos sociológicos, tanto por parte dos sociólogos, como pelos esportistas, conforme Bourdieu (1990: 207) "de um lado existem pessoas que conhecem muito bem o esporte na forma prática, mas que não sabem falar dele e, de outro, pessoas que conhecem muito mal o esporte na prática e que poderiam falar dele, mas não se dignam a fazê-lo, ou o fazem a torto e direito".

A fetichização da mercadoria Copa do Mundo FIFA somada a não criticidade dos atores esportivos, mídia, gestores brasileiros e outros criaram condições favoráveis de ordem afetivas, emocionais e políticas adequadas a aprovação de tudo, por todos os envolvidos na realização do megaevento esportivo no Brasil. Resultado do encontro da busca da FIFA por um país em crescimento econômico, mercado consumidor em expansão e grandes possibilidades de negócios futuros, com um Estado submisso as exigências da entidade esportiva supranacional e, ainda, aliado ao oportunismo e voracidade dos empresários locais aos cofres públicos e favorecimento de movimentação concedida aos empresários dos grandes eventos.

Assim, todos os envolvidos, com a produção da Copa do Mundo FIFA – Brasil 2014, responsabilizaram-se por demonstrar os aspectos positivos para a sociedade com a realização do megaevento no país, logicamente sem revelar os seus ganhos com tal empreitada. Logo, o governo iniciou o discurso de desenvolvimento do país, a FIFA de orgulho e melhora da saúde e educação da população do Brasil, os empresários em propagar a geração de empregos e renda e, em pouco tempo, a maioria da população brasileira, mais uma vez, estava convicta, mas iludida, com o desenvolvimento e a modernidade do país.

Instâncias do governo, no intuito de sediar a Copa FIFA, ao realizar os reordenamentos jurídicos e investimentos necessários para as implantações, obras, leis e outros exigidos pela FIFA, refletem a opção por desenvolvimento econômico que favorece os grupos empresariais e relega a inclusão social e desenvolvimento social (Mascarenhas, 2012).

A Copa FIFA e as Olimpíadas são momento em que se mesclam as determinações das entidades esportivas (FIFA e COI) e suas subsidiárias empresariais com as demandas das burguesias locais e regionais. Grande oportunidade para encontros, projeções e valorização da mercadoria esporte e realização de grandes negócios hoje, amanhã e em longo prazo. O esporte e os megaeventos são formas de acumulação e valorização do capital, estratégia de expansão das fronteiras e dos negócios no espaço e tempo e também como maneira de dominação política e criação e recriação da dependência histórica, razão primeira do nosso subdesenvolvimento.

A Copa do Mundo FIFA, com a oportunidade criada pelo Estado e as empresas parceiras, permite ao político da periferia capitalista realizar o pequeno sonho burguês de promover um megaevento esportivo internacional, entendendo que dessa forma o país demonstra seu desenvolvimento e grandeza e, ao mesmo tempo, responder ao mundo contra a visão eurocêntrica e racista que observam os países latino-americanos (Ouriques, 2014b: 203). Entretanto, a resposta de "orgulho nacional" é moderada, permitida somente ao atender as exigências da FIFA e aos interesses das multinacionais parceiras, em grande maioria europeias, que expandem ainda mais seus lucros e capital e continuam a explorar os sempre subdesenvolvidos e colonizados.

A realização dos megaeventos tem conotação política eleitoreira. Porque na vitória esportiva, sobretudo tratando-se de uma vitória nacional, ainda mais em nosso território, enche o espírito do povo de sentido patriótico, enquadra-se produtivamente nas necessárias ficções do político que busca manter-se no poder. (Kühlsen e Giménez, 2014). Constata-se no discurso do ex-presidente Lula, que sonhava com os dois megaeventos esportivos internacionais no país, para projetar sua fama de estadista emergente, diferenciado, afirmando realizar "a melhor edição esportiva já realizada na face da terra", ou que "o Brasil conquistaria a sua cidadania internacional". Também, observou-se nos discursos da atual Presidente Nacional, ao dizer que a Copa do Mundo FIFA no Brasil foi a Copa das Copas e que o brasileiro deve-se sentir orgulhoso de tal façanha. Entende-se que exista uma dicotomia entre os interesses e pronunciamentos dos governantes e dos empresários aliados com as reais necessidades e desejos da população brasileira, que almeja moradia, transporte, educação, saúde e educação dignas, como bradavam os manifestantes nos períodos próximos e, ainda, durante a Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014.

Essa ilusão de orgulho nacional leva a dependência e mais subdesenvolvimento, ao buscar o atestado internacional do famoso "padrão FIFA", que negam as referências nacionais e indicam como critério válido as produções, ações e modelos dos países centrais. "O colonialismo se reproduz por meio do megaevento esportivo, mas aparece precisamente como seu oposto, como se fosse a capacidade de realização do ser nacional" (Ouriques, 2014b: 206). A frustrada realização do megaevento esportivo tem a função de manter as coisas como estão, confirma para o povo colonizado que somos como os dominantes afirmam: incapazes, indolentes, irresponsáveis, preguiçosos e que nossa miséria é resultado da própria natureza do latino-americano.

A FIFA dita regras e prazos para as construções dos estádios, estipula padrões dos países dominantes, que jamais os países periféricos e subdesenvolvidos poderão apresentar, como se constata com a maioria das obras inacabadas e que, provavelmente, jamais se concluirão. O Brasil tentou fazer a Copa do Mundo FIFA da Alemanha no Brasil, com o absurdo de recursos investidos em moderníssimos estádios e dificultando ou até impedindo qualquer legado social às cidades-sede, que mais uma vez demonstra o nosso complexo de inferioridade, de cachorro vira-lata! Ou seja, querer ser igual ao outro, no caso um país europeu que é o modelo a ser seguido.

Algumas pesquisas têm pontuado o fiasco dos megaeventos esportivos: não são rentáveis economicamente para o país e cidades-sede e também não servem como políticas de democratização do esporte (Tavares, 2011). O espetáculo é privado. O público é privado. Consequentemente o lucro é privado! A lógica é que poucos lucram, apenas os proprietários do capital acumulam mais, ou seja, a FIFA, suas subsidiárias, as empresas parceiras, os corruptos de plantão e os dirigentes esportivos, com a grande produção e realização do imaginário, da produção e comercialização do fetichismo do megaevento esportivo.

A Copa do Mundo FIFA é um megaevento esportivo sustentado e produzido por subsídios e recursos públicos, mas os fins e lucros são das instituições privadas, as custas da sociedade, dos trabalhadores e do meio ambiente. Os megalucros são das instituições privadas, da FIFA e seus parceiros,

Dessa forma, questiona-se: Os problemas enfrentados com a segurança ou insegurança? A dificuldade das telecomunicações, o transporte caótico, aeroportos e estádios inacabados? Obras viárias em pleno

desenvolvimento? Os protestos das ruas, que ocorreram e outros fatos que aconteceram? Dessa forma, qual foi a repercussão das notícias do Brasil, divulgadas pela mídia internacional da Copa do Mundo FIFA, no mundo globalizado?
A superação de nossos complexos, síndromes ou problemas de país "em desenvolvimento" somente ocorrerão quando a sociedade se conscientizar. Porém, estamos longe de tal conquista, ao observar a empolgação da grande massa com a Copa do Mundo FIFA-Brasil 2014 e ao analisar a assertiva de Marx (1985).

> A figura do processo social da vida, isto é, do processo da produção material, apenas se desprenderá do seu místico véu nebuloso quando, como produto de homens livremente socializados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado. Para tanto, porém, se requer uma base material da sociedade ou uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, são o produto natural de uma evolução histórica longa e penosa (Marx, 1985: 76).

A reflexão sobre as considerações de Marx revela que o Brasil, primeiramente, precisa resolver as demandas básicas de educação, saúde, moradia e alimentação, para que a população tenha consciência do que significa planejar, organizar, realizar e custear uma grande festa internacional e assim protestar e impedir que o país ou a cidade se candidate a sede de megaeventos esportivos, como alguns cidadãos conscientes de cidades europeias se negaram a receber os eventos por meio de diversos protestos organizados.
Felizmente, alguns, poucos ainda, se conscientizaram e demonstraram nas ruas seus desejos e necessidades, quem sabe as manifestações contrárias a Copa do Mundo FIFA 2014 sejam o estopim para a conscientização das necessárias mudanças e investimentos para o desenvolvimento social do país.

Referências bibliográficas

ADORNO, T. W. (1995), *Palavras e Sinais: modelos críticos* 2.ed. Tradução: Maria Helena Ruscher, Petrópolis -RJ : Vozes.

ARDOINO, J.; BROHM, J. M. (1995), Repères et jalons pour une intelligence critique du phénoméne sportif contemporain. In.: F. Baillette; J. M. Bhohm (orgs) *Critique de la modernité sportive.* Paris: Les Éditions de la Passion.

BOURDIEU, P. (1983), *Questões de Sociologia.* Rio de Janeiro: Marco Zero.

BOURDIEU, P. (1990), *Coisas Ditas.* São Paulo: Brasiliense.

BRACHT, V. (2006), Sociologia do esporte e educação física escolar. In: REZER, R. (org.) (2006), *O fenômeno esportivo: ensaios crítico-reflexivos*, Chapecó: Argos.

BROHM, J.M. (org) (1978), *Deport, cultura y represíon*. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.

CAPELA, P; TAVARES, E. (orgs.) (2014), *Megaeventos Esportivos:* suas consequências, impactos e legados para a América Latina. Florianópolis (SC): Editora Insular.

DUNNING, E. (1994), *Sport et civilization: la violence maitrisée***.** Paris: Fayard.

ELIAS, N.; DUNNING, E. (1992), *A busca da excitação*. Lisboa: Difel.

FOLHA DE SÃO PAULO (2009), *Com a Olimpíada, Brasil pode superar vira-latice.* Jornal - 04/outubro de 2009.

GALEANO, E. (1995), *El fútbol a Sol y Sombra.* Montevidéu: Siglo XXI Editores. Editorial Catálagos.

GOELLNER, S. V. (2004), Esporte moderno: memória e história. *Lecturas Educación Física y Deportes,* Buenos Aires, v. 10, n. 77.

HIGHAN, J. (1999), Commentary-Sport as an avenue of tourism development: an analisys of positive and negative impacts of sport tourism. *Current issues in tourism* 2(1), p. 82-90.

KÜHLSEN, K; GIMÉNEZ, R. R. (2014), Considerações mínimas para uma herança crítica do esporte por ocasião dos megaeventos. In CAPELA, P; TAVARES, E. (orgs.) (2014), *Megaeventos Esportivos: suas consequências, impactos e legados para a América Latina.* Florianópolis (SC): Editora Insular.

MARX, K. (1985), *O Capital: crítica da economia política.* Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. Ed. São Paulo: Nova Cultural.

MARX, K; ENGELS, F. (1991), *A ideologia Alemã.* 8. Ed. São Paulo: Editora Hucitec.

MASCARENHAS, F. (2012), Megaeventos esportivos e educação física: alerta de tsunami. *Revista Movimento,* Porto Alegre, v.18, n.1, p.39-67, jan/mar.

MATHESON, V; BAADE, R. (2004), Mega-sporting events in developing nations: playing the way to prosperity? *South African Journal of Economics*, v.72, n.5, p.1084-1095, December 2004.

OURIQUES, N. (2014a), Acumulação de capital e futebol na América Latina. In CAPELA, P; TAVARES, E. (orgs.) (2014), *Megaeventos Esportivos: suas consequências, impactos e legados para a América Latina.* Florianópolis (SC): Editora Insular.

OURIQUES, N. (2014b), Megaeventos no Brasil, o desenvolvimento do subdesenvolvimento e o assalto ao Estado. In CAPELA, P; TAVARES, E. (orgs.) (2014), *Megaeventos Esportivos: suas consequências, impactos e legados para a América Latina.* Florianópolis (SC): Editora Insular.

PILATTI, L.A. (1999), Reflexões sobre o Esporte Moderno: perspectivas históricas. In: *1º Premio INDESP de literatura Esportiva.* Brasília: Instituto Nacional de desenvolvimento do desporto.

PRONI, M. W. (2009), Observações sobre os impactos dos Jogos Olímpicos de 2016. *Revista Motrivivência,* Florianópolis (SC), ano XXI, n.32-33, p.49-70.

PRONI, M. W. (2014), Megaeventos esportivos e acumulação de capital. In CAPELA, P; TAVARES, E. (orgs.) (2014), *Megaeventos Esportivos: suas consequências, impactos e legados para a América Latina.* Florianópolis (SC): Editora Insular.

RUBIO, K. (Org) (2008), *Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social.* São Paulo: Casa do Psicólogo.

SASSEN, S. (1998), *As cidades na economia mundial.* São Paulo: Studio Nobel.

TAVARES, O. (2011), Megaeventos esportivos. *Revista Movimento.* Porto Alegre, v.17, n.03, p.11-35, jul/set.

O Perfil das Árbitras Brasileiras no Futebol Profissional[1]

Ludmila Mourão[2]
ludmila.mourao@terra.com.br

Igor Chagas Monteiro[3]
igao_fjvniteroi@hotmail.com

Willen Aragão Silva[4]
willen2807@gmail.com

Vera Fernandes[5]
vera.fernandes@gmail.com

Faculdade de Educação Física e Desportos (FAEFID), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Minas Gerais, Brasil.

Resumo: Inúmeras barreiras culturais e de classe, assim como as formas de ascensão profissional, delimitam as experiências das mulheres no futebol. Na arbitragem, a promoção aos quadros nacionais ocorre por indicação das federações, cujos cargos são historicamente ocupados por homens. Este estudo tem como objetivos identificar o perfil das árbitras brasileiras que atuam no futebol profissional e analisar as barreiras para a baixa representatividade delas na arbitragem do futebol profissional. Os dados de levantamento sobre as árbitras (n=76) foram coletados na base de dados do sitio da Confederação Brasileira de Futebol. Os percentuais obtidos foram comparados aos dos árbitros e analisados à luz da abordagem qualitativa e da discussão das categorias gênero e poder. Encontramos como perfil uma mulher com idade entre 22 e 35 anos (71,05 %), com formação superior em Educação Física (27,63 %) e experiência entre 3 e 9 anos (64,47 %) na arbitragem do futebol profissional.

Palavras-chave: futebol, mulheres, arbitragem, perfil, representatividade.

1 Introdução

O futebol é um esporte coletivo e das massas, que gera o envolvimento de diferentes grupos sociais, identitários, étnicos, políticos, entre outros (Murad, 2007; Boschilia, Vlaustin & Marchi Jr, 2008). A literatura aponta que o

---

1 Este trabalho contou com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) para ser apresentação no XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro (CONLAB), de 1 a 5 de Fevereiro de 2015, realizado em Lisboa pela Universidade Nova de Lisboa.

2 Doutora em Educação Física pela Universidade Gama Filho. Professora do curso de Graduação e Pós-graduação (mestrado) da FAEFID/UFJF. Desenvolve estudos sobre História das Mulheres no Esporte, Gênero nas Atividades Físico-desportivas e Educação Física Escolar.

3 Mestrando em Educação Física, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela UFJF associada com a Universidade Federal de Viçosa. Bacharel e licenciado em Educação Física pela UFJF. Desenvolve estudos sobre futebol, mulheres e arbitragem.

4 Bacharel e licenciado em Educação Física pela UFJF.

5 Mestre em Educação Física pela UFJF. Desenvolve pesquisas na temática das relações de gênero nas práticas corporais e esportivas.

futebol ganha contornos de espetáculo na Inglaterra, no século XIX, com registros de cobrança de ingressos para assistir às partidas, tanto amistosas quanto de competições (Proni, 2002). Entretanto, as regras desse futebol ainda "primitivo" eram codificadas e os jogos eram controlados por professores das universidades. Com o tempo começaram a surgir diferenças entre regras de Universidades inglesas rivais: enquanto na Universidade de Rugby, por exemplo, era permitido o uso de pontapés e das mãos, em outras não eram admitidas as jogadas mais bruscas nem o uso das mãos. Neste contexto, foi imperativa a criação da Associação de Futebol (FA), na intenção de formular um código padronizado/unificado do futebol. E a partir deste advento houve também a divisão entre o Rugby e o futebol que hoje conhecemos (Giulianotti, 1999).

No ano de 1863 surgem, então, as regras unificadas do esporte, elaboradas pela FA, e em 1868 a figura do árbitro aparece pela primeira vez, sem grandes poderes de decisão, uma vez que atuava fora do campo e intervia apenas quando solicitado pelos capitães das equipes. O árbitro adquire maior poder de decisão a partir de 1886, quando passa a atuar dentro do campo de jogo (Franco Júnior, 2007; Coelho, 2002; Elias & Dunning, 1992 *apud* Boschilia, Vlaustin & Marchi Jr., 2008). Neste período os árbitros tiveram sua figura equiparada a dos policiais e juízes, visto que até então utilizavam somente o uniforme preto, ficando conhecidos como os "homens de preto". Ou seja, a partir da mediação do árbitro nas partidas, o futebol aparece, no século XIX, como uma forma não violenta e não militar de competição entre os estados (Elias & Dunning, 1992). Nesse período ainda não haviam sanções disciplinares, que só vieram a existir na década de 1970. O futebol passou muitas décadas, mesmo após a sua espetacularização e profissionalização, sem ter uma forma mais veemente de coibir a violência. As punições, conhecidas como sanções disciplinares, ou seja, os cartões amarelo e vermelho, surgem na Copa do Mundo da *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) de 1970, realizada no México (Boschilia, Vlaustin & Marchi Jr., 2008).

É interessante observarmos que com a massificação, disseminação e espetacularização do futebol, houve a profissionalização dos jogadores no século XIX na Inglaterra, com atletas recebendo remuneração para que tivessem maior tempo para se dedicar aos treinamentos. No Brasil esse processo ocorre nos anos 1920 e 1930, porém, a arbitragem no Brasil não acompanhou o advento da profissionalização (Boschilia, Vlaustin & Marchi Jr., 2008).

Historicamente, as mulheres passaram por inúmeras barreiras para se inserirem profissionalmente no esporte. As atividades físico-esportivas foram estratificadas como de reserva masculina ou feminina. Aquelas que envolviam força, velocidade, virilidade, confronto e contato, como o futebol, eram consideradas socialmente, de reserva masculina. As mulheres deveriam dedicar-se a atividades mais leves e graciosas, que demandassem pouco esforço físico e desenvolvessem a graça e a beleza, como as atividades rítmicas e expressivas. Estas atividades deveriam contribuir para o desenvolvimento de um corpo feminino harmonioso para gerarem filhos fortes e saudáveis (Mourão, 1998). No futebol profissional, Giulianotti (1999) reforça que a FA, sua entidade fundadora, era uma representação exclusivamente masculina do esporte.

Esse processo de constituição daquilo que é considerado masculino ou feminino é cultural, sendo construído historicamente a partir de relações sociais, que foram constituídas historicamente como desiguais. As massas tendem a assimilar essa cultura. Toda cultura é um processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução (Cuche, 2002). Em virtude dessas concepções históricas, no Brasil, o decreto lei 3199/41 do Conselho Nacional de Desportos (CND), em 1941, proibiu as mulheres de praticarem esportes considerados não adequados à natureza feminina, como por exemplo, o futebol e as lutas. Lei esta revogada apenas em 1979 (Mourão, 1998).

A movimentação do feminino no esporte é um exemplo do cenário da alta modernidade ou modernidade tardia, período que representa os últimos 50 anos. Esse período apresenta uma descontinuidade entre as ordens sociais tradicionais e as instituições sociais modernas (Giddens, 1991; Hall, 2005).

Contudo, é possível afirmar, que a invisibilidade não significa ausência. Ou seja, o fato de estarem as mulheres proibidas de competir oficialmente e de se profissionalizarem não significa que elas não estivessem praticando esses esportes. As mulheres já estão presentes no futebol há muito tempo, sejam como torcedoras, jogadoras, técnicas ou árbitras (Goellner, 2005). Como exemplo disso, temos a brasileira Léa Campos como a primeira árbitra de futebol do mundo. Sua carreira na arbitragem começou após um curso, realizado em 1967 na Escola de Árbitros do Departamento de Futebol Amador da Federação Mineira de Futebol. Somente em 1971 seu

diploma foi liberado pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e reconhecido pela FIFA. Entretanto, ainda foi necessário, no ano de 1972, solicitar ao presidente da República do Brasil, Emílio Garrastazu Médici, a sua intervenção para ter o direito de exercer essa atividade (Mourão, 1998).
Dessa forma, é possível observar uma lacuna na literatura sobre estudos acerca das mulheres que atuam na arbitragem do futebol profissional no Brasil. O presente estudo visa contribuir e discutir para que se possa perceber o quanto as mulheres estão em desvantagem na atuação da arbitragem nacional a partir do levantamento de seus perfis e da análise das barreiras para a baixa representatividade na arbitragem do futebol profissional.

2 Metodologia

O presente estudo do tipo descritivo segue os princípios da abordagem qualitativa (Bauer & Gaskell, 2002).
Realiza um levantamento de dados sobre as características de árbitros e árbitras no futebol profissional do Brasil com foco na arbitragem feminina, relacionando com o processo de inserção e permanência destas na arbitragem nacional. Para alcançar os objetivos propostos, primeiramente, foram selecionados os dados dos (as) árbitros(as) disponíveis no site da CBF[6], como nome, nascimento, profissão, categoria (uma classificação hierárquica da arbitragem dentro da CBF, como CBF-1, CBF-2, FIFA, ASP-FIFA, ESP-1, ESP-2)[7], ano de formação no curso de oficiais de arbitragem, cargo (se é arbitra, assistente, delegada ou assessora, no caso das que não arbitram mais) e federação (estadual) em que atuam, para análise do perfil das mesmas. Não há dados sobre a formação acadêmica das árbitras, estado civil, se possuem filhos ou não.
Em seguida procedeu-se as seguintes ações na coleta dos dados:
i) Foi realizado um levantamento do número de homens e mulheres, que integram o quadro nacional de arbitragem da CBF, na base de dados do sítio da CBF.
ii) Foram selecionadas as 76 mulheres e 404 homens encontrados na relação de árbitros da CBF, em um endereço pertencente ao *website* da entidade[8].
iii) Foram compilados os dados no programa *Microsoft Excel* (Ferreira *et al.* 2013) e analisados conforme a determinação de percentuais, em relação as seguintes variáveis: idade, ano de formação no curso de arbitragem e profissão.

3 Discussão e análise dos dados

As árbitras de futebol são formadas nas federações estaduais, que estão vinculadas à CBF e a promoção para o quadro da CBF e da FIFA ocorre por indicação. As árbitras são avaliadas por observadores da entidade, normalmente homens, ex-árbitros.
Os árbitros que atuam nas federações estaduais são exclusivos de campeonatos estaduais. Por sua vez, os árbitros do quadro da CBF podem atuar tanto em partidas de campeonatos estaduais quanto de competições nacionais (como o Campeonato Brasileiro Série A, B, C, D, Copa do Brasil e competições nacionais das categorias de base). Aqueles que detêm o escudo FIFA estão habilitados a atuar em partidas internacionais, nacionais e estaduais.
Quando chegam ao quadro da CBF os árbitros são divididos em categorias, segundo uma hierarquia da entidade: CBF-1, CBF-2, ESP-1, ESP-2, ASP-FIFA e FIFA.
No Brasil temos 194 árbitros (as) (181 homens e 13 mulheres) e 284 assistentes (223 homens e 61 mulheres), popularmente conhecidos como "bandeirinhas", somando um total de 478 oficiais de arbitragem pertencentes ao quadro da CBF. Desse total, temos 404 homens e 74 mulheres.

---

6 Site da CBF, disponível em http://www.cbf.com.br, [consultado em 15-07-2014].

7 CBF-1 e CBF-2 habilitadas a atuarem em jogos nacionais, FIFA podendo atuar em partidas internacionais, ASP-FIFA, significa aspirante ao quadro da FIFA, ESP-1 e 2, significa categoria especial 1 e 2.

8 Relação de árbitros da CBF, disponível em http://www.cbf.com.br/arbitragem/relacao-de-arbitros#.VDaSGEm5fIU.html, [consultado em 15-07-2014].

No mapeamento desses árbitros (as) por regiões do Brasil, adotamos uma divisão em 5 regiões, Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. A região Norte é composta pelos seguintes estados: Acre (AC), Amapá (AP), Amazonas (AM), Pará (PA), Rondônia (RO), Roraima (RR) e Tocantins (TO). A Nordeste conta com 9 estados: Bahia (BA), Ceará (CE), Alagoas (AL), Pernambuco (PE), Paraíba (PB), Piauí (PI), Rio Grande do Norte (RN), Maranhão (MA) e Sergipe (SE). O Centro-oeste brasileiro possui 4 estados: Distrito Federal (DF), Goiás (GO), Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS). A região Sudeste é composta por Minas Gerais (MG), Espírito Santo (ES), São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ). O Sul do país tem o estado do Rio Grande do Sul (RS), Paraná (PR) e Santa Catarina (SC).

Quadro 1- Distribuição dos oficiais de arbitragem por região do Brasil (H= homens e M=mulheres).

REGIÃO	ÁRBITROS +ASSISTENTES		
	H	M	Total
NORTE	51	9	60
NORDESTE	121	20	141
CENTRO-OESTE	60	4	64
SUDESTE	110	19	129
SUL	62	9	71

Fonte: Este quadro foi elaborado pelos autores desta pesquisa (2014).

Podemos observar como o número de homens atuando na arbitragem do futebol profissional é muito maior do que o de mulheres. Na região Norte o número de árbitros é aproximadamente 5 vezes maior que o de árbitras (51:9), no Nordeste e Sudeste é cerca de 6 vezes maior (121:20 e 110:19, respectivamente).

O estudo de Ferreira *et al.* (2013) sobre a baixa representatividade das mulheres como técnicas esportivas nos ajuda compreender o número pequeno de mulheres nos cargos de técnicas esportivas. Ela aponta que apenas 7 % dos técnicos brasileiros são mulheres, dados levantados em federações e confederações de diversas modalidades esportivas.

As mulheres também têm baixa representatividade na gestão esportiva, conforme aponta o estudo de Gomes *et al.* (2012), que encontrou a existência de apenas 23 mulheres em cargos intermediários no Ministério dos Esportes, dos 129 cargos existentes, o que equivale a 18 % do total dos cargos. As mulheres estão no comando de uma das trinta Confederações Olímpicas, correspondendo a 3 %. Das 279 federações esportivas mapeadas por Ferreira *et al.* (2013) o percentual encontrado foi de 7 % de mulheres na liderança.

Esses estudos corroboram com o quadro que encontramos na arbitragem do Brasil, caracterizando uma repetição de cenário, na medida em que há uma baixa representatividade das mulheres como árbitras de futebol.

Quadro 2- Relação entre homens/mulheres de árbitros e assistentes

REGIÃO	ÁRBITROS			ASSISTENTES		
	H	M	Total	H	M	Total
NORTE	23	0	23	28	9	37
NORDESTE	51	3	54	70	17	87
CENTRO-OESTE	27	0	27	33	4	37
SUDESTE	51	4	55	59	15	74
SUL	29	0	29	33	9	42

Fonte: Este quadro foi elaborado pelos autores desta pesquisa (2014).

É interessante observarmos que algumas regiões apresentam mulheres apenas nos cargos de assistentes, sem nenhuma árbitra, como é o caso das regiões Norte, Centro-oeste e Sul do Brasil. A partir desse apontamento podemos refletir sobre a posição hierárquica e as relações de poder que estas determinam, já que as marcações dos(as) assistentes de arbitragem estão sujeitas ao julgamento do árbitro, ou seja, se o(a) assistente sinalizar com a bandeira uma infração e o(a) árbitro(a) não apitar, nada será marcado. Isso nos permite dizer que as marcações dos (as) assistentes estão sujeitas à avaliação do(a) árbitro(a). Neste sentido, é interessante estimular

as mulheres a atuarem também nos cargos de árbitras, ampliando o poder das suas atuações e de tomadas de decisão no esporte, não estando submetidas, dessa forma, ao crivo hegemônico dos homens.

A partir do exposto, o que explicaria então, a baixa representatividade das mulheres na arbitragem do futebol profissional?

Algumas teorias são acionadas nesta pesquisa para ajudar na compreensão acerca desse fenômeno, uma delas é a das estruturas determinantes (Kanter, 1993), a outra o teto de vidro (Rocha, 2006) e por fim a da tutoria (Gomes *et al.,* 2012).

A Teoria das estruturas determinantes diz que as mulheres ocupam cargos hierarquicamente inferiores nas organizações esportivas, estando sua inserção condicionada a três determinantes: a oportunidade, que diz respeito as possibilidades de inserção e ascensão na carreira; o poder, que é a capacidade da mulher de influenciar dentro dos limites legais no seu ambiente; e a proporção, que diz sobre a quantidade de indivíduos do mesmo grupo ocupando o cargo (Kanter, 1993).

A teoria do teto de vidro, surge a partir de uma expressão "*glass ceiling*" criada em 1985 no *Wall Street Journal*. Essa teoria tem sido amplamente utilizada em estudos organizacionais e de gênero. Ela aponta que as mulheres ocupando as posições hierarquicamente inferiores às dos homens, observam sob um teto de vidro tudo que ocorre nos cargos mais altos, mas não conseguem chegar lá, porque existe uma barreira "invisível", formada por estratégias discursivas, como da incapacidade das mulheres para o comando esportivo, e do corporativismo masculino, que ocupando as posições de comando do esporte tendem a contratar outros homens para a maioria dos cargos no cenário esportivo (Rocha, 2006).

A chegada das mulheres a determinados cargos, como por exemplo, diretoras, gestoras esportivas, árbitras, técnicas esportivas entre outras profissões, parece estar condicionada à presença da tutoria. Um tutor é aquele que faz as indicações, convites e/ ou facilita o acesso ao cargo, fato que está intimamente ligado ao tamanho da rede de contatos dessas mulheres (Gomes *et al.*, 2012).

A contratação de homens e mulheres segue, como nos mostra Kilty (2006), uma contratação por similitude, onde homens tendem a contratar homens e mulheres tendem a contratar mulheres. A autora fala do impacto do gênero[9] do diretor de esportes na proporção de técnicas contratadas.

A pesquisa de Kilty (2006), na América do Norte, mostra dados sobre as mulheres como técnicas esportivas em equipes de categorias femininas nas escolas: em 1972, havia em média de 2 equipes femininas/escola, e 90 % dessas equipes eram dirigidas por mulheres. Já em 2006, a média é de 8,45 equipes femininas/escola, sendo que 42 % das equipes eram dirigidas por mulheres. Ela observou que apesar do alto índice de participação das mulheres como atletas houve um declínio no número de técnicas em todos os níveis dentro das instituições educacionais.

Ela mostra pesquisas indicando que quando a diretora de esportes nas escolas é mulher, o percentual de técnicas aumenta de 44 % para 48 %. O número de técnicas é maior quando a diretora de esportes é mulher, se comparada à situação de o diretor de esportes ser um homem. A autora destaca também que quando os diretores de esportes são homens, a proporção de técnicos esportivos é de 5 homens:1 mulher; criando maiores dificuldades para técnicas mulheres serem contratadas (Kilty, 2006). Notamos que os números que encontramos são próximos aos da autora, (51 homens contra 9 mulheres, na região Norte; 121 homens contra 20 mulheres na região Nordeste; e 110 homens contra 19 mulheres no Sudeste), confirmando a dificuldade das mulheres de se inserirem em cargos onde os diretores são homens.

Quando falamos da arbitragem no futebol brasileiro, se os diretores de arbitragem da CBF são homens[10], assim como os observadores da CBF (responsáveis pela avaliação da atuação dos árbitros), que são normalmente

---

9 Concepção de gênero de Weeks (1999: 56): "O gênero não é uma simples categoria analítica, ele é […] uma relação de poder. Assim, padrões de sexualidade feminina são, inescapavelmente, um produto do poder dos homens para definir o que é necessário e desejável- um poder enraizado."

10 Sérgio Correa é presidente da Comissão de arbitragem da CBF, disponível em http://www.cbf.com.br/cbf-tv/empty/com-a-palavra-sergio-correa-presidente-da-comissao-de-arbitragem?page=24#.VDiNXUm5fIU, [consultado em 10-10-2014].

ex-árbitros, existe uma tendência em avaliar melhor os homens do que as mulheres, limitando assim as possibilidades de ascensão da mulher no universo do apito.

Lançamos mão dos escritos de Bourdieu (1999) em sua obra "A dominação masculina", onde ele aponta que a ordem social funciona como uma grande máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina, sobre a qual está alicerçada. Uma mesma tarefa pode ser nobre e difícil quando realizada por homens, ou insignificantes e imperceptíveis quando realizadas por mulheres. Para exemplificar peguemos o exemplo do cozinheiro x cozinheira: uma mulher que cozinha bem passa despercebido dos olhares da sociedade, é como se o ato de cozinhar, fosse da natureza da mulher, em função da divisão sexual que atribuiu à mulher o domínio do lar. Ao passo que, um homem que tem dotes culinários salta aos olhos, porque está assumindo tarefas reputadas socialmente como femininas e quando as realiza fora da esfera privada, essas atividades são enobrecidas e transfiguradas.

Então no momento em que os árbitros(as) estão sendo avaliados, uma boa atuação masculina na partida pode ser vista como merecedora de uma boa nota e passível de promoção a um quadro nacional, e a atuação da mulher pode ser invisibilizada passando despercebida.

Fazendo uso mais uma vez das palavras de Bourdieu (1999), o autor aponta que os trabalhos atribuídos aos homens são considerados como profissões qualificadas e aqueles atribuídos às mulheres não são reconhecidos, é como se não houvesse qualificação alguma. O autor aborda ainda o exemplo das digitadoras, cuja entrada nas profissões gráficas gerou inúmeras resistências por parte dos homens, que se sentiram ameaçados em sua mitologia profissional do trabalho altamente qualificado, sendo as mulheres não reconhecidas como tendo a mesma profissão que seus colegas masculinos, ainda que realizando o mesmo trabalho*: "Façam elas o que fizerem, as digitadoras serão datilógrafas e, portanto, sem qualificação alguma. Façam eles o que fizerem, os revisores serão profissionais do livro e, portanto, muito qualificados"* (Maruani & Nicole, 1989, apud Bourdieu, 1999: 76).

A mídia esportiva, em suas diversas esferas, sempre fez abordagens relativas às mulheres no futebol, pelo viés da erotização, colocando sempre em evidência a aparência física das árbitras e jogadoras em detrimento de suas capacidades/habilidades para arbitrar ou jogar. Nos anos 1990, a mídia impressa produzia narrativas onde o padrão estético superava a técnica das mulheres no futebol feminino. A associação da beleza ao futebol conduzia a uma desconfiança sobre as verdadeiras habilidades/capacidades femininas no esporte bretão (Mourão & Morel, 2008).

Traremos agora um fato que exemplifica, a diferença atribuída às qualidades masculinas e femininas para atuar na arbitragem. A assistente de arbitragem Fernanda Colombo Uliana, comete um erro em uma partida do Campeonato Brasileiro Série A 2014[11], disputada entre Atlético (MG) e Cruzeiro (MG). Ela assinalou um impedimento inexistente contra a equipe celeste (Cruzeiro). Após a partida um dirigente cruzeirense afirmou *"Ela não tem preparo"* e ainda sugestionou que posasse para uma revista masculina *"Se ela é bonitinha, que vá posar na Playboy, no futebol tem que ser boa de serviço"*.

Observamos aqui como aponta Dornelles (2014) o exemplo de uma masculinidade autorizada, onde o dirigente celeste manifesta publicamente seus instintos sexuais. Essa manifestação posiciona o corpo da mulher como objeto de desejo sexual do homem.

Quanto ao erro da arbitragem, a mesma equipe do Cruzeiro (MG), em uma partida do mesmo campeonato, onde houve um erro cometido por um árbitro contra a equipe mineira, um dos atacantes da equipe dispara na mídia contra o árbitro, o chamando de "ladrão".[12]

Vejamos como o erro de arbitragem é avaliado de maneira diferenciada nos dois casos apresentados. No caso da assistente, o erro é atribuído à incompetência, a falta de preparo, e não, como já é de praxe má-fé

11Matéria do Globo Esporte, onde o dirigente cruzeirense critica a atuação da assistente de arbitragem, disponível em http://globoesporte.globo.com/futebol/times/cruzeiro/noticia/2014/05/mattos-detona-arbitragem-de-musa-em-classico-ela-nao-tem-preparo.html, [consultado em 15-10-2014].

12 Matéria do Globo Esporte. Marcelo Moreno é expulso após clássico e se revolta com juiz: "Ladrão", disponível em http://globoesporte.globo.com/futebol/times/cruzeiro/noticia/2014/05/marcelo-moreno-e-expulso-apos-classico-e-se-revolta-com-juiz-ladrao.html, [consultado em 11-10-2014].

da arbitragem. Já na situação do árbitro chamado de "ladrão", o jogador cruzeirense atribui má-fé, ou seja, compreende que o árbitro (homem) detêm os conhecimentos técnicos, habilidades, capacidades e domínio da situação para julgar o lance da partida.
A representação é a de que a capacidade para arbitrar o futebol é intrínseca ao homem, já que é um desporto de reserva masculina, não sendo admitida a possibilidade do erro humano. Já para a mulher está naturalizada a sua incompetência para estar no campo arbitrando, não dispondo do saber-fazer da arbitragem, algo que pertence somente aos homens.
A mídia esportiva em suas múltiplas esferas, ao mostrar imagens que valorizam a forma física em detrimento das capacidades para arbitrar, coloca em cheque a qualidade da mulher para atuar dentro das quatro linhas que delimitam o gramado.
A partir do exposto, buscamos nos aproximar do perfil dessas mulheres, por intermédio das informações do *website* da CBF, para sabermos quem são, onde estão essas mulheres guerreiras da arbitragem brasileira, que têm tensionado, desestabilizado as ordens de gênero e instituições sociais vigentes.

4 De saia, bandeirinha, cartão e apito na mão: o perfil das árbitras brasileiras

A partir dos levantamentos realizados segundo os dados da CBF, encontramos 76 mulheres, estando 74 em atuação (61 assistentes e 13 árbitras) e 2 em cargos relacionados à arbitragem (delegada e assessora), na entidade.
É interessante destacar que durante os cursos de formação de árbitros de futebol, os alunos vivenciam as situações de árbitro e assistente nos seus estágios, mas devem optar ao final do curso por uma das duas funções para atuar.
No ano de 1985 encontramos o registro da formação de uma mulher para o quadro nacional de arbitragem. Isso pode ser reflexo, da revogação da lei 3199/41 do CND, em 1979, que até então proibia as mulheres de competirem e praticarem o futebol. Antes desse registro de 1985 temos apenas o da primeira árbitra de futebol do mundo, a brasileira Léa Campos, que formou-se em 1967, citado anteriormente (Mourão, 1998).
No final da década de 1970 e início da de 1980 o Brasil passou por um período de efervescência política e cultural. Houve mudanças da política à cultura, da vida esportiva à ordem social, a sociedade brasileira passou por uma transição, e a ordem de gênero não ficou imune à essas mudanças (Knijnik & Melo, 2014).

O processo que culminou na derrocada da ditadura civil-militar, período de 1964 a 1985, no Brasil foi marcado por inúmeros conflitos, houve uma reorganização da sociedade civil e do aparelho de Estado. Alguns direitos formais foram conquistados e outros direitos, ampliados, caracterizando um processo de "transição democrática". A partir de 1985, o Brasil passa pela abertura política, com a redemocratização os (as) brasileiros (as) ganham maior autonomia e poder de decisão, escolhendo seus representantes por voto direto. Uma parte importante desse processo foi a elaboração da Constituição de 1988 (Minto, 2013).
Na década de 1990, encontramos registros da formação de mais 4 mulheres árbitras: uma em 1995, duas em 1996 e uma em 1999. De 2000 até 2004 observamos um ligeiro crescimento desse quantitativo, com a formação de 17 oficiais de arbitragem, sendo três delas em 2000, quatro em 2001, duas em 2002, duas no ano de 2003 e subindo para seis em 2004. Já de 2005 a 2010 podemos dizer que houve um *boom*, com a formação de 48 árbitras, em 2005 formaram-se dez delas, os anos de 2006, 2007 e 2008 contribuíram com a formatura de sete mulheres em cada ano; 2009 o maior registro de formaturas, com onze mulheres e 2010 encerrou esse ciclo com seis mulheres. O século XXI aponta para o crescimento da participação das mulheres no futebol isso também ocorre com a prática do futebol por mulheres.
No campo político, em 2005, houve a aprovação da Declaração de Beijing, durante a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em setembro de 1995, na capital chinesa, Pequim[13]. Entre as plataformas de ação destacam-se

13 Matéria sobre a Declaração de Beijing, em 2005, no Portal da Câmara do Deputados, Brasil, disponível em http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/61261.html, [consultado em 16-10-2014].

o estabelecimento e implementação de programas e políticas públicas que levem em consideração a situação de mulheres e homens, em razão de uma construção cultural e social das desigualdades; a atualização e propostas de novas legislações de combate à discriminação da mulher em todos os âmbitos; e a promoção da igualdade, incluindo ações afirmativas que favoreçam o acesso a cargos públicos, de decisão e a mandatos efetivos, bem como de oportunidades no mundo do trabalho (Agência Câmara Notícias, 2005).

Esse mesmo período no campo esportivo, foi marcado por algumas importantes conquistas do futebol feminino brasileiro, como as medalhas de prata da seleção feminina nas Olimpíadas de Atenas (2004) e Pequim (2008)[14], vice-campeonato da Copa do Mundo FIFA de 2007, na China[15], conferindo maior visibilidade do futebol feminino na mídia em função das conquistas.

O ano de 2007 foi mesmo um marco para as mulheres, no futebol, além do vice-campeonato na China, conquistaram o ouro Panamericano, no Rio de Janeiro, levando mais de 70.000 torcedores ao Maracanã, na final do torneio. Após a vitória, a atacante Marta, eleita várias vezes a melhor jogadora do mundo coloca seus pés na Calçada da Fama do Maracanã, sendo a primeira mulher a integrar esse grupo de craques[16]. Esses acontecimentos no campo político, esportivo, as políticas afirmativas, e o aumento das oportunidades para as mulheres no mercado de trabalho parecem estar associadas ao *boom* de formação de árbitras, acontecido no Brasil.

A respeito da idade dessas mulheres, encontramos quatro delas com idades entre 44 e 50 anos (nascidas entre 1964 e 1970). Dos 38 aos 43 anos (1971-1976) temos nove árbitras, de 32 a 37 anos (1977-1982) são trinta e duas mulheres. Entre 27 e 31 anos (1983-1987) aparecem vinte mulheres e onze árbitras com idades de 26 ou menos (1988-1992). O quadro a seguir elucida bem essa questão:

Quadro 3- Idades das árbitras brasileiras

Percentual de mulheres em cada idade (%)	Número de mulheres na referida faixa etária /número total de árbitras
42,1 % das mulheres entre 32 e 37 anos	(32/76)
40,78% das árbitras entre 22 e 31 anos	(31/76)

Fonte: Este quadro foi elaborado pelos autores desta pesquisa (2014).

Temos trinta e uma mulheres com idades entre 22 e 31 anos. Encontramos ainda mais vinte e três mulheres entre 32 e 35 anos, nos permitindo chegar ao percentual de 71,05 % das mulheres com idades entre 22 e 35 anos (54/76).

Se estivéssemos falando de uma outra carreira, poderíamos dizer que essas mulheres chegam jovens ao cargo, porém, a carreira na arbitragem do futebol profissional se encerra no máximo aos 45 anos, conforme aponta Sérgio Correa[17], presidente da comissão de arbitragem da CBF. Todavia, a arbitragem não é considerada uma profissão, logo tanto árbitros quanto árbitras exercem outras profissões para complementar a renda.

---

14 Matérias do Portal UOL, sobre Atenas, disponível em http://esporte.uol.com.br/olimpiadas/medalhistas/futfem.jhtm, e sobre Pequim, disponível em http://olimpiadas.uol.com.br/2008/quadro-de-medalhas/brasileiros/selecao-feminina.jhtm, [consultado em 14-10-2014].

15 Site da Copa do Mundo FIFA de futebol feminino, disponível em http://www.fifa.com/tournaments/archive/womensworldcup/index.html, [consultado em 14-10-2014].

16 Matéria da Folha Online, sobre o ouro no Pan de 2007, disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u315322.shtml. Matéria no Portal do Ministério do Esporte, com entrevista a uma atleta da seleção brasileira que faz menção ao público da partida, disponível em http://portal.esporte.gov.br/snear/pan2011/noticiaPanDetalhe.jsp?idnoticia=7439. Marta na Calçada da Fama, do Portal Terra, disponível em http://esportes.terra.com.br/panamericano2007/interna/0,,OI1788332-EI8332,00.html, [consultado em 14-10-2014].

17 Siqueira, Igor. Arbitragem brazuca dá passo rumo à profissionalização, portal Lancenet, disponível em http://www.lancenet.com.br/minuto/Arbitragem-brazuca-passo-rumo-profissionalizacao_0_701930011.html, [consultado em 14-10-2014].

Quadro 4- Relação de profissões das árbitras e assistentes (n=76)

Profissão	Número de mulheres	(%)
Profissional de Educação Física	21	27,63
Professora	6	7,89
Empresária	4	5,26
Militar	3	3,94
Agente de Esportes	2	2,63
Personal Trainer	1	1,31
Outras profissões	23	30,26
Nada Consta	15	19,73

Das 76 mulheres, encontramos 21 profissionais de Educação Física, 1 *Personal Trainer* e 6 professoras. Temos 27 mulheres atuando em outras profissões, de cunho mais técnico, como auxiliares e assistentes administrativos, entre outros. O site da CBF, também não contém registros das profissões de 15 mulheres.
Esses números nos dão indicativos de que a carreira na arbitragem passa pela formação superior, já que 21 delas (21/76) são profissionais de Educação Física. Porém, a Educação Física está rivalizando com outras profissões de cunho mais técnico, como auxiliares e assistentes administrativos e outras profissões, que mostram as mulheres ocupando cargos intermediários nas organizações. Essas mulheres mesmo exercendo outras profissões apresentam relativa experiência na arbitragem do futebol profissional, como veremos no quadro abaixo:

Quadro 5- Experiência na arbitragem do futebol profissional nacional

Anos de Experiência	
15 anos ou mais	5 mulheres
10 a 14 anos	17 mulheres
5 a 9 anos	42 mulheres
Menos de 5 anos	7 mulheres
Nada Consta N/C	5 mulheres

Fonte: Este quadro foi elaborado pelos autores desta pesquisa (2014).

O quadro acima nos permite identificar que 64,47 % (49/76) das mulheres possuem de 3 a 9 anos de experiência na arbitragem. Já com maior experiência encontramos que 28,94 % (22/76) das mulheres possuindo 10 anos ou mais de experiência na arbitragem. Os anos de experiência na arbitragem do futebol brasileiro profissional foram calculados a partir do ano de formação das árbitras (que é o dado disponível no sítio da CBF). Como dissemos anteriormente, a carreira na arbitragem do futebol profissional é curta, só poderá ir até aos 45 anos, podemos dizer que as mulheres que possuem entre 3 e 9 anos de formação, detêm relativa experiência. A partir de 10 anos de experiência, ocupam lugar de destaque, tem consolidação na carreira de árbitras.
As que possuem 15 anos ou mais de experiência podem ser consideradas pioneiras, na medida em que as décadas de 1980 e 1990 formaram as primeiras árbitras brasileiras, aquelas que enfrentaram todo tipo de resistências e barreiras culturais, sexuais, sociais e de classe (Giulianotti, 1999).

5 Na linha de impedimento: analisando as barreiras de inserção e permanência das

mulheres na arbitragem

As mulheres enfrentam barreiras para inserção, permanência e ascensão nos cargos relacionados ao futebol, sejam como técnicas, gestoras esportivas, jogadoras ou árbitras.
Kilty (2006) em seu estudo sobre técnicas esportivas de escolas encontrou dois tipos de barreiras que impedem o desenvolvimento profissional das mulheres, as barreiras externas e internas. As **barreiras externas** foram identificadas pelas participantes do estudo (técnicas de diversas modalidades esportivas) como aquelas que interferem nas oportunidades das "mulheres se tornarem técnicas". Foram encontradas: suposição desigual de competência; contratação pelo princípio da similitude; homofobia e falta de mulheres tutoras (Kilty, 2006).
Suposição desigual de competência: é uma suposição de que o homem é automaticamente tido como mais competente que a mulher, para aquele cargo, fato observado principalmente para cargos no futebol profissional, que é considerado como de reserva masculina.
A mulher necessita provar para si mesma que é capaz, ao contrário do homem que já acredita ser capaz. As mulheres tendem a apresentar menores níveis de realização pessoal e confiança.
Algumas frases como: "mulheres não ganham tanto", "mulheres são menos intensas", "atletas preferem técnicos homens" reforçam essas barreiras (Kilty, 2006).
Contratação pelo princípio da similitude: explica que as contratações no mercado de trabalho em geral, tendem a ocorrer pela similitude, ou seja, pelo grupo dos pares, homens tendem a contratar homens, e mulheres a contratarem mulheres.
Homofobia[18]**:** as mulheres que trabalham em um campo predominantemente masculino são consideradas como "não sendo verdadeiras mulheres" ou "lésbicas". As lésbicas no esporte perpetuam uma imagem negativa.
A pressão social para se conformar com as normas estabelecidas é muito intensa. O medo do que é diferente é exacerbado pelo sugestionamento de que a orientação sexual pode ser "contagiosa" ou a existência de um "comportamento predatório" é associado à homossexualidade.
A autora aponta como comum o seguinte pensamento: "*Você não tem que se preocupar se a técnica é lésbica quando você contrata um técnico homem*" (Kilty, 2006).
Esse pensamento implica que a treinadora lésbica assedia sexualmente suas atletas.
A suspeita da homossexualidade é uma desvantagem nos processos de recrutamento para contratação, em relação a outros técnicos. Os resultados são danos para todas as (mulheres) técnicas (Kilty, 2006).
Falta de mulheres tutoras: as tutoras são aquelas fazem os convites, conduzem aos cargos, facilitam a network[19] e contatos no mercado de trabalho. Algumas treinadoras principais treinam suas assistentes e usam suas próprias redes de contatos para colocá-las como técnicas principais. As atletas que foram treinadas por mulheres apresentam maior interesse no campo de treinadoras do que aquelas treinadas por homens (Kilty, 2006).
Abordamos anteriormente no artigo, o baixo número de mulheres atuando nos cargos de assessoras, delegadas, observadoras da CBF que acabam por dificultar o acesso das mulheres à arbitragem do futebol profissional. Mulheres atuando como instrutoras nos cursos de formação de árbitros facilitariam o estabelecimento de uma rede de contatos das mulheres no meio da arbitragem. Por sua vez, ter observadoras da CBF, cargo responsável pela avaliação da atuação dos (as) árbitros (as) e indicar as promoções para os quadros nacionais da CBF e FIFA, implicaria em um aumento das possibilidades de promoção das árbitras para os quadros nacionais da CBF e FIFA.
A presença de mulheres nesse cargo seria fundamental para ampliar o número de árbitras atuando nos quadros nacionais, uma vez que as boas atuações femininas dentro de campo, passíveis de promoção, não seriam invisibilizadas, e as promoções concretizadas.
As **barreiras internas**, foram identificadas como aquelas que afetam oportunidades profissionais.

---

18 Palavra formada por "homo", prefixo de homossexual e "fobia", que significa "medo" em grego. Esse termo é utilizado por Kilty (2006) para se referir ao preconceito em relação à homossexualidade.

19 Termo em inglês, utilizado para se referir à rede de contatos estabelecido no mercado de trabalho.

Perfeccionismo: as mulheres tendem a ter uma cobrança exacerbada consigo mesmas, exigindo um elevado grau de perfeição na execução de tarefas. Pequenos erros que cometam podem gerar avaliações negativas delas mesmas, dando proporções maiores aos erros em detrimento de seus acertos (Kilty, 2006).
Na arbitragem isso pode acontecer, por exemplo, quando cometem uma marcação equivocada. Vamos pensar em um lance em que o atacante encontra-se 30 centímetros impedido, recebe a bola e marca o gol. O gol não deveria ser assinalado e marcado impedimento em favor da equipe defensora. Entretanto o (a) assistente não assinalou nada e a arbitragem consignou a marcação do gol. O que para um homem pode parecer um erro passível de acontecer, não ver um impedimento onde o atacante encontra-se impedido somente por 30 centímetros, algo difícil do olho humano perceber, para uma assistente, isso pode soar como um erro inconcebível. Tudo irá depender de como esse homem ou essa mulher vão perceber e assimilar esse erro internamente.
Falta de assertividade: a autora define assertividade como uma habilidade social de fazer afirmação dos próprios direitos, expressar pensamentos, sentimentos e crenças de maneira clara (Kilty, 2006). As mulheres parecem não conseguir expressar com maior veemência seus pensamentos em ambientes considerados socialmente como de reserva masculina.
Inibição para promover suas realizações pessoais: as mulheres apresentam certa dificuldade para reconhecer suas realizações pessoais, sempre trocando o "eu" pelo "nós", ou seja, atribuindo as realizações ao grupo e não a elas mesmas.
Elas não informam aos chefes, pais, comunidade, suas realizações pessoais com medo de que isso possa soar como inapropriado ou tentativa de autopromoção. Isso pode afetar suas oportunidades ou promoções no mercado de trabalho (Kilty, 2006). Entretanto os homens não hesitam em dizer "eu fiz isso..." mesmo em atividades realizadas em grupo, realçando suas realizações pessoais, ao passo que as realizações femininas são invisibilizadas, porque são atribuídas a um grupo.
Muito *stress* para conciliar a vida pessoal e o trabalho: a alta demanda de horas de trabalho é uma barreira significativa correlacionada ao desejo de ser técnica em todos os níveis de competição. Isso interfere no tempo pessoal e tempo que as técnicas dedicam para a família. Muitas técnicas decidem "dar um tempo", que significa parar de trabalhar por um tempo e outras encerram suas carreiras com o objetivo de formar uma família.
Uma estratégia mencionada pelas mulheres foi deixar de ser técnica principal e passar a ser assistente. As mulheres com filhos passam por um conflito, deixar o foco no trabalho de técnica para assumir o papel de mãe (Kilty, 2006).
O mundo do trabalho e do lazer configurou-se historicamente por uma divisão sexual, onde os homens detinham o domínio do espaço público (como por exemplo, as ruas, estádios, fábricas, empresas), podiam ter um emprego e trabalhar enquanto as mulheres ficavam relegadas ao espaço privado, ou seja, o domínio do lar (Mourão, 1998).
Podemos observar que para o homem, com seu papel de provedor, a prioridade é o trabalho, ao passo que para a mulher, com seu papel de mãe, a prioridade é a família.
As árbitras de futebol também possuem alta demanda de horas de trabalho, com muitas viagens para arbitrar, cursos de reciclagem em arbitragem, realização de testes físicos nas federações, treinamento físico para suportar os testes físicos e demandas fisiológicas de uma partida de futebol, passando muitas horas afastadas de suas casas.

6 Mais três: a árbitra sinaliza 3 minutos de acréscimos

Encontramos como perfil da árbitra brasileira, uma mulher com idade entre 22 e 35 anos (71,05 %), com profissões de nível intermediário e cunho mais técnico (30,26 %), formação superior em Educação Física (27,63 %) e experiência entre 3 e 9 anos (64,47 %). As árbitras iniciam a carreira jovens, uma vez que só podem atuar até aos 45 anos. A experiência dessas mulheres entre 3 e 9 anos é considerada significativa, uma vez que a carreira é curta.
Alguns aspectos políticos, como redemocratização do Brasil, a declaração de Beijing, parecem ter contribuído para inserção das mulheres na arbitragem do futebol e aumento do número de formação de árbitras, respectivamente.

Outros fatores político-culturais, como as medalhas olímpicas do futebol feminino brasileiro, o ouro panamericano de 2007 com seus desdobramentos parecem estar associados ao aumento do interesse das mulheres pela formação de árbitras no Brasil, entre os anos de 2005 a 2010.
A profissão de professora de Educação Física (27,63%) rivaliza com os cargos intermediários e profissões de cunho mais técnico (30,26%).
A baixa representatividade na arbitragem do futebol profissional parece estar associada a algumas barreiras, externas e internas: suposição desigual de competência; contratação pelo princípio da similitude; homofobia e falta de mulheres tutoras (barreiras externas); perfeccionismo, falta de assertividade, inibição para promover suas realizações pessoais, muito *stress* para conciliar a vida pessoal e o trabalho (barreiras internas). Entretanto, uma limitação deste estudo encontra-se no fato de o site da CBF não possuir registros da profissão, ano de formação na arbitragem de algumas das árbitras. A única categoria em que há registros de todas as 76 mulheres é o ano de nascimento.
Sugerimos novos estudos que explorem as trajetórias dessas mulheres, por meio da análise de suas narrativas.

Referências

AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS (2005), *"Declaração de Beijing"*, Portal da Câmara dos Deputados, Disponível em http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/61261.html, [consultado em 16-10-2014].

BARROS, B. (2011), *"Bolsa-atleta rumo ao Pan: futebol feminino busca medalha em Guadalajara"*, Portal do Ministério do Esporte, Disponível em http://portal.esporte.gov.br/snear/pan2011/noticiaPanDetalhe.jsp?idnoticia=7439, [consultado em 11-10-2014].

BAUER, M.W., GASKELL, G. (2002), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*: um manual prático. 5 ªed. Petrópolis: Vozes.

BOSCHILIA, B., VLAUSTIN, J., MARCHI JR (2008), *"Implicações da espetacularização do esporte na atuação dos árbitros no futebol"*, Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 30, n. 1, p. 57-73, set. 2008, Disponível em http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/view/191/198, [consultado em 23-01-2013].

BOURDIEU, P. (1999), *A dominação masculina*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

CHAHAD, A., PAIVA, C. (2007), *"Após ouro, Marta deixa os pés na Calçada da Fama"*, Portal Terra, 2007, Disponível em http://esportes.terra.com.br/panamericano2007/interna/0,,OI1788332-EI8332,00.html, [consultado em 11-10-2014].

CUCHE, D. (2002), *A noção de cultura nas ciências sociais*, 2. ed, Bauru, EDUSC.

DORNELLES, P. (2014), Corpo, gênero e práticas corporais esportivas: diálogos iniciais a partir da teoria Queer. In: Corpo, gênero e sexualidade. Anderson Ferrari *et al.* (eds.), Lavras:UFLA, p. 139-158, ISBN:978-85-68464-00-7.

ELIAS, N., DUNNING, E. (1992), *A busca da excitação*, Lisboa, Difel.

FERREIRA, H. J. et al (2013), *"A baixa representatividade de mulheres como técnicas esportivas no Brasil"*, Movimento (ESEF/UFRGS), Porto Alegre, p. 103-124, mar. 2013. ISSN 1982-8918, Disponível em http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/29087/26019, [consultado em 22-05-2014].

FIFA (2014). *"Fifa Women´s World Cup Final"*, Disponível em http://www.fifa.com/tournaments/archive/womensworldcup/index.html, [consultado em 11-10- 2014].

FREITAS, B. (2008), *"Meninas encantam, mas falham na final e ficam no quase de novo"*, Portal UOL, Disponível em http://olimpiadas.uol.com.br/2008/quadro-de-medalhas/brasileiros/selecao-feminina.jhtm, [consultado em 11-10-2014].

FOLHA ONLINE (2007), *"Com 33 gols a favor e nenhum contra, seleção feminina leva ouro no futebol"*, Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u315322.shtml, [consultado em 11-10-2014].

GARAVELLO, M.(2004), *"Medalha de prata: Seleção feminina de futebol"*, Portal UOL, Disponível em http://esporte.uol.com.br/olimpiadas/medalhistas/futfem.jhtm, [consultado em 11-10-2014].

GIDDENS, A. (1991), *As consequências da modernidade*, São Paulo, UNESP.

GIULIANOTTI, R. (2010), *Sociologia do futebol*: Dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões, São Paulo, Nova Alexandria.

GLOBO ESPORTE (2014), *"Mattos detona arbitragem de musa em clássico: "Ela não tem preparo""*, Disponível em http://globoesporte.globo.com/futebol/times/cruzeiro/noticia/2014/05/mattos-detona-arbitragem-de-musa-em-classico-ela-nao-tem-preparo.html, [consultado em 11-10-2014].

__ (2014), *"Marcelo Moreno é expulso após clássico e se revolta com juiz: "Ladrão""*, Disponível em http://globoesporte.globo.com/futebol/times/cruzeiro/noticia/2014/05/marcelo-moreno-e-expulso-apos-classico-e-se-revolta-com-juiz-ladrao.html, [consultado em 11-10-2014].

GOELLNER, S. V. (2005), *"Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades"*, Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 143-151, jun. 2005, Disponível em http://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16590/18303, [consultado em 22-05-2014].

GOMES, E., *et al.* (2012), *"As Representações da Mídia Sobre a Gestão Feminina no Clube de Regatas Flamengo"*, PODIUM, Sport, Leisure and Tourism Review, v. 1, p. 146-166.

HALL, S. (2003), *A identidade cultural na pós-modernidade*, 7.ed. Rio de Janeiro, DP&A.

KANTER, R. M. (1993), *Men and women of the corporation*. *New York*, *Basic Books*.

KILTY, K (2006). *Women in coaching*. *The Sport Psychologist*, *Champaign*, v.20, p.222-234.

KNIJNIK, J., MELO, V.A. (2014),*"Football and the 'new' gender order: Brazilian cinema in the late twentieth century, Soccer & Society"*, DOI: 10.1080/14660970.2014.963311, Disponível em http://dx.doi.org/10.1080/14660970.2014.963311, [consultado em 14-10-2014].

MINTO, L.W. (2013), *"Educação e lutas sociais no Brasil pós-ditadura: da democratização à ausência de alternativas"*, Revista Histedbr (Online), Campinas, SP, v.13, n.54, dez. 2013. ISSN 1676-2584, Disponível em http://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/view/5268, [consultado em 16-10-2014].

MOURÃO, L. (1998), *A representação social da mulher brasileira na atividade físico-desportiva*: da segregação à democratização, Tese de doutorado, Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho.

MOURÃO, L; MOREL, M. (2008), *"As narrativas sobre o futebol feminino: o discurso da mídia impressa em campo"*, Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Florianópolis, SC, v. 26, n. 2, ago. 2008, Disponível em http://rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/view/148, [consultado em 22-05-2014].

MURAD, M. (2007), *A violência e o futebol*: dos estudos clássicos aos dias de hoje, Rio de Janeiro**,** FGV.

PRONI, M. W. (2000), *A metamorfose do futebol*, Campinas, Unicamp.

ROCHA, C. (2006), *Gênero em ação*: rompendo o Teto de vidro? (Novos contextos da tecnociência). Tese de doutorado, Florianópolis, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

SIQUEIRA, I. (2014), *"Arbitragem brazuca dá passo rumo à profissionalização"*, Portal Lancenet, Disponível em http://www.lancenet.com.br/minuto/Arbitragem-brazuca-passo-rumo-profissionalizacao_0_701930011.html, [consultado em 11-10-2014].

WEEKS, J. (1999) *"O corpo e a sexualidade"*, In LOURO, G.L. (eds.), *O corpo educado,* Belo Horizonte, Autêntica, pp. 37-82.

Esporte, sociedade e mulher: o voleibol feminino brasileiro e a afirmação de identidades[1]

Ludmila Mourão[2]
ludmila.mourao@terra.com.br

Marcelo Luís Ribeiro Silva Tavares[3]
marcelostavares@globo.com

Silvana Vilodre Goellner[4]
vilodre@gmail.com

Resumo: Com o reconhecimento de que o esporte é um instrumento de construção de identidades, recuperamos na trajetória da seleção brasileira feminina de voleibol aspectos que colaboraram para a ascensão desse esporte no âmbito internacional, para a profissionalização da modalidade no Brasil e para a projeção das atletas no cenário social. Três marcos temporais relacionados aos Jogos Olímpicos são significativos: a primeira participação nos jogos (1980), a conquista da primeira medalha (1996) e a primeira vitória no campeonato (2008). A partir de uma fundamentação teórico-metodológica que aborda a cultura, o corpo, a beleza, o esporte, a mídia e a pós-modernidade, enfatizamos a ideia de Acontecimento, de Michel Foucault para a formação de discursos, poderes e estratégias que levaram a rupturas importantes para redefinição do papel da mulher no esporte e na sociedade, desde o entendimento do corpo dócil à potência esportiva das atletas, aos anos da ditadura à democracia neoliberal brasileiras.

Palavras-chave: Esporte. Gênero. Voleibol. Jogos Olímpicos. Brasil.

Introdução: esporte, sociedade e mulher – bases para uma discussão

Discutir a participação das mulheres na sociedade nos dias atuais ainda se torna relevante, tendo em vista o importante papel que elas vêm desempenhando em diferentes campos de atuação, porém, muito variável,

---

1 Agradecemos ao apoio da CAPES para apresentação desse artigo no XII CONLAB, de 1 a 5 de fevereiro de 2015, na Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

2 Doutora em Educação Física pela Universidade Gama Filho (1998). Licenciada em Educação Física pela Universidade Gama Filho (1981). Atualmente é professora da graduação e pós-graduação (mestrado) da Faculdade de Educação Física e Desporto da Universidade Federal de Juiz de Fora. Desenvolve estudos sobre História das Mulheres no Esporte, Gênero nas Atividades Físico-desportivas e Educação Física Escolar. Líder do grupo de pesquisa Gênero, Educação Física, Saúde e Sociedade, (GEFSS) CNPq.

3 Mestrando em Educação Física, bolsista CAPES, pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto-sensu* em associação com a Universidade Federal de Viçosa e Universidade Federal de Juiz de Fora. Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Gama Filho (1987), com especialização em Assessoria de Comunicação pela Universidade Estácio de Sá (2002) e licenciado em Educação Física pela Faculdade Metodista Granbery (2009), com especialização em Organização e Administração da Recreação e do Lazer pela UFJF (2009). Pesquisa sobre estudos das mulheres no esporte, lazer e gênero. Membro do grupo de pesquisa Gênero, Educação Física, Saúde e Sociedade, (GEFSS) CNPq.

4 Pós-doutora pela Faculdade do Desporto da Universidade do Porto, Portugal (2011). Doutora em Educação pela UNICAMP (1999). Mestre em Ciências do Movimento Humano pela UFRGS (1992). Especialização em Pesquisa Curricular pela UFSM (1991). Licenciada em Educação Física pela UFSM (1986). Atualmente é professora na graduação e pós-graduação do curso de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e coordena o Centro de Memória do Esporte da ESEF/UFRGS e o GRECCO, Grupo de Estudos sobre Esporte, Cultura e História.

dependendo do contexto político e cultural. No entanto, a partir da reflexão dos textos de autoras como Joan Scott (1990) e Linda Nicholson (2000), que analisam o gênero e a atuação das mulheres sob uma perspectiva histórica, percebemos que a participação efetiva das mulheres no âmbito social é muito recente. Embora as ideias feministas já estivessem presentes no século XIX, elas começaram a aparecer somente no início do século XX, quando diante de um período de modernidades, a mulher brasileira de elite iniciou sua emancipação na sociedade, se inserindo cada vez mais no espaço público e buscando o conhecimento e o reconhecimento dos seus direitos (MOURÃO, 2000), fato que nos aponta para uma seara fértil de discussão acerca da inserção e ativa participação da mulher na sociedade.

Contudo, quando o tema da participação feminina apontava para o esporte, muitas barreiras precisaram ser transpostas. Para que tenhamos uma ideia da dimensão dessa questão, no século XIX e no início do século XX, as mulheres que demonstrassem interesse pelas atividades físico-desportivas encontravam muitas dificuldades para desempenhá-las, uma vez que se tratava de uma prática considerada inadequada e de reserva masculina, ou seja, eram na sua maioria restritas aos homens. Somente algumas mulheres que pertenciam à elite ou aquelas que possuíssem apoio do contexto familiar eram incentivadas às atividades físico-desportivas que, conforme destaca Mourão (2000:7), "se tornavam possíveis, sobretudo com o apoio e influência da família e normalmente eram restritas ao espaço privado". O esporte, portanto, sendo de natureza humana e, ao mesmo tempo, uma atividade relacionada ao evento social (PRONI & LUCENA, 2002), uma vez que está historicamente associado ao lazer e à fruição, se anunciava como um importante instrumento para que a autonomia feminina se consolidasse, pela via amadora, sobretudo, com a participação da mulher em atividades esportivas de clubes e associações sociais desde os anos 1900.

Dessa forma, ao analisarmos, conjuntamente, o tripé sociedade, mulher e esporte, nos deparamos com inúmeras restrições provenientes dos papeis que a "natureza" lhes conferia e da moral que imperava na época, diminuindo seu espaço de realização. Além disso, conforme aponta Scott (2013:21), "todo e qualquer desvio de comportamento poderia gerar críticas, desqualificação e, até mesmo, marginalização social". No cenário esportivo, por sua vez, "as determinações dos esportes que seriam ou não praticados pelas mulheres, fosse nas escolas, fosse nos clubes tinham fundamento eugênico: para as mulheres restava a prática do que fosse compatível com a sua natureza" (NASCIMENTO, 2012:13). A mulher brasileira, portanto, vivia numa sociedade, cujos modos de vida sofreram significativas transformações com relação ao início do século XX, como o aumento das oportunidades de convívio entre os homens e mulheres e a oferta de diversões fora dos ambientes domésticos, mas continuava presa a padrões rigorosos que impossibilitavam a realização plena de suas vontades.

Com regras sociais rígidas, até a metade do século passado, não havia favorecimento às mulheres que questionavam os motivos pelos quais vivenciavam diferentes restrições oriundas da noção de sua frágil natureza e também os motivos que as impediam de praticar os esportes que desejavam. A restrição social vivida pelas mulheres era de tal ordem que somente em 1943, a legislação brasileira concedeu permissão para a mulher casada trabalhar fora de casa. "A situação de dependência e subordinação das esposas em relação aos maridos estava reconhecida por lei desde o código Civil de 1916", no qual a mulher casada era considerada "civilmente incapaz" (SCOTT, 2013:23). Para aquelas que não aceitavam essa condição de subordinação ou simplesmente não desejavam mais manter um casamento por qualquer razão, o desquite aparecia como uma alternativa nova, uma vez que foi instituído no Código Civil, em 1942 (artigo 315), e estabelecia a separação sem dissolução do vínculo matrimonial. Contudo, conforme esclarece Scott (2013:21), "não bastava o reconhecimento legal para que a nova situação fosse socialmente bem aceita". Nessa época, a mulher desquitada era mal vista, marginalizada e acumulava uma série de prejuízos para a sua vida, pelo simples fato de decidir não continuar mais casada.

No âmbito desportivo, o Conselho Nacional de Desportos (CND), entidade máxima para gerenciamento do esporte no Brasil instituiu, em 14 de abril de 1941, no 54º artigo que "às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país" (SENADO FEDERAL, 2014). A partir desse decreto, as mulheres só poderiam praticar esportes consentidos, ou seja, aqueles que o Estado julgasse conveniente, independente da vontade e desejo delas. Apesar disso, segundo Mourão (2000:7),

"não houve, na história da emancipação esportiva da mulher brasileira, confrontos, lutas por espaço, e sim um processo lento de infiltração, que se consolida na prática e no exercício da interação". Essa ausência de manifestação e de contestação por parte das mulheres esportistas brasileiras pode explicar porque os homens, na sua grande maioria, comandam os primeiros escalões das federações, confederações, ligas e também desempenham as funções de técnicos, dirigentes e árbitros. No entanto, é importante destacar que mesmo com a restrição legislativa, as mulheres não ficaram totalmente ausentes destas práticas.

A partir dos anos 1960, quase vinte anos depois da introdução do desquite no país, entra em vigor o Estatuto da Mulher Casada, que passa a reconhecê-la como companheira e colaboradora dos encargos da família, apagando aquela infeliz ideia de que ela era civilmente incapaz. Além disso, esse período marca também o comércio da pílula anticoncepcional e permite que "as estudantes do magistério (escola normal) pudessem disputar e ascender a vagas no ensino superior" (SCOTT, 2013:23). Apesar de todos esses avanços, a sociedade brasileira continuava esperando que a mulher se casasse, tivesse filhos e se dedicasse integralmente à família depois de casada.

Se os anos 1960 trouxeram alguns avanços que permitiram uma maior movimentação das mulheres no campo social, no campo esportivo, em contrapartida, o Conselho Nacional de Desportos (CND), pela legalidade do seu regimento, determinou no ano de 1965, que as mulheres estavam impedidas de praticar algumas modalidades esportivas, como expõe Souza & Mourão (2011:38, grifos das autoras): "*Às mulheres – item 2: não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza*, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo, halterofilismo e beisebol". Tratava-se de "uma intervenção política de controle e cerceamento, pois sobre ele (o corpo) depositam-se saberes e poderes disciplinares orientados pela lógica do trabalho e da produção" (GOELLNER, 1999:3). Essas interdições do Estado direcionadas às mulheres, através do órgão responsável pela prática esportiva no país indicavam a intenção de preparar os corpos femininos, de modo que ficassem moldados e aptos para a maternidade a fim de garantir as futuras gerações do país.

Esse cenário de imposições e restrições direcionado às mulheres só foi modificado em 1979, com a revogação da lei, criada em 1941 (MOURÃO, 1998). Portanto, é a partir dos anos 1980 que passaremos a discutir o esporte, especificamente o voleibol feminino, e a participação da mulher na sociedade. Apesar de historicamente ter sido um esporte consentido para as mulheres, o voleibol brasileiro ainda não havia despontado para o cenário internacional antes dos Jogos Olímpicos de Moscou (1980), quando o Brasil participou pela primeira vez nessa modalidade. A partir desse evento, além da primeira participação olímpica, alguns acontecimentos, protagonizados por jogadoras como Isabel, Jacqueline e Vera Mossa foram emblemáticos para o desenvolvimento e a consolidação desse esporte que, alguns anos mais tarde se tornou bicampeão olímpico.

A partir de uma breve análise sobre a participação das mulheres nos Jogos Olímpicos e especificamente sobre a participação do voleibol feminino brasileiro verificamos que os anos 1980 marcaram essa modalidade também em outras competições e para além das quadras. A postura crítica de algumas jogadoras, a graça do gesto técnico aliada à beleza das atletas, a passagem do amadorismo para o profissionalismo e o interesse crescente da mídia atraindo a publicidade para o esporte são alguns elementos que foram determinantes para o desenvolvimento do voleibol feminino e para a afirmação de identidades. Apesar da importância dessa geração para a modalidade ainda encontramos poucas publicações e reflexões acerca do tema, fato que justifica essa produção. Portanto, esse artigo visa a compreender a relação mulher, esporte e sociedade, através da ideia de Acontecimento, de Michel Foucault, analisando os discursos, poderes e estratégias que levaram a rupturas importantes para a redefinição do papel da mulher no esporte e na sociedade, tendo como figura o voleibol feminino brasileiro e a sua participação nos Jogos Olímpicos, desde 1980, quando a equipe participou dos Jogos Olímpicos pela primeira vez até a conquista do bicampeonato olímpico em Londres, no ano de 2012.

A participação das mulheres nos Jogos Olímpicos e a estreia do voleibol feminino brasileiro

Conforme relatado anteriormente, as mulheres precisaram transpor inúmeras barreiras para ascenderem no esporte, como afirma Goellner (2005:86): "ao longo da história do esporte nacional foram e são distintos os incentivos, os apoios, as visibilidades, as oportunidades, as relações de poder conferidos a mulheres e homens, seja no âmbito da participação, seja na gestão e administração".

A história da participação das mulheres brasileiras nos Jogos Olímpicos foi marcada por dificuldades e discrepâncias quando relacionadas com a participação masculina. A pioneira foi a nadadora Maria Emma Lenk, a primeira mulher brasileira a participar de uma edição dos Jogos, em Los Angeles, no ano de 1932. Quatro anos mais tarde, em Berlin, no ano de 1936, voltou a representar o Brasil, dessa vez ao lado de mais "cinco nadadoras e uma esgrimista" (NASCIMENTO, 2012:12). Nos anos de 1940 e 1944, os Jogos não aconteceram, em função da Segunda Guerra Mundial. Na edição de Londres, em 1948, a delegação brasileira contou com onze atletas mulheres, em Helsinque, em 1952, com apenas cinco mulheres e em Melbourne, no ano de 1956, apenas uma mulher brasileira participou. Na edição de Roma, em 1960, Wanda dos Santos foi a representante brasileira e em Tóquio, no ano de 1964, Aída dos Santos foi novamente a única representante e ficou em quarto lugar no salto em distância. Já no México, em 1968, apenas três brasileiras, todas do atletismo, representaram o Brasil. Na década de 1970, o quadro continuou o mesmo: em Munique, 1972, houve cinco representantes, e em Montreal, 1976, apenas sete mulheres compuseram a delegação brasileira (NASCIMENTO, 2012:12).
Por outro lado, vejamos os números da participação masculina nos Jogos Olímpicos: em 1932 (cinqüenta e sete), em 1936 (setenta e dois), em 1948 (sessenta e dois), em 1952 (cento e três), em 1956 (quarenta e sete), em 1960 (setenta e oito), em 1964 (setenta), em 1968 (setenta e seis), em 1972 (oitenta e dois) e em 1976 (setenta e dois). Abaixo, apresentamos um quadro descritivo para marcar a diferença do quantitativo entre homens e mulheres que participaram dos Jogos Olímpicos modernos, desde o ano de 1932 até 1976.

JOGOS OLÍMPICOS, ANO	QUANTIDADE DE MULHERES	QUANTIDADE DE HOMENS
Los Angeles, 1932	1	57
Berlin, 1936	7	72
2ª Guerra Mundial, 1940	-	-
2ª Guerra Mundial, 1944	-	-
Londres, 1948	11	62
Helsinque, 1952	5	103
Melbourne, 1956	1	47
Roma, 1960	1	78
Tóquio, 1964	1	70
Cidade do México, 1968	3	76
Munique, 1972	5	82
Montreal, 1976	7	72
Total	42	719

Fonte: Adaptado de NASCIMENTO (2012)

A apresentação desses números, extraída da dissertação de mestrado de Nascimento (2012:12), deixa claro os reflexos das interdições impostas às mulheres pelo Conselho Nacional de Desportos (CND), que incentivava as práticas esportivas como possibilidade de divertimento, porém, na realidade objetivava disciplinar para obter resultados, conforme conclui Goellner (1999:3) "tornam-se representativas (as práticas corporais e esportivas) de uma sociedade que para se coroar prescinde tanto da liberação como da canalização produtiva de um gesto educado".
Após anos de interdições que impediram as mulheres de praticar os esportes que desejavam, finalmente, a partir do ano de 1979, elas começaram a usufruir de seus direitos com a revogação da lei, criada em 1941. Apesar do voleibol jamais ter sido um esporte proibido para as mulheres, assim como o tênis e a natação, por exemplo, que eram incentivados, a seleção brasileira ainda não havia sido representada em Jogos Olímpicos e isso já demorava dezesseis anos, ou quatro olimpíadas, se comparado ao voleibol masculino que iniciou sua

participação nos Jogos, em Tóquio, em 1964. No entanto, a edição de Moscou, em 1980, foi marcada pelo boicote dos Estados Unidos e seus aliados à antiga União Soviética, que havia invadido o Afeganistão no ano anterior (NASCIMENTO, 2012:13). As questões diplomáticas deixaram os norte-americanos e seus aliados fora dos jogos e abriu algumas vagas, que foram preenchidas mediante convite para alguns países, entre eles o Brasil. Dessa forma, a seleção feminina de voleibol se tornou a primeira delegação coletiva do país a participar dos Jogos Olímpicos, fato que se repetiu em 1984, quando a União Soviética retribuiu o boicote aos Jogos de Los Angeles.

Esses fatos históricos, geopolíticos e diplomáticos contribuíram para que as discrepâncias relativas ao número de atletas do sexo feminino diminuíssem em relação à participação masculina nos Jogos Olímpicos e serviram de alavanca para que o voleibol feminino brasileiro participasse da competição e se mostrasse para o mundo. O voleibol masculino atravessava, nos anos 1980, um momento de glória, representado pela chamada "geração de prata". Atletas como Bernard, Renan, William, Xandó e Montanaro eram reconhecidos como grandes atletas do voleibol mundial. Por outro lado, a seleção feminina, caminhava na invisibilidade. Contudo, após a primeira participação nos Jogos de Moscou, em 1980, as coisas começaram a mudar.

A década de 1980 foi marcada pelo fim da ditadura militar, que assolou o Brasil por quase vinte anos (1964-1985) e por uma crise econômica tão avassaladora que alguns especialistas passaram a chamar esse período de "década perdida", tamanha a estagnação que pairou sobre a América Latina. O futebol, paixão nacional, acompanhava a economia e não conseguiu resultados expressivos nas copas de 1982 e 1986, abrindo espaço para a Fórmula 1, de Nelson Piquet e Ayrton Senna, o basquete masculino, de Marcel e Oscar e o voleibol masculino, que conquistara a medalha de prata nos Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1984.

Enquanto isso, a jogadora Isabel já conciliava a vida profissional com o papel de mãe. Sua primeira filha nasceu em 1979, ano da sua primeira convocação para a seleção brasileira e a partir daí os nascimentos dos outros três filhos foram marcados por resguardos curtos, uma vez que a demanda do voleibol era intensa. "Aliás, durante as quatro gestações, Isabel que chegou a jogar com um barrigão de seis meses de gravidez" (ALZER & CLAUDINO, 2004:207), contribuiu para desconstruir o senso comum em torno da maternidade, que pregava o isolamento, o repouso e a ausência de atividade física e esportiva. Outra jogadora, Vera Mossa, chamava a atenção pela beleza e pela plasticidade dos seus gestos em quadra, motivo pelo qual Alzer & Claudino (2004:207), a definiram como "musa-mor da sua geração". De acordo com os autores foi inclusive "atriz no filme Rock Estrela, em 1986, fazendo par romântico com o roqueiro Léo Jaime". A participação de Isabel, Vera Mossa e Jacqueline, que veremos mais detalhadamente a seguir, dentro do contexto esportivo dos anos 1980 foi de fundamental importância para o desenvolvimento do esporte feminino brasileiro e do voleibol, em particular.

O convite inesperado para participar dos Jogos Olímpicos de Moscou, em 1980, foi recebido com surpresa pela maioria das jogadoras, que apesar de acalentarem o sonho de participar de uma edição dos jogos sabiam que ainda precisavam percorrer um longo caminho. Treinadas pelo técnico Ênio Figueiredo e com média de altura e idade de 1,76m e 20 anos, respectivamente, o time do Brasil contou com Denise Matiolli, Eliana Aleixo, Fernanda Emerick, Ivonete das Neves, Lenice Peluso, Paula Melo, Dora, Regina Vilela, Rita Teixeira, além de Jacqueline Silva, Isabel Salgado e Vera Mossa. A equipe ficou na penúltima colocação, mas mostrou ao mundo que o voleibol do Brasil tinha potencial para chegar mais longe. A medalha de ouro ficou com a União Soviética, a de prata com a Alemanha Oriental e a de bronze com a Bulgária.

O reflexo dessa participação olímpica desencadeou um caminho de conquistas dentro e fora das quadras para a equipe brasileira, que foi determinante para o crescimento da modalidade em nível nacional e internacional. No ano de 1981, o Brasil conquistou o campeonato Sul Americano, pondo fim a uma hegemonia peruana de mais de dez anos no continente. Em 1982, houve a realização do I Mundialito de Voleibol, no Ibirapuera, em São Paulo. O evento que contou com a participação das melhores equipes do mundo e foi promovido com a intenção de massificar o esporte no Brasil teve todos os jogos transmitidos pela televisão Bandeirantes, pioneira na transmissão esportiva no Brasil e narrados pelo jornalista Luciano do Valle, falecido em 2014, ícone da narração esportiva brasileira e que apostou no vôlei quando o esporte ainda não era uma paixão nacional. Nessa ocasião, a equipe feminina alcançou resultados importantes e terminou a competição em segundo lugar, derrotando a temida equipe da União Soviética e ficando atrás apenas da equipe japonesa e o jornalista foi

carinhosamente apelidado de "*Luciano do Vôlei*". Veja o que Jacqueline (SILVA, 2004:69) achava sobre o evento:

> A seleção brasileira que disputou o Mundialito era aquela equipe meio criançola da época. Foi um campeonato muito bom. Trazê-lo para o Brasil fazia parte de um trabalho maior que o Nuzman tinha em mente, no sentido de colocar o voleibol num lugar de destaque no país. Tanto que ele foi todo transmitido pela TV Bandeirantes – o Luciano do Valle comprou os jogos.

Apesar desses resultados expressivos, a condição das jogadoras de voleibol feminino do Brasil nessa época em nada se comparava a dos jogadores. Os homens já haviam iniciado o processo de profissionalização e recebiam salários tanto dos clubes-empresa que representavam quanto do patrocinador oficial da seleção brasileira, ao passo que as moças continuavam jogando de forma amadora, ou seja, sem receber salários. Essa condição de desigualdade fez com que algumas jogadoras começassem a questionar promovendo uma tensão nos bastidores do esporte. Os clubes-empresa começaram a contratar as jogadoras somente no ano de 1983, talvez, quem sabe, devido à enorme repercussão do Mundialito no ano anterior, que lotou o ginásio do Ibirapuera e deixou milhões de telespectadores grudados em seus aparelhos de televisão, anunciando o filão de publicidade que aquele esporte poderia representar. Contudo, ainda assim, as jogadoras que compunham a seleção brasileira ainda não recebiam para estampar a marca publicitária do patrocinador oficial (SILVA, 2004).

Em 1984, o Brasil voltou a ser beneficiado com um convite para participar dos Jogos de Los Angeles, dessa vez por conta do boicote do bloco socialista. A seleção brasileira feminina de voleibol foi novamente a única delegação coletiva de mulheres a participar e mais uma vez treinada por Ênio Figueiredo ficou na penúltima colocação. Dessa vez, porém, a participação da equipe formada por Ida, Ana Richa, Lica, Fernanda Emerick, Heloísa, Monica Caetano, Regina Uchôa, Luíza Machado, Sandra Lima, além de Jacqueline Silva, Isabel Salgado e Vera Mossa estava mais bem preparada e protagonizou jogos muito disputados. Com média de idade de 22 anos e de altura de 1,77m, a seleção brasileira chegou a abrir dois sets contra os Estados Unidos, mas deixou a vitória escapar pondo fim ao sonho de disputar a primeira semifinal olímpica. Nessa edição, a vitória foi da China, da talentosa jogadora Lang Ping; a medalha de prata ficou com a equipe dos Estados Unidos e a de bronze com a equipe do Japão.

Insumos teórico-metodológicos para a compreensão do voleibol feminino

Foucault, "um dos pensadores franceses contemporâneos mais potentes, não apenas pela sua produção teórica, mas, sobretudo, pelo seu modo de conceber e afirmar uma posição para o intelectual" (CASTRO, 2009:11) foi determinante para que compreendêssemos aspectos fundamentais da pós-modernidade. No livro "Vocabulário de Foucault", do autor Edgardo Castro, as teorias do filósofo francês parecem estar dispostas, em forma de verbetes, numa "caixa de ferramentas" para que os interessados possam manuseá-las e relacioná-las com fenômenos contemporâneos que afligem a sociedade.

A ideia de "acontecimento" é um desses conceitos essenciais de Foucault que a autora Judith Revel (2005) procura explicar em três níveis: o primeiro nível é uma definição de base, na qual a autora destaca que Foucault se opõe à ideia de que um "fato" para algumas análises históricas se limita a fornecer apenas uma descrição. Para Foucault, o que importa é reconstruir atrás desse "fato" uma rede de discursos, de poderes, de estratégias e práticas; o "fato", portanto, se opõe à ideia de estrutura. O segundo nível procura definir de forma particularizada os desenvolvimentos do conceito da obra foucaultiana e, dessa forma, Revel aponta que a partir de uma discussão com historiadores, Foucault cria uma definição de "acontecimentalização", que não é uma história acontecimental, mas a tomada de consciência das rupturas da evidência induzidas por certos fatos. Por fim, o terceiro nível, visa conceder uma definição mais ampla que insere o conceito e o relaciona com outros no interior da obra de Foucault. Nesse caso, o autor desenvolve dois discursos: o primeiro consiste em dizer que nós repetimos sem saber os acontecimentos e o segundo consiste precisamente em buscar na nossa atualidade os traços de uma "ruptura acontecimental".

Portanto, ao compreendermos a ideia de "acontecimento" surge um interesse de buscar nessa "caixa de ferramentas" algum dispositivo que nos ajude a compreender as ações e as representações da geração de voleibol feminino da década de oitenta e os impactos e desdobramentos provocados naquele contexto.
A atitude da jogadora Jacqueline Silva, que vestiu o uniforme da seleção brasileira, num treinamento realizado no Floresta Country Clube, pelo avesso, no ano de 1985 e foi afastada da equipe por indisciplina é um acontecimento emblemático. O uniforme estampava a marca de um patrocinador, mas nenhuma jogadora ganhava por isso. O avesso da camisa ganhou repercussão e adesão de algumas atletas. A jogadora Jacqueline "acabou como precursora das atitudes fortes de mulheres brasileiras no esporte" (ALZER & CLAUDINO, 2004:207) e teve que reconstruir a sua carreira longe das quadras brasileiras, uma vez que foi afastada definitivamente da seleção brasileira pelo presidente da Confederação Brasileira de Vôlei, Carlos Arthur Nuzman. Este "fato", que poderia ser narrado hoje, mais de trinta anos depois, apenas como um gesto isolado de indisciplina se transformou num acontecimento que foi reconstruído a partir da utilização de uma rede de discursos, poderes, estratégias e práticas que modificou o cenário que estava estabelecido provocando uma "ruptura acontecimental".
Destacamos aqui que esse acontecimento foi decisivo para uma mudança de rumos no cenário do voleibol feminino por dois aspectos substanciais: o primeiro, porque cortada da seleção, a jogadora Jaqueline se viu sem espaço no Brasil e decidiu se mudar para os Estados Unidos, onde começou uma trajetória completamente nova, como jogadora de vôlei na praia, alcançando em curto espaço de tempo o respeito e muitas vitórias. Segundo, porque a sua "indisciplina" suscitou a legitimidade da sua luta pelo direito das atletas em receberem dinheiro por estampar a logomarca do patrocinador, o que motivou a mudança das regras estabelecidas, fato que seria decisivo para o reconhecimento da mulher-jogadora como profissional do esporte.
Outros fatos foram marcantes para o voleibol feminino brasileiro nos anos 1980, no âmbito desportivo, especificamente, merecem ser destacados, como a conquista do campeonato mundial juvenil, no ano de 1987, anunciando que os rumos do esporte estavam no caminho certo para se chegar a melhores resultados e a terceira participação nos Jogos Olímpicos de Seul, em 1988. Nessa edição, novamente o voleibol foi o único representante feminino coletivo a participar e o técnico foi Jorge de Barros, o Jorjão, que apostou numa renovação equilibrada ao convocar as seguintes jogadoras: Ana Cláudia, Ana Lúcia, Ana Richa, Sandra Lima, Lica, Dora, Simone Storn, Vera Mossa e as juvenis Kerly, Fernanda Venturini, Márcia Fu e Ana Moser. A média de idade dessa equipe era de 22 anos e a média de altura era de 1,79m. O Brasil terminou a competição em sexto lugar e os três primeiros lugares ficaram com a União Soviética, Peru e China, medalhas de ouro, prata e bronze respectivamente. Em 1989, o Brasil conquistou novamente o campeonato mundial juvenil, sagrando-se bicampeão da modalidade e assegurando que o esporte seria vencedor na categoria adulta em breve.
O início dos anos 1990 começou com o confisco das poupanças promovido pelo presidente Fernando Collor provocando uma sensação de incerteza e impunidade no povo brasileiro que foi para as ruas pedir o seu "impeachement", um acontecimento político que gerou desdobramentos sociais sem precedentes. A sociedade passou a ser representada pelos "caras pintadas" e experimentou a estabilidade econômica com a chegada do Plano Real, que desacelerou a inflação. Diante de um cenário sócio-econômico mais tranquilo em relação à década anterior constatamos que "a participação da mulher na atividade física e no esporte dá-se então mais pela busca do corpo saudável e perfeito do que por um espaço social de luta" (ROMERO, 1997:155), uma condição que desfavorecia a possibilidade da equiparação de igualdades entre os sexos.
Por outro lado, os Jogos Olímpicos de Barcelona, em 1992, permitiu a participação de atletas profissionais de basquete, futebol e tênis, anunciando um favorecimento ao profissionalismo. O voleibol feminino participava da quarta edição seguida dos jogos, mas dessa vez ao lado do basquete feminino, que fazia sua estreia. As "meninas do vôlei" participaram sob o comando de Wadson Lima e contou com a participação de Ana Moser, Ana Flávia, Ana Lúcia, Ida, também Ana (Margarida), Ana Paula, Tina, Cilene Rocha, Hilma Caldeira, Leila Barros, Márcia Fu, Fernanda Venturini e Fofão. A média de idade e altura era de 23 anos e 1,80m respectivamente. Nessa edição, o Brasil disputou a primeira semifinal da sua história e terminou em quarto lugar, atrás apenas de Cuba (ouro), CEI, antiga União Soviética (prata) e Estados Unidos (bronze). Despontava ali a força da escola cubana, que dominou a década de 1990.

Apesar do poderio cubano, que contava com jogadoras altas e extremamente fortes fisicamente, o voleibol feminino se desenvolvia a passos largos. Nessa mesma corrente de crescimento, as mulheres brasileiras fortaleciam sua participação no mercado de trabalho e aumentavam sua responsabilidade no comando das famílias. "A mulher, que representa a maior parcela da população, viu aumentar o seu poder aquisitivo, o nível de escolaridade e conseguiu reduzir a defasagem salarial que ainda existe em relação aos homens" (BESSA, 1996:48). Em 1994, o Brasil foi vice-campeão mundial de voleibol feminino, perdendo a final para Cuba e participou dos Jogos Olímpicos de Atlanta, em 1996, com grandes chances de conquistar sua primeira medalha olímpica.

Depois de dezesseis anos e apenas na quinta participação em Jogos Olímpicos, de 1996, a seleção brasileira de voleibol feminino conquistou a sua primeira medalha: um bronze, com valor de ouro. Sob o comando do técnico Bernardinho, a equipe composta por Ana Moser, Ana Flávia, Ana Paula, Ida, Filó, Hilma, Leila, Márcia Fu, Sandra, Virna, Fernanda Venturini e Fofão tinha média de idade de 26 anos e média de altura de 1,82m. Nessa edição dos jogos foi introduzida a posição de líbero e a jogadora Sandra, remanescente da geração dos anos 1980 e que já havia participado dos Jogos de Los Angeles e Seul, foi a primeira jogadora na posição. O Brasil venceu todos os jogos da primeira fase e teve a infelicidade de cruzar com Cuba na semifinal. A derrota, mais do que impedir a disputa da medalha de ouro provocou uma confusão generalizada, com agressões físicas e verbais entre brasileiras e cubanas, cujas imagens são veiculadas na mídia até hoje. A medalha de ouro ficou com Cuba, que venceu a China na final. A medalha de bronze foi conquistada pelo Brasil, ao derrotar a Rússia por três sets a dois.

Esse fato emblemático para a trajetória do voleibol feminino brasileiro culminou com outro acontecimento talvez ainda mais importante, que foi a vitória olímpica, nessa mesma edição, da atleta Jacqueline Silva, agora conhecida com Jackie Silva, que ao lado da parceira Sandra Pires conquistou a medalha de ouro no voleibol de praia. Lembremos que onze anos antes, em 1985, essa mesma atleta foi afastada da seleção brasileira de quadra por ter vestido o uniforme pelo avesso, num protesto reivindicatório de uma ajuda de custo, que se tornou comum alguns anos depois. Impossibilitada de defender a seleção brasileira e sem espaço no cenário nacional, ela precisou se reinventar nas areias norte-americanas, onde aprendeu mais sobre o esporte, se reconstruiu tecnicamente e se transformou na primeira mulher brasileira a conquistar uma medalha de ouro olímpica.

De fato, a seleção brasileira de voleibol conquistou a primeira medalha de bronze olímpica e Jackie Silva conquistou o ouro, mas, por trás dessa ideia acabada há uma rede de discursos, poderes, estratégias e práticas que ao mesmo tempo em que articulam tensionam todos esses acontecimentos.

O voleibol feminino no Brasil e suas conquistas e indireções

A entrada no século XXI foi marcada pelo fortalecimento do processo democrático brasileiro, o que abriu ainda mais espaço para que as mulheres ampliassem sua trajetória de conquistas, iniciada com a revolução e lutas feministas nos anos de 1960 e 1970. Naquela época, elas desejavam mostrar sua competência para além de seus lares e ampliar suas conquistas construindo novos valores sociais e culturais. Hoje, verificamos que "essa fase da história de lutas e conquistas femininas no decorrer de quase dois séculos, leva a humanidade a acreditar numa nova força de trabalho contra o machismo e as discriminações, assegurando o direito à cidadania e a igualdade entre os sexos" (DEL PRIORE, 1997). Diante de um cenário amplamente favorável às mulheres em comparação ao passado, o voleibol feminino do Brasil disputou os Jogos Olímpicos de Sidney, em 2000, com esperanças de conquistar mais uma medalha.

Após a consulta e a sistematização de dados referentes à participação feminina de voleibol em campeonatos, realizada em pesquisa no *site* da Confederação Brasileira de Voleibol, CBV, verificamos que a conquista da primeira medalha olímpica, na Olimpíada de Atlanta, pôs fim a um jejum de vitórias e boas colocações da seleção brasileira feminina de voleibol adulta em olimpíadas. A linha de trabalho adotada pelo então técnico Bernardinho ajudou as atletas a se conscientizarem do seu potencial e das suas boas condições. Se Cuba era a seleção a ser batida, a solução era treinar muito para superar as próprias dificuldades e, consequentemente, os adversários. A equipe do Brasil foi escalada com Elisângela, Érica, Janina, Karin, Kátia, Kelão, Leila, Raquel,

Ricarda, Virna, Walewska e Fofão. A média de idade era de 26 anos e a de altura era de 1,84m. O Brasil terminou a fase classificatória em primeiro lugar, com cinco vitórias em cinco jogos. Porém, na semifinal, novamente enfrentou a seleção de Cuba e perdeu por três sets a dois. Na outra semifinal, disputada entre Estados e Unidos e Rússia, as russas também venceram por três sets a dois. Na disputa pela medalha de ouro, Cuba confirmou o favoritismo e se tornou tricampeã olímpica, ao derrotar a Rússia e na disputa pelo bronze, o Brasil derrotou os Estados Unidos por três sets a zero e conquistou a segunda medalha olímpica da história. Era um caminho de conquistas sem volta para a seleção brasileira de voleibol feminina adulta, pois, soube trabalhar a base do esporte, além de desenvolver um campeonato nacional forte, que se transformou em modelo mundial.

O resultado desse trabalho se refletia nas conquistas dos mundiais juvenis dos anos 2001, 2003 e 2005 e na hegemonia do continente sul americano, que não conhecia derrota desde 1995. Foi com esse espírito vitorioso que a seleção feminina garantiu sua participação nos Jogos Olímpicos de Atenas, no ano de 2004, sob o comando do técnico José Roberto Guimarães. A equipe composta por Bia, Arlene, Elisângela, Érica, Fabiana, Mari, Valeskinha, Virna, Walewska, Sassá, Fernanda Venturini e Fofão tinha média de idade de 27 anos e de altura de 1,82m. O otimismo da equipe, cada vez mais madura, era compreensível visto que a equipe de Cuba estava reformulada e não contava com os expoentes do passado. Portanto, a seleção brasileira era favorita ao título. A equipe brasileira venceu todos os jogos que disputou e chegou à semifinal invicta. Aplicou dois sets a zero contra a Rússia e perdeu o quarto set, depois de estar vencendo por vinte e quatro a dezenove. No "tie-break", as russas acabaram com o sonho brasileiro. A China ficou com a medalha de ouro, a Rússia ficou com a prata e Cuba com o bronze. O Brasil, bastante abatido, ficou em quarto lugar.

O pesadelo de Atenas, porém, não desacelerou o processo de desenvolvimento do voleibol feminino que continuava soberano no continente sul americano. Além disso, conquistou o vice-campeonato mundial adulto, em 2006 e o campeonato mundial juvenil no mesmo ano. Dentro do país, a Superliga de Voleibol se consolidava como uma das mais fortes e organizadas do mundo, atraindo jogadoras estrangeiras para jogar no Brasil atestando a potência desse esporte para o mundo. Em 2008, os Jogos de Pequim, anunciavam bons presságios para essa modalidade, pois, durante a preparação, ou seja, o ciclo olímpico que se inicia quando termina a última olimpíada, as meninas do Brasil venceram três edições seguidas do Grand Prix (2005, 2006, 2007 e 2008), porém, perderam o título mundial novamente para a Rússia e a medalha de ouro no Pan-americano do Rio de Janeiro, em 2007, para Cuba. Estava claro que a seleção era forte, mas precisava superar esses traumas diante das disputas dos títulos mais importantes.

A equipe brasileira que disputou a edição de 2008 dos jogos foi novamente comandada pelo técnico José Roberto Guimarães e contou com as seguintes jogadoras: Carol, Fabi, Fabiana, Mari, Jaqueline, Paula Pequeno, Sheilla, Thaísa, Valeskinha, Walewska, Sassá e Fofão. A média de idade e altura era de 27 anos e 1,83m respectivamente. O Brasil terminou a primeira fase da competição vencendo todos os jogos por três sets a zero. Na semifinal derrotou a China também por três sets a zero e avançou para a primeira final olímpica. Na decisão, o Brasil venceu os Estados Unidos por três sets a um e conquistou a medalha de ouro e a ponteira Paula Pequeno foi eleita a melhor jogadora da Olimpíada. A prata ficou com os Estados Unidos e o bronze com a China. Após o expressivo resultado a levantadora, Fofão, a grande maestrina da equipe, anunciou sua aposentadoria da seleção e nomes como os de Sheilla, Mari, Fabiana, Thaísa, Jaqueline e Fabi apareceram para ficar definitivamente na história do voleibol mundial.

Apesar dessa conquista olímpica, em 2008 e do vice-campeonato mundial, em 2010 o voleibol feminino brasileiro parou de vencer os campeonatos mundiais juvenis, competições que apontam novos valores e garantem a manutenção de vitórias no esporte. Mesmo assim, a equipe brasileira continuou nas primeiras posições do ranking internacional. Os Estados Unidos que era o favorito à conquista da medalha de ouro dos Jogos Olímpicos de Londres, em 2012, não teve sucesso. Novamente comandada pelo técnico José Roberto Guimarães, a equipe manteve a base vitoriosa de 2008, composta por Fabiana, Jaqueline, Sheilla, Fabi, Thaísa, Paula Pequeno, Natália, Tandara, Adenízia, Fernanda Garay, Dani Lins e Fernandinha. A média de idade foi de 27 anos e a de altura de 1,83m. Apesar da manutenção da base, a equipe perdeu a experiência da levantadora Fofão e estava nas mãos de Dani Lins a regência do grupo. O Brasil estreou na competição contra a Turquia e venceu apertado por três sets a dois. Na segunda partida perdeu para os Estados Unidos por três sets a um. Na terceira partida, precisando se recuperar perdeu para a Coréia do Sul por três sets a zero. A partir daí, começou a tensão, uma vez que o Brasil corria o risco de não se classificar para a próxima fase. No quarto jogo, contra a

China, o Brasil venceu por três sets a dois e, em seguida, derrotou a Sérvia por três sets a zero. O grupo ficou bastante embolado e o Brasil conseguiu se classificar em último lugar.
Nas quartas de final, o Brasil enfrentou a primeira colocada do grupo A, a Rússia e num jogo emocionante, com atuação fantástica de Sheilla, o Brasil avançou na competição com uma vitória por três sets a dois. Nas semifinais, o Brasil não encontrou dificuldades para despachar as japonesas por três sets a zero e mais uma vez disputaria o ouro olímpico. Na outra semifinal, entre Coréia do Sul e Estados Unidos, as americanas também venceram com facilidade: três sets a zero. Na disputa da medalha de bronze, as japonesas derrotaram as coreanas e voltaram a subir no pódio olímpico. Já na disputa da medalha de ouro, as americanas começaram arrasando a seleção brasileira e venceram o primeiro set por vinte e cinco a onze. Nos sets seguintes, porém, o Brasil se superou e virou a partida, derrotando o temido adversário por três sets a um. O improvável aconteceu: o Brasil sagrou-se bicampeão olímpico. A levantadora Dani Lins se afirmou na condição de levantadora titular da seleção brasileira e a conquista do tricampeonato na edição de 2016, no Rio de Janeiro, vem sendo muito esperada por todos os amantes do voleibol.
Alguns acontecimentos relacionados ao esporte, porém, causam preocupação naqueles que torcem pelo voleibol. No início do ano de 2014, o presidente da Confederação Brasileira de Vôlei, Ary Graça Filho renunciou ao cargo tendo em vista que alguns contratos de patrocínio da entidade foram realizados de forma irregular e uma auditoria externa foi instaurada para avaliar os contratos feitos na sua gestão. Atualmente, Ary Graça Filho é o presidente da Federação Internacional de Voleibol (FIVB). Além disso, outras preocupações envolvem o voleibol feminino como, por exemplo, o modelo de ranqueamento que determina, através de um sistema de pontuação, a quantidade de jogadoras de seleção brasileira que podem compor uma determinada equipe participante da Superliga. De acordo com o sistema, as jogadoras titulares da seleção possuem nota sete e cada equipe participante da Superliga pode contar com apenas duas jogadoras titulares. Como existem apenas três equipes capazes de pagar os salários dessas jogadoras, algumas delas ficam desempregadas ou são obrigadas a jogar no exterior. É o caso de Sheilla e Fernanda Garay que estão na Turquia e na Rússia, respectivamente e de Jaqueline, que está desempregada por que não quer deixar o Brasil. Apesar do voleibol feminino brasileiro ser um esporte vitorioso e respeitado no cenário internacional algumas providências precisam ser tomadas para que o menor investimento nas categorias de base não nos faça perder o caminho das vitórias.

Considerações finais

Nesse artigo identificamos que a participação efetiva das mulheres no cenário social e esportivo é relativamente recente devido às inúmeras barreiras que precisaram transpor por conta de interdições, desigualdades e incentivos que impediam seu desenvolvimento e a realização de suas vontades, sobretudo na segunda metade no século XX. Com o passar do tempo, porém, mesmo sem movimentos femininos ou feministas que clamassem pela equalização de gênero, as mulheres foram conquistando seu espaço no cenário esportivo e aos poucos foram alcançando a então hegemonia masculina.
Desde a pioneira, Maria Lenk, em 1932, até os convites que favoreceram o Brasil e permitiram as primeiras participações do voleibol feminino nos Jogos Olímpicos de Moscou, 1980 e Los Angeles, 1984, muitas dificuldades foram encontradas pelas mulheres brasileiras, que não desfrutaram das mesmas oportunidades. Mesmo depois da participação olímpica, o voleibol feminino brasileiro continuou lutando em território nacional para ter seus direitos. Além das importantes participações de Isabel, Vera Mossa e da jogadora Jacqueline, que ajudaram a dar visibilidade ao voleibol através de participação em acontecimentos que julgamos emblemáticos para a repercussão social, desde os mais singelos, como o fato da imprensa enfatizar a beleza das jogadoras, tratadas como "musas", aos mais densos, como a luta pelo respeito à trajetória de mulher, jogadora e mãe, de Isabel, à luta pelo profissionalismo no esporte, de Jaqueline Silva.
Enquanto a luta das mulheres continuava dentro das quadras, com contínuas participações nos Jogos Olímpicos, fora delas acontecia o mesmo, uma vez que a mulher via aumentar o seu nível de escolaridade e o seu poder aquisitivo reduzindo a defasagem salarial que existia em relação aos homens. Esse sucesso no âmbito social certamente fortaleceu a confiança das mulheres no cenário esportivo, pois, o voleibol feminino brasileiro conquistou sua primeira medalha olímpica em 1996 e a jogadora Jacqueline, precursora na luta pelos direitos

femininos no esporte, conquistou, emblematicamente, a primeira medalha de ouro da mulher brasileira, ao lado de Sandra Pires, no voleibol de praia.

Os anos 2000 anunciaram para o Brasil o fortalecimento do processo democrático e reiteraram que a história de lutas e conquistas femininas no decorrer das últimas décadas possibilitou à humanidade acreditar que o direito à cidadania e a igualdade entre os sexos estavam mais próximos, revelando que "A auto-identidade se torna problemática na modernidade de uma maneira que contrasta com as relações eu-sociedade em contextos mais tradicionais" (GIDDENS, 2002:38), como no caso brasileiro. Contudo, para o voleibol feminino, o século XXI trouxe o bicampeonato olímpico e a certeza de que os fatos, discursos e poderes, impactaram positivamente o esporte. Todos os acontecimentos impactantes e transformadores ocorridos nos anos 1980 reverberaram ao longo do tempo e se transformaram em momentos de inflexão importantes para o esporte e, consequentemente, para a redefinição do papel da mulher e da mulher-atleta na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALZER, L. A. B. F. & CLAUDINO, M. C. (2004). **Almanaque anos 80**. Rio de Janeiro: Ediouro.

BESSA, K. A. M. (1996). **Papel da mulher na sociedade ao longo da história.** São Paulo: companhia das letras.

CASTRO, E. (2009). **Vocabulário de Foucault** – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

DEL PRIORE, M. (org.) & BASSANEZI, C. (coord.) (1997). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo, SP: Contexto.

GIDDENS, A. (2002). **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar.

GOELLNER, S. V. (1999). **Bela, maternal e feminina**: imagens da mulher na Revista Educação Physica. 1999, 174f. Tese (Doutorado – Programa de pós-graduação em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP.

GOELLNER, S. V. (2005). Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a prática.** Goiás, v.8, n.1, p.85-100, Jan./Jun.

MOURÃO, L (2000). Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização. **Movimento**, Porto Alegre, ano 7, n. 13, p. 5-18.

NASCIMENTO, P. H. (2012). **Mulheres no pódio:** as histórias de vida das primeiras medalhistas olímpicas brasileiras. 2012, 86f. Dissertação (Mestrado – Programa de pós-graduação em Educação. Área de concentração: cultura, organização e educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

NICHOLSON, L. (2000). Interpretando o gênero. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.8, n.2, p.8-41.

PRONI, M. & LUCENA, R. (orgs.) (2002). **Esporte, história e sociedade**. Campinas, SP: Autores Associados.

REVEL, J. (2005). **Michel Foucault:** conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz.

ROMERO, E. (org.) (1997). **Mulheres em Movimento**. Vitória: EDUFES.

SCOTT, J. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 16(2): p.5-22, jul/dez.

SCOTT, A. S. (2013). O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PEDRO Joana Maria & PINSKY Carla Bassanezi (orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 15-42.

SENADO FEDERAL, Secretaria de Informação Legislativa. Disponível em (http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=152593) [consultado em 23-10-2014].

SILVA, J. (2004). **Jackie do Brasil**; autobiografia de uma jogadora não autorizada. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

SOUZA, G. & MOURÃO, L. (2011). **Mulheres no tatame:** o judô feminino no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ.

Sites consultados:

http://www.esporteessencial.com.br/memoria-olimpica/jogos-olimpicos-de-verao/edicoes/119

http://www.cbv.com.br/v1/index.asp

Legado social esportivo do Megavento Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil: um diálogo com utopias Szachianas nas 12 cidades-sede

Rodrigo Paiva[1]

Adriano Rossetto[2]

Lucia Maria Machado Bógus[3]

RESUMO: Os megaeventos esportivos se configuram como uma janela de oportunidades para o fomento de práticas corporais e o desenvolvimento do desporto no país/cidade que promove o evento. Este trabalho dialoga com resultados de um programa de propostas de legado social e esportivo nas doze cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e os conceitos de utopia de Jerzy Szachi. Após dois anos e meio de acompanhamento e desenvolvimento do Projeto Cidades da Copa, em todas as localidades que receberam o megaevento, é possível afirmar que o legado esportivo não foi planejado em nenhuma cidade-sede, que existe um conjunto explícito de entraves à democratização e universalização do acesso ao esporte no Brasil que foi desvelado durante a realização do projeto e do evento esportivo e que, no estágio atual da sociedade brasileira, o acesso ao esporte como um direito não se configura mais que uma utopia Szachiana.

Palavras-chave: Megaeventos esportivos; Copa do Mundo FIFA, Copa no Brasil, Utopias

O desenvolvimento do modo de produção capitalista segue em crescimento em todo o mundo. Ainda que permeado por tantas crises e contradições internas, o capitalismo universal, ou sistema mundial (Wallerstein, 1998), é dotado de uma estrutura globalizada que lhe impõe a necessidade de expansão no espaço e no tempo com características que se adequam temporariamente a cada Estado, até compeli-los ao ajuste inverso. O estado adequado ao sistema mundo (OURIQUES, 2014).

No Brasil estes ajustes devem considerar as características capitalistas marcadas pela dependência, desigualdade acentuada, hiperexploração das forças de trabalho, desarticulação da sociedade em busca de seus interesses e direitos e uma burguesia historicamente subordinada aos interesses dos países centrais.

O esporte, de forma generalizada, mais precisamente o futebol, compõe o quadro de infinitas mercadorias transplantadas culturalmente pelos países europeus nos séculos passados que necessitam ser produzidas, comercializadas, mantidas como fator crucial de sustentação da indústria cultural.

Os ciclos de expansão marítima comercial dos países da Europa central fizeram com que várias nações "periféricas", como o Brasil, recebessem a mais ampla variedade de produtos e mercadorias atreladas a um

---

1 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Faculdade Mario Schenberg
rgo.paiva@gmail.com
Mestrado em Educação e Doutorando em Ciências Sociais
Graduado em licenciatura/bacharelado em Educação Física pela Universidade Nove de Julho; Mestrado Psicologia da Educação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutorando na mesma instituição com estudos relacionados aos impactos sociais na formação cidadã por meio da democratização do esporte como fator educacional. Ministra cursos em graduação e pós-graduação em diversas instituições no território nacional. Consultor do Grêmio Recreativo Barueri para a formação da rede municipal de professores. Coordena o Curso de Educação Física da Faculdade Mario Schenberg. Atualmente coordena o Programa Nacional de Seleção de Pública de Esporte Educacional do da PETROBRAS.

2 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Mestrado em Educação e Doutorando em Ciências Sociais

3 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Mestrado em Ciências Sociais e Doutorado em Arquitetura

conjunto de práticas culturais, normas e valores sociais que emoldurariam definitivamente a maneira de ver e viver no mundo capitalista. A reboque do estandarte imperialista que invadia colonizando cada curva do planeta estavam sempre algumas práticas corporais de esporte e lazer que, aos poucos, eram incorporadas à cultural local e que, bastasse uma questão de tempo para que passassem a ser consideradas como cultura nacional.

As relações econômicas estiveram sempre acompanhadas de relações sociais de difusão e dominação cultural, política e ideológicas. O esporte, ao ser enxertado no solo nacional, incorporou-se ao dia a dia a partir de determinadas condições históricas concretas das formações sociais dos países periféricos. que terminaram por construir uma identidade nacional em torno das práticas corporais.

O esporte reproduz integralmente todo o aparato característico da estrutura cultural, politica e ideológica do capitalismo colonizador. O esporte é, ele mesmo, o reflexo inegável do próprio espírito do capitalismo. (OURIQUES, 2014)

O então esporte moderno, nascido da revolução industrial e do desenvolvimento do capitalismo na Europa é inseparável de sua estrutura e funcionamento e, provavelmente, daí decorrem todas as similitudes ao sistema de produção capitalista.

O sistema esportivo atual vai, pouco a pouco, se complexificando e se institucionalizando através de múltiplas modalidades esportivas representadas por federações e confederações, clubes e instituições que tem por finalidade a competição, a vitória (por vezes, a qualquer custo), a busca constante de mais e mais rendimento, a superação de recordes de produção - individuais e coletivos – e a exploração da força do trabalho por meio de corpos escravizados que se submetem a jornadas de trabalho exaustivas e, quando não, sobre-humanas. Adicionem-se a isso a estruturação burocrática das atividades esportivas e se poderá constatar definitivamente o aparato moderno do sistema mundo no campo esportivo.

Tais constatações são corroboradas por Capela & Tavares (2014, p10), que demonstram algumas formas de como o esporte replica o modo de produção do sistema mundo:

> [...]em nome da espetacularização extrema de suas vidas, são submetidos a situações extremadas de insalubridade humana ao experimentarem-se em comparações máximas obrigatórias de performances superlativas em relação a outros seres humanos[...] o que denominamos de dimensões inumanas das práticas esportivas corporais. As performances esportivas espetacularizadas [...] só são obtidas por meio de sofisticada tecnologia esportiva antivida. Nessa logica de promover os esportes, a dor vivida pelos atletas é mascarada.[...] Os atletas são produtos à venda, maquinas de rendimento feitas para produzir os lucros elevadíssimos e mensagens ideológicas de seus patrocinadores ligados à indústria cultural do lazer esportivo e aos órgãos dos sistemas esportivos mundiais tais como o COI, FIFA, Federações e Confederações, empresários etc.

Quaisquer semelhanças que o leitor estabeleça entre o sistema de produção capitalista e o conjunto cultural de práticas esportivas não serão coincidências ou casualidades..

Notadamente a estrutura de funcionamento do esporte moderno é idêntica ao sistema mundial (Wallerstein, 1998), o modo de produção capitalista que domina todas as formas de relações na contemporaneidade.

Paradoxalmente, o esporte cumpre a função de legitimação politica e social do próprio sistema capitalista, funcionando como mecanismo de dinamização das tensões sociais causadas pelo próprio sistema, incluindo o esporte.

A válvula de escape do modo de produção pertence ao próprio sistema de produção.

É possível identificarmos uma explícita contradição atual no campo social, politico, ideológico e capitalista quanto ao papel social do esporte. O modo de produção capitalista atingiu um patamar de desenvolvimento pautado na desigualdade e na crescente diminuição dos direitos sociais, desemprego estrutural, aumento exponencial da miséria, especialmente em países periféricos, mas simultaneamente um incremento inédito em programas de fomento esportivo por meio da realização de megaeventos que não se justificariam se analisados frente às contradições expostas.

Apesar disso, megaeventos esportivos, como a COPA DO MUNDO DE FUTEBOL FIFA E OS JOGOS OLÍMPICOS, são vistos pelas nações como a panaceia para superar desafios estruturais e de desenvolvimento econômico e social (OURIQUES, 2014). A crescente concorrência dos Estados para sediarem estes megaeventos denuncia a importância simbólica que eles desempenham no estágio atual de desenvolvimento do capitalismo (COTTLE, 2014).

Uma análise pormenorizada realizada por Capela & Tavares (2014, p10) sobre as relações existentes entre a prática esportiva e o sistema de produção capitalista sinaliza a discrepância existente entre as reais necessidades dos países "em desenvolvimento" e as falácias discursivas dos Estados e instituições que promovem o espetáculo esportivo. De acordo com estes autores:

> Os megaeventos esportivos, longe de caminhar com a população, são marcados por interesses econômicos particulares, que consumirão muitos recursos públicos, explorarão os trabalhadores e seguirão produzindo o desenvolvimento do subdesenvolvimento.

De maneira ainda mais assertiva Cottle, Capela & Meirinho (2014,p19) apontam ações de dilapidação do patrimônio nacional quando da realização de megaeventos que atendem prioritariamente (para que não se incorra no risco de dizer exclusivamente) aos interesses das empresas privadas dos ramos de entretenimento e construção, conforme se segue:

> Através de práticas de conluio , fraude nas licitações e superfaturamento, as empresas de construção de obras para a Copa FIFA vem obtendo em todo mundo enormes ganhos financeiros à custa dos trabalhadores e dos contribuintes dos países-sede. [...] Implicitamente, isso significa que as metas de desenvolvimento propostas pelos governos nacionais que sediam a Copa FIFA de Futebol são frustradas em parte pela transferência maciça riqueza de riquezas desses Estados para empresas privadas, em detrimento da criação de emprego e redistribuição de renda para a população , inibindo, assim, os ganhos econômicos a que se destinam. É nesse contexto que insurge o descontentamento nacional[...] São as práticas de conluio de empresas de construção que produzem os custos exorbitantes dos estádios da Copa do Mundo e dos projetos de infraestrutura.

Megaeventos, esportivos ou não, são acontecimentos de curto prazo com impactos localizados de grande escala, concentração elevada de capital e dão um real sentido à noção de redução de tempo e espaço do desenvolvimento no qual governo e setor privado conseguem produzir a infraestrutura e os serviços necessários para sediar o evento com um aumento concomitante na mobilização de uma força de trabalho flexível e altamente explorável (COTTLE, 2014).

O argumento em favor da realização destes megaeventos consiste na perspectiva de que criam empregos e geram renda, potencializam o turismo de longo prazo, possibilitam reformas urbanas significativas no âmbito da mobilidade urbana, da segurança e do desenvolvimento de tecnologias de negócios e telecomunicações, entre tantos outros. Embora esses empreendimentos possam trazer inovações e melhorias reais para as cidades-sede, o montante de recursos públicos empregados para sua realização é altíssimo e os resultados ou legados de longo prazo são pouco avaliados. Mas quando da realização de um megaevento são vislumbradas oportunidades de negócios globais, nichos de oportunidades ímpares para promover, dentre tantos outros elementos, a própria cidade como um produto mundial, a cidade posta à venda na vitrine mundial.

No atual momento histórico os megaeventos esportivos – Copa do mundo e Jogos olímpicos – cumprem uma função politica de procurar espaços geográficos, países e regiões onde o esporte, o futebol principalmente, possa gerar formas de reprodução do capital no espaço e no tempo.

Não restam dúvidas de que o principal argumento a favor da realização de megaeventos esportivos tem sua raiz histórica nos Jogos Olímpicos de Barcelona no ano de 1992. Naquele contexto marcado pelo esfacelamento do Estado de Bem-Estar Social, consolidado nas décadas anteriores nos países da Europa Central, foi marcante a preocupação com a questão da degradação urbana acentuada. Para melhor demonstrar a origem das propostas

de revitalização urbana que tiveram seu ápice em Barcelona, cabe retornar ao modelo inaugurado pelo então presidente francês Francois Marie Miterrand de transformação das áreas urbanas como solução contra a degradação. A ideia central era a construção e revitalização de grandes espaços urbanos transformados em equipamentos culturais que simbolizassem uma arquitetura moderna e dinâmica. Tais equipamentos aqueceriam o mercado imobiliário local, diversificariam e ampliariam o turismo associados ao chamado "marketing da cidade". A justificativa para de tais revitalizações pautava-se no gasto menor do que em programas sociais, com a vantagem de promover uma imagem positiva da cidade capaz de atrair os fluxos de investimentos do capital financeiro (FERREIRA, 2014).

Tal qual uma receita milagrosa a proposta difundiu-se rapidamente pelos países da Europa e do mundo todo. Tanto que. em pouco tempo, era possível verificar uma espécie de hegemonização das cidades, ou, conforme Maricato & Vainer (apud Ferreira, 2014), um "pensamento único das cidades" ou "urbanismo de espetáculo". O principal efeito colateral percebido foi o repúdio por parte da sociedade internacional quando contrapostos os custos da espetacularização das cidades às reais necessidades de investimento em políticas de atendimento aos direitos sociais.

O trecho a seguir demonstra a estratégia de mitigação das discórdias e argumentos contrários às reformas urbanas tendo, como elemento justificativo, a realização de grandes eventos, dentre eles, os megaeventos esportivos. Embora seja uma citação um tanto extensa, justifica-se por sua pertinência e clareza para explicar o tema em cena:

> Era necessário legitimar esse modelo de alguma forma. Percebeu-se então que grandes eventos, sobretudo os esportivos, que movem paixões nacionais, tinham a grande "qualidade" de serem popularmente aceitos. A ideia era associar esses eventos às obras de requalificação urbana desejadas. Assim, ao redor de um grande estádio, de um pavilhão de exposições, começaram a ser erguidos centros de negócios. Bairros de alto padrão etc. operações casadas em que governantes e investidores saíam ganhando, com a vantagem do apoio popular. A Copa do Mundo FIFA e os Jogos Olímpicos do COI, os megaeventos mais importantes nesse cardápio, passaram a ser disputados ferozmente pelas cidades do mundo[...] FIFA e COI perceberam o poder que tinham nas mãos. Governantes passaram a trata-los como fontes milagrosas de capitais. Quem obtivesse o direito de sediar seus eventos teria uma justificativa de inquestionável popularidade para dispor de rios de dinheiro público em nome da "modernização" da cidade, alavancando negócios milionários para o setor privado. [...] Tanto FIFA quanto o COI souberam transformar espetáculos esportivos em grandes negócios[...](FERREIRA, 2014, p9).

Retornando à raiz supracitada, a primeira grande cidade a concretizar o plano de reconfiguração urbana associado ao megaevento esportivo foi Barcelona, quando da realização dos Jogos Olímpicos de 1992. Mesmo já contando com um excepcional plano urbanístico, Barcelona lançou com sucesso a nova fórmula que seria prontamente aceita por diversos países do mundo.

A associação infalível de megaeventos esportivos, ou não, com o modelo de transfiguração urbana estava agora exposta na vitrine das novas oportunidades do fluxo de investimentos do capital globalizado.

Seria possível indagar, neste momento, se, um megaevento poderia mesmo reconfigurar realidade percebida. Seria um megaevento esportivo suficientemente transformador, ou seria apenas uma fantasia, uma utopia?

Frequentemente, quaisquer pensamentos relacionados às grandes mudanças da realidade social são considerados utopias.

O termo/conceito utopia foi proposto inicialmente por Thomas More em 1516, em livro de mesmo nome, que discursava sobre os habitantes de uma ilha localizada, curiosamente, em lugar algum, a ilha Utopia, de ou-toppos, nenhures, lugar não existente (COELHO, 1980; MORE, 2014).

Segundo com Szachi (1972), "o termo utopia, de acordo com sua etimologia grega significa lugar não existente." Sob esta perspectiva, uma grande mudança social a partir da realização de um megaevento, esportivo ou não, poderia ser considerada utópica se não demonstrasse quaisquer possibilidades de verificação. Se não fossem

além de fantasias, especulações ou sonhos.
O que determinará se um pensamento, uma ideia, uma ação ou uma transformação da ordem vigente será, ou não, utópico será o tempo. Utopias de um século são, por vezes, realidades em outro.
Segundo Coelho (1980) e Szachi (1972), utopia é uma *antecipação*, um pensamento projetivo de algo que se pretende modificar que um sujeito, um grupo ou uma parcela da sociedade lança à sua frente e, a partir daí, buscam os meios necessários para sua consecução.
Especificamente no caso dos megaeventos, a utopia é que a cidade-sede passe a ser percebida mundialmente como espaço qualificado de realização de eventos globais. Atrelado à venda da cidade está o discurso de rearranjo social, diminuição das desigualdades por meio de investimento direto dos recursos captados no e a partir do evento.
O que nos cabe debater é que este discurso é proporcionalmente utópico, pois para Szachi (1972), a realização parcial de uma utopia a torna proporcionalmente verídica, e diametralmente oposta, parcialmente utópico.
Quando tomado de forma absoluta, o pensamento/discurso/projeto utópico de um megaevento de certo não se efetivou em plenitude em nenhuma cidade-sede.
No Brasil, as politicas públicas de esportes e lazer tem sido orientadas, desde a realização dos jogos Pan-americanos de 2007, na cidade do Rio de Janeiro, pelo objetivo explícito de projetar o país, tanto no âmbito esportivo, como nas dimensões politicas e econômicas. O país sediou os Jogos Mundiais Militares em 2011, a Copa das Confederações 2013, a Copa Do Mundo FIFA de futebol 2014 e sediará a Copa América 2015 e os Jogos Olimpicos 2016. (MASCARENHAS et al, 2014).A realização dos megaeventos esportivos passou a compor, prioritariamente, a agenda política do setor esportivo do país.
O Brasil sediará no curto intervalo de dois anos, os maiores megaeventos esportivos do planeta, Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Olímpicos 2016. Desde o anúncio de que o país fora eleito como sede destes eventos, o tema passou a fazer, ainda mais, parte do cotidiano do povo brasileiro, deixando de ser discutido apenas nas esquinas, nas bancas de jornal, nos bares, nas portas dos estádios, nas manhãs de segunda-feira na rotina dos trabalhadores e passou a ser debatido também no parlamento, nos escritórios das grandes corporações e nas reuniões de governantes nas esferas, municipal, estadual e federal. Os assuntos são os mais variados, abrangendo a já descartada possibilidade de o país vencer a Copa e tornar-se o único hexacampeão da Copa do Mundo, até a ideia de que o país assumirá posição de destaque no quadro de medalhas dos jogos olímpicos. Indiscutivelmente uma questão perpassou a maior parte destas conversas: qual será o legado deixado por estes megaeventos esportivos?
De todos os assuntos discutidos referentes ao presente e ao futuro do esporte no Brasil, a única resposta que já obtivemos, uma das mais desalentadoras para nós brasileiros, é a de que a seleção canarinho não conquistou o hexacampeonato. Ao contrário, envergonhou-nos com o "apagão" dentro das quatro linhas. No entanto, o fim da copa nos permitiu retornar ao tema do esporte após o apito final: o esporte além da bola e suas relações com questões sociais e educacionais mais amplas. Podemos, temporariamente, voltar a especular os rumos/destinos/percursos e legados dos megaeventos esportivos no Brasil, mas desta vez com mais uma dúvida: será que nem mesmo no campo/aspecto esportivo estes eventos promoverão um legado nacional?
Na esteira destes acontecimentos esportivos no que se convencionou chamar década de ouro do esporte no Brasil, a discussão a respeito do(s) legado(s) perpassa todas as esferas dos governos municipal, estadual e federal, a sociedade civil organizada por meio de suas incontáveis ONGs esportivas, as empresas, as indústrias, as construtoras, o meio acadêmico e não resta dúvidas de que a realização destes megaeventos esportivos no Brasil atraíram e atrairão a maior mobilização social da década; afinal, fatos desta natureza não poderiam menos que despertar inconteste interesse por parte dos que trabalham com o esporte, dos cientistas sociais, do público apaixonado por este fenômeno e de todos aqueles que lucram, ou que pretendem lucrar com a realização destes eventos.
Sob a perspectiva de Szachi (1972), este é um tipo de utopia caracterizada como política, isto é, que pressupõe uma grande mudança nas condições sociais percebidas a partir de conflitos sociais advindos da realização do megaevento esportivo.
Segundo DaCosta et al (2008) e Filgueira (2008), legados são as ações resultantes da ação humana que pdoerão ser avaliados de acordo com a amplitude de seus acontecimentos e da pro atividade das pessoas com ele comprometidas.

Dessa forma, legados e utopias são igualmente dependentes de ações e estratégias que os tornem reais e não apenas fantasias, sonhos e especulações.

O reconhecimento dos impactos e repercussões sociais do esporte impeliu os governos, na última metade do século XX, a tratá-lo como "negócio" de Estado. O esporte torna-se negócio do Estado e cada país deve definir estruturas organizativas, políticas, programas, leis e recursos específicos e significativos para o desenvolvimento das atividades esportivas (Pilatti, 1999).

Conforme Tubino (2010) e Korsakas & DeRose (2002), no Brasil, é responsabilidade pública assegurada pelo Estado o fomento ao esporte educacional/para todos, dentro ou fora da escola, tendo como finalidade democratizar e promover a cultura esportiva, desenvolvendo o indivíduo em relações sociais recíprocas e com a natureza, a sua formação corporal e as próprias potencialidades, preparando-o para o lazer e o exercício crítico da cidadania, com vistas a uma sociedade livremente organizada, cooperativa e solidária.

A realização dos megaeventos esportivos no Brasil poderia se configurar na abertura de uma janela de oportunidades inédita para o incentivo à prática esportiva no país. Diversas melhorias no fomento, na construção e qualificação de estruturas físicas, equipamentos e materiais esportivos, formação e qualificação de recursos humanos para a garantia do direito ao acesso universal, entre tantas outras, poderiam fazer parte do conjunto de realizações, impactos e legados dos megaeventos esportivos, especificamente da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014.

Parece obvio, mas vale ressaltar. Não basta que se realizem os megaeventos esportivos para que as mudanças pretendidas e supracitadas aconteçam. Elas devem ser previamente planejadas, estruturadas, acompanhadas/monitoradas. Se quaisquer mudanças no campo esportivo já exigem que tais condições descritas estejam presentes, quais não deverão ser os compromissos assumidos e monitorados para que se possam vislumbrar impactos e legados sociais positivos dos megaeventos esportivos? Quão antecipadas devem ser as propostas para a cidade-sede? Preuss (2000) e Rubio (2008) afirmam que para uma maior efetividade dos legados de um megaevento esportivo é essencial que o planejamento de ações se inicie muito antes da realização do evento, preferencialmente quando do período da candidatura.

No entanto, para que tais legados imaginados se configurem verdadeiramente em um rearranjo da ordem social estabelecida seria necessário, além de planejamento e intervenções humanas, a assunção do conflito que se desvela diante dos olhos daqueles que percebem o megaevento como possibilidade de transformações sociais mais profundas, mas de acordo com Szachi (1972) e Coelho (1980), frequentemente os que compactuam do pensamento utópico reservam-se ao direito de manterem-se afastados do revolucioinarismo, da batalha e da reivindicação ampla.

Os legados de megaeventos esportivos são elementos indissociáveis da política pública e da função precípua do Estado, qual seja, a de assegurar os direitos sociais fundamentais a todos os cidadãos, com qualidade, equidade e universalidade. Essa deve ser a referência básica de toda estratégia de promoção de megaeventos e, por consequência, de seus legados.

O projeto de uma sociedade socialmente justa, democrática, que assegure a garantia dos direitos à prática do esporte pelos cidadãos deve ser a referência para o debate acerca da importância dos legados de megaeventos esportivos (FILGUEIRA, 2008; RUBIO , 2008).

Ao assumir os argumentos aqui descritos como pressupostos de que a realização do megaevento copa do mundo de futebol FIFA 2014 poderia alavancar/potencializar/fomentar de forma inédita o esporte como direito constitucional e irrestrito no Brasil, **este estudo tem como objetivo v**erificar se, e em que medida, as doze cidades brasileiras que sediaram do megaevento Copa do Mundo de Futebol Fifa 2014 planejaram programas de desenvolvimento social e esportivo como legado do megaevento assumindo como compromisso a garantia do acesso universal ao esporte como um direito.

Neste sentido cabe dialogar com Szachi (1972) quando aborda as tipologias de utopias e as caracteriza em heroicas e escapistas.

Por utopias escapistas o autor compreende o empreendimento intelectual de grandes mentes, de um individuo ou grupo social, mas sem qualquer comprometimento com a modificação da realidade conflituosa que lhes origina a revolta. No caso dos megaeventos, especialmente no Brasil em Junho de 2013, foram notáveis os

movimentos reivindicatórios, as manifestações, as contestações e os gritos "fora copa / fora FIFA", no entanto, imediatamente após o inicio do torneio mundial de futebol todas as manifestações e inquietações cessaram como que estancdas. Este tipo de pensamento revolucionário completamente desconectado de ação humana não ultrapassa a barreira de utopia escapista Szachiana, comprometida, muito mais com a elaboração de um mundo melhor no campo da imaginação do que na revolução, as utopias escapistas podem se limitar a uma brincadeira intelectual.

Já por utopias heroicas podem ser compreendidos dois empreendimentos sociais distintos: as heroicas políticas e as heroicas monásticas.

A distinção de Szachi (1972, p 26) é de que :

> Em primeiro lugar, pode ser ação com o objetivo de criar um outro núcleo de bondade dentro da sociedade dominada pelo mal. Em segundo, pode ser ação que visa à transformação geral da sociedade, que é má, em boa. Em um caso quer-se mudar uma parte, no outro visa-se o todo.

No caso das utopias políticas Szachianas o que se pretende é uma total reformulação da realidade eliminando definitivamente os conflitos existentes substituindo-os por uma nova ordem vigente.

Foi possível verificar um sem número de movimentos de contra resistência, ou contra hegemônicos, evitando a realização da copa do Mundo no Brasil, reivindicando serviços públicos padrão FIFA, realizando empreitadas violentas contra o capital estrangeiro e os bancos brasileiros notadamente determinados à realizar uma utopia política de total reformulação do sistema social vigente. No entanto, cabe notar, que nenhuma grande mudança ocorre de uma hora para a outra e o envolvimento de grupos de resistência assumidamente violentos contra o sistema capitalista acabou por afastar a população de tal forma que em pouco tempo, as grandes transformações já não representavam o conjunto de ideias de toda a sociedade, dividindo notadamente o grupo de manifestantes transfigurando o movimento no que Szachi entende como utopia heroica monástica.

Utopia heroica, por comprometer-se com a mudança, mas monástica por pressupor a necessidade de arranjos na sociedade atual, e não uma inversão completa da ordem vigente.

No caso da Copa FIFA no Brasil, este segundo grupo aceitava a realização do evento, desde que associado às mudanças e investimentos em programas sociais, em obras urbanas, e no caso específico do debate deste estudo, na democratização do acesso ao esporte.

Não restam dúvidas de que todos os investimentos financeiros em infraestrutura, meios de transporte, edificações, estádios, aeroportos, comunicação e segurança dentre tantos outros que não se esgotariam aqui, são legados importantes da realização da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil. Porém, o Brasil necessita e a sociedade civil espera e busca impactos sociais para além da infraestrutura, como saúde, educação, moradia, saneamento, segurança, esporte[4] e outros, que pertencem ao conjunto de direitos constitucionais do cidadão brasileiro.

No intuito de discutir e buscar garantir um legado social e esportivo da Copa do Mundo FIFA 2014 para o Brasil, o Instituto Esporte e Educação[5] criou e estruturou o Projeto Cidades da Copa. O projeto foi desenvolvido nas cidades de:Belo Horizonte BH,Brasília – DF,Cuiabá – MS,Curitiba – PR,Fortaleza – CE,Manaus – AM,Natal – RN,Porto Alegre – RS,Recife – PE,Rio de Janeiro – RJ,Salvador – BA,São Paulo – SP.

Esta realização está diretamente ligada com o que Szachi chamou de utopias de lugar, ou seja, aquelas que se realizam e se tornam menos fantásticas e especulativas em determinadas localidades geograficamente determinadas. Neste caso, as doze cidades-sede, ou em outras palavras, o processo de universalização do acesso ao esporte seria uma realidade possível apenas onde se efetivou o megaevento copa do mundo.

4O pressuposto que nos orienta é que, quando da realização de um megaevento da magnitude da Copa do Mundo FIFA, a localidade que se proponha a recebê-lo/ promovê-lo considere que as pessoas passarão a valorizar sobremaneira a prática esportiva, tal qual a realização de um megaevento cultural oportunize e fomente a adoção de hábitos culturais.

5 Organização da Sociedade Civil de Interesse Público fundada no ano de 2001 e presidia pela ex-atleta olímpica e empreendedora social Ana Beatriz Moser.

No intuito de contribuir com o desenvolvimento da imaginação utópica heroica de lugar, os governos e organizações da sociedade civil das cidades-sede foram convidados a participar do projeto por meio de diagnóstico da realidade esportiva e elaboração de um Plano de Ação Municipal pelo Esporte para Todos.
Ainda que compreendamos que cada localidade apresenta características únicas que não devem ser desconsideradas, mas ao contrario, devam ser potencializadas e valorizadas, como forma de sistematização nacional foram estabelecidos objetivos gerais que perpassariam todo o território nacional:

a. Identificar programas e projetos existentes no município, diagnosticando as potencialidades e desafios em cada cidade-sede;
b. Contribuir para elaboração de um plano de ação de esporte para todos em cada cidade-sede;
c. Apoiar a constituição do Comitê do Legado Social da Copa 2014 para monitoramento das ações para o legado esportivo, e;
d. Construir uma rede para discussão e disseminação do esporte como direito, nas cidades-sedes da Copa do Mundo.

De acordo com as peculiaridades encontradas devido ao contexto, as expectativas, potencialidades, estruturas, equipamentos, recursos financeiros e humanos, entre outras, cada cidade elabora um conjunto de metas e objetivos de um legado social e esportivo que melhor contemple suas peculiaridades.
O projeto se concretizou por meio de encontros em todas as cidades-sede subdivididos em três etapas.
As ações iniciam com a mobilização de mídia e das instituições locais para o lançamento do Projeto Cidades da Copa. Autoridades locais, como prefeitos, secretários municipais, acadêmicos, atletas de renome internacional, UNICEF, representantes do setor privado, terceiro setor e sociedade civil participam do lançamento oficial, marcado pela realização de um debate sobre os legados sociais dos megaeventos tendo como condutor um representante acadêmico de cada cidade comprometido com o tema legado dos megaeventos esportivos. A seguir são realizadas discussões e reflexões sobre as manifestações do esporte (rendimento, lazer e educação), legado, políticas públicas e monitoramento de informações sobre esportes da cidade que tem como expectativa a construção de uma linha de base sobre o cenário de oferecimento de oportunidades esportivas no município, um diagnostico esportivo.
A este tipo de movimento é possível compreender mais uma faceta das utopias Szachianas. As divinas.
Neste caso a realização de grandes tranformações sociais estão sempre vinculadas à uma figura superior, um deus, uma entidade espiritual, um rei, um político e, por que não, um atleta?
O segundo encontro é caracterizado pela compreensão dos elementos constituintes de um plano de ação, quais sejam, objetivos gerias e específicos, metas, estratégias e mecanismos de avaliação (indicadores e instrumentos). Todo o processo de elaboração do documento é pautado nas informações do diagnóstico, iniciado no primeiro encontro. Neste momento são convidados professores universitários, representantes de clubes e federações, funcionários das secretarias de esportes, saúde, educação, obras, turismo, professores de educação física do município e toda a sociedade que se relaciona com a área esportiva. Esta etapa se encerra com a articulação da sociedade local para a apresentação pública do encontro seguinte.
A etapa final é a entrega oficial do Plano de Ação elaborado às autoridades presentes no lançamento e, quando possível, aos vereadores da cidade-sede, como iniciativa dos três setores da sociedade na busca de um legado social e esportivo da Copa FIFA no Brasil.
Novamente cabe recorrer à tipologia divina de utopia, de que as mudanças pretendidas devam ser concretizadas por entidades superiores, neste caso, políticos. Não seria estranho utilizar também o dialogo Szachiano para debater com as chamadas utopias de tempo, aquelas em que a transformação social remete o pensamento a um momento futuro, inacessível por enquanto, mas que já se iniciou na perspectiva da utopia como antecipação, ou ainda, a tempos passados em que a realidade percebida destoava menos dos conflitos existentes no presentes e, por que não, há tempo algum.
Neste caso seria uma convergência do que Coelho (1980) chamou de utópico e ucronico, ou seja, lugar algum e tempo algum.
Curiosamente, o programa Cidades Da Copa demonstrou certa similitude com o conceito Szachiano de utopia monástica, comprometida com uma mudança parcial, limitada e localizada de determinadas características da sociedade, no caso específico, a democratização do acesso ao esporte no Brasil.

Ainda não é possível dizer que o megaevento copa do mundo FIFA de Futebol 2014 favoreceu o legado social e esportivo no Brasil. Ainda não é cabível imaginar que as cidades-sede da Copa FIFA desenvolveram suas estruturas sociais e esportivas como legado do evento. Ainda é inconcebível supor que a realização de megaeventos esportivos, por si só, em quaisquer localidades, promova uma reorganização social de tal forma que os direitos, as desigualdades, as vulnerabilidades sociais sejam extintas como legado/ em decorrência da atividade esportiva.
Vale dizer que se as cidades-sede redimensionarem seus programas de atendimento social e esportivo, ainda que em tempo futuro, ainda que em algum lugar específico, ainda que dependendo de alguma "*divindade*", mesmo que em maior ou menor escala de transformação será possível assumir que o megaevento esportivo e o projeto cidades da copa fazem parte da perspectiva Szachiana de que utopia é antecipação.
A partir da imaginação a utopia já começou.
Mas paradoxalmente, só pode ser utopia por ser uma imaginação conflituosa com a ordem estabelecida e, portanto, está condenada a deixar de ser utopia imediatamente após tornar-se real.
Quando o direito ao acesso ao esporte, de forma universal e irrestrita no Brasil, passar a fazer parte da realidade percebida deixará de ser utópico, abrindo espaço para a antiutopia, que talvez seja acabar com o esporte.

Referências bibliográficas

CAPELA, P.; TAVARES, E. (2014) **Megaeventos Esportivos: suas consequências , impactos e legados para a America Latina.** Florianopolis: Insular

COELHO, T. (1980). **O que é utopia.** São Paulo: Editora Brasiliense

COTTLE, E.; CAPELA,P.;MEIRINHO,A.F. (2014). Uma lição vinda da Africa do Sul: os carteis da construção estão aumentando significativamente os custos de infraestrutura da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil?. In: COTTLE, E. (org). (2014). **Copa do Mundo na Africa do Sul: um legado para quem?** Florianopolis: Insular.

DACOSTA, L.; et al. (2008) **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte.

FERREIRA, J.S.W. (2014). Um teatro milionário. In: JENNINGS,A. (ORG). (2014). **O Brasil em jogo: o que fica da Copa de das Olimpiadas?** São Paulo: Boitempo

FILGUEIRA, J.C.M.. (2008). Importância dos Legados de Megaeventos Esportivos para a Política Nacional do Esporte: cidade, cidadania e direitos dos cidadãos. In: DACOSTA, L.; et al.**Legados de Megaeventos Esportivos**.Brasília: Ministério do Esporte.

GOELLNER, S.V. (2004). Esporte moderno: memória e história. **EFDEPORTES.COM (Revista Digital). Buenos Aires**. Ano 10, nº 77

KORSAKAS, P.; ROSE JUNIOR, D. (2002) Os encontros e desencontros entre esporte e educação: uma discussão filosófica pedagógica. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esportes**, São Paulo, v. 1, n.1, p.83-93.

MARQUES, R.F. R; GUTIERREZ, G.L; ALMEIDA, M.A.B. (2008). A transição do esporte moderno para o esporte contemporâneo: tendência de mercantilização a partir do final da Guerra Fria. **1º Encontro da Asociacion Latinoamericana de Estudios Socioculturales Del Esporte**. Curitiba, p 1 -8

MASCARENHAS, F.; ATHAYDE, P.F.A.; SANTOS, M.R.; MIRANDA, N.N. (2014). O bloco olímpico: Estado, organização esportiva e mercado na configuração da Agenda Rio 2016. In: COTTLE, E. (org). (2014). **Copa do Mundo na Africa do Sul: um legado para quem?** Florianopolis: Insular.

MORE, T. (2014). **A utopia.** tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM Pokets

PILATTI, L.A. (1999). **Reflexões sobre o Esporte Moderno: perspectivas históricas.** *1º Premio INDESP de literatura Esportiva.* Brasília: Instituto Nacional de desenvolvimento do desporto.

PRONI, M. W. (2002) Brohm e a organização capitalista do esporte. In: Proni, M.W.; LUCENA, R. F. (orgs.) **Esporte: História e sociedade.** Campinas: Autores Associados.

OURIQUES, N. (2014). Megaeventos no Basil, o desenvolvimento do subdesenvolvimento e o assalto ao Estado. In: CAPELA, P.; TAVARES, E. **Megaeventos Esportivos: suas consequências , impactos e legados para a America Latina.** Florianopolis: Insular

PREUSS, H. (2000) **Economics of the Olympic Games**. Walla Press.

REVISTA EF. (2012) *Raio-X da Educação Física Escolar*. Ano X, nº 44, p. 18-19.

RUBIO, K. (Org) (2008) **Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social.** São Paulo: Casa do Psicólogo.

SZACHI, J. (1972). **As utopias ou a felicidade imaginada.** Rio de Janeiro: Terra e Paz

TUBINO, M. J. G. (2010) **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte educacional**. Maringá: EUEM.

VALENTE, E. (1997) **Esporte... para todos?** Maceió: EDUFAL

WALLERSTEIN , I. (1998) A reestruturação capitalista e o sistema mundial. Tradução BERTTERO, J.F.; ROSA E SILVA, A.M.O.**Perspectivas,** São Paulo, **20/21, 249-267.**

Copa do Mundo FIFA 2014 na cidade de Cuiabá, Brasil- A influencia da seleção brasileira nas eleições de majoritárias

Francisco Xavier Freire Rodrigues[1]
fxsociologo@yahoo.com.br

Igor Alexandre Silva Bueno[2]
igorbueno_2@hotmail.com

Resumo: Em um momento histórico do envolvimento de uma nação para sediar o vigésimo mundial de futebol, este trabalho aponta para necessidade de análise da conjuntura e percepção da população brasileira junto aos impactos e legados oriundos deste evento. Tal artigo aborda, em uma perspectiva da Sociologia do Esporte, a percepção da população cuiabana a cerca da influência do resultado dos jogos da Copa do Mundo, principalmente da seleção brasileira, no resultados das eleições para presidência em outubro de 2014. Buscando identificar a relação entre o desempenho do selecionado futebolístico brasileiro com os resultados nas urnas. Está analise baseia-se no uso metodológico de pesquisa exploratória baseada no instrumental de questionários, a qual possibilitou obter informação junto ao público analisado. Como resultados preliminares, foi possível constatar que a amostra selecionada para entrevistas, em grande parte, acredita que o desempenho da seleção brasileira de futebol pode influenciar na escolha da para Presidente da República no Brasil em 2014.

Palavras-chave: Eleições Brasil. Megaeventos, Sociologia do Esporte.

1. Introdução

O ano de 2014 constitui um marco para história do Brasil, pois o país sediou a Copa do Mundo FIFA 2014. Dentro deste contexto a utilização do termo megaeventos torno-se parte do cotidiano de todo o país, e ainda fará devido aos jogos olímpicos de 2016, na cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, é fundamental conceituar o termo megaevento. Para tal utiliza-se a definição desenvolvida por alguns autores como Hall, 2006; Malfas; Theodoraki; Houlihan, 2004; Roche, 2000; 2003, e sintetizado por Souza e Castro (2013: 1) como sendo:

> Eventos de caráter extraordinário, de grande escala (envolvem um grande número de participantes de diferentes nações), e que, a despeito do significativo período de tempo necessário para a sua preparação, se efetivam em um curto período de tempo. Eles são amplamente divulgados pela mídia internacional e assistidos por

---

1 Professor Efetivo da Universidade Federal de Mato Grosso, Adjunto III, do Departamento de Sociologia e Ciência Política. Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea - ECCO/IL- UFMT. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007). Coordenador do GT Sociologia do Esporte da Sociedade Brasileira de Sociologia. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Esporte, Cultura e Sociedade (GEPECS) CNPq/UFMT. Suas Pesquisas abrangem os seguintes temas, cultura brasileira, pensamento social, megaeventos esportivos, etno-desporto indígena, relações de trabalho, modernidade, futebol indígena, trânsito em Cuiabá/MT, futebol brasileiro, civilização, Lei Pelé, mercado de trabalho no futebol.

2 Graduando em ciências sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso. Tem ênfase na área de Sociologia. Em 2014, ingressou no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea ECCO/UFMT. É bolsista de mestrado da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Participa do grupo de pesquisa (GEPECS) CNPq/UFMT - Grupo de Estudos e Pesquisas em Esporte, Cultura e Sociedade. Atuando nos seguintes temas: Sociologia do Esporte, Futebol *association*, futebol americano, hibridismo cultural e práticas esportivas.

> milhares de pessoas ao redor do mundo. Possuem um alto grau de complexidade organizacional e envolvem a mobilização de organizações nacionais e internacionais, governamentais ou não governamentais, de caráter público e privado. Normalmente envolvem grandes investimentos em infra-estruturas e geram um impacto social e ambiental significativo nas cidades, regiões e países anfitriões antes e depois de sua efetivação. Estes eventos se constituem em importantes "marcadores de tempo, história e progresso" e interferem com a construção de um senso de identidade e cidadania das pessoas que vivem nas cidades, regiões e países onde ocorrem.

Pode-se perceber que o desenvolvimento de um megaevento envolve muitas pessoas, e também instituições ligadas ao planejamento excussão e desenvolvimento do evento. O montante de recurso direcionado para o megaevento é outra característica que marca a distinção entre outros eventos. Por isso, um megaevento desperta os mais diferenciados sentimentos, variando de amor a ódio na população que o recebe, pois sua recepção afeta a vida da cidade do país como um todo. Proni (2009) aponta que diversos discursos são emitidos por diferentes veículos midiáticos exaltam os legados dos megaeventos esportivos. Em contramão, o autor ponta haver ceticismo e desconfiança por parte da sociedade no que diz respeito a sua realização.
No presente estudo, foca-se em apresentar a relação do megaevento esportivo Copa do Mundo FIFA 2014 com as eleições majoritárias no Brasil. Buscando compreender a existência de alguma influência entre o desempenho da seleção brasileira de futebol com os resultados das eleições, principalmente para presidente da república. Objetiva identificar se a população entrevistada acredita se existem correlações entre desempenho da seleção brasileira com as escolhas dos candidatos ao cargo de presidente da República. Por meio de uma pesquisa de campo buscou-se, por questionários, medir a percepção da população da cidade de Cuiabá e Várzea Grande a respeito da relação Copa do Mundo e eleições.

2. Metodologia

A metodologia desenvolvida nesse artigo baseia-se em uma pesquisa exploratória, baseada no instrumental de questionários, a qual possibilitou obter informação junto ao público analisado. O que possibilita contemplar parte da realidade analisada. Este trabalha está divido da seguinte forma: primeiramente uma introdução da temática sobre a relação entre futebol e a representação do Estado-nação, posteriormente serão apresentadas algumas definições sobre legados para seja possível entender qual é a dimensão dos megaeventos e sua relação com a política, juntamente com o entendimento de política e esporte. Nesse momento, será exposta brevemente a relação esporte e política ao longo dos tempos. Em seguida a relação futebol e Estado brasileiro. E após, a discussão entre megaeventos e a influência do mesmo nas eleições de 2014. E finalmente as considerações finais do trabalho desenvolvido.

3. Breve histórico sobre Copas do Mundo

A transformação do time da Confederação Brasileira de Futebol – CBF em uma seleção brasileira ou simplesmente em "Brasil" envolve um processo de investimento simbólico realizado ao longo de algumas décadas e cuja atualização ocorre de forma mais intensa nos períodos que antecedem a Copa do Mundo de Futebol ou competições equivalentes, quando os símbolos nacionais tornam-se mais evidentes. A população, em época de Copa do Mundo, se veste com as cores da bandeira nacional, principalmente o verde e o amarelo. Tem-se mais orgulho de ser brasileiro. Boa parcela da população demonstra esse amor à pátria decorando casas e ruas com os símbolos nacionais e com a bandeira do Brasil em todos os lugares. Todos esses aspectos criam na nação uma ligação direta entre o selecionado brasileira de futebol e o Estado-nação, muitas vezes confundido as distinções e fazendo com que se tornem um só (DAMO; OLIVEN, 2013).

O Brasil, o time da seleção brasileira, nos momentos de megaeventos como a Copa do Mundo de Futebol FIFA, simbolicamente representa o Estado-Nação em uma "guerra mimética". Essa guerra não apresenta função expressiva em setores como o da economia ou para a política, tem uma função pontal somente para alguns setores que serão beneficiados diretamente pelo advento do megaevento. Porém, cumpre uma função simbólica, representando a nação diplomaticamente no campo esportivo, no campo de batalha dentro das quatro linhas, tudo isso, propicia à nação a experiência da integração e da unidade, mesma que seja temporária, pois quando a copa termina tudo volta como era antes (DAMO; OLIVEN, 2013).

Porém, vale ressalta que há uma diferença entre participar e receber uma Copa do Mundo. Como apontam Damo e Oliven (2013) ao diz que, na organização do Mundial não é o time da CBF que representa o Estado brasileiro e sim seu agente federais, estaduais e municipais e acrescenta-se a isso a necessidade de um grande aporte de recursos econômicos e políticos. O que não ocorre quando apenas se jogo em mundiais de futebol. Assim, os agentes políticos estão diretamente envolvidos com o desenvolvimento do megaevento, ou seja, são partes que efetivamente integram o time que representa o país, pois todos os aspectos que envolvem o planejamento e execução do megaevento representam as ações do Estado-nação. Nesse sentido, as discussões que envolvem a realização do evento tem forte impacto no setor da política, pois, boa parte população faz vinculação direta com o desempenho da gestão com os resultados esperados tanto do governo como da seleção brasileira. Alguns mais críticos acreditam e verbalizam suas opiniões de forma veemente contra a realização do Megaevento Copa do Mundo, outros têm visão mais favorável. Uma opinião favorável ou contraria vai depender muito de qual lado do prisma se observa ou do setor com qual está envolvido. Como diria Pierre Bourdieu (1999), os atores sociais têm diversos interesses sobre a mesma questão, por isso, tentam justificar suas visões de mundo e suas disposições para defender ou criticar o evento. Assim abre-se algumas questões. Será que a população entrevista vê relação entre desempenho da seleção com os resultados das eleições? O futebol tem influência sob a arena política? São algumas perguntas que levam a refletir sobre megaeventos esportivos e o seu envolvimento com as decisões políticas. Quais são as projeções para o futuro e quais serão os legados advindos da realização do um megaevento e quais suas consequências. Para tanto, é salutar apresentar algumas definições de legados.

4. Algumas definições de legados

O sentido da palavra legado, em uma perspectiva do senso comum pode ser definido como algo que se recebe ou que se deixa para a posteridade. Baseado neste sentido, o legado tem vários aspectos que são interessantes de serem trazidos à tona. Uma das características do legado refere-se em ser multidimensional. O legado pode ficar registrado na história da cidade e de seus moradores, além de construções físicas como obras de infraestrutura, obras de arte e recordações. Tudo isso, ficará marcado na cidade e em suas atividades como também em sua história. As cidades ao receberem um megaevento desenvolvem muitos legados que não podem ser mensurados em números ou somente em ações físicas. Mas, há também, o aspecto negativo dos eventos esportivos, por exemplo, o aumento dos impostos e os transtornos envolvendo a realização dos eventos.

Deste modo pode-se dizer que existem legados de dois tipos, os tangíveis e os intangíveis. Tangível pode-se dizer que seja toda a infra-estrutura do megaevento suscetíveis a análises econômicas e de custo-benefício, ou seja, apresenta valor econômico para a cidade. Com relação ao intangível são os aspectos culturais que envolvem os megaeventos. Seus efeitos, tanto do tangível como do intangível, repercutem de modos diversos. Os megaeventos representam uma mudança e ao mesmo tempo uma transição, sendo um misto de legados tangíveis e intangíveis. Toda cidade ao receber um megaevento busca agregar os ganhos de legado *hard*: infra-estrutura, reorganização dos espaços e novos usos para os urbanos além do aumento conforto e novas atividades econômicas. E também agregam ganhos *softs* como confiança, reputação, incremento no turismo nacional e internacional status e orgulho local como aponta Poynter (2007). Ainda segundo Poynter (2007), é necessário um tempo maior para sentir o ganho dos legados *hard e soft* sejam confirmados.

> É necessário algum tempo para que o sucesso dos legados *hard* e *soft* seja confirmado. Existe uma tendência para os legados *hard* se transformarem em ícones

> e monumentais atrações turísticas. Legados *soft* tornam-se *hard* quando fatores positivos de estruturas de governança e de atitudes tipo: 'é possível fazer', evoluem para formar redes sociais favoráveis (MAZO; ROLIN; DACOSTA, 2008: 118).

De tal modo, o legado não é algo que deva ser alcançar, um resultado, ao contrario deve ser entendido em um sentido progressivo de realização multiformes. Deve haver um movimento continuo do *soft* para o *hard* como apontam Mazo, Rolin, Dacosta (2008).

Contudo, as ações que envolvem o desenvolvimento dos legados tangíveis e intangíveis na realização de um megaevento têm ligação direta com ações dos agentes das instancias do governo federal, estadual e municipal, ou seja, tem impacto direto nos atuantes dentro do campo político, e muitas vezes, ou na maioria das vezes, os resultados estão conectados com a imagem do gestor ou agente. Neste sentido, este trabalho vai de encontro com uma dúvida inicial, se há ou não uma ligação do desempenho da seleção brasileira de futebol com as eleições.

5. Política e esporte

O esporte, desde o seu início, esteve em diversos momentos diretamente conectado aos interesses políticos e estratégias de interesse sociais dos Estados. Na antiguidade os esportes não tinham uma função em si mesma, era sempre relacionado com as instituições militares, educacionais e religiosas. Na Roma antiga, os Jogos Públicos configuravam um grande espetáculo realizado em circos e arenas. Os jogos eram usados com uma política de alienação da população diante das ações antipopulares do Imperador, a "Política do Pão e Circo" (SIGOLI, DE ROSE JR, 2004).

No século XIX, um número expressivo de eventos reafirmou o uso político do Esporte. Devido à influência dos ideais iluministas, vários filósofos e pedagogos desenvolveram métodos e técnicas de treinamento físico, surgindo assim as Escolas de Ginástica Européias. Estais escolas visavam o desenvolvimento e higiene mental e social do homem. As escolas de Ginástica foram responsáveis pelo desenvolvimento do nacionalismo e foram instrumentos militares em guerras, como por exemplo, nas guerras napoleônicas e na unificação da Alemanha. O movimento de regulamentação dos jogos populares nas *Public Schools* reverteu no surgimento do esporte moderno, foi institucionalizado pelas associações no final do século XIX. O olimpismo desenvolvido por Pierre de Coubertin foi outro evento esportivo importante do século XIX e se tornou ferramenta política dos Estados para angariar prestígio político internacional (SIGOLI, DE ROSE JR, 2004).

> Os Jogos Olímpicos Modernos foram responsáveis por uma grande propagação do Esporte pelo mundo, além disso, a participação nos jogos agregou o sentimento de representação nacional e muitos países utilizaram este valor. A idéia de nação poderosa constituída por cidadãos fortes e saudáveis fez com que os estados totalitários utilizassem o esporte como veículo publicitário de seus regimes políticos, fato ocorrido nos Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936, que foram usados como propaganda do Estado nazista alemão, servindo para unir os alemães em torno do sentimento ultranacionalista do nazismo, divulgando também a suposta superioridade da raça Ariana, ideais estes de Adolf Hitler (SIGOLI, DE ROSE JR, 2004: 112).

Com a guerra fria o mundo ficou polarizado em socialistas e capitalistas. As disputas ideológicas e estratégicas dos dois blocos foram inseridas na lógica do esporte. Servindo de arma ideológica na disputa pelo prestigio político. O espaço esportivo tornou-se campo de batalha e disputa política/ideológica.

Na contemporaneidade o esporte tornou-se um produto, passando a compor a estrutura neoliberal da economia de mercado, transformando-se em grandes instituições que representam grandes corporações transnacionais, as quais ditam as regras do mercado mundial como aponta Bracht (1997) apud em (SIGOLI, DE ROSE JR, 2004:112).

Pode-se perceber que o Esporte sempre foi usado como instrumento de ações políticas, pois, segundo Sigoli, De Rose Jr (2004), o esporte reúne certas características que permitem essa apropriação.

> (1) É uma atividade de fácil compreensão, sendo utilizado como elemento de comunicação de massa portador de uma linguagem simples. O Estado, por meio desta linguagem, utiliza o elemento de tensão emocional do Esporte para veicular os seus objetivos e ideologias; (2) Oferece à população a possibilidade de identificação com o coletivo e com as aspirações patrióticas dando sentido de união nacional; (3) É um elemento alienador que permite ao espectador a compensação para as tensões e aflições da vida cotidiana; (4) A apropriação do atleta como representante do sistema, os sucessos esportivos fornecem prestígio político; (5) O Esporte é reflexo da concepção de valores existentes na sociedade na qual está inserido. Isto lhe confere uma neutralidade interna, permitindo que o direcionamento político seja determinado de fora do seu contexto.

Portanto pode ser perceber que o esporte ao longo da história mundial serviu como instrumento de ações e ideologias políticas por reunir características que permitem o seu uso para variados fins.

6. Significados do futebol no Brasil

Há muito tempo o Brasil é conhecido como "o país do futebol", esta imagem ficou mais caracteristicamente marcada na história mundial após a conquista do primeiro campeonato mundial, na Suécia, quando a seleção brasileira de futebol venceu os anfitriões por 5 a 2, em Estocolmo, no ano de 1958. Atualmente o futebol é visto por alguns estudiosos como uma das grandes expressões do povo brasileiro juntamente com a religião católica e o samba (CALDAS, 1986). A maior exploração política do futebol no Brasil ocorreu quando a seleção brasileira consagrou-se tricampeã no mundial do México, época em que a ditadura militar era mais severa. A cada vitória parecia legitimar o regime.

Por ser um fenômeno social de grande amplitude, o futebol tem gerado muitos debates nas mídias. Nessas discussões não faltam análises e opiniões de cunho político/ideológico e social. Ligado a uma avaliação mais crítica a respeito do esporte vê o futebol como o grande responsável por desviar o foco dos problemas mais urgentes e prioritários da sociedade brasileira, como, por exemplo, a violência e desemprego e a má distribuição de renda (CALDA, 1986).

Assim, ligado as teorias críticas do esporte o historiador e brasilianista Robert M. Levine, da Universidade de New York, aponta que para ele o futebol é o "ópio do povo brasileiro" como também serve de instrumento para a manipulação do povo pelas classes dominantes, ou seja, é um instrumento de dominação de classe. O futebol, no sentido apresentado pelo professor Levine, sublima a miséria e as desventuras da pobreza por meio de historias de sucesso meteóricas dos jogadores que, em sua maioria, são de origem humilde. Robert Levine afirma ainda que a principal função do futebol é ser usado pela elite brasileira, para fazer com que a população apóie a ideologia oficial e que dirija energias para caminhos compatíveis com valores sociais prevalecentes (CALDA, 1986). Porém, Caldas (1986) discorda do sentido apontado por Levine, fato é que todo fenômeno social de grande ressonância popular no Brasil, como, por exemplo, o carnaval e o futebol, possui grande importância político/social, mas transformá-los sempre em "ópio do povo", como algo sempre alienante é ter uma visão unilateral e maniqueísta dos processos sociais. O esporte no Brasil foi introduzido por uma elite sofisticada que desejava aprender um novo esporte, o *football.* Caldas (1986) aponta ainda que poderia ser qualquer outro esporte o foco de uma elite que desejasse a dominação de classe.

> Pessoalmente, vejo o problema de forma diferente. Não se trata de preferência, e sim de entender que o futebol, como qualquer outro esporte, não deve ser interpretado de forma linear. A meu ver, a análise ideológica que se quiser fazer do futebol de modo geral, e do futebol brasileiro em particular, não deve deixar de lado o seguinte argumento: não é o futebol em si, nem enquanto manifestação lúdica nacionalmente consagrada, que aliena, que desvia a sociedade dos seus problemas mais urgentes. Este fato decorre, isto sim, do uso ideológico que o Estado possa fazer desse esporte,

> como faria de qualquer outra manifestação que tivesse força popular idêntica (Caldas,1986: 26)

Nesse sentido que o futebol toma o caráter alienante atribuído ao esporte e a partir da década de 1970, quando o selecionado brasileiro conquista o tricampeonato mundial no México e autoritarismo militar, do presidente Médici está no auge. Assim, Caldas (1986), página 26, afirma: "Acredito, isto sim, que os desportos, entre outras coisas, integram os aparelhos ideológicos do Estado". Deste modo, o futebol pode servir instrumento de qualquer regime sendo arma para reafirmar um Estado autoritário como também para como demonstração de amor e liberdade, ligados as ideias democráticas, haja vista que existiram movimentos dentro do futebol que buscavam melhorias nas estruturas e condições de trabalho, a exemplo tem-se o movimento "democracia corintiana", liderado por Adilson Monteiro Alves, vice-presidente de futebol e seus companheiros, Sócrates, Casagrande, Wladimir e outros. Esse movimento buscou liberdade e autonomia dos jogadores como profissionais de futebol e repercutiu, sendo uma espécie de exemplo para outros clubes que por iniciativa dos jogadores expressaram o desejo de seguir o modelo político de democracia no esporte (CALDAS, 1986).
Pode-se perceber que o futebol mesmo sendo alvo de críticas por ser considerado "o ópio do povo" apresenta em seu interior ações e movimentos políticos que nada alienados parecem. Este esporte tem sido comumente promovido com pretensões políticas, uma vez que tem o poder de atuar como catalisador de paixões, promotor de sentimentos de pertencimento e de exaltação da nacionalidade (MARCZAL, 2011).

7. Discussão

1.1. Megaevento esportivo e eleições

No ano de 1994, o Brasil foi campeão da Copa do Mundo FIFA, realizada nos Estados Unidos da América, nesse mesmo ano, foram realizadas as eleições majoritárias (presidente, senadores, deputados federais e estaduais) e o governo da situação foi reeleito. Este foi um caso atípico, pois nos anos que se seguiram de 1998, 2002, 2006 e 2010 quando a seleção brasileira ganhou o mundial o governo da situação perdeu e o contrário também ocorreu. A seleção brasileira perdeu o mundial o governo que estava na situação conseguiu se manter no poder. A princípio o que se pode concluir é que os resultados dos jogos do selecionado de futebol brasileira ganhando ou perdendo tem pouca influência nos resultados das eleições majoritárias no Brasil. Porém, o que vale ressaltar que o Brasil no ano de 2014, sediou os jogos do mundial de futebol FIFA. Esse detalhe muda o cenário que analisamos inicialmente. Ao receber e sediar o campeonato mundial de futebol é necessário que se aloquem recursos para a construção e o desenvolvimento das estruturas necessárias para a realização do megaevento. Muitos desses recursos foram oriundos dos cofres públicos, ou seja, dinheiro do contribuinte. Esses recursos, em sua grande maioria, foram destinados para a reforma ou construção das chamadas Arenas, os estádios. Além um montante destinado para a melhoria e adequação da infraestrutura das cidades sede.
E nesse sentido, uma parcela significativa do eleitorado não apóia estes tipos de gastos. Pode-se dizer que uma parcela significativa da população acredita que a transferência de recursos públicos de setores, como saúde educação, para a construção de Arenas não deveria ter acontecido ou ser administrada de outra forma.
Em pesquisa realizada durante o mundial FIFA 2014 na cidade de Cuiabá, Mato Grosso ao se perguntar "Você concorda com o governo gastar dinheiro público para construir a Arena Pantanal" 36% concorda parcialmente em destinar os recursos públicos para a construção das Arenas e 28% discordam totalmente em alocar recursos para a construção de estádios. E um percentual baixo, apenas 8 % concorda totalmente com o governo gastar dinheiro público na construção da arena pantanal, como demonstra o gráfico 1.

Gráfico 1 – Você concorda com o governo gastar dinheiro público para construir a Arena Pantanal

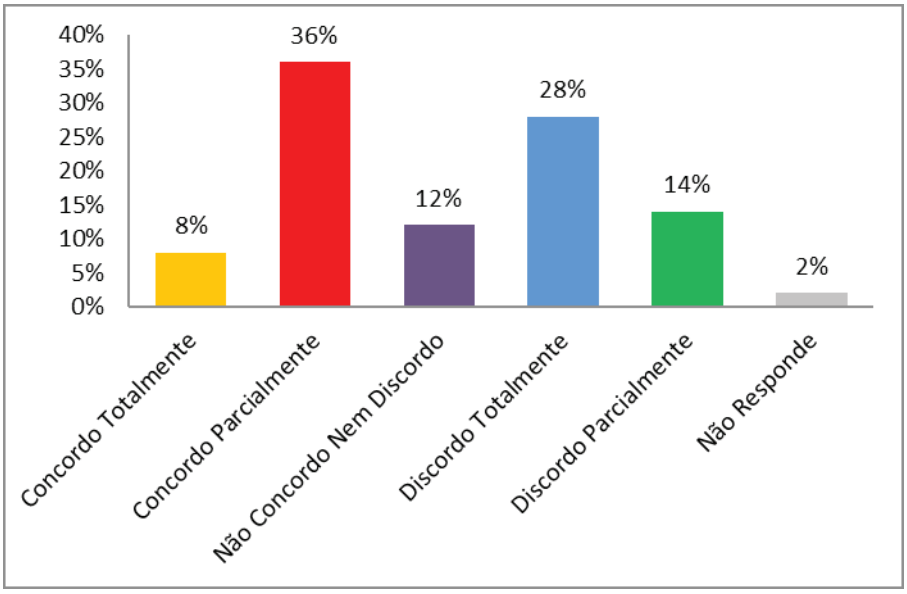

Fonte: Pesquisa de Campo realizada em Cuiabá durante os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014.

Um dos entrevistados argumentou que não é contrário ao uso dos recursos públicos nas obras de preparação para a Copa de 2014. O trecho a seguir reflete esse percentual: *"Não, desde que tudo que foi proposto para que a Copa fosse realizada em Cuiabá saia do papel"* (Entrevistado D, 24, M. desempregado). Trata-se de uma opinião favorável aos investimentos estatais, mas com a condição de que realmente as obras sejam feitas e não permaneçam no papel, no projeto e nos discursos. Outro entrevistado diz que: *"A favor, pois de qualquer forma a estrutura permanecerá"*. (Entrevistado C, 20, M, desempregado). Ou seja, o entrevistado observa a que estrutura deixada como um legado que ficará na cidade mesmo pós Copa e isso parece ser benéfico haja vista que será utilizado de alguma forma posteriormente.

Nesse sentido, as ações de desenvolvimento e a conclusão das obras serão de fundamental importância para a avaliação do governo.

E ao perguntar: "Você acha que com os gastos na Copa do Mundo em Cuiabá, vai faltar dinheiro para outras áreas (setores)?" 78% dos entrevistados acreditam que sim, faltará recursos para outros setores com educação saúde, enquanto 22% acredita que não faltará recursos, como pode ser observado no gráfico 2.

Gráfico 2 – Você acha que com os gastos na Copa do Mundo em Cuiabá, vai faltar dinheiro para outras áreas (setores)

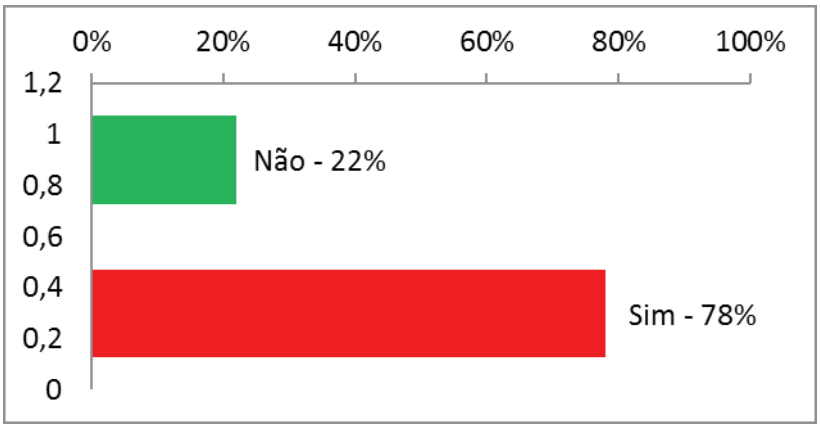

Fonte: Pesquisa de Campo realizada em Cuiabá durante os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014.

Há ainda muito descrédito em como o governo irá gerir os recursos de outros setores. E tais posições podem ter interferência importante durante a campanha eleitoral para a presidência da república. Percebe-se que a população não apresenta confiança em como será gerido os recursos financeiros devido a Copa do mundo. Um número expressivo dos entrevistados acredita que devido a copa faltaram recursos em outros setores, ou seja, haverá uma má administração por parte da atual gestão do governo federal.

Outro aspecto de grande importância se refere ao setor da economia e emprego. A população entrevistada acredita que haverá um aquecimento na economia local motivada pelos jogos da copa do mundo, porém 82% do universo entrevistado acreditam que serão empregos temporários, ou seja, haverá um desenvolvimento do setor econômico, mas será pontual somente motivado pelo megaevento Copa do Mundo.

Gráfico 3 – Empregos e Copa do Mundo em Cuiabá

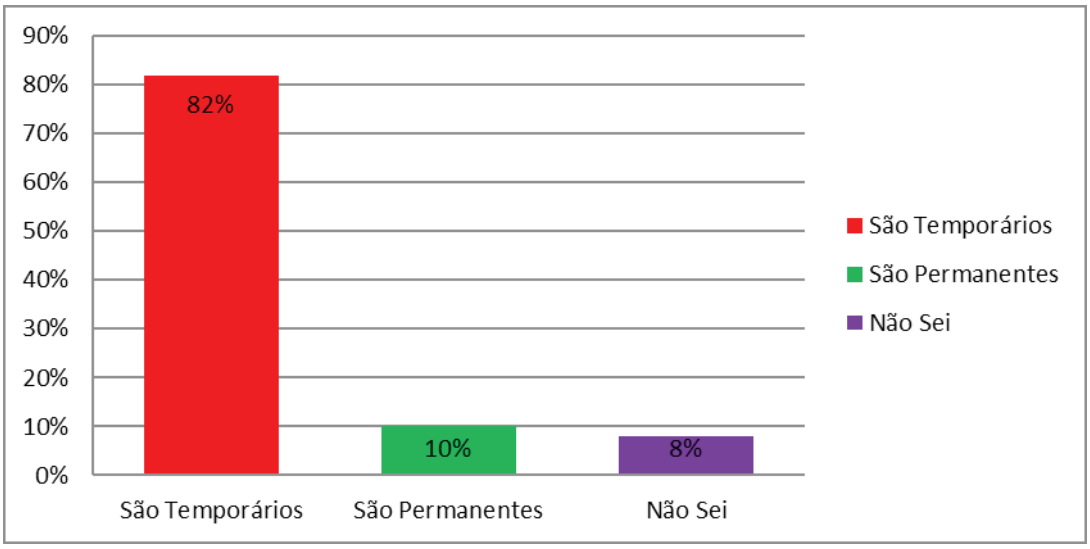

Fonte: Pesquisa de Campo realizada em Cuiabá durante os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014.

Indagou-se acerca dos empregos supostamente criados com a realização da Copa de 2014 em Cuiabá. Os entrevistados responderam que esperam a criação de novos empregos:

"[...], nas áreas de construção civil, turismo, segurança" (Entrevistado A, desempregado, 28 anos, M).

"[...], no setor de turismo, na construção civil e comercio" (Entrevistado C, 20, M, desempregado).

"[...], pois na área de construção civil irá ter muitas vagas pelo fato das várias obras que foram propostas, também acredito que o turismo será afeto principalmente na época da copa, como também em outras áreas ligadas de forma direta ou indireta com a Copa". (Entrevistado D, 24, M. desempregado).

Percebe-se na fala dos entrevistados que, o desenvolvimento de setores pontuais da economia serão incrementados principalmente durante o período da Copa do mundo, mas não significa que serão emprego que perduraram por muito tempo, pois estavam diretamente ligados somente com o desenvolvimento e implementação da estrutura necessária para o jogos e que após os jogos alguns setores voltaram para o estado de antes da Copa.

Após fazer esses apontamos relativos aos diferentes setores da economia e da política, torna-se interessante apresentar o resultado obtido nas ruas quando os entrevistados foram perguntados sobre a relação entre a seleção brasileira de futebol e as eleições. Indagou-se se aos entrevistados acreditavam haver uma relação do desempenho do time brasileiro, durante a copa do mundo, com o pleito eleitoral principalmente para a presidência da República. Assim se apresentam os dados obtidos.

Gráfico 4 - Desempenho da seleção brasileira na Copa do Mundo e influenciar no resultado das eleições para presidente

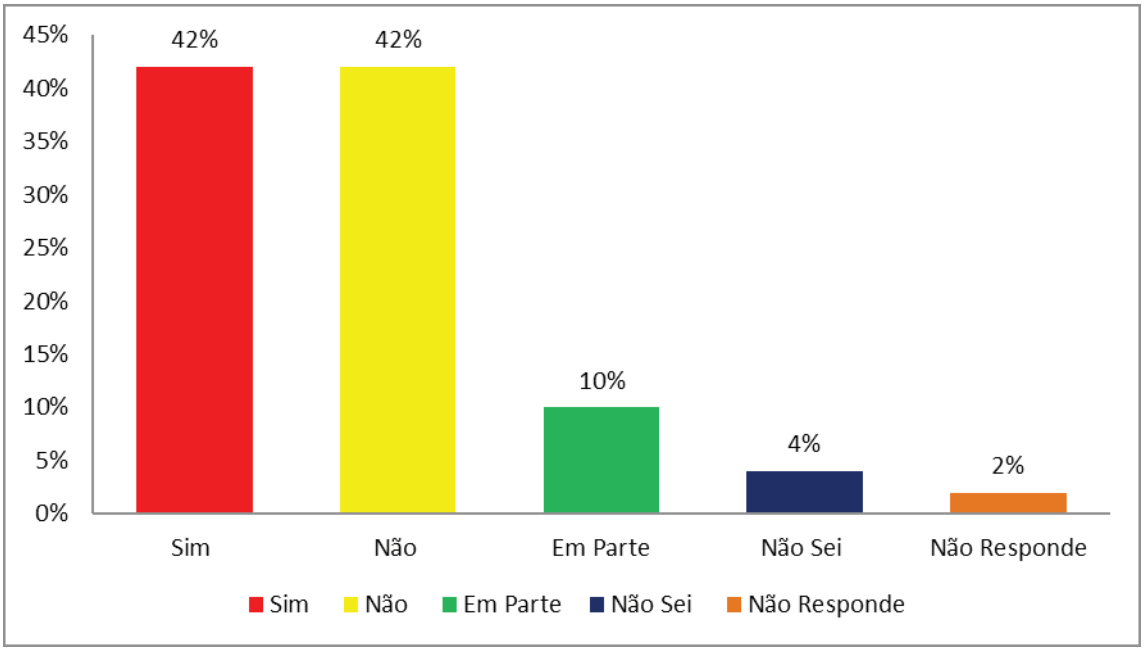

Fonte: Pesquisa de Campo realizada em Cuiabá durante os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014.

No universo de 50 entrevistados o percentual 42% dos entrevistados responderam que sim, o desempenho da seleção brasileira de futebol pode influenciar nas eleições. *"Se a seleção ganhar vai ser ótimo para a reeleição da Dilma e para o PT também. Mas se perder logo, nas partidas do início não vai ser muito bom para a imagem do governo será uma catástrofe na verdade"*. (Entrevistado: A. S 30 anos M. professor). Nesse sentido, pode-se perceber que a seleção estaria ligada ao governo do PT, pois, a conquista para sediar a Copa do Mundo 2014 e olimpíadas 2016 foram conquistas durante a gestão do ex- Presidente Lula – Luiz Inácio da Silva. Ou seja, o humor do eleitorado pode ficar mais pessimista com relação a atual gestão. E com a vitória da seleção brasileira poderia haver um cenário mais otimista e favorável o Partido dos Trabalhadores.

Porém, em contra partida, o mesmo percentual de entrevistados, 42%, afirmam que não, o desempenho da seleção não teria importância nas eleições de 2014. Refletido na afirmação da entrevistada. *"Acho que é uma analise muito simplista, outros elementos são mais importantes que somente o desempenho da seleção. Acredito que seja uma conjuntura"* (W. 28 anos, F. secretária).

Ou seja, a pesquisa indica que a população estava dividida quanto à importância da seleção para as eleições. Alguns entrevistados apresentaram uma visão mais cética, outros demonstravam que poderia ter uma influência, mas que seria diminuta, pois outros fatores como a corrupção e atrasos nas obras teriam mais importância como demonstra o gráfico 5 abaixo.

Gráfico 5 – Pontos mais negativo da Copa do Mundo em Cuiabá

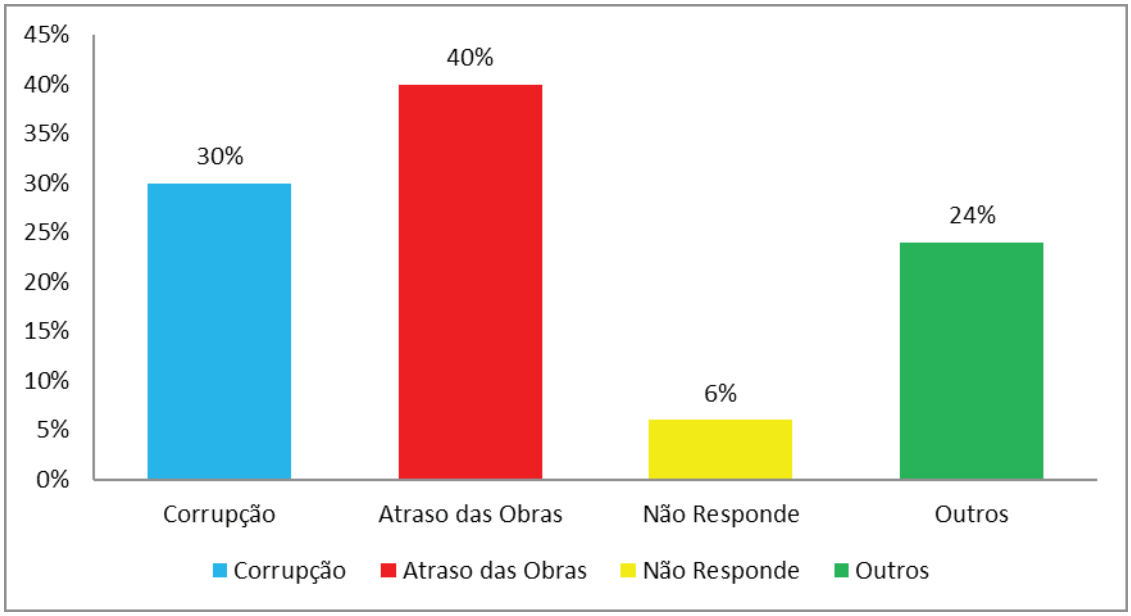

Fonte: Pesquisa de Campo realizada em Cuiabá durante os jogos da Copa do Mundo FIFA 2014.

Do universo entrevistado 40% acreditam que o atraso das obras foi um dos pontos mais negativos, seguido pela corrupção com 30%. Somados os percentuais de corrupção e atrasos das obras, 70% dos entrevistados afirmam que esses itens são os pontos mais negativos no processo de para sediar a Copa do mundo em Cuiabá. Ou seja, são questão que estão no entorno do desenvolvimento e implantação do mundial do que propriamente o desempenho da seleção, outros fatores têm maior importância para os entrevistados, com o desenvolvimento da economia e a criação de novos empregos. O que pode-se apontar que a analise da relação eleições e seleção brasileira deve ser mais conjectural. Se restringir somente ao desempenho do selecionado brasileira de futebol torna-se uma análise muito restrita e pouco abrangente devendo ser mais conjectural e ampla.

8. Considerações finais

Houve durante todo o processo de desenvolvimento da construção dos jogos como também o desenvolvimento de ações ligadas à construção e desenvolvimento de ações que estiveram ligados a copa do mundo, grupos que apresentavam os mais divergentes posicionamentos com relação às ações do governo com relação ás obras da Copa do Mundo 2014. Alguns grupo apresentavam argumentos sólidos que o megaevento esportivo era ruim para o país como um todo. Como também havia grupos que eram favoráveis a realização do mundial. Esses dois blocos basicamente apresentavam argumentações ligadas diretamente a gestão do governo. Os que viam como forma negativa a realização da copa tinham esse argumento como principal crítica ao governo, e dessa forma votaram na oposição. Já os favoráveis, ligavam o argumento positivo, optavam pela manutenção da gestão no atual governo no poder. Vendo a Copa do Mundo como principal trunfo para o avanço de setores como infra-estrutura e mobilidade urbana.

Segundo afirmação de Almeida (2008) a divisão do eleitorado em entre dois blocos não impacta no voto de apoio ao governo ou a oposição. Na realidade, o fator de fundamental importância de impacto no voto é a avaliação de governo. Assim sendo, segundo o Cientista Político Alberto Almeida (2008) quem avalia o governo de forma positiva, entre ótimo e bom tem tendências de votar no governo e quem avalia o governo como ruim ou péssimo provavelmente votará na oposição.

O resultado da copa do mundo não tem impacto sobre a avaliação do governo. O que realmente apresenta um grande impacto na avaliação do eleitorado é a situação econômica vida pelo país. Fatores como desemprego, aumento da renda desenvolvimento da economia, inflação, corrupção e outros elementos, têm mais influência

sobre os resultados nas eleições majoritárias. Diante desse cenário, os resultados dos jogos pouco influência apresentando baixa relevância (ALMEIDA, 2008).

Porém o que se pode evidenciar é que o governo ao desenvolver ações ligadas aos megaeventos correu riscos. Se o desempenho da seleção brasileira de futebol fosse visto de início como negativo em uma Copa do Mundo realizada no país do futebol, onde boa parte da população acredita que ao se construir Estádios faltarão recursos para outros setores como saúde e educação, isso tudo poderia servir como combustível para protestos potenciais críticas, pois, a população acreditaria que seria dinheiro jogado fora, já que o resultado esperado, a vitoria, não foi alcançado. Isso pode alterar as intenções de votos para o governo da situação. Não se pode afirma então categoricamente que o desempenho da seleção brasileira tenha influenciado diretamente nas eleições de 2014, mas que os elementos que são importantes para a construção e desenvolvimento para a realização do megaevento Copa esses sim tem influência sob o eleitorado. Tanto que se refletiu nas urnas na eleição de 2014, que foi a disputa mais acirrada da história para a escolha do chefe do Executivo desde 1989. Isso talvez seja reflexo de um ambiente pós Copa.

Referência

ALMEIDA, C. A. (2008), *A cabeça do eleitor*, Rio de Janeiro: Record.

BOURDIEU, P. (1999), "*A economia das trocas simbólicas"*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectivas.

CALDAS, W. (1986) "*O futebol no país do futebol"*. Lua Nova. 3 (2): pp.24-30.

CURI, M.(2013) *"A disputa pelo legado em megaeventos esportivos no Brasil"***.** *Horiz. Antropol,*.19, (40), pp. 65-88.

DACOSTA, L; CORRÊA, D; RIZZUTI, E; VILLANO, B; MIRAGAYA, A. (2008), *"Legados de Megaeventos Esportivos"*. Brasília: Ministério do Esporte.

DAMO, S, A; OLIVEN, R,G. (2013), *"O Brasil no horizonte dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016: sua cara, seus sócios e seus negócios"*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, 19(40) pp. 19-63.

MARCZAL, E. S. (2011), "*O caneco é nosso": futebol, política e imprensa entre 1969 e 1970*. Dissertação de mestrado em história, Curitiba, Instituto de Ciências humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

MAZO, J.Z; ROLIM, L.H; DACOSTA, L.P. (2008), *Em busca de definição de legado na perspectiva de megaeventos olímpicos.* In: DACOSTA, L.P. et al. Legados de megaeventos esportivos, Brasília: Ministério do Esporte.

POYNTER, G. (2006), "*From Beijing to Bow Bells: Measuring the Olympics Effect. Working Papers in Urban Studies":* London East Research Institute. (tradução Fernando Telles).

PRONI, M.W. (2009) "Observações sobre os impactos econômicos esperados dos Jogos Olímpicos de 2016". Motrivivência, Florianópolis. 21 (32/33): pp. 49-70.

SIGOLI, M. A., DE ROSE JR., D. (2004), *"A história do uso político do esporte"*. R. bras. Ci e Mov.; 12(2): PP. 111-119.

SOUZA, D. L.; CASTRO, S. B. E. (2013) "*Legados esportivos de megaeventos esportivos*". Congresso brasileiro de ciências do esporte e Congresso Internacional de Ciências do Esporte, Brasília. Anais... Brasília, CBCE, 2013. Disponível em: http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/conbrace2013/5conice/paper/viewFile/5092/2462, [consultado em: 26-8- 2013º].

Mudanças nos processos de gerenciamento dos clubes de futebol no mundo

Francisco Xavier dos Santos[1]
Haroldo Moraes de Figueiredo[2]

Resumo: Este texto abrange um capítulo de nossa tese intitulada "*Ethos* dos Dirigentes e a Figuração do Futebol de Espetáculo: o caso do Sport Club do Recife", que se encontra na fase de escrita. A partir do processo de transformação envolvendo o futebol profissional discutimos aqui gestão dos grandes clubes do planeta. A intenção é compreender como mudou a forma de gerenciamento dos clubes de futebol no mundo mundial. Assim, focamos no cenário do futebol de espetáculo e no deslocamento figuracional de caráter global para mostrar como os clubes, sobretudo, os europeus vêm repensando as estratégias de gerenciamento mediante as exigências postas ao futebol enquanto negócio. Então, pensar o esporte mais popular do mundo e a concepção de clube neste contexto implica refletir sobre o processo civilizacional com base em Elias que se instaura entre sociedade e esporte que permite tecer a direção da figuração neste "novo" ambiente da gestão clubística.

Palavras-chave: Futebol profissional, espetáculo, clubes europeus, figuração e processos de gerenciamento.

Introdução

No mundo esportivo contemporâneo é um tanto comum ouvirmos inúmeros indivíduos afirmarem em diversas situações que o futebol mudou. É assim, que indivíduos na condição de: torcedores, leitores, jornalistas esportivos, treinadores, dirigentes, especialistas diversos, enfim, cada um ao seu modo parece raciocinar sobre o fenômeno.

Todavia, a despeito de como o ambiente seja visto pelos indivíduos que dele participam, é notório que se instaurou nos últimos tempos[3] um movimento distinto de pensamento e ação no espaço futebolístico, especialmente na esfera competitiva deste esporte que segundo Toledo (2000, p. 27) revela "A transformação da prática amadora para a profissional e, [...] a incorporação cada vez maior de novos atores sociais no futebol profissional, demandas de um processo atualmente em curso valorativamente nomeado pelo termo modernização" [4];[5].

---

1 Professor Assistente do Centro Acadêmico de Vitória da Universidade Federal de Pernambuco – CAV/UFPE, Doutorando do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFPE e Membro Pesquisador do Núcleo de Estudos da Sociologia do Futebol (NESF-UFPE). E-mail: frantchescko@yahoo.com.br – GT – Sociologia do Esporte: A Copa do Mundo de 2104, gênero e Sociedade

2 Professor Assistente do Centro Acadêmico de Vitória da Universidade Federal de Pernambuco – CAV/UFPE, Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: Haroldolaboral@hotmail.com

3 Muitos autores como: Tadeu (1997); Giulianotti (2002); Cruz (2005) e Rocco Júnior (2013) adotam como ponto de referência os anos 90.

4 "Para começar, não há uma noção clara do conceito de modernização. A maioria dos autores evita enfrentar a tarefa de dar-lhe uma definição" (RAMOS, 1967, p.9). Nós não temos a arrogância de assim fazer.

5 Sobre o conceito sabemos que há dificuldades em seu uso e mesmo que ele não exerça centralidade em nosso trabalho, por atravessá-lo, principalmente, quando abordamos a ideia de gestão apresentada pelos clubes europeus, nós explicitamos que essa "modernização" é pensada aqui como civilização. Mas, se ainda assim, houver necessidade de maior explicação, por exemplo, para a discussão que perpassa a tese envolvendo tradição e empresarização, temos o suporte dos argumentos de Toledo, (2000, p.27) que diz: "A própria literatura sociológica sobre o futebol muitas vezes emprega *modernização* de maneira difusa e pouco problematizada. É geralmente em torno do escopo teórico do modelo "damattiano" que tal discussão vem sendo realizada na bibliografia nacional. Aí, *modernização* aparece imiscuída à dimensão que privilegia o universo institucional e simbólico cujo nexo sociológico incide sobre a noção de indivíduo em contraposição à *pessoa*. Entretanto, originalmente o

Que o futebol modificou isto é um fato inconteste, basta atentarmos para a figuração do esporte de espetáculo[6]. Ela por sua natureza[7] apresenta uma concepção peculiar de comportamento e códigos de condutas que alcançam os indivíduos que participam do futebol de algum modo[8]. O ambiente do esporte na atualidade é atingido pelos acontecimentos que se desenvolve na sociedade mais geral[9]. Mas, a interação social é de mão dupla e talvez, por isso diga Elias e Dunning (1992) que é possível entender o que acontece na sociedade mirando o futebol e os clubes[10].

Atendo-se, pois a sociedade da espetacularização[11] ela, por assim dizer, na atualidade traduz uma concepção singular do processo social mais extenso que cercam os clubes e nestes nos diz Debord (2011, p.13) "Toda a vida [...] se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos" que irradia mudanças de pensamento e um modo de sensibilidade característico daquilo que essa tal sociedade cultiva como significativo e que alcança os indivíduos em seus comportamentos. Pensando assim, é de imaginarmos que o mundo do espetáculo por meio das cadeias de interdependências projeta: impressões, contornos, intencionalidades e condutas sociais e nele "tudo o que era vivido diretamente tornou-se representação" (Idem acima, p. 13). E se de fato é "uma acumulação" então, imaginamos acontecer na atualidade com o clube de futebol profissional algo similar, pois, "[...] Como parte da sociedade, ele é expressamente o setor que concentra todo olhar e toda consciência" (DEBORD, 2011, p. 14).

Nós imaginamos pela abrangência do futebol como esporte de massa que a consciência acima apontada traduz as mudanças de um tempo, mas, também sinaliza aquilo que o ambiente do espetáculo se tornou e do qual o clube é parte considerável, pois nele se materializa "[...] a prática unificada do espetacular integrado" (Idem acima, p. 10).

Assim, deixamos de lado o futebol no sentido mais adstrito e nos concentramos nas mudanças que envolvem os clubes profissionais. Especificamente, a intenção neste capítulo foi compreender como mudou a forma de gerenciamento dos clubes de futebol no mundo[12]**.** É preciso aclarar que a nossa intenção não foi cobrir vis a

---

modelo "damattiano" expõe o dilema brasileiro e o modo como esta sociedade manipula tais noções numa relação simbiótica original, que tende a superar e matizar a dicotomia que, no limite, alude a cisão entre *tradicional* e *moderno*".

6 Na sociedade capitalista o futebol de espetáculo é uma forma peculiar que este esporte assumiu e que compreende desde sua difusão global em proporções consideráveis; passando pela crescente profissionalização dos grandes clubes mundiais; também, pela transformação do jogo em espetáculo e do esporte em produto apto a ser comercializado e consumido e ainda por sua consolidação no âmbito do mercado como uma economia que desperta interesses dos mais diversos setores da sociedade. Um fato que talvez ocorra, por sua marca atingir vários consumidores do produto e por ser considerado um de esporte de massa. Estes e outros aspectos, além de diferenciá-lo dos demais, também, são responsáveis por tecer uma figuração que inscreve o futebol atual – se comparado a outros momentos - numa perspectiva singular de entendimento.

7 A figuração espetacularizada do esporte possui ligação contígua com a lógica da sociedade do espetáculo a qual discutida com propriedade Debord (2011, p.14), pois para ele: "O espetáculo apresenta-se ao mesmo tempo como a própria sociedade, como uma parte da sociedade e como instrumento de unificação".

8 Na direção do assunto que vimos discutindo acerca do futebol de espetáculo é útil a divisão que é feita por Damo (2005), pois ela fornece uma perspectiva de entendimento das esferas que abrange os diversos futebóis e de seus interesses.

9 Um exemplo mais concreto é a globalização.

10 Fazendo uso de uma ideia de Silva (2013, p.34) o clube é pensado aqui para além das fronteiras do mundo esportivo e assim o situamos como "uma rede de interdependências, de relações múltiplas e complexas, formada por indivíduos, num espaço e tempo específicos".

11 Aqui abrangemos tanto a sociedade mais ampla na sua totalidade, como a forma especifica que a sociedade contemporânea assume nos argumentos de Debord (2011, p. 14) para quem "[...] o espetáculo é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente". E que, portanto, dá contornos ao esporte.

12 É do conhecimento de muitos que a Europa, mais precisamente, o futebol e os clubes europeus são, por assim dizer, os protagonistas responsáveis pelas decisões que ganham projeção no mundo futebol e neste sentido, não é ousado afirmar que os clubes europeus representam o centro do processo e "tudo" que emana deste espaço impacta e tem implicações para o restante da cadeia, ou se quisermos, para outras porções do planeta. Quando nos referirmos, portanto, aos clubes

vis todas as mudanças nem a totalidade dos clubes, isso seria impossível num capítulo de tese. Mas, o fato de apontarmos uma perspectiva geral do processo pareceu-nos suficiente para compreendermos o cenário atual envolvendo a gestão clubística e, para tanto, recorremos à ótica figuracional e os casos específicos do: Manchester United, Barcelona e Bayern Munique[13].

Nas reflexões iniciais duas perguntas nos pareceram úteis dentro de nossa proposta: a primeira implicou saber como se dava a condução[14] do clube de futebol no mundo antes da concepção do esporte considerado espetáculo? E a segunda remete a intenção de conhecer o que fizeram estes clubes europeus e outros mais do futebol num dado momento da história mudarem suas trajetórias administrativas[15]? Talvez, os argumentos de Rocco Junior sirvam a nós de referentes quando diz que:

> A partir da década de 1990, com o aprofundamento da globalização, o desenvolvimento tecnológico e a unificação dos mercados, os principais clubes de futebol do mundo transformaram-se em verdadeiras empresas multinacionais. Suas marcas passaram a ser trabalhadas globalmente e as receitas financeiras oriundas dos sistemas midiáticos cresceram de forma exponencial. Todos esses fatores, aliados ao desenvolvimento da tecnologia, passaram a demandar, por parte dessas agremiações, um sistema de gestão extremamente profissional (ROCCO JUNIOR, 2013, p. 108).

É provável que esta afirmação inclua alguns motivos que levou e tem levado clubes a modificarem suas atitudes e concepções de gestão em função da compreensão do panorama que revela um "novo" momento no esporte. Inspirados, pois, nas formas de sensibilidade contemporânea diversos clubes têm adotado na atualidade ações gerenciais diversificadas[16] que traduzem uma maneira "civilizada" [17] de conduzir o destino do futebol,

---

mundiais a nossa perspectiva se volta para aqueles clubes que na figuração atual do futebol profissional de espetáculo são considerados "grandes" seja pelas projeções mundiais, pelo ranking das entidades que regulam o futebol no mundo – *Federatión Internationale de Football Association* (FIFA) e *Union of European Football Associations* (UEFA) -, pelos campeonatos que disputam, pelas conquistas acumuladas, por suas estruturas invejáveis, pela economia que controlam no mercado mundial, pelos atletas e treinadores que contratam e por suas concepções de gestão clubística, que no conjunto conferem aos clubes aqui apontados certa distinção social se comparado a outros. Recorrendo a uma ideia eliaseana, diríamos que clubes como: Real Madrid, Bayern Munich, Barcelona, Chelsea, Paris SG, Borussia Dortmund, Manchester City, Arsenal, Manchester United e Schalke 04, são alguns dos protagonistas considerados como os estabelecidos na figuração seleta deste esporte.

13 Os três clubes apresentam singularidades: O Manchester é um caso de sucesso e de 2004 até 2012 foi sucessivamente apontado pela Forbes como o clube mais valorizado do Planeta, posição recentemente assumida pelo Real Madrid. O Barcelona é junto com o Real, o clube de maior expressão na atualidade do futebol espanhol, mas, apresenta algo distinto: se desenvolveu dentro e apesar da ditadura salazarista. O Bayern de Munique é sem sombra de dúvidas o maior expoente na atualidade do futebol alemão e este é o que mais ascende na atualidade. Além disto, os três clubes representam nacionalmente os melhores campeonatos do mundo e por fim, revelam sucessos em suas gestões.

14 Fizemos opção por este termo, porque supomos que a concepção clara de gestão é fruto da transformação, antes essa palavra não era um tanto inabitual para o modo como era pensado a instituição clubística, gestão para nós é um termo que acompanha as mudanças observadas no ambiente do futebol de espetáculo.

15 Conforme Dantas e Boente (2011, p. 76) "O futebol já foi um esporte que era jogado e dirigido apenas por amadores, que não visavam à obtenção de lucro". Mas, no continuo da história houve diversas mudanças sociais que tem impactado os clubes de futebol.

16 Na sociedade globalizada capitalista as empresas procuram estar antenadas com as transformações do contexto e buscam quase que constantemente pensar em ações que respondam as exigências do ambiente. No caso dos clubes de futebol muitos gestores na Europa, tem antes de tudo procurado compreender o que diz o cenário e o que ele solicita feito isso, tem se notabilizado da parte de grandes times ações como: priorizar desempenho em campo, fortalecer a marca do clube, criação de canais exclusivos e alguns tem transformado o clube em ações.

17 Assim consideramos tomando por base o modelo de esporte de competição profissional e o cenário em que os clubes estão inseridos que sinaliza "[...] mudanças [...] nos padrões de conduta e de sensibilidade do género e na direção

especialmente, num mundo em que ele virou negócio e a inovação é a base.
Soriano (2010, p. 183) tem uma visão sobre tal conceito que segundo ele se adéqua a dimensão da prática e diz que "a inovação consiste em aplicar uma ideia que satisfaça uma necessidade dos consumidores que não está articulada nem satisfeita".
E, na sua visão, então, inovação:

Não é	É
a) Inventar	a) Descobrir
b) Criatividade	b) Um novo olhar
c) Criar novos produtos	c) Encontrar novas necessidades
d) Ser o primeiro	d) Ser o primeiro a chegar ao consumidor
c) Certeza	e) Irrigação
d) Provas	f) Pistas

Quadro 1 - Adaptado de Soriano (2010).

O interesse de nossa parte pelas mudanças no gerenciamento dos clubes é explicitado por alguns fatores que seguem e esclarecemos que não foi nossa preocupação esgotá-los nem estabelecer grau de importância deste sobre aquele com relação ao que ocorre na atualidade com os clubes de futebol mundiais[18]. Antes, buscou-se compreender através dos eventos e com eles, acerca da figuração que se constitui no futebol atual e sobre as mudanças envolvendo os clubes e os impactos destas nos dirigentes, mas essa questão, sendo aprofundada noutro capítulo mais adiante.
Os elementos recrutados para reflexão em torno das alterações gerenciais apresentam ligação entre eles e culmina numa "nova" visão de clube de futebol[19]. Também, sugere diferenças com relação à conformação originária[20] deste esporte e a forma de conduzir um clube. Essa variante – modelo de gestão - reflete na cadeia de interdependência que liga os clubes caracterizando posições distintas ocupadas na balança de poder e com peso na figuração do esporte moderno. As modificações na gestão do clube nos leva enfim a imaginar que se a sociedade de espetáculo deu novos ares ao esporte através de seu ideário, também, este alterou certas relações, pois, numa dada perspectiva, o esporte e, principalmente, o futebol "[...] transformou economicamente

conceptualizada aqui como processo de civilização" (ELIAS e DUNNING, 1992, p. 44). Tal disposição indica como devem os clubes se comportar de agora por diante, pois uma nova figuração no campo esportivo está posta.

18 Aqui nos reportamos a todos os clubes de futebol profissionais do planeta que, por exemplo, estejam vinculados ao sistema FIFA e inserido na perspectiva mercantilista. E, mesmo nem todos incorporem as mudanças do cenário da mesma forma, por qualquer que seja o motivo, ainda assim, pelo fato de estarem de alguma forma inseridos na cadeia e na figuração do espetáculo, são de uma forma ou de outra impactados pelo processo.

19 Os grandes clubes de futebol do planeta na atualidade são pensados como empresas.

20 Na história do futebol o percurso seguido pelos clubes no seu início e o desenvolvimento de seu caráter institucional revela um extenso caminho que abrange aspectos tais como: prática das elites versus prática da massa, caráter amador e caráter profissional, domínio escolar, da associação e clubística, apontando para um percurso civilizatório deste esporte e de suas instituições. Noutras palavras, há um processo de transformação desse esporte ao longo da história e no caminho trilhado pelos clubes até chegar à conformação que temos hoje, é importante considerar que no início eles não se apresentavam como conhecemos hoje. Do ponto de vista da história, então, temos: clubes inicialmente de caráter amador transformados em clubes profissionais, ou de clubes dirigidos por estudantes, operários, partidos, pela classe burguesa e comerciantes a uma concepção atualizada, pelo menos na Europa, do clube de futebol empresa ou ao menos gerido com esse entendimento, aliás, uma ideia bastante difundida e posta em prática por muitos clubes desta parte do planeta é só olharmos, por exemplo: Barcelona, Rela Madrid, Bayern Munique, Chelsea, Paris SG; Manchester United, Milan, Manchester City.

o mundo" [21], ao mesmo tempo em que, transformou [...] a percepção" (DEBORD, 2011, P. 10). Porque os clubes não são algo com vida à parte, eles dialogam o tempo todo com o mundo social e espelham parte dessa relação. Assim a percepção do clube de futebol profissional e o papel por ele desenrolado na sociedade vêm sendo modificado profundamente.

A maneira como as mudanças de paradigmas de gestão dos clubes foram e vem se manifestando[22] no contexto mundial encontra-se sinalizada especificamente nas transformações de gerenciamento dos clubes europeus e embora muitos outros enfoques surjam[23], na prática os exemplos de sucesso no mundo do futebol emana desta porção do planeta. Talvez, um dos motivos esteja no fato dos dirigentes em muitos momentos cruciais terem atentados para os códigos de sensibilidade que tomara conta do ambiente e assim, alguns destes indivíduos, se anteciparam aos ciclos e as mudanças, sobretudo, econômicas que atravessam o esporte.

Nem todos que se declaram sensíveis, abertos as mudanças, aptos a abandonar as velhas crenças, dogmas, convicções, de fato agem assim, mesmo quando o horizonte não é dos melhores para as instituições que dirigem. E da mesma forma que na vida em sociedade, somos convocados a repensar nossos padrões no sentido de avançarmos e continuarmos atualizados com o nosso tempo ou com aquilo que vem adiante, também, "em todos os mercados, em um momento ou outro, acontecem percalços, que fazem tremer parâmetros existentes. [...] é esta capacidade para decidir no momento adequado" que revela gestores diferenciados e que repercute no clube" (SORIANO, 2010, p. 18 e 203).

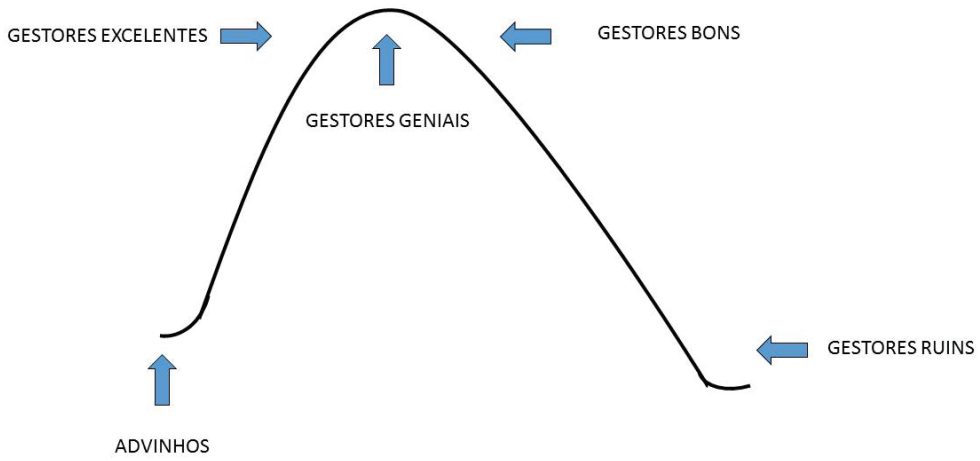

Figura 1 - Fonte: SORIANO, 2010, adaptado pelo autor.

A despeito de reconhecermos a amplitude do processo social envolvendo as mudanças clubísticas – os clubes nos moldes atuais é parte na concepção de Elias de uma longa cadeia de duração[24] – estudar determinados aspectos

21 Sabe-se que na contemporaneidade o negócio esporte movimenta cifras consideráveis e se transformou em nicho de mercado é, possivelmente, a segunda maior indústria do planeta.

22 Assim como as práticas sociais, os processos sociais não aparecem do dia para noite, requer tempo.

23 O mundo árabe poderia ser um exemplo de gestão atualizada, mas explicamos porque não se compara ao que acontece na Europa. Numa entrevista concedida ao Band Sports na sexta feira 26 de junho de 2014, o ex-jogador e agora técnico revelou que naquela parte do mundo há uma logística fantástica: campos de treinamento, estatística, salários, mas conforme palavras de Silas: "você não tem material de jogo" noutras palavras faltam atletas de alto nível capaz de elevar o padrão e, portanto, ali o futebol - diferente do que acontece nos grandes clubes europeus - não revela a dimensão de espetáculo e do profissionalismo extremo.

24 Como já dissemos noutro ponto nenhuma mudança se dá repentinamente na visão de Elias remete a um processo histórico de longa duração e sendo assim, a concepção de clube que na atualidade observamos é fruto de uma herança social e do somatório de decisões contabilizada pelos indivíduos no tempo mesmo sem terem a noção do fim exato que suas ações tomariam, elas contribuíram para figuração que temos hoje seja no formato de futebol seja na concepção de clube. Essa figuração, também, revela influências da sociedade na qual eles encontram-se inseridos. Para Elias a figuração

do processo e da figuração – não como situação descontínua – possibilitou-nos uma compreensão mais vasta do fenômeno futebol e do movimento que alguns grandes clubes no mundo têm encabeçado no momento.
Sobre as mudanças de gerenciamento dos clubes: elas de algum modo incidem na direção de como a figuração esportiva vem sendo tecida ao longo do tempo e neste momento prevalece um modelo clubístico que não se pode ignorá-lo, nem desprezá-lo, pois, além de ser a concepção organizacional que impera nos grandes times de futebol mundiais[25], também, parece ser a percepção que coaduna com a lógica da sociedade capitalista mercantil[26].
Desconsiderar, pois, o modelo pode resultar numa leitura desfigurada e incompreensiva do cenário esportivo com possíveis ônus para os clubes profissionais. E neste ponto surgem indagações do tipo: Porque será que essas exigências do cenário espetacularizado assume considerável proporção entre nós? Por que motivos os clubes são chamados a mudar? O que está posto de diferente na figuração atual que se distingue de outros momentos? Essas questões e outras mais percorrem este trabalho.

2.1 ONDE?
2.1.1 NAS PEGADAS DAS MUDANÇAS: O MUNDO EUROPEU.

Voltando, porquanto, aos fatores que elegemos para explicitar como os clubes de futebol mudam mundo afora em suas concepções de gerenciamento, cremos em possibilidades argumentativas que não se esgotam. Primeiro consideramos que as transformações na figuração do futebol de espetáculo descendem de um movimento de escala global que não parece ser opção, mas, um "imperativo" aos clubes. Estes são chamados a adotarem posturas administrativas que implicam na forma de participação do ambiente do esporte transformado em negócio e na sua visão organizacional.
Mas, afinal o que são os clubes de futebol em sua forma originária e no que de fato eles se transformaram na atualidade? Essas mudanças de concepção organizacional é coisa somente dos clubes? Se observarmos com devida atenção o que acontece em nossa volta, veremos que o processo transitório não é uma prerrogativa do futebol, também as instituições e organizações de outras esferas da sociedade são convocadas a se posicionarem de modo distinto num mundo que são visíveis e intensas as mudanças[27].
Em segundo lugar cremos na necessidade de levarmos em conta a direção contextualizada do processo social – a partir de nosso lugar[28] - pois, entendemos que as mudanças de gestão são iniciadas e ditadas pelos clubes "estabelecidos",[29] da figuração do futebol profissional de espetáculo. Portanto, os clubes de maior projeção no "mercado

---

é constituída pela cadeia que une indivíduos e neste aspecto cabe dizer que os clubes fazem parte de uma cadeia que os liga dentro de uma figuração esportiva.

25 Aqui especificamente nos atemos aos clubes Manchester United, Barcelona e Bayern Munique, pois seria impossível cobrir uma extensão maior e mesmo assim são suficientes para explicar o que acontece com a gestão dos grandes clubes mundiais na atualidade.

26 Aqui como diria Azambuja (2012, p. 253) "[...] novos capitais - materiais e imateriais – estão se molecularizando pelo conjunto da sociedade".

27 Pelo menos nos últimos 30 anos é perceptível o quanto houve entre nós mudanças profundas na sociedade como um todo.

28 Aqui pensamos a partir do futebol e dos clubes brasileiros que dentro da figuração e da cadeia de interdependência a posição ocupada por nós não é de liderança no cenário mais amplo.

29 Por questões sociais, culturais, históricas, geográficas, políticas e econômicas, a condição de estabelecido é conferida aos países considerados desenvolvidos da sociedade capitalista ocidental, os quais outorgaram para si o direito de ditarem: regras do jogo e meios de condução do processo social que são chancelados pelos desenvolvidos da figuração. A história do mundo futebolístico não é escrita de forma diferente, à figuração esportiva e similar a social. No universo do futebol como diz Damo (2005) e Giulianotti (2002) quem comanda o processo são, especificamente, os clubes europeus e o motivo mais simples e direto está na economia que os clubes detêm. Por essa e outras, as regras são fixadas de lá para cá, sem possibilidades de questionamentos contundentes, pois, aqui também há uma balança de poder e o desejo de qualquer

da bola", detentores, por exemplo, de uma economia significativa[30] e que na sua totalidade estão localizados na Europa Ocidental donde o movimento e as mudanças se deslocam com força atingindo o restante dos elementos da cadeia que almejam ascender na balança de poder, no caso: os outsiders[31]. Mas, o que levam os clubes europeus a se constituírem espelhos da figuração? De modo geral pode-se dizer que é um conjunto de características que definem a grandeza deles que os colocam como alvos do processo, por exemplo, nas maneiras como tem sido administrado por meio de estratégias ousadas e inovadoras que os projetaram no planeta de diversas formas.

Quadro 2 - Os 20 clubes mais valiosos do mundo em planteis.

Rank 2013	Rank 2012	Rank 2011	Clube	País	Mercado Total em ¢ Milhões	Mercado Total em R$ Milhões	Mercado Médio por Jogador em ¢ Milhões	Variação 2013 / 2012 – Em %
1	1	1	Barcelona	Espanha	600,1	1.980	24,0	-10,6%
2	2	2	Real Madrid	Espanha	575,3	1.899	25,0	-3,0%
3	5	6	Bayer de Monique	Alemanha	493,2	1.628	17,6	15,0%
4	3	3	Manchester City	Inglaterra	479,2	1.581	20,0	-2,01%
5	6	4	Chelsea	Inglaterra	451,2	1.489	18,0	18,8%
6	4	5	Manchester United	Inglaterra	394,8	1.301	14,1	-12,7%
7	9	8	Arsenal	Inglaterra	364,8	1.204	13,0	25,3%
8	8	11	Juventus	Itália	364,0	1.201	14,0	18,6%
9	7	14	Paris SG	França	363,7	1.200	15,8	13,3%
10	10	9	Tottenham Hotspur	Inglaterra	321,2	1.060	13,4	28,8%
11	11	18	Borussia Dortmund	Alemanha	308,7	1.019	11,4	27,4%
12	12	12	Liverpool	Inglaterra	302,2	997	13,1	29,4%
13	14	15	Atlético de Madrid	Espanha	256,1	845	11,1	13,2%
14	17	16	Napoli	Itália	252,1	832	10,1	31,2%
15	19	20	Benfica	Portugal	248,3	819	7,8	39,4%
16	16	7	Inter de Milão	Itália	216,3	714	7,7	-1,3%
17	-	-	Monaco	França	215,1	710	6,9	-
18	15	28	Zenit	Rússia	214,2	707	8,6	-2,6%
19	13	10	Milan	Itália	213,2	704	7,4	-7,1%
20	18	13	Porto	Portugal	201,2	664	8,4	11,6%

Fonte: Pluri consultoria 2013 - Numa amostra que envolveu os 100 times mais valiosos do mundo no fim de

clube do mundo do futebol globalizado é está na parte mais alta da balança e, assim fazer parte da figuração seleta deste esporte que tem no topo clubes como: Real Madrid, Barcelona, Manchester United, Paris SG, Bayern Munique, Ajax Amsterdam, Chelsea, e outros que na essência da palavra são o que revelam distinção.

30 A maior parte, destes clubes como já colocamos em algum ponto do texto está localizada na Europa Ocidental.

31 Neste rol recorrendo a Dunning e Elias (1992, p. 91) estão os clubes que "[...] pertencem a um pequeno grupo de estatuto mais baixo".

2013 têm um valor aproximado de € 14,6 bilhões, no caso cresceram 5,1% sobre o ano anterior. Em média cada jogador aumentou 6,6% chegando às cifras de € 5,4 milhões. Os clubes Barcelona e Real Madrid mantiveram-se na primeira e segunda posição. O Bayern passou de quinto para terceiro e o Manchester United caiu sendo ultrapassado por City e Chelsea. Mas, no âmbito do marketing o United segue firme.

Quadro 3 - Localização por País dos clubes mais valiosos do mundo.

Distribuição dos Clubes por país de origem							
País	Nº de clubes	Valor de Mercado Total em ¢ Milhões	Valor de Mercado Total em $ Milhões	Valor Médio por jogador em ¢ Milhões	Variação 2013/2012 – Em %	Nº de Clubes em 2012	Nº de Clubes em 2011
Inglaterra	22	3.873	12.782	6,9	8,1%	23	19
Espanha	9	2.075	6.848	9,4	-9,8%	11	11
Itália	14	2.065	6.816	5,2	13,9%	14	14
Alemanha	13	1.892	6.319	5,1	17,9%	11	12
França	8	1.105	3.646	5,1	4,6%	9	8
Rússia	9	1.084	3.576	4,7	18,6%	7	7
Portugal	4	625	2.063	6,0	6,7%	4	4
Turquia	5	556	1.834	3,9	15,8%	4	4
Ucrânia	4	518	1.709	4,8	13,3%	4	4
Brasil	4	238	784	1,8	-59,8%	7	8
Bélgica	3	194	641	2,1	125,9%	1	1
Holanda	3	216	711	2,6	-17,4%	3	3
Grécia	1	77	254	2,9	8,5%	1	2
Escócia	1	58	190	2,2	-7,1%	1	2
Total	100	14.575	48.173	5.4	5.1%	100	99

Fonte: Pluri consultoria 2013 - No quadro apresentado entraram 15 novos clubes, sendo 14 deles europeus Monaco (França), Eintracht-Frankfurt e Freiburg (Alemanha), Cardiff e Crystal Palace (Inglaterra), Catania e Sassuolo (Itália), Kuban Krasnodar e Krasnodar (Rússia), Bursaspor (Turquia), Standard Liége e Club Brugge (Bélgica), Real Betis (Espanha) e Feyenoord (Holanda) e um brasileiro o Cruzeiro.

Em terceiro lugar imaginamos que se os campeonatos de maior expressão, poderio econômico, exibição midiática, contratações de jogadores e organização, estão localizados na Europa[32] é natural que lá circulem "experiências" de gestão que revelem um estágio adiantado do processo civilizatório se comparado ao que acontece neste terreno na América do Sul. E essas mudanças que alcançam os clubes, não se dão no vazio, nem tão pouco surge do dia para noite, mas, é fruto de um processo social de longa duração – basta olharmos a história e trajeto percorrido por eles. Deste modo, os clubes parecem passar por inúmeras mudanças em sua conformação originária e uma das quais está vinculada a gestão do clube. No futebol atualizado[33] diversas exigências estão postas e assim, pondo em xeque "antigas" versões e modelos gerenciais.

2.2 *Por quê*?

2.2.1 Os Clubes mudam: de clubes sócios esportivos para clubes de futebol profissionais e...

32 Conforme Kuper e Szymanski (2010, p. 31) "A Europa Ocidental domina o futebol" e nos últimos cinco anos o campeonato alemão vem sendo considerado o mais organizado de todo planeta.

33 "A atualização do futebol [...] vem da capacidade que este esporte tem em conformar-se aos fatos cotidianos" (TOLEDO, 2000 p.298). E essa aderência é extensiva às exigências postas ao futebol e aos clubes pela contemporaneidade.

O futebol não vira negócio de um momento para outro, nem é praticado inicialmente nos clubes-sócio esportivos ingleses como profissão ou visando exclusivamente competição, tão pouco se converte de jogo em esporte de espetáculo num processo instantâneo ainda que o contexto fosse o mundo civilizado europeu. Mesmo ali os processos e as práticas sociais precisaram de tempo para consolidar novas formas, sentidos e significados e compreensões sobre o futebol e de suas particularidades, a exemplo, da concepção de gerenciamento desenvolvida no clube.

"Hoje, esse esporte parece estar se transformando de uma organização baseada em valores e tradições para uma organização que enfatiza critérios de eficiência, rentabilidade e competitividade (RODRIGUES e SILVA, 2009)". Mas, é preciso dizer que ao longo da história houve maneiras diferentes de pensar e conduzir o clube de futebol. Essa concepção, aliás, é fruto das mudanças no ambiente esportivo, pois, é preciso lembrar que o futebol não surgiu, nem foi desde sempre praticado dentro da instituição clubística como conhecemos hoje esta é fruto de um processo civilizatório que encontra seu ponto decisivo na sociedade moderna[34]. Se na atualidade o clube de futebol profissional é setor singular da economia no qual se convive com o dilema da importância de maximizar os lucros/receitas e maximizar os títulos é preciso dizer que nem sempre foi desta forma: a história envolve outras figurações.

O futebol, tal qual conhecemos hoje, evoluiu a partir de inúmeros ordenamentos e padronizações e aqui reaparece uma questão: como se dá a administração executada pelos indivíduos nos clubes sócio esportivos e nos clubes de futebol profissionais antes de chegarmos aos modelos de gestão atual encontrados em grandes clubes do mundo? Pensando com Elias diríamos que parte da resposta se localiza num processo social de longa duração e neste sentido, a concepção atual de "gerenciamento" dos clubes de futebol no mundo não tem início e fim preciso[35]. Mesmo assim, é possível apontarmos a direção tomada pelo processo tomando como contexto guia o futebol inglês, pois nele as pegadas da figuração atual tem seu lugar.

O Football Association– embora não seja o nosso foco aqui - serve de aporte para entendermos o desenvolvimento das ações dos indivíduos frente à instituição esportiva que hoje conhecemos como clube de futebol profissional. Uma das raízes do processo localiza-se nos primeiros times ingleses restritos aos clubes sócio esportivos. É uma maneira inicial de pensar o esporte que era voltado para a prática social de uma elite que não tinha noção exata para onde caminharia o futebol, pois, viam apenas uma prática exclusivamente inglesa de lazer e que deveria permanecer assim[36].

Entretanto, o futebol não ficou restrito a essa ordem social segundo Damo (2005, p. 33) "[...] o jogo da association conquistou adeptos entre as classes inglesas e estas foram decisivas na sua popularização". A força do império inglês se espalha pelo mundo, levando também seus operários, companhias, ideologias e claro o futebol e os clubes[37]. É a partir dessa linha inicial de pensamento que pontuamos: no início as concepções, os raciocínios e as condutas dirigidas à instituição que organizava o futebol era proeminentemente de caráter amador distinto, portanto, do clube profissional, pensado nos moldes de uma empresa. Porém, o futebol se am-

---

34 Embora se possa afirmar que o futebol já fosse praticado no século XVIII em muitos clubes sócio esportivos, que o futebol profissional tenha começado em 1885 na Inglaterra, que em1863 representantes dos clubes de futebol ingleses tenham fundado a *Football Association* e que em 1888 doze clubes fundaram a *Liga de Futebol da Inglaterra*. De fato o aparecimento e consolidação de um número considerável de clubes de futebol profissional no mundo é fruto da propagação da cultura inglesa e remete ao final do século XIX e início do século XX.

35 Elias (1995) acreditava que os processos sociais que se desenvolvem ao longo da história não é possível, assinalar de forma pontual o seu início, nem apontar com certeza absoluta o seu fim.

36 Cf. Franco Júnior (2007).

37 Muitos clubes nasceram impactados por este movimento: Ajax (1900), Arsenal (1886), Atlético de Madrid (1903), Barcelona (1899), Bayer Leverkusen (1904), Bayern de Munique (1900), Benfica (1904), Celtic (1888), Vasco da Gama (1898), Grêmio Porto Alegrense (1903), Nacional de Montevidéu (1899), Olympique de Marseille (1899) e outros mais. Porém, segundo Franco Júnior (2007, p. 40) "O avanço era evidentemente maior na própria Inglaterra, onde só Londres tinha na passagem do século, treze clubes de futebol: Arsenal, Barnet, Brentford, Charlton, Chelsea, Crystal Palace, Fulham, Leyton Orient, Millwall, Queen's Park Rangers, Tottenham, West Ham e Wimbledon".

plia e se faz acompanhar por aquilo que Elias denominou de processo de esportivização[38] que remete a origem dos esportes modernos que conhecemos hoje e das instituições que os organizam como a que foi alvo de nosso interesse no caso: o clube de futebol.

Com relação, pois aos clubes de futebol profissional como surgem no cenário esportivo? E qual era a lógica administrativa seguida pelos indivíduos neste espaço ao longo do processo histórico? Com já enfatizamos a prática e a organização do futebol no início é restrita ao âmbito das escolas e de clubes fundados pela "nata" da sociedade inglesa e não havia, portanto, preocupação decisiva com conquistas, remunerações/salários, ou coisa do tipo e também "nenhum" interesse de expandir e tão pouco profissionalizar o futebol. Mesmo assim, como pontuamos a propagação da prática e do controle ocorre. Isto não quer dizer que no ambiente acima apontado não se buscava vitória, mas a dimensão dela não se equipara as metas e anseios atuais. Ora se o futebol e sua lógica romperam inicialmente os muros da escola, também não se resumiu por muito tempo aos clubes dos "notáveis" e no curso da civilização em 1870 ele já havia se expandido de tal forma que atraia a classe media baixa e aparece como diz Franco Junior (2007, p. 34) "[...] clubes de empresas siderúrgicas (por exemplo, o West Ham), ferroviárias (caso do Manchester United) e armamentistas (como o Arsenal)." E aqueles oriundos do proletariado, mantidos por industriais, por partidos políticos e comerciantes, estes últimos como fala o autor acima "[...] passavam a dedicar parte de seu tempo e de seus recursos a dirigir e financiar clubes" (Idem acima, p. 35). Numa sociedade, pois, onde o mercantilismo avançava era plausível que a organização do futebol de uma atividade estudantil, passasse a incorporar uma concepção profissional por meio de suas instituições.

Como temos dito havia um processo civilizacional em curso alterando diversas coisas, inclusive as formas tradicionais de conceber e conduzir o clube de futebol. E se no início do surgimento dos clubes era compreensível condutas baseadas puramente no senso comum, na experiência imediata dos indivíduos, na tradição e no amadorismo, era, talvez, porque a natureza da sociedade e a dimensão ocupada pelo esporte não exigia excessivamente além. Também, porque o raio de ação e de interação do clube na maior parte era um público local ou próximo[39]. E neste universo as ações administrativas adotadas ressentiam de uma experiência mais profunda com o esporte, pois a maioria dos dirigentes/gestores era gente sem especialização no setor carregavam consigo outras experiências e isto se constituiu numa das maiores dificuldades na condução de diversos clubes[40] no mundo, pois os gestores eram na maioria, admiradores, ex-jogadores[41] e indivíduos recrutados de diversos setores da sociedade, a exemplo de comerciantes e políticos.

Mas, havia a necessidade de redefinição da lógica do próprio esporte afinal, há uma passagem amador-profissional. Acontece que ela não se deu por completo, mesmo na Europa, talvez, pela formação ou má formação dos dirigentes e deste modo os clubes eram administrados na maior parte por dirigentes que viviam divididos entre a sua ocupação profissional e seus negócios e a condução do clube; cabe também destacar que, possivelmente, pelo cenário não revelar a complexidade atual[42], muitos dirigentes acreditavam e "tocavam" o clube como uma "organização" extremamente diferente, por exemplo, das suas empresas e as ações obedeciam em

---

38 Tal conceito foi cunhado por Elias como forma de expressar o processo social por meio dos quais o esporte moderno se desenvolveu e é exerce similaridade com o termo civilização usado convencionalmente para pensar a sociedade mais geral. Ver: Elias e Dunning (1992).

39 "A expansão do futebol foi estimulada pelas partidas anuais entre Inglaterra e Escócia desde 1872, pelo campeonato entre as quatro nações britânicas a partir de 1883, pelas primeiras partidas interseleções fora da Grã-Bretanha no começo do século XX" (FRANCO JÚNIOR, 2007, p. 42).

40 Assim compreendemos, pois a despeito do que se possa dizer que aprendemos fazendo, ainda assim, muitos se esquecem dos prejuízos que advém da falta de experiência no desempenho de certas funções sociais e no futebol não foi, nem é diferente muitos clubes se endividaram, outros não alcançaram estabilidade no cenário se constituem como verdadeiros outsiders e alguns desapareceram. Hoje, alguns clubes, podemos citar o Bayern de Munique e o Real Madrid, compreendem a importância de ter gestores que além de sua formação originária ter conhecimento especializado no esporte ou na gestão esportiva.

41 Martin Busby no Manchester United é um exemplo.

42 Hoje são exigidos dos clubes europeus, principalmente, que ajam como verdadeiras empresas.

muitos casos mais a lógica baseada na emoção e no senso comum do que na racionalidade e não era raro haver dirigentes que creditavam parte do sucesso ou insucesso do clube a sorte e ao acaso[43], claro havia exceções.
Embora o ambiente tenha enveredado pela profissionalização do futebol, uma coisa é fato: por muito tempo habitou neste universo as práticas misturadas revelavam muito da tradição e do comportamento amador povoando o ambiente o comando exclusivo dos estudantes-dirigentes, comerciantes e industriais, sem a devida especialização ou sem o auxilio desses especialistas, mas já havia em paralelo, indícios da visão profissional em curso.
Um panorama breve deste novo cenário agora com a prevalência dos clubes de futebol comandando o esporte profissionalizado é marcado por alguns acontecimentos vinculados ao modo de condutas administrativas dos dirigentes como: necessidade de redefinição do significado deste esporte e da função do clube, racionalização da esfera, conquista de um público com seus desejos, consolidação de uma nova filosofia atrelada à conversão do futebol enquanto "ocupação" profissional e, portanto, com o pagamento de salários aos jogadores e outros profissionais o que, por conseguinte remete a busca por recursos de diversa, envolvendo inclusive algumas parcerias. Mas, é interessante notar segundo Leoncini (2001, p.37) que "[...] os clubes de futebol fazem parte de uma cadeia produtiva complexa e é a dinâmica desta cadeia que os empurram rumo à profissionalização de suas atividades".

Quadro 4 - FORMAS DE CONDUTAS ADMINISTRATIVAS ALOCADAS NO TRAJETO INSTITUCIONAL DOS CLUBES DE FUTEBOL.

Perspectiva geral	Clube sócio esportivo	Clube profissional
Origem	Inglaterra	Inglaterra com difusão posterior do processo
Administrador	Membros da elite inglesa, em sua maioria composto por: estudantes sócios destes clubes.	Membros dos partidos; da classe operária; comerciantes; industriários e
Finalidade	Lazer e divertimento	Competição
Características Marcantes das condutas Administrativas		
Cenário figuracional	Amador	Transição do amadorismo para o profissionalismo

Fonte: Elaboração do Autor.

Finalmente, ao refletirmos sobre o processo de gerenciamento dos clubes no mundo entendemos juntamente com Favero (2009, p. 18) que "desde seu surgimento até os tempos atuais, o futebol foi cada vez mais se aproximando dos preceitos capitalistas. Saiu do amadorismo, do lúdico, para a competição bem organizada e o profissionalismo total". Assim, na nova realidade, os clubes necessitam se enquadrar ao curso civilizacional e a figuração profissionalizada adotando novas concepções de gestão. Adentramos numa nova fase: do dirigente/especialista gerindo um ambiente voltado o espetáculo e nela os requisitos e instrumentos de ação se complexificam, pois, mais que nunca "os clubes de futebol investem abundantes recursos na contratação de jogadores, como objetivo de: arrecadar receitas e conquistar títulos" (DANTAS E BOENTE, 2011, p. 76).

Referências

AZAMBUJA, Celso Cândido de; AZEVEDO, Marco Antonio; ROHDEN, Luiz. (2012), **Filosofia do Futebol**: troca de passes. Porto Alegre: Sulina.

43 Sobre o assunto ver: Soriano (2010).

CASTRO, C. de M. (ed.) (2006), **A prática da pesquisa**. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

DAMO, A. S. (2005), **Do dom à profissão**: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França. Tese de doutorado, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DANTAS, Marke Geisy; BOENTE, Diego Rodrigues. (2011), Análise do Comportamento do Mercado de Ações em Clubes de Futebol. **Revista Ambiente Contábil - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.** v. 2, n. 2, pp. 33-49.

_____. (2012), A eficiência financeira e esportiva dos maiores clubes de futebol europeus utilizando a análise envoltória de dados. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 5, n. 13, pp. 75-90.

DEBORD, Guy. (2011), **A sociedade do espetáculo**: Rio de Janeiro: Contraponto.

DUNNING, E., ELIAS, N. (1992), **A busca da excitação**. Lisboa: Difel.

ELIAS, N. (1999)**, Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70.

_____. (1994), **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1995), **O processo civilizador** – uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (2000), **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. (2007), **A dança dos deuses**: futebol, sociedade, cultura. São Paulo: Companhia das Letras.

FAVERO, Paulo Miranda. O. (2009), **Os donos do campo e os donos da bola: alguns aspectos da globalização do futebol**. 2009. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GIULIANOTTI. R. (2002), **Sociologia do Futebol** – dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões. São Paulo: Nova Alexandria.

KUPER, Simon., SZYMANSKI, Stefan. (2010), **Soccernomics**. HarperCollins UK.

LEONCINI, M. P. (2001), **Entendendo o Negócio do Futebol**: um estudo sobre a transformação do modelo de gestão estratégico nos clubes de futebol. 2001. 175f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MURAD, M. (1996), **Dos pés à cabeça: elementos básicos de sociologia do futebol**. Irradiação Cultural.

RAMOS, Alberto Guerreiro. (1967), **A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade.** Anais da 45ª Sessão do Instituto de Assuntos Mundiais.

ROCCO JUNIOR, Ary José. (2013), A comunicação interna e a construção da cultura organizacional em equipes esportivas vencedoras: o caso do FC Barcelona, In: **ORGANICOM**, São Paulo, ano. 10 nº. 2º Sem.

SILVA, Joanna Lessa Fontes. (2013), **Sociologia Processual de uma Política Pública de Esporte e Laze**r. 2013. 230f. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em sociologia, Universidade Federal de Pernambuco.

SORIANO, Ferran. (2010), **A bola não entra por acaso**: estratégias inovadoras de gestão inspiradas no mundo do futebol. São Paulo: Larousse do Brasil.

Tadeu, L. (1997), **A Gestão dos Clubes de Futebol**. In Atas do II Congresso de Gestão do Desporto.

TOLEDO, L. H. (2000), **Lógicas no futebol**. São Paulo: Hucitec/Fapesp.

WITTER, J. S. (1990), **O que é Futebol.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

ESPORTE E SOCIEDADE: Interfaces (in) perceptíveis

Adalberto dos Santos Souza[1]
e-mail: neysouza11@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho objetiva mostrar como a sociedade brasileira tem lidado com as questões ligadas à cultura corporal, abordando, mais precisamente, a relação do esporte com as diversas formas de controle social e corporal que normalmente estiveram ligadas aos interesses militares, eugênicos e capitalistas. Para atingir tal objetivo traremos a tona como os profissionais de Educação Física tem reproduzido através das práticas corporais, principalmente as ligadas ao esporte, esta lógica que padroniza e aprisiona as pessoas. Mostraremos também, como isto abre caminho para que um "exército" composto pelas academias, indústrias de produtos diet, empresas esportivas entre outras, tenham espaço para impor seus interesses visando ao consumo de seus produtos sem uma reflexão deste consumo. A análise aqui apresentada tem como a base a mudança de paradigma ocorrida na Educação Física brasileira a partir da década de 1980, fato este que possibilitou com que várias concepções sobre a área fossem questionadas.

Palavras chave. Esporte, sociedade, educação física, corpo, cultura Corporal.

A constituição do Esporte na sociedade moderna

Um dos fenômenos que mais cresceu e ganhou legitimidade na sociedade moderna, sem dúvida, foi o esporte. Mas a crescente procura por práticas desportivas ou interesse em participar de alguma forma deste mundo esportivo não aconteceu por acaso. Vários são os fatores que podem explicar este fato, desde o interesse em se obter dividendos políticos por parte de alguns setores, passando pelo interesse das empresas de materiais esportivos, produtos diets, academias, clubes etc., chegando até a indústria midiática deforma geral.

Esse fenômeno, que atualmente se tornou hegemônico enquanto prática de atividades físicas, não acontece de forma isolada, tampouco surgiu de maneira inocente no cenário nacional. Foi mais precisamente a partir da década de 1960 que o esporte tomou um grande impulso, embora tenha sido a partir da década de 1950 que ele começa a ser conhecido e praticado de forma mais sistemática no Brasil.

Vários foram os fatores que contribuíram para sua proliferação. Por exemplo, a incorporação, nas aulas de Educação Física do conteúdo esportivo, que, somado à ginástica, ditou a partir de então, o padrão de Educação Física em nosso país.

Somados a estes fatores e contribuindo substancialmente para este sucesso, temos a proliferação da transmissão ao vivo por meio da televisão, que teve início no final da década de 1950 e início da de 1960. Essa nova forma de divulgação dos acontecimentos também gerou uma nova figura nesse cenário crescente, a do telespectador e, é a partir do surgimento desse novo personagem que devemos analisar esta relação que se tornou matrimonial e sobrevive até os dias de hoje.

O fenômeno esportivo também pode ser considerado um dos apêndices utilizados ao longo dos anos por políticos e outros segmentos sociais que conseguiram vislumbrar em sua exploração uma das formas de manutenção do poder, controle e alienação de parte da população. Neste sentido não é exagero afirmar que a estratégia elaborada para disseminação da prática esportiva em nosso país teve entre os seus objetivos, principalmente no período da ditadura militar, o de controle do corpo.

---

1 Licenciado em Educação Física e Pedagogia, com mestrado e doutorado em Educação Física pela Unicamp. Atualmente é professor Adjunto II na Universidade Federal de São Paulo no Departamento de Educação. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Métodos e Técnicas de Ensino, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação Física Escolar, Educação Física, Escola, Corpo Cultura e Mídia e Prática Docente. Participou da elaboração da Proposta curricular para a área de Educação Física do Estado de São Paulo além de desenvolver Projetos de pesquisa junto ao Ministério do Esporte.

A respeito deste controle corporal Foucault (2013, p. 118) afirma que:

> [...] em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõe limitações, proibições ou obrigações. Muitas coisas entretanto são novas nessas técnicas. A escala, em primeiro lugar, do controle: não se tratava de cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável, mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica – movimentos, gestos atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo.

É lógico que esse poder controlador, que acaba no limite, sendo exercido com tanta eficácia, e que leva a sociedade a um estado anestésico, principalmente no que diz respeito às possibilidades de perceber como este controle ocorre não se dá de uma instante para o outro. A sua construção é gestada lentamente, a coerção, o controle e os movimentos padronizados, são elementos constituintes desta estratégia de docilização dos corpos (Foucault, 2013).

Caldas (1993) ao demonstrar como se deu este controle corporal nos anos de chumbo no Brasil, utiliza-se do exemplo do futebol, mais precisamente do episódio ocorrido na década de 1970, quando a seleção brasileira sagrou-se campeão mundial de futebol. Neste período, a ditadura se fazia valer de todas as estratégias possíveis para dissimular qualquer mal estar que poderia surgir de questionamentos sobre sua atuação enquanto um governo legítimo. Foi então que a conquista do tri campeonato mundial de futebol, ocorrida no México, caiu como uma luva naquele momento histórico.

Tal fato fez com que o então presidente da Republica, o General Emílio Garrastazu Médice, se utilizasse da conquista do tri campeonato Mundial de futebol para obter dividendos políticos em toda sua gestão, e fazer com que a população brasileira tivesse a sensação de que nem tudo estava perdido, afinal, o Brasil era campeão mundial de futebol. Era como se isso tivesse lavado a honra do brasileiro, e todos os problemas existentes fossem secundários naquele momento. A estratégia utilizada tinha como propósito tirar o foco dos problemas políticos e direciona-lo para as glórias do esporte.

A manobra utilizada pelo Governo Federal foi facilitada pelo advento da televisão que aproximou o esporte da população e criou a figura do telespectador e com isso uma sintonia que possibilitou o surgimento e/ou a criação e diversos ídolos esportivos.

Betti (1998) afirma que essa relação entre o esporte e a televisão, surgida de forma mais sistemática nas décadas de 1960 e 1970, vem se alterando de maneira progressiva e rápida. Para ele, a modificação da maneira como o esporte é praticado e percebido por nós teve como "elemento chave a figura do espectador, esse indivíduo que está disposto a pagar para assistir uma competição esportiva, e assim financiar o sistema comercial do esporte" (Betti, 1998: 31).

Outros autores que abordam a questão da aliança do esporte com a mídia, como é o caso de Müller (1996), acrescentam que o poder da mídia tomou forma mais consistente à medida que o capitalismo foi se expandindo. Para o autor a mídia consegue despertar uma habilidade para a observação com extrema rapidez, para que no êxtase desta velocidade muitos detalhes possam ser captados, aumentando assim, a oferta de produtos de consumo.

Tais ações são orquestradas no sentido de fazer com que o telespectador passe a condição de consumidor dos produtos relacionados ao esporte. Com isto os consumidores, passam a convier em uma "avalanche" de fatos e coisas ofertadas, sendo que cada vez mais estas ofertas possam trazer uma identificação entre o produto a ser consumido e o sujeito consumidor. O esporte praticado em uma sociedade capitalista não escapa a essa lógica, pois é a oferta dos produtos advindos do esporte e o consumo deles que, em parte, financiam a continuidade deste.

Betti (1996) também percebe a importância do regime capitalista para a mídia, ele acredita que a mídia contribui para a alimentação do imaginário de uma nova fase de expansão do capitalismo, na qual a ideia de que os esportistas ganham muito dinheiro é responsável pela coesão de um novo processo civilizador que aguça e padroniza todos os consumidores. Quando compramos um tênis, compramos também status, um estilo

de vida esportivo. Não somos mais apenas cidadãos no sentido político clássico, mas também consumidores.
É evidente que este poder que é atribuído ao esporte e à mídia foi sendo construído ao longo do tempo, no entanto após o processo de globalização o esporte passa a ser "uma mercadoria, manipulada pela indústria cultural. Seus destinos fogem a decisão estrita do campo esportivo e se curvam aos interesses das grandes corporações transacionais" (Bitencourt, 1997:92).
Outro fato interessante e que dá mais elementos para esta discussão, é o fato de que os atletas são transformados em ídolos, cabendo aqui fazer uma diferenciação entre os ídolos do esporte e os outros. Para isso utilizaremos a definição de Helal (1998), segundo a qual a diferença básica entre ídolos do esporte e ídolos de outros universos, como música e dramaturgia consistem em que os primeiros, frequentemente, possuem características que os transformam em heróis, os dos outros universos, raramente, possuem estas qualidades.
Esta transformação em heróis se dá em função do aspecto agonístico, de luta que permeia o universo esportivo, no qual o sucesso de um atleta acaba dependendo do insucesso de outro, ou seja, neste universo só o fracasso de uns permite o sucesso de outros.
A criação ou transformação de atletas em ídolos só é possível porque cada vez mais o esporte tem espaço reservado nos meios de comunicação de massa (cadernos dos jornais, revistas, programas de televisão e rádio), que acabam envolvendo quantias elevadas de capital e necessitam de um retorno deste investimento. Para isto, a utilização deste esporte que está diariamente nos meios de comunicação de massa, envolve quantias elevadas, arrasta legiões de espectadores (fãs), cria ídolos, mitos, intermediários culturais especializados (cronistas esportivos, jornalistas, professores de Educação Física entre outros), e isto está vinculado à produção e ao consumo de bens, produtos e serviços, principalmente via publicidade (Bitencourt, 1997).
Betti (1998), ao identificar essas características do esporte de rendimento, afirma que é por meio da popularidade dos astros esportivos, da constante recepção de informações e imagens sobre o esporte e também da combinação do sucesso com a imagem do produto, que o esporte se torna interessante para a indústria.
Carvalho (apud Betti,1998) entende que a televisão, por meio das transmissões esportivas, acaba propondo uma nova visão do evento e que:

> a repetição de maneira obsessiva de alguns dos lances mais violentos ou espetaculares, o fanatismo da torcida, a euforia da vitória etc. [...] facilita muito a comercialização do esporte, pois permite a ênfase em tudo o que mais interessa aos investidores, e produz uma visão artificial do esporte em combinação com uma linguagem "guerreira" (apud Betti,1998: 36).

Esta atitude acaba por amplificar o falso drama que se vive no campo e nas quadras, facilitando, assim, a venda dos produtos ligados ao esporte ou aos atletas/heróis.
O envolvimento que a mídia proporciona às pessoas é tão grande, que causa um misto de fascínio e hipnose, chegando a fazer com que, durante os períodos de copa do mundo, as pessoas reúnam-se em espaços públicos, como ruas, bares, praças entre outros, tornando-os privados. Pessoas que nunca se viram tornam-se extremamente íntimas nessa "corrente pra frente" e, durante os jogos e momentos de gol, abraçam-se freneticamente como íntimos e velhos amigos. Só podemos entender este sentimento à medida que percebemos o quanto é competente a mídia nesta construção do imaginário mítico e nacionalista, ou seja, "[...] a dramatização de um fato é, frequentemente, mais importante do que o fato em si na compreensão dos princípios que norteiam o imaginário coletivo" (Helal, 1998: 141).
Não podemos dizer que atualmente o enfoque dado a estas questões seja outro, que os objetivos em relação ao esporte de rendimento no Brasil tenham se modificado, afinal o profissionalismo e os interesses capitalistas impõem uma forte pressão, pressão esta que vai no sentido de conseguir hegemonicamente a manutenção de seus interesses, mas não podemos também perder de vista, que além destes interesses, outros associaram-se a eles, a industria cultural, quem sabe, é o exemplo mais claro disso, pois cria a cada dia novas possibilidades de obter lucro por meio do esporte enquanto produto de consumo.
Além desta questão do incentivo ao consumo de produtos ligados aos eventos esportivos, não podemos perder de vista a utilização do esporte com objetivos políticos ideológicos e de controle corporal, fato este que não

foi privilégio exclusivo do Brasil, isto porque, durante o período da guerra fria esta disputa nas quadras, nos campos e nas piscinas, foi acirrada entre os Estados Unidos e a antiga União Soviética.

Esta luta pela hegemonia esportiva se estendeu a outros países, não ficando restrita, portanto, a estas duas potencias. Países como Cuba, Alemanha, Japão e China também tiveram a clara intenção de mostrar a supremacia nacional por meio de conquistas esportivas. Não obstante, percebemos que esta ideia tem levado os atletas a tentarem superar seus limites corporais, estando dispostos para isso a pagar qualquer preço, mesmo que seja alto demais, como é o caso de alguns atletas que têm se utilizado, inclusive, de meios ilícitos para obter este intento.

Essa tentativa desenfreada de superar os limites do corpo humano, nos leva a assistir cenas cada vez menos raras, de casos de dopping de atletas que vêem o esporte como um fim em si mesmo, visão esta, levada, talvez, pela forma como é tratada a questão esportiva nesses países, que procuram projetar sua condição hegemônica por meio de seus "super atletas".

No Brasil, embora o nosso país ainda não seja uma potência esportiva, o quadro que foi pintado historicamente não tem conotação diferente, o que nos leva à necessidade de uma leitura mais crítica de como vem ocorrendo esta prática. A manipulação dos valores e dos conceitos sobre o que realmente se pretende em termos de prática corporal ou prática desportiva no Brasil deve ser levada em consideração em uma análise mais profunda sobre o fenômeno esportivo.

Levar em consideração este alerta faz com que à medida que o pano de fundo for retirado, a cena se torne cada vez mais nítida e mostre como está sendo construída a cultura esportiva em nossa sociedade, dando indícios de que o esporte tem assumido cada vez mais as características básicas anunciadas por Bracht (1997), que podem, segundo o autor, ser sumariamente resumidas em: competição, rendimento físico-técnico, record, racionalização e cientificização do treinamento.

Ao assumir estas características, ele tem deixado de lado uma abordagem fundamental, que diz respeito à questão da cultura corporal, tomando como ponto de partida apenas os interesses gerados pelo capital e consequente a mercantilização do corpo, o que leva a mecanização e disciplina corporal.

Segundo (Foucault, 2013) estes elementos fazem com que nasça uma arte do corpo humano, que tem como objetivo não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que, no mesmo mecanismo, o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente.

Betti (1993*)* reforça essa ideia do esporte a serviço do capital, afirmando que seu constructo é determinado historicamente. Afinal, esse esporte, que conhecemos hoje, é um produto das profundas transformações produzidas pela Revolução Industrial na Europa dos séculos XVIII e XIX, com origens especialmente Inglesas.

Esta influência somada à formação militar que sofreram os instrutores e depois professores de Educação Física no Brasil, ligadas à influência da mídia posteriormente, pode ser norteadora para o esclarecimento da esportivização e do aprisionamento corporal que sofremos atualmente.

Quando falamos de esporte em nosso país, lembramos a princípio do esporte de alto rendimento, afinal, é o esporte de alto rendimento que foi escolhido há muito tempo pela indústria cultural como aquele que dá sustentação ao lucro fácil.

Essa escolha, que não ocorreu por acaso, acaba apontando para o que temos visto atualmente em termos de aulas de Educação Física no Brasil. Bracht (1997), reforça este argumento afirmando que é o esporte de alto rendimento que, em linhas gerais, ainda fornece o modelo de atividade para grande parte do esporte em nosso país, fazendo com que além desta "marca" outras venham acompanhadas deste que deveria ser de acesso irrestrito a todos, sem nenhum tipo de preconceito ou discriminações e, principalmente, sem o estereotipo do esporte de rendimento.

Este tipo de atividade é seletiva, atende aos interesses de poucos que ganham muito. Enquanto isso a população fica assistindo e pagando para que os "semideuses" do esporte ditem qual é forma correta de praticar esta ou aquela atividade esportiva, que no limite se torna padrão de qualquer atividade corporal.

Esse esporte de rendimento do qual falamos também têm sido levado para a escola transformando-se em referencial para as aulas de Educação Física, contribuindo de forma considerável para a manutenção deste "status quo". Para Daolio (2014), os professores de Educação Física ainda não se deram conta que ao trabalhar diretamente com o corpo dos alunos, o professor acaba interferindo na concepção e na representação que os alunos têm do seu

próprio corpo. E essa interferência tem feito com que os alunos se distanciem das aulas cada vez mais, pois ela não tem sido feita de maneira a preservar a individualidade e os valores culturais presentes nesta prática.
Outra constatação de Daolio (2014) parece definir bem o que vem acontecendo atualmente com os profissionais de Educação Física. O autor afirma que o professor de Educação Física parece esquecer que seu trabalho se dá num ambiente cultural, com pessoas que fazem parte de uma realidade social e utiliza conteúdos que são historicamente construídos e, portanto relevantes daquela cultura.
Esquecendo esta contextualização apontada pelo autor, que deve servir de subsídio para a elaboração das atividades desenvolvidas pelo professor de Educação Física, ele acaba esquecendo que, ao mesmo tempo em que ele é produto de uma cultura, é também produtor desta, portanto, a construção de um novo paradigma que de conta de entender a atividade física como cultura corporal, passa por questões mais amplas, e não devem ficar restritas ao reducionismo do esporte de rendimento, que atende apenas ao interesse de uma pequena parcela da sociedade, e ao que tudo indica, justamente aquela que se beneficia economicamente deste tipo de modelo esportivo.
Temos visto atualmente que os meios de comunicação são os aliados mais fortes da indústria esportiva para a manutenção desta ordem. Além disto, este gerenciamento tem proporcionado o surgimento de fatos interessantes no que diz respeito ao tipo de divulgação e escolha do esporte que estará na moda. São eles que, em grande parte, determinam qual será a prática esportiva do momento, sendo fundada esta determinação, em boa parte, no acúmulo de capital, no lucro e interesses de setores ligados ao consumo corporal, que acabam fazendo com que a atividade física, seja encarada de forma disciplinar e eficiente, a fim de obter os melhores resultados.
Mas esta disciplina a que é submetido constantemente o corpo não se dá de forma desfocada e desordenada, ela é forjada de maneira organizada e sistemática, visando sempre colocar as práticas corporais a reboque destes interesses. Afinal,

> não se pode esquecer que foi dentro desta atmosfera racionalizada que a educação física e os esportes foram pensados e praticados. Imensa, fascinante e assustadora é a galeria dos perfis corporais construídos pela humanidade e atestados pela história das culturas. Em todos esses perfis corporais aparecem os traços de uma corporeidade submissa, disciplinada, desprezada, por vezes, até abjeta (Santin, 2014:54).

Ou seja, a obediência e a funcionalidade corporal são fundamentais para a construção desta lógica que visa ao consumo e ao rendimento e, no limite, a disciplina sempre foi a bandeira que ajudou no controle, manipulação e construção de corpos dóceis, como diz Foucault (2013).
A justificativa para o estabelecimento e manutenção deste pensamento sobre as práticas desportivas também foi construída historicamente. Gustavo Capanema, na década de 1940, quando ministro da Educação e Saúde, ponderava que é de notar também que, no domínio das práticas desportivas, não raro podem implantar-se certos elementos de desnacionalização, e esta verificação é de molde a exigir medidas que, eliminando tais elementos, conservem os desportos permanentemente como um dos meios de educação cívica da mocidade e como uma viva expressão de energia nacional (Manhães, 1986).
Se observarmos os valores que estão contidos nesta frase, perceberemos que a Educação Física e o esporte foram quase sempre conclamados a cumprir seu papel "cívico" de ajudar à nação, principalmente, no que diz respeito ao controle das ações que visassem a manutenção do espírito de nacionalização e ensino das noções de moral e civismo de nossa mocidade.
Mais uma vez fica nítida a ideia que permeia o pensamento sobre a Educação Física, que acaba por fundir-se, em grande parte, com a ideia de esporte, não sendo dissociada, portanto, da concepção que se tem do que é Educação Física e esporte, sendo colocadas no mesmo viés, servindo ora a interesses do Estado, ora aos interesses da indústria esportiva.
Como forma de ilustrar a intervenção estatal, recorremos ao exemplo de Manhães (1986), quando o autor cita o discurso do então presidente da Republica Getúlio Vargas na inauguração do estádio do Pacaembú na cidade de São Paulo. O presidente inicia seu discurso dizendo a seguinte frase: [...] ser este monumental campo de jogos desportivos obra de sadio patriotismo pela sua finalidade de cultura física e educação cívica [...]. Percebemos pelo discurso, que os valores aclamados pelo presidente são os valores destinados ao esporte desenvolver,

associando sempre a prática desportiva ao desenvolvimento do patriotismo e civismo, valores caros ao regime militar.

Esta ideia foi claramente demonstrada em 1970, com a seleção brasileira de futebol que foi constantemente chamada quando representava o país de "pátria de chuteiras", como se o país fosse naquele momento milhões de vozes transformadas numa só, a voz do futebol, do orgulho nacional, a despeito de qualquer injustiça social que perdurasse naquele momento de "glória" nacional. E enquanto este ufanismo corria solto em nosso país, "lá fora, no cotidiano, continuam os corpos famintos, abandonados, executados, desdentados, humilhados e explorados de milhares de trabalhadores, crianças e velhos" [...] (Santin, 2014: 66).

Percebe-se pelo trecho destes discursos que a Educação Física, historicamente tem se dedicando a "fabricar" corpos alienados, disciplinados e submissos, sem a mínima preocupação e reflexão de como esta atuação vem se dando. Santin (2014) reforça esta afirmação quando diz que:

> em duas áreas sua eficiência foi demonstrada com maior empenho. Na formação de corpos guerreiros e na formação de corpos atletas. Interessante lembrar que não se preocupou com o corpo trabalhador, proletário (Santin, 2014: 65).

Considerações finais

A análise feita neste texto objetivou mostrar que como a sociedade brasileira tem lidado com as questões ligadas à cultura corporal, em especial a questão esportiva, e como ação do profissional de Educação Física, tem ajudado na manutenção desta visão esportivisada. Entendemos que a ação do profissional de Educação Física deva acontecer de maneira que ele não perca de vista a dimensão política e social de sua atuação, independente do local que ela venha a ocorrer.

Durante anos a história vem demonstrando como é notório o fato de que as práticas esportivas não surgiram por acaso, ou melhor, as práticas que uma nação elege e legitima como suas, são estabelecidas em função de fatores intervenientes, que são políticos, econômicos e sociais, interligados de tal maneira que acabam se unindo e cristalizando a ideia de que as atividades corporais, entre elas a prática desportiva, se deram por acaso ou de maneira espontânea, não sendo, portanto, fruto de um processo político e histórico que se estabelece nas relações entre os interesses dominantes.

É nessa lógica que o esporte tem se consolidado em nossa sociedade, e as interfaces estabelecidas entre ele e a população carregam elementos imperceptíveis a grande maioria, sendo necessária a sua análise de forma mais profunda para que as suas estratégias sejam desvendadas e tornadas claras aos sujeitos que dela tenham contato.

Acreditamos que este desvendar deva ser iniciado pelos professores de Educação Física, seja em sua atuação como professor na escola, como técnico ou outra atuação que lhe seja exigida.

Referências bibliográficas

BETTI, M. (1993). Cultura corporal e cultura esportiva. *Revista Paulista de Educação Física.* São Paulo. pp. 45-50.

BRACHT, V. (2005). *Sociologia Crítica do Esporte: Uma introdução.* Vitória: UFES, 3ª ed.

CALDAS, W. (1993). Dimensões Sociológicas do Esporte. *Simpósio Esporte: Dimensões Sociológicas e Políticas.* São Paulo. pp. 9-24.

DAÓLIO, J. (2014). *Da Cultura do Corpo.* Campinas, São Paulo: Papirus, 17ª ed.

MANHÃES, E. D. (2002). *Política de esportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed.

FOUCAULT, M. (2013). *Vigiar e punir: nascimento da prisão.* Petrópolis: Vozes, 41ª ed.

SANTIN, S. (2014). Perspectivas na visão da Corporeidade: In *Educação Física e Esportes: Perspectivas para o século XXI.* Org. WAGNER, W. M. Campinas: Papirus. 17ª ed.

« ESTOU AQUI COMO UM PROFETA DE DEUS »
Zé Roberto: o futebol e a *religiosidade* como *beliscão do destino*[1]

Claude Petrognani[2]

Resumo: Este texto versa sobre um aspecto do campo religioso brasileiro, aquele que aproxima religião e futebol. Mais especificamente, discorre sobre o discurso e a presença do jogador Zé Roberto, do Grêmio Futebol Club, num evento organizado pela Associação dos Homens de Negócio do Evangelho Pleno (ADHONEP), em dezembro de 2013, em Porto Alegre. A análise do discurso proferido por Zé Roberto permite mostrar como a religião pode se tornar, num mundo sempre mais "global" e "moderno", o «beliscão do (próprio) destino», para retomar a expressão de Geertz (2001). Enfim, este objeto permite refletir sobre um tema crucial da atualidade, o fenômeno religioso na modernidade.

Palavras- chave: religião, modernidade, futebol.

« I AM HERE AS A PROPHET OF GOD»
Zé Roberto: Soccer and *religiousness* as "*the pinch of destiny*"

Abstract: this text is about one of the aspects of the Brazilian religious field which compares football with religion. It specifically concerns the speech and the presence of Zé Roberto, the Brazilian soccer player who currently plays for the "Grêmio Futebol Club", during an event organized by Association of Full Gospel Business Men's (ADHONEP) in December 2013, in Porto Alegre. The analysis of his speech shows how religion can become, in a world more and more "global" and "modern", the «pinch of their (own) destiny», to use the expression of Geertz (2001). Finally, this object makes us think about a crucial issue nowadays, the religious phenomenon in modernity.
Keywords: Soccer, religion, modernity

Introdução: religião, modernidade, futebol

Este texto é o resultado de uma observação etnográfica de um encontro evangélico ocorrido no dia 2 de dezembro de 2013, no restaurante *Bella Italia*, localizado na avenida Pernambuco, número 2.353, no bairro Farrapos, em Porto Alegre. O encontro intitulava-se: «Jantar com Palestra do Jogador do Grêmio Zé Roberto[3]». Procuro entender o campo religioso a partir do discurso proferido pelo jogador Zé Roberto, neste evento organizado pela Associação dos Homens de Negócio do Evangelho Pleno (ADHO-

---

1 Trabalho apresentado na 29° Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN. Uma primeira versão deste texto foi publicada na revista Debates do NER, Porto Alegre, ano 15, N. 26, p. 229-252, dez. 2014.

2 Claude Petrognani é graduado em História – Universidade de Gênova/Itália (2007) e possui mestrado em Antropologia Cultural e Etnologia sempre pela Universidade de Gênova/Itália (2010). Realizou intercâmbio com bolsa Erasmus na Universidade de Coimbra/Portugal (2010). Atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Objeto da tese as relações entre futebol e religião. Contato: claude.petrognani@libero.it

3 Disponível em http://www.adhonep.com (data de acesso 02/12/2013)

NEP)[4]. Retomo a sugestão que o antropólogo L. H. Toledo (2001) desenvolve na sua "Teoria Social do Futebol", ou seja, fazer uma *antropologia das práticas esportivas* (e não, simplesmente, uma *antropologia do esporte*[5]), o que significa pensar o *locus* esportivo, neste caso o *locus* futebolístico, como o espaço *a partir e com* o qual pensar outras articulações, como, por exemplo, o mundo do religioso. Isto significa, metodologicamente, tentar abordar este universo partindo das *margens* (J.Clifford, 2004).
É seguindo nesta direção de uma antropologia *in viaggio*, que procurarei entender as tensões entre o processo de modernização do futebol e o domínio do religioso; tensões para «se pensar de maneira mais ampla a direção que vem tomando o domínio das formas de religiosidades no Brasil» (Toledo, 2001:136). É interessante notar, por exemplo, que:

> No domínio das novas formas de religiosidade que vêm se propagando no meio urbano nas últimas décadas e que congregam o movimento mais geral conhecido por neo-pentecostalismo, que existem certas manifestações religiosas mais voltadas para um público esportivo. (Toledo, 2001:136).

É o caso, por exemplo, do *Movimento dos Atletas de Cristo*[6], que procura atrair fiéis oriundos dos segmentos juvenis, « particularmente aqueles que encenam estilos de vida mais voltados para as práticas esportivas ». (Toledo, 2001: 136).
A entrevista que a antropóloga Carmen Sílvia Rial (2013) concedeu à revista Unisinos[7], "O ovo do Diabo e os jogadores de futebol como pastores neopentecostais", nos explica como a doutrina neopentecostal pôde se difundir entre os atletas (neste caso de futebol) e como tornar-se pastor evangélico transformou-se numa aspiração e carreira plausível para um ex-jogador de futebol.
De fato, conforme Rial (2013:1): « A presença do neopentecostalismo no futebol é o novo nexo entre futebol e religião [...] O fenômeno coincide com o aumento meteórico das igrejas evangélicas no Brasil [...] ».

E complementa:

> É o caso dos jogadores de futebol. A doutrina conhecida como Teologia da Prosperidade está na base das igrejas evangélicas que tiveram maior sucesso no Brasil. Assim, a Modernidade não apenas não acabou com a religião, como previam alguns, mas a reforçou, como é o caso do neopentecostalismo [...]. O neopentecostalismo oferece uma cosmologia capaz de integrar as novas experiências de vida destes jogadores assim como possibilita, para os jogadores-celebridades, viver como milionários sem

---

4 Para demais informações, ver o site http://www.adhonep.com
"*Conheci quase por acaso, este evento. Estava no Centro de formação do Internacional de Porto Alegre, conversando com a psicóloga do esporte, E. S., sobre a possibilidade de realizar uma entrevista com o técnico da categoria de base C. (o qual, umas semanas antes, tinha sido promovido no profissional). 'Porque não olhas na internet?' Me perguntou E. S., 'com certeza encontrarás matérias interessantes sobre o técnico (testemunhos, vídeos, entrevistas...) relacionadas à pesquisa que estás desenvolvendo...'. Procurei. E, de fato, encontrei matérias muito interessantes, sobretudo um depoimento no qual o C., em veste de pregador, relatava a sua experiência de jogador profissional... A matéria encontrava-se no site da ADHONEP de Porto Alegre. Na secção 'eventos a ser realizados', constava o programa, no dia 2 de dezembro de 2013, de um 'jantar com o a palestra do jogador do Grêmio, Zé Roberto'. Seguindo as instruções do site, decidi me cadastrar: depositei o valor que a Associação exigia (50 Reais, referente à palestra e ao jantar) e recebi, por e-mail, a confirmação da reserva. Pedi para a minha namorada me acompanhar, a qual, torcedora do Grêmio, aceitou com entusiasmo* (Retirado do diário de campo escrito poucos dias que procederam o evento, 02/12/2013).

5 Conforme Toledo (2001:137): «[...] para colocar em perspectiva e em relação as várias linhas de pesquisa e subáreas dentro da própria disciplina [...] talvez 'antropologia das práticas esportivas' seja uma expressão um pouco mais matizada e pode, dessa forma, definir uma linha de pesquisa menos reducionista do que 'antropologia do esporte'».

6 Sobre o Movimento denominado *Atletas de Cristo* ver Jungblut, A.L. (1994) e Reinaldo Olécio Aguiar (2004).

7 Disponível em www.ihu.unisinos.br (data de acesso 02/12/2013)

> culpa. Ao contrário do catolicismo [...] o neopentecostalismo faz da riqueza material prova de um bom diálogo com Deus. (Rial, 2013:1)

De fato, analisar a performance do jogador de futebol Zé Roberto aqui, como dirá ele mesmo, *in veste* de "profeta de Deus", significará, em termos gerais, tentar compreender e problematizar o fenômeno religioso na modernidade.

Retomando a citação mencionada acima, procurarei, portanto, prévia e sinteticamente, problematizar a afirmação que « a Modernidade não apenas não acabou com a religião, como previam alguns, mas a reforçou, como é o caso do neopentecostalismo » (Rial, 2013).

No seu livro *O peregrino e convertido* a socióloga francesa D. Hervieu-Léger (1999) apresenta uma análise da situação das religiões e das expressões de fé no mundo de hoje, buscando esclarecer aspectos da evolução do quadro religioso na modernidade. Mas, o que seria (é) a *Modernidade*?

No capítulo "A religião despedaçada. Reflexões prévias sobre a modernidade religiosa", a socióloga francesa nos diz que « para explicitar a complexidade das relações entre a Modernidade e a religião é preciso retornar sobre a teoria da secularização que dominou a reflexão sobre o futuro religioso das sociedades ocidentais » (Hervieu-Léger,1999:31).

Resumindo, os traços específicos da modernidade seriam:

- A racionalidade: « a primeira característica da Modernidade é de enfatizar, em todos os domínios da ação, a racionalidade, ou seja, o imperativo da adaptação coerente dos meios aos fins que se perseguem ». (Hervieu-Léger, 1999:31).

- A autonomia do indivíduo – sujeito: « capaz de fazer o mundo no qual ele vive e construir ele mesmo as significações que dão sentido à sua própria existência ». (1999:32).

- Um tipo particular de organização social: « caracterizada pela diferenciação das instituições [...] especialização dos diferentes domínios da atividades social ». (1999:32)

Seguindo na direção teórica da socióloga francesa, o traço mais fundamental da modernidade, « aquele que marca a cisão com o mundo da tradição » (Hervieu-Léger, 1999:33) seria:

> a afirmação segundo a qual o homem é legislador de sua própria vida, capaz igualmente, em cooperação com outros no centro do corpo cidadão que com eles forma, de determinar as orientações que pretende dar ao mundo que o rodeia. (Hervieu-Léger, 1999:33).

Sabe-se porém, que « a racionalidade está longe de ser impor de forma uniforme em todos os registros da vida social »(Hervieu-Léger, 1999:33) e que, por outro lado, a mesma idéia « do indivíduo legislador da sua própria vida é inconsistente[8] ». De fato, é suficiente pensar, no caso do esporte, em particular do futebol, a relação que se estabelece entre futebol e religião. Como relata C. Rial:

> Futebol e religião são fácil e interessantemente relacionáveis – não exclusivamente, mas especialmente na América do Sul e na África. O catolicismo popular e os cultos afro-brasileiros sempre estiveram e ainda continuam presentes no futebol. Sapos e galinhas enterrados nos estádios adversários para que ali não se façam gols, oferendas mágicas (despachos de macumba) nas esquinas antes de jogos importantes, visitas de jogadores a casa de cultos afro-brasileiros [...]. (Rial, 2013:2).

Dentro de uma perspectiva brasileira, podemos compreender que esse o (futebol / religião) coincide, atual-

---

8 Conforme D. Hervieu-Léger (1999:32): «A suposta oposição entre sociedades tradicionais, vivendo sob o império das crenças 'irracionais' e sociedades modernas racionais revela logo sua inconsistência, assim que se examina um pouco mais de perto a realidade complexa de umas e de outras».

mente, com a « virada pentecostal »(Rial, 2013*)*. Retomando os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, « um em cada cinco brasileiros são agora 'evangélicos' [...] e a maioria destes evangélicos é formada por neopentecostais » (Rial, 2013:2).

O levantamento estatístico que realizei durante a pesquisa de campo[9] sobre a(s) pertença(s) religiosa(s) dos atletas das categorias de base do Internacional parece confirmar os dados acima mencionados: a maioria, de fato, se autodefine "evangélico" ou "católico", com uma pequena percentagem de "espíritas" e "umbanda"; ainda menor é o caso dos "sem-religião".

Não pretendo aqui analisar qualitativamente os dados recolhidos, lembrando, porém, como esta repartição entre "evangélicos" e "católicos" reenviam a questões sobre a percepção da própria liberdade(s) religiosa(s), que Ari Pedro Oro (2012) pesquisou no seu artigo "Liberdade religiosa no Brasil: as percepções dos atores sociais".

Portanto, retornando à (suposta) *querelle* entre Modernidade e Religião, podemos afirmar (pelo menos teoricamente) que, no caso do Brasil, estaríamos em presença de um estado de «secularização neutra» (Casanova,2013) ou, se quiséssemos refletir a partir das considerações de Carvalho (1999), num «espaço público encantado, plural» porque "competitivo"; ou seja, parafraseando Casanova (2013) (a partir das considerações de Carvalho), num estado de *secularização competitiva*. Isto significa que, de acordo com o sociólogo Jose Casanova «um estado neutro para que todas as religiões tenham igualdade e possam participar de uma vida pública[10]». Diferentemente da sociedade européia "sem- religião" (estou, claramente, teorizando as esferas seculares partindo das análises do sociólogo Jose Casanova, o qual, também, na entrevista à revista Unisinos, se refere à Europa sem entrar nas especificidades de cada país[11]) que se encontraria em um «estado de secularização laica» (Casanova, 2013), onde o religioso estaria confinado na esfera do privado. Já no Brasil (como também sublinha a antropóloga C. Rial (2013), onde a relação entre futebol e religião seria mais "visível" na América do Sul ou a África), a "liberdade" de expressão e manifestação religiosa é publicamente visível, difusa, e marcadamente presente no cotidiano das pessoas, tão presente (quase) a ponto de passar *desapercebida*[12]. O caso do jogador/pregador Zé Roberto é, portanto, (entre muitos outros[13]) a expressão e a prova, para citar C. Rial (2013), de «um bom diálogo com Deus».

Como mencionei na introdução, porém, começarei, na primeira parte, discorrendo sobre o evento: sua organização e desenvolvimento. Na segunda parte, analisarei a *performance* de Zé Roberto, focando-me sobretudo em dois pontos: a análise da linguagem e a expressão do corpo. Enfim, na terceira e última parte, tentarei mostrar como a *religiosidade* pode se tornar, num mundo sempre mais "global" e "moderno", o «beliscão do (próprio) destino» (Geertz, 2001:149).

---

9 Os resultados finais da enquete, tratando-se de uma pesquisa em andamento, ainda não estão disponíveis.

10 Disponível em: http:www.unisinos.br/entrevistas/508258-as-religiões-estão-se-tornando-cada-vez-mais-globais-entrevista-especial-com-jose-casanova.

11 No caso italiano, por exemplo, dadas as suas especificidades históricas, sociais e culturais, se fala de secularização «soft» (Enzo Pace) ou de «religião difusa» (Roberto Cipriani). Para aprofundar estes argumentos ver Cipriani (1983).

12 Com *desapercebida* retomo a idéia desenvolvida para o C. Taylor (In: Casanova, 2013), segundo o qual o *ser secular* (no caso do Brasil o *ser religioso*) é um ser não reflexivo. Portanto, segundo Casanova (2013), uma das principais críticas de Tylor é que:

> [...]O ser secular é um ser não reflexivo. E a humanidade necessita sempre ser reflexiva. Então, a não crença (ou a crença) se converte na crença (ou na não crença). Quando a não crença se converte em crença reflexiva (e vice-versa), ela convida [...] à reflexão para que não se considere natural o que é naturalizado, mas sim se encontre sempre em processos contingentes não naturalizados. (In: Casanova, 2013:7).

13 No site da Adhonep (www.adhonep.com) encontram-se testemunhos e depoimentos de outros jogadores profissionais.

«Jantar com palestra do jogador do Grêmio Zé Roberto».

Este era o nome oficial do evento promovido, como disse, pela ADHONEP. No site da associação (www.adhonep.com), onde tive que realizar o cadastro para participar do evento, constavam todas as informações necessárias para requerer o próprio ingresso. Tratava-se de um evento jantar, no restaurante *Bella Italia,* localizado no bairro Farrapos, na zona Norte de Porto Alegre.O preço para participar era de 50 reais, que incluía o jantar (com sobremesa) mais a palestra do jogador do Grêmio Zé Roberto, o qual, em novembro passado, já tinha participado de um evento promovido pela ADHONEP. Portanto, tratava-se do segundo encontro organizado pela Associação para dar a possibilidade, para quem não pôde precedentemente, de acompanhar a palestra de um «dos maiores jogadores de futebol do Brasil»[14]. Aqui segue a apresentação do evento, conforme o site da ADHONEP:

> Na ADHONEP você terá a oportunidade de participar de programações inesquecíveis. Encontros sofisticados em lugares de requinte. O bom gosto e qualidade a serviço de sua família, em ambientes que você sempre buscou entre os mais bem-sucedidos empresários, profissionais liberais e autoridades civis e militares. Eventos de alto nível para pessoas de primeira classe[15].

Na página inicial do site consta para quem é destinado o evento: «eventos de alto nível para pessoas de primeira classe», onde se pode também visualizar fotografias de outros participantes e palestrantes entre os quais se reconhece o prefeito de Porto Alegre, J. Fortunati, e o jogador do Grêmio Zé Roberto. Em seguida, a apresentação do evento:

> A diretoria do capítulo 4 da ADHONEP de Porto Alegre, teve o prazer de convidá-lo para um jantar muito especial, no restaurante Bella Itália, em 02/12/2013. O nosso palestrante da noite foi o jogador do Grêmio Zé Roberto, que compartilhou conosco as suas experiências. Em virtude do grande sucesso do jantar que realizamos em 05/08/2013 como Zé Roberto, e também por muitas pessoas não poderem ter participado, devido a limitação de espaço, resolvemos fazer este jantar com ele[16].

Por fim, a apresentação do palestrante:

> O Zé Roberto jogou 12 anos na Seleção Brasileira, no Real Madrid, Flamengo, Bayer Leverkusen, Bayern de Munique, Santos, Hamburgo, Al-Gharafa e atualmente no Grêmio[17].

Tratava-se, para mim, de um evento de grande interesse etnográfico. Como disse na introdução, a investigação que estou desenvolvendo procura compreender e problematizar o nexo entre futebol/religião, a partir das expressões e manifestações religiosas vividas pelos jogadores de futebol. De fato, um dos eixos temáticos a serem abordados na tese que estou escrevendo está relacionado à maneira como o tema da religiosidade permeia o processo de formação de jogadores, tanto a por ocasião dos rituais que antecedem aos jogos, das promessas visando o êxito na profissionalização, quanto o amparo em momentos de dificuldades (como no caso de lesões graves ou reiteradas), entre outros. Como veremos mais à frente, o discurso do jogador/pregador Zé Roberto toca todos estes pontos, conferindo-lhes, para cada situação, um sentido (e sentimento) religioso. Tratava-se, portanto, de um evento em que a religiosidade era concretamente mobilizada e com muitas experiências a serem relatadas sobre o tema.

"No dia 2 de dezembro o ar era particularmente 'pegajoso'. Apertado numa camisa e numa calça demasiadamente quente (lembrei-me das fotografias dos participantes em traje elegante...) percorri, não sem dificuldades, a rua Voluntários da Pátria. A chuva, fraca, em vez de refrescar o ar, aumentava a sensação de calor. Era, mais ou menos, 18:30 horas, o horário pior (se há um horário pior...) para percorrer a Avenida... Os transeuntes, de fato, neste horário, se multiplicam. A rua torna-se um cardápio (um cardápio maravilhosamente vivo):

---

14 Assim se refere o diretor da Associação para introduzir o palestrante.

15 In: www.adhonep.com

16 In: www.adhonep.com

17 In: www.adhonep.com

vendedores de pipocas, churros (devidamente recheados), espetinhos de carne, bancas de frutas... 'Mamão, mamão, mamão'. O cheiro de fritura mistura-se ao calor do asfalto. Quem comeria uma coxinha de frango? (Sinto-me uma lata de leite condensado). No outro lado da rua vendedores ambulantes procuram e vendem ouro, cabelos, filmes e DVD e filas de curiosos se formam aos redores... Estou na praça Osvaldo Cruz, um banheiro coletivo a céu aberto. Quase no destino. Um prédio enorme, cor cinza na minha frente, anuncia-me o fim da minha "aventura" e o começo de uma outra (agora sim tem sentido a célebre frase 'Odeio as viagens e as explorações'... e quem sabe o que haveria a dizer o antropólogo Nigel Barley ?)[18]".
"O rendez-vous era às 20 horas na frente do Restaurante 'Bella Itália'. Cheguei de ônibus. Levou, do centro, mais ou menos uns 20 minutos. Carros poderosos estacionavam na frente do restaurante. Entramos. Bíblias e DVDs dos eventos precedentes estavam à disposição dos convidados. Tínhamos reservado uma mesa que compartilhamos com outro casal. O restaurante já estava quase lotado. Na primeira fila, pude perceber a presença do jornalista Paulo S'Antana, célebre torcedor do Grêmio... O salão tinha sido organizado para que o palestrante (tratava-se de um jantar/palestra) pudesse ter o espaço suficiente para a 'performance' e para que , todos pudessem enxerga- lo. A nossa mesa estava na frente do 'palco', um ótimo ponto de observação. Um Coliseu, enorme, desenhado na parede, lembrava-nos da 'italianidade' do restaurante, enquanto o brasão da associação figurava pendurado no meio do salão, lembrando-nos da 'solenidade' do evento: «Sua bandeira sobre nós é o amor (Cantares 2:4)». E Zé Roberto, de traje elegante e óculos, chegou por último, cumprimentando a todos, com a mesma elegância que também o distingue nos gramados de jogo[19]".

«Estou aqui como um profeta de Deus» (Zé Roberto)

Como mencionei na introdução, buscarei analisar partes do discurso[20] (a palestra durou uma hora e trinta minutos) de Zé Roberto, focando-me, em particular, sobre dois aspectos: a análise da linguagem e as expressões corporais.

> Boa noite a todos. Para o senhor Jesus é motivo de alegria estarmos aqui mais uma vez [...] Queria louvar a Deus pela vida dessa diretoria que nos proporciona noites como essa [...] Eu tenho certeza que não vai ser somente uma noite na qual você saiu da sua casa, ou veio participar de um simples jantar. Eu acredito que é uma noite que ficará marcada não somente na minha vida, mas na vida de cada um de vocês que adentram aqui hoje, Amém. (O público, imediatamente, responde 'Amém')

José Roberto da Silva Júnior, mais conhecido como Zé Roberto, está de pé, *tablet* na mão. Atrás dele, sentados, os membros da diretoria da Adhonep e, pendurado na parede, o brasão da Associação. A sua fala é, intencionalmente, lenta. Repete várias vezes a palavra "louvar" e "Deus". O tom da voz é calmo, manso. A expressão do rosto expressa tranqüilidade. Na sua frente o público, sentado, o escuta com devota atenção.

> Eu queria falar para vocês que essa é a minha terceira oportunidade que eu tenho de poder falar na ADHONEP. A primeira foi no Rio de Janeiro alguns anos atrás, na qual falei 10 minutos. A segunda foi alguns meses atrás, em setembro ou outubro (em Porto Alegre), onde falei uma hora e meia. E a terceira está sendo hoje,aonde irei falar três horas, Eu sei que, que talvez para aqueles que vieram só para a sobremesa vão ser muito [...]; mas estou brincando, vou ser bem breve.

---

18 Conforme diário de campo que realizei nos dias que procederam o evento (02/12/2013).

19 Conforme diário de campo que realizei nos dias que procederam o evento (02/12/2013).

20 Apresento a etnografia segundo as modalidades utilizadas por Albert Piette (1999), no qual o autor alterna descrições etnográficas e analises teóricas.

Zé Roberto está sempre de pé. A sua fala agora é informal e o tom "brincalhão", sem referências a "Deus". Os participantes, sentados nas mesas na sua frente, compartilham, rindo e aplaudindo.

> Eu queria aproveitar esta oportunidade e convidar a todos. Queria que todos se colocassem de pé um minuto, porque estou com uma palavra que, que ela está ardendo no meu coração há alguns dias. Eu queria compartilhar essa palavra com vocês. Quero colocar um fundo musical para a gente quebrar um pouco o clima aqui [...] para que o ambiente fique mais prazeroso, mais calmo, mais gostoso [...] você que chegou aqui esta noite, talvez você veio simplesmente para ver um jogador de futebol, mas eu quero te dizer que nesta noite não está somente um jogador de futebol não. Aqui está um missionário, aqui está um homem que crê no sobrenatural; aqui está uma pessoa que acredita em sonhos e por isso eu não estou aqui como jogador. Eu estou aqui nesta noite como profeta de Deus. Eu vim profetizar em vidas, eu vim profetizar para casamentos, eu vim profetizar para jovens, eu vim profetizar aleluias porque um dia profetizaram a minha vida. Eu não posso deixar sair daqui sem contar para você um pouco da minha história. Ela se baseia no livro do profeta Isaias, capitulo 58 e versículo 11, que diz assim: O senhor o guiará constantemente; satisfará os seus desejos numa terra ressequida pelo sol e fortalecerá os seus ossos. Você será como um jardim bem regado, como uma fonte cujas águas nunca faltam [...] Amém.

O "missionário", o "profeta de Deus", assim se autodefine Zé Roberto. Em tom solene, repete mais de uma vez a palavra "profeta", "profetizar". A sua locução se faz "drasticamente", lenta: pode-se perceber, entre uma pausa e outra, o som da música que colocou como plano de fundo da sua oração. Uma música "prazerosa", "calma", como diz Zé, para criar uma atmosfera, mobilizar "sentidos e sentimentos", aquele «beliscão (individual) do destino[21]» que está "ardendo" no seu "coração".

Como pediu gentilmente, as pessoas agora estão de pé. Zé lê no seu *tablet* os versículos do profeta. Para enfatizar a leitura, cada palavra é cadenciada lentamente enquanto o tom da sua voz se faz cada vez mais sério, "Amém". As pessoas, de pé, repetem "Amém". Em seguida, Zé faz um segundo pedido:

> Será que vocês podem fazer uma oração comigo neste momento? Queria que você fechasse os seus olhos e curvasse a sua cabeça. Soberano Deus e Eterno Pai. Em nome de Cristo Jesus eu quero render toda a adoração, toda a honra e glória a ti Senhor, porque num lugar como esse eu me sinto muito à vontade, porque eu me coloco como o segundo, porque para mim e para muitos aqui hoje nós temos o Senhor como o primeiro, Aleluia. E que nesta noite o Senhor neste momento possa abrir as mentes, tocar os corações. Eu sei, Senhor, que para o Senhor fazer grandes coisas aqui o Senhor não precisa do Zé Roberto, da Maria, e nem do João. Através da presença do teu Espírito que se faz presente, o Senhor possa ser o nosso reparador de ruínas. Não sei quais são as causas de pessoas que adentraram aqui, mas estão todas elas nas tuas mãos para que o seu nome seja glorificado. Assim eu te peco e te agradeço em nome do Senhor Jesus, Amém.

Neste momento Zé está de olhos fechados. O tom, sempre grave, aumenta de intensidade. Está orando, solenemente, ritmando as palavras. A oração é uma chamada insistente para que Deus apareça. Ele repete sete vezes a palavra Senhor. Conclui a oração com "Amém", que o público repete, em seguida. As pessoas escutam de pé, cabeça curvada; alguns, de olhos fechados. Após a oração Zé põe o *tablet* na mesa e, antes de prosseguir na sua pregação, faz um terceiro pedido:

---

21 Retomo aqui a expressão «beliscão do destino», de W. James (1902), para se referir à "religião". A religião, disse James, era «o beliscão individual do destino». (James [1902]Apud Geertz, 2001)

> Você pode neste momento, antes de você tomar o seu assento, olhar para a pessoa que está do seu lado, dar a mão para ele ou para ela e falar para ele ou para ela assim: 'estou muito feliz porque você veio'. 'Jesus tem uma palavra no teu coração', fala para ele ou para ela: 'Jesus tem uma palavra no teu coração'. Amem. Podem sentar, em nome de Jesus.

Zé Roberto aproxima-se das pessoas, as quais, como pediu, estão se abraçando e dando as mãos. Elas repetem as palavras que Zé sugeriu: « Jesus tem uma palavra no teu coração ». O público, pela primeira vez, "quebra" o silêncio reiterando, mais de uma vez e em conjunto, a fórmula: «estou muito feliz porque você veio hoje» e, em seguida, «Jesus tem uma palavra no teu coração»(Zé, desta vez, utiliza, estrategicamente, o registro do imperativo no lugar do condicional para comunicar o seu pedido). As pessoas sorriem, estão visivelmente emocionadas, tomadas pelo sentimento de religiosidade que o Zé Roberto, na qualidade de "profeta de Deus", está lhes transmitindo.

Se procurássemos refletir sobre a primeira parte da palestra, poderíamos perceber, sem dúvida, que algumas coisas "mudaram", houve uma "transformação". Primeiramente, o espaço no qual está se desenrolando a "liturgia": o "restaurante" tornou-se um lugar "sagrado", pois está se celebrando um culto. Os participantes, nestes momentos de "efervescência coletiva", apesar das diferenças sociais e das motivações que os trouxeram ao evento (encontrar, ver, "tocar" um jogador de futebol), são seres humanos felizes por estarem juntos, formarem uma *communitas*[22] em nome de Jesus. Estaríamos, portanto, numa dimensão religiosa, "sagrada". De fato, conforme Durkheim (1912:610) «não pode haver sociedade que não sinta a necessidade de conservar e reafirmar, a intervalos regulares, os sentimentos coletivos e as idéias coletivas que constituem a sua unidade e a sua personalidade».

O contato com o "sagrado", um "sagrado controlado[23]", se produz através de um percurso preciso, regulado e gerido por Zé Roberto, através do qual as pessoas, inicialmente estranhas, sentem-se ligadas:

> As representações religiosas são representações coletivas que exprimem realidades coletivas; os ritos são maneiras de agir que nascem no seio dos grupos reunidos e que são destinados a suscitar, a manter ou refazer certos estados mentais desses grupos. (Durkheim [1912] Apud Segalen, 2002:1).

Se quiséssemos pensar em termos de "valores", como sugere Robbins[24], deslocando o nosso foco «da religião em geral para o ritual» (Robbins, 2013:13) encontraremos aqui a realização de um sentimento (Robbins fala de "valores") comunitário (como dito, o de pertencer a uma *communitas*) e que o rito, aqui expresso no ato de repetir em conjunto gestos e palavras (como aplaudir no final da oração do "Zé") concretizaria. De fato, é pela capacidade de « engajar com um valor de cada vez dessa forma [...] para aqueles que deles participam » (Robbins, 2013:13) que o ritual, como nos orienta Robbins, é *representacional e performático*:

> Os rituais são umas das instâncias onde as pessoas podem encontrar valores singulares expressos de modo nítido e agir sobre eles, um de cada vez. Em outras palavras, no ritmo quotidiano da vida social, as pessoas se acham orientadas para diferentes valores de modo quase simultâneo, e normalmente não são capazes de concretizar nenhum deles de modo integral. [...] Sugiro que é no ritual, em contraposição à vida quotidiana, que as pessoas chegam mais perto de concretizar valores de modo pleno. (Robbins, 2013:12).

---

22 Segundo V. Turner (1974), uma *communita*s, particular do período *liminar*, é uma espécie de anti-estrutura onde todas as diferenças (família, idade, posição social) são (provisoriamente) abolidas.

23 Além disso, há teorias que não lêem o "sagrado" como um estado emocional de comunhão, como um sentimento positivo que consolida uma comunidade. Por exemplo, segundo Bataille (1973) e Bastide (2006) o "sagrado" é visto como um sentimento selvagem que pode "arrastar" a sociedade, se não for bem controlado.

24 Conforme conferência proferida nas XVII Jornadas sobre alternativas religiosas na América Latina, Porto Alegre, novembro 2013.
J. Robbins é antropólogo, professor na University of Cambridge.

Não podemos nos esquecer, também, que o carisma do Zé e a música contribuíram para que houvesse um estado "emocionalmente intenso". Tratar-se-ia, portanto, de momentos que os antropólogos, desde Durkheim, associaram com a irrupção do "sagrado". Um "sagrado" que a religião católica, em crise de "identidade", tem alguma dificuldade de "despertar" e que, no entanto, é recorrente entre as igrejas pentecostais.

> Quando eu leio a palavra do profeta Isaias, no capitulo 58 e versículo 12, que diz, reparadores de ruínas, ruínas nos traz à existência e à memória coisas tristes e negativas. Ruínas fala da última semana onde ligando as nossas televisões, visualizando e vendo o que um tornado fez com milhares e milhares de vidas na Filipinas, ruínas nos traz lembranças [...]. Falar de ruínas nos traz à memória coisas tristes, e quando eu li este texto que o Senhor trouxe ao meu coração, eu comecei diante dele a meditar um pouco na minha infância. Talvez muitos que adentraram aqui conhecem o Zé Roberto que iniciou a sua carreira na Portuguesa, em São Paulo, logo sendo transferido para uns dos maiores clube do mundo, o Real Madrid, retornando para um outro grande também no Brasil, o Flamengo, logo após uma pequena passagem sendo transferido para o Bayer Leverkusen. Talvez você chegou aqui,você conhece o Zé Roberto que jogou também no Bayern de Munique [...] e hoje jogador do Grêmio, e doze anos jogando para a seleção brasileira. Talvez para você, talvez para muitos veio na mente e na cabeça, talvez outros dizendo 'nossa quanta sorte teve o Zé Roberto'. Eu quero te dizer que a sorte não teve nada a ver com isso. O segredo do meu sucesso se baseia no salmo 37 versículo 5, que diz: 'entrega o seu caminho ao Senhor, confia nele e Ele tudo fará'. Para mim alcançar tudo aquilo que alcancei até hoje precisou ter uma entrega e as vezes para fazermos entrega precisamos renunciar algumas coisas nas nossas vidas. Por isso iremos falar um pouco de fé, de renúncias e de uma outra palavra que diz acerca de referência, quando eu falo acerca de referência a qual nós vivemos em uma sociedade [...] porque vivemos no meio de uma sociedade materialista onde nós homens vivenciamos em tempos onde somos amantes de si próprio [...] e quando a palavra de Deus fala de ruína quantos de nós aqui não temos uma ruína que precisa ser reparada, Quantos? talvez a ruína que precisa ser reparada na sua vida seja o casamento, na família, na saúde, nos relacionamentos,no trabalho, na tua empresa [...] porque talvez você me vê bem trajado [...] como uma referência, ganhador de títulos. Para mim é uma oportunidade muito grande [...] falar sobre a minha história que se inicia em ruínas, mas no meio deste processo houve alguém que reparou estas ruínas. Eu tenho certeza que se tiver pessoas aqui passando pelo processo e a fase da ruína pode reparar alguma coisa ao seu favor.

O público está sentado, atento. A elocução agora é muito lenta, "ritmada" com repetições (a palavra *ruínas* é repetida dez vezes) e intercalada com momentos de silêncio. Zé Roberto tenta envolver os seus ouvintes: é para eles que fala. Imagina o que podem pensar («quanta sorte teve o Zé Roberto») e lhes dá a resposta («eu quero te dizer que a sorte não teve nada a ver com isso. O segredo do meu sucesso se baseia no salmo 37 versículo 5 que diz: 'entrega o seu caminho ao Senhor, confia nele e Ele tudo fará'»*)*. Acrescenta, também, que para alcançar o sucesso é preciso renunciar («precisamos renunciar algumas coisas nas nossas vidas») e, sobretudo, ter fé em Deus («por isso iremos falar de fé»). Imagina as ruínas do público que precisam ser reparadas *(*«talvez a ruína que precisa ser reparada na sua vida seja o casamento, a família [...]» e, como no caso dele «houve alguém que reparou estas ruínas»*,* está certo que «alguém também pode reparar alguma coisa ao seu favor».

Neste trecho é notável o uso das técnicas do discurso persuasivo tal como a capacidade performativa de um pastor evangélico[25]. Mas o que nos interessa é o momento da "revelação", quando Zé anuncia que Deus se revelou a ele («eu li este texto que o Senhor trouxe ao meu coração»*),* e sublinhando como seus sucessos («o

25 Sobre as qualidades "performáticas" dos pastores evangélicos e as suas técnicas de discurso persuasivo ver Oro (2010).

Zé Roberto que iniciou a sua carreira na Portuguesa, em São Paulo,[..] transferido para uns dos maiores clube do mundo, o Real Madrid, retornando [...] ao Brasil, o Flamengo [...] sendo transferido pelo Bayer Leverkusen [...] o Zé Roberto que jogou também no Bayern de Munique [...] e hoje jogador do Grêmio, e doze anos jogando para a seleção brasileira») se baseiam na entrega nas mãos do Senhor («entrega o seu caminho ao Senhor, confia nele e Ele tudo fará»).

> Quando era jovem o meu maior sonho era me tornar um jogador de futebol [...] eu me lembro quando era criança,dentro do meu quarto os olhos cheios de lagrimas, ouvindo aquelas palavras e dizendo 'Senhor, realiza o meu sonho'. Eu me lembro que todas as noites quando me deitava vinham essas palavras no meu coração [...] eu me lembro que deitava, colocava a minha cabeça na almofada e dizia: 'Senhor realiza o meu sonho de jogar a futebol' e mesmo sem eu conhecer a Deus eu via como se alguma coisa falava ao meu coração, me trazendo uma esperança de que o meu pedido Ele, Ele iria ser atendido.

Zé Roberto lembra de sua infância e que o seu «maior sonho era me tornar um jogador de futebol». Lembra, comovido, das repetidas rezas a Deus, antes de deitar («Senhor realiza o meu sonho»*)*. Enquanto conta sobre a sua infância, se ajoelha. Reza como se estivesse rezando na sua cama, quando era criança. Deita-se no chão, continuando sua oração. Em seguida, como se estivesse acordando, esfrega os olhos e, de pé, «literalmente banhado em sentimento» (James [1902] Apud Geertz, 2001:149)*,* prossegue a sua narração, consciente que «alguma coisa falava no seu coração».

> Eu jogando na Alemanha passei por uma situação, estava passando por uma fase a qual eu percebi que Deus emitia uma chamada na minha vida, uma chamada de não ser somente um jogador de futebol mas de ser um anunciador de boas novas. Eu me lembro que me chamavam para ir à Igreja para participar de eventos como esse à qual vocês estão. Eu vinha, me alegrava [...] mas era uma fase onde tinha que tomar algumas decisões e fazer algumas renúncias. Eu falei para Deus que se Deus tinha algo de diferente para a minha vida para que Ele me mostrasse.

"Estamos" na Alemanha. Zé Roberto, agora, tornou-se um "homem" e realizou o seu sonho: ser um jogador de futebol profissional. Ele sente, porém, que não é suficiente jogar e ir para a Igreja; ele percebe « nos recônditos dos sentimentos, nas camadas mais obscuras do caráter » (James [1902] Apud Geertz, 2001:149) uma chamada *(*« percebi que Deus emitia uma chamada na minha vida »): chegou o momento de se entregar a Deus e de se tornar "um anunciador de boas novas".

> Eu me lembro que eu jogava pelo Bayer Leverkusen. Foi um fim de semana que a gente foi jogar em uma cidade distante aonde tivemos que pegar um avião [...] e quando a gente jogou aquele jogo eu me lembro que me lançaram uma bola [...] eu me lembro que tomei um atropelo de um zagueiro [...] e quando fui atropelado eu me lembro que o joelho do zagueiro bateu bem no meio da minha fronte, da minha cabeça, eu me lembro que eu desmaiei e que o meu desmaio foi muito rápido [...] naquele momento quando eu me levantei eu não percebi muito bem para onde estávamos atacando [...] terminou o primeiro tempo me lembro que sentava do meu lado o Lucio [...] eu me lembro que olhava para o meu treinador e não sabia muito bem quem era ele [...] O 'Zé não está muito bem', disse o Lucio para o treinador [...] eu fiquei no vestiário [...] acabou o jogo [...] fomos para o aeroporto [...] o Lucio levanta e vai até o treinador que está sentado mais a frente e fala para o treinador 'o Zé não está muito bem' [...] o doutor percebeu que eu estava diferente [...] quando cheguei na minha casa o Lucio estava atrás de mim e falou para a minha esposa 'coloca o Zé para deitar, está com dor de cabeça' [...] Ela me levou até o quarto [...] eu de repente dei um grito [...] sobe todo mundo para o meu quarto. A minha esposa me pergunta 'o que é que foi?'. Todo o mundo estava desesperado [...] A Luciana (a esposa) começou a me fazer perguntas [...] 'amor quem é a Miriana', eu 'não sei'; 'quem é o Lucio'? eu: 'o Lucio é o lixeiro'. 'Amor quem sou eu?' Quando eu falei

> que ela era a empregada [...] lágrimas começaram a cair do seu rosto [...] bateu um desespero muito grande, houve um silêncio. De repente a Luciana vira para mim e faz uma simples pergunta: 'amor quem é Jesus'? Naquele momento [...] não sabia quem era eu, a Miriana, o Lucio, a minha esposa. Mas quando ela me falou quem era Jesus eu me lembro que começou a cair lágrimas dos meus olhos e uma voz que dizia dentro do meu coração: 'Eu sou aquele que restaurei os teus sonhos'. Quando ela me perguntou quem é Jesus, eu me lembro que vinha na minha mente, no meu coração, era uma presença muito forte que vinha dizendo dentro dos meus ouvidos: 'eu sou aquele que restaurei os teus sonhos', 'eu sou aquele que sarei as tuas feridas', 'eu sou aquele que te perdoei pelos teus pecados'. E quando eu ouvi aquela voz imediatamente a minha mente começou a funcionar de novo. Abracei a minha família e todos nós choramos e glorificamos o nome do Senhor. E naquele mesmo instante o Espírito Santo de Deus falou ao meu coração. Essa é a maior prova da chamada que eu tenho na sua vida. A partir daquele momento eu não queria outra coisa a não ser andar nos caminhos do Senhor Jesus. E através desta caminhada o que Deus ter feito na minha vida são coisas extraordinárias [...] eu sou um testemunha vivo de que este Deus que eu vivo, que eu sirvo, Ele ainda faz milagres [...] Aleluia. Se coloquem de pé para orar em nome de Jesus.

A história do Zé "tomando um atropelo do zagueiro" começa com um tom trágico. O público acompanha com atenção a trajetória daquele dia, quando Zé Roberto refere que em evidente estado de confusão não consegue se lembrar do jogo, do resultado, e, uma vez em casa, da sua família. O tom, porém, muda drasticamente quando lembra da sua esposa, chorando desesperadamente. Até que, quando lhe perguntam quem é Jesus, lágrimas começaram a cair dos seus rostos, e uma voz, o «beliscão contundente»(James [1902] Apud Geertz, 2001:150), se revela plenamente: « eu sou aquele que restaurei os teus sonhos, eu sou aquele que sarei as suas feridas, eu sou aquele que te perdoei pelos teus pecados ».

«Não sei quanto durou esse estado nem quando foi que adormeci [...] mas, ao acordar de manhã, eu estava bem» (James [1902] Apud Geertz, 2001:149). Uma metáfora perfeita da trajetória reveladora do "nosso" "profeta de Deus".

No terceiro e último trecho da palestra, três são os momentos nos quais é possível perceber como a religiosidade do Zé Roberto, no seu processo de formação como jogador de futebol profissional, progressivamente vai se concretizando e mobilizando-o. Escutando a elocução do "Zé missionário", "Zé profeta de Deus", parece ouvir, à distância de mais de cem anos, o que W. James (1902) escreveu a propósito da religião ou da religiosidade. De fato, como recorda C. Geertz (2001:149-165), no seu "O beliscão do destino: A religião como experiência, sentido, identidade e poder*",* a religiosidade de James era uma questão radicalmente pessoal:

> A 'religião' ou 'religiosidade' de James [...] é uma questão radicalmente pessoal, uma profunda experiência particular e subjetiva de um 'estado de fé' que resiste com inflexibilidade às pretensões do público, do social e do cotidiano de (Geertz citando James) 'serem os ditadores únicos e máximos daquilo em que podemos acreditar. (Geertz, 2001:150).

Como dirá Geertz (2001), o texto *Variedades* (de James, 1902) possui um sentido duplo, que lhe confere um aspecto "ultracontemporâneo" e, ao mesmo tempo, "inusitadamente distante". Aqui, porém, o que é importante ressaltar, a despeito das críticas que Geertz move ao texto - (segundo o antropólogo americano falar hoje de "espiritualidade" não teria o mesmo sentido que na época de James, época na qual, sob os "impulsos" do secularismo, a religião parecia ficar cada vez mais subjetiva, enfraquecendo como força social, ou, como escreve Geertz (2001:151) «para se tornar uma questão inteiramente ligada aos afetos do coração») - é que, apesar dos eventos[26] terem contribuído menos para «impelir a fé para dentro que para fora»(Geertz, 2001:151), o «beliscão continua a existir, contundente e incômodo»(Geertz, 2001:151).

---

26 «As duas guerras mundiais, o genocídio, a descolonização [...]» (Geertz, 2001:152).

Como definir, se não, o «estado de fé [...] os recônditos dos sentimentos[27], as camadas mais obscuras e mais cegas do caráter [...]» (James [1902] Apud Geertz, 2001:149) do "Zé profeta de Deus"?

Considerações finais

Como vimos, a experiência do "Zé profeta de Deus" nos levou a refletir sobre um tema crucial da nossa sociedade contemporânea, ou seja, o fenômeno religioso na modernidade. Primeiramente, procurei compreender o que significa, sociologicamente, falar em "modernidade". Em seguida, problematizei o nexo religião/modernidade, focando-me no caso brasileiro. Vimos que o surgimento das novas religiões evangélicas, em particular o neopentecostalismo, despertou um novo sentimento religioso (um novo sagrado?). A narração do processo de formação do Zé Roberto como jogador de futebol profissional, permeada de religiosidade, nos permitiu tencionar o processo de modernização do futebol e o domínio do religioso; tensões, como mencionei na introdução, para "se pensar de maneira mais ampla a direção que vem tomando o domínio das formas de religiosidades no Brasil" (Toledo, 2001:136). Metodologicamente, vimos que é possível se aproximar do mundo do "religioso" procurando fazer uma "*antropologia das práticas esportivas*", ou seja, realizando uma etnografia num "*restaurante*" e com um "*jogador de futebol*" como palestrante, como se estivéssemos presenciando um "*evento internacional evangélico*[28]". Da análise do discurso proferido pelo Zé Roberto, podemos, portanto, afirmar como a *religiosidade* pode se tornar, num mundo sempre mais "global" e "moderno", o «beliscão do (próprio) destino» (Geertz 2001:149-165).

Referências

AGUIAR, R. O. (2004) *Religião e esporte – os atletas religiosos e a religião dos atletas: um estudo das transformações na relação entre o subcampo protestante brasileiro e o esporte.* Tese de doutoramento, São Bernardo do Campo: UMESP.

BARLEY, N. (2000) *The Innocent Anthropologist: Notes from a Mud Hut*, New York: Vanguard Press.

BASTIDE, R. (2006 [1975]). *O sagrado selvagem*, São Paulo: Companhias das letras.

BATAILLE, G. (1973). *Théorie de la religion*, Paris: Edition Gallimard.

CARVALHO, J.J. (1999) "Um espaço público encantado. Pluralidade Religiosa e Modernidade no Brasil". *Série Antropologia*, UNB, n°249, pp.1-22.

CASANOVA, J. (2013) "As religiões estão se tornando cada vez mais globais". *Revista Instituto Humanitas Unisinos,* Disponível em www.ihu.unisinos.br/ entrevistas/508258-as-religiões-estão-se-tornando-cada-vez-mais-globais-entrevista-especial-com-jose-casanova. [consultado em 02/12/2013]

CIPRIANI, R.(1983) "Religione e politica. Il caso italiano: la religione diffusa". *Studi di Sociologia*, Roma, pp.246-271.

CLIFFORD, J.(2004) *Ai margini dell'antropologia*, Roma: Meltemi editore.

DURKHEIM, Émile (1912). *Les formes élémentaires de la vie religieuse: le système totémique en Australie*, Paris: Félix Alcan.

27 Seguindo na direção de Geertz esclareço que falando de "sentimentos" não estou tomando uma posição dualística entre «a voz do psicólogo, fascinado pelas profundezas afetivas [...] e a voz do antropólogo, deslumbrado com as superfícies sócias». (Geertz, 2011:152).

28 Reporto-me aqui ao evento descrito por Ari Pedro Oro (2010), denominado "*Breakthrough 2008*", ocorrido na Igreja Rey des Reyes, Buenos Aires, Argentina, de 22 a 24 de setembro de 2008.

GEERTZ, C. (2001) "O beliscão do destino: a religião como experiência, sentido, identidade e poder" *Nova luz sobre a Antropologia*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, pp.149-165.

HERVIEU-LÉGER, D. (1999) *O peregrino e o convertido: a religião em movimento*, Petrópolis: Vozes.

JAMES, W. (2007 [1902]) *The varieties of Religious Experience: A study in Human Nature,* New York: Cosimo Classics.

JUNGBLUT, A. L. (1994) *Entre o Evangelho e o Futebol: um estudo sobre a identidade religiosa de um grupo de Atletas de Cristo em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Porto Alegre:UFRGS.

ORO, A. P. (2010) "Reciben lo que veniran a buscar - nação e poder num encontro evangélico internacional, em Buenos Aires". *Religião e Sociedade,* Rio de Janeiro, 30(1), pp. 32-52.

_____ . "Liberdade religiosa no Brasil: as percepções dos atores sociais". *A religião no espaço público*. *Antropologia hoje*, São Paulo, Terceiro nome.

PIETTE, A. (1999) *La religion de près. L'activité religieuse en train de se faire*, Paris: Métailié.

RIAL, C.(2013) " 'O ovo do diabo' e os jogadores de futebol como pastores neo-pentecostais". *Revista Instituto Humanitas Unisinos*, n°424, Disponível em: www.ihu.unisinos.br/24/06/2013. [consultado em 02/12/2013]

ROBBINS, J.(2013) "Pluralismo Religioso e Pluralismo de Valores: Ritual e Regulação da Diversidade Intercultura". In: XVII JORNADAS SOBRE ALTERNATIVAS RELIGIOSAS NA AMÉRICA LATINA, Porto Alegre: UFRGS.

SEGALEN, M. (2002) *Riti e rituali contemporanei.* Bologna: Il Mulino.

TOLEDO, L. H. (2001) "Futebol e Teoria Social: Aspectos de Produção Científica Brasileira". *BIB*, São Paulo, n°52, 2° semestre, pp. 133-165.

TURNER, V. (1974) *O processo ritual. Estrutura e anti-estrutura.* Petrópolis: Vozes.

Influência cultural nos corpos sexuados: um estudo das diferenças sexuais na divisão do trabalho desportivo refletindo sobre natureza / cultura

Ineildes Calheiro dos Santos[1]
ildafrica@yahoo.com.br

Suely Aldir Messeder[2]
suelymesseder@gmail.com
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Resumo: Com temática das diferenças físicas entre os sexos e a problemática da divisão sexual no trabalho desportivo, no contexto do futebol, constatando a presença maciça de homens arbitrando jogos, muito embora já existam mulheres neste campo, mas, as oportunidades são desiguais, nosso objetivo é discutir sobre a influência cultural na construção dos corpos e na dominação masculina no futebol, refletindo sobre a desestabilização de paradigmas biológico/natural. Desta forma, partindo do seguinte questionamento: de que forma o processo cultural influencia nas diferenças físicas entre os sexos e na divisão sexual do trabalho em futebol? E, como pensar na equidade social de gênero, a partir da igualdade física entre os sexos? Teórico e metodologicamente, foi realizado uma análise interpretativa da teoria feminista, cultural e biológica, focando a tecnologia de gênero, onde mostramos o corpo/sexo socialmente construído e, a divisão sexual no mercado futebolístico conectado neste processo.

Palavras – chave: Diferenças sexuais. Divisão do trabalho. Esporte. Árbitra de futebol. Natureza/cultura. Corpo/sexo/gênero.

1. Introdução

Esse estudo visa discutir, a partir do mundo do trabalho de arbitragem em futebol no Brasil, a questão da diferença do desempenho físico e esportivo entre homens e mulheres e a divisão sexual no trabalho desportivo.
Para ter noção das distâncias sexuais ou disparidades no trabalho do futebol, vale lembrar que, nos últimos anos, têm ocorrido megaeventos futebolísticos no Brasil, como em 2013 e 2014, respectivamente, a Copa das Confederações e a Copa do Mundo e, para o futuro, as Olímpiadas, agendadas para o ano 2016, frisando que nesses eventos, ainda nota-se a ausência de mulheres na função de arbitragem.
Aqui, destaco o dimorfismo sexual, visto como empecilho para as inserções de gênero no trabalho desportivo, tendo sua base nas diferenças físico-corporal-fisiológicas, fundamentados em paradigmas de fragilidade versus força inata nos corpos, isto é, no suposto biológico/natural entre os sexos. Não trataremos somente das diferenças, mas suas correlações, como os conceitos, preconceitos, ações e realizações em decorrência das diferenças e da tecnologia de gênero apresentadas nas leis, normas e regras sociais.
Nesse estudo, mostraremos que, com a entrada feminina nos esportes, temos exemplos de mulheres fortes e masculinizadas que desestabilizam o fenômeno biológico/natural, aonde refletiremos sobre uma nova identidade de gênero que se desenha na sociedade.

---

1 Autora do trabalho - Mestranda em Crítica Cultural na Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Licenciada e especialista em Educação Física. Membro pesquisadora do grupo de pesquisa "Enlace" da UNEB. Bolsista financiada pela FAPESB. País Brasil / E-mail: ildafrica@yahoo.com.br

2 Coautora - Dra. em Antropologia. Professora do Mestrado em Crítica Cultural e do Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento. Primeira secretária da ABEH – Associação Brasileira de Estudos da Homocultura. País Brasil /E-mail: suelymesseder@gmail.com

Entendemos que as discussões através das diferenças sexuais são pontos relevantes para as reflexões em relação às melhorias para as mulheres no mercado de trabalho desportivo. Assim sendo, partimos do seguinte questionamento: de que forma o processo cultural influencia nas diferenças físicas entre os sexos e na divisão sexual do trabalho em futebol? E como pensar na equidade social de gênero, a partir da igualdade física entre os sexos? Teórica e metodologicamente, realizamos uma análise crítica focando teorias culturais, feministas e biológicas, onde refletimos sobre o corpo/sexo construído, comportamentos fisiológicos adquiridos e a divisão sexual no mercado futebolístico, conectados à tecnologia de gênero.
Nosso objetivo é discutir sobre a influência cultural na construção social dos corpos e na dominação masculina no futebol, refletindo sobre a desestabilização de paradigmas biológico/natural.

2. Cultura: como compreender?

Tentando compreender o que é cultura, analisando alguns estudos, vimos que, em meados do século 20, já havia olhares que distorciam a lógica naturalizante, embora, muitas vezes, esta não fosse interpretada de tal forma, como observado em Malinowski (1975, p. 42) no trecho em que diz, "[...] Nada de novo foi dito até agora, e definições semelhantes de cultura têm sido proferidas e aperfeiçoadas [...]".
Nesta obra, o autor afirma que nenhuma invenção, revolução, mudança social ou intelectual ocorre sem terem sido criadas novas necessidades, sendo adaptadas ao processo ou a uma instituição cultural novas técnicas de conhecimentos ou de crenças. (Idem, op.cit., p. 47). Mais adiante descreve

> [...] não há atividade humana, combinada ou individual, que possamos considerar como puramente fisiológica, ou seja, 'natural' ou não disciplinada. Mesmo atividades como respirar [...] Os processos fisiológicos dentro do corpo humano são afetados pela ventilação pela rotina [...] pelas condições de segurança [...] Há uma constante interação entre o organismo e o meio secundário em que ele existe, ou seja, a cultura. Em suma, os seres humanos vivem por normas, costumes, tradições e regras, que são resultado de uma interação [...] (Ibid., p.70).

Como vimos, ao mesmo tempo em que o autor diz que não há nada de novo (no período de seus estudos), ele se contradiz, ao pontuar fenômenos vinculado à construção fisiológica no meio social, que nada mais é do que algo novo, uma vez que a lógica naturalizante coloca o processo fisiológico como essência da natureza. No trecho, a fisiologia do corpo ocorre na interação sociocultural, onde podemos interpretar que se as diferenças físico-corporal-fisiológicas existem, elas são humanas e não sexuais.
Ao fazermos uma analogia do estudo citado com o de Adam Kuper (2002, p. 288), na obra intitulada "Cultura: a visão dos antropólogos" nota-se a expressão do surgimento de algo novo na cultura, quando revela que: "essa cultura humana comum evoluiu". A diferença entre ambos os autores não estaria na forma discursiva? Onde o segundo autor (cujo texto original data-se de 1999), mostra ousadia na fala, pondo em evidencia a quebra dos padrões culturais com a ideia do progresso cultural, mas que a evolução da cultura humana, enquanto ideologia, já estava sendo desenvolvida com o anterior.
Pensando a cultura como um fenômeno construído e a identidade a ela vinculada, é válido destacar um trecho do mesmo autor que confirma:

> [...] cultura aqui é essencialmente uma questão de ideias e valores, uma atitude mental coletiva. As ideias, os valores, a cosmologia, a estética e os princípios morais são expressados por intermédio de símbolos e, portanto - se o meio é a mensagem – cultura podia ser descrita como um sistema simbólico. [...] (KUPER, 2002, p. 288).

O mesmo confirma a questão sobre as mudanças culturais ao se referir a outros antropólogos, como Terence Turner, trazendo o multiculturalismo no discurso, afirmando ser um movimento para mudança (Ibid., p. 289-290). Herskovits, para quem "cultura" é adquirida, vinculando a questão do poder como algo que se forma no processo, além de afirmar que "a cultura" confere identidade a uma pessoa (Ibid., p, 304-305). Portanto, reportando-se a Stuart Hall, (Idem, op.cit., p. 305) assevera que a cultura se forma.

Ainda, o mesmo autor, ressaltando os estudos de Eric Wolf, diz que a melhor forma de ver uma cultura é como uma série de processos que constroem, reconstrói e desmantela materiais culturais, em resposta a determinantes identificáveis. Desta maneira, o autor parece estar tanto desvendando conceitos e diversas faces da cultura, quanto tentando compreender a visão dos antropólogos. Por fim, ele afirma que "Todos nós temos identidades múltiplas, e mesmo que eu admita ter uma identidade cultural primária, pode ser que eu não queira me ajustar a ela [...]" (Ibid., p. 311).

Para nós, a cultura é múltipla e plural e se constitui em um conjunto de fatores que está sempre se compondo, juntamente com o progresso do mundo, ou se aproveitando das brechas do progresso deste e suas possibilidades para, então, se desmantelar e reconstruir, ou mesmo construir, uma nova identidade nesse ínterim. Desta forma, tanto a cultura quanto a identidade são mutáveis.

Nesse sentido trazemos uma discussão baseada numa nova identidade que se desenha na sociedade, concernente a corpo/sexo/gênero relacionados a fatores comportamentais, isto é, a práticas que correspondem às mulheres fisicamente fortes, divergindo do paradigma da fragilidade feminina inata e que, com a evolução cultural, esse grupo específico tem contribuído para dissolver tabus, quebrar regras naturalizantes e desestabilizar paradigmas. Desta maneira, tentaremos compreender, na temática seguinte, a construção dos corpos na tecnologia de gênero e, em seguida, mergulharemos em uma abordagem que nos remete a refletir sobre a conexão entre essa nova identidade e novos campos de trabalho masculinizado, ambicionado por estas mulheres.

1.1. De que forma o processo cultural influencia nas diferenças físicas entre os sexos e na divisão sexual do trabalho em futebol?

Tentando responder à questão, refletindo sobre a relação entre o dimorfismo e binarismos sexuais, natureza/cultura e a divisão sexual no trabalho desportivo, trazemos algumas descrições, como esta de Kuper (2002, p. 311), avaliando D'Andrade: "[...] Talvez o parentesco e a divisão do trabalho por sexo tenham algo a ver, afinal de contas, com a biologia da reprodução; ou, como insistia Foucault, o conhecimento deva ser compreendido em relação ao poder [...]". Ou, também, teria a ver com a tecnologia de gênero, camuflada na lógica naturalizante da biologia?

Inserindo a lógica biologizante no contexto do dimorfismo, traçamos uma sucinta ideia sobre o isomorfismo na história, conforme descrito por Berenice Bento (2006), em seu estudo intitulado "A reinvenção do corpo", no qual a autora nos dá informações contundentes nas reflexões sobre a origem da "naturalização" dos corpos. Percebe-se a engenharia da construção dos corpos sexuados a partir de uma intencionalidade, onde a autora, citando Laqueur (2001), baseada nas diferenças anatômicas e biológicas, afirma a inexistência de obras escritas antes do século 17 que tivesse essas diferenças como tema.

A autora utiliza estudos de Foucault para esclarecer que, entre os anos de 1860-1870, proliferaram-se discursos médicos com o objetivo de provar a origem da biologia nos corpos sexuados, afirmando que, no isomorfismo, existia um único corpo. O corpo da mulher era igual ao do homem, sendo a vagina um pênis invertido (Idem, op. Cit., p. 115).

Conforme a mesma, "para os médicos da Renascença, havia um sexo único e pelo menos dois sexos sociais com direitos e obrigações distintos. O sexo biológico, que se usa como base e referência para a construção dos gêneros contemporaneamente, inexistia. [...]" (Ibid.,, p. 119).

No processo corpo/sexo/gênero, investigando a transexualidade, a autora também mostra comportamentos e hábitos sociais diferentes do sexo apresentado (como vestir-se, proceder), ou seja, sexo feminino com comportamentos considerados na cultura como do sexo oposto e vice versa. Bento também aborda as mudanças de sexo adquiridos cirurgicamente, por desejo, onde discorre sobre os ajustes de comportamentos (por imposição médica/institucional) adequados para o sexo, que será modificado por conta da mudança corporal. A partir disso, podemos interpretar que a autora confirma a existência da tecnologia de gênero como um processo político de manutenção de normas sociais.

Por entendermos que as diferenças não são inatas, buscamos as ideias da criadora da obra referida, que se utiliza de várias autoras, dando respaldo à temática, como Mireya Suárez, que propõe a questão: "[...] por que as mulheres têm um valor inferior, em relação aos homens, em todas as sociedades?" (Ibid., p. 72). E, em menção

à Chodorow, citado nos estudos de Ortner, Bento relata:

> Ortner constrói uma tipologia comportamental na qual o homem é identificado com o racional, o abstrato, a objetividade (cultura), e a mulher, com a praticidade, a concretude e a subjetividade (natureza), embora ela tenha alertado (em uma linha apenas) que essas diferenças não são inatas ou geneticamente programadas. (Idem, op. cit., p. 73).

Enlaçando os olhares, sobre a biologia, nos estudos de Ângela Maria Souza (2002), com o texto nomeado de "O viés androcêntrico em biologia", a autora nos mostra o androcentrismo vinculado à ciência moderna. Para quem, assim como o gênero, a ciência é um construto social, ela afirma que "a originalidade da crítica feminista reside na identificação e na denúncia do forte viés androcêntrico que permeia o pensamento científico e os seus desdobramentos [...]" (Ibid., p. 78).
Quanto ao viés androcêntrico na linguagem e nas representações do mundo nas ciências biológicas, a autora nos desperta, ampliando nossos olhares sobre o fator espermatozoide/óvulo enviesado na cultura, quando descreve:

> [...] nos curso de formação de biólogos e, é claro, na mídia pretensamente 'científica': o espermatozoide é o herói da criação. É bastante recente a noção dos dois gametas como parceiros e o reconhecimento da intensa e definitiva participação do óvulo no processo de formação do novo ser: [...] Uma abordagem da Biologia Molecular desprovida do viés masculino permite a constatação de que o óvulo é até mais ativo do que o espermatozoide [...]. (Idem, op. cit., p. 81).

Observa-se a sutileza da construção das diferenças sexuais a partir de um processo orgânico funcional, culminando com a hegemonia masculina. O simples fato do espermatozoide no comando se desdobra na problemática da submissão feminina, vinculando-se ao androcentrismo no poder.
A citação, também, nos permite compreender a forma gradativa que faz com que as diferenças entre os sexos se desenvolva, incorporando de tal forma, que se enraizou como biológico/ natural, como por exemplo, homens fortes versus mulheres frágeis. Para as naturalizações, a instituição "Estado", unindo órgãos, setores, departamentos e/ou repartições (por exemplo, o jurídico e a educação), implanta" tecnologias de gêneros "[3] no brinquedo, nas brincadeiras, na estética, nas relações entre os sexos, no corpo e no trabalho, tendo como consequência as desigualdades de gênero.
Na tentativa de causar mais transparência a tais compreensões, agrupamos no contexto, estudos que focam os fenômenos culturais, físico-corporal-fisiológicos, realizados em métodos diferenciados e que, de acordo com as nossas interpretações, parece ter obtido resultados similares.
Para Beauvoir, "Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; [...]". (BEAUVOIR, 1967, p. 09).
Com o método narrativo colocando em evidência a experiência vivida, a autora afirma que: "[...] até os doze anos a menina é tão robusta quanto os irmãos e manifesta as mesmas capacidades intelectuais [...]". (Ibid., p. 09-10).

Guedes, em seus estudos biologizantes com métodos comparativos, descreve:

> As diferenças sexuais na massa muscular são mínimas durante a infância, com os meninos apresentando uma ligeira maior proporção de massa muscular em relação ao peso corporal. No entanto, durante e depois da adolescência, as diferenças sexuais

---

3 A autora Teresa de Lauretis (1989) discute sobre "Tecnologia de gênero" (no singular), desta forma, acreditamos que a mesma generaliza o termo, porém, colocamos no plural por acreditarmos nas diversas formas de tecnologias de gênero.

> se evidenciam de forma bastante acentuada. (GUEDES, 2002, p. 39-40).

Seguindo a mesma lógica, mas acrescentando um olhar social, Niemam diz o seguinte:

> [...] mesmo em termos de atletas de elite, as mulheres, comparadas aos homens, possuem uma menor massa corporal magra, maior porcentagem de gordura corporal, menor força corporal, menor volume sistólico e maior freqüência cardíaca, menor volume sanguíneo e conteúdo de hemoglobina, e menos vo2max. **(**NIEMAN, 1999, p. 30).

Esta passagem significa que as mulheres são fisiologicamente menos desenvolvidas que o sexo oposto (frisando que isso não tem a ver com menor saúde). Na sequência, o autor em questão lança uma interrogação: "Por que as atletas de resistência de elite são mais lentas que os atletas masculinos? Será por causa das diferenças biológicas reais ou os números refletem restrições sociais e culturais?".

Em contrapartida, lançamos a seguinte indagação: as diferenças de que fala o autor não seriam construídas, incorporadas e naturalizadas, ao invés de reais. O próprio autor responde ambas as questões, quando afirma "[...] entretanto, as mulheres vêm participando de maratonas há apenas 25 anos aproximadamente, enquanto os homens têm tido a oportunidade de praticá-la há quase um século.".

Parafraseando Guacira Louro com as questões culturais, vejamos o que descreve:

> [...] De acordo com as mais diversas imposições culturais, nós os construímos de modo a adequá-los aos critérios estéticos, higiênicos, morais, dos grupos a que pertencemos. As imposições de saúde, vigor, vitalidade, juventude, beleza, força são distintamente significadas, nas mais variadas culturas e são também, nas distintas culturas, diferentemente atribuídas aos corpos de homens ou de mulheres. Através de muitos processos, de cuidados físicos, exercícios, roupas, aromas, adornos, inscrevemos nos corpos marcas de identidades e, conseqüentemente, de diferenciação [...]. (LOURO, 2007, p. 15).

Estes estudiosos, seja pela perspectiva biológica, comparativa, crítica, narrativa, ou experiência vivida, têm em comum a análise das diferenças dimórficas entre os sexos e nos permitem interpretar os mesmos resultados em seus estudos, ou seja, na infância, não há tais diferenças, se houver, são insignificantes, modificando-se na adolescência. E quando comparamos as fases anteriores do desenvolvimento humano com a adulta, percebemos tais diferenças evidenciadas. Sendo assim, não consideramos precoce crer que as diferenças corporais-fisiológicas entre os sexos, tendo suas consequências na aptidão física, são socialmente construídas.

Corroborando a questão, vale relacionar a influência da educação, como frisa Simone de Beauvoir quando diz:

> [...] em verdade, a influência da educação e do ambiente é aqui imensa. [...] Assim, a passividade que caracterizará essencialmente a mulher 'feminina' é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. Mas é um erro pretender que se trata de um dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade. A imensa possibilidade do menino está em que sua maneira de existir para outrem encoraja-o a por-se para si. Êle faz o aprendizado de sua existência como livre movimento para o mundo; rivaliza-se em rudeza e em independência com os outros meninos, [...] subindo nas árvores [...] êle apreende seu corpo como um meio de dominar a natureza e um instrumento de luta [...] através de jogos, esportes, lutas, desafios, provas, encontra um emprego equilibrado para suas forças; [...]. (BEAUVOIR, 1967, p. 21).

Esses autores (as) nos permitem dizer que a educação, a experiência vivida, os hábitos e comportamentos impostos pelas normas sociais de gênero, bem como a histórica disparidade entre os sexos em inserções despor-

tivas, influenciam no desenvolvimento das diferenças sexuais, dimorfismos e fortalecimentos de binarismos. Conforme percebemos nesta abordagem, é na pré-adolescência que as meninas são veementemente direcionadas a um comportamento rigoroso, pautado na feminilidade, enquanto o menino segue em práticas e inserções socioculturais que evidenciam a força física. Segundo Louro (2007, p. 14), "[...] Os corpos são significados pela cultura e são, continuamente, por ela alterados [...]. O corpo se altera com a passagem do tempo, com a doença, com mudanças de hábitos alimentares e de vida [...].".

Contribuindo com a temática, Priscila Dornelles (2007), com seu estudo focado nas práticas de Educação Física escolar entre os sexos, fortalece a discussão no cenário da educação, revelando-nos a influência desta disciplina específica na produção dos corpos generificados.

> Essencializar as marcas corporais atribuindo-lhes a determinação de como viver e ser masculino e feminino é significar que os destinos de meninos e meninas não são culturais, sociais e históricos, e sim definições naturais que se vinculam, em grande parte, aos modos pelos quais a Educação Física escolar produz corpos generificados. (DORNELLES, 2007, p. 140).

Contribuindo para as compreensões sobre as tecnologias de gênero e despertando para o controle das normas sociais vinculadas nas vivências infantis entre os sexos, além de nos levar a reflexão sobre o papel social dos brinquedos, onde não há escolhas e autonomia, apenas imposições, vale observar os estudos da antropóloga Suely Messeder, que diz:

> A tecnologia de gênero presente nos brinquedos funciona de maneira bastante severa, para as meninas e meninos que não concordam com esta divisão sexual dos brinquedos [...] (MESSEDER, 2012, p. 98).

Fazendo uma retrospectiva histórica, visitando os estudos de Heleieth Saffioti,[4] cuja autora, ao se reportar a Johnson, nos direciona a pensar como se originou o "controle ou dominação" masculina no processo. De acordo com a mesma, iniciou-se na relação entre humano/natureza, se transformando em humano versus natureza, conforme descreve:

> Quando se passou a criar animais para corte ou tração, sua reprodução mostrou-se de grande valor econômico. Foi fácil, então, perceber que, quanto mais filhos um homem tivesse, maior seria o número de braços para cultivar áreas mais extensas de terra, o que permitia maior acumulação [...] Isto tudo foi crucial para estabelecer entre os homens e as mulheres relações de dominação-exploração. (SAFFIOTI, 2011, p. 119-120).

Para a autora, se referindo ás relações de gênero, não se trata de uns serem melhores que outros, mas de disputa pelo poder (p. 120).

1.2. Ambição feminina em um novo campo de trabalho desportivo: nova identidade de gênero?

Diante das diferenças sexuais, binarismos, dimorfismos e comportamentais, no esporte, grupos de mulheres se deslocam para fora, desafiando paradigmas naturalizantes, rompendo a lógica da biologia. As mulheres fortes. As mulheres masculinizadas se apresentam.

Nesse assunto, Patrícia Lessa traz à discussão as mulheres nos esportes, citando a inserção destas nas práticas desportivas, antes proibidas por meio de leis; o papel do higienismo nas práticas da educação física desfavore-

---

4 Na obra "Gênero, patriarcado e violência" (SAFFIOTI,2011), em que a autora descreve suas ideias sobre o patriarcado na relação submissão-dominação na relação de gênero.

cendo as mulheres; a vigilância sobre o corpo; e, dentre tantas questões, a quebra de tabus, que a autora chama de "drible no mundo". Ao discorrer sobre as resistências e lutas ao longo da história, ela afirma: "A fragilidade física caiu por terra quando a explosão das academias e dos exercícios resistidos (musculação) entrou na ordem do dia [...]" (LESSA, 2005, p. 167).

Há quem se espante ao ver mulheres hipertrofiadas, sobretudo, nos membros superiores[5], tendo como esporte o fisiculturismo, ou as que correm o mesmo percurso masculino, ficando para trás deste sexo, apenas milésimos de segundos[6], como, por exemplo, as corredoras de elite.

Vale ressaltar como novo campo de trabalho, embora necessite de ampliação, as treinadoras de futebol e as árbitras desta modalidade, que, no desempenho da função, adotam o comportamento adquirido pelo sexo oposto, de autonomia e liderança, controla em campo um quantitativo de aproximadamente 22 homens / atletas (número de jogadores correspondente às duas equipes para o confronto), sendo que, as que compõem a última função, ainda julgam e aplicam sanções a estes sujeitos (advertem e expulsam com cartões). Seriam tais práticas correlacionadas a autonomia e poder?

Relacionamos estas abordagens com a divisão sexual no trabalho desportivo, onde percebemos a ambiguidades da problemática: disparidades na divisão sexual e nas oportunidades, justificadas pelas diferenças físicas e sua continuidade, mesmo quando as mulheres desportistas passaram a apresentar avanços físicos e invejáveis desempenhos motor-físico-corporal, quando deveriam ocorrer reduções nas disparidades sexuais no campo em questão.

Conforme apresenta Mirla Cisne, citando Lobo (1991):

> Analisar, portanto, a divisão sexual do trabalho é indispensável para desvelar o antagonismo de classe [...] Em outros termos, é necessário 'desomogeneizar' a classe trabalhadora, percebendo que ela tem dois sexos [...] (CISNE, 2012, p. 111).

Quando jogamos os holofotes na história, concernente ás inserções de gênero nos esportes, evidenciando o setor de trabalho, fica evidente, a divisão sexual, e precisamente no futebol, caberia na citação acima acrescentar: a classe trabalhadora tem dois sexos e uma pol**ítica sexista favorecendo** um (masculino) em detrimento do outro (feminino).

Voltando aos estudos de Patrícia Lessa (2005, p. 166), a autora expõe que o futebol é ótimo exemplo para empreendermos uma discussão sobre as mulheres nos esportes. Trazemos o recorte da arbitragem neste campo por duas questões: por fazer parte da experiência vivida de uma das autoras deste trabalho, desempenhando a função de árbitra assistente profissional, e também, por vermos que continua sendo um setor de resistência à participação feminina, que, por outro lado, adentra ao setor de trabalho formal[7].

Observando o histórico dessa modalidade desportiva, diante das leis e proibições da mulher nos esportes brasileiros, notaremos o que a autora expõe:

> [...] em 1941[...] o Conselho Nacional de Desportos (CND) criou o Decreto Lei 3.199, que no artigo nº 54 dizia que, as mulheres não poderiam praticar esportes 'Incompatíveis com sua natureza'. Em 1965 com a deliberação nº 7 definiram-se regras para a participação das mulheres nos esportes, não sendo permitida às mulheres a pratica do futebol [...] E somente em 1979, com a deliberação nº10, a anterior é revogada [...]. (Ibid., p. 165).

---

5 Tronco: braços, peito, costas.

6 Ver tempo de atletas corredores de elite

7 Lei 12.867, sancionada em 10/10/2013, pela então presidenta da República.

Sobre o papel do futebol, influenciando na tecnologia de gênero, vejamos outras fontes:

> [...] O futebol, esporte violento, tornaria o homem viril e, se fosse praticado pela mulher, poderia masculinizá-la, além da possibilidade de lhe provocar lesões, especialmente nos órgãos reprodutores. [...] nas últimas décadas, presenciamos algumas mudanças [...] o futebol passa a ser praticado por mulheres [...]. Essa participação das mulheres foi autorizada pelo Conselho Nacional de Desporto (Brasil 1979, Brasil 1983) […]. (Eustáquia; Altmann, 1999, p. 58).

Segundo Reis e Arruda (2011) nota-se um crescimento da presença da mulher no meio futebolístico nas últimas duas décadas, quer seja como jogadoras, quer seja como treinadoras, árbitras e bandeirinhas. Embora exista uma busca cada vez mais significativa de mulheres neste campo, como exemplo, citamos o curso de arbitragem da Federação Paulista de Futebol, no qual, constataram os autores, poucas conseguem atingir a categoria A "ouro" de árbitros da Federação. Sobre esta categoria, entende-se ser o ápice desta profissão.

A priori, compreendemos que o obstáculo maior para as mulheres se inserirem no futebol empreendedor, considerado setor próprio para as atividades masculinas, portanto, masculinizado, seguia a mesma lógica de todos os outros setores que mantinham a divisão sexual: as diferenças sexuais consideradas biológicas e inatas, binarizando os papéis sociais de gênero fortalecidas pela eugenia e amarrados na lei, cujas práticas desportivas eram de exclusividades masculinas. Mas, com a revogação das leis proibitivas e os progressos culturais, tal obstáculo passou-se a centralizar-se exclusivamente no poder.

Ao longo dos anos, livres para as participações desportivas, muitas mulheres avançaram fisicamente. Assim sendo, neste século, no Brasil, o futebol é um novo campo empreendedor para as mulheres, ocorrendo à inserção feminina na função da arbitragem.[8] Aliando a competência física[9] com a técnica, as mulheres mostraram capacidade para exercer o posto, mas não é comum vermos a presença feminina na mesma medida quantitativa e nos mesmos espaços que vemos o sexo oposto, como, por exemplo, em megaeventos como a Copa das Confederações e a Copa do Mundo. Inquieta-nos saber: são eventos exclusivamente masculinos? Assim, não só persiste a divisão sexual para o trabalho no setor do futebol, como a exclusão. Neste caso, extinguiu-se a lei, não o poder.

1.3. "Impedimento" de gênero no futebol. O moderno dispositivo de exclusão.

Nos últimos anos, no Brasil, para a mulher que deseja se tornar árbitra de futebol e participar das competições masculinas profissionais, deve seguir as mudanças ocorridas nos critérios físicos: a igualdade física entre os sexos, atestada em avaliações físicas de índices masculinos. Vejamos o documento:

Ofício Circular nº 033/CA-CBF/08, da Confederação Brasileira de Futebol – CBF, item 6.1: "em consonância com a circular 1104/FIFA/15.08.07, a árbitra e a árbitra assistente, para atuar em competições masculinas deverão alcançar os índices estabelecidos, respectivamente, para o quadro masculino", (trata-se de índices físicos). Seria a prova do sexo?

Deste modo, mediante a dificuldade de encontrar estudos sobre estas questões, analisamos os documentos concernentes à arbitragem em futebol e a internet, como fontes de pesquisa, além da experiência vivida no campo. Assim sendo, observamos que, no período do episódio da exigência da igualdade física entre os sexos para as mulheres exercerem a função, ocorreu a formação de dois grupos de árbitras: as mulheres fisicamente aprovadas no masculino (árbitras do grupo masculino), podendo atuar em diversas competições deste sexo

---

8 Segundo estudos (embora haja a escassez desse tipo de trabalho), no Brasil, as mulheres iniciaram nesta esfera trabalhista desde a década de 80.

9 Comprovando aptidão física, em provas físicas, de índices para as mulheres (consideradas legais).

(com algumas exceções de eventos não revelados nos documentos), e as reprovadas nesta prova, porém, aprovadas em índices físicos femininos (grupo denominado RENAF – feminina), podendo atuar em competições exclusivamente do mesmo sexo[10].

Vale frisar que, tais avaliações, com as mulheres, foram realizadas pela primeira vez no ano de 2008, havendo uma única aprovação feminina, ainda assim, para auxiliar (bandeirinha) e nenhuma para árbitra central (quem comanda o jogo). Embora, notamos que algumas delas (reprovadas) continuaram atuando em grandes competições masculinas, tanto pela CBF quanto pela Federação pertencente, inclusive, em clássicos, enquanto outras foram colocadas no escanteio, tanto pela instituição maior, quanto pela federação local, que utilizavam como argumento a lei da igualdade física entre os sexos.

No decorrer do processo, as vítimas (as mulheres árbitras) passaram a se submeter às avaliações físicas, nestas exigências, com a expectativa de lograrem êxitos. Assim, direcionamos nosso olhar para tais provas e encontramos estudos focando a temática da avaliação física para árbitros. É válido Frisar que as mulheres em todo o tempo que tentaram inserir-se na arbitragem, foram submetidas ás provas físicas (em índices femininos), atestando sua capacidade física.

Avaliando os novos modelos, notamos que as avaliações anteriores a estas, eram diferenciadas por sexo. Detectamos na base documental, que nos testes femininos ocorreram aprovações significativas no quantitativo das mulheres, por isso, nos posicionamos contra as provas físicas iguais entre os sexos, e, portanto, defendemos e discutimos a importância das provas diferenciadas, como proporcional ao sexo, devido ao fenômeno histórico causado pela tecnologia de gênero prejudicando ás mulheres e beneficiando os homens.

Sobre este fator, Cerqueira et al. (2011), no texto intitulado "Análise do modelo de avaliação física aplicado aos árbitros de futebol pela FIFA", criticando o atual modelo de provas físicas na arbitragem, corroboram com nossas buscas e nos informam que a FIFA tem imprimido mudanças significativas nas baterias de testes para a avaliação funcional do árbitro. Contudo, segundo os mesmos, tais mudanças não atendem às exigências requeridas, uma vez que "uma avaliação física deve simular ao máximo a situação real da atividade a ser avaliada [...]" (p. 426). Os autores também demonstram que estes testes apresentam diferentes padrões de exigência física.

Quando os mesmos criticam as provas físicas realizadas diferentemente entre os sexos e afirmam que: "[...] Estas diferenças estariam justificadas se as árbitras estivessem limitadas a dirigir partidas de futebol feminino [...]".[11] (Ibid., p. 428), parece não considerar a tecnologia de gênero na história, inclusive, no período do estudo dos autores só havia uma competição feminina. Desta forma a questão de gênero na arbitragem é descentrada da crítica do modelo de prova física e centrada na disputa do campo. Mas, os estudos dos autores citados nos ajudam a compreender como estas instituições aderiram efetivamente aos novos padrões físicos.

Seriam as supostas vantagens físicas de gênero, das quais tratam os autores, referindo-se aos testes femininos realizados pelas mulheres, questionadas por estes, pelas equivocadas interpretações de "igualdade de gênero" através do fisiológico e da força física entre os sexos? Interessa-nos também, refletir, sobre uma observação: quando as mulheres colocam-se socialmente iguais aos homens em postos a eles historicamente beneficiados, há quem se mova contra. Dessa maneira, como alcançar a igualdade social de gênero e quem a deseja?

Trazendo uma base quantitativa, vista nos documentos intitulados "RENAF" - Relação Nacional dos árbitros. Na CBF, entre o ano 2011 e 2012, havia em média, 80 mulheres, reduzindo em aproximadamente 64 na atua-

---

10 Nesse período, no Brasil, não havia competição feminina a nível nacional. Há anos não ocorria o campeonato brasileiro feminino. No mesmo ano do Ofício Circular da FIFA, implantou-se a Copa do Brasil Feminino, ocorrendo a seleção de mulheres para ampliação de gênero, mobilizando todas as federações do País, tendo a CBF separado os grupos de árbitros por sexo - o das mulheres, nomeado de "RENAF-feminino".

11 Tendo como fonte a base documental da CBF e notícias online, atualmente existem duas competições femininas nacionais: a Copa do Brasil e o Campeonato brasileiro, contra uma vasta lista de competições masculinas. E, no período dos estudos dos autores citados no trabalho (2011), só havia uma competição feminina, a primeira citada. A segunda, de acordo com os dados encontrados, foi reincorporada em 2013.

lidade, contra mais de 400 do sexo oposto[12]. São várias as categorias de árbitros e vimos que há um limite de vagas para o quando nacional para os árbitros de ambos os sexos, tendo estados com apenas 2 a 3 mulheres, quantitativo bem abaixo do sexo oposto.
Segundo o documento analisado, para a categoria CBF1 (que permite atuação feminina das aprovadas no teste masculino, em todas as competições profissionais masculinas ou quase todas) "[...] será composta por [...] até 08 (oito) árbitras e 16 (dezesseis) árbitras assistentes [...]" (Normas para classificação, 2011, p, 53). Enquanto que do sexo masculino somam-se cento e dez para esta categoria.
Nessa trajetória, no enfrentamento às disputas de força física entre os sexos, mesmo à base de grandes obstáculos, como a prova do sexo, algumas mulheres árbitras lograram êxito no requisito físico dentro do modelo supracitado gradativamente (do quantitativo total, uma média de 20 estão aptas). Porém, mesmo estas estando em pé de igualdade física com os homens, não estão em todos os eventos, como o recentemente ocorrido no Brasil: a Copa do Mundo. Seria o episódio da igualdade física, um novo dispositivo de exclusão?

1.4. A categoria "gênero" operada nas análises sobre "mulheres e arbitragem".

Os "corpos culturais" são constantemente orquestrados em sua construção pela tecnologia de gênero e, como sugere Lauretis (1998), a ideologia de gênero é fabricada pelos aparelhos institucionais em nosso cotidiano.
Para a autora em questão, no texto intitulado "Tecnologia de gênero", o conceito de gênero como diferença sexual é a diferença entre a mulher e o homem, o masculino e o feminino, arrolado no sexual. Segundo a autora, a escrita feminina, a feminilidade, as diferenças físicas, biológicas e tantos outros fatores são derivados, a partir da ênfase no sexual. "Isto é, conceito limitado". Trazendo uma reflexão sobre a questão de gênero dentro destes derivados, Lauretis afirma que "o pensamento feminista permanecerá amarrado aos termos do próprio patriarcado ocidental, [...] e assim tenderá a reproduzir-se, retextualizar-se [...]" (TERESA DE LAURETIS, 1998, p. 207).
Por outro lado, a mencionada ressalta a importância do conceito de gênero dentro do contexto que critica, justificando o fato de ter servido de base e sustentação para as intervenções feministas, mas sugerindo a elaboração de um conceito que não esteja tão preso à diferença sexual. Ela pensa o gênero a partir de uma visão foucaultiana, que vê a sexualidade como uma "tecnologia sexual". Para a autora, gênero, como representação e auto representação, é produto de diferentes tecnologias sociais. Utilizando Foucault, afirma que gênero é "o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais [...]" (Ibid., p. 208).
Ao mesmo tempo em que a autora apresenta no texto as limitações do conceito de gênero como diferença sexual, admite que nós, pesquisadores feministas, devemos estar cientes de que poderemos ser, em certos momentos, cúmplices desta limitação. Tal cumplicidade se revela pela dinâmica da diferença sexual ser uma representação de gênero, cujo conteúdo rebate diretamente na vivência das pessoas. Com efeito, construímo-nos como corpos sexuados, definidos como homens e mulheres. Desta forma, acolhemos a seguinte citação: "Os homens e as mulheres não só se posicionam diferentemente nessas relações, mas – e esse é um ponto importante – as mulheres são diferentemente afetadas nos diferentes conjuntos." (Ibid., p. 215). Muito embora sejamos conscientes das múltiplas diferenças que estruturam as relações de gênero, tais como: raça, classe, geração, regionalidades, territórios, nações.
Conscientes da limitação de gênero, focados nas diferenças sexuais, biológicas e dimórficas, cremos que esta discussão ainda não pode ser finalizada nem prescindida, devido a tais fatores serem o liame da cultura sexista que perpetua a divisão sexual no trabalho desportivo, nas atividades de comando, consideradas "trabalho masculinizado", mais especificamente a arbitragem em futebol. Nesta função, cremos que, diante dos progressos em gênero, em termos de melhorias na igualdade social, e dos avanços culturais, o corpo, a biologia, a fisiologia e os dimorfismos sexuais têm sido recorridos, em detrimento das mulheres, quando entra em cena a tecnologia de gênero, em prol de conservar a hegemonia masculina no campo.
Diante do contexto, adotamos como conceito de gênero a construção social e política numa cultura, referencia-

12 Contagem nossa baseada na fonte – considerando a margem de erro.

da no sexual, como na visão de Scott (1995), para quem gênero "[...] *é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos [...]" (p. 89).*

Considerações finais

Esse estudo mostrou que a partir da entrada das mulheres nos esportes, mesmo com as diferenças hormonais entre os sexos, consideradas barreiras, pela ciência biológica e androcêntrica, temos exemplos femininos que desestabiliza o fenômeno biológico/natural, como ocorre com as mulheres hipertrofiadas e fisiculturistas, as corredoras de elite, se aproximando dos homens que desempenham a mesma função e estando acima dos que não treinam. Incluindo as mulheres que adentraram campos masculinizados, como o militar, o de futebol, a exemplo das treinadoras e árbitras, estas últimas, mostrando a aptidão física crescente e comparada a de atletas, conforme o modelo de avaliação física que realizam. Seria uma nova identidade de gênero que se desenha na sociedade?

Aqui, levamos a cabo os dispositivos de exclusão de gênero através dos corpos sexuados: no aparelho institucional escolar, com os estudos que passeiam pela fabricação de corpos na Educação Física, brinquedos e brincadeiras, as leis e proibições nos esportes e o período da inserção feminina nos esportes, tendo suas consequências nas diferenças físico-corporal-fisiológicas.

Nossas análises nos permitiram crer que, não são as diferenças físicas entre os sexos o impedimento de gênero no futebol, ou seja, os empecilhos para que as mulheres exerçam a função de árbitras obtendo as mesmas oportunidades que os homens, mas, o poder imbricado na histórica hegemonia masculina no campo. E que da parte das mulheres, não se espera perpetuar, nem mesmo legislar no sistema jurídico o confronto da disputa de força física, mas a abertura para o conhecimento, o diálogo e a flexibilidade concernente á discussão da tecnologia de gênero em beneficio dos homens e prejuízo ás mulheres.

No trabalho desportivo, especificamente no futebol, a igualdade social de gênero está arrolada a corpo/ sexo e poder. Diante disto, como pensar na equidade social e de gênero a partir da igualdade física entre os sexos, sem considerar as tecnologias de gênero?

Referências

ARBITRAGEM. RENAF (2011 / 2012). Comissão de arbitragem da CBF divulga a RENAF 2011/2012. Disponível em: http://cdn.cbf.com.br/content/201211/1168173330.pdf, [consultado em: 27-11-2012].

BEAUVOIR, S. (1967), O Segundo Sexo II. Experiência vivida. Trad. Sergio Milliet. São Paulo: difusão Européia do Livro.

BENTO, B. (2006), A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond.

CERQUEIRA, M. S. & SILVA, A. I. & MARINS, J. S. B. (2011), "Análise do modelo de avaliação física aplicado aos árbitros de futebol pela FIFA". Revista Brasileira de Medicina do Esporte. São Paulo, 17 (6), pp. 425-430.

CISNE, M**.** (2012), Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social, 1.ed. São Paulo: Outras expressões.

DORNELLES, P. G. (2007), "Distintos destinos? A separação entre meninos e meninas na Educação Física Escolar na perspectiva de Gênero". Porto Alegre: UFRGS, 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GUEDES, D. P & GUEDES, J. E.R.P. (2002), Crescimento, Composição Corporal e Desempenho Motor de crianças e adolescentes. São Paulo: CLR Balieiro.

KUPER, A. (2002), Cultura: a visão dos antropólogos. Tradução Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros. São Paulo: EDUSC.

LAURETIS, T. (1998), A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. Tendências e impasses. Rio de Janeiro: Rocco.

LESSA, Patricia. (2005), Mulheres à venda. Londrina: Eduel.

_____. (2005), "Mulheres, corpo e esportes em uma perspectiva feminista". Revista Motrivivência, Florianópolis: UFSC, ano XVII, 24, pp. 157-172.

LOURO, G. L. (2007), O corpo educado – pedagogias da sexualidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. 2ª Ed., Belo Horizonte: Autêntica.

MALINOWSKI, B. (1975), Uma teoria científica da cultura. Tradução de José Auto, 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar editores.

MESSEDER, S. A. (2012), " Precisa isso?!: Desconstruindo o fio das masculinidades nas vivências de mulheres masculinizadas na escola e no mundo do trabalho". In: Tereza Rodrigues vieira. Minorias sexuais direitos e preconceitos. 01 ed. Brasília: Consulex.

NIEMAN, D.C.(1999), Exercício e Saúde: Como se prevenir de doenças usando o exercício como seu medicamento. São Paulo: Manole.

REIS, F.P. G. & ARRUDA I. E. A. (2011), "Mulher, futebol e arbitragem: um espaço de conquista, tensão e resistência". EFDportes. com, Revista Digital. Buenos Aires, 16 (162), Disponivel em: http://www.efdeportes.com/, [consultado em: 21-4-2014].

RENAF(2013/2014) – Provisória. Disponível em: http://www.cbf.com.br/arbitragem/comisão -oficios-circulares/renaf-2013-2014-provisoria, [consultado em: 21-05-2013].

Resultado da Avaliação Física 2013. Disponível em: http://www.cbf.com.br/arbitragem/avaliacoes/resultado-da-avaliacao-fisica-2013-aprovados, [consultado em: 08-10-2013].

SAFFIOTI, H. (2011), Gênero, patriarcado, violência. 2ª reimpressão. São Paulo: Perseu Abramo.

SCOTT, J. (1995), "Gênero: Uma categoria útil de análise histórica". Educação e Realidade, 20, (2). Porto Alegre, pp. 71-99.

SOUSA, E. S. & ALTMANN, H. (1999), "Meninos e meninas: Expectativas corporais e implicações na educação física escolar". Cadernos Cedes, XIX, (48), pp. 52-68.

SOUZA, A. M. F. L. (2002), "O viés androcêntrico em Biologia'. In: Alcântara, Ana Alice & Sandenberg Maria Cecilia. Feminismo, Ciência e Tecnologia. Coleção Bahianas. 8. UFBA, pp. 77-88.

GT 44
Géneros y Derechos Humanos: Interdisciplinaridad, Complexidad y Abordajes

Reflexões acerca das relações de gênero e a construção dos direitos humanos

André Ramos Carloni
andreramoscarloni@hotmail.com, GT.44.

Maria da Soledade Arruda de Lima
solealima@uol.com.br.

Helen Barbosa Raiz Engler
helenengler@hotmail.com.

Patrícia Basílio Teles Estábile
patriciaestabile@hotmail.com.

Tathiane Paraíso da Silva
tatymoc@hotmail.com.

Resumo: A construção do conceito das relações de gênero se dá enquanto categoria de elemento analítico relacional e comparativo entre o masculino e o feminino em uma realidade sociohistórica, com suas atribuições e papeis sociais, tendo seus rebatimentos nos mais diversos âmbitos da vida cotidiana. Essas noções se fazem pertinentes ao se refletir acerca da influência das relações de gênero na construção da identidade de mulheres e homens na sociedade contemporânea, a qual exclui e inclui os segmentos, conforme interesse da ideologia dominante, determinando comportamentos, relações, dentre outros. Neste mesmo viés, vê-se a reafirmação da construção dos direitos humanos, tais quais se encontram atualmente configurados, como a consolidação dos elementos da sociedade dominante. O que mostra a persistência da cultura machista e patriarcal, que delega ao homem o papel "central" na história, criando condições fundantes, para que a identidade do gênero feminino não se revele com capacidades análogas ao homem.

Palavras-chave: relações sociais de sexo e gênero, direitos humanos, construção social.

Introdução

Após os avanços pelos quais passou a sociedade humana durante todo o processo de sua existência, tanto no aspecto global quanto no local, e também, intensificado com o advento do capitalismo, vê-se que várias categorias demarcaram diferenças entre si, muitas vezes, gerando desigualdade, e uma destas categorias é a de gênero. Vê-se que se isto se confirma, já que

> As pesquisas entre subjetividade e trabalho mostraram, em primeiro lugar, que os estereótipos sexuados, as identidade sexuais e as representações sociais da virilidade e da feminilidade são amplamente utilizados na gestão da mão de obra no mundo industrial (HIRATA, 2002, p.19)

Isto porque, desde a entrada da mulher no mercado de trabalho enfatiza esta condição e reafirma a "supremacia" masculina no cotidiano, e torna-se inegável esta concepção social, uma vez que, historicamente, o lócus destinado a esta era apenas o mundo privado. Assim,

> Pesquisas mostraram que era necessário atentar não apenas para o *continuum* trabalho assalariado formal/remunerado/ informal/doméstico, mas também para as descontinuidade (alternativas e rupturas entre o assalariamento industrial, o trabalho ocasional, o trabalho informal, ou mesmo a saída do mercado do trabalho e a responsabilidade exclusiva pelo trabalho doméstico). (HIRATA, 2002, p.19)

Desta forma, com sua inserção no mercado de trabalho, homem e mulher passaram a integrar o mundo público. Acredita-se que quase não há no interior do lar uma partilha igualitária das obrigações domésticas, homens destinam sua atenção à manutenção dos requisitos materiais de subsistência da família, e, a mulher além de ser complementar nesse aspecto, também é responsável por um percentual maior de cuidados com a prole. Isto é, assumindo o espaço público, a mulher não perde o espaço privado, tampouco há com quem dividi-lo, dobrando sua responsabilidade;

Crê-se que se trata de pensar a dimensão cultural na gestão da empresa, avaliando os respectivos pesos da tecnologia, da cultura individual/coletiva/industrial/cotidiana, visando um entendimento dos fatores de ordem institucional e histórica de configurações da organização do trabalho, e do dia a dia doméstico, sobretudo nos quesitos educação e socialização, práticas sindicais e discriminação de gênero.

Conforme diversas leituras de pesquisas, de aspecto local e também mundial, percebe-se que a realidade sócio-histórica brasileira é marcada pelo estigma da desigualdade social, que é fruto da questão social, a qual se configura como uma mediação que perpassa todas as relações sociais. Assim, é neste contexto histórico, que se circunscreve as relações de gênero, onde o homem se configura como o gênero superior, detentor da razão e de toda moral e a mulher, por sua vez, encontra-se relegada a um papel secundário, inferior, subalterno ao gênero masculino.

As formas como são erigidas as relações sociais no âmbito da constituição familiar e do mercado de trabalho se parecem e ratificam a concepção da supremacia do homem, tendo a mulher um trabalho menos reconhecido social e financeiramente.

As relações de gênero

A relação de gênero é um fenômeno existente desde os primórdios da humanidade, gerando a divisão sexual e social do trabalho. Esta relação perpassa toda a vida em sociedade, homens e mulheres vivenciam situações divergentes em todos os âmbitos, familiar, político, econômico e social.

Vê-se que o determinismo biológico é destacado, já que para Beauvoir (1949), "não se nasce mulher, torna-se mulher", mostrando assim a ênfase no resultado da construção social de uma identidade atribuída à mulher e ao homem, específica a cada sexo. A partir do contexto de desigualdade, na qual a mulher se insere legitimada e legitimando esse mecanismo de desigualdade, constituinte dentro das sociedades e de seus aparelhos institucionais, como na família, do trabalho, dentre outros, que perpassam no âmbito social.

Todavia, as adversidades são mais arbitrárias para as mulheres, pois culturalmente foram constituídas como o sexo frágil, o sexo destinado à reprodução da espécie e da cultura informal, que tal como é concebida consiste em um forte instrumento de opressão feminina. A sociedade historicamente é marcada por um caráter androcêntico[1], que subjuga a mulher a uma posição socialmente inferior. Ao pautar-se nessa categoria

---

1 O androcentrismo consiste em considerar o ser humano do sexo masculino como o centro do universo, como a medida de todas as coisas, como o único observador válido de tudo o que ocorre em nosso mundo, como o único capaz de ditar as leis, de impor a justiça, de governar o mundo. É precisamente esta metade da humanidade que possui a força (os exércitos, a polícia), domina os meios de comunicação de massa, detém o poder legislativo, governa a sociedade, tem em suas mãos os principais meios de produção e é dona e senhora da técnica e da ciência (MORENO, apud, GUIRALDELLI, 2010, p.60).

socialmente construída, o sexo feminino torna-se o "segundo sexo", instaura uma oposição entre as duas categorias representantes da espécie humana, permeada de poder, submissão, exploração e inferioridade. Essa relação dicotômica é objeto de estudo das relações de gênero.

O termo gênero é utilizado para se compreender as tramas sociais que são desenvolvidas em todos os contextos que perpassam a vida do homem e da mulher. Designa as concepções e representações que são socialmente criadas acerca destes, estando estas sempre relacionadas. Essas relações são permeadas de dominação, subordinação, em fim das relações de poder[2], nas quais o homem busca ratificar sua posição de superioridade em uma sociedade sexista[3].

As categorias sexo e gênero são fundamentalmente divergentes e interelacionadas. Sexo se refere às diferenças anatomias/fisiológicas, isto é, ao equipamento sexual e reprodutor dos seres humanos, se encontra no plano biólogo, natural. Gênero faz parte de uma construção cultural, "é um produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações" (ORTNER, apud, COSTA & BRUSCHINI, 1992, p.15).

Nessa perspectiva, "gênero não se resume a uma categoria analítica, mas também é histórica e ontológica, por representar a construção social do masculino e do feminino, não necessariamente pautada em uma relação desigual e hierarquizada" (SAFFIOTI, apud, GUIRALDELLI, 2010, p.64).

No momento em que há a relação de trabalho e gênero, tem-se que

> elas indicaram a imbricação entre produção e reprodução, entre trabalho profissional e trabalho doméstico [...] a problemática da divisão sexual do trabalho reside na confirmação de que os movimentos complexos da mão de obra feminina não estão ligados exclusivamente à conjuntura do mercado de trabalho, nem unilateralmente às mudanças no processo e na organização do trabalho, e tampouco unicamente à subjetividas das trabalhadoras (HIRATA, 2002, p.18).

As relações de gênero se expressam através da linguagem e de atitudes que são disseminadas cotidianamente nos mais diversificados espaços sócio-institucionais, tais como família, escola, mercado de trabalho, igrejas, entre outros.

Nesta ótica,

> gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder, ou melhor, é um campo primário no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado [...]. Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica quatro elementos relacionados entre si: símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas; conceitos normativos que colocam em evidência o significado de masculino e feminino; instituições e organizações sociais que exerçam este poder, isto é, uma visão mais ampla que inclua não só relações de parentesco, mas também o mercado de trabalho, a educação e o sistema político; e finalmente a identidade subjetiva. Nenhum destes elementos opera sozinho; eles operam simultaneamente como se fosse simples reflexo um do outro. (SCOTT apud OLIVEIRA & SCAVONE (orgs.), 1997, p.4)

---

2 "poder é a probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social, mesmo que contra toda resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade" (WEBER, 1984, p.43).

3 Cabe mencionar que o sexismo é a combinação do preconceito com o poder, ou seja, "[...] o portador de preconceito está, pois, investido de poder, ou seja, habilitado pela sociedade a tratar legitimamente as pessoas sobre quem recai o preconceito da maneira como este as retrata. [...] os preconceituosos – e este fenômeno não é individual, mas social – estão autorizados a discriminar categorias sociais, marginalizando-as do convívio social comum, só lhes permitindo uma integração subordinada, seja em certos grupos, seja na sociedade como um todo" (SAFFIOTI, apud GUIRALDELLI, 2010, p.59).

A questão de gênero se reflete também da divisão do trabalho – sexual e social. Com o advento do capitalismo o homem submete ainda mais a natureza a seus desígnios, instaura a propriedade privada que é expressão máxima desse sistema. Contudo instaura a questão social[4] que perpassa toda a existência em sociedade.
A dualidade existente entre homem e mulher não é uma causalidade natural. Circunscreve-se no interior de um processo sócio-histórico, no qual o homem conseguiu se impor em relação à mulher, consagrando-se como ser superior da espécie humana, relegou assim, a esta o papel de outro, de "segundo sexo". Deste modo, o sujeito só se põe se opondo,

> êle pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objeto [...]. Nenhum sujeito se coloca imediata e espontâneamente como inessencial; não é o Outro que se definindo como Outro define o Um, êle é pôsto como Outro pelo Um se definindo como Um. Mas para que o Outro não se transforme no Um é preciso que se sujeite a esse ponto de vista alheio. De onde vem essa submissão da mulher? (BEAUVOIR, S/d, p. 12)

Com intuito de se adotar a condição subalterna da mulher como um dado natural, os postulantes do determinismo biológico, alegam que o sexo masculino da espécie humana é naturalmente superior ao sexo oposto, isto é, há algo geneticamente inerente a este que ao faltar na mulher, o torna superior e, com efeito, ela é naturalmente subordinada e também comumente satisfeita com sua posição, desde que lhe seja proporcionada proteção e a possibilidade de valorizar os prazeres maternos, que são para as mesmas as experiências mais satisfatórias da vida (ORTNER, apud, ROSALDO & LAMPHERE (orgs.), 1979).
Autoras como Rosaldo (1979); Ortner (1979); Chandorow (1979)[5] e Beauvoir (s/d), afirmam que a mulher é definida socialmente a partir de suas funções sexuais e reprodutoras. O aspecto biológico do corpo feminino é iminentemente preparado para a reprodução, e, isso tende a ser uma das alegações para a enfática afirmação desta ser mais próxima à natureza do que o homem. Em decorrência disso, seu movimento nas diversas instâncias sociais encontra mais restrito, sendo definido para a mesma o contexto familiar doméstico como o primado de sua existência[6].
É inegável a diferença fisiológico-anatômica constituinte do corpo masculino e do feminino, entretanto, esta por si mesma não possui viabilidade para explicar a preponderância de um sexo sobre o outro, "certos dados e diferenças somente adquirem significado de superior/inferior dentro da estrutura de valores culturalmente definidos" (ORTNER, apud, ROSALDO & LAMPHERE (orgs.), p.99, 1979).
Em oposição à mulher, o homem é associado ao mundo da cultura, do público. O macho da espécie humana não tendo as funções habituais de criação da espécie, a qual se acha, sobretudo destinada à mulher, encontra-se em posição privilegiada para externar sua capacidade criativa para o mundo externo ao contexto familiar. Nesse sentido, "os homens são identificados não somente com a cultura, no sentido de toda criatividade humana, mas como opondo-se a natureza; eles são identificados em particular com a cultura no sentido antigo da manifestação mais elevada do pensamento humano – arte , religião, leis e etc." (ORTNER, apud, ROSALDO & LAMPHERE (orgs.), p.109, 1979). Destarte, ocupam os espaços privilegiados em todas as

---

4 Para Iamamoto (2003), a questão social, compreende o conjunto das expressões das desigualdades sociais, oriundas do sistema capitalista, no qual a produção a riqueza é socialmente produzida e o os futos do trabalho social são apropriados por uma parte da sociedade, isto é, os donos dos meio de produção.

5 As afirmações destes autores se encontram em (ROSALDO & LAMPHERE (orgs.), 1979).

6 Se o trabalho doméstico foi por longo tempo ignorado socialmente (não sendo definido ao menos como trabalho), o foi também por ser conceituado como expressão da "natureza" feminina: cuidar das necessidades materiais e psicológicas da família, cuidar das crianças, curar os doentes. [...] A mesma tendência pode ser observada no que diz respeito a alguns trabalhos mais comuns desenvolvidos por mulheres, como puericultura, enfermagem, secretaria, camareira, faxineira. Nesses casos a competência requerida é vista como um natural prolongamento das características femininas e do trabalho doméstico; são, portanto, desprofissionalizadas e isso pode tornar-se uma justificativa para pagar pouco a essas trabalhadoras (ROMITO, apud, OLIVEIRA & SCAVONE (orgs.), p.20, 1997).

esferas institucionais, as quais utilizam para propagar as ideologias[7] pertinentes à manutenção de seu status. Neste sentido, tem-se como objeto o entendimento de como as relações de gênero influenciam a identidade e o trabalho dos profissionais do sexo, tanto na esfera pública, quanto na esfera privada.

Marilena Chauí (2000) relata que há uma diversidade de conceitos acerca da terminologia natureza, alguns se encontram no aspecto comum, outro na visão cientifica, o que estabelece entre eles um paradoxo. Na conceituação comum, esta se refere àquilo que é inato, isto é, é universalmente constituído sem interferência humana. Entretanto, cientificamente é compreendida como um campo objetivo produzido por meio do conhecimento científico, visto que o próprio conceito de natureza foi produzido pelos homens. Nesse sentido, a autora argumenta que a própria concepção de natureza tornou-se objetivamente cultural.

No tocante à conceituação de cultura[8], a autora supracitada, afirma que é proveniente do verbo latino *colere,* cultivar, criar, tomar conta e cuidar. Assim, cultura significava o cuidado do homem com a natureza. Esta em um primeiro sentido era percebida como uma forma de aprimorar a natureza humana, por meio da educação a qual perpassa todos os segmentos da vida. Posteriormente, após o século XVIII, passa a ser vista como o resultado da educação concedida aos seres humanos, a qual se externa nas ações e instituições sociais, como as artes, a religião, a ciência e o Estado. Com efeito, "cultura é uma **segunda natureza**, que a educação e os costumes acrescentam à **primeira natureza**, isto é, uma natureza **adquirida**, que melhora, aperfeiçoa e desenvolve a natureza **inata** de cada um" (MARILENA CHAUÍ, p.372, 2000).

Destarte, por estar socialmente vinculada ao contexto do lar, a mulher é universamente responsável pelos cuidados com os filhos pequenos e, por seu processo de socialização, á ela é designado à função de ensinar às crianças a forma correta de se portar socialmente, já que estas nascem desprovidas de conceitos a cerca da realidade social, os quais são internalizados no decorrer da vivência em sociedade. Nesse sentido afirma, (CHANDOROW apud, ROSALDO & LAMPHERE (orgs.), p.68, 1979) "por conveniência e não por causa da necessidade biológica, usualmente pensa-se que as mães e as mulheres em geral, tendem a cuidar dos bebês".

A autora enfatiza que as questões pertinentes ao gênero são perpetradas pela educação diferenciada que é fornecida á meninos e meninas nos primeiros estágios de vida[9], a qual os treina para desempenhar as funções correlativas a seu sexo. Estas posteriormente serão reproduzidas na vida adulta.

Segundo os apontamentos de Chandorow (1979), ao discutir acerca da identidade[10] de gênero na teoria

---

7 Ideologia, é um campo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes, a partir das divisões na esfera da produção. (CHAUÍ, 1984, p.103) Em síntese, ideologia tem por objetivo mascarar as diferenças de classe para que não haja conflitos que possam abalar o sistema.

8 Cultura pode ser definida como "o complexo que inclui conhecimento, crenças, arte, morais, leis, costumes e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade" (EDWARD BURNETT TYLOR apud CARLONI, 2006, p. 36). Concerne em um sistema que gera e sustenta símbolos e significados pelos quais a humanidade transcende de sua condição existencial natural, controlando- a e submetendo- a aos seus interesses. A condição de subalternidade da mulher é um fenômeno pan-cultural, mesmo que em grau diversificado. Tal fenômeno universal é decorrente da comumente associação do sexo feminino com o contexto da natureza, oposto ao homem que vislumbrado no espaço da cultura. (ORTNER, apud, ROSALDO & LAMPHERE (orgs.), 1979).

9 De acordo com a teoria psicanalítica, a personalidade é o resultado das experiências da relação social dos meninos e meninas desde a primeira infância. O desenvolvimento da personalidade não é o resultado dos propósitos conscientes dos pais. A natureza e a qualidade das relações sociais que a criança vivencia são particularizadas, interiorizadas e organizadas por ele/ela e vem a constituir a personalidade dele/dela.O que é interiorizado de uma relação continua permanece independente da relação original e é generalizado e estabelecido como um traço permanente da personalidade. (CHANDOROW, apud, ROSALDO & LAMPHERE (orgs.), p.67, 1979)

10 A identidade é estabelecida no individual a partir de contatos com outras identidades, em um processo relacional (CARLONI, 2006, p. 38). Assim, o aspecto biológico, psíquico, os valores, as condições materiais, geracionais, as relações interpessoais e a estrutura social, se confluem na formação da identidade, isto é, é no interior de múltiplas institucionalidades que a identidade do sujeito é erigida.

psicanalítica tradicional, o desenvolvimento sexual feminino é divergente do masculino. Enquanto a menina se desenvolve nesse âmbito a partir da identificação com a mãe e as demais mulheres, o menino se estabelece nesse segmento por meio de uma ruptura com a identificação feminina, por meio da qual ele tende a rejeitar e menosprezar tudo que é culturalmente posto como pertinente ao universo feminino, "a socialização dos meninos tende a ser orientada em direção da realização e autoconfiança e das meninas em direção à criação, educação e responsabilidade" (BARRY, BACON, CHILD apud ROSALDO & LAMPHERE (orgs.), p.77-8, 1979).

De acordo com os estudos de Saffioti (1987), os seres humanos nascem machos ou fêmeas. É por meio da educação que recebem que se tornam homens e mulheres. Sendo assim, a identidade social é socialmente construída. É, erigida através da atribuição de distintos papeis ás categorias de sexo, os quais a sociedade anseia ver cumpridos. Nesse sentido, ao homem é autorgado o papel de provedor das necessidades materiais da família, chefe e autoridade suprema no interior do lar, em detrimento da mulher, a qual é atribuída à responsabilidade pela ordem doméstica e criação dos filhos. Assim, de forma direta ou indireta, a mulher, é responsabilizada pelo bem estar do homem.

A autora enfatiza a necessidade de se atentar para a tendência de naturalização dos processos socioculturais[11], retirando o caráter sócio-histórico dos mesmos, só assim, é permitido que seja instaurada uma naturalização do estado de coisas.

A tese de Engels (2002), afirma que a derrocada da mulher e sua consequente submissão é proveniente do surgimento da propriedade privada. Com efeito, ao ser transformada á forma de produção de consumo para mercado, a família[12] se converteu em uma unidade produtiva, modificou-se o status da mulher e do seu trabalho, que anteriormente era realizado com cunho social, isto é, para a comuna. Posteriormente, com a instauração da propriedade privada, lhe é demandado trabalhar para o marido e a família. Efetivamente, essa modificação na estrutura social, possibilitou a derrocada do direito materno[13], com isso, "o homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução" (ENGELS, 2002, p.60).

Deste modo, observa-se que a desigualdade no interior da família é fruto das transformações econômicas e políticas ao longo da história, visto que, esta formal e reconhecidamente foi escrita pelos machos da espécie humana, que usando de todos os recursos possíveis, buscaram submeter às mulheres aos seus domínios. Para o referido autor, a primeira opressão de classes foi a escravidão do sexo feminino pelo masculino. Por conseguinte, "a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos" (ENGELS, 2002, p.67-8).

Decerto, essa superioridade do homem, se expressa de forma aguda no âmbito político, o qual é um reduto quase que fechado ás mulheres. Estas, dificilmente ocupam postos de chefia no espaço legislativo e nos partidos políticos. A Participação destas se concentra mais fora da política institucional, isto é, nos movimentos sociais, através dos quais reivindicam a concretização de determinados direitos sociais. O segmento econômico, também é o lócus privilegiado de dominação masculina.

No entanto, a entrada da mulher no mercado de trabalho a partir da década de 1970, propiciou certa modificação no âmbito familiar. Porém, ainda não se constata uma partilha de responsabilidade nos afazeres do lar. Verifica-se, ainda uma maior atribuição de responsabilidade á mulher, visto que, esta passou á exercer uma dupla jornada de trabalho (extra-lar e doméstica).

No âmbito do mercado de trabalho, a dominação do sexo feminino pelo masculino assume maiores proporções. São díspares as possibilidades de inserção no mercado de trabalho para mulheres com nível educacional mais

---

11 "A naturalização dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher e outras categorias sociais constitui o caminho mais fácil e curto para legitimar a ' superioridade' dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, a dos ricos". (SAFFIOTI, 1987, p. 11)

12 O termo família entre os romanos era aplicável somente aos escravos. É derivado do termo *famulus* que significa escravo doméstico, em suma, família é o conjunto de escravos pertencentes a um mesmo homem. (ENGELS, 2002)

13 Direito materno, diz respeito à concepção da descendência ser reconhecida apenas por linhagem feminina, isto é, o direito hereditário só é considerado se for proveniente da parte materna. (ENGELS, 2002)

baixo do que homens em mesma situação. Requer-se maior nível de escolaridade destas. Entretanto, "apesar dos maiores níveis educacionais, os salários das mulheres continuam sendo significativamente inferiores aos dos homens, e essa diferença aumenta quanto maior é o nível de escolaridade" (DELGADO, 2000, p. 14). É ínfima a possibilidade de ascensão feminina á altos postos de chefia, uma vez que, há uma inferiorização do trabalho feminino.

Na concepção do materialismo histórico, o trabalho é a categoria fundante do ser social, o qual ocorre por meio da capacidade teleológica que se expressa no trabalho, que por sua vez é imanente ao ser humano. É por meio dessa categoria, que é composta por ideação e objetivação que o homem ultrapassa a sua condição de irracionalidade, de epifenômeno e, passa devida á necessidade de dominar á natureza a se associar com demais indivíduos. Nasce dessa interação a linguagem articulada e, demais instituições como a arte, a religião, o Estado, etc. Assim, o trabalho é a categoria ontológica, fundante do ser social (FORTES, 2001).

Todavia, o trabalho no sistema capitalista foi expropriado de sua função primeira. Reina nesse, a separação das duas categorias constitutivas do trabalho. A primeira se encontra com aos detentores dos meios de produção e a segunda com a classe que vive do trabalho[14].

Deste modo, o trabalho tal como é expresso pelo capital é um importante meio de dominação social, onde a classe dominante subjuga a classe subalterna por meio de ideologias que são introjetadas no cotidiano social.

Uma importante ideologia do capital consiste na postulada supremacia do homem sobre a mulher. Esta é benéfica somente aos detentores do poder político e econômico. Enquanto, os dois sexos travam embates entre si, não há possibilidade de se perceberem manipulados pelo capitalismo,[15] através dessa ideologia.

A preeminência masculina é um entrave para a luta da classe trabalhadora, pois, em suas querelas, os sexos não se unem contra seu verdadeiro opressor.

Sob o signo da inferioridade feminina amplia-se os lucros dos capitalistas, em detrimento da situação financeira da classe trabalhadora. Assim, "a classe patronal tem o maior interesse na existência de categorias sociais discriminadas: mulheres, negros, homossexuais. Quanto mais discriminada uma categoria social, tanto mais facilmente ela se sujeitará a trabalhar em más condições e por baixos salários" (SAFFIOTI, 1987, p.23).

Com isso, sob o símbolo da superioridade masculina, a classe trabalhadora se vê ainda mais degradada em suas condições financeiras.

Além do mais, em decorrência desse signo, convencionou-se uma segmentação nas categorias profissionais onde, há campos profissionais, por exemplo, destinados, exclusivamente ou quase, aos homens. A mulher pode estudar Engenharia Civil, como pode estudar Geologia. Mas quando chega o momento de procurar emprego, enfrentará, seguramente a discriminação. "Não fica bem para uma mulher frequentar uma obra e lidar com peões da construção civil", diz-se. Tampouco é reconhecida como própria para mulheres a profissão de geólogo. (SAFFIOTI, 1987, p. 71)

Do mesmo modo, os poderes que são conferidos aos homens em todas as relações sociais, em muitos casos acabam por ser utilizados para violar direitos humanos. Tal afirmativa é ratificada por meio do número de assédio sexual,[16] que corre no interior das relações de trabalho, onde comumente a vítima é uma mulher.

---

14 A fragmentação do processo de trabalho faz com que o trabalhador se especialize em realizar determinada função e por isso não compreende todo o processo de produção, não se reconhece no fruto de seu trabalho. "Os produtos do trabalho se tornam mercadoria, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos"(MARX, 1989, p.81). O desencadear desse processo estabelece as bases para o desenvolvimento do processo de alienação, o qual mascara a realidade ,"dificultando de se perceber as relações sociais que parecem estar enfeitiçadas detrás da aparência material das mercadorias". QUINTANEIRO, Tania:Barbosa , Maria Ligia de Oliveira: OLIVEIRA,,Maria Gardinia de, 1999,p.93)

15 Um sistema econômico que combina os seguintes atributos: os meios de produção estão concentrados nas mãos de um segmento relativamente pequeno da população; o trabalho é realizado por uma massa de trabalhadores formalmente livres que vendem seus serviços no mercado, novos valores sociais procuram maximizar a eficiência nos meios de produção, através de uma aplicação incessante de princípios de racionalidade, e prescreve o ganho ilimitado como objetivo da ação econômica. GERTZ (1997, p.101)

16 "Art. 216-A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função." (BRASIL, 1940)

Direitos humanos

Toda esta questão supracitada se coaduna com os estudos acerca dos Direitos Humanos. Verifica-se uma ruptura dos princípios dos Direitos Humanos que são aqueles inerentes a todo e qualquer ser humano; direitos legítimos, que nascem com todo homem.

Pode-se dizer que os direitos humanos são "a Categoria de direitos que se relaciona diretamente com o conjunto de tratados, convenções e legislações cujo objeto é a definição e regulação dos mecanismos, internacionais e nacionais, garantidores dos direitos fundamentais da pessoa humana" (PINHEIRO, 2008, s/p.).

De uma maneira mais atualizada, os direitos humanos foram construídos em quatro gerações, épocas históricas, de direitos fundamentais, sem hierarquia entre eles. Os direitos da **primeira geração**, os civis e os políticos, foram conquistados nos séculos XVIII e XIX. São direitos de natureza individual e se pautam, sobretudo, na autonomia e proteção do indivíduo, além da idéia de liberdade (liberdade, propriedade, vida e segurança) e oposição ao poder ilimitado e opressor do Estado. No que tange aos direitos da **segunda geração**, que datam do final do século XIX e início do século XX, constituem-se como direitos sociais, econômicos e culturais, cujo foco é a igualdade de acesso aos bens produzidos e as lutas contra a desigualdade social e a exploração capitalista, visando à justiça social. Já a **terceira geração** é compreendida como os direitos coletivos, de solidariedade e fraternidade, como meio ambiente, qualidade de vida, paz, defesa do consumidor, da criança, do idoso. E por fim, os direitos de **quarta geração** que envolvem questões relacionadas à informática, biociência, clonagem, eutanásia, estudo de células tronco. Relacionam-se à democracia, à informação e ao pluralismo. (EDITORIAL, 2007, s/p)

Os direitos são também processos sociohistóricos, ou seja, eles nascem ou se aprimoram conforme necessidade de cada sociedade, na qual se inserem. Podem ser desde conquistas de geração de igualdade de oportunidades e cidadania, visando à inclusão social e superação de desigualdades, ou até mesmo a manutenção do *status quo*, quando o direito se torna apenas mecanismo de amenizar as expressões da questão social.

Neste viés, o órgão responsável por garantir esses direitos, na perspectiva de alcance da cidadania, é o Estado. Esta é a instância de mediação entre o mercado e a sociedade civil, a fim de proporcionar a igualdade de oportunidade de acesso aos diversos segmentos historicamente excluídos.

Considerações finais

No interior dos lares, a dominação masculina algumas vezes se expressa no direito que o homem julga ter para manter relações sexuais com sua companheira, mesmo que contra sua vontade, o que segundo o código penal brasileiro caracteriza estupro[17].

Não obstante, não é somente a mulher que é oprimida pela ideologia machista, pois através desta, o homem também é tolhido em sua essência, visto que ao ser atribuído á esse o papel de forte, corajoso, racional e provedor do sustento familiar, lhe autorgou também a responsabilidade pelo seu êxito ou insucesso, quando na verdade , o sistema se configura como um jogo de cartas marcadas, onde os detentores do poder econômico e político subjugam os desprovidos desses potenciais, principalmente em tempos neoliberais.

Todavia, o sexo feminino é afetado de uma forma mais contundente, pois ora, mulher sempre foi, senão a escrava do homem, sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado *handicap*. Em quase nenhum país, seu estatuto legal é idêntico ao do homem e, muitas vezes, este último a prejudica consideravelmente. Mesmo quando os direitos lhe são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontre nos costumes sua expressão concreta. Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situação mais vantajosa, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito que

17 **Art. 213**. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. (BRASIL, 1940) (Alterado pela L-012.015-2009)

suas concorrentes recém-chegadas. Ocupam na indústria, na política etc., um maior número de lugares e os postos mais importantes. Além dos poderes concretos que possuem, revestem-se de um prestígio cuja tradição a educação da criança matem: o presente envolve o passado e no passado toda historia foi feita pelos homens. (BEAUVOIR, s/d, p.14-5)

Em suma, as determinações de gênero perpassam e condicionam a vida em sociedade. Atribui-se a mulher através dessas determinações, maiores atribuições e menos reconhecimento. Todavia, ouve avanços, mas, esses ainda parecem ínfimos ante a batalha que ainda precisa ser travada para um maior reconhecimento da mulher, do seu trabalho, bem como da necessidade premente da partilha dos afazeres do lar e da educação dos filhos. Nesse sentido, o movimento feminista[18] é de suma importância, pois, ao contrario do que é pensado pelo senso comum, esse movimento diz respeito não somente às mulheres, mas, a todo o gênero humano.

Além disso, a configuração dos direitos humanos, que se apresenta nas sociedades capitalistas, visa não a uma superação da segmentação societária, mas sim à confirmação de que os processos binários e complementares naturais da vida cotidiana se transformem em elementos contraditórios, opostos, reafirmando a existência de um grupo dominante, dentro de padrões pré-estabelecidos. Desta forma, nossa sociedade se mostra persistindo na cultura machista, sexista, classista, racista, heteronormativa e patriarcal, que delega ao homem o papel "central" na e da história, desclassificando e desmerecendo o gênero feminino como protagonista e com capacidades análogas a do homem.

Referências

ALVES, M.B. & PITANGUY, J. (1984), *O que é feminismo*, São Paulo: Brasiliense.

CARLONI, A.R. (2006), *Mentalidade Empresarial: das tachinhas das sapatarias à gestão das empresas que incorporaram as linhas de montagem*, Dissertação de Mestrado, Franca/SP: Departamento de Serviço Social, Universidade Estadual Paulista.

BEAUVOIR, S. (s/d), *O Segundo sexo,* São Paulo: Difusão Européia.

BRASIL (1940), *Código Penal*, Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm [consultado em 20-8-2014].

CHAUÍ, M. S (1984), *O Que é ideologia,* São Paulo: Brasiliense.

___ (2000), *Convite à Filosofia,* São Paulo: Ática.

CHIZZOTTI, A. (2001), *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*, São Paulo: Cortez.

DELGADO, D.G.; CAPPELLIN, P.; SOARES, V. (2000), *Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa,* São Paulo: Boitempo.

DELGADO, L.A.N. (2006), *História Oral – memória, tempo, identidades,* Belo Horizonte: Autêntica.

18 O feminismo busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades "femininas" ou "masculinas" sejam atributos do ser humano em sua globalidade. Que a afetividade, a emoção, a ternura possam aflorar sem constrangimentos nos homens e serem vivenciadas, nas mulheres, como atributos não desvalorizados. Que as diferenças entre sexos não se traduzam em relações de poder que permeiam a vida de homens e mulheres em todas as dimensões: no trabalho, na participação política, na esfera familiar. (ALVES & PITANGUY, 1981, p.9-10)

EDITORIAL (2007), *Gerações de Direitos Fundamentais,* Disponível em http://pt.shvoong.com/law-and-politics/constitutional-law/764175-gera%C3%A7%C3%B5es-direitos-fundamentais/#ixzz1MQuaAttu [consultado em 21-3-2014].

FALEIROS, V.P. (1997), *Saber Profissional e Poder Institucional,* São Paulo: Cortez.

FORTES, R.V. (2001), *Trabalho e Gênese do Ser Social na "Ontologia" de George Lukács,* Dissertação de mestrado, Belo Horizonte: Departamento de Filosofia, Universidade Federal de Minas Gerais, Disponível em http://www.google.com.br/search?sclient=psy-ab&hl=pt-BR&site=&source=hp&q=FORTES%2C+Ronaldo+Vielmi.+Trabalho+e+Gênese+do+Ser+Social+na+"Ontologia"+de+George+Lukács.+Belo+-Horizonte%2C+2001.+&bt [consultado em 3-10-2011].

FRANÇA, J.L. (2007), *Manual para Normatização de Publicações Técnico-Científica*, Belo Horizonte: UFMG.

GERTZ, R.E. (1997), *Max Weber e Karl Marx*, São Paulo: Hucitec.

GIL, A.C. (2002), *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*, São Paulo: Atlas.

___ (1994), *Métodos e técnicas de pesquisa social,* São Paulo: Atlas.

GUIRALDELLI, R. (2010), *Mulheres que tecem a vida: trabalho e gênero em tempos precarizados,* Tese de Doutorado, Franca: Departamento de Serviço Social, Universidade Estadual Paulista/Franca-SP, Disponível em http://www.franca.unesp.br/posservicosocial/REGINALDOGUIRALDELLI2011.pdf [consultado em 4-7-2014]

HIRATA, H. (2002), *Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhara voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo.

MARTINELLI, M.L. (1999), *Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio*, São Paulo: Veras.
MARX, K. (1989 [1867]). *O Capital: Critica da Economia Política*. Penguin Classics.

MINAYO, M.C.S. (1995). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.

OLIVEIRA, E.M. & SCAVONE, L. (1997), *Trabalho, saúde e gênero na era da globalização.* Goiânia: AB.

PINHEIRO, F.C. (2008), *A evolução dos direitos fundamentais e os documentos internacionais para sua proteção***,** Dissertação de Mestrado, São Paulo: departamento de Direito Constitucional, Pontifícia Universidade Católica.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M.L.O.; OLIVEIRA, M.G. (), *Um Toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber*, Belo Horizonte: UFMG.

RICHARDSON, R.J. (1999), *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*, São Paulo: Atlas.

SAFFIOT, H.I.B. (1987), *O Poder do macho***,** São Paulo: Moderna.

Gênero, infância e cidadania: desafios para a formação docente na educação infantil

Daniela Finco[1]

Resumo: A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica no Brasil, marca o início do processo de aprendizagem social das crianças num grupo social mais amplo, com características diferentes das do meio familiar e da escola obrigatória. Revela-se como uma importante forma de introdução de meninos e meninas na vida social, quando passam a conhecer e aprender seus sistemas de regras e valores, interagindo e participando das construções sociais. Este trabalho envolve as políticas públicas e os desafios da formação continuada para Educação Infantil, com a meta de incorporar a perspectiva de gênero no processo educacional formal desde as primeiras relações na infância. Apresenta os desafios para prática dos princípios de igualdade de gênero, cidadania e direitos humanos que assegurem o reconhecimento de novos valores ligados à masculinidade e feminilidade. Problematiza a formação docente para os/as profissionais trabalham na Educação Infantil e as questões de gênero em suas práticas educativas.

Palavras-chave: Formação docente; Educação infantil; Gênero; Direitos Humanos

Introdução

Este trabalho discute a formação docente que problematize as desigualdades de gênero e favoreça uma educação para os direitos humanos, desde a primeira etapa da Educação Básica Brasileira. Envolve a análise das políticas públicas e dos desafios da formação continuada para Educação Infantil, com a meta de incorporar a perspectiva de gênero no processo educacional formal desde as primeiras relações na infância. Apresenta os desafios para prática dos princípios de igualdade de gênero, cidadania e direitos humanos que assegurem o reconhecimento de novos valores ligados à masculinidade e feminilidade [2].

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, conforme a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 (BRASIL,1996), marca o início do processo de aprendizagem social das crianças, quando convivem pela primeira vez num grupo social mais amplo, com características diferentes das do meio familiar e da escola obrigatória. As relações das crianças na Educação Infantil apresentam-se, de certo modo, como uma importante forma de introdução de meninos e meninas na vida social mais ampla, quando passam a conhecer e aprender seus sistemas de regras e valores, interagindo e participando das construções sociais. Um dos elementos centrais que caracteriza a especificidade da educação em creches e pré-escolas está ligado aos diferentes contextos em que a educação pode acontecer. Em casa, junto aos pais, a educação da criança acontece de forma individual e privada; já o ambiente coletivo e público da pré- escola possibilitam uma educação coletiva, o que propicia à criança diferentes experiências, possíveis por meio da convivência com as diferenças de sexo, idade, etnia, religião etc. As experiências de gênero são vivenciadas desde as idades mais precoces, quando as crianças aprendem, desde bem pequenas, a diferenciar os atributos ditos femininos e masculino.

---

1 Professora do Departamento de Educação Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE - EFLCH-Unifesp Guarulhos). Coordena o Grupo de Pesquisa Pequena Infância, Cultura e Sociedade (Unifesp). Atua principalmente com os seguintes temas: Relações de gênero, Sociologia da Infância, Direitos Humanos, Educação Infantil, creches e pré-escolas, culturas infantis, políticas públicas e formação de professores. dfinco@unifesp.br.

2 As questões apresentadas neste trabalho são baseadas nos resultados da pesquisa "Igualdade de gênero na Educação Infantil: desafios para a formação docente" financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/ CNPq Brasil (Contrato Nº 405030/2012-6).

Porém o que percebemos, ao analisar as pesquisas sobre a formação acadêmica ou sobre a formação de educadores/as em exercício no Brasil, é que esta não tem respeitado a diversidade, tampouco contemplado o debate dos temas (ECOS, 2009). Portanto, é necessário problematizar o papel da educação de meninas e meninos, realizada pela instituição de Educação Infantil, questionar sobre os processos da construção desta diferenciação, ao longo dos cursos de formação. É preciso que estejamos atentos em promover uma prática educativa não discriminatória, que possibilite a igualdade de gênero desde a primeira infância.

Desse modo, este trabalho que envolve os desafios das políticas públicas para igualdade de gênero e os desafios da formação continuada para Educação Infantil, está relacionada às ações das metas estabelecidas no *II Plano Nacional da Políticas para Mulheres* – PNPM (2006) e do *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos* (PNEDH), com a meta de incorporar a perspectiva de gênero no processo educacional formal desde as primeiras relações na infância. Os documentos afirmam a importância da Educação na (des)construção de estereótipos de gênero e diz respeito à promoção de uma educação inclusiva e não sexista. E o problema abordado nesta pesquisa está baseado na relação das políticas para igualdade de gênero na educação e na formação docente de Educação Infantil.

O *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos* (PNEDH. 2009) é fruto do compromisso do Estado com a concretização dos direitos humanos e de uma construção histórica da sociedade civil organizada. O Estado brasileiro tem como princípio a afirmação dos direitos humanos como universais, indivisíveis e interdependentes e, para sua efetivação, todas as políticas públicas devem considerá-los na perspectiva da construção de uma sociedade baseada na promoção da igualdade de oportunidade e da equidade, no respeito à diversidade e na consolidação de uma cultura democrática e cidadã.

A efetivação dos compromissos nele contidos somente será possível com a ampla união dos esforços em prol da realização dessa política, contemplando todos os níveis da educação, iniciando pela Educação Infantil, em creche e pré-escolas, a primeira etapa da Educação Básica. Assim, ainda há muito para ser conquistado em termos de respeito à dignidade da pessoa humana, sem distinção de raça, nacionalidade, etnia, gênero, classe social, região, cultura, religião, orientação sexual, identidade de gênero, geração e deficiência. Da mesma forma, há muito a ser feito para efetivar o direito à qualidade de vida, à saúde, à educação, à moradia, ao lazer, ao meio ambiente saudável, ao saneamento básico, à segurança pública, ao trabalho e às diversidades cultural e religiosa, entre outras.

Uma concepção contemporânea de direitos humanos incorpora os conceitos de cidadania democrática, cidadania ativa e cidadania planetária, por sua vez inspiradas em valores humanistas e embasadas nos princípios da liberdade, da igualdade, da equidade e da diversidade, afirmando sua universalidade, indivisibilidade e interdependência. O processo de construção da concepção de uma cidadania planetária e do exercício da cidadania ativa requer, necessariamente, a formação de cidadãos(ãs) conscientes de seus direitos e deveres, protagonistas da materialidade das normas e pactos que os(as) protegem, reconhecendo o princípio normativo da dignidade humana, englobando a solidariedade internacional e o compromisso com outros povos e nações. Além disso, propõe a formação de cada cidadão(ã) como sujeitos de direitos, capaz de exercitar o controle democrático das nações do Estado.

A educação em direitos humanos é compreendida como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões:

Podemos afirmar que os desafios da formação contiuada de professores deve considerar o foc na formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político; Também ter como foco o fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações. (PNDH, 2009, p. 32)

Sendo a educação um meio privilegiado na promoção dos direitos humanos, cabe priorizar a formação de agentes públicos e sociais para atuar no campo formal e não-formal, abrangendo os sistemas de educação, saúde, comunicação e informação, justiça e segurança, mídia, entre outros. Desse modo, a educação é compreendida como um direito em si mesmo e um meio indispensável para o acesso a outros direitos. A educação ganha, portanto, mas importância quando direcionada ao pleno desenvolvimento humano e às suas potencialidades, valorizando o respeito aos grupos socialmente excluídos.

Assim, a diretriz que busca promover e proteger os Direitos Humanos, incluindo as gerações futuras como sujeitos de direitos reforça as orientações da proposta pela nova DCNEI (2009) para crianças em creches e pré-escolas, considerando estes como espaços privilegiados para aprender-ensinar.

Outra questão importante abordada no PNDH está relacionada à busca pela "garantia da igualdade na diversidade", fundamental para afirmação da diversidade para a construção de uma sociedade igualitária. Nela estão contemplados os objetivos estratégicos da garantia do respeito à livre a identidade de gênero. (p. 98). Esta última questão, ainda consiste em um desafio, considerando as lacunas e desafios para se pensar nas políticas de equidade de gênero para a esta etapa da educação. Se as crianças têm o direito de desenvolverem suas identidades de forma livre, ainda é preciso trabalhar pela aceitação da pluralidade das identidades de gênero de meninos e meninas.

O PNDH, com suas as diretrizes e objetivos estratégicos, consiste em um dos importantes documentos nacionais, base para a Educação em Direitos Humanos em creches e pré-escolas. São orientações para a formação de nova mentalidade coletiva, para o exercício da solidariedade, do respeito às diversidades e da tolerância, desde as primeiras relações das crianças no cotidiano da Educação Infantil.

Na Educação Infantil a ênfase do PNDH é possibilitar, desde a infância, a formação de sujeitos de direito, priorizando as populações historicamente vulnerabilizadas. A troca de experiências de crianças de diferentes raças e etnias, imigrantes, com deficiência física ou mental, fortalece, desde cedo, sentimento de convivência pacífica. Conhecer o diferente, desde a mais tenra idade, é perder o medo do desconhecido, formar opinião respeitosa e combater o preconceito, às vezes arraigado na própria família.

Outro importante documento que reforça os direitos das crianças à educação Infantil, é o II *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres* - PNPM. Ele incorpora as ações relacionadas à ampliação das vagas em creches e pré-escolas, no primeiro capítulo que trata da autonomia econômica e da igualdade no mundo do trabalho. No documento, o oferecimento de creches e pré-escolas está diretamente ligada à ampliação da autonomia econômica das mulheres e criação de condições que permitam sua entrada no mercado formal de trabalho.

A ampliação de vagas na educação infantil é compromisso do Ministério da Educação. A Lei nº 11.494/2007 regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) que atende toda a educação básica, passando a incluir creches e pré-escolas. (BRASIL, PNPM, 2006)

O fato do documento ter como foco os direitos das mulheres, não desconsidera o direito das crianças de serem educadas em creches e pré-escolas. A função social e política não podem estar desatreladas da função educativa das instituições de educação infantil. Assim, é necessário estar atento, como nos alerta Cordeiro (2008), para as "concepções equivocadas de visão assistencialista, restrita à função de guarda de crianças", o que poderia apontar para uma distância entre os objetivos dos educadores e os objetivos dos movimentos feministas. Segundo as diretrizes curriculares para a educação infantil:

A função social e política das creches e pré-escolas como instituições que compartilham com a família e a comunidade a responsabilidade de educar as crianças e de oferecer-lhe as melhores condições e recursos construídos culturalmente para que vivam suas infâncias, ampliando e diversificando suas experiências afetivas, sensoriais, lúdicas, estéticas, cognitivas e sociais. (BRASIL, DCNEI, 2009)

A Constituição Federal Brasileira e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, Lei Federal n. 9.394/1996) também afirmam o exercício da cidadania como uma das finalidades da educação, ao estabelecer uma prática educativa "inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, com a finalidade do pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." (p.24)

Desse modo, este trabalho analia as políticas públicas e os desafios da formação continuada para Educação Infantil, com a meta de incorporar a perspectiva de gênero no processo educacional formal desde as primeiras relações na infância. Apresenta os desafios para prática dos princípios de igualdade de gênero, cidadania e direitos humanos que assegurem o reconhecimento de novos valores ligados à masculinidade e feminilidade.

1. Formação docente, gênero e cidadania

Ao analisar a produção e os debates acadêmicos sobre as temáticas de gênero no âmbito das políticas públicas de educação, podemos destacar as contradições entre as propostas de inclusão do gênero nas propostas educativas e a ausência de ações que garantam a devida implementação das novas exigências para a prática docente nas instituições escolares (VIANNA E FINCO, 2009; FINCO, 2008; 2010). Assim, é necessário pensar em propostas que problematizem as vivências diferenciadas de meninas e meninos na Educação Infantil, a qual evidencia desigualdades que precisam ser superadas para garantir às crianças plena cidadania.

A construção de políticas educacionais na perspectiva de gênero para infância é um desafio. No Brasil as crianças não são examinadas em detalhe, quando se trata de questões de políticas públicas de educação e gênero. Nas escolas, as relações de gênero também têm pouca relevância entre os educadores e os currículos dos cursos de formação de professores/as. Considerando essas características, o olhar sobre as políticas públicas, nacionais e internacionais, voltadas para educação e gênero, indica o progresso e as limitações da aplicação prática dos princípios que assegurem o reconhecimento de novos valores ligados à masculinidade e feminilidade no campo da Educação Infantil.

As políticas públicas atuais apontam que a escola constitui-se no lócus privilegiado de um conjunto de atividades e que, de forma metódica, continuada e sistemática, responde pela formação inicial da pessoa, permitindo-lhe posicionar-se frente ao mundo. As interações sociais que se desenvolvem neste espaço formativo, ajudam as crianças a compreenderem-se a si mesmos e aos seus outros sociais, enquanto sujeitos sociais e históricos, produtores de cultura e, assim, oportunizam a construção da base inicial para a vivência efetiva de sua cidadania. (Subsídios para a elaboração das diretrizes gerais da Educação em Direitos Humanos, 2007, p. 19).

Não bastam normas que visem à garantia de direitos, sem que haja a educação das pessoas para isso, a formação para lidar com os diferentes valores e conceitos. Não podemos negar que nos últimos anos o Estado brasileiro tem promovido uma série de medidas visando ao enfrentamento de todas as formas de discriminação e à constituição de uma cultura dos direitos humanos, por meio da educação formal e não formal. Desse modo, é importante destacar algumas das diretrizes da *Política Nacional para Formação de profissionais da Educação Infantil* (2006): as professoras e professores e os outros profissionais que atuam na Educação Infantil exercem um papel socioeducativo, devendo ser qualificados especialmente para o desempenho de suas funções com as crianças de 0 a 6 anos. A formação inicial e a continuada dos/as professores/as de Educação Infantil são direitos e devem ser asseguradas a todos pelos sistemas de ensino.

Apesar dos retrocessos no campo das Políticas Públicas para a formação de professores/as de Educação Infantil, a formação em nível superior no Brasil representa um avanço da profissionalização e da valorização das profissionais que educam as crianças pequenas. O que percebemos, ao analisar as pesquisas sobre a formação acadêmica ou sobre a formação de educadores/as em exercício, é que esta não tem respeitado a diversidade, tampouco contemplado o debate sobre a temática de gênero, principalmente no âmbito da Educação Infantil.

Quais são as disciplinas dos cursos regulares de formação docente que formam professores e professoras para isso? O que podemos constatar, ao olhar para as disciplinas nos cursos regulares de formação docente, é que professoras e professores continuam sem subsídios para trabalhar essas questões? A grade curricular regular da maioria das instituições de ensino superior destinadas à formação docente não contempla esses aspectos, mas as políticas públicas de educação nos cobram tratamento crítico das diversidades na escola, enquanto dimensões coletivas ou meramente subjetivas do processo de construção e ampliação dos direitos. (VIANNA e SILVA, 2008, p. 15)

Segundo um levantamento realizado pela Ong ECOS - Comunicação em Sexualidade (2009), as políticas mais recentes no campo da educação (programas, projetos, ações, legislação, normas técnicas), relacionadas à gênero e educação sexual/sexualidade, têm como marco histórico o período de 2003 a 2008. Porém, boa parte dos cursos de formação docente continua não oferecendo disciplinas obrigatórias na graduação sobre relações de gênero, sexualidade ou educação sexual e, percebendo que, em alguns casos, esse assunto era discutido em cursos de pós-graduação ou em disciplinas optativas.

Os resultados indicam que os cursos de formação superior de professores e professoras oferecem conteúdos mínimos relacionados à sexualidade e gênero. Os professores e as professoras que atuam nas escolas de ensino

básico se quiserem trabalhar com esse conteúdo em sala de aula, deverão buscar extra-curricularmente uma complementação à sua formação. Esse contexto dificulta também que a educação em sexualidade integre o currículo escolar, uma vez que esse tema está sujeito ao interesse e à boa vontade de professores/ras ou da oferta de cursos extracurriculares presenciais ou à distância. Ou seja, a educação em sexualidade e gênero depende de esforços isolados e solitários de professores(as) comprometidos(as) com essa questão, que, propriamente, de uma política de educação. (RELATORIO ECOS, 2009, p. 5)

Segundo o relatório, dentre todos os dados disponibilizados no site do Ministério da Educação, 41 universidades de um total de 989 universidades que oferecem 68 cursos de pedagogia nos quais a temática de gênero e sexualidade é apresentada em alguma disciplina. Porém, na maior parte delas a disciplina é oferecida na modalidade "optativa", não sendo obrigatória. Isso significa que somente os/as estudantes interessados/as diretamente no assunto irão cursá-la. É importante destacar que esse conjunto de disciplinas compreende conteúdos de gênero, corpo/corporeidade, diversidade sexual, biologia/educação, saúde/educação e "educação sexual" ou "sexualidade". (RELATORIO ECOS, 2009, p.7)

Perante esse contexto, as possibilidades de produção, reprodução e resistência à discriminação de gênero interagem de maneira complexa e colocam muitos desafios para esta pesquisa, como o de introduzir as questões de gênero na formação continuada para docentes que atuam na primeira etapa da Educação Básica, em creches e pré- escolas. A inclusão da temática de gênero nos cursos de formação de professores/as propõe uma compreensão de formação que tenha como elemento constituinte uma natureza dinâmica, que considere tanto os conteúdos curriculares disciplinares, quanto aqueles inúmeros conteúdos necessários à construção do ser, do saber e do fazer do professor ou professora, que se volte para a promoção de processos emancipatórios comprometidos com a ruptura de determinados modelos de sociedade e de educação excludentes, abordando as questões de gênero. As crianças estão em instituições de Educação Infantil, e os profissionais que atuam junto a elas devem ter o direito à formação específica. Nesse sentido, o documento do MEC (1994) "Por uma Política de formação do profissional de Educação Infantil", traz explícitos alguns subsídios para essa formação: Formação e profissionalização passam a ser considerados indissociáveis. Formação docente, gênero e o direito à educação infantil de qualidade

O direito das/os profissionais que atuam na Educação Infantil à profissionalização e à formação continuada, está ligado diretamente aos direitos das crianças a uma educação de qualidade (DAHLBERG, MOSS, PENCE, 2003).

O que podemos perceber, ao analisar as políticas públicas para a educação infantil e as políticas públicas em educação para a valorização da diferença, é a existência de uma lacuna caracterizada pela ausência de propostas para diversidade de gênero na infância. Ao tratar das relações de gênero e das práticas educativas na Educação Infantil, destacamos aqui a ausência de uma política focalizada nas especificidades das crianças pequenas e nas especificidades dessa etapa da educação, que é diferente dos outros níveis de ensino.

A produção e os debates acadêmicos sobre as temáticas de gênero no âmbito das políticas públicas de educação, destaca as contradições entre as propostas de inclusão do gênero nas propostas educativas e a ausência de ações que garantam a devida implementação das novas exigências para a prática docente em instituições de educação infantil, em creches e pré-escolas. As lacunas nas políticas voltam nossa atenção ao fato de que "as crianças são eminentemente parte da sociedade e do mundo" (QVORTRUP, 1993, p. 1) e vivenciam os acontecimentos de nossa sociedade de acordo com suas especificidades, assim como os adultos, jovens e idosas, vivenciando violências de gênero. Assim como são parte da sociedade, todos os eventos, grandes e pequenos, terão procedimentos relacionados às crianças, e, em consequência, elas terão reinvidicações a serem consideradas nas análises e debates a cerca de qualquer questão social maior. Ao questionar o que estas políticas significam para as crianças, para suas vidas cotidianas, é importante lembrar que:

O desenvolvimento econômico, político e social mudou a estrutura da família, a economia da infância na interface com a família e sociedade, a justiça distributiva em termos de equidade geral, e mesmo os direitos das crianças, os quais finalmente foram vistos no processo de cidadania das crianças (QVORTRUP, 1993, p. 3)

Apenas recentemente as políticas de educação passaram a detalhar reivindicações políticas específicas para a introdução de gênero e sexualidade. Essas características estão presentes nas políticas públicas para Educação Infantil. E é necessário destacar que, apesar de não serem diretamente destinadas à educação das

crianças de 0 a 6 anos, as políticas específicas de gênero são voltadas para todos os níveis e em todas as formas de ensino, o que inclui, mesmo de forma ainda generalizada, as creches e as pré-escolas, pois estas também fazem parte da primeira etapa da Educação Básica brasileira (LDB, 1996).

É necessário enfatizar a necessidade de inclusão desse novo segmento, até então invisível, no espaço da cidadania. Assim, é necessário pensar em propostas investigativas que partam da visão de que é necessário reconhecer as vivências diferenciadas de meninas e meninos na Educação Infantil, a qual evidencia desigualdades que precisam ser superadas para garantir às crianças plena cidadania.

O desenvolvimento de políticas de gênero para a educação é um processo em construção no Brasil, que demanda pensar na inclusão das crianças pequenas, meninas e meninos, novos atores no cenário político. Se pudermos considerar que as políticas públicas para diversidade representam um avanço na história da política pública no Brasil, ainda temos muito que refletir sobre essa lacuna existente entre as políticas para educação das crianças pequenas e as políticas em educação para a valorização da diversidade.

Cabe ainda destacar que os documentos que traçam parâmetros e referências curriculares para a Educação Infantil (RCNEI, 1998; DCNEI, 2009), incluem a discussão de gênero como parte do currículo. Apesar de isso não significar uma transposição automática dessa discussão para a prática pedagógica e para o dia a dia das escolas, é um avanço a considerar. O desafio de incorporar a perspectiva de gênero no processo educacional formal está ligado ao desafio da formação docente.

Assim o curso de formação docente continuada vinculada a esta pesquisa possui como referencial teórico-metodológico a "proposta desconstrutiva" proposta pela historiadora Joan Scott (1995). A proposta visa romper com as dicotomias de gênero. A desconstrução das dicotomias significa problematizar a constituição de cada pólo, demonstrar que cada um, na verdade, supõe e contém o outro; mostrar que cada pólo não é único, mas plural; mostrar que cada pólo é internamente fraturado e dividido. O mesmo processo pode ser utilizado para desconstrução das dicotomias, ao pensar nas categorias de brinquedos ditos femininos ou masculinos. Ao propor a desconstrução, Scott demonstra que o pensamento moderno é marcado por dicotomias: presença/ausência, teoria/prática, ciência/ideologia, homem/mulher, etc. "Neste jogo das dicotomias, os dois pólos diferem e opõem-se, marcando a superioridade do primeiro elemento". É dentro desta lógica que aprendemos a pensar; a proposta que se coloca, porém, é a da desconstrução das dicotomias. Refletir intensamente a respeito do antagonismo masculino/feminino, menino/ menina, nas práticas educativas dentro da proposta do curso de formação de professores de creches e pré- escolas.

O conceito de gênero possibilita a introdução da discussão sobre a desconstrução do antagonismo masculino/feminino. A desconstrução trabalha contra a lógica de que existe um lugar fixo e "natural" para cada gênero, levando a perceber que a oposição é construída, e não inerente e fixa. A desconstrução sugere que se procurem os processos e as condições que estabeleceram os termos de polaridade. Supõe que se busque a origem da polaridade e a hierarquia nela implícita. Desmonta, assim, a lógica dualista que rege as polaridades, demonstrando não apenas a idéia de que cada um dos pólos masculino e feminino está presente no outro, mas também que as oposições foram e são historicamente construídas. A desconstrução dos pólos masculino e feminino traz uma proposta de reflexão e nos aproxima das formas como as crianças se relacionam frente às diferenças de gênero na infância.

Além dos documentos orientadores e diretrizes pedagógicas para Eduacação Infantil, o conceito de gênero foi considerado uma importante categoria teórica-metodológica do curso, a disseminação da cultura para os Direitos Humanos, foi de grande importância.

Na Educação Infantil a educação em direitos humanos deve tentar promover sentimentos de confiança e o respeito por si e para os outros. Na verdade, estes sentimentos são os base de toda a cultura dos direitos humanos. Por isso, a "dimensão educativa", a "intencionalidade pedagógica" e o papel ativo dos adultos são fundamentais para que os direitos das crianças sejam garantidos.

2. A experiência do curso: Igualade de gênero na Educação Infantil

O curso de formação continuada teve como proposta refletir sobre os processos conflitivos através dos quais se estabelecem os significados de gênero, para as formas através das quais o gênero adquire a "aparência de fixidez", e para o modo como as crianças em creches e pré-escolas, participam dessas construções sociais. Assim, o conceito de gênero abriu possibilidades de pensar as diferenças de outras formas e tentar perceber o quanto estamos atribuindo a outros tempos ou a outras culturas nossas próprias concepções. Destacamos neste trabalho, o relato reflexivo de uma professora que aponta importantes questões para abordagem da temática de gênero nas práticas educativas em creches e pré-escolas.

Com base nas experiências do curso de formação Igualdade de gênero na Educação Infantil, oferecidos nas redes municipais de São Paulo e Guarulhos (Brasil), pudemos indentificar a importância de diferentes etapas no processo de formação continuada sobre a temática. A primeira etapa, consistiu em um processo de *sensibilização e empoderamento*. Conhecer as legislações, documentos orientadores nacionais e internacionais sobre a temática foi um importante passo para identificação da necessidade de uma intencionalidade pedagógica sobre tais questões. A segunda etapa consistiu em uma proposta de *observação, registro e reflexão no coletivo* sobre as práticas educativas em creches e pré-escolas. Identificar os casos de violação de direitos e de discriminação foi o segundo processo do curso. Baseadas na proposta das novas Diretrizes Curriculares para Eduacação Infantil no Brasil (DCNEI, 2009) foi reforçada a necessidade de que "a execução da proposta curricular requer atenção cuidadosa e exigente às possíveis formas de violação da dignidade da criança".

O respeito à dignidade da criança como pessoa humana, quando pensado a partir das práticas cotidianas na instituição requer que a instituição garanta a proteção da criança contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – ou negligência, tanto no interior das instituições de Educação Infantil como na experiência familiar da criança. Os profissionais da educação que aí trabalham devem combater e intervir imediatamente quando ocorrem práticas dos adultos que desrespeitem a integridade das crianças, de modo a criar uma cultura em que essas práticas sejam inadmissíveis.

Em casos de comportamentos discriminatórios, sempre é necessário encontrar soluções. Normalmente, nem o agressor nem a criança ofendida ter uma compreensão clara do que se entende por discriminação. Nesta situação, o desempenho do professor é particularmente importantes. É aconselhável que os professores começem a criticar fortemente o comportamento discriminatório e estabelecer que é absolutamente inaceitável. Podem dar apoio à criança ofendida sem crítica para mostrar raiva, medo ou confusão, ou agir com firmeza, mas suavemente com autor dos comportamentos discriminatórios (UNESCO, 2004). Pode ser aplicado a todos os tipos de conduta discriminatória. Se possível, deve notar-se, uma compreensão e até mesmo apreciar em todos os momentos da diversidade. Deve ser lembrado o sexismo e outras formas de preconceitos acontecem nas vivências das crianças em uma idade muito precoce, de modo que estas questões devem ser discutidas para que haja uma solução.

Por outro lado, os(as) professores(as) devem estar cientes de que também podem manter atitudes discriminatórias, e que devem procurar identificá-las e superá-las. Também deve ser tomado o cuidado pra que o espaço físico da escola ofereça fácil acesso e responda favoravelmente às necessidades especiais das crianças deficientes.

A terceira etapa consistiu no *planejamento e desenvolvimentos de projetos de intervenção*. Perguntas-chave que se aplicam a todos os estágios da abordagem focada nos Direitos da Criança (GEIDENMARK, 2002) auxiliaram no planejamento dos projetos. Com base nos princípios gerais da Convenção do Direitos das Crianças (CRC) as questões-chaves trouxeram desafios para cada uma das etapas do projeto. Para promover os direitos das crianças nos projeto de intervenção algumas premissas foram consideradas a) não-discriminação b) interesse superior, c) participação da criança.

A premissa da não-discriminação permitiu identificar quais são os motivos de diferenças e discriminação dentro do grupo, e entre o grupo e as outras crianças e propor estratégias para como lidar com isto. O princípio do interesse superior da criança permanece prioritário durante a implementação do projeto. Ao considerar a perspectiva de Interesse Superior das crianças na área específica do projeto, e verificando se o interesse das crianças está plenamente considerado no planejamento e na implementação do projeto. Também trouxe o desafio de identificar se há outros interesses estão envolvidos, e a necessidade de refletir sobre as possibilidades

de resolução dos conflitos. A premissa que envolve a partição das crianças, destaca a importância de considerar os pontos de vista das crianças nos diferentes estágios do projeto, identificação, planejamento, delineamento, implementação e avaliação. E de criar condições e encorajar todas as crianças a participar.
Paralelamente a todas estas etapas do desenvolvimento do projeto, surgiu a necessidade do trabalho com as questões ligadas a promoção da igualdade de gênero ultrapassem as práticas individuais e conquistem espaços nos momentos de formação continuada em serviço e revisão e atualização do projeto político pedagógico, passando a ser um projeto institucional.

3. Algumas considerações

Surgem muitos questionamentos ao investigar as relações e as práticas educativas no âmbito da Educação Infantil, que nos traz questões relativas à forma como profissionais da educação infantil vêm se relacionando com os meninos e meninas. Apesar de estas questões estarem implícitas no dia-a-dia das creches e pré- escola, permeadas nas práticas pedagógicas, ainda estão longe das discussões nos cursos de formação do professores/as e pouco se discutem as questões de gênero.
Este trabalho procurou destacar os desafios para formação docente considerando o cenário político, social e cultural no Brasil. A universalização da educação básica, com indicadores precisos de qualidade, é uma condição fundamental para o desenvolvimento de processos de democratização na sociedade. As instituições de educação formal não são as únicas responsáveis pela formação para a cidadania e para a democracia; outros agentes e instituições sociais intervêm neste processo.
No entanto, essas instituições têm uma responsabilidade específica na formação das pessoas, durante longos e importantes anos de suas vidas. A formação de personalidades e construção de saberes, valores, práticas e visões de mundo constituem um processo permanente. Constituem exigências fundamentais para a educação básica: favorecer desde a infância a formação de sujeitos de direito e priorizar pessoas e grupos excluídos,marginalizados e discriminados pela sociedade. É neste sentido que a educação em direitos humanos se situa, tendo como referenciais o princípio: a educação em direitos humanos deve ser um dos eixos norteadores da educação básica e permear todo o currículo, não devendo ser reduzida à disciplina ou à área curricular específica.
Com a ausência de um projeto político pedagógico que contemplasse as questões da gênero, as professoras envolvidas na pesquisa apontam a dificuldade de argumentar com os colegas da equipe pedagógica e com a própria família sobre a importância das questões de gênero. As falas apontam para o desafio de de tratar as questões de conflitos e preconceitos no âmbito individual e subjetivo, para compor um projeto institucional de reflexão e intervenção, com práticas intencionais para todas as crianças.
Constatou-se a presença de conflitos que perpassam as diferentes culturas que estão em constante interação no cotidiano das instituições de Educação Infantil, envolvendo os desafios do entrecruzamento das culturas das famílias, com a cultura da instituição, e da cultura da criança. Barbosa aponta para a necessidade de problematizar a incomunicabilidade das culturas e criar com significados compartilhados e contínuos, que envolvam e discutam as culturas legítimas, não-legítimas, populares, infantis, as muitas culturas do mundo contemporâneo, que são fundamentais no processo de escolarização (BARBOSA, 2007). Neste sentido, podemos afirmar que a discussão de gênero envolvem a discussão das novas perspectivas sobre as culturas da infância, as culturas familiares e a cultura escolar, considerando que as mesmas nos ajudam a pensar em um novo modelo de educação de qualidade, que inter-relacione culturas e não as subjuguem.
Este trabalho procurou contribuir com a discussão sobre das relações de gênero em creches e pré-escolas reconhecendo que a escola não está neutra: ela participa sutilmente da construção da identidade de gênero e de forma desigual. E essa construção inicia-se desde as primeiras relações da criança no ambiente coletivo da educação infantil (FINCO e FARIA, 2013). Discutir as relações de gênero na formação das professores/as de Educação Infantil significa considerar o espaço da Educação Infantil como lugar de confronto e convívio com as diferenças; pensar em cursos de formação para professores/as, considerando que a maioria das profissionais é composta por mulheres (FARIA, 2006); refletir nas propostas pedagógicas, considerando as características do trabalho de cuidar e educar crianças pequenas e suas relações com as características, construídas sócio e

culturalmente, pelo trabalho feminino e sobretudo problematizar os valores adultocêntricos, androcêntricos e homofóbicos de nossa sociedade.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, M. C. S. (2007). Culturas escolares, culturas de infância e culturas familiares: as socializações e a escolarização no entretecer destas culturas. *Educ. Soc.*, Out 2007, vol.28, n.100, p.1059-1083.

BRASIL. (2009). *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. PNDH. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos.* – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO.

BRASIL. (2009). *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI.* Parecer CNE/CEB 20/2009 Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. D.O.U. de 18/12/2009, Seção 1, Pág. 18.

BRASIL. (1998). Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília, DF : MEC / SEF.

BRASIL. (1994). Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Por uma política de formação do profissional de educação infantil*. Brasília: MEC.

BRASIL. (2006). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Política Nacional de Educação Infantil:* pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Brasília: MEC, SEB.

BRASIL. (1996). Ministério da Educação. Governo Federal. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.* Diário Oficial da União, Brasília.

BRASIL. (2006). *Plano Nacional de Políticas para Mulheres II – PNPM* – II. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

BRASIL. (2009). *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI.* Parecer CNE/CEB 20/2009 Resolução CNE/CEB no 5, de 17 de dezembro de 2009. D.O.U. de 18/12/2009.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil.* Brasília, DF: Senado. BRASIL. Ministério da Educação. (1996). Governo Federal. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996: *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.* Diário Oficial da União, Brasília.

CORDEIRO, M. de C. Mulher, mãe e trabalhadora: breve balanço de recentes políticas de conciliação entre trabalho e vida familiar no Brasil. *SER Social, Brasília,* v. 10, n. 23, p. 71-99, jul./dez. 2008.

DAHLBERG, G.; MOSS, P.; PENCE, A. (2008). *Qualidade na educação da primeira infância*: perspectivas pós-modernas. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ECOS. (2009). As políticas de Educação em Sexualidade no Brasil – 2003 a 2008 – *Relatório Narrativo Anual* . ECOS - Comunicação em Sexualidade.

FARIA, A. L. G. de. (2006) Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte. *Cad. Pagu* . n.26, pp. 279-287.

FARIA, A. L. G. de. e FINCO, D. (2013). Creches e pré-escolas em busca de pedagogias descolonizadoras que afirmem as diferenças. In: ABRAMOWICZ, Anete e VANDRENBROECK, Michel. (Org.). Educação Infantil e diferença. 1ed.Campinas: Editora Papirus, v. 01, p. 14-32.

FINCO, D. (2010) *Educação infantil, espaços de confronto e convívio com as diferenças*: análise das interações entre as professoras e meninas e meninos que transgridem as fronteiras de gênero, (Tese de doutorado) Faculdade de Educação da USP, São Paulo.

FINCO, D. (2008). Brincadeiras, invenções e transgressões de gênero na educação infantil. Múltiplas *Leituras Revista eletrônica da FAHU*D, v. Vol. 3, p. 120-135.

GEIDENMARK, E. (2002). *Programação Baseada nos Direitos da Criança: Como Aplicar a Abordagem Fundamentada nos Direitos da Criança na Programação*: Um Manual para os membros da Aliança Internacional Save the Children. Casa da Comunicação. Save the Children Suécia Aliança Internacional Save the Children.

QVORTRUP, J. (2003). Infância na Europa: um novo campo de pesquisa social. In: CHISOLM, L. et al. Gowing up in Europe: contemporary horizons in chilhood and youth studies. Tradução de Helena Antunes. New York: W de Gruyter. (mimeo).

SCOTT, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.71-99, jul./dez..

UNESCO. (2004). *ABC: la enseñanza de los derechos humanos:* actividades prácticas para escuelas primarias y secundarias. Front Cover. United Nations Publications, 2004.

VIANNA, C. P. , FINCO, D. (2009). Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. *Cadernos Pagu*, pp. 265 – 289.

VIANNA, C. P. ; SILVA, Claudio R. da (2008) . Contribuições para a análise da Educação escolar. *Revista Educação*, São Paulo, pp. 6 - 15, 01 mar.

A violência doméstica e os efeitos no cotidiano escolar[1]

Valéria Marta Nonato Fernandes MOKWA[2]

Fátima Aparecida Coelho GONINI[3]

Rita de Cássia Petrenas PETRENAS[4].

Paulo Rennes Marçal RIBEIRO[5];

Resumo: A violência, fenômeno que ocorre entre as relações sociais e interpessoais e que remete a uma relação de poder, é vista na atualidade como natural na sociedade, em que o mais forte domina o mais fraco. A violência doméstica é caracterizada como importunação sistemática e continua de um sujeito por outro, e através de atos físicos ou psicológicos que ocasiona danos no desenvolvimento do indivíduo. Esse estudo objetivou verificar a apreensão do docente nos casos de violência doméstica. Para realização da pesquisa utilizamos a entrevista com três professoras da educação infantil de uma escola pública. Os resultados foram analisados por meio da análise de conteúdo temática e evidenciaram a necessidade dos docentes reconhecerem os diversos tipos de violência que pode acometer criança e o adolescente e identificar os sintomas que o aluno pode vir apresentar quando é vítima, bem como, conhecer procedimentos legais a serem utilizados para proteger a criança e adolescente da violência, bem como conhecer o que postula a legislação ou ainda preferem abster-se a respeito do assunto. Quando presenciam casos de violência contra alunos, elas se alienam, ou declaram não saber o que fazer, principalmente por temerem os pais. A discussão acerca da temática nas escolas é importante para o professor poder trabalhar com a criança vítima da violência e oferecer subsídios para protegê-la. É necessário os cursos de formação docente abordar a temática junto ao futuro profissional, para que este possa se despir de valores socialmente construídos e atuar de forma a ajudar o aluno vítima de violência.

1 Introdução

A violência é um fenômeno que ocorre entre as relações sociais e interpessoais e que remete a uma relação de poder advinda de padrões culturais. Na atualidade a violência é vista como algo frequente, disseminado e natural, em que, geralmente, o mais forte domina o mais fraco, em que o dominante se sobrepõe ao dominado, seja por força física, assédio moral ou verbal.

---

1 Este estudo é um recorte de um trabalho mais amplo desenvolvido pelos autores.

2 Unesp - Araraquara; valeriamokwa@gmail.com; GT44: Géneros y Derechos Humanos: Interdisciplinaridad, Complexidad y Abordajes; Doutora em Educação. Integrante do NUSEX - Núcleo de Estudos da Sexualidade. Biomédica, Pedagoga, Mestre em Educação, Doutoranda no Programa de Educação da – Universidade Estadual Paulista- São Paulo State University (UNESP), Profª na Fundação Educacional de Ituverava/ SP

3 fatinini@yahoo.com.br; GT 44;
Pedagoga, Assistente Social, Mestre em Educação, Doutoranda no Programa de Educação da – Universidade Estadual Paulista e profª da Fundação Educacional de Ituverava, SP – Brasil.

4 Unesp – Araraquara; petrenas@bol.com.br; GT 44; Pedagoga, Mestre em Educação, Doutoranda no Programa de Educação da – Universidade Estadual Paulista e profª da Fundação Educacional de Ituverava, SP – Brasil.

5 Unesp - Araraquara; paulorennes@fclar.unesp.br; ; GT 44;
Prof. Dr. da UNESP Campus Araraquara, Coor. do grupo NUSEX – Núcleo de Estudos da Sexualidade. São Paulo State University (UNESP).

Velho (2000) afirma que o predomínio do individualismo e da impessoalidade contribui para que as relações interpessoais se tornem violentas, de tal forma, que a violência foi se naturalizando e tornou-se cotidiana, e esse fato não se limita a força física.
Dentre as diferentes formas pelas quais a violência se apresenta, o objetivo dessa pesquisa é verificar se no cotidiano escolar se o professor identifica os casos de violência doméstica que ocorrem com seus educandos.
A violência doméstica é caracterizada como importunação sistemática e continuada de um sujeito por outro, podendo apresentar-se em atos físicos ou psicológicos, ocasionando danos no desenvolvimento tanto do ensino e da aprendizagem quanto no cognitivo, motor e psíquico, afetando as relações sociais. Azevedo e Guerra (1997) reiteram que o aluno vítima da violência pode apresentar baixo rendimento escolar, falta de atenção e de concentração e comportamentos como apatia, passividade, agressividade, choro, entre outros indicadores significativos da violência.
Discutir a temática junto aos educadores é de grande importância, pois além de possibilitar outros estudos sobre o tema, proporciona o educador refletir e perceber as alterações dos efeitos danosos da violência doméstica, tanto para a formação da criança e seu comportamento, quanto para a sua interação social.
Apesar de o ambiente familiar ser considerado favorável ao desenvolvimento biopsicossocial de seus membros, encontramos na sociedade crianças vítimas deste mesmo ambiente e que estão inseridas na escola, e essa instituição se ciente da violência deve interceder junto a órgãos competentes a favor dos educandos.
Guerra (2005) diz que a família, pais ou responsáveis são para crianças o exemplo de identificação, apoio e confiança. Mas, quando essa confiança e apoio tornam-se experiências negativas para os filhos, através da violência, ocasiona um enorme dano físico e mental aos mesmos, influenciando o desenvolvimento cognitivo.
Pensando assim, o docente necessita estar atenta as diferentes mudança e atitudes que o aluno apresente em seu comportamento, já que pode ser um indício de que a criança e o adolescente esteja sofrendo algum tipo de violência.
A escola, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), tem o papel de zelar pela proteção da criança e do adolescente que sofreu maus tratos com o intuito de denunciar os agressores. Como aponta o art. 245:

> Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Em 2014 foi publicada a Lei n.º 13.010/2014 tendo cognome Lei menino Bernardo que refere-se à lei brasileira que visa proibir o uso de castigos físicos ou tratamentos cruéis ou degradantes na educação de crianças e adolescentes.
Temos conhecimento que a violência prejudica o desenvolvimento cognitivo, psicomotor e interação social da criança, e para que haja um percurso positivo a trilhar é necessário à conscientização da família para com as suas responsabilidades sociais e afetivas com seus filhos e também um melhor preparo dos profissionais da educação para lidar com os fatos que possam vir acontecer.

2 Família e educação importante para reduzir a violência doméstica

A lei determina que a família, o estado e a sociedade garantam a todos direitos e deveres declarando que todo cidadão desde a mais tenra idade receba cuidados que afiancem sua segurança e o seu desenvolvimento e propicie alicerce para a criança se formar e desenvolver biopsicossocialmente.
Em toda instituição há diferentes papéis e poderes exercidos entre seus pares. Nesse aspecto, o poder familiar é desempenhado pelas pessoas que na constituição de família, exercem o papel de pai e mãe ou responsável, previsto em lei pelo Código Civil/2002 em seu artigo 1.631.

Venosa (2005: 335) alude que poder familiar é "[...] o conjunto de direitos e deveres atribuídos aos pais com relação aos filhos menores e não emancipados, com relação à pessoa destes e a seus bens".
Na atualidade a ideia de formação familiar que detém o poder, apresenta diversos agrupamentos; encontramos tanto as famílias com formação tradicional quanto as monoparentais, que se caracterizam por ser formadas por apenas um dos genitores e seus descendentes, entre outras constituições. Entre todas as suas particularidades, a família é fundamental no desenvolvimento humano, independentemente do modelo no qual se configura, é o espaço onde se inicia a educação informal.
A educação é um processo amplo, que se inicia ao nascimento e continua acontecendo durante toda a existência, sendo considerada a prática que diferencia o ser humano dos outros seres vivos (Severino, 2002).
A continuidade desse processo é definido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) em seu artigo 1º: "A educação abrange processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais."
A partir do momento em que entendemos a educação como um processo abrangente, é necessário saber compreender suas características de acordo com os diferentes espaços de tempo em que ela acontece.
No momento através da representação do Estado que determina leis, em consonância com o que determina a Lei, encontramos deficiência no papel dos pais e ou responsáveis através das ausências em relação aos compromissos com os filhos, bem como a carência de profissionais da educação para lidar com fenômenos da violência que acabam repercutindo no contexto escolar.
Diante dessas reflexões é essencial um olhar cuidadoso a respeito da violência doméstica em que crianças são submetidas, bem como conhecer os subsídios que a escola utiliza para trabalhar essas situações e as consequências por esta causada às crianças e adolescentes em seu desenvolvimento cognitivo.
Nesse sentido é importante o professor ser capacitado para lidar com situações que envola a violência doméstica entre seus educandos e poder intervir significativamente na busca de resolução do problema.

3 Definindo violência doméstica

A violência é um ato que vem sendo discutido pelos meios de comunicação e assola cada vez mais toda a sociedade. Caracteriza-se como violência qualquer ato ou omissão que ponha em risco a integridade física, psicológica ou moral de outrem**.**
A violência é negação de valores como a liberdade, a igualdade e a vida, é o desrespeito à individualidade que fere a pessoa, corroborando com esse pensamento Freire (1970) diz ser a violência uma violação de valores e desrespeito à alteridade.
De fato, existe, atualmente, um consenso de que a violência doméstica ou familiar[2] é uma derivação de violências mais amplas, que marcam e são marcadas pelas diferentes relações sociais de classes, de gênero, de raça/etnia, instalando-se nos relacionamentos intrafamiliares como uma distorção do ato de cuidar e educar.
A violência doméstica, contra crianças e jovens, não é prática exclusiva dos tempos modernos. Na atualidade esbarramos na globalização, produto do capitalismo que assola a vida de milhões de pessoas, gerando a competição e disseminando a violência na ânsia do ter, adentrando a instituição escolar.
Gonini (2006) salienta que a dificuldade de lidar com conflitos na tentativa de resolvê-los, pode impulsionar o crescimento da violência, tornando-a uma das preocupações mais sérias a ser combatida pelo ser humano, motivando inúmeros estudos em busca do entendimento desse fenômeno, e que deve ser considerado pelos profissionais da educação.
A instituição escolar, que se constitui em um dos núcleos mais importantes de nossa sociedade, vem incorporando, reproduzindo e refletindo as diferentes faces da violência, afetando, sobremaneira, o processo educativo.
Discutir a respeito da violência na formação do professor, nos remete a uma reflexão a respeito da construção do educador em relação a essa temática, pois o pensamento social é constituído de relações de poder que influencia, sobremaneira, a formação do indivíduo que carrega consigo esses valores e representações, sendo importante os cursos de formação estabelecer diálogos sobre o fenômeno da violência na tentativa de reeducar

para formar profissionais capacitados e conscientes das consequências da violência para a saúde biopsicossocial de seu educando.
Em texto elaborado por Gonini et. al. (2005) a temática da violência no contexto escolar se apresenta como fator relevante nas relações entre os alunos e também se torna um conteúdo curricular importante ao ser abordado a temática da ética, mesmo porque se apresenta como tema transversal que constitui os currículos escolares.

4 A Discussão da violência na formação docente

A formação do docente é essencial para preparar os educadores para o enfrentamento de obstáculos para efetivar a defesa das crianças contra a violência doméstica.
Mas, devido à naturalização da violência e ausência de reflexões do fenômeno, o educador se depara com algumas dificuldades para reconhecer a violência doméstica. O profissional é influenciado pela sua representação de violência no momento de reconhecer o fenômeno e assim, identifica tal ato como natural e até inerente da educação advinda da família, aceitando-o como normal de acordo com os padrões morais do grupo em que está inserido.
É importante ressaltar que algumas vezes, o docente se omite frente a fatos de violência doméstica contra seus educandos por temor a represália pela família e pela instituição escolar.
Diante dessas constatações é de suma importância apreender como o professor reconhece a violência doméstica, se ele foi instrumentalizado para identificar, bem como encaminhar casos de violência doméstica para ajudar a criança e o jovem ser atendido por diversos profissionais de diferentes áreas de conhecimento.
É importante que os cursos de formação de educadores abordem a temática de maneira mais expressiva para que os docentes possam agir significativamente, quando se depararem com alunos que sofrem a violência doméstica.

5 Percurso metodológico

Realizamos uma pesquisa de cunho qualitativo, que de acordo com Dias (2000) é um método apropriado quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social e não tende à quantificação.
Para a realização desta pesquisa buscamos verificar se na escola o professor identifica os casos de violência doméstica que ocorrem com seus educandos.
A pesquisa foi realizada em uma escola do interior paulista, com 03 professoras que lecionam na 1ª e 2ª Etapa da educação infantil.
Os dados foram obtidos por meio de entrevista semiestruturada para apreender se os docentes percebem se há ocorrência ou não de casos de violência doméstica entre seus educandos e como lidam com essas questões.
Os resultados obtidos foram analisados de acordo com Bardin (1977) a partir da análise de conteúdo temática.

6 Alguns resultados e discussões

As três professoras participantes da pesquisa são formadas em Pedagogia, e com tempo de magistério entre 04 a 10 anos. Os dados serão descritos na tabela 1 que apresenta as categorias e subcategorias encontradas na análise de conteúdo temática.
Tabela 1 - Análise Temática: Assuntos indicadores que mais aparecem nas falas das docentes pesquisadas (N=ocorrências)

Categoria	Subcategoria	N
Violência	Medo	03
	Física	14
	Psicológica	11
	Presente na escola	03
	Poder do mais forte sobre o mais fraco	10
Lei	Protege/Apoia	08
	Impunidade	11

Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com as repostas das participantes encontramos categorias que exemplificam a visão que as docentes possuem em relação à violência, identificando-a como um ato de agressão física e psicológica do mais forte contra o mais fraco, que deixa sequelas e causa sofrimento, gerando medo e está presente na instituição escolar. Como explicam Faleiros e Faleiros (2007) há muitos conceitos sobre a violência, sendo que esta sempre resulta de atitude intencional da força física e do poder em forma de ameaça contra outra pessoa, grupo ou comunidade, onde o dominador se utiliza de coação e agressão, fazendo do dominado um objeto para seus "ganhos", desestruturando assim, sua identidade.

É necessário instrumentalizar os docentes para reconhecer os diversos tipos de violência que pode a criança sofrer, identificar os sintomas que o aluno pode vir apresentar quanto é vítima, bem como conhecer procedimentos legais a serem desenvolvidos para proteger a criança da violência.

Quanto à legislação, outra categoria que surgiu no momento da análise, permitiu observar que as professoras acreditam que a lei protege e apoia as crianças vítimas de violência, mas contraditoriamente evidenciam que a mesma gera impunidade.

Na atualidade existem leis que asseguram tanto a atitude do professor frente à violência contra o educando, assim como os direitos e deveres da criança e do adolescente (Lei 13.010, 2014).

Entretanto, fica clara a pouca confiabilidade sobre o que as participantes pensam em relação à legislação brasileira, pois ressaltam a conduta branda por parte do legislativo quanto aos casos de violência contra as crianças, principalmente quando a violência é caracterizada como psicológica, pois não há marcas físicas, não se detecta nos exames de corpo delito, como é visto quando uma criança é espancada e o autor da agressão denunciado.

Para as docentes pesquisadas, se a violência acontece aos poucos e é silenciosa como a tortura psicológica, a justiça é falha ao detectar, julgar e condenar o autor do crime. As professoras também criticam a lentidão para resolução dos casos direcionados ao Conselho Tutelar Municipal, o que vem agravar ainda mais a situação das vítimas retardando uma solução que deveria acontecer de maneira instantânea, reduzindo prejuízos às mesmas. Descrevem também casos onde houve a advertência verbal aos pais sobre um ato detectado, porém foram ameaçadas e humilhadas, desmotivando futuros contatos.

As professoras pesquisadas alegam levar a denuncia até o âmbito da direção considerando que foi o melhor a ser feito, sem coragem de se unirem e lutar para que haja mudança neste sentido, e de cobrar de órgãos competentes uma posição, pois o medo de represália é mais forte e precisam trabalhar para manter o seu sustento, terminando em se conformar com a situação e manter o silêncio.

A professora 2 disse não ter ocorrido casos evidentes de violência física com a crianças da turma recente, porém descreveu situações vividas por ela mesma de violência física, onde seu pai era agressivo e batia nela enquanto criança e também em sua mãe. Relatou suas frustrações, medos, vergonha, raiva e também falou sobre os danos psicológicos que isto lhe causa até hoje.

Isso nos remete a compreender que a violência doméstica, na maioria das vezes não são identificadas pela sociedade, permitindo que a vítima carregue suas frustrações para a vida adulta o que pode originar danos

irreparáveis, como a Professora 2 nos evidenciou.
Em consonância, Guerra (2005) relata que mesmo nos países desenvolvidos, onde a tradição de estudo deste tipo de violência é mais antiga do que no Brasil, existem dificuldades de se detectar o número real de crianças que sofrem violências.
Talvez, as explicações para essa atitude é que, muitas vezes, os profissionais que se defrontam com o problema não estão preparados para reconhecê-lo, acreditando que a criança possa ter sofrido um acidente, conforme a versão comumente apresentada pelos agressores, ou ainda os profissionais, mesmo tendo conhecimento do fato, preferem não comunicá-lo aos órgãos competentes, por receio de envolvimento com questões não específicas de sua área de atuação, impedindo assim, que se tenha uma visão real do fenômeno do ponto de vista estatístico. Por fim, pode ocorrer ainda que os agressores decidam não procurar ajuda especializada, encerrando o problema em seu lar.
Vagostello et al. (2003) mostra que algumas escolas, embora sejam capazes de identificar casos de violência entre seus alunos, ainda apresentam muitas dificuldades para abordar este assunto, que, quando não é negado ou ocultado, acaba sendo equivocadamente tratado.
Desta forma, é imprescindível que a escola busque subsídios para preparar, envolver e ajudar os docentes apreender a importância de se posicionar frente ao fenômeno da violência, se conscientizando que a criança e o jovem / vítima será nossos futuros adultos e pode carregar como herança o ato violento para outras pessoas da sociedade.

7 Considerações Finais

A pesquisa evidenciou como pontos fundamentais que as professoras pesquisadas, no que diz respeito aos efeitos da violência doméstica ou familiar necessitam de se instrumentalizar para poder atuar de forma adequada para auxiliar as crianças e adolescentes vítimas de violência.
Isso nos remete a crer que os docentes têm pouca informação sobre o que postula a legislação ou ainda preferem absterem-se a respeito do assunto, pois quando presenciam casos concretos de violência praticada contra alunos, preferem alienar-se, encaminham para a direção ou ainda não sabem o que fazer, principalmente por temerem os familiares ou responsáveis.
É essencial discussões acerca da temática nas escolas, instrumentalizando os docentes por meio de cursos, oficinas, palestras para que possam trabalhar com a criança vítimas da violência e oferecer subsídios para protegê-la, como preconiza a legislação vigente e para que a escola cumpra seu papel sua função social e de agente transformadora da sociedade.
É importante, também os cursos de formação docente se preocuparem em oferecer disciplinas que abordem a temática na busca de problematizar junto ao futuro profissional, para que possa se despir de valores socialmente construídos e atuar de forma a ajudar a criança e o adolescente vítima de violência.

8 Referências

Azevedo, M. A. & Guerra, V. N. A. (1997), *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento.* São Paulo: Cortez.

Bardin, L.(1977), *Análise de conteúdo*. (L. A. Reto & A. Pinheiro trad.). Lisboa: Edições 70.

Dias, C. (2000), *Pesquisa qualitativa: características gerais e referências*. Disponível em www.geocities.com./claudiaad/qualitativa. [Consultado em 25-10-2012].

Faleiros, E. & Faleiros, V. (2007), *Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

Freire, Paulo. (1970), *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Gonini, F.A.C. (2006), *Representações sociais do "ficar": caminhos para compreender a violência no contexto escolar.* Dissertação de Mestrado, Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto /SP.

Gonini, F. Ap. C. et al. (2005, maio), Representações sociais da violência entre alunos do Ciclo I do Ensino Fundamental em duas escolas públicas do interior de São Paulo. *Anais do Simpósio Internacional do Adolescente*, São Paulo, Brasil, 1.

Guerra, V. N. A. (2005), *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. São Paulo: Cortez,

Lei n.º 13.010 de 26 de junho de 2014. Altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm. [Consultado em 25-11-2014].

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. [Consultado em 25-10-2012].

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm [Consultado em 16-6-2012].

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf. [Consultado em 16-6-2012].

Severino, A. J. Prefácio. In: Lucchesi, M. A. S.(2002), *Universidade no limiar do terceiro milênio: desafios e tendências*. Santos, SP: Leopoldianum.

Vagostello, L., Vagostello, L., Oliveira, A., Silva, A. M., Donofrio, V., Moreno, R. C. M (2003), *Violência doméstica e escola: um estudo em escolas públicas de São Paulo*. Paidéia, 13(26), pp.191-196.

Velho, G. (2000), Violência, reciprocidade e desigualdade. In: Velho, G.; Alvito, M. *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editoras UFRJ/FGV.

Venosa, S. S. (2005), *Direito civil: direito de família*. São Paulo: Atlas.

O GÊNERO NAS TESES E DISSERTAÇÕES DA UNIVERSIDADE PAULISTA CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE: O Estado da Arte como opção metodológica

Valéria Marta Nonato Fernandes MOKWA[1]

Paulo Rennes Marçal RIBEIRO[2]

Resumo: A sexualidade, gênero, diversidade sexual, entre outros assuntos correlatos, estão ganhando espaço de discussões nas pesquisas acadêmicas, na área de Educação. Esse estudo objetivou apreender o que os trabalhos realizados no curso de Pós-Graduação em Educação da UNESP campus Marília abordam sobre o gênero. Utilizamos o Estado da Arte para realização da pesquisa, analisando 14 dissertações apenas devido o programa ser recente e não ter defesa de teses. Os resultados revelaram que há uma carência de Educação Sexual nos espaços de formação profissional que prejudicam a prática no tocante à temática. Os documentos curriculares nacionais tratam a questão de gênero com indiferença e invisibilidade e a execução do tema no ambiente escolar é realizada por profissionais sem preparos para contextualizar o assunto e propor discussões acerca da temática de gênero.

1 Introdução

A sexualidade, gênero, diversidade sexual, educação sexual, entre outros assuntos correlatos, estão ganhando espaços de discussões nas pesquisas acadêmicas, na área de Educação.

Nesse sentido, se faz necessário à realização de pesquisas que discutam a respeito dos temas na busca de se conhecer o que esta sendo produzido na área acadêmico-científica, bem como esses profissionais percebem a questão do gênero e sexualidade.

Em se tratando da formação profissional, é importante proporcionar o desenvolvimento de profissionais responsáveis, autônomos e conhecedores do direito político, econômico e social em relação à saúde e à expressão da sexualidade, haja vista que os hábitos, atitudes e costumes são construções históricas e sociais, que possibilitam os indivíduos construírem suas visões de homem e mundo.

A sexualidade é uma construção histórica e social, constituída a partir de valores culturais e religiosos que estabelecem vários modos e regras de vida, de forma que a sociedade institui maneiras de torná-las moralmente aceitáveis.

Mesmo sendo complexa sua abordagem, a sexualidade é parte da condição humana e é um tema sempre presente na vida dos indivíduos. Sucintamente, podemos nos referir à sexualidade como o conjunto de fenômenos relacionados à vida sexual do ser humano. De fato, constitui-se aspecto central da identidade, uma construção de sentimentos e ações em relação à vida sexual, advindos de uma educação sexual influenciada por valores, crenças, tabus e concepções, que são elaborações históricas e culturalmente construídas. A sua expressão depende de influências culturais, da sociedade e da família, de ideologias morais, religiosas e políticas.

Trata-se, de uma forma de se relacionar, amar, ter prazer e procriar. Não se se reduz à genitalidade, **mas é** mais complexa e abarcando fatores biopsicossociais que são especiais em cada indivíduo.

---

1 Unesp - Araraquara; valeriamokwa@gmail.com; GT44: Géneros y Derechos Humanos: Interdisciplinaridad, Complexidad y Abordajes; Doutora em Educação. Integrante do NUSEX - Núcleo de Estudos da Sexualidade. Biomédica, Pedagoga, Mestre em Educação, Doutoranda no Programa de Educação da – Universidade Estadual Paulista- São Paulo State University (UNESP), professora na Fundação Educacional de Ituverava/ SP.

2 Unesp - Araraquara; paulorennes@fclar.unesp.br; ; GT 44; Professor Doutor da UNESP Campus Araraquara, Coordenador do grupo NUSEX – Núcleo de Estudos da Sexualidade. São Paulo State University (UNESP).

Assim, como a sexualidade a questão do gênero também tem influencia de valores culturais, e surge com a formação das civilizações, ou seja, passa a ser uma construção histórica e social, de acordo com a necessidade de cada sociedade, explica Stearns (2013: 31) que

> A medida que as civilizações se desenvolveram, a partir dos contatos e das limitações das trocas, os sistemas de gênero-relações entre homens e mulheres, determinação de papéis e definições dos atributos de cada sexo – foram tomando forma também. Por fim, essa evolução haveria de se entrelaçar com a das civilizações. O deslocamento da caça e coleta para a agricultura pôs fim gradualmente a um sistema de considerável igualdade entre homens e mulheres. Na caça e na coleta, ambos os sexos, trabalhando separados, contribuíram com bens econômicos importantes. As taxas de natalidade eram relativamente baixas e mantidas assim em parte pelo aleitamento prolongado. Em consequência disso, o trabalho das mulheres de juntar grãos e nozes era facilitado, pois nascimentos muito frequentes e cuidados com crianças pequenas seriam uma sobrecarga. A agricultura estabelecida, nos locais em que se espalhou mudou isso, beneficiando o domínio masculino.

Entretanto, em relação à sexualidade e o gênero, os pesquisadores trazem da sua formação familiar, cultural e social, mesmo que inconscientemente, esquemas estruturados pelas condições sociais em que vivem, reproduzindo, continuamente, suas concepções subjetivamente, em relação às temáticas. Por isso, é imprescindível uma reelaboração de representações, na busca de pesquisas que contribuam efetivamente para futuros estudos que contemplem os temas em todas as suas dimensões.

Neste cenário, o estudo é importante para que haja um levantamento do que já foi produzido sobre sexualidade e gênero em teses e dissertações, para compreender como vem sendo trabalhado essas questões nesse universo acadêmico.

Essa pesquisa é um recorte de um estudo mais amplo e objetivou apreender o que os trabalhos realizados no curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus de Presidente Prudente abordam sobre o gênero. Utilizamos o Estado da Arte como opção metodológica, para realização da pesquisa, analisando 14 dissertações desse programa.

Esse número reduzido se justifica, devido o programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP *campus* Presidente Prudente ser recente e não ter ainda defesas de teses.

Esse estudo não se esgota com essa pesquisa e, sim, constituem mais uma chave para que futuros estudos possam ser realizados a fim de que a historicidade da sexualidade, gênero e sua implementação na educação brasileira se concretizem de maneira emancipatória.

2 UNESP – Campus Presidente Prudente

Iniciaremos nesse item a descrição sucinta dessa unidade da UNESP, bem como as produções realizadas no Programa de Pós-Graduação e suas especialidades, evidenciando como elabora a construção do conhecimento sexual e questão de gênero.

O *campus* da UNESP da cidade de Presidente Prudente fica localizado na cidade de Presidente Prudente no interior paulista.

A Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) de Presidente Prudente oferece seis programas em nível de Pós-Graduação, sendo eles em Ciências Cartográficas; Educação; Geografia Acadêmico; Geografia Profissional; Fisioterapia; Matemática Aplicada e Computacional e diversos cursos de especialização (*lato sensu*) em diferentes áreas (Unesp, 2013a).

Possui o grupo de pesquisa é denominado Núcleo de Diversidade e Educação (NUDISE) e iniciou suas atividades no ano de 2003, sendo coordenado pelas professoras Arilda Inês Miranda Ribeiro e Maria de Fátima Salum Moreira. O Grupo tem como objetivo aprofundar estudos no campo da diversidade sexual, bem como na construção da identidade de gênero e da identidade sexual com um enfoque maior na área Educacional.

Um dos propósitos é fornecer informações à sociedade sobre a diversidade sexual, mostrando sua multiplicidade e sua mutabilidade, buscando, através da Educação, apreender e compreender o processo de construção dos preconceitos sexuais e da homofobia, existentes no âmbito escolar e em suas práticas educativas, conforme o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ, 2012a).

3 Breve relato dos resultados obtidos nas teses e dissertações sobre sexualidade da FCT no programa de Educação da UNESP campus de Presidente Prudente

O Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado, da FCT da UNESP Campus de Presidente Prudente, iniciou suas atividades em agosto de 2001 e tem como objetivos formar docentes e pesquisadores qualificados para as atividades de ensino, pesquisa e assessoria e produzir pesquisas na área de formação de professores e processos formativos em diferentes contextos educacionais. (Unesp, 2013b).

O programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP de Presidente teve a sua primeira produção abordando temas correlatos à sexualidade no ano de 2003.

Os as dissertações aqui analisadas nesse estudo retratam, de maneira sucinta, sobre o resgate da história da educação do Brasil e da influência religiosa, bem como a educação feminina, que teve pouco interesse devido à herança portuguesa de que a mulher era ignorante e inferior, devendo obediência ao marido, ser superior, e sobre a história da cidade de Adamantina, berço do Instituto de Educação Madre Clélia.

Esta Madre propagou a educação como sendo uma caridade. Esse colégio voltado para a educação feminina era fundamentado nos processos educacionais de mulheres, propostos pelos ideais católicos e pelos anseios da sociedade, com sólida base cristã.

A dissertação analisada evidenciou que o colégio preparava a aluna para ser uma excelente dona de casa, boa esposa e mãe de família, ser profissional do magistério, para transmitir valores do catolicismo conservador na família e sociedade por meio de uma educação que visa disciplinar os corpos.

Percebemos que durante quatro anos não houve pesquisas abarcando a temática da sexualidade e temas afins no Programa de Educação Pós-Graduação do *campus* da UNESP de Presidente Prudente.

No ano de 2007, após quatro anos, encontramos novas publicações de dissertações, contemplando temas correlatos à sexualidade que buscou compreender a representação social dos alunos (as) sobre injustiças na escola e na sala de aula, bem como os princípios morais que ancoraram tais representações; relacionar os possíveis efeitos da idade, gênero e do tipo de escola (particular ou pública) no julgamento moral dos alunos (as) e nas representações de noções de injustiças na escola; observar situações de conflito entre alunos (as) e professores (as) e entre os próprios (as) alunos (as) em sala de aula, nomeadas ou não como injustas, verificando como eram resolvidas pelos agentes escolares e como inspiraram diferentes representações de injustiças pelos alunos (as).

A pesquisa revelou que as queixas espontâneas de injustiças que ocorrem no interior da escola foram frequentes tanto pelos meninos quanto pelas meninas. Estas injustiças são relacionadas aos aspectos pedagógicos e às relações interpessoais estabelecidas no espaço escolar.

Há descaso dos sujeitos que compõem o cenário educativo em relação à sensibilização do desejo do outro (alunos e alunas), mesmo sendo a escola, contemporaneamente rica para pesquisas sobre indisciplina, violência, crise de valores, injustiças, entre outras.

Na análise das dissertações encontramos trabalhos que objetivavam compreender as trajetórias afetivo-sexuais de jovens, a partir do contexto sociocultural das relações interpessoais cotidianas às vivências particulares e subjetivas de vida. Os resultados da pesquisa evidenciaram que o namoro é um acordo, um relacionamento tradicional e o ficar, um relacionamento mais atual, identificado como o primeiro momento da vida amorosa, ou seja, o primeiro beijo, até o desenvolvimento das relações afetivas e sexuais.

As escolhas do parceiro, as primeiras relações sexuais, são um marco na vida e envolve expectativa, ideais e imaginação, associados ao namoro, compromisso e vínculo afetivo, o que leva a compreender que o ideal amoroso e romântico são sentimentos que permanecem interferindo na decisão de jovens de ter a primeira relação sexual, sentimentos esses que vem acompanhado de vergonha, medo, insegurança, medo do ridículo, de

não corresponder às expectativas referentes às pressões do grupo de pares, assim como, o mal estar diante dos escrúpulos em ceder às insistências do parceiro.
A virgindade ainda é considerada como um bem ou qualidade que se deve preservar, mas ao mesmo tempo, há o reconhecimento de que é difícil preservá-la até o casamento, justificando que, no intercurso da vida afetiva, a presença da paixão e do desejo são fatores determinantes para essa tomada de decisão.
Há a valorização da oficialização da relação afetiva, dentro do ritual religioso do casamento, possuem uma identificação de gênero e de sexualidade de acordo com valores advindos da família e o grupo de pares.
Apesar dos resultados evidenciarem que há algum tipo de conversa com os familiares a respeito da sexualidade e a mãe ser apontada como figura central para dialogar, essas conversas são pautadas em preocupações e regras, sem dar importância para os sentimentos, desejos e dúvidas dos jovens.
Outro aspecto importante ressaltado nos resultados analisados é que o casamento é uma união fruto da gravidez e as relações que se iniciam dessa forma, na maioria das vezes, se mostram tensas, enfraquecidas, conflituosas e restritas em relação às aspirações sentimentais, e também devido às dificuldades socioeconômicas e familiares. Essa contradição entre o que é idealizado e o que é vivido é fonte de contínuas desavenças entre o casal, embora não se manifeste o desejo de romper a relação.
O casamento, a princípio, representava o amor, o encanto e a paixão, mas, o que ocorre é a falta de liberdade, já que imaginavam que a saída da casa dos pais proporcionaria mais autonomia e liberdade.
Os resultados mostram que as mulheres pesquisadas valorizam etapas que devem ser seguidas antes do casamento para se ter uma estabilidade financeira por meio de um emprego. Acreditam que antes de casar é necessário namorar, noivar, casar e, por último, ter filhos. Sem essas etapas seguidas se deparam com o desconforto nos projetos de vida em relação ao casamento, escolarização, vida profissional e financeira, traduzindo numa experiência de gênero, de vivências de classe e de geração desagradável.
A adoção de um método contraceptivo é percebida, tanto pelas garotas como por seus parceiros, como uma tarefa exclusivamente feminina. Assim, há dificuldade de uso de um anticoncepcional.
Maternidade é um assunto que também aparece nas pesquisas e é vista para elas, como realização pessoal vinculada a afetividade e ao casamento. É um forte desejo de ter filhos e está diretamente relacionado à conquista da felicidade pessoal e conjugal, mesmo constatando que a maternidade leva à perda da liberdade e há sacrifícios.
Percebemos no decorrer de nossa pesquisa, que estudos revelam que as práticas da sexualidade são pautadas no relacionamento a dois, no ideal romântico, no casamento e na maternidade. Nesse sentido, há necessidade de Educação Sexual para desconstrução desses ideais, quando vistos enquanto possibilidade segura para se alcançar a felicidade.
O ano de 2008 apresenta três dissertações de mestrado que discutiram a temática sexualidade e assuntos afins compreendendo os modos de pensar, agir e sentir de crianças acerca de suas experiências de gênero, sexualidade e infância.
As crianças questionam as regras e as normas propostas pela escola e as burlam, apresentam resistência e reivindicam seus direitos. Influenciam e são influenciadas pelos padrões de beleza, de identidade sexual, de identidade de gênero e pelos estereótipos de gênero e sexuais existentes em nossa sociedade, ou seja, são produtoras e produto dessa sociedade e cultura. A escola concorre para a construção das identidades e/ou diferenças de gênero e de sexualidade das crianças e, igualmente, as próprias crianças são produtoras da dinâmica social que estrutura as relações escolares.
As construções sociais sobre as relações de gênero e a sexualidade, bem como os modos de vivenciá-la, estão presentes na escola e devem ser examinadas de forma associada a outras dimensões que organizam as identidades sociais, tais como classe, raça/etnia, religião, geração, concebidas pelas relações de poder e resistência.
Na escola, a abordagem da identidade e orientação-afetiva homossexual é tratada como sendo uma relação afetivo-sexual que não é normal, ou seja, desviante; e a prática do jogo de futebol é vista como uma atividade apropriada aos meninos, reforçando oposições binárias com respeito ao gênero.
São perceptíveis também as dificuldades dos professores e demais profissionais da educação em lidar com o tema da sexualidade e do gênero, evidenciando como as práticas e atitudes das crianças e jovens, na escola, têm sido provocadoras e evocativas de diversas formas de inquietação e reação, por parte desses profissionais.

As relações sexuais e o ato de namorar foram vistos como algo positivo e bom, somente indicando como negativas as suas possíveis consequências, como a gravidez.
As relações sexuais com pessoas do mesmo sexo foram discriminadas, revelando-se no pronunciamento do "discurso do respeito" por quem é homossexual, ainda que manifestassem repúdio diante da possibilidade dos filhos ou filhas ser homossexuais.
Os professores apontam a importância da educação sexual na escola ministrada por capacitadores, pois julgam ser uma questão ampla e envolve todo o sistema educacional dirigido para a formação e preparo dos professores, para lidar com questões sobre gênero e sexualidade, na escola.
Outra dando destacado é que a profissão docente é pouco valorizada, o gênero está sempre relacionado à quantidade de mulheres e é usado, muitas vezes, para se referir ao sexo feminino. Em geral, não demonstraram entender que a feminização na profissão existe por que se entende que "coisa de mulher" é algo menor e menos qualificado.
Há um forte discurso que a mulher está inclinada para a docência, pois tem as qualidades "ditas" femininas, que estão relacionadas à docência, como o cuidado, benevolência, paciência e doação e que a mulher é mais capaz para exercer um trabalho que exige carinho, cuidado, atenção, e que isso não é necessariamente ruim, e também que os homens professores podem ter essas capacidades. Também indicam que as famílias não compreendem que isso seja possível e por isso têm mais dificuldade em aceitar um professor homem. A docência passa ser considerada uma atividade feminina e de segundo nível que pode ser exercida como atividade paralela à função de dona de casa.
A religião é outro ponto destacado nos estudos analisados nessa pesquisa o que provoca reflexões sobre a religiosidade e relações de gênero no contexto escolar, lugar escolhido como canteiro de obras na construção da cidadania e emancipação humana. Consideramos a partir das analises que a escola não é laica e a neutralidade da religiosidade não existe nesse ambiente, pois nele evidenciam-se diferentes formas de expressão religiosas.
O ano de 2010 foi contemplado com a defesa de duas dissertações de mestrado, os resultados possibilitaram compreender os docentes apresentam conhecimento sobre sexualidade humana, mas ainda incipiente e de forma tímida. Alguns resultados revelaram os conhecimentos e representações cotidianas que remetem sujeitos Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBTTT) a processos diversos de estigmatização e desigualdades sociais, jurídicas e escolares, bem como a necessidade de problematizar a heterossexualidade como uma identidade natural e pressuposta para todos os sujeitos.
Os achados revelaram que a sexualidade é tema corrente no cotidiano escolar, mesmo quando não inserida formalmente, em seus currículos, ela nos contempla com sua presença nas relações construídas entre os/as estudantes, nas transgressões geradas por aquelas/es que não se adequam ao modelo proposto, e/ou nas discriminações e violências direcionadas a suas diferenças.
As constantes transformações sociais e históricas que acontecem na sociedade fazem com que a sexualidade seja manifestada restritamente e abordada pela vertente biológica.
A heterossexualidade como a única verdade é questionada e lésbicas, gays, transexuais, travestis e transgêneros reivindicam reconhecimento social e jurídico, desestabilizando as "certezas" e "verdades" construídas historicamente em torno do exercício, vivência e relações às quais o modelo tradicional de sexualidade nos direcionou.
Necessidade de educação sexual por meio de recursos pedagógicos que atuariam como desencadeadores de reflexão e desvincula a sexualidade das raízes da biologia e da reprodução, buscando trabalhar o caráter político das relações sociais; a multiplicidade das identidades de gêneros e sexuais; os novos arranjos familiares; analisar os mecanismos de poder que a utilizam para justificar diversas formas de violência e invisibilidade.
O ano de 2011 apresenta cinco dissertações discutindo a temática da sexualidade e temas correlatos, o que se pode considerar um avanço no período em relação aos anos anteriores.
As pesquisas sucintamente apontaram que os adolescentes pesquisados estão expostos a riscos de violência sexual e outros riscos, como o uso de substâncias psicoativas, manifestação de formas de violência e maus tratos na escola e em outros espaços e sensação de insegurança na comunidade.
A relação com a escola mostrou-se conflituosa, revelando que esta instância nem sempre é um espaço de proteção na vida de adolescentes. Há uma série de situações e pessoas que ocupam um espaço de proteção na

vida dos adolescentes, como a família, que mesmo apresentando algumas dificuldades, configura-se como um segmento de criação de vínculos significativos para os participantes.
A fé e a crença em Deus mostraram-se positivas, sobretudo, quando acontecem coisas boas na vida dos adolescentes ou quando os mesmos se deparam com dificuldades.
Há escassez de pesquisas que investigam os efeitos subjetivos do processo de escolarização na vida de adolescentes, em situação de abuso e exploração sexual e de meios para a escola saber auxiliar a criança a não abandonar o estudo, ou seja, formas eficazes de se evitar a evasão escolar.
Outros achados revelaram que os modos de agir, de brincar e de ocupar espaços, entre as crianças, no recreio escolar, estão ligados à construção das identidades sexuais e de gênero e que são verificadas nas brincadeiras que sinalizam modos de brincar apropriados para meninos e para meninas.
As brincadeiras também são vistas como atividades lúdicas que destacam as práticas heterossexuais, revelando o quanto nossas práticas sociais estão marcadas pela ideia de que as diferenças anatomossexuais definem naturalmente características e formas de agir para cada sexo.
A sensualização expressa no corpo das meninas, na dança ou no significado estético entre as crianças indicaram como elas constroem suas identidades de gênero a partir de valores sociais atribuídos à beleza da mulher ligados à erotização desde a infância, o que gera preconceito e discriminação em relação às pessoas que não se enquadram nos padrões de comportamento da heterossexualidade.
A homossexualidade se faz presente nas escolas, mas são raros os estudos que discutem essa temática, sendo necessárias mais investigações que possam contribuir para a reflexão de profissionais da educação sobre os valores éticos e morais que embasam as relações de gênero e sexualidade na infância e na escola.
Assim, há falta de formação específica das docentes para trabalhar com o gênero, na escola, nos contos de fadas e reflexões acerca da temática. A escola seria um dos locais privilegiados para que ocorra a detecção e intervenção em casos de violência sexual, discussão da sexualidade e gênero levando em consideração o extenso período de tempo que as crianças e adolescentes passam nessa instituição.
Assim, professores e os demais envolvidos no processo educacional apesar de ter algum conhecimento do que se refere à sexualidade, gênero, violência e assuntos correlatos, ainda desconhecem procedimentos e atitudes corretas que devem ser tomadas diante das demandas dessas temáticas.
Há escassez de discussões sobre a temática durante os cursos de graduação, deixando uma lacuna na formação de professores, no que diz respeito aos temas que contemplem a defesa dos direitos de crianças e adolescentes.
As abordagens da Educação Sexual a que prevalecem são a médica e a pedagógica. Destacam nas discussões sobre gravidez e saúde sexual/reprodutiva, seguidos pelos que discutem representações, concepções e práticas e, pelos que discutem política, currículo e discurso, enquanto poucos discutem identidade e diversidade sexuais e formação docente.
Em 2012, temos uma produção tímida, mas importante sobre a temática sexualidade. Apenas uma dissertação de mestrado foi defendida nesse ano que traz no seu corpo que os estudantes de curso de formação docente não se sentem preparados para lidar com casos de violência sexual que aparecerem na escola. O tema nunca foi abordado em alguma disciplina no processo de formação inicial e esses profissionais não possuem a formação necessária para reconhecer casos de violências sexuais que a criança sofre ou sofreu.

4 Algumas Considerações

Iniciaremos algumas considerações apreendidas no tocante a análise dos materiais aqui analisados nesse estudo. Devido o programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP *campus* Presidente Prudente ser recente, ainda não houve defesa de teses, apenas 14 dissertações de mestrados defendidas que narram as questões de sexualidade, gênero, violências sexuais, entre outros temas correlatos.

Tabela 1 - Análise temática: Assuntos que mais aparecem nas considerações das teses e dissertações (N=ocorrências) – FCT/Presidente Prudente

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	N -
Gênero	Educação para formar mãe/esposa/dona de casa/professora/ cuidados contraceptivos.	32
	Presentes nas escolas que reforça estereótipos (crianças e docentes).	35
	Identificado de acordo com valores recebidos da família e sociedade.	06
	A escola é heteronormativa e transmite valores preconceituosos.	10
Educação Sexual	Repressora e religiosa transmitindo valores católicos para família e sociedade /disciplinando corpos.	10
	Emancipatória realizada na família e escola.	71
	Abordada através de regras tradicional e vertente biológica.	12
	Necessidade de ser ministrada por capacitadores.	18
Sexualidade	Conflituosa na adolescência.	61
	Dialogada enfatizando valores sociais	20
	Presente na escola em diferentes expressões e na vertente biológica	16
Formação Profissional	Profissional/Professor tem dificuldade trabalhar educação sexual/ gênero/ identidade sexual/diversidade sexual	15
	Necessidade de Educação Sexual na formação inicial e continua e na Pós-Graduação do profissional.	16

Fonte: Elaborada pela autora.

As publicações das dissertações e teses do *campus* de Presidente Prudente, da Pós-Graduação em Educação, apesar de até o presente momento não apresentar defesa de tese contemplando a sexualidade, possui um número considerável de dissertações, ou seja, 14 abordando temas que nos remetem à discussão da sexualidade humana e gênero, sendo a maioria realizada na linha de pesquisa sobre Processos Formativos, Diferença e Valores.

Sucintamente, podemos considerar que a categoria que mais frequentemente se apresenta nas diferentes pesquisas se referem a gênero, educação sexual, sexualidade e formação sexual. São tópicos que aparecem em diferentes momentos dessa pesquisa, sendo evidenciada a necessidade de discussão ou implantação de uma educação Sexual emancipatória.

Diferentes trabalhos buscaram apontar, historicamente, a trajetória da mulher e a influência da religião na sua formação como mulher, profissional, mesmo na sua própria identidade e o mais importante aqui para se destacar é que, mesmo no século XXI, esbarramos em conceitos propagados por essas profissionais, a respeito da sexualidade e gênero, no interior da escola, espaço considerado laico, plural e democrático.

Esses valores religiosos são advindos de uma Educação Sexual repressora visava disciplinar os corpos "[...] o controle da sexualidade feminina, a normatização dos comportamentos sexuais que a Igreja visa [...] O acesso feminino aos cursos superiores [...] só aceito pela Igreja" (Nunes, 2005: 91).

Estes valores são passados por gerações e adentram os espaços escolares, e lá são reproduzidos como os estereótipos de gênero, preconceitos, discriminação, entre outros. Tanto as crianças quanto os profissionais envolvidos no processo educativo influenciam e são influenciados pelos padrões construídos, socialmente, como a heteronormatividade.

Neste cenário, a sexualidade é difundida pelos meandros de uma Educação Sexual tradicional, religiosa, enfatizando valores sociais e conceitos higienistas e biologizantes, normatizando comportamentos presenciados na escola em diferentes expressões, ocasionando conflitos, e ansiedades. Nesse sentido, ressalta Louro, (2000: 47) que

Preocupada em disciplinar e normalizar os indivíduos, a escola, ao longo da história, ao mesmo tempo em que negou o seu interesse na sexualidade, dela se ocupou. As instituições escolares constituíram-se, nas sociedades urbanas, em instâncias privilegiadas de formação das identidades de gênero e sexuais, com padrões claramente estabelecidos, regulamentos e legislação capazes de separar, ordenar e normalizar cada um/uma e todos/as.

Diferentes pesquisas analisadas apontam a necessidade e a importância da Educação Sexual emancipatória na família e na escola, pois consideramos que, intencionalmente ou não, todos nós somos educadores sexuais na família, na rua, nas escolas, ou seja, em diferentes espaços sociais em que há possibilidade de se transmitir e compartilhar vivência e conceitos a respeito da sexualidade, ou seja, a educação sexual, sempre existiu, em todas as sociedades mesmo que inconscientemente objetivando a transmissão de valores, normas e estereótipos de acordo com o padrão estabelecido em cada momento histórico.

Assim, a Educação Sexual deve ir além dos modelos médicos, sendo importante o profissional ser devidamente instrumentalizado para oferecer conhecimentos que emancipem o indivíduo nas suas atitudes.

Nunes (2005) salienta que a Educação Sexual emancipatória é uma utopia político-social e um desafio para a educação, que só poderá acontecer com a socialização de experiências criativas, pluralistas e democráticas, de projetos intencionais de Educação Sexual crítica, originando novas significações para o indivíduo e isso só será possível com a superação do moralismo tradicional.

Desta forma, a Educação Sexual emancipatória só será efetiva com o desenvolvimento de ações educativas comprometidas com a promoção da autonomia do indivíduo, na busca de superar padrões comportamentais hierarquizados e geradores de estereótipos, preconceitos e tabus, bem como compreendendo os diferentes aspectos sociais, históricos, culturais e políticos que influenciaram a construção da sexualidade e, consequentemente, o comportamento do sujeito, para que este possa reconstruir seus valores acerca da sexualidade, vivenciando-a sem medo e sem sentimento de culpa.

As pesquisas aqui analisadas ressaltam que a Educação Sexual, para ser efetivada, necessita de profissionais preparados para dialogar a respeito da temática sem juízos de valores, preconceitos e tabus e para tanto, são necessários cursos de formação profissional que ofereçam discussões sobre a temática na formação inicial e nos cursos de Pós-Graduação, para que o profissional, na sua prática, possa ter habilidades para abordar o assunto.

Os resultados revelaram que há uma carência de Educação Sexual nos espaços de formação profissional que prejudicam a prática no tocante à temática. Os documentos curriculares nacionais tratam a questão de gênero com indiferença e invisibilidade e a execução do tema no ambiente escolar são realizadas por profissionais sem preparos para contextualizar o assunto e propor discussões acerca da temática de gênero.

5 Referências

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (2012), *Diretório dos grupos de pesquisa do Brasil: Grupo de pesquisa e extensão sobre sexualidades - GSEXs*. Disponível em: http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo. jsp?grupo=0330708Y8JT0A3. [consultado em 4-11-2012].

Louro, G. L. (2000), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autentica.

Nunes, C. A. (1996), *Desvendando a sexualidade*. 5. ed. Campinas: Papirus, 2003.

Stearns, P. N. (2013), *História da sexualidade*. São Paulo: Contexto.

Universidade Estadual Júlio De Mesquita Filho - Campus Presidente Prudente. (2013a), *Portal da universidade.* Disponível em: http://www.fct.unesp.br [consultado em 19-2-2013a].

Universidade Estadual Júlio De Mesquita Filho - Campus Presidente Prudente. (2013b), *Portal da universidade*. Disponível em: http://www.fct.unesp.br [consultado em 19-2-2013b].

Trabalho e gênero: o caso das caminhoneiras na perspectiva da sociologia econômica

Julice Salvagni[1]
julicesalvagni@gmail.com

Resumo: Trabalho e gênero são referenciados empiricamente através de uma etnografia da atividade das mulheres que dirigem carretas em rotas longas – as caminhoneiras. Descrevemos: 1) a baixa representatividade das mulheres nos cargos de gestão das associações; 2) o vínculo com o trabalho que se constitui a partir do trabalho do companheiro; 3) a compreensão de que elas ainda representam uma minoria dentre o universo predominantemente masculino e constituem-se como 'transgressoras' na sua função. Esses são os efeitos do campo: as pressões que determinam as diferentes disposições dos agentes (como dominados e dominantes) dentro de um mesmo campo de poder. É por meio dos posicionamentos dos agentes na estrutura que se determina a própria estrutura ou as possibilidades de mudanças. Quando ocorre uma intervenção, ou uma transgressão, pode haver uma tomada de consciência sobre as próprias disposições quanto às relações de poder as quais são submetidos.

Palavras-chave: Sociologia Econômica. Caminhoneiras. Trabalho. Gênero. Relações de Poder.

1. As caminhoneiras: aspectos de gênero no trabalho

Alcunhamos *a caminhoneira* a mulher que, para além de ser motorista de caminhão, opta por trabalhar com rotas longas e, assim, vive na estrada por um longo espaço de tempo. Esta especificidade da prática de trabalho é reconhecida por oferecer maior credibilidade aos trabalhadores e, consequentemente, maior remuneração. Para tanto, os motoristas que se propõem a percorrer grandes distâncias ficam na estrada por volta de trinta a quarenta dias, dormindo e se alimentando no próprio caminhão – por essa, entre outras razões, uma atividade ainda pouco exercida pelas mulheres, como elas mesmas esclarecem.

Com alusão à baixa inserção da mulher na atividade de caminhoneira, não encontramos pesquisas que tenham anteriormente descrito e analisado essa realidade. Embora não dispensemos uma análise mais aprofundada, já vemos justificada a importância de concretizar a realização desta pesquisa, que deverá contribuir, inclusive, para demais pesquisas no campo dos temas gênero e trabalho.

Este estudo é parta da tese em andamento intitulada "As caminhoneiras: uma *carona* nas discussões de trabalho, gênero e identidade". A "carona" faz alusão há escolha por uma etnografia que é teoricamente alicerçada por Augé (1994; 1999). Este método permitiu problematizar a atividade da caminhoneira em conjunto com a trabalhadora e com seus colegas de profissão, desvelando, através do procedimento de tradução[2], elementos que são inerentes às relações de poder existentes no universo dessa atividade, eventualmente invisibilizados. A construção desta narrativa composta por discursos verbais e imagéticos possibilita a visualização em profundidade os aspectos inerentes ao trabalho da caminhoneira, bem como as questões de cunho teórico problematizadas neste estudo. Para análise dos dados, utilizamos a análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (1995) que é uma das ferramentas que nos permite uma compreensão de cunho semântico – ou relativo ao sentido daquilo que advém da fala das caminhoneiras.

O primeiro contato com as participantes da nossa pesquisa se deu por meio da Associação dos Motoristas de

---

1 Doutoranda em Sociologia (UFRGS/CAPES - 2012). Mestre em Ciências Sociais (Unisinos- 2011), Especialista em Gestão Empreendedora (Ftec- 2009) e Psicóloga (Unisinos- 2007). Atuou como docente da Universidade de Caxias do Sul e como psicóloga clínica e do trabalho. Atualmente é professora dos cursos de pós-graduação da Faculdade São Judas Tadeu.

2 Expressão desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos (2006).

Garibaldi[3] (AMG), que é a maior instituição de representação da categoria na cidade. Aliás, essa é uma associação de grande influência política e forte poderio econômico, que agrega todos motoristas, entre estes, as caminhoneiras. O vínculo da pesquisadora com a AMG dá-se deste a infância, através de um convívio familiar que apesar de não comportar caminhoneiros, sempre foi (e ainda é) parte da diretoria da associação. Nesta dinâmica, como é de praxe, as mulheres se encaixam na instituição, quando muito, como esposas ou filhas do associado.
Apesar de muitas mulheres já exercerem a profissão de motoristas (de ônibus, táxi ou até operando caminhões em trechos curtos), a diretoria nunca contou com a participação de uma mulher no seu quadro funcional, exceto no último ano (2010), quando, segundo os responsáveis, a esposa de um motorista ficou como responsável pelo cuidado com piscinas cobertas[4] (delegar limpeza, manter a organização da estrutura, etc.). Essa tarefa, distante de ser uma função de tomada de decisão, reforça ainda mais o papel socialmente inscrito e desenhado para a mulher: aquela que é responsável por limpar e cuidar. Contudo, as mulheres de fato auxiliam na associação, mas não são reconhecidas, já que a sua participação refere-se a uma extensão do marido. A mulher é a esposa que vai ajudar a compor o quadro diretor, mas cujo nome não é divulgado, já que pela regra dominante o homem é quem levaria adiante a nomenclatura da representatividade formal.
A partir desta imersão, também se pode conhecer um pouco mais a rotina dos caminhoneiros, suas demandas, os problemas da profissão e a satisfação que cada um demonstra ao narrar os acontecidos da sua atividade. Ser caminhoneiro ou caminhoneira, de modo geral, me parece causar neles uma admiração profunda e uma ampla sensação de certo tipo libertadora em poder trabalhar na estrada. Trabalhar na estrada, cremos, deve exigir qualquer tipo de 'alma desenraizada' e que, por isso, quem um dia provou a experiência da estrada sempre vai fazer referência a esta como sendo a sua forma de ser e estar no mundo. Trata-se de uma vida em movimento para almas em movimento, para aquelas que não conseguem ficar estáticas em um lugar específico do espaço, para aquelas que gostam de estar sempre vislumbrando o final de uma estrada sem nunca chegar.
Entre mulheres que contatamos, a maioria são jovens de até trinta anos de idade e a maioria delas iniciou o seu trabalho para acompanhar seu marido, também caminhoneiro e hoje estes viajam juntos, porém em caminhões separados. Uma das caminhoneiras acaba de deixar a sua profissão em virtude do nascimento do seu primeiro filho e nos afirma que, apesar de gostar muito do seu trabalho, não tem data para voltar a trabalhar. Nessa associação dos motoristas, não há relatos de mulheres que trabalhem sozinhas ou independentes do marido.
Destarte, o que fascina na pesquisa com as caminhoneiras é a junção de uma discussão de gênero, trabalho e não-lugares na elaboração identitária, assunto que é pouco debatido ainda academicamente, especialmente no que tange este encontro. Num sentido mais teórico, é notável a necessidade de expansão destes temas, sobretudo dado aos novos elementos que vêm sendo incorporados ao contingente do entendimento dos temas, que ganham inclusive novos sentidos quando tratados de forma conjunta, sobreposta e correlacional. Para elucidar, os estudos sobre o tema relacionam a atividade do caminhoneiro com os aspectos de vulnerabilidade, especialmente. No que se referem aos estudos feministas com relação ao trabalho masculinizado, estes, ao que aludimos, não comportam plenamente a gama de discussões que traçamos no presente estudo, a saber, um objeto que dialogo com a precarização, com a vida itinerante, com o acumulado de riscos, etc.
Neste sentido, há uma demanda de pesquisa na área, especialmente por se tratar de uma profissão de alto risco e por representar uma transgressão ao nível do gênero. A propagação desta pesquisa se justifica, especialmente, no sentido de vir a difundir academicamente o tema e incorporar aos discursos cotidianos certa legitimidade aos modos de viver e trabalhar.

2. Sociologia econômica: as construções dos modos de trabalhar

Para Raud (2007), a sociologia econômica caracteriza-se centralmente por levar em conta três dimensões esquecidas pela ciência econômica: histórica, social e política. Neste sentido, buscamos analisar o cenário de transportes rodoviários do Brasil, especialmente do ponto de vista das produções subjetivas de trabalho e gê-

3 Cidade de cerca de trinta mil habitantes, localizada no estado do Rio Grande do Sul-Brasil.

4 Estas fazem parte da estrutura física da associação, que pode ser visualizada no site http://www.amg-rs.com.br/.

nero na ação da mulher caminhoneira enquanto agente social.
Corroborando com esta premissa, a nova sociologia econômica

> [...] parte da constatação de que as atividades econômicas se estruturam a partir de relações pessoais entre os agentes econômicos. As atividades de intercâmbio se sustentam sobre regras que definem as fronteiras dos comportamentos aceitáveis e as penalidades para aqueles que as infringem. Da mesma maneira, o intercâmbio de objetos e serviços tem como condição necessária uma métrica com a qual os objetos são medidos para uma troca justa de valores equivalentes. Tanto as fronteiras como as métricas são abstrações construídas, acordadas e mantidas pelos próprios agentes de intercâmbio em interações concretas. A Sociologia Econômica analisa as interações sociais que definem as fronteiras e as métricas das atividades econômicas. A principal pergunta que guia o estudo sociológico da Economia é: como as interações sociais possibilitam e definem os processos econômicos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços? (Wanderley, 2002: 16)

A caminhoneira, como agente econômico destas relações, possui, além das atribuições do transporte de cargas que é dado para todos os motoristas de caminhão, aspectos de gênero que alteram e fazem alterar as condutas socialmente constituídas até então dentro deste universo masculinizado. Destarte, destacar a partir da sociologia econômica não só as relações de trabalho presentes em um universo de abstrações pautadas pelos seus agentes do ponto de econômico, histórico, político e social, como também e, neste caso, especialmente de gênero, faz-se fundamental. Entendemos que a relação de gênero assim posta, inclusive pelo fato de a nossa seleção de pesquisa contar apenas com mulheres que dirigem ao lado dos seus maridos, revela uma relação de trabalho constituída por meio de particularidades de certas premissas de sexo, gênero e, neste caso, relacionamento do casal.
Neste caso, nos detemos na distribuição de produtos, cujas regras estão centradas não só em uma lógica do mercado de transportes brasileiro já constituída do ponto de vista econômico, o que tange a métrica de preços, prazos, rotas e etc., como também social, já que a regra do jogo em questão é fundada do ponto de vista do trabalho dos homens. Sendo assim, é declarado emaranhado agravado de dificuldades encontradas pelas mulheres em um espaço de trabalho segregado do ponto de vista de genro. Uma das entrevistadas desta pesquisa, que trabalha com transporte de cargas há mais de trinta anos, afirma com veemência ter sido uma das únicas mulheres durante anos a participar de uma atividade de trabalho que hoje já passa a incluir um rol de mulheres um pouco maior, embora ainda inexpressivo.
Conforme a análise dos dados, muitas reportam a proibição da entrada de mulheres em certos portos de descarga de produtos, por exemplo, as obrigando a deixar o seu frete ao cargo de algum homem para que a entrega do seu serviço seja feita. Em outros casos, mais recentes, estas afirmam que esta prática, assim como outras, tem mudado ao longo dos anos, no sentido de serem ajustadas paulatinamente aspectos da estrutura e organização do trabalho pensando nas mulheres. Neste sentido, esta mudança da forma de fazer o trabalho de acordo com a inserção das mulheres, representa, do ponto de vista das disposições no campo econômico, uma reorganização das relações de poder anteriormente estabelecidas, mesmo que a esta nova relação siga recolocando a mulher em um espaço de inferiorização. Ou seja, de um lado há uma perspectiva de mudança dos fazeres cotidianos com a entrada da mulher no cenário de trabalho, de outro, as relações se reorganizam ainda mantendo-a em uma disposição de inferioridade diante do homem que segue coordenando muitas das formas de agir.
Neste ínterim, este debate está também ancorado na perspectiva da Nova Sociologia Econômica, no sentido de avançar a análise das relações econômicas além das afirmações de que a esfera econômica está socialmente construída, que as estruturas sociais e instituições são importantes para a ação econômica e que a racionalidade é uma modalidade de comportamento entre outras (Wanderley, 2002). Assim, estes elementos se mostram centrais para a compreensão da complexidade do tema proposto, no sentido de mostrar aspectos das socializações de gênero no trabalho que perpassam, inclusive, por noções econômicas construídas e solidificadas ao longo do processo histórico.

Para além de aspectos do trabalho propriamente dito, esta pesquisa com as caminhoneiras desvelou um acúmulo das jornadas de trabalho autônomo em níveis alarmentes. Segundo relatos da etnografia, as participantes afirmam ficar sob rodas, como chamamos o tempo decorrente na estrada, em uma média de três a seis meses, trabalhando todos os dias de forma ininterrupta. O que explicaria este acúmulo no aspecto da intensificação do trabalho que nem sequer costuma ser controlado? Ou seja, como boa parte das participantes trabalham de forma autônoma, não existe uma ordem superior, a não ser da própria dinâmica não menos cruel das entregas de mercadorias, mas que dite um tempo de trabalho que, ao que constatamos, dá-se pelo próprio interesse da trabalhadora e de seu companheiro. O posicionamento proposto por Bourdieu e defendido por Raud (2007) quanto à heterogeneidade das posições sociais que molda os *habitus* e os estilos de vida, portanto, as preferências dos consumidores, nos parece indicar que há razões de acúmulo dos bens que mora justamente na possibilidade de uma mudança da condição financeira e, destarte, de condição de consumo.

3. Trabalho, gênero e poder

O entendimento da produção da subjetividade capitalística[5], advinda da legitimação de regras e normas vigentes e, portanto, dominantes, é fundamental para que possamos entender o embasamento da realidade do trabalho da caminhoneira, construído e aceito socialmente conforme os modelos retratados.

Buscamos traçar um debate acerca das contribuições da sociologia econômica fundadas nas discussões, especialmente, sobre trabalho e gênero, e referenciado empiricamente através de observações da atividade das mulheres que dirigem carretas em rotas longas. Partimos dos pressupostos teóricos de que observar «a representação do agente e da ação, das preferências ou das necessidades, enfim, de tudo o que constitui a visão antropológica à qual, muitas vezes sem o saber, a maior parte dos economistas adere em sua prática» (Bourdieu, 2005: 15). Esta compreensão nos possibilita avaliar as mais sutis manifestações de poder que são desconsideradas nas leituras unicamente econômicas da atividade da mulher caminhoneira, passando ao entendimento das práticas que são legitimadas dentre neste campo e que exercem um significativo poder de transformação nas ações dos agentes envolvidos.

Com isso, para além das análises de mercado a que atentam os economistas – em que poderíamos pensar, por exemplo, na diferença ou não salarial entre os homens e mulheres que dirigem caminhão –, atentamos para as micro-relações da economia, do modo geral, intrínsecas às relações sociais. Destarte, «tudo o que a ortodoxia econômica considera como um puro dado, a oferta, a demanda, o mercado, é o produto de uma construção social, é um tipo de artefato histórico, do qual somente a história pode dar conta» (Bourdieu, 2005: 15).

Quanto a representação sindical, assunto do nosso primeiro tópico, em observação á Associação dos Motoristas de Garibaldi-RS[6] (principal órgão de representação da categoria nesta cidade), encontramos o registro de sete mulheres caminhoneiras[7] sendo que nunca houve a participação de qualquer uma destas nas discussões da associação. Para além, os cargos são determinantemente masculinos, sendo que a mulher poderá participar da associação apenas se o seu companheiro estiver nomeado à diretoria. Entende-se que a inclusão ao grupo dá-se pela inclusão do casal, sendo, evidentemente, o homem o porta-voz das decisões. Neste campo de poder, vê-se pelas disposições dos agentes que há uma «história do processo de diferenciação e de autonomização que conduziu à constituição deste jogo específico, do campo econômico como cosmo obedecendo a suas próprias leis» (Bourdieu, 2005: 15) e que segue sendo legítimo, mesmo que a atividade da caminhoneira, em tese, seja independente da sua relação conjugal.

---

5 Palavra referida por F. Guattari, ao desenvolver teorização sobre as formas de subjetivação que advêm do modelo capitalista.

6 Garibaldi é uma das mais importantes cidades do estado do Rio Grande do Sul neste setor de transportes de cargas e esta é a segunda Associação com maior representatividade no estado da categoria.

7 Muito em função da informalidade desta categoria de trabalho, não se sabe ao certo qual é o número de trabalhadores e, consequentemente, de trabalhadoras nesta atividade. Contudo, pelo cadastro da AMG existem 425 motoristas cadastrados como ativos, sendo que destes apenas 4 são mulheres.

Seguindo nesta perspectiva, e já entrando no segundo tópico, entendemos que a identidade da caminhoneira ainda está vinculada com a da esposa do caminhoneiro e não se legitimou enquanto uma atividade própria desta mulher que, possivelmente, deixaria de viajar caso houvesse o fim desta relação. O que a prende é a vida conjugal que é transformada em profissão, mas pensada especialmente como complementar à atividade já eleita pelo marido, conforme narrado pelas caminhoneiras em entrevistas preliminares. Isso diz respeito a condutas econômicas coletivas que se refletem na atividade individual. Ou seja, ou de aumentar seus ganhos, é possível ver nas abstrações do campo econômico que as «as condutas podem se atribuir publicamente como fim a busca aberta da maximização do lucro material individual» (Bourdieu, 2005: 22).

Assim sendo, é importante lançar um olhar sobre as formas que são elaboradas as identidades das caminhoneiras em meio a esta realidade específica de imersão em um trabalho masculinizado e que tem como ponto de partida a relação conjugal. Entendemos que estas trocas nunca tem apenas um interesse econômico, já que a própria sociologia econômica destaca as ações dos agentes envolvidos e dispostos em um mesmo campo para além das relações materiais que os cercam.

Ao pensar neste recorte empírico específico, descortinamos certas disposições econômicas mais fundamentais que «não são exógenas, isto é, dependentes de uma natureza humana universal, mas endógenas e dependentes de uma história, que é aquela mesma do cosmo econômico onde elas são exigidas e recompensadas» (Bourdieu, 2005: 23). Historicamente, esta região serrana do Rio Grande do Sul compreende em sua maioria famílias de descendência italiana cuja atividade econômica principal era trabalhar conjuntamente na pequena propriedade rural pertencente à família. Ou seja, à aspectos do trabalho familiar que estão enraizados na história dos agentes que legitima esta prática de pensar em uma mesma forma de sustento a todos os membros da família, o que inclui a atividade da caminhoneira conforme relatamos.

Contudo, estas caminhoneiras estão transitando por outros espaços distintos que as colocam como desviantes pelo exercício do trabalho feminino, ou mesmo por compartilhar do trabalho do seu conjugue. Isso poderia ser entendo por aquilo que Bourdieu (2005) denomina como efeitos do campo, isto é, as pressões que determinam as diferentes disposições dos agentes (como dominados e dominantes) dentro de um mesmo campo de poder. E é por meio dos posicionamentos dos agentes na estrutura que se determina a própria estrutura ou as possibilidades de mudanças. Quando ocorre uma intervenção neste campo estrutural, segundo o autor, isso se deve a estrutura das relações objetivas no seio do campo entre aqueles que as operam e aqueles que lhe estão submetidos, ou seja, uma tomada de consciência sobre as suas próprias disposições no jogo e quanto às relações de poder as quais são submetidos.

Destacamos, dentro desta perspectiva, a aceleração e o excesso de demanda de trabalho exigidos por empregadores do setor e inerentes à atividade da caminhoneira. Esse fenômeno pertence a um modelo institucionalizado de trabalho em que o tempo livre, ou o tempo de convivência parental ou social, é absolutamente reduzido e assim legitimado, sendo um dos aspectos que sustenta fortemente a nossa hipótese em torno da incompatibilidade, num dado momento, do trabalho com a vida pessoal da caminhoneira.

Esta inclusão da mulher no trabalho compõe o que R. Antunes (2005: 47) denomina o «(novo) caráter multifacetado do trabalho». Nesta perspectiva, haveria uma sobreposição do trabalho doméstico e institucional, «aumentando as formas de exploração do contingente feminino» (Antunes, 2005: 80). Ainda, o autor descortina a preocupação com a saída do mercado de trabalho que, para ele, torna o sujeito impedido de «vivenciar uma vida dotada de algum sentido» (p. 88), já que o trabalho,

> [...] como momento fundante da própria subjetividade humana, por meio da contínua realização das necessidades humanas, da busca pela produção e reprodução da sua vida societal, da gênese da própria consciência do ser social, mostra-se como elemento ontologicamente essencial e fundante. (Antunes, 2005: 90)

Desta forma, como ficaria a vida da caminhoneira depois do seu afastamento do mundo do trabalho? A vida de trabalho na contemporaneidade está saturada de incertezas e a fragilidade dos laços humanos acontece pelo desaparecimento das velhas garantias de organização social, sobretudo advindas do trabalho (Bauman, 2001). Essa ausência de garantias, de modo geral, junto com outros diversos fatores, ajuda a compor, para nosso en-

tendimento, a dimensão subjetiva que permeia as relações de trabalho da caminhoneira, que supostamente está investindo fortemente em uma profissão para ela limitada no tempo.
O trabalho, socialmente construído juntamente com outros tantos aspectos da humanidade, paralelamente à dominação do masculino, foi ditando formas diferentes de labor para homens e mulheres. Primeiramente, o fato das mulheres ficarem em casa para cuidar dos filhos e, em contrapartida, os homens dedicarem-se ao trabalho, foi marcando socialmente o gênero da dominação. Assim,

> [...] a divisão das coisas e das atividades (sexuais e outras) segundo a oposição entre o masculino e o feminino recebeu a necessidade objetiva e subjetiva de sua inserção em um sistema de oposições homólogas, alto/baixo, em cima/embaixo, na frente/atrás, direita/esquerda [...]. Semelhantes na diferença, tais oposições são suficientes concordes para se sustentarem mutuamente, no jogo e pelo jogo inesgotável de transferências práticas e metáforas; e também suficientemente divergentes para conferir, em cada uma, uma espécie de espessura semântica, nascida da sobredeterminação pelas harmonias, conotações e correspondências. (Bourdieu, 2003:16).

O sistema de oposições descrito por Bourdieu (2003) transfere ao trabalho braçal, por exemplo, uma marca da virilidade do homem, enquanto às mulheres sobram os trabalhos mais leves e menos reconhecidos. Retratando o trabalho das caminhoneiras, já há uma notável incursão da mulher em um campo de poder masculino, o que provoca uma alteração neste *inesgotável jogo de transferências* que (re)pensa ou (re)cria tanto a concepção do masculino e do feminino como o sistema de posições que se estabelece entre essas relações.
Para Bourdieu (2003), este posicionamento sugere a manutenção do *ponto de honra,* que é um sistema de estratégias de reprodução pelas quais

> [...] os homens, detentores do monopólio dos instrumentos de produção e de reprodução do capital simbólico, visam a assegurar a conservação ou o aumento deste capital: estratégias de fecundidade, estratégias matrimoniais, estratégias educativas, estratégias econômicas, estratégias de sucessão, todas elas orientadas no sentido de transmissão dos poderes e privilégios herdados. (Bourdieu, 2003: 62)

Há elementos presentes neste jogo de poderes que sugere uma tentativa do homem de promover a manutenção das «estratégias de dominação que sustentam a construção binária da diferença dos sexos» (Varikas, 1994: 67). Estes aspectos específicos do trabalho da caminhoneira serão destacados e apresentados na tese em articulação com as teorizações de gênero. Entre estes elementos, contudo, destacamos inicialmente a produção da violência contra a mulher, como principal ferramenta reprodutora da *exploração-dominação*. Esse fenômeno,

> [...] situado aquém da consciência, o que exclui a possibilidade de se pensar em cumplicidade feminina com homens no que tange ao recurso à violência para a realização do projeto masculino de dominação-exploração das mulheres. Como o poder masculino atravessa todas as relações sociais, transforma-se em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum. (Saffioti, 2001: 120)

Por esse aspecto, toda a pesquisa de gênero demanda um exercício crítico ancorado na transposição dos modelos de poder legitimados. Estas questões são pautadas por uma *resistência invisível*, em que as experiências cotidianas – as representações – são sempre pensadas do ponto de vista de classe e de gênero, de modo articulado (Souza-Lobo, 2011). A autora afirma que os cargos são sexualizados uma vez que «a resistência masculina é descrita como uma relação de poder, [em contrapartida,] a das mulheres como resistência, irresponsabilidade, falta de interesse» (p. 87), por exemplo.

Ratificando uma das hipóteses deste estudo, que trata dos aspectos inerentes ao trabalho em sobreposição à vida familiar da caminhoneira, Souza-Lobo (2011) desenvolve o conceito de ética do provedor que aponta para um elemento de

> [...] irreflexão nas trajetórias profissionais masculinas através da necessidade de aumentar os rendimentos fazendo horas extras, ou de evitar mudanças que possam desestabilizar a renda familiar ou simplesmente pelo fato de roubarem poucas horas de convívio familiar (Souza-Lobo, 2011: 99).

Já para as mulheres, um importante impasse que se estabelece na trajetória profissional é a maternidade. Neste caso, normalmente a concepção ética é dirigida em outra direção, aonde a profissão deverá ocupar um posto subalterno. Neste sentido, «a mão-de-obra sexuada específica em cada um dos setores produtivos fundamenta-se em representações e crenças existentes a respeito do que devem ser os atributos de masculinidade e de feminilidade» (Fonseca, 2000: 44).
Tratar das concepções de gênero é referir-se a um universo simbólico de poder que, «para além de estruturar as próprias identidades subjetivas de homens e mulheres, revela-se como classificador do próprio mundo social» (Fonseca, 2000: 21). Impelidos por discussão, definimos a seguir os principais pontos acerca do tema.

Considerações finais

Fomos à campo impregnados por um olhar atento às relações hierárquicas e de poder que se estabelecem no trabalho da caminhoneira. Essas relações derivam essencialmente da dominação inerente à concepção do trabalho no capitalismo e às relações de gênero, que estipulam o papel da mulher na sociedade contemporânea.
Para Bourdieu (2002), poder simbólico é esse «poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem» (p. 08). Caso desvelado, a dimensão deste poder deixa de ser simbólica e passa a ser reconhecida concretamente. O poder simbólico é essencialmente «um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnosiológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)» (p. 09) que tem por mérito a construção do «*consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração 'lógica' é a condição de integração 'moral» (p. 10). Esse poder simbólico, portanto, é capaz de criar *sistemas simbólicos* que viabilizam a imposição ou a legitimação da dominação e contribuem para manter o sistema de dominação de uma classe sobre a outra, reforçando as relações de força (Bourdieu, 2002: 11).
As relações de poder podem ser interpretadas segundo «os esquemas inconscientes do *hábitus*, [que] contribuem para formar a representação que os agentes podem ter acerca da representação social de sua posição na hierarquia das consagrações» (Bourdieu, 201: 161). Em se tratando da constituição de hierarquias, estas devem sempre ser vistas, especialmente neste recorte empírico do trabalho da caminhoneira, minimamente alicerçadas pelas formas de legitimação do poder através das relações de gênero e de classes sociais (em e a partir de Marx
Neste sentido, o trabalho é inegavelmente um alicerce central na produção de subjetividade e, consequentemente, de sofrimento psíquico, que deve ser visto em conjunto com o amplo leque dos riscos e as suas invisibilidades. Além do risco de acidentes, compreendemos que os riscos atualmente seguem na esfera do invisível - totalmente relacionados com os fatores sócio-psicológicos (Salvagni, 2012). Por este motivo, ao mesmo tempo em que o risco é um elemento constitutivo da subjetividade dos trabalhadores, as experiências pessoais do sujeito vão compor sua representação do risco no trabalho e é especificamente o que se produz nessa relação, agravado pelos processos de tempo, aceleração e demais condições de trabalho, que propomos como um dos pontos de analise desta produção textual.

Referêcnias

ANTUNES, R. (2005), O caracol e sua concha: ensaios sobre uma nova morfologia do trabalho, São Paulo: Boitempo.

AUGÉ, M. (1994), Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidad, Campinas: Papirus.

AUGÉ, M. (1999), O sentido dos outros, Petrópolis: Vozes.

BARDIN, L (1995), Análise de conteúdo, Porto: Edições 70.

BAUMAN, Z. (2001), Modernidade líquida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BOURDIEU, P. (2002), O poder simbólico, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BOURDIEU, P. (2003), A dominação masculina, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BOURDIEU, P. (2005), "O Campo Econômico", Política & Sociedade, 6 (1), pp. 15-57.

BOURDIEU, P. (2011), A economia das trocas simbólicas, São Paulo: Perspectiva.

FONSECA, T. (2000), Gênero, subjetividade e trabalho, Petrópolis: Vozes.

RAUD, C. (2007), "Bourdieu e a nova sociologia econômica". Tempo Social, 19 (20), pp. 204-227.

SOUZA-LOBO, E. (2011), A Classe Operária tem dois Sexos: trabalho, dominação e resistência, São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

SAFFIOTI, H. (2001), "Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero". Cadernos Pagu, 16 (1), pp. 115-136.

SALVAGNI, J. (2012), "Tempo, trabalho e risco: uma análise das temporalidades nas relações de trabalho". Confluências, 12 (1), pp. 213 a 237.

VARIKAS, E. (2004), "Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott". Cadernos Pagu, 3 (1), pp, 63-84.

WANDERLEY, F. (2002), "Avanços e desafios da Nova Sociologia Econômica: notas sobre os estudos sociológicos do mercado". Sociedade e estado, 17 (1), pp. 15-38.

Adolescentes meninas internadas: gênero e sexualidade importam?

Mariana Chies Santiago Santos[1]
chiesmariana@gmail.com
PPGS/Universidade Federal do Rio Grande do Sul
CESDIP/Université de Versailles

Resumo: O presente trabalho tem como principal objetivo compreender a realidade do Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino do Rio Grande do Sul, estado que fica na região Sul do Brasil. Para tanto, foram realizadas 13 entrevistas com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação (com e sem possibilidade de atividade externa) e 7 entrevistas com a equipe técnica da casa, entre psicólogos, educadores, agentes socioeducativos, enfermeiros, médicos, entre outros. A partir do material coletado, percebeu-se, em resumo, uma sujeição por parte das adolescentes em função da disciplina imposta, típica daquelas presentes em instituições totais e, ao mesmo tempo, uma possibilidade de mudança no percurso dessas adolescentes "pertencentes" a zonas vulnerabilizadas e com trajetórias de vida marcadas pela exclusão e violência, principalmente aquela ligada ao gênero. Outrossim, a partir do referencial pós-estruturalista e das teorias *queer*, foi lançado um olhar para compreender como se dá a transformação dessas adolescentes em mulheres de família, a partir da hegemonia da heterossexualidade compulsória monogâmica.

Palavras-chave: Medida Socioeducativa de Internação; Gênero; Sexualidade

1 Contextualização geral e procedimentos metodológicos

O presente trabalho é fruto da participação em pesquisa da série "Justiça Pesquisa", financiada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), intitulada *Dos espaços aos direitos: a realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões.* Desse modo, o tema da pesquisa era a medida socioeducativa de internação e as condições de cumprimento em relação a adolescentes do sexo feminino em cada região, e, a partir disso, foi escolhido o Rio Grande do Sul como estado a representar a região Sul do Brasil. O objetivo da pesquisa era verificar a estrutura física das unidades; a identificação do perfil socioeconômico das adolescentes; compreender o grau de cumprimento da Lei nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Lei nº 12.594/12 – a Lei que implementa o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), no âmbito das unidades dos estados, verificando direitos individuais das adolescentes, observando, dentre outros direitos, os peculiares ao sexo feminino; e, por fim, a comparação de ferramentas pedagógicas entre unidades femininas exclusivas e mistas. A partir do que se observou e do que se coletou de dados na Casa de Internação Feminina do Rio Grande do Sul, foi possível perceber as peculiaridades da realidade dentro desta unidade e o processo de sujeição a que as adolescentes são colocadas e, simultaneamente e contraditório, de emancipação. Para tanto, foram realizadas 13 entrevistas não estruturadas com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa (MSE) de internação (com e sem possibilidade de atividade externa), 7 entrevistas semiestruturadas com a equipe técnica da casa, além da etnografia, em que foi relatado, através do uso de diários de campo, o cotidiano dentro da unidade de internação, durante todo o mês de janeiro de 2014.

---

1 Doutoranda em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em cotutela com a Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines, no Centre d'Études sur le Droit et les Institutions Pénales. Especialista e Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Advogada do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (UFRGS), ao Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança Pública e Administração da Justiça Penal (PUCRS) e ao Grupo Asa Branca de Criminologia da Universidade Católica de Pernambuco.

Para compreender as questões levantadas a partir da unidade de internação, pensou-se, primeiramente, nos princípios que norteiam a execução da medida socioeducativa de internação, especialmente aqueles relacionados ao gênero e à sexualidade. Desta maneira, o ECA e a Lei do SINASE serviram como parâmetro. Posteriormente, como forma de compreender e problematizar as práticas e os discursos apresentados na instituição, utilizou-se do aporte teórico das teorias pós-estruturalistas e das teorias *queer*. Sendo assim, evidencia-se os dispositivos e estruturas que regulam, normatizam e constroem as identidades de gênero e sexuais dentro da unidade de internação de adolescentes no Rio Grande do Sul.
Finalmente, na parte empírica do trabalho, traz-se à tona a realidade da unidade de internação e os possíveis questionamentos que se colocaram à pesquisadora. Assim, em primeiro lugar, expõe-se a rotina da casa e o seu *staff*, seguido pelo questionamento "*quem são essas adolescentes?*" e as respostas encontradas através de questões como família, município de origem, escolaridade das adolescentes e relação com entorpecentes. As questões de gênero e de sexo e sua importância dentro da instituição, também são trabalhadas, no sentido de se cristalizarem em um discurso heteronormativo e patriarcal reproduzido dentro da casa. Por fim, apresenta-se a disciplina imposta às adolescentes através das regras que devem ser seguidas na casa.

2 A medida socioeducativa de internação

O advento do ECA representa um marco extraordinário em relação à questão da infância e da juventude no Brasil, pois, como orienta a Constituição da República[2], passa a adotar a Doutrina da Proteção Integral em detrimento da arcaica Doutrina da Situação Irregular[3] que vigorava no país até 1990. A nova doutrina, que se constitui enquanto base valorativa dos direitos da infância e da juventude, reconhece as pessoas entre 0 e 18 anos enquanto sujeitos de direito, assegurando especial proteção e garantia dos direitos, por se tratarem de pessoas em peculiar situação de desenvolvimento (COSTA, 2012: 131).
Nesse sentido, o controle estatal através das medidas socioeducativas apenas ocorre quando o adolescente é reconhecido como autor de um ato infracional – a conduta descrita como crime ou contravenção penal. Ainda, deve-se falar que a medida de internação, que segrega o adolescente, é aplicada somente em casos como o cometimento de ato com violência ou grave ameaça a pessoa e a reiteração de outros atos infracionais graves. A partir disso, o ECA prevê uma série de obrigações às instituições em que são internados os adolescentes autores de ato infracional, que estão descritas no art. 94 do documento legal. Entre estas obrigações estão: propiciar escolarização e profissionalização; propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer.
No contexto da institucionalização decorrente de medida socioeducativa de internação, a discussão não pode ignorar a existência do chamado Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Trata-se da Lei 12.594, promulgada em 2012, composta por uma série de princípios, regras e critérios que buscam garantir os direitos fundamentais dos adolescentes internados.
Neste sentido, a diversidade sexual e de gênero deve pautar a própria prática da instituição enquanto promotora de direitos, durante a execução das medidas socioeducativas. No Eixo 6.3 da Lei do SINASE, intitulado *Diversidade étnico-racial, gênero e orientação sexual*, apresenta-se uma série de atividades e projetos que devem pautar a execução de medidas[4]:

> a) Parcerias com Secretarias, órgãos públicos, ONGs e iniciativa privada, na elaboração de projetos de inclusão;
> b) Garantia de equidade do atendimento socioeducativo, no tocante à qualidade dos serviços oferecidos aos adolescentes de ambos os sexos;

---

2 Artigo 227 da Constituição Federal, 1988.

3 Não reconhecia a criança e o adolescente enquanto sujeitos de direito e caracterizava-se pela legitimação jurídica da intervenção estatal discricional. (COSTA, 2012, p. 129)

4 BRASIL. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Disponível em: www.promenino.org.br/Portals/0/Legislacao/Sinase.pdf. Acesso em: 20 de maio 2014.

c) Promoção da auto-estima do(a) adolescente quanto ao gênero;
d) Valorização da adolescente, pela participação familiar e comunitária;
e) Discussões sobre a saúde sexual, reprodutiva, vida familiar, padrões de gênero e violência;
f) Capacitação dos profissionais do centro e outros que trabalhem no atendimento socioeducativo para intervir nessas temáticas;
g) Oficinas pedagógicas tratando das diferenças e a conseguinte construção de identidade;

Portanto, o que se vislumbra, ao menos em tese, é que as legislações atuais destinadas aos adolescentes em situação de conflito com a lei, garantem o reconhecimento e a possibilidade de diversas formas de expressão e construção de suas sexualidades. Além disso, preveem o reconhecimento, também fundamental, da necessidade de superação da reprodução de práticas desiguais em relação ao gênero dos adolescentes.

3 (Des)naturalização do gênero e do sexo

Majoritariamente, coloca-se uma distinção entre sexo e gênero, como gênero construído historicamente e o sexo já determinado pelo fisiológico (pênis *vs.* vagina), sendo o último o responsável para a construção das identidades do corpo (homem *vs.* mulher). Para Foucault (1988), entretanto, a sexualidade é um "dispositivo histórico", ou seja, é uma invenção social, construída e reforçada pelos discursos historicamente construídos. Além disso, o sexo precisa ser controlado, administrado e regulado para o "bem de todos" segundo um padrão (FOUCAULT, 1988, p.31). É esta ideia do sexo enquanto categoria construída que permeia toda a teoria de Judith Butler e que serve como forma de ver os *problemas* de gênero.

Nesse sentido, Butler propõe, portanto, a partir de uma revisão do estruturalismo de Claude Lévi-Strauss, a ideia de que o gênero se constrói com base na reexistência de uma lei universal que é a própria ideia de sexo, questionada em sua materialidade dita como "neutra" e "natural". Levanta-se desse questionamento tão radical entre sexo e gênero a possibilidade de que "a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma" (BUTLER, 2008: 25). Nesta perspectiva, faz-se necessário desconstruir os gêneros, para, da mesma forma, ocorrer a desconstrução dos sexos e do binarismo.

Não se deve ver o gênero ou o sexo enquanto uma verdade sexual (feminino ou masculino), mas enquanto práticas designadas a naturalizar categorias de identidades masculinas e femininas. Ou seja, como homens e mulheres devem se portar socialmente. Tais identidades aparentam "verdades" a partir de efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos.

Para ela, essas práticas e discursos criam um conjunto de normas viabilizando a materialização dos sexos e os fixando dentro do interior da "matriz heterossexual" (BUTLER, 2010: 165). São essas práticas, portanto, que legitimam a ideia do ser mulher já que a "a categoria das mulheres só alcança estabilidade e coerência no contexto da matriz heterossexual" (BUTLER, 2008: 23).

Por fim, somente a partir da desnaturalização de gênero e de sexo é possível problematizar a heterossexualidade, assim como, a dominação masculina, categorias, a princípio, sustentadas dentro da Casa de Atendimento Socioeducativo Feminino (CASEF) do Rio Grand do Sul. O que se percebe é que as relações desiguais de gênero são fundadas no binarismo do órgão sexual e também a construção das identidades sociais e sexuais, permitindo, assim, que algumas sejam aceitas e outras não.

3 A Unidade de internação feminina do rio grande do sul

Nesse ponto, é importante situar algumas informações a respeito do CASEF, onde foi feito acompanhamento da rotina da instituição, durante um mês (janeiro de 2014), em função de contratação pelo Conselho Nacional de Justiça, na série, Justiça Pesquisa, conforme apresentado na introdução do presente artigo. Dessa forma, com a finalidade de não apresentar apenas um relato do campo de pesquisa, se discorre a respeito do que foi

encontrado quando da ida ao campo, contrapondo com alguns referenciais teóricos (lentes), os quais foram utilizados para enxergar o espaço em que habitam as adolescentes institucionalizadas.
Nesse sentido, importante perceber, que se parte do pressuposto que a teoria feminista pós-estruturalista é uma forma de enxergar o mundo. Não apenas de ver como o conhecimento é criado, mas entender como, além de tudo, construímos nossa identidade.

3.1 A rotina institucional

Dentro CASEF as atividades das internas começam logo cedo pela manhã: às sete horas da manhã para as meninas que estão no G1 (ala das que ainda não receberam sentença, ou seja, estão na internação provisória) e às seis horas da manhã para as meninas que estão no G2 (grupo das meninas que já tem sentença de internação promulgada por um Juiz da Vara de Infância e Juventude). O G2 separa-se em Internação Sem Possibilidade de Atividade Externa (ISPAE) e Internação Com Possibilidade de Atividade Externa (ICPAE), mas as atividades iniciam no mesmo horário para os dois tipos de internação.
A primeira atividade, igual para os dois grupos é o banho e a faxina do quarto - cada menina possui (normalmente)[5] seu próprio quarto, sendo responsável por sua limpeza e organização. Após a fiscalização dos quartos, na qual as meninas podem levar advertência[6] caso não passem na fiscalização da faxina, é servido o café da manhã. Aos sábados e domingos, por não haver escola e nem cursos, as meninas acordam às oito horas da manhã para fazer a faxina do quarto, tomar banho e tomar café.
Tendo feito este ritual inicial ao acordar, as meninas têm diversas opções de atividades, trabalhos e cursos. A escola acontece nos três turnos - manhã, tarde e vespertino -, e o horário de aula vai depender da turma que a menina está cursando. Para as meninas que não estudam pela manhã, existem as seguintes possibilidades: fazer um curso profissionalizante (dentro do CASEF); participar de um estágio, se a menina estiver em ICPAE; trabalhar remuneradamente no Projeto Lavanderia ou ainda, a opção do "horário de leitura" na biblioteca da casa.
O Projeto Lavanderia acontece pela manhã e pela tarde e é uma possibilidade das meninas arrecadarem dinheiro dentro da casa, uma vez que o trabalho é remunerado. Ganhando aproximadamente a metade de um salário mínimo, as meninas que participam do projeto[7] lavam as roupas de todo o complexo da FASE[8] de Porto Alegre.
Igualmente, existe um outro projeto que é o chamado *Mini-lanches*, o qual também é necessário ter um determinado *perfil* para participar. Neste projeto, as meninas que participam precisam ter autorização para cozinhar e mexer com utensílios de cozinha, além da necessidade de ter dinheiro para poder comprar os ingredientes dos lanches. Junto com uma educadora, as meninas desse projeto fazem a escolha de um cardápio de lanches e sobremesas que serão vendidos nos dias de visitas para os familiares e, outra informação relevante, é de que esses mesmos lanches podem ser vendidos para os funcionários e para visitantes da casa.
Passado o turno da manhã – às 11h30min começa a ser servido o almoço para as meninas – se repetem as ati-

---

5 Insta ressaltar que pelo acompanhamento do sítio eletrônico da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado (www.fase.gov.br) não há superlotação na casa feminina desde maio de 2012. Desse modo, normalmente cada menina fica sozinha em um quarto. Quando a lotação excede o número previsto (33 lugares), a direção opta por "duplicar" (termo usado pela Diretora durante a entrevista) os quartos, colocando duas meninas para dormirem juntas.

6 Quando a adolescente leva uma advertência, a técnica responsável pelo seu acompanhamento coloca a notícia no prontuário (pasta com todas as informações relevantes da menina). Com três advertências pode ser feita uma Comissão Administrativa Disciplinar (CAD), com a necessidade de homologação pela autoridade judiciária. Nesse caso, há um prejuízo quando da progressão da medida socioeducativa.

7 Há um perfil para trabalhar no Projeto Lavanderia, uma vez que é necessário operar com a maquinaria industrial. Nesse sentido, há uma seleção feita pela Equipe Técnica do CASEF para escolher qual adolescente é apta para realizar o trabalho.

8 Importante observar que os adolescentes do sexo masculino não tem a opção de trabalhar nesse projeto, visto que a instalação encontra-se dentro do CASEF. Igualmente, necessário mencionar que durante todo o tempo da pesquisa, vimos os adolescentes meninos trazendo sacolas de roupas para as meninas lavarem, o que nos leva a crer que os "tradicionais afazeres domésticos" são reproduzidos pela instituição de privação de liberdade.

vidades: escola para as meninas que cursam à tarde, curso profissionalizante ou estágio, horário na biblioteca, lavanderia, etc – para aquelas que estudam no horário da manhã. A mesma rotina se dá no turno da noite, para aquelas meninas que cursam a escola no horário vespertino. Durante à noite há a possibilidade de atividades dirigidas, em que as meninas podem fazer tricô e bordado. No final da tarde as meninas podem, também, assistir televisão[9].

A rotina muda um pouco apenas na quarta-feira, dia em que acontecem os Grupos Operativos (GO's) e as visitas dos familiares (as visitas acontecem aos domingos também). O GO é um espaço em que as jovens podem falar à vontade sobre as coisas que acontecem na casa sem muita censura; falam dos incômodos e brigas internas e tentam resolver conflitos, sendo um espaço fundamental para o convívio das internas. Para a Assistente Social do CASEF, por exemplo, o GO é a atividade que mais contribui para a ressocialização das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

> Eu acho que o Grupo Operativo que é um espaço semanal de uma hora e meia que a cada um dos grupos, né, o grupo da internação, o grupo da internação provisória, o grupo da internação definitiva, o com atividades externas, da semiliberdade, é esse espaço semanal de grupo operativo que é realizado em co-coordenação técnica, que é um espaço onde elas podem livremente expressar o que elas pensam e sentem. Ali sim é um espaço que não deve haver censura e onde a regra é que não pode ter agressão física e nem agressão verbal e que as coisas devem ser faladas. Eu acho que esse espaço do grupo operativo com uma orientação e com uma coordenação capacitada para isso, ele permite que a palavra, que a fala seja um instrumento, às vezes inédito na vida delas. Mas é um instrumento de resolução de entendimento das coisas. Elas podem criticar quem elas quiserem, a instituição, o técnico que está coordenando ou quem quer que seja. Onde elas vão reconhecer as diferenças entre elas de ponto de vista, onde valores diversos vão ser colocados. Então eu acho que o grupo é uma experiência inédita, assim, do adolescente poder se comunicar. Acho que a instituição, a unidade acaba tendo um termômetro de como está a casa, porque semanalmente existe esse espaço, acho que isso é um espaço bem importante assim.
> Trecho de entrevista com Raquel, assistente social, entrevistada em 13 de janeiro de 2014.

Para a adolescente S., de 18 anos, o GO também tem uma grande importância, já que é lá que as coisas podem ser resolvidas sem as adolescentes virem a sofrer consequências (como, por exemplo, uma advertência).

> *Daí eu tipo, tem o GO, que é o grupo operativo, que a gente pode esclarecer as coisas com a fulana e tal.*
> trecho de entrevista com S., 18 anos, realizada em 13 de janeiro de 2014.

Ainda no aspecto das atividades das jovens do CASEF, é preciso destacar o fato de que elas não possuem horários livres no seu dia, ao contrário do cotidiano das casas de internação masculina. As meninas são proibidas de dormir durante o dia e, por esse motivo, estão sempre fazendo alguma atividade.

3.2 O *staff* da instituição

De acordo com a informação passada pela Diretora da unidade, a equipe técnica é formada por 51 pessoas, conforme tabela abaixo:

---

9 Os programas mais assistidos por elas, de acordo com as entrevistas, são novelas da Rede Globo de Televisão.

Psicólogos	2
Advogados	1
Assistentes Sociais	1
Médicos[1]	1
Enfermeiros	1
Administradores	1
Pedagogos	1
Nutricionista	1
Agentes Socioeducativos	32
Outros[2]	11

Na unidade existem 32 agentes socioeducativos que dividem-se em turnos de 12hs por 72hs. Apenas um deles foi entrevistado na pesquisa, sendo que hoje ocupa o cargo de Coordenação para Atividades Externas e da Semiliberdade[10].

3.3 Quem são as adolescentes internadas no Rio Grande do Sul?

No período em que o campo da pesquisa foi realizado, o CASEF contava com vinte e três meninas internadas, sendo que deste total, sete meninas estavam em internação provisória, dezesseis estavam em cumprindo medida de ISPAE, duas estavam cumprindo ICPAE e duas estavam em semiliberdade. Das meninas que estavam em internação provisória, quatro delas não receberam medida de internação, então não tiveram construção do Plano Individual de Atendimento (PIA) dentro do CASEF. Os dados usados para construir o perfil das meninas internadas que se seguem são, portanto, daquelas que receberam medida.
Os dados e apontamentos levantados que seguem se deram a partir da análise dos dezenove PIAs disponibilizados. Entretanto, é importante mencionar que algumas das informações foram retiradas das entrevistas feita com as meninas.

3.3.1 Média de idade na internação

Idade	Quantidade de Adolescentes
14 anos	1
15 anos	2
16 anos	6
17 anos	2
18 anos	7
19 anos	0
20 anos	1
Total	**19**

A tabela acima mostra que 37% das adolescentes internadas na casa tinham 18 anos à época da pesquisa, enquanto 32% tinham 16 anos e as adolescentes com 17 anos correspondiam a 11% das internadas. As adolescentes com 14, 15 e 20 anos correspondiam a 20% do total da população da casa.

10 De acordo com o ECA e com o SINASE, a medidas socioeducativa de Semiliberdade deve ser executada fora da Instituição Privativa de Liberdade. Ocorre que no caso das adolescentes do sexo feminino, a casa de Semiliberdade encontra-se no mesmo local, ou seja, dentro da FASE.

3.3.2 Ato infracional praticado

Ato Infracional	Quantidade de Adolescentes
Roubo	4
Homicídio	2
Tentativa de Homicídio	3
Latrocínio	4
Tentativa de Latrocínio	1
Tráfico de Entorpecentes	4
Descumprimento de Medida	1
Total	**19**

De acordo com a tabela, 27% dos casos de internação se dão em função de atos infracionais análogos aos crimes contra a vida (homicídio, com 11% e tentativa de homicídio, com 16%). Nos crimes contra o patrimônio, temos um total de 47% de internações, sendo 21% por latrocínio e 21% por roubo, enquanto 5% são por tentativa de latrocínio. O ato infracional análogo ao crime de tráfico de entorpecentes corresponde a um total de 21% das internações. Assim, 68% das internações no CASEF durante janeiro de 2014 não foge da realidade brasileira: a maioria dos adolescentes estão internados por crimes contra o patrimônio e por tráfico de drogas. O restante das internações, que corresponde a 5% se deu em função do não cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto anteriormente imposta.

3.3.3 Reincidência

Das dezenove jovens internadas no CASEF no período da pesquisa, sete delas já haviam cometido atos infracionais anteriores aos do processo de internação; dentre estas, o ato que levou três delas a internação, bem como o seu antecedente infracional é o ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas. Vale ressaltar o fato de que, das meninas internadas no CASEF, apenas as que se envolveram com o tráfico de drogas é que reincidiram no ato.

3.3.4 escolaridade

Série Escolar	Quantidade de Adolescentes
1ª série do Ensino Básico	0
2ª série do Ensino Básico	1
3ª série do Ensino Básico	0
4ª série do Ensino Básico	1
5ª série do Ensino Fundamental	2
6ª série do Ensino Fundamental	5
7ª série do Ensino Fundamental	3
8ª série do Ensino Fundamental	3
1º ano do Ensino Médio	4
2º ano do Ensino Médio	0
3º ano do Ensino Médio	0
Total	**19**

Note-se pela tabela acima que 21,05% das adolescentes internadas estão no Ensino Médio, enquando 68,4% estão no Ensino Fundamental e 10,5% no Ensino Básico. Esse quadro faz com que nos questionemos a respeito da evasão escolar e das possíveis causas para que esses números se apresentem desse modo, uma vez que a quantidade de adolescentes cursando o Ensino Médio é reduzido em comparação às adolescentes Ensino Fundamental. De acordo com as idades das adolescentes, 94,73% deveria estar cursando o Ensino Médio, 5,26% no Ensino Fundamental e nenhuma no Ensino Básico.

3.3.5 Família

A miséria e a violência geralmente são vistas como as causadoras de todos os problemas vividos pelos jovens e adultos atendidos pelo campo da assistência, o que acaba por estigmatizá-los em uma posição de pura carência, seja ela monetária ou afetiva. A Política Nacional de Assistência Social[11] conceitua como vulnerabilidade as situações em que os laços familiares e/ou comunitários estão fragilizados devido à exclusão social causada pela situação socioeconômica, gerando muitas vezes situações de miséria, fome, violência, trabalho infantil, toxicomania, etc. Nessa problematização, as autoras Castro e Abramovay (2002: 143) ressaltam que é preciso não deixar de considerar os fatores contextuais, a análise de processos e relações sociais quando se decorre sobre a vulnerabilidade. Afirmam, também, a necessidade de não se ignorar o aspecto socioeconômico, mas entendê-lo, também, como produtor de exclusão em relação ao acesso aos serviços e políticas de cidadania – como saúde, educação e justiça.

Sob a perspectiva do que seria uma vulnerabilidade familiar, pensando-se pela fragilidade dos laços, faz-se a contabilização de que onze das meninas internadas – o que corresponde a 57,8% - se encontrariam nessa condição. Entretanto, é importante observar que a maior parte desse tipo de informação vem dos PIAs, ou seja, passam pelo que as técnicas averiguam ser uma família estruturada ou não.

Outro ponto pertinente de ser destacado é que das dezenove meninas internadas, cinco (26,3%) já deram à luz[12], sendo que destas, duas tiveram a gravidez e o puerpério dentro do CASEF. Como as crianças que nascem durante a internação da mãe na instituição devem permanecer com elas até a extinção da medida, a casa possuía dois bebês no berçário durante o período da pesquisa.

3.3.6 Relação com entorpecentes

É importante mencionar que há uma heterogeneidade no uso de drogas, sendo importante fazer uma distinção com o uso toxicômano. Deve-se, ainda, levar em conta os diferentes lugares que a droga ocupa no psiquismo. Em vista disso, para Le Poulichet, citada por Conte (2003), existem duas formas diferentes de conceber a toxicomania, que falam da posição subjetiva do toxicômano: pela lógica da suplência e àquela do suplemento. Para Melman (1992) a toxicomania apareceria como transgressão na adolescência, denotando o mal-estar de uma dada época cujos laços sociais se mostram esfacelados, abordando a questão da toxicomania como sintoma social, devido pelo grande número de sujeitos adictos e pelo modo como esta prática passa a ser inscrita nos discursos vigentes, explicitando um sintoma que vem dizer sobre uma verdade. Por este prisma, é preciso esclarecer que as meninas internadas no CASEF apresentam diferentes relações e usos com substâncias entorpecentes. Dentre as dezenove meninas, dezesseis (84,2%) relataram uso de drogas - sendo que só constava nos PIAs aquelas meninas que tinham um uso mais prejudicial de substâncias, necessitando de algum encaminhamento na área de atendimento em saúde mental.

Importante destacar, nesse sentido, o trecho de entrevista de S., 18 anos, realizada em 13 de janeiro de 2014:

> Eu pensava tudo errado. Não, porque amanhã tipo, eu surtei antes do tempo, sabe? Antecipadamente. Não, não vai dá errado. Não vou largar das drogas, também quero morrer, eu pensava assim, sabe? Quero morrer por causa disso. Eu não tinha mais nada a perder. Vou morrer. Quero usar, daí usava usavausava, sabe? Não tava nem aí. Pra ti vê, nem banho eu tomava na rua [...]
>
> trecho de entrevista com S., 18 anos, realizada em 13 de janeiro de 2014

---

11 De acordo com o sítio eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a Política Nacional de Assistência Social é uma política que, em conjunto com as políticas setoriais, considera as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender à sociedade e à universalização dos direitos sociais. A destinação da política é aos grupos de cidadãos que se encontram em situação de risco. Disponível em: http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/assistencia-social/usuario/pnas-politica-nacional-de-assistencia-social-institucional acesso em 9 jul. 2014.

12Independente se manteve a guarda ou não da criança.

3.3.7 Município de Origem

O município não corresponde ao Juizado da Infância e Juventude (JIJ) de origem, a ver: A adolescente proveniente da cidade de São Leopoldo teve seu processo julgado pelo JIJ de Novo Hamburgo. A adolescente proveniente de Sarandi teve seu processo julgado pelo JIJ de Passo Fundo. A adolescente proveniente de Camaquã teve seu processo julgado pelo JIJ de Pelotas e as duas adolescentes provenientes de Santana do Livramento tiveram seus processos julgados pelo JIJ de Uruguaiana.

Município de Origem	Quantidade de Adolescentes
Porto Alegre	7
Caçapava do Sul	1
São Leopoldo	1
Santa Cruz do Sul	2
Passo Fundo	2
Montenegro	1
Camaquã	1
Santo Ângelo	1
Santana do Livramento	3
Total	**19**

O CASEF é a única casa de internação feminina do estado do Rio Grande do Sul, dessa forma, as meninas que estão em restrição de liberdade provêm dos mais diferentes cantos do território gaúcho. Assim, demonstra-se pela tabela acima que 36,8% das meninas provêm da capital gaúcha, enquanto 63,2% delas são do interior.

4 Gênero e sexualidade: isso importa?

As dificuldades em relação à questão de gênero e sexualidade mostraram-se mais complexas que o esperado. Em primeiro lugar é imprescindível apresentar com qual lente foi vista a realidade do CASEF.

No livro *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir faz a célebre declaração de que "ninguém nasce mulher: torna-se mulher" e completa que "nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que se qualifica de feminino" (2001: 09). Este tornar-se mulher, é, como afirmou mais tarde Judith Butler, "um termo em processo, um devir, um construir do qual não se pode dizer legitimamente que tenha origem ou fim. Como uma prática discursiva contínua, ela está aberta à intervenção e à ressignificação" (2003: 33).

A partir destas considerações, buscou-se compreender: (i) como o CASEF constrói esse processo? e (ii) quais são as práticas e os discursos que criam esse movimento de *tornar-se mulher* dentro do CASEF?

Apesar de o gênero conseguir se "cristalizar" numa forma que faz com que ele pareça ter estado lá o tempo todo, ele é um processo (SALIH, 2002: 67), e por ser um processo, ele está em contínua construção. Dentro de uma instituição total, este processo parece correr mais rápido na busca de uma regulação específica das diferenças de gênero, que são o marco do patriarcado e do sexismo, que acaba, ainda, sustentando desigualdades sociais (ELIZALDE, 2011: 139).

4.1 Atividades e cursos oferecidos para tornar-se uma *mulher de família*

As adolescentes, dentro do CASEF, têm atividades obrigatórias para cumprir e podem fazer cursos oferecidos pela instituição, conforme já demonstrado. Neste ponto, é importante acentuar que a unidade de internação não passa de uma fotografia da mesma desigualdade retratada no espaço livre (FACHINETTO, 2008) e, portanto, as atividades são sempre aquelas consideras adequadas para o gênero feminino.
Uma importante atividade delas dentro da casa é a limpeza e a organização do ambiente. O questionamento que fica sobre esta atividade é levantado a partir da fala colacionada abaixo de uma das adolescentes:

> *Tem uma regra, né? Tem que limpar. Sim, não pode ficar no quarto, né? Porque é o ambiente que tu vive, né, daí tu tem que limpar. E os guri não, né? Não tão nem aí. Se limpam, se sujam. Bem assim, sabe?*
> trecho de entrevista com *S.*, 18 anos, realizada em 13 de janeiro de 2014.

Outra adolescente, a B., refere-se como sendo "trabalho escravo" a questão da faxina, até porque as adolescentes não limpam apenas seus quartos, mas, também, toda a unidade, incluindo a sala da direção. Neste sentido, ela questiona se não seria possível "o governo contratar alguém". Importante esclarecer que o problema que esta pesquisa procura apresentar não é o aprendizado sobre organização e limpeza, mas sim sobre a questão dessa atividade de trabalho doméstico ser direcionada apenas para adolescentes do sexo feminino em cumprimento de medida socioeducativa de internação.
Outro ponto relevante, é a questão de atividades propostas serem sempre visando manter a construção binária feminino *vs.* masculino. A adolescente D. fala sobre a atividade de bordado e diz ser obrigatória, ainda que ela não goste. Nas atividades esportivas, o vôlei aparece como o esporte mais praticado. Inclusive, quando a equipe foi fazer a primeira visita à unidade, as adolescentes estavam jogando Vôlei. Quando as pesquisadoras perguntaram se era possível que as meninas jogassem, por exemplo, futebol, a funcionária da instituição que lhes acompanhava disse que não, por ser um esporte muito violento para *gurias* e elas poderiam aproveitar o espaço para se baterem nos encontrões que o esporte propicia.
Além disso, temos a atividade da lavanderia, que consiste em uma importante atividade na casa e que gera renda para as adolescentes, visto que é aberta para serviços externos também. O grande problema é que, mais uma vez, é uma atividade pensada somente para as meninas. Ademais, elas reclamam das condições como são entregues as roupas pertencentes aos meninos. A adolescente L. reclama de ficar "lavando as roupas desses guris podres", já que, como confirmado por outras adolescentes, os adolescentes meninos não possuem nenhuma obrigação de limpeza.
Em relação aos cursos e oficinas ofertados, é possível, também, notar esse dever de *se tornar mulher*. Os cursos e oficinas ofertados são de cabeleireira, camareira e recepcionista como informou a adolescente S., que se formou em todos eles.

4.2 Do (não) convívio entre as adolescentes

Uma das questões que mais chamou atenção na pesquisa foi que o não convívio, dentro da unidade, entre as adolescentes. Elas estão em uma situação extremamente complicada, estão sob o mesmo teto e sob as mesmas regras. Ocorre que não se configuram laços de amizade entre elas. É perceptível que tanto a estrutura física quanto as regras proíbem esta convivência delas e evitam a criação de laços.
Existe, entre as diversas regras da casa, uma que proíbe o contato físico/afetivo entre elas. A adolescente D. conta que:

> *não pode ter convívio, não pode ter afinidade [...] apertar a mão já pode dar CAD, mostra que tu já ta te envolvendo*
> trecho de entrevista com D., 17 anos, realizada em 13 de janeiro de 2014.

Isso apenas confirma o que as teorias pós-estruturalistas já problematizaram sobre o gênero ser um sistema que é produzido dentro de uma ideologia de heterossexualidade hegemônica (FACHINETTO, 2012).
O *status quo* consiste em colocar macho e fêmea como algo posto. Entretanto, Butler afirma como estas figuras são discursivamente construídas no interior de uma matriz heterossexual de poder (2003: 30). Portanto, as relações homossexuais são proibidas na unidade, ainda que elas aconteçam de forma escondida como relatado na experiência de L., ao falar que

> *não pode, mas escondido ficava de beijo né [...]*
> trecho de entrevista com L., 17 anos, realizada em 20 de janeiro de 2014.

Outro ponto importante, é a proibição de conversas sobre assuntos externos e isso reflete quando se questiona sobre as relações entre elas, e a jovem D. diz que

> *nem tem como ser amiga*
> trecho de entrevista com D., 17 anos, realizada em 13 de janeiro de 2014.

Um dos principais pilares do patriarcado, segundo a teórica feminista bell hooks, é ensinar que as mulheres não podem ter laços e nem solidariedade entre elas (2000: 48). A ideia de *sisterhood* é a união das mulheres a partir de suas experiências negativas pela opressão de gênero como forma de dividir e lutar contra essa opressão. Seria extremamente importante, até pela história de vida extremamente vulnerável pelas quais as adolescentes passaram, essa união e reflexão. Entretanto, isso não ocorre no CASEF, sendo apenas o diálogo com a equipe técnica a forma de reflexão proporcionada às adolescentes.

4.3 A sexualidade

Em relação à questão da saúde sexual, é importante notar que em todos os PIAs apresentados faz-se referência ao exame ginecológico e possíveis encaminhamentos como o uso da pílula ou tratamentos para Doenças Sexualmente Transmissíveis. Ademais, a médica ginecologista da casa comenta que existe uma explicação sobre os métodos anticoncepcionais, mas que a decisão de usar ou não é das adolescentes, e isto representa uma importante forma de autonomia para as jovens, o que fica claro de acordo com o relato dela abaixo:

> E o que a gente usa de anticoncepcional? Deixa eu te explicar. A gente explica todos anticoncepcionais. Ela não é obrigada a usar anticoncepcional, é uma decisão dela. A gente tá aqui pra orientar. A gente explica que existe o oral, existe o injetável mensal e o injetável trimestral que o posto dá. Então se ela sair daqui ela vai usar estes. Então existe o que, a menina que já tem um, dois filhos às vezes acontece e tá na terceira gravidez, se ela não tem uma vida regrada a gente sugere um diu até se a gente pode ou um implante hormonal que a gente tá usando, a gente usa há 8, 10 anos eu acho o implante hormonal que dura cinco anos. A FASE paga, tá R$248,00, dura cinco anos. A gente explica pra adolescente o que que é, que é subcutâneo, tu coloca embaixo do braço, a gente explica que dura cinco anos que é um método reversível logo se tu achar, como a gente diz "encontrou um príncipe encantado daqui a um ano e tu acha quer engravidar" tu vai lá na SERPLAN porque é a SERPLAN que coloca, não é a gente. A colocação também é lá. A FASE paga tudo. A mãe tem que assinar concordando, ou pai, o responsável e a gente manda pra juíza concordar. A gente manda pra Dra. Vera Deboni, geralmente, vamos supor um exemplo, uma menina portadora de HIV, com vida promíscua que a gente acha que ela não vai tomar o anticoncepcional regular porque ela esquece, ela mesma diz que não vai tomar, eu tenho preguiça de ir no posto pegar o anticoncepcional, eu não tenho dinheiro pra comprar. Então a gente sugere um implante. Claro que tem que ter uma idade mínima, também, não é uma guria de 12 anos, 13 anos. Normalmente é acima de 15 anos.

> Aí a gente fala com a menina, a menina aceitou, a mãe aceitou, assinou o termo que aceitou, a gente manda pra Dra. Vera e ela rubrica, assina, e a gente manda colocar, sabendo que ela tem que fazer a revisão periódica de 6 em 6 meses e qualquer coisa ela nos liga e a gente agenda na SERPLAN e ela sabe que tem um período pra tirar. 5 anos. A gente coloca geralmente em gurias que esquecem, não compram...
> Dra. Hilda, médica ginecologista, trecho de entrevista realizada em 22 de janeiro de 2014

A adolescente A., que chegou grávida e teve seu filho na unidade, elogiou o acompanhamento médico que recebeu na gestação e também aquele que vem recebendo com seu filho dentro da casa. Porém, a mesma médica confirma que é diferente atender meninos e meninas, já que com as meninas teria "o planejamento do uso de contraceptivo", reforçando o ideal do senso comum de que a prevenção é responsabilidade apenas das mulheres. Outra dificuldade é que, quando questionadas sobre educação sexual, as adolescentes falaram que não existe este diálogo, ainda que a maioria delas já tenha tido alguma forma de relação sexual. A jovem D. diz que "não falam sobre o assuntos sexuais. Não pode". Neste ponto, seria bem importante que tivesse havidoalgum diálogo, já que uma adolescente relatou ter tido "relação sexual chapada e bêbada", em uma das saídas autorizadas.Outras duas adolescentes, a L. e a S. também falaram de abusos sexuais sofridos, uma pelo tio e outra pelo padrasto.
Uma terceira dificuldade foi a forma como a equipe técnica relatou a questão homossexual de uma das adolescentes no PIA:

> *B. busca ser provocadora ao se comunicar com a mãe, e neste sentido parecem se situar algumas de suas verbalizações para a genitora, ao dizer que gostaria de cortar os cabelos bem curtos como de um menino e que gosta de se relacionar com meninas.*
> Relato do PIA de B., datado de 15 de novembro de 2013

Fica claro, no trecho colacionado acima, que a orientação sexual da adolescente seria uma forma de "provocar" sua mãe e, ao contrário do esperado, não se buscou problematizar ou trabalhar isso com ela.

4.4 E o lado de fora?

Em quase todos os PIAs, é possível ler como um dos encaminhamentos "reforçar o vínculo afetivo com a família" ou "manter o estímulo ao vínculo familiar". Neste ponto, é possível notar que a mulher - quando autora de ato infracional - é transgessora da ordem em dois níveis, a legislação que prescreve o que é crime e a própria lei "moral" da sociedade (FACHINETTO, 2008), e, portanto, acaba sofrendo um abandono maior da família. Uma adolescente, inclusive, falou que não recebeu nenhuma visita no período de uma ano e meio na casa.

5 Conclusões (?)

Ainda que não se possa compreender totalmente o CASEF e os efeitos que uma internação gera na vida das adolescentes, é possível apontar o que se depreende do estudo a partir da lente com a qual se fez o mesmo. Desta forma, percebeu-se práticas desiguais em relação ao gênero, reproduzindo a realidade externa, e a ideia de uma *mulher de família* a ser perseguida nesta institucionalização das jovens. Tanto as atividades voltadas para o lar como lavanderia e limpeza da unidade, ou a própria heterossexualidade compulsória fazem parte deste processo que a instituição colocou.
Porém, a reprodução do ideal de uma *mulher honesta e de família* é, de certa forma, o que possibilita que talvez essas adolescentes consigam suportar as violências que já sofreram e sofrem por serem mulheres em situação de vulnerabilidade social e econômica. Assim, não se torna tarefa fácil pensar na emancipação dessas jovens através de demandas que o movimento feminista branco e de classe média pauta. Para estas jovens, o aborto nem sempre é a principal demanda, pois, como colocado na obra da antropóloga Cláudia Fonseca "Família,

Fofoca e Honra", somente as mulheres grávidas e as crianças são poupadas da violência no ambiente da vila Cachorro Sentado (FONSECA, 2000). Estas jovens não buscam, primeiramente, igualdade nos salários, pois elas não conseguem entrar formalmente no mercado de trabalho.
Desta forma, por mais triste que este quadro se apresente, ao sair do CASEF, a realidade que a adolescente irá enfrentar violenta mulheres constantemente e, de uma forma mais intensa, as mulheres negras e pobres. Portanto, a possibilidade de se tornarem *mulheres de família*, por mais antagônico que possa parecer, é uma forma de empoderamento para suportar e superar essa mesma realidade. A conquista do primeiro emprego ou conseguir cuidar da sua própria casa sozinha são realizações capazes de permitir que as jovens suportem de uma forma *mais tranquila*– na ausência de melhor termo – a dominação-exploração masculina.

6 Referências

BEAUVOIR, S. (2001), *O segundo sexo* - volume 2. São Paulo: Editora Nova Fronteira.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
_____. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, ano 169, p. 1353, 16 jul. 1990.

BUTLER, J. (2003), *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

COSTA, A. P. M. (2012), *Os adolescentes e seus direitos fundamentais: da invisibilidade à indiferença*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

ELIZALDE, S. (2011), La identidad imperiosamente: Pánico sexual y estrategias de vigilancia institucional hacia jóvenes mujeres y trans. In: _____ (Org.) *Jóvenes en cuestión. Configuraciones de Género y Sexualidad en la Cultura*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2011, p. 138.

FACHINETTO, R. F. (2008). *A "casa de bonecas": um estudo de caso sobre a unidade de atendimento soció-educativo feminina do RS.* Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____. *Quando eles as matam e quando elas os matam: uma análise dos julgamentos de homicídio no Tribunal do Júri.* Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2012.

FONSECA, C. (2000) *Família, fofoca e honra: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares*. 1.ed. - Porto Alegre: Editora da UFRGS.

FOUCAULT, M. (2008), *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Vozes.

HOOKS, B. (2000), *Feminist Theory* . Brooklyn: South and Press Classics.

SALIH, S. (2002), *Judith Butler e a Teoria Queer*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.

(Footnotes)
1 A médica do CASEF, doutora Hilga, trabalhou durante 27 anos na casa como funcionária pública do Rio Grande do Sul. Acontece que, depois de sua aposentadoria, a FASE não fez mais concurso para o cargo de médico. Dessa forma, ela voltou a atuar na casa de forma terceirizada. No total, a Dra. Hilda trabalha na Fundação há mais de 33 anos, sendo que destes, 27 no CASEF.

2 Neste caso, entra, por exemplo, o médico-psiquiatra, os professores da Escola Tom Jobim – escola estadual que funciona dentro da FASE – e os Assistentes de Serviços Gerais.

GT 45
Crises, mudanças de modos de vida e dinâmicas subjetivas

Interdependências e interpenetrações no processo civilizador

BARRETO, Adriano Albuquerque[1]

BARROS, Solange de Moraes[2]

OLIVEIRA JUNIOR, Constantino Ribeiro[3]

Resumo: Nosso trabalho tem o intuito aprofundar a discussão realizada por Norbert Elias do conceito de civilização fundamentado nas concepções de interdependências e interpenetrações. Em Norbert Elias o conceito de civilização é associado ao padrão comportamental que historicamente transforma nossos modos de pensar e agir em relação a determinadas situações cotidianas. A gênese de nossas experiências seria assim confeccionada no âmbito de configurações sujeitas a estruturas sociais e estruturas psíquicas que nos vinculariam a concepções de mundo. São estas concepções de mundo que Norbert Elias chama de interdependências. As interpenetrações seriam as práticas cotidianas e disposições que criam os laços de interdependências. Por esse motivo, em alguns casos, as interpenetrações se apresentam muito mais profícuas para análise realizada pelas ciências sociais e humanas que as próprias interdependências. Em processos civilizatórios em curso as interpenetrações dão vida e dinâmica às interdependências, mostrando-se tão fundamentais quanto os laços já consolidados.

Palavras Chave: Sociologia Configuracional, Interpenetrações, Psicanálise.

1 - Introdução

Decorrente da abordagem que já temos realizado da sociologia configuracional, este trabalho versa sobre um conceito ainda inexplorado da teoria sociológica de Norbert Elias: O conceito de interpenetração. O conceito de interpenetração aparece especialmente na obra *Introdução a Sociologia* (2008) e é desenvolvido na explicação dos modelos de jogo pelo qual N. Elias apresenta sua concepção do "modo como se entrelaçam os fins e ações dos homens" (ELIAS, 2008).

Comumente a abordagem da teoria sociológica de N. Elias tem enfatizado os conceitos de Civilização e de Interdependência. Em N. Elias o conceito de civilização é associado ao padrão comportamental que historicamente transforma nossos modos de pensar e agir em relação a determinadas situações cotidianas. Nosso comportamento desta perspectiva é atravessado por relações de poder intrínsecas as nossas experiências emocionais que caracterizam nossa fruição no mundo, ou seja, a gênese de nossas experiências

---

1 Licenciado em Geografia e Bacharel em Serviço Social Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestre e Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação Ciências Sociais Aplicadas Universidade Estadual de Ponta Grossa, jahprovera@yahoo.com.br. GT45: Crises, mudanças de modos de vida e dinâmicas subjectivas.

2 Prof. Drª. do Curso de Serviço Social e docente do Programa de Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas UEPG Coordenadora do NEPIA (Núcleo de estudos, pesquisas, assessoria e extensão e na área da infância e adolescência). E-mail: solangebarros@brturbo.com.br. GT45: Crises, mudanças de modos de vida e dinâmicas subjectivas.

3 Prof. Drº do Curso de Educação Física e docente do Programa de Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas UEPG. Cordenador do Grupo de Estudos: "Esporte, lazer e sociedade" e integrante do NEPIA. E-mail: constantino@uepg.br. GT45: Crises, mudanças de modos de vida e dinâmicas subjectivas.

seria confeccionada no âmbito de configurações sujeitas a estruturas sociais e estruturas psíquicas que nos vinculariam a concepções de mundo. São estas concepções de mundo que N. Elias chama de interdependências. Pensamos que estes são mesmo conceitos fundamentais da sociologia configuracional, mas o conceito de interpenetração vincula a estes conceitos a dinâmica que corresponde à própria experiência do *processo civilizador*. Se há interdependências em um *processo civilizador* que envolve concepções de mundo, como se dá a dinâmica configuracional que reforça estes elos de interdependência?

Em Elias há uma abordagem de longo prazo chamada Processo Civilizador. Esta abordagem se caracteriza pela confecção de análises profundas sobre os elos de interdependência que mediam nosso modo de agir no mundo. Estes elos são criados por ações fundamentais de efeitos psíquicos e sociais que referenciam a vida cotidiana. Uma agenda para análise das interdependências na perspectiva do Processo Civilizador só é aconselhada por N. Elias ao limite de 3 ou 4 gerações, isto porque os elos de interdependência devem estar bem consolidados a partir das interpenetrações que dão substância as relações sociais. Entendemos as interpenetrações como situações vivas e referencias presentes para análise social, sendo possível, hoje, *in loco,* uma abordagem configuracional no âmbito dos processos civilizadores, e isto de modo ainda mais detalhado por se tratar de ações que caracterizam as interdependências.

De nosso ponto de vista as interpenetrações dão vida as interdependências e as mesmas podem ser objeto de apreensão em um ponto de vista mais dinâmico dos processos civilizadores. Deste modo, este conceito, e ainda o espaço de reflexão onde o mesmo foi concebido (os modelos de jogo explorado por N. Elias em *Introdução a Sociologia*), são referencias fundamentais no desenvolvimento da sociologia configuracional. Neste sentido, mesmo com todo alarde sobre as interdependências no processo civilizador, entendemos que são as interpenetrações que colocam em jogo as estratégias e os recursos de poder que dão sentido aos elos de interdependências. Sendo assim, merecem atenção especial daqueles que se propõe explorar os processos civilizadores.

Ao longo de nossa abordagem da sociologia de N. Elias, em algumas apresentações de trabalho e mesmo na defesa de nossa dissertação de mestrado, recebemos questionamentos a respeito do conceito de interpenetração que até então já tomávamos como fundamental na perspectiva sociológica de N. Elias. Esta incompreensão por parte de nossos pares, ao longo de nossa trajetória, nos levou a procurar na literatura aprofundamentos sobre o conceito. Verificamos a indisponibilidade de referencias e intuímos que esta indisponibilidade é dada porque geralmente a porta de entrada na sociologia de N. Elias é obra O Processo Civilizador, enquanto que nossa entrada se deu a partir da Introdução a Sociologia, que surge quase 60 anos após a O Processo Civilizador. Parece que o clássico tem se sobreposto ao desenvolvimento da teoria sociológica de N. Elias e a profundidade de suas contribuições tem se limitado reflexão sobre a validade do processo civilizador para interpretação da realidade social, isso sem uma devida atenção a potencialidade teórica ainda inexplorada em toda a obra de N. Elias.

O desenvolvimento da noção de civilização em N. Elias. Na obra O Processo Civilizador há um considerável esforço de N. Elias em elaborar uma teoria da cultura para subsidiar todo seu trabalho. Entendemos que são ainda pouco exploradas as referencias teóricas com relação a teoria da cultura que serviram a N. Elias em sua trajetória intelectual. Nosso propósito é aprofundar a perspectiva de civilização a partir das teorias de cultura com as quais N. Elias dialoga, especialmente a teoria da cultura de Sigmund Freud. De todo modo, identificamos a necessidade de avaliar em que medida as interpenetrações contribuem para o debate da teoria do processo civilizador presente na obra de N. Elias. Isto aumentará nosso poder explicativo contribuindo para teoria sociologica de N. Elias e para a teoria da cultura tão em voga na contemporaneidade.

2 – Notas sobre a sociologia configuracioal

A primeira coisa que é preciso entender com relação à abordagem eliasiana, é que a sociedade é uma sociedade de indivíduos. Nada de privilegiar o indivíduo, a sociedade ou mesmo os símbolos provenientes desta interação. Estas entidades fazem parte de um todo inseparável. A interdependência dos sujeitos sociais é fundada não apenas na disposição dos elementos constitutivos, mas ainda nas trocas que estes elementos

estabelecem no processo social e nas ligações emocionais que estes sujeitos constroem ao longo das cadeias de interdependência.

Os laços emocionais criados nas diversas escalas sociais, para Elias, são construções configuracionais que subsidiarão os elementos constitutivos de uma sociedade. Além disso, estes laços ainda irão representar os fundamentos na constituição dos indivíduos. Nesta construção, não se poderá desprezar que toda estrutura social é uma estrutura de indivíduos e que toda a estrutura do indivíduo é uma estrutura social. A estrutura social da personalidade, para Elias, demonstra o quanto a existência da pessoa como ser individual é indissociável de sua existência como ser social.

Neste sentido, um dos principais temas do interesse de Elias é a dicotomia indivíduo/sociedade. Elias vê a necessidade de ultrapassar este debate no que se refere às teorias sociais e psicológicas. O homem até então, segundo ele, tem sido tratado como um sujeito fechado ou mesmo como um sujeito determinado pelo seu meio. Estas abordagens limitam o entendimento do objeto das Ciências Humanas. Mas Elias reconhece que ainda temos poucos instrumentos de análise que podem nos ajudar na solução desta problemática (ELIAS, 2008).

O conceito de configuração é uma tentativa de esclarecer que a dicotomia referida entre indivíduo e a sociedade não tem sentido se queremos realmente absorver uma síntese dos processos sociológicos. As configurações nada mais são que as interdependências dos sujeitos numa integração humana e social. São nos elos de interdependência que as configurações deverão ser compreendidas. Estes elos são tão concretos quanto os sujeitos interdependentes. A disposição e a troca destes elementos podem ser mais bem compreendidas se atentarmos com mais sensibilidade para as ligações emocionais que unem as pessoas umas as outras (ELIAS, 2008).

As ligações emocionais são as construções sociais criadas pelos indivíduos ou mesmo criadas nos indivíduos, os quais no decorrer do tempo tornam-se cadeias de interdependência na qual estamos individualmente ou coletivamente sujeitos. Estas ligações emocionais podem ser tanto pessoais como impessoais. As perspectivas de análise podem ser diversas, mas em linhas gerais podemos analisá-las da perspectiva do "eu", do "eles" e do "nós". Cada sujeito constrói uma rede de significados qualificando a identidade-eu, e esta identidade-eu está vinculada a uma identidade-nós a partir da qual se constrói a rede de interdependência. É possível que a partir disso o sujeito consiga visualizar outras identidades nas perspectivas do "ele" e do "eles".

Estes pronomes pessoais são considerados por Elias como modelos configuracionais. Através deles podemos vislumbrar algumas perspectivas de análise mais contextualizadas no âmbito das configurações sociais. Primeiro é preciso ter clareza que os pronomes não são entidades separadas. Não há limites certos entre o "eu" e o "eles", sendo que as pessoas são pessoas tanto no singular como no plural. Mas, para a Sociologia, não podemos ter a imagem de um homem como a imagem de uma pessoa no singular (ELIAS, 2008). Precisamos entender o homem como constituição de pessoas no plural, sendo assim, precisamos passar da imagem do homo clausus, ou seja, da imagem do sujeito fechado, para a imagem do homines aperti, ou seja, a imagem viva dos homens abertos (ELIAS, 2008).

Elias nos lembra que a construção da identidade começa logo quando nascemos e vai fazendo parte de nossa vida no decorrer do tempo. Esta construção, seja ela do ponto de vista do "eu", do "nós", do "ele" ou do "eles", vai sendo caracterizada no decorrer do processo social. Ao nascer, segundo Elias, "todo o indivíduo começa a jogar com os outros [...], o mais frágil bebê tem os seus trunfos no choro e no riso" (ELIAS, 2008, p. 132). "Não há ninguém que nunca tenha estado inserido numa teia de pessoas" (ELIAS, 2008, p.139). Esta dinâmica intrínseca da sociedade dos indivíduos é margem para reflexões fundadas em um conceito de pronomes no âmbito relacional. O que não acontece quando tomamos o "eu" ou "eles" como coisa (ELIAS, 2008). O indivíduo isolado é um mito. Pensar que as pessoas podem existir para além da sociedade, é reificar os indivíduos. Assim como pensar que a sociedade por si só determina todas as configurações sociais. Isso seria dissolver os elos de interpenetração que ligam as pessoas umas as outras (ELIAS, 2008, p. 127-130-131).

Pensar as atividades humanas a partir dos pronomes pessoais (eu, tu, ele, nós, vós e eles) e das funções que cada um deles exerce no modo de distribuição de poder, facilitaria a apreensão sociológica das relações sociais. As funções aqui não devem ser entendidas pelo viés dos modelos da Sociologia Funcionalista. Na abordagem eliasiana "as funções são atributos de relações e objeto de múltiplas perspectivas" (ELIAS, 2008, p. 137). Nas configurações, as interdependências exercem funções de reciprocidade numa dinâmica que pode ir além da

bipolaridade mais comumente encontradas nos modelos sociológicos. As funções de reciprocidade atestam a multipolaridade das configurações sociais (ELIAS, 2008, p. 84-85), e os pronomes pessoais servem como recursos que nos ajudam "a compreender a natureza perspectivacional das teias de interdependência" (ELIAS, 2008, p. 139).

A abertura epistemológica que Elias propõe não está apenas condicionada aos limites dos sujeitos, os quais iremos pesquisar, mas ainda abre possibilidades intrínsecas a estes sujeitos do ponto de vista individual e coletivo. O desafio que Elias nos coloca é compreender as cadeias de interdependência e as valências emocionais potencializadas nos seus elementos constitutivos. Cada indivíduo está estreitamente atrelado com as relações de "nós" e com as relações de "eles", e ainda no próprio grupo o indivíduo está vinculado à posição que ocupa dentro dessas unidades e da designação que estas unidades darão a si mesmos ("nós") e aos outros ("eles") (ELIAS, 2008, p. 139).

Vemos aqui a importância de ter claro o que são estas cadeias de interdependência para compreender as configurações dos grupos sociais. Os elementos constituintes dos grupos não são apenas símbolos e objetos a partir dos quais se dão as relações sociais, estes elementos se tornam emocionalmente significativos nas mediações sociais entre "nós" e "eles", no caso dos grupos, e entre o "eu" e o "outro", nas respectivas dimensões configuracionais.

3 - Contextualizando o conceito de interpenetração na sociologia configuracional de Norbert Elias

Partindo dos modelos de jogo apresentado por N. Elias em *Introdução a Sociologia*, pretendemos aqui avaliar em que medida o conceito de interpenetração está contido na teoria do processo civilizador. Para N. Elias os modelos de jogo são modelos didáticos para os quais podemos atentar facilitando a reorientação de nossos poderes imaginativos e conceituais do modo que compreendemos a natureza das tarefas com que se defronta a sociologia (ELIAS, 2008). N. Elias declara que a metáfora de participantes em um jogo facilita nossa apreensão da dinâmica das relações sociais em face às ideias estáticas dos conceitos correntes das teorias sociológicas (ELIAS, 2008).

Na *Introdução a Sociologia*, estes modelos representam como grupos sociais se relacionam em configurações que envolvem poder em processos que evidenciam dinâmicas específicas de ataque e contra-ataque. A afirmação central dos modelos de jogo, é que em todas as ações, os grupos dispõem de todas as ações passadas para agir e assegurar seu domínio sobre o jogo. É neste espaço de ação que se dão as interdependências (toda e qualquer ação exige ações de reciprocidade) e de interpenetrações (toda e qualquer ação envolve elos de interdependência que foram dadas no processo do jogo).

Na apresentação dos modelos de jogo, N. Elias expõe primeiramente modelos de jogo mais simples para em seguida submeter os modelos a complexidade de jogos múltiplos, de múltiplos níveis e de múltiplas faces. Estas representações demonstram a profundidade dos elos de interpenetrações que envolvem as interdependências próprias dos jogos e que servem como modelo para estudarmos a sociedade. Se em uma situação simples de um jogo entre dois grupos há um padrão crescente de jogadas que submetem o jogo, e que muitas vezes de modo relativo determinam as posições, é sugestivo imaginar como se avalia um jogo de múltiplos jogadores e de múltiplas faces de poder em relação. Da mesma forma, N. Elias entende que podemos considerar estes aspectos em relação a grupos sociais (ELIAS, 2008).

A expressão "equilíbrio de poder" é um bom indicativo da perspectiva assumida por N. Elias das relações de força dispostas nos jogos sociais (ELIAS, 2008). O "caráter relacional do poder" expressa em configurações, como o exemplo dos jogos, a interdependência funcional entre grupos (ELIAS, 2008). Para N. Elias um jogo é uma configuração de poder que deve ser entendida como uma disputa de força relativa entre jogadores. Indo adiante na teoria configuracional, além desta balança de poder entre jogadores de duas equipes, há um jogo entre as próprias personalidades de determinada equipe, o que acaba mobilizando outras escalas de ação passível de análise, o que não exclui uma escala de ação de nível maior.

Diante desta tensão configuracional entre equipes e grupos sociais que representam as relações em sociedade, o que N. Elias nomeia de interpenetrações, são ações que dinamizam os processos sociais. Os vínculos que ligam as pessoas e que situam as mesmas em grupos sociais são objetivos, bem como possuem um caráter emocional (ELIAS, 2008). Visualizar estes processos nos permite verificar os possíveis desdobramentos das relações estabelecidas de um ponto de vista privilegiado nas configurações sociais. A interdependência entre o desdobramento do jogo, das ações dos grupos de jogadores e da dinâmica dos próprios jogadores em um nível individual, abre margem para uma análise complexa das atuações no campo configuracional.

4 - As interpenetrações em modelos práticos da sociologia configuracional

Poucos anos antes dos modelos de jogo serem apresentados na *Introdução a Sociologia* um artigo de N. Elias em parceria com Eric Dunning expõe como a dinâmica de grupos esportivos pode servir de modelo para análise de grupos sociais e quais situações sociológicas envolvem um empreendimento como este (ELIAS; DUNNING, 1992). Para os autores, a partir dos modelos de jogos esportivos, é possível enfrentar temas espinhosos que são objeto de disputa epistemológica na sociologia. As tradicionais dicotomias entre tensão e cooperação, rigidez e flexibilidade, integração e coerção, controle e descontrole, egoísmo e altruísmo, afeto e hostilidade, são dualidades que para N. Elias e E. Dunning é preciso superar (ELIAS; DUNNING, 1992).

O artigo intitulado *A dinâmica dos grupos esportivos – uma referência especial ao futebol* (ELIAS; DUNNING, 1992), publicado em 1966, é uma direção clara aos aspectos fundamentais da sociologia configuracional proposta por N. Elias. Neste, vislumbramos o *des-envolver* de uma partida de futebol e suas implicações no que N. Elias chama de padrão individual de jogo e do padrão de grupo de jogo. O agrupar e o des-agrupar de uma partida de futebol devem-se as ações e reações durante a partida de futebol e estas influem significativamente durante todo o jogo. Além disso, e além mesmo do que o próprio N. Elias e do que E. Dunning preveem no texto, pode-se considerar em um nível de análise mais profundo, que as partidas de futebol têm implicações ainda de jogos anteriores do grupo e de outros jogos de outros grupos se tratamos de uma competição onde o número de times é superior a dois.

Transpondo os modelos de jogo para as configurações sociais, N. Elias e E. Dunning requerem uma abordagem realista de como se relacionam os homens (ELIAS; DUNNING, 1992). Os conceitos dicotômicos já citados só podem ser melhor compreendidos se abordamos os grupos sociais em seu caráter dinâmico e relacional considerando todas suas particularidades e mediando suas faces dinâmicas de poder. Para N. Elias e E. Dunning uma partida de futebol apresenta variáveis esclarecedoras para entender como funcionam as relações implicadas nas dinâmicas sociais.

Outro exemplo ilustrativo é dado na análise da configuração estabelecidos/outsiders em trabalho realizado por N. Elias com John Scotson. Neste, podemos, a partir das interpenetrações, vislumbrar não só um ponto de partida para adentrarmos e interpretarmos uma configuração social, mas ainda podemos visualizar como são construídas as interdependências sociais que caracterizam os grupos e suas posições em uma situação complexa de poder em relação fundada historicamente.

O famoso trabalho de N. Elias e J. Scotson demonstra o que há por traz de autos níveis de violência em determinados territórios de um bairro chamado Winston Parva (ELIAS; SCOTSON, 2000). Os autores, ao reconhecer certo desdém de moradores mais antigos para com moradores mais novos, investigam os instrumentos de poder de que dispõe os já estabelecidos do bairro. N. Elias e J. Scotson descobrem a fofoca como recurso que estigmatiza os moradores mais novos, que acabam reconhecendo esta identidade e começam a agir de acordo com o que N. Elias chama de "fantasias grupais" (ELIAS; SCOTSON, 2000). A fonte de ressentimentos é especialmente identificada nos índices de coesão dos moradores mais antigos e a coesão, ou *anomia*, dos moradores mais novos. Isto aumentaria o nível de vulnerabilidade dos moradores mais novos e mesmo o nível de violência em relação a comunidade (ELIAS; SCOTSON, 2000). Tratando-se assim de uma situação emocional criada no âmbito das relações cotidianas do bairro.

Assim como o modelo de jogos prevê a situação abordada por N. Elias e J. Scotson pondera as interpenetrações que vinculam os moradores de Winston Parva as suas posições sociais no bairro. Os estabelecidos, suas

interdependências e interpenetrações, são o grupo de morador mais antigo e os outsiders, com suas interdependências e interpenetrações *mais frouxas,* são o grupo de moradores mais novos. A frouxidão dos elos de interdependência entre estes grupos ou a rigidez destes elos de interdependência também são aspectos fundamentais. Como os estabelecidos criam categorias de estigmatização com mais facilidade os outsiders têm menos condições de *cerrar fileiras* contra os moradores mais antigos. Do mesmo modo as barreiras emocionais são erguidas pelos estabelecidos com muito mais força, submetendo os outsiders a uma posição desfavorável na balança de poder local.

Estes aspectos, para nós, levantam as problemáticas centrais da sociologia configuracional. As questões são: Como se relacionam, no campo de poder em relação, os grupos sociais em sociedade?; Que relação há nestes grupos, envolvendo sua dinâmica e seus componentes?

Em nosso trabalho de dissertação de mestrado procuramos veicular a imagem da sociologia de N. Elias a um grupo de skatistas em um espaço de prática social local (BARRETO, 2012). Exploramos os elos de interdependência e de interpenetração procurando visualizar o processo grupal que caracteriza os skatistas em questão. Sem adentrar em nossas descobertas específicas, avaliamos que para desvendar o processo civilizador pelo qual os skatistas são submetidos (e que determinam a posição dos mesmos dentro da própria cultura dos skatistas) era necessário revisar ações dinâmicas de interpenetração, bem como as interdependências dadas na configuração. No caso privilegiamos o processo e procuramos com mais ênfase visualizar as interpenetrações que dispõe as ações e as estratégias de poder na dinâmica local (BARRETO, 2012). Deste modo acabamos por entender que o processo de interpenetrações é tão significativo quanto as interdependências já estabelecidas, pois o jogo social pode mudar a qualquer tempo sendo as interdependências alteradas pela complexidade das ações sociais.

5 - A sociologia configuracional e a psicanálise

Todos os conceitos e a própria abordagem eliasiana sintetizada até aqui nos instigou ao desenvolvimento de instrumentos de compreensão que possibilitem aprofundar o debate sociológico a partir da perspectiva configuracional. É neste contexto que procuramos trazer para a reflexão as contribuições da psicanálise para a teoria da cultura em N. Elias. Algumas categorias envolvendo a economia psíquica em torno das ligações emocionais que exercem sobre os indivíduos regulação e auto-regulação, têm papel fundamental nas mudanças sociais engendradas nos processos civilizadores. Os mecanismos de interpenetração são elementos fundantes das estruturas sociais e psíquicas fazendo valer as assertivas de N. Elias a despeito de uma teoria sociológica das emoções. Recentemente foram disponibilizados textos, até então pouco conhecidos, onde N. Elias pondera quais os aspectos da teoria de S. Freud que precisariam ser reelaborados e quais aspectos foram essenciais para o desabrochar de uma sociologia de compreensão dos processos sociais. Conceitos como sociogênese e psicogênese tem assim um papel importante nas considerações sobre a processualidade das configurações sociais dimensionadas pelas categorias de interdependência e de interpenetração.

As criticas elaboradas por Elias ao tratamento freudiano da apreensão social seguem pelo menos quatro fundamentos. Primeiramente a processualidade da abordagem freudiana é contestada visto que o desenvolvimento da estrutura da personalidade de um indivíduo é também mediada por relações sociais datadas, ou seja, é preciso considerar conjunturas sociais complexas que parecem a Elias ter ficado de fora das reflexões de Freud. Em segundo lugar, a noção de natureza e cultura, assim como as noções de sociedade e indivíduo, parecem a Elias dicotomizadas por Freud. Os impulsos se revelam em Freud como aversão a civilização, o que não é de todo verdade em N. Elias, sendo que a configuração dos impulsos é confeccionada também no âmbito do processo civilizador. Em terceiro lugar, N. Elias aponta para um dos aspectos mais caros a psicanálise contestando a família como figura central da economia psíquica. Para N. Elias no processo civilizador há inúmeras referencias para a estrutura individual, sendo no mínimo uma meia verdade tomar a família com referência única dos aspectos centrais de constituição psíquica. Em quarto lugar, N. Elias aponta os limites da concepção de ego e de superego em Freud. Se os indivíduos tem uma história complexa de constituição de ego e superego é necessário considerar as instâncias de regulação e de auto-regulação pressuposta pelas

instituições e consequentemente a transformação constante destas referencias de ação. Para N. Elias, as noções de Freud apresentam-se apenas como mecanismos imóveis diante de tão grande capacidade mediadora do real (SCARAMBONI, 2012).

Para nossos propósitos têm interessado especialmente as duas últimas críticas apresentadas no parágrafo anterior. Se a horda primitiva de Freud precisa ser relativizada precisamos tomar outras referencias de análise para economia psíquica dos sujeitos. Deste modo, ego e superego precisam ter, além da família, outros aportes para se referenciar no mundo. Pensamos que as interpenetrações no âmbito da sociologia configuracional são onde se estabelecem ligações emocionais e vínculos de interdependências. Estas cadeias de interdependência alteram o padrão de sensibilidade e a regulamentação das condutas tanto fundando estruturas psíquicas como também estruturas sociais que controlam nossas pulsões e nossos afetos.

6 - Considerações finais

Até aqui nossas referencias empíricas centrais ponderando estes aspectos tem sido a abordagem de N. Elias J. Scotson em *Os Estabelecidos e Outsiders* e nosso próprio trabalho em relação ao um grupo de skatistas que referenciam suas ações em uma configuração marcada por signos culturais e estratégias de poder que influem significativamente na economia psíquica local. Isto posto, deve ficar claro que pretendemos avançar nestas explorações a partir do conceito de interpenetração e ainda aprofundar a própria teoria do processo civilizador de Elias com as contribuições de S. Freud em sua teoria da cultura. Neste sentido, consideramos que o desenvolvimento do conceito de interpenetração é um contribucto significativo nesta empreitada. O caráter rígido das interdependências deve ser balanceado pela flexibilidade das interpenetrações. Para isso precisamos aprofundar a proximidade das dicotomias tradicionais já citadas e consequentemente reelaborar nossa concepção de indivíduo e de sociedade, este, aliás, um dos grandes desafios colocados por N. Elias em sua teoria de processos civilizadores.

Referências:

BARRETO, Adriano Albuquerque. (2012), O discurso carismático e a rotinização do carisma na Skate Plaza do Complexo Ambiental Governador Manuel Ribas - Ponta Grossa - PR. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ELIAS, Norbert.; DUNNING, Eric. (1992), A Busca da Excitação. Lisboa: Difel.

ELIAS, Norbert. (2008), Introdução à sociologia. Lisboa: Edições 70.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. (2000), Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Zahar.

SCARAMBONI, Bruna Aline. (2012), Norbert Elias e Sigmund Freud: civilização, repressão e inconsciente em *o processo civilizador.* 36º Encontro Anual da ANPOCS – O pluralismo na teoria social contemporânea.

Uma análise sobre o lugar da juventude no projeto de um rio de janeiro democrático

Raquel Brum Fernandes[1]
Raquel_bfs@hotmail.com

Resumo: Como parte da preparação da cidade do Rio de Janeiro para os grandes eventos de 2014 e 2016, o programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) tem se desenvolvido com o objetivo de "devolver" ao Estado os territórios de favelas dominados por grupos criminosos. Também seriam implantadas políticas que oferecessem, especialmente à juventude favelada, oportunidades de formação e inserção profissional. Como parte de minha pesquisa de doutoramento em Ciências Sociais, entrevistei jovens moradores de uma favela com UPP, buscando compreender suas percepções sobre o desenvolvimento dessas políticas de educação e ocupação da juventude. Através da noção de "contracultura" de Theodore Roszak , analisarei a agência construída por esses jovens frente aos discursos que consideram sua inserção profissional condição fundamental para a diminuição da violência no Rio de Janeiro e sua efetivação enquanto cidade democrática.

Palavras chave: juventude; favelas; formação profissional; violência.

1- Introdução

Em 20 de novembro de 2008, aproximadamente 130 policiais militares iniciaram na favela Santa Marta, na zona sul do Rio de Janeiro, uma operação chamada de "choque de ordem". Naquela ocasião o comandante de um dos grupamentos envolvidos, avisou que o objetivo da ação era reprimir o tráfico de drogas assim como outras atividades ilegais desenvolvidas dentro da comunidade. Embora a princípio a operação tenha sido vista por moradores e pela imprensa como uma prática de rotina da Polícia Militar, o depoimento do comandante chamou a atenção para uma peculiaridade, pois ele afirmou: "Estamos iniciando esta ocupação de forma permanente." (Trindade, 2008). Após um mês de ocupação, em 19 de dezembro foi inaugurada a primeira Unidade de Polícia Pacificadora da cidade, ainda chamada naquele momento de Companhia de Policiamento Comunitário do Santa Marta.

Nos meses seguintes a iniciativa se repetiu em outras favelas da cidade de forma ainda experimental. Dois anos depois um decreto definiu de forma mais elaborada os objetivos e estrutura de funcionamento das UPPs, além de sistematizar o chamado "Programa de Pacificação". Os objetivos seriam: "a. consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada; b. devolver à população local a paz e a tranqüilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico"[2]. Dessa forma, a partir da sensação de segurança nas favelas, proporcionada pelas relações de proximidade com os policiais, as demais esferas da vida social como saúde, educação e trabalho poderiam também se desenvolver. Assim, se completaria o processo de reentrada do Estado nas comunidades, das quais teria estado ausente nas últimas décadas. Em um vídeo disponível no site das UPPs, o Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame afirma que:

> O que nós estamos fazendo aqui nada mais é do que buscar, permitir, atender as pessoas que estão aqui como as que estão lá embaixo. Que antes existia um discurso cínico do Estado dizendo: "eu não posso colocar uma professora lá no Vidigal porque o tráfico não deixa. Eu não posso abrir uma creche porque o tráfico não deixa, vou ter que pedir licença". Então agora isso não existe mais.

---

1 Raquel Brum Fernandes é mestre em Ciências Sociais tendo elaborado sua dissertação no tema da violência nas escolas. É aluna concluinte do Doutorado em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e desenvolve sua pesquisa nas áreas da segurança pública, favelas e juventude.

2 Rio de Janeiro, Decreto nº 42.787, de 6 de janeiro de 2011.

O processo de "pacificação" das comunidades do Andaraí/Grajaú, nas quais tenho desenvolvido minha pesquisa, teve início em junho de 2010, quando policiais militares do Batalhão de Operações Especiais (Bope) e do Batalhão de Choque iniciaram um processo de ocupação das favelas e de seus principais acessos. No dia 28 de julho do mesmo ano foi inaugurada a UPP Andaraí, a décima da cidade. Seguia-se assim um roteiro que contemplou as principais favelas da região conhecida como "Grande Tijuca", composta por bairros predominantemente de classe média. Na verdade, a observação do mapa das primeiras UPPs revela que bairros como Copacabana, Ipanema, Botafogo, Leme e Jacarepaguá, além da já mencionada Tijuca, receberam as primeiras unidades do programa em suas comunidades favelizadas. Dessa forma, pode-se concluir que:

> É bom lembrar que não estamos lidando apenas com os fatos relacionados ao crime, mas também com sua percepção coletiva e os sentimentos que ela provoca. Há um importante elemento de visibilidade envolvido (o qual, por sinal, explica em boa parte a escolha dos locais onde têm sido implantadas as UPPs: as favelas da zona sul, próximas da região turística e por onde circulam os "formadores de opinião", ou a Cidade de Deus, que se tornou internacionalmente famosa). (Machado da Silva, 2010:3).

A percepção coletiva mencionada pelo autor não se refere apenas às sensações dos moradores das favelas que recebem as UPPs, mas da sociedade em geral, especialmente daqueles que moram nas proximidades dessas comunidades. O discurso de segurança e tranquilidade que seriam proporcionadas pela presença contínua dos policiais se destina também às populações de classe média e alta que muitas vezes localizam nas favelas da vizinhança a origem ou esconderijo dos criminosos que os amedrontam. Além disso, pode-se dizer que a "pacificação" de algumas comunidades chave, que gozam de maior visibilidade na mídia e são mais conhecidas de determinados grupos da sociedade carioca, poderia criar a ilusão de uma cidade mais segura em sua totalidade. Outro argumento sobre o critério utilizado para definir quais comunidades recebem unidades do programa é levantado por Cano (2012), o qual defende que a implantação de UPPs na Grande Tijuca teve o objetivo de contemplar todas as redondezas do estádio Maracanã, visto sua importância na realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014. De acordo com o autor, todas as comunidades que circulam a região do estádio foram contempladas pelo programa.

Na cerimônia de inauguração da UPP Andaraí, José Mariano Beltrame falou que a garantia da segurança era apenas o primeiro dos serviços que chegariam à comunidade, já que logo seria seguida por outros "projetos sociais". O capitão que assumia naquele momento o comando da UPP que se formava, Victor de Souza, falou sobre parcerias com outras instituições, como a Firjan[3], para a oferta de serviços educacionais aos moradores. Segundo ele: "Com a UPP, queremos levar cidadania e dignidade através do trabalho. Com isso, vamos fazer com que pessoas que dependiam do crime para sobreviver possam ser inseridas no mercado formal de trabalho" (Brunet, 2010). Na verdade, a promoção de projetos de formação educacional e profissional, voltados especialmente aos jovens locais, se configura como uma das principais demandas de moradores das diversas favelas que receberam UPPs e foi anunciada por representantes do governo em diversas ocasiões. Ao inaugurar a UPP da Rocinha, José Beltrame afirmou que:

> As pessoas vão perceber que é melhor estar ao nosso lado. Elas precisam ter outros exemplos além do traficante, além da ostensividade das armas. É preciso fazer essa concorrência para dar outra expectativa, em especial, para a juventude. Isso é uma obrigação do Estado, da prefeitura, da sociedade, das organizações não governamentais (ONGs), que com propostas fortes, pode ajudar a mudar esse comportamento das pessoas. Seja na Rocinha, seja em qualquer lugar do país. (Naddeo, 2012)

3 Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

De acordo com esse declarado objetivo de "dar outra expectativa" aos jovens, foram desenvolvidos nas favelas do Andaraí/Grajaú, após a instalação da UPP, os programas Sesi[4] Cidadania (através da referida parceria do governo estadual com a Firjan, com a oferta de atividades esportivas e cursos de línguas e informática) e Rio 2016 (implementado pelo governo do estado para incentivar a prática de esportes olímpicos). Moradores foram apoiados na oferta de aulas artísticas ou esportivas, alguns passando a utilizar o prédio da UPP como espaço para suas aulas. Uma associação recreativa foi criada dentro de uma igreja evangélica, e passou a oferecer curso de formação em eletricidade. Uma Organização Não Governamental (ONG) foi criada na principal rua de acesso às favelas, oferecendo além de atendimentos com psicólogos, advogados e assistentes sociais, oficinas circenses, cênicas, de capoeira, entre outras. Um policial iniciou um projeto de artes marciais que originou, alguns anos depois, a construção de uma pequena academia dentro do prédio da UPP.

2- "Projetos" para a juventude favelada

Seja por características psicológicas normalmente associadas à faixa etária, pela pressão exercida pelo meio no qual vivem, por predisposições individuais ou até pela combinação de todos esses fatores, os jovens das comunidades pobres são constantemente destacados como principal grupo a ser seduzido pelos atrativos do tráfico organizado. Essa visão aparece recorrentemente no discurso de gestores de programas e projetos, moradores das comunidades e outros representantes do governo. Mesmo aqueles que não se encontram incluídos em nenhuma prática criminosa, por serem jovens estariam sempre em "risco" de serem envolvidos em alguma situação reprobatória. Segundo Fernanda Piccolo: "A classificação dos jovens como em 'situação de risco' apoia-se em diversos índices, como loca de moradia, a falta de escolaridade e a percepção da ambígua relação de medo e fascínio com os membros do tráfico" (2010:114).

Já se tornou popularmente conhecida a noção de que a vida nas favelas dominadas por traficantes apresenta aos jovens um universo de desfechos trágicos e ao mesmo tempo oportunidades de status e ascensão social. Dinheiro, armas, mulheres e poder são alguns dos elementos que construiriam o prestígio das lideranças do tráfico, sendo desfilados em tanto maior proporção quanto forem seus cargos no movimento. Ao mesmo tempo em que conviveriam com inúmeros colegas, vizinhos e parentes participantes da estrutura do tráfico, os jovens não teriam condições financeiras de acompanhar a crescente oferta de itens de consumo socialmente valorizados. Teriam muitas vezes, famílias desestruturadas, que não proporcionariam o suporte e a educação necessários para os filhos resistirem ao apelo das oportunidades de renda e destaque social aparentemente "fáceis". A esse cenário, acrescente-se a evasão escolar de boa parte dos jovens, que deixariam de receber os valores e princípios pertinentes à socialização no sistema de ensino formal, além de não completarem a formação educacional necessária para uma inserção mais qualificada no mercado de trabalho. Estariam resumidas assim, algumas das versões que compõem recorrentemente o painel explicativo acionado na construção da vulnerabilidade da juventude favelada e utilizado muitas vezes para tentar explicar as "causas" de seu envolvimento com o mundo do crime (Piccolo, 2010; Ramos, 2011; Sento Sé & Coelho, 2011).

Tal reflexão tem incitado, já há vários anos, o desenvolvimento de iniciativas que buscam "orientar", auxiliar os jovens pobres na construção de trajetórias biográficas consideradas legítimas. Tais trajetórias consideradas "saudáveis", embora permitam em sua construção certa variedade de interesses e habilidades, permanecem, em sua maioria, fazendo referência ao modelo tradicional biográfico, que segundo Adalberto Cardoso consistiria em:

> (...)uma concepção de trajetória de vida típica do capitalismo organizado, ou do Estado de Bem-Estar Social, segundo a qual a entrada na fase adulta estava associada à obtenção de um emprego, em uma seqüência de eventos que conectava, de forma mais ou menos estruturada, nascimento→socialização em família→entrada na escola→entrada no mercado de trabalho, essa última coincidindo, no mais das vezes, com a constituição, pelo jovem, de sua própria família. (2008: 581-582)

4 Serviço Social da Indústria do Rio de Janeiro

Dentro de tal contexto surgiram os "projetos sociais", os quais se multiplicaram pelas áreas carentes da cidade (especialmente favelas e que possuem maior atenção midiática). A expressão popularizou-se em referência a diferentes organizações, de variados caráteres, proporções e objetivos específicos (Novaes, 2006), embora todos os "projetos sociais" sejam assim chamados por terem em comum o propósito de promover alguma transformação social em relação aos determinismos socioeconômicos das áreas pobres. Alguns projetos foram criados por pessoas das comunidades, outros por empresas ou ONGs de fora já reconhecidas e outros são políticas públicas de governo, além daqueles que são realizados através de "parcerias" entre alguns ou todos esses. Embora noções relativas à afirmação étnica e territorial, assim como a denúncia de abusos e negação da cidadania aos moradores de favelas estejam constantemente figurando como bandeira discursiva de muitos "projetos sociais", é o tema da inclusão social através do trabalho que parece fomentar a maioria das iniciativas, tanto as que oferecem atividades artísticas, quanto esportivas ou, principalmente, cursos profissionalizantes. O trecho a seguir ressalta como a perspectiva de inclusão pelo trabalho inscreve-se no propósito de oferecer aos jovens uma trajetória alternativa às limitações e "seduções" ilícitas que se apresentariam a eles:

> Inúmeras ações foram estabelecidas, visando, em muitos casos, à incorporação dos adolescentes e jovens ao mercado de trabalho, do qual se encontram formalmente excluídos, visto os altos índices de desemprego, não trabalho e trabalho informal verificados para esses segmentos (Quiroga, 2002). Visando a essa inserção são postas em prática políticas de capacitação, mediante uma série de programas que, para sua execução e seu financiamento, envolvem diversos organismos locais, nacionais e internacionais. Na descrição dos objetivos dessas ações, costuma-se salientar o desejo de solucionar o que seria uma das causas da violência urbana: a desocupação da juventude pobre, não escolarizada – fato que contribuiria para a reprodução de sua condição social. (Piccolo, 2010:112)

Dessa forma, pode-se perceber uma concepção de que o trabalho se opõe diretamente ao desempenho de atividades ilegítimas, as quais seriam fomentadas pela desocupação da juventude (Cardoso, 2008). É importante destacar que a perspectiva de trabalho nesse contexto não se restringe ao emprego formal, embora este seja muito valorizado enquanto objetivo final e diversos projetos inclusive encaminhem seus alunos formados ou algum "talento" descoberto às vagas de emprego disponíveis. "Ocupar" o tempo dos jovens através de atividades artísticas, esportivas ou durante o período dos cursos de qualificação profissional já traria benefícios em si, além daqueles experimentados através da arte, da prática de esportes e da posterior inserção no mercado de trabalho. Tanto que existe uma boa quantidade de projetos sociais que oferecem apenas atividades recreativas, entendendo que a simples convivência no espaço "saudável" de socialização do projeto já diminuiria a exposição dos jovens aos atrativos do tráfico e outras práticas "não recomendáveis" (PICCOLO, 2010). Além de estarem em um ambiente "protegido", ao participarem de projetos os jovens teriam sua atenção voltada para atividades "construtivas", desenvolveriam seus interesses em relação às práticas lícitas, desde aquelas que são somente de lazer e recreação até as que constituem expectativas de carreiras profissionais. Como demonstrei, no contexto das comunidades que têm recebido UPPs o desenvolvimento desses projetos para a juventude tem ganhado ainda mais força, já que se reconhece que é necessário "competir" com as organizações traficantes na sedução exercida sobre os jovens. A própria pacificação só seria completa e efetiva na medida em que os jovens, principais vítimas do tráfico, construírem projetos biográficos legítimos, com inserção formal no mercado de trabalho. Revela-se assim, uma compreensão da juventude favelada enquanto grupo passivo e vulnerável, uma verdadeira massa de manobra disputada pelo tráfico e pelo Estado, cujas variações biográficas individuais se tornam quase imperceptíveis.

3- Jovens do Andaraí/Grajaú

As entrevistas que tenho realizado com jovens moradores das favelas do Andaraí/Grajaú revelam, entretanto, jovens que não se enquadram no painel explicativo de vulnerabilidade, tão caro à filosofia dos "projetos sociais". Jovens que constroem suas relações com esses projetos de forma transitória, flexível e muitas vezes incoerente, frustrando expectativas de gestores, "professores" e lideranças comunitárias. Acima de tudo, revelam-se trajetórias individuais peculiares, construídas de formas que não podem ser antecipadas ou generalizadas. Como pode ser observado nos trechos a seguir:

> No momento, eu tenho dois sonhos. Um é de ser dançarina profissional independente do meu corpo ou meu peso. Meu segundo sonho é ser uma administradora. Daqui a dez anos eu me vejo com meu grupo de dança fazendo sucesso (...) Me vejo me apresentando em grandes lugares importantes, como teatros, festival de danças, eventos, até televisão se for possível. Me vejo uma dançarina conhecida. Sobre a parte da administração eu nunca parei pra me imaginar tanto, eu gosto, mas não é o que fico pensando o tempo todo. Administração será minha segunda opção. Se até eu terminar meus estudos, eu vou ter uma visão de que vai dar certo se eu continuar. Não tem faculdade para ser dançarina, só coreógrafa, pelo menos na minha pesquisa mostra isso. Para seguir como profissão se isso não dá certo, no momento eu penso em fazer administração, mas mesmo assim continuarei dançando. (Kamila, 16 anos, participante de um projeto de aulas de dança, respondendo como se vê em dez anos).
>
> Eu gosto muito, eu acho bem legal (o projeto).
> (…) Entrevistadora- Qual é seu objetivo ao participar do... o que você espera desse grupo?
> Eu espero... Sei lá, eu espero um dia a gente fazer sucesso.
> Entrevistadora- Mas por que você não foi em muitas (apresentações do grupo)?
> Algumas vezes eu estava de castigo e algumas vezes eu faltei a dança aí, eu não sabia a coreografia e ela (a professora) não deixou eu participar.
> Entrevistadora- E por que você falta? Quando você faltou essas vezes, foi por quê?
> Ah, não sei, às vezes eu chegava muito cansada da escola. A dança sempre começa sete horas e eu chego da escola sete horas, aí eu nunca levava a roupa na mochila e eu perdi a vontade de ir. Aí eu ficava faltando, faltando, faltando, faltando, aí ela não deixava. (Yasmin, 16 anos, participante do mesmo projeto de aulas de dança).
>
> Eu quero ser médica, eu acho muito legal.
> Entrevistadora - Mas você sabe que para ser médica você precisaria voltar a estudar...
> Eu sei, talvez no ano que vem eu volte. É que é muito chato. (Fabiana, 17 anos, não participa de nenhum projeto, respondendo a mesma pergunta).
>
> Eu queria trabalhar na área de elétrica, eu acho muito maneiro...
> Entrevistadora – Você sabe que aqui do lado, na igreja que tem aqui, tem um projeto e eles oferecem curso de elétrica...
> Não, nem sabia... de repente depois eu passo lá. (Roberto, 20 anos, em relação à mesma pergunta. Não participa de nenhum projeto).

O projeto de dança do qual Kamila e Yasmim participavam, e do qual afirmavam gostar muito, encontrava-se com as aulas suspensas, segundo elas mesmas, pela pouca assiduidade das alunas. Fabiana, embora quisesse ser médica, não tinha planos imediatos de retornar à escola. Já Roberto, após ser informado da existência de um curso de elétrica bem próximo a sua residência, demonstrou dúvida em relação a procura-lo. Outro grupo de jovens que conheci durante o trabalho de campo no Andaraí, coordenava o funcionamento de uma rádio

local, fazendo a programação, colocando-a no ar, realizando entrevistas, sem nunca ter feito nenhum tipo de curso ou participado de nenhum "projeto social" na área. Outros dois jovens, irmãos, um deles recém-saído do sistema carcerário, iniciavam um empreendimento de concerto de carros a partir de peças que recolhiam em diversos lugares da cidade e reciclavam. Insistiam em destacar que se tratava de uma ideia original, totalmente criada por eles, e que contavam com a ajuda e a indicação de conhecidos para localizarem peças de automóveis abandonadas pela cidade. Outro jovem morador era conhecido em toda a região como o principal DJ local, sendo convidado a tocar nas maiores festas realizadas, tendo gravado clipes e realizados grandes shows, e tinha também, recentemente, aberto um pequeno mercado para trabalhar com a família durante o dia.

Torna-se evidente que por mais que os jovens possam ter planos biográficos elaborados isso não significa que irão cumpri-lo da forma como um observador poderia esperar. As biografias mencionadas acima indicam que as trajetórias jovens em classes populares podem ser caracterizadas por momentos diversificados, descontinuidades e até incoerências. E as explicações que os jovens oferecem para essas transitoriedades são, muitas vezes, características individuais, ocasionais, que não passam necessariamente pelo contexto de vulnerabilidade no qual viveriam. O interesse por carreiras profissionais "formais" não exclui nem é impedido por atividades artísticas ou esportivas. As carreiras podem, ao contrário, fundir-se com a arte, ou serem desenvolvidas paralelamente a ela. Ao mesmo tempo em que podem apresentar planos definidos para o futuro, estes são compostos por diferentes possibilidades, planos "b", opções. Mais que isso, a própria noção de planejamento do futuro não parece, obrigatoriamente, se relacionar com as ações que executam no presente.

Sento-Sé e Coelho (2011) ao entrevistarem jovens de camadas populares afastados de qualquer institucionalização observaram que as trajetórias individuais se mostravam mesmo completamente vagas, apontando uma falta de orientação das condutas presentes em relação ao futuro. De acordo com os autores:

> Estes projetos, contudo, são regidos pela imprecisão e, em particular, pela aparente inexistência de um vínculo de causalidade entre presente e futuro, uma vez que as atitudes e escolhas do momento presente não parecem guardar relação com a concretização de seus projetos para o que está por vir. É assim que vemos um projeto, tal como ser advogada, formulado por uma moça que está fora da escola no momento da entrevista, ou projetos profissionais de naturezas muito díspares aparecerem como opções no mesmo depoimento (telemarketing e enfermagem, motorista de ônibus e comerciante). (2011: 20)

A incoerência e descontinuidades observadas nas trajetórias juvenis em relação ao que dizem ser seus planos futuros (que fazem os autores sugerirem uma indistinção entre planos e sonhos) podem sugerir que no universo desses indivíduos os projetos individuais não seriam tão valorizados ou legitimados. Entretanto, em outras áreas da cidade, jovens com contextos de vida muito diferentes dos experimentados nas favelas também constroem suas trajetórias de forma aparentemente incerta e transitória. Afinal, diversos estudos sobre grupos jovens de camadas médias do Rio de Janeiro têm já há alguns anos indicado que a construção das identidades não se dá de forma imediata ou definitiva (Almeida & Eugênio, 2006; Almeida & Tracy, 2003). Suas trajetórias seriam, ao contrário, formadas por momentos, "cenas", alternâncias e combinações em diversas áreas, como os relacionamentos amorosos e as práticas de lazer. No que diz respeito às configurações de trabalho, pode-se afirmar que são também descontínuas, divergindo da antiga noção de carreira formal, concentrada em uma mesma área e/ou empresa. Maria Isabel Mendes de Almeida e José Machado Pais (2012) defendem que as perspectivas profissionais da juventude são marcadas pela criatividade, através da reinvenção e (re) significação de categorias que tradicionalmente configuram o mundo do trabalho. Muitos jovens desenvolveriam carreiras paralelas sobre temáticas distintas ou assumiriam trabalhos temporários ou freelancer subsequentemente.

Assim, apesar das amplas diferenças de classe, jovens de camadas médias e de camadas populares parecem compartilhar descontinuidades em relação aos modelos biográficos tradicionais, estabelecidos tanto para pobres quanto para "ricos". Rejeitam as urgências do mundo do trabalho formal, a ideia de uma carreira linear construída progressivamente desde a juventude, desconstroem os ideais de estabilidade e planejamento forjados pelas gerações anteriores.

Theodore Roszak (1972), ao estudar as juventudes americanas de classes médias da década de 1960, identifica nelas uma rejeição aos valores e comportamentos adotados pelas gerações precedentes. Ele chama de contracultura todos os comportamentos e experiências construídos a partir dessa rejeição. Novas formas de relacionamentos amorosos, liberdade em relação ao consumo de drogas, oposição à política de guerra, à competitividade exacerbada do mercado, às horas excessivas de trabalho, entre outras. Segundo o autor:

> Se a contracultura é, como afirmarei aqui, aquele instinto saudável que se recusa, tanto num nível pessoal quanto político, a praticar tal estupro a sangue frio de nossas sensibilidades humanas, então torna-se claro porque o conflito entre os jovens e os adultos em nosso tempo atinge profundidades tão particulares e dolorosas. Numa emergência histórica de proporções absolutamente sem precedentes, somos aquele estranho animal cultural cujo impulso biológico para sobrevivência expressa-se através das gerações. São os jovens, que chegam com os olhos capazes de enxergar o óbvio, que devem refazer a cultura letal de seus antecedentes, e que devem refazê-la numa pressa desesperada. (1972:59)

Ele afirma que em diversos países do mundo, os jovens se tornaram a única oposição radical efetiva à cultura estabelecida. Esta cultura, especialmente nos Estados Unidos, seria configurada pela intensa valorização da "tecnocracia", ou seja, do poder absoluto conferido aos especialistas, à técnica, à ciência. Roszak defende que a tecnocracia consiste no ponto máximo de organização e sistematização da sociedade industrial. Nela, todas as áreas da vida social seriam reguladas, inclusive os momentos de lazer, as experiências artísticas, místicas e sexuais que seriam relegadas a momento e/ou lugares específicos (como as férias) e aos indivíduos desajustados (como os loucos). Estariam os jovens, então, revertendo a ditadura tecnocrática em suas biografias, valorizando as experiências ao invés dos planos, o místico ao invés (ou combinado) do científico, o lazer e o descanso ao trabalho, as emoções ao invés da racionalidade. Mais uma vez nas palavras do autor:

> É por esse motivo que a contracultura, que se fundamenta num sentido de comunidade profundamente personalista, e não em valores técnicos e industriais, representa uma crítica mais radical à tecnocracia que qualquer uma das ideologias tradicionais. Se alguém toma como ponto de partida um sentido da pessoa humana que se aventura a profundezas psicanalíticas, talvez chegue rapidamente a um ponto de vista que rejeite muitos dos valores do próprio industrialismo, até aqui incontestes. Logo começa a falar de "padrões de vida" que pretendem mais que alta produtividade, eficiência, pleno emprego e a ética do trabalho-consumo. A pedra de toque do valor social torna-se a qualidade, e não a quantidade. (Roszak, 1972:210-211)

Diferentemente dos jovens hippies e de esquerda americanos da década de 1960, não parece que os jovens cariocas estejam construindo suas trajetórias com objetivos claros de revolucionar o mundo. Não existe um engajamento nem uma proposta coletiva de ruptura com os valores vigentes. Mesmo assim, algumas associações podem ser feitas na medida em que se pode observar uma rejeição geracional em relação a padrões de vida, especialmente profissionais, experimentados por seus pais e avós. Os próprios ideais tecnocráticos são refutados na medida em que os jovens valorizam o "aprender fazendo" em detrimento dos diplomas e graduações. Na medida em que preferem os trabalhos temporários com horários flexíveis ao invés da busca por empregos estáveis e carreiras longas. Valorizando as experiências, os momentos, o presente.

Em todas as entrevistas que realizei com jovens das favelas do Andaraí/Grajaú, ao perguntar sobre como os jovens se viam em dez anos, obtive respostas que falavam do que eles "gostavam". "Eu gosto", "eu amo", "eu acho muito legal", "eu acho muito maneiro" são exemplos das justificativas apresentadas por eles para seus planos e/ou sonhos. Roszak afirma que uma das características da contracultura era justamente a valorização do prazer, daquilo que se faz porque gosta e não apenas por obrigação. Entretanto, o que quero destacar é que ao afirmarem que querem fazer esta ou outra coisa porque gostam, os jovens estão enunciando sua agência, sua individualidade, suas escolhas. Os jovens favelados do Rio de Janeiro não vivenciam as condições que Roszak causariam um prolongamento da "ociosidade e da disponibilidade da infância" (1972:41). Não desfrutam da

segurança econômica, dos altos níveis de consumo e lazer das camadas médias, e que os possibilitaria não se preocuparem tanto com o que há de acontecer com suas vidas. Mesmo assim, também insistem em definir seus planos/sonhos dentro daquilo que dizem gostar e admirar.

Frustram, dessa forma, aqueles que esperam alguma coerência explícita entre o gostar e o "fazer acontecer". Professores, coordenadores de projetos e gestores públicos se esforçam para tentar entender porque os jovens são tão imprevisíveis na construção de suas trajetórias. Naquelas atividades consideradas mais populares entre as juventudes locais, como escolinhas de futebol, de dança, cursos de inglês e de informática, sobram vagas ociosas. Uma vez perguntei a um jovem morador se ele gostava de jogar futebol. Ele me respondeu que gostava demais. Perguntei então por que ele não participava de algum projeto que oferecia aulas de futebol. Ele me respondeu: "eu não preciso entrar para um projeto para jogar futebol. Eu jogo na rua!" Claramente, o jovem não se percebe naquela situação de vulnerabilidade absoluta, precisando ser urgentemente integrado a um grupo que o possa orientar e acompanhar na prática de atividades lícitas, como o futebol.

Dessa forma, os jovens vão construindo suas relações com os "projetos sociais" existentes nas favelas de forma muito variada. Muitos dizem gostar de frequentar as aulas e atividades, mas apenas em alguns casos isso parece despertar ou influenciar planos profissionais em longo prazo. Como já demonstrei, "gostar" não significa que necessariamente participarão ou serão assíduos nas aulas. E dentro dessas variações, imprevisibilidades, a perspectiva de seduzir a juventude a obter formações educacionais tradicionais visando uma inserção formal no mercado de trabalho se torna ainda mais complexa. O que parece claro é que as juventudes faveladas não podem ser compreendidas de forma generalista ou passiva. Qualquer iniciativa que se direcione a elas tentando antecipar suas ações, prever trajetórias contínuas e lógicas, tende a fracassar.

Alguns autores (Ramos, 2011; Sento-Sé & Coelho, 2011) já demonstraram que também em relação ao tráfico de drogas os jovens favelados têm construído cada vez mais vínculos transitórios. Os envolvimentos com a criminalidade ocorreriam, muitas vezes, de formas ocasionais, não constituindo uma "carreira" criminosa propriamente dita. As fronteiras entre o "estar" e o "não estar" no mundo do crime não seriam, para esses jovens, tão definidas como para outros segmentos da sociedade. Pelo contrário, às vezes eles tratariam como brincadeiras e trivialidades cenas que aos olhos de outros consistiriam em casos explícitos de violência e "bandidagem". "Brincadeira, traquinagem, transgressão, crime: estas categorias parecem consistir em um continuum de fronteiras difusas, em que o personagem pode facilmente escorregar de um termo a outro, muitas vezes para sua própria surpresa..." (Sento-Sé & Coelho, 2011: 29).

Sílvia Ramos também fala sobre os motivos de envolvimento com o crime apontados pelos jovens abordados em sua pesquisa:

> Nossas páginas de material bruto reuniram um repertório considerável de registros em que o jovem não precisava de dinheiro ("ele tinha tudo"), não vinha de família desestruturada (tinha casa, mãe, irmãos, estava na escola), não estava deslocado de seu grupo de amigos (pelo contrário, era integrado, querido, enturmado), não estava "ocioso" (além da escola, ele fazia parte de "projetos" na favela). Em muitos casos adolescentes declaram que vão para o tráfico em busca de dinheiro, alternativa profissional, para fugir de famílias violentas, para escapar de pais ou mães alcoolizados e violentos, ou por outros motivos socioeconômicos "clássicos". Mas é importante perceber que em tantos outros casos as trajetórias de vida não correspondem às razões tidas como mais óbvias, e que de alguma maneira esperamos que nossos interlocutores reiterem. (2011:49)

A autora afirma, assim, que as trajetórias dos jovens no tráfico organizado são incertas. O envolvimento contém ao mesmo tempo elementos de repulsa e fascínio. Dessa forma, os vínculos se configuram de forma instável, descontínua, alternando momentos "dentro" e "fora" da criminalidade. Fica claro como, em diversas áreas da vida social, os jovens favelados constroem suas trajetórias individuas de formas peculiares, as quais muitas vezes não se inscrevem naquelas condições de vulnerabilidade atribuídas a eles. Mais que isso, revelam a todo o momento, que assim como os jovens de camadas médias operam escolhas, opções, alternâncias. É assim em relação ao tráfico, em relação ao sistema formal de ensino, em relação aos "projetos sociais". Não se compreendem como massa a ser

passivamente seduzida pelo tráfico, ou pelo Estado, e por isso não respondem às tentativas de sedução de forma previsível. Desenvolvem sim, relações com essas e outras organizações de acordo com seus interesses momentâneas, com os contextos e limitações que vivenciam a cada dia, com as preferências e gostos que elaboram e manipulam. São, assim como os jovens hippies americanos de cinquenta anos atrás, agentes de sua história.

Bibliografia

ALMEIDA, M. I., EUGÊNIO, F. (Orgs.) (2006), *Culturas Jovens*, Rio de Janeiro: Zahar.

_____.; PAIS, J. (Orgs.) (2012), *Criatividade, juventudes e novos horizontes profissionais*, Rio de Janeiro: Zahar.

_____.; TRACY, K (2003), *Noites Nômades*, Rio de Janeiro: Rocco.

BRUNET, D. (2010), "UPP do Andaraí é inaugurada nesta quarta-feira", *O Globo,* Disponível em: www.oglobo.globo.com/rio/upp-do-andarai-inaugurada-nesta-quarta-feira-2974178, [consultado em 15-3-2013].

CANO, I. (Coord.) (2012), *"Os donos do morro": Uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: LAV-UERJ/ Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

CARDOSO, A. (2008), "Transições da Escola para o Trabalho no Brasil: Persistência da Desigualdade e Frustração de Expectativas". *Revista de Ciências Sociais*, 51(3), pp. 569-616.

MACHADO DA SILVA, L. A. (2010), "Afinal, qual é a das UPPs?" *Boletim do Observatório das. Metrópoles*, Disponível em: www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf, [consultado em 15-03-2013].

NOVAES, R. (2006), "Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias". In ALMEIDA, M. I., EUGÊNIO, F. (Orgs.), *Culturas Jovens*, Rio de Janeiro: Zahar, pp. 105-120.

PICCOLO, F. (2010), "Desigualdades sociais, práticas educativas e juventude numa favela carioca". In VELHO, G., DUARTE, L. F. (Orgs.), *Juventude Contemporânea*, Rio de Janeiro: 7 Letras, pp.110-128.

QUIROGA, C.(2002), "O (não-) trabalho: identidade juvenil construída pelo avesso?" *Praia Vermelha*: estudos de política e teoria social, Rio de Janeiro, 7, pp.36- 52.

RAMOS, S. (2011), "Trajetórias no tráfico: jovens e violência armada em favelas cariocas", *Revista Eletrônica Trivium*, Disponível em: http://www.uva.br/trivium/edicoes/edicao-ii-ano-iii/artigos-tematicos/trajetorias-do-trafico-jovens-e-violencia-armada-em-favelas-cariocas.pdf, [consultado em 05-06-2013].

RIO DE JANEIRO (Estado). (2011), "Decreto nº 42.787 de 06 de janeiro de 2011. Dispõe sobre a implantação, estrutura, atuação e funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências", *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro***,** Disponível em: www.solatelie.com/cfap/html32/decreto_42787_06-01-2011.html, [consultado em 15-03-2013].

ROSZAK, T. (1972), *A contracultura*, reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil, Petrópolis: Vozes.

SENTO-SÉ, J. T., COELHO, M. C. (2011), *Sobre Errâncias, Imprecisões e Ambivalências*: notas sobre as trajetórias de jovens cariocas e sua relação com o mundo do crime, Rio de Janeiro: Relatório de pesquisa (inédito).

TRINDADE, R (2008), "PM ocupa Santa Marta com operação 'Choque de Ordem'", *Pauta do Dia*, Disponível em: www.robertatrindade.wordpress.com/2008/11/20/pm-ocupa-santa-marta-com-operacao-choque-de-ordem, [consultado em 15-03-2013].

UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA [site na internet], Disponível em: www.upprj.com, [consultado em 15-03-2013].

"Cuidar em tempos de crises: Modos de vida em mudança em Portugal"

Antónia Pedroso de Lima[1]
antonia.lima@iscte.pt

Resumo: As ciências sociais tendem a utilizar o conceito de cuidado para abordar situações de privação. Porém, na existência relacional quotidiana, cuidado é referido para descrever processos e sentimentos entre pessoas que cuidam umas das outras em várias dimensões da vida social e que não se encontram necessariamente em situações de carência. Nesta comunicação discutirei diferentes dimensões do cuidado a partir de trabalho de campo em Portugal que atravessa uma situação de crise económica e social e onde as pessoas (re)tomam vias informais para lidar com situações de carência. A iniciativa pessoal, imbuída da moralidade do "cuidado" e do bem comum, torna-se central e factor de sustentabilidade tanto a nível económico (provendo a pessoas necessitadas) como emocional (bem-estar). As relações interpessoais e as relações motivadas por sentimentos e ideais de bem geral são portanto centrais para a reprodução do futuro do sistema social mundial de mercado económico global em que vivemos.

Palavras-chave: Cuidado, crise, Portugal,

1. Cuidar em tempos de crise

O conceito de cuidado tem sido utilizado pelas ciências sociais fundamentalmente para abordar o tratamento de situações de privação e problemas de saúde ou necessidade de assistência física (cf. Gilligan 1982; Benda-Beckmann 1988, Tronto 1993, Hochschild 1983 e 2003). No entanto, na nossa existência relacional quotidiana, o cuidado é referido num sentido mais abrangente para descrever processos e sentimentos entre pessoas que cuidam umas das outras, em várias dimensões da vida social e que não se encontram necessariamente em situações de carência. [2]

Cuidado tem, porém, um duplo sentido: por um lado, refere-se a uma prática, ou um conjunto de práticas (tratar do outro) e, por outro, a um valor, ou um conjunto de valores (o afecto daquele que cuida, o amor e a compaixão/empatia da relação com o outro) (Mayeroff 1971), O eclectismo das formas de exercício do cuidar do outro é expresso nas múltiplas expressões, termos e sentidos activados em diferentes contextos para dar assegurar um amplo leque de valores, compromissos, e obrigações que, de alguma maneira, estão envolvidos nas exigências práticas de "tomar conta" daqueles que não são capazes de autonomamente cuidar de si mesmos. Pensar sobre o cuidado implica, portanto, pensar articuladamente acções e disposições morais que são constitutivas do laço social pois as práticas de cuidar são sempre relacionais e baseadas numa motivação de "olhar pelo outro".

---

1 Doutorada em Antropologia pelo ISCTE (2001). Professora no Departamento de Antropologia do ISCTE, onde lecciona desde 1989. Foi Presidente do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA), sendo actualmente membro da Direcção. As suas áreas de especialização são: relações familiares em sociedades contemporâneas, relações sociais em contextos urbanos, elites, empresas familiares, género, sexualidade, cuidado, emoções, migrações e património imaterial. Coordenadora de vários projectos de investigação científica, Antónia Pedroso de Lima tem diversas publicações, em livros e revistas nacionais e internacionais, sobre a família portuguesa em contextos urbanos, tendo como objectos de análise contextos tão diversificados como os bairros populares de Lisboa e as famílias da elite empresarial portuguesa. Actualmente, a sua pesquisa orienta-se para a área do cuidado e das situações de crise e precariedade.

2 Esta comunicação faz parte de um projecto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia FCT PTDC/CS-ANT/117259/2010, IR Antónia Pedroso de Lima

Nesta comunicação irei discutir algumas destas diferentes dimensões do cuidado, focando em particular o caso português e as transformações promovidas por uma conjuntura de crise económica e social que, desde 2010 até à actualidade, tem promovido profundas alterações nas políticas públicas e nos modos de vida da população.
Portugal atravessa actualmente uma situação de crise económica e social - índices crescentes de desemprego, de baixos rendimentos familiares, de população emigrante significativa, de envelhecimento da população - que aumenta a pressão sobre os serviços sociais. Confrontadas com a diminuição da capacidade dos sistemas estatais de cuidado continuarem a providenciar este apoio, as pessoas (re)tomam vias informais para lidar com o problema.
Os processos de cuidado do outro que analisarei neste trabalho, não constituem um campo específico de actividades profissionais de cuidado (*care work*), mas são relações de entreajuda, de atenção e acompanhamento daqueles que se encontram numa qualquer situação de carência e/ou necessidades múltiplas e variadas (sociais, domésticas, económicas, clínicas, sanitárias e outras). Estas tarefas executadas de modo informal no domínio privado para a sobrevivência quotidiana assumem uma tal importância que adquirem uma enorme centralidade no domínio público.
Partindo de uma noção abrangente de cuidado para pensar todas as formas de assegurar qualquer tipo necessidade do outro irei argumentar, a partir da etnografia realizada, o modo como actualmente são as práticas informais de cuidar do outro assumem um papel central na economia nacional, e como estas estratégias são eficazes para sobreviver num contexto de crise. Assim, defendo que o cuidado interpessoal é decisivo para enfrentar situações de crise - económica, social, pessoal ou politica - e, nesse sentido, pode ser pensado como um factor de sustentabilidade.

2. Crise, austeridade e novas formas de vida Portugal.

Portugal, tal como outros países europeus, atravessa no presente uma ampla situação de crise económica e social que, apesar de similaridades com outros contextos, apresenta especificidades quanto ao peso do Estado Providência que, na verdade, só a partir de metade da década de 70 se estruturou realmente (Santos 1993).[3]
A presente conjuntura de crise e medidas de austeridade aplicadas após a intervenção da *Troika* – constituída pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia – em Junho de 2011, provocou alterações radicais na organização do Estado Providência Português que o estão a conduzir ao seu quase desaparecimento. Simultaneamente, também o contexto social e demográfico do país se alterou. Depois de uma década de crescimento económico e melhorias sociais significativas, temos agora um preocupante crescimento dos índices de desemprego (17,8% em Abril 2013, 15,2% em Abril 2012, 12.6% em 2011, 10,8% em 2010, 9,3% em 2009, 7,6% em 2008, desde o inicio das medidas de austeridade subiu cerca de 8%, dos quais 5% desde a entrada da troika nos últimos dois anos)[4], uma significativa redução dos rendimentos familiares, envelhecimento da população, "enorme aumento de impostos"[5], aumento do custo de vida e um crescente sentimento de incerteza e precariedade social e económica. Esta situação aumenta consideravelmente a pressão sobre os serviços sociais, que pelo seu lado também reduziram a sua esfera de acção contributiva, fazendo diminuir inevitavelmente a sua capacidade de continuar a assegurar aquilo que até há bem pouco tempo eram direitos universais dos cidadãos, com consequências negativas muito evidentes na vida quotidiana.
Neste sentido, não podemos pensar a presente crise apenas através de uma análise estritamente económica.

---

3 O retracto comum de Portugal como "welfare society" em oposição a "welfare state" (Santos 1993), significa que os encontros entre cidadão e estado são escassos em termos do apoio dado por este último e que o estado português não foi tanto erodido pela tendência neo-liberal mas pelo facto de os seus mecanismos de providência são subdesenvolvidos; e que os encontros de "apoio" nas comunidades são abundantes, graças à eficácia dos laços morais, redes de parentes e vizinhos que dão apoio económico e formas de cuidado e assistência) e onde as mulheres são actrizes centrais.

4 Dados Instituto Nacional de Estatística.

5 Expressão do próprio Ministro das finanças em declaração publica feita a 10/03/2012.

Tendo promovido um profundo abalo no modelo social Europeu, esta é uma crise social que está a impor uma quebra nos processos de reprodução social que vinham sendo construídos, colocando em questão não apenas os mercados mas também as instituições, alterando significativamente as relações sociais e as formas de viver, afectando assim quase todas as dimensões da vida quotidiana.

Cada vez mais sectores da população portuguesa vêem as suas condições de existência serem precarizadas e asseguradas de forma volátil e temporária. Por duas vezes (em 2012 e em 2014) o Governo aplicou cortes salariais na Função pública, que foram posteriormente aplicados ao sector privado, e promoveu um "brutal" aumento de impostos (IRS e IVA), que se traduziram numa redução muito significativa do rendimento disponível das famílias. Significa isto que, em resultado dessas medidas, de um dia para o outro, a população viu afectadas as suas condições de existência e fragilizadas as suas expectativas em relação à sua vida e ao seu futuro. Presentemente em Portugal, proliferam contextos de privação diferenciados, tributários de carências materiais e imateriais, que se estendem cada vez mais ao vasto sector da classe média, que se conhece como da pobreza invisível. A classe média empobrecida pelas medidas económicas do programa de austeridade, e a pauperização dos grupos sociais mais desfavorecidos, resulta numa conjuntura nacional de perda de bens primários e degradação acelerada dos factores gerais de bem-estar.

A instabilidade laboral e o abalo nas condições de existência/sobrevivência quotidiana e as tentativas para tentar assegurar um ideal de normalidade que parece ter-se perdido, leva-nos a reflectir sobre uma dimensão muitíssimo importante: como se constrói o futuro de um país com base num presente sem expectativas de investimento e crescimento, sem esperança de viver de acordo com os padrões de vida consolidados ao longo de um período de crescimento económico e de prosperidade pessoal. O imaginário colectivo do mundo ocidental constrói-se com base numa ideia de progressão e melhoria qualitativa das condições de vida, dos salários da formação académica e profissional. Da mesma forma, a ideologia subjacente ao desenvolvimento tecnológico e civilizacional assenta nesta ideia de progresso, de construção de melhorias. As gerações actuais estudaram mais do que as dos seus pais que, por sua vez estudaram mais do que os pais deles, e vivem melhor e em melhores condições que as gerações que os precederam. O ideal de construção do Estado Social moderno é o de garantir condições de vida básicas e dignas para todos, de acordo com um paradigma sociopolítico democrático de cidadania e igualdade de direitos e oportunidades. A população vive mais e em melhores condições.

Os últimos anos de crise e austeridade em Portugal puseram em causa este conjunto de valores que se davam por adquiridos, e nos quais se constrói a sociedade moderna que agora colapsa, não enquanto ideia, mas enquanto possibilidade de realização. Para além da alteração das condições materiais de existência, há uma profunda transformação na percepção dessa mesma existência; uma transformaçãoo ontológica do que é ser cidadão.

Com a crise aumentou a percentagem de pessoas incapazes de fazer face aos seus compromissos financeiros e assegurar o seu dia-a-dia. A par dos trabalhadores pobres e dos desempregados de longa duração, há cada vez mais recém-desempregados. Nestes casos recorrer à família, à solidariedade familiar, à partilha de recursos da unidade doméstica, de parentes, amigos ou vizinhos tornou-se uma estratégia recorrente. A promoção de estratégias alternativas, como sejam o apoio dado pelas redes interpessoais ou por organizações não-governamentais de solidariedade social é uma realidade cada vez mais presente. O que temos observado é que para fazer face à actual falência do Estado Providência, as pessoas retomam vias informais para assegurar o seu quotidiano. Neste contexto de crise vivemos um paradoxo: depois de o Estado Providência ter assumido um papel crescente, e o mercado de trabalho ter promovido a independência dos indivíduos face às "obrigações familiares", no momento actual, a responsabilidade passa a estar novamente no lado dos cidadãos. Este "estado de emergência" (para usar o conceito de Agamben 2005) estimula a construção de alternativas ao processo de reprodução social, não só na esfera económica mas também social e moral. As acções públicas de solidariedade social crescem todos os dias, as histórias pessoais de apoio a amigos, vizinhos, familiares ou a simples conhecidos, são ouvidas frequentemente.[6]

---

6 Trabalhos anteriores mostraram com deficiências do suporte fornecido por um Estado fraco e incipiente, são atenuadas por redes de parentes e vizinhos que prestam assistência e cuidados a título pessoal como mostram alguns (Santos 1993, Hochschild 2004) ultrapassando assim situações críticas através de estratégias pessoais informais (Borneman 2001).

3. Novos contextos de precaridade e incerteza e o surgimento de novas formas de cuidado

Estas alterações no mercado de trabalho, na visão do mundo e na vida quotidiana, têm profundas implicações em múltiplas dimensões da existência das pessoas, na sua forma de pensar a vida e consequentemente nas decisões que tomam para construir o futuro. A falta de possibilidades de empregos para os jovens, a total incerteza quanto à sua inserção no mercado laboral, quanto ao seu futuro e estabilidade económica, tem sido indicado como um dos factores que mais condiciona tomadas de decisão, como por exemplo, a saída de casa dos pais, a constituição de famílias conjugais e o planeamento de filhos.

Vejamos alguns exemplos.

> **Raquel** tem 27 anos e é dentista. Acabou a licenciatura e começou a trabalhar em consultórios "low cost" onde ganha por hora de trabalho, recebendo muito pouco comparativamente com os seus colegas com um contrato estável num consultório. Tem um namorado há 5 anos mas continua a viver em casa dos pais porque a instabilidade não lhe garante a "coragem para dar esse passo de independência e autonomia" com medo de alguma coisa correr mal e não conseguir pagar as contas de uma casa a dividir pelos dois
>
> **Pedro** tem 45 anos, é sociólogo e vive em casa dos pais. Vivia com a namorada mas este ano foram viver para casa dos pais desta quando acabou a bolsa de pós doutoramento. Nunca tiveram filhos pois tiveram medo da precariedade da sua situação e hoje em dia acham que tomaram a opção certa pois neste momento estão ambos desempregados.
>
> **Mariana** 40 anos é jornalista. Trabalhou 10 anos num importante jornal diário até ser despedida. Divorciada e com uma filha teve de abandonar a casa onde vivia autónoma desde os 25 anos e voltar para casa dos pais, onde vivia também a avó materna. O pai está desempregado há dois anos (despedido ao fim de 14 anos a trabalhar de empresa de telecomunicações) e a mãe é professora. A avó de Mariana paga com a sua reforma todos os custos com a educação da bisneta Rita, que começou entretanto a ser beneficiar do apoio dos serviços sociais do Ministério da educação (acesso gratuito à cantina escolar).

A incerteza face ao futuro cria novas formas de dependência e solidariedade geracional e intergeracional nesta conjuntura de precariedade prolongada que importa analisar pois promovem alterações profundas na organização das relações familiares e interpessoais. Os pais ajudam os filhos cada vez até mais tarde, veja-se o caso de Mariana e das relações intergeracionais de apoio que se desenvolvem dentro daquele grupo doméstico para o dia-a-dia que se tornou incerto. Mesmo os que já têm formalmente independência de moradia, muitas vezes só sobrevivem graças ao apoio dos pais, sendo este económico directo – em dinheiro – ou indirecto – através da compra de bens, ou pagamento de renda da casa, empréstimo de carro, cuidado dos filhos ou oferta regular de bens de primeira necessidade. Simultaneamente, encontramos cada vez mais situações em que são os mais velhos, os putativos seres em necessidade, que asseguram a sobrevivência das gerações mais novas, pelo dinheiro que amealharam ao longo das suas vidas de trabalho, pelas pensões de reforma que recebem e que, por vezes, são o único rendimento das famílias onde o desemprego se instala. Pensemos de novo no exemplo da avó de Mariana que representa tantos outros casos, até mais extremos que podemos encontrar em Portugal.

Outro aspecto que me parece interessante reter dos exemplos apresentados, é que estas formas de solidariedade não são novas mas representam sim o retomar de velhos sistemas de apoio e entreajuda que foram, nas últimas décadas, substituídos por práticas mais mercantis.

> **Joaquim** tem 57 anos e era soldador de tubos de navios. Desempregado há 2 anos depois de a empresa de construção naval em que trabalhou a vida inteira (desde os 15 anos) ter encerrado. A mulher trabalhava como faxineira e nos últimos anos perdeu a maior parte das casas onde trabalhava (famílias de classe média que, com a drástica redução dos seus rendimentos, deixaram de conseguir suportar essa despesa) e agora trabalha por horas quando consegue algum contacto. Acabado o subsídio de

> desemprego, perdeu qualquer tipo de rendimento fixo. O casal tem 2 filhos mais velhos - Tomás 30 anos também soldador e Carla 28 auxiliar num hospital, ambos casados e com um filho cada um – e uma filha mais nova com 17 anos que teve de abandonar o projecto de ir para a universidade e ir trabalhar como auxiliar de educação numa escola pré-primária. Vivem perto de Lisboa, em Loures, num bairro de autoconstrução, recentemente legalizado. Aí se instalaram quando os pais de Vitória chegaram a Lisboa vindos de uma zona rural do norte do país, há 45 anos, em busca de uma vida melhor. Os filhos vivem num acrescento da casa por eles construído. A casa é na serra e tem um terreno onde cultivam uma horta e criam alguns animais, que desde há dois anos é o que lhes tem assegurado a subsistência. A igreja local tem sido uma importante fonte de apoio para a família fazer face ao seu dia a dia. Dada a crescente falta de recursos financeiros, o casal começou a vender alguns produtos ao Sábado no mercado, o que lhes tem permitido conseguir algum dinheiro. Mais recentemente, Joaquim começou também a vender na rua, sentado no chão numa banca improvisada, numa importante rotunda de Lisboa. De início conseguia fazer entre 10 a 15 euros por dia, pois vinha de bicicleta e não conseguia trazer muitos produtos. Há pouco tempo conseguiu recuperar um carro velho que lhe permite trazer mais quantidade e aumentar assim as vendas 20 a 25 euros por dia.

A iniciativa pessoal, imbuída da moralidade do "cuidado" e do bem comum, torna-se frequente num país onde era praticamente inexistente e multiplica-se em diversas dimensões da vida social. Se estas estratégias informais tornam a vida possível em tempos de crise, é precisamente porque elas se tornam dispositivos de sobrevivência fundamentais nestas situações de incerteza, não apenas para as pessoas que os usam ou deles beneficiam, mas para todo o sistema social, na medida em que eles inibem, até um certo ponto, a escalada da tensão social e do colapso económico individual e colectivo. É neste sentido, que argumento que o cuidado se torna um factor de sustentabilidade, tanto a nível económico (provendo a pessoas necessitadas) como social (assegurando a continuidade do tecido social) e ainda emocional (mantendo algum bem-estar num quotidiano marcado pela incerteza e a precariedade).

> **Tomás** é um jovem universitário aluno do segundo ano do curso de engenharia alimentar, natural do Fundão. Apesar de os pais estarem ambos desempregados, no último ano Tomás perdeu a bolsa de estudos e o apoio dos serviços sociais para estudar e por isso tomaram a dura decisão de retirar o filho da universidade pois não tinham possibilidades de assegurar as despesas com a sua formação. Neste momento Tomás pode continuar a estudar pois vive em casa de Isabel, dividindo com ela as despesas da casa e não pagando aluguer. Deste modo a Isabel tem companhia e ajuda para os recados na rua e tarefas domésticas. "Laços para a vida – *Casa & Companhia*" é um projecto da Camara Municipal e da universidade de Évora e que conta com a colaboração de várias outras instituições: *Banco do tempo*, *o Cantinho do Cuidador*, *Unidade de Cuidados na Comunidade de Évora, do Centro de Saúde e o banco de voluntariado*.

Numa situação de incapacidade de lidar com o presente, as pessoas viram-se para as formas tradicionais de o fazer dando-lhes novas orientações e novos significados dentro de novos arranjos domésticos e sociais. Outra das dimensões novas a ter em conta nestes exemplos é a forma como estas formas tradicionais de entreajuda para organização da vida quotidiana, é a forma como se usam as instituições estatais e não estatais para enquadrar e certificar trocas e relações informais. No caso de Tomás e Isabel, este uso moderno, complexo e institucionalizado é bem diferente das antigas formas de troca directa, surpreendentemente mais usados pelos movimentos alternativos urbanos.

Na verdade estas formas de solidariedade não são novas mas representam sim o retomar de velhos sistemas de apoio e interajuda que foram, nas últimas décadas, substituídos por práticas mais mercantis. Nestes dias de precariedade e incerteza recorre-se às e tradicionais formas de solidariedade e cuidado familiar de um Portugal pré-moderno. No entanto, este aparente retorno a práticas comunitaristas antigas pode colocar alguns problemas ideológicos, pois poderá parecer que estamos a retroceder dos progressos atingidos pelo estado provi-

dencia. Embora não sendo inteiramente novo, este fenómeno não constitui um simples regresso ao passado. A sociedade mudou, as mentalidades evoluíram e por isso as mesmas práticas de cuidado interpessoal não têm o mesmo significado. Através da actual reactivação destas formas de solidariedade intergeracional, estamos de facto a contrariar a perpetuação do projecto individualista que floresceu nas últimas décadas ligado a conceitos de bem-estar individual e realização pessoal tão prominentes em economias mais versáteis. A paisagem moral portuguesa está a atravessar uma série de transformações multidireccionadas e multidimensionais que reflectem uma mudança ética de larga escala de um sistema de direitos de cidadania para um sistema responsabilidade colectiva e participação.

As transformações sociais que decorrem da crise e das medidas de ajustamento tornaram a nossa existência num paradoxo: depois de o Estado Providência ter assumido um papel crescente, e o mercado de trabalho ter promovido a independência dos indivíduos face às "obrigações familiares", no momento actual, as políticas governamentais tentam passar a responsabilidade novamente para o lado dos cidadãos. Este "estado de emergência" (para usar a ideia de Agamben 2005) estimula a construção de alternativas ao processo de reprodução social, não só na esfera económica mas também social e moral. As acções públicas de solidariedade social surgem todos os dias, as histórias pessoais de apoio a amigos, vizinhos, familiares ou a simples conhecidos, são ouvidas frequentemente. Proliferam organismos privados que atuam em múltiplas dimensões da vida quotidiana e procuram resolver várias "partes" das nossas vidas (bens básicos e outros).

4. O cuidado: disposição motivacional para exprimir ideologias morais do bem e do justo.

Como refere um dos nossos interlocutores, "cuidar é mostrar que as práticas comuns do quotidiano podem ser mecanismos fundamentais de ajuda e ao mesmo tempo de auto-satisfação". As tarefas familiares simples, como cuidar dos netos ou ir busca-los à escola, cozinhar ou realizar as tarefas domésticas menores (pequenos arranjos de costura, pinturas, etc.), receber os filhos em casa, ou ajudá-los a manter a sua autonomia em momentos de dificuldade são formas de cuidado fundamentais para a garantia da viabilidade do quotidiano de alguns dos nossos interlocutores. Os gestos simples reinterpretam-se nas experiências de vida em situações de precaridade tornando-se elementos centrais à sustentabilidade social.

É, portanto, frequentemente através da metáfora do "cuidado" que são expressas preocupações morais acerca de uma existência ideal num mundo com desigualdades profundas e pessoas necessitadas. De acordo com Slote (2007) a ética do cuidado oferecenos uma visão compreensiva da moralidade.

Este sentido de significado moral do cuidado altruísta pode ser pensado através de outro caso que estamos a analisar: os movimentos de voluntariado que têm surgido em Portugal.

Tomando como exemplo o Banco Alimentar podemos ver como a colaboração das pessoas como voluntárias na ONG (tanto a nível quotidiano como nas grandes acções que se fazem a nível nacional) tem vindo a crescer significativamente neste período em que simultaneamente os pedidos de ajuda de associações várias tem vindo a aumentar. O sentimento generalizado de precariedade, carência e necessidade que muitas pessoas estão passando é a motivação mais frequentemente avançada para justificar a participação como voluntário na instituição. Uma motivação moral de compaixão pelo outro.

Voluntariado e altruísmo são considerados muitas vezes parte integrante de um mesmo movimento. Porém, quem faz um algum tipo de voluntariado, e portanto dá gratuitamente parte do seu tempo para cuidar, para agir em prol dos outros, tem um retorno, uma recompensa, que não é monetária, mas é moral. Por outras palavras, há uma consequência para o sujeito que não é exclusivamente ou unicamente dedicada ao outro: eu faço o bem e sinto-me bem. Eu acho que me tornei uma melhor pessoa e a quem estou ajudando mais é a mim mesma. Eu dou comida ao banco alimentar, eu dou sopa aos pobres mas GANHO auto-estima, sensação de dever cumprido. Pensar que esta ideia do amor ao outro não é generosidade pura torna a questão mais complexa e interessante. Todo o voluntariado apresenta características muito semelhantes com alguns dos ideais religiosos, e isso em Portugal é um aspecto que não pode ser descurado. Esse processo, tem uma faceta de generosidade, de compreensão pelos problemas e dificuldades alheias mas tem a tal recompensa moral para o sujeito que, de certo modo, se penitencia, se salva a si próprio.

Estas transformações terão consequências. Neste clima de incerteza e precariedade, os jovens casais dificilmente optam por ter filhos. A baixa de natalidade é um assustador indicador do que pode acontecer. Uma sociedade de casais sem filhos? Só com um filho? Deixaremos de ter tios, primos e sobrinhos? Voltaremos aos padrões de residência que conciliavam diversas unidades conjugais de diferentes gerações na mesma unidade doméstica?

Creio que estamos de facto perante mais do que uma crise económica e social, e que podemos mesmo falar numa crise civilizacional. Nas palavras de Agamben (1998) estaríamos a retroceder da vida boa (good life) para a vida despojada (bare life).

Concluindo

O trabalho emocionalmente empenhado de cuidar, por mais que pareça pouco importante e pouco interessante do ponto de vista económico ou intelectual, vai tornar-se uma questão central neste novo momento histórico em que o contracto social se alterou. E a insistência dos FMI e do BCE em impor politica exclusivamente economicistas que ignora este não vão constituir uma solução estável para o problema.

A eficácia destas redes sociais de apoio é justamente um dos argumentos usados para descrever as sociedades do sul da Europa como "sociedade providência" de base familista por oposição à Europa do Norte, repleta de exemplos do Estado Providência. Porém, desvendar estas práticas alternativas que agora recrudescem, pode constituir o risco de dar bases ao argumento ideológico e moralizador dos defensores de um neoliberalismo feroz, que estão na base de muitas das decisões politicas que se estão construindo sob a justificação da crise. A perigosa ideia de que os cuidados prestados pelo Estado não são um direito, mas um favor feito aos cidadãos durante um tempo, pois ele seria um dever da família: de acordo com o actual ministro da solidariedade social (do partido de direita democrata cristão) as tradicionais estruturas familiares, que se transformaram no processo de modernização, deveriam retomar a importância que perderam. A discussão é assim alterada de um argumento de direitos de cidadania para uma dimensão moral ideológica e política.

Evitando uma visão harmoniosa dos sistemas sociais de cuidado, esta comunicação procurou chamar a atenção da análise da actual conjuntura económica e social para o modo como as práticas informais suportam a economia nacional, como as pessoas se integram em sistemas formais e informais de cuidado e como estas estratégias são eficazes para sobreviver a um sistema em falência. Defendo que o cuidado interpessoal é decisivo para enfrentar situações de crise (económica, pessoal ou politica) e, nesse sentido é um factor de sustentabilidade.

Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio (1998), Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life. Stanford: Stanford University Press.

AGAMBEN, Giorgio (2005), *State of Exception*. Chicago: The University of Chicago Press.

BENDA-BECKMANN, F. Von et al. (1988), *Between kinship and the state: social security and law in developing countries.* Dordrecht: Foris.

BORNEMAN, John (1997), "Caring and being cared for: displacing marriage, kinship, gender and sexuality" In International Social Science Journal, 49 (154), pp 573-584.

FOLBRE, Nancy & Julie Nelson (2000), "For love or money, or both?" Journal of Economic Perspectives, 14 (4), pp 123-140.

GILLIGAN, Carol (1982), *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*. Cambridge: Harvard University Press.

HOCHSCHILD, Arlie Russell (1983), The Managed Heart: The Commercialization of Human Feeling. Berkeley: The University of California Press.

MAYEROFF, Milton (1971), *On Caring.* New York: Perennial Library, Harper and Row.

SANTOS, Boaventura Sousa (1993), "O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semi-periferia: o caso português", in B. S. Santos, ed, Portugal: Um Retrato Singular. Porto: Afrontamento, pp 15-59.

SLOTE, Michael (2007), The Ethics of Care and Empathy. London, Routledge ,

TRONTO,

Solidariedade, Voluntariado e Cuidado: motivações, práticas e impacto social das Economias Morais num contexto de crise

Fernanda Maria Rivas Oliveira[1]
rivas.fernanda@gmail.com

Resumo: Vivem-se presentemente em Portugal situações de ampla carência social e económica, decorrentes do impacto das recentes medidas de austeridade. Este texto analisará a emergência de práticas que, atuando na esfera pública, constituem processos resilientes de superação dos efeitos destrutivos da crise e das situações de exceção (Agamben, 2004), e emergência social do âmbito da Economia Moral.
Surgem assim inovadores mercados de troca, de solidariedade e cuidado, que procuram encontrar resposta a necessidades básicas das pessoas em carência. A economia solidária renova o seu vigor, procurando alternativas à ineficiente resposta do Estado Social (em falência), sob a égide da «sociedade do bem estar» (Santos, 1993). De forma a compreender como estes processos se constituem nas práticas quotidianas, através das quais os indivíduos fazem face a situações de dificuldade, acompanho projetos solidários em Évora, Lisboa e Setúbal, que estão orientados para oferecer bens básicos e de proximidade (Laville, 2010). Esses arranjos são estratégias que cristalizam ordens morais subjetivas, e que procuram contrariar esses períodos de suspensão da vida "normal", processos esses que são psicológica, física e emocionalmente desestruturantes.

Palavras-chave: Cuidado, crise, Economia moral, solidariedade, informalidade.

"Andava com um pressentimento que o Sr José estaria triste, e por isso decidi ir lá hoje com uma lembrança de Páscoa. Acertei estava triste porque não tem tido visitas e hoje foi o funeral dum idoso que se sentava ao seu lado. (Lar de Monte Trigo).
Por isso, calhou bem, levei-lhe alegria.
Jogámos dominó e perdi!! Quero a desforra!
Fez ginástica para demonstrar que está em forma!
E está já combinado um almoço no Bairro da Espadas para o dia 11 de Julho (sexta feira) 98º aniversário!" [2]
Esta é a transcrição de um testemunho colocado numa rede social, acompanhado de uma fotografia de um idoso num lar, o Sr. José, e de um voluntário visitante. A publicação capta a ação de um voluntário no âmbito do programa de voluntariado da Fundação Eugénio de Almeida (FEA), Évora. Este programa, o *Banco de Voluntariado* da FEA, oferece uma bolsa de ajuda comunitária que serve aquela região, através da oferta de tempo e de serviços por parte dos voluntários. Em Portugal, o voluntariado tem contemporânea e globalmente um peso inegável nas dinâmicas de entreajuda social, proliferando projetos como as bolsas de *voluntariado de proximidade*[3], surgindo justamente de uma dessas bolsas, o testemunho acima citado. Naquele caso, tratou-se de uma visita efetuada por um voluntário a um lar de idosos, sendo o objetivo da visita oferecer um pouco de companhia e atenção dedicada. O encontro terá sido certamente muito valorizado pelo Sr. José, pois tratou-se de um momento especial, que quebrou a monotonia dos seus dias. Este tipo de práticas de cuidado podem ser

---

1 Sou licenciada em Antropologia pelo ISCTE-IUL e Mestre pela mesma instituição. Atualmente sou doutoranda em Antropologia também no ISCTE-IUL. Colaborei com o CRIA- Centro em Rede de Investigação em Antropologia, num projeto financiado pela FCT- Fundação para a Ciência e Tecnologia, projeto esse que analisa áreas do meu interesse científico. São essas, o cuidado, a solidariedade e os modelos assistencialistas hegemónicos e contra hegemónicos.
Nota: Este texto faz parte de um projeto de investigação financiado pela FCT- Fundação para a Ciência e a Teconologia, FCT PTDC/CS-ANT/117259/2010, IR Antónia Pedroso de Lima

2 A citação pode ser encontrada no seguinte url: https://www.facebook.com/photo.php?fbid=612631155480267&set=o.103416683097257&type=1&theater

3 Designação de um dos projetos de voluntariado da Fundação Eugénio de Almeida. Este é um projeto de grande dimensão e reúne um número muito elevado de voluntários e atividades.

vistas à luz da prestação solidária de serviços de proximidade, que as associações voluntárias organizam e gerem por vezes inclusivamente em rede inter institucional «with local people participating in parternships with ecological associations, local groups and companies» (Laville, 2010: 15).
Decido designar essas práticas de serviços de proximidade, pois operacionalmente aproximam-se das dinâmicas de trocas entre vizinhos, próprias do imaginário nacional tradicionalista. A definição de "serviços de proximidade" é importada de alguns teóricos da economia social e solidária como Laville (2010), que defende que estes serviços não devem ser confundidos com vizinhança geográfica, sendo que essa proximidade «is defined by the fact of being felt, experienced and internalized by the actors» (Laville, 2010:17). Assim, também nos processos que à frente descrevo, essa proximidade pode ser mais ou menos efetiva, mais ou menos local. Defendo que apesar da lógica de vizinhança inerente, tratam-se de práticas de proximidade, precisamente porque assentam num conjunto de representações partilhadas, congregadas em torno de convicções comuns, que atribuem um elevado valor a noções como solidariedade, moralidade e justiça, mas principalmente na crença duma necessária e urgente mudança social para racionais de partilha e de reciprocidade no âmbito da comunidade. A microlocalidade é por isso um fator intrínseco aos processos, independentemente da distância espacial que separa os agentes.
Esses serviços de proximidade oferecem atenção dedicada, cuidado, que se traduzem em práticas, preocupações afetiva e efetiva pelo bem estar de outrem, e consequente melhoria pontual ou prolongada das condições de vida material ou imaterial daquele. O cuidado pode ser assim conceptualizado «de várias formas - como um dever, uma responsabilidade, como uma tarefa profissional ou como um exercício de amor» (MacKenie e Kohn, 1999:1). O termo é lato e os sujeitos são múltiplos (receptores e dadores). Por outro lado, as práticas de cuidado estão indexadas às diferentes dimensões de que se constitui a vida humana, e afetam distintamente os domínios privados e públicos, ou familista/social. Noutras palavras atuam em áreas tão diversas quanto a assistência clínica e de saúde, a proteção social ou económica, e outras como a própria vida espiritual (emocional, afetiva, etc.).
Por outro lado, nas Ciências Sociais e particularmente na Antropologia, reconhece-se a difícil divisibilidade dos domínios do privado e do público, existindo todo um legado de pensamento feminista nas últimas décadas do Séc. XX, que debate criticamente o enclausuramento das acções humanas em diferentes e distintos domínios da vida. Não pode empiricamente sustentar-se essa divisão, de modo que, por exemplo, o económico não diz só respeito à racionalidade instrumental em prol da acumulação de riqueza, tal como a divisão do trabalho que adscreve a mulher a tarefas "do cuidado da casa", não responde única e exclusivamente a normas culturais de organização social e de gênero. São os pensadores da Antropologia feminista que colocaram em causa a existência de trocas puramente económicas, e relações exclusivamente espirituais (íntimas, familiares, ou afetivas). O cuidado enquanto substantivo - que coloca em relação dois ou mais sujeitos - não pode por isso ser pensado sob uma única perspetiva, ou ser adscrito a um de dois polos opostos, o materialista (de proteção e socorro socioeconómico, clínico, etc.) ou pelo contrário, o espiritual ou afetivo.
Este texto assenta no pressuposto da inseparabilidade do mundo dos afetos e da economia, falsa dicotomia tão bem explorada por autores contemporâneos da economia feministas, como é o caso de Folbre e Julie Nelson (2000), entre outros. Assim, por um lado, far-se-á aqui uma descrição reflexiva desses serviços de proximidade, que tal como no caso do voluntário que visitou o Sr. José para lhe oferecer companhia, colocam em diálogo necessidades económicas e afetivas, e assentam em significados coletivos de bem e justiça social. Estes serviços podem ser pensados à luz das novas economias morais atuantes no domínio público, e que procuram através de inovadores mecanismos sociais, tornar mais sustentável a vida dos indivíduos envolvidos na troca. Numa conjuntura de crise multidimensional, é fundamental investigar «how do people manage to get the material resources of life» (Narotzky, 2012:630), de modo a compreender de forma mais esclarecida as *economias* de que se vai fazendo a vida.
Considerando o exposto, este texto inspira-se na minha tese de Mestrado[4] e incorpora algumas recolhas etnográficas que realizei já no âmbito do doutoramento. A minha tese de mestrado esteve orientada para acompa-

4 Título da tese: Solidariedade, dádiva e mercados privados numa Comunidade Eborense: Sustentabilidade e processos constitutivos dos Agentes de Cuidado

nhar algumas práticas de cuidado, tendo tido como terreno e interlocutores principais um grupo de cuidadores informais eborenses, e que assim se definiam, que frequentemente se reuniam numa associação denominada o *Cantinho do Cuidador,* doravante CC. Acompanhei simultaneamente no decorrer do trabalho de campo, alguns programas comunitários e de voluntariado, que promovem, gerem e oferecem uma gama muito variada de serviços de proximidade. Esse também é o caso do trabalho que tenho vindo a realizar no âmbito do doutoramento.

O meu exercício académico alinha-se com a Antropologia pública ou Etnografia Colaborativa[5], que afirma a responsabilidade dos académicos, que sendo concomitantemente cidadãos devem «meaningfully contribute to communities beyond the academy—both local and global—that make the study of anthropology possible» (Lassiter, 2005: 84)[6]. Deste modo, o atual momento de crise muito contribuiu para a minha decisão de dar seguimento à analise dos processos que fazem parte de uma economia humana renovada, com subjetivas reconfigurações das noções de dádiva e de solidariedade.

Este texto procura oferecer uma descrição dos processos que acompanho e que antes referi, dado que é através do levantamento dos percursos e dos trajetos quotidianos de necessidades, que o conhecimento sobre as formas de superar o atual momento de crise se torna substantivo. Assim, o texto organiza-se em quatro partes que simplificam o objetivo acima referido. Em primeiro lugar, farei uma passagem pelos fatores que convivem na atual experiência de crise vivida pelos meus interlocutores, e de um modo geral, por uma massa populacional muitíssimo significativa (ponto 1). Em segundo lugar farei uma análise crítica dos principais postulados que advogam a importância desses mercados (de cuidado) do ponto de vista de uma economia humanizada, defendendo esses enunciados a existência de uma dimensão económica em concomitância com a dimensão afetiva e moral dos processos de entreajuda solidária (ponto 2). A seguir, farei nota de alguns terrenos etnográficos onde os mercados de cuidado se ativam, do campo onde realizei/realizo a minha pesquisa, procurando mostrar como surgem respostas resilientes, que procuram resolver alguns dos problemas emergentes nas comunidades (ponto 3). Por último, oferece-se umas notas finais e um resumo a modo de conclusão (ponto 4).

1. Experiência nacional de crise. Fatores locais e globais.

Em Portugal tem vindo a verificar-se nos últimos anos um aumento assustadoramente progressivo de dificuldades, de base fundamentalmente socioeconómica, sendo as problemáticas que delas decorrem, correntes nos quotidianos de todos nós. Este fato é gerador de desalento coletivo, preocupação e ansiedade social, não só no que diz respeito ao futuro próximo, mas também porque decrescem de forma galopante, as possibilidades que as pessoas têm de fazer face às suas necessidades materiais (e muito mais as imateriais). Alguns fatores convivem na atual experiência de crise multiforme, sendo esses fatores decisivos para a compreensão dos mecanismos de cooperação local (e global), que procuram dar resposta às novas problemáticas questões sociais, e que muito evocam os estados de excepção (Agamben, 2004).

Em primeiro lugar é necessário referir o enfraquecimento acentuado do Estado Providência de origem novecentista, que nas décadas da sua consolidação teve um espectro de ação alargado, que era a sociedade como um todo, procurando garantir justiça e equidade geral, e resolvendo os problemas genéricos resultantes de falta de trabalho assalariado daquele período[7]. No Estado Providência os «deveres da sociedade em relação a cada um dos indivíduos, e as formas de solidariedade adoptadas são ditadas por considerações de justiça, e pela intenção de implementar uma redistribuirão de riqueza» (Pereira, 2012:51). Hoje, o estado geral da vida

5 Definição de Luke Lassiter (2005), existindo outras classificações directamente relacionadas com a ideia de engajamento da Antropologia com causas públicas e de impacto social.

6 Citação de Lassiter a Robert Borofsky (2002).

7 A *assistência social tradicional* teve um carácter supletivo, de socorro aos sectores nicho de pobreza. O *Estado higienista* promoveu uma *higienização* da sociedade, fortemente impulsionadas pelo paradigma hegemónico da medicalização e cientificidade afecta aos eventos e comportamentos sociais desviantes. A saúde pública tornou-se uma questão social no período da II república.

em Portugal está muito afastada desse modelo, deixando o Estado de ser o principal (ou único) instrumento de redistribuirão de bens e serviços tal como o modelo previa na sua criação.

Por outro lado, o abrandamento da economia na sequência da crise financeira de 2007, gerou o declínio nos principais setores produtivos em Portugal, com impacto direto no emprego (Caleiras, 2011), ou melhor será dizer, no desemprego. Em consequência do resgate financeiro da UE, que teria como objetivo evitar o colapso sistémico financeiro, Portugal é alvo de uma serie de medidas de austeridade, que visavam, diz-se, a estabilização da economia a médio e longo prazo. Essas medidas aumentaram por um lado a carga fiscal das empresas, que enfrentavam já por si enormes dificuldades de sobrevivência. Assim, o desemprego passa a ser uma das consequências diretas das contraprestações exigidas pela TROIKA em 2011. Nas últimas duas décadas em Portugal, a flexibilização do mercado de trabalho (regimes de *outsorcing* e outros) - «comandada pela lógica financeira da rendibilidade a curto prazo (…) ao serviço da competitividade das empresas» (Ibidem) - conduzia a passos largos para uma precariedade dos regimes salariais, e à pauperização das famílias que deles dependiam.

O desemprego passa ser uma ameaça perturbadora da normalidade dos quotidianos, uma espécie de suspensão da "vida normal", e quando se verifica é um fator totalmente desestruturante da existência, podendo até cristalizar uma forma liminar de vida social. Durkheim (2008) defende que é em momentos de crises económicas - quando os homens são deslocados do seu lugar da escala de bem estar e colocados numa posição inferior - que surgem os problemas. Assim, o desemprego pode ser pensado simbolicamente como um aspeto «noturno» da vida sociocultural (Cabral, 2000), sendo esses aspetos definidos pelo autor como «as pessoas, coisas, processos e significados (…) que correspondem aos que são reprimidos e não encontram uma forma óbvia de expressão» (Ibidem). De outra forma, aqueles que se encontram nessa zona nebulosa são relegados para uma espécie de periferia social, onde se vislumbra uma forte marginalização e exclusão cultural. As consequências diretas do desemprego são em primeiro lugar de ordem material, mas são também são simbólicas, revestindo-se a condição de *desempregado* de uma profunda carga marginalizante e perturbadora das trajetos do dia a dia. Esse estado de anomia durkheiminiana é reforçado por algumas contradições estruturantes que resultam da hegemónica ordem sistêmica. Essas contradições e a falta de justiça social, traduzem-se em revolta e em subjetivas considerações sobre a situação de secundarização social em que os sujeitos se encontram. Abaixo alguns testemunhos de alguns utentes de organizações de distribuição de alimentos gratuitos e de cantinas sociais, que ilustram o que até agora foi dito.

Testemunho 1

A gente somos novos para a reforma, mas também somos velhos para arranjar trabalho" (Mulher de 48 a propósito do marido desempregado).

Testemunho 2

Perguntaram-me se eu estava interessado em trabalhar. Eu interessado em trabalhar estou, só que fizeram-me um contrato de 4 meses e 19 dias e ao fim de 4 meses e 19 dias.. rua". (Este homem foi manobrador de máquinas industriais, tendo trabalhado até 2006 no Metro de Lisboa e em noutras obras públicas maiores, exercendo essa função. Hoje, não consegue trabalhar naquela que é a sua "profissão" pois não tem "a carta profissional"). E acrescenta: "*ninguém me emprega se eu não tiver um certificado a dizer que eu sou manobrador.. As leis que são aplicadas hoje em dia!!… ao que era há uns anos atrás, não se entende. A única forma de eu ter um certificado de manobrador era eu pagar 350 euros a uma empresa privada. Não tenho emprego porque não tenho papel, não tenho papel porque não tenho dinheiro. E agora?* (Homem de 40 anos, desempregado, 3 filhos)

Testemunho 3

Eu sempre trabalhei nisto, eu tirei o curso de eletrônica. (…) *A empresa foi para Angola.* (…) *Era a Siemens. Era uma subsidiária da Siemens. Desde os 19 anos que trabalhei lá.* (…) *A Siemens existe* [em Portugal], *mas está muito mal, está por fios. Está mesmo mal. Eles tentaram pôr as pessoas noutros sítios, mas o nível de trabalho que eles têm cá agora, não justifica. Foram p'rá Angola, montaram lá a empresa, mão de obra mais barata possivelmente… Foi quando isto começou a dar o berro. Já lá vai um ano e meio, já vai para dois quase…* (Paulo[8], 44 anos desempregado).

8 Nome real por decisão do próprio.

Testemunho 4

Aquela ideia convencional que o emprego é pá'vida, é verdade, eu tinha!! [a ideia]. *É certa ou errada, de forma fundamentada ou não, eu tinha, e achava que 13 anos de efetividade me dava uma segurança e que a partir de aí era velocidade de cruzeiro*. Sobre o momento do despedimento da Sandra[9]: *Nesse momento senti literalmente o chão a fugir. Pensei.. o meu marido foi operado à coluna há pouco tempo, está de baixa, tem 5 hérnias, tenho um filho de 2 anos, tenho 40 anos, não acabei a minha licenciatura, o que é que vai ser de mim? Pensei que ia desabar o mundo, e eu confesso que estive um mês e meio, meio em estado de hipnose.* (Sandra, 43 anos, 1 filho. Fazia parte dos quadros médios de uma empresa de telecomunicações em Lisboa, e ganhava aproximadamente 1400 euros por mês, mais um prémio anual de 3000 a 4000 euros).

Testemunho 5

A*gora estou-me a preparar para ver se largo o rendimento mínimo. Quero ver se vou dar explicações. Agora só estou à espera do que o veredicto médico me diga.* Perguntei porque motivo quer "largar" o rendimento mínimo. *Eu já 'tou farto de entrevistas com assistentes sociais, não é?.. tenho que engolir muitos sapos vivos!* (…) *elas também são funcionárias, repare.. isto é uma bola de neve, começa no governo e depois vai-se alastrando. Elas também são vítimas.. são funcionárias do estado.. é uma bola de neve. Por exemplo, comigo… Eu morava aqui em Lisboa e fui chamado.. diz que foi para me conhecer, os meus problemas de saúde e tal. Não foi para me conhecer nada, foi apenas para tentar descobrir falhas minhas porque eu estava a receber o rendimento mínimo. No fundo é uma polícia administrativa. De assistentes sociais não têm nada. Eu não quero ser maior que ninguém, mas quer dizer.. fazem as pessoas de estúpidas.. de muito estúpidas. Depois têm sempre solução para a nossa vida. Têm sempre soluções e eu 'tou farto delas.* Continua contando sobre os seus planos futuros. *Quanto às explicações*, *tenho que ver.. tudo indica que 'tou com o cancro.. se for isso, vou renovar o rendimento mínimo. Mas só se o médico me der incapacidade temporária, porque aí elas não podem mexer comigo. Porque eles agora fazem uma coisa, quer dizer.. Não sei se a senhora reparou que as estatísticas do desemprego são cada vez menores. Então o que é que eles fazem.. No rendimento mínimo e no desemprego, põem as pessoas a trabalhar para o Estado, fazer formações.. etc.. 'pá esconder os números! E então o que é que ela quer comigo? Quer que eu vá dar apoio escolar numa instituição da câmara municipal da Amadora que é a Escola Intercultural* (…) *Mas eles cobram dos alunos, que eu estive lá há dias, sem me identificar e tal, pagam 8 euros os miúdos! Agora.. eu não vou, não vou de maneira nenhuma!.. eu tenho dificuldades, mas não.. a escravatura do século XXI não é comigo, não.. prefiro passar fome, ir para o olho da rua, mas trabalhar assim de graça não vou trabalhar* (Mário, 60 anos, desempregado, professor de matemática aplicada, gravemente doente).

Os testemunhos acima fazem parte do material que venho recolhendo no âmbito do meu doutoramento. Uma das vertentes etnográficas do meu trabalho de terreno, diz respeito aos utentes/beneficiários de algumas organizações de apoio alimentar. Estas são Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), no caso da C.A.S.A.- Centro de Apoio aos Sem Abrigo, a Refood, e algumas cantinas sociais da Assistência Médica Internacional (AMI), entre outras. As pequenas transcrições que se fazem acima são parte de um lote muito avantajado de testemunhos que venho reunindo, de pessoas que utilizam este tipo de apoio, pois não têm condições de subsistência autónoma. Servem as citações para ilustrar como as situações de desemprego e/ou precariedade profissional, resultam em estados psicológicos de liminaridade atordoante. Esses estados perturbadores da normalidade quotidiana, familiar e social, são agravados pelo discurso hegemónico, que de modo sinistro e encapotado, devolve a responsabilidade do desemprego aos próprios desempregados, através de uma retórica de inspiração neoliberal, de fomento ao empreendedorismo e inovação pessoal no campo profissional. E é assim que se esvazia de sentido o capital social que é aquilo que o trabalho é. Este esvaziamento faz-se através de mecanismos estratégicos - em linha com o "modelo de crise" que vivemos -, que de forma até humilhante, destituem a força simbólica e moral da capacidade individual para realizar atividades profissionais, no âmbito de uma relação contratual social eticamente regulada.

Em suma, verifica-se em Portugal uma redução generalizada do dinheiro disponível nos orçamentos familiares, sendo o desemprego por um lado, e o feroz regime de austeridade fiscal e assistencial por outro, os principais

9 Nome real por decisão do próprio.

causadores desse fato. Na prática, as pessoas deixam de ser capazes de assegurar grande parte das práticas de consumo, e nalguns casos deixam de poder adquirir os bens básicos de habitação e subsistência. Esta redução das condições gerais de vida contagia-se em grande parte dos casos à rede familiar, desestruturando não só o indivíduo, mas enfraquecendo de modo gritante toda a estrutura que foi outrora de apoio e suporte, a família. Este cenário afeta de forma drástica as camadas populacionais mais empobrecidas do país.

Retomando os fatores que colaboram na atual experiência de crise em Portugal, verifica-se ainda um acentuado envelhecimento da população, estando também os idosos agora muito mais fragilizados pela redução e, nalguns casos, perda total dos serviços sociais. A reduzida capacidade dos serviços de socorro - já de si com incipientes medidas de resposta em consequência do referido plano de ajustamento -, torna evidente a diminuição acelerada de capacidade assistencial do Estado. A estes dados acrescem índices de imigração galopante de massa crítica jovem, que reforça a imagética colectiva nacional (contagiada pelos e para os países vizinhos) de insegurança no futuro, e na própria reprodução social e cultural da nação.

Todos os fatores antes referidos favorecem uma crescente descrença coletiva no sistema político vigente, dada a sua subordinação ao domínio económico e às possibilidades de corrupção do sistema, devidas ao próprio modelo capitalista vigente. Deste modo, no transcurso da experiência de crise em Portugal vivida pelos meus interlocutores (e por todos nós), surgem inúmeros eventos de «insatisfação social com o político, independentemente da cor dos partidos que ocupam os órgãos de decisão» (Della Porta, 2003:32). Por outro lado, é o próprio pilar de sustentabilidade dos regimes políticos modernos no Ocidente que está em discussão, ou noutras palavras, é a própria democracia social - enquanto modelo que deve fazer corresponder as decisões políticas aos desejos/necessidades dos cidadãos - que se encontra em situação periclitante. Dado que o poder democrático deve ser feito «pelo povo, é do povo e é para o povo» (Ibidem, 50), o papel do sistema político democrático deve garantir a continuidade dos benefícios que definiram esses sistemas (democráticos), assentes na atribuição popular de poder político aos seus representantes. Contudo, cada vez mais os modelos representativos estão sob forte crítica, surgindo novas narrativas de feroz descrença na capacidade de governança dos estados norteados por esses regimes. Assistimos inclusivamente muito recentemente ao florescimento da ideia de uma espécie de "liga dos fracos do sul", ideia essa que resulta de uma narrativa performática e enganadora, oriunda do discurso hegemónico do norte da Europa. É sabido que também nos países do norte, a classe trabalhadora se encontra numa situação de franca degradação, prevendo-se a rotura dos fundamentos centrais do contrato social, que até agora ali parecia estável e fortemente consolidado.

A exploração destas narrativas de descrença, oposição e repúdio, estendem-se além fronteiras, como já disse, sendo evidentes as tensões globais no que diz respeito às competências de governabilidade, e mais do que isso, ao futuro dos regimes políticos tal como eles são hoje experienciados por uma massa significativa da sociedade, como também já referi. Deste modo, as apologias a sistemas verdadeiramente mais igualitários sucedem-se, surgindo por parte de alguns sectores políticos e ideológicos da sociedade, dúvidas e críticas sobre a validade e sustentabilidade dos sistemas económicos liberal-capitalistas. O futuro fica cada vez mais difícil de adivinhar, quer no que diz respeito ao paradigma sociopolítico (Fukuyama, 2012), quer no que diz respeito aos mecanismos que venham a ser instaurados para superar o fracasso da governança global (Wahl, 2010).

Vivemos um momento histórico decisivo de demérito político local e global, sendo que o conjunto destes factores são muito relevantes na atual conjuntura psicológica de crise e sofrimento social, resultado, em Portugal, de uma situação de precariedade prolongada ou de uma situação de súbita perda de condições de manutenção de uma vida digna.

2. Economia moral e cuidado: recentramento do paradigma económico hegemónico para um modelo humanizado

As práticas de cuidado informal podem então ser avaliadas à luz de um modelo social de tipo «pré-moderno» (Santos, 1999), e que resolvia dentro da própria sociedade as necessidades emergentes. Sousa Santos refere-se ao Welfare Society da seguinte forma:

> The network of relationships of interknowledge, mutual recognition, and mutual help based on kinship and community ties, through which small social groups exchange goods and services on a nonmarket basis and a logic of reciprocity (Ibidem,16).

Os mecanismos de cuidado informal que venho acompanhando, inserem-se justamente nessa lógica de "rede de relações de conhecimento" e "ajuda mútua" veiculadas por laços comunitários e de parentesco. Os sujeitos fazem parte de pequenos grupos sociais, que trocam bens e serviços numa lógica de não mercado, tal como refere Santos. Essas práticas não são remuneradas ou profissionalizadas, e podem descreve-se como as relações de afecto, atenção, participação e acompanhamento, daqueles que se encontram em situação de carência económica, social, ou afetiva. Os serviços oferecidos nesse âmbito estão orientados para a resolução de necessidades práticas, e realizam-se de modo informal pois não são directamente tributários de organizações estatais e/ou de outros agentes formais. Constituem-se por isso no âmbito privado, mas os seus agentes (emissores e receptores) podem constituir um colectivo de beneficiários e voluntários, que passam assim a fazer parte do domínio público. O cuidado informal é um elemento que procura assegurar níveis mínimos de bem estar e sustentabilidade económica dos indivíduos em situação de necessidade, as suas práticas cristalizam ideários de bem, e assentam em regimes culturais e subjetivos de moralidade e justiça.

Estes arranjos contemporâneos têm vindo a ser alternativas à assistência providencial do Estado, e visam, na medida da sua abrangência, superar os efeitos destrutivos da ineficácia estatal. Estas iniciativas ideológicas, conceptualizam a ajuda ao *Outro* que se encontra numa condição comprovada ou camuflada de carência, como algo "que tem que ser", algo que tem de ser feito. Trata- se de um ímpeto orientado por noções de dever e pautado por uma Economia moral que procura tornar a vida dos mais necessitados mais digna. Este tipo de iniciativas, cada vez mais estendidas, de reutilização, partilha, oferta e troca de bens e serviços vários, pode avaliar-se à luz de um novo «ideopanorama», para utilizar o conceito de Appadurai, dado que esse modelo de redistribuição social, pode muito bem ser pensado como uma nova «matriz discursiva marcada pela hegemonia ocidental»[10] (Ribeiro, 2003:7). Assim, quer a um nível micro de ação individual e totalmente orientada para a resolução de uma crise particular ou pontual, quer se tratem de ações *meta-económicas* (alternativistas), que procuram superar as ordens instituídas das economias liberal capitalistas, o paradigma da ajuda informal deve ser pensado como uma tendência global e supletiva de suporte aos sectores mais enfraquecidos da sociedade. Podemos ainda dizer que considerando a coexistência do Estado Providência, em falência, e o ressurgimento de dinâmicas próprias do Welfare Society, encontramo-nos num quadro que pode muito bem ser resumido da seguinte forma: «in the light of discussions on new mixer between welfare state and welfare society, what was previously conceived of as a pre-modern resideu [welfare society] is gradually recoded as a postmodern feature» (Santos, 1999:19).

No que diz respeito à Economia, esta ecoa nos nossos quotidianos como uma espécie de ciência do abstrato e da numerologia. No atual contexto sociopolítico, as vidas, os quotidianos e as economias domésticas, são reduzidas a um jargão técnico que endereça a reflexão sobre a problemática atual para números, índices e estatísticas. A explicação do momento atual de crise é, no domínio público, feita através da aplicação de modelos matemáticos formalistas, e da quantificação dos diferentes domínios da vida. As nossas economias fazem-se de conceitos e abstrações financeiras, que explicam a um nível totalmente desconhecido da grande maioria da população o estado das coisas, os seus porquês e as suas soluções. É uma metanarrativa, cujos autores, especialistas e grupos, tornam-se instituições de autoridade inquestionável, na medida em que detêm conhecimentos especializados e que só estão acessíveis a eles. Deste modo, a formulação das teorias económicas salvacionistas faz-se por via de elaboradas gramáticas neoliberais, que fazem dos indivíduos os principal responsáveis pela sua condição socioeconómica, e os únicos detentores das possibilidades de ascensão social (fato que é, aliás, evidentemente muito difícil de conseguir na atual conjuntura). A terminologia macroeconómica e as fórmulas para a "saída da crise", respondem a uma mistificação dos números e das correspondentes siglas anglosaxónicas, colocando a economia num lugar supra social, regulado pelas instituições, inacessível, e mais

10 Citação de Lins Ribeiro a Arjun Appadurai

do que isso inquestionável (Narotzky, 2012). Para autores como Gupta, os índices são perversos e justificam o que ele denomina de «violência legitimada» (Gupta, 2012;14), pois relacionam *normalidade* com inumanas situações de pobreza generalizada. Para o caso indiano que o autor estuda, diz-se o seguinte:

> Once the population becomes the target of intervention, its regularities, deviances, anomalies, and peculiarities can be stablished (…) the most important point about this argument is that the normal is discovered and stabilised through the statistical analysis of the population. Statistical regularity, in other words, helps establish the prescriptive. (…) high rates of poverty are tolerated because, much like any other natural phenomenon, they are seen as part of the landscape (Ibidem, 15).

Embora Gupta se refira ao caso indiano que é um caso extremo de desigualdade e pobreza, no caso português, o atual estado das coisas económicas, é pensado como uma consequência *normal e* decorrente das necessárias medidas de ajustamento e quadro. Dá-se assim, uma espécie de *naturalização* do estado de pobreza ou em vias de pobreza, de uma significativa massa da população portuguesa. Este fato, que se torna deste modo lógico e *natural,* legitima a continuidade da intervenção estatal destrutiva e de progressiva redução dos orçamentos familiares. A «Oikonomikos» no sentido clássico, a «household management» (Backhouse, 2002:16), fica reduzida a uma economia financeira com agenda e gramática própria. Desta metanarrativa fica de fora todo um universo de conhecimento que escapa à análise matemática da economia.

Por outro lado, para além do fato da economia ser uma disciplina de estudo preditiva, o seu objeto, o económico *per se*, assenta na lógica do aumento do benefício ao menor custo, ou como diria Graeber, numa economia monetária dir-se-ia que «people want to minimize their output and maximize their yield» (Graeber, 2001: 6). Assim, o objetivo do exercício económico capitalista é interferir com o próprio objeto, isto é, encontrar modelos preditivos, projeções, que garantam o crescimento económico e que contenham as perdas. Alguns autores defendem que a economia «has become a dehumanized expert ideology remote from people's concernes and from their ability to understand what to do» (Hart at al. 2010).

Mas nem sempre é assim. Na Antropologia Económica reconhece-se que o estudo do económico ultrapassa a aplicação dos modelos e prescrições financeiras. A análise das economias humanas carece da observação das práticas quotidianas dos indivíduos, de modo a recolher aquilo que Okely chama de «grassroot knwodelge» (Okely, 1999). Os modelos analíticos e suas projeções, falham, diz também Narotzky, pois não incluem «much of what sustains atual human behaviour: meaning, moral value, ambiguity, contradition, affect, emotion, expectations and responsibilities» (Narotzky, 2012: 630).

Nesta linha, o cuidado e os mercados da dádiva e da reciprocidade tornam-se parte integrante de uma Economia Moral, que pode ser pensada como um redirecionamento do objeto económico, que passa a estar assente numa lógica de valor que aponta para «conceptions of what is ultimately good, proper, or desirable in human life» (Graeber, 2001: 1). Considero que o cuidado resulta e incorpora um valor de mercado afetivo, moral e social, mas também económico, que deve ser pensado no âmbito daquilo que Hart, Laville e Catanni definem de Economia Humana: «which refers to an emphasis both on what people do for themselves and on the need to find ways forward that must envolve all humanity somehow» (Hart at al., 2010). O mercado do cuidado realiza-se através de trocas solidárias que procuram responder a lotes ou tipos de necessidades, estando ou não os agentes (receptores e dadores) directamente envolvidos nas transações. Significa que a circulação de bens e serviços de proximidade, dinamizados micro local e comunitariamente, são um mercado que se compõe de um elenco de necessidades e de um conjunto de bens coletivamente disponíveis, que procuram resolver as condições materiais e imateriais das pessoas, para as quais este circuito se ativa.

Nesse sentido, parece evidente que o binómio economia e cuidado constituem um par analítico para o qual a Antropologia tem particular habilidade científica, dado que os elementos afetivos, morais, sociais e culturais que constituem a ação humana, devem ser considerados em simultâneo com os fatores meramente instrumentais tratados pela mainstream económica.

3. O Cantinho do Cuidador: um caso do mercado dos afetos

O *Cantinho do Cuidador,* doravante CC, é uma comunidade de interessados, um grupo de pessoas que se reúne de modo informal e realiza atividade voluntária junto dos cuidadores informais de Évora. Não tem assentamento jurídico ou institucional. Foi no CC que realizei grande parte do trabalho etnográfico no âmbito do meu mestrado. Para avançar, descrevo a seguir um pouco da sua história.

Com a reforma nacional dos cuidados de saúde primários em 2009, surgem as Unidades de Cuidados da Comunidade (UCC), no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI). As UCC têm uma dupla vertente de atuação. Por um lado, garantem os cuidados de saúde primários às populações locais, e por outro, intervêm de modo dedicado junto dos grupos sociais que são assinalados como vulneráveis pelo sistema do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Nesse âmbito, em Évora, com base num dos critérios de vulnerabilidade, definiu-se o grupo dos cuidadores informais como um grupo vulnerável, logo alvo da ação das equipas de UCC. Os cuidadores informais são então uma figura reconhecida institucionalmente, sendo esta uma classificação normativa daqueles qu*e não têm como profissão o cuidado e não auferem remuneração por cuidar de outrem*[11] e, naquele caso, são um grupo de pessoas com graves dificuldades socioeconómicas. Esta classificação distingue os cuidadores informais dos formais, que são aqueles que cuidam de alguém no âmbito do seu exercício profissional (auxiliares de apoio domiciliário, ajudantes familiares e outros). O projecto do CC visa na íntegra os cuidadores informais, na medida do reconhecimento institucional, tecnocrático e clínico da sua vulnerabilidade, como antes referi. O CC resulta então da iniciativa de um grupo de enfermeiras da UCC como resposta à necessidade de acompanhamento "institucional" dos grupos vulneráveis. Estas mulheres foram as minhas interlocutoras e prestaram-me informação fundamental dado o seu envolvimento no CC. Foram elas que mediaram e acompanharam o meu contato com os cuidadores, e me apresentaram ao CC. Este é um lugar de encontro informal e sem vínculo estatal, e é gerido pela equipa de enfermeiras da UCC, fazendo paradoxalmente esta função parte das suas competências profissionais no Centro de Saúde de Évora (CSE). O Cantinho é por isso uma espécie de sucedâneo do CSE, é um misto de informalidade (no formato) e de formalidade do ponto de vista fundacional. Consequentemente o trabalho das enfermeiras do CC é dúbio no sentido em que a fronteira que separa os dois papéis é necessariamente muito permeável.

O CC tem por via desta duplicidade uma dupla atuação. Por um lado, é uma tentativa de resposta aos problemas pragmáticos das pessoas (cuidadores e cuidandos), oferecendo aquilo que as enfermeiras do CC definem de *atendimento individual*. Neste espaço de ajuda - sem lugar previamente definido para o efeito -, a equipa de enfermeiras recebe os cuidadores em sítio a decidir (pode ser inclusivamente nas casas dos cuidadores), registando as necessidades que aqueles apresentem. Essas necessidades podem dizer respeito aos cuidandos (equipamentos de mobilidade e acesso, aparelhos de repouso, apoio médico especializado, etc.), mas também podem ser do próprio cuidador. Este deve nesse espaço de atendimento individual, expressar as suas necessidades próprias, que podem ser de apoio clínico ou outro. É também nesse espaço onde podem desabafar e esperar dos enfermeiros empatia e ajuda nos vários setores da suas vidas que estejam diretamente afetados pelo fato de serem cuidadores. Os enfermeiros ajudam a encontrar soluções para as necessidades do cuidador, que podem ser por exemplo uma ida ao médico ou outra qualquer atividade quotidiana do próprio cuidador ,que ele não consiga realizar por estar sujeito à condição de cuidador informal. Para isso os enfermeiros do CC accionam, como disse, todos os meios que têm ao seu dispor e no seu universo de conhecimentos para tentar ajudar o seu cuidador. Naquele universo da periferia urbana de Évora com laivos acentuados de ruralidade, assiste-se ainda à produção de uma hierarquia de classe (económica e cultural) que reveste "os senhores enfermeiros" de um certo poder e determinação junto das instituições informais que atuam em Évora. Por via do engenho, da coragem, dedicação e perseverança, as enfermeiras acionam os outros parceiros, as redes de voluntariado, os bancos do tempo e tantas outras organizações, de modo a conseguir resolver aquele problema de fato.

A equipa de enfermeiras do CC realiza, como disse, um trabalho técnico (no âmbito do atendimento individual), mas a sua relação com o CC é afetiva e moralmente engajada. Tal como diria Durkheim sobre os papéis sociais e o modo como estes informam os comportamentos, pode dizer-se que as enfermeiras do Cantinho

11 Definição que os enfermeiros do CSE atribuem aos *cuidadores informais.*

incorporam de modo intermitente e totalmente interdependente, o papel institucional enquanto técnicos de enfermagem do CSE, e concomitantemente o papel de cuidadores (informais) dos cuidadores que fazem parte do CC. As enfermeiras justapõem intencionalmente os dois papéis, até porque o envolvimento que as mesmas têm com os cuidadores e os seus cuidandos é muito elevado. Elas conhecem, na grande parte dos casos, muito bem os contextos familiares dos cuidadores, estabelecendo fortes laços pessoais e afectivos com toda a rede familiar.

4. Notas finais e súmula

A minha atual pesquisa etnográfica dá-se num terreno bastante abrangente, e integra a análise de processos ligados ao voluntariado de proximidade, no âmbito dos bens de primeira necessidade fundamentalmente alimentos. Contudo, uma vertente muito importante da atividade de algumas associações, ou melhor, dos grupos informais que acompanho, diz respeito àquilo que é o mercado de afetos.

Um desses casos, a ACA- Associação Coração Amarelo, atua num grupo de necessidades misto e muito diversificado. Esta associação começa por dedicar-se ao acompanhamento de pessoas que se encontram em situação de solidão profunda e prolongada. Não têm recursos financeiros e são normalmente idosos. São, numa palavra, pessoas abandonadas, reduzidas à «vida nua» (Agamben, 2004). A ACA faz o trabalho que a família e a providencia estatal deveriam fazer, e fá-lo efetivamente e não por uma questão de exigência estatutária. A dedicação aos beneficiários é enorme e em todas as vertentes da vida dos mesmos. Os voluntários primam pela atenção que dão às pequenas necessidades dos seus apoiados, que numa dinâmica assistencialista seriam provavelmente descuradas.

O trabalho empírico que venho fazendo - sendo os casos que aqui apresentei umas pequenas ilustrações dele -, tem vindo a reforçar a existência de casos de emergência social dramáticos, e para os quais o Estado Providência não tem resposta útil. A modo de resumo do que aqui foi dito, verifica-se que o impacto erosivo da atual conjuntura económicas e das medidas de austeridade que serviriam o resgate financeiro, têm vindo a desgastar a capacidade montearia da classe média dominante, e destituído os mais desfavorecidos das condições básicas de bem estar. A pressão sobre as finanças familiares aumenta significativamente com a redução dos salários e com o pagamento de serviços sociais anteriormente gratuitos, o que diminui as possibilidades das famílias em carência garantirem o seu dia a dia. Por outro lado, a descrença nas competências de governabilidade dos estados nacionais e na sustentatibilidade dos sistema políticos, contribuem para a proliferação das discussões sobre a validade dos sistemas económicos liberal capitalistas.

Em Portugal surgem movimentos de ação informal que contrariam o paradigma hegemónico, reformulam a interação social entre os agentes, e estabelecem novas relações entre o indivíduo e o Estado (Blanes, 2012). Em linha com as narrativas globais e mandatárias de mudança, surgem retóricas políticas de localização disruptivas (Santos, 1997), alinhadas com uma Economia Moral que assenta em ideários de solidariedade e dádiva, e procura restituir laços sociais aos mercados de proximidade.

Bibliografia

Agamben, Giorgio (2004), Estado de Exeção, São Paulo, Editorial Boitempo.

Appadurai, Arjun (1996), *Dimensões Culturais da Globalização*. *A modernidade sem peias*, Lisboa: Editorial Teorema.

Bachouse, Roger E. (2002), "The ancient world. Homer and Hesiod". In Roger E. Backhouse, *The Penguin History of Economics,* London: Penguin Books.

Blanes, Ruy L. (2012), "O Tempo dos Inimigos. Reflexões sobre uma Antropologia da Repressão no Século XXI", *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, Ano 18, 37, p.261-284.

Cabral, João de Pina (2000), "A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições". *Análise Social*, XXXIV (153), pp. 865-892.

Caleiras, Jorge (2011). *Para além dos números - As consequências pessoais do desemprego. Trajetórias de empobrecimento, experiências e políticas.* Tese de doutoramento, Coimbra. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Della Porta, Donatella (2003), *Introdução à Ciência Política,* Lisboa, Editorial Estampa.

Durkheim, Emile (2008), "O suicídio e a anomia". In M. Braga da Cruz, *Teorias Sociológicas- Os fundadores e os clássicos. Antologia de Textos*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, I, pp. 345-363.

Folbre, Nancy e Julie A. Nelson (2000), "For Love or Money- Or Both?", *Journal of Economic Perspective*, 14, (4), pp.123- 140

Fukuyama, Francis (2012), "The Future of History. Can Liberal Democracy Survive the Decline of the Middle Class?", *Foreign Affairs*, pp. 53-61.

Graeber, David (2001), *Toward an Anthropological Theory of Value: The false coin of Our Own Dreams,* New York: Palgrave Publishers Ltd.

Gupta, Akhil (2012), *Red Tape. Bureaucracy, Structural Violence and Poverty in India,* Durkham and Londom: Duke University Press.

Hann, Chris & Keith Hart (2011). *Economic Anthropology. History, Ethnography, Critique,* Cambridge: Polity Press.

Hart, Laville, & Antonio David Cattani (2010), "Building the human conomy together". In Hart, Laville, & Antonio David Cattani (eds.), *The Human Economy. A Citizen's Guide,* Cambridge and Manlden: Polity Press.

Lassiter, Luke E. (2005), "Collaborative Ethnography and Public Anthropolgy", *Current Anthropology*, 46, (1), pp.83-106.

Laville, Jean-Louis (2010). "The Solidarity Economy: An International Movement", *RCCS Annual Review*, 2,2010, pp. 1-39.

MacKechnie, Rosemary & Tamara Kohn (1999). "Introduction: Why Do We Care Who Cares". In Kohn, Tamara & Rosemary MacKechnie (eds.) *Extending the Boundaries of Care: Medical Ethics and Caring Practices,* Oxford: Berg, pp., 1-13.

Narotzky, Susana. 2012. "Europe in crisis: grassroots economies and the anthropological turn". *Etnografica*, 16, Issue 3, pp. 627-638.

Pereira, Miriam H. (2012, *Do Estado Liberal ao Estado Providência: um século em Portugal,* São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração.

Ribeiro, Gustavo L. (2003), "Cultura, Direitos Humanos e Poder. Mais além do império e dos Direitos Humanos. Por um universalismo heteroglóssico", Brasilia: Série Antropológica.

Santos, Boaventura de S. (1993), "O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semi-periferia: o caso português". In Boaventura de Sousa Santos (org.), Portugal: um retrato singular, Porto, Afrontamento.

Santos, Boaventura de S. (1997), "Por uma concepção multicultural de direitos humanos." *Revista de Ciências Sociais*", 4.

Santos, Boaventura Sousa (1999), "The Welfare State in Portugal: Between Conflicting Globalizations" (paper apresentado no Center for European Studies, Harvard University, 1 Março 1999).

Wahl, Peter (2010), "As múltiplas crises e o fracasso da governança global". In L. Dowbor, I. Sachs & C. Lopes (orgs.), *Riscos e Oportunidades em Tempo de Mudança*, São Paulo, Instituto Paulo.

Que projeto de vida profissional para os diplomados do ensino superior direcionados para a profissão de professor? Projeção, motivações e expetativas face ao trabalho

Liliana Pascueiro[1]
lpascueiro@fcsh.unl.pt

Resumo: O aumento do desemprego estrutural em Portugal que tem afetado de forma significativa a juventude e o aumento da proporção de população com ensino superior coloca-nos como questão central nesta reflexão a temática do emprego, mais concretamente da construção e efetivação do projeto de vida profissional nos diplomados cuja formação os direciona para uma área profissional aparentemente de difícil acesso – o ensino. Tendo em conta a concretização (ou não) do acesso à profissão de professor, pretendemos refletir acerca do significado da ação para o *ator observador*, refletindo acerca de conceitos como inserção profissional, projeto de vida profissional, motivação e expectativas.

Palavras-chave: *diplomados do ensino superior; projeto de vida profissional; inserção profissional; motivação; expectativas;*

1. Introdução à temática da comunicação

A presente comunicação faz parte de um conjunto de pesquisas sobre o percurso de inserção profissional dos diplomados da Universidade Nova de Lisboa (UNL)[2]. A investigação que dá origem a esta comunicação comporta, de forma sucinta, dois eixos de análise: por um lado, um eixo que nos direciona para o fenómeno da inserção profissional dos diplomados do ensino superior, tendo em conta questões ligadas à obtenção de emprego e ao tipo de emprego conseguido; e, um segundo eixo que é causa e efeito do primeiro, e que se prende com a construção do projeto de vida profissional destes diplomados. Em termos operacionais, a investigação decorre em torno de uma atividade profissional concreta, que implica também um grupo delimitado de diplomados: os diplomados que integraram um dos mestrados da UNL que confere habilitação para a docência. Cingimo-nos, portanto à profissão de professor. O objetivo da presente comunicação pretende ser a (des)construção dos conceitos teóricos que compõem a nossa investigação, tornando pertinente e compreensível a operacionalização muitas vezes controversa, do período que medeia a finalização da formação superior e o ingresso no mercado de trabalho. A regulamentação estatal, as alterações nas políticas públicas de integração e progresso difícil na carreira docente, levou-nos a centrar a investigação nesta área profissional específica.

---

1 Licenciatura Sociologia e Mestrado Sociologia – Políticas Públicas e Desigualdades Sociais (FCSH/UNL); Doutoramento em curso Sociologia (Cesnova/UNL).
Investigadora no Cesnova- Centro de Estudos em Sociologia da UNL desde 2004, integrou as equipas de investigação de projetos como o *Programa de Caracterização da População Escolar da Universidade Nova de Lisboa – Observatório dos Novos Alunos da Nova de Lisboa*, *Auto-avaliação pela Comunidade Educativa: Inquérito aos Alunos, Docentes e Diplomados (UNL)*, II Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoactivas na População Geral, Portugal 2007, ESCXEL – Rede de Escolas de Excelência, *Altas da Educação – Contextos sociais e locais do sucesso e insucesso, Portugal, 1991-2012*.

2 Investigação feita no âmbito do Observatório para a Inserção Profissional da UNL e da pesquisa para obtenção de grau de Doutor pelo Cesnova – Centro de Estudos em Sociologia pela UNL, com financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/80801/2011).

2. A pertinência de um estudo sobre diplomados/mestres em ensino

A profissão de professor em Portugal era ainda na década de 80, uma das profissões mais consideradas socialmente, tanto pela população geral como pelos próprios profissionais do ensino (AAVV, 1988). Contudo, uma retrospetiva histórica a esta profissão – temática já amplamente estudada[3] – demonstra como vários fatores foram contribuindo para a degradação do prestígio associado a esta profissão. Uma das razões que frequentemente são referidas e que para o nosso estudo é crucial mencionar, é a do aumento do número de profissionais sem as necessárias habilitações académicas e comptências pedagógicas para a prática da profissão docente, particularmente até às décadas de 70/80 do século passado. Para colmatar a baixa taxa de alfabetização da população portuguesa foi necessário o aumento de professores em exercício, sem contudo o sistema formativo ter a capacidade para responder a esta demanda da procura de mais professores. Com a Lei de Bases do Sistema Educativo (1986)[4], tentou-se remediar esta situação, através da criação de programas como a profissionalização em exercício, formação em serviço e profissionalização em serviço (Nóvoa, 1993). Em vez do aumento da qualidade do corpo docente como seria previsto, o descontentamento da classe pela degradação das condições económicas, levou a um fraco empenhamento destes profissionais, contribuindo para o acentuar da visão já "degradada e desqualificada" desta profissão (*Idem*). Nos nossos dias, apesar das melhorias notórias no sistema de ensino, como o comprovam o aumento do nível de escolarização da população, o aumento do número de docentes que receberam formação direcionada para o ensino e o aumento da sua qualificação, permanecem as preocupações pela qualidade destes profissionais e do serviço que prestam. É neste contexto que assistimos nas últimas décadas à criação e implementação de diretrizes que visam contrariar a imagem negativa do professor e a readaptação dos recursos humanos às novas configurações do mercado de ensino, o que tem levado à implementação de políticas públicas que passam pela restituição da profissionalização e da qualidade do corpo docente e pela avaliação e redução/adaptação dos recursos humanos às necessidades do sistema de ensino atual. As estatísticas mais recentes demonstram contudo, a diminuição progressiva do número de professores no ativo[5]. O enquadramento destas políticas públicas é o da redução de despesa na função pública e de adaptação dos recursos humanos às necessidades do sistema, justificadas pela redução do número de alunos no ensino e pela necessidade de contenção nas despesas do Estado, e que tem contribuído para engrossar o número de desempregados inscritos nos centros de emprego que procuram emprego na área do ensino, bem como dos que tiveram como última atividade profissional uma função neste setor (ver gráficos 2 e 3 em anexo). Este grupo profissional encontra-se, portanto num momento crítico de integração e manutenção dos seus profissionais, quer dos que estão já integrados, mas que vêm ameaçada a sua *sobrevivência* no sistema de ensino e alteradas as condições de prática da atividade, quer dos que se prepararam formativamente para ingressarem nesta profissão, mas cujos projetos profissionais parecem agora não ter grande oportunidade de concretização. Se analisarmos as estatísticas mais recentes referentes às áreas de formação dos diplomados do ensino superior (gráfico 4 em anexo), verificamos o que parece ser um desinteresse nas últimas *coortes* de diplomados face às formações direcionadas para a área da educação. Estará a ser considerada uma área pouco atrativa devido ao clima adverso que parece estar associado à prática desta profissão, à quebra do estatuo social que lhe está associado bem como às condições efetivas de exercício da profissão (acesso e manutenção na atividade e

3 São notórios os trabalhos desenvolvidos por António Novoa neste domínio.

4 Lei n.º 46/86. D. R. I Série de 14 de outubro de 1986 [Lei de Bases do Sistema Educativo].

5 Se entre a década de 1960 e o final da de 80, o número de professores aumentou consideravelmente, passando de cerca de 40.000 (Jesus, 1996: 23) para mais de 180.000 em 2005 (ano em que se atinge o número mais elevado de professores no ativo), nos últimos 10 anos verificamos uma descida acentuada, registando-se em 2013 cerca de 150.000 professores (DGEEC/MEC, PORDATA (disponível em www.pordata.pt a 10 de junho de 2014). Para mais detalhe consultar gráfico 1 em anexo. Seria talvez pertinente integrarmos nesta justificação, se se tratasse de uma análise mais detalhada da evolução do número de professores no ativo, a quebra demográfica face ao aumento da escolaridade obrigatória agora para 12 anos, o que poderá não justificar o número de professores que são obrigados a abandonar a profissão.

condições de exercício)? E entre os que ainda escolheram uma formação na área da educação? A profissão de professor parece continuar a ser parte integrante dos projetos de vida profissionais desde diplomados. Mas será que essa intenção permanece, decorridos alguns anos do processo de *inserção profissional*, tendo em conta as dificuldades de ingresso na profissão de professor? Que projeto de vida profissional para os diplomados que não conseguem, apesar da formação que receberam para o efeito, integrar a atividade profissional de professor? Que socialização e que identidade profissionais se constroem quando estão sujeitos a períodos constantes de afastamento da atividade profissional de professor ou até mesmo à impossibilidade de integrarem na atividade? Que motivos os fazem, perante a aparente adversidade, estarem motivados para a profissão de professor? O que esperam, afinal, do seu futuro profissional?

3. A construção teórica dos conceitos de inserção profissional e dos projetos de vida profissionais no estudo da profissão de professor

(Inserção profissional)

A *inserção profissional* enquanto problema social tem a sua *génese* no que alguns autores consideram ter sido a separação formal e simbólica dos espaços de família, de formação e de trabalho. Para esta separação definitiva muito contribuiu a efetivação da massificação escolar[6], que vem dar um papel preponderante à escola no reposicionamento dos indivíduos no mercado de trabalho[7]. A prosperidade económica até aos 70 do século XX desencadeou um aumento considerável do emprego e o surgimento de novas profissões, contribuindo para profundas transformações nos modos de vida da sociedade e na separação entre " (…) os espaços de formação, vida e trabalho [que] deixam de se confundir e [onde] a reprodução da força de trabalho deixa de se operar no quadro da pequena unidade familiar" (Alves, 2007: 160). Esta transformação social veio definitivamente impulsionar a institucionalização da escola e da atividade profissional assalariada distantes do ambiente familiar, desencadeando a construção de *identidades*, muitas vezes distintas do ceio familiar de onde provêm. Neste contexto, os estudos que eram centrados na passagem do espaço familiar para o profissional (embora a escola mediasse esta passagem) passam a ser substituídos pelos que se centram na passagem da escola para o trabalho, enaltecendo-se a avaliação do tipo de empregos disponíveis e da produção de mão de obra adequada a estas ofertas. O objeto de estudo está agora na avaliação da adequabilidade entre emprego e educação e da mobilidade social que permite.

As décadas de 50 e 60 do século passado são assim profícuas na construção de teorias acerca do período de passagem do ambiente escolar para o de trabalho, sem contudo darem ênfase à clarificação do conceito de *inserção*. Tal despreocupação deve-se – embora com algumas especificidades entre países [8] – às baixas taxas de desemprego entre os diplomados da altura e à grande probabilidade de que o emprego conseguido correspondia às áreas de formação, não sendo, portanto um período interpretado como problema social.

A partir da década de 70 as alterações económicas dão origem a profundas reestruturações no mercado de trabalho e nas formas de produção. Além disso, o contínuo aumento do número de alunos no sistema de ensino, contribuíram para a não garantia de que a posse de um diploma – incluindo o de nível superior – garanta o acesso a um mercado de trabalho coincidente. Assistimos por isso a um aumenta das taxas de desemprego da população com formação superior, numa época em que, mesmo ocorrendo algum crescimento económico isso não se traduza obrigatoriamente na criação de mais postos de trabalho. Posto isto, dos anos 70 até aos nossos dias surgem novos problemas sociais associados à fase de passagem do espaço de formação para o de traba-

---

6 Acerca da massificação escolar e do seu efeito na separação entre os espaços família, formação e trabalho, salientamos a obra de CHARLOT, B. e GLASMAN, D. (1998), "Introduction". In B. Charlot e D. Glasman (dir), *Les jeunes, l'insertion et l'emploi*. Paris, PUF, pp. 11-26.

7 A escola deixa de ser considerada enquanto fornecedora das credenciais necessárias para a manutenção e confirmação do percurso profissional delineado pela origem social do indivíduo.

8 Para mais informação acerca da compreensão das principais diferenças entre países, salientamos o artigo de ALVES, N. (SD).

lho, nomeadamente no tipo de emprego conseguido e das consequências individuais e sociais que esta nova realidade acarreta[9].

Esta alteração no paradigma de passagem do espaço de formação para o de emprego tornou premente a clarificação do próprio conceito de *inserção profissional*, das suas dimensões de análise, das variações que podem ocorrer durante este processo e da sua da sua delimitação temporal. Isto porque, cada vez mais, os percursos lineares entre o espaço formativo e o de trabalho são substituídos por percursos incertos e longos, e onde para uma grande parte dos jovens começa a ser mais importante encontrar um emprego, do que conseguirem o emprego que corresponda às suas expectativas – o que pode demorar muito tempo até acontecer. Também o mudar de emprego é cada vez menos uma estratégia de mobilidade profissional ascendente para ser uma imposição das entidades empregadoras, colocando os jovens em situações de empregos precários ou sujeitos a integrarem programas assistencialistas desenvolvidos pelo poder estatal e que tentam minimizar os efeitos nefastos destes indivíduos permanecerem excluídos do mercado de trabalho[10]. Esta nova fase da vida dos indivíduos pauta-se nos nossos dias cada vez mais pela incerteza, por empregos precários e instáveis e acima de tudo pela responsabilização do indivíduo pelo sucesso ou fracasso da sua inserção profissional (abordagem de Vincens e de Natália Alves, em que consideram aliás que o processo inicia-se ainda no espaço escolar).

A contribuição cientifica ainda recente e por vezes pouco unânime acerca desta fase de vida dos indivíduos[11], levou-nos a selecionar para esta comunicação as contribuições teóricas para a construção do conceito de *inserção profissional* que, em nosso entender, melhor servem à nossa investigação e que permitem construir e operacionalizar o conceito de *inserção profissional.*

Neste sentido, entendemos o conceito de *inserção profissional* enquanto processo dilatado no tempo, *socialmente construído* (Dubar, 2001), e onde intervêm múltiplos agentes, levou-nos a uma abordagem multidimensional do fenómeno. Das várias perspetivas teóricas que definem o conceito de *inserção profissional*, seguimos o agrupamento dimensional proposto por Mariana Gaio Alves (2007) para definir o conceito de inserção profissional:

(1) Dimensão contexto: o processo de *inserção profissional* é antes de mais um processo de *transição profissional* (termo usado por Rose, 1996) onde intervêm vários atores como o Estado e suas políticas públicas, as estratégias e interesses dos empregadores e o indivíduo e seu posicionamento em redes socias.

(2) Dimensão individual: a *inserção profissional* é um processo individual e que se destina à concretização de um projeto profissional e de vida do indivíduo. A abordagem de Vincens, (aqui apresentada segundo Alves, 2007) define o processo de *inserção profissional* como o comportamento racional por parte do indivíduo na procura de emprego, tendo em conta o(s) objetivo(s) que definiu no início do processo de procura de emprego (e que se pode(m) ir alterando à medida que decorre este processo de procura de emprego), das características individuais de cada um e do contexto em que está inserido e onde se pretende inserir profissionalmente. O processo de *inserção profissional* inicia-se, segundo esta perspectiva, a partir do momento em que o indivíduo deixa de utilizar o seu tempo em lazer, formação e trabalho não remunerado para o utilizar em procura ou prática de uma atividade remunerada. O processo finda no momento em que o indivíduo obtém um emprego durável (ou seja, um emprego que considera que irá permanecer num futuro mais ou menos próximo) e por isso, deixa de despender tempo na procura de outro emprego ou em formação com o intuito de conseguir uma outra

---

9 Acerca das consequências dos longos períodos de desemprego e da importância do trabalho na vida dos indivíduos, consultar a título de exemplo ALVES, N. (SD); MÉDA, D. (1999), *O trabalho. Um valor em vias de extinção*. Lisboa, Fim de Século. Obras de Castel, como por exemplo, CASTEL, R. (1999), *Les métamorphoses de la question sociale. Une cronique du salariat*. Paris, Gallimard ; CASTEL, R. (2003), *L'insécurité sociale*. Paris, Seuil ; obras de Dubar como por exemplo DUBAR, C. (1998), "Les identités professionnelles". In J. Kergoat, J. Boutet, H. Jacot, D. Linhart (dir.), *Le monde du travail*. Paris, Éditions La Découverte, pp. 66-60 ou DUBAR, C. (1998), "Identités collectives et individuelles dans le champ professionnel". In M. Coster, F. Pichault (eds). *Traité de Sociologie du travail*. Bruxelles, De Boeck Université, pp. 385-401, entre outros.

10 *Idem*.

11 Vários termos foram aliás, utilizados para designar o período que medeia o término da formação e a integração no mercado de trabalho. As especificidades de cada país foram, como explica Alves, N. (SD) impulsionadoras de diferentes termos, como *entrada na vida ativa*, *entrada no trabalho*, *transição da escola para o trabalho*, etc.

posição profissional. Ainda relativamente à dimensão racional do comportamento do indivíduo no processo de *inserção profissional*, ressalvamos o conceito de construção do *projeto de vida*, mais concretamente, do *projeto de vida profissional*. Esta abordagem de Vincens (Alves, N. [SD]) parte do pressuposto da existência de um *sistema de inserção profissional*, em que a inserção profissional está associada ao de projeto de vida do indivíduo, sendo que ambos se iniciam ainda no espaço escolar, decorrente das escolhas e percursos que o indivíduo vai efetuando[12]. Também a perspetiva de Trottier (aqui abordada segundo a análise feita por Alves, 2007) enaltece a vertente racional do processo de *inserção profissional*: o indivíduo é o responsável pelo seu percurso de *inserção profissional*, na medida em que racionaliza sobre o processo de procura de um emprego que corresponda ao seu projeto de vida. A *inserção profissional* é entendida como um processo contínuo, planeado com maior ou menor exatidão pelo individuo[13], e é também determinante para a construção da socialização e da identidade deste. O final do processo de *inserção profissional* ocorre, segundo este autor, tendo em conta um dos modelos de *integração no mercado de trabalho*:

> *(...) "integrados" (têm um emprego permanente a tempo inteiro em que planeiam fazer carreira), "em processo de integração" (trabalham a tempo inteiro num emprego no qual não planeiam fazer carreira ou num emprego temporário no qual planeiam fazer carreira ou trabalham a tempo parcial), ou ainda "inativos" (não trabalham e não procuram emprego).*
>
> (Alves, 2007: 206).

Guiando-nos pela conceção de Vincens e mais propriamente pela de Vernières[14], face à perspetiva do indivíduo permanecer no emprego, podemos considerar que o perfil de *integrados* corresponde ao término do processo de inserção profissional, enquanto que o de "*em processo de integração*" corresponde ao decorrer da *inserção profissional*. O perfil de *"inativos"* pode, a nosso ver, integrar uma lógica de *processo de inserção profissional*, no sentido em que pode ser uma estratégia de preparação para a inserção profissional, como por exemplo, se estiveram em formação.

(3) Dimensão dual - estrutura e indivíduo: a perspetiva de Dubar (2005) leva-nos a considerar as dinâmicas de construção identitária como estando integradas no processo de inserção profissional. O espaço de formação proporciona ao individuo uma *identidade virtual*, mas esta só se efetiva aquando da entrada do indivíduo no mercado de trabalho, onde se forma a *identidade profissional de base* (identidade face ao trabalho e projeção futura de emprego e formação), que, devido à incerteza e dificuldade de fixação no mercado de trabalho, se constitui como *identidade para si*, podendo ser ou não reconhecida pela entidade empregadora e pelos pares (*identidade para os outros*). Contudo, as incertezas do mercado atual determinam que mesmo uma *identidade reconhecida* será sempre alvo de transformação ao longo do período de trabalhado do indivíduo.

Seguindo a perspetiva de que o processo de *inserção profissional* dá início à construção da identidade e da socialização do indivíduo e de que este processo decorrerá e reconstruir-se-á enquanto o indivíduo permanecer no mercado de trabalho, as pesquisa de Nicole Drancourt e Roulleau-Berger (2001) defendem que este processo contribuirá para a construção de *identidades coletivas* e de *identidades individuais* nos indivíduos. A

---

12 Nesta conceção de inserção profissional e projeto de vida, Vincens (Alves, N [SD]) define a intervenção de dois tipos de mercados: *mercado de formação* (instituições de formação e seus clientes) e *mercado de formados* (entidades empregadoras e indivíduos com formação). Mediando os mercados encontramos o Estado e as empresas. Esta abordagem de Vincens direciona-o para uma conceção dual indivíduo/estrutura do processo de *inserção profissional*.

13 Acerca da definição mais ou menos exata do projeto de vida dos indivíduos, o autor diferencia as "estratégias deliberadas", quando os indivíduos têm um plano do futuro que anseiam, objetivos e meios para os alcançar; das "estratégias emergentes", situações onde os indivíduos nos seus processos de inserção profissional não possuem uma definição clara dos seus objetivos de futuro, sendo as suas opções condicionadas pelos constrangimentos, oportunidades e recursos disponíveis no momento.

14 Para Vernières (1997) indivíduo deixa de estar em processo de inserção quando obtém uma posição estabilizada no emprego, não necessariamente um contrato a tempo indeterminado (como a perspetiva de Vincens dá a entender), mas uma situação que lhe permita manter o emprego durante um período de tempo continuado, mesmo que esse seja um emprego de condição instável, podendo-se portanto integrar os contratos a prazo.

contribuição da perspetiva destes autores para o nosso objeto de estudo está em considerarem os episódios de aprendizagem, de definição de preferências e de construção identitária não apenas quando os indivíduos estão em empregos estáveis, mas também em momentos de desemprego e de trabalho temporário.

(Projeto de vida profissional)

Como vimos anteriormente, o conceito de *inserção profissional* interliga-se com o de *projeto de vida*. Definir as fronteiras de um e outro torna-se crucial, mas receamos criar repetição nas abordagens teóricas que seguimos. Apresentamos neste ponto os aspetos a que nos referimos para definir o conceito de *projeto de vida profissional*, salientando as suas especificidades face ao conceito de *inserção profissional*.

A construção do *projeto de vida profissional* dos diplomados do ensino superior pressupõe a análise do ingresso desta população numa atividade profissional ou, pelo menos, a intenção de tal. Esta análise implica, por parte do investigador, ter em conta no processo de *inserção* e de construção do *projeto de vida*, fatores que se encontram a montante e a jusante do próprio processo de decisão e efetivação (ou simples tentativa) de ingresso numa atividade profissional. Várias perspetivas teóricas e diferentes abordagens a esta temática têm sido construídas, referenciando a construção do *projeto de vida* como determinante no processo de *inserção profissional* dos indivíduos. A nossa abordagem é de que referimo-nos a um conceito implica, necessariamente a definição do outro, surgindo cada um como *uma das faces da mesma moeda*. No nosso contexto de pesquisa – e seguindo a linha de construção do conceito de *inserção profissional* que apresentámos anteriormente – o conceito de *projeto de vida profissional* comporta as seguintes dimensões:

(1) Dimensão individual: O indivíduo é o *sujeito-responsável* pela definição e concretização tanto do seu projeto de vida profissional, como do seu processo de inserção profissional. Por isso, intervém neste processo os fatores individuais e intencionais do próprio diplomado em concretizar o seu projeto de vida, sendo este objetivo, condicionador e orientador do processo de inserção profissional (suportando-nos novamente da análise de Alves (2007) acerca da teoria de Jean Vincens). O conceito de *projeto* surge, portanto enquanto conduta planeada para atingir objetivo(s), sendo o o individuo o responsável pela definição do seu próprio projeto (Schutz, 1979). Para tal, o fator *memória* é entendido por nós, e suportando-nos da perspetiva de Gilberto Velho (1994), enquanto mecanismo que dá consistência à biografia e que possibilita a formulação e condução do projeto. Servindo-nos das suas palavras,

> *(...) se a memória permite uma visão retrospetiva mais ou menos organizada de uma trajetória e biografia, o projeto é a antecipação no futuro dessas trajetória e biografia, na medida em que busca, através do estabelecimento de objetivos (...), a organização dos meios através dos quais esses poderão ser atingidos. A consistência do projeto depende, fundamentalmente, da memória que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seja impossível ter ou elaborar projetos*.
>
> (Velho, 1994:101)

Esta perspetiva carece, contudo de alguns complementos. Socorremo-nos da perspetiva de Dubet (referida em Alves, 2007), segundo o qual o projeto de vida dos diplomados não está definido à partida, sendo antes continuamente alterado, tendo em conta as várias opções com que os diplomados se vão deparando ao longo do seu ciclo de formação e de empregos conseguidos. A abordagem de Trottier (1995) complementa, neste sentido a abordagem de Vincens anteriormente mencionada, ao integrar o comportamento racional dos indivíduos aquando do processo de procura de emprego e de como este comportamento direciona as escolhas dos indivíduos no sentido de concretizarem o seu projeto de vida. Há contudo que ter em conta que nem todos os indivíduos têm estratégias bem definidas, no que confere ao projeto de vida a seguir, e portanto na concretização do processo de *inserção profissional*, o que lhes confere um posicionamento mais ou menos concreto de planeamento do seu futuro a médio longo prazo. O autor define, por isso, dois tipos de estratégias face à forma como os indivíduos vivenciam o seu projeto de vida profissional e, portanto, que caracterizam a forma de delinear estratégias para a inserção profissional: as *estratégias deliberadas* e as *estratégias emergentes*[15].

15 Ver nota de rodapé 12.

(2) Dimensão mista: indivíduo, estrutura e social:
a) O projeto de vida profissional está ligado ao processo de socialização e de construção identitária do indivíduo. Complementando a análise anterior referente à *inserção profissional* e de como este período é impulsionador da continuação do processo de socialização e da construção identitária do indivíduo, que se começa a construir ainda antes de efetivada a entrada no mercado de trabalho, (as abordagens de Chantal Nicole-Drancourt e Laurence Roulleau-Berger (2001), são um contributo fundamental para a compreensão deste aspeto). Surge-nos o contributo de como a construção do *projeto de vida profissional* é também ele um fator determinante no processo de socialização e de construção da identidade profissional. Não podemos contudo ignorar (como é também apanágio dos autores acima referidos), que os constrangimentos do mercado de trabalho são também cruciais tanto na definição do *projeto de vida,* como da *inserção profissional* e, portanto, limitador da construção da socialização e da identidade profissional individual. A análise do processo de inserção deve, por isso, ter em conta as perspetivas biográfica e interacionista, ou seja, as dinâmicas pessoais e sociais em interação. Também a abordagem de Claude Dubar (2001 e 2005) é elucidativa da mobilização do conceito de identidade para a compreensão da construção do *projeto de vida profissional* dos indivíduos e da sua integração no mercado de trabalho, como aliás já mencionamos anteriormente. O modelo proposto por este autor trás para análise aspetos interessantes na construção do conceito de *projeto de vida profissional* tendo em conta a socialização e a identidade do indivíduo. A abordagem é construída mediante a conjugação da teoria de inspiração durkheimiana da importância atribuída à socialização inicial e aos agentes institucionais – como o é neste caso a escola – para a construção dos processos identitários, com tradições interacionistas e construtivistas, que atribuem o papel primordial aos episódios relacionais entre indivíduos e a forma como estas relações moldam e reconstroem permanentemente as identidades individuais. A construção do processo identitário acontece, portanto, durante todo o percurso de vida do indivíduo, construindo-se e reconstruindo-se permanentemente. Como tal, também o projeto de vida está em permanente reconstrução. A fase de integração no mercado de trabalho é assim considerada como a *consolidação* de uma primeira identidade profissional, após a tomada de consciência do valor das capacidades e qualificações que detém, e que teve inicio anteriormente – com a escolha da formação – e irá perdurar no decorrer de toda a vida profissional do indivíduo (Alves, 2007);

b) A concretização do projeto de vida profissional implica a delimitação e concretização de estratégias de ação (objetivos e meios a alcançar). A existência de um *projeto de vida profissional* implica a presença de uma conduta "consciente" (em oposição ao de conduta "inconsciente"), o que pressupõe, seguindo a perspetiva de Schutz (1979), a existência de uma linha de ação, de um *planeamento* que irá desencadear as ações futuras para a concretização da *inserção profissional*. Tal princípio pressupõe uma antecipação, um *fantasiar* da ação. Para tal, o indivíduo faz uso dos conhecimentos que incorporou face à realidade circundante e que faz ou pretende vir a fazer parte, bem como das necessidades e das oportunidades que deteta no mercado de trabalho, não descurando as motivações e as expetativas pessoais em relação ao seu futuro profissional. Esses conhecimentos e essas motivações e expectativas podem ser precisos e detalhados de como o processo irá decorrer ou de que fim pretendem alcançar, como podem assumir contornos vagos do quê e do como poderá acontecer. A concretização da ação decorre após a avaliação do *campo de possibilidades* com que o indivíduo se confronta para a concretização do seu *projeto de vida*. Este *campo de possibilidades* é portanto, o espaço para a formulação e para a implementação do *projeto*, sendo influenciado pelos condicionalismos do contexto social e cultural em que a ação irá decorrer – o que Schutz (1979) denomina de *dimensões naturais*. O *campo de possibilidade* é assim, segundo Velho (1994), um manancial de alternativas à disposição do indivíduo, dentro de um enquadramento circunstancial e de experiências socioculturais com as quais o individuo teve contacto.
Em suma a construção do *projeto de vida profissional* condiciona e será ao mesmo tempo condicionado em nosso entender, pelo processo de *inserção profissional* do indivíduo. Esta reciprocidade de condicionamento entre o *projecto de vida profissional* e o *processo de inserção profissional* está ligado a uma tripla dinâmica do comportamento do indivíduo: 1) Dimensão individual no sentido de *biografia determinada*, isto porque as ações a desenvolver são *vivenciadas* pelo indivíduo e exclusivamente por ele. Duas pessoas não podem vivenciar uma ação da mesma forma porque os objetivos a alcançar, a avaliação que fazem destes, bem como os mecanismos para os alcançar estão enraizados na história individual de cada um, sendo por isso diferentes; 2)

Uma segunda dimensão que advém da primeira consiste na influência que o armazenamento de conhecimento decorrente de experiências (suas ou de outros do seu tempo) tem na planificação dos objetivos e das tarefas, dos meios, do tempo, dos recursos, ou seja, de todos os aspetos necessários para os alcançar; 3) Finalmente, uma dimensão social, a que Schutz denomina de *atitude natural* (Schutz, 1979), composta por diretrizes que possibilitam a atuação do indivíduo no *mundo da vida*, o que Wagner descreve (Schutz, 1979: 16) como "(…) uma postura que reconhece os factos objetivos, as condições para as ações de acordo com os objetos à volta, a vontade e as intenções de outros com quem se tem de cooperar ou lidar, as imposições dos costumes e as proibições da lei, e assim por diante".
Enquanto processo centrado no indivíduo e portanto responsável pela efetivação do seu *projeto de vida profissional*, consideramos que os fatores motivacionais e expectativas são também conceitos associados à construção do projecto de vida profissional e consequentemente do processo de inserção profissional dos diplomados do ensino superior.

(1) A motivação na construção do *projeto de vida profissional* e no processo de *inserção profissional*[16]
O destaque que assumimos dar ao conceito de *motivação* prende-se a abordagem de Dubar (2005) face a este conceito: para atingir um objetivo, para alcançar algo a que se propõe ou anseia, o indivíduo tem que ter uma *motivação*, um *gasto de energia* que o impulsiona a agir e conseguir (ou tentar, pelo menos), atingir um objetivo. Entendemos o conceito de motivação através da *teoria da motivação* desenvolvida por Schutz (1979). Seguindo esta perspetiva de análise – abordagem fenomenológica de Schutz – o conceito de *motivação* divide-se em dois tipos: (1) por um lado, os indivíduos agem dirigindo-se a objetivos que pretendem alcançar no futuro, sendo portanto *motivos a fim de* (Schutz, 1979: 124); (2) Por outro lado, os indivíduos agem de uma determinada forma porque possuem motivos que justificam a escolha dessa ação e refletem sobre essa escolha e sobre os motivos que os levaram a enveredar por essa escolha e não outra. Esses motivos justificativos são essencialmente o resultado dos conhecimentos adquiridos através de experiências passadas e são consideradas como *motivos por que* (*Idem*). Esta abordagem ao conceito reforça a vertente subjetiva, mediante a compreensão da ação planeada e desenvolvida pelos diplomados em processo *inserção profissional* – os *motivos a fim de*; por outro lado, ao nos centrarmos na reflexão que o indivíduo faz das suas escolhas e ações desenvolvidas, ou seja, a análise que faz em retrospetiva, em reflexão, das suas ações direcionadas para o ingresso na profissão desejada ou em vez disso, como desenvolve ação alternativas, refletimos sobre os *motivos por que*.

(ii) expectativas & aspirações na construção do *projeto de vida profissional* e do processo de *inserção profissional*
Frequentemente encontramos os conceitos de *expectativa* e *aspiração* associados e operacionalizados como se da mesma coisa se tratasse, contudo, o primeiro direciona-se para uma condição objetiva de concretização de metas, enquanto que o segundo se reveste de um caráter idealista, não contendo apreciação real da sua exequibilidade. Para a nossa investigação centramo-nos exclusivamente no conceito de *expectativa*. Não menosprezando a causa/efeito e a interligação que um conceito pode ter sobre o outro, assumimos que a visão mais idealista e menos objetiva que o termo *aspiração* comporta, não poderá ser abrangido na nossa dinâmica de pesquisa.
O conceito de *expectativa* refere-se, portanto a uma condição objetiva, de concretização de objetivos, de alcançar algo ou algum posicionamento, uma *projeção de futuro* já traçado. As expectativas são, portanto coincidentes com os *motivos a fim de* que anteriormente referimos (Schutz,1979) e integra, portanto uma estratégia de ação para a concretização das etapas de um *projeto*. Enquanto conceito direcionado para a ação, as *expectativas* são construídas tendo em conta a reflexão que o indivíduo faz sobre as informações *incorporadas* (experiências individuais e decorrentes da apreensão que este faz do *mundo vivido*, socorrendo-nos de novo da terminologia de Schutz). A análise destas informações permite ao indivíduo estipular se os objetivos a alcançar são

16 O conceito de "motivação" está amplamente estudado do domínio da Psicologia, nomeadamente referenciando-se ao contexto organizacional. Contudo, nesta investigação, a abordagem ao conceito será feito em termos sociológicos.

efetivamente exequíveis e portanto, se se constituem como *expectativas* e não como *aspirações*. Essa *análise* informativa que leva à construção de expectativas pressupõe, a nosso ver: (i) um comportamento dinâmico do indivíduo e que o direciona para o planeamento da ação[17]; (ii) a impossibilidade de previsão total do futuro, isto porque por mais informações incorporadas e que sustentem as expectativas formuladas, a realidade comporta sempre fatores surpresa que não podem ser antecipados totalmente pelo indivíduo; (iii) Finalmente, pressupõe ainda a existência de *antecipações* do que se espera alcançar tendo em conta um contexto típico. A sua real adequação ao esperado só poderá ser comprovado ou o diferencial só poderá ser verificado, após o término da ação. Essa reflexão e o conhecimento que o indivíduo incorporará da experiência passada, será crucial para a determinação do que Bourdieu (2010) considera face à população com diploma de ensino superior: desfasamento entre expectativas e oportunidades objetivas no mercado de trabalho e poderá contribuir para a análise do que Gilberto Velho (1994) considerou ser a revisão do projeto de vida do indivíduo, como estratégia para fazer frente a dificuldades.

4) Uma breve operacionalização da exposição teórica apresentada: a construção do projeto de vida profissional e a inserção profissional dos diplomados direcionados para o ensino

As novas configurações no mercado de trabalho, fruto da crise económica e das alterações do sistema produtivo e organizacional, contribuíram para a formulação de novas diretrizes públicas para a organização do sistema de ensino. Estas políticas públicas têm sortido efeito na prática da profissão docente, como sendo no acesso e permanência na carreira e até mesmo no próprio funcionamento do quotidiano escolar – salientamos a título de exemplo, as alterações no currículo escolar, na estipulação de metas curriculares a atingir pelos alunos, na organização escolar, como os contractos de autonomia das escolas, etc. Este panorama tem contribuído para profundas alterações no processo de *inserção profissional* dos diplomados do ensino superior que direcionam a sua formação para a profissão de professor. Devido a estas alterações, a inserção profissional dos diplomados assume actualmente na perspetiva de Jesus (1996: 21) um dos seguintes caminhos: terminada a sua formação superior, o jovem integra uma atividade profissional para a qual considera que a formação que recebeu se adequa; no caso de não conseguir, integra uma atividade profissional simplesmente como forma de subsistência; ou resta-lhe adiar a sua entrada no mercado de trabalho e continua o seu processo de formação académica ou profissional. Arriscamo-nos a dizer que estas fases são atualmente bem mais complexas: diplomados cuja inserção decorreu como previsto (em áreas coincidentes com as de formação), mas que se vêm confrontados com um *desencantamento* – ou, referindo-nos aos professores, sofrem de um *choque com a realidade* – face à sua área de formação e decidem mudar, apostando em outras atividades ou em novas formações; diplomados que, pela falta de perspetivas e de oportunidades para integrarem a profissão pretendida e para a qual receberam formação, decidem ingressar em outro tipo de atividades e que acabam por reconstruir o seu percurso profissional e as suas expectativas profissionais de futuro, desta vez em áreas não coincidentes com as de formação – podendo mesmo equacionar um regresso a formação; ou ainda diplomados que, prolongando o processo formativo, decidem (ou impõe-se-lhes) a entrada no mercado de trabalho – mais que não seja para sustentar economicamente o processo –, *alimentando* o desejo de ingresso na área profissional que desejam, muitas vezes esperando anos e onde a perspetiva de que venha a acontecer escasseia. Estes percursos complexos – e outras combinações – que referimos foram por nós encontrados, reportando-nos à profissão de professor, aquando da recolha de testemunhos de mestres com formação para o ensino da UNL[18]. A generalidade dos percursos de

17 O planeamento da ação, que como apresentamos anteriormente, pressupõe – seguindo a perspetiva de Schutz (1979) – uma biografia determinada; o armazenamento de conhecimento decorrente de experiências (suas ou de outros do seu tempo); e finalmente a atitude natural.

18 Aquando da escrita desta comunicação estávamos em recolha de entrevistas, daí que os discursos aqui apresentados são meramente ilustrativos, não tendo ainda sido alvo de análise aprofundada.

inserção profissional que encontrámos até ao momento, entre os diplomados da UNL evidenciam essa realidade: encontramos alguns episódios coincidentes com a expectativa de *inserção profissional*, em que o projeto de vida coincide com a formação recebida e o emprego que integram, contudo muitos destes indivíduos estão em processo de reingresso na profissão, sendo indivíduos que já eram professores antes do mestrado na área, e que, após a formação permanecem na atividade. Contudo, para uma parte significativa dos diplomados mais jovens entrevistados, apesar da profissão de professor fazer parte do *projeto de vida profissional*, e apesar de revelarem motivação e expectativas para que tal aconteça, a verdade é que o contacto com a profissão se resume a episódios esporádicos (em anos de estágio curricular aquando da formação para a profissionalização, em horários incompletos, em substituição de colegas, etc.), estando portanto o processo de *inserção profissional* a decorrer em áreas profissionais não coincidentes com a de formação – são vulgares situações de atividades profissionais como explicadores, administrativas, gestão de equipas, etc.

Neste sentido, torna-se pertinente a análise do processo de *inserção profissional* destes diplomados, no sentido em que este não corresponde ao projeto de vida profissional delineado. Estaremos, portanto perante casos de reconstrução do *projeto de vida* destes diplomados? Analisando os discursos até agora recolhidos, se por um lado a *inserção profissional* está a efetuar-se – os diplomados em maioria, estão e exercer uma atividade profissional – os discursos apontam para que os fatores motivacionais e as expectativas permanecem ligadas à profissão docente. Os discursos destes diplomados leva-nos a concluir que a motivação, aqui entendida enquanto *motivos a fim de* demonstrada por estes diplomados permanece, após a conclusão da formação e decorridos os primeiros anos de *inserção profissional* (analisados para o efeito no máximo 5 anos após conclusão do mestrado em ensino), direciona-os para a profissão de professor. Daí concluirmos que o projeto de vida profissional que se iniciou pelo menos com a escolha de uma formação direcionada para o ensino – em alguns casos os diplomados evidenciam que esta profissão fez parte do seu imaginário de profissão desde sempre, desde criança – essa motivação permanece, mesmo quando não tem correspondência em termos de concretização. Apresentamos um excerto de uma entrevista realizada que nos elucida para esta temática:

> *[Entrevista 1]:*
> *Continua a ser o objetivo* [ser professor]. *É o objetivo mais a longo prazo, porque neste momento mesmo que seja objetivo, as condições não são as melhores. Mas sim, se "eles" me dissessem: "podes ir ser professor em algum lado", eu ia, deixava o que estava a fazer e ia! (...)*
> *Não tenho outra hipótese se não de me rever noutra atividade* (risos) *mas idealmente, não me revejo noutra atividade…*

Apesar da motivação (*motivos a fim de*) demonstrada por quase todos os diplomados entrevistados até ao momento os direcionar para a profissão de professor, se nos centrarmos nos seus discursos reflexivos acerca da escolha da área de formação que receberam (licenciatura e agora mestrado), que os direciona para a profissão de professor, os seus discursos deixam de ser unanimes: se por um lado permanece a convicção de que é esta a profissão que querem para a sua vida, outros hesitam e colocam em questão se não deveriam ter escolhido outra formação, desabafando inclusive que não recomendariam esta profissão a alguém que lhes fosse próximo.

> *[Entrevista 2]*
> *(...)Não coloco de parte outras profissões (...) gostaria de fazer outras coisas (...).*
> *[Entrevista 3]*
> ***P: Recomendaria a alguém, a um filho, por exemplo, a profissão de professor?***
> *Não, neste momento não. Seguia o conselho que os seus pais me deram: sempre tentaram que não seguisse a formação para professor e que escolhesse outra área (...).*

Se em termos motivacionais a profissão de professor faz parte das suas intenções profissionais, em termos de expectativas os discursos que encontramos são contrários. Apesar de grande parte continuar a desenvolver ações no sentido de tentar o ingresso na profissão, a verdade é que as expectativas de concretização não são favoráveis. Os excertos a seguir expõem essa insegurança:

> *[Entrevista 1]*
> P: Integrar a carreira docente continua a ser um objetivo de vida profissional?
> *Sim, é conseguir integrar sim… Num mundo ideal que não este.*
> *[Entrevista 3]*
> *A intenção continua a de poder exercer. Mas tenho a convicção de que é muito difícil que tal aconteça. Tenho muita gente à minha frente* [no concurso de acesso].

Corroboramos a ideia de que o processo de racionalidade e de projeção da ação se direciona para o ingresso na profissão de professor, apesar das expectativas de concretização serem baixas. Como tal, esta profissão parece continuar a integrar o *projeto de vida profissional* de grande parte dos discursos recolhidos. Contudo, as *expectativas* e as *oportunidades objetivas* parecem não coincidir: as condicionantes externas, a *atitude natural* leva a que estes diplomados não vejam a possibilidade de concretização do *projeto de vida profissional*. Posto isto, a nossa reflexão continuará[19] no sentido de averiguarmos que projeto de vida efetivamente estes diplomados apresentam e defendem para o futuro, face aos empregos conseguidos e por isso que identidade e que socialização profissional está a ser construída entre estes diplomados que se veem confrontados com a impossibilidade de efetivo ingresso na profissão desejada.

Conclusão:

A presente comunicação teve como objetivo dar continuidade aos estudos referentes à ao processo de *inserção profissional* dos diplomados do ensino superior e mais concretamente dos da UNL. Foi nosso objetivo compreender a ligação entre este período específico do percurso de vida de cada diplomado e de como é condicionado e condicionador de muitos outros aspetos de vida desta população, nomeadamente na construção do *projeto de vida profissional*, identidade e socialização.
Os estudos que se centram especificamente no período de inserção profissional dos diplomados do ensino superior, que integram problemáticas como o desemprego, a precariedade ou a não correspondência entre formação e emprego conseguido surgem na sociedade portuguesa principalmente após a década de 1980, época mais marcante em termos de alterações económicas e de reestruturação do setor produtivo. Entre os diplomados do ensino superior, o processo de inserção profissional difere bastante tendo em conta indicadores como a área de formação que receberam (outros indicadores serão certamente também de crucial importância, mas sem dúvida que a área de formação será um fator de diferenciação de tipo de percursos). Tendo em conta esta especificidade, centramos a nossa investigação nos diplomados da área do ensino, isto porque entendemos que esta profissão tem sido alvo de muitos episódios controversos, quer seja por alterações incutidas pelo poder Estatal, como pela degradação do prestigio social atribuído a estes profissionais. É neste contexto que integramos a nossa investigação, que remete para a problemática da construção do *projeto de vida profissional*, na sua interligação com o processo de *inserção profissional*, assumindo que ambos os conceitos se interligam e o impulsionam na (re)construção permanente do percurso de vida dos diplomados. Também não descuramos a visão de que nesta interligação e (re)construção, estão subjacentes os processos de construção da socialização e da identidade dos indivíduos. Foi nosso objetivo clarificar as dimensões teóricas e as contribuições de alguns investigadores para a construção do nosso objeto de estudo, apresentando preliminarmente e de forma ainda pouco trabalhada alguns discursos dos atores.
Assumimos, portanto os conceitos de *inserção profissional* e de *projeto de vida profissional* como sendo centrais na construção do nosso objeto de estudo. Estes pautam-se, sucintamente pelos seguintes aspetos:
(Inserção profissional)
- Pressupõe uma transição do ambiente formativo para o de emprego;
- Tem início com o fim do tempo dedicado à formação por parte do indivíduo, passando este a utilizar o seu

19 Recordamos que esta comunicação surge da realização de uma investigação mais ampla acerca dos diplomados da UNL.

tempo exclusivamente à procura ou à prática de uma atividade profissional remunerada. Em situações de abandono de emprego – devido a episódios de desemprego, mudança de emprego ou ingresso em formação, por exemplo – e que o indivíduo volte novamente a procurar ou ingressar num emprego, este indivíduo está em situação de *reingresso* profissional;
- Existem diferentes formas de inserção profissional, no que confere à integração no mercado de trabalho, tudo depende do tipo de emprego conseguido e da perspetiva com que o próprio indivíduo visualiza a sua situação nesse mesmo emprego;
- O final do processo de inserção profissional acontece quando o indivíduo considera ter uma posição estável, não despendendo tempo na procura de outro emprego. Uma situação estável não significa necessariamente ter um contrato sem termo, mas sim uma situação a que o indivíduo atribua segurança laboral, não pretendendo procurar novo emprego nos tempos próximos;
- Pressupõe uma dimensão racional e de responsabilização do indivíduo na procura do tipo de emprego que, de alguma forma lhe serve ao seu projeto de vida profissional;
(Projeto de vida profissional)
- O projeto de vida profissional é da responsabilidade do indivíduo e da racionalidade com que projeta o seu futuro, sendo portanto construído tendo em conta as informações que o indivíduo vai recolhendo ao longo da vida, e que lhe permitem definir e idealizar uma posição, para o caso, num emprego. Para tal define (de uma forma mais ou menos organizada e mais ou menos exata), objetivos a alcançar, os meios necessários e a temporalidade para que tal aconteça – sendo crucial para tal aspetos como a *memória,* o *fantasiar da ação* e as informações que possui acerca das condições de acesso e permanência num determinado mercado de trabalho;
- A definição mais ou menos concreta do projeto de vida do indivíduo direciona-o para determinados empregos e, portanto para determinados percursos de inserção profissional. Da mesma forma que, a impossibilidade de ingresso e estabilização em determinados empregos (que se pode dever a condicionalismos externos ao indivíduo, como é o caso das condicionantes dos mercados de trabalho ou as diretrizes estatais no caso dos professores), podem levar à reconstrução do projeto de vida profissional e a novos caminhos no que confere à inserção ou *reinserção* profissional;
- Tanto o processo de inserção profissional como o projeto de vida profissional dos diplomados contribuem para a construção da socialização e da identidade profissionais dos indivíduos;
- Em ambos os processos – inserção e construção do projeto de vida profissionais – os fatores motivacionais e as expectativas são cruciais para determinar que objetivos, que fins e, portanto, que campos de possibilidades o indivíduo terá à disposição.

Posto isto, consideramos que a abordagem que seguimos no que confere aos diplomados do ensino superior (no caso os que terminam a sua formação em algum mestrado da UNL na área do ensino), dos seus processos de inserção profissional e da forma como vivenciam os seus projetos de vida profissional, poderá ser utilizada na análise de outros percursos de vida dos nossos diplomados de outras áreas de formação.
Assumimos, portanto, uma visão centrada no indivíduo e nos seus discursos sobre as suas trajetórias de vida e da realidade que o rodeia. O que pretendemos acima de tudo salientar nesta comunicação é de que o processo de inserção profissional nos diplomados do ensino superior está longe de saturação científica. A complexidade e as vivências dos atores dão-nos conta de um universo complexo e onde o ator surge cada vez mais como figura central de uma teia de relações e de ações mais ou penos intencionais para a concretização efetiva da sua inserção profissional e assim, dar corpo aos seus projetos de vida profissionais. Contudo, como Dubar (2005) refere, os períodos de crise económica são impulsionadores de momentos de incerteza face ao futuro, e a dimensão profissional não foge à regra. É necessário, por isso reconstruir quadros sociais de ação, "(…) porque os de ontem já não convêm e os de amanhã ainda não estão estabelecidos." (Dubar, 2005: XXV).

Bibliografia

AAVV (1988), "Relatório da Comissão criada pelo Despacho 114/ME/88 do Ministério da Educação". Análise Social, vol. XXIV (103-104) (4º, 5º), pp. 1187-1293;

ALVES, M. G. (2007), *A inserção profissional de diplomados de ensino superior numa perspetiva educativa: o caso da Faculdade de Ciências e Tecnologia*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia;

ALVES, N. (SD), "Inserção profissional dos jovens: do problema social ao objeto sociológico". Disponível em http://www.uff.br/ejatrabalhadores/artigo-02.htm#_ftn1 [consultado em 03-12-2014];

BOURDIEU, P. (2010), *A distinção: uma crítica social da faculdade do juízo*. Lisboa, Edições 70;

DUBAR, C. (2001), "La construction sociale de l'insertion professionnelle". Éducation et sociétés, n.º 7/2001/1, pp. 23-36;

DUBAR, C. (2005), *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo, Martins Fontes;

JESUS, S. N. (1996), *A motivação para a profissão docente: contributo para a clarificação de situações de mal-estar e para a fundamentação de estratégias de formação de professores*. Coleção Ciências da Educação e Desenvolvimento Humano, n.º 14, Aveiro, Estante Editora;

NICOLE-DRANCOURT, C. e ROULLEAU-BERGER, L. (2001), *Les jeunes et le travail 1950-2000*. Paris, PUF ;

NÓVOA, A. (1993). "The Portuguese state and teacher education reform: a socio-historical perspetive to changing patterns of control". In POPKEWITZ, T. S. (ed.), *Changing patterns of power – social regulation and teacher education reform*. Albany NY, State University of New York Press;

ROSE, Jose (1996), "L'organisation des transitions professionnelles entre socialisation, mobilisation et recomposition des rapports de travail et d'emploi". *Sociologie du Travail*, XXXVIII, 1/96, pp. 63-79;

SCHUTZ, A. [WAGNER, H (org.)] (1979), *Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos*. Rio de Janeiro, Zahar;

TROTTIER, C. (1995), "Émergence et constitution du champ de recherche sur l'insertion professionnelle". In TROTTIER, C., PERRON, M., DIAMBOLA, M., *Les cheminements scolaires et l'insertion professionnelle des étudiants de l'université*. Saint-Foy, Les Presses de l'Université Laval;

VELHO, G. (1994), *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor;

VERNIERES, M. (coord.) (1997), *L'insertion professionnelle: analyses et débats*. Paris, Economica;

Anexos:

Gráfico 1: Docentes em exercício nos ensinos pré-escolar, básico e secundário (1961-2013)

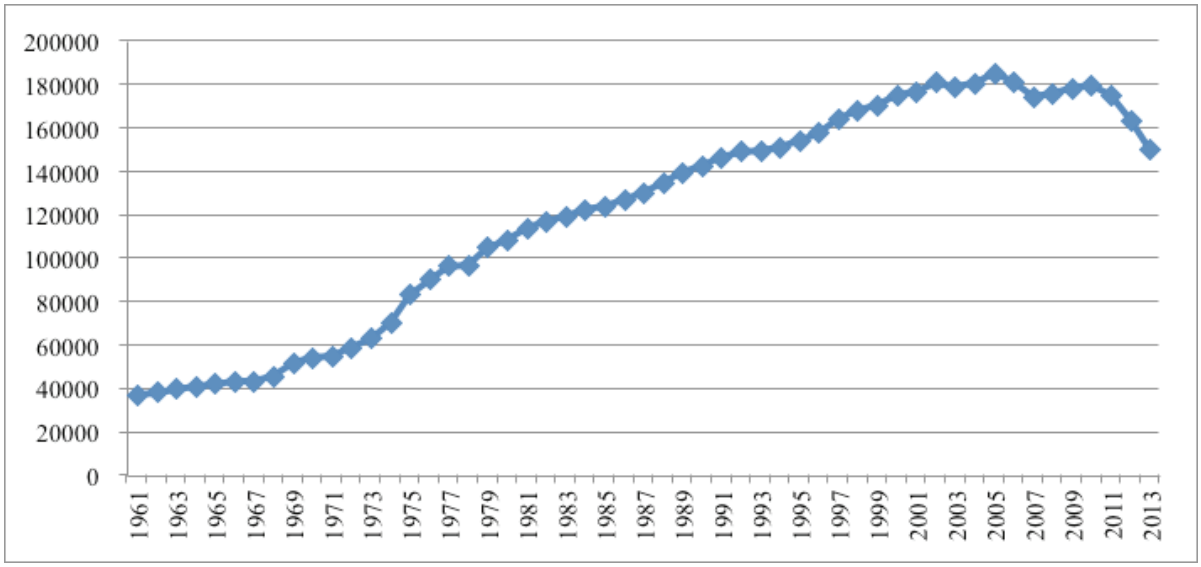

Fontes/Entidades: DGEEC/MEC, PORDATA (disponível em www.pordata.pt a 10 de junho de 2014)

Gráfico 2: Desempregados registados com habilitação superior, segundo a categoria profissional pretendida: Docentes do ensino secundário, superior e profissões similares + Profissionais de nível intermédio do ensino (2007-2013)
(% face ao total de desempregados com habilitação superior)

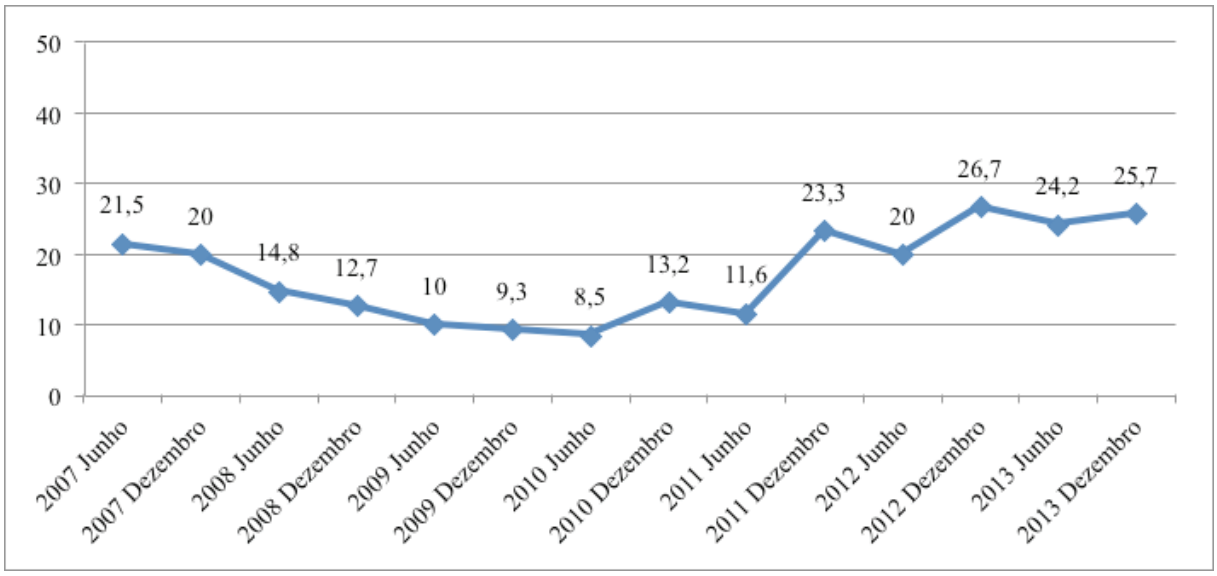

Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (disponível em http://www.dgeec.mec.pt/np4/92/ a 18 de junho de 2014)

Gráfico 3: Desempregados registados com habilitação superior, segundo a categoria anterior*: Docentes do ensino secundário, superior e profissões similares + Profissionais de nível intermédio do ensino (2011-2012)
(% face ao total de desempregados com habilitação superior)

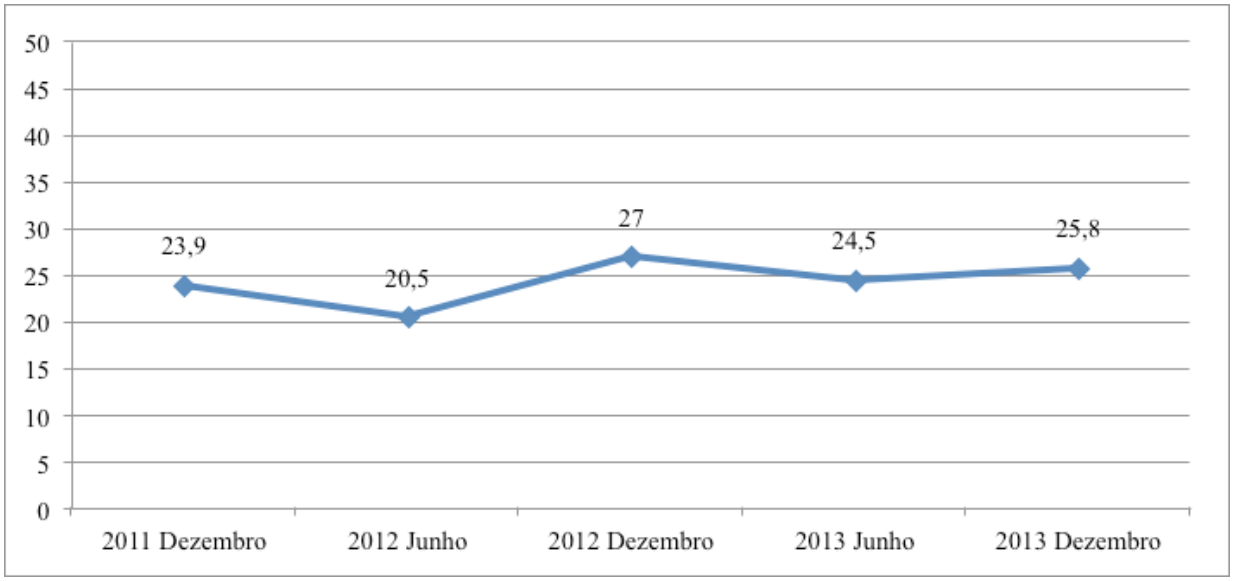

Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (disponível em http://www.dgeec.mec.pt/np4/92/ a 18 de junho de 2014)

*Não estão incluídos, por isso, os desempregados à procura do primeiro emprego.

A partir de dezembro de 2011 as categorias aparecem desagregadas: surgem diferenciadas as *categorias profissionais pretendidas* e as *categorias anteriores*. Antes de dezembro de 2011 só existe informação para as *categorias pretendidas*

Gráfico 4: Diplomados no ensino superior por área de educação e formação (1994-2012)

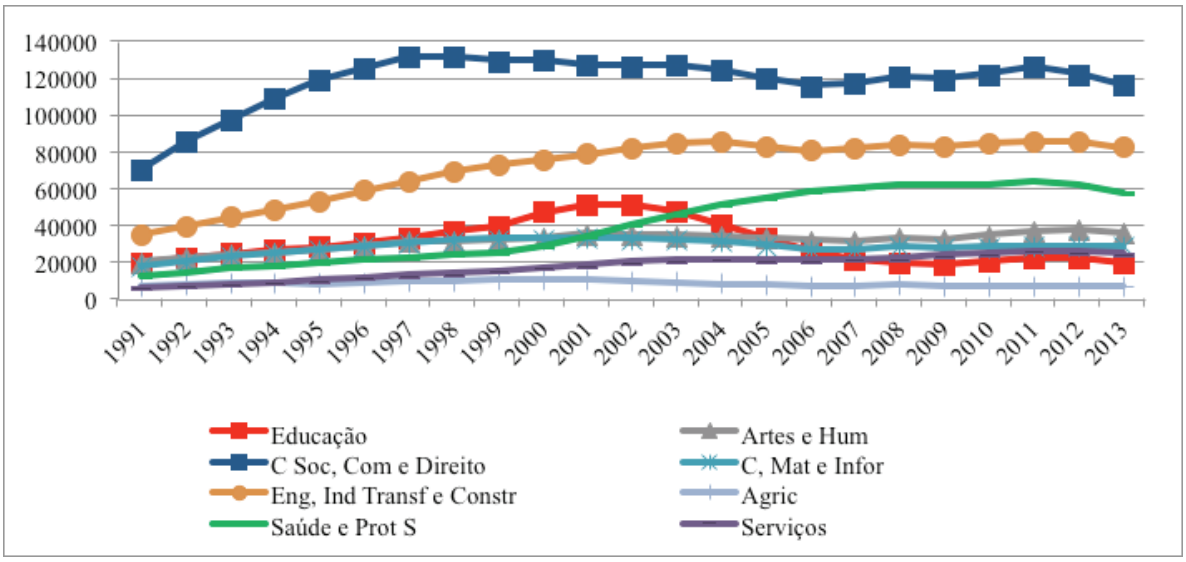

Fontes/Entidades: DGEEC/MEC, PORDATA (disponível em www.pordata.pt a 21 de novembro de 2014)

Permacultura - Consciência ética e mudança intencional de modos de vida

Cristiana Vale Pires[1]
cris.vpires@gmail.com

Resumo: Vários indivíduos e coletivos tem vindo a adotar a Permacultura enquanto filosofia de vida, motivados por uma perceção holística de crise baseada numa elevada consciência ética. A etnografia (em desenvolvimento) que motiva esta apresentação, parte da observação de indivíduos que moldam as suas identidades e mudam intencionalmente o seu estilo de vida em termos de relação com o trabalho/meios de subsistência, práticas de consumo e cuidado ambiental, e a sua organização em coletivos e comunidades de teor informal, ativista e experimentalista. O trabalho de campo está a decorrer em meio urbano e em meio rural, de forma a perceber de que forma é que "esta construçao de alternativas acontece" em diferentes contextos. Em meio rural, baseia-se em observaçao participante e entrevistas que decorreram em estadias em Tamera (ecoaldeia localizada no Alentejo) e no Soajo (Minho); em meio urbano baseia-se na observaçao e acompanhamento do movimento comunitario Ecosol.
A permacultura surge como o elo comum que permite corelacionar as narrativas dos diferentes indivíduos e coletivos, enquanto cultura salvacionista, com elevado sentido ético e com ensinamentos para a auto-subsistência e o bem-estar individual e comunitário. Apesar da sua ligação à agricultura é um conceito sofisticado e holístico que incorpora dimensões individuais (estilo de vida, responsabilidade individual), organização social (geralmente em comunidades), conhecimentos e práticas tradicionais e novos desenvolvimentos tecnológicos e científicos.
O enquadramento teórico tem por base perspetivas da Antropologia Económica e Antropologia Ambiental, com contributos multidisciplinares de disciplinas como a Geografia Humana, a Psicologia e a Sociologia.

Palávras-chave: movimentos sociais, permacultura, cuidado, estilo de vida alternativo.

I - Permacultura – A ética do cuidar

"O cuidado é uma disposição motivacional para concretizar ideologias morais do bem e do correto. (...) O cuidado tem um significado moral: assente na preocupação e na dedicação, implica o reconhecimento do outro na nossa existência, tornando-se num elemento constitutivo dos laços sociais" (Almeida, et al. no prelo).
A Permacultura (cultura permanente) é um conceito central e transversal ao meu trabalho etnnogràfico e reflexão teórica, fundamentalmente por ser amplamente difundido, refletido e implementado pelos movimentos que me propus investigar. Este conceito foi formalmente definido em 1978, na Austrália, por Bill Mollison e David Holmgren para se referirem "a um design consciente e à manutenção de ecossistemas agrícolas produtivos que incluem a diversidade, estabilidade e resiliência dos ecossistemas naturais" (Mollison, 1990: xi). Para isso, interliga o clima, plantas, animais, ciclos de nutrientes, solo gestão da água e necessidades humanas em unidades produtivas e eficientes, para trabalhar em cooperação com a Natureza. Relaciona-se com valores e

---

1 Cristiana Vale Pires é Licenciada em Psicologia (FPCE.UP- Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto), Mestre em Antropologia: Globalização, Migrações e Multiculturalismo (ISCTE.IUL) e Doutoranda em Antropologia (ISCTE.IUL). Desde 2010 que tem investigado temas como a contracultura, permacultura, cuidado como fator de sustentabilidade, economia moral e mudança intencional de modos de vida em ecoaldeias e outros movimentos comunitários em meio rural e urbano. Participa também no projeto "O Cuidado como fator de sustentabilidade em tempos de crise" (TDC/CS-ANT/117259/2010).
Nota: Este texto faz parte de um projeto de investigação financiado pela FCT- Fundação para a Ciência e a Teconologia, FCT PTDC/CS-ANT/117259/2010, IR Antónia Pedroso de Lima

ética voltados para o ambiente e enfatiza o sentido de responsabilidade de cuidar, reabilitar e criar. As bases éticas da permacultura são: cuidar da Terra, cuidar das pessoas, colocar limites à população e ao consumo. É uma filosofia holística que propõe formas alternativas de gestão social, económica e ambiental, produção de energia, educação e saúde.

Apesar de apresentar uma filosofia e uma visão bem definidas, é tambèm um conceito complexo e dificil de definir em termos praticos por considerar de forma exaustiva todos cos condicionantes locais.Durante o curso de "Design em Permacultura" em Serralves (em 2014), Joana Costa (bióloga e permacultora) definui permacultura como "uma ferramenta de design que associa conhecimentos ancestrais e científicos, tecnologias tradicionais e modernas, estilos de vida atuais e éticas de cuidar da Terra, cuidar das pessoas e partilha justa dos excedentes."

A permacultura é um conceito cuja carga ética e moral é intencional, que na prática, e em termos antropológicos introduz inovaçoes sociais na área do cuidado. Neste contexto, o uso de tecnologia para "curar" a terra (*healing*), práticas agriculas ecológias e biodinâmicas, mobilidade com baixa pegada (p.e. uso de bicicleta, *hijacking*), a mudança intencional para estilos de vida mais simples e comunitários, representam práticas de cuidado com implicações em termos social, ambientais e económicos.

II- Permacultura e Ambiente

"O ambiente está a tornar-se a questão política da nossa era em que têm vindo a emergir novas formas de moralidade, sociabilidade e governância" (Leach e Fairhead, 2012:275). Neste sentido "mais do que nunca, as interações recíprocas entre sociedade e ambiente requerem pesquisa e reflexão, pelo que os antropólogos podem traçar novos caminhos produtivos numa nova norma" (idem).

Como se pode depreender pela definiçao do conceito, a dimensão ambiental é fortemente enfatizada no conceito de Permacultura. À semelhança do que acontece em outros movimentos ambientalistas, a dimensão ambiental está relacionada com dimensões políticas e económicas, ligadas á produtividade e consumo; nesse sentido, não é de estranhar que o discurso sobre o ambiente não se restrinja apenas a questões técnicas mas se expanda a questões morais que moldam as narrativas e as práticas acerca do que é ser ambientalmente sustentável (Leach e Fairhead, 2012).

Para Ingold (2002) o ambiente é um conceito relativo, tem existência e desenvolve-se com o sujeito e à sua volta; para além disso, nunca está completo, assim à medida que a vida continua, eles (sujeito e ambiente) estão continuamente em construção. De acordo com Leach e Fairhead (2002) as visões sobre a mudança ambiental que dominam os debates políticos são perspetivas culturais particulares dominadas pelo conhecimento científico. Contudo, as preocupações ambientais podem não ser globais, partilhadas e neutras. Tanto as perspetivas de quem usa a terra, como a das ciências e dos movimentos ambientais são culturais: estão enraizados na experiência de processos ecológicos, incorporam ideias, crenças e valores particulares em relação ao ambiente e usam os seus próprios conceitos, vocabulários e teorias de causa-efeito. No caso específico da permacultura, há crenças, conceitos e práticas que são transversais a todos os movimentos que a aplicam. Há práticas que são comuns à maior parte dos movimentos de permacultura: compostagem, etc., há outras cuja visão é comum, mas a forma de a concretizar difere. Assim, criar uma plataforma online de consumo ético, mediada por uma moeda alternativa (movimento Ecosol, Porto), criar uma rede de agricultura de proximidade para abastecimento comunitário de hortículas (Tamera), ou a produção dos seus próprios legumes (movimento de permacultura no Soajo), são práticas que visam descentralizar o consumo, fortalecer alternativas de produção e distribuição éticas e, consequentemente proteger o meio ambiente.

É também interessante perceber tal à semelhança do que acontece em outros movimentos ambientalistas, as narrativas de colapso ecológico e salvação pela redenção (mudança de relação com o meio ambiente), associado a um discurso moralista sobre o que é agir de forma ambiental ou não, tornam o ambientalismo não apenas numa causa, mas por vezes se configuram como religiões (Garreau, 2010).

III– Notas de Terreno: Permacutura e estilo de vida

"Para mim criar uma economia alternativa ou viver de forma alternativa e muito mais do que resistir a crise. E uma forma de estar, e uma filosofia de vida, e viver de acordo com aquilo que acredito", refere Sara Silva (30 anos, arquiteta e permacultora), uma das fundadoras e participantes do movimento Ecosol. Esta afirmação é representativa de algo que no meu trabalho etnográfico é claro. A mudança intencional para estilos de vida ligados á permacultura, é motivada por posicionamentos políticos e ideológicos, está ligado a um sentido ético e a um projeto de vida individual que é moldado e se torna coletivo pela pertença a determinado coletivo/comunidade, e reflete um sentido de participação e reponsabilidade por problemas globais. Paralelamente, está embebido em dimensões psicológicas como perfil de liderança, empoderamento, criatividade, a resiliência necessárias para lidar com a frustração, como abdicar de bens de conforto e que nas sociedades contemporâneas podem ser considerados de primeira necessidade (p.e. água quente ou energia eléctrica) e para enfrentar pressões sociais (família, amigos, sociedade em geral). Nesse sentido, não é de estranhar que a maior parte das pessoas que optam por estes estilos de vida são cosmopolitas, estudarão e viajarão e derivam de familias de classe média/alta.

Em termos coletivos e comunitários, o consenso sobre uma identidade comum refletida navisão e práticas do movimento, é tão importante como a manutenção da individualidade onde o sujeito não é absorvido pelo todo e as suas especificidades reforçadas e capitalizadas pelo grupo.

Paralelamente, a presença de um es paço, um *local,* surge como fator aglutinador de pessoas, ideias, práticas e conhecimentos; e é muitas vezes uma fator imprescindível ao desenvlvimento e evolução do coletivo.

Bibliografia

ALMEIDA, M., ALVIM, F., CHALLINOR, E., CUNHA, M., DOBABELLA, C., FRÓIS, C., LIMA, A., MAPRIL, J., MOZ, M., OLIVEIRA, F., PIRES, C., QUINTELA, M., SANTINHO, C., SARAIVA, M., SILVA, V., TOGNI, P. (2014), Cuidado: O cuidado como fator de sustentabilidade em situações de crise. No prelo.

GARREAU, J. (2010), "Environmentalism as Religion", *The New Atlantis: A Journal of Technology and Society,* 28, pp. 61-74.

INGOLD, T. (2002), *The perception of the environment: Essays on livelihood, dwelling and skill,* Londres: Routledge.

LEACH, M., FAIRHEAD, J. (2002), "Anthropology, culture and environment". In J. Macclancy (ed.), E*xotic no more: Anthropology on the front lines,* Chicago: The University of Chicago Press, pp. 2009-226.

LEACH, M., FAIRHEAD, J. (2012), "Environment and Society: Political ecologies and moral futures", Fardon, R., Harris, O., Marchand, Nuttall, M., Shore, C., Strang, V., Wilson, R. (eds.), *The SAGE Handbook of Social Anthropology,*Vol.2, Thousand Oaks: Sage Publications, pp. 275-285.

Mollison, B. (1990), *Permaculture – a practical guide for a sustainable future,* Washington, DC: Island Press, 1-69 e 505-558.

Crise Económica em Portugal: Alterações nas Práticas Quotidianas e nas Relações Familiares[1]

Raquel Ribeiro
Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Portugal
rmp.ribeiro@gmail.com

Catarina Frade
Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal
Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Portugal, cfrade@fe.uc.pt

Lina Coelho
Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal
Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Portugal, lcoelho@fe.uc.pt

Alexandra Ferreira-Valente
Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal
Universidade Lusíada de Lisboa, Portugal, mafvalente@gmail.com

Resumo
Apesar das previsões de um tímido crescimento económico para 2014, Portugal atravessa a pior crise económica da sua história democrática, com níveis de desemprego nunca antes experienciados. Neste artigo apresentamos resultados de um estudo em curso sobre a forma como a crise económica está a afetar os casais em idade ativa com filhos dependentes. Os resultados preliminares sugerem a importância do desemprego, da intensidade da redução do rendimento familiar, do peso do endividamento no orçamento familiar e do efeito cumulativo das alterações às práticas quotidianas familiares na degradação do bem-estar psicológico/emocional dos cônjuges e no aumento das discussões no casal. Analisa-se a solidariedade das redes sociais informais no apoio a esses casais em dificuldades e discute-se o papel do Estado Social, o impacto económico e social das políticas públicas.

Palavras-chave: Crise económica, desemprego, endividamento, relações familiares, impacto psicossocial negativo.

1. Introdução

Uma crise que começou no mercado hipotecário *subprime* nos Estados Unidos em 2007 rapidamente alastrou ao sistema financeiro global e tornou-se, na opinião de muitos economistas (e.g. Soros, 2008), a pior crise financeira desde a Grande Depressão. Do sector financeiro a crise estendeu-se à economia real, com consequências dramáticas sobre a produção e a procura, tendo também contaminado as finanças públicas. Os cortes no investimento e na despesa pública, sobretudo nos setores sociais, vieram reforçar os números do desemprego (Maier, 2011; United Nations [UN], 2013; UNDP, 2009). De 2007 a 2012 verificou-se uma diminuição de cerca de 67 milhões de empregos, sobretudo nos países mais desenvolvidos (UN, 2013).

---

1 Este artigo foi escrito no âmbito do projeto "FINFAM – Finanças, Género e Poder: como estão as famílias portuguesas a gerir as suas finanças no contexto da crise?" (PTDC/IVC-SOC/4823/2012 – FCOMP-01-0124-FEDER-029372), financiado por fundos FEDER através do Programa Operacional Fatores de Competitividade e por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

Apesar de alguns sinais de recuperação económica nas economias desenvolvidas em 2013, os atuais níveis de crescimento não são suficientes para gerar criação de emprego. Com efeito, a taxa de crescimento global da economia de 2.9% encontra-se ainda mais de um ponto percentual abaixo da taxa média de crescimento anual registada na década anterior à crise (International Labour Office [ILO], 2014). Como consequência, os problemas estruturais do mercado de trabalho estão-se a agravar, à medida que o desemprego se torna mais prevalente e que a sua duração média aumenta em muitos países (ILO, 2014).

Na União Europeia, as medidas tomadas pelos Estados para enfrentar a crise (recapitalização dos sistemas financeiros, ajuda a setores domésticos e empresariais, pacotes de incentivos fiscais, etc.), tornaram visíveis as limitações estruturais e os desequilíbrios da zona Euro (Primo Braga & Vincelette, 2010). Neste sentido, países como a Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha, viram acrescer aos efeitos da crise económica e financeira internacional a crise das dívidas soberanas. A fragmentação financeira da zona Euro colocou a economia portuguesa entre as mais vulneráveis, conduzindo à inevitabilidade do pedido de assistência económica e financeira da *Troika*, i.e. Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional (Banco de Portugal, 2014).

Assim, embora a maioria dos governos europeus tenha lançado programas de consolidação orçamental na segunda fase da crise, a partir do final de 2009, com cortes significativos nos sistemas de proteção social, estes cortes foram especialmente profundos nos países sob assistência financeira internacional, como Portugal.

Partindo de um estudo em curso sobre a forma como as famílias portuguesas com filhos dependentes estão a lidar com a crise económica (Coelho et al., 2014), este artigo procura analisar em que medida a situação profissional dos cônjuges e as mudanças ocorridas na vida familiar durante a crise, estão associadas a uma degradação do bem-estar psicológico/emocional dos cônjuges e ao aumento das discussões no casal. Visa ainda analisar a solidariedade das redes sociais informais e discutir o papel do Estado Social no apoio a esses casais em dificuldades.

1.1. Efeitos da Crise Económica no Mercado de Trabalho em Portugal

A crise económica internacional e a subsequente crise da dívida pública nacional vieram agravar a situação de débil crescimento económico que se verificava em Portugal desde os inícios do segundo milénio, altura em que o processo de convergência com o nível médio de rendimento *per capita* da União Europeia foi interrompido (Banco de Portugal, 2014; Gonçalves, 2005). Com efeito, a deterioração do mercado de trabalho e das condições de emprego vinham a ser sentidas de forma particular no país desde a adesão à União Monetária. Portugal encontrava-se entre os países da União Europeia com maior crescimento do desemprego na última década (Silva & Pereira, 2012; Valadas, 2013): em 2001 a taxa de desemprego era de apenas 4% (o valor mais baixo desde 1970), em 2013 ela tinha quadruplicado, atingindo os 16.3% (Valadas, 2013), o valor mais elevado da história democrática do país (PORDATA, 2014a).

O forte crescimento do desemprego decorrente da crise internacional afetou todos os grupos etários, mas foi particularmente acentuado nos grupos mais jovens da população portuguesa. No grupo etário dos 15 aos 24 anos, a taxa de desemprego passou de 9.4%, em 2001, para 37.7%, em 2013. No grupo etário dos 25 aos 34 anos o aumento foi de 14.9 pontos percentuais, passando de 4.1%, em 2001, para 19%, em 2013. Já na faixa etária dos 35 aos 44 anos o aumento foi de 11.1 pontos percentuais (3.2% para 14.3%) enquanto na faixa etária dos 45 aos 54 anos de idade os valores passaram de 3.0% para 13.8%. Também o desemprego de longa duração teve um aumento acentuado, de 40% do desemprego total em 2001 para 62% em 2013 (Banco de Portugal, 2014).

Estes dados são particularmente importantes tendo em conta as fragilidades do sistema de proteção social em caso de desemprego. Se já em 2000, na perspetiva de Gallie e Paugam (2000, cit. in Valadas, 2013), o sistema de proteção social português se enquadrava nos sistemas *subprotetores*, as mudanças ocorridas desde então, e nomeadamente já durante o período de assistência financeira, vieram fragilizar ainda mais a situação dos desempregados em Portugal (Valadas, 2013). No espaço de uma década, o rácio de proteção baixou para perto de metade, passando de 82.9% para apenas 44.8% (Silva & Pereira, 2012). Assim, para além de deixar desprotegidos um número elevado de trabalhadores desempregados, o crescimento do desemprego de longa duração sugere também a ineficiência do sistema na diminuição do tempo de desemprego.

Num contexto em que as necessidades dos trabalhadores e desempregados são crescentes e prementes, dada a insegurança social e económica resultante do agravamento da crise económica e financeira, assiste-se a um recuo por parte do Estado, quer nos apoios concedidos, quer na sua função de mediação e regulação do mercado de trabalho (cf. Silva & Pereira, 2012; Valadas, 2013). Com efeito, as diversas mudanças introduzidas nas regras de atribuição e funcionamento das prestações sociais[2] permitiram, apesar do forte crescimento da taxa de desemprego dos últimos anos, manter contido o crescimento da despesa com prestações de desemprego (Silva & Pereira, 2012).

Por outro lado, o número de pessoas disponíveis para trabalhar em empregos precários, mal remunerados e de curta duração tem aumentado significativamente (Centeno & Novo, 2013; Valadas, 2013). No que respeita aos jovens, mais de 50% dos empregos são de carácter temporário. Isto é particularmente grave quando os custos de ajustamento têm incidido essencialmente sobre os trabalhadores com vínculos precários: 2/3 dos trabalhadores que perderam o emprego em 2010 tinham contrato a prazo (Silva & Pereira, 2012). Mas mesmo os trabalhadores com vínculos profissionais mais estáveis e protegidos face ao desemprego viram o seu rendimento sofrer grandes cortes em consequência da crise, de que são exemplo a sobretaxa extraordinária de 3.5% aplicada em sede de IRS a trabalhadores e pensionistas ou os cortes salariais aplicados aos trabalhadores do sector público (cf. Lopes & Frade, 2012).

Neste contexto é de referir que Portugal apresenta uma das mais elevadas taxas de pobreza[3] da zona Euro. O seu aumento em 0.8 pontos percentuais em 2013 face a 2012 inverteu a tendência descendente verificada nos anos anteriores. Para esta situação contribuiu uma fração significativa de trabalhadores em situação de pobreza (cerca de 10%) e o aumento do desemprego. Em 2012, a taxa de pobreza entre os desempregados era de cerca de 40%, mais do dobro da taxa para o conjunto da população (Banco de Portugal, 2014).

Dado que é essencialmente com base no rendimento do trabalho, em especial do trabalho por conta de outrem, que indivíduos e famílias estruturam os seus projetos de consumo e endividamento, o desemprego e a diminuição de rendimento disponível podem acarretar consequências particularmente gravosas numa população já fortemente endividada (Costa & Farinha, 2012; Frade et al., 2006).

1.2. Crise Económica e Endividamento

A sociedade de consumo baseada no crédito aos consumidores[4] (*consumer credit*) surgiu nos Estados Unidos em meados do século XX (Burton, 2008) com a desestigmatização do crédito e a democratização do seu acesso. O recurso ao crédito para compra de habitação ou outros bens só se tornou, contudo, uma realidade na sociedade portuguesa a partir da década de 1990s (Frade et al., 2006; Marques & Frade, 2000). O crédito veio proporcionar uma melhoria substancial da qualidade de vida de muitas famílias, ao permitir o acesso a bens indispensáveis como habitação, máquina de lavar roupa ou louça, automóvel, televisão ou atividades culturais e de lazer (Frade et al., 2006). De uma taxa de endividamento[5] de apenas 20% do rendimento disponível em 1990, Portugal tornou-se rapidamente num dos países com mais elevadas taxas de crescimento do endividamento: de 40%, em 1995, passou-se para 80% em 1999 e 130.5% em 2009 (Costa & Farinha, 2012; Frade et al., 2006; Marques & Frade, 2000; Santos, Teles, & Serra, 2014).

Na sociedade portuguesa a expansão acelerada do crédito ocorreu num ambiente económico favorável, caracterizado pelo crescimento continuado dos salários reais conjugado com a descida continuada da taxa de juro e

---

2 Para uma sistematização das mudanças ver, por exemplo, Valadas (2013).

3 A taxa de pobreza corresponde à percentagem de indivíduos que dispõem de um rendimento anual líquido por adulto equivalente inferior a 60% do rendimento mediano por adulto equivalente no país.

4 Por crédito aos consumidores entende-se empréstimo a particulares que não se destina a uma atividade económica e profissional, contrapondo-se ao crédito às empresas. Inclui o crédito destinado à aquisição de bens imobiliários, nomeadamente habitação, e o crédito para a aquisição de outros bens e serviços, vulgarmente designado por crédito ao consumo (Frade et al., 2006).

5 Entende-se por *endividamento* o saldo devedor de um agregado familiar que pode resultar de um único compromisso de crédito ou de mais do que um em simultâneo, neste caso *multiendividamento* (Marques & Frade, 2000).

correspondeu, em grande medida, a uma resposta racional[6] dos agentes económicos ao enquadramento político-social (ver, por exemplo, Banco de Portugal, 2014; Frade et al., 2006). Num contexto de inexistência de um mercado de arrendamento efetivo conjugado com políticas públicas promotoras do endividamento hipotecário (bonificações associadas a empréstimos para aquisição de habitação própria permanente, incentivos fiscais concedidos em sede de IRS para aquisição, construção ou beneficiação de imóveis para habitação própria e permanente ou para arrendamento, regimes fiscais promotores de contas poupança-habitação, etc.), a compra de casa própria surgiu como a melhor opção para colmatar as necessidades de alojamento de muitos agregados familiares (cf. Santos, Teles, & Serra, 2014). Com efeito, o envidamento das famílias portuguesas é sobretudo com o crédito à habitação, que representa cerca de 80% do endividamento global das famílias, valor que se tem mantido relativamente constante ao longo dos anos (Banco de Portugal, 2014).

Se até ao irromper da crise económica e financeira o endividamento não ofereceu grandes razões para alarme (Santos, Teles, & Serra, 2014), ele fez, contudo, aumentar a vulnerabilidade a acontecimentos pessoais ou contextuais passíveis de comprometerem o equilíbrio financeiro das famílias e o pagamento das dívidas (Frade & Conceição, 2013). Com efeito, diversos estudos mostram que, de entre todas as variáveis passíveis de criar fenómenos de sobre-endividamento[7], a evolução do mercado laboral, sobretudo do desemprego, constitui uma das mais relevantes (Frade et al., 2006; Thorne & Anderson, 2006). Assim, os efeitos da crise económica no mercado de trabalho, conjugados com a contração do Estado Social, vieram colocar a descoberto a gravidade do endividamento das famílias, propiciando o aparecimento de situações de sobre-endividamento e/ou de incumprimento[8] (Santos, Teles & Serra, 2014).

1.3. Redes Informais de Solidariedade

Apesar de Portugal ser um dos países da União Europeia em que mais famílias reportam dificuldades financeiras, estas dificuldades manifestadas têm a particularidade de não se traduzirem em níveis equivalentes de incumprimento (Santos, Teles, Matias, Brown, & Spencer, 2013, cit. in Santos, Teles, & Serra, 2014). Com efeito, a rápida expansão do crédito e do crescimento das taxas de endividamento não foram acompanhadas de um aumento dos níveis de incumprimento das famílias, apresentando Portugal uma das mais baixas taxas de incumprimento dos países da UE com equivalente grau de endividamento (Lopes & Frade, 2012).

De facto, os indivíduos e as famílias sobre-endividadas podem não incorrer em incumprimento se tiverem a capacidade de mobilizar os meios necessários para suprir a sua própria insuficiência de rendimentos (Frade et al., 2006), nomeadamente através de ajuda financeira das redes informais de solidariedade, dos familiares e amigos. Assim, no caso português, o processo de financeirização das famílias não parece ter substituído a Sociedade Providência (cf. Santos, 1993). Os baixos níveis de incumprimento verificados testemunham a importância do apoio prestado pelas redes informais de solidariedade (Frade et al., 2006; Lopes & Frade, 2012; Santos, Teles, & Serra, 2014), mostrando como as redes sociais se (re)configuram de modo a prover às necessidades mais prementes das famílias em cada momento (Portugal, 2014).

Contudo, a duração da crise e o alastramento dos seus efeitos a vastos segmentos da população, como os funcionários públicos e os pensionistas, coloca em causa a capacidade das redes sociais continuarem a apoiar a família (Santos, Teles, & Serra, 2014). É pois de esperar que as estratégias que têm sido utilizadas para lidar com a crise (uso de poupanças, ajuda financeira de familiares e amigos, cortes nas despesas familiares), permitindo manter níveis de incumprimento relativamente baixos, estejam à beira do colapso (Lopes & Frade, 2012). Com efeito, apesar da taxa de incumprimento do crédito à habitação se manter relativamente baixa, tem vindo a aumentar nos últimos anos, passado de 1.6% em 2009 para 2.4% em 2013. Também a taxa de incumprimento

---

6 Para uma discussão sobre os fatores que influenciam o endividamento ver, por exemplo, Santos, Costa, & Teles (2013).

7 O conceito objetivo de sobre-endividamento refere-se aos casos em que as famílias se encontram em situação de impossibilidade de pagamento de uma ou mais dívidas ou em que, embora o devedor continue a satisfazer os seus compromissos, o faz com sérias dificuldades. O sobre-endividamento é também designado de falência ou insolvência dos particulares (Frade et al., 2006).

8 Incumprimento refere-se às situações de não pagamento atempado por parte do devedor (Frade et al., 2006.)

do crédito ao consumo e outros fins passou de cerca de 6.7% em 2009, para 12.7% em 2013, registando um aumento de mais de 90% (Santos, Teles, & Serra, 2014).

1.4. Estudo Atual

Diversos estudos mostram que no escalar das dificuldades financeiras também se agudizam os problemas emocionais, familiares e laborais (Frade et al., 2006). Por exemplo, Drentea (2000) verificou que um maior rácio entre a dívida no cartão de crédito e o rendimento estava associado a um maior nível de ansiedade, verificando-se esta mesma relação para o incumprimento, i.e. situações de incumprimento estavam associadas a um maior nível de ansiedade. Os estudos de Thorne e colaboradores (Thorne & Anderson, 2006; Thorne, 2010) revelam que, nas famílias, o pedido de falência é acompanhado por sentimentos de vergonha, estigmatização, humilhação e fracasso moral.

Com efeito, as dificuldades económicas objetivas (como baixo rendimento ou perda de rendimento, rácio dívida-rendimento elevado, instabilidade profissional, etc.) estão, na maioria dos casos, associadas a preocupações e a estados de tensão/pressão económico-financeira. A tensão/pressão económico-financeira, conceptualizada como o significado ou implicação psicológica das dificuldades económicas (cf. Newland, Crnic, Cox, & Mills-Koonce, 2013) está, por sua vez, ligada a uma ampla gama de sintomas psicológicos negativos como, por exemplo, a depressão (Conger & Conger, 2002; Vinokur, Price, & Caplan, 1996), a ansiedade (Leinonen, Solantus, & Punamaki, 2002), a hostilidade (Newland et al., 2013). A exacerbação dos problemas emocionais está por sua vez associada à deterioração das relações entre os cônjuges, ao aumento do conflito e da instabilidade conjugal (Conger, Rueter, & Elder, 1999; Dew, 2007; Gudmunson, Beutler, Israelsen, McCoy, & Hill, 2007; Vinokur, Price, & Caplan, 1996), com consequências também ao nível das práticas parentais (Leinonen, Solantus, & Punamaki, 2002). As preocupações com dinheiro foram identificadas como o principal motivo das discordâncias entre cônjuges (Conger, Rueter, & Elder, 1999), as quais tendem a surgir em situações de tensão/pressão económica (Gudmunson et al*.,* 2007). Por exemplo, Leinonen, Solantus e Punamaki, (2002) mostram o impacto da crise económica ocorrida na Finlândia no início da década de 1990 nas relações familiares. Mesmo nas famílias com maiores rendimentos, o declínio económico provocou aumento dos níveis de ansiedade parental que, por sua vez, conduziram a práticas parentais mais autoritárias e agressivas/punitivas. Mais recentemente foi também verificado um aumento da depressão na Grécia em consequência da crise económica (Madianos, Economou, Alexiou, & Stefanis, 2011).

É, pois, de esperar que, na situação de crise económica que atualmente afeta Portugal, haja um aumento de sintomas psicológicos negativos e de conflitualidade conjugal, nomeadamente por questões económicas.

Se a crise não afetou o rendimento familiar ou a situação profissional dos cônjuges de igual modo em todos os agregados familiares, os resultados do Eurobarómetro mostram que, entre novembro de 2010 e maio de 2013, mais de 90% dos portugueses consideravam a situação económica do país má ou muito má e que menos de 10% acreditavam que as condições do mercado de trabalho iriam melhorar num futuro próximo (European Comission, 2011, 2012a, 2012b, 2013), sugerindo a transversalidade das preocupações com questões económicas na população portuguesa.

Partindo de um estudo em curso sobre a forma como a crise económica está a afetar os casais portugueses em idade ativa com filhos dependentes (Coelho et al., 2014), este artigo procura analisar de que forma algumas características socioeconómicas das famílias (rendimento mensal e situação profissional dos cônjuges) e mudanças ocorridas na vida familiar durante a crise estão associadas a impactos psicossociais negativos no bem-estar emocional dos cônjuges e no seu relacionamento.

De acordo com os diversos estudos acima referidos, esperamos que as famílias com menores rendimentos e/ou as que tiveram maiores reduções de rendimento e maior necessidade de alterar as suas práticas quotidianas, expressem maiores impactos psicossociais negativos (*i.e.,* que os cônjuges reportem maior diminuição do bem-estar emocional e psicológico e maior conflito relacional). Esperamos também que estes impactos sejam particularmente sentidos pelas famílias em que um dos cônjuges, ou ambos, se encontra desempregado e nas famílias em que o endividamento constitui um fardo muito pesado para o orçamento familiar.

Considerando a importância das redes informais na sociedade portuguesa (Santos, 1993; Portugal, 2014), espera-se também observar transferências de bens e dinheiro dentro das redes de sociabilidade mais próximas, em benefício sobretudo das famílias em maiores dificuldades.

2. Método

Para responder aos objetivos do estudo foi aplicado um questionário a nível nacional a agregados familiares compostos por pelo menos um casal heterossexual em idade ativa (pelo menos um dos cônjuges com idade entre 30 e 50 anos), a viver com pelo menos um/a filho/a dependente (idade inferior a 18 anos ou, se maior de 18 anos, em situação de dependência económica).

2.1. Participantes

A amostra preliminar é composta por 1004 agregados familiares, 36.8% da região NUT-II Norte, 26.7% do Centro, 22.9% de Lisboa, 4.7% do Alentejo, 3.1% do Algarve, 3.4% Açores e 2.5% da Madeira.

Em 56.6% das famílias, a informação relativa ao agregado foi fornecida pelo cônjuge do sexo feminino. A idade dos cônjuges variou entre os 17 e os 61 anos de idade (Homens: $M = 42.37$, $DP = 6.64$; Mulheres: $M = 40.46$, $DP = 6.23$). Mais de três quartos dos casais eram casados (78.3%), 10.4% viviam em união de facto legalmente reconhecida e 11.3% sem vínculo legal. O tempo de coabitação variou entre 1 e 34 anos ($M = 14.12$, $DP = 7.89$). A maioria dos casais coabitavam com uma criança (42.3%) ou duas (37.5%) e apenas 11.1% pertenciam a famílias alargadas ou compostas.

Na maioria dos casais ambos os cônjuges estavam empregados (72.2%). Contudo em 18.7% das famílias pelo menos um dos cônjuges encontrava-se em situação de desemprego (desemprego feminino: 9.2%, desemprego masculino: 7.8%, ambos desempregados: 1.7%). No que refere ao rendimento, 12.1% dos agregados familiares apresentavam um rendimento mensal líquido até 700 euros, 45.1% entre os 701 e os 1400 euros, 31.9% entre 1401 e 2500 euros e 10.8% acima dos 2500 euros. Considerando o rendimento das famílias em função da constituição do agregado familiar, 16.8% das famílias inquiridas encontravam-se abaixo do limiar de pobreza (tendo por referência a linha de pobreza relativa de 2012 que corresponde a 409 euros mensais por adulto equivalente[9]). Nestes 16.8% encontravam-se a totalidade dos agregados familiares com rendimento mensal líquido até 700 euros e ainda 10.4% dos agregados com rendimento mensal entre os 701 e os 1400 euros. Três em cada quatro famílias possuíam empréstimos (73.5%), dos quais 86.7% crédito à habitação.

2.2. Instrumento /Medidas

O questionário aplicado era composto por 54 questões de resposta fechada ou semifechada (para uma descrição completa do instrumento ver Coelho et al., 2014). Para os objetivos deste estudo consideraram-se 6 grupos de questões. Um grupo destinado a avaliar o impacto psicossocial da crise ao nível do bem-estar emocional dos cônjuges e do seu relacionamento, 3 grupos para avaliar as mudanças ocorridas nas vidas das famílias durante a crise económica (nas práticas quotidianas, no rendimento familiar e no endividamento), um grupo sobre a solidariedade dentro das redes sociais informais (oferecer *vs.* receber), e por último, um grupo de questões relativo às características sociodemográficas dos cônjuges e da família. Dada a necessidade de definir um ponto de referência temporal para avaliar o impacto da crise e as mudanças ocorridas, foi escolhido o ano de 2010 por se tratar do ano que marca a mudança do discurso político nacional e o início das medidas de austeridade para fazer face à crise[10].

---

9 Para calcular o rendimento por adulto equivalente considerou-se como rendimento mensal líquido do agregado familiar o ponto médio da categoria de rendimento selecionada pelos respondentes.

10 Apesar de podermos datar o início da crise ao ano de 2007 a sua dimensão internacional só se faz sentir em 2008, especialmente após a falência do banco de investimento Lehman Brothers. Entre 2008 e 2009 as medidas adotadas pelos bancos centrais e pelos governos de vários países, entre os quais Portugal, foram medidas de investimento público sem precedentes destinadas a estimular a atividade económica e a limitar os riscos sistémicos potenciais da crise. Neste contexto a economia portuguesa evidenciava alguma robustez, observando menores quebras de atividade do que a maioria das economias desenvolvidas. Contudo, é a partir de finais de 2009, quando as condições nos mercados financeiros internacionais dão alguns sinais de melhoras e se observa uma aceleração da atividade económica a nível global que se despoleta a crise das dívidas soberanas da zona euro (Banco de Portugal, 2010). Assim, 2010 marca o início das medidas de austeridade, inicialmente com os programas de estabilidade e crescimento (PEC) e posteriormente com o processo de ajustamento da economia portuguesa do programa de assistência económica e financeira da *troika*.

Impacto psicossocial da crise.
Pedia-se aos participantes para manifestarem o seu acordo numa escala de 5 pontos (1 = *discordo totalmente*, 5 = *concordo totalmente*) com 7 afirmações respeitantes à vida pessoal e à vida da sua família nos últimos 3 anos (desde 2010). Cinco questões para avaliar o impacto da crise no bem-estar emocional/psicológico dos cônjuges: "eu (ou o/a meu/minha cônjuge) procurei mais vezes o médico ou outro profissional por problemas emocionais, de ansiedade, ou insónias"; "eu (ou o/a meu/minha cônjuge) aumentei a toma de medicamentos ou outro(s) por problemas emocionais, de ansiedade, ou insónias"; "deixei de sair ou fazer programas de diversão/lazer", das quais duas adaptadas da Escala de Ansiedade e Depressão Hospitalar (Pais-Ribeiro et al., 2007): "sinto-me mais tenso/a ou nervoso/a do que antes", "sinto menos prazer nas coisas de que costumava gostar". Duas questões para avaliar o impacto da crise no relacionamento entre os cônjuges: "eu e o/a meu cônjuge estamos mais vezes em desacordo por questões financeiras"; "Eu e o/a meu cônjuge discutimos com mais frequência".

Mudanças nas vidas das famílias ocorridas durante a crise económica.

Endividamento. Pedia-se aos respondentes para indicarem se o agregado familiar estava a pagar prestações de empréstimos e, se sim: quais os tipos de empréstimos (habitação, automóvel, consumo, cartão de crédito, outro(s)); em que medida essas prestações representam um fardo pesado para o agregado (muito pesado, algo pesado, não são um fardo pesado) e se nos últimos 3 anos (desde 2010) a família teve de atrasar o pagamento de alguma dessas prestações. Perguntava-se também se nos últimos 3 anos (desde 2010), por comparação com os anos anteriores, a família teve que se endividar mais para fazer face às suas necessidades de consumo ou outras obrigações e, se sim, junto de que entidade(s): banco, outra instituição financeira, família, amigo(s), empregador, outro(s).

Rendimento familiar. Para avaliar o efeito da crise no rendimento das famílias era pedido aos participantes para indicarem se nos últimos 3 anos (desde 2010), por comparação com anos anteriores, o rendimento da família aumentou muito, aumentou um pouco, se manteve, diminuiu um pouco ou diminuiu muito. No caso de referirem que o rendimento diminuiu era ainda pedido para indicarem em que proporção: até 25%, de 25% a 50%, 50%, de 50% a 75%, superior a 75%.

Alteração às práticas quotidianas. Foi pedido aos participantes para assinalarem, de entre a lista fornecida, todas as situações ocorridas na sua vida nos últimos 3 anos (desde 2010) em consequência da crise económica: mudança para uma casa com renda/prestação mais baixa; mudança do(s) filho(s) de escola para reduzir a despesa; mudança do meio de transporte utilizado; governar-se com um orçamento familiar mais baixo; trabalhar mais horas; tirar dinheiro das poupanças para cobrir despesas do dia-a-dia; envidar-se para cobrir despesas do dia-a-dia; acumular um emprego suplementar; levar o almoço/marmita para o trabalho; outro(s); nenhuma das anteriores. Para avaliar a relação entre o impacto psicossocial e as alterações às práticas quotidianas foi composta uma variável resultante do somatório das alterações assinaladas. Tendo por base as frequências obtidas, e com vista a simplificar a interpretação dos resultados, foram agrupadas na categoria "4 ou mais alterações" os participantes que reportaram 4, 5, 6, 7 e 8 alterações.

Solidariedade nas redes sociais informais.
Pediu-se aos respondentes para referirem se durante os últimos 3 anos (desde 2010) a família ofereceu bens ou dinheiro, de forma regular, a alguma(s) pessoa(s) que não vive em sua casa (pais, irmãos, filhos, amigos…) e/ou recebeu ajuda económica de outra(s) pessoa(s) (pais, irmãos, filhos, amigos…) através de bens ou dinheiro, de forma regular. De seguida perguntava-se ainda em que medida essas contribuições/ajuda, por comparação com anos anteriores (desde 2010), tinham aumentado muito, aumentado pouco, mantido, diminuído um pouco ou diminuído muito.

Variáveis sociodemográficas dos cônjuges e da família.
Sexo, idade, situação profissional dos cônjuges, concelho de residência, situação conjugal, número de filhos/as, composição do agregado familiar, anos de coabitação e rendimento mensal líquido da família.

2.3. Procedimento

O questionário foi construído por uma equipa multidisciplinar, tendo por base entrevistas e questionários utilizados em inquéritos europeus e nacionais (para uma descrição detalhada do processo ver Coelho et al., 2014). Por forma a garantir que os participantes compreendiam as instruções e as questões e a verificar a validade facial do instrumento foi realizado um pré-teste, com uma pequena amostra de 15 membros de casais heterossexuais com idades compreendidas entre os 27 e os 52 anos, seguido de *cognitive debriefing*. Com base na versão modificada em função do pré-teste foi posteriormente realizado um estudo piloto com 98 participantes que cumpriam os critérios de inclusão. Após algumas modificações adicionais, decididas pela equipa de peritos, chegou-se à versão final do questionário.
A fim de garantir a diversidade de participantes e a representatividade da amostra a nível nacional, os dados foram recolhidos combinando a recolha *online*, através da ferramenta *LimeSurvey*, e técnicas de papel e lápis tradicionais. O inquérito, com um tempo de resposta de aproximadamente 20 minutos, decorreu de março a agosto de 2014.

2.4. Análise dos Dados

Para diferenciar os participantes em função do impacto psicossocial sentido, começámos por efetuar uma análise de classificação automática sobre os 7 itens relativos ao efeito da crise no bem-estar psicológico/emocional dos cônjuges e no seu relacionamento. Em seguida, foram realizados testes de quiquadrado a fim de determinar se a manifestação de impacto psicossocial era (in)dependente das características socioeconómicas rendimento e situação profissional dos cônjuges e das mudanças ocorridas nas vidas das famílias em função da crise. Foi efetuado ainda um teste do qui-quadrado com o objetivo de verificar se dar/receber bens ou dinheiro da família e/ou amigos era (in)dependente do impacto psicossocial negativo produzido pela crise. Nos casos em que menos de 80% das células apresentavam frequências esperadas inferiores a 5 recorremos à simulação de Monte Carlo (Marôco, 2014). Todas as análises estatísticas foram realizadas recorrendo ao software IBM SPSS Statistics v. 21.

3. Resultados e Discussão

3.1. Impacto Psicossocial da Crise

A análise de classificação automática realizada através do comando K-means cluster extraiu dois grupos de participantes (ver Quadro 1). O primeiro cluster agrupa os respondentes que manifestaram desacordo ou pouco acordo com as 7 afirmações, reportando fraco impacto negativo. Pelo contrário, o segundo cluster agrupou os respondentes que mais concordaram com as afirmações, expressando uma degradação do bem-estar emocional/psicológico e do relacionamento entre os cônjuges nos últimos três anos.

Quadro 1. Impacto psicossocial. *Médias em função do* **cluster (1=discordo totalmente; 5=concordo totalmente).**

	1 (n=490)	2 (n=479)	***t***
Sinto-me mais tenso/a ou nervoso/a do que antes.	3.21	4.26	17.74***
Eu (ou o/a meu/minha cônjuge) procurei mais vezes o médico ou outro profissional por problemas emocionais, de ansiedade, ou insónias.	1.80	3.45	26.24***
Eu e o/a meu/minha cônjuge estamos mais vezes em desacordo por questões financeiras.	2.03	3.63	26.55***
Sinto menos prazer nas coisas de que costumava gostar.	2.31	3.77	23.40***
Eu (ou o/a meu/minha cônjuge) aumentei a toma de medicamentos ou outro(s) por problemas emocionais, de ansiedade, ou insónias.	1.57	3.34	30.12***
Eu e o/a meu/minha cônjuge discutimos com mais frequência.	1.82	3.38	25.94***
Deixei de sair ou fazer programas de diversão/lazer.	3.17	4.18	14.82***

Nota: * $p <. 05$; ** $p <.01$; *** $p <. 001$

3.2. Impacto Psicossocial, Características das Famílias e Mudanças Ocorridas durante a Crise

Os resultados dos testes de qui-quadrado realizados a fim de analisar se o impacto psicossocial negativo era (in)dependente das características sociodemográficas rendimento e situação profissional dos cônjuges e das mudanças decorrentes da crise económica ao nível do endividamento, do rendimento familiar e do número de alterações às práticas quotidianas podem ser visualizados no Quadro 2.

Quadro 2. Características socioeconómicas dos cônjuges e das famílias e alterações nas vidas das famílias em função do impacto psicossocial reportado: percentagens e valores do qui-quadrado.

		Cluster 1	Cluster 2	χ^2
Características socioeconómicas dos cônjuges e da família				
Situação profissional dos cônjuges	Ambos empregados	53.8	46.2	25.57***
	Desemprego feminino	48.9	51.1	
	Desemprego masculino	**25.7**	**74.3**	
	Ambos desempregados	**25.0**	**75.0**	
	Outra situação	51.7	48.3	
Rendimento familiar	Menor que 700€	**33.9**	**66.1**	42.80***
	De 701 a 1400€	44.6	55.4	
	De 1401 a 2500€	**60.1**	**39.9**	
	De 2501 a 3500€	61.8	38.2	
	Superior a 3500€	**77.4**	**22.6**	
Mudanças nas vidas das famílias ocorridas durante a crise económica				
Evolução do rendimento familiar	Aumentou muito	35.3	64.7	44.72***
	Aumentou um pouco	**71.0**	**29.0**	
	Manteve-se	**62.5**	**37.5**	
	Diminuiu um pouco	51.9	48.1	
	Diminuiu muito	**38.1**	**61.9**	
Grau de diminuição do rendimento familiar	Até 25%	50.1	49.9	29.90***
	De 25% a 50%	50.3	49.7	
	50%	38.9	61.1	
	De 50% a 75%	**10.9**	**89.1**	
	Superior a 75%	30.0	70.0	
Endividamento	Não	50.6	49.4	.01
	Sim	50.8	49.2	
Peso do endividamento	Fardo muito pesado	**36.8**	**63.2**	47.53***
	Fardo algo pesado	52.2	47.8	
	Não são um fardo pesado	**76.4**	**23.6**	
Atraso no pagamento	Não	**56.7**	**43.3**	43.26***
	Sim	**24.2**	**75.8**	
Necessidade de maior endividamento	Não	**60.1**	**39.9**	58.02***
	Sim	**32.2**	**67.8**	
Alterações às práticas quotidianas	Nenhuma alteração	**79.6**	**20.4**	80.92***
	1 alteração	**59.0**	**41.0**	
	2 alterações	50.4	49.6	
	3 alterações	41.2	58.8	
	4 ou mais alterações	**29.1**	**70.9**	

Nota: * $p <.05$; ** $p <.01$; *** $p <.001$

Os resultados revelam uma dependência entre o impacto psicossocial negativo e a situação profissional dos cônjuges, sendo maior a proporção de respondentes que reportam impacto negativo entre as famílias com cônjuges desempregados. O impacto negativo é especialmente sentido quando ambos estão desempregados ou quando o desemprego é masculino.

O impacto negativo é também dependente do rendimento familiar. São sobretudo as famílias com menores rendimentos, mas também as que experienciaram redução no rendimento, sobretudo quando essa diminuição foi de 50% ou superior, que reportam consequências negativas ao nível do bem-estar emocional dos cônjuges e aumento das discussões entre o casal. É de salientar que todas as famílias com rendimento mensal inferior a 700€ se encontram abaixo do limiar de pobreza.

No que se refere ao endividamento, não há diferenças significativas entre as famílias que possuem crédito e as famílias que não possuem crédito. Os impactos psicossociais negativos parecem dever-se não à existência de dívida *per se*, mas ao peso que o endividamento representa para os orçamentos familiares, à existência de atrasos no pagamento da dívida e à necessidade de aumentar o nível de endividamento para atender a necessidades de consumo ou outras obrigações.

Relativamente às alterações nas práticas quotidianas familiares, verifica-se que a percentagem de famílias que reporta impactos psicossociais negativos aumenta à medida que aumenta o número de alterações registadas, sendo sobretudo elevada a partir das 4 alterações.

3.3. Papel da Solidariedade no Âmbito das Redes Sociais Informais

Os resultados dos testes de qui-quadrado realizados a fim de analisar a (in)dependência entre o impacto psicossocial e a solidariedade das redes informais (ver Quadro 3) revelam independência relativamente à evolução da contribuição ou da dádiva, o mesmo não se passando relativamente à oferta e ao recebimento de ajudas económicas. Com efeito, encontra-se uma maior proporção de famílias que reportam oferecer bens ou dinheiro de forma regular dentro do grupo de respondentes que manifestam menor impacto psicossocial negativo, ocorrendo o inverso no que se refere a receber ajudas económicas.

Quadro 3. Solidariedade das redes sociais informais em função do impacto psicossocial reportado: percentagens e valores do qui-quadrado.

		Cluster 1	Cluster 2	χ^2
Oferecer	Não	49.4	50.6	4.98*
	Sim	59.8	40.2	
Evolução da contribuição	Aumentaram muito	62.5	37.5	5.37
	Aumentaram um pouco	60.0	40.0	
	Mantiveram-se	69.4	30.6	
	Diminuíram um pouco	43.8	56.3	
	Diminuíram muito	56.3	43.8	
Receber	Não	**55.9**	**44.1**	27.09***
	Sim	**37.3**	**62.7**	
Evolução da ajuda	Aumentaram muito	26.9	73.1	6.00
	Aumentaram um pouco	28.7	71.3	
	Mantiveram-se	42.5	57.5	
	Diminuíram um pouco	45.5	54.5	
	Diminuíram muito	37.5	62.5	

Nota: * $p <.05$; ** $p <.01$; *** $p <.001$

4. Discussão

Os resultados sugerem que a crise teve um impacto psicossocial particularmente negativo nas famílias com menores rendimentos, ou seja, aquelas cujos rendimentos se encontram abaixo do limiar de pobreza, e/ou cujo rendimento mensal diminuiu para metade ou menos de metade nos últimos três anos. Este resultado pode advir da maior dificuldade destas famílias em poderem fazer ajustes e cortes nas despesas (cf. Lopes & Frade, 2012). São também os agregados familiares afetados pelo desemprego que reportam maior impacto psicossocial negativo. O facto de o impacto negativo ser maior quando o desemprego atinge ambos os cônjuges ou o homem pode advir de uma maior perda de rendimento. Embora seja de esperar elevada perda de rendimentos quando ambos os cônjuges estão desempregados, mesmo quando abrangidos pelas prestações de desemprego[11], se tivermos em conta as desigualdades salariais entre homens e mulheres (e.g. European Commission, 2014), e a evidência de maior contributo dos primeiros para o rendimento familiar (Coelho, 2010), o desemprego masculino deverá significar maior diminuição do rendimento familiar do que o desemprego feminino. Contudo, o maior impacto negativo pode também dever-se aos estereótipos e papéis tradicionais de género, ainda bastante prevalecentes na sociedade portuguesa, que atribuem ao homem o papel de ganha-pão da família (Amâncio, 2007; Perista, 2010; Poeschl, 2000; Torres, Silva, Monteiro, & Cabrita, 2005; Wall, Aboim, & Cunha, 2010). Diversos estudos mostram que as preocupações com dinheiro são particularmente sentidas pelo cônjuge que desempenha o papel de provedor. Por outro lado ainda, as discussões entre cônjuges podem aumentar também pelo facto destes poderem passar a estar mais tempo juntos e este tempo de convivência ser marcado por sentimentos de culpa ou vergonha, nomeadamente por parte daquele que fica impossibilitado de contribuir para o orçamento familiar (cf. Gudmunson et al., 2007).

No que se refere ao endividamento, o impacto psicossocial negativo é sentido sobretudo pelas famílias cujo endividamento constitui um fardo muito pesado para o orçamento familiar e/ou quando a família teve de atrasar o pagamento de alguma prestação de empréstimo ou contrair mais dívida para fazer face às necessidades ou obrigações. Este resultado vai de encontro a diversos estudos que apontam para uma associação entre a tensão despertada por problemas económico-financeiros e diversos sintomas psicológicos negativos (*e.g.* Conger & Conger, 2002; Gudmunson et al., 2007; Leinonen, Solantus, & Punamaki, 2002; Madianos et al., 2011; Newland et al., 2013; Vinokur, Price, & Caplan, 1996), ou aumento do conflito conjugal (Conger, Rueter, & Elder, 1999; Dew, 2007; Gudmunson et al., 2007; Leinonen, Solantus, & Punamaki, 2002; Vinokur, Price, & Caplan, 1996), bem como do impacto emocional das situações de endividamento, incumprimento e sobre-endividamento (Drentea, 2000; Frade et al., 2006; Thorne & Anderson, 2006; Thorne, 2010).

Quanto às alterações ocorridas na vida das famílias, o maior ou menor impacto negativo pode advir da natureza das mudanças realizadas para ajustar o rendimento disponível às necessidades da família e ao cumprimento das obrigações. Com efeito, algumas mudanças são passíveis de causar maior impacto emocional do que outras, quer pelas alterações produzidas no dia-a-dia das famílias, quer pela representação social associada a essas alterações. Assim, por exemplo, alterar o meio de transporte ou passar a levar marmita para o trabalho terá com certeza impacto diferente de passar a trabalhar mais horas, acumular um emprego suplementar ou ter de se endividar para cobrir as despesas diárias. Contudo, o facto da percentagem de famílias que reporta impactos psicossociais negativos aumentar à medida que aumenta o número de alterações ocorridas sugere também a importância do efeito cumulativo destas alterações[12].

Os resultados salientam ainda a importância da solidariedade da família e das redes sociais informais para lidar com a crise. As redes sociais informais estão presentes na ajuda económica às famílias em maior dificuldade já que é nas famílias que reportam maior impacto negativo que as contribuições e ajudas económicas estão particularmente presentes. O facto da percentagem de famílias a oferecer ajuda económica ser apenas ligeiramente superior no grupo que não reportou impactos psicossociais negativos sugere a importância das preocupações

---

11 Em 2014 o valor das prestações de desemprego correspondia a 65% da remuneração de referência, até um limite máximo de 1048.05 €.

12 Ver, por exemplo, Roca et al., 2012, para uma discussão sobre a relação entre *stress life events* e depressão.

económico-financeiras no bem-estar emocional dos indivíduos e das famílias. Com efeito, é de supor que as famílias que oferecem ajuda económica sejam aquelas que, apesar da crise e do declínio económico, mantêm uma situação económica que lhes permite dispor de uma parte do seu rendimento para ajudar outras pessoas em maiores dificuldades. Contudo, a análise apresentada permite apenas compreender o papel das redes sociais de solidariedade no apoio às famílias de acordo com o nível de impacto psicossocial negativo manifestado. Para compreender de que forma a solidariedade das redes sociais informais funciona ao nível das dificuldades económicas objetivas das famílias seria necessário realizar outras análises, nomeadamente verificar a (in)dependência entre dar/receber e aspetos como o rendimento da família, o seu nível de endividamento, a situação profissional dos cônjuges, *etc*..

5. Limitações do Estudo

Podem ser apontadas diversas limitações ao estudo. Em primeiro lugar, a medida usada para avaliar o impacto psicossocial negativo da crise é bastante limitada, deixando de fora, por exemplo, dimensões do relacionamento entre pais e filhos, da qualidade de relacionamento entre os cônjuges, problemas ao nível do desempenho profissional, *etc*.. Outra limitação prende-se com o facto de a avaliação do impacto emocional ser efetuada por apenas um dos cônjuges, sendo que apenas as questões relativas ao aumento da toma de medicamentos ou procura de consulta médica se reportam a ambos os cônjuges.

Também a determinação do período temporal de comparação – últimos três anos (desde 2010) – pode não corresponder para todas as famílias ao início do impacto da crise. Com efeito, o aumento do desemprego que se vinha a sentir desde o início do milénio acentuou-se já em 2008, com o início da crise financeira internacional. Também por esta altura se deu um pico nas taxas de juro do crédito à habitação, que vinham aumentando já desde 2006 (PORDATA, 2014b), o que poderá ter constituído o momento iniciador das dificuldades económicas para muitas famílias, daí decorrendo a necessidade de alteração das práticas quotidianas para fazer face à diminuição de rendimento.

Pela natureza sensível da temática em estudo, e dado tratar-se de um estudo através de inquérito por auto-relato, é necessário ter em consideração possíveis questões de desejabilidade social nas respostas obtidas, pelo que deve ser tida alguma reserva na interpretação dos resultados. Por outro lado ainda, a natureza transversal e correlacional do estudo não permite estabelecer relações causais entre as várias dimensões em análise.

6. Conclusões

Apesar das limitações, os resultados encontrados vêm corroborar diversos estudos que mostram o impacto das dificuldades económicas no bem-estar emocional dos indivíduos e das famílias (*e.g*. Conger & Conger, 2002; Frade et al., 2006; Newland et al., 2013; Gudmunson et al., 2007). Apesar de não constituírem uma novidade, os resultados são particularmente importantes, tendo em conta o contexto atual de abrandamento económico e as poucas perspetivas de uma rápida retoma que permita recuperar o número de empregos destruídos desde o início da crise (ILO, 2014).

Será importante também, para um país que atravessa um inverno demográfico, ter em consideração os impactos negativos da crise no bem-estar das crianças. É sabido que a percentagem de crianças em risco de pobreza tem aumentado em Portugal (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2014). Contudo, diversos estudos mostram que, mesmo quando o nível económico das famílias se mantém bastante razoável, as relações familiares e a qualidade das práticas parentais é consideravelmente comprometida em situações de declínio económico, com importantes consequências negativas sobre o desenvolvimento e o bem-estar das crianças (*cf.* Leinonen, Solantaus, & Punamäki, 2002).

Se os resultados apoiam o papel de suporte da sociedade providência às famílias em maiores dificuldades, à semelhança do que tem acontecido noutros momentos e face a outras necessidades e situações (cf. Frade et al., 2006; Portugal, 2014), a continuidade da crise, sem fim à vista, e os cortes no Estado Social colocam em risco

a capacidade de manutenção desse papel (Lopes & Frade, 2012; Santos, Teles, & Serra, 2014).
Num contexto de efetiva escassez de emprego, não só em Portugal mas globalmente, será importante avaliar o papel do Estado Social no apoio às famílias em dificuldades. Esta avaliação deverá ter em conta a capacidade das prestações sociais fazerem face a situações de dificuldade económica, mas também o impacto social das políticas públicas e o possível estigma social que possam trazer (ver por exemplo Frade & Conceição, 2013), para não se cair no risco de as próprias autoridades públicas, através da legislação, vitimizarem duplamente (*cf.* Correia & Vala, 2003) os indivíduos e as famílias em dificuldade.

Referências Bibliográficas

AMÂNCIO, L. (2007), "Género e divisão do trabalho doméstico – o caso Português em perspectiva". In Wall, K., Amâncio, L. (org.), *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 181-209.

BANCO DE PORTUGAL (2010), *Relatório do Conselho de Administração. Relatório e Contas 2009*, Lisboa, Banco de Portugal, Disponível em http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/RelatorioAnual/RelAnuaisAnteriores/Documents/rel_09_p.pdf, [consultado em 09-12-2014].

BANCO DE PORTUGAL (2014), *Relatório do Conselho de Administração. A Economia Portuguesa*, Lisboa: Banco de Portugal, Disponível em http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/RelatorioAnual/Publicacoes/RA_pt.pdf, [consultado em 24-10-2014].

BURTON, D. (2008), *Credit and Consumer Society,* New York: Routledge.

CENTENO, M. & NOVO, A. A. (2013), Segmentar os salários. In Banco de Portugal (ed.), *Boletim Económico Inverno, 19* (4), pp. 55-64, Disponível em http://www.bportugal.pt/pt-PT/BdP%20Publicaes%20de%20Investigao/AB201316_p.pdf, [consultado em 12-12-2014].

COELHO, L. (2010), *Mulheres, Família e Desigualdade em Portugal.* Tese de Doutoramento, Coimbra: Universidade de Coimbra, Portugal, Disponível em https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13833/1/DissertaçãoDout_Lina%20Coelho.pdf, [consultado em 09-12-2014].

COELHO, L., FERREIRA-VALENTE, A., CORDEIRO SANTOS, A., FRADE, C., VIEIRA, C., JESUS, F., OLIVEIRA, M., MARQUES, R., & PORTUGAL, S. (2014), *Finances, Gender and Power: How are Portuguese Households Managing their Finances in the Context of Economic Crisis?–Preliminary Results*, Coimbra, CES, 91, Disponível em http://www.ces.uc.pt/fct/Relatorio_1_FINFAM_Versao_1_Abril2014.pdf, [consultado em 09-12-2014].

CONGER, R. D., & CONGER, K. J. (2002), "Resilience in Midwestern families: selected findings from the first decade of a prospective, longitudinal study", *Journal of Marriage and Family*, *64*, pp. 361-373.

CONGER, R. D., RUETER, M. A., & ELDER, G. H. JR. (1999), "Couple resilience to economic pressure", *Journal of Personality and Social Psychology, 76* (1), pp. 54-71.

CORREIA, I., & VALA, J. (2003), "Crença no mundo justo e vitimização secundária: o papel moderador da inocência da vítima e da persistência do sofrimento", *Análise Psicológica, 3* (21), pp. 341-352.

COSTA, S., & FARINHA, L. (2012), "O endividamento das famílias: uma análise microeconómica com base nos resultados do Inquérito à Situação Financeira das Famílias". In Banco de Portugal (eds.), *Relatório de Estabilidade Financeira Maio 2012,* Lisboa: Banco de Portugal, pp. 137-164.

DEW, J. (2007), "Two sides of the same coin? The differing roles of assets and consumer debt in marriage", *Journal of Family and Economic Issues, 28* (1), pp. 89–104.

DRENTEA, P. (2000), "Age, debt and anxiety", *Journal of Health and Social Behavior, 41* (4), pp. 437–450.

EUROPEAN COMMISSION (2011), *Standard Eurobarometer 74 Autumn 2010*, Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb74/eb74_fact_pt_en.pdf [consultado em 02-12-2014].

EUROPEAN COMMISSION (2012a), *Standard Eurobarometer 76 Autumn 2011*, Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb76/eb76_fact_pt_en.pdf [consultado em 02-12-2014].

EUROPEAN COMMISSION (2012b), *Standard Eurobarometer 77 Spring 2012*, Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb77/eb77_fact_pt_en.pdf [consultado em 02-12-2014].

EUROPEAN COMMISSION (2013), *Standard Eurobarometer 79 Spring 2013*, Disponível em http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb79/eb79_fact_pt_en.pdf [consultado em 02-12-2014].

EUROPEAN COMMISSION (2014), *Tackling the Gender Pay Gap in the European Union,* Luxembourg: Publications Office of the European Union, doi:10.2838/42323

FRADE, C. (coord.) (2006), *Desemprego e Sobreendividamento: Contornos de uma Ligação Perigosa,* Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

FRADE, C. & CONCEIÇÃO, A. F. (2013), "A reprodução do estigma na insolvência das famílias", *Revista Crítica de Ciências Sociais, 101*, pp. 135-152, doi: 10.4000/rccs.5396.

GONÇALVES, C. M. (2005), "Evoluções recentes do desemprego em Portugal", *Sociologia, 1* (15), pp. 125-164.

GUDMUNSON, C. G., BEUTLER, I. F., ISRAELSEN, C. L., MCCOY, J. K., & HILL, E. J. (2007), "Linking financial strain to marital instability: examining the roles of emotional distress and marital interaction", *Journal of Family and Economic Issues, 28* (3), pp. 357–376.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA [INE] (2014), *Rendimento e Condições de Vida 2013 (Dados Provisórios), Destaque Informação à Comunicação Social*, Disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=208819520&DESTAQUESmodo=2 [consultado em 24-10-2014].

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE [ILO] (2014), *Global Employment Trends 2014: Risk of a Jobless Recovery?* Geneva: International Labour Office.

LEINONEN, J. A., SOLANTAUS, T. S., & PUNAMÄKI, R.-L. (2002), "The specific mediating paths between economic hardship and the quality of parenting", *International Journal of Behavioral Development, 26* (5), pp. 423–435, doi: 10.1080/01650250143000364.

LOPES, C. A., & FRADE, C. (2012), "The way into bankruptcy: market anomie and sacrifice among Portuguese consumers, *Journal of Consumer Policy, 35* (4), pp. 477-496.

MADIANOS, M., ECONOMOU, M., ALEXIOU, T., & STEFANIS, C. (2011), "Depression and economic hardship across Greece in 2008 and 2009: Two cross-sectional surveys nationwide". *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology, 46* (10), pp. 943-952, doi: 10.1007/s00127-010-0265-4.

MARÔCO, J. (2014), *Análise Estatística com o SPSS Statistics,* Pêro Pinheiro: Report Number.

MARQUES, M. M. L., & FRADE, C. (2000), "O endividamento dos consumidores em Portugal: questões principais", *Notas Económicas, 14*, pp.13-25, Disponível em http://hdl.handle.net/10316.2/25251, [consultado em 04-11-2014],

NEWLAND, R. P., CRNIC, K. A., COX, M. J., & MILLS-KOONCE, W. R. (2013), "The family model stress and maternal psychological symptoms: mediated pathways from economic hardship to parenting", *Journal of Family Psychology, 27* (1), pp. 96–105, doi: 10.1037/a0031112.

PAIS-RIBEIRO, J. SILVA, I., FERREIRA, T., MARTINS, A., MENESES, R., & BALTAR, M. (2007), "Validation study of a Portuguese version of the Hospital Anxiety and Depression Scale", *Psychology, Health & Medicine, 12* (2), pp. 225–237, doi: 10.1080/13548500500524088.

PERISTA, H. (2010), "Mulheres, homens e usos do tempo - quinze anos após a plataforma de acção de Pequim, onde estamos, em Portugal?", *Revista de Estudos Demográficos*, pp. 47-63.

POESCHL, G. (2000), "Trabalho doméstico e poder familiar: práticas, normas e ideais", *Análise Social*, 35 (156), pp. 695-719.

PORDATA (2014a), *População Desempregada: Total e por Duração da Procura de Emprego – Portugal*, Disponível em http://www.pordata.pt/Portugal/Populacao+desempregada+total+e+por+duracao+da+procura+de+emprego+%28R%29-360, [consultado em 11-11-2014].

PORDATA (2014b), *Taxas de Juro sobre Novas Operações de Empréstimos (média anual) a Particulares: Total e por Tipo de Finalidade*, Disponível em http://www.pordata.pt/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela12, [consultado em 12-11-2014].

PORTUGAL, S. (2014), *Famílias e Redes Sociais Fortes: Ligações Fortes na Produção de Bem-Estar*, Coimbra: Almedina.

PRIMO BRAGA, C., & VINCELETTE, G. A. (eds.) (2010), *Sovereign Debt and the Financial Crisis. Default Book Series*, Washington, DC: The World Bank, doi: 10.1596/978-0-8213-8483-1.

ROCA, M., GILLY, M., GARCIA-CAMPAYO, J., ARMENGOL, S., BAUZA, N., & GARCÍA-TORO, M. (2012), "Stressful life events severity in patients with first and recurrent depressive episodes", *Social Psychiatry & Psychiatric Epidemiology*, *48* (12), pp. 1963–1969, doi: 10.1007/s00127-013-0691-1.

SANTOS, A. C., COSTA, V., & TELES, N. (2013), "A economia política do consumo e do crédito às famílias: um contributo interdisciplinar", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, *101*, pp. 9-38, doi: 10.4000/rccs.5338

SANTOS, A. C., TELES, N., & SERRA, N. (2014), "Finança e habitação em Portugal", *Cadernos do Observatório sobre Crises e Alternativas, 2*, pp. 1-59. Disponível em http://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/documentos/cadernos/CadernoObserv_II_julho2014.pdf, [consultado em 22-10-2014].

SANTOS, B. S. (1993). *Portugal: Um Retrato Singular,* Porto, Edições Afrontamento.

SILVA, P. A., & PEREIRA, M. T. (2012), "As políticas de proteção no desemprego em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas, 70*, pp. 133-150, doi:10.7458/SPP2012701214

SOROS, G. (2008), *The New Paradigm for Financial Markets: The Credit Crisis of 2008 and What it Means,* New York: Public Affairs.

THORNE, D. (2010), "Extreme financial strain: emergent chores, gender inequality and emotional distress", *Journal of Family and Economic Issues, 31* (2), pp. 185-197, doi: 10.1007/s10834-010-9189-0.

THORNE, D., & ANDERSON, L. (2006), "Managing the stigma of personal bankruptcy", *Sociological Focus, 39*, pp. 77–97.

TORRES, A. C., SILVA, F. V., MONTEIRO, T. L., & CABRITA, M. (2005), *Homens e Mulheres Entre Família e Trabalho* (2ª edição), Lisboa: Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento.

UNDP (2009), *The Current Economic and Financial Crisis: A Gender Perspective,* Background paper, Spring, Disponível em http://www.undp.org/women, [consultado em 02-06-2014].

UNITED NATIONS [UN] (2013), *The Millennium Development Goals Report,* United Nations, New York, Disponível em http://www.un.org/millenniumgoals/, [consultado em 03-06-2014].

VALADAS, C. (2013), "Mudanças nas políticas: do (des)emprego à empregabilidade", *Revista Crítica de Ciências Sociais, 102*, pp. 89-110, doi: 10.4000/rccs.5479.

VINOKUR, A. D., PRICE, R. H., & CAPLAN, R. D. (1996), "Hard times and hurtful partners: how financial strain affects depression and relationship satisfaction of unemployed persons and their spouses", *Journal of Personality and Social Psychology, 71* (1), pp. 166-179.

WALL, K., ABOIM, S., & CUNHA, V. (org.) (2010), *A Vida Familiar no Masculino. Negociando Velhas e Novas Masculinidades*, Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Agradecimentos

As autoras agradecem o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, bem assim como os contributos dos restantes membros da equipa de investigação, nomeadamente de Cristina Vieira para a construção do questionário utilizado. Agradecem também o apoio de todas as pessoas e instituições que contribuíram para divulgar o estudo e para o processo de recolha de dados.

Negociando trabalho e família através da participação religiosa. Uma abordagem comparativa entre mulheres migrantes muçulmanas, hindus e cristãs em Lisboa[1]

Susana Trovão
susanatrovao@fcsh.unl.pt

Sónia Ramalho
soniaramalho@fcsh.unl.pt

Filomena Batoréu
filomenabatoreu@fcsh.unl.pt

Resumo: Este artigo discute a influência da participação religiosa na reconfiguração das relações trabalho/família promovidas por três grupos de mulheres migrantes de modo a lidarem com a crise económica, cujos efeitos têm sido mais marcantes do que noutros países da EU. A pesquisa etnográfica comparativa mostra como a participação religiosa feminina gera capitais sociais e os converte em importantes recursos para a conciliação trabalho/família, mitigando assim vulnerabilidades ou desencadeando resultados benéficos que afectam as vidas destas mulheres e das suas famílias, tanto a médio como a longo prazo. Apesar das diferenças apresentadas entre os três grupos, a possibilidade de tal 'balanço' depende de uma construção partilhada de sujeito feminino-familiar em oposição a uma noção individualizada de pessoa.

Palavras-Chave: Crise, manejos trabalho/família, participação religiosa, mulheres migrantes.

Introdução

A pesquisa internacional tem evidenciado que os processos migratórios levam os migrantes a repensar e a reconfigurar as suas estratégias para gerir responsabilidades laborais e familiares num mundo em mudança, onde a migração é, sobretudo, transnacional e onde as desigualdades sociais são ampliadas pelo actual contexto de crise económica (Baldassar *et al.* 2006; King *et al.* 2006; Grillo, 2008; Zontini, 2010; Goulbourne *et al.* 2010; Kraler *et al.* 2010; Dyer *et al.* 2011; Evergeti *et al.* 2011; Bonizzoni, 2014). Além de ser moldada por oportunidades, constrangimentos e desigualdades, encontradas em diferentes sociedades de acolhimento, a capacidade dos migrantes reorganizarem as suas vidas trabalho/família – em prol do acesso a alguma forma de 'conciliação' ou de 'balanço' entre as duas esferas – emerge da intersecção da variável de género com classe, educação, etnicidade e religião (Kamenou, 2008; Özbilgin *et al.* 2011; Trovão *et al.* 2014).
Em conformidade, a literatura disponível focalizada nas questões trabalho/família, relacionada com minorias étnicas de origem migrante, tem sublinhado o modo como os problemas de integração e de isolamento social, combinados com os efeitos agregadores da discriminação e do preconceito (em termos de género, raça, cultura e religião), pode tornar mais difícil para as mulheres migrantes a gestão de responsabilidades laborais e familiares (Wall *et al.* 2004; Bradley *et al.* 2005; Kamenou *et al.* 2006). A pesquisa comparativa também tem identificado diversas dimensões conflituantes entre os valores culturais de referência das mulheres migrantes e as culturas dos seus locais de trabalho (Kamenou, 2008), nomeadamente, as tensões geradas por diferentes

1 Este artigo é traduzido do original, publicado em inglês, de acordo com a seguinte referência bibliográfica: Trovão, S., Ramalho, S. and Batoréu, F. 2014. "Managing work and family life through religious participation. A comparative approach between Muslim, Hindu and Christian migrant women in Lisbon, Portugal", *AG About Gender – International Journal of Gender Studies*, 3 (6), pp. 116-138.

conjuntos de expectativas nas esferas relacionadas com o trabalho e com o não-trabalho, que se podem alargar além das responsabilidades associadas aos cuidados a crianças. Estas, frequentemente, incluem compromissos para preencher exigências comunitárias e religiosas (Yang *et al*. 2000; Dale, 2005; Bradley *et al.* 2005; Roehling *et al.* 2005; Kamenou, 2008). Ao abordarem a diversidade de dinâmicas familiares de mulheres imigrantes e a sua vasta amplitude de responsabilidades para além do trabalho, os debates sobre o balanço trabalho/família tendem a negligenciar os vários recursos que podem estar disponíveis através da participação em grupos e actividades religiosas. A relevância das vidas associativas dos migrantes na formação de recursos de capital social e de outros benefícios (material, apoio informacional e emocional, empregos e oportunidades de mobilidade social, ajuda mútua na criação de crianças, competências cívicas, etc.) tem sido largamente reconhecida (Foley *et al.* 2007; Levitt, 2007; Furseth, 2008; Goulbourne *et al.* 2010; Trovão *et al.* 2014). No entanto, tem sido dada pouca atenção aos efeitos interactivos da participação religiosa (combinados com outras categorias analíticas salientes) no desenvolvimento de diferentes experiências e formas de conciliação trabalho/família (Ölzbilgin *et al*. 2010).

Comprometido com esses debates e apoiado em três estudos de caso etnográficos, este artigo procura discutir a influência da participação religiosa na reconfiguração de relações trabalho/família promovidas por mulheres migrantes São-Tomenses e Indo-Moçambicanas para lidar com a crise económica portuguesa e com a contracção do mercado laboral, cujos efeitos têm sido mais acentuados do que noutros países da UE. As perguntas de partida são: em que medida é que a participação religiosa fornece às mulheres valores e redes através dos quais estas enfrentam situações socioeconómicas desfavorecidas? Como é que estes recursos potenciais, enraizados na religião, influenciam a gestão de estratégias trabalho/família? Podem estes tornar-se num motor para mudar papéis e responsabilidades entre géneros e gerações nas relações familiares?

O conceito de participação religiosa usado neste artigo envolve várias dimensões partilhadas por mulheres Cristãs de São Tomé e Príncipe, por Hindus e Ismaelitas de origem Indo-Moçambicana: fé e crença, identificação com valores religiosos, performance de rituais religiosos, envolvimento em redes religiosas e actividades de grupo, e usos situacionais de recursos religiosos. Além do mais, para estas mulheres, a participação religiosa não é experienciada como um compartimento, mas antes como "um modo de vida" que estrutura as suas responsabilidades familiares e sociais. Estas incluem o provisionamento de comida, saúde básica, segurança, educação, alimento espiritual, fé e valores sociais em relação a crianças dependentes, tal como a prestação de cuidados a doentes, idosos, portadores de deficiência, adultos menos dependentes, e mesmo a si próprias. De modo a desenvolverem estas obrigações de cuidar, podem activamente participar ou deixar o mercado de trabalho. Evocado aqui para destacar as estratégias e os processos de produção de significados através dos quais negoceiam o trabalho pago e a prestação de cuidados, o conceito de 'conciliação' também precisa de ser entendido como uma capacidade para a acção que é religiosamente mediada. Como mostramos mais à frente, o alcance de tal 'balanço' depende de uma auto-concepção partilhada de sujeito-familiar desenvolvida contra uma noção individualizante de pessoa.

A investigação comparativa vai permitir-nos explorar quais os aspectos da participação religiosa que podem ser considerados relevantes para lidar com a crise económica, e discutir os aspectos específicos das práticas de negociação trabalho/família influenciados pela participação religiosa nos três estudos de caso. Apesar disso, em vez de interpretarmos as etnografias em separado, a análise comparativa usa o conceito de capital social como um dispositivo heurístico para salientar dinâmicas através das quais podemos melhor compreender as suas semelhanças e diferenças. Nesta perspectiva, o capital social é entendido «como os valores que as pessoas detêm e os recursos a que podem aceder, que resultam e são o resultado de laços e relações colectivos e socialmente negociáveis» (Zontini *et al.* 2007: 262). Os adjectivos *bonding* e *bridging* associados ao conceito de capital social são mobilizados como dimensões analíticas para comparar diferentes formas de capital social (Putnam, 2000: 23). Seguindo a abordagem de Bourdieu, interrogámos as tensões entre a realidade do capital social enquanto fonte de pertença, equidade e reciprocidade e como uma de múltiplas dinâmicas de poder (Bourdieu, 1986; Putnam, 2000; Furseth, 2008; Thieme *et al.* 2010).

Ao longo de três secções etnográficas, pretendemos argumentar que a participação religiosa não gera apenas capitais sociais, mas que os converte em recursos materiais e de conciliação trabalho/família, mitigando assim vulnerabilidades ou desencadeando resultados benéficos que afectam as vidas destas famílias em tempos de crise. Mais precisamente, esperamos validar os seguintes argumentos:

i) No primeiro estudo de caso, sugerimos como os capitais sociais criados por moralidades religiosas de mutualidade e por redes de solidariedade potenciam o activismo social feminino em contextos de precariedade económica. Consequentemente, compreender as práticas de conciliação trabalho/família implica considerar uma relação triangular na qual a mobilização religiosa para prestar cuidados complementa as obrigações familiares e substitui os serviços reduzidos providenciados pelos programas estatais.
ii) Por contraste, o segundo estudo de caso chama a atenção para vários efeitos negativos dos laços religiosos associados às estratégias de gestão feminina trabalho/família despoletadas pela crise de trabalho masculina. Por sua vez, enfatiza o modo como uma concepção religiosa de pessoa, capaz de negociar a distinção entre o sujeito e a alteridade, permite construir capitais sociais *bridging*, permitindo ainda transformações no balanço tradicional da relação trabalho/família relacionado com as responsabilidades de género.
iii) O último estudo de caso destaca várias dimensões interligadas através das quais a participação religiosa pode ser mobilizada para enfrentar pressões desfavoráveis e para ajustar práticas de balanço trabalho/família a novos contextos. Argumentamos, neste sentido, que uma forte orientação religiosa para contornar fronteiras étnicas e religiosas, combinada com obrigações de solidariedade intracomunitária, juntamente com uma ética de longa duração que sobrepõe relações familiares e laborais (apoiada por responsabilidades de género diferenciadas) opera como um gerador de capitais sociais *bonding* e *bridging* determinando trajectórias de mobilidade social bem sucedidas.

Métodos

Estes argumentos são desenvolvidos com base em trabalho de campo etnográfico e em entrevistas conduzidas em projectos de investigação distintos levados a cabo sobre migrações e dinâmicas familiares. As experiências de família, trabalho e religião estiveram presentes em todos eles. Embora estes temas tenham sido trabalhados através de uma variedade de lentes conceptuais (Trovão *et al.* 2014; Trovão *et al.* 2013; Trovão, 2012a; Trovão, 2012b), é nossa intenção aplicar aqui resultados cumulativos para questionar especificamente o papel da participação religiosa feminina para alcançar balanços apropriados trabalho/família num contexto de crise económica que torna estas negociações mais problemáticas.
A análise comparativa assenta em dados empíricos providenciados por entrevistas biográficas conduzidas com quinze mulheres de São Tomé e Príncipe, treze Ismaelitas de Moçambique e outras quinze com Hindus da mesma origem. Intencionalmente, seleccionámos grupos contrastantes de mulheres migrantes em termos de percursos migratórios, processos de integração socioeconómica e cultural, classe de origem, densidade de capitais sociais, trabalho produtivo e/ou reprodutivo, tipos de dinâmicas familiares e pertenças religiosas. Também procurámos des-homogeneizar cada segmento migrante (ver quadros I, II e III), assegurando vários perfis quanto a objectivos migratórios, idade, educação, emprego, dinâmicas familiares e disponibilidade de laços e de recursos.
A comparação foi garantida pelos seguintes tópicos principais: processos migratórios; oportunidades; pressões e vulnerabilidades de famílias migrantes no país de acolhimento; construções de sujeito, família, cuidado, trabalho e identidade religiosa; práticas de reprodução sociais; participação no mercado de trabalho; acesso a programas de apoio social; tensões e estratégias na conciliação de trabalho pago com responsabilidades de cuidar; impactos de crenças religiosas, valores e redes no entendimento e na performance de negociações trabalho/família. O desenho de uma pesquisa multi-situada conduzida em Portugal, no Reino Unido e em Angola permitiu-nos interpretar (*in loco*) usos situacionais de participação religiosa para recriar e ajustar estratégias de gestão trabalho/família a diferentes regimes de imigração, de emprego e apoio social (Bonizzoni, 2014).

Gerir trabalho e cuidados através de activismo cívico-religioso

Durante o período colonial, São Tomé e Príncipe foi uma plataforma importante para a circulação de trabalhadores nas roças, especialmente, oriundos de Moçambique, Angola e Cabo Verde. Os estudantes e os

funcionários públicos faziam, naquela altura, parte de um grupo privilegiado de pessoas que podiam viajar em direcção a Lisboa, a metrópole. Quinze anos após a independência, em 1990, a crise económica e a mudança para um sistema político multipartidário viriam a assinalar o princípio dos fluxos migratórios para Angola, Portugal, Gabão, Guiné Equatorial e Camarões. Esse movimento de pessoas estimulou a circulação de valores, emoções, práticas, bens, tradições e memórias entre agregados domésticos transnacionais. Dados estatísticos e etnográficos mostram que, a partir de 2001, os fluxos para Portugal são, sobretudo, preconizados por mulheres (Seibert, 2002; Ramalho *et al.* 2010).

Nos seus contextos de origem, as interlocutoras São-Tomenses mais velhas foram criadas para cozinhar e tomar conta dos irmãos mais novos e de outras crianças do *quintal.* Ao longo da vida, desenvolveram responsabilidades na esfera dos cuidados, em particular como provedoras das necessidades emocionais e materiais das crianças. Devido à volatilidade das relações conjugais, estas mulheres dificilmente conseguiam subsistir com as inconstantes contribuições económicas que os *pais de filho* lhes davam. A sua experiência de trabalho pago é, pois, prévia à migração. Como tem sido notado noutras famílias crioulas (por exemplo, Cabo-Verdianas e Caribenhas), a co-parentalidade (por parte de avós, tias e madrinhas) e a circulação de crianças (Rodrigues, 2007; Zontini *et al.* 2007; Chamberlain, 2009; Åkesson *et al.* 2012) entre diferentes cuidadores (incluindo amigos e vizinhos) foram consideradas recursos comuns de conciliação trabalho/família em São Tomé. Como Nazaré recorda: «Todas damos à luz, e todas somos mães, também, daquelas crianças.»

Estas mulheres chegaram a Portugal à procura de trabalho, de cuidados de saúde, e de um grau de mobilidade social que acreditavam estar ao seu alcance. No entanto, as suas trajectórias laborais foram restringidas ao serviço doméstico em casas particulares e em firmas, ao trabalho em lares de Terceira Idade e em hospitais e ao sector da restauração, frequentemente em condições bastante precárias (Wall *et al.* 2004). A médio prazo, elas conseguiram a reunificação mãe/filhos. A gestão de incertezas no dia-a-dia foi particularmente difícil para mulheres com bebés e filhos menores, sem o apoio de familiares próximos, mas também para aquelas que tiveram de lidar com as consequências de separações de longa duração. As suas estratégias pré-migratórias de maternidade foram parcialmente reconstruídas numa área residencial marcada pela exclusão social onde se reuniam outras comunidades Africanas recém-chegadas. Além disso, a prestação de cuidados trouxe-lhes outros desafios: manter os filhos afastados do crime e dotá-los com o que Collins (1991: 51) designa de um «poderoso instrumento de resistência» em relação ao racismo, ao garantirem a sua auto-estima através de um projecto de desenvolvimento comunitário (Kershaw, 2010) conduzido por valores religiosos.

Já promovida em São Tomé, a sua participação cívica como Cristãs foi recontextualizada neste bairro. Isabel (uma das fundadoras), juntamente com um pequeno grupo de mulheres católicas, investiu em várias actividades relacionadas com os seus papéis de género e de família (Shin, 2007; Wu *et al.* 2007) em nome do bem-estar e da protecção da comunidade local. Visitar e ajudar os idosos, bem como pessoas doentes, partilhar refeições, dar apoio nas limpezas domésticas, recolher e redistribuir roupa, disseminar informação sobre oportunidades de trabalho, reciprocar (informalmente) a prestação de cuidados rotativos a crianças constituíram práticas nucleares dos seus projectos de activismo cívico-religioso. Em paralelo, incutiram nas gerações emergentes repertórios cristãos-espirituais orientados por ideias de dádiva, responsabilidade mútua, sacrifício pessoal pelo bem-estar dos outros.

A recente imposição de medidas de austeridade por parte do governo português tem afectado severamente as famílias migrantes de origem Africana que residem neste bairro-comunidade. De acordo com os seus testemunhos, os baixos níveis de rendimento, o desemprego ou a criminalidade entre os jovens têm aumentado devido à crise económica e laboral. Ao reduzirem a distância entre a esfera pública mais vasta e os espaços comunitários, as nossas interlocutoras desempenham papéis que complementam a escassez de serviços de prestação de cuidados através da negociação com várias estruturas organizacionais (frequentemente conduzidas por agentes institucionais, pertencentes a religiões Cristãs e Muçulmana), que agem como intermediários dos programas de acção social, financiados pelo governo nacional. Simultaneamente, as redes informais multi-étnicas e religiosas em que participam têm sido vitais para as famílias migrantes que dependem de apoios sociais (e cujos membros são sobretudo afectados por doenças crónicas e/ou de longa duração), tal como para jovens mães de origem Africana que têm chegado nos últimos anos com vistos temporários e que receiam que os filhos lhes sejam retirados devido ao desemprego e à ausência de documentos.

> (…) eu fui socorrida por muita gente que não foram minhas famílias de sangue, mas que foram as minhas famílias de irmãos de Jesus Cristo, enviado por Nossa Senhora de Fátima que fez essa ponte. E estou bem. (…) (Purificação)

> Quando eu vejo uma pessoa necessitada, e chega ao meu pé e diz que necessita de um apoio, eu não consigo dizer não… Em minha casa, às vezes, há tanta gente… às vezes, vamos comer e a comida acabou, mas pronto, eu continuo assim até que Deus me chamar… (Francisca)

Ao assumirem a responsabilidade primária por, simultaneamente, criarem e educarem os seus filhos, as interlocutoras São-Tomenses (independentemente da sua idade) incutem nos seus filhos a importância da formação académica e profissional. Contudo, a escassez de bolsas força os estudantes a acumularem o trabalho como empregados de limpeza (também como *babysitters*, empregados de restauração e operadores de *call centre*) com os estudos. Aqueles que completam os seus cursos acreditam que vão conseguir alcançar reconhecimento de competências e mobilidade social através de um novo projecto migratório (sobretudo para o Reino Unido e para Angola), tendo em conta as crescentes taxas de desemprego entre os jovens qualificados, o decréscimo dos salários e a discriminação racial que percepcionam em Portugal.

Tal como aconteceu com as suas mães quando chegaram a Portugal, as jovens interlocutoras que migraram para o Reino Unido (após as recentes alterações na lei da nacionalidade em 2006) estão agora deslocadas das redes de família e comunitárias. A maioria viaja com os seus filhos, encorajada pelos programas sociais e de saúde oferecidos às mães solteiras no Reino Unido. O trabalho que aí encontram é temporário e mal pago, pelo que usam os horários em *part-time* e os turnos para negociarem o cuidado parental às crianças com os seus companheiros (Dyer *et al.* 2011), parentes e amigos nas mesmas circunstâncias. Ajudadas, à chegada, pela mãe, pela irmã ou por uma prima, ocasionalmente contam também com os cuidados transnacionais desempenhados por pessoas-mãe que consideram ser "de confiança para tomar conta das crianças". Todavia, a criação e educação de crianças sem a colaboração do pai e de outros membros da família são entendidas como um aspecto central da sua identidade pessoal.

Na ausência de consolo emocional, de apoio material e de redes de culto, a forte identificação com as suas mães a quem atribuem força e generosidade incomparáveis constitui um recurso importante para cuidarem de si mesmas quando emergem conflitos de género, dificuldades económicas, sentimentos de injustiça e percepções de discriminação.

Desconstruir a alteridade do outro: intercambiar fronteiras para renegociar trabalho e família

> Originários de Diu (parte do antigo Estado Português da Índia), os antepassados das nossas interlocutoras Hindus migraram para Moçambique durante o século XIX. Após a descolonização, o processo de nacionalização implementado em Moçambique e a Guerra Civil que eclodiu em meados da década de 70 conduziram a um pico da emigração indiana no início dos anos 80. A maioria das famílias Hindus de Diu escolheu Portugal como destino. As estratégias económicas desenvolvidas no novo contexto migratório foram semelhantes às implementadas em Moçambique. Os homens, desde cedo, tornaram-se activos na indústria da construção civil.
>
> Reconstruídas em Lisboa, as relações familiares de Hindus envolvem reciprocidade e hierarquia. Os pais investem trabalho nos seus filhos, e incutem-lhes a responsabilidade moral de assegurar (aquando da sua velhice ou em momentos de necessidade) apoio económico e respeito hierárquico. Os homens estão encarregados do sustento material das suas famílias e da protecção das suas mulheres. O trabalho reprodutivo, cuidar do marido e de outros membros da família são as responsabilidades

> principais atribuídas às mulheres. Todos os membros da família extensa partilham a responsabilidade de manutenção da 'reputação' associada ao nome da família.
> A entrada das mulheres no mercado laboral, especialmente nos sectores das limpezas e dos cuidados, constituiu uma estratégia de adaptação à situação de desemprego e de precariedade profissional dos homens, resultantes da crise laboral na indústria da construção portuguesa. As pioneiras começaram a trabalhar como empregadas domésticas para famílias Indianas 'mais ricas'. Rapidamente se aperceberam de que esta era a opção "mais mal paga" e "humilhante". A comunidade religiosa (inicialmente) não aprovou o papel económico das mulheres nem lhes providenciou garantias éticas contra mecanismos de exploração por parte de co-étnicos. Encorajadas por redes inter-étnicas de bairro, começaram a preferir empregadoras *bagli* [brancas], ou 'as doutoras', como lhes chamam.

O repertório religioso que internalizaram foi crucial para a sua integração no âmbito dos serviços domésticos e da prestação de cuidados. Em Moçambique e em Portugal (até ao fim dos anos 90), a religião era relegada para a esfera feminina. As mulheres aprenderam e realizaram rituais tradicionalmente levados a cabo por especialistas masculinos. Dedicado à deusa-mãe Hindu, o primeiro templo Hindu resultou da iniciativa pessoal de uma das nossas interlocutoras sustentada pelas suas reconhecidas competências de performance ritual. Em paralelo, estas mulheres também reconstroem tradições femininas (ligadas à casta e à linhagem) associadas aos rituais de passagem, ao mesmo tempo que recriam práticas *vratakatha* e formas de comunicação com a(s) deusa(s) Hindus através da possessão. Ao enfatizarem a natureza incorporativa, metafórica e porosa de todos os seres, tal como as relações fluídas, mutáveis e reversíveis entre elas, as suas crenças religiosas propõem uma lógica contra-etnicizante (Bastos-Trovão, 2005) que legitima o processo de atravessar fronteiras como uma construção aceitável para o sujeito feminino Hindu.

Enquanto evitam confrontar os seus companheiros com o fracasso corrente das suas responsabilidades baseadas no género, as nossas interlocutoras são as primeiras a reconhecer como o trabalho produtivo feminino pode introduzir 'conflitos' nas relações conjugais. Alguns casais tornam-se mais unidos perante as dificuldades económicas, mas outros começam a 'brigar', uma vez que os maridos ressentem a autonomia económica das suas esposas e procuram reforçar a autoridade masculina. Embora altamente valorizado pelos maridos, o cuidar (dos filhos) delegado nas sogras incute sentimentos ambivalentes na mente das nossas entrevistadas. No quadro conflitual típico nora/sogra, algumas interlocutoras receiam que as sogras se tornem o principal foco dos investimentos emocionais dos seus filhos. Ao mesmo tempo, investem muito na integração dos seus descendentes, procurando assim que as crianças socializem com os seus pares Portugueses numa base diária. Ao reconhecerem que os maridos não se atrevem a opor-se às suas mães, negoceiam activamente para garantir o acesso dos filhos aos serviços do Estado em língua portuguesa. O seu salário, todavia, não é suficiente para pagar o infantário e para arrendar uma casa independente. Subsequentemente, passam mais e mais tempo com a família do marido, o que tende a aumentar os conflitos sogras/noras. Em situações de insatisfação extrema, a autonomia material obtida permite a algumas mulheres a separação (sem divórcio) dos seus maridos.

De facto, estas mulheres adquirem uma crescente competência negocial contra as constantes pressões de parentesco, de casta e de redes comunitárias etno-religiosas. O modo como estas se sacrificam para dar conforto material e uma educação prolongada aos filhos, as suas responsabilidades acumuladas para assegurar o bem-estar da família, tal como o seu comportamento exemplar em termos de performance religiosa, têm progressivamente mudado a atitude pejorativa de certas redes comunitárias sobre o trabalho remunerado das mulheres fora do agregado doméstico.

> Quando a minha sogra e minhas cunhadas põem veneno na cabeça do meu marido contra mim, eu já consigo responder. Falo em voz baixa, para evitar ressentimento: Eu trago o pão que vocês comem. Não se metam na minha vida. (Anju)

> No início, eu escondia às pessoas da comunidade. Elas iam pensar que eu era menos do que elas só porque precisava de ajudar meu marido. Elas estão sempre a criticar qualquer uma que trabalhe fora de casa, falando por trás. Hoje, eu sei que isso lhes dava um sentimento de superioridade que é falso. (Ratan)

Influenciadas por alguns dos valores da classe média portuguesa, algumas das mães Hindus que entrevistámos têm promovido um padrão de género menos diferenciado relativamente às performances de balanço trabalho/cuidar. Em paralelo, subjectividades multi-culturais têm sido integradas nas suas práticas de prestação de cuidados reforçando a capacidade das crianças para participarem em múltiplas práticas de pertença.
Dada a elevada taxa de desemprego entre os jovens, um número significativo dos seus filhos adultos migrou para o Reino Unido atraídos por oportunidades de progresso económico e educacional. Os seus descendentes concentram-se frequentemente em certas áreas de West London e em Leicester onde muitos Indianos oriundos do Quénia, do Uganda, da Tanzânia e do Malawi se estabeleceram desde finais dos anos 60 e 70. A tendência entre os Hindus provenientes da África Oriental é para percepcionaram os recém-chegados como 'outros', tal como indicado pela afirmação de que existe uma enorme lacuna entre eles e os 'portuguesiá', o nome pelo qual os Hindus Portugueses são conhecidos (Trovão, 2012a).
A maioria dos Hindus portugueses está empregada na construção civil, em fábricas, armazéns e restaurantes. As mulheres frequentemente encontram trabalho nos sectores dos cuidados e dos serviços, enquanto assumem a prestação de cuidados tradicionais e as responsabilidades domésticas. O trabalho das mulheres em *part-time*, ou, mais raramente, a sua combinação com uma pequena componente de cuidado delegado (pago) - através da escolha de amas não-parentes, falantes de inglês, de religião Sikh - foram registados. No entanto, a negociação dos cuidados familiares através do trabalho por turnos parece ser uma opção mais sustentável reforçada periodicamente pelo cuidado transnacional (maioritariamente prestado por mães a filhas aquando do nascimento de um filho, em caso de doença ou de sérios conflitos conjugais). Igualmente significativa, a prestação de cuidados maternos incute nas mentes das gerações emergentes um sentido de orgulho das suas heranças culturais Indianas, Africanas e Portuguesas, protegendo-as de imagens denegridas que as catalogam como menos valiosas. As experiências de discriminação por parte de redes etno-religiosas mais vastas e a natureza temporária de cuidados delegados nos laços familiares podem explicar as estratégias diferenciadas dos Hindus Portugueses comparativamente a outros trabalhadores migrantes mal pagos no Reino Unido (Datta, 2007; Dyer *et al.* 2011).

Conciliar família, negócio e religião: velhas estratégias para lidar com crises póscoloniais

Os antepassados das nossas entrevistadas Ismaelitas migraram do Gujarate e estabeleceram-se nas colónias Inglesas e protectorados da África Oriental, da África do Sul e de Moçambique durante o século XIX. Sob orientação de Aga Khan III, desde 1893, e continuamente durante o século XX, uma nova ética converteu-se num dever religioso das comunidades Ismaelitas africanas. Com efeito, ao mesmo tempo que inculcou o princípio religioso de lealdade política para com as nações de acolhimento, Aga Khan III aconselhou os seus seguidores a praticarem um modelo emocional ascético, transformando o trabalho e o sucesso nos assuntos materiais em atitudes meritórias à luz do Ismaelismo.
Uma vez que o sector comercial se diversificou tanto nas colónias Britânicas africanas como em Moçambique, o principal interesse económico das empresas Ismaelitas concentrou-se nas operações de comércio internacional. O negócio era claramente uma tarefa dos homens. As relações familiares e a educação dos filhos constituíram o trabalho principal das mulheres. Durante os anos 60, devido às sucessivas reformas promovidas por Aga Khan III (proibição do véu, investimento na educação das mulheres, igualdade de género nas *jamats* [comunidades religiosas]), várias entrevistadas começaram a frequentar o ensino secundário em escolas privadas e públicas. Excepcionalmente, algumas delas beneficiaram de educação superior e de formação em determinadas

profissões. Antes mesmo das descolonizações, algumas mulheres participaram activamente nas empresas familiares. No entanto, a formação académica dos seus filhos tornou-se o seu maior investimento.

Os processos de descolonização infligiram tempos de grande insegurança socioeconómica e identitária entre os Ismaelitas. Uma cultura empresarial que fazia circular capitais, pessoas e conhecimentos foi decisiva no êxodo dos territórios africanos nos anos 60 e 70, confirmando o potencial do modelo do negócio familiar enquanto resposta a situações críticas. Algumas das estratégias accionadas e, nomeadamente, a disseminação da família extensa por vários países e a mobilidade regular de membros da família para tornar os processos de importação/exportação mais fáceis assemelhavam-se em muito aos desenvolvidos pelos seus antepassados quando estes migraram para África no final do século XIX (Trovão, 2012a).

A opção de reterritorializar o negócio de família e de reunificar a família extensa no Portugal pós-colonial – frequente entre os Ismaelitas que viviam em Moçambique – revelou-se a mais afortunada. A discrição com que algumas famílias venderam os seus activos e transferiram o seu capital para fora de Moçambique, os negócios e as oportunidades profissionais que encontraram em Portugal, bem como os contactos políticos e económicos, nacionais e internacionais de Aga Khan IV permitiram-lhes desenvolver processos de integração genericamente ascendentes.

No entanto, as dificuldades económicas que marcaram o contexto português nas últimas décadas levaram algumas famílias a explorar oportunidades em Angola. Uma guerra prolongada e destrutiva para a escassa produção nacional aumentou as necessidades de importação, prometendo lucro rápido a potenciais importadores. Isto configurou uma oportunidade única para as empresas Ismaelitas especializadas no comércio internacional. A legalização da iniciativa privada e a expansão gradual do sistema bancário e financeiro permitiram aos Ismaelitas emergir como um novo poder, reconhecido pelo Estado no sector privado da economia de mercado Angolana (Trovão *et al.* 2013).

Embora o negócio de família tenha sido parcialmente desactivado durante a integração Ismaelita em Portugal, o investimento económico em Angola renovou a necessidade de conciliar o negócio e a vida familiar. O velho modelo de negócios – no qual pais e filhos (actualmente qualificados) trabalham juntos para a prosperidade familiar –, bem como as estratégias de transnacionalismo familiar de longa data foram rapidamente revitalizados no retorno pós-colonial a África.

> Naquela época, as nossas empresas eram quase 100% familiares. Foi assim geração após geração. Quando se deu a descolonização e viemos para a Europa, os nossos filhos afastaram-se progressivamente do negócio da família. Eles começaram a trabalhar em grandes empresas nas suas áreas de formação. O retorno a África teve um efeito interessante. Pais e filhos qualificados gerem o negócio da família (Mina)

Concomitantemente, a reunificação familiar tem vindo a promover a complementaridade de papéis de género subjacentes ao modelo de empresa familiar que prevaleceu durante o período colonial. De facto, a participação económica das mulheres em Angola é ainda limitada devido à legislação Angolana. Quando entram no país através da reunificação familiar, as mulheres ficam ao abrigo do visto de trabalho do marido (de três anos), não podendo exercer uma actividade remunerada. Aquelas que residem com os maridos e filhos em Luanda investem nas suas responsabilidades primárias de género. Acompanham as performances académicas dos filhos e filhas (em escolas internacionais), desenvolvem as identificações morais, culturais e religiosas dos seus descendentes, gerem casamentos e relações familiares transnacionais, dedicam-se à comunidade religiosa. Outras mulheres movem-se, periodicamente, entre Portugal, Angola, Reino Unido e Dubai, garantindo que os filhos (e, às vezes, netos) recebam formação académica exigente, em escolas e universidades de prestígio, prestando, em simultâneo, cuidados (pragmáticos e afectivos) a membros da família. Embora familiarizadas com a 'dupla jornada' do trabalho produtivo e reprodutivo (Crompton *et al.* 2007), típico das mulheres Portuguesas de classe média, Sharmina e Dina reconhecem que as mulheres Ismaelitas 'se sentem mais confortáveis quando priorizam a maternidade e as obrigações associadas aos cuidados da família' em detrimento de uma actividade profissional.

> Eu já tive uma carreira profissional. (...) Agora, a minha principal tarefa é preparar os meus filhos para continuar o negócio que o pai desenvolveu. Portanto, eu tenho que lhes dar a melhor e a mais exigente educação, para isso é preciso monotorizar os estudos diariamente. Eu e as meus amigas somos capazes de ser vários tipos de pessoas em situações diferentes. (Sharmina)

> Somos muito maleáveis, temos uma capacidade de adaptação que é a razão do nosso sucesso (....). O espírito de sacrifício também é muito importante. Fiz uma pausa na minha vida profissional. Fico três ou quatro meses aqui e depois volto para Lisboa para cuidar dos meus pais. Sou filha única. (Dina)

As suas narrativas revelam bem como a agência Ismaelita é moldada por um sujeito familiar cujas responsabilidades de prestar assistência aos membros da família constitui um dever religioso. Identificando-se com um *Imam* vivo que guia os seus seguidores através do exemplo pessoal e da dedicação, as nossas interlocutoras fazem sacrifícios pessoais pelos seus filhos, pela família e pelo negócio. Além disso, estendem tais práticas a pares da mesma comunidade fora do grupo de parentesco imediato.

Com efeito, auxiliados por familiares e amigos da comunidade, centenas de Ismaelitas têm vindo a migrar para Angola para trabalharem em empresas (geralmente com um patrão Ismaelita) ou para promoverem um pequeno negócio. A decisão quanto à forma de conciliar trabalho e família obriga-os a considerar diversas variáveis. Por um lado, o cuidado de crianças (e idosos) à distância depende de recursos na prestação de cuidados providenciados pelos laços familiares existentes em Portugal, tal como de recursos económicos que limitem os custos emocionais implicados na separação familiar. Reciprocamente, a reunificação familiar, por trazer 'muita estabilidade emocional'.

Ainda assim, esta opção implica uma deliberação cuidadosa devido ao elevadíssimo custo de vida em Angola. As capacidades dos migrantes para garantirem uma 'educação de qualidade' aos seus filhos e um padrão de vida material satisfatório a membros da família em Angola têm de ser ponderados com outros factores, tais como a idade das crianças e seus percursos escolares, a situação profissional das mulheres e determinadas condições (segurança, serviços de saúde, etc.) de que usufruíam em Portugal. Quando acontece, a reunificação familiar tende a ocorrer quando as crianças são muito jovens, ou quando, já adultas, consideram Angola como 'um projecto de vida a médio ou longo prazo' que deve ser 'gerido no terreno'. No entanto, a estratégia mais comum para as mães e pais que trabalham em Angola consiste em delegar o cuidado (de crianças) a parentes próximos (mães, mães dos maridos, irmãs casadas), mobilizando em simultâneo os recursos adquiridos para criarem um modelo trabalho/vida de *in-betweeness*. Como testemunhado por Chena:

> Para nós, Lisboa é a décima nona província de Angola. Trabalhamos aqui, mas temos tudo lá: crianças, família, casa, médicos, *shopping*. Vivemos todos no meio, entre 'cá' e 'lá'.

Transformar capitais religiosos, refazer relações entre família e trabalho

Como Cristãs e pessoas-familiares, as entrevistadas São-Tomenses têm a seu cargo grandes responsabilidades (materiais, educacionais, morais e emocionais) no desenvolvimento da família-comunidade, tal como nas suas próprias casas e nas famílias extensas. A pobreza económica, os episódios de agressão física e psicológica nas relações familiares, os sentimentos de culpa associados aos filhos que não conseguiram reunificar ou salvar da criminalidade, o abandono conjugal e da família, entre outras contingências, são parte da sua vida quotidiana e das suas memórias socio-históricas partilhadas. As novas exigências que chamaram a si próprias e às redes religiosas a que pertencem para compensarem a perda de direitos e de benefícios sociais revelam como a participação religiosa providencia vários tipos de recursos e formas de capital social através dos quais as mulheres migrantes podem precariamente conciliar as suas vidas duplas enquanto prestadoras de cuidados e chefes de família.

O repertório religioso das mulheres Hindus com quem trabalhámos propõe um modo alternativo de resolução da incerteza relativamente às identidades. Perante uma situação económica precária, mobilizam crenças típicas Hindus – em particular, as que enfatizam o modo como as fronteiras étnicas e raciais são, apenas ilusoriamente, intrínsecas ou irreversíveis – para construírem capitais sociais *bridging* e, por extensão, transformá-los em capital económico, tão necessário às suas famílias. Concomitantemente, têm vindo a promover um padrão de género menos assimétrico para negociarem responsabilidades produtivas e reprodutivas, ao mesmo tempo que fomentam a elaboração intergeracional de identidades pluri-culturais.

Através de uma participação religiosa comunitária orientada por um líder carismático, as interlocutoras Ismaelitas acumularam diferentes tipos de recursos religiosos que usaram e capitalizaram como uma ponte na relação com as classes médias das suas sociedades de acolhimento pós-coloniais. O mérito atribuído a sacrifícios pessoais com vista à realização de responsabilidades materiais e à prestação de cuidados na família e fora do grupo de parentesco, juntamente com a tendência para que as normas das sociedades de acolhimento prevaleçam sobre as religiosas (sempre que algum conflito potencial existe entre os dois) produz um modelo de balanço não-uniforme trabalho/família com potencial para lidar com novas pressões e contextos em mudança.

Notas conclusivas

Ao revisitarmos pesquisas anteriores sobre estratégias e práticas de negociação entre a vida profissional e a vida familiar promovidas por mulheres migrantes ou pertencentes a minorias étnicas, verificamos que os nossos resultados não corroboram a ideia de que estas experienciem, necessariamente, elevados níveis de segregação e de oposição entre as esferas do trabalho e do não-trabalho (Kamenou, 2008: 107). Para as mulheres São-Tomenses, e de forma semelhante para o que já foi delineado para os Afro-Caribenhos e para os Cabo-Verdianos (Duncan *et al.* 2004; Chamberlain, 2009; Åkesson *et al.* 2012), as mães são provedoras num sentido lato. Trabalhar duramente para alcançar recursos materiais é percepcionado como uma componente de boa maternidade, o que constitui, simultaneamente, uma dimensão central das suas identidades individuais. Em paralelo, a pesquisa disponível também sugere que a expectativa sobre as mulheres migrantes Sul-Asiáticas seja a de privilegiarem as necessidades da família e das crianças, em detrimento do trabalho produtivo (Dale, 2005). Apesar disso, as narrativas das mulheres Hindus e Ismaelitas de origem Indo-Africana revelam que as suas actividades económicas são concretizadas e conceptualizadas como uma parte integral das suas autoconstruções enquanto pessoas familiares e mães. Deste modo, fronteiras e oposições rígidas entre esferas do trabalho e do não-trabalho parecem ser insuficientes para compreender vidas que não se definem nesses termos.

Outro aspecto não convergente relaciona-se com a afirmação de que as mulheres migrantes ou pertencentes a minorias étnicas apresentem elevados níveis de *stress* bi-cultural (Kamenu *et al.* 2006), como um constrangimento adicional na gestão da vida familiar, comunitária e laboral. Apesar da existência de factores mais importantes – tal como a experiência de racismo na compreensão do processo de inserção diferenciado de mulheres migrantes Africanas e suas famílias em Portugal – as etnografias comparativas salientam o modo como as mulheres migrantes são participantes activas na prossecução de várias formas de movimento e de ligação que esbatem fonteiras, negociando em simultâneo o que conta como recursos culturais e religiosos específicos com o que constitui recursos multiculturais e híbridos para construir oportunidades e benefícios para as suas famílias e para si próprias.

Em resposta à questão final sobre a forma como a gestão de recursos trabalho/família criados pela participação religiosa pode melhorar as capacidades das mulheres para renegociarem assimetrias familiares, os nossos resultados revelam que o activismo religioso São-Tomense não altera diferenças importantes nos aspectos da prestação de cuidados relacionados com a maternidade e a paternidade. Ao permitir transformações nas responsabilidades tradicionais de género no âmbito das relações familiares, o trabalho produtivo e reprodutivo das interlocutoras Hindus não encaixa necessariamente numa lógica de igualdade de género. O facto de as interlocutoras Ismaelitas continuarem a dar prioridade às suas obrigações de cuidar, em detrimento da concretização de objectivos individualistas, confirma que estas se constroem como sujeitos familiares, apesar

de investirem nas suas carreiras profissionais. Embora as diferenças entre perfis e estratégias para balançar o trabalho remunerado e as responsabilidades de cuidar, o que parece mais significativo é o modo como os três grupos de interlocutoras usam os seus respectivos recursos religiosos sem subverter construções específicas de sujeito, de género e de família, as quais permanecem socialmente significativas, talvez até mais para famílias migrantes.

Bibliografia

ÅKESSON, L., CARLING, J., DROTBOHM, H. (2012), "Mobility, moralities and motherhood: navigating of Cape Verdean lives". *Journal of Ethnic and Migrations Studies*, 38 (2), pp. 237-260.

BALDASSAR, L., BALDOCK, C., WILDING, R. (2006), *Families Caring Across Borders,* London: Macmillan.

BASTOS-TROVÃO, S. T. (2005), "Hierarchical alterity is a mere illusion». Some reflections on the creative power of women's expressive traditions". *Hindu Diaspora, «Lusotopie»*, XII (1-2), pp.109-124. – www.brill.nl

BONIZZONI, P. (2014), "Immigrant Working Mothers Reconciling Work and Childcare : the Experience of Latin American and Eastern European Women in Milan". *Social Politics*, 0 (0), pp. 1-24.

BOURDIEU, P. (1986), "The Forms of Capital". In J. G. Ricardson (ed.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education,* New York: Greenwood Press, pp. 46-58.

BRADLEY, H., HEALY, G., MUKHERJEE, N. (2005), "Multiple burdens: problems of work–life balance for ethnic minority trade union activist women". In D. Houston (ed.), *Work–Life Balance in the 21st Century*, Basingstoke: Palgrave Macmillan.

CHAMBERLAIN, M. (2009), "Identity and Kinship: Caribbean Transnational Narratives". In M. Cervantes-Rodríguez, R. Grosfoguel, E. Mielants (eds.), *Caribbean Migration Western Europe and the United States – Essays on Incorporation, Identity and Citizenship*, Philadelphia: Temple University Press, pp. 232-253.

COLLINS, P. (1991), *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*, New York: Routledge.

CROMPTON, R., LEWIS, S., LYONETTE, C. (2007), "Introduction: The unravelling of the 'male' breadwinner's model – and some of its consequences". In R. Crompton, S. Lewis, C. Lyonette (eds.), *Women, Men, Work and Family in Europe*, Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, pp. 1-16.

DALE, A. (2005), "Combining family and employment: evidence from Pakistani and Bangladeshi women". In D. Houston (ed.), *Work–Life Balance in the 21st Century*, Basingstoke: Palgrave Macmillan.

DATTA, K. (2007), "From coping strategies to tactics: London's low-pay economy and migrant labour". *British Journal of Industrial Relations*, 45 (2), pp. 404-432.

DUNCAN, S., IRWIN, S. (2004), "The social patterning of values and rationalities: mothers' choices in combining caring and employment". *Social Policy and Society*, 3 (4), pp. 391-399.

DYER, S., MCDOWELL, L., BATNITZKY, A. (2011), "Migrant work, precarious work–life balance: what the experiences of migrant workers in the service sector in Greater London tell us about the adult worker model". *Gender, Place & Culture: A Journal of Feminist Geography,* 18 (5), pp. 685-700.

EVERGETI, V., RYAN, L. (2011), "Negotiating transnational caring practices among migrant families". In A. Kraler, E. Kofman, M. Kohli, C. Schmoll (eds.), *Gender, Generation and the Family in International Migration,* Amsterdam: Amsterdam University Press, pp. 355-373.

FOLEY, M. W., HOGE, D. R. (2007), *Religion and the New Immigrants: How Faith Communities Form Our Newest Citizens*, Oxford: Oxford University Press.

FURSETH, I. (2008), "Social Capital and Immigrant Religion". *Nordic Journal of Religion and Society,* 21 (2), pp. 147-164.

GOULBOURNE, H., REYNOLDS, T., SOLOMOS, J., ZONTINI, E. (2010), *Transnational Families: Ethnicities, Identities and Social Capital (Relationships and Resources)*, New York: Routledge.

GRILLO, R. (ed.) (2008), *The family in question – Immigrant and Ethnic Minorities in Multicultural Europe*, IMISCOE, Amsterdam: Amsterdam University Press.

KAMENOU, N. (2008), "Reconsidering Work–Life Balance Debates: Challenging Limited Understandings of the "Life" Component in the Context of Ethnic Minority Women's Experiences". *British Journal of Management*, 19, pp. S99-S109.

KAMENOU, N., FEARFULL, A. (2006), "Ethnic minority women: a lost voice in HRM". *Human Resource Management Journal*, 16 (2), pp. 154-172.

KERSHAW, P. (2010), "Caregiving for identity is political: implications for citizenship theory". *Citizenship Studies*, 14 (4), pp. 395-410.

KING, R., THOMSON, M., FIELDING, T., WARNES, T. (2006), "Time, Generations and Gender in Migration and Settlement". In R. Penninx, M. Berger, K. Kraal (eds.), *The Dynamics of International Migration and Settlement in Europe*, Amsterdam: Amsterdam University Press, pp. 223-268.

KRALER, A., BONIZZONI, P. (2010), "Gender, civic stratification and the right to family life: problematizing immigrants' integration in the EU". *International Review of Sociology*, 20 (1), pp. 181-187.

LEVITT, P. (2007), *God needs no passport. Immigrants and the Changing American Religious Landscape*, New York: The New Press.

ÖZBILGIN, M. F., BEAUREGARD, T. A., TATLI, A., BELL, M. P. (2011), Work-Life, Diversity and Intersectionality: A Critical Review and Research Agenda. *International Journal of Management Reviews*, 13 (2), pp. 177-198.

PUTNAM, R. (2000), *Bowling alone: the collapse and revival of American community,* New York: The Library of the Congress.

RAMALHO, S., TROVÃO, S. (2010) *Repertórios femininos em construção num contexto migratório pós-colonial: modalidades de participação cívica*, Observatório de Imigração, 42 (2), Lisboa: ACIDI. Disponível em http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Estudos_OI/Estudo42_Vol_II.pdf [consultado em 13-04-2014]

ROEHLING, P.V., JARVIS, L.H., SWOPE, H.E. (2005), "Variations in negative work–family spillover among white, black, and Hispanic American men and women: does ethnicity matter?". *Journal of Family Issues*, 26, pp. 840-865.

RODRIGUES, I. (2007), "As mães e os seus filhos dentro da plasticidade parental: reconsiderando o patriarcado na teoria e na prática". In M. Grassi, I. Évora (eds.) *Género de Migrações Cabo-Verdianas*, Estudos e Investigações 43, Lisboa: ICS, pp.123-146.

SEIBERT, G. (2002), *Camaradas, Clientes e Compadres – Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe*, Lisboa: Vega.

SHIN, H. (2007) "Korean Immigrant Women to Los Angeles". In K. M. Morin, J. K. Guelke (eds.) *Women, Religion and Space. Global Perspectives on Gender and Space*, New York: Syracuse University Press, pp. 127-147.

THIEME, S., SIEGMANN, K. A. (2010), "Coping on Women's Backs: social capital, vulnerability links through a gender lens". *Current Sociology*, 58 (5), pp. 715-737.

TROVÃO, S. (2012a), "Comparing postcolonial identity formations: legacies of Portuguese and British colonialisms in East Africa". *Social Identities Journal for the Study of Race, Nation and Culture*, 18 (3), pp. 261-280.

TROVÃO, S. (2012b), "Religion and Civic Participation among Children of Immigrants: Insights from the Postcolonial Portuguese Context". *Journal of Ethnic and Migrations Studies*, 38 (5), pp. 851-868.

TROVÃO, S., BATORÉU, F. (2013), "What's New About Muslim Ismaili Transnationalism? Comparing Business Practices in British East Africa, Colonial Mozambique and Contemporary Angola". *African and Asian Studies*, 12, pp. 215-244.

TROVÃO, S., RAMALHO, S., DAVID, M. (2014), "Transnational families, religious participation and gender dynamics: Filipino, Sao Tomean and Indo-Mozambican immigrant women in Lisbon, Portugal". *Gender, Place & Culture: A Journal of Feminist Geography*, DOI: http://dx.doi.org/10.1080/0966369X.2013.855709

WALL, K., SÃO JOSÉ, J. (2004), "Managing work and care: a difficult challenge for immigrant families". *Social Policy & Administration*, 38 (6), pp. 591-621.

WU, Y., WANG, X. (2007), "Gendered Active Civic Participation: The experience of Chinese immigrants in Europe", POLITIS, Working Paper no. 8/2007, Oldenberg: University of Oldenburg, Disponível em http://www.politis-europe.uni-oldenburg.de/download/WP8_POLITIS_WuWang_2007_Fin.pdf [consultado em 13-12-2014].

YANG, N., CHEN, C.C., CHOI, J., ZOU, Y. (2000), "Sources of work–family conflict: a Sino-US comparison of the effects of work and family demands". *Academy of Management Journal*, 43, pp. 113-123.

ZONTINI, E. (2010), *Transnational Families, Migration and Gender: Moroccan and Filipino Women in Bologna and Barcelona*, USA: Berghahn Books.

ZONTINI, E., REYNOLDS, T, (2007), "Ethnicity, families and social capital: caring relationships across Italian and Caribbean transnational families". *International Review of Sociology,*17 (2), pp. 257-277.

Quadro I: Perfis de mulheres Católicas

Nº	Pseudónimo, Idade, Estado Civil	Escolaridade	País de Origem	Trajectória Migratória	Data de Chegada a Portugal	Data de Chegada ao Reino Unido	Tipo de Migração	Situação Profissional (Portugal)	Situação Profissional (Reino Unido)	Nº Filhos	Tipo de Família	Ligações Familiares Transnacionais
1	Francisca, 68, viúva	Ensino Secundário (incompleto)	STP	STP-PT	1993	-	Junta Médica, Laboral	Reformada (Auxiliar de Limpezas)	-	3	Família Extensa (GB, PT)	PT, STP, GB
2	Nazaré, 67, viúva	Ensino Secundário (incompleto)	STP	PRIN-ST-PT	1988	-	Junta Médica, Laboral	Desempregada (Empregada Doméstica)	-	7	Família Extensa (GB, PT)	PT, GB, AL, STP
3	Isabel, 65, divorciada	Ensino Secundário	STP	PRIN-ST-ANG -PT	1984	-	Reunificação Familiar	Reformada (Administrativa)	-	7	Família Extensa (GB, PT)	PT, GB, STP
4	Madalena, falecida (65 anos), separada	Iletrada	STP	STP-PT	2007	-	Junta Médica	Invalidez (Doença Crónica)	-	7	Família Extensa (GB, PT, STP)	STP, PT
5	Augusta, 65, viúva	Iletrada	STP	STP-PT-GB-PT	2008	-	Temporária (Vistas Ocasionais)	Desempregada	-	10	Família Extensa (GB, PT, STP)	STP, PT, GB
6	Rosário, 63, separada	Ensino Secundário (incompleto)	STP	STP-PT	1997	-	Junta Médica, Laboral	Invalidez (Doença, ex-cozinheira)	-	9	Família Monoparental (PT)	STP, ANG, PT
7	Purificação, 59, separada	Escolaridade Obrigatória	STP	STP-PT	1990	-	Junta Médica, Laboral	Auxiliar em Lar de Terceira Idade	-	5	Família Monoparental (IT, PT)	IT, ANG, STP, PT
8	Conceição, 50, separada	Ensino Superior	STP	STP- GUIN EQ-STP-ANG-PT	1988	-	Reunificação Familiar	Empresária	-	2	Família Extensa (STP, PT, EUA)	STP, EUA, PT, ANG
9	Cristina, 35, casada	Ensino Secundário (incompleto)	ANG	ANG-PT	1984	2010	Reunificação Familiar	Desempregada (Empregada Doméstica)	Intérprete (part-time) Auxiliar de Limpeza (*part-time*)	2	Família Extensa (GB, PT)	PT, GB, STP
10	Filomena, 34, separada	Ensino Secundário (incompleto)	STP	STP-PT-GB-PT	1997	2011	Reunificação Familiar	Auxiliar em Lar de Terceira Idade	Auxiliar de Limpeza (*part-time*)	1	Família Extensa (GB, PT, STP)	STP, PT, GB
11	Catarina, 30, casada	Ensino Secundário	STP	STP-PT-GB-PT	2001	2011	Reunificação Familiar	Empregada Doméstica	Auxiliar de Limpeza (*part-time*)	2	Família Extensa (GB, PT)	GB, PT, STP
12	Susana, 24, solteira	Ensino Superior	ANG	ANG-PT	1999	-	Reunificação Familiar	Estudante	-	0	Família Extensa (PT)	STP, ANG, GB, PT
13	Nádia, 23, solteira	Ensino Secundário	ANG	ANG-PT	1999	-	Reunificação Familiar	Estudante	-	0	Família Extensa (PT)	STP, ANG, GB, PT
14	Rute, 21, solteira	Ensino Secundário	PT	PT	-	-	Reunificação Familiar	Estudante-Trabalhadora	-	0	Família Nuclear (PT)	STP, PT
15	Maria, 18, solteira	Ensino Secundário	PT	PT-GB	-	2012	Reunificação Familiar	Estudante	Estudante	0	Família Extensa (GB, PT)	STP, PT, GB, AL

Quadro II: Perfis de mulheres Hindus

Nº	Pseudónimo, Idade, Estado Civil	Escolaridade	País de Origem	Trajectória Migratória	Data de Chegada a Portugal	Data de Chegada ao Reino Unido	Tipo de Migração	Situação Profissional (Portugal)	Situação Profissional (Reino Unido)	Nº Filhos	Tipo de Família	Ligações Familiares Transnacionais
1	Laxmi, 63, viúva	Ensino Primário	IND (Diu)	DIU-MOZ-PT	1982	-	Orientada para a Família	Doméstica	-	3	Família Extensa (Portugal)	IND, TANZ, MOZ, PT, GB
2	Manorma, 58, casada	Ensino Secundário (incompleto)	MOZ	MOZ-PT	1981	-	Orientada para a Família	Empregada doméstica	-	4	Família Extensa (Portugal)	IND, MOZ, PT, GB
3	Castur, 57, casada	Ensino Primário	MOZ	MOZ-PT	1977	-	Orientada para a Família	Auxiliar em Lar de idosos	-	4	Família Extensa (Portugal)	IND, MOZ, PT, GB
4	Anju, 54, casada	Ensino Secundário	MOZ	MOZ-PT	1978	Visitas ocasionais (desde 2004)	Orientada para a Família	Empregada doméstica	-	4	Família Nuclear (PT)	IND, TANZ, MOZ, PT, GB
5	Urmila, 51, casada	Ensino Secundário	MOZ	MOZ-PT	1982	2007	Orientada para a Família	Empregada de Loja	Empregada em Hospital	2	Família Extensa (GB)	MOZ, PT, GB
6	Jaia, 45, casada	Ensino Secundário	TANZ	TANZ-MOZ-PT-GB	-	2012	Orientada para a Família	Auxiliar de Limpeza	Auxiliar de Manutenção	4	Família Extensa (GB)	TANZ, MOZ, PT, GB
7	Ratan, 44, casada	Ensino Secundário (incompleto)	MOZ	MOZ - PT	1984	Visitas Regulares (desde 2008)	Orientada para a Família	Empregada doméstica	-	3	Família Nuclear (PT)	MOZ, KEN, PT, GB
8	Dina, 38, casada	Ensino Secundário	PT	PT-GB	-	2006	Reunificação Familiar	Empregada doméstica	Auxiliar em Lar de Idosos	4	Família Nuclear (GB)	TANZ, MOZ, PT, GB
9	Javanti, 37, casada	Ensino Superior	PT	PT-GB	-	2009	Reunificação Familiar	Funcionária de Aeroporto	Funcionária de Aeroporto	2	Família Extensa (GB)	TANZ, MOZ, PT, GB
10	Darsha, 34, casada	Ensino Secundário	PT	MOZ-PT	-	2004	Laboral	Assistente de Loja	Empregada de Restaurante	2	Família Nuclear (GB)	IND, MOZ, PT, GB
11	Monica, 33, casada	Ensino Secundário (incompleto)	PT	PT-MOZ-PT-GB	-	2011	Reunificação Familiar	Empregada doméstica	Empregada em Hospital	2	Família Extensa (GB)	IND, MOZ, PT, GB
12	Riddhi, 29, casada	Ensino Secundário	PT	PT-GB	-	2007	Laboral	Assistente de Supermercado	Empregada em Infantário	2	Família Extensa (GB)	MOZ, PT, GB
13	Ekta, 27, casada	Ensino Superior	PT	PT-GB	-	2010	Laboral	Enfermeira	Enfermeira	1	Família Nuclear (GB)	IND, PT, GB
14	Sonia, 23, solteira	Ensino Superior	PT	PT-GB	-	2010	Formação académica	Estudante	Trabalho (*part-time*) / creche	-	Família Extensa (GB)	IND, PT, GB
15	Hemail, 21, solteira	Ensino Secundário	PT	PT-GB	-	2012	Formação académica	Estudante	Trabalho (*part-time*) / pizzaria	-	Família Extensa (GB)	PT, GB

Quadro III: Perfis de mulheres Ismaelitas

Nº	Pseudónimo, Idade, Estado Civil	Escolaridade	País de Origem	Trajectória Migratória	Data de Chegada a Portugal	Data de Chegada ao Reino Unido	Tipo de Migração	Situação Profissional (Portugal)	Situação Profissional (Reino Unido)	Nº Filhos	Tipo de Família	Ligações Familiares Transnacionais
1	Shely, 70, casada	Ensino Primário	MOZ	MOZ-PT-ANG	1974	2005	Reunificação Familiar	Doméstica	Doméstica	4	Família Extensa (ANG)	MOZ, PT, UK, CAN, ANG
2	Mina, 57, casada	Ensino Secundário	MOZ	MOZ-PT-ANG	1975	2007	Reunificação Familiar	Colabora na Empresa Familiar	Colabora na Empresa Familiar	3	Família Nuclear (ANG)	MOZ, PT, DUB, ANG
3	Geny, 56, casada	Ensino Secundário	MOZ	MOZ-PT	1974	Visitas regulares (desde 2007)	Orientada para a Família	Colabora na Empresa Familiar	Doméstica	2	Família Nuclear (PT, ANG)	MOZ, PT, CAN, BR, ANG
4	Chamina, 52, divorciada	Ensino Secundário	MOZ	MOZ-PT-ANG	1974	2009	Laboral	Empresária (Mobiliário)	Administrativa (Empresa Ismaelita)	1	Família Nuclear (PT, ANG)	MOZ, PT, ANG
5	Schellyna, 51, casada	Ensino Secundário	MOZ	MOZ-PT-ANG	1975	Visitas regulares (desde 2004)	Orientada para a Família	Doméstica	Doméstica	4	Família Nuclear (PT, ANG, DUB)	IND, MOZ, PT, UK, DUB, ANG
6	Dina, 48, casada	Ensino Superior	MOZ	MOZ-PT	1973	Visitas regulares (desde 2008)	Orientada para a Família	Empresária (Turismo)	Doméstica	3	Família Nuclear (PT, ANG)	MOZ, SA, PT, CAN, ANG
7	Sharmina, 47, casada	Ensino Secundário	MOZ	MOZ-PT-ANG	1975	Visitas regulares (desde 2006)	Orientada para a Família	Empresária (Hotelaria)	Doméstica	3	Família Nuclear (PT, ANG, GB)	PAK, MOZ, PT, UK, ANG
8	Nadia, 41, casada	Ensino Superior	PT	PT-ANG	-	2009	Reunificação Familiar	Empresária (Comércio)	Doméstica	3	Família Nuclear (ANG)	MOZ, PT, ANG
9	Soraya, 38, casada	Ensino Superior	PT	PT-BR-PT-ANG	-	2012	Laboral	Desempregada	Administrativa (Empresa Ismaelita)	1	Família Nuclear (PT, ANG)	PT, ANG, BR, CAN
10	Chena, 36, casada	Ensino Superior	PT	PT-CAN-ANG	-	2011	Laboral	Gestora Comercial	Gestora Comercial (Empresa de Família)	2	Família Nuclear (PT, ANG)	MOZ, PT, CAN, ANG
11	Sara, 33, casada	Ensino Superior	PT	PT-ANG	-	2011	Reunificação Familiar	Contabilista	Colabora na Empresa Familiar	2	Família Nuclear (ANG)	MOZ, PT, ANG
12	Shamim, 27, casada	Ensino Superior	PT	PT- DUB-PT-ANG	-	2012	Reunificação Familiar	Estudante	Economista (Empresa de Família)	-	Família Nuclear (ANG)	MOZ, PT, DUB, ANG
13	Shelly, 24, casada	Ensino Superior	PT	MOZ-PT	-	2011	Laboral	Desempregada	Contabilista (Empresa Ismaelita)	2	Família Nuclear (PT, ANG)	MOZ, PT, ANG

LISTA DE ABREVIATURAS: AL Alemanha, ANG Angola, AS África do Sul, BR Brasil, CAN Canadá, DUB Dubai, EUA Estados Unidos da América, GB Reino Unido, GUIN EQ Guiné Equatorial, IND Índia, IT Itália, KEN Quénia, MOZ Moçambique, PRIN Príncipe, PT Portugal, ST São Tomé, STP São Tomé e Príncipe, TANZ Tanzânia.

GT 46
Média, alteridade e desigualdades sociais

"A Infância na Latitude Zero: as brincadeiras da criança 'global' africana"

Marlene Barra[1]
marlene_barra@hotmail.com

Resumo: A pesquisa que se apresenta mergulha no quotidiano lúdico das crianças naturais de São Tomé e Príncipe para perscrutar um dos mundos sociais e culturais da Infância e revelá-lo na voz das próprias crianças. Através da observação e análise das práticas e dos significados relacionados com a brincadeira e o brinquedo nos contextos de vida destas crianças africanas procurou-se investigar como se refletem as premissas de um mundo globalizado, ou de uma "criança global". Tendo como referência o discurso de vários autores pós-coloniais exercita-se a descentração do olhar, com vista ao questionamento do ponto de vista ocidental – totalizante, sobre a infância. Pretende-se desta forma desvendar a legitimidade e validade da agência social das crianças santomenses, esclarecendo como o conhecimento dos seus mundos sociais e culturais obriga ao questionamento e reflexividade sobre uma norma ocidental de infância, ou de uma infância globalizada.

Palavras-Chave: Pós-Colonialismo, Globalizações, Infâncias, Culturas, Brincadeiras

Introdução

A pesquisa que se apresenta convida a refletir sobre o contributo que os saberes das crianças de São Tomé e Príncipe podem oferecer à multivocalidade das ciências sociais, que no âmbito deste encontro se faz em língua portuguesa, através do resgate das vozes dos mais jovens santomenses. Atravessa esta investigação na área de sociologia da infância a oportunidade de construir conhecimento sobre a sociedade santomense através dos atores que pertencem à categoria geracional da infância, partindo das suas culturas próprias ou das suas sérias e específicas práticas quotidianas: a brincadeira. Entende-se por "culturas da infância" (Corsaro, 1999; Delalande, 2004 e Sarmento, 2004) os processos simbólicos postos em ação pelas crianças, gerados na relação das culturas societais a que pertencem com as culturas de pares, através dos quais procedem à interpretação do mundo e ao desenvolvimento das suas práticas sociais. Neste entendimento reafirma-se também a mais-valia de que as crianças sejam assumidas como atores sociais, agentes de (re)produção e renovação social, capacitados para nos contar sobre os mundos sociais e culturais onde habitam a(s) sua(s) infância(s).
De entre as ideias fundamentais dos estudos pós-coloniais (Wallerstein, 1997; Quijano, 2000; Dussel, 2002; Mignolo, 2003; Spivak, 2010; entre outros) está aquela que instiga à análise das relações desiguais entre o Norte e o Sul do mundo com o objetivo de o compreender. Como exercício de "descentração do olhar" com

1 Sandra Marlene Barra é Licenciada em Educação de Infância, Mestre em Sociologia da Infância e doutoranda em Estudos da Criança na Área de conhecimento de Sociologia da Infância no Instituto de Educação da Universidade do Minho, com Bolsa de Investigação da Fundação da Ciência e Tecnologia. É autora do livro "Infância e Internet - Interacções na Rede", edição Autonomia27 (2004) e nos últimos anos tem publicado em revistas, livros e atas de encontros nacionais e internacionais com comunicações sobretudo no domínio da Sociologia da Infância.

vista ao questionamento do ponto de vista ocidental, hegemónico, sobre a Infância, buscam-se nas "margens" (Fanon, 1975 in Sanches, 2005) as vozes desta geração e procede-se à centralização do ator social que é a criança e é desta forma que se faz também o encontro entre os caminhos das teorias pós-coloniais e dos estudos da infância.

É através da observação e análise das práticas e dos significados relacionados com a brincadeira e o brinquedo nos contextos de vida das crianças santomenses que se procura investigar como se refletem as premissas de um mundo globalizado, ou de uma "criança global" (Barra, 2004). A operacionalização das questões de investigação foi um dos desafios desta investigação, tangível graças à fidelidade com o viés teórico adotado assim como da coerente seleção e utilização das técnicas de recolha e de análise de dados. Estas escolhas metodológicas estão, por sua vez, profundamente ligadas ao contexto e sujeitos de investigação, assim como com reflexões éticas incontornáveis no decurso de um projeto de investigação com crianças e ainda mais prementes pela participação de crianças habitantes da latitude zero africana.

A breve apresentação que aqui se faz deste projeto de investigação em conclusão sugere que ao desvendar as culturas lúdicas das crianças santomenses, através da auscultação das suas vozes, permite-se que se amplie o conhecimento sobre a agência desta geração na (re)construção da sua sociedade nas inter-relações entre o local e o global.

Estudos Pós-coloniais e Estudos da Infância

Na contemporaneidade das ciências sociais a infância é considerada uma categoria na estrutura social sendo a geração a categoria que define o lugar ocupado pela infância na sociedade e o elemento que funda o campo da sociologia da infância (Qvortrup, 1993), enquanto as outras categorias de análise (classe social, género, etnia) a complementam. Os estudos sociais da Infância têm como base o pressuposto de que a infância é um fenómeno socialmente construído (James & Prout, 1990; Qvortrup, 1993) e constitui-se como mais uma variável da análise social que deve ser compreendida em relação com as outras variáveis. É hoje entendido que para a compreensão deste fenómeno social Infância, inclusive na amplitude das suas conexões com as grandes forças estruturais da sociedade, seja necessário que os estudos da criança na sua interdisciplinaridade se empenhem em estabelecer as relações entre as ações quotidianas das crianças e a infância enquanto tal. Para isso foi necessário deixar na história o paradigma tradicional que via a criança como objeto de socialização passiva e apenas sujeito de determinismos bio e psico-desenvolvimentais até se tornar adulta. Assim, o esforço dos estudos sobre e com as crianças, nomeadamente da sociologia da infância, continua a ser a consideração das crianças como cidadãs: ativos e criativos atores sociais que influem tanto quanto são influenciados na (re)construção dos seus mundos sociais e culturais (Sarmento, 2000; Soares *et al*, 2004; Sarmento *et al*, 2007; Tomás, 2011; Trevisan, 2012) que devem exercer a sua participação de direito pleno inclusive nas investigações sobre elas próprias (Soares, 2006). Desta forma, entende-se que a Infância não deverá ser "construída de fora", como algo exterior ou "coisa acabada", ela deve (re)construir-se através da perspetiva do ator social que é a criança, dos significados que ela atribui às situações que vive, numa dimensão própria (Almeida, 2000:17), no seio da atualidade dos contextos históricos, sociais, culturais e económicos que a (re)definem, assim como da pluridisciplinaridade da reflexividade e do saber.

A construção simbólica da infância na modernidade é inerente à criação da ordem social dominante (Buckingham, 2002), regulada sobretudo pelo mercado, escola e políticas públicas para a infância, e cria uma ordem social hegemónica que impõe modos de organização social e de regulação dos quotidianos das crianças (Sarmento, 2005; Sarmento & Marchi, 2008). A ordem social hegemónica refere-se aqui às posições, figuras e constructos teóricos a partir dos quais se pensa a infância no contexto europeu e ocidental e a partir dos quais são criadas e implementadas as políticas públicas dirigidas às crianças de todo o mundo, como por exemplo através da Convenção sobre os Direitos da Criança (UNICEF, 1989)[2]. A investigação sobre a infância deve

2 Convenção ratificada por Portugal em 1990 e por todos os Estados do mundo, excluindo a Somália e os Estados Unidos

então considerar no plano teórico-analítico a diversidade das condições de existência das crianças e os seus efeitos e consequências sociais para assim auxiliar à desconstrução da ideia ocidental - globalizada, da infância (Sarmento & Marchi, 2008*)*. Para isso há que questionar as figuras e constructos teóricos - ofício de criança, lugar da criança na família nuclear, reprodução interpretativa, autonomia do sujeito infantil, direitos da criança (Sarmento, 2013), entre outros - com os quais se tem estruturado o conhecimento sobre as crianças pelas clássicas e influentes disciplinas (medicina, psicologia, pedagogia, por exemplo) e, assim, permitido que se pense hegemonicamente a alteridade infantil no contexto ocidental, ou do "Norte", ou seja, aquilo que significa a infância e ser criança para o homem, branco, de classe média, católico, habitante dos países centrais.
Os novos estudos da infância de uma forma geral, e a sociologia da infância muito especialmente, podem auxiliar na criação de abordagens que requerem uma análise histórica crítica e estão em posição de questionar o papel da investigação sobre a infância noutras latitudes (Koppele, 2012; Colonna, 2012; Rocha & Costa, 2014) para vislumbrar de outras formas outras crianças e as suas infâncias. A problematização sobre esse "outro" criança e a captação da alteridade da infância fora do contexto ocidental apresenta muitos desafios, entre os quais está a desconstrução do discurso etnocêntrico e adultocêntrico sobre aquelas crianças, pois elas nascem em exclusão geográfica e vivem em contextos de exclusão geracional (Colonna, 2012). Este ponto de partida é particularmente importante nos países africanos afetados pela longa duração do domínio colonial português e permite a reflexão e análise sobre como as representações sobre as crianças africanas estão ainda fortemente colonizadas, ou nas palavras de Manuel Sarmento (2013):

> Atores sociais e sujeitos de cultura, como todas as crianças, os meninos e meninas africanos não são redutíveis aos rostos subnutridos pela fome do corno de África, à imagem beligerante dos soldados infantis dos diamantes de sangue ou, numa versão ainda mais retro, ao "pretinho das missões" de que se alimentava o imaginário caritativo do poder político, simbólico e religioso das potências coloniais.

De uma forma muito geral, as teorias pós-coloniais desafiam a questionar a visão eurocêntrica do mundo, permitindo que se abra espaço às visões dos "subalternos"- mulheres e minorias étnicas; ou daqueles que durante a dominação colonial foram sistematicamente representados como não tendo agência ou voz e que agora se querem ouvidos a partir da sua marginalidade (Sanches, 2005). Neste mesmo sentido os estudos da criança questionam a construção do saber académico hegemónico, fomentam o reconhecimento das crianças como os múltiplos-outro, perante os adultos, e instigam à revelação dessa alteridade em diversos contextos e condições sociais de existência através da análise concreta das ações sociais e pontos de vista das crianças (James & Prout, 1990; Qvortrup, 1995; Sarmento, 2008) recusando vê-las em situação de transitoriedade e dependência (Sarmento, 2005). Alguns autores reclamam mesmo que o maior silenciamento da história foi realizado sobre o grupo geracional da Infância tendo sido ela "(…) especialmente prejudicada, entre todos os grupos e categorias sociais excluídas (grupos étnicos minoritários, pobres, mulheres, pessoas idosas, etc.)" (Tomás & Soares, 2011). Discutem também que esta posição de subalternidade seja ainda uma realidade que ocorre pela exclusão das crianças dos processos de participação e dos espaços de decisão da vida pública (*idem*), tendo este discurso paternalista em relação às crianças paralelo na retórica de "infantilização do negro" utilizada pelos colonizadores com base nas teorias da "supremacia branca" (Cunha & Cabecinhas, 2006). Estas representações sobre África e os africanos legitimaram violentas subjugações das pessoas negras em diversos países e a superioridade do "homem branco iluminado" tanto se configurava como "paternal e tolerante ante as 'criancices' dos negros, como de repulsa e rejeição ante a evocação de práticas inaceitáveis como o canibalismo ou o desregramento sexual" (Cunha & Cabecinhas, 2006). Aqui se traça também um interessante paralelo entre a visão do homem em devir, rumo à perfeição, e as teorias da criança em desenvolvimento, rumo à idade adulta, que emergem na mesma altura na Europa: o colonialismo e a infância representariam, deste ponto de vista, a "caminhada para a perfeição no decurso da existência humana" (Nandy, 2007 [1984] in Nieuwenhuys, 2013:5).
Na medida em que se concorda, tal como atrás expresso, que esta relação eles/nós – ser/tornar-se, permanece

---

da América.

até hoje quer em relação ao outro culturalmente diferente quer em relação à criança geracionalmente diferente, experimenta-se no presente estudo o abraço do ecletismo das teorias pós-coloniais e segue-se o "apelo a aprender com o sul" (Santos, 2004). Ou seja, pretende-se o reconhecimento dos saberes não ocidentais, fora dos paradigmas teóricos e fronteiras disciplinares estabelecidos, numa atitude atenta de "ouvir as margens" (Fanon, 1975 in Sanches, 2005) que ensaia o combate à hegemonia e normatividade global. Reconhecer e ir além da teoria da infância produzida no "Norte" e da práxis social e política que ela subscreve significa também compreender até que ponto as infâncias estão a ser constante e criativamente reinventadas por todo o mundo (Nieuwenhuys, 2013), em situações que se distanciam daquilo que é designado pela normatividade ocidental (Mead, 1970; James & Prout, 1990; Rogoff, 2003; Nsamenang, 2006; Gaitán, 2006; Gottlieb, 2012; entre outros) mas que reafirmam a "radicalidade da condição de ser criança" (Sarmento & Marchi, 2008:91). Segundo estes autores a "norma ocidental" assenta em regulações simbólicas sobre o que significa ser criança, por exemplo, através daquilo que é explanado na Convenção do Direitos da Criança (UNICEF, 1989) e acaba por ser expresso na implementação das políticas públicas educativas governamentais ou de organizações da sociedade civil, por exemplo; ou sobre o que é designado como produtos próprios das crianças pela indústria cultural e veiculado globalmente, tais como filmes, livros, jogos, brinquedos, roupas, alimentos, acessórios, material desportivo, redes de serviços, etc.. Naquilo que neste estudo é importante sublinhar, a reflexão sobre a normatividade da infância ocorre numa época em que as práticas, tempos e espaços das crianças para brincar, assim como as suas brincadeiras e brinquedos são globalmente atravessados pela "kindercultura" (Steinberg, 1997; Schepen-Hughes e Sargent, 1998 in Sarmento, 2004), ou seja, pela ideia da homogeneização das práticas lúdicas e a uniformização das preferências das crianças pelo mercado de produtos para a infância, ou quando, supostamente, a globalização social e cultural cria a "criança global" (Barra, 2004).

Os estudos pós-coloniais podem, assim, revelar-se como instrumento decisivo na construção de novas epistemologias de infância no âmbito do reconhecimento das complexas realidades das crianças pela construção de saberes não etnocêntricos, ou a "descolonização do saber" (Mignolo, 2003), e criando condições para uma reflexão sobre a norma de infância veiculada pelo ocidente, com a construção de saberes não adultocêntricos, ou a "descolonização da infância" (Tomás, 2011).

A análise das culturas da infância, nomeadamente as atividades lúdicas das crianças na sociedade santomense no presente estudo, serve de ponte para a construção destes novos saberes, sendo neste percurso fundamental o reconhecimento da agência das crianças, compreendendo a sua participação social e o papel na contemporaneidade, o que inclui aqueles comportamentos subversivos, disruptivos e marginais que negam a essencialização da infância (Qvortrup, 2010), numa posição que também se aproxima do foco dos estudos pós-coloniais (Nieuwenhuys, 2013; Rocha & Costa, 2014). À luz de uma sociologia da infância crítica é fundamental dar voz à criança africana, esclarecendo as conceções e práticas sociais da infância fora da normatividade ocidental (Sarmento & Marchi, 2008), no entanto, a desconstrução de conceitos nas ciências sociais acarreta a responsabilidade da sua reconstrução, segundo a dupla hermenêutica do processo de construção do conhecimento (Giddens, 1998), assim, os estudos sociais da infância estarão também comprometidos com a reconstrução da Infância na contemporaneidade (James & Prout, 1990) permitindo que esta seja apenas mais uma, mas permitindo que o seja, leitura possível sobre o real, as crianças e as sociedades.

Metodologia

A escolha da metodologia de investigação está definitivamente relacionada com o posicionamento teórico descrito assim como com a natureza da questão geradora: as atividades lúdicas das crianças não possuem um carácter instrumental, sendo elas próprias o fim em si mesmo, devendo a sua documentação realizar-se da forma mais próxima possível ao quotidiano das crianças (Corsaro, 2002; Sirota, 2010). É a operacionalização do questionamento contextualizado que elucida sobre a tipologia do estudo e orienta a estruturação do *design* metodológico: desde a identificação das informações a obter, contextos de recolha dessa informação, seleção dos instrumentos de recolha de dados e formas de audição dos sujeitos envolvidos, até aos processos de análise e reflexão sobre os dados recolhidos (Barra, 2011). Assim, os estudos microssociológicos e etnográficos

afiguraram-se como ideais pela proximidade possível mas sobretudo pela "assunção nuclear do agir autónomo e competente da criança" (Hengst e Zeiher, 2004 in Sarmento, 2007:17), pois o enquadramento deste estudo numa abordagem ou construção etnográfica, no âmbito do paradigma interpretativo-compreensivo, possibilitou o contacto direto do pesquisador com as crianças (Corsaro, 2002; Sirota, 2010) e a reconstrução dos processos e das relações que configuram a experiência quotidiana da brincadeira e do uso dos brinquedos pelas crianças. A interpretação-compreensiva deste contexto permeado por uma multiplicidade de sentidos, numa realidade desconhecida para o pesquisador, foi levada a cabo com o auxílio de uma "descrição densa" sugerida por Geertz (1978), num exercício de aproximação e distanciamento do investigador que se configurou como fundamental, já que implicou que factos, acontecimentos, ações e interações fossem denunciados nos seus vários ângulos. A deslocação e permanência da investigadora no país durante um ano permitiu o registo de variados momentos do quotidiano lúdico das crianças santomenses e a sua observação no contexto natural de ocorrência: tanto na ilha de São Tomé quanto na ilha do Príncipe. O trabalho de campo foi realizado entre Junho de 2011 e Junho de 2012 em São Tomé e Príncipe e os dados recolhidos em todos os distritos do país, em vários lugares de 12 comunidades da ilha de São Tomé e 7 comunidades da ilha do Príncipe - urbanas, periféricas e rurais[3]. A captura de milhares de fotografias e centenas de vídeos das crianças que realizavam as suas brincadeiras e/ou brincavam com os seus brinquedos possibilitou a constituição de um acervo que conferem à investigação o caráter de etnografia visual e que vai muito além dos objetivos que se encerram na tese de doutoramento. A observação e registo das brincadeiras das crianças santomenses ocorreram em "sessões de observação combinadas" com antecedência com as crianças e em outros momentos que são designados de "observações espontâneas", pela captura inadvertida ou não planeada das atividades lúdicas das crianças durante a estadia no terreno. Assim, o *corpus* de análise constituído pelas notas de campo, fotografias e vídeos de 35 sessões de observação combinadas, que duraram em média uma hora, e de mais de meia centena de episódios de brincadeira espontânea consubstanciam-se nas "descrições" (Lüdke e André, 1986) do universo lúdico infantil de mais de um milhar de meninos e meninas habitantes da latitude zero africana. É através da análise e reflexão sobre mais de duas centenas de jogos destas crianças, sobre a natureza de dezenas de brincadeiras que as crianças preferem fazer e mostrar, assim como sobre os brinquedos industriais, artesanais ou tradicionais (Amado, 2010) que as crianças utilizam, modificam ou confecionam, e/ou dos materiais que são utilizados como brinquedos pelos meninos e meninas, que se busca responder à questão fundamental do estudo: como se refletem nas brincadeiras e nos brinquedos que usam as crianças santomenses as premissas de um mundo globalizado ou de uma "criança global"?

Assim, de acordo com a metodologia eleita e na operacionalização desta questão principal se avançou sobre a observância de questões éticas fundamentais na investigação com crianças (Alderson, 1995; 2005; Graue & Walsh, 2003) e aceitando o desafio de uma "imaginação metodológica" evitou-se o papel do adulto como único gestor do processo para se conceber a "cogestão do trabalho investigativo com as crianças" (Soares *et al*, 2004) onde a implicação destes atores se fez, desde logo, no desenho da investigação (Soares, 2006). Ou seja, a seleção das crianças participantes efetuou-se sob o jugo das próprias crianças - desde que realizado o seu "consentimento informado" (Christensen & Prout, 2002) - tendo sido desta forma estruturado o *corpus* de sujeitos, paralelamente ao cuidado da investigadora na seleção de diversos contextos socioeconómicos e geográficos. Desta alavancagem do processo de investigação com as crianças no "patamar da parceria" (Soares, 2006) resultaram momentos lúdicos nos quais as brincadeiras e brinquedos, ou o ato de brincar - quando, onde, com quem, como e com o quê - foram definidos pela criança ou manifestos pelos grupos de crianças intervenientes. A análise destes dados foi efetuada num "contexto de descoberta", através de processos de dedução analítica, basilar nos estudos qualitativos (Lessard-Hébert *et al*, 1990), permitindo esclarecer (e simultaneamente questionar) sobre a globalização da cultura lúdica das crianças em São Tomé e Príncipe: o espaço e horário eleito para brincar; os grupos e subgrupos de jogo e a interatividade dos intervenientes – crianças e adultos (iniciati-

3 Realização de sessões de observação nas comunidades urbanas de: Santo António e São Tomé – Água Grande; comunidades periféricas de: Riboque-Ponta Negra, Riboque-Ponte Graça, Boa Morte-Mulundo, Oque-Del-Rei- Budubudo, Água Porca, Pantufo, Almas e Aeroporto na ilha do Príncipe; e comunidades rurais de: Ribeira Afonso, Angolares e Monte Café na ilha de São Tomé e Nova Estrela, Porto Real, Praia Abade, São Joaquim e Sundy na ilha do Príncipe.

va, orientação e término das brincadeiras); as atividades lúdicas realizadas; assim como os brinquedos e outros materiais utilizados para brincar. De seguida se faz a súmula das grandes categorias encontradas na auscultação das culturas infantis santomenses no presente estudo: Jogos, Brincadeiras e Brinquedos - para seguidamente serem apresentadas as principais sugestões da pesquisa.

Culturas lúdicas das crianças santomenses

Jogos

Para a criança santomense a fruição do corpo em movimento é a regra na maior parte dos momentos lúdicos observados, tendo sido os jogos a atividade lúdica mais frequente e onde o movimento está implicado em: dançar, cantar e bater palmas, fazer a roda, fazer o pino, rodar sobre si próprio; andar às cavalitas (fig. 1), levar aos ombros, levantar ou puxar os companheiros; ou envolver-se em lutas corporais fictícias como o *jogo do bligá*, por exemplo. Assim, de entre as quase duas centenas de jogos realizados as crianças demonstraram preferência por aqueles que envolvem os grandes músculos, correndo e apanhando de variadíssimas formas tal como *jogo de pegada*, sendo o primeiro lugar ocupado por jogar à bola (fig. 2).

Figura 1. Sessão de observação em Porto Real: Príncipe, 2 Fevereiro 2012

Fonte: fotografia da investigadora

Figura 2. Sessão de observação em Ribeira Afonso: São Tomé, 28 Outubro 2011

Fonte: fotografia da investigadora

Esta ideia de muito e grande movimento nos jogos, mesmo que seja apenas com o próprio corpo, em comunhão com a natureza e com os companheiros de brincadeira contrapõe-se à ideia generalizada de que as crianças hoje em dia brincam sozinhas, dentro de casa ou em outros espaços pré delimitados, sentadas frente aos monitores dos diversos dispositivos eletrónicos (telemóvel, *tablet*, computador, *game-boy*, *playstation*). Paralela e paradoxalmente nos mundos da infância ocidental eventuais efusivas manifestações corporais infantis são monitorizadas por pais, escolas e uma indústria farmacêutica que instiga à regulação dos corpos e da excitação infantil diagnosticando-as muitas vezes como patológicas: hiperatividade ou transtorno do défice de atenção, por exemplo. Na maior parte dos casos as crianças santomenses e as suas famílias não possuem disponibilidade financeira para adquirir tais dispositivos eletrónicos, e eles raramente foram avistados no âmbito desta investigação. Assim, na contemporaneidade das infâncias as crianças habitantes da latitude zero mostram gostar muito de realizar jogos e escolhem aqueles onde o movimento dos corpos, a utilização criativa dos espaços e a dinâmica com os companheiros de jogo seja a tónica dominante, tirando partido da liberdade de os realizar em espaços e tempos que não são condicionados pelas regras adultas, sejam elas ditadas local ou globalmente. Ou seja, a práxis das atividades lúdicas dos grupos de jogo das crianças santomenses parece afastar a conceção global de uma infância subjugada às regras e dependente das ordens, tempos e espaços consignados pelos adultos - professor, educador, animador, monitor ou vigilante -, tal como nos pode fazer crer uma leitura hegemónica. Por outro lado, a predileção pelo futebol, a invocação de super-heróis como mote ou durante a realização dos jogos, assim como a temática de algumas cantigas de roda podem ser exemplos das formas como as crianças resgatam os elementos de uma cultura lúdica global e os ressignificam localmente.

Brincadeiras

No âmbito das brincadeiras das crianças, que constitui a segunda maior categoria no âmbito das atividades lúdicas manifestas, a predileção das crianças vai para o jogo de faz-de-conta que nos contextos de vida das crianças santomenses assume temáticas muito próximas das suas realidades sociais locais, denunciadas nas suas próprias denominações como: *Almoço de sábado* ou *Futebol ao domingo*; *fazê teatro*: "cuidar da criança"; "Roubar"; "Pundinha"; "Fumar liamba" ou "Teatro Sida", por exemplo. As brincadeiras de faz-de-conta das crianças são também condicionadas, ou foram mesmo impedidas, pelas condições meteorológicas deste país tropical que, no entanto, também estimularam a invenção de atividades e adereços lúdico muito peculiares, como por exemplo escorregar nas encostas de lama formadas pelo dilúvio utilizando as folhas do coqueiro como esqui, ou aproveitar os vendavais para imitar a capa esvoaçante do Super-Homem.

No entanto, a fonte da imaginação das crianças parece ser um pouco mais longínqua quando as crianças decidem dançar músicas *kuduro*, de origem angolana (fig. 3), cantar a música do mundial de futebol da África do Sul da estrela *pop* Shakira, *fazê desfile de misses* como as modelos emergentes de alguns países do continente africano (fig. 4), cantar o amor romântico escolhendo músicas das telenovelas brasileiras de sucesso global, ou imitar práticas desportivas características de outras latitudes como o esqui e a invocação dos heróis preferidos nas brincadeiras de faz-de-conta. A escolha de certas músicas, de certo tipo de vestuário e das formas de atuar, para além de revelarem acuidade à imagem dos atores, modelos ou heróis preferidos, revelam também o cuidado das meninas com as suas posições no palco destes espetáculos, com as roupas, penteados e gestos, tal como também é apanágio da cultura santomense e pode ser observado em ambas as fotografias (figura 3 e 4), tendo sido também amplamente dissecado na análise intensiva de alguns dos diálogos das crianças nas notas de campo destes contextos de brincadeira. Ou seja, a análise destes momentos de faz-de-conta e fantasia da criança santomense abre a porta para se considerar uma dimensão interativa, ou reprodução interpretativa (Corsaro, 2002), que acontece entre uma cultura veiculada globalmente, do mundo dos adultos e a sua ressignificação local (Achebe, 2000), relevando o que é significativo na relação entre os pares ou "inventando coisas que são simultaneamente suas e do mundo" (Bhekizizwe, 2000 in Meneses, 2010:13).

Figura 3. Sessão de observação em Riboque (Ponta Negra): São Tomé, 9 Novembro 2011
Fonte: fotografia da investigadora

Figura 4. Sessão de observação em Riboque (Ponta Negra): São Tomé, 12 Outubro 2011
Fonte: fotografia da investigadora

Brinquedos

Nas suas atividades lúdicas as crianças santomenses recorrem menos frequentemente à utilização e/ou manipulação de brinquedos sejam eles os ditos globais ou industriais como a bicicleta, a bola de futebol, a boneca *Barbie*, a moto do *Homem Aranha*, a *Playstation* ou o *Game-boy*, os tradicionais que confecionam à semelhança daqueles, como por exemplo as trotinetes ou a mesa de matraquilhos, ou aqueles brinquedos artesanais realizados para as crianças pelos adultos, embora mais raros no âmbito desta pesquisa. As crianças demonstraram ainda que podem ressignificar os brinquedos normalizados, por exemplo quando jogam futebol com uma bola de *basket* (fig. 5), colocam rodas de madeira a um velho quadro de bicicleta (fig. 6), ou quando chamam Mimi à boneca que canta: *I'm Barbie Girl(...)*.

Figura 5. Sessão de observação em Porto Real – Príncipe, 2 Fevereiro 2012
Fonte: fotografia da investigadora

Figura 6. Observação espontânea em Água-Grande (Cemitério) – São Tomé, 5 Novembro 2011
Fonte: fotografia da investigadora

Outros brinquedos utilizados pelas crianças implicam a transformação de materiais naturais e de materiais de desperdício, como por exemplo no faz-de-conta: fazendo bolo de barro, ou de "chocolate", para passar a ser um *bolo pintado* quando misturado com cinza; "costurando" folhas verdes da mangueira entre si com a ajuda de finos pauzinhos para fazer capacetes, armas e fardas dos soldados (fig. 7); transformando uma cana e fruta-pão num carrinho; desfiando a folha da bananeira em filamentos para fazer saias e perucas e a folha seca para fazer *boneca da folha da bananeira*; ou utilizando a *corda brás-dias, a corda batata* ou algas secas como o fio vegetal natural que dá suporte aos *jogos di corda* (fig. 8), entre outros.

Figura 7. Sessão de observação em Boa-Morte (Mulundo) – São Tomé, 12 Novembro 2011
Fonte: fotografia da investigadora

Figura 8. Sessão de observação em Praia Abade – Príncipe, 4 Fevereiro 2012
Fonte: fotografia da investigadora

Constata-se ainda que diversos materiais de desperdício e materiais naturais constituem o suporte para a realização de jogos, por exemplo: uma garrafa de óleo vazia que passa a ser o *bule* do jogo das escondidas; velhas latas de refrigerante servem para o *jogo da lata* (fig. 9); ou a cinza das fogueiras serve para marcar o chão no *jogo do leitinho*, ou no *jogo da malha* (fig. 10), por exemplo.

Figura 9. Observação espontânea Oque-del-Rei (Budubudo): São Tomé, 13 Agosto 2011
Fonte: fotografia da investigadora

Figura 10. Sessão de observação em Riboque (Ponta Negra): São Tomé, 27 Julho 2011
Fonte: fotografia da investigadora

Aquelas crianças que conhecem os heróis mais famosos e brincam com os brinquedos ditados pela moda global são nesta pesquisa muito poucas, no entanto são significativas quer a construção de brinquedos com materiais naturais e de desperdício quer a utilização destes materiais como brinquedos e ainda a ressignificação de alguns brinquedos pelas crianças santomenses, que invocam no seu conjunto a ideia da criança global ou dos brinquedos pertencentes à dita *kindercultura* ocidental. Os brinquedos utilizados pelas crianças santomenses são condicionados pela capacidade económica para a sua aquisição, assim como pelo acesso aos materiais naturais e de desperdício para a confecção de outros, assim, os brinquedos destas crianças parecem inspirar-se quer numa expressão própria e tradicional local, quer em produtos que circulam no mercado global de produtos lúdicos para a infância. No entanto, a ressignificação dos brinquedos, (re)criação do que resta de brinquedos, e a utilização profusa de materiais naturais e de desperdício como brinquedos e para fazer brinquedos parece

afastar a ideia de uma criança submetida a brinquedos estandardizados que formatam as brincadeiras globalmente. A política ocidental ambientalista dos "3R" – reduzir, reutilizar e reciclar - encontra nas brincadeiras das crianças santomenses uma fonte de inspiração e criatividade, embora não esteja aqui em causa o seu papel de consumidor e as suas ações surjam de condicionalismos estruturais. As potencialidades dos diversos materiais de desperdício (latas, garrafas, cordas, papelão, etc.) não passam despercebidas na incrementação do universo lúdico das crianças santomenses e percebemos que subvertendo, modificando ou rejeitando tais objetos industrializados as crianças parecem operar a "metaforização da ordem dominante" fazendo-a funcionar noutro registo (Certeau, 1998: 95).

Conclusões

Ao escutar as crianças na sua marginalidade geracional, geográfica e cultural, num engajamento crítico fundamental para os estudos da infância e para os estudos pós coloniais, percebemos como as crianças se apropriam das informações dos mundos adultos – local e global - e, de acordo com as possibilidades e constrangimentos que a elas se oferecem na latitude zero, aproveitam ou criam formas alternativas de vivenciar a brincadeira de um modo que seja coerente nas culturas de pares local e que, ao mesmo tempo, absorvem e manifestam elementos culturais globais: nos discursos, nas interações, nas formas e nos conteúdos da atividade lúdica. Nas palavras de Sarmento, "(…) acções, significações e artefactos produzidos pelas crianças estão profundamente enraizados na sociedade e nos modos de administração simbólica da infância (…)" (2005: 373). As formas de interpretação do mundo e simbolização do real das crianças santomenses são constitutivos das suas culturas infantis e caracterizam-se justamente por aquela articulação complexa, multifacetada nos modos, formas de racionalidade e de acção (Sarmento, 2005). Estas descobertas, no espaço que neste texto coube revelar, elucidam-nos sobre as relações entre a cultura local santomense e a suposta globalização cultural hegemónica, permitindo-nos compreender melhor os desafios de uma pós-colonialidade e, desta forma, o presente projeto de investigação contribui para o reconhecimento formal de uma lente escrutinadora do real que está nas mãos das crianças, que parte dos seus pontos de vista e das suas opiniões insertas nos seus quotidianos e que por tudo isto se legitimam.

Em São Tomé e Príncipe as crianças vivem plenamente os seus mundos – natural, biológico, social e imaginário, e como "especialistas do brincar" (Barra, 2014) incorporam-nos nas suas atividades lúdicas. Nas suas brincadeiras as crianças usufruem do próprio corpo, delas próprias e daqueles que a rodeiam, nas suas relações entre os pares, em pequenos grupos de idades aproximadas, em grandes grupos com idades díspares, e/ou na relação apenas entre rapazes ou apenas entre as raparigas. Estas atividades lúdicas não cabem, por vezes, em categorias teóricas estabelecidas, por exemplo: quando as crianças brincam enquanto realizam outras tarefas; quando existe a confusão sobre se o que fazem é brincadeira ou não; quando constroem e resinificam brinquedos; quando se regista a volatilidade dos jogos e a efemeridade dos brinquedos; etc. Na análise dos jogos, brincadeiras e brinquedos das crianças santomenses desafia-se a dualidade, criticam-se as dicotomias, deslocamo-nos e abrimo-nos à reflexão sobre a necessidade de utilizar outros constructos teóricos: "ainda não" (Santos, 2002); "entre-lugares" (Bhaba, 1998); "microliberdades" (Certeau, 1998); "culturas híbridas" (Canclini, 1989; Said, 2011); entre outros.

O encontro colonial afectou pedagógica, jurídica e socialmente as crianças do Sul mas também as crianças do Norte e, embora os processos e efeitos estejam em larga medida por estudar (Corsaro, 2009 in Qvortrup *et al*, 2009), este princípio imanente das perspectivas pós-coloniais informa-nos à partida sobre a forma como as infâncias foram e continuam a ser globalmente construídas. Somos levados ao autoquestionamento crítico, à devolução de um novo olhar sobre as epistemologias do sul, que permite a erosão das estruturas do saber eurocêntrico. As ações das crianças mostram-nos como no seu dia-a-dia são desafiadas normas, quer locais quer globais: quebram, contornam e inventam formas de estar criança e de brincar. A atenção das crianças santomenses aos discursos e às regras dos mundos adultos - locais e hegemónicos - impulsionam a (re)criação e (re)invenção de espaços, tempos e interatividades muito próprias no seio do próprio grupo de brincadeira mas também com os diversos atores adultos.

Concluiremos que as crianças africanas têm em mãos desafiar o ser criança em direito próprio na sua sociedade, acrescido do desafio da norma de infância imposta pelo ocidente, veiculada pelos adultos e suas instituições hegemónicas ou globalizadoras. A universalidade do brincar das crianças, cujo direito é plasmado no artigo 31º da Convenção sobre os direitos da Criança, investe-se de especificidades no contexto sociocultural da infância santomense e é num vaivém sobre a linha imaginária do equador, entre o Sul e o Norte, que parecem viver as crianças santomenses. Poderemos assim dizer que as ações das crianças, a sua capacidade de resiliência, criatividade e inteligência, constituem "lutas" contra-hegemónicas - ou a reinvenção das infâncias; e, tendo em conta a ligação do pós-colonialismo às culturas de subversão e resistência, as crianças estarão paralelamente a desafiar as desigualdades sociais e a lutar pela justiça social - ou a reinventar a sua sociedade. Finalmente aponta-se para a evidência de que ouvir as crianças na sua marginalidade (geracional e geográfica), através das suas práticas quotidianas, nos permite trilhar estimulantes caminhos na ampliação do conhecimento sobre as infâncias no mundo.

Referências bibliográficas

ACHEBE, Chinua (1958), *Things Fall Apart*. London: Heinemann.

ALDERSON, Priscilla (1995), *Listening to Children. Ethics and Social Research*. Ilford, Essex: Barnados.

ALDERSON, Priscilla (2005), "As Crianças como Pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa". *Educação e Sociedade*. 26 (91), pp. 419-442.

ALMEIDA, A. N. (2000) "A Sociologia e a Descoberta da Infância: Contextos e Identidades", *Fórum Sociológico*, 3/4 (2), pp.11-32.

AMADO, J. (2010), *Universo dos Brinquedos Populares*. Coimbra: Quarteto Editora.

BARRA, M. (2014). Brincadeiras do meio do mundo: uma infância globalizada? In M. L. Martins, R. Cabecinhas, L. Macedo & I. Macedo (Eds.), *Interfaces da Lusofonia*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade - Universidade do Minho, pp. 318-338.

BALAGOPALAN, S. (2002), "Constructing Indigenous Childhoods: Colonialism, Vocational Education and the Working Child", *Childhood*, 9 (1), pp. 19-34.

BARRA, M. (2004), *Infância e Internet – Interacções na Rede*. Azeitão: Autonomia27.

BARRA, S. M. (2011), Brincadeiras de Crianças em São Tomé e Príncipe: construção de um estudo em Sociologia da Infância. *Revista Angolana de Sociologia*, 8, pp.171-187.

BHABHA, H. (1998), *O local da cultura*, Belo Horizonte, Ed. UFMG.

BUCKINGHAM, D. (2002), *Crescer en la era de los médios eletrónicos – trás la muerte de la infancia*, Madrid, Ed. Morata.

CANCLINI, N. (1989), *Culturas híbridas. Estrategias para entrar y salir de la modernidad*, Grijalbo, México.

CERTEAU, M. (1998), *A invenção do cotidiano: artes de fazer,* Petrópolis:Vozes.

CHRISTENSEN, P. & PROUT, A. (2002), "Working with ethical symmetry in social research with children", *Childhood Sage Publications*, 9(4), pp. 477-497.

CORSARO, W. (1997), *The Sociology of Childhood,* Thousand Oaks: Pine Forge Press.

CORSARO, W. (2002), "A reprodução interpretativa no brincar ao faz-de-conta das crianças", *Educação, Sociedade e Cultura*,17, pp. 113-134.

COLONNA, E. (2012), *Eu é que fico com a minha irmã – vida quotidiana das crianças na periferia de Maputo*. Tese de Doutoramento em Estudos da Criança - especialidade em Sociologia da Infância. Braga: Universidade do Minho.

CUNHA, L. & CABECINHAS, R. (2006), "A estética e o sentido: modos de representar o negro na banda desenhada portuguesa contemporânea". In Manuel Carlos Silva (Org.), *Nação e Estado: entre o global e o local*, Porto:Afrontamento, pp. 73-91.

DUSSEL, E. (2002), Ética de la liberación: en la edad de la globalización y de la exclusión, Madrid: Editorial Trotta.

FERREIRA, M. (2004), *A Gente aqui o que mais gosta é de brincar com os outros meninos – As relações sociais num jardim-de-infância*, Porto: Afrontamento.

GAITÁN, L. (2006), "El bienestar social de la infância y los derechos de los niños", *Política y Sociedad*, 43(1), pp. 63-80.

GEERTZ, C. (1989 [1978]), *A Interpretação das Culturas*, Rio de Janeiro, Ganabara.

GOTTLIEB, A. (2012), "Promoting an Anthropology of Infants: Some Personal Reflections", Disponível em: http://popups.ulg.ac.be/AnthropoChildren/document.php?id=926 [consultado em: 15-12- 2014].

GRAUE, E. & WALSH, D. (2003), *Investigação etnográfica com crianças: teorias,* métodos e ética, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GIDDENS, A. (1998), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras: Celta.

JAMES, A. & PROUT, A. (Eds.) (1990), *Construting and Reconstruting Childhood: Contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood*, London: Falmer.

JAMES, A., JENKS, C. & PROUT, A. (1998), *Theorizing Childhood*, Cambridge: Polity Press.

KOPPELE, B. E. (2012) Crianças de rua em Angola: caracterização das suas expressões culturais. Tese de Mestrado em Sociologia da Infância. Braga: Universidade do Minho.

LARROSA, J. (2006), *Pedagogia Profana*, Belo Horizonte: Autêntica Editora.

LESSARD-HÉBERT *et al*. (1990), *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Prática*, Lisboa, Instituto Piaget.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. (1986), *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*, São Paulo: EPU Press.

MEAD, M. (1970), *O Conflito de Gerações*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

MENESES, M. (2010), Outras vozes existem, outras vozes são possíveis [Online], disponível em: http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/69_Meneses.pdf [Consultado em 15 - 12 - 2014].

MIGNOLO, W. (2003), *Histórias Locais / Projetos Globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*, Belo Horizonte: UFMG.

NIEUWENHUYS, O. (2013), "Theorizing childhood(s): Why we need postcolonial perspectives", *Childhood,* 20 (1), pp. 3-8.

NSAMENANG, B. (2006), "Human ontogenesis: An indigenous African view on development and intelligence", *International Journal of Psychology, 41(4)*, pp. 293–297.

QUIJANO, A. (2000), "Coloniality of Power, Eurocentrism and Latin America", Neplanta: Views from South, 1(3), 533-580.

QVORTRUP, J. (1993), Nine theses about 'childhood as a social phenomenon'. In J. Qvortrup (Ed.), "Childhood as a social phenomenon: Lessons from an international project" (Eurosocial Report nº 47). Viena, Austria: European Centre for Social Welfare Policy and Research. pp. 11-18.

QVORTRUP, J. (1995), "Childhood in Europe: a New Field of Social Research", in Lynne Chisholm *et al.* (eds.), *Growing Up in Europe*. *Contemporary Horizons in Childhood and Youth Studies,* Berlin/ New York, Walter de Gruyter, 7– 21.

QVORTRUP, J., CORSARO, W., HONING, M. S. (2009), *The Palgrave Handbook of Chidhood Studies*, UK: Palgrave Macmillan.

QVORTRUP, J. (2010), A Tentação da Diversidade – e seus riscos. *Educação e Sociedade*, 31(113), pp. 1121-1136.

ROCHA, N. & COSTA, M. (2014), Epistemologias do sul e estudos sociais da infância: crianças e ancestralidade africana na escola. In M. M. Baptista & S. V. Maia (Coord.). Atas do IV *Congresso Internacional em Estudos Culturais: Colonialismos, Pós-Colonialismos e Lusofonias*. Aveiro: Ed. Programa Doutoral em Estudos Culturais da Universidade de Aveiro e Universidade do Minho, pp. 528-534. Disponível em: http://estudosculturais.com/congressos/ivcongresso/wp-content/uploads/2014/04/atas-PT-final.pdf [Consultado em 15-12- 2014].

ROGOFF, B. (2003), *The Cultural Nature of Human Development,* Oxford: Oxford University Press.

SAID, E. (2011), *Cultura e imperialismo*, São Paulo: Companhia das letras.

SANCHES, M. (org.) (2005), *Deslocalizar a Europa. Antropologia, Arte e História na Pós-Colonialidade,* Lisboa: Cotovia.

SANTOS, B. (2002), "Para Uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências". Disponível em: http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf [Consultado em 15-12-2014].

SANTOS, B. (2004), "Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial. E para além de um e outro". Disponível em: http://www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf [consultado em 15-12-2014].

SARMENTO, M. J, FERNANDES, N. & TOMÁS, C. (2007), Participação infantil e políticas públicas. *Educação, Sociedade e Cultura.* 25, pp.183:206.

SARMENTO, M. J. & MARCHI, R. C. (2008), "Radicalização da infância na segunda modernidade: Para uma Sociologia da Infância crítica", *Configurações*, 4, pp. 91-113.

SARMENTO, M. J. (2000), "Sociologia da Infância: Correntes, problemáticas e controvérsias", *Sociedade e Cultura. Cadernos do Noroeste. Série Sociologia*, 13 (2), pp. 145-164.

SARMENTO, M. J. (2003), Imaginário e Culturas da Infância, disponível em: http://cedic.iec.uminho.pt/Textos_de_Trabalho/textos/ImaCultInfancia.pdf [Consultado em 15-12-2014].

SARMENTO, M. J. (2004), "As culturas da infância nas encruzilhadas da Segunda Modernidade" in M. J. Sarmento & A. B. Cerisara (Org.), *Crianças e Miúdos: Perspectivas Sociopedagógicas da Infância e Educação*, Porto: Edições Asa, pp. 9-34.

SARMENTO, M. J. (2005), "Gerações e Alteridade: Interrogações a partir da sociologia da infância", *Revista Educação e Sociedade*, 26 (91), pp. 361-378.

SARMENTO, M. J. (2007), "Sociologia da infância: correntes e confluências" in M. Sarmento & M. Gouvea (Org.), *Estudos da Infância: Educação e Práticas Sociais*, Petrópolis, Editora Vozes, pp.17-39.

SARMENTO, M. J. (2008), "Estudos da Criança como campo interdisciplinar de investigação e conhecimento", *Interacções*, 10, pp.1-5.

SARMENTO, M. J. (2013), "Crianças africanas: os desafios da sociologia da infância pós-colonial". Disponível em: http://www.ie.uminho.pt/ModuleLeft.aspx?mdl=~/Modules/UMEventos/EventoView.ascx&ItemID=8156&Mid=730&lang=en-US&pageid=36&tabid=15 [Consultado em 15-12-2014].

SIROTA, R. (2010), "De l'índifférence sociologique à la difficile reconnaissance de l'éffervescence culturelle d'une classe d´âge". In S. OCTOBRE (Dir.), *Questions de Culture*, Paris : Ed. Ministére de la Culture et de la communication, pp.19-38.

SMITH, L. (1999), *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples*, London: Zed Books Ltd/University of Otago Press.

SOARES, Natália (2006), "A Investigação Participativa no Grupo Social da Infância", *Currículo sem Fronteiras,* 6 (1), pp. 25-40.

SOARES, N., SARMENTO, M. & TOMÁS, C. (2004), "Investigação da infância e crianças como investigadoras: metodologias participativas dos mundos sociais das crianças", *Nuances*, 12 (13), pp. 50-64.

SPIVAK, G. C. (2010 [1942]) *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.

STEINBERG, S. (1997), "Kindercultura: a construção da infância pelas grandes corporações". In L. SILVA, J. AZEVEDO, & E. SANTOS (Org.), *Identidade Social e a construção do conhecimento*, Porto Alegre: PMPA/SMED, pp. 98-145.

TREVISAN, G. (2012), "Cenários de participação política de crianças e jovens em contexto local: análise de uma experiência". Disponível em: http://repositorio.esepf.pt/bitstream/handle/10000/640/TrevisanComunicacaoVIICongressoSociologia.pdf?sequence=2 [Consultado em 15-12-2014].

TOMÁS, C. & SOARES, N. (2011), "Direitos da Criança em Portugal: os desassossegos dos riscos na/da Infância". Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/15070/1/Direitos%20da%20crian%C3%A7a%20em%20Portugal_os%20desassossegos%20dos%20direitos%20da%20crian%C3%A7a%20ao%20longo%20de%20uma%20d%C3%A9cada.pdf [Consultado em 15-12-2014].

TOMÁS, C. (2011), *Há muitos Mundos no Mundo*. *Cosmopolitismo*, *Participação e Direitos da Criança*, Porto: Edições Afrontamento.

UNICEF (1989), "Convenção sobre os Direitos da Criança". Disponível em: https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf [Consultado em 15-12-2014].

WALLERSTEIN, I. (1997), "Eurocentrism and its Avatars: The Dilemmas of Social Science", *New Left Review*, 226, pp. 93-107.

LUSOFONIA INVISÍVEL? Processos identitários entre Brasil e África portuguesa na ótica dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*

José Cristian GÓES[1]

Elton ANTUNES[2]

Resumo: Nesse trabalho buscamos compreender como os jornais brasileiros *Folha de S. Paulo* e *O Globo* noticiam temáticas em torno da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente sobre as nações africanas membros dessa entidade. Realizamos uma coleta de notícias no acervo desses jornais de 1996 a 2006, o que representa os dez primeiros anos de criação da CPLP. Nossa investigação se insere em um debate que tensiona a participação do jornalismo em processos de construção identitários nacionais. Em razão de jogos de poder, acreditamos existir uma produção midiática de "não ditos" que propõe estrategicamente o esquecimento do traço étnicorracial entre Brasil e países africanos de expressão portuguesa, resultando em invisibilizações identitárias. Este trabalho apresenta subsídios para pensar as relações entre jornalismo, modos de visibilização e identidades.

Palavras-chave: Identidades; jornalismo; CPLP; invisibilidade; África portuguesa.

Introdução

Quando foi lançado o filme *Um homem que grita*, em 2010, Mahamat Saleh Haroun, diretor da obra, justificou que essa produção era uma forma de romper com a "invisibilidade" imposta à África pelas grandes corporações ocidentais e, ao mesmo tempo, de criar "pontes" com o Brasil.[3] Nascido em Chade, centro-norte africano, Haroun afirmou que a imprensa ocidental contribui para uma visão reducionista e preconceituosa daquele continente.

Mas como o Brasil vê a África? Que *pontes* nos unem? Compreender como um país enquadra *outro(s)* não é tarefa simples. Exige-se considerar inúmeras e complexas condições políticas e históricas. E esse desafio ganha em potência quando a tentativa se refere ao imenso e plural continente africano. Entre Brasil e África existem pontes históricas como, em alguns casos, a herança colonial portuguesa, resultando em um idioma comum ou significativamente assemelhado. E foi essa condição que possibilitou Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe, países onde a língua portuguesa é oficial, tornarem-se membros de uma comunidade lusófona, inserindo-se ainda Portugal, na Europa, e Timor Leste, na Ásia[4].

Para saber como um país enxerga os outros podemos recorrer a diferentes lugares de observação, tais como a mídia, importante "campo de formatação da cultura que catalisa uma nova esfera pública de informação, entretenimento e debate" (Xavier, 2006:16). São filmes, músicas, literatura e, em função de nosso interesse específico, principalmente o jornalismo. Em uma série de notícias, temos à nossa disposição um conjunto de informações que vai constituir aquilo que simbolicamente entendemos como os *outros*. Ocorre que quando

---

1 José Cristian Góes é doutorando em Comunicação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), jornalista, especialista em Comunicação e mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) (cristiangoes_brasil@yahoo.com.br).

2 Elton Antunes é professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Sociologia pela UFMG e doutor em Comunicação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (eantunes@ufmg.br).

3 http://cinema.uol.com.br/ultnot/2010/11/20/diretor-de-filme-premiado-em-cannes-quer-romper-a-invisibilidade-da-africa-e-criar-pontes-com-o-brasil.jhtm

4 Esses países formam a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), criada em 17/07/1996, em Lisboa.

olhamos para "os de fora", acabamos revelando "os de dentro", o que somos nós, reafirmando sensações de pertenças e, principalmente, acentuando diferenças. Apesar dos históricos traços identitários, a relação entre Brasil e países africanos de expressão portuguesa parece abissal, pelo menos pela ótica de parte da mídia jornalística brasileira. É como se as pontes que nos unem não fossem visíveis.

Essa *invisível* África faz emergir questões: como o jornalismo brasileiro noticia os países africanos de expressão portuguesa? As notícias manifestam traços identitários comuns entre esses países e o Brasil? Os brasileiros se reconhecem como um dos participantes do mundo lusófono, onde também estão os países africanos? O que significaria um possível não reconhecimento, pelo Brasil, de traços identitários com esses países africanos? Certamente esse trabalho não pretende responder completamente esses e outros questionamentos, mas indicar algumas perspectivas para enfrentá-los[5].

Para esse artigo, propomos iniciar um percurso que tenta descobrir como uma parte da mídia impressa brasileira noticia os países de expressão portuguesa, e de modo especial, os africanos. Utilizando-se dessas notícias, o objetivo é discutir processos de visibilização e de invisibilização[6] dos traços identitários que nos unem. Escolhemos *Folha de S. Paulo* e *O Globo* na medida em que eles se apresentam como jornais de referência nacionais: "Um jornal a serviço do Brasil", garante a *Folha*. Já *O Globo* faz parte do maior grupo empresarial de comunicação que detém emissoras de TV, de rádio, *sites* e outros jornais.

Nosso recorte diante desses periódicos compreende os primeiros dez anos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), ou seja, de 01 de janeiro de 1996 (a entidade foi criada em 17/07/1996) até 01 de janeiro de 2006. Utilizamos o serviço eletrônico de busca no acervo dos jornais, com as palavras-chave: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP, lusofonia e lusófono. O resultado dessa busca foi 112 citações na *Folha de S. Paulo* e 226 em *O Globo* nesse período de dez anos.

No entanto, verificamos registros contabilizados nesse montante que não contribuem ao objetivo da pesquisa, que é saber como esses jornais noticiaram a CPLP e os seus países, principalmente as nações africanas. Por isso, fez-se necessário refinar esse recorte inicial, gerando a exclusão de textos de opinião, resenhas de livros e de filmes, notas em colunas, citações isoladas, cartas do leitor e publicidade. Assim, nossa investigação se prendeu às notícias, editoriais e entrevistas, que foram agrupadas em torno de "notícias". Em todas elas, a predominância temática é a CPLP, lusofonia e lusófono. Com esse novo recorte, tivemos, então, 38 registros na *Folha* e 50 em *O Globo* (Tabela 1).

Tabela 1

Notícias na *Folha de S. Paulo* e em O Globo sobre CPLP, lusofonia e lusófono

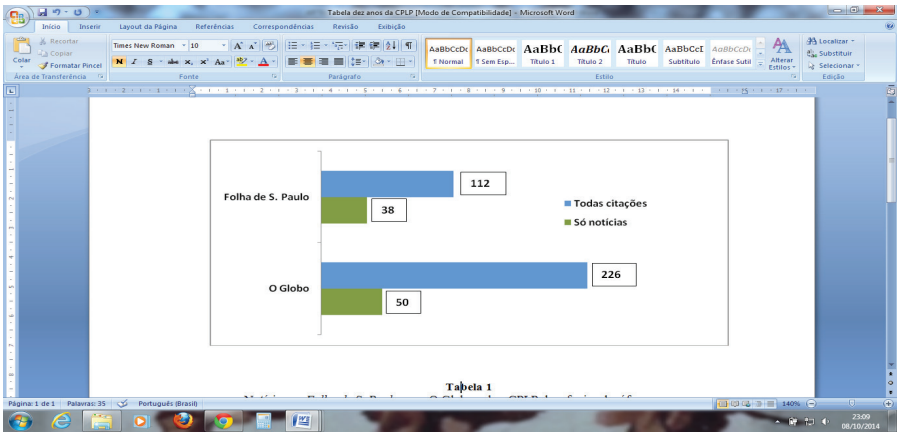

Fonte: Pesquisa no acervo do jornal de janeiro de 1996 a janeiro de 2006

5 A pesquisa de José Cristian Góes no Doutorado em Comunicação/UFMG visa investigar a construção de invisibilidades pelo jornalismo a partir do possível apagamento identitário entre Brasil e os países de expressão portuguesa da CPLP.

6 A opção pelo uso dos termos *visibilizações/invisibilizações* no lugar de visibilidade/invisibilidade decorre da busca por uma coerência argumentativa que os compreende como condição momentânea, estágios instáveis e que se alternam a depender das forças em jogo.

Depois de selecionadas, realizamos novo agrupamento das notícias por anos e temas para auxiliar nas análises. Definimos, *a priori*, quatro grupos de registros que envolvem nosso tema: presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1996 a 2002); presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2006)[7], acordos (ortográfico, econômico, saúde e outros); e os conflitos (golpes, guerras civis, envio de tropas e tragédias). No decorrer desse artigo, apresentamos um detalhamento das notícias por jornal, anos e temas. Ressaltamos, porém, que uma mesma notícia poderá transitar pelos quatro grupos, no entanto, ela recebeu um único registro para a análise e ele foi o da predominância temática.

Discutindo as identidades como dispositivo

Propomos discutir as identidades pelas Ciências Sociais, percebendo-as não como um conceito acabado, resultante de uma formulação estabilizada, mas como um *processo* que se inscreve na cultura. As identidades são construções socioculturais complexas, sepultando, logo de saída, uma ideia de algo natural, biológico, dado. Além desse aspecto, as identidades (sempre no plural) passam pela dimensão imaginária, que garante aberturas interpretativas. Assim, para Hall (2006) as identidades estarão sempre sendo reconstruídas incessantemente.

Os Estudos Culturais nos ajudam a perceber que, mesmo as *identidades nacionais* não são fixas, imutáveis, mas comunidades de fantasia, imaginárias. Porém, pensar em identidades abertas e em fluxo permanente, não significa percurso sem rumo, ao sabor das vontades e dos desejos individuais. Até as identidades que se pensavam sólidas, definidas, como as de gênero "escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação" (Santos, 1993: 31). Assim, o aspecto central nessa discussão é compreender que as identidades são convocadas e se movimentam em razão de disputas, de jogos e relações de poder. Nesse sentido elas se inscrevem numa tensão entre o trânsito, o móvel, o que escapa e, por outro lado, as tentativas de fixação, de estabilidade, de segurança. Nesse caso, o que vemos são os efeitos de poder de grupos hegemônicos atuando para conformar a sensação de identidade como algo natural. Essas condições nos convocam a pensar "as identidades como um *dispositivo discursivo* porque são atravessadas por profundas divisões e diferenças" (Hall, 2006: 61-62, grifos do original).

Discutir identidade nacional convoca à cena a ideia de nação. Para Santos (1993), a nação é uma invenção moderna que legitima a dominação de uma etnia sobre as demais e cria uma unidade sociocultural mais ou menos homogênea, que servirá de base à obrigação ao Estado. No entender de Anderson (1993), a nação é uma comunidade imaginada, limitada e soberana. Por enquanto, preferimos enxergar que por entre a nação transitam as identidades, estampas *sob rasura* permanente, socioculturalmente construídas carregando intensas disputas de poder em seu interior. Propomos, assim, pensar os processos identitários como *dispositivo*, como, aliás, foi indicado por Hall (2006).

Entendemos o *dispositivo* para além de aparatos técnicos. É um conjunto heterogêneo de elementos que envolve "discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas" (Foucault, 1979: 244). Esses elementos estabelecem uma rede entre si. Geralmente estão associados às respostas de emergências que, por sua vez, estão inseridas em estratégias de poder e que vão sempre levar a um conduzir, a um manobrar, no entender de Foucault (1979). O dispositivo tem uma característica decisiva: os jogos incessantes de poder em seu interior. No entanto, ressaltamos que essas forças não aparecem com clareza: "é somente mascarando uma parte importante de si mesmo que o poder é tolerável. Seu sucesso está na proporção daquilo que consegue ocultar dentre seus mecanismos" (Foucault, 1988: 83). Deleuze usa a metáfora do "novelo" para caracterizar dispositivo, onde múltiplas linhas se entrelaçam em torno dele e tomam variadas e instáveis direções. O dispositivo se constitui de linhas e de "curvas de enunciação e de visibilidade" (Deleuze, 1990: 158).

---

7 O Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é de janeiro de 2003 até dezembro de 2010. Nossa pesquisa que objetiva analisar os dez primeiros anos da CPLP encerrou a coleta dos dados nos jornais em 01/01/2006.

Assim, as identidades nacionais são mais do que linhas de força, são um dispositivo porque se constituem nesse conjunto heterogêneo de elementos que, logo de partida, envolve os discursos que produzem memórias, esquecimentos, mitos fundadores, inimigos, heróis, pertença e diferença. O *dispositivo identitário* se enreda por instituições materiais e imateriais como povo, nação, língua; por organizações arquitetônicas, como monumentos, paisagens; por decisões e leis, a exemplo da Carta Magna; por enunciados morais, como a ideia de ser brasileiro e projeto de nação. Esse dispositivo se movimenta e é movimentado por linhas de força e por outros dispositivos culturais, políticos, econômicos, religiosos, midiáticos, estando inscrito em tensões e disputas sutis e pouco visíveis.

Uma rápida ilustração: as poucas notícias no Brasil sobre a CPLP surgem das ações dos presidentes do Brasil. Lula, por exemplo, visitou países africanos, independente de serem de expressão portuguesa, e teve sua ação relacionada, algumas vezes, com ditaduras (Figura 1). Por esse modo de visibilização, quais os acionamentos identitários que nos são sugeridos?

Lula desfila em Rolls-Royce ao lado de ditador

Depois de enaltecer a democracia, presidente passeia pela capital do Gabão com Bongo, que controla o país há 37 anos

Luiza Damé

Enviada especial

LIBREVILLE, GABÃO. Um dia depois de destacar o papel da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) na defesa da democracia, de olho no filão comercial do Gabão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva desfilou ontem num Rolls-Royce pratiado pelas ruas da capital ao lado do presidente Omar Bongo, que governa o país com mão de ferro há 37 anos. Lula foi recebido com festa pelo presidente do Gabão, um dos países mais ricos da África, com renda per capita de US$ 5,5 mil (cerca de R$ 16,5 mil). Lula está acompanhado de um grupo de empresários brasileiros da área de alimentação, mineração e construção civil que esperam fechar bons negócios no país.

Ao longo dos quase dois quilômetros entre o aeroporto e o hotel onde Lula está hospedado foram distribuídas faixas de saudação ao presidente brasileiro com fotos dele.

No hotel, Lula recebeu a chave da cidade das mãos do prefeito de Libreville, Andre Dieudonne Borre. Lula lembrou a história da fundação de Libreville — por escravos resgatados de um navio negreiro — e a contribuição dos nativos da região onde hoje fica o Gabão para a formação do Brasil.

— Apesar do sofrimento que experimentaram no exílio forçado, eles tiveram a generosidade de doar o tesouro cultural que trazem dentro de si — disse Lula.

Apoio ao Brasil no Conselho de Segurança da ONU

clusão social. Os recursos da moderna tecnologia de comunicações contribuem para a transparência na administração pública — disse Lula.

Na declaração de São Tomé, documento final da conferência da CPLP, o governo brasileiro conseguiu incluir um item que reafirma o apoio da comunidade à pretensão do Brasil de ocupar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU. Para isso, será necessário revisar as regras do conselho para tornálo "mais representativo das novas realidades mundiais".

A declaração de São Tomé ressaltou ainda o anúncio do presidente de que o Mercosul está disposto a fazer acordos com países de língua portuguesa em desenvolvimento para a redução de tarifas de

LULA AO LADO do ditador Bongo: cerca de três mil pessoas saudaram a comitiva presidencial no aeroporto

Editoria de Arte

A agenda presidencial

Petróleo e

LULA AO LADO do ditador Bongo: cerca de três mil pessoas saudaram a comitiva presidencial no aeroporto

Editoria de Arte

Figura 1 *– Recorte de parte da notícia em O Globo (O País, 28/07/2004, p. 12)*

O dispositivo identitário é disparado mais nitidamente diante de ameaças que ponham em risco a sensação de segurança, seja de um passado glorioso, seja para apagar passados nada gloriosos. Ele também é acionado a acentuar atuais sentimentos de diferença e garantir a sua projeção. As respostas buscam imaginar uma unidade identitária, marcada por símbolos que se constituem em códigos culturais e que atuam com elo interpretante, fornecendo regras de significação, programas de comportamento, isto é, dando "forma, ordem e direção à vida" (Ricoeur, 2010: 103). O discurso identitário é sempre reiterado ao longo tempo, configurando-se em tradição, uma espécie de cognição identitária, mas precária e instável.

Comunicação, jornalismo e visibilizações

É por meio das interações, experiências, comunicação que nos reconhecemos, somos reconhecidos e nos diferenciamos. O comunicar é uma espécie de laço que, em certa medida, nos ata e nos faz apreendermo-nos como humanidade. Esse é um processo de múltipla afetação. Ao estabelecermos vínculos com os *outros*, aprendemos sobre o *eu* e o *nós* no mundo. Por essa perspectiva, segundo Quéré (1991), sujeitos agem e sofrem em razão dos gestos comunicativos, construindo-se e sendo construído por eles. Se a comunicação é um laço, as identidades funcionam como marcas seletivas que nos aproximam por sensações de pertença, mas também nos diferenciam, estabelecendo distâncias e indiferenças dos *outros*.

As mediações, como gestos comunicacionais, parecem ser centrais no que chamamos de dispositivo identitário, estão muito próximas daquilo que alguns autores nomeiam de "centro de produção das identidades" e que "num mundo transnacional caracterizado pela circulação global de imagens e sons, mercadorias e pessoas, têm enorme impacto sobre as identidades nacionais e o sentido de comunidade" (Shohat & Stam, 2006: 28). No caso das emergências das identidades nacionais, as mediações são amplas, múltiplas e complexas. Vejamos o exemplo das guerras. Em períodos de conflitos são usados vários aparatos de mediação, como jornais, rádios,

TVs. Mobilizam-se populações em torno de ideais onde a nação aparece como centro. As identidades são intensamente expostas e esses aparatos estão profundamente conectados a tantos outros, como escolas, igrejas, artes, eventos militares e esportivos, isto é, um conjunto heterogêneo de forças mobilizado pelo poder.

Os processos comunicacionais e identitários se movimentam entrelaçados e, por isso, as construções identitárias exigem uma relação dialógica, "não no sentido binário do diálogo entre dois sujeitos já constituídos, mas no sentido de sua relação com outro ser fundamentalmente constitutivo do sujeito" (Hall, 2013: 89). Considerar identidades "é designar um complexo relacional que liga o sujeito a um quadro contínuo de referências, constituído pela interseção de sua história individual com a do grupo onde vive" (Sodré, 1999: 34).

Nessa perspectiva, entendemos também que a comunicação está implicada em relações de poder, nas tramas dos jogos de força, assim como vimos com as identidades. Isso porque a comunicação é desencontrada, marcada por conflitos e inúmeros interesses de todas as ordens (Braga, 2010). Diálogos e mediações são fenômenos imperfeitos, seletivos e interessados e que produzem tanto vozes, como silêncios; por ditos e por "não ditos", por visibilizações e por invisibilizações. Com a comunicação, busca-se algum entendimento, o que significa que não devemos esperar "nem uma concordância de pensamentos ou de opiniões, nem uma convergência de pontos de vistas pessoais" (Quéré, 1991: 7).

Como na comunicação, lembremos também que os processos identitários *tendem* a se apresentar como lugar dos acordos. A nacionalidade brasileira, por exemplo, é um consenso flutuante, construído em pequenas e grandes mediações. Porém, existem discordâncias sobre ela e que não estariam tão visíveis nas superfícies, porque o exterior é o *lugar* onde mais se ganham formas os acordos. A discordância parece em silêncio, mas que pode irromper nas superfícies, como falhas. "O dito e o não dito são elementos do dispositivo" (Foucault, 1979: 244). Também Certeau (1994) diz que a linguagem carrega os *lapsos* nem sempre visíveis.

Em razão do jogo de forças no processo comunicacional, inferimos existir um *regime de seleção*, isto é, uma ação de julgar/selecionar poucas ocorrências diante de infinidades e, assim, propor sínteses organizativas dos eventos. O jornalismo é uma instituição social que cumpre uma tarefa, entre outras, de selecionar e indicar as explicações, traduzir um mundo. É da ação do jornalismo escolher, separar, o que significa, também, excluir. De saída, ele se insere em uma rede de intencionalidades constituída por disputas assimétricas e por linhas de força que se entrecruzam, construindo o ver e o falar, e também o "não visto" e o "não dito".

Vejamos uma ilustração comparativa entre as notícias sobre a CPLP e o Mercosul[8], publicadas na *Folha de S. Paulo* e em *O Globo*. Nos dez anos primeiros anos da comunidade de países de expressão portuguesa há uma pequena atenção no noticiário dos jornais (Tabela 1). Em *O Globo*, o Mercosul teve 8.405 registros e a CPLP ficou com 226. Na *Folha de S. Paulo*, foram 10.472 sobre o Mercosul e apenas 112 para a CPLP.

Tabela 1 – Comparação de registros em ***O Globo*** e ***Folha de S. Paulo*** sobre CPLP e Mercosul

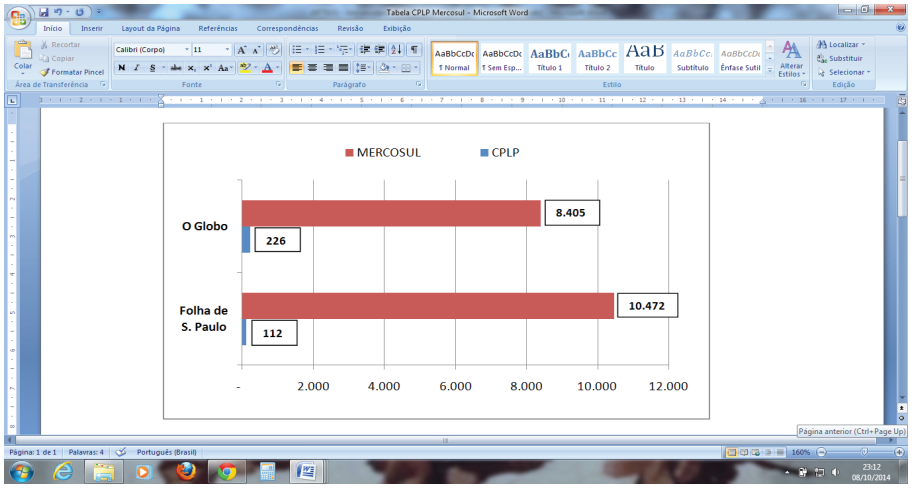

Tabela 1 *- Pesquisa nos acervos dos jornais de janeiro de 1996 a janeiro de 2006*

8 O Mercosul é um bloco econômico e político criado em 26 de março 1991 e que reúne hoje Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. A Bolívia está em processo de adesão.

Ressaltamos dois aspectos na comparação acima. O primeiro, que estamos lidando com dois diários nacionais, isto é, com, no mínimo, 365 edições a cada ano, e num período de dez anos. O segundo, que as citações ao Mercosul não implicam, obrigatoriamente, "grande" visibilização. Obviamente não ignoramos que as políticas editoriais de ambos os veículos têm forte correlação com relações geopolíticas (trocas econômicas, contiguidade territorial, etc.) e mesmo com a disposição dos fluxos informativos (serviços noticiosos, correspondentes etc.) que ajudar a caracterizar a presença do Mercosul e a ausência da CPLP. Porém, sugerimos que as baixas citações da CPLP indicam a pouca ou quase nenhuma importância das relações dos países de expressão portuguesa na pauta dos jornais, o que indicam "não ditos", inclusive do ponto de vista identitário. Temos aí, o que chamamos de *invisibilização por ausência*.

Quando tratamos de jornalismo aqui, recusamos formulações que o considera central e decisivo na definição do que seria uma suposta "realidade". Entendemos que seus efeitos são limitados. Reconhecemos, porém, que o jornalismo é uma das instituições entrelaçadas por relações de poder e que ainda se apresenta como socialmente autorizada a fazer mediações, constituindo-se em lugar de fazer ver e de fazer falar. Críticos de uma visão midiacentrista, Antunes & Vaz (2006: 43) afirmam que a mídia, onde inserimos o jornalismo, *não* engloba nem a totalidade da experiência, nem da comunicação. "É um fluxo, mas não é ininterrupto à maneira como vemos um rio, não é um fluxo contínuo; é sucessão de diferentes pedaços sobrepostos, com brechas e falhas entrecruzadas" (Antunes & Vaz, 2006: 52).

Isso significa que o jornalismo não tem uma condição exclusiva de visibilização e de invisibilização das ocorrências do mundo. Ele é *um*, entre outros agentes. Essas considerações não diminuem as ações do jornalismo, mas o reposiciona, inclusive enquanto um dispositivo de enunciação e de visibilização e que envolve outros dispositivos, a exemplo do identitário.

As relações entre o jornalismo e as identidades têm destaque em Anderson (1993). Ele sustenta que foi o desenvolvimento do sistema de imprensa capitalista no século XVIII um dos responsáveis por conceber a nação como uma comunidade imaginada. O jornal, para esse autor, passou a ser uma "língua impressa", um instrumento unificante e que possibilita as pessoas ter a sensação de simultaneidade de um "tempo homogêneo e vazio". Com notícias sobre navegações, crimes, decretos administrativos, os jornais em ampla circulação formavam uma comunidade imaginada dando a ver um mundo, como um todo. "O capitalismo impresso permitiu que um número rapidamente crescente de pessoas pensasse a cerca de si mesmos, e se relacionasse com outros, em formas profundamente novas" (Anderson, 1993: 62). Também Ortiz (2003) afirma que no século XIX a coerção administrativa do poder do Estado se dilui numa espécie de consciência coletiva do que era a nação. "Para isso, símbolos nacionais foram criados e uma língua única teria que predominar. A escola, a imprensa e os meios de transporte tiveram importante participação nesse processo" (Ortiz, 2003: 35).

Por isso, quando tratamos de jornal aqui é evidente que superamos a lógica do suporte, buscando compreender sua textualidade, sua condição verbovisual, institucional, social e política, isto é, o jornal também como um dispositivo que propõe significações organizativas de um mundo, sendo "uma matriz que impõe suas formas ao texto" (Mouillaud, 1997: 32). É assim que o jornalismo participa das construções identitárias, reforçando valores, veiculando supostos consensos, criando e dando suporte às emergências e suas respostas. O relato jornalístico aponta para acordos, às vezes excluindo discordâncias, e realçando modelos que intensificam diferenças. Dispositivos identitários e jornalísticos estão interseccionados.

Chamamos atenção que a exclusão, o "não dito" que pode produzir ao longo do tempo invisibilizações também pode ser resultado de seu inverso, ou seja, do excesso de luzes, do encandear pelo ver e falar. A intensidade proposital de relatos pode provocar um programado "não ver" em frente ao visível, um *cegar* diante do dito. Assim, não seria apenas o escuro, mas enunciações reiteradas, intensas e politicamente desviantes que também poderiam causar invisibilizações, constituindo-se no que podemos chamar de *simulacro do visível*.

A *Fenomenologia da Percepção* sustenta que o olhar atento ao mundo está inserido em interações. A percepção requer diálogo e mediação, onde sujeitos se percebem e percebem o mundo, construindo-o e sendo construídos, inclusive na diferença. Parece óbvio garantir que o que vemos está diante de nós, de nossos olhos. É nesse momento que, segundo Merleau-Ponty (2012), uma grande massa de fatos e de opiniões surge para apoiar o que está ali, em nossa frente, estabelecendo as unidades de concordância que servem a emprestar alguma segurança, constituindo nossos sentidos, conformando-nos.

Porém, o que está no raio do nosso ver é a superfície de objetos compostos por uma infinidade de camadas não nítidas, mas ali presentes. Importante ressaltar que esse "não visível" aí não compõe outro ambiente, uma parte separada dos objetos percebidos. Visível e invisível estão no mesmo objeto e ao mesmo momento, formando um falso par oposto, complementar. Assim, o mundo é "a soma das coisas que caem ou poderiam cair sob nossos olhos, mas também o lugar de sua compossibilidade" (Merleau-Ponty, 2012: 24). Essa "compossibilidade" abre um universo do enxergar outros fatos, opiniões, ângulos, camadas, *"não ditos"*, silenciados. Esse é um processo instável, onde há movimentação incessante entre visível e invisível, de modo que a percepção é movimento, trânsito. A depender do jogo de forças e seus interesses, teremos visibilizações e invisibilizações.

A história, o Brasil e a comunidade portuguesa na ótica dos jornais

O Brasil foi incluído no mapa do mundo no final do século XV. Para Furtado (2005), isso se deu em razão da expansão mercantil europeia. A imposição desse tipo de vocação como destino – ser lugar de *exploração* - para atender os interesses capitalistas, se não foi decisiva, pelo menos norteou às ideias de uma nação tardia, que só viria a surgir, de fato, no século XIX. Nesse longo período de "não nação", fomos um *outro* e isso terá profundos reflexos em nossos trânsitos identitários. Parte das massas de gentes mobilizadas *para* e *no* Brasil se insere, a maioria por força, na lógica da produção para as metrópoles europeias. Daí não apenas a escravização de índios e de negros, mas também todas as formas de exploração humana, quadro decisivo no entendimento identitário. "O 'ser humano universal' (o burguês europeu) gerava um 'inumano universal', capaz de abrigar todos os qualitativos referentes a um 'não-homem': bárbaros, negros, selvagens" (Sodré, 1999: 54).

A referência de uma identidade europeia leva a elite brasileira, que se consolida só no início do XX, a desenvolver o "caráter nacional" ideal: homem branco, culto, cordial, como se imaginavam os europeus. Em princípio, essa foi uma linha de força mestra nos processos identitários, com acentuação à diferença. O diferente era um *outro* que, apesar de estar na mesma terra, carregava uma brasilidade "maldita", que segundo essa elite dirigente, explicaria no atraso da nação, numa não modernidade. Nessa faixa ou classe estariam os negros, pobres, crioulos, africanos, brasileiros africanizados, rudes, malandros, preguiçosos, desonestos.

Vale lembrar a tese do negro como criminoso nato, desenvolvida por Nina Rodrigues[9] e outros; a defesa da imigração ao Brasil de europeus nórdicos, por Sílvio Romero[10], para "embranquecer" nossa população, reduzindo efeitos da raça negra em nossa na formação; a aceitação da miscigenação em Gilberto Freyre[11], como uma passageira etapa que o país teria que passar para ficar limpo do "sangue negro"; além de outras. Assim, temos a construção de uma síntese de *identidade nacional brasileira* que exige um *moderno*, que no entender de Canclini (1997), busca acertar os passos com a ideia civilizatória europeia, do colonizador.

A união harmoniosa das três raças, a democracia racial, a ideia de nação moderna são como linhas de força desse dispositivo identitário que buscaram, no mínimo, tentar ocultar os nossos traços de colonizados, fazer silenciar as diferenças. Assim, as forças dominantes na história do Brasil tentam conduzir um trânsito para uma identidade nacional "estável" que

> pressupõe apagar algo que positivamente existia (a violência da colonização, o sistema escravagista e a multidão de negros que povoavam o país) e, ao mesmo tempo, pressupõe criar algo que positivamente nunca existiu: o consórcio harmonioso entre colonizador e o habitante natural da terra, o reconhecimento da resistência heróica das culturas autóctones, a convergência entre valores nativos e os valores da civilização ocidental (Cunha, 2006: 101).

---

9 Mais em RODRIGUES, N. (1957), *As raças humanas.* São Paulo: Ed. Progresso.

10 Mais em ROMERO, S. (1943), *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio.

11 Mais em FREYRE, G. (1946), *Casa Grande & Senzala*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio.

Uma imposição do parâmetro europeu, que Shohat & Stam (2006) vão chamar de "eurocentrismo" e que se espraia até as raízes mais profundas da formação da nação, talvez ajude a compreender algumas questões internas e externas, como o racismo contra negros, o preconceito contra pobres e, no caso da aproximação dos países de expressão portuguesa, marcadamente os africanos, essa história pode revelar onde estão baseadas muitas de nossas opções quanto tratamos de relações exteriores. Para Sodré (1999), ainda hoje persiste certa utopia civilizatória europeia, onde os europeus, diretamente ou por meio das elites nacionais mediadoras secundadas pelas elites dos meios de comunicação, "continuam reproduzindo o discurso de enaltecimento do seu valor universalista, como garantia da colonialidade do poder" (Sodré, 1999: 33).

Curioso é notar que, no processo de construção identitária pelas elites nacionais no Brasil, há também certo distanciamento de Portugal. A explicação não estaria numa reação de alguma revanche histórica, mas no fato de Portugal ter sido, por longos anos, também um país periférico em seu continente, "atuando como correia de transmissão entre as colônias e os grandes centros de acumulação, sobretudo a Inglaterra a partir do século XVIII" (Santos, 1993: 44). Para esse autor, em 1808, com a fuga de Dom João VI para o Brasil, a colônia se tornou a cabeça política e econômica do império, sendo a metrópole portuguesa apenas um apêndice do Brasil. Em razão dessa inversão, a elite nacional aqui, que sempre entendeu o Brasil como negócio, tolerava Portugal porque aquele país era tão somente uma espécie de porta para acessar econômica e simbolicamente à Europa desenvolvida.

Além de algumas marcas históricas já apresentadas, chamamos a atenção de mais dois aspectos que vão desaguar em um processo de invisibilização identitária dos países de língua portuguesa no Brasil, pelo menos pela ótica dos principais meios de comunicação, que são de propriedade da elite nacional, a exemplo da *Folha de S. Paulo* e de *O Globo*. O primeiro é que somos uma das últimas nações do mundo a, oficialmente, encerrar com a escravidão negra. No Brasil, já nas vésperas do século XX, muitos africanos eram coisas, propriedades, objetos sem alma. Assim, temos um sistema escravocrata no Brasil que fincou raízes por mais de 300 anos na formação de nossa nação. O segundo aspecto é que as colônias portuguesas na África deixaram essa condição – de colônias – há menos de 40 anos. Só em 1976, por exemplo, Moçambique se liberta de Portugal. Mesmo depois da independência, alguns países africanos foram usados numa espécie de guerra fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, resultando em longas e sangrentas batalhas internas, contribuindo para acentuar um quadro de pobreza e de instabilidade política. Timor Leste, colônia abandonada pelos portugueses e invadida pela Indonésia, só conquistou à liberdade em 2002.

Os aspectos históricos e constitutivos do povo brasileiro e as relações geopolíticas com as nações africanas, com Portugal nos ajudam a pensar as identidades como dispositivo. Nesse sentido, a língua que nos une tem um papel importante. Apesar de variações, o português falado foi o argumento para que fosse criado esse bloco. A CPLP nasceu oficialmente com a adesão de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Em 2002, ingressou nesse bloco Timor Leste e, em julho de 2014, Guiné Equatorial. Todas essas nações têm o português como idioma oficial.

Porém, desde a sua criação, a CPLP despertou pouco interesse do governo brasileiro. Ressaltamos esse aspecto porque o governo é um importante ator na agenda do jornalismo, ou seja, a pouca importância do governo também se confirma no baixo agendamento dos jornais. "Além da retórica de países irmãos unidos pela história, os indicadores entre Brasil e CPLP estão aquém do que se poderia considerar relações privilegiadas" (Miyamoto, 2009: 33). Um dos responsáveis pela criação da CPLP, o ex-embaixador brasileiro em Portugal, José Aparecido, revelou algumas vezes o pouco interesse de Brasil pelo bloco.

A coleta de dados para essa pesquisa que realizamos nos acervos da *Folha de S. Paulo* e *O Globo* nos dez primeiros anos de institucionalização da CPLP confirma as raras, desconectadas, concentradas e descontextualizadas notícias sobre essa comunidade. De forma geral, esses dados (Tabelas 3 e 4) sugerem um processo jornalístico fragmentado que não possibilita reconhecer o Brasil inserido num mundo lusófono. O baixo volume de notícias pode ser indício de ações de força que buscam um reiterado e interessado silêncio e que, ao longo do tempo, produzirá esquecimentos e invisibilizações identitárias, podendo até explicar o desconhecimento e a indiferença frente ao *outros* e a *nós*.

Tabela 3 - Notícias na ***Folha de S. Paulo*** sobre CPLP, lusofonia e lusófono

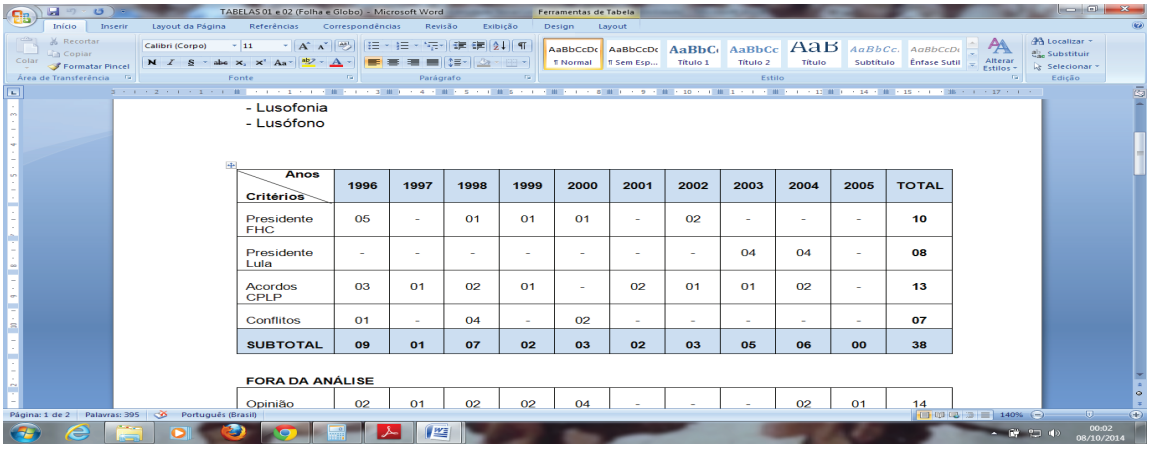

- Lusofonia
- Lusófono

Anos / Critérios	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	TOTAL
Presidente FHC	05	-	01	01	01	-	02	-	-	-	**10**
Presidente Lula	-	-	-	-	-	-	-	04	04	-	**08**
Acordos CPLP	03	01	02	01	-	02	01	01	02	-	**13**
Conflitos	01	-	04	-	02	-	-	-	-	-	**07**
SUBTOTAL	**09**	**01**	**07**	**02**	**03**	**02**	**03**	**05**	**06**	**00**	**38**
FORA DA ANÁLISE											
Opinião	02	01	02	02	04	-	-	-	02	01	14

Fonte: Pesquisa no acervo do jornal de janeiro de 1996 a janeiro de 2006

Tabela 4 - Notícias em ***O Globo*** sobre CPLP, lusofonia e lusófono

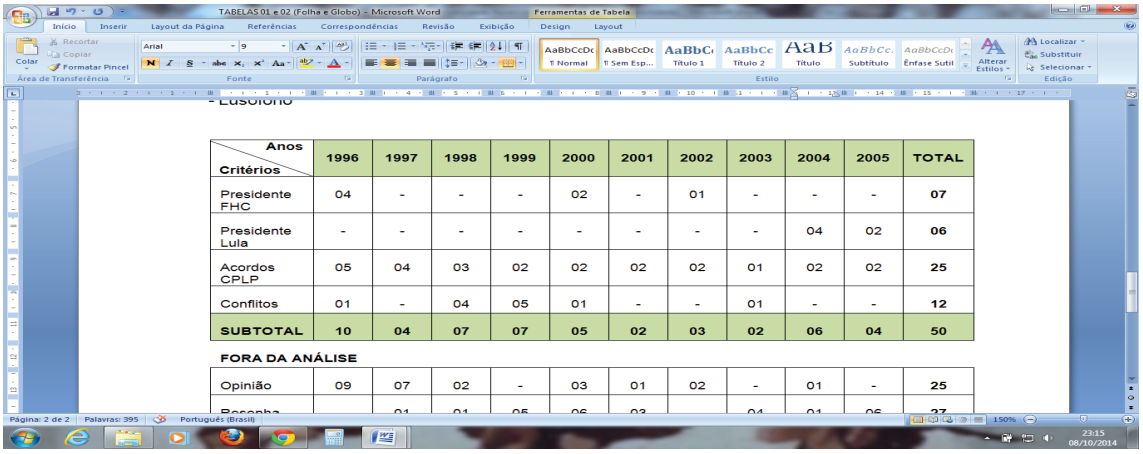

Anos / Critérios	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	TOTAL
Presidente FHC	04	-	-	-	02	-	01	-	-	-	**07**
Presidente Lula	-	-	-	-	-	-	-	-	04	02	**06**
Acordos CPLP	05	04	03	02	02	02	02	01	02	02	**25**
Conflitos	01	-	04	05	01	-	-	01	-	-	**12**
SUBTOTAL	**10**	**04**	**07**	**07**	**05**	**02**	**03**	**02**	**06**	**04**	**50**
FORA DA ANÁLISE											
Opinião	09	07	02	-	03	01	02	-	01	-	**25**

Fonte: Pesquisa no acervo do jornal de janeiro de 1996 a janeiro de 2006

Vários aspectos chamam a atenção nesses números. Quando os dois jornais trataram da CPLP, lusofonia e lusófono, o tema "acordo" foi preponderante em razão principalmente de uma proposta de unificação da escrita nos países membros dessa comunidade. No entanto, as ações dos dois presidentes no período merecem atenção. Na *Folha de S. Paulo,* registramos dez notícias em que a ação do presidente FHC tem predominância. O presidente Lula teve oito citações no mesmo jornal. Em *O Globo*, as notícias da CPLP que envolviam diretamente FHC foram sete e com Lula foram seis. No entanto, é preciso lembrar que nesse período de dez anos recortado pela pesquisa, sete anos foram do Governo FHC e três anos do Governo Lula, o que revela uma intensidade maior de notícias nos três primeiros anos do Governo Lula do que nos sete de FHC. Na *Folha de S. Paulo* a concentração de notícias com relação direta ao presidente FHC e a CPLP ocorre no ano de 1996, quando é criada a entidade.

Nos anos 1997 e 2001, na *Folha de S. Paulo*, não há nenhum registro que ligue a temática ao presidente FHC. Com Lula, não existe citação em 2005, aliás, nesse jornal não há uma notícia sobre a comunidade de países portugueses em todo ano de 2005. Já em *O Globo*, FHC não aparece ligado à lusofonia em 1997, 1998, 1999 e 2001. A concentração de seus registros também é em 1996. Com o presidente Lula, em *O Globo,* não há registro em 2003.

Fazendo uma apuração mais detalhada por meses, percebemos que ficou evidente uma concentração de notícias em poucos dias, coincidindo com viagens presidenciais e logo depois um longo desaparecimento da temática. Por exemplo, na *Folha de S. Paulo* há cinco notícias com FHC em 1996, sendo que quatro delas foram publicadas de 14 a 18 de julho, em razão da viagem do presidente a Lisboa para a criação da CPLP.

Depois, silêncio e só reaparece uma pequena notícia em 1998. Com o presidente Lula, o quadro é parecido. Em 2004, esse jornal publicou quatro notícias com Lula, sendo que todas elas foram no período de 21 a 28 de julho, também em razão de uma viagem do presidente à África. Na sequência, há silêncio, incluindo todo ano de 2005. Essa concentração e o silêncio na sequência também ocorreram em *O Globo*. No ano 2000 foram lembrados os 500 anos do Brasil e atividades foram realizadas, de celebrações a protestos. Mas nem a *Folha de S. Paulo* nem *O Globo* agendaram a comunidade de língua portuguesa. Naquele ano há somente três registros na *Folha* e cinco em *Globo*.

A média de notícias publicadas por ano sobre a CPLP, lusofonia e lusófono nos dois jornais também é relevante para análise. Nos dez primeiros anos da CPLP, em *O Globo* foram insignificantes cinco notícias por ano, em média, sendo a maioria sobre o tema dos acordos, como o ortográfico, saúde, informática (25), e tendo o ano de criação da CPLP como o de maior registro (10). Na *Folha de S. Paulo,* essa média ficou somente em 3,8 notícias por ano, sendo que a maioria foi dos presidentes FHC e Lula (18) e o ano de 1996 também com maior registro (nove). Uma primeira constatação é de que existe nesses dois jornais um modo de invisibilização por ausência, não apenas dos países africanos, mas da própria comunidade.

Para além dos números

Quando analisamos os relatos jornalísticos, mesmo das poucas notícias sobre a CPL, mas com o foco nas nações africanas de expressão portuguesa, somos levados a refletir sobre o processo de nossa formação histórica, que já tratamos acima e sobre o dispositivo identitário em jogo. Por exemplo, os países africanos, identificados ou não como membros da CPLP, são classificados pelos jornais, quase que invariavelmente, como pobres, que vivem em conflitos permanentes, castigados por corrupção e ditaduras. Esses países, segundo as notícias, estão sempre a esperar doações, cooperações e o perdão de suas dívidas por parte do Brasil. Vale registrar que, tanto no Governo FHC, quanto no Governo Lula, os jornais buscam fazer uma associação identitária entre Brasil e as nações africanas de língua portuguesa, mas fazendo questão de lembra que somos o "primo rico" e eles, os "primos pobres".

Apesar de geograficamente na Ásia, o Timor Leste também é tratado pelos jornais no mesmo estrato dos africanos, isto é, associado à pobreza e problemas, mas sem relação de parentesco. Nas notícias na *Folha de S. Paulo* e no *O Globo*, o governo brasileiro é chamado a assumir "naturalmente" uma postura de líder, de força, de comando dos destinos desses países pobres, mas com uma conta a ser paga pelos membros da CPLP: o apoio à pretensão do Brasil a um assento no Conselho de Segurança da ONU. Em quase todas as notícias sobre os presidentes e a comunidade portuguesa há essa "cobrança" brasileira.

Em 16 de julho de 1996, um dia antes de ser criada a CPLP, *O Globo* (O País, p. 3) repercute entrevista do presidente ao jornal português *Diário de Notícias*, onde FHC diz que o "brasileiro pensa como caipira" (Figura 2). Para ele, a "mentalidade caipira e provinciana" dos brasileiros "rejeita a globalização da economia". FHC tem uma explicação histórica para isso: "sem dúvida nenhuma, é uma variante da *mentalidade criolla*", numa nítida referência aos negros na nossa formação nacional. Essa mesma entrevista também foi publicada em 16 de julho na *Folha de S. Paulo* (Brasil, p. 5). Na *Folha*, o presidente FHC afirma que "essa posição isolacionista seria uma variante da *mentalidade crioula*" (Grifos nossos).

O PAÍS

FH: brasileiro pensa como caipira

Presidente diz a jornal de Lisboa que país é provinciano ao explicar resistência a globalização

Hugo Marques
Enviado especial • LISBOA

A rejeição que os brasileiros têm à globalização da economia é resultado da falta de informação e também da mentalidade caipira e provinciana. Pelo menos na visão do presidente Fernando Henrique Cardoso, que expôs suas dificuldades para inserir o país na era da globalização em entrevista ao jornal português "Diário de Notícias".

— O Brasil é um país continental e, como tal, é provinciano — disse Fernando Henrique.

O presidente comparou a resistência dos brasileiros à globalização à resistência que os EUA tinham antigamente ao contato com o exterior. Segundo ele, até hoje uma corrente da política interna americana tem uma atitude isolacionista. E são essas correntes isolacionistas que transformam o Brasil, segundo ele, num país provinciano.

— O Brasil não tem muito a noção do resto do mundo. O resto do mundo pensa que isso é desdém, e não é.

Fernando Henrique disse acreditar que a resistência à globalização, no entanto, ocorre por simples falta de informação. Superadas as dúvidas, afirmou,

Fotos Alan Marques/Folha Imagem

Sete países unidos pelo mesmo idioma

• Depois de sete anos de preparação, Brasil, Portugal e os cinco países africanos de língua portuguesa criam amanhã em Lisboa a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Com exceção de Miguel Trovoada, de São Tomé e Príncipe, que está em campanha para reeleição, todos os presidentes dos países lusófonos estarão em Lisboa para assinar o estatuto da entidade: Fernando Henrique Cardoso, Jorge Sampaio (Portugal), Antônio Mascarenhas Monteiro (Cabo Verde), João Bernardo Vieira (Guiné-Bissau), José Eduardo dos Santos (Angola) e Joaquim Chissano (Moçambique). No Brasil estão 150 milhões dos 190 milhões de lusófonos, dando ao país posição de destaque, capaz de produzir benefícios econômicos.

Figura 2 *– Recorte de parte da notícia em O Globo (O País, 16/07/1996, p. 3)*

Desde as primeiras notícias sobre a CPLP, os jornais já indicavam que papel o Brasil deveria ter na comunidade. Na *Folha de S. Paulo*, em 14 de julho de 1996, a manchete revela quem é o ator: "*FHC formaliza* em Lisboa um novo bloco". Na verdade, o Brasil é apenas um membro. Na notícia do jornal, surgem as marcas das diferenças identitárias e dos interesses em jogo: "Não chega a ser um bloco potente nem tem as ambições comerciais do Mercosul"; "...fica implícita nessa configuração a idéia de *buscar apoios* para a candidatura do Brasil a uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas; "Contar com o voto de *cinco países africanos de língua portuguesa* é sempre um ativo importante para a diplomacia brasileira, por *pobres e fracos que sejam*" (Grifos nossos).

Tanto FHC (em *O Globo* é FH) quanto Lula são tratados pelos jornais como "líderes" que doam e perdoam dívidas dos países africanos. Em 18 de julho de 2000, por exemplo, na *Folha de S. Paulo* (Brasil, p.7) a manchete é: "Presidente perdoa dívida de Moçambique". E segue o relato: "Ao discursar ontem na abertura da 3ª reunião de cúpula dos países de língua portuguesa, em Maputo, *FHC incorporou o papel de líder* do bloco formado por sete países". Segue o jornal: "De uma só vez, *FHC mandou recados* para dissidentes políticos de Angola, *cobrou união* do grupo para enfrentar os efeitos da globalização, *estabeleceu prioridades* para o desenvolvimento comum, *distribuiu verbas* para treinamento de pessoal e *disponibilizou tecnologia*". E para finalizar: "o discurso do presidente foi voltado principalmente para *os 'primos pobres' africanos"*. O jornal chama atenção para "*rombo* nos cofres do Brasil" que as medidas anunciadas por FHC iriam produzir no Brasil. (Todos os grifos nossos) (Figura 3).

FOLHA DE S.PAULO — BRASIL — terça-feira, 18 de julho de 2000 — A 7

GOVERNO *Decisão resultará no impacto de US$ 450 milhões na dívida interna brasileira; perdão equivale a 95% do valor devido*

Presidente perdoa dívida de Moçambique

WILLIAM FRANÇA
ENVIADO ESPECIAL A MAPUTO

O presidente Fernando Henrique Cardoso perdoou 95% da dívida externa de Moçambique durante visita ao país. A ação de FHC resultará no impacto de US$ 450 milhões na dívida interna brasileira.

"No uso de minhas prerrogativas, tomei a decisão de autorizar a redução em 95% da dívida moçambicana com o Brasil", disse FHC. O perdão integral dependeria de autorização do Congresso.

O anúncio do perdão da dívida externa moçambicana foi a maior surpresa do dia. Ao discursar ontem na abertura da 3ª reunião de cúpula dos países de língua portuguesa, em Maputo, FHC incorporou o papel de líder do bloco formado por sete países e anunciou o repasse de US$ 1,5 bilhão para várias ações no continente africano.

De uma só vez, FHC mandou recados para dissidentes políticos de Angola, cobrou união do grupo para enfrentar os efeitos da

dente afirmou que o Brasil "não aceita receituário algum de modernidade que alije de seus benefícios o continente africano".

A comitiva brasileira é a maior na reunião. Se desloca em 15 carros, sendo algumas vans, enquanto as demais usam no máximo seis veículos. Os seguranças brasileiros são os mais ostensivos, mantendo FHC isolado todo o tempo dos jornalistas.

Repasse de recursos

FHC anunciou ainda a liberação de US$ 300 mil para o fundo especial que a Comissão de Países de Língua Portuguesa criou há dois anos para financiar projetos comuns. Foi a primeira doação brasileira. Portugal havia doado R$ 500 mil há dois anos e ontem anunciou outros US$ 300 mil.

Além desse dinheiro, o país está investindo outros US$ 750 mil nos projetos de criação de dois centros de treinamento de pessoal — um em Angola (na área técnica e empresarial) e em Moçambique (em administração pública).

Fotos Alan Marques/Folha Imagem

O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, recebe manto de Xanana Gusmão...

Metalúrgicos do RS preparam protesto na 5ª

CARLOS ALBERTO DE SOUZA
DA AGÊNCIA FOLHA, EM PORTO ALEGRE

O Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre espera reunir 1.500 pessoas, incluindo trabalhadores do interior gaúcho, em uma manifestação de protesto contra o presidente Fernando Henrique Cardoso na próxima quinta-feira.

A manifestação está marcada para a frente da fábrica da General Motors que será inaugurada em Gravataí (região metropolitana) com a presença de FHC e de outras autoridades.

O presidente mundial da GM, Jack Smith, participará

Figura 3 *– Recorte de parte da notícia na Folha de S. Paulo (Brasil, 18/07/2000, p. 7)*

Mesmo quando lembram que o Brasil é membro da comunidade dos países de língua portuguesa, esses jornais buscam deslocar os sentidos de pertencimento, de modo a afastar, silenciar, não lembrar a relação colonial no Brasil. Na notícia em 13 de abril de 1999, na *Folha de S. Paulo* (Brasil, p. 6), o jornal diz que o presidente FHC viaja à Europa e Portugal será um dos países visitados. Na verdade, lá seria realizada uma reunião da CPLP. Relata a *Folha*: "A visita a Portugal seria mais de compadrio, dado o relacionamento histórico entre os dois países, não fosse o Timor Leste". O Timor estava em luta pela libertação da Indonésia e o Brasil foi o último país de língua portuguesa a manifestar apoio a Timor. Nessa notícia da "visita de compadrio" há lances com a África: "A CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), que reúne, além de Brasil e Portugal, as antigas colônias africanas de Portugal". Ou seja, os países africanos são as "antigas colônias", o Brasil não, aliás, o Brasil tem "um relacionamento histórico" com Portugal e a visita é ação de "compadrio". O jornal revela que ida de FHC só não foi festiva por conta dos problemas dos países africanos e do Timor Leste, mas ele assegura que festivo será "o encontro com o empresariado português, que investiu pesadamente no Brasil nos últimos anos".

No Governo Lula (os três primeiros anos), algumas de suas falas reproduzidas pelos dois jornais trazem marcas de identidades por pertencimento com os países africanos, apesar de pontuais, esparsas e sempre reafirmando o Brasil como "primo rico", que está no mesmo patamar de Portugal e que tão somente deseja o apoio da CPLP para uma vaga no Conselho da ONU. O desprestígio da comunidade dos países de expressão portuguesa é tanto que a própria *Folha* desconhece que a CPLP já existia e anuncia em 12 de julho de 2003 que "Lula propõe bloco da língua portuguesa". Nessa notícia, o jornal publica falas do presidente que são reveladoras: "A CPLP, talvez mais que nenhuma outra instância, *mostra o quanto Portugal e Brasil podem realizar juntos*. Afinal, não nos faltam o que poderiam chamar de vantagens comparativas – a língua, a cultura, a afinidade natural" (Grifos nossos). Em duas notícias na *Folha* (03/11/2003 e 27/07/2004) há uma rápida indicação de uma memória entre Brasil e África. O jornal traz: "Lula falou o tempo todo em tom emocional, lembrando 'os escravos e a dívida histórica do Brasil com a África'"; e "Temos especial urgência em ajudar a África na luta contra o dramático ciclo de pobreza, violência e fatalismo, disse Lula". Em *O Globo*, a situação é semelhante à *Folha*. Os relatos são os mesmos, a exemplo da edição do dia 26/07/2004 (Figura 4).

Lula chega à África no papel de primo rico

Brasil patrocina encontro dos chefes de Estado e de governo da comunidade de países de língua portuguesa

Luiza Damé

Enviado especial

• SÃO TOMÉ. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chega hoje a São Tomé e Príncipe, país da África Central, para participar da 5ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), organizada com dinheiro doado pelo governo brasileiro. O Brasil repassou US$ 500 mil para a organização da conferência, mas interrompeu por seis meses a liberação de recursos de convênios assinados por Lula em novembro do ano passado com o governo de São Tomé e Príncipe. O dinheiro só voltou a ser liberado na semana passada, atrasando projetos nas áreas de educação, saúde e agricultura.

Música brasileira e novelas fazem sucesso

É forte a influência brasileira em São Tomé e Príncipe, um arquipélago com 180 mil habitantes. A música brasileira é bastante ouvida, as novelas

Roberto Stuckert Filho/16-7-2004

O PRESIDENTE LULA: ampliação da ajuda a São Tomé e Príncipe

mento, a febre em São Tomé, capital do país, é Jade, personagem da atriz Giovana Antonelli, da novela "O clone", produzida pela TV Globo.

Os projetos desenvolvidos

vênio com programas das Nações Unidas, geram 150 postos de trabalho. Os bolsistas dos programas ganham em média US$ 40. No país, o salário-mínimo é de US$ 27,

importantes, como o Bolsa-Escola, que atende a cem famílias, com bolsa de US$ 20. As famílias ficaram sem receber a bolsa por seis meses.

Segundo o embaixador Pe-

rupção do repasse de dinheiro coincidiu com a reestruturação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que teve que se ajustar a exigências do Tribunal de Contas da União.

sa-Escola, que passará a atender 400 famílias em 2005, e da doação de 60 a 70 quilos de medicamentos para o tratamento da Aids e de um telecentro, composto de dez terminais de computador e um servidor.

Roteiro na África inclui Gabão e Cabo Verde

Na reunião da CPLP, que discutirá os efeitos das tecnologias e da informação na boa gestão pública e a inclusão digital, o governo brasileiro insistirá na aprovação de uma declaração para que o acordo ortográfico da língua portuguesa, já referendado pelo Brasil, por Portugal e por Cabo Verde, entre em vigor. A CPLP foi criada em 17 de julho de 1996 e é integrada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Lula fica até amanhã em São Tomé e Príncipe, seguindo depois para Gabão e Cabo Verde. Hoje, Lula terá encontros com os presidentes de São Tomé e Príncipe, Fradique de Menezes,

A agenda presidencial

QUARTA E QUINTA (28 e 29)

Na quarta-feira Lula embarca para Praia, capital do Cabo Verde, onde fica até quinta-feira, quando retorna ao Brasil. Será basicamente uma visita para encaminhamento de acordos comerciais.

AMANHÃ E QUARTA (27 e 28)

Lula embarca às 13 horas de terça-feira para Libreville, capital do Gabão, onde fica até o dia seguinte. No Gabão Lula comandará uma missão empresarial do setor de alimentação e construção civil. Assinará convênios nas áreas de saúde e deverá medicamentos de combate à AIDS.

Cabo Verde

Oceano Atlântico

São Tomé e Príncipe

Gabão

BRASIL

HOJE E AMANHÃ (dias 26 e 27)

Lula participa, em em São Tomé, capital de São Tomé e Príncipe, do encontro da CPLP.

Figura 4 *– Recorte de parte da notícia em O Globo (O País, 26/07/2004, p. 8)*

Na visita de Lula a alguns países africanos em julho de 2004, tanto a *Folha* quanto *O Globo* registram em suas edições do dia 27 que a comitiva presidencial seguiu todas as orientações do Itamaraty e, durante o voo até São Tomé e Príncipe, todos passaram repelentes para se proteger da picada do mosquito transmissor da malária. Também parece significativo que a *única* foto utilizada pelo *O Globo* para ilustrar a chegada de Lula em São Tomé foi a de um beijo do presidente em uma criança, uma menina de colo, *branca*, e que estava com sua mãe, uma missionária (Figura 5), apesar de o jornal informar que Lula tinha sido recebido no país por uma pequena multidão de jovens, crianças, grupos folclóricos.

3 - LULA - CPLP - 27-7-04 p4 O Pais.pdf - Adobe Reader

Lula: democracia política é frágil se não houver progresso econômico

Em São Tomé, presidente defende solidariedade entre os países pobres

O GLOBO
27/07/2004
P.4 - O PAÍS
LULA

Presidente é recebido com festa

Casal de missionários fura cerco da segurança

Figura 5 *– Recorte de parte da notícia em O Globo (O País, 27/07/ 2004, p. 8)*

Acordos, conflitos e lapsos

Aproximamos assim a invisibilização por ausência e de uma invisibilização identitária impressa nessa relação entre o Brasil e os países de expressão portuguesa, especialmente os africanos. Mesmo diante de poucas notícias, podemos perceber que o que está dito ali é da ordem de um dispositivo identitário que aciona esquecimentos de pertença constitutiva no processo de formação do povo brasileiro, ou seja, parece convocar um não reconhecimento do *outro* que nos constitui, assim como ocorre desde o final do século XIX. A desinformação parece ser uma estratégia para modos de invisibilização diante do dito.

Nas notícias sobre os acordos entre o Brasil e a comunidade de países de expressão portuguesa, os africanos são alvo do afastamento identitário, de um não contato próximo, de uma não contaminação. Pode-se ter até alguma relação com os portugueses, mas com os africanos, não. A *Folha de S. Paulo*, em 15/07/1997 (Figura 6) traz uma notícia sintomática desse quadro: "Africanos querem ter direitos iguais a portugueses no Brasil". O texto informa que: "Os países africanos de língua portuguesa querem que o Brasil estenda a eles o mesmo *direito de livre circulação concedido aos portugueses*, que podem visitar o país sem a necessidade de obter visto nos consulados" (Grifos nossos). Na mesma notícia, informa-se: "Governo brasileiro recebeu o pedido com reservas". E nela mesmo a justificativa: "porque há casos de pessoas desses países presas no Brasil por tráfico de drogas". O perigo, o medo do *outro* africano também aparece em outras edições e em *O Globo*. Na notícia que lembrava o primeiro ano da CPLP (17/07/1997), o título tratava do combate às drogas e todas as atenções estavam voltadas para Brasil e África porque, segundo a notícia, a droga que chegaria na Europa passa pela rota africana. (Figura 7)

Figura 6 – *Folha (Cotidiano, 15/07/1997, p. 4)*

Figura 7 – *O Globo (O País, 17/07/1997, p. 11)*

Em entrevista ao *O Globo*, em 14/04/1996, o então primeiro-ministro português Antônio Guterres, responde a perguntas sobre a CPLP, que ainda seria criada, mas nenhuma das perguntas do jornal se refere aos países africanos. *O Globo* quer saber: "A CPLP vai abrir as portas da Europa para o Brasil e as do Mercosul para Portugal?". Essa concepção de distância e medo ultrapassa os anos 90. Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, em 30/07/2002, a então secretária-executiva da CPLP, a brasileira Dulce Maria, afirma que "A CPLP tem cinco *países africanos*, que estão entre *os mais pobres do planeta*. Mas, ao mesmo tempo, buscam parcerias e investem na consolidação da democracia. A União Africana é uma iniciativa africana que trata de frente dos *problemas de corrupção, de fragilidade das instituições democráticas, do desgoverno e da má utilização dos recursos naturais*" (Grifos nossos).

Acreditamos que as ações de forças no dispositivo identitário, que estão articuladas ao jornalístico, resultam de significações de distâncias interessadas, dos silêncios insistentes e programados, mas também de criminalizações nítidas. Quando se fala, diz-se de um processo identitário por profundas e inalcançáveis diferenças; diz-se da não possibilidade de pontes e muito menos da ideia de uma comunidade de semelhantes. Muitas das opções externas do Brasil sempre privilegiaram "as grandes nações industrializadas, mormente no que tange ao governo da Casa Branca" (Miyamoto, 2009: 37). Nosso trânsito identitário nacional busca se aliar ao mundo econômico e político dito como desenvolvido, moderno e, ao mesmo tempo, rejeita o reconhecimento identitário constitutivo de uma África portuguesa.

Quanto às notícias de conflitos, nos dez primeiros anos da CPLP os jornais registraram alguns na África e em Timor Leste. A atenção maior ficou por conta de Timor, que então lutava pela independência da Indonésia. Boa parte da projeção internacional de Timor Leste se deu pela atuação do bispo Carlos Belo e do líder José Ramos Horta, que dividiram um prêmio Nobel da Paz em 1996, além da também liderança timorense Xanana Gusmão. Fora disso, ocorreram golpes e tentativas, com raros registros nesses jornais, em Angola, 1997; Guiné Bissau, em 1998; São Tomé e Príncipe, em 2003. Nas poucas notícias, há uma sutil crítica feita ao governo brasileiro pelas personagens envolvidas nos conflitos em razão da completa indiferença do Brasil. "Para o premiê português, seria desejável que o Brasil se envolvesse mais" (*O Globo*, 29/06/1999, p. 28); "Aparecido acusa o chanceler Luiz Felipe Lampreia de desenvolver uma política externa sem ritmo e vacilante em relação não só ao Timor, mas também aos países portugueses da África" (*O Globo*, 30/01/1999. p. 32).

Nas 19 pequenas notícias sobre conflitos em dez anos da CPLP nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* há apenas uma, na *Folha* (19/06/1998), onde um entrevistado, um professor de Economia, Ladislau Dowbor, fala das relações históricas entre Guiné Bissau e o Brasil, não apenas por conta do período colonial: "Houve uma época em que a Guiné-Bissau recebeu os refugiados da ditadura militar. Eu mesmo era refugiado. Há uma quantidade de refugiados brasileiros que trabalhou lá, assim como em Angola"; e "Boa parte da população brasileira vem da África" (Figura 8).

Folha de S.Paulo

FOLHA DE S.PAULO sexta-feira, 19 de junho de 1998 mundo 1 ■ 15

CONFLITO NA ÁFRICA *Brasileiro poderá coordenar comitê de negociações; munição dos rebeldes pode estar acabando*

Combates se intensificam na Guiné-Bissau

Entenda o conflito no país

Figura 8 – Recorte de parte da notícia na Folha de S. Paulo (Mundo, 19/06/1998, p. 15)

Apesar de uma cobertura noticiosa que acentua as diferenças, podemos identificar no exemplo anterior e em outras raras notícias uma espécie de lapso, onde escapam pequenas informações que denunciam, de alguma forma, a opção pelo não reconhecimento identitário. A falta de atenção do Brasil e de Portugal para com países africanos fez o ex-embaixador brasileiro, José Aparecido, um dos responsáveis pela criação da CPLP, mas preterido na coordenação (talvez isso explique sua fala), em denunciar no *O Globo* (30/11/1997) que a demissão de José Lamego, secretário de Estado de Negócios de Portugal, ocorreu a pedido dos chanceleres de Portugal e do Brasil. O motivo da demissão foi porque ele "dava muita atenção a CPLP e aos países africanos de língua portuguesa". Outra notícia como lapso é a entrevista com o presidente de Moçambique, Joaquim Chissano. Publicada nos dois jornais, ele diz (*O Globo,* 28/01/2001) que os países ricos nunca enxergaram os países africanos como nações (Figura 9).

'Na verdade, sempre estivemos abandonados'

Presidente de Moçambique, que participará do Fórum de Davos, diz que não vai à conferência para protestar

17
O GLOBO
28/01/2001
P. 41 - O
MUNDO
ACORDO

Figura 9 – Recorte de parte da notícia em O Globo (O Mundo, 28/01/ 2001, p. 41)

Nessa mesma linha, na *Folha de S. Paulo*, os escritores Mia Couto (moçambicano) e Pepetela (angolano) concedem entrevista (Ilustrada, 06/11/99, p. 10 - Figura 10) e denunciam as invisibilizações da África no Brasil e em Portugal: "Nós pertencemos a espaços do ponto de vista econômico, geográfico e político muito diferenciados. O Brasil não está preocupado com o sul da África. Isso nem tem de ser visto como uma coisa dramática"; "Embora goste muito de chegar aqui (ao Brasil) e estar a falar a mesma língua, eu vejo que isto é o lado romântico da coisa, o lado prático é o resto"; "Que comunidade é essa em que o angolano não pode entrar em Portugal sem visto? As comunidades criam-se para se comunicar e uma parte da comunicação é permitir que eu conheça o outro na sua casa. A porta está fechada".

acervo FOLHA

ESCRITORES *Os autores Pepetela e Mia Couto discutem as dificuldades da produção literária em seus países*

Cultura na África é garrafa do náufrago

Autores dão sua definição para termos

de Sucursal de Brasília

Mia Couto e Pepetela deram as seguintes definições para estas palavras:

Diversidade: Mia Couto - Há diversidade, no sentido plural. Há certos princípios que são universais, mas a verdadeira democracia é a liberdade de aplicá-los.

Direitos humanos: Pepetela - Ainda temos o direito de respirar.

Mia Couto - Uma moda, um assunto de ocasião, um pretexto para intervir em processos eleitos.

Crença: Mia Couto - Nas pessoas, ainda.

Pepetela - Na vida.

Guerra: Pepetela - É preciso [illegible]

de Sucursal de Brasília

Leia abaixo trechos da entrevista concedida à Folha pelos escritores Pepetela e Mia Couto.

*

Folha - Que sentido faz, em países com prerrogativas tão agudas, a criação literária? Para que serve a literatura em Angola e Moçambique?

Mia Couto - É uma dúvida que me assalta e, às vezes, eu respondo para mim mesmo que a literatura não presta serviço, no sentido pleno. Ela é um pouco como o amor, não serve para nada. O mesmo serve. São respostas que não me satisfazem.

Em Moçambique vivemos uma situação contraditória. A figura do escritor tem um prestígio social muito grande, tem mais importância do que a literatura. Por causa de uma certa dura que escritores e poetas tiveram durante a revolução. Um verdadeiro revolucionário, alguém que quisesse se apresentar como candidato a dirigente, tinha de apresentar credenciais literárias.

Os escritores Pepetela (à esq.) e Mia Couto, que estão no país a convite da Embaixada de Portugal

na questão da oralidade. Não apenas naquilo que ela vem é apenas visto como um armazém de histórias, mas um outro sistema de pensamento que ainda é dominante nos nossos países e que nos contamina profundamente.

Folha - A inclusão de Moçambique na Commonwealth (comunidade de países de língua inglesa) ameaça, de alguma forma, a hegemonia cultural portuguesa?

Mia Couto - O que se passa em Moçambique não pode ser olhado pelo ponto de vista da angolanidade versus a lusofonia. Moçambique é um país que, [illegible] sofre com a falta de fluxos econômicos e culturais. As pessoas trabalham nas minas e nas plantações da África do Sul, mas não aprendem o inglês. Voltam a Moçambique falando uma espécie de língua franca, o fanacalô. Portanto, essa visão contida na pergunta foi o objeto de um certo fantasma em Portugal, uma reação quase histérica no sentido de que Moçambique estaria traindo essa ligação com a língua portuguesa.

© Folha.com. Direitos reservados. Proibida a reprodução do conteúdo em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso sem autorização da Folhapress

Figura 10 *– Recorte de parte da notícia em Folha S. Paulo (Ilustrada, 06/11/1999, p. 10)*

(Em) Conclusão

Diante dos dados e análises apresentadas, propomos algumas perspectivas que, em certa medida, ajudam a pensar nos complexos processos de visibilização/invisibilização, que são mobilizados pelo jornalismo e que podem atravessar as construções identitárias, no caso específico, das relações entre Brasil e países africanos de expressão portuguesa.

a) Que as identidades guardam uma condição de fluxo permanente, de mobilidade, de instabilidade, de trânsito. Elas são um processo de construção social e que vão se constituir fundamentalmente como uma imaginação;
b) As formulações sobre as identidades como dispositivo, isto é, como um conjunto heterogêneo de elementos que engloba discursos, instituições materiais e imateriais e que são profundamente entrecortadas por linhas de força, jogos de poder. Assim, atua nos processos identitários uma tensão que vai buscar dar fixação, estabilidade, ou seja, sensações de segurança e estabelecendo uma espécie de síntese identitária nacional, mesmo em processos móveis e instáveis;
c) O jornalismo participa no processo de tensão identitária muitas vezes propondo a conformação de naturalidade. Para isso, sendo uma instituição social reconhecida como lugar de fazer ver e de fazer falar, o jornalismo seleciona, inclui e exclui, o que pode produzir processos de visibilizações e de invisibilizações. Como muitos leitores desconhecem condições econômicas, geopolíticas, sociais, antecedentes históricos dos meios e de suas relações de poder, a proposta identitária tem força organizativa e explicativa do mundo, atravessando as identidades, acentuando e potencializando sensações de identitárias, principalmente de diferenças.

A análise histórica crítica é uma ação fundamental para compreender os processos de formação das nações. Ela auxilia nas leituras contemporâneas e na identificação de marcas e das opções identitárias. No caso da pesquisa sobre as relações identitárias entre o Brasil e países africanos de língua portuguesa, articulados pela CPLP, e observadas nos primeiros dez anos dessa comunidade (1996 a 2006) na *Folha de S. Paulo* e em *O Globo*, observamos dois movimentos: no primeiro, chamamos de uma invisibilização por ausência, ou seja, os registros que consideramos foram 86 pequenas notícias em dez anos nos dois jornais juntos. Essa insignificante cobertura não é obra do acaso, uma falha, um defeito, mas consideramos como uma ação identitárias deliberada, interessada e que revela os efeitos do poder.

Ao analisar as poucas notícias do período, de uma forma geral e em seu conjunto, elas reafirmam processos identitários no Brasil, marcados na história e na cultura, fixando pontes que parecem intransponíveis entre *nós*, uma nação que busca o moderno apagando todo um passado, e os *outros*, as "ex-colônias portuguesas na África", fixando-as longe, por racismo, medo e pobreza. Apesar dos inúmeros traços constitutivos entre todos nós, ex-colônias portuguesas, as notícias silenciam esse aspecto e apenas revelam um Brasil em "relação de compadrio" com Portugal e que, no máximo, é um "primo rico" das ex-colônias africanas, com as quais, por

sua vez, troca o apoio para uma vaga no Conselho de Segurança da ONU pelo perdão de dívidas e concessão de benefícios. Apesar de pequenos lapsos, onde filigranas identitárias surgem, verificarmos que nos dez primeiros anos da CPLP nesses dois jornais um modo de invisibilização identitária se constituiu e que sugere um tipo de não reconhecimento e até um apagamento do *nós*, como uma comunidade possível.

Referências

ANDERSON, B. (1993), *Comunidades imaginadas*. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México, FCE.

ANTUNES, E. & VAZ, P. B (2006), Mídia: um aro, um halo e um elo. In: GUIMARÃES, C. & FRANÇA, V. (Orgs). *Na mídia, na rua - narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica.

BRAGA, J. L. (2010), Nem rara, nem ausente – tentativa. *Matrizes*, São Paulo: ECA-USP, p 65-81. Disponível em http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/179 Acesso em 16/8/2014.

CANCLINI, N. (1997), *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp.

CERTEAU, M. (1994), *A invenção do cotidiano*: artes de fazer. Petrópolis/RJ: Vozes.

CUNHA**,** E. L. (2006), *Estampas do imaginário*: literatura, história e identidade cultural. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

DELEUZE, G. (1990), ¿Que és un dispositivo? In: BALBIER, E. et al. *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, pp. 155-161.

FOUCAULT, M. (1988), *História da Sexualidade*. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Graal.

_____ (1979), *Microfísica do poder*. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Graal.

FURTADO, C. (2005), *Formação Econômica do Brasil*. 32ª Ed. São Paulo: Cia Editora Nacional.

HALL, S. (2013), *Da diáspora:* identidades e mediações culturais. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

_____. (2006), *A identidade cultural na pós-modernidade.* 11ª ed. RJ: DP&A.

MERLEAU-PONTY, M. (2012), *O visível e o invisível*. São Paulo: Perspectiva.

MIYAMOTO, S. (2009), O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP). *Revista Brasileira de Política Internacional*, pp. 22-42. Disponível http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35814269002 Acesso 11/8/2013.

MOUILLAUD, M. (1997), Da forma ao sentido. In: MOUILLAUD, M. & PORTO, S. D. (orgs). *O jornal:* da forma ao sentido. Brasília: Paralelo 15.

ORTIZ, R. (2003), *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense.

QUÉRÉ, L. (1991) *De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico.* Trad. por Lúcia Lamounier Sena e Vera Lígia Westin. Do original: "D'un modèle épistemologique de la communication à un modèle praxéologique". In: Réseaux, Paris: Tekhné, 1991.

RICOEUR, P. (2010), *Tempo e narrativa*. Tomos I, II e III. SP: Martins Fontes.

SANTOS, B. S. (1993), Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Tempo Social - Revista de Sociologia*. USP, SP, pp.31-52. Disponível em https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/11597 Acesso em 02/06/2014.

SHOHAT, E, & STAM, R. (2006), *Crítica da imagem eurocêntrica*. São Paulo: Cosac Naify.

SODRÉ, M. (1999), *Claros e escuros:* identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis/RJ: Vozes.

XAVIER, I. (2006) Prefácio. In: STAM, R & SHOHAT, E. *Crítica da imagem eurocêntrica*. São Paulo: Cosac Naify.

A produção de imagens-clichês nas mídias

Cristina Maranhão[1]
crismaranhao1980@yahoo.com.br

Vivemos na era da imagem. Ou melhor, vivenciamos na atualidade a era da imagem-clichê. Esta afirmação não é novidade na medida em que extrapolamos as relações nas redes sociais que se utilizam de fotografias para trocar experiências. A consolidação da imagem-clichê na nossa sociedade tem como cenário as questões abordadas pela discussão propostas por filósofos da década de 60 do século XX, mais precisamente Guy Debord em A Sociedade do Espetáculo (1997) e Jean Baudrillard em Simulacros e Simulações (1991). Ambos discutem a existência de uma sociedade fundada nas relações espetaculares que permeiam as relações a partir de imagens, sendo estas simulacros do real. Ou seja, as relações da sociedade passam por imagens simulando ou dissimulando o que se poderia considerar um real. É importante atentarmos ao artigo *um*, pois numa sociedade espetacular existem várias possibilidades do real se manifestar.

Assim, partindo desta premissa de vivermos numa sociedade espetacular e de nós nos relacionarmos com o simulacro imagético para discutir a constituição da imagem-clichê a partir dos resultados da tese de doutorado defendida em 2013, no Brasil pela PUC São Paulo. Este trabalho intitulado *Imagens de Guerra: Brasil, Palestina Portugal*, investigou a transformação da produção imagética publicada nos meios impressos de Brasil e Portugal durante o ano de 2007, dos conflitos armados da luta contra o narcotráfico e da questão palestina. E como as mudanças ocorridas na guerra e na própria sociedade produziram a consolidação da imagem-clichê.

Para iniciarmos à nossa investigação é preciso configurar uma conceituação da imagem fotográfica, que está de certa forma presente em Flusser (2002), Maranhão (2013) e Manguel (2001), entre outros. Ou seja, nossa premissa é que a fotografia se insere dentro de uma relação própria do universo das imagens do mundo, de ser uma *imagem-ação* ou *imaginação,* isto é, a imagem é uma ação do **ato** de imaginar presente no ser humano, sendo esta a forma que o mesmo reconhece o mundo que o cerca. Ao olharmos uma imagem construímos uma teia de relações possíveis internas e externas que permite que o sujeito se relacione com a imagem tornando esta parte do mesmo.

> (...) uma espécie de ligação umbilical liga o corpo da coisa fotografada ao meu olhar: a luz, embora impalpável seja aqui um meio carnal: uma pele que eu partilho com aquele ou aquela que foi fotografado (...) (BARTHES, 2010: 91)

As imagens tornam-se necessárias para a formulação de valores, crenças e moral de cada sociedade, o imaginário de cada grupo ou indivíduo e permitiriam a estes a imaginação. "(...) A imaginação é um dos modos pelos quais a consciência apreende o mundo e o elabora (...)" (COELHO, 2001).

Já na Sociedade do Espetáculo as imagens produzidas e veiculadas fazem parte da construção do imaginário social, ou melhor, do reconhecimento social. A partir dos signos e símbolos presentes nas imagens que cada indivíduo, ou mesmo, grupo de indivíduos, forma do seu imaginário. Porém as imagens neste modelo de sociedade se reproduzem, transformam-se e se interpõem gerando acúmulo. Isto só ocorre a partir de uma

---

1A autora formou-se em fotografia nas Universidades Senac em 2002, buscando novas ferramentas para construir uma crítica contundente ao universo imagético ingressou nas Ciências Sociais (concentração em Política) da PUC/SP. Nesta instituição produziu sua dissertação de Mestrado (2007) e é convidada a participar do Núcleo de Arte Mídia e Política, onde investigar a relação da imagem na sociedade atual tendo como pano de fundo as relações políticas e econômicas que se atrelam aos discursos imagéticos numa crítica interdisciplinar. No ano de 2013 defendeu seu doutorado na mesma instituição. Atualmente ministra aulas de fotografia com enfoque nas relações interdisciplinar nas Universidades Senac curso de Bacharel em Fotografia e Unifieo curso de Design Digital.

Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP, Bacharel em Fotografia pela Universidade Senac SP, pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Arte Mídia e Política Neamp- PUC/SP e professora das Universidades Senac São Paulo e Unifieo Osasco.

produção constante e excessiva e esta produção se interpõe uma imagem à outra acarretando na eliminação da própria imagem, ou melhor, do sentido, do universo de cada uma delas. Cada imagem passa a ser o que a anterior era, a construção do imaginário torna-se refém dos símbolos e signos cristalizados desta reprodução/produção constante e o pensamento a partir das imagens e a construção da *imaginação* se diluem neste acúmulo imagético, reproduzindo meramente clichês.

Este fenômeno da produção excessiva das imagens culminando na desconstrução da faceta da relação de *imaginação* contribui para a perda da construção do pensamento crítico na sociedade, isso ocorre devido à sociedade fundamentar suas relações nas próprias imagens.

Nossa investigação da Sociedade Espetacular e da imagem-clichê teve como estudo de caso as imagens de guerra e as alterações ocorridas neste universo, para que a própria representação se alterasse. Assim, nossos pontos de partida para a compreensão das imagens de conflitos foi à compreensão da guerra, ou seja, foi necessário compreender o universo das práticas de guerra e as mudanças ocorridas em séculos de civilização para nortearmo-nos na produção imagética da atualidade. Assim, buscamos autores como Pierre Clastres, John Keegan e Thiago Rodrigues, entre outros, e a partir de seus conceitos e argumentos elucidamos a nossa compreensão das transformações sofridas na prática dos conflitos armados desde as sociedades primitivas ao Estado moderno. Apresentando como ponto de partida a ideia e a imagem do ethos do guerreiro, buscamos na argumentação de Clastres (2004) o fio condutor para a compreensão das razões que levariam aos conflitos armados na sociedade. Logo, as três formas discursivas que são apresentas pelo autor foram fundamentais para o entendimento da deflagração dos conflitos nas sociedades primitivas e, em seguida, para o entendimento da prática da guerra no Estado moderno.

Ao apontar para o *discurso relativo à troca*, Pierre Clastres (2009) indica duas relações importantíssimas para a compreensão da guerra na modernidade. Primeiro, a afirmação de que a guerra faz parte do corpo social, e pode se aplicar à sociedade moderna e à soberania do Estado. A outra afirmação é a relação e a classificação de amigo e/ou inimigo, podendo ser uma comunidade ou, no caso da modernidade, uma Nação ou mesmo a Federação.

Estes dois conceitos foram essenciais para a nossa compreensão da guerra na modernidade. Thiago Rodrigues (2010), um dos principais autores dissecados por nós, a visão presente nas Relações Internacionais de duas correntes de *realista* e *liberal*, e como estas abordam as questões da paz e da guerra na atualidade. Tais colocações nos mostraram que a guerra na atualidade transformou-se em um meio, ou seja, uma forma encontrada de os Estados fazerem valer seus interesses internos ou externos, sendo que esta vontade é imposta através do exercício do poder. As questões referentes ao poder foi trabalhada pelos autores Michael Wieviorka (1997) e pela filósofa Hannah Arendt (2010). A autora mostra que existe uma associação frequente entre poder e violência, e assim, busca desconstruir esta relação ao mostrar a distinção entre cinco aspectos que, num primeiro momento, estão atrelados ao poder/violência, diferenciando; vigor, força, autoridade, violência e poder. Em seguida afirma que as formas de violência são instrumentos para desafiar o poder constituído e apresenta uma ideia que foi base de fundamento não só para a argumentação da tipologia da guerra que criamos, mas para a construção da argumentação da análise das imagens de guerra. Arendt apresenta a violência como uma *ação* que é parte da razão humana e uma das formas encontradas para se alterar as relações existentes. Porém, alerta que nos casos em que as alterações não ocorram num curto espaço de tempo o uso deste artifício, a violência, torna-se num instrumento eficaz para a destruição das instituições.

Antes de continuarmos, faremos uma pausa nesta discussão do uso do poder pelos Estados, para resaltar um fator importante do pensamento de Arendt que pode ser transportado para a discussão imagética. Inicialmente apresentamos que a imagem está inserida no universo da imaginação, ou seja, a imagem como uma ação do imaginar. Esta seria a capacidade que a imagem produz na relação com o homem de fazer o mesmo pensar, produzir relações internas e se reconhecer no mundo.

No trabalho de Arendt, a ação é uma potencia existente no homem para este modificar seu entorno, porem a autora apresenta que se esta potência/ação é demorada esta se perde transformando em mera violência. Assim, gostaríamos de produzir um paralelo entre a perda da potencia/ação de Arendt e a perda da *imaginação* e esta ação do imaginar que na sociedade atual se perdeu e transformou numa forma de violência, de certa forma, intitulada como uma imagem-clichê. Sendo assim, uma forma de violência no corpo do ser.

Retomando a discussão proposta pelos autores Arendt e Wieviorka (1997), buscamos compreender as novas configurações da violência e da guerra. Assim, Wieviorka inicia sua argumentação no mesmo ponto da autora, na mudança da prática da violência na época da guerra fria, porém buscamos no seu trabalho as alterações econômicas baseadas nas práticas neoliberais provenientes da *mundialização*. Segundo Wieviorka esta alteração modificou as relações da guerra entre os Estados, proporcionando o que o mesmo denomina de "espaços vazios", sendo a partir destes que as novas formas de conflitos armados apareceriam.

Para enriquecer nosso argumento desta nova organização mundial como responsável pelas alterações da forma de guerra, e consequentemente alterações na forma de representação imagética, buscamos em Frédéric Gros (2009) novos indícios desta alteração. O autor propõe o fim da guerra como conhecíamos até então, a guerra clássica e afirma que vivenciamos em um "estado de violência" este como consequência da nova ordem mundial, da *globalização* e *mundialização*. Assim, ele propõe que, na contemporaneidade, os conflitos armados entre as nações transformaram-se em intervenções e não possuem mais o caráter ético e moral das guerras clássicas. As potências passaram a intervir onde consideram que exista uma ameaça a seus interesses, assim, decidem por uma política ostensiva de ação em qualquer território e onde bem entenderem que tal ameaça exista. Esta nova prática de violência é possível, segundo o autor, pois a nova formulação mundial criou novos "fluxos" econômicos, populacionais e midiáticos.

Descobrimos que o argumento proposto pelo autor da criação de novos "fluxos" proporcionou alterações significativas na veiculação das imagens de guerras. Antes destes acontecimentos as imagens possuíam suas particularidades, ou seja, as representações das guerras carregavam todas as questões simbólicas dos acontecimentos. Com esta nova configuração as imagens das guerras passam a refletir os novos "fluxos" e não mais as questões simbólicas de cada conflito.

Para a continuação da nossa compreensão desta temática retomamos conceitos de Arendt (2010), Wieviorka (1997) e Gros (2009), porém gostaríamos de destacar o conceito de "violência", pois compreendemos que essa alteração do universo dos conflitos, aqui estudado, tem essa prática como uma ação modificadora que serve inicialmente como força para a transformação. Para nós, a violência é uma ação e assim é uma potencialidade humana que tem em seu cerne uma vertente de transformação, podendo ser positiva ou não dependendo da finalidade com que for aplicada. Denominamos essa força de força política, pois, está no homem a potencialidade e a possibilidade de alteração do estado em que se encontra. Porém, nos conflitos atuais esta ação política se corrompe a todo instante, vivenciamos raros períodos que podemos associar ao conceito arendtidiano de uma violência positiva que traz a alteração das relações. O que de fato vivenciamos e presenciamos é a violência com caráter negativo que desemboca na guerra. Juntando-se a esta alteração do caráter de transformação da violência associam-se os conceitos propostos anteriormente sobre os novos fluxos propostos por Gros (2009) e Wieviorka (1997). A guerra passa a associar-se aos parâmetros neoliberais, respaldar-se nos fenômenos de mundialização e globalização, deixando de possuir fronteiras determinadas e passa a agir num caráter global. E é neste momento que os conflitos armados desta nova ordem mundial, como Frédreic Gros (2009) nos apresenta, os "estados de violência", são assimilados pela *Sociedade do Espetáculo* (conceito trabalhado por Guy Debord) e produz os mais variados clichês e estereótipos incluindo os imagéticos, como mencionado anteriormente.

Podemos acrescentar aqui as colocações de Hardt e Negri (2001 e 2005), que nos sugerem também este caminho de uma nova formulação mundial dos conflitos armados. Os autores denominam esta nova formulação mundial de "estado global de conflito" que também possuem no seu cerne a nova formulação da organização econômica global neoliberal da globalização e mundialização.

Assim, percebemos até este momento que a nova formulação dos conflitos armados na contemporaneidade extrapola as fronteiras físicas estabelecidas e associam-se a clichês que passam a ser difundidos pela mídia mundial. Neste estágio não existe mais uma ética na forma de guerrear passa-se à intervenção legitimada pelos órgãos legais globais tal qual OTAN e ONU que buscam a aniquilação do outro sem chance de trégua ou paz restando somente à guerra constante.

Mas é preciso resaltar que trabalhamos com dois conflitos contemporâneos que estão inseridos nesta nova ordem global dos "estados de violência", porém ainda há espaço para alguma centelha sobre a particularidade de cada conflito.

No estudo de caso aqui apresentado, a guerra do narcotráfico, que ocorre na maioria das cidades brasileiras e, porque não, da América Latina, é chamada de violência social, sendo somente mais uma faceta da complexidade que a nova ordem global de conflitos proporcionou. Este conceito de violência social, buscamos nas considerações Muniz Sodré (2006). Este apresenta uma diferença, ou melhor, uma particularidade existente nesta forma de violência. Apresenta um duplo caráter a prática de violência nos locais em que o Estado está ausente transformou-se numa forma de rito de passagem para os jovens que se encontram nas comunidades e marginalizados. Paradoxalmente, no entanto, este rito também se legitima pela ação do Estado, através da policia ou do exército que agem com brutalidade para coibir as práticas ilegais em tais localidades.

Wieviorka e Gros apresentam que onde a crise do Estado-nação, seja no ambiente internacional ou doméstico (cidade brasileiras), proporciona uma nova formulação econômica e social, se reflete na nova prática da violência. A violência se apoderara da nova formulação do transbordamento de fluxos das fronteiras e encontraram na mídia a reprodução dos fatos/discursos cristalizando opiniões, imagens clichês, de qualquer grandeza.

Após estas reflexões sobre o novo modelo de guerra, ou seja, dos novos espaços em que a violência mundial está enraizada conseguimos compreender a produção contemporânea das imagens de guerra e produzir uma análise e compreensão das imagens dos conflitos armados na atualidade e, mais especificamente, dos conflitos aqui estudados. Para isso foi preciso compreender que o universo da imagem é rodeado por diversas especificidades e que nós nos propusemos a destacar apenas duas. Assim, empreendemos nossa investigação destacando a imagem como imaginação, ou seja, como ação do imaginar e a imagem como portadora de discursos da hiper-realidade, já inseridas numa sociedade baseada nas relações espetaculares.

Para nós é evidente que a produção do fotojornalismo mundial atual está inscrita no universo descrito por Guy Debord (1997) de uma sociedade que tem as relações perpassadas em imagens, onde tudo se torna fluído e de caráter espetacular. A estas considerações incluímos as questões de Jean Baudrillard (1991) de vivência e perpetuação de uma realidade moldada a partir desta sociedade espetacular e sua produção imagética. Portanto, as imagens que deveriam ser parte da construção do imaginário social e, assim, portadoras de valores, crenças, moral e singularidades são corrompidas neste universo espetacular e passam a reproduzir/e construir clichês vazios que enfraquecem a capacidade crítica em cada sociedade.

No estudo de caso aqui apresentado das imagens de guerra tais aspectos da sociedade espetacular e da construção da hiper-realidade e do enfraquecimento da crítica que são reverberados por imagens clichês e pela reprodução de imagens padronizadas pelas agências de notícias e pela produção excessiva e maciça das imagens foram abordados. E este sistema só se alteraria se e quando a imagem retomar sua potência de imaginação, ou seja, quando a imagem conseguir romper e despertar no seu interlocutor uma ação, uma força modificadora. Porém, constatamos que na atualidade está cada vez mais difícil romper essa barreira, mas não é impossível que ocorra.

Antes da mundialização o tempo da guerra e das narrativas épicas era outro, existia um tempo para a construção do imaginário da guerra e do guerreiro, porém os novos fluxos de informação, que têm na mídia sua maior difusora, alteraram esta relação de tempo/espaço, não possibilitando a construção do imaginário da guerra. Assim, percebemos que as imagens de guerra da atualidade são fruto e alimentam esta relação da perda do imaginário da guerra. Construindo, assim, uma produção imagética homogênea dos novos "estados de violência", criando padrões para o sofrimento e associando qualquer imagem a qualquer desgraça natural ou não.

A partir dos trabalhos de Susan Sontag (2001) e Roland Barthes (2010) podemos observar a potencialidade que existe de as imagens de horror produzirem um estranhamento ao olhar, e esvaziar a sociedade espetacular. Mas seria somente a partir do que chamamos de "choque" que a imagem apoderar-se-ia da sua carga de imaginação e propiciaria ao observador a retomada da crítica que lhe foi surrupiada. Encontramos no trabalho de Arendt (2010) sobre a cultura de massa um pequeno indício do papel do artista na contemporaneidade, como agente e responsável por expor à própria sociedade os entremeios que esta formulação espetacular constrói. Assim, a partir desta formulação e da potencialidade de o artista de romper esta teia, as imagens construídas pelos fotógrafos (artistas) que possuem no seu cerne a ação modificadora são uma das formas de escape que nosso olhar encontra para a imagem/imaginação e liberarmo-nos da apatia visual tão confortável e difundida na

atualidade na Sociedade do Espetáculo. E quem sabe retornar a relação da imagem inicial de ação do imaginar e nos livrarmos das imagens-clichês.

***

Propomos agora uma análise destas imagens de violência. Estas foram reproduzidas dos jornais brasileiros e portugueses durante o processo de doutorado. As imagens são dos conflitos armados na cidade do Rio de Janeiro e da cidade de Gaza. Porém poderiam se a representação de qualquer conflito armado na atualidade, pois estão inseridas neste contexto dos novos fluxos e da perpetuação da imagem-clichê.
Mas antes de visualizarmos a imagem-clichê, gostaríamos de apresentar duas imagens. A primeira uma pintura produzida em 1455, esta é uma Pietá, já a segunda uma fotografia produzida já no século XX, e também é uma Pietá. Ou seja, com estas imagens gostaríamos de diferenciar uma relação existente no universo imagético que é a relação de catálogo universal. Ou seja, as imagens que possuem a potência de imaginação constroem no mundo um catálogo, seja interno ou externo ao indivíduo, onde este reconhece o tema, os símbolos e o significado da imagem, sua carga emocional e sua relação com o mundo. São estas imagens que a Sociedade Espetacular e os novos fluxos provenientes da mundialização e do estado de violência estão corrompendo.

Enguerrand

QuartonEugene Smith

Já esta segunda sequencia de imagens é o que denominamos de imagem-clichê, pois representam o acúmulo e excesso imagético, já não produzem reverberação no ser.

Crédito: Mohammed Salem/Reusters

Crédito: Monalisa Lins/AE

Crédito: Antônio Forpxa/AFP

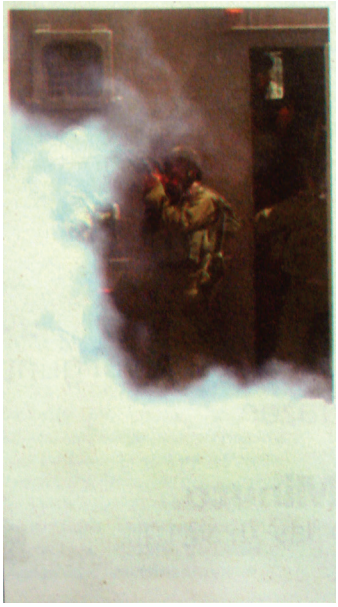

Sem crédito

As armas como símbolo de poder e violência é o mote principal destas imagens, e de certa forma de tantas mais abordam esta temática. Podemos sem sombra de dúvida afirmar que as imagens que selecionamos e apresentamos não transmitem nada e são como sopros surdos numa imensidão de horror que uma situação de guerra de fato apresenta.

Esta afirmação a principio pode parecer excessiva e, talvez, vista com desdém, passível de questionamento e fruto de uma estafa mental, já que estamos envolvidos com esta temática, ano após ano de trabalho, e assim, não conseguiríamos sensibilizar-nos com armas, sangue, bombas, flagelados e a violência que as imagens de guerra podem fazer transparecer. Infelizmente não é este o caminho a ser questionado, mesmo que, após um longo período de pesquisa, o olhar se acostume com certos sofrimentos e desumanidades, porém este conjunto de imagens é uma pequena parcela de algumas questões apresentadas e discutidas no capítulo anterior em que as imagens na atualidade são produzidas e difundidas de forma a não conseguirmos construir um pensamento crítico diante do que vemos. As imagens sejam impressas ou televisionadas fazem parte da construção do imaginário do ser social e na medida em que estas imagens se associam a apenas uma possibilidade discursiva e interpretação perdem a sua capacidade de nos envolver. Ou seja, elas deixam de chocar e de nos sensibilizar, assim, uma arma em punho representa tanto o ladrão quanto o bandido, seja o terrorista ou o exército, o traficante ou a polícia. As armas aqui não se fazem mais ameaçadoras e sim um clichê da violência espalhada por todo o território mundial. É necessário olhar atentamente para as imagens em busca de outra construção imagética, outros símbolos a fim de distinguir a que tipos de violência estas armas pertencem e a quem pretendem ferir. Seja o capuz, a farda do exercito, a escrita oriental e/ou ocidental, a paisagem típica de favela brasileira, a cor da bandeira, as construções etc., só assim, e a partir deste olhar atento conseguiríamos diferenciar os conflitos retratados. Porém para que este olhar atento nos revele tais meandros torna-se necessário um conhecimento prévio, saber que a cor verde representa o grupo Hammas e não o Fatah, ou qual seria o formato das letras utilizado por pichadores cariocas e até a arquitetura das favelas da cidade do Rio de Janeiro. Assim, tais imagens como tantas outras não reverberam nada, torna-se necessária a associação com legendas e texto para que elas passem a representar tal ou qual conflito, fazendo-nos perder a possibilidade de olhar e de vivenciar tais imagens.

Crédito: Ariel Schalit/AP

Crédito: Tsafrir Abayov/AP.

As duas imagens a cima não se diferenciam em nada das colocações e apontamentos propostos para as outras imagens das "armas". Porém decidimos separá-las para enfatizar mais uma relação apresentada neste trabalho. Os autores Frédéric Gros (2009), Michael Wieviorka (1997) e Susan Sontag (2001) nos colocam que a mundialização e a globalização reorganizaram as fronteiras e os fluxos de informação. Assim, as guerras tal qual conhecíamos nos relatos épicos com uma moral e ética estabelecidas de Keegan (1995), ou mesmo de Clastre (2004), desaparecem e tornam-se intervenções arbitrárias entre Soberanias. Logo, as duas imagens podem ser vistas como um pequeno exemplo imagético desta alteração das relações de guerra e das imagens dos conflitos atuais. Não conseguimos identificar qual é a nacionalidade de qualquer um dos grupos armados ou mesmo se fazem parte da polícia ou do exército. Só se consegue distinguir a intervenção a partir da força e que é uma ação militar contra outros, os que estão vedados.

Referencias Bibliográficas

ARENDT, Hannah. Sobre a Violência. Ed. Civilização Brasileira, 2ª edição, Rio de Janeiro, 2010.

BARTHES, Roland. A Câmara Clara. Edições 70, Lisboa, 2010.

BRAUDILLARD, Jean. Simulacros e simulações. Relógio D´água,1991.

COELHO, Teixeira. O Imaginário da Morte. . In: Rede Imaginária Televisão e Democracia.Org. Adauto Novaes. Companhia das Letras, 1991.

DAYAN, Daniel. O terror espetáculo terrorismo e televisão. Edições 70, 2009.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Contraponto, Rio de Janeiro, 1997.

DYER, Geoff. O instante contínuo uma história particular da fotografia. Companhia das Letras, 2008.

FLUSSER,Vilém. Filosofia da Caixa Preta, ensaios para uma futura filosofia da filosofia. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2002.

GROS, Frédéric. Estados de Violência, ensaio sobre o fim da guerra. São Paulo, Ideias e Letras, 2009.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. Império. Editora Record, Rio de Janeiro, 2001.

_____. Multidão, guerra e democracia na era do Império. Editora Record, Rio de Janeiro, 2005.

KEHL, Maria Rita. Imaginar e pensar. In: Rede Imaginária Televisão e Democracia. Org. Adauto Novaes. Companhia das Letras, 1991.

KOSSOY, Boris. Realidade e ficções na trama fotográfica. Ateliê Editoral, São Paulo, 1999.

LIMA, Sergio Claudio F.. A Aventura Surrealista, Ed. Vozes, São Paulo, 1995.

_____ & MISIANO-GENOVESE, Richard. Secrets in Red and Green. La Belle Inutile Editions, 2012.

MANGUEL, Alberto. Lendo Imagens. Companhia das Letras, São Paulo, 2001.

MARANHÃO, Cristina. O Poder da Imagem Fotográfica: Uma análise das imagens publicadas nas revistas Veja e IstoÉ de Luiz Inácio Lula da Silva durante as campanhas presidências de 1989 e 2002. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 2007.

_____. Imagens da Guerra: Brasil, Palestina e Portugal. Tese de doutorado,PUC-SP, 2013

RODRIGUES,Thiago. Guerra e Política nas Relações Internacionais. Educ, São Paulo, 2010.

SONTAG, Susan. Diante da dor dos outros. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

WIEVIORKA, Michael. O Novo Paradigma da Violência. Revista Tempo Social, USP, 1997.

Jornal

O Estado de S. Paulo maio, junho e julho de 2007

O Público maio, junho e julho de 2007

O Diário de Notícias maio, junho e julho de 2007

A folha de S. Paulo maio, junho e julho de 2007

Espetáculo e demonização: o discurso midiático sobre atos infracionais de jovens Teresinenses

Francineide Pires Pereira[1]
Lila Cristina Xavier Luz[2]
Nayrana Moura[3]
Selma Machado do Rêgo[4]

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o discurso proferido pelos apresentadores Beto Rego e Silas Freie, em seus respectivos programas jornalísticos televisivos, focando no discurso referente a seu posicionamento em relação à redução da maioridade penal, seguindo a técnica de Análise de Discurso Crítica.

Palavras-chave: Juventude; mídia; análise de discurso; redução da maioridade penal.

1 Introdução

O presente artigo faz uma abordagem dos programas televisivos Ronda do Povão e Agora, exibidos entre período de 06 de março a 16 de abril de 2014, dando enfoque no discurso de seus âncoras acerca da redução da maioridade penal.

O método utilizado nesta pesquisa foi Análise de Discurso Crítica - ADC, seguindo os parâmetros da Teoria Social Crítica apresentados por Norman Fairclough em seu livro Discurso e Mudança Social, possibilitando a análise linguística e social dos enunciados, com a compreensão de que o campo social está atrelado à linguagem e permite desvendar o que muitas vezes passa despercebido: o conteúdo ideológico que fundamenta o enunciado.

A escolha pelos programas foi dada pelos posicionamentos adotados em relação à redução da maioridade penal e à grande aceitação pelo público, considerando a audiência dos referidos programas.

O objetivo geral do presente artigo é analisar o discurso midiático dos âncoras dos programas teresinenses "Ronda do Povão" e "Agora", no período de 06 de março a 16 de abril de 2014. Os objetivos específicos são: identificar o posicionamento dos âncoras e dos programas; evidenciar o discurso dos âncoras relacionado a posição do adolescente; compreender o posicionamento dos mesmos sobre a redução da maioridade penal.

O artigo em questão foi realizado com o intuito de cunho crítico-social, ao tratar de entender o posicionamento da mídia acerca da redução da maioridade penal a partir da forma como esta mídia tem tratado os (as) jovens. Parte-se também do interesse pessoal de suas autoras, devido ao fascínio que o objeto e o tema despertam.

---

1 Professora Doutora da Universidade Federal do Piauí.Email: francineidepires.2007@gmail.com GT: Média, alteridade e desigualdades sociais.

2 Professora Doutora da Universidade Federal do Piauí. Email: lilaxavier@hotmail.com GT: Média, alteridade e desigualdades sociais.

3 Graduanda do curso de Serviço Social Universidade Federal do Piauí. Email: nayrana.moura@yahoo.com. GT: Média, alteridade e desigualdades sociais.

4 Graduanda do curso de Serviço Social Universidade Federal do Piauí. Email: selmyta2013@gmail.com GT: Média, alteridade e desigualdades sociais.

2 Os programas

Ambos os programas seguem o modelo de editoração que dá à violência destaque em sua programação, no caso televisivo podendo ter horas de duração. Por serem programas policiais, veiculam essencialmente notícias de crimes, aliando a isto certo papel cobrador das ações do poder público que, segundo seus âncoras, "o povo reivindica". Por isso mesmo podem ser considerados um tipo de mídia que se identifica como jornalismo-cidadão. (ARAÚJO, 2009). Cabe salientar que este título é autoproclamado pelos jornalistas que fazem parte deste segmento.

O Ronda do Povão é apresentado por Beto Rêgo desde 2002. Classificado como *infortainment* (infor – informação, tainment – entretenimento), a marca do programa é a mistura entre notícias policiais e o humor, muitos vezes escrachado. Os assistentes de palco são palhaços e o apresentador usa linguagem coloquial, com expressões populares (CARVALHO JÚNIOR, 2009).

Iniciando às 09h45 minutos, o programa se estende até as 13h30 minutos, quando se inicia o programa Agora, apresentado por Silas Freire.

O Agora segue a linha editorial do Ronda do Povão, apesar de não poder ser classificado como *infortainment*, considerando que não faz uso de nenhum tipo de assistente de palco, aproximando-se mais do estilo jornalístico convencional.

3 Redução da maioridade penal

O debate acerca da maioridade penal ganhou força com a eleição presidencial brasileira de 2014. Com efeito, uma nova proposta de emenda constitucional, a Proposta de Emenda Constitucional - PEC 33/2012, do senador Aloysio Nunes foi um dos focos do debate entre presidenciáveis e também dentre os eleitores. (BRASIL, 2012).

Tal PEC defende imputabilidade criminal para maiores de 16 anos e menores de 18 em circunstâncias especiais, entendidas como crimes mais graves e/ou violentos como homicídio, latrocínio, estupro, tortura, etc. Isto significa, em outras palavras, que adolescentes de 16 anos poderiam ser julgados como adultos. A emenda é resultado, de acordo com seu proponente, do clamor popular e da alta quantidade de crimes envolvendo jovens. Mais para entender o debate é preciso entender o que de fato é maioridade penal.

A maioridade penal é a idade mínima para uma pessoa ser julgada como adulto. Esta idade varia de acordo com as leis de cada país, sendo de 18 anos no Brasil. A Constituição Federal Brasileira, de 1988 afirma, em seu artigo 228: « são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial » (BRASIL, 1988).

Ou seja, jovens com menos de 18 anos não podem ser julgados seguindo o código penal brasileiro. A legislação vigente para esta parcela da população é o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, de junho de 1990,

Resultado de lutas e movimentos sociais, o ECA é a consolidação legal da compreensão da criança e do adolescente como indivíduos detentores de direitos. E, de acordo com o ECA, dos 12 aos 18 anos incompletos o indivíduo é considerado adolescente e como tal ainda é entendido como um ser em formação biopsicossocial (BRASIL, 1990). Enquanto individuo em formação, o adolescente recebe um tratamento diferenciado, condizente com esta etapa específica de seu desenvolvimento físico-cognitivo.

Assim, a palavra "crime" não é atribuída ao delito cometido pelo adolescente. Em seu lugar usa-se "ato infracional", pois que o que ele necessita é de educação e oportunidade de desenvolver-se plenamente enquanto cidadão.

Disto decorre que, diferentemente das penas criminais às que os adultos estão sujeitos, o adolescente deve cumprir atividades impostas, chamadas medidas socioeducativas, cujo prazo máximo é de 03 anos com restrição de liberdade.

Decorre que « apoiada no chamado sentimento de justiça, a população tenciona estabelecer o que considera justo e quais padrões deve seguir, a fim de promover um convívio saudável na ordem social » (BARBATO JÚNIOR, 2001: 4). Esta justiça vem carregada do teor emocional momentâneo somada a já debatida sensação

de tensão e violência crônica.
Considerando a situação, criam-se alguns argumentos favoráveis à redução da maioridade penal, que devem ser analisados com muito cuidado.
O Movimento 18 Razões para a Não Redução da Maioridade Penal – formado por mais de 60 entidades de movimentos sociais – aponta como um dos argumentos utilizados pelos favoráveis à redução a ideia de "desculpabilização" do adolescente. Ora, se o adolescente tem de cumprir medida socioeducativa, então ele é responsabilizado. O que nos leva a outro argumento: "penas" muito leves. Na verdade precisa-se pesar que o ECA considera o adolescente individuo em formação e prevê medidas corretivas e não punitivas. Dentro da gama de possibilidades corretivas a que este adolescente está sujeito estão previstas seis diferentes medidas socioeducativas condizentes com a gravidade do ato infracional cometido.
Outro ponto apontado pelo movimento é a ineficácia da redução da maioridade como recurso para reduzir a violência já que medidas de natureza social demonstram uma taxa de êxito comprovadamente maior. Tanto que a maioridade penal em 18 anos é maioria quando se considera os diferentes países.
A relação infração X voto também é recorrente. Neste ponto o movimento afirma:

> O tratamento é diferenciado não porque o adolescente não sabe o que está fazendo. Mas pela sua condição especial de pessoa em desenvolvimento e, neste sentido, o objetivo da medida socioeducativa não é fazê-lo sofrer pelos erros que cometeu, e sim prepará-lo para uma vida adulta e ajudá-lo a recomeçar.

4 A violência na mídia

> Também essencial é entender que os meios de comunicação estão inseridos na lógica mercadológica, sendo que sua mercadoria é a notícia e seu objetivo é a comunicação de massa – *mass media*. Para alcançar este objetivo, a notícia assume o papel de informação transformada em mercadoria
> (...) com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo (MAIA, 2007 *apud* MARCONDES FILHO, 1986|: 13).

A linha editorial, tanto do jornal quanto da rede em que está inserido, ou emissora (caso televisivo) é determinada de acordo com concepções de determinado grupo que, por algum motivo, tenha influência (MAIA, 2007).
Assim, apesar do espaço "cedido"' (entre aspas, pois comunicação é um direito conquistado e assegurado constitucionalmente) para todos os grupos ou culturas juvenis, só se transformam em notícias os sensacionalistas (Sánches-Jankowski, 1997, p. 181).
Esta lógica mercadológica explica, ao menos em parte, a importância atribuída à violência nos meios televisivos. A espetacularização de episódios violentos é uma alternativa lucrativa para a indústria. Rifiotis encontrou isto em sua pesquisa, pois, segundo ele,

> (...) a violência enquanto objeto de produção de notícia, é ressaltada pelos agentes da comunicação, como o fator de maior audiência e comercialização nos jornais. Em nome do lucro se justifica práticas sensacionalistas (RIFIOTIS,1997, p. 06).

A pesquisa do autor, que entrevistou repórteres policiais e editores, encontrou informações preocupantes, tais como:

> a violência representa 35 a 50% da importância do jornal, pois as pessoas se interessam e vão comprar;
> Tem que ser um tipo de violência que seja alguma coisa fora do normal que choque a sociedade, que atinja a sociedade, que seja incomum;
> Quando aparece uma chacina, um assalto como morte o pessoal se preocupa e o jornal tem saída (Entrevistados apud RIFIOTIS, 1997, p.06).

Podemos relacionar a expressão "tem saída" com uma metáfora da mercantilização, mas também com nossa experiência como telespectadores sentimos a empolgação do repórter, ao dar um "furo" terrível e/ou quando um programa faz a famosa chamada sobre esse "furo", durante toda sua programação, com entonações dramáticas, de modo que a audiência fique presa. Lembramos aqui do Âncora que diz, vamos aos comerciais, mas " NÃO SAIA DAÍ, pois NO PRÓXIMO BLOCO informaremos quem matou fulano de tal" etc.

A violência é algo que se tornou banal em virtude da ideia de que ela acontece sempre no cotidiano. Assim, pelo fato de que a vemos com frequência e ouvimos notícias sobre ela nos telejornais de forma excessiva, consideramo-la como parte da sociedade, como comum. E isso pode fazer com que se torne banal, deixe de causar impacto e até de incomodar: é uma forma de divertimento nos jogos/vídeo games, e assim como é apresentada ao público infantil nos jogos, ela é apresentada aos adultos com a reprodução excessiva de notícias que se relacionam com ela.

Muitas vezes, essa banalização é provocada pelo enfoque que a mídia dá a uma notícia.

O autor critica o fato de os jornais mostrarem fatos que demonstram violência. Comumente se veem imagens que mostram claramente o quanto o ato foi violento. Foi citado o exemplo da divulgação por vários jornais dos Estados Unidos de uma foto onde um bebê e sua babá caíam do quinto andar de um edifício em chamas. Outro exemplo é o da divulgação da foto, considerada chocante, da atriz Daniela Perez morta.

Isso é só sensação ou estamos vivendo num mundo mais violento mesmo? E a violência é apenas o reflexo do meio social em que a mídia se encontra? A mídia apenas retrata o que está acontecendo? Pode-se questionar, pois as notícias veiculadas aconteceram mesmo!

O assunto tratado como discussão imediata é chamado de agenda *setting* que é a escolha das notícias de temas mediatizáveis. Aofazerem essa escolha, os meios de comunicação impõem as notícias que vão possibilitar maior audiência; e as notícias que irão proporcionar isso são as que são capazes de provocar surpresas nos que as estão assistindo. Temas esses que são transmitidos de pessoa para pessoa e irão se tornando influência generalizada.

É assim que a violência pode ser um dos temas da agenda *setting:* a notícia é atrativa para o público, porque as pessoas são personagens de situações de conflito que envolvem soluções não pacíficas. Desse modo, são escolhidos em detrimento de outros e isso provoca um processo de aculturação em que as pessoas internalizarão sentimento de insegurança provocando o que já foi dito que é a crença de que a sociedade é mais violenta do que realmente é.

> O maior número de crimes registrados pela polícia – casos de furto e de lesões corporais – é o que recebe menor atenção dos veículos de comunicação. Por outro lado, embora os casos de homicídio digam respeito apenas a 1,7 % dos crimes registrados pela Polícia, eles são responsáveis por mais de 40% das matérias sobre crime (BRASIL, 2005, p. 12).

A atenção que a violência recebe das e nas coberturas jornalísticas é o tema da pesquisa de Vivarta (2010) que evidencia a carência na qualificação dos repórteres e até mesmo a falta de espaços de reflexão nas Faculdades de Comunicação, fazendo com que o jornalista reproduza a prática de tratar o fenômeno como fato em si desconsiderando as causas e o contexto.

Conforme destacado por Lucas (2007), por vezes a notícia veiculada nos programas jornalísticos deste gênero não possui fontes concretas e não cita a forma de atuação da polícia. Mas, se a atuação da polícia não é retratada, por outro lado, com frequência os jornais mostram a notícia do ponto de vista policial. Constantemente a "fonte" da notícia é apenas o boletim de ocorrência. A notícia é focalizada, apresentando as punições a que os acusados estão sujeitos e mostrando-os de forma totalmente marginalizada.

Tais estereótipos podem ser percebidos, quando se centra a discussão em favelas e periferias brasileiras. Apresentados desconectadamente dos processos sociais que lhe geraram, acabam por ser vistos como manifestações de pura violência, contribuindo para a visualização dos jovens da periferia como violentos e infratores (PEREGRINO, 2007, p.). Basta acompanhar a linha sugerida por Silva (2005, p. 15), citando a capa da revista Veja de 2001. Segundo o autor, na manchete lia-se "A periferia cerca a cidade", tendo por imagem de fundo construções de alvenaria, em cor escura ao redor de prédios brancos e limpos, "remetendo à visão de formigas saúvas" ao redor que gradativamente invadem o centro, devorando-o.

Todo este contexto reflete na forma como a juventude é normalmente tratada pela mídia. A maior parte da cobertura dada a comunidades está ligada ao tráfico de drogas e à criminalidade. Outras questões como cultura e até mesmo as dificuldades enfrentadas por essa população são raramente expostas em jornais e revistas, principalmente considerando a quantidade de manchetes sobre tiroteios nessas mesmas comunidades. (RAMOS, PAIVA, 2007).

Os meios de comunicação, ao exporem a violência como assunto a ser tratado fazem acontecer que, primeiro esse tema se traduza como assunto de discussão imediata e depois, vá interferir na visão que o público tem da realidade. Diante da exposição constante a notícias de violência, a pessoa verá a sociedade contemporânea como mais perigosa, ou seja, a exposição demasiada desse produto – de que os crimes aumentaram – faz o público que consome essa notícia acreditar que isso é generalizado.

Qualquer assunto pode virar notícia, mas ao tema da violência dá-se preferência em midiatizar. Assim, os programas policiais, e não os tradicionais, parecem ser os únicos que trazem a realidade tal como ela é. Só que os meios de comunicação não representam fielmente a realidade, mas um mundo possível, dentre outros preteridos.

A ocorrência policial é facilmente midiatizável porque possibilita que o consumidor da notícia se identifique dada a presença de personagens ficando a notícia mais compreensível, porque tem possibilidade de dramatização e também pelo envolvimento do receptor numa ação.

A constante divulgação de crimes que têm a participação de menores aliada à opinião dos apresentadores sobre os adolescentes, que muitas vezes é chocante, pode influenciar a opinião das pessoas que o assistem com frequência. Não se está querendo dizer que o público não seja crítico, capaz de discernir, pensar e escolher ter sua própria opinião, mas sim reconhecer que é delicado apresentadores, que são formadores de opinião, dizerem que adolescentes deveriam ser enforcados para irem logo para o inferno, por terem adentrado uma residência, terem feito pessoas reféns e exigido dinheiro. Tal compreensão poderia exigira mais cuidado na transmissão de tais "notícias", pois que,

> Real ou imaginária, o que é certo é que estamos efetivamente diante de um fenômeno social, percebido e sentido como ameaçador, que expressa a existência de uma tensão social e que gera, como consequência, comportamentos que podem incrementar ainda mais a violência (ALMEIDA et al, 2006).

5 Análise de discurso crítica e teoria social do discurso

De acordo com Melo (2009), a Análise de Discurso Crítica, ou ADC, nasce em 1979 com a publicação de *Language and Control*, de Hodge & Kress. O objetivo é analisar o discurso enquanto pratica social, com bases e conceitos diferenciados dos seguidos pela original Análise de Discurso, também conhecida por AD ou ainda Analise de Discurso de linha francesa, surgida na década de 1950.

Historicamente os analistas da ADC têm sido intelectuais e militantes sociais, principalmente por sua característica de análise de práticas discursivas

> (...) que constroem as várias ordens sociais vigentes e como uma forma de investigação das formações discursivas que engendram as relações de poder, as representações e as identidades sociais e os sistemas de conhecimento e crença (Melo, 2009:9).

A base da ADC está na concepção do discurso tanto constituinte quanto constituído por práticas sociais que podem revelar processos de manutenção e mesmo de abuso de poder. O analista crítico tem então que disseminar a importância da linguagem na produção, manutenção e mudança nas relações sociais tendo em vista a conscientização da linguagem enquanto meio contribuinte para dominação de um indivíduo sobre outro.

Tomando por base o objetivo do presente artigo, a análise será feita com vistas a percepção dos âncoras televisivos enquanto detentores de um poder de difusão de ideais em massa.

Para tanto serão usados os aportes de Norman Fairclough, linguista britânico desenvolvedor do método Análise

do Discurso Textualmente Orientada – ADTO, inserida na Teoria Social do Discurso, formulada pelo mesmo. Fairclough considera a ACD um caminho para analisar a relação discurso e demais elementos da prática social. No livro Discurso e Mudança Social (2001), Fairclough apresenta a Teoria Social do Discurso, onde discurso é entendido em um sentido mais estrito que o normalmente utilizado pelos cientistas sociais no que tange a linguagem falada ou escrita. Sua definição é associada à prática social que reproduz e transforma as realidades e os sujeitos, e não atividade meramente individual ou reflexo de cariáveis.

Apresentam-se então três aspectos dos efeitos construtivos do discurso: construção do referido como "identidades sociais"; construção de relações sociais entre pessoas e construção do sistema de conhecimento de crenças. Esses aspectos condizem com as funções da linguagem que coexistem e interagem no discurso: identitária, relacional e ideacional (FAIRCLOUGH, 2001: 92). A função identitária está associada à forma como as identidades sociais são estabelecidas no discurso, a relacional com as relações sociais dos participantes e a ideacional a maneira como significam o mundo e seus processos.

Ainda sobre o discurso, Fairclough baseia a TSD no que chama de concepção tridimensional do discurso e que considera essencial para a análise discursiva. Consiste na compreensão de que o Texto está contido em uma Prática Discursiva que por sua vez está contida na Prática Social.

A Prática Discursiva consiste na dimensão do uso da linguagem envolvendo os processos de produção, distribuição e consumo. De acordo com Santos (2011) "(...) ela contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistema de conhecimento e crença) como também contribui para transformá-la" (SANTOS, 2011: 15).

Pressuposições podem ser utilizadas para reforçar uma determinada ideologia e assim como a representação de discurso, compõe o conjunto de especificações que podem ser utilizados para se analisar um texto de acordo com a prática discursiva.

De acordo com Fairclough (2001) as pressuposições decorrem do uso de proposições previamente estabelecidas. Tais proposições não precisam estar explicitas no texto ou em textos anteriores, mas podem considerar « um 'texto' mais nebuloso correspondendo a opinião geral (o que as pessoas tendem a dizer, experiência textual acumulada) » (FAIRCLOGH, 2001: 156).

A representação de discurso, por seu turno, diz respeito ao modo como o discurso é apresentado, quais vozes estão presentes e como elas são citadas. A representação se direta ou indireta, carrega consigo um nível de concordância ou discordância, bem como agrega legitimidade a determinada fala.

É ainda na Prática Discursiva que se percebe a importância da análise de contexto. A ambivalência de um texto é reduzida pelo contexto que precede ou segue este mesmo texto (Fairclought, 2001: 110). Ora, além da relação entre o que foi dito e a situação imediata, também deve ser considerado contexto o chamado 'contexto de situação' que consiste na análise geral – para além da falada diretamente – considerando inclusive visões políticas e situações mais amplas como análises sociais.

Outro ponto primordial para a TSD é a análise textual – ainda considerando a concepção tridimensional do discurso.

A análise textual pode ser feita considerando as propriedades analíticas do texto/fala no âmbito da função interpessoal da linguagem e significados interpessoais ou ainda considerando os aspectos ligados à função ideacional e significados ideacionais. Será apresentada aqui a segunda, chamada por Fairclough de "construção da realidade social" (FAIRCLOUGH, 2001: 211).

A função ideacional relaciona o mundo e seus processos e a análise textual a ela relacionada pode ser esclarecida com a compreensão do significado das palavras utilizadas pelo autor/locutor.

Isoladamente uma palavra tem um significado e mesmo esse pode variar. Analisando-a então inserida em um discurso ela carrega consigo um significado por vezes ligado à determinado contexto, ideologia e por que não, até mesmo um estigma. Determinados termos adquirem, ao longo do tempo, uma conotação e seu uso é esclarecedor sobre o posicionado de quem o utiliza e quais ideias tendem a ser reforçadas no discurso.

Da mesma forma, a metáfora tem parte na análise textual. Sua utilização demonstra a estruturação do pensamento e da ação, bem como o sistema de conhecimento e crença do interlocutor (Fairclough, 2001:241).

6 A análise

A partir dos tópicos apresentados anteriormente, seguirá a apresentação da análise de discurso focalizando os pontos que se relacionam à representação de discurso, pressuposições, significado das palavras e contexto.
Iniciando com representação de discurso, toma-se como exemplo o trecho, transmitido em 24 de março no programa Agora:

> Silas: Adentraram a madeireira. 'Põe exclusiva!' Eu faço como aquele véi da Record: 'oí ó como é que os cara entram ele empurrando o povo, maltratando, xingando, humilhando'. Um assalto com requintes de crueldade você vai imagens aqui no campeão de audiência. (...)

O termo sublinhado faz menção a Marcelo Rezende, um apresentador televisivo brasileiro reconhecido pelo apoio a penas mais duras a criminosos e apoio à redução da maioridade penal. A citação de forma direta é utilizada como suporte de forma a reforçar a frase de Silas.
Esta seleção na fala também esta presente no programa do dia 25 de março de 2014:

> Silas: A situação caminha pra isso, execução, porque a população não acredita mais na lei posta. (...) aí a população pensa, 'ou nós os matamos ou vamos ficar refém deles'. Aí esse Chuck aí, que também já foi tarde, deve estar queimando no fogo do inferno, porque tirou a vida de muita gente e também atormentou a vida de certas pessoas'.

Note que neste caso é preciso fazer uma análise conjunta nos âmbitos da representação de discurso e pressuposições. A citação do apresentador não é de uma fala particular de outrem, mas resultado de uma pressuposição: a de que a população não vê saída para a violência. A fala então é feita com vistas a enfatizar o ambiente de medo em que vive a população, de acordo com Silas. No Programa Ronda do dia 06 do mesmo mês ocorreu algo similar, diferenciando-se pela utilização de "citação" indireta:

> Beto: O povo tá revoltado! Num é brincadeira não! Você já imaginou tu ter um 'comerciozinho', uma quitandazinha que tu abriu agora, tá tentando se manter. A tua quitandazinha já foi assaltada 15 vezes pelo mesmo cara. Aí tu vai na polícia. A polícia vai lá, ouve você e não faz nada. Tu vai no DP, diz 'o pessoal não investiga, num faz nada'. Por que tem muito caso, explodiu a violência.

Quando se centra a discussão na significação das palavras, a ênfase é a utilização do termo menor.

> Silas: Quase no final de semana passado, um menor tentou assaltar a casa de um policial militar e tomou a arma do policial militar. Só que o policial militar recuperou com uma outra arma e atirou e matou o menor delinquente e hoje o apresentador Vasconcelos mostrou no programa dele essa ruma de menino (AGORA 14.04.14).
> Beto: 0:01:04 - Muita droga, muita safadeza, menor envolvido, boqueiro safado envolvido aí e a gente não tá vendo uma grande ação pra desmontar essas boca de fumo que tão fazendo um inferno aqui em Teresina (RONDA 06.03.14).

De acordo com Frota (2007), o termo menor começou a ser utilizado por conta do Código Menores de 1927, que designava assim crianças pobres. Com o tempo o vocábulo adquiriu conotação negativa, sendo associado àqueles pertencentes às famílias com estruturação diferente da convencional, que passavam a ser considerados menores em situação de risco social e futuros marginais. (FROTA, 2007: 150). O mesmo afirma Trindade (1998) que, citando Perrot, 1988, informa a mudança da conotação de menor, desassociando da idade e relacionando a crianças abandonadas, pobres e que cometem delitos (TRINDADE, 1998: 172).
Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 o uso de "menor" para se referir a crianças e adolescentes foi abolido, pois acreditava-se que seu uso ia de encontro a concepção de cidadão detentor de direitos.
O uso de "menor" chegou a ser alvo do projeto de lei 086 de 2003 que buscava proibir o seu uso quando se referindo a crianças e adolescentes. O projeto foi arquivado, mas o intento demonstra a conotação que o termo

adquiriu. No campo da imprensa, o Manual de Imprensa e de Mídia do Estatuto da Criança e do Adolescente também discorre sobre a não utilização do vocábulo e sugere a preferência por "criança, menina, menino, garota, garoto, adolescente, rapaz,moça, jovem." (PASTORELLI, 2001: 01)

A concepção de menor associada a criminalidade se confirma na fala dos apresentadores quando se considera outros pontos nas mesmas falas:

> Silas: Quase no final de semana passado, um menor tentou assaltar a casa de um policial militar e tomou a arma do policial militar. Só que o policial militar recuperou com uma outra arma e atirou e matou o menor delinquente e hoje o apresentador Vasconcelos mostrou no programa dele essa ruma de menino (...)e esses moleques vão continuar aprontando, pintando e bordando porque eles são menores de idade, embora fossem e são delinquentes da pior espécie, da espécie pior inclusive do que os maiores de idade. É brincadeira uma situação como essa (AGORA 14.04.14).
>
> Beto: 0:01:04 - Muita droga, muita safadeza, menor envolvido, boqueiro safado envolvido aí e a gente não tá vendo uma grande ação pra desmontar essas boca de fumo que tão fazendo um inferno aqui em Teresina. E esses moleque aí de moto também dando tiro no mei da rua. Quando é que isso vai acabar? (RONDA 06.03.14).

A metáfora está presente em ambos os programas, como o exemplo que segue do Ronda:

> Beto: Ou você bota moral no filho ou o filho vi fazer tu dançar.

A utilização da expressão "fazer tu dançar" evidencia o tom coloquial do programa. A maneira de falar, similar à da população alvo, aproxima Beto de seu público. Cabe ressaltar também o uso de "bota moral", evidenciando a concepção moralista e patriarcal do apresentador, também presente nesta fala do mesmo dia:

> Beto: Hoje os filhos não querem ouvir as mães. Hoje em dia os filhos não ouvem os conselhos das mães, hoje em dia um filho não respeita a mãe (...) isso é coisa que uma moça faça *rapá*? Uma moça de família faça?

Já no programa Agora do dia 25 de março de 2014, a metáfora se fez presente durante conversa entre Silas e um repórter do programa:

> Pedro Borges (repórter): O Brinquedo Assassino? Colocaram aquele apelido no rapaz, não fomos nós. Ele foi assassinado, no último sábado.
>
> Silas: Foi pro inferno. Foi pro inferno, era ruim demais.

Tal qual Beto, Silas demonstra-se moralista e mesmo religioso com o uso de "foi pro inferno". Apesar de ríspida, a expressão supõe a existência e crença na doutrina religiosa cristã. Isto pode ser também notado em:

> Silas: De nada adianta, se nós não conseguirmos perdoar e amar o nosso próximo. De nada adianta seguirmos na procissão do fogaréu do senhor morto, carregarmos até a cruz em forma de penitencia, se não conseguirmos amar ao nosso próximo. O próprio Cristo nos disse ' eu prefiro muito mais à misericórdia que o sacrifício'.

Mais uma vez está presente a religiosidade. Note-se a contradição na fala do apresentador.

Ao se analisar o contexto, o debate gira em torno de redução da maioridade penal. O envolvimento político fica evidente na fala de Silas do Agora de 14 de abril de 2014:

> Silas: Olha, rezem pra mim num chegar em lugar nenhum, rezem pra mim num ir pra lugar nenhum, porque se eu chegar vocês estão lascados! Mostra a imagem toda. Os cara foram, bota no ar, essa ruma de meninos, meninos, que deveriam estar estudando, estavam planejando a invasão à casa de um militar. É brincadeira. Porque não tem lei neste país. O ECA os protege e eles poderiam sim entrar na casa do militar, assassinar o militar e a família, e o ECA e seus mais de 400 advogados, quase 500 ou mais de 500 advogados, e o Congresso Nacional iam advogar para que eles não pagassem por isso. E não está suspenso a ação, a policia os prendeu, logo ele estarão soltos porque a lei os protege, o crime não foi concretizado e esses moleques vão continuar aprontando, pintando e bordando porque eles são menores de idade, embora fossem e são delinquentes da pior espécie, da espécie pior inclusive do que os maiores de idade. É brincadeira uma situação como essa.

No dia 24 de março, a situação se repete:

> Esses aí não são humilhados não quem são humilhados, quem é humilhado é o cidadão que trabalha. Pois vocês podem rezar, vocês menores criminosos, pra mim não chegar em lugar nenhum porque cês tão é arrebentados.

O posicionamento político e ideológico do âncora fica evidente. A argumentação é a mesma utilizada pelos favoráveis à redução da maioridade penal. Em outro ponto, ele explicita seu posicionamento quando afirma: "O ECA os protege".

7 Considerações finais

A análise dos discursos evidência a capacidade dos apresentadores Beto Rêgo e Silas Freire de reforçarem uma visão de mundo em que a violência é algo cada vez mais comum e mais severa. As notícias são feitas sem a preocupação da análise de todo o contexto estrutural e sem um contraponto. Não há debate acerca das ideias difundidas pelos programas, apenas a afirmação reiterada do mundo violento e da culpabilidade dos políticos. No referente à redução da maioridade penal, o apoio à redução é evidente, sendo mesmo utilizado como plataforma de campanha. A linguagem coloquial serve como método de aproximação da população, que os vê como seu representante.

Referências

ALMEIDA, Ana Maria de Oliveira & ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira & SANTOS, Maria de Fátima de Souza & PORTO, Maria Stela Grossi.“ Juventude e Mídia: violência e distinção social”. São Paulo: 2006.

ARAUJO, Francisco Augusto C (2009). Ta lá um corpo estendido no chão: um estudo de caso do Linchamento em Areia Branca – RN. UERN.

BARBATO JÚNIOR, Roberto. (2007). “Redução da Maioridade Penal: entre o direito e a opinião pública”. Busca Legis. Disponível em http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5771 [consultado em 19-11-2014]

BRASIL. Constituição (1988). “Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988”. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva.

BRASIL. (1990). “Lei nº 8.069”. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Congresso Nacional.

BRASIL (2005). “Guia para a prevenção do Crime e da Violência”. Ministério da Justiça.

BRASIL (2012). “Proposta de Emenda Constitucional nº 33”. Senado Federal.

CARVALHO JÚNIOR, Orlando Lira de (2009). “Mídia e criminalidade no Brasil”. In I Seminário Nacional Sociologia & Política. UFPR.

FAIRCLOUGH, Norman (2001). Discurso de Mudança Social. Brasília: Editora Universidade de Brásilia.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho (2007). “Diferentes concepções da infância e Adolescência: a importância da historicidade para sua construção”. Estudos e Pesquisa em Psicologia. 7. RJ: UERJ. pp 144-157.

LUCAS, Fábio Oliveira (2007). “Organizações criminosas e Poder Judiciário”. Estudos Avançados, vol. 21, nº 61. Disponivel em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300008 [consultado em 19-07-2014].

MAIA, Aline Silva Correa (2007). “Juventude Suburbana e Mídia: da periferia de Juiz de Fora para o centro das páginas policiais”. In XII Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação da Região Sudeste. Juiz de Fora: UFJF. PP.1-15.

MELO, Iran Ferreira de. (2009). "A Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: Desdobramentos e Intersecções". Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura 11 (5). pp 1-18.

PASTORELLI, Ivanéa Maria (2001). Manual de Imprensa e de Mídia do Estatuto da Criança e do Adolescente. Sâo Paulo: Orange Star.

PEREGRINO, Mônica (2007). "Juventude e suas representações na mídia. Rio de janeiro.

RAMOS , Silvia & PAIVA, Anabela. (2007), Mídia e Violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ.

RIFIÓTIS, Theophilos et AL (1997). "O repórter e a sua imagem da violência e da ação policial". Direitos Humanos na Internet. Disponível em http://www.dhnet.org.br/w3/cdhpb/projetos/reporter.html [consultado em 17-09-2014].

SANTOS, Záira Bomfante dos. (2011). Á Teoria Social do Discurso e a Interface com Textos Publicitários". Revista L@el em (Dis)curso 3. pp 13-26.

SÁNCHEZ-JANKOWSKI, Martín (1997). "As gangues e a imprensa: a produção de um mito naciona"l. In Revista Brasileira de Educação, n° 5-6: Juventude e Contemporaneidade, SP: Naped. pp. 180-198.

SILVA, Jaílson de Oliveira e Souza (2005). "Juventude, favelas e os grandes meios de comunicação". Fazendo Media. Disponível em http://www.fazendomedia.com/novas/educacao151105.htm [consultado em 17.09.2014].

TRINDADE, Judite Maria Barboza (1998). Metamorfose: De Criança para Menor". Tese de doutoramento, Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

VIVARTA, Kathie Njaine Veet (2010). "Violência na mídia: Excessos e avanços". UNICEF, 2010. p. 70- 95. Disponível em http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_04.pdf

Aculturação e identidade: afrodescendentes na mídia brasileira.

Nelson Rosário de Souza[1]
Email: nrdesouza@uol.com.br

Resumo: Mobilizando a perspectiva da 'midiaculturas' este trabalho procura analisar o significado das controvérsias que envolvem o seriado brasileiro "Sexo e as Negas" cuja proposta é parodiar a série norte americana 'Sex in the city' ao tematizar a sexualidade de mulheres afrodescententes da periferia do Rio de Janeiro. Ao que parece, tanto os conteúdos da série quanto as controvérsias que eles suscitam falam menos sobre uma dominação da mídia sobre os grupos subalternos e mais sobre as tensões e ambigüidades que envolvem a relação entre mídia de massa e sociedade.

Palavras-chave: Midiaculturas, questão racial.

1. Introdução

Na noite de 16 de setembro de 2014 estreou no Brasil o seriado semanal "Sexo e as Negas", uma comédia de situação da TV Globo, escrito e dirigido por Miguel Falabella. Trata-se de uma paródia do famoso seriado norte-americano 'Sex and the City', a versão brasileira é ambientada num bairro popular do Rio de Janeiro e retrata a intimidade e o cotidiano de quatro mulheres afrodescendentes. Mesmo antes da estréia o programa gerou polêmica na imprensa e, especialmente, nas redes sociais, fenômeno que se inscreve na longa trajetória de controvérsias sobre a representação do negro na televisão brasileira. Um primeiro olhar sobre o conflito revela a tendência de polarização, de um lado posicionam-se os que acusam o programa de racista, de outro, aqueles que discordam desta percepção. Como nos exemplos abaixo:

> Venho por este email manifestar meu repúdio a série 'Sexo e as Nega'. Infelizmente, esta série associa a mulher negra ao sexo e a pobreza. A própria concepção da série já reforça estereótipos porque prega um modelo americano ("Sex in the City") onde as mulheres são brancas e bem sucedidas e transporta para uma favela e coloca apenas mulheres pobres e negras. Eu fiquei estarrecida com o episódio de ontem. As falas da série colocam a liberdade sexual de uma das personagens (Zulma) ligada a mulher negra. Isso resultou em uma conceito errôneo de liberdade sexual. A concepção soa a libertinagem. A liberdade sexual da mulher não tem cor. Eu espero que a SEPPIR[2] faça algo a respeito porque é inadmissível uma grande rede de tv possa veicular informações que reforce o RACISMO presente na nossa sociedade e tão duro de acabar." (MLB, mulher, branca, comentário ao facebook na página "Boicote Nacional ao programa 'Sexo e as Negas' da Rede Globo" em 18/9/2014).
> To bobo com isso ... sei bem da luta dos atores negros no mercado de trabalho brasileiro. Até 10 anos atrás (que diga Ruth de Souza) papel para negros na TV

---

1 Professor e pesquisador com estágio pós-doutoral em Sociologia da Comunicação na Universidade Nouvelle Sorbonne Paris III, no ano escolar 2012/2013. Titulou-se doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo em 1999, com estágio na École des Hautes Études em Sciences Sociales – Paris, no ano escolar 1995/1996. Titulou-se mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo em 1993. Atua nos programas de pós-graduação em Ciência Política e Sociologia e na graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná – Brasil (UFPR). Coordena o Grupo de Pesquisa 'Midiaculturas', poder e sociedade na UFPR.

2 Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, ligada à Presidência da República.

> era ser escravo ou empregado doméstico, e ponto final. Agora quando criam 4 personagens mulheres negras DONAS DA PRÓPRIA SEXUALIDADE E DO PRÓPRIO CORPO, que se gostam e celebram sua etnicidade tanto na cor de sua pele quanto nos cabelos soltos e crespos, assumidíssimos, vocês resolvem achar pêlo em ovo com requintes de crueldade ...". (FSB, homem, sem identificação étnica, comentário feito ao blog oneirophanta.org em 18/9/2014 – destaque no original).

A dicotomia marca as posições não só nos comentários promovidos pela audiência nas redes sociais, jornalistas, colunistas e intelectuais também se dividiram ao analisar os efeitos da série. Acredito que o programa e a mobilização que ele gerou abrem a oportunidade para uma reflexão que vá além da polarização 'racismo' x 'não racismo'. Não se trata de desqualificar este debate, mas, partindo de outro referencial a respeito do significado político da mídia parece ser possível avançar outras explicações e encontrar outros sentidos para o fenômeno 'Sexo e as Negas'. Para cumprir tal objetivo mobilizarei a perspectiva da 'midiaculturas'. Apresento aqui uma definição prévia e resumida desta abordagem que, espero, fique mais clara ao longo do trabalho.

A perspectiva 'midiaculturas' agrega pensadores franceses, tais como: Éric Maigret, Éric Macé, Hervé Glevarec e Marie-Hélène Bourcier que, sob inspiração dos Estudos Culturais ingleses, da Sociologia construtivista e da concepção de esfera pública polifônica, procuram analisar a mídia e a cultura de massa valorizando a capacidade reflexiva dos públicos em suas práticas cotidianas interativas. Significa que os atores sociais plurais, perpassados por múltiplos conflitos, têm a capacidade de construir sentidos no seu encontro com os produtos da Indústria Cultural. As instituições midiáticas, por sua vez, não são vistas como substâncias ou com marcas essenciais, do tipo: dominação ideológica ou alienação; antes são artefatos construídos no jogo interativo com os diferentes agentes na esfera pública. Não se trata de subestimar o poder, mas, de apreendê-lo como relação entre públicos e contra-públicos em conflito pela instauração de hegemonia o que já implica contra-hegemonias. Sendo assim, a chave explicativa ancorada no paradigma dos 'efeitos', ou da influência, é abandonada em favor do questionamento sobre os significados da universalização da experiência cultural com o advento da comunicação de massa.

A este referencial eu acrescento, por conta própria, a hipótese da 'aculturação', no sentido mobilizado por Boltanski e Chiapello (2009), ou seja, não como hibridismo cultural, mas, no sentido de capacidade adaptativa presente nas relações de poder de um determinado período histórico. Enfim, trata-se da capacidade de absorção e resignificação das resistências transformando tensões em estabilidades. Mas, é importante frisar, não significa a vitória de um sujeito de poder, ou efeito de uma estrutura sobre os sujeitos, pois, a aculturação implica também: rearranjos, surpresas, mudanças estratégicas, alteração das posições no tabuleiro, portanto, reconfiguração das relações de força sem um plano racional elaborado por um sujeito ou instituição. O procedimento da aculturação envolve conflitos discursivos, logo, o mundo da comunicação mediada tem papel importante neste jogo que implica disputas por reconhecimento, por identidades de resistência frente a tentativas de absorção, resignificação e naturalização. Neste sentido a mídia é mais um dispositivo do que um sistema, um dispositivo que engendra ordens discursivas plausíveis, proposições, justificativas que buscam ancorar as ações dos sujeitos rumo às estabilidades, mas, que para fazê-lo precisa, paradoxalmente, iluminar as vozes dissonantes.

A partir deste referencial o presente trabalho procurará responder às seguintes questões: O que o episódio indica sobre as interações entre mídia e sociedade? O que é possível encontrar ao seguir os agentes nas suas controvérsias sobre a série? Quais disputas discursivas, por reconhecimento e identidade emergem na esfera pública midiática? O que o conteúdo do seriado 'Sexo e as Negas' revela sobre a atualidade do conflito racial no Brasil?

Para conduzir o leitor às repostas das questões acima enunciadas o texto está dividido em duas partes. Primeiro será apresentada, de forma breve, a herança analítica a respeito do tratamento dispensado ao negro na televisão brasileira, especialmente nos programas de entretenimento. Na segunda parte do trabalho serão analisados os principais conteúdos da série em tela e acompanharemos os passos dos agentes, suas controvérsias discursivas nas redes sociais. O corpus analítico, portanto, é formado pelo conteúdo do seriado e por diferentes páginas digitais, sites e blogs encontrados na web, tanto de revistas e jornais, quanto de coletivos mobilizados ou colunas individuais. Ainda que as manifestações aqui citadas tenham sido publicizadas na internet, procurei

preservar a identidade dos sujeitos quando se tratava de comentários de postagens. Para colunas assinadas fiz a devida referência. Em coerência com a perspectiva adotada não estabeleci uma hierarquia entre os diferentes agentes discursivos.

A metodologia empregada, de inspiração construtivista, requer dois movimentos básicos: primeiro a simplificação, ou nas palavras de Macé (2006) a banalização e depois a tipificação. Significa suspender as grandes teorias e conceitos marcados pela pretensão de explicar previamente os eventos e acompanhar as agentes sociais nas suas atividades de construção de sentido diante das propostas que a mídia lhes apresenta. Só depois deste procedimento torna-se válido procurar compreender as conexões que ligam os agentes entre si e o contexto sócio-político mais amplo.

2. A herança analítica: a televisão e os afrodescendentes.

Muniz Sodré (1999) e Joel Zito Araújo (2000 e 2000) são importantes referências na análise da polêmica relação entre a televisão brasileira e os afrodescendentes. Suas obras sintetizam um quadro interpretativo cuja principal característica é denunciar os estereótipos dos negros e negras representados na televisão e, particularmente, no principal gênero televisivo brasileiro, a telenovela. Mas, suas contribuições vão além, pois, articulam este tipo de representação ao debate histórico sobre a questão racial no Brasil. A ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial são mobilizados por Muniz e Joel Zito como chaves explicativas das limitações da televisão brasileira. Nossa herança escravocrata não foi totalmente superada, pois, não foi substituída por uma sociedade igualitária fundada no direito, muito ao contrário, o cenário pós-abolição carrega a marca das hierarquias, desigualdades sociais e, principalmente, raciais. Esse contexto, somado às tentativas de escamotear a questão ajudariam a explicar as contradições de um gênero que luta pela popularidade reivindicando espelhar o cotidiano da sociedade brasileira, mas, aos olhos de Araújo, parece se contentar com uma narrativa que, em grande medida, reproduz as injustiças sociais e políticas: atores negros ocupando pouco espaço e em papéis menores, assistindo histórias do seu sofrimento sendo contadas da perspectiva dos senhores de engenho ou de abolicionistas brancos, vendo seus textos diminuírem a cada capítulo ou, o que é pior, experimentando o drama passar do folhetim para suas vidas pessoais ao caírem no ostracismo.

Não se trata, entretanto, de uma história linear. Ao olharmos a trajetória da representação afrodescendente nas novelas brasileiras não vemos nem uma evolução, tampouco uma estagnação. Ao que parece é uma história marcada por avanços, experimentações, descompassos, recuos e rearranjos. Em 1985, por exemplo, a novela 'Sinhá Moça' escapa ao tom festivo e conciliador ao tratar da abolição da escravatura. O folhetim mostra o papel ativo dos negros na sua libertação e desenha um cenário crítico para os afrodescendentes pós-abolição (ARAÚJO, 2000). Outro ponto interessante é que se as tentativas de representação de romances entre negros e brancos nas telenovelas, presentes de forma pontual entre os anos 60 e 90 do século passado, podem ser lidas como resgate da tese da democracia racial ou do branqueamento, o fato é que as resistências e até hostilidades racistas de parte do público a estas encenações parecem indicar que a dramaturgia propôs experimentações que explicitaram as contradições latentes da esfera pública quanto a esta herança mal resolvida.

É interessante notar que a organização e a mobilização das associações pela causa afrodescendente gerou a primeira reação social anti-racista a uma cena em telenovela. O drama foi encenado na novela 'Pátria Minha' de 1994, escrita por Gilberto Braga, tratava-se de uma cena de racismo explícito de um personagem da elite empresarial, branco, que encarnava a maldade associada ao poder econômico, contra um jovem empregado doméstico negro, pobre e frágil. A contestação do movimento negro não foi à cena em si, uma vez que ela explicitava o racismo, em geral, ocultado, mas, à reação ou falta dela por parte do personagem negro humilhado. Depois do enfrentamento inicial a Rede Globo cedeu e aceitou levar ao ar uma cena onde a mãe do jovem fazia um discurso anti-racista levantando a auto-estima do rapaz (ARAÚJO, 2000). Ainda que a cena tenha mantido o enquadramento do racismo como problema individual que é mobilizado por pessoas más, penso que o episódio referenda a tese de Mauro Porto (2012), segundo a qual, a mídia é responsiva às mobilizações da sociedade na esfera pública. Ou, noutros termos, é pertinente olhar o dispositivo midiático menos como uma

instituição acabada operando dentro de um sistema com funções pré-determinadas e mais como construção interativa num intenso jogo com a sociedade e seus agentes.

O paradigma que aponta a invisibilidade, o estereótipo e o estigma como procedimentos padrões da mídia ao representar as mulheres e os homens negras (os) é interessante por revelar permanências, padronizações, enfim, estabilidades; como o fazem, por exemplo: Rosane da Silva Borges (2012); Kátia Regina Rebello da Costa (2012); Rogério Ferro (2012); Ana Alakija (2012). Entretanto esta perspectiva tem dificuldades em apreender as transformações, talvez, pelo cuidado justificado de não embarcar em evolucionismos ingênuos. É comum nesta perspectiva reconhecer alguma mudança na mídia, mas, circunscrevê-las a situações de exceção que confirma a regra. Nas palavras de Rosane Borges:

> ... a despeito de alguma mudança a respeito da imagem do negro, existe uma matriz que se replica, um padrão que define o lugar do negro no sistema de representação. Partimos do entendimento de que os estigmas se repetem, não em termos de conteúdo, mas, de articulação. Embora não sejam invariáveis (enquanto formas constituídas na sociedade), os estigmas são invariantes (enquanto estruturas constituintes da sociedade). (Borges, 2012: 188).
>
> E mais adiante:
>
> Os estereótipos em torno do negro e da mulher negra não seguem uma trajetória linear (do negativo para o positivo, como algumas análises insistem em sublinhar), mas, se movimentam sobre uma estrutura cíclica, em que os discursos fundadores do Outro ainda são o grande manancial para tipificação dos personagens negros e dos assuntos relacionados à África e ao Brasil negro. (Borges, 2012: 198).

O problema desta abordagem estrutural, sem desconsiderar suas contribuições, é, paradoxalmente, minimizar o papel dos contra-públicos e suas organizações. Os atores sociais fatalmente aparecem como presas fáceis, passivas, diante das estruturas que insistem em repetir os padrões da dominação. Reiterando o paradigma dos 'efeitos' a capacidade de agência dos sujeitos fica bastante enfraquecida. Mesmo quando se adota a perspectiva dos Estudos Culturais, atualizada pelos Estudos de Recepção Latino Americanos, o paradigma dos 'efeitos' teimosamente se mantém, como no caso de Sátira Pereira Machado que, após mencionar a capacidade de resistência e resignificação por parte dos receptores, abandona a perspectiva da interação e retoma a ênfase no vetor midiático sobre os indivíduos que assumem "posições distintas na assimilação das mensagens emitidas" (Machado, 2012: 220).

O próprio histórico da relação entre mídia e sociedade, no caso dos afrodescendentes, revela um jogo interativo na relativa permeabilidade da televisão às pressões advindas de receptores individuais e/ou movimentos sociais. Passado este que aponta também para a capacidade reflexiva dos públicos ao construírem sentido na experiência de confronto com os produtos advindos da mídia. É com esta hipótese que iremos olhar o seriado "Sexo e as Negas" e as controvérsias que ele gerou. Ou seja, não como um produto com função pré-determinada pelo sistema midiático, mas, como construção interativa dentro de um dispositivo midiático propenso a estabilizar discursos e práticas, mas, que só pode fazê-lo apropriando-se das críticas e resistências abrindo brechas para as instabilidades e inconformismos dos contra-públicos. Jogo interativo e não dicotômico é o que marca a relação de poder entre as mídias e a sociedade.

3. Mais um capítulo na relação entre televisão e afrodescendentes.

Não vou descrever exaustivamente as imagens da série "Sexo e as Negas" em busca da resposta ao enigma dicotômico: existem estereótipos? O produto é racista? O próprio título denota a mobilização do quadro de referências marcado pelo estereótipo remetendo o receptor à associação entre a mulher negra e a sexualidade nos termos de uma herança racista, mas, o nome da série também revela uma tensão, pois, a explícita referência ao seria do americano 'sex in the city' aponta para a vontade de resignificar este quadro reconhecendo e festejando a participação de mulheres negras da periferia na experiência urbana e 'moderna' da sexualidade feminina relativamente autônoma. Minha intenção é observar alguns conteúdos significativos do programa, justamente, por enunciarem as ambigüidades e tensões presentes na performance midiática.

A série em tela mistura diferentes temáticas ao abordar o cotidiano de quadro mulheres negras da periferia do

Rio de Janeiro: questão racial, desigualdade social/espacial, mobilidade, relação amorosa, sexualidade, gênero, consumo, felicidade etc. Paralela à temática central a respeito da vida amorosa das protagonistas, são explícitas as referências às dificuldades vividas pelas classes populares frente a carência de políticas públicas e sociais. Ao mesmo tempo o programa expõe a luta diária dessas pessoas no novo contexto brasileiro que possibilita sonhar com ascensão social e com o acesso a bens materiais e simbólicos antes exclusivos das elites.

Uma das análises interessantes sobre 'Sexo e as Negas' foi elaborada por Luis Augusto Campos (2014), ele aponta a ambigüidade latente ao projeto de Falabella, pois, a intenção do autor era mobilizar um olhar feminista, dando voz e visibilidade a mulheres negras que costumam ocupar posições subalternas na dramaturgia televisiva. Contudo, segundo Campos, o erro que gera a tensão está em dissociar a questão de gênero da questão racial e de classe, assim, o que poderia ser visto como valorização da autonomia sexual feminina se as protagonistas fossem brancas, aparece como reforço do preconceito, pois, sendo negras e pobres as atoras carregam consigo o quadro referencial da 'mulata hipersexualizada' disponível aos desejos dos homens brancos da elite. A tensão está, ao que nos parece, em desnaturalizar a sexualidade da mulher submissa, mas, retomando a figura subalterna e cristalizada na sociedade brasileira da 'mulata sensual': amante, poligâmica e passiva diante da violência machista. O seriado americano, no entender de Campos, procurou atacar o estereótipo da mulher branca, qual seja: monogamia e frigidez, representações que serviram à normalização do comportamento sexual deste grupo de mulheres 'boas para casar'. Erro de agenda, portanto, a adaptação aos padrões brasileiros teria pecado ao colocar nas mãos, ou no corpo, de personagens tão distantes e diferentes uma bandeira de mulheres brancas norte americanas, para elas, é até plausível pensar a emancipação como exercício relativamente autônomo da sexualidade; ao passo que para as afrodescententes brasileiras, esteriotipadas como 'boas de cama' a representação da resistência seria mais complexa. Augusto Campos tem uma percepção sofisticada da questão, sem dúvida. Mas, teria sido um erro do autor a confusão dessas pautas: feminista e racialista? Ou o tipo de interação que se estabelece entre mídia e sociedade é mais explicativo sobre as tensões que envolvem o seriado que está sob análise? Ao que parece os produtos 'midiaculturais' não têm como alvo os extremos, tanto ao absorver tendências e comportamentos quanto ao proporem seus quadros interpretativos. Sendo assim, a série dialoga com as mulheres negras que experimentam a sexualidade relativamente autônoma sem preocupação em acertar as contas com a herança da 'mulata hipersexualizada', como se as injustiças do passado não devessem servir de barreira para a experiência da 'felicidade' coletiva.

Uma cena do primeiro episódio chama a atenção. A empregada doméstica negra é autorizada pela patroa a usar sua jóia, uma pulseira, mas, ao demonstrar receio de ser roubada a patroa lhe diz que ninguém vai acreditar que aquela peça é uma jóia estando no braço dela. A cena gerou controvérsia nas redes sociais. O quadro de referência mobilizado é a discriminação, a desigualdade social e de raça; soma-se ainda a intimidade entre patroa e empregada que remete ao caráter que sobressai no racismo brasileiro, qual seja: as situações de proximidade que ofuscam a hierarquia. Mas, diferente da cena da novela 'Pátria Minha' retratada mais acima, a interlocutora da mulher negra faz referência ao preconceito social e utiliza dele como artimanha para que a empregada possa usar a jóia sem risco de ser roubada, trata-se de uma pequena resistência, uma '*bricolage*' (CERTEAU, 1994) que faz as duas cúmplices num gesto mais de solidariedade política do que de solidariedade tradicional. O conteúdo, a bem da verdade, mescla a referência ao racismo que constrange, pois, a cor da pele atesta a subalternidade aos olhos preconceituosos da sociedade e opera como salvo conduto para o uso dissimulado da jóia; mas, a cena não dissimula o racismo, ao contrário explicita seu laço com a desigualdade. Entre o drama e a comédia é apresentada uma solução parcial, provisória e partilhada entre patroa e empregada.

Considero elucidativo, também, acompanhar os agentes envolvidos na controvérsia para pensar sobre o que ela revela a respeito do conflito racial na atualidade e a propósito da relação entre mídia e sociedade. Abaixo mais um depoimento interessante:

> Vejo que o Miguel Falabella está interessado em vender seu produto, não tem noção de quanto isto é péssimo para a reputação das mulheres negras que são vistas como símbolo de orgia. Não é isso que nós negros esperamos de um ator que diz saber o quanto o negro no Brasil passa por dificuldades profissionais. Agora cabe ao negro dar a resposta ao Miguel Falabella. (CRF, homem, negro, comentário feito ao blog Correio do Estado, em 12/9/2014).

O comentário acima aponta para o peso do quadro de referência presente na sociedade, assim como, na própria mídia. Mas, a mídia por suas características não pode apenas repetir o instituído, a busca pela audiência, a concorrência exige atenção às transformações na sociedade e no próprio campo televisivo. Antes de prosseguir vejamos outro comentário:

> Sobre o seriado da Globo que começou esta semana 'Sexo e as Negas' com certeza não representa a maioria das mulheres negras do Brasil. Se não assistíssemos não teria audiência, por outro lado, se não assistirmos não conseguiremos fazer a crítica. Mas em que momento a Globo nos representa? Em nada! Deixamos de ser empregadas domésticas para ser objeto sexual. (V.P., mulher, comentário ao artigo de Charô Nunes, no blog 'oneirophanta', em 17/9/2014).

Além de tocar no dilema da 'censura' ou do boicote ao programa, a mulher que tece esse comentário aponta para a luta pela 'representação' como um dos elementos centrais da relação entre mídia e sociedade. A representação, o reconhecimento, individual e coletivo, passa pela comunicação que hoje se faz, em grande medida, de forma mediada. Mas, até que ponto o dispositivo midiático, no caso do programa em tela, procura representar agentes e situações em transformação, mais até do que atualizar um passado?

> Achei sua análise muito precisa. Assisti o primeiro capítulo e compartilho com muitas das suas impressões. Só fico preocupada com a leitura de 'estereótipo de mulher negra'. Fico preocupada porque se esse argumento não for construído de maneira cuidadosa, ao invés de explicitar e criticar a cristalização de um papel social como única possibilidade para as mulheres negras na mídia, acabamos por chamar essas mulheres – camareiras, terceirizadas, passistas de escola de samba – de caricaturas. Essa tem sido inclusive a arma da maior parte das pessoas negras que se pronunciaram a favor da série e contra os negros que a criticam. Ainda no que tange ao cuidado que devemos ter pra construir essa crítica, acho que devemos nos atentar para não ofender mais uma vez a essas mulheres ao tratar da natureza das funções que elas exercem. Acho que após pegar algumas horas de condução pra limpar uma casa cheia de luxos que ela nunca poderá ter, de ser tratada pelos patrões como se fosse ignorante por exercer essa função, ganhar muito menos do que seu trabalho vale e ter de repeti-lo ao chegar em sua própria casa, a última coisa que essa mulher precisa ouvir é que ela exerce uma função subserviente. Nesse sentido, retomar as relações que ele tem com o trabalho das mucamas é pertinente, mas acho também que deve-se ter cuidado pra não abrir precedente para leituras que constatem que nada mudou desde então e além disso, que essas mulheres não vem lutando pra que isso mude. Eu digo isso porque eu sou uma mulher negra que escreve de um quarto de moradia estudantil, numa universidade pública. E quem me descortinou essa possibilidade foi minha mãe, empregada doméstica – hoje cuidadora – e falante de espanhol, estudante de alemão e filosofia" (C., mulher, comentário ao artigo de Charô Nunes, no blog 'oneirophanta', em 17/9/2014).

O pronunciamento desta mulher indica que as ambigüidades não envolvem só a representação midiática, mas, também a crítica a ela. Do seu ponto de vista muitas mulheres negras não se vêm representadas na desqualificação do conteúdo do programa, pois, este ato também rebaixa seus próprios papéis sociais. O programa 'Sexo e as Negas' apresenta papéis sociais de pessoas em situações subalternas, buscando ser verossímil, plausível, mas, a crítica se funda na percepção de que esta realidade representada está invertida. Qual o critério para este julgamento? O ideal de justiça e democracia. Mas, a crítica à representação desses papéis e situações subalternas não significa mais um bloqueio, mais uma barreira para esses sujeitos? A fala apreende bem as transformações pelas quais passa nossa sociedade, pessoas que antes tinham poucas expectativas em papéis subalternos hoje conseguem sonhar com trajetórias de ascensão social. A isto se soma o objetivo de paródia do programa, ou seja, de atualizar o tema da sexualidade relativamente autônoma de mulheres do meio urbano

ambientado, agora, na periferia de uma grande cidade brasileira e tendo como protagonistas mulheres negras. Parece ser uma experiência de defesa do reconhecimento deste grupo que luta contra a subalternidade e, ao mesmo tempo, a reivindicação, enquanto mídia, de legitimidade da demanda de ser seu representante nas novas práticas ambíguas que a ele se abrem.

> Não assisti Sex and the City porque era fraquinho e do mesmo modo não assistirei O Sexo e as Negas. Os dois são uma boxta (sic), passatempo água com açúcar. Agora, usar racismo como desculpa? Faz favor! Negras tb fazem sexo e podem escolher qual e quantos parceiros querem. Garanto a vcs, se fosse O Sexo e as Branca teriam batido recorde de ibope no horário, independente de se passar no morro ou na Zona Sul. Mas, os racistas enrustidos e os negros de casa grande estão aí pra ser do contra…Como nasci com alma de negra de senzala e sempre foi assim que me portei, me ofendo muito mais com os negros babacas de Manoel Carlos[3], sempre servis e compreensivos do que com essas 4 moças que vivem como muitas (negras, brancas, amarelas, roxas, cor de rosa etc) que encontramos par aí. (C2, mulher, comentário ao artigo de Charô Nunes, no blog 'oneirophanta', em 17/9/2014).

A mulher do comentário acima tece dura crítica ao que ela denomina 'negros de casa grande', aqueles que questionam o comportamento de outros afrodescendentes, ou seja, ao que parece ela questiona a própria reivindicação de representante do comportamento legítimo de alguns sobre outros. Ela percebe, também, que a novidade do programa é conceder às personagens negras a legitimidade da experiência da sexualidade volátil, dos encontros casuais, suas conseqüências, alegres, mas, também angustiantes e marcadas por incertezas, mas, perpassada pela sensação de não subalternidade. O dispositivo midiático parece se apropriar desta reivindicação dos contra-públicos de vivenciar a experiência da 'felicidade' das celebridades, como já alertava Edgard Morin (2011), o que já é uma mudança, pois contraria as mentes mais conservadoras e as práticas moralistas, mas, ao mesmo tempo significa instituir uma nova legitimidade, uma nova justificativa para comportamentos normalizados: 'conquistamos o direito as vivenciar as experiências antes bloqueadas'. Percebe-se aí o paradoxo, a ambiguidade que marca a mídia de massa. Não surpreende, portanto, percepções tão contraditórias entre si por parte dos receptores do programa.

> Uma mulher não é objeto sexual quando é ela que tem plena autonomia sobre sua sexualidade e total agência diante da sua vida afetiva e sexual, que é como a série parece retratar as mulheres (negras, no caso). É no mínimo muito conservadorismo, beirando a carolice[4], achar que o fato de serem mulheres "liberadas" e em busca ativa da satisfação sexual e afetiva as torna "objetos sexuais", que é/era algo nítido em sociedades patriarcais onde os homens é que "usam e abusam" da mulata ou negra numa clara posição dominante do homem sobre ela. (YCS, homem branco, comentário ao artigo de Nirlando Beirão, no site de cartacapital, em 13/10/2014).

Outro depoimento ilustrativo da controvérsia:

> Juro que não entendo todo esse bafafa. Pra mim parece que as negras bem sucedidas querem mais é que as negras que não tiveram a mesma sorte que elas se fodam. Desculpe o palavreado, mas é o que parece. Tipo, foda-se que a maioria das negras, infelizmente, ainda viva uma condição subalterna, eu consegui vencer na vida e quero me ver representada. Pra que? Todas as blogueiras negras que vejo tem uma baita história de superação, uma carreira acadêmica, um baita conhecimento e consciência. Já sabem tudo que conseguiram, todo seu potencial. Por que então não deixar que jovens negras, que talvez ainda não tenham tido a oportunidade de

3 Autor de telenovelas da Rede Globo de Televisão.

4 Carolice: Atitude carola, de quem é beato, freqüentador de igreja; apaixonado por uma idéia ou religião.

> ter essa visão e ampliar seus conhecimentos se vejam reconhecidas? Porque afinal, ninguém das que reclamam vê Globo, gosta da Globo ou qualquer coisa assim. Então porque não deixar que as negras que, infelizmente, ainda trabalham em condições subalternas às patroas brancas não se vejam representadas? Antes de todo esse bafafa, na minha santa ignorância, tinha achado empoderador, mostrar pras jovens negras das comunidades que o corpo é delas, que elas tem (sic) todo o direito de transarem com quem quiserem. Afinal, se as jovens brancas lutam por isso, por que as negras também não podem? Tenho certeza que se ao invés de negras, as protagonistas fossem quatro brancas seria o máximo, finalmente mostrando mulheres livres sexualmente e daí o mimimi[5] seria por representar apenas mulheres brancas fazendo isso e não mulheres negras, como se as negras também não fizessem isso. E outra coisa que me incomoda é que muito se fala que branco não pode falar sobre negro, que você só pode falar sobre o que é. Então, por que reclamam tanto da falta de negros, homossexuais, cadeirantes, cegos e trans nas novelas/filmes/etc? Afinal, pela lógica, só pessoas assim poderiam escrever peças sobre este tema. Não me parece lógico. (B, mulher, comentário ao artigo de Charô Nunes, no blog 'oneirophanta', em 20/9/2014).

O depoimento desta mulher é bastante elucidativo. Ela começa explicitando uma percepção de hierarquia entre afrodescendentes e a tensão presente na atitude, talvez, elitista de determinar ao outro o tipo de experiência considerada legítima ou eficiente em termos políticos. O paradoxo está em criticar a dominação e prescrever limites às práticas do outro, ou seja, erguer barreiras à autonomia. Não é fácil apreender este jogo tenso operado pela mídia onde, de um lado, se oferece a diferentes grupos a oportunidade de transgredir padrões tradicionais, arraigados, e por outro se normaliza comportamentos, por exemplo, disseminando a mesma concepção de felicidade como experiência massificada. A hipótese mais interessante sugere que as práticas de poder que envolvem o dispositivo midiático não operam de forma deliberada ou pela via da manipulação com o objetivo deliberado de reproduzir o instituído, neste caso, recolocando o racismo tradicional. As características da mídia de massa apontam para a tensão de procedimentos que procuram interessar a todos, interpelar o maior número possível de pessoas, o que significa atentar para as inovações e transgressões presentes no mundo social, buscando incorporá-las. Mas, trata-se de um procedimento que oferece riscos, pois, não há um pleno domínio dos resultados. A aculturação, enquanto absorção das críticas implica em reconhecimento indesejado do outro, das suas falas e procedimentos criativos. Não por acaso a mídia se depara com problemas de poder, apresenta proposições aos diferentes grupos, arrisca, erra aqui e acerta ali, em geral diverte muitos e desagrada alguns, aqueles que estão nos extremos seja do espectro político ou de gosto.

As controvérsias geradas pelo conteúdo da série 'Sexo e as Negas' refletem o contexto atual da sociedade brasileira que se encontra bastante dividida politicamente, com pouca permeabilidade para concessões e transigências. Muito diferente do cenário que marcou a polêmica da novela 'Pátria Minha', relatada acima, quando a crítica da movimento negro gerou negociação e atendimento da demanda por parte da mídia.

5 Falatório.

Referências bibiográficas:

ALAKIJA, A. (2012), "Mídia e identidade negra". In R. C. Borges, R. S. Borges (eds.), *Mídia e Racismo*. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: ABPN, pp. 106-151.

ARAÚJO, J. Z. (2000), *A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira*, São Paulo: SENAC.

BERGER, P. & LUCKMANN, T. (1995), *A construção social da realidade*, Petrópolis: Vozes.

BOLTANSKI, L. & CHIAPELLO, È. (2009), *O novo espírito do capitalismo*, São Paulo: WMF.

BORGES, R. da S. (2012), "Mídia, racismos e representações do outro: ligeiras reflexões em torno da imagem da mulher negras". In R. C. Borges, R. S. Borges (eds.), *Mídia e Racismo*, Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF : ABPN, pp. 178-203.

BOURCIER, M. (2011), *Queer Zones: politique des identités sexuelles et des savoirs*, Paris: Éditions Amsterdam.

CERTEAU, M. (1994), *A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer*, Petrópolis: Vozes.

COSTA, K. R. B. (2012), "De quando a pluralidade revela a invisibilidade". In R. C. Borges, R. S. Borges (eds.), *Mídia e Racismo*, Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF : ABPN, pp. 40-63.

FERRO, R. (2012), "O negro sem cor no telejornalismo brasileiro". In R. C. Borges, R. S. Borges (eds.), *Mídia e Racismo*, Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF : ABPN, pp. 64-83.

MACHADO, S. P. (2012), "Mídia, Infância e negritude: Cidadania e afrodescendentes no Brasil". In R. C. Borges, R. S. Borges (eds.), *Mídia e Racismo*, Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF : ABPN, pp. 206-244.

MACÉ, É. (2006), *Les imaginaires médiatiques: une sociologie postcritique des médias*. Paris : Éditions Amsterdam.

MAIGRET, É. (2010), *Sociologia da comunicação e das mídias,* São Paulo: Editora Senac.

MORIN, E. (2011), *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo 1: neurose*, Rio de Janeiro: Forense Universitária.

PORTO, M. P. (2012), *Media Power and Democratization in Brazil: TV Globo and the Dilemmas of Political Accountability,* New York/London: Routledge.

SODRÉ, M. (1999), *Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis, Vozes.

Documentos:

ARAÚJO, J. Z. (2000), *A negação do Brasil*, São Paulo, Rio de Janeiro. Documentário em vídeo.

CAMPOS, L. A. (2014), As "negas" in the city? Paroxismo de uma importação dramatúrgica, *O blog do Démodé*, Disponível em http://grupo-demode.tumblr.com/post/104405795722/as-negas-in-the-city-paroxismo-de-uma , [consultado em 5-12-2014]

GT 47
Os direitos humanos não têm quem os defenda?

A efetivação dos direitos humanos através do pacto internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais

Aline Andrighetto[1]

Resumo: Os Direitos Humanos refletem um construído axiológico a partir de um espaço simbólico de luta e de ação social. A expansão e a generalização da proteção dos direitos humanos demonstraram propostas de categorização dos direitos – individuais, sociais e de solidariedade com os povos. Os Pactos Internacionais visam incorporar ao texto da Declaração Universal preceitos humanos imprescindíveis, assim como a adoção de uma linguagem de direitos que implique obrigações legais entre os Estados. Uma análise do relatório desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento demonstra como os índices de desenvolvimento humano contribuem para o déficit de ações do Estado, bem como da sociedade para o desenvolvimento social. Assim, pode-se afirmar que o reconhecimento da dimensão social e cultural dos direitos humanos a partir de um direito fundamental é imprescindível para a abertura de amplas e novas possibilidades que visem à proteção e ao combate das discriminações de grupos minoritários.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Proteção; Sociais; Discriminação; Minoritários.

Abstract: Human Rights reflect a set of values constructed from a symbolic space of struggle and social action. The expansion and generalization of the protection of human rights demonstrated proposals for categorization of rights - individual, social and solidarity with the people. International Covenants aim to incorporate the text of the Universal Declaration indispensable human precepts as well as the adoption of a rights language that implies legal obligations between States. An analysis of the report developed by the United Nations Program for Development demonstrates how the human development indices contribute to the deficit of state actions, as well as of society for social development. Thus, it can be stated that the recognition of the social and cultural dimension of human rights as a fundamental right is essential for opening broad new possibilities and aimed at the protection and combating discrimination of minority groups.

Keywords: Human Rights; Protection; Social; Discrimination; Minority.

Considerações iniciais

Direitos humanos aceitos como de origem ocidental, com a tradição dominante de direitos – civis e políticos–, são originados da filosofia ocidental ligada ao liberalismo. Esses direitos têm sido usados em discussões acerca da universalização de valores, como argumento sobre o relativismo cultural a fim de demonstrar a especificidade cultural dos direitos humanos, mencionando noções de culturas diferenciadas no regime de direitos humanos. Procuram, ademais, métodos mais democráticos para a formulação de direitos, expandindo

---

1 Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI); Bacharel em Direito e pós-graduada em Direito Ambiental pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí); membro do grupo de pesquisa "Novos direitos na sociedade globalizada"; registrada no CNPq e base de sustentação da linha de pesquisa "Direito e Multiculturalismo" do Mestrado da URI, Santo Ângelo, RS. alineandrighetto@gmail.com.

a noção dos direitos de autodeterminação, dos direitos dos povos indígenas, das minorias e dos imigrantes, direito ao desenvolvimento, aos direitos econômicos, sociais, étnicos e culturais, direitos relativos à diferença de gênero.

No que se refere a Direitos Culturais, as Nações Unidas iniciaram um trabalho sobre o regime internacional de direitos, em que enfatizam os direitos individuais ao mesmo tempo em que evitam cuidadosamente conferir direitos a grupos, o que denota que na atualidade há uma defesa maior de reconhecimento das bases culturais e étnicas. O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos é hoje o mais importante nas Nações Unidas sobre minorias, e o Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas tem interpretado de modo mais positivo o fato de que para se desenvolver os direitos coletivos das minorias são necessárias algumas obrigações positivas para os Estados, como o reconhecimento de que alguns assuntos nele contidos visam à sobrevivência e ao desenvolvimento continuado da identidade cultural, religiosa e social das minorias.

O intuito desta pesquisa é mencionar os Pactos Internacionais protetores de grupos sociais minoritário se demonstrar a efetividade do compromisso assumido pelos países signatários, avaliando dados do relatório anual de 2014 sobre o Índice de Desenvolvimento Humano desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

1 Dos pactos de direitos humanos

A Assembleia Geral das Nações Unidas, no dia 16 de dezembro de 1966, adotou dois pactos internacionais de direitos humanos, os quais desenvolveram o conteúdo da Declaração Universal de 1948. Foram eles: o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Ao primeiro pacto foi anexado um Protocolo Facultativo atribuído ao Comitê de Direitos Humanos, outorgando-lhe competência para receber e processar denúncias de violações de direitos humanos feitas por indivíduos contra qualquer dos Estados-Partes.

Segundo Comparato (2001), a segunda etapa do processo de institucionalização dos direitos do homem em âmbito universal estava completa, e dava-se início a terceira e próxima etapa relativa à criação de mecanismos de sanção às violações de direitos humanos. A competência do Comitê para receber e processar denúncias mesmo quando formuladas por Estados-Partes depende do reconhecimento expresso do Estado, apontado como violador dos Direitos Humanos.

A elaboração dos dois tratados compreendeu um conjunto de direitos humanos, segundo o modelo da Declaração Universal de 1948, que resultou de um compromisso diplomático. O Ocidente insistia em reconhecimento de liberdades individuais clássicas, protetoras da pessoa humana contra os abusos e interferências dos órgãos estatais na vida privada. Enquanto isso, os países do Bloco Comunista e os jovens países africanos preferiam direitos econômicos, que têm por objetivo apoiar classes desfavorecidas.

Decidiu-se com isso, limitar a atuação fiscalizadora do Comitê de Direitos Humanos unicamente aos direitos civis e políticos, declarando que os direitos que têm por objeto programas de ação estatal seriam realizados progressivamente. Segundo Comparato (2001), a unidade essencial do sistema de direitos humanos foi afirmada pela Resolução 32/120, da Assembleia Geral da ONU, em 1968, e confirmada pela Conferência Mundial de Direitos Humanos de 1993, na Declaração de Viena[2], e a partir desta unidade essencial passou-se a falar em desenvolvimento[3]. Menciona ainda a referida resolução que os Estados têm a responsabilidade primordial de

2 A Declaração de Viena de 1993 afirma a interdependência entre os valores dos direitos humanos, democracia e desenvolvimento.

3 A Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 4 de dezembro de 1986, considerou desenvolvimento como um amplo processo de natureza econômica, social, cultural e política. Manifestou sua preocupação com a existência de sérios obstáculos ao desenvolvimento e a completa realização dos seres humanos e dos povos, obstáculos esses constituídos pela denegação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, entendendo que todos os direitos humanos e as liberdades fundamentais são indivisíveis e interdependentes, devendo-se, a fim de promover o desenvolvimento, dar igual atenção e considerar como urgente a implementação, promoção e proteção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

criar condições nacionais e internacionais favoráveis à realização do direito ao desenvolvimento, o que implica no dever de colaboração de todos na eliminação dos obstáculos ao desenvolvimento. A partir da omissão nos pactos à propriedade privada surgiu o capitalismo incontrolável sobre as camadas pobres da população.
Os direitos declarados no Pacto de Direitos Civis e Políticos constituíram, historicamente, um meio de defesa de indivíduos ou grupos sociais contra os privilégios privados e o abuso do poder estatal. Já no Pacto sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o elemento comum aos direitos elencados é a proteção das classes ou grupos sociais desfavorecidos contra a dominação socioeconômica exercida pela minoria rica e poderosa. Nele, a antijuridicidade consiste na inércia estatal, na negligência ou recusa dos órgãos públicos em limitar ou controlar o poder econômico privado. Segundo Piovesan:

> Enquanto o Pacto dos Direitos Civis e Políticos estabelece direitos endereçados aos indivíduos, o Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais estabelece deveres endereçados aos Estados. Enquanto o primeiro Pacto determina que 'todos têm direito a [...]' ou 'ninguém poderá [...]', o segundo Pacto usa a fórmula 'os Pactos reconhecem o direito de cada um a [...]' (2007).

Os direitos humanos constantes em ambos os pactos formam um conjunto indissociável, o que leva a entender que a liberdade consiste em um mínimo de igualdade social. Segundo Comparato, "é o princípio da solidariedade que constitui o fecho de abóbada de todo o sistema de direitos humanos" (2001, p.335).
Devido à exigência de superação à inércia estatal, ou às formas de evitar o desvio da ação dos Poderes Públicos em favor das classes sociais dominantes, os direitos declarados no Pacto têm por objeto políticas públicas ou programas de ação governamental e políticas públicas coordenadas entre si para a elevação do nível de vida, da qualidade de vida das populações carentes. Nesse rumo, menciona Comparato que uma política pública não é um ato isolado, tampouco a abstenção de praticar determinados atos (2001, p.336). Ela consiste em uma *atividade,* conceito técnico elaborado pela mais recente teoria jurídica.
Os direitos econômicos, sociais e culturais surgiram historicamente como criações do movimento socialista que sempre primou por valores como igualdade de todos os grupos ou classes sociais, ou seja, pelo acesso a condições de vida digna. Isso supõe a constante e programada interferência do Poder Público na esfera privada com vistas à progressiva eliminação das desigualdades sociais. Segundo Santos

> Em um tempo de intensificação das práticas sociais e culturais transnacionais o fechamento cultural é, quando muito, uma aspiração piedosa que na prática oculta e implicitamente aceita a 'fatalidade' de processos caóticos e incontroláveis de desestruturação, contaminação e hibridação cultural. Tais processos são baseados em relações de poder e em trocas culturais tão desiguais que o fechamento cultural se transforma na outra face da conquista cultural (2010, p.454).

A todos os seres humanos, sem exceção, independente das diferenças biológicas, étnicas e culturais, devem ser atribuídas condições sociais de uma vida digna. "As garantias de realização coativa dessa atribuição de bens constituem um acessório importantíssimo, sem dúvida, mas não indispensável ao reconhecimento da existência dos direitos subjetivos" (2001, p.338). Os direitos econômicos, sociais e culturais realizam-se por meio de políticas públicas ou programas de ação governamental, reforçando órgãos estatais a fim de eliminar a dominação de classes privilegiadas e realizar a justiça social. A elaboração das garantias dos direitos econômicos, sociais e culturais devem institucionalizar a participação popular na elaboração de projetos, e reconhecer as prioridades estabelecidas pela Constituição Federal brasileira. Os direitos humanos não constituem as "cartas na manga" contra objetivos coletivos, como entende a teoria liberal, mas são um sinal de reconhecimento comum da abertura da sociedade e da identidade, isto é, o lugar aonde o cuidado, o amor e a lei se encontram (2009, p.301).
O art. 1º do Pacto expressa que "todos os povos têm direito à autodeterminação. Em virtude desse direito, determinam livremente seu estatuto político e asseguram livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural", o que significa que de modo algum o povo poderá ser privado de seus próprios meios de subsistência.

2 Implicações sobre os pactos de direito internacional

Com relação ao impacto do Direito Internacional dos Direitos Humanos no direito brasileiro cabe mencionar que este vivenciou um importante processo de democratização, que possibilitou a reinserção do Brasil no meio internacional no tocante à proteção dos direitos humanos. Este processo permitiu também a ratificação de relevantes tratados internacionais de direitos humanos. Consequentemente, a incorporação desses tratados permitiu o fortalecimento do processo democrático diante dos direitos por eles assegurados. Nesse sentido, é possível que se intensifiquem respostas jurídicas em face dos casos de violação dos direitos humanos e, com isso, ocorra o reforço da sua proteção.

A Constituição Federal brasileira de 1988 inovou na instituição de direitos humanos e democracia. "Para o estado brasileiro a prevalência dos direitos humanos é princípio a reger o Brasil no cenário Internacional, e está consequentemente admitindo a concepção de que os direitos humanos constituem tema de legítima preocupação e interesse" (PIOVESAN, 2007, p.434). Com a significativa atuação dos órgãos internacionais surgem áreas de atuação que ampliam a luta dos movimentos sociais, como o movimento das mulheres, o movimento negro, o movimento ambientalista, das entidades de defesa das crianças e adolescentes, dos idosos, dos portadores de necessidades especiais, movimentos pela saúde, entre outros. São significativos os avanços em busca dos Direitos Humanos no cenário brasileiro e, com isso, sua luta é reivindicada pelos movimentos sociais com excelente âmbito normativo.

Segundo Piovesan, "reflexo da crescente importância da temática dos direitos humanos no âmbito do poder Legislativo é a criação de comissões de Direitos Humanos nas casas do legislativo" (2007). Isso implica em discussões com maior poder de eficácia, pois se tornam possíveis atos normativos que orientam a luta contra a discriminação e as desigualdades sociais frente aos direitos humanos. O reconhecimento dos direitos humanos de caráter econômico e social foi o principal benefício que a humanidade absorveu do movimento socialista, iniciado na primeira metade do século XIX (COMPARATO, 2001, p.51).

A ideia de que a proteção dos direitos humanos não deve se reduzir ao domínio reservado do Estado é fortalecida, pois se constitui em tema de legítimo interesse internacional. Neste contexto, a Declaração de 1948 vem para inovar a gramática dos direitos humanos, especialmente ao introduzir a chamada *concepção contemporânea de direitos humanos*, marcada pela universalidade e indivisibilidade desses direitos. Indivisibilidade porque a garantia dos direitos civis e políticos é condição para a observância dos direitos sociais, econômicos e culturais e vice-versa. Quando um deles é violado, os demais também o são. Os direitos humanos compõem, assim, uma unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada, capaz de conjugar o catálogo de direitos civis e políticos com o de direitos sociais, econômicos e culturais. Sob esta perspectiva integral identificam-se nos dois pactos: relação e interdependência das diversas categorias de direitos humanos, bem como a relevância de direitos sociais, econômicos e culturais de direitos civis e políticos.

Na visão de Douzinas, o humanismo jurídico, que prega um mundo totalmente legalizado, é um mundo humano, e humano até demais (2009, p.251). Existe uma continuidade óbvia entre Metafísica e História, e o humanismo jurídico faz parte do mesmo processo. Deve-se, portanto, atacar o humanismo jurídico a fim de proteger os seres humanos contra as exigências do poder.

A Declaração de 1948 dá início ao desenvolvimento do Direito Internacional dos Direitos Humanos, mediante a adoção de diversos instrumentos internacionais de proteção. A referida Declaração confere lastro axiológico e unidade valorativa a este campo do Direito, com ênfase na universalidade, indivisibilidade e interdependência dos Direitos Humanos. O processo de universalização dos Direitos Humanos permitiu a formação de um sistema internacional de proteção desses direitos. Este sistema é integrado por tratados internacionais de proteção que refletem a consciência ética contemporânea compartilhada pelos Estados, na medida em que invocam o consenso internacional acerca de temas centrais aos direitos humanos, na busca pela salvaguarda de parâmetros mínimos de proteção.

O propósito da coexistência de distintos instrumentos jurídicos garante os mesmos direitos no sentido de ampliar e fortalecer a proteção dos direitos humanos. O que importa é o grau de eficácia da proteção que, por isso, deve ter a aplicação da norma que, no caso concreto, melhor protege o ser humano, pois como menciona Flores: "são os direitos econômicos, sociais e culturais os que estão no objetivo das políticas depredadoras da or-

dem global" (2009, p.161). Ao adotar o valor da primazia da pessoa humana, estes sistemas se complementam, interagindo com o sistema nacional de proteção, a fim de proporcionar a maior efetividade possível na tutela e promoção de direitos fundamentais. Esta é, inclusive, a lógica e o princípio próprios do Direito Internacional dos Direitos Humanos – todo ele fundado no princípio maior da dignidade humana.

Piovesan menciona que em face da indivisibilidade dos direitos humanos há de ser afastada definitivamente a equivocada noção de que uma classe de direitos civis e políticos merece reconhecimento e respeito, enquanto outra classe de direitos sociais, econômicos e culturais, ao revés, não merece qualquer observância (2011). Isto porque, sob a ótica normativa internacional está definitivamente superada a concepção de que os direitos sociais, econômicos e culturais não são direitos legais, uma vez que a ideia de não acionar os direitos sociais é meramente ideológica e não científica. São eles autênticos e verdadeiros direitos fundamentais, acionáveis, exigíveis e que demandam séria e responsável observância. Por isso, essas garantias devem ser reivindicadas como direitos e não como caridade ou até mesmo compaixão. A esse respeito comenta Trindade: "Havia um reconhecimento de que sem os direitos econômicos, sociais e culturais os direitos civis e políticos teriam pouco sentido para a maioria das pessoas" (2003, p.448).

Os direitos econômicos, sociais e culturais podem ser compreendidos como uma demanda recorrente do direito ao desenvolvimento. Para isto, importa realçar que no campo dos valores, em matéria de Direitos Humanos, a consequência de um sistema internacional definido como *polaridade* desenvolveu uma batalha ideológica entre os direitos civis e políticos e direitos econômicos, sociais e culturais. Com isto surge o empenho tão necessário do Terceiro Mundo em elaborar uma identidade cultural própria em termos de desenvolvimento, propondo direitos de identidade cultural coletiva.

O art. 28 da Declaração de Direitos Humanos expressa que toda pessoa tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades nela estabelecidos possam ser plenamente realizados. Nesse contexto, a justiça social passa a ser um componente central para a concepção do direito ao desenvolvimento, inspirado no valor da solidariedade, que deve prover igualdade de oportunidades a todas as pessoas quanto ao acesso a recursos básicos, educação, saúde, alimentação, moradia, trabalho e distribuição de renda.

A Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento pode ser compreendida como um processo econômico, social, cultural e político, cujo objetivo é assegurar a constante melhoria do bem-estar da população ativa, livre e com significativa participação nesse processo, orientada pela justa distribuição dos benefícios dele resultantes (PIOVESAN, 2011, p.211).

Além de justiça social, a efetivação da democracia é fator crucial do direito ao desenvolvimento, constituindo-se em dever dos Estados incentivar a participação popular em todas as esferas, o que é essencial ao desenvolvimento e realização dos direitos humanos. Os direitos fundamentais neste Pacto, portanto, "compartilham da noção de direitos fundamentais, sejam eles civis e políticos, sejam sociais e culturais, demandam séria e responsável observância" (2007, p.174).

O Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais apresenta uma sistemática implementação dos direitos, o que inclui o mecanismo dos relatórios a serem encaminhados pelos Estados. Estes devem consignar as medidas legislativas, administrativas e judiciais adotadas pelos Estados no sentido de conferir observância aos direitos reconhecidos pelo Pacto, que não estabelece o mecanismo de comunicação interestatal e, assim, pode alegar a existência de outro Estado incorrido em violação dos direitos humanos. Segundo Flores, "depois das grandes transformações neoliberais do sistema de relações baseado no capital, temos muito maior perspectiva para abordar, a partir dos direitos humanos, novas circunstâncias econômicas, sociais, políticas e culturais" (2009, p.159). Isso leva a compreender que o Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais estabelece a obrigatoriedade dos Estados reconhecerem e implementarem os direitos enunciados, utilizando o máximo de recursos disponíveis. Os direitos sociais devem ser aplicados progressivamente, sem recuos e retrocessos, a fim de que alcancem sua plena efetividade.

No tocante aos direitos sociais, além das clássicas obrigações de respeitar, proteger e implementar direitos, destaca-se a obrigação de cooperar. Isto porque, da mesma forma como o direito ao desenvolvimento, os direitos sociais têm o valor fundamental da solidariedade, que invoca o dever de cooperação internacional. A Declaração Universal de 1948, em seu art. XXII, consagra o direito à segurança social e à realização, mediante

o esforço nacional e a cooperação internacional, dos direitos econômicos, sociais e culturais, indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade. O Protocolo de San Salvador, de 1988, em seu art. 1º, também ressalta a questão dos direitos econômicos, sociais e culturais, assim como a Convenção Americana. Cabe lembrar que o Protocolo de San Salvador representou o ponto culminante de um movimento de conscientização no continente americano no âmbito das Nações Unidas e no sistema europeu em prol da proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais.

> A atuação da sociedade civil, a partir de articuladas e competentes estratégias de litigância, este sistema tem tido a força catalisadora de promover avanços no regime de direitos humanos. Permitiu a desestabilização dos regimes ditatoriais; exigiu justiça e o fim da impunidade nas transições democráticas; e agora demanda o fortalecimento das instituições democráticas com o necessário combate às violações de direitos humanos e proteção aos grupos mais vulneráveis (2011, p.218).

Cabe à sociedade civil atuar de maneira importante na efetivação dos direitos dos grupos minoritários, efetivando os preceitos de democracia e igualdade. A aplicação do princípio da não discriminação em relação aos direitos humanos desvenda um novo caminho na busca de uma proteção mais eficaz dos direitos econômicos, sociais e culturais tão negligenciados no passado (TRINDADE, 2003, p.480).
Em análise da experiência sul-americana de proteção aos direitos sociais convém fazer algumas considerações. A América Latina pode ser considerada uma região com o mais elevado grau de desigualdade no mundo, como aponta o item a seguir. A este elevado grau de exclusão e desigualdade social percebe-se a necessária consolidação democrática, pois ainda se convive com resquícios dos regimes autoritários ditatoriais, uma cultura de violência e de impunidade e o desrespeito aos direitos humanos, apesar de as constituições latino-americanas estabelecerem cláusulas que permitem a integração entre as ordens constitucional e internacional.

3 Análise do desenvolvimento humano, social e cultural

O desenvolvimento humano pode ser definido como um processo de ampliação das escolhas pessoais para que todos tenham capacidades e oportunidades de serem o que desejam no meio aonde vivem. Neste contexto, pretende-se demonstrar neste item do estudo, a forma como a sociedade brasileira tem se desenvolvido e como as ações internacionais têm influenciado no desenvolvimento de grupos minoritários. A linguagem da comunicação nacional e internacional parece refletir uma mudança de prioridades, comparado com o estilo dialético prevalente há décadas (SEN, 2010, p.292). Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas apenas como um dos meios do desenvolvimento e não como seu fim. Segundo Flores, estamos diante de processos e dinâmicas históricas que tomaram forma em textos e declarações que, desde o século XVIII até a atualidade, confirmam o marco de adaptação ou reação frente a consequências da extensão social, econômica, política e cultural do modo de produção capitalista (2009, p.187).
O conceito de desenvolvimento humano pressupõe que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Esse conceito é a base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), publicados anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2014). As informações aqui assinaladas são fruto desse relatório disponibilizado no seu site eletrônico. O IDH mede o desenvolvimento humano, representado por aspectos como: democracia, participação, equidade e sustentabilidade. No ano de 2010foram incorporadas novas metodologias para o cálculo do IDH, que passou a agregar os índices que refletem a saúde, a educação e a renda em sua constituição.

O IDH foi introduzido no primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano em 1990, como uma medida que desafiou as avaliações econômicas de progresso nacional. O Relatório de 2014 abrange 187 países e territórios. No tocante aos países que compõem a América Latina e o Caribe, o relatório aponta que ao longo dos últimos cinco anos o progresso desacelerou nessas regiões, se comparado com outros períodos. Além disso, o relatório ainda revela que vulnerabilidades persistentes ameaçam reverter os ganhos obtidos.

Os relatórios incluem o Índice de Desenvolvimento Humano e apresentam dados e análises relevantes à agenda global, bem como abordam questões e políticas públicas que colocam as pessoas no centro das estratégias de enfrentamento dos desafios pertinentes ao desenvolvimento. Este relatório serve, em primeiro lugar, para informar, mas pode se tornar uma importante ferramenta, uma vez que com mais informação o indivíduo está mais consciente para atuar, auxiliando na solução dos problemas relacionados aos referidos grupos.

O Relatório de Desenvolvimento Humano é reconhecido pelas Nações Unidas como um exercício intelectual independente e uma importante ferramenta para aumentar a conscientização sobre o desenvolvimento humano em todo o mundo. A publicação tem autonomia editorial garantida por uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas. A premissa do relatório é de que as pessoas são a verdadeira riqueza das nações.

No Brasil, o Índice de Desenvolvimento Humano apresentou uma trajetória de crescimento constante durante as últimas três décadas, segundo dados do relatório. As evoluções nas três dimensões do índice – vida longa e saudável, educação e padrão de vida decente[4]– pressupõe uma harmonização do desenvolvimento humano no Brasil ao longo dos últimos anos. Os dados fazem parte do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2014, lançado pelo PNUD em Tóquio, no Japão. Com um IDH de 0,744, o Brasil melhorou uma posição em relação a 2012 no *ranking* de países, aparecendo agora em 79º entre os 187 países e territórios reconhecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Este IDH é superior ao índice médio da América Latina e do Caribe (0,740) e ao calculado para os países de Alto Desenvolvimento Humano (0,735), grupo do qual o Brasil faz parte. Das 102 nações que compõem os grupos de Muito Alto e Alto Desenvolvimento Humano, apenas 18 apresentaram melhora no *ranking* em relação ao ano anterior, dentre as quais se encontra o Brasil[5].

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2014, numa perspectiva de longo prazo, mostra que o IDH do Brasil acumulou um crescimento de 36,4% entre 1980 e 2013, o que representa um aumento anual médio de 0,95%. Este foi o melhor desempenho do período entre os países da América Latina e do Caribe, o que significa que nessas três décadas os brasileiros ganharam 11,2 anos de expectativa de vida, viram a renda aumentar em 55,9%, enquanto na educação a expectativa de anos de estudo para uma criança que entra para o ensino em idade escolar cresceu 53,5% (5,3 anos), e a média de anos de estudo de adultos com 25 anos ou mais subiu quase 176,9% (4,6 anos).

O coordenador do Sistema ONU no Brasil, representante residente do PNUD no país, menciona em seu relatório que é importante notar o reconhecimento do Relatório 2014 às políticas adotadas pelo Brasil ao longo dos últimos anos, constituindo exemplos concretos para a redução das vulnerabilidades e a construção da resiliência entre os brasileiros, principalmente os mais desfavorecidos. O Brasil de hoje ainda luta para superar passivos históricos, resultados de muitos anos de descaso com o ser humano.

Ademais, é possível perceber ocorrências graves no cotidiano, não apenas nas dimensões do IDH, mas em outras áreas que compõem a visão mais holística do desenvolvimento humano, como a ampliação e consolidação da universalização de serviços básicos, o aumento do nível de empregos e a diminuição do trabalho informal, entre outras. O Relatório do Desenvolvimento Humano traz indicadores complementares que ajudam a ampliar a visão sobre o tema. São eles: o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Além desses, o relatório de 2014 traz também o Índice de Desenvolvimento de Gênero, que é baseado no Índice de Desenvolvimento Humano desagregado por sexo, definido como uma relação entre o IDH para o sexo feminino e para o masculino. Este índice, porém, segundo refere o relatório, não foi calculado para o Brasil devido à falta de dados relevantes. Em 2013, o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) do Brasil ficou em 0,441, o que

---

4 O IDH é medido pela renda baseada no poder de compra por habitante.

5 Dados do relatório disponível em:<http://www.pnud.org.br/arquivos/fontesdedados.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2014.

coloca o país na 85ª posição num *ranking* de 149 países. Já o IPM do país ficou em 0,012, o que indica que uma fatia de 3,1% da população é multidimensionalmente pobre, e revela que essas pessoas sofrem 33,3% ou mais privações entre as 10 variáveis do índice, divididas entre as dimensões de saúde, educação e padrão de vida.

Os dados utilizados no cálculo do IPM são originados de pesquisas nacionais, dificultando uma comparação precisa entre países. No caso do Brasil, o RDH 2014 traz duas séries de dados: 2012 e 2006. Ao comparar esta evolução observa-se que a pobreza multidimensional caiu 29,4% (de 0,017 para 0,012) se forem comparados os dois anos de base, pois quanto mais próximos de zero, menor é o nível de pobreza. O número de pessoas nessa condição, portanto, passou de 4% para 3,1%. Já as pessoas que vivem próximas da pobreza multidimensional (pessoas que estão privadas de mais de um quinto, o equivalente a 25% dos indicadores abordados) caiu de 11,2% em 2006 para 7,4% em 2012.A vulnerabilidade persistente, contudo, ameaça o desenvolvimento humano, e se não for combatida sistematicamente por políticas sociais não há de se falar em desenvolvimento.

As medidas de pobreza com base na renda revelam que 1,2 bilhão de pessoas vivem com US$ 1,25 ou menos por dia. As estimativas mais recentes do IPM e do PNUD, no entanto, revelam que quase 1,5 bilhão de pessoas em 91 países em desenvolvimento estão vivendo na pobreza, com a sobreposição de privações em saúde, educação e padrão de vida. Ao se enfrentar tais vulnerabilidades percebe-se que a hipossuficiência ainda gera grande preocupação.

O documento desenvolvido em 2014 explora as vulnerabilidades que têm persistido e se agravado ao longo do tempo como resultado da discriminação e das falhas institucionais, prejudicando grupos minoritários, como hipossuficientes, mulheres, imigrantes, deficientes, povos indígenas e idosos.

As ameaças que acometem os grupos minoritários vão desde crises financeiras a mudanças climáticas, passando por conflitos e fluxos de refugiados. São efeitos transnacionais por natureza, cujos efeitos são sentidos local e nacionalmente, sobrepondo-se com frequência.

Apesar dos ganhos gerais no desenvolvimento humano, o progresso em todas as regiões desacelerou no período de 2008 a 2013, quando comparado ao período de 2000 a 2008. Nas regiões da Ásia e do Pacífico e da América Latina e do Caribe, bem como nos países árabes, o crescimento médio anual do IDH caiu quase pela metade se for considerado este mesmo critério de comparação. Em 2014 as quedas mais acentuadas nos valores do IDH ocorreram na República Centro-Africana, Líbia e Síria, onde os conflitos recorrentes contribuíram para um declínio na renda.

O Relatório de 2014 revela que a desigualdade global não reduziu na maioria das regiões, como mostra o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD). A desigualdade de renda, entretanto, aumentou em várias regiões, inclusive entre países de muito alto desenvolvimento humano. Apesar de registrar a maior queda na desigualdade geral em 2014, a região da América Latina e do Caribe continua sendo a que apresenta a maior desigualdade de renda. As elevadas disparidades na educação também persistem. O Relatório mostra que as gerações mais velhas continuam a lutar contra o analfabetismo, enquanto os mais jovens têm dificuldade em fazer o salto do ensino primário para o secundário. Os mais altos níveis de desigualdade na educação, contudo, são encontrados no sul da Ásia, nos países árabes e na África Subsaariana.

O novo Índice de Desenvolvimento de Gênero, que pela primeira vez mede a diferença entre os sexos em conquistas de desenvolvimento humano para 148 países, revela que em 16 deles (Argentina, Barbados, Bielorrússia, Estônia, Finlândia, Cazaquistão, Letônia, Lituânia, Mongólia, Polônia, Rússia, Eslováquia, Eslovênia, Suécia, Ucrânia e Uruguai), os valores do IDH para mulheres são iguais ou maiores do que para os homens. Para alguns desses países, entretanto, isso pode ser atribuído a um maior grau de escolaridade feminina; para outros, decorre de uma expectativa de vida significativamente mais longa para o sexo feminino – cerca de cinco anos a mais do que os homens. Os valores mundiais de IDH para as mulheres são 8% inferiores aos dos homens, com grandes variações entre os países. O Índice de Desigualdade de Gênero, no entanto, mostra que a disparidade entre os sexos na renda nacional bruta per capita estimada é muito alta, ou seja, a nível global, para os homens, ela fica acima do dobro da renda das mulheres.

O Relatório intitulado "Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência"[6] ressalta que ainda há muitas desigualdades no mundo em termos de renda, e que a insegurança cidadã também é alarmante. O relatório atribui parte da desaceleração do IDH às crises financeiras e econômicas globais. Para aumentar a resiliência e reduzir a exposição da região à volatilidade financeira no futuro, o RDH 2014 enfatiza a necessidade da criação de um Fundo Monetário Latino-Americano para complementar os fundos globais. O Relatório também recomenda a oferta universal de serviços sociais básicos e políticas mais fortes de proteção social do Estado, a fim de avançar e garantir o progresso do desenvolvimento, reduzindo as vulnerabilidades principalmente para os grupos mais desfavorecidos.

Os povos indígenas estão entre os grupos mais vulneráveis e, segundo o RDH 2014, eles estão particularmente expostos, tendendo a apresentar baixa escolaridade, acesso desigual à terra e a outros recursos produtivos, além de menores oportunidades. Isso leva a perceber a falta de ações efetivas por parte do Estado para que tais índices sejam modificados. Nesse rumo, comenta Santos que "o Estado é crescentemente ineficaz, cada vez mais incapaz de desempenhar as funções que lhe incumbem". O Estado, portanto, carece de recursos ou capacidade institucional ou ainda de mecanismos que na sociedade orientam ações efetivas para garantir sua eficácia (2010, p.116).

Outro ponto importante a ser mencionado é acerca dos Estados-membros da Unesco, os quais adotaram a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural na Conferência Geral de Paris, em 2001, que passou a ter vigência em 2002, inserindo em seu art. 1º a diversidade cultural como patrimônio da humanidade. Este, segundo Montiel, foi o primeiro acordo político de envergadura universal que buscou enquadrar, de modo construtivo, os efeitos da mundialização no âmbito da cultura (2003, p.464). A Declaração reforça a ideia de que a cultura toma formas ao longo do tempo e do espaço e que a diversidade está incorporada na unicidade e pluralidade das identidades de grupos e sociedades que representam a riqueza da humanidade.

A diversidade cultural está posta na Declaração como fonte de troca, inovação e criatividade da espécie humana. Ela foi uma das bandeiras internacionais que o Brasil defendeu em reuniões de organismos multilaterais, propondo garantias às culturas existentes. Tal ação garantiu sua presença na redação final, bem como a aprovação do texto da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Além disso, reafirmou a diversidade como direito dos povos e diálogo entre identidades culturais.

No Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil, de 2006[7], o Ministério da Cultura pontuou a discussão sobre a cultura em três aspectos com vistas à construção de políticas públicas: a) cultura como expressão simbólica estética e antropológica; b) como direito e cidadania de todos os brasileiros; e c) como economia e produção de desenvolvimento. A expressão *cidadania cultural* diz respeito à luta pela superação de desigualdades, e ao reconhecimento das diferenças reais existentes entre as pessoas em suas dimensões sociais e culturais. Esta cidadania cultural se insere na perspectiva democrática, em que a cultura é vista como direito dos cidadãos e, assim, possui o direito de produzir cultura, usufruir os bens da cultura, inventar novos significados culturais, ter acesso à formação cultural e artística e ao trabalho cultural.

A sociedade atual coloca desafios à democracia, como a capacidade de verificar a consolidação da dignidade a todos os indivíduos e grupos sociais, visando à busca pela satisfação das necessidades universais.

> Questões como diferenças étnicas, religiosas, de sexo, de representatividade das minorias, bem como os constantes fluxos migratórios que, de sua vez, também desafiam a sociologia, a política, a filosofia e o direito, remetendo à problemática da realização da cidadania em sociedades multiculturais (BERTASO, 2007, p.57).

---

6 HDR/UNDP. Human Development Reports. United Nations Development Programme. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2014.** Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf. Acesso em: 22 ago. 2014.

7 BRASIL. Ministério da Cultura. **Programa cultural para o desenvolvimento do Brasil**. Disponível em: http://www2.cultura.gov.br/upload/programa%20cultural%20para%20desenvolvimento%20do%20brasil1174326644.pdf. Acesso em: 25 ago. 2014.

Trocas de experiências fortalecem fronteiras de acordo com a visão de mundo que se incorpora ou se tenta incorporar, pois a dimensão antropológica do conceito de cultura tem em vista a formação do homem como pessoa humana, a valorização de seu modo de viver, de pensar, das suas manifestações simbólicas e materiais. Busca, nesse sentido, ampliar as informações culturais, enriquecendo sua capacidade de agir sobre o mundo.
As políticas que favorecem a inclusão e a participação de todos também promovem a coesão social, a melhoria da sociedade civil em termos humanitários. "A autoridade moral dos direitos humanos, por esta perspectiva, depende da natureza de éticas aceitáveis" (SEN, 2010, p.294). O pluralismo cultural pode representar uma resposta política e social à diversidade cultural, favorecendo uma interação entre as culturas e o desenvolvimento de capacidades que estimulam as sociedades, uma vez que a cultura apoia o desenvolvimento humano. Há um ponto nos estudos que se faz necessário quando se fala em diversidades culturais – as sociedades devem assumir formas de solidariedade humana capazes de transformar a globalização, cujo fenômeno transforma mundo.

Considerações finais

O maior objetivo dos pactos internacionais foi incorporar ao texto da Declaração Universal alguns preceitos obrigatórios sobre direitos civis e políticos, bem como direitos econômicos, sociais e culturais. O intuito era permitir a adoção de uma linguagem de direitos que implicasse em obrigações legais entre os Estados.
A expansão e a generalização da proteção dos direitos humanos demonstraram tentativas ou propostas de categorização dos direitos – individuais, sociais e de solidariedade – com os povos. Este pacto se torna importante pelo fato de incluir em seu rol de artigos o direito ao trabalho e à justa remuneração, o direito de formar-se e associar-se a sindicatos, o direito a um nível de vida adequado, à moradia, à educação, à previdência social, à saúde e à participação na vida cultural da comunidade. Os direitos econômicos, sociais e culturais, assegurados pelo pacto, apresentam realização progressiva, uma vez que são condicionados à atuação do Estado, o qual deve adotar medidas econômicas e técnicas isoladas e por meio de assistência e cooperação internacional, esgotando seus recursos disponíveis para alcançar a completa realização de direitos. Ele apresenta uma sistemática de monitoramento e implementação dos direitos que contempla relatórios a serem encaminhados pelos Estados.
Em geral, a violação desses direitos é resultado tanto da ausência de suporte e intervenção do Estado como da ausência de pressão internacional em favor dessa intervenção, o que leva a crer que faltam ações e prioridades por parte do Estado para responder aos problemas sociais. Trata-se de uma mudança de postura, pois já não faz mais sentido levar às últimas consequências as violações de direitos civis e políticos no que diz respeito à discriminação. Tampouco se deve continuar tratando as violações em relação a direitos econômicos, sociais e culturais como meras consequências adversas das políticas econômicas ou públicas dos Estados, conforme aponta o Relatório do Índice de Desenvolvimento Humano apresentado anteriormente, cujos dados foram extraídos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. A aplicação do princípio da não discriminação em relação aos direitos humanos desvenda um novo caminho na busca pela proteção dos grupos minoritários. Os Direitos Humanos, portanto, refletem um construído axiológico a partir de um espaço simbólico de luta e ação social.
Pode-se afirmar, assim, que o reconhecimento da dimensão social e cultural dos direitos humanos a partir de um direito fundamental abre amplas e novas possibilidades para a proteção e combate às discriminações. Enquanto isso, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais avança, englobando os direitos coletivos das minorias e dos múltiplos grupos étnicos. Ainda é falho, entretanto, nos quesitos indispensáveis ao desenvolvimento humano, como saúde, educação e qualidade de vida.
As violações desses direitos são resultado tanto da ausência de suporte e intervenção do Estado como da falta de pressão internacional em favor dessa intervenção, o que leva a crer que faltam ações e prioridades por parte do Estado para responder aos problemas sociais e de proteção aos Direitos Humanos. A democratização da cultura propõe alargar o acesso às emancipações, de forma tão vasta quanto possível, pois não se limita a facilitar a criação artística e a seguir democratizá-la, mas pretende estimular a criatividade cultural e propiciar a expressão cultural dos diversos grupos sociais.

Referências

BERTASO, João Martins. (2010), "*Cidadania e demandas de igual dignidade: dimensão de reconhecimento na diversidade cultural"*. In: OLIVEIRA JÚNIOR, José Alcebíades de (Org.). *Faces do multiculturalismo: teoria-política- direito*. Santo Ângelo, RS: EDIURI, pp. 57-58.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Programa cultural para o desenvolvimento do Brasil*. Disponível em: http://www2.cultura.gov.br/upload/programa%20cultural%20para%20desen volvimento%20do%20 brasil_1174326644.pdf. [consultado em 25-8- 2014].

COMPARATO, Fábio Konder. (2001), *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 2. ed. rev.e ampl. São Paulo: Saraiva.

DOUZINAS, Costas. (2009), *O fim dos direitos humanos*. Trad. de Luzia Araujo. São Leopoldo, RS: Unisinos.

FLORES, Joaquim Herrera. (2009), *Teoria crítica dos Direitos Humanos*. São Paulo: Lúmen Júris, 2009.

HDR/UNDP. Human Development Reports. (2014) United Nations Development Programme. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2014*. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/ default/files/hdr2014_pt_web.pdf. [consultado em 22-8- 2014].

MONTIEL, Edgar. (2003), "*A nova ordem simbólica: a diversidade cultural na era da globalização"*. In: SIDEKUM, Antônio (Org.). *Alteridade e multiculturalismo*. Ijuí, RS: Ed. da Unijuí, (Coleção Ciências Sociais).

PIOVESAN, Flávia. (2007), *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 7. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva.

PIOVESAN, Flávia. (2011), "*Proteção dos direitos sociais: desafios do ius commune sul-americano"*. *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)*. São Leopoldo, RS: Unisinos, jul.-dez. 2011. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/Rarticle ECHTD//view/1520. [consultado em 20-8- 2014].

PNUD. "*Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*". Desenvolvimento humano. Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccor dion=0&li=li_DH. [consultado em 22-8-2014].

PNUD. *Relatório de Desenvolvimento Humano*. Disponível em: http://www.pnud.org.br/ arquivos/ fontesdedados.pdf. [consultado em 22-8- 2014].

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). (2010), *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural.* 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2010), *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.* 13. ed. São Paulo: Cortez.

SEN, Amartya. (2010), *Desenvolvimento como liberdade*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras.

TRINDADE CANÇADO, Antonio Augusto. (2003), *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*. 2. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris.

Direitos Humanos e Diversidade Cultural

Regina Célia Faria Amaro Giora[1]

Milena Faria Derato Giora[2]

"Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele,
por sua origem ou ainda por sua religião.
Para odiar, as pessoas precisam aprender; e, se podem
aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar." Nelson Mandela.
(Nelson Mandela)

Resumo: De forma sucinta, serão apresentadas as raízes multiculturais que caracterizam o povo brasileiro. Em seguida, serão apontadas algumas das principais dificuldades de se colocar em prática preceitos estabelecidos na Declaração de Direitos Humanos, na sociedade brasileira, caracterizada pela diversidade cultural. Busca-se ainda, apresentar uma reflexão sobre o caráter ambivalente e conflituoso da religião cristã, prevalecente na sociedade com relação aos direitos humanos, podendo, ora levar à uma prática libertadora e progressista, contrária aos princípios norteadores da globalização, ora dar sustentação às práticas reacionárias e conservadoras, adotadas pela política de caráter neoliberal. O texto foi elaborado, principalmente, com base no pensamento de Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Boff..

Palavras chave: diversidade cultural, direitos humanos, educação

Introdução

O Brasil é um país com uma extensão territorial de 8. 514. 876 km², o quinto maior do planeta e o maior da América Latina e tem uma população de 202. 768. 562 de habitantes, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, publicada no Diário Oficial da União em 1º julho de 2014. Compreende 5 regiões totalmente singulares: região norte, região nordeste, região centro-este, região sudeste e região sul. É também o país que mais se caracteriza pela diversidade cultural.

Neste texto serão citadas algumas das múltiplas manifestações culturais dessas regiões, do papel da religiosidade no país como um todo e suas relações com os preceitos da Declaração dos Direitos Humanos. E como a repercussão desses traços é importante para a formação dos cidadãos, passando desde os locais mais distantes e isolados do continente à grande metrópole conhecida pela cidade de São Paulo com quase 17 milhões de habitantes.

---

1 Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo, especialista em Gestão do ensino superior, professora do programa de pós-graduação em educação, arte e história da cultura da universidade presbiteriana Mackenzie – São Paulo; especialista em gestão do ensino superior pelo IGLU; Lider do grupo de pesquisa CNPq em criatividade e inovação na arte, na ciência e no cotidiano. Consultora na área de Liderança e Criatividade. Diretora do Multiversia. Contato; e-mail: rrgiora@uol.com.br reginagiora@mackenzie.

2 Mestre em Direito da Sociedade da Informação pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – UniFMU. Especialista em Direito Tributário pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Docente em Direito Penal pela UniFMU. Advogada.

São Paulo multicultural

Atualmente, São Paulo é o estado brasileiro mais populoso, com 44 milhões de habitantes e a cidade de São Paulo é a que apresenta maior diversidade cultural devido, principalmente à maciça presença de imigrantes de diversas partes do mundo. Primeiramente, fugindo das guerras e, atualmente, visam se estabelecer na cidade para o labor.
Nas últimas décadas temos visto ser ampliada a presença de orientais, tais como:coreanos, chineses, japoneses. Mas também muitos europeus, como: alemães, poloneses, italianos, árabes e ainda, latino americanos como bolivianos, peruanos, uruguaios e paraguaios.
A presença de tantas nacionalidades e das mais variadas, transformam a cidade num complexo ilimitado de valores e culturas diferentes que, agregadas, a enriquecem indo além das tradições tipicamente brasileiras. São shows típicos, gastronomia específica, bairros característicos e, entre outras,, mas todas de todas as pátrias com a convivência harmônica e pacífica.

O Brasil e sua origem

Enquanto Estado-nação, o Brasil, na sua formação originária, além do indígena que aqui já se encontrava, contou com a presença do europeu, predominantemente portugueses na qualidade de colonizadores, e do negro oriundo de diversas nações da África, na condição de escravo.
Mas não só houve domínio português. Com relação à presença do europeu, vale lembrar que os franceses e holandeses, também aqui se instalaram, mas foram expulsos pelos portugueses. O litoral foi a área mais ocupada inicialmente devido ao fácil acesso para as viagens e embarcações.
De qualquer forma, considerando que a colônia portuguesa foi a mais influente no país, como principais características culturais comuns a todos, herdou-se: o idioma de Camões – o português e a religião católica-cristã. Com relação à língua, como meio de comunicação e de expressão, principalmente a forma oral, apresenta-se, em cada região uma musicalidade singular e expressões únicas, conforme a origem dos demais colonizadores e costumes locais.

Culturas e tradições

Observa-se que no país, mais de 500 anos de história, diferentes costumes e valores éticos e estéticos se amalgamaram e se expressaram em especial na religião, vestimentas, culinária, tradições e principalmente nas artes.
Danças e músicas típicas, festas, arquitetura local apontam necessariamente para a origem dos colonizadores, mas também a presença do negro e do índio se fazem sentir em especial nas ornamentações.
Na região nordeste, por exemplo, temos manifestações culturais que em nada se assemelham às observadas no sul. Mesmo entre os brasileiros, certas manifestações culturais de uma determinada região são desconhecidas por outras. O frevo que é tão popular no nordeste não é nem lembrado na região sul. Da mesma forma, outros ritmos como o maracatu, caboclinho, ciranda, marujada, reisado, são pouco conhecidos pelos brasileiros.
As manifestações de religiosidade na Bahia em louvor ao candomblé, são típicas em decorrência dos negros escravos vindos da África, que no país chegaram com rituais próprios que lhes eram característicos e, desse modo, influenciaram os demais brasileiros ou estrangeiros que no Brasil se encontravam.
Há oferendas e datas comemorativas para santos, roupas específicas, danças entre outras. Ainda que, atualmente sejam praticadas no país inteiro, são raras em determinadas regiões, como no sul ou centro-oeste, mas muito presentes na região sudeste, em especial no Rio de Janeiro.
A literatura de cordel típica do nordeste também é pouco conhecida e valorizada em várias regiões do país. O mesmo ocorre com o artesanato e com a culinária. O cinema pernambucano contemporâneo é pouco conhecido no sudeste. Na literatura poucos são os autores nordestinos que alcançaram o reconhecimento nacional como Jorge Amado por exemplo.

Na gastronomia, alguns pratos são quase que exclusivos de determinados locais, como a canjica, pamonha, cocada, pé de moleque, acarajé, vatapá, mas os pratos típicos como buchada de bode, sarapatel, feijão verde, carne de sol entre outros ainda são considerados exóticos.
Para os próprios brasileiros do sul e sudeste, a região norte é ainda a mais desconhecida. Poucos são capazes de citar as principais festas populares, gastronomia e artesanato onde a influencia indígena é muito grande. Há exceções, como o Festival de Parintins, que ocorre no Amazonas e do Círio de Nazaré, em Belém. Nos últimos anos é que se percebe maior interesse dos brasileiros em fazer turismo no norte do país. Observa-se, entretanto, ultimamente um forte interesse de turistas estrangeiros nessa região, em especial na Amazônia.
No centro – oeste a presença de indígenas, paulistas, gaúchos, bolivianos e paraguaios, contribuíram para sua diversidade cultural, que pode ser observada nas manifestações típicas como a carvalhada e o fogaréu, em Goiás, e o caruru em Mato Grosso. Na gastronomia também há uma grande diversidade que também tem sido valorizada apenas nas ultimas décadas .
Na região sudeste há uma forte influência do europeu, em especial dos portugueses e dos africanos, destacando-se as festas religiosas, de páscoa, de santos padroeiros, congada, folia de reis, entre outras. A culinária do sudeste é ainda mais diversificada recebendo nos últimos anos forte influência asiática. Entre os pratos típicos destacam-se a feijoada, pão de queijo, virado a paulista, farofa, pizza, feijão tropeiro, carne de porco, cuscuz.
A região sul do Brasil é fortemente marcada pela influência dos portugueses, espanhóis, alemães e italianos. A Festa da Uva, de origem italiana e a *Oktoberfest*, de origem alemã, são muito conhecidas internacionalmente. Na culinária o churrasco, o chimarrão, o barreado são típicos dessa região.
Como anteriormente mencionado, o catolicismo ainda predomina no Brasil e o idioma pátrio é o português, ainda que com suas expressões singulares.

A religião e a laicidade temperada

Embora a religião católica seja predominante em todas as regiões – o Brasil ainda é considerado com mais adeptos do mundo – observa-se um crescimento dos evangélicos em especial.
O Estado brasileiro é laico e está garantido nos termos da Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, inciso VI. "É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei proteção aos locais de culto e as suas liturgias". A laicidade temperada é garantida constitucionalmente e bem tolerada por seus nacionais que convivem pacificamente com todos, independentemente do credo escolhido.
Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário, a liberdade religiosa é um dos direitos fundamentais da humanidade. O fato de ser um país plural, por consequência, nossa identidade é caracterizada por diversas influências culturais. Na religião o sincretismo é uma marca identitária. Exemplo pode ser dado pela umbanda, que mistura a religião católica ao candomblé. Comum também, observarmos brasileiros participando ativamente de ritos de origens diferentes como o caso de católicos praticantes, que frequentam centros de umbanda ou candomblé e centros espíritas. Observa-se brasileiros em missas na igreja católica e nos templos evangélicos.
Como resultado de uma miscigenação tão rica com inúmeras influências, tem-se no Brasil, vários "Brasis" conforme a região, considerando as dimensões continentais. Isso não significa que não sejam observadas atitudes de discriminação e preconceito entre diferentes grupos com práticas de condutas de intolerância como em qualquer parte do mundo.
Invadir terreiros de umbanda e candomblé, que, além de locais sagrados de culto, são também guardiães da memória de povos arrancados da África, escravizados no Brasil; desrespeitar a espiritualidade dos povos indígenas, ou tentar impor a eles a visão de que sua religião é falsa; agredir os ciganos devido à sua etnia ou crença, é sinônimo de intolerância, é discriminação contra religiões. Essas manifestações ainda estão presentes entre nós, mas somos no geral muito mais tolerantes que outros povos. Conviver com a diferença por tantos séculos tornou isso possível.
Os valores éticos prezados pela maioria dos brasileiros, como já descrito, são fortemente determinados pela

religião cristã. As leis "divinas" nesse caso são mais importantes que aquelas elaboradas pelos homens. A palavra de Deus se sobrepõe a de todos os mortais. Crianças e jovens são educados dentro dos preceitos ditados pela ética do cristianismo que molda a consciência moral, dando origem a formação de atitudes que são difíceis de serem alteradas na vida adulta. A discriminação e o preconceito aparecem no convívio social e são, não raro, tematizados no humor nas suas diversas manifestações.

Outra questão é que as "leis divinas" passam pela interpretação dos homens e nesse sentido, a religião pode servir como mediadora para múltiplos fins. Pode ser utilizada para oprimir ou para libertar, para desenvolver uma consciência crítica, tomando partido dos pobres, como no caso da Teoria da Libertação, como para incentivar o consumo desenfreado proposto pelo capitalismo, tais como as vertentes evangélicas, ligadas ao culto da prosperidade. Pode levar á ações de solidariedade como de intolerância.

Sociedade brasileira e direitos humanos

A religião, diferentemente do que se pensa, não está distante do poder econômico e do poder político. Pelo contrário. Nesse último caso, observa-se nos poderes constituídos da nação brasileira uma grande quantidade de religiosos exercendo funções políticas, fazendo pressão sobre os líderes responsáveis pela administração do país e interferindo na elaboração e promulgação de leis que podem estar na contramão dos preceitos apresentados na Declaração dos Direitos Humanos. Isso fica claro, por exemplo, no que se refere à orientação sexual, ao aborto, a violência contra a mulher, atitudes discriminatória com relação ao negro, ao idoso, às pessoas com necessidades especiais.

O Programa Nacional dos Direitos Humanos, criado na gestão do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso pretende incentivar o diálogo entre os movimentos religiosos, para a construção de uma sociedade verdadeiramente pluralista, com base no reconhecimento e no respeito às diferenças. Nesse sentido muito tem sido feito, não sem resistência das muitas vertentes da religião.

Educar para os direitos humanos parece ser uma das saídas possíveis para termos um país mais justo com oportunidades para todos. Educar não apenas através das vias formais, mas também por meio das mídias, em especial o rádio, a televisão que chegam a 98% da população e que têm uma forte influência na formação e na consolidação de valores. Não é por acaso que o número de programas de conteúdo religioso marcam esses meios no Brasil. Pelos resultados positivos que têm alcançado fica demonstrado o poder que tem a escola paralela.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Consultado em: 02/09/2014

BRASIL. EBC. Empresa Brasil de Comunicação. 2007. Disponível em: http://www.ebc.com.br/educacao, Brasília, DF, Brasil. Consultado em: 30/09/2014.

Brasil. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) – Brasília : SEDH/PR, 2010.

Divisão Regional do Brasil - Fundação IBGE, 1997 Disponível em: http://cod.ibge.gov.br/233PD Consultado em: 30/10/2014

HUMANOS, DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS. "Disponível em:< http://www. onu-brasil. org. br/documentos_direitoshumanos. php/, [consultado em 23/09/2014].

Direitos Humanos e Etnodiversidade: política de reconhecimento e efetividade à luz do Ubuntu

Edna Raquel Hogemann
ershogemann@gmail.com[1]

Antonio Marcio Cossich
marciocossich@uol.com.br[2]

Resumo: Propõe um estudo dos Direitos Humanos, a partir de uma reflexão norteada pelas conexões principais entre o conceito africano de Ubuntu – palavra que vem das línguas dos povos Bantus; na África do Sul nas línguas Zulu e Xhosa – e um modelo mais includente de democracia. Busca outro olhar para a compreensão da etnodiversidade e desenvolvimento social rumo à efetividade que se revele para além do utópico. Desenvolve como afazer metodológico o exercício da hermenêutica diatópica realizando aproximação entre filosofia político-jurídica ocidental e concepção de **Ubuntu,** consagrada na máxima Zulu *umuntu ngumuntu ngabantu*. Sublinha a relevância da acolhida dessa noção axial de Nelson Mandela, associando-a a seus esforços no sentido de se concretizarem experiências democráticas na África do Sul. Com base no trabalho de tradução aqui proposto, busca definir algumas políticas de reconhecimento na perspectiva de responder ao desafio contemporâneo de democratizar a democracia e dar efetividade aos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Direitos Humanos; efetividade**;** Democracia; Ubuntu.

Introdução

Este ensaio utiliza as distinções conceptuais de fundo representadas no pensamento de Panikkar, baseadas na gratuidade, convivência, diálogo e serenidade - concebido por Boaventura de Sousa Santos como instrumento essencial de promoção da tradução entre saberes – em particular, aqueles produzidos em "regiões" do Norte e do Sul -, cuja compreensão facilita uma leitura dos Direitos Humanos, a partir da aproximação entre a filosofia político-jurídica ocidental e a concepção africana de Ubuntu. A relevância desta consiste no fato de chamar a atenção para a necessidade do desarmamento cultural e o diálogo intercultural e inter-religioso, como condição fundamental para a solução dos grandes problemas da humanidade e para a urgente construção de um mundo de paz, fundado na promoção dos Direitos Humanos, a partir das experiências africanas.

Pretende-se aqui tratar não de algum tema específico pensado por Panikkar (2002), mas sim dos conceitos-ferramenta por tradução dos quais esse autor tem elaborado os seus textos, conceitos esses que definem menos o conteúdo de pensamento que a forma de pensar, menos as idéias sobre a realidade que os pressupostos filosóficos, notadamente, os antropológicos e epistemológicos.

Tem-se que, diante de um mundo globalizado e multicultural, as questões ligadas a um diálogo intercultural e da hermenêutica diatópica sejam ressaltantes para os pesquisadores e intérpretes do Direito, em especial os que se ocupam dos Direitos Humanos e das questões que envolvem o afazer democrático entre os povos.

Parte-se do pressuposto segundo qual o direito à identidade cultural, cuja efetividade está intrinsecamente ligada à execução rigorosa de políticas de reconhecimento, em vez de concentrar na igualdade, parece fundar-se

---

1 Pós-doutoranda em Direito, pela Universidade Estácio de Sá - UNESA. Professora adjunta do curso de Direito, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro- UNIRIO. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Estácio de Sá/RJ.

2 Mestre em Direito, pela UNIG/RJ. Professor do Curso de Direito da Universidade Estácio de Sá- UNESA. Coordenador Executivo do Curso de Direito DA Universidade Estácio de Sá- UNESA, do Campus Nova Iguaçu/RJ.

no desejo das comunidades e dos indivíduos de ser diferentes e ser tratados de forma diferente. Não falta quem argumente que o direito a uma identidade cultural parece particularizar e distinguir, e não buscar a igualdade (a que corresponderia, no modo de ver de um sem-número de jusfilósofos, a exemplo de Pérez Luño e Manuel Atienza, o objetivo legítimo dos Direitos Humanos). Contudo, faz-se oportuno lembrar que a igualdade e a não-discriminação entendidas como princípios básicos dos direitos humanos também pressupõem o reconhecimento da etnodiversidade e do direito à diferença (Donders, 2005).

1. Como se constrói o sujeito dos Direitos Humanos?

A visão tradicional dominante apresenta-se no sentido de que os Direitos Humanos são produto dos esforços e cultura pelo Ocidente. De tal sorte que questões como a própria dignidade humana decorreriam da racionalidade. Essa racionalidade assim concebida seria um atributo de certos homens e somente construída a partir do contributo científico. Disso decorre um sentido que caminha para o individualismo como paradigma. Assim, esse discurso liberal, racional e individualista corresponde a uma lógica de colonialidade, segundo o qual haveria seres mais ou menos humanos e a tarefa dada é a de desumanizar para dominar.

O problema dos Direitos Humanos está, desse modo, intrinsecamente relacionado com a definição de "humano", a depender da racionalidade instrumental que oriente essa definição. De tal sorte que somente homem, branco, europeu, o é. Atentar para um conceito de quem é este "humano" dos Direitos Humanos, requer a descolonização em diversos níveis e atentar para as questões sócio-político e econômicas que demarcam a vulnerabilidade de imensos setores sociais em nível global, mormente na relação Norte versus Sul – entendendo Sul não como um conceito geográfico, mas social, cultural, político e econômico – que apontam para a vulnerabilidade e incapacidade para estabelecer as regras do jogo ou resguardar interesses próprios historicamente violados.

A identificação desse sujeito dos Direitos Humanos envolve questões diretamente ligadas ao colonialismo do poder (raça), do saber (hegemonia epistêmica ou epistemicídio) e do ser (subalternização de classe), identificados como a face obscura da Modernidade. Entender tais questões não significa concluir que o conceito dos Direitos Humanos está superado. Isto porque os Direitos Humanos são um conceito moderno, mas ambíguo, na medida em que apresentam dois vértices: o ocidental e um outro do oprimido.

Existe uma forma de apropriação legal dos Direitos Humanos por parte da hegemonia liberal. Santos (2013, p.96), atenta para as contradições objetivas vinculadas a esta apropriação, na medida em que "quanto mais fortes são as perguntas que se suscitam, mais claramente se revela a fraqueza da resposta dada pelos Direitos Humanos". Isto porque, nenhum povo pode reivindicar a pureza de seus conceitos sem opressão. Razão pela qual os Direitos Humanos foram usados opressivamente.

As palavras de Santos(2013, p.97) vão no seguinte sentido:

> A fragilidade dos Direito Humanos, no domínio da injustiça cognitiva global, decorre do fato de as concepções e práticas dominantes dos Direitos Humanos serem, elas próprias, produtoras de injustiça cognitiva. São-no não pelos seus pressupostos serem ocidentais, mas pelo modo unilateral como, com base neles, se constroem pretensões universais abstratas. Também aqui a solução não é o relativismo, mas sim um novo relacionalismo.

Ao promover uma análise em relação aos críticos dos Direitos Humanos, Barretto(2013, p.36) se reporta ao pensamento de Michel Villey, para quem a "avalanche dos direitos humanos", a despeito de originalmente ter surgido como instrumento de proteção do ser humano face ao Estado, findou por revelar-se como mais um instrumento de classe em proveito dos opressores, na medida em que "a liberdade de opinião também serviu no quadro dos direitos humanos para a tender a uma classe social, pois, lembra Villey o próprio Locke, o filósofo do liberalismo, sustentava que os católicos estariam excluídos do exercício da liberdade religiosa" .

O que se faz necessário, é como reconhecê-los agregando noções como o Ubuntu, reconstruindo-os historicamente, da mesma forma que não se renuncia à noção de liberdade, através de um diálogo intercultural, a partir de critérios amplos, fórmulas novas de sociedade e de convivência, a fim de que os Direitos Humanos deixem de ser instrumento da opressão e consagrem-se como emancipadores.

Santos (2013, pp. 98-99) aponta para o horizonte dos Direitos Humanos contra-hegemônicos, que seriam o produto dos movimentos em prol da superação do sofrimento humano injusto, imaginado no sentido mais amplo e que venha a compreender a natureza mesma, como parte fundamental da humanidade.
Para isto convém explorar a concepção africana de Ubuntu, recorrendo à hermenêutica diatópica de Panikkar (2002), pensada como forma fundamental de promover a tradução entre saberes, de efetuar uma aproximação entre tal concepção e o pensar ético-político ocidental.

2. A vivência do Ubuntu e o espírito de comunidade

Ubuntu corresponde a uma antiga expressão africana que significa ou que dá a entender que a lealdade expande e torna coerente a relação entre as pessoas. O vocábulo provém de uma regra ética expressa nas línguas zulu e xhosa, e, conquanto não se possa datar sua origem, diz de um estado mental de ser que prevalece entre os nativos do sul do continente africano até os dias de hoje – segundo o qual *umuntu ngumuntu ngabantu***,** que em Zulu significa "uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas" (RAMOSE, 1999).
O Ubuntu compartilha a ideia de tornar-se, ser sendo (be-ing) e ser como manifestação do movimento, como princípio do ser (be-ing), como nos verbos egípcios antigos, wnn(unem) que significa existir; dd(djed) relacionado a ser estável, durável e, hpr(kheper) significando tornar-se (OBENGA, 2004, pp. 37-39). Como esses antigos verbos egípcios referidos, a concepção filosófica Ubuntu do mundo é a de que " as coisas não têm a fixidez e inflexibilidade que acreditamos que tenham. As coisas são mutáveis e em movimento na Terra, no céu, embaixo d`água, etc. A Terra e o céu, eles mesmos se movem" (OBENGA, 2004, p.39; RAMOSE, 1999, p. 50-53). Sendo certo que tem-se o "*ubu*" como o ontológico e o estema "*ntu*" como o epistemológico, fenomenológico, uma abstração do plural de "*banthu*", que significa a humanidade e ao mesmo tempo a realidade que o humano vive; o ser sendo, ao mesmo tempo, um ser não acabado.
As possíveis definições de Ubuntu levam a um humanismo crítico, que fornecem uma racionalidade distinta (ôntica, histórica, circunstacial) na qual, segundo John Bmiti "eu sou, porque somos; e porque somos, então sou" ou a prioridade ontológica do "nós somos" sobre o "eu sou", conforme Noah Komla Dzobo.
Um dos problemas com as muitas definições do Ubuntu é que ele é apresentado como uma filosofia da paz, ou mais especificamente, da submissão e da infinita capacidade de perdoar sem considerar a violência como condição de possibilidade herdade ontologicamente para a sobrevivência dos adeptos da filosofia Ubuntu. Esta omissão da realidade descaracteriza o Ubuntu tornando-o susceptível a experiência de pensamento por vezes muito estranhas quando o retratam sem qualquer fundamento em sua antropologia, cultura e história. Para Ramose, esta é a tendência dominante na África do Sul.
Porém, é possível compreender, sob o prisma do *comunalismo* característico à filosofia africana (plausível de se objetar ao *individualismo* que prevalece no pensamento ocidental), que cada ser humano só é humano, só é capaz de "individuar-se" por pertencer a um coletivo humano. A humanidade de uma pessoa é determinada pela alteridade com os outros, por meio de sua humanidade para com os outros seres humanos. Importa afirmar que a existência de uma pessoa se dá por meio da existência dos outros em relação intrínseca consigo mesma. No entanto, vale frisar, o valor de sua humanidade está inteiramente relacionado à forma como ela esteia de maneira *proativa* a humanidade e a dignidade dos demais seres humanos. A humanidade de uma pessoa é, assim, definida por seu compromisso ético com o seu próximo**,** não importa quem ele seja – homem, mulher, criança, jovem, velho (KIMMERLE, 2006).
A relevância da noção de Ubuntu jaz, a ver-se, no fato de chamar a atenção para o desarmamento cultural e a força do diálogo intercultural (e mesmo inter-religioso), pensados como condições necessárias para a solução dos problemas mais graves enfrentados pela humanidade e para a efetividade de uma concepção inclusiva e descolonizada dos Direitos Humanos.
Esse espírito de comunidade presente na teoria e na prática africana está filosoficamente concentrado em categorias como Ubuntu e comunalismo (KIMMERLE, 2006?). As pessoas são concebidas como parte de uma interação universal de forças através das comunidades onde vivem, e elas "estão em conexão estreita e permanente com o mundo espiritual daqueles que faleceram e daqueles que ainda vão nascer" (KIMMERLE, 2006, p. 8).

Uma outra máxima zulu – "é preciso uma aldeia inteira para criar uma criança" –, no modo de ver de Swanson (2013), reflete com precisão o espírito e a intenção do Ubuntu. É possível inferir desse enunciado que a força da comunidade deriva do apoio comunitário, e a dignidade e a identidade são alcançadas por meio da ajuda mútua, da empatia, da generosidade e do pacto comunitário. Torna-se oportuno fazer um registro: na África do Sul do período em que o *apartheid* estava em vigor, como esse regime detestável ameaçava corroer o *way of life* africano assentado nos valores Ubuntu, ele, por uma notável ironia, veio a fortalecê-lo ao galvanizar o apoio coletivo e ao criar solidariedade entre aqueles que integravam então a comunidade dos oprimidos.

A adesão aos valores identificáveis nas duas máximas precedentemente comentadas, o seu conhecimento podem levar à superação do medo que gera preconceito e discriminação. Uma vez alcançado tal conhecimento, apreende-se o sentido da tolerância, que é o da valorização da diversidade humana e o da busca de viver com o outro de forma respeitosa, saudável, passando-se à resolução de problemas e desacordos pela via do diálogo. Muito desse esforço tem sido contemplado pelas Constituições que se seguiram à de Bonn (1948). [3]

A propósito, vale transcrever o que se encontra disposto no artigo 1º da Declaração de Princípios sobre a Tolerância da Unesco, datada de 1995:

> Artigo 1º - Significado da tolerância
>
> 1.1 A tolerância é o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos. É fomentada pelo conhecimento, a abertura de espírito, a comunicação e a liberdade de pensamento, de consciência e de crença. A tolerância é a harmonia na diferença. Não só é um dever de ordem ética; é igualmente uma necessidade política e jurídica. A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de guerra por uma cultura de paz.
>
> 1.2 A tolerância não é concessão, condescendência, indulgência. A tolerância é, antes de tudo, uma atitude ativa fundada no reconhecimento dos direitos universais da pessoa humana e das liberdades fundamentais do outro. Em nenhum caso a tolerância poderia ser invocada para justificar lesões a esses valores fundamentais. A tolerância deve ser praticada pelos indivíduos, pelos grupos e pelo Estado.
>
> 1.3 A tolerância é o sustentáculo dos direitos humanos, do pluralismo (inclusive o pluralismo cultural), da democracia e do Estado de Direito. Implica a rejeição do dogmatismo e do absolutismo e fortalece as normas enunciadas nos instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos.
>
> 1.4 Em consonância com o respeito aos direitos humanos, praticar a tolerância não significa tolerar a injustiça social, nem renunciar às próprias convicções, nem fazer concessões a respeito. A prática da tolerância significa que toda pessoa tem a livre escolha de suas convicções e aceita que o outro desfrute da mesma liberdade. Significa aceitar o fato de que os seres humanos, que se caracterizam naturalmente pela diversidade de seu aspecto físico, de sua situação, de seu modo de expressar-se, de seus comportamentos e de seus valores, têm o direito de viver em paz e de ser tais como são. Significa também que ninguém deve impor suas opiniões a outrem.

A tolerância, que se pode associar às expressões do Ubuntu (NUSSBAUM, 2003; KUNENE, 1996; CHUWA, 2014), torna-se relevante (não somente como atitude pessoal) no momento em que se procede à deliberação de normas sobre direitos humanos, a exemplo do direito à paz, tão precioso a Bobbio (2004), que, aliás, advoga

---

3 O constitucionalismo moderno, considerado em si mesmo, na qualidade de movimento político-jurídico, estruturou-se como elemento que visa garantir a proteção dos direitos fundamentais – entre os quais é possível destacar o direito à paz (BONAVIDES, 2000) – e a consequente racionalização e limitação do poder. O único modo de se compreender, de um ponto de vista histórico, o constitucionalismo é como instrumento civilizatório de limitação do poder; se o poder é absoluto, como ocorre em muitos Estados não seculares, o constitucionalismo perde o sentido. Em suma: tudo se torna então decisão política.

a inseparabilidade de tais direitos. O termo deve ser entendido também como *toleration* (WALZER, 1999), que, diferentemente da atitude tolerante (*tolerance*), indica uma prática institucional concreta. Prática que deve estar presente no seio das comunidades atentas ao Ubuntu.

3. Direitos individuais, comunitarismo e efetividade à luz do Ubuntu

O primeiro grande componente do Ubuntu tem a ver com a tensão entre os direitos individuais e universais. O significado disso é aclarado pelas considerações da Ética do Cuidado (CHUWA, 2014, p.01). Para Chuwa (2014), esse componente possui três conceitos correlatos. O primeiro conceito são os direitos inalienáveis. Cada ser humano possui direitos inalienáveis inerentes a si, para serem reconhecidos e respeitados pelos demais seres humanos. O segundo componente são as relações humanas. O reconhecimento da personalidade e suas necessidades no desenvolvimento das relações com outras pessoas na sociedade e com a sociedade como um todo. O terceiro conceito é a reciprocidade do cuidado. Promover a reciprocidade do cuidado acontece por meio da aceitação pessoal e pela assumpção dos deveres e responsabilidades na sociedade.

O Ubuntu protege os direitos inalienáveis dos indivíduos. A singularidade de cada pessoa está conectada a direitos e obrigações. No entanto, os direitos individuais só são reconhecíveis no contexto social. Na cultura Ubuntu cada ser humano é titular de todos os Direitos Humanos básicos. Porém, há um entendimento profundamente implícito em relação ao qual os Direitos Humanos da pessoa estão subordinados a, e dependem, dos interesses comunitários do bem estar de todos.

Um dos maiores estudiosos do comunitarismo africano é Leopold Senghor, do Senegal. Em sua visão os africanos vêem a comunidade como um precedente ao componente individual. Em consequência, a comunidade é mais importante que os indivíduos que a fazem.

Do mesmo modo, de acordo com a visão de Senghor, a solidariedade teria precedente à decisão ou atividade individual. As necessidades da comunidade precederiam às necessidades individuais. Ele afirma que os africanos colocam mais ênfase na " comunhão das pessoas que em suas autonomias". Em seu trabalho intitulado *Consciencism*, Nkrumah argumenta que da perspectiva do africano tudo o que existe está numa complexa rede de forças dinâmicas em tensão, mas com a necessária interconexão e complementaridade. A visão de Nkrumah converge com a observação de Senghor da visão de mundo africana. No entanto, aquele autor enfatiza o inevitável conflito e tensão dentro do ideal africano de unidade universal na cultura Ubuntu, enquanto Senghor coloca maior ênfase na importância da unidade social e cósmica com a cultura africana. Ambos autores lançam luzes no exame do conflito entre os direitos individuais e universais, enquanto simultaneamente considerados os direitos individuais inalienáveis.

Gyekye (1997, p.40) observa uma inevitável mutualidade simbiótica entre os direitos individuais e a sociedade. A sociedade é um contexto necessário para a realização da personalidade. Cada indivíduo retém sua unicidade e seus Direitos Humanos básicos independentemente do papel e da importância da comunidade para o indivíduo. Segundo o autor, " o modo mais satisfatório de reconhecer as reivindicações de ambos, comunidade e individualidade, é atribuir a eles o status de uma idoneidade moral igual" (GYEKYE, 1997, p.41).

O direito à identidade que autores como Shutte (2001) e Ramose (2003a, 2003b) procuram ler na ética correspondente ao Ubuntu, interpretada como uma filosofia africana para a paz, torna-se efetivo quando se dá a execução rigorosa de políticas de reconhecimento (a exemplo daquelas adotadas por Mandela na África do Sul), e não simplesmente quando se concentra na igualdade. Esse direito parece fundar-se no desejo das comunidades e dos indivíduos de ser diferentes e de ser tratados de forma diferente.

Ele tem em vista particularizar e distinguir, e não buscar a igualdade. Porém, vale argumentar que também a igualdade e a não-discriminação – entendidas como princípios básicos dos direitos humanos, hoje protegidos por diferentes tratados e convenções internacionais – [4] pressupõem o reconhecimento do Outro (inclusive da

4 Para o Estado brasileiro a prevalência dos direitos humanos – pensados em sua interdependência – é princípio a reger o Brasil no cenário internacional. Esse princípio contribui de maneira substantiva para o sucesso da ratificação, por parte do Estado brasileiro, de instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos (LAFER, 1999, 2005).

etnodiversidade) e do chamado direito à diferença. Questões que vêm sendo enfrentadas por intelectuais de diferente formação científica ou acadêmica (FRASER, 2007; HALL, 2013; DONDERS, 2005), com frequência bem atentos ao prisma do relativismo cultural que não pode ser subestimado nas abordagens dos efeitos e motivações sociais da fragmentação cultural e política que tem crescido nestes tempos de globalização (GEERTZ, 2011).

4. Direitos Humanos e etnodiversidade

Os indivíduos, justificadamente preocupados por seu direito à identidade cultural, subsumem na filosofia do Ubuntu (RAMOSE, 2003b), que fazem parte de um todo mais extenso e capaz de exibir um dinamismo permanente; eles, por sua vez, não se apresentam como seres estáveis – estão em devir *(be-ing),* ao se associarem com os outros indivíduos. É do religioso sul-africano Desmond Tutu, ativista dos Direitos Humanos que se mobilizou de modo aguerrido contra o apartheid na década de 1980, esta importante declaração:

> Uma pessoa com Ubuntu está aberta e disponível aos outros, após os outros, não se sente ameaçada quando os outros são capazes e são bons em alguma coisa, porque está confiante, porque sabe que pertence a um todo maior, que diminui quando os outros são humilhados ou menosprezados, quando os outros são torturados ou oprimidos.

Para demarcar a importância do relacionamento humano na cultura Ubuntu, Van Der Marwe enfatiza a importância do conceito de alteridade, que implica relacionamento. Este autor observa que a visão de mundo africana está baseada no entendimento sobre o qual "A human being is a human being through the *otherness* of other human beings"[5](VAN, DER MARWE & WILLIE, 1996, pp. 1–3). Essa observação está longe de alcançar a ética Ubuntu na medida em que ela é a "alteridade" de um outro humano que ajuda aprovar a sua humanidade. Em consequência, a maturidade pessoal (individualidade) é medida pelo modo como cada um se relaciona com os demais na comunidade.

Ramose (2003a, 2003b) esclarece que a ética do Ubuntu contempla a possibilidade de se construírem espaços de fortalecimento de pessoas pensadas como seres-em-comum e uma urgência de se efetuarem, por força da individuação coletiva, pactos de coexistência entre diferenças. Essas podem ser individuais, étnicas, religiosas. Trata-se de pactos que não seriam necessariamente universais, nem tampouco ideologicamente "multiculturalistas". Neles residiriam a base da construção de uma democracia mais includente, que irá cultivar o indispensável respeito à alteridade (BAUMAN, 2001).

Tendo em conta o referencial instrumental da hermenêutica diatópica proposta por Panikkar (2002), considera-se que esses espaços onde as pessoas se individuariam num perene devir, apreciadas em sua pertença a um coletivo, permitiriam um sentido próximo à acepção da palavra grega éthos, tal qual ela aparece não em Platão ou Aristóteles, mas num pensador originário como Heráclito*: éthos anthropous daímon*, ou seja, "a morada do homem, o extraordinário". Aqui percebe-se a aproximação de dois pensamentos originários– o da filosofia Ubuntu e aquela correspondente à visão de mundo pré-socrática. Compreensões que se faz urgente considerar e (re)assimilar.

Tal tarefa já foi, em larga medida, avançada por Lévinas, que procurou (como se tivesse em vista a noção de Ubuntu) recuperar o vigor da ética como o estudo da condição de possibilidade de o ser humano se abrir ao Outro, num aí onde se pode cumprir. É possível nessa proposta vislumbrarmos um caminho para se reagir ao individualismo exacerbado e não raro predatório que se mostra prevalente nos tempos atuais.

A filosofia, dando prioridade à relação consciência-mundo, ao longo de sua história, relegou a segundo plano o problema do outro, fazendo com que este aflorasse quando deslocou-se da "natureza"para a "história". Para

5 Um ser humano é um ser humano através da alteridade dos outros seres humanos. Tradução livre dos autores.

Lévinas , o caminhar histórico da filosofia nos demonstra um eterno retornar do eu em direção ao seu ponto de partida, a saber, o seu eu idêntico, ao ser enquanto seu porto seguro, sua salvaguarda.
No entanto, é necessário compreender que esse ser não é concebido enquanto e desde o eu, senão a partir e necessariamente com recurso ao outro, e, o retorno para e pelo outro, representa responsabilidade com aquilo que ocorre na vida social, unindo transcendência e cotidiano, razão e práxis. Dessa forma, constitui eixo fundamental para a ética, "precisamente porque contém e revela a possibilidade e a realidade do além do ser e da identidade do mesmo, como transcender para o outro numa relação responsável, que Lèvinas chama de alteridade" (LÉVINAS, 1997, p.137).
A filosofia do Ubuntu não se prende a nenhuma intenção de hierarquizar as dimensões ontológica, política e ética que tal pensar contém. Fica, no entanto, claro como salienta Ramose (2003b), o destaque que ela confere à transcendência, à abertura do sujeito (da pessoa) ao alter.
Nesse ponto é possível reconhecer uma convergência de modo de pensar com a perspectiva filosófica de Lévinas (1993), para quem, no entanto, a ética tem primazia absoluta sobre a ontologia – posicionamento que marca a sua distância em relação à visão heideggeriana.
É ponto de partida o pressuposto segundo o qual o ser humano se constitui pessoa pela intimidade e pela abertura. Isso representa o elemento determinante da alteridade na idéia de pessoa. Por isso, todo o compromisso e reflexão ética e, particularmente no tocante ao ensaio em curso, toda conduta e reflexão apontam para a alteridade fundando e lastreando o valor e a dignidade da pessoa. Note-se que a noção de pessoa implica abertura ou intersubjetividade; em outras palavras a alteridade pertence essencialmente ao conceito e à realidade da pessoa.
Sob o prisma do filósofo de Humanismo do outro homem, a subjetividade não pode ser concebida como pura substância ou mônada moral. O ser humano – coisa-para-si (totalmente diverso, portanto, da coisa-em-si kantiana) – revela a capacidade de inscrever a transcendência na imanência, pensada como única maneira de este superar o ego fechado em si (solipsista) e ocupar-se do alter, em suma, do eu tornar-se responsável pelo cumprimento efetivo da lei moral diante do terceiro:

> Des-inter-essamento da bondade: outrem em sua súplica, que é uma ordem, outrem como rosto, outrem que me "diz respeito" ["me regarde"], mesmo quando não me olha, outro como próximo e sempre estranho – bondade como transcendência; e eu, aquele que é obrigado a responder, o insubstituível e, assim, o eleito e, desse modo, verdadeiramente único. Bondade para com o primeiro que vem, direito do homem. Direito do outro homem antes de tudo (LÉVINAS, 1997, p. 266).

Cuidar do próximo implica tornar-se sensível ao rosto de outrem, à vulnerabilidade que o seu apelo evidencia e que de fato eu próprio atesto em mim. Reconhecimento do outro e pelo outro que pode servir de fundamento ao diálogo intersubjetivo.
Por outro lado, se é reconhecida a existência da pluralidade de interesses morais não significa atrelamento ao dogmatismo do relativismo radical. Ao contrário, identificar a diversidade de interesses morais e éticos da humanidade, reconhecendo-os como tal, demanda olhar ao redor e para além do próprio sujeito, e se revela muito mais como exercício fundamental na busca de uma ética comum, sem perder de vista a mesma diversidade moral, signo da pós-Modernidade para alguns ou da alta Modernidade para outros.
A aliança *sui generis* entre essa compreensão de Lévinas e a defesa de toda a axiologia contida na ética do Ubuntu pode ser a base de uma reflexão atualizada sobre justiça social. Bauman (2001), em seu já clássico *Comunidade***,** opina, acolhendo argumentos de Nancy Fraser, que colocar a questão do reconhecimento no quadro da justiça social, em vez do contexto da "autorrealização" (como procurou Axel Honneth), pode ter um efeito de desintoxicação. Esse consistiria em remover o veneno do sectarismo no domínio político das demandas por reconhecimento, evitando acarretar separação física ou social, ruptura da comunicação, contínuas manifestações de hostilidade, mutuamente exacerbadas.

Tal posicionamento, ao que parece, foi adotado, com o apoio da ética do Ubuntu, pela Comissão da Verdade e Reconciliação,[6] na África do Sul, presidida pelo referido Desmond Tutu, quando ocorreu a transição democrática, após o fim do apartheid:

> O Ubuntu também é a expressão viva de uma alternativa ecopolítica e antítese do materialismo capitalista, pois se posiciona contra essa interpretação ideológica da realidade através de uma filosofia nativa espiritual que está em maior consonância com a Terra, suas criaturas e suas formas vivas, e isso diz respeito a toda a humanidade em toda parte (SWANSON, 2013, s.p.)

Conclusão

A etnodiversidade equivale ao interculturalismo que contribui, ao mesmo tempo que conflita, um mundo demarcado por relações sociais,econômicas, políticas, religiosas cada vez mais globalizadas, e que tem o nome de ecologia dos saberes na obra de Boaventura.

Cultivar o Ubuntu significa para o líder religioso Mandela– aliás, todos líderes Ubuntu – recuperar, com todo o vigor, a interação com pares e não pares, em respeito à etnodiversidade. Essa interação admite bidirecionalidade e reciprocidade entre os integrantes de uma extensa comunidade etnicamente diversificada; é nessas diferenças étnicas que reside a força deste coletivo plural, um ponto de vista invariavelmente defendido por Mandela (2013), e que tem encontrado eco em muitas decisões da Corte Constitucional sul-africana (MOKGORO, 1997).

O desenvolvimento de habilidades de interação social deve, a nosso ver, ser disseminado em diferentes esferas educacionais, culturais e laborais, preparando o terreno para a implementação de políticas para a paz. Este irá assegurar uma verdadeira educação das capacidades para a relação interpessoal, orientada no sentido de favorecer e afiançar o respeito pelo outro em seus êxitos e fracassos, as redes de amizades, a responsabilidade e o autocontrole social, a aptidão para a negociação, os valores solidários de ajuda e cooperação, assim como o repúdio ao racismo e à discriminação. Contempla ainda a conquista de um estilo cognitivo – próprio a uma ética da alteridade – para dirimir os problemas interpessoais, solucionando os conflitos de interação e o desenvolvimento da autoestima.

Os valores que integram a ética do Ubuntu – uma ética do cuidado – não podem ser negligenciados nos processos de formulação e concretização de políticas que visem a um mundo de paz. E eles devem ser também tomados em consideração quando se lida com os problemas mais candentes de uma bioética global (CHUWA, 2014).

Referências bibliográficas

BARRETTO, Vicente de Paulo (2013). *O Fetiche dos Direitos Humanos e outros Temas*, 2ª. Ed. Ver. E ampl., Porto Alegre: Livraria do Advogado.

BAUMAN, Zygmunt (2001). *Community: seeking safety in an insecure world*. Cambridge: Polity Press, Oxford: Blackwell.

BOBBIO, Norberto (2004). *A era dos direitos.* 8. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campu.

CHUWA, Leonard Tumaini (2014). *African indigenous ethics in global bioethics: interpreting Ubuntu*. New York: Springer.

DONDERS, Yvonne (2005). "Para um direito à identidade cultural na legislação internacional dos direitos humanos". In: _____ et al. (Org.). *Diversidade cultural e o desenvolvimento urbano*. São Paulo: Iluminuras, p.123-142.

FRASER, Nancy (2007). "Reconhecimento sem ética?", in *Lua Nova*, São Paulo, n. 70, p.101-138.

6 Tratava-se de promover, nesse contexto tão afetado pela discriminação racial e pelo desrespeito aos direitos humanos, a chamada justiça de transição.

GEERTZ, Clifford (1997). "O mundo em pedaços: cultura e política no fim do século". In: *Nova luz sobre a antropologia*. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011. p.191-228.

GYEKYE, Kwame (1997). *Tradition and modernity: Philosophical reflections on the African experience.* New York: Oxford University Press.

HALL, Stuart (2011). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

HONNETH, Axel (1995). *The struggle for recognition: the moral grammar of social conflicts.* Translated by Joel Anderson. Cambridge: Polity Press,

KIMMERLE, Heinz (2011). *Ubuntu and communalism in African Philosophy and Art*. Disponível em: http://rozenbergquarterly.com/Ubuntu-and-communalism-in-african-philosophy-and-art. [Consultado em: 10 set. 2014].

KUNENE, Mazisi (1996). "The essence of being human: an African perspective". in *Inaugural Lecture,* Durban, 16 August 1996.

LÉVINAS, Emmanuel (1997). *Entre nós: ensaios sobre a alteridade*. Trad. P.S. Pivatto. Petrópolis: Vozes,

_____(1993). *Humanismo do outro homem*. Trad. P.S. Pivatto. Petrópolis: Vozes,

MANDA, David Suze (2009). "Ubuntu philosophy as an African philosophy for peace". In *Africa Files.* Disponível em: www.africafiles.org/article.asp?ID=20361. [Consultado em 20 ago. 2014].

MANDELA, Nelson (2013). *Apontamentos para o futuro: palavras de sabedoria*. Tradução de Nina Bandeira. Rio de Janeiro: Rocco.

MOKGORO, Justice Yvonne (1997). *Ubuntu and the Law in South*. Trabalho apresentado no primeiro Colóquio Constituição e Direito promovido em Potchefstroom, em 31 de outubro de 1997.

NUSSBAUM, Barbara (2003). "Ubuntu: reflection of a South African on our common humanity". In *Reflections, the Society for Organizational Learning and the Massachusetts Institute of Technology*, New York, 4(4), p. 21-26.

OBENGA, T (2004). *African Philosophy : The Pharaonic Period : 2780 - 330 BC*, Paperback .

PANIKKAR, Raimon (2002). *Pace e interculturalità: una reflessione filosofica*. Milano:Jaca Book, in http://www.raimon-panikkar.org/spagnolo/opere.html. [Consultado em 29.01.2013].

RAMOSE, Mogobe B. (2003). "The ethics of Ubuntu". In: COETEE, P.H.& ROUX, A.P.J. (Ed.). *The African philosophy reader***.** 2 ed. London: Routledge, p. 324-330.

_____.(2003). "The philosophy of Ubuntu and Ubuntu as a philosophy". In: COEEZEE, P.H.& ROUX, A.P.J. (Ed.). *The African philosophy reader.* 2.ed. London: Routledge, p. 230-238.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2013). *Se Deus fosse um ativista dos Direitos Humanos.* Portugal: Almedina.

SENGHOR, Léopold S. (1964). *On African socialism*. London: Pall Mall Press.

SHUTTE, A. (2001). *Ubuntu: an ethic for a New South Africa*. Pietermaritzburg Cluster Publications .

SWANSON, Dalene (2012). Doing Democracy. In HTTP//doingdemocracy.ning.com/profile/DaleneSwanson, [Consultado em 29.01.2013].

VAN, DER MARWE, and L. WILLIE (1996). "Philosophy and the multi-cultural context of (post) apartheid South Africa".In *Ethical Perspectives* 3 (2): 1–3.

WALZER, Michael (1999). *Da tolerância***.** Trad. A. Piseta. São Paulo: Martins Fontes.

CONVERSAS de paz (2014). Publicado no suplemento "Prosa e verso", de *O Globo***,** 1º de novembro de 2014, p. 1-3. [inclui trechos das cartas trocadas entre Etgar Keret e Sayed Kashua].

Segurança Pública e Direitos Humanos: limites e potencialidades.

Cristiane do Socorro Loureiro Lima
tianellima@yahoo.com.br
UFPA/UNB/PMPA
Lima, Cristiane S L
Abreu, Verônica C
Paracampo, Vera S
Lima, Roseane M

Resumo: A pesquisa Segurança Pública e Direitos Humanos analisou a formação e difusão dos Direitos Humanos nas instituições policiais militares de cinco estados brasileiros (Belém-PA, Salvador –BA, Rio de Janeiro- RJ, Porto Alegre-RS e Brasília-DF). Com esta pesquisa procurou-se contribuir com as investigações no campo da Segurança Pública e dos Direitos Humanos, destacando elementos para subsidiar a elaboração de políticas públicas que primem pelo respeito a dignidade humana. Investigou as formas de inserção dos conteúdos de Direitos Humanos na formação destes profissionais, assim como as revelações contidas nas falas no cotidiano da atividade policial, sendo fundamentalmente os dados qualitativos obtidos por meio de técnicas de entrevista, grupos focais e observação participante, tendo como sujeitos da pesquisas policiais militares e gestores de instituições de segurança pública no Brasil.

Palavras-chaves: Segurança pública; direitos humanos, dignidade humana, polícia militar

1. Considerações iniciais

O presente artigo tem por finalidade apresentar os resultados finais obtidos na pesquisa de campo e documental referente à pesquisa "Segurança Pública e Direitos Humanos: um estudo na sociedade democrática brasileira", onde o seu objeto de reflexão é a inserção dos conteúdos de Direitos Humanos nas corporações Policiais Militares, a fim de que se possa analisar a formação e a difusão dos Direitos Humanos em cinco capitais brasileiras, a saber: Belém, Salvador, Rio de Janeiro, Brasília e Porto Alegre. As mesmas foram escolhidas como campo de investigação pelas autoras e por apresentarem alguns pontos concomitantes em termos de avanço relacionados à Segurança Pública, dentre os quais, destacam a existência de Ouvidoria de Polícia, atendimento pelo Programa Nacional de Segurança e Cidadania (PRONASCI) e acesso às informações institucionais.
As autoras apontam como objetivos da pesquisa fontes documentais com eixos de reflexão e comparação entre as falas dos policiais e as observações, vinculados à temática dos Direitos Humanos, assim como algumas informações documentais/administrativas que contribuem para a análise, como a estrutura hierárquica da Polícia Militar, os currículos dos Cursos de Formação de Oficiais e Soldados, a formação em Direitos Humanos nas corporações (disciplinas nos cursos, estágios, especializações e aperfeiçoamentos), assim como relatórios das Ouvidorias de polícia (número de denúncias de policiais contra a instituição e contra outros policiais, e número de denúncias contra policiais), os número de homicídios geral no estado e os praticados por policiais, bem como os valores e normas referentes às concepções de Direitos Humanos nas corporações policiais e os procedimentos institucionais para monitoramento da atuação dos policiais que passaram pela formação em Direitos Humanos. A não aquisição de todos os documentos solicitados, fez com que os materiais referentes às grades curriculares dos Cursos de Formação de Praças e Oficiais fossem privilegiados, tendo em vista que foram obtidos em todas as capitais visitadas.
Partindo desses pressupostos, os principais objetivos do referido estudo, foram analisar e comparar a formação em Direitos Humanos nas corporações militares em cinco capitais brasileiras, destacando as suas semelhanças e diferenças e identificando a aplicação dessa formação na ação policial, bem como os investimentos nessa área.

Os contatos das pesquisadoras com policiais e com as pessoas que trabalham nas instituições visitadas possibilitaram às mesmas algumas informações significativas para que fossem alcançados o objetivo da pesquisa. Destacam dentre os objetivos mais importantes, a inserção nos cursos de formação de policiais de disciplinas e iniciativas provenientes dos Direitos Humanos como eixo fundante para uma nova postura de polícia cidadã, comunitária, ética que tenha como pressuposto os Direitos Humanos.

Foi imprescindível para o sucesso da pesquisa, o fato de haver carência de estudos similares na literatura, referentes aos campos de Segurança Pública no que diz respeito à aplicabilidade da disciplina de Direitos Humanos na Polícia Militar, sua transversalidade com a formação dos policiais e com a avaliação de serviços de Segurança Pública, uma vez que essa característica, de um lado, permitiu a produção de um conhecimento sobre a visão dos agentes de Segurança Pública (Gestores e Policiais Militares) e o respectivo contexto dos Direitos Humanos.

Aliás, frisa-se que durante a coleta de dados, as falas, os relatos, os depoimentos e os "desabafos" dos Policiais e Gestores foram tão profundos que as informações fornecidas configuraram um desenho interessante da pesquisa, notabilizando desta forma o alcance dos objetivos.

A pesquisa valorizou as entrevistas, dando destaque aos grupos focais. Assim, puderam perceber nas suas idas a campo que esse recurso é fundamental na obtenção de dados e informações mais verídicas e espontâneas sobre a atividade policial, oportunizando perceber os aspectos mais subjetivos dos informantes, os quais são revelados no contato face a face. Sendo assim, priorizaram os Praças e os Oficias que efetivamente estão na atividade operacional, pois lidam no seu cotidiano com inúmeras e diferentes situações que envolvem os Direitos Humanos.

Por fim, definem como eixos de análise para a referida pesquisa as entrevistas com Gestores da Segurança Pública, grupos focais com Praças e Oficiais da Polícia Militar, observações no lócus da pesquisa e dados documentais materializados por meio das grades e malhas curriculares dos cursos de Formação de Praças e Oficiais das cinco capitais eleitas para a pesquisa de campo.

Pesquisas dessa natureza contribuem significativamente para as discussões não somente acadêmicas/científicas, mas abrem caminhos promissores para desvelar a realidade concreta da Segurança Pública.

2. METODOLOGIA

A pesquisa teve início em dezembro de 2011, estendendo-se até julho de 2012.

O desenvolvimento das atividades, que se distribuem em visitas às instituições, entrevistas e grupos focais, fez parte de um universo variado, porém contribuiram grandemente para a pesquisa, uma vez que revelaram situações do cotidiano, iniciativas inovadoras ou reconfiguradas pela necessidade de mudanças e filosofia, principalmente em função das cidades sede da Copa do Mundo em 2014.

As categorias trabalhadas nesta pesquisa são Gestores de Segurança Pública, dentre eles, Secretário e Subsecretário de Segurança Pública, Comandante Geral da PM, Ouvidor, Corregedor, Diretor de Ensino ou outra função em que o policial, militar ou não, esteja em cargo de gestão atuando no campo da Segurança Pública, assim como, Praças: Soldados, Cabos, Sargentos e Subtenentes, e também os Oficiais: Tenentes, Capitães, Majores e Coronéis.

Sendo assim, os instrumentos de coleta de dados utilizados na pesquisa foram entrevistas semiestruturadas realizadas com aproximações dialogais face a face, que obedeciam a um roteiro, mas sempre deixava os informantes à vontade para fazer suas explanações. O roteiro para Gestores Praças/Oficias eram praticamente iguais, diferenciando-se apenas em termos de relatos das iniciativas, projetos e investimentos sobre Direitos Humanos no campo da segurança pública, foi utilizado ainda os Grupos Focais que eram direcionados para Praças e Oficiais. De acordo com Rodrigues, citado por Otávio Cruz Neto e outros (2002) com o título Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação" o Grupo Focal é "uma forma rápida, fácil e prática de pôr-se em contato com a população que se deseja investigar". Com o intuito de atingir um maior número de policiais, optou-se por utilizar esse instrumento de coleta de dados. Houve uma oscilação entre os números de participantes nos locais pesquisados, no entanto a média permaneceu entre 06

e 10 policiais, embora em Porto Alegre esse número tenha sido maior, cerca de 25 policiais, os quais estavam em formação. As falas de todos os presentes foram aproveitadas, tendo sempre o cuidado de ouvir o maior número de relatos.

As posturas perante os entrevistados era de acolhimento e não de julgamento, mesmo quando a escuta revelou alguns relatos totalmente contrários aos princípios humanitários. A postura compartilhada com os interesses da instituição policial possibilitou uma troca de confiança que as pessoas permitiram-se "desabafar" e colocar efetivamente suas preocupações e ações como policiais.

Assim, de posse dos dados obtidos nas pesquisas de campo e documental, estes eram distribuídos pela equipe a fim de realização de análise e interpretação.

Destacam que um dos fatores importantes para a coleta de informações foram os diálogos (grupos focais) e as entrevistas semiestruturadas, onde os sujeitos da pesquisa foram consultados acerca de seu interesse e disponibilidade em participar da pesquisa e sua aceitação para o uso de gravador de voz.

É importante salientar que as dificuldades encontradas foram inúmeras, mas não foram suficientes para anular os caminhos metodológicos traçados, e tampouco prejudicar o alcance dos objetivos principais da pesquisa, focados para avaliar a aplicabilidade dos Direitos Humanos no campo da segurança pública por meio das falas dos policiais, e materialmente trabalhados nos currículos dos cursos de formação.

3. PESQUISA – Dados/Resultados Encontrados

Antes de explicitar os dados comparativos da pesquisa, destacam-se alguns aspectos, características e análises das cidades visitadas, a fim de que se possam conhecer suas especificidades referentes ao foco de estudo, em especial o conteúdo dos Direitos Humanos e sua aplicabilidade no cotidiano profissional e nas relações com a sociedade na intervenção policial.

A amplitude de divulgação pelos meios de comunicação e por estudos acadêmicos possibilitam entender que as questões de segurança pública pelas quais passa a cidade do **Rio de Janeiro** são bem específicas. A violência está diretamente relacionada ao tráfico de drogas e o poder dos traficantes, o que ocasiona medo e pavor na população. Contudo, as Políticas Públicas são, até então, ineficazes no combate às drogas. Essas questões induzem pensar no grande desafio da polícia brasileira, com destaque o Rio de Janeiro, em conquistar espaços de confiança, diálogo e credibilidade perante a própria corporação e a sociedade.

O que dificulta, infelizmente, a relação da instituição com a sociedade, é o fato da imagem policial está associada aos episódios de corrupção e violência, como os acontecimentos divulgados nesses últimos anos pela mídia nacional e internacional, como Carandiru-SP (1992), Vigário Geral–RJ (1993), Corumbiara- RO (1995), Eldorado dos Carajás-PA (1996), Diadema - SP (1997), além dos grupos de extermínio, formados na sua maioria por policiais, a chamada "milícia policial". E além do Estado Brasileiro ter se mostrado ineficiente de garantir o direito à segurança, esses agentes tornam-se instrumentos potenciais de insegurança da população (LIMA, 2009).

É importante frisar que a situação de medo e insegurança não atinge somente a população. São atingidos também os profissionais de segurança pública, pois ao passarem por constantes mortificações, alguns omitem que são policiais. E esconder-se, omitir sua profissão, não ter a liberdade de transitar livremente fardado, não devem ser parte da prática policial.

Esses referenciais ilustram tanto as contradições inerentes à atividade policial relativa à aplicabilidade da temática dos Direitos Humanos, assim como às relações de orgulho *versus* medo e a indignação de serem policiais. O fato de esconderem que são policiais e não poderem transitar fardados, revela não somente as gritantes contradições da atividade policial como também a ausência de autoridade e força do próprio Estado de não poder se mostrar.

De acordo com as pesquisadoras, as entrevistas no Rio de Janeiro revelaram alguns problemas estruturais graves no que se refere à defesa dos Direitos Humanos, a formação policial, tem disciplinas que versam sobre os mesmos, mas deixam a desejar na transversalização do tema dentro do projeto pedagógico dos cursos.

É imprescindível destacar a fala de um entrevistado comentando sobre a formação dos instrutores de abordagem policial e tiro, relata: "Foram feitos alguns encontros de debate sobre o assunto [Direitos Humanos], mas não foi obrigatório ministrar o curso para esses instrutores". E mais:

> Em parte por causa da formação precária: quatro meses, dois meses no Batalhão. Desses quatro meses, um mês era na PO [Policiamento Ostensivo] e limpeza, o FLANDU (Faxina, limpeza e arrumação de dependências da unidade). Então ele saía um cara que usava uma arma e era policial. Mas, ele é um policial formado, ele tem conhecimento técnico? Não. Ele não se sente capaz! (Oficial, 12 anos de serviço, informação verbal).

Em contra partida, também são relatados, os avanços dentro de uma nova visão de policiamento, quando há uma relação de proximidade entre os policiais e a população, a exigência de uma nova ordem democrática provoca o respeito ao outro e isso é evidenciado também:

> Na minha formação, 12 anos atrás, a gente corria na rua (tropa trabalhando Ed. Física) e eu cantava: "Ei, você que tá me olhando, eu não gosto de você! Se continuar me olhando, vou aí pegar você", era a música que cantávamos fazendo exercício! Era essa a formação que você tinha na polícia, a formação do policial combatente, aquele resquício da época da ditadura... E a polícia passou a enxergar que nós somos prestadores de serviço, nós não somos combatentes. Tem uma frase muito engraçada: "O policial acha que o fuzil é a extensão peniana dele, que ele é muito mais homem com o fuzil na mão". Hoje em dia, a polícia é voltada para os Direitos Humanos, uma polícia de proximidade, polícia comunitária e é o que realmente está funcionando. (Oficial, 12 anos de trabalho, informação verbal).

Ao confrontarem a formação em Direitos Humanos dentro do Curso de Formação de Soldados da PMERJ e as vivências contidas nos relatos dos entrevistados, as pesquisadoras puderam perceber que a formação é deficiente, ainda que aborde sobre os Direitos Humanos, dá preferência para a parte prática, como sugere os fragmentos a seguir:

> De especialização a gente só fez um curso, que até teve a parte teórica, mas o objetivo foi a parte prática. Foi o Curso de Capacitação em Atuação Policial Frente a Grupos Vulneráveis, que durou um mês. Teve aulas teóricas de Direitos Humanos, mas teve uma ênfase na prática de abordagem dos grupos vulneráveis. (Oficial, 12 anos de trabalho).

Por esse discurso é possível constatar, que ainda vigora a velha filosofia dos Direitos Humanos concebida do ponto de vista institucional e não propriamente uma atitude pessoal e profissional de respeito ao outro, extensiva à esfera pública e à esfera pessoal/privada.

Por outro lado, os gestores com os quais obtiveram contatos foram enfáticos em afirmar uma evolução significativa dos Direitos Humanos, principalmente relativa aos cursos direcionados aos policiais cujo conteúdo concretizam-se pela transversalidade das disciplinas e onde os Direitos Humanos ocupam um lugar importante nos conteúdos**.**

Os documentos analisados na pesquisa são referentes ao currículo a ser ministrado no ano de 2012, reformulado por uma equipe interdisciplinar, tendo como referência a Matriz Curricular Nacional (MJ/SENASP) e as próprias demandas da sociedade atual frente às incivilidades urbanas, o que resultou em ações educativas pertinentes a uma nova postura e filosofia da PMERJ.

Tendo por base os referenciais da Matriz Curricular Nacional, o desenho curricular do Rio de Janeiro tem como classificação as competências nas dimensões Cognitivas (conhecimento), Operativas (habilidades) e Atitudinais (atitudes); esta última reveladora das conexões temáticas referentes aos Direitos Humanos.

Do total de 1.182 horas do curso de formação de soldados em um período de aproximadamente sete meses, **116 horas** são destinadas às disciplinas que avaliaram serem transversais ao tema dos Direitos Humanos, o que equivale a um percentual aproximado de **9,8%** do total, que, embora seja pequeno, é bastante significativo para a educação policial humanizada e comunitária.

Em relação à aplicabilidade dos Direitos Humanos na corporação carioca, evidencia-se no currículo uma grande preocupação com vínculos e nexos importantes para uma visão crítica sobre Direitos Humanos baseada em valores universais, mas também particularizados sobre a formação.

O estudo feito no Rio de Janeiro revelou que a Segurança Pública do mesmo tem toda uma singularidade e é justamente a Polícia Militar que está no comando desse processo, mas, ao que parece, é que a mudança na forma de pensar veio para ficar. Entretanto, é evidente que há ainda um longo caminho a ser trilhado antes que se possa falar de uma Segurança Pública ideal, especialmente no que se refere aos Direitos Humanos e o caminho da transição sempre exige grandes cuidados.

Em entrevistas nos grupos focais, observou-se que os Praças com maior tempo de serviço são os que menos acreditam na prática humanizada, assim como, nos grupos com Oficiais eles são também céticos em relação a essa questão, mesmo os que possuem pouco tempo de polícia. Segundo eles, esse descredito também incentivado pela atitude da população e por diferenças entre classes sociais. Por outro lado, conclui-se que a população não confia na polícia que tem, como confirmado em um grupo focal com Praças: "É, talvez a gente tenha que fazer uma *mea culpa*, de repente pela nossa formação, às vezes você não sabe como agir e você quer afastar o problema porque você não sabe como lidar com ele [...]" (Praça, 12 anos, informação verbal).

Além disso, outra questão verbalizada pelos policiais é a indiferença do Estado em relação à polícia, quando o policial se sente à mercê da pujança econômica veiculada pela mídia em relação ao Rio de Janeiro. E para ilustrar essa situação apresenta-se a fala de um policial que se sente desprotegido, principalmente pelo fato de reinvindicação de direitos como os salários e melhores condições de trabalho, alusivas às greves implodidas pelo Brasil em janeiro de 2012:

> Quando fala em greve, em salário, parece que o policial se sente à margem da pujança econômica do Estado, é como as favelas, como se o policial fosse a favela do Estado, a PM é a favela do Estado... Quando você passa a ser excluído, isso é transformado em uma reação, a resposta é a violência, o desapego, o mal servir. Essa violência que não precisa ser física, boa parte dela é no tratamento, ela se reflete porque você não se sente parte dela. (Oficial, informação verbal).

Enfim, para que um policial fale sobre Direitos Humanos, é necessário um trabalho amiúde na sua formação, desde sua entrada até os anos vindouros de sua atividade policial. Mas, isso vai depender da própria valorização do policial pela corporação, indo desde bons salários até o acompanhamento psicológico em situação em que ele necessite por exigência de sua prática policial.

É importante destacar que os aspectos inovadores constatados na pesquisa são evidenciados pela malha curricular inovadora que contempla a dimensão formativa do policial, agente de interlocução entre a polícia e a comunidade, tendo em vista uma perspectiva pedagógica que busque a educação permanente, na busca de uma nova identidade policial. A visão educativa é ponto fundamental na formação dos policiais, respeitando o perfil de violência do Rio, na sua maioria vinculado ao crime organizado.

Certamente não é apenas a ação efetiva da Segurança Pública que irá pôr fim as todas as mazelas pelas quais passam as cidades com grandes conglomerados, mas atuando em conjunto com os outros órgãos governamentais, certamente será potencializadora de ações que podem culminar com a minimização da violência, começando pelo próprio efetivo policial.

Sendo assim necessário uma formação que prepare o policial para ser um agente de mudança na comunidade. E essa ideia é confirmada nas palavras de uma gestora da Subsecretaria de Ensino e Programas de Prevenção do Rio de Janeiro, quando perguntada sobre qual seria o modelo mais adequado da formação dos policiais na perspectiva dos Direitos Humanos:

> Acho que é preciso repensar o modelo de gestão de ensino das instituições de segurança pública, rever os conteúdos de formação, propor um novo sistema de controle e avaliação. A formação do profissional evidentemente deve estar pautada na legalidade, nos aspectos técnicos e também éticos, no respeito aos Direitos Humanos. (Gestora, Rio de Janeiro, informação verbal).

Prosseguindo a pesquisa, a Polícia Militar de **Salvador** (Bahia) tem desenvolvido no âmbito de suas atribuições a formação de seus policiais, pelo menos é o que consta nas duas ações educacionais baianas: o

projeto educacional "Caravana do Conhecimento" e os cursos de pós-graduação em *Lato Sensu* e Gestão em Segurança Pública e Defesa Social (bacharelado). O primeiro é uma iniciativa do Departamento de Ensino para a socialização de conhecimento diverso nas unidades de ensino da Polícia Militar da Bahia, por meio de palestras e atividades centradas em temas atuais.

Sendo assim, a Polícia Militar, vislumbra possibilitar uma educação permanente tendo como referência um aprendizado organizacional com projetos e ações educacionais que valorizem o capital humano presente na Corporação Militar. Tal projeto de educação tem por objetivo dar ao Policial Militar o aprimoramento técnico e intelectual a partir da atualização de conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais à atuação profissional qualificada.

Esse projeto opera por meio de realizações de ciclo de palestras ou atividades que abrangem as áreas temáticas: Gestão Pública, Economia política; Direitos Humanos, Estatuto dos Policiais Militares – Direitos e Deveres; Policiamento Ostensivo Geral; Policiamento de Trânsito Urbano etc.

Ao ser indagado pelas pesquisadoras sobre a formação dos "Praças" da Polícia Militar em Direitos Humanos, o Gestor esclarece que o "Caravana do Conhecimento" contempla a dimensão do ensino na tentativa de ajudar os militares a reparar as falhas cometidas por abuso de autoridade durante o exercício da profissão:

> É basicamente o que nós estamos tentando fazer com essas questões voltadas. A disciplina dos Direitos Humanos está inserida no projeto como elemento primordial, para poder estar ajustando nossas falhas junto à sociedade. (informação verbal).

Projetos Educacionais como esses têm surtido avanços de forma gradativa na Polícia Militar da Bahia, fazendo com que a própria Polícia modifique sua maneira de conduzir a formação de seus soldados e o regimento para o ingresso na Corporação.

Além disso, o curso de Gestão em Segurança pública e Defesa Social é outra medida educativa elaborada pela Polícia Militar da Bahia que almeja dar uma formação profissional que colabora para a melhoria da prestação do serviço público de segurança pública. É um curso que preza por uma visão que permita ao aluno "internalizar" valores éticos e socioprofissionais que consigam estabelecer uma relação humanística a partir de uma reflexão e compreensão da realidade social.

Algo que chamou atenção foi o fato de ao ler o plano curricular, observou-se que para chegar a um curso que contemple as expectativas dos policiais, houve antes uma consulta com eles, um amplo debate para a formulação da grade curricular, a qual respeitou todas as normas de regulamentação de ensino: A Matriz Curricular Nacional, do Plano Nacional de Segurança Pública e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei LDB- 9.394/96).

Na entrevista da Superintendência de Prevenção, foi notório que na percepção daquela ocorre a desvalorização do Policial Militar enquanto cidadão, visto que os Direitos Humanos só atuam de forma a coibi-lo e de forma punitiva nas suas ações.

Destaca-se que enquanto discurso, os Direitos Humanos são incorporados como algo de extrema importância na ação policial, mas acaba ocorrendo um grande distanciamento entre a formação e a execução, pois percebe-se que grande parte dos policiais inclui os Direitos Humanos na sua atuação por razões meramente legais e não por uma aceitação pessoal, principalmente pela desvalorização do Estado para com esse profissional, e assim não acreditam nessa forma de atuação que traz como um dos princípios o respeito à dignidade humana.

A hierarquia é um dos pilares da Polícia Militar, pois é vista como necessária para manter a ordem e o respeito, em Salvador, como enfatizam as autoras, a hierarquia, antes tão rígida, hoje vem tomando contornos mais flexíveis entre superiores e subordinados, no sentido de ser aceitável. Para alguns, esse movimento é reflexo de um posicionamento mais ousado dos policiais subordinados, embora para as mesmas, seja perceptível que os Praças sentem-se mais distanciados dos Oficiais no que tange às relações de trabalho, ocasionando dificuldades nos contatos de amizade e até mesmo de respeito. Por outro lado, entre os Oficias há dificuldades de relações motivadas pela hierarquia rígida da instituição, porém como é ressaltado em todas as cidades pesquisadas, isso depende muito da maneira pessoal de o Comandante gerenciar.

Segundo a equipe da pesquisa, o discurso sobre a concepção de Direitos Humanos difere-se entre níveis hierárquicos, ou seja, entre a cúpula e a base. A cúpula tem um discurso elevado e costuma demonstrar amplo conhecimento, inclusive filosófico, apresentando maior esclarecimento sobre o tema, já a base apresenta uma

concepção mais semelhante ao senso comum, entretanto, estão em processo de formação, têm noção teórica do que seja Direitos Humanos, frisando o respeito ao cidadão, principalmente os que estão acabando os cursos de Soldado.

Porém, a partir das entrevistas realizadas é possível perceber que a maioria sente-se indefesos em relação aos Direitos Humanos, pois para muitos é hipocrisia falar de Direitos Humanos na Polícia, sendo que eles próprios não são valorizados dentro da Instituição, assim como a sociedade também não os valoriza, reclamam de baixos salários, condições de trabalho precárias, e falam que Direito Humano é só para Homens Direitos.

Para os Praças que ingressaram recentemente na Polícia, os Direitos Humanos devem se direcionar para uma formação que seja capaz de prepará-los para enfrentar as diversidades do cotidiano, assim como, propiciar o tratamento justo do cidadão, pois o policial tem que ser uma pessoa que oriente, eduque, indique, pois está presente nas ruas e estabelece inteiramente relações com o cidadão.

Na avaliação dos alunos o Curso de Formação de Soldados tem sido bom em determinados pontos, em outros ainda possui falhas, pois embora se tenha um cronograma de execução das aulas este não é colocado em prática, muitas vezes por questões internas. No mais, os professores (instrutores) são bastante comprometidos com o curso e com os alunos, aqueles conseguem repassar o conteúdo de maneira didática e acessível, entretanto, não possuem uma estrutura física (do prédio) capaz de oferecer condições reais para uma boa formação.

Outra questão enfatizada pelos alunos refere-se a pouca carga horária que possuem as aulas de Direitos Humanos, a saber, apenas 30 horas, eles ressaltaram que é importante ter mais base em Direitos Humanos e que o assunto devia ser mais aprofundado. Alguns alunos apontam para a diferença que ocorre entre a formação de Soldados e Oficiais; na opinião deles, a formação poderia ser vista de maneira conjunta, já que o objetivo é um só: a formação do Policial Militar.

A pesquisa apontou que há certa relutância entre os policiais mais antigos na profissão quanto à questão dos Direitos Humanos, principalmente em relação ao fato de como são abordados pelos meios de comunicação, pois estes levam a sociedade a interpretar que os Direitos Humanos somente são assegurados ao "criminoso" e que paro o Policial Militar esses direitos não são resguardados.

Em Salvador os Policiais Militares responsáveis pela instrução nas academias têm remuneração inferior às dos civis que exercem a mesma função.

A grade curricular usada na pesquisa da PM/BA foi fruto de referências a partir do Plano Nacional de Segurança Pública e na Matriz Curricular Nacional, atendendo também as novas exigências da sociedade.

Consta-se que das **1.176** horas de aulas, existem 05 disciplinas as quais se avaliou como transversais aos Direitos Humanos, embora ressaltem que a transversalidade deva passar necessariamente por todas as disciplinas, até porque o sentido dado aos Direitos Humanos transcendem as disciplinas cujos conteúdos são correlatos mais explicitamente. Ainda destacam a disciplina de **20 horas** dedicada às relações interpessoais como uma importante oportunidade de reflexão nas relações pessoais e profissionais do policial com o grupo e com a comunidade.

Ainda dão igualmente destaque as disciplinas Introdução à Sociologia, pois remete o policial a pensar criticamente, e à importância de conhecimento sistematizado, assim como a disciplina Educação para as Relações Étnico-Raciais e de Gênero, representante dos grupos vulneráveis, foco de respeito dos Direitos Humanos e sua preocupação com grupos alvo de preconceitos.

As pesquisadoras consideram que o grupo de alunos entrevistados da Polícia Militar da Bahia apresenta um bom curso de formação de Soldados, no entanto é preciso uma atenção maior na organização, execução e nas dependências físicas do local onde acontecem as aulas. Ressaltam ainda que durante o depoimento dos alunos, era possível perceber a vontade de romper com a concepção de Polícia Militar que emprega a força física antes de saber a natureza do acontecimento, mais ainda há uma sobreposição de que Direitos Humanos é somente para bandidos.

Similarmente, os Oficiais e Gestores, quando perguntados sobre sua concepção de Direitos Humanos, sempre falam da parte organizacional e têm uma discussão sobre Direitos Humanos bem ampla.

Iniciativas como a Caravana do Conhecimento são importantes na difusão e na implementação de uma filosofia cujos pilares estão assentados nos Direitos Humanos, na proximidade com a comunidade e na postura cidadã e democrática da Polícia ao trabalhar diretamente com a população. Sendo assim, destacam também a recém-

criada Superintendência de Combate e Prevenção à Violência, da Secretaria de Segurança Pública, assim como a criação das Bases Comunitárias de Segurança em bairros com alto índice de violência.

Na área da Segurança Pública, as iniciativas especificamente direcionadas à Polícia Militar, representam dimensões inovadoras se comparadas a outras épocas. Ambas, puderam perceber avanços na área profissional e formativa dos policiais, principalmente porque mais da metade ingressa na carreira militar com curso superior.

No prosseguimento da pesquisa, agora na cidade de **Porto Alegre** (Rio Grande do Sul), houve um avanço no cumprimento dos Direitos Humanos e este, talvez tenha uma relação direta com o novo perfil de policiais que estão ingressando na Instituição, pois a maioria dos policiais possuí ou estão completando a escolaridade de nível superior, no entanto, assim como nos outros locais da pesquisa, essa nova concepção dos Direitos Humanos mesmo entre os "novos policiais" sofre certa resistência, uma vez que ainda acredita-se que os Direitos Humanos foram criados para defender somente o "criminoso".

Segundo o Gestor é uma tarefa difícil superar a dicotomia entre os direitos do cidadão e os direitos dos policiais, para que se possa chegar a um objetivo comum, que é uma polícia que respeite os Direitos Humanos. Pois segundo o mesmo, quando se mostra que é preciso dar uma maior atenção à qualificação do profissional, o Policial Militar, para que ele tenha a noção de inviolabilidade desses direitos, parte da sociedade reage afirmando que o estado, nesse caso as entidades de Segurança Pública, estão mais preocupadas com a Polícia do que com o bandido.

Para a Ouvidoria a carga horária na formação em Direitos Humanos é muito inferior à expectativa, dada à importância na atividade policial. A formação do policial em Direitos Humanos deveria contar com a teoria, e buscar uma conciliação com a prática. Desse modo, poderá surtir um resultado positivo na formação do profissional.

Além dessa, outra Instituição bastante atuante na Brigada Militar é a Ouvidoria e Corregedoria Militar, que recebe processos vindos da Ouvidoria de Segurança Pública do Estado, é por meio dela que chegam as denúncias referentes a Policiais Militares com má conduta no exercício da profissão, a saber, extorsão, agressão física, invasão de domicílio e abuso de autoridade. Todas elas são apuradas de acordo com sua especificidade, mediante a isso se dá o seguimento ao Processo.

Um dado importante apontado pelos entrevistados da Ouvidoria da Brigada Militar é que a maior incidência de denúncias recai sobre os Policiais Militares com pouco tempo de serviço na instituição. Ou seja, existem delitos que são característicos do perfil de policiais novatos, já as denúncias contra policiais veteranos são muito menores.

Segundo a equipe da pesquisa, outro ponto em questão é que a noção de Direitos Humanos precisa ser mais trabalhada dentro da polícia, pois há policiais que não têm uma concepção sobre o assunto, isso gera uma confusão na hora da sua atuação.

No que diz respeito ao ensino, em entrevista realizada na turma do Curso de Oficiais, sobre a estrutura hierárquica da Polícia Militar, até que ponto ela dificulta a atividade policial. Para os alunos, não há nenhuma dificuldade em lidar com a hierarquia, ao contrário, ela facilita na organização a manter o controle interno das atividades.

Em relação aos ensinamentos ministrados por meio dos cursos ofertados pela Brigada Militar, a maioria dos alunos comentou que o conteúdo consegue contemplar suas expectativas, por outro lado, fazem destaques quanto à grade curricular. A mais frequente é a incorporação de determinadas disciplinas que, segundo eles, não são tão relevantes na área de atuação policial.

Ao serem questionados sobre a formação em Direitos Humanos, os alunos disseram que todos os cursos ministrados pela instituição têm a preocupação com os esses Direitos, pois há hoje uma preocupação da instituição em focar esse tema.

O que foi escutado nas entrevistas era a necessidade de respeitar os Direitos Humanos. Mas antes de assegurar esses direitos, ressaltaram que existe uma formação anterior à do Policial Militar, que é a educação baseada na instituição família e que o indivíduo traz consigo para dentro da ambiente de trabalho, esta possibilita uma reflexão na sua postura de vida, nas ações que vêm a tomar como Policial Militar.

É importante salientar que há divergência em relação à concepção de Direitos Humanos, para os futuros Oficiais (esses direitos precisam ser respeitados e vivenciados dentro da prática policial), e para a maior parte

dos Soldados entrevistados (Direitos Humanos ajudam a proteger o criminoso). Foram poucos os policiais que apresentaram opinião diferente.

A disciplina de Direitos Humanos em Porto Alegre tem **30 horas**, e suas correlatas, como por exemplo, Ética e Cidadania, 20 horas; Relações Humanas e Comunicação Social, 20 horas; Polícia Comunitária, 20 horas. Salienta-se ainda que a transversalidade das disciplinas, as chamadas operacionais, tem um importante aspecto de transversalidade com os Direitos Humanos segundo os gestores entrevistados.

Durante a análise dos relatos coletados na pesquisa de campo, pôde-se averiguar que os Oficiais e Soldados consideram que o curso de formação militar consegue atender pontualmente os requisitos mínimos para o exercício da profissão, no entanto, argumentam que os conteúdos ministrados poderiam ser mais desenvolvidos ao longo curso, assim como, o tempo de duração de seis meses, que segundo os polícias, deveria ter no mínimo um ano de duração.

A equipe da pesquisa chegou à conclusão de que o discurso conceitual sobre Direitos Humanos não se distingue muito entre Gestores, Praças e Oficiais, a diferença consiste em como cada um enxerga a aplicabilidade desses conceitos no cotidiano, ambos entendem que essa aplicabilidade consiste na observância à lei. E a maioria daqueles reconhecem que embora tenham ocorrido avanços no cumprimento dos Direitos Humanos, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que as políticas sobre o assunto sejam aceitas dentro das instituições policiais.

Já os praças sentem-se excluídos da cobertura dos Direitos Humanos. De um modo geral, entendem a necessidade de observância à lei, mas acreditam que só algumas minorias têm os direitos defendidos e os Policiais Militares não estão entre estas.

Assim como nas outras cidades, as pesquisadoras puderam perceber que há uma divergência em relação à concepção de Direitos Humanos entre os futuros Oficiais e o Praças, para aqueles os direitos precisam ser respeitados e vivenciados na prática policial, e para estes os Direitos Humanos ajudam a "proteger bandido", sendo minoria os policiais que apresentaram opinião diferente.

Outro aspecto destacado pelas autoras é a evolução dos valores e concepções de Direitos Humanos (ainda sutil) presente nas corporações Policiais Militares, para elas, esta evolução tem, talvez, relação com o novo perfil dos policiais que estão ingressando na instituição, a maioria deles possui ou está completando o nível superior.

Porém, essa "nova concepção" dos Direitos Humanos ainda sofre certa resistência, uma vez que é um vício social acreditar que os Direitos Humanos foram criados para defender somente o "criminoso", o "delinquente". Essa visão que paira entre os policiais não é exclusiva deles, está incutida no imaginário da sociedade, e o Policial vem dessa sociedade, e faz parte do cotidiano de quem trabalha diretamente nas ações de segurança pública.

As autoras sugerem entender os Direitos Humanos não na perspectiva de obrigatoriedade, mas acentuar a ideia de responsabilidade e importância nas relações humanas e na ação policial. Assim como, reajustes na Carga Horária da formação em Direitos Humanos, aumentando-a.

Sobre a dicotomia entre direitos do cidadão e direitos dos policiais, sua superação é uma tarefa difícil, mas necessária para que se chegue a um objetivo comum, que é uma polícia que respeite os Direitos Humanos.

De acordo com a equipe da pesquisa, é perceptível na Brigada Militar de Porto Alegre, que as medidas, disciplinas e a preocupação ética no combate aos excessos das Corporações Policiais Militares são bastante frequentes, e revelam que são os policiais mais novos que cometem a infrações com maior frequência. Também é notório que as Ouvidorias e as Corregedorias enfrentam barreiras, com enfoque no corporativismo, e esse tem, possivelmente, fundamento no fato de um policial precisar do outro, porém não se pode ser ingênuo o bastante para desconsiderar os interesses, as trocas de favores nem tão nobres assim.

Em **Brasília** (Distrito Federal) vários Oficiais se dispuseram a falar abertamente sobre o tema Segurança Pública e Direitos Humanos, de forma que as autoras puderam entrevistar muitos Oficiais, Praças e Gestores, o que deu à elas uma visão ampliada e específica dos conteúdos, da aplicabilidade e dos avanços no campo dos Direitos Humanos e do ensino.

Essa colaboração tem um importante significado, pois quando a Polícia Militar do Distrito Federal se abre para a pesquisa científica está se abrindo também para a sociedade e permitindo um diálogo que só pode gerar bons frutos.

No campo dos Direitos Humanos, houve uma grande evolução da nos últimos anos, está em vigor um processo de mudança de paradigma, e muitos grupos da polícia visivelmente estão se esforçando para humanizar o

serviço de Segurança Pública. Mas, como salientam as autoras, é evidente que ainda existem vários problemas e empecilhos para que se possa falar de uma nova policia do Distrito Federal, humanizada e cumpridora de todos os requisitos de Direitos Humanos.

Como frisam as pesquisadoras a profissão de policial é dotada de enorme importância social e por isso mesmo é um cargo de grande responsabilidade, e quando o profissional não desempenha sua função com gosto, os efeitos não incorrerão apenas sobre ele, mas sobre toda a população. Entretanto, as autoras destacam que mesmo não tendo conversado com um número muito grande de oficiais, puderam observar que em muitos casos o desencanto com a profissão se dá frente a uma porção de realidades cotidianas que colaboram para o desencantamento, em outras palavras, não é um desencanto com o cargo de policial, mas com questões como remuneração, precarização do trabalho, o desprestigio por parte da própria sociedade. Para os bons policiais, os cumpridores da lei e reais defensores da sociedade, esses descréditos têm forte poder e atuam de forma negativa em seu dia a dia.

Para as entrevistadoras, os profissionais que carregam sobre o ombro a responsabilidade de zelar pela Segurança Pública têm que lidar com o desamparo do Estado, com questões que vão desde o alojamento sem estrutura, passam por jornadas de trabalho extensas, até à falta de eficiente e constante assistência psicológica. Esse mesmo profissional denuncia a constância dos casos de assédio moral por parte de oficiais de alta patente, e uma formação demasiadamente teórica.

Foi constatado pelas pesquisadoras, que há campos da Policia que estão visivelmente abertos e interessados em implantar esse novo paradigma de Segurança Pública, de polícia humanizada. A reflexão sobre Direitos Humanos é facilmente percebida, os cursos de formação de forma integral contemplam o tema e o conhecimento acadêmico tem ajudado nesse sentido. A maioria dos Oficiais possuem uma concepção de Direitos Humanos de acordo com os princípios democráticos e éticos.

Outro fator bastante satisfatório e que favorece a humanização da PMDF é o fato de esta Instituição ter inserido em todos os seus cursos de formação a disciplina Direitos Humanos e uma série de outras disciplinas que também contemplam a discussão e a educação para o tema.

O Curso de Formação de Oficiais (CFO) é um curso de três anos aparentemente bastante completo no que se refere as disciplinas teóricas, embora os alunos em geral reclamem da falta de prática durante a formação.

Segundo o discurso de muitos dos entrevistados, o tema Direitos Humanos não está apenas na grade curricular, ele é efetivo nos curso de formação. Em Brasília, assim como nas outras cidades há uma nova concepção de Segurança Pública que é a cultura de um policiamento comunitário. No entanto, as entrevistadoras perceberam que na realidade da PMDF, e do Brasil como um todo, o policiamento comunitário ainda não é tratado como modelo oficial de policiamento, porém, notaram que já existem diversas pessoas dentro e fora da instituição militar lutando por esse modelo de policiamento.

Perceberam também nas entrevistas com os oficiais da PMDF que muitos dos PMs se sentem incomodados com o estigma atribuído a essa classe. Segundo as autoras, o brasileiro ainda não consegue enxergar com bons olhos o PM, porque esta classe guarda muitos elementos da ditadura, muitos PMs ainda enxergam o combate ao crime como guerra, e muitos ainda intimidam a população e abusam do poder do cargo.

A pesquisa proporcionou a oportunidade de perceber de perto e com mais clareza a quantidade de Oficiais da PMDF que possuem uma postura mais humanizada, mais condizente com a realidade desejada pelos defensores da democracia e dos Direitos Humanos.

No entanto, dentro da instituição PMDF existem forças que reproduzem o comportamento violento, autoritário e abusivo que um dia foi o traço mais marcante dessa instituição, ao mesmo tempo existem forças que implementam uma visão de Segurança Pública em que trazem os ares do respeito à vida e à dignidade humana.

Mas, o momento histórico tem se configurado de forma a dar privilégio à mudança, à humanização da PMDF, pois quando a PM se dá conta do seu papel para com a prevenção do crime e faz a sua parte para diminuir as contradições sociais do Brasil, ela se aproxima da população, adquire respeito e faz Segurança Pública de qualidade.

Em **Belém** (Pará) foram visitadas a Ouvidoria da Secretaria de Segurança Pública e Curso de Formação de Praças. Assim, buscou-se identificar os avanços, os problemas e as contradições da Polícia Militar do Pará no que concerne aos Direitos Humanos, além de proporem algumas soluções.

O primeiro tema analisado pela equipe da pesquisa foi a hierarquia. Em entrevista no Curso de Formação de Praças observaram que aquela se mostra mais flexível. Segundo o conteúdo dos depoimentos ficou mais

simples reportar-se a um superior hierárquico, o que no ponto de vista deles tem melhorado o trabalho e essa melhora pode ser resultado tanto de uma maior rapidez na comunicação, quanto do evitamento da deturpação que a mensagem pode sofrer "no caminho". Esta flexibilização pode estar decorrendo de dois movimentos convergentes: um oriundo da abertura dos superiores e o outro de maior "atitude", maior iniciativa por parte dos subalternos, além da mudança de mentalidade sofrida na sociedade como um todo.

Em Belém, como em outras capitais, as pesquisadoras perceberam uma progressão do nível de escolaridade, o que significa dizer que os novos policiais tendem a ter um perfil, em tese, mais questionador, crítico, até em virtude da bagagem teórica que receberam em suas graduações, além do que o conhecimento mais amplo tem permitido ao grupo discussões mais analíticas e minimizado os clichês do senso comum.

No entanto, foi verificado um ponto contraditório no que remete à formação: de acordo com a PM, sua formação é toda permeada pelas noções de Direitos Humanos, desde as disciplinas teóricas às práticas, enquanto que na Ouvidoria ouviu-se que o maior problema não é só a diminuta carga horária, mas sim o fato de não haver integração das outras disciplinas com os Direitos Humanos.

Ainda na Ouvidoria outra contradição encontrada são as incongruências que impedem a unidade do falar e do fazer, ou seja, é comum em depoimentos que a teoria esteja de acordo com os ideais de Direitos Humanos, porém, na pratica há uma transgressão dos mesmos quase que por completo. Sendo que para as autoras este embate, talvez se dê por concepções antigas e deturpadas que muitas vezes vêm de cima para baixo.

Conforme as entrevistas, na evolução da Polícia de Belém foi verificada uma conscientização por parte da instituição quanto ao papel do Policial Militar na sociedade, a ideia de que o mesmo tinha que ser treinado para uma guerra, foi sendo reduzida, pois a instituição percebeu o valor que tem uma polícia mais preparada psicológica e tecnicamente para lidar com as situações de violência, sobretudo, urbana.

Em relação ao tradicional impasse Direitos do Cidadão *versus* Direitos do Policial a Ouvidoria o trata de forma distinta do que se vê comumente, aos pesquisadores foi dito que o policial "já tem a proteção devidamente do próprio Estado" e os indivíduos oriundos da sociedade civil precisam que os movimentos sociais atuem em sua defesa com vistas a garantir-lhes os Direitos Humanos. Mas, reconhece a precarização a que o policial é submetido no que diz respeito à garantia de condições elementares de sobrevida.

Segundo a Ouvidoria de Belém a formação dada aos Policiais por instituições competentes em direitos humanos e pela Ouvidoria é dependente da instituição de ensino, no caso o IESP (Instituto de Ensino de Segurança Pública), então o ideal é que existisse, no caso da Ouvidoria, por exemplo, uma formação complementar feita pela e na Ouvidoria.

No que pese grandes dificuldades, a Polícia Militar do Pará teve avanços significativos em relação ao ensino da Segurança Pública, com a criação do IESP (Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará) em 1999, fazendo parte das mudanças anunciadas nesta área.

Segundo a equipe da pesquisa, a corrupção policial é outro aspecto posto em questão, a Ouvidoria da Segurança Pública tem conhecimento de vários casos deste tipo de ação, e enfatiza que só formar não é suficiente, tem que corrigir, com vistas a inibir outros possíveis infratores.

É importante ressaltar que a maioria das ouvidorias é formada por indicações do governo, mas a Ouvidoria do Pará tem eleição civil desde 1996, no entanto, as questões da falta de autonomia política e financeira da ouvidoria do estado dificultam o pleno exercício das funções da mesma.

Outro destaque no campo da Segurança Pública em Belém é que foi iniciado o Mestrado Profissional em Segurança Pública, em convênio com a Universidade Federal do Pará, atrelado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

As cidades visitadas apresentam níveis coincidentes quando se fala de investimentos e projetos na área da Segurança Pública e da aplicabilidade e iniciativas em Direitos Humanos, movidos principalmente na perspectiva de formarem um número significativo de policiais em preparação à Copa de 2014.

Além disso, as iniciativas e projetos que contemplam a formação em Direitos Humanos nas Polícias Militares nas cidades visitadas estão presentes tanto nos discursos dos gestores como também nas grades curriculares, ainda que com menor incidência devido ao número reduzido de carga horária dedicada à formação em Direitos Humanos.

A pesquisa demonstrou ainda que por mais que haja um trabalho efetivo de desmistificação dos Direitos Humanos, por muito tempo associado à "proteção de bandidos", essa ideia ainda é recorrente, mesmo em níveis hierárquicos, da menor à maior patente.

A formação em Direitos Humanos nas cidades visitadas ainda precisa de maiores investimentos, mesmo que sejam promissoras iniciativas neste campo como os projetos que partem das premissas de maior aproximação com a comunidade, da preocupação do ensino nas PMs ser direcionado à formação integral do policial e a perspectiva, por parte principalmente dos gestores, de proporcionar um grau de formação capaz de "derrubar" antigos paradigmas sobre os Direitos Humanos.

Percebem-se alguns pontos divergentes nas cidades visitadas. Foi identificado que cidades como Rio e Salvador, por serem polos turísticos fortes no cenário brasileiro, apresentam diferenças de procedimento, como por exemplo, melhor preparo da PM em lidar com grandes quantitativos de pessoas em eventos, grandes e pequenos que exigem práticas operacionais a fim de não denegrir a imagem da PM e da própria cidade.

Brasília apresenta uma particularidade diferente das outras cidades por ser a capital do Brasil e por ser palco de constantes atos de protesto e manifestações reivindicatórias demandam mais preparo da PM.

A instalação das zonas Pacificadas configura um gigantesco investimento no campo de Direitos Humanos, pois ali são concretizadas ações e relações que têm resgatado a vida cotidiana da comunidade residente nessas áreas e se apresentam, como um importante meio de aplicação dos Direitos Humanos, apesar das dificuldades iniciais e críticas de estudiosos e da população desta nova forma de pacificação.

Projetos como "Rio Contra a Homofobia" (Rio de Janeiro) e projetos da Secretaria de Direitos Humanos da PM de Porto Alegre representam um verdadeiro avanço no campo dos Direitos Humanos quanto à questão de respeito às diversidades culturais e sexuais, sendo a polícia um grande canalizador de preservação dos direitos.

Identificou-se também que o Projeto PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas) está presente em todas as cidades visitadas, representando uma atuação mais próxima da polícia com crianças e jovens, sendo também considerado um importante avanço de inserção dos Direitos Humanos junto à comunidade.

No entanto, enquanto no Rio há uma maior abertura para as formas diversificada de trabalho dos Direitos Humanos, em Salvador, por mais que exista essa preocupação, as iniciativas são embrionárias, e necessitam de um investimento mais eficaz e uma maior adesão por parte da própria Polícia.

Considerações finais

Para as autoras sem dúvida foi desmitificada a ideia de que a Polícia como instituição é totalmente hermética, fechada para investigações científicas .

Na pesquisa qualitativa, a metodologia utilizada foi dialógica, sobretudo de aproximações constantes com os sujeitos da pesquisa, e essa proximidade deixou um saldo positivo de credibilidade e abertura para próximas investidas na realidade concreta dos policiais.

Ainda que os períodos de transição pelos quais passem a Polícia estejam voltados para servir com respeito à comunidade, isso não significa que encontraram uma Polícia livre de entraves de toda ordem, começando por uma estrutura por vezes sucateada, corpo funcional desanimado, falta de valorização da atividade militar, estigma negativo de sua imagem perante si mesmo e perante a sociedade, e a gritante contradição de encontrar-se desacreditada por uma sociedade a qual deveria preservar e proteger, mas que se sente absolutamente desprotegida por uma Polícia que precisa ser mais qualificada para o enfrentamento da violência, da criminalidade e para a proteção do cidadão, na mais simples situação às mais complexas investidas. Pois é o cidadão a quem deverá proteger e nesta relação os saldos não são nada animadores, carecendo de uma maior preparação no campo dos Direitos Humanos para que os policiais se sintam mais confiantes em suas ações e estabeleçam relações que favoreçam interações significativas com a sociedade.

É evidente que a sociedade estigmatiza o Policial como "repressor", o que ocasiona uma não associação da imagem daquele que está ali fardado servindo o Estado à de um cidadão com Direitos também, assim, o Policial acaba se apropriando dessa "verdade", passando a não mais se perceber como cidadão.

Sendo assim, a polícia já trabalha para a desedificação desta junto à comunidade e com o próprio policial, por meio de cursos que visam aprimorar a prática policial voltada à cidadania e aos conteúdos e posturas. Assim como, a introdução definitiva de Policiamento Comunitário.

Mas, por outro lado, a corporação militar de certa forma reforça a ideia de policial não cidadão, quando

nega a ele instalações higiênicas ou para repouso adequadas, salários baixos, quando transforma hierarquia e disciplina em humilhação e tortura, entre outros. E falando em hierarquia, as autoras destacam sua função dúbia: a facilitadora e necessária à organização, e a repressora, que prejudica as relações entre subalternos e comandantes e entre polícia e população.

Segundo as pesquisadoras, nos seis meses de introjeção no mundo dos militares estaduais de Belém, Brasília, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador, notou-se a necessidade de maior Carga Horária dedicada aos Direitos Humanos e a disciplinas que o têm como pilar, como Ética, Cidadania, Relações Humanas e outras.

Apesar de existir um meio de valorização do Policial por meio de políticas internas como merecimento, prêmios e gratificações, os policiais ainda sentem que isso deve ser melhorado, pois concluem que isso acaba criando uma maior valorização de determinados grupos em detrimento de outros.

De acordo com as autoras, em todas as cidades, percebeu-se um grande distanciamento entre a teoria e a prática, ou seja, os cursos de formação, em todos os níveis, não estão enfatizando os conteúdos de Direitos Humanos de maneira que seja incorporado no processo educativo da prática Policial.

Ainda de acordo com as pesquisadoras, o policial mais bem formado é mais respeitado pela população. Para muitos o fato de o Policial ter pouca escolaridade significa que ele encontra-se em condição de inferioridade em relação aos cidadãos civis.

As autoras concluem constatando que o Policial Militar é um agente a serviço do Estado, e como tal deve ser respeitado pela população e pelo ente a quem presta serviço. Para ambas, é preciso que o Policial se faça ouvir, e que não seja mais um alienado subordinado ao sistema, e talvez seja a hora de lateralizar o dilema (Direitos do cidadão *versus* Direitos do Policial) e partir para uma visão ampla e generalizada de Direitos Humanos. Sugerem que um modo de dar início a isso é saber que "Direitos Humanos" não são sinônimos somente de entidades de defesa dos Direitos Humanos, não são direitos de bandido, não foram escritos na época errada, tampouco devem ser deixados de lado ou desrespeitados como forma de protesto à inobservância de outros direitos (ou direitos de outros grupos). Direitos humanos são garantias universais, indivisíveis e historicamente edificadas mediante lutas e conquistas da sociedade em prol das necessidades que a cercam em cada etapa do processo democrático em que vivemos em nosso país.

Referências bibliográficas

BRASIL. (2009) Matriz Curricular Nacional. SENASP.

LIMA, Cristiane S L. (2009) *Direitos Humanos e Dilemas da Democracia no Brasil: um estudo sociológico do Trabalho Policial (1985/2009)*. Tese de Doutorado. 2009. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em : ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/CristianeSLL_TESE.pdf. Consultado em 10-02-2013.

LIMA, Cristiane, FIGUEIREDO, Isabel & NEME, Cristina (orgs). (2013) Segurança Pública e Direitos Humanos**:** um estudo na sociedade democrática brasileira. Universidade Federal do Pará. *Coleção Pensando a Segurança Pública: Direitos Humanos.* Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

A Cidadania E Os Direitos Sociais Em Um Mundo Sem Fronteiras

Lislei Teresinha Preuss[1]
Vera Maria Ribeiro Nogueira[2]

Resumo: Neste trabalho realiza-se uma discussão teórica sobre a cidadania e os direitos sociais em um mundo sem fronteiras a partir de categorias elencadas centrais neste estudo: direitos, cidadania, nacionalidade e saúde. Discutir direitos e cidadania no século XXI é um desafio; uma discussão relevante e polêmica na medida em que o debate se insere em uma nova ordem societária mundial, com implicações para todas as nações deste planeta e para os cidadãos. Num mundo que se transforma a cada novo dia a cidadania também se transforma. Esta não mais se afirma unicamente sob as características do Estado, do território e da nacionalidade. Num mundo globalizado, a cidadania ultrapassou fronteiras e nacionalidades. Cidadania social globalizada é uma dimensão ainda a ser construída e conquistada pelos sujeitos sociais preocupados com a igualdade e justiça social. A ampliação de direitos e de cidadania é essencial para construir uma sociedade com igualdade e justiça.

Palavras-chaves: Direitos. Cidadania. Nacionalidade. Globalização. Saúde

Introdução

Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado[3], defendida no ano de 2011 no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Feita as devidas atualizações, entende-se pertinente dar continuidade às discussões sobre a cidadania e os direitos sociais em um mundo sem fronteiras. As categorias teóricas elencadas centrais neste artigo são direitos, cidadania, nacionalidade e saúde.

O cenário atual caracteriza-se por uma série de profundas mudanças nos campos científicos e tecnológicos. O resultado desta mudança causa transformações não só nas relações produtivas, mas também nas relações econômicas, sociais e políticas entre os países. Vive-se a era da globalização, o período em que o capitalismo se expande com grande intensidade entre os países. Os países centrais são os palcos de um acelerado processo de inovação no campo do conhecimento e de novos padrões de produção e comercialização – reestruturação produtiva, criando macro mercados cujas projeções ultrapassam as fronteiras nacionais (PREUSS, 2007).

Discutir direitos e cidadania no século XXI é um grande desafio na medida em que o debate se insere em uma nova ordem societária mundial, com implicações para todas as nações deste planeta e para os cidadãos.

---

1 Professora Adjunta do Curso de Graduação do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa/UEPG. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUC. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catariana/UFSC. Assistente Social e Pedagoga graduada pela Universidade Federal de Santa Catariana/UFSC e Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC, respectivamente. E-mail: lispreuss@terra.com.br

2 Professora da Adjunta da Escola de Serviço Social/Programa de Mestrado em Política Social da Universidade Católica de Pelotas e Professora voluntária do Programa de Pós Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora e consultora ad hoc do CNPq. Editora da Revista Sociedade em Debate do Mestrado em Política Social da Universidade Católica de Pelotas. Possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1967), mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1990), doutorado em Enfermagem (linha de pesquisa saúde e sociedade) pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002) e pos-doutorado na Universidad Autónoma de Barcelona - Departamento de Sociologia - Seminario de Análise de Politicas Pública - SAPS. E-mail: vera.nogueira@pq.cnpq.br

3 Sob o título de O Direito a Saúde na fronteira: Duas versões sobre o tema, a dissertação tem como tema o princípio da universalização do acesso à saúde, na região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (RS), o objetivo principal foi identificar as concepções dos brasileiros e dos estrangeiros quanto ao direito à inserção no sistema de atenção à saúde no Brasil.

Num mundo que se transforma a cada novo dia a cidadania também se transforma. Esta não mais se afirma unicamente sob as características do Estado, do território e da nacionalidade. Num mundo globalizado, a cidadania ultrapassou fronteiras e nacionalidades. Cidadania social globalizada é uma dimensão ainda a ser construída e conquistada pelos sujeitos sociais preocupados com a igualdade e justiça social. A ampliação de direitos e de cidadania é essencial para construir uma sociedade com igualdade e justiça.

É neste cenário que, nas últimas décadas, intensificaram-se os debates sobre a faixa de fronteira, tendo em vista os processos de regionalização em curso. Os extensos limites internacionais do Brasil com os demais países da América Latina, e especialmente os integrantes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), vêm sendo objeto de preocupações, visto que tais processos afetam sobremaneira as regiões fronteiriças. Com a constituição do MERCOSUL, essa preocupação assumiu características mais específicas, tanto no plano econômico quanto no social. Os fenômenos de intensificação do livre comércio apresentam reflexos sobre o setor social, além da persistência de antigas questões relacionadas à faixa de fronteira, tal como a discrepância na proteção social entre os países, que se aguça nestes espaços. No que se refere à saúde, o país busca garantir o cumprimento dos princípios constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS), entretanto, os gestores municipais de saúde defrontam-se com realidades distintas do outro lado da fronteira (PREUSS, 2007).

A área da saúde tem despertado interesse em relação aos serviços e ações desenvolvidos nos municípios fronteiriços do MERCOSUL, pois, além do aspecto econômico, há um significativo número de pessoas estrangeiras que procuram pelos serviços e ações de saúde no Brasil (NOGUEIRA, 2005). Essas pessoas não possuem titularidade formal de cidadania e os gestores dos sistemas locais de saúde sentem-se pressionados a atender a população fronteiriça, não possuindo, muitas vezes, condições técnicas e recursos financeiros para tanto, instalando-se, assim, a dificuldade em prover o acesso à saúde de maneira universal e integral, preconizado pela Constituição Federal de 1988.

O direito à saúde, frente à complexidade da ordem capitalista no estágio atual, vem sendo afirmado como um elemento constitutivo dos direitos humanos, um direito de cidadania efetiva na fronteira entre Brasil e Argentina.

Para efeito de apresentação, este artigo está estruturado em dois momentos. No primeiro busca-se discutir sobre a mundialização do capital e a globalização. No segundo a cidadania e os direitos sociais em um mundo sem fronteiras. E no terceiro, as políticas de proteção social brasileira e argentina e, a partir desta construção, se estabelece uma análise comparativa entre o direito à saúde nesses dois países. E por fim, apresentam-se algumas considerações sobre a discussão.

A mundialização do capital – a Era da Globalização.

Chegou-se ao final do século XX com uma nova etapa de acumulação do capital, concentrada no livre mercado, na qual países procuram integrar-se formando blocos econômicos regionais, objetivando a busca de novos mercados e maior competitividade. Para Brum (2001), a constituição e consolidação dos blocos econômicos como um passo intermediário no processo de abertura comercial é uma realidade. Hoje a globalização da economia é um fato concreto, convive-se com um mundo globalizado, que se propõe a internacionalizar a vida econômica, social, cultural e política. Neste sentido, trata-se de uma globalização dos mercados, da produção, da cultura, da política, do conhecimento.

Segundo Sposati (1997), o processo de globalização não é uniforme, não atinge todos os países da mesma maneira e não atinge a todos os que vivem no mesmo país do mesmo modo. Este processo também não se dá apenas na esfera da economia, ainda que esta seja determinante.

As novas realidades, relações, instituições e estruturas, econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas, linguísticas, demográficas, geográficas e outras, estabelecem condições e possibilidades de novos intercâmbios, ordenamentos, estatutos. Juntamente com a mundialização da economia, política e cultura, emergem desafios relativos aos mais diversos aspectos da sociedade propriamente global (IANNI, 1996).

Na concepção de Ianni (1996), a globalização é uma configuração histórico-social abrangente, coexistindo com as diversas formas sociais de vida e trabalho, assinalando condições e possibilidades, impasses e perspectivas,

dilemas e horizontes. Uma totalidade complexa, contraditória, simultaneamente integrada e fragmentária, expressando um novo ciclo de expansão do capitalismo, como um modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. É um processo hegemônico sob múltiplos aspectos, neste sentido, produto de processos sociais, econômicos, políticos, culturais.

> A própria cultura encontra outros horizontes de universalização, ao mesmo tempo que se recria em suas singularidades. O que era local e nacional pode tornar-se novo, renovado, moderno, contemporâneo. Formas de vida e trabalho, imaginários e visões de mundo diferentes, às vezes radicalmente diversos, encontram-se, tencionam-se, subordinam-se, recriam-se (IANNI, 1996: 29).

O processo de globalização é consequência do aprofundamento da internacionalização do capital e do enfraquecimento dos Estados Nacionais. Estes tornam-se cada vez menos nacionais e mais enxutos, pois a globalização restringe a ação econômica do Estado. Ianni (1996) afirma que, no âmbito da sociedade global, o Estado-nação perde parte do seu significado tradicional. O Estado é obrigado a rearticular-se, a reorganizar-se internamente.

O que ocorre é uma crise do capital cuja principal determinação é econômica, a qual atinge os países hegemônicos e periféricos de formas diferenciadas. A baixa das taxas de lucros, a recessão e queda dos investimentos produtivos, que geraram a crise econômica nos anos 80, requereram medidas de ajustes, sendo uma delas o abandono, por parte do Estado, das políticas de base Keynesiana (PREUSS, 2007).

Sabe-se que o processo de globalização na sociedade capitalista não é novo. O capitalismo, desde suas origens, foi mundial e buscou globalizar-se. Sua emergência data no final do século XX, a partir do aniquilamento do mundo bi polarizado em capitalismo e comunismo, atuando em diferentes níveis da realidade, em âmbito local, nacional, regional e mundial.

À medida que se globaliza, o capitalismo recria novas fronteiras de expansão. Modifica as condições e as possibilidades de espaço e tempo, transforma o mapa do mundo, no real e no imaginário. Da mesma maneira que as coisas e as mercadorias, as ideias e as fantasias, também os indivíduos se tornam cada vez mais cidadãos do mundo (PREUSS, 2007)

É no contexto do globalismo que o liberalismo se transfigura em neoliberalismo. A globalização do capitalismo institui e expande as bases sociais e as polarizações de interesses que se expressam no neoliberalismo.

Para Brum (2001:209),

> A globalização caminha junto com a modificação do papel do Estado como ator dominante do sistema internacional, pois ele é confrontado com a emergência de autoridades concorrentes e noções múltiplas de lealdade e de identidade. Na ausência de estruturas mundiais supranacionais satisfatórias, o desenvolvimento de estruturas regionais adquire importância e essa tem sido a reação dos estados aos novos tempos.

Uma das principais características deste mundo globalizado refere-se ao livre comércio como a mola propulsora do processo de crescimento econômico. A abertura comercial é o elemento incentivador da economia mundial, permitindo globalizar o mundo, principalmente em suas relações comerciais.

Na área social, observa-se que o mesmo processo que expressa a globalização do capitalismo expressa, inclusive, a globalização da questão social. Os problemas sociais, além de se manifestarem em nível local, regional e nacional, já se manifestam em escala mundial. Uma das preocupações, no que se refere a este processo, centra-se na discussão de como evitar que agrave ainda mais a questão social. A concentração excessiva da riqueza cria problemas sociais, pois uma minoria passa a controlar os recursos e as rendas disponíveis, ao passo que a maioria da população vive em níveis de extrema pobreza. Não se pode esquecer de que o encontro entre mundos diferentes e suas características é também a institucionalização da desigualdade cultural, social, política e econômica.

> Globalização rima com integração e homogeneização, da mesma forma que com diferenciação e fragmentação. A sociedade global está sendo tecida por relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, integração e antagonismo, soberania e hegemonia. Trata-se de uma nova configuração histórica problemática, atravessada pelo desenvolvimento desigual, combinado e contraditório. As mesmas relações e forças que promovem a integração suscitam o antagonismo, já que elas sempre deparam diversidades, alteridades, desigualdades, tensões, contradições. Desde o princípio, pois, a sociedade global traz no seu bojo as bases do seu movimento. Ela é necessariamente plural, múltipla, caleidoscópica. A mesma globalização alimenta a diversidade de perspectivas, a multiplicidade dos modos de ser; a convergência e a divergência, a integração e a diferenciação; com ressalva fundamental de que todas as peculiaridades são levadas a recriar-se no espelho desse novo horizonte, no contraponto das relações, processos e estruturas que configuram a globalização (IANNI, 1996: 37).

A globalização, com a formação do mercado mundial, reduziu as barreiras espaciais, facilitou o acesso aos mais variados produtos oriundos de diferentes regiões e aumentou o contato direto entre os povos. A lógica do livre mercado, porém, acentuou os espaços de desigualdade e exclusão.

Na América Latina, conforme a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) (2006:21), "persisten factores estructurales de exclusión, como la segmentación en función de la inserción productiva o factores adscriptivos y territoriales, y una acentuada inequidad en términos de acceso a activos y patrimonios". Segundo a CEPAL (2006:23),

> actualmente un 40,6% de los hogares de América Latina se encuentran bajo la línea de pobreza y sin protección social básica, lo que afecta a 213 millones de personas, 88 millones de los cuales viven en condiciones de extrema pobreza. [...] Por tratarse de sociedades muy poco equitativas, aun cuando los indicadores de ingreso per cápita sugieran niveles medios de desarrollo, la incidencia de la pobreza sigue siendo muy alta.

Dados da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) (ASTORGA; PINTO; FIGUEROA, 2004) também reiteram a estatística quando informam que 230 milhões de habitantes da América Latina e do Caribe (46%) não contam com seguro-saúde e 125 milhões (27%) carecem de acesso permanente aos serviços de saúde. Estes dados ressaltam que a globalização, enquanto uma tendência atual, afeta também a condição de saúde da população, influenciando o surgimento de problemas novos e a permanência de velhos (PREUSS, 2007).

No Brasil, por exemplo, em alguns municípios as pressões dos movimentos sociais garantiram Leis Orgânicas e governos municipais que efetivaram propostas de desenvolvimento e de políticas sociais de cunho mais universalizante e inclusivo. Em outros países, as políticas de recorte neoliberal tiveram reflexos imediatos na implementação de propostas de desenvolvimento e de políticas sociais, inclusive com alterações constitucionais favorecendo a implantação do novo paradigma.

A expansão dos estudos regionais e a relevância do espaço local-regional demonstram o reconhecimento de que o território não é mero objeto de suporte, mas espaço vivido de confluência e síntese dos processos sociais, sendo em nível local que o desenvolvimento realmente ocorre. O processo de globalização em curso, no cenário atual, não retira a pertinência da reflexão sobre o local-regional, bem pelo contrário, o afirma e reforça (LOPES, 2001). Vale lembrar que as tendências de globalização e regionalização não são contraditórias, mas complementam-se para dar respostas às mudanças estruturais que estão transformando o cenário mundial; coincidem na busca de uma inserção em um contexto mais amplo, tanto mundial quanto regional.

A cidadania e os direitos sociais em um mundo sem fronteiras

Discutir direitos e cidadania no século XXI é um grande desafio. É uma discussão relevante e polêmica na medida em que o debate se insere em uma nova ordem societária mundial, com implicações para todas as nações deste planeta e para os cidadãos; num mundo que se transforma a cada novo dia a cidadania também se transforma. Esta não mais se afirma unicamente sob as características do Estado, do território e da nacionalidade. Num mundo globalizado, a cidadania ultrapassou fronteiras e nacionalidades, também se globalizou, tornou-se cidadania diferenciada, configurando o denominado cidadão do mundo, especialmente no que diz respeito ao nível econômico (PREUSS, 2007).
De acordo com Moreira e Pelegrino (2001:109)

> El concepto de ciudadanía, [...] ha sufrido un itinerario de cambios y transformaciones que ilustran los procesos institucionales que lo acompañaron. El actual proceso de transnacionalización de las estructuras productivas y de internacionalización de los modelos culturales obliga a revisarlo nuevamente, de cara al surgimiento de las sociedades de "pluralismo cultural" contemporáneas. Conceptos como el de una ciudadanía "diferenciada" o ciudadanía "secundarias" vienen a dar cuenta de estas renovación del concepto en el marco de debate actual sobre sus límites y alcances. Uno de los escenarios donde se ha vuelto más crítico este debate es el configurado por los fenómenos de movilidad espacial de las poblaciones, que se han acrecentado en los últimos tiempos.

A cidadania social globalizada é uma dimensão ainda a ser construída e conquistada pelos sujeitos sociais preocupados com a igualdade e justiça social. Salienta-se ainda que a ampliação de direitos e de cidadania é essencial para construir uma sociedade com igualdade e justiça.

> O cenário internacional traz também complicações para a construção da cidadania, vindas sobretudo dos países que costumamos olhar como modelos. A queda do império soviético, o movimento de minorias nos Estados Unidos e, principalmente, a globalização da economia em ritmo acelerado provocaram, e continuam a provocar, mudanças importantes nas relações entre estado, sociedade e nação, que eram o centro da noção e da prática da cidadania ocidental. O foco das mudanças está localizado em dois pontos: a redução do papel central do Estado como fonte de direitos e como arena de participação, e o deslocamento da nação como principal fonte de identidade coletiva (CARVALHO, 2005:225).

Diante desta discussão, faz-se necessário contextualizar e resgatar as categorias direitos sociais e cidadania. O ponto de partida que fundamenta esta construção e discussão sobre direitos baseia-se nos estudos de Bobbio. Na obra *A Era dos Direitos*, Bobbio (2004) aponta três teses importantes para compreender e discutir o direito. Na primeira, o autor afirma que os direitos naturais são direitos históricos. Os direitos não têm origem ou justificação na natureza humana, ao modo do jusnaturalismo, e sim são construções históricas e não naturais. Bobbio discute os direitos na perspectiva de que são conquistas e dependem das construções históricas; são construtos jurídicos historicamente voltados para o aprimoramento político da convivência coletiva. Enquanto direitos históricos, os direitos do homem se modificaram e continuam se modificando, ampliando-se com a mudança das condições históricas.
A segunda tese refere-se à questão de que os direitos nascem no início da modernidade junto com a concepção individualista da sociedade. O indivíduo é uma invenção da Idade Moderna sendo que o exercício do direito é individual. Na terceira, o autor afirma que os direitos são indicadores do progresso histórico. Ou seja, indicadores do progresso moral da sociedade. Para Bobbio, as sociedades que mais efetivam e garantem direitos são sociedades mais avançadas.

Este autor explica que direito é uma construção, um artefato humano fruto da política. Requer a razão para pensar, projetar e ir transformando este artefato em função das necessidades da convivência coletiva. Em sua obra, discute problemas históricos e teóricos. No plano histórico os direitos do homem derivam de uma inversão de perspectiva, característica da formação do Estado Moderno, na relação Estado-cidadão. No plano teórico os direitos do homem são direitos históricos, nascidos em certas circunstâncias, caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades, contra velhos poderes de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas.

Os direitos do homem, a democracia e a paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos não há democracia e sem democracia não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos. "Democracia é a sociedade dos cidadãos, e os súditos se tornam cidadãos quando lhes são reconhecidos alguns direitos fundamentais; haverá paz estável somente quando existirem cidadãos não mais apenas deste ou daquele Estado, mas do mundo" (BOBBIO, 2004:22). Aqui está visível a ideia de direitos universais, direitos sem fronteiras, não relacionados à nacionalidade ou limites geográficos.

Bobbio (2004) parte do pressuposto de que os direitos do homem são coisas desejáveis, fins que merecem ser perseguidos e, apesar de sua desejabilidade, não foram ainda todos eles reconhecidos.

Com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, houve a afirmação, o reconhecimento, a definição, a atribuição e a universalização dos direitos do homem. Esta convenção internacional proclama princípios, nomeando os direitos humanos. Conforme destaca Bobbio (2004:50):

> A Declaração Universal contém em germe a síntese de um movimento dialético, que começa pela universalidade abstrata dos direitos naturais, transfigura-se na particularidade concreta dos direitos positivos, e termina na universalidade não mais abstrata, mas também ela concreta, dos direitos positivos universais.

Este autor explica que o desenvolvimento dos direitos do homem passou por três fases. Na primeira afirmaram-se os direitos de liberdade – direitos que tendem a limitar o poder do Estado e a reservar para o indivíduo, ou para os grupos particulares, uma esfera de liberdade em relação ao Estado. Na segunda fase propugnados os direitos políticos – concebendo a liberdade como autonomia – teve-se como consequência a participação cada vez mais ampla, generalizada e frequente dos membros de uma comunidade no poder político. Na terceira, foram proclamados os direitos sociais que expressam o amadurecimento de novas exigências, como o bem-estar, a igualdade, etc.

> Na origem da garantia dos direitos há uma permanente tensão entre quem detém o poder, no caso específico o Estado, e as camadas sociais que buscam a ampliação deste poder com vistas à consecução dos direitos pretendidos. Esse fato ocorre particularmente em relação aos direitos sociais, o que não se verifica, por exemplo, com os direitos de liberdade, que buscam justamente o contrário, a limitação do poder do Estado (SIMIONATTO; NOGUEIRA, 1998:23).

Neste sentido, sob o prisma histórico dos direitos de cidadania, os estudiosos assinalam o século XVIII como marco da conquista dos direitos civis; o século XIX, dos direitos políticos; e o século XX, dos direitos sociais. Nessa visão, a cidadania é constituída por um conjunto de direitos formais, promulgados por lei, garantidos e implementados pelo Estado, estabelecendo-se uma relação entre o cidadão e a unidade estatal no que concerne aos direitos e obrigações (JUNIOR; OLIVEIRA, 2002).

De acordo com Bertaso (2002), a cidadania civil e política envolve os direitos individuais: direitos de liberdade. Pressupõe a igualdade formal, considerando o sujeito abstratamente, o sujeito de direitos, direitos iguais para pessoas formalmente iguais. Já a cidadania social compreende os direitos sociais e econômicos. O sujeito de direitos é visto inserido no contexto social e não mais abstratamente. Além das garantias individuais fundamentais, visa ao bem-estar individual e coletivo e à criação, manutenção, divisão e distribuição de

condições e de serviços sociais. Ao Estado cabe a obrigação de intervir, colocando à disposição da sociedade os meios materiais de implementação das condições para o efetivo exercício da cidadania e para minimizar a desigualdade social, efetivamente os direitos sociais e econômicos como a saúde.

Portanto, os direitos sociais, como direito à saúde, estabelecem um marco de ampliação da cidadania nas sociedades modernas, na medida em que, ao contrário dos direitos individuais civis e políticos, exigem a intervenção do Estado e incorporam novos princípios ao desenvolvimento de padrões de cidadania; em particular formas diferenciadas de compreender o significado de "satisfazer um nível decente de bem-estar e seguridade econômica e social" (ESCOREL, 2001: 03).

Tais direitos impuseram a construção de novos sujeitos de direitos coletivos, aumentando o número de sujeitos de direito, ampliando o *status* dos sujeitos e estendo alguns direitos individuais aos grupos específicos. As novas demandas sociais conferiram uma nova dinâmica e um novo conceito de cidadania.

Para a realização dos direitos do homem são necessárias condições objetivas, condições materiais prévias para o exercício efetivo do direito. Não dependem da boa vontade dos que os proclamam, nem das boas disposições dos que possuem os meios de protegê-los. Salienta-se ainda que os direitos despontam quando as desigualdades se tornam um conflito e quando o sujeito tem reconhecido os seus direitos; o indivíduo enquanto sujeito de direitos (BOBBIO, 2004).

Viera (2004:61) afirma que,

> na realidade, não existe direito sem sua realização e sem suas mediações. Do contrário, os direitos e a política social continuarão presos na letra da lei irrealizada, do direito positivo, do niilismo de valores; ou então do direito natural, histórico ou não, do apriorismo dos princípios e das leis, que estão sempre onde não são esperados. O singular e o universal não se cumprem sem o particular, sem a totalidade do humano, nem conduzem à emancipação humana.

Hoje não se torna mais necessário fundamentar os direitos, o grande entrave encontrado em relação aos direitos do homem é protegê-los. Portanto, os direitos devem ser reconhecidos e efetivados, sendo necessários argumentos para que realmente isso aconteça.

A preeminência é discutir sobre a garantia dos direitos, afirmar e consolidar o que hoje se tem direito. A efetivação de uma maior proteção dos direitos do homem está ligada ao desenvolvimento global da civilização humana. Nestes últimos tempos falou-se e fala-se muito em direito dos homens, porém pouco se fez para que eles sejam reconhecidos e protegidos efetivamente. Existe uma grande defasagem entre o debate teórico sobre os direitos do homem e os limites nos quais se processa a efetiva proteção dos mesmos. (BOBBIO, 2004). A partir desta observação de Bobbio, se questiona como efetivar direitos e fundamentar a cidadania social hoje.

Sendo a nacionalidade pressuposto básico para o exercício da cidadania, cabe aqui fazer uma distinção entre nacionalidade e cidadania. Segundo Posenato (2002), a nacionalidade consiste no vínculo jurídico-político do indivíduo a um determinado Estado, enquanto a cidadania compreende o gozo e o exercício dos direitos políticos, civis e sociais reconhecidos ao nacional. Aqui no Brasil, são adotados como elementos para compor os direitos de cidadania, os direitos e garantias fundamentais dispostos na Constituição Federal de 1988. Nesta construção, entende-se por cidadão o sujeito que goza de direitos civis e sociais.

> Pode-se conceituar cidadania como a ação política do cidadão contra o Estado ou terceiro, através do Estado, para exigir direitos que são inerentes a sua personalidade jurídica. Tais direitos fazem parte do patrimônio do cidadão, denominados direitos de cidadania, que são o conjunto de direitos e obrigações civis, sociais, políticas, econômicas e culturais, dispostos nas normas, e que servem como requisito para que assim possa conviver em sociedade, subordinando os seus interesses aos da comunidade em que vive (sociedade civil) (JUNIOR; OLIVEIRA, 2002:255).

Posenato (2002) afirma que em certo sentido a cidadania apresenta-se como um conceito jurídico incutido de sentido político. Assume conteúdos e características diversificados em relação aos regimes políticos e às formas de Estado que distinguem os ordenamentos nacionais. Está sujeita às exigências de caráter social e democrático, historicamente contextualizadas.

> El debate sobre ciudadanía y diferencia es en la actualidad un de los debates teóricos más intensos y está anclado exactamente en la conflictiva relación entre la ciudadanía como pertenencia a una comunidad y la ciudadanía como igualdad de derechos. Las exigencias de pertenencia a una comunidad transcienden las condiciones de la ciudadanía como "status legal", lo cual se ha hecho manifiesto en la forma en que muchos grupos se han sentido excluidos de la "cultura común" (mujeres, minorías étnicas o religiosas, etc.) pese a poseer el mismo status legal y los derechos comunes propios de la condición ciudadana invocando su identidad sociocultural como "diferencia". La universalidad de la condición de igualdad ciudadana, desde el punto de vista del status legal, oscurece y niega estas diferencias, lo que tiende a convertirlas en obstáculos insalvables a la integración a una comunidad política. Estos grupos (en algunos casos simplemente "categorías sociales" sin identidad de grupo), tiene necesidades específicas y sólo pueden ser integrados a la comunidad política si adoptamos la concepción de una "ciudadanía diferenciada" que incorpore estas especificidades como condiciones inseparables para la participación de cada uno en la "res-pública". Cuando estos grupos son tales [...] la clave de la incorporación no pasa a través del reconocimiento de las diferencias específicas de los individuos como individuos sino como pertenecientes a un grupo. Los reclamos de autogestión [...] o de representación especial en las instituciones políticas de algunos grupos [...], o de "derechos multiculturales" (por ejemplo, los que permiten condiciones de integración "especiales" de los inmigrantes, y que según sus detractores tienden a crear un "confuso hogar a medio camino" entre la antigua nación y su nueva ciudadanía) forman parte de este tipo de demandas (MOREIRA; PELLEGRINO, 2001:114-5).

Para Moreira e Pellegrino (2001), a definição de nacionalidade refere-se ao pertencimento a uma nação, é formar parte de uma comunidade de pessoas cujos membros estão unidos por um sentimento de solidariedade, uma cultura comum e uma consciência nacional. Em relação ao conceito normativo de cidadania, trata-se de um conjunto de direitos exercidos pelos indivíduos, devendo ser iguais para todos os cidadãos. Esta definição inclui o conjunto de instituições que garantem o exercício destes ditos direitos.

Junior e Oliveira (2002) ressaltam que, no processo de globalização, a cidadania vem se apresentando sob formas distintas, concentradas nas diferentes relações dos grupos e atores sociais e na tentativa de incorporar o indivíduo nos contextos regionais e globais como cidadão do mundo. Também é frequente a ideia de que cidadania, antes de constituir um vínculo jurídico aos efeitos da submissão dos indivíduos a um determinado governo, seja sinal de pertinência a uma coletividade territorial (LEITA, 2002).

Simultaneamente à evolução dinâmica e singular dos processos do regionalismo e da globalização, voltados ao âmbito econômico e das consequências que por isso causam aos cidadãos, o conceito clássico de cidadania – cidadania nacional – deve mundializar-se, transcender os âmbitos e os limites do Estado e da nacionalidade – *jus soli e jus sanguinis* – alargando-se rumo à dimensão transnacional. Projeta tanto um novo tipo de cidadania – a cidadania mundial – como um novo tipo de cidadão – o cidadão do mundo –, o homem histórico e real e que vive dentro dessa contemporaneidade (JUNIOR; OLIVEIRA, 2002).

Jus soli significa o critério de atribuição da nacionalidade ao indivíduo nascido em território sob a jurisdição do Estado. E *jus sanguinis*, a nacionalidade estendida ao filho de nacional, independentemente do local de seu nascimento (DEL'OLMO, 2002).

> La ciudadanía por ascendencia de acuerdo al *jus sanguinis* o "derecho de sangre" se basa en la consideración de que el status de nacionalidad de una persona es el mismo que el de sus padres (en algunos casos puede tratarse de ambos, en otros, de uno de ellos) en el momento del nacimiento (MOREIRA; PELLEGRINO, 2001:118).

Ainda, segundo Del'Olmo, os países de emigração preferem adotar, via de regra, o critério *jus sanguinis*, que permite estender a tutela e proteção do Estado aos estrangeiros no conjunto de seus nacionais.
Na concepção de Bastos (2001), a cidadania mundial estende-se a todos os indivíduos, até àqueles então considerados não-cidadãos – os estrangeiros. Vale dizer que se estende a qualquer pessoa: homem ou mulher, jovem ou velho, proprietário ou não proprietário, trabalhador ou não trabalhador, residente ou não residente no território de um Estado, podendo assim todos os indivíduos tornarem-se cidadãos.
Para o Estado, todo indivíduo é nacional ou estrangeiro, estando unido ao Estado pelo vínculo da nacionalidade, o qual representa um vínculo jurídico que designa quais são as pessoas que fazem parte da sociedade política estatal. Bastos ainda ressalta a inexistência de normas jurídicas de direito internacional que fixam critérios uniformes para outorga da nacionalidade (BASTOS, 2001).

> En la tradición anglosajona, los países que siguen la *common-law*, el concepto de nacionalidad tiende a reforzar el principio de territorialidad, mientras que en los países de tradición de Derecho Romano el principio de nacionalidad no está determinado por un vínculo territorial sino por relaciones personales. En esta concepción, el Estado es considerado una corporación de individuos-miembros y la nacionalidad es obtenida por herencia (o ascendencia). De allí de desprende la prevalecía del *jus soli* en los países de tradición en la *common-law* y del *jus sanguinis* en los de tradición vinculada al Derecho Romano (MOREIRA; PELLEGRINO, 2001:118).

O Brasil, na outorga da nacionalidade, adota o critério *jus solis.* Neste caso são brasileiros natos os nascidos em território brasileiro, mesmo que sejam de pais estrangeiros e desde que estes estejam a serviço do país. Desta forma, entende-se que nascer no território brasileiro significa nascer em qualquer parte da extensão geográfica e continental brasileira (BASTOS, 2001).
Segundo Bastos (2001), a legislação brasileira através da adoção do critério *Jus solis*, para concessão da nacionalidade, pode produzir a iniquidade social, em algumas situações específicas. No Brasil, a nacionalidade é unilateralmente concedida, ou seja, o Estado individualmente dita a legislação por força da qual se confere a alguém a condição de nacional, não figurando no direito internacional qualquer prerrogativa que contrarie essa condição, mesmo que seja a favor dos discursos integracionistas.
O processo de globalização econômica está alterando e desafiando as funções e as políticas do Estado-nação, enfraquecendo os vínculos territoriais que ligavam o cidadão ao seu Estado, seu sentido de identidade, e sua importância às fronteiras. As bases da cidadania nacional estão tornando-se fragilizadas. E, neste sentido,

> para superar os impactos do fenômeno da globalização e de suas consequências, a cidadania deve transcender aos limites do Estado-nação e ao princípio da nacionalidade, transnacionalizando-se, revestindo-se de características não-territoriais e não-nacionais e, fortalecendo-se de perspectivas democráticas, associando-se aos chamados novos movimentos sociais, ligados a âmbitos étnicos, sociais, ecológicos, civilizatórios, etc. (JUNIOR; OLIVEIRA, 2002:16).

O princípio da universalização, segundo Bobbio (2004), refere-se à questão de que os mesmos direitos são para todas as pessoas as quais se encontram nas mesmas circunstâncias, situação, condição. Direitos universais tornam os cidadãos formalmente iguais – esta é a discussão teórica, porém, na prática sabe-se que não o são.
A universalização dos direitos do homem acontece de modo peculiar, pois para Bobbio (2004), proclamar o direito dos indivíduos, não importa em que parte do mundo se encontrem, é por si mesmo universal. Mas

o autor ressalta que uma coisa é proclamar os direitos e outra é desfrutá-lo efetivamente. Qualquer direito universal, como direito de cidadania, requer que o Estado oferte serviços adequados e o acesso integral a diferentes níveis de atendimento, contemplando as demandas e necessidades dos cidadãos.

O direito à saúde no Brasil e na Argentina – uma revisão comparativa

No que se refere aos sistemas de saúde, no MERCOSUL, os Estados-Membros possuem distintos desenhos de políticas de saúde tanto nos aspectos organizacionais e financeiros quanto de cobertura. Ainda que exista contiguidade no território epidemiológico e sanitário para além das fronteiras, os países têm perfis populacionais, de infraestrutura e de responsabilidades sanitárias variados. Neste sentido, percebe-se a existência de entraves no processo de integração, pois há uma diferenciação nos níveis de desenvolvimento social e econômico entre os países integrantes do MERCOSUL. Embora longe de uma ação de regulação dos serviços de saúde para a integração regional, essa situação favorece acordos de cooperação e oferece paradigmas para a harmonização no campo da saúde no MERCOSUL (2007).
No Brasil, o comprometimento com a saúde teve como marco principal a Constituição Federal de 1988, sendo que,

> o processo constituinte e a promulgação da Constituição de 1988 representou no plano jurídico, a promessa de afirmação e extensão dos direitos sociais em nosso país frente à grave crise e às demandas de enfrentamento dos enormes índices de desigualdade social. A Constituição Federal introduziu avanços que buscaram corrigir as históricas injustiças sociais acumuladas secularmente, incapaz de universalizar direitos, tendo em vista a longa tradição de privatizar a coisa pública pelas classes dominantes (BRAVO, 2006:96-7).

A partir do texto constitucional, a saúde no país hoje é um sinônimo de direito e de dever social. Através das Leis N.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.142, de 28 de dezembro de 1990, tem-se regulamentado os itens que na Constituição referem-se à saúde. Em relação a isso, a Constituição Federal de 1988[4] apresenta:

> Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo II - Dos Direitos Sociais:
> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.
>
> Título VIII - Da Ordem Social, Capítulo II - Da Seguridade Social, Seção I - Disposições Gerais:
> Art. 194 A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
> Parágrafo único. Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:
> I - universalidade da cobertura e do atendimento;
> II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
> III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
> IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

4 Informações disponíveis em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const>

> V - equidade na forma de participação no custeio;
> VI - diversidade da base de financiamento;
> VII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.
>
> Art. 196 A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
>
> Art. 197 São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Neste sentido, conforme indica documento da CEPAL (2006:91), destaca-se que,

> el estado ofrece una cobertura universal y gratuita a toda la población a cargo del Sistema Único de Salud (SUS). Esta tiene como objetivo la equidad en la distribución de recursos públicos, lo que se refleja en que la mayor parte de la población utiliza los servicios del SUS. [...] Los servicios están a cargo de los tres niveles de gobierno: federal, estadual y municipal, y una parte importante de las unidades del SUS subcontrata servicios con el sub.-sector privado. En este sentido, se observa un proceso de descentralización gradual.

A Constituição Argentina, no capítulo II, das Declarações, Direitos e Garantias Individuais, versa sobre direitos garantidos ao cidadão. Especificamente, o direito à saúde não se encontra explícito, não há uma menção específica, considerado, portanto, um direito implícito, conforme indica o artigo 14°:

> El Estado otorgará los beneficios de la seguridad social, que tendrá carácter de integral e irrenunciable. En especial, la ley establecerá: e seguro social obligatorio, que estará a cargo de entidades nacionales y provinciales con autonomía financiera y económica, administradas por los interesados con participación del Estado, sin que pueda existir superposición de aportes; jubilaciones y pensiones móviles; la protección integral de la familiar y el acceso a una vivienda digna (Constitución de la República Argentina apud SIMIONATTO; NOGUEIRA; GOMEZ, 2004:85).

Porém, não estar o direito à saúde consagrado na Lei Suprema e não existir nenhuma norma que expresse tal direito, não significa que o Estado não contemple as políticas de saúde (SIMIONATTO; NOGUEIRA; GOMEZ, 2004:84). Torna-se necessário analisar e compreender a lei a partir do artigo 33° sobre a questão da ausência do direito. Neste artigo, sobre as normas dos direitos implícitos, a Constituição argentina afirma que:

> Art. 33° - Las declaraciones, derechos y garantías que enumera la Constitución, no serán entendidos como negación de otros derechos y garantías no enumerados, pero que nacen del principio de la soberanía del pueblo y de la forma republicana de gobierno (Constitución de la República Argentina apud SIMIONATTO; NOGUEIRA; GOMEZ, 2004:85).

Através dos artigos citados, pode-se observar que a Constituição brasileira promulga a saúde como um dever do Estado e sua garantia é de relevância pública. O conceito de saúde apresentado nesta constituição difere

muito do apontado na Constituição argentina. Aqui o conceito é claro bem como explícito o comprometimento do Estado em garantir tal direito ao cidadão.

Salienta-se, ainda, no artigo 198, a constituição de um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; e finalmente a participação da comunidade. Este sistema será financiado, conforme artigo 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de prever outras fontes para o seu financiamento (BRASIL, 1988).

Analisando os demais países membros do MERCOSUL, no que se refere à saúde como direito do cidadão e dever do Estado, o Brasil é o único país a apresentar tal assertiva com detalhamento de ações, serviços, financiamento e principalmente instituindo um sistema único de saúde, que se propõe ser universal e integral, no atendimento e no acesso. De acordo com Simionatto, Nogueira e Gomez (2004) há diferentes concepções, nestes países, sobre o direito à saúde, princípios, objetivos, financiamento e gestão dos sistemas nos dois países (PREUSS, 2007).

No Brasil, a cobertura dos serviços públicos, complementados por serviços privados, contratados pelo Governo sob a responsabilidade do SUS é de 75% da população. Nos serviços hospitalares o sistema baseia-se predominantemente no reembolso público dos serviços prestados por entidades privadas, sendo que 80% dos estabelecimentos hospitalares que prestam serviços ao SUS são privados. Na assistência ambulatorial 75% dos serviços prestados pelo SUS são efetivados em estabelecimentos públicos (ASTORGA; PINTO; FIGUEROA, 2004).

As ações e serviços de saúde do SUS são financiados com as receitas próprias de cada esfera de governo e com recursos provenientes de transferências intergovernamentais (federais e estaduais), depositados em uma conta especial em cada esfera de governo: o Fundo Nacional de Saúde, o Fundo Estadual de Saúde e o Fundo Municipal de Saúde. Os Fundos de Saúde são geridos pelos órgãos do Poder Executivo (Ministério, Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde), sob a fiscalização dos Conselhos de Saúde, que deliberam sobre a melhor destinação destes recursos para a execução da política de saúde. A participação de recursos financeiros provenientes de impostos e contribuições sociais arrecadados pelo nível federal é majoritária no financiamento do SUS. Os recursos federais são alocados aos estados, na forma de Tetos Financeiros, cujo montante é definido através de negociação na Comissão Intergestores Tripartite. Em cada estado, o teto estabelecido é, por sua vez, distribuído entre os municípios, em um processo pactuado na Comissão Intergestores Bipartite (OPAS, 2001; BRASIL, 1990).

Centeno (2005) chama atenção para o gasto das famílias argentinas com serviços de saúde. O setor público diminuiu sua participação na provisão de serviços de saúde, fazendo com que este segmento tenha que aumentar seus gastos para compensar as carências do sistema de proteção de saúde.

Frente às informações apresentadas, observa-se que existem diferenças significativas entre os modelos de proteção social e os sistemas de saúde do Brasil e da Argentina. Os sistemas de saúde mostram semelhanças no que se refere à transformação do papel do Estado no campo da saúde e a preocupação de seus gestores no desafio que hoje se apresenta – a universalização e melhoraria da proteção social (CEPAL, 2006). Divergem quanto ao acesso da população aos serviços oferecidos, quanto à forma como esses serviços estão organizados e quanto ao desempenho e financiamento.

No Brasil, de maneira distinta, a saúde abarca um conceito amplo em todas as categorias apresentadas: aponta novos princípios, principalmente no que se refere à universalidade de acesso, à integralidade de assistência, a preservação da autonomia das pessoas e na igualdade da assistência à saúde; traz a questão dos fatores determinantes e condicionantes à saúde, em que se tem uma mudança da concepção de saúde e consequentemente alterando também o modelo de atenção a mesma; se propõe a realizar ações de promoção, proteção e recuperação da saúde e no financiamento está explicito que o sistema será financiado pelo orçamento da seguridade nacional (PREUSS, 2007).

É visível nesta legislação a concepção de que o acesso à saúde é um direito público, integrante dos direitos da cidadania. Ao Estado também cabe a formulação e execução de políticas sociais e econômicas, que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso

universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação, conforme Lei N.º 8.080/1990, Artigo 2°. O sistema prevê redistribuição de recursos e responsabilidades entre as três esferas do governo, ações articuladas e regionalizadas, bem como a efetiva participação da população através do controle social.

Portanto, o texto constitucional brasileiro significa um avanço no que diz respeito à concepção pública do sistema de saúde, concepção mais abrangente de seguridade social do que a da Argentina. Na Argentina o sistema nacional está organizado prioritariamente em seguros privados e ações mais limitadas de saúde financiadas pelo setor público. Este país repassa para os estados e municípios boa parte da responsabilidade financeira e executiva dos programas de atenção à saúde.

Algumas Considerações

Torna-se primordial discutir sobre como ocorre a efetivação do direito à saúde, principalmente no que se refere ao acesso, enquanto direito fundamental para que tenha eficácia social a norma constitucional que consagra a saúde como direito de todos. Porém, tal situação não é unânime nos países da América Latina. Existem diferenças significativas entre os países e nas áreas de fronteira, o que torna tal fato preocupante.

O slogan "saúde é um direito de todos e um dever do Estado" ainda é uma expressão que precisa ser concretizada, que deve sair do discurso. Para que isto realmente aconteça tornam-se necessárias ações e estratégias concretas e um real compromisso radical na defesa dos interesses da população.

Dentre outras discussões pertinentes a este tema, destaca-se aqui um dilema referente à saúde na atualidade. Este dilema revela um conflito entre diferentes concepções e interpretações acerca da assertiva "saúde como direito de todos e dever do Estado". Pode-se indagar que é para todos os brasileiros? Ou independente da nacionalidade, saúde para todos? Ou ainda, a saúde para uma minoria, privilegiando um ou outro grupo social?

Observa-se que esta expressão permite a compreensão de uma concepção que defende a saúde enquanto direito de cada um e de todos enquanto cidadãos nacionais, além de outra concepção que defende a saúde para todos sem restrições. Independentemente da concepção, atribui-se ao Estado o papel de garantir ao cidadão os direitos à saúde. Ou seja, cabe a ele a responsabilidade de coordenar, viabilizar e garantir o acesso aos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde e assegurar condições de vida favoráveis à saúde.

Constituir e garantir o que é dito na expressão "saúde um direito de todos e dever do Estado" implica enfrentar tais questões e discussões. E neste sentido cabe questionar quais são os direitos dos cidadãos fronteiriços na zona ou faixa de fronteira. Em relação à saúde nas fronteiras e especificamente nesta região abordada, tal reflexão tem uma dimensão relevante e polêmica, na medida em que ainda são nebulosas a compreensão e a legislação sobre o acesso à saúde de estrangeiros.

A Conferência Internacional sobre Atenção Primária à Saúde, realizada na cidade de Alma Ata, no Cazaquistão, em setembro de 1978, introduziu uma nova agenda de discussões, sendo um marco na história da saúde pública. O compromisso *saúde para todos*, *no ano de 2000,* foi afirmado e defendido pela Organização Mundial de Saúde neste evento. Nesta Conferência, a saúde é reconhecida como um direito a ser defendido não só pela melhoria do acesso aos serviços de saúde, mas por um trabalho de cooperação com outros setores da sociedade.

A questão do acesso aos serviços de saúde no MERCOSUL, contudo, não é de simples abordagem seja no aspecto institucional seja no político. Avançar na reflexão das repercussões da integração regional sobre os sistemas de serviços de saúde, a partir das regiões de fronteiras, pode contribuir para antecipar questões na plena vigência do MERCOSUL.

Há uma distância entre as medidas implementadas pelos acordos do MERCOSUL e o cotidiano vivido por esta população de fronteira (GUIMARÃES; GIOVANELLA, 2006). Pode-se afirmar que a integração entre os países ainda permanece enquanto representação, muito mais no discurso do que concretamente na vida real. Os brasileiros e argentinos, ainda que próximos geograficamente, encontram-se distanciados por legislações nacionais.

Salienta-se ainda que a discussão do novo momento do capitalismo globalizado afeta diretamente o espaço das fronteiras na medida em que incentiva e promove a abertura política e econômica para o capital. Em relação aos direitos, a atualidade evidencia que é preciso lutar de uma forma diversa pelos direitos civis, políticos e sociais.

Para finalizar, entende-se a cidadania enquanto construção política; uma cidadania ativa no exercício de seus direitos políticos, civis e sociais em um Estado de Direito legitimado, com a participação dos cidadãos nos processos de formulação, iniciativa e implantação das políticas públicas. E, aqui especialmente, com acesso às ações e serviços de saúde, pois a cidadania implica em garantia de direitos

Referências

ASTORGA, Ignácio J.; PINTO, Ana Maria; FIGUEROA, Marco M. (2004), *Estudo da Rede de Serviços de Saúde na Região de Fronteira Argentina, Brasil e Paraguai: 2001-2002*, Organização Pan-Americana da Saúde.

BASTOS, Celso Ribeiro (2001), *Curso de direito constitucional,* São Paulo, Saraiva.

BERTASO, João Martins (2002), "A cidadania moderna: a leitura de uma transformação". In Júnior, A. D. R; Oliveira, O. M. (orgs), *Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas: nacionais, regionais e globais,* Ijuí, UNIJUÍ.

BOBBIO, Norberto (2004), *A Era dos Direitos,* Rio de Janeiro, Elsevier.

BRASIL, (1988), *Constituição Federal,* Senado Federal.

BRASIL, (1990), Ministério da Saúde. *Lei n.º 8080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências.*

BRAVO, Maria Inês Souza (2006), "Política de Saúde no Brasil". In Bravo, Maria Inês Souza et al (orgs), *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.

BRUM, Argemiro Luis (2001), *A economia internacional na entrada do século XXI: transformações irreversíveis,* Ijuí, UNIJUÍ.

CARVALHO, José Murilo de (2005), *Cidadania no Brasil – o longo caminho*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

CENTENO, Jorge (2005), "Sectores del sistema de salud Argentina". In *Seminário Internacional Fronteira MERCOSUR: as interfaces entre o social e o direito à saúd*e, UFSC, Departamento de Serviço Social, Núcleo de Estudos Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social.

CEPAL (2006), *La proteción social de cara al futuro: acesso, financiamento y solidariedade,* CEPAL,

DEL'OLMO, Florisbal de Souza (2002), "O MERCOSUL e o princípio da nacionalidade". In: Júnior, A. D. R; Oliveira, O. M. (orgs), *Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas: nacionais, regionais e globais*, Ijuí, UNIJUÍ.

ESCOREL, Sarah (2001), *Os dilemas da equidade em saúde: aspectos conceituais.* Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), Disponível em http://www.opas.org.br/servico/Arquivos/Sala3310.pdf, [consultado em 05-09- 2014].

IANNI, Octávio (1996), *A Era do Globalismo,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

JÚNIOR, A. D. R; OLIVEIRA, O. M. (orgs) (2002), *Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas: nacionais, regionais e globais*, Ijuí, UNIJUÍ.

LEITA, Francesco (2002), "A atribuição iure sanguinis da cidadania e o fenômeno da duplicidade". In JÚNIOR, A. D. R; OLIVEIRA, O. M. (orgs), *Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas: nacionais, regionais e globais,* Ijuí, UNIJUÍ.

LOPES, Raul (2001), *Competitividade, inovação e territórios,* Oeiras, Portugal, Celta.

MERCOSUR (2007), *Tratado de Integração e Cooperação Econômica*, Disponível em http://www.mercosur.int/msweb/principal [consultado em 15-10-2014]

MOREIRA, Constanza; PELLEGRINO, Adela (2001), "Ciudadanína y migración: las fronteras del Uruguay como comunidad política". In GIOSCIA, Laura, *Ciudadanía en tránsito: Perfiles para el debate,* Coleccion Politica Viva.Ediciones de la Banda Oriental, Montevideo, Uruguay.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; DAL PRÁ, Keli (2006) *Mercosul: expressões das desigualdades em saúde na linha da fronteira,* Ser Social (UnB), 1.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde (2001), *O perfil do sistema de serviços de saúde Brasil.* Disponível em http://www.opas.org.br/servico/arquivos/perfil2000_wc.pdf
[consultado em 27-09-2014].

POSENATO, Naiara (2002), "A evolução histórico-constitucional da nacionalidade no Brasil". In JÚNIOR, A. D. R; OLIVEIRA, O. M. (orgs) *Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas: nacionais, regionais e globais,* Ijuí, UNIJUÍ.

PREUSS, Lislei Teresinha (2007) *O direito a saúde na fronteira: duas versões sobre o mesmo tema,* Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

SIMIONATTO, Ivete; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro (1998), *Direito à saúde: discurso, prática e valor. Uma análise nos países do Mercosul,* Comunicação. XVI Congreso Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, ALAETS, Santiago, Chile.

SIMIONATTO, Ivete; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; GOMEZ, Marcela Beatriz (2004) "Aspectos legais do direito à saúde no Mercosul". In SIMIONATTO, Ivete; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro (orgs), *Dilemas do Mercosul: reforma do Estado, direito à saúde e perspectivas da agenda social*, Florianópolis, Lagoa, 1.

SPOSATI, Aldaíza (1997), "Globalização: Um novo e velho processo". In DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo-Edgar (orgs), *Desafios da globalização,* Rio de Janeiro, Petrópolis.

VIEIRA, Evaldo, (2004), *Os Direitos e a Política Social,* São Paulo, Cortez.

O direito poderia ter sido emancipatório, mas não o foi: Estudo a partir do caso da Usina Hidroelétrica Barra Grande

Michel Fernandes da Rosa
Universidade de Coimbra – Faculdade de Economia
CAPES Foundation – Ministry of Education of Brazil

Resumo: A intenção é trazer nesta comunicação o caso da Usina Hidroelétrica Barra Grande, instalada e em funcionamento em uma localidade denominada Vale do Rio Pelotas, situada na divisa entre os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, Brasil.
Para que fossem viabilizadas as licenças ambientais foram omitidas no Estudo de Impacto Ambiental e no seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) relevantes informações acerca da situação florestal da área de influência da usina, o que consequentemente gerou nulidades no procedimento administrativo para tal autorização.
O poder judiciário foi acionado a partir de uma ação civil pública proposta por organizações não governamentais, entretando apesar da existência de legislação protetiva e proibição de desmatamento da referida área, bem como das nulidades do processo de licenciamento ambiental o processo foi decidido em favor dos interesses do consórcio empreendedor.
Pretendo discutir com os participantes a potencialidade emancipatória do direito, sobretudo do direito ambiental, bem como o porquê no caso concreto o direito acabou por não desempenhar papel emancipatório.
O caso Barra Grande é um inressante exemplo de uma luta contra-hegemónica que transcende o campo da teoria do direito enquanto ciência autónoma e capaz de por si só resolver todos e quaisquer problemas que lhes são postos. É uma luta que utiliza o direito – que é uma construção política, científica e cultural hegemónica – como uma ferramenta na busca de uma legalidade cosmopolita subalterna.

Palavras-Chave: Direito – Lutas - Emancipatórias

1. O caso da usina hidrelétrica barra grande

O caso que trago para discussão neste artigo é o da Usina Hidroelétrica (UHE) Barra Grande, atualmente instalada e em funcionamento em uma localidade denominada Vale do Rio Pelotas, na bacia hidrográfica do rio Uruguai e situada na divisa entre os estados brasileiros do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, abrangendo os municípios de Esmeralda e Anita Garibaldi (Universidade Federal do Rio de Janeiro: s. d.).
O Consórcio vencedor da licitação, que formou a empresa BAESA (Energética Barra Grande S/A), assinou com o Governo Federal Brasileiro o Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para Geração de Energia Elétrica com duração de 35 anos e é formado pelas empresas Alcoa Alumínio S/A, Camargo Corrêa Cimentos S/A, Companhia Brasileira de Alumínio, Companhia Paulista de Força e Luz (Geração) e DME Energética Ltda. (Barra Grande Energética S/A).
Para a formação da barragem desta usina foi inundada uma área de aproximadamente 8.140 hectares, sendo 90% da qual recoberta por floresta primária e em diferentes estádios de regeneração, encontrando-se dentro dessa a significativa quantidade de 4.235,50 hectares de mata de Araucárias, espécie em vias de extinção componente do bioma Mata Atlântica. Deste total, a quantidade de 2.077,45 hectares respeitavam a vegetação primária, sendo os restantes 2.158,50 hectares de vegetação secundária em estádio avançado de regeneração (Prochnow, Entendendo o caso, 2005, p. 6).
Ocorre que a área florestal atingida pelo empreendimento não foi corretamente caracterizada pelo Estudo de Impacto Ambiental e pelo seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima), que trata-se de peça fundamental para as avaliações acerca da viabilidade ou não da obra, bem como para a imposição de condicionantes tanto nos aspectos ambientais quanto nos aspectos sociais.

Diante disso, um conjunto de Organizações Não Governamentais (ONG`s) ingressou com uma ação civil pública com o objetivo de paralisar a obra e discutir os reais impactos do referido empreendimento.
Pretendo aqui, a partir do caso da UHE Barra Grande, refletir acerca do papel do direito na luta emancipatória, especialmente no que diz respeito à luta pelo direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

1.1. O licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica Barra Grande e a constatação de omissão no EIA/Rima

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) estabelece em seu artigo 225, §1°, IV e a Lei Federal n° 6938/81 em seu artigo 10, que obras de significativo impacto ambiental, para serem instaladas, precisam passar pelo processo de Licenciamento Ambiental junto ao órgão fiscalizador competente.
A licença é uma espécie de ato administrativo, através do qual o Poder Público, quando verifica que o postulante atendeu a todas as exigências legais, faculta-lhe o desempenho de determinada atividade ou a realização de fatos materiais vedados ao particular sem a sua obtenção (Merirelles, 2007, p. 218).
O processo de licenciamento ambiental tem suas principais diretrizes determinadas através das Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 001/1986 e nº 237/1997.
No ano de 1998 o consórcio empreendedor deu início ao processo de licenciamento ambiental junto ao órgão competente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ocasião em que o EIA/Rima foi providenciado por uma consultoria técnica especializada contratada para tanto (Corrêa, 2005, p. 24).
Com base na documentação exigida por lei para tal procedimento, foram realizadas as audiências públicas também previstas na legislação. A seguir o IBAMA concedeu, em fevereiro de 2001, a Licença Prévia (LP), primeira etapa do processo de licenciamento ambiental e que permitiu a continuidade do processo. Por conseguinte, a Licença de Instalação (LI), segunda etapa desse processo, foi concedida em junho de 2001, o que representou autorização para o início da obra (Universidade Federal do Rio de Janeiro: s. d.).
Todavia, antes da concessão da Licença de Operação (LO), que corresponde à fase final do processo de licenciamento e que permitiria colocar em funcionamento as turbinas da usina e o consequente enchimento do reservatório, foram constatadas significativas omissões no EIA/Rima.
Conforme constou no referido documento, a área sob influência direta da UHE Barra Grande era constituída da seguinte forma:

Tabela 1

Cobertura Vegetal conforme o EIA/Rima

CULTURA	*ha*	*%*
Agricultura	*272*	*3,5*
Vegetação arbórea secundária	*6.917*	*89,80*
Pasto	*511*	*6,6*
Total	*7.700*	*100,00*

Fonte: (Engevix S/A, 2006)

O que verifica-se frente às informações apresentadas pelo EIA/Rima é que a área que necessitava ser inundada para a construção da UHE Barra Grande estava significativamente alterada pelo homem e possuía pouca relevância do ponto de vista da sua cobertura vegetal, uma vez que cobertas maioritariamente por florestas em processo inicial de recuperação, pastagens e áreas de agricultura.
E com base em tais informações foram concedidas as Licenças Prévia e, por conseguinte, a de Instalação, o que possibilitou a construção da barragem. Entretanto, uma das exigências legais a serem cumpridas antes da concessão da Licença de Operação nos casos de usinas hidrelétricas é a apresentação de um programa de limpeza da bacia de acumulação (Lei Federal nº 3824/1960), segundo o qual deve o empreendedor demonstrar como pretende realizar o desmatamento da área a ser inundada, solicitando uma autorização de supressão vegetal.
Diante disso o empreendedor apresentou o projeto de supressão de vegetação caracterizando a área da seguinte forma:

Tabela 2

Real situação da cobertura vegetal informada quando do pedido de supressão de vegetação

Classe	Área *(ha)*	Área *(%)*
Vegetação primária	*2.077,45*	*25,53*
Vegetação secundária em estágio avançado de regeneração	*2.158,50*	*26,52*
Vegetação secundária em estágio médio de regeneração	*1.492,94*	*18,34*
Vegetação secundária em estágio inicial de regeneração	*922,45*	*11,33*
Sarandi	*151,11*	*1,86*
Reflorestamento	*52,97*	*0,65*
Agricultura	*126,72*	*1,56*
Pastagens	*1.113,20*	*13,68*
Solo exposto	*43,13*	*0,53*
Total	*8.138,48*	*100,00*

Fonte: (Ação Civil Pública, 2004)

Diante do quadro apresentado pelo empreendedor ficou evidenciada a discrepância entre as informações contidas no EIA/Rima e o projeto de supressão de vegetação. De modo que o primeiro ignorou o fato de mais de 25,53% da área que seria inundada ser composta por vegetação primária e que 26,52% da mesma área era composta por vegetação secundária em estádio avançado de regeneração, sendo, portanto, mais de metade da área inundada composta por remanescentes da Mata Atlântica em bom estado de preservação.

1.2.A importância ambiental da área inundada e a sua proteção jurídica

A Mata Atlântica é um bioma composto por um mosaico de fisionomias florestais; isto é, um conjunto de florestas. Tal bioma é composto por uma grande diversificação ambiental, da qual fazem parte a Floresta Ombrófila Mista, comumente denominada Floresta de Araucárias (*Araucária augustifolia*).

Originalmente, a Mata Atlântica cobria toda a zona costeira brasileira, avançando por centenas de quilômetros continente adentro chegando à Argentina e ao Paraguai. Todavia, atualmente, resta pouco mais do que 7% da cobertura florestal original, que encontra-se fortemente fragmentada devido à ocupação territorial predominantemente costeira no Brasil (Ministério do Meio Ambiente, s.d.).

Apesar da devastação e da fragmentação trata-se de uma área de grande diversidade biológica que, além das 20.000 espécies vegetais, possui cerca de 849 espécies de aves, 370 espécies de anfíbios, 200 espécies de répteis, 270 de mamíferos e cerca de 350 espécies de peixes, estando diversos deles ameaçados de extinção (Ministério do Meio Ambiente, s.d.).

Com relação à Floresta de Araucárias, o remanescente atual não chega a 3% do original, motivo pelo qual desde 1992 consta na lista oficial de espécies ameaçadas de extinção editada pelo IBAMA a *Araucaria augostifolia* (Portaria 37-N de 1992 - IBAMA).

O Ministério do Meio Ambiente publicou um documento chamado *Avaliação e Identificação de Áreas e Ações Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira*, segundo o qual os remanescentes de Florestas de Araucárias foram considerados uma das áreas prioritárias para a conservação da flora no Brasil (Ministério do Meio Ambiente, 2002).

Além disso, o §4° do artigo 225 da Constuição Federal de 1988 declarou ser o bioma Mata Atlântica Patrimônio Nacional, status que traz proteção especial da ordem jurídica.

Importa aqui destacar a expressa proibição de desmatamento da significativa área inundada para a formação do lago da UHE Barra Grande. O dispositivo legal em análise traz a exceção à regra no seu parágrafo único, dizendo que o corte da vegetação por ele caracterizada poderá ser cortada em caso de obra de interesse público,

porém mediante decisão motivada do órgão estadual competente, com anuência prévia do IBAMA, informando-se o CONAMA. Tal situação poderia ser hipoteticamente o caso da construção de uma Usina Hidrelétrica. Entretanto, tal não ocorreu no presente caso, pois o EIA/Rima nem sequer mencionou a existência das espécies para as quais, posteriormente o consórcio empreendedor solicitou a autorização de supressão. Dessa forma, não foi objeto de discussão pelos órgãos competentes tal supressão de vegetação, nem de debate em audiência pública e não houve qualquer menção a tal situação quando da solicitação da Licença Prévia. Com efeito, não foi possível avaliar o impacto real do empreendimento no momento do estabelecimento de suas condicionantes. Este fato prejudicou a correta avaliação dos impactos da obra.

1.3.A batalha judicial

Diante da constatação das omissões do EIA/Rima e perante a inércia dos órgãos públicos responsáveis pela fiscalização, as associações civis Rede de ONG´s da Mata Atlântica e Federação de Entidades Ecologistas Catarinenses ingressaram, em setembro de 2004, com a ação civil pública (ACP) nº 2004.72.00.013781-9. Simultaneamente foi interposta outra ACP pela ONG Instituto AquaBios, que depois acabou por ser apensada à primeira ação, devido à conexão dos objetos de pedir. Posteriormente, outras organizações aderiram ao processo na qualidade de litisconsorte ativo, de forma que passou a existir um conjunto de organizações lutando pelos mesmos interesses nesse caso.

Os pedidos apresentados na petição inicial da referida ação foram os seguintes.

Como pedido liminar:

(a) Condenação do IBAMA em obrigação de não fazer, para que não concedesse a autorização para desmatamento da bacia de inundação da UHE Barra Grande e não concedesse a licença de operação para o empreendimento até o julgamento final da ação;

(b) a condenação da BAESA na obrigação de não fazer, no sentido de abster-se de dar continuidade aos trabalhos na obra da UHE Barra Grande até o julgamento final da ação;

Como pedido principal:

(a) declaração de nulidade de todo o processo de licenciamento ambiental, com a conseqüente nulidade das licenças até então concedidas;

(b) condenação da BAESA a fazer estudo técnico detalhado, a ser aprovado em juízo, que avaliasse a possibilidade de diminuir a cota de operação da barragem, para garantir o funcionamento a UHE Barra Grande em condições que garantissem a preservação da integridade de toda a vegetação nativa primária e secundária que seriam inundadas conforme o projeto original;

(c) caso fosse comprovada a impossibilidade técnica de conjugar o funcionamento da UHE Barra Grande com a preservação da vegetação nativa, que a BAESA fosse condenada em obrigação de fazer determinando o desfazimento e/ou demolição de quaisquer obras eventualmente iniciadas ou concluídas na localidade;

(d) caso fosse a BAESA condenada a demolir a obra, que fossem a BAESA e o IBAMA condenados na obrigação de reparar os danos ambientais causados pela construção até então efetivada e ao pagamento de indenização por danos patrimoniais e morais causados à coletividade, em valor apurado pelo juízo (Ação Civil Pública, 2004).

O pedido de concessão de ordem liminar que impedisse o início do desmatamento até o julgamento final justificava-se porque se não houvesse tal medida imediata a floresta seria derrubada durante o decorrer do processo judicial e a ação proposta pelas ONG's perderia seu objeto, que era a proteção daquele específico ecossistema (Valle, 2005, p. 17).

Entre a interposição da ação civil pública e a apreciação do pedido liminar transcorreram mais de 30 dias, e nesse meio tempo foi assinado um Termo de Compromisso entre Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia, Advocacia-Geral da União, IBAMA, Ministério Público Federal e BAESA, através do qual mediante medidas compensatórias e mitigadoras do dano (que ainda sequer havia ocorrido) os órgãos envolvidos outorgavam a autorização para desmatamento e se comprometiam a não mais discutir a questão (Valle, 2005, p. 17).

Entretanto, em 25 de outubro de 2004, o juiz federal de primeira instância titular do caso decidiu acerca do pedido liminar. Transcrevemos alguns trechos da referida decisão:

> *Ora, se o licenciamento ambiental do qual resultaram a concessão da licença prévia e da licença de instalação teve por subsídio estudo ambiental que não cumpriu senão formalmente sua finalidade, todo o procedimento está completamente viciado, até porque à situação concreta, que é outra, não foram certamente aplicadas as disposições legais e regulamentares.*
> *(...)*
> *As audiências públicas previstas no art. 10, V, da Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1\997, neste contexto constituem aos atos inconsistentes, simulacros no atendimento dos rigores formais.*
> *(...)*
> *O Termo de Compromisso, a que se refere o IBAMA e que está juntado às fls. 125/137, parte do pressuposto de que é irreversível que o empreendimento ainda em curso seja posto em operação logo adiante. Encontra, entretanto, justificativa na concepção restrita de que, as pedras postas uma a uma pela mão humana nunca podem ser retiradas do lugar, em nome de suposto desenvolvimento.*
> *Entretanto dois lados são e a moeda é uma só*
> *Do lado contrário, está narrado nos autos, encontra-se patrimônio nacional, indisponível, com utilização restrita nos termos da lei, conforme explicita o art. 225, § 4º, da Constituição Federal.*
> *Quem vir as fotos exibidas nas fls. 183, 184, 185, 186 e 187 dirá que a derrubada de todas as árvores na região, a mortandade dos animais que lá habitam, a quebra da cadeia de alimentação dos seres vivos, por exemplo, não encontrarão qualquer compensação. Este é substancialmente, o ponto de vista defendido pelas autoras.*
> *Para não ir além, sobretudo porque o exame dos fatos está sendo feito para o fim de apreciação do pedido liminar, limito-me a afirmar a ineficácia do termo de compromisso noticiado para o fim de chancelar judicialmente dano ambiental de impacto irreversível* (Ação Civil Pública, 2004).

Assim sendo, entendeu o magistrado por bem deferir o pedido das autoras da ação para: (i) suspender os efeitos da autorização de supressão de vegetação e ordenar a abstenção do IBAMA em conceder qualquer outra autorização relativa ao desmatamento da área da bacia de inundação da usina e; (ii) ordenar a abstenção do IBAMA em emitir a Licença de Operação da referida obra (Ação Civil Pública, 2004).

Tal decisão foi objeto de uma medida judicial chamada pedido de suspensão de liminar, realizado pela Advocacia-Geral da União perante o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, segunda instância da Justiça Federal, e a decisão liminar que impedia o desmatamento enquanto não houvesse uma decisão final do processo acabou por ser revertida, como temiam associações civis ambientalistas que ingressaram com a ação.

Em suma, a decisão reconhece as irregularidades no EIA/Rima, porém aceita o Termo de Compromisso firmado pelo consórcio empreendedor e o IBAMA diante do argumento de que a construção da usina já havia implicado muitos gastos (dentre os quais boa parte de verba pública) e que o seu funcionamento era indispensável ao desenvolvimento da ordem econômica (Ação Civil Pública, 2004).

O efeito suspensivo mencionado significa que diante da interposição do recurso denominado agravo, a decisão objeto deste recurso (que determinava a paralisação das obras) teve seus efeitos suspensos até a decisão do referido recurso.

Isso possibilitou o desmatamento da área legalmente protegida e o enchimento do lago da usina, que como sabia-se acarretaria a perda do objeto da ação.

E foi exatamente o que ocorreu, de modo que a sentença final limitou-se a extinguir o processo por ausência de objeto a ser julgado (Ação Civil Pública, 2004).

Portanto, conforme as decisões judiciais, todas as irregularidades, que nenhum dos envolvidos jamais sequer negou, foram solucionadas com a assinatura do Termo de Compromisso entre a BAESA e o IBAMA, com a anuência dos demais ministérios e a Advocacia-Geral da União.

Ou seja, o referido Termo de Compromisso foi capaz de solucionar a ilegalidade frente a toda legislação específica, regulamentos, instruções normativas, resoluções e mais os princípios e regras constitucionais que foram reconhecidamente desrespeitadas pelo consórcio empreendedor BAESA.

2. O direito ambiental e o seu potencial emancipatório

2.1 O direito ambiental e a constituição brasileira de 1988

O direito ambiental é uma disciplina jurídica recente e que possui características como a transdisciplinaridade e a complexidade em sua base epistemológica.

Mais do que mera construção teórica, trata-se de construção jurídico-política, que se faz presente no dia a dia das pessoas de todo o planeta. Supera barreiras territoriais, religiosas e culturais de toda a espécie, uma vez que trata da regulação de interesses transindividuais e difusos.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, no ano de 1972, em Estocolmo, cujo objetivo foi alertar para os riscos a que o nosso modo de desenvolvimento nos estava levando representou um marco para essa disciplina jurídica, que se refletiu nos mais diversos ordenamentos (Milaré, 2004, pp. 130-131).

No Brasil, essa nova disciplina recebeu posição privilegiada no texto constitucional de 1988, tendo sido o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado alçado à condição de direito fundamental.

Nesse sentido, o direito ambiental constitui-se e desenvolve-se como matéria constitucional. A chamada ecologização do texto constitucional trata-se de um fenómeno relacionado à revolução paradigmática no âmbito da ciência jurídica que, devido à destacada posição normativa em que se encontra, traz novas implicações a todo o sistema jurídico (Benjamin A. H., 2007, p. 66).

Em decorrência disso, o regime constitucional de proteção do ambiente possui cinco características fundamentais: (i) adota uma compreensão sistêmica e legalmente autónoma do meio ambiente, determinando o tratamento das partes a partir do todo, em oposição ao tratamento dado pelo paradigma anterior; (ii) compromisso ético de não empobrecer a Terra e a sua biodiversidade, que objetiva garantir às futuras gerações um planeta quantitativa e qualitativamente em condições que propiciem a vida em todas as suas formas; (iii) estimula-se a atualização do direito de propriedade, de forma a torná-lo mais receptivo à proteção do meio ambiente, comprometido com a sustentabilidade; (iv) desenha-se uma clara opção por processos decisórios abertos, transparentes, bem-informados e democráticos, estruturados em torno de um devido processo ambiental, o que demonstra a característica de um direito ambiental do todo, o que impossibilita o autoritarismo em matéria de política ambiental, e; (v) observa-se uma nítida preocupação com a implementação, indicando já no próprio texto constitucional certos direitos e deveres relacionados à eficácia do direito ambiental e seus instrumentos. Tal preocupação é necessária na medida em que o direito ambiental é uma disciplina jurídica orientada para resultados, que encontra justificativa a partir do que consegue alcançar ou mudar diante das intervenções degradadoras, senão torna-se irrelevante para o seu objetivo (Benjamin A. H., 2007, pp. 66-67).

Merece destaque o potencial democrático dos processos decisórios no que tange às questões ambientais, bem como os mecanismos infra-constitucionais que visam a sua eficácia o que, não obstante, tem-se mostrado pouco eficaz em situações em concreto como na caso que ora observamos.

Todavia, é possível enxergar plenamente um potencial emancipatório no direito ambiental, concebido como um sub-sistema autónomo dentro do campo do direito, porém interligado e com reflexos sobre os demais subsistemas influenciando na concepção de propriedade a partir do reconhecimento que sobre ela têm os interesses transindividuais e difusos.

2.2 Os interesses transindividuais e difusos sobre a propriedade privada

No que tange ao direito de propriedade, a constitucionalização do direito ambiental traz significativo impacto. No campo dos recursos naturais e do uso da terra, tal transmudação implica a substituição definitiva do regime de explorabilidade plena e incondicionada (com limites mínimos e pulverizados, decorrentes, p.ex., das regras de polícia sanitária e da proteção dos vizinhos) pelo regime de explorabilidade limitada e condicionada (com limites amplos e sistemáticos, centrados na manutenção dos processos ecológicos). Limitada, porque nem tudo que integra a propriedade pode ser explorado; condicionada, porque certas condições são impostas abstratamente na lei e concretamente em licença ambiental exigível (Benjamin A. H., 2007, pp. 60-70).

Assim sendo, surgem novos deveres intrínsecos ao direito de propriedade, de forma que o exercício desse direito (domínio e posse) fica condicionado às obrigações de manutenção dos atributos essenciais ao meio ambiente.

A ecologização da Constituição, portanto, teve o intuito de, a um só tempo, instituir um regime de exploração limitada e condicionada da propriedade e agregar à função social da propriedade, tanto urbana como rural, uma forte e explícita componente ambiental. O regime da propriedade passa do direito pleno de explorar para o direito de explorar condicionado a limites de respeito à saúde humana e a processos e funções ecológicos essenciais (Benjamin A. H., 2007, p. 72).

Com efeito, interesses transindividuais e difusos, como a preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, passam a refletir diretamente sobre interesses individuais como a absoluta disposição e utilização da propriedade privada.

O *caput* do artigo 225 da Constituição brasileira de 1988 torna evidente o que estamos dizendo:

> Art.225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, nos termos do disposto pelo artigo referido, constitui-se como um direito transindividual e difuso; ou seja, pertence a um grupo de pessoas que não se pode subjetivar precisamente. É um direito destinado à totalidade das pessoas das presentes e futuras gerações, sem qualquer espécie de distinção ou privilégio decorrente de qualquer prerrogativa.

Os direitos transindividuais e difusos implicam um aprofundamento e um reforço dos laços de união fáticos, que reúnem o grupo difuso de pessoas em torno de determinado interesse (Morais, 2008, p. 70), de forma que justificam, por exemplo, certas formas de limitação administrativa à utilização de propriedade privada fundamentada na avaliação de informações de caráter técnico obtidas através do Estudo de Impacto Ambiental e do seu Relatório de Impacto Ambiental, que fazem parte de um processo para a tomada de decisões quanto à viabilidade ou não de determinado empreendimento que cause impactos ao meio ambiente.

A justificativa para a necessidade de tal limitação encontra-se além do âmbito argumentativo estrito da ciência jurídica. Encontra-se, pois, na transdisciplinaridade que guarda o direito do ambiente com a biologia, com a geologia, com a química, com a sociologia, etc.

O interesse transindividual e difuso contido na preservação do meio ambiente torna necessária a imposição de limites ao interesse individual do proprietário, de modo a garantir, dentre outros benefícios: (i) a inibição de processos erosivos com a manutenção da vegetação original, fixadora do solo; (ii) manutenção de um maior estoque de biodiversidade com a maior heterogeneidade genética possível; (iii) manutenção de amostras significativas e representativas dos ecossistemas que possam servir de abrigo e proteção à fauna e à flora; etc.

Em que pese os argumentos para a justificativa da incidência de interesses transindividuais e difusos sobre a propriedade privada sejam encontrados em diversos campos científicos, é através da principiologia do direito ambiental que encontram a sua concretização através do sistema jurídico (Aronne, 2001, p. 151).

Sem desconhecer a complexidade e profundidade do tema, vale a pena fazer aqui uma brave referência ao princípio da precaução, devido a sua relevância para o direito ambiental e para a política de planejamento relacionada ao meio ambiente e ao desenvolvimento, que se espera seja sustentável.

O princípio da precaução diz respeito aos riscos não conhecidos que determinada atividade pode vir a gerar. Difere-se da prevenção que trata de riscos previsíveis e conhecidos (Derani, 1007, p. 167).

A sua relevância evidencia-se na medida em que a sociedade atual aproxima-se daquela descrita por Beck de forma extremamente crítica, como *sociedade de risco global*; isto é, uma sociedade que desenvolveu-se tecnologicamente sem atentar aos riscos que esse desenvolvimento gerou chegando ao ponto em que passa a enfrentar desafios de real possibilidade de sua autodestruição total (Beck, 1998, p. 120).

Todavia, é necessário lembrar que a aplicação de princípios jurídicos no caso concreto requer uma compreensão do sistema jurídico mais ampla do que aquela oferecida pelo positivismo jurídico e pelo paradigma moderno.

Não restam dúvidas, portanto, acerca da incidência de interesses de titulares e não titulares sobre a propriedade privada que encontram no sistema jurídico de amparo. Nesse sentido, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado impõe ao direito do proprietário limitações no sentido de garantir tal preservação de acordo com os interesses transindividuais e difusos contidos na preservação ambiental e qualquer tutela do meio ambiente acaba por gerar intereferência (nos mais diversos graus de intensidade) no direito de propriedade (Benjamin A. H., 1996, pp. 7-8).

Para além do direito material já referido, o sistema brasileiro de proteção legislativa dos interesses transindividuais e difusos no meio ambiente sobre a propriedade privada conta com um importante instrumento processual, qual seja, a ação civil pública.

A ação civil pública, instituída pela Lei Federal nº 7.347/1985 trata-se do meio processual para a defesa dos interesses meta individuais relativos ao meio ambiente, bens e direitos de valor histórico, turístico, artístico, estético e paisagístico.

Como esta espécie de processo trata da defesa de direitos difusos e coletivos, não pode ser proposta por qualquer cidadão. A legitimidade para a propositura desta está estabelecida em seu artigo 5º da referida lei e cabe somente a certos órgãos públicos com atribuição de defesa de interesses coletivos (como o Ministério Público e a Defensoria Pública) e às associações civis que estejam constituídas pelo menos há um ano e que incluam em suas finalidades institucionais a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem económica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Isso possibilitou que, por exemplo, no caso da UHE Barra Grande um conjunto de associações civis organizadas impetrassem a ação civil pública que visava a paralisação da obra.

Diante de toda a legislação constitucional e infra-constitucional já mencionada, que faz parte de um sistema jurídico estruturado a partir de valores como a dignidade humana, o direito à vida, o direito à propriedade, o direito à livre iniciativa e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações, entendemos que é possível vislumbrar claramente, em tese, um potencial emancipatório no direito contemporâneo, sobretudo no direito ambiental.

Entretando, não foi exatamente o que viu-se em concreto com o estudo do caso da UHE Barra Grande.

2.3 O Direito poderia ter tido papel emancipatório, mas não o teve

Por fim, resta-nos indagar o porquê de o direito não ter tido o papel emancipatório que se esperava dele no caso da UHE Barra Grande.

Pelo exposto até então, a nossa resposta ao questionamento feito por Santos – *Poderá o direito ser emancipatório?* - (Santos, 2003) é evidente. Acreditamos que sim, o direito poderá ser emancipatório.

Entretanto a questão não é tão simples e objetiva quanto a resposta, e aqui estamos diante de um caso em que o direito tinha todos os elementos para realizar um papel emancipatório, porém foi incapaz de fazê-lo.

Tivemos, nesse caso, um conflito entre interesses económicos e interesses na preservação ambiental. Juridicamente, tivemos também um conflito entre princípios constitucionais.

De um lado, a propriedade privada, a livre iniciativa e o desenvolvimento económico. De outro lado, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibradoe a função socioambiental da propriedade.

Não esquecendo a existência de toda a legislação infra-constitucional que impede o desmatamento da vegetação que teve sua existência omitida no EIA/Rima, e a legislação infra-consticional que disciplina o processo de licenciamento ambiental, segundo a qual o processo da UHE Barra Grande é nulo.

Significa dizer que, com base no direito em vigor, valendo-se de uma interpretação sistemática do direito e levando-se em consideração os princípios constitucionais mencionados, havia fundamentação jurídica consistente para que o empreendimento fosse paralisado e que fossem acatados os pedidos realizados pelas ONG`s no corpo da Ação Civil Pública.

Mas não foi isso o que de fato aconteceu.

Esta situação, tendo em consideração o panorama teórico exposto, é paradoxal e causa perplexidade, entretanto torna-se de certo modo compreensível quando contextualizamos o caso da UHE Barra Grande dentro de uma lógica do capitalismo global hegemónico.

Não podemos esquecer que a construção de uma usina hidrelétrica depende de uma concessão pública realizada após concurso licitatório. Isto é, trata-se de uma obra de interesse governamental que, entretanto, o governo trata como se fosse de interesse público.

A discussão acerca da existência ou não do interesse público é muito mais profunda e complexa e passa pela questão dos níveis de democracia que são proporcionados/permitidos à população. No caso em exame não houve consulta popular acerca do interesse na obra e as audiências públicas que foram realizadas quando já determinada a construção da usina e ainda o foram sob pressupostos falsos indicados no EIA/Rima. Mesmo que sem aprofundar-nos nessa discussão, podemos seguramente falar que não há meios para aferir a existência ou não de interesse público na obra e sim meramente o interesse governamental, isto é do grupo que está no governo.

A decisão pela construção da UHE Barra Grande encontra-se dentro do contexto da política energética brasileira. Na mesma época, só nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina havia obras de sete barragens que faziam parte do chamado Plano de Aceleração do Crescimento (Ministério do Planejamento, s.d.), iniciado no governo Lula sob a responsabilidade da então Ministra Chefe da Casa Civil Dilma Roussef, que à época do imbróglio judicial do caso Barra Grande era a Ministra de Minas e Energia e que atualmente é Presidente da República do Brasil.

Podemos dizer que a luta emancipatória dos movimentos sociais envolvidos no caso que apresentamos é uma luta contra os interesses dos grupos que estão por detrás do Estado, sejam políticos ou económicos esses grupos. Isso é perfeitamente verificável através dos discursos dos governantes e da propaganda estatal fundamentada no mito do progresso ilimitado, encontrado frequentemente nos discursos hegemónicos (Dupas, 2007, p. 89).

O caso Barra Grande trata-se de um exemplo de uma luta contra-hegemónica que transcende o campo da teoria do direito enquanto ciência autónoma e capaz de por si só resolver todos e quaisquer problemas que lhes são postos. É uma luta que utiliza o direito – que é uma construção política, científica e cultural hegemónica – como uma ferramenta na busca de uma legalidade cosmopolita subalterna.

Esta questão pressupõe compreensão da existência de uma entidade social chamada direito, que pode ser definida nos seus próprios termos e capaz de funcionar de uma maneira autónoma, mas complementarmente traz consigo também a consideração da existência de uma espécie de emancipação social que difere de quaisquer projetos emancipatórios particulares e individuais (Santos, 2003, p. 8). Trata-se, pois, de uma forma de emancipação transindividual e difusa, assim como o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado o é.

Ainda que o panorama jurídico-teórico demonstre um potencial emancipatório no direito, o direito da atualidade ainda é de matriz conservadora liberal, e fundamenta-se no mito do Estado de direito, o qual por sua vez não oferece espaço para o debate axiológico relacionado a seus dogmas (Santos, 2003, pp. 10-11).

A luta pela própria definição do direito enquanto ferramenta para a emancipação social passou a ser uma questão crucial, uma vez que, segundo a concepção política do sistema hegemónico, a sociedade boa já está à disposição de todos, carecendo apenas de consolidação através da eficácia do Estado de direito, excluindo assim toda e qualquer real possibilidade de emancipação social (Santos, 2003, p. 11).

Trata-se, portanto, de uma reinvenção do direito que implica que se proceda uma busca de concepções e de práticas subalternas como alternativas ao modelo de exclusão do globalismo hegemónico neoliberal (Santos, 2003, pp. 27-28).

O movimento de globalização contra-hegemónico abrange uma pluralidade de lutas, uma vez que a forma como a exclusão social apresenta-se é também plural. Dá-se muitas das vezes através de lutas localizadas, pela via de questões específicas que dizem respeito a determinado contingente de pessoas afetadas pela exclusão provocada pelo fascismo social, e cada combate acaba por ser uma forma de lutar contra um movimento de exclusão que, se não é monolítico, é global. A esta forma político-cultural de globalização contra-hegemónica Santos dá o nome de cosmopolitismo subalterno:

> *O cosmopolitismo subalterno de oposição é a forma político-cultural de globalização contra-hegemónica. É, numa palavra, o nome dos projectos emancipatórios cujas reivindicações e critérios de inclusão social se projectam para além dos horizontes do capitalismo global* (Santos, 2003, p. 29).

Nas mãos dos juízes que examinaram o caso Barra Grande estava mais do que a discussão jurídica que apresentava um confronto entre teses que traziam sem seu arcabouço argumentativo o embate entre paradigmas jurídicos.
Tratou-se de uma luta localizada, mas que faz parte de um contexto global de lutas. A decisão, todavia, foi conservadora e de cunho patrimonialista que subvalorou a natureza e a diversidade biológica frente ao capital. O poder económico e o poder político confundiram-se no caso prático, como pudemos observar aqui, e o direito não conseguiu ser emancipatório. Na verdade jamais conseguiria sê-lo por si só:

> *No fim e ao cabo, o direito não pode ser nem emancipatório, nem não-emancipatório, porque emancipatórios e não emancipatórios são os movimentos, as organizações e os grupos cosmopolitas subalternos que recorrem à lei para levar as suas lutas por diante. (...) esta legalidade cosmopolita subalterna está, ainda, a dar os seus primeiros passos; trata-se, acima de tudo, de uma aspiração e de um projecto* (Santos, 2003, p. 71).

Quer dizer, para que seja possível ao direito realizar um papel emancipatório é necessário que os atores sociais envolvidos na tarefa de interpretação e aplicação do direito estejam dispostos a tanto, e se no caso aqui estudado não foi possível, ficou a lição de mais uma luta nesse sentido que, dentro do universo dessas lutas, faz com que mantenha-se a esperança no potencial emancipatório do direito.

3. Brevíssimas considerações finais

Finalmente, convém aqui tecer algumas considerações acerca de tudo o que foi exposto neste trabalho.
Foi apresentado aqui o caso da Usina Hidrelétrica Barra Grande, no qual para que fosse viabilizada a autorização administrativa para o início da obra foram omitidas relevantes informações acerca da situação florestal da área de influência da usina, o que consequentemente gerou nulidades no procedimento administrativo para tal autorização. Também realizei aqui uma contextualização da legislação acerca do tema, de modo que ficassse evidente a proibição de desmatamento da referida área e as nulidades do processo de licenciamento ambiental.
Após isso, vimos como o caso foi encaminhado ao poder judiciário a partir da ação de organizações não governamentais e como o mesmo foi decidido em favor dos interesses do consórcio empreendedor.
Como já foi dito, acredito que o direito pode excercer um papel emancipatório, porém para que tal ocorra são necessárias uma série de condições. Condições essas que não se implementam simplesmente a partir da elaboração de mais leis.
A conquista de emancipação social trata-se de um processo que envolve diversos atores sociais, e que poderá ser conquistada através de lutas em diversas frentes e o direito é apenas mais uma dessas importantes frentes de luta.
O caso aqui examinado é um caso típico dessas lutas. O direito, típico instrumento de dominação, foi utilizado de forma contra-hegemónica por movimentos sociais envolvidos na luta pela preservação ambiental e pela manutenção da biodiversidade. Nesse caso, entretanto, a batalha foi perdida, os reflexos da modernidade e do modelo económico hegemónico foram preponderantes sobre a busca emancipatória ora citada. Porém, acredito tratar-se de um caso que deixa lições que podem fazer parte de um processo de amadurecimento dos agentes sociais envolvidos, bem como do próprio papel emancipatório que se espera dar ao direito.
O direito pode ser uma ferramenta importante na busca por soluções para este problema.
A lição da teoria exposta é que não devemos olhar para o direito ambiental e para um caso concreto posto ao judiciário para análise e decisão de forma isolada. Não basta procurar na legislação positiva a interpretação literal para justicar uma decisão. É necessário olhar para o direito como um sistema de valores, princípios e regras e buscar a coerência com esse sistema em cada caso em concreto. Mais ainda, não se pode ignorar que esse sistema está inserido em um contexto maior e interligado a outros sistemas em toda a sociedade.
Viu-se no caso aqui estudado que a aplicação e a interpretação do direito e dos instrumentos legais realizada pelo poder judiciário brasileiro valorizou o direito à propriedade mais do que o direito difuso e coletivo ao

meio ambiente ecologicamente equilibrado, que fez prevalescer a lógica do fato consumado sobre a nulidade de um processo que, em nome de um suposto interesse público e, sobretudo, do volume de dinheiro investido, fechou os olhos para uma ilegalidade que resultou o desmatamento de significavo remanescente de florestas originárias da Mata Atlântica e que se encontram sob o risco de extinção.
Tudo isso fartamente documentado e reconhecido por todas as partes. A argumentação tanto dos empreendedores quanto dos órgãos de fiscalização e do judiciário evidenciou isso.
O direito poderia ter sido emancipatório, mas não conseguiu ser, devido à forma como foi utilizado e aplicado pelos atores sociais envolvidos.
O direito não significa nada por si só. Palavras escritas em papéis, contraditas por outras palavras escritas em outros papéis.
O papel emancipatório poderá ser desempenhado não pelo direito, mas sim pelos seus manejadores.

Referências bibliográficas

Ação Civil Pública, 2004.72.00.013781-9 (Justiça Federal - Florianópolis setembro de 2004).

Aronne, R. (2006). *Direito Civil-Constitucional e Teoria do Caos: estudos preliminares.* Porto Alegre: Livraria do Advogado.

Barra Grande Energética S/A. (s.d.). *Barra Grande Energética S/A*. Obtido em 12 de junho de 2012, de Site da Barra Grande Energética S/A: http://www.baesa.com.br/baesa/menu.php?&cod_modulo=6

Beck, U. (1998). *Políticas ecológicas en la edad del riesgo.* Barcelona: El Roure.

Benjamin, A. H. (1 de janeiro de 1996). *BDJur no STJ.* Obtido em 30 de agosto de 2012, de BDJur no STJ: http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/20711

Benjamin, A. H. (2007). Constitucionalização do Ambiente e Ecologização da Constituição Brasileira. In J. J. Canotilho, & J. R. Leite, *Direito Constitucional Ambiental Brasileiro* (pp. 57-130). São Paulo: Saraiva.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 1988. Presidência da República. Brasília, DF

Brasil, Lei Federal nº 3824 de 23 de novembro de 1960. Diário Oficial da União de 24/11/1960. Presidencia da República. Brasília, DF.

Brasil, Lei Federal n° 6938 de 31 de agosto de 1981. Diário Oficial da União de 02/09/1981. Presidencia da República. Brasília, DF.

Brasil, Lei Federal nº 7.347 de 24 de julho de 1985. Diário Oficial da União de 25/07/1985. Presidencia da República. Brasília, DF.

Brasil, Portaria 37-N de 3 de abril de 1992. IBAMA. Brasília, DF.

Brasil, Resolução nº 001/1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Diário Oficial da União de de 17/02/1986. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, DF.

Brasil, Resolução nº 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente Diário Oficial da União de de 22/12/1997. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, DF.

Corrêa, M. S. (2005). O Blefe de Barra Grande. In M. Prochnow, *Barra Grande: A hidrelétrica que não viu a floresta* (pp. 24-26). Rio do Sul: APREMAVI.

Dawalibi, M. (2000). Licença ou Autorização Ambiental? *Revista de Direito Ambiental , 17*, 179-187.

Derani, C. (1007). *Direito ambiental econômico.* São Paulo: Max Limonad.

Dupas, G. (2007). O mito do progresso. *Novos Estudos , 77*, 73-89.

Engevix S/A. (2006). *Dossiê Barra Grande - documentos/pareceres/cartas.* Obtido em 24 de junho de 2012, de APREMAVI - Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida: http://www.apremavi.org.br/mobilizacao/barra-grande/documentos-pareceres-e-cartas/

Fiorillo, C. A. (2001). *Curso de Direito Ambiental Brasileiro.* São Paulo: Saraiva.

Fiorillo, C. A., Rodrigues, M. A., & Nery, R. M. (1996). *Direito Processual Ambiental Brasileiro.* Belo Horizonte: Del Rey.

Medeiros, J. d. (2005). Sore a importância estragégica da conservação biológica dos remanescentes florestais da Mata Atlântica. In M. Prochnow, *Barra Grande: A hidrelétrica que não viu a floresta* (p. 104). Rio do Sul: APREMAVI.

Merirelles, H. L. (2007). *Direito Administrativo Brasileiro.* São Paulo: Malheiros.

Milaré, É. (2004). *Direito do Ambiente.* São Paulo: Revista dos Tribunais.

Ministério do Meio Ambiente. (2002). *Biodiversidade Brasileira: Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias* . Brasília: MMA/SBF.

Ministério do Meio Ambiente. (s.d.). *Mata Atlântica*. Obtido em 10 de junho de 2012, de Site do Ministério do Meio Ambiente: http://www.mma.gov.br/biomas/mata-atlantica

Ministério do Meio Ambiente. (s.d.). *O que é o Conselho Nacional do Meio Ambiente*. Obtido em 14 de junho de 2012, de Conselho Nacional do Meio Ambiente: http://www.mma.gov.br/port/conama/estr.cfm

Ministério do Planejamento. (s.d.). *Recursos Hídricos*. Obtido em 20 de Agosto de 2012, de PAC2: http://www.pac.gov.br/agua-e-luz-para-todos/recursos-hidricos/sc

Morais, J. l. (2008). Do estado social das carências ao estado social dos riscos. Ou: de como a questão ambiental especula por uma nova cultura jurídico-política. In L. L. Streck, & J. L. Morais, *Constituição, Sistemas Sociais e Hermenêutica* (pp. 65-78). Porto Alegre: Livraria do Advogado.

Prochnow, M. (2005). A importância das florestas do vale do rio Pelotas. In M. Prochnow, *Barra Grande: a hidrelétrica que não viu a floresta* (p. 1041). Rio do Sul: APREMAVI.

Prochnow, M. (2005). Entendendo o caso. In M. Prochnow, *Barra Grande - A hidrelétrica que não viu a floresta.* Rio do Sul: APREMAVI.

Santos, B. d. (2003). Poderá o direito ser emancipatório? *Revista Crítica* , 3-76.

Santos, B. d. (2009). *Um discurso Sobre as Ciências.* São Paulo: Cortez.

Valle, R. S. (2005). O caso Barra Grande: lições sobre o (não) funcionamento do Estado de Direito no Brasil. In M. Prochnow, *Barra Grande: A hidrelétrica que não viu a floresta* (p. 104). Rio do Sul: APREMAVI.

A importância dos direitos humanos na formação da segurança pública brasileira: Análise da disciplina ministrada aos policiais e agentes do RS

Marlene Inês Spaniol[1]
marlenespaniol@hotmail.com

Os operadores diretos de segurança pública: policiais, bombeiros, guardas municipais, agentes penitenciários – são entes de tal importância para a manutenção de culturas democráticas de direito, são agentes tão impactantes na consciência e também no inconsciente popular, que deles não se pode pedir apenas que respeitem os direitos humanos (...) cabe-lhes, muito além, coprotagonizar a promoção dos direitos humanos, cônscios de que são agentes proponentes de uma cultura moral, balizadores imprescindíveis das condutas coletivas, contendedores de desvios individuais e grupais que atacam os direitos e garantias do conjunto da sociedade, das pessoas, dos cidadãos. (...) Precisamos intensificar esforços no sentido da construção de uma cultura permanente de direitos humanos, justiça e paz. Não há outra forma de fazê-lo a não ser através da educação. Ricardo Balestreri, Cartilha de Direitos Humanos.

Resumo: O artigo apresenta a importância dos direitos humanos na formação dos integrantes da segurança pública brasileira à luz da Matriz Curricular Nacional (versão 2009) e com as modificações implantadas após a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988 e dos Planos Nacionais de Direitos Humanos I (1996), II (2002) e III (2009), que passaram a considerar obrigatória a inclusão desta disciplina a todos os cursos de formação, habilitação, capacitação ou treinamentos das forças policiais brasileiras. Será incluído, também, um levantamento das cargas horárias desta abordagem humanística nas escolas de formação dos integrantes da segurança pública no Estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Deireitos humanos, dignidade da pessoa humana, formação policial, cursos, Segurança Pública.

Introdução

Desde a Promulgação da Constituição Federal de 1988 houve significativa mudança na atuação das polícias brasileiras, numa clara e necessária a adaptação à carta democrática e cidadã. Este reflexo restou claro em todos os cursos de formação e treinamentos, constituindo-se os direitos humanos junto com a ética, a cidadania e a segurança pública, um dos eixos articuladores da formação policial constantes na Matriz Curricular Nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública, instituída pelo Ministério da Justiça, no ano de 2003, para todas as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública, estimulando o foco das práticas dos profissionais da área policial à luz das normas e dos valores dos direitos humanos, ratificando previsão constante no primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos, de 1996, ao prever entre suas propostas a obrigatoriedade de inclusão desta disciplina específica nas academias de polícia, nos cursos de reciclagem e nos processos seletivos para policiais.

Por esta razão vai ser efetuado um levantamento da carga horária e pontos ministrados nesta disciplina nos cursos de formação, habilitação e treinamento de todos os integrantes da Polícia Militar, Polícia Civil e Superintendência de Serviços Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul.

---

1 Filiação Insatitucional: Doutoranda em Ciências Sociais pela PUCRS e Capitã da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul

1 Questões conceituais importantes

Para uma melhor compreensão deste estudo, é pertinente iniciar pelo conceito de Direitos Humanos, que, embora simples, destaque-se que há várias definições, algumas inclusive controvertidas, pois não há uma definição universal sobre direitos humanos. Neste sentido Gorczevski (2005) escreve que direitos humanos tratam-se de:

> Uma forma abreviada e genérica de se referir a um conjunto de exigências e enunciados jurídicos que são superiores aos demais direitos, quer por entendermos que são direitos inerentes ao ser humano. Inerentes de que não são meras concessões da sociedade política, mas nascem com o homem fazem parte da própria natureza humana e da dignidade que lhe é intrínseca; e são fundamentais, porque sem eles o homem não é capaz de existir, de se desenvolver e participar plenamente da vida, e são universais, porque exigíveis de qualquer autoridade política e em qualquer lugar (GORCZEVSKI, 2005, p.17).

Na acepção de Moraes (2013), direitos humanos podem ser assim conceituados:

> O conjunto institucionalizado de direitos e garantias do ser humano que tem por finalidade básica o respeito a sua dignidade, por meio de sua proteção contra o arbítrio do poder estatal e o estabelecimento de condições mínimas de vida e desenvolvimento da personalidade humana (MORAES, 2013, p. 121).

Nesta linha de raciocínio infere-se que o termo Direitos Humanos abrange todas as formas de direitos aos quais o homem possa ter acesso, sendo uma obrigação do Estado o *múnus* de prover essa necessidade. Sobre isso, Gama (1979, p.15) assevera que "*A perfeição de uma sociedade organizada ou de um estado se apura pelo grau em que os direitos do homem são declarados, respeitados, protegidos e praticados*".
Por outro lado, quando se estuda direitos fundamentais também encontramos uma grande diversidade conceitual, sendo vistas pela doutrina várias expressões como sendo sinônimas, tais como: direitos do homem, direitos humanos, direitos individuais, dentre outras. Em sentido contrário, Sarlet (2010), ao dissertar sobre as variações encontradas na doutrina e empregadas como sinônimas define que:

> [...] o termo "direitos fundamentais" se aplica para aqueles direitos do ser humano reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivo de determinado Estado, ao passo que a expressão "Direitos Humanos" guarda relação com os documentos de direito internacional (SARLET, 2010, p.290).

Proteger integralmente os direitos humanos é tarefa extremamente difícil visto que eles não são palpáveis, o que justifica as crescentes argumentações e preocupações doutrinárias e legislativas nas áreas afetas a esta temática. Neste sentido, e não poderia ser diferente, o nosso pilar de sustentação do ordenamento jurídico brasileiro, que é a Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 5º, traz no seu bojo as garantias e direitos fundamentais em contraponto aos deveres do Estado. Nesse passo, Moraes (2013, p. 22) refere que "*a previsão dos direitos humanos fundamentais direciona-se basicamente para a proteção à dignidade humana em seu sentido mais amplo*". Destaca também o autor que todo estatuto jurídico deve trazer consigo princípios garantidores do respeito incondicional a todas as pessoas.
Nesta mesma linha Jesus (2012) refere que:

> [...] O princípio da dignidade humana está na base de todos os direitos constitucionalmente consagrados, quer dos direitos e liberdades tradicionais, quer dos direitos de participação política, quer dos direitos dos trabalhadores e direitos a prestações sociais. (JESUS, 2012, p.129).

Oportuno salientar os elementos caracterizadores dos direitos humanos, para os quais há convergência doutrinária para o fato de estes serem: "*imprescritíveis, inalienáveis, irrenunciáveis, invioláveis, universais, efetivos, limitados, interdependentes e complementares*". (MORAES, 2013, p.22).
Neste sentido, reveste-se a importância e a necessidade do Estado, através de seus órgãos e agentes, em respeitar os direitos humanos, pois são inerentes à própria condição de pessoa, e sua proteção é fruto de todo um processo histórico de lutas contra o poder e de busca de um sentido para a humanidade e não desaparecerão, muito pelo contrário, como ensina Bobbio (1988), os direitos humanos não nascem todos de uma vez e nem de uma vez por todas. Por isso que os representantes da segurança pública têm papel fundamental, pois a atividade policial tem estreita relação na garantia e na proteção dos direitos de todos os cidadãos e com a sociedade em transformação.

2 Polícla e direitos humanos: o papel dos aplicadores da lei

Toda e qualquer atividade policial deve sempre coadunar suas ações ao que prescreve o Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em assembleia geral no dia 17 de dezembro de 1979, que se refere a todos os executores da lei, nomeados ou eleitos, que exerçam poderes de natureza policial, especialmente o poder de efetuar detenções ou prisões, incluindo os países onde essa ação é executada por autoridades militares, uniformizadas ou não, ou por forças do Estado, tal definição se estende a todos estes agentes. O artigo 1º do Código diz que:

> Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem cumprir, a todo o momento, o dever que a lei lhes impõe, servindo a comunidade e protegendo todas as pessoas contra atos ilegais, em conformidade com o elevado grau de responsabilidade que a sua profissão requer. (ONU, 1979).

O agente policial, legitimado pelo Estado com o poder de polícia, atua com a finalidade de manter o controle social, sendo admitido o uso da força pública para o seu cumprimento, mas esse poder é limitado à legislação vigente e aos direitos dos cidadãos no regime democrático, às garantias e prerrogativas individuais previstas constitucionalmente. O poder de polícia, conceituado no art. 78 do Código Tributário Nacional, permitindo o uso da força física desde que seja dentro da legalidade, necessidade e proporcionalidade da ação, a ONU, por sua vez, estabelece parâmetros para o uso da força e armas de fogo pelas polícias, descritos nos Princípios Básicos sobre Uso da Força e Armas de Fogo **(**PBUFAF), assim definidos:

> [...] os policiais, no exercício das suas funções, devem, na medida do possível, recorrer a meios não violentos antes de utilizarem a força ou armas de fogo. Só poderão recorrer à força ou a armas de fogo se outros meios se mostrarem ineficazes ou não permitirem alcançar o resultado desejado. Paralelamente instrumentos de controle das polícias são instituídos, a exemplo de ouvidorias, julgamentos de policiais militares em tribunais civis, cursos de direitos humanos, empregos de armas não letais e reformas curriculares. (ONU, 1990**).**

Cabe parafrasear a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, promulgada em 1789, que no seu artigo 12 diz: "*A garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita de uma força pública: essa força é, pois, instituída em proveito de todos e não para a utilidade particular daqueles a quem for confiada*".
Os agentes que atuam na segurança pública, devem receber intensa instrução, no uso de técnicas e táticas ideais para cada situação e no manejo adequado das armas, para a aplicação correta dos meios letais e, principalmente, dos menos letais, pois a sua aplicação na manutenção da ordem pública causará menor chance de morte e incapacitação temporária, a fim de dar tempo do agente aplicar a lei, imobilizar, prender e conduzir quem infringiu a lei, se necessário, sem causar lesões, sendo que todo esse aparato reduz a necessidade do

emprego de força letal, que deve sempre ser o último recurso utilizado, devendo o Estado prover Equipamentos de Proteção Individual (EPI) aos agentes para que possam resguardar sua vida e integridade física, bem como a de terceiros.

3 O ensino de direitos humanos aos policiais brasileiros

O marco divisório da adoção de uma atividade policial cidadã e voltada para a comunidade foi a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, que traz no bojo dos seus fundamentos a "*dignidade da pessoa humana*" no inciso III do art.1º enquanto que a "*prevalência dos direitos humanos*" é trazida como princípio que rege o Brasil nas suas relações internacionais (Art. 4º, II). O art. 5º, por sua vez, ao tratar dos direitos e garantias individuais traz uma série se dispositivos diretamente ligados aos direitos humanos, muitos, inclusive, trazidos diretamente do texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Neste sentido assim se refere, já na introdução, o primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos do Brasil, adotado em 1996 e reformulado em 2002 e 2010:

> A Constituição de 1988 estabelece a mais precisa e pormenorizada carta de direitos de nossa história, que inclui uma vasta identificação de direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, além de um conjunto preciso de garantias constitucionais. A Constituição também impõe ao Estado brasileiro reger-se, em suas relações internacionais, pelo princípio da "prevalência dos Direitos Humanos" (artigo 4°, II). Resultado desta nova diretiva constitucional foi a adesão do Brasil, no início dos anos noventa, aos Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos, e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, às Convenções Americana de Direitos Humanos e contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, que se encontram entre os mais importantes instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos. Paralelamente a esta mudança no quadro normativo, o Governo Federal vem tomando várias iniciativas nas esferas internacional e interna que visam a promover e proteger os direitos humanos. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, PNDH -1, 1996).

Nossa Carta Magna não deixou dúvidas de que o Brasil precisaria de uma polícia com novos padrões de atuação e este "novo profissional" deveria ser integralmente voltado para servir e proteger às pessoas com base nos princípios de respeito aos direitos humanos. Por esta razão o primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos já inseriu no seu texto proposta de ações governamentais, a curto prazo:

> [...] Estimular o aperfeiçoamento dos critérios para seleção, admissão, capacitação, treinamento e reciclagem de policiais.
> Incluir nos cursos das academias de polícia matéria específica sobre direitos humanos.
> Implementar a formação de grupo de consultoria para educação em direitos humanos, conforme o Protocolo de Intenções firmado entre o Ministério da Justiça e a Anistia Internacional para ministrar cursos de direitos humanos para as polícias estaduais.
> Propor o afastamento nas atividades de policiamento de policiais acusados de violência contra os cidadãos, com imediata instauração de sindicância, sem prejuízo do devido processo criminal. [...] (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, PNDH -1, 1996).

Já, a médio prazo, foram previstas, dentre outras ações o apoio às experiências de polícias comunitárias ou interativas, entrosadas com conselhos comunitários, para verem o policial como agente de proteção dos direitos humanos; o apoio aos programas de bolsas de estudo para aperfeiçoamento técnico dos policiais e a revisão da legislação regulamentadora dos serviços privados de segurança, com o objetivo de limitar

seu campo de atuação; proporcionar seleção rigorosa de seus integrantes e aumentar a supervisão do poder público.
Sobre o papel do policial, seja ele civil ou militar, na sociedade atual, Balestreri (2003) refere que:

> O policial é, antes de tudo um cidadão, e na cidadania deve nutrir sua razão de ser. Irmana-se, assim, a todos os membros da comunidade em direitos e deveres. Sua condição de cidadania é, portanto, condição primeira, tornando-se bizarra qualquer reflexão fundada sobre a suposta dualidade ou antagonismo entre uma sociedade civil e outra sociedade policial. Essa afirmação é plenamente válida mesmo quando se trata da Polícia Militar, que é um serviço público realizado na perspectiva de uma sociedade única, da qual todos os segmentos estatais são derivados. Portanto, não há, igualmente, uma sociedade civil e outra sociedade militar a lógica da Guerra fria, aliada aos anos de chumbo, no Brasil, é que se encarregou de solidificar esses equívocos, tentando transformar a polícia, de um serviço à cidadania, em ferramenta para enfrentamento do inimigo interno. Mesmo após o encerramento desses anos de paranoia, sequelas ideológicas persistem indevidamente, obstaculizando, em algumas áreas, a elucidação da real função policial (BALESTRERI, 2003, p. 57).

O governo federal brasileiro preocupando-se com os direitos humanos dos policiais, estabeleceu através da adoção da Portaria Interministerial nº. 2, de 15 de dezembro de 2010, dos Ministros de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos e da Justiça, as Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública, prometendo estabelecer mecanismos para estimular e monitorar iniciativas que visem à implementação de ações para efetivação destas diretrizes em todas as unidades federadas, inserindo, inclusive, recomendações para melhoria e aperfeiçoamento da educação, nos seguintes termos:

> [...] EDUCAÇÃO
> 45) Estimular os profissionais de segurança pública a frequentar programas de formação continuada, estabelecendo como objetivo de longo prazo a universalização da graduação universitária.
> 46) Promover a adequação dos currículos das academias à Matriz Curricular Nacional, assegurando a inclusão de disciplinas voltadas ao ensino e à compreensão do sistema e da política nacional de segurança pública e dos Direitos Humanos.
> 47) Promover nas instituições de segurança pública uma cultura que valorize o aprimoramento profissional constante de seus servidores também em outras áreas do conhecimento, distintas da segurança pública.
> 48) Estimular iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento profissional e à formação continuada dos profissionais de segurança pública, como o projeto de ensino a distância do governo federal e a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP).
> 49) Assegurar o aperfeiçoamento profissional e a formação continuada como direitos do profissional de segurança pública. (PORTARIA INTERMINISTERIAL No- 2/ 2010).

No Estado do Rio Grande do Sul os ditames constitucionais foram implantados desde logo, pois o então Governador Pedro Simon sancionou, após aprovada pela Assembleia Legislativa, a Lei nº. 8.876, de 23 de dezembro de 1988, que incluía a disciplina de Direitos Humanos em todos os currículos de formação policial (JESUS, 2009, p. 153). Este autor ressalta que em 1998 a Polícia Militar do Estado (lá chamada de Brigada Militar) expediu o Programa de Cidadania e Direitos Humanos na instituição pautando o seu planejamento institucional pelo cumprimento das normas legais, se adequando ao ordenamento jurídico brasileiro. Sobre esta iniciativa Jesus (2009) refere que:

> De qualquer forma, mesmo já estando à disciplina dos direitos humanos inserida nos currículos dos cursos realizados na Brigada Militar, esse programa vem demonstrar a seriedade e o compromisso que a instituição tem para com a sociedade, ao estabelecer um referencial a ser seguido por todos os integrantes da corporação. Dessa forma, foram lançadas as ações e diretrizes básicas para a inserção dos valores atinentes aos direitos humanos em todas as atividades realizadas pela Brigada Militar, passando pelo planejamento, ensino e, principalmente, na atuação individualizada de cada policial militar (JESUS, 2009, p. 154).

Importante ressaltar as orientações da Matriz Curricular Nacional, da SENASP, no que tange ao planejamento das atividades de formação dos profissionais da área de segurança pública em relação às matérias relacionadas aos Direitos Humanos. Esta matriz curricular foi apresentada em 2003, sofrendo revisão no ano de 2005, por uma equipe multidisciplinar da área de segurança pública, sendo definitivamente lançada no ano de 2008. É constituída em eixos articuladores de disciplinas dentro de áreas temáticas, com o objetivo de dar uniformidade na formação dos profissionais da Segurança Pública.
A Matriz Curricular Nacional apesar de ser um referencial para a área de formação, não refere o número de horas a ser ministrada para cada eixo regulador, porém, no que tange as matérias relacionadas à ética, cidadania, direitos humanos e segurança pública, adotou o percentual mínimo de 6% a ser calculada sobre o total da carga horária do curso.

TABELA 1 - Matriz Curricular Nacional: Eixo Articulador de Direitos Humanos:

Área temática da Matriz	Disciplina	Porcentual da Carga horária sugerida
Cultura e conhecimento jurídico	Direitos Humanos	6%

Fonte: Matriz Curricular Nacional Disponível em: <http// www.mj.gov.br/senasp> Acesso em: 16/11/ 2014.

Desta forma, preocupando-se com a base da formação policial, volta-se o olhar para a formação dos Soldados da Brigada Militar, no que tange às disciplinas humanísticas, sendo estas compostas por: Sociologia da Violência e da Criminalidade, Abordagem Sociopsicológica da Violência, Ética e Cidadania, Antropologia, Direitos Humanos, Criminologia e Relações Públicas e Humanas.

3.1 Na brigada militar do estado do rio grande do sul (bm/rs)

A formação policial militar neste Estado da federação se dá por duas formas de ingresso, ou seja, o aprovado no concurso para o nível médio frequenta o Curso Básico de Formação Policial Militar (CBFPM) para ser soldado e os ingressantes na carreira de nível superior frequentam o Curso Superior de Polícia Militar (CSPM) para serem capitães. Outros dois cursos de formação são daqueles que já são policiais, mas almejam evoluir na carreira, ou seja, os soldados que se preparam para ser sargentos fazendo o Curso Técnico de Segurança Pública (CTSP) e os sargentos que almejam ser tenentes e frequentam o Curso Básico de Administração Policial Militar (CBAPM).
Já os cursos de habilitação visam deixar o policial apto a promoções, sendo que apenas um deles possui um rol de disciplinas humanísticas, dentre as quais a de direitos humanos, ou seja, o Curso Avançado de Administração Policial Militar (CAAPM) para os capitães que precisam se habilitar para serem promovidos ao posto de major e o Curso de Especialização em Políticas e Gestão de Segurança Pública (CEPGSP) dos tenente coronéis que se habilitam a promoção a coronel, último posto da carreira.

TABELA 2 – Cursos de Formação e Aperfeiçoamento na Polícia Militar do Estado do RS

Cursos	Carga Horária Total	Carga Horária Direitos Humanos	% do Total
CBFPM	1300	30	2,30
CTSP	1200	30	2,50
CBAPM	1600	30	1,87
CSPM	2660	30	1,15
CAAPM	425	20	4,70
CEPGSP	425	00	00

Fonte: Departamento de Ensino da Brigada Militar - Divisão de Ensino e Treinamento (DE/DET)

Da tabela acima se constata que a disciplina de direitos humanos ocupa um percentual bastante oscilante nos cursos de formação e habilitação da Brigada Militar quando analisada sozinha ou dentro do rol das matérias humanísticas (Tabela 3). O percentual maior é ocupado pelo CAAPM, um dos cursos de habilitação, enquanto que o CEPGSP nem sequer tem a disciplina inclusa no curso. A base da formação policial, ou seja, os soldados tem apenas um percentual de 2,30% para esta importante disciplina o que piora quando se trata dos futuros capitães do CSPM que, de uma carga horária de 2.660 horas-aula, possuem apenas 1,15% dedicados a esta matéria, sendo que os oficiais deste posto normalmente são os instrutores/professores para os novos e futuros policiais e os multiplicadores da sua importância para a instituição, por serem na sua atividade diária os comandantes de pelotão ou companhia, sempre em contato direto com os soldados, sargentos e tenentes.

A capacitação e a reciclagem anual do efetivo da Brigada Militar, está a cargo do Departamento de Ensino da corporação, onde todo policial, uma vez por ano, passa por um Curso de Qualificação Profissional (CQP), de uma semana, totalizando 50 horas aula. Nesse treinamento há na grade curricular a matéria de Direitos Humanos, aliada a outras disciplinas específicas que visam atualizar o policial militar para a função de polícia ostensiva, conforme preconizam os dispositivos da Organização das Nações Unidas, entre eles podemos citar o Código de Conduta para Encarregados de Aplicar a Lei, aliado aos Princípios Básicos sobre o Uso da Força e da Arma de Fogo.

Esta reciclagem ou capacitação anual tem a função de aumentar a qualidade dos serviços prestados pelas polícias, visando a atualização dos conteúdos doutrinários e a atuação dentro dos limites legais, estando sempre presentes as disciplinas relacionadas a atualização da legislação em vigor e de direitos humanos, o que demonstra o compromisso institucional com a sociedade e a busca constante por mudanças de comportamentos inadequados. Neste aspecto Jesus (2009) menciona que:

> [...] além da educação e treinamento em Direitos Humanos, é imprescindível que a transformação da consciência e da cultura seja internalizada pelos policiais militares, a fim de que ocorra, na prática, aquilo que se aprende através das instruções por ocasião dos cursos de formação ou de aperfeiçoamento (JESUS, 2009, p.155).

Construir uma cultura da paz e defensora dos direitos humanos não é tarefa fácil, os policiais com formação mais antiga são resistentes às mudanças de postura e comportamento, sobre isso Jesus (2009, p.156) explica que "*há muitos policiais militares resistentes às mudanças e que poderão atuar como forças inibidoras na construção de uma polícia cidadã*." Há, ainda, o pensamento forte de que direitos humanos só existem para proteger bandidos.

Daí decorre a importância de uma boa e abrangente grade curricular, aliada a qualificação do quadro de instrutores e professores, pois estes são de extrema importância para a formação de policiais que atuem com base na lei e nos princípios garantidores dos direitos humanos sendo que se optou por analisar a formação do soldado, por ter função específica na execução de polícia ostensiva, em contato direto e diário com a comunidade.

TABELA 3 – Rol de Matérias humanísticas do Curso Básico de Formação Policial Militar

Ano do curso	Horas-aula	Carga horária total do curso	Porcentagem
1992	25	1.147	2,17%
1996	12	850	1,41%
1999	105	1.275	8,25%
2000/2001	170	1.820	9,34%
2002/2003	120	1.660	7,22%
2004/05/06	80	1.100	7,27%
2007/08	65	1.100	5,90%
2009/10	65	1.100	5,90%
2012/13	125	1300	9,61%

Fonte: Departamento de Ensino da Brigada Militar - Divisão de Ensino e Treinamento (DE/DET)

Depreende-se pela tabela 3 que houve um crescente nos últimos anos no percentual das disciplinas humanísticas na base da formação destes policiais, com picos nos anos 2000/2001 (9,34%) e 2012/2013 (9,61%), contrastando com os menores índices de 2,17% e de 1,41% nos anos 1992 e 1996 respectivamente, relembrando que o rol das 7 disciplinas humanísticas neste Estado é: 1) Sociologia da Violência e da criminalidade, 2) Abordagem Sociopsicológica da Violência, 3) Ética e Cidadania, 4) Antropologia, 5) Direitos Humanos, 6) Criminologia, e 7) Relações Públicas e Humanas, sendo que a carga horária média varia de 20 a 30 horas-aula para cada uma delas.

Outro aspecto importante e negativo que precisa ser ressaltado são as oscilações entre a carga horária do mesmo curso, ao longo destes 20 anos analisados, que chegou a variar de 850 horas (mínimo, em 1996) a 1820 horas (máximo, em 2000/2001), o que equivale a mais de 100% (970) horas-aula de diferença na formação destes profissionais e certamente compromete o conhecimento mínimo necessário para um bom desempenho da atividade policial diária tanto nas disciplinas técnicas, jurídicas quanto nas humanísticas.

A justificativa institucional para não ter alcançado o percentual de 6% sugeridos pela SENASP na matriz curricular nos anos 2007 a 2010 e da redução das matérias ditas humanísticas na formação policial básica dos profissionais de segurança pública, foi de que nestes cursos foram ampliadas as disciplinas técnicas em relação aos anos de 2004 a 2006, causando prejuízo na formação e nos conteúdos suprimidos.

Ocorre também, esporadicamente, a disponibilização do curso de Capacitação em Direitos Humanos, para todos os policiais, que possui 50 horas-aula e trata da história dos direitos humanos, da legislação específica, análise de casos práticos, da violência policial, sendo que nas edições disponibilizadas pela instituição (5 edições em 2014, por exemplo), normalmente sobram vagas. Vale lembrar que em todas as edições dos cursos em EAD da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) é disponibilizado o Curso de Direitos Humanos aplicados à atuação policial, com uma carga horária de 40 horas-aula, destacando exatamente o papel do policial como promotor de direitos humanos e servindo de parâmetro para todos os professores da disciplina da polícia brasileira. Sobre este curso, referem-se assim seus autores na apresentação:

> [...] Você estudará os aportes jurídicos, filosóficos e conceituais referentes aos direitos humanos no âmbito do direito internacional e brasileiro, relacionando-os com a atividade e conduta esperada de um policial em uma democracia, prevenindo a ocorrência de crimes, investigando os já ocorridos, mantendo e preservando a ordem pública de modo que os direitos e obrigações de todos em contato com os encarregados da aplicação da lei sejam observados. [...]. CURSO DE DIREITOS HUMANOS, SENASP/MJ, 2009).

O fato da SENASP elaborar uma Matriz Curricular Nacional no ano de 2008 para os profissionais da área da segurança pública, pouco alterou na maneira de formar estes policiais no Estado do Rio Grande do Sul, pois se manteve os índices de matérias relacionadas aos direitos humanos nos respectivos cursos e treinamentos, com poucas variações, ressaltando que as cargas horárias totais também variaram.

3.2 NA polícia civil estadual (pc/rs)

Com a finalidade de ampliar a articulação e o apoio a inciativas e projetos voltados à promoção e à proteção de Diretos Humanos, a Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul criou, em sua estrutura organizacional, a Assessoria em Direitos Humanos, vinculada à Divisão de Assessoramento para Assuntos Institucionais (DAAI), através da Portaria nº 117/2011. Este núcleo localiza-se junto ao Gabinete do Chefe de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul, e no seu artigo 2º, a portaria diz que:

> [...] as atribuições que dizem respeito aos direitos humanos têm o objetivo de viabilizar a identificação da Polícia Civil nas políticas governamentais desenvolvidas e formuladas sob a nova perspectiva de fortalecimento da segurança pública, entendida como direito humano fundamental, rompendo com o passado que associou a ação policial à violação de direitos. (POLÍCIA CIVIL/RS, Portaria nº 117 2011).

A Assessoria de Direitos Humanos desenvolve suas atividades com o apoio do Núcleo de Direitos Humanos da Polícia Civil, integrado por policiais lotados na Capital, na região metropolitana e no interior do Estado do Rio Grande do Sul, os quais se reúnem mensal ou bimestralmente para refletir, discutir, incentivar e articular o desenvolvimento de ações e projetos que visem à proteção e promoção dos Diretos Humanos, na perspectiva de consolidar o previsto na Portaria nº 117/2011. Destaca-se que um dos projetos que está sendo desenvolvido pelo Núcleo de Direitos Humanos é o "*Roda de Conversa com os Movimentos Sociais*", o qual tem por objetivo fortalecer o diálogo entre a Polícia Civil e os representantes dos movimentos sociais, especialmente os que integram os grupos considerados vulneráveis e minorias.

A instituição destaca que a Academia da Polícia Civil do Rio Grande do Sul – (ACADEPOL/RS) foi a primeira instituição de ensino policial no Brasil a implementar a disciplina de Direitos Humanos em seu currículo no ano de 1987, a qual passou a integrar o conteúdo curricular a partir da edição da Lei Estadual nº 8.835/89, que regulou o ingresso de servidores na Polícia Civil do Estado e inseriu no seu anexo o rol de disciplinas obrigatórias dos cursos de formação aos cargos policiais. A ACADEPOL tem como princípio básico da formação e da atualização do Policial Civil o respeito e a garantia dos Direitos Humanos.

Os cursos de formação profissional da Polícia Civil são 3: Para Delegado de Polícia, Escrivão de Polícia e para Inspetor de Polícia, todos com uma carga horária total de 830 horas aula, enquanto que todos os cursos extraordinários oferecidos: Aperfeiçoamento de Policiais Civis no Atendimento a Grupos Vulneráveis, Aperfeiçoamento de Policiais no Atendimento à Mulher Vítima de Violência, Formação de Guardas Municipais, de Inspetor de Segurança da Assembleia Legislativa, de Formação de Guarda de Segurança do Tribunal de Justiça e de Aperfeiçoamento em Técnicas de Operações Policiais, possuem uma carga horária total de 30 horas aula, conforme tabela abaixo:

TABELA 4 – Cursos de Formação Policial e Cursos Extraordinários da Polícia Civil do RS

Cursos	Carga Horária Total	Carga Horária Direitos Humanos	% do Total
Curso de Formação de Delegado de Polícia	830	20	2,40
Curso de Formação de Escrivão de Polícia	830	20	2,40
Curso de Formação de Inspetor de Polícia	830	20	2,40
Curso de Formação de Guardas Municipais	30	05	16,66
Curso de Aperfeiçoamento de Policiais Civis no Atendimento a Grupos Vulneráveis	30	05	16,66
Curso de Aperfeiçoamento de Policiais no Atendimento à Mulher Vítima de Violência	30	05	16,66
Curso de Inspetor de Segurança da Assembleia Legislativa	30	05	16,66
Curso de Formação de Guarda de Segurança do Tribunal de Justiça	30	05	16,66
Curso de Aperfeiçoamento em Técnicas de Operações Policiais	30	05	16,66

Fonte: Academia de Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul (ACADEPOL/RS)

Da análise da tabela 4 depreende-se que há uma uniformidade maior na carga horária total dos cursos da Polícia Civil do que na Polícia Militar, assim como na quantidade de aulas específicas de direitos humanos, ou seja, 20 horas-aula para os cursos de 830 horas totais, perfazendo um percentual de 2,40%; e de 05 horas-aula para os cursos de atualização ou aperfeiçoamento de 30 horas, aonde o percentual chega a 16,66%.
Destaca a ACADEPOL, também, que lá são abordadas nas aulas questões atinentes aos direitos humanos dos profissionais de segurança pública e que estes também devem ser assegurados, ressaltando o esforço do governo federal neste sentido quando a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e o Ministério da Justiça, na perspectiva de defender os direitos humanos dos profissionais de segurança pública, editaram a Portaria Interministerial nº 02, de 15 de dezembro de 2010.
Na portaria citada, estão assegurados direitos considerados fundamentais para os profissionais, tais como: valorização da vida; valorização profissional, direito à diversidade, saúde, dignidade e segurança no trabalho, habitação, cultura e lazer, entre outros. Nesse sentido, visando à promoção e à defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública, assegurados na referida Portaria, várias ações e projetos vêm sendo desenvolvidos no âmbito da Polícia Civil e da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

3.3 Na superintendência de serviços penitenciários (susepe)

Na Escola do Serviço Penitenciário (ESP) da Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE) do Estado do Rio Grande do Sul (RS), por sua vez, a disciplina lá chamada de recursos humanos que aborda os temas específicos de direitos humanos também está presente em todos os cursos de formação, treinamentos, capacitações e aperfeiçoamentos. A ementa da disciplina conta com o seguinte teor:

> Histórico e conceituação dos Direitos Humanos. A história da humanização das penas. Instrumentos normativos internacionais. Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil; Cumprimento da pena e Direitos Humanos: situação de antagonismo.

> A Importância da presença das organizações de defesa dos Direitos Humanos nas instituições policiais e no sistema penitenciário. Presídios, instituições totais, obscuridade e impunidade. O papel do agente público diante da tortura. A dimensão ética e moral do trabalho dos servidores penitenciários. As questões envolvendo a violência e a tortura nos estabelecimentos fechados. Tolerância e Intolerância. O respeito à diferença e sua valorização. Preconceitos culturais. A desumanização da imagem do outro como precursor da violência. Os princípios morais em situações limite. Os Direitos Humanos dos servidores. Os Direitos Humanos dos sujeitos em cumprimento de pena. O Brasil contemporâneo e a Lei contra a violência e a tortura. A importância da Educação em Direitos Humanos na aquisição do conhecimento e comportamento para uma visão mais integrada entre Direitos Humanos e Segurança Pública. (ESP/SUSEPE/RS, 2014).

Os objetivos a que a Escola do Serviço Penitenciário se propõe ao oferecer esta disciplina aos servidores e parceiros é o de proporcionar ao servidor agente penitenciário uma visão política da construção e afirmação de direitos nas Constituições contemporâneas e enfocar particularmente o processo brasileiro, com ênfase no papel do Estado e seus órgãos de manutenção da segurança pública e justiça, de modo a capacitá-los a: identificar princípios e normas nacionais e internacionais que regem os direitos humanos; compreender a evolução histórica dos direitos humanos, mundialmente e no Brasil; aplicar os princípios constitucionais e as normas dos direitos humanos que regem a atividade na segurança pública; possibilitar o entendimento das justificativas sociais que engendram as lutas e as ações dos movimentos sociais dos grupos historicamente marginalizados; perceber a visão das comunidades em relação aos órgãos de segurança pública; compreender as políticas de ação dos movimentos sociais na sua abrangência; construir uma visão doutrinária e conceitual da moral e da ética, especificamente da ética no exercício do controle social e no serviço público visando a sensibilização para a percepção do ser humano como titular de direitos.
Alguns dos cursos, aperfeiçoamentos, capacitações e treinamentos realizados pela ESP/SUSEPE de forma individual ou em parcerias no ano de 2014 são:

TABELA 5 – Cursos e Treinamentos da Escola Penitenciária da SUSEPE/RS

Cursos	Carga Horária Total	Carga Horária Direitos Humanos	% do Total
Curso de Formação de Agente Penitenciário	440	15	3,40
Curso de Comando de incidentes (PC/RS)	94	05	5,31
Curso de Mediação de conflitos (TJRS/ESP)	30	05	16,66
Capacitação servidores da SUSEPE para atenção às mulheres privadas da liberdade	360	15	4,16
Capacitação continuada ESPEN/DEPEN/MJ Curso de formação de tutores (várias edições)	60	05	8,33
Curso de Intervenção rápida em recinto carcerário (Oferecido pela EPEN/DF)	132	15	11,36
Curso básico de cinotecnia	90	05	5,55
Capacitação do Programa - “crack: é possível vencer (várias edições regionalizadas)	160	15	9,37

Fonte: Escola do Serviço Penitenciário (ESP) da SUSEPE/RS

Da análise da tabela 5 depreende-se que os percentuais de horas aula dedicadas à disciplina de direitos humanos são maiores do que na polícia civil e na Brigada Militar para os cursos de formação específica dos seus profissionais, dedicando o curso de formação de agentes penitenciários num percentual de 3,40% só para esta temática, sendo que nos demais cursos com uma carga horária de um turno de horas-aula (05 h/a) para os cursos com menos de 100 horas totais e com 15 horas aula para os cursos, capacitações e treinamentos que contem com mais de 100 horas.
Ressalte-se que este percentual mais elevado se dá em função da atividade específica e direcionada dos agentes da SUSEPE, que trabalham com as pessoas cerceadas parcial ou totalmente da sua liberdade e que a legislação específica de direitos humanos contém vários regramentos específicos para presos, inclusive nossa Constituição Federal dispõe em vários dos incisos do art. 5º, regramentos para tratamento de pessoas encarceradas.

Considerações finais

O tema "Direitos Humanos", segundo escreve Balestreri (1998), durante os anos de 1964 e 1984, foi considerado antagônico ao da Segurança Pública, pois, a imagem da polícia encontrava-se, equivocadamente, vinculada à repressão política, o que dificultava qualquer diálogo entre sociedade e polícia. Os direitos humanos, no sentido de militância, eram considerados como movimentos ideologicamente de esquerda e, posteriormente, com a rearticulação da democracia, foram vinculados também, equivocadamente, à ideia de "defesa de bandidos", o que atualmente quer se acreditar esteja ultrapassado.
Este artigo buscou trazer alguns avanços no campo da formação e dos treinamentos dos integrantes da segurança pública brasileira e, sobre isso pode-se dizer que a e educação dos policiais deve ser constante e abrangente, sempre pautada na legitimidade de suas ações, vencendo velhos padrões e buscando a atualização e crescimento intelectual, que Balestreri (2003) assim definiu:

> [...] O velho paradigma antagonista da Segurança pública e dos Direitos Humanos precisa ser substituído por um novo, que exige desacomodação de ambos os campos: "Segurança Pública com Direitos Humanos". O policial, pela natural autoridade moral que porta tem o potencial de ser o mais marcante promotor do Direitos Humanos, revertendo o quadro de descrédito social e qualificando-se como promotor dos Direitos Humanos, revertendo o quadro de descrédito social e qualificando-se como personagem central da democracia. As organizações não governamentais que ainda não descobriram a força e a importância do policial como agente de transformação, devem abrir-se, urgentemente a isso, sob pena de, aferradas a velhos paradigmas, perderem o concurso da ação impactante desse ator social. (BALESTRERI, 2003, p.37)

Percebeu-se no estudo apresentado os esforços das instituições de ensino pesquisadas no Estado do Rio Grande do Sul, ou seja, o estudo da disciplina de direitos humanos nas Academias da Polícia Militar, da Polícia Civil e na Escola dos Serviços Penitenciários tem sido uma constante e passou a ser efetivo após sua obrigatoriedade expressa no primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos de 1996 e da criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Houve avanços em alguns aspectos, como o fato de ser adotado por todas as escolas e retrocessos em outros como, por exemplo, o fato da disciplina não constar atualmente no curso de Especialização em Políticas e Gestão de Segurança Pública da Brigada Militar.
A partir deste marco a educação em direitos humanos passou a ser uma das linhas de ação significativas a nortear as políticas públicas através da criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e do Plano Nacional de Segurança Pública, os direitos humanos foram instituídos como tema dotado de transversalidade no processo de formação e capacitação profissional, por meio da matriz curricular nacional.
Acredita-se que o melhor encaminhamento seria a adoção de uma matriz curricular única para todos os cursos básicos de formação policial brasileiros, o que automaticamente deixaria amarrado o percentual mínimo de

disciplinas humanísticas, dentre elas a de direitos humanos, bem como, também, a carga horária dos cursos que oscila bastante de uma escola para outra e inclusive para o mesmo curso, como se depreendeu da tabela 3 onde a carga horária do Curso Básico de Formação Policial Militar variou de 850 horas-aula em 1996 para 1820 em 2000, ou seja, 970 horas-aula de diferença o que equivale a mais de 100% de carga horária de um curso para outro e compromete a formação.

O que se espera, também, das forças de segurança pública e de suas escolas de formação, é que estejam comprometidas com a disciplina e sua necessidade de difusão junto as forças policiais, principalmente os que estão ingressando e tem toda uma vida funcional pela frente, ou seja, professores e instrutores qualificados e favoráveis ao aprendizado e assimilação dos conteúdos ministrados, de preferência oriundos do meio universitário ou comprometidos com pesquisas acadêmicas na área.

Uma excelente alternativa seria inserir Cursos de Especialização em Direitos Humanos nos cursos com aporte financeiro da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança *Pública* (RENAESP) aos profissionais da Segurança Pública, como propõe Piovesan (2003) em seus estudos: " 4.1 [...] g) *Apoiar, fomentar e fortalecer os cursos e demais iniciativas no campo da extensão universitária, estimulando o desenvolvimento de novos projetos, com enfoque multidisciplinar*", destaca a autora que se faz necessário criar um espaço de interlocução e atuação articulada e integrada entre as diversas experiências, e o meio universitário seria um bom caminho para mudar o campo de atuação e a maneira como a segurança pública é vista e vê os direitos humanos.

Referências

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. (2003), *Direitos Humanos: Coisa de Polícia*, Passo Fundo: Berthier.

_____. (2014). *Cartilha de Direitos Humanos*. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/dh/cartilha_balestreri/qual_missao.htm. [Consultado em 14-11-2014].

BOBBIO, Norberto. (1988), *Era dos direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus.

BRASIL. (1988), *Constituição Federal da República Federativa do Brasil*. Disponível em http://www4.planalto.gov.br/legislação. [Consultado em 08-11-2014].

_____. Ministério da Justiça. (2010), *Portaria Interministerial nº 2, de 15 de Dezembro de 2010*. Disponível em: portal.mj.gov.br/services/.../FileDownload.EZTSvc.asp? 96F8. [Consultado em 14-11-2014].

_____. Ministério da Justiça. (1996), *Programa Nacional de Direitos Humanos* (PNDH I). Disponível em: http://dhnet.org.br/dados/pp/pndh/index.html. [Consultado em 14-11-2014].

_____. Ministério da Justiça. (2009), *Matriz Curricular Nacional: Para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública*. Disponível em: http:// portal.mj.gov.br/services/.../FileDownload.EZTSvc.asp?...F024. [Consultado em 14-11-2014].

_____. SENASP/MJ. (2009), *Curso de Direitos Humanos Aplicados à Atuação Policial*. Disponível em: http://ead.senasp.gov.br/modulos/educacional/conteudo/01015/paginas/ DireitosHumanos_completo.pdf. [Consultado em 14-11-2014].

Declaração de Direitos do Homem e do cidadão, (1789), França. Biblioteca de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo (USP). Disponível em: http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789. [Consultado em 14-11.2014].

Declaração Universal dos Direitos Humanos, (1948). Assembleia Geral da ONU, Paris. Disponível em: http://www.dudh.org.br/. [Consultado em 14-11-2014].

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. (1989), *Lei Estadual nº 8.835/89*, regula o ingresso de servidores na

Polícia Civil do Estado e dá outras providências. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/. [Consultado em 02-12-2014].

_____. Secretaria de Segurança Pública. Polícia Civil. (2011), *Portaria nº 117/2011*, Gabinete da Chefia de Polícia, Núcleo de Direitos Humanos da Polícia Civil, 2011. Disponível em: http://daai.pc.rs.gov.br/conteudo/22146/nucleo-de-direitos-humanos. [Consultado em 14-11-2014].

GAMA, José de Souza. (1979), *Confissão Penal e Direitos Humanos*. Duque de Caxias: Arsgráfica.

GORCZEVSKI, Clóvis. (2005), *Direitos Humanos - dos primórdios da humanidade ao Brasil de hoje.* Porto Alegre: Imprensa Livre.

JESUS, José Lauri Bueno de. (2009), *Polícia militar e Direitos Humanos.* Curitiba: Juruá.

JESUS, Tanelli Fiorin. (2013), *A Decretação da prisão indevida e a responsabilidade civil do Estado sob a óptica dos Direitos Humanos*. In: *(Re) pensando Direito*. Revista do Curso de Direito da CNEC. Santo Ângelo, RS. Uberaba: CNEC Edigraf.

MORAES, Alexandre de. (2013), *Direitos Humanos fundamentais: Teoria Geral.* Doutrina e Jurisprudência. São Paulo: Atlas.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos.* Assembleia Geral.

_____. (1990), *Princípios Básicos sobre a Utilização da Força e de Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei,* 8º Congresso das Nações Unidas – Havana, Cuba.

_____. (1979), *Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei.* Resolução n. 34/169.

PIOVESAN, Flávia. (2003), *Direitos Humanos no Ensino Superior*. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/flaviapiovesan/piovesan_dh_ensino_superior.pdf. [Consultado em 02-12-2014].

SARLET, Ingo Wolfgang. (2010), *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

O efeito *Spaghetti Bowl* na construção dos direitos humanos: o Caso do Mercosul[1]

Nathália Santos Veras[2]

Sulamita Oliveira Simões[3]

Resumo: Após a Segunda Guerra Mundial, a agenda política internacional voltou-se para a proteção dos direitos humanos, especialmente por compreendê-la necessária à manutenção da paz e da segurança internacional. Nesse contexto, os direitos humanos tendem a ser elevados à soberania enquanto fator legitimador dos Estados na Sociedade Internacional, sendo, inclusive, imprescindíveis à efetiva integração regional, como pretendida pelo MERCOSUL. Não obstante, no continente americano há inúmeros subsistemas regionais, gerando o fenômeno do *spaghetti bowl*, isto é, há diversas negociações entre os Estados que ao mesmo tempo em que refletem positivamente em uma proposta de integração, torna-a fragmentada diante de outras políticas. A partir da pesquisa bibliográfica e analítica, verificou-se que é improvável um espírito supranacional harmônico e homogêneo no que tange a temática de direitos humanos, pois a configuração dos Estados nos blocos do continente americano, inclusive no MERCOSUL, dificulta a efetivação de uma agenda política comunitária.

Palavras-chave: *spaghetti bowl*; MERCOSUL; direitos humanos.

Abstract: *After the Second World War, the international political agenda turned to the protection of human rights, especially by understanding it necessary for the maintenance of international peace and security. In this context, human rights tend to be high for sovereignty while legitimizing factor of States in International Society, and even essential to effective regional integration, as sought by the MERCOSUR. Nevertheless, the American continent there are numerous regional subsystems, generating the spaghetti bowl phenomenon, that is, there are several negotiations between states that while reflecting positively on a proposal for integration, it fragmented before other policies. From the literature and analytical research, it was found that a harmonic supranational spirit and homogeneous is unlikely regarding the topic of human rights, because the configuration of the States in the Americas blocks, including MERCOSUR, hinders the execution of an agenda Community policy.*

Keywords: *spaghetti bowl; MERCOSUR; human rights.*

---

1 O conteúdo do presente artigo foi apresentado parcialmente em VERAS, N. S. (2014), *O papel da corte interamericana de direitos humanos na regulamentação dos direitos dos migrantes*, Orientador: Prof. Dr. Elói Martins Senhoras, Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Roraima, Mestrado em Sociedade e Fronteiras, Boa Vista.

2 Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Especialista em Direito Civil e Processual Civil, pelo Centro Universitário UNISEB (Centro Universitário do Instituto de Ensino Superior COC). Bacharel em Direito pela UFRR. Analista da Defensoria Pública da União – Núcleo de Roraima. Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Roraima. E-mail: nathalia_veras@hotmail.com.

3 Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Especialista em Direito Tributário pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Graduanda em Relações Internacionais e Integração pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraná. E-mail: sulamita.adv@gmail.com.

1 Introdução

Após a Segunda Guerra Mundial, intensificou-se a formação de blocos de países, que pretendiam a manutenção paz e da segurança internacional, incluindo a proteção aos direitos humanos. Nesse contexto, passou-se a ponderar a soberania e os direitos humanos enquanto fator legitimador da Sociedade Internacional. A pretendida integração almeja mais que mercados comuns, mas também o respeito aos direitos humanos, de modo que a construção de regimes internacionais e sub-regionais sobre o tema parece ser o meio mais adequado ao alcance do objetivo.

Não obstante, o episódio da denúncia da Venezuela à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH) e a sua entrada no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) trouxe a tona a dificuldade de construção de um pensamento regional ou ainda da convergência de expectativas dos atores de um regime de direitos humanos na América. A Venezuela, após condenações na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CoIDH), cujo estopim foi a emanada na sentença do caso Díaz Peña, denunciou, em 06 de setembro de 2012, a CADH, o principal instrumento de direitos humanos da região.

Curiosamente, em 31 de julho de 2012, a Venezuela passou a compor o MERCOSUL, após a suspensão do Paraguai por infringência a cláusula democrática, do Protocolo de Ushuaia, em razão de ter destituído seu presidente eleito em um processo sumário. Assim, foi impossível ao Paraguai vetar a entrada da Venezuela no Bloco, que passou a ser o único a compô-lo que não reconhece a CADH.

O excesso de negociações nos subsistemas regionais, inclusive no MERCOSUL, que apontam, por vezes, para interesses aparentemente contraditórios, chama a atenção acerca da possibilidade de construção de um espírito supranacional harmônico e homogêneo no que tange a temática de direitos humanos com a efetivação de uma agenda política comunitária.

2 A legitimidade na sociedade internacional: soberania e direitos humanos

O conceito de legitimidade encontra-se entre a política e o direito. Seu significado, conforme Bobbio (2009), possui dois sentidos: um genérico e um específico. No primeiro, legitimidade aproxima-se de justiça ou de racionalidade. No significado específico da política, legitimidade é um atributo do Estado que se traduz em consenso e obediência. A legitimidade pressupõe democracia e consenso, que não significa o somatório de interesses dos indivíduos, mas valores. A legitimidade seria ao mesmo tempo uma situação, que seria a aceitação do Estado por parte significativa da população, e um valor, representado pelo consenso livre do povo.

Enquanto Bobbio analisa a legitimidade a partir do Estado, as lições de Habermas (1997) permitem uma análise do conceito no direito internacional. Apesar de pertencerem a correntes teóricas distintas, tanto em um como no outro, aparecem a noção de legitimidade como consenso. Habermas (1997) coloca que a teoria do discurso explica a legitimidade a partir da igualdade de aplicação da lei, pela legitimação democrática do legislador e pela divisão de poderes do Estado.

O autor (1997, p. 173) explica que quanto mais o direito se afasta dos foros públicos, mais cresce a autonomia de instâncias estatais que "instrumentalizam direitos para realizar fins coletivos". Dessa forma, o Estado acaba por olvidar de "subordinar a escolha dos fins ao projeto de realização de direitos inalienáveis". No campo do direito internacional, isso é traduzido pela incapacidade dos Estados de representar a sociedade global. Assim, a legitimidade, atualmente, possui característica contratualista, pois exige assinatura, ratificação e depósito de tratados. Além de ser voluntarista, pois implica a manifestação formal acerca das normas pelo Estado (MOREIRA, 2012).

Nesse contexto, dois fatores legitimadores dos Estados na Sociedade Internacional se apresentam: a soberania e os direitos humanos. A primeira, conforme Ferrajoli (2002), pode ser traduzida pela expressão *superiorem non recognoscens*, isto é, poder supremo que não reconhece nenhum outro. Trata-se de uma aporia, como bem coloca o autor (2002), dentre outras razões porque os Estados, soberanos, impõem ordenamentos jurídicos tanto ao povo como também regulam a si mesmo por estas normas, de forma a proteger o próprio povo. Ademais, internacionalmente, os Estados se submetem aos tratados internacionais que pactuarem.

De modo que se percebe: 1) a existência de uma apenas aparente igualdade entre os Estados; 2) que os Estados devem garantir alguns direitos independentemente de subscrição à pactos internacionais, como seria o caso da Declaração Universal dos Direitos Humanos; 3) noção de soberania rege os Estados ao negociarem um acordo, no sentido de obter ganhos e vantagens; mas, não no que se refere aos tratados de Direitos Humanos, ao menos concretamente (ALVES, 1994).

Note-se que se a soberania é, historicamente, tida como um poder ilimitado externamente e é reconhecida internacionalmente como um direito não só do Estado, mas também da nação, não é menos verdade que os direitos humanos ganham, gradativamente, um *status* superior à soberania. Especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial, os direitos humanos passaram a compor o conceito de segurança internacional. Ao mesmo tempo em que se intensificou a cooperação entre os países, notadamente em sua divisão em blocos, essa integração também pretendeu a colaboração para assegurar os direitos humanos.

Releva notar que o rol desses direitos esbarra, atualmente, no seu reconhecimento pelos Estados, isto é, na soberania. Apesar do reconhecimento atribuído aos direitos humanos, que são vistos como necessários e de observância obrigatória, especialmente, em países democráticos, a ordem mundial ainda exige a sua aceitação pelos Estados. Ainda que aceitando, a hipótese de ente supraestatal que não só regule, mas imponha a aplicação concreta desses direitos, a soberania continua no discurso da política internacional e na filosofia. Assim, a soberania associada à necessidade de proteger os direitos humanos incentiva a criação de regimes internacionais.

3 Regimes de direitos humanos

A palavra regime origina-se do latim *regimen* e *regere*, que significam, respectivamente, regra e regular. Os regimes estabeleceriam papéis e padrões de comportamento, majorando a certeza e a segurança no âmbito internacional. Podem ser entendidos como um único tratado ou mesmo como uma área temática (ARTS, 2000 *apud* HERNANDEZ, 2007). Nesse sentido, apresenta-se o conceito de regime apresentado por Krasner:

> Os regimes podem ser definidos como princípios, normas e regras implícitos ou explícitos e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores. Os princípios são crenças em fatos, causas e questões morais. As normas são padrões de comportamento definidos em termos de direitos e obrigações. As regras são prescrições ou proscrições especificas para a ação. Os procedimentos para tomada de decisões são práticas predominantes para fazer e executar a decisão coletiva (KRASNER, 2012).

Diante desse conceito, costuma-se dizer que há quatro critérios fundamentais: princípios, normas, regras e procedimentos (BUENO, 2009). Além disso, é necessário que haja a convergência das expectativas dos atores. Nesse sentido, Vigevani (1995) coloca que a ideia de regime internacional pressupõe uma regulamentação e um mínimo de sua aceitação por parte dos Estados.

Duas observações merecem ser feitas. A primeira é que ideias e normas compartilhadas pressupõem interesses também compartilhados, ainda que haja especificidades. A segunda é que seria uma utopia imaginar uma sociedade internacional em que os Estados exibissem igual grau de poder. Dessa forma, ressalte-se: para haver um regime é necessária uma mínima aceitação, o que não significa um consenso absoluto.

Essa característica é valorizada, especialmente, pelos construtivistas, para quem as expectativas mútuas e convergentes e as ideias compartilhadas dos atores são requisitos do regime. Trata-se da intersubjetividade do regime:

> A essência da teoria construtivista encontra-se nos conceitos de estrutura e identidade. A primeira corresponde à interação de padrões e à interação entre agentes, idéias e práticas – que é denominada intersubjetividade – e é construída socialmente. Já o segundo conceito, identidade, constitui-se na base dos interesses dos atores.

> Pode-se apreender três pressupostos fundamentais do construtivismo, quais sejam: constituição mútua de agentes e estruturas; compreensão da condicionalidade das estruturas não-materiais sobre as identidades e interesses dos atores e importância equitativa entre estruturas normativas e materiais, já que ambas moldam o comportamento dos atores internacionais. Pode-se afirmar, então, que esse aporte é dialético, pois reconhece que atores e estruturas influenciam-se mutuamente.
> [...]
> Os regimes são formados a partir de uma autoridade política, que promove a fusão do poder com o propósito social legítimo e representam o comportamento internacional institucionalizado. Ademais, diferenciam-se de outros processos semelhantes por meio de seu elemento normativo: os atores não apenas reproduzem as estruturas normativas, mas as alteram pelas suas práticas (BUENO, 2009, p. 5-8).

Sob essa perspectiva, os Estados são atores na Sociedade Internacional. A estrutura é, portanto, um fenômeno social. Tanto os atores como a estrutura estão em co-construção, influenciando-se mutuamente, por ideias e normas compartilhadas que influenciam na construção de identidades dos atores individualmente e coletivamente, inclusive nos seus interesses, e também na estrutura.
A questão das ideias e normas compartilhadas é justamente o maior imbróglio dentro do *spaghetti bowl*, caracterizado por um excesso de negociações dentro do mesmo grupo de países. Ainda que seja possível falar em um regime americano de direitos humanos, os interesses individuais dos Estados dificultam a construção de regimes.

4 O *Spaghetti Bowl* nos sistemas de direitos humanos

A multilaterização está atrelada a um contexto histórico específico, qual seja o pós-Segunda Guerra Mundial, indicando uma cooperação entre os Estados em objetivos comuns. Assim, o multilateralismo é tratado como relação coordenada entre três ou mais Estados, marcada pela indivisibilidade e pela reciprocidade difusa, carregando uma formulação política externa fora de uma lógica apenas estatal (COUTO, 2006).
O multilateralismo apresenta-se como uma interação coletiva nos seus vários aspectos, como modelo de ação, negociação ou regulação, desviando de um método que prioriza somente condutas unilaterais ou bilaterais (VIGEVANI; RAMAZANI JÚNIOR, 2011). As relações entre os Estados devem pretender a construção de uma política externa que privilegie interesses comuns.
Nesse sistema multilateral, além de organismos globais como a Organização dos Estados Americanos (OEA), os Estados também se unem nos sistemas regionais e subsistemas. A OEA é o principal organismo regional no continente e em torno dela se encontram os principais tratados de direitos humanos, que compõem um regime de direitos humanos na região.
Além da OEA e seus órgãos, há ainda os subsistemas regionais, constituídos de associações de Estados e blocos econômicos. Destacam-se: Mercado Comum do Sul (MERCOSUL); Associação Latino-Americana de Integração (ALADI); Comunidade Andina de Nações (CAN); União das Nações Sul-Americanas (UNASUL); Associação dos Estados do Caribe (AEC); Comunidade do Caribe (CARICOM); Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECO); Sistema de Integração Centro-Americana (SICA); Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) (OEA, 2014). Releva notar que todos os membros do MERCOSUL compõem a OEA, a ALADI e a UNASUL. Apenas a Venezuela compõe a AEC. E nenhum participa das demais organizações acima citadas.
Os subsistemas diferenciam-se, especialmente, pela pretensão em estabelecer a livre circulação de pessoas ou, apenas, de mercadorias e capitais, além da abrangência geográfica. Esse interesse diferenciado dos Estados dificulta a criação de um grande bloco que abarque toda a América. Enquanto a abrangência geográfica permite que os países se associem a um ou outro sistema, independentemente dos objetivos pretendidos.

Há um grande número de subsistemas, com diferentes membros, gerando o fenômeno do *spaghetti bowl*. Isto é, há um emaranhado de negociações que, ao mesmo tempo em que torna mais integrada a política dos Estados, torna-a fragmentada (SENHORAS, 2009). O que se nota é um interesse multilateral dos países que compõem os sistemas e subsistemas no tema, ao mesmo tempo em que há especificidades dicotômicas, isto é, envolvendo dois países. Vejamos a Figura 1:

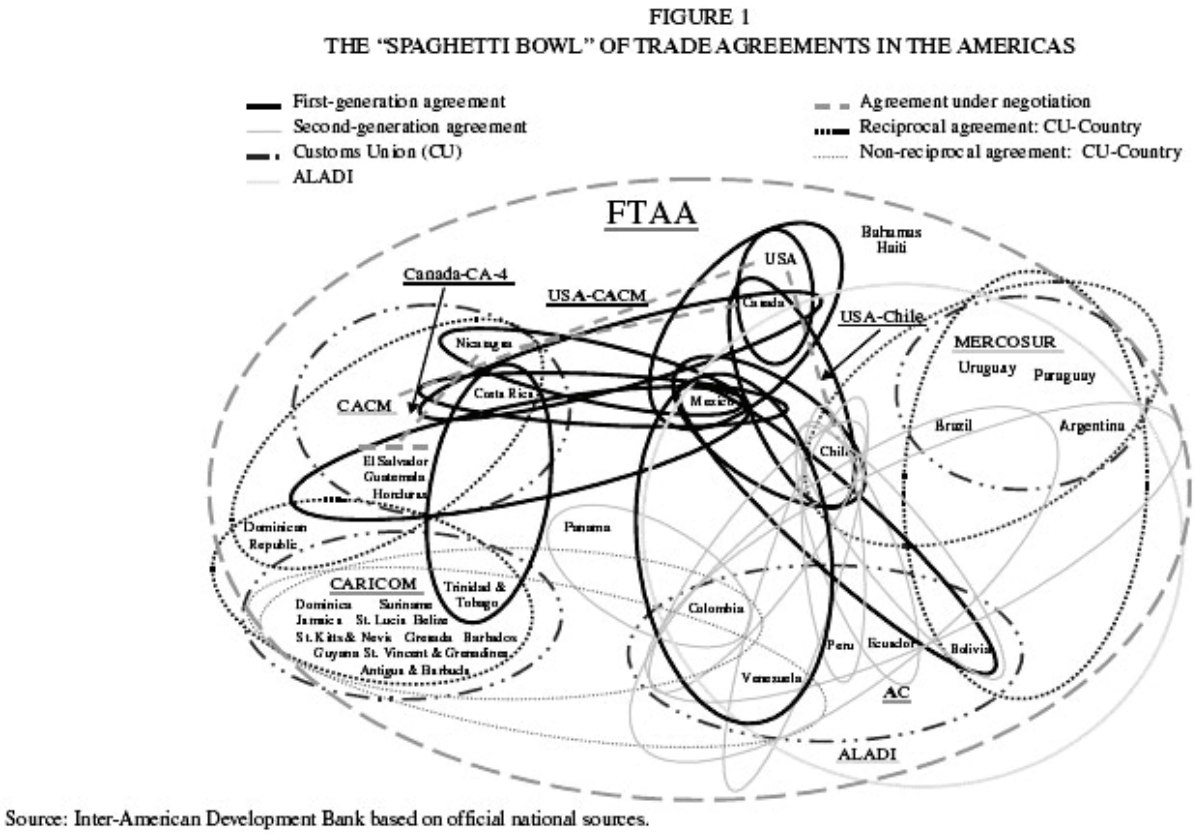

Figura 1: Representação do *spaghetti bowl* no continente americano
Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento (*apud* ROBERTSON; ESTEVADEORDAL, 2009).

A figura nos aponta que o excesso de blocos, estes institucionalizados por meio dos Organismos Internacionais (OI), cujos membros coincidem e diferenciam-se no conjunto, inibe um consenso. Em outras palavras, o excesso de relações entre os componentes, no caso os Estados americanos, dificulta visualizar especificações dos Estados ao mesmo tempo em que dificulta uma uniformidade de suas políticas quanto ao tema.
Sobre isso, Senhoras (2010) coloca que os temas que deveriam ser regionais acabam por ser nacionais, em razão da ausência de um espírito de supranacionalidade. Embora haja um direcionamento para a integração sul-americana, por exemplo, não é rara a ocorrência de contenciosos interestatais. O autor coloca que:

> Este emaranhado quadro complexo de acordos é articulado na América do Sul, pois todos os doze países que constituem a UNASUL já participaram da ALALC, hoje fazem parte simultaneamente da ALADI, não obstante também estejam inseridos em esquemas sub-regionais, como é o caso da Guiana e do Suriname que pertencem ao CARICOM enquanto Bolívia, Equador, Colômbia e Peru estão na Comunidade Andina e a Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Venezuela [...] formam o MERCOSUL (SENHORAS, 2010, p. 111-112).

A título de exemplo, pode-se citar o caso da Venezuela: em 2006, deixou a Comunidade Andina de Nações (CAN); em 2010, assinou o Tratado Constitutivo da UNASUL, que pretende unir a CAN e o MERCOSUL; em 2012, denunciou a CADH, embora permaneça na OEA; também em 2012, entrou no MERCOSUL, passando a ser o único país do bloco não signatário da CADH. Note-se que, em tal contexto, há um imbróglio, que pode, perfeitamente, prejudicar o reconhecimento regional de alguns direitos humanos.

Mesmo no MERCOSUL, o consenso é tido como uma unanimidade. Em outras palavras, basta que apenas um país seja contra para impedir uma decisão coletiva. Tal fato é demonstrado, inclusive, no caso da entrada da Venezuela no bloco. Apenas o Paraguai era contra a entrada daquele país, enquanto Brasil, Argentina e Uruguai eram a favor. Bastou a contrariedade de um único país para evitar a entrada da Venezuela no bloco, que só passou a compô-lo com a suspensão do Paraguai.

Apesar da relativa coincidência dos membros do MERCOSUL nos mesmos sistemas sub-regionais, a renúncia da Venezuela à CADH, especialmente após Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, enquanto MERCOSUL, demonstrarem o reconhecimento da competência da CoIDH ao submeter o pedido de parecer consultivo (sobre as crianças migrantes), não pode ser minimizado. Acresce-se a isso a questão do Parlamento do MERCOSUL, que só vincula internamente os países membros após a aprovação nos seus respectivos congressos.

Cumpre ressaltar que, mesmo com uma proposta relativamente distante da questão dos direitos humanos, o MERCOSUL, como um organismo internacional dinamizado pela proposta Sul-Sul de integração que se volta às questões de mercado e de assuntos aduaneiros, mantém em sua estrutura um órgão político institucional de respeito e promoção aos direitos humanos, desenvolvendo uma série de projetos nessa temática, dos quais destacamos os assuntos de livre circulação de trabalhadores, cidadania regional e direitos humanos dos migrantes. Trata-se do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos (IPPDH) no âmbito do MERCOSUL que, dentre outras questões:

> [...] consolida sua dimensão social e política apoiando os governos na implementação de estratégias nacionais em direitos humanos, favorecendo a coordenação entre as políticas dos diferentes Estados e incentivando estratégias regionais para avançar nos direitos e na cidadania. Ao mesmo tempo, favorece a participação social de alcance regional sobre temáticas fundamentais para o aprofundamento das democracias na região (IPPDH, s/d).

Releva notar que os subsistemas diferenciam-se, principalmente, pela pretensão em estabelecer a livre circulação de pessoas ou, apenas, de mercadorias e capitais. Com relação ao MERCOSUL, que o bloco mais desenvolvido da região, inclusive enquanto subsistema de proteção aos direitos humanos, foram tomadas várias medidas para assegurar a livre circulação, inclusive o Acordo de Residência. Com efeito, este o único bloco da região que está mais próximo da fase da comunitarização, embora ainda não se possa afirmar a existência de um "cidadão do MERCOSUL", a despeito da frequência com que o termo está sendo utilizado.

Reconhece-se que existe uma interação dos atores, ideias e comportamentos com a estrutura, que se influenciam mutuamente, mas ainda não se construiu uma identidade coletiva. Não há um comportamento regional institucionalizado. Com efeito, a integração, no caso da América, em especial no MERCOSUL, busca a defesa de interesses individuais dos Estados dentro de um conjunto, o que torna improvável, a menos a curto prazo, a efetivação de uma agenda política comunitária.

5 Conclusão

Tradicionalmente, na sociedade internacional, a soberania é o fator legitimador. Tida, externamente, como o poder que não se submete a nenhum outro, os Estados vinculam-se ao que livremente pactuarem. Contudo, o princípio da soberania dos Estados está, gradualmente, sendo mitigado pelos direitos humanos. Entende-se, atualmente, que a soberania implica no dever de proteger e concretizar os direitos humanos, que ultrapassam os interesses internos dos Estados, passa, portanto, a imperar a responsabilidade internacional de proteger.

Nesse contexto, os Estados compõem sistemas multilateral e regional e subsistemas regionais. Em que pese muitos tenham objetivos claramente econômicos, suas pautas, direta ou indiretamente, incluem direitos humanos. Essa configuração incentiva a criação de regimes internacionais de direitos humanos, o quais pressupõem a convergência das expectativas dos atores, uma regulamentação e um mínimo de sua aceitação por parte dos Estados. Isso não implica uma unanimidade absoluta, mas um mínimo de consenso.

No MERCOSUL, contudo, esse consenso traduz-se em unanimidade. Tal fato se verifica quando as decisões do seu Parlamento não tem aplicação imediata nos países membros, mas dependem de aprovação no Congresso nacional de cada um. Em outras palavras, a convergência de expectativas precisa ser unânime para tomada de decisão no bloco. Isto é, não há uma identidade comunitária e a autoridade política do MERCOSUL é, consequentemente, enfraquecida.

A barreira realizada à entrada da Venezuela no MERCOSUL pelo Paraguai é exemplo de como as ideias ou expectativas comunitárias podem ser abafadas por um único país. Não apenas isso, sua entrada após a suspensão do Paraguai do bloco põe em cheque a tão almejada democracia no bloco. Além disso, a Venezuela passou a ser o único país do bloco a não aderir CADH, principal instrumento de direitos humanos da OEA, embora permaneça nessa organização.

Como consequência da denúncia à CADH, a Venezuela deixou de se submeter à competência da CoIDH. Novamente, é o único do país do bloco que não reconhece a competência desse órgão jurisdicional, o qual exige aceitação expressa. Trata-se de atitude que confronta com o pedido de Parecer Consultivo das Crianças Migrantes realizado pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai antes da entrada da Venezuela no MERCOSUL. Note-se que a decisão do pedido de parecer foi tomada dentro do MERCOSUL, isto é, todos os demais países do bloco reconhecem a CoIDH como órgão competente para interpretar os tratados de direitos humanos e, inclusive, em direcionar os países membros e o bloco nos procedimentos de tomadas de decisões comuns.

Com relação a Venezuela, é necessário colocar ainda que ela deixou de compor a CAN, mas integra a UNASUL e o MERCOSUL, que pretende uma união com a primeira. Tal fato evidencia ainda mais o *spaghetti bowl* formado pelo excesso de negociações no continente.

Dessa forma, é improvável um espírito supranacional harmônico e homogêneo no que tange a temática de direitos humanos, pois a configuração dos Estados nos blocos do continente americano, especialmente no MERCOSUL, dificulta a efetivação de uma agenda política comunitária.

Referências

ALVES, J. A. L. (1994), *Os direitos humanos como tema global*, São Paulo: Perspectiva; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão.

BOBBIO, N. (2009), Democracia, In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco (Editores), *Dicionário de Política*, V. 1, Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp. 319-328.

BUENO, A. M. C., "Perspectivas contemporâneas sobre regimes internacionais: a abordagem construtivista", In: *Artigo apresentado no encontro annual da ISA - ABRI JOINT INTERNATIONAL MEETING*, PUC-Rio. Disponível em http://www3.fsa.br/proppex/recrie/numero1/recrietexto22009.pdf, [consultado em 05-01-2013].

COUTO, E. F. (2006), "Multilateralismo em direitos humanos e política externa brasileira na Organização dos Estados Americanos", In: *30ª Encontro Nacional da*
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Caxambu, SP. Disponível em http://portal.anpocs.org/portal/index.php? option=com_docman&task=doc _v iew&gid=3340&Itemid=232, [Acesso em 23-023-2014].

FERRAJOLI, L. (2002), *A soberania no mundo moderno:* nascimento e crise do Estado nacional**.** São Paulo: Martins Fontes.

HABERMAS, J. (1997), *Direito e democracia*: entre facticidade e validade, V. 1. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

HERNANDEZ, M. C. (2007), *II Conferência Mundial para os Direitos Humanos de Viena, 1993*: dissensos e consensos, Orientador: TulloVigevani, Monografia (Graduação) - curso de Relações Internacionais, Universidade Estadual Paulista: Marília, Disponível em http://www.dhnet.org.br/dados/monografias/a_pdf/monografia_c_viena_matheus_hernandez.pdf, [consultado em 04-01-2014].

IPPDH, *Presentacion*, Disponível em http://www.ippdh.mercosur.int/sobre-ippdh/, [consultado em 20-11-2014].

KRASNER, S. D (2012), "Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes", *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba , v. 20, n. 42, Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782012000200008&lng=en&nrm=iso, [consultado em 06-02-2014].

MOREIRA, F. K. (2012), *Direito e legitimidade na sociedade internacional*, Ed. UFRR: Boa Vista.

OEA (2014), *Organizações sub-regionais,* Disponível em: http://www.oas.org/pt/sobre/organizacoes_subregionais.asp, [consultado em 05-01-2014].

ROBERTSON, R.; ESTEVADEORDAL, A. (2009). "Gravity, Bilateral Agreements, And Trade Diversion In The Americas", In: *Cuadernos de Economía*, Vol. 46 (Mayo), pp. 3-31, 2009, Disponível em http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-68212009000100001, [consultado em 25-11-2014).

SENHORAS, E. M. (2009), "A geoeconomia dos espaços regionais transnacionais", In: TORRES, F. T. P.; DAGNINO, R. S.; OLIVEIRA JÚNIOR, A.(org), *Contribuições geográficas*, Ubá: Ed. Geographica, pp. 47-76.

SENHORAS, E. M. (2010), *Uma agenda de estudos sobre a regionalização transnacional na América do Sul*, Orientadora: Claudete de Castro Silva Vitte, Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências: Campinas, 2010, Disponível em http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000477919&fd=y , [consultado em 01-05-2014].

VIGEVANI, T. (1995), *O contencioso Brasil x Estado Unidos da informática*: uma análise sobre formulação da política exterior, São Paulo: Alfa Omega: Editora da Universidade de São Paulo.

VIGEVANI, T.; RAMAZANI JÚNIOR, H. (2011). "A ideia do multilateralismo", In: *8º Fórum de Economia da Fundação Getulio Vargas*, Disponível em http://cemacro.fgv.br/sites/cemacro.fgv.br/files/Tullo%20Vigevani%20e%20Haroldo%20Ramanzini%20J%C3%BAnior%20-%20A%20ideia%20de%20multilateralismo.pdf, [consultado em 15-04-2014].

VERAS, N. S. (2014), *O papel da corte interamericana de direitos humanos na regulamentação dos direitos dos migrantes*, Orientador: Prof. Dr. Elói Martins Senhoras, Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Roraima, Mestrado em Sociedade e Fronteiras, Boa Vista.

GT 48
Patrimônio imaterial, celebrações religiosas e políticas públicas

A Cidade que virou suco – O Caso da Festa da Laranja em Matinhas, Paraíba, Brasil.

Rosalma Diniz Araújo
rosa_almadiniz@yahoo.com.br

Flávia Ferreira Pires
ffp23279@gmail.com

Resumo: O presente artigo busca discutir o tema festa em um contexto sociológico, utilizando como objeto a "Festa da Laranja, Festival Nacional da Tangerina", um evento de apelo popular que ocorre no município de Matinhas, no estado da Paraíba, Nordeste do Brasil. A Festa reúne em sua arena diversos atores que se relacionam em um sistema de cooperação/conflito, inserida em um contexto onde a atividade turística é protagonista de ações de desenvolvimento sustentável através de ações políticas e políticas públicas. O presente estudo tem como objetivo analisar a Festa à luz da sociologia, traçar um contraponto entre ela e uma experiência italiana na gestão de festas populares e iniciar o mapeamento dos atores que compõem a "Festa da Laranja" na cidade de Matinhas, Paraíba, para no futuro debruçar-se sobre as relações que estes tecem entre si.

Palavras-chave: Festa, Conflito, Turismo, Festa da Laranja, Política Pública, Sustentabilidade.

1. Introdução

Prática que pressupõe deslocamento e afastamento do cotidiano, o turismo é hoje entendido como uma avassaladora atividade produtiva, que suscita paixões, rancores, sabores e dissabores. É classificado de diferentes formas e vieses, dependendo da área pela qual é estudado. Barretto (2003) chama atenção para o fato de que é após a Segunda Guerra Mundial que a atividade turística ganha amplitude para solidificar o chamado turismo de massa na década de 50, ultrapassando fronteiras e cifras nunca antes imaginadas.

Após a fase inicial e de euforia sobre os ganhos econômicos que a atividade propiciara, sucederam-se algumas fases[1], até que hoje essa discussão vem à tona com contornos mais humanísticos e assim, outras ciências que estudam o fenômeno, como a sociologia, ecologia e antropologia, vêm ganhando destaque, uma vez que o turismo é um vasto campo de estudo que precisa do aporte de outras ciências para a sua compreensão.

Um dos segmentos que vem se destacando no Brasil é o turismo cultural, que abrange uma série de atividades ligadas às práticas humanas e suas manifestações. E é no turismo cultural e no seu potencial enquanto atrativo turístico que se insere um dos subsegmentos que será objeto do presente estudo: as festas populares, estabelecidas como eventos que divertem e congregam. "Um evento turístico é qualquer acontecimento de curto prazo que, por objetivo expresso ou coincidência, atrai um número significativo de visitantes locais, nacionais ou internacionais", (NIELSEN, 2002:236). Este autor ainda afirma que "nos casos em que o evento é fabricado

1 Para melhor entendimento dessas fases, ver estudo das "plataformas do pensamento em turismo" do antropólogo Jafar Jafari.

existe a clara intenção de divertir, entreter ou simplesmente atrair atenção, por algum motivo, seja por lucro, motivação política, presentes[2], recompensas, etc" (Nielsen, 2002:36).
A oferta turística, de acordo com as diretrizes do Ministério do Turismo (MTur), vem sendo direcionada aos interiores, desafogando as capitais com seu turismo de massa e motivando as prefeituras a tornarem-se empreendoras e requerentes de conhecimento na área.
É neste contexto que nasce, em 2005, a "Festa da Laranja, Festival Nacional da Tangerina[3]", no município de Matinhas, no estado da Paraíba, interior do nordeste do Brasil. O apelo turístico da Festa coloca a cidade numa espécie de vitrine, tirando-a da invisibilidade e revelando o seu potencial econômico e turístico, revelando a intensa relação entre os atores que dela participam e demonstrando que a "a festa é muito mais do que a festa", como observa Perez (2012:21) ao citar Duvignaud.
Para fins desse artigo, no que diz respeito à metodologia, a Festa da Laranja é objeto empírico de 2009 a 2013, por meio de visitas técnicas com alunos do Curso de Turismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) onde - através de notas de campo, registros audiovisuais e compilação dos relatórios dos alunos - se pôde reunir informações relevantes para este estudo. Salienta-se que em 2011[4] a Festa foi tema de um Projeto de Extensão Universitária[5], proporcionando uma maior proximidade com o campo/arena da Festa e seus atores, por meio de entrevistas informais, além de uma etapa exploratória baseada em pesquisas secundárias feitas pelos alunos e coordenadora do Projeto reunidos em três encontros semanais no Laboratório de Estudos Turísticos da UFPB. Pesquisou-se sites oficiais, redes sociais, blogs de notícias, artigos, monografias e dissertações que tinham como objeto a Festa da Laranja ou o estudo de festas no Brasil e em alguns lugares na Europa que se destacam na promoção de eventos festivos como Portugal, França[6] e Itália.
Diante do contexto apresentando, o presente estudo tem como objetivo iniciar o mapeamento dos atores que compõem a "Festa da Laranja" na cidade de Matinhas, Paraíba, para no futuro debruçar-se sobre as relações que estes tecem entre si. Para isso, será feita uma descrição de Matinhas e da Festa para, em seguida, tomando por base Ferreira (2012), apresentar as práticas da Associação "Pro Loco" italiana e sua forma de gestão participativa em festas de apelo popular como contraponto à Festa da Laranja. Posteriormente, apresenta-se o turismo e a festa como questões sociológicas, para logo adiante demonstrar o cenário e atores envolvidos na Festa através de articulações/desarticulações tomando por base a "Teoria do Conflito". Por fim, conclui-se apontando a necessidade de um esforço de pesquisa continuado.

2. Matinhas e a Festa da Laranja

O município de Matinhas é mais uma das cidades que formam o Brasil rural, muitas delas invisíveis aos habitantes das capitais ou grandes metrópoles, na importância que têm econômica e socialmente.
Localizada na região nordeste, no agreste-brejo paraibano a 147 Km da capital João Pessoa, e a 24 Km de Campina Grande, o município abriga 4.475 habitantes distribuídos em 38,124 Km² de área, sendo 84% de área

2 Uma discussão que merece atenção em pesquisas posteriores é o tratamento da festa como "dádiva", a partir do pensamento de Mauss.

3 Para fins do presente estudo, trataremos o evento somente como "Festa da Laranja", por ser a nomenclatura mais amplamente utilizada pelos participantes.

4 Em 2012 foi ano de eleição e não houve a Festa. A oposição saiu vencedora no pleito.

5 Projeto (inscrito no Programa PROBEX) foi proposto e coordenado pela pesquisadora professora do Curso de Turismo da UFPB, no período de maio a dezembro de 2011. Os projetos de extensão universitária visam aproximar a comunidade acadêmica à comunidade externa, com ações que promovam a transformação social através do conhecimento aplicado de docentes e discentes.

6 Na França, vale a pena destacar a "Fête du Citron" em Menton. A Festa já está em sua 82ª Edição e a cada ano ttrabalha um tema específico. A de 2015 ocorrerá de 14 de fevereiro a 4 de Março.

rural, abrigando famílias que vivem sob a tradição do cultivo e da colheita de frutos cítricos[7]. "De uma área de 3.632 hectares destinada à produção agrícola, 2.624 hectares pertencem a 736 estabelecimentos familiares" (GONÇALVES, 2013:25).

Se destaca por ser a maior produtora de laranja da Paraíba e de tangerina do Nordeste, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010)[8]. Desde 2005, celebra sua colheita com realização da "Festa da Laranja-Festival Nacional da Tangerina", criada pelo então Prefeito da cidade, portanto, fruto de uma ação política - e não da iniciativa da população local - que resultou em um arrojado projeto de sustentabilidade ambiental, econômica e sociocultural para a localidade. Em termos de classificação, faz-se mister destacar que festival[9] é o conceito que mais se aproxima do caráter do evento pois, de acordo com Amaral (2012:76):

> "Festivais são eventos envolvendo a exposição e/ou venda de produtos e bens culturais muitas vezes associados ao domínio técnico de sua produção por um determinado grupo, étnico ou não (...) oferecendo shows e atrações lúdicas aos visitantes, realizando desfiles e competições como na Festa do Caju-Cajufest (CE), na Marejada (SC), na Festa Nacional da Uva, em Caxias do Sul (SC)...", entre outros.

O palco desta festa é o "Parque da Laranja", uma área de 31.000 m2. Nele, comumente no mês de novembro, a população é multiplicada por 37, já que nos três dias de festa, o público estimado é de 150 mil pessoas, segundo o site da Festa[10]. Vale salientar que o público que participa da festa se divide entre os visitantes[11] e os habitantes.

A Festa inclui, dentre outras, programação técnica e de entretenimento, como oficinas aos agricultores, gincanas vespertinas e shows noturnos com artistas de renome nacional nos três dias de festa que comumente são dedicados ao evento.

A íntegra do "Projeto Festa da Laranja" apresentado no referido site, demonstra que este tem como **objetivo geral promover transações necessárias ao aumento da competitividade da laranja de Matinhas no mercado regional, a fim de gerar emprego e renda para região do brejo da Paraíba** (grifo nosso). Nos objetivos específicos temos, segundo o site da festa do ano de 2010[12] : "enaltecer a laranja como fruto símbolo da região de Matinhas; Promover discussões que demonstrem o potencial da laranja como principal alternativa de emprego e renda para a região de Matinhas; Divulgar ações que vem sendo realizadas pelas instituições governamentais em prol da modernização das técnicas de plantio, manejo, análise de rentabilidade, etc.; Servir de elo entre produtores, fornecedores de insumos, indústrias de beneficiamento, distribuição, comerciantes e agências de crédito; Divulgar e promover os derivados da laranja e demais tipos de fruto produzido na região; Realizar exposições de produtos e serviços; Promover contatos com as tecnologias modernas; Enaltecer e preservar a cultura e tradição da região; Estimular a introdução de novas técnicas, podas e enxertos. Proporcionar aos plantadores um contato direto com técnicos e especialistas e com o que há de mais avançado para produção agrícola; Encontrar soluções para aumentar e melhorar a produtividade".

---

7 Dados do IBGE 2010. Somente os dados da população são estimativas do ano de 2014.

8 Fonte: http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php

9 No entanto, para efeito desse estudo utilizaremos a nomenclatura "festa", pois é o termo comumente utilizado por aqueles que participam do evento.

10 Retirado do site http://www.festadalaranja.com.br/v2010/. A página, no entanto, se encontra indisponível, e não foi possível encontrar o conteúdo em outro endereço eletrônico. Se fará necessária, a posteriori, a consulta diretamente nos arquivos da Prefeitura da cidade.

11 É importante evidenciar que apesar do Projeto da Festa falar em "turista", o termo mais adequado seria "excursionista", uma vez que os visitantes que chegam para a Festa não pernoitam na cidade, que não possui nenhum meio de hospedagem. De acordo com a OMT (2014), **"**Um visitante se classifica como *turista* (*o visitante que pernocta*), si su *viaje* incluye una pernoctación; o como *visitante del día* (o *excursionista*) en caso contrario.

12 Retirado do site http://www.festadalaranja.com.br/v2010/.

Utilizando-se de tal apelo, só no ano de 2009, recursos federais do Ministério do Turismo da ordem de 500 mil reais (Portal da transparência, 2014) foram pleiteados e recebidos pela Prefeitura da cidade. Segundo o então Prefeito da cidade, Aragão Júnior, a Festa da Laranja, **"se propõe a ser o maior evento do gênero na região (...) visando se transformar em um produto turístico para o estado da Paraíba, de forte apelo cultural por preservar as tradições do povo na área da culinária, do artesanato e da produção artística**[13]" (grifo nosso).

Como pode se perceber, a proposta da Festa é bem ampla, envolvendo questões de produção, comercialização, tecnologia e preservação da cultura e identidade da região, além da proposição de torná-la um evento indutor do turismo na região e das benesses que a atividade pode vir a proporcionar ao desenvolvimento econômico e social da cidade. Embalada para consumo, a cidade, em formato de evento, conclama a visita de investidores, visitantes e do próprio habitante.

3. Associações *Pro Loco* italianas - um contraponto à Festa da Laranja

Uma experiência que merece destaque neste estudo é demonstrada por Ferreira (2012:39-40) ao apresentar a ação das entidades denominadas *Pro Loco* (pró local, lugar) nas pequenas cidades italianas que estão se preparando para entrar no mercado turístico. Estas são organizadas por cidade, formando *a Unione Nazionale Pro Loco d'Italia*, que conta com 5.500 agências espalhadas pelo país.

> São formadas por comerciantes, políticos, intelectuais, artesãos, operários, donas de casa, etc., ou seja, são associações sem fins lucrativos, democráticas, populares, formadas pela vontade política dos cidadãos, para o benefício do seu local de moradia (...). Prestam um importante serviço de assistência aos visitantes da cidade, funcionando como verdadeiras entidades de turismo nestas pequenas cidades onde não existe este organismo (...). São estas entidades que organizam a memória histórica de suas cidades, realizam seu calendário de festas religiosas ou laicas... (FERREIRA, 2012:40)

Em seu livro "As festas populares na expansão do turismo – a experiência italiana", Ferreira (2012) seleciona dezessete entre as vinte e oito festas que pesquisou nas "comuni[14]" italianas, demonstrando que nelas a tradição interage com a comunicação de massa e com a política, resultando em um complexo processo intercultural. Mas, além disso, a experiência italiana nos mostra um contraponto em relação à Matinhas no que tange à questão "festas e sustentabilidade", uma vez que a Festa da Laranja nos mostra uma gestão de "cima para baixo", ou seja, nasce da iniciativa de um político (e da política pública nacional) que a "entrega" aos cidadãos da cidade; enquanto que a Associação *Pro Loco* nasce da população, que coordena e congrega outros setores da sociedade.

A Unione Nazionale Pro Loco d'Italia[15](UNPLI), foi constituída pela primeira vez em 1962 na cidade de *Bassano del Grappa* (região do Veneto). Foram assim denominadas pelo Estatuto Nacional aprovado em Roma em 26 de Janeiro de 2008, unindo todas as *Pro Loco* italianas, denominada com a sigla UNPLI.

A UNPLI é uma associação apartidária e independente de qualquer ideologia. É articulada numa estrutura central nacional e estruturas periféricas regionais, com várias particularidades dependendo da região. Não tem fins lucrativos e pode realizar qualquer atividade nos campos culturais, ambientais, turísticos, ecológicos, sociais, no âmbito da solidariedade, voluntariado, entre outras. O escritório central da UNPLI tem como atribuições: a) coordenar todas as estruturas periféricas; b) atuar em todas as iniciativas para a promoção e valorização da Itália em todos os campos, incluindo a informação e hospitalidade turísticas.

Quanto aos deveres, a Associação e todas as suas estruturas periféricas tem autonomia financeira, com a obriga-

---

13 Retirado do site http://www.festadalaranja.com.br/v2010/.

14 É um termo pra designar as cidades italianas.

15 Síntese do estatuto retirado do site da instituição: http://www.unpliproloco.it/unpli/statuto-nazionale.html.

ção de mostrar o balanço anual (situação patrimonial e financeira), devidamente aprovado pelos órgãos centrais da UNPLI. Essas estruturas devem: a) representar os interesses das *Pro Loco* associadas diante das instituições públicas e privadas a nível periférico; b) ser estrutura de coordenação, ativando pelo menos, a nível regional, um eficiente serviço de secretaria; c) prestar serviços de consultoria, promoção e assistência para as *Pro Loco.*

Em "Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna", Putnam (apud Kerbauy, 1998:295) faz um exame de como as instituições influenciam o comportamento político, a partir da análise de duas décadas dos governos regionais, criados na Itália, em 1970, buscando comprovar empiricamente a importância da "comunidade cívica" para o desenvolvimento de instituições eficientes. Putnam (apud Kerbauy, 1998:295) demonstra "que o conceito de desempenho institucional tem como base um modelo bem simples de governança: demandas sociais -> interação política -> governo -> opção política -> implementação". Assim, demonstra que as "instituições governamentais recebem subsídios do meio social e geram reações a esse meio". Kerbauy (1998:296), por meio pensamento de Putnam, demonstra que a "comunidade cívica se caracterizaria por cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração". Da sua experiência empírica, o autor supracitado conclui:

> Nesse sentido, duas lições podem ser retiradas da pesquisa realizada. O contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições. A existência de instituições eficazes e responsáveis depende das virtudes e práticas republicanas. Segundo o autor, Tocqueville tinha razão: "diante de uma sociedade civil vigorosa, o governo democrático se fortalece em vez de enfraquecer... Já cidadãos das regiões menos cívicas costumam assumir o papel de suplicantes cínicos e alienados" (p.191-2); mudando-se as instituições formais pode-se mudar a prática política. (Putnam, 1996, apud Kerbauy, 1998:297).

Particularmente no Nordeste do Brasil, as práticas de governança em eventos festivos apontam para o aproveitamento de políticas públicas[16] federais por parte dos gestores municipais através de programas e editais. Em abril de 2004, o Ministério do Turismo (Mtur) lançou o "Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil", apresentando uma nova perspectiva para o turismo nacional por meio da gestão descentralizada, estruturada pelos princípios da flexibilidade, articulação e mobilização. Um dos objetivos do Programa de Regionalização é a "desconcentração da oferta turística brasileira, localizada predominantemente no litoral, propiciando a interiorização da atividade e a inclusão de novos destinos nos roteiros comercializados no mercado interno e externo." (Plano Nacional de Turismo, 2007-2010:25).

Baseado nos objetivos do Programa, o Ministério do Turismo publicou um edital de apoio a eventos, demonstrando que o número destes apoiados pelo Mtur subiu para 40, somando investimentos da ordem de R$ 8,35 milhões de reais em todas as regiões brasileiras. "Festas típicas como as juninas e natalinas; a exaltação a figuras folclóricas como o boi-bumbá; festivais gastronômicos, de música e pesca são alguns dos projetos aptos a receber apoio do Mtur" (Ministério do Turismo, 2013). Uma das exigências para que uma cidade possa concorrer ao recurso disponível é fazer parte do "Mapa de Regionalização do Turismo[17]". Matinhas figura no Mapa como pertencente à região do Brejo paraibano, portanto, em plenas condições, como já o fez, de concorrer ao edital com sua "Festa da Laranja", que se insere na modalidade festa de apelo gastronômico.

4. Turismo e festa como questões sociológicas

Turismo e trabalho estão intrinsecamente relacionados pois o turismo é caracterizado como uma "atividade

---

16 "Política pública é parte do processo de planejamento governamental e envolve tudo aquilo que um governo decide fazer ou nao relativamente a um dado setor da vida social [...] funde-se ao próprio processo de planejamento, com a diferença de que o planejamento é o processo e a política pública é o posicionamento da administração pública frente a um aspecto da vida social em um dado momento" (CRUZ, 2010:100).

17 O mapa pode ser acessado pelo endereço eletrônico: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/noticias/todas_noticias/Noticias_download/mapa_da_regionalizacao_novo_2013.pdf

de lazer, que pressupõe seu oposto, um trabalho regulamentado e organizado e agir como um turista é uma das características definidoras de ser 'moderno' e liga-se a grandes transformações do trabalho remunerado" (URRY, 2001:170). E o trabalho, de meio de subsistência à meio de acumulação, vem se modificando ao longo do tempo.

Mesmo antes da Revolução Industrial, ao apresentar o panorama da expropriação camponesa pelo capital, Marx (1988:265) expõe que no final do século XV e início do século XVI na Europa Ocidental, alguém que se recusasse a trabalhar era considerado vagabundo, uma espécie de criminoso que era punido com severidade e crueldade. Como observa Durkheim (1999:5):

> O homem de bem de outrora já não é, para nós, senão um diletante, e recusamos ao diletantismo todo e qualquer valor moral; vemos, antes, a perfeição no homem competente que procura, não ser completo, mas produzir, que tem uma tarefa delimitada e que a ela se dedica, que faz seu serviço, traça seu caminho.

De Marx a Durkheim, fica evidente que o valor do homem se media pela sua capacidade de produzir, de funcionar dentro de um dado sistema econômico. Pensamento que ainda hoje vigora, como observa Rosa (2002:28) ao afirmar que nos dias atuais, o ócio é entendido como vagabundagem, preguiça, inutilidade, e que sua desvalorização ocorre em face do processo de transformação dos valores dominantes da vida humana, da elevação do trabalho como valor primário e idealizador do homem moderno.

Podemos dizer que a redenção do ócio, em certa medida, vem por meio do turismo e sua lógica de renovação do corpo, do espírito extenuado pelo trabalho e evidentemente, pelas conquistas trabalhistas alcançadas gradativamente pelo trabalhador. Todo trabalhador tem direito a férias e momentos de fruição. É desse princípio que o turismo se nutre. Para Costa e Sousa (2010:9), "refletir acerca da atividade turística hoje significa pensá-la de maneira relacional no âmbito de suas várias interfaces: econômica, social, cultural, ambiental e política".

> O debate entre os saberes sociológico, geográfico, antropológico, da ciência econômica, da teoria política etc., fortalece as investigações sobre a temática, na medida em que traz para o campo disciplinar do turismo distintas perspectivas epistemológicas. Não existe *um olhar metodológico turístico*, mas *olhares sobre o turismo*. (COSTA e SOUSA, 2010:10-11, grifo do autor).

Ante este cenário, um conceito hoje basilar ao turismo é o da sustentabilidade, lançando desafios de como lucrar (econômica, socialmente e culturalmente) com a atividade.

Swarbrooke (2000:12) demonstra que o termo "turismo sustentável" começou a ser usado no final dos anos 80, expressando, majoritariamente, a preocupação com questões ambientais, mais ligadas ao denominado "turismo verde". Mas, no início da década de 90, a expressão "turismo sustentável" encerrava uma abordagem que "reconhecia a importância da comunidade local, a forma como as pessoas são tratadas e o desejo de maximizar os benefícios econômicos do turismo para essa comunidade" (SWARBROOKE, 2000:13). Assim, os aspectos socioeconômicos são reconhecidos como parte preponderante dessa preocupação da relação homem-meio ambiente.

> Pensar turismo sob a ótica da sustentabilidade ou propugnar a promoção de um turismo sustentável não é um esforço trivial. Para se perceber a magnitude desta tarefa, pode-se tentar referir o turismo às diversas dimensões da sustentabilidade. Algumas dimensões são: a social, a econômica, a histórico-cultural, a ambiental, a espacial e a político-institucional. (BARTHOLO, DELAMARO e BADIN, 2005:18).

Em uma perspectiva mais abrangente e holística, o turismo é uma atividade transversal, global, de fronteiras fluídas, interfere nos tecidos econômicos e sociais, nas dinâmicas demográficas e do emprego, no patrimônio natural e cultural, nos comportamentos das populações e na ocupação, ordenamento e gestão dos territórios (MENDES, 2010:656).

Relacionando cultura, mercado e políticas públicas, o turismo, enquanto atividade aglutinadora, incorporou em seu cardápio as festas populares em suas várias dimensões: míticas, simbólicas, religiosas, profanas, e também

políticas e mercadológicas. Pimentel (2002:77) demonstra que, desde o período colonial:

> a realização de festas era tão fundamental à sociabilidade no sistema agrário que tinham importância não somente no cumprimento das obrigações de distinção social e celebração das festividades católicas, como também no abrandamento do isolamento das grandes extensões de terra".

Duvignaud (1983:22) coloca que a festa no Ocidente industrializado perdeu seu caráter meramente lúdico e mítico para incorporar uma percepção social inteiramente dominada pelas noções de funcionalidade, de utilidade e, evidentemente, pelo espírito de rentabilidade. Groppo faz perceber que:

> quando se chega ao século XIX, os espaços para o jogo e o lúdico parecem desaparecer, e a produção e o trabalho se tornam [...] ideal e ídolo da civilização, civilização esta que passa a se medir por aspirações educacionais e critérios científicos. O progresso é confundido com a tecnologia e o crescimento econômico. Todas as correntes de pensamento se tornam adversas ao lúdico na vida social. (Groppo, 2005:19).

Contrariamente ao desenvolvimento do turismo que sai de uma perspectiva econômica para contemplar, em seu estudo/prática, aspectos socioculturais e ambientais, muitas festas populares no percurso do tempo foram incorporadas como produto. Do ócio ao negócio, Rosa (2002:30) observa como a organização da festa, pautada por interesses comerciais, sofre influências dos padrões de organização e administração ditados pela indústria cultural, passando do poder popular ao público e depois ao privado, que instaura valores mercadológicos, fazendo da "festa" um negócio.

No entanto, para Perez (2012:34)) a festa não é tão somente um evento delimitado no tempo e no espaço, reiterando que é preciso avançar no estudo da festa, no sentido de não tratá-la como "fato", de caráter efêmero, mas sim como "questão", isto é, como perspectiva. Na mesma lógica, Rosa (2002:29), expõe o pensamento de Durham (1997), Canclini (1997) e Magnani (1984) para evidenciar que a festa deve ser analisada enquanto processo, e não como algo que limita a cultura a um produto acabado e alheio às mudanças das condições de vida do grupo social afetado. Em sentido complementar, para Itani (2003:7-8), a festa é um fato social, histórico e político que constitui o momento e o espaço da celebração, da brincadeira, dos jogos, música e dança, celebrando a vida e a criação do mundo, sendo espaço de produção dos discursos e dos significados e, portanto, dessa criação na qual as comunidades partilham experiências coletivas.

Apropriando-se do pensamento de Groppo (2005:25), não se deve cair na ideia aparente e simplista de que "a festa é apenas falsidade e manipulação por políticos sem escrúpulos" dado que não há pureza linear nem raízes intocadas do passado, pois as festas não são uma 'autenticidade intocada', mas o resultado de uma trama complexa resultante das contribuições das diferentes gerações. O que Brandão (2010:48) reforça ao revelar que "se por um lado as festas folclóricas tendem a se transformarem em espetáculos [...], por outro, conservam sempre uma reserva para a participação popular ativa". Assim, mesmo com a "comoditização[18]" da festa, onde parecem preponderar interesses de esferas hegemônicas públicas e/ou privadas, as festas deixam brechas, frestas, terreno fértil para o surgimento ou afloramento da participação popular.

Perez (2012:33) ratifica que a festa é o ato mesmo de produção da vida e não sua mera reprodução e que, por isso, "mais que descrever a festa, como usualmente se faz, ou mesmo explicá-la, parece que o caminho mais rentável é compreendê-la, talvez mais ainda, apreendê-la". Para esta autora "as festas são pontos estratégicos para formular questões sobre a vida social," pensamento que se coaduna com a visão de Groppo (2005:28), quando este observa que:

> É intrínseco à festa se relacionar de modo ambíguo e dialético com a vida cotidiana. Cabe discutir, enfim, como a festa popular se relaciona, no mundo contemporâneo,

---

18 De forma resumida, "comoditização", segundo a teoria Marxista, define-se pelo processo histórico e social onde valores de uso, que antes não eram intercambiáveis, passam a sê-lo, assumindo valores de troca. Termo amplamente utilizado na literatura de marketing, *comoditizar*, de forma genérica, é tornar algo, que antes não tinha valor comercial, em produto comerciável.

> com a vida cotidiana transformada pelo capitalismo e pela indústria cultural, processos que também transformam – e provavelmente, também transtornam – os significados e as formas de festa popular.

5. Governança: A relação conflito-cooperação

Reconhecendo que idéias e ações sejam direcionadas para maximizar os benefícios econômicos e sociais promovidos pela atividade turística (como reza o conceito da sustentabilidade), cabe aqui ampliar a discussão e localizar a festa como arena onde se estabelecem formas de governança e relação/diálogo entre uma pluralidade de atores que se inter-relacionam gerando conflito social.

Neste debate, um primeiro conceito que deve ser examinado é o de governança. Este, segundo Guimarães (2006:4) seria expresso na competência de o Estado executar eficientemente as políticas públicas. A governança pode ser democrática, comunitária ou ainda, pública, e:

> Diz respeito à existência de mecanismos institucionais e informais que possibilitem e garantam um ambiente no qual, de acordo com Camargo (2005), haja um fortalecimento do poder local, dos processos de descentralização, valorização dos movimentos comunitários, da promoção do associativismo, do "empoderamento" (*empowerment*) dos principais atores, do desenvolvimento institucional e da democracia em rede (Guimarães, 2006:4)

Nesta discussão, Guimarães (2006:4) ressalta menos o papel da eficiência e eficácia do Estado, para privilegiar o espaço em que é travada uma "**relação cooperativa e também conflituosa** (grifo nosso) entre diversos atores sociais e políticos envolvidos na gestão da cidade". Fiani (2011:2) acrescenta que todo o sistema econômico, seja de um país desenvolvido ou em desenvolvimento, "enfrenta o mesmo problema básico: como coordenar as atividades que empregam recursos disponíveis, de forma a aumentar o bem estar social, reduzindo os conflitos gerados pela atividade econômica?"

Conflito (2009:49) é um conceito discutido por Marx e outros teóricos a partir do Capitalismo com a privatização dos meios de produção e divisão de classes, criando uma tensão ou conflito entre estas que operam em lados opostos e com interesses mediados pelo capital. No entanto, é importante ressaltar que esta expressão, como observa Collins (2009:49), pode dar a entender que conflito seja somente eventos dramáticos, o que não procede, pois sua concepção se baseia no princípio de que "a ordem social è constituída por grupos e indivíduos que tentam impor seus próprios interesses sobre os outros, sendo que podem ou não irromper conflitos abertos nessa luta para obter vantagens" (COLLINS, 2009:49).

Turner (2000:21) esclarece que Marx e Weber foram as origens intelectuais de teorias sobre o conflito, teoria esta que via o mundo social segundo suas contradições. "Ao contrário das teorias funcionalistas, que enfatizam a contribuição das partes para um todo maior, as **teorias do conflito** (grifo do autor) vêem os todos sociais cheios de tensão e contradições" (COLLINS, 1975, apud TURNER, 2000:21).

> Entre os primeiros teóricos do conflito estavam Ludwig Gumplowicz, Gaetano Mosca e Karl Marx, que produziram teorias do conflito étnico, entre elites e massas e das lutas de classe revolucionarias. As ideias desses teóricos influenciaram a Escola de Chicago no posterior desenvolvimento da teoria política pluralista. Um dos críticos à teoria do conflito estrutural-funcionalista e sua abordagem estática da ordem social foi Ralf Dahrendorf, que observou o conflito de classes baseadas no poder e nos grupos de interesse que o representam (SCOTT, 2010:233).

Assim como Scott (2010), Dias Júnior (2010:206) demonstra que a tese de Dahrendorf em relação aos conflitos sociais não possui um ranço funcionalista mas, muito pelo contrário, "sustenta que o conflito social representa o fomentador, o papel constante, o sentido e o efeito da evolução das sociedades humanas, nas suas partes e no conjunto".

Também contrário à dicotomia conflito/ordem, Outhwaite e Bottomore (1996:122), entendem que estes são "fenômenos correlatos, assim como paz social e hostilidades sociais, pois tanto a solidificação quanto a quebra

de um costume e dos sistemas de hábitos dominantes são parte da dialética integrante da vida social", apontando que "o analista deve ser sensível à probabilidade de que onde existe conflito e divisão haverá tambem forças pressionando para o estabelecimento de novos tipos de equilíbrio".
Ratificando a natureza dialética dos conflitos, Dias Júnior (2010:207) recorre a (DAHRENDORF, 1981b, p. 82) para demonstrar que os conflitos são indispensáveis como fator do processo universal da mudança social, porque apontam para além das situações existentes, e são um elemento vital das sociedades, como possivelmente, seja o conflito geral de toda vida. Diniz Silva (2011:2) amplia a discussão que coloca conflito e cooperação em uma mesma estrutura no processo de relações sociais:

> Os conflitos na sociedade humana não podem ser circunscritos à perspectiva macro-histórica ou macro-sociológica, tendo em vista que cada nação, cada cultura, cada sociedade engendra modelos de relações sociais que são invariavelmente tecidas com os fios do conflito. Ou seja, podemos afirmar que a socialização humana se estrutura na relação dialética da cooperação/conflito, não se podendo olvidar que, mesmo de forma não explícita, a cooperação pode ter suas bases em tensões e conflitos sutis.

Fiani (2011:2) faz um esforço para demonstrar que uma das formas de se buscar uma cooperação e reduzir os conflitos, é através do aumento da coordenação entre as atividades econômicas da sociedade por meio de regras por ela criada. Estas regras seriam personificadas pelas instituições.

> […] as pessoas são interdependentes. Seu bem-estar è afetado pelas ações dos outros. Elas têm interesses e experiências diferentes, e assim há a possibilidade de conflito. A coordenação de atividades influencia o resultado econômico e no interesse em cooperar. As instituições fornecem ordem e previsibilidade às transações humanas. (FIANI, 2011:2).

É por meio das instituições e atores que explicitaremos o lócus desta pesquisa, qual seja: a cidade de Matinhas e a Festa da Laranja.

6. A Festa da Laranja e seus atores

A partir do momento em que foi instituído o Projeto Festa da Laranja como meio de promoção socioeconômica da cidade de Matinhas, este, em sua elaboração, prevê a aceitação de suas propostas pelo Ministério do Turismo para captação de recursos federais. Uma vez formatado o "produto Festa da Laranja", diversas instituições e atores atuam na arena da Festa, formando um cenário multifacetado. A seguir, um quadro que explicita essa conformação da Festa:

Figura 1: Quadro de atores integrantes da Festa
Fonte: Pesquisa direta, 2014

A seguir, uma breve descrição do papel que cada ator/instituição desempenha na Festa.

Ex-Prefeito Aragão Júnior: A Festa foi concebida em 2005, no seu primeiro mandato. Eleito prefeito pela primeira vez em 2004 e reeleito em 2008, Aragão Junior renunciou ao mandato em 03 de abril de 2012 e empossou em seu lugar a sua aliada e então vice-prefeita Ivone Queiroga. A renúncia de Aragão tinha como objetivo disputar uma cadeira na câmara municipal da vizinha cidade de Campina Grande, mas não conseguiu se eleger.

Prefeita Fátima Silva: Eleita em 2012, tendo como principal concorrente a vice-prefeita da gestão anterior, Ivone Queiroga. Em virtude da transição política em 2012, não houve a Festa da Laranja, sendo esta retomada em 2013. Em 2014 a Festa acontecerá nos dia 13 e 14 de dezembro, alterando no calendário o tradicional mês de novembro como mês da Festa.

Ministério do Turismo (MTur): Órgão do Governo Federal que tem como objetivo declarado "desenvolver o turismo como uma atividade econômica sustentável, com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social". Em 2009 concedeu recurso na ordem de 500 mil reais para a realização da Festa. Tal recurso ainda aguarda prestação de contas da gestão do ex-prefeito Aragão Júnior, segundo o site "Portal da Transparência".

SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas): a entidade participa anualmente com a instalação de um stand onde oferece palestras para agricultores e interessado sobre técnicas agrícolas, manejo sustentável entre outros temas.

EMATER-PB (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural): Suas ações são consubstanciadas no Plano de Desenvolvimento Nacional e no Plano de Ação do Governo do estado da Paraíba, com o objetivo fundamental de transferir tecnologia agropecuária e gerencial, tendo em vista a elevação da renda e a melhoria dos padrões de vida dos produtores rurais e suas famílias[19]. Atua com um *stand* na Festa, de manhã e à tarde, prestando informação sobre seus serviços e funções aos habitantes e visitantes.

SENAR –PB (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural): Instituição de direito privado, paraestatal, que atende mais de 6 mil produtores rurais por ano e visa, de um modo geral, melhorar a vida no campo através de duas frentes: a Formação Profissional Rural (FPR) e a Promoção Social (PS)[20]. Conta com um *stand* na Festa, de manhã e à tarde, prestando informação sobre seus serviços e funções aos habitantes e visitantes.

EMEPA-PB (Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba – S.A): Atuando há 35 anos no Estado, tem como função principal, integrar soluções para o Agronegócio e a Agricultura Familiar na Paraíba[21]. Conta com um *stand* na Festa, de manhã e à tarde, prestando informação sobre seus serviços e funções aos habitantes e visitantes.

UNIVERSIDADES (UFPB E UEPB): Conta com o apoio das Universidades Federal[22] e Estadual da Paraíba, cujos professores se disponibilizam a dar palestras sobre agricultura familiar, entre outros assuntos. Alguns deles desenvolvem projetos de extensão na cidade em áreas como agronomia, engenharia de produção, economia, turismo, etc.

PROJETO COOPERAR-PB (Governo do Estado): Ente governamental responsável direto pela execução de políticas e projetos de desenvolvimento rural sustentável, focados na redução dos níveis de pobreza rural, o COOPERAR atua em toda Paraíba há quase 25 anos[23]. Os recursos disponibilizados por este projeto possibilitaram a instalação de um *packing house*[24] para laranja em Matinhas[25].

---

19 Informações retiradas do site da Instituição: http://www.emater.pb.gov.br/index.php/historico.

20 Informações contidas no folder da Instituição distribuídas na Festa.

21 Informações retiradas do site da Instituição: http://www.emepa.org.br/index.php.

22 A Festa de Matinhas foi tema de dois artigos científicos da professora pesquisadora aprovados em eventos de renome nacional, como o ANPTUR (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo), e internacional como o TMS (*Tourism and Management Studies*) - Algarve 2013.

23 Fonte: http://www.cooperar.pb.gov.br/?pg=sobre_o_cooperar.

24 Galpões de embalagem e processamento pós-colheita de frutas para consumo *in natura*.

25 Fonte: http://www.paraiba.pb.gov.br/34341/governo-do-estado-investe-r-28-milhoes-e-coloca-agricultura-na-pauta-economica.html.

COOPERTANGE: Cooperativa dos Citricultores de Matinhas e região, criada em 2006. A Coopertange reúne hoje 40 sócios e tem projeção para envolver 1.000 famílias de citricultores a partir do *packing house*[26].
AGRICULTORES: São mais de 736 estabelecimentos familiares que vivem sob o cultivo e colheita da laranja, de acordo com Gonçalves (2013).
PATROCINADORES: Reúne empresas privadas como farmácias, mercadinhos, concessionárias, empresas alimentícias, entre outras. Varia a cada ano, dependendo do interesse e fechamento das cotas de patrocínio. A maioria é da própria cidade de Matinhas.
COMERCIANTES: O Parque da Laranja e sua estrutura montada para os três dias de Festa disponibiliza barracas que comercializam alimentos e bebidas, gerando renda para os comerciantes locais e do entorno. Em entrevistas informais, observou-se que a maioria dos comerciantes vêm de cidades vizinhas, com pouca participação da população local no comércio reservado à Festa, que acontece dentro do Parque da Laranja. No entanto, não se tem informações mais recentes sobre a participação da população no comércio da Festa.
POPULAÇÃO: Um dos públicos-alvo da Festa é a população de Matinhas, cuja população estimada em 2014 é de 4.475 habitantes.
TURISTAS: O termo mais correto seria excursionista, uma vez que estes não passam mais de 24h na cidade. No entanto, no Projeto e falas dos gestores a denominação "turista" é a mais utilizada. Sendo assim, a estimativa é da passagem de 135 mil turistas nos 3 dias de festa, sendo 45 mil por dia, segundo fonte da Polícia Militar da Paraíba[27].

7. Conclusões

Neste artigo buscamos uma abordagem teórica que dialogasse sobre a relação entre turismo, festas e sociologia, tomando por objeto de análise a "Festa da Laranja" e a relação conflito/cooperação que ocorre na arena da Festa entre seus vários atores. A abordagem nasce de um conhecimento prático sobre a "Festa da Laranja" a partir de visitas de campo realizadas no período de 2009 a 2013.
Assim, foram elencadas 15 instituições/atores que compõem a arena da festa da Laranja de Matinhas. Cada um desses atores desempenha um papel no estabelecimento e realização da Festa e aprofundar suas relações é o próximo passo ao qual iremos nos debruçar. Para finalizar, reproduzimos aqui a fala da atual Prefeita Fátima Silva na rede social oficial da Prefeitura[28], quando do anúncio da Festa a se realizar em dezembro de 2014 e que completará 10 anos de existência:

> Sempre destaquei em minhas intervenções a importância da Festa da Laranja. Não só pelo evento em si, mas por tudo que ele representa. A festa nada mais é do que a celebração dos resultados positivos de nossa produção agrícola, principalmente a feita pelos pequenos produtores oriundos da agricultura familiar. Mais uma vez, vamos realizar um evento dentro de nossas possibilidades. Não queremos 'quebrar' a prefeitura para trazer grandes atrações nacionais como era feito em tempos passados. O que queremos é uma festa do povo e para o povo e isso, temos certeza que iremos fazer.

No pronunciamento, percebe-se referências à gestão anterior, em um jogo de poder que mesmo os que não figuram mais presencialmente na arena, a habitam de forma tácita. São esses conflitos, velados ou explícitos, que precisam vir à tona para uma análise mais elucidativa da festa. Portanto, neste rápido artigo priorizamos os atores e o cenário da festa que nos foi dado conhecer de forma sincrônica (no período em que acontece a Festa) e diacronicamente (na sua preparação e no pós festa). Sendo assim, será necessário aprofundar o papel de cada um desses agentes e suas relações, aqui brevemente descritos, para se compor o cenário da festa, trabalho este que pretendemos realizar brevemente.

---

26 Fonte: http://www.paraiba.pb.gov.br/64165/governo-apoia-produtores-de-laranja-e-tangerina-em-matinhas.html.

27 Informações contidas no Projeto de Promoção da Festa da Laranja 2013.

28 Retirado de: https://www.facebook.com/PrefeituraMunicipalDeMatinhas?fref=ts.

8. Referências

a) Livros

BARRETO, M. (2003). Manual de iniciação ao estudo do turismo. Campinas: Papirus.

COLLINS, R. (2009). *Quatro tradições sociológicas*. Petrópolis, RJ: Vozes.

DURKHEIM, E. (1999). *Da divisão social do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes.

DUVIGNAUD, J. (1983). *Festas e civilizações.* Edições Universidade Federal do Ceará, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

FERREIRA, M. N. (2005). *As festas populares na expansão do turismo.* São Paulo: Arte & Ciência.

FIANI, R. (2011) *Cooperação e conflito – Instituições e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier.

GUERRA, I. C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. Estoril: Princípia Editora.

ITANI, A. (2003). *Festas e calendários.* São Paulo: Editora UNESP.

MALHEIROS, B. T. (2011). *Metodologia da pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: LTC.

MARX, K. (1988). *O Capital – Crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural.

MOREIRA, D. A. (2004). *O método fenomenológico na pesquisa.* São Paulo: Cengage Learning.

NIELSEN, C. (2002). *Turismo e Mídia: o papel da comunicação na atividade turística.* São Paulo: Contexto.

THE VIVACIDADES PROJECTAS YSIS ao global.evento festivo, configura-se um estudo de caso que OUTHWAITE, W. e BOTTOMORE, T. (1996). Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

SCOTT, John (Org.). (2010). *Sociologia: conceitos-chave*. Rio de Janeiro: Zahar.

SWARBROOKE, J. (2000). *Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental*. São Paulo: Aleph.

TURNER. H. J. (2000). Sociologia: conceitos e aplicações. São Paulo: Makron Books.

URRY, J. (2001). *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel: SESC.

YIN, R. K. (2010). *Estudo de caso: Planejamento e Métodos.* Porto Alegre: Bookman.

b) Coletâneas

BARTHOLO, R., DELAMARO, M. & BADIN, L. (Orgs.). (2005). *Turismo e sustentabilidade no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond.

COSTA, J. H.; SOUSA, M. (Org.). (2010). *Política de Turismo e Desenvolvimento: Reflexões Gerais e Experiências Locais.* Mossoró, RN: Fundação Vingt-Un Rosado.

GROPPO, L. A. (Org.). (2005). *Vamos para a festa! Turismo e festa popular*. Taubaté-SP: Cabral Editora e Livraria Universitária.

c) Artigos em coletâneas

AMARAL, R. (2012*)*. Para uma antropologia da festa: questões metodológico-organizativas do campo festivo brasileiro. In L. F. Perez, L. Amaral & W. Mesquita (Orgs). *Festa como perspectiva e em perspectiva*. Rio de Janeiro: Garamond.

BRANDÃO, T. S. (2010). Turismo cultural: reflexões e possibilidades de desenvolvimento no RN. In J. H. Costa & M. Sousa (Org.). *Política de Turismo e Desenvolvimento: Reflexões Gerais e Experiências Locais. Mossoró*, RN: Fundação Vingt-Un Rosado.

MENEZES, R. C. (2012). Tradição e atualidade no estudo das festas: uma leitura de *Saint Besse*, de Robert Hertz. In L. F. Perez, L. Amaral & W. Mesquita (Orgs). *Festa como perspectiva e em perspectiva*. Rio de Janeiro: Garamond.

PEREZ. L. F. (2012). Festa para além da festa. In L. F. Perez, L. Amaral & W. Mesquita (Orgs). *Festa como perspectiva e em perspectiva*. Rio de Janeiro: Garamond.

PIMENTEL, G. G. A. (2002). É de laço e de pó: o rodeio como festa rural. In M. C. Rosa, G. G. de A. Pimentel & I. L. V. B. G. Queirós. *Festa, lazer e cultura*. Campinas, SP: Papirus.

ROSA, M. C. (2002). Festar na cultura. In M. C. Rosa, G. G. de A. Pimentel & I. L. V. B. G. Queirós. *Festa, lazer e cultura*. Campinas, SP: Papirus.

OLIVEIRA, P. S. (org.). (1998). Caminhos de construção da pesquisa em Ciências Humanas. In P. S. Oliveira. *Metodologia das Ciências Humanas*. São Paulo: UNESP/Hucitec.

d) Artigos em revistas

DINIZ SILVA, Marcos José. (2011). *O conflito social e suas mutações na teoria sociológica*. Qualit@s Revista Eletrônica ISSN 1677 4280, p.2.

MENDES, L. (2010) *O turismo na produção social do espaço rural contemporâneo: novas procuras e a emergência da nobilitação rural*. In Revista Turismo e Desenvolvimento. Universidade de Aveiro, p.656.

e) Publicações online

DIAS JÚNIOR, Antônio Carlos. (2010). *Classe, política e conflito social no Capitalismo: a contribuição de Ralf Dahrendorf*. Disponível em http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/8212. [consultado em 10-10-2014].

GUIMARÃES, Carlos Sant'Anna. *Participação Sociopolítca e Governança Democrática: O papel dos Conselhos Municipais de Educação da gestão e implementação da política educacional*. Disponível em http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT05-3032--Int.pdf. [consultado em 05-10-2014].

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. (1997). *Comentário Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna – de Robert D. Putnam*. Recuperado em 08 outubro, 2014, de http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/2071/1698. [consultado em 01-09-2014].

MINISTÉRIO DO TURISMO. (2013). *Número de eventos apoiados pelo MTur em 2013 sobe para 40***.** Disponível em http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20130510.html. [consultado em 14-01-2013].

PLANO NACIONAL DE TURISMO. (2007). *Uma viagem de inclusão 2007-2010*. Governo Federal. Ministério do Turismo/EMBRATUR. Brasília. Disponível em http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf. [consultado em 07-01-2013].

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Disponível em:http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/DetalhaConvenio.asp?CodConvenio=707391&TipoConsulta=0&UF=pb&CodMunicipio=488&Municipio=MATINHAS&CodOrgao=&Orgao=&Pagina=&Periodo=. [consultado em 08-02-2011].

f) Dissertações

GONÇALVES, W. L. (2013). *Análise da sustentabilidade da agricultura familiar na produção de tangerina no município de Matinhas, Paraíba*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, Paraíba, PB, Brasil.

Festa do Sairé - Celebração, Devoção e Política

Luciana Gonçalves de Carvalho[1]
lu_gcarvalho@yahoo.com.br

Resumo: A festa do Sairé é uma celebração popular do Divino Espírito Santo que se realiza há mais de 300 anos no distrito de Alter-do-Chão, no município de Santarém, no estado do Pará, situado no Norte do Brasil. Grupos organizados nessa localidade conjugam esforços continuados na realização anual dessa festa, que articula em múltiplos planos elementos do catolicismo popular e tradições indígenas com formas tradicionais de expressão oral, musical e coreográfica. A festa, em vários sentidos, atualiza valores, memórias e práticas da produção cultural regional, num mosaico de bens passíveis de patrimonialização e salvaguarda conforme a legislação e as políticas públicas para o patrimônio cultural imaterial no Brasil, e conforme o desejo de alguns grupos de festeiros. A realização de um inventário de referências culturais da festa, segundo a metodologia utilizada no âmbito federal para identificação e documentação de bens culturais de natureza imaterial, permite reconhecer e analisar dimensões entrecruzadas de experiências dos festeiros, organizadores, devotos e demais sujeitos envolvidos no Sairé. Da análise sobressai a complexidade dos processos de negociação entre pesquisadores, festeiros e técnicos em patrimônio que lançam diferentes perspectivas não apenas sobre a patrimonialização da celebração, mas também sobre os processos que caracterizam o tratamento oficial da festa no âmbito do Estado. Nesse sentido, sugere-se que a política de patrimônio cultural atualmente vigente no Brasil recoloca desafios não ultrapassados no que tange às relações – historicamente tensas – entre o Estado e a cultura popular.

Palavras-chave: Festas de santo. Cultura popular. Patrimônio cultural.

1. Ponto de partida

Este texto aborda questões suscitadas na pesquisa que vem sendo realizada no âmbito da cooperação entre a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), cujo objeto é o Inventário de Referências Culturais do Sairé (INRC-Sairé), o qual, por sua vez, visa à instrução do processo de registro da festa do Sairé como patrimônio cultural do Brasil. Tal registro foi aventado em 2011 por representantes de alguns grupos formais responsáveis pela organização da festa, animados por duas motivações principais: obter o reconhecimento do valor cultural e patrimonial da celebração, e obter facilidades de acesso a recursos públicos e privados para realização da mesma. Com vistas a alcançar esse objetivo, produtores da festa encaminharam à Ufopa, por intermédio do Programa de Extensão Patrimônio Cultural na Amazônia, a demanda de apoio técnico para realização da etapa de Levantamento Preliminar para identificação e documentação da celebração. Assim, após uma série de reuniões entre professores e alunos da Ufopa e organizadores da festa, seguidas de negociações com o Iphan, deu-se início ao INRC-Sairé em 2012. O INRC é a metodologia própria do Iphan, instituída pelo mesmo decreto (Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000) que criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) e estabeleceu o registro como ato declaratório do reconhecimento oficial dos bens culturais de natureza imaterial que integram o patrimônio cultural brasileiro. Objetivamente, o inventário compõe-se de uma série de formulários cujo preenchimento demanda pesquisas de caráter bibliográfico, documental e etnográfico. Na fase Levantamento Preliminar, ponto de par-

---

1 Bacharel em Ciências Sociais (1994), mestre em Sociologia e Antropologia (1997) e doutora em Ciências Humanas-Antropologia (2005) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente do Programa de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará, onde coordena o programa de extensão Patrimônio Cultural na Amazônia, financiado pelo PROEXT/MEC desde 2010. No grupo Diversidade Cultural, Território e Novos Direitos na Amazônia realiza pesquisas sobre patrimônio cultural e direitos culturais, principalmente com foco em memória, trabalho e conhecimentos tradicionais em comunidades rurais, ribeirinhas e extrativistas na Amazônia.

tida do INRC, são realizados investimentos para o mapeamento e conhecimento inicial do bem cultural, que deve se enquadrar em uma das categorias definidas pela legislação pertinente ao patrimônio imaterial: Celebrações, Formas de Expressão, Lugares e Saberes.

Alinhando-se aos parâmetros determinados pelo Iphan, o INRC-Sairé vem realizando o levantamento e a documentação – em suportes impressos, sonoros, fotográficos e audiovisuais – das referências culturais englobadas na celebração do Sairé. Diante da parca documentação existente sobre a festa ao longo dos três últimos séculos, o trabalho serve-se mormente do recurso às memórias individuais dos mais antigos participantes e dos atuais responsáveis pela sua realização. Além das ações de pesquisa, o INRC tem fomentado iniciativas que pretendem contribuir para a salvaguarda de formas de expressão associadas à musica e à palavra cantada nos ritos festivos do Sairé, e que são identificadas como tradicionais pela comunidade de festeiros. Entre tais iniciativas destacam-se a produção de um filme etnográfico e de um CD de músicas, além de "oficinas" realizadas visando essas produções.

São muitas as questões relativas ao conjunto de processos do inventário, e a problemática que as envolve faz notar que, apesar do princípio de valorização da diversidade cultural brasileira que reside na base da política patrimonial da nação, subsistem entre Estado e cultura popular relações consideravelmente tensas e instáveis. Evidentemente, esse fato não é novidade nem peculiar do contexto brasileiro, como muito bem apontaram Bakhtin (1993), Burke (1989), Chartier (1995), Davis (1990) e Revel (1989) em perspectiva histórica, ou Canclini (2006) e Carvalho (2010) acerca de transformações culturais recentes da América Latina.

Especificamente no caso da festa do Sairé, minha hipótese inicial é de que a experiência histórica de embates entre festeiros (indígenas, caboclos e brancos), governos e a Igreja Católica está na base do próprio constitutivo da "Festa do Sairé" enquanto expressão objetificada[2] da cultura local. Essa hipótese resulta de reflexões absolutamente preliminares sobre as informações levantadas no INRC-Sairé, que precisam ser aprofundadas. Seu caráter inacabado está refletido neste texto que propõe, mais que a exposição ou a defesa de um argumento, o compartilhamento de notas de pesquisa que podem vir a ser o ponto de partida para uma investigação original da festa do Sairé. O ponto de chegada dos caminhos a percorrer, no entanto, ainda não são conhecidos.

2. Panorama e trajetória da festa

A festa do Sairé de Alter do Chão foi registrada por missionários no século XVIII e constitui atualmente a maior e mais importante ocorrência do calendário comemorativo da região oeste do Pará, tanto em termos materiais quanto simbólicos. Celebrando o Divino Espírito Santo, ela normalmente é realizada no segundo final de semana de setembro, atrai milhares de participantes e turistas, canaliza investimentos públicos e privados, mobiliza profissionais de diversas regiões e condensa discursos plurais sobre a identidade e a cultura local. Tendo passado por profundas transformações nos últimos quarenta anos, organiza-se hoje em dois espaços principais: o barracão, onde ocorrem os ritos considerados religiosos, e o Lago dos Botos, que é uma espécie de arena onde acontecem apresentações de danças designadas como folclóricas e o festival competitivo dos grupos de botos.

Nas notas a seguir procuro contemplar alguns aspectos importantes da celebração e do lugar em que acontece. Apesar da maneira fragmentária como serão expostos, os breves relatos e uma seleção de fotografias deverão propiciar uma visão panorâmica da festa e das questões que a mesma suscita.

---

2 Remeto ao estudo de Richard Handler (1988) sobre os processos de objetificação da cultura associados a movimentos nacionalistas *québécois*. Por objetificação da cultura pode-se entender transformação da mesma em objetos passíveis de apropriação, perda e preservação, dotados de forte valor simbólico e apelo identitário.

2.1 Lugar

Alter do Chão localiza-se a 35 quilômetros de distância da sede do município de Santarém, na região do Baixo Amazonas, no oeste do estado do Pará.[3] Com cerca de 300 mil habitantes distribuídos em áreas urbanas, rurais e ribeirinhas que integram quatro distritos. No que tange à sua dinâmica cultural, Santarém é animada por várias festas de santos, feiras agropecuárias, arraiais juninos e festejos carnavalescos. Além disso, tem uma produção artesanal rica, composta de materiais em madeira, cuias, trançados, látex, sementes e outras matérias-primas florestais.

Alter do Chão desenvolveu-se a partir da aldeia indígena Borari e desde 1948 é um dos distritos de Santarém, que corresponde a 7% da área territorial municipal. Mais conhecido como Vila, está localizado à margem direita do rio Tapajós, limitando-se ao norte com o distrito de Curuai e o rio Amazonas, ao sul com o Município de Belterra e o Distrito de Boim, a leste com o Município de Santarém e a Oeste, com o município de Juruti. Vale ressaltar que o termo "vila", nesse contexto, constitui o espaço geográfico de maior concentração dos comunitários que vivem no centro do povoado onde se desenvolvem as relações históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais.

A localidade se destaca em função de seus belíssimos atrativos naturais (praias, lagos, áreas verdes)[4], aos quais se tem acesso fácil e rápido por uma rodovia estadual asfaltada a partir da cidade. Atualmente sua economia está voltada basicamente para o turismo, ao qual serve com uma infraestrutura básica incipiente de hotéis, pousadas, casas de veraneio, restaurantes e pontos de venda de culinária e artesanato locais.

Além das praias, o patrimônio cultural local (material e imaterial) tem ultimamente atraído iniciativas eventuais do poder público e da iniciativa privada. Destaque-se entre essas iniciativas o projeto de restauração da Igreja de Nossa Senhora da Saúde – cuja construção se fez de 1886 a 1906, em estilo colonial, sob as ordens do missionário José Antônio Gonçalves, antigo morador dessa comunidade (FERREIRA, 2008) – e a própria festa do Sairé, que é objeto destas reflexões.

2.2 Tempo: origem e permanência

Registros indicam que festejos do Sairé existiram em diferentes locais dos estados do Pará, do Amazonas e do Amapá (BOYER, 2008; RODRIGUES, 2009; PEREIRA, 1989). No entanto, em função de variadas circunstâncias históricas e socioculturais, caiu em desuso nos outros estados, preservando-se forma singular em Alter do Chão. Em sua pesquisa de campo sobre a celebração, Nunes Pereira colheu dados que, segundo ele,

> se não nos autorizam a dar essa localidade como berço da ideia do Sahiré, amparam-nos, porém, ao afirmarmos que foi aquela antiga aldeia de índios a paisagem mais propícia à sua objetivação. É fato que ele dali se irradiou para a antiga Pinsonia, para o Amazonas e para o Solimões acima, até o rio Negro (PEREIRA, 1989: 69).

Nunes Pereira também colige uma série de referências ao vocábulo Sahiré, sendo "a mais remota" entre elas a que fez o padre João Daniel, em 1797. Ao jesuíta seguem-se o major Alfredo Ladislau Baena, em 1839; o geógrafo José Afonso de Moraes Torres e Lourenço da Silva Araújo Amazonas, em 1852; o autor F.G. de Amorim, em 1856; o naturalista Henry Bates, em 1863; o também naturalista João Barbosa Rodrigues, em 1873; o viajante Herbert Smith, em 1879; e o escritor José Veríssimo, em 1896. Desde então, percebe-se, a festa do Sairé tem sido registrada e estudada por pesquisadores de áreas de conhecimento como história, antropologia, literatura, música, teatro, educação.

---

3 No estado do Pará inúmeras localidades são designadas por nomes de cidades de Portugal, em função da providência tomada na era pombalina pelo então governador do estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco de Mendonça Furtado, de substituir os nomes nativos por outros, portugueses.

4 A praia de Alter do Chão foi considerada uma das mais belas do mundo por uma revista de circulação internacional.

Nos diversos estudos a festa do Sairé aparece como objeto de diferentes narrativas fundacionais. Em alguns relatos, ela ter-se-ia originado como uma espécie de alegoria da chegada e fixação dos colonizadores portugueses no rio Tapajós. Para outros cronistas, teria sido iniciada pelos frades jesuítas, que a teriam criado para auxiliar na catequese dos indígenas. Nesse sentido, vale destacar a menção de Antônio Cândido ao Sairé como o "caso mais interessante de festas e danças originadas no processo da catequese pelo encontro das duas culturas" (s/d, p. 49). O relato de Barbosa Rodrigues também merece destaque:

> Além da dança e do canto festivo tem os tapuios no dia de alguma festa religiosa, como a de S. Tomé, S. João ou Santo Antônio, um canto, antes uma saudação religiosa, introduzida nestas festas pelos missionários e chamada Sairé ou Turiua (Rodrigues apud **Cândido, s/d, p. 49).**

Apesar das divergências, o que parece persistir como traço comum é a recorrente referência **à**s relações ambivalentes entre indígenas Borari e europeus (REIS, 1979) enquanto experiências constitutivas da festa. Essa crença, de certa forma, espraia-se até hoje nas concepções nativas da celebração, conforme demonstra o festeiro e professor natural de Alter do Chão Edilberto Ferreira:

> Como qualquer civilização indígena, os Borari realizam rituais festivos som de batuques, danças, comidas e bebidas. As crianças, em círculos, imitavam a dança dos adultos, seguras nos ombros uma das outras, não muito diferente do que ocorria em outras nações indígenas, numa espécie de confraternização e celebração de exaltação à natureza. A bebida usada no ritual era produzida a partir da fermentação da mandioca que denominavam de tarubá... Os traços característicos presentes nessa manifestação convergem para um ordenamento metódico de catequização dos aborígines dado o grande valor imprimido naquele ritual pelos nativos (FERREIRA, 2008: 67-68)

Ademais, percebe-se nas diferentes narrativas de origem que o próprio termo "sairé" **é** polissêmico e polêmico. Primeiro, porque nomeia fatos de naturezas distintas – ora a festa, a dança, a procissão ou até mesmo o símbolo que nela é empunhado por "três índias velhas" (BATES *apud* PEREIRA, 1989: 18) – causando eventualmente alguma confusão na compreensão de seus significados. Antônio Cândido, a partir de Barbosa Rodrigues, resume:

> Esta é uma espécie de procissão de mulheres em que carregam o instrumento que tem o mesmo nome de sairé. Não faz por si a festa, mas, como disse, entra como uma saudação. A procissão dirige-se à Igreja, à casa do Juiz da festa, à do Vigário, etc., e aí as palavras não são as mesmas e sim próprias a quem se dirigem. A palavra sairé deriva-se de çai e eré. "Salve! Tu o dizes" ou saudação, e turiua significa alegria (...) (O) instrumento inventado pelos missionários para perpetuar e firmar mais a religião entre os índios tem uma significação bíblica (...) O canto é sempre pela língua geral, e repetido em côro pelo mulherio (...) É o sairé a última tradição do tempo das missões dos Padres de Jesus (Rodrigues apud **Cândido, s/d, p. 49).**

Segundo, porque a grafia desse vocábulo apontado como sendo proveniente do nheengatu (língua geral indígena variante do Tupi) tem sido objeto de acaloradas discussões envolvendo estudiosos e festeiros. Note-se que, ao longo dos três séculos de história da festa, seu nome j**á se escreveu com as iniciais "S" e "Ç"** conforme os contextos políticos atravessados em cada período.

2.3 Tempo: ruptura e recriação

Apesar das conexões aparentemente fortes entre elementos católicos e os ritos originariamente indígenas do Sairé de Alter do Chão desde seus primeiros registros, um fato marcante nas narrativas mais frequentes da história da celebração foi a suposta proibição de realização da festa pelos párocos locais por um período de três décadas.

Esse fato não é isolado, visto que a partir dos anos 1940 a Igreja Católica estabeleceu limites rígidos de distância e silêncio em relação **às chamadas festas** de santos que ocorriam em toda parte do Pará. Essas festas, conforme mostrou Galvão, eram geridas pelos comunitários e tinham mínima presença eclesiástica. Além disso, estavam intimamente associadas ao consumo de bebidas, a cânticos, danças e outras práticas que eram consideradas profanas pelas autoridades religiosas. Ao realizá-las, as comunidades subvertiam a ordem da igreja.

> Nas freguesias a pessoa menos desejada em uma "festa de santo" é o padre. Explicam que a presença de um eclesiástico impedirá o baile, ou que realizar um baile nessas circunstâncias seria faltar com o respeito a ele. Contam-se muitas anedotas sobre a interferência de um padre em tais festas. Acentuam, em geral, a ansiedade dos caboclos em se verem livres da presença não desejada (GALVÃO, : 82-83).

A restrição às festas de santo ocorreram no bojo de um movimento mais amplo de repressão a celebrações praticadas por populares, que repercutia em todo o estado do Pará. Assim, em várias paróquias a população viu padres restringindo severamente expressões de religiosidade que já se haviam tornado tradicionais nas muitas comunidades urbanas e ribeirinhas.

Em Alter do Chão, o movimento eclesiástico afetou a realização do Sairé a partir de 1943, com a proibição dos ritos festivos da celebração, entre os quais a procissão organizada pelos moradores, que foi impedida de adentrar a igreja. Tal proibição perduraria por 30 anos, ao longo dos quais os populares teriam continuado suas práticas de celebração do Sairé em outras localidades, especialmente em comunidades ribeirinhas do Tapajós onde não havia fiscalização por parte dos párocos, e onde podiam realizar os cânticos, louvores e as danças expulsas do centro da vila e da igreja.

Muito pouco se sabe desse período, tanto em função da ausência de registros históricos – que praticamente cessam nas três décadas de proibição –, quanto em função do silêncio comumente adotado pelos festeiros e párocos a respeito do assunto. Implantou-se um prolongado silêncio. Como constatou Pacheco na Ilha do Marajó,

> desvalorizando os trânsitos de povos e culturas entre campos e florestas, as letras missionárias silenciaram ritos, rostos e matrizes das religiosidades afroindígenas em suas memórias documentais. Apesar desta ausência, não há dúvidas que diferentes religiosos foram (in)tolerantes e guerrearam em palavras, gestos e ações contra benzedores, curandeiros, pajés e pais-de-santo nos primeiros 40 anos (1930-1970) da presença agostiniana na região. (PACHECO, 2010, p. 94).

Como uma espécie de tabu, a interrupção dos festejos tornou-se um tema evitado pelos próprios sujeitos que a vivenciaram, para quem a história do Sairé geralmente se formula em dois momentos: antes de 1943 e após 1973. A curiosidade antropológica sobre esse período é aguçada, ainda mais, se levarmos em conta que é exatamente no intervalo de 30 anos que se formulam as condições para a "retomada" – para usar o termo local – da festa em padrões bastante inovadores em relação ao que, até então, se reconhecia como o Sairé.

A celebração voltou a ser realizada em Alter do Chão em 1973, por iniciativa de um grupo de moradores e professores da localidade que, preocupados com o que constatavam ser a decadência de expressões culturais originárias da vila, associaram aos ritos supostamente tradicionais do Sairé uma série de performances de danças e músicas consideradas folclóricas. Partindo de casa em casa para recolher depoimentos dos moradores mais antigos sobre a festa, esse grupo pretendeu reconstruí-la a partir dos fragmentos das memórias individuais, agregando a ela um mosaico de manifestações culturais que neles suscitavam o sentimento de "perda" que Gonçalves identifica na retórica do discurso patrimonial reproduzido pelos por intelectuais e órgãos de estado, e que se dissemina amplamente nas modernas sociedades nacionais.

> Em suas narrativas, a perda pressupõe uma situação original ou primordial de integridade e continuidade, enquanto a história é concebida como um processo contínuo de destruição daquela situação. Sua missão [dos intelectuais] é, consequentemente, definida como a de proteger aqueles valores ameaçados e redimi-los em uma dimensão de permanência e transcendência (GONÇALVES, 2002: 87-88).

Num esforço de recriação consciente das tradições festivas de Alter do Chão, expressão de um (re)fazer constante do saber local, o grupo de pessoas que trabalhou pela "retomada" do Sairé acabou por promover mudanças muito significativas na estrutura da festa, reconfigurando-a como um caso exemplar de (re)invenção da tradição, nos dizeres de Hobsbawn e Ranger:

> Por 'tradição inventada' entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWN; RANGER, 1997: 9).

A "retomada" do Sairé correspondeu, entre outras mudanças, na incorporação de novas formas de expressão à celebração, como, por exemplo, as novas formações musicais das folias, ladainhas e do Espanta-Cão, a valsa da ponta do lenço, a dança do tipiti, o cruzador tupi, o marambiré, a pipira brasileira, e, finalmente, o festival dos botos.

Nem todas as expressões associadas aos festejos mostraram-se duradouras. É o caso das danças e das músicas antigas, que são realizadas – quando o são – quase que exclusivamente pelos idosos. A partir da década de 1990, porém, os grupos de botos alcançaram uma dimensão até então desconhecida da população local. A festa do Sairé se expandiu e adquiriu feições de um festival folclórico aglutinador de turistas e visitantes de toda a região oeste do Pará, registrando mudanças importantes de natureza material e imaterial, dentre as quais as principais são: a) transferência da festa do seu antigo local de realização – o centro da vila de Alter do Chão, que ficara pequeno para o evento – para a Praça do Sairé, numa área de maiores dimensões um pouco mais afastada; b) a transferência da festa para o mês de setembro, correspondente ao alto verão amazônico, quando as praias ficam mais extensas e bonitas em função da vazante dos rios; e c) a inclusão oficial das apresentações dos botos Tucuxi e Cor de Rosa em formato de disputa no espaço construído em forma de arena em 1997, conhecido inicialmente como Sairódromo e atualmente referido como Lago dos Botos.

2.4 Imagens panorâmicas

Figura 1. Barracão do Sairé. Foto: Alexandre Nazareth da Rocha.

No Sairé, assim como nas demais festas de santo realizadas no interior da Amazônia, o barracão **é** o lugar central e privilegiado para o estabelecimento de trocas entre os homens e entre eles e as divindades. Também

chamado de "ramada" pelos mais idosos, ele delimita um espaço de comensalidade, solidariedade e fé, no qual a prática de uma sociabilidade festiva desfaz a dicotomia sagrado-profano, ao mesmo tempo que afirma a sacralidade da festa decorrente da própria vitalidade dos laços humanos.
No interior do barracão do Sairé fica o "trono" que abriga o "santo", isto é, a coroa da Santíssima Trindade. Como bem notou Gonçalves na festa do Divino da comunidade açoriana, "do ponto de vista dos devotos, a coroa, a bandeira, as comidas, os objetos são, de certo modo, manifestações do próprio espírito santo" (GONÇALVES, 2007: 112). Nesse caso, a coroa é enfeitada com fitas coloridas que, durante o ritual do "beija-fita", fazem a ligação entre os devotos e as divindades.

Figura 2. Trono. Foto: Alexandre Nazareth da Rocha.

O barracão abriga também o símbolo do Sairé, ou simplesmente, como dizem os festeiros, o Sairé, que é carregado pela Saraipora (personagem da festa) na procissão que abre o festejo e durante os ritos de bênção dos mastros, feitos diariamente ao fim da tarde.

Figura 3. Saraipora com o Sairé na bênção dos mastros.
Foto: Alexandre Nazareth da Rocha.

Os mastros são troncos de árvores previamente cortados na mata, que são trazidos para a Praça do Sairé numa procissão e enfeitados com murta, frutas e bandeiras vermelhas e brancas na ponta, sendo elas ornadas com a pomba do Divino Espírito Santo. Como em outras festas, os mastros representam fartura e prosperidade e ligam os homens e as mulheres ao divino.

Figura 4. Devotos com bandeiras do Divino Espírito Santo.
Foto: Alexandre Nazareth da Rocha.

Figura 5. Bênção dos mastros. Foto: Alexandre Nazareth da Rocha.

Os mastros são objeto de rituais orais e musicais que, por sua vez, ligam os espaços interno e externo do barracão. Esses ritos são conduzidos por rezadeiras e foliões responsáveis por tocar e cantar as folias (cânticos de louvor) e por entoar ou rezar as ladainhas. Mesmo estando no exterior da construção, os mastros demarcam relações socioespaciais de continuidade com o barracão, na medida em que participam dos ritos sagrados desse espaço, os quais **são frequentemente designados pelos festeiros como "a parte religiosa" do Sairé, em oposição à "parte profana", que atualmente é identificada com o Lago dos Botos e** a disputa que aí tem lugar.

Figura 6. Lago dos Botos. Foto: Alexandre Nazareth da Rocha.

Os Botos Tucuxi e Cor de Rosa produzem anualmente o grande espetáculo de música, dança e drama que se integrou ao calendário de ritos do Sairé desde 1997, ao mesmo tempo em que os festejos foram transferidos da Praça Sete de Setembro (praça da igreja) para a Praça do Sairé (que também ficou conhecida como Sairó-dromo), a fim de abrigar maio número de público, e que a data da tradicional celebração da vila foi alterada de julho para setembro, quando a temporada de seca revela as belas praias de Alter do Chão.

Figura 7. Apresentação do boto. Foto: Alexandre Nazareth da Rocha.

O espetáculo, inicialmente realizado por um único grupo que se cindiu, tomou a forma de uma disputa a partir de 1999 e, desde então, é no Lago dos Botos que os grupos se apresentam em duas noites de festa, sendo a segunda observada por jurados que, ao longo de exatas duas horas de exibição, pontuam itens como: carimbó, cantador/apresentador, alegorias, rainha do Sairé, rainha do Lago Verde, curandeiro, tribo, evolução, menina do boto, cabocla borari, boto encantador, momento da sedução e galera/torcida organizada. A partir desse repertório comum e permanente, a disputa festiva dos botos surpreende a cada ano, trazendo inovações em alegorias, fantasias, personagens e danças regionais.

3. Caminhos a percorrer

As diversas transformações do Sairé ao longo dos séculos são nítidas nos diversos relatos coligidos sobre a festa. Atualmente, a comunidade de Alter do Chão se divide e vem participando diferentemente das novas formações culturais associadas ao Sairé, ao mesmo tempo em que se dedica à proposta de manutenção de práticas consideradas tradicionais dos festejos, tal como eles foram concebidos na ocasião da "retomada" da festa. Como propõe Augusta Costa,

> Entender os sujeitos da cultura como ativos... propicia-nos compreender como as tradições são representações sociais da consciência humana com acepções fixadas no presente, já que a consciência humana é permeada pela seletividade da memória, e essa é baseada nos laços e rupturas com o passado (GRÜNEWALD, 2001). Isso é extremamente importante para revelar as argumentações culturais que dão suporte ao sistema simbólico embutido no fazer o Sairé, dado que o tempo presente do festejar o Sairé é imbricado de práticas pretéritas, as quais não se sustentam no passado (COSTA, 2013: 87).

A composição das diferenças a partir das memórias e das práticas presentes na festa do Sairé oscila de tensões a acordos na comunidade. Festeiros responsáveis pela organização e realização dos ritos religiosos e das músicas/danças tradicionais se ressentem da desatenção do poder público, do crescente desinteresse dos jovens pelo aprendizado e prática das expressões culturais tradicionais, da falta de divulgação dos componentes tradicionais da festa (ofuscados pela divulgação da disputa dos Botos). Representantes dos Botos, por sua vez, se ressentem da falta de investimentos mais substanciais na arena e entorno, da carência de infraestrutura para espetáculos, da dificuldade de obtenção de patrocínios culturais. Ambos os grupos, porém, concordam que são emergenciais ações de salvaguarda do patrimônio cultural do Sairé, ainda que não estejam de acordo sobre o que é, propriamente, esse patrimônio.

Por fim, a definição da festa como patrimônio passa necessariamente pela apropriação de conceitos de um universo estranho à própria festa. Demanda, ainda, processos complexos de negociação com pesquisadores e técnicos em patrimônio atuantes no âmbito do Estado. Recaem nesses processos, como bem apontaram Handler (1988), Gonçalves (2007) e Veloso, os riscos de objetificação e fetichização da cultura para atender às políticas patrimoniais levadas a cabo pelo Estado. Esses riscos, inerentes à própria constituição da noção de patrimônio, sugerem, mais que proposições, caminhos de pesquisa a percorrer.

Referências

BAKHTIN, M. (1993), *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*. O contexto de François Rabelais. São Paulo, Hucitec; Brasília: EdUNB.

BOYER, V. (2008), *Fronteiras da nação: religião, política e ancestralidade*. Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, 01-04 jun.

BURKE, P. (1989), *Cultura popular na idade moderna*. Europa, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CANCLINI, N.G. (2006), *Culturas híbridas*. São Paulo: EDUSP.

CÂNDIDO, A. (s/d), *Cururu.* Disponível em www.iel.unicamp.br/revista/index.php/remate/article/download/.../3002, consultado em 10 de março de 2013.

CARVALHO, J.J. (2010), "Espetacularização' e 'canibalização' das culturas populares na América Latina". *Revista Anthropológicas* [online]. vol.21 (1).

CHARTIER, R. (1995), "Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.8, nº 16.

COSTA, M. A. F. (2013), "Turismo e patrimônio cultural: a Festa do Sairé em tempos de mudança cultural". In: CARVALHO, Luciana (Org.). *Patrimônio cultural e direitos culturais na Amazônia: experiências de pesquisa e gestão*. Santarém: Ufopa.

DAVIS, N. Z. (2008), *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FERREIRA, E. (2008) *O berço do Çairé.* Santarém: Edição do Autor, Editora Valer.

GONÇALVES, J. R. S. (2002), *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-Iphan.

GONÇALVES, J. R. S. (2007) *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Garamond.

HANDLER, R. (1988), *Nationalism and the Politics of Culture in Quebec*. University of Wisconsin Press.

HOBSBAWN, E; RANGER, T. (1997), *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra

PEREIRA, N. (1989), *O Sairé e o Marabaixo*: tradições da Amazônia. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana.

REIS, A. C. F. *(*1979) *Santarém:* seu desenvolvimento histórico. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

REVEL, J. (1989), *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand.

RODRIGUES, C.I. (2009), "Festividades mestiças na Amazônia". *História Revista*, Goiânia, v. 14, n. 1.

VELOSO, M. (2007), "O fetiche do patrimônio". In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário; SANTOS, Miriam Sepúlveda (orgs). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond.

Santuário do Caraça: Um corpo de memórias na escritura do tempo

Rudney Avelino de Castro[1]
rudney_castro@yahoo.com.br

Resumo: Localizado a 120 km da cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, entre os municípios de Santa Barbara e Catas Altas, em uma das vértebras da cordilheira do Espinhaço, encontra-se o Santuário do Caraça. Sua origem remonta ao ano de 1774, momento em que o Irmão Lourenço, de procedência portuguesa, ergueu ali a ermida em homenagem a Nossa Senhora Mãe dos Homens. O local tem o seu conjunto arquitetônico e paisagístico tombados pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 1955 e reconhecido como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) a partir de 1994. Este artigo preza por analisar o processo histórico de constituição e transformação do lugar em eremitério, colégio, centro de peregrinação, espaço de cultura e destino turístico, assim como a importância que o reconhecimento pelo IPHAN tem exercido diante a preservação da memória material e imaterial do Santuário.

Palavras-chave: Caraça, Irmão Lourenço, Santuário, Patrimônio, Hi[e]stória.

Cordilheira do Espinhaço: leito de um Santuário.[2]

A região onde se encontra o Santuário do Caraça está localizada no Estado de Minas Gerais, entre os municípios de Catas Altas e Santa Bárbara, a 120 quilômetros da capital mineira Belo Horizonte, e pode ser considerada uma das vértebras da Serra do Espinhaço – cordilheira que se ergue no interior mineiro.

A Serra do Caraça (berço do santuário) possui sete picos: Canjerana (1.890 metros), Carapuça (1.955m), da Conceição (1.800m), da Verruguinha (1.650), Três Irmãos (1.675m) e do Sol, que no seu ponto mais alto chega a atingir 2.072m de altura. O maciço, que se alonga de norte a sul no estado, recebe as águas provindas dos céus e as distribui para as grandes artérias fluviais mineiras, as quais conhecemos como os rios Doce e São Francisco, as duas principais bacias hidrográficas que alimentam o corpo das Gerais. [3]

É nesse lugar que *Calmon (2012),* tomado pelo encantamento da experiência, reflete, na escritura, as linhas da cordilheira e afirma que é "[...] *o mais impressionante recolhimento que a fé em Deus levantou em terras do Brasil [...] nas ásperas cumeadas do Caraça o asilo mais solitário – e mais poético – deste país. O Monte Atlas da religião brasileira". (ver figura 1)*

Cercada pelo anfiteatro formado pelas montanhas que se erguem negras em direção ao azul celeste, o santuário

---

1 Pesquisador do Centro de Estudos da Religião Pierre Sanchis (CER) – UFMG
Mestrando em Ciências Sociais na e graduado em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

2 "O Caraça é muito velho, velho da velhice do velho mundo. Seu planalto já esteve coberto pelas águas. E onde vemos hoje capoeiras e matas, campos e varginhas, picos e quebradas, havia, outrora, uma lagoa imensa e profunda... A sua linda e verde bacia já foi também enorme cratera a vomitar lavas, chamas e cinzas. Peixes nadavam, brincando, onde passarinhos fazem agora seus ninhos. Fogo derretia pedras e rochas, onde hoje colhemos flores e frutos. Sempre foi bela e foi sempre grandiosa a natureza caracence. E, até os nossos dias, o Caraça guarda, na sua fisionomia, os contrastes que Deus lhe imprimiu no decorrer dos séculos – finos traços de formosura e poesia, grossos sulcos de assombrosa fôrça e nobreza." (Sarnélius, p. 22)

3 "Toda superfície da capitania de Minas Gerais é composta de continuados montes e serrotes, mas entre todos eles sobreleva-se muito esta dita serra, a qual eu lhe chamo a Grande Serra, como a mais principal, e que corta toda a Capitania do sul ao norte. Esta mesma serra pela sua cumeada, sempre encadeada, vai dividindo as águas da mesma Capitania em duas principais: Em águas de Leste, que vão todas ao Rio Doce... e em água do Poente, que vão todas ao Rio de São Francisco." (Couto, J. V. 1801 Rev. Arqu. Públ. Mineiro, 6:55-106; 1900).

do Caraça é palco de poder e graça que rivaliza com a própria natureza que o cerca. Em meio aos cumes, um homem constrói sua memória e encena sua hi[e]stória de mistérios e devoção. Como uma flor que irrompe da terra, exuberante, a hi[e]stória é criada e acolhida em meio ao ventre das montanhas. [4]

O viajante recém-chegado percebe que o Caraça não se estabelece como uma arquitetura isolada a refletir um passado morto; ao contrário, espelha a universalidade do conhecimento na sua biblioteca de documentos centenários, nos utensílios, quadros e objetos, e nas pinturas. Sua igreja de estilo gótico é o convite a uma viagem vertiginosa, como quem adentra o túnel do tempo e à Europa do século XIII. Porém, é notório o fato de toda essa excentricidade ser arrebatada pela natureza vivaz que se forma ao seu redor.

Inúmeras são as lendas que buscam explicar o nome do lugar, uma delas refere-se à montanha que delineia o horizonte caracence. A primeira se refere ao Pico do Inficcionado, que tem em seu topo a forma do rosto de um gigante deitado de costas a olhar o céu, com a boca semi-aberta. Nas palavras de Sarnélius (1953:25) "*como se fôra para fazer ecoar, pela vastidão da silenciosa serrania, um grito rouco e longo, a afugentar as aves de rapina do céu e a deter nos covis as feras das cavernas e matas"*.

Outra alegoria, e essa pouco divulgada, remonta ao momento em que o Irmão Lourenço chega à região. Quando esse homem misterioso passa, em 1770, pelo povoado de Brumal, que fica aos pés da serra do Caraça, os meninos, ao ver aquela figura distinta em sua fisionomia, com seus olhos grandes, rosto comprido, barba crescida e cerrada, nariz agudo e sobrancelhas retas e carregadas, logo o apelidaram de *Caraça*.[5]

O fato é que tanto a origem do Irmão Lourenço quanto o nome do lugar que ele escolheu para viver seus dias é envolto em mistérios e relatos. Serão esses mistérios e relatos a serem percorridos a partir daqui.

Figura 1: O santuário do Caraça.

4 "O termo hi[e]stória é grafado propositadamente hi[e]stória para ressaltar o double bind que o tropo comporta e solicita como fato e artefato histórico, como evento e acontecimento socioantropológico, como real factual e construção imaginária e/ou discursiva. Double bind [duplo vínculo], proposto por Gregory Betenson em 1956, refere-se à existência de injunções paradoxais [aporéticas], dupla postulação. Uso aqui na sua acepção derridiana, que remete ao senso mesmo da diferença e da indeterminação no que tange à solução e ao fechamento de uma questão de pensamento. Em uma só palavra: indecidibilidade" (Perez, 2011, p.23).

5 Há uma segunda explicação do nome do Caraça. Inédita e interessantíssima. Os colegiais, quando chega um novato, cujo nome é ainda desconhecido, costumam batizá-lo, dando-lhe um apelido. Chamam-no de narigão ou boquerão, de beiçudo cu orelhudo, de girafa ou tatu, de capivara ou lagartixa, conforme o defeito físico ou a semelhança zoológica que chegam a descobrir na sua vitima. Foi o que fizeram os habitantes de Brumal e de Santa Bárbara que se encontravam, pela primeira vez, com o Irmão Lourenço – o recém-chegado à serra, o novato português na terra do Brasil. Tinha êle a cara grande, larga e cheia. Não lhe sabendo o verdadeiro nome, puseram-lhe a alcunha depreciativa e injuriosa de Caraça. "vamos ver o Caraça", isto é, o "Irmão Lourenço", diziam eles, quando galgavam a serra. Pobre Caraça! Seria essa a origem do teu nome glorioso! Um nome tão feio e tão irreverente, dado o teu fundador tão santo e tão bonito... os caracenses devem protestar contra essa interpretação. Sarnelius (1953, p.27).

Fonte: www.defatoonline.com.br/noticias/img/noticias/foto_05022013145554.jpg. Acesso em: 14 novembro de2014.

Das entranhas petrificadas pelo tempo: a hi[e]stória do Caraça

Inúmeros são os mistérios que envolvem o surgimento do Caraça. A lenda mais conhecida e disseminada nos corredores do antigo claustro afirma que o fundador do local foi o homem que assinava simplesmente por Irmão Lourenço de Nossa Senhora. Foi no ano de 1770 que ele dirigiu-se a lugar tão inóspito para construir, em meio à exuberante natureza e isolado dos homens, a sua derradeira morada.

Mas qual a proveniência do Irmão Lourenço? O que motivara um homem a isolar-se do mundo de tal maneira? Esses são alguns dos questionamentos que podem ser feitos por aquele que sobe as montanhas e percorre os corredores do santuário, um conjunto arquitetônico isolado entre as vértebras da Serra do Espinhaço. Chegar à Casa de Nossa Senhora Mãe dos Homens (como é conhecido o local) é desvendar o espaço de fecunda poesia, despir-se da vida citadina e do tempo *Cronos*, experimentar o tempo dos deuses, ou seja, é permitir à alma flamejar imersa ao tempo que, como rio, corre suave frente ao excesso de estímulos que canaliza a vida dos indivíduos nas grandes cidades. Calmón (2012), ao descrever a experiência de estar no Caraça, afirma que ali se encontra "[...] o *santuário mais perto do céu e mais longe da terra, donde até parece que a gente apalpa, nas nuvens, a sombra boa e melancólica do ermitão de 1775"* [6]. (ver figura 2)

A vida do irmão Lourenço é tecida pela mantilha de grandes mistérios e lacunas, em seu testamento diz ter nascido na região de Nagozelo em Portugal, sendo seus pais Antônio Pereira e Ana de Figueiredo. Porém, uma lenda muita disseminada por terras mineiras afirma que o verdadeiro nome do ermitão é Carlos Mendonça de Távora. A maior parte dos relatos que se referem à passagem do Irmão Lourenço por terras mineiras tem como fundamento as experiências disseminadas culturalmente pelo imaginário dos moradores da região. São as narrativas encantadas pelo mistério que buscam encontrar a origem do ermitão, e, ao penetrar no mundo da pesquisa, na tentativa de estabelecer contato com esse outro, o pesquisador se vê em uma encruzilhada uma vez que a linhagem do Irmão Lourenço não dialoga com as bases documentais. É o Caraça, desde sua origem, o mistério profundo que se instala nos cumes de Minas Gerais.

Uma das narrativas mais conhecidas sobre a aparição do Irmão Lourenço de Nossa Senhora tem sua gênese em Portugal no século XVIII, há 255 anos, quando os Távoras foram executados sob a acusação de estarem envolvidos no atentado ao rei D. José I. Não houve julgamento, apenas um processo sucinto em 12 de janeiro de 1759, no Palácio da Ajuda. Dentre os Távoras executados, estavam D. Leonor, José Maria de Távora, Luís Bernardo de Távora, D. José de Mascarenhas, D. Jerônimo de Ataíde, Manuel Álvares Ferreira, Brás José Romeiro, João Miguel e José Policarpo Azevedo, que fora queimado em efígie uma vez que não foi encontrado pelos guardas reais[7].

As escrituras da época relatam que D. Teresa de Távora, mulher do Marquês Luis Bernardo de Távora, mantinha relação amorosa com D. José I, sendo ela quem informava ao rei todas as anedotas que circulavam na corte a seu respeito. Os Távoras eram muito devotos e sempre tiveram um vínculo muito forte com os jesuítas e, quando no ano de 1759 o então rei determinou a expulsão de todos os jesuítas dos domínios de Portugal, os Távoras perceberam de maneira ofensiva tal determinação.

Em 27 de agosto de 1758, D. José vai visitar D. Teresa. No seu retorno ao palácio real, fora vitima de uma emboscada onde sobreviveu com alguns ferimentos. No dia seguinte, nas ruas de Lisboa, os burburinhos sobre o episódio retumba nas casas e ganha as ruas. Várias foram as hipóteses acerca do ocorrido com o rei, dentre as quais a acusação de que a família Távora havia arquitetado a empreitada para acabar com a vida do então monarca português, uma vez que motivos não lhes faltavam: como se não bastasse a expulsão dos jesuítas, era forte a suspeita da relação amorosa com a Marquesa.

O burburinho fora encarado pelos Távoras como uma forte humilhação e ultraje à honra da linhagem, o que causou tensão entre a família e a monarquia constituída. Porém, o silêncio quanto ao atentado se manteve ao

---

6 Calmón, 1934.

7 Disponível em: http://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/o_suplicio_tavoras/. Acessado em 28 de novembro de 2014.

longo de três meses. Nada fora oficialmente pronunciado. O silêncio quebra-se quando aqueles que supostamente cometeram o atentado, acusados dos crimes de alta traição e lesa-majestade, são presos e, em 13 de janeiro de 1759, próximo à torre de Belém, em Lisboa, os sentenciados à morte são torturados e executados publicamente e suas cinzas jogadas no rio Tejo.

Ainda hoje a discussão em torno da inocência dos Távoras é levantada dentre os historiadores portugueses. Em uma das extremidades, há relatos documentados sobre as divergências estabelecidas entre a alta nobreza e o então rei D. José I. Porém, o fato é que com o desaparecimento da Família Távora e dos jesuítas, que se opunham a Sebastião de Melo, o Marquês de Pombal, a nobreza fora por fim aniquilada e o monarca poderia governar sem interferência da igreja.

Reza a lenda, amplamente divulgada em Minas Gerais e especialmente no Caraça, que o Irmão Lourenço de Nossa Senhora era, na verdade, D. Carlos de Mendonça Távora, que fugira para o Brasil e aqui, no antigo Arraial do Tijuco, hoje município de Diamantina, recebeu o hábito da Ordem Terceira de São Francisco. Porém, tal informação vai de encontro aos relatos encontrados no *Arquivo Nacional Torre do Tombo*[8], que afirmam que não foi D. Carlos de Mendonça Távora, e sim José Policarpo de Azevedo, que fora queimado em efígie. A matéria publicada no jornal *A noite,* no qual há o relato da declaração do então advogado, jornalista, poeta, magistrado e historiador Antônio Augusto de Lima Júnior, no Instituto Histórico de Minas Gerais, que afirma ter feito a inédita descoberta de que a verdadeira identidade do Irmão Lourenço não é de um membro da família Távora, mas sim de José Policarpo de Azevedo, um dos homens que atiraram contra o imperador D. José I e, logo em seguida fugiu para o Brasil.[9]

> Na história, como em tudo mais, não há fumaça sem fogo. As lendas, como é geralmente sabido, são a fumaça do fogo escondido ou apagado pelo tempo, visto como elas se desprendem sempre dum fato verdadeiro, esquecido, aumentado ou adulterado. Alguns fatores constantes se apresentam na crônica do misterioso Eremitão do Caraça. É certo que ele próprio se denominava Irmão Lourenço e que vinha do norte de Portugal. Tais dados devem ser lembrados no exame da matéria . [...] a grande família dos Távoras possuía representantes em várias localidades do norte do reino e todos eles se viram envolvidos da noite para o dia na cruel perseguição pombaliana. Somente a ela escaparam os que conseguiram fugir. (Revista O CRUZEIRO, Rio de Janeiro – 10/03/1951, p.77)

No entanto, Sarnelius (1953), afirma que o Irmão Lourenço seria Carlos Mendonça de Távora, e que fora batizado em *Souropires* no dia 5 de Janeiro de 1748. Tais informações foram levantadas não por um contador de lendas, mas pelo conterrâneo do Irmão Lourenço, o padre Bernardo, vigário da Ilha do Governador. O vigário não apenas relatou oralmente ao então Padre Leandro (o primeiro superior do Caraça), como também fez questão de deixar lavrada a sua declaração, com a ratificação do Padre Leandro[10].

---

8 Disponível em: http://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/o_suplicio_tavoras/. Acessado em: 29 de novembro de 2014.

9"Esclarecendo celebre e controvertido mistério histórico, o Sr. Augusto de Lima Junior acaba de fazer em sessão solene, importante comunicação ao Instituto Histórico de Minas Gerais, descobrindo, através de fato e inédita documentação, a verdadeira identidade do Irmão Lourenço, fundador do Caraça. [...] De acordo com as provas apresentadas pelo historiador, o Irmão Lourenço não era o fidalgo Dom Carlos de Mendonça Távora [...] e sim o aoviço do Convento Franciscano do Varatojo, José Policarpo de Azevedo, autor dos tiros de bacamarte desfechados no Rei Dom José de Portugal na emboscada do quinto de melo. O noviço Policarpo, conseguindo fugir da prisão, foi queimado em efígie no suplício de Belém e, adotando o nome de Lourenço fugiu para o Brasil e internou-se em Minas e aqui fundou o Caraça. (**A NOITE** – Ano XXXVII, Rio de Janeiro - quarta-feira, 19 de novembro de 1947. Nº 12726, p.9)

10 "Quem no-lo disse não foi um inventor de lendas. Foi um sacerdote, informando outro sacerdote. O informante foi o Padre Bernardo, vigário da Ilha do Governador, que era natural do lugar onde nasceu o Irmão Lourenço e conhecia toda a sua família. E o informado, o Padre Leandro, o primeiro Superior do Caraça, que tinha interêsse de saber a verdade e só a verdade. O Padre Bernardo não se contentou em informá-lo oralmente. Quis deixar por escrito a sua declaração,

Os documentos até aqui encontrados leva-nos a crer que tanto para a imprensa quanto para a Ordem Terceira de São Francisco, o Irmão Lourenço sempre foi uma aparição envolta em profundos mistérios. De tal maneira, aquele homem poderia se apresentar como quisesse a partir do momento em que desembarcara no Brasil e chegara ao Arraial do Tijuco.

Figura 2: Irmão Lourenço.
Fonte:http://www.santuariodocaraca.com.br/wp-ontent/uploads/2014/02/ir_lourenco.jpg . Acesso em: 19 de novembro de2014.

Volta-se ao ponto inicial, qual seja: mas, qual a proveniência do Irmão Lourenço? Por que o mistério de sua origem? Qual seria a resposta do Irmão Lourenço diante a fumaça que se ergue do fogo que o criou? Seria ele um Távora? Provavelmente, nas palavras de Sarnélius (1953), ele diria: "Eu não digo nem sim nem não. O que peço é que me deixem ser o que sou: O IRMÃO LOURENÇO DE NOSSA SENHORA".
Chegando ao Brasil a emblemática figura, que hoje é conhecido por Irmão Lourenço, vai trabalhar na mineração, extraindo diamantes, no Arraial do Tijuco. Ali chegando, faz-se membro da Ordem Terceira de São Francisco, saindo assim do anonimato e ganhando status social e proximidade com os principais homens do lugar, dentre os quais vale citar o contratador João Fernandes de Oliveira, que viveu com a escrava alforriada Chica da Silva.[11]

---

como para lhe dar mais fôrça e autoridade. E o Padre Leandro, como para autenticá-la, assinou-a como seu nome. Não é permitido duvidar do testemunho dos dois ministros de Deus. E aumenta o valor da informação o fato de ter sido escrito no dia próximo ao primeiro aniversário da morte do Irmão Lourenço. Quem no-lo afirmou ainda foi o Padre Miguel Sipolis, o quinto Superior do Caraça. Êste sábio lazarista era um apaixonado da Hi[e]stória. Prova-o a sua diligência em enriquecer a biblioteca do Caraça com dezenas de livro de antigos e famosos historiadores. Estêve três anos em Portugal, onde, metido nos velhos arquivos de mosteiros, claustros e câmaras eclesiásticas, tudo fez por descobrir a origem do fundador do Caraça, e onde visitou e interrogou a família dos Mendonças de Távora, com quem, depois, continuou a ter relações epistolares." (SARNELIUS, 1953, p.33-34)

11 "É certo que o Irmão Lourenço andava, em 1763, pelo distrito diamantino da comarca de Sêrro Frio, para onde riquezas auríferas atraíam, naquele tempo, muitos aventureiros, em busca de ouro. É certo que, a 28 de fevereiro de 1763, Lourenço estava devotamente ajoelhado na capela de Santo Antônio do Tijuco, recebendo o santo hábito da Venerável Ordem Terceira de São Francisco. É certo ainda que, no dia 4 de outubro do mesmo ano, festa de seu pai seráfico, fez a sua solene profissão, depois de sete meses de aprendizagem religiosa, dispensado de mais tempo de provação, por ter sido noviço exemplaríssimo e piedosíssimo. É certo enfim que, no ato de professar, jurou, publicamente, defender a Imaculada Conceição da Virgem Senhora Nossa e que, no título oficial de sua admissão, traz êle o nome de Irmão Lourenço de Nossa Senhora." (SARNELIUS, 1953, p.32)

Entre os anos de 1768 e 1770, o Irmão Lourenço compra a sesmaria do Caraça e ali faz sua morada até os últimos dias de vida.
Para conhecer a escritura que nos levará ao Caraça, faz-se necessário escolher um caminho para que, em meio a essa ciranda de mistérios, o Irmão Lourenço possa ressurgir nessas linhas que aqui teço e ultrapassar a "porta do céu".[12]

Dos caminhos e do tempo: os momentos do Caraça

Antes de começar a construção do Caraça, estava o Irmão Lourenço na *Vila Nova da Rainha de Caeté,* onde hoje é a cidade de Caeté, distante 47 quilômetros da capital mineira, com o seu conterrâneo Antônio da Silva, o Bracarena, cuja hi[e]stória de chegada ao Brasil remete, também, à perseguição do Marques de Pombal. Ambos haviam prometido a Nossa senhora que construiriam um templo em sua homenagem. Certo dia, os habitantes daquele vilarejo relataram aos dois missionários o milagre que havia acontecido no povoado da Penha, onde uma menina muda vira no topo da serra a epifanização da Virgem com uma criança no colo. Logo que essa aparição se fez, a menina muda de nascença começou a falar.
Entusiasmados com os relatos trazidos pelos moradores locais, Lourenço e Bracarena decidiram erguer na Serra da Penha, hoje Serra da Piedade, a igreja em homenagem a Nossa Senhora. Bracarena insistia para construir a igreja no alto da serra, no local exato no qual a Virgem havia aparecido, mais próximo ao céu, em um espaço de tranqüilidade e isolado das tentações mundanas. Mas Lourenço não gostou da idéia – uma vez que a menina, que era muda, começara a falar quando já estava aos pés do monte – e queria erguer a ermida mais perto da *Vila Nova da Rainha de Caeté,* onde os peregrinos poderiam chegar em maior número e as visitas eclesiais seriam mais constantes. Diante de tal divergência, o Irmão Lourenço continuou sozinho a sua caminhada até chegar às planícies de *Brumal,* e Bracarena fundou ali, no alto da Serra da Penha, a ermida em homenagem a Nossa Senhora da Piedade.

> O Caraça era em 1768 um rancho de capim e nada mais. Neste Rancho, morava um homem que não era casado e não tinha filhos. Chamava-se Lourenço. Seu leito era um couro estendido sobre a terra fria. Seu alimento, frutas, raízes e caça do mato. Sua única bebida, a água sem micróbios que corria nos regatos. Morava sòzinho Lourenço, na casinhota de palha. (Sarnélius, 1953, p.38)

E assim, no ano de 1768, inicia-se a construção do que hoje é conhecido como Santuário do Caraça. Com posse de oito mil cruzados, o irmão Lourenço aos poucos deixa a casa de sapé e constrói uma ermida e uma capelinha em homenagem a Nossa Senhora Mãe dos Homens. Em seus primeiros anos, o Caraça foi um eremitério onde se hospedavam os irmãos da Ordem de São Francisco de Assis e também um centro para os peregrinos que subiam a Serra. Em 10 de agosto de 1774, rezou-se a primeira missa.[13]

---

12 "Porta do Céu": é o que anuncia a placa que fica aos pés da serra que leva ao Santuário do Caraça.

13 "O Irmão Lourenço era devoto como os seus patrícios que ancoraram na enseada de Pôrto Seguro em 1500 [...] Pedro Álvares Cabral, logo ao desembarcar, mandou levantar na praia um alto cruzeiro, como símbolo de sua fé. Lourenço de Nossa Senhora, mal chegado ao Caraça, foi êle mesmo cortar, na mata virgem, a mais robusta das candeias, tirou-lhe a casca, rachou-a em dois pedaços e, feita com êste uma cruz por meio de um grosso cipó, plantou-a na rocha, como sinal de sua única esperança. [...] sobre a areia da Coroa Vermelha, Cabral ergueu um altar suntuoso, onde Frei Henrique cantou uma 'grande' missa oficial. Na fralda das montanhas caracences, Lourenço armou um altarzinho muito tosco e foi ao Inficcionado busca um padre, que rezou, na serra do Caraça, a primeira missa e ali pregou o primeiro sermão, o sermão da montanha. [...] A primeira missa no Brasil e a primeira missa no Caraça são duas cenas diferentes em paisagem e assistência, mas são semelhantes pela sua piedade e significação. São dois painéis, um grandioso, outro modesto, ambos de estima e carinho. O primeiro, para os brasileiros todos. O segundo, só para os caracences. Êste, doce lembrança de intimidade familiar. Aquêle, gloriosa recordação de ambiente nacional." (Sarnélius, 1953, p.41)

Ao longo de quase meio século, entre os anos de 1774 e 1820, o Caraça foi hospício, não no sentido que hoje a palavra imprime à sociedade, ou seja, local destinado àquelas pessoas com transtornos mentais, mas, de origem portuguesa, *hospício* remete a uma pequena casa onde se encontram os religiosos de uma Ordem; relaciona-se, portanto, à hospitalidade e hospedaria. Naquele ambiente que fora criado pelo Irmão Lourenço, leigos e devotos de São Francisco de Assis fundaram uma comunidade de fé e devoção a Nossa Senhora Mãe dos Homens e a São Francisco de Assis.[14]

As terras do Caraça pertenciam ao Irmão Lourenço, assim como a ermida que construíra com o seu dinheiro e esmolas. Preocupado com o destino do local, o Irmão Lourenço, então com 58 anos, em 20 de janeiro de 1806, na cidade mineira de Mariana, registra o seu testamento, deixando escrito que seu desejo maior era que o Caraça ficasse em poder da Mitra de Mariana. Porém, o então bispo da cidade, Dom Frei Cipriano, recusa a aliança, alegando que estando o Caraça no padroado da coroa portuguesa, o terreno era por direito pertencente ao rei. Desolado com tal constatação, e tomado pela desconfiança em relação a seus irmãos de hábito, prudente em suas decisões, o ermitão redige o seu testamento deixando todo o seus bens para o rei de Portugal. Ao mesmo tempo, ele envia uma carta a Portugal, implorando a D. João VI que estabeleça no Caraça uma residência para missionários, e que não sendo possível a vinda deles, que a sua ermida sirva para o seminário de meninos.[15]

O Irmão Lourenço morreu em 27 de outubro de 1819, foi sepultado dentro da ermida que fora por ele erguida e de onde todos os dias rezava solicitando à Virgem Rainha dos Céus que os seus sonhos fossem realizados. A sua idade, bem como a sua origem, é do campo do mistério, ou seja, não demarcado pelo fim, e sim pelos relatos de experiência e lendas. Nos termos de Perez, é "*a experiência na duração da experiência*".[16] Saint-Hilaire, que esteve com o Irmão Lourenço no ano de 1816, afirma que ele teria morrido aos 95 anos. Carl Friedrich Philipp von Martius, que esteve no Caraça no ano de 1818 para estudar a flora local, afirma que o eremita partiu dessa vida com mais de 100 anos de idade. O padre Sarneel, que morreu em 1963 aos 80 anos de idade, afirma que o Irmão Lourenço morreu com pouco mais de 70 anos.[17]

> Pouco antes de entregar a Deus sua alma, teve o devoto Irmão Lourenço uma visão celeste. Apareceu-lhe Maria Santíssima: "Eu sou, disse ela, a Rainha dos Apóstolos... alegra-te, Lourenço... Em breve, eu mandarei missionários para a tua ermida... Êles a guardarão em teu lugar... vem comigo para o céu." (Sarnélius, 1953, p.46)

No mesmo ano em que faleceu o Irmão Lourenço, partiram de Lisboa, designados pelo então Rei de Portugal D. João VI, os padres lazaristas Leandro Peixoto Rebelo e Castro e Antônio Viçoso. O destino, a priori, seria o cumprimento de missões no estado de Mato Grosso. Porém, tal qual o milagre que rompe o intercurso da razão, quando aqui desembarcaram no Rio de Janeiro, em 7 de dezembro de 1819, foram informados de que esta missão já estava ocupada pelos capuchinhos. O Rei não querendo que os padres aqui ficassem sem ocupação, ordenou que eles subissem a Serra do Caraça e cumprissem o testamento do Irmão Lourenço. Em abril de 1820, os dois padres Lazaristas atravessam a *ponte mística* e adentram o território onde até hoje se encontra o

---

14 "É neste sentido que, nos trinta e seis primeiros anos de sua existência, o Caraça foi hospício, onde leigos devotos, observando as regras e vestindo o hábito do patriarca São Francisco, viviam como irmãos, sob a proteção da Senhora Mãe dos Homens. Cheia de fervor, a principio, a pequena e pobre comunidade. Era ermitão- mor o Irmão Lourenço que edificava os seus dez ou doze confrades por uma vidadevota e um desapêgo completo das coisas do mundo." (Sarnélius, 1953, p.57)

15 O testamento do Irmão Lourenço encontra-se nos arquivos na biblioteca do Santuário do Caraça e, com transcrição para a página 259 do livro "Guia sentimental do Caraça" Sarnélius,1593.

16 Citado em sala por Léa de Freitas Perez na disciplina por ela ministrada: *Do sagrado, vocabulário e disseminações.* UFMG-2013.

17 TOBIAS, 1976.

Santuário.[18] Antônio Ferreira Viçoso torna-se o primeiro superior da casa e também o primeiro sacerdote. Em novembro do mesmo ano, é hora de os primeiros alunos, provenientes do Rio de Janeiro, matricularem-se no colégio fundado pelo Padre Viçoso. No ano de 1824, o Caraça recebe o título de Colégio Imperial, sob a inscrição de: *Casa Imperial de Nossa Senhora Mãe dos Homens.* Entre os anos de 1820 e 1910 mais de oito mil alunos por ali passaram para estudar. A sua biblioteca contava, na época, contava com mais de 50.000 volumes. A partir de 1865, o Caraça faz aliança com o Seminário de Mariana, tornando-se um sólido estabelecimento de ensino. O principal motivo é que, em 1853, houve um surto de varíola na cidade de Mariana e o então bispo Dom Viçoso, na intenção de proteger seus seminaristas, os transferiu para o Caraça, transformando-o em Seminário Maior, ou seja, um instituto eclesiástico de estudos superiores de teologia, filosofia, hi[e]stória e direito.[19] Para adequar a estrutura física à quantidade de novatos que ali aportaram, na segunda metade do século XIX, houve uma expansão do local e, novas alas e um refeitório foram criados. Essa maior intensidade na construção se deu na época em que o Padre francês Júlio Clavelin, que também era arquiteto e engenheiro, estava na administração do local. Foi ele também o responsável pela derrubada da ermida feita pelo irmão Lourenço de Nossa Senhora, erguendo em seu lugar o templo de estilo neogótico. A construção, que foi feita com material local, demandou mais de meia década, sem recorrer à mão escrava. A consagração da Igreja ocorreu em 27 de maio de 1883. (ver figura 3)

Figura 3: Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens. Disponivel em: http://viajantesdasgeraismg.files.wordpress.com/2012/08/destaques-40-caraca-4-620x413.jpg. Acesso em: 26 de novembro de 2014.

18 "Uma ponte é sempre uma espécie de clausura onde, entre as duas margens de um rio e sobre a água que vem, passa e desaparece, o peregrino desta terra se sente só, separado do mundo, embora dela não se afastou de todo. Por isso, é nas pontes que os místicos costumam passear, mais longamente, as suas pias meditações, assim como, nelas também, os apaixonados preferem combinar os seus fortuitos encontros. [...] O Caraça tem a sua ponte mística. Era, no século passado, uma pinguela em que o *padre santo* de então se equilibrava, utilizando a marumba. Hoje, é uma grande ponte em que podes pisar, andar e pular, sem medo de cair, e podes aprender muita filosofia mística. Por ela passaste quando, à tua chegada, transpusestes o rio em cujas águas as fôlhas sêcas e as flores murchas que, à sua beira caem, das arvores caracenses, descem sobrenadando até Santa Bárbara, vão descendo pelo rio Piracicaba e descem ainda mais pelo rio Doce, para depois sumirem na vastidão do oceano. [...] Em baixo, a água que desce, lambendo as margens, é o tempo que foge, é a vida que vai aos poucos. A fôlha que bóia, girando, a caminho do mar, é a vida agitada e torturada que retorna a Deus." (Sarnélius, 1953, p.160)

19 Disponível em: http://www.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1429. Acesso em: 21 de novembro de 2014.

Memórias e Cinzas

> O homem morre, o culto continua; o lar não deve extinguir-se, nem o túmulo deve ser abandonado. Com a continuação da religião doméstica, o direito de propriedade também permanece (COULANGE, 2006, p.61)

O colégio chega ao fim em 1968, quando o incêndio em suas dependências interrompe os serviços de ensino. Apesar de não findar completamente as atividades ali desenvolvidas, o Semináro Maior precisou fechar suas portas e o Caraça volta a ser um local para acolher os peregrinos e encontros culturais, sendo que no campo educacional fica restrito, desde então, à formação de padres da Congregação Lazarista.

Devido à intensidade das labaredas que tomaram o prédio onde era a biblioteca, o Caraça perdeu com o fogo, mais de 30.000 volumes de livros, e outros 15.000 exemplares foram salvos pelos alunos e pelos padres que se arriscaram, em meio as chamas, para salvar as raridades bibliográficas e documentais que ali estavam depositadas. No final, do edifício restaram apenas as paredes. Foi necessário, sobre os escombros do colégio, fazer intervenções que preservassem a hi[e]stória sem agredi-la com soluções 'modernosas'. Optou-se por manter as ruínas e acrescentar panos de vidro para a sua preservação.

A partir dos anos de 1970, inicia-se a restauração e proteção dos conjuntos arquitetônicos e paisagísticos. Nesse objetivo comum, despendem esforços a iniciativa privada, por meio da Companhia Vale do Rio Doce; a União, via IPHAN; o Estado, por meio do IEPHA, e a Congregação da Missão.[20]

A trajetória de liberação de recursos e de busca de cooperação com os órgãos do patrimônio, IPHAN e IEPHA -MG, é cheia de altos e baixos, assim como o próprio relevo da região do Caraça. Por três vezes, na década de 1970, foram propostas verbas para a restauração do complexo arquitetônico, embora sem concretizar os desejos dos Lazaristas, ainda traumatizados com o incêndio que destruiu parte da construção. Na primeira vez, em 1974, os projetos de preservação não foram concluídos e nenhuma ação ganhou vida.

Dois anos se passaram até que uma nova rodada de negociações foi realizada entre os padres que administravam o local e o governo do Estado, estando, no centro das atenções, itens como a recuperação da parte incendiada; a segurança, incluindo policiamento e controle da área por agentes rodoviários; conservação ambiental, uma vez que o Santuário tem uma rica biodiversidade, com fauna e floras pesquisadas desde os seus primórdios; e a necessidade de uma estrutura hoteleira para receber os visitantes. Finalmente em 1977, o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) entrou em cena e denunciou a destruição do Caraça.[21]

Os ventos da esperança começaram a soprar em 1980, quando os lazaristas assinaram convênios para que houvesse a recuperação das áreas destruídas pelo incêndio e aproveitamento do espaço, transformando-o em um centro de pesquisa nos campos da religiosidade, história e cultura. As intervenções foram conduzidas em

---

20 O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, responsável por preservar os diferentes elementos que compõem a sociedade brasileira. Tendo como Missão promover e coordenar o processo de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, a responsabilidade do IPHAN implica em preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros, bem como assegurar a permanência e usufruto desses bens para a atual e as futuras gerações. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10&sigla=Institucional&retorno=paginaIphan. Acesso em: 29 de novembro de 2014.

O Instituto Estadual de Patrimônio Histórico (IEPHA) tem por finalidade pesquisar, proteger e promover os patrimônios cultural, histórico, natural e científico, de natureza material ou imaterial, de interesse de preservação no Estado de Minas Gerais, nos termos da legislação estadual que dispõe sobre a matéria. Cabe ao IEPHA/MG, além da proteção aos bens por ele tombados, cuidar da difusão da consciência patrimonial e da criação de instrumentos e mecanismos que contribuam, de maneira universal e eficaz, para a preservação da memória e identidade culturais em todo o Estado. Disponível em: http://www.iepha.mg.gov.br/institucional. Acesso em: 29 de novembro de 2014.

A Congregação da Missão é fundada por São Vicente de Paula, tem origem francesa no século XVII, no Brasil a sua sede é no Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: http://www.pbcm.com.br/o-que-e-pbcm/. Acessado em: 29 de novembro de 2014.

21 Miranda, 2006.

parceria do IEPHA-MG com o antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). No entanto houve novo colapso e as obras pararam devido a falta de recursos.
Dentre os elementos acrescentados ao prédio incendiado, o pano de vidro tornar-se um objeto emblemático ao permitir que o passado e o presente dialoguem, sem que para tanto seja necessário a sobreposição. A existência da hierarquia e do respeito prevalece e, ganha visibilidade na restauração da biblioteca do Caraça. Respeitando o percurso histórico dos fatos, a memória é preservada no complexo arquitetônico. (ver figura 4)

Figura 4: A biblioteca do Caraça. Disponível em: http://oglobo.globo.com/blogs/arquivos_upload/2009/07/9_276-alt-Vidor%2008.JPG. Acesso em: 30 de novembro de 2014.

Considerações finais

Percorrer os caminhos que levam ao Irmão Lourenço é uma árdua tarefa. Muitos são os relatos, falados e documentados, acerca da proveniência e idade do ermitão. Escolhi neste trabalho e, como quem segue uma trilha, discorrer sobre a sua proveniência, conclamando para tanto, além de documentos, os relatos daqueles que vivenciam diariamente o Santuário do Caraça, quais sejam: os padres e funcionários do complexo. Todo o percurso em busca de artefatos e de informações é do campo do mistério e continuará o sendo devido aos inúmeros relatos que ainda geram lacunas ao se recompor a trajetória do fundador da capela que deu origem ao Santuário. A vida pregressa do Irmão Lourenço, anterior à chegada sua ao Caraça, é o fantasma que se instala na imaginação de todos os que por ali estiveram.
Hoje o Caraça é um espaço de peregrinação, cultura, religiosidade e conhecimento que foi sendo construído em torno da figura emblemática do Ermitão que ali aportou. Percorrer o claustro é estar a todo momento em contato com a hi[e]stória de Minas Gerais. O reconhecimento pelo IPHAN é importante uma vez que possibilita que as memórias material e imaterial do santuário sejam preservadas.
A herança transmitida por meio das gerações permite o diálogo entre passado e presente, garante a manutenção da memória do Caraça e enriquece o patrimônio de Minas, jogando mais luz sobre a hi[e]stória do Brasil.

Referencias

BORBA, Francisco S. (2011), *Dicionário UNESP do Português contemporâneo*. Curitiba: Piá.

CALMON, Pedro. (2012), In: *Serra do Caraça***.** Belo Horizonte (MG): Formato.

COULANGES, Fustel de. (1961), *A cidade antiga.* São Paulo (SP): Edameris.

COUTO, J. V. 1801 *Memória sobre as minas da capitania de Minas Gerais - Manuscrito do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1842, reimpresso em: Revista Arquivo Público Mineiro,1900.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza Miranda. (2006), *Tutela do patrimônio cultural brasileiro: doutrina, jurisprudência, legislação*. Belo Horizonte: Del Rey.

OTTONI, Christiano. (2012), *Serra do Caraça***.** Belo Horizonte (MG).

PEREZ, Léa Freitas. (2011) *Festa, religião e cidade: corpo e alma do Brasil***.** Porto Alegre: Medianiz.

SARNÉLIUS. (1953), *Guia Sentimental do Caraça*. Belo Horizonte (MG), Associação dos Ex-alunos dos Lazaristas e dos amigos do Caraça.

ZICO, Pe. José Tobias. (1988), *Caraça, peregrinação, cultura, turismo*. 5ed. Belo Horizonte (MG): Líttera Maciel.

No rosto, a língua

Gisele Gallicchio
gisoresgal@gmail.com

Ada Kroef
ada.kroef@gmail.com

Resumo: O rosto, para Deleuze e Guattari, é uma política que se desenha pelos traços de significação e de subjetivação, fixando o centro, identificando a maioria, assegurando a memória e sua reprodução. Neste sentido, "a unidade de uma língua é antes de tudo política". Ela consiste em uma tomada de poder por uma língua dominante que busca homogeneizar e calar as virtualidades das línguas menores. A partir das variações em uma língua menor, relatada por Robert W. Slenes no deslocamento dos africanos para o Brasil durante o domínio colonial português, o trabalho problematiza os investimentos de uma política de homogeneização e aponta a importância em afirmar a singularidade de diferentes modos de existir que assinalam o patrimônio imaterial daqueles países cuja língua oficial é o português.

Palavras-chaves: língua menor – resistência – políticas públicas

1. Língua presa

> "Não existe significância independente das significações dominantes, nem subjetivação independente de uma ordem estabelecida de sujeição". Deleuze e Guattari.
>
> "[...] acolher a secreta amizade através da qual se faz ouvir qualquer voz vinda de outro lugar." Maurice Blanchot.

A língua possui inúmeras definições. Alguns elementos comuns são destacados para assinalar as convergências entre gramáticos e linguistas que, mesmo apresentando distinções teórico-metodológicas, conferem à língua a condição de objeto crivado pelo viés científico. Os termos "sistema", "coletivo" ou "comunitário" e "linguagem" reaparecem arranjados de diversas maneiras, caracterizando as particularidades de cada uma das abordagens em seus respectivos campos de análise.[1] Nasi (2007) sublinha o componente determinante da noção de língua na linguística, a qual é definida por um sistema de signos linguísticos que constituem um fato social, uma convenção reproduzida pela massa de falantes. Na perspectiva sausseriana, a linguagem é composta pela língua, social, e pela fala, individual. A língua corresponde à parte social da linguagem, abarcando um conjunto de combinações necessárias a um grupo ou comunidade. Para Saussure (2006: 17-23), a linguagem é heterogênea e heteróclita, ao passo que a língua é homogênea porque fixada por signos linguísticos ou associações confirmadas pelo consentimento coletivo. O indivíduo não cria, nem modifica, apenas reproduz a língua através da fala[2]. A fala, como ato individual da vontade e manifestação da inteligência do falante, compreende ajustes de códigos da língua, exprimindo um pensamento pessoal pela exteriorização de tais convenções.

---

1 A língua considerada parte da linguagem, é tratada como um sistema ou conjunto organizado de palavras que possibilita a comunicação de uma coletividade.

2 Segundo Deleuze e Guattari, a distinção língua-fala é usada para retirar da linguagem todos os tipos de variáveis que trabalham a expressão ou enunciação a fim de reconhecer as constantes.

A dicotomia indivíduo-coletivo, parte-todo, supõe um sujeito de vontade que, apesar das regras e dos constrangimentos sociais, possui autonomia quando conhece o funcionamento da língua através da aprendizagem. Trata-se do indivíduo normalizado, produto de uma sujeição enunciada com o pensamento moderno.
A língua, para Deleuze e Guattari (1995:35), consiste em uma realidade compósita e heterogênea, assinalada por variações irredutíveis a variáveis e constantes. O que torna uma língua homogênea, constante e arborescente é uma pragmática (semiótica ou política)[3] ligada a uma tomada de poder, definindo a efetuação da condição da linguagem e o uso majoritário da língua, que implica a unidade e o estabelecimento de um padrão. Nesse movimento, a língua encontra-se atrelada ao processo de subjetivação e de significação que remete a regimes de signos ou agenciamentos coletivos de enunciação. Convém ressaltar que, para os autores, um agenciamento é simultaneamente maquínico do desejo e coletivo de enunciação. O agenciamento maquínico efetiva-se pela mistura de corpos, de ações e de paixões. O agenciamento coletivo de enunciação comporta atos e enunciados, transformações incorpóreas atribuídas aos corpos[4]. O traço social da enunciação remete a agenciamentos coletivos, determinando "os processos relativos de subjetivação, as atribuições de individualidade e suas distribuições moventes no discurso" (DELEUZE & GUATTARI, 1995:18). O agenciamento dilui a separação língua-fala, desfazendo a enunciação individual e o sujeito de enunciação. Deleuze e Guattari (1995:45) afirmam que "não há como distinguir uma língua coletiva e constante, e atos de fala, variáveis e individuais". Há agenciamento de enunciação, "sempre coletivo, tanto no indivíduo como no grupo". Indivíduo e sujeito são obras da significação e da subjetivação, operando o rebatimento e a reprodução do rosto.
O rosto é uma política que estabelece um centro de redundância e ressonância, o qual interpreta e identifica. O rosto, para Deleuze e Guattari, define-se pelo cruzamento do muro-branco da significância com o buraco-negro da subjetivação. Significância e subjetivação caracterizam semióticas distintas com regimes diferentes. Tais semióticas encontram-se atreladas a aparelhos de poder que funcionam por irradiação circular (captura das linhas em círculos convergentes) e por linearidade segmentar (disposição de equivalências e subordinações), garantindo o rebatimento e a extensão do centro de referência. A semiótica (do significante e do sujeito) rostifica os corpos, os mundos, os meios. O rosto constitui uma superfície geral de referência em que traços, linhas, rugas desenham um mapa. Nessa superfície, qualquer conteúdo atribuído remete a uma unidade (a unidade do rosto). Agenciamentos selecionam, dos meios e dos estratos, elementos que organizam o rosto para operar uma economia de poder cuja eficácia localiza-se em sua cifração. Os autores (1996:44) salientam que "introduzimo-nos em um rosto mais do que possuímos um". Nesse processo, recusa-se o que é exterior, rejeitando-se rostos não conformes, com ares suspeitos e expressões heterogêneas que carregam uma polivocidade e uma multidimensionalidade capazes de transportar mundos diferentes e paisagens irredutíveis ao rosto. Como zonas de frequência, o rosto neutraliza as conexões rebeldes às significações conformes. Deleuze e Guattari (1996:47; 32) mencionam que uma "língua está sempre presa a rostos que anunciam os enunciados dela, que os lastream em relação aos significantes em curso e aos sujeitos concernidos". Trata-se de uma língua maior, uma língua reconhecida como padrão que decorre das relações de forças e dos investimentos de poder. Nessa perspectiva, não há língua-mãe, nem se fala "uma língua em geral, mas uma língua cujos traços significantes são indexados nos traços de rostidade específicos". O rosto formaliza um ícone, que efetua uma operação de captura, de reterritorialização no interior do próprio sistema, constituindo o significável.

2. No limiar do rosto colonial

O artigo "'Malungu, ngoma vem': África coberta e descoberta no Brasil" de Robert Slenes possibilita pensar a língua em um processo imanente, considerando as variações, os sentidos, os códigos e os significados efetivados em relações vividas que, procedendo por desterritorializações e resistências, fissuram o poder predo-

3 Para Deleuze e Guattari (1995:22) a pragmática é a política da língua.

4 Neste movimento, os atos de linguagem realizam uma intervenção, já que os enunciados "não representam as máquinas, nem o corpo é referente do signo".

minante. Embora o autor atribua as variações às condições de variáveis por associações dos estados de coisas históricos com as constantes da linguística, o artigo apresenta uma riqueza de elementos que vaza os modelos explicativos vinculados a um tronco linguístico ou a uma língua maior (dominante), viabilizando um diálogo através de tratamentos diferentes da língua. Slenes aponta que, na relação África-Portugal-Brasil, durante a colonização das Índias Ocidentais, estudos europeus descortinaram a unidade linguística bantu (atribuída às regiões sul e central da África). Tal unidade foi confirmada através das descrições anotadas por Rugendas acerca da diversidade estética e cultural dos cativos transportados para as terras brasileiras. Deste reino linguístico, que se estende para diversas etnias representadas por falantes de diferentes línguas bantu, nasceu a consciência de uma herança cultural comum responsável pela formação de uma nova solidariedade, uma nova identidade dos africanos escravizados, os quais se redescobriram no Brasil.

A linguística com as constantes e os universais da linguagem reproduz o rosto, colocando em funcionamento seus traços ao determinar a língua maior. Através das constantes fonológicas, morfológicas e sintáticas, a linguística relaciona o enunciado ao significante e a enunciação ao sujeito. Slenes opera com as ferramentas da linguística, recorrendo à interpretação viabilizada pela organização de um regime de signos cuja cadeia significante elege significados conformes, para abordar um processo de significação e de subjetivação.

Nos agenciamentos coletivos de enunciação, a linguística consiste numa maneira de tratar a língua. Ela seleciona componentes dos estratos científicos, semióticos, históricos, políticos, filosóficos para definir um campo de referência centrado no signo. No muro-branco da significância ocorrem as inscrições de signos, distribuem-se os significados fixados pelo encadeamento de significantes. O movimento de correspondência dos significados com a operação significante provoca uma abstração dos conteúdos ao dissolvê-los em formas. A linguagem procede por discurso indireto e instaura uma fórmula em que um signo remete a outro signo infinitamente, erigindo uma cadeia de significantes que se descola das coisas, desprende-se da relação imanente e direta para atribuir a significação e a interpretação. Nesta relação formal do signo com o signo, o significado é dado sem ser conhecido.

Um vocábulo-raiz responsável pelo desvelamento da estrutura é destacado na cadeia significante. Ele atua como uma espécie de chave para interpretação, um significante despótico, que se estende e se sobrepõe aos termos para revelar os significados. Deleuze e Guattari (1995:23) afirmam que o agenciamento coletivo de enunciação tem enunciados de um discurso indireto característico da linguagem. O discurso indireto traz "a presença de um enunciado relatada em um enunciado relator, a presença da palavra de ordem na palavra", efetuando uma narrativa que transmite o que se ouviu, o que o outro disse e que possibilita o reconhecimento do referente nos enunciados, o qual autoriza a se falar por, assinalando a passagem do "ouvi dizer que" para "isso quer dizer que". Desta maneira, surgem os intérpretes da palavra (divina ou científica). As metáforas e as metonímias portam efeitos de discurso indireto, usando representações, cujas analogias remetem a algo que "quer dizer outra coisa" ou à "parte que identifica o todo". Elas tornam possível arbitrar generalizações, reconhecer origens e revelar estruturas.

O argumento de Slenes concentra-se no entendimento entre línguas bantu diferentes, que não se restringe a palavras, mas a significados mais profundos. As variações dos termos "malungo" e "kalunga", apresentados como vocábulos-raízes, são usadas para elaborar a cadeia significante e dispor significados em variáveis, descobrindo uma origem, uma língua-mãe (proto-bantu) de idiomas da mesma família[5] para fundamentar uma identidade restaurada. O autor (1991-92:53) reforça que:

> Muitos outros escravos do interior, no entanto – e também uma parte significativa dos cativos vindos ao Brasil da costa leste da África – teriam chegado ao sentido de 'malungo' não inicialmente através do conceito de 'barco', mas via o de 'irmão/parente'. Por uma coincidência curiosa, existem três vocábulos raízes do 'proto-bantu', ou língua-mãe dos idiomas dessa família (com o significado de 'irmão',

5 "Malungo" denomina companheiro, camarada, canoa, parente, mesma embarcação, navio, pessoa em sofrimento, ao passo que "kalunga" designa rio, mar, canoa, companheiro de travessia, linha divisória ou superfície, águas espelhadas, fronteira, barreira do oceano, limítrofe entre mundo dos mortos e dos vivos, renascimento, para as línguas kimbundu, kikongo,umbundu.

> ‘parentesco’ e ‘tribo’) que assumem formas em línguas modernas às vezes não muito distantes de ‘malungo’, e que têm uma difusão bastante grande no Centro e no Leste da África bantu.

Esse crivo reproduz um rosto anunciado pelo próprio autor do artigo ao mencionar que a unidade linguística bantu é uma construção europeia, confirmada por escritos científicos, registros artísticos e eventos históricos em decorrência da escravidão colonial. Vocábulos e léxicos somados a eventos sucessivos tornam-se significantes que reportam uns aos outros, fazendo do signo desterritorializado um ícone e uma atitude explicável. Por deslocamentos, saltando de um círculo a outro, representa-se a cena em outra parte, atribuindo-se uma lógica que ressoa o centro de significância.

É interessante a maneira com o Slenes, para passar da estrutura à identidade, expõe o processo da escravidão no trânsito África-Brasil e fornece elementos que possibilitam detectar as variações indissociáveis das relações imanentes. Conforme o historiador (p. 59),

> a palavra que os escravos detinham em comum pode ter deixado de ser para eles apenas um significante, revelando afinidades mais profundas [de origem, de essência, de estrutura], para tornar-se, ela mesma, um dos elementos constitutivos de sua nova identidade.

A identidade construída a partir de uma origem pode ser rebatida pela perspectiva genealógica de começos assinalados por rupturas e desvios. Para Foucault (1992:18-21), “o que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem - é a discórdia entre as coisas, é o disparate”. O crivo genealógico que investiga as proveniências desfaz “o que se pensava unido, [...] mostra a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo*”*. O rosto escravo, que subjetiva e identifica os africanos no Brasil, pode ser pensado pelas relações de forças, em que forças de fora engendram um agenciamento maquínico e coletivo de enunciação permeado pelo poder colonial. A heterogeneidade e a exterioridade cruzam a genealogia e a cartografia, lançando fissuras nos modelos e nas generalizações. Alguns componentes são apontados como indicativos para extração de um discurso direto, um traçado pelas operações de significância e de subjetivação distribuídas, atribuídas ou consignadas em um agenciamento.

Na África, integrantes de grupos étnicos distintos portam, ainda hoje, traços territoriais que demarcam as fronteiras de diferentes modos de vida (nômade e sedentário), as inscrições, as codificações, as distribuições, as relações de alianças e de filiações, as disparidades, os combates e as disputas, definindo as coexistências, as vizinhanças em uma superfície (região) indivisível, a qual é percorrida, marcada, ocupada sem ser apropriada em partes. As expressões imanentes aos modos de vida ganham sentido com as relações de forças, codificando fluxos, indicando as singularidades num sistema aberto (que é vivido e não lógico). Nos territórios atravessados pelo nomadismo, não se fixa um rosto, não se estabelece um centro de significância que se estende por equivalências e analogias. Há corpo, máscaras e cabeças, que assinalam o pertencimento ao corpo sem rostificar. O corpo constituiu-se em superfície de inscrição do *socius*, produzida por extração de fluxos, disjunção de cadeias e conjunção de componentes (compatível com as disjunções ilimitativas que não se fecham sobre os termos[6]). O código, como um signo territorial, mantém-se irredutível à linguagem, garantindo a independência e a pluridimensionalidade entre a voz (som) e a grafia. Ele procede por dessemelhança, impede a analogia e carrega a heterogeneidade, marcando o sentido pelo vivido. Deleuze e Guattari (2010:205) destacam que o grafismo é um sistema geográfico simultâneo às formações orais não subordinadas. Esta geografia, gerada pela dança na terra, desenho na parede e marca no corpo, coincide (sem corresponder) com cantos, recitações, assobios, percussões, vociferações...

A máscara transforma-se em rosto quando se torna ícone através da reterritorialização, instituindo um significante em um sistema fechado. Conforme os autores (19996:35), o rosto

---

6 As disjunções ilimitativas caracterizam-se pela afirmação da distância entre termos, pela coexistência da diferença através de trânsitos e transversalizações, que fogem às posições fixadas pelas coordenadas, “sem limitar um [termo] pelo outro, nem excluir um no outro”. (DELEUZE & GUATTARI: 2010:105)

> só se produz quando a cabeça deixa de fazer parte do corpo,para de ser codificada pelo corpo [...] quando o corpo, incluindo a cabeça, se encontra descodificado e deve ser sobrecodificado em algo que denominamos rosto.

A equivalência entre voz e escrita anuncia a instauração um regime de significação e de sujeição que o delineia. Um objeto é destacado, definindo um centro, no qual ressoa o significante que atua como unidade despótica para explicar e significar todas as relações vividas, convertendo-as em causas e fins. Em vez de extração de fluxos, há convergência de todos os fluxos numa conjunção que procede por desterritorialização e sobrecodificação. Pelo significante determina-se uma subordinação linear em que todos os signos escoam num fluxo de escrita. Com isso, Deleuze e Guattari (2010:272) observam que "a voz já não canta, mas dita e edita; a grafia já não dança para animar os corpos*",* ela escreve; o olho não aprecia, ele lê. A passagem do signo para letra assegura a interpretação e a transcendência, remetendo à representação através da determinação de um modelo que funciona como medida e referência.

Slenes possibilita detectar os movimentos imanentes em que as variações marcam desterritorializações, gerando novos sentidos para as relações provocadas com o processo de escravidão colonial. Integrantes de diferentes grupos e regiões africanas são desterritorializados, quando capturados e transportados para o Novo Mundo. As fronteiras diluem-se num horizonte indiscernível demarcado pelo mar e pela travessia em direção ao desconhecido, gerando nomadismo. Este processo de desterritorialização e de descodificação ativa componentes heterogêneos, os quais provêm de universos existenciais distintos, em tensões e relações produtoras de um novo agenciamento, insinuando um novo modo de vida.

Ocupantes da embarcação europeia lançam elementos descodificados e desestratificados que, arranjados por experimentação e vizinhança, dizem de um acontecimento incomparável com o cruzamento do oceano. Trata-se da produção de sentido que exprime o acontecimento, sem qualquer apelo a ressignificações de uma estrutura. A variação e o contágio dizem de uma experiência comum inusitada, de usos estabelecidos por práticas que escapam da comunicação viabilizada pelo parentesco das línguas. Fragmentos descodificados tornam-se componentes de uma língua menor nos limiares de um rosto. Slenes, ao alinhar significados diferentes em vocábulos, buscando uma constante que explica e comprova a significação, indica a possibilidade de tomar termos diversos por índices, isto é, marcas territoriais constitutivas do desigual e irredutíveis às equivalências. Tais índices assinalam a singularidade e apontam para a impossibilidade de definir, pelas variações e vizinhanças, os termos originais ou raízes, uma vez que as codificações procedem por contágio, numa variação contínua, expressando cortes e fluxos mutantes com velocidades diferentes[7]. Esta variação efetua uma descentralização, uma repetição dissonante de termos com sentidos díspares dirigidos à criação. Os termos "malungo", "malungu", "malunga", "mu-alungu", "kalunga", "rilungo", "lilungu", "nlungu", "ulungu" também podem ser considerados variações, procedendo por uma espécie de cromatismo generalizado que não para de se transformar, conferindo à língua um caráter fugidio, evasivo, descentrado, dizendo das singularidades e as distâncias entre territórios. Elementos extrínsecos ligados às circunstâncias, aos acidentes, às relações vividas tensionam mudanças de sentido e de registro. O agenciamento engendrado pela escravidão produz uma língua, assinalada pela variação contínua, modulada pela coexistência e pela continuidade de usos diferentes. Esta língua não é descoberta, nem redescoberta, ela é criada.

> Em um agenciamento, os elementos de conteúdo dão contornos nítidos às misturas de corpos e os elementos de expressão dão poder de sentença ou de julgamento aos expressos não corpóreos. A transformação incorpórea é, simultaneamente, o expresso das palavras de ordem e o atributo dos corpos[8]. O conteúdo (regime dos corpos) e a expressão (regime dos signos) não possuem correspondência. Eles se encontram em pressuposição recíproca. Todos esses elementos possuem graus de

---

7 Variação contínua distingue-se do caráter contínuo e descontínuo de uma variável.

8 A palavra de ordem, como ato incorpóreo sentencia e transforma habitantes de diversas tribos africanas em escravos coloniais, acarretando ações e paixões que afetam estes corpos, e simultaneamente, os subjetivam.

> desterritorialização diferentes que realizam, a cada vez, "uma reterritorialização do conjunto do agenciamento com palavras de ordem e demarcação de contornos". (DELEUZE & GUATTARI, 1995:56). Alguns agenciamentos de poder buscam rostos, outros não.

Os termos, usados por diferentes grupos étnicos africanos, compõem um agenciamento coletivo de enunciação, o qual se faz no acontecendo, no transcurso da África para Brasil, ativando atos e enunciados que expressam ações e paixões, dizem das misturas em um corpo que adquire nova consistência. O movimento de desterritorialização cria uma superfície ocupada por nômades, estrangeiros, incógnitos. Ela é reterritorializada quando apreendida por um significante, formando um rosto traçado pela linha molar da política colonial que significa e sujeita o africano em escravo. Ao mesmo tempo, compõe-se uma língua menor, produzindo um devir clandestino que escapa dos limites deste rosto[9].

A expressão "malungu, ngoma vem" acusa um uso minoritário da língua. Slenes detecta um código secreto de luta contra os senhores, fazendo da língua um instrumento de resistência ao rosto colonial. Uma resistência microfísica, cotidiana, imperceptível que efetiva o devir clandestino. O autor (1991-92:59-60) descreve que muitos cativos da região sudeste brasileira

> viviam em plantéis relativamente pequenos, tinham um contato frequente com seus senhores [...] trabalhavam em turmas, sob as vistas frequentes, senão constantes, de donos ou feitores livres, e tinham em torno deles uma população razoavelmente grande de pequenos agricultores e trabalhadores livres, brancos e mestiços.

Neste contexto, o uso de expressões estranhas ao domínio e ao controle do regime escravista com uma espécie de grito anuncia a chegada do senhor ou de seu vigilante responsável pelas coerções e pelo constrangimento ao trabalho. Na linha molecular deslocam-se as posições, burlam-se as regras coercitivas, produz-se uma dimensão ética e estética presente nos cantos improvisados, nos desafios lançados, nos diálogos cifrados, em que o humor e o riso embaralham os traços do rosto colonial.

Os jongos e a "quizumba", relatados por Slenes (62-63), efetuam enigmas e desafios em cantos no lazer e no trabalho "para transmitir um recado cifrado ou satirizar senhores e feitores [...]", fazendo uso de "palavras africanas na frase ou [de] metáforas de origem africana traduzidas para o português e ininteligíveis para as pessoas" alheias aos códigos do grupo. As expressões funcionam como sinal de alarme, avisando a hora de trabalhar em ritmo acelerado e satirizando a autoridade exercida pelo senhor e seus representantes.

Deleuze (1988:143;152-153) distingue humor de ironia. A ironia, presente na sátira, recorre ao modelo, à essência e à universalização, usando o jogo dialético para expor as contradições associadas à designação, à significação, à representação. A ironia necessita de um padrão identitário para rebater e fundamentar o objeto de sua crítica através da negação. O humor está ligado ao acontecimento e afirmação das singularidades. Ele não designa, nem representa, mas desfaz a identidade com a produção de um sentido através das significações abolidas e das designações perdidas, erigindo uma superfície deslizante em que a expressão consiste um ato indissociável do vivido. O humor é a "arte das superfícies e das dobras, das singularidades nômades, do ponto aleatório, sempre deslocado [...]suspendendo-se toda significação, designação e manifestação, abolindo-se toda a profundidade e altura". O humor rompe com as hierarquias, dilui o centro, borrando o rosto. Como não ocorre referência ao modelo, o humor faz vibrar pelo improviso, pelo encontro, pelo devir,

---

9 Conforme Deleuze e Guattari (1995: 52-53; 66), a variação comporta um tratamento menor da língua padrão. A minoria traz "um devir potencial por desviar do modelo [...]". Já, a maioria implica uma constante, de expressão e de conteúdo, como um metro padrão em relação ao qual ela é avaliada. A maioria supõe um estado de poder e de dominação. Ela não é determinada pela quantidade, mas pela aplicação do padrão. As línguas menores "não são simplesmente sublínguas, idioletos ou dialetos, mas agentes potenciais para fazer entrar a língua maior em um devir minoritário de todas as suas dimensões, de todos os seus elementos". O devir clandestino esquiva-se da onipresença ilocalizada e vigilante do rosto, a qual é feita pela sobrecodificação do significante com irradiação em todos os sentidos.

gerando um corte-fluxo que transforma o segredo em secreção[10]. Neste movimento, uma matéria imperceptível vaza pelo buraco-negro da subjetivação, deslizando no muro-branco da significação, lançando uma indeterminação que ganha sentido pelo deslocamento nas relações moleculares, microfísicas. Elas escapam das representações e das significações, tornando-se inapreensíveis pelas linhas molares. Daí a incapacidade dos senhores apreenderem os elementos selecionados nos cantos, jogos e desafios que brincam com termos e expressões, ao mesmo tempo em que afirmam a resistência.

3. Acordo ortográfico: uma recolonização?

> Na linguagem, o enunciado é a palavra de ordem que define um dever, um sentido moral. Deleuze e Guattari (1995:12-13) destacam que a linguagem é feita para "obedecer e fazer obedecer[11]". Ela não se confunde com a vida, "dá ordem à vida". A palavra de ordem caracteriza-se por uma função da linguagem segundo uma ordem das razões que distribui as relações em coordenadas extensivas de acordo com um referente estabelecido, em binariedades e bi-univocidades, a fim de ajustar e inserir as disparidades em um modelo geral.
> A bi-univocização implica o esmagamento das multiplicidades em que a plurivocidade é substituída pela relação simbólica e/ou pela representação. Tanto uma, quanto outra supõe, respectivamente, uma fundação estrutural ou um modelo como origem. A função bi-unívoca é segregativa a partir da identificação viabilizada pelo rosto, procedendo por equivalências e dicotomias. Através da conjunção, elementos descodificados e desterritorializados são sobrecodificados e reterritorializados no rosto, que atua como porta-voz, portador de uma única voz, fazendo redundar a significância e a subjetivação na linguagem.
> Deleuze e Guattari (1995:65) destacam que "não somente a linguagem é acompanhada por traços de rostidade, como o rosto cristaliza o conjunto de redundâncias, emite e recebe, libera e recaptura os signos significantes". A ligação entre língua, política e educação dá sustentação ao acordo que, desde 1911, reitera os traços do rosto europeu, considerando que o rosto europeu típico funciona por bi-univocização e por binarização. No movimento de reformulação do rosto, em que se sucedem outros acordos ortográficos, escolhas e elementos organizam-se em uma "gramática comum [que] nunca é separável da educação dos rostos". (DELEUZE & GUATTARI, 1995:47)

A passagem das correlações bi-unívocas para a relação binária assinala por negações a inserção de um marcador de tolerância. A entrada deste novo termo indica o que deve ser respeitado sob certas condições e determina o inimigo a ser abatido a qualquer preço. Uma espécie de policentrismo instaura-se, quando traços do rosto reverberam em novos círculos, corroborando para o reconhecimento das diversidades, assegurando o respeito às diferentes identidades consoante com as tolerâncias defendidas pelo multiculturalismo. O significante organiza em círculos os signos emitidos em toda a parte e a subjetivação gera uma consciência que, por reflexão e por sobreposição de traços, ajusta as identidades no rosto e suporta certas linhas não conformes, quando estas não o ameaçam. A reprodução do rosto é assegurada pelas identidades que se balizam por tal centro sob a bandeira da inclusão ou da integração.

---

10 Deleuze e Guattari (1995:40-41) afirmam que as línguas secretas, as gírias, os jargões são línguas cromáticas que "colocam em estado de variação o sistema de variáveis em língua pública".

11 Os autores (1995:12) ainda acrescentam que "uma regra de gramática é um marcador de poder, antes de ser um marcador sintático".

A noção de intersubjetividade, responsável pela sustentação dos acordos (com base no consenso) investindo na linguagem como comunicação, consiste em um enunciado que também carrega um modo de sujeição. Isso tensiona a percorrer o caráter social da enunciação que remete aos agenciamentos coletivos inseparáveis das condições de forças e de poderes, cujas práticas dispõem seus componentes em uma organização atravessada por um regime de signos (significação e subjetivação) que cria palavras de ordem[12].

Dois tons, maior e menor, manifestam-se na palavra de ordem, qualificando os usos ou funções da língua. Um, que julga e sentencia, retirando a potência e as intensidades vividas nas variações, em nome do enquandramento em uma medida. A definição do padrão impõe o uso majoritário da língua, o qual é atribuído por tomada de poder a partir da fixação de uma unidade, um centro que segmenta, identifica e hierarquiza.

As reformas e os acordos ortográficos da língua portuguesa (1911, 1945, 1970 e 1990) têm como centro de irradiação a antiga metrópole europeia que, no processo de descolonização durante o século XX, perde suas possessões nas regiões africanas e no sudeste asiático. O Brasil, independente desde o século XIX, já apresenta distâncias e divergências que o torna alvo imediato da política de homogeneização da escrita com as primeiras investidas de correções segundo o modelo europeu adotado como lei após a implantação da república em Portugal. Este modelo simplifica a ortografia para publicações oficiais e para o ensino, alinhando-se ao projeto moderno e disciplinar que produz indivíduos normalizados, formando cidadãos aptos à participação social e política preconizada no regime republicano[13]. As normas decretadas nesta reforma ortográfica servem de substrato para os acordos posteriores. Novas estratégias, visando a restaurar o poder lusitano, fazem uso da unidade, da identidade e da aprendizagem da língua para sustentar a necessidade de educar e integrar diferentes territórios e regiões do planeta em novo rosto que se reformula com a atualização do capitalismo.

A concepção de língua para Sausurre consiste em uma espécie de contrato entre membros de uma comunidade. O idioma designa a língua refletida em traços próprios de um grupo social[14]. As diferenciações acarretam riscos. O autor considera a que a diferenciação desempenha um aspecto negativo entre idiomas aparentados, sendo reparada pela solidariedade, aspecto positivo, que compensa a separação geográfica. Curiosamente, o linguista (2006:29) define colonização como "uma forma de conquista [que] transposta um idioma para meios diferentes, o que acarreta transformações neste idioma". Quando dois idiomas diferem, buscam-se analogias que revelam vínculo de parentesco entre idiomas com origem comum, podendo reduzir a diversidade à unidade através da reconstrução viabilizada pela comparação. Esta concepção possibilita uma sustentação científica e linguística para atribuir aspecto legal e democrático aos fins reguladores e regulamentadores do acordo, que implanta um centro, desenha um rosto.

O acordo ortográfico de 1990 pretende corrigir modificações e diferenças geradas pelas distâncias geográficas, históricas, econômicas e culturais, efetivando uma organização de poder atravessada pela subjetividade capitalística que, através de uma relação burocrática, orienta a formação de uma consciência caracterizada "pela duplicação de dois sujeitos". Um, apodera-se da posição de sujeito de enunciação, enquanto o outro e, ocupa a condição de sujeito de enunciado. O instrumento jurídico internacional distribui o português como sujeito de enunciação, o qual irradia um padrão e formaliza normas a serem reproduzidas pelos sujeitos de enunciado, que correspondem aos demais países lusófonos. Rebatimento, reprodução e sujeição demarcam as linhas molares, que através do cultivo da língua (maior), procuram fortalecer laços e hierarquias ajustados às novas exigências e aos investimentos do capitalismo contemporâneo.

O foco do acordo busca impedir a variação, que se faz por "um outro tratamento da língua" com a ação do tom sobre os fonemas, do acento sobre os morfemas, da entonação sobre a sintaxe. A língua menor negocia

---

12 Os autores (1995: 23) apontam que "um tipo de enunciado só pode ser avaliado em função de suas implicações pragmáticas, isto é, de sua relação com os pressupostos implícitos, com os atos imanentes ou transformações incorpóreas que ele exprime, e que vão introduzir novos recortes entre corpos".

13 O processo português de modernização e de normalização merece uma análise mais demorada a partir do acesso a documentos que anunciam a medida legal prolongada pela Reforma Ortográfica de 1911.

14 A definição de língua encontra-se no início do "Curso de Linguística Geral", especificamente nas páginas 22 e 23, ao passo que as referências ao idioma encontram-se entre as páginas 222 e 244.

variáveis para restringir constantes e proliferar variações. Ela arma tensores e extrai gritos, clamores, alturas, durações, timbres, acentos e intensidades. Trata-se de "uma recusa de pontos de referência, de uma dissolução da forma constante em benefício das diferenças de dinâmica". (DELEUZE & GUATTARI; 1995:50) Os investimentos oficiais e legais tratam as variações como variáveis a fim de submetê-las à padronização, anulando resistências com o decreto de uma forma de uso comum a todos.

O acordo de 1990 justifica-se como uma medida importante "para a defesa da unidade essencial da língua portuguesa e para o seu prestígio internacional[15]". A unidade ortográfica com determinação de normas comuns a todos os países de língua portuguesa instaura linhas molares, capturando as diferenças que, descodificadas, são distribuídas em novas coordenadas e reterritorializadas no mercado. A padronização da escrita para publicações em escala mundial vem acompanhada de um processo de controle editorial e de concentração empresarial que, além de eliminar as editoras locais, transborda a dimensão econômica e financeira, silenciando as singularidades, ao ditar uma fórmula a ser consumida e reproduzida. Um investimento que barra a vida, cala a arte e impede a proliferação das expressões atípicas. Para Deleuze e Guattari (1995:44), as expressões atípicas, destoantes e incompatíveis com o rosto, empurram as formas corretas às variações, quando as arrancam de seu estado de constantes, constituindo um "extremo de desterritorialização" através de um tensor que arrasta os elementos, as formas ou noções para aquém ou além dos limites da língua[16]. As expressões atípicas carregam diferentes modos de vida, diferentes estilos, escapam da significação e da subjetivação, anunciando conjunções possíveis em variação contínua, as quais transformam as palavras de ordem em componentes de passagem, que lançam o uso minoritário da língua. Este movimento põe todo sistema em variação. Um sistema que se "define, não por suas constantes e sua homogeneidade, mas por uma variabilidade que tem como características ser imanente, contínua e regulada segundo um modo muito particular (regras variáveis ou facultativas)". (DELEUZE & GUATTARI, 1995: 36)

O estilo é o procedimento da variação, um agenciamento de enunciação que faz uma língua dentro da língua. Ele distingue-se da invenção psicológica individual, ao apreender fluxos que carregam a potência de um novo modo de vida[17]. O estilo porta uma dimensão estética e ética, colocando "em variação todos os elementos linguísticos, e mesmo não linguísticos, as variáveis de expressão e as variáveis de conteúdo [...], constituindo linhas de um cromatismo generalizado" (DELEUZE & GUATTARI, 1995: 42). O cromatismo generalizado, exercido na música, traz a possibilidade de desagregação do princípio central, o qual não cessa de se dissolver e se transformar, num movimento de variação assinalado por traços fugidios, evasivos, descontínuos, destoantes, desfazendo formas e impossibilitando o reconhecimento prévio. A língua aproxima-se da música quando dissolve a forma e prolifera dinâmicas. Numa língua, as variações são extrínsecas e estão ligadas às intensidades, às relações vividas, às linhas moleculares que compõem uma maneira de se fazer mundo, percorrendo o imperceptível, as dimensões inapreensíveis pelas linhas molares. As línguas, segundo Deleuze e Guattari (1995:41-43), encontram-se em "variação contínua imanente: nem sincronia, nem diacronia, mas assincronia, cromatismo". As variações destroem o rosto e as rostificações, desagregam os círculos, fissuram os limites,

---

15 Conforme Decreto No. 6.583, de 29 de setembro de 2008 que promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990.

16 Os tensores não coincidem com qualquer categoria linguística, são valores pragmáticos aos agenciamentos de enunciação e aos discursos indiretos.

17 Escritores moçambicanos repudiam o Acordo Ortográfico visto que ele não leva em conta "as especificidades de cada um dos países que compõem a comunidade de países de língua portuguesa". Segundo o poeta Delmar Maia Gonçalves, presidente do Círculo de Escritores Moçambicanos na Diáspora, tal acordo compreende uma "decisão mais política" que impede um modo de se expressar: "Nós temos uma forma própria de escrever, de falar o português e querem-nos tirar isso. Nós não aceitamos que nos imponham uma forma de escrita". Convém salientar que não se trata apenas de uma forma, mas de uma escrita que diz de um modo de vida, que envolve afectos e perceptos capazes de romper com o rosto europeu e com os padrões a serem reproduzidos pelo mercado, que escapam dos eixos de organização, significação e subjetivação que efetivam o capitalismo para criar mundo, confundir-se com ele. Informação publicada em 30 de junho de 2013 no site: http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/escritores-mocambicanos-na-diaspora-repudiam-acordo-ortografico-1598796 em 05 out. 2014.

ativam componentes assignificantes e assubjetivos em direção à criação. Pela variação contínua, produz-se um modo menor da língua, ao se tornar

> um estrangeiro, mas em sua própria língua, e não simplesmente como alguém que fala uma outra língua, diferente da sua. Ser bilíngüe, multilíngüe, mas em uma só e mesma língua, sem nem mesmo dialeto ou patuá. Ser um bastardo, um mestiço [...]. É aí que o estilo cria língua. É aí que a linguagem se torna intensiva, puro contínuo de valores e de intensidades.

4. Borrar o rosto

> O acordo rostifica pela linguagem que emite palavra de ordem. Desfazer o rosto acarreta em divergir, em discordar, extraindo da ordem a palavra, transformando-a em componente de passagem, que desterritorializa o acordo, descodifica o consentimento e recusa a sujeição. A passagem do substantivo para o verbo, mudando o sentido de acordar para despertar, desviar, percorrer a linha de fuga, faz soar "malunga, ngoma vem" em uma nova composição, cujo ritornelo demarca as variações das intensidades. A afirmação das variações gera dissonâncias que anulam acordes, quebram harmonias, regras e hierarquias fixadas pelo centro tonal. Ocorre uma proliferação de sons e vozes. As forças ativas, que provocam quebras, fugas, desterritorializações positivas, tornam a vida indissociável da arte. Uma vida que, permeada pela arte, desprende-se da linguagem, alastrando-se por regiões a-significantes, a-subjetivas e sem-rosto. A destruição do rosto implica a ruptura com a representação, engendra a dissolução da figura e da narrativa, criando uma zona de indistinção, de indeterminação, de indiscernibilidade, gerando um encontro, uma conexão entre heterogêneos, uma desterritorialização conjugada. Nesta conexão, produzem-se devires, coexistências em uma superfície aberta e mutante, em que as línguas afirmam suas diferenças irredutíveis a medidas.

A arte de variação contínua da língua possibilita pensar os vetores do patrimônio imaterial. Como acervo, estoque simbólico, propriedade de um grupo, de uma cultura, de um povo ou de uma pátria, o patrimônio engancha-se no rosto, rebatendo o centro de ressonância, uma vez que remete a um bem assegurado pela filiação, porque herdado do pai ou da mãe. O significado do termo patrimônio estende-se do pai para pátria, determinando os signos identitários de um povo que, como ícones, reterritorializam-se no rosto e se tornam públicos pela operação do significante. A pluralização do patrimônio reitera a variedade de identidades, recorrendo às referências multiculturalistas. As identidades, canalizadas para o mercado, reproduzem a subjetividade capitalística não apenas pela diversificação e consumo dos produtos como bens distintos, mas pelo enquadramento em condutas e comportamentos que representam o pertencimento a este ou aquele grupo. A função do patrimônio como preservação da memória, retoma a redundância e a ressonância do rosto. Breves constatações incitam a buscar os vetores de desterritorialização do patrimônio. É possível desvinculá-lo da propriedade e da pátria, escapando da identidade, do reconhecimento e das operações de subjetivação?

A tendência em considerar a arte como um conjunto de expressões e obras, que formam um acervo e configuram o patrimônio de um determinado grupo a ser conhecido e visitado por outros grupos, ainda opera pela separação da vida em esferas semióticas, concebendo a arte como uma manifestação reflexiva e representativa. Um deslocamento poderia borrar estas fronteiras ao tratar o patrimônio como arte. Diferentemente da noção de acervo, quando o patrimônio avizinha-se à arte, torna-se um bloco de sensações, constituindo agenciamentos multilineares capazes de um estado trans-histórico que não recalca a memória e a identidade, mas gera uma atmosfera, um ambiente que engendra a vida e produz devires através do trânsito por diferentes universos referenciais. Composições inusitadas instauram-se com experimentação de um modo de vida indissociável de matérias de expressão que demarcam territórios existenciais (agenciamentos territoriais), provocando deslocamentos das subjetividades instituídas. Afectos e perceptos, intensidades vividas, durações, que assinalam a passagem de um estado a outro, constituem agenciamentos multilineares incompatíveis com um centro, um padrão, indicando as variações. Tal experimentação traz uma potência ética-estética que procede por desterri-

torializações e descodificações. Nas relações entre corpos, forças disparam os deslocamentos, cujos vetores e sentidos tensionam o exercício da diferença.

Quando pensado como agenciamento, o devir arte do patrimônio dispensa a divisão material e imaterial, já que os atos e os enunciados encontram-se inseparáveis dos corpos[18]. A desterritorialização do patrimônio aponta para o desprendimento da propriedade, da filiação e da pátria, saindo do buraco negro da subjetividade, da consciência, da memória, da conjugalidade em direção à experimentação. Um exercício capaz de percorrer diferentes universos referenciais associados à terra e ao território, produzindo deslocamentos e devires. Ao crivar o patrimônio pelo natal, rompe-se com a origem e se lança um novo sentido em que o nascimento já acarreta uma desterritorialização e uma descodificação, assim como uma aquisição de territorialidade. Para Deleuze e Guattari (1997:145-148), o natal consiste na descodificação do que é inato e na territorialização do aprendizado. Ele [natal] é a nova figura que o inato e o adquirido ganham no agenciamento territorial. No natal, ocorre uma perda e um reencontro com a pátria desconhecida. Nesse processo, o inato tende a deslocar-se, concernindo às matérias de expressão, à percepção (marca dos afectos) que discerne e seleciona. Ele se impregna da matéria de expressão antes de ser capaz de executar um comportamento correspondente. A relação do natal com agenciamento territorial passa das direções do caos às dimensões da terra, ganhando contornos provisórios que, por lançamento ou entrada de um componente, abre os agenciamentos para o cosmos. Neste movimento, o agenciamento territorial consiste em um agenciamento de passagem e alternância para outros agenciamentos. Experimentar o patrimônio como um agenciamento de passagem capaz de produzir novas relações, novos sentidos, novos modos de vida, afirmando as coexistências, tende a romper com hierarquias e centros, posto que nas variações não há medidas, apenas intensidades vividas e afecções, as quais marcam os devires. O desprendimento do ser e da identidade provoca uma quebra da política e de suas linhas duras (que fixam posições e fronteiras, ditam comportamentos e regras por contratos) e arrasta uma micropolítica capaz de tornar a diferença um exercício. Neste trajeto, desliza-se por uma superfície indivisível em que as manifestações locais ou regionais consistem em variações, cujos agenciamentos territoriais exprimem modos de vida diferentes. Há uma disposição de componentes que variam por distâncias e intensidades, marcando um ritmo, cuja diferença delineia os territórios. As maneiras de viver afirmam multiplicidades que coabitam em superfícies, assinalando limites não coincidentes com as convenções geopolíticas das fronteiras de países. O trânsito por diferentes territórios existenciais exerce a disparidade numa coreografia improvisada de uma dança em que corpos se enlaçam e se afastam num movimento sem pressuposição de acordo, nem de regra, apenas encontro, vibração e variação em composição[19]. O abandono da fixidez do patrimônio e a sua transformação em agenciamento (sempre de passagem) potencializa o trânsito e a transversalidade. Nos encontros, ritmos vibrantes marcam uma dança capaz de constituir um corpo compósito e singular. Um improviso, traçado pelas linhas da vida, efetiva a arte que atravessa o muro do significante, abre os círculos em linhas descontínuas e fecha os olhos vigilantes do rosto.

5. Referências Bibliográficas

DELEUZE, G. (1988), *A Lógica do Sentido,* São Paulo: Editora Perspectiva..

_____.(1997), *Crítica e clínica, São Paulo: Ed. 34*.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. (1995), *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia,* Rio de Janeiro: Ed.34, vol.2.

---

18 A atribuição "imaterial" para o patrimônio supõe a binariedade derivada do corpo/alma, apresentando inúmeras dificuldades em decorrência desta dicotomia. Entre elas, lança-se uma inquietação: como separar saberes e práticas do corpo? Sendo os atos e os enunciados atribuídos aos corpos, de que maneira determinar a fronteira entre o material e imaterial?

19 Para Deleuze (1997:160), o ritmo é devir. Nadar e dançar são ritmos, encontros improvisados de fluxos e corpos.

_____. (1996), *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, Rio de Janeiro: Ed. 34, vol. 3.

_____. (1997), *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, São Paulo: Ed. 34, vol. 4.

_____. (2010), *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*, São Paulo: Ed. 34.

FOUCAULT, M. (1992), *Microfísica do Poder,* Rio de Janeiro: Graal.

NASI, L. (2007), *O conceito de língua: um contraponto entre a Gramática Normativa e a Linguística*, Revista Urutágua, 13, Disponível em www.urutagua.uem.br/013/13nasi.htm [consultado em 02-9-2014]

SAUSSURE, F.(2006), *Curso de Linguística Geral,* São Paulo: Ed. Cultrix.

SLENES, Robert. (1991-1992), *'Malungu ngoma vem': África coberta e descoberta no Brasil. Revista USP*, 12, pp. 48-67

Narrativas e memórias da capelinha do Bonsucesso: divisão socioespacial na procissão de São José [1]

Antonio George Lopes Paulino[2]
antoniogeorge_lopespaulino@yahoo.com.br

Resumo: Esta pesquisa focaliza um espaço da cidade de Fortaleza – CE, no bairro Bonsucesso. O santo católico São José é festejado ali há mais de oitenta anos, tendo-se consagrado a tradição de um espaço rústico conhecido como capelinha do Bonsucesso. Nos anos 1980, foi construído no bairro um templo oficial da igreja católica dedicado a São José Operário. A partir dessa época, no dia 19 de março duas procissões ocorriam, configurando um cenário bipartido: de um lado, a "procissão dos antigos", legitimada pela força do catolicismo popular; de outro lado, a procissão de São José Operário, ordenada e resguardada pela igreja católica. Após incursão em campo que já conta com mais de duas décadas, o estudo entra em etapa conclusiva. Dentre outros eventos a serem analisados, destaca-se a demolição da capelinha, ocorrida no ano de 2013, por força de desapropriação de imóvel realizada pelo Governo do estado do Ceará. Nesse contexto, importa conhecer os elementos simbólicos manifestos em narrativas, olhares, imagens e memórias que se elaboram sobre o fenômeno estudado. As narrativas evocam mais do que o evento religioso em si, assinalando transformações históricas e socioespaciais que desenham um bairro em relação com bairros vizinhos e informam sobre campos de poder e acerca da percepção do espaço modificado, observado a partir do cenário da capelinha. Nesta perspectiva, a pesquisa percorre registros desse patrimônio imaterial de um bairro da cidade de Fortaleza, suscitando também importantes questões sobre a relação entre religião, política e espaço urbano.

Palavras-chave: religiosidade, lugar, poder, memória.

Introdução

Em participação no GT 11 – Festa, cidade e religião, durante o XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Salvador – BA, em 2011, ouvi atento à Lea Freitas Perez[3] – coordenadora do GT – tecer um comentário no qual enfatizava que "as festas de santo não acabam, transformam-se". É a partir desta assertiva que desejo iniciar esta escrita.

Na última realização dos festejos dedicados a São José em Bonsucesso, um cenário diferente do observado nos anos anteriores se configurou. O espaço onde antes havia a antiga "capelinha do Bonsucesso" ou "capelinha de São José" estava pleno de entulho. Restos de casinhas demolidas cercavam um lugar sagrado, também transformado em resíduos de tijolos, cacos de telhas, restos de construção; lembranças ao chão.

O fim de uma história? Certamente, não. Em atividade de campo realizada no dia 15/10/14, uma interlocutora de pesquisa informou, para minha surpresa, a seguinte novidade: católicos populares que costumavam frequentar a capelinha de São José, após sua demolição lançaram mão de outras estratégias para seguirem com a procissão que há muitas décadas tinham como tradição consagrada; a procissão do "São José de baixo".

---

1 Trabalho enviado ao GT 48 – Patrimônio imaterial, celebrações religiosas e políticas públicas (Eixo: Patrimônios, poder e memória) do XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado entre os dias 01 e 05 de fevereiro de 2015, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

2 Professor Adjunto no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará – UFC, dedicado ao ensino e à pesquisa em antropologia. Membro do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UFC. Coordenador Adjunto do Laboratório de Antropologia e Imagem – LAI/UFC.

3 Professora no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Diante do ato normativo dirigido pelo vigário oficial da Igreja de São José Operário, o templo que nas palavras de minha informante é evocado pela expressão "igreja do São José de cima"[4], ao saberem que o referido templo estaria com suas portas trancadas, os antigos frequentadores da capelinha, que então se encontrava demolida, planejaram tocar sua procissão partindo para a Capela de Santa Teresinha, situada no mesmo bairro, onde seriam acolhidos por outro padre.

O vigário responsável pela Igreja de São José Operário, por sua vez, seguiu com seus fiéis em procissão dirigida à sede da Paróquia de São José, localizada em bairro vizinho, cumprindo as regras exigidas pelo vínculo paroquial, a despeito dos populares que ainda reclamam o pertencimento ao espaço sagrado onde se assentava a capelinha.

Na ocasião da atividade de campo supramencionada, tomei conhecimento de que há o desejo, por parte de minha interlocutora e de outros fiéis, de solicitar ao Governo do estado do Ceará que inclua no Projeto do Rio Maranguapinho[5] – em cuja margem direita havia a capelinha –, a construção de uma nova capela, a qual poderia ser complemento arquitetônico de uma possível praça, haja vista que a área do bairro a que me refiro não dispõe de um equipamento desta natureza. Minha informante lamentava o ato da Secretaria das Cidades (ligada ao Governo do estado) que, como ente responsável pela demolição da capelinha, teria agido de modo arbitrário e autoritário, sem consultar a população acerca de seus sentimentos de pertença, de suas crenças e tradições. Tradições que jamais contaram com o apoio do padre responsável pela Igreja de São José Operário, onde a cada ano se celebram os ritos oficiais dedicados ao santo no bairro em foco.

Como se percebe pelos fatos descritos acima, a demolição da capelinha do Bonsucesso não pôs fim a uma divisão socioespacial que atravessa décadas de existência. Segue seu curso, com cenas transformadas e em processo de transformação, numa "luta pelo real", em que diferentes instâncias mobilizam sua "política do significado" (Geertz, 1989: 206-222).

A pesquisa que desenvolvo entra agora em uma nova fase, de caráter conclusivo, através do projeto intitulado "Narrativas e memórias da capelinha do Bonsucesso: divisão socioespacial na procissão de São José", de onde recolho informações para a construção deste artigo.

1 Histórico de uma pesquisa em andamento

O projeto que comento na presente escrita insere-se na linha de pesquisa Antropologia da Religião, assinalando, todavia, interfaces significativas com a Antropologia Urbana e a Antropologia da Política.

A Antropologia Urbana interessa-se por processos e fenômenos culturais que podem ser observados como vias de acesso à compreensão da dinâmica das cidades contemporâneas, revelando a diversidade de formas de apropriação, experimentação e significação do espaço urbano. Interessa-se, sobretudo, pelos componentes simbólicos que são mobilizados e agenciados pelas populações que habitam as cidades, nos mais diversos segmentos da vida social.

No caso específico deste projeto, a Antropologia da Religião é perpassada pelas Antropologias Urbana e da Política, atentando para um processo em que se configuram situações de ocupação e modificação do espaço urbano, observadas no âmbito de uma divisão socioespacial que abrange elementos do catolicismo popular e do catolicismo normativo, evidenciando aspectos da relação entre religião e poder.

---

4 "São José de baixo" e "São José de cima" são denominações que por vezes são proferidas por fiéis que aludem à divisão socioespacial existente no bairro, no que concerne à devoção a São José. A capelinha de São José situava-se numa parte mais baixa, em termos topográficos, no bairro Bonsucesso. O templo de São José Operário localiza-se numa área mais elevada, no topo de um pequeno declive, no mesmo bairro.

5 A demolição da capelinha do Bonsucesso ocorreu no ano 2013, no âmbito da intervenção governamental denominada projeto Promurb-Maranguapinho, mais conhecido como Projeto do Rio Maranguapinho, vinculado à Secretaria das Cidades. A desapropriação do imóvel foi realizada para fins de "interesse público", através do Decreto Nº. 31.122, de 19/02/2013, publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará em 21/02/2013.

Em Fortaleza, no bairro Bonsucesso, ocorre um interessante fenômeno social. São José, padroeiro do Ceará, celebrado em diversas localidades do estado, é festejado também ali há, aproximadamente, mais de oitenta anos. Os festejos tiveram origem em práticas do catolicismo popular, marcando a tradição de um espaço rústico conhecido como capelinha de São José.

Nos anos 1980, um templo oficial da igreja católica dedicado a São José Operário foi edificado no bairro. Desde então, no dia 19 de março duas procissões ocorriam em Bonsucesso, configurando uma divisão socioespacial. Duas imagens constituem o cenário: de um lado, a procissão dos antigos, legitimada pela força do catolicismo popular, mas não reconhecida pelas lideranças do templo oficial; de outro lado, a procissão de São José Operário, ordenada e resguardada conforme a liturgia oficial da igreja católica.

Através da observação etnográfica, busca-se compreender os elementos de tensão e conflito que permeiam essa divisão, atentando para o componente político que atravessa o fenômeno estudado nesta pesquisa e para as forças simbólicas que se manifestam em relatos, memórias e percepções plurais.

O estudo vem sendo realizado desde o início dos anos 1990, mas até recentemente de forma não institucionalizada, ou seja, sem vínculo formal com agência de financiamento e fomento à pesquisa.[6] Os resultados já alcançados permitem pensar sobre os elementos simbólicos e práticos que, por décadas, permearam a divisão socioespacial do bairro durante a celebração simultânea de um culto para um mesmo santo, em espaços diferentes, porém geograficamente muito próximos. Fornecem, também, elementos para se compreender a força criativa e a resistência do catolicismo popular diante da normatividade dirigida através de decisões e mecanismos formais da igreja católica.

No âmbito dessa normatividade, processos de mudança emergem muitas vezes traçados sob a ideia de modernização, o que pode traduzir-se, também, em práticas de higienização social direcionadas ao controle da ordem em face do sagrado, protegendo e purificando o tempo e o espaço que se dedicam às coisas do espírito, no sentido de distanciá-las do perigo das coisas do mundo. Assim, forças religiosas oficiais atuam no âmbito de um movimento que tende à racionalização de determinadas práticas, como por exemplo, aquelas que se aplicam aos festejos populares de divindades católicas, no esforço de estabelecer fronteiras visíveis entre elementos do sagrado e do profano.

Vários pensadores das Ciências Sociais debruçaram-se sobre o fenômeno da racionalização e desencantamento de práticas mágicas e religiosas. Já no contexto da antropologia nascente, o evolucionista James Frazer apontava o que supunha como uma tendência inexorável: o desaparecimento de crenças pejorativamente consideradas inferiores e grosseiras, que dariam lugar a sistemas religiosos elaborados em referências escritas focadas na racionalização da ordem ritual e litúrgica, bem como das condutas individuais frente a tais sistemas (Frazer, 1982).

Ao discorrerem sobre o fenômeno religioso e a magia, Durkheim (2003) e Mauss (2003; 2005) também se ocupam em considerar processos de transformação que ocorrem no âmbito de tais sistemas de representações coletivas, observando tendências que apontariam para a modificação de crenças e práticas relacionadas ao sagrado, o que se confirmaria diante de uma crescente racionalização possibilitada pelo domínio da ciência e da técnica. Porém, tais pensadores não reproduziram o viés estigmatizante que contagiou o pensamento evolucionista clássico.

Tampouco operou de tal forma etnocêntrica o esforço teórico de Max Weber, quando este também apontou a ascensão da ciência e da técnica como forças que impulsionariam as sociedades rumo à racionalização e ao desencantamento do mundo dos deuses e dos mitos (Weber, 1999). Durkheim, Mauss e Weber, cada um ao seu modo de problematizar o real, apenas apontaram tendências de mudança em curso na temporalidade que os contextualizou, mas que não se confirmaram como forças generalizantes e inexoráveis.

Provas da impossibilidade de generalização de tais tendências são abundantes em diferentes regiões e culturas, notadamente no cenário plural da cultura brasileira, onde os arranjos populares e tradicionais focados nas festas religiosas resistem vivos e animados. São arranjos que muitas vezes causam incômodo às forças guardiãs

---

6 Os seguintes estudantes do curso de Ciências Sociais da UFC ingressaram no projeto de pesquisa: Jean Souza dos Anjos (pesquisador bolsista de Iniciação Científica) e Fabiana do Nascimento Pereira (pesquisadora voluntária).

da autoridade eclesiástica, sem, no entanto, produzirem efeitos de mudança estrutural sobre a ordem que resguarda preceitos oficiais, mas também sem se renderem a essa ordem.
Após a incursão em campo que já conta com alguns artigos publicados em anais de congressos acadêmicos, o estudo entra em nova e conclusiva etapa, instigada pelo desenrolar dos acontecimentos relacionados ao espaço da capelinha do Bonsucesso.
Dentre outros eventos a serem analisados nessa nova fase da pesquisa, destaca-se a demolição da capelinha, ocorrida no ano de 2013, por força da desapropriação de imóvel realizada pelo Governo do estado do Ceará, fato anteriormente citado.
Relacionando o cenário passado da pesquisa com o momento presente, importa conhecer o componente político que atravessa o fenômeno estudado e os elementos simbólicos manifestos em relatos, imagens, memórias e olhares. As narrativas que falam do lugar do festejo, da procissão de São José e da capelinha evocam mais do que o evento religioso em si, assinalando transformações históricas e socioespaciais que, nos relatos de vivências e em narrativas míticas desenham um bairro em relação com bairros vizinhos e informam sobre campos de poder e acerca da percepção do espaço modificado, observado a partir do cenário do referido templo. Nesta perspectiva, a pesquisa permitirá um conhecimento sistematizado acerca desse patrimônio imaterial de um bairro da cidade de Fortaleza, suscitando também importantes questões sobre a relação entre religião, política e espaço urbano.
Antes da demolição da capelinha, o quadro cenográfico da festa de São José abrigava, além da capela, parque de diversões, música, jogos, barracas enfeitadas com palhas de coqueiro, gente apreciando tudo isso ou apenas observando; rua interditada, movimentos, algodão doce, pipoca, crianças vestidas de anjinhos, velas acesas, toadas de mulheres devotas, fogos de artifício, o terço como reza e os gritos de viva São José. Uma festa popular onde a ordem das coisas tinha lugar também para uma contraordem. Logo ali bem perto, uma igreja, um templo popular, legitimado pela instituição católica, amparado por uma paróquia, onde as coisas parecem mais ordenadas. Ali as paredes também abrigam um acontecimento sagrado, vivido como festa, mas solenemente distinto; assentado na divisão que o umbral produz entre a igreja e a rua, mesmo quando se trata da realização campal de um culto.
Um mesmo bairro, um santo e dois altares. Na capelinha, o que parecia não ser permitido era esquecer-se de ir até lá no dia 19 de março pedir a benção a São José, pagar alguma promessa ou acender velas e dar-lhe muitos vivas e palmas. Mas nos dias comuns, interdições simbólicas e espaciais de caráter religioso não tinham lugar ali, onde o solene tinha data fixa e era popular e informal, mas nem por isso espontâneo e desorganizado.
Desde o início, a pesquisa constatou que num espaço enquadrado em apenas 06 quarteirões do bairro Bonsucesso (o bairro situa-se na Regional Administrativa III, configurando divisões limítrofes com os bairros João XXIII, Jóquei Clube, Parangaba, Vila Peri, Parque São José e Granja Portugal), área em que se cruzam quatro ruas, no dia 19 de março, data dedicada ao santo católico São José, duas celebrações simultâneas comemoravam o dia desta divindade, acontecendo em espaços diferentes, porém muito próximos.
Na nova fase do estudo que se desenvolve a partir da realização deste projeto de pesquisa, tem-se o propósito de registrar a memória dessa divisão socioespacial, através de narrativas discursivas e imagéticas, que permitirão pensar sobre os contornos políticos do fenômeno aqui focado, revelando também aspectos da relação entre religião, poder e espaço urbano.

2 Proposições metodológicas para uma abordagem etnográfica

O cenário de divisão socioespacial aqui descrito produziu inquietação desde o início da observação do fenômeno: por que devotos de São José, aparentemente fiéis e dedicados, deixavam de ir à procissão e celebração em homenagem ao santo, realizada em um templo católico oficial, para reunirem-se numa capelinha rústica e "mal zelada", localizada nas proximidades da citada igreja? Desde então, buscam-se elementos para trabalhar indagações que se somaram a esta.
O grau de envolvimento com a devoção a São José, em determinados sujeitos da pesquisa ultrapassa a experiência votiva e a participação em uma das procissões que eram realizadas num mesmo dia. Há devotos que se

tornaram protetores de uma memória tecida em elementos subjetivos. Como as vivências pessoais refletem na significação da divisão socioespacial ocorrida em torno da festa de São José? Tais vivências produzem narrativas unívocas ou diversas no que tange, por exemplo, à localização da origem da festa no tempo e no espaço? Em meio ao ritmo acelerado da vida na metrópole, a história da capelinha, iniciada por protagonistas já falecidos, recebe desdobramentos diversos, dificultando uma localização precisa no tempo e no espaço acerca da gênese da festa de São José em Bonsucesso. Nesse contexto, que elementos simbólicos e discursivos se manifestam em narrativas que, além de focarem memórias subjetivas da devoção a São José podem fornecer, a partir da percepção de fatos vividos, descrições sobre transformações ocorridas no espaço social e no arranjo de forças de poder que se tensionam na relação entre religião, política e espaço urbano?

E ainda como questão importante a ser explorada nessa nova fase da pesquisa, destaca-se a necessidade de conhecer como os moradores do entorno da capelinha e os narradores da memória desse espaço sagrado dão significado à demolição recentemente ocorrida e que, por conseguinte, tenderia a dar centralidade à festa de São José no templo oficial dedicado a São José Operário.

Inicialmente, é necessário considerar fatores relacionados à dupla caracterização da capelinha como espaço sagrado, que era destino de centenas de devotos a cada dia 19 de março, e também como ambiente profano, que não era rigorosamente resguardado como templo sagrado e de uso religioso durante todo o ano. Atenções devocionais e interesses políticos focavam a capela nos dias que antecediam a celebração de 19 de março e, sobretudo, nesse dia.

As memórias acerca da capelinha são tecidas na vida cotidiana, através de arranjos ou agenciamentos orais que, em determinados casos, evocam a experiência votiva como motivação para situar no tempo e no espaço o ponto inaugural da devoção (Mauss, 2005; Frazer, 1982). Em outros casos, o narrador busca no campo religioso uma esfera de identificação com sua comunidade, demarcando espaços de apoio no campo dos interesses políticos. Durante anos, a capelinha foi zelada por uma família que residia em edificação situada no mesmo terreno e teceu linhas de mediação entre forças de apoio a candidatos e eleitores do bairro, através da captação de recursos para ações assistenciais.

O começo está ligado a uma imagem já consolidada do santo no Ceará: a água, fonte de vida em terra semiárida, a resistir sob a proteção do santo que ajuda trazendo boas chuvas. Tudo começou à beira do rio Maranguapinho, pagando-se uma promessa pela dádiva da chuva. Depois se ergueu a capela. Mas as evocações acerca da origem dos festejos em Bonsucesso parecem ter relação com os arranjos que cada sujeito tece, com motivos identificados no cotidiano.[7]

A significação da capelinha revela sentimentos de pertença diversos. As narrações ilustram devoções pessoais e evocam mudanças ocorridas na realização da festa desde sua origem até os dias atuais, constituindo percursos mentais e afetivos ao evocarem fatos da infância e de outras etapas da vida, observando os festejos e transformações espaciais ocorridas no bairro e adjacências.

Considerando este cenário e suas implicações, a pesquisa orienta-se pelos seguintes objetivos:

Objetivo geral: realizar estudo histórico e etnográfico sobre a memória da capelinha de São José – espaço demolido no bairro Bonsucesso, Fortaleza (Ceará, Brasil) –, com o intuito de descrever e interpretar símbolos, significados, práticas e relações que configuram uma divisão socioespacial caracterizada pela presença, num pequeno espaço geográfico, de dois altares e duas procissões para um mesmo santo, resguardados por forças institucionais em conflito.

Objetivos específicos:

Conhecer os elementos simbólicos especificamente relacionados à capelinha de São José em Bonsucesso;

Coletar narrativas sobre a origem e a evolução da festa de São José em Bonsucesso, focando desde seu princípio até o momento mais recente, que tem enquadramento na demolição da capela; Sistematizar acervo ima-

---

7 Refiro-me aqui ao processo de construção mítica embasando-me no conceito de *bricolage*, proposto por Lévi-Strauss. Ver: LÉVI-STRAUSS, C. (2008), "A Ciência do Concreto". In: *O Pensamento Selvagem*, Campinas, SP: Papirus, 2008, pp. 15-49. Contribui também para esta discussão o pensamento de CERTEAU, M. de (2003), *A Invenção do cotidiano*, 1, *Artes de fazer*, Petrópolis, RJ: Vozes.

gético sobre a história da capelinha e da procissão de São José em Bonsucesso, com a colaboração de fiéis do santo que são interlocutores da pesquisa;
Identificar elementos relacionados ao poder e à presença da política no cenário da festa de São José em Bonsucesso, dentre os quais se destaca a tensão entre as forças institucionais da igreja e os defensores do espaço da capelinha;
Registrar e analisar a memória da função político-assistencial que se formou em espaço ocupado pelos zeladores da capelinha em décadas passadas;
Descrever, a partir de narrativas de vivências subjetivas, percepções sobre a transformação do espaço urbano em Bonsucesso e bairros adjacentes, identificadas a partir de fatos narrados concernentes ao espaço da capelinha e à procissão de São José;
Contribuir para o registro antropológico e histórico da festa de São José em Bonsucesso, aqui compreendida como manifestação de pertencimentos culturais que se constitui como importante patrimônio imaterial da história de um bairro;
Planejar a realização de documentário etnográfico e a publicação de um livro, ambos os documentos focados nos resultados da pesquisa de campo.
A investigação desenvolve-se, há mais de duas décadas, num ambiente de proximidade, por tratar-se de um fenômeno que ocorre no bairro onde mora o idealizador e coordenador da pesquisa, autor deste projeto.
Faz-se uma observação de perto e de dentro.[8] Mas sem envolvimento religioso ou de outra natureza pessoal qualquer com o objeto em foco, a não ser o interesse pela pesquisa, com o propósito de contribuir no registro e na compreensão de uma prática cultural que outrora movimentava centenas de pessoas.
A festa de São José é observada nesta pesquisa como acontecimento que mobiliza atitudes e sentimentos entre moradores de Bonsucesso e adjacências, atentando não somente para momentos de configuração ritualística. Valorizam-se as conversas informais desfiadas em ruas, calçadas e residências.
Assim se formatou a metodologia da pesquisa, num processo de problematização impulsionado a partir da vivência de um morador do bairro e do olhar crítico substanciado nesse morador por influência das Ciências Sociais.
Trata-se de um estudo qualitativo, interpretativo, com esforço dialógico materializado em rodas de conversa de vizinhança, formadas não para este fim, mas oportunizadas a favor das inquietações do pesquisador. Em mais de duas décadas de observação informal, foram registrados eventos em anotações, gravação de depoimentos e captura de imagens fotográficas.
A fluência das conversas, na maioria das vezes livres da condição de entrevista formal, tem expressiva importância e permite estar no meio dos acontecimentos sem interromper a evolução espontânea dos mesmos.
Com observações anteriores já realizadas sobre o fenômeno, sistematizou-se uma elaboração escrita acerca do mesmo, para apresentação em congressos acadêmicos, com o desejo de que a comunidade científica, especialmente nos campos da Antropologia da Religião e da Política, possa conhecer as reflexões aqui apresentadas e contribuir num processo de problematização que, a cada ano, parece propor novos desafios e recortes de pesquisa possíveis.[9]

---

8 Como sugere MAGNANI, J. G. C. (2002), "De Perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17 (49), pp. 11-29.

9 Ver: PAULINO, A. G. L. (2011a), "Um santo, dois altares: divisão simbólica e espacial na festa de São José". *GT 11 – Festa, cidade e religião*, *XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, *Salvador-BA*, Disponível em http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308492936_ARQUIVO_UMSANTO,doisaltares.pdf, [consultado em 14-12-2014]. PAULINO, A. G. L. (2011b), "Tradição e legitimidade: divisão socioespacial na festa de São José em Bonsucesso". *GT 22 – Antropologia do Secularismo e da Modernidade Religiosa*, *III Reunião Equatorial de Antropologia (REA) e XII Encontro dos Antropólogos do Norte e Nordeste (ABANNE) – Diálogos Interculturais na Pan-Amazônia*, *Boa Vista-RR,* Disponível em http://pt.scribd.com/doc/213993760/Anais-III-Rea#scribd, [consultado em 14-12-2014]. PAULINO, A. G. L. (2012), "Um santo, duas procissões: a *política do significado* na festa de São José em Bonsucesso". *28ª. Reunião Brasileira de Antropologia*, São Paulo, SP, Disponível em http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_28_RBA/index.html, [consultado em 14-12-2014].

Nesta nova fase da pesquisa, realizar-se-á um estudo de memória, haja vista que a capelinha foi demolida, como mencionado anteriormente; o que tenderia a forçar a centralização dos ritos dedicados a São José no templo oficial de São José Operário, situado a apenas duas quadras acima do terreno da capelinha.

Inicialmente, serão mapeados os interlocutores da pesquisa, abrangendo desde alguns fiéis pagadores de promessa, antigos zeladores do espaço da capelinha e organizadores da procissão, representantes do templo de São José Operário, remanescentes da família que por décadas controlou o espaço da capelinha, políticos relacionados à festa de São José seja por fins pessoais e/ou devocionais ou por interesses assistenciais e eleitorais, dentre outros.

Em seguida, após assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, serão realizadas entrevistas abertas e semiestruturadas, através das quais terão registro, narrativas que versarão sobre a história da capelinha, sobre a divisão socioespacial suscitada a partir de opositores à existência desse lugar sagrado, sobre as experiências pessoais relacionadas à devoção a São José e à frequentação do espaço da capelinha, dentre outros assuntos.[10]

Durante as visitas em que ocorrerão as entrevistas, será realizado um trabalho de sensibilização de interlocutores que disponham de acervo imagético particular sobre a capelinha e a festa de São José, objetivando sistematizar material para ser analisado e interpretado.[11] Trata-se, também, de um recurso estratégico que visa dar fluidez e espontaneidade ao momento da entrevista, bem como de uma forma de fazer da pesquisa uma atividade que envolva seus interlocutores de forma ativa na produção de dados.

A equipe de pesquisa promoverá também uma roda de conversa com interlocutores de vizinhança e que participam em atividades da igreja. A roda de conversa será tratada como grupo focal para discorrer sobre a história da capelinha, a divisão socioespacial que surgiu após a construção do templo oficial e a realidade que se configura com a demolição da capelinha e a expectativa de centralização dos ritos no templo de São José Operário.

Os resultados da pesquisa serão apresentados em relatórios específicos, em grupos de trabalho reunidos em congressos das Ciências Sociais, nos Encontros Universitários da UFC e, se possível, na forma de vídeo etnográfico, a ser realizado com suporte de equipamento do Laboratório de Antropologia e Imagem – LAI/UFC, e na forma de livro, com recurso a ser buscado junto a agências de fomento a publicações.

3 Considerações e pistas para uma interpretação em curso

Após incursões já realizadas em campo, é possível descrever a divisão socioespacial observada na festa de São José em Bonsucesso. Em um ponto, sob a bênção oficial do padre da igreja de São José Operário, um expressivo ajuntamento de fiéis, após a procissão, aglomera-se para a missa campal. Logo ali bem perto, na capelinha, acorria outro ajuntamento, que ia se formando aos poucos e se avolumava com a chegada do cortejo que acompanhava o andor de São José; uma manifestação legitimada pela tradição que se sustentava numa esfera cosmogônica.

Um santo, dois altares. Era este o quadro que se configurava em Bonsucesso na tarde do dia 19 de março. Durante os demais meses do ano, a igreja de São José Operário predominava como centro de devoção, enquanto a capelinha do Bonsucesso, como era conhecida, ganhava usos outros, profanos: como rodas de conversa e estacionamento de motocicletas e bicicletas dos que ali se sociabilizavam, atraindo qualificativos estigmatizáveis associados ao signo da malandragem e da violência urbana.

Há quem lamente o fato de o templo oficial não ter sido edificado no terreno onde se situava a capelinha, mas sem deixar de conferir legitimidade também ao espaço da igreja. Nessa caracterização há, por exemplo, o caso

---

10 No que concerne ao trato das categorias "memória" e "narrativa", a pesquisa contará com as seguintes referências, dentre outras: HALBWACHS, M. (1990), *A Memória Coletiva*, São Paulo: Vértice. BOSI, E. (1994), *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, São Paulo: Companhia das Letras. BENJAMIN, W. (1996), *Obras Escolhidas I – Magia e técnica, arte e política*, São Paulo: Brasiliense. KOFES, S. (2001), *Uma trajetória, em narrativas*, Campinas, SP: Mercado de Letras.

11 Para a compreensão teórico-conceitual da categoria "festa", será importante considerar, dentre outras, as seguintes obras: DIVIGNAUD, J. (1983), *Festas e Civilizações*, São Paulo: Tempo Brasileiro. PEREZ, L. F. (2011), *Festa, religião e cidade*, Porto Alegre, RS: Medianiz.

de uma devota que declarou já ter se esforçado para realizar a difícil tarefa de comparecer, na tarde da festa de São José, às duas celebrações que ocorrem simultaneamente.

Essa interlocutora também tece suas memórias acerca da festa, reportando-se à infância, quando já habitava em Bonsucesso. Desde menina vivencia os rituais dos festejos dedicados a São José. Seus relatos revelam percepções acerca da transformação físico-espacial do bairro e de outras áreas da cidade de Fortaleza, bem como sinalizam um elemento importante relacionado à sociabilidade que permeia a devoção local ao santo, qual seja, o cruzamento da esfera religiosa com a política, que se dá sob duas formas.

Primeiro, pela dimensão assistencial-clientelista configurada em torno do processo de organização da festa no tempo de seus antigos protagonistas – que atuavam em edificação situada no terreno onde também foi erguida a capelinha – e mediadores de políticos que mantêm o bairro em sua cartografia eleitoral.

A face política deste fenômeno religioso não se reduz à esfera assistencialista oportunizada em interesses mais visíveis no chamado "tempo da política".[12] Tal face revela-se também na micropolítica[13] materializada nos processos de significação mítica e nos conflitos simbólicos[14] que ocorrem no tocante aos festejos de São José em Bonsucesso, desde que o templo oficial foi erguido no bairro nos anos 1980.

No terreno onde se encontrava a capelinha, havia no início dos anos 1990, uma escolinha, dirigida por um parente de veteranos organizadores da festa. Ele se encarregava de organizar ações assistenciais no bairro e a festa de São José, atuando também na mediação entre a comunidade e representantes da política; o que implicava na troca de interesses no campo eleitoral. Diz-se que seu pai, antigo protagonista da festa, recusou a construção do templo oficial de São José naquele terreno, embora se especule que o imóvel pertenceria à Prefeitura Municipal de Fortaleza. Diz-se também que a recusa seria fruto do cuidado em não perder o mapeamento político daquela área.

Construído o templo oficial, os festejos continuaram na capelinha, deslegitimados pela igreja, que se recusa a reconhecer, inclusive, batizados ali já realizados no dia de São José. Com o falecimento do diretor da escolinha – que já havia sido fechada – e também com a morte de um padre que fazia a ligação entre o bairro de Parangaba e Bonsucesso através da organização e realização da procissão, a festa da capelinha entrou em declínio nos últimos anos, experimentando altos e baixos.

Durante essa fase passada da pesquisa, observou-se um ato trilateral. Na saída da procissão rumo à capelinha na festa de 2011, o cortejo partiu do bairro João XXIII, de um Centro Social cuja denominação identifica e homenageia um conhecido político atuante na área e adjacências, com fama de praticar obras assistenciais e que costuma apoiar e frequentar a procissão.

Com microfone em punho, o andor de São José sobre o ombro, Anastácio (nome fictício), esforçava-se para amenizar a atmosfera de crise que nos últimos anos se configurava em torno da festa, afirmando que enquanto tiver vida, a procissão tem ponto de partida garantido: o Centro Social que se distingue por seu nome. Traçou a memória da festa e informou que o padre da igreja de Bonsucesso teria lhe procurado para pedir que não fizesse a procissão. Ao que ele disse ter respondido: mas não sou eu que faço, são as pessoas da comunidade; é a fé do povo, do povo antigo, do povo que tem fé. E falava de uma tradição que havia começado há muitos anos, no rio [Maranguapinho], quando numa grande seca que teria ocorrido no Ceará, fez-se uma procissão pedindo chuva. E acrescentou que a procissão seguiria naquela tarde para o rio, onde tudo começou.

Não somente como político, mas como pagador de promessa e seguidor da tradição, levando o andor sobre o ombro, liderou a procissão rumo a Bonsucesso, onde mantém mediadores que o apoiam em campanhas eleitorais. Aportou ao bairro com o santo, ladeado por um apoio político seu das bases de lá. Subiu ao altar improvisado ao lado da capelinha e com microfone novamente em punho, puxou a reza do terço.

Eis o caráter trilateral de seu ato: pôs-se em dia com sua obrigação para o santo; liderou a comunidade em sua irreverência à normatividade proposta pela igreja de São José Operário; e, como homem da política que é, expôs-se à comunidade, como devoto fiel a uma tradição.

---

12 Ver: HEREDIA, B. (1996), "Os Comícios e as políticas de facções". In: M. Goldman, M. Palmeira (eds.), *Antropologia, Voto e Representação Política*, Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, pp. 57-71.

13 Ver: FOUCAULT, M. (1996), *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Graal.

14 Ver: GIRARDET, R. (1987), *Mitos e mitologias políticas*, São Paulo: Companhia das Letras. SAHLINS, M. (2003), *Ilhas de História*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Mas esteve numa condição de *liminaridade*, pois sempre exerceu diplomacia no processo conflitante travado entre as forças de poder da igreja de São José Operário e as da capelinha de Bonsucesso. Pôs em cena uma espécie de drama social performatizado, desenhando-se momentaneamente um espírito de *communitas*, visto aqui como força de uma *antiestrutura* a erguer-se contra a ordem normativa que resguarda a legitimidade do templo oficial. E logo voltaria à condição anterior ao momento da procissão, como responsável pelo diálogo diplomático com o padre, a quem respeita e apoia na realização da festa de São José Operário.

A cada ano se performatizava no cenário local essa dialética entre *estrutura* e *antiestrutura*.[15] Mas sem rupturas substanciais. A divisão era momentânea, episódica. Cada lado empenhava-se em atrair forças para si, pondo em cena diferentes recursos que visavam alcançar a eficácia material e simbólica necessária à sua legitimação (Mauss, 2005).[16]

O político mencionado citou instante antes da saída da procissão a narrativa mítica do *onde e como tudo começou*. Soube enfatizar uma força mitológica em favor da continuidade de uma tradição, oportunizando traços memoriais que constituem um poderoso capital simbólico.[17] E capitalizou a procissão também a seu favor, como político.

Anastácio e o padre capitalizaram seus espaços de ação, operando sob uma perspectiva instrutiva concernente ao caráter formador que se identifica em cortejos solenes e ritualísticos, cuja simbólica instrui consciências, produzindo sentimentos de aceitação e bases de legitimidade social para o poder.[18]

Anastácio instruiu seu povo a ouvir a voz da tradição e a continuar consigo, a cada ano, a procissão rumo à beira do rio. O padre, ao procurar conter a realização do evento, esperava que se unificassem os fiéis numa única procissão, que seguiria para o templo oficialmente consagrado ao santo, onde a liturgia seria conduzida por um sacerdote também consagrado. Cabia ao padre, naquele momento, instruir seus fiéis a seguirem com fé esta ordem.

Nesse cenário de tensões e diálogos possíveis, cada um atraiu seguidores e opositores. Mas, como também diria Geertz, ambos mobilizaram uma "política do significado" (1989: 206-222), orientada para a produção e projeção de símbolos capazes de internalizar nas pessoas sentimentos duradouros e atitudes de zelo e respeito, focados na manutenção de seus centros sagrados.

Bibliografia

DURKHEIM, É. (2003), *As Formas Elementares da Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália*, São Paulo: Martins Fontes.

FRAZER, S. J. G. (1982), *O Ramo de Ouro*, Rio de Janeiro: Guanabara.

GEERTZ, C. (1989), *A Interpretação das culturas*, Rio de Janeiro: Guanabara.

MAUSS, M. (2003), "Esboço de uma Teoria Geral da Magia". In: *Sociologia e Antropologia*, São Paulo: Cosac Naify, pp. 47-181.

_____. (2005). "A Prece". In: *Ensaios de sociologia*, São Paulo: Perspectiva, pp. 229-324.

WEBER, M. (1999), *Economia e sociedade*, 1, Brasília, DF: Editora da UnB.

---

15 Sobre os conceitos de liminaridade, communitas, estrutura e antiestrutura, ver: TURNER, V. (1974), *O Processo Ritual: estrutura e antiestrutura*, Petrópolis, RJ: Vozes.

16 Para uma compreensão do conceito de eficácia simbólica, ver também: LÉVI-STRAUSS, C. (2003), *Antropologia Estrutural*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

17 Refiro-me ao conceito de capital simbólico segundo BOURDIEU, P. (2004), *Razões práticas: sobre a teoria da ação*, São Paulo: Papirus.

18 Ver: GEERTZ, C. (2003), "Centros, reis e carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder". In: *O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa*, Petrópolis, RJ: Vozes, pp. 182-219.

Estatuto da Família: Observações Acerca de um Modelo Familiar como Patrimônio Evangélico

Maria Edi da Silva[1]
mariaedi_s@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho pretende discutir sobre os percursos da construção de uma pesquisa que tem como campo celebrações religiosas evangélicas. Perpassando por espaços educativos de evangelização de crianças: igreja, escola e família, esse último espaço – a família - vem ganhando corpo à medida que o Estatuto da Família, surge como instrumente de garantia de política pública. O papel desempenhado pelo núcleo social familiar, dentro desse processo, tem sido considerado por vereadores e deputados evangélicos como um patrimônio a ser preservado. A apropriação das discussões de preservação patrimonial pela bancada evangélica nos dá pistas do uso de elementos sociológicos e antropológicos a serviço de interesses políticos e ideológicos. Acreditamos que a discussão pretendida traz em seu bojo, a observação da reconfiguração de um modelo familiar único e institucionalizado.

Palavras-chave: família, evangélicos, crianças, estatuto, patrimônio, evangelização.

Essa comunicação tem como principal objetivo, socializar os percursos da pesquisa intitulada *"A Construção da Criança Evangélica: Observações dos processos Educativos na Família-Igreja-Escola"*, refletindo a partir da análise dos dados coletados. Tendo como campo empírico três espaços distintos – a Escola Dominical da Igreja Assembléia de Deus, uma escola privada de orientação evangélica e famílias pertencentes ao grupo de crianças pesquisadas. A observação desse campo específico deu-se a partir do desenvolvimento da pesquisa de mestrado[2], que tornou possível uma maior aproximação ao universo evangélico. De acordo com Mafra (2001), o termo "evangélico" tem soado com categoria abrangente, existindo uma necessidade de entender a amplitude desse campo religioso, suas diferenciações, valores sociais, as rupturas e sua legitimidade social. A expansão da igreja pentecostal entre os mais pobres é apresentada por Novaes (1998), contudo a autora não descarta que esse crescimento não se dá apenas nas camadas mais pobres e desprivilegiadas.

As primeiras reflexões a partir do campo nos levaram a perceber a importância da família no processo de evangelização das crianças e, a partir desse ponto nos trouxe aos atuais debates que o Projeto de Lei Nº 6583/2013, denominada Estatuto da Família traz em seu bojo. Fazemos, pois, algumas considerações acerca desse texto e o que o Estatuto da Família representa tanto para a sociedade de forma geral como para os membros da Assembléia de Deus. Não tendo a intenção de emitir opiniões conclusivas, acreditamos que a maior contribuição sempre está na discussão das idéias, aproximando impressões acerca de um campo que tem sido o emissor de diversos ruídos.

Tendo sido fundada no Brasil, em Belém do Pará , em 1911, a Assembléia de Deus vem crescendo em números de adeptos, como aponta o Censo 2010, teve um crescimento de 46% em relação ao censo anterior, dividindo em seus ministérios 12,3 milhões de pessoas. Não podendo deixar de ressaltar que toda a população de evangélicos se dispersa nas várias denominações e ministérios da Igreja, contudo de matriz assembleiana. Os usos e costumes direcionam a conduta, a forma de se comportar do crente e também as relações familiares,

---

1 Silva, Maria Edi da. "A Construção da Criança Evangélica: Observações dos processos Educativos na Família-Igreja-Escola". Pesquisa de doutorado em andamento, PPGA/UFPE, Recife. Bolsista da CAPES – processo 4054/14-8.

2 Silva, Maria Edi da. "Diversidade Religiosa na Escola Pública: um Olhar a Partir das Manifestações Populares dos Ciclos Festivos. Dissertação de Mestrado, UFPE, Recife, 2011.

mesmo tendo sido modificado com o passar dos anos no Brasil, adaptando-se algumas vezes às diferenciadas situações, ainda é considerada como a mais rígida das igrejas pentecostais. Sendo os costumes, uma forma de comunicação da regra que se dá através da reflexão dos impactos que as mesmas apresentam para a vida do crente. Diferente do que nos diz Strauss (1974), em sua reflexão de que os agentes repetiam os costumes sem a devida consciência da regra. A Bíblia é para o evangélico a regra maior de conduta e fé; repetindo continuamente os ensinamentos dos textos sagrados na crença, na prática e na fé a partir da sua reflexão.

De acordo com trabalho defendido por Silva[3] (2003), o mesmo nos diz que o verdadeiro crente pentecostal aprende a sê-lo de forma oral, ao menos assim é o primeiro contato, através do que é dito pelos pastores mais antigos baseado em sustentações bíblicas.

A Assembléia de Deus dá ênfase ao episódio bíblico do derramamento do Espírito Santo no dia de Pentecostes – daí ser denominada pentecostal, refazendo o elo emocional que se descreve nesse evento bíblico entre o Espírito Santo e seu povo, nos cultos da igreja. (FRESTON, 1994). Outra característica é o rigor ao texto bíblico, fazendo-se uso em todas as atividades, mesmo nos momentos de estudo que são direcionados às crianças. Defendendo em cultos e pregações, o modelo familiar que é revelado como o modelo padrão a ser seguido é composto por um homem e uma mulher. (BÍBLIA, Livro de Gênesis, 17, 18,19)

Como dito acima, os três espaços em que se dá o campo são, para um melhor entendimento, as atividades de evangelização que ocorrem na Escola Dominical (1), destinada às crianças na faixa etária de 04 aos 11 anos, separadas por turmas, por cada faixa – 04 e 05; 06 e 07; 08 e 09; 10 e 11. A partir dos doze seguem para União dos Adolescentes, com estudos mais aprofundados da Bíblia e outros compromissos, como o de evangelizar outros jovens; uma escola (2) do Ensino Fundamental regular, com orientação evangélica direcionada para os ensinamentos da doutrina e dos costumes da Assembléia de Deus, que faz parte do currículo da escola, sendo seus donos membros atuantes da Igreja e dez famílias que circulam nesses três espaços. A fase de coleta dos dados junto às famílias ainda está em andamento, mas a participação nas atividades da Escola Dominical e da escola regular já se findou.

Diante do exposto, para efeito dessa comunicação, me detenho na aproximação com as famílias. No decorrer das entrevistas, observei a ênfase que é dada à união familiar, ao rigor dos hábitos dentro do lar, à realização do Culto no Lar[4], na observação da conduta dos meninos e das meninas no que diz respeito aos valores que são defendidos pelos membros. Os pastores e presbíteros intervêm na vida privada dos casais, se esses estiverem passando por algum desentendimento ou crise, afastando-os inclusive das atividades na igreja. De acordo com relato trazido do campo em entrevista com uma das famílias,

> (Ele) Na igreja nenhum (irmão) sabe do seu problema, ou se você, porque isso é caso de disciplina, ou se você, se a gente errar, assim discutir com a minha esposa, tenho uma discussão feia em casa coma minha esposa, eu não posso tomar a santa ceia se eu tô com um problema com a minha esposa, eu tenho que pedir um perdão a ela e ela a mim pra gente acabar com isso ou se ficar nessa briga, dormindo separado, eu vou ter que avisar o presbítero da igreja, tô com um problema em casa com a minha esposa, assim, assim, assim... eu vou ter que pedir um perdão a igreja, pra mim poder ceiar naquele dia, que é uma vez por mês, eu tenho que pedir perdão antes de ceiar, porque como eu vou ceiar se eu tô em pecado com a minha esposa? Não tô falando com a minha esposa? Quer dizer, pra gente ter uma vida conjugal na nossa casa a gente tem que ser uma boa família, um bom casal, pra poder na igreja, no meio da igreja a gente poder também ser vitorioso, porque se agente tiver com intriga aqui,

---

3 Silva, José Cláudio da. " A Doutrina dos Usos e Costumes da Assembléia de Deus." Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2003.

4 O Culto no Lar é uma das estratégias de evangelização das crianças que os pais realizam em casa. É o estudo de um trecho pré-selecionado da Bíblia, cânticos e orações. Nesses momentos toda a família se volta para esse objetivo, refazendo todo o ritual do culto que é feito na Igreja e para as crianças são designadas tarefas a cumprir, ora elas cantam um louvor, ora elas leem um trecho da Bíblia indicado pelos pais. Ao final as crianças identificam qual o ensinamento daquele trecho lido. A frequência pode ser diária em algumas famílias. O Culto no Lar se baseia no Livro de Coríntios I, 12.

> na igreja vai ser pior. Pra gente ter uma vida diante de Deus, certa, corrigida, a gente tem que começar de casa, a esposa, eu, meus filhos, ter uma boa conduta, e aí Deus vai nos abençoando. (Ela) Operar milagres! (Ele) É porque se a gente acha que tá errado, não pode viver no erro, eu não posso ir pra igreja, me esconder, chegar pros componentes e dizer, olhe irmã a senhora não pode andar assim, assim, assim, se eu faço... eu posso mentir pra ela (pra irmã), mas pra Deus eu não posso mentir. Por isso que tem esse sistema de disciplina. (Entrevista realizada em 22/08/2014)

A partir desse relato podemos perceber que a convivência da família, a forma como os casais se relacionam sofrem a influência direta dos pastores e presbíteros, agindo sobre os membros com punições e disciplinamentos, fazendo com que toda a comunidade seja de certa forma controlada nos seus atos, condutas e ações pelas orientações da religião. A separação entre o relacionamento do casal e a igreja é quase que inexistente todos fazendo parte de um grande grupo que tem como elo a igreja. Acreditando ser o lar uma extensão da Igreja e Deus o Senhor da Família.

Para a organização da comunicação, esse texto está dividido em dois pontos reflexivos, sendo o primeiro deles iniciado a partir da coleta dos dados no campo e da interpretação da fala dos entrevistados sobre o que pensam como modelo de família e o segundo a partir do Projeto de Lei 6583/2013, o Estatuto da Família.

A partir do que é descrito nos ensinamentos sagrados e nas orientações dos pastores e presbíteros, os membros da Assembléia de Deus, constroem suas práticas cotidianas acerca do relacionamento entre os casais, orientações que são dadas aos filhos, bem como suas ações no mundo.

.1 “Ensinai teu filho no caminho que deve andar[5]!”:

Os estudos sobre relações sociais/grupo familiar sempre estiveram presentes na antropologia. Os agrupamentos constituem relações sociais entre pessoas e são passíveis de mudanças, sendo a família uma forma de agrupamento social que une outras formas de identificação social, pois a aliança, o parentesco e a propriedade surgem como outros vínculos que unem os agentes pertencentes ao grupo familiar. (LABURTHE-TOLRA; WARNIER. 1997). O grandioso estudo[6] realizado por Strauss (1982), que também fundamentou o percurso da teoria antropológica, tratou de questões como aliança, troca matrimonial, filiação, princípios do parentesco, consanguinidade, mas que atualmente não responde às novas formas de organização familiar.

Uma das definições de família, construída por Strauss (1974) nos diz que

> “A família tem a sua origem no casamento; Ela inclui o marido, a mulher, os filhos nascidos da sua união formando um núcleo em torno do qual outros parentes se podem, eventualmente, agregar; os membros da família estão unidos entre si por: a) laços jurídicos; direitos e obrigações de natureza econômica, religiosa, ou outra; uma rede precisa de direitos e proibições sexuais e um conjunto variável e diversificado de sentimentos como o amor, o afeto, o respeito, o medo, etc”. (STRAUSS, 1982: 104)

Nessa afirmação a família é composta por marido e esposa, com filhos nascidos dessa união. Os debates atuais sobre configurações familiares trazem outras questões, como formação de famílias por casais homossexuais, adoção de crianças, reprodução alternativa, entre outros que permeiam a sociedade atual com novas demandas por reconhecimento e direito. A instituição familiar não é estática, vem sendo modificada a partir das relações estabelecidas entre seus componentes, Sarti (2003), define família como um mundo de relações. E as relações são estabelecidas e experienciadas entre pessoas, não cabendo para isso, formatos estáticos.

Ainda sobre os debates atuais acerca das configurações familiares, podemos citar o trabalho de Fonseca (2008),

---

5 Trecho citado em entrevista realizada em 22/08/2014.

6 Para melhor compreensão do estudo realizado por Claude Lévi-Strauss, ler: Strauss, Claude-Levi. As Estruturas Elementares do Parentesco. Petrópolis, Vozes, 1982.

que discute sobre homoparentalidade fazendo um paralelo entre a formação familiar tradicional nuclear, filiação adotiva e tecnologias reprodutivas assistidas. Questões como direitos, garantias previdenciárias, herança e partilha de bens, surgem dos conflitos vividos pelas pessoas envolvidas nessas configurações.

Novas experiências afetivas resultam em novos agrupamentos familiares e a família homoparental tem se revelado como uma possibilidade de buscar compreender também os novos papéis assumidos dentro do grupo, posto que são compostos por casais do mesmo sexo, bem como o enfrentamento perante o preconceito e a discriminação da sociedade, a exemplo da brasileira, que ainda se regula pelo modelo nuclear patriarcal, com a figura do pai e da mãe delimitado por homens e mulheres. A definição dos lugares ocupados por cada um dentro da família não é mais regido por uma ordem patriarcal, que tem por base a hegemonia do poder paterno ou a diferenciação entre os sexos. Tratando sobre esse tema da definição dos papéis dentro deste contexto familiar, nos dirá Roudinesco (2003) que,

> Em lugar da definição de uma essência espiritual, biológica ou antropológica da família, fundada no gênero e no sexo ou nas leis do parentesco, e em lugar daquela, existencial, (...) foi instituída outra, horizontal e múltipla, inventada pelo individualismo moderno e logo dissecada pelo discurso dos especialistas. Essa família se assemelha a uma tribo insólita, a uma rede assexuada, fraterna, sem hierarquia nem autoridade, na qual cada um se sente autônomo ou funcionalizado. (ROUDINESCO, 2003:155)

Concordamos que os lugares ocupados dentro da família homoparental não são fixos, diferente do modelo de família formado por casais heterosexuais, o que nos faz refletir sobre as diferentes formas de configuração familiar. Outras definições de lugares de poder dentro do grupo social familiar vêm surgindo, quebrando hegemonias, redefinindo papéis.

Para além de uma definição de família como grupo social formado por relações de consaguinidade e parentesco, sabemos que os atuais debates trazem-nos outras configurações familiares importantes para o nosso argumento. O desenvolvimento da pesquisa, no que se refere à aproximação com as famílias, tem sido feita de forma cautelosa, pois as entrevistas acontecem dentro das casas, na intimidade dos lares e tentamos compreender quais atividades são realizadas, no contexto familiar, com as crianças sobre a educação religiosa. Muitos relatos reiteram o uso da Bíblia, como no trecho a seguir:

> (...) Porque a bússola do crente é a Bíblia. A Bíblia Sagrada é a minha bússola, eu não vou me espelhar no pastor da Igreja não, eu não vou me espelhar no presbítero da Igreja não, meu espelho é a Bíblia. (Entrevista realizada em 22/08/2014)

A descrição da Bíblia como orientação maior da conduta, também se reflete nos ensinamentos direcionado às crianças, para que compreendam os valores que a religião considera importante para a vida. Sendo a família assim definida em duas importantes passagens bíblica do livro do Gênesis:

> Deus os abençoou e lhes disse: sejam férteis e multipliquem-se! Encham e subjuguem a Terra! Dominem sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se movam pela Terra". (GÊNESIS, 1,28)

E, na segunda passagem:

> Por essa razão, o homem deixará pai e mãe e se unirá à sua mulher, e eles se tornarão uma só carne[7]. (GÊNESIS, 2,24)

Nesses dois trechos a união entre um homem e uma mulher fica explícita, e mesmo na atualidade a interpretação dada ao texto bíblico continua sendo feito de forma literal, não havendo margem pra outras interpretações. E dessa forma literal tem sido ensinado às crianças. Para que o conteúdo doutrinário presente nos textos bíbli-

---

7 A Bíblia descreve orientações que são utilizadas para embasar os Princípios do Casamento, são eles: Princípio da Heterossexualidade, Gênesis 1, 27; Princípio da Monogamia, Gênesis, 2, 18-24; Princípio Monossomático, Gênesis, 2,24; Princípio da Indissolubilidade, Mateus 19, 6 e Marcos 10,9.

cos seja acessível às crianças, as atividades da Escola Dominical são organizadas respeitando as faixas etárias e seus níveis de compreensão. A partir desse exemplo do Livro Gênesis, são elaboradas estratégias didáticas que remetam à criação do mundo, que vão se utilizando de gravuras, histórias em quadrinhos e de canções. Sendo a música[8] um importante elemento evangelizador e atrativo para as crianças.
O modelo familiar a ser seguido e reproduzido na vida dos membros da igreja é esse modelo descrito no texto bíblico, não podendo haver outra interpretação. Contudo as reflexões acerca dos reordenamentos familiares são explicitados nas falas dos casais entrevistados. Eles descrevem que a família precisa ser e se comportar como definida por Deus. Assim,

> A importância da família para o crente da Assembléia é ter união, respeito e amor e principalmente respeito a Deus. Eu vejo a diferença de famílias não crentes, eu fico só imaginando se Deus não tivesse me salvado como estaria meu casamento hoje. (...) Cada dia a família está sendo atingida por muita coisa do mundo. (Entrevista realizada em 22/08/2014)

Entendemos que nessa concepção, "ter respeito a Deus" é agir de acordo com os ensinamentos bíblicos e das orientações doutrinárias da Igreja, bem como, quando a entrevistada se refere a "coisas do mundo", está a se referir ao que consideram pecado, atitudes erradas, condutas repreensíveis.
Assim posto, percebemos que o conceito de família que tem sido construído a partir dos evangélicos da Assembléia de Deus, está baseado na descrição bíblica, tendo que ser posto em prática na vida dos membros, com rigores a serem seguidos, condutas, disciplinas e reverências que estão para além da vida privada dos casais e se estendem aos salões das igrejas. É esse modelo que é ensinado às crianças, nas reflexões dos textos bíblicos, nas lições da Escola Dominical, nos Cultos Domésticos e na prática vivenciada pelos casais.

2. Projeto de Lei Nº 6583/2013: Estatuto da Família

A partir do relato de uma das entrevistas, novos ruídos foram surgindo no campo e que agora passam a ser refletidos, no segundo ponto desse ensaio. Questionando sobre a importância da família para os membros da Assembléia de Deus, ouvi, em entrevista, um dos pais, dizendo que a família *"hoje em dia corre muitos riscos e precisa ser preservada"*. Essa afirmação foi repetida de outras maneiras por mais três dos casais entrevistados. Contudo, comecei a encontrar um ruído ainda mais forte quando registrei que *"a família é um patrimônio que a Assembléia de Deus possui, por isso precisa ser preservada"*. (Entrevista realizada em 11/07/2014)
O estudo sobre patrimônio também tem sido realizado por antropólogos e tem um longo caminho percorrido dentro da disciplina. A idéia de preservação dos bens culturais e a idéia de construção de valores de um grupo social, vem sendo defendidas juntamente com todo o processo de registro e documentação. Ao identificar o uso de termos como patrimônio e preservação nos discursos dos agentes envolvidos na pesquisa aqui descrita, em relação ao modelo familiar defendido pela Assembléia de Deus, logo nos remetemos ao Projeto de Lei 65/83, denominado Estatuto da Família.
Esse projeto é de autoria de Anderson Ferreira[9] e tramita no Congresso Nacional, em Brasília, em processo de estudo e avaliação.

---

8 Uma das famílias pesquisadas relatou ser o pai, maestro do conjunto feminino da Igreja, a mãe secretária do mesmo conjunto e a menina, filha do casal é incentivada a cantar, louvando ao Senhor através da música. Na realização do Culto no Lar, a criança canta e muitos ensinamentos são passados através das canções, a exemplo da seguinte: "Eu quero muito a mamãe/ a minha mãezinha querida/ a paz de Deus nesse mundo/ mamãe é tudo na vida/ primeiro eu quero a Jesus/ a mamãe em segundo lugar/ Jesus me prepara pro céu/ mamãe me educa no lar/a minha mãe é tão boa/ e sofre muito por mim/ Jesus Cristo sofreu muito mais/ derramando seu sangue enfim/ primeiro eu quero a Jesus/ a mamãe em segundo lugar/ Jesus me prepara pro céu/ mamãe me educa no lar.

9 Anderson Ferreira é atualmente deputado federal por Pernambuco, pelo Partido da República, PR. O mesmo é evangélico da Assembléia de Deus.

O Estatuto da Família tem por base duas idéias centrais: o estabelecimento do conceito de entidade familiar, a união formada pelo casamento de um homem e uma mulher e, a preservação e proteção dessa unidade familiar. Ocorre que a idéia de preservação vem tomando corpo entre os evangélicos e a defesa desse modelo familiar como um patrimônio específico da Igreja a ser preservado. Dizendo de outro modo, O Estatuto da Família propõe que o Estado, por força de lei, utilize de meios que garantam a proteção e a preservação da família nesses moldes. Em seu Artigo 2º, nos diz que,

> Artigo 2º: Define entidade familiar o núcleo social formado entre um homem e uma mulher, por casamento ou união estável ou por qualquer dos pais e descendentes.

As discussões em torno do conteúdo do Estatuto da Família estão na pauta do dia, nas redes sociais[10] e mídia impressa do Brasil, levantando questionamentos das entidades de Direitos Humanos, quanto ao seu teor que excluem outras formas de organização familiar, bem como acirrando a defesa dos evangélicos. Percebemos, contudo que junto com as discussões específicas do conceito de família, sua formação, a inserção do Estado como regulador e outras tantas questões de cunho legal, está o movimento que a Assembléia de Deus vem fazendo para estabelecer distinção entre as demais denominações religiosas evangélicas pulverizadas nesse campo.

Citaremos como exemplo desse mesmo movimento de delimitação de espaço por parte da Assembléia de Deus no Brasil, o trabalho realizado por Fajardo (2012), em que discutiu a construção do conceito de memória da Igreja por ocasião do seu centenário. Com a publicação dos Diários dos Pioneiros Daniel Berg e Gunnar Vingren, fundadores da Assembléia no Brasil, pela editora oficial da instituição – Edições CPAD/ Casa Publicadora da Assembléia de Deus - cumpriam o objetivo de estabelecer uma memória oficial, fortalecendo assim a identidade do grupo.

Nesse trabalho, Fajardo (2012) discute o conceito de memória coletiva tendo por base o pensamento de Halbwachs (2006), que aponta a importância da memória coletiva para que a identidade do grupo se fortaleça, bem como discute sobre a sobreposição da identidade coletiva à identidade individual.

Argumentando ainda sobre a pulverização do pentecostalismo no campo religioso brasileiro, Fajardo (2012), ressalta a preocupação da Assembléia de Deus em produzir, através dos livros publicados, a memória da igreja. A história institucional devidamente registrada, garantindo assim que, além de estabelecer uma identidade coletiva do grupo, não permitir que a memória de seus fundadores pudesse se dissipar com o tempo.

> A fragmentação religiosa moderna aparece de forma bastante clara no pentecostalismo brasileiro, em que o número de denominações multiplica-se exponencialmente. O campo religioso pentecostal apresenta numerosos agentes, as diferentes denominações, que apesar de compartilharem de uma memória coletiva comum, travam uma batalha concorrencial pela conquista de espaço nesse campo. Nessa batalha, a reafirmação de uma história institucional é uma das ferramentas utilizadas (pela Assembléia de Deus) na tentativa de fomentar uma identidade de determinada denominação em contraposição aos demais agentes deste campo. (FAJARDO, 2012: 276) (GRIFOS NOSSOS)

Entendemos, pois, que tanto a publicação dos Diários dos Pioneiros como a elaboração do Estatuto da Família, outra ferramenta na nossa concepção, traz de forma muito concreta a intenção da Assembléia de Deus em estabelecer-se, cada vez mais no campo pentecostal brasileiro de forma organizada, material e institucionalmente presente na vida dos assembleianos e da sociedade como um todo. A produção, resgate da história e publicação da memória, juntamente com o Estatuto da Família, que tem um modelo familiar como patrimônio a ser preservado, demonstra, na nossa reflexão, a intenção política que tem sido assumida pela Igreja e seus membros. Há muito que se observa a força dos evangélicos nas bancadas políticas do Brasil. Seja em que âmbito for, os

---

10 Enquete ativa, verificada em 02/12/2014, às 12:38, horário de Brasília. 4.386.449 votos, sendo 50,27% NÃO (2.205.109) e 49,42% SIM (2.167.831). Sem opinião formada 0,31%, 13.515. A pesquisa pergunta se as pessoas são a favor ou contra a definição de família formada por um homem e uma mulher. Site www2.camara.leg.br.

políticos evangélicos defendem seus interesses de modo muito organizado. Estudos já realizados por Giumbelli (2002), Pierucci (1989) e outros, apontam para o crescimento e inserção dos evangélicos – pentecostais e neopentecostais – no mundo da política. Garantindo assim, aprovação de projetos que são de interesse do grupo bem como do interesse comum. O Estatuto da Família tramita na Câmara Federal dos Deputados desde 2003, esperando para ser votado e nesse período tem sido bastante discutido. O embasamento que fundamenta o Estatuto, embora não esteja literalmente presente no corpo do texto, é facilmente identificado no trecho abaixo, retirado da revista Marcas de um Lar Cristão[11], devido a similaridade e, como já foi mencionado acima, ser o autor do Estatuto, membro da instituição evangélica Assembléia de Deus.

> A família é uma instituição divina, formada por marido, esposa, pais e filhos, sendo, portanto, a célula basal da sociedade. A família recebeu do seu criador um manual composto de orientações que são indispensáveis para seu bem estar e preservação. Muitas ideologias trazidas pelo pós-modernismo tem sido fortes instrumentos do maligno para destruição dos princípios éticos morais e espirituais da família. Porém apesar desse momento de crise, a família cristã tem sido um referencial para a sociedade pós-moderna. (ALVES, 2013: 06)

Como podemos perceber o teor do trecho acima traz em seu conteúdo o mesmo teor que subjaz no Estatuto da Família, política e religião unidas nesse projeto. Pensamos na importância dessas reflexões, principalmente no que concerne ao fator da educação das crianças que é o objetivo maior da pesquisa da qual essas reflexões fazem parte. Ensinar as crianças no caminho da religião, contudo dentro de um contexto muito bem articulado entre Igreja – família- escola. Reforçando esse argumento, percebemos a importância dada ao texto bíblico.

> O Deus que concede filhos aos homens, também provém o manual para ensiná-los passo a passo como criar os filhos. E a responsabilidade dos pais cristãos, pesa ainda mais quando descobrimos pela Bíblia, que devemos cria-los para devolvê-los a Deus. Por isso, devemos criá-los na doutrina e admoestação ao Senhor. (ALVES, 2003: 12)

Criar os filhos dentro dos ensinamentos cristãos e devolvê-los a Deus, conhecedores de todos os ensinamentos, educados dentro de uma família concebida e formada no modelo descrito pela Igreja e pelo Estatuto. Pensar na entidade familiar como um patrimônio a ser preservado, tem sido parte das nossas reflexões, mesmo sendo um elemento intangível dentro da cultura evangélica, sua presença e importância é essencialmente marcada. Assim sendo, buscamos compreender a importância da preservação de um bem intangível para o fortalecimento de um grupo social, sabendo que, como ressaltam Rotman e Castells (2007), o material e o material estão unidos em sua importância, não cabendo ocupar um lugar na hierarquia dos bens. A construção do sentido, de acordo com as autoras, tem uma importância maior.

> Os aspectos problemáticos da distinção conceitual entre patrimônio cultural tangível e intangível são suficientemente conhecidos. A separação entre o físico/material e o imaterial/oral resulta inviável, uma vez que ambos os aspectos estão inevitavelmente unidos e se articulam em qualquer expressão cultural e patrimonial. E mais: como alguns autores têm assinalado, a intangibilidade pode ser valorizada inclusive como o aspecto mais relevante de um bem, na medida em que precisamente sua legitimação como patrimônio será resultado das lutas pela imposição do sentido; são os significados, os usos e valores que se assinalam e se atribuem às expressões culturais os fatores que determinam seu caráter e, portanto, sua inclusão no campo patrimonial. (ROTMAN et CASTELLS, 2007:73-74)

---

11 Marcas de um Lar Cristão. Departamento da Família. Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Pernambuco. Organizada por Pastor Ailton Alves, Edições CPAD, Recife, 2013.

Assim sendo, entendemos que a intenção política que se insere na concepção do Estatuto da família, Lei 6583, está diretamente identificada com os preceitos da Assembléia de Deus. Os ruídos que sobressaem do campo acerca da preservação da família como um patrimônio da Igreja, nos direcionam a pensar que elementos culturais de representatividade de grupos religiosos, poderão ser passíveis de entrar na discussão sobre patrimônio pelos órgãos responsáveis, a partir da demanda oriunda desses grupos. Sabidamente articulados e organizados, inseridos no contexto político e com objetivos bem traçados para garantir o espaço conquistado e sua identidade enquanto Igreja pentecostal no Brasil.

Considerações finais

A proposta dessa comunicação é contribuir com o debate acerca de patrimônio, trazendo para discussão elementos que são oriundos do campo de pesquisa e que nos apontam para vozes que ecoam de um grupo religioso organizado e estruturado, Assembléia de Deus. Percebendo a importância do grupo familiar concebido no modelo bíblico e que encontra eco em um projeto de lei tão atual que sequer saiu das discussões da assembleia Legislativa. Política e religião entrelaçadas em cumprimento ao objetivo de preservar a família, estabelecer um modelo perante a Lei, garantindo assim o fortalecimento da identidade religiosa, com seu rigor, dentro de um campo religioso pulverizado e crescente.

Acreditamos que a força do debate é a maior contribuição, a socialização das idéias que estão presentes, a tempo e a hora, na construção de uma pesquisa que, acima de tudo, tem em seu campo de interlocução crianças em espaços educativos de evangelização.

Referências

ALVES, A. (2013) *Marcas de um Lar Cristão. Departamento da Família – Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Pernambuco*. Recife: Edições CPAD.

BÍBLIA DE ESTUDO PENTECOSTAL. (1995) Sociedade Bíblica do Brasil.

FAJARDO, M. (2012) Religião e Memória: Afirmação da Memória Institucional da Igreja Assembléia de Deus no Brasil. *Revista Brasileira de História das Religiões, ANPUH*.

FONSECA, C.(2008) Homoparentalidade: Novas Luzes sobre o Parentesco. *Revista Estudos Feministas.* Florianópolis: UFRGS.

FRESTON, P.(1994) Breve História do Pentecostalismo Brasileiro. In ANTONIAZZI, A. *Nem Anjos nem Demônios*. Petrópolis: Vozes.

GIUMBELLI, E. (2002) A Presença do Religioso no Espaço Público: Modalidades do Brasil. *Religião e Sociedade. Scielo.*

HALBWACHS, M. (2006) *A memória Coletiva*. São Paulo: Centauro.

LABURTHE-TOLRA, P. & WARNIER, J. (1997*) Etnologia/ Antropologia*. Petrópolis: Vozes.

MAFRA, C. (2001) *Os Evangélicos*. Rio de Janeiro: Zahar.

NOVAES, R. (1998) O Novo Nascimento. *Os Evangélicos em Casa, na Igreja e na Política.* Rio de Janeiro: MAUAD.

PIERUCCI, A. (1989) O Envolvimento dos Evangélicos na eleição de Collor. São Paulo: *Anpocs.*

ROTMAN, M. & CASTELS, A. Patrimônio e Cultura: Processo de Politização, Mercantilização e Construção da Identidade. In: ABA. FILHO, M.; ECKERT C.; BRANDÃO, J. (2007) *Antropologia e Patrimônio cultural – Diálogos e Desafios Contemporâneos.* Blumenau: Nova Letra.

ROUDINESCO, E. (2003) *A Família em Desordem*. Rio de Janeiro Zahar

SARTI, C. (2004) *A Família Como Ordem Simbólica*. São Paulo: Psicologia USP.

SILVA, J.C. (2003) *A Doutrina dos Usos e Costumes da Assembléia de Deus.* Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião, Universidade Católica de Goiás.

SILVA, M. (2011) *Diversidade Religiosa na Escola Pública: Um Olhar a Partir das Manifestações Populares dos Ciclos Festivos*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, UFPE.

STRAUSS, C. (1974) *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Petrópolis: Vozes.

VINGREN, I. (1985) *O Diário do Pioneiro.* Recife*:* Edições CPAD.

A Festa do Divino de Indiaroba e as Relações de Poder: Igreja e Sociedade

Katia Maria Araujo Souza[1]
katia@unit.br

Erivaldo Vieira dos Santos[2]
erivaldovs@yahoo.com.br

José Fernandes Ávila Soares[3]
padrefernandoavila@gmail.com

Camila Souza Vieira[4]
profcamilasouza@yahoo.com.br

Resumo: Descrição desde os preparativos, passando pelas novenas até o dia da festa, identificando os rituais e seus significados e as relações de poder entre a Igreja e a sociedade enquanto transmissão de saberes como campo da memória e dentro da festa o Colóquio do Divino como o espaço de discussão das interfaces entre o sagrado e o profano e a preservação do patrimônio imaterial na perspectiva da sociologia e da antropologia.

Palavras Chave: sagrado e profano, rituais, poder e memória

---

1 Professora da Universidade Tiradentes – Unit, em Sergipe, Assistente Social, Mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe - UFS. Bacharel em Serviço Social pela UFS, Professora do Curso de Pós Graduação em Educação Inclusiva da Unit, Coordenadora do Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicosocial da Unit – Napps, que atende alunos com dificuldades cognitivas e deficiências, Coordenadora do Grupo de Pesquisa Serviço Social e Sociedade do Curso de Serviço Social e credenciado pelo CNPq, Idealizadora e Coordenadora do Colóquio do Divino de Indiaroba. Assessora do Memorial de Indiaroba. Pesquisadora de temas vinculados à religião católica. Conselheira dos Conselhos Municipais de Assistência Social, de Direitos da Pessoa com Deficiência e o de Direitos e Defesa da Mulher.

2 Assessor Técnico do Memorial de Indiaroba,, Bacharel em Turismo, Pós Graduado em Metodologia do Ensino de História pela Faculdade São Luiz de França, representante do Memorial de Indiaroba junto a Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários-Abrenc. Coordenador do Instituto Nacional de Estudos e Tradições Afrobrasileiras – INTECAB, Coordenador Ajunto do Colóquio do Divino de Indiaroba. Pesquisador de Cultura Popular em Sergipe. Integrante do Projeto Transformando pela Fé, vinculado ao Ministério Público de Sergipe, Integrante do Grupo da Equidade em Saúde Popular, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde, Conselheiro do Conselho Comunitário de Execução Penal em Sergipe.

3 Professor da Universidade Tiradentes e do Seminário Maior Nossa Senhora da Conceição em Sergipe, Filósofo, Teólogo, Mestre e doutor em Teologia pela Universidade São Tomaz de Aquino – IURB em Roma. Autor do livro A Festa do Divino na tradição de um povo, em 2ª. edição, fruto de sua tese de doutoramento. Professor do Curso de Pós Graduação em Teologia da Faculdade de Filosofia e Teologia de Anápolis/Goiás. Coordenador das Pastorais da paróquia Santa Terezinha no Povoado Robalo,em Aracaju-Sergipe onde também exerce as funções sacerdotais. Pesquisador de festas religiosas católicas, integra o Grupo de Pesquisa Serviço Social e Sociedade, vinculado ao Curso de Serviço Social da Unit.

4 Professora da Faculdade Ages em Paripiranga/Bahia, Educadora Física, Especialista em Metodologia do Ensino Superior. Pesquisadora das festas do Divino Espírito Santo e de Cultura Popular. Coordenadora da Faculdade da 3ª. Idade – Finat na Faculdade Ages, com trabalhos apresentados sobre a temática no XLIX Encontro Cultural de Laranjeiras em Sergipe. Pesquisadora de temas vinculados à Políticas Públicas e relações de Poder. Orientadora de TCC's. Integrante da Pastoral da Cidadania na Paróquia Santa Terezinha no Povoado Robalo em Sergipe.

1. O Sagrado e o Profano

"O Sagrado e o Profano constituem duas modalidades de ser no Mundo, duas situações existenciais assumidas pelo homem e ao longo de sua história" (ELIADE, 1992: 14). Isso significa que são duas situações concretas que fazem parte da natureza humana, que se complementam e o que vai diferenciar um do outro é a expressão do sagrado, como ele se revela.

Sempre que se fala de festa religiosa, em especial as festas de padroeiros ou co-padroeiros, alguns aspectos nos chama a atenção, principalmente comunidades mais simples, da zona rural, que são os leilões para angariar fundos para a realização da festa como por exemplo flores para enfeitar o andor ou charola e os fogos, vem à mente a ideia de contradição entre o sagrado e o profano.
"A noção de espaço sagrado implica a ideia de repetição da hierofania primordial que consagrou este espaço, transfigurando-o, singularizando-o, em resumo, isolando-o do espaço profano à sua volta" (ELIADE, 2002:296). Neste sentido, a Igreja exige a construção desse espaço que é consagrado por uma teofania, mas em volta desse espaço, onde acontecem esses eventos, o profano se sacraliza, ou não.
Podemos sugerir que o leilão, mesmo sendo um ato profano, se sacraliza a partir do momento em que se reveste de um significado para atender o ritual do sagrado. Esse fato pode ir além do ritual, adentrar em aspectos das manifestações culturais, que transitam na coroação dos reis e rainhas do Cacumbi em Japaratuba, nas danças e louvações do São Gonçalo em Laranjeiras e em Canindé do São Francisco, na apresentação das Taieiras em Laranjeiras, na louvação do Samba de Coco em Indiaroba, para citar apenas algumas.
O que vai de fato separar o profano do sagrado é o tempo em que os rituais acontecem. Em Indiaroba, por exemplo, os leilões só acontecem após as novenas, que são acompanhadas da celebração da Missa. Essa separação muitas vezes não são sentidas ou percebidas, pois são contínuas.
De acordo com Eliade (2002:316)

> A heterogeneidade do tempo e sua divisão em "sagrado" e "profano" não implicam apenas em "cortes" periódicos" praticados na duração profana a fim de nela se inserir o tempo sagrado, implicam também que essas inserções do tempo sagrado sejam solidárias, diríamos mesmo, contínuas.

Nesse sentido, a aceitação do profano por parte do sagrado, passa pelas relações de poder estabelecidas entre o pároco e a comunidade.
A manifestação do sagrado acontece em um determinado espaço, um território, e dentro também de um tempo definido. No caso de Sergipe, o território em que a festa do Divino Espírito Santo ocorre é no município de Indiaroba, situado, entre os rio Sergipe, ao norte e Real, ao sul, e que faz divisa com o Estado da Bahia. Através da Lei Provincial nº. 65 de 06 de março de 1841, a capela da povoação é ereta freguesia do Espírito Santo. Pela Lei no. 162 de 26 de março de 1846 é criada a Vila do Espírito Santo do Rio Real, e a 31 de dezembro de 1943, pelo Decreto-Lei Estadual nº 377 é criado o município de Indiaroba, que não mantém o nome de Espírito Santo, em razão de ter um estado com essa toponímia.
De acordo com Martins (2003: 67) citando Santos (1998:62)

> O território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico. A linguagem regional faz parte desse mundo de símbolos, e ajuda a criar esse amálgama, sem o qual não se pode falar em territorialidade. Esta não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos.

O território portanto não é apenas o espaço físico, onde os fatos ocorrem, mas também, a experiência vivida, a produção cultural e as relações sociais estabelecidas. Muito do que se conhece sobre a história do município de Indiaroba e da própria festa do Divino, vem da história oral. o que não poderia ser diferente em relação ao padroeiro. De acordo com Anjos (2009: 29)

> Em dezembro de 1811, por ocasião da festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da povoação Feira da Ilha, primitivo nome de Indiaroba, o povo católico de Abadia, na Bahia, compareceu em massa, atravessando o Rio Real. Eles trouxeram para a povoação, a pequena imagem da pomba do Espírito Santo. Quando terminou a festa, os moradores de Abadia, retornavam à Vila, quando um temporal caiu sobre o povoado, em pleno verão, impedindo a viagem dos moradores e da pomba do Espírito Santo. Isso teria acontecido três vezes. Assim que se preparava para voltar a Abadia, caía um temporal. Diante de tal fato, a "Feira da Ilha", passou a ser conhecida como a Terra do Divino Espírito Santo. A imagem da pomba ficou definitivamente em terras sergipanas. Os moradores passaram a chamar a povoação de Espírito Santo do Rio Real, e ele acabou sendo o padroeiro da povoação.

Embora nascida como Feira da Ilha, com uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, a primeira padroeira da localidade, a povoação se identificou desde os primórdios com o Divino Espírito Santo, que logo o elegem padroeiro, colocando Nossa Senhora da Conceição como co-padroeira. E por que não se dá o contrário?
Para a Igreja católica, o Espírito Santo é a Terceira Pessoa da Santíssima Trindade. É Ele que sob a forma de línguas de fogo, desce sobre os Apóstolos e Maria, reunidos no Cenáculo e representando a renovação através dos dons, mas também a disseminação da fé, em todas as línguas e a todos os povos e nações.
Ao escolherem o Espírito Santo como padroeiro, a partir de uma vivência, conforme relata a oralidade transmitida de geração a geração, estavam formatando o amálgama de uma cultura a partir de seus símbolos religiosos. De acordo com Eliade (1999: 17-18)

> A experiência do espaço sagrado se opõe a experiência do espaço profano para o homem religioso. O primeiro tem um valor existencial para ele: é seu referencial. A revelação de um espaço sagrado permite que se obtenha um "ponto fixo' que significa toda a orientação inicial, ou seja, o ponto fixo é aonde ocorre o milagre. Portanto mais sagrado ainda.

É a partir desse ponto fixo onde ocorreu "o milagre", que se define o espaço sagrado, em torno do qual tudo gira e que permanece até hoje como "Indiaroba, a terra do Divino", ou no dizer de Nunes (2012:16) "Indiaroba no Brasil, uma cidade vestida de Espírito Santo" ou seja, foi aqui que se operou o milagre, onde o Espírito Santo resolveu ficar, o que torna esse espaço mais sagrado ainda, tanto, que para a festa do Divino, são colocadas bandeiras e estandartes durante todo o percurso que vai da entrada da cidade até à Igreja Matriz, nas cores branca e vermelha, com frases alusivas ao Espírito Santo.
Para Abreu e Coriolano (2003, p.80) "O ato de manifestação do sagrado é indicado pelo termo hierofania, que etimologicamente significa algo de sagrado que se revela". O culto ao Divino Espírito Santo é, pois uma hierofania.
Abreu (1999) sobre a origem da festa do Divino, diz que há uma lenda em que a rainha Isabel (1271-1336) casada com o rei D. Diniz de Portugal (1261-1325), tinha o hábito de levar esmolas aos pobres e que seu marido não concordava. Certa vez, indo levar alimentos, encontra-se com D. Diniz no caminho que questiona sobre o que ela levava, ao que respondeu, flores. Ele descobre o cesto em que iam os alimentos e vê lindo ramalhete de flores. É por conta desse milagre, que a rainha Isabel, cria no Alenquer, o culto ao Divino em que convocava toda a nobreza a participar. Isso ocorre no século XIV.
Daí porque, ainda de acordo com Abreu (1999:39)

> O historiador e memorialista Vieira Fazenda, em 1904, consultando uma erudita bibliografia portuguesa, já havia explicado que as festas de Pentecostes, onde se homenageava o Espírito Santo, eram as únicas no século XIV, em que as Ordenações do Reino, permitiam a tradicional distribuição de comida aos pobres, "os bodos".

Percebe-se assim, uma relação entre a festa do Divino e a distribuição de comida às famílias mais vulneráveis, buscando estabelecer uma relação de igualdade, pelo menos, naquele espaço sagrado, o espaço da festa. Além da distribuição de alimentos, é servido um banquete, que é uma "sopa" com pão, preparados e consumidos coletivamente. Esse bodo ocorre nos Açores e outras localidades tanto em Portugal continental, como na América do Norte ou no Brasil, que sofreram a influencia da diáspora açoriana. Em Indiaroba não acontece o "bodo", nesse modelo tradicional, entretanto, há coleta de alimentos não perecíveis na Igreja, durante as novenas. No dia da festa, esses alimentos são distribuídos às famílias em situação de maior vulnerabilidade social, bem como a distribuição de carne, feita por devotos, geralmente fazendeiros abastados, que se mantêm anônimos, via de regra pagando promessa, por benefício alcançado.
Para Carvalho (2006:12)

> Adentrando nos meandros da memória da Festa em Portugal, um marco histórico recorrente nas diferentes interpretações, é a devoção ao *Espírito Santo da Rainha Isabel Aragão, de Portugal*, esposa de D. Diniz, no século XIII, a "*Rainha Santa*", venerada pelos portugueses. Segundo os relatos, D. Isabel fez construir um templo, em 1325, na vila de Alenquer, em Portugal, em honra ao Divino, instituindo assim, a festa do Império do Espírito Santo. Entre estudiosos existe uma versão de que, embora a Rainha D. Isabel seja reconhecida como instituidora da festa do Divino, ela teria, de fato, sido uma continuadora e reformadora do culto ao Divino.[...] O instituidor do culto ao Divino Espírito Santo é o monge cisterciense *Joaquim de Fiori* que viveu de 1135 a 1202, sendo considerado um santo e cujo ideário havia se difundido na Europa. A ele é atribuído a difusão de ideias que originou, o franciscanismo, na defesa de uma igreja mais ligada aos pobres, constituindo uma perspectiva de ruptura, face à Igreja Medieval, violenta e voltada para o acúmulo de riquezas.

Seja a Rainha Isabel ou o monge Fiori, o culto ao Divino Espírito Santo se espalhou por várias localidades que sofreram a influência portuguesa com destaque para a açoriana.
No Brasil, a festa do Divino foi introduzida com a colonização, porém é com a vinda da família real portuguesa em 1808 que essa festa toma os contornos de um grande espetáculo. Em Indiaroba, não existe uma data precisa para o começo da festa e registros sobre o mesmo são inexistentes. Segundo relatos orais os festejos tiveram inicio provavelmente a partir de 1811. É uma festa móvel, obedece ao calendário litúrgico, e ocorre cinquenta dias após a Páscoa. Precedida por uma novena, domingo é o ponto alto da celebração, quando acontece a festa propriamente dita.

2. Os Antecedentes da Festa

Para conduzir a solenidade, é escolhida uma criança, que representa o imperador e é apresentada à comunidade após a procissão e bênção do Santíssimo Sacramento. Ela é que irá comandar a festa do ano seguinte. É uma condução simbólica, pois na prática, quem organizará o evento é o vigário com o conselho paroquial. É com esse primeiro ato, com a escolha da família do festeiro (responsável pela festa, que deve ser católico praticante) simbolizada na figura do Imperador (filho ou parente muito próximo do festeiro), que se começa a pensar e organizar todo o ritual sagrado e profano do próximo evento.
Cada noite de novena tem uma família ou grupo responsável. A novena é realizada na Igreja, com a presença do sacerdote e ao final é celebrada uma missa. Também, para cada noite, é determinada a doação de um tipo de alimento não perecível (macarrão, arroz, farinha de mandioca, café, açúcar, óleo de soja, biscoitos e fubá de milho), e que se constitui no que aqui se chama de "gesto concreto" e que são recebidos durante o ofertório e doados à famílias em situação de vulnerabilidade.
A última noite de novena é um misto de sagrado e profano. Em função de uma promessa, sai da fazenda Maruim, uma procissão de São Pedro, tendo à frente o patriarca da família Mendonça, o Sr. Raimundo Mendonça

de Araújo, (fazendeiro e político é um católico praticante, devoto do Divino Espírito Santo, responsável pela última noite da novena, juntamente com sua família) acompanhado pela comunidade, levando galhos de árvores com os quais fazem a louvação. O cortejo é animado por um grupo de samba de coco, que tiram os versos, e onde todos se tornam de certa forma brincantes. Os versos dizem assim:

Passei por São Pedro
Tirei o chapéu,
Viva São Pedro
Chaveiro do céu

Passei por São Pedro
E tornei a passar
Viva São Pedro
Porteiro do Mar

Durante todo o trajeto, fogos chamados "espadas", fabricados na própria comunidade, iluminam o caminho. O barulho do rojão e a beleza plástica que as faíscas desenham, dão ao cortejo um significado que nos remete ao simbolismo do fogo. E não é apenas na procissão de São Pedro que os fogos estão presentes, mas em todo o novenário e no dia da festa. É uma louvação, como já ocorria em outras épocas, como segue a afirmação de Abreu e Coriolano (2003:78):

> Os gregos realizavam a cerimonia do fogo sagrado, visando a permanência da pureza entre os homens. Acreditavam que o fogo era divino e por isso purificador. Todo lar grego ou romano possuía um altar e nele todos deveriam orar e manter sempre restos de cinza e de brasas.

É cantando e dançando que os brincantes do samba de coco adentram a igreja, louvam ao Divino e depois se retiram, deixando o espaço sagrado, para os que, devotamente estão ali para cumprir o ritual da novena e da Missa.

Essa manifestação cultural, embora profana, ao acompanhar a imagem do São Pedro em procissão pelas ruas de Indiaroba e fazerem a louvação dentro do espaço sagrado, mesmo sendo um ato profano, se sacraliza, pois naquele momento o mais importante é a devoção, é a fé, o ato que se manifesta.

É a última noite da novena, a mais emocionante, pois a fé e a devoção popular se fazem presentes, num sentimento de fraternidade, em que as diferenças entre as classes sociais parecem não existir.

Entretanto, essa manifestação da religiosidade popular, ou seja, uma procissão particular, acompanhada por um grupo folclórico foi proibida a partir de 2013 pelo pároco local, visto que os componentes do grupo até então, adentravam ao espaço sagrado, faziam a louvação e depois saíam. Só é permitido ao samba ficar no chamado espaço profano, ou seja, do lado de fora do espaço sagrado, que para protege-lo está todo gradeado. As justificativas para tal fato, foram variadas, tanto explícitas com implícitas, desde a pouca ou nenhuma participação dos membros do grupo folclórico nas celebrações e rituais católicos, passando pelo uso de bebida alcóolica, comportamento não condizente ao espaço sagrado, o entendimento desse espaço como restrito aos ritos, de acordo com a religiosidade católica oficial, mas há uma questão fundamental que são as relações de poder, em que o padre, enquanto "chefe" da igreja local, representante da diocese e consequentemente de Roma, dita as regras, que devem ser seguidas e respeitadas, sem contestações e nessa queda de braço tem o padre de um lado, e do outro lado o chefe político local, que embora católico praticante, também usa o espaço sagrado, na condição de benfeitor, para expandir seu domínio simbólico.

Para Ávila Soares (2014: 34)" Na religiosidade popular a fé se torna encarnada, longe daquela fé abstrata ou nua.[...]A religiosidade tem também uma dimensão festiva. A festa não é inútil" E não é inútil porque reforça as relações de poder entre a Igreja e a sociedade, prioriza o sentimento de comunhão entre as pessoas e estas com Deus, estabelecendo o diálogo. No momento que se rompe esse diálogo, os confrontos se escancaram e o

poder simbólico, fica mais evidente. Esse enfrentamento, sai da esfera das coisas públicas e entram no campo pessoal. Parece que em vez do profano se sacralizar, se dá o contrário, o sagrado se profana, quando não se reconhece os traços culturais locais.
A Novena com Missa, prepara o povo para a grande festa.

3. O Dia da Festa

O domingo da festa do Divino Espírito Santo é sagrado, mais que outros domingos. Embora tradicionalmente ocorram as feiras aos domingos, neste, especialmente não há, foi antecipada para o sábado, porque esse é um dia para festejar e agradecer.
Às 9 horas da manhã, hora provável da descida do Espírito Santo sobre os apóstolos, cada casa solta um foguete, anunciando simbolicamente a boa nova. Às 9h30, o imperador, acompanhado pela imperatriz e sentado em uma charrete juntamente com um ajudante que conduz a Coroa, se concentra na entrada da cidade, com a guarda de honra montada, além de outros guardas também montados conduzindo bandeiras que fazem parte da festa – a do Divino, a do Brasil, a do Vaticano e a do Município. Daí seguem em direção à casa paroquial, onde aguardam as ordens religiosas com seus estandartes e bandeiras, além dos anjos, com suas trombetas, cada um representando um dom do Espírito Santo, a saber: Ciência, Conselho, Entendimento, Fortaleza, Piedade, Sabedoria e Temor de Deus. Esse cortejo conta com a presença de três poderes, o Espiritual, representado pelo vigário local, o Temporal, representado pelo Prefeito Municipal e o Social, representado pelos festeiros (pai do imperador).

3.1. A Coroação do Imperador do Divino

A coroação do imperador é o primeiro grande ato do dia da festa. Para Geertz (2008:67)

> Os símbolos sagrados funcionam para sintetizar o *ethos* de um povo – o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo e disposições morais e estéticas – e sua visão de mundo – o quadro que fazem do que são as coisas na sua simples atualidade, suas ideias mais abrangentes sobre a ordem.

A coroação é o símbolo do poder temporal, mas é também a representação do sagrado, quando personifica o Espírito Santo.
O Imperador e a Imperatriz são conduzidos junto com o pajem em uma charrete enfeitada, acompanhados de uma guarda montada conduzindo as bandeiras do Vaticano,do Brasil, de Indiaroba e do Imperador e param em frente à Casa Paroquial, onde se juntam as irmandades, o Bispo Diocesano de Estância, o vigário, diáconos, ordens religiosas e a comunidade e daí seguem até à Igreja Matriz.
De acordo com Santos et all (2009:7):

> A ideia de participação do Imperador na Festa do Divino foi trazida para Indiaroba, por um padre Inglês, Lawrence Rosorwt, pároco da cidade na década de 90. É ele quem inicia e dá por encerrado os festejos em honra ao Divino.

Na porta da Igreja, o Imperador é coroado pelo Bispo Diocesano. Aqui mais uma vez se percebe o corte entre o profano e o sagrado. A coroação é feita fora do espaço sagrado. Embora se sacralize, pois compõe o ritual da festa. Geertz apud Hoebel et al (2006:354) coloca que é "através de manifestações simbólicas, o senso humano inicial da ordem que o direito moral é convincentemente afirmado ao crente, que traz a marca dos símbolos."
O poder simbólico do Imperador do Divino está firmado.
Após esse ato adentra à Igreja, onde, num trono colocado para ele e para a Imperatriz, assistem a Missa Solene, ao final da qual todos seguem para suas casas, aguardando a hora da procissão.

3.2. A Procissão do Divino

A procissão é um momento de vivência do sagrado, mas também de exposição de poder.
Analisando as procissões no Brasil colonial, Tinhorão (2000:67) diz

> Esse movimento no sentido do encaminhamento das festividades, da área limitada do interior dos templos para o céu aberto do espaço público, iria provocar desde logo um competente deslocamento da diretriz religiosa de tais manifestações (baseado no estímulo à fé e à devoção) para objetivos profanos (cujo maior interesse era a afirmação do poder secular e a busca de diversão.

A rua enquanto espaço profano, no momento da procissão se sacraliza, pois o caráter simbólico da imagem do Divino representado por uma pomba, do andor carregado nos braços dos fiéis ou em carro, adornado de flores, o apelo estético convida a todos a participar da festa, a partilhar a devoção.
Anjos (2009:36) citando Brandão (1978:10) diz que:

> a procissão constitui um acontecimento denso de símbolos – representando não o que se proponha a afirmar a devoção do povo, revestida de práticas religiosas, mas porque elabora e exibe para o povo a ostentação do poder.

Via de regra, nas procissões é comum detectarmos a presença de políticos, de diferentes partidos políticos, principalmente próximos ao andor ou charola do Santo. É um local privilegiado de poder e simbolicamente, de atrair eleitores. A procissão tem esse caráter emblemático de evangelização, ao mesmo tempo em que descortina publicamente as relações de poder entre Igreja e Estado.
Ainda de acordo com a autora (op cit:39), se referindo a Priore, relata que:

> No período pós tridentino, momento em que os leigos ganham gradativamente espaço no interior das irmandades religiosas, as procissões apresentam-se qual um templo em marcha, resultado de uma competição de recursos e preeminência social de seus membros. Os jesuítas foram os primeiros a detectar de que forma o espetáculo audiovisual poderia tornar-se pastoral ou catequético.

A partir do ano 2000, o então Bispo Diocesano de Estância, D. Marco Eugenio Galrão Leite de Almeida, introduz na festa do Divino as três paradas durante a procissão – a primeira no Hospital, em que se apresenta ao imperador um "doente" em uma maca e ao impor as mãos, em nome do Espírito Santo, o doente se levanta, o que significa dizer: o Espírito Santo Cura; a segunda na Delegacia, em que se apresenta um "preso" algemado, onde o imperador novamente em nome do Espírito Santo lhe impõe as mãos, e as algemas se abrem, significando, o Espírito Santo Liberta, e a terceira na porta do Cemitério, representando simbolicamente o poder do Espírito Santo que Salva. "
Ainda de acordo com Tinhorão (2000:67) "Essa é uma herança medieval do cristianismo ocidental, que desde cedo adotara a dramatização de episódios da história sagrada com fins de propagação às maiorias, dos princípios do Evangelho, através de exemplos".
Aqui pode-se perceber com maior clareza essa relação entre o sagrado e profano, visto que Hospital, Delegacia e Cemitério não são espaços sagrados, mas se sacralizam no momento da realização do ritual. Embora os três significados do Espírito Santa, que Cura, Liberta e Salva, façam parte dos aspectos litúrgicos, apenas em Indiaroba, é encenado, de forma a permitir ao homem perceber o ato manifesto. O imperador é o representante de Deus na terra, por isso ele reúne o poder temporal e o espiritual.
Ao final da procissão, o vigário paroquial, apresenta o imperador do ano seguinte, que recebe o cetro e a coroa de seu antecessor. A partir daí é ele quem vai, juntamente com os festeiros (seus pais) organizarem a próxima festa do Divino. O Bispo Diocesano com a bênção do santíssimo Sacramento, encerra a programação litúrgica.
Pinheiro e Freire (2005:51) dizem que "A estese (aistheses) da religião, apesar de delimitar-se a apenas uma

das muitas representações da existência humana, consegue exprimir o próprio caráter humano "quase que em sua mais alta e enérgica medida".
Em outras palavras, a festa religiosa, com todos os seus ritos, também expressa os códigos sociais vigentes na comunidade, embora tragam os traços ancestrais, esses se renovam a partir das vivencias.
A festa do Divino exige uma preparação, que se inicia um ano antes, quando é escolhido o Presidente da Festa e o Imperador. Embora exista a presença da Imperatriz, esta é uma figura secundária representando o modo de vida da sociedade de herança patriarcal, centrada na figura masculina. Esse código vai estar presente em vários momentos. O presidente da festa é um homem e embora a esposa participe, as decisões cabem a ele. As relações de poder manifestas nas questões de gênero, também se fazem presentes. Entretanto, as Comissões de Liturgia e de arrecadação de prendas para os bingos e leilões têm uma maioria significativa de mulheres, pois estas "tem mais jeito para pedir" Os códigos sociais estão presentes em todos os espaços da festa.
Quando se diz que Indiaroba é a cidade que "se veste do Divino", estamos falando da estética que envolve, circunda, acompanha a festa. O termo circoestesia é retirado de Martins (2005:78) e significa a estética que circunda a festa.
O primeiro ponto que se destaca em relação a essa estética, se relaciona com as cores vermelho e branco, indicativo da irmandade do Espírito Santo. O segundo ponto, diz respeito ao símbolo da festa. Em: Indiaroba, o maior símbolo é a Pomba branca com os setes raios saindo de seu bico, representando o Espírito Santo e os 7 dons, enquanto em grande parte do Brasil é a Bandeira e nos Açores, a Coroa. O terceiro ponto é a decoração da cidade, onde são colocados ao longo da avenida principal, que liga a entrada da cidade à Igreja Matriz, faixas onde estão inscritos textos bíblicos em louvor ao Espírito Santo e Estandartes nas cores vermelha, de um lado e branca do outro, com louvores escritos em dourado, se remetendo ao período medieval. O quarto ponto está relacionado aos leilões onde se comercializa produtos e cuja renda será revertida para pagamento das despesas da festa. Tanto a quantidade de leilões, como o valor dos produtos ali comercializados demonstrarão o envolvimento dos festeiros nos espaços de poder – Igreja, Estado e Sociedade e o significado da festa para a família do imperador e por último, a Filarmônica, ou simplesmente a Banda de Música, que tem um significado especial para a cidade.
Quando o Padre Abílio chegou em Indiaroba, por volta de 1912, a procissão era acompanhada pela Filarmônica de Estância. Ele se empenhou pessoalmente em adquirir os instrumentos, formar a Filarmônica e ensaiar os músicos. Não se sabe quanto tempo durou essa Banda. No Livro do Tombo da Igreja Matriz do Divino, de 1953 a 2000, as procissões eram acompanhadas pela Filarmônica de Estância, quando era possível. A partir de 2000, por iniciativa do então prefeito Raimundo Mendonça de Araujo, juntamente com o maestro Marcos dos Santos Moreira, foi criada a Filarmônica do Divino, sendo José Alípio Martins seu primeiro regente, de 2000 a 2003.

4. O Colóquio do Divino e as relações de Poder Igreja e sociedade

O Colóquio do Divino, surgiu a partir de 2012 e acontece concomitante à festa religiosa, um espaço dedicado às discussões teóricas a respeito de temáticas religiosa (festas, ritos, manifestações).
Para que se entenda o porquê da escolha do termo Colóquio, utilizamos o Dicionário Online da Língua Portuguesa que diz:

> s.m. Interação comunicativa (conversa) entre duas ou várias pessoas. Conversa particular, privada e íntima, normalmente entre duas pessoas.
> Religião. Ação de conversar ou debater (entre duas ou várias pessoas) com o propósito de questionar uma teoria, principalmente religiosa, tentando elucidar alguma dúvida, agregar diversas e divergentes opiniões etc.
> Agrupamento de pessoas, sobretudo conhecedoras de um assunto, em que as mesmas discutem pontos de vista, opiniões acerca de certo tema: colóquio literário. (Etm. do latim: colloquium.ii)

Nesse sentido, caracteriza-se tanto por ser um espaço de diálogo, de comunicação, como também de debate de temas religiosos, e que reúne pessoas conhecedoras do assunto para discutirem seus pontos de vista.
O Colóquio é portanto um ato comunicacional. Sartori e Soares (s/d:2) dizem que:

> Para o educador Paulo Freire, a comunicação é elemento fundamental pois é ela que transforma seres humanos em Sujeitos. Freire estabelece a relação entre comunicação e educação, na medida em que esta última é vista como um processo daquela, já que é uma construção partilhada do conhecimento mediada por relações dialéticas entre os homens e o mundo.

Essa é a proposta do Colóquio – partilhar conhecimento, a partir das relações dialéticas entre os homens e o mundo, o sagrado e o profano, a Igreja e o Estado.
Ainda de acordo as autoras (op. cit:4) citando Rodrigues (1999:22), se referindo ao processo comunicacional, assim se expressam:

> A comunicação não é um produto, mas um processo de troca simbólica generalizada, processo de que a sociabilidade, que gera os laços sociais que estabelecemos com os outros, sobrepondo-se às relações naturais que estabelecemos com o meio ambiente. Se todos os seres vivos estabelecem em permanência trocas imediatas e espontâneas com o mundo natural que os rodeia, nos homens esta interação não é imediata; é mediatizada por símbolos culturais concebidos, elaborados e legados por sucessivas gerações, como a linguagem verbal, os gestos e os comportamentos, o vestuário, a arte, a disposição e o arranjo do espaço público ou do espaço privado. Discursos e silêncios, gestos, comportamentos, ações e omissões constituem as manifestações dos processos comunicacionais, na medida em que correspondem a expectativas geradas pelas regularidades que formam o tecido das relações sociais.

Assim, o Colóquio tem a função de ser esse espaço de troca simbólica a partir da linguagem oral, gestual, escrita, artística. É nesse espaço, caracterizadamente profano, que discute-se essa relação do homem com o sagrado, com o ser no mundo.
O 1º. Colóquio do Divino foi realizado de 25 a 26 de maio de 2012 e teve como tema: O Sagrado e o Profano na Festa do Divino. Já o 2º. Colóquio aconteceu de 15 a 17 de maio de 2013 e teve como tema: Festa do Divino: usos e costumes.
Em ambos os eventos, utilizamos a metodologia de Conferência, Mesa Redonda e Comunicação Oral, privilegiando nesse último estudantes e pesquisadores locais.
As reflexões advindas dos Colóquios serviram e servirão para nortear o Plano Municipal de Cultura de Indiaroba, buscando estabelecer uma conexão entre o saber e as manifestações populares e o saber científico que transita no espaço sagrado e no entorno dele, na perspectiva de gerar mudanças na vida das pessoas e da comunidade, sem entretanto afetar ou modificar significativamente a tradição.
Essa denominação Colóquio é tão marcante na comunidade que o espaço onde é realizado, outrora fora um Barracão Cultural, que ficara abandonado por vários anos e reformado para receber o 1º. Colóquio do Divino é inaugurado com o nome de Centro Integrado de Convenções de Indiaroba, entretanto, a população só conhece o espaço como "Colóquio". Dessa forma, a linguagem comunicacional, dialógica, que o evento pretende sedimentar, foi socialmente reconhecido pela sociedade.
Ser o lado profano da mesma moeda não significa negar a base religiosa que a inspirou, mas, possibilitar esse diálogo. Em ambos os eventos, tivemos como espaço sagrado a Igreja. No 1º. Colóquio, contou-se com a presença do Grupo de Música Antiga – Renantique e o Balé Terpsícore e no encerramento da festa, após a procissão se apresentou o Coral do Banese. No 2º. Colóquio, trouxemos para o espaço da Igreja, a apresentação da a Orquestra Sinfônica de Sergipe, encerrando a festa e no 3º. Colóquio trouxemos para o local do evento a O

grupo de Música Antiga – Renantique e o Coral do Divino, visto que o maior público nesse evento é de jovens, que precisam interagir com a produção cultural não midiática, longe do modelo do espetáculo.
Há um consenso entre Igreja, comunidade e Estado (diga-se poder municipal), da festa não comportar bandas ou trios elétricos, de forma que o religioso se torne imperativo. Essa formatação não agrada a todos, principalmente os mais jovens, que buscam apenas a diversão. Num mundo em que os valores materiais e a aparência se sobrepõe à essência, a divulgação da festa se dá muito mais no plano intelectual. É o colóquio, que terá o papel agenciador de sensibilizar a nova geração, para a preservação de sua identidade, com seus significantes e significados. Ter orgulho de ser cidadão de Indiaroba, cidadão sergipano.

Considerações finais

A festa do Divino Espírito Santo para Indiaroba, é um ato de fé e religiosidade cristã, porém não se pode negar, outros significados advindo da mesma, pois além do simbólico, o encontro com amigos e familiares muitas vezes distantes, não só no aspecto espacial ou temporal, mas das relações propriamente ditas, sem esquecer o retorno financeiro para o comércio de produtos e serviços, são aspectos pertinentes a festa. Tomando por base Bourdieu (2009: 9-10)

> O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: o sentido imediato do mundo.[...] os símbolos, são os instrumentos por excelência da integração social, enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação.

Isso significa, como colocado pelo Padre Dolores na apresentação de sua comunicação no V Congresso Internacional sobre as Festas do Divino, nos Açores/Portugal em 2012, que "ao sacerdote cabe a função de louvação, mas a celebração é do povo", ou seja, mesmo que este não tenha a consciência da relação entre o sagrado e o profano, ou mesmo do significado do traje, do cetro, do manto, da coroa, da bandeira, dos fogos etc, eles o entendem como símbolos de poder, mesmo que transitórios e até fictícios quando assumidos por uma criança, porém o mais forte, o que está por trás disso tudo, é que povo é quem vive a festa, quem a organiza e para quem o poder nesse momento não é o da imposição do simbólico, isso é apenas um rito, mas a crença no poder do Espírito Santo, enquanto Terceira Pessoa da Santíssima Trindade.
Em quase todas as casas de Indiaroba, onde a maioria da população ainda é católica, há um quadro, uma imagem, um cartaz ou uma peça qualquer simbolizando o Espírito Santo, cuja representação traz consigo o significado de "proteção".
Diferentemente das outras festas de padroeiros, a de Indiaroba, não se resume ao período da festa, isto é, das novenas à culminância com a procissão. A cidade vive e respira o Espírito Santo os 365 dias do ano. Aqui reside a vitalidade dessa festa. Ainda em referência ao Padre Dolores, quando coloca que "quando o Estado se torna protetor, acabam as irmandades", pois perde o significado de integração social posto por Bourdieu (2009) e aí o povo não se sente participante, integrante da festa, apenas um mero coadjuvante. Por isso em Indiaroba a igreja (e aqui me refiro ao Bispo Diocesano de Estancia, D. Marco Eugenio Galrão Leite, ao Vigário, Pe. Fábio de Jesus Almeida e as irmandades religiosas) impôs limites de poder ao estado, como forma de garantir a sobrevivência de uma comemoração no sentido religioso, de vivencia da fé. A "coroação" do Imperador é feita à entrada da Igreja Matriz, que adentra ao recinto já coroado para assistir a liturgia, pois só Deus, Uno e Trino é que reina, impera e vive no espaço sagrado do Altar.
A festa do Espírito Santo para o município de Indiaroba é o ápice de uma vivência cotidiana em que o sagrado e o profano se misturam e que no final o que prevalece é a fé, por dias melhores, com menos violência, mais paz, amor, justiça, igualdade, liberdade e honestidade entre os homens de todas as vontades.
As festas religiosas, com o desenvolvimento das sociedades capitalistas, passaram a estreitar ainda mais as relações entre o sagrado e o profano, entendendo-se aqui sagrado como o que acontece dentro ou a partir da Igreja enquanto espaço religioso e profano vinculado a entretenimento e que ocorre fora da Igreja, quase sempre ligado a programações do estado.

A festa do Divino em Indiaroba, se constitui portanto num espaço de memória individual e coletiva. Rebouças, (2012:15) citando Raphael Samuel (1990:44),

> a memória, longe de ser meramente um receptáculo passivo ou um sistema de armazenamento, um banco de imagens do passado, é, isso sim, uma força ativa, que molda; que é dinâmica – o que ela sintomaticamente planeja esquecer é tão importante quanto o que lembra – e que ela é dialeticamente relacionada ao pensamento histórico, ao invés de ser apenas uma espécie de seu negativo.

Nesse sentido, o Colóquio do Divino se constitui em um espaço de preservação da memória, contribuindo para o estabelecimento de um diálogo entre a religião e a sociedade, formatando a consciência identitária, de pertencimento. É o patrimônio imaterial (re)vivido no espaço da festa, materializando-o na lembrança do povo, ou seja, alimentando esse banco de imagens, que são as representações sociais da cidade e do povo de Indiaroba.

Referências

ABREU, Tereza Neuma Martins de; CORIOLANO Luzia Neide Menezes T(2003), *Os centros de romaria do Ceará e o turismo religioso.* In: CORIOLANO, Luzia Neide Menezes T. (Org.). *O turismo de inclusão e o desenvolvimento local*. Fortaleza, Premius.

ABREU, Martha.(1999) *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900).* São Paulo, Nova Fronteira.

ÁVILA SOARES. Pe. José Fernando.(2014) *A vivência do Divino na tradição de um povo.* Aracaju, J. Andrade. 2ª. ed.

ANJOS, Maria Francisca O. dos (2001) *Festa do Divino Espírito Santo padroeiro de Indiaroba (1970-1990)*. Trabalho de Conclusão de Curso. São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe

BOURDIEU, Pierre (2009) *O Poder simbólico*. 12. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil,

BRANDÃO, Carlos Rodrigues.(1978) *O divino, o santo e a senhora*. Rio de Janeiro, Companhia de Defesa do Folclore Brasileiro

CARVALHO, Maria Michol Pinho de (2006) *Divino Espírito (Re)ligando Portugal/Brasil no imaginário religioso popular.* V Congresso Português de Sociologia. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa

DICIONÁRIO ONLINE DA LINGUA PORTUGUESA. *Colóquio*. Disponível em:< www.dicio.com.br.>. [consultado em: 13/06/ 2013].

DOLORES, Padre Francisco(2012) *Das origens do culto ao Espírito Santo em Santa Maria à Prática atual.* Comunicação apresentado no V Congresso Internacional sobre as Festas do Divino. Angra do Heroísmo - Ilha Terceira/Açores/Portugal.

ELIADE, Mircea (1992) *O sagrado e o profano: a essência das religiões.* São Paulo, Martins Fontes.

_____(2002) *Tratado de História das Religiões.* São Paulo, Martins Fontes.

FONTES, Amando. *Padre Abílio*. In: FILHO, Adonias et. all.(1968) **.** *O assunto é padre***.** Rio de Janeiro, Agir.

GEERTZ,Clifford(2008) *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, LTC.

HOEBEL, E.Adamson; FROST, Everett (2006) *Antropologia social e cultural*. São Paulo, Cultrix.

MARTINS, José Clerton de Oliveira. *Homem e identidade: o patrimônio humano no desenvolvimento local e no turismo*. In: CORIOLANO, Luzia Neide Menezes T. (Org.)(2003) *O turismo de inclusão e o desenvolvimento local.* Fortaleza, Premius, 2003

NUNES, Lélia Pereira da Silva(2012) *Indiaroba, no Brasil: uma cidade vestida de Espírito Santo***.** Jornal *on line* Atlântico Expresso, Açores. Disponível em http://atlântico-expresso.net. [acessado e impresso em 22 de novembro de 2012]

PINHEIRO, Daniel Rodriguez de Carvalho; FREIRE, Edwilson Soares (2005) *Circoestesia da Festa de Nossa Senhora da Bica e os códigos sociais da comunidade. In*: MARTINS, Clerton (Org.) *Antropologia das coisas do povo***.** São Paulo, Roca.

REBOUÇAS, Jaqueline Argolo.(2012) *Memória e Identidades: entre as representações de uma cidade (Amargosa, 1930-1950).*Comunicação apresentada no III Encontro Baiano de Estudos em Cultura. Disponível em www.ufrb.edu [acessado em 02 de outubro de 2014]

SANTOS, Givaldo Alves el all.(2009) *Festa do divino: origem e tradição*. Monografia apresentada no Curso de Pós Graduação à Distância. Polo de Umbaúba. Universidade Tiradentes - Unit

SARTORI, Ademilde Silveira; SOARES, Maria Salete Prado.(s/d) *Concepções dialógicas e as NTIC: a educomunicação e os ecossistemas comunicacionais***.** Disponível em:< www.usp.br.>. [consultado em 13 de Dezembro de 2013].

TINHORÃO, José Ramos(2000) *As festas no Brasil Colonial.* São Paulo,34

GT 49
A sociomuseologia entre os poderes e as memórias

Ação Educativa em Museus: o trabalho com oficinas de análise de fontes históricas no Museu da Resistência.

Gabriela Lopes Batista
gabilopes04@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho busca refletir sobre as questões relacionadas ao ensino de História em Timor-Leste e como este se dá no âmbito da Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL), na Faculdade de Educação, Artes e Humanidades no curso de Formação de Professores do Ensino Básico, considerando fatores como: existência de um curso de história no país, a importância do historiador na universidade e espaços em que o ensino de história pode ocorrer. A partir dos questionamentos levantados, e a partir das percepções sobre os conhecimentos em história mundial e de Timor-Leste de alunos do curso de Formação de Professores do Ensino Básico, na disciplina Metodologia do Ensino de História e Ciências Sociais e de um grupo de Estudos em História de Timor-Leste (organizado por professores do programa PQLP – CAPES), a autora promoveu no âmbito das Conferências de Maio a Oficina: "A História como inspiração: análise de fontes históricas para a produção de textos técnicos e literários", utilizando, para isso, os espaços e os recursos do Arquivo e Museu da Resistência Timorense, local de grande importância para promover ações educativas por ser um espaço com uma temática que envolve diversas gerações de timorenses que viveram a mesma. O trabalho então é resultado desta vivência e, além das reflexões, busca colocar alternativas para o ensino de história utilizando espaços alternativos, no caso uma ação educativa no espaço de um museu, como forma de aprimorar o interesse pela pesquisa e produção acadêmica sobre a história de Timor-Leste, formando alunos que tiveram contato com documentos de sua história e tenham recursos para argumentar de forma crítica sobre a mesma.

Palavras-chave: Ação educativa, Memória, Museu.

Breve Histórico de Timor-Leste

Timor-Leste é um país que passou por uma trajetória traumática recente, com um período de ocupação que durou 24 anos e deixou uma série de marcas em termos estruturais, linguísticos e principalmente nas memórias coletiva e individual da população.

Em termos históricos, o país foi ocupado por mais de quatrocentos anos, a partir de 1512 por Portugal, uma forma de colonização que difere do modo como foi feito no Brasil. Elementos como a geografia do local e a distância em relação à metrópole e as outras colônias portuguesas fizeram com que o país conservasse, em termos, práticas pré-coloniais em detrimento ao etnocentrismo português, como a religião animista, alguns rituais, a medicina tradicional, entre outros.

> Os portugueses exerceram uma autoridade indirecta através dos *liurai*, cuja cooperação asseguraram permitindo-lhes que retivessem autonomia nos seus territórios de origem. Os portugueses aproveitaram-se das rivalidades existentes entre os *liurai*. Ao fazê-lo, conseguiram ganhar acesso ao poder dos seus pequenos exércitos ou grupos milicianos, dos quais se serviram para reforçarem os seus próprios recursos militares, de si limitados. Os colonizadores utilizaram pela primeira vez as

> milícias dos *liurai* que lhes eram leais em 1642, durante a campanha contra o reino de Wehale, e continuaram a fazê-lo até esmagarem a rebelião de Viqueque, em 1959. Para os portugueses, o preço pago por esta política de dividir para reinar foi o de uma persistente resistência localizada à autoridade portuguesa. Para os habitantes de Timor-Leste, esse preço foi uma perpétua fraqueza e desunião. (CAVR, 2005)

Na década de 1970, a metrópole viveu um momento político de transição, e na pauta desta estava a descolonização. No ano de 1974 ocorreu a Revolução dos Cravos, e com ela se torna iminente a concessão da independência às colônias.

A Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), partido criado no período de descolonização, declara a independência em Timor-Leste em setembro de 1975, partido este de orientação marxista-leninista. Justamente pelo fato deste partido ser o declarante, instaura-se uma guerra civil no país por existirem partidos de oposição e que defendiam interesses divergentes, tais como manter o país uma colônia de Portugal (a União Democrática Timorense, que, posteriormente, se alinha com a FRETILIN) ou integrar o país à Indonésia (a Associação Popular Democrática Timorense, que possuía influência de setores do governo indonésio), país vizinho. Aproveitando-se deste momento de instabilidade política, a Indonésia invade o país no ano de 1975 e declara que Timor-Leste, a partir daquele momento, tornava-se uma das províncias de seu território. A independência durou poucos meses, pois a entrada indonésia deu-se em dezembro deste mesmo ano.

A justificativa para a invasão seria o combate ao comunismo, com aval e auxílio do governo estadunidense, visto a orientação do partido que declarou independência. Além disso, por estar desestabilizado devido divergências políticas internas, os indonésios utilizaram também o pressuposto de que seriam eles os responsáveis por instaurar a "ordem" no país.

> Em 1974, os militares indonésios usaram a ameaça do comunismo para justificarem o seu envolvimento em operações secretas em Timor Leste (ver Capítulo 3: História do Conflito). No apogeu da Guerra Fria, este era um símbolo poderoso para os aliados internacionais da Indonésia, especialmente tendo em consideração que os Estados Unidos da América procuravam controlar a expansão do comunismo no Sudoeste Asiático. Apesar de não existirem provas de que o comunismo fosse uma força de relevo na política de Timor-Leste, ou que as nações comunistas estivessem a apoiar activamente os dirigentes políticos de Timor-Leste, as Forças Armadas viam a possibilidade de um Timor-Leste independente como uma ameaça à estabilidade da Indonésia. Durante anos após a invasão de 1975, as *ABRI* continuavam a instar que lutavam contra um inimigo comunista em Timor-Leste. (CAVR, 2005)

Os indonésios permanecem em terras timorenses de leste por um período de 24 anos. Ao longo deste período, a população deste país sofreu com a violação dos direitos humanos, ou seja, dentre outras coisas, com a agressividade dos ocupantes. A repressão era uma estratégia de afirmação no território, através da imposição da autoridade e do medo. Não foi uma integração natural, pensando que os próprios indonésios não viam a população do lugar onde estavam ocupando e de onde diziam fazer parte de seu país como parte de seu povo. Sendo assim, modelo de integração utilizado pelos indonésios fracassa por falhas em diversos pontos, sendo o principal deles a violência. Timor viveu um período de isolamento, as informações não chegavam nem saíam do país.

> Pode-se argumentar que esta posição é demonstrada pelos métodos extremistas de domínio que foram usados em Timor Leste após a invasão de 1975. A vasta escala de violência usada, o uso de bombardeamentos aéreos, o uso de napalm sobre aldeias, o arrebanhar sistemático de populações em campos de acantonamento, o que tudo conduziu às terríveis fomes de 1977-80, não têm contrapartida real nas políticas do governo indonésio em relação, digamos, aos "verdadeiros indonésios". (ANDERSON, 1993)

Dentro do país, a resistência armada lutou por todo o período de ocupação através das Forças Armadas de Libertação e Independência de Timor-Leste (FALINTIL), força armada ligada ao partido FRETILIN. É neste cenário de conflitos armados que vai ascender a figura de Xanana Gusmão, atual primeiro ministro e personalidade aclamada pelas massas no país. O papel deste é de grande importância para a história do país. Xanana reuniu o grupo da FALINTIL após sucessivas baixas e reorganizou-o no ano de 1979, tornando-se uma liderança na luta armada e, após sua captura e prisão pelos indonésios no ano de 1992, um "herói da nação". Na atualidade, e, como parte da ritualidade timorense, os setores do governo e por consequência a população costumam cristalizar heróis e muitas vezes colocá-los em patamar de divindade, e no caso de Xanana não é diferente. A exemplo pode-se verificar o caso de Dom Boaventura, liurai de Manufahi, que lutou no início do século XX contra a colonização portuguesa e, principalmente pela perda de privilégios no período de transição de monarquia para república em Portugal, ganhou uma versão interessante sobre sua morte. Sabe-se que ele foi capturado pelo governador português da colônia, porém, não se sabe de que forma foi sua execução, e uma das versões que se originou do imaginário local é a de que ele teria se tornado um anjo e subido aos céus.

É importante ressaltar que a religião animista foi predominante ao longo da maior parte do século mencionado, até que, no ano de ocupação indonésia, os mesmos acreditavam e pregavam que a religião animista estaria diretamente relacionada ao comunismo, e em consequência toda a população timorense foi obrigada a escolher uma religião. A maior parte escolheu o catolicismo. Atualmente, elementos da religião animista na religião católica são comuns e frequentes no cotidiano do país. No caminho das imposições, com relação à questão linguística, o português e as línguas locais foram proibidos, sendo instaurada a língua indonésia como oficial.

No ano de 1991, ocorre o Massacre de Santa Cruz, onde repressores indonésios exterminam timorenses que realizavam uma manifestação no cemitério de Santa Cruz, pela morte de Sebastião Gomes, membro da resistência timorense. O repórter australiano Max Stahl realizou filmagens do momento do massacre e conseguiu esconder a fita dos indonésios. O vídeo, posteriormente, foi divulgado para o mundo. Pela primeira vez, os outros países tomavam conhecimento do que realmente se passava em Timor. Em consequência, houve a suspensão de ajuda à Indonésia por parte de diversos países, bem como o auxílio militar dos Estados Unidos.

Deste acontecimento em diante, os esforços para libertação se intensificam, e timorenses são contemplados com o prêmio Nobel em 1996. A militância diplomática trabalhou no sentido de tentar levar para o mundo as informações do que estava em curso e solicitar auxílio de outros países. Faziam parte desta José Ramos Horta e o bispo Carlos Filipe Ximenes Belo (ganhadores do prêmio Nobel). Em 1998, é criado um partido, o Comissão Nacional para a Reconstrução de Timor-Leste (CNRT), e passava a possuir, como integrantes, membros dos partidos que haviam sido criados no período anterior à ocupação, como Ramos Horta e Xanana Gusmão. Xanana estava desvinculado da FRETILIN desde o ano de 1987, ano em que também desvincula a FALINTIL do partido, e declara a mesma como um movimento não partidário.

No ano de 1999, a Organização das Nações Unidas (ONU) efetiva uma intervenção no país através de um plebiscito onde a população timorense vota pela continuação do país anexado à Indonésia ou a nação independente, tendo como resultado 78,5% da população optando por Timor como nação independente.

Uma administração transitória da ONU toma posse do país, o que não impede um derradeiro ataque dos indonésios através de milícias em todo o território timorense. Neste ataque, ainda no ano de 1999, fruto da rejeição do resultado do plebiscito, cerca de 70% da estrutura do país é destruída, casas e construções incendiadas e militares indonésios e as milícias mataram entre 1.200 e 1.500 timorenses (CAVR, 2005, p. 157). A presença da Organização das Nações Unidas através da United Nations in East Timor (UNAMET), permanece até 2002, quando finalmente ocorre a primeira eleição para presidente, vencida por cerca de 83% dos votos por Xanana Gusmão.

O Arquivo e Museu da Resistência Timorense e a Ação Educativa

O Arquivo e Museu da Resistência Timorense iniciou suas atividades em 2005 na capital, Dili, em cerimônia realizada no espaço escolhido para o funcionamento no dia 07 de dezembro, data relevante no contexto da instituição por ser o 30º aniversário da ocupação de Timor pelos indonésios. O espaço físico, porém, foi

inaugurado somente em 2012, em 20 de maio, data simbólica também por ser o aniversário de 10 anos da restauração da independência no país, e se encontra no prédio onde funcionara o Tribunal Colonial Português. Após o período colonial o mesmo foi utilizado pelos indonésios para funções administrativas e parcialmente destruído e incendiado em 1999.

A instituição possui parceria com a Fundação Mário Soares, fundação portuguesa que ficou responsável por auxiliar na recolha, na catalogação e no tratamento adequado dos documentos. Dentre os objetivos com o Museu da Resistência estão:

- Abrir à consulta pública, em Dili e em Lisboa, o Arquivo da Resistência Timorense, constituído em suporte digital e que será também parcialmente acessível através da Internet;
- Apoiar a concepção e montagem em Dili, nas instalações do antigo tribunal colonial do Arquivo & Museu da Resistência Timorense;
- Proceder localmente à formação do pessoal timorense necessário ao funcionamento do Arquivo & Museu da Resistência Timorense e do equipamento informático adequado;
- Prosseguir a recolha, tratamento e digitalização de acervos documentais ainda existentes em Timor-Leste, o que exigirá esforços suplementares e, designadamente, a permanência naquele país das equipas técnicas da Fundação Mário Soares;
- Continuar em Lisboa o tratamento, digitalização, descrição e classificação de documentação entretanto recolhida. (AMRT, 2011)
.

Em sua exposição permanente intitulada "Resistir é Vencer", a instituição promove a mostra de imagens e documentos que reconstituem o período de invasão e ocupação indonésio. A menção à resistência, a partir da institucionalização do termo torna-se uma constante, presente nos mais diversos discursos, e são utilizados com relação à língua, religiosidade, modo de vida no período de ocupação, entre outros fora da instituição. Além disso, o título da exposição sugere a vitória frente ao ocupante, e esta seria a conquista da independência em detrimento à anexação de Timor à Indonésia, porém, esta se dá através dos esforços dos heróis evidenciados no espaço.

A ideia de povo que resiste está presente na memória timorense, sendo característica da qual a maior parte da população se identifica. O período de ocupação é um tema delicado e que geralmente traz à tona uma série de cicatrizes, que estão presentes na memória inclusive dos mais jovens, que conhecem por intermédio da oralidade as histórias e memórias individuais e estas compõem uma história no âmbito coletivo.

> É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. [...]
> [...] podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação. (POLLAK, 1992)

A memória possui um papel crucial dentro da sociedade timorense, pois é por intermédio dela que o timorense perpetua suas histórias, uma sociedade oral, e que, dentro de sua tradição, possui oradores escolhidos e nomeados para tal função. Estes oradores das comunidades são chamados de Liana'in.

O ideal do Museu da Resistência vai de encontro ao âmago das memórias individuais de um período traumático, porém é notável que o destaque é dado para elementos e pessoas da esfera política.

Neste contexto, é importante ressaltar que não existe nenhum departamento de história no país. A partir de 2015, serão iniciados os cursos de história e geografia, porém com a parceria da Universidade de Coimbra, em informação divulgada em Portugal através do endereço virtual do Portal Digital (2014). As reflexões acerca da história de Timor e seu contexto político pelos timorenses estão processo, a bibliografia existente que aborda esta temática é de estrangeiros em sua esmagadora maioria.

O trabalho de ação educativa se justifica pela intencionalidade de problematizar um espaço de memória e his-

tória com estudantes, a respeito de um período marcante e recente na história do país, fato este que faz com que a temática transponha o espaço de memória e se faça presente no cotidiano da população. A história do Museu analisada em suas especificidades, como um espaço de afirmação de uma identidade pelo apoio das memórias é parte integrante da composição da resistência como elemento desta identidade, do ser timorense.

Para o trabalho de ação educativa em museus, é necessário que o educador tenha objetivos delineados e elabore um planejamento para que o conteúdo a ser trabalho seja apreendido de forma a transformar o aluno e torná-lo reflexivo e questionador acerca da história de seu país, bem como seu papel na sociedade a partir de todo o contexto estudado, que interfere em sua condição de vida atual em diversos aspectos. O papel do museu nesse contexto possui relevância quando a abordagem histórica transpõe os conhecimentos obtidos através de leituras e se faz a partir do concreto, para que, além de um espaço de contemplação, o museu seja um espaço de vivência de períodos históricos.

> Para o museu exercer realmente sua função social, deve ser trabalhado de forma que não seja apenas espaço de contemplação. Os objetos devem ser apresentados de forma a serem interpretados, e para este fim, é necessário que ações pedagógicas se desenvolvam dentro da área das instituições museológicas e em sala de aula. (RODRIGUES, 2010)

No caso da ação educativa realizada no Arquivo e Museu da Resistência, os alunos que participaram das atividades são estudantes da Universidade Nacional de Timor-Leste, do curso de Formação de Professores do Ensino Básico, integrantes do quinto período, na disciplina Metodologia do Ensino de História e Ciências Sociais, e, também, participantes de um grupo de Estudos sobre História de Timor-Leste composto por alunos deste mesmo curso. As atividades referidas se desenvolveram ao longo do primeiro semestre de 2014. O principal objetivo da ação educativa em questão estava centrado na aprendizagem da análise de documentos históricos, em especial as fontes primárias. Além disso, a partir da análise de fontes primárias abrir uma série de questionamentos sobre o documento analisado e o papel que desempenha na história.

> Julgamos que a ação do bacharel em história não se restringe a pesquisa, tampouco o licenciado em história deve limitar sua ação formativa ao espaço da sala de aula. Ao contrário, o profissional que estuda o passado deve ter presentes estes dois campos de atuação do profissional historiador: produzir o discurso sobre o passado e criar situações de difusão desse discurso. Com esse objetivo, deve procurar estratégias não para provocar no seu público a aceitação passiva de uma fala sobre o passado, mas para promover a reflexão sobre a experiência humana no tempo, utilizando-se, portanto, das diferentes linguagens que o mundo contemporâneo nos coloca a disposição. (PACHECO, 2010)

Com relação ao papel do historiador em terras timorenses, o mesmo possui grande responsabilidade quando trata da história do país, considerando que Timor-Leste possui uma grande variedade cultural, linguística, uma forte ligação com o tradicional (tendo a oralidade como seu principal elemento) e a religiosidade (em grande maioria católica). É importante que a história seja analisada com o cuidado de não estabelecer relações etnocêntricas ou de comparação entre culturas, quando no caso se trata de uma professora estrangeira ministrando aulas para alunos timorenses acerca da história de seu próprio país. A historiadora e autora deste trabalho ministrou aulas para as turmas referidas anteriormente por intermédio do Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa em Timor-Leste (PQLP-CAPES), e, através do evento Conferências de Maio a mesma foi convidada a desenvolver atividades no Arquivo e Museu da Resistência Timorense, bem como outros professores do programa. A atividade foi proposta em forma de oficina com o título: A História como Inspiração: análise de Fontes Históricas para a produção de Textos Técnicos e Literários.

Em sala de aula, o trabalho foi iniciado com uma sondagem do conhecimento prévio dos discentes sobre história de Timor-Leste, e foi utilizado, para esta etapa, além dos conhecimentos apreendidos em sala de aula, conhecimentos adquiridos através da tradição oral, presentes no campo da memória coletiva da maior parte dos timorenses, inclusive dos alunos.

Nesta etapa de sondagem, foi interessante constatar que os conhecimentos em que a maior parte dos alunos puderam contribuir estão no campo da memória, adquiridos através de histórias que são transmitidas pelas gerações das famílias por intermédio da oralidade, afirmando a importância da mesma e que este fator é um elemento importante mesmo para a condução não só de uma ação educativa, mas para a elaboração de um plano de ensino no geral.

Para Halbwachs (1990), a memória coletiva se faria dentro de uma seletividade, onde memórias individuais são conciliadas a memórias coletivas. Essas memórias, a partir da seleção, passariam a vigorar ao longo da história podendo ter uma duração ao passo da demanda do interesse por esta, que seria uma estabilidade dirigida, com atores selecionadores do que será memória e quanto ela irá durar. Essa perspectiva de análise de uma memória coletiva considera fatores políticos e econômicos, que geralmente não incluem a história de minorias. Como futuros educadores, os alunos foram instigados a reflexões de quem seriam essas minorias, se trabalhariam como docentes destas e como a história pode contribuir neste processo. Estabelecer uma relação entre os conhecimentos adquiridos por meio da oralidade e transformá-lo através da análise documental é o próximo passo para o incentivo de leitura e produção escrita.

Após a sondagem, foi reservado um período para planejamento das atividades para posterior condução. O planejamento através de um plano de aula foi elaborado com o intuito de, ao longo de todo o processo de ação educativa, aprimorar o processo de formação de pesquisadores no âmbito acadêmico. A respeito da organização das atividades planejadas, a mesma segue o seguinte roteiro:

- Introdução à metodologia de pesquisa em história como forma de obter respostas para questões que permeiam a prática do historiador. Segundo Borg (1974) dentre o conjunto de práticas, procedimentos e elementos que compõem a pesquisa estão a localização, análise e a sintetização sistemática e objetiva dos documentos para a obtenção de produções com conclusões acerca de acontecimentos do passado;
- Abordagem teórica sobre o período de ocupação indonésio, através de textos acadêmicos, com o objetivo de relacioná-los ao conhecimento prévio do aluno, instigar a reflexão e discussão para que ao longo da atividade no Museu, principalmente na visitação da exposição, o conteúdo seja analisado e avaliado por este aluno com base na bibliografia previamente estudada;
- Procedimento de análise de fontes primárias a trabalhar de forma teórica e sequencial para orientar a atividade de análise prática de uma fonte;
- A partir das informações obtidas através da análise de fontes, elaborar textos técnicos ou literários, seguindo os critérios de linguagem da escrita acadêmica.

O processo de ensino-aprendizagem articulado ao longo de todas as etapas da oficina transcorreram de forma a contemplar os itens planejados anteriormente, tanto no que se refere aos conteúdos que deveriam ser abordados em sala de aula quanto à atividade prática realizada.

Especificando a atividade prática, foi articulada com o seguinte roteiro: visita guiada dos alunos pela instituição, visita ao arquivo virtual da instituição, escolha e análise de documento virtual e impresso. Os documentos originais que foram digitalizados e disponibilizados no arquivo digital encontram-se na Fundação Mário Soares, que levou os mesmos com o objetivo de oferecer o tratamento de conservação adequado aos originais, visto que não existem profissionais timorenses que trabalhem especificamente com salvaguarda de documentos.

Como resultado, os alunos puderam, após a análise, utilizarem-se da prática textual como forma de contribuir com seu processo de desenvolvimento de escrita utilizando a língua portuguesa (uma das línguas oficiais em Timor-Leste), bem como motivarem-se para a produção de artigos e apresentação em eventos científicos, escrevendo e explanando sobre a história de seu país. Assim, a partir da avaliação realizada pela docente após todo o processo de realização da atividade em todas suas etapas, pode-se considerar que o processo de ensino que se utiliza de museus de história com objetivo de complementar a formação discente possui grande importância a partir do momento em que se elabora todo um planejamento que contemple a reflexão e a abordagem crítica, seja qual for o conteúdo. Além disso, a atual geração de graduandos da Universidade Nacional de Timor-Leste, especificamente no departamento de Formação de Professores do Ensino Básico demonstra o interesse de pesquisa crescente acerca de aspectos da história de seu país, fator este que contribui para o desenvolvimento de uma historiografia timorense.

Referências

ANDERSON, B. (1993), *Imaginando Timor Leste*. Arena Magazine nº 4.

BORG, W. (1974), Investigación educacional: uma introducción. In: HAYMAN, J. C. *Investigación y educación*. Buenos Aires: Paidós.

Fundação Mário Soares, *Arquivo e Museu da Resistência Timorense.* Díli, 2011. Disponível em: http://amrtimor.org/fms/index.php?lingua=pt, [consultado em 21-04-2014].

Fundação Mário Soares, Lisboa. Disponível em http://www.fmsoares.pt/, [consultado em 21-04-2014].

HALBWACHS, M. (1990)*, A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice.

PACHECO, R. de A. (2010), "Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museu e o ensino de história". In *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 30, nº 60, pp. 143-154.

POLLAK, M. (1992), Memória e Identidade Social. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5 nº. 10, pp. 200-212.

Portugal Digital. *Universidade de Coimbra coordena cursos na Universidade Nacional de Timor-Leste*. Lisboa, 2014. Disponível em http://www.portugaldigital.com.br/lusofonia/ver/20084292-universidade-de-coimbra-coordena-cursos-na-universidade-nacional-de-timor-leste, [consultado em 17-07-2014].

RODRIGUES, A. R. (2010), O Museu Histórico como agente de Ação Educativa. In *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 2 nº 4.

A museologia a serviço da cidadania cultural

Vera Lúcia Cardim de Cerqueira[1]
veracardimc@gmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é provocar uma reflexão a respeito do papel das instituições responsáveis pela guarda de bens de cultura popular ou tradicional, diante do reconhecimento da pluralidade cultural e do protagonismo de diferentes comunidades, culminando na implantação de políticas públicas específicas de proteção patrimonial. Apesar das alterações conceituais, propositivas e mesmo da reformulação da missão destas instituições, muitas de suas ações caracterizam-se mais pela apropriação ou adequação de discurso do que um rompimento de fato das fronteiras na sua atuação para inclusão e participação social. No contexto de políticas voltadas para a promoção da cidadania cultural, os equipamentos museológicos públicos têm um papel a cumprir, o que implica na construção de novos instrumentos de atuação e, fundamentalmente, no início de uma real interlocução com os sujeitos produtores da cultura popular ou tradicional. Como referência teórica são consideradas aqui as proposições elaboradas durante a Mesa Redonda de Santiago no Chile, considerada paradigmática nas discussões sobre a função social dos museus. A coleção da Missão de Pesquisas Folclóricas de 1938 e a do Museu do Folclore Rossini Tavares de Lima, ambas sob a guarda da Secretaria de Cultura da cidade de São Paulo, são o mote para a discussão da responsabilidade das instituições públicas no trato com os acervos de cultura popular.

Palavras chaves: Missão de Pesquisas Folclóricas de 1938 – Museu de Folclore Rossini Tavares de Lima - cultura popular – política pública – cidadania

O estabelecimento de parâmetros internacionais para políticas de preservação patrimonial é resultado da dedicação de diversas entidades e profissionais ligados a diferentes áreas e de um longo processo de discussões, desde a Carta de Atenas em 1931 até a Convenção das Nações Unidas, UNESCO de 2003. A Carta de Atenas, elaborada durante a Conferência realizada pelo Escritório Internacional de Museus da Sociedade das Nações, teve como objetivo discutir a conservação de monumentos. No que se refere à Convenção da Organização das Nações Unidas de 2003, trata-se da ocasião em que foi criado o Comitê Intergovernamental para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (Cury, 2004)[2]. Dentre as razões para criação do comitê consta:

> Reconhecendo que os processos de globalização e de transformação social, ao mesmo tempo em que criam condições propícias para um diálogo renovado entre as comunidades, geram também, da mesma forma que o fenômeno da intolerância, graves riscos de deterioração, desaparecimento e destruição do patrimônio cultural imaterial devido, em particular, à falta de meios para sua salvaguarda (Cury, 2004: p. 372).

O Brasil sempre esteve presente nas reflexões sobre bem cultural. Destaca-se, por exemplo, a participação constante de profissionais brasileiros no Conselho Internacional de Museus – ICOM, entidade fundamental para o estabelecimento de diretrizes internacionais para a salvaguarda do patrimônio da humanidade e da

---

1 Formada em Sociologia e Política, especialista em Museologia. Doutoranda em Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Socióloga na Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo foi responsável pelo Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga no Centro Cultural São Paulo, pelo Pavilhão das Culturas Brasileiras e atualmente integra o Núcleo de Cidadania Cultural. Autora de *Ciências Sociais na gestão Mário de Andrade*, 2014, editora Annablume. Coordenou a edição do DVD-rom *Missão de Pesquisas Folclóricas – Cadernetas de Campo*, em 2011.

2 A publicação *Cartas Patrimoniais*, 2004, IPHAN organizada por Isabelle Cury, reúne documentos, referendos e cartas elaboradas durante as discussões sobre a preservação de bens culturais, desde a década de 1930 ao ano de 2003.

constituição do campo de estudos da museologia. Desde a criação do ICOM em 1946, registra-se uma consonância das temáticas propostas sobre os museus com a realidade política e social de cada momento. Para nossos profissionais, foram de significativa importância a Conferência Geral em 1971 em Paris, cujos debates giraram em torno do tema *O Museu a serviço do homem de hoje e amanhã, o papel educativo e cultural dos museus*; e a Mesa Redonda em Santiago do Chile em 1972. Esta última, que tratou especificamente do papel dos museus nos países latino-americanos, inicialmente estaria sob a direção de Paulo Freire, cuja indicação fora barrada pelo delegado brasileiro junto à UNESCO por razões políticas (Varine, 2010).[3] Com apenas palestrantes latino-americanos, colocou-se em pauta os contextos políticos e sociais dos países em questão e o quanto os profissionais dos museus estavam apartados do universo em que suas instituições estavam inseridas. Como resultado, os participantes elaboraram a chamada *Declaração de Santiago* em que apresentam o conceito de *Museu Integral.* Varine (2010), ao avaliar o encontro de 1972, identifica o cerne de dois fenômenos que ocorrem em museus contemporâneos:

> Se colocarmos à parte os museus "oficiais", aqueles que chamamos na França "museus de arte e de história", que surgiram no século XIX e seguem as modas estéticas e intelectuais do momento, e também os grandes museus científicos de dimensão ao menos nacional, os museus de hoje vivem dois fenômenos que estavam no embrião do movimento de Santiago:
>
> - O nascimento de museologias nacionais "incultas", ilustrado pela multiplicação de formações universitárias em Museologia, e de grupos locais de "jovens museólogos" (algumas vezes não tão jovens!);
> - A multiplicação de museus locais, devida à iniciativa comunitária, sem especialização disciplinar, e muitas vezes sem muito profissionalismo, mas levando em consideração a identidade e os projetos de um território e de sua população.
>
> A noção de Museu como *instrumento de desenvolvimento*, desconhecida antes de 1972, é agora largamente formulada e admitida. O mesmo ocorre com a noção de *função social* do museu. E também com a de *responsabilidade política* do museólogo (Varine, 2010: p.42) (grifos do autor).

A ideia do museu como instrumento de desenvolvimento, evidentemente faz com que seus profissionais tenham responsabilidade na execução das atividades. A partir de premissas como as elaboradas durante o encontro de Santiago, vimos difundir ações educativas e de formação de público nas instituições museológicas, tornando a mediação um dos principais recursos para cumprir a função social destes espaços culturais.

Varine (2010) faz um recorte dentre os museus, excetuando aqueles a que chama de 'oficiais', para identificar o surgimento de espaços atrelados às suas comunidades de origem. Esta divisão, no entanto, não pode desobrigar certas instituições de sua responsabilidade frente ao seu acervo e aos grupos sociais que o originaram. Alguns aspectos pertinentes às **ações de salvaguarda e difusão de** coleções não necessariamente estão de acordo com algumas políticas conquistadas pelos sujeitos produtores de tais bens culturais. O trato com documentos, registros e objetos testemunhos da vida de parcela da população historicamente marginalizada, como os povos indígenas ou comunidades tradicionais ou periféricas, não pode se eximir de um diálogo que retome o espírito da ideia de museu integral - discutido em encontros como o de Santiago do Chile em 1972.

Em maior ou menor grau, a temática da cultura popular ou tradicional sempre esteve presente nos estudos sobre identidade brasileira. Ortiz (1992) **vê neste debate uma história «**que se modifica ao longo dos anos, se molda às conjunturas sociais, articulando-se a grupos de interesse, e às vezes, até mesmo a utopias antagôni-

---

3 Há significativa bibliografia que demonstra o processo ocorrido durante o século XX, especialmente durante e após Segunda Guerra Mundial, para consolidação de instrumentos voltados a preservação do patrimônio cultural da humanidade. Para ilustrar, podemos citar as seguintes publicações: *Cartas Patrimoniais*, Isabelle Cury (org.), IPHAN, Rio de Janeiro, 2004; *O Patrimônio em Processo*, Maria Cecília Londres Fonseca, Editora UFRJ/MINC-IPHAN, 2005; *Memória e patrimônio, ensaios contemporâneos*. Regina Abreu, Mário Chagas (orgs.) Rio de Janeiro, DP&A, 2003; *O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro*: *documentos selecionados* Maria Cristina Oliveira Bruno (org), São Paulo, Pinacoteca/ICOM, 2010.

cas» (Ortiz, 1992: p.5). A ideia de diversidade cultural, hoje celebrada, esteve na base das teorias de intelectuais brasileiros, em especial daqueles que participaram da institucionalização das Ciências Sociais no país. As primeiras décadas do século XX são a expressão da constituição do Estado brasileiro enquanto regulador da vida em sociedade por meio de políticas públicas, inclusive no que diz respeito às primeiras ações de proteção patrimonial.

No final do decênio de 1930 **é criado** o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (sob o nome de SPHAN). A instituição não incluía dentre suas finalidades, por exemplo, os artigos para o registro do saber popular e suas manifestações tradicionais, como fora sugerido no anteprojeto elaborado pelo escritor Mário de Andrade enviado ao ministro da educação Gustavo Capanema em 1936 (Andrade, 2002). A despeito da percepção de que o poder público brasileiro historicamente priorizou as ações de preservação com foco nos bens imóveis, Mário Chagas nos sinaliza que, «*no campo da Museologia, no Brasil, a noção de patrimônio, além de complexa, não esteve restrita ao edificado (Chagas, 2003: p.97)*.» Como exemplo, cita nomes cujos estudos são museologicamente orgânicos como os de Waldisa R**ú**ssio Camargo Guarnieri, Maria Célia T. Santos, Maria de Lourdes P. Horta, Maria Cristina de Oliveira Bruno e Marília Duarte e as preocupações de estudiosos não estruturalmente ligados à Museologia como Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro e **Mário de Andrade (Chagas, 2003**).

Criado em 1935, sob o nome de Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo, o departamento foi o primeiro órgão designado para a execução de políticas públicas culturais no Brasil. Idealizado e dirigido por um grupo de intelectuais ligados ao movimento modernista brasileiro - além do escritor Mário de Andrade, participaram nomes como Sérgio Milliet, Rubens Borba de Moraes e Paulo Duarte - contava com cinco divisões: Educação e Recreios; Bibliotecas; Documentação Histórica e Social; Expansão Cultural; e Turismo e Divertimentos Públicos (não implantada) (Cerqueira, 2014). Mário de Andrade, como diretor do Departamento e da Divisão de Expansão Cultural, recebeu com total apoio do então prefeito Fábio Prado e pôde colocar em prática projetos gestados em discussões com os mais variados intelectuais. Sua capacidade de transitar por diferentes áreas do conhecimento, além de seu interesse em contribuir para a constituição de instituições estatais capazes de gerir a vida social da cidade de São Paulo, habilitou-o a coordenar um órgão público com estrutura complexa. Esse foi um dos raros momentos na história da administração pública brasileira em que os intelectuais ligados às instituições de ensino e pesquisa estavam também envolvidos na execução de um plano de governo, não apenas como mentores, mas também como gestores das políticas e dos equipamentos públicos. No período de 1935 a 1938 - enquanto esteve à frente do Departamento de Cultura[4] - Mário de Andrade, além de elaborar o anteprojeto para o IPHAN, executou **ações paradigmáticas para o estabelecimento de diretrizes** patrimoniais, sendo o maior exemplo o mapeamento de expressões da cultura popular, realizado nas regiões do norte e do nordeste do Brasil: a *Missão de Pesquisas Folclóricas* de 1938. Esta viagem de pesquisa e registro da cultura brasileira sintetiza o pensamento de Mário no que diz respeito ao rigor científico a ser adotado no trabalho de documentação para viabilizar futuros estudos e difusão do conhecimento. A coleção, trazida pela equipe da Missão de 1938, possui uma organicidade que dá qualidade e especificidade ao conjunto, cada item conta com anotações sobre sua origem, função e descrição, vinculando objetos, fonogramas, filmes e fotografias a seus autores e comunidades, além de informações do contexto e realidade locais.

Constituída por fonogramas, instrumentos musicais, indumentárias, utensílios domésticos, objetos religiosos, fotografias, cadernetas de campo, anotações musicais e documentos impressos, a coleção dá um panorama das expressões culturais de comunidades do norte e do nordeste do país existentes naquele período e permanece como um referencial nos dias de hoje. Com objetivo de constituir um conjunto de registros para a Discoteca Pública Municipal criada em 1935 em São Paulo, foram gravados, entre outros gêneros musicais, cocos, solos

---

4 Para mais informações sobre o Departamento de Cultura de São Paulo fica sugerida a leitura dos seguintes autores: Flávia Camargo Toni, Carlos Sandroni, Álvaro Carlini, Oneyda Alvarenga, Elizabeth Travassos, Silvana Rubino, Antonio Gilberto Ramos Nogueira, Roberto Barbato, Paulo Duarte, Carlos Eduardo Sampietri, Vera Lúcia Cardim de Cerqueira, Sirlei Silveira, Luisa Valentini, Lélia G. Soares, Telê Ancona Lopes. Vale destacar consulta aos arquivos e coleções da Discoteca Oneyda Alvarenga no Centro Cultural São Paulo e do Arquivo Histórico de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura.

de viola, tambor de mina, tambor de crioula, cantos de trabalho, cantigas de roda, desafios e cantos religiosos; boa parte dos instrumentos musicais e religiosos foi obtida após negociação com as autoridades policiais de Pernambuco, estado com intensa repressão às expressões religiosas afro-brasileiras. Segundo Guarnieri (2010), a criação do Museu do Folclore da Discoteca Municipal fora uma novidade para a época, pois até 1930, São Paulo contava com o Museu Paulista, a Pinacoteca do Estado e - **não oficial e fechado ao público geral** - o Museu de Arte Sacra da Cúria Metropolitana (Guarnieri, 2010: p.104).

Se as instituições museológicas da década de 1930 não eram o que se pode chamar de museu integral, as ações de documentação como a realizada pela Missão de Pesquisas Folclóricas e os princípios museológicos presentes no pensamento de Mário de Andrade se afastavam dos tradicionais museus voltados a celebrar feitos históricos escolhidos por determinada parcela da sociedade. A pesquisa baseava-se no interesse pelo registro das expressões culturais formadoras do homem brasileiro. Não por acaso, suas propostas são retomadas com frequência para fundamentar políticas de proteção patrimonial. A atual recorrência ao pensamento de Mário de Andrade se dá também pelo fato do escritor lidar com o conceito de arte de forma ampla e próxima a ideia de cultura no seu sentido antropológico, assim como o conceito de patrimônio artístico abranger o tangível e o intangível (Chagas, 2003).

No que diz respeito aos princípios apontados nas propostas de Mário de Andrade quanto à preservação da produção cultural brasileira, a coleção originária da *Missão de Pesquisas Folclóricas* é tomada como exemplar, também, por integrar uma ideia de política cultural bem definida como foi o Departamento de Cultura de São Paulo. Não foi uma ação isolada de um modernista que via na cultura popular a essência do homem brasileiro. Ultrapassava essa verdade, pois por meio deste órgão público - idealizado por um grupo de intelectuais que pensavam no papel do Estado enquanto gestor da vida social – estabeleceu-se a estrutura da administração pública da cidade de São Paulo em áreas tais como educação, assistência social e planejamento. Nos primeiros anos do Departamento de Cultura foram desenvolvidas **ações como a criação da Discoteca Pública, da Sociedade de Etnografia e Folclore, de bibliotecas, de ônibus biblioteca e de parques infantis, da transformação na programação do Teatro Municipal e de uma série de concursos artísticos.** Trata-se também do período de institucionalização das Ciências Sociais, com a criação da Universidade de São Paulo (1934) e da Escola Livre de Sociologia e Política (1933) (Cerqueira, 2014).

Sem se constituírem propriamente num museu, os conjuntos resultantes dos projetos empreendidos pelo Departamento de Cultura permaneceram integrados ao acervo da Discoteca Pública, atual Discoteca Oneyda Alvarenga, e, ao longo dos anos, passaram por momentos de valorização ou de esquecimento. A oscilação entre prioridade e indiferença, uma constante na administração **pública, associa-**se aos interesses específicos de cada grupo dirigente e seu contexto político, cabendo aos agentes públicos de museus lidar com essa realidade. Foi o que fez Oneyda Alvarenga para garantir a existência da Discoteca e dos conjuntos como o da Missão de Pesquisas Folclóricas e da Sociedade de Etnografia e Folclore. Diretora desde sua criação em 1935 até 1968 manteve, como possível, o projeto inicial e trabalhou na organização e difusão do acervo. Em relação aos registros da Missão, sua sistematização ainda hoje **é** a base para a recuperação das informações; divulgou os resultados da viagem com a matrização dos discos, edição dos filmes (1945) e das publicações: Coleção *Registros Sonoros de Folclore Musical Brasileiro, Melodias Registradas Por Meios N***ão Mecânicos** e do *Catálogo Ilustrado do Museu Folclórico.*[5]

Após a década de 1940, a coleção da Missão só ganhou destaque a partir de 1982, quando da transferência da Discoteca Pública para o recém-inaugurado Centro Cultural São Paulo.

> A equipe técnica formada por Flávia Camargo Toni, Marcelo Brissac e Márcia Fernandes foi designada, em 1985, para realizar levantamento e catálogo do acervo com vistas a seu inventário. (...)

---

5 ALVARENGA, Oneyda. Catálogo Ilustrado do Museu Folclórico. São Paulo: Discoteca Pública Municipal, 1950 (Arquivo Folclórico da Discoteca Pública Municipal, v2); Melodias Registradas Por Meios Não Mecânicos. São Paulo: Discoteca Pública Municipal, 1946 (Arquivo Folclórico da Discoteca Pública Municipal, v1); (org.) Coleção Registros Sonoros de Folclore Musical Brasileiro, São Paulo: Discoteca Pública Municipal, volumes 1 e 2: 1948, volume 3:1949, volume 4: 1950 e volume 5: 1955.

> Apesar de moroso, em alguns momentos, o processo de preservação gerou o reconhecimento público do conjunto de registros da Missão. Em 2005 o Conselho Consultivo do IPHAN reconhece o Acervo Histórico da Discoteca Oneyda Alvarenga, no qual está integrada a coleção da Missão, como Patrimônio Cultural brasileiro e, em 2009, a coleção teve sua candidatura aprovada como Patrimônio Documental pelo Comitê Nacional do Brasil do Programa memória do Mundo da UNESCO (Cerqueira, 2010: p. 8).
>
> O interesse despertado pelos projetos desenvolvidos pelo Departamento de Cultura, juntamente com um momento propício à museologia brasileira, viabilizou a valorização da coleção da Missão de Pesquisas Folclóricas a partir dos anos de 1980, muitas vezes ultrapassando a própria Discoteca. Paralelamente intensificou-se a discussão sobre diversidade e cidadania, com expectativas da quebra de fronteiras entre a chamada cultura erudita e a popular, contribuindo para a inclusão e fortalecimento do protagonismo cultural de sujeitos historicamente marginalizados, como os pesquisados pela equipe enviada por Mário de Andrade ao norte e nordeste do país em 1938.
> Em consonância com as discussões mundiais, explicitadas na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais durante a Conferência Geral da Unesco de 2005, o governo brasileiro incorpora demandas do movimento das culturas populares, por meio da criação da Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural em 2003 (dois anos antes da aprovação na Convenção da Unesco) (Mira, 2014). Algumas políticas públicas adotadas no Brasil[6] exemplificam a tentativa de incorpora**ção de** diferentes sujeitos de direito, entre eles os produtores de cultura tradicional, que nem sempre conseguem participar dos equipamentos públicos existentes. Apesar de o Estado ser o responsável pela implantação de políticas de inserção, essas ações nem sempre repercutem nas instituições públicas que se mantêm apartadas e isentando-se de sua função social.

A questão que se coloca é: até que ponto as instituições, que guardam acervos de interesse público e que, de modo geral, são estatais, podem isentar-se da realidade em que estão inseridas? Questionamentos como estes viabilizaram as discussões em torno do patrimônio cultural da humanidade, permitiram elaborar cartas patrimoniais e no Brasil, num momento político propício, instituir o Instituto Brasileiro de Museus IBRAM (2006). Com o título *Da Missão à missão*, o módulo da linha histórica da exposição *Puras Misturas*[7] - mostra inaugural do Pavilhão das Culturas Brasileiras, criado pela Secretaria Municipal de Cultura em 2010, no Parque Ibirapuera em São Paulo - se propôs a relacionar iniciativas voltadas à preservação da cultura popular brasileira e a missão institucional do novo equipamento municipal. A linha histórica toma como marco inicial a Missão de Pesquisas Folclóricas de 1938, proposta e coordenada à distância por Mário de Andrade.
Resumidamente, os elementos eleitos como fundadores da missão do Pavilhão das Culturas Brasileiras foram: recuperação do espírito da ação pioneira de Mário de Andrade, na perspectiva do reconhecimento da cultura popular como *cultura viva, hibridizada e dinâmica* ocupando um espaço normalmente reservado para a dita

---

6 Exemplar é o Programa Cultura Viva, tornado lei em julho de 2014. A Lei tem como principal objetivo a ampliação do acesso da população brasileira aos seus direitos culturais, mediante o fortalecimento das ações de grupos culturais já atuantes na comunidade. Disponível em http://www.cultura.gov.br/cultura-viva1, consultado em 12-12-2014. Cujo eixo principal de atuação é o financiamento direto de ações culturais pré-existentes de comunidades, intitulados Pontos de Cultura.

7 Exposição *Puras Misturas* permaneceu aberta de 11 de abril a 14 de novembro de 2010. Curadora Geral Adélia Borges, Curadora adjunta Cristiana Barreto, Co-curadores:José Alberto Nemer no módulo *Fragmentos de um diálogo* e Vera Lúcia Cardim de Cerqueira no módulo *Da Missão à missão*.

cultura erudita; constituição de um espaço para encontros, diálogos e pontes entre popular e erudito, como forma de demonstrar a existência de uma alimentação recíproca; compromisso do poder público municipal de São Paulo em assumir a responsabilidade pela preservação do patrimônio material e imaterial da cultura tradicional brasileira (Borges & Barreto, 2010: p. 22).

Sua implantação foi motivada pelo atendimento à determinação do Ministério Público de São Paulo para que a prefeitura da capital paulista abrigasse adequadamente e garantisse visibilidade pública ao acervo do Museu do Folclore Rossini Tavares de Lima[8], coleção considerada na ocasião em situação de quase abandono e risco de deterioro. No decorrer das discussões sobre o local mais adequado para sua instalação, desencadeou-se também uma reflexão, entre os integrantes do grupo[9] delegado para elaboração da proposta institucional, sobre o perfil desta nova unidade museológica e, naturalmente, sobre a pertinência da manutenção do nome Museu do Folclore. Considerou-se que o conceito de folclore estava desgastado e não mais daria conta do significado da cultura produzida pelo povo brasileiro, assim como, relegava a um plano menor ou secundário a arte popular e seus diferentes agentes. Avaliou-se também que a não utilização do termo museu para designar a nova instituição traria um alargamento da sua atuação e identificação do público como um local inovador no trato da representação da cultura brasileira em toda a sua pluralidade, distanciando-se da imagem de censo comum dos museus etnográficos (Borges & Barreto, 2010).

Paradoxalmente, um equipamento cultural criado para preservar a coleção do antigo Museu do Folclore adota como princípio as referências do mentor de outro conjunto, o da Missão de Pesquisas Folclóricas. Conclui-se que o pensamento de Mário de Andrade foi considerado mais adequado ao contexto cultural e político atual que, além de abrigar as coleções de cultura popular pertencentes à Secretaria de Cultura, deveria tornar-se um Centro de Referência sobre a produção e diálogo entre os diferentes segmentos culturais brasileiros, representantes de práticas tradicionais ou contemporâneas. Ou seja, apresentar-se como um espaço vivo e dinâmico, distanciando-se do modelo tradicional de museu para guarda de objetos desconectados de seu universo cultural e social.

Aberto ao público em 2010, o Pavilhão das Culturas Brasileiras limitou-se praticamente a realização de exposições sobre as aquisições de arte popular, arte indígena e design popular, ou de artistas que trabalham com comunidades como Renato Imbroisi e Mônica Nador[10]. A produção artística priorizada pela missão do Pavilhão é apresentada por meio de eventos assinados por aqueles que reconhecidamente dominam as estratégias de difusão tradicionalmente adotadas pelos museus: as exposições. Os curadores selecionam, interpretam e elaboram o discurso a ser apresentado ao público e, em que pese todas as dificuldades enfrentadas pela nova instituição, com exceção da mostra de abertura, as coleções Rossini e Missão não tiveram destaque nas ações de extroversão.

A despeito de todo avanço das discussões sobre preservação patrimonial e da inserção dos museus na realidade social a que pertencem, inovando no diálogo e mediação de seu público, devemos perguntar-nos se de fato as reflexões sobre o papel dos museus, dentro ou fora das academias, propiciaram uma transformação, por parte de tais instituições, em relação aos representantes da cultura popular. E, em que medida, os sujeitos das 'minorias' podem circular nos espaços reservados para a arte institucionalizada, ou conquistaram espaços próprios para registrar e proteger seus bens culturais.

Tomando como exemplo as coleções da cidade de São Paulo especificamente tratadas neste texto, as da Missão

---

8 O acervo do Museu do Folclore Rossini Tavares de Lima é composto por cerca de 13.000 itens entre livros, documentos, objetos, audiovisual e fotografias de cultura popular. Iniciado por Rossini Tavares de Lima, na década de 1950, para as comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo e alimentado ao longo do tempo por resultados de pesquisas da Escola de Folclore.

9 Coordenado por Adélia Borges contou com a participação de Maria Lúcia Montes, Cristiana Barreto e Marcelo Manzatti.

10 Além da exposição Puras Misturas, foram realizadas no período de 2010 a 2013 outras exposições, tais como *Artes Plásticas* curadoria de Alberto Nemer; *Arte Fatos Indígenas*: curadoria de Cristiana Barreto e Luis Grupioni; *Design da periferia*: curadoria de Adélia Borges; *O rio São Francisco navegado por Ronaldo Fraga*; *Autoria compartilhada*, curadoria de Mônica Nador; e *IBIRÁ,* curadoria de Renato Imbroisi

de Pesquisas Folclóricas e a do Museu do Folclore Rossini Tavares de Lima, verificamos que, apesar das alterações conceituais, propositivas e mesmo da reformulação da missão das instituições museológicas, há mais uma adequação de discurso do que um rompimento de fato de fronteiras ou de uma reorganização do campo de atuação. O formato das exposições e das ações culturais está, de modo geral, ainda apoiado em modelos tradicionais, mesmo quando atualizados os dispositivos expográficos, tais como a interatividade, a acessibilidade e absorção de novas tecnologias.

Podemos inferir que a postura adotada ao longo dos anos na condução destas coleções, transformou-as em conjuntos de objetos que interessam mais a estudiosos, sem despertar muita curiosidade aos que representam lutas por políticas públicas e ações de proteção ao saber e fazer tradicional. Os agentes públicos envolvidos poucas chances têm de refletir sobre a função social das coleções, limitando-se a trabalhar com ações de conservação e de mediações voltadas ao que se atribui como formação de público. A difusão é reduzida a determinados recortes discursivos, assinados por curadores especialistas, e a responsabilidade de sensibilizar e formar "público" é atribuída às atividades de mediação. Uma exposição que apresenta a produção cultural de um grupo como um outro distante de nós, apesar da atualização do discurso ou tentativa de reflexão da temática, não necessariamente dialoga com os sujeitos da cultura representada.

Sem tomar como uma desqualificação dos trabalhos realizados junto às coleções aqui tratadas, a pretensão deste artigo é sinalizar o potencial existente nos conjuntos. Trata-se de recuperar as motivações como as que levaram os profissionais envolvidos na gestação do movimento da Nova Museologia e repensar as responsabilidades políticas e sociais existentes nas ações do cotidiano museológico, em especial dos equipamentos públicos.

Ao observarmos as ações da Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo - órgão responsável pela guarda das coleções aqui tratadas - verificamos a existência de iniciativas inovadoras no trato com as atividades de diferentes agentes culturais, em que a ideia de cidadania cultural ganha destaque.[11] O programa de Valorização de Iniciativas Culturais – VAI, criado em 2003 como resposta à demanda de movimentos sociais ligados à juventude, tem como finalidade o financiamento de atividades artístico-culturais, em especial de jovens de baixa renda e de regiões vulneráveis da cidade. O programa *VAI* é um exemplo de política publica consolidada, que respeita os princípios democráticos de direito à cultura e que conseguiu estabelecer instrumentos adequados para sua execução. Desde sua implantação, o programa financiou mais de 1000 propostas de grupos, garantindo uma distribuição em áreas onde nunca houvera ações culturais do poder público, graças à mecanismos de comunicação, de inscrição, seleção, acompanhamento técnico e de prestação de contas cuidadosamente pensados para a ação, e rigorosamente em acordo com a legislação municipal (São Paulo, 2012).

Em São Paulo foi formado, com base na experiência do Programa *VAI* e sua equipe técnica, o Núcleo de Cidadania Cultural, cujas ações se estenderam em outros programas: *Aldeias,* para viabilizar ações nas cinco aldeias Guaranis existentes na área urbana da cidade; *Agente Comunitário de Cultura,* num reconhecimento a atuação de indivíduos que, voluntariamente, são responsáveis por ações culturais nas suas comunidades; *Cultura Viva*, implantando inicialmente uma rede de Pontos de Cultura municipal; e um segundo Programa *VAI*, voltado para atender coletivos de artistas com mais experiência e sem limite de idade. Estas ações demonstram a viabilidade de políticas públicas voltadas a sujeitos culturais, normalmente alheios e marginalizados dos seus direitos enquanto cidadãos. Paradoxalmente, iniciativas como as citadas acima não ocorrem nos equipamentos públicos da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, responsáveis pela guarda de coleções da cultura popular ou indígenas, locais que preservam basicamente o patrimônio cultural dos mesmos sujeitos priorizados por essas políticas.

Em conclusão, é possível afirmar que a cidade de São Paulo ainda não conta com equipamentos culturais em que, além da preservação, os próprios sujeitos produtores definam o modo como sua obra deve ser difundida ou, no mínimo, participem das diretrizes institucionais. Refletir sobre considerações deste tipo é fundamental para o estabelecimento do papel dos agentes que integram as instituições voltadas à salvaguarda das expres-

---

11 Como referência para a ideia de cidadania cultural está a reflexão de Marilena Chauí, segundo a qual, a cultura é vista *como direito dos cidadãos e como trabalho de criação.* Direito entendido como: o de produzir cultura; de participar das decisões quanto ao fazer cultural; de usufruir os bens culturais; de estar informado sobre os serviços culturais; de formação cultural e artística pública e gratuita; à experimentação e à invenção; à reflexão; e à informação e à comunicação. Não caberia ao órgão público a produção, mas o estímulo e a promoção de condições para criação cultural. (Chaui, 2006).

sões culturais, cujo desempenho é significativo para a formulação de políticas públicas que garantam o exercício pleno da cidadania.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, M. de (2002). "Anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional". *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, Brasília: Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN), 30, p. 271-287.

BORGES, A. & BARRETO, *C.* (2010*). Pavilhão das Culturas Brasileiras: Puras misturas.* São Paulo: Terceiro Nome.

CERQUEIRA, V. L. C. de. (org.) (2010) *Missão de Pesquisas Folclóricas: cadernetas de Campo*. São Paulo: Associação Amigos do Centro Cultural São Paulo.

CERQUEIRA, V. L. C. de (2014). *Ciências Sociais na Gestão Mário de Andrade: Contribuições de Samuel Lowrie e Dina Lévi-Strauss*. São Paulo: Annablume/Fapesp.

CHAGAS, M. de S.(2006), *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade.* Chapecó MG: Argos.

CHAGAS, M. de S.(2003), "O pai de Macunaíma e o patrimônio espiritual". In R. Abreu & M. Chagas (orgs.), *Memória e patrimônio, ensaios contemporâneos.* Rio de Janeiro: DP&A, Faperj, UNIRIO, p. 95-108.

CHAUI, M. (2006), *Cidadania cultural.* 1ª edição. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo.

CURY, I. (Org.). (2004) *Cartas Patrimoniais*. 3ª edição. Rio de Janeiro: IPHAN.

DESVALLÉES, A. & MAIRESSE, F. (eds) (2013). *Conceitos-chave de Museologia;* SOARES, B. B. & CURY, M. X. (tradução e comentários). São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura.

GUARNIERI, W. R. C.(2010). "Museus de São Paulo". In M. C. O. Bruno, *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional.* **São Paulo:** Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura. 1, p.103-115.

MIRA, M. C. (2014), *Entre a Beleza do Morto e a Cultura Viva: Mediadores da Cultura Popular na São Paulo da Virada do Milênio*. Tese de livre docência, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ORTIZ, R. (1992) *Românticos Folcloristas: cultura popular.* São Paulo: Olho d'Água.

SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Cultura, (2012). *Via Vai: Percepções e caminhos percorridos.* Secretaria Municipal de Cultura. São Paulo.

VARINE, H. de (2010). "A respeito da mesa-redonda de Santiago do Chile (1972), 1995", in M. C. O. Bruno (Org.), *O ICOM / Brasil e o pensamento museológico brasileiro.* 2. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.

50 Anos da Ditadura Militar-Empresarial Brasileira e as Memórias em Disputa

Joana D'Arc Fernandes Ferraz[1]

Lucas Pacheco Campos[2]

Resumo: Este trabalho apresentará a história do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro no que tangue sua atuação no campo de disputas pela memória da ditadura militar-empresarial brasileira, que durou de 1964 até 1985, e sua importância para as lutas atuais em favor dos direitos humanos. Olhar para o passado e para as experiências da memória, o que inclui suas arbitrariedades, contradições e seus pontos de silêncio e de esquecimento, faz-se absolutamente necessário para a dinâmica das lutas contra as violências e injustiças praticadas pelo Estado, tanto no presente quanto no futuro. Dessa forma, com o intuito de estabelecer pontes entre o passado e o presente, pretendemos trazer à tona a discussão sobre a disputa memorialística da ditadura e os seus pontos de conflito que ainda persistem até os dias hoje, o que inclui a lutas pela transformação da Lei de Anistia, pela abertura dos arquivos e pelos monumentos que fazem referência àquele período de terror.

Palavras-chave: ditadura militar-empresarial brasileira; memória; memória subterrânea; disputa; patrimônio.

Introdução

O objetivo deste artigo é refletir obre as diferentes memórias que envolvem a ditadura militar empresarial brasileira, a partir das experiências vividas pelo Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro (GTNM/RJ). Trata-se de um movimento social, que surgiu em 1985, no calor das discussões e das lutas sobre os processos de anistia, desaparecimentos, clandestinidade, luta armada, prisões e torturas produzidos pela ditadura militar brasileira. Este grupo, em seus 29 anos de existência, é bastante reconhecido no Brasil, principalmente por sua posição crítica em relação ao Estado. As suas bandeiras de luta ainda estão presentes, uma vez que pouco se avançou em relação aos processos de atravessamento do trauma coletivo e transgeracional vivenciado no Brasil. Nesse sentido, do ponto de vista metodológico, o presente trabalho irá se dividir em duas etapas essenciais: primeiramente será apresentado o GTNM/RJ, procurando rememorar aspectos de sua história, sua luta e atuação, seus objetivos e seu processo de manutenção e atualização desde 1985 até os dias de hoje; em seguida, a partir de uma discussão teórica acerca da memória, entrará em cena o aspecto das disputas inerentes à ditadura militar-empresarial brasileira e as lutas defendidas pelo GTNM/RJ dentro do cenário político e social brasileiro ao longo de seus 29 anos de existência.

Pretende-se assim, ao analisar as diferentes memórias protagonizadas por este grupo, discorrer sobre a experiência da memória e de seus contrapontos ligados ao esquecimento e ao silêncio, entendidos enquanto produtores de um patrimônio no qual se pode fazer uma leitura da singularidade da nossa ditadura e de suas heranças nocivas e libertadoras. Constituindo-se, desta forma, enquanto um patrimônio coletivo e significativo da sociedade brasileira.

---

1 Pós-doutorada em Memória Social, Doutora em Ciências Sociais, mestre em Ciência Política e graduada em História. É atualmente professora adjunta da Universidade Federal Fluminense, Brasil. Possui experiência nas áreas de Sociologia, Antropologia, Ciência Política e História. Suas pesquisas estão vinculadas a temas como a violência e o terror do Estado, a ditadura militar-empresarial brasileira, a memória, o patrimônio, a memória social, teoria da memória, dentre outros. Contato: joanadferraz@gmail.com.

2 Mestrando em Administração e graduado em Administração pela Universidade Federal Fluminense, Brasil. Possui experiência nas áreas de Administração e Administração Pública. Suas pesquisas estão relacionadas às teorias do Estado e às políticas públicas, às transformações do sistema capitalista e a memória da classe trabalhadora na ditadura militar-empresarial brasileira. Contato: lucas-pcampos@hotmail.com.

Parte 1: O Grupo Tortura Nunca Mais - Rio de Janeiro

Fundado em 26 de setembro de 1985, na cidade do Rio de Janeiro, por ex-presos políticos militantes de esquerda que sofreram torturas durante o regime militar e por familiares de mortos e desaparecidos, o Grupo Tortura Nunca Mais (GTMN/RJ) se configurou como a primeira organização institucionalizada oriunda da sociedade civil brasileira com o objetivo de lutar contra as opressões do Estado ditatorial que vigorou de 1964 à 1985.

Desde a sua fundação, o grupo se caracteriza como um movimento social suprapartidário com atuações no cenário sociopolítico nacional e internacional, dedicando-se à luta pelos direitos humanos e pelas memórias histórica e política daquele período. Faz-se relevante mencionar que o GTNM-RJ não pertence ao terceiro setor, isto é, não se enquadra como uma Organização Não Governamental (ONG) e sim como um movimento social.

Apesar de seu vanguardismo como primeiro movimento institucionalizado nesse campo, o grupo foi criado em meados da década de 1980, ou seja, em meio às acaloradas discussões e às lutas travadas no período final da ditadura militar. Estavam em cena temas como os processos de anistia, os desaparecimentos e assassinatos, a clandestinidade, a luta armada, as prisões e as torturas produzidos pela ditadura militar-empresarial brasileira, assim como estava em curso o processo de redemocratização.

Dessa forma, percebemos que o contexto de sua criação estava marcado por diversas manifestações da sociedade civil, o que torna importante destacar que existiam outras inciativas que já vinham atuando desde a década anterior. Pode-se citar como exemplos os movimentos pela anistia – Comitês Femininos pela Anistia de 1974 e Comitê Brasileiro pela Anistia de 1978 –, os movimentos para encontrar corpos de militantes desaparecidos que datam o início da década de 1980 e culminam com a Lei de Desaparecidos Políticos, do ano de 1990, o projeto Brasil Nunca Mais, um projeto de pesquisa coordenado pela Arquidiocese de São Paulo que durou de 1979 à 1984, o qual registrou processos judiciais e denúncias de pessoas atingidas pela ditadura e declarações de entidades que defendiam os direitos humanos, dentre outros.

O GTNM/RJ tem como orientação garantir a luta dos atingidos antes e depois da ditadura militar-empresarial (1964 a 1985) e exigir do Estado o esclarecimento das circunstâncias das prisões, torturas, mortes e desaparecimentos promovidos naquele período de terror do Estado. Além dessa luta central, o grupo se posiciona de forma ampla no combate às violações aos diretos humanos, produzidas pelo Estado, atuando contra qualquer violação dos mesmos e prestando a solidariedade às pessoas e às entidades que também atuam nessa área, tanto no Brasil como no exterior, o que colabora para a formação de uma importante rede de intercâmbio de informações entre entidades de direitos humanos.

Com sede no bairro de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, o GTNM/RJ nunca interrompeu suas atividades e mantém suas reuniões semanais, sempre às segundas-feiras à noite. Além do evidente compromisso com suas causas, a regularidade dos encontros, inclusive quanto aos dias e horários das reuniões, faz parte de uma estratégia política do grupo, pois serve de referência para militantes de vários movimentos sociais de diversas partes do mundo, os quais visitam o grupo e mantém contato também com regularidade. Podem-se perceber os resultados dessa estratégia quando analisamos a rede já construída pelo GTNM/RJ. O grupo possui uma lista de mais de 4000 contatos tanto do Brasil como do exterior, dentre os quais estão pessoais físicas e entidades como partidos políticos, instituições governamentais, sindicatos e movimentos sociais.

A criação e a história do GTMN/RJ inspiraram a organização de outros "Grupos Tortura Nunca Mais" em diversos estados do Brasil, existindo atualmente o Grupo Tortura Nunca Mais nos estados de Pernambuco, Bahia e São Paulo. Em Minas Gerais existe o que se pode chamar de um movimento para a sua formação, chamando-se Movimento Tortura Nunca Mais. Embora tenham o mesmo nome, estes grupos não são possuem vínculos entre si.

Durante seus 29 anos de história, o GTNM/RJ vêm sendo formado por pessoas que atuam em diversas áreas e profissões, mas que se associam por ter em comum o desejo de lutar contra a violência do Estado, ontem, hoje e sempre. Dessa forma se garante a manutenção e a expansão das fronteiras da luta, a qual, como já foi ressaltado, não se restringe apenas à ditadura, mas que se atualiza para combater as novas formas de violações dos direitos humanos. Tais novas formas de violência se materializam em diversas situações vivenciadas

cotidianamente. Destacamos algumas: a crescente violência policial; a ausência de acesso aos serviços públicos e até mesmo a inexistência dos próprios serviços públicos que vêm sendo subordinados à uma lógica empresarial, onde as fronteiras do público e do privado estão cada vez menos perceptíveis; a criminalização da pobreza; os novos processos de encarceramento e suas respectivas justificações ideológicas que sustentam torturas, desaparecimentos e mortes promovidas principalmente contra grupos sociais excluídos da lógica do capital, isto é, os pobres e miseráveis, aqueles que vivem em conjuntos residenciais de classes populares, em ocupações ou em favelas, enfim, moradores dos lugares desprivilegiados e marginalizados do restante da cidade.

O site oficial do GTNM/RJ apresenta um texto que deixa claro como as atividades do grupo conseguem estabelecer pontes entre o passado e o presente em um rico processo que valoriza uma memória que vem sendo sistematicamente esquecida e silenciada, mas que tem especial valor para que possamos compreender melhor as condições em que vivemos no presente e que, dessa forma, nos permite vislumbrar melhores perspectivas de futuro.

> As ações do GTNM/RJ têm se apoiado na premissa de que, com a apropriação de nossa história recente, estaremos mais capacitados para fazer frente às práticas de violações de direitos humanos que se apresentam na atualidade do panorama nacional, como efeitos da não responsabilização. Essas ações têm como imperativo ético denunciar o que ocorreu nas prisões durante a ditadura civil-militar e o que ocorre na atualidade, como efeitos da preservação dos métodos e das práticas autoritárias e arbitrárias, para que, algum dia, todos possamos dizer "Nunca Mais" à tortura e à criminalização. (GTNM/RJ, 2014)[3]

Procurando se manter coerente à sua luta na medida em que atua em prol de seus objetivos, o grupo mantém desde a sua fundação uma firme decisão: não estabelecer nenhum tipo de acordo ou compromisso com o Estado enquanto os arquivos relativos àquele período de terror não forem totalmente abertos, enquanto a Lei de Anistia promulgada em 1979, ainda na ditadura, se mantiver não revisada, isto é, anistiar também os torturadores e assassinos, enquanto os corpos dos desaparecidos não forem encontrados ou que pelo menos a busca por eles seja verdadeiramente levada à sério e enquanto o passado de opressões não estiver elucidado, sendo respondidas perguntas que se mantém ignoradas pelo Estado até os dias de hoje.

Se por um lado essa escolha política produz dificuldades nos âmbitos administrativo e financeiro para o grupo, que se mantém apenas através de recursos próprios, doações e eventuais projetos vinculados a órgãos internacionais de fomento, é também esse posicionamento sólido e alinhado à sua causa política que, na visão do grupo, garantiu ao longo desses 29 anos de existência a dignidade tanto da entidade quanto dos companheiros que dela fazem parte.

Com o objetivo de prestar solidariedade e apoiar pessoas e grupos atingidos pela violência do Estado, o GTNM/RJ possuía dois projetos que ofereciam atendimento a quem precisasse: um corpo clínico, criado em 1991, que oferecia auxílio psicológico para as pessoas atingidas pelas mais diversas formas de violência promovidas pelo Estado, e um departamento jurídico, criado em 2000, para orientar esses e outros indivíduos.

O atendimento jurídico terminou em 2008 e o atendimento clínico terminará no final de 2014. Ambos atendimentos foram encerrados por falta de financiamento internacional. A posição privilegiada do Brasil no cenário econômico internacional gerou o entendimento, por parte das agências de fomento (Organização das Nações Unidas, Organização dos Estado Americanos, Anistia Internacional, União Europeia, dentre outras) de que não havia mais necessidade de financiamento, em alguns casos; e em outros casos, algumas agências de financiamento passaram a exigir as denominadas contrapartidas que para que pudessem permanecer financiando. As contrapartidas determinam que parte do financiamento seja dividido entre outras agências. Assim, um percentual maior do financiamento ficaria para uma agência de fomento grande e outra parte ficaria em convênio com outras agências menores. Desta forma, um mesmo projeto ficaria subordinado a duas agências de fomento, com atividades distintas.

---

3 Texto disponível no site oficial do GTNM/RJ. Disponível em: http://www.torturanuncamais-rj.org.br/quem-somos/. Acessado em 14/12/2014.

No campo especificamente da memória, o grupo também possui duas formas institucionalizadas de produção e valorização da memória das lutas políticas: a Medalha Chico Mendes de Resistência – com início em 1989, cuja data da entrega é 1º de abril ou em dias próximos a este – e o Dia Internacional de Luta Contra a Tortura – 26 de junho. Nesta data é feita uma reflexão sobre a tortura ontem e hoje em diversos países onde existe um convênio entre os movimentos sociais e a Organização Mundial Contra a Tortura (OMCT).
Devido a essa história de luta e de ativa participação no cenário político e social brasileiro, hoje, o GTNM/RJ é considerado uma verdadeira referência não apenas para os que lutam pela preservação da memória da ditadura militar-empresarial brasileira, mas também para toda uma gama de movimentos sociais que atuam em favor dos direitos humanos tanto no Brasil como na América Latina.
No conjunto de reflexões sobre os cinquenta anos do golpe militar-empresarial brasileiro, talvez, um dos maiores problemas seja o das disputas pelas memórias. Considerando que é impossível a reconstrução diária da memória e igualmente impossível a sua destruição completa, alguns aspectos nos parecem relevantes e necessários para um possível projeto de luto.
Sem ignorar o passado e nem transformá-lo em um presentismo sufocante, talvez pudéssemos pensar o lugar político da memória em nossa sociedade. Sob quais parâmetros nos arriscaríamos permitir que as cicatrizes produzidas pelo esquecimento e pelo silêncio não nos levassem à reatualização dos traumas individuais e coletivos? O que ainda é necessário marcar como eixos fundamentais de reflexão nestes cinquenta anos do golpe, a partir da perspectiva dos movimentos sociais que lutam por uma outra narrativa dos fatos?

Parte 2: Memórias em Disputa

No que diz respeito à tradição teórica deixada por Maurice Halbwachs no campo da memória coletiva, destacamos os pontos de referência que estruturam e inserem a memória de uma coletividade determinada. Nesse arcabouço de pontos de referência, que podem ser considerados como evidências empíricas da memória coletiva de um grupo social específico, se incluem as tradições, os costumes, o folclore, a música, o patrimônio arquitetônico, os monumentos – conforme nos aponta Pierre Nora –, as leis, dentre outros exemplos.
A partir desses pontos referencias que balizam a construção da memória coletiva nos deparamos com alguns questionamentos particularmente importantes para o presente estudo. O primeiro ponto se refere à importância e às funções da memória coletiva. Em um segundo momento, trazemos o aspecto conflituoso que está inerente à construção da memória. E finalmente, como consequência dos dois primeiros pontos, nos encaminhamos para a discussão de um terceiro questionamento: a administração da memória coletiva no que diz respeito à gestão política dos quadros referencias da memória e o papel dos grupos que asseguram a sobrevivência de memórias que insistem em se opor ao material valorizado por tal administração oficial.
Maurice Halbwachs (2004) destaca os aspectos positivos da memória e ressalta sua função de produção e reprodução da coesão social, fundamentando e reforçando sentimentos de pertencimento, assim como as fronteiras socioculturais. Nesse processo de delimitação da memória percebe-se aquilo que podemos chamar de seletividade da memória, onde o que lembramos e o que esquecemos é, antes de tudo, um processo político e, de acordo com Halbwachs (2004), trata-se de um processo de negociação que está intrínseco necessariamente a qualquer construção memorialística. A palavra negociação é bem explícita quanto ao que Halbwachs enxerga sobre o processo, isto é, segundo o autor, seria uma conciliação entre memórias individuais e coletivas.
Já Michael Pollak (1989) é um dos autores que nos instiga a pensar nas funções da memória a partir de um viés diferente. Pollak (1989) concorda com Halbwachs quanto à função da memória coletiva de manter, reforçar e construir bases referencias capazes de contribuir para a coesão interna de um grupo social. Isso significa dizer que também contribui para a defesa das fronteiras daquilo que o grupo tem em comum, definindo o seu lugar, e deixando claro suas complementariedades e suas oposições. No entanto, o autor não considera que tal processo de construção da memória tenha um aspecto conciliatório e positivo.
Segundo Pollak (1989), a memória coletiva mais legítima seria a memória nacional. Nesse sentido, ao considerarmos o processo de negociação da memória nacional oficial, isto é, a determinação do que deverá ser lembrado e do que deverá ser esquecido, percebemos um processo que necessariamente hierarquiza histórias e

desvaloriza memórias de grupos vencidos, excluídos, de minorias, dentre outros. Apesar disso, Pollak (1989) destaca que as memórias subterrâneas, ou seja, aquelas vinculadas às ideias e às histórias marginalizadas dentro de um determinado contexto social, prosseguem em um trabalho e fluxo de subversão contra os aspectos opressivos e uniformizadores da memória coletiva oficial. Esse trabalho se mantém no nível do "não-dito", no nível do silêncio, de maneira quase imperceptível, despertando para a massa social principalmente em momentos de crise, quase sempre de forma brusca e sobressaltada.

Em seu artigo *Memória, Esquecimento, Silêncio* (1989), Pollak nos brinda com três exemplos que exemplificam muito bem o que quer dizer com o conceito de memória subterrânea. O primeiro se refere ao fenômeno do stalinismo na antiga União Soviética e a relação com a memória subterrânea daqueles que sofreram com os crimes praticados por Stalin. O segundo se refere ao silêncio dos deportados após a Segunda Grande Guerra, os quais por estarem fora de suas redes de sociabilidade demonstraram dificuldades de integrar suas lembranças na memória coletiva das nações que agora vivem. E o último exemplo destaca as memórias subterrâneas inerentes aos recrutados da Alsácia, anexada pela Alemanha no decorrer da Segunda Guerra, os quais foram forçados a lutar em favor do exército nazista.

Tais exemplos de memória subterrânea permitiram a Pollak (1989) determinar três aspectos fundamentais das disputas no campo memorialístico: (a) movimentos políticos de transformações necessitam também de mudanças no campo da memória, ou seja, as leituras do passado afetam o cenário político do presente e do futuro; (b) a impossibilidade de se controlar plenamente construções ou mudanças no campo da memória; (c) e que memórias traumatizantes e dissidentes da memória oficial são capazes de sobreviver no nível do "não-dito" durante anos.

As determinações propostas por Pollak (1989), por sua vez, nos permitem propor um passo a mais em sua análise. Percebemos duas esferas básicas que compõe um cenário de disputas no nível político entre memórias. O primeiro campo, que denominamos administração da memória oficial, ligado à memória coletiva que produz e reforça o consenso e a coesão social. Por outro lado, esse campo também generaliza consciente e estrategicamente as lembranças e, dessa forma, produz premeditadamente violências e injustiças com grupos marginalizados. Já o segundo campo, se refere às memórias de resistência e de luta, aquelas que sobrevivem no nível subterrâneo do tecido social, mas que suas fronteiras de esquecimento e lembrança estão em perpétuo deslocamento, situação que contribui para impedir a administração plena da memória oficial.

No âmbito da disputa pela memória do período da ditadura militar-empresarial, o GTMN/RJ se inscreve como uma das principais referências que atuam no campo das memórias de resistência, as quais insistem em combater a produção oficial de memória que vêm sendo construída há 50 anos pelo Estado brasileiro.

A atuação do GTNM/RJ como um dos articuladores das memórias subterrâneas relacionadas à ditadura brasileira parte da convicção de que negar, negligenciar e esquecer são componentes da memória. A memória é seletiva, não é neutra e está permeada pelo poder. Alguns fatos, contextos, lugares, instituições e classes precisam ser cautelosamente rememorados pela memória oficial, enquanto outros precisam ficar eternamente embaixo do tapete. A atuação do GTNM/RJ passa essencialmente por esse ponto chave, porque lembrar também é resistir.

A Ditadura Militar-Empresarial Brasileira e as Memórias em Disputa

A sedimentação de forças da coligação que levou Lula e Dilma ao poder, que já dura 12 anos e está caminhando para 16 anos, depende, sobretudo, da condução da política de memória que esta coligação reconstruir sobre o passado de terror do Estado. Neste sentido, o que escapole à nova memória oficial tentará ser jogado no mesmo tapete de algumas memórias da escravidão e da ditadura Vargas. Meticulosamente selecionadas de forma a não colocar em xeque o poder do capital e do próprio Estado. Ao deixar intactos todos os acordos estabelecidos no processo de transição democrática, por exemplo, a Lei de Anistia e o fechamento dos arquivos da ditadura, esta coligação corre o risco de reconstruir uma memória que tem somente o passado como referência, completamente ajustada a uma política de conciliação.

A política de conciliação tem como principal meta produzir esquecimento e silêncio, mais do que memória. O controle do esquecimento e do silêncio pode produzir novas tiranias. O grande problema não se coloca em termos de existir ou não memória, de se fazer ou não seleção de memórias, mas do Estado se colocar como o controlador da memória. É preciso lembrar para que não se esqueça jamais. Uma das formas mais cruéis de

soterramento da memória foi o desaparecimento de muitos corpos, o rapto dos arquivos, a negação da tortura e a desqualificação intelectual e moral dos opositores.

Algumas questões polêmicas nos atravessam diariamente. As novas gerações têm uma informação muito mal elaborada sobre o que ocorreu. Nos bancos escolares esta história não é contada de forma íntegra, clara e elucidativa, considerando o lado dos oprimidos. A memória que se coloca como oficial muda a cronologia dos fatos. No segundo momento da luta, os militantes queriam o fim de um poder ilegal, imposto pelo golpe. O mais liberal dos liberais há de confirmar que um governo ilegalmente instituído deve ser deposto; portanto, o golpe jamais poderia ser entendido como "revolução", como a história contada pelos opressores insiste em afirmar. A data de 1º de abril (Dia da Mentira, no Brasil) como seu marco inicial parece querer dar conta da ilegitimidade deste ato, em oposição à data consagrada pelos golpistas, 31 de março.

A dor produzida pelo terror do Estado impera sobre a luta política conduzida pelos militantes. O sentido da luta política foi negligenciado. A imagem que se passa sobre este período, pelos veículos governamentais, inicia a sua cronologia com o terror do Estado, quando, a luta inicial era por reformas fundamentais, que até hoje ainda não foram resolvidas, as lutas pela reforma agrária, reforma fiscal, reforma educacional, administrativa, dentre outras.

> Assim, as dimensões da luta contra o esquecimento e o silêncio, podem ser sintetizadas a partir das reivindicações elaboradas, em 1995, em decorrência de uma proposta de projeto de lei, elaborada pelos familiares, sobreviventes e defensores de direitos humanos, quais sejam:
>
> a) O esclarecimento detalhado (como, onde, porque e por quem) das mortes e dos desaparecimentos ocorridos;
>
> b) O reconhecimento público e inequívoco pelo Estado de sua responsabilidade em relação aos crimes cometidos;
>
> c) O direito de as famílias enterrarem condignamente seus entes queridos, visto caber ao Estado, e não a eles, a responsabilidade pela localização e identificação dos corpos;
>
> d) A inversão do ônus da prova: é dever do Estado, e não dos familiares, diligenciar as investigações cabíveis, buscando provar não ser ele o responsável direto pelos assassinatos;
>
> e) A abertura incondicional de todos os arquivos da repressão sob jurisdição da União;
>
> f) O compromisso de não nomear e de demitir de cargos públicos todos os envolvidos nos crimes da ditadura;
>
> g) A inclusão de todos os militantes assassinados por agentes do Estado no período entre 1964 e 1985;
>
> h) A indenização como direito e, principalmente, efeito de todo o processo de luta. (Livro-Relatório Direito à Memória e à Verdade, 2007: 37)

Passados vinte e nove anos do fim do regime militar, estas lutas ainda permanecem, com poucas mudanças. Podemos dividir estas reivindicações em três grandes eixos: o primeiro se refere refere-se à anistia, o segundo vincula-se à abertura dos arquivos da ditadura e o terceiro à monumentalização do espaço.

A Lei de Anistia

A Lei número 6.683, chamada Lei de Anistia, marca outra sequência de iniquidades. Foi encaminhada ao Congresso Nacional, em 1979, pelo então presidente militar João Figueiredo (Mezarobba, 2006, p.37)[4]. Afirma Fausto Macedo (jornal Estado de São Paulo, de 27/05/10), que a Lei de Anistia proposta pelos movimentos sociais que lutavam por uma anistia ampla, geral e irrestrita perdeu por cinco votos no Congresso Nacional" e que acabou ganhando a "anistia proposta pela ditadura". Na ocasião, diversos presos políticos ficaram 32 dias em greve de fome até a aprovação da lei, que ocorreu no Congresso no dia 28 de agosto daquele ano. Embora, em discurso oficial, o presidente João Baptista de Figueiredo afirme que a anistia era "ampla, geral e irrestrita",

---

4 MEZAROBBA, Glenda. Entrevista concedida em 30/08/2009, http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?tl=1&id=919501&tit=A-anistia-foi-aprovada-nos-termos-que-a-ditadura-queria. Acessado em 14/12/2014.

esta lei possuía diversas restrições. No mesmo dia de sua aprovação, alguns parlamentares tentaram aprovar uma emenda ao projeto original buscando tornar a anistia realmente total e irrestrita, inclusive para praticantes de crimes de sequestro, mas a emenda não passou (Ferraz, 2013).

Após a promulgação desta Lei, foram anistiados todos os que, de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, cometeram crimes de motivação política e crimes eleitorais, alcançando aqueles que tiveram seus direitos políticos suspensos, servidores públicos, militares e dirigentes e representantes sindicais punidos com fundamento nos atos institucionais e complementares do regime militar. Não foram contemplados com a anistia os condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.

Em 2010, a Ordem de Advogados do Brasil (OAB), junto com outras entidades e juristas, solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) a revisão da Lei de Anistia. Em 28 de abril de 2010, por 7 votos a 2, o STF foi contra a revisão desta lei. O STF manteve a controvertida interpretação de que os crimes cometidos por agentes públicos à época podem ser considerados crimes conexos às infrações políticas. Dessa forma, o Tribunal julgou ser impossível processar os agentes de Estado nos crimes contra opositores do regime militar.

Em seguida, a deputada Luciana Genro enviou para a Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 7430/10, elaborado pelo jurista Fábio Konder Comparato, que teve por objetivo alterar a Lei da Anistia (6.683/79) para permitir o julgamento dos crimes cometidos por agentes públicos civis ou militares contra pessoas acusadas de atos contra a segurança nacional e a ordem política e social. Este projeto foi rejeitado pela Câmara dos Deputados. De acordo com o jurista Fábio Konder Comparato, a interpretação do STF afrontou a Constituição, segundo a qual crimes de tortura não podem ser objeto de graça ou anistia, uma vez que são crimes de lesa-humanidade[5].

Atualmente, transitam no Senado e no Congresso Nacional três projetos de revisão da Lei de Anistia. No Senado, o projeto do senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) foi aprovado em abril deste ano pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O Projeto de Lei Substitutivo (PLS 237/ 2013) altera a interpretação sobre os crimes conexos prevista na Lei. O texto se encontra agora na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e ainda deve passar pela Comissão de Constituição de Justiça. Na Câmara dos Deputados, um projeto com o mesmo teor da deputada Luiza Erundina (PSB-SP) aguarda o parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Outro projeto, apresentado na Câmara pela deputada Jandira Feghalli (PCdoB-RJ), em abril de 2014, também tramita, junto com o projeto de Erundina, por tratar do mesmo tema. O Projeto de Lei 7357/2014 exclui da Lei de Anistia "os agentes públicos, militares ou civis que tenham cometido crimes de tortura, sequestro, cárcere privado, execução sumária, ocultação de cadáver ou de atentado"[6].

Mal interpretada, a Lei de Anistia serviu para anistiar torturadores e torturados, como se os crimes cometidos pelo Estado fossem conexos aos crimes cometidos pelos opositores do regime ditatorial. Segundo o jurista Hélio Bicudo, "o Brasil, ao promulgar a lei de anistia de 1979, deveria sancionar e punir os criminosos do regime" (Bicudo, 2005:12).

Bicudo (2005) esclarece ainda que a anistia refere-se ao "perdão a determinados crimes, tendo em vista a pacificação dos espíritos, agitados por acontecimentos que, engendrando paixões coletivas, perturbam a ordem social, incidindo no Direito Penal" (Bicudo, 2005:12). Completamente diferente são os crimes conexos, que segundo o jurista, "(…) contemplam ações de uma ou mais pessoas objetivando o mesmo resultado". Não se pode falar em crimes conexos uma vez que "conexão é nexo, ligação". Não há ligação entre os dois crimes. "Só pode haver conexidade se os vários autores buscam a mesma finalidade na prática o ato delituoso" (Bicudo, 2005:12).

Mesmo após a condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 2010, a presidente reeleita Dilma Rousseff (2015-2019), referindo-se às querelas

---

5 FERRAZ, Joana D`Arc Fernandes, artigo disponível no site do Grupo Tortura Nunca Mais-RJ http://www.torturanuncamais-rj.org.br/jornal/gtnm_73/artigo.html. Acessado em 14/12/2014.

6 Disponível em: http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/08/brasil-discute-revisao-de-lei-de-anistia-35-anos-apos-aprovacao. Acessado em 14/12/2014.

em torno da Lei de Anistia, foi categórica: os acordos mantidos no processo de transição democrática serão respeitados. Ou seja, não há interesse do governo de que a Lei de Anistia seja revista, para que se possa pôr fim à política que anistia torturadores e torturados. As querelas em torno da abertura dos arquivos da ditadura passam pelo mesmo processo de esquecimentos e de silêncios.

Abertura dos Arquivos da Ditadura

Através do Decreto número 4.553, de 27 de dezembro de 2002, como um dos últimos atos do governo Fernando Henrique Cardoso, passando a vigorar 45 dias após a sua publicação, ou seja, já no governo Lula, este Decreto estabeleceu novas classificações para os arquivos da ditadura. Os documentos reservados tinham prazo de cinco anos e passaram para dez; os confidenciais subiram de dez para vinte anos; os secretos, de vinte para trinta anos; e os ultra-secretos podem permanecer sigilosos para sempre. Além disso, as regras para desclassificação tornaram-se confusas.

Em 2005, a Lei 11.111, de 11 de maio, originária da Medida Provisória 228/2004, atribui a uma Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas o poder de administrar os documentos ultra-secretos e trata do denominado sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Ainda em 2005, no dia 21 de dezembro, a então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, anunciou a transferência da documentação relativa à ditadura militar, que estava em poder da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) para o Arquivo Nacional, subordinado a sua pasta. O material pertencia ao Serviço Nacional de Informações, ao Conselho de Segurança Nacional e à Comissão Geral de Investigações, compreendendo o período de 1964 a 1990. Os arquivos datados até 1975 tiveram seu sigilo expirado e tornaram-se disponíveis para pessoas diretamente interessadas – que tenham os nomes neles citados – ou seus cônjuges, ascendentes ou descendentes. Assim, estes documentos não estão acessíveis para os pesquisadores.

Em 2006, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, coordenou outras iniciativas de desclassificação dos arquivos, que resultaram na transferência para o Arquivo Nacional dos documentos pertencentes à Inteligência da Polícia Federal e de algumas Divisões de Segurança Interna (DS) dos ministérios, seguindo a mesma linha dos documentos de 2005.

Hoje, os principais arquivos da ditadura militar-empresarial permanecem fechados, dentre eles os arquivos do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e da Polícia Investigativa (P2). Estão disponíveis apenas para o atingido ou o familiar devidamente autorizado. E mesmo assim, somente são liberadas as partes dos arquivos que se referem ao atingido. Não estão abertos em sua totalidade, sequer para este grupo. A sociedade não tem acesso a estes arquivos.

Monumentalização do Espaço

A política de preservação da memória e do patrimônio deve ser entendida como o resultado de uma "prática social e cultural de diversos e múltiplos agentes" (FÉNELON, 1992, p. 31), e mais do que isso, pensamos que a memória é política, por excelência, portanto, a noção de patrimônio, tal qual a compreendemos na contemporaneidade, engloba uma discussão mais ampla, em toda a sociedade, sobre o que "deve" e "pode" ser memorável. Não deve ser restrita aos técnicos a tarefa de preservar a memória e o patrimônio.

Porém, é necessário que esta memória colabore positivamente para a reconstrução dos sujeitos envolvidos. Esta também deveria ser a função das Leis e dos Decretos, enfim, das políticas de preservação da memória e do patrimônio. Esta memória deve ter a função de servir de lição para a História e para a sociedade.

O que se verifica é que, na maioria dos casos, os atores que lutaram contra o Regime não se sentem representados pela memória nacional, pelos monumentos, pelas Leis e Decretos, entendidos no contexto da memória. Monumentos que fazem alusão ao golpe, assim como ruas, viadutos, logradouros, praças estão espalhados pelas cidades brasileiras, no Rio de Janeiro, em vários locais se verificam estes registros do terror do Estado.

Viaduto 31 de março[7]

O viaduto 31 de Março está localizado no bairro do Catumbi, cidade do Rio de Janeiro. Este viaduto liga a zona norte à zona sul da cidade e no final se encontra o Palácio Guanabara, sede do governo do Estado do Rio de Janeiro.

Antigo Prédio do DOPS/RJ[8].

O prédio do antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) está localizado no Centro da cidade do Rio de Janeiro. Este local funcionou como prisão e centro de tortura durante o regime militar-empresarial. Os movimentos sociais lutam, há décadas, para transformar o prédio em Centro de Resistência, mas hoje está sendo construído neste local o Museu da Polícia.

7 Fonte da imagem: http://odia.ig.com.br/2013-05-27/asfalto-cede-no-tunel-santa-barbara-e-congestiona-o-transito-ate-o-centro.html. Acessado em 14/12/2014.

8 Fonte da imagem: http://www.cartografiasdaditadura.org.br/mapa/dops-rj-memoria-historia-e-resistencia/. Acessado em 14/12/2014.

Antigo prédio do DOI-CODI/RJ[9].

O prédio do antigo Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) fica no bairro da Tijuca, Rio de Janeiro. Também funcionava como centro de tortura e hoje é a sede do 1º Batalhão de Polícia do Exército. Assim como no caso do DOPS, os movimentos sociais lutam há décadas para transformar o local em Centro de Resistência. Como alternativa, a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro construiu, de costas para o prédio, o Busto de Rubens Paiva, desaparecido político, que foi visto pela última vez neste local.

Inauguração do Busto de Rubens Paiva[10]

À direita do busto de Rubens Paiva, posicionado de costas para o antigo DOI-CODI, está sua filha, Vera Paiva.

9 Fonte da imagem: http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/09/comissao-da-verdade-visita-local-onde-ficava-o-doi-codi-no-rio.html. Acessado em 14/12/2014.

10 Fonte da imagem: http://oglobo.globo.com/brasil/comissao-da-verdade/busto-de-rubens-paiva-inaugurado-em-frente-ao-antigo-doi-codi-13923550. Acessado em 14/12/2014.

Ponte Presidente Costa e Silva.[11]

Outro local clássico do registro do terror é a Ponte Presidente Costa e Silva. A ponte foi construída durante a ditadura militar-empresarial e liga as cidades do Rio de Janeiro e Niterói. Foi o presidente militar Artur da Costa e Silva que assinou o Ato Institucional número 5, conhecido como AI-05. O AI-5 foi instituído em dezembro de 1968 e pode ser considerado como o golpe mais duro da ditadura brasileira[12]. Essa medida legitimou definitivamente o terror do Estado que já vinha sendo praticado desde o primeiro dia do regime, referendando ainda mais as práticas de tortura e perseguições adotadas como ferramentas de governo desde então.

Tramita na Câmara dos Deputados um Projeto de Lei, de março de 2012, de autoria do Deputado Federal Francisco Alencar (PSOL-RJ), que propõe a mudança de nome para Ponte Herbert de Souza[13]. Herbert de Souza, mais conhecido como Betinho, foi um sociólogo brasileiro e ativista pelos direitos humanos. Betinho sofreu diretamente durante a ditadura militar-empresarial, sendo obrigado a se exiliar primeiro no Chile e depois, com a instauração da ditadura de Pinochet naquele país, se exilou no Canadá e no México antes de voltar ao Brasil.

Conclusão

O resultado mais cruel desta conciliação está na perpetuação de uma política de extermínio, de desaparecimentos, de perseguições, sem que se faça uma leitura crítica sobre o que ela representou e ainda representa para a sociedade.

As lições do passado de terror não podem ser julgadas apenas por sua relação com o passado, "mas, somente em razão de nossas convicções presentes, morais e políticas", como salienta Todorov (2002, p. 198). A esta posição soma-se outra, do mesmo autor, em inferência à Primo Levi: "Um oprimido pode tornar-se um opressor. E com frequência se torna". (TODOROV, 2002, p. 196)

Estas disputas pelas memórias, como vemos, têm contornos cronológicos, legais, patrimoniais, políticos e psicossociais. O 1º de abril e o 31 de março são datas disputadas até hoje. A Ponte Presidente Costa e Silva (responsável pelo AI-5) e o viaduto 31 de março, assim denominados na época da ditadura, permanecem até os dias atuais. A cínica interpretação da Lei de Anistia, que equipara, em níveis legais, a ação do Estado e a ação

---

11 Fonte da imagem: http://pt.slideshare.net/lowrraynyfranchesca/projeto-unificado-l-1-etapa-tipos-de-pontes-existentes. Acessado em 14/12/2014.

12 D'ARAÚJO, Maria Celina. *O AI-5*. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5. Acessado em 14/12/2014.

13 Fonte de consulta do Projeto Lei 3388/2012: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=536329. Acessado em 14/12/2014.

dos militantes, sob o pretexto de serem crimes conexos, não nos deixa nada confiantes.
As ações conservadoras, feitas em nome da governabilidade, que tem funcionado como um divisor de águas entre os movimentos e grupos que lutam por uma outra memória da ditadura é uma questão que precisa ser discutida. As ações políticas governamentais que visam o consenso, esquecendo ou silenciando muitas pessoas, fatos e lugares são fatores que devem ser colocados em discussão. A relação direta entre as opressões do passado e do presente são questões imprescindíveis para uma mudança política em relação à memória do terror do Estado brasileiro. Esse conjunto de questões expressam as disputas presentes no cenário nacional, nestes cinquenta anos, desde o golpe, em 1964.
E é nesse complexo cenário de disputas onde o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro cumpre importante papel como entidade referência na luta em favor dos direitos humanos. O GTNM/RJ orienta todas as suas ações no sentido de preservar e valorizar memórias que permanecem como subterrâneas no tecido social brasileiro, as memórias política e histórica daqueles que lutaram e ainda lutam contra as violências praticadas pelo Estado, ontem, hoje e sempre.

Referências Bibliográficas

BICUDO, Hélio (2005). *"Revisitando a Lei da Anistia"*. Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais, de setembro de 2005, p. 12. Disponível em http://www.torturanuncamais-rj.org.br/noticias/acervo-jornal-gtnmrj/. [consultado em 14/12/2014].

BRASIL (2007). "*Relatório Direito à Memória e à Verdade"*. Programa Nacional de Direito Humanos da Secretaria Especial dos Direito Humanos da Presidência da República, PNDH3.

FENELON, Déa Ribeiro (1992). "*Políticas culturais e patrimônio histórico*". In: O Direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico.

FERRAZ, Joana D`Arc Fernandes (2013). *"Anistia no Brasil: a arte de recordar e de esquecer"*. In PONTES JR., Geraldo Ramos et al (Orgs.). Cultura, Memória e Poder: diálogos interdisciplinares. Rio de Janeiro: EdUERJ, pp. 33-44.

HALBWACHS, Maurice (2004). *A Memória Coletiva*. São Paulo: Editora Centauro.

POLLAK, Michael (1989). "*Memória, Esquecimento, Silêncio"*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol, 2, n.3.

TODOROV, Tzvetan (2000). *Los Usos e los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós Ibérica.

Património cultural e memória de comunidades islâmicas em Moçambique (Séc. XIX-XXI).

Olga Iglésias
iglesias.olga@gmail.com
Bolseira da FCT no CEsA/CSG/ISEG/UL e Investigadora no IHC/UNL

Resumo: Há cinco anos que, no âmbito de um pós-doutoramento intitulado: "O poder colonial e o impacto do Islão em Moçambique, 1954-1974", pesquiso em Moçambique e em Portugal as comunidades islâmicas e islamizadas, orientada pela Professora Doutora Joana Pereira Leite, no CEsA/CSG/ISEG/UL, com um bolsa da FCT. No presente texto defende-se a tese de que o património cultural construído ao longo do território atesta a presença secular, a força das comunidades e, permite perceber os sentimentos de pertença e de ressentimento que a História e a Memória potenciam em identidades imaginadas. Ao cruzar a informação disponível em fontes orais, escritas e iconográficas apresenta-se à comunidade científica a produção de conhecimento, em primeira mão, em jeito de balanço da pesquisa realizada.
Conceitos-chave: Moçambique; História; Memória; Património; Islão; Comunidades.

Gravura 1: Mesquita do Gulamo e Museu, Lumbo, Moçambique. Col. Autora (2011)

Introdução

No presente texto em construção aborda-se o impacto do Islão em Moçambique desde o tempo colonial até ao presente na pós-independência, analisando o património cultural e a memória de comunidades islâmicas, estudando o caso particular da Ilha de Moçambique, focando a cultura e os padrões culturais: macuas, árabes, suailis e portugueses, que a tornam única no mundo, por isso justamente declarada Património Mundial da Humanidade em 1991.

Defende-se a tese que a fé e as crenças religiosas resultantes da prática do Islão e do Islamismo em Moçambique deram origem a uma identidade própria, a um património cultural material e imaterial, influenciando assim, os artefactos culturais e, em suma, a própria forma de viver.

Os objetivos do presente texto inserem-se na análise de iniciativas das associações na difusão do Islão e em manifestações culturais de matriz islâmica, sobretudo a música, a dança e as celebrações que nos permitem

entrar no universo da Ilha e conhecer as comunidades que valorizam o doce sabor da paz. Daí, a pergunta de partida que sintetiza a problemática: Como e quem mantem o Islão na Ilha de Moçambique? As hipóteses foram assim formuladas:

A) As Confrarias que se multiplicaram em cisões sucessivas contribuíram para neutralizar os conflitos sociais e difundir o Islão, na ordem *Sufi*;

B) Não só em Confrarias, as comunidades islâmicas quer da ordem *Sunni* como Xiita, pela natureza da vivência religiosa, privilegiam um ambiente de harmonia social, tolerância e solidariedade entre todas as religiões;

C) Numa situação extrema, num clima de luta de libertação nacional (1964-1974) e de guerra civil (1976-1992) foram, sobretudo as mulheres macuas islâmicas que se evidenciaram na difusão do Islão.

A metodologia, integrando uma visão multi e transdisciplinar, congregando o olhar da História com o da Sociologia, da Ciência Política e da Antropologia Cultural seguiu os seguintes passos até à construção de uma nova síntese:

• Observação:

- Participante (Cerimónia de casamento, Ilha de Moçambique, 17-04-11; Reunião Halifas, Ilha de Moçambique, 19-04-11; Mesquita de Nampula, Cerimónia casamento, 23-04-11);

Gravura 2: Jovens à porta da Mesquita do Celeiro na Ilha de Moçambique. (Coleção da Autora).

- Não-Participante (Mesquita de Nampula, 05-04-11; Festa do dia da Mulher Moçambicana, Ilha de Moçambique, 07-04-11; Mesquita do Celeiro, Ilha de Moçambique, 13-04-11; Mesquita do Celeiro, Ilha de Moçambique, 15-04-11);

• Entrevistas semiestruturadas a mulheres e homens, dignitários religiosos e crentes ligados ao movimento associativo de cariz islâmico (15);

• Recolha de documentação (Arquivos Nacionais/Torre do Tombo; Arquivo Histórico Ultramarino; Arquivo Histórico de Moçambique);

• Análise da informação, cruzando as fontes orais, escritas e iconográficas e interpretando os fenómenos sociais, religiosos e culturais.

1. A importância histórica da Ilha de Moçambique

Entrou na História, diz-nos Alexandre Lobato "pela mão dos Árabes" (Saute e Sopa, 1992, p. 169), como um antigo porto que se localiza a cerca de 580 Km a Sul da fronteira com a Tanzânia, situando se numa pequena

ilha de coral de 3 Km de extensão, numa cidade construída pelos Suailis, aonde aportou Vasco da Gama a 2 de Março de 1498, na sua primeira viagem para a Índia. Em 1502, os Portugueses, tendo dominado os "Mouros" instalaram-se e Afonso de Albuquerque mandou edificar a primeira fortaleza, dando nome a histórica Ilha à Colónia de Moçambique. Retrospetivamente, os principais momentos históricos no tempo colonial foram os seguintes: Elevação a Capitania em 1508; Passagem a sede do governo colonial nos meados do século XVI; Elevação a vila em 1761 e fundação do Senado da Câmara em 1764; Elevação a cidade em 1818, sendo a capital da Colónia até 1898, quando essa função passou para Sul para a cidade de Lourenço Marques; Capital do Niassa até 1934, quando tal função passou para a cidade de Nampula. (Boléo, 1951, p. 330); Concessão do foral à Câmara Municipal de Moçambique de 3 Km^2, em 1972;
Capital do Distrito de Moçambique, em 1974 (Raposo, 1974a, pp. 3-4).
A Povoação-Ilha seguiu o modelo aplicado em todo o Índico de criação de núcleos urbanos fortificados em ilhas costeiras ou baías continentais, conquistada a cidade pelos Portugueses aos "Mouros". A estrutura urbana desenvolveu-se desde o Forte de S. Sebastião a nordeste, pela rua Direita, passando pela Mesquita velha até à praça-cais com a Alfândega, as Igrejas e o Palácio de S. Paulo do Governo. Prosseguindo da rua Direita para sudoeste, encontram-se outras igrejas e o largo da Câmara Municipal, ao mesmo tempo que, o tecido urbano deu lugar à cidade indiana, (onde foi construída a Mesquita do Celeiro) e, no extremo sudoeste à povoação indígena.
Na *Memória da Província de Moçambique*, o governador de Quelimane e dos Rios de Sena, Manuel Joaquim Mendes de Vasconcelos e Cirne (1784-1832) descrevia a capital, nas primeiras décadas do século XIX, nos seguintes termos:
(...) aqui está a residência do governador e capitão general, do bispo, do ouvidor da comarca e da junta de fazenda; tendo em si algumas ruas largas e ornadas de famosos edifícios, que, pela sua grandeza e ornato, não condizem com a esterilidade do terreno, que não produz vegetal algum; tendo outras ruas estreitas e só habitadas por banianes e gentios, tendo uma praça grande, chamada Bazar grande, muito bem regular e ornada de um elegante pelourinho; (...) tem dois conventos, um de S. Domingos e outro de S. João de Deus; duas freguesias, uma da Sé, outra de S. Sebastião, e mais algumas capelas… (Capela, 1990, p. 16).
Caraterizando o ambiente social do século XIX na Ilha, Lobato referia-se de uma forma concisa e sarcástica a esse tempo do Liberalismo português:
Quartel-general da tropa branca, mestiça e negra de todas as guarnições de opereta, luxuoso salão de convívio duma requintada sociedade escravocrata, agência bancária de trabalhosas manipulações monetárias com as mais diversas praças, governo de uma administração corrupta e despótica …" (Ob. cit., pp. 176-177).
Os seus períodos de auge e de decadência estiveram ligados ao comércio legal e ilegal de escravos. (Capela, 2007, p. 12)
A Ilha de Moçambique, nos meados do século XX, começou segundo Raposo:
(...) um período de decadência agravado com a construção do porto de Nacala, para onde se desviou toda a navegação de longo curso, que outrora escalara o Porto de Moçambique (Ob. cit., p. 3).

2. O Islão na Ilha de Moçambique

A velha mesquita na Ilha de Moçambique, no Bairro do Museu tem no seu frontão uma distinta inscrição, atestando a antiguidade das suas ruínas, que indica o tempo em que foi construída, o século XII (ver Gravura 3). Teriam sido comerciantes Árabes que se foram fixando na costa oriental africana que a teriam edificado.
Parece ser assim, um fenómeno de longa duração, a dinâmica comercial no Oceano Índico, que ligou Zanzibar-Comores-Quíloa-Ilha de Moçambique. Entre os entrevistados, na sua maioria enquadrados nas Confrarias, houve um denominador comum ao reconstituir a história familiar: a indicação de um antepassado, vindo do mar que se fixou na Ilha ou na zona costeira (Lumbo e Mossuril).

Gravura 3: Mesquita Velha na Ilha de Moçambique. (Coleção da Autora).

O que são as Confrarias? Vejamos o que nos diz Eduardo Costa Dias sobre as irmandades na África Ocidental:

As confrarias muçulmanas (turuq; singular: tariqa ["a via"]), presentes no oeste africano de forma generalizada desde finais princípios do século XIX, fazem parte do universo de manifestações místicas colectivas do islão e são, de forma estruturada, a mais antiga e importante expressão de espiritualidade muçulmana, o sufismo.

Na Costa Oriental, Carla André, numa tese de mestrado sobre: "O Movimento Sufista Islâmico na Génese das Confrarias. As Confrarias na Ilha de Moçambique" interpreta fenómeno idêntico, afirmando: *No final do século XIX e no dealbar do século XX eram criadas as primeiras confrarias islâmicas na Ilha de Moçambique, fruto do proselitismo islâmico que então se fazia sentir ao longo da costa africana sob o impulso espiritual do sultanato de Omar, tendo como epicentro as Ilhas Comores e de Zanzibar.* (André, Carla, 2001, p. 4).
A difusão do Islão coube, sobretudo às Confrarias *Sufi* (ver Glossário) que se vão instalando na Ilha, sobretudo: Chadulia e Cadria, desmembrando-se em novos ramos, por cisões no seio da irmandade-mãe. Assim, podemos sintetizar as seguintes irmandades muçulmanas, segundo Medeiros:

I. Chadulia (1896):
   1. Liaxuruti (1905)
   2. Madania (1924)
   3. Itifaque (1940)

I. Cadria (1906):
   4. Sadate (1932)
   5. Bagdad (1932)
   6. Jailane (1941)
   7. Saliquina (1953)
   8. Macheraba (1964)

Interpretando esse fenómeno de divisão, parece haver uma luta pelo poder religioso, político e económico entre a elite dos membros, seguindo um líder descontente a formar nova Confraria (Medeiros, 1996, pp. 70-85).

3. O poder colonial e as comunidades islâmicas

A difusão do Islão constituiu desde cedo uma preocupação das autoridades coloniais, analisando não só a propagação no seio da população local como entre a comunidade asiática. Vejamos o que afirmava um Encarregado de Circunscrição, caracterizando a situação em Memba, como "aliás em todo o litoral da Província", em 1937:

Cada mahometano é um propagandista da sua religião e não cura de lugar para estabelecer a propaganda, esta é feita, indiferentemente, nas Mesquitas ou nos próprios estabelecimentos comerciais, sendo vulgar encontrar-se nos estabelecimentos os indianos, de misturas com os indígenas, na prática de cerimónias rituais. A ascendência dos indianos ou asiáticos sobre os indígenas que professam o credo mahometano, é tanta que estes últimos, dão conta aos primeiros de todas as ordens da autoridade e sobre a conveniência ou inconveniência do seu cumprimento tomam conselho daqueles; estes factos revestem pois, uma feição política.

O Islamismo era no seu entender tão "perigoso" como o bolchevismo:

Do bolchevismo, e com razão, se arreceiam todas as nações, e por isso o combatem sem tréguas, todavia as nações coloniais e mormente a nossa, dormem a sôno solto, completamente indiferentes aos estragos daquele segundo cancro, o "islamismo", que pacientemente lhes vai roendo e abalando as possessões. (Doc. 9. Cópia do Ofício 674/A/11, do Encarregado da Circunscrição, Aristides Alves de Faria ao Director Provincial da Administração Civil do Niassa em Nampula, Memba, 12/09/1937, in Silveira, 1943)

Acerca do elemento asiático, Jones da Silveira comentava, propondo claramente uma solução:

São estes os indivíduos que mais afectam a nossa soberania e mais entraves criam à acção da autoridade. Trabalhando na sombra e com preponderância sobre a população indígena, dado o princípio religioso – o mahometanismo – que souberam atraí-la por nosso descuido em não instalarmos missões católicas tantas quantas necessárias, colhem agora, de tal facto, os resultados que pretendem. (Silveira, 1943)

Em relação à população, a estatística disponível continuou a atestar a superioridade numérica dos crentes muçulmanos no litoral da Colónia, no Concelho da Ilha de Moçambique.

Assim, vejamos o Quadro 1:

População segundo a religião professada em 1974

Posto	Católicos	Maometanos	Protestantes	Diversos	Total
Sede (Ilha)	2.193	6.168	76	788	9.225
Lumbo	747	9.640	7	3.596	3.990
Soma	2.940	15.808	83	4.384	23.215

Fonte: Raposo, 1974b, p. 20.

Portanto, no cômputo global cerca de 58% da população do Concelho era muçulmana e 10,7% praticava a religião católica.

O Inspetor Administrativo ao interpretar este fenómeno, confirmava:

A religião muçulmana, nas diferentes seitas professadas pelos seus crentes, é de todas a que conta maior número de adeptos, como aliás em todas as divisões administrativas do litoral deste Distrito devido à influência exercida outrora pelos traficantes árabes, que demandaram esta costa no comércio de escravos, antes da dominação portuguesa.

E, chamava atenção para a necessidade de controlar a influência dos seus líderes religiosos:

Os chefes de cada uma das seitas mahometanas (Chehés) gozam de grande prestígio e exercem grande influência sob a população local, até fora do campo religioso, pelo que será conveniente vigiar discretamente a sua actividade por se ter notado ultimamente agitação política entre a população africana. (Raposo, 1974b, p. 20)

Nos relatórios das autoridades portuguesas (administração civil, SCCIM, PIDE/DGS, contrainteligência militar, sobretudo durante a guerra colonial/luta armada de libertação nacional (1964-1974) foi bem patente a tentativa, primeiro de conquistar as comunidades islâmicas (1968-1969) para mais tarde "controlar" a população

local, de forma a servir de tampão ao avanço da Frente de Libertação de Moçambique, FRELIMO (Machaqueiro, Vakil e Monteiro, 2011).

4. O anticolonialismo e os movimentos independentistas

Todavia, era tarde demais para conseguir esse controle pretendido pelas autoridades civis e militares. A comprovar a "adesão" aos ideais de liberdade e de independência estão as fontes orais, escritas e iconográficas disponíveis. Algumas das autoridades tradicionais sofreram pesados castigos como atesta a documentação por nós consultada (ver Fichas dos Regedores na Bibliografia).

O Inspetor Raposo já citado referia-se nestes termos ao clima de suspeição encontrado nas reuniões que levou a cabo com a população, enquadrada pelos régulos:

Nestas "banjas" notamos já, em alguns elementos africanos, influenciados por propaganda de ideias subversivas e de comportamento cívico muito duvidoso, como já tivemos ensejo de averiguar discretamente, certo ódio contra o europeu, com certeza há muito recalcado, ao qual pretendiam atribuir todas as frustrações que tiveram na vida, quando é certo, que na maior parte dos casos, tais frustrações foram motivadas pela ausência absoluta de qualidades de trabalho e outros vícios que campeiam no seio da população local, como é do conhecimento de todos. (Raposo, 1974b, pp. 137-138)

Junto dos régulos atuavam como seus conselheiros Chehés, alguns por nós entrevistados, com contatos familiares, comerciais e religiosos com outras regiões do Norte de Moçambique, como Cabo Delgado e Niassa e zonas no exterior, como Zanzibar, (Tanganhica/Tanzânia), Comores e Malawi. (Funada-Classen, 2012, pp. 237-238)

A rede clandestina da FRELIMO atuou na Ilha de Moçambique como em Nampula, apesar da forte repressão policial. Nessa rede participaram alguns comerciantes indianos, que pelas suas ligações à India e ao Paquistão estavam a par dos novos ventos da mudança. Entre os combatentes da guerra colonial/luta armada de libertação nacional bem como da luta clandestina, encontrámos na Ilha de Moçambique, como aliás no Norte de Moçambique, nas sociedades costeiras, mulheres e homens Macuas, muçulmanos que encontraram no Alcorão, os fundamentos para a sua prática libertadora, tendo aderido à União Nacional Africana de Moçambique (MANU) e mais tarde em 1962, integrando-se na Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

Gravura 4: Halifa Chifa e a bandeira da Confraria Cadria Sadate. (Col. Autora).

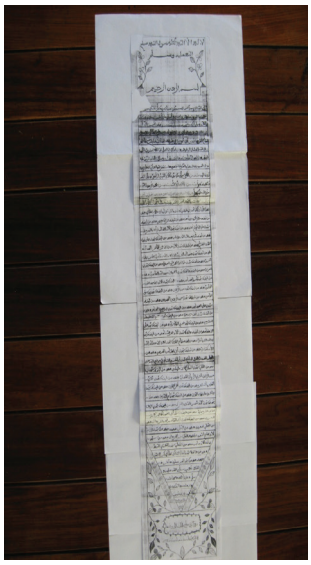

Gravuras 5, 6 e 7: Momade Hachiro; o "Silsila" da Confraria e a Mesquita.
(Col. Autora).

Conclusão

A Ilha de Moçambique exerceu sempre em mim um fascínio inexplicável, mesmo que a tenha visitado pelo menos três vezes de grata memória. A primeira jornada inseriu-se na primeira visita que, o então Ministério de Educação e Cultura efetuou à Província de Nampula. Corria o ano de 1976, o MEC chefiado pela Dr.ª Graça Machel tinha decidido durante um mês percorrer a Província e fazer um levantamento dos problemas educacionais espelhados numa alta taxa de analfabetismo, que refletiam as duríssimas condições de vida das populações: fome, miséria, doenças. As manifestações culturais que presenciei e que brindaram a delegação, jamais as esquecerei: a dança de mulheres, sobretudo o Tufo, a música sincopada de cariz religioso que a acompanhava.

Na segunda estada na Ilha fui enquadrada pela Associação de Parlamentares Europeus contra o Racismo e o Apartheid, a AWEPA, liderada por Lucia van den Berg, acompanhando a Organização da Mulher Moçambicana, a OMM já no período pós-guerra civil, na preparação das primeiras eleições democráticas, em 1994. As mulheres da Ilha organizadas por algumas dignitárias religiosas das confrarias islâmicas, que mais tarde vim a conhecer melhor, compareceram em massa, aderindo a uma lenta transição para a democracia, na esperança de uma vida melhor. Algumas viúvas contavam os horrores da guerra civil mas, valorizavam no seu discurso a Paz, a harmonia das relações humanas e a necessidade de reconstrução nacional.
E, finalmente, no ano de 2011 estive durante o mês de Abril em trabalho de campo na Província de Nampula e de novo na Ilha de Moçambique, com uma bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia, a FCT, no âmbito de um Projeto de pós-doutoramento, orientado pela Professora Doutora Joana Pereira Leite do CEsA/ISEG, pesquisando sobre o poder colonial e o impacto do islão em Moçambique. Aqui, conheci de perto as Confrarias, através da história de vida de atores sociais, homens e mulheres, a história da difusão do Islão, os conflitos que levaram a sucessivas divisões e, foi-me possível interpretar as dinâmicas sociais e identitárias que, tornam este ponto do Índico, um caso fascinante de estudo. Os resultados da investigação em curso apontam que, numa situação extrema, num clima de luta de libertação nacional (1964-1974) e de guerra civil (1976-1992) foram, sobretudo as mulheres macuas islâmicas, enquadradas nas Confrarias que se evidenciaram na defesa da paz.
A religião islâmica é dotada do livro *Alcorão*, a crença em Deus, Alá e o seu Profeta, Mahomed (Farinha, 2005, pp. 447-448). Todavia, as Confrarias progressivamente foram integrando elementos da tradição dos povos que as constituem, neste caso, do povo Macua. Ao saber global, agem localmente, criando um Islão Africano e no estudo em causa, Moçambicano (Bonate, 2007, p. 129).

Bibliografia

Fontes Orais:

- Abdul Valy, Nampula, 05-04-11
- Halifa Ancha, Ilha de Moçambique, 08-04-11
- Halifa Chifa, Ilha de Moçambique, 08-04-11
- Chehé Hafiz Jamú, Ilha de Moçambique, 09-04-11
- Ossemane Daudo, Ilha de Moçambique, 10-04-11
- Ali (Nacute), Ilha de Moçambique, 11-04-11
- Régulo Raul, Ilha de Moçambique, 12-04-11
- Momade Hachiro, Ilha de Moçambique, 12-04-11
- Salimo Mussa, Ilha de Moçambique, 15-04-11
- Sharifo Momade, Ilha de Moçambique, 15-04-11
- Sidik Ilwé, Ilha de Moçambique, 15-04-11
- Chehé António Mahando, Ilha de Moçambique, 15-04-11
- Chehé Mauluk Matumane, Ilha de Moçambique, 18-04-11
- Suleman Hanifo, Nampula, 21-04-11
- Chehé Saide Hamur, Nampula, 22-04-11
- José Ibraimo Abudo, Maputo, 04-05-11

Documentos do Arquivo Histórico de Moçambique (AHM)

Fundo do Governo-Geral:
- Regedorias (Fichas com a indicação dos Regedores. Dados biográficos. Louvores e castigos), (1965).
Fundo ISANI (Inspeção dos Serviços de Administração e Negócios Indígenas):
- Relatórios dos Inspectores Administrativos ao Distrito de Moçambique (1935-1974):
Raposo, Amândio de Miranda, (1974a), "Relatório da Inspeção Ordinária à Câmara Municipal de Moçambique", in AHM, ISANI, cx. 82.
(1974b), "Relatório da Inspeção Ordinária à Administração do Concelho de Moçambique", in AHM, ISANI, cx. 82.
Silveira, Carlos Henrique Jones da, (1943), "Relatórios Sumários e respectiva documentação referente à inspecção ordinária feita na Província do Niassa em 1943", in AHM, ISANI, cx. 96.
Sousa, Hortênsio Estevão de, (1949), "Relatório da Inspeção Ordinária à Comissão Municipal de Moçambique", in AHM, ISANI, cx. 82.

Obras consultadas

Alpers, E. A., (1972), "Towards a History of Expansion of Islam in East Africa: The Matrilineal Peoples of Southern Interior", in Ranger, T.O. and Kimambo, J. Eds., *The Historical Study of African Religion*, London: Heinemann, pp. 171-201.
André, Carla, (2001), "O movimento sufista islâmico na Génese das Confrarias: As Confrarias Islâmicas na Ilha de Moçambique", Lisboa: ISCSP. [Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos, policopiado]. 218p.
Azevedo, Licínio, (2009), *A Ilha dos Espíritos*, Maputo: Ébano Multimédia/Technoserve (Filme).
Boléo, José de Oliveira, (1951), *Moçambique*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
Bonate, Liazzat, (2007), "Roots of Diversity in Mozambican Islam", *Lusotopie*, XIV, (1), pp. 129-149.
Bouene, Felizardo, (2004), "Moçambique: Islão e Cultura Tradicional", in *O Islão na África Subsariana – Actas do 6º. Colóquio Internacional: Estados, Poderes e Identidades na África Subsariana*, Porto: Centro de Estudos Africanos. Universidade do Porto, pp. 115-130.
Branquinho, José A. G. M., (1969), *Prospecção das forças tradicionais, distrito de Moçambique*, Lourenço Marques: SCCIM.
Cahen, Michel, (1998), "L´ État Nouveau et la Diversification Religieuse au Mozambique", Lisboa: CEsA/ISEG.
Capela, José, (1990), *Memória sobre a Província de Moçambique por Manuel Joaquim Mendes de Vasconcelos e Cirne*, Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique [Prefácio e Notas].
Conceição, António Rafael da, (1998), *Entre o Mar e a Terra. Situações Identitárias do Norte de Moçambique*, Maputo: Promédia.
Costa Dias, Eduardo, (s.d.)., Confrarias Muçulmanas e Movimentos de *Da'wa*: duas concepções de islão no Oeste Africano. EL ISLAM AL SUR DEL SAHARA. CUIMPB – Centre Ernest Lluch. (Consultado a 20-01-2010.)
Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, (2005), Lisboa: Temas & Debates.
Enciclopédia (1996-1997), Lisboa: Diário de Notícias.
Farinha, António Dias, (2005), "O Mundo Árabe e Islâmico na Sociedade de Geografia de Lisboa", in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 123ª, (1-12), pp. 445-451.
Fernandes, José Manuel, Janeiro, Maria de Lurdes e Neves, Olga Iglésias, (2008), *Moçambique, 1875-1975. Cidades. Território e Arquitecturas*, Lisboa: Edição de Autor.
Ferreira, Joaquina Maria Araújo, (1964), "Da importância da Ilha de Moçambique no período filipino", Lisboa: FLUL. [Tese de licenciatura em História]
Funada-Classen, Sayaka, (2012), *The Origin of War in Mozambique. A History of Unity and Division*, Tokyo: Author's Edition.
Honwana, Luís Bernardo, (1981), *Sobre Cultura Moçambicana*, Maputo: AEMO.
Hoppe, Fritz, (1970), *A África Oriental Portuguesa no Tempo do Marquês de Pombal, 1750-1777*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

Khouri, Nicole e Leite, Joana Pereira, (2008), "Indians of Eastern Africa and Colonization", *Lusotopie,* XV, (1), pp. 29-35.
Leite, Joana Pereira, (2001), "Regresso a Nacala", Lisboa: RPT (Coautora do documentário de 75', realizado por Brigitte Martinez.)
Leite, Joana Pereira e Khouri, Nicole, (2012), *Os Ismailis de Moçambique. Vida Económica no Tempo Colonial*, Lisboa: Edições Colibri.
(2014), *Khojas Ismaïli du Mozambique Colonial à la Globalisation*, Paris: L´ Harmattan.
Lobato, Alexandre, (1945), *A Ilha de Moçambique*, Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.
(1967), *A Ilha de Moçambique. Panorama Histórico*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
Macagno, Lourenzo, (2007), "Les Nouveaux Oulémas. La recomposition des autorités musulmanes au Nord du Mozambique", *Lusotopie*, XIV, (1), pp. 151-177.
Machaqueiro, A. M., Vaquil, Magid e Monteiro, Fernando Amaro, (2011), *Memória Falada do Islão e da Guerra*, Coimbra: Almedina.
Medeiros, Eduardo, (1996), "Irmandades Muçulmanas do Norte de Moçambique", Revista *Afriche e Orienti*, (1), pp. 70-85.
(1988), "CARVALHO, Álvaro Pinto de, «Notas para a História das Confrarias Islâmicas na Ilha de Moçambique» ", *Arquivo*, (4), pp. 59-66.
(2004), "O islamismo sunita entre os africanos negros em Moçambique: Roteiro histórico para algumas questões sócio-antropológicas", *Xarajîb*. Revista do Centro de Estudos Luso-Árabes (Silves), (4), pp. 15-27.

MWÈRI MWAMKHÀNI (Lua Crescente). O Islão e a construção identitária macua, Porto: Afrontamento [No prelo.]
Monteiro, Fernando Amaro, (1993), *O Islão, o Poder e a Guerra (Moçambique, 1964-1974*, Porto: Universidade Portucalense.
Morier-Genoud, Eric, (2002), "L'islam au Mozambique après l'indépendance", in *L'Afrique politique, Islams d'Afrique: entre le local et le global*, Paris: Karthala, pp. 123-146.
Neves, Olga Iglésias, (2001), "Moçambique", in Serrão, Joel e Oliveira Marques, A. H. *Nova História da Expansão Portuguesa*, Vol XI – *O Império Africano*, Lisboa: Editorial Estampa, pp. 469-584.
Newitt, Malyn, (1997), *História de Moçambique*, Mem Martins: Publicações Europa-América.
Peirone, Frederico José, (1956), "A importância do estudo da língua e da cultura árabe para a missionação dos indígenas islamizados de Moçambique", in *Revista Garcia de Orta*, vol. IV, 3, Lisboa: Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, pp. 371-381.
Pereira, L. Filipe, (1988), "Algumas Notas sobre a Ilha de Moçambique – Património Histórico Nacional em Degradação Acelerada", *Arquivo*, Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, (4), pp. 5-11.
Pinto, Maria João Paiva Ruas Baessa, (2002), "O Islamismo em Moçambique no contexto da liberalização política e económica (anos 90): a província de Nampula como estudo de caso", Lisboa: CEA/ISCTE [Tese de Mestrado]. 145p.
Pires, Raúl Manuel Braga, (2008), "Indianos Sunitas em Moçambique. 1974/2004". [Dissertação de Mestrado em Estudos Asiáticos na Faculdade de Letras da Universidade do Porto].
Saute, Nelson e Sopa, António, (1992), *A Ilha de Moçambique pela Voz dos Poetas*, Lisboa: Edições 70 [Texto de Alexandre Lobato a ser apresentado ao Presidente Julius Nyerere durante a sua visita a Moçambique em 1975].
Silva, Teresa Cruz e, (2005), "Religiões em Moçambique", in Cristóvão, Fernando (dir. e coord.) *et al*., *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa: Texto Editores, pp. 885-886.
Souto, Amélia Neves de, (2007), *Caetano e o ocaso do «Império». Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*, Porto: Afrontamento.
Vakil, AbdoolKarim, (2004), "Do Outro ao Diverso. Islão e Muçulmanos em Portugal: história, discursos, identidades", *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, (5-6), pp. 283-312.
Venâncio, José Carlos, (2000), *O Facto Africano. Elementos para uma Sociologia de África,* Lisboa: Vega

Editores.
Zamparoni, Vlademir, (2000), "Monhés, Baneanes, Chinas e Afro-maometanos. Colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890-1940", *Lusotopie 2000*, pp. 191-222.

Glossário

Banja – Vocábulo de origem africana. Reunião.
Congresso Islâmico – Organização de cúpula da comunidade *Sunni.*
Conselho Islâmico – Organização de cúpula da comunidade wahabita.
Chehé – Em árabe Sheik; em Swahili Xhehe; em macua Chehe. A palavra significa em árabe cavalheiro notável, ancião chefe, patriarca, mestre ou professor. In Branquinho, 1969, p. 336.
Halifas – Dignitárias islâmicas.
Ismael – Filho de Abraão e de sua serva Ágar, segundo a tradição é o epónimo dos ismaelitas e o antepassado dos Árabes. *Enciclopédia* (1996-1967), Lisboa: Ed. Notícias, p. 916.
Ismaelita – Relativo a Ismael ou aos seus descendentes. Os da tribo de Ismael. Os Árabes como descendentes de Ismael. In ob. cit., p. 916.
Sufismo – Doutrina mística, panteísta, que brotou do islamismo, segundo a qual o espírito humano é emanação do divino, no qual tenta reintegrar-se. In ob. cit., p. 1633.
Suna – Coletânea de preceitos obrigatórios entre os Muçulmanos, extraída das práticas do profeta e dos quatro califas ortodoxos, considerada como suplemento do Alcorão. In ob. cit., p. 1636.
Sunismo – Corrente ou tradição religiosa muçulmana dos sunitas; conjunto de doutrinas ou princípios dessa corrente ou tradição. In *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, (2005), Lisboa: Temas & Debates, p. 7547.
Wahabitas – Membros da seita islâmica que preconiza o ascetismo rigoroso e o regresso à pureza do islamismo primitivo. Fundada por M. Ibne Abd al- Wahab (1703-1792) que conquistou para a sua causa o xeque Ibne Saud (1735-1765), cujos descendentes apesar da oposição dos Hachemitas tomaram Meca (1806) e vieram a fundar, no século XX, o estado conhecido por Arábia Saudita. Nesta, o wahabismo é religião oficial. In *Enciclopédia*, p. 1801.
Xiitas – Um dos dois ramos principais em que se dividem os muçulmanos. Ao contrário dos Sunitas, que defendem o caráter eletivo do califado dentro da tribo de Coraixe, propugnam pelo califado hereditário e de direito divino na família de Ali (primo e genro de Maomé. Além disso consideram o Imã como chefe, não só temporal mas também espiritual de natureza divina. São numerosos, sobretudo no Irão, Iraque e Paquistão. In ob. cit., p. 1813.

Gravura 8: Escola 25 de Junho, Básica, da 1ª à 6ª Classe. Antigo Palácio Aga Khan.

A presença das mulheres nos cursos de museologia e nos museus brasileiros

Thainá C. C. Figueiredo Lopes[1]

Julia Moura Godinho[2]

Wagner Miquéias F. Damasceno[3].

Resumo: Este artigo trata da presença das mulheres nos cursos de Museologia e de sua atuação nos museus brasileiros a partir da produção contemporânea feminista sobre os estudos de gênero. Utilizamos, basicamente, dois tipos de dados: primeiro sobre o alunado do Curso de Museologia do Museu Histórico Nacional (MHN) até a Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), e, segundo, sobre as/os trabalhadoras/es museólogas/os, obtidos pela pesquisa do Cadastro Nacional de Museus publicados pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Palavras-chave: Museologia. Feminismo. Gênero. Trabalhadores. Precarização.

Introdução

Apresentaremos, nesse estudo, algumas reflexões acerca da presença das mulheres nos cursos de Museologia e sua atuação nos museus brasileiros. Objetivamos contribuir, ainda que modestamente, para o estudo da Museologia no Brasil ao considerar a formação do campo considerando a presença feminina e sua integração no mundo do trabalho.

Utilizamos dados sobre o perfil do alunado de Museologia no Brasil, que vai de 1932 (data da criação do Curso de Museus no Museu Histórico Nacional) aos dados mais recentes sobre o alunado nos cursos de Museologia do país, até 2012. Valemo-nos, também, de dados sobre o perfil dos trabalhadores museólogos brasileiros, obtidos através da pesquisa do Cadastro Nacional de Museus publicados na publicação *Museus em números* do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

No entanto, por se tratar de um estudo preliminar, limitamo-nos a fazer algumas considerações, de caráter não conclusivo, com o intuito de fomentar a discussão sobre gênero e Museologia.

---

1 Bacharela em Museologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO), mestre em Memória Social pela mesma instituição, doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Atuou como museóloga em projetos do Museu da Pessoa (2010- 2011) e no Museu Mariano Procópio (2012-2013). Tem experiência nas áreas de documentação, memória institucional e expografia. Atualmente é docente do curso de museologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Catarina. thainacastrocosta@gmail.com.

2 Bacharela em Museologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Durante sua graduação foi pesquisadora (CNPq/PIBIC/UFSC) vinculada ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), do Laboratório de Antropologia Social, na UFSC. Tem experiência na área de Relações de Gênero e Sexualidades, e desenvolve pesquisas sobre gênero, arte e Museologia. Publicou sua monografia "Mulheres Artistas em Revolução: museologia, feminismo e arte" pelo *Cadernos NIGS – Série Pesquisas* em 2014. juliamgodinho@gmail.com.

3 Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ e Doutorando em Geografia pelo PPGEO-UERJ. Foi bolsista de Iniciação Científica pela UNIRIO (2005-2006), bolsista PIBIC-CNPq (2006-2007), bolsista AT-CNPq (2008-2009) e bolsista de Mestrado do CNPq (2009-2011). Atua como professor efetivo da Coordenadoria Especial de Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Universidade Federal de Santa Catarina. wagnermiqueias@gmail.com.

1. Os cursos de Museologia no Brasil

Atualmente, os cursos de graduação em Museologia somam quinze[4], sendo distribuídos nas cinco regiões do Brasil, entre dez estados e o Distrito Federal (Universidade Federal do Pará - Pará, Universidade Federal da Bahia - Bahia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Bahia, Universidade Federal de Pernambuco - Pernambuco, Universidade Federal de Sergipe - Sergipe, Universidade Federal de Goiás - Goiás, Universidade de Brasília – Distrito Federal, Universidade Federal de Minas Gerais – Minas Gerais, Universidade Federal de Ouro Preto - Minas Gerais, Faculdade de Educação, Ciências e Artes Dom Bosco de Monte Aprazível - São Paulo, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Pelotas – Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Santa Catarina – Santa Catarina e Centro Universitário Barriga Verde – Santa Catarina). Há ainda um curso técnico (Etec Parque da Juventude – São Paulo), três Especializações *lato sensu*[5], e três programas de pós-graduação de mestrado (Universidade Federal da Bahia, Universidade de São Paulo e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro) e doutorado (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro).
Apresentada a demanda por profissionais da área, uma vez que apenas cerca de 5% das/os 20 mil profissionais que trabalham atualmente nos museus têm formação em Museologia, houve um crescimento exponencial de Cursos de Graduação em Museologia (de dois cursos em 2004 para quinze dez anos depois[6]), principalmente através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI e da criação da Política Nacional de Museu.

2. Avanço da Museologia - histórico MHN até a PNM

Data-se do século XVII a primeira experiência museológica brasileira, a implantação de um museu no palácio de Vrijburg durante a invasão holandesa em Pernambuco. Segundo Mário Chagas (2008) o que ocorre em Pernambuco neste período faz parte de um projeto civilizatório, que rui diante da expulsão dos holandeses. Durante o século XVIII temos algumas medidas preservacionistas em relação ao patrimônio, onde podemos destacar as coleções de história natural, e neste ensejo o principal referencial continua sendo a Casa dos Pássaros, no Rio de Janeiro.
A chegada da família Real inaugura um discurso civilizatório muito ligado ao desenvolvimento científico, proporcionando o surgimento de instituições colecionadoras calcadas em um ideal de nação, e é deste período a criação de hortos, Jardim Botânico, e do Museu Real em 1818, que posteriormente viria a se tornar Museu Nacional. O século XIX será profícuo para o surgimento de museus, permitindo-nos perceber sua relevância no campo do patrimônio e do saber científico, uma vez que até mesmo antes do surgimento das universidades, centros de pesquisa e órgãos de preservação patrimonial, os museus já exerciam estas funções. Nesse sentido, podemos destacar a criação dos museus: Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), Museu do Exército (1864), Museu da Sociedade Filomática (1866) – que daria origem ao Museu Paraense Emilio Goeldi –, Museu da Marinha (1868), Museu Paranaense (1876) e Museu Paulista (1895).

---

4 Há indicação da abertura de uma nova turma de Museologia no semestre de 2015/1 na Universidade Camilo Castelo Branco, em São Paulo. Disponível em: <http://goo.gl/UDP6z7>. Acesso em: 11 de dezembro de 2014.

5 Não há previsão para a abertura de novas turmas da Especialização *Lato Sensu* em Museologia e Sociedade da Universidade Federal de Ouro Preto. Há também uma Pós-Graduação *Lato Sensu* do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo em "Museologia, Colecionismo e Curadoria", com duração de 420 horas que inicia suas atividades em 2015, e outra também em "Museologia, Colecionismo e Curadoria" na Faculdade de Santa Cruz da Bahia, com duração de 360 horas. Francisco Marshall (2008: s.n) nos lembra da existência de outros cursos de especialização em recentes anos: "Precedidos por iniciativas tópicas no MASP e na PUCRS, entre outras, surgiu em 1999 o Curso de Especialização em Museologia do MAE-USP, seguido do Curso de Especialização em Museologia - Patrimônio Cultural do IA-UFRGS, em 2002, do Curso de Especialização em Museologia da UFG, em Goiás, em 2002, dos cursos de mesmo nome da UDESC, em 2003, e da EMBAP-PR, em 2004".

6 Em 1980 a então Faculdade Estácio de Sá passou a formar museólogos/as até o fechamento do curso de 1995.

É colocado ainda no século XIX a necessária criação de um museu de caráter nacionalista e que abarcasse o discurso de nação, porém apenas no século seguinte este projeto será possível. A criação do Museu Histórico Nacional em 1922 inaugura um discurso de modernidade em disputa diante da intelectualidade brasileira, consagrando para si fatos e heróis da história brasileira e um discurso específico de nação. Neste projeto, idealizado também por Gustavo Barroso – fundador do MHN – podemos destacar dois importantes feitos: a criação do curso de museus (1932) e a criação da inspetoria de Monumentos Nacionais (1934).

O curso de museus, fundado em 1932 no MHN é o mais antigo das Américas, e configura-se como um importante marco histórico para o campo dos museus brasileiros. Idealizado por Gustavo Barroso ainda em 1922, quando da criação do Museu Histórico Nacional, para atender a este museu, ao Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional, projeto este que não saiu do papel. A criação de fato do curso, dez anos depois, se dá na gestão do historiador e jornalista Rodolfo Garcia (1873-1949) como diretor do MHN, através do decreto lei nº 21.129 de 7 de Março de 1932. No âmbito do MHN o curso de museus funcionou como um importante celeiro do pensamento museológico brasileiro, tendo importante atuação política.

A inspetoria de Monumentos Nacionais deu origem ao SPHAN ainda na década de 1930. A década de 1940 tem como pano de fundo a Segunda Guerra Mundial, que diante de tamanha destruição do Patrimônio impulsiona a criação do Conselho Internacional de Museus – ICOM. O SPHAN surge, entre outras coisas, a fim de "impedir que objetos antigos referentes à história nacional fossem tirados do país em virtude do comércio de antiguidades e (impedir) que as edificações monumentais fossem destruídas por conta das reformas urbanas, as quais visavam modernizar as cidades" (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL,2004).

A constituição do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional em 1970 se dá em um cenário peculiar para o campo do patrimônio. A década de 1970 abarca uma das mais importantes cartas patrimoniais para o campo dos museus, referente a Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972, onde o conceito de museu integral toma forma e influenciará estudos importantes para a Museologia Social posteriormente. É nesta década também que o curso de museus transfere-se do Museu Histórico Nacional.

3. Mulheres nos Museus

O subcampo "Gênero e Ciências" vem se consolidando a partir da década de 1970, principalmente nos Estados Unidos, e também em países europeus como Inglaterra e França, e tem se debruçado acerca da crítica feminista do campo científico contemporâneo e os lugares ocupados pelas mulheres no sistema de produção de conhecimento. As assimetrias de gênero nas ciências se remontam ao final do século XVIII (SCHIEBINGER, 2001), e estão diretamente ligadas à "profissionalização da ciência e a privatização da família" (KLOPPEL, 2014: p. 40), onde aos homens foi incumbida a esfera pública, na qual pertencia a ciência, enquanto às mulheres foi reservado o espaço doméstico, a esfera privada. Desta maneira, apontou-se que o androcentrismo é um princípio estruturante do campo científico moderno ocidental (FOX KELLER, 1982), e um mecanismo que justifica e perpetua a enraizada mitologia popular de que racionalidade e objetividade – características fundamentais para um projeto de ciências que se pretende neutra e universal – são relativas aos homens, enquanto a as questões ligadas à natureza e subjetividade são relativas às mulheres; divisão esta que contribuiu diretamente com a exclusão e invisibilidade das mulheres na ciência.

O arcabouço teórico deste trabalho está inserido em um panorama marcado por importantes avanços dos movimentos pelos direitos civis e de contracultura que possibilitaram o surgimento dos movimentos feministas contemporâneos a partir da década de 1960, conhecido como a *segunda onda do feminismo*. Ao evidenciar a subalternidade das mulheres ao longo da história, as mulheres passaram a reivindicar e tomar uma voz para si, transformando-se em sujeitos de sua própria história. Esse processo de afirmação das mulheres passou pelo reconhecimento de seus direitos, fato este que travou diversas lutas visando a igualdade de gênero, principalmente através de avanços nas políticas públicas transversais para as mulheres.

Para uma análise específica do campo dos museus, sob o quadro dos estudos feministas sobre a ciência, partimos das noções de gênero e interseccionalidade. Entendemos a primeira enquanto "(...) um construto social que determina representações, identidades, papéis e comportamentos de mulheres e homens" (GROSSI, 2013: s.n).

Enquanto a interseccionalidade (COLLINS, 2000) postula que a articulação de diferentes marcadores sociais da diferença (raça/etnia, classe, geração, deficiência, etc.) é fundamental para uma melhor leitura de gênero, e nos permite entender os elementos estruturantes das relações de poder e o lugar que as mulheres ocuparam, e ainda ocupam, nos espaços de produção e transmissão de conhecimentos.

Tanto na Europa – nos países considerados "centrais" –, quanto no Brasil, as mulheres desempenharam um importante papel na institucionalização das disciplinas científicas desde o século XIX. Por sua proximidade com a Museologia, destaca-se a importância das mulheres na constituição da Antropologia devido à sua participação – como pesquisadoras ou íntimas colaboradoras (principalmente enquanto esposas) de expoentes desse campo – na criação dos museus etnográficos (que tinham como objeto de estudo o "Outro", e cujo modelo fora herdado dos Gabinetes de Curiosidades) no final do século XIX e na primeira metade do século XX, e, no século seguinte, com o surgimento de um novo modelo de museu e Museologia que estimula o protagonismo de grupos subalternos e promove diálogos com os mesmos principalmente a partir do arcabouço das teorias pós-coloniais.

Dados mais recentes que tratam especificamente sobre a atuação das mulheres nas instituições museais são bastante esparsos em nível mundial (BLAKE, 1999; TURNER, 2002). No Brasil, como veremos adiante, são menores ainda as estatísticas que destacam o papel das mulheres nos museus, e, apesar do esforço de suprir tal lacuna, a literatura em português sobre o assunto é quase inexistente.

Estudos que visaram analisar a presença de mulheres nos quadros funcionais dos museus apontam para uma equiparidade entre o número de mulheres e homens trabalhando nestas instituições (BLAKE, 1999). No entanto, embora as mulheres não estejam sub-representadas nos museus, são os homens que ocupam cargos de maior prestígio, e, por conseguinte, são melhores remunerados[7]. Em muitos países, comissões (como o *Equal Opportunities Commission* – EOC) foram fundadas para eliminar as assimetrias de gênero, bem como outras formas discriminatórias, na esfera de trabalho, tendo sido aplicado principalmente em instituições culturais. No Reino Unido, por exemplo, instituições museais empregam suas/seus funcionárias/os a parir da igualdade de oportunidades, amparada pelos termos do *Sex Discrimination Acts* de 1975 e 1986, o *Equal Pay Act* de 1970, o *Disability Act* de 1995 e o *Race Relations Act* de 1976, de modo a garantir um vínculo empregatício não condicionado às relações de poder (nepotismo, por exemplo), mas sim, nas qualificações das pessoas independentemente de sua raça/etnia, gênero, idade, deficiência, orientação sexual, etc.

Uma hipótese encontrada para a diferença salarial entre homens e mulheres é o fato de que os empregos majoritariamente ocupados por mulheres estão concentrados em determinadas áreas e/ou departamentos dos museus, e refletem visões estereotipadas dos papéis ocupados pelas (ou esperados das) mulheres na sociedade[8]. Segundo Victoria Turner (2002), há estatísticas que apontam para uma distribuição igualitária dos cargos entre os gêneros, porém, que contraria depoimentos das pessoas que trabalham diretamente com museus e que explicitamente veem e sentem uma divisão entre cargos. Ainda segundo Turner (Ibid.), as áreas dominadas pelas mulheres são ligadas à educação, gestão de coleções, marketing, recursos humanos e auxiliar administrativo - Setores estes considerados desvalorizados e mal pagos (LEWIN, 1994 apud TURNER, 2002) –; enquanto, como foi mencionado anteriormente, os homens se concentram mais na alta administração.

---

7 Segundo a pesquisa Estatísticas de Gênero 2014 – Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), embora mais escolarizadas e mais ativas no mercado de trabalho, as mulheres chegam a receber um salário 30% menor que o dos homens, sendo que os marcadores de raça/étnica e classe social também influenciam substancialmente nessa porcentagem. As diferenças salariais ligadas ao fator de gênero também são uma preocupação em nível mundial (IBGE, 2014). Ver também: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=2208929>. Acesso em 19 de novembro de 2014.

8 Esse fator é refletido, por exemplo, na ideia de que mulheres são melhores em profissões ligadas à educação devido à sua "natureza de cuidadoras". Outra consideração a ser feita é também àquela de que as mulheres são "do lar", ou seja, desempenham uma dupla (tripla, por assim vai) jornada de trabalho, pois além de trabalharem fora de casa, também são as que mais são responsáveis pela execução de tarefas domésticas, como cuidar das crianças e se encarregar da limpeza da casa, etc. Essa sobrecarga de trabalho também tem influência em se a jornada de trabalho fora de casa será em regime de tempo integral ou parcial.

Além da presença física das mulheres como trabalhadoras em instituições museais, há ao menos quarenta anos, a representação das mulheres tem sido colocada em xeque principalmente através da crítica feminista nas artes (NOCHLIN, 1971). Buscando romper com a imagem da mulher enquanto objeto culturalmente adormecido em uma sociedade patriarcal, artistas, críticas e historiadoras da arte feministas têm se posicionado ativamente para afirmar a mulher enquanto sujeito ativo e produtora de sua própria imagem.
Devemos, então, nos questionar até que medida os esforços sendo feito tanto em relação à representação das mulheres no discurso expográfico quanto nos "bastidores" têm respaldado na sociedade, museu afora, e de que maneira se posicionam contra o modelo hegemônico de museu enquanto uma instituição conservadora – não somente de seu quadro funcional, mas também de suas políticas, de seu espaço museográfico, etc. –, que há séculos tem assegurado a institucionalização do androcentrismo, do elitismo e da heteronormatividade dos e nos museus.

4. O perfil dos museólogos: do alunado ao mundo do trabalho

Os dados sobre as/os trabalhadores museólogos brasileiros ainda são insuficientes, o que torna difícil, por exemplo, mensurar com mais precisão o seu quantitativo em números absolutos; bem como, dificulta observar outras variáveis como faixa etária, gênero, cor/raça etc. Contudo, alguns dados sobre o alunado podem nos auxiliar a mensurar, aproximadamente, uma ou outra característica dos museólogos.
Os dados obtidos nos permitem apreciar duas variáveis, sendo a primeira, o gênero. Conforme Siqueira (2009), o Curso de Museus do Museu Histórico Nacional (MHN), recebeu 1.762 alunos, entre 1932 e 1978, sendo que 548 eram do gênero masculino, e 1.214 do gênero feminino, perfazendo 68% das/os estudantes desse período. Considerando os concluintes, 81,4% destes eram do gênero feminino, no mesmo período.

> Dos que efetivamente trabalharam na área, ou seja, 202, 46 eram do sexo masculino e 156 do sexo feminino. Apenas 26,7% dos formandos pelo Curso de Museus, entre 1932 e 1978, atuaram na área museológica, seja no magistério em Museologia, seja nos museus de arte, história, ciência ou antropologia, ou na área de conservação-restauração de bens culturais (SIQUEIRA, 2009: 157).

A partir de 1979 o Curso de Museus se incorpora à então Universidade do Rio de Janeiro, e junto com o Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA)[9], mantiveram-se como únicas instituições formadoras de bacharéis em Museologia no país, até o ano de 2003. A presença feminina no curso de Museologia prossegue. Segundo dados de Ivan Coelho de Sá, entre 1978 e 2012, 63,5% dos concluintes do curso de bacharelado em Museologia (da FEFIERJ[10] à UNIRIO), o alunado do curso de Museologia era feminino.
De acordo com os dados da *Sinopse da Educação Superior* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de 2011, havia no Brasil 1688 alunas/os matriculadas/os nos cursos presenciais de graduação em Museologia, sendo que 1210 são mulheres, perfazendo 71% das/os estudantes matriculadas/os em Museologia do país. Por último, os dados coletados com 99 museólogos que estão trabalhando no Rio de Janeiro – em pesquisa a ser publicada[11] – a sua maioria é composta por jovens (entre 21 – 30 anos, representando 62%), de sexo feminino (74%) e branca (62%).

---

9 Até o momento não foi possível obter dados sobre o alunado e egressos da UFBA.

10 A Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ) deu origem à, então, Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO), em 1979. Ver: http://www.unirio.br/institucional/historia.

11 Foi construído um questionário com perguntas de caráter aberto e fechado utilizando a ferramenta de construção de questionários chamada Google Drive. Submetemos o questionário às/aos museólogas/os através da internet, hospedando o link na página Concursos Museologia. Um blog gerido por três museólogos que tornou-se "um canal de informação sobre concurso público, oportunidades de trabalho e estudo na área de Museologia no Brasil". Escolhemos hospedar o link para o questionário de nossa pesquisa na página Concursos Museologia pois esse blog atrai a atenção de centenas de museólogos espalhados pelo Brasil, registrando periodicamente milhares de visitações, especialmente, por reunir e publicar as principais ofertas de trabalho para museólogos e graduandos. Essa pesquisa está sendo realizada por Wagner Damasceno, Mariana G. L. Novaes e Joyce S. Barreto.

Esses últimos números ajudam a ilustrar as principais características dos profissionais de Museologia: jovem e feminina. Assim, devido à histórica presença massiva de mulheres na Museologia brasileira, seria mais correto falarmos em trabalhadoras museólogas.
Essas são duas das principais variáveis que caracterizam os trabalhadoras/es precarizadas/os. Evidentemente, somente isso não é suficiente para localizar as/os museólogas/os no conjunto de trabalhadoras/es precarizadas/os, ou ainda, do *precariado.* Mas veremos que é fundamental ter isso mente ao analisar os (des)caminhos das/os trabalhadoras/es museólogas/os.

6. O espectro da precarização ronda a Museologia

A tese do sociólogo Ricardo Antunes é que emerge a partir da segunda metade do séc. XX novas práticas de exploração dos trabalhadores, novos arranjos produtivos, que configuram uma *nova morfologia do trabalho*.
Os contornos mais gerais, analíticos e empíricos da *nova morfologia do trabalho*, definidos por Antunes, são os seguintes: a retração do binômio taylorismo/fordismo e o aumento do *trabalho precarizado*, assim definido por Antunes: "são os terceirizados, subcontratados, *part-time*, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em escala global". Sinteticamente, o desenho dessa *nova morfologia do trabalho*, para o autor, possui os seguintes traços: 1) retração do modelo de trabalhador taylorista/fordista e ampliação de formas desregulamentadas de trabalho, mais instáveis e informais; 2) crescimento do *trabalho precarizado* nas fábricas e no setor de serviços; 3) aumento do trabalho feminino, com remuneração inferior e com forte traço precário; 4) expansão dos assalariados médios no "setor de serviços", repelidos do mundo produtivo industrial; 5) interrelação crescente entre o mundo produtivo e setor de serviços; 6) exclusão dos jovens em condições de trabalhar, que engrossam as fileiras do trabalho precarizado e do desemprego; 7) exclusão dos considerados "idosos", com idade próxima de quarenta anos, que experimentam dificuldades crescentes de reingresso no mercado de trabalho, quando desempregados; 8) incremento do trabalho infantil; 9) crescente expansão do trabalho no "terceiro setor", com empresas de perfil mais comunitário, que lançam mão de trabalho voluntário, sem fins lucrativos e à margem do mercado formal; 10) expansão do trabalho em domicílio.
Para Ricardo Antunes, a força de trabalho se encontra no seguinte movimento pendular:

> (...) cada vez *menos* homens e mulheres *trabalham muito*, em ritmo e intensidade que se assemelham à fase pretérita do capitalismo, na gênese da Revolução Industrial, configurando uma redução do trabalho estável, herança da fase industrial que conformou o capitalismo do século XX.
> No outro lado do pêndulo, cada vez *mais* homens e mulheres trabalhadores encontram *menos trabalho*, esparramando-se pelo mundo em busca de qualquer labor, configurando uma crescente tendência de precarização do trabalho em escala global, que vai dos EUA ao Japão, da Alemanha ao México, da Inglaterra ao Brasil, sendo que a ampliação do desemprego estrutural é sua manifestação mais virulenta (2007: 13).

Os trabalhadores museólogos também se encontram nesse movimento pendular: *embora exista muito trabalho a ser feito nos museus do Brasil, um número reduzido de trabalhadores os realiza, de forma extenuante. Por conseguinte, cada vez mais museólogos encontram menos emprego no Brasil.*
Esse flagrante paradoxo representa a combinação entre o desemprego e o crescimento tendencial do trabalho precarizado. Em linhas gerais, muitos museólogos trabalham, estão trabalhando, ou (tendencialmente) trabalharão em condições de *informalidade*. E no caso dos trabalhadores museólogos, a feminização da categoria é uma variável fundamental a ser considerada.
Houve um crescimento da participação feminina no mundo do trabalho nas últimas quatro décadas, porém, destacando-se pelo alta participação feminina no espaço dos empregos precários (NOGUEIRA, 2009; STANDING, 2014).

Para Claudia Nogueira, há uma forte inter-relação entre a precarização da força de trabalho feminina e a opressão masculina presente na família patriarcal (2009). Essa opressão não desaparece no mundo do trabalho, ao contrário, se aprofunda sendo que "os dois aspectos da vida feminina, reprodutiva e produtiva, se imbricam constantemente. Sempre que existir uma ação qualquer em um desses polos, haverá repercussão de um sobre o outro, dada a articulação viva existente entre as esferas do trabalho e da reprodução" (NOGUEIRA, 2009: 187). Para a autora, embora a precarização atinja um enorme contingente da classe trabalhadora, ela é *feminina*.
Para Guy Standing, há uma dupla feminização do trabalho no mundo contemporâneo:

> Logo no início da globalização, tornou-se evidente que as mulheres estavam ocupando uma proporção cada vez maior de todos os empregos, em uma tendência global para a feminização do trabalho […] Trata-se de uma feminização em sentido duplo, de mais mulheres estarem em empregos e de mais empregos serem do tipo flexível, tipicamente ocupados por mulheres (2014: 98).

Segundo os dados do Cadastro Nacional de Museus[12], os museólogos cujo vínculo empregatício é *efetivo* somam 232 e, excetuando-se os vínculos de *cedido, função gratificada* e *outro*, há registrado 191 trabalhadores com vínculos *não-efetivos*[13] nos 3025 museus considerados. Dentre 477 museólogos atuantes nos 3025 museus analisados, 40% possuem vínculos de trabalho *informais*, o que nos possibilita qualificar como *precários*.
Na contínua batalha entre capital e trabalho, a *informalidade* se apresenta como uma perversa modalidade. Inúmeros museólogos atuam em instituições públicas, privadas e de outros tipos, de forma precarizada. Em circunstâncias onde contratos de trabalho de 24 meses se assemelham a bilhetes premiados. Trabalhadores temporários, com contratos de 12, 10, 8, 6 e até 3 meses são contratados para produzirem serviços pontuais. Museus públicos lançam mão desse expediente para contornar as verbas insuficientes e a escassez de funcionários em seus quadros permanentes.
E essa condição atinge, de forma especial, as mulheres. Nas palavras de Standing:

> Se o trabalho flexível significa mais empregos tidos como masculinos e vistos – correta ou incorretamente – como empregos que oferecem compromisso de longo prazo. O temor de que as mulheres possam envolver empregadores em altos custos não salariais, porque podem engravidar ou se ausentar para cuidar dos filhos, é menos relevante quando os empregos têm duração definida de poucos meses, se o acordo não é vinculativo ou dependente de demanda flutuante, ou se não houver nenhum custo para o trabalho intermitente (2014: 99).

No que se refere às mulheres jovens, de 16 a 24 anos de idade, 69,2% estão em trabalhos informais. As mulheres com acima de 60 anos, apresentam uma proporção de 82,2% na participação no trabalho informal (IBGE, 2010).

Conclusões

A idealização de um curso de museus em 1922 diante da consolidação de um projeto de nação e, por conseguinte, de museu, na figura emblemática de Gustavo Barroso e Museu Histórico Nacional, mostram a aura política envolta pelas discussões e disputas intelectuais do período. A criação de fato em 1932 denota as dificuldades de implantação de um projeto de manutenção do campo da Museologia brasileira. O curso tem desde seu início grande contingente de alunas, sendo posteriormente um reflexo do mercado de trabalho dos museus

---

12 Tratam-se dos dados inseridos na publicação "Museus em Números 1" (IBRAM, 2011: 139). O Cadastro Nacional de Museus analisou 3025 museus no Brasil.

13 Agregamos nessa categoria os seguintes vínculos: contratado por tempo determinado, terceirizado, voluntário, estagiário/bolsista. A categoria denominada outros possui 06 museólogos.

brasileiros, sem haver contudo qualquer discussão acerca da difícil visibilidade destinada as museólogas. Apesar da porcentagem superior de mulheres no curso de museus e no campo dos museus brasileiros os papéis representativos politicamente, as chefias e até os cargos docentes eram ocupados em sua maioria por homens, o que demonstra um aspecto marcante deste campo.

A atuação das mulheres no campo dos museus brasileiros se dá de maneira efetiva desde seu início. Sá (2007) nos aponta a inserção de diversas trabalhadoras de museus durante as duas primeiras décadas como discentes do curso de museus, denotando o interesse e a qualificação de seus espaços de trabalho. O aspecto elitista destinado ao curso segundo sua grade curricular e campo de atuação se justificaria como aceitável para uma mulher neste período, visto que proporcionava que se tornasse culta e erudita. No entanto, muitas das alunas do curso ou já atuavam ou se dedicaram a atuar no campo dos museus, de maneira efetiva, de onde podemos destacar as professoras – e também professores – do próprio curso, posteriormente.

A sintomática precarização que atravessa o campo dos museus e o significativo contingente de mulheres trabalhadoras neste espaço não são coincidência, mas um reflexo social bem marcado.

Referências

BLAKE, Maggie. (1999), "Why are there not more women museum directors?" In: MOORE, Kevin (Org.) **Management in Museums**. London: The Athlone Press VII.

COLLINS, Patricia Hill. (2000), **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. 2a. ed. Nova York: Routledge.

FOX KELLER, Evelyn. (1982), Feminism and Science. **Signs**, vol. 7, n. 31, pp. 589-602.

GROSSI, Miriam Pillar. (2009), Um olhar de gênero sobre a história e a transmissão das antropologias contemporâneas em diferentes países do mundo. **Projeto de pesquisa apresentado ao Conselho Nacional de Pesquisa Científica**.

KLÖPPEL, Bruna. (2014), **Ciência, Excelência e Gênero: um olhar antropológico sobre um laboratório de Engenharia Eletrica**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

IBGE. (2014), **Estatísticas de Gênero – uma análise dos resultados no Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

IBGE. (2010), **Síntese dos Indicadores Sociais.** Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

IBRAM. (2011), **Museus em números volume 1**. Brasília: IBRAM.

MARSHALL, Francisco (2008). A função social da Museologia Brasielira. **Revista Museu**, v. 01.

NOCHLIN, Linda. (1971), "Why Have There Been No Great Women Artists?". **ARTnews**, p. 23-39.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. (2009), As trabalhadoras do telemarketing: uma nova divisão do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.). **Infoproletários:** degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo.

SCHIEBINGER, Londa. (2001), **O feminismo mudou a ciência?**. Bauru: EDUSC.

SIQUEIRA, Graciele K. (2009), **Curso de Museus** – MHN: 1932-1978: o perfil acadêmico (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UNIRIO.

STANDING, Guy. (2014), **O Precariado:** a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica.

TURNER, Victoria (2002). "The Factors Affecting Women's Success in Museum Careers: A Discussion of the Reasons More Women Do Not Reach the Top, and of Strategies to Promote their Future Success". **Journal of Conservation and Museum Studies** 8:6-10.

A formação na área da Sociomuseologia

Judite Primo
judite.primo@ulusofona.pt

Mario Moutinho
mario.moutinho@ulusofona.pt

Resumo: A Sociomuseologia assume atualmente um papel central na compreensão e nas práticas patrimoniais que dão forma à Museologia contemporânea. Como expressão de um processo de transformação dos tradicionais conceitos não só de museologia, mas também de todos os conceitos que lhe estão associados, tais como património, musealização ou mesmo patrimonialização, a Sociomuseologia propõe uma leitura baseada num olhar interdisciplinar sobre as práticas que têm por base os próprios processos de mudança social.
Na verdade a complexidade de um número crescente de processos museológicos não resulta da complexidade das tarefas "museológicas" como poderia aparecer numa primeira abordagem, mas da resultante complexidade da relação entre conceitos, que um número crescente de museus e de processos museológicos utilizam no seu quotidiano.
Neste sentido importa repensar os modelos e os conteúdos das formações na área da Museologia nos seus diferentes níveis (profissional, graduação, mestrado e doutoramento), tendo em vista não só a compreensão dos processos museológicos em curso, mas também a qualificação de profissionais que possam efetivamente atuar no presente e no futuro no quadro dos novos "museus complexos". São três as linhas de enquadramento que podem sustentar uma formação no campo da Sociomuseologia: O reconhecimento que as questões do desenvolvimento e da Cultura são cada vez mais elementos pluri-multi-transdisciplinaridade que caracteriza a sociedade contemporânea; O reconhecimento que todas as sociedades estão em permanente mudança pelo que a atuação dos museus deverá assentar nessa própria mudança; O reconhecimento que as questões do desenvolvimento e da Cultura são cada vez mais elementos de uma responsabilidade Social onde assenta a intervenção museal.

Palavras Chave: Sociomuseologia; Museologia; Museus complexos; Formação;

Refletir sobre o Ensino de Museologia, obriga a esclarecer em primeiro lugar, qual o conceito de museu e de museologia que esse ensino deve servir.
Na verdade, já não há mais um único modelo de Museu então pensado como algo igual à ideia de coleção, de edifício e público. Em vez disso, agora tomamos o Museu como sendo um lugar central nos conceitos de património, território, população, desenvolvimento, resistência, resiliência e outros. Foi nesse processo que as dinâmicas locais gradualmente ganharam mais importância. A cultura local, o território e as comunidades ganharam novo reconhecimento como lugares de direito à memória, como locais de produção cultural, como lugares onde a ideia de desenvolvimento econômico e social está agora no centro das políticas culturais.
Nos tempos que correm podemos agrupar o mundo dos museus em 4 categorias, mesmo correndo o risco de omissão que qualquer sistematização implica.

1 – Museus tradicionais de objetos, que agora desenvolvem novas formas de apresentação e que exigem competências específicas centradas no público visitante. Mas também, museus modernos, que se adaptam as exigências dos públicos incorporando no seu quotidiano ou em exposições temporárias por exemplo novas tecnologias de informação e de comunicação. Mas em ambos os casos o essencial do trabalho assenta nas coleções de objetos próprias, alugadas ou emprestadas.

2 – Museus de comunidade "formais" centrados em novos processos de comunicação e organização, com recursos ou não a novas tecnologias de comunicação, mas orientados sobretudo para o desenvolvimento social. São museus que assentam o seu trabalho nos princípios da participação e que poderíamos apelidar de museus da Nova Museologia ou da Sociomuseologia. Nestes museus as "coleções" são no essencial compostas pelos problemas, anseios, e desafios que se colocam às comunidades ondes estão inseridos

3 – Museus de partilha social que assentam sobretudo nos novas tecnologias de comunicação, museus sem território formal, mas museus de problemáticas partilhadas: *Issues based museums*[1], Redes globais[2].

4 – Pensamos também em museus do espetáculo multimédia das industrias criativas, onde a forma e o brilho das soluções tecnológicas se sobrepõem aos conteúdos que, quando existem, expressam a ideologia dominante. Paradigmas da sustentabilidade ambiental, valores universais da arte, labirintos de arquitetura que consagram relações de poder e o poder da política dominante. São o que chamamos de "Novos Museus Imperiais" forjados em tempos de neoliberalismo: Museu do Amanhã Rio de Janeiro, Museu Guggenheim Bilbau o Louvre do Kuwait, os grandes parques temáticos da industria do lazer.

Mas na verdade também é forçoso reconhecer que é cada vez mais é difícil

> *imaginar um museu imperial sem programas de inclusão social, ou museus de favela sem coleções de objetos herdados, ou redes sociais sem novas museografias. E todos os conceitos que lhes estão subjacentes aparecem agora como novas formas de heterotopias marcadas pelos seus próprios espaços formais e relacionais onde não é mais a diferença que singulariza, mas antes pelo contrário é na justaposição que encontram a sua essência.*
>
> *Para todos estes modelos de museus, constroem-se competências profissionais que sustentam novas áreas de formação. Deste ponto de vista a construção de processos dialógicos de Paulo Freire, o manuseamento da computação ubíqua, o planeamento estratégico, a avaliação de públicos, a construção de marcas, o marketing do lazer, são questões que sustentam as diferentes formas que a museologia contemporânea tem vindo a assumir*[3]

A complexidade de um número crescente de processos museológicos não resulta da complexidade das tarefas "museológicas" como poderia aparecer numa primeira abordagem, mas da resultante complexidade da relação entre conceitos, que um número crescente de museus e de processos museológicos utilizam no seu quotidiano. Neste sentido importa repensar os modelos e os conteúdos das formações na área da Museologia nos seus diferentes níveis (profissional, graduação, mestrado e doutoramento e formação ao longo da vida), tendo em vista não só a compreensão dos processos museológicos em curso, mas também a qualificação de profissionais que possam efetivamente atuar no quadro dos novos "museus complexos". de certa forma trata-se da interdisciplinaridade dos fazeres que dá forma à interdisciplinaridade dos saberes.

O desafio da Sociomuseologia é certamente o de contribuir para a compreensão desta nova realidade museológica, assente na existência de museus que se afirmam pela utilização simultânea de diferentes conceitos,

---

1 CARTER J. e ORANGE J., (2012): "Contentious terrain: defining a human rights museology". *Museum Management and Curatorship* 27.2 pp. 111-127.

2 ASSUNÇÃO, P & PRIMO, J.S., (org).(2010). *To think sociomuseologicaly*, *Sociomuseology* 4, Lisboa: Ed Universitárias Lusófonas

3 MOUTINHO, M., (2015), "Entre os museus de Foucault e os museus complexos" *Revista Musa. Museus, Arqueologia & Outros Patrimónios* 4, no prêlo

tornando-se assim numa nova categoria que poderíamos denominar de ***Museus Complexos***.[4]A Sociomuseologia como área de ensino, de investigação e de prática social tem vindo nos últimos 20 anos a consolidar-se como uma área de conhecimento, no seio das ciências sociais. A Museologia que anteriormente se constituía essencialmente como um conjunto de técnicas de conservação, documentação, exposição, ao serviço do Património tangível, em particular nos campos da arte, da antropologia e da arqueologia, tem vindo a dar lugar a um complexo edifício teórico/metodológico que tem como campo de observação as multifacetadas abordagens e experimentações que têm configurado as novas manifestações museológicas contemporâneas. Esse edifício teórico/metodológico, porque trata do estudo de manifestações de natureza social, tem encontrado nas ciências sociais a sua verdadeira matriz epistemológica. A Sociomuseologia assume pois atualmente um papel central na compreensão e nas próprias práticas patrimoniais que dão forma à Museologia contemporânea. Como expressão de um processo de transformação dos tradicionais conceitos não só de museologia, mas também de todos os conceitos que lhe estão associados, tais como património, musealização ou mesmo patrimonialização, a Sociomuseologia propõe uma leitura baseada num olhar interdisciplinar sobre as práticas que têm por base os próprios processos de mudança.

O que há de novo na Museologia é sem dúvida a constatação que o fenómeno museológico que continua a englobar um conjunto de técnicas associadas a vários domínios científicos tais como a Física e a Química é também e sobretudo um fenómeno social complexo, do qual só pode ser dada conta na medida em que a museologia se integrar no campo das Ciências Sociais.

A Sociomuseologia como é atualmente identificada no meio académico é em suma esse processo de tratar a Museologia na sua dimensão técnica e social. Da mesma forma que as Ciências Sociais estudam atualmente o facto museal, também a museologia, necessita de se reconhecer como Ciência Social.

Pensamos por exemplo nos trabalhos de Cristina Bruno, Gary Porter, Gaynor Kavanaugh, Ghislaine Lawrence, Eilean Hooper Greenhill, Jean Davallon, Juan Carlos Rico, Kevin Moore, Maria Bolanos, Maria Célia Santos, Mário Chagas, Paulette Mcmanus, Peter Van Mensch , Pierre Mayrand, Sharon Macdonald, Susan Pearce, Tereza Scheiner, Waldisa Rússio, Zbynek Stránský. Nesses anos, também o International Council of Training of Personnel ICTOP, tanto como o ICOFOM, deram um enorme contributo para o reconhecimento académico da Museologia, favorecendo o aprofundamento da teoria museológica, em simultâneo com a criação de programas de estudo, inovadores em cada época, em universidades de alguns países. (Gary Edson, Ivo Maroevid, Lynne Teather, Martin Segger, Patrick Boylan, entre muitos outros)

Mas naturalmente a Sociomuseologia não é um campo isolado da teoria e da prática museológica. Ela é também consequência da reflexão e das práticas que se reconhecem como expressões museais. Entre o tratado de C.F. Neikelius, "*Museographia*" publicada em 1727 e o dicionário de Museologia de André Desvallées existe um trajeto de pensamento que orienta a museologia e que inspira a ação Museológica. Por isso mesmo o pensamento museológico tornou-se parte do pensamento contemporâneo ocupando um espaço que lhe é devido.

Três ideias podem sustentar uma parte considerável da abordagem Sociomuseológica entendida como o conjunto de questões relacionadas não só com a museologia no sentido restrito da palavra, ou seja daquilo que se pensa e se faz nos museus essencialmente à volta das suas coleções, mas também de uma museologia que se desenvolve como um recurso de intervenção social. E é neste ponto, que existe talvez um maior reconhecimento que como temos vindo a firmar, existe uma diferença essencial entre trabalhar com objetos e trabalhar com pessoas.

1-O reconhecimento que as **questões do desenvolvimento e da Cultura** são cada vez mais elementos pluri-multi-transdisciplinaridade que caracteriza a sociedade contemporânea

Promover o "bem estar" das coleções, assumindo que é uma tarefa altamente complexa , sobretudo se nela incluirmos a sua documentação multidimensional é diferente, nem melhor nem pior do que promover a "bem -estar" das comunidades ou seja centrar a atenção sobre a sua condição humana qualquer que seja o contexto social em que se desenvolvem essas prática.

Trata-se de abordagem essencialmente diferentes pois em ambos os casos torna-se necessário desenvolver

4 MOUTINHO, M. (2015), idem

competências que no primeiro caso podemos identificar como saberes técnicos e no outro caso como saberes e sensibilidades essencialmente políticas.

E estas na verdade têm mais a ver com a formação cidadão dos intervenientes, da sua forma de entender a sociedade contemporânea onde vivem e de forma participada desenvolver ações que em ultima instancia têm a ver com a solução de problemas. Por isso quando falamos de Sociomuseologia facilmente integramos os desafios sociais da contemporaneidade, na sua multivariada dimensão e consequentemente na necessidade de abordar essas questões numa perspetiva multidisciplinar. E isso tão só porque esses desafios, pela complexidade co que se constituem, são também resultado de processos que de natureza multidisciplinar.

Quando procuramos encontrar uma definição operativa de Sociomuseologia a questão da multidisciplinaridade era central ao entendimento da construção desta "nova" maneira de atuar no campo da museologia.

> *A Sociomuseologia traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea.*
> *A abertura do museu ao meio e a sua relação orgânica com o contexto social que lhe* dá *vida, têm provocado a necessidade de elaborar e esclarecer relações, noções e conceitos que podem dar conta deste processo.*
> *A Sociomuseologia constitui-se assim como uma* área *disciplinar de ensino, investigação e atuação que privilegia a articulação da museologia em particular com as* áreas *do conhecimento das Ciências Humanas, dos Estudo dos do Desenvolvimento, da Ciência de Serviços e do Planeamento do Território.*
> *A abordagem multidisciplinar da Sociomuseologia visa consolidar o reconhecimento da museologia como recurso para o desenvolvimento sustentável da humanidade, assente na igualdade de oportunidades e na inclusão social e económica.*[5]

2 – O reconhecimento que todas as sociedades estão em permanente **mudança** pelo que a atuação dos museus deverá assentar nessa própria mudança

A questão da mudança não é nova, nem específica do fazer museológico. Pelo contrário se existe uma ideia central que pode caracterizar a contemporaneidade é sem duvida o reconhecimento da mudança permanente, e isso em todos os níveis da vida em sociedade. Mais ainda, é debaixo da ideia de mudança que se sustenta a ideologia dominante, que nos tempos que correm serve um novo amo, como todas a ideologias, e que neste caso é o fazer neoliberal. A mudança é por si só apresentada como a razão de todas as coisas. Mas mesmo não sendo a razão das "coisas" não deixa de ser a expressão das própria regras do sistema capitalista onde vivemos. Com a sua própria racionalidade económica centrada na concentração da riqueza, e esse é o principal aspeto da mudança, a sua repercussão nos diferentes contexto, tempos e lugares exprime-se por um permanente adaptação que induz igualmente novos processos de mudança. Num planeta sujeito à razão do capital, e também à mão de ferro que mantem os povos sa sua coedição humana de submissos, onde todos os países são países onde reina o sistema capitalista, a concentração induz uma situação de mudança permanente en todos os aspetos não só da vida em sociedade como também no próprio território. Pensar a museologia á revelia deste processo é em nosso entender passar ao lado da compreensão dos fenómenos sociarias e ambientais na qual toda ação deveria encontra a sua razão de ser. Aqui se constitui mais um outro aspeto da Sociomuseologia o qual é reconhecimento da mudança como elemento conformador da própria ação museal.

As questões do género, da inclusão social, do hibridismo. das novas e renovadas migrações, dos conflitos armados , do permanente processo de estabelecimento de ditaduras politicas, sem derrube e construção de "democracias neoliberais são expressoes que tem nos tempos que correm raies e enlaces e manifestações que se alteram em permanência. É nessa mudança profunda que todo o trabalho museal que se pretenda ser do seu próprio tempo deverá encontrar também as suas raizes, enlaces e manifestações.

---

5 MOUTINHO, M., (2007) **"**Evolving definition of sociomuseology: Proposal for reflection" *Cadernos de sociomuseologia*, *Actas do XII Atelier Internacional do MINOM,* pp. 39-44.

3 – O reconhecimento que as **questões do desenvolvimento e da Cultura** são cada vez mais elementos de uma **responsabilidade Social onde assenta a intervenção museal.**

Intrinsecamente ligado à questão da mudança coloca-se a questão da Responsabilidade Social que entendemos como o elemento que estabelece a ligação entre as questões anteriores, que identificamos como a complexidades dos processo sociais que desemboca na multidisciplinariade das abordagens e dos entendimentos, com a questão da mudança que identificamos também como a consequência do processo neoliberal da concentração da riqueza como racionalidade do próprio sistema em que vivemos.

E é essa concentração que coloca cada cidadão face ao empobrecimento geral da humanidade, ao crescimento das desigualdades, não só en termos de cada individuo, mas também em termos das comunidades e ainda mais recentemente na diferenciação dos próprios Países. Se todos são Países onde todos os aspetos são resultantes do próprio sistema capitalista, TODOS SÃO PAISES CAPITALISTAS[6], é forçoso reconhecer que apenas existem diferenças entre os países capitalistas ricos, Países capitalistas pobres e Países capitalistas onde as mais elementares estruturas de organização foram desmanteladas ou estão em processo acelerado de desmantelamento. Os Objetivos do Milénio dão conta da impossibilidade de enfrentar com sucesso os desafios da própria sobrevivência.

> As disparidades gritantes dos rendimentos no mundo atual, as condições miseráveis nas quais vivem bem mais de um bilião de pessoas, a existência de conflitos endémicos em certas regiões, e a rápida degradação do meio ambiente: todas estas questões se combinam mostrando que o presente modelo de desenvolvimento não é sustentável, a menos que sejam encontradas soluções de comum acordo.[7]

Então como manter os museus á margem deste processo de empobrecimento do planeta? A Sociomuseologia ao acentuar o sentido social do seu próprio lugar na sociedade contemporânea, apenas está a reconhecer que não é mais possível ignorar esse empobrecimento da humanidade. Não se pense no entanto que esse empobrecimento diz apenas respeito aos Países pobres e/ou destroçados. Esse empobrecimento dá forma á situação de retrocesso social de setores cada vez mais amplos da população dos "Países ricos".

Esta situação é demostrada num estudo produzido pelo Banco Mundial [8]onde simplesmente se procurou aferir os níveis de pobreza, não no falacioso modelo de abaixo de 1$ por dia mas do efetivo custo de vida em cada país, e do necessário valor para não estar abaixo do limiar da pobreza.

A parte de 12,1% de não pobres na população mundial ou seja 750 milhões de pessoas, são a classe média e média alta dos países ricos que vive dos seus salários, não deixando de ser por um só instante parte potencial do desemprego e em consequência para a maioria, incapaz de fazer face à amortização do consumo realizado, que assentou

---

6 Na verdade desde a queda do muro de Berlim, apenas podemos citar Cuba como um Pais que busca caminhos alternativos de desenvolvimento e isso apesar de uma parte considerável da sua economia já se encontrar perfeitamente integrada na economia capitalista, com é o caso do setor do turismo. Relativamente á China é por demais evidente que todo o seu sistema económico é parte do sistema capitalista mundial.

7 Millennium Report of the Secretary-General of the United Nations http://www.un.org/ millennium /sg /report/, acesso em 18 de Dezembro de 2014

8 PRITCHETT, L., "Who is Not Poor? Dreaming of a World Truly Free of Poverty", *The World Bank Research Observer* 2006 21

Tabela 1
Estimativa de pobreza no Mundo
% e número de pobres segundo várias linhas globais de pobreza

	Rendimento ou consumo de bens *per capita*	Parte da população mundial abaixo desta linha de pobreza %	População mundial 6.2 biliões
Graus de pobreza	Por dia	Cálculo do autor	Cálculo do autor
Indigente	$1/P$1.50	20,5	1.300
Pobreza extrema	$2/P$3.00	46,8	1.600
Pobreza global	$10/P$15.00	87,9	2.500
Não pobre	Acima de qualquer linha de pobreza	12,1	750

Fonte: PRITCHETT, L., Who is Not Poor? Dreaming of a World Truly Free of Poverty, The World Bank Research Observer 2006 21(1):1-23; (resumo da tabela 1, p 9)

no crédito através do qual a banca lhe vai buscar em juros e taxas e afirmar a sua condição de proletário, consciente ou não da sua condição de classe.[9] E esta parte da população dos Países mais ricos tem também ima expressão cada vez maior no numero de crianças vivendo na pobreza, na assistência alimentar que abrange cada dia um numero maior de pessoas, no abandono escolar, na redução dos cuidados médicos não só entre os mais idosos.

Tabela 2
Estimativa de % de pobreza numa seleção de países

Estimativa Banco Mundial 2001			$10 por dia (P$15)		
País	Ano	$1 por dia (P$1.50)	$2 por dia (P$3.00)	Cálculo do autor*	POVCAL
EUA	2001	0	0,07	12,1	-
Brasil	1997	5,1	17,4	66,7	78,5
Turquia	1994	2,4	18,0	79,1	85,1
México	1995	17,9	42,5	92,2	86,2
C.Marfim	1995	12,3	49,6	98,9	98,4
Egito	1995	13,1	52,6	99,7	98,5
Índia	1997	44,2	86,2	99,9	99,5

Fonte Lant Pritchett, Who is Not Poor? Dreaming of a World Truly Free of Poverty, The World Bank Research Observer 2006 21(1):1-23; p 10

A ultima crise que se manifestou em 2008, que corresponde a uma nova etapa da concentração do capital e a já há muito anunciada primazia do capital financeiro, provocou nos Países mais ricos processos eufemisticamente denominados de "austeridade obrigatória" a qual na verdade se traduz no empobrecimento de novos setores da sociedade que ao abrigo dos princípios do capitalismo keynesiano tinha no pós guerra conseguido sair da precaridade. Assim a Sociomuseologia não é uma museologia para os mais desfavorecidos dos Países mais periféricos, mas antes uma museologia útil para todos os Países onde a exclusão social é a principal manifestação da concentração da riqueza. E outra coisa não poderá ser.

9 Moutinho, M., Pobres e Ricos: Globalização ou neoliberalismo, Ed. Colibri, 2011

Não se trata apenas da perda do direito à habitação, da crescente e renovada manipulação dos meios de comunicação, ao desemprego resultante da permanente busca de proletariado mais "barato noutras regiões do planeta, ao crescimentos dos conflitos armados a seguir ao que irresponsavelmente se considera com fim da guerra fria. Também nos Países mais ricos a vida está mais pobre, para a maioria da população, para a qual os conflitos de género, de confrontação social, de exclusão são crescentes. A museologia que ignore o contexto social, local, nacional internacional onde está inserida corre pois o risco de ser de nenhuma relevância para aumentar a consciência cidadã de todos aqueles que estão sujeitos à exclusão neoliberal dominante. A Sociomuseologia ao colocar a responsabilidade social como elemento estruturante da sua prática apenas está a seguir o caminho determinados pela realidade social em que o planeta, os Países as comunidades e as pessoas são cada vez mais irrelevantes.

Depois de termos olhado a museologia como uma "questão" de grande complexidade, mal seria que agora pretendêssemos enunciar um currículo mínimo de formação com o objetivo de ser aplicado de forma generalizada. Limitamo-nos apenas a apresentar de forma resumida como no nosso Departamento de Museologia na Universidade Lusófona tentamos dar resposta a alguns dos desafios que enunciámos.

Assim em todos os nossos programas propomos uma unidade de formação intitulada **Função social do Museu** onde se situam algumas das questões a que consideramos estruturantes: A complexidade dos conceitos envolvidos nas diferentes praticas museológicas, a ampliação da noção de patrimônio e a redefinição consequente de "objecto museológico"; a ideia de participação na definição e gestão das práticas museológicas; museologia como fator de desenvolvimento; as questões da transdisciplinaridade; o uso das "novas tecnologias" de informação e museografia como meios independentes de comunicação. Trata-se de assegurar uma compreensão da museologia como um lugar de direito à diferença, de crítica das ideia preconcebidas, do lugar e da função dos museus e dos seus obreiros, enquanto indivíduos inseridos nos seus contextos sociais e políticos. Propomos um entendimento de que a formação enquadrada no limite da nossa compreensão na Sociomuseologia só faz sentido se se tratar de uma formação onde cada um de nós, professores e alunos, possa contribuir com a sua experiência e com a sua reflexão.

Formalmente as outras unidades curriculares estruturam os programas de Mestrado e de Doutoramento da seguinte forma:

Tabela 3
Organização curricular do Programa de Doutoramento em Museologia

1.º Ano / Tronco comum		ECTS
A Função Social do Museu	Anual	10
Estudos Aprofundados em Museologia	Anual	10
Museologia e Computação	Anual	10
Museologia e Educação	Anual	10
Museologia e Questões Sociais Contemporâneas	Anual	10
Políticas Culturais e Museologia	Anual	10
2.º Ano / Tronco comum		ECTS
Tese (2ºano)	Anual	45
Metodologias de Investigação em Museologia	Semestral	10
Seminário de Investigação em Museologia	Semestral	5
3.º Ano / Tronco comum		ECTS
Tese (3ºano)	Anual	60

Fonte: Despacho n.º 9288-Ae/2007 e Despacho n.º 10672/2012, de 07 de agosto

Tabela 4

Organização curricular do Programa de Mestrado em Museologia

1.º Ano / Tronco comum		ECTS
A Função Social do Museu	Anual	10
Estudos Aprofundados em Museologia	Anual	10
Estágio Curricular	Anual	10
Laboratório de Museografia e Computação	Anual	10
Museologia e Pensamento Contemporâneo	Anual	10
Museologia, Património e Desenvolvimento Cultural	Anual	10
2.º Ano / Tronco comum		ECTS
Dissertação Científica em Museologia/Trabalho de Projeto Avançado em Museologia/Relatório de Estágio	Anual	45
Seminário de Investigação em Museologia	Semestral	5
Metodologias de Investigação em Museologia	Semestral	10

Fonte: Despacho n.º 22448/2008 e Despacho n.º 10676/2012, de 07 de agosto

Somos agora pela dialética da vida, o fruto das dissertações e teses onde todos fomos alertados para novos desafios, para novas fontes de conhecimento, para novas abordagens[10].

Em conjunto aprendemos a melhor relacionar a Sociomuseologia com o género, a melhor entender a importância da participação nos diferentes momentos do fazer museológico, a aprofundar o lugar da museologia na sua relação com a arqueologia com o território e com as cidades. Estudámos o significado do diagnostico museológico, das representações sociais, do lugar que a educação e a pedagogia assumem na construção da cidadania; A responsabilidade dos museus para com a sustentabilidade ambiental e para com as novas tecnologias. Aprendemos a dar a devida importância ao lugar da memória e do esquecimento, à relação da museologia com o desenvolvimento e com as estruturas do poder de decisão e do poder politico.

Por isso somos hoje o fruto do trabalho conjunto com os nossos alunos e alunas de Mestrado e de Doutoramento onde a cada ano avançamos um pouco mais na compreensão daquilo que é e poderá ser a Museologia tanto ao nível das instituições, como das pessoas que nelas se envolvem, obreiros, públicos e utilizadores.

Bibliografia citada:

ASSUNÇÃO, P , PRIMO, J.S.,(org).(2010). To think sociomuseologicaly, Special edition 22nd ICOM General Conference Shanghai, *Sociomuseolog*y, 4, 242 p.

CARTER, J.; ORANGE, J., (2012) “Contentious terrain: defining a human rights museology”. *Museum Management and Curatorship*, , 27.2: 111-127.

MOUTINHO, M., (2011) *Pobres e Ricos: Globalização ou neoliberalismo*, Lisboa: Ed. Colibri, 252p.

PRITCHETT, L., (2006) “Who is not poor? Dreaming of a world truly free of poverty”. *The World Bank Research Observer*, 21.1: 1-23.

10 Todas as dissertações e teses estão disponíveis em texto integral em http://www.museologia-portugal.net

Trançadeiras, Guardiãs das Memórias na Diáspora Africana

Neli Gomes da Rocha[1]
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Universidade Federal do Paraná/BRASIL

Maria Tarcisa Bega[2]
Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná/BRASIL

Resumo: Nas diversas culturas, o aspecto dos cabelos assinala diferenças sociais, atendem às exigências religiosas ou a posicionamentos políticos. Concepções subjetivas de pertencimento a uma origem ou a um grupo, para LODY (2007) «tocar a cabeça, pentear os cabelos, organizar esteticamente penteados são atividades tão antigas». Trançar os cabelos configura um '*modo de saber'* e um *'modo de fazer'* complexo, um *habitus* legitimado enquanto conhecimento geracional (MANNHEIM) transmitido pela oralidade e em geral matrilinear. 'Além mar' os trançados foram realocados e adquirem posições sociais e valores diversos. O conhecimento da trançadeira na diáspora africana significa a continuidade por meio das 'mãos de sabedoria' e remete ao que foi vivido pelos ancestrais, para ANTONACCI (2013) são «memórias ancoradas em experiências dos que só têm no corpo suas formas de comunicação, heranças em *performances*». 'Guardiãs das memórias' de matrizes africanas, tecem comportamentos sociais e trançam ideias. Ao 'mexer' na cabeça ativamos a 'memória ancestral' possibilitando repensar o mundo diferenciado do qual o ocidente nos legou.

Palavras-chaves: trançadeiras, modos de saber, comportamento, diáspora africana, conhecimento geracional.

Introdução

Nas diversas culturas, o aspecto dos cabelos assinala diferenças sociais e atendem às exigências de comportamento culturais, posicionamentos políticos e visões sobre o sagrado, mas também configuram elemento social distintivo e atemporal, a exemplo dos trançados capilares. Visamos aqui refletir sociologicamente a partir da observação de narrativas literárias que destinam algum *sentido* à condição humana de afeto inter-geracional e identidade. Aqui nos ateremos a concepções e sentidos socioculturais atribuídos aos cabelos crespos em dois contextos distintos e complementares que atuam como 'fios condutores' para as lembranças que impulsionam o reavivar das experiências, em busca de novas possibilidades interpretativas. Primeiramente, recorremos à literatura infanto-juvenil contemporânea que aborda o sentido de belo para um grupo social em contexto pré-colonial do continente africano e a prática dos cuidados com os crespos utilizando a técnica dos trançados. Posteriormente, apresentamos outra literatura infanto-juvenil, todavia, em contexto de diáspora africana na realidade brasileira que nos expõe relações de afeto inter-geracional utilizando as tranças em seu cotidiano.

---

1 Graduada em Ciências Sociais pela UFPR (primeira turma de cotistas raciais); Mestre em Sociologia pela UFPR; Cursa Doutorado em Sociologia UFPR; membro do grupo de pesquisa Pensamento social, intelectuais e circulação de idéias, na linha de Pensamento social e rotinização das idéias; Atua como pesquisadora na área das Relações Raciais no Brasil; Integra o Núcleo de Estudos Afro brasileiros da UFPR na área de Estética Negra; Contato: neliproducao@yahoo.com.br. Nascida em Teresina, Piauí/BRASIL, filha de comerciante/quitandeiro e dona de casa. Desde 2000 reside em Curitiba,Pr/Brasil. Realizou a vida escolar e acadêmica em instituições públicas brasileiras. Atualmente bolsista CAPES. Mãe de José Abdias, 4 anos.

2 Socióloga, doutora em Sociologia, líder do Grupo de pesquisa Sociologia e Políticas Sociais (CNPq) e membro do grupo de pesquisa Pensamento social, intelectuais e circulação de idéias (CNPq). Contato: tarcisa.silva@gmail.com

As constantes ações de recordação social e do esquecimento permitirão que a experiência passada possa ser incorporada ao presente, tanto como modelo socialmente reconhecido quanto padrão inconscientemente condensado, implícito ou virtual. O primeiro modo (socialmente reconhecido) é o que ocorre a partir da experiência adquirida pelo conhecimento, pela via intelectual, mediante os quais homens moldam as suas condutas. O outro, «[...] é o material tradicional transformado para adequar-se à nova situação prevalecente, ou então potencialidades anteriormente despertadas ou negligenciadas naquele material são descobertas durantes o desenvolvimento de novos padrões de ação» (Mannheim, 1982:77). O processo ocorre por meio dos mecanismos não conscientes – a experiência vivida – e somente quando estes se tornam insuficientes é que o mecanismo racional entra em ação, em geral resultante de uma mudança na situação histórica e social.[3]

Um dos fatores que fundamenta o estudo dos grupos geracionais é a permeabilidade das gerações uma vez que é com sua presença que se garante a renovação cultural. Todavia, mais do que a geração, interessa-nos a 'unidade de geração' porque é somente ela que impõe vínculos mais sólidos, de efeito constringente, isto é, formador e modelador do grupo. É mediante o recurso à unidade de geração que poderemos entender a manifestação das relações entre gerações e as modalidades de transmissão de valores e conhecimentos valorizados pelo contexto do grupo.

Assim como nos orienta Bauman (2010), «A arte de pensar sociologicamente consiste em ampliar o alcance e a efetividade prática da liberdade. Quanto mais disso aprender, mais o indivíduo será flexível diante da opressão e do controle, e, portanto, menos sujeito a manipulação.» (Bauman, 2010: 25).[4]

As tranças de Binton – embelezamento e modos de fazer

> Às vezes, sonho que passarinhos estão fazendo ninhos na minha cabeça. Seria um ótimo lugar para deixarem seus filhos. [...]
> Mas na maioria das vezes eu sonho mesmo é com tranças. Longas tranças, enfeitadas com pedras coloridas e conchinhas. [...]
> As tranças de tia Ainda levaram três dias para ser feitas. São tantas [...]
> Nessa noite, sonho que uso tranças e que o sol me segue [...]
> Eu sou Bintou. Meu cabelo é negro e brilhante. Meu cabelo é macio e bonito. Eu sou a menina dos pássaros no cabelo. O sol me segue e estou feliz.[5]
>
> (Diouf, 2004)

Os fragmentos literários apresentados acima nos indicam formas de entendimento e percepções da realidade e a relação cultural estabelecida com a própria corporeidade refletida na representação corpórea do 'outro'. Na obra 'As Tranças de Bintou' uma menina chamada de Bintou, deseja avidamente usar tranças como as demais mulheres de sua comunidade, todavia, seu 'tempo' ainda não chegou, o momento é de esperar a passagem da

---

3 Diálogo com a reflexão apresentada na tese de Bega, Maria Tarcisa. Letras e Política no Paraná – Simbolistas e anticlericais na república velha. Editora UFPR, Curitiba : Paraná, 2013.

4 BAUMAN Zigmunt e MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010, pp. 25 e 25.

5 Fragmentos do livro AS TRANÇAS DE BINTON – AUTORIA: SILVANE A DIOUF, 2004. Literatura infanto-juvenil. Segunda a autora "A tranças de Binton é uma história comovente que permite repensar o Brasil através dos costumes africanos."

fase criança[6] para outro estágio. Como observamos no trecho que segue: «Vovó Soukeye sabe de tudo. É o que mamãe sempre diz. Ela me explicou que os mais velhos sabem mais porque viveram mais, e por isso aprenderem mais. E, já que a vovó sabe tudo, eu lhe pergunto por que meninas não podem usar tranças.» (Diouf, 2010:10)

Para decifrar a questão a menina busca a sabedoria da pessoa mais velha e assim identificar os motivos pelos quais a criança não pode usar os cabelos crespos trançados, com isso, percebemos o modo como as inquietações sociais são respondidas naquele contexto. Nos agrupamentos familiares mitos, contos e narrativas são ilustrações criativas dos ensinamentos para as relações de convívio inter-geracional do grupo, a exemplo dos cuidados de higiene com o corpo e cabelos e o embelezamento, como observamos no trecho da obra literária supracitada:

> Há muito tempo, existiu uma menina chamada Coumba que **só pensava no quanto era bonita**, vovó diz enquanto afaga minha cabeça. Todos a invejavam, e ela foi se tornando uma **menina vaidosa e egoísta**. Foi nessa época, e por isso, que **as mães decidiram que as crianças não usariam tranças, só birotes, porque assim elas ficariam mais interessadas em fazer amigos, brincar e aprender."** Vovó me acaricia e diz: "Querida Bintou, **quando for mais velha, você terá bastante tempo para a vaidade e para mostrar a todos a bela mulher que será.** Mas, agora, querida, você ainda é apenas uma criança. **Poderá usar tranças no momento adequado** (Diouf, 2010:10 [**grifos nosso**s]).

Notadamente a beleza é um elemento social valorizado, gerador de disputas pela posição primeira pelo reconhecimento do grupo, carrega significativas marcas sociais e de compreensão do que é 'ser bela mulher' e o que é 'ser mulher sábia'. No conto infantil apresentado, a explicação ilustra normas de convívio, "As tranças de tia Ainda levaram três dias para ser feitas. São tantas, lindas [...], para conquistar a beleza não importa o tempo necessário, sem, todavia, abdicar de suas obrigações individuais. Além disso, o constructo social do feminino envolve ao longo da vida cuidados com o corpo e com sua aparência e coube a mulher tornar-se responsável pelas relações do âmbito privado. Gerações inteiras asseguraram a continuidade dos saberes de 'cuidar' do 'outro', tanto no sentido físico e quanto no simbólico.

Voltando a obra, a mulher mais velha do grupo, considerada pessoa de sabedoria dentro e fora daquele contexto, surge para racionalizar o questionamento da criança. Passa a construir sua narrativa explicativa daquela situação recorrendo a mitos, no entrelaçar de valores, de comportamentos e de códigos comuns, sejam eles individuais e do grupo. O aprendizado pela observação, pela ação do outro, especialmente na fase da vida em que se dá a primeira socialização, ao acolher e aproximar, os indivíduos de diferentes gerações recorrendo ao mundo da ludicidade e do simbólico na forma de ensinamentos.

A narrativa apresenta um contexto cultural localizado em algum lugar do continente africano, é indicado ao leitor as condutas compartilhadas pelo grupo de corporeidade nas diversas fases da vida, a exemplo, das crianças

---

6 Para quem vive nas sociedades modernas *ser criança* é um estágio da vida claro e distinto. As "crianças" distinguem-se dos "bebês" e dos que "engatinham". É-se criança entre a primeira infância e a adolescência. Apesar disso, o conceito de criança, tal como tantos outros aspectos da nossa vida social moderna, só apareceu nos últimos dois ou três séculos. Nas sociedades tradicionais, os mais novos passavam diretamente de uma infância prolongada para a idade em que começam a trabalhar. O historiador francês, Philippe Ariès argumentou que a "infância", como fase distinta do desenvolvimento, não existia nos tempos medievais (Aries, 1973). Nas pinturas da Europa Medieval, as crianças são retratadas como "pequenos adultos" com feições maduras e o mesmo estilo de vestuário dos adultos. As crianças tomavam parte do trabalho e dos passatempos dos adultos e não tinham os brinquedos e jogos específicos de hoje. (...) O conceito de "adolescente" é específico das sociedades modernas. As mudanças biológicas que acontecem na puberdade (na medida em que a pessoa se torna capaz de manter uma atividade sexual adulta e reprodutora) são universais. Contudo, em muitas culturas isso não produz o grau de confusão e incerteza tantas vezes encontrado entre os jovens do mundo Ocidental. (...)

A particularidade de se ser um "adolescente" nas sociedades modernas está relacionada tanto com a ideia geral de direitos da criança, como com o processo de educação formal. Os adolescentes tentam frequentemente seguir os modos dos adultos, mas são tratados legalmente como crianças. Podem desejar começar a trabalhar, mas são obrigados a permanecer na escola. Os adolescentes estão "entre" a infância e a maturidade, a crescer numa sociedade em constante transformação. GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

(na infância) utilizam o penteado no formato de birotes (estilo de amarrar os cabelos em quadro partes iguais) e apenas após o reconhecimento coletivo o indivíduo passa a ser considerado amadurecido para enfrentar a juventude (vida adulta), só então poderão utilizar trançados elaborados nos cabelos crespos que comunicam através da corporeidade a mudança de status social. Para Nascimento (2006) «trançando e tecendo histórias, desenrola contos com a maestria de quem sabe desvendar o mundo e seus mistérios, em arranjos mágicos, inesperados e de perfeito acabamento» (Nascimento, 2006:128)

Trançar os cabelos configura uma expressão de *modos de saber e modos de fazer* que permanecem atualizadas nas relações pessoais e cotidianas de pessoas que possuem os cabelos crespos, de pele clara ou escura. A transmissão do conhecimento conduzido pela interação, através da experiência de quem trança, apresentado por Lody (2004) da seguinte maneira

> a karoba – tranças típicas da cultura Fulani - são bem fininhas e altas e pode formar uma série de desenhos significantes. Patwo, um estilo que lembra Oni Xangô, filhos do orixá Xangô. Koju soco – que significa 'olhando para o marido', é um penteado de casamento. Kolese, penteado fúnebre composto por duas tranças soltas, etc. (Lody, 2004:77).

Participante de uma 'configuração histórica' a arte capilar das tranças é entendida aqui como o domínio técnico de um saber geracional, predominantemente matrilinear e de significativa expressão cultural de matriz africana, disseminada pelas grandes migrações ocorridas entre África e as Américas, configuram elementos simbólicos que são ecos da memória compartilhada da diáspora[7] africana. Para Nascimento (2006) «mulheres que tomam para si a incumbência de garantir uma permanência na configuração dos valores de suas comunidades.» (Nascimento, 2006: 130)

O primeiro conjunto analítico, que enfatiza a discussão sobre gerações numa perspectiva sociológica, tem ocupado vários estudiosos, em especial Mannheim, que entende e explica tal fenômeno social por apresentar um tipo particular de identidade de situação que, apesar de tomar o ritmo biológico como inerente, não pode ser meramente deduzido dele. Como só participa limitadamente do processo histórico, para que se possa determinar geração como fenômeno social e cultural de um segmento para outro.

Figura 1 – Hieroglifos egípcio ilustrando o uso de trançados por homens e mulheres no cotidiano
Fonte: Egípcios Antigos - Fiona Macdonald[8]

7 «Palavra de origem grega significando 'dispersão'. Designando, de início, principalmente o movimento espontâneo dos judeus pelo mundo, hoje aplica-se também à desagregação que, compulsoriamente, por força do tráfico de escravos, espalhou negros africanos por todos os continentes. [...] O termo 'Diáspora' serve também para designar, por extensão de sentido, os descendentes de africanos nas Américas e na Europa e o rico patrimônio cultural que contribuíram. » (LOPES, 2004,236-237)

8 EGÍPCIOS ANTIGOS - FIONA MACDONALD, São Paulo:Moderna, 1996, p. 17 (Coleção Desafios)

A figura 1 ilustra nossa reflexão, a partir do contexto da reconhecida civilização egípcia antiga, portanto de Matriz Africana. Diante das numerosas descobertas, fruto de inúmeros estudos ocidentais e africanistas que tratam do cotidiano, do jeito de vestir, dos tipos de penteados, de seus turbantes e trançados como os de Nefertari ou Cleópatra[9]. No campo das artes os estudos sobre as esculturas africanas evidenciam a complexidade e a relevância destinada os cuidados com os cabelos com seus adornos e penteados, personalidades históricas como Nefertiti, a única mulher co-regente do Egito, considerada ícone da beleza na humanidade moderna. Seu rosto significa 'a mais bela chegou'. Esculpida de diversas formas, a mais conhecida, descoberta em 1912, a escultura do 'busto **de Nefertiti**', referência estética de beleza e poder, no Egito Antigo[10] e no mundo. Para NASCIMENTO (2009)

> Um dos mitos mais permanentes a sustentar a hegemonia européia talvez seja o da origem grega da civilização. Agora se tem demonstrado que esse foi um exagero cometido por intelectuais [...] A obra Atenas Negra, de Martin Bernal (1987) demoliu a ideia de que a Grécia antecedeu a África, particularmente o Egito, em termos de civilização. (Nascimento, 2009: 100-101)

A Estética Negra através da perspectiva cultural do Egito antigo, embora atualizado para uma linguagem lúdica dos tempos atuais revelam-nos todo um percurso de mudança, recriação e desaparecimento dessas linguagens tradicionais. Nos estudos de 'Negros na antiguidade' (1970), o pesquisador Frank Snowden escreveu sobre as contribuições de matrizes africanas para o mundo greco-romano e nos inquieta ao trazer a percepção de Heródoto ao descrever fisicamente os egípcios, «à semelhança dos etíopes e dos colchianos, tinham pele negra e cabelo lanudo». Muito diferente da representação ocidental de personagens históricos com Cleópatra (eternizada pelo cinema com a atriz Elizabeth Taylor) que em nada se aproxima da aparência retratada em desenhos, estatuetas e esculturas descoberta posteriormente.

Documentos históricos, relatos dos viajantes e exploradores, mapas e expressões artísticas, apontam o imenso desafio: é possível recompor a trajetória dos trançados na Diáspora Africana e apresentar um pouco do contexto cultural e histórico de povos que viveram por séculos e deixaram seu legado a exemplo dos cabelos penteados e ornamentados em estilos variados, ressaltando distinções sociais na hierarquia daquela sociedade. O hábito de trançar cabelos e sua interdependência com a identidade, pratica de cuidado herdada das tradições africanas, que fora de África foram realocadas para outras posições sociais ganhando outros valores nas Américas (Gomes, 2006; Lody, 2004; Inocêncio, 2006) com históricos embates frente aos padrões de beleza e estética hegemônica, em geral, indivíduo de pele e olhos claros, cabelos lisos e preferencialmente louros. Nesse sentido recorremos aos estudos de Gomes (2006)

> Um bom exemplo dessa recomposição é o estudo sobre o penteado em forma de cruz usado pelos luba, desaparecido progressivamente na primeira metade do século XX. O penteado em forma de cruz refletia o status social de certas princesas. Assim, um penteado ritual feito ráfia chamando kibanga identificava as mulheres encarregadas da cozinha real [...]

---

9 69 a. C. Nasce Cleópatra, filha do faraó Ptolomeu Aulete, representante da dinastia grega dos Ptolomeus. Foi a última rainha da dinastia de Ptolomeu, general que governou o Egito após a conquista daquele país pelo rei Alexandre III da Macedônia. Era filha de Ptolomeu Auletes. O nome "*Cleópatra*" significa '*glória do pai'*, '*Thea*' significa "*deusa*" e '*Filopator'* '*amada por seu pai'*. Link: http://pt.wikipedia.org/wiki/Cle%C3%B3patra

10 Nascida no ano de 1380 a.C., **Nefertiti**, foi uma rainha egípcia da XVIII dinastia que se tornou notável por ser a esposa do faraó Amenhotep IV, conhecido como Akhenaton A rainha teve grande importância na disseminação do culto monoteísta junto ao seu marido, pois era uma das únicas que podia reverenciar e interceder diretamente com o rei-sol Athon. No reinado de Akhenaton, o faraó e a rainha eram responsáveis pela realização dos cultos e eram figuras representativas dessa divindade. Detentora de grande popularidade, para especialistas ela tenha se tornado co-regente de Akhenaton, acumulando mais poder. Essa última tese é levantada graças a uma imagem em bloco de pedra onde a rainha aparece golpeando um inimigo com uma maça, remetendo à ideia de força. Alguns arqueólogos estimam que ela tenha morrido no ano de 1345 a.C. Atualmente, a obra pertence ao Museu de Berlim, na Alemanha. Link: http://www.infoescola.com/civilizacao-egipcia/nefertiti/

> Os diversos povos africanos reproduziam nos seus penteados formas encontradas no seu meio natural [...] Podemos observar que, embora apresentem transformações, os penteados complexos continuam sendo uma forte marca estética do negro na diáspora. (Gomes, 2006:334-335)

Os povos africanos que vieram ao Brasil trouxeram em sua memória coletiva uma bagagem imensa de conhecimento e práticas sociais. Por todas as localidades é prontamente identificada a presença de espaços privados e coletivos para a técnica de manipulação dos cabelos crespos, desde a elaboração de tranças e dreads; variadas técnicas de torços e turbantes e outras tantas manifestações de cuidado com o corpo e cabelos, inclusive as manipulações químicas e utensílios de domesticação dos fios aproximando-os aos padrões eurocêntricos de beleza e representam aqueles que carregam em seu corpo as marcas da ancestralidade de matriz africana.

> As experiências africanas marcadas na memória dos grupos afro-brasileiros são, extremamente, ricas e complexas. Trançar cabelos pode simbolizar uma homenagem de cunho religioso como está colocado acima ou uma prática social de cunho estético em busca do embelezamento herdado por nossos ancestrais africanos. (Gomes, 2006:339)

Betina – 'Você vai trançar o cabelo de toda essa gente'

> Enquanto trançava, avó e neta conversavam, cantavam e contavam histórias. Era tanta falação, tanta gargalhada que o tempo voava! E, no final, o resultado era um conjunto de tranças tão artisticamente realizadas que mais parecia uma renda.
> Quando a avó terminava o penteado, Betina dava um pulo e corria para o espelho. Ela sempre gostava do que via. [...]
> Os cremes que a avó usava para lavar o cabelo de Betina eram tão cheirosos! No outro dia, ao sair à rua com os cabelos trançados, por onde a menina passava, os comentários eram: _ que tranças lindas! _ Parecem rendas! [...]
> Mas antes de partir, eu quero lhe deixar um presente. [...] Vou lhe ensinar a fazer tranças. [...] (Gomes, 2009)[11]

Os ensinamentos que a avó da menina 'dos olhos cor de jabuticaba' foram apreendidos pela observação e repetição das ações praticadas, o aprendizado da arte de trançar a cabeleira crespa e o conhecimento das origens daquelas técnicas que tanto embelezava e fortalecia os vínculos entres as mulheres e homens de gerações diferentes, situação que a experiência os uniram, ou seja, «mulheres burlando a dor, persistindo em ancorar suas memórias em momentos afirmativos para poderem conduzir com mais leveza seus destinos» (Nascimento, 2006:118).

Neste sentido, é preciso expor que a oralidade é aqui considerada como algo complexo e que não se reduz ao verbalizar, perpassa o gestual e o corpóreo. Para autores como Antonacci (2013), elementos constitutivos de sua *ex-pressão* do mundo vivido.

> Oralidade como ex-pressão será assim a face de cruzamento que não se reduz nem 1) a uma concepção dualista: oralidade *versus* escrita, ciência e precisão ao lado da escrita, enquanto imprecisão com suas nebulosas míticas seriam força da oralidade; nem 2) a uma aproximação monista: oralidade reduzida à palavra e ao ritmo; nem 3) uma compreensão dialética onde a oralidade seria apenas um momento, metáfora da escrita, esta última permanecendo seu fundamento.

---

11 Literatura infantojuvenil com autoria de Nilma Lino Gomes. Betina. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

> Privilegiando a palavra sem a ela se reduzir, convocando o gesto sem nele demorar, atravessando o mundo ao mesmo tempo em que **o eleva à dimensão simbólica, a oralidade não se estabelece num lugar para dele fazer sua morada, em vez disso se aprofunda no seio de todo lugar, alguma coisa como não-lugar (u-topos) abrindo à experiência**. (Antonacci *apud* Bidima, 2011:683-684)

Uma prática que remete a um *habitus* legitimado enquanto conhecimento geracional que congrega simbologia e complexidade ancestral, modo de se comunicar por diversas gerações e culturas. Atuam como códigos sociais que o grupo lança mão para estreitar vínculos afetivos, nesse sentido os escritos de Mannheim (1982) refletem que

> somente onde os contemporâneos estão definitivamente em posição de partilharem, como um grupo integrado, de certas experiências comuns podemos falar corretamente de similaridade de situação de uma geração. A mera contemporaneidade torna-se significativa sociologicamente apenas quando envolve também a participação nas mesmas circunstâncias históricas e sociais (Mannheim, 1982: 80)

A co-participação nessa 'memória ancestral' independentemente da 'aceitação' ou 'negação' de suas origens, os trançados foram realocados e adquiriram posições sociais e valores diversos através da tradição oral. Ao manusear os fios para entrelaçam a cabeça atua como transmissoras da 'memória ancestral' no exercício de repensar o mundo, dinâmico e diferenciado daquele descrito pelos valores culturais e estéticos do ocidente, legado herdado pelo mundo moderno. Para o pesquisador Gilroy (2001)

> As culturas do Atlântico Negro criaram veículos de consolação através da mediação do sofrimento. Elas especificaram formas estéticas e contra-estéticas e uma distinta dramaturgia da recordação que caracteristicamente separam a genealogia, da geografia, e o ato de lidar com o de pertencer. (GILROY, 2001:13)

Conclusão

A presente abordagem dialoga com os estudos da temática que consideram a figura da trançadeira na atualidade como agentes que possibilitam a continuidade na transmissão de conhecimento através das 'mãos de sabedoria' de gerações de seus ancestrais por meio dos cuidados com a cabeça física, mas ao mesmo tempo do Ori. Rememorar as tradições de matrizes africanas por meio da 'cabeça ancestral', aquilo que «me conecta aos meus, ao orum, ao ayê e a tudo o que existe entre eles» afirmam Rocha&Barbosa (2014). Para exemplificar, mas uma experiência: a cabeça para as jovens do grupo Himba da Namíbia que são adornadas para uma cerimônia de entrada na vida adulta, onde seus cabelos são tratados com óleo de palma (azeite de dendê), argila e durante uma semana toda a comunidade se prepara. No ritual, as mais velhas orientam as mais jovens nos segredos; os homens fazem-lhes a corte. Confirmando assim os dizeres proverbiais do povo a Akan: *"Se wo were fi na wosankofa a yenkyi"* que traduzido ficaria 'Não é errado voltar atrás pelo o que esqueceste'.

A nosso ver, os conhecimentos das trançadeiras na diáspora africana são saberes: matemáticos e lógicos; lúdicos e culturais; são técnicas de manusear e ornamentar os cabelos, especialmente os crespos. Guardiãs das memórias africanas, as trançadeiras tecem comportamentos sociais e trançam ideias, são «memórias ancoradas em experiências dos que só têm no corpo suas formas de comunicação, heranças em *performances*.» como nos afirma (Antonacci, 2013: 38)

Bibliografia:

Livros: ANTONACCI, Maria Antonieta. (2013), *Memórias ancoradas em corpos negros* – São Paulo: Educ.

BAUMAN Zigmunt e MAY, Tim. (2010), *Aprendendo a pensar com a sociologia.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., pp. 25 e 25.

BEGA, Maria Tarcisa. Letras e Política no Paraná – Simbolistas e anticlericais na república velha. Editora UFPR, Curitiba: Paraná, 2013.

DIOUF, Sylviane. (2004) *As tranças de Bintou*. São Paulo: Cosac & Naif.

MACDONALD, Fiona. (1996), *EGÍPCIOS ANTIGOS (Coleção Desafios)* São Paulo: Moderna, 1996, p. 17.

GOMES, Nilma L. (2008), *Sem perder a raiz – Corpo e Cabelo como símbolo de identidade negra.* 2.ª ed.. Belo Horizonte: Autêntica.

_____. Betina. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

GILROY, Paul. (2001), *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência.* ***São Paulo: Editora 34; Rio de janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro*** de estudos Afro-asiáticos.

LODY, R.G.M. (2004), *Cabelos de axé: identidade e resistência.* Rio de Janeiro: Senac Nacional.

LOPES, Nei. (2004), *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana.* São Paulo: Selo Negro, p. 236-237.

MANNHEIM, Karl. (1982), *A sociologia* (Coleção Grandes Cientistas Sociais) Mannheim, In: FORACCHI, Marialice Mencarini (Org.) São Paulo: Ática.

NASCIMENTO, Gisêlda Melo. (2006), *Feitio de viver:memórias de descendentes de escravos.* Londrina: Eduel.

Publicações online: ROCHA, N.G. & BARBOSA, W. (2014). *Ori-oficinas de tranças:* reflexão sobre práticas pedagógicas e circulação de ideias na diáspora africana, trabalho apresentado no 8º Congresso Brasileiro de Pesquisadores (as) Negros(as), Belém-PA. Retirado em: 21 de ago. de 2014, do site:<http://www.copene.org/conteudo/view >.

GT50
Histórias, Memórias e Patrimonização: Análises dos bens culturais africanos e afro-descedentes

Historiografia sobre os quilombos no brasil: a terra e a memória como patrimônio cultural

Delton Aparecido Felipe

Resumo: A produção historiográfica sobre os quilombos paranaenses toma como pressuposto que estes constituem espaços de (re) invenção das identidades culturais da população negra frente aos traumas e repercussões da Diáspora Africana. No entanto, estes estudos indicam que o reconhecimento e demarcação dos quilombos visam apenas a reivindicação de propriedade da terra. Destacamos que essa problemática não pode ser circunscrita tão somente a essa argumentação, uma vez que a preservação dos territórios quilombolas implica a sua visibilidade na história social brasileira, a valorização e salvaguarda de suas memórias e práticas culturais. Entre os remanescentes quilombolas, o recorte desta discussão dá-se sobre a comunidade Paiol de Telha, localizada nas proximidades da cidade de Guarapuava (Paraná/Brasil). O acesso à terra envolve estratégias de preservação dos saberes da comunidade referida e a tendência a patrimonialização de seus bens culturais. Com base dessa premissa, investigamos as táticas utilizadas pela referida comunidade para proteger e garantir que suas tradições continuem passando de geração a geração, para tanto observamos, entre outros aspectos, como os remanescentes de o Paiol de Telha lidam com o Decreto 4.887/2003, cujo objetivo se centra na ideia de normatizar os "procedimentos para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por quilombolas"; e como se organizam para efetivamente garantir a proteção de seu patrimônio material e imaterial. Expostos os pressupostos de nossa pesquisa, observamos que ela integra as atividades do estágio pós-doutoral que desenvolvemos, no Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Estadual de Maringá (PR/BR).

Palavras-chave: Memórias Negras; Práticas Culturais; Patrimônio; Quilombo Paiol de Telha.

1 Introdução

Ao mapearmos a produção historiográfica sobre as comunidades quilombolas no Brasil, percebemos que o reconhecimento dessas comunidades como patrimônio cultural pela a Constituição Federal de 1988, marca uma mudança na relação entre a história política brasileira e a história social da população negra no Brasil. A preservação das comunidades quilombolas como patrimônio cultural é um dos temas de relevância na trama nacional, porque denota os conflitos entre a história social do negro no Brasil e a constituição da história brasileira oficial. Para Cunha Junior (1992) os quilombos foram tratados pela historiografia tradicional brasileira sob a ótica dos negros que fugiam para o mato durante o escravismo, não se realçando a importância da resistência e confronto com o regime de imposição do trabalho escravizado, além de espaços de preservação de saberes e fazeres dos povos africanos no território brasileiro.

Na abordagem da historiografia tradicional brasileira, os quilombos são citados como espaços de rebeldias individuais e desprovidos de potencial transformador. Cunha Junior (1992) Ao analisar como os quilombos no Brasil eram tratados nos estudos acadêmicos no início da década de 1990 afirma que esses estudos destituía uma avaliação sistemática quanto à frequência de quilombos, a sua existência em todos os estados do Brasil e em todos os períodos da história nacional posterior a 1500. Além disso, não existia a preocupação de estudar

os quilombos como uma instituição de base africana transportada para as Américas e existentes ao longo da história dos países do Caribe e do Continente americano. Cunha Junior (1992) ainda destaca que na maioria das regiões das Américas onde existiu o sistema de produção escravista, formaram-se organizações quilombolas. Outra dimensão que não era atribuída aos quilombos era sobre sua importância econômica e populacional como sistema de contestação ao escravismo, na atualidade os territórios quilombolas são visto como formas sociais e econômicas alternativas ao tipo de sociedade escravista organizada como forma de colonização do Brasil.

Em sua dissertação de mestrado Gomes (1993) ao analisar a dinâmica social das comunidades quilombolas no Brasil argumenta que os territórios quilombolas além de assegurar a sobrevivência da população negra que não estava inserida na dinâmica do escravismo, constituía também a base para a produção e a reprodução de todo o seu patrimônio cultural. Gomes em 1993 indicava a necessidade de mudanças na abordagem sobre os quilombos no Brasil, para ele as comunidades quilombolas devem ser visto como espaço de experiência de viver a cidadania de uma parcela da população negra, sem que tenham que abrir mão de suas práticas culturais, sociais e econômicas.

A partir da abordagem como a de Gomes (1993), começou a emergir uma série de estudos que postula a necessidade de assegurar o acesso ao território aos remanescentes das populações quilombolas no Brasil. Garantir o acesso ao território para população quilombola nessa abordagem significa manter viva na memória saberes e fazeres, os modos tradicionais de distribuição e consumo da produção, além de elementos simbólicos essenciais para analisar a história política brasileira e a história social da população negra.

A Constituição Federal de 1988 no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) outorga que "Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras reconhecidas a propriedade definitiva, devendo o Estado emitirem-lhes títulos respectivos". Esse mesmo artigo regulamenta o procedimento de regularização fundiária e nele está descrito que: "São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural" (Brasil, 1988:7).

Ainda na Constituição de 1988 nos artigos 215 e 216 que tratam do patrimônio cultural brasileiro outorgam que para a proteção às manifestações afro-brasileiras é necessário o tombamento de documento e sítios detentores de "reminiscências históricas dos antigos quilombos" (Brasil, 1988:22).

Dessa forma a Constituição Federal de 1988 ao vincular o patrimônio cultural a reminiscências históricas dos antigos quilombos, abre espaço para a importância da memória da população negra, em especial a que se localizam em territórios quilombolas para a compreensão dinâmica social e políticas na história do Brasil. Almeida (1998) enfatiza que as comunidades quilombolas, que em sua maioria localiza-se nas regiões rurais no Brasil, estabeleceram no decorrer de sua história uma intensa rede de interação com as sociedades locais, contrapondo o estereótipo veiculado pela historiografia tradicional de isolamento geográfico. A qualidade e intensidade de interação dos quilombolas com os grupos que os cercavam foi o que possibilitou a construção de uma configuração social, cuja autonomia tinha também suporte nessa dinâmica de relações sociais que correspondem formas de usar e ocupar a terra.

É nesse contexto de vincular a história política brasileira e a história social da população negra, que acreditamos na importância de uma abordagem historiográfica que vincule a memória, o território e a história dos remanescentes das populações quilombolas brasileira. E para fazer isso optamos por analisar a importância da memória para os habitantes da Comunidade Invernada Paiol de Telha no Estado do Paraná, para entendermos como esse território, assim como seus saberes e fazeres pode ser entendido como patrimônio cultural brasileiro.

No Estado do Paraná, ao tratar das comunidades quilombolas é necessária a compreensão que a escravidão nesse estado não foi diferente das demais regiões do Brasil. O negro inserido como mercadoria na compra, venda e aluguel rendiam impostos ao governo. Como produtor de bens, era importante para a economia do mercado interno e externo, pois produzia riquezas com seu trabalho. Tuma (2008) argumenta que a Província do Paraná[1], em 1872, possuía registro de cerca de 10.500 negros escravizados em 1887 o número teria diminuído para 3.600, cujo declínio seria mais pela morte, venda e transferência para outras províncias do que pela libertação concedida pelos senhores escravocratas. (TUMA, 2008:87)

1 Estados do Brasil até a Constituição de 1891 eram chamados de Províncias .

Ao se analisar a população dos estados que compõem a região Sul do país, percebe-se que o Paraná é o que concentra o maior número de negros. De acordo com (Silva, 2010:1) "em 1853, quando ocorreu a emancipação política do Estado, 40% da população, era composta por negros. Hoje, segundo dados do IBGE, eles representam 28,5%, o que confere ao Paraná a maior população negra do sul do país". Os dados acima desmistificam a visão eugênica de um Paraná sem negros. Essa conotação começa a ser substituída pela visão de um Estado que deve parte do seu desenvolvimento à comunidade negra, que se fez presente no estado desde o século XVI e ainda hoje reproduz parte de seus costumes e tradições no território paranaense.

As comunidades quilombolas do Paraná começaram a ser recenseadas a partir da criação do Grupo de Trabalho Clóvis Moura, em abril de 2005, por iniciativa do governo de estado. O objetivo imediato era reavaliar a presença dos pressupostos africanos no estado bem como incluí-las dentro das políticas públicas de inclusão social que estão sendo disponibilizadas a outras comunidades e segmentos pelo governo federal e estadual.

Apesar do avanço referente ao reconhecimento dos direitos dos quilombolas do acesso a terra com Constituição de 1988, foi somente em 2003 com o Decreto 4,887 que "regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos", que os processos de titulação e reconhecimento dessas comunidades evoluíram. E, é neste universo repleto de lutas por reconhecimento de direitos territoriais, identitários e culturais que se encontra o quilombo foco de nosso estudo a Comunidade Invernada Paiol de Telha, localizada na proximidade da cidade de Guarapuava, Paraná (Brasil, 2003:4).

2 Formação de quilombos no Brasil

A história social da população negra passa necessariamente pela compreensão de como a escravidão localizou essa população no tecido social brasileiro. Considerando que a formação dos quilombos está diretamente vinculada a escravidão, é preciso entender quando a formação dos quilombos se tornou foco de estudos dos intelectuais no Brasil.

Para Leite (2000) a formação da fronteira étnico-cultural brasileira esteve marcada pela preservação do território invadido e ocupado no processo colonial e por inúmeros conflitos de terra que remontam aos dias atuais. Neste sentido é possível falar em uma antropologia das sociedades nativas e africanas que esteve durante todo o último século enfocando como tema de reflexão a autonomia cultural destes povos e a sua luta pela demarcação das terras.

Nos últimos quarenta anos, os descendentes de africanos, em todo o território nacional, organizados em associações quilombolas, reivindicam o direito à permanência e ao reconhecimento legal de posse das terras ocupadas e cultivadas para moradia e sustento, bem como o livre exercício de suas práticas, crenças e valores considerados em sua especificidade (Leite, 1991).

O usufruto, a posse e a propriedade dos recursos naturais tornaram-se, ao longo do processo de formação social brasileira, cada vez mais, moeda de troca, configurando um sistema hierarquizado pela cor da pele e onde a cor passou a instruir níveis de acesso aos bens sociais, como a terra, passou mesmo a ser valor "embutido" no "negócio". Processos de expropriação reforçaram a desigualdade destes "negócios", de modo a ser possível hoje identificar nitidamente quem foram os ganhadores e perdedores e quem, ao longo deste processo, exerceu e controlou as regras que definem quem tem o direito de se apropriar (Lovell 1991: 241).

A primeira Lei de Terras, escrita e lavrada no Brasil, datada de 1850, exclui os africanos e seus descendentes da categoria de brasileiros, situando-os numa outra categoria separada, denominados libertos. Desde então, atingidos por todos os tipos de racismos, arbitrariedades e violência que a cor da pele anuncia – e denuncia –, a população negra foi sistematicamente expulsos ou removidos dos lugares que escolheram para viver, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou foi herdada de antigos senhores através de testamento lavrado em cartório. Decorre daí que, para eles, o simples ato de apropriação do espaço para viver passou a significar um ato de luta, de guerra.

Nesse contexto, como enfoca Gomes (1993) a noção de quilombo ganha o sentindo de forma de organização, de luta, de espaço conquistado e mantido através de gerações, o que significa para população negra quilombola

o direito a ser reconhecido e não apenas um passado a ser rememorado. Inaugura uma espécie de demanda, ou nova pauta na política nacional.

A expressão quilombo vem sendo sistematicamente usada desde o período colonial. Ney Lopes afirma que "quilombo é um conceito próprio dos africanos bantos que vem sendo modificado através dos séculos" (...) Quer dizer acampamento guerreiro na floresta, sendo entendido ainda em Angola como divisão administrativa" (Lopes, Siqueira e Nascimento 1987: 27-28).

O Conselho Ultramarino Português de 1740 definiu quilombo como "toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles". Indica, também, uma reação guerreira a uma situação opressiva (Lopes, Siqueira e Nascimento 1987: 28)

Para Munanga (1995:57) ao recuperar a relação do quilombo com a África, afirma que o quilombo brasileiro "é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstituído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de outra estrutura política na qual se encontravam todos os oprimidos". Para este autor, a matriz de inspiração adveio de um longo processo de amadurecimento ocorrido na área cultural banto nos séculos XVI e XVII, de instituições políticas e militares transétnicas, centralizadas, formadas por homens guerreiros cujos rituais iniciativos tinham a função de unificar diferentes linhagens.

Na tradição popular no Brasil há muitas variações no significado da palavra quilombo, ora associado a um lugar, ora a um povo que vive neste lugar, ou a manifestações populares, ou ao local de uma prática condenada pela sociedade, ou a um conflito, ou a uma relação social, ou ainda a um sistema econômico (Lopes, Siqueira e Nascimento 1987: 15).

A vastidão de significados, como concluem vários estudiosos da questão, favorece o seu uso para expressar uma grande quantidade de experiências, um verdadeiro aparato simbólico a representar tudo o que diz respeito à história das Américas. A conquista da América não produziu, uma única história; produziu, sim, "árvores de histórias". Os negros estavam inseridos no movimento colonial de "descobrir, resgatar, povoar e governar – só que como povos dominados" (Giucci 1992: 25)

Fazendo um levantamento das abordagens feitas pela historiografia brasileira, chama a atenção para os dois extremos em que o quilombo é enfocado: a partir do ideário liberal, proveniente dos princípios de igualdade e liberdade da Revolução Francesa, em que é romanticamente idealizado; ou, sob o viés marxista-leninista, no qual é associado à luta armada, "como embriões revolucionários em busca de uma mudança social" (Lopes, Siqueira e Nascimento 1987: 15).

A própria generalização do termo teria sido um produto da dificuldade dos historiadores em ver o fenômeno enquanto dimensão política de uma formação social diversa. O termo irá persistir principalmente para indicar as mais variadas manifestações de resistência.

Considerando as condições da época e a própria tradição agrícola dos africanos, Freitas (1980) faz uma tipologia dos quilombos a partir de sua base de sustentação econômica, indicando sete tipos principais: os agrícolas, os extrativistas, os mercantis, os mineradores, os pastoris, os de serviços, os predatórios. A agricultura não está totalmente ausente as abordagens socioantropológicas a partir da década de 70 procuram enfatizar os aspectos organizativos e políticos dos quilombos. O quilombo como uma forma de organização, tal como enfocado por Clóvis Moura (1981), irá acontecer em todos os lugares onde ocorreu a escravidão. Este autor utiliza o conceito de resistência, enfatizando-o como uma forma de organização política

> Essas comunidades de ex-escravos organizavam-se de diversas formas e tinham proporções e duração muito diferentes. Havia pequenos quilombos, compostos de oito homens ou pouco mais; eram praticamente grupos armados. No recesso das matas, fugindo do cativeiro, muitas vezes eram recapturados pelos profissionais de caça aos fugitivos. Criou-se para isso uma profissão específica. Em Cuba chamavam-se rancheadores; capitães do mato no Brasil; coromangee ranger, nas Guianas, todos usando táticas mais desumanas de captura e repressão. Em Cuba, por exemplo, os rancheadores tinham como costume o uso de cães amestrados na caça aos escravos negros fugidos. Como podemos ver, a marronagem nos outros países ou a quilombagem no Brasil eram frutos das contradições estruturais do sistema

> escravista e refletiam, na sua dinâmica, em nível de conflito social, a negação desse sistema por parte dos oprimidos (Moura 1987: 12-13).

A característica que torna singular o quilombo do período colonial e do atual, para este autor, decorre do fato de que todas as experiências já conhecidas revelam uma certa capacidade organizativa dos grupos. Destruídos dezenas de vezes, reaparecem em novos lugares, como verdadeiros focos de defesa contra um inimigo sempre ao lado. Ter uma base econômica que permitia a sobrevivência de um grande grupo significou, desde o seu início, uma organização sociopolítica com posições e estrutura de poder bem definidas, até porque "o inimigo externo", caracterizado pelas invasões frequentes, vem impondo, ao longo da história, a necessidade de uma defesa competente da área ocupada.

Este caráter defensivo começa a mudar, em parte, com a Abolição em 1888, quando mudam-se os nomes e as táticas de expropriação, e a partir de então a situação dos grupos corresponde a outra dinâmica, a da territorialização étnica como modelo de convivência com os outros grupos na sociedade nacional. Mas, por outro lado, inicia-se a longa etapa de construção da identidade destes grupos, seja pela formalização da diferenciação étnico-cultural no âmbito local, regional e nacional, seja pela consolidação de um tipo específico de segregação social e residencial dos negros, chegando até os dias atuais.

Por isto mesmo Clóvis Moura (1987) chega à conclusão de que o quilombo vira uma estrutura essencial para entendermos a sociedade escravista e a situação social da população negra nos dias atuais. Esse levantado por Moura é elucidativo da operacionalidade do termo para descrever o fenômeno na atualidade, já que há evidências de que um processo de segregação residencial dos grupos de fato ocorreu, bem como o deslocamento, o realocamento, a expulsão e a reocupação do espaço. Isto vem reafirmar que, mais do que uma exclusiva dependência da terra, o quilombo, neste sentido, faz da terra a metáfora para pensar o grupo e não o contrário.

3 Memória negra e territorialidade quilombola

Como argumente Leite (2000) a terra, evidentemente, é crucial para a continuidade do grupo, do destino dado ao modo coletivo de vida destas populações, mas não é o elemento que exclusivamente o define. É importante não confundir o pleito por titulação das terras que vêm ocupando ou que perderam em condições arbitrárias e violentas com os critérios de constituição e formação histórica da coletividade. Neste caso, de todos os significados do quilombo, o mais recorrente é o que remete à ideia de nucleamento, de associação solidária em relação uma experiência intra e intergrupos.

A territorialidade funda-se imposta por uma fronteira construída a partir de um modelo específico de segregação, mas sugere a predominância de uma dimensão relacional, mais do que de um tipo de atividade produtiva ou vinculação exclusiva com a atividade agrícola, até porque, mesmo quando ela existe ela aparece combinada a outras fontes de sobrevivência. Quer dizer: a terra, base geográfica, está posta como condição de fixação, mas não como condição exclusiva para a existência do grupo.

A terra é o que propicia condições de permanência, de continuidade das referências simbólicas importantes à consolidação do imaginário coletivo, e os grupos chegam por vezes a projetar nela sua existência, mas, inclusive, não têm com ela uma dependência exclusiva. Tanto é assim que temos hoje inúmeros exemplos de grupos que perderam a terra e insistem em manter-se como grupo, como o caso do Paiol de Telha, no Paraná. Trata-se, portanto, de um direito remetido à organização social, diretamente relacionado à herança, baseada no parentesco; à história, baseada na reciprocidade e na memória coletiva; e ao fenótipo, como um princípio gerador de identificação, em que o casamento preferencial atua como um valor operativo no interior do grupo (Leite, 2000).

A participação na vida coletiva e o esforço de consolidação do grupo é o que o direito constitucional deverá contemplar, pois inclusive a legislação brasileira de inspiração liberal não se inspira na posse coletiva da terra. Ao mesmo tempo, é também a capacidade de auto-organização e o poder de autogestão dos grupos para identificar e decidir quem é e quem não é um membro da sua comunidade, mais do que a cor da pele, o que a lei parece contemplar. Isto sem levar em conta que os processos de expulsão impediram estes grupos de continua-

rem organizados, a violência, que em alguns casos os descaracterizou enquanto membros de uma comunidade, impelindo-os à desagregação, à extrema pobreza e marginalidade social.

É neste quadro político que o quilombo passa, então, a significar, um tipo particular de referência, cujo alvo recai sobre a valorização das inúmeras formas de recuperação da identidade positiva, a busca por tornar-se um cidadão de direitos, não apenas de deveres. Enquanto uma forma de organização, o quilombo viabiliza novas políticas e estratégias de reconhecimento.

Os quilombos pode ser visto como patrimônio cultural pois permite o exercício dos direitos culturais do cidadão, reconhecidos no texto da Constituição de 1988, particularmente no artigo 215: "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional (...)" e no artigo 216: "O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação".

Por meio da responsabilidade do grupo em definir pleitos com legitimidade e poder de aglutinação, de exercer pressão e produzir visibilidade na arena política onde os outros grupos já se encontram. O questionamento, mesmo que indireto, da função paternalista do estado, da utilização que fazem os políticos das bandeiras dos movimentos sociais em milionárias campanhas políticas. E, em terceiro lugar, propondo a revisão das prioridades sociais, através, principalmente, da implementação de políticas sociais voltadas para pleitos considerados mais importantes e representativos dos interesses destas comunidades.

Cabe também lembrar que não se trata exclusivamente de reconhecer o que já existe, mas de considerar que os procedimentos legais em curso indiretamente priorizam e demarcam novas fronteiras étnicas. Parece pertinente aos grupos negros resgatar o esforço organizativo criado através de redes comunitárias de autoproteção e a criação de novas, baseadas nas mesmas estratégias. Sendo assim, a reconstrução do espírito da lei, pelos procedimentos administrativos de sua implementação, vem requerer uma extensão da cidadania a todas as comunidades negras cuja resistência remonta a uma memória da escravidão passível de ser reconstituída pelas redes de parentesco e afinidades que conformam a malha do grupo.

A exclusão, de antemão, de alguns grupos que já foram expulsos de suas terras, mas que permanecem articulados a uma mesma experiência e unidos, visando a autoproteção, atualizando as redes de sociabilidade através de várias formas de organização, parece incoerente. Processos sócio-históricos locais e regionais produziram singularidades que precisam ser consideradas. É importante levar em conta a especificidade e a complexidade do fenômeno para que se estabeleçam determinadas balizas que possam resgatar o que há de mais progressista no espírito da lei em questão. Estas podem ser verificadas nos casos em que as terras que serviram de base para a formação do grupo foram perdidas por intimidação, venda sob coação e violência. Ou, ainda, nos casos em que as terras em que residem os afrodescendentes situam-se próximas ou no interior de centros urbanos.

Munanga (2005) ao analisar a situação das comunidades quilombolas afirma que há no presente momento uma forte articulação entre as comunidades que se identificam como quilombos e diversos setores e instituições da sociedade civil, tais como associações de moradores, entidades de movimentos negros, ONG, instituições religiosas, núcleos e institutos de pesquisas das universidades com um saber e experiências acumuladas sobre o assunto.

Embora a definição dos procedimentos e órgãos competentes para conduzir o processo pareça mais complexa, sobretudo pelo grande número de interesses conflitantes, o problema maior localiza-se na própria definição e quanto à abrangência do fenômeno referido. E em seguida, é preciso considerar qual a demanda social que está sendo identificada como quilombola e tratá-la como uma importante via de se reconhecer a historicidade e a trajetória de organização das famílias negras, pautadas no conjunto de referências simbólicas que fazem daquele espaço o lugar de domínio da coletividade que lá vive, no respeito às formas de convívio e usufruto da terra que o próprio grupo elaborou e quer ver mantido. E incluir, desde as que já se auto-identificam como quilombolas, até aquelas que têm as mesmas características mas que não se autodenominam como tal, principalmente por não disporem de organização e meios para a formulação de um discurso articulado nos mesmos termos.

O resgate do termo "quilombo" como um conceito socioantropológico, não exclusivamente histórico, proporciona o aparecimento de novos atores sociais ampliando e renovando os modos de ver e viver a identidade negra; ao mesmo tempo, permite o diálogo com outras etnicidades e lutas sociais, como a dos diversos povos

indígenas no Brasil. Vem evidenciar o aspecto militante e de não-acomodação, contrariando os estereótipos correntes de conformismo, sujeição, embranquecimento, malandragem e corrupção que fundamentam as falsas noções de "democracia racial" vigentes no país desde a Primeira República (1889-1930).
Escolhido para falar da dominação que se tentou exercer através do argumento da inferioridade da raça, dos estigmas e da exclusão social, o termo quilombo vem expressar alguma necessidade de parte da sociedade brasileira de mudar o olhar sobre si própria, de reconhecer as diferenças que são produzidas como raciais ou étnicas. Através da luta e de uma complexa da possibilidade de sua inclusão, finalmente, na condição de brasileiros, de cidadãos, e da viabilidade mesma de ocorrerem titulações em grande parte das demandas desde então esboçadas.

4 Quilombo Paiol de Telha e a luta pela terra e pela memória: Algumas considerações

É na luta pela manutenção da terra e preservação da memória que se insere a história da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha, localizada em Guarapuava, Estado do Paraná, essa história tem sua gênese a partir dos anos de 1860 quando Balbina Francisca de Siqueira Cortes, proprietária da fazenda Capão Grande, deixa em testamento a seus onze escravos libertos a área de terra denominada Invernada Paiol de Telha. O testamento não é claro quanto à exatidão das dimensões geográficas da referida área, apenas explicita a localização da mesma, de acordo com os padrões da época, conforme consta em parte da transcrição do mesmo.

> (...) Declaro, que a Invernada denominada do Paiol de Telha, passiva na Fazenda do Capão Grande, e que principia deste Portão até o Rio da Reserva, com as terras de cultura existentes, ficarão pertencendo por meu falecimento a todos os escravos de cima mencionados e as suas famílias para morarem, sem nunca poderem dispor, visto como fica como patrimônio dos mesmos. (...) (Martins, 1999: 409)

A apropriação dessas terras pela população negra ocorreu no ano de 1868, ano de morte de Balbina Francisca. A partir daí o território que localiza a comunidade quilombola Paiol de Telha foi alvo de inúmeras contestações e apropriações indevidas por familiares da benfeitora, grileiros e colonos e pela desapropriação de terras efetuada pelo Governo do Estado do Paraná na década de 1950, quando deu início ao processo de imigração "alemã" na região de Guarapuava segundo Calábria (2013).
Conforme Veronezzi e da Silva (2013), mesmo em meio a esse ambiente cercado de conflitos, a vida nas terras da Invernada seguia uma rotina agrícola até meados da década de 1970, quando as famílias foram expulsas do território. Sob ameaças as famílias foram obrigadas a deixar suas casas, criações e plantações, saindo de lá com os pertences que tinham e se alocando em diversas regiões do Estado Paraná e em outros Estados do Brasil.
Segundo Jocoski (2011) somente no ano de 1981, que a situação dos herdeiros do Paiol de Telhas se tornou conhecida nacionalmente. O Instituto de Terras de Cartografia (ITC), após análise da documentação apresentada pelos representantes da referida comunidade, manifestou-se pela necessidade de aprofundamento sobre o direito de posse da área de terras em questão.
No ano de 1991, a Cooperativa que representa os proprietários imigrantes da região, ganhou a ação de usucapião sobre as terras da Invernada, passando a posse das mesmas para seus cooperados, com isso a situação dos herdeiros ficou mais difícil. (Calábria, 2013).
Somente no ano de 1995, conforme Jocoski (2011:98-99), com o incentivo da comissão Pastoral da Terra – CPT houve a formação de uma Associação, a Associação e contando com o apoio de diversas entidades e instituições, como por exemplo, o Sindicato que promoveu o reencontro desses herdeiros, onde, alguns destes, se assentaram em um "barranco" (atual Núcleo Barranco), próximo a um rodovia, com o objetivo de reivindicar seus direitos de retornar ás suas terras de origem, vivendo em condições rurais consideradas precárias até o presente momento, segundo Veronezzi e da Silva (2013: 234).
Em julho de 1998, ainda segundo Veronezzi e da Silva (2013) foi criado pelo INCRA, conjuntamente com o poder público e a Cooperativa da região, o Assentamento Paiol de Telha, localizado na Colônia Socorro, Distri-

to de Entre Rios, Guarapuava-Paraná com o intuito de "solucionar" o problema das terras por um determinado tempo. Porém, muitos anos se passaram, e o que era "provisório" tornou-se permanente.
Atualmente a comunidade composta por duzentas famílias, segundo a FUNARTES (2013), encontra-se dividida; em quatro núcleos distintos: um grupo de famílias está acampado no "barranco" da estrada que liga o município de Reserva do Iguaçu à Pinhão (Núcleo Barranco), próximo ao território assentado; outro grupo está no município de Guarapuava (Núcleo Guarapuava); outro no município de Pinhão (Núcleo Pinhão); e o último grupo está assentando em Paiol de Telhas na Colônia Socorro, Distrito de Entre Rios, Guarapuava (Núcleo de Assentamentos)
No ano de 2005, a Fundação Palmares reconheceu a comunidade composta por descendentes dos herdeiros de Balbina, como quilombo, passando esta a se denominar Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha, cuja sede se encontra no Núcleo Assentamento, e, segundo FUNARTES (2013), é considerada como o primeiro quilombo no Estado do Paraná.

Referências

ALMEIDA, Alfredo W. B. de (1998) Terras de Preto, de Santo e Terras de Índio: Uso Comum e Conflito, *Cadernos NAEA*, 10, Belém, UFPA.

BRASIL (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília.

BRASIL (2003). Decreto nº 4.887, de 12 de novembro de 2003: Dispõe sobre a análise, seleção e aprovação dos projetos inovadores de cursos, financiamento e transferência de recursos, e concessão de bolsas de manutenção e de prêmios de que trata a Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002, que instituiu o Programa Diversidade na Universidade. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 nov. p. 2.

CALÁBRIA, J. *Processo de Comunidade Quilombola pode ser anulado no Paraná*. Disponível em: http://www.cedefes.org.br/?p=afro_detalhe&id_afro=10189. Acesso em08/07/14.

CUNHA JUNIOR, Henrique (1992). *Textos para o Movimento Negro*. São Paulo: Edicon.

FREITAS, Décio, (1980), *O Escravismo Brasileiro*, Porto Alegre, Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes.

FUNARTES. Região Sul – Paraná: *Comunidade de Invernada Paiol da Telha*. Disponível em: http://www.souquilombola.com.br/estados/comunidade_de_invernada_pr_cont.html. Acesso em 08/07/13.

GOMES, Flavio dos Santos (1993). *Historia de Quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro* – Século XIX. Dissertação de mestrado. IFCH – UNICAMP. Campinas.

GIUCCI, Guillermo, (1992), *Viajantes do Maravilhoso: O Novo Mundo*, São Paulo, Companhia das Letras

JOCOSKI, V, (2011). *Estudos sobre a organização política e a representatividade social da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha Fundão – Município de Pinhão (Pr).* Guarapuava: Faculdades Guarapuava. Contrato Social Revista Eletrônica do Curso de Ciências Sociais.

LEITE, Ilka Boaventura (2000). *Os quilombos no Brasil: Questões Conceituais e Normativas*. In: Etnografia. Lisboa, v. IV, n. 2, p. 333-354.

LEITE, Ilka Boaventura (1991). *Território Negro em Área Rural e Urbana*. Textos e debates. Florianópolis, NUER/UFSC.

LOPES, Helena Theodoro, José Jorge SIQUEIRA, e Beatriz NASCIMENTO (1987). *Negro e Cultura Negra no Brasil,* Rio de Janeiro, UNIBRADE/UNESCO.

LOVELL, Peggy A. (1991). *Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo*, Belo Horizonte, UFMG/ / CEDEPLAR.

MARTINS, Sebastião Meira (1999). *Guarapuava, nossa gente e suas origens*. Guarapuava, 1999.

MOURA, Clóvis (1981). *Rebeliões na Senzala, Quilombos, Insurreições, Guerrilhas*, São Paulo, Ed. Ciências Humanas.

MOURA, Clóvis (1987). *Quilombos, Resistência ao Escravismo*, São Paulo, Editora Ática.

MUNANGA, Kabengele (1995). Origem e Histórico do Quilombo na África, *Revista da USP*, 28.

SILVA, Antonio Bras da (2010). *Quilombolas no Paraná*. Disponível em <http://secretariamovimentonegropdt.blogspot.com/2010/01/quilombolas-parana.html>. Acesso em: 25 Nov. 2014

TUMA, Magda Madalena Peruzin (2008). *Viver é descobrir – história do Paraná*. São Paulo: FTD.

VERONEZZI, F.; DA SILVA, F. A. (2013). A pluralidade do espaço rural de Guarapuava (Pr): a contribuição do povo negro e o cotidiano das famílias do quilombo "Invernada Paiol deTelha*". Revista da ABPN*, v. 5, n. 10, mar-jun 2013, p. 227-242.

Cartografia dos espaços de aprendizagens e socialidades em uma comunidade quilombola

Sônia Maria dos Santos Marques

Resumo: Apresentamos exercício etnográfico realizado em uma investigação desenvolvida na Comunidade Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista em Palmas, Paraná/Brasil. Na investigação penetramos na poética cotidiana, na rede de fazeres e dizeres que aparecem e transparecem nas narrativas, tornando presente, pelo exercício de memória e imaginação que "ondula no tempo do fio narrativo". Descrevemos os processos vividos por essa comunidade e que permitem a sua continuidade como grupo. Se as pequenas questões e trivialidades cotidianas são objeto de olhar, também os lugares marcados são aqueles nos quais há uma vivência de intensidades. Assim, cartografar espaços de socialidade é apontar lugares banais - a casa e a rua, nos quais os fluxos de vida do bairro apresentam-se como rizoma. Para dar suporte teórico-metodológico para a investigação nos valemos das contribuições de Maffesoli (2001), Rolnick (2006), dentre outros.

Palavras-chave: socialidades cotidianas. Cartografia. Espaços de intensidade, comunidade quilombola.

Identificar lugares marcados implica colocar em jogo diferentes noções de tempo e reconhecer que é no espaço de intersecção e no fluir entre diferentes modulações que se desenham as socialidades que desejamos dar a conhecer.

A afirmação da socialidade da vida cotidiana em sua dupla inscrição de tempo e espaço pode ser tomada como banalidade; e de fato o é. No entanto, isso não significa, que esta relação não seja fundante para a identificação dos contornos que marcam o estar junto de grupos e coletividades. Para Maffesoli (2001, p. 39), "não se trata, entretanto, de restituir seus títulos de nobreza às minúsculas atitudes do cotidiano, mas de ver como estas se enraizam na relação existente entre o arquétipo fundador *e o* estereótipo banal". Dessa forma, o agregar de detalhes, aparentemente in-significantes, particularidades que se somam infinitamente no dia-a-dia, pode levar mesmo à perda da possibilidade de análise do social. No entanto, na constituição dessa tessitura pode ser possível (re)encontrar o vivido cotidianamente. Essa interpretação não subtrai o anódino, não lhe tira o viço. Pelo contrário, afirma e reforça esses elementos como capazes de dizer do silêncio dessas coisas que, de tão ruidosas, não conseguimos ouvir. Há que assinalar a potência da banalidade.

Nesse sentido, Rolnick (2006: 62) afirma que "(...) a cartografia, diferentemente do mapa, é a inteligibiliadde da paisagem em seus acidentes e suas mutações: ela acompanha os movimentos invisíveis e imprevisíveis da terra (...)". Tomando de empréstimo este significado poderíamos dizer que identificar os lugares marcados na Comunidade Quiombola Adelaide Maria Trindade Batista é perseguir o movimento do estar junto. Se o olhar se dirige aos lugares é para perceber o protoplasma do bairro, matéria fundante do cotidiano.

Algumas questões parecem pertinentes para orientar a reflexão sobre os espaços de socialidade: Considerando a composição proposta, quais os espaços que emergem como significativos? Como se mostra o estar junto nesses diferentes espaços? Quais as articulações dessas diferentes territorializações?

Os espaços de socialidade que foram recorrentes nas narrativas que demarcam o estar junto no bairro foram: a casa, a rua, a igreja e a escola. Neste trabalho, faremos a discussão dos dois primeiros.

1. A casa: lugar de intensidades

Expressar o estar junto associado à ideia de casa exige que ultrapassemos a descrição dos materiais de sua construção e busquemos penetrar no seu interior. Se, em outros trabalhos, nos referimos a processos em que a porta da casa era quase que arrombada, era a força do vivido ali ou as máscaras que se produzia em relação à casa que tinham centralidade; nesse momento, é o caráter sutil das relações vividas nesse espaço que queremos dar assento (familiar e coletivo).

A casa tradicionalmente é reconhecida como símbolo de intimidade e/ou casca protetora que separa o homem do mundo - estando no mundo (mas a casa é mundo):

> Naquela época não tinha esse papo que a gente tem hoje com os filhos, não dialogava. Eu só sei...você vê o quanto ele era ruim para as crianças, criança não pensa... O dia que o meu pai morreu, aí tá aquele monte de gente lá. Daí a Cida e o Celso diziam que bom que o pai morreu que nós podemos brincar. Para a senhora ver a inocência das crianças (Senhor Valdemar Batista, 73 anos).

Este homem se recolhe para a casa onde sabe o que pode encontrar ou imagina que sabe; o que da mesma forma o tranquiliza e mantém a função apaziguadora deste espaço diante do mundo. Se a casa é lugar de intimidade é também espaço de intensidades. Em narrativa, entrecortada, o Senhor Valdemar descreve um fato da infância no qual cinge temor e desejo. Temor de falar e mesmo de lembrar o ocorrido, ao mesmo tempo desejo de externar o fato e de contemporizar o próprio desejo. Uma questão se impõe: em que medida a vivência individual narrada compõe ou indica uma forma do estar junto? Com essas questões queremos aludir à intensidade de emoções que esse espaço de intimidade comporta.

O rigor em relação à participação das crianças está presente em muitas narrativas, nas quais se repetem frases como: "criança não podia falar, a gente não podia ouvir o que os adultos conversavam (...)"

> Ela contava que a mãe dela foi escrava mesmo. Minha mãe contava que ela era ruim, parece que ela ficou com aquele trauma de ruindade da escravidão (Dona Alvina, 81 anos).
>
> Esse negócio de ficar de mal porque um surrou o filho do outro não tinha nesses tempo. (Senhor Antonio, 93 anos, 21/11/2005).
>
> Em casa a gente estava brincando lá fora e eles (os adultos) estava lá dentro. (Dona Maria Trindade, 73 anos).

Cada peça da casa ensejava determinado tipo de relação. Nas casas do bairro, a cozinha é o lugar de acolhida. Nas descrições sobre o espaço da cozinha, Dona Maria Arlete diz que era usual a construção de um banco contornando o cômodo, já com a finalidade de acolher mais pessoas no local: ali se sentavam para conversar, cantar; descansava-se do trabalho e também da dança. Suas irmãs tocavam violão. Era na cozinha que se vivia o embalo dos primeiros passos de dança conduzidos pelos primos mais velhos ou de mesma idade. Os finais de tarde eram momentos privilegiados, nos quais a alegria do encontro era acompanhada pelo ritmo dos mais variados estilos de música: "Aí minhas irmãs começavam a tocar, a gente aproveitava e dançava. Assim a gente aprendia a dançar com os primos" (Dona Maria Arlete, 65 anos).

A cozinha se mostra como lugar de aprendizado das formas de se comportar, ela apresentava-se como miniaturização de outros espaços (salão de baile, comensalidade, atividade laboral...). Já referimos a cozinha como lugar de emanação: era, naturalmente, o lugar mais aromático por que usado para secar os temperos, roupas durante o inverno... Era, no espaço da casa, o cômodo de maior vivência coletiva (em relação à família e aos outros moradores do bairro).

Se pensarmos a casa como fechamento, recolhimento é na cozinha que as casas do bairro se mostram como espaço público (em relação ao coletivo do bairro). Dois lugares disputavam o papel de centralidade na cozinha. Primeiro, o da mesa, lugar no qual se faziam as refeições, onde se discutiam os acontecimentos do dia-a-dia e que se configurava como espaço familiar. Os atos relacionados às decisões familiares eram encenados e resolvidos ao redor da mesa. É interessante pensar que este é um lugar de poder do homem. Tanto os atos identificados como de força (narrativa do Senhor Valdemar sobre duas crianças comer no mesmo prato), como os atos de desvelo (o pai que começava a contar história durante o jantar e continuava no galpão). Segundo, o lugar próximo ao fogão, um espaço eminentemente feminino. Era a mulher que preparava a comida, que fazia os pães e bolachas (doces, no espaço do pátio). Era no mesmo fogão que ela aquecia o ferro para passar a roupa que precisava entregar para as famílias mais abastadas da cidade. Era também no espaço do entorno do fogão que era aquecida a água quando se tratava de trazer uma nova criança ao mundo. Assim, ao tentarmos inventariar zonas de poder no interior da cozinha, a proximidade do fogão era área a partir da qual as mulheres exerciam diferentes formas de poder.

Quando estava mais frio, havia um deslocamento do espaço público da casa: todos ficavam à volta do fogão. Na organização desta atividade, as crianças tinham papel central: eram elas que traziam os gravetos para acender o fogo, que buscavam lenha no galpão para manter o calor da cozinha. Os homens cortavam a lenha, mas não a carregavam para dentro, essa era atividade das crianças.

É possível pensar ainda na cozinha como espaço de transfiguração (de produtos, de zonas de poder...): "naquele tempo antigo era assim, tudo se fazia na cozinha" (Dona Maria Arlete, 65 anos). Era o lugar no qual os mais velhos permaneciam, seja pela ação do frio durante o inverno, seja porque muitos moravam com os filhos e ficavam encarregados dos serviços domésticos essenciais: produção do alimento, cuidado com as crianças porque que não participavam de atividades externas para a subsistência da família.

É interessante pensar que no galpão havia uma miniaturização da cozinha. Havia sempre um lugar para o "fogo de chão", lugar para "sapecar uma carninha" para alimentar o corpo e os laços de solidariedade. Essas atividades desenvolviam-se antes ou após as refeições. Portanto, a carne "sapecada" não tinha a finalidade de alimentar somente a estrutura física do organismo, mas os laços entre aqueles que estavam na casa e tinham disponibilidade de tempo.

O galpão era um espaço masculino e infantil. Em depoimentos ouvimos "no galpão o papai contava histórias dos antigos, de assombração..." O acender o fogo era associado à ideia de acender lembranças, reencenar o passado ou um acontecimento cotidiano. Nessas histórias, a imaginação encarrregava-se de assinalar tudo com superlativos: os fatos tornavam-se maiores e mais heroicos, as pessoas mais bondosas ou más, o sofrimento ou a alegria eram elevados a uma potência maior, não apenas para captar a atenção dos ouvintes, mas também para reencantar os acontecimentos. É interessante pensar que esse processo de reencantamento era masculino: o ofício de acender o fogo no galpão e de narrar eram inseparáveis. Em círculo, no processo narrativo, criavam outro espaço, ou ao menos transfiguravam o lugar no qual estavam. O galpão, destinado à produção e ao armazenamento, transformava-se em espaço mnemônico.

> O pai que era o mais contador de histórias, porque a mãe quase não podia. Porque a senhora vê, a mulher tem uma vida, ela vive preocupada e ocupada. A senhora vê na hora da janta, a pessoa faz a refeição e daí fica descansando até dormir. Naquela época às vezes tinha um radinho, quando muito. Não tinha televisão, não tinha rádio, não tinha nada, então ia contar uma história. Geralmente a mãe ia lavar louça, quando terminava a louça já era hora de dormir. Então ela quase não contava histórias. Então, o finado pai fazia o galpãozinho dele separado da casa grande. Então, no inverno ele fazia fogo de chão e ali ele fazia uma fumacinha (assado), uma cuia e fazia fogo dentro do galpãozinho. Às vezes ele ficava ali nos contando histórias (risos) (Senhor Valdomiro Fortunato, 73 anos).

Em muitas residências, a cozinha era separada do restante da casa. A ligação entre as partes da casa se fazia por um pequeno corredor coberto. A cozinha também era lugar da chegada e preparação para ir ao interior da casa ou para a saída para o mundo.

A sala não é lugar de intimidade. Parece que era usada em momentos formais, reservada para quando chegassem visitas "importantes". Aqui se faz uma distinção interessante: a visita importante não comungava da intimidade, não era do bairro (era de fora). Essa visita desfrutava da casa arrumada, sem tantos odores, da casa asséptica. Esse formalismo, de mostrar o que era limpo, está bastante presente nas narrativas. Uma entrevistada disse: "nós ariava os bancos todo o sábado. Tinha que ariar até eles ficarem limpinhos..." (Dona Maria Trindade, 73 anos). Note-se que a sala, lugar de centralidade geográfica na casa, não guarda a mesma relação se considerarmos os vínculos familiares e coletivos.

O vivido no interior das casas não diz respeito apenas à vida familiar ou à forma como aqueles diferentes indivíduos compunham e organizavam sua existência. Diz que esse estar junto, ambiência reencenada em diferentes moradias, ajuda a compreender a forma como aquele corpo social se apresentava.

Sobre os casamentos, ouvimos:

> Conheci o meu marido em um baile, numa festa. Eu tinha 12 anos, daí conheci ele. Mas não era bem namorado, a gente nem sabia o que era namorar. Daí minha mãe

> já falou que a gente tinha que ficar nomorando aquele, não podia ficar trocando, não era direito. Fiquei dois anos noiva dele, daí com 14 anos casei. Fiquei 18 anos casada e viuvei. As meninas com treze, quatorze anos casavam, porque se passasse dos dezesseis, já era velha. (Dona Maria Trindade, 73 anos).
> Para começar não sabia nem como ficava grávida, de que jeito era. Eles escondiam tudo da gente (Dona Maria Trindade, 73 anos).

A casa é lugar do múltiplo, da menina que chegava logo após o casamento e tinha que se acostumar com a nova residência: descobrir-se e viver na casa novos jogos e relações.
Assim, por meio do processo de descrição da casa também se pode adentrar na sua interioridade, pois "a casa inteira é mais do que um lugar para se viver, é vivente" (Durand, 2002: 243). Os espaços da casa secretam desejos, dores, prazeres e um tanto de sentimentos que compõem uma estrutura simbólica complexa: transformação de uma estrutura física em morada, coalescência do material, do transcendente, do imanente. As casas não são apenas paredes, são espaços nos quais se sagra o estar juntos.

2. A Rua: vivências do doméstico

Ao cartografarmos os espaços de socialidade, consideramos como Rua tudo o que não é Casa, Igreja ou Escola. Ao pensarmos casa vem-nos à mente um espaço de intimidade; ao dizermos rua emerge a idéia de fluxo, movimentação.
Assim, abordamos a rua como abertura, espaço que, se não há a proteção da casa, também não há sua regulação; local de encontros e desencontros. Dessa forma, o foco é pensar o estar junto neste espaço de indefinação que nomeamos rua: a rua a que nos referimos não é somente a via urbana, mas lugares de circulação e fruição coletivos.
A legislação que criou o Bairro Fortunato, veio dar estatuto legal ao que já existia no cotidiano dos moradores, como indica a fala;

> Mas os mais antigo mesmo eram os Batistas, que são os mesmos que moravam no bairro e até hoje ainda moram lá. Lá nos Fortunato era outro bairro, era separado pelo mato, por esse capão que tem aí. O capão que separava. Se não tivesse aquele capão enxergava tudo de lá. Nós convivia tudo junto. Lá sempre teve festa. Quando tinha festa a gente ia daqui para lá, quando tinha aqui eles vinham de lá para cá. (Dona Maria Trindade, 73 anos).

Ao olhar para as relações entre os bairros, é possível perceber que se havia uma fronteira física - "o mato, esse capão" -, o mesmo não ocorria em relação aos laços de parentesco e ligações de familiaridade. A contiguidade marca as relações dos moradores dos dois bairros. Pensar sobre a rua como espaço de indefinição envolve compreender que o "espaço se confunde com a própria ordem social de modo que sem entender a sociedade com suas redes de relações sociais e valores, não se pode interpretar como o espaço é concebido" (DAMATA, 1997: 30).
Se há esses marcadores físicos, como o "capão", facilmente identificáveis, existe, também, um substrato de relações que se geram no estar junto e que não se mostram com tanta nitidez. Em relação às questões socioeconômicas, as duas áreas urbanas têm processo de segmentação social bastante próximo. Assim, os espaços da rua eram tomados como áreas de diversão.
Também dançavam o Fandango.

> Às vezes dançavam fandango. Fandango era uma dança dos escravos, os que eram escravos que sabiam, a tia Beberina, a Tia Adelaide ela não dançava, mas ela sabia. O Fandango era sapateadinho, ia no sapateio, de repente era como numa contradança, vinha no sapateio e as mulher ficavam na frente e iam chacoalhando o vestido e fazendo mexido assim... Era umas festas muito bonitas. No outro dia amanhecia

> fundo o chão, de tanto que dançavam, ficava a marca (...) das tamancas (Senhor Antonio, 93 anos).

Vários entrevistados referiram-se a dança do Fandango como característica dos antigos. O Fandango era dançado com tamancos de madeira, confeccionados no bairro. A dança era desenvolvida pelos "antigos", cabendo aos jovens tão-somente assistí-la.

> As moças não dançavam, só olhavam, porque o Fandango era dançado só pelos de mais idade, porque eles sabiam, os mais novos não sabiam. Sabiam do baile, sabiam dançar uma roda de samba. Ali não havia niguém feio, e os mais velhos no Fandango. Era muito bonito. Os tocadores de viola era tudo aqui do bairro. Os tocadores de violão tudo tocava viola também. Mas era muito bonito (Senhor Antonio, 93 anos).

Como destacou o entrevistado, no bairro viviam muitos músicos que tocavam viola e violão para animar os festejos e encontros, nos quais entravam em sinergia a música, dança, conversas, expressão ou dissimulação de sentimentos.

Se a rua era lugar de encontros, também havia momentos de cisão entre os moradores. Assim, questões surgidas na rua, eram resolvidas neste mesmo espaço,

> Mas as briga, quando havia, e havia eram de facão. Brigavam por qualquer desaforo, por qualquer coisa já puxavam o facão. Treinavam de brinquedo, mas quando era de bater, batiam mesmo. E batiam para cortar mesmo e cada um tinha que se defender senão levava talho. Morte não chegou a dar, mas batiam nas pernas. Meu pai uma vez bateu em um, ele correu, foi para o barracão e o delegado era o Dr. Araújo e andava atrás dele ele foi e ofereceu uma pinga para o delegado. E ele se sujou com o delegado. O delegado disse não, obrigado: aí ele ficou seis meses preso. Isso eu era pequeno, foi na época da briga do Contestado. Eu era pequeno, às vezes eu ia lá levar comida que ele, pedia para brincar comigo. Eu brincava na cadeia. Teve seis meses de prisão e depois soltaram ele (Senhor Antonio, 93 anos).

Como narrou o Senhor Antonio, a rua era, também, lugar de perigos, do inesperado, das "*surpresas*". Assim, a rua se desenha como espaço de intensidades e descontrole: tanto era possível se defrontar com o regozijo dos momentos festivos quanto com o inesperado de brigar e "*pegar cadeia*".

> No tempo da minha mãe eles não gostavam, sabe que não dava nem briga. Eu comecei a ver morte depois, porque quando eu era criança eu nunca vi ninguém matar ninguém porque não tinha. Era compadre, era comadre. Também quando brigavam era de se cortar, mas era muito difícil brigar porque se respeitavam. Brigavam às vezes sei lá, por quê? qualquer uma coisinha pequena. Eles brigavam por causa de namorados. Eles namoravam e às vezes brigavam . Sabe que a briga que eu vi, sabe que eu não cheguei a ver briga quando eu era criança, por que na frente da gente eles nunca faziam nada. Sempre era muito certinho, na frente da gente eles não faziam nada. Quando eles queriam brigar eles levavam a gente para casa daí eles iam lá se acertado. Quando a gente sabia, no outro dia, eles já tinham brigado, às vezes já tinham até se acertadado. Não é como agora de um ficar prometendo para o outro (Dona Maria Trindade, 73 anos).

Pensar sobre o estar junto no bairro, tomando a rua como foco, envolve refletir sobre relações que nem sempre eram colaborativas. Havia choque e enfrentamentos que, como disse a entrevistada, eram resolvidos "no corte do facão".

DaMata (1997) identifica três espaços como esferas de significação social: casa, rua, outro mundo. Argumenta que a casa, no Brasil, é espaço de expressão da pessoa, e na rua é o indivíduo quem domina. Enquanto uma

expressa o sentimento do privado, a outra demonstra a dificuldade do brasileiro de viver no espaço público. Dessa compreensão resulta que casa e rua se mostram segmentados, "assim por tudo isso não se pode misturar o espaço da rua com o da casa sem criar uma forma de grave confusão ou até mesmo conflito" (DAMATA, 19987: 50).

No entanto, para interpretar as complexas relações que identificamos no bairro acreditamos que é mais vigoroso o proposto por Bhabha (1998: 29, 30) quando afirma que

> estar estranho ao lar [unhomed] não é estar sem casa [homeless]; de modo análogo, não se pode classificar o estranho [unhomely] de forma simplista dentro da divisão familiar da vida social em esferas privada e pública. O momento estranho move-se sobre nós furtivamente, como nossa própria sombra (...).

Assim, reafirmamos o desejo de descrever o estar junto no bairro, pensando a perspectiva da casa e da rua, não a partir dessa oposição público privado ou mesmo indivíduo, pessoa com feições diferentes ou até mesmo opostas. O que queremos é dar assento ao movimento de *estranhamento,* ato mediante o qual os deslizamentos entre os espaços podem se complementar, negar ou confirmar. Nessa configuração, o liminar se encontra indestrinçável de tal forma que "as fronteiras entre casa e o mundo se confundem e, estranhamente, o privado e o público tornam-se parte um do outro, forçando sobre nós uma visão que é tão dividida quanto desnorteadora" (BHABHA, 1998: 30).

O estranhamento também se manifesta quando analisam as mudanças por que passaram esses espaços que ficavam entre casa e rua. Espaços liminares, que tanto podiam ser perigo quanto segurança; portas, janelas, pátio, galinheiros.

> A vida era bem melhor porque a gente dormia sossegado, a gente dormia até com as portas abertas. Para começar, as portas eram encostadas com banco, não usavam trancas para fechar porque não tinha perigo, nós nunca via violência. Agora mudou muito, não dá para soltar meus filhos. Se usa drogas, surras, naquele tempo não tinha. Naquele tempo desde uma malcriação que fizesse para o outro, podia ser longe que vinham trazer. Eu cansei das ... nossas vacas pastavam nessa fazenda. Eu cansei de ver o capataz vir trazer para nós, tinha a marca direitinho. Eles faziam e traziam um barrilzinho assim. Eles tomavam um traguinho antes de ir para a roça, mas não era aquele porre, coisinha de nada (Dona Maria Trindade, 73 anos).

A segurança está sempre em um tempo no qual o sujeito não está. Se a afirmação situa no passado a certeza de que a vida era melhor, enumerando as possibilidades que aquele tempo apresentava, faz o movimento inverso em relação ao presente, dizendo das dificuldades e perigos que o tempo presente encena.

3. A igreja: lugar de encontros

Pensar sobre este espaço de socialidade, talvez envolva refletir sobre a Igreja, enquanto construção, a respeito de um santo enquanto signo de relações, sobre um tempo de permanência deste signo naquele local, identificando o lugar como rizoma do estar junto.

Para Maffesoli (2000:116), "mesmo que a etimologia esteja sujeita à caução, à religião (re-ligare), à re-liança é uma maneira pertinente de compreender o laço social". Visto nesta perspectiva, identificar a Igreja como lugar marcado pelo estar junto é, de alguma forma, olhar para esse espaço, para compreender como o laço social se manifesta, traduz e se inscreve no cotidiano desse bairro. Para o mesmo autor, a "utilização da metáfora religiosa pode ser comparada à de um raio laser que permite uma leitura das mais complexas no próprio seio de uma estrutura dada" (MAFFESOLI, 2000: 116). Assim, penetrar no espaço da igreja do bairro significa conhecer a forma como lidam com o transcendental, mas é mais do que isso: conseguir descrever a maneira como esse grupo de moradores afro-descendente compõe, recompõe e transfigura o laço social.

Assim, entendemos como igreja a cognação de moradores que os faz ver no santo, na construção e manutenção

da igreja as formas de engendrar e manter o laço social. À margem de uma idéia de igreja, como instituição, queremos refletir sobre a forma como se constituíram e perduraram os vínculos societais no bairro.
Primeiro, gostaríamos de referir o processo de construção da igreja. Os depoimentos dos moradores indicam que logo que veio a pioneira trazendo o santo foi construída uma igreja de pranchão, depois uma igreja de madeira e as duas últimas são construções de alvenaria. Nas narrativas, afirmam "que no início não tinha padre, o santo era só nosso". Assim, o vínculo afetual constitui a relação dos moradores com a igreja.
A capela define a zona central do bairro. Atualmente, a Igreja construída é um grande prédio de alvenaria, janelas com vitrais que permitem, em momentos de reflexão da luz, tornar as paredes policromáticas, transformando aquele espaço em um festival de cores. No altar da Igreja tem centralidade uma imagem de São Sebastião, acompanhado por imagens de Nossa Senhora dos Remédios e São Benedito.
Há, junto à igreja, um conjunto de construções que dinamizam o estar junto: ao lado direito, duas pequenas casas que são moradias de descendentes diretos da primeira líder. De acordo com os relatos de Dona Maria Arlete, a Adelaide Maria Ferreira construiu sua moradia ao lado da igreja e ali permaneceu durante toda a sua vida. Na frente da igreja, caminhando, aproximadamente, cinqüenta metros foi construída uma cerca de arame, com o objetivo de separar a área de lazer do contorno da igreja. O conjunto de construções que compõe o pavilhão da igreja ocupa uma grande área que deve ter em torno de quinhentos metros quadrados. O terreno é arborizado, gramado e de uma beleza que convida a permancer ali. Nessa área foram construídos bancos e mesas de madeira com o objetivo de oferecer maior conforto aos participantes da festa. Ultrapassando a cerca de arame, em frente, um pouco à esquerda, vemos três árvores que, de acordo com Dona Maria Arlete, "foram plantadas pelos antigos e são as maiores testemunhas da presença, de sua passagem no local". Em frente às árvores, aproximadamente cinqüenta metros, foram construídas as churrasqueiras que, durante os períodos de festa, são utilizadas para assar mais de quinhentos quilos de carne. O terreno em declive não é barreira para a intensa movimentação de pessoas em dias de festa: pessoas do bairro que ajudam na organização do evento, gente carregando bolos, crianças brincando e vendendo rifa, casais namorando, pequenos agrupamentos de familiares reunidos para o almoço e, à sombra das árvores que contornam essa imensa área de cores e movimentação, é possível encontrar grupos de comadres reunidas, com seus filhos pequenos ao colo, que conversam, comentam sua vida e daqueles que passam e despertam comentários, às vezes irônicos, às vezes de pesar por alguma perda, às vezes com observações sobre o comportamento moral.
Na área central, foi construída uma estrutura coberta com telhas de amianto, lugar no qual são organizados os jogos. Descendo em direção ao final do terreno, à esquerda há uma construção de madeira na qual fica a cozinha, lugar onde são fritos pastéis, roscas e são colocados à mostra bolos, rapaduras e toda sorte de produtos alimentícios que são vendidos durante o dia de festa. Ao lado da cozinha, à direita, foi construído o salão no qual são realizados os bailes. Esse conjunto arquitetônico constitui o entorno da Igreja de São Sebastião, lugar que marca o estar junto no bairro.
Durante o período de pesquisa, em todos esses momentos verificamos que a ordenação do evento é tarefa liderada pelas mulheres: na organização das novenas que antecedem a realização dos festejos, na limpeza e ornamentação da igreja para recepcionar os participantes das novenas, e depois, o dia de festa, no preparo dos alimentos que serão vendidos, das rifas, sorteios e jogos. Aos homens cabe a tarefa de cuidar do preparo e venda do churrasco.
A cultura brasileira da festa é, frequentemente, associada a um processo de barroquismo pela sua linguagem e expressão, por sua extravagância e exagero. Para Montes (1998: 1),

> o que a designação de barroco assinala talvez seja, antes de tudo, uma forma de sensibilidade e uma visão de mundo que, no caso brasileiro, conformam, na longa duração da história, o éthos de uma cultura, desde os primórdios da nossa formação.

Essa barroquização da existência está relacionada ao viver a radicalidade dos encontros, ao dispêndio da vida no seu excesso, ao aproximar-se no dia-a-dia em um consumo dionisíaco da vida social. O cotidiano é marcado por esse sentimento barroco, no qual o contraditorial convive e se articula para perduração da vida societal. Considerando o exposto, as festas transformam-se em lugares privilegiados, nos quais os homens podem se liberar do freio hierárquico, dissimulá-lo ou ao menos desdenhá-lo pois nessa composição é possível que todos

esses diferentes co-habitem o mesmo espaço, traduzido em corpo social.
O deslizar da significação pode ser observado na festa de São Sebastião quando vemos os festeiros do bairro em seus melhores trajes, girando de um lado para outro, ordenando o espaço do entorno da igreja, sendo cumprimentados e reconhecidos por membros das famílias tradicionais da cidade, rindo junto, transformando, ainda que por tempo determinado, a periferia em centro, centro no qual o estar junto do bairro tem poder de imposição sobre outras formas de sociação.
Assim, uma vez por ano, geralmente no dia 20 de janeiro, dia que no calendário religioso é destinado a São Sebastião, a rotina do bairro é quebrada pela festa. A movimentação antecede e é ulterior a realização do evento. A participação nessas festas era obrigatória, podendo ser punidos os que não o fizessem. A cultura da festa está arraigada na constituição da brasilidade. Como é possível perceber, a presença das festas em homenagem a São Sebastião constitui o calendário festivo em diferentes tempos e espaços na cultura brasileira.
Em relação ao início da devoção ao santo e organização da igreja, ouvimos:

> As mulheres negras quando vieram para o bairro trouxeram o São Sebastião que é esse aqui. O santo tem a idade da cidade de Palmas. Quando eles vieram com a primeiras expedições, a família negra tomou posse das terras aqui e os fazendeiros ficaram lá na entrada de Palmas, lá nos campos e outros do lado de lá do Rio Caldeiras e os negros ficaram aqui. Foi aí que eles fizeram a primeira igrejinha de ripão tirada por eles das madeiras que tinha na região. E era esse o São Sebastião que eles rezavam nas festas. Era esse o São Sebastião padroeiro mesmo, bem antigo (Dona Maria Arlete, 65 anos).

Percebe-se que há concomitância entre a instalação das famílias negras e o processo de instituição do santo como padroeiro do bairro. Da mesma forma, nota-se certo abandono do culto a São Benedito, expresso no fato de a imagem do santo não participar das procissões como também pelo lugar que ocupa no altar. Fazemos essa afirmação diante da constatação que, das três imagens de santos que foram trazidas pela pioneira no bairro, duas mantiveram centralidade nas homenagens oferecidas pela comunidade. Na intensidade da relação com o santo, há, também, a manutenção de vínculo com os antepassados, que é perceptível pela participação dos artesãos do bairro na construção do altar e móveis antigos expostos na igreja. Desse modo, estabelecem-se continuidades entre a permanência da homenagem ao santo e aos "antigos", são constantemente relembrados quando narram uma história sobre a constituição da igreja. Ao nos referirmos à igreja, pensamos um conjunto, no qual o material e o espiritual se equivalem como importância para o estar junto (somatório de construção material, de fé, de artefatos fabricados pelos moradores e que permanecem em exposição, lembrança de cantos, intrumentos musicais usados nas festas...).
Nos dias de festa, em função da quantidade de público, a missa se realiza no lado de fora da igreja. No momento da festa, o bairro é invadido pelas pessoas da cidade, carros estacionados, movimentação e agitação que se repetem a cada ano, durante os festejos.
Durante a missa, começa a invasão: o olor de churrasco e o movimento de pessoas que ultrapassam a cerca de arame para encomendar a carne assada, escolher o pedaço mais apetitoso. Parece que a função da cerca é separar, constituir o espaço do sagrado e do profano.
No momento da festa, parece que reproduz um processo de engolição: da música alta que invade os ouvidos, da emanação volátil do aroma de alimentos que estão à venda, da quantidade de bebidas em oferta, num viver a festa para os sentidos. Depois do almoço, começa o baile. No pequeno salão, os corpos em movimento sorvem o espírito festivo: corpos próximos, suados em ritmo ditado pelo triângulo e pela gaita. O clima é sufocante, o salão é pequeno, e as poucas janelas localizadas no alto, não ajudam a resfriar o local. Assim, há uma densidade olfativa. Tudo é viscoso, os movimentos, a música, os corpos. Para-se o baile anuncia-se quem ganhou a rifa de um bolo. Os aplausos quebram o silêncio que fora feito para ouvir o nome do vitorioso. A música recomeça. O som estrepitoso domina o ambiente. O ritmo da música é frenético, os corpos balançam quase sem querer, parece que as maõs e os pés adquirem autonomia e querem se deixar levar pelo movimento. Para conversar é preciso estar muito próximo, só essa posição garante a audição do que está sendo dito: tudo é proximidade.
À volta do salão formam-se camadas de assistentes: aqueles que não têm par e observam, os que se movimen-

tam no ritmo da música e insinuam desejo de serem convidados para se entregarem ao som, som que convida o corpo a esquecer-se de sua própria densidade e torna-se movimento, entrega. Entre os corpos que dançam não há regulação de movimentos marcados. Há, sim, um deixar-se levar anárquico e sedutor. "São três horas da tarde, o calor é intenso e aqueles corpos bailam, se aproximam, afastam, vivem a festa, são a festa..." (Diário de Campo).

A festa enseja redobramento: de um lado, a exaltação de viver o presente que se oferece como intensidade; de outro, há uma lembrança depositada no corpo - de que aquele estado de excitação não pode ser permanente, ele constitui-se como do domínio do extraordinário (mas há sempre a margem do ordinário tangenciando esse sentimento).

A imagem, anteriormente desenhada, está associada a nossa participação na festa no ano de 2007. Nas narrativas surgem imagens interessantes sobre festas no espaço da Igreja de São sebastião:

> Depois tinha que pedir autorização para fazer festa.Tinha um delegado aqui que não dava autorização, ele que estragou com tudo. Delegado dos Fabrício, ele não dava licença para divertimento, só havia festa assim como na igreginha de São Sebastião, missionário. Foi proibido em 1972, mas nós fazia escondido. Foi proibido fazer baile nas casas porque aí tinha que tirar licença, dava brigas. Uma vez nós se juntemo, tinha o finado Tomás, tinha o Anibal, tudo gente do bem. E falemo vamos fazer um baile lá na igreja. Mas o finado Tomás falou - eu vou tirar licença, ele era muito metido. Nós falamos você não consegue, porque ele tinha mentido para o seu Juca (delegado) ele vai é te prender. Porque nós tava junto uma vez que ele mentiu. Ele entrou em uma briga e depois ele correu para a madrinha e disse que ele não tava na briga. Seu Juca então não teve como provar que ele estava na briga. "A gente ficou ali já com o gaiteiro, esperando a licença. Ele foi lá e quando chegou o seu Juca na porta. Anoiteceu e o "Seu" Juca judiando o Tomás. Começou a macetá. Ele falava: mas "Seu" Tomás o que o senhor queria? Ele respondia - eu vim tirar licença, eu e meus companheiros queria fazer um divertimentozinho lá no Rocio e queria uma licença. Ele dizia: - não é mais uma mentira, "Seu" Tomás que nem aquela que o senhor passou (risadas) e batia nele (assim de levinho). O senhor vai me dar a licença? Perguntava o Tomás. E o delegado dizia: Não vou dar...por que vocês enchem a cabeça de pinga, brigam lá e amanhã estão me incomodando. Ele disse: -Tá bom doutor, até logo. Daí o delegado falou: - "Seu" Tomás, então venha cá, vocês querem fazer um baile? Tomás respondeu: Então "seu" doutor, eu queria mas se o senhor está achando que não dá eu vou dar essa notícia lá para os companheiros. Aí o delegado disse: -Tá bom, então dá para fazer...Vocês vão levar café para tomar? Não, levamos só pinga..., disse ele para o delegado . Dá para fazer...mas se nós não tivesse a licença nós ia fazer do mesmo jeito. Ele chegou e disse: - Dá para fazer, mas eu levei umas encilhada lá do "Seu" Juca. E fizemos o baile. (Senhor Antonio, 93 anos).

A jocosa narrativa esboçada pelo Senhor Antonio mostra como as festas no espaço da igreja também aconteciam em momentos que tinham como finalidade a diversão do grupo de "companheiros". Ao ouvirmos essa história, lembramos do rizinho zombeteiro presente na fisionomia do narrador. No relato, repete-se a idéia de negociação e desdenho ao poder: no primeiro momento, o escárnio ao delegado se mostra pela participação em uma briga e a afirmação de que não estava envolvido. Ação confirmada pela madrinha, também moradora do bairro. O grupo de "companheiros" também sabia do envolvimento de Tomás no entrevero e, inquirido pelo delegado, negou veementemente. O silêncio geral foi a forma de negociar com o poder: todos calaram e o conhecimento do delegado não era suficiente para prender o envolvido.

O bom senso mandaria que Tomás não se aproximasse do delegado porque o desentendimento era recente e todos no bairro sabiam da antipatia que o delegado nutria por aquele que o enganara. No entanto, o desejo de festa era maior do que a possibilidade de perigo. Nova forma de negligência ao poder se esboça: Tomás decide

tirar a licença para realizar o baile e vai à delegacia para negociar a autorização. O diálogo narrado demonstra a teatralidade criada pelos dois homens: o delegado adiando anunciar a sua decisão, e Tomás simulando obediência: "Então seu doutor, eu queria mas se o senhor está achando que não dá eu vou dar essa notícia lá para os companheiros". Há, na encenação vivida pelos dois homens a montagem de uma espécie de jogo, no qual o delegado precisava assinalar o seu poder, manter o homem na delegacia por longo tempo, forma de fazê-lo ver a importância da instituição que ele representava, pois tinha a força legal de permitir ou não a diversão; Tomas também jogava, pois fora pedir autorização para uma festa que já sabia que aconteceria (independente da vontade do delegado). O escárnio era tal que, diante da pergunta provocativa do delegado sobre a possibilidade de levarem café para beber, o homem responde: "- não, levamos só pinga".

O espetáculo estrelado pelos dois homens tornar-se ia de conhecimento de todos: dos companheiros que já aguardavam com os instrumentos musicais necessários à festa, dos participantes do baile, que, pelo tom de bazófia impresso na narrativa do ocorrido durante o evento, pelos comentários do diálogo dos dois homens que circularam no bairro. Assim, sagacidade e derrisão compõe as relações cotidianas.

No ano de 2006, durante a participação da última novena antes da festa, Dona Maria Arlete nos apresentou um participante do evento, senhor que ela identificou como dos "antigos" e que não mora no bairro há mais de trinta anos, mas que sempre retorna no mês de janeiro para participar da festa. Se a participação na festa ajuda a manter o vínculo societal, as promessas são formas de pedir a intervenção divina para reequilibrar a vida terrena. É importante garantir a intimidade na relação com o sagrado.

> Veja como o tempo vai roendo a imagem, mas a fé continua. Fazem promessa para São Sebastião. Às vezes uma criança, por exemplo, que não desenvolve no crescimento. Tiram a medida da altura da criança e colocam no pé de São Sebastião, se sente dor de cabeça tiram a medida da cabeça para sarar, de um braço, uma perna. Tiram a medida do corpo e colocam no São Sebastião ou vice-versa (Dona Maria Arlete , 65 anos).

Talvez, da fala da entrevistada, a primeira questão a assinalar seja a perenidade atribuída à fé: "veja como o tempo vai roendo a imagem, mas a fé continua". Nesse contexto, prometer ao santo é também comprometer-se com um vínculo, um vínculo que o tempo não "roe". Nesse sentido, o compromisso é materializado por meio de um objeto que confere lembrança do que foi pactuado: "Às vezes tiram medida de São Sebastião e colocam na pessoa: no pescoço, no braço, na carteira para carregar, então as promessas que fazem são assim. Então eles trazem, por exemplo, pé de cera, vela da altura das pessoas...". Dessa forma, é indispensável a aproximação corporal ao santo, é importante tocar, medir o seu corpo ou o do santo, é importante transfigurar o desejo em objeto, o objeto em esperança, a confiança em perenidade da fé.

Essa fé, por sua vez, precisa ser nutrida pela proximidade, assim são membros da comunidade que se encarregam dos ritos, da manutenção das imagens, dos enfeites na igreja para acolher as pessoas e seus desejos... Se o vivido na igreja produz uma sinergia ao estar junto também faz lembrar formas de cooperação que ligam os moradores da cidade ao bairro (tanto nas afirmaçãoes de discriminação, quanto nas manifestações de cooperação necessárias para a construção de obras de utilização coletiva).

Dar a ver o espaço da igreja é uma tentativa de descrever o indescrítivel: são tantos os gestos, os símbolos, os desejos depositados, a alegria incontida, a oração, a sinuosidade dos corpos, os encontros... de tal forma que, se o excesso marca o vivido nesse espaço, a sensação de falta, de dívida, de incompletude de percepção nos lembra das dificuldades da tradução e dos limites da escrita.

Referências

BHABHA, H. K. (1998), *O local da cultura,* Belo Horizonte: UFMG.

DAMATA, R. (1997), *A casa e a rua: espaço cidadania, mulher e morte no Brasil,* Rio de Janeiro: Rocco.

DURAND, G. (2002), *As estruturas antropológicas do imaginário,* São Paulo: Martins Fontes.

MAFFESOLI, M. (2001), *A conquista do presente,* Natal: Argos.

MAFFESOLI, M. (2000) *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa,* Rio de Janeiro: Forense Universitária.

MARQUES, S. M. S. (2007), *Diário de Campo,* Francisco Beltrão.

MARQUES, S. M. S. (2007), *Entrevistas,* Francisco Beltrão; 2005-2007.

MONTES, M. L. (1998), Entre o arcaico e o pós-moderno: heranças barrocas e a cultura da festa na construção da identidade brasileira. *Revista Sexta Feira*, 2, pp. 1-13.

ROLNIK, S. (2006) *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo.* Porto Alegre: Sulina, editora da UFRGS.

A (Im)Permanência Da Voz Na Narrativa Oral

Dinéa Maria Sobral Muniz
sobraldm@ufba.br

Kelly Cristine Ribeiro
keu@apoema.art.br,

Resumo: Nos anos 70, Hampatê Bá, tradicionalista africano, anunciou o silenciamento dos contadores de histórias tradicionais, aqueles cujos textos circulam entre memória e enunciação. Que assim seja, isso indica a necessidade de uma cadeia de transmissibilidade para se garantir a conserva do que se pode chamar de tradição oral. O suposto silenciamento implica na ruptura de tal cadeia, a partir do desaparecimento da escuta, não apenas porque a contemporaneidade constrói novas comunicabilidades, mas também porque, em tal território, as tensões entre saberes hegemônicos e saberes populares – aos quais a tradição oral está intimamente ligada – tem colocado os últimos em posição de subalternidade. O trabalho proposto tem como objeto o Festival Yeleen de Narração Oral, anualmente realizado em Burkina Faso, onde contadores de histórias contemporâneos, em relação com a tradição discutem e contribuem para a guarda e transmissão de um dado acervo oral, bem como para a manutenção das línguas maternas, no contexto da contemporaneidade.

Palavras-chave: Oralidade; tradição oral; saberes populares; performance.

> As águas de um conto são como as águas de um rio, cada qual bebe dele de acordo com a cuia que tenha em mãos e do lugar de suas margens em que esteja.
>
> Provérbio Africano

Amadou Hampâté Bâ (2008), tradicionalista do oeste africano, afirma que cada conto, cada narrativa da tradição oral, tem pelo menos sete camadas, sete possibilidades de compreensão. Cada conto é, em sua visão, um campo aberto para diversas leituras do mundo. Não à toa, esse texto em particular, sustentado e mantido, geração após geração, pelo constante circular entre memória e pronunciação, é um objeto literário, mas também o é da psicologia, da antropologia, bem como dos estudos em geral sobre a sociedade e a cultura.

Um conto é uma possibilidade de muito dizer, não de forma reta, direta, mas convidando o ouvinte a tecer conclusões próprias, em um processo de consulta aos repertórios internos, construindo novos saberes a partir de referenciais já existentes e dialogando com a própria imaginação. François Moise Bamba, contador de histórias de Burkina Faso, ao dar um testemunho sobre a sociedade oral na qual nasceu e pela qual ainda circula, assim se posiciona sobre os contos, eles "são ditos por uma razão, para colocar valor em algo, para colocar algo em evidência".

François Moise Bamba é um dos diretores da Maison de la Parole, organização com sede em Bobo-Dioulasso, Burkina Faso, que desde 1998 vem realizando, todos os anos, o Festival Yeleen[1]. O evento reúne principalmente contadores de histórias de países francófonos do oeste africano – entre os quais Benin, Côte d'Ivoire, Mali, Togo e Senegal – acolhendo também a Guiné Bissau, Nigéria, além de diversos artistas vindos dos outros continentes.

Ambientado nos mais diferentes tipos de espaços, da rua ao palco, do quintal de algumas casas a salas de aula onde jovens artistas são expostos a oficinas sobre a arte de narrar, o festival costumeiramente tem início em Ouagadougou, capital do país, movendo-se, pouco antes do Natal, para Bobo-Dioulasso, onde fica até o primeiro dia do ano novo. Se a primeira cidade é o centro político e econômico do país, a segunda é sua capital

1 Yeleen: "luz" em dioula, uma das três mais importantes línguas nativas de Burkina Faso, ao lado do Moré e do Fula.

cultural, como orgulhosamente afirma François Moise Bamba ao dar as boas vindas ao grupo de estrangeiros presentes na edição 2011-2012, lugar de uma vida artística fervilhante, por onde circulam contadores de histórias, músicos, marionetistas, dançarinos, cantores, escultores, artesãos.

O que marca a escolha dos espaços é a necessidade de circular entre a tradição e a contemporaneidade. É, por um lado, a reverência a experiências enraizadas no passado, na ancestralidade, na oralidade como fundante de toda a vida social e cultural, aliada a um esforço para que estas não desapareçam, para que ouvidos jovens possam garantir a continuidade da transmissibilidade de tais narrativas. Por outro lado, trata-se do reconhecimento de uma categoria artística contemporânea, a do espetáculo, do contador de histórias que sobe no palco com o desejo sobretudo de divertir, de ver no rosto do ouvinte a luminosidade presente em olhares atentos e sorrisos. Na tradição, François Moise Bamba afirma em outro momento, o divertimento no conto é um valor adicional, mas importante é sua função educativa, social e cultural.

O festival é, naturalmente, um local de encontros e de observação de diferentes fenômenos sobre os quais gostaríamos de tratar neste artigo, em especial o suposto silenciamento dos contadores de histórias tradicionais, o suposto desaparecimento das culturas tradicionais, a relação normalmente tensa entre o antigo e o novo. Tanto é possível porque, como afirma Canclini (2011) em seus estudos sobre a cultura, a modernidade é uma promessa que não se concretizou nem em todos os países do mundo nem mesmo no tecido por completo de algumas nações. Talvez seja mais plausível afirmar que, em especial nos países ditos em desenvolvimento ou pobres, ela se estenda de modo impreciso e esgarçado, dialogando com as experiências que ficam à sua margem, por não serem capaz de acessá-la ou, quando tanto, apenas parcialmente.

Burkina Faso é um pequeno país do oeste africano, ex-colônia francesa, dono de uma democracia recente, cuja estabilidade ainda se encontra sujeita a diversos embates. Está entre os mais pobres do mundo, profundamente imerso em uma economia rural e de subsistência, dependente, em grande medida, da ajuda internacional. Mas, naturalmente, acolhe e acessa, em seu território, os signos de uma possível modernidade: a televisão com suas novelas brasileiras, árabes e mexicanas, o celular acessível a um número cada vez maior de pessoas, a crescente urbanização, sobretudo em Ouagadougou e Bobo-Dioulasso, o crescimento das escolas com um modelo tradicional de ensino, dado em francês, com pouco espaço para as línguas locais, que são muitas. Encontra-se, portanto, nesse esgarçamento possível entre o arcaico e o contemporâneo, entre a tradição e a modernidade.

Desde seu surgimento, o Festival Yeleen, tem se estruturado e se desenhado nesses entremeios. Por ele, por narrativas e entrevistas escutadas e recolhidas durante a edição 2011-2012, pretendemos um breve caminhar pelas relações entre tradição e contemporaneidade no contexto da cultura. Como é costume na tradição, antes de tratar dos temas que nos interessa de modo direto, comecemos com uma narrativa, uma das que mais foi repetida durante o Festival Yeleen, em sua 14ª edição, tanto nos palcos, como nas sessões espontâneas promovidas nas ruas ou, ainda, durante a formação, a história de Cassini. A uma primeira vista, parece-se com muitas cujo tema central gira em torno da perda da mãe boa, da madrasta malvada e da meia-irmã invejosa, cujo exemplar mais famoso certamente é Cinderela. Passada em território africano, contudo, seu grande desafio, mais do que a obediência é a capacidade de resistir e de se transformar a cada morte.

I. Cassini

Eram duas mulheres, esposas de um mesmo homem. Por acasos do universo, ficaram ambas grávidas na mesma época e ambas deram a luz a meninas. A filha da primeira esposa recebeu o nome de Cassini, nossa heroína. Aquela, porém, ficou doente e veio falecer logo após o parto. Antes de partir, chamou a segunda esposa e a fez prometer que cuidaria das meninas como se ambas tivessem nascido do mesmo ventre. A mulher prometeu e, nos primeiros anos, cumpriu a promessa, Cassini e sua irmã comiam no mesmo prato, brincavam com os mesmos brinquedos e partilham vestes.

A mãe de Cassini havia lhe deixado como única herança um par de brincos e um vestido. Quando começou a descobrir seu corpo de mulher, tocou-a por inteiro uma saudade imensa daquela que não pudera conhecer, mas cujas marcas deixara em seus traços. Todos lhe diziam e isso atestava alguma verdade. Certa noite, repleta

dessa ausência, colocou o vestido herdado e se dirigiu para o centro da vila onde se reuniam os jovens e os velhos a escutar as histórias e as canções do griô.
Ao vê-la, o griô cantou. Cantou sua beleza, sua semelhança com a mãe, o vestido que usava e uma certa dignidade que parecia definir seu corpo. Eivada de inveja, a meia-irmã correu até a sua mãe e a fez chamar Cassini e arrancar de seu corpo o vestido. Na segunda-noite, quase tal e qual a primeira, a menina voltou ao centro da vila usando os brincos herdados. Outra vez o griô cantou a sua beleza, outra vez a meia-irmã tomada pela inveja obrigou a mãe a tomar-lhe o presente materno. Na terceira noite, sem nada, com o corpo despido, Cassini volta ao centro da vila. E, novamente, o griô canta a dignidade esculpida em seu corpo, sua beleza, a graciosidade de seu umbigo.
Em um acesso de fúria da meia-irmâ e, agora, também da madrasta, completamente tomada pela inveja, arrancam-lhe o umbigo. Cassini sangra até a morte e é enterrada no alto de uma colina, onde brota, depois de algum tempo, um baobá. Passando por ali o griô, certo dia, enxerga a árvore e canta, anunciando que, certamente, seria poderosa e velaria sobre toda aquela região. Mãe e filha escutam e, ainda possessas e tomadas por aquela fúria sem nome, vão até o alto da colina e arrancam o pequeno baobá. Do buraco feito no chão, pulsa um veio d`água, que se avoluma e rapidamente transforma-se em um rio caudaloso, arrastando aqueles mulheres para o esquecimento. Dizem, que por onde passa, o rio alimenta e mata a de sede de bichos e seres humanos. E, ainda por muito tempo, enquanto vivo, aquele griô cantou a força daquelas águas e de certa dignidade que, não importa que forças enfrente, jamais haverá de morrer.

II. Morte: o princípio da transformação

Em muitos contos, a morte da mãe boa demarca o princípio da jornada da heroína. A morte, nesse caso, não é senão o anúncio da necessidade de transformação e amadurecimento (Estes, 1999), não se trata, pois, necessariamente, do fim de uma dada existência ou experiência, mas de como esta se molda às exigências de cada nova estação com suas particularidades sociais e históricas. Canclini (2011) alerta para tal fato: tratadas por muito tempo como objetos estanques no passado, não se percebeu os elementos das culturas tradicionais, incluindo-se seus portadores, em seus movimentos de adaptação à contemporaneidade. Não desapareceram, afinal, ao contrário, adentraram o século XXI dialogando, ainda que entre tensões, com os signos do consumo, do espetáculo, da letra, etc.
Durante o Festival Yeleen, fomos levadas a Mamadou Traoré, tendo sido este apresentado como o Jovem Griô. Em uma cultura onde os velhos são aqueles que sabem mais, que guardam o reservatório de saberes de uma dada comunidade, o Jovem Griô é um homem de pouco mais de quarenta anos. O titulo de griô indica, em verdade, o pertencimento a uma casta, a casta dos Djelis, os portadores da palavra. Na cultura mandingue – originária do Mali, a do lendário imperador Sundjata Keita, sobre quem se contam muitas histórias e cujas fronteiras estenderam-se por grande parte do oeste africano – os Djelis[2] são parte fundamental da vida espiritual e cultural das comunidades às quais pertencem. Pelas palavras de Hassane Kouyaté, em entrevista colhida também no Festival Yeleen, edição 2011-2012:

> O griô é o organizador de todas as cerimônias: batismos, iniciação, funerais, mortes e outras cerimônias; conselheiro, mediador entre duas pessoas, famílias, vilas, países, continentes. Seu grande objetivo é reunir. Cada família tem seu griô. É o professor, ensina às crianças através do conto, da adivinhação, da charada. Ele também conta a história, esta é uma de suas grandes funções. Faz as epopeias, as genealogias. Atua como curador, pode destruir ou construir pela palavra. Conhece os contos, as plantas, as canções, a dança.

2 Djeli, palavra que significa “sangue” em bambana, uma das principais línguas locais, da qual se origina o dioula de Burkina Faso,

Mamadou conta que aprendeu a contar histórias em sua aldeia, sempre à noite, em volta da fogueira. Hoje, mora em Bobo-Dioulasso, onde vive do jogo de búzios sobretudo para ajudar às mulheres que não podem ter filhos. Havia, na sua rua, duas crianças que vinham visitá-lo frequentemente para ouvir historias. Certa vez, os meninos perguntaram ao pai se este também sabia contar historias e, ao receberem uma negativa, com a espontaneidade própria dos pequenos, disseram que, então, Mamadou saberia mais que o pai. Tomado de raiva, o homem foi tomar satisfações com o Jovem Griô que, calmamente, disse apenas entender que ele não soubesse mais as historias, afinal, havia crescido na cidade, lugar onde a prática de narrar, nos moldes da tradição, como uma experiência comunitária e geracional, tem se esvaziado. O pai, ainda tomado pela emoção, disse ao Jovem Griô que este não se preocupasse mais com seus filhos, pois iria comprar livros. Neste episódio, ao menos dois pontos a serem notados: primeiro, a suposta morte do contador de histórias sobretudo em contextos urbanos e, segundo, a oposição narração oral versus o livro.

Ora, muitas são as vozes que deram notícias sobre o fim de tal experiência narrativa fundada na oralidade, o contar histórias, vindas como ecos de diferentes épocas e lugares. Aqueles que estudam os contos de tradição oral e seus contadores apontam vários marcos que indicariam o desvanecimento de tal prática: Benjamin (2008b), melancolicamente, reflete sobre o emudecimento pós-guerra diante de uma Europa devastada; no Brasil, Câmara Cascudo (2004) lembra os serões de histórias que existiam até os anos 20 e que findos os anos 80 haviam sido silenciados pela televisão, escola e pelo emergir dos grandes centros urbanos (Matos, 2005; Lima, 2005); nesse entremeio, em África, no Mali, Hampâté Bâ lamenta o fim de uma escuta e, com ela, a ruptura na linha de transmissão das histórias:

> L'initiation, fuyant les grandes cites, s'est refugiée dans la brousse ou les 'vieux' trouvent de moins en moins autour d'eux, en raison de l'attrait des grandes villes et des besoins nouveux, les 'oreilles dociles' auxquelles transmettre leur enseignement (Hampâté Bâ, 2008:28).[3]

O silenciamento do narrador tradicional está, portanto, intimamente conectado com o desaparecimento de uma escuta, do ouvinte, com "a ausência maior de um público verdadeiramente constituído em espontaneidade e interesse, condição fundamental para a veiculação do conto em toda a sua força, [...] a partir de uma escuta polarizada, vibrante e silenciosa" (Lima, 2005:75), o que, por sua vez, está relacionado menos com uma dada cronologia e mais com as mudanças nos cenários culturais.

Para além da morte de uma arte ou ofício, estará em jogo o lugar de uma certa experiência, conectada com toda uma visão de mundo ligada à oralidade, ao sentido prático da vida, ao ser comunitário, próprio das culturas populares. Por volta dos anos 30, Benjamin escreveria sobre o empobrecimento da experiência, um novo tipo de barbárie, uma nova forma de estar no mundo sem vinculação com o passado e com parcas oportunidades de intercâmbio. Lado a lado com a mixórdia de ideias, estilos, compreensões do mundo, construções, teorias e um sem número de criações contemporâneas, surge outro tipo de inquietação: "qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural se a experiência não mais o vincula a nós?" (2008a:114-115).

Um outro aspecto que entra no embate, para além das experiências estéticas provocadas pelas diferentes modalidades da língua, é a ação específica dos estratos sociais economicamente privilegiados no sentido de impor seus valores culturais, seja através da língua seja por meio da hierarquização de toda a vida cultural. Tal embate, longe de se dar de modo visível, se trava no terreno ideológico, engendrado na polifonia de sentidos que cada signo e cada discurso impõe. Neste campo, a ação específica das escolas contribuirá para uma tentativa de impor as características uniformes e uniformizantes das culturas dominantes, em detrimento da heterogeneidade das culturas populares, fator que acaba por contribuir para a desvalorização (quando não negação), por um lado, da experiência no campo da aprendizagem e, por outro, das culturas populares que sempre tiveram na primeira a base de seus processos de construção do saber e de relações (Grignon, 2003). Ora,

---

3 Tradução livre: "A iniciação, fugindo das grandes cidades, se refugiou na savana onde os velhos encontram cada vez menos em torno deles, em razão dos atrativos das grandes cidades e das novas necessidades, ouvidos dóceis aos quais transmitir seus ensinamentos".

as culturas dominantes se tornam eminentes arautos da escrita e de todos os benefícios para a modernização que esta supostamente constrói e a escola também.
Ao contrário de outros contos que tratam da madrasta malvada e da irmã invejosa, o desenlace final da história de Cassini não é o casamento com o príncipe, mas a confirmação de uma dignidade, um dos traços arquetípicos da nobreza, que lhe é própria, que lhe pertence, herdada da mãe, mas também forjada a cada nova morte e renascimento. Sua principal tarefa é a persistência, a determinação, a decisão constante em manter em si e consigo a memória da mãe e em seguir, sempre encontrando uma nova possibilidade. Há, também, em seu caminhar, a exigência de um constante desapegar-se. Ao final, o que importa não é a matéria visível, nem roupas ou brincos ou mesmo o corpo, mas a continuidade da vida, do que é vital, mesmo por veios tortuosos. Importante ainda notar que este seguir não se dá exatamente por uma submissão.
No Festival Yeleen, a tradição, não à toa, está no centro dos discursos. Os repertórios são constituídos em maior parte com narrativas colhidas nas comunidades, no entorno da experiência pessoal dos contadores de histórias, na escuta dos mais velhos. Eles dão, por isso mesmo, em suas apresentações, não apenas a palavra do conto, mas também o testemunho de uma experiência, ainda que modificada por exigências próprias da modernidade. Quando um narrador ou narradora sobe ao palco, sempre trajado com os mais belos tecidos africanos, é muito comum que inicie sua narração com um chamado:

- *Ziri*, *ziri*! – costuma pronunciar em alto e prolongado som.
- *Namo*! – o público responde.

Ziri significa "mito" em dioula. Ao ser dito na antessala da narrativa, torna-se um chamado à escuta, o anúncio do início do conto e, numa herança da tradição, um pedido de permissão. Quando o público responde "*namo*", palavra que quer dizer "sim", ele se abre para a narrativa, ele a autoriza. Na tradição, o "zi*ri, zi*ri" não voltará a ser pronunciado. Já o "*namo*", a confirmação da escuta, será pronunciado várias vezes, normalmente por um mais velho, em tom mais baixo e cadenciado. Na época do espetáculo, todavia, o pedido de permissão torna-se também um jogo para manter a atenção dos ouvintes, dito várias vezes em voz alta, nos entremeio da narrativa, numa espécie de pergunta, "estão atentos?", ao que o grupo responde, normalmente entusiasmado, "*namo*!".
Assim, o narrador ou narradora contemporâneo desta região do mundo tem os seus pés fincados na tradição e na reverência, mas desloca elementos, adaptando-os aos novos tempos. Hassane Kouyaté, griô e um dos idealizadores do Festival Yeleen, posiciona-se sobre a experiência apontando que uma das mudanças significativas da tradição para a contemporaneidade foi a redução das narrativas e dos momentos de contar, na tradição os serões podem durar noites inteiras, na contemporaneidade, precisam ter o tamanho certo de um espetáculo. Ele diz:

> Eu não luto jamais contra qualquer coisa, eu luto por qualquer coisa. Não quero a metade vazia, quero a metade cheia. Sou obrigado a aceitar certas transformações. Nós somos os futuros ancestrais dos futuros homens. Devemos pensar sobre e o que vamos deixar.

O Festival Yeleen costuma incluir em sua grade de apresentação contadores de histórias tradicionais, são esses os que aprenderam o ofício numa relação de proximidade com a comunidade, em um exercício de escuta e repetição, memória e pronunciação. Na edição 2011-2012, contudo, devido à escassez de recursos, estes não se fizeram presentes, a não ser nos eventos menores, tendo sido privilegiados os contadores de histórias contemporâneos. Como já foi dito anteriormente, são, contudo, a fonte por excelência das narrativas. François Moise Bamba distingue a qualidade dos repertórios entre aqueles que recorrem aos livros, exíguos normalmente, e os que se dispõem a ir até as aldeias para pesquisar entre os mais velhos, no ambiente em que a palavra ainda circula com mais abundância, já que maior é a diversidade e riqueza de narrativas entre estes últimos.
Numa tentativa de lidar com a palavra que desaparece, um momento importante do Festival Yeleen são as rodas de histórias nas ruas e nos quintais das casas, nas quais, normalmente, primeiro têm a palavra as crianças para, apenas mais tarde, os narradores mais experientes se apresentarem. Ao refletir sobre as rupturas entre tradição e contemporaneidade, François assim se coloca:

> Eu acho que é uma pena que o mundo contemporâneo se ache mais importante e mais forte do que o mundo tradicional. Tudo é meio obscuro. O mundo tradicional tem regras, tem valores, tem cultura. Seu objetivo não é convencer ninguém, é apenas viver sua cultura. É o mundo contemporâneo que vem dizer ao mundo tradicional "isto não é bom".
> É complexo falar do mundo tradicional sem colocar nosso olhar contemporâneo de homem civilizado, de homem moderno. E cada vez que nós fazemos isso, nós perdemos qualquer coisa, porque nós queremos mostrar qualquer coisa que nós não somos capazes de compreender com nosso olhar de contemporâneo.
> Isto faz com que nós não falemos mais do mundo tradicional, nós falamos do mundo tradicional que queremos e que nós julgamos. Levando nosso olhar contemporâneo ao mundo tradicional, nós nos encontramos diante de qualquer coisa que flutua, que não é verdadeiramente o mundo tradicional e que não é também o mundo contemporâneo. E isso faz com que, pouco a pouco, percamos o valor tradicional.

Ao contador de histórias contemporâneo cabe a mediação entre o passado e o presente. Será ele quem manterá as marcas da tradição que, segundo princípios particulares, precisam ser seguidos, como uma estética centrada no corpo e na voz e uma reverência à ancestralidade e, sobretudo, uma narrativa que mantém a sua função de evidenciar valores, de portar saberes, aliando esses elementos ao divertimento e às demandas da contemporaneidade como o tempo limitado de apresentação, o palco, o figurino, a necessidade de despertar e sustentar a atenção do público.

III. Heranças: marcas distintivas da oralidade

A marca principal de Cassini em sua jornada é a solidão. Não qualquer uma, mas aquela traçada pela ausência de quem poderia lhe explicar os traços, dando sentidos ao corpo, respondendo a possíveis perguntas sobre quem se é. Cassini procura tais respostas primeiro no vestido, depois nos brincos, para localizá-lo no próprio corpo que vira árvore e, por fim, rio, sendo este sua destinação última.
O retorno que a contemporaneidade tem feito à tradição, às culturas populares, desde os anos noventa, pelo menos, é um reflexo da solidão que a caracteriza. Em meio à mundialização e à homogeneização provocadas pelas mídias de massa, às empresas transnacionais, ao consumo, é preciso encontrar em si, para si, para os próximos, marcas de singularidade, marcas que deem notícias de uma identidade, que respondam a quem se é. E para tanto, é preciso recorrer às tradições, às heranças, à ancestralidade.
Contemporaneamente, a arte de contar histórias encontra-se imersa numa miríade de possibilidades narrativas: dramatizações, pequenos esquetes de comédia, teatro de sombras, marionetes, leituras de livros são alguns exemplos de expressões artísticas que, não raro, se apresentam como momentos de contação de histórias (Ribeiro, 2013). O contador de histórias de Burkina Faso e entorno, por sua vez, costumeiramente se apresenta como ator/atriz, comediante e contador/a de histórias.
Como então distinguir a arte de contar de histórias do teatro ou da literatura? Como distinguir a palavra oral da palavra escrita? Como distinguir o ator do contador de histórias? Seria necessário mesmo fazê-lo? Não fazê-lo parece imergir a prática em imprecisões e, numa certa solidão. Se toda experiência narrativa pode ser colocada como um ato de contar histórias, o ato mesmo de contar, de narrar com a voz, perde-se, esconde-se, fica sob as sombras do teatro, da literatura, da música, da comédia. François Moise Bamba aponta esse fenômeno sobretudo entre os narradores mais jovens, aqueles que cresceram nas cidades e que possuem poucos vínculos com as aldeias, com os campos, ali, onde, segundo Hampatê Bá (2008), se escondem as velhas vozes narradoras. É nesse momento que os contadores de histórias voltam às experiências primeiras, fundadas na tradição oral, para dar um contorno mais preciso ao oficio do qual são portadores.
Na tradição oral, o suporte de toda comunicação repousa no som e na memória – por um lado um evento permanentemente em evanescência e, por outro, um objeto que pertence essencialmente ao indivíduo, não

podendo ser deslocado de seu corpo, visto que não ficam registros materiais caso morra aquele que o detém –, transmissão e guarda são elementos, portanto, cruciais. Sobre estes, uma das coisas mais importantes, talvez seja o fato de sua existência e permanência dependerem fundamentalmente da interlocução com um outro e, ao mesmo tempo, de uma movimentação constante.
François Moïse Bamba, sobre a necessidade do outro na construção de uma certa teia comunicacional, fala:

> Dizemos que a sociedade oral é caracterizada pelo fato de que nós precisamos ser dois [...], aquele que fala e aquele que escuta. E é aquele que escuta mais importante que aquele que fala. Porque é aquele que escuta que dá importância àquele que fala, que dá importância à palavra daquele que fala. Nós dizemos que somos ricos do que o outro diz, mas somos pobres do que dizemos. Porque o que dizemos não nos pertence mais. Mas o que o outro diz nos enriquece.

O ato de recordar-se, nesse contexto, constitui-se como um fazer necessariamente solidário. Lembra-se daquilo que se repete ou se escuta muitas vezes, sempre em uma relação de interlocução. Ao mesmo tempo, se tudo é passível de ser dito, não exatamente tudo é passível de ser lembrado ou reproduzido, especialmente por um longo tempo, de modo que o dizer, para além de apresentar características de enunciação próprias da palavra oral, há de se conformar com o possível da memória. Tendo isso em consideração, Haverlock afirma:

> En una cultura oral primaria, para resolver eficazmente el problema de retener y recobrar el pensamiento cuidadosamente articulado, el proceso habrá de seguir las pautas mnemotécnicas, formuladas para la pronta repetición oral. El pensamiento debe originarse según pautas equilibradas e intensamente rítmicas, con repeticiones o antítesis, alteraciones y asonancias, expresiones calificativas y de tipo formulario, marcos temáticos comunicas (la asamblea, el banquete, el duelo, el 'ayudante' del héroe, y así sucesivamente), proverbios que todo mundo escuche constantemente, de manera que vengan a la mente con facilidad, y que ellos mismos sean modelados para la retención e la pronta repetición, o con otra forma mnemotécnica. El pensamiento serio está entrelazado con sistemas de memoria. Las necesidades mnemotécnicas determinan incluso la sintaxis (apud Ong, 2006: 41).

Logo, a linguagem na sociedade fundada na oralidade funciona a partir de uma sintaxe própria cujas bases estão não apenas na pronunciação da palavra, mas, também, no como da pronunciação, o que envolve o corpo. No território da pronunciação, Ong (2006) aponta, como característica do pensamento e da comunicação, a fórmula, assim como expressões fixas de base tais como os adágios. No caso do mito cristão, por exemplo, encontram-se algumas expressões formulárias como "e disse Deus...", "e assim foi", "e viu Deus que era bom", que funcionam como estacas que sustentam a tenda textual, não apenas a sua emissão, mas, sobretudo, a sua guarda. No que diz respeito ao como da pronunciação, esta mesma estrutura confere ritmo ao que se fala e o ritmo estabelece uma relação direta com o corpo e, por fim, com a memória.
Outro elemento importante no como da estruturação do texto diz respeito à sua composição essencialmente metafórica, uma questão ainda pouco explorada, no que concerne à sua importância para a memória. O texto da sociedade de tradição oral raramente é apenas um dito vinculado a um objeto concreto, e sim, muito comumente, um dito que quer dizer algo mais, que pode ser debulhado em sentidos, sendo por isto mesmo, sempre, um condensado com várias possibilidades de compreensão. Ele é sintético antes que analítico. A civilização da escritura pode atribuir a tais elementos um plano inferior da intelectualidade humana, porém, para Lévi-Strauss, não se trata de considerar qual forma de funcionar é superior à outra, mas de compreender duas possibilidades distintas de funcionamento:

> Existem dois modos diferentes de pensamento científico, um e outro funções, não certamente estádios desiguais do espírito humano, mas dois níveis estratégicos em que a natureza se deixa abordar pelo conhecimento científico – um aproximadamente

> ajustado ao da percepção e ao da imaginação, e outro deslocado; como se as relações necessárias, objeto e toda ciência, neolítica ou moderna, pudessem ser atingidas por dois caminhos diferentes: um muito próximo da intuição sensível e outro mais distanciado (2011: 31).

Ele ainda afirma que:

> É fato que métodos desse tipo podiam levar a certos resultados indispensáveis para que o homem pudesse abordar a natureza de um outro ponto de vista. Longe de serem, como muitas vezes se pretendeu, obra de uma 'função fabuladora' que volta as costas à realidade, os mitos e os ritos oferecem como valor principal a ser preservado até hoje, de forma residual, modos de observação e de reflexão que foram (e sem dúvida permanecem) exatamente adaptados a descobertas de tipo determinado: as que a natureza autorizava, a partir da organização e da exploração especulativa do mundo sensível em termos sensível. (Lévi-Strauss, 2011: 32).

É ainda Lévi-Strauss quem fornece um modelo interessante para analisar como esse pensamento funciona, inspirado na bricolagem, arte de produzir objetos novos a partir de objetos pré-existentes em que um artista precisa lidar com um número limitado de material para criar uma base expressiva de acervo: é isto que se dá com o mito através de elementos como fórmulas e metáforas.

A invenção da escrita trará um elemento inteiramente novo. Sem mais o medo da perda, pois o papel preserva o saber, o ser humano se lança na aventura analítica que é a base da própria ciência tal qual a conhecemos hoje. De fato, a instalação da escrita – muito mais do que a invenção propriamente dita – cria um primeiro ponto de inflexão que é a mobilização do poder para aqueles que a detém. Em sendo uma tecnologia, ou seja, não sendo orgânica, não sendo um fato dado, precisando ser aprendida, torna-se ferramenta de uma certa elite, ao mesmo tempo em que estabelece formas de pensamento mais lineares, analíticas, base importante de uma certa racionalidade científica.

Tratando-se especificamente do conto de tradição oral, aquele que percorre as águas da oralidade, das sociedades de tradição oral às culturas populares, este só existe substancialmente em duas instâncias: na memória e quando enunciado em som. Neste último caso, como já foi dito anteriormente, é evento marcado pela efemeridade. De fato, o que o conserva em permanência é a memória alimentada pela tradição, ou seja, pela transmissão intergeracional. Quando chega à voz, vem pescado de um lugar lembrado e não tocado por qualquer um dos sentidos.

A questão se complica um pouco mais ao se constatar que a conservação pela memória não ocorre permanentemente no nível da consciência, ou seja, nem mesmo se pode dizer que ela é constantemente observada pelo ego, segundo Jung "aquele fator complexo com o qual todos os conteúdos conscientes se relacionam" (apud Stein, 2004:23), ou seja, o elemento psíquico em constante vigília. Antes, como sugere Bosi (1995:46), ao resgatar a etimologia do verbo "lembrar-se", o movimento é de algo que vem de baixo (*sous-venir*), o emergir do que, em princípio, não está na superfície, não é visível. É deste lugar, portanto, o antes da consciência, que o conto surge no terreno recordável e, portanto, sabido.

Segundo Bosi (1995), Bergson reconhece dois tipos de memórias: a memória-hábito e a memória pura. A primeira seria construída no repetir cotidiano de gestos e costumes, constituindo o adestramento cultural; já a segunda teria um caráter singular, não mecânico, evocativo, tratando-se de experiências individualizadas localizadas em espaços específicos e determinados do passado. Neste sentido, é possível afirmar que o conto é uma evocação de uma memória singular não mecânica, que, no entanto, seria mais difícil colocar, necessariamente, como uma experiência individualizada, afinal trata-se de um evento imerso no ser coletivo: conta-se o que se ouve muitas vezes e, por sua vez, é porque se conta muitas vezes que tal tipo de narrativa alcança um lugar de lembrança que não pertence exatamente a sujeitos, mas a comunidades. É verdade, no entanto, que toda vez que um narrador conta uma dada história, de algum modo, ele a individualiza, já que é a sua palavra que lhe dá um corpo, uma existência expressa.

Entretanto, é com Halbwachs que Bosi aprofunda a discussão exatamente na direção necessária à compreensão do conto. Para ele, segundo a autora, a memória individual depende do seu relacionamento com os diversos

grupos que integra, da família à vida profissional, passando pelas organizações religiosas (1995:54). Não à toa, o fenômeno do esquecimento das histórias está intimamente ligado com o desaparecimento da escuta, que se relaciona, diretamente, por sua vez, com a mudança e o advento de novas institucionalidades que reorganizam o coletivo, a tão mal falada televisão, por exemplo. Esquece-se o que não se partilha mais com o outro, não como era de costume acontecer. Assim, "Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo; e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva da comunidade" (Bosi, 1995: 55).
A memória de um conto, no entanto, não é exatamente apenas a evocação do passado. Ela envolve, em verdade, dois processos, a evocação do passado e sua atualização no presente pela palavra, não qualquer palavra, e sim pela palavra poética, individualizada, de um sujeito em particular, o narrador. Com relação a isto, Halbwachs trata a memória como trabalho:

> Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. [...] A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. (apud Bosi, 1995: 55).

É Halbawachs também quem oferece a peça final para completar o que poderia ser uma possibilidade de apreensão do fenômeno conto, ao apontar, de acordo com Bosi (1995), a linguagem como o instrumento socializador da memória. Por ela, chega-se àquela segunda instância de existência do conto, sua enunciação em voz pela palavra. Uma palavra, no entanto, que não pode ser fixa, não em princípio, pois se trata de uma experiência imagética, conservada pela memória, reatualizada do presente em um entrecruzar de materiais arcaicos com aqueles disponíveis no tempo do aqui e agora.
Logo, o conto não é apenas nômade em seu trânsito histórico através de diferentes espacialidades socioculturais; ele o é, também, em suas possibilidades de existência, do submerso para a consciência, no movimento da memória singular e ao mesmo tempo coletiva, da memória para a enunciação em voz. Sua permanência ao longo de gerações se dá no trânsito entre estas diferentes dimensões, uma alimenta a outra, uma não é possível sem a outra.
O conto em acontecimento, ou seja, sua materialidade, aquele momento em que emerge de uma memória ou mesmo de uma forma fixa em texto, se dá pela pronunciação, ou seja, pela fala. Neste ponto, há que se pensar a língua como algo que se expressa usualmente através de duas vias: a oralidade e a escrita. Um dos grandes avanços na compreensão da relação entre ambos é o reconhecimento de que cada qual apresenta singularidades, inclusive sintáticas, não se tratando, pois, de dois diferentes lados de uma mesma moeda: não é a escrita uma mera transposição da fala para o impresso. Por outro lado, não se pode exigir da fala as construções típicas da letra. Uma se coloca para o ouvido, enquanto outra para os olhos, logo, exigirão fundamentalmente estratégias diferenciadas.
Se o som é evanescente, a necessidade de remissão, de retorno e repetição para que a matéria em questão seja tratada será muito maior do que no caso da escrita, à qual se pode voltar a todo momento para a rememoração. Por sua vez, a indefinição geográfica do som – ele está em toda parte e em lugar nenhum – coincide com a característica totalizante e generalista do pensamento que dá origem aos contos de tradição oral. A palavra impressa, ao contrário, permite outras relações com o texto, mais analíticas, mais no detalhe, em outros níveis de profundidade. Se a primeira é circular, a segunda se estrutura em outros níveis de complexidade, em uma perspectiva mais linear. Não à toa, a oralização de um texto escrito, mesmo com todas as entonações e jogos corporais possíveis, não esconde a sintaxe particular da letra.
Tais marcas coincidem com a performance considerada como aquela própria da narração oral e que assinala a prática dos contadores de história tradicionais, segundo Matos (2005), para quem esta é constituída no ato mesmo de sua realização, na interação com o público, para cuja sintaxe contribuem as pausas, as repetições, algumas vezes a checagem de alguma informação para garantir que os ouvintes estejam acompanhando a narrativa, um diálogo inclusive com os imprevistos do momento, como as interrupções, por isto, irrepetível. Em acréscimo, de acordo com Zumthor, "a oralidade não se reduz à ação da voz. Expansão do corpo, embora não o esgote. A oralidade implica tudo o que, em nós, se endereça ao outro: seja um gesto mudo, um olhar" (2010: 217). Tais marcas são essenciais para que se delimite uma certa categoria da contação de histórias, enraizada na tradição, construída no corpo, memória e voz do contador de histórias.

IV. As águas que continuam a fluir: diálogos entre contadores de histórias tradicionais e contemporâneos

De modo simples, poderíamos dizer que o contador de histórias contemporâneo é aquele que fez do ofício uma expressão artística através na qual produz, apresenta-se e se coloca como um profissional. No caso de Burkina Faso, circulando ainda pelos diversos festivais africanos e, não raro, viajando para França e outros países do mundo. A experiência narrativa é, sem dúvida, uma das maiores riquezas daquela região, para onde vêm, todos os anos, estrangeiros de todas as partes do mundo para ali beber e aprender, tanto durante o Festival Yeleen, como no seu entorno.

Fortemente marcados pelos processos de colonização recentes, bem como pela pobreza que estabelece outros modo de exploração e submissão aos países mais ricos, uma jovem contadora de histórias, de nome Bintou, deu o seguinte testemunho: "temos que cuidar do nosso patrimônio, caso contrário, um dia, os franceses virão aqui para nos ensinar o que nós ensinamos a eles". Em sua fala vemos, nitidamente, o medo da perda bem como o anúncio de um esforço de conexão com as tradições e os saberes locais.

É marca da contemporaneidade uma miríade de experiências. Que haja, contudo, um afã pelo novo, pela diversidade de sabores e cores e visões, tanto não anula o desejo pela tradição. Pelo contrário, ela entra como uma possibilidade singular de se conectar com o mundo. E o acesso às narrativas orais e à contação de histórias sempre poderá se dar por diversos caminhos, em diversos níveis.

François Moise Bamba diz, em sua entrevista, que há três tipos de narradores: o dizedor, o repetidor e o contador de histórias. O primeiro é apenas aquele que, escutando uma narrativa, conta-a para outros de modo espontâneo e despreocupado; o segundo conta muitas vezes de modo a desenvolver certa performance; já o terceiro é aquele que:

> (...) te conta uma história de qualquer cultura porque é capaz de compreender e transmitir o valor essencial que este conto porta, o valor essencial do povo que diz aquela história. Ele conhece a profundeza do conto. Seu papel não é somente a narração, seu papel é histórico. Seu papel é sociológico. Seu papel é pedagógico.

A voz de tais contadores garantem a permanência de veios de narração anteriores a toda a experiência contemporânea, ao mesmo tempo em que a atualizam e dialogam com o presente. De certo modo, ela é sempre a mesma e, assim como o próprio conto sempre que narrado tendo como sustentos centrais a voz e a memória, nunca é o mesmo.

Salia Traorê, um homem de aproximadamente quarenta anos, por muito tempo não soube ler nem escrever, até que certa vez, já adulto, passou por um muro e lá enxergou algo escrito em *N'ko*, alfabeto próprio para as línguas mandingues do Oeste Africano, entre elas, o dioula. Aquela visão o atordoou.

Ele deixou Burkina Faso e se dirigiu ao Mali, onde fez uma série de pequenos serviços, ganhando o suficiente para viver e pagar mestres que lhe ensinassem aquela escrita. Depois, decidiu-se enveredar pelos estudos da história e das tradições do povo mandingue. Foi ele quem nos explicou que a palavra, na verdade, são muitas. *Donkili* é a canção, segundo Salia, a mais vasta de todas. Ela atravessa as narrativas, entremeia seus enredos. *Lanioma* é a metáfora, diz-se uma coisa por meio de outra, por ela, tudo na natureza ensina, bichos e plantas, assim como o dia que acontece entre claros e escuros. *Lanioma* está em tudo, na palavra-canção, na palavra-conto, na palavra-provérbio.

A palavra-conto é chamada *tale* que pode ser, por sua vez, *burututu* ou *kanfo* – aquilo que jamais pode acontecer e aquilo que pode acontecer. *Burututu* são os contos de animais que falam e de magia. *Kanfo* conta de homens e mulheres que poderiam ser qualquer um de nós. Não raro ambos se confundem.

Há ainda uma forma mais elaborada de metáfora, chamada *zanamuno*, uma alusão que funciona como advertência, pode-se dizer, por exemplo: "Minata e Mamadou não prepararam arroz na mesma panela". Para bom entendedor, a imagem basta. Há ainda: *zana,* o provérbio; *zanakoro,* o enigma; *siguifili,* uma disputa de metáforas, além da palavra-história e da palavra-filosofia.

Em todas, a palavra não é espada, não se impõe como uma presença não convidada. Ao contrário, ela é oblíqua e se entrega, dá ao outro a possibilidade de acolhê-la ou não. Praticamente todas as formas da palavra são, na verdade, caminhos de dizer e o dito não se mostra nu, porque pode chocar, agredir ou, simplesmente, não ser aceito.

Veste-se a palavra para ser despida pelas mãos-ouvidos de quem a acolhe, no tempo e de acordo com os desejos deste. Outra coisa curiosa é que esse retirar de véus é sem fim. Os sentidos da palavra jamais se encerram.
Por François Moise Bamba, a escuta trabalha a memória, a memória abre a portas para o conhecimento e o conhecimento, por sua vez, está na base da própria vida. Tal escuta, todavia, não se impõe. Primeiro, ela chega e pede permissão para ficar. Em seu desenrolar-se, mostra-se na forma de metáfora, poesia, experiência lúdica e estética, podendo ser acolhida pelo outro de acordo com suas próprias necessidades e desejos. Na boa hora, despede-se, pois precisa dar a quem a acolhe tempo para que ela se processe e se mostre a partir de suas próprias experiências.
É assim que Cassini de mulher vira rio e, por fim, apenas palavra, palavra viva e circulante, na qual se alimenta o Festival Yeleen e seus narradores, tradicionais e contemporâneos.

Referências

BENJAMIN, W. (2008a), "Experiência e Pobreza". In W. Benjamin, *Obras Escolhidas*, São Paulo: Editora Brasiliense, pp. 114–119.

BENJAMIN, W. (2008b), "O Narrador - Considerações sobre a Obra de Nikolai Leskov". In W. Benjamin, *Obras Escolhidas,* São Paulo: Editora Brasiliense, pp. 197–221.

BOSI, E. (1995), *Memória e sociedade: lembranças de velhos,* São Paulo: Companhia das Letras.

CANCLINI, N. G. (2011), *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade,* São Paulo: Câmara Brasileira do Livro.

CASCUDO, L. DA C. (2004), *Contos tradicionais do Brasil*, São Paulo: Global Editora.

ESTES, C. P. (1999), *Mulheres que Correm com os Lobos: Mitos e Histórias do Arquétipo da Mulher Selvagem*, Rio de Janeiro: ROCCO.

GRIGNON, C. (2003) Cultura Dominante, Cultura Escolar e Multiculturalimso Popular. In T. T. da Silva (org), *Alienígenas em Sala de Aula*, Petrópolis: Editora Vozes, pp. 178–189.

HAMPATÊ BÂ, A. (2008), *La parole, mémoire vivante de l'Afrique: suivi de, Carnet de Bandiagara,* Paris: Fata Morgana.

KOCH, I. V. (2011), *O texto e a construção dos sentidos,* São Paulo: Contexto.

LÉVI-STRAUSS, C. (2011), *O Pensamento selvagem*, Campinas: Papirus Editora.

LIMA, F. A. DE S. (2005) *Conto popular e comunidade narrativa*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangano.

MATOS, G. A. (2005), *A palavra do contador de histórias,* São Paulo: Wmf Martins Fontes.

ONG, W. J. (2006), *Oralidad y escritura: tecnologías de la palabra,* México: Fondo de Cultura Económica.

RIBEIRO, K. C. (2013), *Contação de histórias: seguindo o curso de suas águas.* Dissertação de Mestrado, Salvador: Faculdade de Educação/UFBA.

STEIN, M. (2004), *Jung: o mapa da alma : uma indrodução.* São Paulo: Editora Cultrix.

VANSINA, J. (2010), "A tradição oral e sua metodologia". In J. Ki-Zerbo (editor), *História Geral da África I - Metodologia e pré-história da África,* Brasília: UNESCO/MEC/UFSCAR, pp. 139–166.

ZUMTHOR, P. (2010), *Introdução à poesia oral*, Belo Horizonte: Editora UFMG.

As quitandeiras de minas gerais: patrimônio imaterial, memórias brancas e negras no tabuleiro

Juliana Resende Bonomo
jujubonomo@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo principal analisar como a memória e a identidade das quitandeiras do estado de Minas Gerais foram se transformando ao longo do tempo, desde o século XVIII, até o momento atual, quando essa atividade passa a entrar nas discussões acerca da salvaguarda de bens culturais e patrimônio imaterial. Atividade tipicamente africana, as quitandeiras, também chamadas negras de tabuleiro, levaram para Minas Gerais esse modo de vender que, por sua vez, transformou-se em uma forma de resistência à pobreza e à escravidão. Ao longo do tempo, a identidade associada à escravidão foi se perdendo e a atividade se transformando, sendo exercida tanto por mulheres brancas quanto negras, configurando um bem simbólico do estado de Minas Gerais.

Palavras-chave: quitandeiras, Minas Gerais, patrimônio cultural, memória social, identidade

1. Introdução

Diferentemente dos outros estados do Brasil, a palavra quitanda, em Minas Gerais, assume significados diversos. A terminologia tem origem africana e vem, mais especificamente, do quimbundo, língua falada no noroeste de Angola. Naquela região, *kitanda* significa tabuleiro onde se expõem gêneros alimentícios à venda nas feiras, inclusive verduras e legumes. Na África, a palavra também passou a designar as próprias feiras. Já no Brasil, ela ganhou o significado de pequenos estabelecimentos comerciais, cujos produtos são expostos em bancadas ou tabuleiros.

Em Minas Gerais, além dessa definição, a palavra quitanda passou a designar as comedorias ligeiras ou, como define o ensaísta Eduardo Frieiro (1982), "*quitanda, não o esqueçamos, é a pastelaria caseira, o biscoito, a broa, a rosca, o sequilho, o bolo*" (...).

Na cozinha mineira, então, a quitanda é tudo aquilo que é servido com o café, exceto o pão. No cotidiano dos mineiros, as quitandas estão presentes no café da manhã e no lanche da tarde. Os mineiros, definidos por Frieiro (1982) como "*lambareiros, amigos de doces e quitandas*", conforme um relato do final do século XIX, tinham o costume de servir o chá da noite acompanhado de biscoitos de polvilho ou fritos em gordura, broas de amendoim, sequilhos e pamonhas. No decorrer dos Oitocentos, o café veio a substituir o chá, difundindo-se tão rapidamente que, já em meados do século XIX, era a bebida predileta dos brasileiros. (FRIEIRO, 1982: 166) E assim formou-se o hábito de se consumir as quitandas acompanhadas com o café.

A venda das quitandas iniciou-se no século XVIII com as negras de tabuleiro que vendiam seus produtos próximo às áreas mineradoras. Frequentemente perseguidas pelas autoridades locais, elas eram acusadas de perturbar a ordem, colaborar na formação de quilombos e de desviar o ouro, uma vez que os escravos mineradores o utilizavam para comprar as quitandas. Com o fim do ciclo da mineração e a ruralização da economia mineira, essas negras quitandeiras desapareceram durante o século XIX. A fazenda, autossuficiente na produção de comestíveis, já não mais precisava do abastecimento das negras de tabuleiro.

Contudo, essa atividade não ficou esquecida, ela foi apenas silenciada, reaparecendo com outras configurações no século XX. São as que chamamos, nesse trabalho, de quitandeiras da atualidade. Essas quitandeiras são também chamadas de biscoiteiras e estão localizadas em várias cidades do interior de Minas Gerais. Nesse ressurgimento da atividade, algumas tradições foram mantidas, como o modo de fazer as quitandas, a utilização dos ingredientes da roça e os fornos e fogões à lenha. Não mais relacionado à escravidão, a transmissão do conhecimento e o modo de vender da atividade mudaram de configuração, obedecendo a nova ordem agrária da economia e ao modo de vida nas cidades do interior de Minas. Esse conhecimento, a partir desse momen-

to, passou a ser transmitido entre as mulheres da família, sendo considerado uma herança, uma memória dos antepassados familiares.
Recentemente, em Minas Gerais, as quitandeiras estão ganhando cada vez mais destaque nos festivais gastronômicos promovidos na região. Esse é o caso da cidade de Congonhas, que promove o *Festival da Quitanda* há 13 anos. Seguindo o exemplo de Congonhas, as cidades de Barão de Cocais, Sete Lagoas e Entre Rios de Minas também passaram a promover festivais da quitanda. Em 2012, o *Festival Gastronômico de Tiradentes*, um dos festivais mais importantes do país, abriu, pela primeira vez, um espaço para a mostra de quitandas. Junto a isso, percebemos um interesse crescente do poder público no sentido de incentivar o ofício das quitandeiras e promover essa atividade como um bem cultural.
Em meio a essas observações, veio a ideia dessa pesquisa, cujo objetivo principal é analisar como a memória e a identidade das quitandeiras foram se transformando ao longo do tempo. Assim, a nossa análise inicia-se com as quitandeiras do século XVIII até chegarmos às quitandeiras da atualidade, onde nos deparamos com a atuação do poder público, que vem associando a atividade, nos seus discursos, a um bem cultural do estado de Minas Gerais. Para tanto, valemo-nos de uma revisão bibliográfica junto à análise das entrevistas da pesquisa de campo realizada entre os anos de 2012 e 2013 nas cidades de Congonhas, Entre Rios de Minas, São Brás do Suaçuí e Ouro Preto.
Por fim, esperamos que esse trabalho possa chamar a atenção para as quitandeiras de Minas Gerais nos debates que privilegiam o contato entre a Gastronomia, a História, a Sociologia, a Memória Social e a Antropologia. O intuito que nos levou a essa pesquisa foi registrar a voz, o pensamento e a história das mulheres que ajudaram a formar a cozinha mineira. Ao fazermos isso, acreditamos que foi possível alcançar uma memória que é familiar, social e grupal.

2. Memórias negras: a herança africana das quitandeiras do Brasil Colonial

Antes de aportarem no Brasil, os espaços de troca, as feiras e os mercados ficaram conhecidos na região centro-ocidental da África, especialmente entre os povos *quimbundu,* como *Kitanda*. Embora o termo tenha origem *quimbundu*, ele aparece em todos os povos de língua *bantu* de Angola. (GOMES & SOARES, 2002) As "*Kitandas"* se tornaram "*quitandas"* quando as práticas das vendas em tabuleiros atravessaram o Atlântico a bordo dos navios negreiros e alcançaram o Brasil. Aqui, além de designar a venda em tabuleiros, o termo "quitanda" passou a ser utilizado para denominar os pequenos mercados .Quitandeiras ou negras de tabuleiro foram as denominações que as comerciantes ambulantes de gêneros alimentícios receberam no país.
Segundo Pantoja (2008), o grande tráfico atlântico de escravos abastecia-se do pequeno comércio de gêneros alimentícios na África. Para garantir a alimentação dos escravos durante a longa viagem até as Américas, os traficantes adquiriam farinha e peixe seco com as quitandeiras de Luanda que vendiam, além de comida, tecidos, agulhas, facas, copos, canecas, garrafas, espelhos etc. Ao vir para o Brasil, esse tipo de negócio adquiriu novos contornos e tomou conta do Brasil Colonial de norte a sul, sendo que as negras vendeiras tiveram um papel importante no abastecimento de gêneros alimentícios nos espaços urbanos. No país, esse tipo de comércio tornou-se uma ocupação típica de mulheres negras, escravas, livres ou forras que armavam seus tabuleiros nas ruas de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, São Luís do Maranhão e Santa Catarina.
No Brasil, as negras quitandeiras encontravam-se na situação de escravas, normalmente como "escravas de ganho", assim denominadas porque ajudavam a incrementar a renda dos seus senhores com o comércio nas ruas. Muitas dessas mulheres cativas chegaram a representar a única ou a fonte mais importante de renda das famílias de pequenos produtores que habitavam os núcleos urbanos do país. Uma vez paga a sua obrigação para com o senhor, essas negras poderiam comprar a própria alforria ou de seus filhos e companheiros com o excedente que lhes sobrava. De norte a sul, essa situação repetiu-se em todos os centros urbanos onde elas estavam presentes. O "ganho" representou para todas elas, além da prestação de serviços aos seus senhores, uma possibilidade de libertação e proporcionou uma maior sociabilização entre os escravos urbanos.
No caso de Minas Gerais, esse o comércio ambulante ampliou-se nos quadros da economia devido ao desenvolvimento da mineração na capitania durante os Setecentos. A exploração do ouro na região fez com que se

incrementasse a atividade comercial, resultante de produtos vindos de outras partes da Colônia e do Reino, que chegavam à população através de estabelecimentos comerciais fixos como lojas e vendas. Já o comércio de gêneros da terra, produzidos em território mineiro, era largamente praticado pelas quitandeiras. Assim, responsáveis pelo comércio de gêneros de consumo ligeiro, as vendedoras ambulantes também contribuíram para o abastecimento da capitania. (FIGUEIREDO, 1997) Para além do aspecto econômico, a venda ambulante também significava, para as cativas, a liberdade de ir e vir e a possibilidade de se manterem longe das vigilâncias senhoriais.

Essas mulheres realizavam suas vendas, principalmente, próximas às áreas de mineração, como foi o caso de Ouro Preto, Mariana, São João Del Rei e Diamantina. Além de quitandas como bolos, broas e doces, elas vendiam outros tipos de comestíveis como frutas, mel e demais produtos como fumo e bebidas. A presença marcante dessas mulheres no comércio a varejo, segundo Figueiredo (1997), resultou da convergência das influências africanas e portuguesas no Brasil. Nas sociedades tradicionais africanas as mulheres desempenhavam tarefas de alimentação e distribuição de gêneros de primeira necessidade. De Portugal, veio a transposição da divisão de papéis sexuais vigentes na metrópole, onde às mulheres era reservado o comércio de doces, bolos, frutos, queijos, leite, hortaliças, pomada, polvilho, hóstias, agulhas, alfinetes, fatos velhos e usados.

Os principais consumidores dos produtos vendidos pelas quitandeiras eram os escravos mineradores e, como esses negros tiravam uma parte do ouro que extraíam para si, a maior parte desse ouro era gasto em comidas e bebidas, dando um bom lucro às vendedoras. Por se aproximarem frequentemente dos locais de extração de ouro e diamante, as negras vendeiras acabaram por suscitar um forte desagrado às autoridades da administração colonial, que as acusava de responsabilidade direta no desvio de jornais, contrabando de ouro e diamantes, prática de prostituição e ligação com os quilombos. A aproximação entre as negras de tabuleiro e os escravos da zona mineradora também era temida em função de conflitos localizados e passageiros.

> *"A reunião de escravos e trabalhadores pobres em torno do tabuleiro, para o consumo de quitutes e aguardente da terra, motivava desordens e arruaças, comumente danos físicos à escravaria, além de prejudicar o andamento dos trabalhos de mineração."* (FIGUEIREDO, 1993: 64)

Consequentemente, muitas foram as leis e proibições que incidiram sobre esse tipo de comércio na forma de bandos e instruções repressivas. O controle por parte das autoridades coloniais tinha um duplo objetivo: proibir a presença das quitandeiras fora das vilas e arraiais (em estradas ou lavras) e o de estabelecer variadas medidas fiscais para regular seu funcionamento. Ao longo do século XVIII, observa-se uma infinidade de medidas tomadas pelo governador e pelas Câmaras Municipais no sentido de concretizar tais objetivos.

Apesar de tantas restrições e, mesmo proibidas de circular em certos lugares, muitas foram as vendas ocultas praticadas pelas negras de tabuleiro. Embora elas contribuíssem, em parte, para resolver o grave problema de abastecimento de alimentos na região, ao mesmo tempo, geravam uma insegurança no controle social sobre a população pobre e escrava. Transgredindo constantemente as leis, essas negras, mulatas, escravas ou forras representaram o lado rebelde da mulher na história e revelaram o "avesso de uma memória", segundo Figueiredo e Magaldi (1985: 51).

> *"(...) mulheres perigosas na ótica oficial porque populares e despossuídas, resistindo ao empobrecimento com um modo de vida pautado na transgressão da ordem social. Escapando dos papéis supostamente femininos, revelavam, enfim, o avesso de uma memória*." (FIGUEIREDO E MAGALDI, 1985: 59)

De uma forma ou de outra, evidencia-se nesses conflitos entre quitandeiras e autoridades locais uma conexão entre as províncias do Brasil Colonial até à Primeira República. Sobretudo, evidencia-se uma conexão dessas províncias ao Rio de Janeiro, numa dinâmica que as conecta ao próprio mundo atlântico, através do comércio de escravos e das experiências que aqueles homens e mulheres trouxeram de seu continente de origem. (POPINIGIS, 2012) Nesse sentido, Gomes & Soares (2002) destacam a importância da perspectiva da "*atlanticidade*" que, para além de um contexto de reinvenções e reinterpretações culturais dos africanos e seus descendentes nas Américas, recupera-se o movimento histórico de profundas transformações das sociedades africanas

em tempos e espaços diferenciados, pois as sociedades africanas também passaram por redefinições étnicas, fossem elas afetadas pelo tráfico ou não. As quitandeiras, por sua vez, "ocuparam com muita proximidade as duas margens do Atlântico Sul, ajudando a conformar sociedades articuladas nos dois lados do oceano".
Enfim, para além de sua condição de "escravas de ganho", a venda em tabuleiros também representava, para as quitandeiras negras, a memória da África, uma atividade típica de seu local de origem, de sua cultura, que elas adaptaram aos produtos da terra.

> *"De um continente ao outro, as mulheres negras movimentaram e deslocaram um mundo. Vinham e voltavam pelos seus sentimentos e saberes, transformavam memórias em rimas e maneiras de ser. Certamente pode-se supor que das lembranças que trouxeram da vida da África, estas atividades eram uma das saudades que mais gostavam de ter."* (SHUMAHER, S. & VITAL BRAZIL, 2007: 65)

Sendo assim, em vista do que foi exposto acima, podemos concluir que a venda em tabuleiros adquiriu um significado que transcende o simples comércio de gêneros alimentícios. Para as autoridades coloniais, o tabuleiro era uma ameaça, uma possibilidade de ajuntamento de iguais que conspiravam contra a ordem vigente. Como um disfarce para a prática da prostituição, ele desafiava as leis e criava condições para brigas, badernas e confusões. Enquanto prática de venda, apesar de contribuir para o abastecimento alimentar, impedia a arrecadação de impostos. Já para as negras que praticavam a venda ambulante, o tabuleiro remetia à memória da África, ao exercício de uma prática que era parte da sua identidade africana. Além disso, a venda em tabuleiro abria-lhes a possibilidade de conquistar a liberdade e ascender socialmente.
Em Minas Gerais, as quitandeiras atuaram no comércio ambulante durante todo o século XVIII, enquanto durou o ciclo da mineração. No entanto, com a decadência da atividade mineradora, o declínio da vida nas cidades e a ruralização da economia mineira nos primeiros anos do século XIX, a venda em tabuleiros, típica dos centros urbanos, foi desaparecendo. Ao que tudo indica, não houve substituição para as negras de tabuleiro, dado que a autossuficiência das fazendas fez com que elas perdessem o papel de abastecedoras de gêneros alimentícios. Tudo passou a ser produzido nas fazendas. Fazendas mistas de gado, mineração e agricultura desenvolveram-se, ainda sob o sistema escravista. Afastados de todo e qualquer auxílio externo, os fazendeiros eram obrigados a ensinar aos seus escravos ofícios como o de sapateiro, alfaiate, tecelão, oleiro, lavrador etc. Daí, no nosso entendimento, as cozinheiras negras passaram a atender as famílias mineiras tão somente no serviço doméstico.
No final do século XIX, após a abolição, o trabalho doméstico passou a figurar um meio de sobrevivência para os negros libertos. As mulheres negras que não tinham para onde ir continuaram trabalhando para os seus ex-senhores exercendo a mesma função do cuidado da casa e da família patriarcal. Essas mulheres passaram a realizar as tarefas do lar a partir de outros arranjos sociais que foram, em muitos casos, estabelecidos por contrato de locação de serviços. (PEREIRA, 2011) Com isso, então, percebemos que houve, em Minas Gerais, uma descontinuidade na atividade das quitandeiras, pois elas desapareceram durante o século XIX. No entanto, essa atividade veio a ressurgir com outras configurações no século XX, não mais relacionada à escravidão, como será discutido na seção a seguir.

3. Memórias brancas: tradição e herança familiar

Nessa parte do trabalho, procuramos analisar a trajetória da formação da identidade e da memória das quitandeiras que exercem o ofício na atualidade, buscando analisar os elementos de continuidade e descontinuidade em relação ao grupo das quitandeiras negras do século XVIII. A análise das quitandeiras da atualidade resulta da pesquisa de campo realizada entre os anos de 2012 e 2013 na região central do estado de Minas Gerais. Ao todo, foram entrevistadas dezoito quitandeiras da região: três em Entre Rios de Minas, quatro em São Brás do Suaçuí, duas em Ouro Preto e nove em Congonhas. Algumas entrevistas foram realizadas em suas próprias casas enquanto outras foram realizadas durante o Festival da Quitanda na cidade de Congonhas. Entre as entrevistadas, estão mulheres jovens e idosas, que mantêm as tradições do ofício: o modo artesanal de

fazer as quitandas, a aprendizagem do ofício com seus antepassados familiares e a venda por encomendas. As entrevistas foram gravadas em áudio e a técnica utilizada foi a da entrevista semiestruturada. Além das entrevistas, buscamos analisar também as fotografias antigas, os cadernos de receita, os objetos e os instrumentos utilizados para fazer as quitandas.

O fato que nos chamou a atenção, primeiramente, na pesquisa de campo, é que a atividade continua sendo predominantemente feminina. No entanto, percebemos que a atividade não está mais relacionada à negritude, sendo que a maior parte das quitandeiras que encontramos são mulheres brancas. Isso ficou mais claro nas duas edições do Festival da Quitanda em Congonhas, nos anos de 2012 e 2013, em que estivemos presente. Ou seja, quando a atividade ressurgiu no século XX, ela já não tinha mais uma relação direta com a escravidão, assumindo outras configurações na transmissão do conhecimento e no modo de vender as quitandas.

Sobre a transmissão do saber fazer da atividade, podemos dizer que a formação da cozinha mineira, assim como a brasileira, foi marcada pela presença feminina na cozinha, marcando espaços sociais e hierarquias dentro da casa:

> "(...) estar na casa é projetar a mulher e seu lugar na casa. Não apenas um lugar de trabalho ou *status* sob o comando masculino. É também a representação da 'mãe provedora', a mãe que alimenta." (LODY, 2006: 149)

Esse poder da mulher na cozinha, que sempre foi uma marca da culinária brasileira desde os tempos coloniais, é tão significativo que Gilberto Freyre chamou de "*maçonaria das mulheres*" a transmissão das receitas entre elas, dando uma idéia de pertencimento a um grupo de "iguais": "*Houve no Brasil uma maçonaria das mulheres ao lado da maçonaria dos homens, a das mulheres se especializando nisto: em guardar segredos de doces e bolos de família.*" (FREYRE, 1997: 64)

No século XVIII, quando do início do povoamento do estado de Minas Gerais, a sua cozinha típica começou a se desenvolver tendo a escrava negra como cozinheira sob os comandos da senhora portuguesa. Desse modo, as quitandeiras do século XVIII tiveram as portuguesas como principais mentoras das receitas de bolos, pães e biscoitos. Tem-se aí, uma relação de trabalho bem marcada, com a mulher negra exercendo os serviços domésticos, entre eles, o ato de cozinhar. Assim, no caso das negras de tabuleiro, essa transmissão oral do conhecimento está relacionada à escravidão e à divisão socioeconômica da época. Ou seja, o saber fazer daquelas negras quitandeiras foi-lhes imposto pela relação de submissão que tinham com a mulher portuguesa. Esse saber fazer, por sua vez, também trazia as memórias e a identidade da África, já que elas também agregaram conhecimentos nas receitas de quitandas e adotaram o modo de vender dos seus antepassados.

O ambiente doméstico foi o espaço de aprendizagem das receitas marcado no século XVIII pelo trabalho cativo do negro e, depois do ciclo da mineração, pela relação entre os membros da família. É a partir daí, então, que a transmissão do conhecimento das receitas passa a ser intergeracional, normalmente de mãe para filha. E é justamente essa relação familiar que marca a diferença entre o aprendizado das quitandeiras do século XVIII e o das quitandeiras da atualidade. Ou seja, esse saber fazer marcado pela transmissão de conhecimentos entre os membros da família tem sua origem em outra temporalidade, não mais no período da mineração e sim na época da ruralização da economia, quando as fazendas passaram a constituir o eixo econômico do estado.

Sabemos que os ensinamentos culinários, desde o Brasil Colonial, sempre foram voltados à mulher e, foi desde então, que começou a se formar um imaginário da figura feminina como a cozinheira da casa e a receptora do aprendizado das receitas da família. Na nossa pesquisa de campo, notamos que essa imagem da mulher como detentora do saber culinário está tão arraigada na sociedade, que as quitandeiras entrevistadas que não tiveram filhas mulheres, nem mesmo consideraram ensinar as receitas para os seus filhos.

Nesse sentido, chamou-nos a atenção, nos relatos das nossas interlocutoras, a narração frequente da relação entre as mulheres da família no ambiente da cozinha. Dessa forma, os seus depoimentos estavam sempre permeados de lembranças do tempo que passaram com suas mães, avós ou outras familiares aprendendo as receitas das quitandas. Dentre as dezoito quitandeiras que entrevistamos, quinze aprenderam a fazer as quitandas com suas mães, avós e irmãs.

Maria das Graças Silva, quitandeira de Congonhas que foi criada na zona rural, nos relatou que aprendeu a fazer as quitandas quando ainda era criança:

> "A minha mãe fazia quitanda no forno de lenha, a gente morava na roça. Então eu vim (para a cidade) da zona rural com onze anos e já sabia fazer as quitandas. A minha mãe ia fazendo e a gente ficava perto para aprender. (...) E a minha mãe aprendeu com a minha avó. E eu já estou passando para as minhas meninas. Então isso aí já vem de longe mesmo." (*Maria das Graças Silva, em entrevista, no dia 21/05/12*)

Nas lembranças das nossas entrevistadas, também estava sempre presente o trabalho manual exercido, principalmente, no ambiente da casa materna. Nos seus depoimentos, apareciam, com frequência, a descrição de suas obrigações na casa da mãe e o período de aprendizado dessas atividades. Essas obrigações, por sua vez, quase sempre estavam voltadas para o ato de cozinhar para a família.

Raquel Ramalho, que morou na zona rural até os 16 anos de idade, nos contou que, na sua casa, cada filho tinha uma função e como ela era responsável pela cozinha, aprendeu a fazer as quitandas com a mãe.

> "Com a minha mãe aprendi muita coisa. Aprendi a arrumar a casa, a fazer essas merendas. Aprendi a fazer crochê, a costurar, um pouquinho de casa coisa. E na roça a gente acaba aprendendo de tudo um pouquinho. (...) Minha mãe tinha sete filhos. Minha mãe não tinha empregada. Quem ajudava ela eram os filhos mais velhos. Ela fazia de tudo, costurava, cozinhava. Hoje em dia ela trabalha na escola. Ela é merendeira. O que ela faz pra fora é costura. Ela ensinou pros filhos mas lá em casa quem mexe com quitanda é só eu mesmo."

Da mesma maneira como no ambiente rural, as quitandeiras que cresceram nas cidades tiveram a mesma forma de aprendizado, que foi passado por algum membro da família. Stella Adelino, que foi criada em Entre Rios de Minas, teve um pai que era dono de padaria, porém aprendeu a fazer as quitandas com a mãe.

> "A minha mãe fazia muita quitanda. Ela pegava muita encomenda de casamento, então a gente foi aprendendo. E como eu sou muito curiosa, quando eu vou numa casa e como alguma coisa que eu gosto, eu peço receita." (*Stella Adelino*)

Mesmo entre as quitandeiras mais jovens, percebemos que esse conhecimento passado de mãe para filha, ou de avó para neta, prevalece, conforme podemos ver nos depoimentos das quitandeiras Daniela Junqueira e Flavia Martins, de 32 e 28 anos respectivamente.

> "Desde pequena que eu faço bolo, biscoito, porque eu venho de uma família que tem essa tradição. Então desde pequena, eu via a minha avó fazendo, aí eu aprendi. E hoje eu tenho 32 anos, então tem bastante tempo que eu faço." (*Daniela Junqueira, em entrevista, no dia 21/05/13*)

> "Eu faço quitanda desde pequena, porque minha mãe sempre fez e a minha avó já fazia quitanda. Então eu já cresci na cozinha fazendo quitanda mesmo. Eu gosto de fazer e aí ajudo a minha mãe." (*Flávia Martins, em entrevista, no dia 21/05/13*)

Os depoimentos acima nos deixaram uma forte impressão de que o período da infância é quando se iniciam os ensinamentos de cozinha. Num primeiro momento, a criança observa o trabalho da mãe, da avó e depois ela começa a executar as receitas para ajuda-las. Na medida em que vai ganhando confiança, a aprendiz passa a executar as receitas sozinha. E assim, suas lembranças do aprendizado das receitas criam vínculos que são difíceis de separar das memórias da sua família e das gerações anteriores. De acordo com Jelin (2002), no sentido comum, está muito disseminada a ideia da transmissão intergeracional dos padrões de conduta, de valores, de informação e saberes. Essas transmissões podem ser vistas como mecanismos básicos da reprodução social e cultural, onde a família tem, em primeiro lugar, um papel direto na socialização das novas gerações. E prossegue alegando que a sucessão de gerações está intimamente ligada aos processos de memória social.

Em relação às nossas entrevistadas, observamos que, para essas mulheres, fica sempre a lembrança de figuras exemplares, de avós ou parentes lendários que constituem a natureza íntima da família, cujo exemplo deveria ser seguido pelos mais jovens. Nesse sentido, rememorar e contar a história dos episódios vividos em família significa transmitir a moral, as crenças e o saber do grupo, inspirando os mais jovens. Esse ambiente de aprendizado na esfera familiar, por sua vez, acaba por provocar um sentimento de coesão e identificação.

Segundo Pollak (1989) é nesse trabalho de reconstrução de si mesmo que o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros. A memória é um elemento constituinte da identidade, sendo também um fator importante do sentimento de coerência e continuidade de uma pessoa ou de um grupo na sua reconstrução de si. Portanto, o aprendizado de receitas que passa de geração em geração, reveste-se de um caráter simbólico, importante para se compreender a forma como um alimento é percebido por um grupo social, o que irá refletir seus hábitos e cultura alimentar. É na esfera familiar de transmissão oral dos conhecimentos, por sua vez, quando muitas vezes são revelados os "segredos" culinários e, portanto, os segredos de família. Tem-se, então, para o grupo de quitandeiras da atualidade, uma identidade ligada à família, cujas receitas passaram a constituir um elemento importante de referência dos antepassados. E assim, essas mulheres foram sendo consideradas as guardiãs da memória da família.

Outra característica que nos chamou a atenção no ofício das quitandeiras da atualidade é que a maior parte delas são donas de casa. Ficou claro, então, que existe uma relação direta entre ser dona de casa e quitandeira, como se uma coisa facilitasse a outra. Impedidas pelos seus maridos ou pais de saírem de casa para trabalhar ou estudar, a venda das quitandas configurou-se como uma solução para ganharem algum dinheiro sem sair de casa, dado que a venda dessas quitandas se dá por encomendas. Esse tipo de venda caracteriza a atividade desde o seu ressurgimento, no século XX. Ressaltamos que a venda por encomendas é bem típica das cidades pequenas e, por isso, não a encontramos na capital, onde só é possível comprar as quitandas nas padarias. Dessa forma, as quitandas são feitas na casa da própria quitandeira e o cliente passa na sua casa para buscar a encomenda. Normalmente, o preço cobrado é pela "receita" e as quitandas são entregues ao cliente em grandes latas de plástico ou de alumínio (antigamente, latas de margarina), onde são estocadas.

Outra tradição que se mantém é a utilização do fogão a lenha e o forno de barro, que podem ser encontrados com frequência nas casas do interior. Por causa desses fornos que emitem uma grande quantidade de calor, observamos que, nessas casas, a cozinha é o último cômodo, estando próxima ao quintal ou a um espaço aberto onde fica o forno de barro. Do mesmo modo, as receitas são feitas da mesma forma nos dias hoje, com a mesma técnica e os mesmos ingredientes. Ao contrário dos estabelecimentos comerciais, as pessoas que fazem as quitandas de forma artesanal continuam a usar a banha de porco no lugar da margarina, a nata no lugar do creme de leite e nenhuma delas abre mão dos ovos caipiras, normalmente vindos do galinheiro que mantêm no quintal das suas casas.

Quanto aos motivos para trabalharem com as quitandas, embora nos relatos das quitandeiras que entrevistamos eles variem entre uma forma de passar o tempo e o prazer de realizar uma atividade que gostam, notamos que o motivo principal é o econômico, constituindo-se a venda das quitandas uma renda complementar à da família. Com isso, saberes e práticas que vêm de seus antepassados vão sendo reapropriados, tornando-se um trabalho, um meio de ganhar a vida. Contudo, essa solução, de transformar um saber fazer que vem dos antepassados em atividade econômica, parece ter funcionado bem no passado, pois, hoje em dia, a geração mais jovem não se interessa em trabalhar com as quitandas, conforme o relato das entrevistadas. Outra questão que surgiu constantemente nas entrevistas, principalmente entre as quitandeiras idosas, é que suas famílias querem que elas parem de trabalhar, embora elas queiram continuar, mesmo que seja diminuindo o ritmo do trabalho. Esses fatos nos fizeram refletir acerca da continuidade do ofício, dado que esse aprendizado, passado de geração em geração, está se perdendo.

Enfim, as nossas entrevistas confirmam a forma como as quitandeiras aparecem no imaginário dos habitantes do estado, enquanto as avós, mães, tias, cozinheiras da família e guardiãs de um conhecimento que vem dos antepassados. O papel histórico que a mulher teve na formação da culinária brasileira ajuda a reforçar essa imagem da quitandeira como a dona de casa, a cozinheira da família. Portanto, em volta das quitandeiras, formou-se um amplo imaginário em que elas aparecem como as verdadeiras guardiãs da memória familiar,

detentoras de um saber que, ao mesmo tempo, traz memórias mais amplas, regionais. Dessa forma, o produto de seu trabalho, a quitanda, transforma-se em um bem simbólico, repleto de significados da família e da região. Assim, enquanto um símbolo do estado de Minas Gerais, as quitandas e o ofício das quitandeiras estão diretamente associadas à identidade regional, tornando-as um "monumento" da memória coletiva da região. Em outras palavras, a culinária é um dos modos pelos quais essa identidade toma materialidade e que dá concretude ao discurso acerca da cultura mineira. Ao representar o passado e torná-lo presente nas pessoas que o vivenciam, o ambiente que cerca a cozinha regional, também cerca de monumentos essa memória.

O ambiente da cozinha e o os objetos *semióforos* que são utilizados na feitura das quitandas transcendem a figura da quitandeira e auxiliam na reprodução do imaginário acerca de Minas Gerais. A casa da roça, o fogão a lenha, o forno de barro, os tachos de cobre, as gamelas, cuias e os instrumentos empretecidos pela fuligem do fogão remetem a aspectos que caracterizam, identificam e especificam o mineiro, tornando-se símbolo de sua identidade. Contudo, destacamos que esses símbolos não são naturalmente dados, uma vez que são resultado de um processo de construção histórica. Todos esses objetos, portanto, constam no discurso acerca da identidade mineira como pertencentes aos antepassados, que são ressignificados no presente. Nesse sentido, sustentamos que as quitandeiras também são *semióforos* , na medida em que trazem consigo um passado representado e transmitido na forma de receitas. Recorrer ao conhecimento dessas pessoas, então, insere os habitantes de Minas num *continuum*. As quitandeiras mais velhas tornam-se uma referência desse conhecimento que remete a uma memória coletiva do estado de Minas Gerais. É esse passado, por sua vez, que se associa à identidade.

4. O ofício das quitandeiras como patrimônio cultural imaterial

Observamos que, recentemente, em Minas Gerais, a culinária regional vem se destacando na pauta das políticas públicas do estado. Aliado a isso, está um discurso regionalista do poder público que associa a culinária típica mineira à identidade dos seus habitantes. As quitandas, por sua vez, vêm ganhando cada vez mais destaque nos festivais regionais. Junto a isso, a classe política tem apontado, em seus discursos, o ofício das quitandeiras como um patrimônio cultural do estado.

No Brasil, a instituição de referência para a atuação relativa ao patrimônio cultural imaterial é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A conceituação de patrimônio cultural imaterial no país está afinada com a formulação da UNESCO para essa categoria de patrimônio:

> "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana." (Artigo 2º da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, UNESCO, 2003)

Nesse sentido, podemos dizer que o olhar do poder público para os chamados *novos patrimônios*, direcionou-se para a cozinha regional mineira, primeiramente, no registro do modo artesanal de fazer queijo Minas como patrimônio cultural imaterial em 2002 pelo IEPHA e, mais tarde, em 2008 pelo IPHAN. Ainda dentro no estado de Minas Gerais, os doces de São Bartolomeu foram registrados como patrimônio imaterial do município de Ouro Preto em 2008 e o modo de fazer pastel de angu foi registrado, em 2010, como patrimônio cultural imaterial do município de Itabirito.

Trazendo essa discussão para o nosso tema, compreendemos, da forma como propõe Sant´Anna (2001), que a expressão "imaterial" busca enfatizar, nesse caso, o processo de criação e manutenção do conhecimento, ou seja, "o modo de fazer as quitandas". Porém, a dimensão "imaterial" não pode desconsiderar suas condições

materiais de produção, tais como o ambiente da cozinha, o forno a lenha, os instrumentos de medida, o tacho de cobre, a colher de pau e o seu produto final, a quitanda, firmando uma visão do patrimônio cultural como uma fusão dos seus aspectos imateriais e materiais.

Segundo o IPHAN, os critérios para a legitimidade do pedido de registro de patrimônio cultural imaterial são: a relevância do bem cultural para a memória, identidade e formação da cultura brasileira, a sua ligação com o passado e a sua reiteração, transformação e atualização permanentes, tornando-o referência cultural para as comunidades que o mantêm e o vivenciam. Dessa forma, vimos que o ofício das quitandeiras abrange esses critérios, uma vez que elas são *semióforos* que proporcionam mediações entre o passado e o presente.

Como ressaltamos anteriormente, o ofício das quitandeiras tende a se perder e esse seria um outro motivo para a sua patrimonialização. Aqui cabe pensarmos na "retórica da perda" que, de acordo com Gonçalves (1996) , tende a inserir os bens culturais num processo histórico de transformação que levaria, inexoravelmente, à sua destruição. Desse modo, o papel das políticas de patrimônio deveria ser controlar esse processo de transformação e tentar recuperar o que estava sob ameaça de perda. Contudo, não devemos nos esquecer, como ressalta Gonçalves (2012: 60), que a patrimonialização envolve interesses de ordem social e econômica.

> "Os patrimônios ora servem aos propósitos da indústria turística em escala planetária, ora servem às estratégias identitárias e à formação de subjetividades individuais e coletivas, ora servem a reivindicações de natureza política e econômica por parte de grupos sociais, ora servem a políticas de Estado". (KIRSHENBLATT-GIMBLETT, 1998 *apud* Gonçalves, 2012: 69)

Sendo assim, sabemos que há um reconhecimento, por parte do poder público, da importância da patrimonialização do ofício das quitandeiras, porém, cabe-nos saber, também, como as detentoras do conhecimento vêm uma possível patrimonialização. Considerando essa questão, buscamos saber das quitandeiras que entrevistamos como elas veriam a patrimonialização do ofício. Percebemos, de início, que elas não tinham muito conhecimento do termo patrimônio. Uma vez que explicamos o termo, todas pareceram favoráveis e cientes de que o título de patrimônio significaria uma valorização da sua atividade.

Destacamos os relatos de duas quitandeiras que entrevistamos, uma em Congonhas e outra em Ouro Preto que, apesar da baixa escolaridade, tinham um entendimento maior do conceito de patrimônio. A nossa hipótese é de que, morando em cidades tombadas como Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO, elas estão mais familiarizadas com o termo. Quando perguntadas sobre uma possível patrimonialização do ofício, elas pensaram nos benefícios do registro em termos de proteção e produto turístico.

A Sílvia Nunes, de Ouro Preto, vende suas quitandas na estrada, o que é proibido por lei. Então ela acredita que o título de patrimônio pode fazer frente a essa situação, permitindo que ela continue com as suas vendas na estrada. Vera Lúcia Machado, de Ouro Preto, acredita que, para o turista, é muito difícil ter acesso às quitandas caseiras, já que elas são vendidas por encomenda. Na sua visão, o registro como patrimônio iria estimular ações voltadas para o turismo, como, por exemplo, a abertura de lojas que vendem produtos caseiros, permitindo que os turistas tenham um fácil acesso às quitandas.

Portanto, reconhecemos a importância do título de patrimônio que, trazendo consigo um plano de salvaguarda, pode incentivar a continuidade da atividade das quitandeiras. Em outras palavras, para o detentor do conhecimento, o título de patrimônio constitui-se em uma importante forma de reconhecimento e valorização do seu trabalho. Ao ouvirmos das nossas entrevistadas sobre a importância de não deixar esse conhecimento se perder e de passa-lo adiante, temos aí uma evidência das quitandeiras como sujeitos de uma possível patrimonialização.

Pensando ainda na "*retórica da perda*", de que nos fala Gonçalves (1996), o papel das políticas de patrimônio deveria ser controlar esse processo de perda e tentar recuperar o que estava sob ameaça de desaparecimento.

Independentemente dos motivos do poder público desejar a patrimonialização dos bens culturais relacionados à culinária, concordamos com Canclini (1999), que as políticas de patrimônio devem visar seus usos sociais, não com uma mera atitude de resgate e sim com uma visão mais completa de como a sociedade se apropria da sua história, envolvendo diretamente as pessoas que exercem o ofício.

Por fim, na nossa visão, as políticas públicas voltadas para a proteção do ofício das quitandeiras, por si só, não têm o poder de preservá-lo. No nosso ponto de vista, são as quitandeiras, as próprias detentoras do conheci-

mento, juntamente com o apoio de poder público, é que têm o poder de dar continuidade ao ofício. Embora o título de patrimônio possa valorizar e incentivar a atividade das quitandeiras, ainda acreditamos que a melhor forma de se conservar e transmitir memórias é no exercício, na transmissão do conhecimento, na experiência cotidiana e na realização das receitas.

5. Considerações finais

Negras de tabuleiro era a denominação dada às quitandeiras do século XVIII em Minas Gerais. Essas mulheres, que trouxeram da África o comércio ambulante de gêneros alimentícios em tabuleiros, tiveram como seus principais consumidores os escravos que trabalhavam na mineração. Brigas, badernas, prostituição, colaboração na formação de quilombos e desvio do ouro, de tudo foram acusadas as negras de tabuleiro. Ainda assim, muitas transgrediam as leis da época, aproximando-se de locais proibidos para venda das quitandas.

Negras escravizadas ou forras, ao chegarem ao Brasil, às quitandeiras negras foi imposta uma identidade relacionada à escravidão. Apesar de, historicamente, no Brasil, o conhecimento culinário ser transmitido entre as mulheres da família, no caso dessas escravas, a transmissão desse conhecimento esteve marcada pela divisão social e econômica da época. Ao ocupar o lugar do trabalho cativo, tanto o aprendizado quanto a venda das quitandas era-lhes algo imposto. Embora algumas tenham comprado a própria alforria ou ter ascendido economicamente com a venda das quitandas, a condição social dessas mulheres estaria sempre relacionada à escravidão, conferindo-lhes uma identidade estigmatizada da qual dificilmente elas conseguiriam se livrar.

Com o fim do ciclo da mineração, as negras de tabuleiro dos Setecentos perderam o seu lugar com a ruralização da economia mineira. As quitandas continuaram a ser feitas, porém, no ambiente das fazendas, que eram autossuficientes e dispensavam os produtos das negras de tabuleiro. Por esse motivo é que sugerimos, nesse trabalho, uma descontinuidade do ofício durante o século XIX, de modo que ele ressurgiu com outras configurações no século XX. Nesse século, sob o pensamento: "aprender a cozinhar para ser uma boa dona de casa", o grupo que chamamos de "quitandeiras da atualidade" foi marcado por uma transmissão de conhecimento intergeracional, de forma que essas mulheres foram aprendendo as receitas de família com as suas mães e suas avós. A história dessas mulheres se confunde com a história das donas de casa no Brasil, na medida em que existe uma relação direta entre ser dona de casa e quitandeira. Muitas delas, que não puderam sair de casa para estudar ou trabalhar, fizeram desse saber fazer uma atividade econômica que poderiam exercer no próprio ambiente doméstico.

Foi na esfera familiar de transmissão oral dos conhecimentos, por sua vez, que foram sendo revelados a essas quitandeiras os "segredos" culinários e, portanto, os segredos de família. Temos, então, para o grupo de quitandeiras da atualidade, uma identidade ligada à família, cujas receitas passaram a constituir um elemento importante de referência dos antepassados, conferindo-lhes um sentimento de coesão e pertencimento. No caso do saber culinário, a transmissão do conhecimento tem um caráter simbólico e, enquanto uma herança familiar, ele traz consigo uma noção de continuidade. Foi através desse processo histórico, que essas mulheres passaram a ser consideradas as guardiãs da memória da família e, hoje, reforçado pelo discurso do poder público, um patrimônio cultural do estado de Minas Gerais.

Com as frequentes políticas públicas voltadas para a culinária regional mineira, as quitandeiras da atualidade veem ganhando uma maior visibilidade não só no cenário estadual, como também no cenário nacional. O poder público, por sua vez, vem associando, cada vez mais nos seus discursos, a culinária regional à identidade dos mineiros. Apesar de concordarmos que isso ajuda a valorizar a cozinha típica do estado, por outro lado, acreditamos que as políticas públicas, por si só, não têm o poder de conferir aos habitantes do estado um sentimento de pertencimento. De outra forma, pensamos que a busca dos habitantes do estado pelas suas raízes e o medo de perdê-las é um dos fatores que ajudam a sustentar esse *status* adquirido pela culinária mineira. Assim, acreditamos que a tradição das quitandas se mantém, tanto por representar um elo com o passado, como também por sua ligação com a identidade mineira.

Contudo, é importante ressaltar que as cozinhas e as pessoas que as exercem estão em permanentes transformações. Por isso, pensamos que o ofício das quitandeiras pode mudar de configuração no futuro próximo, com novas for-

mas de aprendizado e novas formas de comercialização. Por essa razão, é que defendemos que a transmissão de uma cultura de uma geração a outra não pode reduzir-se a reproduzir e a criar pertencimento, pois se espera que os sujeitos tenham a capacidade de organizar a sua própria vida social, a qual sempre terá descontinuidades e novidades endógenas. Como nos apontou Bauman (2005: 17), "*o pertencimento e a identidade não têm uma solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis*."

Desse modo, defendemos que em qualquer cultura alimentar pode haver rupturas ou reconfigurações como resultado da implementação de novas técnicas, novos ingredientes, novas formas de consumo e de uma nova ordem socioeconômica. Foi dessa forma que a identidade das quitandeiras foi se transformando ao longo do tempo, como vimos nesse trabalho, moldando-se às características do grupo e às pessoas externas a ele.

6. Referências bibliográficas

CANCLINI, N. G. (1999) "Los usos sociales del patrimônio cultural." In: Aguilar Criado, Encarnación. *Patrimonio Etnológico*. Nuevas perspectivas de estúdio. Consejería de Cultura. Junta de Andalucía.

FIGUEIREDO, L. (1993) *O avesso da memória*: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII". Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb.

_____. (1997) Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORI, M. &BESSANEZI, C. *História das mulheres no Brasil***.** 2ª Ed. São Paulo: Contexto.

FIGUEIREDO, L.; MAGALDI, A. M. (1985) "Quitutes e quitandas: um estudo sobre rebeldia e transgressão femininas numa sociedade colonial." *Cadernos de pesquisa*. São Paulo (54): 50-61.

_____. (1997) *Açúcar*: uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do Nordeste do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.

FRIEIRO, E. (1982) *Feijão, angu e couve*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

GOMES, F. S. & SOARES, C. E. L. (2002) "Dizem as quitandeiras... Ocupações urbanas e identidades étnicas em uma cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX". *Acervo.* Rio de Janeiro, v. 15, nº 2, p. 3-16.

JELIN, Elizabeth. (2002) *Los trabajos de la memória*. Madrid: Siglo XXI.

LODY, R. (2006) Comer é pertencer. In: ARAUJO, W.M.C. & TENSER, C. M. R. (org.) *Gastronomia*: Cortes e recortes. Brasília: Editora Senac: DF.

PANTOJA, S. (2008) "Da kitanda à quitanda." *Revista de História*. Disponível em http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/da-kitanda-a-quitanda Consultado em 27/12/2013

PEREIRA, B. P. (2011) "De escravas a empregadas domésticas – A dimensão social e o lugar das mulheres negras no pós-abolição." *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH, São Paulo.

POLLAK, M. (1992) "Memória e identidade social." *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: v.5, n.10, p. 200-212.

POLLAK, M. (1989) "Memória, esquecimento e silêncio." *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: v.2, n.3, p. 3-15.

POPINIGIS, F. (2012) "Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras: experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro Mercado Público de Desterro – 1840-1890". *Afro-Ásia*, 46, p. 193-226.

SHUMAHER, S. & VITAL BRAZIL, E. (2007) *Mulheres negras no Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional.

SANT'ANNA, M. (2001) "Patrimônio imaterial: do conceito ao problema da proteção." *Revista Tempo Brasileiro*. Patrimônio Imaterial. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 147, out-dez.

Poéticas orais e identidade etnicorracial na comunidade quilombola de volta grande

Carlene Vieira Dourado
karlenedourado10@hotmail.com

Resumo: Este artigo apresenta noções do conceito de cultura, a partir da visão de diversos autores em diversas épocas e contextos. Problematiza-se suas terminologias e aplicabilidades nas áreas do saber, com ênfase ao modo como o termo cultura e suas dimensões simbólicas se desdobraram em variados modelos ou dimensões de explicação e análise da experiência social. Em seguida, faz-se de forma sucinta uma discussão teórica em torno do que se configura enquanto estudo da cultura através de um diálogo proposto entre alguns teóricos. Por fim, é feita uma análise acerca do conceito de cultura e sua abordagem no projeto de pesquisa em fase de desenvolvimento sob o título "Poéticas Orais e Identidade Etnicorracial na comunidade Quilombola de Volta Grande".

Palavras-chave: Comunidade quilombola; Poéticas orais; Memória; Identidade Etnicorracial; Cultura.

1. Introdução

Falar de cultura no sentido conceitual do termo não se trata de uma tarefa tão simples, uma vez que o mesmo suscita conotações múltiplas e falar da cultura em seus desdobramentos e dimensões como cultura popular, de massa, afro-brasileira dentre outras formas e nomenclaturas torna-se algo mais complexo ainda.

Nos estudos culturais contemporâneos, sobretudo, na Antropologia, que se constitui como ciência legitimadora do conceito e do campo de estudo, já que pesquisa o homem nas suas dimensões biológica, social e cultural, não há um consenso sobre o que é cultura, embora existam muitos conceitos diferentes, cada um com sua relevância. Apesar das inúmeras conotações acerca da terminologia, há concordância com relação a alguns pontos dessas múltiplas definições, no entanto, nem toda definição de cultura vem da Antropologia.

Quando questionado o conceito de cultura, grande parte das pessoas lhe atribui um sentido muito comum que a define como produção artística e intelectual. Nesse sentido, seu conceito seria ainda desdobrado em uma gama de terminologias e/ou significados como a cultura erudita, cultura popular, cultura de massa etc., enfim expressões que representam conceitos específicos para a produção intelectual de determinados grupos sociais. Distanciando, porém, daquilo que o senso comum concebe como cultura e partindo para uma leitura ou noção no âmbito das ciências sociais e de seus desdobramentos nos campos do saber, é imprescindível, retroceder no tempo para que seja possível uma compreensão mais significativa.

Quando se pesquisa o conceito de cultura nos dicionários ou em sites de pesquisa, embora a definição seja abrangente, a primeira definição se relaciona ao "ato, efeito ou modo de cultivar". Esta definição está relacionada ao cultivo e cuidado com a terra, com a agricultura, assim esta primeira ideia é abordada por alguns estudiosos como Marilena Chauí que traz em seu livro "Cultura e Democracia" (2008) a visão de que o termo provém do verbo latino 'colere', que significava o cultivo e o cuidado com a terra. E enquanto cultivo, a cultura era concebida como uma ação que conduz à plena realização das potencialidades de alguma coisa ou de alguém; era fazer brotar, frutificar, florescer.

Esse sentido do termo foi com o passar do tempo, ganhando uma nova configuração no Ocidente e, no século XVIII, a partir do Iluminismo surge com a Filosofia um novo modo de enxergar a cultura, agora o conceito aproxima-se do que se conhecia até então como civilização. Este termo, por sua vez, ainda conforme Chauí (2008) deriva-se da ideia de vida civil, portanto, de vida política e de regime político.

Nesse contexto, o que se entende é que a cultura muda um pouco sua configuração, passa a ser "um padrão ou o critério usado para medir o grau de civilização de uma sociedade". Assim, na visão dessa autora a cultura passa a ser encarada como um conjunto de práticas (artes, ciências, técnicas, filosofia, os ofícios) que permite avaliar e hierarquizar o valor dos regimes políticos, segundo um critério de evolução.

O que se percebe é que a ideia de cultura não pode se dissociar de sua relação com o tempo. No contexto do Iluminismo, por exemplo, a ideia de cultura estava relacionada ao tempo, mas, de uma forma contínua, linear e evolutiva, ou seja, a cultura estava relacionada a ideia de progresso. Segundo Chauí (2008) e Laraia (1986), o grau de cultura de uma civilização era medido pelo seu nível de progresso.

Esses primeiros conceitos de Cultura, abordados por Marilena Chauí, também são defendidos, em partes, pelo teórico brasileiro Alfredo Bosi em "Dialética da colonização", (1992) obra esta em que ele define cultura a partir da linguística e da etimologia da palavra. Para ele, cultura, assim como culto e colonização, viria do verbo latino 'colo', que significa ocupar a terra. Cultura, dessa forma, seria a conjugação futura de tal verbo, portanto, significando o que se vai trabalhar, o que se quer cultivar, e não apenas em termos de agricultura, mas também de transmissão de valores e conhecimento para as próximas gerações.

No entanto, o conceito iluminista de cultura, surge através de uma moldura política e ideológica, que vai mudando de configuração e reaparece no século XIX, quando se constitui um ramo das ciências humanas, a Antropologia.

Ainda conforme Chauí (2008) no início da constituição da Antropologia, os antropólogos guardarão o conceito iluminista de evolução ou progresso, uma vez que eles têm a noção de progresso como medida de cultura. Os antropólogos estabeleceram um padrão para medir a evolução ou o grau de progresso de uma cultura e esse padrão foi, evidentemente, o da Europa capitalista.

Chauí (2008) argumenta que as sociedades passaram a ser avaliadas segundo a presença ou a ausência de alguns elementos que são próprios do Ocidente capitalista e a ausência desses elementos foi considerada sinal de falta de cultura ou de uma cultura pouco evoluída e todas as sociedades que desenvolvessem formas de troca, comunicação e poder diferentes do mercado, da escrita e do Estado europeu, foram definidas como culturas "primitivas". Em outras palavras, foi introduzido um conceito de valor para distinguir as formas culturais, assim a cultura europeia capitalista se portava como o fim necessário do desenvolvimento de toda cultura ou de toda civilização, isto é, adota uma posição etnocêntrica, mas, sobretudo ao se oferecer como modelo necessário do desenvolvimento histórico legitimou e justificou primeiro, a colonização e, depois, o imperialismo.

Segundo Laraia (1986) no século XIX, sobretudo com a filosofia alemã, a ideia de cultura sofre uma mutação decisiva porque é elaborada como a diferença entre natureza e história. O termo cultura, conforme o autor era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, e civilização, referia-se às realizações materiais de um povo. Tempos depois, afirma Laraia (1986), Edward Tylor, em 1871, fez uma síntese dos dois termos e o tornou mais abrangente, para ele, a cultura seria "aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro da sociedade".

A partir de então, o termo cultura passa a ter uma abrangência que não possuía, abrindo espaços para estudos das mais diversas formas de vida, de instituições e modos de vida de cada grupo ou nação, ou seja, a diversidade cultural dos quais se servem as várias áreas do saber, sobretudo a Antropologia que se interessa em estudar, por exemplo, a natureza do comportamento cultural, raça e meio ambiente e como estes influem nas definições culturais e a evolução das culturas, essas e outras questões que desde o século XIX têm interessado aos antropólogos.

2. Diálogos acerca da cultura

Desde os tempos mais antigos, tem-se tentado explicar as diferenças comportamentais entre as pessoas, com base nas diferenças tanto geográficas como genéticas, ou seja, o que se pensou, durante muito tempo, é que as características biológicas fossem determinantes para "classificar" um grupo como sendo cultural ou não. Em relação à classificação de uma cultura a partir do ambiente geográfico, o equívoco era achar que o ambiente determinava o comportamento dos indivíduos, sendo que na realidade, esse comportamento depende de um aprendizado, de uma socialização, por exemplo, nem todas as tribos indígenas do Brasil possuem os mesmos hábitos, crenças e costumes, nem tão pouco, os grupos étnicos africanos são iguais pelo fato de pertencerem a uma mesma nação ou a uma raça.

A grande e talvez a maior novidade que surgiu para impactar as áreas do saber, como se sabe, foi a obra "A origem das espécies" (1859), em que Darwin expôs a teoria evolucionista, a partir da qual, em suas pesquisas ocorridas no século XIX, o cientista inglês procurou estabelecer um estudo comparativo entre espécies que viviam em diferentes regiões e a partir daí concluiu que as características biológicas dos seres vivos passam por um processo dinâmico em que fatores de ordem natural seriam responsáveis por modificar os organismos. Foi a partir daí que ele levantou a ideia de que os organismos vivos estão em constante concorrência e a partir dela, somente os seres melhores, preparados às condições ambientais impostas poderiam sobreviver.

A partir das descobertas e proposições de Darwin, vários ramos do saber passaram a adotar uma perspectiva evolucionista, a saber a Linguística, a Pedagogia e a Filosofia, dentre outras áreas, que viam no pensamento evolucionista a ideia de que a evolução ocorre de maneira uniforme entre todos os povos e raças.

A principal reação ao evolucionismo, conforme Laraia (1986) veio através de Franz Boas que além de criticar o evolucionismo, atribui à Antropologia a tarefa de reconstruir a história dos povos e de comparar a vida social de diferentes povos.

Boas (2004) critica o domínio que o pensamento evolucionista exerceu sobre Tylor, Spencer e outros pesquisadores que acreditavam na ideia de uma evolução geral e uniforme da cultura da qual participaria todo o gênero humano. Boas, ao se referir ao evolucionismo, afirma:

> Essa ideia é claramente expressa por Tylor nas páginas introdutórias de seu clássico *Primitive Culture*. Se concordarmos que se deve provar, antes de aceitá-la, a hipótese de uma evolução uniforme, toda a estrutura perde sua fundamentação. É verdade que há indicações de paralelismo de desenvolvimento em diferentes partes do mundo, e que costumes similares são encontrados nas regiões mais diferentes e distantes. A ocorrência dessas similaridades – tão irregularmente distribuídas, que não podem ser prontamente explicadas com base na difusão – é um dos alicerces da hipótese evolucionista (BOAS, 2004: 42).

Fica evidente, portanto, a partir do pensamento de Boas, que é possível admitir a existência de diversos tipos coexistentes de civilização, no entanto, não se pode sustentar a hipótese de uma única linha geral de desenvolvimento. Os estudos de Boas acabaram atribuindo à Antropologia a tarefa de reconstrução histórica dos povos ou regiões particulares e a comparação da vida social de diferentes povos.

Para Boas (2004) o ponto de vista evolucionista pressupõe que o curso das mudanças históricas na vida cultural da humanidade segue leis definidas, aplicáveis em toda parte, o que faria com que os desenvolvimentos culturais, em suas linhas básicas, fossem os mesmos entre todas as raças e povos. Essa ideia de que a cultura desenvolve-se de maneira uniforme acabou por resultar numa escala evolutiva discriminatória, o que segundo Laraia (1986) seria um "etnocentrismo europeu ocidental".

Foi de fundamental importância o abandono da utilização da perspectiva evolucionista na análise dos povos não europeus, bem como das suas explicações psicológicas e intelectualistas. Porém, há de se reconhecer que o surgimento da corrente funcionalista na Antropologia - da qual Malinowski foi o precursor - trouxe consigo certa dose de determinismo, ao considerar o processo de colonização como dado, como algo inevitável.

Para Malinowski, a cultura pode ser entendida como sistemas funcionais para dar conta das necessidades básicas dos seres humanos. Para ele, a necessidade do estudo dessas sociedades era justificada pelo avanço do imperialismo europeu sobre os povos "primitivos" e as comparações feitas entre essas sociedades e a sociedade da qual fazia parte o pesquisador não se preocupava em situá-las mecanicamente numa escala evolutiva.

Em sua obra "Uma teoria Científica da Cultura" (1975) Malinowski enfatiza que os povos estudados eram focalizados em situação, ou seja, seu processo de autoconstrução era avaliado a partir da contextualização dos fenômenos culturais. Para o autor, as necessidades biológicas as quais ele denominou (primárias), determinavam a existência de outras necessidades, as necessidades culturais (secundárias).

Malinowski, na obra citada acima, ao realizar uma análise funcional da cultura, tece um olhar sobre esta, buscando definir a relação entre a realidade cultural e as necessidades humanas. Para ele, a cultura se configura como um ambiente secundário e artificial formado a partir de várias estruturas organizacionais interdependentes

criadas pelo homem com objetivo de satisfazer todas as necessidades básicas dos membros da comunidade que a criou. Para ele, a cultura não poderia ser uma estrutura fragmentada, ou seja, um agregado de componentes isolados, comparando-a com um organismo vivo no qual cada parte contribui para a manutenção de todas as outras.

A análise que Malinowski tenta definir da relação entre a realização cultural e as necessidades humanas é denominada funcional. O conceito de função, por sua vez, está ligado ao de organização, a fim de atingir uma meta, os homens têm que se organizar em torno de um esquema bem definido que o autor propõe chamar de instituição. O conceito de forma entra aqui como outro que não pode ser dissociado do de função, pois se este último está relacionado com o objetivo de determinada instituição, o primeiro representa a maneira através da qual essa instituição atinge seu objetivo. A forma seria o tipo concreto do comportamento dos agentes envolvidos em uma relação social.

A partir da definição dos conceitos de função, forma e instituição, Malinowski traz para o campo antropológico uma teoria de necessidades, isto é, a visão de que cada cultura deve satisfazer as necessidades orgânicas e básicas do ser humano.

Dessa forma, o autor estabelece uma metodologia científica que ele considerava indispensável para a realização de pesquisas de campo e para uma análise comparativa dos fenômenos de diversas culturas existentes.

Na realidade, o que pôde ser observado até aqui acerca do conceito de cultura, é que ela varia de acordo com o contexto histórico, com as visões de cada época, o que era, por exemplo, entendido ou concebido como cultura numa época, pode não ser aceito ou aplicável da mesma forma em todas as épocas.

A ideia que preponderou por muito tempo de que a cultura não fosse plural e que as diferenças comportamentais entre os homens se baseavam nas diferenças tanto geográficas como genéticas, são criticadas por Sidney Mintz e Richard Price através da obra "O nascimento da cultura Afro-americana". Nessa obra, eles fazem uma abordagem acerca da origem e do crescimento das sociedades afro-americanas no novo mundo. Os autores afirmam que os processos de formação cultural no Novo Mundo não foi unilateral, ou seja, esses processos não foram pautados na imposição de formas culturais europeias a receptores africanos passivos e não existe uma homogeneidade étnica entre os africanos introduzidos em qualquer colônia do Novo Mundo.

Para Mintz & Price, o fato de os africanos terem vindo da África para o Novo Mundo não significava compartilharem da mesma cultura. Esses autores veem a cultura como um "corpo de crenças e valores socialmente adquiridos e padronizados, que servem de guias de e para a conduta num grupo organizado (numa 'sociedade')" (Mintz & Price, 2003: 26). Se os grupos de colonos europeus já representavam tradições culturais nacionais específicas, os africanos seriam desprovidos dessas tradições. Estes eram retirados de diferentes localidades do continente africano, de numerosos grupos linguísticos e étnicos e de múltiplas sociedades das diversas regiões.

Dessa forma seria difícil afirmar que os africanos transplantaram para o Novo Mundo uma única cultura. Primeiro porque como estratégia do regime escravocrata, os grupos de africanos de culturas específicas não podiam viajar juntos ou se instalarem no mesmo local ao chegarem ao Novo Mundo e segundo não podemos afirmar que havia uma cultura africana no singular, mas, de uma perspectiva transatlântica, "conglomerado etnicamente heterogêneo" de indivíduos com sua cultura específica.

Os autores criticam um modelo de abordagem comparativa entre a heterogeneidade étnica dos africanos e das sociedades do Novo Mundo através de uma associação direta entre a cultura de determinado povo africano que passou a corresponder a de determinada colônia ou sociedade do Novo Mundo, por exemplo, (o Suriname ou a Jamaica aos Achantis, o Haiti aos Daomeanos, etc.). Tal metodologia é, segundo Mintz & Price, perigosa e até em certos limites equivocada, uma vez que para eles, existem muitas dificuldades "de comparar o que sabe sobre a cultura dos escravos na Jamaica colonial, por exemplo, com o que se pode resgatar, historicamente, a respeito dos povos Achantis do século XVIII".

Neste ensaio, os autores enfatizam as interações entre os indivíduos provenientes de cada grupo, os tipos de material que podem ter fluído dos representantes de um grupo para outro e os pontos convencionais de contato, ou segundo eles, os "nós" que surgiram e se cristalizaram no sistema social existente. Nas palavras deles: "nas sociedades escravagistas do Novo Mundo, as normas claramente padronizadas de interação de brancos (livres) com negros (escravos) devem ter estado entre os primeiros tipos de formas sociais a se institucionalizar".

3. A cultura num espaço quilombola

A ideia que preponderou por muito tempo de que a cultura não fosse plural e que as diferenças comportamentais entre os homens se baseavam nas diferenças tanto geográficas como genéticas, são criticadas por Sidney Mintz e Richard Price através da obra "O nascimento da cultura Afro-americana" conforme já sinalizado no tópico anterior deste artigo.

O estudo realizado por esses autores acerca do contato e fluxo socioculturais entre os africanos e o novo mundo, (a América) contribui com os novos estudos sobre a escravidão no Brasil, os quais buscam resgatar a cultura escrava pelo olhar da África.

A transmissão cultural dos grupos étnicos africanos no Brasil não se processou de maneira direta ou linear, mas foi marcada por mediações, conforme cada contexto histórico específico. Ou seja, os africanos não teriam transportado, de maneira intacta, sua tradição cultural para o Novo Mundo. Esta foi elaborada e reelaborada no novo meio social.

Como afirmaram Mintz & Price, a estratégia do regime escravocrata, de separar os grupos de africanos e os proibir de viajarem juntos ou se instalarem no mesmo local ao chegarem ao Novo Mundo, dificultou o contato e a possível perpetuação de hábitos e costumes destes grupos. No entanto, em alguns países da América, assim como no Brasil, o espaço em que esses grupos podiam se encontrar eram os quilombos que se constituíram verdadeiros símbolos de resistência cultural e de luta pela liberdade.

Embora o conceito de quilombo apresente conotações diversas, a Associação Brasileira de Antropologia traz uma definição atual entendendo quilombo como "toda comunidade negra rural que agrupe descendente de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado". Entende-se, no entanto, que essas denominações são utilizadas por vários autores para destacar a categoria de quilombo como uma coletividade camponesa, definida pelo compartilhamento de um território e de uma identidade.

O conceito clássico de Quilombo, oriundo da historiografia oficial, como um local isolado, formado por negros fugidos, passa a ser revisto a partir da intensificação do estudo do tema. Carvalho (1996) afirma que estudos recentes se empenham em entender a complexa rede estabelecida entre os quilombolas e os diversos grupos da sociedade.

O fato de Volta Grande (comunidade localizada no interior do Estado da Bahia, pesquisada através de projeto de em desenvolvimento) e outras comunidades quilombolas se configurarem como sociedades que comumente preservam traços de ancestralidade não implica, e nunca implicou em isolamento, uma vez que desde o início da formação dos quilombos a relação com o restante da sociedade sempre ocorreu. Essa afirmação é confirmada, inclusive, por Gomes (1996) em que tratando da província do Rio de Janeiro no século XIX percebe que a interação dos quilombos com a sociedade era tão intensa que chegava até mesmo a modificar a vida dos ainda cativos.

Seria aqui o que Mintz & Price afirmaram acerca dos processos de formação cultural no Novo Mundo, que este não ocorreram de maneira unilateral, ou seja, esses processos não foram pautados na imposição de formas culturais europeias a receptores africanos passivos. Nem tampouco o contrário, mas através de uma troca, uma interação sociocultural entre os dois grupos.

A partir dessa discussão surgem indagações a respeito da identidade quilombola, uma vez que o contato com a comunidade durante os primeiros passos da pesquisa, implicou numa quebra de expectativa em relação ao que se imaginava enquanto comunidade quilombola. Durante a realização da pesquisa tem se percebido que alguns elementos da cultura afro-brasileira não são preservados como se pensava. Por exemplo, as práticas religiosas não trazem em sua maioria, elementos de "matriz africana", ou melhor, de "orientação africana". Esta noção "orientação africana" é defendida por Lima & Alves (2013), para contrapor a noção de "matriz africana", que conforme os autores, "remete a um ideal de pureza polemizado pelos praticantes e pela literatura específica, assim como remete a uma ideia vaga de todo o continente africano".

Na realidade, não poderia realmente haver uma homogeneidade ou preservação intacta de elementos culturais de "matriz africana" como as práticas religiosas desta e de outras comunidades quilombolas, uma vez que conforme os autores supracitados e ainda de acordo com o pensamento de Mintz & Price (2003) não existe

nem pôde existir uma pureza ou preservação intacta dos grupos étnicos. Isso se deve a várias circunstâncias, a começar pelo próprio processo de transporte no tráfico de escravos da África para a América, quando os grupos étnicos africanos eram propositadamente separados para evitar uma tentativa de unificação e preservação de quaisquer manifestações culturais desses grupos e também para romper qualquer tentativa de resistência. O que resta é pesquisar que impactos a comunidade sofreu, como os remanescentes percebem essa mudança em seus modos de vida e se têm consciência destas mudanças.

Mesmo diante dessa percepção, os questionamentos ainda se desdobram, por exemplo, há uma duvida em relação ao processo de formação cultural da comunidade quilombola e o consequente contato com elementos da cultura hegemônica, será que esse contato implicou numa modificação das manifestações e outros modos de vida da comunidade? E quais as consequências, as implicações no modo como a comunidade se constituiu e se mantém como tal?

Até o presente momento, de forma superficial ainda, constatou-se que sim, que houve mudanças, porém, a pesquisa precisa se aprofundar para perceber se essa mudança resultou em algo negativo e ainda se outros elementos como a culinária, o modo de lidar com a agricultura e outras manifestações culturais passaram também por processos de mudança a ponto de fragmentar a identidade etnicorracial.

Ou ainda o fato das comunidades quilombolas não se constituírem integralmente de elementos da cultura afro-brasileira signifique a desvalorização dos traços ancestrais e valorização da cultura hegemônica? E quais seriam os critérios para se reconhecer uma comunidade enquanto quilombola?

Sofrendo influências de outras culturas ou não, a comunidade em questão, assim como muitas outras marginalizadas, têm suas manifestações e saberes culturais negligenciados ou pouco valorizados, principalmente pela cultura hegemônica. A partir desse pensamento e das demais noções teóricas suscitadas até aqui surgem inquietações várias, por exemplo, se os sujeitos desta pesquisa estão interessados em reconhecimento de sua cultura ou saberes pela sociedade hegemônica ou querem apenas assegurar seu direito de existência. Que termos existenciais são de escolha e necessários para a comunidade? Os termos existenciais da lei ou da sociedade não lhe interessa ou interessa parcialmente?

Ou ainda, será que se a comunidade em estudo se configura como vítima da exclusão, do sombreamento ou apagamento na história ou, por outro lado se protegeu através da exclusão e do apagamento da história posta em distanciamento social? Propor uma análise, nesse sentido é, portanto, contribuir para visibilizar uma cultura que foi posta à margem (ou também se colocou à margem), sem levar em conta suas contribuições patrimoniais.

Significa ainda trazer para os espaços de discussão e para toda a sociedade grupos que foram silenciados e dessa forma, contribuir para diminuir as desigualdades e preconceitos sociais, ressignificando as nossas relações sociais e econômicas. Seria aqui a aplicação do método de Ginzburg (1990) que consiste em passar do conhecido para o desconhecido, trazendo para cena aquilo que foi negligenciado. E o que foi negligenciado neste sentido deve ser enxergado pelo espírito investigativo do qual o pesquisador precisa se dispor. E nesse momento surgem questionamentos e inquietações de níveis diversos, por exemplo, pensar o discurso oral; o que diz o discurso, o que omite, o que faz ou inscreve socialmente? Como isto é feito? Como é articulado linguisticamente?

Considerações

O que se tentou fazer até aqui foi apenas delinear a visão de alguns teóricos sobre o conceito de cultura, não se pode esgotar essa discussão, uma vez que a própria cultura faz parte de um processo dinâmico. No entanto, apesar da evolução do conceito de cultura ter demonstrado que as questões biológicas e geográficas não interferem nas ações humanas, sabemos que do ponto de vista da aplicabilidade do conceito prático no cotidiano, a cultura ainda mantém resquícios dessa ligação, uma vez que é inegável a existência de questões relacionadas, por exemplo, na supremacia das raças, manifesta através do preconceito e discriminação entre grupos etnicorraciais.

Uma das tarefas da Antropologia moderna tem sido a reconstrução do conceito de cultura, no entanto, a noção de cultura perpassa abordagens transdisciplinares, uma vez que envolvem estudiosos clássicos e contemporâneos todas as ciências humanas, enfim, as áreas do saber.
Em tempos de globalização como o que vivemos agora, o estudo da cultura, torna-se relevante, no sentido de contribuir e trazer para as discussões os desdobramentos através dos quais a cultura se faz, ou seja, as noções de multiculturalismo, identidades, a alteridade e as mediações culturais. Dessa forma, estamos visibilizando e fortalecendo as lutas de grupos minoritários, que envolvem as relações de gênero, raça, classe etc.
Afinal esse deve ser um dos principais papeis, senão o principal, ao qual o pesquisador da cultura deve se empenhar, já que trilhar por esse caminho, significa, sobretudo, experienciar e lidar com teorias e modos de pesquisa que servirão de estratégias de visibilização do silenciado e apagado pelo modo hegemônico de pesquisar.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. (2009), *O que é o contemporâneo e outros ensaios* (Trad. Vinicius N. Honesko), Chapecó: Argos.

BACHELARD, Gaston. (1996), *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento* (Trad. Estela dos Santos Abreu), Rio de Janeiro: Contraponto.

BOAS, Franz. (2004), *Antropologia Cultural* (Org. e Trad. Celso Castro), Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BOSI, Alfredo. (1992), *Dialética da Colonização,* São Paulo: Companhia das Letras.

BURKE, Peter. (2010), *Cultura Popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800* (Trad. Denise Bottman), São Paulo: Companhia das Letras.

CARVALHO, José Jorge de (Org.) (1995), *O Quilombo do Rio das Rãs. Histórias, Tradições, Lutas.* Organizado por José Jorge de Carvalho, Siglia Zambrotti Dória e Adolfo Neves de Oliveira Jr. Salvador: EDUFBA.

CASCUDO, Luís Câmara. (1994), *Literatura oral no Brasil*, Itatiaia/São Paulo: EDUSP.

CHAUÍ, Marilena. (2009), *Cultura e democracia.* Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon.

DERRIDA, Jacques. (2001), Semiologia e gramatologia – Entrevista a Julia Kristeva. In: *Posições,* (Trad. Tomaz Tadeu da Silva), Belo Horizonte: Autêntica.

GIDDENS, Anthony. (1991), *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: UNESP.

GINZBURG, Carlo. (1990), Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais*: Morfologia e História. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras.

HALBWACHS, Maurice. (1990), *Memória Coletiva,* São Paulo: Vértice.

HALL, Stuart. (2003), *Identidade Cultural na Pós-modernidade,* (Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro), Rio de Janeiro: DP&A.

LARAIA, Roque de Barros. (1986), *Cultura - um conceito Antropológico,* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LIMA, Ari. (2011), A chegada dos negros às universidades públicas: revezes da raça e novos desafios. In: PINHEL, André; COSTA, Hilton; SILVEIRA, Marco Silva da. (Org.). *Uma década de políticas afirmativas: panorama, argumentos e resultados*. 1 ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, pp. 1-247.

LIMA, Ari e ALVES, Nana Luanda M. (2013), *Vozes negras no candomblé baiano: Quando a raça importa e quando a raça não importa,* Revista Nau Literária: Crítica e Teoria de Literaturas. Porto Alegre, RS: PPG-LET-UFRGS.

MALINOVSKI, Bronislaw. (1975), *Uma Teoria Científica da Cultura,* (Trad. José Auto), Rio de Janeiro: Zahar.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. (2005), *Memória e identidade*. In: Manual de História Oral, São Paulo: Edições Loyola.

MINTZ, Sidney; PRICE, Richard. (2003), *O Nascimento da Cultura Afro-americana: Uma Perspectiva Antropológica.* (Trad. Vera ribeiro), Rio de Janeiro: Pallas/universidade Cândido Mendes.

MOREIRA, Osmar. (2010), *Oswald de bolso:* crítica cultural ao alcance de todos, Salvador: UNEB/Quarteto.

POLLAK, Michael. (1992), *Memória e identidade social.* **Estudos histórico,** Rio de Janeiro.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. (1996), *Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil,* São Paulo:Companhia das Letras.

ZUMTHOR, Paul. (1997), Presença da Voz. In: *Introdução a Poesia Oral*, (Trad. Jerusa Pires Ferreira), São Paulo: Hucitec.

África, africanos e indígenas no Sul da Bahia: Conhecimentos ancestrais e a cultura do cacau no sub-bosque da Floresta Tropical

Eduardo Alfredo Morais Guimarães
Email: eaguimarães@uneb.br

Resumo: Apresento, nesta comunicação, os resultados iniciais do projeto de pesquisa "O Quilombo está na mesa", em desenvolvimento na Comunidade Quilombola de Empata Viagem, localizada no Município de Maraú, estado da Bahia, cujo objeto é o quilombo e a ancestralidade africana e indígena, considerando-se, metodologicamente, como manifestação singular da herança ancestral indígena e africana, as técnicas de cultivo nos ecossistemas tropicais e a cultura alimentar. Na construção do texto, perseguiram-se as seguintes questões: a epidemia da Vassoura de Bruxa; o cultivo do cacau no sub-bosque da floresta, a cultura alimentar e as monoculturas da agricultura de exportação.

Palavras-chave: Quilombo; agrofloresta; monocultura; conhecimento ancestral.

Abstract: I present, in this paper, the initial results of the research project "The Quilombo is on the table" in the development of Quilombo Community "Empata Viagem", located in the municipality of Maraú, State of Bahia, whose object is the Quilombo and African and indigenous ancestry, considering, methodologically, as a singular manifestation of indigenous and African ancestral heritage, cultivation techniques in tropical ecosystems and food culture. In constructing the text, the following questions were pursued: Witches' Broom disease; cacao cultivation in the understory of the forest, food culture and monoculture of export agriculture.

Key words: Quilombo; agroforestry; monoculture; ancestral knowledge

1. Apresentação

> Pequei contra a sabedoria do Criador e com razão fui castigado. Queria melhorar o seu trabalho porque acreditava, na minha obsessão, que um elo da assombrosa cadeia de leis que governa e renova constantemente a vida sobre a superfície da Terra tinha sido esquecido. Pareceu-me que este descuido tinha que emendá-lo o frágil e insignificante ser humano". (Epitáfio no túmulo de Justus Von Liebig -1803-1873).[1]

Muito se tem escrito sobre a cultura do cacau no Sul da Bahia. No campo da literatura, a vida nas roças e mesmo nas cidades é tratada como uma verdadeira "saga" que identifica "costumes, valores morais e religiosos, hábitos, o cotidiano da população do campo e da cidade". Os dois principais ícones da Literatura Regional são Jorge Amado e Adonias Filho e, segundo Lurdes Bertol Rocha, "os personagens que Amado e Adonias Filho imortalizaram em seus romances permanecem, de alguma forma, escondidos em algum lugar, pela zona do cacau, buscando uma nova vida" (2011: 19),

Com efeito, de acordo com Mary Ann Mahony, "no inicio dos anos 1950, Amado era a fonte mais amplamente conhecida de informações sobre o Sul da Bahia". A força da literatura amadiana era tão grande que os personagens acabaram saindo das páginas dos romances diretamente para a 'historiografia regional', como personagens de uma espécie de 'narrativa mitológica', cognominada pela autora como *Mito dos Desbravadores*, que "pretende explicar e justificar o passado, mas que também tenta explicar e justificar o presente", povoada

1 Epitáfio gravado na lápide do tumulo de Justus Von Liebig, cientista alemão cognominado de "Pai da Nutrição Mineral das Plantas". Suas pesquisas possibilitaram o desenvolvimento da Ciência Agronômica Moderna.

por "novos ricos e grapiunas, pessoas que migraram de outras regiões do Nordeste para o Sul e colonizaram o interior da zona cacaueira" (MAHONY, 2007: 773).
De acordo com a mesma autora, a narrativa heroica superdimensiona o papel de "novos ricos e grapiunas" em detrimento dos grandes fazendeiros de cacau do século XIX, senhores de escravos, que também formaram um segmento significativo da elite do cacau no século XX. Com efeito, o Mito dos Desbravadores não existe por si mesmo, não é algo fora do lugar; está no âmago de processos identitários que abarcam questões como acesso à terra, privilégios hierárquicos e regalias. Portanto, não há como estranhar o fato do mito estar presente no cotidiano e perpassar, inclusive, parcela significativa da produção acadêmica regional.
A presente comunicação, distanciando-se do Mito dos Desbravadores, aprofunda as reflexões sobre africanos escravizados e indígenas, também pioneiros da cacauicultura, esquecidos ou postos de lado como detentores de conhecimentos que possibilitaram a abertura das primeiras roças de cacau. A comunicação abre a discussão sobre processos de transferência para o Sul da Bahia de conhecimentos construídos em África sobre a agricultura, como esses conhecimentos interagiram – e interagem - com conhecimentos indígenas locais e, sobretudo, com a "monocultura da ciência moderna", comprometida com a dominação colonial e imperial (SOUZA SANTOS, 2007: 86). Tal reflexão foi construída a partir de trabalho de campo etnográfico realizado nos quilombos da região de Empata Viagem, município de Maraú, comunidade situada entre os sistemas de policultivo do Território Baixo Sul e as monoculturas de cacau da região Cacaueira.
Antes de entrar efetivamente no foco da discussão, convém falar um pouco sobre o texto em epigrafe. O texto descreve a *desilusão* do fundador da **agroquímica moderna,** Justus Von Leibig**,** com sua obra. Acredito que a desilusão de Liebig é o que melhor descreve o "clima" em que mergulhou, no final dos anos 1980, a Região Cacaueira da Bahia em decorrência da epidemia da Vassoura de Bruxa[2], doença que devastou a cultura do cacau no sul da Bahia e desarticulou toda a economia regional. A Vassoura de Bruxa surgiu em plena vigência do Programa Nacional de Expansão da Cacauicultura (PROCACAU), criado no ano de 1974 e financiado pelo Governo Federal (ROSÁRIO et. al. 1978: 41), "a mais contundente política de expansão da cacauicultura no país" (COSTA 2012: 6). O programa estava alicerçado nas conquistas da "revolução tecnológica" desencadeada pela Comissão do Plano Executivo da Lavora Cacaueira (CEPLAC) [3] nos anos 1960 e tinha como meta a implantação de 300 mil hectares de cacauais novos, renovação de 150 mil hectares de roças decadentes e a produção de 700 mil toneladas de cacau/ano até o ano de 1993.
A temática tem suscitado grande produção acadêmica, sobretudo em instituições de pesquisa localizadas na região Sul da Bahia e, bastante relevante, em muitos estudos existem referências ao '*Cacau Cabruca',* sistema de cultivo que teria sido criado pelos "pioneiros da cacauicultura" - que possibilitaria uma convivência harmônica dos seres humanos com o meio ambiente, constituindo-se em alternativa sustentável para a crise desencadeada pela epidemia da Vassoura de Bruxa (LOBÃO, SETENTA & VALLE 2004; LOBÃO 1997; SETENTA & LOBÃO 2012).

2. A monocultura da ciência moderna em terras de mandioca.

A revolução tecnológica iniciada nos anos 1960 e, em especial, o PROCACAU, lançado na década de 1970, impactaram diretamente na estrutura fundiária regional a partir da expansão da lavoura do cacau para terras até então ocupados principalmente com plantações de mandioca e cultivos de subsistência, com predominância de solos de baixa fertilidade natural e menores níveis de precipitação (PIASENTIN & SAITO, 2014: 65), provocando grandes mudanças sociais em comunidades indígenas e comunidades negras rurais formadas por descendentes dos últimos escravizados. Com efeito, a expansão das fronteiras da cacauicultura instaurou novas relações entre tecnologias agrícolas ancestrais e a ciência agronômica moderna. Por um lado, o cacau passou

2 Doença causada pelo fungo *Crinipellis perniciosa.*

3 Criada em 1957 com o objetivo inicial de gerenciar as dívidas da cacauicultura baiana. Com a criação do CEPEC em 1962, do Departamento de Extensão em 1963 e o Departamento de Educação em 1965 a Ceplac passou a desempenhar um papel importante na pesquisa, extensão rural e formação de mão de obra para a cultura do cacau.

a ser cultivado em terras antes destinadas quase que exclusivamente ao cultivo da mandioca e, por outro, as novas tecnologias passaram a ser utilizadas também nas roças de cacau em áreas férteis e úmidas localizadas nas margens dos rios e no plantio da mandioca e em outras culturas de subsistência.

A racionalização da gestão dos empreendimentos agrícolas e a adoção de um sistema de cultivo intensivo em insumos e tecnologias modernas, como sementes melhoradas, fertilizantes químicos e pesticidas acirraram o processo de expulsão de milhares de famílias que ainda viviam como "posseiros" em médias e grandes propriedades agrícolas. E isso não ocorreu apenas em terras já tituladas e demarcadas. Milhares de famílias de pequenos agricultores que viviam em terras ainda devolutas - "terras soltas" [4] também foram expulsas de suas posses nos momentos cruciais do processo de expansão. A história que nos relata Irênio Monteiro, uma das principais lideranças de Empata Viagem, é indicadora eloquente de como ocorreu a expansão dos cultivos:

> ... meu avô, pai do meu de pai, foi nativo daqui, já nasceu na alforria, o nome dele era Marco Caiana. A mãe dele foi escrava nesse lugar onde chama hoje Macadami (...). Os primeiros plantios daqui era de mandioca pra fazer farinha. A minha bisavó era africana! (...) O Empata Viagem foi de um tio meu que nasceu na alforria, refugiou do lugar dos escravos, da Macadami e veio pra quí. A terra daqui era do Estado, depois de muito tempo é que veio os grileiros com a medição, os caras compravam assim - muitos comprava! – comprava assim uma burarazinha[5] de cinco ou dez hectares e media vinte, trinta hectares e foi assim que começou a aumentar.... Na fazenda, muitos saíram e outros permaneceram dentro da área. Minha vó, a velha Honória, morreu dentro da área que ela foi escrava, da Macadâmi[6], morreu dentro do pertence (como posseira) com 120 anos[7]

O depoimento retrata um percurso particularmente importante ao evidenciar a presença da mão de obra escrava na agricultura regional e, sobretudo, a importância do cultivo da mandioca em uma região periférica às grandes fazendas de cacau. A 'grilagem' de terras e a expulsão de pequenos agricultores de suas posses é também uma referência importante; estando vinculadas ao processo de titulação de terras desencadeado nos anos 1960 e financiado pela própria CEPLAC [8]. Existem, inclusive, nos documentos que compõem o processo de desapropriação da Fazenda Massaranduba - localizada no território de Empata Viagem - pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), evidências claras da existência de posseiros vivendo nas terras da fazenda e da expulsão dessas famílias pelos compradores. As terras da fazenda foram tituladas nos anos 1960 e há referencias na documentação a famílias "indenizadas" e obrigadas a sair de suas terras até os anos 1980. De acordo entrevistas realizadas em Empata Viagem mais de trinta famílias foram expulsas das terras que hoje pertencem à fazenda e passaram a viver em estreitas faixas de terras que permaneceram "soltas" após o processo de titulação.

O conflito entre assentados e posseiros no Assentamento de Reforma Agrária Cachoeira Bonita, no município de Ubaitaba, criado no final dos anos 1990, é exemplar dessa problemática. Não obstante os procedimentos minuciosos do processo de vistoria, cerca de vinte famílias que viviam em suas posses nas terras da fazenda com cultivos de subsistência, roças de mandioca e, inclusive pequenas roças de cacau, foram ignoradas pelos técnicos do INCRA nos procedimentos de avaliação do imóvel e indenização dos proprietários. Ainda hoje essas famílias lutam pelo reconhecimento de seus direitos territoriais.

---

4 Termo utilizado no Quilombo para designar terra devoluta, pertencente ao Governo do Estado, em contraposição às terras tituladas.

5 Pequena propriedade rural.

6 Fazenda localizada no extremo oeste da Comunidade denominada "Tô Contente". O nome "Macadami" é uma corruptela de macadâmia, noz originária da Austrália, introduzida na Região nos anos 1980 por iniciativa da empresa Bahia Agroindustrial Limitada, localizada no município de Taperoá. A fazenda, com uma área de cerca de 400 hectares, encontra-se praticamente abandonada.

7 Depoimento concedido em 18 de maio de 2014, em sua residência na Comunidade do Empata Viagem.

8 Através de convenio firmado entre a CEPLAC e o Departamento de Terras da Bahia, em 1963.

Pois bem, com a abertura das novas roças de cacau terras "soltas" foram demarcadas e tituladas e famílias de posseiros que viviam em terras já "presas", na condição de "posseiro", perderam direitos territoriais. O destino de muitas famílias foi as "vilas" das grandes fazendas; outras migraram para a periferia das pequenas cidades da região e, sobretudo, para a cidade de São Paulo e um pequeno contingente migrou para pequenas faixas de terras ainda "soltas", pertencentes aos descendentes da Velha Honória, matriarca e fundadora do Quilombo, fora dos limites fixados pelos grandes fazendeiros[9]. Além disso, pequenos agricultores sem terra, contratados para o trabalho nas novas roças de cacau, acabaram desempenhando o papel de "agentes da modernidade", ao replicarem as "conquistas tecnológicas" do Centro de Pesquisas do Cacau (CEPEC) nas pequenas comunidades rurais que não sucumbiram ao processo de expansão.

A criação da CEPLAC em 1957 e, sobretudo, do CEPEC, em 1963, guinou, portanto, a cultura do cacau à '*modernidade*', em uma atuação '*revolucionária*' e '*inovadora*' que possibilitou a elevação da produção nacional de cacau em 310%, comparando-se os períodos de 60/65 a 80/85 e o aumento da produtividade de 220 kg/ha, em 1962, para 740 kg/ha, em 1985[10] (ROSÁRIO et. al, 1978: 27) alicerçada em um modelo agrícola monocultural. Na região cacaueira os méritos da "revolução" são atribuídos, sobretudo, ao fisiologista vegetal Paulo Alvim – uma espécie de herói fundador -, Doutor pela Universidade de Cornell/EUA e Diretor Técnico Científico do CEPEC/CEPLAC de 1963 até 1977. [11]

Mas, o mais interessante a ressaltar relativamente à "Revolução Tecnológica" - para adotarmos uma expressão "politicamente correta" no âmbito da "Revolução Verde" [12] - é que muitas das recomendações técnicas do CEPEC não chegaram a predominar. Com efeito, antigas cabrucas, mesmo passando pelo processo de raleamento, foram de certa forma, preservadas e, mais importante ainda, novas cabrucas foram abertas em capoeiras grossas nas novas áreas de plantio. Por outro lado, nas pequenas propriedades quilombolas, surgiram ainda pequenos sistemas agroflorestais que conciliam o pacote tecnológico do CEPEC com os saberes ancestrais. No movimento de expansão, o cacau foi cultivado também em terras de "capoeira fina" e pastagens, sombreado pela *Erythrina fusca,* leguminosa originária da Costa Rica. Ora, de uma forma ou de outra, a abertura das novas roças quebrou o ciclo de renovação da agricultura de coivara utilizada nos cultivos de subsistência e no plantio da mandioca e consolidou a *Revolução Tecnológica* como alternativa para a agricultura em solos pobres, com baixa concentração de nutrientes.

Cabe registrar que a Revolução Tecnológica proporcionada pela CEPLAC, de uma forma ou de outra, consolidou a divisão da realidade em dois universos distintos: de um lado, o modelo agrícola moderno monocultural de alta produtividade e, do outro lado, o plantio do Cacau em sistemas agroflorestais, ou mesmo "*florestas culturais*" - termo tomado de empréstimo da obra de Willian Balée (BALÉE & ERICKSON, 2006) - onde seres humanos, plantas e animais interagem com as paisagens (PARDINI, 2012, p. 594). O problema, apontado como crucial pelos cacauicultores desde o início do século XX, da "falta de amparo de um sistema técnico científico" (COSTA 2012: 71) para a cultura do cacau, teria sido, portanto, resolvido com o aprofundamento do modelo agrícola monocultural. Essa nova realidade transformou radicalmente os modos de fazer agricultura. A utilização de agrotóxicos e fertilizantes químicos tornou-se prática comum e a região viveu um processo de perda de tecnologia.

De acordo com agricultores de Empata Viagem, décadas atrás era possível plantar cacau em cabrucas e obter alta produtividade, pois o cacau só era plantado em solos apropriados, "em boqueirões e nas margens dos córregos" e, de todo modo, os agricultores conheciam as técnicas de roçagem e poda, adaptadas ao cultivo no sub-bosque, bem como a dinâmica do ciclo de vida das diferentes espécies vegetais que vicejam no ambiente florestal. No

---

9 Entre as metas do PROCACAU constava a criação de 200 mil empregos diretos.

10 Site da CEPLAC .http://www.CEPLAC.gov.br/restrito/lerNoticia.asp?id=1719. Acesso em 02.02.2014;

11 De acordo com Álvares-Afonso (2012) a vinda de Paulo Alvim para a CEPLAC foi patrocinada pelo Governo dos Estados Unidos da América. Paulo Alvim permaneceu de 1963 a 1977 como pesquisador do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas a serviço da CEPLAC com salários pagos pelo American Cocoa Research Institute.

12 Modelo de agricultura que chegou ao auge entre as décadas de 1960-1970, direcionado ao aumento da produção agrícola, alicerçado em melhorias genéticas em sementes, uso intensivo de insumos industriais, mecanização e redução de custos de manejo com a implantação de monocultivos de elevada produtividade.

passado, era possível também obter alta produtividade nos plantios de mandioca e de outras culturas alimentares com a utilização da agricultura de coivara. Na verdade, a expansão dos cultivos de cacau, proporcionada pela Revolução Tecnológica, interrompeu a dinâmica temporal de *renovação* dos *ciclos* da agricultura de coivara e desarticulou o conjunto de tecnologias de cultivo ancestrais associadas ao cultivo de cacau, consolidando a dependência dos pequenos agricultores dos insumos da agricultura que se intitula moderna. A problemática pode ser ilustrada em depoimentos de agricultores da região da Macadâmia, reproduzidos a seguir,

> "O pessoal de primeiro era mandioca, não tinha outro plantio. Depois de muitos anos falaram desse negócio de cacau aí meu pai pegou a botar roça (...) nos lugares assim... boqueirão ... Hoje, dá em todo lugar porque tem adubo e esses negócios aí! Aduba sim! Aduba todo ano, se não adubar não bota.... O adubo quem trouxe foi a CEPLAC."
> "O Cacau Cabruca, para gente aqui sabe o que é que dá? É broca no cacau! Dá broca em tudo quanto é pé de cacau(...). Eu criei quinze filhos com a mandioca e hoje a mandioca aqui apodrece toda. Quando vai arrancar só arranca a metade!"
> "De primeiro não era como hoje em dia! A gente comia fava, feijão de corda..., junto com a mandioca plantava mangalô, abobora, quiabo; tomate, minha mãe trazia da roça um cesto de tomate! Sabe por quê? Porque meu pai só fazia roçado em mato grosso. Derrubava o mato grosso e plantava a mandioca e a verdura. Quando não dava mais, deixava lá e o mato crescia. Aí e botava roça em outro canto."

Subjacente a toda essa reflexão, encontra-se ainda a questão do papel das árvores de "sombreamento" nas cabrucas. As árvores protegem o cacau, mas também produzem alimentos, material de construção e, sobretudo, medicina para quem não dispõe de tempo nem de recursos para se tratar na cidade. Seu Manoel, um dos moradores mais antigos de Empata Viagem, relatou a importância do Guanandi - madeira de lei utilizada na construção de embarcações e na fabricação de móveis - na medicina. Na cabruca, o guanandi, como outras espécies vegetais e animais, é uma forma de vida em um sistema adaptativo complexo do qual participam, sobretudo, os humanos. Diz-nos Seu Manoel:

> "Aqui o guanandi só dá na vagem. Se entrar uma lasca de pau no pé e não tiver jeito... pode pegar o guanandi quebrar, tirar o leite e botar. O empregado de (...) tava ali me chamou. O filho estava ali com uma lasca de pau ia levar para Ubaitaba. Ai eu cheguei, o leite de guanandi, já estava uns quatro dias assim. Tira o leite do guanandi e coloca ai. Foi na vagem cortou e trouxe e marrou (...). O lençol ficou manchado de pus e o pedaço de pau tava lá!"

Com efeito, o receituário agronômico "moderno" criado pelo CEPEC apontou as árvores de 'sombreamento' como um dos principais responsáveis pela baixa produtividade das roças e essa referência foi um ponto de orientação importante. De acordo com dados divulgados pela própria CEPLAC, até o inicio dos anos 1960 o cacau era cultivado sob a sombra das árvores e a utilização de agrotóxicos e fertilizantes era insignificante (ÁLVARES-AFONSO 2011: 116). Prevaleciam, de um lado, tecnologias ancestrais indígenas e africanas de cultivo: roças abertas com tecnologias associadas à coivara (derrubada seletiva de árvores, queima da vegetação restante e plantio do cacau a partir de sementes); cacaueiros podados regularmente, juntamente com as árvores de sombreamento e roçagens frequentes[13] e, de outro, a pressão do modelo agrícola monocultural de exportação, alicerçado em um "pensamento abissal" que nega formas de conhecimento que não se encaixam nos padrões dominantes (ocidentais). Posta assim, no contexto da agricultura colonial de exportação, a carência de tecnologias apropriadas para o cultivo do cacau, adquire sentido.

Existe, portanto, uma conjunção entre tecnologias ancestrais e sustentabilidade do sistema e, por que não dizer também, uma conjunção entre técnicas agrícolas "modernas" e a crescente vulnerabilidade dos cultivos. De

13 De acordo com dados levantados nas entrevistas realizadas na Comunidade Quilombola de Empata Viagem algumas roças chegam a exigir a realização de até três roçagens por ano.

um lado, um modelo agrícola monocultural alicerçado no aumento crescente da produtividade e que desconsidera as especificidades da agricultura em floresta tropical; de outro, técnicas agrícolas ancestrais que possibilitam um manejo da vegetação que viceja no sub-bosque e, em especial, das grandes árvores que espraiam suas sombras – nem sempre protetoras – sobre os cacaueiros e uma infinidade de espécies vegetais.

De fato, a *Revolução Tecnológica* foi uma resposta efetiva *à* "falta de amparo de um sistema técnico científico" (COSTA 2012: 71) para a cultura do cacau – notado desde os primeiros anos do século XX. Ora, o que está em jogo no pacote é o aprimoramento do modelo agrícola monocultural, um contraponto à "*desordem*" ou mesmo ao "*caos*" que aparentemente impera nas roças de cacau "protegidas" pelas grandes árvores da Floresta Tropical. A Revolução Tecnológica – em pleno Regime Militar e no período conhecido como Milagre Econômico Brasileiro - foi recebida como uma "revelação" há muito tempo ansiada pelos grandes produtores. De acordo com Costa (2012), a primeira politica pública de apoio à cacauicultura só foi efetivada nos anos 1930, após a grave crise financeira dos anos 20, quando foram criados o Instituto do Cacau da Bahia (ICB) e a Estação Experimental de Agua Preta, no município de Uruçuca. O ICB obteve sucesso na disponibilização de crédito e na melhoria da infraestrutura regional, no entanto, os entraves tecnológicos permaneceram e os cacauicultores continuaram aplicando "tecnologia defasada". Verificou-se, assim, em um período de aproximadamente 30 anos – de 1929 á 1958 - uma expansão de 300% nas áreas de cultivo e um aumento de produção de apenas 100% (COSTA 2012: 96).

Costa evidencia ainda à ausência de um "manual de produção condizente" com as interfaces do ambiente de floresta tropical, a falta de uma "Assistência Técnica confiável" e, sobretudo, à "barreira imaginária" que impedia "avançar com tratos mais modernos de produção". As questões evidenciadas por Costa suscitam múltiplas interpretações; uma, em particular, merece atenção especial por se manter presente de forma renitente até os dias atuais como uma barreira concreta que dificulta a utilização de "tratos modernos de produção": a carência de estudos sobre a prática da agricultura no sub-bosque da floresta tropical, espaço das florestas secundárias - matas jovens - com vegetação densa, que se contrapõe às florestas primárias, nas quais "a vida se mudou para o andar superior" (KIUCH e SHIREMAN 2003: 25).

Com efeito, aparentemente, o problema só foi resolvido com a criação do CEPEC/CEPLAC, em 1963; instituição que conseguiu desenvolver uma tecnologia agrícola comparada as mais avançadas do mundo (COSTA 2012). E como não foi possível dominar completamente a floresta, ou mesmo ser dominado por ela, a solução encontrada foi 'matar' a floresta. Pois bem, as árvores de sombra – e a própria diversidade da Floresta Tropical – acabaram sendo os alvos principais do novo receituário agronômico. Ora, essa compreensão do problema da baixa produtividade tornou praticamente intransponível a "linha abissal" que separa conhecimentos ancestrais africanos e indígenas da ciência agronômica 'moderna'. Para entender esse movimento, que atingiu rapidamente o proscênio, é preciso se deter um pouco na "ecologia dos saberes" proposta por Boaventura Souza Santos; "a característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade de co-presença dos dois lados da linha (...), para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não dialética" (2007, p. 71).

De fato, a Revolução Tecnológica alterou de maneira contundente os tratos culturais da cacauicultura, em especial as roçagens que, em decorrência da redução do sombreamento, foram, inclusive, intensificadas. Paulo Alvim afirma, em artigo publicado 1966, que é possível obter maiores produções de cacau sem árvores de sombra e conclui com uma sentença de morte: "O método mais recomendado para se efetuar o raleamento sem causar maiores danos aos cacaueiros, consiste na aplicação de uma solução de arsenito de sódio em perfurações feitas no tronco das árvores a serem eliminadas" (ALVIM 1966: 4). Essa nova perspectiva teórica direcionou o olhar de técnicos e produtores para dois fatores básicos de produção: o cacaueiro e as árvores de sombra. Pois bem, a explicação reducionista da baixa produtividade pelo sombreamento tornou irrelevante todo um conjunto de conhecimentos sobre a diversidade da floresta, os ciclos de vida das espécies que vegetam nos diversos extratos e das técnicas de cultivo sub-bosque. É com sentimento de revolta que Reginaldo, liderança quilombolas de Empata Viagem, fala sobre a eliminação das árvores nas cabrucas abertas pelo "finado Tatu" – quilombolas de Empata Viagem - nas terras hoje pertencentes à Fazenda "CEPEL":

> .... eu tenho aqui a CEPEL, ali de espelho pra poder tá colocando a CEPEL. Na CEPEL você não encontra nada disso por que? Porque ali a gente temos que acabar com isso, pois ali, ainda se aglomera ali uma pequena escravidão. Porque eles caíram

> nessas frutas, nessas coisas que tinha mataram tudo pra impedir que os peão, os funcionários comendo uma jaca um negócio deixassem de está ali trabalhando, mataram tudo!

Seria, todavia enganoso, portanto, afirmar que a revolução tecnológica do CEPEC não encontrou resistência nos quilombos. Cabe destacar aqui que, sob a novidade dos agrotóxicos e fertilizantes químicos, escondem-se em Empata Viagem os princípios básicos da agricultura de coivara e, por que não dizer, da agricultura na floresta. Se por um lado, agrotóxicos e fertilizantes químicos estão presentes em praticamente todas as roças – "Sem adubar não dá!" -, por outro, a utilização do fogo ainda persiste - "Sem queimar também não dá!". A queimada tem a vantagem de disponibilizar novos nutrientes e afastar animais que ameaçam as plantações. Nos cultivos de subsistência e, em particular, no cultivo da mandioca a queimada ainda é uma prática imprescindível. Nas pequenas "buraras"[14] há sempre uma capoeira aparentemente abandonada na qual o crescimento das plantas invasoras permitirá no futuro novas queimadas e novas roças de mandioca. Porém, se no passado, após três ou quatro plantios, a terra era abandonada e, como ensina Mauro Leonel, em estudo sobre a utilização do fogo pelos povos indígenas, "devolvida à floresta, ela sim, o ser abrangente encarregado da recuperação e provedora de todos os seres vivos" (LEONEL, 200:245), hoje, como não há mais como devolver a terra à floresta, as capoeiras estão sempre jovens, os ciclos de queimadas cada vez menores, plantios se sucedem e plantas padecem com a falta de nutrientes e ataque de pragas.

Não há como desconsiderar também que no cultivo do cacau, a utilização do fogo ainda está presente. Pequenas clareiras são abertas, seguindo-se a queimada com objetivos de fertilização e abertura de espaços reservados, sobretudo, ao cacau, plantado preferencialmente com sementes – "três sementes em cada cova aberta com a ponta do facão"[15]. O manejo requer um conhecimento profundo dos ciclos de vida da floresta, pois a tendência natural é que as "feridas abertas" sejam rapidamente cicatrizadas. Com efeito, o cultivo implica "enriquecimento de paisagens" e "melhorarias ambientais, não degradação" (BALÉE, 2008). O cacau é cultivado juntamente com plantas para uso agrícola, ritual e medicinal. As roças de fato mostram "assinaturas humanas" como testemunhas exemplares dessa relação construída da diversidade com a sustentabilidade. De acordo com Seu Manoel do Bom Sossego, "O cacau não gosta de buraco fundo, o terreno é muito frio. O Cacau quer a raiz em cima da terra pra pegar a quentura!". Conclui Seu Manoel:

> "Se você cabrocou o mato você tem que ralear o mato pra fazer a cabruca. Quando fizer a roçagem você vai deixando as folhas no pé do cacau, é adubo! Se nasceu um jacarandá aqui e aqui tem outra árvore; você sabe que o jacarandá serve! Você tem que tirar aquele ali – Jacarandá em ponto de corte – e deixar essa árvore daqui. Eles batem remédio – herbicida – mata tudo..."

1. Revolução Tecnológica, Vassoura de Bruxa e os Saberes Ancestrais.

Mas se a CEPLAC trouxe a 'modernidade', acabou também sendo responsabilizada pela epidemia da Vassoura de Bruxa. A doença deu um "banho de água fria" em cacauicultores e, sobretudo, pesquisadores e técnicos, que "*desiludidos*", em meio a uma estiagem prolongada e forte depressão nos preços internacionais do cacau, assistiram a queda de 2/3 na produção e medidas recomendadas para conter a doença aprofundarem ainda mais a crise, "cujo principal impacto foi a destruição de milhares de hectares de cultivos, redução sem precedentes na produtividade das roças e um forte endividamento do produtor" (COSTA 2012: 67-68).

Em Empata Viagem, apesar da crise e em meio a todos esses acontecimentos, os agricultores, em sua maioria, continuavam a cuidar de suas roças e, não obstante os percalços da Revolução Tecnológica mantiveram a crença nos órgãos de assistência técnica. A crise possibilitou, ainda, o surgimento de novas opções de cultivos

---

14 De acordo Garcez & Mattoso denominação de caráter pejorativo, da pequena roça de cacau.

15 De acordo depoimento do Senhor Manoel, pequeno agricultor do Empata Viagem.

nas *terras de mandioca* - Coco da Bahia, Café e Seringueira – financiadas com empréstimos concedidos pelos bancos públicos e amplamente incentivados pela própria CEPLAC, como alternativas para a diversificação agro econômica da região. A história se repetiu e dessa vez como armadilha. Antes mesmo do início das colheitas pragas e doenças inviabilizaram os novos cultivos de coco e café, abalando ainda mais a crença dos agricultores nos órgãos de assistência técnica.

Pois bem, a desilusão com os novos cultivos mencionados acima não foi suficientemente importante para levar ao completo descrédito o pacote tecnológico da Revolução Verde, embora as plantações decadentes, sobretudo de coco, estejam presentes em praticamente todas as roças e tenham contribuído para o aumento no endividamento de agricultores e agricultoras. Com efeito, agrotóxicos – sobretudo herbicidas – fertilizantes químicos e corretivos de solo continuam sendo amplamente utilizados em Empata Viagem, não obstante as queixas de que a mandioca está "apodrecendo no pé", de que "a terra está doente" e de que "as pessoas estão morrendo". Por um lado, há sinais claros da perda das técnicas e do conhecimento associado ao plantio do cacau no sub-bosque da floresta, de conhecimentos e técnicas associadas à agricultura de coivara, bem como de conhecimentos sobre a dinâmica e a diversidade da Floresta. Por outro lado, tais perdas de capital social e cultural estão associadas à crença, de todo modo "inabalável", na ciência e na técnica aceitas como verdadeiras ou eficazes em um movimento "misterioso" que sacraliza a ciência moderna ocidental (LATOUR: 1994) e desconsidera a diversidade epistemológica do mundo (SOUZA SANTOS, 2007:85). De todo modo, é surpreendente a "condenação" dos técnicos da CEPLAC e de outros órgãos de assistência técnica, a exemplo da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) [16], e "absolvição" da ciência agronômica que se intitula moderna.

Pois bem, essas constatações, embora pertinentes, são insuficientes. Com efeito, ao mesmo tempo em que a ciência agronômica que se intitula moderna avança um modo todo particular de fazer agricultura mantêm-se renitente: utilização de técnicas associadas à agricultura de coivara nos cultivos de subsistência, no cultivo da mandioca e nas agroflorestas (ou florestas culturais) e, em especial, o cultivo do cacau juntamente com as "coisas nativas que não se planta e que só se desfruta" e com "coisas praticamente nativas" que também se planta. De acordo com Reginaldo, um dos filhos de Irenio Monteiro: "se você entra na minha roça você acha quase tudo!". Existem, portanto, semelhanças e diferenças entre as grandes fazendas e as roças quilombolas. Por um lado, tanto nas grandes fazendas, quanto nas pequenas roças quilombolas, antes da Revolução Tecnológica da CEPLAC, "o cacau era assim lugares, boqueirão, roça de córrego". Observa-se também, em graus diferenciados, que tanto nas grandes fazendas, quanto nas roças quilombolas, os insumos agrícolas da Revolução Verde estão presentes (adubos químicos e herbicidas). Por outro lado, enquanto nas grandes fazendas prevalece o monocultivo do cacau – sombreado pela *Erythrina fusca*, em consórcio com seringueiras ou à pleno sol - e as pastagens para a criação de gado; nas roças quilombolas ainda é possível observar a presença de uma organização espacial que respeita o ciclo de renovação da agricultura de coivara no cultivo da mandioca e culturas de subsistência; roças de cacau em boqueirões, juntamente "as coisas nativas que os quilombolas só desfrutam"; a criação de pequenos animais como porcos e aves e, inclusive, o cultivo do cacau em terras de mandioca em "sistemas agroflorestais" que teimam em reproduzir as agroflorestas que se desenvolveram nos boqueirões e, como não poderia deixar de ser, em consórcios com seringueiras.

De forma mais ampla é possível ainda afirmar que a Revolução Tecnológica, iniciada nos anos 1960, instaurou uma verdadeira operação de guerra no Sul da Bahia com o objetivo de eliminar os "inimigos do cacauicultor", segundo pesquisadores do CEPEC, responsáveis pela queda crescente na produção das roças de Cacau. Após a eliminação das árvores de sombra a derradeira medida para consolidação das conquistas da revolução foi a eliminação "de insetos nocivos ao cacaueiro". Conforme matéria publicada no boletim mensal do CEPEC,

> "O trabalho, iniciado em fevereiro para terminar em março próximo, compreende duas etapas: a primeira, em caráter experimental, com polvilhamento de BHC[17] por meio de helicóptero, cobrindo cacauais situados em Rio do Braço, CEPEC, Primavera, Serra Grande, Cordilheira, Jacarandá e Uruçuca. A segunda, com uma equipe de 33 homens em operação terrestre cobrindo uma área selecionada no município de Itajuípe" (CACAU ATUALIDADES, 1964: 14).

---

16 A EBDA tem como acionistas o Governo do Estado da Bahia e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

17 BHC (Hexaclorobenzeno) pesticida organoclorado

As operações de guerra iniciadas nos anos 1960 colocaram em risco a sobrevivência das agroflorestas quilombolas ao eliminar animais que partilham com os humanos o ambiente florestal; as árvores que fornecem sombra e nutrientes aos cacaueiros e alimentos, remédios e material de construção aos humanos; as ervas medicinais e uma infinidade de plantas utilizadas na alimentação – "as coisas nativas que os quilombolas só desfrutam" [18]; os seres humanos e, surpreendentemente, os próprios cacaueiros, vitimas de doenças como a Vassoura de Bruxa que, para muitos dos quilombolas entrevistados, teria sido o resultado da aplicação de agrotóxicos e fertilizantes químicos.

No inicio dos anos 1980 o CEPEC perdeu a sua arma mais eficiente no combate às "pragas", o BHC, apontado como responsável por danos ambientais e à saúde humana (SORIA et. al., 1984). Nos anos seguintes os problemas se acumularam e no final da década a epidemia da Vassoura de Bruxa deu um freio em tudo isso. A ineficácia das "armas de guerra" e as dificuldades financeiras dos cacauicultores "selaram" um verdadeiro "armistício" que suspendeu temporariamente os "combates" e possibilitou a revitalização das agroflorestas.

Nesse contexto, em que várias imagens e noções se misturam, surgiu o movimento de resgate do *Cacau Cabruca*, sistema ecológico de cultivo "capaz de atender aos mais refinados requisitos do desenvolvimento sustentável" (LOBÃO, 2007). Surpreendentemente, nas agruras do resgate, profundas transformações ocorridas na cacauicultura ao longo de séculos foram colocadas de lado, juntamente com conhecimentos ancestrais indígenas e africanos da agricultura em ambiente florestal. Na verdade, n**ão se tratou, exatamente,** de um resgate de técnicas e saberes, mas da idealização de uma "monocultura" de cacau sombreada por grandes árvores da "floresta primária", na qual os desafios da agricultura do sub-bosque foram praticamente desconsiderados.

3. Cacau Cabruca ou Floresta Cultural?

Chegou a hora de retomar as questões que motivaram esta comunicação. Tomo como ponto de partida um ensinamento importante de Tachi Kiuchi e Bill Shireman (2003) de que no ambiente de floresta tropical a vida tende sempre a se mudar para o andar superior. O grande desafio da prática da agricultura no sub-bosque é, portanto, evitar que a vida migre inteiramente para as o dossel da floresta, o que seria catastrófico para o cacau (2003: 25). Essa constatação permite tirar conclusões sobre diferenças radicais entre o Cacau Cabruca do "Mito dos Desbravadores" e os sistemas agroflorestais, que encontrei no Quilombo, designadas aqui como "agroflorestas". De maneira surpreendente, o Manual Agroflorestal para a Mata Atlântica (DEITENBACH et. al. 2008), publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, traz a seguinte definição: o Cacau Cabruca é um consórcio agroflorestal estático, no qual as intervenções realizadas pelo agricultor "praticamente não modificam a composição nem a estrutura do consórcio", (...) "não existe poda ou manejo do estrato dominante e basicamente dois estratos são admitidos: o dominante, onde estão as árvores de grande porte; e o arbustivo, onde está o cacau" (2008: 23).

Com efeito, a definição de Cacau Cabruca como sistema agroflorestal estático não é unanimidade. Há estudos empíricos como os de Regina Helena Rosa Sambuichi (2002), que descrevem as cabrucas como "áreas de cultivo manejadas", com presença marcante de espécies pioneiras, secundárias – que vegetam em clareiras e florestas secundárias - e exóticas; espécies frutíferas que fornecem alimentos e medicina aos seres humanos e animais que são plantadas ou "poupadas do corte por seu valor" e árvores da floresta primária que, quando jovens, são poupadas pelos trabalhadores pela madeira de boa qualidade. E é a isso que vou dedicar o restante do texto: as diferenças radicais entre as Cabrucas reais, ou melhor, "agroflorestas" e a Cabruca do "Mito dos Desbravadores".

De fato, há muita incoerência na primeira definição. Em primeiro lugar, ao tratar o Cacau Cabruca como uma "monocultura" sombreada por árvores da floresta primária, que prescinde da intervenção humana, o manual descarta a presença de conhecimentos ancestrais indígenas e africanos na abertura das primeiras roças de cacau. E, há também muita coerência na segunda, pois o Cacau Cabruca – ou a agrofloresta - é de todo modo, uma tecnologia de cultivo que requer conhecimentos profundos dos "ciclos de vida" das diferentes espécies

18 Entrevista concedida por Irênio Monteiro.

que compõem cada extrato do sistema e, sobretudo, do ciclo de vida das grandes árvores que sombreiam o cacau (SILVA, 2002) e, mais ainda, das interações do cacaueiro com a complexidade aparentemente caótica da floresta tropical, um mosaico de diferentes espécies em diferentes idades. Com efeito, de acordo com os argumentos apresentados, assim como a ideia do Cacau Cabruca como monocultura "estática" é irreal, da mesma forma, a atribuição da invenção do sistema a nordestinos que migraram para o Sul da Bahia entre o final do século XIX e inicio do século XX (LOBÃO et. al: 2004: 167) [19] é de todo fantasiosa. A questão é complexa e exige um aprofundamento maior.

Para tornar esse ponto mais preciso, é importante registar que o fluxo migratório de nordestinos e árabes para o Sul da Bahia só alcançou números expressivos a partir do ultimo quartel do século XIX (ROCHA, 2008; LINS, 2013; MAHONY 2007, CARVALHO, 2009; GARCEZ E MATTOSO, 1976; CARVALHO, 2010; SANTOS, 2010), período importante de expansão da cacauicultura para "zonas com boas condições para a produção do fruto" (PIASENTIN & SAITO, 2014: 65). Quanto aos **árabes - Sírios e Libaneses cristãos** – o fluxo migratório não chegou a ser tão expressivo e, de qualquer forma, não há noticias de árabes cabrocando as matas do Sul da Bahia. De acordo com Patrícia Dario El-moor, "se dedicaram, em grande parte, ao comércio e às pequenas indústrias" (2011: 3). Os nordestinos – em sua maioria descendentes dos últimos escravos - de todo modo migraram em massa em busca de oportunidades de trabalho; no entanto, já encontraram o cacau plantado em cabrucas. Com efeito, o problema não está em um sistema de produ**ção** criado por nordestinos e árabes, mas em uma monocultura de cacau "estática" plantada no sub-bosque da floresta, esta sim, fantasiosa e, de qualquer forma irreal.

Cabe reafirmar aqui que o sub-bosque, nicho onde é plantado o cacau, é um ambiente dominado por pioneiras que crescem em velocidade estonteante - literalmente sem parar - repleto de plantas e animais em competição direta, no qual, o cacau, espécie exótica e diferente de todas as outras, precisa conquistar o seu espaço, suplantar as espécies pioneiras e ultrapassar uma situação inicial de competição. As técnicas de roçagem e poda estão, portanto, no centro de um conjunto de técnicas de manejo utilizadas nos cacauais plantados no sub-bosque. A roçagem da vegetação espontânea, juntamente com as podas, possibilita proteção do solo, ciclagem e disponibilização de nutrientes.

4. O fim do armistício e a revitalização da cacauicultura

Chegou a hora de concluir. O que faço colocando em destaque o movimento de revitalização da agricultura no Sul da Bahia, iniciado nos anos 2000 e que colocou novos desafios à cacauicultura. O primeiro, e, certamente, o desafio mais importante, está diretamente associado ao avanço na utilização de herbicidas, prática que reacendeu o debate em torno dos danos da operação de guerra iniciada nos anos 1960 contra os "inimigos" do cacau. Para entender esse desafio, que vem crescendo de forma exponencial, é preciso recuar em direção ao tempo da transculturação migratória do chocolate para o Velho Mundo, marcado pela utilização do trabalho escravo nas roças de cacau. Os herbicidas surgem, no cenário agrícola do Sul da Bahia, como alternativa as roçagens, pratica cultural mais extenuante entre os tratos culturais exigidos pelo cacau e a que mais demanda mão de obra.

De fato, os custos com os tratos culturais do cacau têm aumentado em decorrência das politicas públicas de aumento real do salário mínimo[20] e dos programas federais de garantia de renda mínima, em especial o Programa Bolsa Família (PBF) e de apoio à agricultura familiar como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)[21],

---

19 Ver também no site da CEPLAC o artigo: CACAU-CABRUCA - um modelo sustentável de agricultura tropical, assinado por Dan Erico Lobão, Pesquisador da CEPLAC, Diretor Técnico do Instituto Agroambiental Cacau Cabruca e Professor da Universidade Estadual da Santa Cruz, em http://www.CEPLAC.gov.br/radar/sistema_agro.htm. Acesso 20/11/2013.

20 No ano 2000 o salário mínimo no Brasil era de $83,00 dólares e em 2014 chegou à $329,00 dólares.

21 O programa foi criado 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. O orçamento do PAA é composto por recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

que garante a aquisição da produção dos pequenos agricultores por preços justos. Hoje, no Sul da Bahia, o trabalhador rural não aceita mais trabalhar por diárias com valores inferiores à diária estipulada pelo salário mínimo, o que tem representado um sério entrave à gestão de grandes fazendas. Seria, todavia, enganoso não admitir que a justificativa apresentada obscurece a causa maior do problema: os baixos preços do cacau no mercado internacional e, sobretudo local - visto que o Brasil hoje é importador de cacau e não exportador como nos anos áureos da cacauicultura - que efetivamente não cobrem os cultos de produção.

Para apimentar ainda mais a discussão sobre esta lâmina fina - os custos de produção – que atormenta os produtores desde os primeiros tempos da transculturação migratória do chocolate para o Velho Mundo, vamos inserir outro fator, transversal à problemática da carência de tecnologias adequadas: a baixa produtividade. Para entender esse fator, relevante desde os últimos anos do século XIX, é preciso retornar ao depoimento de Irênio Monteiro, "o cacau era assim, lugares..., boqueirão, roça de córrego", e refletir um pouco sobre os ditames do modelo agrícola de monocultura de exportação que reduziu drasticamente a biodiversidade das roças, comprometeu a segurança alimentar e nutricional regional, expandiu os cultivos para além do nicho original e, sobretudo, invizibilizou conhecimentos ancestrais indígenas e africanos. Com efeito, o progressivo aumento dos custos de produção – ou de mão de obra - na cultura do cacau pode, perfeitamente, está também relacionado ao pacote tecnológico do CEPEC, em particular a recomendação de redução do sombreamento, questão de tudo pertinente para a compreensão dos motivos que levaram à intensificação da roçagens, a maior de demanda de mão de obra e, consequentemente, também a utilização crescente de herbicidas.

Por outro lado, sob a novidade dos herbicidas – justificada pela redução dos custos com mão de obra -, esconde-se uma exploração brutal da força de trabalho no cultivo do cacau. Voltemos um pouco no tempo; exatamente ao período marcado pela utilização do trabalho escravo. Com efeito, o trabalho escravo persegue o cacau até hoje: não faltam denuncias de trabalho escravo de crianças em África[22], como também não faltam crianças trabalhando nas roças de cacau na Bahia. Ora, o que muda nos dois exemplos é justamente a definição do que seja trabalho escravo. Em África, crianças são raptadas e vendidas como escravas para grandes fazendeiros. Na Bahia, por outro lado, crianças são "obrigadas" a trabalhar nas roças entregues aos seus pais em regime de parceria, no qual os parceiros recebem 50% da produção em contrapartida pelo trabalho que envolve geralmente toda a mão de obra familiar, e que proporciona em muitas situações, renda mensal inferior ao salario mínimo. [23]

Essa nova realidade coloca em cena uma interrogação importante. Afinal, diante do que foi apresentado acima, como fica a revitalização da cacauicultura? Com essa interrogação aterrissamos novamente em Empata Viagem, concluindo o nossa comunicação. No quilombo, as roças de cacau estão, tanto nos boqueirões, quanto nas terras de mandioca – "destinadas a evoluir para áreas agroflorestais" (POSEY, 2008: 287) - e se constituem como sistemas agroflorestais singulares, não por serem 'monoculturas' de cacau sombreadas por árvores seculares, mas por terem se tornado 'florestas culturais' que produzem o cacau e muitas outras coisas "que os quilombolas só desfrutam". Essas novas florestas - ou agroflorestas - foram gestadas em África e na própria América muito antes da ocupação europeia. Os trabalhos no campo da ecologia histórica de Willian Balée e da etnobotânica de Darrel Posey ajudam a sustentar tal afirmação.

Com efeito, os estudos de William Balée das relações dos seres humanos com as paisagens, quando distinguem nas análises, sem os separar, o trabalho de criação cultural e os condicionantes ambientais, permitem recolocar no centro dos debates os saberes ancestrais e as paisagens humanizadas, "feitas por povos sofisticados do passado, e úteis de inúmeras maneiras (ainda que de diferentes maneiras) para povos indígenas do presente" (2008:13) e, indo um pouco mais adiante, para agricultores e agricultoras, em sua grande maioria, descendentes dos últimos escravizados envolvidos de alguma forma no cultivo do cacau. Com acuidade afirma Balée,

---

22 Cf. documentário "As crianças escravas da África e o gosto amargo do chocolate" disponível em http://www.youtube.com/watch?v=zESgFuJ_wy8. Acesso em 01.07.2014.

23 Flora Bonazzi Piagentin (2011), em estudos realizados para a sua Tese de Doutorado identificou que os estabelecimentos que empregavam mão de obra em regime de parceria apresentavam os menores graus de sustentabilidade. Na amostra selecionada para a pesquisa 32% dos parceiros obtinham renda mensal inferior ao salário mínimo. É importante observar que os meeiros, geralmente com contratos precários, não possuem direitos trabalhistas (Férias, 13º salário, Fundo de Garantia e Seguro Desemprego) nem garantia de estabilidade nos vínculos de parceria.

"Paisagens são encontros de pessoas e lugares cujas histórias estão impressas na matéria, incluindo matérias vivas" (2008:11). De acordo com Balée, em África a própria formação de florestas esteve relacionada à atividade humana - cultivo, plantação e transplante deliberado de árvores - que culminou, inclusive, com a formação de florestas onde antes não havia florestas (2008, p. 15).
Por outro lado, de acordo com Darrel Posey, os conhecimentos tradicionais podem contribuir para resultados significativos em pesquisas no campo da etnobotânica, "guiar os pesquisadores na procura de categorias ou relações desconhecidas do conhecimento, isto é, para propor hipóteses voltadas a testar os conceitos indígenas" (2001: 286). É importante, portanto, reconhecer que em Empata Viagem desenvolveram-se, na prática, tecnologias agrícolas fortemente influenciadas por saberes ancestrais africanos e indígenas, que podem ser importantes para a "revitalização" da cacauicultura e que têm contribuído, inclusive, com o aumento da biodiversidade local. Não há, portanto, como esconder a "tradição dos povos africanos de bons agricultores" (ANJOS, 2006:342), ou o fato de pequenos agricultores em África, no período pré-colonial, manejarem sistemas agroflorestais "que para 'não entendidos' pouco se distinguem das florestas originais" (TEMUDO, 2009, p.246). E certamente, também não é possível colocar de lado os estudos de William Danevan, sobre as Origens Agrícolas da Terra Mulata na Amazônia, quando afirma que "a agricultura pré-européia era provavelmente mais intensiva e mais produtiva do que a agricultura pós-contato" (2009: 83).

Referências Bibliográficas:

ÁLVARES-AFONSO, Frederico Monteiro. (2011), *Paulo Alvin: mestre e amigo* (biografia). Ilhéus. CEPEC**.**

ALVIM, Paulo de T. (1968), "A Ciência a seu serviço. O Problema do Sombreamento do cacaueiro". In: *Cacau atualidades*. 3 (2): 2-5.

ANJOS. Rafael Sanzio Araujo dos Anjos (2006), Cartografia e Quilombos: Territórios étnicos africanos no Brasil. In: *Africana Studia*. 9: 337-355. Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP*),* Coimbra.

BALÉE, W. Sobre a Indigeneidade das Paisagens (2008), *Revista de Arqueologia*, 21 (2):09-23. (http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ra/article/viewFile/3003/2524, [Consultado em 05.07.2014].

BALÉE, W. & ERICKSON, C. (2006), Time, Complexity, and Historical Ecology. In *Time and Complexity in Historical Ecology: Studies in the Neotropical Lowlands*, William Balée and Clark Erickson (eds), pp. 1-20. Columbia University Press, New York. (http://ccat.sas.upenn.edu/~cerickso/fishweir/articles/Time&ComplexityInHistoricalEcologyIntro.pdf, [Consultado em 28.02.2014].

BALÉE, William. (1993), *Footprints of the Forest: Ka'apor ethnobotany - the historical ecology of plant utilization by na Amazonian People*. Columbia Univ.Press, New York.

COSTA, Francisco Mendes. (2012), *Políticas Públicas e Atores Sociais na Evolução da Cacauicultura Baiana*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. (http://r1.ufrrj.br/cpda/wp-content/uploads/2012/07/Tese-Francisco-Mendes-Costa.pdf, [Consultado em 26.02.2012].

DANEVAN, William. (2009), As Origens Agrícolas da Terra Mulata na Amazônia. In: *As Terras Preta de Índio da Amazônia*. Manaus. Embrapa Amazônia Oriental. 2009. Pp. 82-86.

DEITENBACH, Armin et. al.(orgs) 2008, *Manual Agroflorestal para a Mata Atlântica*. – Brasília. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Agricultura Familiar.

EL-MOOR, Patrícia Dario. (2011), O Reconhecimento Da Presença Árabe No

Brasil na Busca de Uma Identidade Nacional. *Anais do XI Congresso Brasileiro de Ciências Sociais.* Universidade Federal da Bahia**.**

KIUCHI, Tachi & SHIREMAN, Bill 2003, *O Que a Floresta Tropical nos ensinou*. São Paulo. Cutrix.

LATOUR, B. (1994), *Jamais Fomos Modernos*- Ensaio de Antropologia Simétrica. Rio de Janeiro. Editora 34.

LEONEL, Mauro (2000), O uso do fogo: o manejo indígena e a piromania da monocultura. *Estudos Avançados*, São Paulo , v. 14, n. 40, Dec. 2000 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000300019&lng=en&nrm=iso, [Consultado em 02.10. 2014].

LOBÃO, Dan Érico. 1997, Cacau Cabruca: um modelo sustentável de agricultura tropical. *Indícios Veementes*, FNDPF, 10-24.

LOBÃO, D. E.; SETENTA, W. C.; VALLE, R. R. (2004), Sistema agrossilvicultural cacaueiro. Modelo de agricultura sustentável. *Revista da Sociedade de Agrosilvicultura,* 1 (2): 163-173. (www.sbag.org.br/07-SBAG-v1-n2-2004-163-173.pdf, [Consultado em 21.01.2014].

LOBÃO, Dan Érico. 2007**,** *Agroecossistema Cacaueiro Da Bahia: Cacau Cabruca e Fragmentos Florestais na Conservação de Espécies Arbóreas*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias. - Unesp, Câmpus de Jaboticabal. Jaboticabal.

MAHONY, Mary Ann. (2007), Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacaueira da Bahia *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria*. 10 (18): 737 793. (www.uesc.br/revistas/especiarias/ed18/traducao_mahony.pdf, [Consultado em 05.02.2014].

PARDINI, Patrick. (2012). Natureza e cultura na paisagem amazônica: uma experiência fotográfica com ressonâncias na cosmologia ameríndia e na ecologia histórica. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas.* Belém 7(2): 589-603. (http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n2/v7n2a17.pdf, [consultado em 02.02. 2014]

PIASENTIN, Flora Bonazzi & SAITO, Carlos Hiroo. (2014), Os Diferentes Métodos de Cultivo de Cacau no Sudoeste da Bahia: aspectos históricos e percepções. *Boletim do Museu Emílio Goeld. Ciências Humanas.* Belém. 9(1): 61-78. http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v9n1/05.pdf [consultado em 20.06.2014].

POSEY, Darrel A. (2001). Interpretando e utilizando a "realidade" dos conceitos indígenas: o que é preciso aprender dos nativos? In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro (Orgs.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB. Pp. 279-294.

ROCHA, Lurdes Bertol. (2008), *A região cacaueira da Bahia - dos coronéis à vassoura-de-bruxa***:** Ilhéus. Editus.

ROCHA, Lurdes Bertol. (2011), O Cacau Na Literatura Regional do Sul da Bahia: Ícone de Diferenças Sócio espaciais. *Geograficidade* 1(1): 20-35. (www.uff.br/posarq/images/stories/Revista/Inverno_de_2011/Artigos/Cacau_na_literatura__Geograficidades_v1n1_Setembro2011.pdf, [consultado em 17.06.2014]

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. (2002), Fitossociologia e diversidade de espécies arbóreas em cabruca (mata atlântica raleada sobre plantação de cacau) na Região Sul da Bahia, Brasil. *Acta Bot. Bras*., São Paulo, v. 16, n. 1, Jan. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-33062002000100011&lng=en&nrm=iso>, [Consultado] em 17/10/2014.

SILVA, Patrícia Pereira Vaz da, (2002), Sistemas Agroflorestais Para Recuperação De Matas Ciliares Em Piracicaba, Sp. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo.

SETENTA, Wallace & LOBÃO, Dan Érico (2012), *Conservação Produtiva: cacau por mais 250 anos*. SETENTA, Wallace & LOBÃO, Dan Érico (eds). Itabuna.

SORIA et. al. (1984), Inseticidas sugeridos para substituir o BHC no controle das pragas do Cacaueiro na Bahia, Brasil: um estudo de caso. *Revista Theobroma*. CEPEC, Ilhéus. 14(2):103· 114.

SOUZA SANTOS, Boaventura de (2007), Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos*. - *CEBRAP*, São Paulo. 79. Nov. (www.scielo.br/pdf/nec/n79/04.pdf, [acesso em 10.03.2014].

Questionar com a própria língua: o discurso combativo de Mário Pinto de Andrade na revista angolana *Mensagem* (1951-1952)

Karina Helena Ramos
E-mail: hr.karina@gmail.com

"E há palavras que só alguns de nós podemos ouvir. No texto escrito posso liquidar este código aglutinador. Outra arma secreta para combater o outro e impedir que ele me descodifique para depois me destruir."
Rui, Manuel. Fragmento de ensaio.

Resumo: Embebida pela lógica do projeto do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola (MNIA), a revista *Mensagem* serviu como instrumento de luta contra a imagem do negro angolano reificado construída pela literatura e ideologia colonial salazarista. Este artigo tem como objetivo refletir sobre o exercício de descolonização do saber proposto por Mário Pinto de Andrade, um dos colaboradores de *Mensagem* e responsável pela seção fixa intitulada "Questões de linguística Bantu".

Palavras-chave: Revista *Mensagem*; literatura; linguística; Mário Pinto de Andrade.

***

Responsabilidade do departamento de cultura da Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA)[1], a revista literária angolana intitulada "*Mensagem – A Voz dos Naturais de Angola*" (1951-1952) contou com a colaboração de intelectuais de renome no cenário africano, tais como Viriato da Cruz, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Alda Lara, António Jacinto, Óscar Ribas, Mário António Fernandes de Oliveira, José Craveirinha, Bandeira Duarte, António Neto, Noémia de Sousa, José Mensurado, Ermelinda Pereira Xavier, Eduardo Castelbranco, entre outros.

Engendrada em uma das encruzilhadas da trajetória colonial, cada entrega de *Mensagem*, *a priori*, de periodicidade trimestral, girava em torno de 15 páginas e, conquanto – em virtude das deficiências tipográficas de Angola – editada e impressa em Lisboa, era genuinamente produzida em terras africanas. Apesar de seu precipitado encerramento por força da censura oficial, o nível do material publicado é delator da fecunda atividade de seus colaboradores que, em tom enaltecedor, consideravam-na o "marco iniciador de uma Cultura Nova, de Angola e por Angola, fundamentalmente angolana, que os jóvens da nossa Terra estão construindo" [2], tal como declarado em um de seus editoriais. Identificada como fundamental no processo de racionalização da identidade cultural angolana (SERRANO, 2002), podemos previamente afirmar que *Mensagem* esteve orientada pelas propostas de um projeto literário libertador, cuja premissa capital seria revelar "uma angolanidade subjacente" (BATSÎKAMA, 2013).

Dada a conjuntura colonial, a análise de Rita Chaves (2005) nos atenta em relação à amplitude da inerente política de alienação da empresa colonial em Angola e para o fato de ter sido sentida não apenas pelo campo econômico e político, mas conjuntamente pelo sócio-cultural, arraigando-se através de uma agressão material e simbólica. Neste sentido, compreende-se a lógica da literatura colonial desenvolvida a partir dos anos 20 em reproduzir um repertório de caricaturas coloniais cujas representações simbólicas pretendiam desmantelar movimentos contestatórios.

---

1 Fruto do associativismo nativista do final do século XIX, a Associação dos Naturais de Angola, herdeira do Grêmio Africano de 1914, foi fundada em 1930, funcionando como um espaço de sociabilidade dos intelectuais da época.

2 *Mensagem – A Voz dos Naturais de Angola*, Luanda, ano 1, julho/1951, nº 1, p. 2.

Perante essa cultura "madrasta", os futuros intelectuais que iriam descobrir Angola no final da década de 1940 decidiram recobrar a memória coletiva e materializá-la perante a inconsciência de si. A revogação por reconhecimento, Letra a Letra, pretendia depor as caricaturas forjadas pelo sistema político-cultural vigente. Sobre este aspecto, é válida a colaboração de Charles Taylor (1994), segundo a qual a construção da noção de identidade, obrigatoriamente, se dá sob uma atmosfera dialógica, em que o reconhecimento ou a sua ausência funcionam como alavanca para a tomada de consciência de si, garantindo a existência da alteridade. Esta assertiva, sob o contexto angolano, nos leva a compreender a relevância para aquela geração [3] da busca por identidade.
Alheio apenas ao exotismo colonialista, o movimento foi resultante de uma combinatória cultural que desvelou as tonalidades de Angola, absorvendo características das diferentes realidades culturais sob o prisma do processo histórico angolano. Como movimento transformador, assumiu o papel de agente ativo na construção da via sincrética, oferecendo uma proposta de revitalização cultural.
Foi embebido pela lógica do MNIA que o projeto da revista *Mensagem* pretendeu revogar a condição imposta pelo colonialismo e posicionar-se contrária a qualquer manifestação de espoliação. Ao resistir à diluição de sua identidade cultural em um momento de reorientação do discurso oficial, *Mensagem* dedicou-se a construção de uma literatura autônoma, pretendendo a inversão da imagem do negro reificado por uma do homem angolano que resiste e existe.
Diante disto, é identificável a tônica afirmativa que permeou os objetivos traçados por *Mensagem*, dos quais destacamos: a realização de concursos literários bienais; empreender a alfabetização das massas; o patrocínio de atividades que contribuam com a proposta do periódico; arquitetar um futuro Museu de Arte Indígena; destacar as artes plásticas angolanas; realizar saraus literário-artísticos-culturais; entre outros. Neste sentido, é válido ressaltar as especificidades da estrutura do periódico que, entre poemas e contos dispersos, apresenta as seguintes seções fixas: "Panorama", espaço dedicado às produções culturais angolanas de destaque; e "Intercâmbio", em que são divulgados trabalhos dos demais países africanos; "Iniciações", em que são divulgados os trabalhos de jovens angolanos; e "Questões de linguística Bantu", dedicada às continuidades e descontinuidades do estudo linguístico *bantu*[4].
Um mensageiro e um bantuísta
Não haveria de ser outro senão Mário Pinto de Andrade o colaborador permanente de *Mensagem* a desenvolver uma análise metodológica e politicamente mais pontual sobre o estado atual do *kimbundu*, língua proeminente da província de Angola. Nascido em 1928, no Golungo-Alto, Kwanza Norte, Andrade apresentou um trabalho intelectual com envergadura destacável. Intelectual dedicado às questões políticas fez, foi aquele que fez uso das Letras como instrumento e solução da doutrina de assimilação espiritual empreendida pelo domínio colonial português. Neste sentido, atento às entraves da tomada de consciência nacional dos angolanos – e não por acaso fora reconhecido como precursor do moderno nacionalismo africano nos PALOP –, propôs a ruptura com os preceitos da literatura portuguesa como premissa para a construção de uma identidade nacional genuinamente angolana.
Tido como teórico da angolanidade por uma gama de estudiosos dedicados à sua trajetória, Andrade foi autor de inúmeras antologias, dentre as quais destacamos o Caderno de poesia negra de expressão portuguesa publicado em 1953 e, cinco anos mais tarde, a Antologia de poesia negra de expressão portuguesa. Com

---

3 O conceito de geração pressupõe determinadas evidências, tais como: data de nascimento; a criação de uma linguagem própria; um representante em comum; o compartilhar de uma mesma experiência histórica, entre outras. A multiplicidade de definições do conceito se deve a sua plasticidade.
Esquivando-nos de fórmulas numéricas, aqui adotamos a denominação "geração de *Mensagem*" ou "os mensageiros" para caracterizar os intelectuais atuantes no recorte temporal da pesquisa, uma vez que nem todos os membros do MNIA colaboraram em *Mensagem*. Pela presença de intelectuais da geração anterior com colaboradores do periódico, configuramos a revista *Mensagem* como marco fundador desse agrupamento, corroborando com a teorização proposta por Sirinelli. Cf. SIRINELLI, Jean-François. (1998), "Elogio da complexidade". In RIOUX, JeanPierre & SIRINELLI, Jean-François (dir.). Para uma história cultural. Trad. Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa.

4 Diferentemente do se possa vir a pensar, *bantu* não prediz uma etnia, mas um tronco linguístico. *Grosso modo*, sua tradução significaria "muitos povos" (ba+ntus).

atitudes que extravasaram a textual, em 1951 fundou o Centro de Estudos Africanos (CEA) em Portugal, no qual participaram intelectuais também atuantes em *Mensagem*, com isso ampliando as redes de sociabilidade que lhe possibilitaram, anos mais tarde, vir a ser fundador e primeiro presidente do Movimento de Popular de Libertação de Angola (MPLA).

Diante disto, ininteligível não seria o fato de sua reivindicação cultural permear a esfera política e incoerente não seria tampouco que elaborasse um discurso peremptório à ideologia colonialista. Neste sentido, torna-se significativa a maneira através da qual Andrade engendrou uma das seções mais acadêmicas e extensas da revista *Mensagem*, a já referida "Questões de linguística Bantu".

Perante o crescente espaço conquistado pelos estudos da linguística *bantu*, a seção é fruto de uma análise sistemática acerca das línguas do referido grupo com o efeito de promover uma reflexão acerca do estado do *kimbundu*, língua da província de Angola. A imprescindibilidade do tema, para Andrade, se confirma dada a precariedade dos estudos sobre determinadas línguas da série *bantu* e, no caso, a prioridade sobre o *kimbundu* é garantida não apenas por seu amplo reconhecimento, mas também por ser estruturalmente a língua proeminente no grupamento selecionado.

Para tal, a partir de reflexões teóricas particulares sobre um inventário específico de obras, Andrade desenvolve questionamentos que conjugam análise linguística e crítica ideológica.

(Re) Ortografando a realidade

Ao defender a importância dos estudos bantuístas, Andrade inicia sua revisão a partir da classificação das línguas *bantu* realizada pelo padre jesuíta J. Torrend. Este, ao refutar o trabalho do linguista alemão Bleek por sua inapropriedade sobre as conclusões de Robert Needham Cust, propõe um método que, *a priori*, superaria aquele baseado em uma mera perspectiva geográfica.

O trecho selecionado por Andrade revela, no entanto, uma generalização simplista da nomenclatura do grupo étnico *Ambundu*[5] e, por consequência, uma imprecisão da língua por ele empregada, o *kimbundu*. Andrade adverte a deficiência terminológica reproduzida ao longo de toda a obra torrendiana, embora este tenha relutado em corroborar com a frivolidade das traduções realizadas na colônia portuguesa, segundo as quais o termo *Ambundu* teria sido traduzido como "os invasores". No entanto, alega Andrade, a suposta prudência de Torrend não impugnou a propagação das traduções coloniais do termo *unbundu* como "os pretos".

Avaliando o método adotado por este último, Andrade aponta ainda algumas outras deficiências. Baseando-se em relatos de viagem de informantes como Livinstone e Holub, Torrend esboçou a tentativa de definir o que viria a ser o termo *nbundu*, advertindo ser "um termo genérico aplicado a muitas tribus diferentes" [6]. De acordo com o padre jesuíta, "unbundu proper" pressupunha uma nação localizada à margem ocidental do Zambezi, cuja sede seria Kuandu. A clara ausência de dados históricos para atestar a localização dos povos *Ambundu* é categoricamente refutada pelo ensaísta e historiador angolano. Outrossim, por obedecer apenas a uma propagação geográfica, a diferença de localização apontada pelos supracitados informantes conferiu uma imprecisão terminológica não devidamente retificada por Torrend.

É com certo incômodo que Andrade declara a notoriedade da sucessão não apenas de tolos equívocos em torno do termo *nbundu* mas, fundamentalmente, de análises não historicizadas ao longo das diversas obras inventariadas. O linguista italiano Alfredo Trombetti, na senda do filólogo alemão Franz Nicolaus Frick – cuja classificação genealógica lhe parecia exemplar –, além de perpetrar as mesmas incorreções, efetua uma análise fonológica e morfológica vacilante, sendo refutada por Andrade. Obedecendo a este sistemático e reducionista complexo de conhecimento sobre o *kimbundu*, o estudo produzido por outro linguista Albert Drexel – apesar de sustentar-se sobre uma base cientifica sólida – posiciona-se entre a linguística e a etnografia. A interface proposta viria a demonstrar a relação entre famílias de línguas africanas e culturas a fim de, claro, classificá-las. Infeliz, assevera Andrade, o trabalho conferiu ínfimo peso às questões culturais. Infelicidade esta só não supe-

5 Um dos grupos etnolinguísticos de Angola.

6 *Mensagem – A Voz dos Naturais de Angola*, Luanda, ano 1, julho/1951, nº 1, p. 6

rável pelo fato do estudo de um linguista ter se demonstrado incapaz em diferenciar uma língua de um dialeto. A análise realizada por Andrade, cujo recorte temporal impressionantemente pretendeu compreender os séculos XVII e XX, não negligenciaria o dicionário elaborado pelo missionário Bernardo Maria de Cannecattim. Vale ressaltar que esta produção fora instrumento e produto irrefutáveis da virada estratégica do processo de colonização portuguesa e marco na relação entre africanos e os agentes direta e indiretamente ligados ao tráfico negreiro. A mudança de postura com relação ao conhecimento da "língua geral" permitiu que, não mais dependentes dos intérpretes africanos, os portugueses pudessem otimizar a administração do comércio negreiro e, de antemão, solidificar o processo de edificação social.[7]

Para além dos contornos políticos, a produção de um dicionário prediz, sim, a produção de um instrumento tecnológico, mas também de um artefato cultural dotado de uma finalidade. Finalidade esta que, segundo Andrade, resumia-se, pela unilateral preocupação com regras elementares, a um conhecimento meramente prático. Embora tenha apresentado um esboço da história das origens do *kimbundu*, o conhecimento de causa por ventura dos 21 anos de convivência entre os povos *Ambundu*, segundo Andrade, não garantiu a Cannecattim o mérito suficiente para considerar-se, de maneira arrogante, o primeiro a tratar os aspectos gramaticais da, pejorativamente e por ele denominada, língua "bunda".

Afiliado à obra de Cannecattim, também o estudo elaborado por Saturnino de Sousa e Manuel Francina são consequentemente refutadas por Andrade, uma vez que reproduzem as mesmas incongruências também advindas da obra de Nicolau d'Agua Rosada. Embora a denominação cannecattimiana "língua bunda" tenha sido superada nessa obra, para além de equiparar o *kimbundu* a outras indiscriminadas 67 línguas africanas, Sousa e Francina se equivocam em afirmar que a "língua nbundu" seria uma derivação da língua geral desenvolvida no antigo Reino do Congo. Diante dessa afirmação sem fundamentação histórica, o *kimbundu* seria uma língua primitiva, *quizás*, um simples dialeto, descaracterizando qualquer possibilidade de originalidade.

A primazia da "língua nbundu" torna-se, de acordo com essas afirmações, ilegítima dado que é compreendida como uma derivação da língua de raiz congolense. Diante do exposto, depreende-se uma classificação linguística cujo critério é permeável pelas determinações do poder, haja vista a dimensão das estruturas de poder encontradas naquele antigo reino. Andrade sublinha a lógica simplista de tais autores na suposição de uma única estrutura para todas as línguas *bantu*, tal como se a compreensão do espírito de uma anulasse as particularidades inerentes a qualquer outra. A necessária desnaturalização da noção de unidade pelo domínio político, em Andrade, indica a neutralização das diferentes representações identitárias que as diferentes matrizes linguísticas viriam a traduzir.

De acordo com o autor, o trabalho de um bantuísta demanda cautela e método apropriado para que se legitime com categoria a cientificidade e vernaculidade do estudo comparado das principais línguas do grupo *bantu*. É justamente por esta razão que refuta a precipitação do trabalho realizado pelo padre Domingos Vieira Baião, cuja preocupação se resumira a classificar que língua seria mais ou menos importante no grupamento linguístico em questão, sem a devida e mais básica atenção, por exemplo, às classes nominais.

Não obstante todas as críticas já apontadas, Andrade atenta para um reincidente mecanismo de análise expressamente condenável. Presente desde a primeira tentativa de gramática do *kimbundu* efetuada pelo padre Pedro Dias, membro da Companhia de Jesus a fins do século XVII, a utilização de expressões latinas e a decorrente comparação entre o latim e o *kimbundu* são, para Andrade, despropositadas. A censura à miscelânea das supostas relações do *kimbundu* com línguas clássicas e, há de se pontuar, também com as línguas semíticas é defensável dado que, segundo Andrade, não haveria relação entre tais matrizes, absolutamente. Vale destacar: "[...] alguns aventam hipóteses de relações do *kimbundu* com as línguas clássicas e semíticas. Ora, se de facto há um interesse imediato na elaboração destas gramáticas, não é destituída de razão a defesa da língua, de sua história" [8].

---

7 São inúmeros os trabalhos debruçados sobre esta problemática. A título de exemplo, Cf. MARIANI, Bethania. (2011), "Língua, colonização e revolução: discurso político sobre as línguas em Moçambique" In *Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana*, UFF, 4 (7).

8 *Mensagem – A Voz dos Naturais de Angola*, Luanda, ano 1, julho/1951, nº 1, p. 6.

O trecho e as críticas exaltadas por Andrade demonstram que o estudo da língua do colonizado era construído a partir de um referencial latino. E, quando não por um referencial europeu, era comparado ainda às línguas semíticas. De acordo com a primeira hipótese, a estrutura de pensamento própria do *kimbundu*, portanto, seria desconsiderada e suplantada pela lógica da língua do colonizador. A linguagem, aqui compreendida como representação, reproduziria valores exógenos que dissolveriam inclusive as especificidades históricas e sociais que dela advém. A segunda hipótese, além dessas mesmas incongruências, ainda apresenta o agravante de equiparar o *kimbundu* à uma língua que, consonante determinados filólogos eruditos, representaria uma forma estável de decadência cultural (SAID, 2001: 149).

Dissonante com as reiteradas incorreções e a fim de rebatê-las, Andrade revela o valor dos estudos realizados pelo missionário e etnólogo suíço Héli Chatelain. O conjunto da obra deste é, segundo Andrade, bem fundamentado e hábil em reestabelecer a dignidade ao *kimbundu*, livrando-o das incongruências terminológicas anteriores. Diferentemente do realizado por Drexel, o trabalho etnográfico de Chatelain, alheio à categorias raciais, propôs uma classificação etnográfica dos povos *Ambundu* completa, de acordo com Andrade: "[...] dentro de sua época, não sei de outra mais completa. Os limites dos distritos nessa divisão coincidem até certo ponto com os das nações que constituem população nativa da província."[9] Além da excelência etnográfica, Andrade ressalta o trabalho de Chatelain como folclorista, destacando o comentário deste acerca do gênero: "Yet as soon as we intelligently and persistently searched for it that literature revealed itself to us in amusing luxuriance"[10].

Na senda deste trabalho de demonstração da vernaculidade do *kimbundu*, Andrade glorifica o contributo do angolano Joaquim da Matta, considerado "pai da literatura angolana". Elogiado por Chatelain pela postura afirmativa no tratamento da literatura nacional, Matta foi o autor que, partindo de uma visão endógena, elaborou o primeiro ensaio de dicionário *kimbundu*-português e, neste sentido, é considerado por Andrade o mais autorizado quimbundista de sua época. Membro da mesma geração de intelectuais angolanos de Matta, António Assis Junior produz, após estudar *kimbundu* na Escola Superior Colonial, um dicionário destacável por Andrade. Embora, tal como Matta, Assis Junior expresse uma ideologia característica dos assimilados, era considerado um nacionalista assumido contra a espoliação colonial e, não por acaso, a busca por um lastro africano permeou, de maneira historicizada, a questão linguística de Angola ao longo de suas obras, todas expressamente furtivas à literatura colonial. Afirmativamente, Andrade destaca diferentes possibilidades de produção de saberes capazes de reinventar a realidade. Não à toa, se afilia às palavras de M. A. Cunha, retiradas do prefácio à gramática de José Lourenço Tavares: "[...]esse trabalho será consagrado [...] e constituirá motivo de justificado orgulho para os que nele puserem mãos animosas e eficazes"[11].

No sentido de indicar novos caminhos, sublinha a existência de obras como as dos brasileiros Renato Mendonça e Jacques Raimundo que, corroborando com a ideia de um fluxo não linear de hibridismo cultural, brindaram a noção de africanos como agentes sociais na expansão da língua portuguesa haja vista a influência do *kimbundu* e do iorubá na caracterização do português brasileiro.

Embrenhado em fomentar produções que supram, com o devido rigor, a lacuna nos estudos linguísticos *bantu*, especificamente os concernentes ao *kimbundu*, Andrade, atento ao desvelar da historicidade e aos diferentes elementos gramaticais, oferece uma orientação metodológica aplicável. Aplicabilidade essa que, não somente contribuiria com um estudo afirmativo e profícuo da língua em destaque, mas que permitiria a sobrevivência de uma literatura nacional "escrita, sã, cheia de vida e filosofia" [12].

Um mensageiro bantuísta perante o sumidouro do espelho

Anacrônico seria supor que o discurso de Mário Pinto de Andrade estaria consciente da teorização acerca do orientalismo de Edward Said. No entanto, uma análise baseada no arcabouço teórico de Said torna-se cabível se partimos do entendimento de uma África – mais especificamente Angola – contraposta à hegemonia ociden-

---

9 *Mensagem – A Voz dos Naturais de Angola*, Luanda, ano 2, out/1952, nº 2-4, p. 32.

10 *Mensagem – A Voz dos Naturais de Angola*, Luanda, ano 2, out/1952, nº 2-4, p. 32.

11 *Mensagem – A Voz dos Naturais de Angola*, Luanda, ano 2, out/1952, nº 2-4, p. 32.

12 *Mensagem – A Voz dos Naturais de Angola*, Luanda, ano 2, out/1952, nº 2-4, p.3 2.

tal.[13] Neste sentido, o exame imaginativo do Outro africano pode ser apreendido a partir de uma consciência europeia soberana. Devidamente identificada e refutada por Andrade, essa geopolítica do saber fora verificada através da maneira pela qual foram elaborados os estudos linguísticos inventariados pelo ensaísta e historiador angolano.

Antes de nos ater à análise do discurso andradiano à luz dos pressupostos orientalistas destrinchados por Said, é válido aclarar que a linguística e a filologia – braços do campo cultural – funcionam como esferas do poder intelectual com o qual o discurso orientalista se veicula e vincula. Este intercâmbio entre esferas de poder possibilita uma análise coerente do imperialismo e de sua cultura, embasada, sobretudo, pela noção de intertextualidade (POCOCK, 2003). Destarte, alcançar tanto a retórica quanto o *locus* social e político daquele que se pretende conhecedor das "coisas do Oriente" torna-se fundamental para a apreensão da abordagem e dominação sobre o Outro.

Assimilada essa significativa interface, a cultura torna-se suficientemente dinâmica para romper com a passividade da "superestrutura" e manifesta-se como um meio catalisador no qual está imerso o orientalismo, isto é, um sistema de conhecimento ocidental sobre o Oriente. Said adverte que este sistema deve ser percebido como uma "distribuição de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e filológicos, é uma elaboração [...]" (SAID, 2001: 24). Dotado de solidez, e não um mero produto fantasioso, o discurso que dele advém pressupõe "um corpo criado de teoria e prática em que houve, por muitas gerações, um considerável investimento material" (SAID, 2001: 24). Dito isto e tendo-o compreendido como chave para a realização de uma análise, é investido de cientificidade que o sentido de poder legitima tanto a filologia quanto a linguística dele oriunda como instrumentos de força (SAID, 2001: 56). E é justamente esse sentido de poder o apreendido pela análise metodológica realizada por Mário Pinto de Andrade.

A análise andradiana dos métodos aplicados nas obras sobre linguística *bantu* permite entrever as diferentes e inerentes características da projeção do orientalismo enquanto discurso. Neste sentido, percebe-se como o campo linguístico africano fora orientalizado e horizontalizado sobre estruturas dominantes, dado que fora submetido aos preceitos de um sistemático exercício de dominação cultural (SAID, 2001: 51). Essa horizontalização, haja vista o diálogo presente entre as mais diversas obras inventariadas por Andrade, diz respeito ao investimento material do orientalismo enquanto sistema fechado (said, 2001: 32). Esse arcabouço teórico configura-se como, segundo Said, um complexo de "textos verdadeiros", cujo conteúdo e forma evidenciam as representações forjadas pelo discurso orientalista. Deste modo, atenta Said, é a partir de uma "exterioridade" que se pode apreender a retórica, a imagética, a narrativa e as circunstâncias políticas, históricas e sociais dialógicas com as instituições, valores e convenções determinantes e determinadas pela "hegemonia das minorias possuidoras" (SAID, 2001: 107).

Essas determinações são alinhavadas por um tom de imposição característico da vanguarda orientalista a fim de, por indiscutíveis razões, lhe garantir força. Concernente a esta autoridade, Said assevera que ela é:

> instrumental, é persuasiva; tem posição, estabelece padrões de gosto e valor; é virtualmente indistinguível de ceras ideias que dignifica como verdadeiras e das tradições, percepções e juízos que forma, transmite, reproduz. (SAID, 2001: 31)

Neste sentido, por se tratar de um intelectual vinculado a um discurso protonacionalista e libertário, Andrade identifica e refuta essa incidência discursiva não apenas pela vibração do tom opressor, mas porque evidencia um conhecimento infundado que pretende unicamente do-minar.

Refutada por Andrade, essa autoridade esquemática – garantida pelo conhecimento de causa, por exemplo – faz-se presente para conferir aos textos verdadeiros uma prevalência textual, *a priori*, incontestável. Demonstração categórica desse comportamento textual encontra-se no discurso elaborado pelo capuchinho Cannecattim, cujo ponto nuclear parte dos seus 21 anos de convivência entre os povos *Ambundu*. O dicionário por ele elaborado, instrumental de conquistas políticas, é exemplo claro de uma obra que dignificou "todo o conhecimento

---

13 Embora axiomático, a esta altura da análise é válido frisar que o Oriente de que falamos compreende a África em seu conjunto, dado que, de acordo com Said, Oriente "passa a ser uma noção administrativa ou executiva e a estar subordinada a fatores demográficos, econômicos e sociológicos". Destarte, o africano, logo, o angolano submetido ao jugo colonial nada poderia ser senão um membro de uma raça subjugada, um "habitante de uma região geográfica".

recolhido durante a ocupação colonial com o título de 'contribuição à erudição moderna', quando os nativos não haviam sido nem consultados nem tratados como qualquer coisa além de pretextos para um texto cuja utilidade não se dirigia aos nativos" (SAID, 2001: 94).

Contraposto a esta atitude, Andrade indica como solução a valorização da língua autóctone como um dos meios de ruptura com a homogeneização da cultura produzida pela geografia imaginativa que se colocara a serviço da hegemonia interna. Destarte, o material analisado por Andrade lhe permitiu entrever um método que pretendia tornar "cada detalhe observável uma generalização e de generalização uma lei imutável sobre a natureza, temperamento, mentalidade, costume ou tipo orientais" (SAID, 2001: 95). Isto é, uma característica fundamental do discurso orientalista.

A própria estrutura da chamada 'nova filologia', cujos eixos incluem gramática comparativa e classificação em famílias, corroborou com a reincidência dessas generalizações tributárias de um conhecimento utilitarista. A estrutura comparativa assinalada por Andrade – haja vista a declarada confabulação entre as diferentes obras inventariadas, servira metodologicamente como garantia de um julgamento e manipulação por meio de um "confuso amálgama de imprecisão imperial e de atenção aos detalhes" (SAID, 2001: 61). Conforme a apropriação geográfica buscava assimilar culturas e etnias de modo invariável – identificando *Ambundu* como "os pretos" e pressupondo uma estrutura horizontal entre 67 línguas do continente africano –, os atos de fala acerca das línguas do grupo *bantu* transparecem falas de poder que incitam a homogeneização não apenas de uma língua, mas de uma cultura Outra.

Neste sentido, da refuta de Andrade às recorrentes analogias com as línguas latinas e semíticas pode depreender-se uma recusa à uma processo didático de conversão, de domínio. Além do recurso comparativo, é permissivo a um processo de "catequização" o exercício mental repetitivo de imagens que simbolizam uma determinada entidade – no caso, o orientalismo –, sempre a serviço de um enquadramento que busca, no final das contas, cercear qualquer indício de originalidade subjacente na língua e cultura do Outro colonizado.

Este controle a partir de um conhecimento sistemático diametralmente elaborado demanda a manipulação não apenas da variante espaço, mas também da variante tempo. A presença de dados históricos como forma de legitimar os estudos dos linguistas e filólogos inventariados configurou-se como exigência fulcral reiterada por Andrade ao longo de sua análise. De acordo com o ensaísta angolano, excetuando-se a obra do missionário suíço Chatelain, o fraco historicismo é uma das pedras angulares dos estudos por ele inventariados. A não temporalidade funcionara, portanto, como lacunas e, mais, como meio para linguistas e filólogos, imperialmente, conceberem o Outro.

Considerações finais

A sensibilidade dos anos 50 em Angola brindou reflexões às produções intelectuais que, através de diferentes perspectivas, vieram a demonstrar reproche para com a "superestrutura" a partir da qual o país era orientado. Em *Mensagem*, fruto da demanda por centros espirituais debatedores, é observável uma militância indireta exercida através dos discursos produzidos por seus colaboradores. A consonância com esses atos de fala "literariamente" engajados pôde ser encontrada na seção analisada neste artigo.

A ruptura do "silêncio oriental" representado pelo discurso libertário andradiano pode ser compreendida como produto de inflexões históricas ao longo do século XX e de uma Angola que demandava esquivar-se do jugo salazarista. Neste sentido, torna-se inteligível a virada e tomada de consciência efetuada pelos intelectuais contemporâneos em direção à realidade, "mais confiantes e talvez ligeiramente agressivos" (SAID, 2001: 118). E, perante os atos de fala de Andrade, portanto, os angolanos não teriam mais que "funcionar com esperanças de obter um veredicto favorável do invisível júri do Ocidente. O diálogo deles não é com o Ocidente, mas com seus concidadãos" (SAID, 2001: 118).

Destarte, no decorrer dos números publicados, a seção comandada por Andrade procurou destrinchar as metodologias aplicadas aos estudos linguísticos africanos a fim de propor uma atitude epistemológica capaz de reverter os paradigmas eurocêntricos de análise. Muito embora a continuidade das reflexões acerca das questões linguísticas *bantu*, por ventura do precoce encerramento da revista *Mensagem*, não pôde ser verificada, o

lance[14] andradiano pretendeu incitar a busca por elementos específicos da cultura de seu país que permitissem, em meio a um processo de revitalização cultural, a construção, e mais, a definitiva emersão da almejada angolanidade.

Referências bibliográficas

BATSÎKAMA, Patrício. "Leitura antropológica sobre angolanidade". *SANKOFA: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora africana*, 11. Disponível em https://sites.google.com/site/revistasankofa/sankofa-11/leitura-antropologica-sobre-angolanidade [Consultado em: 10-8-2013]

CHAVES, Rita. (2005), *Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários*. São Paulo: Ateliê Editorial.

MARIANI, Bethania. (2011), "Língua, colonização e revolução: discurso político sobre as línguas em Moçambique", In *Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana*, 7.

POCOCK, J. A. (2003), *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP.

SAID, Edward. (2001), *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras.

SERRANO, Carlos M. H. (2002), *Angola: a geração de 50, os jovens intelectuais e a raiz das coisas*. In Caniato, Benilde Justo e Miné, Elza. (Org.). *Abrindo caminhos: homenagem a Maria Aparecida Santilli*. São Paulo: FFLCH/USP.

SIRINELLI, Jean-François. (1998), *Elogio da complexidade*. In: RIOUX, JeanPierre & SIRINELLI, Jean-François (dir.). *Para uma história cultural*. Trad. Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa.

SKINNER, Quentin. (1996), *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia das Letras.

TAYLOR, Charles; *et al*. (1994), *Multiculturalisme. Différence et démocratie*. Paris: Flammarion.

WHEELER, Douglas & PELESSIÉR, René. (2009), *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China.

14 A categoria pocockiana de *lance* fundamenta a noção de que um ato de fala enunciado por um autor ou grupo visa alterar o contexto linguístico convencional, revelando ao historiador o que o autor ou grupo estava fazendo no momento de sua enunciação. A especificidade deste lance é determinada pela necessidade contextual de seus emissores, por seu *locus* social, político, intelectual.

Memórias Coloniais na Fotografia de Ricardo Rangel

Bruna Triana[1]
brutriana@gmail.com

Resumo: Este trabalho apresenta uma análise sobre a produção fotográfica de Ricardo Rangel (1924-2009) entre os anos de 1955 e 1970, no contexto de luta de independência em Moçambique. Tendo atuado como fotojornalista, sobretudo, em Maputo, Rangel produziu imagens que conseguiram entrelaçar denúncia social, engajamento político e composição poética, o que o tornou referência no campo da fotografia moçambicana. Assim, o pano de fundo que une as imagens recortadas para este exame é o sistema colonial português e a luta armada de libertação – bem como a efervescência cultural, o processo de modernização urbana e as rupturas políticas pelos quais passava a capital moçambicana. O objetivo é compreender a especificidade de seu olhar e alguns dos recursos narrativos utilizados por Rangel para tematizar a violência intrínseca ao colonialismo, o processo de independência e as transformações da sociedade nesse período.

Palavras-Chave: Ricardo Rangel; Fotojornalismo; Moçambique; Colonialismo; Memória.

1. Introdução

No período colonial em Moçambique, em especial quando os conflitos pela independência mais se acirraram, é possível observar a constituição de uma série de contranarrativas importantes para a memória social do país, que questionou as narrativas hegemônicas e oficiais do império português além-mar. Um nome que ocupa posição de destaque nesse período é o de Ricardo Rangel (1924-2009), fotógrafo moçambicano que quis problematizar em suas obras os conflitos e paradoxos gerados pela colonização portuguesa tardia. Este trabalho pretende analisar algumas das especificidades de seu olhar e dos recursos narrativos utilizados por Rangel para tematizar a violência intrínseca ao colonialismo, o processo conflituoso de libertação e as intensas transformações por que passava aquele país.

Tendo atuado como fotojornalista, Rangel fotografou os mais variados espaços urbanos de Maputo (até 1976, Lourenço Marques), capital de Moçambique, descortinando suas desigualdades e dando vida a personagens cotidianos da cidade, a maioria estigmatizada pela pele negra em meio ao colonialismo branco. Ele conseguiu compor, assim, uma obra que entrelaçou denúncia social, engajamento político e composição poética, o que o tornou referência no universo fotográfico moçambicano, na medida em que alcançou ângulos e perspectivas que iluminaram momentos ímpares da colonização.

Ricardo Rangel foi contemporâneo do processo de apropriação da fotografia como instrumento de construção de um *outro* "real", manejando a câmera para (re)construir uma memória na contramão da inteligibilidade colonial (FIRSTENBERG, 2001). Começou atuando como auxiliar num estúdio fotográfico, em meados dos anos 1940, na então Lourenço Marques. Em 1952, foi contratado pelo *Notícias da Tarde*, sendo o primeiro não branco a trabalhar para um periódico do país. Sua consolidação profissional pode ser sintetizada neste período (1950-1970), quando passou por jornais importantes, como *A Tribuna* e *Diário de Moçambique*. Em 1970, juntou-se a amigos jornalistas e fotógrafos (Kok Nam e Armindo Afonso) para fundar o semanário *O Tempo*, que agiu como publicação de oposição ao governo colonial, sendo alvo de constantes censuras. Na década de 1980, fundou o Centro de Documentação e Formação Fotográfica (CDFF) e a Associação Fotográfica

---

1 Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (PPGAS-USP), onde pesquisa a produção fotográfica de Ricardo Rangel. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina e mestre em Antropologia Social pela USP, com dissertação que analisa a obra *Trilogia das Cores*, do diretor polonês Krzysztof Kieślowski, articulando os filmes com as questões da experiência, mimesis e narração no cinema, bem como com equações éticas, políticas e históricas. Atualmente, é pesquisadora associada ao Grupo de Antropologia Visual (GRAVI).

Moçambicana (AFM), locais onde se encontra seu acervo com cerca de 400 mil fotogramas (SORRINI, 2013). Faleceu em 2009, em Maputo, tendo um funeral com honras de Estado e ao som de Charlie Parker, tal qual desejara.

Com base nesse breve contexto, o objetivo central deste ensaio é refletir sobre algumas imagens que compõem a produção fotográfica de Rangel, entre 1955 e 1975, tendo como eixos sua condição de militante anticolonial, seu pioneirismo e inventividade na prática do fotojornalismo e os aspectos memorialísticos – mormente, do sistema colonial, mas, também, do espaço urbano que sofria intensas transformações sociais e culturais – presentes em sua obra. O recorte temporal abarca a luta anticolonial e de libertação em Moçambique, que culminou em sua independência, em 25 de junho de 1975, período de maior produção de Rangel, devido à sua passagem pelos principais jornais e periódicos do país. Nessa medida, gostaria de apreender, de um lado, alguns dos mecanismos narrativos e poéticos usados por ele para compor uma *experiência fotográfica*, um olhar acurado sobre os grupos sociais marginais e desviantes da sociedade moçambicana, e, de outro, certos aspectos sociais e políticos que suas fotografias revelam, em especial, sobre o panorama urbano em mudança e o universo cultural e boêmio da capital em meio ao processo de independência.

Pretende-se analisar, então, a produção de Rangel sob o prisma da construção de uma experiência e de uma memória fotográfica. Para tanto, volto o olhar para uma produção artística bastante singular do artista, a fim de vislumbrar os cruzamentos e as relações entre a narrativa fotográfica e a análise antropológica, pensando a mediação da produção de Rangel, suas formas e potências, a partir das noções de experiência e memória.

Contudo, sendo este um objeto que dialoga com vários eixos analíticos, como a antropologia visual, os usos da fotografia, os estudos do colonialismo português além-mar e da construção da memória, é preciso movimentar questões que tangenciam tanto a história recente de Moçambique quanto a produção de Rangel. Por isso, a seguir, exploro brevemente uma proposta de referencial que, no limite, compõe o objeto, destacando leituras que discutiram o uso da fotografia na antropologia e, logo depois, o sistema colonial em Moçambique – sempre mediadas pela obra de Rangel.

2. Antropologia Visual: a fotografia

As aproximações entre antropologia e imagem – abarcando, aqui, a fotografia, o cinema e as novas mídias – já foram pensadas por muitos autores contemporâneos. Em relação à fotografia, podemos citar: Caiuby-Novaes (2008; 2009), Frehse (2005), MacDougall (2006), Mendonça (2005), Mitchell (2002), Moreira Leite (1998; 1999), Samain (2000; 2004), Tacca (2001; 2007), entre outros. Dessas análises, cabe destacar que tanto a antropologia quanto a fotografia e o cinema surgiram em fins do século XIX, auge do colonialismo; ou seja, essas tecnologias se desenvolveram no campo antropológico por intermédio de um olhar específico sobre o outro, tomado, quase sempre, como exótico. No entanto, embora as imagens, inicialmente, tenham se configurado como instrumentos acessórios ao trabalho etnográfico e, em seguida, como campo estimulante para a reflexão antropológica, as relações entre antropologia e imagens demoraram a consolidar-se.

Samain (2004) mostra como, a partir da experiência de Mead e Batenson, nos anos 1930, em Bali, a fotografia e os filmes passaram a receber visibilidade na etnografia, sendo acompanhados de análises teóricas, numa imbricação dialética entre escrita e imagem. Paulatinamente, a antropologia visual foi se consolidando e o olhar antropológico foi se debruçando sobre as artes visuais, a fim de procurar novas formas de pensar e expressar as experiências de campo, bem como refletir o estatuto da imagem, sua construção e possibilidades epistemológicas (MACDOUGALL, 2006).

Problematizando o entrelaçamento entre texto e imagem, Caiuby-Novaes (2008: 463) acrescenta que uma das principais diferenças nessa relação, "em termos de produção do conhecimento antropológico, está na possibilidade de controle sobre o significado que o texto oferece quando comparado à imagem". Existe, nessa medida, resistência na relação entre as fotos e a escrita: "nós nos movemos com maior dificuldade, mais lentamente, do ler para o olhar" (MITCHELL, 2002: 105). Tal relação, segundo Mitchell (2002), é atravessada pela colaboração, resistência e ambiguidade, o que permite às fotos "falarem" sua própria linguagem, por assim dizer.

A antropologia visual busca problematizar a imagem, e não fazer da foto mera ilustração, como ela foi (e, em certa medida, ainda é) usada nas ciências sociais e na imprensa (ROUILLÉ, 2009). Por isso, focando na fotografia,

é interessante restaurar "a qualidade mágica, ou profética, que as torna sempre atuais, sempre subversivas" (LÖWY, 2009: 19). Assim, a força da imagem está exatamente em apresentar ao olhar cenas que não constam na historiografia: gestos, expressões, atitudes, sentidos. Isso, porque a fotografia sugere movimentos, sons, tensões presentes em eventos e memórias, fazendo ver o espantoso no cotidiano – e também o inverso.

Como crê Rouillé (2009), a fotografia exprime situações sociais, e cada momento imagético é duplo: conserva uma face no presente atual da matéria e outra no passado virtual da memória. Martins (2011) ainda acrescenta a importância da fotografia como objeto de representação de imaginários socialmente partilhados. A partir das imagens, é possível compreender alterações socioculturais e urbanas, perceber aspectos ímpares da sociabilidade de grupos e sujeitos fotografados (TACCA, 2011).

A fotorreportagem, gênero no qual Rangel mais trabalhou, guarda particularidades dentro do que se convencionou chamar de "fotografia documental", que registra temas voltados para assuntos humanos ou situações sociais e políticas, preocupando-se com eventos que afetam a vida cotidiana das pessoas retratadas e suas condições de vida. E é precisamente dentro da fotografia documental, segundo Rouillé (2009), que se pode observar, no início do século XX, uma virada de tendência em direção à fotografia que dá mais relevância ao aspecto expressivo. Ora, a fotografia possui *valor* documental, que varia segundo seu uso; a fotografia-documento não se separa da fotografia-expressão, pois inclui "a imagem, com suas formas e sua escrita; o autor, com sua subjetividade; e o outro, enquanto dialogicamente implicado no processo fotográfico" (ROUILLÉ, 2009: 19-20).

Dentro dessa concepção de fotografia, que alia valor documental e expressividade poética, nasce, em meados dos anos 1930, a fotorreportagem de caráter humanista – valorizada por nomes como Doisneau e Cartier-Bresson –, a partir da qual o universo cotidiano popular e o elemento social passam a ser fundamentais. Na fotorreportagem, domina, segundo Rouillé (2009), a exterioridade em relação aos acontecimentos, a captação do "instante decisivo" – síntese de um evento – e a transparência da imagem – distância focal normal, sem *flash*. No entanto, no caso específico de Rangel, o que notamos, numa primeira aproximação, é a subversão – se não total, pelo menos parcial – desse modelo, na medida em que ele se coloca, muitas vezes, na situação fotografada (figura 1), de modo a não posicionar-se alheio aos eventos e fatos; ele está ali, como seus interlocutores, vivendo a mesma condição colonial, alvo, ele também, de estigmas e segregações.

Figura 1 – "Bar Texas", Ricardo Rangel, Lourenço Marques (Maputo), 1970. Fonte: Rangel (2004b).

A obra de Rangel pode ser tomada, de início, como portadora de valor documental e memorialístico, como expressão poética e narrativa, circunscrita em certo momento histórico, o que permite analisar as referências e dinâmicas socioculturais do período e entender a construção da memória e dos processos de luta anticolonial. O intuito, ao voltar meus interesses para as fotografias de Rangel, não é olhar e contar o passado "como ele,

de fato, foi", mas apropriar-me "de uma reminiscência, tal como ela relampeja num momento de perigo" (BENJAMIN, 1994: 224). A equação de Benjamin (2006: 473) sugere, aqui, que a história está ligada à ideia de rememoração, de construir uma experiência relevante com o passado, sendo que tal experiência viria do choque frontal pelo presente contra o passado, o que levaria o passado a colocar o presente numa situação crítica.

Benjamin (1994: 94), em *Pequena História da Fotografia*, de 1931, confere a certas imagens uma magia, uma aura: "depois de mergulharmos suficientemente fundo em imagens assim, percebemos que também aqui os extremos se tocam: a técnica mais exata pode dar às suas criações um valor mágico que um quadro nunca terá para nós". Nessas imagens, não obstante toda técnica e perícia, procura-se "a pequena centelha do acaso, do aqui e agora, com a qual a realidade chamuscou a imagem". O que Benjamin (1994: 94) insinua está ligado à sua concepção de "atualização" da memória, tal qual sua teoria da história, pois a "magia" da foto faz com que o observador busque aquele "lugar imperceptível em que o futuro se aninha ainda hoje em minutos únicos, há muito extintos, e com tanta eloquência que podemos descobri-lo, olhando para trás".

O que se procura no instantâneo fotográfico é a transmissão de experiências, a possibilidade de salvar o que não pode ser esquecido e que deve, portanto, construir uma memória de algo que, de outro modo, perde-se por não ser testemunhável e que não encontra uma saída transmissível (DIDI-HUBERMAN, 2003). Com as imagens, os sentidos não são dados e fixados *a priori*; por isso, é preciso articular passado e presente, mediante uma dialética de rememoração e atualização, tal qual a equação de Benjamin (1994), pois é daí que irrompem as "imagens dialéticas", "lampejos", "iluminações momentâneas", devido à ambiguidade e à abertura que as fotografias carregam.

A ideia de trabalhar as fotografias de Rangel é rememorar e recuperar a potência das imagens sobre o colonialismo e o processo de libertação de Moçambique, estendendo seu alcance no presente. A tentativa de despertar uma sensibilidade para as memórias imagéticas, a partir de Rangel, justifica-se porque sua potência, sua magia, vai além do texto (CAIUBY NOVAES, 2008; MACDOUGALL, 2006). Nesse sentido, o desafio de olhar para uma imagem está no fato de que esse olhar não é uma rua de mão única. Segundo Mitchell (2002: 118), as fotografias são dotadas "com a unidade independente que torna possível que elas nos olhem de volta, ao mesmo tempo em que mantém seus segredos".

É exatamente esse retorno que constitui a potência da fotografia, na medida em que ser afetado pelas imagens, para usar a corrente expressão de Favret-Saada (2005), é reacender o passado no presente, rememorar a história e atualizá-la no momento coevo. Todavia, para que isso se torne viável, é necessário conferir um enquadramento contextual no interior do qual essas imagens puderam ser produzidas. Isso pode permitir melhor localizar a obra de Ricardo Rangel dentro do colonialismo português tardio.

3. Breve contextualização do colonialismo português em Moçambique

Foi no fim do século XV, segundo Cabaço (2009), que foram feitos os primeiros contatos de europeus e os povos da costa que compreende o atual Moçambique. Desde então, o litoral atlântico e oriental integrou-se ao comércio internacional, sobretudo como fornecedor de escravos. A partir do século XIX, o imperialismo europeu deu novo passo no processo de mundialização do capitalismo. África e Ásia foram incorporadas à ordem europeia, que se utilizou, inclusive, do discurso "civilizador" como justificativa a uma função econômica precisa (FERRO, 2004). É interessante notar que, diferentemente do colonialismo do século XVI, cuja meta era a obtenção de especiarias, metais preciosos e escravos, o "neo" colonialismo buscou, além do fornecimento de matéria-prima e mercados consumidores de manufaturas, uma "dimensão imperial moderna" (RIBEIRO, 2004). Todavia, antes dessa fase do imperialismo, Portugal já havia implementado colônias em Angola e Moçambique, o que lhe daria subsídio para pleitear esses e outros territórios na partilha do continente africano. A definição das regras para a divisão da África ocorreu com a Conferência de Berlim, de 1884-1885, onde se reuniram, entre outros, Grã-Bretanha, França, Portugal e Bélgica. A partir daí, as nações europeias construíram seus impérios coloniais em África. O complemento do Congresso de Berlim ocorreu em Bruxelas, em 1890, quando se definiu a organização dos serviços administrativos e militares, as bases do comércio e, ainda, a

restrição da compra de armas de fogo pelas populações autóctones dos territórios conquistados (SILVA, 2003). Não se pode falar de uma expansão imperialista europeia de modo genérico; ela se moveu pela mesma sede de prestígio e poder, mas "as características da expansão ocidental foram variadas na medida em que eram diversos seus agentes", no que se refere à cultura, visão de mundo e tradição do colonizador, que configurou uma prática colonial com distintas formas (THOMAZ, 2002: 20). Desse modo, o "terceiro império português" (RIBEIRO, 2004; THOMAZ, 2002) carrega uma história específica em sua configuração, em sua justificativa e em seu projeto de incorporar populações nativas.

A ordem colonial funda-se e estrutura-se em múltiplos dualismos, concebidos sobre a oposição colono/colonizado, que, de fato, estipula uma relação de superioridade-inferioridade, pautada nas questões de raça e civilização. É nesse sentido que Cabaço (2009: 22) vai afirmar: "não existe, até fins do século XIX, uma política de identidade, já que a 'assimilação unificadora' era fundamentalmente uma declaração de princípios, expressa em textos legais e em pronunciamentos políticos, de inspiração liberal, mas sem consequências práticas".

No fim de século XIX, a consolidação da ocupação dos territórios portugueses tratou de definir o lugar das populações autóctones e regularizar as formas de trabalho, dado que o escravismo não era mais aceito nos círculos políticos ocidentais. Tendo em conta o sucesso de ideias do evolucionismo social, o projeto assimilacionista foi embasado por um racismo aberto, que não supunha qualquer igualdade entre colonos e colonizados. O Ato Colonial, promulgado em 1930, no Estado Novo de Salazar, é decisivo para a alteração da estratégia colonial vigente, pois define o quadro jurídico-institucional da nova política para os territórios além-mar (THOMAZ, 2002), abrindo uma fase mais nacionalista e centralizadora, fruto de uma nova conjuntura externa e interna, traduzida numa orientação diversa de aproveitamento das colônias (ROSAS *apud* THOMAZ, 2002).

A teoria do lusotropicalismo, de Gilberto Freyre, surge, então, para justificar e preservar o império além-mar, a nação portuguesa e o regime ditatorial. Vecchi (2010), Ribeiro (2004) e Castelo (2013) localizam as bases do lusotropicalismo em *Casa-Grande & Senzala* ([1933] 2013), de Freyre, sendo que vestígios mais coesos surgem nas *Conferências na Europa* (1938) e em sua versão revista, *O mundo que o português criou* (1940). A nova formulação é explicitada, contudo, nas palestras que integram *Um brasileiro em terras portuguesas* (1953). A *Integração portuguesa nos trópicos* (1958) e *O luso e o trópico* (1961) teorizam e contribuem, por fim, para a sua difusão. Segundo os autores, o discurso lusotropicalista postula a capacidade de adaptação dos portugueses aos trópicos, não só por interesses econômicos, mas, sobretudo, por empatia inata e criadora. A aptidão do português para se relacionar com terras e gentes tropicais, sua plasticidade intrínseca, resultaria de sua própria origem étnica híbrida.

Segundo Castelo (2013), essa teoria não teve sucesso nas camadas políticas do regime até a década de 1950, sendo conhecido, até aí, apenas nas camadas intelectualizadas. O ponto de rejeição, por parte dos dirigentes políticos, ao lusotropicalismo era o elogio à mestiçagem; já o aspecto do pensamento de Freyre que era consensual, nos anos 1930-1940, era a confirmação da capacidade portuguesa para a colonização, isto é, sua adaptação aos trópicos e sua boa relação com os povos colonizados. É só no segundo pós-guerra, frente às pressões das resistências nacionalistas africanas e internacionais, sobretudo da ONU, que emergem os processos de descolonização, fortemente marcados por lutas de independência. Com a crescente pressão internacional, Portugal delineia uma nova argumentação para legitimar a manutenção de suas colônias em África: Salazar revoga o Ato Colonial, em 1951, para alterá-lo e integrá-lo à Constituição, com pequenos ajustes de terminologia, essencialmente[2].

A difusão do discurso lusotropical não se circunscreve aos circuitos internacionais da diplomacia, mas se constrói pela propaganda – em Portugal, nas "províncias ultramarinas" e internacionalmente – e, ainda, como autorrepresentação no senso comum e na retórica política (ALMEIDA, 2000). Essa propaganda, baseada na simplificação do lusotropicalismo, quis moldar pensamento e ação de colonos e agentes coloniais. Assim, a censura às denúncias de abusos, violências e segregações dentro de Portugal e suas "províncias" coibia

---

2 Oficialmente, Portugal "constitui uma comunidade multirracial, composta por parcelas territoriais geograficamente distantes, habitadas por populações de origens étnicas diversas, unidas pelo mesmo sentimento e pela mesma cultura. Como se comprova pela leitura [...] de Freyre, o poder exercido nas 'províncias ultramarinas' portuguesas não é de natureza colonial, ao contrário do que sucede em territórios sob soberania de outros países" (CASTELO, 2013, s.p.).

o desvelamento da realidade conturbada e racista, que, todavia, era negada – no intuito de conservar sua viabilidade.

A "assimilação" – depois "integração" – não fazia do colonizado membro da nação portuguesa. Primeiro, por fatores objetivos – isto é, ausência de infraestrutura da administração colonial –, e, segundo, por fatores subjetivos – ligados à falta de vontade e empenho dos colonos e da burocracia e pela dinâmica de "autoproteção dos privilégios e mordomias, expressos nas barreiras racistas que se erguiam [...], cerceando a mobilidade social que a legislação anunciava" (CABAÇO, 2009: 118). Desde a década de 1950, multiplicavam-se greves e manifestações contra a ordem colonial. Em contrapartida, o regime português acentuou, nos territórios ultramarinos, mecanismos administrativos e repressivos, discriminações raciais e intervencionismo direto.

Isso foi de encontro com a ideologia lusotropical propalada pelo governo. E é tal contradição que Rangel apontou em suas fotografias: o discurso lusotropical sobre a vocação portuguesa e sua boa índole com os colonizados esbarrava nas barreiras raciais e segregacionistas (figura 2). Dessa forma, a realidade em Moçambique estava distante da descrita por Freyre e pelo governo português. A cidade e o campo – este ainda mais – eram palco de repressão constante, como lembra Cabaço (2009: 224), já que uma miríade de práticas discriminatórias e de marginalização representava a vida em Moçambique, expressão maior "de um sentimento de 'casta superior', profundamente enraizado no subconsciente de cada colono e no consciente colectivo da comunidade branca".

É nesse contexto que, na década de 1950, emerge o trabalho de Rangel, engajado na denúncia do sistema colonial. É o momento, também, em que o governo português combate mais assiduamente as resistências anticoloniais. A guerra de libertação nacional – para Portugal, "guerra subversiva" –, iniciada em meados de 1960, acirrou ainda mais as contradições dentro do regime administrativo português. Não cabe, aqui, discutir os anos da guerra de libertação, a formação e os embates das forças políticas envolvidas no conflito, sua estrutura e orientação[3]. Isso nos exigiria outro trabalho, A intenção é apenas localizar a obra de Ricardo Rangel na conjuntura colonial mais ampla, problematizando algumas de suas imagens enquanto memória do colonialismo tardio do "terceiro império português".

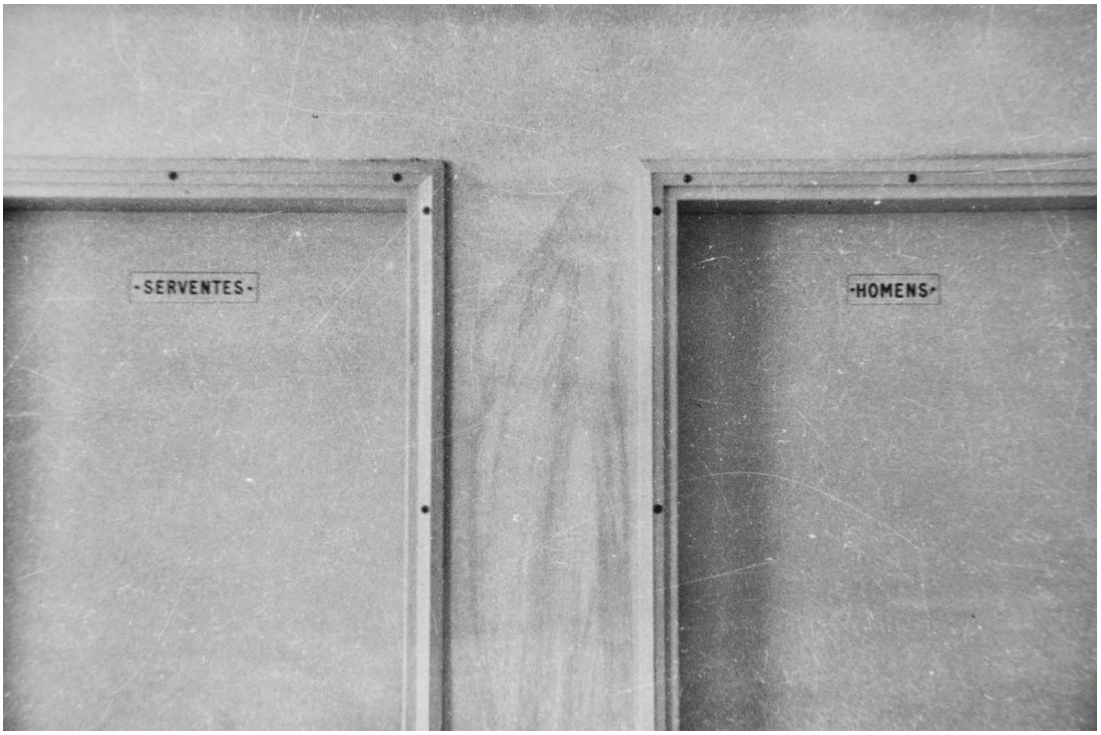

Figura 2 – "Homens e Serventes", Ricardo Rangel, Lourenço Marques (Maputo), 1957.
Fonte: Calado (2005).

3 Para tanto, cf. Cabaço (2009).

Nesse sentido, refletindo a memória como experiência, Benjamin (1994) percebeu que ela é uma das mais épicas das faculdades humanas, pois permite a apropriação singular da história e sua potencial transmissão. Porém, no processo de construção da memória, corre-se o risco dela congelar-se entre dois extremos: de uma memória expressa na forma de trauma – os "traumatismos da memória", como se referiu Ricoeur (2007) –, não elaborada e sempre menos representável e transmissível quanto mais ela se distancia do evento; ou de uma "memória como dever", própria das datas comemorativas, dos museus e demais "lugares de memória" (NORA, 1993) – e sempre mais esquecida de sua própria história porque transformada em monumento estático e celebrativo apenas.

Quem recorre ao passado por meio da memória pode deparar-se, eventualmente, com restos, traços, fragmentos de história. Quando esses restos são transformados em fontes de testemunho, eles se tornam documentos do passado. E os documentos, segundo Le Goff (2003), nunca são inócuos: são, antes de tudo, coisas que ficam, que permanecem, traços que perduram no tempo e no espaço. São, ainda, o resultado de uma recoleção feita por quem recorre ao passado para contar a história, a partir de vestígios muitas vezes esquecidos ou silenciados. Testemunha desse período, Rangel buscou registrar e questionar o colonialismo, ocupando um lugar dentro desse contexto, sendo, atualmente, considerado o maior fotógrafo moçambicano[4]. Assim, esse é um período histórico conturbado e ainda disputado em sua constituição enquanto memória, analisando tanto as transformações e contradições que as fotografias revelam, como também seus detalhes e a especificidade desse olhar.

A necessidade de rememorar e atualizar esse momento da história de Moçambique é asseverada por diversos intelectuais, como Mia Couto (2005). No entanto, nota-se uma lacuna no que tange à análise social do trabalho desse fotógrafo. Não há um exame consistente, que foque nos elementos narrativos, expressivos e memorialísticos, de sua obra, assim como um exame que verifique seus usos e sua trajetória. Por outro lado, as pesquisas que exploram a questão colonial em Moçambique e seus aspectos sociais, políticos, culturais e atuais – como Cabaço (2009), Oliveira (2008), Macagno (1996; 2001), Cahen (1987), Gallo (2012), Thomaz (1999; 2006) e Fry (2001) –, não analisam e estabelecem uma interlocução densa com as imagens. Sendo assim, a preocupação, aqui, é contar essa história pelo visual, pelos detalhes, pelos gestos, atentando para a obra de Rangel, sua trajetória e as condições de possibilidade de sua produção, avaliando a construção de uma experiência e de uma memória fotográfica.

4. Memórias e histórias: a fotografia de Ricardo Rangel

A fotografia, sobretudo no que diz respeito às narrativas coloniais e pós-coloniais em África, desempenhou papel importante na produção de memória. Em Moçambique, pode-se afirmar que, antes de Rangel, a população autóctone era quase ausente da representação imagética, parte de uma imagem etnográfica, peça da paisagem e definida dentro do "exotismo" (SORRINI, 2013). Em relação às imagens de Moçambique colonial, criadas por diversos agentes (institucionais e individuais), nota-se uma continuidade: a população "originária" está ausente ou aparece secundarizada nas imagens, estereotipada, objeto "etnográfico". Se a fotografia esteve, desde cedo, presente na região, era como instrumento de retrato e identificação do colonizador (TEIXEIRA, 2012). É nesse âmbito que a prática de Rangel surge como precursora da fotografia moçambicana (SOPA, 2002).

A grandeza e a ruptura do projeto fotográfico de Rangel residem, no limite, em sua postura ética e na prática metodológica, inventivas na abordagem do complexo universo colonial. Pode-se perceber, em algumas de suas obras, uma sensibilidade no "olhar" e no "capturar", uma capacidade de tornar visível o invisível, o que faz atual sua obra. A denúncia do colonialismo e de sua violência é um ingrediente chave no exame de sua produção; mas não o único, pois suas imagens insistem mais na censura que esse discurso produz, na ocultação

4 A obra de Rangel alcançou, no final do século XX, certo reconhecimento internacional, evidenciado pelas exposições organizadas em África, Europa e Estados Unidos – como no *Guggenheim Museum*, de Nova York, em 1996. Algumas das exposições estão disponíveis em: http://www.afronova.com/Ricardo-Rangel.html. Acesso em: 21/09/2014.

da realidade que está diante dos olhos de todos, mas que ninguém consegue ou quer "ver". Rangel busca capturar o que se esconde por trás das dobras do cotidiano – foi, aliás, o que José Craveirinha (2008: 21-22) notou: "Deste-nos o verso e o inverso da vida [...], dá-nos simultaneamente o explícito e o implícito".

A fala de Craveirinha aponta para o movimento de levar o fotojornalista às galerias, já nos anos 2000. A exposição "Iluminando vidas: fotografia moçambicana (1950-2001)" levou fotos de Rangel, a lugares como Suíça, África do Sul e Portugal, entre 2002 e 2005. A exposição "Iluminando vidas: fotografia moçambicana (1950-2001)" levou 25 fotos de Rangel, além de outras 100 imagens de 14 fotógrafos, antigos alunos da Associação Moçambicana de Fotografia (AMF). Ocorreu, primeiramente, na Suíça, em 2002. Em 2003, no período de 26 de abril a 25 de maio, foi exposta na AMF, em Maputo[5].

Além disso, ocorreram, em Maputo, as exposições "Ricardo Rangel: 50 anos de fotojornalismo em Moçambique", em 2008, "Revisitar Ricardo Rangel", em 2010, e "Ricardo Rangel e o jazz", em 2011[6]. Com efeito, esse período congrega também as mais relevantes análises do trabalho de Rangel. Trata-se de livros compostos por artigos de amigos (jornalistas, fotógrafos, escritores, políticos), dedicados, sobretudo, a prestar homenagem à obra de Rangel e localizá-la no panorama artístico e político moçambicano, como a organizada por Couto (2008), "Ricardo Rangel: Homenagem de amigos", Z'Graggen e Neuenburg (2002), "Iluminando Vidas: Ricardo Rangel e a fotografia moçambicana" e Honwana (2010), "Revisitar Ricardo Rangel". Ainda a respeito, e em homenagem, ao fotógrafo, em 2006, foi lançado o documentário "Ferro em Brasa", de Licinio de Azevedo[7].

Essa ida às galerias, bem como sua entrada no sistema artístico mundial, de certa forma, demonstra a apropriação do trabalho de Rangel como figurativo de um símbolo nacional, que, com sua fotografia, ajuda a construir a ideia da nação, sua memória, sua ética. Juntamente com outros intelectuais e artistas, Rangel encabeça um processo de reflexão e legitimidade quanto à história do país. Aliás, esse processo dá materialidade a uma memória difícil de ser lembrada, mas também difícil de ser esquecida. Como narrar sem sufocar os silêncios, as hesitações, as lacunas e as ambiguidades? Ora, as fotografias de Ricardo Rangel configuram um olhar que procura o que o modelo estabelecido tende a ocultar, "sua 'estranheza', seu 'desbotamento' e suas 'elipses' e 'incoerências', 'emendas suspeitas' e 'comentários tendenciosos'" (DAWSEY, 1999: 44).

Ricardo Rangel possui três ensaios fotográficos publicados: "Ricardo Rangel: Fotógrafo" (2004a), "Pão Nosso de Cada Noite" (2004b) e "História, Histórias… 50 Anos de Fotojornalismo em Moçambique" (2008). Destes, o mais notável é "Pão nosso de cada noite", que reúne as imagens da Rua Araújo, das décadas de 1960-1970, e sua vida noturna. Outra publicação dele, "Foto-jornalismo ou Foto-confusionismo" (2002), traz um debate sobre os caminhos do fotojornalismo, sua função, possibilidade e alcance. Os trabalhos acadêmicos mais relevantes sobre o fotógrafo são os de Teixeira (2012) e Sorrini (2013). Ambos se concentram em analisar o livro "Pão nosso de cada noite", em sua pertinência, acuidade e aspectos narrativos.

---

5 Para informações completas da exposição e as cidades pelas quais passou, cf.: www.iluminandovidas.org/.

6 "Ricardo Rangel: 50 anos de fotojornalismo em Moçambique", retrospectiva realizada no Centro Cultural Franco-Moçambicano, de 21 de outubro a 22 de novembro de 2008, Maputo. "Revisitar Ricardo Rangel", exposição fotográfica ocorrida no Centro Cultural Kulungwana, de 10 de junho a 15 de julho de 2010, Maputo. "Ricardo Rangel e o jazz", exposição realizada no Centro Cultural Kulungwana, de 03 de novembro a 27 de novembro de 2011, Maputo.

7 "Ferro em Brasa". Diretor: Licinio de Azevedo. Produtora: LxFilmes. França, Moçambique e Portugal. 2006. 48 min.

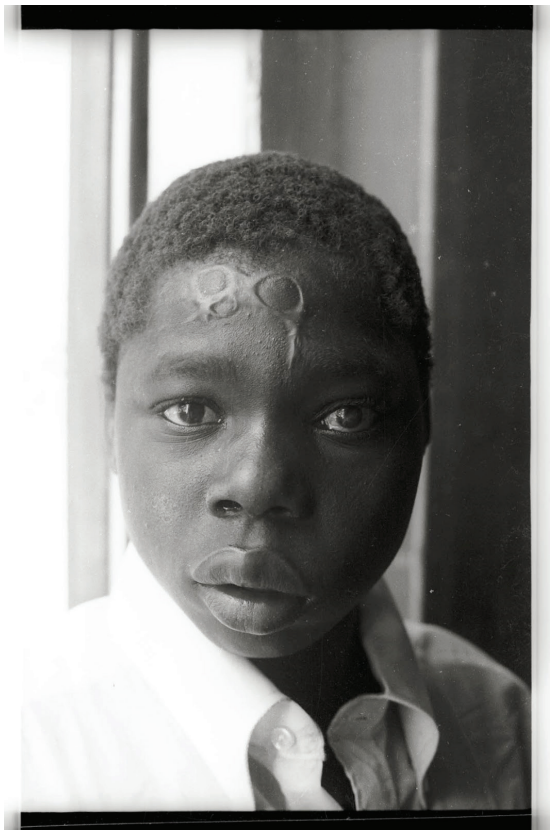

Figura 3 –"Ferro em Brasa", Ricardo Rangel, Lourenço Marques (Maputo), 1973. Fonte: Rangel (2004a).

"Ferro em Brasa" (figura 3), de 1973, talvez umas das imagens mais marcantes do fotógrafo moçambicano, revela um menino pastor, marcado por seu patrão por haver perdido uma cabeça de gado. A imagem condena sem reservas e de maneira contundente as escolas de pensamento que pregavam a humanização do discurso colonial, como o lusotropicalismo, uma vez que desvela toda arbitrariedade e crueldade do colonialismo português. O valor do pastorzinho não é superior ao do animal.

A imagem é, manifestadamente, uma denúncia da propaganda salazarista: evidencia a violência física e torna palpável a violência simbólica, própria à cotidianidade colonial. "Ferro em Brasa", por isso, é uma das sínteses do trabalho de Rangel, o que o torna único se considerarmos a aspereza do momento captado, bem como a amargura na expressão do garoto. Mais que a violência explícita na marca da testa, inquieta o espanto petrificado escondido nos olhos do menino, neutro, impassível, perdido. O olhar encarna o horror que se faz normalidade, a exceção que se faz regra (VECCHI, 2010).

Armado com sua Pentax, Rangel procura os oprimidos – não denuncia os opressores, mas o sistema que os produz. Esse é um dos vetores de sua estética: a materialização da realidade social que o envolvia, da violência em que ela se assentava. Tal dimensão da abordagem rangeliana à situação de Moçambique tem, inclusive, um aspecto de manifesto. Sua obra enfrenta, com isso, a autoimagem colonial que a metrópole buscava transmitir, já que a retórica do lusotropicalismo não se restringia, apenas, a uma estratégia discursiva, funcionando como autoconsciência, vivenciada por muitos de seus agentes. Em Rangel, os sujeitos não são "etnográficos", "paisagísticos", mas também não o são vitimizados. Como em "Ferro em Brasa", suas imagens são tentativas de romper com a história dos vencedores e trazer à tona "os ecos de vozes que emudeceram", para usar o léxico benjaminiano. Esse eco ressoa na imagem do olhar mudo do pastorzinho, bem como em outras fotos, que não retratam seus interlocutores como vítimas, mas como subalternos do sistema colonial[8].

---

8 Trata-se de uma categoria cunhada por Gramsci (2001), que, buscando opções à noção de "proletariado", nomeou "subalterno" o que pertence às classes espoliadas do capitalismo. Mais recentemente, os estudos pós-coloniais, como Said (1984; 1989) e Spivak (1988; 2002), discutiram a dificuldade e disposição do subalterno – cuja situação inicial é o silêncio – de se representar e subjetivar-se autonomamente, a fim de ganhar espaço de enunciação na esfera pública.

Trazer a fotografia para rememorar e atualizar o período colonial moçambicano deixa entrever a vontade de mostrar outras visibilidades e memórias, outras histórias. O que a fotografia pode capturar é, justamente, a potência dos oprimidos e emudecidos da história, na medida em que se volta para eles num momento de "iluminação momentânea", de modo a capturar uma experiência. Ao recordar imageticamente esses eventos, atualizando-os, as fotografias de Rangel tentam "escovar a história a contrapelo" (BENJAMIN, 1994: 225).
Em suas imagens explodem as contradições, num jogo de justaposições e conjugações de situações tantas vezes ambivalentes (figura 4), apresentando as agruras e vicissitudes que o país atravessava e exibindo a "beleza trágica" de um país em crise e construção. Seus registros datam, com efeito, do período colonial tardio, do processo de urbanização e independência e dos desdobramentos da luta por emancipação. Por intermédio da fotografia de Rangel, pode-se antever as emendas, incoerências, o esquecido da história, apreender alguns importantes aspectos de denúncia e expressão, rastros de violência e racismo que assinaram com sangue o período, deixando as imagens falarem e revelarem os possíveis daqueles eventos.

Figura 4 – "Exposição de Arte", Ricardo Rangel, Lourenço Marques (Maputo), 1961. Editada. Fonte: Rangel (2004a).

5. Considerações finais

O estudo das imagens permite aprofundá-las, pensar *com*, *através* e *além* delas, já que o trabalho antropológico deve envolver o modo fotográfico de olhar para os agentes sociais, a rua, a cidade, e pensar a lógica que abrange essa experiência, o que permite, ainda, manipular o material de Rangel, retirando-o de seu silêncio próprio, da imagem isolada, recombinando-as e procurando semelhanças para criar séries, bem como novos arranjos, a partir de padrões materiais, formais e temáticos. Segundo Ginzburg (2007), a análise de imagens deve seguir rastros, traços, resquícios, elementos que, somados, permitem montar conjuntos que (re)contam as histórias e narrativas que daí emergem.
É preciso pensar até que ponto as fotografias de Rangel sinalizam temporalidades e territórios outros, paradoxais e ocultos. É nessa medida que, acredito, as imagens do fotojornalista moçambicano sobre o período colonial tardio em seu país oferecem elementos importantes para uma compreensão dessa história. As questões sugeridas

por Assmann (2002), nesse sentido, podem ser importantes, visto que enquadram a memória coletiva[9] de um país, adquirida e elaborada a partir da transmissão de experiências, como construção simbólica, perpetuada por textos, monumentos e imagens. Em especial, a fotografia seria um mediador exemplar de suporte da memória social e de transmissão de experiências.

Por sua vez, Samain (2012) propõe verificar a forma pela qual as imagens nos fazem pensar, como veiculam conhecimento e como estabelecem relações de sentidos ao combinar dados (traços, cores e relevos) e ao associarem-se com outras imagens. Isso é possível porque as imagens participam das histórias e memórias que as precederam, daquelas que fazem face ao momento em que foram produzidas e, ainda, de um futuro possível, ao reformular-se em outros usos e direções. Didi-Huberman (1998: 161), em sentido semelhante, sugere perceber a imagem como vivência, experiência e sobrevivência que atravessa e se nutre do tempo, impondo uma dupla distância, que se configuraria a partir de "um jogo assimétrico do *próximo* e do *longínquo*".

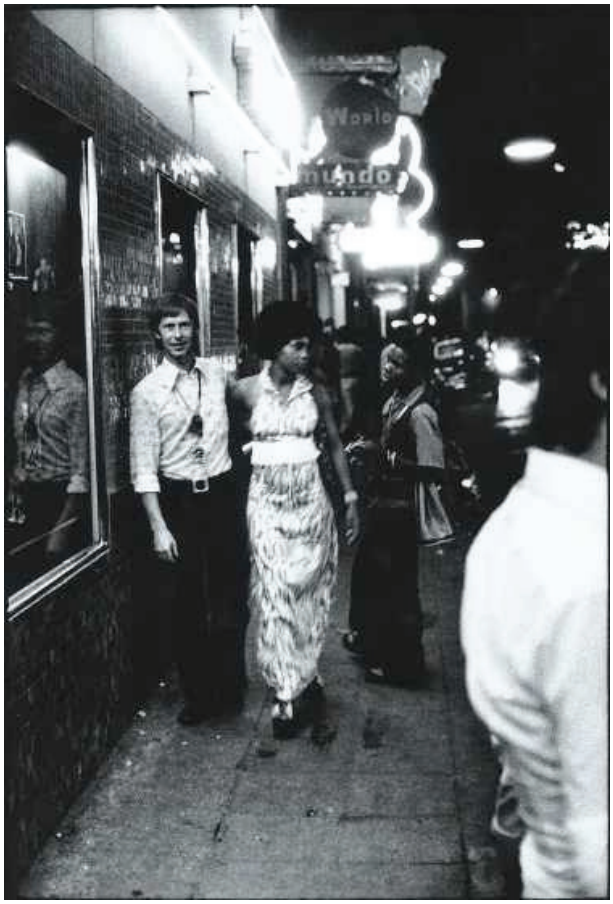

Figura 5 – "Rua Araújo", Ricardo Rangel, Lourenço Marques (Maputo), 1960. Fonte: Rangel (2004b).

A obra de Rangel vai além do questionamento da retórica, e realidade, colonial; ela marca e faz sensível e assimilável esse mundo. A figura 5 apresenta traços da efervescência da noite de Lourenço Marques e, também, a marca colonial em seu registro. Tal imagem condensa e multiplica várias interpretações, possibilita ao "leitor", com uma imagem singela, um desdobramento, um questionamento. Essa é uma de suas características narrativas mais visíveis: justapor contradições, favorecer a ambiguidade, revelar espaços, resquícios e ecos que sussurram abaixo de uma superfície tomada dentro da aparência da normalidade.

A arte da narrativa está, justamente, em evitar explicações, pois o leitor "é livre para interpretar a história como

9 Halbwachs (2004) viu que a memória coletiva, diferente da individual, é elaborada, transmitida e partilhada por grupos sociais, é um problema coletivo que subsiste na relação do indivíduo com a estrutura. Assim, pode-se dizer que se trata do "grupo visto de dentro", e que toda memória individual existe *a partir* e *dentro* da memória coletiva. Sobre o estatuto social da memória, ver: Bastide (1994), Pollak (1989) e Weinrich (2001).

quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação", de tal modo que a narrativa "conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver" (BENJAMIN, 1994: 203-204). Dessa forma, o material da imagem tem de ser complexificado, transformando as fotografias, aparentemente simples, em "iluminações profanas". Nesse sentido, compreendemos que as fotografias de Rangel logram provocar um impacto sensorial, um conhecimento sensível que tomamos como campo, como experiência fotográfica, propriamente dita.

Restam muitas questões, obviamente. O que as imagens de Rangel permitem conhecer e compreender sobre o colonialismo tardio em Moçambique, e quais os mecanismos narrativos que ele mais utilizou para a construção de uma memória desse período? Vale dizer: quais os limites e possibilidades de seu trabalho fotográfico, primeiro, na construção de uma memória de Moçambique, e, segundo, na transmissão de experiências? Afinal, qual o potencial de suas imagens na geração de novos conhecimentos sobre o evento traumático que foi o colonialismo? E, enfim, em que medida sua obra pode ser tida como instrumento de transmissão de experiência sobre esse passado? Estas são perguntas ainda por responder.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, M. (2000) *Um mar cor da terra: "raça", cultura e política de identidade*. Oeiras: Celta.

ASSMANN, A. (2002) *Ricordare*. Bologna: Mulino.

BASTIDE, R. (1994) Mémoire collective et sociologie du bricolage. *Bastidiana*, 7-8.

BENJAMIN, W. (1994) *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense.

_____. (2006) *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

CABAÇO, J. (2009) *Moçambique: Identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Unesp.

CAHEN, M. (1987) *Mozambique, la révolution implosée*. Paris: L'Harmattan.

CAIUBY NOVAES, S. (2008) Imagem, Magia e Imaginação: desafios ao texto antropológico. *Mana*, Rio de Janeiro, 14(2), p.455-475.

_____. (2009) "Imagem e ciências sociais: trajetória do uma relação difícil". In: BARBOSA, A.; CUNHA, E; HIKIJI, R (Orgs.) *Imagem-conhecimento*. Campinas: Papirus.

CALADO, J. (2005) "Vinte Notas Estangeiradas". In: _____ (Org.). *Olhares Estrangeiros*. Lisboa: Culturgest.

CASTELO, C. (2013) O luso-tropicalismo e o colonialismo português tardio. *Buala*, Lisboa.

COUTO, M. (2005) Moçambique: 30 anos de Independência: no passado, o futuro era melhor? *Via Atlântica*, São Paulo, nº 8.

COUTO, F. (Org.) (2008) *Ricardo Rangel: Homenagem de Amigos*. Maputo: Ndjira.

CRAVEIRINHA, J. (2008) Carta para o Ricardo sobre as suas fotografias. *In*: COUTO, F. (org.). *Ricardo Rangel. Homenagem de Amigos*. Maputo: Ndjira.

DAWSEY, J. (1999) *De que riem os bóias-frias? Walter Benjamin e o teatro épico de Brecht em carrocerias de caminhões*. Tese (livre docência). São Paulo: SBD/FFLCH/USP, datilo.

DIDI-HUBERMAN, G. (1998) *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34.

_____. (2003) *Images malgré tout*. Paris: Les Éditions de Minuit.

FAVRET-SAADA, J. (2005) Ser afetado. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n.13, pp.155-161.

FERRO, M (Org.) (2004) *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro.

FIRSTENBERG, L. (2001) "Postcoloniality, Performance and Photographic Portraiture". In: ENWEZOR, O

(Org.). *The Short Century. Independence and Liberation Movements in Africa 1945-1994*. Munich: Prestel Verlag.

FREHSE, F. (2005) "Antropologia do Encontro e do desencontro: fotógrafos e fotografados nas ruas de São Paulo (1880-1910)". In: MARTINS, J; ECKERT, C; CAIUBY NOVAES, S (Orgs.). *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC.

FREYRE, G. (2013) *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Global Editora.

_____. (1938) *Conferências na Europa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde.

_____. (1940) *O mundo que o português* criou. Rio de Janeiro: José Olympio.

_____. (1953) *Um brasileiro em terras portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio.

_____. (1958) *Integração portuguesa nos trópicos*. Lisboa: Tipografia Minerva.

_____. (1961) *O luso e o trópico*. Lisboa: C. Ex. do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

FRY, P (Org.). (2001) *Moçambique: Ensaios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

GALLO, F. (2012) Moçambique e a História que Persiste: Proposta de análise. *Anais do IV Encontro de História, Racismo e Religiosidades Negras*, Maceio.

GINZBURG, C. (2007) *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Cia das Letras.

GRAMSCI, A. (2001) *Cadernos do cárcere*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HALBWACHS, M. (2004) *A memória coletiva.* São Paulo: Centauro.

HONWANA, L. B. (2010) *Revisitar Ricardo Rangel*. Maputo: Kulungwana.

LE GOFF, J. (2003) *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp.

LÖWY, M. (2009) "Introdução". In: *Revoluções*. São Paulo: Boitempo.

MACAGNO, L. (2001) Assimilacionismo e Multiculturalismo: educação e representações sobre a diversidade cultural em Moçambique. Tese de doutorado. UFRJ, Rio de Janeiro.

_____. (1996) Os Paradoxos do Assimilacionismo: "Usos e Costumes" do colonialismo português em Moçambique. Dissertação de mestrado. UFRJ, Rio de Janeiro.

MACDOUGALL, D. (2006) *The corporeal image*. Princeton: Princeton University Press.

MARTINS, J. S. (2011) *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Contexto.

MENDONÇA, J. (2005) Pensando a Visualidade no campo da Antropologia: reflexões e usos da imagem na obra de Margaret Mead. Tese de doutorado. UNICAMP, Campinas.

MITCHELL, W. (2002) O ensaio fotográfico: quatro estudos de caso. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, Rio de Janeiro, 15(2), pp.101-131.

MOREIRA LEITE, M. (1999) "O opaco e a transparência no texto visual". In: ECKERT, C; MONTE-MOR, P (Org.) *Imagem em Foco*. Porto Alegre: Editora da UFRS.

_____. (1998) "Retratos de família: imagem paradigmática no passado e no presente". In: SAMAIN, E (Org.) *O fotográfico*. São Paulo: Editora HUCITEC.

NORA, P. (1993) Entre história e memória. *Projeto História*, São Paulo, v.10, p.7-28.

OLIVEIRA, A. (2008) Monografias sobre as timbila e a construção do império português em Moçambique. Dissertação de mestrado. UNICAMP, Campinas.

POLLAK, M. (1989) Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3.

RANGEL, R. (2004a) *Ricardo Rangel - Fotógrafo*. Montreuil: Éditions de l'Oeil.

_____. (2004b) *Pão Nosso de Cada Noite*. Maputo: Marimbique.

_____. (2008) *História, Histórias… 50 Anos de Fotojornalismo em Moçambique*. Maputo: CCFM.

_____. (2002) *Foto-jornalismo ou Foto-confusionismo*. Maputo: Imprensa Universitária.

RIBEIRO, M. C. (2004) *Uma história de regressos*. Porto: Edições Afrontamento.

RICOEUR, P. (2007) *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp.

ROUILLÉ, A. (2009) *A fotografia*. Editora SENAC. São Paulo.

SAID, E. (1984) Permission to narrate. Londres: *London Review of Books*.

_____. (1989) Representing the Colonized. *Critical Inquiry*, v.15, p.205-225.

SAMAIN, E. (2004) "Balinese Character (Re)visitado". In: ALVES, A. *Os Argonautas do Mangue*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

_____. (2000) Gregory Bateson: Antropólogo e Comunicólogo. *Cadernos de Pós-Graduação da UNICAMP*, Campinas, v. 4, n. 1.

_____. (2012) "As imagens não são bolas de sinuca. Como pensam as imagens". In: *Como pensam as imagens*. Campinas: Editora Unicamp.

SILVA, A. C. (2003) *Um rio chamado Atlântico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/UFRJ.

SOPA, A. (2002) "O Fotojornalismo em Moçambique". In: Z'GRAGGEN, B; NEUENBURG, G. L (Orgs.) *Iluminando Vidas. Ricardo Rangel e a Fotografia Moçambicana*. Maputo: Christoph Merian Verlag.

SORRINI, A. (2013) Fotografia e forma breve: una narrativa del Mozambico. Tese (Doutorado em Literatura). Universidade de Bolonha.

SPIVAK, G. (1988) "Can the subaltern speak?" In: GROSSBERG, L; NELSON, C (Orgs.) *Marxism and the interpretation of culture.* Urbana: University of Illinois.

_____ & GUHA, R. (2002) *Subaltern studies*. Verona: Ombra Corte.

TACCA, F. (2011) Andarilhagens portenhas: crônicas fotográficas sobre Buenos Aires. *Líbero*, São Paulo, v. 14, n. 27.

_____. (2007) Fotografia. Intertextualidades e Hibridismos. *Discursos Fotográficos*, v.3, n.3.

_____. (2001) *A Imagética da Comissão Rondon*. Campinas: Papirus.

TEIXEIRA, J. P. (2012) A lente pertinente: Ricardo Rangel no "Pão nosso de cada noite". *Anais do Colóquio Sobre a Obra de Rangel*. Centro Cultural Brasil – Moçambique, Maputo.

THOMAZ, O. (2002) *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português.* Rio de Janeiro: UFRJ/Fapesp.

_____. (1999) *Contextos cosmopolitas: a sociedade colonial e a invenção de Moçambique (1930-1961)*. São Paulo: CEBRAP.

_____. (2006) "Raça", nação e *status*: histórias de guerra e "relações raciais" em Moçambique. *Revista USP*, São Paulo, n.68.

VECCHI, R. (2010) *Excepção atlântica.* Porto: Afrontamento.

WEINRICH, H. (2001) *Lete: arte e crítica do esquecimento.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Z'GRAGGEN, B; NEUENBURG, G. L (Orgs.). (2002) *Iluminando Vidas: Ricardo Rangel e a Fotografia Moçambicana*. Christoph Merian Verlag.

GT51
Relatos de experiências: Patrimônios, poder e memória.

No ritmo dos congos, em louvor a Nossa Senhora do Rosário, em Monte do Carmo, Tocantins, Brasil[1].

Noeci Carvalho Messias[2]
noeci@uft.edu.br

1 - Introdução

Pretende-se no presente texto apresentar algumas questões sobre o ritual dos congos, da cidade de Monte do Carmo, Tocantins, Brasil. Os congos, também chamado de congada são formas de expressão cultural, resultante da miscigenação entre indígenas, africanos e portugueses, que homenageia santos como São Benedito, Santa Efigênia e Nossa Senhora do Rosário, e que se mantém viva ainda hoje, nas diversas manifestações populares do território brasileiro. Essa forma de expressão integra danças ao som de cantorias e instrumentos de percussão, como tambores sendo constantemente recriada pelas distintas comunidades que a praticam.

Na cidade de Monte do Carmo, no estado do Tocantins, os congos fazem parte de um conjunto de práticas culturais realizadas todos os anos durante a festa em homenagem a Nossa Senhora do Rosário. O ritual dos congos é marcado pelo colorido da procissão e pela alegria dos devotos, quebrando o ritmo monótono do cotidiano da comunidade carmelitana, e configurando-se em um espaço festivo que favorece o fortalecimento da fé, da devoção e da afirmação identitária, constituindo-se em uma importante forma de resistência cultural afro-brasileira.

Alguns estudiosos dessa temática associam a origem dos congos às festas de coroação do Rei Congo, manifestação trazida pelos portugueses no século XV, sendo ressignificados em distintos lugares do território brasileiro. Outros acreditam que tenha surgido nas festas dedicadas a Nossa Senhora do Rosário. Em Monte do Carmo, essa manifestação cultural é pratica há muito tempo, tendo um dinamismo próprio, configurando em exemplo vivo de fé e devoção onde os sujeitos sociais cumprem papel importante na transmissão de uma herança cultural.

2 - Os cortejos pelas ruas da cidade e por outros tempos

Os congos, como são conhecidos em Monte do Carmo, compreendem uma das principais manifestações praticadas no interior dos festejos que homenageia Nossa Senhora do Rosário. Os versos a seguir fazem parte de uma das variadas cantorias que os congos entoam durante o cortejo, que se inicia na Casa da Rainha ou na Casa da Festa e percorrem as ruas da cidade, deslocando-se para a Igreja e vice-versa.

---

1 O presente texto é, em parte, extraído da pesquisa que realizei durante o doutorado em História, pela Universidade Federal de Goiás, em 2010, intitulada – *Religiosidade e devoção: as festas do Divino e do Rosário em Monte do Carmo e em Natividade, Tocantins.*

2 Doutora em História e professora na Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Ei, ei, ei, piranha
Ó ô ô Piranha
Ei, ei piranha
Ò Piranha ei
Oh piranguê pirangá

A calunga bateu
Quê que há
A calunga bateu
Quê que há

Giraê, giraê giraê
olha os congos como está

Os congos está brincando
E a rainha está olhando

Os congos está brincando
E a rainha está olhando

Os congos está brincando
E a rainha está olhando

Não é muito fácil entender os versos e expressões utilizadas nos cânticos, visto que são extremamente fragmentados. Mas, como se depreende dos fragmentos dos versos anteriormente citados, percebe-se a complexidade de histórias que estão envolvidas no universo das distintas culturas populares brasileiras, e nos convida a buscar compreender os significados das práticas culturais entremeadas ao simbolismo e à fé da religiosidade popular.

Câmara Cascudo (1988, p. 242), um especialista no conhecimento das culturas populares brasileiras, pesquisou e relatou as mais diferentes histórias acerca dos saberes e fazeres presentes dentro das festividades e das religiosidades populares. O autor explica que Cucumbis na Bahia, Congadas no Sul, Congos no Norte do Brasil são autos populares brasileiros, de motivação africana. O autor acrescenta que os elementos de formação destes autos foram a coroação de reis de Congo, préstitos e embaixadas, reminiscências de bailados guerreiros, documentativos de lutas e a reminiscência da Rainha Njinga Nbandi, Rainha de Angola, defensora da autonomia do seu reinado contra os portugueses, falecida a 17 de dezembro de 1663. O folclorista atesta que a coroação dos reis de Congo já era realizada na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, na cidade de Recife, em 1674.[3]

Mário de Andrade (2002, p. 365), estudioso apaixonado pelas manifestações culturais brasileiras, assinala que os congos são uma dança-dramática, de origem africana, rememorando costumes e fatos da vida social. O autor faz uma distinção um tanto simplista, explicando que «certos *Congados* primários ou muito decadentes, do centro do Brasil, nada mais são do que isso»; e «no nordeste, onde os *Congos* se desenvolveram muito e adquiriram entrecho dramático, os *Maracatus* atuais parecem representar o que foram lá os Congos primitivos».

Nina Rodrigues desenvolveu significativa pesquisa sobre os africanos no Brasil, no final do século XIX, e os dados elencados pelo autor apontam a existência do Rei do Congo, em Pernambuco, em 1706. Encontram-se, também em sua obra, referências à festa de Nossa Senhora do Rosário, com participação ativa do Rei do Congo.

---

3 Vários viajantes estrangeiros em suas andanças pelo interior do território brasileiro deixaram registros sobre os congos; os relatos destes observadores, sob um olhar etnocêntrico, eram na sua maioria desprovidos de significação, sendo interpretados com ironia ou motivo de riso. Entretanto, são fontes ricas de informações e passíveis de múltiplas interpretações e reconstituições do passado. Muitos destes observadores, a exemplo de Henry Koster, Martius, Pohl, Castelnau, Burton, estão citados na obra *Antologia do Folclore Brasileiro*, de Câmara Cascudo (2001, p.95).

> O culto de Nossa Senhora do Rosário tem sido sempre, desde tempos coloniais, confiado no Brasil aos negros bantos. Era desta confraria religiosa, deixada como partilha exclusiva aos negros, que os reis de Congo tiraram a sanção divina da sua investidura, como, na licença dada pelas autoridades brancas à sua eleição, iam buscar a sanção temporal do cargo. Em todo caso, era por força da sua dignidade de juízes da festa da invocação do Rosário que os reis de Congo se investiam nas suas funções majestáticas e por ocasião dessas festas se elegiam e coroavam. (RODRIGUES, 1988, p. 32-33).

Não obstante perspectivas não consensuais sobre sua origem, Souza (2002) argumenta que o ritual dos congos tem sua origem nas confrarias, durante o período colonial e se mantém contemporaneamente, incorporando mudanças, mas conservando seu objetivo: o louvor a Nossa Senhora do Rosário. Souza assinala que a festa dos congos originada geralmente no âmbito das irmandades[4] é fruto do encontro de culturas africanas e ibérica que, no território brasileiro, incorporou elementos de ambas em uma nova formação cultural, na qual os símbolos ganharam novos sentidos. A mesma autora acrescenta que estas festas representavam o «momento máximo de visibilidades,» demonstrando determinados valores e concepções de mundo por meio de rituais realizados e também das simbologias utilizadas.

> [...] as coroações de rei congo ligavam-se à cristianização do reino do Congo no final do século XV, ao espaço simbólico que o Congo ocupava na África Centro-Ocidental, tanto para os africanos como para os portugueses, às características particulares do tráfico transatlântico de escravos, à formação de novas comunidades de africanos escravizados e seus descendentes na América portuguesa, ao tipo de catolicismo aqui praticado e às relações entre estas comunidades e a sociedade senhorial. (SOUZA, 2002, p.18).

Segundo essa autora, a dança na qual é tematizado o embate entre o rei Congo e os enviados do reino estrangeiro, conhecida pelos estudiosos contemporâneos como *embaixada,* pode ser considerada o elemento central para a compreensão do processo de constituição de uma identidade católica negra na América portuguesa. Lara (2001, p. 151) aponta que no cenário político do Antigo Regime era comum o envio de embaixadas em diversas ocasiões para «negociar a paz ou a guerra, discutir e acordar casamentos, tratados comerciais ou limites territoriais entre dois ou mais soberanos». A autora acrescenta que tais ocasiões costumavam revestir-se de pompa, uma vez que se tratava de confirmar perante todos, a certeza da investidura dos emissários, além de «ostentar o poder do monarca aí representado». Esta posição é endossada por Souza (2001), ao explicar que tanto na Europa quanto na África era comum o envio de embaixadas a reinos amigos para o estabelecimento de critérios definidores de relações comerciais, parcerias políticas e militares, laços matrimoniais e outras formas de relações, frisando que foi por meio delas que Portugal e reinos africanos estabeleceram as relações iniciais.[5]

---

4 Segundo Souza (2002, p. 327) com a perda de importância das irmandades, e o maior controle da Igreja sobre as formas de exercício da fé, as festas do rei congo ficaram restritas a alguns grupos que mantiveram padrões tradicionais de sociabilidades e religiosidade, principalmente em cidades pequenas, nas quais os tentáculos da ânsia civilizatória não chegaram com a intensidade que tiveram nos maiores centros econômicos do país.

5 Souza (2002, p. 303) ajuda a entender melhor este fenômeno, salientando que foram essas embaixadas que provocaram a conversão da elite congolesa ao catolicismo, dando fama a Njinga, do reino do Ndongo e Matamba, que ao representar o *ngola,* seu irmão, entrou pela primeira vez em contato com os portugueses, em Luanda, deixando boa impressão acerca de sua habilidade política. A autora atesta que nos séculos XVIII e XIX foram enviadas algumas embaixadas de reinos africanos ao Brasil, sempre visando o estreitamento das relações comerciais entre os países. Njinga, foi de 1623 a 1663 a líder dos povos ambundos-jagas que habitavam as regiões do Ndongo e Matamba; segundo Souza (2002, p. 106) Njinga tornou-se um precedente histórico, até então inexistente, e suas sucessoras femininas foram facilmente aceitas. Depois dela, o reino de Ndongo e Matamba teve várias rainhas, e em 80 anos, do período de 104 anos que se seguiu à morte de Njinga, o governo coube as mulheres.

«Nessas ocasiões, além das trocas de presentes eram realizadas danças que representavam lutas e respeito pelo rei visitado, que se deixava venerar»:

> O fato de as embaixadas serem corriqueiras nas relações dos reinos africanos entre si e com países europeus e de aparecerem como peça central das congadas realizadas por ocasião da eleição de rei congo no Brasil aponta para aspectos do processo por meio do qual se constituiu esse costume, que incorporou elementos da história africana, fazendo da festa um lugar de memória, contribuindo assim para a afirmação de uma identidade. Representação realizada no contexto da festa, foi formada a partir de fragmentos das culturas africanas e da portuguesa ligados às tradições culturais e a fatos da história daqueles povos, principalmente os da África Centro-Ocidental. (SOUZA, 2002, p. 302-304).

Ao estudar as festas na cidade de Goiás, Brandão (1977), descrevendo as representações de negros e brancos, fornece uma explicação das relações sociais dos remanescentes africanos que foram levados para as minas de ouro do planalto central do país. Neste estudo, o autor dedica atenção às relações interétnicas de negros e brancos naquela sociedade e de modo especial focaliza as representações dessas relações por meio do ritual «dos pretos», observando que quando interrogados a respeito do congo, as pessoas ofereciam informações imprecisas. Até mesmo os que participavam da dança, ou que assistiam desde criança, declaravam pouco a respeito do ritual e normalmente faziam recomendações para consultar outros informantes. No entanto, o autor elenca alguns pontos sobre os quais, segundo ele, existe alguma concordância:

> Há uma notável conformidade em atribuir o congo aos negros, desde os primeiros escravos trazidos à região para a lavra do ouro. Tanto os assistentes mais velhos quanto os dançadores mais antigos são incapazes de recordar nomes, datas e lugares necessários a uma explicação precisa sobre a origem da dança. Para a maior parte das pessoas da cidade, ele veio da África trazido diretamente pelos primeiros escravos. Os mais velhos quase sempre afirmam terem ouvido de seus pais e de seus avós, que desde quando existe a cidade, já os congos saíam às ruas por ocasião das festas do Divino Espírito Santo e de Nossa Senhora do Rosário. (BRANDÃO, 1977, p. 158-159).

Brandão argumenta ainda que a evidência de os congos serem de origem africana está associada ao próprio nome de países da África. Segundo o autor, essa característica manifesta-se na representação da memória de lutas entre facções de negros de reinos e a permanência de palavras e expressões possivelmente africanas, as quais nem os mais velhos conseguem decifrar.

Como mencionado anteriormente, em Monte do Carmo, a manifestação cultural dos congos tem uma intrínseca relação com as festividades que homenageiam Nossa Senhora do Rosário. Nessas festas os participantes compartilham valores, símbolos, fé e reproduzem saberes e fazeres de uma história secular que dá sentido às demais trocas sociais contemporâneas e que se afirmam por um conhecimento processado de geração a geração, por meio da sabedoria e pela memória de seus ancestrais.

A manifestação cultural dos congos é um ritual que há tempos é praticada na cidade de Monte do Carmo, e ao longo dos anos foi incorporando mudanças. Os doze homens[6] que representam os congos desfilam pelas ruas da cidade trajando roupas coloridas com detalhes contrastantes. Na cabeça levam adornos, uma espécie de coroa ornamentada com papéis e penas de aves coloridos e brilhantes. Utilizam instrumentos de percussão como pandeiro, caixa, reco-reco, normalmente fabricados por eles próprios. Para exercer o ofício de congo não são necessários muitos requisitos; como eles mesmos afirmam, «pode ser congo com qualquer idade, até mesmo criança, basta querer e saber cantar» e ser convidado pelo rei dos congos.

Conforme a tradição oral dos carmelitanos, na noite da coroação da rainha e do rei de Nossa Senhora do Rosário,

---

6 Brandão (1985), em sua pesquisa sobre os congos em Catalão, Goiás, observou que a maior parte dos dançadores do congo era de lavradores: empregados rurais ou parceiros rurais. (p. 55).

realizada anualmente, quando estes em cortejo pelas ruas da cidade retornam à Casa da Festa e ascendem ao trono, os congos devem cantar para a rainha. Todavia, o rei dos congos,[7] Domingos Lopes, autoridade máxima responsável pelos saberes de pelos ensinamentos dessa manifestação cultural em Monte do Carmo, se sente aborrecido devido as constantes modificações, alegando que os seus discípulos não seguem a risca os códigos do ritual. Segundo Brandão (1985, p. 43), o rei dos congos ocupa uma posição de valor simbólico nos rituais do reinado, sendo seu cargo ao mesmo tempo, perpétuo e sem controle pessoal.

O mestre dos congos lamenta que tem enfrentrado crescentes dificuldades para realizar as atribuições outrora realizadas pelos congos. Segundo ele ultimamente o ritual não tem acontecido conforme manda a tradição, porque os congos mais jovens não obedecem aos princípios hierárquicos de comando. Numa demonstração de tristeza por não ter sido respeitado seus ensinamentos evoca: «espero, espero, para cantar para a rainha, mas ninguém aparece, como é que eu posso cantar sozinho? Eu não posso ir sozinho». Descompassos da história e da vida. Muitos anos se passaram, mas o imaginário do mestre ainda continua fiel ao passado, povoado por valores, códigos e símbolos que resistem às adaptações e ajustes da vida contemporânea. O mestre dos congos recorda que existem cantos específicos, gestos e ações para cada ocasião, que precisam ser encenados pelo coletivo dos congos:

Ô Pretinha do Rosário
Ô Pretinha do Rosário
Chegou pretinha do Rosário
Ô Pretinha do Rosário
Chegou pretinha do Rosário

O mestre dos congos está tão imbuído da quase sacralidade do seu ofício durante o ritual festivo que enfatiza a importância do canto de encerramento, afirmando que se não cantar, os congos ficam na rua, pois obedecem ao comando da música. Ele lamenta que hoje os congos mais jovens não sigam a formalidade dos ritos ancestrais, pois quando chegam da Igreja já querem tirar as vestimentas, ressaltando que no passado, quando ele se iniciou nos congos, após deixarem a rainha na Casa da Festa saiam cantando pelas ruas da cidade, visitando as casas. Relembra que nesta ocasião antes de saírem cantavam o canto:

Ô lundu sai fora
Ô lundu sai fora

Ô lundu sai fora
Ô lundu sai fora

Ô lundu sai fora
Ô lundu sai fora

Ah! viva o rei com sua coroa
Viva a rainha com sua varinha

Ah! viva o rei com sua coroa
Viva a rainha com sua varinha
Ei rainha de Mariá
Chegou rainha de Mariá
Moeda de prata de Portugal

---

7 Segundo Souza, (2002, p. 306), o rei congo, na dança dramática, era o representante máximo da cristandade, presidindo as festividades em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, ou ao santo católico, ocasião na qual recebia a embaixada do rei estrangeiro, pagão, que em um primeiro momento guerreava com seu exército, para então se render à sua superioridade e abraçar a sua religião. Outras vezes a embaixada vinha para participar da festa cristã, mesmo que inicialmente desentendimentos levassem a um confronto entre os adeptos do rei congo e os representantes estrangeiros, mas havia sempre a aceitação do rei congo como representante do cristianismo.

Ô lundu sai fora
Ô lundu sai fora
[...]

Onde quer que seja e esteja às diversas práticas culturais populares estão em constante dinamismo e tensões, lastreadas de continuidades e descontinuidades. Ao estudar o significado entre o passado e o presente no quadro da memória coletiva, Le Goff (1992, p. 213) salienta que «as sociedades tradicionais, especialmente as camponesas, não são tão estáticas como se julga».

Os cortejos dos congos pelas ruas carmelitanas trazem em cena a afirmação da continuidade, criando e re-criando laços de solidariedade e devoção entre as pessoas. Na ocasião do cortejo da rainha e do rei, à frente do cortejo se posicionam os congos que em pares e em filas dançam e cantam em homenagem à rainha. Constantemente cantando cânticos que se repetem e dançando ritmadamente, com evoluções das filas e passos laterais, manifestam a sua fé e devoção. Cascudo (2001, p. 289), respaldado nos relatos deixados por Silvio Romero, referente ao final do século XIX, descreve que em Lagarto, Sergipe, no dia de Reis, nas celebrações ao São Benedito:

> Os Congos são uns pretos, vestidos de reis e de príncipes, armados de espada, e que fazem uma espécie de guarda de honra a três rainhas pretas. As rainhas vão ao centro, acompanhando a procissão de S. Benedito e Nossa Senhora do Rosário, e são protegidas por sua guarda de honra contra dois ou três do grupo, que forcejam por lhes tirar as coroas. Tem um prêmio aquele que consegue tirar uma coroa, o que é vergonha para a rainha: os guardas cantam.

Na cidade de Monte do Carmo, no ritual dos congos somente os homens participam; cantando e dançando eles homenageiam a rainha e o rei de Nossa Senhora do Rosário. As vestimentas dos congos variam de ano para ano, conforme o gosto da rainha, uma vez que cabe a ela arcar com as despesas da festividade. As vestimentas com cores coloridas, além de bem confeccionadas são apreciadas pelos congos e também pelos devotos. Isso demonstra que esta manifestação está em constante processo de transformações, de recriações imagéticas, códigos e de cores que estes sujeitos sociais negam, aceitam ou negociam em suas diversas temporalidades e espacialidades. Isso certifica que em todas as expressões populares há um jogo de construção e reconstrução, na dialética do tempo curto e do tempo longo (VOVELLE, 1987).

3 – Negros e brancos no ritual dos congos

Uma questão evidente ainda hoje é quanto ao fato de os congos em Monte do Carmo serem predominantemente negros. O estudo de Gomes (2004), sobre os congos em Monte do Carmo, mostra que a relação entre congos e brancos foi e continua sendo hierarquizada. Corroborando essa percepção, a narrativa de uma depoente fornece informações significativas a esse respeito:

> Na época da escravidão, os congos eram proibidos de entrarem na Igreja, mesmo levando em cortejo a Rainha nos dias da Festa, não entravam na igreja, eram discriminados. [...]. Existe na igreja matriz a nave, era onde a elite participava das celebrações, os congos ficavam de prontidão lá fora na porta da igreja, ou na parte lateral. Até hoje nesta parte lateral as pessoas de cor preta, ou de condições pobre do Carmo, não sentam nos bancos da nave da igreja. Se observar nos dias de festa, vêem eles lá, sentados. Os congos começaram a participar das celebrações, entrando pra ficar ao lado do trono real, no pé do altar, foi de uns tempos pra cá. Mas mesmo assim, uns anos atrás, teve um pai de uma rainha que não queria que os congos entrassem, ficassem lá fora, como antigamente, isso eu acho uma discriminação, eles até hoje, alguns deles ainda, sentem discriminados. (GOMES, 2004, p. 79),

Relatos arrolados por Frei José Audrin sobre os congos na festa de Nossa Senhora do Rosário, em Monte do Carmo desvelam também a atribuição de um lugar específico para essa manifestação no interior da festa:

> Ouvimos, muitas vezes, ressoar os tambores do Congo e de Angola, enquanto à frente ao cortejo do "rei" e a "rainha" do Rosário dançavam freneticamente os filhos e netos dos libertos pela Lei de 13 de Maio. [...]. Reserva-se essa dança aos homens de cor que se apresentam em trajes de cores berrantes, com capacetes de penas de ema na cabeça, e nas mãos instrumentos primitivos, feitos de canos de bambu e de cabaças, gaitas, flautas e pandeiros, com que acompanham cantos compostos de palavras ininteligíveis, durante as suas intermináveis evoluções. Os Congos têm por missão para formar o cortejo especial da "rainha", rodeando-a na sua ida à igreja e na volta para casa, com numerosos movimentos coreográficos e cantigas bizarras, reminiscências truncadas das melopéias trazidas das costas africanas. (AUDRIN,1963, p. 125).

Brandão (1977) destaca que os dançadores do congo guardam e transmitem de uma geração a outra, os conhecimentos e os saberes do ritual: as danças, a coreografia de simulação de luta e suas falas. Entretanto, admite que sejam os brancos letrados e assistentes os que conservam um conhecimento considerado mais elaborado referente às origens e às relações que o ritual mantém com outros similares e com as festas em que é apresentado.

O mesmo autor chama a atenção para o processo dos «rituais de oposição», tais como o samba e o batuque, capoeiras e cultos afro-brasileiros, que foram proibidos pelos senhores e patrões brancos, mas eram praticados às escondidas. A análise que o autor faz é de que os congos, como um tipo de «ritual de submissão», são permitidos e controlados pelos brancos e apresentam-se em última análise para eles. Neste sentido, o autor refletia sobre os espaços de apresentação desses rituais, como lugares de domínio e controle dos brancos:

> [...] Os rituais de cultos religiosos afro-brasileiros possuem os seus lugares de realização. São espaços simbolicamente escolhidos e preparados, como, por exemplo, os terreiros de umbanda. São áreas de domínio imediato de negros ou de "pessoas de cor". Os brancos, quando interessados ou participantes, vão a esses lugares. Para o caso dos congos, o "lugar dos negros" é tão somente o dos ensaios. Quando saem às ruas, os dançadores deslocam-se entre espaços urbanos de controle direto dos brancos, e vão às casas das "pessoas de bem" ou aos lugares públicos sob seu controle. Mesmo quando dançam na igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Negros, subordinam-se ao comando de religiosos com poder de decisão não limitado àquela igreja e àquele ritual. (BRANDÃO, 1977, p. 170-171).

Reside aqui, portanto, uma questão importante na compreensão do ritual dos congos e no entender de Brandão (1977) «a dança dos congos é um ritual que se conserva e realiza em uma circunstância definidamente interétnica e dentro de uma contradição evidente».

Parece paradoxal, mas diante da análise sobre a dança realizada por Brandão, ressalto a semelhança de valores ideológicos; os negros participantes da dança do congo em Monte do Carmo conseguem marcar publicamente sentido de identificação étnica, sob a condição de subordiná-la, em última instância, ao controle de uma ordem e aos valores dos brancos, aos quais prestam homenagem com o próprio ritual. Tal interpretação reforça a tese de que os brancos, por meio da utilização de seus santos, sacralizam sua devoção também por essa via, contribuindo para a predominância sobre os rituais negros.

Para melhor conhecimento do tema, Brandão (1977) assinala que outros estudiosos, a exemplo de Pohl, na tentativa de construir uma história da época, apontam descrições semelhantes, nas quais as constantes do ritual são a tolerância dos brancos e a atribuição de uma realeza fictícia ao Rei de Congo.

4 - Lá vem os congos e os tambozeiros

A presença dos congos, as cores nas ruas e os sons percussivos mudam o ritmo da cidade carmelitana. No dia da missa de Nossa Senhora do Rosário, nas primeiras horas da manhã, os congos buscam a rainha na Casa da Festa, com o objetivo de levá-la até a Igreja. Como todas as demais etapas das comemorações, esta também é revestida de ritual seguido fielmente pelos participantes. Antes de se dirigirem à Igreja, os congos tomam café, juntamente com a rainha. Inicialmente o rei dos congos canta os versos chamando a rainha para ir para a Igreja, com o seguinte refrão:

São Benedito marinheiro
sai pra fora que eu quero ver.
São Benedito marinheiro
sai pra fora que eu quero ver. (bis)
Hei Rainha de grande valor (bis)

Seguidamente, os demais componentes que eles denominam de congos do «coiço», tocando seus instrumentos de percussão e dançando respondem em uníssono tom:

Direto pra Igreja visitar Nosso Senhor (bis)

Observa-se que São Benedito é evocado no canto que os congos entoam; todavia, durante as pesquisas de campo observei que este santo não aparece no imaginário da comunidade carmelitana. Ao longo do cortejo outros cânticos são entoados:

Quem festeja no ano?
É sinhora do Rosário
Quem festeja no ano?
É sinhora do Rosário
[...]
Ah! viva o rei de Portugal
Viva a rainha de Mariá
Ah! viva o rei de Portugal
Viva a rainha de Mariá

Os cantos são intercalados pelos versos:

Ô Passarim alegre,
Alegre eu vou cantando
Sinhora do Rosário
Que nóis tamo's festejando

Após o término da missa, os congos chamam a rainha para ir embora. Ao saírem da Igreja o rei dos congos faz reverências para a rainha e em seguida chama-a, cantando o refrão seguinte:

Ei rainha adeus que eu vou me embora
Que a festa já acabou o festejo quer ir embora
Ei rainha adeus que eu vou me embora
Que a festa já acabou o festejo quer ir embora

Durante o trajeto de retorno à Casa da Festa os congos cantam continuamente para a rainha. Sempre em movimentos de ida e volta, vão à frente depois retornam, intercalando com as taieiras[8]; nesses movimentos entremeados durante o cortejo, os congos aproximam-se da rainha e do rei, e cantam para eles. Mello Moraes

---

8 As taieiras formam um grupo de mulheres que acompanham o cortejo da rainha e do rei de Nossa Senhora do Rosário. Na ocasião percorrem as ruas da cidade em direção à igreja sempre dançando e cantando. (MESSIAS, 2009).

Filho em seus relatos sobre a procissão de São Benedito no Lagarto, provavelmente no século XIX, descreve que os congos vestidos de branco e com enormes barretinas de linho, enlaçadas de fitas e recamadas de miçangas, davam vira-voltas, cantando e cadenciando com as taieiras:

> E adiantada seguia a procissão nas ruas da vila, vencendo o itinerário estabelecido, ao som da música e das canções populares, onde o elemento religioso confundia-se com o profano. De longe em longe, quando as Taieiras emudeciam o canto, espalhavam-se outras vozes, rudes, sensivelmente incultas. Eram os Congos. (MELLO MORAES, 1979, p. 74)

Com alegria o rei dos congos, Domingos Lopes, expressa que sente muito orgulho em ser membro desse ritual e representar com seriedade e devoção essa manifestação de religiosidade. Todavia, é recorrente as lamentações do depoente quanto a postura dos tambozeiros que tem-no deixado aborrecido, uma vez que estes agentes não obedecem às normas e códigos do ritual. O mestre explica que existe, segundo a tradição, uma postura e comportamento a ser obedecida pelos membros dos congos e agentes durante o cortejo; e os tambozeiros não estão respeitando essas normas. Ele sustenta que na tradição, os tambozeiros vão à frente anunciando a passagem da rainha e quando os tambozeiros abaixam o tambor, os congos voltam para visitar a rainha em seu dorsel e em seguida os tambozeiros devem prosseguir o cortejo à frente. O mestre dos congos orienta que os tambozeiros não podem voltar durante o cortejo; só quem pode voltar ao encontro da rainha são os congos:

> [...] Agora aqui algum tempo os tambozeiros intoxica comigo. [...] Eles não corrige e não me obedece. Parece que eles tão achando é bom fazer pirraça comigo. [...] Hoje eles querem voltar. Antigamente quando eu entrei tinha um senhor de Santana que era o rei do Tambor. Na hora que eu puxava a rainha da Igreja ele tava cantando Tambor lá na frente. Ai quando eu puxava a rainha ele já tinha cantado a cantoria e seguia pra frente. Ai baixava na frente um tanto de 10 metros, 15 metros ele tornava baixar o Tambor e cantava, depois seguia pra frente. Os congos de primeiro voltava pra visitar a rainha e quando voltava eles já tinha terminado a cantoria levantava o Tambor e seguir pra frente. Mas, hoje eles querem voltar atrás pra cantar depois da rainha. Aí eu fico por conta disso muito aborrecido. Os tambozeiros não pode voltar atrás pra cantar depois da rainha e nós (os congos) não tem direito de passar na frente do Tambor. (SANTOS, 20/01/2009).

Observa-se que a não obediência aos princípios hierárquicos de comando gera conflitos e tensões entre os mais antigos. Na narrativa do rei dos congos, a manifestação religiosa não é entendida como brincadeira, existindo uma valorização das atitudes comedidas e das regras e dos códigos de comportamentos. Isso demonstra, por um lado, que as brincadeiras que não fazem parte da tradição podem prejudicar aquilo que sustenta o sentido sagrado e também as referências importantes da tradição que reafirmam a devoção a Nossa Senhora do Rosário. Magalhães (2004), ao analisar o congado de Itapecerica salienta que no período colonial a hierarquia entre os grupos era reforçada nos festejos. O autor destaca que os estatutos das confrarias regulamentavam as cerimônias com inúmeras advertências sobre possíveis tensões nas ocasiões de encontro e na interação entre os grupos.

Os participantes mais apegados aos costumes de origem remota tem enorme dificuldade em aceitar as mudanças no âmbito da modernidade. Durante a pesquisa de campo presenciei outros acontecimentos distintos que evidenciavam tensões entre os participantes da festa e representantes religiosos a que estão sujeitas as festividades. O primeiro foi por ocasião da missa de encerramento da festa de Nossa Senhora do Rosário, em julho de 2008; o pároco Manuel chamou a atenção dos devotos para os conflitos, que vinham acontecendo entre congos e tambozeiros:

> Eu quero chamar atenção de algo que eu presenciei aqui no ano passado. [...] Na volta do cortejo da rainha [...] os tambozeiros [...] virou uma bagunça, vai lá, vem cá, aquela mistura é congo querendo pegar tambozeiro pelo bigode [...]. Isso não está certo. Não é digno da nossa festa isso, não. Os tambozeiros vão na frente anunciando

> a passagem. Isso fazia desde o tempo do império, não é coisa do presente não. Eles só iam na frente anunciando a passagem da rainha. Não é pra ficar exibindo na festa não. A festa é da rainha!. [...] Os tambozeiros vão lá na frente anunciando a passagem da corte real. Não é pra ficar fazendo bagunça. Os tambozeiros são importantes, mas no seu lugar, porque se não vira bagunça [...]. Vamos fazer uma festa bonita. [...]. (RODRIGUES, 18/07/2008).

A argumentação do vigário evidencia que a tensão entre congos e tambozeiros perdura há alguns anos. Entretanto, para sanar as tensões existentes, o pároco reafirma a necessidade de manter a tradição. Observei, posteriormente, por meio dos relatos, que diversos moradores locais não gostaram das recomendações do clérigo, argumentando que as brincadeiras que os tambozeiros fazem com os congos é o que há de mais bonito e divertido no ritual do cortejo da rainha, não devendo, portanto, ser reprimido. Por sua vez, os tambozeiros também argumentam que o som dos tambores, ao invés dos congos, atrai maior atenção dos participantes da festa:

> Este ano a gente não queria pirraçar os congos, mas o povo pede, o povo gosta. Na realidade os congos eles quase não aparece, né? Se eles for cantar lá ninguém presta atenção neles porque o povo presta atenção quando nós tambozeiros estamos cantando, então eu acho que é por isso que eles não querem que é para o pessoal prestar atenção neles. Quando a gente sai na frente com o tambor no reinado lá fica pouca gente todo mundo nos acompanha, uns cantam e dançam o tambor. (SILVA, 15/08/2009).

Não se pode negar a riqueza dos sons dos tambores; entretanto, são as cores alegres e os movimentos que envolvem congos e taieiras que também atraem os olhares do público em geral, bem como o foco das câmaras e da imprensa. Ao comentar as mudanças ocorridas no ritual, a depoente a seguir também discorre a respeito dessa tensão entre congos e tambozeiros:

> O tambor antigamente não voltava até a rainha, sabe? igual tá indo agora. Ele ia só cumprimentava assim perto, da rainha, e voltava. Ai eles esperava distante quando chegava perto eles mudava pra frente. Agora eles estão dando pra ir lá onde está a rainha. Tem congo que fica brutim de raiva. [...]. Eles falam que nunca viam tambor ir lá visitar a rainha, só os congos é que visitam a rainha. Eles ficam até perto. Quando ela [rainha] tá chegando perto eles mudam mais pra frente. Eles ficam tentando alcançar mais não alcança. E agora eles tão levando lá dentro, pertinho da rainha e tem congo que até sai da fila, com raiva. Porque eles querem tudo organizadinho. (OLIVEIRA, 12/04/2009).

O choque cultural que essas mudanças ensejam mostra o recorrente embate entre tradição e modernidade. Ademais, o afluxo de turistas motiva as exibições mais voltadas a estes, que efetivamente para os rituais, o que gera tensões; os membros do ritual dos congos mais antigos, em geral, são apegados aos costumes e para os mais jovens essa manifestação de fé não é desabonada pela quebra da tradição, no momento do cortejo. Evidentemente, o choque entre as duas perspectivas gera antagonismos até que um dos lados ceda e acate as permanências ou as mudanças. Essas ambivalências das festas demonstram a complexidade dessa forma de expressão.

É importante entender a perspectiva de controle, bem como o dinamismo da festa. Algumas pessoas acreditam que as mudanças estabelecem uma relação contraditória com a tradição dos antigos, contudo, reconhecem que tais mudanças são necessárias. Ao analisar as mudanças da modernidade, Canclini (2008) acredita que as culturas tradicionais se desenvolvem, transformando-se. Giddens (1994) também defende a ideia de que as tradições são dinâmicas, acreditando que elas estão ligadas ao ritual e que tem suas conexões com a solidariedade social; não aceitando mecanicamente a continuidade de preceitos. Cascudo (2001, p. 253) salientava que estas

> danças coreográficas, cujo caráter se foi ligeiramente modificando com elementos novos, representam ainda uma das faces mais belas dessa raça efetiva por excelência, a quem deve o Brasil a maior de sua população, de sua riqueza e de seu progresso.

No campo do patrimônio cultural, Magalhães (1977) endossa reflexões para este fenômeno. O autor salienta que uma cultura é avaliada no tempo e se insere no processo histórico não só pela diversidade dos elementos que a constituem, ou pela qualidade de representações que dela emergem, mas, sobretudo, por sua continuidade. Esse autor argumenta que essa continuidade comporta modificações e alterações em um processo aberto e flexível, de constante realimentação, o que garante a uma cultura sua sobrevivência.

Em 2009, novamente presenciei outro momento no qual revela como os rituais festivos são complexos e permeados de interpretações. O pároco que naquela ocasião presidia a celebração em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, no momento do sermão expressou-se de maneira positiva em relação às mudanças ocorridas nas manifestações de religiosidade dos carmelitanos. A homilia do religioso soou como uma estratégia utilizada para responder às tensões que vinham permeando o interior da festa entre congos e tambozeiros:

> [...] Enquanto rezamos Ave-Maria, padre Nosso, salve Rainha, creio em Deus pai, nós aprendemos também a louvar a natureza o "*passarim alegre; alegre que vai cantando e é a Senhora do Rosário que nós estamos festejando"*, porque ela é a mãe de Deus, ela é a nossa mãe, ela é a senhora nossa. E esses congos? Que beleza. E esses tambozeiros que não deixam os congos irem pra frente? Eu já vi muitas brigas de congos com tambozeiros. Mas, é assim mesmo! Que maravilha! Essa é a beleza da festa. [...] É a riqueza da festa de Nossa Senhora do Rosário. Não é briga, não é desencontro, não é desentendimento. É a beleza da festa. Ah! Mas, não é assim! Mas, agora está sendo. Vamos deixar nossos jovens. Vamos deixar nossos jovens também manifestar a alegria deles. Pra quê ficar com o coração doendo? Pra quê ficar com o coração cheio de amargura? Não compensa. Vamos deixar os jovens tocar o tambor. Vamos deixar os jovens viver para todos nós. *"Quem pode mais? É Deus no céu"*. E nós estamos fazendo isso por causa de Deus, não é por causa de nós não. Quantos congos já passaram? Quantas taieiras já passaram? Quantos padres passaram por este altar? [...]. (PEDREIRA, 18/07/2009).

Por meio destes fragmentos, nota-se que as reflexões do pároco expressam a defesa da alegria, de maneira menos controlada. O padre argumenta que as músicas cantadas durante o cortejo da *Caçada da Rainha*[9] são significativas tanto quanto as orações para louvar a Deus e as belezas da natureza. Também cita as belezas dos congos e dos tambozeiros. Ele considera que mesmo que haja brigas e desentendimentos elas também fazem parte do dinamismo das festas e da vida e por isso não são prejudiciais, mas demonstram as mudanças da sociedade. Em seus sermões, o clérigo também valoriza a qualidade das relações sociais, apresentando a efemeridade dos participantes em oposição à continuidade da festa. O pároco reafirma que as brincadeiras não são incompatíveis com a fé religiosa e que o modo dos carmelitanos de festejar é uma das mais significativas homenagens que se pode fazer a Nossa Senhora do Rosário e que a comunidade carmelitana foi construindo ao longo do tempo, ressaltando que não se deve deixar acabar, mas continuar aprimorando a homenagem:

> Não pode! Não deve morrer em nossas mãos. [...] Está em suas mãos prefeito, Gilvane, está nas tuas mãos à festa de Nossa Senhora do Rosário. Não que você vá para o pilão, não que você vá para boca do forno, não que você vá para o mato cortar pau. Mas, que você disponha das tendas, que você esteja incentivando, que você esteja disponibilizando recursos, para que isto não possa perecer em nossas mãos, no nosso tempo. Porque se isso o fizer nós seremos escritos na história como medíocres,

9 O ritual da caçada da rainha faz parte de um conjunto de práticas culturais realizadas durante a festa que homenageia Nossa Senhora do Rosário em Monte do Carmo, TO. (MESSIAS, 2012).

> como pobres, como fracos. [...] A festa é bonita, a festa é comprida, a festa é coroada de coroas, de cetros, de congos, de taieiras, de tambozeiros, de café, de bolos.Tudo isso por causa da fé. Quem não tem fé não realiza nada disso não. Quem não tem fé fica é criticando. Quem não tem fé nos chamam de idólatras. [...] Por isso povo de Monte do Carmo, por isso visitantes desta cidade, católicos, não católicos, este é um profundo momento de fé, de firmeza da fé cristã, da fé católica, nesta cidade de Monte do Carmo, nesta cidade que vive em baixo das bênçãos das mãos de Deus. Prezados festeiros, prezados irmãos que formam este grande cortejo de alegria, de re-avivamento da fé cristã, da cultura desta cidade. Nós estamos de parabéns por aquilo que fazemos, por aquilo que sabemos fazer. Por aquilo que expressamos não deixando de honrar a memória dos antepassados. Um povo sem história, um povo sem cultura, um povo sem tradição é um povo fadado a morrer. É um povo fadado a acabar com sua identidade própria. [...] Monte do Carmo tem o seu orgulho pessoal, tem a sua identidade própria. São vocês que aqui estão que devem carregar nas mãos. Não sou eu que venho uma vez por ano aqui que vou ditar as normas para vocês. Mas são vocês que tem que deixar as marcas da cultura, da tradição, de tudo aquilo que vocês vivem o ano inteiro marcados pelo espírito da evangelização. (PEDREIRA, 18/07/2009).

Na narrativa do clérigo o jeito próprio dos carmelitanos realizar as práticas religiosas em homenagem a Nossa Senhora do Rosário é valorizada, configurando a materialização da religiosidade e da espiritualidade vivida continuamente pela comunidade. Nota que o padre alerta para os impasses que sinalizam o fim desta manifestação reafirmando a sua importância cultural e identitária.

Torno aos aborrecimentos do mestre dos congos. O mestre ressalta que os congos estão muito diferentes, não se apresentam como no passado. Ele lamenta que os jovens não entendem a importância de preservar a tradição, argumentando que se sente aborrecido, visto que muitas coisas que estão acontecendo na atualidade não são constitutivas dos congos. Ao analisar essas transformações também aponta a falta de entendimento dos jovens:

> Naquela época o velho que me ensinou, nós saia dançando, cantando nas ruas até a hora do almoço. Igualmente folia. Hoje não existe mais. Nós saia nas casas das pessoas que chamava a gente. Mudou muita coisa. Os jovens pensa que nós (os congos) somos palhaços. Eles não entende. Mas nós temos que fazer o que era de antigamente. Mas eles não entende. (SANTOS, 20/01/2009).

Nota-se por meio das narrativas que é recorrente o sentimento de tristeza, devido ao voluntarismo dos novatos, que não compreendem a tradição e não respeitam o encaminhamento estabelecido há gerações.

5 - Algumas considerações

O ritual dos congos realizado há muito tempo em Monte do Carmo tem um dinamismo próprio, configurando em um exemplo vivo de fé e devoção onde os sujeitos sociais cumprem papel importante na transmissão de um legado cultural.

O ritual é repetido todos os anos, mas não é imóvel e nem imutável (VOVELLE, 1987). Em constante movimento ao longo do espaço e do tempo, os congos em Monte do Carmo favorecem práticas de sociabilidades e reafirma as identidades dos carmelitanos, configurando-se em uma importante prática cultural que homenageia Nossa Senhora do Rosário. Há, ao longo dos anos, novos significados, perdas, mudanças, adaptações e incorporações de novos elementos e símbolos, que, efetivamente, ressignificam essa forma de devoção.

Para além da devoção a Nossa Senhora do Rosário, os congos são também um momento de celebração da cultura e da ancestralidade africana, que se revelam em cantos, cores e danças; também se renovam em ritmos, movimentos corporais e na representação simbólica, pois a presença de reis, rainhas, tambozeiros, taieiras

ressignificam práticas sociais pelas quais este ritual relembra e revive a história e a memória coletiva de origem africana que, mesmo diante da escravização e da marginalização social e econômica da população negra, permanecem como fortes expressões da religiosidade popular brasileira.

Referências:

ANDRADE, M. (2002), *Danças dramáticas no Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia.

AUDRIN, J. M. (1963), *Os sertanejos que eu conheci.* Rio de Janeiro: José Olympio.

BRANDÃO, C. R. (1977), *Peões, pretos e congos.* Goiânia: Universidade de Brasília.

BRANDÃO, C. R. (1985), *A festa do santo de preto.* Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore; Goiânia: UFG.

BRANDÃO, C. R. (2004), *De tão longe eu venho vindo:* símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás. Goiânia: UFG.

CASCUDO, C. L. (1988), *Dicionário do folclore brasileiro.* 7ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP.

CASCUDO, C. L. (2001), *Antologia do folclore brasileiro.* 5ª ed. São Paulo: Global.

CANCLINI, N. G. (2008), *Cultura híbridas*: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4ª Ed. São Paulo: USP.

GIDDENS, A. (1994), A vida em uma sociedade pós-tradicional. In*:* BECK, Ulrich et alli. *Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna*. São Paulo: UNESP, p. 37.

GOMES, E. M. (2004), *O Rosário dos congos na festa do Carmo.* Porto Nacional: Pote Editora.

LARA, S. H. (2001), *Uma embaixada africana na América portuguesa*. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. (orgs.). *Festa:* cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo : Hucitec : USP : Fapesp, p. 151-167.

LE GOFF, J. (1992), *História e memória*. Campinas: Unicamp.

MAGALHÃES, A. (1997), *E Triunfo?*: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho/Nova Fronteira.

MAGALHÃES, M. (2004), *As Gerais dos congadeiros.* Itapecerica, MG: Associação do Reinado do Rosário / Minc / Petrobras.

MELLO MORAES F. (1979), *Festas e tradições populares do Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP.

MESSIAS, N. C. (2010), *Religiosidade e devoção: as festas do Divino e do Rosário em Monte do Carmo e em Natividade, TO.* Tese Doutorado, Goiânia: Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, UFG.

MESSIAS, N. C. (2009), *Taieiras: religiosidade e sociabilidade na festa de Nossa Senhora do Rosário, em Monte do Carmo (TO)*. In: XI Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões– Sociabilidades religiosas: mitos, ritos e identidades. Goiânia, UFG, p.2.

MESSIAS, N. C. (2012), *Caçada da Rainha*: devoção, fé e sociabilidades na festa de Nossa Senhora do Rosário em Monte do Carmo In: As artes populares no Brasil Central: performance e patrimônio./ organizadores João Gabriel L.C. ; Letícia C.R. Viana. Brasília: Idade da Pedra, p. 375-394.

RODRIGUES, N. (1988), *Os africanos no Brasil.* São Paulo: Nacional / Brasília: Universidade de Brasília.

SOUZA, M. M. (2001), *História, mito e identidade nas festas de reis negros no Brasil – séculos XVIII e XIX.* In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. (Orgs.). *Festa:* cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo : Hucitec : USP : Fapesp, p. 249-262.

SOUZA, M. M. (2002), *Reis negros no Brasil escravagista*: História da festa de coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: UFMG.

VOVELLE, M. (1987), *Ideologia e mentalidades***.** São Paulo: Brasiliense.

Depoimentos Orais:

OLIVEIRA, R. S. Entrevista realizada em 12/4/2009. Monte do Carmo, TO.

PEDREIRA, J. R. E. S. Entrevista realizada em 18/7/2009. Monte do Carmo, TO.

RODRIGUES, M. Entrevista realizada em 18/7/2008. Monte do Carmo, TO.

SANTOS, D. L. Entrevista realizada em 20/1/2009. Monte do Carmo, TO.

SILVA, A. O. Entrevista realizada em 15/8/2009. Monte do Carmo, TO.

A comunidade quilombola de Coqueiros - Mirangaba (BA) e a ressignificação do seu patrimônio cultural

Carmélia Aparecida Silva Miranda[1*]
E-mail: carmelia15@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir sobre a preservação do patrimônio cultural imaterial existente na comunidade quilombola de Coqueiros, localizada no município de Mirangaba (BA) e a ressignificação da sua cultura no pós-reconhecimento. A comunidade quilombola de Coqueiros, foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, no ano de 2006. Após o reconhecimento, algumas manifestações culturais que estavam adormecidas, passaram a fazer parte do calendário de festas, trazendo para o presente festejos e tradições, como a Festa de São Cosme e São Damião, dos Santos Reis e a religiosidade afro-brasileira. Utilizamos a oralidade como fonte principal, através dela pôde-se entender as diversas experiências vivenciadas pelos quilombolas e a preservação da sua cultura. Nas narrativas dos moradores ficam evidentes as lembranças sobre os cantos, as rezas, as promessas, como também a louvação aos santos e aos orixás. Essas narrativas permitiram o mapeamento das experiências históricas acumuladas pela comunidade quilombola de Coqueiros.

Palavras-chave: Comunidades quilombolas. Ressignificação. Patrimônio cultural. Manifestações culturais.

Introdução

A comunidade quilombola de Coqueiros foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares (FCP), em 31 de julho de 2006, seguindo o que determina o Decreto n.º 4.887/2003, cujo processo de reconhecimento se constituiu de forma imperiosa e menos burocrática. A partir do referido Decreto, várias comunidades quilombolas do Brasil foram reconhecidas. Inicialmente foi realizado um mapeamento das comunidades localizadas na Microrregião do Piemonte da Diamantina pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Atualmente, foram reconhecidas na Microrregião cerca de 30 comunidades, e outras se encontram em processo de reconhecimento. Coqueiros está localizada no município de Mirangaba (BA), distante cerca de 7km da sede e 317 km da capital baiana, Salvador.

Segundo as narrativas dos moradores mais velhos, os primeiros moradores chegaram à região a partir da segunda metade do século XIX e nesse território se instalaram. Durante o referido século ocorreram várias fugas de escravos na região de Jacobina, cujos registros se encontram nos documentos da época. Sobre o período em questão, Vieira Filho (2009:53) assinala,

> A documentação dos juízes municipais de Jacobina, até meados do século XIX, apresenta vários casos de escravizados tentando a fuga como um caminho possível de conquistar a sonhada liberdade e a região de Jacobina parece ser de grande atração para conseguir este intento.

Vários documentos apontam as fugas empreendidas pelos escravos no século XIX, em busca da tão sonhada liberdade, e Jacobina aparece nesse cenário como um espaço da dinamização dessas fugas. Assim, as referidas fugas constituíram uma das alternativas utilizadas pelos escravizados para conseguir a liberdade e, a partir delas, surgiram vários quilombos, evidenciando que a presença de negros aquilombados revela que não foram casos incomuns na região.

1Professora Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)– Campus IV – Jacobina, Docente Permanente do Mestrado em História Regional e Local da UNEB – Campus V – Santo Antônio de Jesus e do Mestrado Profissional em Educação e Diversidade da UNEB – Campus IV – Jacobina; Pós-Doutora em História pela Universidade de Lisboa – Instituto de Educação (2014), com atuação na Linha de História Social e com trabalhos desenvolvidos nas seguintes temáticas: escravidão, manifestações culturais, cultura, memória e comunidades quilombolas.

1. Trajetória da comunidade quilombola de Coqueiros

A seguir apresentamos alguns aspectos da trajetória de Coqueiros. Como foi citado anteriormente, Coqueiros foi reconhecida como comunidade quilombola, pela FCP, em 31 de maio de 2006, momento em que o presidente da Associação Quilombola, Oliveira Francisco, mais conhecido por Francisquinho, recebeu em Brasília, num ato simbólico, das mãos do presidente Luis Inácio Lula da Silva, a certidão de autorreconhecimento.
Para alguns moradores, não há uma data definida sobre a ocupação do território. Segundo Socorro,

> A comunidade Coqueiros foi iniciada... é provavelmente numa data, que os antepassados não passaram. Em que tempo foi? Em que ano foi? Exatamente não sabemos, apenas que foram vindo os primeiros moradores para aqui, mas com base nas pesquisas que nós fizemos para o reconhecimento da comunidade e chegamos ao objetivo que a conclusão que foi provavelmente em 1860 alguma coisa, que foi um senhor viúvo, que tinha três filhas e eles estavam junto com o pessoal. E antes falaram que foi para Monte Santo, após Monte Santo vieram para São Tomé. Em São Tomé houve uma contenda e após essa contenda esse viúvo fugiu com as três filhas e vieram buscar refúgio aqui em Coqueiros. (Entrevistada pela autora, em Coqueiros, em 27 de outubro de 2012).

A narradora usa o termo "vieram buscar refúgio aqui em Coqueiros", demarcando esse território, como lugar de abrigo. Segundo a narrativa, foi a partir de Coqueiros que inicia a trajetória do perímetro quilombola e o primeiro a se instalar na região foi o senhor Norberto Santos, que conseguiu guarida. Em Coqueiros, senhor Norberto encontrou um lugar para residir juntamente com a sua família e, a partir de sua chegada, as histórias passaram a ser contadas sobre este território quilombola.
Outras histórias contadas sugerem que senhor Norberto e suas 3 filhas, antes de se fixarem no perímetro quilombola, ficaram mudando de um lugar para outro, procurando um espaço para viverem, para reconstruírem suas vidas. E, após perambularem por vários lugares, terminaram se fixando na comunidade negra rural de Coqueiros.
No decorrer das entrevistas perguntamos aos narradores se essas pessoas estavam fugindo da escravidão e se eram escravos. Socorro nos respondeu: "foi contendas, foi fugindo da escravidão", e mais adiante complementou: "buscavam a liberdade, né? Buscavam a liberdade como aqui no Coqueiros conseguiu, né?". A memória retorna ao ano de 1860, período escravista, momento de grandes tensões, fugas e resistências; e Coqueiros aparece, nesse cenário, com quatro escravos fugidos, buscando liberdade, nessas serras e matas da região.
Socorro ainda usa outro termo que confirma a questão da fuga à procura de abrigo e da luta para conseguir a liberdade, que é o termo "contenda", que significa luta, combate, briga, conflito. Assim, na situação de fuga em que se encontravam os primeiros moradores do perímetro quilombola, fugindo dos seus senhores e procurando um abrigo, um lugar para viver, na região de Coqueiros, eles encontraram refúgio, solo fértil e água em abundância. Assim construíram suas casas, cultivaram a agricultura, cuidaram dos seus animais e iniciaram uma nova vida, longe dos seus senhores.
Naquele período, muitas terras não tinham proprietário, chamavam-nas de "terras devolutas".[2]Estas terras estavam sem nenhuma utilização pública, constituindo matas abandonadas. Ao chegar à região o senhor Norberto, tomou posse desse território. Segundo Francisquinho (Oliveira Francisco, Presidente da Associação Quilom-

---

2Segundo Dirley da Cunha Júnior, Juiz Federal, "terras devolutas são terras públicas *lato sensu*, indeterminadas ou determináveis, sem nenhuma utilização pública específica e que não se encontram, por qualquer título, integradas ao domínio privado. Quando determinadas via ação discriminatória, passam a ser terras públicas *stricto sensu*. As terras devolutas pertencem, em regra, desde a Constituição de 1891 (art. 64), aos Estados-membros, excetuando-se aquelas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, que são de propriedade da União (CF/88, art. 20, II). Só o fato de inexistir o registro da terra não caracteriza a existência de terras devolutas, devendo o poder público provar sua existência e propriedade. Disponível em: <http://www.jfse.jus.br/obras%20mag/artigoterrasdevdirley.html>. Acesso em: 13 maio 2013.

bola e vereador pelo município de Mirangaba),"estas terras que não tinham dono, eram chamadas *de terras de Nossa Senhora*",

> Estas terras é igual a hoje, ainda se encontra aí nessa serra que se chama de Nossa Senhora que não tem dono, apesar que hoje tão fazendo invasão, já cercando quase toda a serra, chegam lá e cercam, eles cercam a serra aí e que é de Nossa Senhora não tinha dono. (Fala de Oliveira Francisco, entrevistado pelo grupo de pesquisa em 27 de outubro de 2012, em Coqueiros).

Segundo Francisquinho, estas terras pertenciam a "Nossa Senhora". Talvez tal argúcia seja devido à influência da religião católica, pois terras abandonadas, sem proprietário deveriam pertencer "a mãe de Jesus" e os pobres, os necessitados poderiam tomar posse das ditas terras[3]. Ainda segundo Francisquinho: "eles se apropriaram, fizeram suas casas e construíram e foi aí que começou a aumentar a população". O senhor Norberto Santos é considerado o fundador da comunidade. Segundo relatos, a partir da construção da sua casa e a instalação de sua família em Coqueiros, outras pessoas chegaram e moradias foram construídas, assim, tendo início a comunidade quilombola de Coqueiros.

Para os moradores de Coqueiros, o senhor Norberto Santos é o desbravador, aquele que conseguiu driblar as autoridades, os capitães do mato, fugindo com sua família por várias terras, até conseguir amparo em Coqueiros. A região onde se encontram as comunidades quilombolas de Coqueiros, Santa Cruz, Jatobá e Palmeira possuem uma beleza natural ímpar, é cercada de belas serras, lagoas e rios, terra fértil, com um clima bastante agradável; durante o inverno a temperatura cai bastante. Foi nesse lugar privilegiado que Norberto Santos veio se refugiar. Segundo Socorro,

> Basicamente eles viviam da agricultura, do coco babaçu, da mandioca, do café, do arroz, mas com decorrer do tempo foi vindo as diversidades de cultura. Mas antes era o coco babaçu; da palha eles fizeram a cobertura das casas, aí depois descobriram que o barro servia para fazer de taipa e foi surgindo. (Fala de Socorro, entrevistada pela autora em 27 de outubro de 2012).

Pela fertilidade da terra, vários produtos foram cultivados, proporcionando a sobrevivência das primeiras famílias. De acordo com os narradores,

> E aí eles foram estrategistas, né? Porque em Santa Cruz nós temos pessoas que foram a Santa Cruz, teve deles que foi para Lajedo, Palmeiras, Três Coqueiros, Dois Três Coqueiros, Três Coqueiros de Baixo, Três Coqueiros de Cima e é assim. (Fala de Socorro, entrevistada pela autora em 27 de outubro de 2012).

Com a chegada da família do senhor Norberto Santos em Coqueiros, outras famílias passaram também a viver na região, utilizando, como estratégia, a ocupação das terras desabitadas, como aconteceu em outras comunidades quilombolas da Bahia, como a comunidade negra rural de Tijuaçu, que teve como fundadora Maria Rodrigues, que foi estrategista na ocupação daquele território, colocando seus filhos para morarem em terras até então abandonadas ou desabitadas, segundo Miranda (2009). De acordo com o que se pode inferir dos relatos de alguns depoentes, o senhor Norberto Santos foi um *estrategista* quanto à ocupação das terras de Coqueiros, cuja estratégia foi distribuir as pessoas que chegavam para outros espaços do território desabitado.

O passado narrado pelos habitantes da comunidade é um dos aspectos que dão sentido às suas identidades, haja vista que a definição dessas identidades requer uma autenticidade e "muito frequentemente, essa autenticação é feita por meio da reivindicação da história do grupo cultural em questão". A reconstrução da memória do grupo adquire significado, especialmente, através das narrativas orais dos indivíduos mais velhos. Essa memória

---

3Procuramos referência teórica sobre esta denominação "terra de Nossa Senhora", mas não encontramos.

constitui o elemento de manutenção das tradições e de inteligibilidade do passado da comunidade; no entanto, é válido ressaltar que "a memória é um progresso vivido, conduzido por grupos vivos, portanto, em evolução permanente e 'vulnerável' a todas as manipulações".

Assim, a memória emite fragmentos do passado. Esta memória precisa ser exercitada através das narrativas orais, pois o narrador e/ou a narradora buscam nas lembranças as vivências cotidianas, as histórias ouvidas, os diversos fazeres e as relações de trabalho, possibilitando a constituição da história do grupo. Segundo Miranda (2005:386), "Ouvir a voz, filtrar os resíduos é caminhar em busca das reminiscências evocadas pelos depoentes sobre o seu território, suas vivências e a de seus ancestrais". Ouvir as vozes dos narradores tem possibilitado aos historiadores enriquecer suas pesquisas por intermédio das lembranças dessas testemunhas, permitindo identificar novas percepções a respeito de tempo, espaço e memória. Nessa direção, ao ouvir a voz dos depoentes, o território vai se delineando conjuntamente com as imagens que se constroem a partir das memórias que vão sendo articuladas sobre o mesmo.

Com o objetivo de investigar sobre os primeiros moradores da região, além da história oral, buscamos também a documentação escrita, na tentativa de encontrar algum documento seja de registro de terras, ou de outra natureza. Dessa forma, foram realizadas várias buscas pelos arquivos locais e estadual, à procura de documentos que fizessem referências a Coqueiros e região. Assim, encontramos uma Escritura de Terra, em nome do senhor Manuel Joaquim dos Reis e Benedicto Joaquim de Sant'Anna, que diz:

> Escriptura de doacçao intervivos que fazem como doadores Joaquim Elias de Jesus e sua mulher dona Jacintha Alma de Jesus e como outorgantes donatários Manuel Joaquim dos Reis e Benedicto Joaquim de Sant'Anna de dez tarefas de terra da fazenda Coqueiro no lugar denominado Engenho Velho do distrito da cidade de Jacobina na forma abaixo.[4]

A referida documentação esclarece que Manuel Joaquim dos Reis e Benedicto Joaquim de Sant'Anna receberam uma doação de terras intervivos de Joaquim Elias de Jesus e sua mulher dona Jacintha Alma de Jesus, uma quantidade de dez tarefas de terra da Fazenda Coqueiro, no lugar denominado Engenho Velho do distrito da cidade de Jacobina, na forma abaixo:

> Manuel Joaquim dos Reis e Benedicto Joaquim de Sant'Anna, moradores d'esta fazenda, pessôas reconhecidas de mim primeiro Tabellião e das testemunhas adiante nomeadas e no fim assignados, do que dou fé; perante as quais pelos outorgantes doadores me foi dito que são senhores e legítimos possuidores de metade da Fazenda Coqueiro do distrito de Jacobina que lhe houveram de compra a Antonio Teixeira Soares e outros, a qual achando-se livre e desembargada de quaisquer (uns), n'esta data fazem muito livre e espontania vontade doação inter-vivos aos outorgados donatários de dez tarefas da referida metade da fazenda Coqueiro no lugar denominado Engenho-Velho, onde eles já tem roças de cafeeiros.[5]

O referido documento faz referência aos limites das terras doadas, como também às testemunhas:

> Sendo os limites seguintes do lado do nascente com roça de Miquilina Isabel de Jesus e do lado do poente dividindo com a roça de LaudelinaJozina de Jesus,do lado do sul no cume do morro, e do lado do norte com as moradoras dos mesmos donatários, dão o valor de duzentos mil reis, pelo que desde já, por virtude deste instrumento e da melhor forma de direito e pela clasúla constituti e transferem para as pessôas dos

4 Escritura Pública, lavrada em 7 de outubro de 1926, pelo 1º. Tabelião Davino Teixeira dos Santos. Jacobina, 16 de agosto de 1929.

5 Conservamos a escrita da época.

> mesmos outorgados, todo domínio, e posse sobre as referidas dez tarefas de terra, que ora fazem doação sem condicções alguma. Pelos os outorgados donatários foi dito que aceitam a presente escriptura pela forma que n'ella se contém e declara, me apresentando o conhecimento do imposto do theôr seguinte número setenta e trez. Exercício de mil novecentos vinte e seis. Número oitocentos setenta e trez. Imposto de transmissão de doação inter-vivos.[6]

Segundo Antônio Joaquim dos Reis, morador de Coqueiros e proprietário dessas terras e da escritura aqui apresentada, Manuel Joaquim dos Reis era seu pai, e deixou para a família as terras de Coqueiros. Alguns pontos merecem ser discutidos. Primeiro em relação aos donatários, aqueles que já viviam nessas terras. Manoel Joaquim dos Reis e Benedicto de Sant'Ana já residiam nessas terras antes de ser lavrada a Escritura, no ano de 1926, início do século XX, o que nos leva a pensar que estes senhores estavam nessas terras desde o período da escravidão, e depois da Abolição permaneceram. Ou quem sabe seus pais, ou seus familiares tenham sido escravos.

Segundo o senhor Antônio Joaquim dos Santos, as terras do Engenho Velho pertenciam ao seu avô paterno, Elias Joaquim dos Reis, pai do seu pai Manuel Joaquim dos Reis: "as terras do Engenho Velho pertenciam ao meu avô, Elias Joaquim dos Reis, pai do meu pai – Manoel Joaquim dos Santos" (Fala do senhor Antônio Joaquim dos Reis, morador da comunidade quilombola de Coqueiros. Entrevistado pela equipe do Projeto *Trajetória da População Afro-brasileira da Microrregião de Jacobina*, em Coqueiros, dia 20 de fevereiro de 2013). E ainda acrescenta que todas estas terras pertenciam a sua família, tanto do lado materno quanto paterno:"da minha mãe, já ficou pra traz aí, Fazenda Palmeira".

Sobre a família do senhor Norberto Santos, que chegou à comunidade de Coqueiros e se espalhou pela região, segundo as narrativas orais: "as outras pessoas que chegaram, os que veio do que dizem que nos somos quilombola, ele veio de São Tomé. Disse que moravam lá em cima" (Fala do senhor Antônio Joaquim dos Reis, morador da comunidade quilombola de Coqueiros. Entrevistado pela equipe do Projeto *Trajetória da População Afro-brasileira da Microrregião de Jacobina*, em Coqueiros, dia 20 de fevereiro de 2013).

Estas histórias são contadas pelos moradores do perímetro quilombola; atrelado às narrativas orais, analisamos a documentação de registro de terras, na tentativa de entender as teias dessa história. A documentação esclarece que parte das terras de Coqueiros foi doada pelos proprietários aos donatários. Outras terras foram ocupadas pelas pessoas que foram chegando, como o senhor Norberto Santos, pois eram terras abandonadas, que não tinham dono; segundo Francisquinho, "terras de Nossa Senhora".

2. O ressignificado do Patrimônio Cultural de Coqueiros no pós-reconhecimento

Segundo as narrativas coletadas, o reconhecimento significou uma vitória para estes quilombolas, pois, a partir de então e através da Associação de Moradores, alguns projetos do governo federal chegaram a essas comunidades; infelizmente, a maioria dos projetos é de cunho assistencialista, que não muda as formas de sobrevivência e carência da população. Ainda nas narrativas coletadas, é perceptível que no pós-reconhecimento houve uma decolagem da autoestima; estes quilombolas assumiram a sua descendência, visível nos seus diversos fazeres, como através dos seus costumes, da religiosidade, nas formas de sobrevivência e nas manifestações culturais. O reconhecimento marcou um novo pensar da população sobre sua cultura e seus costumes. A partir de então, a população se revelou como afrodescendente, assumindo a sua africanidade através da religiosidade afro-brasileira tão presente em diversos terreiros domésticos existentes, como também nas manifestações culturais.

Os moradores têm recriado e incorporado manifestações culturais que estavam adormecidas, fortalecendo, assim, seu patrimônio cultural. Dentre estas manifestações podemos citar: o Reisado, os Terreiros de Caboclos, o Samba de Roda, a Festa de São Cosme e São Damião, entre outras. Estas manifestações têm ultrapassado os limites do território quilombola, tendo visibilidade em outros municípios. Sobre a recriação dessas manifesta-

6 Entre vivos, ou seja, não decorreu de falecimento.

ções, é válido afirmar que, com o pós-reconhecimento e a criação da associação, há uma integração entre os moradores, objetivando a permanência das manifestações existentes e a luta pelos direitos quilombolas, como também um despertar para a valorização da cultura local, que estimula os moradores a participarem cada vez mais das manifestações culturais. Assim, estas tradições,

> De certa maneira, recebem uma configuração renovada, tendo em vista que, permaneceram, até então, no círculo das relações familiar e de parentesco, restrita ao limite da comunidade. Contudo, nos dias atuais, a expressão dessas tradições se expandiu para além das fronteiras anteriores. (Souza, 2011:37).

Assim, o reconhecimento reafirmou/ressignificou a cultura local, como também criou laços de união, socialização e integração dos quilombolas. Os moradores passaram a se reunir periodicamente, reivindicando seus direitos; criaram e recriaram algumas manifestações culturais.
Nas narrativas, fica evidente a valorização da cultura local. Dessa forma, os moradores passaram a sentir prazer em estar rememorando estas manifestações culturais, trazendo para o presente suas práticas culturais que há muito tempo tinham sido colocadas no esquecimento. Segundo Thompson (1988:22), "não podemos esquecer que cultura é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos num só feixe, pode, na verdade, confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer". No caso de Coqueiros, os moradores conseguiram trazer para o presente algumas manifestações que estavam adormecidas e deram um novo perfil. Funes (1996:467), ao pesquisar sobre os quilombos da Região Amazônica, discorre sobre estas práticas culturais, afirmando que,

> Precisamos examinar com cuidado as marcas culturais, seja através dos seus ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho.

Essa perspectiva exige trazer ao cenário um conceito de cultura que abarque as práticas de resistência diante do poder, o qual se manifesta tanto na ação política quanto nas formas ocultas e práticas culturais que têm também um forte viés identitário. Nesse sentido,

> O povo aparece como um todo provido de uma cultura comum que o separa das camadas sociais que possuem o poder social e cultural. É importante explicitar a ideia de que "os homens fazem a sua própria história", que os homens não são objetos passivos de algumas configurações de si mesmos. Cabe-nos buscar e analisar as formas simbólicas – palavras, imagens, instituições, modos de comportamento – com cuja ajuda os homens de qualquer lugar se representam, perante si mesmos e perante aos demais. (Funes, 1996:467).

Dessa forma, o perfil identitário é definido pela forma que estes homens e mulheres vão construindo sua história,a partir de suas simbologias e dos diferentes elementos que estão presentes nas suas práticas culturais.

2.1 O Reisado e São Cosme Damião: festejos que unem os quilombolas de Coqueiros

A festa constitui um espaço de encontros, desencontros, alegria e sociabilidades, possibilitando um engajamento entre os seus participantes. Dessa forma, a festa representa um momento único, no qual os interesses parecem ter apenas um objetivo: a diversão e o encontro. Uma das principais características da festa é a sociabilidade. É no espaço das comemorações que as relações sociais se entrelaçam e se aguçam. O ambiente festivo, de alegria e de descontração, leva os participantes a terem tal comportamento. Nesse espaço, também se encontra o sentido da religiosidade e da solidariedade e, ainda, as demarcações de especificidades e diferenças entre os indivíduos e os grupos, segundo Miranda (2009:126).

O Reisado de Coqueiros, acontece entre os meses de dezembro e janeiro. Durante os festejos, os participantes brincam, cantam, bebem e se divertem bastante, constituindo momentos de descontração, permissividade, sociabilidade e solidariedade. Dessa forma, pode-se afirmar que as festividades em geral constituem momentos significativos da vida das comunidades. Estas festas chegam com bastante força, "modificando o cotidiano e sendo por ele também modificado", segundo Moura (1999:107). No caso da comunidade negra rural de Coqueiros, durante a festa de Santos Reis se congregam as tradições da comunidade, dando significado à cultura local e à identidade do grupo.

Esta festa é realizada com a participação de todos os moradores, especialmente dos mais velhos, como nos informa seu Antonio: "a festa de Santo Reis eu participo, só sai festa com a gente, sambando, cantando reis [risos] eu gosto [intervalo] ainda canto uma chulinha[risos]" (Fala do Senhor Antônio, 78 anos, morador da comunidade de Coqueiros. Entrevistado por Hidoelson Oliveira Souza, como parte do Projeto de Pesquisa *Trajetória da População Afro-brasileira da Microrregião de Jacobina*,em 10 de outubro de 2010). Segundo Andrade (2011:12),"a festa não se limita ao dia festivo, ela é tecida no cotidiano da localidade com o trabalho coletivo de pessoas que se dedicavam à sua organização e que viam nela parte integrante de sua labuta cotidiana".

A festa é uma construção coletiva, pois seus participantes participam desde a organização até o festejo propriamente dito. Nas várias etapas, há um esforço coletivo para que tudo ocorra da melhor forma. A festa perpassa entre o sagrado e o profano, pois sai da Igreja Católica para a rua. A devoção maior dos moradores é a festa dos Santos Reis, tanto que é este o padroeiro da comunidade. As novenas são realizadas nas casas dos moradores e há rezas, agradecimentos, homenagens, etc. Depois das rezas acontece a festa profana, com o samba, no qual há a participação de homens, mulheres, crianças e toda a população que participa da festa. Nessa perspectiva, de certa forma, a festa dá "ênfase para as relações de poder, devoção e para os múltiplos usos dos espaços festivos que congregavam *em si o rezar e o festar*", segundo Machado (2003).

Durante as novenas, as pessoas da comunidade se reúnem e visitam as casas e roças da comunidade, *cantando reis*. Nessa visita, geralmente os moradores oferecem alimentos e bebidas aos participantes, como também fazem doações de alimentos para serem consumidos no dia da festa: 6 de janeiro. Participam dos festejos, homens, mulheres, crianças e toda a comunidade. Os participantes passam de casa em casa cantando e dançando, homenageando os Três Reis Magos.

Durante as novenas, acontece o Samba de Roda, representação cultural da comunidade de Coqueiros, apresentado nos mais diversos eventos da região. E assim o povo de Coqueiros festeja, comemora e vivencia as suas práticas culturais.

Dentro dos festejos que acontecem em Coqueiros, também há o chamado *cariru* (caruru), como a população costumeiramente denomina a comida servida às crianças, em homenagem a São Cosme e São Damião[7], que acontece no mês de setembro e é realizado pelos adeptos do candomblé. Segundo Moura (1999:107), "as festas passam a ser o modo de expressão das identidades do grupo e da sua luta pelos valores intrínsecos à comunidade, reforçando estes valores internos e reafirmando-os para os de fora".

Assim, no dia 27 de setembro, as mulheres da comunidade se reúnem para fazer a chamada "comida dos Cosmos". As várias casas de terreiros da região, neste dia, estão em festa preparando as oferendas. Com a oferenda pronta, é hora de servir aos santos: São Cosme e São Damião. Antes, porém, se faz as orações e agradecimentos. Seguindo o ritual, é posta uma mesa com uma toalha branca e é oferecido o caruru para sete crianças do sexo masculino. Novamente acontecem as rezas, agradecimentos e os vivas a São Cosme e São Damião. A partir de então, os adultos e as crianças do sexo feminino se servem da comida.

Nos vários terreiros de candomblé existentes na comunidade negra rural de Coqueiros, é atribuído aos Santos Católicos Cosme e Damião o nome da divindade *ibejis* – divindade gêmea da vida, protetor dos gêmeos (*twins*) ou orixás-meninos (*Ibejis* ou *Erês)* da tradição africana *yorubá.*

---

7 Há relatos que dizem que Cosme e Damião não teriam existido e que seriam uma adaptação de alguns deuses da mitologia grega, no entanto esta tese é refutada pelos que acreditam na real existência dos Santos gêmeos. É interessante também observarmos que estes Santos são chamados por diversas "seitas" como se fossem oriundos do paganismo, ou seja, não cristãos. Essa observação é facilmente refutada tendo-se em vista que foi justamente por serem cristãos e estarem preocupados em converterem os pagãos, que Cosme e Damião foram perseguidos pelos romanos e martirizados.

Conforme aponta Moura (1999:107), de certa maneira, é por meio da "cultura da festa", que a comunidade reafirma e reconstrói sua identidade cultural e étnica. Entretanto essa identidade também exige uma autenticidade, a qual é encontrada num passado ressignificado ou reinventado.

3. Rezas, folhas e cura: os benzedores e as benzedeiras

Nas regiões mais longínquas do nosso país, onde os postos de saúde quase não existem, a figura do médico é escassa e os remédios alopatas inacessíveis, os benzedores representam o porto seguro, aqueles que são responsáveis em curar as diferentes dores sofridas pela população. São eles que receitam chás, banhos e fazem rezas para aliviar as dores físicas e espirituais. A população da zona rural, principalmente, tem por essas pessoas uma verdadeira adoração, pois nos momentos mais difíceis de suas vidas recorrem a esses benzedores. Assim, o benzedor ou a benzedeira, geralmente, é alguém da própria comunidade; em alguns casos, recebeu os ensinamentos dos antigos, sempre de forma oral – razão pela qual não há registros sobre eventuais fórmulas –, bem como mantém em segredo a oração que profere, geralmente não cobrando por suas atividades.
Na comunidade quilombola de Coqueiros e adjacências, encontramos benzedores e benzedeiras que exercem esta função: rezar, receitar banhos e chás. Esses homens e mulheres, que dizem possuir o poder da cura, narraram histórias, afirmando que ajudam as pessoas nos momentos mais delicados de suas vidas, cuidando do corpo e da alma dos necessitados.
Assim, nessas comunidades encontramos homens e mulheres que – além de serem trabalhadores rurais, pois vivem da roça, plantando produtos para sua sobrevivência e o que sobra vendem nas feiras da região – também exercem a função de rezadores. Fazem suas obrigações e estão sempre dispostos a ajudar aqueles que aparecem nas suas casas, seja através de uma palavra de conforto, uma oração, um banho de folhas ou de outra obrigação, a depender da situação.

3.1 Os benzedores e benzedeiras: crenças e cura

No decorrer da pesquisa, quando iniciamos a discussão sobre as experiências históricas dos quilombolas de Coqueiros, Palmeiras e Santa Cruz, chamou-nos a atenção o número de pessoas que se apresentavam como benzedeiras. Alguns se intitulavam benzedores, outros se diziam parentes de um benzedor da localidade e falavam o nome e diziam que rezavam contra mau-olhado, que faziam batuques, que adivinhavam certas situações e que curavam. A partir dessas narrativas, começamos a visitar esses benzedores e ouvir suas histórias; indagamos sobre como eles tinham iniciado e de que forma eles perceberam que tinham o poder de curar e de ver coisas que as pessoas comuns não conseguiam enxergar. Esses benzedores se autodenominam apenas como rezadores e afirmaram que foram chamados a cultuar os seus santos, os seus orixás, em momentos difíceis das suas vidas, que passaram por várias privações até aceitarem os chamados dos santos e/ou orixás. Narraram que resistiram muito para poder adentrar nesse universo, mas devido ao sofrimento que passaram e a partir do momento que cultuaram os santos foram curados e começaram também a curar.
Percebemos, também, que as outras religiões estão presentes nessas localidades, como a Católica e a Evangélica, pois há igrejas e adeptos, mas observamos, também, que há uma crença muita grande da população nas rezas, nas folhas e nos pejis8. A população se diz católica, mas frequenta os cultos da religião afro-brasileira, crê nesses benzedores e benzedeiras e confia nas suas rezas e folhas.
Nas comunidades remanescentes de quilombo, as crenças em rezas e folhas é bastante presente, principalmente as localizadas na zona rural. Essas comunidades, por muito tempo, ficaram na contramão da história; seus moradores ficaram silenciados com seus costumes e suas representações culturais. Com o reconhecimento como comunidade quilombola, essas representações culturais vão se tornando visíveis e há um movimento de valorização por parte da população pelas suas crenças, manifestações culturais e seus costumes. As rezas,

8 Peji é o altar onde estão as imagens dos santos, além das orações, velas, água, folhas e todo o material que os benzedores precisam para exercer suas atividades.

as folhas, a confiança naquele que cura, sempre existiu; essas pessoas não mudaram, pois sua cultura sempre esteve viva e experienciada.

O senhor José Carlos Araújo, considerado um dos mais importantes benzedores de Coqueiros, afirma que esse poder de adivinhar e de curar chegou até ele espontaneamente, algo que começou a aparecer. Como podemos ver na narrativa abaixo:

> A forma que vem, vem pelo ar. Porque se a senhora me disser que tem um curador, e ele chegar assim e dizer tem... A fulana, tem caboclo fulano, eu quero ter, sete frases com ele, que é pra ele me explicar e me amostrar... Que eu não engano ninguém...Ta entendendo...Eu não engano pessoa nenhuma, nunca enganei, eu tô com cinquenta e três anos, tenho fé em Jesus que não engano ninguém. E alguma coisa que eu vejo aqui no setor, eu aviso, eu aviso ao pessoal antes, quinze dias, oito. Mas, ninguém acredita naquilo que eu tô falando e aí o pau come. (Fala do senhor José Carlos Francelino dos Santos, entrevistado pela autora, em 27 de junho de 2013).

Esses homens e mulheres, benzedores e benzedeiras, trazem para a comunidade o poder da cura, se dizem sabedores e adivinhadores de diferentes situações. E assim essas comunidades se encarregam de valorizar esses poderes, pois é a eles que os moradores se dirigem em momento de aflição, seja quando sentem uma dor física, seja quando alguém da família se encontra doente, seja quando estão passando por diferentes problemas e dificuldades. São esses rezadores e rezadeiras que passam suas folhas, que fazem orações e que aconselham, direcionando o melhor caminho a seguir.

Segundo Botelho (2011:42), alguns estudiosos como Bastide (1978), Montero (1985), Barros (2003) consideram que, no Brasil, muitos dos recursos terapêuticos à base de ervas, plantas e raízes foram ao longo da história empregados nas práticas curativas e religiosas pelos pajés indígenas, pelas rezadeiras e feiticeiras provenientes do Velho Mundo e, sobretudo, pelos curandeiros e curandeiras de populações negras oriundas da África. Hábitos e rituais empregados nas mais variadas práticas curativas, originalmente, estão relacionados com os costumes da cultura negra, com crenças e ritos indígenas e com o catolicismo popular.

Dessa forma, nas comunidades quilombolas,a tradição do curandeirismo estava solidamente enraizada e se constituiu a partir das influências da sabedoria indígena no trato com as folhas, na devoção cristã das rezas e ladainhas e na mística afrodescendente de busca da cura na natureza e nos orixás, segundo Botelho (2011:42).

Botelho (2011:42), na sua pesquisa sobre o terreiro de Zé Pequeno, localizado em Vitória da Conquista (BA), comenta:

> Percebemos que muitos elementos umbandistas estiveram presentes no Terreiro de Zé Piqueno, mas não podemos classificá-lo como sendo exclusivamente de Umbanda. Assim, reconhecemos essa complexidade na definição desse Terreiro, devido aos hibridismos religiosos aí presente e comungamos da idéia de Aguiar (1999) de que no sertão baiano se constituiu um Candomblé de tradição local, que agregava vários elementos culturais e religiosos.

Assim, percebemos que nas comunidades quilombolas há uma junção de vários elementos da religião afro -brasileira. Segundo Canclini (2008:165), esses elementos pertencem às etnias africana, indígena e europeia e estão contempladas a partir dos hibridismos e das recriações simbólicas.

Bhabha (2003:165) por sua vez, discute o termo hibridismo afirmando que

> O hibridismo é uma problemática de representação e de individuação colonial que reverte os efeitos da recusa colonialista, de modo que outros saberes “negados” se infiltrem no discurso dominante e tornem estranha a base de sua autoridade – suas regras de reconhecimento.

Nessa perspectiva, ainda segundo Bhabha, devemos sublinhar que o conteúdo dos saberes recusados – sejam eles formas de alteridade cultural ou tradições da traição colonialista – retornam para serem percebidos como contra-autoridades. A diferença de culturas já não pode ser identificada ou avaliada como objeto de contemplação epistemológica ou moral: as diferenças culturais não estão simplesmente lá para serem vistas ou apropriadas. Ainda segundo Bhabha (2003:165-168), o hibridismo intervém no exercício da autoridade não meramente para indicar a impossibilidade de sua presença, mas para mostrar que há uma nova cultura, resultado da junção de outras.

Senhora Helena, benzedeira bastante procurada na comunidade, narrou sobre sua iniciação ao culto aos orixás:

> No caso, eu não sei, acho que já foi uma pessoa que Deus escolheu. Porque tudo tem que Deus escolher primeiro, pra poder lhe dar sabedoria. Eu nem, eu propriamente não sei, minha família sabe explicar mais do que eu, porque assim, era uma coisa que eu, nem bem percebia como era [...]. (Fala de D. Helena, entrevistada pelos componentes do Projeto *Trajetória da População Afro-brasileira da Microrregião de Jacobina*, em 27 de outubro de 2012).

Os narradores falam desse chamado, de algumas privações que passaram – como as doenças – para poder acreditar e se dedicar à rezas, aos santos e aos orixás, algo que nem eles mesmos sabem explicar, mas sabem que existe essa ligação entre o mundo terreno e o espiritual. Esses homens e mulheres fazem a ligação da religião afro-brasileira com o Catolicismo. Todos acreditam em Deus, na Virgem Maria e nos Santos da Igreja Católica e se utilizam das orações, folhas e velas para amenizar os problemas da população local. Assim, segundo Nascimento (2012):

> Utilizar o poder das orações, folhas, chás, beberagens, com a intersecção de santos, guias e orixás para aliviar doenças do corpo, livrar-se do "mau-olhado" ou de qualquer outro mal que o indivíduo estivesse padecendo foram algumas das missões, enfrentadas por rezadores e rezadeiras em Santo Antônio de Jesus-Ba, que ainda no século XXI, mesmo que em menor quantidade, continuam a jogar "nas ondas do mar com os poderes de Deus e da Virgem Maria"os males de quem recorra aos seus serviços.

Esses homens e mulheres se protegem e protegem a quem lhes procuram, utilizando orações, chás e beberagens. Essas narrativas trazem para o presente essas intermediações. Dessa forma, não podemos perder de vista que a História Oral tem possibilitado compreender a História do Tempo Presente, dando visibilidade àqueles que foram escamoteados pela historiografia tradicional. Através da História Oral podemos conhecer as subjetividades de diferentes sujeitos. Nesse contexto, a formulação teórica do sociólogo Maurice Halbwachs (1990) ganha destaque, passando a integrar o universo teórico dos historiadores. De acordo com o referido autor, a memória envolve uma relação entre a repetição e a rememoração. Importa porém ressaltar que, ao analisar a repetição das memórias, Halbwachs observou que ela ocorre juntamente com a sua revisão. Outro ponto relevante de sua pesquisa é a afirmação de que a memória coletiva depende do poder social do grupo que a detém. Isto porque, na rememoração, nós não lembramos as imagens do passado como elas aconteceram, e sim de acordo com as forças sociais do presente que estão agindo sobre nós. (Ferreira, 2002:320).

A identidade cultural desses quilombolas está sendo construída. Após o reconhecimento houve uma valorização da cultura local; algumas manifestações culturais e costumes foram ressignificados. A identidade encontra-se em processo de mudança e transformação, segundo Hall (2012:108-109). Assim, nessa discussão, apelo para Hall, quando o mesmo afirma "que as identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência". Esse passado histórico está bastante presente nas comunidades quilombolas aqui estudadas. Esta identidade aparece em diferentes fazeres, seja nas relações de trabalho, familiares e na religião. Os resquícios da ancestralidade africana e indígena aparecem nessas dimensões. Seja a forma como se cuida da terra, seja nos momentos de aflições, como

nas doenças. Nesse sentido se apela aos benzedores, que utilizam das folhas, das rezas, das promessas e das repetições de frases, objetivando a cura do mal.
As velas, as folhas, as imagens dos santos, flores e água são objetos que são utilizados por esses benzedores e benzedeiras para processar a cura. A senhora Helena detalha de que forma ela utiliza esses objetos e afirma que, utilizando um copo com água, com flores dentro e uma vela acesa, observando esse copo, ela pode ver o que está acontecendo.
Nessa composição de santos, rezas, folhas e velas, há também as festas. Nesse momento, os tambores se agitam quando esses homens e mulheres fazem suas obrigações. Festejar constitui o sinônimo de conclusão do ritual. Durante as festas, comidas e bebidas são servidas aos participantes, como forma de agradecimento e alegria pelas conquistas conseguidas. Na grande festa pública da liturgia Jeje-Mahi, segundo Parés (2007:346-347), a obrigação do *boitá* (a grande festa pública) realiza-se no domingo seguinte à "matança" dos bichos de quatro patas. Para ele, "O *boitá* é uma homenagem a Bessen, o vodum dono da nação jeje-mahi, mas também pode ser dedicado a outros voduns. É uma festa sempre muito concorrida entre o pessoal da casa e visitantes de fora".
Em nossas visitas a essas comunidades, numa manhã ensolarada, paramos em frente à casa da senhora Helena para conversarmos sobre o seu ofício e, coincidentemente, quando lá chegamos, era o dia da grande festa. Os preparativos para o festejo já tinham se iniciado e chegamos quando estava tendo início a "matança" de um bode. A senhora Helena nos recebeu e foi narrando os passos do ritual.
Dessa forma, percebe-se, então, que esses benzedores e benzedeiras utilizam folhas e velas, entre outros objetos comuns aos benzedores, em suas casas encontramos pejis, alguns maiores, outros menores. Esses narradores afirmam que necessitam cumprir obrigações para que possam dar prosseguimento à sua missão aqui na terra.
Assim, observamos que nessas comunidades muitos dos rezadores possuem dentro de suas casas pequenos altares onde se encontram os santos da Igreja Católica, velas, água, alguns búzios, folhas, flores, tambores, e cada um dos elementos encontrados possui uma representação. Esses altares constituem o que podemos chamar de terreiros domésticos, onde se encontra a influência da cultura indígena e africana. Segundo Silveira (2006:237),

> [...] a localização dos altares parece haver uma clivagem étnica, pois, diferentemente dos calundus (Lopes, 2006) bantos que poderiam ter seus assentamentos no mato, os africanos ocidentais sempre tinham seus altares no recinto onde se dava a festa pública.

Dessa forma, vamos encontrar em Coqueiros, Palmeiras e Santa Cruz uma clivagem étnica, onde aparece a imagem do caboclo e do boiadeiro. Os altares se localizam junto à residência, em um quarto separado, próximo a um espaço maior, onde acontecem as festas. Estes cultos têm uma tendência ao sincretismo com o Catolicismo. Segundo Silveira (2006:237), em alguns calundus do século XVIII houve uma tendência a este sincretismo, mas em outros não. No calundu de Luzia Pinta e Josefa Maria se verificou a presença dos santos católicos, sobretudo da Senhora do Rosário e de Santo Antônio; já no calundu de Wagener de Branca e do Pasto de Cachoeira, não se encontrou traços cristãos. Ainda segundo Silveira (2006:237):

> Ademais, os dados também mostram que a adesão ao Catolicismo não foi uma prorrogativa dos calundus bantos, pois os courás aderiram e provavelmente também os jejes do Accu, mesmo que tal tenha sido apenas uma fachada. Já o sincretismo com os cultos ameríndios parece ter sido uma característica constante apenas dos calundus bantos, pois não há traços nativos identificáveis no culto vodum proveniente da Costa da Mina, nem na Dança de Tunda, a entrada dos caboclos nos candomblés africano-ocidentais tendo sido bem tardia, no início do século XX.

Encontramos, então, nos cultos domésticos dessas comunidades quilombolas uma clivagem étnica. Inicialmente, esses narradores apenas se dizem benzedores, rezadores, mas em muitas casas que visitamos encontramos os pejis e os salões onde se realizam as festas. Também narraram que acreditam nos orixás. Dizem-se

adivinhadores e afirmam que não são eles que falam, mas uma entidade e eles são apenas o instrumento. Silveira (2006:238), salienta que, nesses ritos, havia o caráter curativo. "Em alguns deles curar pessoas doentes ou possuídas por espíritos malignos era objetivo prioritário e explícito".

Considerações finais

Estas histórias são narradas por esses quilombolas. São histórias sobre a trajetória do lugar, sobre as manifestações culturais, sobre a labuta diária, sobre as formas de sobrevivência, as crenças e os festejos. Nessa perspectiva,

> O respeito pelo valor e pela importância de cada indivíduo é, portanto, uma das primeiras lições de ética sobre a experiência com o trabalho de campo na História Oral. Não são exclusivamente os santos, os heróis, os tiranos – ou as vítimas, os transgressores, os artistas – que produzem impacto. Cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias em potencial, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados. (Portelli, 1997a:17).

Como historiadores orais, nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos enriquecem nossa experiência. Cada entrevista é importante, por ser diferente de todas as outras, porque cada pessoa, cada momento, cada fala tem o seu significado.

Nessa perspectiva, a trajetória de Coqueiros e a ressignificação do patrimônio cultural no pós-reconhecimento foram evidenciados. Neste espaço de discussão tentamos apresentar algumas nuances da trajetória dessa comunidade e suas práticas culturais. Os festejos constituem momento ímpar na comunidade, pois nesses dias, as pessoas em geral param suas atividades cotidianas para comemorar e participar das festividades; é uma ruptura da vida diária, um intervalo na ordem estabelecida, momento de renovação das forças, desgastadas pela rotina do trabalho e pelo respeito às regras permitindo que as tarefas habituais sejam, posteriormente, retomadas com mais vigor. A festa dá ensejo à ruptura total, a partir da suspensão temporária da ordem e da instauração de uma nova, diferente da anterior, faz-se, então, uma tensão entre a continuidade e a ruptura. Durante os festejos, há um esquecimento temporário da vida cotidiana e das preocupações familiares.

Tendo como fonte principal a História Oral, Portelli (1997a:9-17) chama a atenção, dizendo que a História Oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém forma um todo coerente depois de reunidos – a menos que as diferenças entre elas sejam tão irreconciliáveis que talvez cheguem a rasgar todo o tecido. Em última análise, essa também é uma representação muito mais realista da sociedade, conforme experimentamos.

As narrativas evidenciam a valorização da cultura local. Dessa forma, os moradores passaram a sentir prazer em estar rememorando essas manifestações culturais, trazendo para o presente suas práticas culturais que há muito tempo tinham sido colocadas no esquecimento. Segundo Thompson (1998:22), "não podemos esquecer que cultura é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos num só feixe, pode, na verdade, confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer". Os moradores de Coqueiros e adjacências conseguiram trazer para o presente algumas manifestações que estavam adormecidas e deram um novo olhar, valorizando a cultura local. Segundo Souza (2013:55-71),

> A pesquisa oral constituiu um instrumental metodológico facilitador do trânsito entre subjetividades experimentadas por indivíduos e grupos que, de alguma forma, estiveram no limbo, na penumbra da história; tornou possível historicizar e trazer à tona marcas e vestígios de situações vividas que, de determinados ângulos, pouco tiveram visibilidade na historiografia.

Através da História Oral e da História do Tempo Presente, esses sujeitos são perceptíveis, pois vêm construindo e reconstruindo seus fazeres, sua identidade e suas vivências cotidianas. Nessa perspectiva, a História Oral constituiu o ponto de partida; as lembranças e os ruídos da memória revelam as práticas culturais dessas comunidades quilombolas.

Referências

ANDRADE, F. da S. (2011),*Abre alas minha gente! Festa, cultura e religiosidade popular no Termo de Reis Humilde em Alegria – 1966-1993*.Dissertação de Mestrado,Santo Antônio de Jesus, Programa de Pós-Graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional, Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus V.

BARROS, J. F. P. de (2003), *EwéOrisà: uso litúrgico e terapêutico dos vegetais nas casas de Candomblé jêje-nagô,*2. ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

BASTIDE, R. (1978), *O Candomblé da Bahia*, 2. ed., São Paulo, Editora Nacional.

BHABHA, H. (2003), *O local da cultura* (trad. M. Ávila, E. L. de L. Reis e G. R. Gonçalves), Belo Horizonte, Editora da UFMG.

BOTELHO, P. F. (2011), *Na Encruzilhada da Tradição: Os laços entre Zé Pequeno e Pai Cely no Candomblé em Vitória da Conquista – BA.* Dissertação de Mestrado, Santo Antônio de Jesus, Programa de Pós-Graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional, Universidade do Estado da Bahia (UNEB)– Campus V.

CANCLINI, N. G. (2008), *Culturas Hibridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*, 4. ed., São Paulo, Edusp.

FERREIRA, M. de M. (2002), "História, Tempo Presente e História Oral". *Topoi* (3), p. 314-332.

FUNES, E. A. (1996), "Nasci nas matas, nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas". In: J. J. Reis, F. dos S. Gomes, *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil,* São Paulo, Companhia das Letras.

HALBWACHS, M. (1990), *A memória coletiva*, São Paulo,Vértice.

HALL, S. (2012), "Quem precisa da identidade". In: T. T. da Silva, S. Hall, K. Woodward (org.), *Identidade e diferença*, Petrópolis,Vozes.

JANCSÓ, I., KANTOR, Í. (org.), (2001), *Cultura e sociabilidade na América Portuguesa*, São Paulo, Hucitec, Imprensa Oficial.

LOPES, N. (2006), *Novo Dicionário Banto do Brasil*, Rio de Janeiro, Pallas.

MACHADO, M. C. T. (2003), "Folia de Reis: liturgia do Povo, recriando o mistério da vida". In: R. Patrota (org.), *História e Historiografia: Perspectivas contemporâneas de investigação*, Uberlândia,Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós- Graduação em História, Edufiu.

MIRANDA, C. A. S. (2005), "Escravidão e fuga na América Portuguesa: A história de Mariinha Rodrigues e seus descendentes na Bahia - Séculos XIX e XX". *Projeto História*, São Paulo, 31, p. 7-13.

MIRANDA, C. A. S. (2009), *Vestígios Recuperados:Experiências da comunidade negra rural de Tijuaçu- BA*, São Paulo, Annablume.

MONTERO, P. (1985), *Da Doença à desordem*: *A Magia na Umbanda*, Rio de Janeiro, Graal.

MOURA, Glória (1999), "Os Quilombos Contemporâneos e a Educação". *Revista Humanidades*, 47, p.100-107.

NASCIMENTO, M. (2012), *Vidas, rezas e catolicismos: as experiências religiosas de rezadores em Santo Antonio de Jesus-BA (1940-1970)*. Dissertação de Mestrado, Santo Antônio de Jesus, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado da Bahia (UNEB)– Campus V.

PARÉS, L. N. (2007), *A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*, Campinas, Ed. Unicamp.

PORTELLI, A. (1997a), "Forma e significado na História Oral. A pesquisa como experimento de igualdade". *Projeto* História, 14, p. 7-24.

PORTELLI, A. (1997b), "Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral". *Projeto História*, 15, p. 13-47.

SILVEIRA, R. da. (2006), *O Candomblé da Barroquinha: Processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto*, Salvador, Maianga.

SOUZA, E. M. O. (2013), "História oral, memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição". *História Oral*, 16(2), p. 55-71.

SOUZA, H. de O. (2011), *Memória e Narrativa de Coqueiros: Uma comunidade rural no limiar da identidade quilombola*. Monografia de Final de Curso, Jacobina, Universidade do Estado da Bahia (UNEB)– Campus IV.

THOMPSON, E. P. (1998), *Costumes em Comum*, São Paulo, Companhia das Letras.

VIEIRA FILHO, R. R. (2009), *Os Negros em* Jacobina (Bahia) no Século XIX, São Paulo, Annablume.

Poética dos cadernos negros: repercussões identitárias numa comunidade quilombola

Maria Gabriela Batista Neiva[1]
gabyneiva@bol.com.br

Resumo: A Literatura Negra/Marginal, na contemporaneidade, vem se configurando como um espaço privilegiado de afirmações identitárias, deslocamentos, engajamento político e, sobretudo, como projeto de emancipação humana, em que o negro deixa de ser objeto para ser sujeito do seu discurso. Nesta pesquisa, trata-se de investigar o impacto ou não dessa produção no interior de uma comunidade quilombola, situando e confrontando valores tradicionais, estéticos, políticos e identitários, a partir de um grupo focal da comunidade remanescente de Lagoinha, localizada no município de São Gabriel- BA. Para tanto, nessa primeira fase da pesquisa, far-se-á apenas uma análise teórica da Literatura Negra e suas implicações político-ideológicas. Desse modo, espera-se que o trabalho com os Cadernos Negros possa contribuir para construção de um modelo de representação e de autorrepresentação etnicorracial positivamente afirmado.

Palavras chaves: Literatura Negra. Identidades. Comunidade quilombola.

1. Introdução

O Brasil possui a segunda maior população negra do mundo e como se sabe, isso se deve a um passado histórico marcado pelo crime da escravidão que perdurou durante séculos, por esta razão, a sociedade brasileira se constitui de uma base cultural, fundamentalmente africana, em que os valores étnicos, socioeconômicos, artísticos, religiosos estão intrínsecos no cotidiano do povo brasileiro. No entanto, houve historicamente um processo de desvalorização e depreciação dos elementos culturais de matriz africana, de modo que, práticas de racismo, discriminação e preconceitos foram se estabelecendo socialmente e se difundindo culturalmente, gerando imagens negativas do negro/a, além de austeras práticas de exclusão étnico-raciais, em que os padrões de uma cultura branca europeia têm sido vislumbrados e assimilados como superiores.

Como reflexo dessa sociedade que foi formada a partir de um sistema ideológico racialista, baseada numa visão monoculturalista, a Literatura nacional durante muito tempo vinculou uma estética que silenciava a voz negra, ou quando trazia para cena literária era de forma estereotipada e depreciadora dos elementos culturais africanos. Assim, salienta Cuti (2002) que a Literatura Brasileira, desde o período de sua formação, o negro enquanto tema, sempre se fez presente, todavia, numa visão distanciada, reducionista e estigmatizada, em que a cor da pele, atrelada a classe social, serviu de parâmetro para mensurar os arquétipos que a cultura do poder legitima. Como consequência desse processo de inferiorização e/ou invisibilização da cultura negra, advindos das ideias de uma cultura hegemônica, tanto na Literatura, como em outros espaços, onde o modelo de dominação hierarquizador predomina, os negros vivem ainda patentemente, resquícios de negação de sua cultura. Um exemplo desses espaços de negação são os quilombos contemporâneos, que têm sido vítimas de exclusão sociocultural, vivendo na subalternidade - reflexo de um sistema colonialista perverso em que o Brasil deixou no esquecimento seus nativos e as comunidades remanescentes, renegando direitos elementares para o exercício de sua cidadania e emancipação.

---

1 É Graduada em Letras: Português/Inglês e respectivas Literaturas pela UNEB - Universidade do Estado da Bahia, campus VI. Especializou-se em Estudos Linguísticos e Literários também pela UNEB – Campus XXIV. Atualmente cursa o segundo semestre do Mestrado em Crítica Cultural no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural – UNEB – Campus II/Alagoinhas-BA. Além de pesquisadora, é professora da rede Estadual de ensino da Bahia, possuindo experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa e Literaturas. Saliento que esta comunicação (GT 51) faz parte dos estudos iniciais da pesquisa de mestrado em sua fase de desenvolvimento.

A ausência de políticas públicas, que assegurassem e assistissem dignamente esses povos, provocou uma fragmentação de suas subjetividades, marginalizando-os socialmente - comumente violentados pelas práticas de racismos, segregação e de discriminação de sua cultura, de modo a impactar diretamente no modelo de suas autorrepresentações e identificações conscientes.

Atualmente, ainda que contemplados, timidamente, com algumas políticas públicas (tardias), os remanescentes de quilombos, provenientes desse processo de subjugação, de um contexto social, político-econômico adverso e desfavorável às construções identitárias positivas, indiscutivelmente, foram afetados pelas representações e formulações culturais negativas, arquitetadas e atribuídas aos negros, forjadas pela elite colonialista brasileira (legitimadas pelas ideias cientificistas), que vinculou universal e compulsoriamente um modelo de cultura, de beleza, de religião, de costumes, de vida, vigorante no país, como princípio de cultura/civilização soberana.

Para romper com esses paradigmas de exclusão, de eugenia e estereotipação do negro, um trabalho no campo linguístico-literário, fortalecido pela Crítica Cultural, que busca suscitar reflexões acerca da Literatura afro -brasileira e sua relação com a subjetividade e autoestima negra, é de fundamental importância para quebra da hegemonia cultural/literária. Nessa perspectiva, analisar a partir de uma percepção da subalternidade, como a comunidade remanescente de quilombos de Lagoinha, situada no município de São Gabriel-BA, se percebe, apropria-se e responde aos discursos identitários promovidos pelos Cadernos Negros é o objeto de investigação do projeto intitulado "Poética dos cadernos negros: repercussões identitárias na comunidade quilombola de Lagoinha", ainda na sua fase inicial.

Investigar o impacto ou não dessa produção literária no interior de uma comunidade quilombola, situando e confrontando valores tradicionais, estéticos, políticos e identitários, a partir de um grupo focal e perceber de que modo os Cadernos Negros funcionam como dispositivos de empoderamento do devir negro, por se tratar de uma escrita do "negro" por meio de sua própria autoria, não mais pela visão do outro, esse deslocamento tem sido o grande desafio para promover novas percepções socioculturais negras.

Dessa forma, acredita-se que os Cadernos Negros funcionam como instrumentos contradiscursivos, capazes de oferecer uma ampla compreensão acerca das representações identitárias negras positivamente afirmadas na cultura brasileira. Além disso, confia-se que tais obras possam contribuir para um modelo de representação e de autorrepresentação etnicorracial e de sua autoidentificação consciente, a fim de reverter o paradigma cultural estabelecido e consagrado hegemonicamente.

Os *Cadernos Negros* são aparelhos culturais de resistência, importantes referências para as diversas comunidades quilombolas, especialmente pelo importante papel social que este desenvolve, uma vez que os periódicos representam para os escritores negros, a possibilidade de romper com os aparelhos de vigilância, normatização, controle cultural/literário e por à mostra, de forma subversiva, a cultura afro, por meio de campos linguísticos (poemas e contos) divergentes dos padrões estéticos canonizados.

Nesse sentido, tanto a comunidade quilombola, como os Periódicos são agenciamentos de coletividades de resistências, de desterritorializações: tempo-espacial, linguístico-culturais. Por isso, a Literatura Negra, percebida enquanto arte literária marginal, não pode ser compreendida apenas como um fenômeno estético, inocente, natural, inerte, mas como a coisa mais inquietante, provocante e perigosa. Nas palavras de Agambem (2002) uma arte mobilizadora que possibilita "sair do horizonte neutro da esteticidade, para se reconhecer na esfera do outro", através da vontade de potência; da capacidade de produzir, de levar uma coisa do não ser ao ser, que desobstrui o campo da evidência habitual.

Ainda de acordo com Agambem (2002), a verdadeira *póiesis,* na acepção grega*,* está ligada ao princípio de verdade, ao princípio do desvelamento, do fazer existir ou emergir uma nova forma. Agambem, ver a arte (a poesia) como algo extremamente perigoso, não só para quem produz, mas para toda sociedade. Pois, através da experiência criativa do artista, a arte pode conduzir tanto a felicidade, quanto a ruína. Partindo desse pressuposto, a poesia negra é potencializada nesta pesquisa, compreendida enquanto instrumentos de intervenção político-social e de relevância sociocultural que se desloca, em um processo de intercâmbio com outras performances discursivas e culturais, capazes de interferir nas relações de poder.

Por esta razão, considera-se importante captar tais discursos (poéticas negras), outrora marginalizados, silenciados, porém mobilizadores, presentes na coletânea Cadernos Negros; trazê-los ao plano do debate crítico, a fim de oferecer visibilidades e fomentar reflexões sobre as representações do ser negro, especialmente, para comunidade de Lagoinha. Acredita-se que o diálogo entre os Cadernos Negros e a comunidade possa contri-

buir para reconstrução da vida cultural, social e política do negro quilombola lagoence, por meio de um contradiscurso libertário que concede voz as produções que foram ocultadas e/ou excluídas do cânone literário e que hoje já se reverbera na vida cotidiana provocando mudanças significativas.

2. Literatura Negra: (des)construção e ressignificação.

De acordo com Alves (2002), o termo Literatura Negra, utilizado recentemente, foi definido pela coletânea de cadernos negros para nomear o produto literário de toda uma geração de escritores das três últimas décadas do século XX. Estes escritores se definem como *negros produtores de uma estética literária negra*, consagrando assim o termo, que por sua vez, promove o rompimento com a tradição literária, tida como masculina, branca, heterossexual, burguesa, cristã.

Tais rupturas foram possíveis devido à conjuntura da pós-modernidade – concatenada pela iminência dos Estudos Culturais, que propiciou um processo de construção de novos paradigmas e que traz à tona a presença mais efetiva de discursos que contemplem às diferenças de gênero, classe social, sexualidade e principalmente de etnia. Logo, instaura um contradiscurso que concede voz aos segmentos marginalizados, os quais questionam e refugam os modelos dominantes. Corroborando com a ideia, (Hall, 2000: 338) diz:

> Dentro da cultura, a marginalidade, embora permaneça periférica em relação ao mainstream, nunca foi um espaço tão produtivo quanto é agora, e isso não é simplesmente uma abertura, dentro dos espaços dominantes, à ocupação dos de fora. É também o resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural. Isso vale também não somente para raça, mas também para outras etnicidades marginalizadas (...).

Nesse panorama delineado por Hall, do surgimento de novas subjetividades e identidades, a formação da Literatura Negra reverbera como fruto de uma agitação sociopolítica de posicionamento, engajamento ideológico, denúncia, ruptura e de autoafirmação dos valores do povo negro, tanto no panorama mundial, quanto local - Brasil, a fim de combater o racismo explícito e/ou velado e as diversas formas de exclusão.

A Literatura Negra instaura-se contra a perpetuação do negro como categoria mais explorada e contribui para o funcionamento de novas manifestações sociais e culturais que se encontram à margem da literatura oficial. O texto da Literatura Negra implica percebê-la como parte integrante do amplo e complexo cenário da chamada pós-modernidade. Para (Bezerra, 2002: 119), essa textualidade "(...) se constitui a partir de uma diretriz que privilegia uma fala/perspectiva marginal, ao mesmo tempo em que se insurge contra modelos literários institucionalizados".

A Literatura Negra integra-se aos movimentos sociais da negritude na década de 70 principalmente, na sua formação inicial, ora de forma conexa ou não, mas que mantém seu sentido político-ideológico, pois, refere-se à enunciação de grupos periféricos, de afirmação dos direitos dos negros e da sua liberdade. Ideias estas, fortalecidas pela luta em prol da emancipação das últimas colônias africanas, que de certo modo, provocou deslocamentos e descentramento dos modelos hierárquicos europeus, já que nos Estados Unidos, França, Antilhas, Brasil (um pouco mais tarde) e a própria África, a busca pela "reafricanização" da identidade cultural negra se fortalecia. Nesse contexto, (Ianni, 1998: 214) vai salientar que,

> A Literatura Negra não surge de um momento para outro, nem é autônoma desde o primeiro instante. É um imaginário que se forma, articula e transforma no curso do tempo, movimentando-se sobre a influência dos dilemas do negro e das invenções literárias. Como tema e sistema, ela se desloca aos poucos da história social e cultural brasileira, adquirindo fisionomia própria. Desencanta-se da história do povo brasileiro e da história da literatura brasileira. Desloca-se e desencanta-se pela originalidade e força do movimento social do negro.

A Literatura Negra, na sua singularidade artística, abre espaço para discursos de resistência à opressão; evidencia a realidade ofuscada pelos grupos privilegiados e resgata a imagem objetiva do homem negro, sujeito da enunciação no discurso poético. Tal discurso faz-se o lugar de criação do conceito de Literatura Negra que, segundo Cuti (2002, p. 32), o texto literário vai se configurar pela ousadia no tempo. "E a Literatura Brasileira torna-se negra exatamente porque até o presente foi, silenciosamente, de forma abusiva, branca, em seu propósito de invisibilizar e estereotipar o negro e o mestiço".

Essa Literatura, portadora de uma linguagem própria, que se manifesta contra a cultura hegemônica, contra a discriminação social, econômica e política, busca (re)encontrar com a sua memória africana. Realizada por escritores que se denominam negros (por isso a legitimidade do termo), revalorizam a sua história, a memória individual e coletiva que perpassam pelas suas vivências, como atividade de autorreconhecimento de seu papel na sociedade brasileira. Assumem-se como proprietários do seu discurso, em que deixa de se ver como objeto e passa a ser agente transformador; converte-se em sujeito pelo desejo de transpor da marginalidade.

Segundo (Cuti, 2002: 24), a Literatura Negra "(...) recupera a personagem de fundo e ganha o primeiro plano, a libertação da voz silenciada, a revelação de visões de mundo não consideradas". Por tudo isso, o negro é o tema basilar da literatura negra, sob diversas vertentes ele é o conjunto cultural, artístico, sociopolítico, sobretudo humano, dessa arte que se revela em um processo de conscientização de ser negro, numa sociedade que consagrou o branco como superior.

Entretanto, a Literatura Negra não se restringe meramente às dimensões epidérmicas, como salienta (Bernd, 1988: 32), o conceito de Literatura Negra não se atrela nem a cor da pele do autor, nem apenas à temática por ele utilizada, "mas emerge da própria evidência textual cuja consciência é dada pelo surgimento de um eu enunciador que se quer negro". Para autora, assumir a condição negra e enunciar o discurso em primeira pessoa, parece ser o aporte maior trazido pela Literatura Negra - constituindo-se em um de seus marcadores estilísticos mais expressivos.

Desse modo, não é somente a cor da pele do escritor que determina a existência de uma Literatura Negra, pois ela é muito mais complexa. Elaborada a partir de um estilo peculiar, e ao mesmo tempo, atrelado à pluralidade estética, de identidades múltiplas que se inserem no conjunto geral da arte brasileira. Por isso, é composta de fissuras, ultrapassa qualquer julgamento essencialistas. É um contínuo devir negro que transcende os conceitos cíclicos.

Todavia, não se deve perder de vista que essa Literatura se caracteriza pela afirmação positiva de assumir-se como negra, que traz em seu bojo uma tessitura negra, logo, seu material poético tratará de questões pertinentes à raça, as experiências de descendentes de escravos, o significado de ser negro em uma sociedade preconceituosa e hierarquizada como a brasileira, bem como, discute os problemas que dizem respeito ao racismo, à sociedade, aos estereótipos, a religiosidade, as inúmeras formas de resistências, enfim, a tudo que concerne à existência do afro-descendente que, por sua vez, emerge na obra pela expressividade da palavra, transgredindo as instâncias legitimadoras do "purismo literário". Para (Proença Filho, 2004:18),

> Considera-se negra uma literatura feita por negros ou por descendentes assumidos de negros e, como tal, reveladores de visões de mundo, de ideologia e de modos de realização que, por forças de condições atávicas, sociais, e históricas condicionadoras, caracteriza-se por uma certa especificidade, ligado ao intuito claro de singularidade cultural.

A Literatura Negra é uma miscelânea de signos que valoriza a cultura popular/marginal que tem suas raízes nas vivências, nos valores ancestrais, na riqueza e diversidade cultural, na memória e tradição dos diversos povos africanos. Daí sua peculiaridade e autenticidade da adjetivação (Negra) dada à Literatura Brasileira, já que o colonizador europeu classificou o africano numa pessoa negra/preta (pejorativamente), os escritores negros assumem o termo, transformando-o numa conotação diferente, de sentido positivo, de autoafirmação. Portanto, numa categoria sócio-política, que ganhou ressignificado pelos movimentos negros, os quais irão reagir contra o silenciamento, ocultação e invenção do negro pelos mecanismos de exclusão e, dessa forma, produzir um discurso emancipatório que se propõe ao despertar da consciência crítica, reafirmando a diferença étnica.

Como parte fundamental da literatura Negra e ao mesmo tempo, fundadora e consagradora do termo, a Coletânea Cadernos Negros, configura-se como o *locus* ideal para discutir e interferir positivamente no modelo de representação e autorrepresentação dos afro-descendentes, pois representa "as estratégias empreendidas pelos negros brasileiros para produzir e divulgar um discurso identitário que almeja interferir na estrutura e no exercício do poder político-cultural" (Souza, 2005: 11). É um espaço em que negros e negras podem refutar modelos de enquadramentos, classificações reguladoras e trasgredir pelas fronteiras, já que o poder não existe; o poder é exercido, de múltiplas formas, por diversos segmentos de uma sociedade, coexistindo micro-poderes, como afirma Foucalt (2002).

Assim, nesse contexto de mudanças, a poesia engajada ganha expressividade no cenário mundial/nacional e instaura-se como expressão ideológica, funcionando como micropoderes em trânsito. A poesia que se inspira na tomada de consciência da negritude, conforme (Bernd,1992: 14), "(...) está duplamente vinculada à questão da identidade: ela se origina da consciência de sua perda e se desenvolve na busca de sua reconstrução". Logo, o fundamental destas literaturas é justamente sua força de revalorizar as formas onde subsistem as culturas de resistência, substância essencial da identidade cultural.

É esse sentimento de valorização, de autoinvenção do sujeito negro, de re-apropriar-se de sua história ancestral africana que vai favorecer-lhe o desenvolvimento de identidades baseadas no orgulho de seu pertencimento etnicorracial e, a Literatura Negra vem firmar o papel do negro na formação histórica, socioeconômica e cultural do país, contrapondo a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial, os quais ajudam a manter um racismo atroz e ao mesmo tempo aparentemente cordial/ sutil, do "jeitinho brasileiro", além disso, combatem e inovam as expressões de visões que inferiorizam o negro. Nesse embate, o poeta negro busca livrar-se da imagem estereotipada com que foi comumente apresentado, e o eu lírico,

> Em busca de uma identidade negra instaura um novo discurso – uma semântica do protesto ao inventar um esquema onde ele era o outro, aquele de quem se condoíam ou quem criticavam. Passando de outro a eu, o negro assume na poesia sua própria fala e contra a história de seu ponto de vista. (Bernd,1988: 49).

Por isso, os/as poetas da Literatura Negra se dedicam à recuperação e ressignificação de discursos identitários da negritude e seu universo simbólico de modo a evidenciar outras formas subjetivas de expressão literária, advindas de posicionamentos de resistências e luta pela afirmação. Assim, a poética aparece como instrumento discursivo de combate e rupturas aos modelos hegemônicos consagrados pela crítica literária tradicional. Nesse sentido, (Alves, 2002: 227) diz que:

> A poesia, como um agenciamento de processos de expressão, envolve-se na produção de subjetividade dos negros, que se apropriam dos códigos próprios da escrita para criar um devir negro que diz respeito a todas as engrenagens da sociedade de um mundo marcado pela subjetividade.

A Literatura Negra aparece em oposição aos discursos estabelecidos canônicos de caráter segregacionistas, como forma de mudança, protesto, rebeldia, ruptura, negociação, deslocamento, especialmente, reconhecimento da memória e identidade negra. Portanto, a poética vem representar-se como um instrumento de luta, de resistência à exclusão, em que esta literatura marginal não quer apenas para si a reivindicação de um lugar no panorama literário, "sua realização implica e projeta uma nova subjetividade do país, em cuja tarefa o exercício de estar no lugar do outro consiste, para a nacionalidade, um estar em si mesma", (Cuti, 2002: 28)

Para melhor caracterizar a Literatura Negra, uma reflexão sobre identidade se faz necessária, visto que um dos elementos mais importante que dá sustentabilidade as identidades é a própria Literatura. Para muitos autores, a questão identitária é um fator substancial pelo qual forma e transforma o seu fazer poético, ou seja, o projeto de construção identitária é um exercício fundamental da Literatura Negra, que reflete, analisa e registra a consciência social e cultural afro-brasileira.

Nesse sentido, a concepção de identidade perpassa pela aceitação do outro, do respeito às diferenças, isto é, do plano da alteridade, das particularidades de cada sujeito, povo, nação, que é singular e plural ao mesmo tempo, que se configura pelo hibridismo e pela multiplicidade cultural. Dessa forma, a identidade está atrelada à alteridade, já que aquela é um constructo por meio de práticas sociais, que se articula na aceitação e respeito ao diferente. Segundo Bernd (1992) a identidade ganha uma dimensão de exterioridade, tornando impossível conhecer o ser fora das relações que ligam ao outro e excluir o outro leva a visão especular que é redutora.

Assim, abordar sobre Literatura Negra, conceito em construção e reconstrução, é trazer para a cena questões relacionadas a diferenças, biopoder, sexualidade, diversidade cultural, memória, multiculturalismo, alteridade, diáspora, sobretudo, abordar sobre identidades. Pensadas a partir de sujeitos poéticos descentralizados, com marcas fluídas e instáveis de construção identitárias, Hall (2000). Nesse sentido, torna-se importante entendê-las (identidades) como um imaginário simbólico, complexo, dinâmico - em constante trânsito que permite ao sujeito, um sentimento de pertença, de autoria, de ser parte integrante de um sistema de referências. "Referência em torno da qual o indivíduo se autorreconhece e se constitui, estando em constante transformação e construída a partir de sua relação com o outro" (Ferreira, 2005: 47).

Portanto, pensar em re-construções identitárias positivamente afirmadas na comunidade remanescente de quilombos de Lagoinha, a partir da poética dos Cadernos Negros, torna-se possível, justamente por compreender as identidades, como esse constructo em grande mobilidade, que se constitui nas relações sociais, no processo de alteridade, relacionados com critérios políticos-ideológicos, imbricados nas relações de poder e em processos de (re)negociações contínuas, como afirma Munanga (2006).

Por esta razão, as identidades, no seu sentido plural, podem ser forjadas e manipuladas, já que seus limites são deslizantes e tênues, em que as fronteiras culturais, linguísticas, territoriais não são fixas, unas, centradas, assim como os sujeitos também não são. Nesse sentido é possível pensar identidades pelos princípios rizomáticos de Delleuze e Guatarri (1995), enquanto mapas abertos, conectáveis, desmontável, reversível e suscetível à mudanças contínuas.

Dessa forma, ao afirmar a identidade negra, o sujeito poético demarca fronteiras de afirmação e reafirmação das relações de poder, em que a marcação da diferença pressupõe movimentos de inclusão e de exclusão. Nas palavras de Silva (2000): "O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes". Assim, é necessário pensar a utilização dos Cadernos Negros como micropoderes em processo de agenciamento; pensar como lugar de desmonte de Derrida (2001), a poética como um lugar privilegiado de rupturas, funcionando como linha de fuga para escapar do controle biopolítico, da quebra do contínuo e da série projetada pela elite brasileira.

Faz se necessário refletir sobre os Cadernos Negros como uma ação política identitária; um lugar de reivindicação e desmontagem de uma forma (canônica) para emergir outas formas, outros significantes e significados, não para suplantar um outro modelo legitimado, mas para oportunizar outras poéticas, outras enunciações, outros discursos formais e não formais, ou seja, novas formas de representação. Pois, é no interstício do processo de descentramento do cânone que a poesia negra revela sua importância, oportunizando insurgir um novo lugar de recuperação de sentido de ser negro-quilombola e de construção de um novo consciente, por meio de processos de desmontagens da subjetivação.

Portanto, para romper com o pensamento monoculturalista de mundo e colaborar com o enriquecimento desta temática (Literatura Negra/comunidades remanescentes) que, só recentemente vem emergindo de forma afirmativa e com "certa" visibilidade, é importante caracterizar os projetos literários comprometidos com a valorização dos negros "como sujeito da enunciação que se afirma e se quer negro" Bernad (1992), numa atitude compromissada; de tomada de consciência e questionamento de conceitos socioculturais estabelecidos: o branqueamento e mito da democracia racial – os quais projetam um país de aparências harmoniosas, escondendo cruéis práticas discriminatórias, pensadas a partir de um único padrão eurocêntricos.

3. Considerações finais

Os estudos sobre comunidades remanescentes e Literatura Negra, vêm se tornando um grande campo de evidência nos trabalhos contemporâneos, em que traz novas abordagens e perspectivas para o processo de se entender o modo de vida dessas comunidades, bem como das produções literárias, ambos considerados temas proeminentes culturalmente e bastantes discutidos entre profissionais e estudiosos das múltiplas áreas do conhecimento, em especial, a Crítica Cultural, a qual suscita grande abertura para os estudos interdisciplinares, além de ocupar um espaço de pesquisa de fundamental relevância histórico-social, obtendo ampliações necessárias no campo linguístico-literário.

Por isso, essa pesquisa, não trata apenas de uma mera reflexão sobre a incidência dos Cadernos Negros na comunidade de Lagoinha, mas uma análise importante para se perceber acontecimentos vividos, construções sociais, modos/experiências de vida, valores estéticos e tradicionais, conceitos/determinações históricas, pensadas e internalizadas por esses sujeitos individual e coletivamente, sobretudo, analisar de que forma os Cadernos Negros podem ou não provocar mudanças no estatuto "negro" e refletir como esse paradigma impacta no sujeito quilombola contemporâneo, dentro de uma esfera social ampla.

É possível pensar que a visibilidade da Literatura Negra na comunidade, possa interferir na realidade, auxiliando no processo de transformação social, uma vez que, estimula a valorização da pluralidade discursiva, o reconhecimento da riqueza e variedade dos textos que circulam, sobretudo os que não circulam nos espaços sociais. Portanto, espera-se que a pesquisa seja capaz de emponderar o negro quilombola lagoence a assumir o seu papel de agente histórico e compreender melhor a partir da linguagem poética, que se exprime pela recomposição de um sistema próprio de representação estética, todo universo simbólico que as palavras e as imagens transcriam: a memória africana.

Dessa forma, para promover a releitura da história do mundo africano, sua cultura e os reflexos sobre a vida dos afrodescendentes em geral, é preciso contemplar outras linguagens; valorizar outros saberes, outras epistemologias. É preciso conceder voz a outras produções discursivas, de modo que se possa apreciar contribuições de grandes escritores contemporâneos - ativistas dos Cadernos Negros, importantes referências para Literatura afro, para as comunidades remanescente e para a cultura/literatura brasileira em geral

Enfim, espera-se que o trabalho com a Literatura Negra seja capaz de aguçar o sentimento de valorização e orgulho do pertencimento etnicorracial, de modo que os sujeitos remanescentes de quilombos, testemunhas dessa pesquisa, possam (re)apropriar-se da sua história ancestral africana, seus processos de resistência, de modo a favorecer a construção de identidades positivamente afirmadas, já que a Literatura Negra vem consolidar o papel do afro-brasileiro na formação histórica, socioeconômica e cultural do país, além de contrapor a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. (2012), **O homem sem conteúdo**. Trad. Cláudio Oliveira. Belo Horizonte: Autêntica.

ALVES, Miriam. (2002), **Cadernos Negros (número 1): estado de alerta no fogo cruzado.** In: FIGUEREDO, Maria do Carmo Lanna; FONSECA, Maria Nazareth Soares (orgs.). Poéticas Afro-brasileira. Belo Horizonte: Mazza, PUC Minas, pp. 221-240.

BERND, Zilá. (1988), **Introdução a Literatura Negra**. Brasília: Brasiliense.

_____. (1992), **Literatura e Identidade Nacional**. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS.

BEZERRA, Kátia da Costa. (2002), **A Cor da Ternura: tecendo os fios da memória.** In: In: FIGUEREDO, Maria do Carmo Lanna; FONSECA, Maria Nazareth Soares (orgs.). Poéticas Afro-brasileira. Belo Horizonte: Mazza, PUC Minas, pp. 117-132.

CUTI, Luis Silva. (2002), **O Leitor e o Texto Afro-brasileiro.** In: FIGUEREDO, Maria do Carmo Lanna;

FONSECA, Maria Nazareth Soares (orgs.). Poéticas Afro-brasileira. Belo Horizonte: Mazza, PUC Minas, pp 19-36.

DELLEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. (1995), Introdução: Rizoma. In: **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Trad.: Aurélio Guerra e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro, ed. 34.

DERRIDA, Jacques. (2001), **Posições**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica.

FERREIRA, Ricardo Franklin. (2004). **Afro-descendente: identidade em construção.** São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas.

FIGUEREDO. Maria do Carmo Lanna; (2002), FONSECA, Maria Nazareth Soares (0rgs.). **Poéticas Afro-brasileira**. Belo Horizonte: Mazza, Puc Minas.

FOUCAULT, Michel. (2002), **Microfísica do poder**. 17. ed. Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Grall.

HALL, Stuart**. (**2000), **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**; trad. Tonz Tadeu da Silva, 4ª ed.- Rio de Janeiro: DPBA.

IANNI, Otavio. (1988), **Literatura e Consciência**. Estudos Afro-Asiático. RJ, p. 208-217.

PROENCA FILHO, Domício. (2004), **A trajetória do Negro na Literatura Brasileira**. Estudos Avançados. São Paulo.

MUNANGA, Kabengele. (2006), **Construção da identidade negra no contexto da globalização.** In: DELGADO, Ignácio et al. (Orgs). Vozes (além) da África. Juiz de Fora: Editora UFJF.

SOUZA, Florentina da Silva. (2005), **Afro-descendente em Cadernos Negros e Jornal do MNU** – Belo Horizonte: Autêntica.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). (2000), **Identidade e Diferença: perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis-RJ: vozes.

Memórias da Escravidão Negra no Primeiro Periódico de Goiás (Br): Matutina Meyapontense 1830/1834[1]

Maria de Fátima Oliveira[2]
proffatima@hotmail.com

O Conselho do Governo resolveu [...] vigorar o mandado de manutenção passado pelo Juiz de Paz desta cidade em data de 07 de julho de 1830 a favor da liberdade de Bernardina Maria do Rozario, enquanto esta não for convencida legalmente do cativeiro, que Vicençia Maria da Conceição quer impor a seus serviços, contra quem havia, na qualidade de escrava, mandado de prisão do Juiz de Fora desta cidade[3]**.**

Resumo: Este artigo visa apresentar os resultados de uma pesquisa sobre a questão da escravidão negra na Província de Goiás (BR) no Século XIX, a partir da análise do seu primeiro periódico, *Matutina Meyapontense*. Embora o quantitativo de escravos na Província de Goiás nesse período já fosse relativamente pequeno - em comparação com o existente na mesma no auge da mineração no século XVIII e em outras províncias nesse mesmo período, século XIX - os conflitos resultantes da exploração e repressão por um lado, e da rebeldia e resistência por outro, eram constantes. As notícias sobre essa temática consistem principalmente de denúncias de fugas de escravos/as, seguidas de promessas de recompensas de seus donos a quem os encontrassem e devolvessem. São analisadas também notícias sobre escravos/as que, apesar de alforriados, continuavam mantidos em cativeiro. Nesse sentido, o periódico pode ser visto como um lugar privilegiado de memória e de poder.

Palavras chave: Província de Goiás; Escravidão negra; Imprensa; Memórias; Poder.

1. Introdução

É possível constatar uma significativa ampliação das pesquisas históricas e antropológicas sobre temas referentes aos estudos da África, afrodescendentes e escravidão nas últimas décadas no Brasil. Esse aumento do interesse dos pesquisadores pela temática está relacionado com a instituição da Lei Federal 10.639 em 2003 que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira na educação básica. Após a aprovação da referida lei, as instituições de ensino superior inseriram em suas matrizes curriculares disciplinas que pudessem atender à legislação, criando também cursos de pós-graduação voltados para a temática, o que de certo modo contribuiu para aumentar a produção nesta área do conhecimento histórico. Desse modo, com a ênfase dada a esse campo de estudo, a história dos negros no Brasil sai da superficialidade e ganha espaço significativo entre os conteúdos dos currículos escolares em seus diversos níveis e nas produções historiográficas.

---

1 Resultado parcial do projeto de pesquisa **"**Matutina Meyapontense (1830/1834): aspectos da província de Goiás através da imprensa" desenvolvido na UEG. O projeto contou com a colaboração de 02 bolsistas de Iniciação Científica (UEG e CNPQ). Texto apresentado à FAPEG para concorrer ao Edital de n. 02/14 para participação em eventos, tendo o mesmo sido selecionado e recebido apoio financeiro para apresentação no GT 51: Relatos de experiências: Patrimônios, poder e memória no XII CONLAB em Lisboa, PT.

2 Pós-Doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Professora do Campus Universitário de Ciências Socioeconômicas e Humanas (CSEH) da Universidade Estadual de Goiás (UEG); Docente do Programa de Mestrado Interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais do Cerrado (TECCER); Membro do Grupo de Pesquisa GP/CNPq História do Cerrado Brasileiro.

3 Fonte: Periódico Matutina Meyapontense (digitalizado), ano de 1831, n. 196, p.313.

Para o estudo desta temática em Goiás no século XIX há diversas fontes de pesquisa, como por exemplo, os relatórios dos presidentes da província, os relatos de viajantes, documentos existentes nos arquivos e os jornais da época, que são ricos em informações sobre diversos aspectos da vida dos negros em Goiás. Dentre estas fontes encontra-se o periódico *Matutina Meyapontense*[4], primeira imprensa fundada no Brasil Central, mais especificamente em Goiás, no Arraial de Meia Ponte (atual cidade de Pirenópolis, Goiás), tendo sua edição inicial aos cinco de março de 1830, ainda no período Imperial. Esta fonte é, sem dúvida, de fundamental importância para todo pesquisador que se dedica aos estudos sobre Goiás na primeira metade do século XIX. Em suas páginas estão desde atas de reuniões de diversas câmaras municipais, ofícios trocados pelas autoridades, cartas de cunho político dirigidas ao redator, informes sobre os acontecimentos políticos, relatórios de governo, até notícias e informes sobre a vida cotidiana do arraial e da Província. Enfim, é um documento que fornece inúmeras possibilidades de análise histórica.

Segundo o historiador Luis Palacin (1994), a descoberta do ouro nas cabeceiras do Rio Vermelho no século XVIII teria antecipado a ocupação da região de Goiás em um século e meio em relação à penetração normal[5], pois até então, a região não havia despertado o interesse da Coroa Portuguesa por estar distante do litoral, com difícil acesso e não oferecer nenhum produto atrativo para o comércio. Mas a riqueza do ouro na região não durou muito, sendo que na década de 1770 já era visível a diminuição da extração do metal.[6] Portanto, é importante ressaltar que na historiografia goiana a visão que ficou mais marcada para o século XIX em Goiás foi a de isolamento e penúria da população, portanto, de decadência, embora estudos mais recentes já contestem tal visão[7].

Apesar de já ser significativa a pesquisa sobre Goiás, há algumas décadas, o período imperial era o que menos ênfase tinha recebido. Palacin (1994) afirma que "O século XIX representa um verdadeiro buraco negro na historiografia goiana". Período do declínio da produção mineratória, registrado principalmente por viajantes estrangeiros que passaram pela região, o século XIX merece ser mais bem analisado. A Historiadora Ledonias F. Garcia (2010) também apresenta argumentos sobre esse momento da História de Goiás. Segundo ela,

> Goiás, a província mais central do território nacional, viveu durante o Império essa situação ambígua. De um lado, pertencia ao Império, atendia ao governo do Imperador, estava sujeita às leis e ordens emanadas da Corte; de outro, estava à margem da vida que a nação poderia oferecer (Garcia, 2010: 12).

É, portanto, neste contexto histórico, período de construção da nação que a imprensa é fundada em Goiás. Revisitar os documentos do período, numa releitura das fontes[8] produzidas na época é uma forma de contribuir com a discussão historiográfica sobre o século XIX em Goiás. Em diversos artigos e correspondências publicadas no periódico são divulgadas as potencialidades inexploradas da Província e a necessidade de medidas para

---

4 O periódico circulou entre os anos de 1830 e 1834, duas vezes por semana, passando posteriormente a circular três vezes por semana. Além do interesse em "difundir a cultura", constava de seu programa, registrar os acontecimentos nacionais e estrangeiros e divulgar os atos do governo.

5 O autor refere-se aqui à ocupação pelo elemento externo, utilizando-se de um termo muito explicativo, o da *corrida do ouro*, pois a região já era habitada pelos autóctones desde longa data.

6 Mais informações sobre os dados da produção aurífera em Goiás podem ser encontradas em PALACIN, Luís. *O Século do ouro em Goiás*. Goiânia: Editora da UCG, 1994.

7 A afirmação de que o século XIX em Goiás inicia-se sob o signo da "decadência" tem sido discutida e contestada por diversos estudiosos da historiografia goiana mais recente. Já é significativa a produção historiográfica sobre a temática, podendo-se destacar historiadores como Paulo Bertran (1988) e Nasr Chaul (1997). Este último afirma que o termo decadência tão "decantado pelos viajantes, não encontrava correspondência na sociedade local, distante ainda dos moldes de produção capitalista, que os europeus ansiavam por ver no sertão de Goiás. A sociedade local não era indolente, ociosa e muito menos decadente. Apenas orientava-se por outros níveis de preocupações e buscava satisfazer necessidades vitrais à sua maneira" (Chaul, 1997:234).

8 Além desta fonte para o século XIX, há que ressaltar os relatórios dos Presidentes da Província e os relatos de viajantes estrangeiros que passaram por Goiás. Dentre estes viajantes de diversas nacionalidades, encontram-se Auguste de Saint-Hilaire, Castelnau, Emanuel Pohl, Willian Burchell, George Gardner e Luiz D´Allincourt.

o seu desenvolvimento, principalmente no que se refere aos meios de comunicação. Desse modo, a fundação do periódico aparece como uma ação capaz de divulgar as riquezas da Província em contraste com sua situação de abandono, clamando por soluções concretas para a região.

2. Matutina Meyapontense: a imprensa chega ao sertão

Esse primeiro periódico do Brasil central, cuja tipografia foi adquirida na cidade do Rio de Janeiro por um goiano, começou a circular em 05 (cinco) de março de 1830, constituindo-se de mais de 500 edições, mantendo-se ativo até o ano de 1834. Os primeiros números circulavam apenas duas vezes por semana, passando posteriormente a ser editado três vezes por semana. Além do interesse em difundir a cultura, constava de seu programa, registrar os acontecimentos nacionais e estrangeiros e divulgar os atos do governo. A assinatura do periódico era feita também em Vila Boa e Traíras (Goiás), em Cuiabá (MT) e em São João Del Rei (MG).

A partir da leitura e catalogação do periódico, foi possível perceber a forma de apresentação dos assuntos, composição e preferências pelos temas tratados. A ocorrência de várias notícias sobre a Província de Mato Grosso se justifica pela proximidade e interesses em comum entre as duas Províncias centrais do Império. Tanto Goiás como Mato Grosso estavam enfrentando nessa época, sérios problemas econômicos após a queda da mineração.

Costa (1978) afirma que o responsável pelo surgimento da imprensa em Goiás no século XIX foi o Comendador Joaquim Alves de Oliveira (1770-1851), natural do Arraial de Pilar de Goiás. Oliveira foi para o Rio de Janeiro com intuito de entrar para a carreira eclesiástica, mas não obtendo êxito, passou a trabalhar como caixeiro e, em seguida, como negociante autônomo, dedicando-se ao comércio. Retornou à Goiás e adquiriu terras e boa tropa para transporte, além de escravos. Como homem público, exerceu sucessivamente cargos de tesoureiro do arraial de Meia Ponte, juiz ordinário, juiz de órfãos, juiz de paz e juiz municipal, inspetor da instrução pública, delegado do governo provincial, e membro do governo provisório constituído quando da renúncia do Presidente da Província, em 1822.

Segundo Costa (1978), a sua fortuna na época chamava a atenção, em contraste com a escassa arrecadação da Província, devido à drástica diminuição da mineração. Homem de visão, além de exímio comerciante, fundou o referido periódico e se dedicou a outras iniciativas como a instalação de uma biblioteca e organização de uma banda de música em Meia Ponte. Nesse sentido, a autora completa que foi inegável sua contribuição para o desenvolvimento do arraial e da região, sendo a renda de seus negócios muito superior ao valor da receita da Província. Embora comerciante nato, Joaquim Alves de Oliveira dedicou-se também às atividades da agropecuária com grande número de escravos em sua propriedade denominada Engenho de São Joaquim[9], parte do qual é hoje a Fazenda Babilônia, no município de Pirenópolis.

Na catalogação geral do periódico foi possível destacar quinze assuntos principais, agrupados do seguinte modo: Política/Administração; Educação; Questões Indígenas; Escravidão Negra; Festas; Cadeias/Violência; Religião/Igreja; Comércio/Valores; Saúde Pública; Imprensa; Comunicação; Meio ambiente; Gênero; Norte/sul; Rios/Navegação. A predominância geral fica por conta de transcrição de atas e decretos e ofícios do governo provincial e nacional, de discursos de senadores e deputados, bem como notícias retiradas de outros jornais. Pode-se dizer que o periódico se prestava, de certo modo, como uma imprensa oficial, pois esta não existia.

A publicação de correspondências era uma constante no periódico. Em seu primeiro número já incentivava a participação dos leitores:

> Recebem-se correspondências vindas com as formalidades legais, e se guardará inviolável segredo, quando assim o exija. Protestam-se não aceitar as correspondências que discordarem da decência que deve aparecer nos escritos de nossa folha, que só

9 O engenho de cana era composto por enormes moendas de madeira, movidas por bois. Havia também um engenho de farinha e descaroçadores de algodão. O algodão lhe proporcionava grandes lucros, pois, além de exportar sua produção, comprava a de outros produtores da região e o transportava, contando para isso com excelente tropa. Como inovação na agricultura, utilizava o arado (ferramenta rara na região) e adubava a terra com o bagaço de cana. O Engenho de São Joaquim é citado pelos diversos viajantes estrangeiros que passaram por Goiás no século XIX, como um estabelecimento agrícola modelo da região.

> tem por fim a felicidade da Pátria, na identificação de todos os brasileiros com a Constituição e o Imperador[10]

Os autores sempre se utilizavam de pseudônimos, e em muitos casos percebe-se que o autor se faz passar por pessoa ignorante, fato pouco provável, pois escrevia corretamente. Recorriam sempre a apelidos, como por exemplo: "O Zeloso da verdade", "O perguntador", 'Hum Natural de Serro Frio", "A apaixonada", "O Amigo das cousas boas", "Cansado de Esperar", "O assustado", dentre outros.
As pesquisas históricas que têm a imprensa como fonte principal já são bastante numerosas, podendo destacar entre os pesquisadores brasileiros a historiadora Tania Regina de Luca, especialista em pesquisas com (e sobre) os periódicos. Ela afirma que até a década de 1970 o número de trabalhos que utilizavam jornais e revistas como fontes para a escrita da História do Brasil foi relativamente pequeno. A autora nos lembra que somente após a vinda da Família Real para o Brasil (1808) a imprensa foi liberada, pois antes disso as tipografias eram proibidas e quem se atrevia a violar tal regra era duramente perseguido. Segundo Luca,

> O caráter doutrinário, a defesa apaixonada de idéias e a intervenção no espaço público caracterizaram a imprensa brasileira de grande parte do século XIX, que, é bom lembrar, contava com contingente diminuto de leitores, tendo em vista as altíssimas taxas de analfabetismo. Os aspectos comerciais da atividade eram secundários diante da tarefa de interpor-se nos debates e dar publicidade às propostas, ou seja, divulgá-las e torná-las conhecidas (Luca, 2005:133-4).

Nesse sentido, a autora[11] conclui que a imprensa desempenhou importante papel em momentos políticos cruciais da História do Brasil, como por exemplo, na Independência, na Abdicação de D. Pedro I, na Abolição e na República. É, portanto, no contexto da Abdicação e, logo em seguida, do período Regencial, que se funda em Meia Ponte na Província de Goiás no Brasil Central, o periódico *Matutina Meiapontense.*
Resta dizer que por meio da análise dos conteúdos dessa fonte é possível ter uma idéia, mesmo que fragmentada, dos principais problemas enfrentados pelos moradores da Província, principalmente pelos do Arraial de Meia Ponte, e o descaso do poder central para a solução desses problemas. Nesse contexto, a fundação do periódico aparece como uma ação capaz de concorrer para se divulgar as potencialidades da Província e clamar por medidas concretas para a região.
Sobre o final da circulação do periódico, embora não se possa afirmar com total segurança, a justificativa encontrada nas últimas edições do próprio periódico, foi a simples falta de papel:

Anúncio

> Com este n. suspende-se a publicação desta Folha por falta de papel, porém continuar-se há publicá-la como até agora, duas vezes por semana logo que ele chegue do Rio de Janeiro donde se mandou vir. Rogamos por tanto aos Senhores Subscritores que ainda não satisfizeram o importe das suas assinaturas, tenham a bondade de o fazer dirigindo-se pra isso às casas assinaladas[12].

---

10 Fonte: Matutina Meyapontense (digitalizado), ano de 1830, nº. 1.

11 O texto da historiadora Tania Regina de Luca (UNESP – Assis), além de oferecer embasamento teórico para a pesquisa com a imprensa, apresenta sugestões práticas, orientando como o pesquisador pode proceder no trato com esse tipo de fonte histórica. Dentre as dicas, a autora aconselha atentar para as características de ordem material como a periodicidade, organização interna do conteúdo, identificar os responsáveis pela publicação, colaboradores, o público a que se destina, fontes de receita e análise do material de acordo com a temática escolhida.

12 Matutina Meyapontense (digitalizado), ano de 1834, n. 523, p. 84.

3. Aspectos da Escravidão Negra na Província de Goiás e no Arraial de Meia Ponte

A escravidão negra foi a força produtora que garantiu e sustentou a exploração das minas de ouro no Brasil do final do século XVII ao início do século XIX, período em que ocorre o esgotamento das minas nos moldes em que eram exploradas. Apesar de ter sido a principal mão de obra utilizada, ainda são pouco conhecidas as origens dos negros importados em Goiás. Mary Karasch (2002) em minuciosa pesquisa documental, utilizando-se de registros de batismos e mortes, registros de impostos, inventários e alforrias, fornece alguns dados sobre suas origens, mas afirma que "Todas estas estatísticas fornecem somente idéias de grupos de Centro-Africanos na capitania". Mesmo assim, a partir dos resultados de sua pesquisa, depreende-se que a maioria desses escravos (as) procedia da África Central.

Segundo Palacin (1989:79), "A mudança da economia aurífera a produção agropastoril aliviou o *modus vivendi* do escravo africano. O negro das invernadas, embora escravo, vivia livre e mais distante do domínio do senhor". Pelos dados estatísticos, em 1823 havia na Província de Goiás aproximadamente 24 mil escravos e em menos de 50 anos (1872), esse número havia caído para 10. 652. Essa redução se explica, em parte, devido ao esgotamento das minas de ouro e à exportação de mão de obra para províncias vizinhas. O autor acrescenta que pelos registros de escravos pode-se verificar que a partir da década de 70 do século XIX a maioria dos escravos encontrava-se na zona rural nas profissões de lavrador e vaqueiro. Por outro lado, Paulo Bertran (1988: 42) acrescenta que no ano de 1828 Goiás importou 93 escravos a um custo de 39 contos, e que esse valor representava aproximadamente a metade da receita das exportações da Província. Segundo Costa (1978), a composição da população de Goiás no início do século XIX, mas precisamente em 1804 era a seguinte: os brancos representavam 14,5 % (7.273 pessoas); seguidos pelos negros forros com 15,5% (7.992); 31% de mulatos (15.582); e 39% de escravos (19.288), num total de 50.135 indivíduos.

O Arraial de Meia Ponte, no qual foi fundado o referido periódico, está situado no sopé dos Montes Pireneus e à margem do rio das Almas e a descoberta do ouro na região denominada de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte é atribuída a um dos companheiros da Bandeira do Anhanguera, o descobridor das minas auríferas de Goiás. Meia Ponte era o segundo núcleo urbano em Goiás, tendo sido visitado por muitos naturalistas estrangeiros que percorreram o interior do país e descrito de maneira elogiosa pela maioria deles. Sobre os escravos do arraial de Meia Ponte, Costa (1978) afirma que,

> Pela posição geográfica de Meia Ponte _ no entroncamento de diversos caminhos - é provável que ali se tenha desenvolvido o tráfico de escravos, suposição que é corroborada pelo posterior crescimento da agricultura de exportação na região. A existência de algumas grandes fortunas no arraial é outro dado em que se apóia a suposição, sabido que é ter sido aquele o mais lucrativo negócio do período colonial (Costa, 1978: 31).

A catalogação do periódico evidenciou que a temática escravidão negra aparece com freqüência no periódico. Em sua maioria são anúncios de fugas, acompanhados de promessas de recompensas com os valores determinados a quem encontrar o escravo, como mostra o seguinte exemplo:

> A José da Costa de Carvalho fugiu um escravo de nome José, crioulo estatura ordinária, cheio de corpo, cara redonda, pinta de branco na barba, como na cabeça, com o nariz, e beiços feridos de bobas; orelhas grossas da mesma moléstia, com um grande calo de ferida na perna direita, de idade de 40 para 50 anos mais ou menos. O Anunciante promete dar 12$000 rs a quem o pegar, e trouxer, e se for fora da Província dará 30$000[13].

Dois aspectos chamaram a atenção nas notícias sobre esse tema: significativo número de anúncios sobre as fugas e uma grande variação no valor das recompensas. Os valores das recompensas apresentavam variações imensas, como pode ser observado na disparidade entre a citação anterior e a seguinte em que o donos dos escravos oferecem valores tão discrepantes, de 12$000 rs a nada menos que 100$000 réis a quem os encontrar

13 Matutina Meyapontense (digitalizado), ano de 1832, n.326, p. 205.

e devolver. Essas variações podem ser explicadas se atentarmos para as características dos escravos descritos. Note que no primeiro caso o escravo tem de 40 a 50 anos e apresentando sinais visíveis de doença, enquanto que no exemplo abaixo o escravo tem 20 anos de idade e uma letra carimbada no peito. Embora essa letra não seja um *F* que significava *Fujão,* provavelmente este seria um escravo rebelde que já teria tentado fugir em outras oportunidades, por isso foi marcado[14].

> A quem pegar ou der notícia, e por isso for preso hum preto por nome Antonio Congo, cheio do corpo, terá 20 anos de idade, pouca barba, os dentes da frente da parte de cima abertos, tem no peito direito ou esquerdo carimbada a letra B, com uma pequena cicatriz no peito de um pé, pés delgados; fugiu no dia 2 de setembro de 1829, seu Senhor é Manoel Ignacio Soares Lisboa, morador no Rio de Janeiro, na rua da Cadea (sic) nº. 16, e tem protestado contra quem o tiver, e avista deste não o entregar[15]

Por meio da pesquisa é possível perceber também vários detalhes das características físicas dos escravos, doenças comuns a eles, defeitos físicos, geralmente resultantes de maus tratos, e às vezes menção ao seu lugar de origem, como no exemplo acima, que se deduz que o escravo fosse do Congo e na citação seguinte, um escravo da nação Nhombombe.

> De um comboio de 30 moleques novos que do Rio de Janeiro vinha para a cidade de Goyaz, e pertencente a sociedade – Mineralógica denominada os seis amigos – desencaminhou-se nas alturas do rio Corumbá, distrito de S. Cruz, um moleque da nação Nhombombe de idade de 14 anos pouco mais ou menos, cor fula, e olhos vesgos [...][16]

Se por um lado, por meio do periódico se pode tomar conhecimento de aspectos como os acima relacionados, por outro, a fonte não oferece informações ou referências sobre aspectos do cotidiano, alimentação, trabalho e tratamento geral dispensado aos cativos por seus senhores.
Outro aspecto que chamou a atenção sobre o tema em destaque no periódico foi a prática de reescravização de indivíduos já alforriados. Em vários números do periódico encontram-se em detalhes os confrontos judiciais entre seus supostos donos e defensores de indivíduos que se diziam livres. Segundo as notícias, tais tentativas de reescravização aconteciam mesmo com a comprovação da liberdade pela carta de alforria, como bem mostra a notícia seguinte:

> O Sr. Conselheiro Guimarães leu a informação e Parecer a respeito do requerimento da escrava Rufina, que pretende mostrar-se livre, em virtude de uma declaração por escrito de seu falecido Sr. O Capitão Pedro Vaz de Almeida, e que não obstante isso, fora arrematada em praça pública da Provedoria Comissária de Meiaponte pelo Padre Luis Gonzaga: resolveu-se à pluralidade de votos, que a suplicante use dos meios que as Leis lhe facultam, sendo de voto contrário os Srs. Conselheiros Cardozo e Fogaça, que pretendiam fosse a informar ao Juiz de Paz; e o Sr. Conselheiro Guimarães, que se remetesse a pertenção (sic) ao Ouvidor da Comarca recomendando-se lhe fizesse justiça à suplicante[17].

---

14 Não é possível determinar o significado da letra B carimbada no peito do escravo, mas pode-se pensar que seria a letra do nome de um seu antigo dono, ou poderia suspeitar também de engano da tipografia na hora da montagem do texto, que em lugar de um F, teria colocado um B.

15 Matutina Meyapontense (digitalizado), ano de 1830, n. 79, p. 327.

16 Matutina Meyapontense (digitalizado), ano de 1830, n.117, p. 482.

17 Matutina Meyapontense (digitalizado), ano de 1830, n.49, p. 205.

Na edição de nº 168 de 11 de junho de 1831 foi publicado um artigo de ofício no qual uma escrava forra pede por meio de requerimento a liberdade da sua filha que é mantida em cativeiro. À escrava Bernardina Maria do Rosário era imposto o cativeiro por sua senhora, Vicência Maria da Conceição, sobre o qual discordavam duas instâncias jurídicas. O Juiz de Fora teria dado a ordem de captura da escrava e o Juiz de Paz, Cônego Luiz Bartolomeu Marques ordenava a manutenção de sua liberdade. Na sequência da publicação,

> O Presidente da Província ordena se remeta ao Juiz de Fora [...] o requerimento incluso de Maria do Carmo, pugnando pela liberdade de sua filha Bernardina Maria do Rosário, e as cópias dos Artigos das Atas das Seções do Conselho [...] para que o mesmo Juiz de Fora haja de cumprir o que o Conselho resolveu[...][18]

A questão se prolonga nas próximas publicações do jornal, sendo que em Reunião Ordinária do Conselho,

> Apresentou-se Maria do Carmo [mãe da escrava em questão], com o Requerimento de que se tratou na Sessão de 9 do corrente, declarando ao Conselho que ela não achava quem quisesse assinar a sua queixa por considerações e receio do atual Juiz de Fora, contra quem ela requeria[19].

As páginas do periódico, entre os meses de junho e agosto desse ano são ocupadas em boa parte com esta questão da liberdade ou não de uma escrava. Há de se questionar sobre as razões de tal questão ter merecido tanto espaço na imprensa? O que se pode argumentar é que os casos, embora se tratassem de escravas ou ex-escrava, envolviam autoridades, tanto eclesiástica – Padre Luiz Gonzaga _ quanto jurídica, os juízes de Fora e de Paz. Portanto, percebe-se que a intriga dizia respeito muito mais à medida de forças que envolvia o poder, do que uma questão humanitária.

4. Considerações Finais

A fundação deste primeiro periódico em Maia Ponte, na Província de Goiás em 1830 foi um marco na sua História. Vista na época como uma província isolada, atrasada e "infestada" por tribos indígenas hostis, portanto, uma região sem atrativos a pessoas mais preparadas e com capacidades para assumir os cargos públicos, esta iniciativa de fazer circular as ideias nos inóspitos sertões, onde as dificuldades de mobilidade tanto de pessoas como de bens eram enormes, foi, sem dúvida, um acontecimento relevante e repleto de significados.
Esta fonte torna-se importante tanto pelo seu papel como instrumento de informação numa época e lugar onde eram escassos os meios de comunicação, pela abordagem que oferece sobre aspectos da escravidão negra em Goiás no período e mais ainda, como *lugar de memória*[20]. A localização de Meia Ponte (atual cidade de Pirenópolis) em um entroncamento dos caminhos de São Paulo, Minas Gerais e Bahia em direção à capital Vila Boa, era na época, um lugar de convergência de pessoas, mercadorias e idéias. Segundo Costa (1978), a fundação do periódico parece ter contribuído para "elevar os ânimos" e propiciar certa importância intelectual à cidade, que

---

18 Matutina Meyapontense (digitalizado), ano de 1831, n.188, p. 282.

19 Matutina Meyapontense (digitalizado), ano de 1831, n.214, p. 385.

20 Para Le Goff (2003, p. 469), "A memória é um elemento essencial do que se costumam chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje [...]". O autor acrescenta que os lugares de memória podem ser: topográficos: arquivos, bibliotecas e museus; monumentais: cemitérios ou arquiteturas; simbólicos: comemorações, peregrinações, emblemas e, funcionais: manuais, autobiografias ou associações. Essa memória sobre a escravidão em Goiás no século XIX foi buscada em seu primeiro periódico, o Matutina Meyapontense. Contribui com a discussão sobre o conceito de memória o pesquisador Gilmar Arruda (2000), quando afirma que o que nos permite utilizar a memória como fonte é a possibilidade de podermos articulá-la, e que devemos tomá-la não só como fonte de informação, mas também como conhecimento, aproximando-a dos outros documentos, não à procura de uma verdade realista e objetiva, mas estabelecendo nexos e pontos de contato.

de certo modo se rivalizava[21] com a capital da província (Cidade de Goiás) em expressão econômica e cultural. Por meio do estudo foi possível perceber algumas peculiaridades sobre a prática da escravidão em uma Província interiorana e periférica no período imperial, já em fase de declínio da produção aurífera. Em suas páginas, a imprensa Matutina Meyapontense reproduzia o pensamento oficial, mas também publicava ideias discordantes das propaladas e praticadas por esta mesma política, mostrando nos "bastidores" as intrigas do poder, como vistas na questão judicial - que envolviam escravos que se diziam alforriados e eram mantidos em cativeiro – em nome desse mesmo poder.

A importância desse meio de comunicação está ligada também à escassez de documentos que informam sobre as práticas escravistas efetivadas na Província no período, bem como de dados qualitativos sobre a vida dos escravos (as). Mesmo sendo limitadas as informações sobre o tema nessa fonte, elas permitem uma visão, embora fragmentada, da sociedade escravocrata de Meia Ponte em particular e da Província de Goiás de modo mais geral.

Portanto, a memória sobre a escravidão negra em Goiás no século XIX através dessa fonte impressa lança luz sobre muitas questões vivenciadas pelos sujeitos históricos no período, evidenciando os conflitos que resultavam das forças opostas da exploração e repressão por parte dos senhores e da rebeldia e resistência por parte dos escravos ou libertos, mas sempre explorados. É nesse sentido que o periódico pode ser visto como um lugar de memória e de poder.

5. Referências

BERTRAN, P. (1988), *Uma Introdução à História Econômica do Centro-Oeste do Brasil***.** Brasília: Codeplan.

CHAUL, N. F. (1997), *Caminhos de Goiás: Da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade.* Goiânia: Universidade Federal de Goiás.

COSTA, L. C. B. F. (1978), *Arraial e Coronel: dois estudos de história social.* São Paulo: Cultrix.

DOLES, D. E. M. (1973), *As Comunicações Fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX.* Goiânia: Oriente.

GARCIA, L. F. (2010), *Goyaz: uma Província do Sertão*. Goiania: Cânone.

KARASCH, M. (2002), *Central Africans in Central Brazil, 1780-1835. Central Africans and Cultural Transformations in the African Diaspora.* Cambridge/Nova York: Cambridge University Press.

LUCA, T. R. (2005), *Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, C. B. (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, pp. 111-154.

PALACIN, L. (1994), *O Século do Ouro em Goiás. 1722-1822: Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas.* Goiânia: UCG.

POHL, J. E. (1976), *Viagem no Interior do Brasil.* Belo Horizonte: Itatiaia.

SAINT-HILAIRE, A. (1975), *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia.

21 Costa (1978) explica que essa rivalidade teria se originado ainda no período colonial, por ser Meia Ponte um núcleo originalmente português enquanto Vila Boa era predominantemente paulista. Junta-se a esse argumento, o fato de que, apesar de Meia Ponte apresentar melhor situação geográfica e amenidade climática, ter sido preterida por ocasião da escolha da capital, quando da separação da Capitania de São Paulo.

Remanescentes de quilombos: processos de identificação coletiva e transformações das auto-representações e das relações políticas

Renata Medeiros Paoliello

Palavras-chave: sujeitos coletivos, etnicidade, políticas de reconhecimento, acesso a direitos, territórios quilombolas

Introdução

O *paper* visa apresentar uma análise da incidência de políticas de reconhecimento, fundadas no artigo nº 68, do ADCT, e nos artigos 231, 215 e 216, da CF de 1988, em um conjunto de áreas remanescentes de quilombos, Considerando as trajetórias de cada um desses contextos, perpassadas por tensões e por realinhamentos, e as estratégias diferenciadas que seus distintos agentes operam, ao responderem a essas tensões, procura-se entender o modo como as pessoas incorporam categorias exigidas para o reconhecimento. Dito de outro modo, se, e como, forças hegemônicas são mediadas por um *habitus* ligado a formas específicas de vida social, realizando-se conforme certos esquemas culturais (SAHLINS, 2004, 75). O trabalho comparativo enfatiza práticas pelas quais pessoas vêm se recolocando num contexto atravessado por uma gama de demandas, nem todas redutíveis a uma subjetividade coletiva.

Esta aproximação é pertinente porque as distintas situações se conformam a partir de uma política institucional de reconhecimento de direitos territoriais e culturais específicos. Eficaz, do ponto de vista legal, porque sancionada pela Constituição, e porque o Brasil é signatário da Convenção 169[1], da OIT, que regula um contexto mundializado em que o direito à diferença torna-se central, como condição do fluxo de pessoas e bens. E, do ponto de vista social e político, porque, numa sociedade como a brasileira, impactada pelo ajuste estrutural que configura a globalização econômica, esta política pretende ser um caminho para a ampliação da cidadania, num quadro de enfraquecimento da capacidade estatal de tributar e assegurar os direitos sociais. Ou seja, para reconhecer as diferenças e promover direitos específicos, em face da permanência e do aguçamento das desigualdades (LA VALLE, 2003). É nesse contexto globalizado que emerge o novo paradigma do desenvolvimento social e sustentável (SEN, 2000), e que informa os programas públicos cujo objetivo é concretizar as políticas de reconhecimento, cristalizados no Programa Brasil Quilombola, do governo federal, que promove ações voltadas à consolidação dos "territórios da cidadania".
Todas essas situações se aproximam quanto às relações com o estado e à incidência, de resto incipiente, de programas públicos voltados ao desenvolvimento social, e pela inserção precária nos mercados local e regional. Todas compartilham, guardadas suas diferenças, a gênese heterogênea de seu conjunto de direitos territoriais: doações, compras, apossamentos, herança, constituindo o que Godoi [1999] chama de sistemas combinados, articulando direitos privados a direito comum. E ocupam áreas devolutas ou de domínio indefinido, situação que os quilombolas compartilham com grande parte dos pobres rurais no Brasil. O devoluto é a categoria da lei que define a terra pública sem destinação específica, devolvida ao estado porque não reclamada por um proprietário. É inalienável, conforme decreto federal de 1931, mas não o era antes, quando podia ser apropriada

---

1 A Convenção 169, de 1989, tem seu artigo 1º interpretado pelo governo federal da seguinte forma:...aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial...Por extensão, isto se aplica também às "comunidades quilombolas"...decisões da justiça brasileira referendam o entendimento de que as comunidades quilombolas são grupos específicos sobre os quais a Convenção 169 da OIT se aplica. (Comunicação sobre o cumprimento pelo Estado Brasileiro da Convenção 169 sobre povos indígenas e tribais. Disponível em

por usucapião, e por isso é freqüente nelas a presença dos pequenos patrimônios constituídos por posse, em geral não documentados, portanto vulneráveis do ponto de vista de suas garantias legais. Em todas, o requisito institucional do "uso comum", como modo da relação com a terra e os recursos, engloba os direitos diferenciados que o sistema combinado e as práticas do parentesco e da herança operam, traduzindo-se no caráter coletivo do novo direito territorial, a ser titulado em nome das associações de moradores. Induz, assim, mudanças no regime de autoridade, nas relações de parentesco e inter-geracionais.

http://www.cpisp.org.br/acoes/upload/arquivos/Comunicação°/20em°/°20português.pdf. Acesso em: 3 fev. 2009

Como, então, produzem-se, em concreto, as identificações coletivas nesse contexto novo de etnicidade? Como se percorre o caminho que vai da terra-patrimônio ao território quilombola, e quais as implicações disso nos desdobramentos políticos do reconhecimento? Qual é o sentimento de justiça que informa os processos de identificação étnica? Por hipótese, ainda que, como veremos, em vários trabalhos se enfatize o aspecto moral do assumir-se quilombola, este parece indissociável da demanda de garantia territorial, que pode ser ligada à categoria sócio-política da retribuição [HONNETH; FRASER, 2003].

Os contextos e seus processos

o médio Ribeira.

Os territórios quilombolas do Ribeira de Iguape serão, por agora, o alvo da comparação, não só porque neles desenvolvo trabalho etnográfico, mas porque é ali que nascem o Movimento dos Ameaçados por Barragens – MOAB, movimento social em rede que adquire dimensões nacionais, e a Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira – EAACONE. Também por outras razões, que ficarão mais claras no curso da exposição.

A região do Ribeira é área de ocupação antiga. O avanço para os sertões, em busca de ouro, é o que constituirá o processo de ocupação, até o século XVIII, do médio e do alto Ribeira, onde vem a situar-se a maior parte das áreas hoje remanescentes de quilombos[2]. No século XIX, com o desenvolvimento da cafeicultura nas áreas mais produtivas do planalto, para ali é deslocada a mão-de-obra escrava do Ribeira, ocorrendo então o abandono das dadas de sesmarias na região. O que alguns entenderão como o início do processo de estagnação econômica, que se agrava no começo do século XX, com a decadência da produção arrozeira (MULLER, 1980). Configura-se aí, como estratégia privilegiada de acesso a pequenos patrimônios, o apossamento, no "sertão" e nas terras de sesmarias abandonadas, mesmo na vigência da Lei de Terras de 1850. O fechamento definitivo da possibilidade de posse sobre o "devoluto"[3] virá com o Decreto federal nº 19924, de 1931, que inviabilizará o reconhecimento dos direitos dos pequenos possuidores. Com isto se iniciam os grandes processos de "grilagem" – a "compra" ou a pura e simples expropriação desses direitos, em favor daqueles que alegarão o caráter privado da terra, escapando, portanto, ao enquadramento como devoluta -, alimentando, desde então, o caráter conflitivo das relações fundiárias no Ribeira.

Em meados dos anos de 1980, ocorrem intervenções estaduais e do INCRA para a regularização fundiária e a implementação do novo Plano Nacional de Reforma Agrária. Simultaneamente, incidem duas novas injunções: a retomada dos projetos de construção de quatro hidrelétricas no Ribeira[4], e a incidência da legislação e das

2 . A história de Ivaporunduva, a primeira área reconhecida como de remanescentes, é exemplar: ali primeiro se situa um casal vindo das Minas Gerais, com sua escravaria especializada no garimpo, na terra dada de sesmaria. Enviuvando, a mulher, Maria Joana, alforria seus escravos e lhes doa, na forma da "terra da santa" (Nossa Senhora do Rosário), do "bem de capela" do direito sesmarial (PAOLIELLO, 1999), o patrimônio, constituído, assim, como terra comum do grupo de parentes.

3 . A categoria legal do devoluto corresponde àquela terra que, não apropriada ou abandonada, retorna ao estado.

4 . Hoje encampados pelo Grupo Votorantim, que exerce atividade mineradora na região.

novas agências preservacionistas, nesta região que contém a última e maior área contínua de mata atlântica do país. Com relação à primeira, ela motivará a articulação do Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB), organizado a partir da ação da Pastoral da Terra (ROSA, 2007), que agregará as demandas dos remanescentes, concentrados precisamente onde se construiriam as hidrelétricas. Com relação à segunda, a partir dela se consolida uma nova ordenação territorial, clivada pela legislação ambiental, conformando o conjunto das áreas protegidas que confinam o território quilombola do médio e do alto Ribeira[5].

Nesse percurso, a região vai-se redefinindo em momentos distintos de incidência de políticas de desenvolvimento, de interesses mineradores, energéticos, imobiliários, conservacionistas e turísticos. Percebendo-se sempre como carente, em particular no viés dos pequenos produtores, quanto ao acesso legal à terra, a alternativas de produção, de mercado, especialmente o de trabalho, e de bens disponíveis para o conjunto social, como saúde e educação, constitui-se como um contexto de relações sucessivamente perpassadas pela presença recorrente e sobreposta de múltiplas agências, públicas e privadas. As políticas especiais mais recentes passam a ser percebidas como capazes de abrir possibilidades e alternativas.

São os critérios da etnicidade e da tradição que se impõem como condição do reconhecimento, sendo eles, portanto, que se incorporam como linguagem para reordenar relações políticas.

As áreas que integram o "território quilombola" do médio Ribeira de Iguape encontram-se em diferentes momentos do processo de reconhecimento e identificação, nos termos do Decreto estadual 9757/97, que impõe, em seu artigo 2º, a titulação coletiva das terras em nome das associações de moradores, constituindo um direito indivisível e inalienável. Mas poucas já foram tituladas [6].

Desde a incidência do artigo constitucional nº 68[7], e da intervenção das agências estatais, para ativar o processo de reconhecimento e de titulação[8], configura-se um quadro novo de tensões e disputas nessas áreas. Disputas relacionadas a realinhamentos de alianças, e tomadas de posição distintas, quanto aos direitos territoriais, até então diferencialmente atribuídos, por critérios de parentesco e de herança, e quanto à distribuição de poder. Emergem, assim, tensões, não só entre o novo direito e práticas jurídicas "costumeiras", mas também derivadas da gestão comunitária. As associações de moradores tornam-se proprietárias do território e mediadoras: agenciam atividades econômicas, são interlocutoras institucionais, gestoras da terra e mediadoras dos conflitos de uso.

Em particular, o efeito do novo direito, interpretado pelas agências externas como fundado na "terra comum", sobre uma territorialidade corrente maleável, organizada na linguagem do parentesco, vem fazendo reemergir uma conflitividade entre os moradores. Conflitividade cuja origem está na venda de parcelas herdadas a estranhos que, em vários casos, em virtude da imprecisão de divisas nas "escrituras particulares de venda e compra de direitos hereditários e possessórios", introduziram processos de grilagem, expropriando aqueles que não venderam suas parcelas [9]. O novo direito, ao esvaziar, do ponto de vista legal, disputas fundiárias anteriores,

---

5 . Os parques que cercam os remanescentes são o Parque Estadual Intervales, O Parque Estadual do Alto Ribeira e o Parque Estadual de Jacupiranga, hoje integrado no Mosaico de Jacupiranga.

6 . As áreas reconhecidas e tituladas são São Pedro e Pedro Cubas, em Eldorado, Pilões e Maria Rosa, em Iporanga. As reconhecidas, mas ainda não tituladas, são Ivaporunduva, Galvão, Sapatu, André Lopes, Pedro Cubas de Cima, em Eldorado, Nhunguara, entre Eldorado e Iporanga, Praia Grande e Porto Velho, Em Iporanga. Na baixada, encontram-se na mesma situação Mandira, em Cananéia, e Morro Seco, em Iguape. No alto Ribeira, Cangume, em Itaoca.

7 . Artigo nº 68 – Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos.

8 . No estado de São Paulo, esta incumbência é do Instituto de Terras, o ITESP.

9 . No São Pedro, no Nhunguara, e em outros tantos contextos do Ribeira, não só os remanescentes de quilombos, ocorre o mesmo fenômeno, derivado de estratégias de grilagem que se desenvolvem ali, como em outras regiões do país, desde os anos de 1930. No São Pedro, o conflito exacerbou-se quando da identificação porque atingiu dois "bairros", vizinhos e aparentados, o São Pedro e o Galvão. No Nhunguara, a disputa não se acirrou tanto, talvez por tratar-se de uma só área a ser reconhecida. Ao contrário, o "fazendeiro" ficou enclavado entre o território remanescente e o Parque Estadual de Jacupiranga, e deverá ser retirado antes da titulação, segundo o presidente da associação de moradores, em cumprimento da cláusula legal suspensiva da titulação, até a retirada de terceiros da área a ser titulada.

assegura a retomada da terra. Ao mesmo tempo, para ser efetivado, exige a ação de agências de mediação, públicas ou privadas, cujas práticas organizativas veiculam o modelo comunitário e associativo (ROSA, 2007). Este modelo, a ser identificado a partir da auto-atribuição, é acionado nos confrontos entre moradores para desqualificar pretensões e direitos daqueles que são considerados negociadores da "terra de herança", descomprometidos com a comunidade e com os projetos coletivos. Tais discursos, recorrentes, são acionados precisamente nas disputas políticas, visando as associações de moradores e os poderes que estas passam a concentrar, especialmente no que toca aos seus atributos de mediação e interlocução com as agências de governo e, em particular, com o MOAB[10] e com a Pastoral da Terra, que está na base de sua organização. Nessas situações de disputa, lança-se mão da aliança com a agência externa, em particular com a Pastoral, para reivindicar território[11], ou, por outro lado, conta-se menos com o seu apoio para o reconhecimento[12].

A incidência do dispositivo constitucional fixa, assim, as fronteiras territoriais de uma terra maleável, até então organizada por práticas que combinam uso comum e apropriação individual e familiar, cuja gênese é o ato fundador do ancestral que abre a terra e constitui o grupo de parentes e herdeiros (GODOI, 1999). A origem dessa terra-patrimônio é heterogênea, quanto ao fundamento prático e/ou jurídico, e quanto ao período histórico, como mostra Almeida (1989). O "território quilombola" do médio Ribeira condensa essa diversidade: doação a libertos, aquilombamento, apossamentos, com a expansão dos sítios, partindo da abertura das "capovas" - roças familiares -, casamentos inter-"bairros", herança, compra, em momentos diversos da história regional, desde o século XVIII. O Nhunguara conforma-se como uma situação que entrelaça esse conjunto de possibilidades: as parentelas que o compõem se remetem a um "trisavô" fundador, oriundo de Ivaporunduva[13], que comprou terra no Nhunguara, agregou mais uma porção, casando-se "nessa nação de índios que tinha aí na barra do ribeirão", e "posseando" outro quinhão, estabelecendo assim o conjunto territorial, de início com "trezentos e sessenta alqueires...pegava lá a Caverna [do Diabo], onde agora é parque" (Daniel Vieira, morador do Nhunguara). Outros contextos negros, na baixada e no alto Ribeira, organizam-se de modo similar, como é o caso do Cangume (ARRUTI, 2007). São definições práticas de direitos baseadas numa trama que articula descendência, aliança e filiação, negociáveis no âmbito de uma política do parentesco (LEACH, 1995), e que responde a processos extra-locais e gerais, podendo atualizar-se em face das mudanças institucionais e legais. No contexto do reconhecimento como remanescentes, o parentesco é, freqüentemente, acionado, afirmado, ou recusado, entretecido com a pertença étnica, linguagem recém-incorporada, para promover, ou romper, alianças, demandar a exclusividade do direito territorial, agora que a terra se converte em território. Delineiam-se relações em que emergem, dentro do próprio grupo de parentes, interesses conflitantes: a defesa da integridade do território e a gestão familiar ou individual das parcelas. cabendo mais a individualização de parcelas. Com isto, recusam o conjunto de direitos até então praticados. Excluem também, da associação de moradores, que

---

10 Movimento dos Ameaçados por Barragens, organizado no Vale do Ribeira, para fazer frente à construção de quatro hidrelétricas, pelo Grupo Votorantim, e que hoje se conforma como uma rede nacional de movimentos sociais (ROSA, 2007).

11 A disputa entre o São Pedro e o Galvão (CARVALHO, 2006) aguça-se com suporte nesta aliança, a ponto de levar à reabertura do processo de identificação. As terras de ambos os "bairros", vizinhos, pertencem a parentelas ligadas por ascendência comum em relação ao fundador de seus direitos. O conflito precede a incidência do reconhecimento, tendo origem na venda de uma parcela, por um morador do Galvão, que assim introduz um grileiro. No processo de identificação, os moradores do São Pedro indicam, como a eles pertencentes, áreas de expansão de lavouras e sítios, de "capovas", que os do Galvão entendem como deles. Questionados, os primeiros alegam que o patrimônio é coletivo, não

12 No Nhunguara, hoje em vias de titulação, o processo de reconhecimento demora, em virtude do fato de que a maioria de suas famílias é evangélica, pelo que tem dificuldades para se articular com a Pastoral, a princípio. Também demora pela diversidade de seus interesses internos e de suas articulações com várias outras agências (PAOLIELLO, 2007).

13 Ivaporunduva parece ser o núcleo de onde se desdobra o conjunto de "bairros", o que se manifesta na referência aos sobrenomes dos grupos, as "nações", ligadas por casamentos, e relacionadas por descendência comum, que constitui os direitos diferenciados de herdeiros. As referências aos ascendentes fundadores enunciam claramente as distâncias genealógicas.

até então abrigava os dois "bairros", os moradores do Galvão, apontados como "palmiteiros", não agricultores, interessados apenas em usufruir os benefícios do esforço e dos projetos em comum. Note-se que a presidente da associação dos moradores é do Galvão, e sua família é a única a conservar sua "capova".

A auto-identificação étnica torna-se estratégica (BOURDIEU, 1989) porque garante os direitos territoriais, embora ressignificados, e também torna possível a realização do conjunto de direitos e demandas que os acompanham. E pode tender a prevalecer sobre o reconhecimento dos laços, mais específicos, do parentesco, principalmente no que diz respeito ao direito à terra, agora do grupo de negros, como um todo, e que se vê como parente porque é negro. A narrativa da descendência torna-se genérica, de um escravo fugido, e/ou de ex-escravos.

Este é um contexto propício à emergência de uma multiplicidade de práticas que podem expressar projetos individuais, familiares ou coletivos distintos, relacionados a demandas gestadas no contato com o mundo social mais amplo e com a vida urbana: saúde, educação, transporte, etc. E, em vários momentos, em confronto, configurando processos políticos cujo alcance ultrapassa o local, redefinindo alianças e oposições. Esses contextos negros reformulam sua "ruralidade", ao incorporarem novas práticas e valores, e novas formas de acesso e uso dos recursos. E o vêm fazendo no curso de um trajeto de intervenções estatais[14], ao agirem através de instituições complexas de regulação de seus territórios, e ao reorganizarem suas relações, ampliando seus circuitos, e refazendo redes sociais multifuncionais (PAOLIELLO, 2007). A tendência parece ser, desse modo, a pulverização de interesses e conflitos, até a pouco ligados à posse e ao uso da terra. A revalorização das tradições e das relações com o meio ambiente compõe uma nova linguagem, e se converte em capital político, nesse contexto de relações heterogêneas.

Concretamente, então, a etnicidade que se incorpora é a que é agregada às relações "tradicionalmente" enunciadas na linguagem do parentesco: não só no Nhunguara, onde a relação com a terra se amplia e consolida pelo casamento de um negro na "nação de índio", mas em todos os contextos, explicita-se que o situar-se no local tem sua gênese em um "nós misturamos aqui" recorrente. E um "misturar-se" entendido como um fator de melhoria "dessa gente, parente de índio", que "bebia e brigava muito". Com a presença negra, tal como ressignificada no discurso presente, as relações se alteram, estabelecendo-se uma hierarquia genealógica entre pessoas e parentelas: "o tio era um dos poderosos daqui. Autorizava entrar, tinha venda, plantava muito arroz, descia para Eldorado, com as canoas cheias". O tio em questão é o mesmo que tem sua fala reproduzida acima, contando como o Nhunguara se constituiu e qual era sua extensão antes do parque. É o "neto" mais velho do fundador, com ascendência política até o momento em que novas formas de constituição de lideranças emergem, figura-chave na organização dos direitos e usos da terra-patrimônio e seus recursos. O mesmo sobrinho que a ele se reporta como figura de autoridade se destaca como uma das lideranças, e modifica a narrativa da fundação: "foi o nosso bisavô que fugiu das senzalas de Iguape e veio parar aqui". Decerto se refere ao ascendente anterior ao bisavô, fundador do São Pedro, a partir do qual se forma uma das parentelas que se espraiam pelo conjunto de "bairros".

Da terra-patrimônio, em que se objetiva o nexo entre simbolismo do parentesco e solo – expresso no termo nativo "nação", para referir-se a grupos cujos laços genealógicos se exprimem em um sobrenome comum -, ao território quilombola, construído reflexivamente, conforma-se um percurso político em que se articula um território da memória a renovadas narrativas de sua fundação: "aqui não tinha este nome, foi depois que construíram a capela. Chamava Lavrinha, sabe por que? Porque bateiava ouro aqui, tinha sido escravo que sabia bateiar ouro." (Vandir de França, morador do São Pedro). Reorganiza-se a auto-identificação enquanto um grupo de negros, embora "misturados", cujos vínculos se representam pela ascendência comum em relação a ex-escravos. A etnicidade se reconfigura, articulada ao modo "comum" de acesso ao patrimônio e de uso de seus recursos – modo de vida específico -, para atestar a tradicionalidade da ocupação que, uma vez reconhecida, abre caminho para a reivindicação e o atendimento de outras demandas e expectativas.

Em suma, a partir do reconhecimento, institucional e legal, do direito ao território, desdobra-se um processo

---

14 Nos anos de 1980, a intervenção visou o desenvolvimento, pela via da reforma agrária, e da regularização fundiária, cujo modo contemporâneo é o reconhecimento como remanescente e o modelo do desenvolvimento social e sustentável que o acompanha.

de reorganização social, ou seja, de territorialização (OLIVEIRA, 1998). Este implica na re-configuração de uma unidade sócio-cultural, pelo estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora, na constituição de mecanismos políticos especializados – as associações de moradores, e suas articulações com o MOAB, com partidos e agências privadas, e com órgãos estatais, desde a instância municipal -; na redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; na reelaboração da cultura e da relação com o passado. Como vimos, essa re-configuração não é isenta de conflitos, que vêm à tona na medida em que o critério institucional da tradicionalidade e do pertencimento étnico é incorporado. Trata-se de uma nova situação, em que se devem traduzir dinâmicas locais, que operam com territórios maleáveis, para um sistema legal que exige fronteiras fixas (ANJOS, 2005). Nessas situações de efetivação do direito constitucional, os conflitos se objetivam, envolvendo interesses em concorrência. E novas e politizadas subjetividades se revelam (GOLDMAN, 1998), freqüentemente escapando à rede do MOAB, orientado para a construção de um sujeito coletivo, transitando por outras redes, que articulam outras pertenças religiosas e políticas, e outras alianças com agentes econômicos e políticos diversos (PAOLIELLO, 2007).

Morro Seco

Localizado na baixada do Ribeira, está reconhecido, mas ainda não titulado. Trabalhamos, aqui, sobre a etnografia do processo de construção da identidade quilombola, realizada por D'Almeida [2012], que analisa as categorias e mediações nele em jogo, sobretudo o papel do MOAB e da EAACONE como agências de mediação informadas pelas práticas organizativas das comunidades eclesiais de base – CEBs, e pela teologia da libertação. O trabalho é de inculturação, envolvendo a definição de uma cultura quilombola, "afro", e de uma tradicionalidade, marcada especialmente por relações comunitárias. O comunitarismo é o valor maior nessa perspectiva, e a "roça comunitária" é o modo de atualizar o mutirão, forma de troca de trabalho entre grupos de parentes e vizinhos que vai deixando de ser realizada, substituída pela troca de dias, porque, como se diz na região, "não compensa", "não paga mais a festa".

A presença mediadora, e circulante, desses agentes é chave para entender como a categoria quilombo, e as outras correlatas, é ativada entre os moradores das áreas hoje remanescentes na região, colocando em diálogo os quilombolas da baixada, do médio e do alto Ribeira que, no entanto, especialmente no caso de Morro Seco, nem sempre passaram por experiências de conflito fundiário, e das tensões associadas à sobreposição das áreas de preservação e à ameaça das barragens. Mas essas categorias são concebidas diferencialmente, na medida em que vão sendo incorporadas por diferentes pessoas e grupos, em cada contexto.

O então bairro do Morro Seco, entre 1963 e 1965, ao contrário de muitos, no Ribeira, tem sua área dividida em cinco glebas, no curso de uma ação discriminatória, que as titula em nome das famílias já ali apossadas. Desde então, com as divisões, e as vendas, a terra, originalmente das parentelas, míngua. Este é um motivo alegado pelos atuais moradores para a adesão ao reconhecimento como remanescente. Mas não o único. De fato, o que chama a atenção de D'Almeida é o fato de que os moradores abrem mão de seus títulos de propriedade particular, condição *sine qua non* para o reconhecimento do direito coletivo, portanto da condição de remanescentes. É o que leva a autora a questionar o entendimento de que a demanda por terra é chave explicativa para os fenômenos de emergência étnica, que seriam, assim, irredutíveis a interesses instrumentais. Entre outros fatores de identificação, ela ressalta esse comunitarismo mediado pela presença da agência político-religiosa.

Morro Seco é formado como comunidade religiosa, com a construção da capela do padroeiro, constituindo-se uma vizinhança cujas relações se reforçam pelo compadrio; já se faz presente um padre em 1955, e alguns membros de suas parentelas, inclusive, ligam-se ao clero, antes da chegada dos agentes das CEBs. Esta, como entre outros remanescentes da região, marca o início de um processo que não só altera a dinâmica da socialidade local, como altera a si mesma nesta relação: se, no princípio, a linguagem era a da classe, como aponta Rosa [2007], a partir dos anos de 1990, esta vai se transformando na da cultura. São as duas freiras que atuam no local que os avisam sobre a vigência do artigo 68, em 2002, e que passam a identificar e ativar o que entendem como elementos específicos de sua cultura.

D'Almeida aborda os argumentos dos moradores para explicarem porque assumiram uma identidade quilombola lançando mão da idéia de justificação, formulada por Boltanski e Thévenot [2006] para se referirem a uma estrutura moral da vida social - e defenderem distintos regimes de engajamento -, e complementar,

assim, as interpretações estritamente instrumentais, que privilegiam, na explicação da etnicidade, o interesse comum, pelo qual esta é vista como meio de acesso ao poder político e aos bens econômicos. O valor da vida digna, aqui, definir-se-ia por uma orientação religiosa comunitarista aliada a uma política emancipatória, que insere na tradicionalidade o vínculo de reciprocidade com outras comunidades. Os códigos de mediação são compartilhados e circulam nas redes de interação, fortalecendo o senso da injustiça econômica e social. Além do direito ao território, coloca-se o reconhecimento da diferença cultural, acionando-se os artigos 215 e 216 da Constituição, que são apropriados pelas lideranças. Constitui-se, desse modo, um dispositivo de subjetivação, pelo qual os negros de Morro Seco, entre outros, colocam-se como sujeitos de direito. Outros ainda, ao contrário, como no bairro de Peropava, rejeitam a titulação coletiva porque são evangélicos.

No entanto, cabe observar que, como aponta a própria autora, a adesão ao quilombo pela desistência dos títulos de propriedade pode dever-se também a uma avaliação estratégica, que configura o Morro Seco como um caso único: a cadeia sucessória, após a titulação, organiza na prática a divisão por herança, mas há áreas não inventariadas que, assim, rompem a transmissão da propriedade titular, tornam impossível, para eles, a retomada dos inventários, por razões financeiras, e levam ao risco de perda da terra. A dimensão sócio-política da identidade, aí, emerge significativamente.

Etnicidade, mediação e subjetivação

O nexo interpretativo que permite relacionar os territórios quilombolas em foco é a categoria território. Tem-se em conta o desenvolvimento territorial como modelo institucional que articula rural, urbano e meio ambiente, que repõe o papel do estado como governança e opera com novas instituições reguladoras. O território, neste sentido, é a base para incidência de programas de políticas públicas, e envolve questões ligadas à representação dos interesses em jogo, e à força dos grupos hegemônicos, como mostra Martins (2009). A incidência da política de reconhecimento, e dos programas que a acompanham, em concreto, encontram problemas na sua realização e frustram as expectativas daqueles que são seu alvo. A base do reconhecimento, portanto, é territorial, e isto, como mostram Martins (2009) e Carneiro (2007), altera as relações e as redes de poder locais e translocais.

Esse modelo territorial, assim, engloba etnia e tradição, onde há presença de grupos específicos e em situação de vulnerabilidade. E promove aquilo que Oliveira (1998) aponta como um novo processo de territorialização, ao qual respondem os agentes sociais, passando a relacionar-se com as agências estatais, a partir da demanda autorizada pelos direitos específicos. Essas respostas, de resto heterogêneas, como se pôde observar, são o que se busca entender, supondo-se que elas permitem apanhar as direções do processo político, o efeito das políticas sociais, e o modo como os quilombolas constroem o mundo social.

Eles estão inseridos na economia e na sociedade regionais, afetados por distintas e sucessivas intervenções, reordenando o território; e por diferentes agências, anteriores e coexistentes à atual presença político-administrativa, que conformam um conjunto de problemas, fundiários, econômicos, ambientais, etc., que expressam um processo de territorialização, no caso dos negros rurais, com base na raça, distintiva de uma origem escravizada, que segrega espacialmente essas populações, no movimento de escaparem à condição de "cativos" da terra. Ou seja, de não autônomos. E hoje os qualifica enquanto negros.

Nesses processos, produzem-se territorialidades específicas, em resposta à territorialização legal e estatal, como conjunto de práticas que articulam parentesco e terra, mas também incorporam reflexivamente a pertença étnica e a "nossa tradição", do mesmo modo como vieram incorporando outras categorias, no percurso de suas relações com o conjunto social e com as instituições político-jurídicas. Entre os hoje quilombolas, a territorialidade é operada na forma de uma mobilidade espacial sustentada pela rede de parentesco, que se torna problemática diante da atual delimitação do território.

Do ponto de vista histórico, a mobilidade tem sido a condição de existência, dos quilombolas do Ribeira, já que a precariedade de seus direitos torna decisiva a capacidade de deslocar-se. Sustentada pelas redes de parentesco, mas também por outras redes, sociais e políticas, é ela que vem repondo, até o reconhecimento, a possibilidade de reconstrução recorrente de seus espaços físicos e sociais. Ao incorporarem a nova identidade, "quilombola", portanto a pertença étnica e a tradição, os negros do Ribeira reorganizam suas relações a partir

da oposição entre sua mobilidade "tradicional", de fato atualizada em contextos temporais distintos, e a fixação legal das fronteiras do seu território.

Essas dinâmicas territoriais não podem ser pensadas, portanto, como singulares, atemporais, essenciais. Elas são instrumentos, tensionados, e reformulados, nesse novo contexto do reconhecimento institucional, tal como são instrumentos, para conquistar os direitos, a auto-atribuição do pertencimento étnico e da tradicionalidade da ocupação e da cultura. Ao mesmo tempo, reorganizam as relações e reiteram vínculos culturais, lingüísticos, morais e emocionais entre pessoas cujos interesses podem ser muito diversos (OLIVEIRA, 1998, 22, nt.11).

Os quilombolas subjetivam, assim, a construção político-administrativa de si como objeto étnico, apropriada e re-significada nos termos de seus valores morais e políticos, seja incorporando-a, seja, no limite, recusando-a. A etnicidade está perpassada por escolhas, nas quais se exprimem experiências de si, eventualmente traduzidas em discursos coletivos: aceitação do território comum, ou reivindicação de gestão autônoma do próprio direito, assunção de uma unidade ético-política, ou sua recusa. O caráter de externalidade normativa das categorias a princípio formuladas no âmbito das instituições reguladoras aparece quando se diz que "o quilombo" e a "ecologia" "chegaram". Os modos como são incorporadas, individual e coletivamente, variam: o "bairro" do Biguazinho recusa o reconhecimento, porque seus moradores não querem a titulação coletiva, já que têm títulos particulares. No André Lopes, os evangélicos não se reconhecem como quilombolas.

Pode-se perguntar se as conversões evangélicas, em cada caso, não são indicativas dessa diversidade de escolhas e decisões, alimentando faccionalismos. Mas também de ver como idéias e práticas evangélicas são ressignificadas no esforço de dar sentido à experiência pessoal e coletiva, numa relação de mediação com as agências religiosas, em que distintas ordens culturais vão sendo compatibilizadas e produzindo novas significações (ALMEIDA, 2006). Entre os remanescentes, as conversões são antigas, especialmente no Nhunguara, onde o processo tem início já nos anos de 1950. Mas estão intensificadas no presente, possivelmente manifestando afastamentos em relação ao modelo comunitário do MOAB e da Pastoral, diante da incidência precária dos programas de desenvolvimento, até aqui restritos, no que se refere ao custeio da produção, às pequenas verbas do Pronaf 2 para o plantio de pupunha. A partir dessas conversões, mudam os comportamentos no plano pessoal: não mais se exerce a atividade de "curandor", não se bebe ou fuma, mas pode-se ser "palmiteiro" e, antes do reconhecimento, negociar a terra. O *ethos* do parentesco se transfigura em "irmandade" genérica. Incorporando-se a identidade étnica, a tendência, especialmente se não se é evangélico, é a de assumir o discurso comunitário e formular uma etnicidade também genérica, enfraquecendo, pelo menos neste contexto, o valor do parentesco.

Esses sujeitos estão, ao mesmo tempo, tensionados pelo discurso hegemônico do desenvolvimento, ou veiculado em favor das hidrelétricas e da agricultura convencional, ou do modelo social e sustentável, que engloba o modelo comunitário. Isto aponta para um compartilhamento de valores e práticas, relacionado a uma percepção do mundo social em que vivem. De fato, é a existência material – econômica e social – que está em jogo, e esses valores, símbolos e práticas compartilhados com o conjunto social se ligam à crença na eficácia da economia, e à experiência de si como pobres, carentes de bens, de oportunidades e de poder. Escolhas e tomadas de decisão se orientam por tais demandas, especialmente lançadas ao estado, e estão relacionadas ao capital social de que os quilombolas dispõem: as redes sociais diversas em que podem ingressar e agir, conforme estratégias individuais e familiares que organizam o movimento das pessoas, de acordo com seus capitais e com as possibilidades do mercado e da política: quem fica para trabalhar na terra, quem se emprega no setor agrícola e no não agrícola, e em que tipos de atividades, quem participa do movimento social, etc. (VINCENT, 1987).

Tais redes veiculam as estruturas de mediação – as ordens, ou códigos, culturais (SAHLINS, 2004) – que afinam a correspondência entre percepções e estruturas relacionais objetivas, constituindo os esquemas classificatórios do *habitus* (BOURDIEU, 1989). Ainda que assimétricas e heterogêneas, por isto mesmo essas redes enriquecem o mundo social local (CARNEIRO,2008), levando a reconsiderar o potencial interpretativo da oposição rural/urbano, redefinindo-se o rural não mais como um setor, mas como uma dimensão do território (FAVARETTO, 2007), no âmbito do novo modelo de desenvolvimento e das instituições reguladoras que o implementam. Aí, encontram lugar categorias sociais realizadas (CARNEIRO, 2008), como etnia e tradição, que, encarnadas localmente, sustentam as reivindicações, hoje também relacionadas às disfunções das políticas sociais, que emperram o desenvolvimento local e frustram expectativas.

Essas disfunções aguçam problemas de distribuição e de disputa de poder e conflitos associados à gestão comunitária, ao comprometimento da forma "tradicional" da agricultura e de uso dos recursos, restringidos por normas conservacionistas; à incipiência dos financiamentos, da assistência técnica, e da organização do escoamento e da comercialização dos produtos, que as associações de moradores procuram suprir. Não resolvem, ainda, o acesso a mercados mais distantes, a não ser por meio de programas públicos que colocam os produtos no circuito da merenda escolar; o valor baixo destes nos mercados locais e no regional, em comparação com os dos grandes e médios produtores; seu baixo valor agregado em virtude do não processamento – a não ser no caso dos poucos projetos que financiaram pequenas fábricas de derivados de produtos locais -; e a incipiência da efetivação de projetos de turismo ecológico, em alguns casos[15]. De outro lado, os projetos sobrecarregam com obrigações e financiamentos vistos por muitos como inviáveis, e que resultam, volta e meia, no seu abandono. No entanto, é a organização política, derivada das demandas relativas a este quadro, pela melhoria dos serviços públicos e da assistência técnica, visando geração de renda e melhor inserção no mercado, que se enriquece, e pode tender a enfraquecer práticas clientelísticas correntes no âmbito da política local.

O modelo institucional do reconhecimento, e seus critérios de etnicidade e tradicionalidade, incorporados como linguagem reorganizativa e reivindicativa, exige uma "purificação" dos grupos, para serem enquadrados como grupos étnicos e comunidades tradicionais[16]. Acompanhar o que vem acontecendo em concreto nos processos de reconhecimento supõe, então, considerar duas instâncias de mediação: em primeiro lugar, como as pessoas incorporam os códigos e categorias, isto é, qual é o seu comportamento efetivo, e em que medida este é capaz de gerar processos que escapem de saberes e poderes constituídos (GOLDMAN, 1999). Nos contextos em foco, há uma multiplicidade de códigos circulando nas redes, volta e meia em confronto, apontando para também múltiplas posições do sujeito. Por isto mesmo, em segundo lugar, cabe considerar o campo das mediações normativas e institucionais, cujo trabalho é o de tradução entre códigos nativos e códigos institucionais. Também neste âmbito, notamos a presença de múltiplas agências, públicas e privadas, freqüentemente em disputa. A mediação normativa opera incorporando discursos, orientada sempre pela consideração do modo como a prática discursiva institucional se coloca num dado campo. Do lado da instância das mediações localizadas, a prática é apoderar-se do que serve às pessoas e/ou aos seus grupos. Essa dupla mediação baliza os jogos polissêmicos da identidade étnica, convertida em capital simbólico, reforça sua dimensão contextual, e permite apreender seu lugar nas relações sociais: como dispositivo discursivo e prático, constitui a especificidade que fundamenta os direitos, e a natureza "tradicional" dos saberes legitima o lugar do grupo e seu valor perante o discurso do desenvolvimento sustentável. Em concreto, diferentes agentes e diferentes contextos, diferentes enunciações.

Esta "economia política" do reconhecimento opera numa tensão entre o universal e o particular: o que se reconhece é a capacidade de uma pessoa como cidadã, mas os direitos são específicos, não universalizáveis. Essas pessoas adquirem outro *status,* outro lugar social e simbólico, distinção e prestígio, mesmo se considerando os pesos judiciais distintamente atribuídos a quilombolas e índios. Contudo, o que acontece com categorias formuladas e interpretadas num contexto de constitucionalidade, mas que, nas lutas sociais, são tensionadas por "vontades de exceção", expressas nos discursos da integração nacional, do desenvolvimento, etc.? No campo da mediação normativa, busca-se construir, ao mesmo tempo, cidadania e tutela estatal: cidadãos quilombolas não são cidadãos iguais aos outros. É mediação precisamente porque não opõe duas normas antagônicas, mas promove ajustes, por meio de regulações sucessivas que restringem a eficácia do artigo 68, evitam a efetivação dos direitos, e se constituem, sobretudo, como dispositivos de territorialização, modelando populações.[17]

---

15 Foi aberta ao público, recentemente, a pousada de Ivaporunduva.

16 Está em questão, aí, a interpretação da Convenção 169 no Brasil, e do critério de auto-atribuição: menos o reconhecimento da pertença ao grupo específico, e mais a exigência da autenticidade, numa perspectiva individualizada.

17 Neste jogo, e diante de um sistema normativo instável, que é campo fértil para a mediação,
os processos de reconhecimento tendem a emperrar-se. Se o Decreto 4887/03 regulamenta o artigo nº 68, estabelecendo a titulação coletiva e o auto-reconhecimento, convertendo a terra em território, e abrindo a possibilidade da desapropriação, o Decreto 3919 individualiza o direito, reduz o território à terra, tornada análoga à terra indígena, porque é alvo de direito originário, não usucapido e, portanto, não é passível de desapropriação. E a Instrução Normativa nº 49 instaura o paradoxo da certificação estatal, quando o critério é o da auto-atribuição.

Se a mediação normativa opera incorporando discursos, ela o faz sobre as categorias sociológicas, elaboradas no contexto da constituinte, para se tornarem matrizes normativas: uso comum, negritude, tradicionalidade, etc., produzindo efeito real, na medida em que carrega o poder estatal de nomeação do mundo social (BOURDIEU, 1989. No que toca aos quilombolas, o padrão diz respeito à titular, gestora do território e interlocutora institucional, a associação dos moradores, instância política em que se formalizam práticas faccionais, modificando o processo de constituição da liderança: privilegiamento de quem é mais letrado, alterando o regime de autoridade, e responsabilidade pela listagem de moradores, que impõe a confluência entre laços comunitários, até agora espraiados para além do local, e o território circunscrito.

Mas esta não é a única instância mediadora, como vimos. A pergunta que orienta esse trabalho é relativa a como as pessoas subjetivam os enquadramentos exigidos para o reconhecimento, e em que medida fazem isto mediadas por diversos códigos, valores e práticas que circulam nas redes sociais pelas quais transitam, entre eles os institucionais, considerando que o estado de onde estes provêm também não é homogêneo. São aí possíveis subjetivações como experiência de si, escapando de saberes e poderes instituídos?

Sahlins (2004, 84-88) entende que não se pode negar a mediação das ordens culturais, enquanto sistemas compartilhados de inteligibilidade e agência, inscritos no *habitus*, e que não são só instrumentais. Contesta a posição de Foucault, que dissolve as ordens culturais em efeitos de poder, e reduz a agência ao sujeito individual, ao qual atribui múltiplas posições. O que, para Sahlins, coloca os indivíduos como personificações abstratas de macrocosmos culturais, personagens, pessoas coletivas abstratas, essencializadas e possuidoras de fins sociais. Na análise dos significados em jogo, especialmente em um contexto institucional, não se pode reduzir a substância atual de uma instituição a propósitos conjeturados.

Pode-se entender que, do ponto de vista da mediação normativa, em boa parte se impõe o personagem abstrato, em si portador do mundo social que se reconhece. Mas a mediação é de mão dupla, embora assimétrica: nem a instância institucional e normativa é homogênea, nem os contextos localizados estão sob efeito de uma única agência. Os códigos são múltiplos, e, como Sahlins(2004) já apontou, suas categorias estão expostas a riscos empíricos no momento mesmo em que as pessoas procuram significar sua experiência nos termos daqueles que reconhecem como válidos, porque os incorporaram, não só como instrumentos, mas porque os compartilham valorativa, moral e emocionalmente (OLIVEIRA, 1998).

Se a identidade étnica é, então, ao mesmo tempo, forma de organização política e linguagem para comunicar (CUNHA, 2009, 239), ela é sinal diacrítico, para um grupo opor-se a outros. O que se faz extraindo elementos culturais de uma "tradição", reinventando-os para significações novas: aparentemente iguais a si mesmos, obscurecem o fato de que, fora do sistema de que fazem parte, seu sentido se altera. Em síntese, o signo pode escapar de uma estrutura discursiva, e inclusive ser encampado pelo discurso oficial. O que a autora enfatiza é, precisamente, a imprevisibilidade dessa escolha e dessa ressignificação: tal como ressignificadas em contexto, categorias como etnicidade e tradição não se reduzem a condição necessária da gênese, e da reprodução, das relações sociais. Especialmente em um mundo social em que, como vimos, o econômico se encontra separado e institucionalizado, abrindo às pessoas possibilidades de ação que não dependem apenas do reconhecimento, e da auto-atribuição étnica.

Trata-se, assim, de saber como, nesses contextos, a pertença étnica e a referência à tradição se tornam "nativos", e não só retórica legitimadora. Inscritos no *habitus*, como disposição, estrutura de percepção do mundo social, portanto princípio de sua construção, gerador de práticas e representações, nem sempre está em correspondência com estruturas objetivas. Este é o mote da ruptura e da mudança (BOURDIEU, 1989). As estratégias do *habitus* não são aquelas explicitamente intencionadas, e não apartam valores e interesses. Para Bourdieu, como para Foucault, o poder se inscreve nos corpos. Mas, para Foucault (2005), processos de individualização e subjetivação não necessariamente passam sempre por poderes e saberes constituídos. Individualidade e subjetividade podem ser também produzidas na experiência de si. A subjetividade é espaço de elaboração de forças externas, e se projeta para fora: observá-la permite perceber como se reelaboram códigos de comportamento, e compreender comportamentos efetivos (GOLDMAN, 1999,35-37).

Para os quilombolas, trata-se de problematizar a subjetivação, de indagar se e em que medida constroem uma autoconsciência crítica, e a identidade étnica se torna significativa numa relação consigo mesmos, em meio a tantos outros elementos que incorporam. Como percebem as lutas contemporâneas e o que, nestas, está em

jogo, para eles. É a partir dessas possibilidades de subjetivação que se podem reconfigurar as relações de força na demanda por institucionalização e acesso efetivo aos direitos (GOLDMAN, 1998, 74-75), levando a reinterpretações e alargamentos das definições oficiais da etnia e da tradição. De acordo com Augé (2010), olhar para esses processos pode nos ajudar a entender a ação histórica sem reduzi-la a categorias essencializadas em velhas cosmologias – identidades, fronteiras -, quando a experiência, para nós, como para os quilombolas, está deslocada.

Honneth questiona a prioridade conferida às categorias éticas, como o reconhecimento, em relação às categorias sócio-políticas estruturais, como a redistribuição. Ele enfatiza, nas lutas sociais, a relevância da proteção jurídica à participação na vida pública e à garantia do acesso a bens materiais de sobrevivência, à capacidade concreta para uma existência digna. O que os quilombos do Ribeira, incluindo o caso do Morro Seco, parecem apontar, é para a necessidade de abordar a articulação, mais que a complementaridade, entre a motivação moral e a "interessada", na análise das subjetividades dissonantes que apontam para os limites do movimento social para aglutinar todas as demandas e fazê-las convergir para um sujeito coletivo, fundado na "cultura" [CUNHA, 2009], que o movimento mesmo enuncia, para a agência no campo político.

Os fenômenos políticos de ação coletiva, como defende Mouffe, expandem o político para além do institucional, multiplicam antagonismos e podem levar ao questionamento das próprias agências de mediação. Para Mouffe, qualquer identificação totalizante, que busque consenso, ignora o caráter antagônico do político, e é excludente de tudo que não carrega uma racionalidade emancipatória, reduzindo as lutas democráticas a uma definição única da vida digna. Homogeneizando os sujeitos, o movimento social pode reduzir-se a uma política da identidade, absolutizando o discurso da diferença, ao invés de constituir identidades politizadas, que demandem igualdade, ao mesmo tempo em que suas particularidades possam revelar formas desconhecidas de opressão, reinventando a ação política. Na diferenciação, pode emergir o reconhecimento do caráter político das posições diferenciais, e do caráter opressivo das subordinações.

Bibliografia

ALMEIDA, Ronaldo. 2006. "Tradução e mediação: missões transculturais entre grupos indígenas" In MONTERO, Paula (org.). *Deus na Aldeia – missionários, índios e mediação cultural.* São Paulo. Globo, pp. 277-304.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de.1997. "Quilombos, Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida" In ANDRADE, Tânia (org.). *Quilombos em São Paulo*. São Paulo. ITESP

_____. 1989. "Terras de Preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito na Amazônia". *Cadernos do NAEA*, n. 10, pp. 163-196.

ANDRADE, Tânia (org.). 2000. *Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território.* São Paulo. ITESP.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. 2005. "Remanescentes de quilombos: reflexões epistemológicas" In LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Laudos Periciais Antropológicos em Debate*. Florianópolis. ABA/NUER, pp. 89-112

ARRUTI, José Maurício. 2009. "Uso comum, regularização fundiária e mercado de terras – estudo de caso na comunidade do Cangume (Vale do Ribeira – SP)" In *Prêmio Territórios Quilombolas*. Brasília. MDA/NEAD. pp. 230-269

AUGÉ, Marc. 2010. *Por uma antropologia da mobilidade.* São Paulo/Maceió. EdUNESP/EdUFAL.

BARNES, J. A. 1987. "Redes Sociais e Processos Políticos" In BIANCO, Bela F. *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo. Global/Universitária, pp. 159-193

BOURDIEU, Pierre. 1989. *O Poder Simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro. DIFEL/Bertrand Brasil.

CARNEIRO, Maria José. 2008. "'Rural' como categoria de pensamento". *Ruris*. Campinas. Ed.UNICAP/MDA/NEAD, 02 (01), pp. 09-38

CARVALHO, M. Celina Pereira de. 2006. *Bairros Negros do Vale do Ribeira: do "escravo" ao "quilombo"*. Campinas. IFCH/UNICAMP, pp. 199, tese de doutoramento em ciências sociais, antropologia social.

CUNHA, Manuela Carneiro da. 2009. "Etnicidade: da cultura residual mas irredutível". In: *Cultura com Aspas*. São Paulo. Cosac Naify.

D'ALMEIDA, Sabrina. 2012. *Reconhecimento dos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: o caso do Morro Seco.* Guarulhos. EFLCH/UNIFESP/PPGCS, p. 123, dissertação de mestrado em ciências sociais

FAVARETTO, Arilson. 2007. "A Longa Evolução da Relação Rural-Urbano – para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural". *Ruris*. CERES/IFCH/UNICAMP, 01(01), pp. 157-190

FOUCAULT, Michel. 2005. *História da Sexualidade III – O Cuidado de Si.* Rio de Janeiro. Graal.

GODOI, Emília Pietrafesa de. 1999. O *Trabalho da Memória – cotidiano e história no sertão do Piauí.* Campinas. EDUNICAMP.

GOLDMAN, Marcio. 1999. *Alguma Antropologia"*. Rio de Janeiro. Relume Dumará.

LA VALLE, Adrian. 2003. "Cidadania, igualdade e diferença". *Lua Nova*, nº 59.

LEACH, Edmund. 1995. *Sistemas políticos da alta Birmânia: um estudo da estrutura social Kachin*. São Paulo. Edusp

MARTINS, Rodrigo Constante. 2009. "Descrição e Prescrição no Desenvolvimento Rural". *Ruris*. Campinas. UNICAMP/IFCH, v. 3, n. 1, pp.71-101.

MELLO, Marcelo Moura. 2012. *Reminiscências dos Quilombos – territórios da memória em uma comunidade negra rural*. São Paulo. Terceiro Nome/FAPESP.

MOUFFE, Chantal. 1993. *O Regresso do Político*. Lisboa. Gradiva.

MOURA, Antônio Eustáquio de. 2009. *Quilombo Mata Cavalo, a Fênix Negra Matogrossense: etnicidade e luta pela terra no estado de Mato Grosso.* Campinas. IFCH/UNICAMP, p.263, tese de doutoramento em ciências sociais, antropologia social.

MULLER, Geraldo. 1980. "Estado, Estrutura Agrária e População: Ensaio sobre Estagnação e Incorporação Regional". *Cadernos CEBRAP*. Petrópolis. Vozes/CEBRAP, n. 32.

OLIVEIRA, João Pacheco de. 1998. "Uma etnologia dos índios misturados? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais". *Mana*, 1(4).

PAOLIELLO, Renata Medeiros. 2007. "Remanescentes de Quilombos: redes sociais e processos políticos". *Perspectivas*. São Paulo. EdUNESP, v. 32, pp.127-159.

_____. 1998. "Estratégias Possessórias e Constituição de Espaços Sociais no Mundo Rural Brasileiro: O Contexto da Baixada do Ribeira" In NIEMAYER, Ana Maria & GODOI, Emília P. de. (orgs.). *Além dos Territórios: Para um Diálogo entre a Etnologia Indígena, os Estudos Rurais e os Estudos Urbanos.* Campinas. Mercado de Letras, pp. 201-227.

ROSA, Leandro da Silva. 2007. *Os quilombos do Vale do Ribeira e o movimento social: o movimento dos ameaçados por barragens do Vale do Ribeira (MOAB)*. 168 pp. Araraquara.

FCL/UNESP, dissertação de mestrado em sociologia.

SAHLINS, Marshall. 1990. *Ilhas de História.* Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed.

_____. 2004. *Esperando Foucault, ainda.* São Paulo. Cosac Naify.

SCOLES, Ricardo. 2007. "Comunidade Negra de Itacoã: Territótio, Biodiversidade e Organização Social,

Pilares para o Etnodesenvolvimento?" In MDA/NEAD. *Prêmio Territórios Quilombolas 2ª Edição*. Brasília

SEN, Amarthia. 2000. *Desenvolvimento como liberdade.* São Paulo. Companhia das Letras

VINCENT, Joan. 1987. "A Sociedade Agrária como Fluxo Organizado: Processos de Desenvolvimento Passados e Presentes". In: BIANCO, Bela. *A Antropologia das Sociedades Contemporâneas.* São Paulo. Global/Universitária, pp375-402.

Análise comparativa de práticas de produção de espaços de memória em duas comunidades negras brasileiras

Ana Claudia Cruz da Silva[1]

Resumo: A proposta desta comunicação é apresentar, a partir de diferentes experiências etnográficas, dois espaços de memória localizados em comunidades negras brasileiras. A primeira delas é uma comunidade de terreiro situada em Ilhéus, na Bahia. A segunda é uma comunidade quilombola de um município do interior do Estado do Rio de Janeiro. A descrição desses espaços e de ações a eles relacionadas por parte dos membros dessas comunidades permitirá problematizar estereotipificações vinculadas a concepções de identidade negra ou étnica e seus usos na produção de práticas políticas.

Palavras-chave: política, cultura, memória, populações afro-brasileiras.

Introdução:

Nossa sociedade – aqui entendida não como 'brasileira', ou 'ocidental' no sentido geográfico, mas como grupos humanos que compartilham uma determinada forma de pensamento, o qual, embora não seja exclusivo, é dominante – é, como diz Goldman (1999: 62), "a favor da história". Isso significa dizer, como já o fizeram Lévi-Strauss (1973; 1976a; 1976b) e Lefort (1990), entre tantos outros, que a história é uma característica importante da nossa forma de pensar. Pensamos e explicamos o mundo, as coisas, a vida – nossa, dos outros, dos povos... – a partir da história, que vem sendo cada vez mais acionada como um valor em si e que valoriza objetos e experiências vividas. Ainda mais do que valorizar, a história autoriza e legitima *histórias*, grupos, instituições etc. (CUNHA, 2005). Exemplo desse movimento é a intensidade da produção de patrimônios, museus, memoriais, enfim, espaços de produção e/ou preservação de memória.

Entende-se por espaços de memória a organização de locais cujo objetivo é produzir um vínculo, uma linha de continuidade do presente de comunidades, ou objetos – materiais ou imateriais –, ou temas, com fatos e pessoas do passado, os quais são, assim, transformados em dados históricos. A proposta deste trabalho é apresentar dois espaços desse tipo, em comunidades negras diferentes, as quais mantêm também relações diferentes com eles. Tais relações estão baseadas tanto em sua produção quanto na apropriação que as comunidades fazem desses espaços em suas práticas políticas e de imagem de si.

Realizei pesquisa etnográfica em ambas as comunidades, mas com tempos e intensidades muito diferentes. Na primeira, em Ilhéus, estado da Bahia, fiz trabalho de campo para as pesquisas que resultaram em minha dissertação de mestrado e em minha tese de doutorado (SILVA, 1998 e 2004) ao longo de dezoito meses entre 1997 e 2001, além de outros quatro anos – entre 2004 e 2008 – em que vivi na cidade como professora visitante em uma universidade pública estadual. Tive aí a experiência de uma pesquisa de campo intensa em todos os sentidos, com vários retornos posteriores para ver os amigos que tenho por lá, cujos trabalhos e movimentos continuo acompanhando de diversas formas. Posso dizer, então, que há dezessete anos as pessoas dessa comunidade participam da minha vida, e eu da delas.

Na segunda comunidade aqui enfocada, o trabalho de campo foi bem mais curto. Ele se deu entre os anos de 2011 e 2012 em dez visitas, sendo dois períodos de quinze dias cada e outros oito mais curtos, além de dois

---

1 A autora é professora adjunta do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense (Brasil) e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia/UFF. É bacharel em Ciências Sociais (UFF) e mestre e doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sua área de trabalho tem sido as relações entre política e cultura, com ênfase nos movimentos culturais afro-brasileiros.

encontros com pessoas da comunidade em eventos na cidade do Rio de Janeiro[2]. A experiência nesse trabalho já não foi tão boa, com dificuldades para entrar no campo e para estar nele, embora elas não tenham sido impeditivas para a sua realização. E, infelizmente, não houve um acompanhamento posterior da comunidade. Passo agora a descrever ambas as comunidades com foco em seus espaços de memória.

Terreiro Matamba Tombenci Neto – Ilhéus/Bahia

A comunidade do Terreiro Matamba Tombenci Neto, objeto deste trabalho, pode ser melhor descrita como um coletivo de pessoas que ora se organiza como terreiro de candomblé, ora como bloco afro, ora como organização não-governamental, ora como grupo musical... O uso do termo coletivo tem o objetivo de produzir uma continuidade entre pessoas e atividades que não podem ser separadas, embora tenham suas especificidades, seus momentos diferenciados. Importa dizer que se trata de uma mesma família, carnal e "de santo", isto é, religiosamente existente através do candomblé angola. Esta família extensa, dividida em núcleos familiares que habitam residências distintas, encontra-se, em quase sua totalidade, num mesmo terreno, onde também estão situados o terreiro de candomblé, uma pequena capela – que atualmente abriga o Memorial sobre o qual se debruçará este trabalho – e a quadra do bloco afro, onde há um bar, banheiros, uma pequena loja e uma pequena sala de leitura, surgida com o financiamento obtido de um edital para este fim promovido pelo governo do estado da Bahia. Este 'complexo' habitacional está situado num bairro periférico na cidade de Ilhéus.

Este coletivo costuma iniciar sua história com o nascimento do terreiro, em 1885. Embora com outro nome e tendo surgido em outro lugar, o fio que amarra o vínculo histórico é genealógico, novamente em termos carnais e religiosos. A história costuma ser contada por Ilza Rodrigues, ou Mameto Mukalê, atual mãe-de-santo do Tombenci Neto, da seguinte forma:

Tiodolina Félix Rodrigues, cujo nome no candomblé era Néngua de Inquice Yá Tidú, fundou o Terreiro Aldeia de Angorô em um lugar chamado Catongo, no próprio município de Ilhéus. Yá Tidú permaneceu à frente do terreiro até 1914, quando faleceu. O Terreiro Aldeia de Angorô foi fechado com a morte de Yá Tidú.

Antes mesmo do falecimento de sua mãe, Euzébio já tinha sua própria casa de candomblé em Salvador. A princípio, Euzébio exercia a função de pai-de-santo "por dom", ou seja, sem que houvesse sido iniciado por ninguém. Além de seu terreiro, Euzébio também possuía um hotel em Salvador. Certa vez, hospedou-se nele um africano chamado Hipólito Reis, que viria a ser um personagem de grande importância para a história do Tombency. Ele era um babalaô na "África" – não se sabe qual era o seu país, provavelmente Angola. A amizade entre eles fez com que Hipólito Reis realizasse as obrigações necessárias à formação religiosa de Euzébio e ele acabou se tornando seu pai-de-santo. Eles iam com frequência a Ilhéus e Euzébio, então, fundou um terreiro também na cidade, em 1915, continuando o trabalho de sua mãe, embora fosse em local diferente do terreiro Aldeia de Angorô. Sua casa de candomblé chamava-se "Terreiro de Roxo Mucumbo". Ele o conduziu até 1941, quando faleceu.

Em suas frequentes visitas a Ilhéus, Hipólito Reis iniciou as obrigações de Dona Roxa, irmã de Euzébio e mãe carnal e de santo da atual mãe-de-santo do Tombency, D. Ilza. Ele também foi responsável pela iniciação desta última, na época com sete anos. Hipólito Reis tinha como digina (nome conferido quando da iniciação no candomblé) "Dilazenze Malungo" que significa "força para iaô". Sua importância para o Tombency foi tão grande que, várias décadas mais tarde, sua digina foi escolhida para dar nome ao Grupo Cultural Dilazenze, bloco afro fundado pela família.

Hipólito Reis faleceu antes de completar as obrigações de Dona Roxa e de Dona Ilza. Marcelina Plácida, chamada de Dona Maçu, assumiu esta tarefa. Ela era filha-de-santo de Maria Jenoveva do Bonfim, fundadora do Terreiro Tombency em Salvador, que é conhecido como o primeiro terreiro de candomblé de nação angola[3] da Bahia.

---

2 A pesquisa foi proporcionada pelo Edital APQ1 2010/01, da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, instituição à qual agradeço.

3 Os terreiros de candomblé estão divididos, de acordo com o que seria sua origem africana, em várias *nações*. Carneiro (1991: 52) chegou a listar dezessete nações, porém a maior parte das casas de candomblé pertencem às nações nagô, jeje e angola, que predomina em Ilhéus.

Por Dona Maçu ser sua mãe-de-santo, Dona Roxa deu a sua casa o nome de "Terreiro de Senhora Santana Tombency Neto", pois é tradição que os filhos-de-santo, ao abrirem seus novos terreiros, sigam o mesmo "sobrenome" do terreiro de seus pais e mães-de-santo. Dona Roxa, então, começou seu trabalho à frente do Tombency Neto em 1942, um ano após o falecimento de seu irmão Euzébio, e aí permaneceu até sua morte, em 1973. Dois anos depois, Dona Ilza assumiu o terreiro, mudando seu nome para Terreiro de Matamba Tombency Neto. Como Dona Ilza era irmã-de-santo de sua mãe carnal, permaneceu o nome "Tombency Neto". Atualmente, mais de sessenta outras casas-de-candomblé já foram geradas pelo Tombency Neto. As novas casas são chamadas de Tombency Bisneto e se encontram principalmente em Ilhéus, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.

A história do terreiro, mais ou menos como contada acima, foi pela primeira vez escrita por mim, em meu primeiro trabalho de campo junto à comunidade, em 1997. O objetivo daquele trabalho (SILVA, 1998) não era a investigação do terreiro, mas do Bloco Afro Dilazenze, criado pela família em 1986. Naquela ocasião, foi-me solicitado que redigisse um texto sobre a história do terreiro para que subsidiasse a organização do carnaval de 1998, cujo tema seria este, dando base para os compositores criarem seus sambas. Para tanto, realizei entrevistas com D. Ilza e com outros membros do terreiro e consultei documentos de licença para os toques no terreiro dados pela delegacia de polícia de Ilhéus que vão de 1944 a 1972; e cadernetas de anos e anos de anotações feitas pelo Sr. Valentim (pai de Dona Ilza), onde constam informações sobre a vida do terreiro e sobre a vida familiar. Daí se percebe que a ideia de ter registros do cotidiano e conservá-los não era nova para o terreiro.

Quando retornei a Ilhéus como professora da Universidade Estadual de Santa Cruz, em 2004, fui incumbida pelo meu ex-orientador, Marcio Goldman, também antropólogo trabalhando junto à mesma comunidade, de coletar informações sobre fotos antigas de cerimônias do terreiro – a maior parte relativa ao tempo em que D. Roxa estava à frente dele, isto é, entre 1942 e 1973 –, cuja restauração fora patrocinada por recursos advindos de um projeto de pesquisa coordenado por ele. Meu trabalho seria produzir legendas para aquelas fotos visando sua futura exposição. Ao longo de muitas horas de gravação, a partir de cada foto disponível, perguntei e ouvi D. Ilza a respeito de filhas-de-santo da casa, de freqüentadores e de fatos ocorridos durante algumas "festas"[4] antigas; de detalhes das vidas dessas pessoas e de suas relações com o terreiro, com D. Roxa, com a própria D. Ilza; de seus sentimentos, de histórias de vida que lhe vinham à memória a partir da apresentação das fotos... Suas recordações extrapolavam em muito os momentos e as pessoas ali retratadas. Essas deliciosas conversas permitiram-me a produção das legendas, mas elas também subsidiaram Goldman na redação de um livro em coautoria com D. Ilza, em que ele transcreveu e organizou suas falas, fazendo-a contar sua *história* (ver GOLDMAN e MUKALÊ, 2001).

O terreiro havia recentemente passado por reformas e a sala da residência de D. Ilza, a qual é contígua ao barracão e aos demais cômodos do terreiro, foi, algum tempo depois, em 2006, transformada no Memorial Unzó Tombenci Neto. Parte das fotografias restauradas foi ampliada, emoldurada e colocada nas paredes do Memorial, enquanto outra parte, com as fotografias das pessoas mais importantes para o terreiro, foi colocada nas paredes do barracão, em um espaço – de parede – denominado Galeria Ingué Caitumba, em homenagem a uma entidade, um caboclo, que era "recebido" por D. Roxa desde sua feitura no santo, nos anos 1940, e que ainda ocupa um lugar muito importante no Tombenci Neto.

Além das fotos restauradas, foram reunidos no Memorial objetos utilizados nos cotidianos sagrado e profano da vida desse coletivo. Há imagens de santos que compunham o oratório em que D. Roxa realizava suas consultas e algumas outras que ficavam na varanda de sua casa; há vestimentas, tanto de vestir os santos (orixás, ou inquices, como se diz no candomblé angola) quanto de uso nas festas quando não se está "virado no santo"; há atabaques e adjás (instrumento utilizado para "chamar" o santo durante a festa) antigos; caxixis e palminhas usados pelos "tatas cambondos". As palminhas eram especialmente importantes quando as cerimônias de candomblé eram proibidas e não se podia tocar os atabaques, entre outros muitos objetos utilizados nas festas e nas obrigações. Mas também há "moinhos" de quebrar feijão e de moer carne que pertenceram à D. Roxa; ferro de brasa usado para engomar anáguas (até hoje!); máquina de costura; fichas datilografadas com a permissão da polícia para o funcionamento do terreiro nos períodos de festas nas décadas de 1940 e 1950... E até a palmatória usada por D. Maçu na época da feitura de santo de D. Roxa! Todos esses objetos contêm histórias

4 São chamadas "festas" as cerimônias públicas ocorridas nos terreiros de candomblé.

que não cabem em legendas e que não pertencem apenas à D. Ilza – hoje com oitenta anos – ou a seus irmãos ainda vivos, mas que são contadas por seus filhos, por seus netos e até por bisnetos mais participantes da vida religiosa e "institucional" do terreiro.

Após uma nova reforma do terreiro e a partir do êxito em um novo edital promovido pelo governo do estado da Bahia para a formação de um ponto de leitura[5], a sala em que foi organizado o Memorial passou a abrigar o ponto de leitura e esse foi levado para outro prédio situado no mesmo terreno pertencente à família, mas do outro lado da rua. Trata-se de uma igreja devotada a Santa Ana, ou Sra. Santana, como é chamada, construída por D. Roxa pouco antes de sua morte. Santa Ana é a orixá Nanã, ou Bandanelunga, no candomblé angola, inquice de D. Roxa. Por isso, a construção da igreja para celebrações em homenagem à Santa.

Ao longo de todo o meu trabalho de campo, a igreja foi ocupada como moradia por um dos filhos de D. Ilza. Quando sua casa ficou pronta, a igreja foi utilizada para abrigar os instrumentos do Bloco Afro Dilazenze. A reforma do terreiro e a formação do ponto de leitura exigiram um novo espaço para o Memorial, fazendo com que o depósito de instrumentos fosse montado em outro lugar e a igreja passasse a abrigar o Memorial. Esse novo uso dado à igreja permitiu que ela também viesse a se tornar parte do espaço de memória do terreiro, fazendo referência a um tempo em que as relações que costumam ser chamadas de sincréticas entre as religiões de matriz africana e a católica eram mais intensas. Quando a igreja foi construída, o desejo de D. Roxa era poder realizar práticas que deveriam ocorrer próximas ou no interior de igrejas católicas necessárias a atividades de sua religião sem ser obrigada a sofrer a opressão e a discriminação de chefes religiosos ou crentes católicos. Além disso, as festas em homenagem à sua "mãe" Nanã ficavam ainda mais completas com a celebração de missas, quando padres e bispos da cidade de Ilhéus – como algumas vezes aconteceu –, se dispunham a realizá-las em função de seu respeito e amizade por D. Roxa, informação esta que sua filha, D. Ilza, orgulha-se em fornecer.

Atualmente o Memorial faz parte dos roteiros turísticos oferecidos pela prefeitura de Ilhéus a agências, mas ele costuma ser realmente procurado por estudantes de todos os níveis de ensino para a realização de pesquisas e trabalhos escolares, especialmente em dias próximos às datas consideradas de referência à população afro-brasileira: 13 de Maio, dia da Abolição da Escravidão no Brasil, e 20 de Novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, líder quilombola.

O Memorial Unzó Tombenci Neto é cadastrado como um museu e participa do programa Primavera dos Museus, organizado anualmente pelo IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus, além de fazer parte do circuito de turismo da prefeitura de Ilhéus.

Além do Memorial, o investimento na produção da memória do terreiro acontece em várias outras situações, mas merecem destaque dois projetos desenvolvidos nos últimos anos financiados pela Secretaria Estadual de Cultural da Bahia: Projeto Mãe Ilza Mukalê e Projeto Mãe Ilza Mukalê II (MIM II). No primeiro projeto, foram realizados encontros em tardes e noites de dezembro de 2012 no barracão do Terreiro Matamba Tombenci Neto, em que D. Ilza, com a mediação de convidados, falou da história do Terreiro, que é também a sua própria história; dos mitos dos orixás, ou *inquices*, que é a terminologia angola; da culinária, das plantas, da vestimenta e dos adereços utilizados no candomblé angola; dos antigos e dos novos carnavais; da música, das danças e dos ritmos presentes nas festas... Eu fui uma mediadora e, posteriormente, também fui convidada a redigir uma cartilha contando a história do terreiro, a qual foi distribuída nas escolas de ensino básico de Ilhéus juntamente com um DVD com dez minutos editados a partir desses encontros (ver SILVA, 2013), também produtos do projeto. Já no MIM II, que vem ocorrendo este ano, além de intervenções de D. Ilza, junto com convidados, há oficinas relacionadas ao tema trabalhado, além de outras com o objetivo de qualificar profissionalmente os jovens participantes do projeto.

---

5 O coletivo concorreu ao edital para a formação de pontos de leitura com duas entidades distintas: o Bloco Afro Dilazenze e a Organização Gongombira, cada uma delas sob a direção de filhos distintos de D. Ilza.

Fazenda Machadinha – Quissamã/Rio de Janeiro

O município de Quissamã, no qual se situa a comunidade de Machadinha, sempre teve a cana-de-açúcar como sua principal atividade econômica, perdendo força nas últimas décadas. Atualmente, Quissamã é um dos municípios beneficiados com os *royalties* do petróleo extraído da Bacia de Campos, sendo esta sua receita mais significativa (MACHADO, 2006: 21) e há um grande investimento em turismo na cidade, tanto o "natural" ou "ecológico" quanto o "histórico" e o "cultural". O período áureo da cana-de-açúcar na região é tardio em relação a outras regiões – o século XIX – e este foi o momento mais próspero da economia local (MATTOSO, 2003: 3). Na região, há várias fazendas cujos casarões, com maior ou menor grau de preservação, são exemplos arquitetônicos daquela economia e daquela distribuição de poder político e estes vêm sendo restaurados visando o desenvolvimento da atividade turística. Em uma dessas fazendas, a Machadinha, a "casa-grande", construída em 1867, não tem condições de ser restaurada e suas ruínas permanecem de pé graças a estruturas de sustentação que as preservam assim. No entanto, esta fazenda possui outro atrativo: as senzalas da fazenda, as quais são hoje ocupadas por descendentes de escravos que teriam permanecido nelas após o fim da escravidão, pois estes teriam se tornado trabalhadores do Engenho Central, o qual adquiriu a fazenda em 1936 (MACHADO, 2006: 24). As ruínas da casa-grande, a capela e as senzalas foram tombadas como patrimônio histórico do Estado pelo INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural) em 1979[6] e restauradas recentemente, com início das obras em 2005.

A comunidade formada pelas famílias que habitam essas casas – as antigas senzalas – foi certificada como remanescente de quilombo em 2006[7] e a posse definitiva das terras veio com um decreto municipal em 2008[8]. Além das senzalas e da capela, também o Armazém foi restaurado. A implantação do que é chamado de 'Complexo Cultural Fazenda Machadinha' incluiu ainda a construção da Casa de Artes, onde funciona um restaurante e uma loja de artesanato, e o Memorial, objeto deste trabalho.

No Memorial, além da história da Fazenda – a genealogia de seus proprietários desde a sua fundação até a sua venda para o Engenho Central –, também estão expostos fotos da comunidade e objetos trazidos do continente africano por "uma comitiva de pesquisadores" que viajou à Angola em 2008 "rumo ao marco inicial de toda essa história" (CORDEIRO, 2009: 63). Esse "marco inicial" refere-se a um africano que deu nome à cidade: em 1634, "Sete Capitães" proprietários de terras na região doadas por Martim de Sá, em visita de exploração das terras, encontraram um africano vivendo entre os índios e perguntaram de onde ele vinha, ao que respondeu que vinha da região de Kissama, situada em Angola. A partir de então, este passou a ser o nome da localidade (*ibidem*). Voltaremos adiante a tratar do Memorial. Por ora, sigo apresentando outros atrativos do Complexo Cultural Fazenda Machadinha.

O restaurante situado na Machadinha oferece comidas típicas do interior do Estado, semelhantes ao que é conhecido no Brasil como comida mineira, em dias comuns. Mas, em dias especiais e, principalmente, quando há agendamento de grandes grupos de turistas, segundo informação de uma agente, os pratos são diferentes. Trata-se do projeto "Raízes do Sabor", no qual constam comidas afro-brasileiras, porém, mais do que isso, são pratos que seriam próprios dos "escravos", originados das 'sobras' e partes indesejáveis do que os senhores consumiam e/ou da 'esperteza', principalmente das escravas que trabalhavam na casa-grande, de conseguirem enviar produtos melhores, como carne, por exemplo, para seus filhos que estavam nas senzalas.

Ainda como parte das atrações oferecidas na Fazenda Machadinha, há apresentações de danças chamadas afro-brasileiras: o jongo e o fado. A primeira é bem mais conhecida do que a segunda no Estado do Rio de Janeiro – e em toda a região Sudeste – e está presente em diversas comunidades negras, tanto na capital quanto no interior. Já a segunda, é dita típica do Norte Fluminense. Apesar do nome idêntico à música típica portuguesa, em nada se assemelha a ela. O fado é uma das atrações de Machadinha, não é a fazenda a principal referência para a dança na cidade, mas um senhor morador de um bairro próximo do Centro que possui um grupo de fado e um salão onde os bailes acontecem.

---

6 Tombamento definitivo em 08/02/1979. Fonte: Portal do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. Fonte: http://www.inepac.rj.gov.br/modules.php?name=Guia&file=consulta_processo&idprocesso=123. Acesso em 02/06/2010.

7 Certificada em 13/12/2006. Fonte: http://www.palmares.gov.br/. Acesso em 28/05/2010.

8 Ver "Quissamã tem comunidade quilombola reconhecida" (jornal O Popular da Costa do Sol.mht). Acesso em 01/06/2010.

O fado, assim como o jongo, aparecem em todo o material de divulgação da cidade como cultura negra e/ou escrava. Além deles, como já foi dito, também a culinária comporia esta 'cultura', baseada em elementos selecionados de um passado que, em certa medida, deve ser reativado ou, como se costuma dizer, "resgatado". Esta parece ser a concepção de cultura negra daqueles que formulam a política de turismo e de cultura para o município e decidem sobre que investimentos devem ser realizados em Machadinha.

A criação e a organização do Memorial da Machadinha, cuja concepção, iniciativa e investimento foram de responsabilidade da Prefeitura de Quissamã, buscam, como demonstrado acima, produzir uma linha genealógica direta com o continente africano. Por outro lado, também estabelecem uma relação direta das famílias habitantes da comunidade hoje com os donos da antiga fazenda que, segundo a ideia de que os moradores atuais são descendentes dos antigos escravos, fazem essa relação com aqueles que escravizaram seus ancestrais.

Acrescente-se a isso que o espaço onde foi criado o Memorial era um salão em que se realizavam reuniões, festas, bailes e todo tipo de lazer da comunidade. A apropriação do salão para o Memorial retirou da comunidade esse espaço, o qual não foi substituído por outro. Além do campo de futebol, o outro único espaço de lazer existente é um bar.

Foi, assim, fácil perceber ao longo da pesquisa de campo de que não há nenhum tipo de identificação entre a comunidade e o Memorial. Um exemplo bastante ilustrativo dessa ausência de identificação foi-me dado por um dos moradores. Trata-se de um jovem que integra o grupo de jongo. Estava conversando com ele sobre o jongo, a fazenda, as histórias, quando ele me disse que havia algo para me mostrar. Foi até a sua casa e trouxe objetos antigos, enferrujados, encontrados no solo da fazenda, próximo às ruínas da antiga casa-grande por ocasião do início das reformas. Eram grandes parafusos, pedaços de correntes, facões e uma grande serra usada para cortar madeiras. Eu o fotografei ao lado de seus objetos, considerados valiosos, pois, para ele, são do tempo anterior à abolição dos escravos. Eu, então, lhe perguntei por que esses objetos não estavam no Memorial. Ele me disse que eles lhe pertenciam, não ao Memorial.

A Prefeitura também produziu alguns livros sobre Machadinha. Um deles narra a história da comunidade pela voz de Sr. Tide, o morador mais velho do local, mas, na publicação, Sr. Tide é Tidinho, isto é, a narração da história é feita do ponto de vista de uma criança. Contudo, a história narrada não é mais intimista ou pessoal do que a contada oficialmente. Não sei dizer se a partir de tal publicação, mas qualquer pergunta sobre dados históricos da comunidade são respondidas com a frase "Você tem que perguntar para o Sr. Tide" – ou alguma outra de significado semelhante. Mas, considerando minhas tentativas de conversar com o Sr. Tide e os pedidos de que eu voltasse outra hora, Sr. Tide deve ter se cansado de repetir as mesmas histórias.

O Memorial costuma funcionar de terça-feira a domingo, aguardando a visita de turistas, embora o restaurante só abra nos finais de semana e a Casa de Artes não abra regularmente. O Memorial é relacionado como um dos museus da cidade, tendo funcionários da prefeitura para garantir que mantenha as portas abertas por toda a semana.

A reforma dos locais de moradia das pessoas, a construção de uma escola municipal e de um posto de saúde, além dos benefícios advindos com a certificação da comunidade como remanescente de quilombo, sem dúvida, trouxeram aumento da qualidade de vida das pessoas de Machadinha. Contudo, chama a atenção a configuração assumida pelo investimento em turismo histórico e cultural que o governo municipal vem implementando em Quissamã, cujas atrações se baseiam na hierarquia social dos tempos da escravidão. Casas-grandes e senzalas estão sendo restauradas. Enquanto as primeiras pretendem contar a história da formação do município e de seu período de riqueza e prosperidade a partir dos proprietários das grandes fazendas, as segundas objetivam "resgatar" a forma de viver de um tempo passado – e se trata de um passado identificado com sofrimento e falta de dignidade –, a qual é entendida também como parte do presente, uma vez que a restauração das senzalas e a construção dos demais prédios (Casa de Artes, Memorial, restaurante) visam a "preservação" e a "manutenção" da "cultura" dessa comunidade.

Considerações finais:

A configuração turística assumida em Quissamã, assim como as ações do Terreiro Matamba Tombenci Neto, em Ilhéus, na produção de espaços e produtos de memória, caracterizam pelo fenômeno cada vez mais comum de patrimonialização cultural, produto e produtor da disseminação do conceito de cultura e de sua politização, o qual se dá em torno da construção da memória como um bem que, como tal, pertence, exclui, beneficia a alguns e não a outros, pois, "em geral, nenhuma das formas de preservação resulta evidente e (...) em todas subjazem tramas políticas e ideológicas" (ROTMAN; CASTELLS, 2007: 77). Especificamente no caso de Machadinha, o investimento e o gerenciamento das ações pelo poder público municipal tornam as relações políticas ainda mais notórias.

Mas tais relações não estão ausentes no terreiro, em Ilhéus. A diferença está em quem vendo sendo fortalecido a partir da produção desses espaços de memória.

A comparação das duas experiências etnográficas e dos espaços de memória produzidos nessas comunidades traz à tona a questão da produção da memória como parte da imagem de si – ou de outrem, como é o caso de Machadinha – q ela constrói. Enquanto no Terreiro Tombenci Neto entende-se a produção da memória como a produção da sua própria forma de existência, como estando realmente ligado ao que se é hoje, o mesmo não ocorre na Fazenda Machadinha, em que o espaço de memória da comunidade não o é realmente, uma vez que não trata de sua memória, mas de uma que não lhe diz respeito, com a qual ela não se identifica.

Não há dúvidas de que os moradores da comunidade de Machadinha têm em seu passado – e no presente a ele fortemente vinculado por permanecerem habitando senzalas de uma fazenda do século XIX –, as bases para a sua identificação como remanescentes de quilombo. Contudo, sua memória não se vincula nem a um lugar chamado Kissama, em Angola, nem à família que habitava a casa-grande e que escravizava seus antepassados. Se existe uma memória que se liga a essa, isso se dá por outras histórias, outros objetos, outros afetos distintos daqueles expostos nas vitrines do Memorial de Machadinha.

Bibliografia:

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. (2005), "Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos". *Estudos Históricos* 36, pp. 7-32.

DALMASO, Flavia Freire (2012). "Relatório Antropológico da Comunidade de Machadinha/RJ". In: O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). *O fazer antropológico e o reconhecimento de direitos constitucionais. O caso das terras de quilombo no Estado do Rio de Janeiro.* E-papers Serviços Ltda.

GOLDMAN, Marcio (1999), *Alguma Antropologia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

LEFORT, Claude (1990), *As Formas da História*. São Paulo: Ed. Brasiliense.

LÉVI-STRAUSS, Claude (1973), *Antropologia Estrutural.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

_____. (1976), *Antropologia Estrutural 2*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, ("Raça e História" - pp. 328-366).

_____. (1976), *O Pensamento Selvagem.* 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

MACHADO, Fábio da Silva. (2006), *Fazenda Machadinha: Memória e Tradições Culturais em uma Comunidade de Descendentes de Escravos*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas, Disponível em http://virtualbib.fgv.br/dspace/handle/10438/2115 [consultado em 05/05/2011].

MATTOSO, Guilherme de Queirós. (2003), *A festa do Fado de Quissamã*. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, Disponível em: http://www.bocc.uff.br/pag/mattoso-guilherme-festa-do-fado.pdf [consultado em 12/05/2011].

MELO, Ricardo Moreno. (2006), *Tambor de machadinha: devir e descontinuidade de uma tradição musical em Quissamã*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Música. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Disponível em www.cipedya.com/web/FileDownload.aspx?IDFile=159517 [consultado em 18/05/2012].

MUKALÊ, Mãe Ilza & GOLDMAN, Marcio. (2011), *Do lado do tempo: o Terreiro de Matamba Tombenci Neto (Ilhéus, Bahia) (Histórias contadas a Marcio Goldman)*. Rio de Janeiro: 7Letras.

ROTMAN, M.B. & CASTELLS, A.N.G. (2007), "Patrimônio e cultura: processos de politização, mercantilização e construção de identidades". *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos.* Blumenau: Editora Nova Letra.

SILVA, A. C. C. da. (1998), *A Cidadania no Ritmo do Movimento Afro-Cultural de Ilhéus*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. (2004), *Agenciamentos Coletivos, Territórios Existenciais e Capturas: Etnografias de Movimentos Negros em Ilhéus/BA*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. (2012), "Relatório Científico PROCESSO E-26/111.689/2010 referente à pesquisa ANTROPOLOGIA DA CULTURA NA FAZENDA MACHADINHA – QUISSAMÃ/RJ". Rio de Janeiro: FAPERJ.

_____. (2013), *Mãe Ilza Mukalê: Histórias e Saberes*. Ilhéus: Ed. Mondrongo, 2013.

Africanos escravizados e índios aldeados na Capitania de São José do Piauí, 1720-1800

Mairton Celestino da Silva[1]

Resumo: A constituição do Estado do Maranhão como unidade administrativa portuguesa e separada do Estado do Brasil remonta ao século XVII. A carta régia de Fevereiro de 1620 que instituía essa nova unidade administrativa tinha entre outros motivos a proteção, o povoamento e a ocupação desse imenso vazio territorial. A necessidade da interligação desses dois brasis ao longo do século XVIII propiciará uma série de medidas, entre elas a criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão e, posteriormente, sua separação em Estados do Grão-Pará e Rio Negro e Estado do Maranhão e Piauí. Tal mudança alteraria sobremaneira a vida dos poucos indivíduos da região, redefinindo assim suas hierarquias, costumes e expandindo os conflitos/negociações à medida que africanos escravizados e luso-brasileiros – bandeirantes, viajantes, missionários, administradores e comissariados enviados pela Coroa - adentravam aos sertões e mantinham contatos, amistosos ou não, com os índios locais. Neste trabalho, gostaria de mostrar esse contexto da expansão portuguesa nos domínios do Novo Mundo, com enfoque analítico para o Estado do Maranhão e Piauí, em especial a Capitania de São José do Piauí. Primeiro abordarei os negros escravizados – africanos e seus descendentes - sob o domínio dos bandeirantes e, posteriormente, sob a tutela jesuítica e, a partir da expulsão destes, em domínio da administração portuguesa. No segundo momento, perceber as políticas efetivas de domínio da terra e seus conflitos/negociações/alianças com os índios locais.

Palavras-Chave: Maranhão-Piauí, Africanos e Índios aldeados

A constituição do Estado do Maranhão enquanto unidade administrativa portuguesa e separada do Estado do Brasil remonta ao século XVII. A carta régia de Fevereiro de 1620 que instituiria essa nova unidade administrativa tinha entre outros motivos a proteção, o povoamento e a ocupação desse imenso vazio territorial (Curto. 2009). A necessidade, portanto, da interligação desses dois brasis ao longo do século XVIII propiciaria, por sua vez, uma série de tomadas de medidas por parte de Portugal, entre elas a criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão e, posteriormente, sua separação em Estados do Grão-Pará e Rio Negro e Estado do Maranhão e Piauí (Santos, 2011:71). Tal mudança alteraria sobremaneira a vida dos poucos indivíduos da região, redefinindo assim suas hierarquias, costumes e expandindo os conflitos/negociações à medida que africanos escravizados e luso-brasileiros – bandeirantes, viajantes, missionários, administradores e comissariados enviados pela Coroa - adentravam ao sertão e mantinham contatos, amistosos ou não, com os índios locais.

Neste artigo, gostaria de mostrar esse contexto da expansão portuguesa nos domínios do Novo Mundo, com enfoque analítico para o Estado do Maranhão e Piauí, e, em especial, para a Capitania de São José do Piauí. Primeiro abordarei os negros escravizados – africanos e seus descendentes - sob o domínio dos bandeirantes e, posteriormente, sob a tutela jesuítica e, a partir da expulsão destes, em domínio da administração portuguesa. No segundo momento, perceber as políticas efetivas de domínio da terra e seus conflitos/negociações/alianças com os índios locais.

---

1 Mairton Celestino da Silva é Professor do Curso de História da UFPI/CSNB e membro do IFARADA. E-MAIL:mairtoncelestino@icloud.com. GT: Relatos de Experiências: Patrimônios, poder e memória.

1. Missionários, sertanistas e as primeiras narrativas da colonização

Durante o século XVII boa parte das terras do Novo Mundo era desconhecida da cartografia europeia (Furtado, 2012)[2]. Caberia aos primeiros desbravadores - padres, bandeirantes e comissários da Coroa - a tarefa de descrever a opulência (Antonil, 1967) dessas terras e os costumes de sua gente. Ao descrever a exuberância da natureza, as paisagens montanhosas, a caudalosidade/navegabilidade dos rios, essas primeiras narrativas deixavam transparecer igualmente a aversão do estrangeiro aos modos, crendices e superstições daquela gente dos sertões[3].

A narrativa do P. Miguel de Carvalho, produzida no ano de 1694, assim como o levantamento descritivo das fazendas de gado pertencentes a Domingos Afonso Sertão e relatado pelo também padre Domingos Gomes demarcam, por assim dizer, as primeiras narrativas acerca dessa considerável extensão territorial. Em "*Descrição do Sertão do Piauí*", o Pe. Miguel de Carvalho (2009:22) instituiria já nas primeiras linhas a narrativa em torno da posse: "De todas estas terras são senhores, Domingos Afonso Sertão e Leonor Pereira Marinho, que as partem em meias". Sabedor da ideia de que apenas o registro narrativo em torno do descobrimento não mais legitimava a posse portuguesa diante das constantes investidas de franceses, holandeses e espanhóis, o Padre logo se apressa em relatar a atividade econômica desenvolvida e o seu funcionamento.

Outro aspecto levantado pelo Pe. Miguel de Carvalho e que mereceu pouca atenção por parte da historiografia diz respeito ao protagonismo dos negros africanos e mestiços na colonização dos sertões. Em um determinado momento - mesmo que distantes vertical e horizontalmente - negros e brancos participariam como membros efetivos do avanço português nas conquistas do Norte. A permanência desses portugueses ou luso-brasileiros, embora diminuta em comparação às Capitanias da Bahia e de Pernambuco, propiciaria na visão do clérigo não só a entrada desses africanos como também a sua permanência nos sertões.

Quando visitou as fazendas de Domingos Afonso Mafrense, no ano de 1722, no Piauí, o Pe. Domingos Gomes já alertava em suas memórias para o fato de muitas das ditas fazendas estarem sendo ocupadas por sujeitos de toda a espécie. A fazenda Grande era administrada pelos mamelucos Agostinho e Vidal que na época se referiam a Domingos Afonso como "seu pai". Após a morte de Mafrense, a fazenda seria ocupada por "João Coelho de São Pedro do mesmo modo que os mamelucos seus cunhados [...] e havendo largado no ano de 1717, e havendo entrado outro intruso um capitão mor Manoel de Souza fugido das minas"[4].

Preocupado em descrever minuciosamente os bens deixados pelo falecido Domingos Afonso Sertão aos clérigos da Companhia de Jesus, o Pe. Domingos Gomes acabaria por agir como um verdadeiro etnógrafo, relatando aspectos da vida cotidiana, as relações de parentela e revelando o jogo de poderes que se constituía entre os próprios escravos das fazendas, a tal ponto de constituir reinos negros em espaços brancos.

> E assim foram-se saindo dos matos para de que andariam fugidos, cinco dos quais foram lá mortos no mocambo pelos brancos que com autoridade do reino lhe colocaram lá no ano de 1718 três, ou quatro léguas distantes da melhor fazenda na qualidade dos pastos da administração chamada Campo Grande na ribeira do Canindé, que em um só ano, em que esta estava sem branco pelo não haver capaz, entregue a um *negro da maior fama de vaqueiro, e que enquanto foi sua fez sempre o papel de rei nas suas festas*, *se foi para lá esta vizinhança de seus parentes para a*

---

2 A noção do sertão como um espaço a ser conquistado/habitado ao longo do século XVII nos remete também a questões paralelas, tais como as percepções cartográficas da época, ao desenvolvimento da ciência geográfica, de caráter iminentemente iluminista e estritamente ligado à ideia de território e, por fim, à ideia de distância, tanto no seu sentido geográfico quanto social.

3 A visão acerca da inferioridade dos nativos das Américas e, em especial, dos negros africanos era tema recorrente entre filósofos e religiosos do velho mundo setecentista. A compreensão desses sujeitos passava necessariamente pelo estudo na *Histoire naturalle*, uma espécie de ciência interessada em investigar os costumes, crenças e superstições daqueles povos mergulhados em barbarismos, paganismo e, para os africanos, na hipersexualidade.

4 *Memória de Domingos Gomes sobre as fazendas existentes no Piauí*. AHU - Piauí, cx. 7 doc. 15.

> *serra, que se chama Camba, que por [...] de multas pelos sertões (sic), e daí saião já as estradas e faziam a matar os brancos[*grifo meu*]*. Daqui se forma uma razão; pela qual não convém negro sem amo. (*Memória de Domingos Gomes sobre as fazendas existentes no Piauí*. AHU - Piauí, cx. 7 doc. 15)

Pelo que relata em seu testamento, Domingos Afonso, provavelmente, tivesse conhecimento da presença desses negros e mamelucos em seus domínios no Piauí. Seu testamento não é apenas um aglomerado de informações acerca dos seus bens, da imensidão de terras conquistadas, dos potenciais credores - alguns inclusive de grande reputação, como Antônio da Rocha Pitta - e das fortunas adquiridas ao longo da vida aqui e alhures. É possível encontrar em seu testamento as relações construídas por Domingos Afonso ao longo da vida com escravos e subalternos. Assim, ao relatar suas posses no testamento, o mesmo é enfático em deixar aos cuidados dos administradores das fazendas e aos curraleiros do Piauí a quantidade exata de gados e cavalos, bem como o recurso necessário para oferecer de esmolas a "Santo Antônio além do Carmo" (ALENCASTRE, 2005:165), mostrando assim sua face cristã.

Ao asseverar em testamento ser único "senhor e possuidor da metade das terras do Piauí", o sertanista informava ainda que a ocupação dessas mesmas deu-se com "gados, assim vacum como cavalar, e todos fornecidos com escravos, cavalos, e os mais necessários". Conquistar com gados e cavalos[5] seria sua estratégia, contudo faltava a sua definitiva ocupação e para isso necessitava o sertanista distribuir "sítios dados de arredamento dadas as várias pessoas, que constarão de seus escritos, que tenho em meu poder, e outros muitos estão ainda a povoar, e desocupados, que também se poderão ir dando de arrendamento, ou ocupando com gados meus".

A criação de gados e a sua manutenção estaria, portanto, nas mãos dos escravos. Percebe-se aí a importância dos escravos e das "várias pessoas", possivelmente índios, mamelucos e mestiços na conquista e na ocupação das terras. No testamento, Domingos Afonso deixava ainda a quantia de R$ 200$00 réis ao negro "Manoel Afonso, assistente no sertão do Piauí, se for vivo ao tempo do meu falecimento". Seria Manoel Afonso o mesmo que fazia das fazendas do bandeirante seu "verdadeiro reino", como nos relata o p. Domingos Gomes? Se para os mamelucos das fazendas, Domingos Afonso era uma espécie de pai, é bem provável que o segundo nome de Manoel - Afonso - se relacione aos laços de dependência que o escravo construíra ao longo do tempo com o sertanista.

De fato, pouco sabemos sobre a vida de Manoel Afonso, que desafios trilhou para conquistar a confiança de seu senhor, quais habilidades desenvolveu para circular entre o mundo da escravidão e o da deferência senhorial e como, em meio a essas transformações e avanços do domínio português, conseguiu re/construir seu mundo, mesmo que a partir de pequenas conquistas como aquela de organizar sua festa e trazer para perto de si sua parentela.

A documentação disponível sobre o período de nada esclarece sobre esses sujeitos, mesmo assim eles estavam lá, desenvolvendo a atividade de curraleiros, vaqueiros e de administradores das fazendas, uma espécie de olhos do senhor durante a sua ausência. Capistrano de Abreu, em *Capítulos de História Colonial* (1998:151) foi quem melhor retratou a vida desses sujeitos e a importância dos mesmos para as fazendas.

> Adquirida a terra para uma fazenda, o trabalho primeiro era acostumar o gado ao novo pasto, o que exigia algum tempo e bastante gente; depois ficava tudo entregue ao vaqueiro. A este cabia amansar e ferrar os bezerros, curá-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos, conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gregariamente, abrir cacimbas e bebedouros. Para cumprir bem com seu ofício vaqueiral, escreve um observador, deixa poucas noites de dormir nos campos, ou ao menos as madrugadas não o acham em casa, especialmente de inverno, sem atender às maiores chuvas

5 Sobre a presença do cavalo no avanço aos sertões e no desenvolvimento da atividade pecuarista, ver GOULART, José Alípio. *O cavalo na formação do Brasil*. Rio de janeiro: Editora Letras e Artes, 1964.

> e trovoadas, porque nesta ocasião costuma nascer a maior parte dos bezerros e pode nas malhadas observar o gado antes de espalhar-se ao romper do dia, como costumam, marcar as vacas que estão próximas a ser mães e trazê-las quase como à vista, para que parindo não escondam os filhos de forma que fiquem bravos ou morram de varejeiras.

Para Capistrano de Abreu, a produção alcançada pelas fazendas de gado só seria possível graças aos avanços nas artes de cura e nas habilidades dos seus vaqueiros em manter constantes as taxas de natalidades dos bezerros e, com isso, propiciar uma redução na mortalidade dos gados e dos cavalos[6]. Capistrano de Abreu ainda nos ajuda a pensar na possibilidade de uma eventual qualificação da mão-de-obra africana empregada nas fazendas de gado. Como veremos logo adiante, a presença de africanos nas fazendas de gado vacum e cavalar dos jesuítas era bastante reduzida, caso a comparemos com o total de escravos de procedência africana nas regiões do açúcar (Schwartz, 1988). Contudo, igualmente reduzida era a presença de portugueses, o que nos induz a presumir que as entradas nos sertões não seria algo fortuito/aventureiro, mas algo essencialmente planejado e feito por colonizadores e escravos detentores de algum tipo de especialidade no trato da terra e da prática bovina.
A dificuldade de adaptação dos índios da região com o trabalho nas fazendas e o empenho dos jesuítas em proibir a utilização do trabalho indígena ajudaria na transição de uma mão-de-obra indígena para africana. E este africano escravizado ou filho de africano de primeira geração deveria desenvolver ou praticar uma certa habilidade no trato dos gados e dos cavalos. Possivelmente, tal como nas regiões açucareiras, esses primeiros africanos e seus descendentes trazidos para as fazendas de gado vacum e cavalar não vinham apenas para serem utilizados no trabalho do eito, mas sobretudo para exercerem atividades que exigiam uma determinada habilidade.
Em junho de 1793, o "cirurgião anatômico" da inspeção do Canindé, Francisco José da Costa Alvarenga foi destituído do cargo pelo governo interino da Capitania do Piauí e como justificativa sua continuar no cargo, o cirurgião argumentava que "a arte da sua profissão" ajudava a curar muitos escravos das fazendas da Nação, alguns deles de tamanha qualidade "que duzentos réis não se comprariam outro de igual habilidade para o serviço daquelas fazendas"[7]. Conhecer um pouco o perfil desses escravos africanos e seus descendentes será agora o nosso objetivo. Para isso, tomarei como fio condutor os escravos das antigas fazendas dos jesuítas.

2. Angolas, jejes, mestiços e crioulos nas fazendas dos jesuíticas

Em 1770, após a expulsão dos jesuítas da Companhia de Jesus, o governador da Capitania do Piauí encomendou aos inspetores das fazendas de Nazaré, Piauí e Canindé um levantamento estatístico dos bens deixados pelos clérigos (Lima, 2001). O objetivo era de fazer um apanhado do quantitativo de todos os bens deixados pelos jesuítas. Dessa maneira, buscava-se conhecer o total de escravos presente nas fazendas, faixa etária, relações conjugais e, por fim, suas habilidades para o trabalho. A quantidade de gados e de cavalos, assim como a qualidade dos currais, casas e do tipo de frutos presentes em cada fazenda mereceriam igual atenção. Das 33 fazendas em domínio dos jesuítas foi disponibilizado informações acerca de 11 propriedades. De acordo com a tabela abaixo, os escravos estavam assim distribuídos:

---

6 A sensibilidade da escrita de Capistrano não foi suficiente para chamar a atenção dos economistas e historiadores piauiense que escreveram sobre a temática. Felipe Mendes chega a afirmar que no Piauí o gado, por ser criado solto e encontrar-se aos cuidados dos escravos, "não recebia cuidados especiais de manejo, tratamento sanitário ou melhoramento genético".

7 APEPI. Capitania do Piauí: Registo 1780-1798: SPE. COD. 010: ESTN. 01. PRAT. 01, p. 67

Tabela I

Relação das Fazendas, casas, currais, fábrica de cavalos e de escravos tudo em ordem deste Governo, 1770.

Fazendas	Número de escravizados por fazenda			
	Escravos por sexo		Absoluto	%
	Homens	Mulheres		
Poções	08	02	10	6,06
Campo Grande	08	03	11	6,6
Castelo	10	07	17	10,3
Campo Largo	13	12	25	9,43
Brejo dos Inácios	08	13	21	12,7
Ilha	09	08	17	10,3
Borel	08	06	14	8,4
Fronteira do Meio	12	08	20	12,1
Sitio do Exu	05	08	13	7,8
Pobre	05	01	06	3,6
Baixa dos Veados	07	04	11	6,6
TOTAL	85	80	165	100

Fonte: APEPI, Município: Oeiras, Anos 1752-1869. Caixa 98

Os números acima não constituem todo o plantel de escravos existentes na Capitania durante a década de 1760. Seus números estão restritos a algumas das fazendas sob jurisdição portuguesa. As de domínio privado e as pequenas propriedades nas mãos de arrendatários e de pequenos posseiros não consta no levantamento feito pela administração[8]. Mesmo assim, um percentual de 165 escravos, com relativo equilíbrio entre homens e mulheres, nos possibilita algumas conclusões sobre a vida dos escravos, africanos seus descendentes, nas fazendas dos jesuítas no Piauí.

O administrador da Capitania de São José do Piauí estava igualmente interessado em conhecer a possível constituição de uniões escravas no ambiente das fazendas. Dos 165 escravos encontrados nas fazendas, existiam 37 uniões, ou seja um casal de escravos vivendo juntos ou com sua prole. O sexo (filhos machos/filhas fêmeas), a denominação étnico/racial (angola, geige (jeje), crioulo, crioulinha, mestiço, mesticinha e mulato - e a idade aparecem logo em seguida na documentação. Embora em menor detalhe, a documentação faz ainda referência ao tipo de ofício exercido pelos escravos nas fazendas. A atividade de vaqueiro, bem como a de ferreiro são as únicas atividades citadas na documentação.

De todos os escravos relacionados na tabela apenas um tem o sobrenome Afonso. João Afonso, escravo de 80 anos de idade foi arrolado na fazenda Saquinho e que mantinha uma união com a escrava Luzia, de 42 anos. Da sua relação com Luzia nasceram Ângelo crioulo (26 anos), Romualdo crioulo (18 anos) e Geralda crioulinha (12 anos). João Afonso e Cristovão Angola são os dois únicos escravos com idade igual ou superior a 80 anos e de procedência africana que ainda viviam na fazenda durante o levantamento desse relatório.

Possivelmente João Afonso e Cristovão Angola presenciaram a chegada do Pe. Domingos Gomes naquele ano de 1722[9]. Ao comentar sobre os laços de conjugalidade dos escravos das fazendas, este jesuíta informava que

8 Em 22 de julho de 1771, o governador da capitania escreve para a Secretária de Estado dos Negócios da Marinha informando a situação das fazendas administradas pelos regulares no Piauí. Na sua carta, o governador conta que existiam apenas 33 fazendas em domínio dos clérigos e um cofre, "conservando-se nele o produto delas". APEPI. CAPITANIA DO PIAUÍ. Registo de Cartas. 1769-1771. SPE.COD. 009.ESTN.01.PRAT. 01.pp.32-33.

9 Em regra, a documentação explícita apenas o primeiro nome do escravo, seguido depois da denominação crioulo, mulato ou a procedência africana. No caso da documentação em análise, os africanos de procedências angola (28 escravos), jeje, [*gege/geige*] (06 escravos) e congo (01escravo) figuram como os arrolados na documentação. Ver, APEPI. MUNICÍPIO: Oeiras, Anos 1752-1869. Caixa 98.

no universo de menos de cem escravos eram raros os casados, só encontrando apenas seis casamentos, "dois com índias e três com negras, um com mestiça". Comparando o número de uniões de escravos encontradas por Domingos Gomes com aquelas apresentadas nos anos de 1770 percebe-se um aumento significativo nas uniões entre escravos durante o domínio jesuítico nas fazendas.
Neste universo das fazendas permeados por negros africanos, índios e mestiços, a narrativa do Pe. Domingos Gomes merece, mais uma vez, destaque. Segundo o missionário, havia entre os cativos das fazendas o costume de ao se imaginarem como donos de si agirem como sujeitos livres. Para o sacerdote,

> O pensamento dos Crioulos virem a ser[em] homens das Fazendas [e] de quem não adverte os Espertos, que infundem nos Negros as larguezas do Sertão: Um homem de conta, me contou se levantaram no Piauí debaixo os Negros vendo-se assim sem Amos, e foi necessário aos Reverendos Padres do Carmo valerem-se do braço Secular para os tornar a sujeitar.

Para resolver "os males temporais" haveria a necessidade de multiplicar as uniões entre os escravos das fazendas, uma vez que ao ficar "os maridos embaraçados para o serviço longos com ausências às vezes de ano[s], esvaírem-se pelo abuso, e durarem pouco [e] ficarem soberbos com os amos, que não querem mais". Quando permaneceram nas fazendas dos jesuítas, escravos e índios puderam constituir roças, estabelecer famílias, criar seus filhos e os verem, através do batismo, transformarem-se em cristãos.
Com a expulsão dos jesuíticas no Piauí as fazendas perderiam a função de espaços de evangelização/catequização e se tornariam apenas zonas de criação de gados e cavalos e entreposto comercial do charque e de curtumes. A presença dos negros escravizados nesse processo seria imprescindível. Nesse percurso havia ainda a necessidade de situar o índio aldeado e o dito índio "bárbaro" nesse processo de conquistas dos sertões. Com a expulsão dos jesuítas temos assim a intensificação dos conflitos com os índios da região.

3. Índios aldeados na Capitania de São José do Piauí

No inverno de 1771, o Tenente Coronel João do Rego Castelo Branco suspende as suas três entradas em busca da tão propalada "desinfestação do gentio bárbaro das terras de fronteiras". Antes das chuvas, a guerra já havia lhe rendido "122 presos da nação Timbiras, 74 da dita nação dos Acoroás e, ultimamente perto de 100 índios da mesma nação". No curto período das chuvas restou-lhe traçar as estratégias de guerra que se definiria a partir de uma rápida descida com as tropas e "buscar o resto da grande aldeia que se entrincheirou nos matos e lá se fixou em pequenos grupos, denominados de malocas". Aos índios derrotados o degredo para o Maranhão, "por ser mais segura a sua existência apartados dessa capitania e das terras de onde saíram" e para as crianças, o malogro de serem distribuídas entre os moradores de Oeiras, "que melhor as possam criar e educar"[10].
A distribuição de crianças indígenas capturadas logo após os conflitos com as tropas luso-brasileira parece ter sido prática comum no Piauí. Embora a carta do tenente-coronel João do Rego Castelo Branco nos releve a prática e os motivos dessas doações, pouco nos diz a respeito dos seus receptadores, do total de crianças capturadas e das reações dos índios, que diante da derrota tiveram ainda que presenciar o infortúnio de viver distante dos seus.
No *diário dos acontecimentos que tem sucedido em mês de julho [de 1800] na vila de Jerumenha*, uma espécie de livro de queixas dos populares da cidade, escrito pelo Comandante de tropa e coronel Francisco Dias Carneiro, o proprietário da fazenda do Pilar, Alexandre Cardoso de Brito foi acusado pelo capitão João da Costa de Araújo de ter assassinado seu filho. Na tentativa de embasar seu pedido de investigação do caso, o capitão João da Costa de Araújo, um homem de 70 anos de idade, expõe ao governador da capitania a sua primazia em ter sido um dos primeiros a ocupar as terras que outrora eram de domínio exclusivo dos índios Timbiras, e que tal esforço só foi possível devido ao aguerrido do seu filho. Para o velho colono, sem a presença do filho seria

10 APEPI. CAPITANIA DO PIAUÍ. Registro de Cartas - 1769-1771.SPE.COD.009. ESTN.01 PRAT.01.pp. 37-37.

praticamente impossível conter o avanço do índio timbira em suas terras, uma vez que estes utilizavam estratégias de emboscadas noturnas e rapto de crianças da sua propriedade. Temendo sair da condição de vigilante e protetor das terras de fronteiras para de vítima do gentio Timbira, o colono assim expressava sua situação diante do duplo problema: o desaparecimento do filho e o perigo da presença indígena:

> se atrevem [os índios] a fazerem caçadas nos pastos da Fazenda do suplicante tanto assim que [...] teve o dito gentio a ousadia de virem a morada do suplicante e abrirem as porteiras do curral e soltarem uma vaquejada pelas cinco horas da madrugada na mente de que o suplicante com o rumor que fizeram aludir-se a eles a seu serviço retirarem a vida e a de toda a sua família e pôr tudo por terra e o seu curtume; na mesma forma do citado ano [1800] retornaram e pegaram uma criança quase a se vão furtada, consequentemente andam pelo pasto matando os gados que podem e por todos os meios cometem coerção ao suplicante[11].

Para ocupar as terras, abrir caminhos e fundar vilas haveria, portanto, o choque com os gentílicos da região. É nesse momento que a figura de João do Rego Castelo Branco ganha destaque e com ela a guerra contra os índios Acoroás [*acroas, acaroas*], Guegues [*goguês, geges]*, Jaicós, timbiras e Pimenteiras sofre um expansivo aumento. Como vimos acima, um dos destinos dos gentílicos capturados seria exatamente o Maranhão, contudo a empreitada demandava custos e contrariava os colonos locais, sempre desejosos da utilização da mão-de-obra indígena.

Na mesma carta que escrevera à Coroa relatando a guerra contra os índios, João do Rego Castelo Branco não só aduzia seus feitos, mas sobretudo apontava para a necessidade de futuras investidas contra os gentílicos da região, em especial, aos Timbiras, que na sua visão eram os mais consideráveis "deste sertão, [...] e que existem desde as cabeceiras do famoso rio dos Tocantes para esta capitania".

Homem de pulso firme, João do Rego Castelo Branco subjugava índios e inimigos políticos pela força. Sabia como funcionava seu mundo, que tipos de caminhos seguir e quais inimigos conquistar. Mestiço nascido em Parnaíba, em 1719, João do Rego Castelo Branco dosava com habilidade truculência e complacência. Desde quando entrara para a tropa do capitão-mor Antônio Gomes de Leite, na primeira metade de setecentos, compreendeu que para se dar bem teria que enveredar pela carreira militar. Com a presença de João Pereira Caldas na administração da capitania do Piauí, a política de ocupação das terras através da concessão de sesmarias se consolidaria mediante seu apoio.

Aldear a gentilidade na própria capitania constituiriam assim uma das principais estratégias de controle no período posterior à expulsão dos jesuítas. Entre os principais aldeamentos presentes na capitania de São José do Piauí, estavam os de Nossa Senhora das Mercês, dos índios Jaicós, São José de Sende dos índios Acoroás e o de São Gonçalo do Amarante dos índios Guegues e Acoroás.

A percepção dos colonos acerca dos índios Jaicós, Acoroás e guegues era assim definida:

> Os primeiros [Jaicós] não tem vigor a muito, por que se retirou o que tinham para os guegues. Da mesma forma não tem aumento, por que a sua vida o não permite sendo como são unicamente vadios, preguiçosos e ébrios, sustentando-se do que furtam, como sempre fizeram. Os segundos [Acoroás] se acham totalmente impossibilitados a persistir no lugar de São João de Sende, por que a infecundidade do mesmo faz baldada toda a diligência para recolherem os frutos de que nos fez o ajudante Antônio do Rego Castelo Branco, Diretor dos mesmos índios. [...] Os terceiros [Guegues] que há quase três anos desceram do mato e se estabeleceram em boas terras prometem duração e aumento é seu diretor o tenente-coronel João do Rego Castelo Branco,

---

11 *Diário dos acontecimentos que tem sucedido em mês de julho nesta vila de Jerumenha que vai enviado pelo comandante da mesma a presença do Ilm.º Sr. Governador do Capitania*. APEPI. MUNICIPIOS – SUBSERIE: JERUMENHA. ANOS. 1786-1902. CAIXA. 72.

> escoltado de um destacamento de tropa paga, mas nas necessárias obras, que se lhes estavam fazendo de oficinas públicas, se não continua sem expressa ordem de V. Ex.ª porque o Ilm.º governador preterido que as principiou e quase concluído, as fez suspender por uma portaria que expediu pouco antes da sua retirada para o Reino. [12]

Um dos aldeamentos mais longevos da capitania foi o dos índios Jaicós. Situado na localidade cajueiro, próximo a ribeira do rio Itaim, o aldeamento fora fundado lá para o ano de 1730. Durante todo o século XVIII, os Jaicós foram se incorporando à cultura do colonizador a ponto de serem conhecidos como já "práticos e civilizados na língua e nos costumes dos portugueses"[13].
Segundo emissários da Coroa, os Jaicós mesmo aldeados sempre viviam no "mato roubando e matando muitos gados de várias fazendas da mesma capitania, sem contudo haver já modo de evitar neles esta prejudicial liberdade". Mais adiante, explicam a única saída para o fim de tamanha liberdade dos Jaícos:

> E com semelhante desordem poderia bem remediar-se com o extermínio dos ditos índios para o Pará, onde pelo muito e continuado serviço com que se empregam outros vadios de semelhante qualidade, não podem desertar, parecendo conveniente, será meio de abreviar a desobediência e nociva liberdade em que vivem com a útil aplicação que nesta capitania o não podem ter, por falta daquele serviço público, nem tão pouco os moradores dela procuraram já servir-se de tais índios, pela inconstância e deserções que conhecidamente costumam praticar.[14]

Percebe-se aqui que aldear não significava a anulação dos direitos costumeiros da gentilidade, sobretudo quando a política dizia respeito aos índios Jaicós. A solução seria, portanto, "*o extermínio dos ditos índios para o Pará"*. Como havia dito páginas atrás, ao término de uma guerra contra os índios existia três situações a seguir: a primeira seria o degredo dos índios mais revoltosos para o Maranhão, a distribuição dos filhos destes os colonos da região e, por fim, o envio de mulheres e de jovens índios aos aldeamentos da capitania.
O documento acima sinaliza uma nova política baseada agora na expulsão dos gentílicos da terra para áreas mais distantes da capitania do Piauí. Se o plano foi posto em ação pouco sabemos, no entanto em julho de 1778, o governador da capitania recebia um comunicado acerca de um "negro cativo fugido" que circulava entre os aldeamentos roubando e insuflando os índios aldeados a fugirem. No documento, os colonos pedem que o negro tenha como "pena capital" a decapitação e a imediata exposição na "mesma aldeia ou ao menos exposta a cabeça para firmeza e exemplo dos mesmos índios". Para o autor da carta, tal atitude se fazia necessária para se manter "a perseverança dos referidos índios e do grande exemplo para os demais negros da capitania cuja consequências se farão utilíssimos". Aos índios envolvidos, o documento expunha ainda que os mesmos já haviam sido punidos quando estes viviam no Pará, sendo eles naquela província condenados à pena capital pelas repetidas rebeliões que tem feito cuja sentença parece foi proferida na junta do Pará tempo em que servia de ouvidor daquela comarca o Dr. Luís José Duarte Freire e quando V. Exª entenda ser precisa esta averiguação se poderá conseguir facilmente e é o que presentemente sobre esta matéria pomos na presença de V.Exª.[15]
O documento não explicita se estes índios eram da região do Piauí e havia fugidos do Pará retornando, portanto, para os seus antigos aldeamentos. O certo é que para instituírem o medo e a desordem no ambiente dos aldeamentos tiveram os índios como principais aliados negros fugidos da região.

---

12 APEPI. CAPITANIA DO PIAUÍ. REGISTO DE CARTAS AO GENERAL DO ESTADO. 4 de março de 1775. Caixa: 149.

13 APEPI. CAPITANIA DO PIAUÍ. Registo de Cartas, 1769-1771. SPE/COD. 009. ESTN.01.PRAt.01.pp.26,27.

14 APEPI. *Carta da secretaria de Estado dos Negócios da Marinha de 11 de julho de 1771*. CAPITANIA DO PIAUÍ. Registo de cartas 1769-1771. SPE/COD.009/ESTN.01.PRAT.01.

15 APEPI. CAPITANIA DO PIAUÍ, REGISTO DE CARTAS AO GENERAL DO ESTADO. 1770-1781.Caixa. 149. P. 67-68.

Em algumas situações, os índios fugidos poderiam contar até com o apoio de eclesiásticos. Em 30 de Novembro de 1769, o Pe. Francisco Tavares, vigário dos índios aldeados Jaicós escreve uma carta ao governador da capitania, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro pedindo para que o mesmo interceda nos castigos aplicados aos índios fugidos/desertores dos aldeamentos. Sobre o assunto, o padre assim expressava:

> Posto que seja *antigo o costume entre eles [índios] retirarem-se para o mato e tornarem para a missão quando querem[grifo meu]*, fazendo-se Exº esta desobediência pouco útil à adição de mais povos desta capitania, contudo reconhecendo com muito bem, que senão devem conciliar e reconduzir para a sua missão com o rigor e aspereza que imprudentemente muito se consigna, não pretendendo estabelecer por hora nova forma de governo entre eles, digo a V. Exª que não os apertando nem estimulando com castigos, que suscitem a deserção que costumam fazer será o melhor modo de introduzir nos ditos índios a lei da civilidade que não ignoram a útil aplicação aos dogmas da fé, a igreja e a cultura das roças, para deste benefício se utilizarem os mais habitantes como vizinhos fazendo-se persuadir disto mesmo pelo seu principal ou ainda outros índios que entre eles conservem autoridade e respeito[16].

Para o vigário, atuar com "prudência e paciência" resultaria na diminuição dos crimes que os "índios costumam praticar, como mortes [e] feitiçarias". Para aplicar as leis da civilidade, os dogmas da fé e a cultura do trabalho entre os índios, os jesuítas tiveram que estabelecer acordos e com isso sujeitar-se dentro dos próprios aldeamentos aos costumes dos índios, como aqueles de sair e retornarem às missões de acordo com suas vontades. De fato, antes da guerra contra os índios haveria a necessidade da sua justificativa junto à Coroa. Concedida a permissão, caberia ao chefe da tropa, no caso o tenente-coronel João do Rego Castelo Branco empreender a guerra e na eventualidade da vitória - em muitos casos apenas parcial, uma vez que muitos se embrenhavam nas matas – conduzir os índios capturados para os aldeamentos. Essa pratica seria corrente nos governos de João Pereira Caldas e de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, onde João do Rego Castelo tinha plenos poderes no reordenamento dos índios da capitania. Cabia ao militar, portanto, empreender as guerras contra os bárbaros, fundar aldeamentos, erguer igrejas e requisitar à Coroa, através da política de graças e mercês, a distribuição de cargos dentro do corpo militar (Hespanha, 1994). Foi assim que fez João do Rego Castelo Branco, quando da "pacificação dos Acoroás" ao incorporar seu filho, Felix do Rego Castelo Branco, no mundo da guerra contra os índios.

> Nesta última expedição se empregou também um filho do mesmo oficial chamado Felix do Rego Castelo Branco atualmente cabo de esquadra da Companhia de Dragões da Guarnição desta cidade, o qual imitando com muita propriedade o préstimo e atividade do pai, se distinguiu em todas as empresas pelo valor e merecimento que qualquer mercê, facilitar-se-ão outros muitos e empregar-se nesta qualidade e serviço, que é o mais útil à capitania.[17]

A guerra contra os índios se constituiria como uma das maneiras possíveis de inserir os mais próximos no espaço da administração, contudo diante de um número tão elevado de desertores, o recrutamento de membros familiares serviria também como uma espécie de fortalecimento da lealdade em torno do chefe da tropa. Isso e comprovado nas "*memórias sobre as nações gentias que presentemente habitam o continente do Maranhão*", escrita no ano de 1819, pelo major Francisco de Paula Ribeiro que ao narrar suas experiências de quase vinte anos na comandando tropas nos sertões da capitania contra os timbiras afirmava que um dos principais empe-

---

16 *Carta de Francisco Tavares, Vigário dos índios Jaicós*. APEPI. CAPITANIA DO PIAUÍ. Livro II. 1764-1770. SPE. COD. 147. ESTN.02.PRAT.01

17 *Carta pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha*. APEPI. CAPITANIA DO PIAUÍ. Registo de Cartas: 1769-1771. SPE. COD. 009 ESTN. 01 PRAT. 01.

cilhos para reduzir pelas armas as povoações gentílicas se dava exatamente pela quantidade elevada de "gente bisonha, sem nome, e sem disciplina ou subordinação" que compunha as tropas FLANKLIN e CARVALHO, 2007:p.235). Para Francisco de Paula Ribeiro, os rios Itapecuru e Parnaíba tornaram-se uma "segura guarida" dos índios do Maranhão, já os Piauí o destino dos desertores. Era sobretudo estes sujeitos que alimentava o corpo militar no confronto com os índios das regiões do Piauí e maranhão.

Inseridos à força no projeto expansionista português, os índios do Estado do Maranhão e Piauí oscilavam entre agentes ligados à Coroa, ajudando a capturar índios insurgentes e negros aquilombados e, noutro extremo, sujeitos com autonomia, vendo nos aldeamentos uma via de sobrevivência e de reconfiguração das suas identidades Almeida, 2007).

Os aldeamentos como espaços de efetivo domínio da terra e de proteção contra os colonos ávidos por mão-de-obra indígena já é tema consolidado na historiografia. Ao analisar a vida dos aldeados em território das missões, no atual Paraguai e sul do Brasil, na época da expulsão da Companhia de Jesus, em 1768, dos domínios do ultramar português, o historiador Maxime Haubert (1980) percebeu que a presença dos jesuítas acabaria por operar uma verdadeira mudança na vida dos índios da região. A utilização do ferro na vida cotidiana, o incremento de uma alimentação a base de carnes, bovina e ovina, e a proteção dos padres frente ao avanço dos bandeirantes, escravistas e espanhóis, acabou por produzir um efeito indiscutível na preservação dos costumes dos índios no sul do Brasil.

Mesmo assim, o mato estava ao lado, tanto para negros escravizados como para índios aldeados, no entanto para aqueles a fuga poderia representar o fim dos laços de solidariedade construídos no interior das fazendas, para estes a deserção dos aldeamentos trazia consigo o perigo da re/captura, da prisão e do consequente envio ao Maranhão.

É provável que mesmo após a expulsão dos jesuítas, índios aldeados tiveram seus direitos costumeiros assegurados e, em alguns casos, conseguiram até ampliar a medida em que decidiam acerca do perfil daqueles que eram indicados para administrarem os aldeamentos. Foi assim em 1793, quando após uma série de acontecimentos envolvendo maus tratos e rigor na execução das penas de desordens, os índios enviaram uma carta à junta trina do Piauí denunciando Antônio Alves Brandão, diretor dos dois aldeamentos e pedindo a sua imediata expulsão do cargo. Na alegação, índios aldeados exigiam " serem tratados na forma das ordens de sua Majestade e de V. Exª."

A luta pela posse da terra se dava agora com as armas do colonizador. Índios aldeados exigiam o cumprimento das leis fixadas no Diretório dos índios. Em menos de 40 anos da lei, índios utilizavam-na para barganhar vantagens, conquistar terras e estabelecer relações com luso-brasileiros a partir das leis da coroa.

4. Conectando histórias: negros escravizados, índios aldeados e a presença portuguesa Capitania de São José do Piauí

Com a expulsão da Companhia de Jesus seus senhores não apenas mudaram de nome, mas também de projetos políticos[18]. Em busca da efetivação desse projeto colonial, Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro Conde de Oeiras e Marquês Pombal, eleva a vila da Mocha, sede da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, à categoria de cidade, com a denominação de Oeiras: encravada nos "sertões de dentro" e com status jurídico proporcional a qualquer outra cidade da América portuguesa.

Havia, portanto, a necessidade de se criar a capitania de São José do Piauí, e com ela a cidade de Oeiras e um conjunto de novas vilas e freguesias, bem como uma política de doações de terras, através da concessão de sesmarias[19].

---

18 Sobre a política de Pombal ver: OFÍCIO do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a sua tomada de posse e o estado em que encontrou a capitania, a expulsão dos padres da Companhia de Jesus e o sequestro de seus bens; AHU_ACL_CU_016, CX. 7, D.407.

19 OFÍCIO dos oficiais da Câmara da Vila de Moucha, [ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado], agradecendo a criação de um novo governo, a criação de oitos vilas e a promoção de Vila de Moucha a cidade. AHU_ACL_CU-018, Cx.8, D. 490.

Imagem I: Oeiras do Piauí. Original manuscrito da Biblioteca Nacional, Lisboa. Finais do século XVIII.

Situada, portanto, em universos distintos da administração, a cidade de Oeiras funcionaria como uma janela para os projetos coloniais à medida que uniria através da ocupação e da conquista os dois Brasis: o estado do Grão-Pará e Maranhão e o Brasil dos estados do sul (Carreira, 1998).

Assim, as conexões marítimas com os estados do Norte estavam guarnecidas através das cidades de Belém e São Luís e, por terra, com a cidade de Oeiras. Fundação de cidades e criação das companhias serviria, portanto, para estreitar distancias e com isso preencher as lacunas de uma provável ausência do poder português. Para reforçar a imagem do poder régio, surgiria então, como bem esclarece António Manuel Hespanha (1994:198), a presença dos juízes de fora nos domínios ultramarinos e isto se reverteria em fortalecimento do poder da coroa "e, com isso, não deixariam de ser um elemento de desagregação da autonomia do sistema jurídico-político local". Para potencializar um modelo de administração de proporções continentais, o império ultramarino português (Russel-Wood, 1998) teria que abrir mão da centralidade do poder e com isso construir múltiplos pactos, com deveres recíprocos entre as mais diferentes esferas da administração e do mando local.

Dentro de uma lógica maior, os "sertões de dentro" não seria apenas um espaço político-administrativo a ser colonizado, mas uma peça fundamental nos planos políticos do império ultramarino português. E homens de confiança – portugueses e mestiços - não faltaram para essa empreitada, a exemplo de João Pereira Caldas, Gonçalo Pereira Botelho de Castro, João do Rego Castelo Branco e Felix do Rego Castelo Branco no Piauí do século XVIII.

Contando com o apoio das elites locais, Pombal funda em 1755 a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, interligando os portos dos estados do Norte às praças comerciais da costa da Guiné. As fazendas de gado, agora sob domínio real, passariam a receber a denominação de "Fazendas do Real Fisco" e seriam agora divididas em inspeção/repartição, a saber: Canindé, Piauí e Nazaré. Caberia, portanto, aos inspetores, a coleta dos dízimos, a contagem, controle e vendas dos gados, cavalos e escravos, a fiscalização sobre a produção de queijos, requeijões e manteigas, bem como suprir com carnes e demais produtos todo o aparato administrativo da capitania.

Os missionários estavam cientes que a boa administração nas Américas dependeria da relação estabelecida entre senhores e seus subalternos, mesmo que para isso encontrassem como obstáculos a própria Coroa portuguesa. A formulação de tal pensamento vinha de dentro da própria Companhia de Jesus e encontraria no jesuíta André João Antonil seu principal articulador (Marquese,2004). Assim, para bem administrar os espaços das fazendas, os missionários tiveram que ceder, sujeitar-se aos interesses dos escravos e, nesse ínterim, buscar uma solução para o problema da mão-de-obra. Nesse sentido, a política dos jesuítas teria, entre outros fins, a conservação e permanência dos escravos nas fazendas a partir da constituição de uniões conjugais e dos batismos. É nesse ambiente de ampliação dos domínios portugueses, de difusão da doutrina cristã e da conversão de índios e negros que se situa a carta da escrava Esperança Garcia.

O conteúdo da carta retrata bem este novo momento de efetivo domínio português na capitania do Piauí. Em 06 de setembro de 1770, portanto, a apenas dois anos da saída dos jesuítas, a escrava Garcia pertencente a uma fazenda da Companhia de Jesus decide denunciar os maus tratos que vinha sofrendo por parte do administrador da fazenda.

> Eu sou uma escrava de Vossa Senhoria da administração do Capitão Antônio Vieira do Couto, casada. Desde que o capitão lá foi administrar que me tirou da fazenda algodões, onde vivia com o meu marido, para ser cozinheira da sua casa, ainda nela passo muito mal. A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho meu sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca, em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que cai uma vez do sobrado abaixo peiada; por misericórdia de Deus escapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confessar a três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar. Peço a Vossa Senhoria pelo amor de Deus ponha aos olhos em mim ordinando digo mandar ao procurador que mande para a fazenda aonde me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha (Mott, 2010).

Para sensibilizar os superiores e se livrar dos maus tratos, Esperança Garcia utiliza como prerrogativa as conquistas alcançadas durante o período jesuítico: o direito de viver em família, a necessidade do batismo das suas crias e a vantagem como cristã de obrigatoriamente se confessar. Ciente do seu mundo e dos limites que a sua condição de escrava pode propiciar, Garcia utiliza a estratégia dos conquistadores para angariar vantagens e com isso re/planejar seu destino perto dos seus filhos e marido.

É nesse momento que sertanistas, jesuítas, emissários da Coroa, índios, negros africanos e mestiços livres se intercruzam. Assim durante o século XVIII, autoridades portuguesas percebiam a imensidão dos sertões como uma metáfora da distância, algo próximo e similar aos termos ocupação, conquista e catequese, já para os escravos e índios da região, essa metáfora para os luso-brasileiros transformava-se em sinônimo de liberdade, uma unidade capaz de medir mundos disformes e com isso redefinir vidas e identidades.

Por certo, tomar uma posição a favor dos índios aldeados e dos negros escravizados poderia representar o início de uma situação de perigo para quem optasse por este caminho. Nesse ambiente de intercruzamento de sujeitos e de ideias, índios aldeados, escravos fugidos e padres com pensamentos insurgentes poderiam se tornar a um só modo inimigos da Coroa. Em 10 de outubro de 1794, o Capitão e comandante da Vila de São João da Parnaíba, Antônio José de Castro Campelo recebeu uma ordem do Coronel do Regimento de Infantaria da cidade de Oeiras, Anacleto Henriques Franco, para que,

> encontrando-se um padre já de maior idade com alguns cabelos brancos indo só ou acompanhado de alguns índios cafuzes(sic), mulatos ou pretos serem todos presos e remetidos ao mesmo comandante afim de serem por suspeita e remetidos a presença de V. Exª com uma parte circunstanciada do exame neles feito por haverem descoberto noticiais de se achar um padre em um quilombo para as partes do Alegre, distrito dessa capital [Parnaíba] e que dizia havia fugir assim que sentisse se atacava o dado quilombo[20].

Na política de aldeamentos e de colonização do Estado do Maranhão e Piauí, colonos, índios, negros escravizados e padres jesuítas poderiam ser inimigos e ao mesmo tempo aliados. Para os índios, inserir-se na política portuguesa significava circular com desenvoltura no novo mundo que se configurava à sua volta. Encontrar-se na condição de aldeado abria-lhe a possibilidade, mesmo que à sua revelia, de a um só tempo redefinir suas identidades enquanto sujeitos históricos e, ao mesmo tempo, submeter-se a um processo simplificação das suas identidades.

---

20 APEPI. CAPITANIA DO PIAUÍ. Ofícios ao governador do Estado do Maranhão. 1788-1798. SPE.COD.395.ESTN. 04. PRAT.01.pp.103-104.

Alguns episódios servem de exemplo para esta mudança na condição do índio em terras do Piauí. Quando o padre Miguel de Carvalho se referia aos tapuias bravos que faziam guerra contra os colonos na Freguesia de Nossa Senhora da Vitória em 1697, catalogou-se um total de 36 grupos indígenas apenas naquela freguesia. Uma abundancia e diversidade de índios que chamou tanta a sua atenção a tal ponto do padre considerar aqueles tapuias "os mais bravos e guerreiros que se acham no Brasil".

O que existia de diversidade indígena no século XVII transforma-se a partir das descrições cartográficas do século XIX em unidades gentílicas. Baseando-se nas cartas manuscritas de José de Pedro Cesar Menezes e de Mathias José da Silva Pereira, o cartógrafo e tenente coronel de Infantaria do Exército Bávaro, Jose de Martius Schwarzmann elabora na cidade de Monique, no ano de 1828, uma Carta Geográfica do Piauí. No seu desenho cartográfico, Schwarzmann, por assim dizer, redefine os contornos geográficos do Piauí, descrevendo com minúcia de detalhes as cidades, vilas, freguesias, fazendas e sítios/retiros da província. Seu olhar cartográfico vai mais além da estrutura administrativa, Schwarzmann tinha igual interesse em registrar a natureza da região. Seu olhar não deixa de perceber as serras, barras/bahias, lagos e rios como elementos formadores da província e, por fim, e para nosso interesse, Schwarzmann demarca os domínios e os gentílicos da região. Para o cartógrafo, existiam na província do Piauí apenas os índios Pimenteiras, Guegues e Acroas [Acaroás], estes vivendo às margens do rio Parnaíba e totalmente do lado do Maranhão.

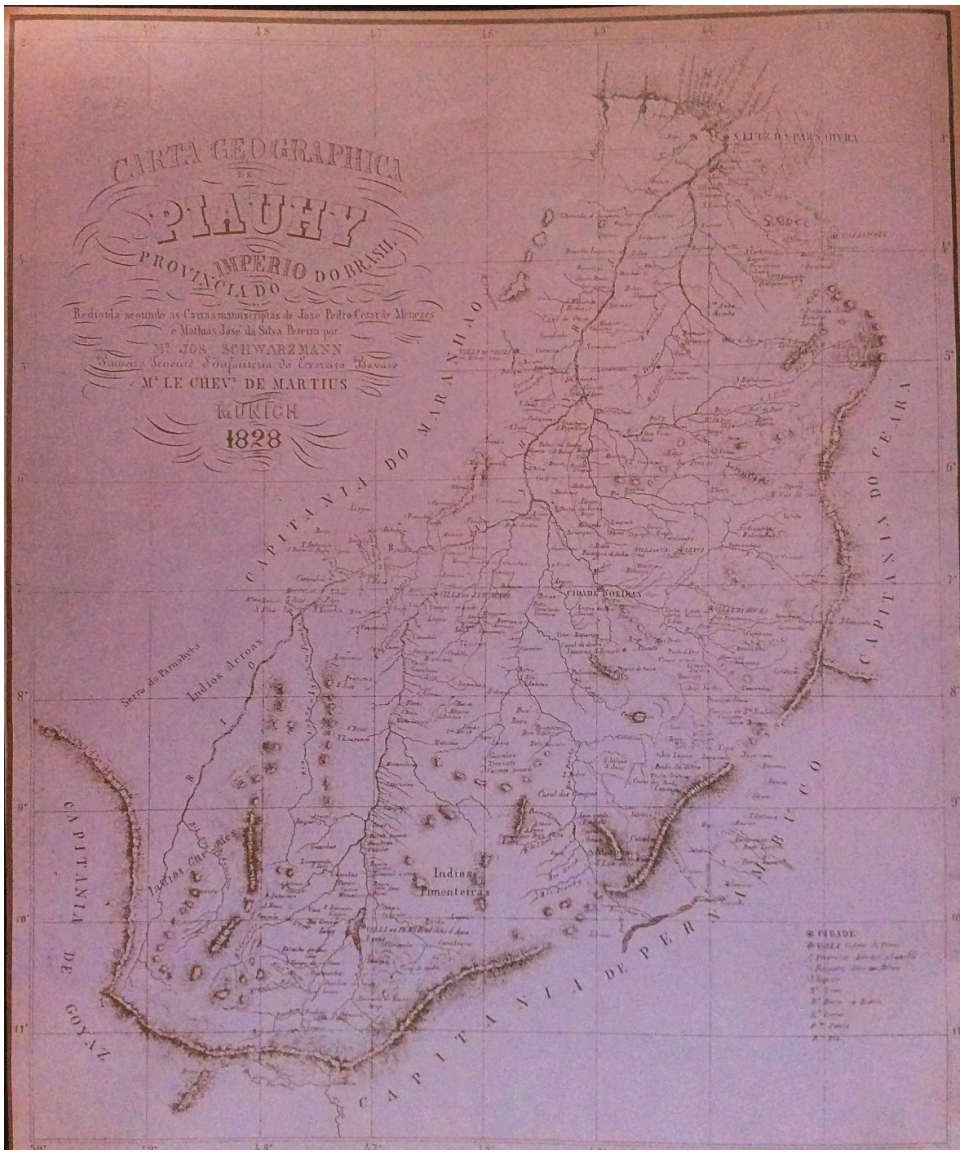

Imagem II: Schwarzmann, Jose De Martius. Carta geográfica do Piauí, elaborada em Munique (1828). Mapoteca do Itamaraty, RJ.

Pouco mais de quarenta anos após a publicação da carta cartográfica do Piauí, em 1869, o engenheiro Dr. Gustavo Luís Guilherme Dodt (1981:19), a serviço do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, percorre todo o rio Parnaíba tendo como objetivo final apresentar uma planta descritiva daquele rio, a velocidade da sua correnteza, suas nascentes, as condições de navegabilidade e os obstáculos à navegação. Ao término do trabalho, o engenheiro deveria entregar um "relatório minucioso, indicando-se nele tudo que for de interesse, não só especial, mas também geral para melhor conhecimento das terras que o Parnaíba percorre". Em todo o seu relatório referente ao rio Parnaíba, Gustavo Dodt não cita um só grupo de índios. Desaparecidos das margens do rio Parnaíba, o gentílico reaparece na escrita do engenheiro de maneira intensa somente no rio Gurupi. De 1840, época em que o Presidente e Comandante das Armas do Maranhão, o militar Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias produz sua *Carta do Maranhão e Piauí* com o intuito de desbaratar os revoltosos da Balaiada passando pelos relatos descricionista do engenho Gustavo Dodt até os anos de 1930, o gentílico do Piauí desaparece dessa produção escrita e cartográfica.[21] Situados, portanto, em universos paralelos desde o período colonial, negros e índios teriam ao longo do século dezenove e adentrando ao século XX de viver uma busca pelo direito à visibilidade e só, posteriormente, almejarem a cidadania.

Bibliografia

ABREU, Capistrano de. (1998) *Capítulos de história Colonial*: 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. (2005) Memória Cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí. Teresina: SEDUC.

ANTONIL, André João. (1967) *Cultura e Opulência do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional.

CARVALHO, Miguel de. (2009) *Descrição do sertão do Piauí*. 2ed. Teresina. APL; FUNDAC; DENTRAN.

CURTO, Diogo Ramado.(2009) *Cultura Imperial e projetos coloniais* (séculos XV-XVIII). Campinas, SP: Editora da Unicamp.

DODT, Gustavo. (1981) *Descrição do Rio Parnaíba e Gurupi*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. USP.

FLANKLIN, Alberto; CARVALHO, João Renôr F. de. (2007) *Francisco de Paula Ribeiro: desbravador dos sertões de Pastos Bons*: a base geográfica e humana do sul do Maranhão. Imperatriz, MA: Ética.

FURTADO, Júnia Ferreira. (2012) *Oráculos da geografia iluminista*. Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'aville na construção da cartografia do Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG.

HESPANHA. António M.(1994) Às vésperas do leviathan*: i*nstituições e poder político, Portugal século XVII. Coimbra: Almedina.

LIMA, Solimar Oliveira. (2005) *Braço Forte:* Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí: 1822-1871. Passo Fundo – RS: Ed. UFP.

MARQUESE, Rafael de Bivar. (2004) *Feitores do corpo, missionários da mente*: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Companhia das Letras.

---

21 Em 1913, o engenheiro da Inspetoria Federal das Estradas, José Estácio de Lima Brandão desenvolve a pedido da empresa South American Railway Company Limited um *Mapa do Piauí*. Um ano depois, em 1914, Horatio L. Small produz um *Mapa Parcial do Piauí* a pedido da Inspetoria de Obras contra as Secas. E, por fim, em 1930 a Diretoria de Agricultura, Viação e Obras produz seu Mapa do Piauí. Em todos eles, a presença do gentio já não se faz presente. Ver coleção de Mapas da Mapoteca do Itamaraty.

MOTT, Luiz. (2010) *Piauí Colonial*: população, economia e sociedade. 2ª Ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. (1998) "Centro e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808".In:*Revista Brasileira de História*. São Paulo, v18, nº 36,1998.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. (2011) *O governo das conquistas do norte*: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780). São Paulo: Annablume.

SCHWARTZ, Stuart B. (1988) *Segredos Internos*: engenhos e escravos na sociedade colonial; 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras.

A memória social da escravidão urbana no Rio de Janeiro

Cláudia Freire Vaz

Ricardo Vieiralves de Castro,

Resumo: Este artigo busca apresentar meu projeto de tese sobre a escravidão urbana do Rio de Janeiro. Inicia-se com uma breve revisão bibliográfica sobre as especificidades deste tipo de escravidão, que se desenvolveu com mais intensidade no século XIX, com a chegada da família real ao Rio. Utilizando a teoria da memória social como referencial teórico, formularam-se considerações sobre como brancos e negros construíram uma memória social sobre o objeto de pesquisa e a partir deste ponto, consideramos a hipótese de que se produz um esquecimento da escravidão urbana carioca, pois alguns traços dela permanecem nas relações de trabalho atuais, colocando em cheque o mito da democracia racial

Palavras – chaves: Memória social; Escravidão urbana no Rio de Janeiro; democracia racial

Abstract: This article aims to present my project of theses about urban slavery in Rio de Janeiro. Begins with a brief literature review about the specificities of this kind of slavery, that developed more intensively in the nineteenth century, with the arrival of Portuguese Royal family to Rio. Using the theory of social memory as theoretical reference, was formulated considerations on how white and colored people construct a social memory about the research object and form this point, we consider the hypothesis that is produced a forgetting of a carioca urban slavery, because some traits of it remain in our current working relationships, raise doubts concerning the myth of racial democracy.

Key words: social memory; urban slavery in Rio de Janeiro; Racial democracy

1. Introdução

O trabalho escravo negro, no Brasil, foi responsável pelo desenvolvimento da economia do país até a assinatura da Lei Áurea, em 1888. No século XVI, a região Nordeste era a principal do Brasil, congregando as atividades econômicas e sociais mais relevantes da colônia. A monocultura do açúcar se estabeleceu nas décadas de 1530 e 1540 e nos primeiros 30, 40 anos a mão de obra escrava era formada basicamente por indígenas. No século seguinte, por volta de 1630, a transição entre a escravidão indígena e a negra já havia sido completada e coube aos africanos e afro-brasileiros manter os engenhos de açúcar funcionando (Fausto, 2010).

No final do século XVII e início do XVIII, a descoberta de ouro na região de Minas Gerais movimentou e modificou as características da economia brasileira e portuguesa. Observa-se, neste momento, a primeira grande corrente migratória brasileira e a mudança do eixo econômico e da vida social da Colônia para a região Centro-Sul, especialmente para o Rio de Janeiro.

Além do ouro encontrado nas Minas Gerais, a importância do Atlântico Sul (destacando-se a relação entre Brasil e Angola) tornou-se maior e esses dois motivos tornaram o Rio de Janeiro uma cidade de maior relevância na estrutura do Império Português. A transferência da capital do vice-reinado para o Rio de Janeiro, em 1763, selou esse processo de mudança da vida colonial.

Logo na primeira década século XIX, a Corte portuguesa se transfere para o Rio de Janeiro, fugida das invasões napoleônicas. Isto significa um 'boom' demográfico para cidade, que de maneira repentina passa a abrigar as 15 mil pessoas que compõe a Corte portuguesa, composta por nobres, criados, elite cortesã e burocratas. Assim, o Rio de Janeiro deixa de ser a capital da Colônia para se tornar a Capital de todo o Império português, fazendo-se necessária uma reestruturação urbana e social profunda. (Pinheiro, 2002).

A corte passa a se movimentar em função disso e o processo de urbanização se acelera. Os escravos passam a

ser responsáveis pelo funcionamento dos serviços urbanos: construção de estradas, calçamento das ruas, edificação de prédios, transportes da cidade (tanto de mercadorias, como de pessoas), etc.
Novos padrões de civilização, etiqueta, símbolos de prestígio passaram a povoar a cidade. Embora esses novos costumes estivessem relacionados aos grandes salões da Corte, eles repercutiam e influenciavam o cotidiano carioca.
Mas não eram somente os hábitos europeus que ressoavam na cidade. Com uma população expressiva de negros, a capital do Império português apresentava um impasse cultural, no início do século XIX: se os membros da corte tentavam reformular a cidade a partir do conhecimento adquirido no processo de remodelação urbana do século XVIII em Portugal, como torná-la mais "civilizada" com esta imensa população escrava?
A historiadora Mary Karasch em seu livro 'A vida escrava no Rio de Janeiro (1808-1850)' alega que este período foi de 'transformações na cultura escrava', e que neste momento da história a escravidão esteve no seu auge. Por volta de 1820, a cidade abrigava a maior população escrava da América, sendo que, na década seguinte, o contingente de escravos era predominantemente de africanos, correspondendo a ¾ do total.
Este artigo visa refletir sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro e, para tanto, será utilizado um dos princípios unificadores da memória social e o mito da democracia racial para balizar a nossa investigação. Este primeiro diz que "A memória humana não é uma reprodução das experiências passadas, e sim uma construção, que se faz a partir daquelas, por certo, mas em função da realidade presente e com o apoio de recursos proporcionados pela sociedade e pela cultura" (Sá, 2005, p. 65). Já o mito da democracia racial pretende negar que haja desigualdade racial no Brasil, afirmando que existe igualdade de oportunidades e tratamento entre brancos e negros.

2. A escravidão urbana carioca

O primeiro contato entre senhores e escravos no Rio de Janeiro era feito no Mercado, que ficava no Valongo, onde hoje se localiza a Avenida Barão de Tefé, próximo à Praça Mauá. Nesses imensos ranchos, os escravos eram obrigados a comer o máximo possível para que engordassem e tivessem melhor aspecto. Ao chegar um comprador, começava a se examinar os escravos, num ritual semelhante a comprar de um cavalo, apalpando e examinando diversas partes dos corpos dos escravos.
Desses escravos que chegavam ao porto do Rio, um quantitativo significativo permanecia na cidade, já que era muito comum a posse de escravos entre a população livre. Nas três primeiras décadas do século XIX, aproximadamente 90% destes habitantes possuíam ao menos um escravo (Pinheiro, 2002). Com exceção da população muito pobre, todos possuíam escravos uma vez que eles eram um requisito da vida carioca, tanto porque atribuíam prestígio e dignidade – visto que o trabalho braçal era entendido como pejorativo – como garantiam o sustento da casa.
Parte dos escravos na cidade do Rio de Janeiro se dedicava aos trabalhos domésticos – que incluíam desde cozinhar e serem amas de leite, até buscar água em fontes e chafarizes da cidade e despejar os excrementos no mar. Outra parte atuava como escravo de ganho, ou seja, eles trabalhavam para pessoas que não fossem os seus senhores e ganhavam uma remuneração para isso. No final do dia, pagavam ao seu senhor uma quantia pré-estabelecida e poderiam ficar com o restante.
O emprego de escravos neste tipo de atividade era bastante comum na cidade. Enquanto sangradores e barbeiros eram atividades exercidas basicamente por homens, lavadeiras e costureiras eram atividades comumente realizadas pelas escravas. Eram presentes na paisagem das ruas cariocas, ao contrário das mulheres brancas que se restringiam ao ambiente familiar a fim de preservarem sua honra.
O dinheiro que sobrava para o escravo poderia ser investido em lazer, em objetos relacionados a religião ou em sua alforria. Contudo, conseguir a alforria era um trabalho bastante árduo. De acordo com Souza (2010) em um cálculo hipotético-imaginativo o senhor levava, em média, um pouco mais de três anos para ter um o retorno do investimento que foi feito no escravo de ganho. Em contrapartida, um cativo muito esforçado que conseguisse poupar 70% da sua renda levaria entre 9 ou 10 anos para conseguir sua alforria. Ou seja, ao conseguir a sua carta de liberdade o senhor já teria recebido, aproximadamente, três vezes o valor aplicado.

Considerando que para obter a liberdade o escravo deveria guardar mais de 2/3 dos seus ganhos, o sonho da alforria era distante para grande parte dos escravizados. Entretanto, para obter a tão desejada liberdade, o dinheiro não era o único elemento em jogo, era necessário que outros "pré-requisitos" fossem preenchidos. Conceder a alforria a um cativo era prerrogativa do senhor e os "bons serviços prestados" pelo candidato a liberdade era uma das exigências. Desta forma, obediência e competência eram itens fundamentais no trato com os senhores, cujo prêmio mais valioso era a carta de alforria.

Importante ressaltar que a subordinação não é sinônimo de acomodação. Havia inúmeras formas de resistência que não se incluíam na díade revolta-acomodação. Obter autonomia e conseguir que alguns direitos fossem respeitados era a opção da maioria dos escravos e a alforria era um objetivo que se apresentava no horizonte e, quando possível, vislumbrado.

Além de um investimento com bom retorno, o sistema de ganho no trabalho escravo era um modo de o senhor economizar dinheiro visto que se o negro possuía uma forma de renda, o senhor poderia se desresponsabilizar da manutenção da mão de obra, de custos com alimentação e vestimenta, por exemplo.

Outra característica da escravidão urbana era a proximidade entre os escravos e os senhores. No meio rural, as moradias de escravos e senhores eram claramente separadas: os primeiros moravam na casa-grande e os segundos na senzala. No Rio de Janeiro, todos habitavam o mesmo espaço, tornando o convívio mais íntimo.

Freyre (2002) fala de uma hierarquia que havia entre os escravos, estando os escravos domésticos no topo dela. Estes recebiam assistência moral e religiosa, além de muitas vezes serem tratados "quase como uma pessoa da família". Um exemplo dessa dinâmica entre escravos e a família dos seus proprietários era que as senhoritas buscavam aconselhamento com a escrava doméstica a fim de que seu pai lhes escolhessem um pretendente de seu agrado. Estas escravas "quase parte da família" as aconselhavam a procurar um "cirurgião" ou próprio habitante do lar branco, que conhecia profundamente as artes dos encantamentos amorosos (Castro, 2005).

Esta proximidade física entre senhores e escravos muitas vezes geravam afeto e era um dos motivos para a escravidão urbana ser menos violenta que a rural. Isto não significa que a violência física não existia. O uso da palmatória era comum nesta época; o colar de ferro[1] era aplicado aos escravos que tinha o hábito de fugir. Entretanto, não se via na escravidão urbana um aparato de tortura como nas grandes fazendas, em que se usava o tronco, a chibata e o ferro em brasa.

Outros motivos justificam uma escravidão mais branda no Rio de Janeiro. Entre os anos de 1820 e 1850, a capital do Brasil apresentava uma maior quantidade urbana de escravos desde o fim do Império Romano (Pinheiro, 2002). Essa situação numérica desvantajosa para a população branca deu origem a uma gama de conhecimentos e práticas sobre como administrar e gerenciar a população negra. Esta administração se estruturou a partir de escritos de diversas naturezas e coincidiam com a ideia de que a sorte dos escravos havia aumentado.

A progressão de saberes sobre o contingente escravo do Rio de Janeiro no século XIX se fez necessário pela preocupação com uma possível ocorrência de revoltas e insurreições das pessoas de cor. Um receio da elite da época era que a então recente revolução do Haiti [2] inspirasse os negros a seguir o mesmo caminho.

A coação do escravo também era mais complicada de ser realizada no meio urbano. Versiani (2007) apresenta uma classificação realizada por Stefano Fenoaltea no artigo "Slavery and Supervision in Comparative Perspective: a Model," publicado pelo Journal of Economic History em 1984. As atividades produtivas são divididas em 'intensivas-em-esforço' e 'intensivas-em-habilidade'. A primeira é caracterizada pelo uso da força física, seu trabalho está diretamente ligado ao resultado em termos quantitativos. Este tipo de atividade produtiva é observado no meio rural, através da quantidade de café colhido, por exemplo. O fazendeiro possuía recursos para contratar um feitor para monitorar o trabalho de um grupo de aproximadamente 20 ou 30 escravos.

Já nas atividades intensivas-em-habilidade a qualidade de produção é mais importante do que o quantitativo. Neste perfil se encaixam os trabalhos artesanais, domésticos e urbanos, ou seja, a maior parte do trabalho escra-

---

1 Era um colar que possuía uma ou várias hastes, que facilitava a captura do escravo, principalmente em caso de resistência. Ao apoiar-se na haste, produzia-se uma versão inversa no outro lado do colar, que levanta o maxilar do preso, provocando uma forte dor, que o fazia ceder mais rapidamente.

2 Em 22 de Agosto de 1791, os escravos de Saint-Domingue revoltam-se contra escravidão e o país mergulha numa guerra civil. Dois anos depois é proclamado o fim da escravidão.

vo que ocorria no Rio de Janeiro. Além disso, os senhores de escravos urbanos possuíam muito menos recursos que os rurais e seus cativos atuavam como escravos de ganho, circulando pela cidade – tornando a vigilância sobre este praticamente inviável. Assim, a coerção não se apresentava como melhor estratégia. Um tratamento melhor, com incentivos positivos como a permissão de ter atividades remuneradas em seus dias de folga ou a promessa de alforria se mostrava muito mais produtivo do que a ameaça de castigos físicos.

No contexto da Corte do Rio de Janeiro, supervisionar os escravos no espaço público era uma obrigação da guarda da Intendência. Os registros de prisão da época, demonstravam que em torno de 80% dos presos pela guarda ou por outros membros da equipe do intendente eram escravos. Isso demonstra o quanto esta parcela da população estava submetida ao poder dessas patrulhas. Determinar o lugar da escravidão e dos escravos era incumbência de primeira importância para o intendente Paulo Fernandes Viana, que tratava o tema como uma questão de 'segurança pública' e 'tranquilidade'. (Schultz, 2008).

A Intendência também era responsável por efetivar punições aos escravos, a pedido dos senhores. Os cativos eram postos em calabouços para participar de grupos de trabalhos forçados ou açoitados e os senhores pagavam a intendência para realizar este serviço. Se no meio rural, as punições eram aplicadas pelo feitor, funcionário do senhor, no âmbito urbano esta experiência deixava de ser privativa, já que possuía uma interferência da força policial.

Neste período, as punições excessivas foram desencorajadas pelo Intendente, assim como as punições públicas em geral. De acordo com este, punir escravos em público era indecente para uma corte, além de favorecer a formação de motins, que viriam a perturbar a ordem pública. As atitudes da Intendência visavam tanto ocultar a brutalidade do sistema escravocrata, com o objetivo de se criar um aspecto de corte metropolitana, como ter um controle mais efetivo da população escrava.

Até que ponto esta política de 'suavização' da escravidão brasileira não refletiu na memória social ou no esquecimento da escravidão urbana carioca? Joaquim Nabuco em "O abolicionista" apresenta a teoria de que a relação entre brancos e negros era absolutamente sem conflitos

> A escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor – falando coletivamente – nem criou entre as duas raças o ódio recíproco que existe naturalmente entre opressores e oprimidos. Por esse motivo, o contato entre elas sempre foi isento de asperezas, fora da escravidão, e o homem de cor achou todas as avenidas abertas diante de si... (Nabuco, 1883, p.40 - 41)

O esquecimento se acentua pela carência de suportes concretos. Connerton (1993) afirma que a conservação de nossas lembranças acontece através do meio material que nos cerca, que nossas memórias se localizam nos espaços materiais e mentais do grupo. Mas que espaços são esses que possuímos?

Ao se pensar a mídia, por exemplo, novelas de sucesso como 'Escrava Isaura' cuja primeira versão foi exibida pela Rede Globo entre 1976 e 1977 e a segunda pela rede Record entre 2004 e 2005, baseada no livro homônimo e igualmente famoso de Bernardo Guimarães, "Sinhá Moça" exibida pela Rede Globo em 1986 e o remake da mesma emissora em 2006 e "Força de um Desejo" exibida entre 1999 e 2000, são exemplos de novelas que tiveram o tema da escravidão muito destacados. Todas essas obras eram ambientadas no meio rural.

Quanto à escola, o livro didático, em especial o de história, é um importante documento que dissemina uma memória histórica. No início da República brasileira, este instrumento tinha grande poder de difundir ideias do projeto do governo republicano, criado por intelectuais oriundos das elites brasileiras. Nos anos 30, com a disseminação do ensino escolar, o material didático se tornou um divulgador das ideais nacionalistas. A partir da década de 50 e mais fortemente nos anos 70, outros grupos sociais passam a elaborá-lo, descentralizando este poder do governo federal.

Restringindo-se aos livros didáticos de história, que será a principal disciplina que tratará da escravidão, teve na criação do IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - um momento importante no ensino de história no Brasil. Criado em 1839, este instituto foi marcado inicialmente pelo predomínio das elites agrárias regionais cujo objetivo era produzir e conservar uma memória documental escrita de sua classe vinculada com a do país.

A economia do Brasil teve como base a agricultura, sendo a cana-de-açúcar e o café os seus principais produtos. A extração do ouro da região das minas também teve um papel significativo na história do país. A impor-

tância do meio rural no Brasil e, consequentemente, da escravidão rural é inegável. Contudo, o que se observou no Rio de Janeiro não foi um modelo rural, mas uma escravidão urbana, com características bastante diferentes e talvez tenha sido sub-representada tanto pelos meios midiáticos quanto pelo sistema educacional.
Jedlowski (2005) diz que: '[...] quanto mais complexa a sociedade e maior o número de grupos competindo para dominá-la, mais o passado se torna sujeito a estratégias de imposição de representações que mais se adequam aos interesses dominantes' (pg. 88). Para investigar a memória social da escravidão urbana carioca, duas óticas distintas serão utilizadas: a partir do mapeamento realizado por Sá (2005) do campo da memória social, serão apuradas as diferentes formas como brancos e negros acessavam a sua memória e tentar encontrar pistas sobre a memória da escravidão urbana no Rio de Janeiro. A questão do esquecimento é outro ponto da teoria que será aprofundado a fim de discutir questões como identidade social.
Estudar a memória social da escravidão urbana se faz imperativo por duas razões: pela escassez de registros que se tem sobre tal tema e para compreendermos determinados aspectos da atualidade carioca.

3. A teoria da memória social

Em um campo ocupado por inúmeras disciplinas como história, antropologia, filosofia entre outras, a psicologia social também busca contribuir para esse complexo tema da memória. Enquanto a psicologia cognitiva está interessada na estrutura, no processamento e no funcionamento da memória, a psicologia social destaca o papel da coletividade, do meio social na formação da memória.
A memória social não é uma função psicológica como as outras, ela possui um papel determinante em questões como identidade pessoal, identidade grupal e ordem social. No balizamento do que é conhecido como memória social, o objeto de pesquisa é:

> [...] o conjunto de representações majoritariamente partilhadas, resultado de práticas seletivas, exercidas de maneira implícita ou explícita em um dado grupo social e que se apresentam, dentre outras formas, nas comemorações, lembranças e tradições que são partilhadas nas comunicações e práticas cotidianas" (Valentim, Trindade & Menandro, 2010, p.279).

Toda lembrança possui uma dimensão coletiva, apoiada pela forma como determinado grupo social, a qual o indivíduo faz parte, interpreta o mundo. Como a sociedade se transforma de acordo com as circunstâncias, as lembranças também vão se alterando. Por este motivo Halbwachs (1990) afirma que a memória não pode ser considerada um fenômeno somente individual e psicológico, mas com vieses sociais e, portanto, objeto de pesquisa das vertentes psicossociais das ciências humanas. Em outras palavras, o foco da memória social não é somente acessar os registros do passado mas um tipo de laço social que é constantemente reconstruído.
Por ser uma teoria que possui diferente abordagens é importante definir quais autores serão utilizados e como eles contribuirão para este trabalho. Além dos criadores da teoria da representação social Halbwachs (1990) e Bartlett (1995), Sá (2005) tem como contribuição a sistematização dos conceitos unificadores da teoria da memória social, criados a partir das obras de Halbwachs (1990) e Bartlett (1995); e também a uma proposta de mapeamento das diversas instâncias do campo da memória social (2007); o conceito de memória política trazido por Lifschitz (2014); e a construção do esquecimento de Ricoeur (2007) serão os principais referenciais teóricos deste trabalho.
Sá (2005) acredita que são cinco os princípios unificadores do campo da memória social e os esquematiza da seguinte forma:
1- A memória não é uma simples reprodução do passado, mas algo que está em constante construção e se transforma de acordo com a realidade presente e com o panorama sociocultural.
2- Apesar da forma e de uma parte significativa do conteúdo da memória ser determinado socialmente, por instituições, grupos, recursos culturais e etc., são as pessoas que se lembram.
3- Preservar e atualizar a memória estão intimamente ligadas a interação social e a comunicação intra e/ou intergrupal, seja ela douta, coloquial ou de massa.

4- Memória e pensamento social contemporâneo estão tão profundamente ligados que o que se lembra do passado está sempre fundido com as informações que se tem sobre ele.
5 - Os conteúdos que a memória social possui em determinados lugares ou determinados momentos históricos está ligado ao surgimento de novos interesses e/ou quando diferentes sentimentos ou pontos de vista sobre determinados temas sobressaem.
Toda lembrança possui uma dimensão coletiva, apoiada pela forma como determinado grupo social, a qual o indivíduo faz parte, interpreta o mundo. Como a sociedade se transforma de acordo com as circunstâncias, as lembranças também vão se alterando. Por este motivo Halbwachs afirma que a memória não pode ser considerada um fenômeno somente individual e psicológico, mas com vieses sociais e, portanto, objeto de pesquisa das vertentes psicossociais das ciências humanas.
Uma outra importante contribuição de Sá (2007) foi uma proposta de mapeamento das diversas instâncias do campo da memória social. Como resultado, as que surgiram foram as seguintes instâncias: memórias pessoais, memórias comuns, memórias coletivas, memórias históricas documentais, memórias históricas orais, memórias práticas e memórias públicas. Estas categorias não se apresentam excludente, ao contrário, elas adentram e podem derivar-se uma da outra.
Memórias pessoais – esta categoria não se refere à memória cujo estudo considera o indivíduo como produtor e único responsável que vai evocar determinada lembrança; tão pouco pode ser entendido como uma categoria oposta à memória coletiva ou social. Esta memória tem como característica o lócus do processo construtivo na pessoa, embora tanto a construção como o seu conteúdo sejam influenciados pelo social.
Memórias comuns – define-se esta categoria como uma memória compartilhada por um conjunto mais ou menos amplo de indivíduos, que não necessariamente interagem entre si e por esta razão não chegam a debater ou concebê-la de forma coletiva. As razões para a falta de elaboração da memória estão na ausência de interesse dos membros do grupo no assunto, como também na preponderância na comunicação midiática.
Memória coletiva – são memórias construídas e elaboradas a partir de discursos e práticas de grupos sociais razoavelmente bem delimitados. O produto destas elaborações coletivas é institucionalizado, conservado e passado para as gerações seguintes.
Memórias históricas – esta categoria foi desdobrada por Sá em outras duas: memórias históricas documentais e memórias históricas orais. A primeira classificação se refere a fatos presenciados que futuramente seriam considerados históricos e também ao conhecimento de episódios obtidos através dos mais diversos documentos: bibliotecas, museus, livros didáticos, mídia etc. Já memória histórica oral trata dos fenômenos da memória social formados pelo conjunto de fontes não documentais de que se ocupa a história oral. Contudo, a preocupação da memória histórica oral não é a preservação de relatos ou o registro das fontes, mas sim quais foram os processos e o cenário sob as quais foram elaboradas estas memórias.

Memórias práticas – é uma categoria de memória muito comum em performances e rituais. Estas não se encontram presentes em documentos ou práticas narrativas, mas se manifestam nas disciplinas corporais.
Memórias públicas – é a memória da esfera pública. Jedlowski (2005) define como: 'o campo da vida nas modernas sociedades democráticas onde as crenças dos cidadãos acerca dos assuntos políticos são discutidas' (p. 93). O autor ainda diz que esta categoria de memória é entendida como 'representação do passado com relevância pública' e uma memória que possui este status exige dos outros integrantes do grupo que se apropriem e se posicionem diante dela.
As memórias do período da escravidão foram passadas de formas diferentes por brancos e negros. Segundo o primeiro recenseamento nacional, ocorrido em 1872, constatou-se que 82,3% das pessoas com mais de 5 anos eram analfabetas e essa mesma porcentagem foi encontrada no censo realizado em 1890. (Ferraro e Kreidlow, 2004).
Isto demonstra que as memórias documentais escritas estavam fora do alcance da população negra da época, que era majoritariamente analfabeta, tanto no que se refere à produção como ao consumo deste material. O fato de possuírem um acesso maior à escrita possibilitou que a elite brasileira exteriorizasse a memória e foi uma poderosa aquisição, já que este recurso permite uma maior difusão e acesso aos conteúdos da memória coletiva.

A memória pública também possibilitou a difusão maior do sistema ideológico da elite de origem europeia. Além do que já foi explicitado acima, esta categoria de memória possui duas funções: dominar as outras memórias coletivas que existem dentro de uma sociedade, e seu processo de elaboração define os critérios de plausibilidade e de relevância. Por possuírem o poder econômico, controlarem a imprensa e a produção intelectual da época, a elite branca tinha maiores recursos para se apropriar da memória pública.

Ao se definir critérios de plausibilidade e relevância, é necessário que haja uma seleção, ou seja, alguns conteúdos serão preservados e outros serão excluídos, esquecidos. Jedlowski (2005) diz: 'o esquecimento se intensifica pela obsolescência de suportes concretos através dos quais os traços do passado são preservados' (p. 93). O autor ainda defende a ideia de que a mídia, como um sistema totalizante, tem o poder de divulgar informações tendenciosas ou provocar omissões acintosamente. A manipulação da memória é construída através dos recursos oferecidos pelas narrativas. Enquanto a memória dos detentores do poder recebe o título de memória oficial, os outros grupos estão impossibilitados de narrarem por si. Desta maneira, o esquecimento dentro de uma narrativa é utilizado para negligenciar alguns conteúdos e enfatizar outros. A memória manipulada está intrinsecamente ligada à utilização exagerada do esquecimento, ou seja, é o próprio caráter seletivo da memória que possibilita isso.

Ricoeur (2007) diz que a memória manipulada está relacionada à questão da memória e identidade e que a questão central do problema é a reivindicação da identidade. O autor afirma que a manipulação da memória é realizada pelos detentores do poder, quando se possui excesso de determinada memória e insuficiência de outra.

A escolha do que lembrar e do que esquecer no embate político pelo controle da memória revela os componentes ideológicos do grupo, uma vez que a ideologia do presente e do passado são inseparáveis. O que ocorre na construção da memória é uma hierarquização de memórias, quanto mais próximos do posicionamento ideológico do grupo dominante, melhor posicionadas elas ficam. As memórias não tão bem classificadas nessa hierarquização são esquecidas, não cabe serem lembradas. Não há acidentes ou acasos em memórias apagadas: tanto as lembranças como os esquecimentos, na memória coletiva, são construídas em prol de uma unidade identitária.

Nesta mesma linha de raciocínio Lifschitz (2014) trabalha o conceito de memória política, distinguindo-o da memória social da seguinte maneira: '(...) se a memória social está associada a vínculos sociais *espontâneos*, a memória política está associada a ações *intencionais*.' (p.148). A memória política se concretiza somente quando está na dimensão do sistema político ou da esfera pública, uma vez que a sua mensagem está sempre relacionada com o poder. Ao contrário da memória social que tem por objetivo ser reconhecida, possuir algum estatuto de verdade e relevância, a memória política busca agir na realidade social 'confrontando a realidade jurídica, cultural e política que pretende silenciar a memória ou produzir outras versões do passado.' (p. 149).

A luz da memória social, surge a pergunta do porquê a existência da escravidão rural é mais facilmente rememorado do que a escravidão urbana? Quando se pensa na história do Brasil, ela apresenta uma "evolução"[3] – primeiramente Colônia, depois Reino Unido e terminando na República. A mesma lógica se usa para a mão de obra que antes era escrava e depois se tornou livre e assalariada. Se pensarmos numa mão de obra escrava rural, com a estrutura que este possuía (casa - grande, senzala e pelourinho) podemos dizer que os moldes da escravidão foram, definitivamente, superados.

Mas a escravidão urbana? De acordo com o censo 2010, do IBGE, nas profissões de melhor remuneração os negros são minoria – um exemplo são os juízes, que são os profissionais mais bem pagos do país, somente 13 % deles são negros ou pardos. Já entre as profissões mais mal remuneradas, a lógica é inversa – os pescadores são uma classe formada, majoritariamente, por pretos e pardos (72%)[4].

Esta situação apresenta semelhanças com o período da escravidão. Áreas como medicina, direito e engenharia eram conhecidas como profissões imperiais (Barbosa, 2003), ainda estão entre as profissões mais bem pagas do país e são exercidas, majoritariamente, por brancos e profissões mais mal remuneradas, como eram as de-

---

3 A memória oficial está sempre ligada ao poder e esta legitima-se ao se organizar de maneira que o momento atual seja sempre entendido como melhor, como um avanço em relação ao anterior.

4 Dados retirados da reportagem do Jornal "O Globo" de 12/05/12

sempenhadas pelos escravos de ganho, continuam sendo realizadas por pessoas negras. A escravidão urbana põe em xeque o mito de democracia racial – segundo este mito, propalado com maior intensidade entre 1937 e 1944, não existiria racismo na sociedade brasileira e não haveria desigualdade nas condições de vida de brancos e negros.

Apesar de não possuírem determinados recursos como a escrita e possuir um sistema ideológico pouco difundido, através das memórias pessoais, coletivas, práticas e documentais orais, os escravos e alforriados encontravam nestas categorias de memória formas de resistência, de elaborar, reestruturar e transformar o seu cotidiano. Perlatto (2007) defende que a resistência dos negros, durante o período da escravidão, apresentava aspectos multifacetados, com estratégias que eram frequentemente aprimoradas e atualizadas.

De acordo com Lifschitz (2014) Maurice Halbwachs parte do princípio que o elemento que define a memória social é a ordem das relações sociais:

> (...) ela é um tipo de vínculo, uma atração desejosa que os indivíduos estabelecem quando falam sobre os seus passados. É social porque o ato de recordar é sempre realizado com outros, tanto no sentido da interação fatual entre pessoas que viveram experiências conjuntas e que, ao encontrarem-se, espontaneamente as recordam, como num sentido virtual: para recordar, colocamo-nos sempre na perspectiva de um grupo, ainda que este já não esteja presente (p.147).

Um exemplo de forma de resistência da população negra pode ser percebido nas letras das músicas de capoeira. De acordo com Adorno (1999, p.65) 'a música é um dos instrumentos de preservação da memória, transmitindo as tradições de diferentes épocas do passado da Capoeira'. Em um estudo realizado por Trindade, Menandro, Bonomo e Cortez, (2008) as autoras investigaram as representações sociais da capoeira presentes nas letras de 197 músicas de capoeira. Com o auxílio do software Alceste, foram geradas três classes, divididas em dois eixos, onde se pode encontrar as temáticas de maior prevalência na representação social. O eixo 'história da capoeira' se divide em duas classes: Sofrimento e resistência, que abrange temas relativos ao passado do escravo e sua luta pela liberdade; e O Mestre, que tem como foco a vida e as lições dos antigos mestres. Já a classe denominada A Roda faz parte do segundo eixo, Capoeira e Vida, onde estes dois elementos são relacionados e onde ocorre também a descrição estrutura física da roda e de sua dinâmica.

Esse estudo mostra um conteúdo que se conserva e se transmite através das práticas da capoeira. Temas como o sofrimento da escravidão, resistência dos negros e a capacidade de resiliência deste povo são dimensões construídas ao longo da história que se originaram no período da escravidão e se ligou as temáticas das músicas de capoeira. A capoeira então vai muito além de uma luta ou dança, torna-se uma filosofia de vida, uma forma de interpretar o mundo.

O tema da resistência escrava já foi discutido por muitos autores que adotaram perspectivas bastante diferentes e até contrárias sobre o tema. O clássico "Casa Grande e Senzala", de Gilberto Freyre, foi criticado por apaziguar as relações entre senhores e escravos. Outros estudos focavam na violência e rigidez produzida pelo sistema escravista. Alguns autores entendem que somente através de atitudes mais "drásticas" como fugas, formação de quilombos e violência contra os senhores de escravos é que poderiam ser entendidas como contrárias ao regime escravocrata. Formas de resistências que fugissem desta lógica eram desvalorizadas ou praticamente ignoradas (Perlatto, 2007).

A fim de escapar desta dicotomia, adotaram-se diferentes abordagens para tratar o tema da resistência dos escravos. Estes estudos evidenciam o papel do escravo como agente histórico e a resistência escrava passa a ser entendida não somente como uma reação mas como um processo que incluía conflitos, enfrentamentos, mais também, e com igual importância, acomodação e negociação (Perlatto, 2007).

Esta nova forma de compreender a resistência escrava também foi alvo de críticas. Jacob Gorender era defensor da ideia de que esta maneira de entender a escravidão e a resistência poderia reiterar a o mito da democracia racial. Esta crítica é importante para ponderar que por mais que os escravos devam ser vistos como sujeitos históricos e ativos, não se pode negligenciar o fato de que o sistema escravocrata é essencialmente violento, seja física ou simbolicamente, e que a disparidade das relações entre senhores e escravos era imensa.

Uma das grandes violências simbólicas ocorridas não só contra os escravos mas contra a população negra de forma geral foram as teorias raciais que foram largamente difundidas na Europa na metade do século XIX e que chegaram tardiamente ao Brasil. Por volta da década de 1870, o ideário positivista-evolucionista ganha força no Brasil, destacando-se as teorias raciais e entre os anos de 1890 e 1920 atingem o seu auge.

As teorias raciais surgidas nos oitocentos tinham como objetivo elucidar as diferenças entre os grupos humanos, através da ciência. Isto tinha como objetivo legitimar o imperialismo europeu, hierarquizando a humanidade de forma que o branco passasse a ser classificado como o mais evoluído, visto que era classificado como inteligente, saudável, enquanto os não brancos – negros, mulatos ou amarelos – eram representados como bárbaros, atrasados, inferiores biologicamente e atrasados (Giarola, 2010).

Com a Lei Áurea (1888) e a Proclamação da República (1889) os direitos e deveres passaram a ser universalizados, teoricamente. Na realidade, o artigo 70, título VI, da Constituição de 1891, proibia o direito de voto e ser votado aos analfabetos, circunstância na qual se incluía grande parte da população negra. Domingues (2005) cita uma passagem do Jornal 'O Bandeirante', um dos jornais da 'imprensa negra' de São Paulo, que dizia: 'culpa não é dos brancos - é nossa! Pois os meios estão ahi ao nosso alcance e disposição'.

A teoria do branqueamento foi outro fator que afetou esta construção da autoimagem do negro. Domingues (2002) faz considerações sobre como a ideologia do branqueamento do início do século XX afetou as relações sociais em São Paulo:

> (...)contribuiu para desenvolver, no branco, um certo complexo de superioridade e, no negro, em contraposição, um complexo de inferioridade. Os brancos, independente da classe social, produziram uma auto-representação positiva e concebiam seus valores como naturalmente superior. Já alguns negros, construíram uma auto-imagem negativa e passaram a se avaliar como inferiores. Na verdade, estabeleceu-se um círculo vicioso: quanto mais profundos os traumas do racismo, mais o negro ajustava seu comportamento e atitudes de acordo com a ideologia do branqueamento; quanto maior os ataques racistas, mais profundos eram os traumas. Nesse sentido, a interiorização da ideologia do branqueamento pelo negro deve ser entendida como um mecanismo (Domingues, 2002, p. 592)

Apesar de o autor se referir à cidade de São Paulo, o processo de interiorização da ideologia do branqueamento pelo negro apresenta-se de maneira bastante similar no Rio de Janeiro e outros lugares do país. Tanto a passagem do jornal o abolicionista como trecho do texto de Petrônio Domingues, demonstram como a brutalidade de uma ideologia pode subjugar um povo.

Todo o aparato teórico do racismo à brasileira influenciou a autoimagem do negro, tenha ela se manifestado através da luta dos movimentos de resistência dos negros ou na assimilação destes conceitos. Segundo Charaudeau e Maingueneau (2004) a identidade tem origem tanto '(...) nas condições de produção que exercem coerções sobre o sujeito, condições que estão inscritas na situação de comunicação e/ou no pré-construído discursivo, e das estratégias que ele põe em funcionamento de maneira mais ou menos consciente' (p.267). Desta forma, não se pode negligenciar os efeitos destas teorias racistas na população formação identitária da população negra.

Separar tão claramente brancos e negros se deve ao fato de que em estudos sobre memória social o grupo a que o sujeito pertence é essencial quando se vai analisar que tipo de lembranças ele tem. Isto porque um grupo não é somente um conjunto de pessoas, o conceito vai além, o seu fundamento está no interesse, nas ideias e preocupações que os caracterizam e em certa medida espelham as personalidades de seus membros (Halbwacks, 1990).

Pelo fato deste artigo se dedicar a uma população historicamente marginalizada, os negros – mais especificamente, os escravos – apostamos que a melhor forma de abordar o tema é articular a questão da resistência escrava e os posicionamentos dos governos a partir do século XIX com a questão da memória social e do esquecimento.

4. Metodologia

A metodologia é entendida por Martins (2004) e Demo (1989) como: '(...) o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, indagando e questionando acerca de seus limites e possibilidades' (Martins, p. 291). Baseando-se nesta definição, pretendemos formular um instrumento de pesquisa que seja capaz de alcançar o objeto de pesquisa por diferentes vieses e para isto será utilizado diferentes técnicas de coleta de dados e, consequentemente, diferentes formas de análise destes dados.

A utilização de diferentes técnicas tem como objetivo aprofundar o tema de pesquisa, utilizando as vantagens de cada técnica, tanto para potencializar o conhecimento sobre o que se deseja estudar quanto para minimizar as limitações que elas possuam. Spink (1995) defende que a realidade é caleidoscópica e que a utilização de mais de um método de pesquisa facilita o entendimento do fenômeno estudado. Por esta razão serão utilizadas quatro diferentes técnicas de pesquisa:

Evocação livre - A evocação livre é uma técnica que consiste no entrevistador dizer uma palavra-estímulo ou expressão e o entrevistado, da maneira mais rápida que puder, dizer as 5 palavras ou expressões que lhe ocorrerem, relacionadas com o objeto. Após este momento, é necessário classificar as palavras por ordem de importância, 1 para a mais significativa e 5 para a menos significativa. A vantagem deste método é que ele permite reduzir as dificuldades que as expressões discursivas habituais impõem as pesquisas. Outro ponto positivo desta escolha é que ela resguarda os entrevistados de imposição de preconcepções e utilizadas pelo pesquisador. No caso desta pesquisa o termo indutor a expressão 'escravidão' e o objetivo é identificar as representações compartilhadas dos sujeitos entrevistados.

O tratamento dos dados da técnica de associações livres foi realizado através do software EVOC. O programa proporciona dados para o reconhecimento da estrutura da representação social, apresentando os possíveis elementos centrais e periféricos que constituem a estrutura das representações sociais, de acordo com os critérios de frequência e de ordem de evocação. Os elementos primeiramente citados e evocados com maior frequência, possivelmente, integrantes do núcleo central.

Questões múltipla escolhas - Como o tema da escravidão urbana é pouco discutido pela historiografia (Batista, 2008) e o mito da democracia racial apazigua muito a violência ocorrida no período escravocrata, este método foi escolhido pois 'permite realizar, com maior rapidez, os processos de tabulação e análise'(Pavão, 2001, p. 3) e também 'Ajudam o entrevistado a concentrar sua atenção no tema' (idem).

Os dados referentes às questões fechadas serão submetidos a análises estatísticas e descritivas simples, na forma de frequência e porcentagens. Os resultados apresentados serão articulados tanto com o primeiro capítulo, que tratará do cotidiano da escravidão urbana carioca, como com a teoria da memória social e da interpretação destes dados, se terá mais substrato para compreender a memória social da escravidão urbana no Rio de Janeiro.

Relatos de memória - O interesse neste momento é descobrir se há uma memória social da escravidão urbana carioca e ela existindo, qual seria esta memória. Para atingir este objetivo, terá uma única pergunta no questionário aberto, que será: Você pode nos contar alguma história que se lembre sobre escravidão urbana carioca? Que você tenha aprendido seja na televisão, tenha sido contada e casa etc.

A partir deste relato, será utilizada a técnica da análise do discurso para investigar como os discursos se organizam, as categorias de fala, os consensos e dissensos entre os sujeitos participantes. Desta forma, obtêm-se uma perspectiva mais ampla sobre a memória social da escravidão urbana no Rio de Janeiro.

Icnografia - A predominância da abordagem lógico verbal na forma de fazer ciência vem desde do período socrático, quando o filósofo propunha que este era o melhor método de busca pela verdade, já que as imagens eram entendidas como falsificação da realidade. Contudo 'o processo de comunicação humana é multimodal e multicódigo, ou seja, ocorrem simultaneamente várias modalidades de comunicação, cada uma delas possuindo códigos diferentes socialmente compartilhados' (Medina Filho, 2013, p. 263).

Para lidar com esta complexidade do processo comunicativo, serão utilizadas algumas pinturas do livro *Rio de Janeiro Cidade mestiça,* de Jean-Baptiste Debret, famoso pintor francês que chegou ao Brasil em 26 de março

de 1816 compondo a missão artística francesa[5] e registrou o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Suas obras são, ainda hoje, um importante documento sobre o cotidiano brasileiro e carioca da primeira metade do século XIX.
A construção de um instrumento de análise icnográfica será inspirada no texto de Carneiro e Manini (2009). As autoras apresentam Feldman (1970) que em seu livro 'Becoming human through art: aesthetic experience in the school' diz que para captar a linguagem da arte 'é preciso desenvolver o conhecimento técnico, a crítica e a criação, assim como a dimensão social, cultural, criativa, psicológica e antropológica e histórica do homem'(p.390-391).
Como o objetivo do trabalho não é a arte e sim a escravidão urbana no Rio de Janeiro, utilizaremos as quatro etapas de leitura do objeto artístico, proposta por Feldman – descrição, análise formal, interpretação e julgamento[6] – como inspiração para o nosso instrumento de análise. Assim, ao nos apropriamos destas categorias, começamos por descartar a última, julgamento, uma vez que ele culmina na questão estética e da arte que não é o foco desta tese. Assim, as três primeiras etapas serão as que serão reformuladas e utilizadas.
Descrição: Ao se descrever o que está sendo observado, o leitor mantém a atenção mais demoradamente na pintura e também desvenda detalhes que passaram desapercebidos na primeira observação.
Análise formal: Nesta etapa descrevem-se as relações entre os elementos formais da imagem com base no contexto histórico cultural. Através das características da pintura pedimos aos sujeitos que nos comuniquem as ideias e as emoções que os personagens dos quadros lhes transmitem.
Interpretação: Neste momento busca-se o significado da imagem, relacionando as ideias com as sensações e sentimentos que afloram durante a observação da imagem. E isto deverá ser diferente em cada sujeito que observa, já que sua interpretação estará ligada as suas vivências e ao seu contexto.

5. Participantes

O público alvo da pesquisa serão alunos, entre 15 e 25 anos, de escolas públicas do Rio de Janeiro. A escolha da faixa etária dos participantes tem como principal suporte o trabalho de Mannheim intitulado 'O problema sociológico das gerações' (1982) e Conway (1998). De acordo com Conway (1998), o período entre 10 e 25 anos têm sido identificado como o um 'Boom da memória', ou seja, as vivências ocorridas nesse momento têm uma chance maior de serem rememoradas. O autor relaciona este fenômeno com o desenvolvimento individual, posto que o Eu em processo de formação seria um momento privilegiado para a estruturação e amadurecimento do conhecimento autobiográfico e da memória a longo prazo.
Contudo, a escolha da faixa etária não pareceu ser suficiente para definir os sujeitos da pesquisa. Para Mannheim (1982), ter nascido no mesmo período não é suficiente para definir um determinado posicionamento sobre um objeto ou assunto, mas '(...) a potencialidade ou a possibilidade de presenciar os mesmos acontecimentos, de vivenciar experiências semelhantes, mas, sobretudo, de processar esses acontecimentos ou experiências de forma semelhante.' (Weller, 2010, p.212)
No que diz respeito ao estudo da memória social, é de extrema importância a definição clara do grupo, uma vez que a memória é uma construção social que está intimamente ligada com a relação de pertencimento a um grupo. Todos integramos grupos sociais e estes são portadores de memória e é esta memória que intermedeia nossas relações com o mundo.
Desta forma, outros critérios de definição de público alvo foram necessários. A escolha por alunos de escola pública segue o seguinte raciocínio: a população destas escolas é formada, majoritariamente, por alunos pobres e como a cada dez pessoas que se autodeclaram pobres, sete se dizem negros, o público destas escolas pareceu uma alternativa pertinente já que nesta população encontraremos muitos descendentes de escravos. Acredita-se que como a população negra foi vítima do processo de escravidão, este grupo poderia ter um desejo de

5 A missão artística francesa veio ao Rio de Janeiro, a convite da Corte Portuguesa, para fundar na sede do reino uma escola de artes, ciências e ofícios.

6 Mais informações sobre as etapas de leitura do objeto artístico procurar em Carneiro e Manini (2009) e Feldman (1970)

manter viva esta memória, seja como forma de resistência ou como forma de não deixar esta história cair no esquecimento.

6. Conclusão

Este trabalho é o princípio da pesquisa bibliográfica para a realização da tese de doutoramento 'A memória social da escravidão urbana no Rio de Janeiro'. A decisão de estudar um tema tão pouco explorado, começa principalmente por fazer as perguntas que se deseja responder a partir dos pressupostos que deseja seguir.
Retomando o primeiro princípio unificador do campo da memória social (Sá, 2005), que diz que a construção da memória se faz em função, do momento presente, cabe perguntar: Qual o momento presente? No tempo presente, o mito da democracia racial permanece com força. O racismo, de fato, é um assunto tabu e pouco discutido. Quando se estuda a escravidão no Brasil zcomo uma 'etapa' do desenvolvimento do país, privilegiando o aspecto econômico e negligenciando outras perspectivas, como a educacional e a histórica, esvazia-se as implicações raciais, sociais e étnico-culturais.
O quinto princípio unificador do campo da memória social diz que: 'o interesse – uma variável de ordem motivacional – e o sentimento desempenham um papel no processo construtivo da memória social.' Qual o interesse de se rememorar a escravidão urbana carioca? Este tipo de escravidão foi resultado da vinda da família real para o Brasil, que tinha como projeto a irônica missão de modernizar e urbanizar, a cidade a partir de padrões europeus. No entanto, o seu modelo de sociedade já encontrava previsto em sua estrutura cidadãos africanos que eram usados no próprio processo de modernização e urbanização da cidade. Como a hipervalorização do europeu versus a subvalorização do negro reflete, hoje, em nossa sociedade?
O professor Marcelo Paixão, da UFRJ, realizou uma pesquisa com a mesma metodologia do PNUD (Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento) para elaborar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - que considera indicadores de educação, expectativa de vida e rendimento per capita. No ranking do ano de 1999 da ONU com 162 países, o Brasil se encontrava em 69º lugar. No entanto, distinguindo brancos e negros, o que se revela é que em um país onde vivessem somente os negros brasileiros, este ocuparia o 105º no ranking. Enquanto um país onde só houvesse brancos brasileiros, a colocação seria 46º. (PAIXÃO, Marcelo et AL, 2005).
A manutenção de relações de trabalho atuais que se assemelhem com padrões escravagistas utilizados no Rio de Janeiro torna urgente, senão irrecusável, que o tema da memória da escravidão urbana no Rio de Janeiro seja objeto de estudo. Subverter os discursos oficiais torna-se condição sine qua non para essa investigação.
Em uma reportagem para a revista Fórum antropólogo Kabengele Munanga faz a seguinte reflexão:

> 120 anos de abolição. Por que não houve uma certa mobilidade social para os negros chegarem lá? Há duas explicações: ou você diz que ele é geneticamente menos inteligente, o que seria uma explicação racista, ou encontra explicação na sociedade. Quer dizer que se bloqueou a sua mobilidade. E isso passa por questão de preconceito, de discriminação racial.

Os discursos apresentam incongruências; as memórias e os esquecimentos nos apresentam pistas de fatos relevantes de trajetórias que foram deixadas no caminho, a margem. O resgate da memória social da escravidão urbana carioca pode ser um dos muitos passos para processo de enfrentamento das desigualdades sociais e raciais da cidade.

Referência Bibliográfica

BARBOSA, M. L. O. (2003). As profissões no Brasil e sua sociologia. *Dados*, 46(3), pp. 593-607.

BARTLETT, F. C. (1995). Remembering: A study in experimental and social psychology. Cambridge, MA: Cambridge University Press.

BATISTA, C.S. (2008). A escravidão urbana em duas cidades do século XIX: Santo Antônio do Paraibuna e Rio de Janeiro. In: Micro-História e os caminhos da História Social, 2008, Juiz de Fora. *Anais do II colóquio do lahes: micro história e os caminhos da história social*. Juiz de Fora: Clio Edições, 1, pp. 01-17.

CASTRO, R. V. (2005). "Mandingas neopentecostais: ensaios sobre a disputa de mercado religioso no Rio de Janeiro." In: VILHENA,J.; ZAMORA, M. H.; CASTRO, R. V.(Eds.). *A cidade e as formas de viver* (pp. 83-110). Rio de Janeiro: Museu da República.

CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D.(2004). *Dicionário de Análise do Discurso.* São Paulo: Contexto.

CONNERTON, P.(1993). *Como as sociedades recordam*. Oeiras, Portugal: Celta.

DOMINGUES, P. (2002)."Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo (1915-1930)". *Estudos Afro-Asiáticos*, s/v (3), pp. 563-599.

_____.(2005) "O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil". *Dialogos Latinoamericanos*, 10 (10), pp. 117-132.

FAUSTO, B (2010). *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

FERRARO, A. R.; KREIDLOW, D.(2004) "Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais". *Educação e Realidade.* 29 (2), pp. 179-200, .

FREYRE, G.(2002). *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Edição crítica de Guillermo Giucci, Enrique Larreta, Edson Fonseca. Paris: Allca XX,.

GIAROLA, F. R.(2010) "Racismo e teorias raciais no século XIX: Principais noções e balanço historiográfico". *História e-História*, pp. 1-21.

HALBWACHS, M. (1990). *A Memória coletiva.* São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais.

JEDLOWSKI, P. (2005). Memória e mídia: uma perspectiva sociológica. In C. P. Sá (Org.). Memória, imaginário e representações sociais. Rio de Janeiro: Museu da República, p. 87-98.

KARASCH, M. C. (2000). *A vida dos escravos no Rio de Janeiro – 1808-1850*. São Paulo: Companhia da Letras.

LIFSCHITZ, J. A.(2014). "Os agenciamentos da memória política na américa latina". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29, pp. 145-158.

NABUCO, J.(2003). *O abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.

PAIXÃO, M. et al. (2005). Relatório do desenvolvimento humano: racismo, pobreza e violência. Brasília: PNUD - Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento, 1.

PERLATTO, F.(2007). "Joaquim Nabuco e o Abolicionismo". *Virtú (UFJF)*, 5, pp. 1-15.

PINHEIRO, C. C. (2002). "No governo dos mundos: escravidão, contextos coloniais e administração de populações". *Estudos afro-asiáticos*. Rio de Janeiro: 24 (3), pp. 425-457.

RICOEUR, P. (2007) *A memória, a história, o esquecimento*. SP: Editora da UNICAMP.

SÁ, C. P. (2005) As memórias da memória social. In C. P. Sá (Org.). Memória, imaginário e representações sociais. Rio de Janeiro: Museu da República, (p. 63-86).

_____.(2007). "Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial." *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 20(2), pp. 289-294.

SCHULTZ, K. (2008). "Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. Rio de Janeiro, 1808-1821". *Tempo* [online]. Rio de Janeiro, 12, pp. 5-27.

SOUZA, D. S. (2010). Entre o "serviço de casa" e o "ganho": Escravidão em Salvador na primeira metade do século XVIII. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador.

TRINDADE, Z. A; MENANDRO, M. C. S; BONOMO, M.; CORTEZ, M.B. (2008) Luta, dança, filosofia de vida: a capoeira cantada pelos capoeiristas.. Psicología para América Latina, 14, pp. 0-0.

VALENTIM, R.; TRINDADE, Z. A.; MENANDRO, M. C. S. (2010). "Memórias sociais de juventude entre quilombolas do norte do Espírito Santo."*Psicologia e Sociedade (Impresso*), 22, pp. 279-287.

VERSIANI, F. R. (2007) "Escravidão 'suave' no Brasil: Gilberto Freyre tinha razão?." *Revista de Economia Política*, 27 (2), pp. 163-183.

Artigos de Jornal

GOIS, A.; DUARTE, A., Estudo do Censo 2010 aponta desigualdade em trabalhos iguais. 12/05/12, http://oglobo.globo.com/pais/estudo-do-censo-2010-aponta-desigualdade-em-trabalhos-iguais-4883030 , 28/01/2014.

RAMOS, C.S.; FARIA, G., Nosso racismo é um crime perfeito, 09/02/2012, http://revistaforum.com.br/blog/2012/02/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/, 29/01/2014.

GT 52
Urbanidades Disputada

A notícia de violência como registro memorial da cidade do Rio de Janeiro[1]

Aline Gama de Almeida

Resumo: Alguns acontecimentos da violência urbana do Rio de Janeiro se transformam em espetáculo inúmeras vezes divulgados na mídia, permitindo o compartilhamento dos sofrimentos que convertem mortes individuais em públicas. Ao longo da minha etnografia, entre os anos de 2010 e 2013, essas mortes foram lembradas por diferentes interlocutores que discorriam sobre as notícias de casos anteriores e atuais. Essa ativação das memórias individuais demonstra como o noticiário agencia uma memória coletiva da cidade. Cada um associa o noticiário a seus quadros sociais, definido por Maurice Halbwachs, como a relação na qual um evento é situado pelo indivíduo ou grupo, nas relações pessoais, nos lugares e no tempo. Nesse sentido, o trabalho discute de um lado a apresentação de algumas notícias e, de outro, as formas como a lembrança dessas aparece em diferentes contextos e orienta os familiares na reelaboração de suas vidas após a perda do ente.

Palavras-chave: Familiares de vítimas, Imagem, Memória, Jornalismo, Rio de Janeiro

1.1 Introdução

Entre os inúmeros acontecimentos da violência da cidade do Rio de Janeiro, poucos são escolhidos para se transformar em espetáculo noticioso que se acompanha e se repete em jornais, televisão e Internet. Nesses veículos, leitores/espectadores conhecem o começo da via-crúcis dos familiares de vítimas na busca por justiça e reparação. Textos e fotografias apresentam vítimas, criminosos, testemunhas, familiares, amigos e representantes de instituições públicas. Esse cenário permite o compartilhamento do luto e dos sofrimentos individuais, nos quais o espetáculo das emoções expressadas diante das lentes de fotografia e vídeo é fundamentalmente o acontecimento inaugural de uma memória da violência.

Esse trabalho trata, então, de uma análise sobre as representações sociais dessas primeiras notícias, pois estas causam impacto e geram o interesse em continuar a cobertura/publicação do desenrolar dos casos. Essa cobertura da violência que se reproduz em diversos veículos e em conversas sobre o noticiário se insere, como proposto por Halbwachs (1990), na memória individual/coletiva e nos "quadros do tempo e do espaço", ao apresentar a "realidade" de uma violência ocorrida em determinado dia, horário e local da cidade.

Ao perguntar os familiares se acompanharam as notícias sobre a morte de seu ente e o que fizeram com elas, eles me mostraram os recortes de jornais guardados como documentos em pastas produzidas para memória da violência sofrida. Nestas, além dos recortes, também guardam os boletins de ocorrência, o atestado de óbito e as decisões judiciais que compõem o acervo familiar da violência.

As primeiras notícias sobre o dia do acontecimento da violência e os dias seguintes não recebem a atenção imediata dos familiares, que estão tomados pelo trauma da morte, além de estarem envolvidos com a burocra-

---

1 O texto consiste em uma nova versão de parte da tese de doutorado, intitulada *In Memoriam: imagens do sofrimento dos familiares de vítimas da violência no Rio de Janeiro*. A tese foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ, em 2013, sob orientação da profa. Dra. Clarice Ehlers Peixoto.

cia junto às instituições públicas como hospitais, Instituto Médico Legal, polícias etc. São os registros dessas notícias, das quais eles são "personagens", que iniciam a construção de uma memória coletiva do Rio de Janeiro como uma cidade violenta.

Em conversas informais sobre a pesquisa, relatava a possíveis interlocutores, como familiares, ativistas e repórteres, alguns casos que estudava. Em linhas gerais descrevia:

> – Na pesquisa analiso alguns casos de violência. O da Gabriela, aquela menina que morreu no metrô da São Francisco Xavier, na Tijuca; o do menino, Daniel, morto na saída de uma boate em Ipanema; daquele juiz que quase foi assassinado com sua família ao passar por uma blitz na Grajaú-Jacarepaguá; das doze crianças mortas em Realengo, o de um agente de endemias torturado e morto no Complexo do Alemão e de um rapaz morto na Cidade Alta. Todos os familiares participam de manifestações contra violência e estão vinculados a algum movimento.

A reação a esse relato, presente em diferentes momentos da pesquisa, mostrou que os quatro primeiros casos eram de alguma forma lembrados pelos meus interlocutores, que me indagavam se era difícil lidar com a violência. Essas lembranças preservadas têm sua origem não só na notícia publicada na mídia, pois também são reforçadas pelas conversas e pelo noticiário que acompanha o desenrolar das consequências do acontecimento.

O processo de rememoração está relacionado à mobilização e à discussão iniciadas pela comunicação da morte. Quando é noticiado, gera debates e discussões sobre a resolução dos problemas apresentados. A aversão à morte e a vontade de viver, analisadas por Rodrigues (2006), são fatores que direcionam as formas pelas quais os indivíduos passam a organizar suas vidas, defendendo-se dos perigos apresentados pelo acontecimento.

O autor também aponta que a morte de um indivíduo não é um evento isolado, "representa tantos eventos quantas relações o indivíduo morto mantivesse: amizades, inimizades, paternidade, filiação, aliança, propriedade" (RODRIGUES, 2006: 75). A morte mobiliza familiares e amigos, que também se sentem vítimas da violência. Por isso, alguns procuram os jornais para denunciar e reivindicar algum tipo de reparação. Por conseguinte, tais jornais envolvem leitores, instituições públicas e familiares de outras vítimas.

Ao tomar conhecimento de novas violências através do noticiário, os familiares de vítimas que se transformaram em ativistas contra a violência se aproximam ou são requisitados pelos familiares das novas vítimas para dar apoio e orientação sobre o que fazer após a perda. Essa aproximação que forma novas redes de solidariedade, como definida por Bott (1976), ocorre em torno do sofrimento e de questões comuns que constroem com o tempo uma "comunidade emocional" (JIMENO, 2010). Esse chamado por ativistas/familiares que é também coberto pela mídia faz com que os casos mais antigos sejam rememorados.

Vale lembrar que após a publicação e circulação desse noticiário, tudo é arquivado em bibliotecas, nos departamentos de pesquisas das agências e, principalmente, em pastas guardadas pelos familiares das vítimas de violência que servem como "lugares de memória". Segundo Nora (1993), esses "lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais." (NORA, 1993: 17).

Essas notícias arquivadas revelam detalhes de uma "realidade" escolhida pelos jornais que permite associar a linha editorial ao perfil do público leitor. Na cidade do Rio de Janeiro, a notícia de violência significa não só assaltos, roubos, guerras do tráfico de drogas, mas também acidentes de trânsito e, principalmente, homicídios e latrocínios. Todas são violências contra a pessoa e são agressões que, na maioria dos casos noticiados, levaram à morte. A pesquisa de Ramos e Paiva (2007) questiona se os editores formulam e praticam critérios conscientes sobre prioridades na publicação de atos violentos ou se a edição de notícias é baseada no senso comum, na crença de que determinados assuntos interessam aos leitores (público-alvo), ou em hábitos estabelecidos há muito tempo nas redações.

Nas notícias dos seis casos noticiados, apenas um, a morte das doze crianças de Realengo, teve "local", como define o jargão jornalístico usado para informar que a produção de imagens e de texto foi realizada no "local do crime". Isto significa que apenas nesse caso os fotojornalistas e os repórteres de texto estiveram bem próximos aos corpos perfurados, às crianças machucadas, ou seja, a tudo aquilo que envolveu a ação violenta e a violên-

cia seguida de morte. Nos outros cinco casos, a produção de informações foi posterior ao acontecimento, mais próxima das consequências e de uma construção de sentido para cada uma das mortes.
As primeiras notícias, analisadas a seguir, trazem informações descritivas que determinam o tempo, o espaço e as pessoas envolvidas no acontecimento em diferentes instâncias. Informam quem são as vítimas, onde e como aconteceu a violência, e em seguida quem são os possíveis suspeitos. Depois, informações mais detalhadas da identidade das vítimas são fornecidas pelos familiares e, por último, os representantes das instituições públicas se posicionam em relação ao caso.
Interessa, então, para a construção de uma memória coletiva da violência no Rio de Janeiro, o que as primeiras notícias publicam em texto e imagens sobre as vítimas e seus familiares. As imagens são analisadas, como sugerem Kress e Leuwen (1996), dentro do contexto noticioso onde aparecem. Também são levadas em conta que relações estabelecem com o texto, pois supomos que são os discursos visuais e textuais, publicados logo após a violência, que suscitam o interesse do público e dos repórteres.

1.2 Notícias da violência

No dia 26 de março de 2003, o jornal O Dia traz a fotografia do rosto de Gabriela do Prado Ribeiro, de 14 anos, queimada de praia. Sua imagem toma toda a parte superior da capa. A legenda da foto informa: "Gabriela era a única filha de um casal de classe média do bairro". A matéria intitulada "Tiroteio no metrô mata menina de 14 anos na Tijuca", informa a morte da adolescente. Já na capa do jornal O Globo aparece apenas uma chamada com o título "Adolescente é morta em tiroteio no metrô".
Nas páginas internas dos jornais, as fotografias trazem os familiares chorando e sendo amparados. Os textos tornam públicas as características positivas da vítima, informando parte de sua biografia e das suas relações familiares: Gabriela era a filha única dos psicólogos Carlos Santiago Ribeiro (45 anos) e Cleide Prado Maia (45 anos). Como sua mãe, ela também gostava de flores e cristais. Praticava natação e ginástica em uma academia da Tijuca. Nos estudos, planejava cursar veterinária. No ano anterior, Gabriela ganhara "um prêmio de destaque do Colégio PH", na Tijuca, por ser excelente aluna. No ano em que foi assassinada completaria 15 anos – os pais planejavam atender ao desejo da filha, de alugar uma escuna e navegar com família e amigos em Angra dos Reis. Com medo da violência, os pais não a deixavam sair de casa sem estar acompanhada. Pela primeira vez, Gabriela iria pegar o metrô desacompanhada, considerado o meio de transporte público mais seguro do Rio de Janeiro. Partindo da estação São Francisco Xavier, ela desceria uma estação depois, mas um policial e bandidos, que assaltavam a bilheteria do metrô, trocaram tiros e uma bala perdida a acertou. Os jornais relatam os sentimentos dos familiares sobre a morte violenta de Gabriela.

> – Cleide (blusa branca), mãe de Gabriela, se desesperou ao saber, no Hospital do Andaraí, que a filha tinha morrido.
> – O avô de Gabriela foi consolado por amigos da família.
> – Colega da jovem se emocionou na porta do hospital. (O Dia)
> "Quando eu entrar em casa e ver as coisas dela, sentir o cheiro dela, não sei o que vai acontecer. Adianta nos queixarmos do governo? Adianta dizer que estamos entregues ao crime? Afinal, o que falta para que alguém acabe com essa violência?" (Disse o pai para O Globo)

Tratam-se de sentimentos que transformam o indizível e o íntimo em discursos sobre o coletivo. Nesse sentido, a morte de Gabriela está incluída entre dados estatísticos que computam tantas outras mortes. São também discursos para o coletivo, no sentido de denunciar, como aponta Boltanski (1993), e de atribuir à publicação das informações noticiosas um poder inerente de mudança:

> Para a mãe, a morte de Gabriela deve servir para que outros jovens não sejam vítimas da violência. Revoltada, ela dizia aos repórteres: "Mostrem tudo porque talvez alguém tome uma providência e os jovens não continuem morrendo inutilmente nas mãos de vagabundos." (O Globo)

> Cleyse do Prado Maia, 47, tia de Gabriela, também estava chocada: "Estamos sitiados. Hoje, eu perdi a minha sobrinha. Para as autoridades, ela será apenas mais uma na estatística. Pelo amor de Deus, precisamos de alguém que salve a sociedade", pediu aos prantos. (O Dia)

As capas do dia 29 de junho de 2008 dos jornais O Globo e O Dia seguem o mesmo padrão para noticiar o assassinato de Daniel Duque. O Globo faz uma pequena chamada sem foto, intitulada "Estudante é morto por PM em Ipanema". Já O Dia publica uma foto pequena de rosto de Daniel em chamada com o título "PM mata jovem em Ipanema". Ambos informam que a morte ocorreu na saída de uma boate.

As notícias, que ocupam uma página inteira, relatam os motivos pelos quais Daniel, assim como Gabriela, não era uma pessoa que deveria morrer. Daniel Duque tinha 18 anos e estudava na 3ª série do GPI, um curso de pré-vestibular, em Ipanema. Foi criado por sua mãe, a dona de casa Daniela Duque (38 anos) e seu padrasto, o engenheiro Sergio Coelho. Morava com eles e uma irmã caçula, o irmão mais velho morava nos Estados Unidos: "Mandei meu outro filho para os Estados Unidos com medo da violência e da impunidade. Mandaria o Daniel no fim deste ano, mas não deu tempo", contou Daniela ao jornal O Dia. Daniel gostava de ir à praia e praticar esportes: jogava pólo, lutava jiu-jítsu e era integrante da equipe de remo do Botafogo. Pensava em fazer Direito, Geologia ou Veterinária.

Segundo os jornais, Daniel foi à boate Baronetti para comemorar o aniversário de um amigo. Por volta das cinco horas da manhã, ele e dois rapazes se envolveram em uma discussão e deixaram a boate. Um deles era filho de uma promotora e estava com um segurança particular, um policial militar cedido pelo Estado que, na tentativa de dispersar o grupo agressor, deu dois tiros para o alto, alegando legítima defesa. Como não obteve sucesso, ele teria atirado na direção dos rapazes, atingindo o estudante, que caiu na calçada da praça Nossa Senhora da Paz.

O jornal O Globo acrescentou uma notícia sobre o histórico de pancadarias que ocorreram na boate. As fotografias acompanham o texto da notícia sobre o cortejo (O Dia) e o enterro (O Globo) de Daniel. Na notícia sobre Daniel não há relato das reações à morte violenta. Os relatos reapresentam o argumento que o sofrimento individual está relacionado à violência que atinge ou poderá atingir outras pessoas que não devem morrer por serem "de paz", "do bem" e morarem em um "bairro chique":

> "Não vou ficar em paz enquanto esse assassino não estiver preso." (Disse a mãe Daniela Duque ao O Globo)
>
> A atriz Monica Marteli, madrinha do irmão de Daniel, disse: "Como podem matar um menino a queima-roupa? Estamos numa guerra? Ele era lindo, de paz. Dá vontade de ir embora do Rio." (O Globo)
>
> O Tio de Daniel ainda não acreditava no acontecido. "Essa Baronetti é um inferno, não é a primeira vez que coisas desse tipo acontecem lá. Agora, o Daniel vai virar só mais um número para as estatísticas." (O Dia)
>
> "Meu filho era um cara de paz e foi morto do lado de casa. É um absurdo isso acontecer, às 6h30, em plena Praça Nossa Senhora da Paz, no coração de um bairro chique como Ipanema." (Disse o padrasto Sergio Coelho ao O Dia)

Já os jornais do dia 4 de outubro de 2010 noticiaram apenas em suas páginas internas que o juiz Marcelo Alexandrino e sua família foram baleados. Diferentemente das publicações sobre os homicídios de Gabriela e Daniel, a notícia ocupa apenas a parte superior da página. A única fotografia é a do carro amassado na entrada do hospital, cuja legenda informa:

> Mesmo ferido por dois tiros, o juiz Marcelo Alexandrino conseguiu dirigir seu Kia Cerato até o Hospital Cardoso Fontes, em Jacarepaguá, e bateu na entrada, onde foi socorrido. (O Dia)

A notícia informa sobre o estado de saúde dos familiares presentes no acontecimento, mas que não foram atingidos por tiros. "Também estavam no veículo do juiz sua mulher, Sanny Lucas, de 28 anos, e a mãe dela, Arlete

Castro Aragão, de 53, que sofreu um corte na boca. Sanny, que é mãe de Natália, não se feriu, mas ficou em estado de choque." A notícia também descreve a gravidade da violência baseada no estado de saúde das vítimas:

> O juiz Marcelo Alexandrino está internado no CTI do Hospital Pasteur em estado grave, mas estável, lúcido e respirando espontaneamente. Ele foi atingido duas vezes no tórax e fez um dreno na região, ainda no Hospital Cardoso Fontes, em Jacarepaguá, onde foi primeiramente internado e onde ainda estão o filho, Diego Lopes, 11 anos, e a enteada, Natalia Lucas Cuker, 8. As crianças estão no CTI em estado gravíssimo, respirando com ajuda de aparelhos e sem previsão de alta. O menino teve o pulmão e fígado perfurados e ela está com uma bala alojada no abdômen. (O Dia)

A única informação acrescentada à primeira notícia sobre o caso do juiz Marcelo Alexandrino é um histórico feito pelo jornal O Globo*,* relembrando outros casos em que civis foram atingidos por militares em blitz e apresentando todos os casos que terminaram em morte das vítimas. O texto da notícia não apresenta informações biográficas sobre o juiz, tampouco depoimento de pessoas próximas. Marcelo Alexandrino relata que toda a mídia foi muito respeitosa com a sua família e vincula esse respeito ao seu cargo de juiz.

Pode-se afirmar que é a morte violenta que desperta a necessidade de reconstrução da história biográfica de cada um. À produção de mortes individuais por homicídios e latrocínios e, também, de mortes em grupo resultantes das guerras do tráfico e algumas chacinas, acrescentam-se as mortes dos doze estudantes, com idades entre 12 e 15 anos, na Escola Tasso da Silveira, em Realengo, e a do ex-aluno que atingiu 24 crianças e se matou. No dia 7 de abril de 2011, a Escola Tasso da Silveira foi alvo do "primeiro massacre em escolas brasileiras" (O Globo – 08.04.2011).

No dia 8 de abril, dia seguinte de um assassinato em série inédito na história de violência da cidade do Rio de Janeiro, os jornais O Dia e O Globo dedicam um número de páginas maior do que o habitual para noticiar o acontecimento. É a produção de uma eventualidade que foi interpretada como tragédia e pôs fim ao anonimato social das crianças mortas. Essa quebra do anonimato é definida por Mouillaud e Porto (2002) como a "grande morte". A Escola Tasso da Silveira, suas crianças, seus professores, familiares e amigos eram, até então, como outros "sujeitos ordinários" que não recebiam atenção dos meios de comunicação. No entanto, ao experimentarem a tragédia ganham direito a biografias agenciadas pelos jornais. Essas biografias são as mais espetacularizadas entre os seis casos analisados. Assim a vida extinta torna-se objeto público à disposição dos interessados em conhecer mais sobre cada uma das vítimas.

No jornal O Dia a capa e a contracapa trazem fotografias de Realengo e as diferentes notícias ocupam as páginas de 4 a 18, com um total de 25 imagens: são 22 fotografias, uma cópia da carta que o atirador Wellington escrevera, explicando o crime, e dois infográficos, apresentando o trajeto percorrido pelo atirador e suas armas. A capa de O Globo também é toda dedicada ao que o jornal chama de "Massacre de Realengo". O noticiário do "Massacre" ganha um caderno à parte com doze páginas sobre o assunto, contendo quinze imagens. Uma delas é um infográfico apresentando o caminho percorrido pelo atirador – que inclui o percurso feito até a escola e sua movimentação dentro das instalações até o momento da morte. A outra imagem é a cópia da carta do atirador.

A maior parte das fotografias mostra o sofrimento dos familiares, a expressão de pêsames dos políticos e a resignação dos sobreviventes e dos vizinhos que moram ao lado do prédio da instituição de ensino e testemunharam todo o acontecimento. O único corpo morto fotografado é o do atirador. Interessante observar que a contabilidade da tragédia apresentada nas notícias tanto do jornal O Dia quanto do O Globo não inclui a morte de Wellington. A notícia é de que morreram doze crianças e que outras doze foram feridas. A morte de Wellington, de 24 anos, atingido por dois tiros – de um policial e dele próprio – é descrita separadamente. Ninguém questiona o assassinato do assassino dos alunos da escola, que ficou conhecido como "O monstro de Realengo", título atribuído pelo jornal O Dia.

A carta deixada por ele foi publicada nos jornais e se transformou em objeto de análises de teólogos, psiquiatras e psicólogos. Nenhum familiar ou amigo explicou ou lamentou sua morte no primeiro noticiário. Os depoimentos posteriores de vizinhos e familiares reforçam a imagem de uma pessoa estranha, insensível e perigosa. O jornal O Dia afirma: "Wellington, o monstro de Realengo, preferiu escolher meninas para execução." Para

O Globo, Wellington é "atirador" e "matador". Em poucas linhas, os dois jornais o descrevem como um rapaz isolado e sem amigos, um possível terrorista, um monstro e um psicopata. Talvez essas representações possam justificar a fotografia do corpo de Wellington morto na capa dos jornais. Ele merecia uma segunda morte, como sugere Butler (2004).

Diferentemente do tratamento dado ao caso do juiz Marcelo Alexandrino, a violência de Realengo possui sobreviventes-testemunhas cujos relatos foram publicados e revelam detalhes do acontecimento. E, por conseguinte, as emoções experimentadas durante e após o acontecimento violento, como o nervosismo de Marcos Vinicius e os traumas de Bruna:

> Bruna Vitoria Lopes, 14 anos, conseguiu escapar. "Ver minhas colegas mortas foi a pior coisa da minha vida. Foi muita covardia. As imagens não saem da minha cabeça. Não sei se vou voltar a estudar aqui", ressalta Bruna. (O Dia)
>
> Visivelmente nervoso após contar detalhes de tudo o que viveu na manhã de ontem, o estudante Marcos Vinicius dos Santos Franca, de 12 anos, desabafou chorando: "Nunca mais eu quero ir lá. Volto a estudar na escola antiga, mas nessa eu não volto mais", disse o menino, que tremia os lábios ao contar ter visto muitas amigas mortas com tiros na cabeça. (O Globo)

As emoções são apresentadas pelos repórteres, que tentam reter e criar sentidos aceitos e compartilhados socialmente através dos discursos textuais e visuais dos familiares. De acordo com Rezende e Coelho (2010), as palavras nem sempre expressam "de fato" o que o sujeito sente. Dor e desespero sintetizam uma série de emoções indizíveis também presentes nas notícias de Gabriela e Daniel. A lacuna entre essas emoções e palavras possíveis reforça "a distinção entre uma forma de expressão social e o sentimento de natureza individual" (REZENDE e COELHO, 2010: 24). Nesse sentido, palavras como raiva, ódio ou sentimento de vingança, que poderiam expressar a profusão de emoções em razão da violência, receberiam um julgamento moral, mas contrariam o perfil de vítimas secundárias dessas violências. Segue, então, dois exemplos do que foi publicado pelos jornais:

> "Não sei se vou suportar essa dor. Meu Deus não sei se vou conseguir viver sem minha caçulinha, xodó da nossa família" – Maria Jose Martins, 56, mãe de Larissa Martins. (O Dia)
>
> "Estamos arrasados. Não sabemos nem o que falar. Minha irmã está no IML tentando liberar o corpo de uma das filhas", contou Perla Maria dos Reis Paes. (O Globo)

Os depoimentos de familiares e as informações obtidas apresentam seus perfis biográficos, ressaltando as qualidades de algumas das doze crianças de Realengo. Tais qualidades, relatadas pelos familiares, são bastante próximas às apresentadas nos casos de Gabriela e Daniel:

> Larissa dos Santos Atanázio, idade 15 anos – Há dois anos na escola, Larissa era estudiosa e não gostava de faltar aula. De acordo com a família, ela era inteligente e caprichosa. (O Dia)
>
> De acordo com os tios de Jessica, a menina era muito extrovertida e brincalhona e tinha muitos amigos: "Era uma menina maravilhosa, amorosa. Todos gostavam dela", conta o primo, Clemilson Pereira, de 30 anos. (O Globo)
>
> Uma adolescente tranquila que gostava de ficar conversando horas a fio com as novas amigas da travessa Piraguara, onde havia ido morar em dezembro. Assim amigos e vizinhos definiram Samira Pires, de 13 anos. (O Globo)
>
> Luiza Paula da Silveira, idade 14 anos – Vaidosa e fã da cantora Ivete Sangalo, Luiza planejava com a família, empolgada, a festa de seu aniversário de 15 anos. Amigos elogiavam seu alto astral. (O Dia)
>
> Larissa Silva Martins, idade 13 anos – De acordo com parentes, Larissa era uma adolescente pacata. Ela pouco saía de casa, mas tinha muitos amigos por causa de sua simpatia e descontração. (O Dia)

> Mariana Rocha, idade 12 anos – Era uma menina vaidosa e muito estudiosa, segundo parentes e colegas. Queria seguir a carreira de modelo. Gostava muito também de fotografias. (O Dia)
> Karine Lorraine Chagas de Oliveira, 14, era atleta da Escola Militar em Sulacap. (O Dia)

Ter amigos, estudar, sonhar em ser modelo, uma cantora famosa, ou fazer uma faculdade e praticar esportes, ter personalidade alegre, brincalhona e tranquila são características usadas pelos jornais O Globo e O Dia para construir, e tornar públicas, as biografias das crianças mortas de Realengo, bem como a de Daniel Duque, morto em Ipanema, e de Gabriela Prado, assassinada na Tijuca. Essas características seguem os padrões aceitos socialmente quando se faz referência ao universo de crianças e adolescentes.

Outros aspectos igualmente peculiares ao relato de adultos sobre o universo infantil não foram publicados nos jornais e, supostamente, não foram usados pelos familiares. Afirmações como crianças mimadas, mal-criadas, desobedientes, chatas, levadas ou "aborrecentes", rebeldes, inconsequentes etc. não foram utilizadas na construção biográfica. As biografias publicadas é que dão sentido à dor da perda, bem como ressignificam vidas e mortes que passam a ser conhecidas pelos leitores dos jornais.

No entanto, esses mesmos leitores desconhecem outras mortes e, entre elas, as de um jovem na Cidade Alta e de um agente de endemias em uma favela. Para o jornal O Globo e O Dia nem todas as vidas são consideradas perdas humanas, como criticam Butler (2009) e Sontag (2003). Quando Traquina (2005: 20) define que *"*o jornalismo é realidade" e que "a notícia não é ficção; isto é, os acontecimentos ou personagens das notícias não são invenção dos jornalistas", as questões levantadas por Butler (2004: 33) aprofundam a discussão:

> Se a violência é feita contra aqueles que são irreais, então, a partir da perspectiva da violência, é falho ferir ou negar essas vidas, uma vez que essas vidas já são negadas. Mas elas possuem uma maneira estranha de permanecer animadas e, por isso, devem ser negadas novamente (e novamente). Elas não podem ser lamentadas, porque elas estão desde sempre perdidas, ou melhor, nunca "existiram", e elas devem ser mortas, pois parecem viver, obstinadamente, neste estado de morte. A violência se renova em face da aparente inesgotabilidade de seu objeto. A desrealização do "outro" significa que ele não é nem vivo nem morto.[2]

Não é qualquer morte violenta que é noticiada nos jornais O Globo e O Dia. A suposição de categorias de um público-leitor orienta qual "realidade" deve virar notícia. Analisando a morte não contabilizada do atirador de Realengo e os casos publicados nos jornais *Extra* e *Meia-Hora,* dirigidos para as classes de renda mais baixa, podemos perceber que para os jornais O Globo e O Dia as mortes dessas três pessoas não fazem parte da realidade do seu público e, por conseguinte, não interessam à espetacularização. São eles:

- Júlio César de Menezes Coelho, 21 anos. Trabalhava de madrugada no McDonald's da rua Hilário de Gouveia, em Copacabana. Durante o dia, ajudava a mãe e a tia nos afazeres domésticos, fazia um curso de gastronomia e cursava o quinto ano do ensino fundamental em uma escola municipal;
- Júlio Baptista de Almeida da Silva, 29 anos, trabalhava diariamente de 8h às 17h em comunidades como agente de endemias da prefeitura. Formado em Letras, Júlio Batista morava com a mãe e a irmã em um conjunto habitacional na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro;
- Wellington Menezes de Oliveira, 23 anos, era filho adotivo de Dicéa Menezes de Oliveira, o caçula de cinco irmãos, e foi adotado ainda bebê. Sua mãe biológica sofria de problemas mentais e chegou a tentar se matar. É descrito por familiares e conhecidos como um rapaz calado, tímido, introspectivo, que não se metia em proble-

---

2 No original: "If violence is done against those who are unreal, then, from the perspective of violence, it fails to injure or negate those lives since those lives are already negated. But they have a strange way of remaining animated and so must be negated again (and again). They cannot be mourned because they are always already lost or, rather, never "were", and they must be killed, since they seem to live on, stubbornly, in this state of deadness. Violence renews itself in the face of the apparent inexhaustibility of its object. The derealization of the "Other" means that it is neither alive nor dead."

mas nem desrespeitava regras. Sua mãe adotiva, que morrera em 2010, era testemunha de Jeová. Wellington também chegou a frequentar a mesma instituição religiosa. Era uma pessoa calada, tímida e passava boa parte de seu tempo navegando na Internet.

Para compreender a não-publicação das notícias da morte de Júlio Cesar e Júlio Baptista nos jornais O Globo e O Dia, vale retomarmos as pesquisas sobre violência (CANO, 2007; VELHO, 2007 e 2000; WAISELFISZ, 2006 e ZALUAR, 2004, 1994 e 1998) que mostram que a maioria dos homicídios no Rio de Janeiro atinge homens jovens, negros e moradores de comunidades. Dessa forma, para o público dos jornais *O Globo* e *O Dia*, essas mortes não rompem com a normalidade e fazem parte de uma rotina desses locais. O mesmo se constata quando familiares de classe média e fotojornalistas comentam sobre a escolha dos homicídios a serem noticiados:

> *– Não foi um crime contra qualquer pessoa, contra um Zé Povinho, mataram uma pessoa de bem, por isso que a mídia tava toda lá...*

A análise desses dois casos é realizada através dos recortes guardados pelos familiares das vítimas. A morte de Júlio Cesar ocorreu em uma ação de policiais militares que alegam o envolvimento do rapaz com a criminalidade na região. Os discursos da primeira notícia apresentam uma defesa da vítima. Diferentemente dos outros casos, nos quais os jornais O Globo e O Dia reproduzem as falas de dor e sofrimento de familiares e amigos, o jornal Extra do dia 20 de setembro de 2010 apresenta imagens e textos que tentam comprovar que Júlio Cesar era trabalhador e estudante.

As imagens mostram uma fotografia que o próprio Júlio Cesar tirou vestindo o uniforme do McDonald's. Para reforçá-la, o jornal publica uma cópia do contracheque e um desenho com o cronograma da rotina diária da vítima. No texto da notícia principal, o jornal reproduz o discurso dos familiares, insistindo que Júlio "não tinha envolvimento com bandido e era querido por todos na comunidade" e ainda que os "policiais não respeitam os moradores". Em caixa de texto, uma nota sobre a rotina de Júlio Cesar, intitulada "Entre trabalho e estudo, 14 horas de luta", relata:

> Cheio de sonhos, alegre e festeiro. Assim Júlio Cesar é descrito por amigos e parentes. Seus horários eram pouco convencionais, mas atestavam sua rotina de trabalho e estudos. Há seis meses Cesar batia ponto diariamente no McDonald's da Rua Hilário de Gouveia em Copacabana. Era seu primeiro emprego. Às 23hs, o rapaz começava a trabalhar na lanchonete, de onde só saía às 7hs. De lá, seguia para casa e, segundo a família, aproveitava o início da manhã para descansar.
>
> *Às 14hs, garantia seu lugar na sala de aula do curso de gastronomia, na Ação Comunitária Brasil, na Cidade Alta. Às 18hs, seguia para a Escola Municipal Montese, em Cordovil, onde cursava o 5o. ano do ensino fundamental. A aula terminava às 22hs, e sua rotina recomeçava no trabalho, cujo salário bruto era de R$ 532,50. Um dos sonhos era ser cabeleireiro. (Jornal Extra, 20.09.2010).*

Já Júlio Baptista foi confundido com um estuprador pelos traficantes da favela Nova Brasília, em Inhaúma, que o torturaram até a morte. Como seu corpo não foi encontrado, seus familiares e amigos de trabalho presumiram sua morte. Uma semana após o seu desaparecimento, no dia 16 de julho de 2009, os jornais O Dia e Meia-Hora, que são da mesma empresa de comunicação, noticiaram o fato.

Assim como nos textos sobre Júlio Cesar publicados pelo Extra, as notícias de Júlio Baptista também tentam defendê-lo da suposta condição de estuprador. A mesma imagem foi publicada nos dois jornais. Trata-se, segundo sua irmã, de uma reprodução de sua última fotografia em vida, registrada no ambiente de trabalho pelos colegas. Nela Júlio Baptista aparece com o uniforme de agente de endemias da prefeitura, brincando com um gato. O conteúdo dos dois textos também é semelhante. No jornal O Dia, a fala de sua irmã ganhou destaque: "Pegaram a pessoa errada. Ele era um trabalhador e não pode morrer com essa mancha." O restante do texto apresenta as qualidades de Júlio, apontadas por sua mãe e por outro agente de endemias. Este procurou o corpo do colega de trabalho, mas foi ameaçado pelos traficantes:

> "Fizeram ameaças e disseram para não procurarmos o corpo e não nos metermos na história. Júlio era bom servidor, pacato e muito empenhado. Estamos fazendo de tudo

> para ajudar." (...) Júlio trabalhava como agente de endemias há um ano. Formado em Letras, ele foi o 25º. colocado no concurso, depois de sete anos trabalhando na Comlurb, no mesmo cargo. "Ele queria progredir na vida. Estudava muito, adorava ler e me levava ao cinema. Era muito calado, tranquilo. Morava comigo e nunca dormiu fora de casa", contou a mãe. (Jornal O Dia, 16.7.2009 – página 4).

As primeiras notícias sobre as mortes de Júlio Cesar e Júlio Baptista não focalizam o sofrimento e a comoção de seus familiares, como acontece nos casos de Gabriela, Daniel e das doze crianças de Realengo. O principal objetivo das notícias era informar a condição de trabalhadores, representação associada aos indivíduos inocentes e honestos.

Assim, observamos que somente textos e imagens dos noticiários sobre os homicídios de Júlio Baptista e Júlio César podem ser lidos à luz da proposição de Butler (2004, 2009). Ou seja, de serem percebidos como "humanos" e "reais". A "mancha" a que a irmã de Júlio se refere é que a condenação de ser um estuprador manchará seu caráter e a sua honra de trabalhador.

A publicação dos seis casos de violência reproduz mais do que os clichês sociais, pois eles reapresentam as convenções do discurso jornalístico criadas a partir das relações sociais estabelecidas entre repórteres e familiares das vítimas. As imagens das vítimas em vida reitera o afastamento da morte para os bastidores da vida social (ELIAS, 2001; ARIÈS, 1977). A ausência da imagem da morte, e da violência em si, bem como da complexidade das relações humanas em situações-limite transformam as notícias em espetáculo aceito socialmente. Como assinala Debord (2003: 17):

> O espetáculo apresenta-se como algo grandioso, positivo, indiscutível e inacessível. Sua única mensagem é "o que aparece é bom, o que é bom aparece". A atitude que ele exige por princípio é aquela aceitação passiva que, na verdade, ele já obteve na medida em que aparece sem réplica, pelo seu monopólio da aparência.

As lágrimas fotografadas surgem, então, como "signos que circulam" e "signos de emoção", como sugere Vicent-Buffault (1988: 33), e que passam a regular os deveres e os direitos entre familiares, amigos, repórteres e sociedade. A frequência dessas imagens nos jornais analisados pode indicar que "face às lágrimas, existe uma resposta adequada, gestos apropriados. Como se fosse impossível deixar alguém chorar sem agir, ou seja, sem se aproximar e levar suas lágrimas em consideração" (VICENT-BUFFAULT, 1988: 34). Diante das lágrimas em profusão de mães, tias e irmãs, a dor da morte violenta transforma-se em um emocionante espetáculo em busca da construção do "nós", sugerido por Sontag (2003).

A análise de Paiva (2012) sobre quatro crimes que "abalaram o Brasil" – os assassinatos de Daniella Perez, João Hélio Fernandes, Isabella Nardoni e Tim Lopes – indica que o noticiário acompanhado através de televisão, Internet, rádios e impressos (jornais e revistas) transformam-se em uma comoção nacional e sugerem atitudes políticas. "Os homicídios comunicados pelas agências de comunicação compõem sentimentos e discursos que dão forma as problematizações ideológicas sobre o que fazer para a contenção da violência vislumbrada." (PAIVA, 2012: 279)

Para o autor, existe uma dinâmica que perpassa as relações de poder e as possibilidades de determinados grupos exporem sua visão em detrimento de outros. As agências de comunicação se autoinstituem como agentes públicos comprometidos com o bem comum. Há um esforço das instâncias de produção para fomentar as virtudes que os sujeitos sociais não devem deixar de observar em sua vida em sociedade, em oposição aos argumentos sistemáticos de constrangimento contra os acusados.

Pode-se perceber ainda que a violência cometida contra essas pessoas está associada ao lugar que ocupam na hierarquia social e nos espaços de moradia – áreas nobres ou periféricas da cidade. Como propôs Halbwachs (1990: 143),

> *é sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção.*

Isso possibilita questionar a herança vinculada à conformação do homem no espaço. Para o autor, os homens poderiam destruir suas casas, seu quarteirão, sua cidade e reconstruir sobre o mesmo lugar uma outra, segundo um plano diferente. Os componentes materiais do espaço, suas pedras e madeiras se deixariam transportar, mas não é tão fácil modificar as relações que são estabelecidas entre as pedras e os homens. "O desígnio dos antigos homens tomou corpo dentro de um arranjo material, quer dizer, dentro de uma coisa, e a força da tradição local veio da coisa, da qual era a imagem." (HALBWACHS, 1990: 137).

As notícias sobre a violência seguida de morte na cidade do Rio de Janeiro tornam negativa a imagem da cidade. Elas atribuem características específicas aos diferentes bairros e zonas, que são associados ao crescimento da violência aliado ao tráfico de armas e drogas. Segundo Ribeiro (2007: 11), a forma como a cidade foi e é pensada por seus habitantes e intérpretes (cronistas, literatos e cientistas) "é um dos medidores das próprias operações e alterações de significados múltiplos que ela assume". A imagem de uma "Cidade Partida", analisada por mim em pesquisa anterior (ALMEIDA, 2008, 2012), continua a determinar quem pode ser qualificado como vítima da violência pela mídia impressa.

Valladares (1991) e Santucci (2008) assinalam que a representação romântica do "pobre limpinho", do "pobre honesto", transformou-se, em diferentes períodos, em "pobre criminoso", "pobre perigoso". No início do século XX, com as rebeliões conhecidas como Revolta das Carnes Verdes e da Vacina (SANTUCCI, 2008), a classe pobre e trabalhadora se revoltou contra a proposta de higienização e desinfecção da cidade. A partir da década de 1980, com a entrada do tráfico de drogas e de armas, atribui-se o aumento dos casos de violência à pobreza dos moradores de favelas (VALLADARES, 1991).

Por trás da produção de sentido das notícias, na qual Júlio Baptista e Júlio César – como trabalhadores – não deveriam ser mortos por pessoas, sejam elas bandidos ou policiais, que atribuem a si o direito de julgar e matar, está a questão discutida por Farias (2007: 155):

> Se "nenhuma sociedade civilizada deu à polícia 'o direito de julgar e matar', como entender a parcela da 'sociedade' do estado do Rio de Janeiro que compõe o júri popular e absolve um policial que executou um morador de favela?"

Para discutir a complexidade de determinados aspectos do cotidiano dos moradores de favelas em suas localidades e em suas relações com outras pessoas da cidade, Farias (2007) utiliza a noção de "população matável". Isto é, uma população que em situações-limite é excluída dos direitos e da lei, mas incluída por ser aniquilável de tal forma que sua aniquilação não é nem passível de punição nem desperta culpa.

Se, de um lado, o noticiário defende Júlio Baptista e Júlio César em função de sua condição de trabalhadores, por outro lado há um reforço da concepção de que, não sendo trabalhadores, eles poderiam ser mortos e, talvez, não merecessem "virar notícia". Como critica Champagne (1991: 68), a maneira com que os jornalistas trabalham, o que diz respeito à sua concepção de investigação de campo, tende a reforçar os discursos próprios do senso comum.

Nesse sentido, a escolha das violências que serão ou não transformadas em notícia mostra que seus produtores assumem um posicionamento político que define quais vítimas são ou serão consideradas "humanas" para o público-alvo do jornal. Através da classificação de violências noticiáveis, pode-se dizer que também a morte é mais um produto comunicacional espetacular. A condição de que "a violência transforma em coisa toda pessoa sujeita a ela" (SONTAG, 2003: 16) jaz sobre todos.

1.3 Considerações finais

A discussão sobre as primeiras notícias dos casos analisados permitiu refletir sobre as construções subjetivas que os jornais produzem sobre a violência, suas vítimas e os familiares destas na cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, em conversa com a coordenadora da Rede Contra Violência sobre a falta ou a diminuição de notícias de violência nos jornais O Globo e O Dia, ela comentou:

> – Está impossível propor qualquer cobertura de violência para os jornais. Com essa história de Olimpíadas e Copa, a mídia está todo do lado do poder público.

A invenção de uma Cidade Maravilhosa, repleta de belezas naturais e pronta para se tornar uma cidade olímpica, legitimou o controle sobre o que pode ser noticiado. A construção de uma imagem de cidade violenta é uma crítica que busca o oposto simétrico da concepção do senso comum da Cidade Maravilhosa. Esse posicionamento tendencioso dos jornais foi constatado na pesquisa de Ramos e Paiva (2007), que demonstra o jogo de interesses por trás da publicação de notícias. A análise de 2514 textos jornalísticos, veiculados ao longo de 35 dias, distribuídos por cinco meses (maio a setembro) do ano de 2004 em diferentes jornais do país – Folha de S. Paulo, O Estado de São Paulo, Agora SP, O Globo, Jornal do Brasil, O Dia, O Estado de Minas, Diário da Tarde e Hoje em Dia – confirmou a tese de que o Rio de Janeiro é o centro da cobertura nacional sobre criminalidade, violência e segurança. "Os 51,8% restantes se dividem entre São Paulo (21,3%), Minas Gerais (17,5%) e outros estados (6,4%)" (RAMOS et al, 2007: 10). Para as autoras, nas décadas de 1980 e 1990 os preconceitos expressados em termos pejorativos, além das reportagens sensacionalistas, escondiam interesses políticos de quem competia por empreendimentos industriais e turísticos, estabelecendo uma concorrência com o Rio de Janeiro. Outras cidades e estados que são importantes pontos de conexão da rota da cocaína são até hoje pouco mencionadas no noticiário.

Ao mesmo tempo em que as notícias são compreendidas por familiares de vítimas e fotojornalistas como meios de denúncia e apoio na busca por justiça, elas também representam registros socialmente aceitos de uma identidade social das vítimas. Paralelamente a isso, a complexa negociação para publicação de textos e imagens da violência passa por interesses comerciais. A notícia sem a violência explícita corresponde ao interesse e à aceitação do público-alvo do jornal. Porém, uma fotojornalista questiona:

> – O que aconteceria se o corpo da Eliza Samudio[3] aparecesse todo despedaçado? Não sei não, acho que a gente ia ter que fazer. Ia ter que dar um jeito. Ia ser capa de jornal porque é uma notícia que vendeu muito e ia vender.

O interesse comercial, aliado ao interesse público de determinados casos de violência, pode ser compreendido pela definição de Boltanski (1993: 96): uma "indignação unânime" em prol de uma "política da piedade" que se torna uma mobilização imediata contra o culpado em busca de punição[4]. "As pessoas indignadas são uma multidão concentrada atrás das autoridades locais (ou da mídia – grifo meu), que não encontraram nenhuma oposição, podendo restringir o campo da investigação, limitando o conhecimento e indo diretamente para a punição."[5]

Nesse sentido, Silva (2010: 163) afirma que a publicação de notícias na grande imprensa não somente informa, como "contribui, de forma decisiva, para (re)criar a realidade que, supostamente, pretende descrever". Ao fazer isso, ela desempenha uma função social e um papel político, no qual os "males sociais" noticiados constituem, sobretudo, os "males dos jornalistas". Segundo Champagne (1991: 65 - tradução livre): "Eles são 'fora do comum', dramáticos ou comoventes e, assim, atendem à definição social, comercialmente rentável, de um evento digno de ser a 'capa' dos jornais."[6]

---

3 Eliza desapareceu no dia 4 de junho de 2010. O ex-goleiro do Flamengo, Bruno Fernandes, foi acusado do desaparecimento e homicídio.

4 Boltanski (1993) utiliza a expressão politique de la pitié, usada por Hannah Arendt, em Essai sur la révolution (1967), traduzido para português com o título Sobre a revolução (2011). Segundo Boltanski (1993), há três pontos que distinguem a "política da piedade" e a "política da justiça". O primeiro é que uma sociedade orientada pela justiça não opõe felizes e infelizes, grandes e pequenos, pois considera apenas o valor justo. O segundo é o fato de que ser grande ou pequeno não define uma condição para justiça. O terceiro é que em consequência da não ligação das qualidades às pessoas, a justiça atua sob a convenção de equivalência das provas confrontadas com a realidade. Já em uma sociedade orientada pela "política da piedade", a urgência da ação é conduzida para parar o sofrimento invocado, que sempre triunfa sobre a consideração da justiça.

5 No original: "Les personnes indignées sont une foule massé derrière les autorités locales qui, ne rencontrant pas d'opposition, peuvent restreindre le champ de l'enquête, limiter l'instruction et aller directement à la punition."

6 No original: «Ils sont "hors du commun" ou dramatiques ou émouvants et répondent ainsi à la définition sociale, commercialement rentable, de l'événement digne de faire "la une" des médias.»

Desse modo, as notícias de violência sugerem uma reorganização social e política a partir da comunicação de quais fatos podem ser noticiados como vidas perdidas; informando de que forma, onde e por que elas se perderam. Essa criação, que passa a existir após as primeiras notícias e se transforma em uma cobertura de segurança pública, inscreve essas vítimas e familiares de forma incipiente em uma memória coletiva da violência.

Essa questão da memória aparece também em um outro momento da pesquisa quando na revisão li uma tese de uma universidade do nordeste sobre casos de violência noticiados pela mídia. Entrei em contato com o pesquisador e perguntei sobre os critérios que o levaram a estudar três casos de violência do Rio de Janeiro. "Estes eram casos que haviam repercutido na esfera nacional como problemas do país e não apenas do Rio de Janeiro", afirmou.

O interesse pelos acontecimentos de violência do Rio de Janeiro é viabilizado pela publicação das notícias em diferentes mídias e cria uma outra memória coletiva da violência da cidade. Telespectadores e leitores que não habitam e jamais estiveram na cidade podem também se lembrar dos acontecimentos noticiados.

Além disso, ainda há um outro tipo de memória coletiva da violência, que é o de moradores de bairros ou favelas ocupadas pelo tráfico. As violências contra os moradores, as disputas entre facções criminosas rivais e com a polícia podem ser aspectos de uma outra memória que não foi intermediada pelas mídias impressa e televisivas. São outras formas de relação com a violência: a visão de corpos estendidos no chão e o fato de ser informado das mortes por meio dos relatos locais na vizinhança e na comunidade.

Mesmo que os jornais impressos, televisivos ou radiofônicos transformem algumas dessas mortes em um noticiário espetacularizado pelo sofrimento, o número total de homicídios do Brasil supera, segundo Waiselfisz (2011), o de locais que vivenciam guerras civis ou conflitos armados. Segundo o autor, essas estatísticas de homicídios servem para entender o fenômeno, mas não para caracterizá-lo como uma forma de violência coletiva. Na comparação com os números dos 62 maiores conflitos do mundo entre 2004 e 2007, ele afirma:

> Nos 12 maiores conflitos, que representam 81,4% do total de mortes diretas, nos 4 anos foram vitimadas 169.574 pessoas. Nesses mesmos 4 anos, no total dos 62 conflitos, morrem 208.349 pessoas. No Brasil, país sem disputas territoriais, movimentos emancipatórios, guerras civis, enfrentamento religiosos, raciais ou étnicos, morreram mais pessoas (192.804) vítimas de homicídio, que nos 12 maiores conflitos armados no mundo. (WAISELFISZ, 2011: 21).

A particularidade da violência no Rio de Janeiro é que ela afeta diretamente indivíduos que circulam pelos diversos espaços da cidade, e que não atuam em movimentos sociais e coletivos que pudessem criar animosidades em outrem. O crime ou a morte nem sempre atinge pessoas sob as quais a violência seria símbolo de uma luta política, como por exemplo, a dos homossexuais ou a dos negros.

Os familiares entrevistados se vinculam aos outros familiares de vítimas ao fazerem referência aos familiares que sofreram antes e tiveram seus casos noticiados em uma tentativa de compreender o sofrimento. Essa memória sobre as notícias como fontes de orientação social e emocional se institui como mecanismo de "normalização", uma vez que incorporam a imposição de categorias oriundas do registro do poder (JELIN, 2002). Essa "normalização" reproduzida pelos produtores da informação − jornalistas, mas também policiais, documentaristas ou pesquisadores − definem o como e o que deve ficar registrado da violência e, ainda, o que se deve fazer a partir dela.

A rememoração dessas notícias pelos familiares transforma-se em uma das possibilidades de conversão do indizível ou do invisível em formatos que possam ser transmitidos e compartilhados para compreensão do fenômeno da violência. Isso reforça o argumento de que não é possível transmitir publicamente "uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil", como analisa Pollak (1989: 9). O silêncio sobre detalhes da violência em contraposição àquilo que é aceito realimenta um não querer saber ou um esquecimento como resultado do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos (RICOEUR, 2007: 455).

1.4 Referências

ALMEIDA, A.G. (2008), *Maravilhosa e Partida: representações do Rio de Janeiro no telejornalismo local*. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública, Rio de Janeiro, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

ALMEIDA, A. G., NAJAR, A.L. (2012), "Cidade Maravilhosa e Cidade Partida: notas sobre a manipulação de uma cidade deteriorada". *RUA,* 1 (18), pp.119-132.

ARENDT, H. (2011), *Sobre a revolução,* São Paulo, Companhia das letras.

_____. (1967), *Essai sur la révolution,* Paris, Gallimard.

ARIÈS, P. (1977), *Historia da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*, Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora.

BOLTANSKI, L. (1993), *La Souffrance à Distance*. *Morale Humanitaire, Médias et Politique.* Paris, Éditions Métaillé.

BOTT, E. (1976), *Família e Rede Social,* Rio de Janeiro, Francisco Alves.

BUTLER, J. (2004), *Precarious Life: the powers of mourning and violence,* London/NY, Verso.

_____. (2009), *Frames of war: when is life grievable?*, London/NY, Verso.

CANO, I., SANTOS, N. (2007), *Violência letal, renda e desigualdade no Brasil,* Rio de Janeiro, 7 letras.

CHAMPAGNE, P. (1991), «La construction médiatique des «malaises sociaux». *Actes de la recherche en sciences sociales,* 90, pp. 64-76.

DEBORD, G. (2003), *Sociedade do espetáculo,* eBooksBrasil.com.

ELIAS, N. (2001), *Solidão dos Moribundos,* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

FARIAS, J. (2007), "Quando a exceção vira regra: os favelados como população matável e sua luta por sobrevivência". *Teoria & Sociedade,* 15 (2), pp.138-171.

HALBWACHS, M. (1990), *Memória coletiva*, São Paulo, Ed. Vértice.

JELIN, E. (2002), *Los trabajos de la memoria,* España, Siglo Veintiuno.

JIMENO, M. (2010), "Emoções e política: A vítima e a construção de comunidades emocionais." *MANA*, 16 (1), pp. 99-121.

KRESS, G., VAN LEUWEN, T. (1996), *Reading Images: the Grammar of Visual Design,* London, Thousand Oaks, New Delhi, Routledge.

MOUILLAUD, M., PORTO, S.D. (2002). *O Jornal: da forma ao sentido.* Brasília, UNB.

NORA, P. (1993), "Entre memória e história: a problemática dos lugares". *Projeto História*, 10, pp.7-28.

PAIVA, L.F.S. (2012), *Os significados da morte: os discursos dos meios de comunicação sobre os crimes que "abalaram" o Brasil.* Tese de Doutorado. Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

POLLAK, M. (1989), "Memória, Esquecimento, Silêncio". *Estudos Históricos*, 2 (3), pp. 3-15.

RAMOS, S., PAIVA, A. (2007), *Mídia e violência*: *tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil,* Rio de Janeiro, IUPERJ.

REZENDE, C.B., COELHO, M.C. (2010), *Antropologia das emoções,* Rio de Janeiro, Editora FGV.

RIBEIRO, P.J. (2007), "Uma cidade de discursos: os traumas da violência no Rio de Janeiro contemporâneo". *Desigualdade & diversidade*, 1, pp. 4-26.

RICOEUR, P. (2007), *A memória, a história, o esquecimento,* Campinas, SP, Editora UNICAMP.

RODRIGUES, J.C. (2006), *Tabu da Morte,* Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ.

SANTUCCI, J. (2008), *A cidade rebelde*: *as revoltas populares no Rio de Janeiro no início do século XX,* Rio de Janeiro, Casa da Palavra.

SILVA, E.M.A. (2010), *Notícias da "violência urbana": um estudo antropológico,* Niterói: Ed. UFF.

SONTAG, S. (2003), *Diante da dor dos outros,* São Paulo, Cia. das Letras.

TRAQUINA, N. (2005), *Teorias do jornalismo*: porque as notícias são como são. v. I, Florianópolis, Insular.

VALLADARES, L.P. (1991), "Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil". In: Boschi, RR (org), *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil,* Rio de Janeiro, Rio Fundo Ed. /IUPERJ, pp.81-112.

VELHO, G. (org). (2007), *Rio de Janeiro: cultura, política e conflito,* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.

_____., ALVITO, M. (org). (2000), *Cidadania e violência,* Rio de Janeiro, Editora UFRJ e

Editora FGV.

VENTURA, Z. (1994), *Cidade Partida,* São Paulo, Companhia das Letras.

VICENT-BUFFAULT, A. (1988), *História das lágrimas: séculos XVIII-XIX,* Rio de Janeiro, Paz e Terra.

WAISELFISZ, J.J. (2011), *Mapa da Violência*: os novos padrões da violência homicida no Brasil, São Paulo, Instituto Sangari.

_____. (2006), *Mapa da Violência 2006: os jovens do Brasil,* Brasília, Organização dos Estados Ibero-Americanos.

Da Boemia à Criatividade na Lapa Carioca

Joseane Paiva Macedo Brandão[1]

Resumo: Esse trabalho trata da requalificação do bairro da Lapa no centro do Rio de Janeiro. A partir dos anos 2000, mudanças na imagem do bairro se intensificaram, com a constituição de um pólo de entretenimento cultural e o aumento do interesse da mídia, de planejadores, de empresários e do mercado imobiliário em consonância com as agendas urbanas do planejamento estratégico e das cidades criativas. A análise ressalta o papel dos intermediários culturais nas disputas simbólicas mediadas por narrativas ligadas a certas maneiras de estar e usar os espaços do bairro. Os empresários culturais, artistas, arquitetos e jornalistas que participam da construção de imagens da Lapa podem ser pensados como pontos de contato entre as estratégias e agendas de intervenção urbana e animação cultural e certas vivências cotidianas da área. Qual o potencial da atuação desses intermediários ao possibilitar a mediação entre posições dissonantes?

Palavras-chave: Requalificação urbana, imaginários urbanos, intermediação cultural, disputas simbólicas, planejamento estratégico, cidades criativas.

1.Introdução

O trabalho trata do recente desenvolvimento do atual bairro da Lapa[2], com foco nos projetos e dinâmicas de requalificação do mesmo a partir da década de 2000. O bairro como lócus expressivo de práticas sociais permite compreender dinâmicas plurais da cidade por meio de diferentes usos (Certeau, 1994) e disputas simbólicas mediadas por narrativas (Barreira, 2007) produtoras de distintos imaginários urbanos (Huyssen, 2008; Canclini, 1997).

Narrativas recorrentes na mídia e em projetos urbanos para a área ao tratarem da "história" recente de "revitalização" da Lapa criam nexos entre várias ações que num movimento crescente seriam responsáveis pela "virada cultural" local, a saber:

1. Há a valorização de iniciativas particulares para o "desenvolvimento" do local.
2. Há uma visão negativa do quadro das políticas urbanísticas que no século XX geraram demolições e "cirurgias urbanas", tendo consequências para a "cultura" da Lapa. Apesar disso, o bairro que tem "tradição cultural" manteve suas características como "espaço de cultura".
3. A tradição da Lapa relaciona-se frequentemente à música, à dança e à boemia e com a instalação do Circo Voador[3] e da Fundição Progresso[4], inicia-se a "virada cultural" local que é ratificada pelo poder público, posteriormente.

---

1 Docente do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural PeP/IPHAN.Possui graduação e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade do estado do Rio de Janeiro (1999 e 2003). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe com realização de período sanduíche no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. Tem experiência na área de Sociologia e Antropologia, com ênfase em Sociologia da Cultura, Sociologia das Cidades e Patrimônio Cultural.

2 A Lapa considerada anteriormente região periférica do Centro, passa a ser bairro, em termos administrativos, em maio de 2012. Lei municipal n. 5.407 de 17 de maio de 2012.

3 O Circo Voador é um centro cultural que nasce em 1982. Atualmente, tem uma produção cultural intensa com shows de musica de artistas nacionais e internacionais, além de oferecer cursos ligados à área artística, educacional e geração de renda.

4 A Fundição Progresso, hoje, é um espaço cultural onde ocorrem shows, eventos, festas, exposições, cursos e oficinas ligados à arte.

4. A crença na vocação cultural da área e a adequação do uso cultural dos imóveis preservados da região.
5. Ocorre o estabelecimento de uma relação entre boemia, cultura/patrimônio e lazer/entretenimento e criatividade na região.

Os aspectos principais da narrativa acima se reproduzem em vários projetos implementados na região desde os anos 2000, como, por exemplo, a criação do Pólo Novo Rio Antigo e o projeto Lapa Legal, tratados nesse trabalho, em um momento de maior interesse da mídia, dos planejadores, de empresários e do mercado imobiliário pelo bairro.

Desse modo, determinadas iniciativas do poder público e do setor privado que se relacionam com as mudanças da imagem do bairro a partir dos anos 2000 serão analisadas por meio da retórica desses projetos de intervenção no bairro da Lapa e dos agentes que intermediaram a aplicação dos mesmos, que são chamados aqui de intermediários culturais. Certas narrativas ligadas a maneiras de estar e usar o bairro que acabam por ter grande importância na gestão do espaço em questão. Os empresários culturais, artistas, arquitetos e jornalistas que participam da construção de imagens da Lapa podem ser pensados como pontos de contato entre as estratégias e agendas mais amplas de intervenção urbana e animação cultural e certas vivências cotidianas da área.

O'Connor & Wynne (1997) relativizam a análise de Zukin (2000) acerca do papel dos intermediários culturais na transição entre vernáculo e paisagem, entre lugar e mercado e entre produção e consumo ao enfatizarem a complexidade desses processos demonstrando que eles permitem, ou mesmo, geram renegociações relacionadas às identidades de lugar e de certos grupos minoritários. Os processos de re-imaginação das cidades não são consensuais (Fortuna, 1997). O seu poder é o de facilitar ou dificultar o acesso de diversos tipos de criadores e expressões culturais às condições e lugares que lhes conferem visibilidade e comunicação com o mundo (Ferreira, 2009).

Muitas vezes, para a legitimação social dessas intervenções passa pela produção de uma "vocação cultural" da região onde são construídas ligações entre ações e projetos anteriores e com o imaginário boêmio construído por diversos artigos, crônicas e reportagens escritas por intelectuais que a frequentaram a partir da segunda década dos 1900 quando a atmosfera de boêmia e entretenimento passaram a tomar a área. Considerado lugar de perdição por boa parte do século XX, reduto de cassinos, prostitutas, travestis e malandros. (Andrade, 1998; Lustosa, 2001).

As cidades globais "são cada vez mais uma *collage* de culturas radicalmente diferentes, cujo objetivo não é serem integradas num *melting pot*, mas sim conviver num contexto social que respeite diferenças, incluindo diferentes memórias coletivas" (Canclini, 1999 apud Balibrea, 2003, p. 46). Nesse sentido, toda operação de *invenção de lugar* que reforce uma comunidade imaginada unilateralmente definida contribui para o não reconhecimento da diversidade social e cultural.

Como afirma Menezes (2012), é senso comum nas sociedades democráticas a valorização da diversidade cultural, uma das noções legitimadoras, por exemplo, dos processos patrimoniais na contemporaneidade. Desse modo, é civilizado apreciar culturas diversas, mas quando a diferença social passa a ser componente ativo de tensões sociais, o incentivo a diversidade cultural passa a ser acompanhada por mecanismos de contenção da diferença cultural. As diferenças estetizadas permitem o controle do medo do contato com o Outro. Diversidade e diferença também implicam desigualdade no acesso aos benefícios das políticas urbanas de "revitalização" e "requalificação".

É preciso relacionar as mudanças e intervenções na Lapa com aquelas ocorridas no centro da cidade do Rio de Janeiro como um todo. A área central da cidade do Rio de Janeiro corresponde ao seu centro histórico que se desenvolveu desde o século XVI até o XIX e se renovou ao longo do século XX. Desde o século XVIII, há a ocorrência de intervenções radicais na área, aterro de várzeas, desmontes de morros e as intervenções ocorridas do final do séc. XIX até o final da década de 70 visaram alterar seu ambiente construído. (VAZ & SILVEIRA, 2006).

A forma do poder público atuar, inaugurada pela Reforma Passos, é tônica do planejamento urbano no Brasil até a década de 1980, quando novos valores passam informar as políticas públicas que influenciam a produção do espaço urbano no centro da cidade do Rio de Janeiro. A Reforma pautada na ideia de modernização da

cidade e em todo um ideal de vida burguês representado pelo "embelezamento estratégico[5]" colidiu com estruturas urbanas ligadas ao colonialismo. Alguns autores mostram como a *Haussmanização* (Peixoto, 2006, Leite, 2004) dos núcleos urbanos antigos, considerados como disfuncionais dão mostra de uma tendência na relação difícil entre a nova cidade e a velha cidade contestada na medida em que a urbanização avança.

As cirurgias urbanas e demolições inauguradas pela Reforma Passos tornaram-se a norma de intervenção urbana na área central da cidade por quase todo o século XX. Acidente natural, gente, edificações ou território que dificultasse o projeto de fixação no centro antigo da Área Central de Negócios e sua zona de expansão era removido, inclusive com a proibição em 1976 (Decreto Municipal n. 322) do uso habitacional no setor.

Desde o final da década de 1970, como mostra Mesentier (s/d), movimentos sociais e urbanos com o apoio de intelectuais e técnicos do setor público reivindicam ações de preservação para o centro da cidade. Desde meados da década de 1980, políticas públicas patrimoniais incidiram sobre a região, inicialmente por meio de proteção legal. As legislações pioneiras do Corredor Cultural e das Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APAC) propiciaram o fim do quadro de demolições e cirurgias urbanas que acompanharam a produção do espaço urbano do centro da cidade do Rio de Janeiro por todo o século XX.

Destaca-se o trabalho técnico e o referencial teórico de Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, pertencente ao corpo da Prefeitura Municipal de 1968 a 2001. Nesse período trabalhou nas secretarias de Obras e de Planejamento e Coordenação Geral (1968 a 1979), foi coordenador do Projeto Corredor Cultural por diversos períodos entre 1979 e 1993 e diretor geral do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social (1982-1984). No Instituto Municipal de Planejamento e Informática (IplanRio), foi responsável por vários projetos de urbanização do Centro da cidade (1989-1993), foi subprefeito do Centro (1993-2000) e chefiou a diretoria de urbanismo do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP) durante o ano de 2001.

Seu primeiro trabalho, ainda como estagiário na Prefeitura da cidade em 1967, foi justamente marcando os prédios da Lapa que seriam demolidos para a implantação da Avenida Norte-Sul. Ele afirma ter despertado para o urbanismo em termos profissionais justamente nessa ocasião. Em 1974, o arquiteto foi para a Holanda para um curso de especialização em Habitação Popular no *Bouwcentrum International Education.* Ele ressalta que na Europa viu muitas cidades antigas conservadas, "onde não se demolia nada, não se construíam viadutos no meio da cidade, as ruas não eram alargadas, enfim, cidades completamente diferentes das nossas e muito mais amenas para a população, cidades mais confortáveis" (Pinheiro, 2002, p. 204). Em 1978, ele voltou à Holanda para participar de um curso para ex-estudantes do *Bouwcentrum International Education* e ele propôs um trabalho sobre a resistência de áreas antigas no Centro do Rio. No seu trabalho *Multi-functional development of the inner city,* analisou as razões de no centro do Rio, terem sobrevivido "aquelas morfologias antigas" (p.205) e propunha a preservação dessas áreas. Assim, recém-chegado da Holanda em 1979, ele passa a coordenar a Equipe Técnica do Corredor Cultural.

A nomeação, além da Equipe Técnica, da Câmara Técnica do Corredor Cultural, segundo Pinheiro (2002b) permitiu olhar a cidade para além de uma visão técnica e arquitetônica, mas também por meio de "uma visão mais fluida, da cidade como espaço de vivências e sentidos, mais simbólica, portanto". (p. 145). A Câmara Técnica era formada por "artistas e intelectuais, pessoas ligadas à cultura, pessoal e profissionalmente muito respeitadas". (idem).

---

5 Termo usado por Benjamin para se referir à política de demolição de Georges-Eugène Haussmann na segunda metade do século XIX em Paris, cunhando o termo *haussmanização.* Haussmann, o gestor da Paris burguesa e monumental surgida entre 1853-1870, interveio no espaço urbano de forma a controlar e disciplinar comportamentos, bem como criar referências e marcadores de espaço pela monumentalização. (Leite, 2004, p. 111; Peixoto, 2006, p. 22).

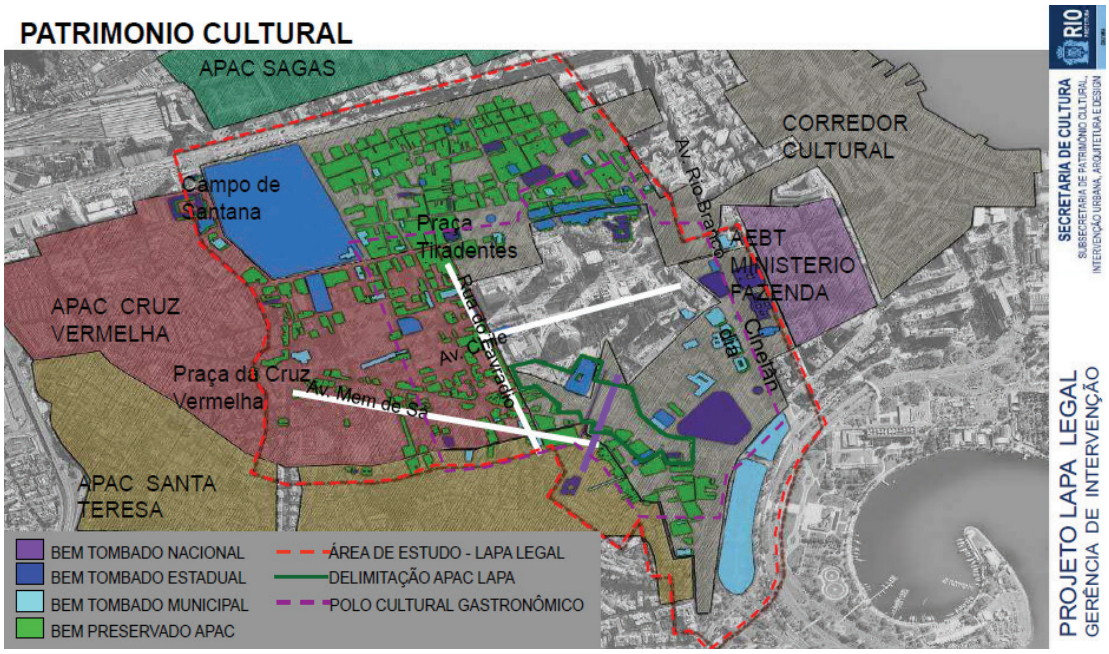

Figura 1: Patrimônio Cultural na área do Projeto Lapa Legal.
Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura/Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana e Design/Gerência de Intervenção Urbana.

Novos enunciados conformam os discursos das políticas urbanas e do planejamento das cidades no Rio de Janeiro. Por meio do discurso patrimonial, que se conforma a partir do Projeto Corredor Cultural, é possível considerar que ganha terreno no planejamento urbano carioca o projeto urbano pós-modernista (Harvey, 1992). Desse modo, tradições vernáculas e histórias locais geram formas arquitetônicas especializadas. Ao mesmo tempo, que ganham terreno noções de participação social e referência identitária, há a apropriação dessas novas formas de imaginar o Rio de Janeiro para a produção de espaços urbanos espetaculares de forma a atrair capital e pessoas com as agendas do Planejamento Estratégico e das "cidades criativas".

Na década de 1990, inicia-se um período caracterizado por intervenções urbanas na recuperação do patrimônio edificado, reurbanização de áreas públicas e rearticulação do sistema viário, tudo isso de forma a valorizar o patrimônio edificado da região. Além disso, nesse processo, o estabelecimento de circuitos artísticos-culturais tem papel primordial. E nesse aspecto, a Lapa é considerada um dos principais polos de diversão e lazer da área central do Rio de Janeiro. A partir dos anos 2000, é comum encontrarmos na imprensa reportagens que mostrem o sucesso alcançado pela Lapa com as atividades das casas de espetáculo, dos restaurantes e do turismo.

Nesse momento, a prefeitura municipal passa a ter uma forte liderança nesse processo, assim, as intervenções físicas e o controle do espaço urbano passam a ser maiores. Associada aos projetos urbanos de terceira geração[6], a requalificação do Centro, a partir daí, implica na ampliação das proposições do projeto Corredor Cultural e a criação da Subprefeitura do Centro e a busca de parcerias com a iniciativa privada e a otimização de oportunidades. Há reforço e desenvolvimento de atividades culturais e de lazer, melhoramento da qualidade urbana da área, conjugadas com medidas de controle do acesso e do uso dos espaços requalificados. (Magalhães, 2008).

Para dirigir a Subprefeitura da área Centro foi indicado o arquiteto Augusto Ivan de Freitas Pinheiro que ficou no cargo até 2000. A liderança de Augusto Ivan na implantação de projetos que conformaram a requalificação do Centro foi bastante efetiva e suas posturas teóricas, políticas e técnicas acompanharam a requalificação da área. Nesse sentido, esse arquiteto se adequa às novas exigências do planejamento estratégico que passou a

6 Caracteriza-se por um urbanismo mais voltado para o mercado, o marketing e a concorrência intercidades. (Arantes, 2013).

exigir o planejador-empreendedor, capaz de propor ações como 'revitalização urbana' e 'parceria entre o setor público e a iniciativa privada. (Magalhães, 2008, p. 55).
No Rio de Janeiro, desde 1993, com o primeiro governo de César Maia, um dos grandes responsáveis pelas políticas que visavam uma melhor inserção da cidade no panorama competitivo durante a década de 1990. O *planejamento estratégico* foi bastante difundido no Brasil e na América Latina, pela ação de diversas agências multilaterais e de consultores internacionais, especialmente aqueles ligados ao "modelo de sucesso" de Barcelona. O uso instrumental da cultura no âmbito das políticas de revitalização socioeconômica das cidades e nas estratégias de *marketing* urbano, propagados por ideias, práticas e políticas de teor neoliberal que incorporam uma racionalidade empresarial a esses fenômenos, trazem alterações importantes nos modos de planejar estratégias de desenvolvimento e nos modos de produzir a cidade material e simbolicamente a partir de novos arranjos, novos protagonistas e novos imaginários sobre as cidades. As cidades, cada vez mais concebidas como produtos que precisam ser promovidos por meio de uma imagem-marca. (Vainer, 2013).
No Brasil, desde o final da primeira década dos 2000, a agenda da cidade criativa ganha espaço no discurso de planejadores, políticos e empresários. A publicação da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN (2008): "Estudos para o Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro: A Cadeia da Indústria Criativa no Brasil" que mostra o impacto das indústrias criativas na produção de riqueza no Brasil, a criação do Rio Criativo pelo Governo de Estado, *Incubadora Rio Criativo*[7], a definição da economia criativa com um dos cinco setores econômicos estratégicos da cidade do Rio de Janeiro e a realização em novembro de 2012, na região portuária do Rio de Janeiro do Fórum e Bienal Mundial da Criatividade, ressaltam a importância da economia criativa para o estado do Rio de Janeiro.
No Rio de Janeiro, os segmentos que compõem a cadeia da economia criativa responderam por cerca de 11% dos empregos e 10% da massa salarial gerada no ano de 2009, revelando uma participação considerável do segmento na economia carioca. A maior concentração dos empregos nas economias criativas se localiza na região Centro do Rio de Janeiro[8].

2. A Reinvenção da Lapa: Economia, Cultura e Criatividade.

Atualmente, a implantação do Circo Voador em 1982 e a restauração do Prédio da Fundição Progresso[9] são tratados como o *turning point* da virada cultural da Lapa. É possível pensar no desenvolvimento dessas duas organizações como paradigmáticos da direção da revitalização da Lapa e da atuação de conjunto intermediários culturais, que podem ser vistos como importantes na modelação das paisagens e dos ambientes da área em questão. Como afirma Ferreira (2010), contemporaneamente, "um conjunto heterogêneo de novos e velhos intermediários culturais são os protagonistas em muitos dos processos de regeneração e enobrecimento cultural e lúdico. Eles vão rivalizando com os clássicos planejadores da cidade (arquitectos, urbanistas, engenheiros, políticos e decisores) na modelação das paisagens e dos ambientes urbanos". (p.48).
Em reportagens de vários jornais da década de 1980 que tratavam da restauração e refuncionalização do prédio da Fundição Progresso é possível perceber a mudança de status dos criadores desse centro cultural. De uma "trupe" de jovens produtores culturais e artistas de um grupo de teatro-música-dança que, expulsos da zona sul (área bastante valorizada da cidade) ocuparam a Lapa, eles passam a dinamizadores da cena cultural carioca e passam a influenciar políticas públicas culturais e urbanas.

---

7 O Rio Criativo é a primeira incubadora pública de empreendimentos criativos no País. Idealizada e desenvolvida pela Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro (SEC/RJ) em parceria com o Instituto Gênesis da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). O projeto Rio Criativo integra o programa de estímulo ao potencial da Economia Criativa como eixo estratégico para o desenvolvimento econômico e social no Estado do Rio de Janeiro. (http://www.riocriativo.rj.gov.br/site/institucional).

8 Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Instituto Pereira Passos. A Importância da economia criativa no desenvolvimento econômico da cidade do Rio de Janeiro. Junho de 2011.

9 O prédio, construído em 1881, funcionava uma fábrica de cofres e fogões, e é uma das poucas edificações remanescentes no entorno dos Arcos, após remodelação de trecho do bairro na década de 1950 e 1960 para abertura da Avenida Norte-Sul.

Ainda em 1989, foi proposta, sob a coordenação de Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, nessa época gerente de projetos da diretoria de projetos do IplanRio, a reestruturação do Largo da Lapa em parceria com a RioArte. Reiterando o papel desempenhado pela Lapa no passado, ou seja, a partir da segunda década do século XX até o Estado Novo, o projeto afirma que depois da Reforma Pereira Passos, "a Lapa passa a ser então o coração da vida política da jovem república brasileira, abrigando a noite mais movimentada da cidade". (Reestruturação do Largo da Lapa, IplanRio; RioArte, 1989, p. 2). O projeto ressalta o papel do desmonte do Morro Santo Antônio e, posteriormente, a abertura da Avenida Norte-Sul como desarticuladores do espaço e da cultura da região. Entretanto, é enfatizado que, nessa época, a Lapa vem retomando aos poucos seu potencial de lazer e cultura. "A Sala Cecília Meireles, a gafieira Asa Branca, as atividades do Circo Voador, que está recuperando a antiga Fundição Progresso para abrigar um shopping cultural, são bons exemplos disso". (idem, p.3).
Desse modo, "na tentativa de reorganizar espacial e paisagisticamente a área, foi criado um 'largo' que funcionará como eixo articulador do conjunto, tendo como foco o Lampadário, e prolongando-se visualmente até uma arena, no centro da Praça dos Arcos. Esta última, antes, "sem o menor significado para a área", passa a se integrar definitivamente ao novo largo da Lapa, através de um tratamento paisagístico que reforça a idéia do eixo visual. (…) a arena projetada, (…), servirá para a realização de eventos e como ponto ordenador e valorizador de velho aqueduto, por ela enquadrado". (idem, p. 5). O projeto ainda prevê alargamento de calçadas com previsão que mesas e cadeiras possam ser colocadas na calçada ampliada em frente à Sala Cecília Meireles. Também se pretendia recompor a esquina junto ao Prédio da Escola de Música da UFRJ. Acreditava-se, assim, poder devolver à Lapa a sua antiga tradição boêmia.

Figura 2: A arena na Praça dos Arcos.
Fonte: Projeto Reestruturação do Largo da Lapa, IplanRio, RioArte, 1989

Figura 3: Visada da Igreja Nossa Senhora do Carmo da Lapa do Desterro.
Fonte: Projeto Reestruturação do Largo da Lapa, IplanRio, RioArte, 1989.

3. O Circuito Musical na Lapa.

Desde os finais da década de 1990, ocorre o aumento do número de restaurantes, bares e casas de show que reutilizam casas e sobrados antigos da região, provocando o aumento do número de usuários, principalmente, à noite. Simone Lial, cantora que iniciou sua carreira de shows na Lapa e hoje continua se apresentando em casas da região, refere na entrevista que ela concedeu à autora, ela retoma o papel de certas casas de show pioneiras na revitalização da Lapa:

> Meu primeiro show na Lapa foi no Arco da Velha. E o Lefê, nessa época, era programador da casa. Eu convidei um amigo, o Betão, para o meu show, ele era amigo do meu ex-marido. Ele foi no meu show e já tinha conversado com a gente sobre a possibilidade de abrir no antiquário aonde ele era sócio com a tia, com a Lu, que era tia dele, lá no 100 da Rua do Lavradio, eles tinham um antiquário lá e eles estavam querendo abrir um bar que tivesse música e aí ele conversou com o Lefê e eles se juntaram. O Lefê chamou o Tiago Cesário Alvim que hoje é o dono do Carioca da Gema, na época ele tinha um buffet na Barra. **Então o Tiago entrou com o Buffet, a parte de bar, o Lefê com a programação e o Betão com a Casa, ele com a tia dele, acho que abriram em 1997**. Eles começaram com música instrumental, depois o Dobrando a Esquina ficou lá um tempão tocando. Eu só fui para lá tocar em 1999 com o Goiabada Cascão. **O que eu acho que foi importante não foi somente dos músicos terem ido para a Lapa, mas ações, como essa do Betão, essa idéia para que as coisas acontecessem**, porque era um lugar super legal (a casa – o Emporium 100), super badalado, um monte de gente começou a ir, enfim, **eu acho que o que foi importante foi esse movimento musical ter iniciado essa revitalização.** (Entrevista à autora – agosto/2013, grifos da autora).

É possível pensar que, inicialmente, a revitalização da Lapa teve um caráter ligado à presença de artistas e a busca de aluguéis baratos pelos empresários, com a presença pontual do poder público. Entretanto, a partir de um interesse do mercado imobiliário e ações, projetos e parcerias mais efetivas entre o poder público e os empresários, a agenda urbana do Planejamento Estratégico e da Cidade Criativa passam a atuar com maior força na promoção da área.

4. A Rua do Lavradio, a Feira Rio Antigo e o Pólo Novo Rio Antigo.

Uma área que contou e conta com grande visibilidade nesse processo é a Rua do Lavradio. A capacidade de articulação entre empresários locais e poder público, a presença dos antiquários, a abertura em 1996 da Feira de Antigüidade dinamizou a renovação de alguns bares e lanchonetes existentes. A existência da ACCRA[10], criada em 1992 reflete a organização desse grupo de empresários e comerciantes locais.
A Feira, e posteriormente, o Projeto de Recuperação e Reurbanização da Rua do Lavradio, pela Prefeitura do Rio contaram com o apoio do então Subprefeito, o arquiteto Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, citado anteriormente. (Plano de marketing Pólo Novo Rio Antigo 2006/2007, p.30).
A feira que tinha o diferencial de além do comércio das antiguidades, o evento contava com uma programação cultural e foi um sucesso, propiciando a articulação necessária para o projeto de reforma da Rua do Lavradio promovido pela prefeitura no primeiro governo do prefeito César Maia e foi apresentado pelo Augusto Ivan que mediava a relação da comunidade e a Rio Urbe. "O projeto da Lavradio deu certo porque ele foi discutido conosco desde o início, foi democraticamente negociado todo o tempo". (Depoimento de Plínio Fróes, dono de casa de show, ao Museu da Pessoa, 2003). Em reportagem da Veja Rio de março de 2002, a inauguração

10 Associação de Comerciantes do Centro do Rio Antigo.

da reforma da Rua do Lavradio ganha publicidade. Plínio Fróes é o grande porta voz dessa região na mídia, além de empresário também é morador da área. A notícia afirma que a reforma atraiu negócios para a região e afirma que a retomada da "tradicional boemia da Lapa parece ser a vocação da Lavradio e do entorno". (Veja Rio, março de 2002).

5. O Pólo Novo Rio Antigo.

O Pólo Novo Rio Antigo é "uma associação que reúne empresários e profissionais da cultura, da gastronomia, do comércio, dos serviços, turismo e lazer das regiões da Cinelândia, Lapa, Rua do Lavradio, Praça Tiradentes, Largo do São Francisco e Rua da Carioca com o objetivo de fomentar a revitalização cultural, econômica e social desta parte do Centro Histórico carioca."[11] O Pólo tem o objetivo de fortalecer o associativismo e promover o desenvolvimento das regiões supracitadas e foi formalizado pelo Decreto Municipal 26.200 de 27 de janeiro de 2006 (Pólo Cultural e Gastronômico Rio Antigo).

> Em 1997 surgiu a oportunidade de comprar um bar, de conviência artística que foi o Bukowski que existe até hoje e 1999 fui fazer essa experiência na Casa da Matriz. Era com cultura alternativa e começou dar certo. E pensei "isso é uma oportunidade de negócio para a minha vida". Eu era repórter de economia no JB na época. Mas ter espaço pequeno cultural é insustentável, tem que criar uma rede. Então criei uma rede privada de cultura, com muito giro e muito público para que empresas quererem unir as marcas deles às nossas. No início abrimos espaço para novos artistas e não abria para qualquer coisa se apresentar, eu tinha um público alvo específico e ingresso barato. A gente queria viver daquilo sem grandes lucros. Essa atividade é desgastante, tem a burocracia, aluguéis estão ficando mais caros. Eu comecei a perceber que esse mercado precisa de mais análises. Em 2009, fui pesquisar sobre o mercado noturno e a PUC chamou para coordenar a incubadora Rio Criativo. Facilitar o caminho para quem quer empreender nessa área.
> Por que Lapa? Eu sempre frequentei a Lapa. Tinha uma questão de alvarás na zona sul, não é amigável para trabalhar com música e entretenimento. Começou a apertar a fiscalização e a gente queria expandir a rede. A legislaçãona área central é mais permissiva com as atividades de lazer noturno. Fui para a Lapa procurando legislação mais adequda e espaço maiores com o custo menor. Foi aí que eu achei o Teatro Odisséia em 2003 e inaugurei em 2004.
> Eu já tinha feito um movimento em Botafogo que formou o Pólo Botafogo que a Prefeitura reconheceu como área de interesse turístico. Lá a associação deu certo, o SEBRAE-RJ foi parceiro. Depois eu levei essa metodologia para a Lapa, daí nasceu o Pólo Novo Rio Antigo, que é uma metodologia do SEBRAE. (Léo Feijó, sócio do Teatro Odisséia na Lapa, empresário, 39 anos, um dos articuladores do movimento SOS Lapa, atualmente é um dos coordenadores da *Incubadora Rio Criativo.* Entrevista à autora, fevereiro de 2014).

O Pólo que se pauta em três vetores de desenvolvimento – Cultura, Gastronomia e Memória e tem o objetivo claro de promover a imagem da região de forma a gerar "externalidades positivas", tais como melhoria de infraestrutura, limpeza, segurança, diferenciação e promoção da região como destino de compra e lazer que propiciem aumento da dinâmica local.
Os empresários ressaltam a importância da zona central da cidade pelos seus "inquestionáveis" aspectos econômico, histórico, patrimonial, cultural e turístico. Um dos primeiros produtos dessa associação foi a elaboração de um "Projeto de Requalificação Urbana", que por meio de oficinas de discussão com

11 http://www.novorioantigo.com.br/.

empresários da região em parceria com entidades de apoio empresarial (SENAC-Rio e SEBRAE/RJ) construiu diagnósticos e propostas relativas a temas como infraestrutura, uso do espaço público e segurança (Propostas de Requalificação Urbana, Pólo Novo Rio Antigo, 2006, p. 08). O documento afirma que o relacionamento com a prefeitura e demais instâncias de governo são essenciais para a promoção do desenvolvimento local ressalta o excelente entendimento com a prefeitura o que tem possibilitado o encaminhamento e o atendimento de inúmeras demandas. (idem, p. 9).
As ações do projeto que correspondem às regiões do bairro Lapa são:

a) Revitalização do Passeio Público – integrando a área com maior dinâmica para convívio de cariocas e turistas; instalação na área de quiosques gastronômicos. (Idem, p. 13).
b) Criação do percurso notável, com condições especiais de iluminação, mobiliário urbano, pavimentação, segurança e ordem urbana, gerando um eixo de atratividade e de referência da cidade. (Idem, p. 14).
c) Projeto de Incentivo à Recuperação de Fachadas.
d) Criação de um produto turístico, relacionado ao percurso notável.
e) Programa de Preservação da Memória Oral dos antigos moradores da região.
f) Instalação de um Centro de Informações Turísticas.
g) Realização de um calendário de feiras temáticas.
h) Ações para melhoria do trânsito na Lapa.

As atividades de consumo na área, em sua maioria, se desenvolvem em espaços que exigem o pagamento para acesso e uso, entretanto, fica claro nas sugestões dos empresários a necessidade de intervenções estratégicas em áreas públicas para o desenvolvimento e promoção dessas atividades. Classificam-se certos grupos sociais e usos do espaço como problemas, por exemplo, flanelinhas, moradores de rua, ambulantes, camelôs, as práticas de comércio ambulante e informal e o próprio uso das ruas e calçadas por clientes de bares da região. A criação do Pólo concretiza essa relação entre um grupo de empresários locais e o poder público e suas ações e demandas por maiores investimentos públicos para requalificação da área parecem indicar uma necessidade de "harmonizar" a atmosfera da Lapa.

6. A Lapa Ordenada e Pedestre: O Projeto Lapa Legal.

Em 2009, a Prefeitura do Rio de Janeiro lançou o *Projeto Lapa Legal* que teve como objetivo valorizar a "vocação multicultural" da Lapa e suas riquezas artística, arquitetônica e histórica, com o aproveitamento do potencial cultural e turístico dessa área, a regularização urbana da Lapa e de seu entorno, a preservação do patrimônio arquitetônico do Rio Antigo e o incentivo à captação de recursos e investimentos privados para a geração de empregos na região, resultando no desenvolvimento de atividades culturais, turísticas e econômicas da Lapa.
Os técnicos envolvidos na execução do projeto informaram[12] que, inicialmente, foi convocada uma grande reunião para tratar do projeto com a população (participação de ONGs, instituições culturais, o Pólo Novo Rio Antigo, ambulantes, moradores e síndicos de prédios). É perceptível no diagnóstico realizado o importante papel de ONG (s) que atuam na região, do Pólo Novo Rio Antigo e da Fundição Progresso na seleção das ações do Projeto.

6.1.Fase 1: Ações de Ordenamento Urbano.

As ações de ordenamento urbano foram iniciadas em 2009, com uma política chamada "Choque de Ordem", que deu o tom do início do primeiro governo municipal de Eduardo Paes (PMDB). As ações foram: delimitação do núcleo histórico cultural da Lapa; iluminação pública, regulamentação de estacionamentos

12 Entrevista em abril de 2011.

e pontos de táxi; ordenamento de ambulantes (controle sanitário, padronização das barracas, regulação de ocupação dos espaços públicos); aumento do efetivo da guarda municipal e controle acústico.

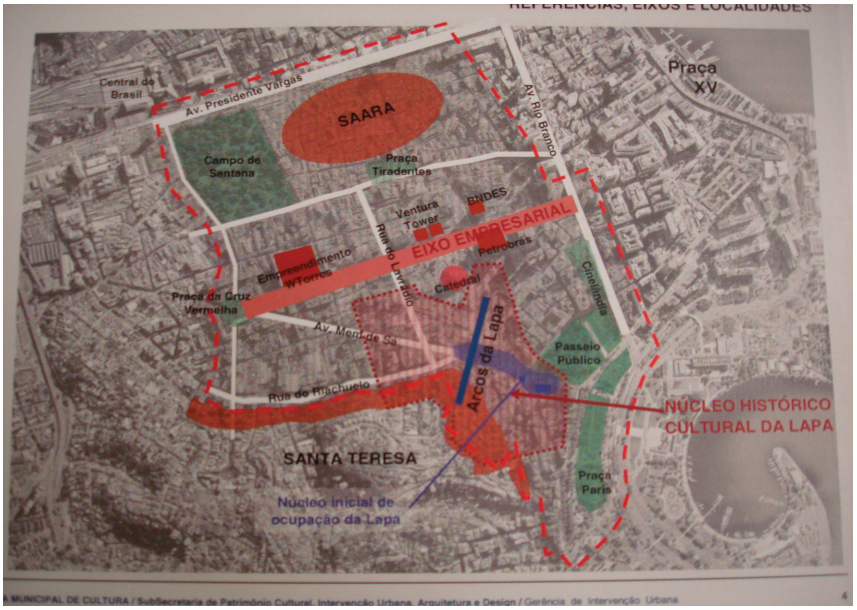

Figura 4: Núcleo Histórico e Cultural da Lapa para o Projeto Lapa Legal.
Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura/Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana e Design/Gerência de Intervenção Urbana.

Nesse período foi instaurado o projeto "Fim de Semana Legal", onde trechos das ruas Mém de Sá, Gomes Freire e Riachuelo foram fechados à passagem de veículos até às cinco horas da manhã, permitindo bares e restaurantes ampliarem o uso das calçadas com mesas e cadeiras. A reportagem do jornal *O Globo,* de 14/07/2010, afirma que a medida tem o "objetivo de revitalizar as áreas históricas e turísticas da cidade".
No "Choque de Ordem" na Lapa foi realizada repressão aos flanelinhas, "comerciantes irregulares" e pessoas que urinam nas ruas. Várias notícias sobre o ordenamento na Lapa são encontradas na grande mídia em 2010. Muitas delas tratam das ações da Secretaria Especial da Ordem Pública na Lapa e tratam da apreensão de produtos de ambulantes não autorizados na região (*O Globo*, 11/09/2010), apreensão de menores que "realizam furtos na área" (*O Globo*, 03/04/2010), prisões por tráfico de drogas (*O Globo*, 13/08/2010) e a detenção generalizada de pessoas em noites da Lapa ("Choque de Ordem na Lapa detém 60 pessoas", *O Globo*, 18/07/2010).
Outras ações têm o objetivo de criar marcos simbólico no espaço que novamente ressaltem a tradição boêmia da Lapa. Um muro de 300 metros como tema "Rio, Samba, Boemia Carioca e Lapa" foi inaugurado dia 02/10/2010. Foram retratados por 15 grafiteiros mulatas, sambistas, malandros e jogadores de sinuca. O uso da arte urbana para ratificar as imagens área que se quer reproduzir.

6.2. Fase 2: Intervenções Estruturantes.

As intervenções visavam interferir nas condições físicas da infraestrutura de maneira a reformular o aproveitamento dos espaços públicos e, nos privados, recuperar aqueles aspectos que interferem na paisagem urbana e no uso dos imóveis. Primeiramente, foram indicadas ações de restauro de bens imóveis protegidos como patrimônio edificado, reurbanização de logradouros, reformulação da iluminação pública, melhoria do transporte, com a implantação de uma nova para dos bondes de Santa Teresa que atenda a localidade da Lapa[13]. (Projeto Lapa Legal, 2009, p. 11).

13 O bondinho de Santa Teresa está com suas atividades paralisadas desde o acidente ocorrido em 27 de agosto de 2011 em que morreram seis pessoas e quarenta e oito ficaram feridas.

As ações privilegiam o pedestre, principalmente, na área dos Arcos da Lapa, Largo da Lapa e Av. Mém de Sá. Na região da Praça dos Arcos e entorno foi proposta uma remodelação da área com criação de áreas sombreadas e a recomposição paisagística dos canteiros. Foi ressaltada a intervenção do Arquiteto Augusto Ivan na década de 1990, referido anteriormente, que "configurou forte estruturação dos valores do lugar". Nesse caso, se reafirmam os grandes eixos de visibilidade, os espaços de permanência e a contemplação dos monumentos. (Projeto Lapa Legal, 2009, p. 16).
Há uma preocupação com espaço da Praça junto ao remanescente do Morro Santo Antônio, pois é um local que costuma abrigar população de rua, e por questões de segurança são propostos a instalação de uma guarita da polícia militar e o fechamento da via de trânsito que aí passava, recuperando a unidade da Praça em questão.

Figura 5: Projeto para a Praça dos Arcos e entorno.
Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura/Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana e Design/Gerência de Intervenção Urbana.

No que restou do Morro de Santo Antônio, no entorno da Praça Monsenhor Francisco Pinto se planejou dar novos usos à área para reverter o quadro de abandono e "desqualificação" da área. Também foram previstos a implantação de dois quiosques que trariam animação cultural para a área e um "ponto de contemplação" dos Arcos e do convento de Santa Tereza que pode ser visto dali. Também são propostos o "Marchódromo[14]" e uma galeria de arte urbana e a Parada da Lapa. (Projeto Lapa Legal, 2009, p. 22).

14 Para a realização dos concursos de marchinhas de carnaval organizados pela Fundição Progresso.

Figura 6: Projeto para o entorno da Praça Monsenhor Francisco Pinto.
Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura/Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana e Design/Gerência de Intervenção Urbana.

Figura 7: Dinamização de áreas de pedestres e sua comparação com centros históricos internacionais e brasileiros.
Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura/Subsecretaria de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana e Design/Gerência de Intervenção Urbana.

O Projeto Lapa Legal voltado para o ordenamento da Lapa e para o pedestre, fechando ruas para provocar uma aglomeração em locais específicos facilita o policiamento e o controle da "ordem". É possível encontrar muitas semelhanças entre o Projeto Lapa Legal e as Propostas de Requalificação Urbana do Pólo Novo Rio Antigo, o que mostra o diálogo direto entre poder público e empresários na constituição da "área revitalizada" e o poder de atração da região para visitantes, mídia e investimentos.

Importante também é ressaltar que as imagens dos projetos ganharam as páginas dos jornais. Os novos espaços planejados são colocados para o conhecimento da população em jornais e sítios da internet. Nesse caso, os gestores públicos usam as imagens dos projetos para feitichizar a estética da arquitetura e numa forma de transmitir uma idéia de cidade (Bezerra, 2011). Desse modo, os projetos são parte do marketing urbano (Sanchez, 2003) de promoção das cidade. Nesse sentido, as imagens dos projetos podem ser pensadas também como narrativas do processo de requalificação do bairro.

Nesse caso, a os arquitetos têm esse papel de elaboração da urbe harmoniosa bela e limpa com o objetivo de mudar a imagem da cidade. A Praça dos Arcos e o Largo da Lapa, desde o início da década de 1990, passam por reformas urbanas que a pressupõe lazer, contemplação e cultura. Esses aspectos do projeto de Augusto Ivan de Freitas Pinheiro de 1989 são acrescidos das demandas de um grupo novos intermediários culturais do local, os "empresários da cultura" que passam a ganhar espaço na orientação da remodelação dos espaços da área. Desse modo, os gestores, por meio do Projeto Lapa Legal e das imagens criadas pelos arquitetos, defendem uma concepção de cidade ligada à monumentalidade, ao ordenamento do espaço e a busca de financiamentos para o desenvolvimento do potencial econômico de algumas áreas.

Reportagens começam a mostrar um bairro com um "novo perfil". "O bairro boêmio da Lapa, que há décadas vive da sua tradição noturna, começa a despertar para uma nova vocação, agora à luz do dia. Quem passa pela Rua do Riachuelo a partir da Rua André Cavalcanti, em direção aos Arcos, pode notar essa mudança de perfil da região, que está abrigando um comércio renovado, com badaladas lojas de perfumaria, chocolate e até chinelo de dedo, entre outros artigos. Mais do que atraentes economicamente, as novas vitrines ajudam a melhorar o aspecto da Lapa, que continua em processo de revitalização". (*O Globo*, 17/04/2010).

"Grandes empreendimentos prometem mudar a cara da Lapa Boêmia" é a manchete da reportagem de *O Globo*, 07/02/2010 que trata da construção de três grandes empreendimentos que seriam âncoras do "renascimento" da região. O prefeito Eduardo Paes mudou a legislação urbanística da área para permitir a construção de um prédio da Eletrobrás de até 133 metros de altura, com 44 andares. Perfeito Fortuna, diretor da Fundição Progresso, argumenta a favor da instalação da Eletrobrás no local.

> A julgar pela opinião do ator e produtor cultural Perfeito Fortuna, à frente de uma das maiores casas de cultura da região, a Fundição Progresso, não há melhor notícia para os empresários e para o pessoal do setor cultural e de diversões da Lapa. **"Todo mundo está com muita esperança. Por que a Lapa não pode ter outras coisas, só o Cais do Porto? Nós queremos melhorias também, queremos nos preparar para Olimpíadas, para a Copa do Mundo, queremos ser um lugar digno, bacana",** disse ele.
>
> Fortuna acredita que a ida da estatal Eletrobrás vai melhorar a infraestrutura da Lapa. (*O Globo*, 27/02/2010, grifo da autora).

7. A Nova Lapa. Narrativas de diferença e de desigualdade.

Gestores públicos e produtores locais se aproximam na idéia de que as oportunidades (de negócios, de renovação urbana) devem ser aproveitadas. Outros são bastante críticos à situação atual, por acharem que as ações do poder público são, na verdade, marketing.

> A Lapa em 2000 era um local muito abandonado, prostituição, assaltos. Aí alguns comerciantes começaram a comprar sobrados e fazer bares. Aí vem o Carioca da Gema, o Sacrilégio, tinha a ACRRA que depois criou o Pólo Novo Rio Antigo. **O César Maia disse que quem tinha feito a Lapa era ele e aí os comerciantes se reuniram e fizeram um desfile com o nome: "Independência ou Marketing". Porque a gente não queria o marketing.** Com o sucesso da Lapa, a Prefeitura, a partir de 2009, permitiu bares que não tinham identidade com a Lapa, o Belmonte, o Só Kana (que é minha revolta, pois fecharam o contorno para eles colocarem mesas e cadeiras).

> Por que o secretário não pune certos comerciantes que colocam mesas e cadeiras nas calçadas? Mas o Belmonte que é uma rede e tem no Leblon, no Flamengo, tem na Lapa. Eles têm uma postura diferente nos outros bairros, mas a Lapa ficou sendo esse vale tudo, pode tudo. Não há um olhar do poder público.
> **O que mais se escuta é que a Lapa é cultural, mas o que se instalou é a cultura do bolinho de bacalhau e a cerveja. E quem tem cultura e projeto social, como o Circo Voador e a Fundição Progresso, você tem o Carioca da Gema, o Sacrilégio que têm respeito. As outras não, elas não tem responsabilidade com a Lapa.**
> O Lapa Legal foi uma mentira, veio na carona de projetos de outros bairros. **Fizemos uma pauta de reivindicação do que seria o Lapa Legal, mas eles não fizeram nada do que foi pedido. O Lapa Legal surge por conta dos ambulantes, tava muito confuso e cadastraram os ambulantes e eles abriram o cadastramento para o Rio de Janeiro todo e depois sortearam, então gente da Lapa ficou de fora e gente que não tinha nada a ver tava aqui.** E gerou uma coisa de um comprar barraca do outro e virou uma empresa, tem gente que tem várias barracas. (Virgílio, 50 anos, editor de um jornal local e morador da Lapa, dezembro de 2013. Grifos da autora).

Mesmo entre os promotores de atividades culturais, há posições críticas ao que é considerado uma elitização da Lapa. Cláudio Cruz, 56 anos, fundou o Bloco de carnaval Embaixadores da Folia em março de 2000 que tem sua concentração e atividades na região da Gomes Freire, Rua do Senado e Lavradio. Há quatro anos abriu o bar Vaca Atolada.

> Queria ter um botequim para beber a preço de custo, receber meus amigos, ouvir música , eu curto isso à beça. E eu acabei aqui com o "Vaca Atolada". A segunda parte do "Vaca" é a parte musical. Eu fui criado com isso. E comecei a trabalhar essa coisa de música no Vaca seriamente. Eu respeito muito a identidade nossa do samba. É uma coisa que eu curto. Sou Portelense doente, sou benemérito da Escola, sou nascido e criado na área em Madureira. E eu trouxe muito da minha vida, das minhas experiências e vivências no samba para o "Vaca". Então aqui, eu não deixo esse negócio de "pagodinhozinho", eu respeito o espaço deles, mas aqui é samba de raiz. Tocamos também bossa nova que é uma coisa carioca, chorinho que é uma coisa carioca, a identidade da nossa cidade. É um botequim que não tem nada de fresco aqui. Isso aqui tem cara de botequim. Eu não deixei eles fazerem como fizeram na Lapa, afrescalharam e aí o cara diz,"a minha casa", casa porque é casa de show. Eu digo que aqui não é casa não, é um botequim que toca música. Eu não abro mão disso e não cobro couvert aqui. O que eu faço: quando tá tocando música acrescenta R$ 1,00 em cada cerveja na hora da música, para ajudar a pagar os músicos, que eu gasto muito dinheiro com músico aqui. Eu não cobro couvert, para que qualquer pessoa tenha direito de ouvir Cartola, Candeia, um bom samba. Porque hoje na Lapa, só quem tem dinheiro, condição pode ouvir um bom samba. Porque você paga couvert para entrar e cerveja caríssima lá dentro. Claro que é difícil para mim manter isso, mas enquanto eu puder, eu vou tentar. Não participo de associação até porque tem uma pessoa que manda na área e não me tem muito apreço que acha que o "Embaixadores da Folia" incomoda o local. Porque faz cultura na rua, samba de raiz na rua, vendendo as coisas baratinhas, mas, para eles, atrapalha o negócio deles. (Entrevista à autora, agosto de 2013).

O movimento SOS Lapa começou a se organizar nos últimos meses de 2013, como conseqüência de mortes violentas que ocorreram na região e ganharam as páginas dos grandes jornais da cidade. São encontros abertos que pretendiam reunir moradores, empresários, artistas e freqüentadores da área para pensar em ações que

"contribuíssem com a qualidade de vida local". Entretanto, inicialmente, segundo um dos entrevistados, somente os comerciantes se mobilizavam e tinham acesso ao poder público, principalmente via o Pólo Novo Rio Antigo.

> Sempre que acontece alguma coisa ruim, os comerciantes vão ao prefeito, **porque interessa ao prefeito conversar com esses comerciantes**. Mas eu venho batendo numa tecla há algum tempo, tanto que **eu sai do Pólo (Pólo Novo Rio Antigo), eu frequentei o Pólo por 8, 9 anos. A voz da Lapa não pode ser dos comerciantes, tem que ser dos comerciantes também.** (Virgílio, 50 anos, editor de um jornal local e morador da Lapa, dezembro de 2013).

Desde então, empresários[15], artistas, moradores e movimentos participam das reuniões do SOS Lapa e expressam divisões sócio-culturais, econômicas que se expressam espacialmente:

> Por volta de 1996 começa uma roda de samba no Sobrenatural no Largo dos Guimarães organizada pela Sérvula que era casada com Décio Carvalho, mas aí deu um problema com os moradores, aí desceram todos pela Escadaria do Selaron e ficaram no bar do Seu Cláudio (Joaquim Silva), que era um reduto bacana, o Semente aparece nesse momento também, tinha uma roda de samba legal na Joaquim Silva. Ali na Mém de Sá, (o lugar badalado hoje) era morto. **Quando você começa ter bares de elite ali, aí você começa a ter duas Lapas**. **Essa Lapa daqui fica marginal e a Lapa de lá fica classe média alta.** E isso só foi piorando com o tempo. **Hoje você tem uma Lapa dos Arcos para cá, até a Sala Cecília Meireles que é uma Lapa totalmente abandonada, deixada de lado. E você tem uma Lapa dos Arcos da Lapa até a Praça João Pessoa que se você olhar bem a dimensão é a mesma, dá até para medir isso. São duas realidades, são dois mundos totalmente diferentes. É uma galera do rap, do funk do lado de cá, ocupada por negros em sua maioria e há uma Lapa do lado de lá de brancos, de poder aquisitivo**, Agora tudo isso aconteceu porque falta por parte do poder público um olhar para entender a cidade, para entender o que as pessoas estão querendo. (Virgílio, 50 anos, editor de um jornal local e morador da Lapa, dezembro de 2013).

8. Considerações Finais.

Por meio da análise da retórica dos projetos urbanos e de revitalização do bairro da Lapa e da trajetória e ação de agentes que intermediaram a aplicação dos mesmos, é possível demonstrar que desde as últimas décadas do século XX, a aposta das políticas urbanas na cultura levou a processos de reconversão funcional e estética da Lapa, por meio da atuação de intermediários culturais que pertencem a diversos contextos organizacionais, domínios culturais e áreas profissionais que influenciam os políticos na decisão de políticas urbanas e culturais. A trajetória profissional de Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, pertencente ao corpo da Prefeitura Municipal de 1968 a 2001 mostra bem a articulação dos discursos urbanos globais e sua articulação em projetos locais, inclusive na Lapa.

Os conflitos simbólicos entre a retórica dos projetos de revitalização do bairro da Lapa e entre os agentes que intermediaram a aplicação dos mesmos, os intermediários culturais, implicam diferentes formas de experiência urbana.Cada vez mais certos grupos profissionais têm poder para ditar quem tem direito de estar e usar de certas maneiras os espaços, entretanto, os intermediários culturais têm importante papel nos múltiplos processos de apropriação, interpretação e construção de sentidos sobre da Lapa e as diferenças locais não são anuladas,

15 Um dos empresários bastante atuante nesse movimento é Léo Feijó, citado anteriormente, um os coordenadores da Incubadora Rio Criativo e sócio do Teatro Odisséia e da Choperia Brazooca na Mém de Sá, Lapa.

mas articuladas a outros fluxos culturais mediante processos que mediam a relação entre culturas, histórias e tradições (Featherstone, 1995, 1997; Canclini, 1997, 2008). Os empresários culturais, artistas, arquitetos e jornalistas que atuam na Lapa expressam divisões sócio-culturais e econômicas e, muitas vezes, participam de processos de mediação entre posições, discursos e narrativas dissonantes, como no Movimento SOS Lapa. Eles são o ponto de contato entre modelos, estratégias, agendas de intervenção urbana e animação cultural e certas vivências cotidianas na Lapa.

Referências Bibliográficas.

ANDRADE, Moacyr. (1998). *Lapa: Alegres trópicos.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Prefeitura.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. (2013). "Uma Estratégia Fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: Arantes, Otília; Vainer, Carlos; Maricato, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.* Petrópolis, RJ: Vozes.

BALIBREA, Mari Paz. (2003). "Memória e espaço público na Barcelona pós-industrial". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 67, pp. 31-54.

BARREIRA, Irlys Alencar Firmo. (2007). *Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem do bairro.* Análise Social. Vol. XLII (182), p. 163-180.

BEZERRA, Roselane Gomes. (2011). *Narrativas da cidade virtual*. O Público e o Privado. Nº 17, p. 71-85.

CANCLINI, Nestor Gárcia. (1997). *Imaginários Urbanos.* Buenos Aires: Editora Universitaria de Buenos Aires.

De CERTEAU, Michel. (1994). *A invenção do cotidiano: as artes de fazer***.** Petrópolis: Vozes.

FERREIRA, Claudino (2009). "Intermediação Cultural e Cidade". In: FORTUNA, Carlos & LEITE, Rogério Proença (orgs.). *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos*. Coimbra: Edições Almedina S. A.

_____ (2010). *Cultura e Regeneração Urbana: Novas e Velhas Agendas da Política Cultural para as Cidades***.** Revista Tomo. N. 16; jan/junho.

FORTUNA, Carlos. (2002). *Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico.* Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, 125-150.

HARVEY, David (1992). *Condição pós-moderna.* São Paulo, Loyola.

HUYSSEN, Andreas. (2008). "Introduction: World Cultures, World Cities". In: HUYSSEN, Andreas (editor). *Other Cities, Other Worlds: Urban Imaginaries in a Globalizing Age.* Durham and London: Duke University Press.

LEITE, Rogério Proença. (2004). *Contra Usos da Cidade. Lugares e Espaço Público na Experiência Urbana Contemporânea.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, Aracaju, SE: Editora UFS.

LUSTOSA, Isabel. (org.). (2001). Lapa do desterro e do desvario – uma antologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

MAGALHÃES, Roberto Anderson. (2008). *A Requalificação do Centro do Rio de Janeiro na década de 1990. A construção de um objetivo difuso.* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Coordenadoria de Documentação e Informação Cultural, Gerência de Informação.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. (2012). "O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas". In: IPHAN. *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009*. Brasília: IPHN. p. 25-39. (Anais; v.2, t.1).

MESENTIER, Leonardo. (s/d). Revitalização Urbana: a cultura no Centro. Trabalho para o GT2: Gestão de Políticas Públicas Integradas: conceitos e operações. Mimeo.

O'CONNOR, Justin & WYNNE, Derek. (1997). "Das Margens para o Centro. Produção e consumo de cultura em Manchester". In: FORTUNA, Carlos (org.) *Cidade, Cultura e Globalização*: *Ensaios de Sociologia*. Oeiras: Celta Editora.

PEIXOTO, Paulo. (2006). *O passado ainda não começou. Funções e estatuto dos centros históricos no contexto urbano português.* Tese apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção

do Grau de Doutor em Sociologia do Desenvolvimento e da Transformação Social. Coimbra.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. (2002). "Augusto Ivan de Freitas Pinheiro". In: FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. (orgs.). *Capítulos da Memória do Urbanismo Carioca.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p.202 -221.

_____. (2002b). "Aprendendo com o Patrimônio". In OLIVEIRA, Lucia Lippi de. (org.). *Cidade: História e Desafios.* Rio de Janeiro: FGV Editora, CNPQ, p. 141-155.

SÁNCHEZ, Fernanda. (2003). *A Reinvenção das cidades para um mercado mundial.* Chapecó: Argos.

SANTA'ANNA, Márcia. (2004) *A Cidade – Atração: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90.* Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia. Salvador.

VAINER, Carlos. (2013). "Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano". In: Arantes, Otília; Vainer, Carlos; Maricato, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.* Petrópolis, RJ: Vozes.

VAZ, Lilian Fessler & SILVEIRA, Carmen B**.** (2006). **"**A Lapa Boêmia na Cidade do Rio de Janeiro: Um Processo de Regeneração Cultural? Projetos, Intervenções e Dinâmica do Lugar", in: VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. (orgs.). *Intervenções em Centros Urbanos: Objetivos, estratégias e resultados.* 1ª ed. Barueri - São Paulo: Manole, 67-99.

ZUKIN, Sharon. (2000). "Paisagens Urbanas Pós-Modernas: Mapeando Cultura e Poder", in: ARANTES, Antonio Augusto (org.). *O Espaço da Diferença.* Campinas, SP: Papirus.

Documentos Consultados.

Reestruturação do Largo da Lapa*, IplanRio; RioArte, 1989*

Pólo Novo Rio Antigo. *Plano de Marketing do Pólo Novo Rio Antigo,* 2006/2007.

Pólo Novo Rio Antigo. *Projeto de Requalificação Urbana,* 2006.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. *Arcos da Lapa 1755 a 1991 – Um passeio no tempo*. Instituto de Planejamento Municipal – 4ª edição – 1991.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura. Subsecretaria Municipal de Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design. *Projeto Lapa Legal.* Rio de Janeiro, 2011.

Museu da Pessoa. *Depoimento de Plínio Quintão Fróes*. 2003.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Instituto Pereira Passos. *A Importância da economia criativa no desenvolvimento econômico da cidade do Rio de Janeiro.* Junho de 2011.

FIRJAN. *A Cadeia da Indústria Criativa no Brasil. In:* Estudos para o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sistema FIRJAN, n. 2, maio de 2008.

Reportagens.

Lavradio de cara nova. Veja Rio, março de 2002.

Prefeitura do Rio autoriza prédio de 44 andares em área protegida. Estadão, 12/01/2010.

Choque de Ordem na Lapa detém 60 pessoas*,* O Globo*,* 18/07/2010.

O novo perfil da Lapa surge à luz do dia com lojas modernas e vitrines atraentes. O Globo, 17/04/2010.

Sites.

www.novorioantigo.com.br
www.lapacriativa.com.br
http://noticiascultura.rio.rj.gov.br
http://www.museudapessoa.net/

A modernização conservadora e o plano urbano: violência física e atores culturais no Rio de Janeiro empreendedor

Autores: João Domingues[1]

Luiza Nasciutti[2]

Resumo: artigo pretende discutir as relações entre cultura e espaço, tendo como pressuposto geral as novas formas de gestão da cidade. Como tal, defende-se que a renovação do ciclo espacial de acumulação capitalista gera uma série de interferências no campo cultural, sendo radicalizados pela gramática da modernização conservadora. Considerando a lógica neoliberal, a qual foi instaurada na atual gestão do governo do Rio de Janeiro, no que se refere à promoção de megaeventos como a Copa do Mundo, observa-se muitos destes efeitos, como na violação do direito à cidade, à liberdade de expressão, e o alto grau de retaliação violenta aos sujeitos sociais ativos que reivindicam outras relações acerca do urbano. Assim, planeja-se demonstrar que, como contraponto e de ordem sintomática a essa perspectiva de experiência de cidade, experiências de agentes culturais que se fazem insurgir e ecoar pelas "brechas" dessa lógica impositora de gestão urbana.

Palavras-chave: Empreendedorismo Urbano; Modernização Conservadora; Neoliberalismo; Insurgência.

Abstract: The article intends to discuss the relationship between culture and space, and the general assumption the new forms of urban management. As such, we argued that the renewal of spatial cycle of capitalist's accumulation generates a series of interference in the cultural field, being radicalized by the grammar of conservative modernization. Considering the neoliberal logic, which was established at the current Rio de Janeiro government management, as regards the promotion of mega events like the World Cup, there are many of these effects, as in violation of the right to the city, liberty expression, and the high level of fisical retaliation to active social subjects who claim other relations on the urban. Thus, it is planned to demonstrate that, as a counterpoint and symptomatic order in this perspective of city experience, cultural agents of experiences that do rise up and echo the "loopholes" that impositora logic of urban management.

Key-Words: Urban Entrepreneurship; Conservative modernization; Neoliberalism; Insurgency..

1. Introdução

O processo mais recente de transformação do capital, que na tradição do materialismo histórico representaria a transição cíclica da fase monopolista à acumulação flexível (Harvey, 2006), redimensionou com alguma radicalidade a ocupação simbólica e concreta do espaço. Tendo como parâmetro de fundo a globalização, inaugura-se a partir da década de 1970 um novo modelo de administração das cidades, que exalta construções arquetípicas de um certo tipo instrumental de racionalidade econômico-burocrático em detrimento de outras modalidades de percepção sobre o urbano, reunindo interesses sobre o espaço que impõem aspectos mercado-técnicos acima dos aspectos sociais e culturais.

Enquanto o planejamento moderno, marcado pelo Estado como seu "demiurgo interventor", será questionado, os novos modos de gerenciamento do espaço privilegiarão modelos de competição interurbanas. Tratadas

---

1 Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/IPPUR. Professor Adjunto I do Curso de Graduação em Produção Cultural e da Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades na Universidade Federal Fluminense.

2 Graduanda em Produção Cultural na Universidade Federal Fluminense.

como empresas, as cidades virão a reduzir suas condições de construtoras de funções sociais, reservado-se ao apelo de contração de fluxos de capitais voláteis interessados na liquidez imediata que certos territórios possam permitir (Vainer, 2011).

A radicalização desses novos padrões de espacialização do capital e mercantilização do espaço vem sido notados com evidencia no caso das agendas de megaeventos, em que a cidade é fraturada em pequenos territórios mais afeitos à acumulação de certos setores capitalistas especialmente interessados em rendas distintivas e monopolistas. Nesta razão de intervenção, o padrão universalista regulatório clássico de ordenamento do espaço originalmente orientado para atender à função social da cidade é colonizado pelos padrões de competição internacional entre cidades e para a atração de investimentos financeiros (Sánchez, 2010).

Simultaneamente, introduz-se políticas de *image-making*, com objetivo de conferirem visibilidade transnacional à cidade, traçando um terreno propício à entrada de grandes investimentos estrangeiros e fomento acentuado ao turismo, a partir de uma promoção de uma imagem de cidade única, como produto inédito a ser consumido (Arantes, 2009, Sánchez, op.cit). Como estratégia, coloca-se em prática uma abordagem culturalista da cidade, em que a percepção é de que a cultura, «cujo consumo, na forma de refinamento artístico ostensivo, é a melhor garantia de que o clima para os negócios é saudável» (Arantes, 2009: 29), aparece tanto um recurso estilístico que auxilia a transformação da cidade ela mesma em um certo tipo de capital (ampliação de serviços culturais específicos), quanto um recurso político recomendável para a concretização de um consenso entre grupos sociais sobre o ingresso da cidade-mercadoria no mercado mundial de cidades.

Como forma de objetificar a análise e crítica, tomamos a cidade do Rio de Janeiro como um caso exemplar onde se percebe a materialização das contradições que se tornam visíveis quando a razão empreendedora de organização da cidade oprime e reduz os modos possíveis de apropriação do espaço urbano e nega certas possibilidades de expressões e a radicalização da experiência de diversidade.

Assim, planeja-se demonstrar que, como contraponto e de ordem sintomática a essa perspectiva de experiência de cidade, espaços e agentes se fazem insurgir e ecoar pelas "brechas" dessa lógica impositora de gestão urbana. Desta feita, registram-se aqui dois casos exemplares na cidade do Rio de Janeiro: i) a experiência do *Ocupa Lapa*, um coletivo artístico, que se mostra a questionar a restrição dos direitos individuais e coletivos no espaço público, em contexto da revitalização do centro e dos megaeventos, a partir da repressão policial militar, as recentes intervenções espaciais urbanas, os modos institucionais de gestão, alimentando a crítica ao atual esforço estatal em reforçar uma imagem publicitária repercutida internacionalmente do Rio de Janeiro, que projeta uma cidade apropriável por apenas alguns sujeitos restritos, compatíveis à lógica empreendedora de administração da cidade; e ii) o aldeamento indígena urbano intitulado *Aldeia Maracanã*, formado em sua base por indivíduos oriundos de aldeamentos indígenas de várias partes do Brasil ou que guardavam algum tipo de herança como fonte para seu auto-reconhecimento enquanto indígenas, que promoveram entre 2006 e 2013 uma experiência auto-gestionável na ocupação do antigo prédio do Museu do Índio nas proximidades do Complexo Esportivo Mario Filho, no bairro do Maracanã.

2. O empreendedorismo urbano enquanto fato inquestionável

Segundo David Harvey, a crise econômica, social e de valores tornada explícita a partir da década de 1970 testemunhou a passagem do padrão fordista para o regime pós-fordista; a busca de superação da rigidez produtiva por uma maior flexibilidade de processos, mercados e trabalhadores (Harvey, 2006). A partir daí surge um novo paradigma de urbanismo e políticas públicas de gestão da cidade que se apoia em uma ideia de "desenvolvimento urbano espontâneo", em que a exigência de flexibilidade retorna ao urbano impondo o valor de negócio como fundamento essencial do planejamento e política de cidade (Vainer, 2011: 5).

O ponto fulcral para a naturalização desta *demarché* "organizacional espontânea" remonta à submissão a um aparato ideológico que muito sutilmente prepara os atores centrais do processo a assumirem polos discursivos cuja retórica baseia-se em uma consciência de crise generalizada da urbe (Vainer, 2000a). Como tal, os efeitos apregoados para sua contenção podem-se deter sob suas "ferramentas adequadas", cuja forja acinzenta as zonas antinômicas do público e privado.

Enfatiza-se em discurso a degradação e abandono de áreas importantes (centro histórico e zona portuária no caso da cidade do Rio de Janeiro), bem como a debilidade de infraestrutura urbana. Ao mesmo tempo em que se percebe o crescente número de moradores de rua para além de uma questão social, mas como um problema paisagístico. A miséria, a pobreza urbana e a marginalização são estrategicamente redefinidas como comprometedoras à atratividade e competitividade da cidade (Vainer, 2000a). O discurso da crise urbana instaura-se então supondo a necessidade de uma ruptura, superação dos problemas a partir de planejamento estratégico, de um projeto inovador, de teor quase que salvacionista.

Desta forma, este projeto de cidade parece se apoiar no argumento de que o controle político, associado à crítica ao aparelho burocrático, seria tomado enquanto impeditivo à eficiência econômica, e atrapalharia o processo competitivo de modo a obstacular a capacidade da cidade em "aproveitar as oportunidades dos negócios". Nesse sentido, a gestão da cidade é entregue a um modelo de coalizão que internaliza agentes públicos e privados, de maneira que as intervenções do Estado não estariam desarticuladas ou independentes das exigências dos atores privados e do mercado, se percebendo em um vicioso processo de desqualificação da política. A apropriação direta e imediata da cidade por interesses empresariais globalizados depende, em grande medida, da eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania (Vainer, 2011).

Nesta razão de desqualificação encontra-se a aporia fundamental ao trabalho em voga. A dimensão empreendedora de cidade, ao traduzir-se como saída à ineficiência condutiva do aparelho do Estado, reduz em si a cidade como espaço por consagração da pólis, reservando aos grupos organizados na razão empresarial as melhores condições de interferência no aparelho burocrático. Como tal, outras leituras possíveis de cidade ou interferência citadina - que encontravam na condução do planejamento moderno um conjunto de fontes de contenção das contradições materiais do próprio capitalismo - veem-se limitadas ao seu acesso ao mundo político pela urbe.

Como tal, a contração da dimensão pública estatal rende-se ao estatuto geral da exceção e flexibilidade sobre o urbano (Vainer, 2011). É a face escalar urbana da passagem ao pós-fordismo, que marca, assim, uma transição entre o regime de acumulação e o modo de regulamentação a ele associado, buscando substituir a rigidez produtiva por uma maior flexibilidade de processos, mercados e trabalhadores na cidade.

No caso do regime de exceção, este concentra-se na substituição dos parâmetros de eficácia social - concebidos no pressuposto do interesse geral ou coletivo - das políticas pela eficiência econômica - por óbvio, baseado nos interesses das classes capitalistas hegemônicas. Nesta medida, privilegia-se «a negociação e o compromisso em detrimento da aplicação da regra majoritária, o contrato em detrimento da lei, a solução *ad hoc* em detrimento da norma» (Ascher, 2001:84 apud Vainer, 2011). Como versa a gênese do combate último à crise estabelecida, o regime urbano pode parecer autorizar "como necessidade emergencial, uma nova forma de constituição do poder na/da cidade " (Vainer, 2011: 10).

Nesta razão de cuidados dos assuntos urbanos podem ser suspensos os mecanismos e instituições formais típicos do regime republicano representativo, substituídas por agentes "livres do controle estatal", em geral, demasiado aparente no trabalho das consultorias internacionais na prática estratégica dos planejamentos urbanos e grandes projetos de requalificação espacial.

Neste sentido, não se trata propriamente de abandonar toda intervenção publica e sim fazer com que ela atenda as exigências dos atores privados. Elimina-se, como consequência, a separação rígida entre publico e privado, provocando a «participação direta, sem mediações, dos capitalistas e empresários nos processos de decisão referentes ao planejamento e execução de politicas» (Vainer, 2000b: 88). Neste aspecto, o próprio conceito de "público" se dissolve, tornando-se um conceito opaco, ao mesmo tempo, que apropriados pela lógica neoliberal, outros conceitos são discursivamente redefinidos e resignificados, como a própria noção de cidade. A partir daí, forja-se uma imagem de cidade atraente e segura, da mesma forma que se enfatiza a ideia de cidade justa e democrática. Naturaliza-se, portanto, uma apologia discursiva à democracia não descolada ao modelo econômico neoliberal, forjando graus humanizadores do processo empreendedor que se instaura na cidade, apagando contradições inerentes a essa lógica. Obscurece-se, por exemplo, o grau de seletividade que se estabelece ao determinar destinatários do novo projeto de planejamento urbano, cujo público é específico e qualificado, tal qual o direito à cidade passa a ser diretamente proporcional ao índice de solvência dos atores (Domingues, 2013).

Nesse sentido, alguns autores falam da ideia democracia direta da burguesia. O empreendedorismo urbano, apesar de associado a um regime político democrático, conduz um processo autoritário de intervenção urbana, que exclui necessariamente demasiada parcela da população, oriunda de segmentos de escassa relevância estratégica (Vainer, 2011), tanto na participação das decisões das conduções futuras da cidade, tanto como no próprio processo de apropriação e uso da cidade.

Sendo assim, pode-se estabelecer uma crítica aos governos democráticos que ao não se dissociarem de padrões econômicos burgueses capitalistas, acabam por negar a radicalização do processo democrático enquanto forma de experiência de liberdade e ativação da diferença. A democracia direta da burguesia se instaura para legitimizar e autorizar as leis do mercado, reduzindo a participação às decisões públicas a meios restritos, criando um grande hiato entre os interesses civis e as decisões políticas, não questionando o próprio regime democrático instituído. Os mecanismos e instituições formais típicos do regime republicano representativo, quando não suspensos pelas demandas empreendedoras, mesmo que ativados não encobrem que seu pressuposto é a adesão à utopia mercantil de uma cidade unida pela produtivização e competição.

Elegendo a cidade do Rio de Janeiro como objeto de investigação objetiva, percebe-se de forma mais evidente o processo empreendedor de gestão pública a partir da década de 1990, quando ocorre a primeira eleição de César Maia à prefeitura. No contexto atual em que a cidade recebe a da Copa das Confederações e pretende ser sede de realização dos Jogos Olímpicos de 2016, radicalizam-se os novos padrões de mercantilização do espaço, cindindo a cidade em pequenos territórios mais afeitos à acumulação de certos setores capitalistas especialmente interessados em rendas distintivas e monopolistas, mas igualmente espoliativos quanto aos parâmetros radicais de espacialização das diferenças (Domingues, 2013) acompanhada por uma política agressiva de *image-making*. A cidade é tomada enquanto imagem-espetáculo, produto inédito a ser consumido, se apoiando em um padrão estético cultural e de consumo, atraindo turistas e parte restrita da população, enquanto a maioria não se reconhece enquanto beneficiante e agente participativo desse projeto de cidade.

O planejamento estratégico em adjunto a noção de flexibilidade dos aparatos de regulação e controle público, parecem constituir uma nova forma de regime urbano, em que a prática da exceção legal se torna recorrente, atrofiando as possibilidades efetivas de experiência democrática e a participação civil real nas decisões políticas de intervenção na cidade.

A partir daí, compreende-se que essa concepção de cidade e de planejamento urbano refletem em uma nova forma de experienciar a cidade, onde certo sujeitos sociais percebem suas formas de uso e apropriação do espaço urbano reduzido, com a presença e participação restringida, onde a experiência democrática praticamente esgotada de possibilidades.

Mas visto desta maneira, pareceria impensável que este modelo de gerenciamento urbano pudesse se consolidar ante relações tamanho contraditórias. De maneira geral, esta transição se dá por uma série de fatores, intimamente articulados: i) a transição de tecnologias de padrão analógico para digital, que possibilitou uma ampla evasão de trabalho vivo do setor secundário; ii) a consequente crise empregatícia, em nível geral; iii) o esgotamento da capacidade fiscal do Estado para prover gastos sociais do *Welfare*; iv) a radical separação entre capital produtivo e capital financeiro, que deriva no esgarçamento de fronteiras para transações com vistas à liquidez absoluta, se possível.

Este cenário geral de crise do mundo capitalista motivou um duplo senso de publicização. Por um lado, pretende atestar o esgotamento das possibilidades anteriores de administração sobre o urbano, já que este mostrara-se "ineficaz" ante às necessidades de novo posicionamento das cidades no mercado geral de competição inter-urbana. Sua face antitética é demonstrar-se na anulação da forma social de cidade, estando assim mais "propenso" aos desafios que o modelo neoliberal viria a impor.

O empreendedorismo urbano procura assim construir sua legitimidade a partir da repercussão de um discurso ideológico em que sua lógica aparece enquanto uma única alternativa possível, como fato inquestionável. Para isso aciona-se uma imagem unitária de cidade que pretende se afirmar enquanto ideário público, inquestionavelmente aceito por todos. Vende-se, portanto, uma ideia coesa de cidade, apagando as contradições latentes, forjando a ilusão de um desejo comum apegado à produtividade e à competitividade urbana enquanto valores essenciais (Vainer, 2011: 6).

Como forma de reforçar a legitimidade dessa ilusão forjada, evidencia-se em discurso uma certa noção de diversidade que será explicitamente valorizada. Na prática e nitidamente visível no espaço urbano, onde as

contradições aparecem de forma mais radical e latente, reverbera-se um atrofiamento da diferença. O que se percebe é uma apologia à ideia de diversidade associada ao argumento de que as diferenças se aproximariam devido ao interesse comum de cidade atrelado a valores capitalistas, relacionados ao princípio do direito à liberdade individual, especialmente em relação à defesa da propriedade privada, em razão ideal incontestável. Nesta razão de cidade, outros arquétipos de socialidades culturais serão construídas. O que se percebe é, em virtude de uma política publicitária de imagem de cidade associada ao consumo cultural específico e restrito, em que se mercantiliza uma seleção estrita de identidades. Intensifica-se, na verdade, a impossibilidade da materialidade da diversidade de forma radical, pois se elege uma seleção estrita de identidades possíveis e legítimas de acordo com o interesse oficial, supostamente comum (Domingues, 2013).

Como correlato, estabelecem-se uma desqualificação sistemática da política em concomitância com uma padronização da informalidade e prática da exceção legal paradoxalmente reafirmada enquanto regra. Como forma de burlar os aparatos de regulação e controle público legais supostamente incompatíveis a flexibilidade e aceleração, vistas enquanto fundamentos do crescimento e eficiência econômica, «os aparatos institucionais formais progressivamente abdicam de parcela de suas atribuições e poderes». Desta feita, a "lei torna-se passível de desrespeito legal e parcelas crescentes de funções públicas do estado são transferidas a agências «livres de burocracia e controle político» (Vainer, 2011: 10).

Atrofiam-se assim as possibilidades mais amplas e efetivas de experiência democrática, restringindo as formas possíveis de apropriação do espaço público urbano potencialmente múltipla e diversa, reduzindo ao absoluto de um único projeto de cidade possível e legitimo.

3. A modernização conservadora urbana

Para adicionar mediações à ilusão do fato inquestionável necessário à coesão necessária para a possível espacialização da lógica empreendedora urbana, é possível revisitar categorias explicativas de determinação da formação social capitalista não-clássica, ainda em voga no Brasil.

A base destas categorias estão intimamente conectadas à Teoria Ampliada do Estado de Gramsci, que, em última instância, construirá de forma dialética as relações entre política e cultura em sociedades mais complexas em seu sentido de diferenciação de classes (Gramsci, 2000). Para a alusão requerida ao processo empreendedor, destaca-se uma diferença estrutural fundamental nas formações sociais: as orientais, caracterizada por uma sociedade civil débil e gelatinosa, contrastada por um Estado-coerção quase absoluto, contraindo em determinação de auto-referência o mundo político em sua relação com os grupos sociais ativos; e as formações ditas ocidentais, onde se dá uma relação mais equilibrada entre sociedade civil e sociedade política, construindo bases para modelos mais radicais de igualitarismo político.

Ainda que se possa acusar uma prévia de etapismo histórico nas análises, Gramsci construirá modelos menos frágeis em relação a estas transições, unindo parâmetros tanto orientais quanto ocidentais em determinadas formações sociais. De certa forma, o que o autor pretendia demonstrar as sinuosidades dos processos sociais, que ora ampliam, ora contraem possibilidades mais enfáticas de experiências concretas de socialidades citadinas.

A explicação gramsciana para este processo concebe-se a partir da noção de revolução passiva. Nestas condições, as transições mais radicais de renovação da lógica política se darão submetidas a um pacto de classe de alto grau orgânico entre frações modernas e não-modernas das classes dominantes, com a finalidade de repelir mudanças pela base da estrutura social (via clássica da modernidade), organizando a transição à modernidade e conservando elementos de dominação da velha ordem (Coutinho, 2005).

São transformações, portanto, que operam 'pelo alto', de maneira a preservar instituições que possam promover a dominação da fração da classe dirigente e excluir as classes trabalhadoras e populares do processo de modernização. Por força deste processo histórico, o Estado e as instituições políticas não se apresentaram como expressão das matizes mais amplas da sociedade civil em organização no Brasil. De forma que até recentemente, o Brasil se caracterizou pela presença de um Estado extremamente forte, em contraposição a uma sociedade civil um tanto amorfa.

De maneira análoga, Moore Jr. (1983) apresenta o conceito de modernização conservadora, de transição à modernidade sob condições de conservação de várias características fundiárias pré-capitalistas, onde a fração dominante da burguesia industrial latente prefere compor forças com as bases dominantes latifundiárias a aliar-se às classes populares. Traduzindo para o caso brasileiro, a eficaz passagem de uma economia de tipo escravista para um capitalismo de parque industrial forte e consolidado foi, assim, consequência de um sistema político que privilegiou o pacto entre frações atrasadas e modernas das elites produtivas, sem incorporar as classes subalternas em seu processo de construção social e político.

A modernização conservadora expõe traços dialéticos de interação entre "ocidentalidades" e "orientalidades", um padrão bastante singular para a transição e trajetória da modernidade brasileira, e um desvio custoso ao destino de nossa formação social, que hoje reflete no padrão de escolha e na subalternidade da política à economia, medição essencial para problematizar a lógica tecnicista do empreendedorismo urbano. Para a trajetória da democracia, o regime político visto sob a égide da modernização conservadora consegue contrair processos concomitantes: a autonomia relativa da dimensão burocrática da administração pública como condição essencial à reprodução social (Poulantzas, 1977); a continuidade da relação de privilégios nas decisões no mundo político para governantes em detrimento dos governados, operada no sentimento de externalidade da política à maioria dos sujeitos sociais ativos.

Mas estas condições acima descritas são orientadas sob duas medidas metodológicas: i) uma análise histórica de longa duração; ii) uma escala detidamente interessada nas formações nacionais. Como tal, cabe aqui propor um meio de tradução desta lógica de modernização conservadora para a amplitude de ação do empreendedorismo urbano. De maneira a ilustrar esta relação, procura-se aqui sistematizar ensaisticamente a face conservadora da aparente modernização em curso no urbanismo *ad hoc*.

A razão de modernidade é construída segundo os parâmetros já descritos e simples de vínculos gerais adequadas à sua correlação com o capital. O empreendedorismo procura publicizar-se como um modelo inovador de administração do espaço, reivindicando o estabelecimento de um novo padrão de governo urbano que aprofunda um conjunto de operações com vista a maior rentabilidade possível ao capital, fazendo, assim, combinar um plêiade de interesses mercantis locais com circuitos de interesses capitalistas globais, de modo a transformar radicalmente o padrão de acumulação urbana (Harvey, op.cit). De forma sintética, o novo modelo de gestão urbana tem como razão funcional adequar a gestão do espaço à volatilidade do próprio capital.

Quanto à razão conservadora, esta se consolidará em cada situação objetiva de ação sobre o espaço, sem necessariamente apresentar-se conectada ao heurismo urbano. No caso da cidade do Rio de Janeiro é possível ilustrar a dimensão conservadora nas práticas de criminalização e infantilização de certos movimentos sociais que tornaram-se a regra da coalizão urbana, e mais especificamente nas ações deliberadamente truculentas do policiamento militar durante as últimas décadas e, de forma mais percebida, durante as manifestações no ano de 2013 e 2014. Como tal, em primeira instância, a face democrática urbana convive há anos com o alargamento dos parâmetros de militarização da vida social e de desapego à vida humana, o que expõe traços naturalizados de "orientalidade" à cidade capitalista, como uma condição pragmática para a realização de seu status de modernização.

Os modos espetaculares da oferta de violência física policial no período expõe certos efeitos para o grau de legitimidade com o qual o empreendedorismo urbano deveria adotar para produzir-se como fato inquestionável. A primeira, e mais evidente delas, é a mistura entre a geração espontânea da violência física e a descrença das instituições que ordenam a violência legítima em relação aos grupos sociais ativos que despertam vozes de insatisfação no espaço público. Neste caso, o resultado da modernização conservadora aplicado à urbe carioca não apenas faz desprezar a diferença como uma fonte para a convivência citadina, como também aciona dimensões punitivas aos que demonstram traços de inadequação ao discurso público competente.

A segunda é a restrição da participação dos que constroem historiografias ou falas subalternas e não-mercantis. Como tal, abre-se, assim, a possibilidade de estender-se a todo o estado esta inabilidade ao diálogo. Desse modo, a violência policial pôde-se mostrar apenas como uma face de um truncamento mais complexo da dimensão espacial e política da esfera pública.

4. Movimentos insurgentes

Por óbvio, estas dimensões conservadoras não se estabelecem à revelia de falas dissonantes, ainda que não necessariamente explícitas ou contrárias à relação modernização/empreendedorismo. Em resposta aos meios de apropriação do urbano reduzidos, resultantes das negações colocadas a certos sujeitos que percebem o direito à cidade atrofiado e bastante restringido, a partir da imposição espacial decorrente do empreendedorismo urbano e da nova gramática de gestão do espaço, é possível identificar uma série de explosões sintomáticas perceptíveis espacialmente e materialmente que se fazem insurgir. São estes grupos e movimentos de ordem de resistência, ou ao menos que contrapõe essa lógica restrita de projeto e padrão de cidade.

As manifestações que ocuparam as ruas a partir de junho de 2013 e se tornaram marco na cena política brasileira, apesar de seu leque de motivações bastante amplo e polifônico, detém dimensões estritamente urbanas, face à inadequação empreendedora. As "jornadas de junho" notificam uma certa percepção de esgotamento geral decorrente, entre outras razões, ao modo de mercantilização do espaço, nota-se a emergência de uma onda insatisfatória relacionada a noção de cidade apresentada enquanto produto, enquanto objeto e campo de negócios, que muito se distancia a um desejável de cidade compatível com a promoção do direito à cidade e a livre apropriação e uso do espaço urbano.

Não é à toa que o estopim identificável dos protestos de junho, que se iniciaram em São Paulo, está relacionado ao aumento das tarifas de transporte público. Fato que demonstra que a insatisfação decorre também da restrição do direito de circulação livre pela cidade, da impossibilidade de se apreender o transporte urbano como direito social a ser assegurado pelo poder público. O caso do transporte público brasileiro é um entre inúmeros exemplos de como a lógica mercantil de organização do espaço deriva numa distorção no que diz respeito a efetivação dos direitos sociais, em que sua atrofiação aparecem de forma visível e materializável no espaço urbano. Da mesma forma, os sintomas decorrentes dessa lógica, assim como suas contradições aparecem de forma evidente na cidade, invadem as ruas.

Não poderia aqui deixar de ser citado que os últimos quatro anos foram preenchidos por inúmeros movimentos distintos de ocupação que se manifestaram em diversas partes do mundo, inspirados em parte pelos movimentos árabes a favor da democracia, em especial os protestos na Praça Tahrir, no Cairo, que resultaram na Revolução Egípcia de 2011. Nos Estados Unidos, insurge, em setembro de 2011, o *Occupy Wall Street* em Nova Iorque, em que o Zuccotti Park, no distrito financeiro de Manhattan, é ocupado como movimento de protesto contra a desigualdade econômica e social, a corrupção e as consequências gerais da influencia empreendedora nas decisões políticas do país, em especial a do setor financeiro. Ainda em 2011 e poderíamos afirmar que até os últimos dias, percebe-se uma onda de protestos semelhantes que se espalham por diversas cidades do globo.

Segundo Vladimir Safatle (2012), os movimentos de ocupação que se desdobraram da ideia das mobilizações árabes estariam vinculados à ideia fundamental de democracia real, representado pela insurgente necessidade de construção de um modelo de intervenção e participação popular que não recairia nos impasses das limitações da democracia até então percebida nos governos ocidentais. Fazendo o uso do exemplo da mais recente crise econômica europeia, onde ele cita o caso das mobilizações na Espanha, Safatle argumenta que a insatisfação estaria relacionada ao fato do regime político não conter o descalabro econômico e permitir a espoliação dos recursos estatais. Seria, portanto, mais do que uma crise econômica, mas sim uma crise política, em que o regime politico-democrático dilui-se ao sistema econômico, confundindo-se enquanto agentes distintos.

A democracia assim estruturada sustenta a distribuição desigual de recursos, e não dá conta dos conflitos e contradições sociais radicalizadas pela lógica empreendedora capitalista. Percebe-se inclusive, como já mencionado, que governos democráticos costumam legitimar a prática da exceção legal e forjam leis a favor do mercado, beneficiando exclusivamente a classe burguesa, o que representaria uma impossibilidade da prática real da experiencia democrática. Nota-se que a razão a qual a democracia é organizada se estrutura de forma a manter uma dependência das ações do setor públicos a recursos vinculados ao sistema financeiro, representando uma diluição na fronteira entre público e privado. Ademais, o próprio processo eleitoral não existe desarticulado à lógica financeira e da lógica dos negócios. Torna-se restrita e inviável a capacidade de um governo democrático, de modo como vem se estruturado nos países ocidentais, que rompa de forma radical com a estrutura global de organização econômica de razão neoliberal, que aparece enquanto norma universal e

impede a estruturação de outras possibilidades de desenvolvimento de alternativas econômicas (Safatle, 2012), percebe-se, pelo contrário, que a democracia dos regimes ocidentais existem para legitimar as contradições sociais inerentes ao neoliberalismo.

Retomando a noção de fato inquestionável do empreendedorismo enquanto discurso, percebe-se aqui, a partir da crescente aparição de movimentos de ocupação urbana de razão sintomática a essa ordem, uma necessidade em questionar o fato inquestionável a partir da disputa de poder e resignificação do espaço público, através do viés da ocupação física e simbólica. Por esse viés, destacamos aqui dois casos insurgentes, bastante distintos, mas que parecem de forma particular revindicarem a cidade enquanto espaço politico, lugar de conflito, estabelecendo tensão entre Estado e sociedade civil de forma a revindicar das condições de exercício da cidadania e do direito à cidade.

O primeiro caso, oriundo do contexto das manifestações de 2013, apresenta-se como movimento de ocupação urbana e coletivo artístico Ocupa Lapa. A Lapa é um bairro de classe média no centro do Rio de Janeiro, reconhecido por seu caráter boêmio e pelo encontro de artistas da cidade. Pela proximidade com a região dos protestos de junho de 2013, a Lapa acabou sendo um dos territórios de explicitude da violência policial.

E é justamente a partir das reações violentas e abusivas da repressão policial contra os manifestantes que tomaram proporções radicais e explicitas no dia 20 de junho de 2013, que certos sujeitos propuseram uma articulação de caráter artístico, mas fundamentalmente político. Surge então a proposta de organização do evento Ocupa Lapa, que se caracteriza por intervenções artísticas localizada na praça dos Arcos da Lapa e também da promoção de debate e discussão aberta com proposta de horizontalidade de nome *Facerua*, onde aparecem com mais evidencia as questões políticas a partir do encontro de múltiplas vozes que se propõe a pautar temas como cidade, arte, cultura, violência e resistência. A partir desse primeiro encontro, realizado dia 21 de julho de 2013, desmembrou-se em outros quatro encontros-eventos do Ocupa durante o ano de 2013 e 2014, além de reuniões semanais.

Enquanto coletivo artístico, o Ocupa Lapa se propõe efetuar uma curadoria coletiva, em que o formato colaborativo seria um elemento fundamental para organização e efetização do movimento. Para além disso, exige-se que a conotação artística esteja sempre associada e articulada ao viés político, como forma, mesmo que indiretamente, de denunciar os meios de repressão e restrição à experiência democrática, para isso não se compreende portanto como um movimento com princípio limitado de divulgação de trabalhos artísticos.

Apesar de ter surgido como um movimento em protesto à repressão policial e às reações violentas do Estado e da polícia em relação às manifestações a partir de junho de 2013, não parece se reduzir e se encerrar nessas questões. O coletivo busca questionar os aparatos institucionais de um modo geral, dos meios de representação política aos modos de financiamento público em arte e cultura, a partir da forma como ocupa e ressignifica o espaço público, e também acionando debates sobre o diálogo entre arte e política, direitos civis, função do Estado e do corpo social com um conjunto de fatores que influenciam a vida dos diversos agentes da esfera pública. Percebe-se um desejo de evocar e de vivenciar encontros que busquem uma experiência mais radical de democracia, que não se encerra no modo como a democracia enquanto governo vem se materializando na prática.

Como base, elabora-se um manifesto político-poético que finaliza com a frase "Ocupamos porque a rua clama pela desordem das nossas cores e das nossas vozes, que juntas pulsam pela paz"[3]. A perspetiva de "desordem" aludida neste trecho indica um desejo latente de desorganizar ou reorganizar, portanto de romper com a ordem estabelecida. Esta ordem pertence a noção já discutida em que padrões de razão neoliberal constroem um ideário absoluto de cidade restrita em suas possibilidades de apropriações e experiências reais de democracia, atrofiando a presença de certos sujeitos no espaço público. Apesar de não ser considerado propriamente um movimento de resistência, nota-se uma resposta a ilusão de fato absoluto e inquestionável, explicito anteriormente, e uma necessidade enfatizar o espaço urbano como lugar de disputa, fazendo ecoar vozes, silenciadas pela repressão policial, pela tentativa de negar e anular a manifestação de outras possibilidades de falas que não da ordem oficial.

3Entrevista de Camila Sampaio Puri concedida a João Domingues e Luiza Nasciutti em 20 de abril de 2014.

Outra síntese das relações entre par modernização-violência na cidade do Rio de Janeiro pode ser empregada na experiência chamada *Aldeia Maracanã*, em torno das disputas imobiliárias em função da revitalização espacial conforme operada para fins de recebimento da Copa do Mundo de futebol em 2014.

Na vizinhança do complexo esportivo Jornalista Mario Filho, no bairro do Maracanã - construído para a Copa do Mundo de 1950 - encontra-se um casarão representativo para a história das políticas culturais no Brasil. Ali se situa o primeiro museu dedicado à memória indígena e à difusão do pensamento indigenista brasileiro. E é exatamente ne na atualidade das disputas sobre o uso deste espaço que a conjugação das três dimensões da atrofia da diversidade pode ser melhor visualizada.

A origem da área onde está situado o casarão remonta ao século XIX1. No período, o terreno era propriedade dos jesuítas, sendo ocupado por engenhos de cana-de-açúcar. Com o declínio da atividade, o terreno foi dividido em chácaras, uma delas vendida, em 1865, pelo Comendador Manuel José de Bessa ao Príncipe Ludwig August de Saxe-Coburgo-Gotha, o Duque de Saxe, Almirante da Armada Brasileira e fomentador de estudos naturalistas. O casarão representa a gênese e parte da transição da política indigenista brasileira, tendo sido - provavelmente - a primeira sede do Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

No ano de 1953, Darcy Ribeiro propôs a criação de um equipamento voltado para a afirmação da cultura indígena, «contra o preconceito», «para romper com a hipocrisia da democracia racial das elites brasileiras» (Museu do Índio, 1991, p.1).

O Museu do Índio funcionou no imóvel da Rua Mata Machado até 1977, quando foi transferido para o prédio que servia ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), no bairro de Botafogo. Após trinta anos de abandono, o estado do imóvel era de forte depredação e desgaste estrutural e, embora a tradição das políticas de memória no Brasil tenham consolidado o investimento no patrimônio material de pedra e cal (Gonçalves, 1996), nenhuma instituição dedicada ao patrimônio havia concluído qualquer processo de tombamento para o imóvel.

Neste caso em questão, é possível estabelecer um vínculo entre a intervenção urbana orientada para a renovação do entorno do estádio e os interesses privados em torno do controle do uso do solo. Durante certo tempo o casarão foi mostrado pelo discurso oficial do Estado do Rio de Janeiro como um empecilho à melhor utilização do território para interesses não necessariamente públicos e certamente não coletivos. Eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas não se limitam a um calendário de apresentações esportivas, mas representam essencialmente oportunidades de renovação do ciclo de acumulação capitalista com base na exploração indiscriminada do ambiente urbano. Este cenário expõe a difícil articulação entre a possibilidade de ressignificação de equipamentos culturais ligados à certos grupos culturais com voz emergente e o padrão de competitividade e atração de investimentos e de consumidores para a realidade urbana empreendedora.

Neste processo de renovação urbana, combinam-se tanto as necessidades retóricas pragmáticas de adaptação dos equipamentos às exigências externas para o andamento das competições, quanto as possibilidades de acumulação de certos setores capitalistas na exploração do território. A segunda faceta da renovação urbana compreendida na reforma do estádio para a preparação dos Jogos evidencia os vínculos entre os setores imobiliário, da construção civil e o Estado, expressando-se no território a partir da lógica especulativa.

Parte da contradição entre capital e trabalho se configura neste processo. As relações situadas nos diferentes valores-de-uso ficam submetidas à lógica acumulativa dos setores capitalistas, em especial dos agentes de produção que «buscam a apropriação da renda» - incorporadores e gestores imobiliários - e dos que «procuram juros e lucros através da construção de novos elementos - indústria da construção civil» (Harvey, 1982, p.11). Portanto, a coalizão urbana mostrou-se um ator central para minimizar a incapacidade do capital imobiliário em valorizar-se em alta liquidez. Para tanto, essa coalizão sustentou a intervenção via fundos públicos e regras de flexibilização e desregulamentação, ampliando o cenário de dívidas públicas para tentar assegurar a integração da cidade nos mercados urbanos com fins desportivos e de serviços de entretenimento especializados. O Estado do Rio de Janeiro, proprietário do imóvel, pôde, então, sinalizar que apenas a lógica empreendedora privada tornaria um capital fixo deste porte objeto de acumulação, tanto afirmando a impossibilidade de custeio de sua manutenção, desvalorizando-o e transacionado-o a um baixo preço de mercado, quanto estabelecendo a necessidade de estímulo ampliado de seu uso. Desse modo, foi justificado o transporte inicial de erário público para a transformação arquitetônica do estádio. Esta foi a lógica de afirmação da necessidade de um processo

de concessão de gestão do Complexo Esportivo aos consórcios privados, sem a expectativa de recuperação do investimento da revitalização[4].

Mas desde o ano de 2006, um coletivo de indivíduos oriundos de diversas etnias indígenas - *Pataxós*, *Puris*, *Guajajaras*, *Tukanos*, *Apurinãs*, *Fulni-ô*, *Kaingang*, *Guarani*, entre outras - ocupou o espaço interno do casarão. Desde então, se movimentaram para transformar o imóvel em um equipamento de referência para a produção e divulgação da cultura indígena, estando, para isso, sob tutela direta de representantes dos povos originários. Nesse contexto, o conjunto imobiliário identificado com a fase eclética da arquitetura brasileira passava a ser objeto de luta patrimonial de coletivos indígenas.

Esta significativa experiência foi batizada de Aldeia Maracanã. A criação e permanência dos aldeados no espaço do antigo Museu do Índio é um dos casos exemplares sobre como a modernização conservadora no plano urbano reivindica o uso da violência física como parâmetro de silenciamento e apagamento da presença de atores sociais não solventes ao processo de acumulação urbana.

Em entrevista com um dos aldeados, a relação com o espaço foi dimensionada sob um contexto mítico contundente e bastante particular à realidade e ao discurso dos povos originários. *"Isso pra gente é terra sagrada (sic)"*[5], dizia Dauá Puri, um dos interlocutores da Aldeia. De formas diferentes, os ocupantes se referiam à experiência da Aldeia construída no casarão acionando referências míticas religiosas. Esta assertiva está baseada em duas explicações fundamentais. A primeira é bastante evidente e remonta aos usos do casarão quando na época do SPI e Museu do Índio, fundado por Darcy Ribeiro. Aponta, assim, para a relação entre a propriedade imobiliária, a destinação do serviço e a questão usufrutuária. Dentro das regras do uso do solo urbano, os indígenas pretendiam que a área permanecesse pública, mas de usufruto indígena, tal como se orienta a relação entre as terras da União e os aldeamentos indígenas. Era imaginável para os habitantes da ocupação que diante da afirmação pública de um imóvel federal - portanto, ligado à dimensão nacional -, que a terra sagrada pudesse ser reconhecida e significada nestas condições. Esta concepção de terra sagrada fornecia aos ocupantes a noção de que a luta não se resumia à gestão do prédio histórico, mas ao debate mais denso do que implica a imersão de um aldeamento indígena, como um coletivo com identidade própria e irrenunciável e, em aparente consenso, nas condições urbanas contemporâneas.

A segunda explicação fundamental remontava à mítica tribo *Marakà Ànànà*. Segundo a fala de alguns habitantes da ocupação, haveria existido um grupo vivente naquele território, tendo justificado o batismo do bairro como uma referência direta aos antigos moradores. Diziam, inclusive, que na área haveriam urnas funerárias indígenas, dado comprobatório da existência anterior dos *Marakà Ànànà*. *Marakà Ànànà* seria, também, o nome tupi de um pássaro de pelugem azul, que podia ser visto se alimentando de frutos das árvores que cercam o casarão.

Diante do desafio de construir uma nova mitologia para o cenário urbano, e tendo como parâmetro a maior participação possível das etnias representativas dos povos indígenas no Brasil, a reivindicação do aldeamento como um espaço de vivência e como uma fonte normativa para a constituição de um novo equipamento cultural para a cidade gerou a necessidade de reproduzir radicalmente a experiência de uma aldeia.

Mas esta relação implicava também na necessidade de problematizar os hiatos que surgem em sua auto-definição como coletivo, quando não questiona a centralidade da estrutura de classes no tecido urbano. A necessidade de sobrevivência individual na cidade inclui a dimensão material, expressa no que é associado ao conforto de uma moradia, ao reconhecimento social de um sítio identificado como um endereço ao indivíduo, ou um local adequado para armazenar os materiais para a produção e distribuição do artesanato - atividade laboral da maior parte dos habitantes da Aldeia. O território se mostra também como uma mediação essencial para a percepção subjetiva do que implica o direito à cidade e a produção capitalista do espaço. A rigor, esta é uma das fontes essenciais de direção das políticas culturais na atualidade. Mas por evidência, a experiência

---

4 O processo de licitação recebeu propostas de dois *pools* de empresas. O primeiro foi batizado de "Consórcio Maracanã SA", contava com a Odebrecht Participações e Investimentos, cuja participação é de 90%, além da IMX Arenas e a AEG Estádios e Arenas do Brasil, ambas com 5% de participação. O segundo foi batizado de "Complexo Esportivo e Cultural do Rio de Janeiro", e contava com as empresas OAS SA, Amsterdam NV e Lagardère Unlimited.

5Entrevista de Dauá Puri concedida a João Domingues em 10 de julho de 2012.

radical da alteridade proposta nestes fundamentos político-culturais não se concebe de maneira simplificadora e pacífica. Assim, a manifestação de certos meios, artefatos e técnicas podem significar também a afirmação de um modo de vida como o hegemônico.

No âmbito das políticas culturais traduzidas para o espaço urbano, é essencial reconhecer a necessidade de se problematizar a desconexão entre as dimensões econômica e cultural dos conflitos sociais. Como reconhecimento mútuo da dimensão de indianidade substantiva da existência do coletivo, eram também introduzidos no discurso mítico parâmetros de acesso aos bens urbanos. Embora houvesse uma tensão entre os indivíduos que dispunham de moradias privadas e os que tornavam a Aldeia uma forma de habitar a cidade, a questão da moradia foi traduzida com coerência para a vinculação destes coletivos na vivência urbana, como uma garantia ao livre desenvolvimento e ao igual acesso ao cotidiano citadino. Nesse sentido, havia uma pressão, no interior da experiência do aldeamento, para que a dimensão da injustiça cultural fosse problematizada como uma dimensão da injustiça distributiva, traduzida no estado individual dos membros partícipes do coletivo. Como as trajetórias e inserções se davam de forma muito particular, o vínculo mítico aldeado e o reconhecimento mútuo de sua esteriotipação identitária deve ser uma fonte para o tratamento do estado dos membros do grupo no que concerne aos diferentes níveis de subordinação social impeditivos à plena participação na vida social.

Neste ambiente a luta pela tutela do imóvel como espaço por excelência de manifestação da relação entre o Estado brasileiro e a memória indígena foi-se produzindo. No dia 8 de novembro de 2012, no Galpão da Cidadania, no bairro da Gamboa, transcorreu a audiência pública sobre a concessão do Complexo Esportivo do Maracanã. Antecedendo a reunião, pude presenciar a mobilização de cerca de quinhentas pessoas que já se organizavam em protesto, distribuindo apitos e gritando palavras de ordem. Os participantes dividiam-se entre atletas, responsáveis e alunos da Escola Friendenreich, usuários dos equipamentos esportivos e os movimentos Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, Frente Nacional de Torcedores, Meu Rio e representantes da Aldeia Maracanã, todos insatisfeitos com os rumos orientados pelo governo do estado.

Os protestos que marcaram a audiência configuraram reconhecimento à Aldeia para a organização popular quanto ao enfrentamento da gestão urbana carioca preparada para a recepção de megaeventos. Desenrolou-se, daí em diante, uma fase mais pragmática da luta, de intenso acirramento dos conflitos com as instituições do Estado e de aproximação com outros grupos sociais urbanos.

Os meses subsequentes marcaram o destino do casarão e dos aldeados. Se a preocupação da coalizão urbana carioca parecera dedicar-se ao ritmo das obras do estádio e às preparações infraestruturais da cidade, a questão da Aldeia Maracanã, vizinha ao território-chave de todo o investimento empreendedor baseado na recepção dos megaeventos, vai ser marcada, daí em diante, por grandes inquietações.

Para que a cidade tornada agente aproveitasse as oportunidades que os megaeventos trazem, o empreendedorismo urbano fez parecer naturalmente necessário que o espaço das divergências políticas deve-se ser contraído ou minimizado, acionando um aparato normativo que criminaliza e infantiliza as possíveis vozes dissonantes, impondo a legislação vigente de consulta popular de forma burocrático, impedindo um processo participativo efetivo.

No caso estrito da relação de Sérgio Cabral com a Aldeia Maracanã - e de seus assessores e secretários de estado -, foi recorrente o acionamento de um repertório discursivo personalista, que se mostrou posteriormente coerente com a beligerância de suas ações. O governador se incumbiu do papel de porta-voz da significação do empreendedorismo urbano que pretendia conter, pela força, a sensação de perda de oportunidades.

Diversas vezes enfático, o governador procurou em entrevistas apontar a inércia das instituições de patrimônio - "Viva a democracia, mas o prédio não tem qualquer valor histórico, não é tombado por ninguém. Vamos derrubar" (Cabral apud Mello, 2012)[6] -, e desqualificar o caráter histórico do casarão e o caráter cultural do aldeamento - "As pessoas que estão ali ocupam aquilo ali não é desde 1506, ou de 1406, ou de 1606, ou de 1706, ou de 1806, ou de 1906. Elas ocupam aquilo ali desde 2006, portanto é uma invasão recente. Chamar

6 MELLO, Igor. FIFA desmente Cabral e afirma que não pediu demolição do Museu do Índio. **Jornal do Brasil,** Rio de Janeiro, 18 out. 2012. Rio. Disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/10/18/fifa-desmente-cabral-e-afirma-que-nao-pediu-demolicao-do-museu-do-indio/>. Acesso em: 10 de abril de 2013.

aquilo de aldeia indígena é um deboche (Cabral apud G1)[7]". Nesta direção, o governador submete o destino do estádio à iniciativa privada. "A gente adora falar do futebol europeu e NBA, então vamos segui-los. Vamos seguir a lógica dos países civilizados onde estádio não é coisa de governo (Cabral apud VEJA)[8]". Além disso, fica clara a subordinação do projeto do antigo Museu ao padrão exigido pela FIFA para os Jogos. "Ali vai ser uma área de mobilidade. Uma área que é exigida pela Fifa e que está correta (Cabral apud Konchinski)[9]".

A desqualificação do lugar do índio na sociedade contemporânea, presente no discurso do governador do estado, não implica apenas numa pessoal soberba retórica ou na renúncia de vínculos mais efetivos entre o lócus por excelência da esfera pública e coletivos que expressam expectativas de renovação heurística e prática do universo político. Esta significação da experiência indígena como deboche implica também em invalidar a presença dos índios no espaço apresentado como mercadoria disponível à gestão privada do território. Coerente com a lógica de preparação do espaço à mercadotécnica urbana, o estádio e sua vizinhança precisam ser esvaziados de significados, não necessariamente mercadológicos, para estarem disponíveis aos usuários solventes e a seus subsequentes valores-de-troca. Mas este tipo de construção necessita de um estatuto material e imagético para completar-se. Portanto, o apagamento da dimensão histórica do casarão, que remonta à gênese do indigenismo brasileiro, só se realizaria com a plena expulsão dos partícipes da Aldeia.

Este processo se intensificou a partir de janeiro de 2013, marcando o início de uma sequência de enfrentamentos belicosos. O sábado, dia 12 de janeiro de 2013, confirmou as previsões de retomada de posse. Aproximadamente às 8 horas da manhã, quatro viaturas do Batalhão de Choque da Polícia Militar foram estacionadas na entrada do antigo Museu do Índio. A imprensa noticiara que o Batalhão apenas aguardava "ordens superiores". Posteriormente, soube-se que tais ordens estavam condicionadas à expedição de um mandado judicial.

Os conflitos entre grupos aldeados sobre o destino do espaço, que antes se mostravam latentes, tomariam dali em diante um outro vulto. A coesão da Aldeia Maracanã, baseada em sua construção mítica de oferta segura coletiva, já sofria com a desagregação interna na relação com a materialidade dos conflitos.

As semanas subsequentes marcaram as negociações para a retirada pacífica dos aldeados. Mas na madrugada do dia 22 de março, equipes do Batalhão de Choque da Polícia Militar cercaram o antigo Museu do Índio, para cumprir o termo de imissão de posse do governo do estado. Já às 7h30, um grupo de 10 indígenas aceitou o acordo com o governo do estado e deixou o local, ainda sob o cerco da polícia, passando o muro com a auxílio de escadas.

Mas às 11h50 da manhã, o Batalhão de Choque rompia a barricada erguida na entrada do casarão e iniciava a invasão. A televisão mostrava imagens produzidas de um helicóptero. A formação policial apontava armas de borracha aos aldeados, enquanto um indígena tentava, de joelhos, dialogar com os policiais. Os aldeados estavam juntos, em um único grupo. Os policiais os cercavam, dirigindo-os à entrada. Alguns indígenas cantavam e tocavam maracas. Tiros eram disparados para o alto, muito próximo dos ouvidos de alguns aldeados. Cotoveladas, socos e escudos empurrando os indígenas compunham a lógica da ação policial. Enquanto alguns indígenas com aparência incrédulos olhavam para a entrada do casarão, agora totalmente ocupada pela Polícia Militar, outros prestavam socorro aos feridos.

Esta ação deliberadamente truculenta expõe certos efeitos da atrofia na materialização da diversidade cultural no plano urbano. A mais evidente delas é a mistura entre a geração espontânea da violência física e a descrença das instituições que ordenam a violência legítima em relação aos grupos culturais. Neste caso, o resultado da

---

7 Fonte: **G1**. "Chamar de aldeia indígena é deboche", diz Cabral sobre museu. Rio de Janeiro, jan. 2013. Notícia. Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/01/chamar-de-aldeia-indigena-e-deboche-diz-cabral-sobre-museu.html>. Acesso em: 10 de abril de 2013.

8 VEJA. "Estádio não é coisa de governo", diz Sérgio Cabral. Rio de Janeiro, 12 abr. 2013. Futebol. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/estadio-nao-e-coisa-de-governo-diz-sergio-cabral>. Acesso em: 10 de abril de 2013.

9 KONCHINSKI, Vinicius. Governo do RJ compra antigo Museu do Índio e deve demolir prédio por reforma do Maracanã. **Uol,** Rio de Janeiro, 19 jul. 2012. Copa. Disponível em: <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2012/07/19/governo-do-rj-compra-antigo-museu-do-indio-e-deve-demolir-predio-por-reforma-do-maracana.htm>. Acesso em: 10 de abril de 2013.

dimensão atrofiante da diversidade não apenas faz desprezar a diferença como uma fonte para a convivência citadina, como também aciona dimensões punitivas aos que demonstram traços de afirmação identitária desconectados da oficialidade do discurso público competente. Embora no fenômeno Aldeia Maracanã a truculência pareça proporcional ao cronograma de recepção dos grandes eventos, aparenta ser evidente como se determina, também pela força, uma história urbana unitária, restringindo a participação dos que constroem historiografias subalternas. Como tal, abriu-se, assim, a possibilidade de estender-se a todo o estado esta inabilidade ao diálogo. Desse modo, a oferta da violência física pode-se mostrar apenas como uma face de um truncamento mais complexo da dimensão espacial e política da esfera pública, como posteriormente mostrou-se ser o padrão das ações policiais em relação às insatisfações populares durante o ano de 2013.

5. Ampliando a discussão

Poderíamos aqui concluir aludindo ao conceito de desutopia de Peter Pál Pelbart, traçando aproximações com esses casos sintomáticos de insurgência que passam pela reapropriação da urbe pelo viés de disputa, conflito, resistência e resignificação. Reverbera-se a necessidade de se construir no não-lugar, no lugar-paisagem, do espetáculo, diluído pelos valores ditados pelos vícios corrosivos do capital, «um lugar novo, a partir da sinergia da multidão, tecendo ontologicamente novas determinações do humano, de vida» (Pelbart, 2003: 88). É possível se referir a um traço comum ideológico inerente a esses movimentos que se fazem ecoar pelas "brechas" da ordem neoliberal: «a ousadia de sustentar um espaço de abertura, de indeterminação, um pleno de possíveis, uma crise a partir da qual múltiplas virtualidades possam ser atualizadas» (Pelbart, 2003: 88).
Reivindicando a cidade enquanto espaço político, enquanto possibilidade da experiência e do encontro, enquanto lugar de ativação da diferença, exige-se portanto o fim do enorme hiato instituído entre o projeto da cidade mercantilizada e o projeto da cidade para a apropriação dos cidadãos. «De um lado, a *city*, impondo-se à cidade como espaço e objeto e sujeito de negócios; de outro lado, a polis, afirmando a possibilidade de uma cidade como espaço do encontro e confronto entre cidadãos» (Vainer, 2000b: 101).
O conflito aqui, ao contrário da falsa ideia de consenso forjada pelo discurso unificador estratégico, aparece como possível mobilizador e princípio ativador da possibilidade da construção de uma democracia real: «uma democracia em que a liberdade e a igualdade não seriam mais representadas nas instituições da lei e do Estado, mas seriam encarnadas nas próprias formas da vida material e da experiência sensível» (Vainer, 2000b: 101).

6. Bibliografia

ARANTES, Otília (2000), "Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas". In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (eds.). *A cidade do pensamento único*: *desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, pp. 11-76.

COUTINHO, Carlos Nelson (2005), 2005b. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. Rio de Janeiro: DP&A.

DOMINGUES, João (2013). *A Diversidade Atrofiada*: *políticas de regulação urbana e movimentos culturais insurgentes na cidade do Rio de Janeiro*. Tese de doutoramento, Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos (1996). *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil,* Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN.

GRAMSCI, Antonio (2000). *Cadernos do Cárcere, volume 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,.

HARVEY, David (1982), "O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas". *Espaço & Debates*, São Paulo: v. 2, n. 6, pp. 6-35.

HARVEY, David (2006). *A produção capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume.

MOORE JR., Barrington (1983). *As origens sociais da ditadura e da democracia*: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes.

MUSEU DO ÍNDIO (1991). *Museu ao Vivo*. Rio de Janeiro: Museu do Índio.

PELBART, Peter Pál (2003). *Vida Capital. Ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras.

POULANTZAS, Nicos (1977). *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes.

SAFATLE, Vladimir (2012), "Amar uma ideia". In: *Occupy - movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo, pp. 45-57.

SÁNCHEZ, Fernanda (2010). *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos.

VAINER, Carlos (2011), "*Cidade de Exceção*: reflexões a partir do Rio de Janeiro". In: XIV Encontro Nacional da ANPUR 2011, Rio de Janeiro. Anais do Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro: pp. 1-15.

VAINER, Carlos (2000a), "Os liberais também fazem planejamento urbano?" In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (eds.) *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, pp. 105-119.

VAINER, Carlos (2000b), "Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano". In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (eds.) *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, pp. 75-103.

Os contornos contemporâneos da produção do espaço: Brasil e Angola em foco[1]

Sérgio Franco[2]

Resumo: As críticas "pós-coloniais" dos estudos urbanos alertam que é necessário incorporar de forma definitiva os contextos do chamado "sul global" no processo de teorização sobre as cidades, o urbano e o espaço. Somente assim será possível superar a "ignorância epistemológica" historicamente reinante no campo dos estudos urbanos. Com o objetivo de contribuir para tal superação, no presente artigo enfoco como a produção do espaço vem tomando forma em contextos do "sul global". Especificamente, examino (1º) como determinadas favelas brasileiras vêm sendo incorporadas aos circuitos de acumulação do capital, como, por exemplo, os morros da Babilônia, do Cantagalo ou do Vidigal, no Rio de Janeiro, e (2º) como empreendimentos imobiliários de grande porte, em sua maioria promovidos com capital chinês, vêm concretizando-se em Angola, como é o caso de Kilamba, localidade próxima a Luanda. Se, por um lado, a produção do espaço vem ganhando diferentes contornos no Brasil e em Angola, por outro, em ambos os casos as espacialidades constituídas parecem ser irremediavelmente marcadas pela segregação.

Palavras Chave: Produção do espaço, segregação, Brasil, Angola, favelas, Kilamba

1. Introdução

Ao longo das últimas décadas estudos e teorias críticas do espaço desenvolvidos no chamado "norte global" (como, por exemplo, os de Henri Lefebvre, David Harvey, Mike Davis, entre outros) serviram como fonte de inspiração para diversos profissionais no âmbito das ciências sociais, tais como urbanistas, geógrafos, sociólogos e antropólogos urbanos, tanto brasileiros como latino-americanos e africanos, não podendo haver dúvidas quanto à contribuição dos mesmos para a compreensão da espacialidade conformada em diversos países do chamado "sul global"[3].

Sem embargo, em função de ser baseada em outras coordenadas situadas com espantosa frequência no "norte" e, por conseguinte, ao desconsiderar realidades inteiras para além de ditas latitudes, grande parte desta literatura crítica parece sofrer de uma espécie de "miopia epistêmica", não podendo, por conseguinte, ser assumida como suficiente para abordar merecidamente eventos socioespaciais que ganham concretude em países e regiões do "sul global". Tendo em consideração a base empírica sobre a qual, e com a qual, tais teorias são elaboradas – tal como afirmado acima, em sua grande maioria ao "norte" da linha do equador –, parece ser inevitável que determinadas particularidades do chamado "sul global" escapem ou sejam tomadas em consideração apenas em caráter meramente secundário ou tangencial pelas mesmas.

Tal como adverte a autora indiana Ananya Roy (2009: 820), apesar de teoricamente relevantes e bem articulados os estudos e teorias críticas do espaço desenvolvidos no chamado "norte global" são, em sua

---

1 A pesquisa que conduz ao presente artigo recebeu financiamento do Conselho Europeu de Investigação no âmbito do Sétimo Programa da União Europeia (FP7/2007-2013) / ERC, contrato de concessão n° 249438 TRAMOD.

2 Doutorando em Sociologia no "*Departamento de Teoría Sociológica, Filosofía del Derecho e Metodología de las Ciencias Sociales, Facultad de Economía y Empresa*", Universidade de Barcelona, Espanha.

3 Existem diversas formas de nomear as divisões e desigualdades mundiais: "centro" e "periferia"; "norte global" e "sul global"; "primeiro mundo" e "terceiro mundo"; "ocidente" e "oriente", etc. Connell (2009: 212) indica que, embora cada um desses conceitos pertença a diferentes tradições teóricas, há uma sobreposição entre eles, na medida em que todos destacam o padrão duradouro de desigualdade de poder, de riqueza e de influência cultural que surgiu historicamente do colonialismo e do imperialismo europeu e estadunidense. Neste artigo, opto por adotar os conceitos de "norte" e "sul" ao referir-me às divisões mundiais.

maioria, "produzidos" e "informados" em/por contextos do "norte global": Lefebvre e sua Paris, Harvey e sua Baltimore, Berman e sua Nova York, e assim por diante. Outra autora que segue esta mesma linha argumentativa é a sul-africana Jenny Robinson. Robinson (2002, 2003, 2006) assevera que o campo dos estudos urbanos padece de uma "ignorância assimétrica", posto que o conhecimento e as teorias são produzidos principalmente em cidades do "norte global", "ignorando", portanto, as experiências "urbanas" do "sul global". Existem outros autores provenientes do "norte global" que também reconhecem distorções na produção de teorias e estudos do espaço. Nesse sentido, Myers (2011), em seu trabalho sobre as cidades africanas, indica que "Henri Lefebvre, Doreen Massey, Saskia Sassen, Manuel Castells e muitas outras estrelas amplamente citadas dos estudos urbanos, como Harvey, raramente fazem referência à África em suas obras, ou situam suas cidades em notas de rodapé e nas margens" (Myers, 2011: 5-6). Não há dúvida de que a crítica de Myers poderia ser expandida para o tratamento dado a todo o "sul global" em referida literatura. Em outras palavras, tanto a África como também a América Latina e a Ásia são tomados em consideração apenas de forma esporádica e marginal.

O pano de fundo do presente artigo é exatamente tal debate sobre a (in)capacidade de estudos e teorias críticas do espaço desenvolvidos no chamado "norte global" para efetuar uma análise holística da experiência espacial do chamado "sul global". As análises críticas mencionadas no parágrafo anterior poderiam ser qualificadas como advertências que possuem uma inspiração "pós-colonial" já que nos alertam para o fato de que é necessário incorporar de forma definitiva os contextos do "sul", como os da América Latina e África, no processo de teorização sobre o urbano e o espaço. Elas nos convidam a examinar atentamente as cidades, metrópoles e territórios do "sul global", incorporando tal exame ao processo de teorização sobre o espaço e o urbano. Somente assim será possível superar a "ignorância", "marginalização" e "miopia" epistemológicas até o presente momento reinantes no campo dos estudos urbanos/espaciais, inclusive entre suas fileiras mais críticas.

Com o objetivo de contribuir para a atenuação dos desequilíbrios mencionados anteriormente, no presente artigo enfoco como a "produção do espaço" (Lefebvre, 1991) vem tomando forma em diferentes contextos do chamado "sul global". Ao discutir e problematizar a "produção do espaço" em contextos do "sul global", desejo enfocar possíveis especificidades envolvidas na mesma, sempre em diálogo com a literatura produzida no "norte". Minha proposta é, assim, abordar dois casos que podem ser representativos das formas particulares contemporâneas de como a "produção do espaço" (Lefebvre, 1991) vem ganhando concretude em contextos do "sul global". Dessa forma, na seção seguinte enfoco como a "produção do espaço" vem ganhando forma e terreno em diversas favelas da zona sul e central da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Na subsequente analiso brevemente o caso da cidade-bairro denominada Kilamba em Angola, situada a cerca de 30 quilômetros da capital Luanda. Aqui minha principal preocupação é discutir, a partir do caso em foco, alguns sinais das novas relações de poder no panorama mundial e, em particular, no "sul global", e suas consequências diretas para a "produção do espaço" (Lefebvre, 1991).

2. As favelas cariocas e as formas da absorção de espaços residuais nos circuitos de acumulação

As favelas cariocas podem ser consideradas espacialidades que surgiram de forma relativamente espontânea, no sentido de que as mesmas costumam não ser previamente planejadas, mas sim nascerem de ações mais ou menos coordenadas de seus moradores, ainda que muitas das ocupações contaram com a conivência das autoridades estatais. As favelas comumente começam de forma improvisada e frequentemente têm ruas estreitas, vielas, caminhos, becos, escadas e passagens, que geralmente tomam uma forma irregular e labiríntica. Mesmo que às vezes elas possam ser encontradas em áreas centrais ou contiguamente a bairros ricos, em geral, as favelas estão localizadas no que poderiam ser chamadas de áreas residuais. Ou seja, áreas deixadas para trás pelo mercado de terras urbanas e pelo mercado imobiliário em razão de sua localização, características físicas ou algum tipo de perigo ou risco de ordem ambiental. Em geral, as favelas estão localizadas em áreas como encostas íngremes, sujeitas aos deslizamentos de terras, próximas a cursos de rio, sujeitas a enchentes ou alagamento, lixões, aterros sanitários e assim por diante.

Contudo, apesar de seus antecedentes históricos, sendo localizadas majoritariamente em áreas residuais, e apesar de não serem lugares completamente homogêneos, a favelas são locais de habitação dos grupos subalternos que historicamente ficaram de fora da cidade chamada de "formal". Por outro lado, tais localidades e seus habitantes estiveram diretamente e de várias maneiras ligados a outras partes da cidade, partes estas que em seu conjunto são usualmente reconhecidas como a cidade "formal". Um caso exemplar desses vínculos, que podem ser assumidos como estruturais, é o padrão de relações entre favelas como por exemplo a da Rocinha, Cantagalo, Pavão-Pavãozinho, Santa Marta ou o Morro do Vidigal, e os bairros ricos localizados no seu entorno, como Copacabana, Ipanema, Leblon, Lagoa Rodrigo de Freitas, Gávea e Barra da Tijuca.

A relação predominante nesses casos foi sempre o serviço doméstico majoritariamente feminino e o trabalho masculino no sector da construção. Desse modo, desde a sua construção, ou melhor, desde a sua produção como espaços a serem vendidos e consumidos pelas classes mais abastadas, os bairros mais opulentos tiraram grande vantagem da oferta abundante e concentrada de mão-de-obra barata nas favelas das proximidades, inicialmente para a construção dos bairros e de suas infraestruturas, depois para a mais infinita gama de serviços domésticos. Não é demais lembrar aqui que alguns dos referidos bairros de classe alta assumem uma relação realmente contrastante com as favelas. A título de exemplo, poderíamos mencionar que atualmente o Leblon possui o metro quadrado mais caro da América Latina!

Há um outro aspecto importante sobre as transformações ocorridas na espacialidade das favelas. Estes espaços passaram por mudanças ao longo do tempo e alguns deles não podem ser tão clara e inequivocamente "marginais" ou "periféricos" hoje em dia como costumavam ser considerados no passado. Portanto, a dinâmica da "mudança socioespacial" deve ser, ainda que brevemente, discutida. Em relação às favelas examinadas, tal mudança pode acontecer pelo menos de duas maneiras: internamente ou relacionalmente. No primeiro caso, a área pode passar por um processo virtuoso de melhorias e desenvolvimento em termos de infraestruturas e serviços, porque não dizer, de desenvolvimento urbano. Tal desenvolvimento pode ocorrer em relação ao ambiente físico, ao ambiente construído e também às atividades e serviços prestados na área. Tal mudança interna também pode ocorrer quando as pessoas que vivem nesses lugares experimentam uma mobilidade social ascendente em termos, por exemplo, de renda, e decidem permanecer na área e investir em sua vizinhança, por exemplo, melhorando suas casas. O segundo tipo de transformação é relacional. Nesse caso, a área fica mais ou menos igual internamente, mas a áreas fora ou no seu torno passam por transformações. Portanto, um lugar que começou como uma periferia na malha urbana pode ao longo dos anos se tornar um local mais ou menos central, por exemplo, como consequência do espraiamento da cidade. Alterações de tipo relacional ocorrem sempre vis-à-vis outras partes da cidade.

Seja devido a transformações de ordem interna ou relacional, ou a uma combinação de ambas, o que costuma ser o mais comum, o fato é que diversas das favelas cariocas vêm atraindo a atenção e o interesse por parte de frações do capital, aí incluído certamente o capital imobiliário, mas não somente este. Isso significa que a favela, o antes "marginal", "inseguro", "fora-da-lei", passa a constituir-se em possibilidade de lucro, o que tem por consequência pressões diversas para os moradores das favelas.

Diversos são os exemplos nesse sentido, mas talvez um caso paradigmático seja o do morro do Vidigal que atualmente sofre intenso processo de modificação do padrão construtivo e vivencia a entrada e presença de novas camadas sociais, seja como moradores, visitantes ou mesmo turistas. As transformações são tão intensas que alguns já especulam que o morro do Vidigal se torne um bairro de classe média dentro de alguns anos, passando a ter um perfil de moradores similar ao de bairro abastados de seu entorno como o Leblon. Estes processos nos lembram que distinções como entre "centro" e "periferia", ou no caso em questão, entre "morro" e "asfalto", devem ser assumidas como construções sociais que são constantemente redefinidas de acordo como os lugares recebem novos significados dentro do tecido urbano em transformação. O ambiente que foi autoconstruído em uma área residual, em uma íngreme encosta beirando a orla marítima, ao longo de gerações está agora recebendo novas valorações, econômicas e simbólicas.

Um ponto merece ser ressaltado quanto às transformações recentes que vivenciam algumas das favelas cariocas: a incorporação das favelas a determinados circuitos de acumulação, assim como sua ressignificação, parece depender enormemente de uma firme atuação do poder público. A este respeito, políticas públicas, tais como as "Unidades de Polícia Pacificadora" (UPPs) e o "Programa de Aceleração do Crescimento" (PAC)

devem ser mencionadas. Tais políticas estão gerando alterações relevantes em diversas das áreas em questão. Ao mesmo tempo, estas políticas públicas teriam consequências (involuntárias?) ambivalentes. Por exemplo, a indiscutível melhoria da infraestrutura básica e na prestação de serviços, além da mais do que necessária redução do crime e de conflitos violentos nas favelas cariocas está promovendo a expulsão dos seus moradores mais pobres para novas periferias urbanas, muitas vezes localizadas em algum lugar na crescente fronteira urbana. Isso ocorre na medida em que as novas condições, isto é, infraestrutura, serviços básicos e segurança, alavancam o preço da terra, os alugueis disparam, e juntamente com eles o custo de vida em geral.

O aumento do custo de vida significa a ameaça de que processos de gentrificação se consolidem em algumas das favelas cariocas. O que poderia ser chamado de uma "expulsão branca" dos setores mais pobres dessas localidades. Independentemente da chegada de novos moradores com maior poder aquisitivo e seguindo pautas de consumo diversas, é indisputável que o aumento do custo de vida em geral, e dos alugueis em específico, já são por si mesmos uma pressão sobre os moradores mais pobres das favelas. Muitos desses moradores não podem seguir pagando os alugueis reajustados e precisam adaptar-se à nova situação. Em alguns casos a solução passa por deixar a favela e procurar uma opção de moradia mais barata na extensa e crescente periferia localizada nas zonas norte e oeste do Rio de Janeiro. Mas se esta for a "escolha", diversas relações de amizade, ou mesmo no seio da família, deveriam ser deixadas para trás. Este é um dos motivos – juntamente com a proximidade dos locais de trabalho, na sua maioria localizados na zona sul –, pelos quais alguns dos moradores mais pobres estão procurando alternativas dentro da própria localidade onde já vivem. Contudo, a mudança para um local dentro da mesma localidade normalmente significa, ante o atual contexto de inflação dos alugueis e do preço da terra, piorar as condições de vida. Alguns dos pobres urbanos assumem a opção de manter-se na localidade alugando imóveis menores e/ou com piores condições ambientais como, por exemplo, com pouca aeração ou de difícil acesso.

Os tempos que correm nas favelas cariocas podem ser lidos através das alterações contidas no espaço construído. Algumas favelas estão vivenciando um verdadeiro "boom" do setor da construção, o que em muitos casos significa aumento exponencial da já alta densidade residencial e a verticalização das edificações. Diversos são os atores envolvidos nesses processos, desde moradores proprietários que, vendo oportunidades de negócio, estão ampliando suas casas para alugar cômodos ou mesmo para vendê-los, até investidores estrangeiros que compram e reformam casas com o objetivo de auferir um retorno financeiro em transações futuras no mercado imobiliário ou dão novas destinações às edificações, normalmente de uso comercial. É interessante lembrar que determinados programas de regularização fundiária baseados na propriedade individual dos imóveis favorece a alienação dos mesmos no mercado imobiliário em favor de investidores externos[4].

Em favelas como o Vidigal ou o morro da Babilônia, ambas localizadas na zona sul do Rio de Janeiro, a enorme presença de *hostels* e pousadas é um indicador da incorporação das favelas aos circuitos de acumulação do capital, o que significa dizer sua produção como espaço a ser vendido e consumido. No Vidigal é até mesmo possível encontrar um hotel de alta gama no topo do morro, com quartos com vistas para a praia de Ipanema. A abertura de novos estabelecimentos comerciais como restaurantes e discotecas também é notável no Vidigal e em outras favelas da zona sul. Em uma das favelas é possível encontrar uma galeria de arte! Algo inusitado se temos em conta o significado histórico das favelas como o lugar de habitação das classes desfavorecidas, lugar que durante longo tempo este associado à "marginalidade" e à "criminalidade".

Ao mesmo tempo, no decurso de um processo de desenvolvimento socioespacial desigual, a subordinação e integração da vida cotidiana está também em processo nesses lugares. Assim sendo, a "urbanização de favelas" ou o "desenvolvimento local de setores deprimidos" parece ser, na verdade, o fornecimento de

---

4 A regulamentação como propriedade individual parece ser um mecanismo para colocar as casas dos favelados no mercado imobiliário com um mínimo de segurança jurídica. Tal estratégia vem sendo defendida por organismos como o Banco Mundial. Nesse sentido, o consultor do Banco Mundial Hernando de Soto oferece uma interpretação exemplar da tese de que os favelados ao terem a propriedade de suas casas seriam "protocapitalistas". Como Davis (2006: 55-56) bem observa quando ao expor e criticar o ponto de vista De Soto, "esta enorme população de ex-camponeses e trabalhadores marginalizados é uma colmeia frenética de avaros protocapitalistas na formação de direitos da propriedade em um espaço competitivo não regulamentado".

uma infraestrutura mínima para sua formalização, que, entre outros aspectos, contempla a dimensão da regularização da posse da terra e a formalização dos mercados, entre os quais o de habitação, mas também os de eletricidade, água, TV a cabo, e... de cidade. Outro exemplo da promoção das favelas como mercadoria a ser consumida é a recente promoção das mesmas como destino turístico. Não é raro encontrar turistas, em sua grande maioria estrangeiros, passeando e apreciando as vistas em favelas como o Vidigal, Santa Marta ou Babilônia. Infelizmente, além das vistas, a pobreza também parece ter se convertido em atração turística, não sendo demais mencionar que grande parte do lucro proveniente da exploração turística não tem por destinação o bolso dos moradores (Freire-Medeiros, 2007).

Tal como nas oportunidades de negócio relacionadas ao "boom" da produção, no caso da exploração da atividade turística, também existem moradores que montam seus negócios, agências de turismo, visitas guiadas, *hostels*, etc. Contudo, em geral, a capacidade de investimento dos moradores é reduzida, o que devemos ter em consideração, uma vez que investidores externos, com maior disponibilidade de capital, também estão atuando no setor. Por exemplo, um líder comunitário do Pavão-Pavãozinho relatou que um grande investidor, um "peixe grande" nas palavras do entrevistado, estava estudando a possibilidade de construir hotéis de luxo no topo daquele morro e de outro morro vizinho, também localizado nas imediações de Copacabana. Tais projetos não se concretizaram ainda, mas ilustram bem as possibilidades de acumulação inscritas nas favelas e em sua espacialidade.

Vários autores discutiram as contraditórias relações espaciais envolvidas na produção do espaço da cidade do Rio de Janeiro, com especial atenção sendo dedicada às associações entre Estado e capital privado, desde o final do século XIX até a atualidade, aí incluídas, por exemplo, as afamadas reformas de Pereira Passos (Abreu, 1987; Benchimol, 1990; Silva, 1992; Vaz, 1994). É perfeitamente aceitável a interpretação de que na constituição da espacialidade carioca prevaleceu um comportamento em que o Estado se associou ao capital em benefício das classes mais abastadas da sociedade. Talvez a "novidade" dos tempos atuais seja mesmo a forma de integração de determinadas favelas nos circuitos de acumulação de capital, sua produção como espaço a ser comercializado, ou melhor, sua apropriação – que usualmente ocorre via mercado, mas tem um forte ranço de apropriação indevida, de acumulação primitiva –, e posta à venda como mercadoria.

As favelas já existem enquanto espaço produzido, isto é, elas não são mercadorias que estão sendo produzidas agora mesmo para posterior comercialização. Sua espacialidade específica é o produto do árduo trabalho de autoconstrução de seus moradores, o que muitas vezes ocorreu ao longo de gerações inteiras, e a sua integração contemporânea aos circuitos de acumulação do capital poderia ser assumida como parte de um processo de "acumulação primitiva" (Marx, 2013) ou "acumulação por espoliação" (Harvey, 2005). Consequentemente, se por um lado, efetivamente, a "produção do espaço" (Lefebvre, 1991) e o "ajuste espacial" (Harvey, 2001) parecem alcançar uma escala mundial, por outro, os mesmos não estão ocorrendo independentemente de especificidades regionais e locais. No caso das favelas cariocas uma especificidade é este processo de "acumulação primitiva", na verdade uma segunda onda de "acumulação primitiva". Afinal, tal como já havia indicado Francisco de Oliveira (2003), ao rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho, a própria formação das favelas esteve marcada pela acumulação primitiva. Oliveira (2003) assevera que isso é assim na medida em que o custo com a habitação foi simplesmente excluído dos cálculos do capital na hora de remunerar a força de trabalho. Tais são algumas das particularidades da produção do espaço no caso em questão.

Os novos tempos de incorporação das favelas aos circuitos de acumulação podem ser percebidos como marcados por uma ocupação intensiva do espaço, o que significa o aumento da densidade do espaço residencial. Contudo, é preciso reconhecer que a entrada do capital nem sempre ocorre de forma homogênea e bem ordenada. O processo assume características desiguais e pode ocorrer de forma porosa. A evolução das recentes transformações não é inequívoca. Em alguns casos a euforia com a possibilidade de auferir lucros rápidos e elevados com o emergente "negócio das favelas" parece já ter passado seu ponto culminante. Ainda que as UPPs seguem instaladas dentro de diversas favelas e em operação, a possibilidade de lucro com atividades ilícitas relacionadas ao tráfico de drogas nunca deixou completamente estes territórios. O aumento do tráfico de drogas pode significar o aumento de conflitos armados, o que certamente tem consequências negativas para diversas atividades que estão proliferando nas favelas, como, por exemplo, o turismo, ou o mercado de compra e venda de habitações. Um morador do morro de uma favela localizada na zona sul afirmou que os

preços de compra-venda começaram a cair no último ano, depois de quatro anos seguidos de subidas. Tal morador, proprietário de diversos imóveis na favela, relatou que recebeu ofertas de até 200 mil reais (cerca de 100 mil dólares) por um de seus imóveis em anos anteriores e que agora está tendo problemas para vender tal imóvel por 120 mil reais (cerca de 60 mil dólares). Certamente, o retorno e eventual intensificação do tráfico ilícito de drogas, e dos conflitos armados entre traficantes e entre traficantes e a polícia, associados à incerteza quanto ao futuro de determinadas políticas públicas, são fatores que devem ser tomados em consideração para explicar tal variação nos preços. De toda forma, as favelas continuam representado um capital historicamente imobilizado, isto é, ainda parcialmente fora dos circuitos de acumulação. Paralelamente, o capital seguirá procurando seus caminhos, não sem o auxílio do Estado, para garantir as condições de segurança para o retorno de seus investimentos.

3. Cidades fantasmas, produção massificada do espaço e novas relações de dependência no "sul global"

Após décadas de guerras em Angola, a capital do país, Luanda, passa nos anos recentes por uma intensa mobilização de seu espaço. Grande parte das novas atividades construtivas desenvolvidas na cidade e em seus arredores está associada ao que o governo propagandeia como "reconstrução nacional" e também a novas relações comerciais principiadas pelo país africano no período pós-guerra. Desde o fim da guerra civil de Angola, em 2002, o segundo maior produtor de petróleo do continente africano cresceu a um ritmo acelerado, com frequência a taxas de crescimento do PIB de dois dígitos[5]. Nesse contexto, é fundamental mencionar a importância do petróleo para a economia do país, sem esquecer, porém, os interesses e disputas que o recurso energético pode fomentar. Países como a China, que possui uma forte demanda por petróleo, vêm estreitando progressivamente laços comerciais e sua presença em Angola. A presença chinesa no país africano, ainda que mais diretamente vinculada ao setor petroleiro, tem consequências muito para além de dito setor, sendo também considerável sua incidência no setor da construção, que passou por uma verdadeira "expansão" na última década. Desde o fim da guerra civil, a preocupação do governo de Angola tem sido a "reconstrução nacional" que vem sendo concretizada com a parceria financeira e técnica chinesa, principalmente no domínio das infraestruturas (Weimer & Vines, 2012).

A produção da localidade de Kilamba deve ser considerada a partir do contexto resumidamente descrito anteriormente. Kilamba é um gigantesco desenvolvimento imobiliário no município de Kilamba Kiaxi, localizado a cerca de 30 quilômetros da capital, Luanda. O empreendimento foi aprovado pelo gabinete de reconstrução nacional em 2008 e, depois de construído, passou a ser gerenciado por uma grande empresa petrolífera angolana, Sonangol, em associação com empresas privadas. O governo angolano projetou a cidade-bairro como uma "nova centralidade" com capacidade para acolher meio milhão de habitantes em mais de 700 blocos residenciais de oito a nove andares, todos, obviamente, providos de diversos equipamentos e serviços urbanos, como, por exemplo, escolas e estabelecimentos comerciais (Governo de Angola, 2013). Kilamba conta também com duas subestações eléctricas e uma estação de tratamento de água (Governo de Angola, 2013). O governo também propagandeia com certo orgulho as dimensões do empreendimento que foi planejado para ocupar em sua totalidade uma área de cerca de 54 quilômetros quadrados (Governo de Angola, 2013).

A "nova centralidade" foi construída em menos de três anos pela empresa estatal chinesa *China International Trust and Investiment Corporation* (CITIC), tendo um custo total de construção de US$ 3,5 bilhões (CITIC, 2009), reembolsados pelo governo angolano em petróleo. A estatal chinesa, uma das maiores construtoras do mundo, apresenta Kilamba como o maior projeto entre diversos projetos similares realizados por empreiteiras chinesas no exterior e ressalta que durante o auge da construção mais de 12.000 trabalhadores chineses

5 As exportações de petróleo posicionam Angola entre as seis maiores economias da África e o terceiro em termos de taxa de crescimento. De fato, entre 2002 e 2008 a economia angolana teve um aumento do PIB de cerca de 27%, o qual veio a representar mais de 104 bilhões de dólares em 2011. Estimam-se em 10 bilhões as verbas anuais do Estado angolano, 80% das quais provenientes do petróleo (Corkin, 2012).

deveriam ser empregados na obra (CITIC, 2009). Kilamba é também a maior de seu gênero em Angola, já que uma série de cidades-bairro similares foram construídas por entidades chinesas em Angola na última década. Inúmeras e amplas ruas e avenidas, todas elas asfaltadas, limpas, bem-iluminadas e adequadamente sinalizadas. São tantas que, quase a perder de vista, se repetem em uma monótona sucessão de cenários homólogos. Porém, tais ruas e avenidas estão normalmente desertas, tanto de pessoas como de carros. Aqui e ali, um edifício ou outro com janelas onde se notam cortinas; algumas poucas varandas com plantas ou adornos; alguns poucos carros estacionados. Insígnias de uma ocupação humana irregular, ou melhor, de uma subocupação de um espaço recente e velozmente produzido. Embora a construção da cidade-bairro tenha sido concluída em julho de 2011, muitas de suas unidades habitacionais ficaram desocupadas até bem recentemente. A edificação de uma "cidade fantasma" completamente desconectada das necessidades locais foi denunciada em diversos meios de comunicação (BBC, 2012a, 2012b; Veja, 2012; DaliyMail, 2012)[6].

Ainda que Kilamba tenha sido propagandeada pelo governo angolano como uma solução para o enorme déficit habitacional existente no país, o empreendimento foi direcionado para atender demandas habitacionais de parcelas médias da sociedade angolana. O preço das unidades inicialmente ofertadas era de entre 125 mil e 200 mil dólares, com prestações mensais começando em torno aos 600 dólares e podendo chegar aos 950 dólares (Angonotícias, 2012). Um preço salgado mesmo para determinados estratos das classes médias angolanas. Em fevereiro de 2013, os procedimentos de venda mudaram e novos preços foram anunciados para aumentar a taxa de ocupação do que deveria ser uma "nova centralidade" (Burie, 2014: 12). Além disso, a empresa Sonangol Imobiliária e Propriedades (SONIP), um ramo da Sonangol para o setor imobiliário, entrou em cena e centenas de candidatos estiveram na fila durante vários dias em frente ao escritório da empresa em Kilamba (Burie, 2014: 12). As mudanças geraram grande expectativa e também fortes suspeitas de corrupção e favorecimentos na venda e entrega dos apartamentos (Angonotícias, 2012). De toda forma, a taxa de ocupação dos apartamentos da localidade está longe de atingir um patamar suficiente para dar vida às ruas da nova cidade-bairro.

Com a construção de Kilamba, o governo pretendia encontrar um modelo para erradicar práticas de habitação informal como as que florescem por toda a cidade de Luanda (Burie, 2014). No entanto, a localidade permanece virtualmente como uma "cidade fantasma" porque o preço das unidades habitacionais ofertadas, no que deveria ser uma "nova centralidade", supera em muito o baixíssimo poder aquisitivo da maioria dos angolanos (Croese, 2012; Malaquias, 2012). Dois terços da população do país recebem remunerações de menos de dois dólares ao dia, o que dificulta enormemente conseguir uma hipoteca, em um dos mercados imobiliários mais caros do mundo. A propósito, Luanda figura como uma das cidades mais caras do mundo para se viver, sendo a habitação um dos bens mais inflacionados. Além disso, não existe uma oferta minimamente razoável de linhas de crédito para a aquisição de moradias no país, o que, no caso de Kilamba, o Estado tentou remediar facilitando o acesso a crédito a potenciais compradores, enfocando principalmente funcionários públicos e ex-combatentes (Burie, 2014: 12). Em suma, a maioria dos angolanos não pode pagar o que custam as habitações da "nova centralidade". Ademais, esta situação, juntamente com a falta de crédito, deve ser lida contra um contexto no qual grande parte da população vive em habitações precárias sem água, eletricidade ou saneamento básico.

Kilamba representa uma visão urbana específica do governo angolano para a urbanização do pós-guerra. A cidade-bairro que foi planejada para se tornar uma "nova centralidade" tem a pretensão de ser, ao menos no plano discursivo, independente e autônoma em relação ao antigo tecido urbano de Luanda. Nesse sentido, Burie (2014: 16) defende que Kilamba representa uma espécie de "urbanismo de tabula rasa", que se propagandeia como um ambiente melhor do que a velha e tradicional Luanda. Tal como a autora (2014) indica, tal visão incorpora a ideia de uma "governança suburbana", descrita por autores como Ekers, Hamel & Keil (2012), como a combinação de uma presença dominante do Estado, vários processos de acumulação de capital e uma tendência para o autoritarismo privado. Em Luanda, como em diversas outras cidades do mundo contemporâneo, subúrbios como Kilamba, em muitos casos verdadeiras "privatopias", universos paralelos supostamente desconectados de seus contextos locais mais imediatos, são lugares associados a ideias

6 Na China é possível encontrar um fenômeno parecido posto que diversas cidades foram recentemente construídas e permanecem vazias, pois o preço das unidades supera em muito o baixíssimo poder aquisitivo dos chineses. Estaria o país asiático exportando tal modelo de desenvolvimento urbano? Para mais ver BBC (2012c, 2012d).

como distinção e status social, segurança, previsibilidade, disciplina e normatização do espaço, controle da vida cotidiana, e realização pessoal através do consumo. Como já mencionado, tal tendência de urbanismo defensivo e privatizante está presente ao redor do mundo, sendo facilmente encontrada em diversas cidades tanto no "sul global" como no "norte global". Esta não poderia ser, portanto, considerada uma especificidade da "produção do espaço" do caso em questão. Quais seriam, então, as especificidades de Kilamba?

Diversas podem ser as críticas direcionadas à cidade-bairro angolana: sua estética privatista, sua venda como "cidade nova" em detrimento da cidade de Luanda, suas desconexões em relação ao hábitos culturais e as necessidades dos angolanos, a monotonia da tipologia construtiva, a promoção do transporte privado como única alternativa de transporte possível, seu papel na aplicação de um novo tipo de segregação urbana no país africano, o fato de não ter operado majoritariamente com mão-de-obra local, a corrupção associada à pouca transparência nos processos de construção e venda, etc. Porém, suas maiores contradições certamente residem no que a cidade-bairro de Kilamba representa como mercadoria a ser vendida em um mercado que é específico: um grande estoque de habitações novas e vazias num país imerso em um déficit habitacional quase crônico. Como pode ser aceitável que em um país onde a maioria da população viva em condições habitacionais tão precárias exista uma cidade inteira concluída, pronta para ser ocupada, mas quase completamente desabitada? O acesso à moradia, passa pelo crivo do mercado, mesmo se nesse mercado atuam o Estado e suas burocracias, seja em favor de moradores que não podem participar no mercado como consumidores, fornecendo-lhes, assim, subsídios, ou, o que infelizmente parece ocorrer no caso em questão, em causa própria.

Outra das contradições do empreendimento menos noticiada na imprensa internacional se relaciona ao fato de que o mesmo foi pago com petróleo pelo governo angolano. Aliás, esta é a forma habitual de pagamento utilizada pelo governo angolano para saldar seus compromissos com empresas chinesas. Na jogada em questão, ou seja, a construção de Kilamba, a empresa estatal chinesa que efetivou a fabricação daquele espaço, CITIC, apropriou-se quase que instantaneamente da mais-valia gerada no processo de produção daquele espaço. Em outras palavras, a mais-valia gerada na produção daquela cidade-mercadoria se realizou de forma quase instantânea do ponto de vista do capital ali investido, já que o mesmo recebeu seus rendimentos em petróleo, o que ocorreu de forma completamente desvinculada da venda das unidades habitacionais construídas. O povo angolano pagou com seu petróleo por habitações que provavelmente a grande maioria da população nunca poderá ocupar. Nesse sentido, possíveis crises de realização daquele espaço produzido como mercadoria foram automaticamente transferidas às arcas públicas angolanas.

Não por acaso Angola é o maior parceiro comercial da China no continente africano (Power, Mohan & Tan-Mullins, 2012: 78) e Kilamba é o maior exemplo dentre várias outras atuações chinesas no setor da construção angolano (Kiala, 2009). As relações recentemente estabelecidas entre os dois países estão satisfazendo a ânsia chinesa por recursos energéticos para o seu desenvolvimento industrial, assim como sua necessidade de encontrar novos mercados na África para suas empresas em expansão, o que implica aumentar a exportação de produtos industriais acabados e de mão-de-obra (Power & Alves, 2012). Há uma lista crescente de empresas chinesas, prestando serviços no processo de "reconstrução nacional" de Angola. Por exemplo, a *Pan-China Construction Ltd*. está desenvolvendo a nova cidade de Dundo, no nordeste da província do Lunda. Dundo terá quase 200 mil novas residências, sobre uma área de 5 milhões de quilômetros quadrados e 500 hectares. Tal como CITIC, Pan-China também se beneficia das decisões do Gabinete de Reconstrução Nacional e do petróleo de Angola (Kiala, 2009).

Em suma, a partir do caso aqui observado, diversas são as peculiaridades afetas à produção do espaço na Angola contemporânea. Talvez a mais relevante seja a constituição de relações desiguais entre nações do "sul global" que parecem estar reestabelecendo vínculos de dependência calcadas em intercâmbios desiguais que antes aconteciam de forma mais inequívoca entre países do "norte" e do "sul", sempre em favor dos primeiros. Todavia, agora mais do que antes, a produção do espaço entra a fazer parte constituinte na conformação de tais relações, juntamente com os recursos naturais e commodities, intercambiados desigualmente em associação direta com a produção do espaço. Certamente, as relações encetadas entre Angola e China, e a produção de espacialidades como Kilamba, poderiam ser interpretadas a partir dessa ótica.

4. Conclusões: por uma produção contextualizada das teorias críticas do espaço

Muitas características contemporâneas das fragmentadas e desiguais cidades e metrópoles do "sul global" estão relacionadas a processos relativamente recentes como, por exemplo, sua inserção na voraz globalização neoliberal. Além disso, o poder de ação do mercado e do Estado, e sua interação mútua, são centrais para o estabelecimento da espacialidade atualmente existente no "sul". Certamente a literatura crítica sobre o espaço produzida no "norte" pode fornecer ferramentas conceituais e *insights* valoráveis para analisar todas essas dinâmicas. No entanto, como indicado anteriormente, existem algumas limitações analíticas em tais tipos de estudos e teorias, sendo a primeira delas a fundamentação empírica do trabalho teórico, quase que exclusivamente, nas cidades e metrópoles do "norte global", principalmente, da América do Norte e da Europa Ocidental.

Além do mais, como bem alerta Connell (2009), a partir desse desequilíbrio, sempre há o risco de perpetrar generalizações ilegítimas das experiências do "norte", como se elas fossem mais ou menos universais, ou mesmo de obscurecer ou mesmo apagar realidades inteiras fora do "norte". Dessa perspectiva, outro problema com as teorias críticas do espaço "produzidas" e "informadas" em/por contextos do "norte" é que mesmo que elas indiquem os efeitos negativos da produção capitalista no/do espaço, elas geralmente não consideram devidamente a geração (certamente não espontânea) do "sul" em si, isto é, o surgimento e inserção histórica do "sul" na divisão internacional (e racial) do trabalho ao longo dos últimos cinco séculos.

É válido esclarecer que o problema não é que as teorias críticas do espaço, como as de Lefebvre (1976, 1978, 1991, 2001, 2002) ou Harvey (1985, 2001, 2005, 2006), não possam ser aplicadas aos espaços, cidades e realidades "urbanas" do "sul". Longe disso. Na verdade, elas podem e devem ser empregadas para entender dinâmicas socioespaciais na América Latina e na África, tais como a atual "produção do espaço" em condições capitalistas (contemporâneas) de produção. Entretanto, antes de reproduzir uma suposta universalidade das teorias espaciais críticas, seria mais proveitoso desenvolver um enfoque que assuma a *particularidade* como eixo primordial de análise[7]. É necessário reconhecer, por exemplo, que a "produção do espaço" não é um fenômeno genérico, senão que possui especificidades em suas diversas concretizações ao redor do globo.

Nesse sentido, tanto a incorporação parcial, ainda não definitiva, das favelas cariocas a determinados circuitos de acumulação, quanto a produção da cidade-bairro angolana de Kilamba, podem ser assumidas como ilustrativos de formas específicas da produção do espaço que estão tendo lugar no "sul global". Enquanto "produção do espaço", tais processos compartilham determinados aspectos com eventos ganhando forma em outras latitudes, afinal a busca do capital por territórios e novos setores de acumulação é incessante e ocorre a escala global. Contudo, devemos estar atentos às especificidades involucradas na "produção do espaço", o que nos casos em questão passa certamente por discutir, por exemplo, sucessivas ondas de acumulação primitiva ou o reestabelecimento de relações de dependência no panorama internacional entre países do "sul global". Em suma, uma ampla e profícua agenda de pesquisa permanece aberta.

5. Referências Bibliográficas

ABREU, M. (1987), *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar.

ANGONOTÍCIAS. (2012), "Cidade do Kilamba inicia processo de venda resolúvel". Disponível em: http://www.angonoticias.com/Artigos/item/35223/cidade-do-kilamba-inicia-processo-de-venda-resoluvel, [Consultado em 05/11/2014].

BBC. (2012a), "Footage shows African 'ghost town'". *BBC*, Disponível em: http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-18680217, [Consultado em 05/11/2014].

7 Vale ao menos mencionar que diversos autores do "sul global" contribuíram para tal como, por exemplo, diversos autores afiliados à Teoria da Dependência na América Latina. No âmbito específico dos estudos urbanos e espaciais o trabalho do geógrafo brasileiro Milton Santos (1996, 2000, 2004) pode ser considerado uma referência nesse sentido.

_____. (2012b), "Angola's Chinese-built ghost town". *BBC*, Disponível em: http://www.bbc.com/news/world-africa-18646243, [Consultado em 05/11/2014].

_____. (2012c), "China's ghost towns and phantom malls". *BBC*, Disponível em: http://www.bbc.com/news/magazine-19049254, [Consultado em 07/11/2014].

_____. (2012d), "Ordos: The biggest ghost town in China". *BBC*, Disponível em: http://www.bbc.com/news/magazine-17390729, [Consultado em 07/11/2014].

DALIYMAIL. (2012), "Why has China built a ghost town in Africa? Eerie footage shows brand new Angolan city designed for 500,000 lying empty", *DailyMail*, Disponível em: http://www.dailymail.co.uk/news/article-2168507/Footage-shows-brand-new-Angolan-city-designed-500-000-lying-empty.html, [Consultado em 15/10/2014].

BENCHIMOL, J. (1990), *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A Renovação Urbana do Rio de Janeiro do Início do Século XIX*, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural.

BUIRE, C. (2014), "The Dream and the Ordinary: An Ethnographic Investigation of Suburbanisation in Luanda". *African Studies*, Disponível em: http://city.apps01.yorku.ca/wp-content/uploads/2014/07/African-Studies-Chloe-Burie-Suburbanisation-in-Luanda.pdf, [Consultado em 12/10/2014].

CASTRO-GÓMEZ, S. (2000), "Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la "invención" del otro". In Lander, E. (Comp.). *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas,* Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, pp. 145-162.

CITIC. (2009), "Project Overview: Angola Social Housing". *CITIC*, Disponível em: Housing.http://www.cici.citic.com/iwcm/null/null/ns:LHQ6LGY6LGM6MmM5NDgyOTYyMDEzNmIwMzAxMjAxMzdlYzA1YTAwMDEscDosYTosbTo=/show.vsml, [Consultado em 09/11/2014].

CONNELL, R. (2009), *Southern Theory*. Cambridge: Allen and Unwin.

CORKIN, L. (2012), "Angolan political elites' management of Chinese credit lines". In Power, M. & Alves A. C. (Eds.). *China and Angola: A Marriage of Convenience?*, Cape Town/Dakar/Nairobi/, Oxford: Pambazula Press, pp. 45-68.

CROESE, S. (2012), "One million houses? Chinese engagement in Angola's national reconstruction". In Power, M. & Alves A. C. (Eds.). *China and Angola: A Marriage of Convenience?*, Cape Town/Dakar/Nairobi/, Oxford: Pambazula Press, pp. 124-144.

DAVIS, M. (2006), *Planet of Slums: Urban Involution and the Informal Working Class*, London: Verso.

EKERS, M., HAMEL, P. & KEIL, R. (2012), "Governing Suburbia: Modalities and Mechanisms of Suburban Governance". *Regional Studies*, 46(3), pp. 405-422.

FREIRE-MEDEIROS, B. (2007), "A favela que se vê e que se vende: reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 22 (65), pp. 61-72.

GOVERNO DE ANGOLA. (2013), "Habitações do Kilamba já foram todas vendidas". *Portal Oficial do Governo de Angola*. Disponível em: http://www.governo.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=19454, [Consultado em 05/11/2014].

HARVEY, D. (1985), *The Urbanization of Capital*, Oxford: Blackwell.

_____. (2001), *Spaces of Capital. Towards a Critical Geography*, New York: Routledge.

_____. (2005), *O novo imperialismo*, São Paulo: Edições Loyola.

_____. (2006), *The Limits to Capital*, Oxford: Blackwell.

KIALA, C. (2009), "Construction in Angola: CITIC and the Kimlamba Kiaxi Housing Project", In Davies, M. J. (Ed.). *The China Monitor, China's Involvement in Angola: Mutually beneficial commercial pragmatism?*, Centre for Chinese Studies, Stellenbosch University, pp. 07-22.

LANDER, E. (2000), "Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos". In Lander, E. (Comp.). *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas,* Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, pp. 11-40.

LEFEBVRE, H. (1976), *The Survival of Capitalism: Reproduction of the Relations of Production*, New York: St. Martin's Press.

_____. (1978), *El Derecho a la Ciudad*, Barcelona: Península.

_____. (1991), *The Production of Space*, Oxford: Blackwell.

_____. (2001), *A Cidade do Capital*, Rio de Janeiro: DP& A.

_____. (2002), *A Revolução Urbana*, Belo Horizonte: Ed. UFMG.

MALAQUIAS, A. (2012), "China is Angola's new best friend – for now". In Power, M. & Alves A. C. (Eds.). *China and Angola: A Marriage of Convenience?*, Cape Town/Dakar/Nairobi/, Oxford: Pambazula Press, pp. 26-44.

MARX, K. (2013), *O Capital. Crítica da economia política*, São Paulo: Boitempo.

MIGNOLO, W. (2006), La descolonización del ser y del saber. In Schiwy, F. & Maldonado-Torres, N. (Eds.). *(Des)colonialidad del ser y del saber (videos indígenas y los límites coloniales de la izquierda) en Bolivia*, Buenos Aires: Ediciones del Signo, pp. 25-30.

MYERS, G. (2011), *African Cities: Alternative visions of urban theory and practice*, London: Zed Books.

OLIVEIRA, F. de. (2003), *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*, São Paulo: Boitempo.

POWER, M., ALVES A. C., (2012), *China and Angola: A Marriage of Convenience?*, Cape Town/Dakar/Nairobi/Oxford: Pambazula Press.

POWER, M., MOHAN, G. & TAN-MULLINS, M. (2012), *China's Resource Diplomacy in Africa: Powering Development?*, Nova York: Palgrave Macmillan.

ROBINSON, J. (2002), "Global and world cities: A view from off the map". *International Journal of Urban and Regional Research*, 26, pp. 531-554.

_____. (2003), "Postcolonialising geography: Tactics and pitfalls". *Singapore Journal of Tropical Geography*, 24, pp. 273-289.

_____. (2006), *Ordinary Cities: Between Modernity and Development*, London: Routledge.

ROY, A. (2009), "The 21st-century metropolis: New geographies of theory". *Regional Studies*, 43(6), pp. 819-830.

SANTOS, M. (1996), *A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção*, São Paulo: HUCITEC.

_____. (2000), *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, Rio de Janeiro: Record.

_____. (2004), *Por uma Geografia Nova. Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*, São Paulo: EdUSP.

SILVA, M. (1992), *Os transportes coletivos na cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca.

VAZ, L. (1994), Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro. *Análise Social*, 24(127.3), pp. 581-597.

VEJA. (2012), "Ver para crer: Angola imita China e também cria cidade fantasma". *Revista Veja*, Disponível em: http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/vasto-mundo/ver-para-crer-angola-imita-a-china-e-tambem-cria-cidade-fantasma-novinha-em-folha-cabem-la-meio-milhao-de-pessoas-mas-so-vivem-220/, [Consultado em 05/10/2014].

WEIMER M., VINES A. (2012), "China's Angolan oil deals: 2003-11". In Power, M. & Alves A. C. (Eds.). *China and Angola: A Marriage of Convenience?*, Cape Town/Dakar/Nairobi/, Oxford: Pambazula Press, pp. 85-104.

Cidades em Preto e Branco: espaços urbanos e subalternidade no Brasil

Pedro Wilson Oliveira da Costa Junior

Resumo: A trajetória da comunidade negra no país é profundamente assinalada pela violência e estigmatização de seus territórios. Desde a senzala – representação da opressão e brutalidade dos senhores e que configurou o primeiro território negro no Brasil –, até as favelas dos dias atuais, testemunha-se a persistência de um modelo de divisão social e territorial excludente e estigmatizador que perpetua pobres, pretos e pardos como os segmentos populacionais mais preteridos. O padrão de crescimento urbano em curso no país revela a continuidade desse paradigma segregador, com destaque para as intervenções realizadas em prol da preparação das cidades brasileiras para receber a Copa do Mundo da Fifa 2014. A proposta depositada neste trabalho é oferecer um comentário a respeito da apartação étnico-social erigida historicamente no Brasil. Elucida-se a edificação dessa fronteira mediante classificações gerais da sociedade, como a «colonialidade» e o «racismo» , enfatizando a produção da «subalternidade» no decurso das disputas pelo território urbano. A ideia de «colonialidade do poder» é imprescindível para perceber esse processo e a dinâmica geral de dominação e opressão que tem como palco as sociedades pós-coloniais. Ela pressupõe que o desfecho da colonização nesses países não significou a plena extinção das relações de colonialidade, que permaneceram controlando a economia, a política, a natureza, a sexualidade, a subjetividade, o conhecimento.

1. Apresentação

> *Na cidade do lucro não cabe o pobre, não cabe o negro, não cabe o nordestino, não cabe a mulher, não cabem os trabalhadores e trabalhadoras que deram sua força para construí-la. Somos milhões a quem tentam privar da esperança, mas que, resistindo, mantivemos nossa dignidade* [...].[1]

As cidades no Brasil foram constituídas progressivamente a partir de uma segregação social e racial do espaço. A trajetória das populações negras e mestiças do país evidencia a profunda violência e estigmatização assinalada sobre seus territórios. Não obstante a insuficiência de material empírico[2] para sustentar essa ideia, manifestam-se sinais das assimetrias produzidas na paisagem urbana, demonstrando que as classes sociais tem «cor» [3]. Se durante a escravidão a negritude era marca de subumanidade, no Brasil republicano, com a inserção do trabalho assalariado, o negro e o mestiço ficaram associados à marginalidade[4]. No que pesem as largas diferenças entre os subúrbios e favelas no Brasil e outros casos de apartação racial mais ostensiva, como nos «guetos» norte-americanos, por exemplo, confinados às populações negras daquele país, é notória a divisão étnico social das cidades brasileiras.

Entre linhas e curvas de arquiteturas modernas e contemporâneas emergem 'eldorados', zonas de bonança dissociadas por muros e cercas elétricas. No seu entorno se diluem enclaves de ausências, territórios de

---

1 JORNADA NACIONAL DE LUTA URBANA. Manifesto Popular de 28 de Março. 03/2008. (Documento impresso).

2 Cf. ROLNIK, 1989

3 Cf. QUIJANO, 2005.

4 De acordo com Raquel Rolnik, «o estigma foi formulado a partir de um discurso etnocêntrico e de uma prática repressiva; do olhar vigilante do senhor na senzala ao pânico do sanitarista em visita ao cortiço; do registro esquadrinhador do planejador urbano à violência das viaturas policiais nas vilas e favelas.» (ROLNIK, 1989).

profunda miséria. As «regiões problema» costumam ser lembradas principalmente pelos noticiários policiais. Ou quando contempladas por arrojados projetos de «revitalização», significando, em poucas palavras, a retirada da população pobre – e em grande medida não-branca –, seguida de embelezamento e encarecimento daquele território. Tal processo é característico na conformação das grandes cidades brasileiras e recai particularmente sobre os segmentos historicamente oprimidos.

As distintas formas de colonialismos sobrepostos e a produção de desigualdades heterogêneas na formação histórica do Brasil, fazem com que o tipo de racismo existente no país tenha o elemento perverso de dissimular opressões específicas impostas à população negra e mestiça. A apartação étnico-racial não costuma ser enxergada na divisão do trabalho, bem como na desigualdade de salários entre brancos e negros (mais evidente ainda comparando com mulheres negras). Também não associam o racismo à violência policial contra um pedreiro, ao cerceamento de jovens não-consumidores das periferias de frequentar shoppings centers, ou à atuação de jovens brancos e bem alimentados da zona sul carioca que encarnam um suspeito papel de «justiceiros» para espancar e humilhar menores infratores – cena que recentemente estampou os jornais, sob reações de reprovação, mas também com comentários de apoio fervoroso. Tal racionalidade não teria como ser distinta na maneira de compreender o porquê da divisão territorial e da distribuição de recursos nas cidades serem tão assimétricos. A violência que permeia as sociedades colonizadas, tão bem desnudada por Frantz Fanon (1968), dá-se com um forte viés entrelaçado e indissociável de hierarquização da cor e condição social. Não à toa, nos dias atuais, 70 % dos assassinatos ocorridos por ano no Brasil são praticados contra negros, na maioria jovens e adolescentes[5]. Num universo de aproximadamente 60 mil pessoas assassinadas anualmente, ser negro e pobre nas grandes cidades corresponderia a ser pertencente a um grupo de risco[6].

A realização da Copa do Mundo da Fifa 2014 registrou a violação de inúmeros direitos humanos das populações diretamente atingidas pelas obras ou por políticas de «pacificação» de favelas, consolidando uma espécie de *estado de exceção*[7] nesses territórios. O silenciamento dessas populações ilustra bem como se desenrola a produção da *subalternidade* no Brasil, através do desprezo aos socialmente inferiores e da deterioração da dignidade pessoal desses indivíduos. Afinal, a pobreza não poderia ser tratada de outro modo a não ser como mera questão 'paisagística'.

A proposta depositada neste trabalho é oferecer uma interpretação a respeito da edificação das fronteiras, simbólicas ou não, que separam espacialmente as classes sociais no interior das cidades. A apreciação deste cenário dá-se sob a luz de preceitos de autores *decoloniais* e *pós-coloniais* – sem necessariamente dispensar contribuições não-vinculadas à tais perspectivas teóricas –, enfatizando a produção da subalternidade no decurso das disputas pelo território urbano. A ideia de «colonialidade do poder» [8] é imprescindível para perceber a dinâmica de dominação e opressão que tem como palco as sociedades pós-coloniais. Ela pressupõe que o desfecho da colonização nesses países não significou a plena extinção das relações de colonialidade, que permaneceram controlando a economia, a política, a natureza, a sexualidade, a subjetividade, o conhecimento.

2. Colonialidade e racismo, trilhas da produção da *subalternidade* no Brasil

No decorrer do século XX, toda a América Latina esteve capturada num nexo histórico conformado pela imbricação das questões como «nação» , «identidade» e «democracia» , questões que na Europa ocidental já haviam sido tratadas sucessivamente sob o viés liberal. Em termos *gramscianos*, a natureza «passiva» das tentativas de revoluções nacionais democráticas em alguns países deram soluções a essas questões que representavam a continuidade do padrão modernidade/colonialidade (QUIJANO; WALERSTEIN, 1992). As

5 IPEA, 2013 apud «NEGROS são 70% das vítimas de assassinatos no Brasil, reafirma Ipea.» | **Blog Negro Belchior**. 18/10/2013.

6 Ibidem.

7 Cf. AGAMBEN, 2004; e AGAMBEN, 2010.

8 Conceituada por Aníbal Quijano (2005 [1992]) e estendida por Walter Mignolo (2010).

últimas décadas do século foram sobrepostas por regimes autoritários, poderosos movimentos insurrecionais e por experiências de ajustes neoliberais em grande parte do subcontinente.

Tendo sido a América Latina experiência colonial pioneira para a conformação do sistema-mundo moderno/colonial (QUIJANO, 1992 e MIGNOLO, 2005) trata-se de um continente que convive com colonialismos sobrepostos: externo, regional e interno – com destaque à última categoria. A ideia de «colonialismo interno» delata a constância de estruturas econômicas, políticas e culturais que inferiorizam a grande parte da população mesmo posteriormente à colonização.

Frantz Fanon (1968) não duvida que esse mundo tenha sido construído como se fosse cortado em dois e habitado por humanidades distintas. A «classe dirigente» nas colônias, imposta com o auxílio da força, não obstante o uso de outras modalidades de «domesticação» , se caracterizaria principalmente pelo fato de ser estrangeira, «a que vem de fora» , não se assemelhando aos povos originais. Ele ressalta que no contexto colonial o que retalha o mundo é pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Além disso, não há como mascarar as enormes desigualdades de modos de vida que imbricam a realidade humana e a economia: «Nas colônias a infraestrutura econômica é igualmente uma superestrutura. A causa é consequência: o indivíduo é rico porque é branco, é branco porque é rico.» (FANON, 1968: 29)

Quijano (2005) salienta que no caso de países como Brasil, Colômbia e Venezuela a sobreposição de uma ideologia de «democracia racial» dissimula a verdadeira dominação e discriminação colonial dos negros. A despeito de que os conflitos raciais não ocorrem de maneira tão explicitamente violenta como em outros países, a exemplo dos Estados Unidos e da África do Sul, é penoso encarar com seriedade o modelo de cidadania oferecido à população de origem africana nesses países. A perspectiva eurocêntrica foi acolhida pelas camadas dominantes como própria e direcionou-as a ditar o modelo europeu de conformação do estado-nação para formas de poder acomodadas ao redor de relações coloniais.

Darcy Ribeiro (1995) já realçara que as distâncias sociais e culturais que separam as classes ricas e as pobres no Brasil seriam tão grandes que se compararíam a diferenças entre «humanidades distintas» . As multidões aglomeradas nas cidades brasileiras, nas áreas ricas e nos subúrbios, seriam representações desses estratos opostos. Tal estratificação tem entre suas características um tipo de pensamento proveniente da conformação histórica do Brasil como um «negócio que a uns privilegia e enobrece, fazendo-os donos da vida, e aos demais subjuga e degrada, como objeto de enriquecimento alheio.» (RIBEIRO, 1995: 212). O cunho proposital dessa racionalidade que perdura no Brasil faria dele, ainda presentemente, «menos uma sociedade do que uma feitoria» , pois não habilitava a maioria da população para suas demandas mínimas de sobrevivência e progresso, conservando-a apenas para servir ao enriquecimento de uma camada senhorial subordinada aos interesses externos.

As passagens do Brasil de colônia a nação independente e de monarquia a República sucederam sem que afetassem a essência da ordem social constituída. Darcy Ribeiro assinala que o conjunto das instituições políticas do Brasil não passariam de «superfetações» do poderio efetivo do patronato fazendeiro (RIBEIRO, 1995: 219). O autor também notabiliza que na conduta dessa camada dominante coabitam dois estilos contrapostos. O primeiro presidido pela mais viva cordialidade com seus pares, e o segundo marcado pelo desprezo com os que lhe são socialmente inferiores. A correspondência dessa corrupção senhorial seria uma deterioração da dignidade pessoal dos estratos mais humildes, resignados a um tratamento evidentemente desigual, propensos a serem explorados exaustivamente e assumirem atitudes de subserviência (RIBEIRO, 1995: 217).

Florestan Fernandes (1989) assinala que os negros são testemunhas vivas da persistência de um disfarçado colonialismo destrutivo, que os soterra numa opressão inacreditável. Além de ter sofrido todas as humilhações da escravidão e as frustrações e ressentimentos de uma abolição feita pelos brancos e para os brancos, os negros «libertos» passaram a vegetar pelas cidades «tentando ser gente» . Destino pouco distinto ao dos indígenas, que se tornaram «párias da terra» , e dos trabalhadores «semi-livres» que são superexplorados nas grandes cidades, não obstante o destaque que empreste à resistência indígena e a luta dos negros contra a escravidão, lutas mais longas e mais sanguinárias que existiram ao longo da história do Brasil. Darcy Ribeiro (1995: 219-20), com certo desalento, reconhece que a rebeldia dos oprimidos, sobretudo a da população negra, é refreada e pouco agressiva na presença de gritante desigualdade.

A remessa de imigrantes – cerca de 4 milhões, europeus majoritariamente – que desembarcou no Brasil entre 1886 e 1930 para substituir a mão de obra escrava, transformou a paisagem étnica e urbana do país. Esse

processo foi incrementado com a disseminação de um discurso em que os europeus, carregados de cultura e «civilização» , promoveriam o desenvolvimento da nação. Além da insinuada superioridade étnica que provocaria o «branqueamento» da sociedade brasileira, 'saturada' de negros e pardos.
Alçando a condição de trabalhador livre com a abolição do regime escravocrata – a mais tardia da história – o negro se viu jogado à própria sorte diante da disputa desigual por trabalho com os novos imigrantes, que além de serem considerados mais 'aptos' ao trabalho livre, muitos também conseguiam assistência de governos que visando atraí-los, ofereciam lotes de terra e ajuda econômica[9], principiando assim uma espécie embrionária de «políticas afirmativas» no Brasil, restritas aos europeus. Tais circunstâncias conferiam aos negros limitadíssimas possibilidades no mercado de trabalho, restando apenas se submeter a novas formas de exploração, «só lhe permitiam integrar-se na sociedade e no mundo cultural, que se tornaram seus, na condição de um subproletariado compelido ao exercício de seu antigo papel, que continuava sendo principalmente o de *animal de serviço*.» (Darcy Ribeiro, 1995: 232 [grifo nosso]).
Diante da ofensiva desigualdade referente à estratificação racial, Florestan Fernandes observa que, «em pleno fim do século [XX], a descolonização não tenha penetrado profundamente na esfera das relações e das estruturas raciais da sociedade brasileira.» (FERNANDES, 1989: 15). O mito da «democracia racial» perdurava retardando mudanças estruturais, bem como encobrindo a centralização e a concentração raciais da riqueza, do prestígio social e do poder. E mesmo entre os estratos subalternos envolvendo outros padrões de classificação social:

> Tanto a estrutura ocupacional quanto a pirâmide educacional deixam uma participação ínfima para o negro e o mulato, assinalando uma quase exclusão e uma marginalização sistemática e desvendando, inclusive, que, na luta pelas oportunidades tão desiguais e sonegadas, há uma desigualdade adicional entre o negro e o mulato (pois este vara relativamente melhor várias das barreiras raciais camufladas). (FERNANDES, 1989: 16).

Quijano (2005) assinala que a ideia de raça, central à colonialidade do poder, necessita ser adotada com um fator básico na questão nacional e do estado-nação. Haja vista que na América Latina as «classes sociais» tem «cor» . Significando assim que a classificação das pessoas não se efetiva apenas em um dos âmbitos do poder, como o econômico, por exemplo. Mas em todos eles. «A dominação é o requisito da exploração, e a raça é o mais eficaz instrumento de dominação que, associado à exploração, serve como o classificador universal no atual padrão mundial de poder capitalista.» (ibidem). Qualquer possibilidade de democratização exitosa da sociedade na América Latina deve abarcar a questão racial, sendo imprescindível que irrompa na maioria dos países representando concomitantemente uma descolonização e uma redistribuição radical do poder.

3. A cidade como «obra» e como «produto»

«O mundo colonizado é um mundo cindido em dois» , assinalara Fanon. A cidade do colono se acentua pela luminosidade, pela sua solidez em pedra e ferro. As ruas são limpas, os caixotes de sobras e de lixo jamais são vistos, «é uma cidade saciada, indolente, cujo ventre está permanentemente repleto de boas coisas. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiros.» (FANON, 1968: 28-29). Já a cidade do colonizado é marcadamente faminta, humilhada; «um lugar mal-afamado, povoado de homens mal-afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras.» (ibidem).
Henri Lefebvre (2008 [1968]) já afirmara que a cidade é uma *obra*, sendo esta característica contrastante com a irreversível orientação da cidade na direção do dinheiro, do comércio, das trocas e dos *produtos*. Com efeito, a cidade é um valor de uso e um valor de troca (2008: 12). A cidade expressa em sua estrutura e

9 Cf. RIBEIRO, 1995, p. 215.

movimento a dinâmica nacional e internacional em consonância com as transformações sociais, econômicas e políticas. «A cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as *instituições* oriundas das relações de classe e propriedade.» (2008: 59), por conseguinte, torna-se imprescindível indicar a localização da temática no âmbito das relações capitalistas globais.

O autor de *O Direito à Cidade* explica que os subúrbios foram criados como resposta ao impulso industrializante, que deslocou os camponeses para amontoados centros urbanos e daí foram empurrados para áreas limítrofes da urbe. Contudo, o autor assevera que esta resposta não foi meramente fortuita, tratava-se de uma estratégia de classe; não necessariamente uma estratégia com atos coordenados e planificados, mas que convergia para resultados concretos. Conforme Lefebvre (2008: 97), «afastado da Cidade, o proletariado acabará de perder o sentido da obra. Afastado dos locais de produção, disponível para empresas esparsas a partir de um setor de habitat, o proletariado deixará se esfumar em sua consciência a capacidade criadora.» Desta forma, a «suburbanização» inicia um processo, que descentraliza a Cidade, fazendo com que a «consciência urbana» vá se dissipando, e pouco a pouco deixando de concernir à produção para se concentrar ao redor da «cotidianidade» , do consumo.

Com efeito, «há um semicolonialismo metropolitano que subordina a seus centros os elementos camponeses e de operários estrangeiros todos submetidos a uma exploração concentrada e que mantém a segregação racial» (LEFEBVRE, l968 apud CASANOVA, 2006: 408). Ao agrupar os centros de decisão, a cidade capitalista ordena e acentua a exploração de toda a sociedade. Ademais, «A *segregação* deve ser focalizada, com seus três aspectos, ora simultâneos, ora sucessivos: *espontâneo* (proveniente das rendas e das ideologias) – *voluntário* (estabelecendo espaços separados) – *programado* (sob o pretexto de arrumação e de plano)» (LEFEBVRE, 2008: 97).

De acordo com Harvey (2011: 137), «a produção do espaço em geral e da urbanização em particular tornou-se um grande negócio no capitalismo. É um dos principais meios de absorver o excesso de capital.», haja vista que parcela significativa da força de trabalho global está empregada na construção e manutenção do «ambiente edificado». O autor relata que a transformação urbana como mecanismo de absorção de excedente de capital – que explica a própria reforma de Paris após a crise econômica e política de 1848 – guarda em si um «lado sombrio» , pois implica em repetidos episódios de restruturação urbana com «destruição criadora» . Ademais, «Tem uma dimensão de classe, pois são geralmente os pobres, os desfavorecidos e os marginalizados do poder político que sofrem especialmente esse processo. A violência é muitas vezes necessária para a nova geografia urbana surgir dos destroços da antiga» (ibidem). Convém estender tal ideia de violência às dimensões mais simbólicas.

As transformações urbanas ocorrem pela ação decisiva do Estado mediante investimentos em infraestrutura, elaboração de planos e flexibilizações das legislações urbanísticas, ações que visaram dotar as metrópoles de condições para a integração ao movimento de mundialização do capital. As ações do poder público sobre as cidades são guiadas por uma lógica global e homogeneizante[10]. Via de regra, as estratégias de modernização e embelezamento das cidades seguem um padrão segregador, concentrando os investimentos em infraestrutura nas áreas mais ricas, ou mesmo 'enobrecendo' antigas áreas pobres, fenômeno denominado por urbanistas como «*gentrificação*» .

Em geral, durante esses processos de transformações urbanas, as elites governantes encontram obstáculos nas populações que residem nos locais destinados às intervenções. No século XIX, a reforma de Paris, ocorrida durante o governo de Napoleão III, foi o marco para a modernização das cidades ao redor mundo. A reforma parisiense teve na figura do Barão de Haussmann sua personificação, inaugurando um novo estilo de administrar e embelezar uma cidade (FREITAG, 2012: 56). A abertura de largas avenidas no meio de bairros operários e a construção de grandes e luxuosos edifícios ambicionava não somente dificultar a luta nas barricadas, tão presente nos movimentos de trabalhadores da capital francesa do século XIX, «mas também formar um proletariado da construção civil especificamente bonapartista e dependente do governo e transformar a cidade numa pura cidade de luxo.» (ENGELS, 1988 [1872]). Contrastando com a *belle Paris*, «os focos de epidemias, as mais infames cavernas e buracos em que o modo de produção capitalista encerra noite após noite os nossos operários não são eliminados mas apenas... mudados de lugar!» (ENGELS, 1988 [1872]).

---

10 As políticas dos organismos internacionais, a exemplo do BID e do BIRD, aplicam os mesmos padrões urbanísticos a diferentes situações sociais (NUNES; VELOSO, 2010).

Guardadas as devidas proporções, a combinação entre modernização e segregação deu o tom da maioria das intervenções urbanas desde então. As duas principais cidades brasileiras viveram, no alvorecer do século XX, uma transformação intensa. Essa reestruturação refletia alguns processos como o aumento demográfico, o «embranquecimento» dos trabalhadores e uma profunda redefinição territorial. A marcha dessas mudanças significou também a adaptação de uma cidade senhorial-escravista aos padrões da cidade capitalista, marcada pela progressiva mercantilização do espaço (ROLNIK, 1989).

4. Metropolização e «zoneamento social» , os casos de São Paulo e Rio de Janeiro

Os primeiros planejamentos urbanos no Brasil surgem sob a égide de planos de melhoramento e embelezamento das cidades, com destaque para o plano do engenheiro Pereira Passos de 1903, para a então capital da República, o Rio de Janeiro (MARICATO, 2009: 137). Um plano de inspiração marcadamente francesa. As reformas das cidades de São Paulo e de Santos, na década de 1940, igualmente seguiam os preceitos de Haussmann[11]. De acordo com Rolnik (1989) a face perversa desse processo foi o projeto de «limpeza» da cidade. A autora relata que entre os principais propósitos era justamente a erradicação dos territórios negros, edificando um modelo urbanístico mediante o uso da força pelo recém-criado poder municipal.

De longe, a «era do bota-abaixo» – como popularmente ficou conhecida a reforma urbana ocorrida no Rio de Janeiro durante a virada do século, foi a mais drástica e violenta do período. Principalmente porque a então capital federal era uma cidade com acentuada presença negra, sobretudo na sua região central; sem falar na intensiva propagação da febre amarela no início do século XX. À vista disso, seria necessária uma «regeneração» da cidade, imprimindo uma imagem de «bela, próspera e civilizada capital do país do futuro» . Desse modo ocorreu a remodelação e embelezamento do Rio, «desenhado para uso e convívio exclusivo das 'pessoas de bem'» (ROLNIK, 1989).

A disputa pela ocupação do espaço urbano teve como resultante a consolidação das favelas como territórios caracterizadamente negros da cidade, «é porque para ali afluiu uma mistura peculiar de histórias, um caminho singular que passou pela África, pela experiência da senzala e pelo deslocamento e marginalização operados pela abolição e a República.» (ROLNIK, 1989). Da expulsão das populações que residiam nos cortiços do centro do Rio de Janeiro, negros em maioria, decorreu a ocupação dos morros e na expansão dos subúrbios na direção das linhas de trem, redesenhando o território urbano e cultural da antiga capital.

> É nesse momento que o território negro carioca desloca-se do Campo de Santana para a zona imediatamente contígua, a Praça Onze. É aí, na casa de uma das tias afro-brasileiras (Tia Ciata), que nasceu a primeira escola de samba carioca. É para aí que afluíam os «arengueiros» , herdeiros dos capoeiras da virada do século. Eram os «perigosos» do Morro da Mangueira (então Morro do Telégrafo), um dos primeiros locais de samba de terreiro da cidade. Salgueiro, Andaraí, Tijuca e Serrinha são morros que começaram a ser ocupados de forma mais intensa naquele momento. (ROLNIK, 1989).

Em São Paulo fora concebido um preceito de segregação urbana assinalado por um outro gênero de «zoneamento social»: as famílias ricas despovoaram a vizinhança dos sobrados do centro da cidade para traçar seu próprio território, reservado e seletivo. Desta sorte, áreas de antigas chácaras começaram a abrigar os suntuosos palacetes neoclássicos cercados por muros e jardins da ascendente burguesia paulista. A população negra de São Paulo, apesar de menor que a do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século passado, detinha considerável densidade na área urbana paulistana, «na Barra Funda, Bexiga, Liberdade, além de certos pontos da Sé, não só moravam negros como se configuraram territórios negros importantes, com suas escolas

11 Vale ressaltar que as influências que os urbanistas brasileiros tinham eram da escola francesa, estas não se resumiam à Haussmann, Freitag (2012: 129) destaca que Le Corbusier fora a maior influência.

de samba, terreiros, times de futebol e salões de baile.» (ROLNIK, 1989). A autora observa que os locais designados como territórios negros em tempo algum foram restritamente negros, ainda durante a escravidão se agregavam nestes locais os pobres da cidade. O que não significa dizer que não tenham existido coletividades afro-brasileiras nessas cidades. Comunidades firmemente constituídas e circunscritas a localidades exclusivas. O imaginário construído acerca da «marginalidade» urbana, ainda hoje, está associado à população negra. O modo de ser e habitar a cidade dos negros contrastava com o modelo de organização das camadas senhoriais. As práticas religiosas africanas e a linguagem corporal da população negra afrontavam a classe dominante branca e seus padrões morais. Rolnik (1989) evoca um código de posturas municipal, de 1886, da cidade de São Paulo, que visava proibir práticas existentes nos territórios negros, como a das «quituteiras» , que segundo o código atrapalhariam o trânsito, ou dos mercados informais que «afrontam a cultura e conspurcam a cidade» . O código proibia também o trabalho dos «pais de santo» .

Cumpre lembrar o que estava no artigo quinto da Constituição Política do Império do Brasil: «A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular, em casas para isso determinadas, sem forma alguma exterior de Templo» (apud RISÉRIO, 2012: 160). No que pese a não-proibição de culto, há um evidente encerramento da qualquer forma de expressão pública da religiosidade africana.

Com efeito, o território negro é considerado caótico, perigoso, imoral. Características que se corporificam nos seus moradores. Rolnik (1989) observa a existência de uma espécie de *apartheid* velado instituído que, «se, por um lado, confina a comunidade à posição estigmatizada de marginal, por outro, nem reconhece a existência de seu território, espaço-quilombo singular.» A trajetória de conformação das cidades brasileiras produziu espaços bastante demarcados e dessemelhantes, porém próximos geograficamente: «o bairro segregado e exclusivo burguês produz um território marginal contíguo, depende de sua expansão para ter garantida sua manutenção, mas acaba por se envolver num conflito territorial inevitável e violento.» (ROLNIK, 1989).

As migrações internas que levaram sobretudo nordestinos – predominantemente não-brancos – para as cidades mais ricas do país contribuíram para reverter a tendência ao embranquecimento dessas cidades a partir de década de 1940, conforme apontam os dados censitários do período. Além da explosão demográfica e aumento da demanda por moradia, esse processo denota outra importante disparidade do país, a regional. «Dada a diversidade de situações regionais, de prosperidade e de pobreza, o simples translado de um trabalhador, que vá de uma região a outra, pode representar uma ascensão substancial, se ele consegue incorporar-se a um núcleo mais próspero.» . (RIBEIRO, 1995: 215) Não à toa a discriminação e estigmatização das populações nordestinas acompanha a intensidade da urbanização no país.

Designações estigmatizantes sobre grupos sociais operam com eficácia na produção de um «exílio socioespacial» desses segmentos (WACQUANT, 2005), pois, tais comunidades estigmatizadas, fixadas na parte inferior da hierarquia de regiões de uma metrópole, despertam pouca atenção (e negativa, grosso modo) da mídia e dos dirigentes do Estado. São localidades onde os problemas sociais se ajuntam e se corrompem e seus residentes considerados «párias urbanos» .

> São locais conhecidos, tanto para forasteiros como para os mais íntimos, como «regiões problema» , «áreas proibidas» , circuito «selvagem» da cidade, territórios de privação e abandono a serem evitados e temidos, porque têm ou se crê amplamente que tenham excesso de crime, de violência, de vício e de desintegração social. (WACQUANT, 2005: 7).

Num estudo sobre os guetos negros nos Estados Unidos, o sociólogo francês alerta sobre o difundido conceito de «*underclass*» na cultura estadunidense. Mais do que uma categoria sociológica, tratava-se de uma acusação pública. «A '*underclass'* entra assim na sociologia da marginalidade urbana não a título de ferramenta analítica, mas de objeto, nesse caso, de crença coletiva a elucidar» (WAQUANT, 2005: 97). Além do que, «[...] é uma designação própria do espaço social, local vilipendiado, esquivo e percebido de longe (e do alto) sobre o qual cada um pode projetar seus fantasmas» (ibidem). Por fim, vale lembrar Norbert Elias (2000: 24) ao discutir sobre a estigmatização social imposta pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso, que busca atingir a «autoimagem» deste último e desse modo enfraquecê-lo.

Deste modo, a existência de favelas nas proximidades de áreas valorizadas da cidade faz com que periodicamente o poder público organize programas de remoção dessa vizinhança não-desejada pelas camadas médias residentes do local. No Rio de Janeiro durante a década de 1940 é criada uma «Comissão para Erradicação de Favelas» . Contudo, apenas no período pós-1964, mediante a centralização de recursos e à política autoritária, essas intervenções são executadas com maior vigor. Já em agosto de 1964 é criado o Banco Nacional de Habitação – BNH, órgão federal notoriamente conduzido por uma concepção segregadora. Concebeu focos de concentração demográfica ao expandir as cidades através da divisão territorial entre classes sociais, construindo edifícios residenciais nas áreas mais centrais para as classes médias – oriundas em grande parte do funcionalismo público –, e conjuntos habitacionais precariamente equipados nas periferias, que ficaram popularmente conhecidos como «refavelas» ou «senzalões» .

5. Uma metrópole nordestina, o caso de Fortaleza

O crescimento da capital cearense se intensificou a partir das décadas de 1940 e 1950, período em que a cidade apresentou o maior crescimento populacional entre as capitais nordestinas; já em 1960, a população fortalezense superou meio milhão de habitantes (GONDIM, 2006: 105). Nesse período, a economia do Ceará, em particular, e a nordestina atravessavam uma grave crise econômica resultante dos efeitos das secas de 1952 e 1958. Tal situação foi agravada pelas contínuas migrações de famílias vindas da zona rural em decorrência das secas, o que tornou cada vez mais precária a situação habitacional em Fortaleza.

A decorrência dessa crise foi a proliferação de favelas e a precarização das condições de vida na capital cearense. Para se ter ideia da situação, vale lembrar que naquele momento, apenas 12% dos prédios da cidade estavam servidos da rede de abastecimento de água. O «inchamento» da cidade impôs às autoridades a necessidade de organizar a expansão urbana, por isso, em 1963, o urbanista Hélio Modesto apresentou um Plano Diretor que dedicava um item ao problema das favelas (*ibidem*: 106).

Naquela mesma década iniciou-se um deslocamento de grande parte do comércio e dos serviços da região do Centro para a Aldeota. Deu-se também «a consolidação da orla litorânea leste como centro de lazer, beneficiando-se da abertura da Avenida Beira-Mar, em 1964» (GONDIM, 2006: 111). O caso da Aldeota inscreve-se nos exemplos de ex-periferias urbanas «enobrecidas» , pois o bairro passara por um intenso processo de valorização fundiária com a migração das elites da cidade para a nova área residencial. Isso foi bastante comum na orla de cidades litorâneas brasileiras além de Fortaleza, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife, onde alguns bairros que, no passado, foram periferias urbanas, adquiriram valorização fundiária, tornando-se bairros de *status* devido às alterações nas legislações urbanísticas (CORRÊA, 1999: 18).

A extinção de algumas favelas e a construção de conjuntos habitacionais[12] na periferia da cidade contribuíram decisivamente para o processo de metropolização de Fortaleza, ao passo que reforçaram a segregação espacial (GONDIM, 2006: 110). Além disso, o crescimento vertiginoso de municípios da região metropolitana, como Caucaia e Maracanaú, favoreceu esse processo.

Nas décadas de 1970 e 1980, ocorreu um «*boom*» imobiliário na região sudeste da cidade, fomentado pela expansão «de equipamentos públicos e privados na área, como um centro de convenções, a imprensa oficial, uma grande escola, uma universidade privada e o Shopping Center Iguatemi» (*ibidem*: 111). De acordo com Barreira (1992: 37), o processo de expansão e modernização urbana esteva assentado na relação estreita de órgãos estatais com grupos de interesses que agiam no sentido de influenciar a criação de obras públicas e de obter mudanças na classificação do zoneamento da cidade em benefício de seus investimentos (*ibidem*: 44).

A partir de mudanças na legislação urbanística[13], alterou-se a renda fundiária urbana, valorizando-se

12 Conjuntos José Walter, Ceará, Jereissati, Marechal Rondon, por exemplo.

13 «A partir da aprovação da lei nº 5122-A, em 1979, e de suas complementações, bairros situados a leste e a sudeste (Aldeota, Meireles, Varjota, Papicu e parte do Cocó) transformaram-se nos mais valorizados de Fortaleza, em decorrência de sua inclusão em zonas residenciais de alta densidade (ZR-3), nas quais foi permitida a edificação de até 12 pavimentos (Costa, 1988: 101-4)» (*apud* GONDIM, 2006: 111).

determinadas áreas e dando início a um processo de verticalização baseado na construção de hotéis e prédios de luxo nos bairros localizados a leste e sudeste da cidade (GONDIM, 2006: 111). O crescimento do capital imobiliário criou os chamados vazios urbanos à espera de valorização, alocando periferias para locais cada vez mais distantes (BARREIRA, *op cit.*: 44). Tais reordenamentos foram consolidados na década de 1990, quando a capital cearense contava com cerca de 1,7 milhão de habitantes.

Silva (1992: 53) expõe que quem mais sofreu com as consequências desse processo foi a massa de trabalhadores assalariados, pois eram eles que tinham maior necessidade de permanecerem próximos aos locais de trabalho e, no entanto, foram eles os «empurrados» para áreas cada vez mais distantes. O autor destaca algumas razões para essa transferência de populações: alta valorização da terra, desemprego acentuado, perda de poder aquisitivo. Os moradores mais antigos de determinadas localidades, desse modo, acabavam vendendo suas casas devido ao novo valor que o solo em que estavam passou a ter. Além disso, o autor ressalta a forte pressão que as grandes construtoras exerciam, pois era enorme o interesse pela aquisição de lotes para construção de novos edifícios residenciais ou comerciais na área que se valorizava. Silva (1992) menciona ainda que, em vários casos, as melhorias implantadas em certos bairros, como asfaltamento, rede de esgotamento sanitário, abastecimento de água e outros serviços e equipamentos resultaram na elevação das taxas de impostos, o que impediu moradores antigos de permanecerem em seus locais de moradia.

Como decorrência do fenômeno de industrialização e também associado à concentração de órgãos públicos na capital, forma-se um «importante segmento da classe média, cuja distribuição no espaço é mais dispersa do que a das classes mais abastadas e menos abastadas da sociedade local, a exemplo do ocorrido no Rio de Janeiro.» (DANTAS; SILVA, 2009: 16).[14] O crescimento vertical de Fortaleza ocorreu concomitante a um intenso processo de 'favelização' da cidade e de pauperização de inúmeras famílias, fixando ainda mais abaixo os índices de desenvolvimento humano da capital cearense. O número de ocupações irregulares – espontâneas ou planejadas – aumentou consideravelmente desde esse período. Em 1991, de acordo com dados da Prefeitura Municipal de Fortaleza (1991 *apud* GONDIM, 2006: 116), cerca de um quarto da população fortalezense residia em trezentas e treze favelas; enquanto 15,69% contava com o serviço da rede coletora de esgotos. A taxa de desemprego, por sua vez, atingia 12,64% e o setor informal era responsável por 49,82% da população economicamente ativa. Gondim (2006: 116) destaca que não apenas a pobreza dos estratos inferiores caracterizava a estrutura social da cidade, tendo em vista que 78,13% dos chefes de famílias recebiam no máximo cinco salários-mínimos, e mais de um terço desses, 35,33%, sobreviviam com um salário igual ou inferior ao mínimo de então, mas também a profunda desigualdade, evidenciada em 1996 no pior índice Gini, referente ao rendimento mensal familiar, dentre as regiões metropolitanas do Brasil.

Atualmente, Fortaleza figura entre as vinte cidades mais desiguais do mundo; dentre as brasileiras, figura em segundo lugar, de acordo com o relatório sobre as cidades latino-americanas elaborado pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat)[15]. Esse estudo, que se baseia no índice Gini, constata a distribuição de recursos em áreas não prioritárias, devido às pressões exercidas por grupos de interesses na destinação dos recursos públicos, o que aponta como uma das causas da desigualdade, problemática evidente desde antes da escolha da cidade como uma das quatorze cidades-sede da Copa do Mundo 2014.

---

14 Os autores, com o intuito de demonstrar a implantação de uma «lógica de concentração de rendimentos» , sugerem uma divisão espacial das classes em Fortaleza da seguinte forma: as classes mais abastadas estão concentradas em Fortaleza – nos bairros da Aldeota, Meireles, Mucuripe, Varjota, Fátima e no eixo da Washington Soares; as classes médias estão «dispersas no espaço» , habitando tanto as áreas nobres, médias e populares; enquanto as classes menos abastadas se concentram em antigas áreas industriais de Fortaleza e nas proximidades dos distritos industriais da Metrópole, em Maracanaú, Pacajus, Horizonte e Aquiraz (DANTAS; SILVA, 2009: 16).

15ONUHABITAT, Estados de las ciudades de América Latina e el Caribe 2012.

6. A escalada da seleção (racial) para Copa do Mundo

O padrão de crescimento urbano em curso no país revela a continuidade desse paradigma segregador, com destaque para as intervenções realizadas em prol da preparação das cidades brasileiras para receber a Copa do Mundo da Fifa 2014. A estimativa é que 250 mil pessoas[16], espalhadas nas 12 cidades-sede, foram despejadas de seus locais de moradia, e, ao que parece, com pouquíssimas garantias de outra moradia adequada. Prescinde dizer que serão os «condenados da cidade» [17] os diretamente atingidos por essas intervenções.

Com efeito, confere-se nas obras realizadas uma espécie de «radicalização» do padrão que em geral vem orientando os planejamentos urbanos das cidades brasileiras ao longo de décadas. No lugar de dar prioridade ao caráter público e social dos investimentos diante de enormes carências da cidade, os governos geralmente priorizam os interesses privados, especialmente de empreiteiras e de agentes do mercado imobiliário. Não se trata de simplesmente comprometer recursos públicos na melhoria dos bairros de melhor renda, mas sobretudo investir de acordo com a lógica da geração e captação das rendas fundiária e imobiliária, que tem como uma de suas resultantes a elevação dos preços de terrenos e imóveis[18]. Desta forma, conforme Maricato observa, o desprovimento de moradias e a segregação territorial são fabricados por um mercado que vende a habitação como «signo de distinção» . Vale ressaltar que a dinâmica das grandes cidades contemporâneas confirma o «grande negócio» que é as transformações do espaço urbano. Uma das ideias mais populares entre os gestores públicos e os «neoplanejadores urbanos» , com destaque para os procedentes da escola catalã[19], é a de que a cidade deva ser uma mercadoria a ser vendida ao exterior, um objeto de luxo, o que justifica os megaprojetos que visam modernizar e estetizar as cidades ao redor do mundo, consolidando o chamado *marketing urbano* como um elemento determinante na gestão de cidades (VAINER, 2009: 78).

Para Saskia Sassen (2010), a reprodução do capitalismo global é complexa e essa complexidade incide em demandas materiais e locais dentro de uma «geografia estratégica» . É através de «cidades globais» – constituídas em lugares estratégicos para a reprodução da economia global, exigindo uma certa materialidade sediada em espaços nacionais específicos –, e sobretudo da rede que conectam estes locais que a economia global seria gerida e reproduzida. «Esses locais geram geografias específicas da globalização e enfatizam o nível em que elas não abrangem o mundo todo. Além disso, são geografias em mutação que foram transformadas nos últimos séculos e nas últimas décadas» . (SASSEN, 2010: 92).

Cumpre então aos governos locais realizar ações que enfatizem atributos específicos valorizados pelo capital transnacional[20] suscitando a venda de uma imagem de cidade segura e atrativa. Por isso os governos lançam mão de estratégias de remodelação urbana no intuito de criar territórios mais segregados e exclusivos, tornando

---

16Estimativa não-oficial, divulgada pela ANCOP, Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, rede que reúne comitês nas 12 cidades-sede da Copa, agregando movimentos sociais, universidades e entidades de sociedade civil que lutam contra a violação de direitos humanos decorrentes da realização da Copa e da Olimpíada do Rio de Janeiro, em 2016. Cf. «COPA pode provocar despejo de 250 mil pessoas, afirmam ONGs» **- BBC Brasil – Notícias**. 14/06/2013

17Referência ao título do livro de Loic Wacquant, declaradamente inspirado no clássico de Frantz Fanon, «*Os condenados da terra*» (1968).

18Sobre o aspecto da valorização de terrenos e imóveis – mediante investimentos públicos em infraestrutura e na construção de grandes equipamentos –, cabe registrar que no processo de desenvolvimento urbano, são postos em movimento grandes volumes de capitais associados, via de regra mobilizados sob a forma de empréstimos a longo prazo. Para HARVEY (2011: 137), semelhantes investimentos, alimentados pelo endividamento, em grandes obras operadas no cenário urbano de diferentes países converteram-se no epicentro na formação de crises econômicas profundas ocorridas ao longo do tempo. Desde as reformas de Paris do século XIX, até a crise econômica global, detonada em 2008, nos Estados Unidos, originada a partir da chamada «crise dos subprimes» , expansão de empréstimos hipotecários com taxas de juros pós-fixadas para clientes sem comprovação de renda. Uma espécie de «crédito de risco» . A desvalorização dos imóveis com o aumento dos juros nos EUA acabou por gerar inadimplência generalizada.

19A exemplo Jordi Borja, Manuel de Forn, Manuel Castells (Cf. VAINER, 2009).

20Como exemplos: espaços para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, torres de comunicação e comércio, ofertas turísticas integradas, megaeventos culturais e esportivos etc. (Cf. VAINER, 2009).

as cidades mais sedutoras aos investidores, elevando assim a sua capacidade competitiva diante de outras cidades também à venda. Em geral, a lógica que rege o atual processo de preparação das cidades para a Copa do Mundo no Brasil segue tais preceitos. O evento fornece oportunidade – e «consenso» – de que remodelações há tempos desejadas pelas camadas dominantes das grandes cidades fossem realizadas sob aparência de indiscutível necessidade, mesmo com o enorme custo social e humano para milhares de famílias. Observa-se aqui a permanência da mentalidade senhorial e servil aos interesses exógenos entre as camadas dominantes, assinalada por Darcy Ribeiro (1995). Além da transferência maciça de recursos públicos para empresas[21], as intervenções – com algumas exigindo sérias desregulamentações urbanísticas ou danos ao patrimônio histórico – materializam prioritariamente a elevação da capacidade de acumulação capitalista mediante um reordenamento urbano segregador e racialmente seletivo.

A abordagem teórica privilegiada ao longo deste trabalho contribui na compreensão a realidade da maioria da população pobre e negra do Brasil que continua a viver indignamente em milhares de favelas, cortiços e áreas de risco. As visíveis contradições urbanas e um estado inerte às demandas das classes subalternas instiga um conjunto de indivíduos, organizados ou não, a se predisporem a realizar «invasões» e a resistir às ações de despejo e repressão policial. No geral são trabalhadores que em função da perda da terra, do emprego ou da moradia, tiveram a sua imediata sobrevivência física comprometida.

Os impactos da dinâmica capitalista global sufocaram ainda mais a população negra e pobre, pois os ajustes econômicos abortaram qualquer possibilidade de solucionar as demandas de habitação, infraestrutura urbana e de serviços em todo o país. De fato, até hoje nenhum governo no Brasil priorizou uma política de Reforma Urbana que levasse em consideração os interesses populares. O que se assiste é a extrema mercantilização dos territórios urbanos por obra dos megaeventos e dos interesses do capital imobiliário que perpetua um modelo de urbanização orientado pelo que Raquel Rolnik (1989) denominou de «paradigma gueto/senzala» .

À vista disso, a forma como se organiza o território urbano no Brasil demonstra o quão necessário e urgente faz-se uma profunda descolonização da sociedade brasileira, superando a mentalidade senhorial que ainda governa as relações sociais/raciais e retarda o que Florestan Fernandes definiria como uma «segunda abolição» .

7. Referências Bibliográficas

AGAMBEM, Giorgio. (2004) *Estado de Exceção*. Boitempo Editorial: São Paulo.

BARREIRA, I. A. F. (1992) *O reverso das vitrines: conflitos urbanos e cultura política em construção*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora.

BERNAL, C. (2004) *A metrópole emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza*. Fortaleza: Edições UFC.

CASANOVA, Pablo González. (2006) «*Colonialismo interno (uma redefinição)*» . In BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier. (2006) *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*; Buenos Aires : Clacso Livros/ Expressão Popular. pp. 395-420

21Cumpre papel fundamental para garantir a execução dos projetos da Copa o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Dois dos programas do BNDES voltados para a Copa destacam-se pelo montante de recursos que agregam: o Programa BNDES de Arenas para a Copa do Mundo de 2014 - BNDES ProCopa Arenas e o Programa BNDES de Turismo para a Copa do Mundo de 2014 - BNDES ProCopa Turismo. O primeiro objetiva apoiar construção ou reforma das arenas que receberão os jogos e a urbanização do entorno delas. Quanto ao segundo, visa a «financiar a construção, reforma, ampliação e modernização de hotéis, de forma a aumentar a capacidade e qualidade de hospedagem em função da Copa do Mundo de 2014.» , empreendimentos pertencentes a sociedades empresariais com sede no Brasil. Até o final de julho de 2011, o banco já possuía R$ 348 milhões empenhados em projetos de hotelaria (Virgínia Fontes 2011, p.11). Como se vê, o poder público através do BNDES, sob o argumento de que a realização do evento dinamiza a economia local, ampliando o turismo e gerando emprego e renda, será um dos principais financiadores de obras que, em sua maioria, ou são formatadas pela Fifa ou por empresas privadas, o que traz à tona o questionamento sobre o interesse público em tais investimentos.

DANTAS, E. W. C.; SILVA, J. B. (2009) «*A formação histórica da metrópole e principais tendências de desenvolvimento*» . In PEQUENO, L. R. B. [org]. *Como anda Fortaleza*. – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles. pp 1-39.

ENGELS, F. (1988) *A questão da habitação*. São Paulo. Acadêmica.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. (2000) *Os estabelecidos e os outsiders*. Tradução de Vera Ribeiro – Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor Ltda.

FANON, Frantz. (1968) *Os Condenados da Terra*. Tradução de José Laurênio de Melo – Rio de Janeiro : Editora Civilização Brasileira.

FANON, Frantz. (2008). *Pele negra, máscaras brancas* ; tradução de Renato da Silveira . - Salvador : EDUFBA.

FERNANDES, Florestan. (1989) *O protesto negro*. — São Paulo : Cortez : Autores Associados. — (Coleção polêmicas do nosso tempo ; v. 33)

FREITAG, Barbara. (2006) *Teorias da cidade*. – 4a ed. – Campinas, SP. Papirus Editora.

FONTES, Virgínia. (2011) *A incorporação subalterna do capitalismo brasileiro*. [On line].
Disponível em: <http://www.pcb.org.br/portal/index.php?
option=com_content&view=article&id=2450:a-incorporacao-subalterna-brasileira-ao-capital

GONDIM, L. M. P. (2006) *O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade*. São Paulo: Annablume.

GONDIM, L. M. P. (2007) «*Os 'governos das mudanças' (1987 – 1994)*» . In SOUZA, S.; GONÇALVES, A [Orgs.]. *Uma nova história do Ceará*, 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. p: 409-423.

HARVEY, David. (2011) *O enigma do capital : e as crises do capitalismo*. Tradução de João Alexandre Peschanski – São Paulo : Boitempo.

LEFEBVRE, Henri. (2008) *O direito à cidade*. 5a ed. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo : Centauro Editora.

LOWY, M. (1994) *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*; tradução Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. 5ª ed. São Paulo: Cortez.

MARICATO, Ermínia. (2000) «*As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil*» In ARANTES, O. B. F.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 5a ed. Petrópolis, RJ : Editora Vozes. p.121-192

MIGNOLO, Walter. (2005) «*A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade*». In: LANDER, Edgardo (org.) *A colonialidad do saber: eurocentismo e ciências sociais. Perpectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, Clacso, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. (pp. 33-49). Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf> Acesso em: 26 de março de 2014.

PEQUENO, L. R. B.; ARAGÃO, T. (2009) «*Dimensão habitacional da Região Metropolitana de Fortaleza*» . In PEQUENO, L. R. B. [org]. *Como anda Fortaleza*. – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles. p: 69-96.

PONTE, Sebastião Rogério.(2007) «*A Belle Époque em Fortaleza : remodelação e controle*» In SOUZA, S.; GONÇALVES, A [Orgs.]. *Uma nova história do Ceará*, 4ª Ed. Fortaleza:
Edições Demócrito Rocha. p. 162-191.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. (1992) «*Americanity as a concept or the Americas in the modern world-system*» in International Social Science Journal (Paris: UNESCO) Nº 134, novembro 1992. (pp 549-557).

QUIJANO, Anibal. (2005) «*Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*» In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278.

RISÉRIO, Antonio. (2012) *A Cidade no Brasil*. – São Paulo: Editora 34.

ROLNIK, Raquel. (1989) «*Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro)*» . Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, nº 17, 1989. Disponível em: <http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/territc3b3rios-negros.pdf>. Acesso em 18 de março de 2013.

SILVA, J. B. D. (1992) *Os incomodados não se retiram*, Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha.

SILVA, J. B. (2007)«*A cidade contemporânea no Ceará*» . In SOUZA, S.; GONÇALVES, A [Orgs.]. *Uma nova história do Ceará*, 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. p: 215-236.

SPIVAK, Gayatri C. (2010) *Pode o subalterno falar?* ; Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. - Belo Horizonte : Editora UFMG.

VAINER, Carlos B. (2000) «*Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano*» . In ARANTES, O. B. F.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 5a ed. Petrópolis, RJ : Editora Vozes. (p. 75-103).

VILLAÇA, F. (1999) *Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira*. In: SOUZA, M. A. A.; LINS, S. C.; SANTOS, M. P. C.; SANTOS, M. C. *Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo*. São Paulo: Ed. Cedesp. p. 221-236.

WACQUANT, Loïc. (2001) *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. 2ª ed. Tradução de, João Roberto Martins Filho et al. - Rio de Janeiro : Revan; FASE.

Documentos

BANCO DO NORDESTE. *Prodetur – Apresentação*. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Apresentacao/gerados/apresentacao.asp > .Acesso em: 3/8/2010.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *BNDES e governo do Ceará assinam contrato de financiamento para reforma do Castelão* -. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2010/esportes/20101213_castelao.html>. Acesso em: 17 set. 2012.

_____ *Programa BNDES de Arenas para a Copa do Mundo de 2014 - BNDES ProCopa Arenas* -. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/procopaarenas.html>. Acesso em: 17 set. 2012.

_____ *Programa BNDES de Turismo para a Copa do Mundo de 2014* - BNDES ProCopa Turismo -. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/ProCopaTurismo/>. Acesso em: 17 set. 2012.

COMITÊ POPULAR DA COPA . *Copa do Mundo em Fortaleza – quem ganha com esse jogo?*. (Cartilha), 2011. Disponível em: <http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2011/07/cartilha-sobre-a-copa-fortaleza.pdf >.
Acesso em: 17 set. 2012.

JORNADA NACIONAL DE LUTA URBANA. *Manifesto Popular de 28 de Março*. 03/2008. (Documento impresso).

ONUHABITAT, *Estados de las ciudades de América Latina e el Caribe 2012*. Disponível em: <http://www.onuhabitat.org/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=362&Itemid=18>. Acesso em: 17 set. 2012.

Fontes jornalísticas

COPA pode provocar despejo de 250 mil pessoas, afirmam ONGs - BBC Brasil – Notícias. 14/06/2013. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/06/130614_futebol_despejos_cm_bg.shtml>. Acesso em: 18 mar. 2014.

NEGROS são 70% das vítimas de assassinatos no Brasil, reafirma Ipea. | Blog Negro Belchior. 18/10/2013. Disponível em: <http://negrobelchior.cartacapital.com.br/2013/10/18/negros-sao-70-das-vitimas-de-assassinatos-no-brasil-reafirma-ipea/>. Acesso em: 18 mar. 2014.

A Luta pelo Direito à Participação Popular no Plano Diretor da Cidade de Salvador – Brasil

Adriana Nogueira Vieira Lima[1]

Paulo Rosa Torres[2]

Resumo: Os gestores públicos vêm violando sistematicamente o direito de participação popular, apesar da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 ter consagrado múltiplos mecanismos de participação e controle social. O objetivo deste texto é analisar a disputa pelo direito à participação popular na elaboração do Plano Diretor da Cidade de Salvador, Bahia. Para o desenvolvimento da pesquisa optou-se pelo enfoque interdisciplinar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utilizou a pesquisa bibliográfica e documental, o estudo de caso, e a observação participante. Os resultados evidenciaram que, apesar do avanço no campo normativo, ainda existem inúmeros obstáculos para a efetivação de uma democracia de alta intensidade. Concluiu-se que o direito à participação popular, embora presente no texto constitucional é apenas um ponto de partida para a efetiva constituição de direitos.

Palavras-chave: Participação popular. Democracia participativa. Direito à Cidade. Planejamento Urbano.

1 Introdução

A concepção hegemônica de democracia que restringe a prática democrática ao conjunto de regras de procedimentos para a formação de decisões coletivas, obtidas através do sufrágio universal e, portanto, restrita ao modelo de representação, nos termos definidos por Bobbio (1986), vem passando por uma crise de legitimidade. Para Safatle (2012), essa crise pode ser evidenciada no esgotamento do modelo de democracia parlamentar liberal, no qual as pessoas não se sentem mais representadas e passam a manifestar-se de diversas formas, exigindo uma democracia real que perpasse pelo transbordamento da política da esfera estatal e valorização da soberania popular. No campo também da crítica aos processos representativos, Chauí (1993) chama a atenção para a necessidade do exercício de outra democracia que passe pela afirmação e criação de direitos, através da construção dos sujeitos sociopolíticos por sua própria ação, ultrapassando o sentido restrito da cidadania como voz e voto.

Desse modo, Sousa Santos e Avritzer (2002) propõem uma democracia contra hegemônica, na qual os novos sujeitos sociais passam a reivindicar o direito de organizar-se politicamente e participar das decisões, propondo a quebra do monopólio do Estado como único detentor de poder e espaço público. É justamente a articulação entre democracia representativa e participativa, através da ampliação do experimentalismo democrático (novas gramáticas sociais), que poderá, segundo o autor, ampliar a diversidade cultural e social.

No Brasil, partindo da premissa de que o processo eleitoral não esgota os procedimentos de autorização do cidadão, podendo a soberania ser exercida também através de forma direta de participação, a Constituição Federal de 1988 prevê a compatibilização entre os mecanismos de democracia representativa e democracia direta, sendo estabelecido no Parágrafo único do art. 1° que "todo poder emana do povo que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição", e a iniciativa popular de projeto de lei no o art. 61, §2º, ao dispor que

---

1 Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo - UFBA e professora de Direito Urbanístico da Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: adriananvlima@gmail.com

2 Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social – UCSAL e professor de Civil e Direito Agrário da Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: paulortorres@uol.com.br

> A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Ressalte-se que ao longo desses 26 anos de Constituição foram promulgadas quatro importantes leis de iniciativa popular, que são as leis de Ficha Limpa, a que determina a cassação de mandato político por compra votos, a lei crimes hediondos e a lei do Fundo Nacional de Habitação.

O texto constitucional é resultado da pressão de diversas forças populares que buscaram estabelecer um novo padrão de política pública e reforma democrática do Estado que fosse capaz de assegurar o reconhecimento de direitos. Segundo Gonh (2012), os movimentos sociais passaram a redefinir a esfera pública, redefinindo também a relação entre Estado-sociedade. Nesse contexto, é importante destacar o papel do movimento da Reforma Sanitária, fundado na utopia democrática igualitária, que culminou na inscrição do direito universal à saúde na carta constitucional (Fleury, 1997) e do movimento da Reforma Urbana, cujos pilares foram institucionalizados também no texto constitucional. (Grazia, 2002).

Essas inovações democráticas no período pós Constituição de 1988 e a proliferação de espaços participativos, que representaram uma possibilidade do exercício da cidadania tanto no sentido de controle social do Estado como de interlocução entre o Estado e Sociedade, tendo em vista o estabelecimento de diretrizes para ação pública, através das conferências, orçamentos participativos, conselhos gestores de políticas públicas, entre outros.

Na esfera local, houve uma forte mobilização da sociedade civil para elaboração das Leis Orgânicas Municipais que incorporam mecanismos de participação e controle social. Também nessa esfera são experimentadas práticas participativas inovadoras, a exemplo do Orçamento Participativo, em 1989, na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. Por esse instrumento, na visão de Avritzer (2002), busca-se o envolvimento da população para tomada de decisão na aplicação de verbas públicas, de modo a reverter às prioridades de distribuição de recursos públicos e realizar políticas redistributivas, bem como dos conselhos gestores de política pública. No âmbito federal, segundo dados dispostos no sítio oficial da Secretaria Nacional de Articulação Social da Presidência da República (Brasil, 2014), existem atualmente 40 quarenta Conselhos de Políticas Públicas Nacionais, sendo que 19 foram criados entre 2003-2013.

Outro instrumento de interação entre o Estado e a sociedade, que vem sendo amplamente experimentado no Brasil, são as conferências, que, segundo Souza et al. (2013:26), são "processos participativos de interlocução entre Estado e sociedade, convocadas pelo Poder Executivo e desenvolvidas em etapas interconectadas a partir da escolha de representantes e da formulação de propostas para políticas públicas". Assim, como ocorreu em relação aos demais arranjos participativos, é possível notar, nos últimos anos, uma intensificação do uso desses espaços. Das 139 conferências nacionais realizadas entre o período de 1941 a 2013, 97 aconteceram entre 2003 e 2013 (Brasil, 2014), envolvendo, segundo Avritzer (2014), no período de 2003-2010, 6,5% da população brasileira.

Se, por um lado, é inegável reconhecer que houve uma forte mudança na cultura política e uma ressignificação do conceito de democracia no Brasil, contribuindo para o avanço de uma democracia de alta intensidade não podemos deixar de registrar os fortes limites para a sua efetiva participação. Se a participação popular nas políticas sociais é tolerada e muitas incentivadas pelos organismos internacionais, quando se trata de políticas públicas que tem como foco processos que impactam na ação do capital, a disputa em torno dos processos participativos ganha um caráter conflitual ou simplesmente é ignorada. Nesse sentido, Avritzer[3], assinala um forte dissenso em relação aos processos participativos que envolvem políticas públicas de infra-estrutura. Segundo ele, dos 140 principais gerentes de programa do governo federal, apenas 10% dos entrevistados utilizam a participação na condução dos projetos que envolvem infra-estrutura.

Desse modo, o discurso participativo transita de uma concepção real até simulações participativas, o que sugere

---

3 Dados apresentados por Leonardo Avritzer em palestra proferida no Colóquio Internacional Epistemologia do Sul: aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul, Coimbra, Portugal, CES, julho 2014.

que somente através da prática será possível revelar as debilidades e antagonismo entre as posições defendidas. É nesse contexto mais amplo de luta pelo Direito à Cidade e dilemas da democracia participativa que o presente trabalho está inserido. Para tanto, toma-se como estudo de caso, o processo de elaboração do Plano Diretor da Cidade de Salvador, Bahia, Brasil com objetivo de analisar a disputa em torno do direito à participação popular no período de 2012-2014.

Em termos metodológicos, este artigo foi conduzido pela pesquisa qualitativa. A investigação foi apoiada em revisão bibliografia e pesquisa às fontes primárias, sendo analisados textos normativos, documentos técnicos e decisões judiciais relativas ao caso em estudo. É importante revelar ainda, a posição dos autores em relação ao objeto investigado. Os instrumentos analíticos utilizados não foram guiados pelos ditames metodológicos tradicionais, na medida em que os pesquisadores fizeram parte do objeto da pesquisa, integrando o movimento de luta pela participação no Plano Diretor da Cidade de Salvador.

2. A institucionalização do Direito à Cidade: o Plano Diretor Participativo

As práticas insurgentes de autoconstrução de territórios e criação de direitos que marcaram as décadas de 1970 e 1980 no Brasil transbordaram a escala das localidades periféricas, passando a construir uma rede de sujeitos coletivos a nível local e nacional. É desenvolvido, segundo Holston (2008) agenciamentos sociais e subjetividades que impulsionaram irrupções e insurgências que produziram uma mudança política nos moradores que passaram a lutar pelo Direito à Cidade que, no dizer de Lefebvre (1991), é o resultado do direito à vida humana, condição de um humanismo e de uma democracia renovados. Atualizando esse conceito, Harvey (2012) afirma que o Direito à Cidade não é o direito do que já existe na cidade, mas o direito de todos de transformarem a cidade em algo radicalmente diferente, através de um poder coletivo sobre os processos de urbanização de modo a construir diferentes tipos de cidade que satisfaçam as necessidades humanas.

Na busca desse ideal, trilhando o caminho da institucionalidade, o Movimento pela Reforma Urbana, constituído desde os anos 1980, passou a intervir no processo de construção de uma Nova Ordem Constitucional, sendo apresentada a proposta popular da Reforma Urbana subscrita por 131.000 pessoas. Esse processo culminou na mudança fundamental dos parâmetros normativos antes declinados e pela primeira vez na história do Brasil, a Constituição Federal do Brasil trouxe um capítulo especifico para tratar da questão urbana.

Apesar da ausência de normas infraconstitucionais regulamentadoras dos artigos 1, durante a década de 1990, diversas reivindicações pautadas pelo Movimento da Reforma Urbana puderam ser experimentadas. Segundo Bitoun (2010), as problemáticas visibilizadas pelos movimentos sociais de base territorial pressionaram para que fossem inventadas soluções inéditas que não poderiam ser encontradas no acervo daquelas acumuladas nas legislações urbanas dos países do norte.

A partir dessas experiências e após mais de uma década da promulgação do texto constitucional, é aprovada a Lei Federal n°10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, regulamentando os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, (Brasil, 2001). Esse marco normativo representou um terreno fértil para o fortalecimento das reivindicações e utopias voltadas para a efetivação do Direito à Cidade. A função social da propriedade e das cidades e os princípios do desenvolvimento sustentável, da justiça social e da participação popular passam a constituir a base estruturante dessa política, cabendo ao Plano Diretor um papel central na aplicação desses princípios.

A centralidade assumida pelo Plano Diretor na formulação e implantação da política de desenvolvimento e expansão urbana pode ser constatada no texto constitucional, sendo estabelecida ainda a sua obrigatoriedade para as cidades com mais de 20 mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional; integrantes de áreas de área de interesse turístico; e i incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamento de grande impacto, inundações bruscas ou processo geológicos ou hidrológicos correlatos. (Brasil, 2001).

O Estatuto da Cidade insere também o Plano Diretor como parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo as leis orçamentárias (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária)

incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas. Essa inovação trazida é de suma importância para que os planos diretores deixem de ser meras diretrizes programáticas, devendo-se enumerar de forma clara e objetiva as suas prioridades que, necessariamente, vincularão os recursos a serem aplicados na cidade, podendo operar, assim, como um instrumento redistributivo e de justiça social, e estratégia de acesso ao solo.

3. O Plano Diretor e obrigatoriedade da participação e controle social

No intuito de garantir o direito à participação previsto na Constituição Federal, o Estatuto da Cidade detalha os mecanismos que devem ser adotados para a implementação do planejamento participativo, ao tempo em que rechaça, no dizer de Sampaio (1999) "o mito do plano científico". Assim, o "discurso competente" do planejamento neutro e tecnocrático produzido pelo Estado centralizador é substituído pelo "discurso do planejamento politizado". O Plano Diretor passa a ser visto como um instrumento de política urbana e, como tal, carregado de conteúdos axiológicos e conflitivos. Sua elaboração deve representar a definição de um projeto político da cidade que se quer construir.

A concepção de planejamento politizado reconhece a cidade como reflexo das relações sociais de produção travadas no seio da sociedade. Esse modelo de planejamento não propõe sufocar o conflito, mas, ao contrário, criar condições para sua emergência e conhecimento, abrindo espaços para o exercício democrático da política (Maricato, 2001). Assim, ao analisar a concepção de planejamento e gestão consagrada no Estatuto da Cidade, vemos que

> Trata-se de um processo público de discussão e negociação na cidade sobre seu destino, envolvendo os atores econômicos sociais e políticos reais. (...) Assim, mais do que um documento técnico, normalmente hermético ou genérico, distante dos conflitos reais que caracterizam a cidade, o Plano é um espaço de debate dos cidadãos e de definição de opções, conscientes e negociadas, por uma estratégia de intervenção no território. (...) O desafio lançado pelo Estatuto incorpora o que existe de mais vivo e vibrante no desenvolvimento de nossa democracia – a participação direta (e universal) dos cidadãos nos processos decisórios. (Rolnik, 2001)

Desse modo, o Estatuto da Cidade impõe a criação de uma nova esfera pública que credencie a inclusão dos sujeitos até então historicamente alheios à elaboração do planejamento urbano. A participação popular no planejamento deixa de ser uma mera faculdade do poder público, tornando-se requisito de validade e legitimidade do Plano Diretor.

No sentido de nortear os municípios brasileiros na elaboração dos planos diretores participativos, o Conselho Nacional das Cidades expediu as Resoluções nº 25, de 18 de março de 2005 e nº 34, de 01 de julho de 2006, que, respectivamente, estabeleceram as regras que deverão ser observadas pelos municípios para efetiva participação da sociedade civil e do poder público, em todas as etapas do processo de elaboração e acompanhamento do Plano Diretor.

Sob a égide do Estatuto da Cidade foram construídos no território brasileiro mais de dois mil planos diretores. Segundo dados do IBGE/MUNIC, em 2013, dos 5.570 municípios brasileiros, 2.658 municípios haviam elaborado o plano diretor, 789 estavam em fase de revisão e 809 em fase de elaboração.

Apesar do avanço em termos quantitativos, o processo de efetivação da participação popular na elaboração dos Planos Direitos termina por assumir contornos diferenciados nas diversas municipalidades, tendo em vista que sua implementação está intimamente entrelaçada com o modelo de relação travada entre os diversos sujeitos que compõem o tecido social. Se por um lado o estudo de caso não permite captar a diversidade dessas experiências, por outro, só através de um olhar mais aprofundado é possível dar visibilidade as estratégicas experimentadas pelos sujeitos coletivos em torno do direito à participação, como será a visto na sessão a seguir.

4. A disputa pela participação e controle social na elaboração do Plano Diretor do Município de Salvador

A cidade de Salvador entrou no terceiro milênio com quase 2,5 milhões de habitantes, perfazendo atualmente cerca de 2,7 milhões (CENSO, 2010), o que a faz continuar ocupando o 3º lugar em contingente populacional no país. A ocupação informal de habitação nesse município, no início dos anos 2000, representava 32% do total de ocupação habitacional no município, correspondendo a 60% da população, o que corresponde aproximadamente a 460 mil domicílios, equivalendo ao chamado déficit qualitativo de habitação.

Diante dessa realidade, as utopias dos movimentos sociais estavam direcionadas para aplicação dos instrumentos contidos no Estatuto da Cidade que pudessem contribuir com reversão do processo de segregação espacial, tendo sido aprovado em 2008, um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) - Lei 7.400/2008, contendo uma série de princípios e diretrizes direcionados ao cumprimento da função social e da cidade. Ao contrário do esperado, os instrumentos jurídicos-urbanísticos aptos para esse fim foram timidamente aplicados. Ainda sob a égide desses limites, o chefe do Poder Executivo Municipal, sob a alegação de preparar a cidade para receber os investimentos da Copa do Mundo enviou à Câmara de Vereadores um projeto de Lei, conhecido como PPDU da Copa sem que houvesse participação ou controle social. Através desse Projeto de Lei foi proposta uma mudança substancial no Plano Diretor, culminando na promulgação da Lei 8.167/2012. Em apertada síntese, a proposta tinha como foco uma ampla alteração dos índices urbanísticos (gabaritos, coeficientes de aproveitamento) e alteração de zoneamento, visando possibilitar a verticalização, adensamento e mudança de uso em diversas áreas da cidade. Também apresentava mudança no traço viário e sistema de mobilidade urbana.

A partir da promulgação do novo Plano Diretor, diversos movimentos sociais se reuniram em torno de um amplo fórum de defesa da cidade composto por sem teto, estudantes, professores, entidades de classe, movimento ambientalista, movimento de bairro, Federação dos Bairros de Salvador, dentre outros, sendo encaminhada representação ao Ministério Público do Estado da Bahia, visando invalidar o novo Plano Diretor.

A partir da representação feita pelos movimentos sociais, o Ministério público do Estado da Bahia ajuizou ação direita de inconstitucionalidade em face da Lei 8.167/2012, alegando que a ausência de participação popular no processo de elaboração do Plano Diretor, contrariava o princípio da democracia participativa, na medida em que não oportunizou o necessário debate com a sociedade, violando à Constituição do Estado da Bahia (1989) que dispõe:

> Art.64. Será garantida a participação da comunidade, através de suas associações representativas, no planejamento municipal e na iniciativa de projetos de lei de interesse especifico do Município, nos termos da Constituição Federal, desta Constituição e da Lei Orgânica Municipal.
> Parágrafo único. A participação referida neste artigo dar-se-á, dentre outras formas, por:
> I – mecanismos de exercício de soberania popular;
> II – mecanismos de participação.

O fato ganhou notoriedade nos meios de comunicação locais e a disputa entre os diversos setores que compõem a cidade adentrou o judiciário, através dos *Amici curiae* (amigos da Corte), figura processual que permite a intervenção assistencial de entidades representativas em processo de controle de constitucionalidade. Embora tecnicamente não configurassem como parte, a Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia – ADEMI, a Federação da Associações de Bairros de Salvador – FABS, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia – CREA- BA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia – CAU, o Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado da Bahia – SINDARQ/Ba, o Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB-BA, a Sociedade Brasileira de Urbanismo – SBU, a Ordem dos Advogados da Bahia – OAB-Ba buscaram influenciar os magistrados, através da apresentação de peças técnicas, dossiês e sustentação oral durante o processo de julgamento.

A presença dos *amici curiae* foi de extrema importância para forçar o Poder Judiciário a enfrentar a substância do direito e não restringir o seu posicionamento a argumentos processuais e formais, como frequentemente ocorre na pratica judiciária para evitar os constrangimentos e pressões sociais, conforme adverte Chantal Mouffe:

> As decisões políticas são encaradas como se fossem uma natureza técnica e mais bem resolvidas por juízes tecnocratas, considerados portadores de uma suposta imparcialidade. Hoje, devido à falta de uma esfera pública política democrática, na qual a confrontação agonística poderia acontecer, é o sistema jurídico que é frequentemente visto como o responsável por organizar a coexistência humana e por regular as relações sociais. Diante da crescente possiblidade de enfrentar o problema da sociedade de uma maneira política, a lei que é acionada para prover a solução para todos os tipos de conflito. (Mouffe, 2003:18).

A luta pela participação e a politização do judiciário se tornou ainda mais ativa, na oportunidade em que os desembargadores, apesar de julgarem procedente a ação de inconstitucionalidade, de forma contraditória, buscaram aplicar o instituto processual da modulação, visando a permitir, sob a alegação da segurança jurídica e excepcional interesse social, a manutenção de alguns dispositivos da norma considerada inconstitucional. Dentre os pontos a serem considerados válidos, estava o Projeto Linha Viva, que segundo documento produzido pelo Grupo de Pesquisa Lugar Comum - UFBA (2003), prevê a construção de uma via expressa pedagiada, com extensão de 17 km, de uso exclusivo para automóveis e caminhões. Nesse percurso, o projeto atinge 20 comunidades e prevê a remoção de milhares de moradores.

Diante dessa ameaça, os movimentos populares de moradia e associações de bairros se fizeram presentes de forma mais intensa, conjugando estratégicas simbólicas e materiais no intuito de dar visibilidade ao direito constitucional da participação. Nesse sentido foram usados diversos recursos linguísticos e formas de expressão materializadas na produção de charges, grafites inscritas nos muros da cidade, raps, vídeos[4], virais na internet, documentos técnicos, artigos em jornais[5] e passeatas.

Essas manifestações trouxeram para o âmbito do judiciário baiano uma larga discussão sobre o alcance da participação social e questionamentos sobre a própria função social do direito e da justiça. As manifestações dos desembargadores demonstraram o caráter nitidamente ideológico do direito, oportunidade em que foram utilizados ensinamentos sobre o direito, assinalados pelo jurista Roberto Lyra Filho, segundo o qual

> [...] as normas – isto é, como vimos, os padrões de conduta, impostos pelo poder social, com ameaça de sanções organizadas (medidas repressivas, expressamente indicadas, com órgão e procedimento especiais de aplicação) – constituem para o positivismo, o completo Direito. E note-se que, no caso, se trata das normas da classe dominante, revestindo a estrutura social estabelecida, porque a presença de outras normas – de classe ou grupos dominados – não é reconhecida pelo positivismo, como elemento jurídico, exceto na medida em que não se revelam incompatíveis com o sistema – portanto, único a valer acima de tudo e todos – daquela ordem, classe e grupos prevalecentes (Lyra Filho, 1982:16).

Ao analisar o comportamento jurídico dos positivistas, assim se refere o mesmo Autor

> Quando o positivista fala em Direito, refere-se a este último – e único – sistema de normas, para ele, válidas, como se ao pensamento e práticas jurídicas interessasse apenas o que certos órgãos do poder social (a classe e grupos dominantes ou, por

---

4 Ver *Vídeo SaramandaiaExiste*. Versão eletrônica em https://www.google.com.br/#q=SARAMANDAIA+EXISTE.

5 Ver FERNANDES, A. LIMA, A. N. V. (2014). Ainda a Linha Viva.... *Jornal A tarde*, Salvador, 20 fev.

> elas, o Estado) impõem e rotulam como Direito. É claro que vai nisto uma confusão, pois tal posicionamento equivale a deduzir todo o Direito de certas normas, que supostamente o exprimem, como quem dissesse que "açúcar" é aquilo que achamos numa lata com a etiqueta açúcar, ainda que um gaiato lá tenha colocado pó-de-arroz ou um perverso tenha enchido com arsênico. (Lyra Filho, 1982:16).

O trecho abaixo destacado da exposição do voto do Desembargador Lourival Trindade, introduziu a sua posição contra a modulação de efeitos que tensionava, entre outros pontos, a viabilidade do Projeto Linha Viva, senão vejamos:

> O desembargador Clésio disse que o meu voto era ser ideológico. Não, o meu voto não é ideológico, e talvez seja. Não se concebe nenhum juiz asséptico sob o ponto de vista ideológico. O juiz tem que ser imparcial, neutro não. Inclusive neutro nas suas afetividades não pode ser. O juiz é educado, nascido e formato, como ser humano como outro qualquer, evidentemente sofrendo os influxos, as influências educacionais, religiosas, éticas enfim vivenciais que todo ser humano recebe. Não se exige do juiz essa assepsia ideologia. (...). O meu voto é ideológico sim, abstraindo a minha imparcialidade. (Bahia, 2014)

Por outro lado, fica nítida a defesa dos interesses coorporativos e imobiliários que incidem sobre a Cidade feita pelo Desembargado Clésio Rômulo Carrilho Rosa,

> O poeta entende de lua, de estrela mas não entendem nada de dinheiro, não entendem de economia, de desenvolvimento urbano. Sonham demais. Não foi à toa que Aristóteles os colocou fora dos muros da cidade. Na prática, a teoria é outra. Salvador é uma cidade pobre, um dos PIBs per capita mais baixo dentre as capitais brasileiras. Uma cidade sem parque industrial, cujo destino econômico está limitado a indústria do turismo. Precisamos modernizar a cidade com mobilidade urbana. Nesse ponto não podemos ser românticos. Sobretudo em matéria de criação de riqueza, criação de emprego. (...). Não podemos fazer poesia quando o assunto é economia e interesse social. Precisamos atrair capitais e não podemos afugentar capitais. Salvador precisa de uma solução imediata para os problemas. (Bahia, 2014).

Chama, ainda, atenção no pronunciamento acima do Desembargador Clésio Rosa, seu conceito desenvolvimento urbano, que contraria toda noção de política urbanística inaugurada no Brasil com a Constituição de 1988 e com o Estatuto da Cidade, que trazem como princípios fundamentais a função social da propriedade e da cidade, a gestão democrática da cidade. De igual forma, sua concepção de interesse social é incompatível com o caso discutido, uma vez que, sobretudo no que diz respeito à chamada "linha viva", sua implantação significaria a retirada de milhares de famílias de vários bairros da cidade para construção de uma rodovia privada, que não permitira a passagem de veículos de transporte coletivo, não havendo, pois, porque falar em interesse social. Com efeito, o interesse social pressionou no sentido contrário, pela inviabilidade do Projeto Linha Viva e dos demais pontos contidos na proposta de modulação que afetavam o Direito à Cidade.

4. Considerações Finais

Após mais de 20 anos de ditadura militar que sufocou as manifestações e as organizações sociais e, após dois anos de governo de transição, instala-se no país uma Assembleia Nacional Constituinte em 1987, para onde vão ser carreados os anseios contidos durante duas décadas pelos segmentos organizados da sociedade. Nesse processo se insere as organizações populares de luta pela Reforma Urbana. Após muitas mobilizações, pressões e coletas de assinaturas para uma emenda popular pelo direito à moradia, viram esses segmentos seus esforços compensados com a inclusão, pela primeira, na Constituição Federal de um capítulo que trata Da Política Urbana, em dois artigos de fundamental importância.

A instituição de uma política urbanística aliada aos mecanismos de participação popular em projetos de lei, conselhos e gestão democrática da cidade, permitem afirmar que a Constituição Brasileira traz uma formidável conciliação entre os mecanismos de democracia representativa e democracia direta, o que se percebe em vários de seus artigos e se demonstrou ao longo deste trecho.

Contudo, a ambiguidade dos processos democráticos e o exercício de pôr em prática uma concepção de democracia participativa impulsionam uma avaliação dialética dos seus pontos de estrangulamento. Embora seja forçoso reconhecer que se trata de uma prática ainda recente impedindo análises conclusivas, já é possível apontar alguns elementos que enfraquecem a construção de uma concepção democrática de cunho substantivo e redistributivo.

Ademais, o advento da Constituição de 1988, fez emergir direitos que vários segmentos da sociedade construíram por décadas de anos alguns dos quais foram recepcionados pela referida Constituição, a exemplo da Reforma Agrária e da Política Urbanística. Esta última, resultando no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), criação do Ministério da Cidade, secretarias estaduais e municipais de urbanismo, obrigatoriedade de elaboração de planos diretores, gestão democrática função social da cidade e da propriedade urbana, entre outros.

Esses aspectos, somados à luta dos movimentos organizados de luta pelo solo urbano e o apoio de entidades da sociedade civil e de setores da Academia, tornaram possível a resistência dos moradores de Saramandaia e cerca de outras vinte comunidades contra a implantação do Projeto Linha Viva, em Salvador, cujas consequências seriam desastrosas para milhares de pessoas, ameaçadas de serem retiradas de suas casas, de seu bairro, sem nenhuma previsão de relocação por parte da Administração Municipal.

A situação vivenciada pela população ameaçada e a vitória obtida, resgatam a luta pela democratização da cidade, de evitar que a cidade seja apenas objeto de enriquecimento de alguns, já que naquele bairro e demais locais atingidos foi criado um espírito comunitário, foi construída uma história de convivência e relações de parentescos e amizade.

Para aquelas pessoas a cidade representa o que foi imaginado Thiago de Mello quando escreveu o poema A cara da cidade, declamado pelo Desembargador Lourival Trindade durante a Sessão de Julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade do Plano Diretor de Salvador cujo trecho abaixo se transcreve:

Onde está seu coração cidade?
O que fizeste da tua alma desesperada cidade?
Por que serves a teus filhos esta ração diária de insegurança e fadiga?
Cada dia mais seus mil ruídos se alteiam, seus letreiros luminosos gritam
Mas o dialogo humano é construído com palavras opacas que impedem a transparência da vida
Porque disfarças envergonhada cidade a canção e o sol da tua ternura?
Essa força poderosa que inesperada irrompe como estilhaço de luz em plena praça?
Quando um homem e um menino de mãos dadas
Inauguram uma ilha de amor cercada de indiferenças por todos os lados
Esse poder mais límpido do que a pedra e do que o aço reacende efêmera flama a tua antiga esperança
De ser morada e caminho para um povo que te sonha
Libertada da sedução voraz dessa engrenagem organizada e fria que nos devora a todos a ternura
A alegria de dar e receber o gozo de ser gente, de viver.

Referências

AVRITZER, L. (2014), *Conferências Nacionais*: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. Texto para discussão 1739, IPEA, Brasília, 2012. v. 1, p. 7-24 Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br>. [consultado em 27-2-2014]

AVRITZER, L. (2002), "Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil". In: SOUSA SANTOS, B. (Org). *Democratizar a democracia*: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.p. 561-598.

BAHIA. (2014), Tribunal de Justiça da Bahia. *Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0303490-40.2012.8.05.000*. Requerente: Procurador Geral de Justiça do Ministério Público da Bahia. Réu: Município do Salvador. Relator: Desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano. Sessão Plena do Tribunal. Salvador, 12 de fev. 2014. (Áudio gravado e transcritos pelos autores).

BAHIA. (1989), Constituição do Estado da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia,* 05 de out de 1989. Disponível em: <www.legilabahia.gov.br>. [consultado em 5.1.2014]

BITOUN, J. (2010), Movimentos Sociais Urbanos e a trajetória do urbanismo. *Revista Cidades*, São Paulo, v. 1, n. 1, pp.67-77.

BOBBIO, N. (1986), *O futuro da democracia*: uma defesa das regras do jogo. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BRASIL. (2014), Secretaria Nacional de Articulação Social. *Conselhos e Conferências*. Brasília. Disponível em: <http://www.secretariageral.gov.br/art_social/conselhos-e-conferencias, [consultado em 20.3.2014]

BRASIL. (2001), Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 jul.2001. Disponível em www.presidenciadarepublica.org.br, [consultado em 20.7.2014]

CHAUI, M. (1993), *Cultura e democracia*: um discurso competente e outras falas. 6. ed. São Paulo: Cortez.

FERNANDES, A. LIMA, A. N. V. (2014). Ainda a Linha Viva.... *Jornal A tarde*, Salvador, 20 fev.

FLEURY, S. (1997), "A questão democrática na saúde". In: FLEURY, S. (Org.). *Saúde e democracia*: a luta da CEBES. São Paulo: Lemos Editorial.

GONH, M. da G. (2012), *Novas teorias dos movimentos sociais*. 4 ed. São Paulo: Edições Loyola.

GRAZIA, G. (2002), "Estatuto da Cidade: uma longa história com vitórias e derrotas". In: OSÓRIO, Letícia, M. *Estatuto da Cidade e reforma urbana:* novas perspectivas para as cidades brasileiras. Porto Alegre: SAFE, pp. 15-37.

HARVEY, D. (2012), *Rebel Cities*: from the right to the city to the urban revolution. London/New York: Verso.

HOLSTON, J. (2008), *Insurgent Citizenship*. Princeton: Princeton University Press.

IBGE (2012), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de pesquisa, coordenação de população e indicadores sociais. Pesquisa de Informação Básicas Municipais, 2012. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Municipios/2011/munic2011.pdf>. [consultado em 5.1.2014]

LEFEBVRE, H. (1991[1968]), *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes.

LYRA FILHO, R. (1982). O que é direito. São Paulo: Brasiliense.

LUGAR COMUM. (2013). *Entenda a Linha Viva*. Salvador, UFBA.

LUGAR COMUM e RAS/SARAMANDAIA. (2013). *Vídeo SaramandaiaExiste*. Versão eletrônica consultada a 13.05.2014 em https://www.google.com.br/#q=SARAMANDAIA+EXISTE. (Edição e filmagem Bau Carvalho).

MARICATO, E. (2001). "Limitações ao planejamento urbano democrático". In: FREITAS, José Carlos de. (Org*). Temas de direito urbanístico 3.* São Paulo: Ministério Público do Estado de São Paulo.

MOUFFE, C. (2007). *En torno a lo político.* Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires.

ROLNIK, R. Estatuto da Cidade - Plano Diretor. In: Seminário o Estatuto da Cidade, 2001, São Paulo. *Anais do Seminário Estatuto da Cidade.* São Paulo: Ministério Público do Estado de São Paulo, 2001. 1CD-ROM.

SAMPAIO, A. H. L. (1999). *Formas urbanas*: Cidade real e cidade ideal; contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. Salvador: Quarteto Editora.

SAFATLE, W. (2012). "Amar uma ideia". In: HARVEY, D.et al. *Occupy*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior. p.p. 45-55.

SOUSA SANTOS, B., AVRITZER, L. (2002). "Para ampliar o cânone democrático". In: SOUSA SANTOS, B. (Org). *Democratizar a democracia*: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p.p. 39-83.

SOUZA, C. et al. "Conferências típicas e atípicas: um esforço de caracterização do fenômeno político". In: AVRITZER, Leonardo e SOUZA, Clóvis Henrique Leite de. (Orgs). *Conferências Nacionais*: atores, dinâmicas participativas e efetividade. Brasília: IPEA, 2013, p.p. 25-57.

O espaço urbano em disputa: católicos x congadeiros

Wanessa Pires Lott
wanessalott@hotmail.com

Resumo: Belo Horizonte, localizada no Estado de Minas Gerais/Brasil, destaca-se no cenário brasileiro por ser uma capital planejada no final do século XIX sob os valores da modernidade. Dentre os preceitos a serem seguidos estavam: a organização do espaço urbano inspirado nas reformas parisienses, a preocupação com a limpeza pública e com o saneamento básico e a pretensão de uma higienização social. Sendo assim, negros e mulatos não deveriam ocupar lugares destinados aos brancos na nova capital. No entanto, grupos religiosos banto-católicos do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, ou Congado[1], organizaram em vários pontos da cidade, disputando espaços com as tradicionais manifestações da Igreja Católica. Culmina-se então, na proibição das festas de congado entre 1928 e 1949. Atualmente, o Congado ganha outro status em Belo Horizonte, sendo aos poucos resgatado como importante memória e patrimônio negro da cidade. Cidade esta que um dia o proibiu de tocar seus tambores no espaço urbano.
Palavras chave: cidade, congado, festa, Belo Horizonte

A cidade de Belo Horizonte

Belo Horizonte foi construída entre 1894 e 1897 como símbolo de um novo tempo que recém iniciava no Brasil: a República. A cidade foi planejada para ser a nova capital do estado de Minas Gerais, um novo centro intelectual do país, foco irradiador de civilização, ordem e progresso. Atualmente a cidade apresenta proporções impensáveis pelos membros da Comissão Construtora, enquanto se esperava uma população de 30.000 habitantes na época da inauguração e se previa para o século XXI em torno de 200.000, depara-se hoje com mais de três milhões de habitantes.

A inovação no Brasil de se fazer uma cidade planejada nos seus detalhes; ruas, praças, prédios públicos, apresentou, desde suas primeiras plantas, excludente e segregacionista no âmbito social. O traçado do espaço urbano, idealizado pela visão positivista dos membros da Comissão Construtora comandados pelo engenheiro Aarão Reis, se subdividia em três espaços. Belo Horizonte deparava com uma área rural para o suprimento coletivo, que seria ocupada em sua grande maioria por estrangeiros; uma área suburbana no entorno da Avenida do Contorno e uma área urbana que se ao espaço interno dentro dos limites da Avenida do Contorno. Esta última privilegiava as edificações voltadas para o poder civil e moradas da elite mineira, excluindo assim as classes populares.

> O 'caráter preferencial' nos leilões, doação e venda de lotes da zona urbana permite, desde o início, a concentração da propriedade privada em mãos de grupos restritos: funcionários públicos e ex-proprietários em Ouro Preto, que, além, de ganharem um lote, podiam adquirir a preços baixos outro contíguo ao seu (SALGUEIRO, 1982: 112).

A idéia da divisão visava o crescimento da cidade de dentro dos limites da Avenida do Contorno para fora, fazendo com que o ideal estabelecido no setor urbano se expandisse para o suburbano.

---

1 O Reinado de Nossa Senhora do Rosário é usualmente denominado como Congado. No entanto, o Congado é apenas uma das Guardas que compõem a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, não estando presente em todas as Irmandades. Neste trabalho, devido a utilização recorrente do termo Congado para os festejos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário nos documentos e bibliografias pertinentes ao tema, os termos serão tomados como sinônimos, quando necessária a distinção destes, esta será indicada no texto.

> Forçar a população quanto possível ir-se desenvolvendo do centro para a periferia, como convém a economia municipal, a manutenção da higiene sanitária e ao prosseguimento regular dos trabalhos técnicos. Essa zona urbana é delimitada e separada pela avenida do Contorno (LE VEN, 1977: 29).

Apesar do planejamento cuidadoso, o que se viu não seguiu as propostas, pois o crescimento urbano se fez da zona periférica para o centro, desmoronando a utopia de 'cidade ideal' cunhada pelos ideais republicanos.

> Pretendia-se implantar a cidade a partir do centro em direção a periferia (...) E Belo Horizonte cresceu no sentido oposto, da periferia para o centro, num processo que se repetiu em inúmeras cidades planejadas no Brasil (MONTE-MÓR, 1994: 15).

No entanto, o aparente fracasso do ideal republicano pela expansão populacional não permeou todos os planos da cidade. Os valores da República ainda se mostravam refletidos em vários aspectos da cidade. As disposições dos prédios públicos, que abrigavam o poder político, ganharam destaque em detrimento das igrejas católicas, que em épocas anteriores ocupavam os lugares mais altos nas cidades coloniais mineiras pelo poder secular que exerciam. A Praça da Liberdade, então sede do governo estadual, se colocava no ponto mais elevado de Belo Horizonte demonstrando na representação espacial o controle estatal sobre a população local.

> A necessidade de distinguir-se da antiga ordem impunha um deslocamento, uma mudança de lugar, de modo a demarcar a emergência de um tempo de alteração social (JULIÃO, 1996: 50).

Ruas e praças também representam a nova era republicana, ganhando nomes de estados brasileiros, tribos indígenas, personagens e datas representativas da história oficial do país, remetendo ao sentimento nacionalista inserido no ideal positivista da República.

> O investimento simbólico (...), a criação/determinação dos espaços de memória, com a construção de monumentos espalhados pela cidade, neste caso, a cidade de São Paulo. Sabemos que, com as mesmas características, em outras capitais brasileiras, como Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, também foram sacralizadas datas, heróis e lugares de memória (CURY, 2002: 30-31)

A modernidade, urbanização e planejamento se opuseram às velhas formas de urbanização de Vila Rica, antiga capital mineira e atual Ouro Preto. O projeto de Belo Horizonte se distanciava de qualquer experiência urbanística mineira sendo, por conseguinte, novas e escassas as formas de sociabilidade. Na época de sua inauguração Belo Horizonte se expressava como uma cidade fria e monótona, onde os habitantes não se encontravam nas ruas, deixando estas vazias.

> Exigências urbanísticas seletivas dificultam o preenchimento de vazios na área urbana pela iniciativa particular, apresentando-se assim a cidade... quase toda por se calçar... ruas e avenidas quase desertas com grandes intervalos na construção predial... árvores, nenhuma, gente, pouquíssima (SALGUEIRO, 1982: 115).

Monteiro Lobato, importante escritos do início do século XX, ao visitar a cidade também registrou uma impressão similar:

> não havia povo nas ruas. Os passantes, positivamente funcionários que subiam e desciam lentamente, a fingir de transeuntes. Transeuntes públicos. Daí o sono que dava aquilo. Uma semana passada lá deixava a impressão de meses (LOBATO,1925: sem data *apud* JULIÃO, 1996: 63).

Tais impressões de frieza do espaço urbano da cidade refletem o tipo de sociabilidade que se constrói nos primeiros tempos de Belo Horizonte. As estruturas de becos da antiga capital, Ouro Preto, dão lugar, nos limites da avenida do Contorno, a um traçado urbano que se dirige para «um novo padrão de sociabilidade, voltado para os espaço público, cosmopolita e urbano» (JULIÃO, 1996: 58). Os encontros a céu aberto concentravam-se no largo da Matriz da Boa Viagem, na praça da Liberdade e no Parque Municipal; enriquecidos com os eventos proporcionados pelas companhias teatrais ambulantes. Não obstante a importância de tais espaços, os clubes e os bares se afirmam na capital como expressivos locais de encontro. Estes criados por afinidades literárias, de jogos ou de carnaval apresentavam-se como um forte contribuinte da sociabilidade na cidade. Fechados aos populares, a elite republicana mineira se divertia junto aos seus.

Não obstante a nova configuração de cidade é relevante destacar um atributo da modernidade abraçada neste texto. Esta caracteriza-se pela «desestruturação dos valores antigos, sem que aja superação deles, é a ambigüidade de todos os valores sob o signo de uma combinatória generalizada» (BAUDRILLARD, 1982:9). A imagem colocada por Touraine (1997) nos traz uma boa compreensão da questão da modernidade e tradição: pensar a modernidade como 'decolagem'. Como se ao entrar na modernidade temos um esforço violento para sairmos do chão da tradição e quando atingimos o alto, entramos numa velocidade estável que nos permite ver tanto os pontos de partida da tradição quando os de chegada da modernidade.

Neste texto, pode-se entender a tradição como a religião. Apesar a aparente supremacia do poder civil frente ao religioso, a igreja e suas manifestações ainda encontram forte espaço nas ruas da cidade, podendo ainda ver o ponto de chegada da tradição nas ruas da cidade.

Desta forma, as festas religiosas são um ótimo local para análise da convivência da modernidade com a tradição. No entanto, estas não podem ser agrupadas de forma uma, pois, mesmo nos primeiro anos da nova capital mineira, há uma profusão de festejos religiosos convivendo no espaço urbano.

Os festejos religiosos: católicos x congadeiros

Apesar da presença da religiosidade, bem como de seus festejos que ganham as ruas, a relação entre as manifestações do sagrado em Belo Horizonte não se dá de forma harmoniosa. Diversos conflitos são instaurados ainda nos primeiros anos da capital, dentre os quais destaca-se as divergências entre católicos e demais religiões. Os primeiros acusavam a proliferação de blasfêmias por outras esferas religiosas e para detê-las, católicos utilizavam meios de propagação como o jornal *O Horizonte*, publicado entre 1923 a 1934.

Para além das publicações, a Igreja Católica buscou a manter seu espaço com proibições das festas de congadeiros entre 1928 e 1949. Tal proibição foi fruto do Primeiro Congresso Catequístico Brasileiro, realizado de 3 a 7 de setembro de 1928, em Belo Horizonte. Este que, inicialmente teria proporções regionais, ganha reflexos nacionais ao se propor uma maior cooperação entre o Estado e a Igreja Católica indo ao encontro da Restauração Católica alavancada por Pio XI.

> A reunião do Primeiro Congresso Catequístico Brasileiro, em Belo Horizonte, em setembro de 1928, assumiu as proporções de um grande acontecimento nos fatos da ação social católica em nosso país. Promovido por D. Antônio dos Santos Cabral, que é, sem dúvida, uma das grandes figuras do episcopado brasileiro, o Congresso deveria ser apenas um certame regional, e nesse sentido, foram iniciados os trabalhos preparatórios de sua convocação. Tais foram porém o número, a natureza e a significação das adesões recebidas que o Congresso teve que revestir um aspecto verdadeiramente nacional (AZZI, 2013:78)

Dentre as definições do encontro eclesiástico, destaca-se a incorporação do ensino religioso dentro do horário escolar, autorizado pelo então Presidente do Estado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (lei n.° 1092, de 12 de outubro de 1929) e a proibição dos festejos de congado.

Diferentemente da inclusão do ensino religioso no horário escolar, a proibição das festas não resultou em uma legislação, no entanto a restrição do congresso refletiu na postura do bispado mineiro. Em carta ao chefe de polícia, vê-se a postura de Dom Cabral – então Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte – diante do congado em 20/08/1932

> Os municípios que ainda, as autoridades policiais têm permitido tal 'reinado' são: Divinópolis, Distrito de Ermida dos Campos, Campo Belo, cidade e distritos: de Cristais, Candeias, Santana do Jacaré, Bom Sucesso, distrito de Santo Antonio do Amparo, Perdoes, cidade e distrito de Cana Verde, Itapecerica, cidade e distritos (APM, POL 9 CX 01 PC 77 DOC74) (grifo do autor).

No mesmo dia, a resposta o então chefe de polícia, Carlos Prates, demonstra a relação entre o pedido de Dom Cabral e a falta de legislação que aporte a solicitação.

> Depreende-se da nota que o senhor Arcebispo de Belo Horizonte deseja intervenção da Policia para a proibição dos tradicionais festejos denominados 'reinados', que ainda se realizam em alguns municípios do Estado. Entro em duvida sobre a competência da policia intervir neste caso proibindo a realização de tais festejos. Desde que dependa de previa licença da autoridade policial e não venha perturbar a ordem ou o sossego publico, pode ser negada essa licença. Creio não existir na legislação penal dispositivo que proíba a realização de festas desta natureza e neste caso pode a autoridade exercer essa proibição? Porque se ouça a respeito o Delegado de Costumes e Jogos (APM, POL 9 CX 01 PC 77 DOC74) (grifo do autor).

A posição do delegado de Costumes e Jogos do chefe de polícia é a mesma do em 26/08/1932.

> Em se tratando de diversão ou divertimento público, como denominado 'reinado', festa tradicional no Brasil, a policia incumbe exclusivamente examinar se a mesma é atentatória à moral, aos bons costumes, à ordem publica ou ofensiva a cultos, a nações amigas etc. Dada a (...) não lhe é licito proibir, compete-lhe antes policiar. (...) trata-se de festividade de cunho misto cívico-religioso, promovido em dia de (....) pelas principais pessoas do lugar e patrocinadas pelas principais famílias locais. Não vejo motivo que fundamente o excesso de zelo do senhor arcebispo, que alias não expressou motivos ou razoes que fundamente o seu desejo de proibição da festa em questão (APM, POL 9 CX 01 PC 77 DOC74) (grifo do autor).

Mesmo com a falta da legislação de proibição, os documentos apontam para o conflito entre a Igreja Católica e a polícia no espaço da cidade, sendo um bom gancho para refletir os conflitos que a cidade abarca.
Deixando à margem as análises descritivas já que, «o excesso de descritivismo bloqueara a reflexão teórica sobre a cidade» (FORTUNA, 2012: 8) perceber os conflitos epifanizados pelas festas, nos leva a observar a cidade como um *tecido urbano* no sentido de Lefebvre: «um sistema complexo feito de economia, objetos, valores e práticas socioculturais da cidade, ao qual se agregam *ilhas de ruralidade 'pura',* mais ou menos residuais, consoante as situações e os universos geoculturais» (FORTUNA, 2012: 10) (grifo do autor).
No sentido estudado por Lefebvre, as *ilhas de ruralidade* remetem-se ao campo, no entanto, é possível utilizar este conceito para exemplificar o conjunto de economia, objetos, valores e práticas de uma dada comunidade inserida na cidade. No caso em questão, os congadeiros de Belo Horizonte. Estes mantêm as festividades de adoração aos santos católicos não vinculados aos ritos oficiais da Igreja Católica. Acrescentam cânticos e danças que não fazem parte do universo religioso da Igreja, apresentando uma forma outra de devoção aos santos católicos.

Estas *ilhas de ruralidade* de congadeiros estão localizadas à margem da região centro sul[2] de Belo Horizonte. São pontos nos bairros Olhos d'Água, Vale do Jatobá (região do Barreiro), Padre Eustáquio, Santo André (região noroeste) e Pompéia (região leste) (mapa 1)[3].

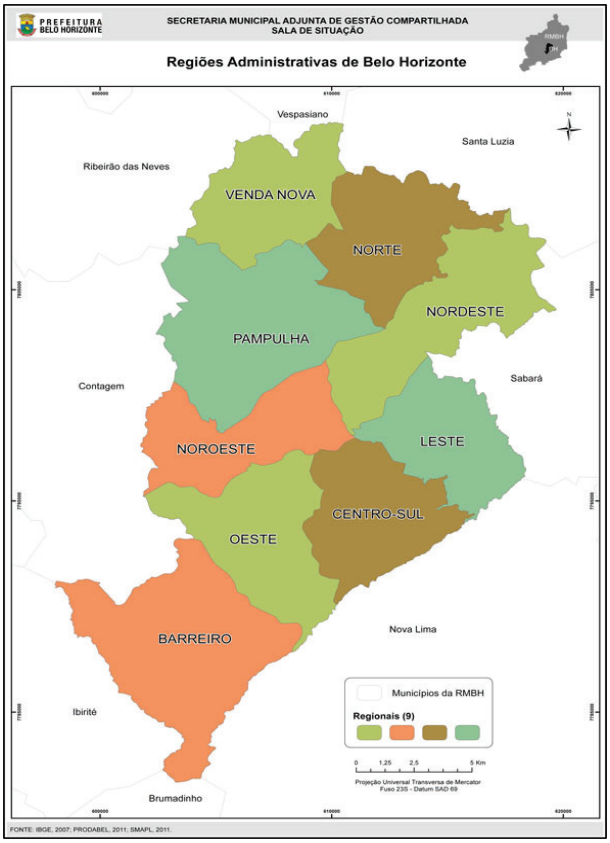

Mapa 1: Regiões Administrativas de Belo Horizonte
Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte (2014)

Apesar importância da localização geográfica para a visualização da cidade, o tecido urbano deve ser entendido para além da morfologia do espaço.

> [o tecido urbano] é o suporte de um 'modo de viver' mais ou menos intenso ou degradado: sociedade urbana. Na base econômica do 'tecido urbano' aparecem fenômenos de uma outra ordem, num outro nível, o da vida social e 'cultural'. Trazida pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. (LEFEBVRE, 2001: 11) (grifos do autor).

Ou seja, há um diálogo entre os que pertencem as *ilhas de ruralidade* e os que são da cidade. Diálogo este permeado por conflitos e negociações entre as parte. No caso de Belo Horizonte, os grupos de congadeiros localizados em espaços distantes das mais importantes igrejas católicas da cidade (localizada na região centro sul do mapa), incomodam a Igreja Católica, provocando um inevitável conflito na cidade.

---

2 A região centro sul de Belo Horizonte é considerada com a área nobre da cidade.

3Esta delimitação do espaço se fez por meio das guardas de congado existente desde 1928, a saber: Guarda do Congo Velho do Rosário Olhos d'Água, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Vale do Jatobá, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Padre Eustáquio, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Santo André, Guarda de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia, Guarda do Congo de São Jorge do Reino de Nossa Senhora do Rosário e Guarda do Congo feminina de Nossa Senhora do Rosário de Aparecida. Ainda estão sendo feitas pesquisas sobre a localização das duas últimas guardas.

Tal conflito, sempre inacabado e sem forte delimitação, é essencial para a construção da identidade da capital devido as «(in)capacidades da hegemônica cidade» (FORTUNA, 2012: 11) emergindo assim «o conflito do urbano consigo mesmo» (FORTUNA, 2012: 11). Conflito inevitável já que o espaço urbano é uma manifestação social, «fruto de práticas sociais e de decisões políticas tecidas pela história dos lugares» (FORTUNA, 2012: 13). Uma constante negociação social que encontra uma possível explicação ao determinar a cidade como um

> sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um 'comum' e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um 'comum' partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividades que determina propriamente a maneira como um 'comum' se presta à participação e como uns e outros tomam parte nesta partilha (RANCIÈRE, 2005:15) (grifos do autor).

Neste jogo constante de negociação, além de determinar quem «pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço» (RANCIÈRE, 2005:16), possibilita perceber quem e como se fazem uso da cidade. A festa «consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro» (LEFEBVRE, 2001: 4). No caso das festas de Reinado, este é o momento o qual os negros marginalizados pela cidade oficial, ganham status de reis e rainhas, rivalizando assim, «o amor pela sua cidade» (LEFEBVRE, 2001:6). Desta maneira, a tensão entre Igreja e congado se faz latente nos festejos, pois

> quando os detentores da riqueza e do poder sentem-se eles sempre ameaçados. Justificam seu privilégio diante da comunidade gastando suntuosamente suas fortunas: edifícios, fundações, palácios, embelezamentos, festas (LEFEBVRE, 2001: 6).

Ou até mesmo levando à proibição dos festejos dos congadeiros como ocorrido em Belo Horizonte. No entanto, esta interdição não diminui a atuação destas Irmandades[4], estas criam seus espaços e tempos, suas *ilhas de ruralidades* em Belo Horizonte.

A tensão inerente às cidades pode ser analisada no viés de uma ordem próxima das «relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles», aqui exemplificado pelos congadeiros; e de uma ordem distante «a ordem da sociedade regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma 'cultura' e por conjuntos significantes» representado pela Igreja Católica. (LEFEBVRE, 2001: 46) Esta última se impõe persuadindo a ordem próxima que por sua vez reflete o vivido imediato tendo ecos da ordem distante. Desta forma, apreendemos a cidade não só como uma obra histórica e sim como uma mediação que produz sentidos. «A projeção do global para a prática e para o plano específico da cidade só foi realizada através da mediação (...) conceber a cidade como *um* sistema semântico, semiótico ou semiológico, a partir da linguística, da linguagem urbana ou da realidade urbana considerada como um conjunto de signos» (LEFEBVRE, 2001: 55). Signos estes que são constantemente alterados pela lógica da cidade.

> A cidade não pode ser concebida como *um* sistema significante, determinado e fechado enquanto sistema. A consideração dos *níveis* da realidade proíbe aqui como em outros casos, essa sistematização. Todavia, a Cidade teve a singular capacidade de se *apoderar* de todas as significações a fim de dizê-las, a fim de escrevê-las

4 Irmandades são associações religiosas de leigos que tem, dentre seus vários rituais, os festejos de reinado em devoção à Nossa Senhora do Rosário.

> (estipulá-las e 'significa-las'), inclusive as significações oriundas do campo, da vida imediata, da religião e da ideologia política. Nas cidades, os monumentos e as festas tiveram estes *sentidos* (LEFEBVRE, 2001: 56) (grifos do autor).

Desta forma, a cidade deve ser apreendida como um conjunto conflituoso que produz sentidos diferentes em tempos e ritmos distintos. Sentidos estes produzidos de acordo com as necessidades e desejos dos habitantes, pois a cidade é o «lugar do desejo» (LEFEBVRE, 2001: 57). É importante ressaltar que esta percepção da cidade se faz na ótica do espaço da rua. A rua como o local onde, principalmente em dias de festas,

> as pessoas aí vão para ver e ser vistas e para comunicar suas visões uns aos outros, não por qualquer motivo oculto, ganância ou competição, mas como um fim em si mesmo. Sua comunicação e a mensagem da rua como um todo são uma estranha mistura de fantasia e realidade: de um lado, a rua age como um cenário para as fantasias das pessoas, fantasias daquilo que elas querem ser; do outro, a rua oferece o conhecimento verdadeiro – para os capazes de decodifica-la – daquilo que as pessoas verdadeiramente são (BAUMAN, 2003: 188).

As festas de congado se fazem na rua. A trajetória percorrida pelo reinado dos negros relembra a retirada mítica da santa de devoção, Nossa Senhora do Rosário, das águas. Além deste mito, as Irmandades celebram a coroação de reis negros durante os festejos. Por meio deste ritual de celebração e passagem do poder, os negros mantinham uma aparente organização social distinta do sistema escravista vivido pelos seus antepassados. Para além da organização mundana, os reis e rainhas do Congo se mostravam como intermediários para se chegar ao mundo sagrado (LUCAS, 2002).
Toda esta organização festiva, repleta de simbolismo e significado, como dito, é proibida pela Igreja Católica entre 1928 e 1949. No entanto, décadas mais tarde o reinado de Nossa Senhora do Rosário ganha outro patamar na história da cidade.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário como patrimônio da cidade de Belo Horizonte

Em 1995 a Secretaria Municipal de Cultura da cidade de Belo Horizonte promove o Projeto Tricentenário de Zumbi dos Palmares, dentro do Festival de Arte Negra – FAN. O objetivo era a promoção das manifestações negras bem como debater sobre as questões que deixavam a população negra à margem da memória oficial brasileira. O FAN reuniu artistas e estudiosos da África e do Brasil para a realização de shows, oficinas, mostras de artes plásticas e cinema, conferências e seminários visando a integração, de forma mais sistemática, da comunidade negra nos discursos identitários construídos pela Prefeitura de Belo Horizonte – PBH. Dentre as atividades, destacou-se a eleição de comunidades negras para se tornarem Patrimônios Culturais do Município. Por meio do instrumento de tombamento, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá, manifestação banto-católica, e o Terreiro de Candomblé Ilê Wopo Olojukan foram tombados[5].
Neste sentido, pode-se identificar que práticas políticas começam a ganhar outra dimensão na década de 1990 na cidade de Belo Horizonte: *as ilhas de ruralidade* começam a ser lembrados nas ações preservacionistas. É relevante ressaltar que «os espaços 'conquistados' para a diferença são poucos e dispersos, e cuidadosamente policiados e regulados» (HALL, 2003, p. 339) (grifo do autor). Desta forma regulamentada, o Projeto Tricentenário de Zumbi dos Palmares iniciou esta importante abertura para o reconhecimento pelo poder público dos espaços da negrura por meio do tombamento de duas comunidades negras.

5 A escolha dos bens a serem preservados foi pelo critério de antiguidade na cidade.

> Os espaços da senzala, do cortiço, da favela, considerados como resíduos materiais irão incorporar-se ao debate com a abertura política, com a ascensão da democracia e com as formas de participação mais incisivas dos movimentos sociais, ressurgindo a afirmação de que as cultura excluídas dentro da cidade devem impor-se, mesmo marginalizadas, como parte da realidade e da história (AZEVEDO E BOTELHO, 2005, p.3) .

Cem anos depois da inauguração da cidade, a história oficial parece estar congelada aos olhos dos órgãos oficiais preservacionistas. No discurso dos técnicos da PBH, o Projeto Tricentenário Zumbi de Palmares foi criado para reconhecer elementos identitários negros da cidade de Belo Horizonte. A escolha de uma comunidade banto-católica se mostrou representativa tanto para a comunidade negra quanto para Minas Gerais devido ao fato da ocorrência de cultos em homenagem a Nossa Senhora do Rosário datarem desde o início da colonização do território do atual estado de Minas Gerais. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 1995). No processo de tombamento da Irmandade em questão, a justificativa do tombamento se alicerça nos movimentos sociais que «passaram a reivindicar seu direito à memória e, conseqüentemente, o reconhecimento de marcos históricos que testemunham os espaços de negrura» (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 1995: 5). O tombamento de mais elementos da cultura afro-brasileira, mesmo que em âmbito municipal, se mostra de extrema relevância para a contribuição para a construção da identidade brasileira.

O processo de tombamento transcorreu sem grandes problemas. Chama a atenção a tranqüilidade com que foram feitos estes tombamentos, fato este não verificado no tombamento do primeiro terreiro de candomblé no país: o terreiro Casa Branca em Salvador, Bahia. Apesar dos pareceres de antropólogos sobre a relevância histórica, social e cultural do terreiro e de alguns arquitetos que, mesmo não identificando traços arquitetônicos que aproximassem da estética tradicional de monumento, alicerçarem o tombamento do terreiro – outros profissionais da arquitetura não concordaram com tal tombamento, pelo fato das características estéticas do terreiro não serem suficientes para considerar o mesmo como monumento nacional. Com a ajuda de intelectuais ligados ao Movimento Negro de Salvador, o tombamento foi concluído após inúmeras discussões que tiveram reflexo em âmbito nacional (GONÇALVES, 1996). Após essa primeira experiência, a prática de tombamentos de locais de cultos afro-brasileiros tornou-se difundida.

Entende-se que a tranqüilidade dos tombamentos de Belo Horizonte reflete à presença de integrantes do Movimento Negro dentro da Secretaria Municipal de Cultura, como afirma Marcos Cardoso, coordenador do Projeto Tricentenário Zumbi de Palmares e dos inventários das comunidades negras tombadas:

> [ocorreram os tombamentos] porque nós estávamos lá dentro da secretaria (...) nós fizemos o convencimento dentro da secretaria (...) não é uma posição do movimento [negro], é uma posição do poder público, agora lá dentro que nós fizemos essa discussão (Informação verbal)[6].

O tombamento da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá foi significativo para abarcar a diversidade cultural preconizada pelas novas perspectivas patrimoniais, além de respeitar a sacralização do lugar pelas comunidades. O local se mostra de suma importância para a comunidade em questão. A sacralização se dá pelos cincos locais determinados para o levantamento dos mastros nas festividades. O mastro é o ponto energético das festas, o elemento simbólico que liga Maravi (terra) e Indamba (céu), fator de extrema representação para a comunidade, pois por intermédio das bandeiras que são hasteadas, determinam-se as etapas das festas realizadas na Irmandade.

Não obstante a relevância do tombamento, este não preserva o seu patrimônio imaterial. A preservação dos elementos da comunidade negra se refere apenas ao espaço físico, as manifestações ocorrentes nestes não são oficialmente preservadas. Para a Irmandade, apesar da importância do espaço físico, as festas como a coroação dos reis se mostram como sua grande riqueza.

---

6 Marcos Cardoso - entrevista concedida em 02/08/2005.

Por meio destes tombamentos, percebe-se a importância do instrumento de registro para a identificação das manifestações ocorrentes nestes locais tombados. É importante ressaltar que não há como desvincular o espaço físico das manifestações, pois o mesmo é considerado sagrado pelas comunidades. Neste sentido, o instrumento do registro deve ser aplicado lado a lado ao de tombamento para garantir a salvaguarda de elementos significativos da identidade desses grupos sociais.

Na tentativa de identificar tal patrimônio imaterial, em 2004 a Prefeitura de Belo Horizonte promove o inventário dos grupos de tradições afro-brasileiras de Belo Horizonte. São levantadas 33 Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, 118 terreiros de umbanda e 71 terreiros de candomblé. Posteriormente é criada a Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial[7] que lançou em 2005 o Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial em consonância com o governo federal.

Considerações finais

A mudança de *status* do Reinado de Nossa Senhora do Rosário de Belo Horizonte – ora proibido, ora salvaguardado – demonstra de forma clara as disputas de espaços e memórias pelos atores sociais da cidade.

Atualmente a preservação de bens culturais no Brasil se apresenta como uma questão consolidada e como um importante meio de contribuir para a construção da identidade e memória de nosso país e/ou dar visibilidade a esta memória e identidade. Como destacado por Rodrigo Melo Franco de Andrade[8], quando se salvaguarda um bem cultural este se transforma em um «documento de identidade de uma nação». Sendo assim, o conjunto de bens tombados por todos os entes federativos constroem uma representação do Brasil. Neste sentido, uma das formas de valorização e manutenção do patrimônio cultural, o tombamento se mostra como eficiente instrumento para a preservação dos bens móveis e imóveis.

Mas como uma nação não é representada apenas por bens de natureza material, a ampliação do conceito de patrimônio preconizado na Constituição do Brasil de 1988 no sentido de incorporar os bens intangíveis se destaca como um avanço, ainda que tardio, para a construção identitária da nação por meio do patrimônio cultural.

Muito se perdeu e/ou foi esquecido do patrimônio imaterial brasileiro devido à falta de um instrumento legal capaz de registrar tais bens. Estes em grande parte se ligam às *ilhas de ruralidade*, pelo fato de não calcarem suas identidades em monumentos, edificações, artefatos de valor histórico, artístico e cultural, mas fundamentalmente nos seus modos de celebrar, viver, trabalhar e divertir. O registro de bens culturais imateriais e a incorporação destes na legislação possibilitam o reconhecimento e registro da contribuição cultural dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira nos seus aspectos mais subjetivos arraigados no cotidiano das diferentes comunidades e que são transmitidos a cada geração.

No entanto, a incorporação da Irmandade no Livro do Tombo e o findar da proibição dos festejos de Congado nas ruas de Belo Horizonte em 1949 não significa a desaparecimento das disputas por espaço e memória na cidade. As *lhas de ruralidade* se mantém vivas na urbes belo horizontina.

Referencias bibliográficas

AZEVEDO, N.; BOTELHO, T. (2005) "Gestão participativa e política de patrimônio no município de Belo Horizonte: realidade ou mito?" *Ciências Sociais*. Unisinos. n. 41. janeiro/abril, p. 43-52.

AZZI, Riolando Azzi. (s/data) *O Início da Restauração Católica em Minas Gerais: 1920-1930*

---

7 Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial foi regulamentada em 2010 e trata-se da antiga Coordenadoria Municipal de Assuntos da Comunidade Negra, criada em 2005.

8 Rodrigo Melo Franco de Andrade foi fundador e diretor por 30 anos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Disponível em faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/download/2345/2615

[consultado em outubro de 2013]

BAUDRILLARD, Jean Modernidade (1982) *La modernité ou l'esprit du temps*. (Tradução Léa Perez e Francisco Coelho dos Santos) Paris, Editions L'Equerre.

BAUMAN, Z. (2003) *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

CURY, C. Políticas (2002) *Culturais no Brasil: subsídios para a construção de 'brasilidade'* Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas / Faculdade de Educação.

FORTUNA, C. "Introdução" (2012) in LEFEBVRE, Henri (2001) *O direito a cidade* São Paulo: Moraes.

GONÇALVES, J. R. (1996) *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.* Rio de Janeiro: UFRJ.

HALL, S. (2003) *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESO.

JULIÃO, L. (1996) "Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna". In.: DUTRA, E. (Org.) (1996) *BH: Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte.

LEFEBVRE, Henri (2001) *O direito* a cidade São Paulo: Moraes.

LEN VEM, M. (1997) *As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914).* Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Dissertação de Mestrado.

MINAS GERAIS. (1929) "Lei nº 1092, de 12 de outubro de 1929". Regulamenta a Disciplina Ensino Religioso nas Escolas Oficiais Mineiras. *Diário Oficial de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 12 outubro.

MONTE-MÓR, R. L. (1994) "Belo Horizonte: a cidade planejada e a metrópole em construção" *Belo Horizonte – Espaços e tempos em construção*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE (2014) disponível http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ [consultado em 12/12/2014].

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, Secretaria Municipal de Cultura (1995) *Processo de tombamento da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá.* nº 010869309568. Belo Horizonte.

RANCIERE, Jacques (2005) *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo EXO experimental org. : Ed. 34.

SALGEIRO, H. (1982) "O ecletismo em Minas Gerais: Belo Horizonte 1894-1930". In.: FABRIS, A. (Org). (1982) *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Nobel/Edusp.

TOURAINE, Alain (1997) *Crítica da Modernidade* Petrópolis: Vozes.

Documentos

Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte/MG/Brasil)

Arquivo de Polícia de Minas Gerais:

APM, POL 9 CX 01 PC 77 DOC74 20/08/1932

APM, POL 9 CX 01 PC 77 DOC79 20/08/1932

Percursos e intinerâncias na cidade: Reflexões sobre a pesquisa etnográfica com população em situação de rua

Lidia Valesca Pimentel[1] – FFB

Resumo: Os estudos urbanos na atualidade têm como característica a interlocução entre as diversas abordagens das ciências sociais, numa multirreferencialidade teórico-metodológica que tem proporcionado rico debate sobre a pesquisa de campo. Nas várias vertentes do fazer sociológico, aliados aos métodos tradicionais da Antropologia e das abordagens semiológicas, a cidade é compreendida como o campo, o lócus da experiência humana. O presente trabalho se debruçou na reflexão sobre a pesquisa urbana, trazendo como mote um estudo etnográfico dos percursos das pessoas em situação de rua de Fortaleza/CE. Para etnografar as práticas dos que habitam as ruas, a pesquisa registrou as narrativas dos sujeitos, os seus percursos e os vestígios de suas andanças nômades. As cenas urbanas constituídas de imagens efêmeras e fragmentadas foram parte de um ritmo de deslocamentos e de uma polifonia constante. Desse modo, a etnografia significou uma abertura para encontrar as diferenças, um estranhamento e um desenraizamento, a fim de perceber as cenas cotidianas e os movimentos quase invisíveis no seu interior. Não é somente o olhar que se torna o sentido por excelência da etnografia urbana, mas todo corpo do pesquisador para a realização da pesquisa, num "paradigma inquieto".

Palavras Chaves: População de rua, etnografia urbana, cotidiano, percursos

1. A pesquisa na Cidade

Os estudos urbanos na atualidade têm como característica a interlocução entre as diversas abordagens das ciências sociais, numa multirreferencialidade teórico-metodológica que proporciona um rico debate sobre a pesquisa de campo. Nas várias vertentes do fazer sociológico, aliados aos métodos da Antropologia e das abordagens semiológicas, a cidade é compreendida como o campo, o *lócus* da experiência, ao mesmo tempo em que é objeto de estudo.

Na Sociologia a cidade foi vista por seus pais fundadores associada à transição que estavam em curso para a modernidade. É o palco do desenvolvimento do capitalismo, e sede das novas sociabilidades que estavam em curso. George Simmel no texto clássico *A metrópole e a vida mental* desenvolve uma reflexão sobre a cidade moderna e sua influencia no estilo de vida impessoal e blasè, num embotamento dos sentidos gerador de isolamento e individualismo.

Na Escola de Chicago (décadas de 30 e 40) a tendência para os estudos empíricos evidenciou os temas específicos, como a delinquência, a prostituição, migração e os guetos na cidade. Uma importante referencia no uso do método observação participante foi estudo S*ociedade de Esquina* de Willian Foote Whyte. No seu estudo, a esquina é o lócus da experiência e da formação da sociabilidade juvenil.

No Brasil, de início, a pesquisa etnográfica no meio urbano não teve como objeto o urbano em si mesmo, mas operou com temas, conceitos e métodos da Antropologia voltados para populações urbanas (DURHAM 1997). A cidade é o campo da festa, da experiência religiosa, do folclore, dos movimentos sociais. Vertente que foi se sedimentando também na Sociologia na medida em que os pesquisadores foram realizando estudos sobre o cotidiano numa micro sociologia na cidade, como diz Barreira e Lima (2013 p532)

> *Os lugares da cidade a serem abordados deixam de ser predominantemente ligados ao mundo do trabalho, como nos anos 1970, ou da exclusão dos bens de consumo coletivo, nos anos 1980, para se dirigirem aos locais de culto religioso, aos palcos,*

---

1 Cientista Social, doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Professora da Faculdade Farias Brito. Fortaleza/Ce. Pesquisadora nas áreas de Sociologia e Antropologia. lidiavalesca@yahoo.com.br

> aos presídios, às praias, aos bares. A cidade passa a ser abordada em recortes cada vez mais microssociológicos, como nas dissertações sobre praças, aeroportos ou sobre partes de um bairro, tomados como lugares significativos.

Os sujeitos que vivem na cidade produzem um sentido ao espaço, ao mesmo tempo em que produzem o próprio espaço. Como capturar esse sentido? A pesquisa etnográfica é o método por excelência da interpretação dos sentidos, e, advindo da Antropologia, nos dá os referenciais para o entendimento dos fluxos sociais e do encontro com o humano, seja na alteridade ou na identidade do pesquisador. Como diz Geertz (1989 p. 31): *O antropólogo aborda caracteristicamente tais interpretações mais amplas e mais analise mais abstratas a partir de um conhecimento muito extensivo de assuntos extremamente pequenos.*
Para Geertz o método etnográfico se diferencia dos métodos experimentais e observacionais pela possiblidade de realizar uma descrição densa e buscar os significados intrínsecos aos atos dos sujeitos onde o "dever da teoria é fornecer um vocabulário no qual possa ser expresso o que o ato simbólico tem a dizer sobre ele mesmo – isto é, sobre o papel da cultural na vida humana (p. " 38)
É sobre o método etnográfico que o presente trabalho se debruçou, trazendo como mote a experiência do estudo sobre população em situação de rua de Fortaleza/CE que deu origem a tese de doutoramento em Sociologia intitulada "Corpos nas ruas, vidas em percursos no cotidiano da cidade"[2] O estudo privilegiou o entendimento acerca da pessoa em situação, o seu cotidiano e seus percursos na cidade, diferenciando-se de outros que abordam questões sobre identidades, estigma, exclusão, a pobreza, saúde publica, politica publica, uso de drogas entre outras. A vida e os trajetos de cada pessoa em situação de rua não podem ser separados do cotidiano da cidade, porque a rua ao mesmo tempo é uma parte da cidade e revela a sua face, sua natureza, o seu todo.
A rua é um microcosmo composto de várias vidas. A rua possui uma ambiguidade, ao mesmo tempo em que é espaço de circulação de uma multidão de transeuntes anônimos, que simplesmente passam com gestos silenciosos e ao mesmo tempo apressados, é também um lugar de um sujeito, podendo ser uma moradia, um abrigo para dormir, entre outros. A rua é um "lugar antropológico", com pensou Auge (1994). O "lugar antropológico" é uma construção concreta ou simbólica dotada de sentido e de singularidade. Para ele o lugar antropológico é indenitários, relacionais e históricos.

2. Os indivíduos e o cenário da pesquisa com população de rua

Definir população de rua[3] não é fácil. Sua característica essencial é a vida nas cidades, uma pratica itinerante, um modo peculiar de percorrer e ocupar os espaços públicos. Diferenciá-los em meio a tantos indivíduos que vivem e trabalham pelas ruas da cidade é a tarefa do pesquisador que vai decifrando de tantas historias de idas e vindas aquelas que vincula a pessoa um transitoriedade na vida e no espaço, assim como a solidão e a ruptura com os vínculos sociais ditos formais: família, escola, trabalho etc.

> *Em todo esse tempo em que mantive contato com moradores de rua, percebi diferentes histórias, cada uma com suas peculiaridades, que hoje, nesse trabalho, prefiro não enquadrá-los em uma categoria sociológica fixa. Tendo em vista seus relatos sobre suas vidas que acontecem na dinâmica das ruas e espaços da cidade, a construção subjetiva de cada um emerge mobilizada por características de naturezas diversas,*

---

2 PIMENTEL, Lidia Valesca. Vidas nas ruas e corpos em percursos no cotidiano da cidade. Defendida em 2005, aliou ao método etnográfico, a historia de vida e entrevistas.

3 Utilizarei nesse texto o termo "população em situação de rua". A nomenclatura que designa o indivíduos que vivem nas ruas está em volta de uma debate politico que envolve as Ong´s e o Movimento de População de Rua, além de representantes do Governo. No Brasil a campanha "criança não é de rua" veio endossar a questão. O Ministerio do Desenvolvimento Social desde a publicação do Decreto que institui a Politica Nacional para a População de Rua 2009 abandonou o termo "morador de rua", passando a utilizar população em situação de rua e pessoa em situação de rua.

> *seja econômica, afetiva, social etc. Por isso, prefiro considerar os moradores de rua como protagonistas, que possuem cada um a sua história imersos numa "trama" social, ao invés de uma categoria generalizantes imersas em conceitos explicativos que não revelam as particularidades (PIMENTEL, 2005 p. 14)*

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social – MDS, A população em situação de rua se define como:

> *Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar (*BRASIL, 2009)

O modo de viver da população de rua é constituído de uma teimosia em permanecer na cena urbana, mesmo quando são indesejados, pois para além da concepção que ordena e planeja a cidade, é preciso perceber a transgressão da população de rua, isto é, sua capacidade criativa projetar um novo uso, uma particular apropriação do espaço. Inspirada em Michel De Certeau (1996) compreendo que aqueles que habitam as ruas atuam sobre os espaços da cidade e não estão presos em "malhas repressivas", se utilizam de artimanhas que desfazem o planejamento urbano. Uma marquise, embora tenha uma utilidade para os pedestres, pode transformar-se em cama; uma praça circunstancialmente poderá ser modificada pelos seus usuários: o seu jardim ganha a utilidade de varal de roupas, o seu pátio servirá de palanque, de tablado ou de templo. "praticantes" do espaço.

A pessoa em situação de rua é andarilha por excelência, caminha por toda a cidade, cruza territórios, "invade" espaços proibidos, inventa novas formas de habitar e de estar. Ele passa, na maioria das vezes, o dia todo caminhando, para a noite se concentrar no lugar costumeiro de dormir. Para Michel De Certeau (1996), as práticas da cidade iniciam-se com os passos. Eles são capazes de moldar os espaços, pois são muito mais que um ato mecânico e físico, a caminhada constitui "um estilo táctil de apropriação cinésica". É uma prática delinquente, visto que cria outra ordem de sentido ao espaço percorrido, ele vive o presente, o descontínuo, o "fático". A rua é, portanto, ilimitada, indo além de seu traçado formal. Se pensada a partir dos passos que moldam os espaços, como diz De Certeau: "a caminhada afirma, lança suspeita, arrisca-se, transgride, etc (p 179).

A compreensão do sentido de morar e viver na rua passa, inevitavelmente, pelas significações dadas por quem nela habita como também pelo modo como o pesquisador "costura" essas significações com a abordagem que ele vai desenvolver. Etnografar as suas práticas, registrar os seus vestígios, compreender o seu modo de vida requer do pesquisador não somente uma prática de pesquisa baseada nos métodos tradicionais de etnografia, mas, fundamentalmente, uma atitude relacional com a própria cidade, uma abertura para encontrar as diferenças, uma disposição para sentir e para decodificar os sinais e movimentos quase sempre invisíveis na cena urbana. No dizer de Pais:

> *Não me interessa acidade como um território de desencontro, mas também de entroncamento de sentidos que se insinua em sua aparente superficialidade. A superfície urbana como lugar significante é o terreno onde se vive a experiência antropológica de um olhar atento ás coalescências súbitas de sociabilidades fugidias.* (PAIS, 2006)

Os *nômades urbanos* têm maneiras de marcar seus territórios, anunciando de alguma forma a sua ocupação. Ao andar de um ponto a outro, os atores sociais nômades praticam a cidade, e, desse modo, são responsáveis pelas várias mudanças em seu interior, fazendo aparecer duas cidades, uma projetada e outra praticada (SANTOS 2001) .

Existem pelo menos dois grandes tipos de espaços a reconhecer no urbano: um oficial, projetado pelas instituições e feito antes que o cidadão o conceba a sua maneira; outro que, de acordo com o que proponho chamar de diferencial, que consiste numa marca territorial usada e inventada na medida em que o cidadão nomeia ou inscreve. Na mesma direção, o pensamento de De Certeau (1996), alude que a cidade é composta de uma pluralidade de "ações táticas" diluídas em práticas cotidianas.
São as práticas que fazem da cidade o espaço por excelência da diversidade, do improvável e do impreciso. Também possibilita encontros entre os diversos atores que a compõe, os transeuntes, os cidadãos comuns, os trabalhadores que ocupam os espaços das ruas, os que moram nas ruas. A cidade também é polifônica, *narrada por um coro no qual vários itinerários musicais ou os materiais sonoros se cruzam, se encontram e se fundem obtendo harmonias mais elevadas ou dissonâncias, através de suas linhas melódicas*, Canevacci, (1997 p. 15), revelando as várias linguagens.
A formação de territórios entre os que moram na rua se dá a partir da errância pela cidade, entre a desistência de um lugar e a procura por outro. Nesse processo, eles *formam pontos notáveis de ajuntamento*, como diz Augê (1994), isto é, lugares onde se aglomeram uma gama de atores, que compartilham de uma sociabilidade típica da rua, como meninos de rua, catadores de papelão, ambulantes, prostitutas etc; dos mesmos códigos territórios.
Os pontos notáveis de ajuntamento podem ser uma praça, uma esquina ou uma rua inteira. São nesses pontos onde os moradores de rua passam parte do seu tempo, geralmente conversando, trabalhando, usando álcool e drogas entre outras. Esses são pontos de chegada e de partida para outros pontos da cidade.
Os pontos de ajuntamento formam os nós. Um nó funciona como limite entre os que compartilham de uma sociabilidade e o outro geralmente estranho ao grupo. Desse modo, o território vai além da ocupação física do espaço, está num nível de significância, permite que o usuário reconheça os outros e seja reconhecido por estes, estabelecendo também a diferença entre ele e os estrangeiros que circunstanciam a sua ocupação. O limite é registrado, marcado e concebido na vivência do grupo (SANTOS, 2001).

3. O fazer etnográfico nas ruas da cidade

A pesquisa com população em situação de rua tem como principal desafio o registro do efêmero e a invisibilidade. Os atores da pesquisa, aos olhos do pesquisador, frequentemente, aparece e desaparece, um dia ocupa uma praça, no outro, uma marquise. Em determinadas horas do dia, está em um lugar, à noite, está em outro. Comumente, faz asseio em torneiras públicas, em rios e lagoas da cidade. Também frequenta restaurantes populares e locais de distribuição de comida. Como fazer o registro de sua sociabilidade? Como proceder a pesquisa etnográfica?
A cidade como um todo é o *locus* da pesquisa, por isso o pesquisador deve seguir trilhas e percursos, como nos diz Magnani (2002 p, 18), realizar um olhar "de dentro e de perto": *Uma modalidade que consiste em percorrer a cidade, seus segmentos e personagens típicos com seus hábitos, conflitos e expedientes, deixando-se imbuir pela fragmentação que a sucessão de imagens e situações produz*.

O pesquisador deve estar preparado para uma nova descoberta. Algumas pesquisas que se colocam "de longe", chegam ao momento do trabalho de campo, tentando encaixar os conceitos e categorias já estabelecidas. Essas pesquisas estão interessadas em explicar, retirando daquele momento, respostas as suas indagações. A pesquisa etnográfica, ao contrário, inverte essa questão. São os acontecimentos que fornecem os elementos para a construção teórica, como também a novas interrogações.
O fazer etnográfico não se reduz a uma técnica nem se confunde a ela, para Magnani (2002, p. 17):

> *Ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos. Ademais, não é a obsessão pelo detalhe que caracteriza a etnografia, mas a atenção que se lhes dá: em algum momento, os fragmentos arranjar-se num todo que oferece pistas para um novo entendimento.*

> *A etnografia urbana é desse modo, um registro de percepções e sentimentos do pesquisador. O resultado de sua experiência, que, quanto transcrito, revela tanto o percurso da pesquisa como abre veredas para o entendimento sobre a vida na cidade, sua historia ordinária e seus personagens anônimos:*
> *O inesperado rondou várias vezes o momento de pesquisa de campo. Um desses momentos aconteceu no dia em que marquei uma entrevista com um morador de rua chamado Antônio. Cheguei primeiro, sentei-me no banco do Parque das Crianças. Em seguida, chegou o Antônio, conversamos um pouco, em seguida, iniciei a gravação da conversa, até chegar o Ricardo, outro morador de rua. Este estava todo sujo de sangue, muito nervoso, visivelmente perturbado, com um curativo na cabeça e várias escoriações no corpo. Ele falou que havia sido agredido a pauladas enquanto dormia na Praça do Carmo.*
> *Senti, ao mesmo tempo, medo, compaixão e preocupação em ver seu corpo banhado de suor e sangue. Antônio, que estava comigo, também ficou penalizado. Não gravei a conversa com Antônio, mas com Ricardo que me contou com detalhes tudo o que acontecera com ele no momento da agressão. Nesse dia, Ricardo não quis revelar mais nada, não me contou sobre a sua vida, apenas fez o relato minucioso de tudo que havia acontecido. Voltei para casa com a nítida sensação de que tinha uma grande quantidade de informação e, ao mesmo tempo, de que não tinha nada. O registro em diário de campo foi a melhor maneira de guardar esse acontecimento. (PIMENTEL, 2005)*

O pesquisador na (da) cidade entra em contato com outras urbanidades, defronta-se com os seus medos, interesses, sentimento por um ou outro lugar. Desse modo, é necessária uma abertura para encontrar as diferenças, um "estranhamento", um desenraizamento, a fim de perceber as peculiaridades e detalhes de lugares inóspitos da cidade em que vive, rompendo com a *atitude blasé*, o isolamento e a racionalidade típica da cidade grande, como diz Simmel (2009).

Pais (2006) propõe um modo de olhar do cientista social que sintetiza a pesquisa com população de rua. Enquanto o olhar comum evita a miséria que o rodeia, o olhar sociológico realiza um olhar intrometido, como método sociológico. *Olhar metido no que normalmente se desolha, mas também comprometido, isto é, envolvendo um compromisso, uma obrigação de denuncia, de desocultação e desvendamento* (p. 34).

Para identificar esses "movimentos quase invisíveis" no interior da cidade, é necessário não somente se apropriar de "ferramentas metodológicas" adequadas, mas, principalmente, ter uma atitude de pesquisa onde os sentidos atuem. É preciso ver com olhos de quem procura indícios, lendo pistas mudas (GINZBURG, 1990), como um investigador que "fareja" pistas a fim de tecer a trama. Não é somente o olhar que se torna o sentido por excelência do pesquisador na cidade, mas todo o seu corpo atua para a realização da pesquisa.

O corpo do pesquisador também é parte da cena urbana, atua de modo singular na polifonia e na complexidade das interações que se dão na rua. É, antes de tudo, um corpo em movimento e precisa deslocar-se pela cidade. Torna-se um andarilho, como o flâneur (Benjamim 1987). Para ler a cidade síntese do século XIX, esse pensador moderno, dentro do seu conhecido método de operar por montagem e colagem de expressões, cria a figura emblemática de "flâneur", que se transformou no próprio ícone da cidade moderna. Durante a caminhada, os sentidos registram e interpretam os "signos indiciais" que levarão o pesquisador, primeiramente, a ler e, posteriormente, a escrever uma narrativa (FERRARA, 1999)

O pesquisador se lança num percurso pedestre e interage na cidade. Andar a pé, na empreitada do deslocamento o seu encontro com consigo mesmo, enquanto cidadão e com encontro com os outros ao mesmo tempo. Como diz Silva (2001 p. 26) *a cidade é o lugar da mestiçagem e do encontro cultural. A cidade mescla hábitos, percepções, histórias, enfim é cultura se fazendo como costura*. A rua é, portanto, ilimitada, indo além de seu traçado formal.

Desse modo, o pesquisador realiza seu percurso de pesquisa circulando pela cidade e realizando sua própria inscrição e sua experiência. Ele afeta e é afetado pela cidade. No dizer de Diógenes e Barbosa (2013)

> *Circular passa a significar não somente trafegar entre lugares, como também romper a lógica e o risco da fixidez. O movimento ininterrupto promove uma dessensibilização do corpo, uma desconexão com experiências de lugar, um certo esvaziamento de sentimentos de pertença*

A experiência da pesquisa com população der rua pode produzir uma reinvenção e aproximação com a cidade e uma sensibilização para o outro, numa sintonia afetiva com o humano enquanto o outro, numa dimensão do convívio, na cidadania e na tolerância.

> *Na experiência de pesquisa realizada nas ruas, o meu corpo não está desconectado de minha mente. Em minhas idas até o Centro, a cidade passa por mim, entrecruza o meu corpo, invade os meus sentidos. Comecei a perceber que eu não somente fotografava as cenas de rua na cidade (o olhar, esse sentido essencial para os antropólogos!). Eu, literalmente, senti a cidade, seus cheiros, seus ritmos, suas cores e sons, numa dimensão táctil.*
>
> *Em dez anos de contatos com moradores, percebo que a trajetória de pesquisa passa pela minha vida acadêmica, profissional e de cidadã. Compreendo que a pesquisa, primeiramente, abre-se nos mobilizando um interesse, como campo temático, em seguida, se conceitue como encontro, depois, como interpretação. Mesmo com a finalização do texto da pesquisa, o pesquisador, na maioria das vezes, não abandona definitivamente os sujeitos envolvidos em seu objeto de estudo. É quase inevitável o envolvimento entre os sujeitos da pesquisa e o pesquisador*

A pesquisa desemboca numa opção politica e fraterna que instiga a uma pratica da defesa do protagonismo e do empoderamento da população de rua enquanto sujeito de direitos. No direito a cidade e o direto a diferença. Também permitiu novas possiblidades. O amor na cidade, os percursos afetivos e os encontros entre os sujeitos. A cidade pode fazer amor e nela os poetas e os amantes podem inscrever novos sentidos.

Bibliografia

ARAÚJO, Maria Neyara de Oliveira. A miséria e os dias – história da mendicância no Ceará. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

AUGÉ, Marc. Não lugares. São Paulo: Papirus, 1994.

BARREIRA, Irlys Firmo e LIMA, Geisa Matos de Araújo. Subversões do Olhar: evidências temporais de uma microssociologia dos espaços urbanos. CADERNO CRH, Salvador, v. 26, n. 69, p. 529-544, Set./Dez. 2013

BENJAMIM, Walter. A modernidade e os modernos. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1975.

BURSZTYN, Marcel. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão – O caso das populações de rua. In: _____. No meio da rua. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
_____. Vira Mundo e "rola-bostas". In: _____. No meio da rua. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

CANEVACCI, Massimo. A cidade polifônica. 2 ed. São Paulo: Nobel, 1997

CORREIA, Roberto Lobato. Geografia, conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1995.

DE CERTEAU, Michel. A invenção do Cotidiano: 1. artes de fazer. 2. ed. Petrópoles: Vozes, 1996.

DESCAMPS, Marc-Alain. L´invention du corps. Paris: PUF, 1986, cap. 1.

DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. Cartografias da Cultura e da Violência – gangues, galeras e o movimento hip hop. São Paulo: Annablume, 1998.
_____. Itinerários de corpos juvenis: O tatame, o jogo e o baile. São Paulo: Annablume. 2003.
_____ Antropologizando: Arte e Grafite em Lisboa. Disponivel em: http://antropologizzzando.blogspot.com.br/

DURHAN, Eunice R. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth. A aventura antropológica. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FERRARA, Lucrecia Daléssio. O olhar periférico. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. Os significados urbanos. São Paulo: Edusp, 2000
_____. Ver a cidade. São Paulo: Nobel, 1998.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
_____. O saber local. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
.
LE BRETON, David.. Antropologia do corpo e modernidade. Trad. Abel Castro. 2001. Mimeo.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor; TORRES, Lilia de Lucca. Na metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 17, n. 49, 2002.

_____. Rua: símbolo e suporte da experiência urbana. Disponível em: <http://www.aguafonte.com/antropologia/rua_1.html. Acesso em: 10 abr. 2003.

PAIS, José Machado. Nos rastros da solidão: Deambulações sociológicas. Lisboa. Ambar, 2006.

PIMENTEL, Lídia Valesca. Praça José de Alencar: Pedaços da Cidade Palco de Vidas. In: SOUZA, Simone, NEVES, Frederico. Comportamento. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002. Coleção Fortaleza: cidade e cotidiano.

PIMENTEL, Lidia Valesca. Praça José de Alencar: Pedaços da Cidade Palco de Vidas. UFC. 2005. Tese de Doutorado

SIMMEL, George. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Gilberto (Org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. In: FERNANDES, Florestan (Coord.); MORAIS FILHO, Evaristo (Org.). Simmel. São Paulo: Ática, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

Uma discussão sobre as cidades: um olhar sobre as cidades contemporâneas e suas transformações

Maria da Penha Smarzaro Siqueira[1]

Maurizete Pimentel Loureiro Duarte[2]

Resumo: Em todos os tempos, o estudo sobre a cidade possibilitou ao homem um conhecimento maior sobre as diferenças e os conflitos que nela e dela emergem, assim como permitiu que a historiografia demonstrasse, através da evolução da economia, da política, da sociedade e de sua cultura, as transformações que impulsionaram o desenvolvimento urbano. É com esse entendimento que desenvolvemos uma análise relativa a conceitos e categorias das cidades, refletindo sobre as origens e as principais transformações do espaço urbano, assim como da sociedade nele inserido. Tal discussão nos permite pensar as cidades em suas diferenças e semelhanças, sendo vistas em uma ampla diversidade de abordagens que perpassam pela sua função, organização e particularidades, sejam estas espaciais, políticas, econômicas, sociais e culturais, que interagem e refletem impactos sobre as formas de reprodução social. Neste contexto, abordamos a questão da violência como um fenômeno social complexo na diversidade socioespacial das cidades.

Palavras Chave: Cidade. Transformações. Espaço Urbano. Modernização. Violência.

Introdução

Quando refletimos sobre a cidade e as problemáticas dela decorrente, buscamos um entendimento a respeito dos razões e dos fenômenos sofridos pelo espaço urbano e consequentemente pelo urbano. Neste caminho, nos deparamos com um universo de informações e entendimentos que envolvem o processo dinamizador das principais transformações ocorridas na cidade. Através de reflexões provenientes do aspecto social, religioso, político-administrativo e, principalmente, econômico, é possível considerar tais fenômenos como elementos inerentes não apenas ao espaço urbano, mas também ao citadino, no sentido de ser submetido a constantes mudanças que contribuirão na constituição de novas relações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e culturais.

Nesse entendimento, o artigo apresentado tem como objetivo refletir sobre as transformações sofridas pela cidade a partir de um processo modernizador de urbanização, aprofundando a natureza dos conflitos, estes compreendidos como já inerentes à origem da cidade e dos seus habitantes. Essa natureza não dissocia campo e cidade, assim como não implica a apropriação de um único elemento responsável pelas principais mudanças das cidades, mas sim de todos eles, de maneiras interligadas e indissociáveis.

As cidades, na contemporaneidade, apresentam uma dinâmica que reconstrói formas de identificação cultural que implicam na construção de novas identidades urbanas que atingem e mudam o cotidiano coletivo, contemplando novas formas de pensar e viver nos centros urbanos. Pensamos essa questão pelo viés a abordagem de Hall (2004), que aponta como característica da cidade contemporânea as diferenças que apresentam múltiplas

1 Universidade Vila Velha. UVV-ES. penhasiq@hotmail.com. GT52a. Pós-Doutora em Sociologia Urbana- Universidade Nova de Lisboa-UNL-Lisboa/Portugal. Doutora em História Econômica Universidade São Paulo-USP/BRASIL. Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Vila Velha. UVV-ES e do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo. UFES/Brasil.

2 Universidade Vila Velha. UVV-ES. maurizeteduarte@hotmail.com. GT 52a. Bolsista da Capes – Proc. nº BEX 5388/14-7. Estágio de Doutoramento pela Universidade Nova de Lisboa–UNL. (2015). Doutoranda em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES/Brasil. Professora do Curso de Direito da Universidade Vila Velha. UVV-ES.

identificações e os contrastes sociais que moldam o sujeito traçando novas identidades sociais. Partindo do entendimento da complexidade coletiva e social da sociedade moderna, que tomou forma no contexto das mudanças econômicas, sociais e políticas, o individuo também modifica sua identidade e a forma de ver o mundo, de acordo com os interesses estruturados na nova sociedade[3].

No sentido destas questões, iniciamos nosso artigo abordando a cidade em suas origens e transformações, com um olhar sobre a formação, constituição e transformação pela qual a cidade tem sido submetida e pela qual também vem submetendo os que nela estão inseridos. Traçamos uma discussão sobre a cidade e a modernização, contemplando o processo de urbanização e de industrialização como fatores aprofundadores das mudanças e dos conflitos surgidos na cidade, que nos conduzem a uma reflexão mais contemporânea, na qual apontamos a questão da violência no espaço urbano. Abordagens que nos permitem pensar a cidade num universo complexo e fragmentado, no qual verificamos um percurso a partir das contradições e das vulnerabilidades sócio urbanas e como tais elementos se configuram como instrumento maior de fomentação da violência em seu sentido mais abrangente.

Para tanto, desenvolvemos o tema em uma interpretação histórico-sociológica, com uma abordagem qualitativa com base em pesquisa bibliográfica que contribuiu para uma compreensão mais ampla no campo teórico-conceitual. Buscamos com nossa reflexão, situar a problemática urbana das cidades brasileiras, no sentido e das contradições que dão forma aos novos paradigmas sócio urbanos na contemporaneidade.

1- A cidade: origens e transformações

Em um percurso sócio-histórico sobre as cidades e os fenômenos urbanos, Weber (1999) discute as diversas formas de organização das cidades na diversidade dos tempos históricos, apresenta uma consideração em comum sobre elas, caracterizando a cidade na sociedade ocidental como um lugar de mercado. Entendendo a cidade num processo histórico, o autor discorre sobre a diversidade das cidades e da organização das sociedades em seus diferentes modos de produção. Na transição do feudalismo para o sistema de produção capitalista, com uma especialização permanente da produção econômica, ocorre a troca de bens e serviços por parte de grupos de indivíduos, inclusive da população não urbana, criando, assim, uma correlação no ressurgimento da cidade a partir de uma função econômica.

A evolução do comércio possibilitou aos indivíduos verem a cidade como o local capaz de satisfazer suas necessidades, realizar seus sonhos e possibilitar uma condição de vida melhor. A dinamização dos centros comerciais e a falta de perspectiva gerada no campo resultaram num incessante crescimento demográfico e, consequentemente, territorial, produzindo uma sociedade cujas características se baseiam no individualismo e na competitividade. Na abrangência destas e no âmbito da abordagem de Weber (1999), observamos a preocupação com importância da cultura ocidental e seus significados na emergência do capitalismo.

Para Weber (1999), importa considerar que o entendimento sobre cidade, de forma solta e fragmentada, não possibilita uma investigação concreta sobre os motivos, características e fatos que classificam o espaço territorial como cidade. Para ele, outros conceitos além do econômico devem ser considerados, a exemplo do aspecto político. O conjunto de transformações que ocorreram a partir dos movimentos que marcam a transição da sociedade feudal para um mundo moderno, até a Revolução Industrial, coroaram as cidades como lugar da produção e reprodução socioeconômica e cultural, associando e consolidando historicamente a cidade a estes processos de mudanças e como lugar da pré-condição capitalista.

Neste percurso, os centros urbanos se entrelaçam com o florescimento e a prosperidade da burguesia mercantil e dão lugar ao desenvolvimento das atividades industriais e a expansão das novas relações sociais. Assim, entendemos que o caráter mercantil e posteriormente o industrial fortalece a tradicional característica da cidade

---

3 Não temos como propósito neste artigo entrar em uma discussão aprofundada sobre a questão da identidade cultural, sua crise e novas formulações na modernidade e na pós-modernidade. Sobre este tema ver mais cuidadosamente: HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Referenciamos do pensamento do autor como um norte conceitual na abordagem de nosso tema.

como lugar de mercado. No pensamento de Weber (1999: 409) a natureza econômica da cidade é coroada no movimento de troca de bens,

> [...] não apenas ocasional mas regular, na localidade, como componente *essencial* das atividades aquisitivas e da satisfação das necessidades dos moradores: a existência de um *mercado*. [...] falamos da cidade no sentido econômico, tratando-se de um lugar onde a população *local* satisfaz no mercado local uma parte economicamente essencial de suas necessidades cotidianas [...]. [...] Toda cidade no sentido aqui adotado da palavra "é localidade de mercado" [...].

As mudanças pelas quais passaram as cidades estabeleceram diferenças em cada época histórica em função das formas de vida econômica, social e de poder, e o entendimento de conceitos clássicos se faz importante para uma maior compreensão destas questões, uma vez que cada tempo histórico pelo qual passou a cidade forneceu uma contribuição particular para o desenvolvimento das civilizações. É neste sentido que verificamos que tais diferenças foram capazes de gerar conflitos, lutas e contradições que perduram na contemporaneidade.
Nessa esteira desse pensamento, Castells (1984) lembra que a cidade romana, marcada de forma determinante pelo processo de dominação político-administrativa, representava o espaço do poder e do domínio político, que garantia também a passagem e a comercialização da produção alimentar no sentido de mercado. Sua ênfase não era a dinâmica econômica e sim o poder político-administrativo.

> [...] a cidade enquanto centro derivado do consumo e não da produção (...) acumulavam o caráter descrito com as funções comerciais de troca e com os serviços adjacentes a todo o aglomerado, iniciando assim o processo de especialização funcional próprio das sociedades em que a divisão do trabalho progride rapidamente (CASTELLS, 1984: 94)

Para Lefebvre (1991), as cidades ocidentais são constituídas a partir de várias aldeias ou tribos que se estabelecem num determinado espaço físico, sendo que, a partir da necessidade de separação entre a cidade e o campo, dá-se a divisão entre a organização do trabalho baseado nos instrumentos e na habilidade. O autor (1991: 29) destaca que "o campo, ao mesmo tempo realidade prática e representação, vai trazer as imagens da natureza, do ser, do original. A cidade vai trazer as imagens do esforço, da vontade, da subjetividade, da reflexão, sem que estas representações se afastem de atividades reais".
Porém, mesmo fazendo menção a essa divisão do trabalho que surge, conforme destaca o autor, a partir da separação conceitual do campo em relação à cidade, é importante destacar que tanto Lefebvre (1999) quanto Castells (2009) defendem a ideia da insociabilidade do campo/cidade, já que para o surgimento da segunda se fez necessário à geração do excedente de produção proveniente da primeira, o campo. Dessa forma, verificamos, a partir de Lefebvre (1999: 111) que a cidade está integrada num processo dialético na qual "constrói, destaca, liberta a essência das relações sociais: a existência reciproca e a manifestação das diferenças procedentes dos conflitos, ou levando aos conflitos".
Para melhor esclarecer a perspectiva do autor, acreditar na total dependência das cidades e da urbanização ao processo de industrialização é ter como foco da discussão um deslocamento da problemática, na qual não somente deve ser considerado o fato das cidades precederem o fenômeno industrial, como também às especificidades da organização social estruturada no sentido do sistema e das relações de produção. Ou seja, entender a cidade como reflexo das relações sociais predominantes em determinados tempos históricos, e o processo de urbanização associado às especificidades que marcavam a organização dos centros urbanos.
A vinculação da cidade com as demais estruturas da sociedade fica demonstrada, sendo as articulações urbanas diretamente articuladas à estrutura sociopolítica e econômica que determina as relações sociais da cidade. Tais relações sofreram grandes transformações no modo de ser e de viver nos distintos tempos históricos, na trajetória do processo de evolução e de mudanças nas sociedades. Cada tempo traz novos conteúdos nas cidades, novas estruturas sociais, novos elementos dinâmicos e novas contradições no interior da reprodução social (MUNFORD, 2004).

No traçado histórico das sociedades ocidentais, a cidade medieval se estrutura em uma dinâmica no sentido contrário aquele que conduz a urbanização, volta-se para sua região e, durante um tempo de longa duração, vai prevalecer um isolamento que promove uma estagnação espacial e rompe com o dinamismo urbano.[4] A estruturação do sistema produtivo feudal criou e fortaleceu as condições necessárias à reprodução da economia agrária com novos grupos sociais organizados em função de um novo sistema de articulação socioeconômica. Esvaziou o urbano e a função econômica e política das cidades, ganhando expressão maior a hegemonia da cultura cristã, sua prática e suas representações. O caráter agrário da sociedade vai modificar as características urbanas da Europa e, nesta "[...] sociedade rural, que forma a base da organização política feudal, as cidades têm um lugar marginal: não funcionam mais como centros administrativos, e em mínima parte como centros de produção e de troca" (BENEVOLO, 1999: 252).

O movimento que vai dinamizar o renascimento das cidades e originar outras é a retomada do comércio e a produção artesanal, principalmente a partir do século XI. A cidade recupera sua característica de mercado e a renovação do fenômeno urbano se dá pelo viés das atividades mercantis. A cidade desponta como um lugar de liberdade em meio ao mundo rural, do qual ela ainda depende para a reprodução das atividades comerciais que se expandem nas feiras, simbolizando o mercado. Le Goff (1998) reforça este caráter quando ressalta que a cidade, além de um aglomerado, é um centro econômico e o coração é o mercado. O comércio, aliado ao oficio artesanal, restabeleceu o sentido das cidades, em que a mentalidade predominante é a mercantil. Aí se situam as bases da cidade mercantil moderna, com caráter distinto do campo que se fortalece com a expansão comercial regional e inter-regional, incorporando as mudanças e inovações que foram ocorrendo ao longo do tempo. Neste contexto ressaltamos as intercomunicações entre as cidades em uma rede urbana que já expressava princípios de uma divisão interurbana de trabalho, possibilitada pela comunicação viária, fluvial e marítima, que se expandia ao lado das relações comerciais e bancárias que tomavam vulto no sentido das novas dimensões do mercado. A infraestrutura e as novas relações mercantis se consolidaram apoiadas no poder centralizador do Estado Moderno (LEFEBVRE, 1991).

Entendemos que as mudanças politicas e ideológicas que permearam a sociedade moderna tiveram, no conjunto do movimento renascentista, enquanto um fenômeno urbano (RISÉRIO, 2012), ou seja, renascimento comercial, urbano e cultural e na criação dos Estados Nacionais, um impulso que favoreceu o desenvolvimento das cidades e da urbanização em uma organização mais livre, relevando os valores burgueses que ascendiam em uma nova mentalidade diversa aquela que predominava em tempos anteriores. Esse movimento caracteriza um fenômeno urbano, no qual a cidade agrega uma representação maior como lugar do mercado, da riqueza, da arte e da cultura. É um tempo no qual identificamos com maior clareza o pensamento de Weber (1999: 427) "O ar da cidade faz livre", no sentido da cidade ter possibilitado condições de liberdade individual e coletiva, com maior mobilidade, abrindo espaço para atividades distintas, novas relações sociais e novas concepções de mundo.

As cidades europeias modernas expressavam as mudanças estruturais que estavam ocorrendo na sociedade ocidental como um meio que viabilizava e dava sustentação às transformações, na medida em que se constituíam em ponto de concentração populacional, do trabalho, da circulação de mercadorias, do consumo, da prosperidade burguesa e do poder. As particularidades destes segmentos no conjunto das mudanças que se processavam, vão promover também a difusão de um conjunto de novos valores, atitudes e comportamentos que fortalecem o sentido do urbano alicerçando as bases da nova cidade, a cidade industrial capitalista (CASTELLS, 1984). A partir do final do século XVIII e, principalmente do inicio do século XIX, a indústria reorganiza a paisagem urbana, consolidando os novos paradigmas da urbanização contemporânea. No contexto destas questões, ressaltamos o pensamento de Castells (1984: 95) que historicamente sinaliza que: "O essencial é por mais uma vez em relevo o papel da cidade, papel que muda, enquanto expressão espacial de novas formas de relações sociais".

Na contextualização sócio-histórica, assim como Castells (2009), Rolnik (2004) e Baptista (1999) também nos levam a compreensão da redefinição da cidade no contexto urbano industrial, como uma nova dinâmica e uma

---

4 Sobre a cidade medieval veja: MUMFORT, Lewis. A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 2004. BENEVOLO, Leonardo. História da cidade. São Paulo: Perspectiva, 1999.

nova estrutura social, assumindo uma também nova estrutura de poder. E, ainda que vinculem o crescimento urbano ao impacto da industrialização, fica a compreensão de que as transformações surgidas a partir de tal fenômeno não proporcionaram o equilíbrio, o sentimento de tranquilidade, mas sim, ao contrário, o desenvolvimento industrial trouxe consigo uma inquietude constante, um conflito permanente ao qual contribuiu para o processo de expansão urbana.

Em relação às cidades capitalistas e suas estruturas econômicas, é preciso fazer menção aos meios de consumo e aos meios de circulação material, sendo que estes últimos não podem especificá-la, fazendo-se necessária uma determinação do vínculo que liga esses diferentes modos de socialização, não somente da demanda, como também o da circulação com o espaço. Com esse apontamento, Lojkine (1981: 123) discorre:

> A aglomeração dos meios de produção e de troca não é característica específica da cidade capitalista na medida em que o burgo medieval já reunia – em escala mais restrita, é claro – atividades produtoras e mercantis. O que, a nosso ver, vai caracterizar duplamente a cidade capitalista é, de um lado, a crescente concentração dos "meios de consumo coletivos" que vão criar pouco a pouco um modo de vida, novas necessidades sociais – chegou-se a falar de uma "civilização urbana" -; de outro, o modo de aglomeração específica do conjunto dos meios de reprodução (do capital e da força de trabalho) que se vai tornar, por si mesmo, condição sempre mais determinante do desenvolvimento econômico.

Nesse momento, destacamos que o autor verifica a importância dos instrumentos de produção nas transformações ocorridas na cidade capitalista, sendo este um forte elemento para a aglomeração urbana, que, consequentemente, faz-se indispensável à urbanização, para as condições gerais de produção de bens e serviços.

^E quando se trata de fatores de produção, imprescindível se faz destacar que para a produção de bens e serviços, a mão de obra se fez instrumento mais importante, sendo este fundamental na perspectiva de expansão da cidade. O homem, também grande responsável pelas mudanças do espaço urbano, sendo estas geradas pelo comércio, pela necessidade de infraestrutura como as cidades brasileiras no início do século XX, assim como pelo surgimento da indústria, constituiu elemento inerente ao fenômeno urbano.

^É sabido, como lembra Lefebvre (1999), que as cidades preexistiam ao processo de desenvolvimento industrial, mas é também destacado pelo mesmo autor, que os grandes problemas se originaram a partir de tal marco.

A formação das cidades sempre constituiu um tema de muitas análises e controvérsias desenvolvidas por pensadores que desafiaram a difícil tarefa de se debruçar sobre a discussão em relação à constituição do espaço territorial e de suas vicissitudes. Assim, não é possível a determinação de uma noção exclusivista sobre os principais elementos que constituíram a formação e a transformação das cidades em todos os tempos. Mas sim, utilizar dessas valorosas contribuições desenvolvidas pelos pesquisadores para construir conceitos que permitam reconhecer novos instrumentos pertinentes à cidade e a seus respectivos fenômenos.

2 A cidade e a modernização

Quando procuramos compreender as cidades e os problemas nos quais elas estão inseridas, buscamos verificar os fenômenos sofridos pelo espaço urbano e, consequentemente, pelo urbano. Neste caminho, nos deparamos com um amplo universo que envolve o processo dinamizador de tais fenômenos, num movimento no qual se inserem e se entrelaçam as relações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e culturais.

É no sentido de percorrer a naturalidade com que os antagonismos se fazem figuras marcantes e presentes nos momentos e nos processos junto os quais a cidade está inserida, que lançamos um olhar sobre a relação industrialização/urbanização que para Lefebvre (1999: 9) são "[...] fenômenos ao mesmo tempo inseparáveis e conflitantes". O autor declara que, historicamente, sempre se fizeram presentes os choques entre a realidade urbana e a industrial, cuja complexidade ao longo do tempo revelou-se cada vez mais difícil de ser apreendida.

As formas tomadas pela cidade nos processos de transformações sofridas devem considerar aspectos como os interesses das classes sociais, a divisão social do trabalho, o nível de desenvolvimento cultural da sociedade, a capacidade econômica da região e sua significação, além dos objetivos políticos do Estado. Nesse sentido Pechman (1991:128) diz que:

> [...] a reconstrução da história do debate sobre a cidade entre o fim do século XVIII e início do século XIX possibilita a verificação do processo de construção das categorias urbanas, de elaboração da cidade como objeto da questão social e também da construção de novos sujeitos históricos totalmente vinculados à cidade a uma realidade urbana.

O modelo de industrialização introduzido nas cidades refletiu o novo modo e a nova forma de ser do urbano, não sendo responsável pela sua origem, mas sim a causa pela sua mudança. Existe a necessidade de criar uma relação histórica entre o espaço e a sociedade, permitindo que as novas formas assumidas pelo espaço territorial correspondam a uma nova forma de ser e de viver do urbano, sendo que nessa sociedade se desenvolve e é desenvolvida a estrutura na qual se dá o fenômeno urbano.

Nos tempos modernos a Revolução Industrial propiciou às cidades uma nova função. O processo de industrialização é considerado um poderoso determinante da urbanização, no sentido de que é responsável, dentre outros fatores, pela concentração de populações nas cidades, o que de acordo com Luz (2003) determina a implantação de novas estruturas socioeconômicas entre indivíduos, associada a uma nova realidade de organização e estruturação do espaço, influenciada pelas economias de urbanização, assim denominadas porque só podem ser encontradas em áreas urbanas.

É nesse contexto de industrialização e modernização que inserimos o fenômeno da violência urbana, resultado de um processo proveniente da condição de vida e do convívio estabelecido no espaço urbano. Quando discorremos sobre o processo de formação e de mudanças ocorridas no espaço urbano, buscamos também uma tentativa de compreender o fenômeno social de transgressão e ou de agressão, estimulado por um sistema social que não proporciona condições básicas de garantia de sobrevivência.

Vários autores abordam a questão da violência como uma realidade presente nas sociedades em tempos históricos distintos e com distintas organizações sociais, em diversas perspectivas. Benevolo (1999) e Mumfort (2004) pontuam esse fenômeno historicamente simbolizado em tensões, que a partir do crescimento da cidade se intensificam e ganham novas configurações, conflitos gerados diante das novas necessidades de sobrevivência na diversidade do meio urbano. Le Goff (1988) traz uma reflexão sobre a cidade medieval, visualizando a questão da violência, retratando as cidades, que atrás de suas muralhas se armavam de uma grande força de segurança voltada a proteger e a manter a tranquilidade dos seus habitantes de ataques externos. A necessidade de segurança se constituía em um valor comum na sociedade medieval e [...] "é, sobretudo, uma obsessão urbana, muito consciente e muito viva". (LE GOFF, 1988: 72). Ainda na reflexão do autor, podemos observar que a própria organização da cidade medieval expressava a insegurança que reinava à época.

> A cidade da Idade Média é um espaço fechado. A muralha a define. Penetra-se nelas por portas e nela se caminha por ruas infernais que, felizmente, desembocam em praças paradisíacas. [...] Lugar de cobiça, a cidade aspira à segurança, Seus habitantes fecham suas casas à chave, cuidadosamente, e o roubo é severamente reprimido. Muros e homens armados velam pela cidade (LE GOFF, 1988: 71-72).

No contexto sócio-histórico das cidades são delineadas suas particularidades e suas contradições tanto na prosperidade, na beleza, na cultura, nos valores, no trabalho, no sistema sociopolítico, no poder, nas mudanças e nas desigualdades. É na imbricação da produção e reprodução das contradições que a cidade é o lugar das desigualdades, abrigando com maior intensidade a insegurança e a violência, que traçam novos contornos e se intensificam de acordo com as mutações que ocorrem em determinados contextos históricos.

No entendimento histórico esboçado na longa duração, as transformações estruturais que ocorreram na sociedade ocidental, esboçadas no decorrer dos movimentos que marcaram a transição do feudalismo para o

capitalismo, redesenharam um novo ideário de vida urbana e de renovação nas relações sociais. Essas transformações no âmbito da sociedade urbana moderna tomaram vulto em novas perspectivas sociais, econômicas e políticas, aprofundando as contradições e os conflitos na lógica da modernidade e no âmbito de um novo paradigma sociocultural, como elos norteadores em direção à cidade industrial capitalista.
Neste contexto, os desafios são outros, as funções da cidade, os princípios de civilidade e de urbanização vão consolidar um novo perfil urbano nas cidades. Ao mesmo tempo, na sociedade industrial capitalista as contradições se intensificam, coroando a cidade como o espaço maior dos conflitos, marcando um distanciamento entre o ideário de civilidade e a violência nas relações cotidianas.
É no sentido das transformações sofridas pelas cidades que as relações sociais se tornam mais complexas, multiplicando-se e se intensificando através das próprias contradições urbanas, onde de acordo com Lefebvre (1991: 79):

> [...] ao mesmo tempo, lugar de encontros, convergências das comunicações e das informações, o urbano se torna aquilo que ele sempre foi, lugar do desejo, do desequilíbrio permanente, sede da dissolução, das normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível.

Nessa ótica, o autor analisa o urbano como elemento inerente ao conflito, concebido em sua dualidade e nas suas contradições. Analisar a cidade em sua metamorfose constante é também pensar nos fenômenos que se sobrepõem ao urbano, porém em sua inquietude constante, provocando o novo, traçando novos limites, construindo e reconstruindo novas estruturas de poder e de dominação.
É assim que verificamos como característica natural da cidade as divergências e as contradições existentes, tornando-se palco de lutas constantes em torno do modo de ser e de viver do citadino.
É a partir desse momento que destacamos tais diferenças e contradições como elemento produzido e inerente ao espaço urbano, utilizando como modelo para análise o Brasil. A partir do processo de modernização implementado nas principais cidades brasileiras percebemos a intensificação das tensões em suas diversas modalidades aliadas à acentuada e permanente diferenciação social entre os indivíduos. Os contrastes de origem social, econômica e cultural, expressam os problemas relacionados à violência em suas múltiplas representações e sentidos, no difícil convívio dos citadinos nas cidades, principalmente frente às dificuldades de inserção e permanência no cotidiano urbano.
Neste sentido, pontuamos nossa reflexão referenciando os novos polos que passaram a representar o urbano a partir dos marcos iniciais do século XX, com a relevância da população livre, com a marca de ex-escravo e o difícil convívio sociourbano, em uma sociedade cuja mentalidade predominante ainda era a escravocrata, que reforçava a prática social excludente e segregativa. A urbanização e a modernização redesenhavam o novo perfil socioespacial das cidades, excluindo o indesejável que esbarrava nos propósitos do projeto em direção ao progresso e a civilidade urbana, nos princípios predominantes da época[5].
As cidades, compostas de segmentos sociais distintos e desiguais, refletem de forma permanente os mais variados problemas que ao longo do processo de modernização/urbanização se agravaram, relacionados principalmente aqueles relativos à desigualdade, à pobreza, à segregação e à violência.
O pobre, o ex-escravo e o imigrante pobre representavam o indesejável aos padrões sociais do novo e do moderno, estabelecidos nas cidades. Destacamos Koltai (2000: 24) que lembra que "o estrangeiro surge, então, como a figura ideal para fixar esse objeto não-identificado. Essa é a origem da xenofobia ordinária, em que o outrora se transforma em alhures e o estranho em estrangeiro". Dessa forma verificamos a presença constante nas cidades, a exemplo das brasileiras, de um processo de dominação, estabelecido por padrões compreendidos por "civilizatórios" e consequentemente pelo preço estabelecido no seu entendimento.
As mudanças geradas pelo processo de modernização levaram a muitos conflitos em âmbitos diversos, sejam sociais, econômicos ou políticos. No Brasil, é importante lembrar que referenciando as cidades, a noção hi-

---

5 Sobre este tema veja: REIS FILHO, Nestor Goulart (2000). Urbanização e modernidade: entre o passado e o futuro (1808-1945). In: Mota, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC São Paulo. CHALHOUB, S. Cidade febril**.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

gienista aliada ao ideário da modernização urbana que se desenvolve nas principais cidades a partir do inicio do século XX levou a uma prática que excluía o não adequado em prol daquilo que se acreditava ser o padrão condizente com um modelo que representasse o moderno no país.
Assim, verificamos que as cidades sofreram com tais noções, com destaque para as principais cidades brasileiras, nas quais no ideário da política modernizadora higienista, prevaleceu a expulsão dos moradores pobres dos principais centros econômicos urbanos, com a derrubada das moradias inadequadas e expulsão dos mesmos para áreas periféricas e precárias nas proximidades da cidade. Processo aliado a um sistema de vacinação que deveria proteger as áreas privilegiadas das cidades da classe que representava o perigo e os males da insalubridade e dos contágios dela proveniente (REIS FILHO, 2002).
Dessa forma, várias manifestações, conflitos e perseguições juntos aos menos favorecidos economicamente foram estabelecidas, gerando uma violência praticada principalmente pelo poder público, articulada aos interesses econômicos e sociais estabelecidos na época.
A fragilidade e a ação das Instituições Públicas contribuindo para o mau funcionamento do controle social, político e jurídico aprofundam as desigualdades econômicas e incentivam o surgimento de delitos que se foram ampliando para além da diversidade dos comportamentos criminosos, não apenas ligados a assaltos, assassinatos, tráfico de drogas, mas principalmente o desrespeito à noção de cidadania, já compreendido e aceito como elemento comum à cultura dos países latino-americanos.
A violência praticada no universo urbano brasileiro, seja aquela tradicionalmente colocada em pratica pelos agentes do Estado, principalmente quanto às camadas mais pobres e outras matrizes independente de sua natureza, no âmbito das vulnerabilidades socioespaciais das cidades, ficou compreendida como algo comum, correlacionando pobreza, periferia e violência. Vulnerabilidades, que em sua abrangência percorreram a maior parte do tempo, ao longo do processo de desenvolvimento nacional na contemporaneidade do século XX, sem serem vistas como uma questão social que tomava forma em grandes proporções. Nesta perspectiva o desrespeito às regras de convívio tornam-se práticas inerentes ao cotidiano dos espaços urbanos.

3 A violência no espaço urbano

A partir dos conflitos e das diferenças inerentes à ordem natural das cidades é que destacamos o fenômeno da violência urbana como elemento presente na vida do urbano, assim também como suas origens. Porém, o que torna o tópico instrumento de relevância na discussão em questão é a forma com que tal violência é representada e, principalmente, compreendida.
A forma de crescimento, desenvolvimento e modernização às quais as principais cidades foram submetidas no século XX e que ainda vêm sendo neste inicio do século XXI proporcionadas por um processo de globalização, principalmente da economia, levam a um assustador intercâmbio de culturas, ideias, valores, etnias e representações, que se tornam mais vulneráveis, permitindo uma possibilidade maior de proporcionar manifestações de ódio, de exclusão e de barbárie.
São nos espaços segregados, nos quais o Estado se faz mais ausente, que verificamos a instalação mais comum da prática de crimes, a exemplo do tráfico de drogas e de assassinatos. Isso nos leva a assimilar este fato com a fragilidade do aparato público na oferta de infraestrutura urbana de equipamentos e serviços básicos como iluminação pública, calçamento, transporte, lazer, segurança pública, entre vários outros serviços nessas mesmas áreas.
Não podemos deixar de mencionar que o entendimento conceitual da pobreza, neste nosso artigo, perpassa pela interação das relações sociais que produzem e reproduzem as desigualdades. Neste caso não tratamos da violência associada à pobreza urbana e como consequência desta, situamos a complexidade da violência enquanto fenômeno social.
Pontuamos aqui, essa problemática no universo das cidades como espaço historicamente privilegiado para a representação de conflitos. Misse (2011: 32) aponta como tese equivocada sobre a criminalidade urbana no Brasil, que “a pobreza é a causa da criminalidade, ou do aumento da violência urbana”. O autor entende que a tese faz parte do imaginário de grande parte da sociedade, lembrando, do perigo das teses preconceituosas surgidas como a de “classes perigosas”. Assim, Misse desmonta o discurso utilizado pelas Instituições Públicas

a exemplo do sistema policial e judicial que denomina de hipócritas, e que tem como prática prender pobres, enquanto que criminosos que não se enquadram nesse perfil social são deixados de "fora" (MISSE, 2011).
A violência incorporada ao cotidiano das cidades se situa na própria dinâmica das relações sociais que tomam forma e se desenvolvem no espaço urbano, num processo de desenvolvimento desigual em contraste com os princípios norteadores da noção de "[...] equidade social como pré-requisito para ampliação da função social própria da cidade [...] como parte do conceito de justiça social [...]" (LIMA, 2004: 01). As mudanças que percorrem os processos de crescimento das cidades, da urbanização e das configurações socioeconômicas contribuíram para a concentração de grandes aglomerados nas cidades brasileiras, que em um curto espaço de tempo, principalmente a partir das últimas décadas do século XX, avolumaram-se de forma acelerada num amplo processo de expansão nas e das periferias urbanas.
Este processo colaborou para uma maior expressão e visibilidade dos conflitos e da violência na diversidade de suas representações e modalidades no universo do crime. No entendimento de nosso debate Belluzo & Carvalho (2007: 36) referenciam que:

> O caráter de ameaça representado pela violência e o de problema social, pela pobreza, ainda que em medida diversa e específica, os fazem temas de constante preocupação para a formulação das ações públicas. [...] Tanto no caso da violência quanto da pobreza, entende-se que cada sociedade estaria às voltas com sua própria violência e pobreza, segundo seus próprios critérios e tratando seus problemas com maior ou menor êxito, sem, no entanto, desconsiderar premissas teóricas que ampliam a compreensão desses fenômenos.

Várias causas devem ser destacadas como elementos geradores da violência urbana, dentre elas, consideramos os novos paradigmas socioculturais predominantes na sociedade desde o final do século XX, desde as mudanças nas relações familiares aos novos padrões de sociabilidade urbana, de consumo e de valores. As mudanças no modo de ser e de viver do citadino, nos novos formatos de organização familiar, na normalização das relações de gêneros, na intensa participação da mulher cada vez maior no mercado de trabalho em conjunto aos novos valores e ideologias sociais, refletem numa explosão de formas de expressar a convivência e a aceitação de tais transformações.
Nesse momento, fazemos uso de um entendimento de Roudinesco (2003: 98) que destaca:

> Finalmente, para os pessimistas que pensam que a civilização corre o risco de ser engolida por clones, bárbaros bissexuais ou delinquentes da periferia, concebidos por pais desvairados e mães errantes, observamos que essas desordens não são novas–mesmo que se manifestem de forma inédita [...].

Assim, a autora destaca a naturalidade das desordens, mesmo quando novas, inéditas, sendo tais elementos comuns em todos os tempos, dentro de um contexto próprio da época, sem anacronismos. Porém, a violência urbana resulta da falta de planejamento e estrutura para que o convívio com tais processos geradores de desordem possam ser assimilados e reordenados.
Seria esta, talvez, a condição para tornar o convívio social no espaço urbano um processo denominado em alguns momentos como "civilizado", ou não degradante. Não é a prática da segregação social, ou da ação controladora e punitiva dos agentes públicos junto à classe social menos abastarda que vai inibir o problema, e sim colocar em prática uma política de desenvolvimento aliada a ações públicas na condição de assegurar os direitos básicos que condizem com a noção de cidadania.
Não é a omissão o isolacionismo mediante a uma reflexão crítica sobre o mundo, que nos torna mais ou menos "civilizados", afinal, conforme Todorov (2010: 46), "ter uma cultura é uma condição necessária para o processo de civilização: sem um mínimo de domínio de determinado código cultural, o indivíduo é condenado ao isolamento e ao silêncio, portanto, à ruptura com o resto da humanidade". O entendimento de superioridade de uma determinada "cultura" ou de uma "condição" em relação a outras é que nos aproxima de um processo de ignorância, selvageria e exclusão.

A violência que eclode como fenômeno urbano, inscrita nas formas de comportamento e do convívio na cidade, é resultado também de um processo imposto pela modernização e pela urbanização, que rompe vínculos de sociabilidade, desconsiderando as diferenças e as identidades presentes num mesmo espaço físico urbano.
As diferenças históricas, culturais e econômicas acentuadas em países como o Brasil fazem com que haja uma expansão e até um incentivo a um comportamento criminoso, no qual os delitos, independentes da gravidade ou da forma, tornam-se comuns ao cotidiano e à vida social, tornando-se também banal ao modo de viver do urbano. Segundo Costa (2003: 44) "esta banalização da violência é, talvez, um dos seus aliados mais fortes de sua perpetuação".
As Instituições tornam-se frágeis por partir, delas mesmas, o desrespeito e a violência à noção de cidadania. Um exemplo maior é a ação do Estado, através do aparato policial que insiste em manter a visão da origem de todos os males, no local da pobreza, no pobre e em suas vulnerabilidades. Esse processo é histórico, que se agravou ao longo dos tempos, em que os pobres, principalmente os negros, e as tentativas de convivência cotidiana destas camadas nas cidades eram consideradas os "entraves" para a modernização necessária para o país. Esse entendimento que associa crime à pobreza ainda resiste, e resiste principalmente no modo das instituições e de seus órgãos de reprodução de ideologias tratarem o problema da violência. Sobre esse assunto, Misse (2011: 34) apresenta várias críticas sobre tal associação e destaca que apesar do crime não ser um privilégio de classe, ele é efetivamente associado às condições de vida, sociabilidade e habitação de segmentos "marginalizados das principais cidades brasileiras, que a sociedade verifica como fonte principal de geração da violência atualmente existente".
A violência que toma forma nas favelas, subúrbios e periferias não é a mesma que ocorre nas áreas nobres dos principais centros urbanos do país, porém provém da mesma incapacidade do Estado em seu enfrentamento e nas tentativas de conter sua prática.
Entendemos que tal incapacidade, apesar do discurso das políticas públicas de segurança relativas à preocupação com a gravidade da situação de violência, reforça um quadro conveniente para a manutenção de um processo de criminalização que interessa a vários agentes envolvidos com as múltiplas matrizes do crime. Na pratica, o enfrentamento e o combate à violência, retoma as velhas práticas, ineficientes e arcaicas desconsiderando e ou ignorando a violência urbana que, no auge de suas potencialidades, estabeleceu nas cidades um tempo de total insegurança, incertezas e descrença nos princípios de civilidade.

Considerações finais

Com um olhar voltado para uma compreensão mais abrangente das cidades em seu traçado histórico, observamos, em nosso estudo, que os processos de transformação da sociedade nos remetem a uma reflexão na qual consideramos os fenômenos produzidos e reproduzidos no espaço urbano, na amplitude das suas representações, interpretações históricas e significados conceituais. A cidade, espelho de mutações sociais, econômicas, políticas e culturais, destrói, constrói e reconstrói modelos e paradigmas urbanos num traçado complexo, atendendo as novas necessidade e exigências da sociedade no contexto da diversidade urbana. A cidade enquanto fenômeno social, com uma dinâmica socioeconômica e cultural contínua, permanente e em constante mutação num mundo urbano de contradições e conflitos, abraçou a modernidade e as mudanças dela provenientes consolidando novas relações sociais, novos comportamentos e novas mentalidades.
A racionalização da vida social moderna e a consolidação da sociedade contemporânea capitalista trouxeram novos desafios para as cidades, onde os reflexos das mudanças promoveram, não somente a concentração de poder e riqueza, mas também outros fatores que, aliados ao "fenômeno, urbano", vislumbraram as formas de viver e conviver nas cidades.
No contexto da problemática urbana, abordamos questão da violência como um fenômeno que não pode ser associada simplesmente a um modelo de modernização implementado nas cidades, mas como um fenômeno complexo que pode ser abordado em uma pluralidade de interpretações, em diversas representações e perspectivas em contextos históricos distintos. Independente da época, é nas cidades que o conflito e a diferença sempre se fazem presentes, já que é este o espaço de desmistificação da sobreposição de classes e etnias sobre outras, porém, podendo também ser o local do fortalecimento de tais distinções.
Entendemos a violência urbana como um fenômeno que se inscreve no processo de crescimento, mudanças, modernização e urbanização das cidades, num amplo leque de significados no contexto socioeconômico e

político das cidades. No Brasil essas questões são marcantes na sociedade e as cidades refletem as tensões sociourbanas que se expressam na violência e assombram o cotidiano urbano. Processo que se agrava também como resultado de uma ineficaz ação do Estado na promoção de condições dignas de convívio no espaço urbano, levando a uma melhor relação social.

Dessa forma, a violência urbana torna-se comum ao modo de ser e de viver do urbano e transforma as cidades em palco constante de práticas violentas que nos remetem a um passado que está perpetuado em nossa cultura de dominação, a desigualdade, a estratificação social e a segregação. A violência urbana contínua e banalizada produz insegurança, desproteção e fragilidade na sociedade que, diante do seu processo de reprodução, fecha-se no medo e na descredibilidade da lei.

Referências bibliográficas

BAPTISTA, L. (1999), *A cidade e habitação social*. O Estado Novo e o programa das casas econômicas em Lisboa. Lisboa: Celta.

BELLUZZO, L. & CARVALHO, S. N. de. (2007), *Violência e pobreza como temas para a produção de estatísticas públicas: desafios à reflexão teórico-metodológica*. São Paulo em Perspectiva, pp. 29-38, jul./dez. Disponível em www.produtos.seade.gov.br. Acesso em 03 de novembro de 2014.

BENEVOLO, L. (1999), *História das cidades*. 3ª. ed. São Paulo: Perspectiva.

CASTELLS, M. (1984), *Problemas de investigação em sociologia urbana*. Lisboa: Presença.

CASTELLS, M. (2009), *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CHALHOUB, S. (1996), *Cidade febril***.** São Paulo: Companhia das Letras.

COSTA FREIRE, Jurandir. (2003), *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal.

HALL, S. (2003), *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A.

LE GOFF, J. (1988), *Por amor às cidades. Conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: UNESP.

_____. (1998), *O Homem Medieval.* Lisboa: Estampa.

KOLTAI, C. (2000), *Política e Psicanálise*. O Estrangeiro. São Paulo: Escuta.

LEFEBVRE, H. (1991), *O direito à cidade.* São Paulo: Moraes.

LEFEBVRE, H. (1999), *A revolução urbana.* Belo Horizonte: Editora UFMG.

LOJKINE, J. (1981), *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes.

LUZ, A. B. (2003), "O urbano-rural". *Revista Conjuntura & Planejamento***.** Salvador: SEI, mar. 2003. Disponível em www.unirb.edu.br. Acesso em 08 de agosto de 2014.

MISSE, M. (2011), *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo.* Rio de Janeiro: Lumen Juris.

MUMFORT, L. (2004), *A cidade na história:* suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes.

RISÉRIO, A. (2012), *A cidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora 34.

ROLNIK, R. (2004), *O que é cidade?* São Paulo: Brasiliense.

ROUDINESCO, E. (2003), *A Família em Desordem***.** Rio de Janeiro: Zahar.

PECHMAN, R. M. (1991), "A Invenção do Urbano**".** Descaminhos da modernização. In: *Brasil, Territórios da Desigualdade*. Rio de janeiro: Zahar.

TODOROV, T. (2010), *O Medo dos Bárbaros*: para além do choque das civilizações. Rio de Janeiro: Vozes.

WEBER, M. (1999), *Economia e sociedade:* fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: DF, v.2, Ed. da UnB.

Patrimônio Cultural e Juventudes na Cidade de Deus

Ana Paula de Moura Varanda[1]

Resumo: Neste estudo abordamos as relações entre juventudes - percebidas enquanto uma categoria social atravessada por uma diversidade de dimensões (gênero, pertencimento territorial, etnia, orientação sexual) - e aspectos dos modos de vida e da produção social do espaço urbano presentes na Cidade de Deus, uma favela localizada na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro, Brasil.

Buscamos refletir sobre a pertinência da aplicação do conceito de patrimônio cultural na valorização das diferentes formas de expressões manifestadas nas atividades de trabalho, festividades, lazer, religiosidades, organizações associativas e, mais recentemente, no fortalecimento de estratégias de trocas e consumo possibilitados pela adoção de uma moeda social de circulação local.

Ao utilizarmos o conceito de patrimônio cultulral levamos em consideração sua eficácia simbólica na legitimação de representações sociais, que podem contribuir no reconhecimento de direitos e na construção da cidadania de grupos sociais. Em geral, as políticas de proteção e produção do patrimônio cultural encontram-se fortemente influenciadas por valores políticos e estéticos definidos pelas classes dominantes. Considerando que a elevação de um bem cultural à categoria de patrimônio é, fundamentalmente, uma questão de atribuição de valores e de sentidos, desigualdades sociais, diferenças culturais, diversidade e conflito representam dimensões que deveriam estar presentes nestas decisões.

Palavras-chave: patrimônio cultural, juventudes, diversidade cultural e econômica, esfera pública

Introdução

Neste estudo abordamos as relações entre juventudes - percebidas enquanto uma categoria social atravessada por uma diversidade de dimensões (gênero, pertencimento territorial, etnia, orientação sexual) - e aspectos dos modos de vida e da produção social do espaço urbano presentes na Cidade de Deus, uma favela localizada na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro, Brasil.

Buscamos refletir sobre a pertinência da aplicação do conceito de patrimônio cultural na valorização das diferentes formas de expressão cultural manifestadas nas atividades de trabalho, festividades, lazer, religiosidades, organizações associativas e, mais recentemente, no fortalecimento de estratégias de trocas e consumo possibilitados pela adoção de uma moeda social de circulação local.

Tais elementos revelam uma riqueza de práticas socias que, muitas vezes, resistem e podem vir a apresentar um viés cultural emancipatório na criação de alternativas socioeconômicas, inscritas em processos de formação identitária e de produção do espaço urbano por moradores de áreas periféricas.

Ao utilizarmos o conceito de patrimônio cultulral levamos em consideração sua eficácia simbólica na legitimação de representações sociais, que podem contribuir no reconhecimento de direitos e na construção da cidadania de grupos sociais. Em geral, as políticas de proteção e produção do patrimônio cultural encontram-se fortemente influenciadas por valores políticos e estéticos definidos pelas classes dominantes. Considerando que a elevação de um bem cultural à categoria de patrimônio é, fundamentalmente, uma questão de atribuição de valores e de sentidos, desigualdades sociais, diferenças culturais, diversidade e conflito representam dimensões que deveriam estar presentes nestas decisões.

---

1 Doutoranda em estágio sanduíche no CES. Possui graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). Atualmente, cursa o doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), onde integra o coletivo "Outras Economias", vinculado ao Laboratório de Estudos sobre Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO), e o Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanas (NEURB). Vem atuando em temas relativos à economia popular, avaliação de políticas públicas, representações culturais, ativismos e movimentos sociais. varanda.anapaula@gmail.com

As reflexões apresentadas neste artigo sustentam-se em elementos de ordem metodológica e conceitual que emergem de atividades de pesquisa, e de assessorias realizadas pela autora, junto à uma organização comunitária localizada na Cidade de Deus, o CECFA[2]. As observações decorrem, sobretudo, da execução de um projeto voltado à valorização de bens culturais, desenvolvido pela entidade ao longo do ano de 2014.
Nesta experiência buscamos compreender como estes aspectos, relativos aos modos de vida e às representações culturais dos moradores, são assimilados e apropriados pelos (as) jovens, a partir da manifestação de diferentes linguagens e de experiências estéticas, e de práticas de inserção econômica no local.

1 – A Cidade de Deus no imaginário social e nas representações culturais das suas juventudes

A Cidade de Deus compreende uma comunidade popular, originada de processos de remoção realizados a partir de 1960, durante a gestão do Governador Carlos Lacerda. Sua ocupação inicial foi realizada por moradores oriundos de 23 favelas localizadas, sobretudo, na Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro, expulsos em função da enorme valorização imobiliária presenciada nestes locais. Projetada, inicialmente, na forma de um conjunto habitacional, para abrigar estas famílias, a Cidade de Deus foi progressivamente recebendo pessoas de diversas áreas da Cidade do Rio de Janeiro: desabrigados por enchentes, moradores de zonas de risco e famílias de baixa renda, cuja única alternativa era a ocupação de locais mais afastados, menos valorizados e sem infraestrutura adequada.
Assim como pode ser constatado em outras favelas do Rio de Janeiro, desde o início de sua ocupação, os moradores da Cidade de Deus demonstram grande criatividade e organização coletiva para lidar com o abandono do poder público em relação à disponibilização de serviços básicos; estratégias para a geração de trabalho e renda e consumo local; lazer e produção cultural. Ao longo dos anos foram criadas formas específicas de regulação, e de produção social deste espaço, que podem ser observadas na estética das suas construções; nas trajetórias e nas formas de inovação social atribuídas às suas organizações comunitárias; nas diferentes linguagens e performances de coletivos protagonizados, sobretudo, por suas juventudes, nas áreas de teatro, dança, artes plásticas e produção audiovisual
A partir dos anos 80 a Cidade de Deus enfrenta uma forte territorialização do tráfico de drogas, tendo sua imagem nos meios de comunicação de massa vinculada à violência e ao crime organizado. Além destes aspectos, a favela também é associada à precariedade das condições de vida de seus moradores, sendo retratada como uma área que apresenta grande adensamento e crescimento habitacional desordenado, sem investimentos do poder público em saneamento e fornecimento de serviços básicos.
O lançamento do filme "Cidade de Deus" é percebido pelos moradores como um "divisor de águas" na configuração das prinicpais organizações comunitárias atuantes no local. O filme, lançado em 2002, tornou a Cidade de Deus conhecida em vários países do mundo, apresentando a trajetória e os conflitos envolvendo os principais agentes do crime organizado instalados na comunidade. Para os moradores, o filme aumentou o estigma sobre a população local, havendo relatos de pessoas que perderam o emprego ou que se sentiram constrangidas em informar seu endereço ao buscarem trabalho fora da comunidade.
Como resposta às consequências dos impactos do filme na projeção de uma imagem de violência e criminalidade associada aos moradores da Cidade de Deus, tem-se início um movimento organizado por instituições comunitárias, em parceria com órgãos públicos e universidades, no sentido de se investir em ações que resultassem na desconstrução deste imaginário.
Esta mobilização resultou na criação, em 2003, do Comitê Comunitário e da Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local, organizações que reúnem instituições e lideranças atuantes na comunidade. O Comitê Comunitário é um espaço mais político de consulta e de definição de propostas para a atuação da Agência, caracterizada enquanto um órgão mais executor de projetos.

---

2 Centro Educacional Criança Futuro e Adolescência é organização comunitária criada e dirigida por moradores da Cidade de Deus, atuante há dezessete anos no local desenvolvendo ações nas áreas de educação infantil e de jovens e adultos, geração de trabalho e renda, teatro e memória. A autora vem desenvolvendo ações junto à entidade desde 2011.

A Cidade de Deus foi reconhecida como bairro em 1998 e, conforme consta do último Censo Demográfico (IBGE,2010), sua população atual é de 36515 habitantes. Este dado, no entanto, não considera nove áreas, classificadas como "aglomerados subnormais[3]" pelo órgão, mas que se apresentam como integradas, do ponto de vista da percepção dos moradores e da trajetória de atuação de suas organizações comunitárias, aos territórios que compõem a Cidade de Deus. Desta forma, sua população pode ser estimada em 45.000 habitantes.

É preciso destacar que tal classificação tem contribuído para reforçar uma visão dual sobre a urbanização das cidades brasileiras, onde são enfatizadas associações entre ilegalidade, informalidade e irregularidade na produção social do espaço das favelas e periferias[4]. Em geral, tais elementos são percebidos como definidores destes espaços, tendo por referência as normas do direito urbanístico, não sendo dada a mesma ênfase à complexidade de fatores de natureza econômica, político-institucional e cultural envolvidos no acesso à habitação, à geração de trabalho e renda, ao uso dos espaços públicos, às representações e conhecimentos que se traduzem em experiências urbanas diferenciadas no país.

Em contraposição às visões hegemônicas, que tendem à associar favelas e periferias a elementos de desordem na ocupação do espaço urbano, nos concentramos na abordagem de representações culturais, ressaltadas pelas juventudes da Cidade de Deus, que demonstram aspectos relativos à formação identitária dos moradores, às dimensões simbólicas e afetivas que caracterizam o espaço vivido (Lefebvre, 2008).

Partindo de um olhar sobre referências culturais compartilhadas pelos(as) jovens, nos propomos a realizar um levantamento de bens culturais, que na percepção destes, representariam aspectos relevantes da vida coletiva na Cidade de Deus.

Conforme aponta ampla bibliografia sobre o tema, a noção de juventude representa uma construção social, e não uma categoria estabelecida por critérios biológicos (Bourdieu, 1983). Nesta construção, assumem importância fatores que decorrem da sua vinculação a classes sociais, gênero, etnia e pertencimento territorial, que conferem experiências, aspirações e possibilidades de realização profissional e educacional distintas. A interceção destes fatores resulta em situações de desigualdades, mas também na percepção de diferentes culturas juvenis. Diante deste quadro, tem sido comum a utilização do termo juventudes, tanto em pesquisas quanto em orientações expressas em programas e ações voltados ao/as jovens no país.

Nos processos de institucionalização das políticas voltadas às juventudes no Brasil, além de orientações no sentido de compreendê-las a partir de suas inserções em contextos sociais mais amplos, tem sido adotado como critério a faixa etária que se estende dos 15 aos 29 anos[5]. Neste sentido, para efeito da seleção dos participantes das atividades de levantamento destes bens culturais na Cidade de Deus, levamos em consideração a sua inserção neste grupo etário.

Os (as) jovens respondem por cerca de 26% da população residente na Cidade de Deus (IBGE, 2010), neste grupo populacional é possível identificar experiências e iniciativas voltadas ao reconhecimento de suas especificidades culturais, através da organização de coletivos e da proposição de ações nos espaços públicos da comunidade.

Na abordagem destes aspectos, assume relevância o conceito de cultura e a forma como vem sendo instrumentalizada em contextos de valorização de áreas urbanas. É comum o seu acionamento na definição de elementos de autencidade e de identidade de espaços e grupos populacionais, com o intuito de promover práticas de consumo de lugares, de bens e serviços. Muitas vezes, são introduzidas lógicas de competição entre localidades e cidades, com a caracterização de nichos de mercado para a implementação de atividades associadas ao turismo cultural de massa.

---

3 As favelas são denominadas "aglomerados subnormais" pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), compreendendo: "*o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou; carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública)*". (IBGE,2010:3)

4 Conforme observa Fernandes (2008), ao longo de décadas, parcela significativa da população brasileira tem tido acesso à terra urbana e à moradia através de processos considerados informais pelo Estado. Como consequência, a taxa de informalidade urbana tende a ser muito superior à taxa de crescimento da pobreza (Fernandes, 2008:65).

5 Para isto contribui orientações internacionais, sobretudo, advindas das Assembléias da Unesco sobre o tema

Em contraposição a esta dinâmica, nos baseamos no papel da cultura como fundamento para a configuração de sistemas ou códigos de significação, que dão sentido às nossas ações (Hall, 1997). Assim como propõe Fortuna (2001:426), a cultura tem uma espacialidade social e política própria, que deve ser compreendida para além das estruturas físicas dos lugares e equipamentos, onde se manisfestam expressões artísticas. A cultura também se inscreve em formas mais amplas de comunicação e de ação política relacionadas a contextos e ordenamentos sócioespaciais específicos. Neste segundo aspecto, podemos destacar as dimensões relativas ao consumo, às narrativas presentes em diferentes linguagens e expressões estéticas, aos saberes vinculados às práticas de trabalho e ao uso dos espaços públicos e privados, e às experiências educativas e autogestionárias desenvolvidas por organizações locais na Cidade de Deus.

Neste amplo espectro de representações culturais integradas à vida social, compreendemos que a noção de patrimônio cultural pode desempenhar um papel de destaque nas relações entre cultura e cidade, como um campo de disputa pela afirmação de valores e construção de sentidos relacionados à cidadania de grupos populacionais.

2 – Patrimônio, diversidade cultural e esfera pública

A noção de patrimônio não deve ser confundida com o que reconhecemos como hábitos culturais ou costumes, sua definição requer mecanismos de atribuição de valor que ocorrem no âmbito da esfera pública, possuindo como referenciais, sobretudo, acordos e convenções estabelecidas em encontros internacionais (Arantes, 2009).

A Unesco tem sido, historicamente, a principal referência para o estabelecimento de bases conceituais e normativas para a identificação, registro e preservação do patrimônio cultural. Uma esfera pública mundial para a definição de questões relativas ao patrimônio é criada por influência de acordos e convenções internacionais, coordenadas por este órgão, estabelecendo diretrizes para a formulação de políticas de preservação em diversos países.

No âmbito dos temas abordados neste estudo, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, realizada em 2003; e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2005, representam marcos importantes, sendo as principais referências atuais para a afirmação de discursos que caracterizam as diferenças culturais enquanto valor universal.

No primeiro caso, temos uma ruptura com os paradigmas anteriores de preservação, estabelecendo não apenas a percepção dos bens intangíveis como patrimônio cultural, mas vinculando seu reconhecimento à auto-definição por diferentes grupos sociais.

> *Entende-se por 'patrimônio cultural imaterial' as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável*. (Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, 2003)

É preciso destacar que a experiência brasileira na abordagem destes temas, influenciou a realização desta Convenção. O rompimento com a dicotomia entre patrimônio imaterial e expressões da cultura material já estava presente na política pública adotada pelo Brasil, estabelecida pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000,

voltado ao Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro. [6] A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais ressalta a noção de patrimônio imaterial vinculada ao seu valor referencial para os diversos sujeitos sociais, às dimensões do direito aos seus territórios e aos seus modos de vida, destacando seu papel na proteção à diversidade cultural. De acordo com a Convenção:

> '*Diversidade cultural' refere-se à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades. A diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados.* (Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, 2005)

Com atuação privilegiada na criação e difusão de instrumentos normativos transnacionais para o tratamento de temas relacionados à cultura popular e/ou tradicional, a Unesco também vem exercendo grande influência sobre a configuração das relações entre cultura e economia. São exemplos desta dinâmica os processos contemporâneos de industrialização do simbólico, e de criação de um mercado de bens e serviços associado à valorização das diferenças culturais, com o recurso a elementos de tradição e autenticidade.

As duas Convenções, mencionadas acima, trazem orientações que podem resultar na ampliação dos espaços de participação de povos indígenas, populações tradicionais e camadas populares nos processos de preservação de suas expressões culturais e modos de vida. No entanto, é preciso assinalar que as esferas públicas transnacionais, que orientam a formulação de instrumentos jurídicos e administrativos voltados à preservação e promoção destes bens culturais, encontram-se fortemente influenciadas pela atuação de organizações não governamentais, governos e grupos políticos, pautados por um imaginário estético e econômico elitizados. Este imaginário também está presente nas esferas públicas criadas, em diferentes escalas no país, para a implementação desta política.

Para efeito destas decisões, a esfera pública é compreendida como os espaços criados, por meio de instrumentos e procedimentos institucionais, para a participação da sociedade civil nas decisões do Estado. É preciso situar a trajetória deste conceito, e indicar seus limites na promoção de possibilidades efetivas de grupos populacionais subalternizados exercerem influência sobre assuntos decididos nestes espaços.

Avritzer e Costa (2004) demonstram como a ideia de esfera pública vem sendo marcada pelo pensamento colonial europeu, revelando uma essência burguesa e afirmando uma cultura de elite[7], na busca por um ideal de nação. Partindo de leituras que sugerem complementações e/ou críticas aos modelos formulados a partir da Escola de Frankfurt - sobretudo, com relação às reflexões desenvolvidas por Habermas ao longo dos anos 90 - os autores supacitados analisam as implicações da adoção deste conceito, tendo como como referência os processos de democratização ocorridos nas últimas décadas na América Latina.

Para os autores, nos países da América Latina, os meios de comunicação de massa tendem a execer forte influência, ou até mesmo a substitituir as funções que caberiam à esfera pública, tal como formulada no contexto europeu. Sob a hegemonia da mídia, são criados personagens políticos cuja virtude é a simpatia e a capacidade de agradar grandes auditórios, não de debater e apresentar ideias ou exercer liderança sobre elas. O que está em jogo é a capacidade de agradar aos seus promotores. (Avritzer e Costa, 2004: 718)

---

6 Tal decreto regulamenta artigos da Constituição Brasileira, que também já reconhecia a natureza imaterial dos bens culturais.

7 O conceito de esfera pública surge na modernidade a partir do processo de constituição dos Estados-nação europeus, sendo objeto de discursos que enfatizavam a criação de uma identidade cultural comum, e uma ação performática para a atualização e reinterpretação de símbolos, que traduziriam um ideal de nação ser buscado. (Avritzer e Costa, 2004)

Portanto, na adequação deste conceito à realidade destes países torna-se necessário a problematização sobre as assimetrias de poder existentes entre grupos sociais, que implicam em mecanismos de seleção prévia de atores a serem ouvidos e dos temas a serem tratados como de interesse público.
Fraser (1990) e Gilroy (1994) demonstram como, nestes contextos, grupos etnicos, mulheres e camadas sociais que sofrem intensa discriminação, como é o caso da juventude negra das favelas, tendem a ser excluídos da esfera pública, ou ocuparem nela um lugar subordinado. Para os autores, é preciso se colocar em questão um conjunto de representações sociais e de visões de mundo, presentes no processo histórico de construção dos espaços de legitimação da política moderna, que tem como referência o homem branco europeu.
Desta forma, nas diferentes instâncias de decisão sobre a concessão de títulos de patrimônio cultural a bens tangíveis e intangíveis, ainda que possamos observar a presença de representantes de grupos subalternizados, percebe-se a necessidade de investimentos no sentido de ampliar-las e transformá-las simbólica e culturalmente, permitindo que identidades invisibilizadas possam, efetivamente, execer influência nestas esferas.

3 – Bens culturais da Cidade de Deus: diversidade cultural e econômica na produção social do espaço da favela.

Ao propormos às juventudes da Cidade de Deus a realização de um inventário participativo[8] de bens culturais, tínhamos como intenção não apenas a elaboração de um mapeamento de expressões culturais da comunidade, mas o convite a um exercício de reflexão coletiva sobre a atribuição de valores e a construção de sentidos sobre aspectos da vida social dos seus moradores. A partir deste trabalho de identificação coletiva de referências culturais da comunidade, em um segundo momento, foram produzidas informações e realizadas pesquisas junto a organizações comunitárias e visitas à lideranças e moradores mais antigos da Cidade de Deus.
A realização do inventário levou em consideração as categorias utilizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)[9], para classificar os diversos bens culturais de natureza no país: Lugares, Objetos, Celebrações, Formas de Expressão, Modos de Fazer e Saberes.
Os resultados deste trabalho de pesquisa, conduzido pelos (as) jovens, revelam uma riqueza de práticas culturais criadas e compartilhadas pelos moradores, que em muitas situações, encontram-se ameaçadas, em função de intervenções do poder público voltadas à normatização do uso de espaços públicos e privados nas favelas, o que inclui o estabelecimento de rotinas para o funcionamento de estabelecimentos comerciais e a realização de festas e atividades culturais. Tais medidas ocorrem no âmbito do processo de "pacificação" implementado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, com a instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora[10].
Em geral, os bens inventariados pelo grupo apresentam forte correlação com a experiência cultural negra de produção e vivência no espaço da favela. Coletivos de jovens - criados em torno de formas de expressão como o Hip Hop, o Break/Passinhos, a Capoeira, o Charme, o Funk e o Teatro, por exemplo - podem nos trazer aproximações com as leituras de Gilroy (1994) e Avritzer e Costa (2004) sobre a caracterização dos *diasporic*

---

8 De acordo com Querol, o inventário participativo pode ser "*definido como a intervenção de pessoas e comunidades na identificação e na documentação dos seus recursos culturais, o que envolve o seu reconhecimento como elementos de identidade local e pessoal, isto é, como património cultural*." (Querol, 2013:17)

9 O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma autarquia do Ministério da Cultura responsável pelo patrimônio cultural imaterial no Brasil.

10 As Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) podem ser definidas como bases da polícia militar, instaladas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, a partir de 2008, em áreas de forte territorialização do tráfico de drogas e/ou de milicianos (grupos armados, envolvendo militares ou paramilitares que cobram taxas de moradores e comerciantes em troca de segurança, e controlam o fornecimento de serviços de forma clandestina, tais como: a distribuição de gás, meios de transportes, tv à cabo e outros).
Há um grande número de denúncias de violações aos direitos humanos, praticadas em favelas com UPPs, com o estabelecimento de rotinas e normas para o funcionamento de estabelecimentos comerciais e a realização de festas e atividades culturais; abordagens violentas de moradores; práticas de extorsão; e, em algumas situações, a continuidade da convivência com o tráfico de drogas e/ou grupos de milicianos.

publics. Para estes autores é possível identificar a existência de um espaço cultural do Atlântico Negro, como resultado da diáspora africana iniciada com a escravidão e a imigração forçada da África para as Américas. A *performance*, a dança, a música e outras formas não-verbais de comunicação assumem grande importância em sua constituição. Comumente, estas formas de expressão não são percebidas como cultura no sentido mais amplo do conceito, que permita a afirmação de políticas de reconhecimento à alteridade e a diversidade cultural de seus sujeitos. No máximo, assistimos ao seu reconhecimento enquanto manifestações artísticas destes grupos, mas sem a explicitação de vínculos com a política, ou ao direito aos seus territórios e modos de vida.
Como formas de reinterpretação de realidade social, praticadas por estas camadas sociais, tais linguagens e narrativas não encontram lugar nos procedimentos de participação política formais, que enfatizam o modelo discursivo verbal. Fraser (1990) e Gilroy (1994) resssaltam a necessidade de investimentos em estruturas que permitam captar e estabelecer diálogos com demandas e temas de interesse de grupos sociais subalternizados, a partir de formas de expressão não-verbais.
Fazer emergir saberes e visões de mundo de camadas sociais subalternizadas também requer investimentos em teoria e método, que possibilitem traduções interculturais de formas de expressão, saberes e modos de ser de grupos sociais, invisibilizados nos procedimentos e espaços de representação política, regidos pelo império da palavra; pelas separações entre estética e ética, *performance* e racionalidade. (Avritzer e Costa (2004)
Outro conjunto expressivo de referências culturais mapeadas compreendem os saberes-fazeres presentes na comunidade, caracterizando suas relações com a produção social deste espaço, à arquitetura e funcionalidade de suas construções, a diversidade econômica presentes nas suas práticas de trabalho, as inovações sociais criadas por suas organizações comunitárias.
Foram destacadas pelo grupo as práticas de autocontrução habitacionais empregadas pelos moradores, como os "puxadinhos" – forma pela qual se opera a expansão física de residências, seja para abrigar familiares, gerar renda com o aluguel de espaços, ou a introdução de atividades econômicas. Associada a esta característica aparece uma diversidade de formas de experimentação econômica criadas pelos moradores, onde diferentes saberes, experiências estéticas, relações de trabalho e de trocas apresentam referenciais intersubjetivos, baseados em valores de reciprocidade, solidariedade e laços comunitários, que escapam à logica da racionalidade capitalista. Caracterizadas pela existência expressiva de relações de trabalho familiares, onde podem estar presentes formas monetárias e não monetárias de compensação, tais atividades econômicas atendem, por princípio, à maximização do bem-estar das famílias e não à acumulação de riquezas.
Dividem espaços com moradias uma gama de pequenos negócios, tais como: bares, mercadinhos, salões de beleza, armarinhos, lojas de conserto de roupas e de eletromésticos usados e explicadoras (atividades de reforço escolar). Nestas iniciativas, podemos fazer referência à caracterização de relações de trabalho, enraizadas no coditiano, onde as justificativas para o desempenho de suas atividades não se encerram na dimensão estritamente econômica ou mercantil.
Nas leituras sobre a permanência e difusão destes pequenos negócios locais, tornam-se relevantes as teorias que reconhecem uma pluralidade de racionalidades econômicas, que podem estar relacionadas ao desenvolvimento do microempreendedorismo[11] de raíz popular (Hespanha, 2009).

---

11 Assim como é utilizado em Portugal, o termo "empreendedorismo" tende a ser empregado para a classificação destas iniciativas nas favelas, no escopo de abordagens baseadas na afirmação e aquisição, por parte destes comerciantes, de comportamentos e da adoção de estratégias de competitividade, que ressaltam características individualistas. Conforme Hespanha (2009) observa no desenvolvimento destas experiências em Portugal, para muitos destes empreendimentos presentes nas favelas, estes requisitos não fazem sentido. Tais critérios tendem a relegar a segundo plano, ou a invisibilizar, as dimensões associadas aos diferentes modos de vida que são realmente a fonte de explicação para o surgimento e a permanência destas atividades.
Neste aspecto, Hespanha (2009) traça uma tipologia destes empreendimentos em Portugal, com a qual podemos identificar semelhanças em relação ao universo destas experiências nas favelas e perferias urbanas do Rio de Janeiro. O autor parte da contatação da existência de "diversos empreendedorismos" para agrupá-los em três modalidades principais: 1) empreendimentos inseridos na lógica da economia doméstica (como os que estamos tratando neste estudo), onde a finalidade primordial é a maximização do bem-estar e apoio autoreprodução das estruturas familiares; 2) empreendedorismos cujo objetivo é a maximização do lucro, com uma clara divisão entre a esfera dos negócios e da vida familiar; 3) Empreendedorismos baseados no individualismo possessivo, onde a motivação é o êxito individual.

Também são importantes, abordagens como as de Gibson-Graham (1996), que partem de uma crítica ao caráter invariável, essencialista e abstrato que compõe o imaginário econômico capitalista, para estender a perspectiva da diversidade às relações de trabalho e às práticas econômicas. As autoras ampliam o entendimento sobre identidades econômicas, para além das formas contratuais do trabalho assalariado no regime de acumulação capitalista.

Ainda como expressão de saberes e fazeres são destacadas as especificidades das relações de consumo e de trocas na comunidade, possibilitadas pela adoção de uma moeda social de circulação local, a CDD. A implantação da moeda tem por objetivo incentivar o consumo, por parte dos moradores, nos empreendimentos econômicos da comunidade, mas também tem contribuído para a valorização de seus referenciais identitários. São realizadas atividades educativas junto às escolas, demonstrando a importância do consumo local para o fortalecimento da diversidade econômica presente na comunidade. Recentemente, também foram promovidas ações, que tendo por suporte a moeda social, incentivaram adolescentes e jovens a recontar a trajetória das organizações sociais locais, e da criação do Banco Comunitário da Cidade de Deus[12], por meio de ilustrações.

Outro aspecto relevante, identificado por este trabalho, se refere à importância deste movimento comunitário na Cidade de Deus, na criação de espaços de discussão política sobre temas relacionados a vida coletiva, e no desenvolvimento de inovações nas formas de ativismo econômico presentes na comunidade. Assumem papel de destaque nestes aspectos o Comitê Comunitário e a Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local. Nas instituições que integram estas instâncias é expressiva a presença e o protagonismo das mulheres, assim como nos pequenos negócios desenvolvidos junto aos locais de moradia na comunidade. Para isto, contribuem fatores como divisões de tarefas e normas intrafamiliares desfavoráveis, que resultam em maiores dificuldades para que mulheres possam se ausentar de seus locais de moradia para trabalhar e/ou frequentar atividades de ensino; como também anseios e possibilidades de se exercer de maneira criativa e autonôma atividades econômicas.

Neste sentido, compreendemos que a configuração de "outras economias" revelam elementos que são expressivos das dinâmicas locais e do contexto cultural em se inserem, mas também nos possibilitam leituras sobre o processo de construção de narrativas, relacionadas a estas experiências, conforme sugerem as constribuições das teorias feministas de segunda onda (Queer). (Gibson-Graham 1996)

Considerações Finais

Neste artigo buscamos refletir sobre a pertinência e a relevância da utilização do conceito de patrimônio cultural, aplicado a valorização de referências culturais compartilhadas pelas juventudes da Cidade de Deus.

No que se refere aos instrumentos e a abordagem conceitual para a preservação de bens intangíveis, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial traz, por princípio, um conjunto de orientações à implementação de políticas públicas de fomento ao diálogo intercultual e à criatividade humana. Também são explicitados seus vínculos com estratégias voltadas à superação de situações de desigualdades sociais e de promoção da diversidade cultual.

A experiência brasileira é considerada pioneira no tratamento destes temas, tendo influenciado o processo de formulação da própria conferência. O reconhecimento de que as condições para a produção de um bem devem estar integradas ao objeto ou manifestação a ser preservada, já estavam presentes no Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que dispõe sobre Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

Conforme observamos ao longo deste artigo, para que os preceitos estabelecidos nestes instrumentos contemplem efetivamente o diálogo e a participação de grupos populacionais subalternizados - como é o caso das mulheres e da juventude negra das favelas - é preciso investimentos em métodos, e no reconhecimento de novos formatos para a operacionalização da ideia de esfera pública.

---

12 O Banco Comunitário da Cidade de Deus foi criado em 2011, com apoio da Secretaria Espacial de Desenvolvimento Econômico Solidário. Foram aplicados pouco mais de cem mil reais em atividades de assessoria e formação, de um montante de oito milhões destinados à realização de ações de fomento à economia solidária em quatro favelas no Rio de Janeiro.

Bibliografia

ARANTES, Antônio. (2009). "Patrimônio Cultural e Cidades". In: FORTUNA, Carlos e LEITE, Rogério Proença (orgs). *Plural de Cidades: Novos Léxicos Urbanos*. Coimbra: Almedina/CES.

AVRITZER, Leonardo & COSTA, Sérgio. (2004). "Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 47 (4), 2004, pp. 703 a 728. [consultado em 11-11-2014]

BOURDIEU, Pierre. (1983). *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.

FERNANDES, Edésio. (2008). "Reformando a ordem jurídico-urbanística no Brasil". In: VALENÇA, Márcio Moraes (org). *Cidade (i)legal*. Rio de Janeiro: Mauad X.

FORTUNA, Carlos e SILVA, Augusto Santos. (2001). **"**A Cidade do lado da cultura: espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural". In: B. S. Santos, (org.), *Globalização: Fatalidade ou utopia?*. Porto: Afrontamento. [consultado em 13-12-2014]

FRASER, Nancy. (1990). *Rethinking public sphere: a contribuition to the critique of actually existing democracy.* Disponível em: http//api.ning.com/fles/hRwSaQzKhGD-wGyDZuJeNffvQrETo9I7bNRisAQ/RethinkingPublicSphere.pdf. [consultado em 08-12-2014]

GIBSON-GRAHAM, J.K. (1996). "Economic imaginaries". In: *The end capitalism (as we knew it): A feminist critique of political economy.* London: Oxford: Blackwell Publishers.

GILROY, Paul. (1994). "After the love has gone: bio-politcs and etho-poetc in the Black Public Sphere". *Public Culture*, 7 (l), pp. 49-76. Disponível em: http//publicculture.dukjournals.org/content/7/1/49.citation. [consultado em 08-12-2014]

HALL, Stuart. (1997). "The centrality of culture: notes on the cultural revolutions of our time". *In.:* THOMPSON, Kenneth (ed.). *Media and cultural regulation.* London, Thousand Oaks, New Delhi: The Open University; SAGE Publications.

HESPANHA, Pedro. (2009). "Microempreendedorismo popular e Economia Solidária: o sentido de uma mudança"**.** *Otra Economia*. Revista Latino Americana de Economia Social e Solidária. 4 (7), pp.111-130. Disponível em: www.riless.org/otraeconomia. [consultado em 07-12-2014]

IBGE, *Censo 2010 – Aglomerados subnormais: informações territoriais*. IBGE, 2010. Disponível em www.**ibge**.gov.br/home/.../00000015164811202013480105748802.pdf. [consultado em 05-12-2014]

LEFEBVRE, Henri. (2008). *Espaço e Política*. Belo Horizonte: UFMG.

QUEROL, Lorena Sancho. (2013). *"*Para uma gramática museológica do (re) conhecimento: ideias e conceitos em torno do inventário participado"**.** *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 25 (1), pp. 165- 188. Disponível em: http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11484.pdf. [consultado em 13-12-2014]

UNESCO. (2005). *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. Disponível em: www.unesco.org. [consultado em 12-12-2014]

UNESCO. (2003). *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Disponível em: www.unesco.org. [consultado em 12-12-2014]

"O novo já nasce velho"? Espetacularização urbana e as imagens de consumo da cidade de Salvador em *Tempo de Copa*[1]

Ewerthon Clauber de Jesus Vieira[2]

Resumo: Com o processo de realização dos megaeventos esportivos, especialmente a Copa do Mundo de Futebol 2014 da FIFA, algumas capitais brasileiras aprofundaram sua inscrição no processo de concorrências intercidades. Com efeito, as políticas urbano-culturais implementadas em certos espaços tiveram na espetacularização urbana a imagem de consumo edificada para o mercado turístico. Sob esse prisma, o presente trabalho analisa em que medida essas intervenções em Salvador caracterizam-se enquanto estratégia de captação de investimentos financeiros a partir da apropriação da narrativa de *berço da civilização brasileira* e lugar eminente da *alegria*. Para tanto, observou-se como, a uma só vez, pela suposta expressão da singularidade, e generalidade representativa do país, a capital baiana foi objetivada no seu largo conjunto de manifestações culturais, fortalecendo a retórica oficial de valorização da *cultura do povo.*

Palavras-chave: Políticas urbana; Imagem da cidade; Megaeventos

Histórias e *estórias* da capital baiana *em Tempo de Copa*

A especificidade identificada a este trabalho possui características importantes tanto no que diz respeito ao recorte espaço temporal, assumido como instrumento metodológico da pesquisa doutoral, quanto a seu atributo temático. Por um lado, isso quer dizer que, a proposta de investigar as políticas urbano-culturais como intervenções capazes de produzir desenvolvimento socioeconômico para às cidades possibilita-nos exercer o diálogo e desafio de contribuir com uma agenda de reflexões cada vez mais ampla e consolidada nas ciências sociais. Por outro, avaliadas no contexto de preparação e realização de megaeventos, notadamente aos eventos internacionais de futebol masculino, conhecidos como Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, realizados na cidade de Salvador-BA, ela potencializa razões que tornam a relação entre cidade, cultura e imagens de consumo, ainda mais ricas às nossas reflexões.

Essa especificidade que se julga aqui com relativa e suscetível potencialidade analítica encontra parte de seu fundamento argumentativo na histórica relação que o Brasil desenvolveu com o futebol, não eventualmente demarcador de sua suposta identidade nacional. Entre as 12 cidades sedes dos megaeventos no país, a capital baiana despontou, ao olhar dos construtores das políticas urbano-culturais, como uma daquelas que teria maior capacidade de representar o Brasil, ao passo que, conforme parece exigir as retóricas de *city marketing*, também seria capaz de apresentar algo de singular entre todas as outras sedes dos grandes eventos no país. Na ótica representada publicamente pela Federação Internacional de Futebol (FIFA),

> (…) Salvador grew under deep influence of Portuguese, Afro-descendents and indigenous alike: a situation that contributed to the cultural richness that typifies the city today. (…) Salvador's privileged topography is one of its most appealing

---

1 Este artigo resulta da investigação em curso que desenvolvo no âmbito do Programa de Doutorado em Sociologia, na Universidade Federal de Sergipe, que conta com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no âmbito da atribuição de Bolsa Doutoral, desde 2012.

2 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS-UFS) e doutorando visitante da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia, bolsista PDSE CAPES. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Câmpus Ilhéus (IFBA). Pesquisador do Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais da Universidade Federal de Sergipe (LABEURC-UFS) e do Núcleo de Estudos Urbanos e Culturais da Região Sul Bahia, Eixo Itabuna-Ilhéus (NEPUC-IFBA).

> attributes, with a clear division between the *Cidade Baixa* and *Cidade Alta* (Low City and High City), both of which are connected to each other by one of the city's most important sights, the *Elevador Lacerda*. But the ultimate icon of the city is the *Pelourinho*, which is its historical centre: its churches and colourful colonial buildings have been a World Heritage Site by UNESCO in 1985.[3]

O modo como a história de uma cidade e os diferentes processos experimentados, em sua múltipla e desigual variedade, atende a características específicas sob as quais as potencialidades da vida urbana são apropriadas na contemporaneidade. Argumenta-se aqui que para compreendermos melhor esse processo é importante analisarmos até que ponto as "histórias" e "estórias" são relacionadas. Nessa perspectiva, mais do que a avaliação sobre a suposta falsificação da realidade em virtude da construção de uma "cidade-modelo" (Sánchez, 2001) aos investimentos financeiros externos e ao consumo turístico, destaca-se a lógica pela qual se forja e se caracteriza essa dinâmica.

A cidade de Salvador é a capital do estado da Bahia, região nordeste do Brasil. Com uma população de 2.675.656 habitantes (Ibge, 2010), e estimativa de um alcance em 2014, na ordem de 3 milhões de habitantes, a cidade aparece como uma das mais povoadas do país. A área de unidade territorial (km2): 693,276 Km^2 e densidade demográfica de 3.859,44 hab/km^2, ajudam a termos compreensão sobre a dimensão geográfica da capital que reúne só por isso possibilidades significativas de diferenças e desigualdades. Conforme advertia Santos (2008), já em meados do século XX era possível observar uma cidade, que dividida em dois andares (cidade alta e cidade baixa), conforme o modo de ocupação português, se multiplicava em complexidade e diversidade socioeconômica e cultural. Nessa perspectiva, vale ressaltar que a grandeza não só não é sinônimo de igualdade, como também diversidade não diz respeito a maiores garantias de direitos. Sendo assim, mesmo com um PIB de R$ 36,7 bilhões (Ibge, 2010), a cidade apresenta uma parcela significativa da população vivendo em habitações irregulares ou ainda em situação de rua. Não por acaso, observa-se, de acordo com o mesmo Censo, uma quantidade de mais de 100 mil domicílios não ocupados.

Fundada em 1549, Salvador foi a primeira capital do Brasil colônia. Na ocasião, suas características geográficas eram bastante privilegiadas ao olhar dos colonizadores, que tinham como principal objetivo declarado extrair economicamente suas riquezas e proteger militarmente a colônia dos ataques dos corsários. Não aleatoriamente, talvez a primeira imagem oficial registrada da capital tenha sido a de "cidade fortaleza", em virtude justamente da função militar de proteção colonial contra os ataques externos e as ameaças de novos colonizadores. (Pinheiro, 2002; Araújo, 2006; Santos, 2008).

Nos dois primeiros séculos (XVI e XVII), Salvador apresentou um crescimento populacional não muito expressivo, apesar de figurar como importante polo para a economia da Coroa portuguesa a partir da exploração do gado e do ouro. Em meados do século XVIII começa a apresentar um maior desenvolvimento demográfico, ao passo que com a descoberta do ouro em Minas Gerais, inicia um impacto que um pouco depois teve ressonância na mudança da capital da colônia, em 1763, tendo a nova sede no Rio de Janeiro. O argumento da mudança fundava-se na nova possibilidade potencial de exploração econômica e de escoamento central da produção de ouro. (Santos, 2008).

Após apresentar uma queda no crescimento populacional, emergido mais significativamente até a primeira metade do século XVIII, Salvador e a região baiana como um todo passa a ter o povoamento operado em decorrência da influência de criação de gados e do auge da produção de cana-de-açúcar e café. A urbanização, enquanto um imperativo associado à ideia de modernização, começa a germinar em Salvador também a partir dessa segunda parte do século XVIII, mas a relação entre o mundo rural e urbano permaneceu-se forte até meados do século XX, ainda que fosse possível identificar na segunda parte desse século atividades industriais, no porto e no comércio.

Não há como não afirmar que apesar da variação dos tipos de ciclos de exploração econômica, tanto a capital quanto a região do estado, de certa maneira, desenvolveu-se fortemente a partir da mão-de-obra escrava, advinda do tráfico negreiro, que impactou fatalmente na cultura local. A cidade não raras vezes é identificada como

---

3 Trecho disponível: http://www.fifa.com/worldcup/destination/cities/city=1169/index.html. Acessado em 08/09/2011.

a África Brasileira (Pinheiro, 2002; Araújo, 2006), em virtude da imensa população negra e do vasto conjunto de manifestações culturais de raízes eminentemente africanas, nomeadamente afro-brasileiras. Estipula-se que trezentos mil africanos teriam chegado à Bahia, só na primeira metade do século XIX.

Com uma produção industrial periférica dentro de um quadro industrial já tardio do Brasil, na segunda metade do século XX, lança-se sobre a cidade de Salvador a possibilidade de investimentos no mercado turístico como forma alternativa ao crescimento econômico local (Andrade, 2000; Ministério das Cidades, 2008; Santos, 2008). Nesse contexto, elementos da *história* e *estória* da capital baiana passam a serem conjuntamente funcionalizados em prol de uma imagem forjada para o mercado, notadamente turístico. Após o fortalecimento econômico nacional nos anos 50, observa-se um desenvolvimento da infraestrutura urbana, associado ao crescimento do transporte aeroviário no país, no qual figura a cidade de Salvador no final da década de 60 e início dos anos 70 no mapa do turismo nacional. Na Bahia é justamente nesse contexto que se registram os primeiros grandes investimentos no setor. Conforme a narrativa oficial do poder público estadual (Setur, 2011), através sobretudo da Secretaria de Turismo e da liderança da Bahiatursa, estavam aí os dois primeiros *saltos*[4] *estratégicos* da promoção do turismo no estado.

> O Primeiro Salto ocorreu entre 1934 e 1969, e se caracterizou pela construção da identidade turístico-cultural. A formação, no imaginário popular, da terra da magia, do encanto e do povo hospitaleiro, com foco na cidade de Salvador. O que se chama de Segundo Salto acontece entre 1970 e 2006, iniciando-se com o primeiro documento focado no planejamento para o turismo, elaborado por Rômulo Almeida, seguido da implantação de infraestrutura de transporte, saneamento e comunicação, de parques hoteleiros e da promoção turística da Bahia em nível internacional, já ampliada em dez polos turísticos. (Setur, 2011: *Apresentação*)

Tanto para a capital, quanto para o estado baiano, em geral isso surtiu relativo efeito. Entre o período de 1998 a 2008, a Bahia figurou como um dos principais destinos turísticos do país, liderando a região nordeste e ocupando a 5ª posição nacionalmente (Pinheiro, Guimarães e Costa, 2011; Setur, 2011).

A construção identitária e imagética de um "povo hospitaleiro", juntamente com os primeiros grandes investimentos massivos na infraestrutura de serviços de hotelaria e agenciamentos turísticos estiveram associadas a um conjunto de festividades locais, especialmente ao carnaval. Junto à natureza geográfica do mar da baia de Todos os Santos e do relevo típico da capital baiana, forja-se também uma espécie de naturalização da cultura. Nesse contexto surge uma ideia de "baianidade" que buscava qualificar positivamente a alegria e o modo de vida festivo como expressões genuinamente lúdicas do "ser baiano". A noção de alegria e malícia são objetivadas na leitura guiada das performances corporais, cunhada sobretudo nos hits do *axé music*, das rodas de capoeira e de toda uma tradição da música de matriz africana. Aos poucos essa caracterização começava a ser apropriada e ganhar uma *espacialização* (Fortuna, 2013) específica, seja no Farol da Barra ou nos produtos das várias requalificações urbanas que sofreu o Pelourinho.

Algumas décadas depois, essa caracterização da *imagem de consumo*[5] de Salvador volta a ser intensamente evidenciada no processo de preparação e realização para as Copas da FIFA. Nesse bojo, demarcado a partir de 2007 já se identificava o chamado "terceiro salto" (Setur, 2011), que segundo a narrativa oficial da secretaria de turismo seria:

---

4 Esse termo foi cunhado pelo ex-secretário de turismo do estado, Domingos Leonelli, como alusão as ações e momentos específicos de investimentos turísticos na região.

5 Essa expressão é tomada aqui como categoria analítica, derivada da discussão entre a noção *de imagem da cidade* (Fortuna, 1997; Zukin, 2000a; 2000b) e das variadas concepções atribuídas ao consumo cultural, que entre aproximações e distanciamentos nos permitiu entender e sugerir que a *imagem de consumo* é o resultado, não acabado em si, das intervenções urbano-culturais, que tanto no plano objetivo da visualidade e espacialidade produzida, quanto no nível abstrato das representações projetadas de determinados lugares e espaços, como dos modos de vida e da história local, se apresenta à lógica do mercado e da *competição interurbana* (Harvey, 1994) contemporânea.

> o salto da qualidade, da inovação e da integração econômica. Ou seja, a convergência desses três eixos que se constituem, juntamente com o tradicional tripé: Meio Ambiente, Social e Econômico, nas bases que fundamentam o conceito de sustentabilidade no turismo. Esses três eixos correspondem também às necessidades de sustentabilidade e desenvolvimento para o turismo baiano: atuar nas deficiências da qualidade dos serviços e da mão de obra, na necessidade de novos produtos turísticos e integrar os parques hoteleiros às economias regionais do seu entorno. Este Terceiro Salto significa também posicionar a Bahia diante de um novo quadro de competição em que ela está inserida. Novos destinos concorrentes colocam-se fortemente
> nos mercados nacional e internacional, fatores que reforçam a necessidade constante de inovação, da qualidade e da integração do produto turístico baiano à economia. (Setur, 2011)

Em tempo de copa, aquilo que foi um racional e estratégico empreendimento de *city marketing* é retomado em uma só ação como atributo da originalidade inovadora dos gestores e planejadores urbanos, e revalorização da "natural" *cultura do povo baiano*.

> A capital baiana, pelos cenários e cultura, possui uma vocação natural para o entretenimento, que é potencializada pela crescente estrutura de serviços. Além de sinônimo de qualidade de vida, o lazer na cidade é um grande negócio, tanto para os que buscam a diversão como para os que a promovem. São muitas as opções na cidade, que vão desde os parques e reservas ecológicas ao carnaval, passando por espaços culturais. Todos estes, incrementados com a simpatia e hospitalidade da população local que contagia, alegra e promove o bem-estar de turistas e visitantes[6].

Esse trecho do "Guia do Espectador", produzido especialmente para o contexto dos megaeventos é um dos variados documentos publicitários que foram construídos tanto pelo poder público municipal, através da ECOPA (Escritório Municipal da Copa do Mundo da FIFA 2014) e SALTUR (Empresa Salvador Turismo), quanto pelo poder estadual, mediante as ações da SECOPA (Secretaria Estadual para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014), além de contar com o apoio de circulação das diversas empresas privadas de turismos e serviços afins. Destaca-se aqui, já mediando o tópico seguinte desse texto, como o *espectador* pode ser concebido como mais um fundamental elemento do "espetáculo[7]". As "cenas" se intercalarão e nos esforçaremos aqui para torná-las inteligíveis e sustentáveis analiticamente.

Nesse sentido, observa-se especialmente como os usos dados à história, arte e cultura do local são especialmente significativos para compreendermos as emblemáticas relações entre a *cidade figurada* e a *cidade desfigura*da (Boyer, 1994). Dessa maneira, sugere-se revelar os meandros entre as experiências vivenciadas e representadas na cidade, a partir da necessidade de construção de legitimidade social, ao longo do processo de preparação e realização das Copas. Com efeito, não eventualmente, emergem *estórias* apresentadas enquanto narrativas inquestionáveis do *que foi, é e pode ser a Bahia*, especialmente a cidade de Salvador.

---

6 Trecho extraído do documento publicitário "Guia do Espectador".

7 Esse termo será melhor definido no próximo ponto do texto. Todavia, pode-se antecipar e creditar que sua reflexão toma como fundamentação conceitual a relação, não necessariamente consensuada entre si, mas a meu ver suscetível de um diálogo produtivo, entre as teses de Debord (1997), Leite (2008) e Fortuna (2013).

Espetáculo e consumo *em tempo de Copa*

Um dos elementos que precisam ser levados em consideração, quando nos propomos a analisar os processos de políticas urbano-culturais na contemporaneidade é que para além da falsificação ou autenticidade daquilo que se evidencia sobre as cidades investigadas, há em curso, cada vez maior, a soberania da *espetacularização* como forma de sobrevivência econômica e cultural da vida social.

A noção de espetáculo que propomos pensar aqui foi de certa maneira inicialmente sugerida por Debord (1997). Para ele, a vida social não é só a vida do capital e da sua forma mercadoria, mas é também o conjunto de espetáculos, que assumem a face necessária das mercadorias, soberanizadas nas relações sociais. Ou seja, as práticas culturais, a priori, carregadas de significados e sentimentos de pertença, tradição, história e modo de vida, acabam hoje sendo evidenciadas na medida em que se suscetibilizam a apropriação das indústrias culturais, precisando servir para um fim específico. A rigor, isso quer dizer que assumem uma função de geração de renda, condição econômica de sobrevivência ou manutenção de consumo. Na prática, o que se observa é a sobrevivência marginal de uma camada significativa da população, que, no limite, é perversamente inserida na lógica da produção. Para outros, a necessidade de reinvenção criativa e econômica assume o papel comum na manutenção da geração de mais valor. O espetáculo que opera sob a lógica da separação e da mediação da imagem é a necessária maneira sob a qual a mercadoria aparenta ser em sua realização, atraindo uma gama de sujeitos que, eventualmente, não podem mais viver a experiência concreta de vida, sem articulá-la a representação mercantil.

Ao tomar como objeto de estudo os processos de enobrecimento urbano, Rogerio P. Leite (2010) destaca a *espetacularização da cultura* como um dos seus fortes traços constituintes. A ideia de enobrecimento não é consensual nas investigações. De modo tipificado, ele sugere que há duas grandes perspectivas: uma que parte de um viés mais estruturalista, sob o qual se entende enobrecimento como expressão do neoliberalismo urbano e do entrelaçamento dos processos de globalização; e outra que ancora a compreensão nos postulados pós-modernos, na qual o conceito é caracterizado a partir do forte apelo estético e funcional observado nos processos de intervenção. O autor parece situar-se no interstício desses polos, na medida em que observa os impactos e ordenamentos sociopolíticos mais amplos desse processo, mas ao mesmo tempo não toma-os sob um caráter estrutural e fechado, dando margem analítica para perceber os usos e *contra-usos* (LEITE, 2007) dos sujeitos, além de apreender a estetização urbana enquanto expressão política suscetível de apropriação mercantil . Dessa forma, para Leite (2010, p. 75) trata-se de

> um tipo específico de intervenção urbana que altera a paisagem urbana por meio da acentuação ou da transformação arquitetônica com forte apelo visual, adequando a nova paisagem às demandas de valorização imobiliária, de segurança, ordenamento e limpeza urbana voltada ao uso ou à apropriação por parte das classes médias e altas, que resulta em espaços com forte inflexão segregacionista mediante demarcações socioespaciais que fomentam a fragmentação do espaço em diferentes lugares (Leite, 2009).

Nessa esteira, a ideia de espetacularização trabalhada pelo autor está estreitamente associada à possibilidade de reinvenção histórica da imagem da cidade[8], forjada enquanto produto mercadológico. Isso quer dizer que, a potencialidade de um passado (re) inventável contribui na qualificação espetacular da cultura de determinada cidade. Ou seja, a *espetacularização* diz respeito à

---

8 A noção de imagem da cidade utilizada da investigação, ainda em curso, da qual esse texto resulta é mais do que uma circunscrição temática de estudo. Ela é apropriada enquanto categoria analítica a partir das formulações de Carlos Fortuna (1997) e Sharon Zukin (2000a; 2000b). A ideia é que a imagem da e na cidade possui duas amplas dimensões: Uma objetiva e concreta (formadora do "espaço urbano") e outra, abstrata e simbólica (construída pela representação de determinado fenômeno, resultando ou não na constituição de "lugares" e "espaços públicos" [Leite, 2007]).

> acentuação ou a criação de traços culturais que objetivam caracterizar a singularidade de um espaço urbano por um forte apelo visual e práticas sociais momentâneas, com vistas à apreensão consumível da história e da cultura na forma de uma mercadoria. (LEITE, 2010, p. 78).

Aqui a noção do espetacular também desemboca na forma mercadoria, como uma das características predominantes dos processos de intervenções urbano-culturais e da construção de *imagens da cidade* (Fortuna, 1997; Zukin, 2000a; 2000b). Todavia, é válido pensar um pouco, tal qual o próprio Fortuna (2013) sugere em outro trabalho, até que ponto esse cenário não foi sempre pertinente à vida urbana. Para o autor, as *espacialidades* das cidades estiveram, ao longo da história humana, a incorporar mais do que atributos urbanos concretos. As representações e os imaginários mesclam-se às práticas sociais compondo uma rica pluralidade da atividade social. O espetáculo aqui não está circunscrito a mercantilização como enquadramento crítico da vida, mas como pluralização de manifestações representacionais que, de alguma forma, fazem parte da história da atividade humana. Afirma ele (Fortuna, 2013: 18-19):

> A espacialização é entendida como configuração territorialmente ordenada, de acordo com critérios de investimento e participação pessoal e racional dos sujeitos, que, assim, conjugam elementos comportamentais, expressividades físico-corporais, recursos linguísticos-discursivos e referências simbólicas e culturais como forma de atribuição de significado e sentido identitário aos lugares.

Contudo, no plano da promoção turística, investigadores (Fortuna, 1999; Gomes, 2012) atentam para o uso das representações vendáveis entre tantas outras que a princípio parecem não se adequar ao mercado, o que pode contribuir para efeitos segregadores ante a pressão da adequação da vida à esfera econômica. Nessa dinâmica, o passado tornou-se funcionalmente útil e rentável no presente dessas cidades. De fato, junto à história e a estética monumental-arquitetônica, todo o restante de elementos artísticos e culturais são também acionados sob a lógica do mercado. Para a autora Carina Gomes (2012), já que a cidade também é constituída por imaginários e representações, precisamos destacar a necessidade de políticas de turismos aptas a articular as experiências dos visitantes numa economia de fluxos menos ordenados e restritos aos patrimônios monumentalizados.

É a partir dessa aposta que emergem uma variada gama de profissionais [arquitetos, planejadores, consultores e marqueteiros urbanos, entre outros] que se dedicam a atuar diretamente na mercantilização de tudo aquilo que pode ser atrativo para o turismo. A meu ver, nesse exercício, todas as dimensões abstratas da vida urbana passam a serem suscetíveis da apropriação objetiva, isto é, assimiladas enquanto produtos para a negociação que se forja entre aquilo que a cidade é e aquilo que é possível representar dela.

No entanto, me parece que um dos principais desafios que nos defrontamos nas investigações é justamente ir para além das constatações que se fecham ciclicamente, ou nos sujeitos, concebidos como atores livres e independentes de toda circunstancialidade que, ainda que fracasse, busca inscrever as práticas sociais a ordenamentos de consumo precisos; ou que observam nas subversões dos usos dos espaços públicos e nas margens da produção capitalista, fenômenos demasiadamente irrelevantes a serem identificados dentro do escopo maior da sociedade. As permeabilidades e os fluxos flexíveis da sobrevivência marginalizada me parece está na tênue qualificação entre aquilo que germina como negação do capital e aquilo que pelo próprio capitalismo também é assimilado. Não obstante, talvez não haja percursos previamente definidos e é nessa perspectiva que nós investigadores temos que está atento a cada caso estudado, pois ainda que determinada lógica de intervenção urbana tenda a se generalizar, ela se faz sob formas e tempos distintos, numa geometria de poder (Massey, 2000) que não está sempre dada a priori.

No caso de Salvador, por exemplo, a ideia de "berço da civilização brasileira" é um desses atributos potenciais à promoção da imagem oficial da cidade, tendo em vista que sua fundação deu-se em 1549 por Tomé de Sousa, o primeiro governador-geral do Brasil. Essa narrativa é atualmente utilizada na classificação positivada da cidade como uma das sedes para os megaeventos esportivos da Copa das Confederações e da Copa do Mundo FIFA de futebol. As características identificadas nesse fenômeno social nos leva a percebê-lo como uma es-

pécie de "espetacularização". Por espetacularização urbana entende-se aqui o processo de mercantilização da vida urbana a partir da criação de determinados lugares e espaços de consumo, através da produção de intervenções humanas e práticas culturais que ainda que apresentados sob a aparência da experiência e da imagem singular de si, são, de certa maneira, avessas a atividade humana, pois a subordina a geração de valor.

Isso não quer dizer que a experiência mercantilizada seja menos legitima que aquela que se furta ao mercado. A identificação do espetáculo como vida alienante encontra nos argumentos do próprio Debord (1997) um "aprisionamento" e uma "libertação". No primeiro caso, o espetáculo é visto como uma fase acumulada do capitalismo, sob a qual tanto a experiência como sua crítica estão subordinadas a mediação imagética que separa os indivíduos de suas plenas realizações de vida. Sendo assim, resta a estes uma unificação dissimulada por meio da imagem espetacularizada, onde sua identificação é antes de tudo um desejo conveniente ao produto que se apresenta para o consumo. No segundo caso, a "libertação" reside no fato de que, ao identificar o espetáculo como geração falsificada de necessidades e contemplações, perde-se de vista a fonte das necessidades criadas, que é o *inconsciente*. Assim, o reino do espetáculo apostaria tudo no próprio "eu", que apesar de ser produto alienado do espetáculo, pode pelas correlações de força das lutas de classes reordenarem a vida social, superando, pois a espetacularização da vida humana.

Ainda que essa caracterização registrada na *sociedade do espetáculo*, como esfera alienante de produção e consumo encontre outros importantes desdobramentos analíticos, interessa a meu ver, especialmente para esse trabalho, observar que uma das maiores potencialidades analíticas da obra do autor não se encontra na identificação do "espetáculo" como exercício de falsificação subjetivo, inscrito na relação opositiva entre "aparência -essência", "vida-representação". Trata-se de observar como as atividades humanas (eu diria especificamente, as práticas culturais) precisam para existir (sobreviver) se inserirem na lógica de valorização do valor. Ou seja, da mercadoria, que tem no atual estágio do capitalismo a expressão do espetáculo. Dessa forma, ainda que os sujeitos (fazedores culturais) se identifiquem nas suas práticas culturais, elas não mais se bastam em si, pois agora precisam atender a um ordenamento maior, ao qual Debord caracterizará como "espetáculo". De maneira mais ampla, a crítica do autor funda-se na constatação da subordinação das outras esferas sociais da vida à esfera econômica. Nessa perspectiva, interessa menos qualificar moralmente a falsidade ou autenticidade do espetáculo[9], e mais identificar o funcionamento que esse processo tem assumido na vida urbana contemporânea.

Sob esse prisma, o caso da atuação das baianas de acarajé no contexto dos megaeventos parece-nos relevante para algumas reflexões. Na cidade de Salvador, durante os anos de 2012 e 2013, na emergência da preparação e realização da Copa das Confederações FIFA Brasil 2013, circulou na imprensa local uma denúncia que indicava a possível proibição da venda dos bolinhos de acarajé nas proximidades da Arena Fone Nova (estádio de futebol demolido e reconstruído especialmente para os megaeventos), sob a prerrogativa de ser preciso atender a requisitos de segurança sanitária. Essa proibição nunca foi oficialmente divulgada, mas considerando a existência da chamada zona de exclusividade comercial da FIFA, abriu-se a possibilidade, legalmente instituída na legislação brasileira[10], dessa entidade só autorizar a venda e circulação de produtos vinculados aos seus patrocinadores e apoiadores devidamente cadastrados. Na tentativa, talvez de contemporizar a situação, tendo em vista as mobilizações que começavam a germinar, a FIFA divulgou uma nota oficial afirmando que a venda dos bolinhos de acarajé não estariam em si ameaçados, pois mediante uma concessionária brasileira,

---

9 É válido ressaltar que aqui talvez estejamos diante de um descompasso epistêmico advindo geralmente de tradições distintas da produção do conhecimento social, sob o qual a inscrição que mais se aproxima da perspectiva traçada observa a realidade a partir da tipificação conceitual, que a rigor não identifca a "falsidade" como experiência menos legitima do sujeito social, mas percebe a "verdade" em distanciamento ou contradição objetiva entre a vida e o conceito. Dessa maneira, a argumentação que usamos para particularizarmos a apropriação reflexiva da obra citada do autor encontra eventualmente paralelismo numa inflexão material e empírica daquilo que tem sido observado nos trabalhos de campo da pesquisa doutoral. Essa consideração credito especialmente aos bons resultados das interlocuções e diálogos realizados no grupo de estudo Krítica, do qual notadamente agradeço ao amigo Leomir Cardoso Hilário pelos fraternos comentários.

10 Com a Lei Geral da Copa , nº 12.663, de 5 de Junho de 2012, o país consolidou, no estatuto maior de sua legislação, a excepcionalidade concedida ao contextos dos megaeventos esportivos. A Lei regulamenta especificamente a Copa das Confederações FIFA 2013 e a Copa do Mundo FIFA 2014, além da Jornada Mundial da Juventude 2013.

licitada, esse produto poderia ser escolhido e comercializado dentro dos trâmites que o então "Padrão FIFA[11]" exigia. (Ancop, 2014[12]). O problema é que dessa forma as baianas perderiam o direito de trabalhar de modo autônomo, como na maior parte de suas histórias fizeram. Não estando de acordo com as condições que lhes foram impostas, as baianas, organizadas legalmente através da ABAM (Associação das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivos e Similares do Estado da Bahia) acionaram o Ministério Público reivindicando autonomia para efetuar as vendas do bolinho de acarajé. O caso tomou maiores proporções até que, no dia 05 de abril de 2013, em plena cerimônia de inauguração da Arena Fonte Nova, que contava com a participação da presidente Dilma Rousseff, do governador da Bahia, Jacques Wagner, e o prefeito de Salvador, ACM Neto, cerca de 100 baianas fizeram um protesto contra a FIFA na porta do estádio. Com a curta e direta informação, "A FIFA não quer acarajé na Copa", estampada nas faixas erguidas pelas manifestantes, elas distribuíram bolinhos nos semáforos e na avenida principal localizada no entorno da Arena Fonte Nova. (Ver figura 1).

Figura 1- Protesto das baianas de acarajé, Salvador-BA

(**Fonte**: MÍDIA NINJA, 2013.)

No decorrer da cerimônia e da manifestação, algumas representantes das baianas foram convidadas para entrar e participar da então abertura oficial da Arena Fonte Nova. Na ocasião, foi entregue um abaixo-assinado, com 17.728 assinaturas, para um assessor do gabinete da Presidência da República. Segundo relataram as baianas, tudo se passou como se a FIFA de fato nunca tivesse impedido a livre venda dos bolinhos de acarajé.[13]. Conforme alguns fazem questão de criticamente lembrar, "a autorização para vender em dias de jogos normais só veio cerca

11 A noção de "Padrão FIFA" foi uma expressão que tomou significativa e ambígua apropriação conotatativa. Por um lado, dizia respeito a um nível mínimo de alta qualidade exigido pela Federação Internacional de Futebol em todos os serviços e infraestruturas necessárias nos locais sede. Por outro, serviu como sátira a forma como essa referida entidade passou a ser soberana no âmbito das decisões política, administrativa e econômica do Brasil, especialmente nas 12 cidades sedes da Copa do Mundo 2014. Nessa última perspectiva, o país aparece como "nação" subordinada aos ditames externos.

12 A Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP) é uma organização que reúne todos os Comitês Populares da Copa formados durante o período de candidatura, preparação e realização da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014. Sobre a atuação da entidade, ver as edições 1 e 2 do *Dossiê Megaeventos e Violação dos Direitos Humanos no Brasil 2014*. Disponível em: http://www.portalpopulardacopa.org.br/

13 Disponível em: http://apublica.org/2014/02/legado-pra-quem/. Acessado 06/03/2014.

de três meses depois, quando um novo acordo foi firmado entre a ABAM e o consórcio controlado pelas empresas Odebrecht e OAS, que terá direito de exploração do estádio pelos próximos 35 anos" (Ancop, 2014: 57). Apesar da conquista das baianas, alguns impedimentos não foram flexibilizados, como a venda na areia das praias, notadamente no circuito da Barra (Farol e Porto da Barra), área expressiva e simbólica para o turismo e a promoção da *imagem de consumo* da cidade. O intrigante dessa situação é que o ofício das baianas de acarajé, que foi inclusive registrado como patrimônio imaterial, histórico e artístico do Brasil[14], tem sido um dos principais elementos constituintes a imagem oficial da capital baiana, no que tange a sua promoção turística. Especialmente*, em tempo de copa*, ela figurou nas narrativas do poder público e dos empresários urbanos ligados ao turismo e as redes comerciais afins, como uma das particularidades gastronômicas e socioculturais que anunciaria positivamente a cidade seja para a visitação ou para os investimentos financeiros em cultura.

A noção da diferença e peculiaridade dessa prática tradicional que envolve as chamadas comidas das baianas, legitimadas como patrimônio imaterial em meio a um contexto onde a metonímia (Peixoto, 2004) da identidade de "um povo" encontra na chancela patrimonial, um significativo potencial atrativo para sua mercantilização, acabou sendo, de certa maneira, apropriada pelos construtores oficiais da cidade que objetivam formular uma imagem de consumo atrativa dos lugares. Isso quer dizer que, junto aos supostos atributos históricos e identitários do patrimônio inscrevem-se imagens da cidade (re)inventadas para a lógica da *cultura de consumo* (Featherstone, 1995; Leite, 2007; 2010). Por outro lado, elas também são reapropriadas pelos sujeitos que são, em alguma medida, objetos e sujeitos de sua coisificação. É o caso das baianas de acarajé, mas também de outros atores como dos coordenadores do Grupo Musical de Intercâmbio Tambores do Mundo[15], que de alguma forma expressaram, dentro de um processo ambíguo de (re) apropriação, da narrativa da diferença outrora objetivada nos discursos dos organizadores e investidores dos megaeventos, um uso a seu favor.

Esse argumento nos leva a outra reflexão correlata que põe em questão que diante de um normativo exigido *em tempo de Copa*, mas para além dele, enquanto produto de mercado capaz de mais ou menos forjar uma imagem de consumo atraente, haveria também práticas destoantes, que possibilitariam gerar menos uma cultura hegemônica do capital e mais um resultado *híbrido* (Canclini, 1997) do local espetacularizado. Todavia, a meu ver é preciso considerar que essa noção de *hibridização* encontra limites se não dimensionarmos as relações hierárquicas que permeiam a imagem oficial da cidade e aquelas reapropriadas pelos sujeitos que vivem e experimentam as práticas culturais, sendo que inscritos nelas são objetivados (Gonçalves, 1996). De outro modo dito, o que das baianas parece ser, enfim, revalorizado nessa perversa estetização mercantil da "*beleza do morto*" (Certeau, 2011)?

Ao menos, segundo a perspectiva dos construtores oficiais da cidade, pode-se interpretar que a cultura que é revalorizada atende ao estatuto da espetacularização urbana, logo é subjugada aos postulados qualificatórios do mercado, no que diz respeito aquilo que é ou não conveniente para ser expressado como representativo da cidade. Nesse âmbito, ainda que os sujeitos possam criar ou subverter as práticas e os sentidos incialmente ordenados, algumas características cabem, outras precisam ser suprimidas, em nome da espetacularização como processo mais amplo que a subscrevem.

Com efeito, observa-se que as baianas, por exemplo do caso analisado, são e não são atores protagonistas e autônomos dessa retórica da revalorização existente *em tempo de copa*. Assumem relativo protagonismo na medida em que sob esse patamar da imagem de consumo construída, fazem usos específicos, reapropriando-se daquilo que eventualmente destinaria para elas a condição de *coisa*. Por outro lado, ainda que estejam cientes de que precisam também fazer parte do jogo, como forma de sobrevivência espetacular de uma economia marginal aos centros dos investimentos e promoção turísticas do capitalismo, elas acabam por figurar dentro dos processos que se realizam através da égide de uma (re) valorização cultural que toma a beleza do morto (Certeau, 2011) como estética vendável e politicamente aceita. O perverso é que, talvez, somente assim, elas possam ser enfim "incluídas" e convidadas a fazer parte do *espetáculo*. (Ver figuras 2 e 3).

---

14 O registro ocorreu em 2005, no Livro dos Saberes, através do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

15 O Grupo de Intercâmbio Musical Tambores do Mundo se auto define como uma "Associação que promove projetos de intercâmbio musical-percussivo entre grupos que executam a música afro-baiana pelo mundo.". Disponível em: https://www.facebook.com/tamboresdomundo2014/info?tab=page_info Acessado 25/02/14.

Figura 2 / Figura 3 – Baianas na FAN FEST 2014, Salvador-BA.

(**Fonte**: FOTOS DO AUTOR, 2014.).

Evidentemente, conforme as imagens buscam demonstrar, as baianas aí retratadas não estão nem com o tabuleiro, muito menos se encontram a postos para a venda de acarajé. A participação delas na FAN FEST, durante os jogos da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, em Salvador, foi altamente performática. Em pleno Farol da Barra, numa área cercada especialmente para a festa oficial, na qual o percurso exigia que o indivíduo percor-

resse obrigatoriamente pela frente dos stands dos patrocinadores oficiais, um trio elétrico com uma banda de axé, tentava figurar aquilo que localmente representaria a cidade. Na frente do trio, a marca estampada utilizada pela Prefeitura Municipal de Salvador asseverava: "*Salvador, você sente que é diferente*". Nessa mesma perspectiva, duas mulheres, altamente estilizadas com a indumentária das baianas de acarajé desfilam na frente do trio elétrico, pousando constantemente para fotos, sorrisos e abraços.

O "novo já nasce velho"? Entre a *baianidade* e a *diferença*

Já há algum tempo, tem sido possível observarmos que algumas intervenções urbanas são comumente apresentadas como inovações do pensar e gerir urbano, ainda que se repliquem na maioria das vezes sem que ao menos sejam feitas adaptações contextuais, a partir do lugar onde são implementadas.
Nessa perspectiva, o uso da cultura e das artes como ferramentas para o desenvolvimento socioeconômico se intensificaram nos anos 80 e 90. (Matarasso, 2009; Ferreira, 2010). De fato, elas surgiram a partir dos anos 60 e 70 do século XX, onde mediadas pelo crescimento das estratégias do *city marketing* e as fortes correlações com o desenvolvimento turístico, fez emergir uma série de agentes que começaram a se destacar como empreendedores e intermediários desse processo de *regeneração urbana*. (Ferreira, 2010). Todavia, disso não há necessariamente nenhuma inovação, se considerarmos que as cidades modernas sempre foram espaços privilegiados para a promoção de práticas culturais e artísticas. (Garcia, 2004; Matarasso, 2009; Ferreira, 2010).
Conforme nos lembra Ferreira (2010), o que há de novo é que a partir das últimas décadas do século XX, essa lógica se forjou sob um contexto marcado pela "concorrência intercidades" (Fortuna, 1997) ou "competição interurbana" (Harvey, 1994), no qual se percebe o papel instrumental das intervenções culturais na potencialização de cidades aptas a disputarem maiores investimentos e atrativos econômicos. Com efeito, observa-se que a relação entre intervenções culturais e economia se estreitou, sendo a primeira geralmente submetida à lógica instrumental da segunda. Logo, como forma de alcançar maiores ganhos financeiros, a noção de cultura se ampliou e passou a ser vista de maneira relativamente ambígua, ao passo que conotada por um sentido inclusivo.
O desenvolvimento dos investimentos em políticas culturais está diretamente relacionado com o domínio da compreensão de que este tipo de "negócio", efetivamente, pode gerar bons resultados econômicos. Dessa forma, os esforços na realização de grandes eventos culturais como a Copa do Mundo de futebol passam a ser, no primeiro momento da retórica difundida, predominantemente aceitáveis pela maior parte da população, tendo em vista que, aliado a noção da importância no incentivo da cultura local, nota-se o suposto desenvolvimento dos empreendimentos econômicos com base em ações culturais. É nesse sentido que mais uma vez Ferreira (2010) nos ajuda a caracterizar esse recorte espaço-temporal excepcional que denominamos por *tempo de copa*.
Entretanto, é necessário dizer que essa constatação a respeito dos grandes eventos como momento privilegiado para as políticas de regeneração urbana está bastante consensuada, até mesmo entre as análises que ora cumprem mais um papel crítico analítico, ora consultivo no âmbito da gestão pública ou privada. É o caso, por exemplo, das descrições operadas no trabalho de Beatríz Garcia (2004), a respeito das cidades de Glasgow (1990), Sydney (2000) e Barcelona (2004). Em maior ou menor grau, eventualmente identificamos atores que se localizam nessa tênue classificação entre o consultor e o investigador. Isso não quer dizer que tenhamos invalidado toda consideração de cunho analítico daqueles que se posicionam claramente como consultores, mas que certamente há um limite prático dessa atuação, que antes de qualquer coisa, precisa apostar na reformulação de alguma *forma de fazer*, *pensar e agir*, que possa não está sendo levada em conta no momento do planejamento e da execução dos projetos. Desse modo, me parece que François Matarasso é um dos autores que conseguiu maior legitimidade tanto entre o âmbito consultivo quanto investigativo. Para ele (Matarasso, 2009: 3-4), é preciso lembrar que a ideia de *criatividade* é histórica, logo circunscrita politicamente.

> The rise of the Creative City parallels the rise of the neoliberal globalisation that became the dominant economic model during the 1980s under the banner of the socalled 'Washington Consensus'. Among other things, this ideology required governments to remove restrictions on corporations' ability to move goods and capital across national frontiers at will. One of its many consequences was a pressure

> on cities to retain or attract inves in a global marketplace where free movement was in practice limited to the skilled or wealthy. The phrase 'city competitiveness' appeared, subsequently becoming firmly established in urban policy. International bodies such as the OECD promoted it while even the smallest cities began to compare themselves, not always on very clear reasoning, to supposed competitors abroad.

Nessa esteira interpretativa, podemos entender que aquilo que parecia ser uma identificação sábia dos planejadores, empresários e políticos a respeito da "natural vocação das cidades", diz respeito sobretudo a uma demanda necessária na ordem dos reajustes da economia mundializada capitalista, sob a qual recai aos governos locais e demais agentes de poder econômico e político, a necessidade de atrair investimentos internacionais, regulando e fomentando a economia. A noção de *criatividade* surge assim absolutamente relacionada à ideia de competição própria da lógica do mercado. Não obstante, não demorou muito para a derivação conceitual de que uma "cidade criativa" era uma "cidade competitiva". Em qualquer que seja a escala, as cidades passam a se comparar e serem comparadas, com referências internacionais eventualmente estranhas a sua dinâmica local, mas que possam exibir maior credibilidade na busca de investimentos financeiros.

Diante disso, argumenta-se aqui que se a cultura e as artes são hoje retomadas como centrais para a organização, planejamento e gestão das cidades contemporâneas é também porque, de alguma forma elas são funcionais ao atual estágio da economia. Todavia, isso não deve encerrar as investigações, pois conforme destaca S. Hall (1997), tornada central, a cultura agora precisa ser pensada a partir dos mecanismos e das forças de regulação exercidas sobre suas práticas e seus efeitos, tanto no âmbito local, quando global. Segundo o autor, quanto mais central mais poder ganha as questões relativas à cultura. Logo, as disputas e os esforços dos diversos agentes sociais tentando mediar e governar a cultura é cada vez mais significativo. Assevera-se assim que, apesar dos diferentes graus, em virtude das variedades geográficas, dificilmente há locais que conseguem se furtar dos impactos e da (re) organização no modo de vida decorrentes da centralidade da cultura.

É nesse contexto que voltamos a situar nosso olhar investigativo sobre a cidade de Salvador, *em tempo de Copa*. Para tanto, é elucidativo perceber como na apresentação do Plano *Estratégia Turística da Bahia* (Setur, 2011), o chamado "Terceiro Salto" surge como uma espécie de resposta a essa demanda externa, sob a qual as cidades são percebidas alternadamente como "mercadoria", "empresa" e "pátria" (Vainer, 2009).

Na época, entre a candidatura e a preparação, a lógica que perpassava as narrativas oficiais articulava uma noção ativa dada à cidade, capaz de aproveitar a oportunidade como eficaz empresa, não apenas preocupada com os lucros, mas com relativa integração de todo tecido urbano, no que chamam de tripé: Meio Ambiente, Social e Econômico. Contudo, enquanto "cidade empresa" (Vainer, 2009), é preciso demonstrar-se competitiva.

No discurso, as características da "cidade mercadoria" (Vainer, 2009) vem depois, quando efetivamente quase nada da integralidade proposta se realiza. Após não conseguir ter êxito na infraestruturação da mobilidade urbana e de ter a retórica do desenvolvimento socioeconômico cada vez mais fragilizada, os construtores oficiais da cidade de Salvador passam a apostar no "novo-velho" produto baiano, a saber, a "cultura do povo". O apelo a essa marca genérica vem acompanhado de intervenções urbanas específicas a alguns lugares de consumo, como por exemplo, a Avenida Oceânica, que interliga o trecho mediador do Farol da Barra e o Porto da Barra; e o Pelourinho, onde algumas das casas e casarios que foram compradas pelo Consórcio empresarial Shopping Iguatemi, tiveram as fachadas das casas[16] pintadas em cores "vivas" e "alegres". A esses espaços determinadas objetivações são realizadas, apropriando-se de práticas culturais como as rodas de capoeira, os blocos afro e os ofícios das baianas de acarajé.

O que está implícito e explícito a essa caracterização é a (re)valorização de um jeito de ser "alegre" e "diferente" do baiano. Todavia, conforme sabemos, observa-se já há décadas na cidade de Salvador, como as ideias de *festa*, *alegria* e *negritude* contribuem por forjar a ideia de *baianidade*. Agora é a terminologia "diferença" que ocupa sua síntese. As frases *slogan* divulgadas pela Prefeitura Municipal expressam bem isso entre os anos de 2013 e 2014: "É diferente, é Carnaval de Salvador"; "Salvador, você sente que é diferente"; Ambas

16 As casas mantém-se desocupadas, o que tem gerado protestos de alguns movimentos sociais da cidade, que acusam o Consórcio de, em complacência com o poder público, especulação urbana a partir da estocagem do território.

são *formas de um dizer* espetacularizado que se articula a expressões qualificadoras de uma suposta identidade genuinamente baiana.

Contudo, para além de analisarmos isso apenas como uma "forma de dizer" algo da cidade, talvez seja interessante concebê-la dentro de um *campo de disputa* (Canclini, 1997), que toma a referência cultural como *estratégia* (Certeau, 1998) na formação de uma imagem oficial da cidade. O recurso ao patrimônio imaterial do ofício das baianas, a *ludificação* (Baptista, 2005) da capoeira e a estetização racial dos negros são acionadas numa espécie de *retórica da perda* (Gonçalves, 1996) apresentadas sob a revalorização edificante que os construtores oficiais da cidade agora operam. Nessa perspectiva, a legitimidade da cidade de Salvador é construída sob variadas lógicas que, em sua característica comum da retórica, precisam se demonstrar capazes de atender convenientemente e em cada circunstância do processo de preparação e realização das Copas da FIFA, os seus diferentes interlocutores.

A *perda* e a *revalorização* que são comumente funcionalizadas como razões das legitimações dos processos de patrimonialização, nesse caso servem como garantia de manter íntegra uma história da cidade e também do Brasil. Não obstante, "a capital da diferença e da alegria" é também o chamado "berço da civilização brasileira". A fusão entre o local revalorizado para a comunidade local é uma particularidade exposta numa transição geral ao ponto de ser capaz, ao menos na narrativa, de se evidenciar a cidade de Salvador como representativa do Brasil. Nesse sentido, a noção de "cidade pátria" conforme propõe Carlos Vainer (2009) nos é interessante, na medida em que não se desarticula da condição empresarial e mercadológica que se forja sobre a cidade. Nesse processo, exibe-se uma unidade coesa e homogênea, no qual o compartilhamento técnico e o sentimento social reúnem um tipo de patriotismo específico, chamado "patriotismo de cidade". Por um lado ele é universal, mas por outro deve aludir aquilo que faz do local em questão o orgulho da população. A invenção dessa identificação se constitui a partir de uma construção velada composta entre uma "consciência de crise" e o próprio "patriotismo da cidade", não despertados. Sendo assim, a sua revelação ocorre mediante o reconhecimento de um cenário "ruim", "miserável" e "temerário" e sua outra face, que é o suposto alívio e orgulho compartilhado de ter conseguido encontrar a saída e a superação coletiva. De tal modo que, possa parecer ser em razão da particularidade do local, que a cidade e sua população, enfim, puderam retomar o caminho do "crescimento" diante do quadro geral de competitividade urbana.

Considerações finais

Enquanto a voz amena
Fala de equilíbrio
Um rosto é só um rosto
E quem está falando
Parece uma questão divino rosto
(...)

E o defunto não deve enjeitar a cova
Humilde, desumano
Não vou duvidar do passado
Como se já não existissem velas para acender
Mas que diferença faz
Se nossas mães não choram mais

E de meu pai não vejo sorriso
Se os velhos não podem
Criar suas rugas
O novo já nasce velho
(O RAPPA, Album **Acústico MTV, 2005**)

Nos versos do grupo musical brasileiro, O Rappa, entre outras possíveis interpretações suscetíveis de um produto musical, a meu ver, o drama entre o passado e o presente parece nos colocar sob uma importante questão que, em alguma medida, perpassa o fundamental exercício do lugar e do sujeito de fala. Nos versos, o passado é rememorado sob uma espécie de presente imperativo que a cada instante lembrado, nos desloca para outra lembrança, ao máximo, seletiva do que e de quem pôde se lembrar.

Seria o "novo" a emblemática presença de uma regressiva agenda "velha" da gestão e do planejamento urbano ou a questão é a ausência de um olhar mais sensível àquilo que soberanamente tem sido ignorado na dita *figuração* (Boyer, 1994) das cidades? De qualquer modo, uma série de autores (Duxbury; Fortuna; Bandeirinha; Peixoto, 2012) atentam para o fato de que, "*aquilo que seria uma resposta à crise, e um vetor de relançamento, acaba por estar na origem de iniciativas e de equipamentos sobredimensionados que podem agravar ainda mais, a médio e longo prazo, a já difícil situação de muitos locais.*".

No caso que temos investigado de Salvador, a cidade da *alegria* e da *diferença* tem sido, no máximo, aquilo que reside pela não presença de um passado lembrado de modo espetacular. Por isso também precisamos registrar os lugares e usos, as formas de contra-apropriação ou suas indiferenças. É uma espécie de percurso que estando dentro, está simultaneamente fora do ordenamento previamente requerido, ainda que, em alguma medida, possam ser somente nuances produtivas da geração de um *mais valor*.

Referências Bibliográficas

ANCOP. (2014), *Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil.*

ANDRADE, C.M.D.G. (2000), "Investimentos em Turismo". In: *SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOVERNO DA BAHIA. (Org.). Tendências da Economia Baiana.* Série Estudos Estratégicos. Salvador, p.p. 199-220.

ARAÚJO, Jean Marcel Oliveira. (2006), *BAHIA: Negra, mas limpinha*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. UFBA-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Salvador.

BAPTISTA, Luís Vicente. (2005), "Territórios lúdicos (e o que torna lúdico um território): ensaiando um ponto de partida", In: *Fórum Sociológico*, 13/14 (2ª série), 47-58.

BOYER, M. Christine. (1994), *The City of Collective Memory. Its Historical Imagery and Architectural Entertainments***.** Massachusetts Institute of Technology.

CANCLINI, Nestor Garcia. (1997), "O Porvir do Passado". In: *Culturas Híbridas. Estratégias para entrar e sair da Modernidade.* São Paulo, EDUSP. P.p. 159-204.

CERTEAU, Michel. (1998), *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis. Ed. Vozes.

----------. (2011), *A Cultura no Plural***.** 7ª ed. Campinas-SP: Papirus.

DEBORD, Guy. (1997), *A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.

DUXBURY; FORTUNA; BANDEIRINHA; PEIXOTO. (2012), "Em torno da cidade criativa", *Revista Crítica de Ciências Sociais, 99*, 12 de dezembro. Online, Centro de Estudos Sociais (CES). P.p. 5-8.

FEATHERSTONE, Mike. (1995), *Cultura de Consumo e Pós-Modernismo*. São Paulo, Studio Nobel.

FERREIRA, Claudino. (2010), "Cultura e Regeneração Urbana: Novas e Velhas Agendas da Política Cultural para as Cidades." In: *Tomo. Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Universidade Federal de Sergipe. Dossiê Cidades*. Ano XII, 16, Jan / Jun

FORTUNA, Carlos. (1997), "Destradicionalização e imagem da cidade: O caso de Évora". In: *FORTUNA, Carlos (Org.). Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Celta. P.p. 231-257.

----------. (1999), *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais: Estudos Sociológicos de Cultura Urbana*, Oeiras, Celta.

----------. (2013),"A cidade como palco. Precisamos mais teatro!". In: *FORTUNA, C...et al. (orgs.). Cidade e espetáculo: a cena teatral luso-brasileira contemporânea*. São Paulo: EDUC. P.p. 17-22

GARCÍA, Beatriz (2004), "Urban Regeneration, Arts Programming and Major Events.

Glasgow 1990, Sydney 2000 and Barcelona 2004", *International Journal of Cultural Policy*, 10 (1), 103-118).

GOMES, Carina Sousa. (2012), "Novas imagens para velhas cidades? Coimbra, Salamanca e o turismo nas cidades históricas1". In: *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto***,** XXIII, pág. 37-49.

GONÇALVES, Jose Reginaldo S. (1996), "Patrimônio Cultural e Narrativas Nacionais". In: *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.* Rio de Janeiro, UFRJ / IPHAN. P.p. 11-35.

HALL, Stuart. (1997),"A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo". *In: Educação & Realidade***.** Open University: 22, 2.

HARVEY, David. (1994), *A Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural.* São Paulo, 4ª edição, Loyola.

IBGE. (2010), *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro

LEITE, Rogerio Proença. (2007), *Contra-usos da Cidade: lugares e espaço público n a experiência urbana contemporânea***.** 2º Edição, Aracaju, UFS / Campinas, UNICAMP.

----------. (2008), "*Image making*: notas sobre a estética visual nas cidades contemporâneas". In: *LEITE, R.P. (Org.). Cultura e Vida Urbana: ensaios sobre a cidade.* Aracaju, Ed UFS-SE. P.p 171-199.

----------. (2010), "A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas". In: *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*. 25, 15. P.p. 73-88.

MASSEY, D. (2000), "Um sentido global de lugar". In: *ARANTES, A. (org.) O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus, p.p. 176-185.

MATARASSO, François. (2009), "A PLACE IN THE CITY.RECOGNISING CREATIVE INCLUSION". In: *Paper to the Creative Communities Conference, Surfers Paradise*, Australia 16 April.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. (2008), "A economia de Salvador e a formação de sua Região Metropolitana". In: *CUNHA, E.M.P; PEDREIRA, R.S. (Orgs.). Como anda Salvador***.** Brasília, Ministério das Cidades. p.p. 1-50.

PEIXOTO, Paulo. (2004), "A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização". In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 12, p.p. 183-204.

PINHEIRO, Eloísa Petti. (2002), "O caso da cidade do Salvador". In: *Europa, França e Bahia. Difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador).* Salvador: Edufba. P.p. 181-284.

PINHEIRO,L.I.F;GUIMARÃES,C.R.F.F;COSTA,R.M.S.(2011),"INDICADORESMACROECONÔMICOS DO TURISMO, DOS PRINCIPAIS DESTINOS LITORÂNEOS DA BAHIA, NO PERÍODO DE 1998 A 2008." In: *Cultura, Revista de Cultura e Turismo*, ano 05 - 01/Especial - Jan/.

SÁNCHEZ, F. (2001), "A reinvenção das cidades na virada de século: Agentes, estratégias e escalas de ação política". In: *Revista Sociologia e Política*. Jun, 16. Curitiba, p. 31-49.

SANTOS, Milton. (2008), "Formação da cidade e evolução da região". In: *O Centro da cidade de Salvador*. São Paulo: Edusp; Salvador: Edufba. P.p. 35-66.

SETUR. (2011). *Estratégia Turística da Bahia. O Terceiro Salto (2007-2014).* Salvador: Secretaria de Turismo.

VAINER, Carlos. (2009), "Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano". In: *Arantes, O; Vainer, C; Maricato, E. (Orgs.) A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos.* Petrópolis: Vozes. Pp.75-104.

ZUKIN, Sharon. (2000a), "Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder". In: *ARANTES, A. (org.) O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus, p.p. 80-103.

----------. (2000b), "Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano". In: *ARANTES, A. (org.) O Espaço da Diferença***.** Campinas, Papirus, pp. 104-115.

O auto do círio e o seu espetáculo: a utilização do evento cultural como forma de trazer visisbilidade para centros históricos, cidade velha

Gabriela Da Costa Araújo[1]

Resumo: O presente artigo procura fazer uma análise sobre o uso de um evento cultural, o Auto do Círio, para a promoção de visibilidade de um espaço público, o bairro da Cidade Velha que é o Centro Histórico da cidade de Belém do Pará, constituído como bem patrimonial da cidade. Partindo da compreensão que os produtores culturais (que projetaram inicialmente o evento e o desenvolveram) possuíam ao fazer a escolha da Cidade Velha como palco do Auto do Círio, onde no dia do evento se presencia a grande ocupação do espaço, as ruas, do bairro. Esta pesquisa foi constituída por entrevistas realizadas com os produtores culturais: Miguel Santa Brígida, Margareth Refekalefsky e Zelia Amador de forma qualitativa, assim como, alguns dos participantes do evento (atores e produção).

Palavras Chave: Cidade Velha; Espaço público; Patrimônio; Auto do Círio.

Introdução

Este trabalho surge através da motivação de procurar identificar o que motivou a realização do evento Auto do Círio, no bairro da Cidade Velha, o Centro histórico da cidade de Belém do Pará? Procurando assim, compreender a partir da análise que alguns dos seus produtores culturais (Margareth Refskalefski, Miguel Santa Brigida e Zélia Amador) fizeram para escolha deste espaço. A escolha destes entrevistados teve como critério de maior relevância, a participação dessas pessoas na formação do Auto do Círio, como os seus idealizadores e diretores, já que se acredita que, nada mais justo, do que ir buscar essas respostas com os principais formadores do evento.

E tendo em vista, que este trabalho pode se classificar como uma pesquisa antropológica, em que o seu objeto é caracterizado por um espaço de práticas que se desenvolvem, dando a este, vários usos e significados, é preciso, de acordo com o Magnani (2000), «delimitar as unidades significativas para a observação e análise». Portanto, dentre de todas as características que o evento possui, procurou-se delimitar a pesquisa somente a um questionamento, deste modo, delimitando o campo. E tendo em vista, que este evento[2] cultural, já possui uma pesquisa de campo iniciada, assim como alguns resultados, procurou-se desenvolver o artigo a partir dos resultados coletados, partindo da compreensão da motivação para a realização do evento, Auto do Círio, no Centro histórico de Belém, Cidade Velha.

Metodologia

A metodologia percorrida, se deu com uma análise dos objetos de estudos (espaço público, espaço urbano, patrimônio, sociabilidade e etc.). Em que, ocorreu um levantamento bibliográfico, para depois se prosseguir para a pesquisa em campo.

---

1 Graduada em Bacharel e Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Para. Possui Especialização em Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial pela Faculdade Brasil Amazônia – FIBRA. E hoje é aluna do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, na área de Antropologia, pela Universidade Federal do Pará - UFPA.

2 O evento foi objeto de estudo, no Trabalho de Conclusão da Autora - ARAÚJO, Gabriela da Costa. Auto do Círio: Teatro de rua na Cidade Velha Trabalho de Conclusão de Curso - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém , 2011.

A pesquisa se caracteriza de forma exploratória, envolvendo os aspectos teóricos, tendo como objetivo a formulação de questões ou de problemas, com finalidades de desenvolver hipóteses, familiarizar o pesquisador com um ambiente, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar (clarificar) conceitos.
Assim, realizou-se a formação de uma bibliografia para construção de teorias, buscando trabalhar os interesses da pesquisa. Feito isto, bibliografia formada, realizou-se fichamentos, resumos, resenhas, etc., de cada texto (livros, artigos e etc.) estudado para se ter uma melhor compreensão e acesso ao assunto trabalhado. E com a formação teórica, a pesquisa se voltou para uma análise em campo (observação *in loco*), na forma de observações, entrevistas e a aplicação dos questionários nas visitas realizadas, com os moradores, produtores culturais e visitantes. E neste momento que se empregou o *olhar* e o *ouvir* do antropólogo, analisado por Roberto Cardoso de Oliveira (2000:34).

> [...] os atos de olhar e de ouvir são, a rigor, funções de um gênero de observação muito peculiar- isto é, peculiar a antropologia-, por meio do qual o pesquisador busca interpretar- ou compreender- a sociedade e a cultura do outro 'de dentro', em sua verdadeira interioridade. [...].

Nos dias de apresentações do evento, o Auto do Círio, foram realizadas observações diretas, com a coleta de dados, por entrevistas e fotografias. Assim, como se observou que por o Auto do Círio se tratar de um teatro de rua, que reproduz uma peregrinação a sua performance, os acompanhantes do evento se faziam como parte do espetáculo, assim como a pesquisadora, ao seguir com a peregrinação.
A pesquisa em campo ocorreu de maneira descritiva, para realizar de maneira densa e minuciosa a descrição do desenvolvimento do evento, do início ao fim, buscando não perder um detalhe sequer. Como Malinowski (1984) afirma, «a etnografia tem que ser realizada de maneira honesta», o etnógrafo tem que honrar o seu relato. E para Magnani (2003:84) a etnografia:

> [...] é uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para captar e descrever a lógica de suas representações e visão de mundo, mas para, numa relação de troca, comparar as suas próprias representações e teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento, ou ao menos uma pista nova, não prevista anteriormente.

E é preciso lembrar, que por se tratar de um objeto urbano, da/na cidade, procurou-se enfocar na prática metodológica das autoras Ana Luiza Rocha e Cornélia Eckert (2003), que é «pensar em si mesmo», na paisagem urbana. A cidade, o bairro, passa a existir para aquele que vive e a vive, pois quando se compreende a cidade, passa a se compreender as interações sociais presentes no espaço, assim como conhecer o mundo e também o seu eu em relação ao outro. Assim, a etnografia de rua proporciona a investigação antropológica sobre as dinâmicas das interações cotidianas e representações sociais "na" e "da" cidade.
E para facilitar este processo etnográfico, se valeu do uso de instrumentos áudio-visuais (fotos, gravações e etc.), que ajudou a comportar uma observação mais rigorosa em que facilitou um estudo sobre as relações de sociabilidade existentes, assim como, proporcionou (em alguns casos) o acesso aos sujeitos.
Junto ao processo de pesquisa em campo e a pesquisa bibliográfica, foi realizado uma análise dos resultados alcançados, que descrevo aqui como a fase do ato de "escrever", Oliveira (2000), «o escrever cumpre a mais alta função cognitiva, que seria levar os fatos observados para o plano do discurso».
Mas antes de chegar neste ponto, acredito ser necessário discutir sobre o termo Patrimônio, em que neste trabalho me utilizo como uma categoria conceitual do campo da Antropologia. Pois a antropologia, desde o seu processo de formação, se caracteriza pelas análises e descobertas de novas categorias de pensamento como a dádiva (Marcel Mauss, 2003), que se mantem até hoje. Portanto, achei que seria necessário colocar este sub-tópico para explicar a categoria, patrimônio.

A categoria patrimônio

O patrimônio é uma categoria que com o tempo vem se discutindo bastante, e a sua definição esta cada vez mais em constante mutação. E uma de suas primeiras compreensões, do termo patrimônio, surgiu na sociedade romana, e estava relacionado ao contexto privado. A palavra patrimônio tem origem latina, *patrimonium,* que «remete a herança» (Choay, 2006 ; Funari e Pelgrini,2006). Deste modo, «o patrimônio era visto nestas sociedades como algo individual, patriarcal e aristocrático» Funari & Pelegrine (2006), não que hoje ainda não nos deparamos com esta conceituação, mas este não vem ser o foco deste trabalho.
Entretanto, essa ideia começa a ganhar sentido de propriedade coletiva no período da Revolução Francesa (século XIX), que é quando se desenvolve um "moderno" significado para o termo patrimônio, no qual, «[...] Ela agora não visa apenas à conservação das igrejas medievais, mas, em sua riqueza e diversidade, á totalidade do patrimônio nacional.», Choay (2006:97), com isso o patrimônio passa ser compreendido como bens que transmitem e invocam o sentimento de nação, é vinculado a noção de cidadania, como pode ser observado em, Funari e Pelegrini (2006:19).

> [...] Em plena Revolução Francesa, em meio às violências e lutas civis, criava-se uma comissão encarregada da preservação dos monumentos nacionais. O objetivo era proteger os monumentos que representavam a incipiente nação francesa e sua cultura. [...]

No Brasil, a legislação acerca do patrimônio cultural é do ano de 1930, e nos contextos de políticas preservacionistas foi criado, em 1936, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), com a função de tombar e preservar os bens patrimoniais vistos como possuidores de uma memória que contribuísse para a identidade nacional. Segundo Funari e Pelegrini (2006:46): «[...] Essa escolhas foram feitas devido a seus vínculos com história oficial da nação [...].».
No entanto, tal perspectiva começa a vim a ser alterada, como até hoje. Mario de Andrade, já apresentava uma nova noção de patrimônio, no qual em 1936 o mesmo formula um projeto de proteção para o patrimônio artístico e nacional para o então Ministro Gustavo Capanema, que consta uma ampliação da concepção que o termo patrimônio abarcaria; como as manifestações culturais, os bens arqueológicos, a culinária, os modos de fazer e etc. No entanto, é somente na década de 70, que o órgão substituto do SPHAN, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), começa a reavaliar os seus «objetos de preservação», Fonseca (2003).
E com a Constituição de 1988[3] compreende-se com uma noção mais vasta sobre o que se pode considerar patrimônio cultural, surge à concepção de imaterialidade do patrimônio, «[...] O reconhecimento de uma vasta gama de bens procedentes, sobretudo, de saber popular alargou a concepção de patrimônio, agora assentada na diversidade cultural, étnica e religiosa do país. [...].», Funari e Pelegrini (2006:49).
Assim, pelo pouco que foi exposto aqui, observou-se que a concepção de patrimônio não é estática, pelo contrário, é mutável. É uma palavra que muitas vezes parece não ter limite de qualificação. E como já foi dito, esta palavra possui um caráter moderno, no entanto, esta categoria já se fazia presente no mundo clássico e na Idade Média, assim como nas sociedades tribais, segundo Gonçalves (2009:26):

> O que estou argumentando é que estamos diante de uma categoria de pensamento extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana. Sua importância não se restringe às modernas sociedades ocidentais.

No entanto, essa categoria não se concebe da mesma forma em todas as sociedades, é preciso primeiramente conceber as dimensões das relações simbólicas que ela compreende em uma sociedade. Sendo assim, procurou delimitar a concepção de patrimônio, como um conjunto de bens, materiais e imateriais, que são considerados de interesse coletivos, suficientemente relevantes para a perpetuação no tempo. O patrimônio proporciona a

---

3 Ver: http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cf215a216.htm#Art. 216. Acesso em 06-05-2014

recordação do passado. «Possui, assim, uma função (re) memorar acontecimentos, fatos que foram importantes», segundo Sara Martins (2011). Pois é, importante pensar o bairro da Cidade Velha, dentro desta concepção, para se compreender a escolha deste bairro como palco para a encenação do evento.

O Bairro: Cidade Velha o Centro Histórico de Belém

Antes de se conceber o bairro da Cidade Velha é preciso, primeiramente fazer uma breve apresentação da cidade de Belém, cidade do bairro. Contextualizando a sua fundação com o surgimento do bairro. Belém faz parte do Estado do Pará, como a sua capital, se localizando na região Amazônica, ao norte do Brasil. Sua fundação ocorreu em 12 de janeiro de 1616, pelo então capitão, na época, Francisco Caldeira Castelo Branco, que vinha em missão de proteger a região Amazônica, Penteado (1968:95).

> O fundador de Belém partira do Maranhão, com uma frota composta de três embarcações tripuladas por 150 homens; acompanhando a recortada costa do Pará, adentrou s baia do Marajó e, passando por entre o grupo das que dão origem à estreita baía do Guajará, junto à barra do rio Guamá, encontrou um local excelente para edificação de um forte, pois 'agradou-se Castelo Branco de um ponta de terra, inacessível pela parte do mar (sic) e defendida pela parte da terra por extensão igarapé, que nascendo do alagadiço do Piri ia desembocar onde hoje é a doca do Ver-O-Pêso. Neste ponto construí êle um Forte de madeira coberto de palha, [...], a que denominou Presépio, não só porque aquela ponta alta dava aquela aparência a quem viesse da baía de Guajará, como porque partira no dia de Natal, do Maranhão'.

Assim, se concebeu a cidade, e ao redor do Forte um povoado se formou e, que foi incialmente denominado de Feliz Luzitânia e logo depois de Santa Maria do Grão Pará, Santa Maria de Belém do Grão Pará e por fim, Belém do Pará. Assim, com a formação de um povoado ao redor do Forte, foram se constituindo caminhos que eram abertos em mata virgem, que logo depois se tornaram as primeiras ruas da cidade, dando assim ao processo de consolidação para uma dos primeiros bairros da cidade, a cidade Velha.

A Cidade Velha é um dos bairro mais antigo da cidade de Belém, assim como o bairro da Campina, e mais precisamente é conhecido como local de origem da cidade. Hoje o bairro é tradicionalmente conhecido como centro histórico de Belém, é um bem tombado como Conjunto Arquitetônico[4], Urbanístico e Paisagístico, pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional) .

Este bairro abarca dentro da sua estrutura grandes representações da Belém Colonial e da Belém da *Belle Époque*, momento do período da Borracha, passa pelo processo de embelezamento e modernização, «período conhecido como Belle Époque» (Leão 2011). Os quais deixaram como características importantes na Cidade Velha, a sua imponência histórica, apresentada em sua arquitetura e história, bastante visível em suas praças, Igrejas, casas, prédios antigos, etc., que segundo Carlos Fortuna (2006:03), podem ser qualificados como patrimônios culturais urbanos.

> [...] São patrimônios históricos edificados, mas também patrimônios sócio culturais, artísticos, lingüísticos e humanos que encontram expressões diversas nas cidades de hoje, embora não exclusivamente. Estes patrimônios, tanto dos tangíveis como os intangíveis, enunciam modos de viver passados e actuais que, no seu conjunto, constituem a memória social e, em muitos casos e por isso mesmo, revelam e significam o próprio espírito dos lugares.

---

4 [...] tendo se tornado patrimônio histórico de pleno direito, os centros e os bairros históricos oferecem atualmente uma imagem privilegiada, sintética e de certa forma magnificada, das dificuldades e contradições com as quais se confrontam a valorização do patrimônio arquitetônico em geral, e em especial sua reutilização ou, em outras palavras, sua integração na vida contemporânea. (Choya, 2006: 222).

E após, constatada a importância da arquitetura histórica do bairro, foram tomadas medidas que o preservassem com tal, Miranda (2006: 55).

> No Pará, as primeiras medidas oficiais com relação à preservação do patrimônio ocorreram na década de 60, quando foi publicada a Lei nº 6.307 de 03 de abril de 1967, que 'Limita a área da Cidade Velha para sua preservação histórica e dá outras providências'. [...]. No Art. 6º, a Lei determina que 'todas as obras de construção nova ou de reforma, obedecerão ao estilo tradicional do Bairro em suas características peculiares, cor, proporções, forma, sempre em equilíbrio com o conjunto arquitetônico existente.'. E acrescenta no artigo 8º que as intervenções deverão estar vinculadas ao espírito colonial predominante no bairro.

Partindo desta primeira intervenção em relação à preservação do patrimônio, muitas outras intervenções ocorreram. Em que, alguns prédios históricos do bairro, passaram por esse processo, renovando as suas estruturas que já estavam degradas. No entanto, estas intervenções não foram imediatas, foi um processo demorado, no qual, até hoje ainda se observa o descaso com patrimônio no bairro, assim como na cidade.
A Cidade Velha abriga o berço das principais igrejas da cidade, como a Catedral Metropolitana da Sé, de Nossa Senhora do Carmo, São João, de Santo Alexandre e tantas outras. O bairro possui muitos casarões antigos, no qual, nota-se a presença destes, por um rápido caminhar pelas ruas do bairro. E segundo muitos relatos de memória e encontrados em livros como o de José Valente (1993), foi neste bairro, que «as primeiras ruas de Belém surgiram, como a rua Espírito Santo (atualmente Dr. Assis) e a rua do Norte (atual Siqueira Mendes)», entre outras. E é bom ressaltar, que o Auto do Círio, faz boa parte de seu percurso na rua Dr. Assis, Penteado (1968:100).

> [...] veio dar origem à primeira rua de Belém, acompanhava a escarpada do terraço do sítio primitivo da cidade pelo lado do Guamá; era muito plano e se desenvolvia numa altitude situada em torno de cota dos 9m; transformou-se na então chamada rua do Norte, atual rua Siqueira Mendes cuja extensão, da praça Frei Caetano Brandão até a frente da Igreja do Carmo [...].

O bairro é um local de grande expressão cultural que varia entre as atividades religiosas, como o Círio[5], e as carnavalescas, como o carnaval[6] de rua. E estas atividades culturais, são reconhecidas como representantes da cultura paraense, Clavel, In: Jeudy e Jacques (2006:70).

> A cultura da cidade é a dos cidadãos que fazem parte da cidade [...] As maneiras de ser de seus habitantes talvez também tenham sido modeladas segundo os acasos da história vivida pela cidade. [...] A cidade também é feita de lutas e acordos locais inscritos nos lugares: tal casa, tal sala de reunião, tal rua, tal bairro, onde pronunciaram-se palavras, desenrolaram-se acontecimentos que impregnaram as memórias. A cultura da cidade é também feita deste passado, presente através dos lugares. [...].

---

5 O Círio que é caracterizado neste bairro, é uma das maiores amostras da devoção religiosa, católica, que se encontra no Estado do Pará, em homenagem a N. Sra. de Nazaré. Foi no ano de 1792 que o vaticano autorizou que se fizesse uma procissão em homenagem a Virgem de Nazaré mas foi somente em 1793 que ela foi realizada. E hoje é uma das festas mais tradicionais do Brasil, «[...] Trata-se de uma festa devocional, [...].». (Alves 1980:17).

6 O movimento carnavalesco no bairro vem de muito longe. Por volta da década de 40, existiam no bairro núcleos de concentração de blocos carnavalescos, como na casa da Dona Branca, na Gurupá entre Cametá e Rodrigues dos Santos e na casa dos 'Mangabeira', na Cametá. O filho da D. Branca – conhecida doceira – é cantor de boleros e participava ativamente desses blocos [...]. (Miranda, 2006: 152).

Este bairro se caracteriza como um espaço público de circulação e sociabilidade, no qual, ocorre uma «sociação», Simmel (2006) entre os indivíduos, na medida que esta sociação ocorre em forma de agrupamentos que visam interesses temporários ou duradouros. Entretanto, o que deve ser destacado é que o bairro possui uma história, o que faz dele um local de reconhecimento histórico para a sua cidade, como pode ser destacado por Maria Sobral (82:2006):

> [...] um aspecto pode ser evidenciado na compreensão da memória que é construído no âmbito das práticas sociais circunscritas aquele espaço: o significado simbólico que o lugar suscita como referência das histórias de vidas atreladas que estão no seu contexto sócio-histórico-cultural.

E é importante se ressaltar, que para a consideração do bairro, especificamente os seus espaços de sociabilidade, como espaço público, se valeu da análise de Leite (287:2004).

> [...] uma noção de *espaço público* que não inclua as práticas interativas entre os agentes envolvidos na construção social do seu espaço, seria apenas uma noção que se estaria referindo a um espaço urbano. Inversamente, uma noção que prescinda de uma referência espacial para essas ações interativas pode ser entendida como uma esfera pública. Quando, portanto, há uma convergência entre categorias *espaço* e *ação*, podemos entender que se tem um espaço público, formado da interseção entre espaço urbano e a esfera pública, construtos dos quais retira, respectivamente, as categorias que lhe são constitutivas: *espaço* e *ação*. [...].

Para o autor um espaço urbano somente se estabelece como um espaço público quando nele se unificam certas configurações *espaciais* (característica do espaço urbano) e um conjunto de *ações* (característica da esfera pública). Pois, segundo o Leite (2004), «[...] a partir dessa relação entre *espaço* e *ação*, as práticas interativas atribuem sentidos aos lugares, que por sua vez contribuem para a estruturação dessas ações [...].».
Com isso, sabe-se que nem todo espaço urbano é um espaço público, já que para ser definido como tal, o espaço urbano precisa que as ações lhe proporcionem sentidos. E é a partir desta compreensão de Leite (2004), sobre o espaço público, pode-se compreender que espaço em que o Auto do Círio está inserido, como o bairro, caracteriza-se naquele momento como um espaço público. Pois, as ações que são produzidas pelo Auto do Círio, assim como muitas outras, que ocorrem naquele espaço o promovem como tal.

O espetáculo: o auto do círio

O Auto do Círio, conhecido como um teatro de rua[7] que ocorre na cidade de Belém/PA surgiu no ano de 1993. Foi criado pelo então Núcleo de Arte (Nuar) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e foi um projeto que surgiu como proposta pelo Reitor da época, Marcos Ximenes para as professoras Zélia Amador de Deus (na época era vice-reitora da UFPA) e Margareth Moura Refskalefsky (na época diretora do Núcleo de Arte da UFPA). Em que procuravam criar um evento que desse um aspecto real as características religiosas e culturais do povo Paraense, assim consequentemente gerando uma grande homenagem de artistas (amadores e profissionais) a Nossa Senhora de Nazaré, santa padroeira do Estado.
A ideia surgiu, quando o professor Marcos Ximenes, voltando de uma viagem, que havia feita para Pernambuco

7 'Teatro de rua' é um termo que pode abarcar coisas bastante diversificadas. Pode-se pensar no teatro como conhecemos nas salas, apenas reconstituído ao ar livre; pode-se pensar no espetáculo itinerante, que é verdadeiro somente quando é verdadeiro, quando entretém as pessoas para dali tirar seu sustento; ou no espetáculo mais ou menos espontâneo como podemos ver hoje no Beauborg ou nas estações de metrô de Nova York ou Paris; ou ainda nas multíplices artes de circo; ou nos espetáculos que poderíamos definir de difusão ou contágio nas festas. [...]. (Cruciani e Faletti, 1999:19-20).

conheceu o projeto Paixão de Cristo em Nova Jerusalém[8]. Que é um teatro a céu aberto, um dos maiores do mundo, que retrata a historia da crucificação de Jesus Cristo.

A proposta do professor Marcos Ximenes era fazer um projeto com essa "grandiosidade" na cidade de Belém. Assim, propondo para as professoras Zélia Amador e Margaret Refsckalefsky que idealizassem um projeto que alcançassem essa dimensão religiosa. Com isso, o Auto do Círio surgiu, dando um enfoque real nas características religiosas e culturais da festa do povo Paraense, o Círio de Nazaré, que segundo Isidoro Alves (1980:17) «[...] Trata-se de uma festa devocional, mas feita com um sentido mais abrangente, [...].».

O Auto do Círio nasceu, segundo as informações recolhidas em entrevistas e na pesquisa de Eduardo Chagas (2008) e Gabriela Araújo (2011), tendo como objetivo: fazer a reinterpretação do Círio de Nazaré (manifestação religiosa e cultural Paraense) através do teatro; desenvolver a valorização das manifestações populares; gerar a integração das várias linguagens artísticas (o teatro, a dança, a música e etc.); proporcionar a prática de extensão[9] com os alunos da UFPA (já que este é um evento realizado pelo próprio órgão); contribuir para o calendário cultural da cidade (gerando o turismo); promover uma homenagem dos artistas a Nossa Senhora de Nazaré; *promover a valorização dos espaços históricos do bairro Cidade Velha, como palco artístico e cultural da cidade* (grifo meu); e etc.

Dentre estes aspectos que levaram a formulação e desenvolvimento do evento, encontra-se a resposta para o questionamento dessa pesquisa, qual o propósito da escolha do bairro da Cidade Velha, especificamente tendo como ponto de partida da peregrinação, a Praça do Carmo?

Um dos objetivos da escolha da Cidade Velha como palco para o Auto do Círio era direcionar o olhar da comunidade paraense para o bairro da Cidade Velha, que possui uma importância para a história da cidade, por ser um dos primeiros bairros, e para o próprio Círio de Nazaré, que é de onde se inicia a procissão. Esta escolha fez com que a estrutura do bairro se tornasse em um espaço cênico do evento, e com isso promovendo no espaço uma grande interação do público[10].

Além de, segundo os mesmos, trazer para aquele local uma visibilidade pública, já que para eles o bairro, estava "abandonado". Acredita-se que aqui, o que se pretendia realizar é o que Jane Jacobs (2003), propõe como forma de segurar espaços urbanos e públicos abandonados, tornar aquele espaço, em um local de circulação frequente, o que garantiria a segurança e a vida do espaço. Pois como a mesma afirma, a segurança e a vida das ruas e calçadas devem ser mantidas pelas redes intricadas de relações e comportamentos da própria população. No entanto, é preciso considerar que o evento só ocorria num certo período.

> "Aquele lugar é de uma força ancestral e simbólica imprescindível para a dimensão ritual e espiritual para o espetáculo. [...].". (Miguel Santa Brígida, comunicação pessoal)[11]
>
> "A gente queria, era algo que mobilizasse a cidade. Pensamos na Cidade Velha, que naquele momento, a gente entendia que precisava ser um pouco agitada, mexida [...].". (Zélia Amador, comunicação pessoal)[12].
>
> "Queríamos devolver um olhar especial para aquele bairro. Um olhar de amor, respeito e preocupação com a história da cidade, de sua fundação e do Círio de Nazaré especialmente.". (Miguel Santa Brígida, comunicação pessoal).

---

8 É um evento realizado no Estado de Pernambuco, que retrata as últimas horas de Cristo antes a sua ressurreição, e é considerado o maior teatro a céu aberto. Ver:http://www.novajerusalem2014.com.br/. Acesso em: 06/05/2014.

9 A extensão é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa em prol da sociedade.

10 Segundo Arendt (2007), um espaço se torna espaço público a partir do discurso e da ação que são empregados no espaço.

11 Entrevista concedida por BRÍGIDA, Miguel Santa. [Agosto de 2011]. Entrevistadora: Gabriela Araújo.

12 Entrevista concedida por AMADOR, Zélia. [Setembro de 2011]. Entrevistadora: Gabriela Araújo.

Segundo os seus produtores as estações estão em lugares estratégicos do bairro, onde se observa a presença de prédios de imponência arquitetônica e histórica para a cidade, para com isso acabar gerando um processo de valorização deste espaço através da exposição que o evento promove ao local, o objetivo aqui é promover uma valorização do bairro da Cidade Velha e fazer com que ele seja reconhecido como um palco artístico-cultural da cidade. Pois, o bairro possui uma grande representação cultural para cidade, através das manifestações que ali se encontra, e sua história.

Em relação a essa importância que a Cidade Velha possui para a cidade, observa-se na resposta dos participantes[13], sobre "o que eles achavam de o evento ser na Cidade Velha?":

> "[...] ruas carregam um memória bastante peculiar do povo paraense.". (Participante 1).
> "O auto do Círio precisa ser nas ruas da Cidade Velha, por ser o berço de Belém.". (Participante 2)
> "A cidade Velha é alma da cidade, então não existe melhor lugar para a apresentação". (Participante 3).
> "As ruas da cidade velha, carregam um memória bastante peculiar do povo paraense.". (Participante 4).
> "A Cidade Velha representa o verdadeiro berço de Belém, e a sua importância histórica aproxima ainda mais o povo da nossa cultura (...).". (Participante 5).

Esse processo de utilização do espaço, que o Auto do Círio faz com o bairro da Cidade Velha, é característico do teatro de rua, que utiliza o bairro como espaço cênico. Proporcionando com isso, uma interferência naquele espaço.

Essa promoção do bairro pode ser compreendida a partir do princípio de que o evento tem como objetivo a utilização da cultural, presente no Auto do Círio, para promover o bairro. O Auto do Círio enxerga o potencial cultural que o bairro possui e utiliza para retratar em seu evento estas características. Além de se utilizar da própria estrutura do bairro.

A estrutura do bairro foi um dos fatores que possibilitaram a realização do Auto do Círio no local, por apresentar, como característico de sua estrutura, ruas estreitas e prédios de imponência histórica. É o que relata Adailton Teixeira (2008:22):

> [...] A fachada de uma instituição financeira, uma igreja ou um conjunto de prédios populares podem e devem ser utilizados como elementos simbólicos em um espetáculo, afinal todos eles têm significados históricos, sociais, econômicos e culturais. [...].

Assim, observa-se que o bairro serviu de forma adequada para representar o espaço cênico do evento.

> [...] as ruas... as ruas elas eram convidativas a esse cortejo. O Auto, o Auto, o Auto comporta um cortejo né? E a gente queria uma coisa mais aconchegante nisso. Por que a cidade Velha era perfeita para isso.". (Zélia Amador, comunicação pessoal).

Por ser um bairro histórico, e, portanto, fazendo parte da construção da sociedade Belenense, o local possui um grande simbolismo para a sociedade. Por apresentar em seu contexto histórico, um referencial cultural para cidade Belém, é que Maité Clavel, In: Jeudy e Jacques (2006) esclarece que, « a cultura da cidade, é também projetada através do passado dos lugares, presentes nessa cidade». O que acabou por proporcioná-lo como palco perfeito para o evento.

---

13 Entrevista realizada, em comunicação informal e optou-se por preservar a identificação dos participantes, por isso os participantes são enumerados e não nomeados.

A Cidade Velha é caracterizada por seus territórios culturais[14], que fazem com que o bairro se identifique como tal. E sendo assim, um local de grande importância para a sociedade, consequentemente para a cidade.

> [...] Chegamos à conclusão que aquele roteiro era o melhor, pelas condições simbólicas que o espaço tem. Que seria o ideal. E pela proximidade da Igreja, pela proximidade do local de fundação da cidade. Todo aquele meio ali, da Cidade Velha, é o que no fundo marca toda a identidade da gente paraense. [...]. Então era o espaço simbólico que a gente achou mais forte. (Margaret Refskalefsky, comunicação pessoal).[15]

Algumas considerações

Neste trabalho, foi feita uma investigação sobre os motivos que fizeram os idealizadores escolherem, dentre os outros bairros da cidade de Belém, porque na Cidade Velha?

Os organizadores do evento queriam utilizar a estrutura do bairro Cidade Velha como palco, e consequentemente promover este espaço, por este ser um bairro histórico e por possuir uma representação cultural para sociedade paraense, através do próprio Círio que se inicia pelo bairro.

A promoção deste espaço como palco, se daria pela utilização de sua estrutura arquitetônica, que é bastante marcante, como parte cenográfica do espetáculo. As fachadas das Igrejas, os prédios históricos, as suas ruas estreitas, entre outras características, promoveram o bairro a espaço cênico. E, por conseguinte, para os idealizadores do evento, fazer um espetáculo neste local, ajudaria a identificá-lo como um espaço artístico e cultural da cidade de Belém, consequentemente o público passaria a vivenciar esta característica do bairro pela sua utilização.

Logo, compreende-se que a escolha de fazer um teatro de rua, foi à forma mais viável para se promover o Auto do Círio, pois, além proporcionar o que já foi citado acima, o mesmo possui uma estrutura aberta, em que oferece a oportunidade para a realização de várias atividades dentro de um só espetáculo, como a presença do teatro, da dança, da música, etc. No evento, pode ser encontrada uma diversidade de manifestações culturais e artísticas, que são em muitos casos resgatadas, como determinados aspectos da cultura popular (danças folclóricas, a arte circense, etc.).

Com pode ser observado à realização do O Auto do Círio é um espetáculo que traz dentro de si, além de uma homenagem a Virgem de Nazaré, o desdobramento em vários aspectos que estão presentes na sua construção. E ao se buscar as repostas para escolha de fazer um teatro de rua tendo como palco o bairro da Cidade Velha, encontra-se o que os seus idealizadores queriam com a construção deste espetáculo. Pois devido, este espaço fazer parte do núcleo inicial (Centro Histórico) da Cidade de Belém, tendo assim, o seu reconhecimento e valorização como patrimônio cultural, de acordo com Leão (2011:03), «[...]. O cenário histórico torna-se atrativo para diversas manifestações culturais, em eventos lúdicos e artísticos, e nos finais de semana aumenta o número de pessoas movidas pela 'animação cultural'».

No entanto, é necessário se pensar quais as consequências que esta apropriação do espaço, a Cidade Velha, como palco de encenação causa a este bairro, além da busca de visibilidade pública. Pois, a sempre um risco a se correr a tentar adaptar centros históricos a usos culturais e turísticos, «[...] os centros históricos e os bairros antigos só poderão ser conservados e integrados à vida contemporânea se sua nova destinação for compatível com sua morfologia e com suas dimensões. [...]», segundo Choay (2006:236), fazendo daquele um espetáculo urbano (Leite,2002). Dai surge as inquietações sobre os usos e apropriações que os atores sociais, fazem da praça do Carmo, e pensar como estes usos e apropriações interferem naquele espaço, no entanto, são inquietações para um futuro trabalho.

---

14 O termo, 'Território Cultural' remete nosso pensamento a ações, manifestações ou políticas culturais associadas a certos recortes do espaço urbano. [...].. (Vaz e Jacques In: Jeudy e Jacques (orgs.), 2006: 75).

15 Entrevista concedida por REFSKALEFSKY, Margareth. [Dezembro de 2011]. Entrevistadora: Gabriela Araújo.

Bibliografia

ALVES, Isidoro (1980)**. O Carnaval Devoto –** um estudo sobre a festa de Nazaré, em Belém. Petrópolis: Vozes.

ARAÚJO, Gabriela da Costa (2011). **Auto do Círio:** Teatro de rua na Cidade Velha. Trabalho de Conclusão de Curso - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.

ARENDT, Hannah (2007). **A condição Humana**. 10º. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

LEÃO, Monique B. M. S. (2011). **O largo do Carmo em Belém/PA:** cultura, lazer e conflitos no espaço público**,** XIV Encontro Nacional da ANPUR. ISSN 1984- 8781, pp. 1-20. Disponível em: http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3706/3631. [Consultado 30-07-2014].

CHAGAS, Eduardo W. N. (2008). **O Auto do Círio:** A carnavalização imagética do Espetáculo. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto de Ciências da Arte, Universidade Federal do Pará.

CHOAY, Françoise (2006). **A alegoria do Patrimônio**. 4º ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP.

CRUCIANI, Fabrizio & FALLETTI, Clelia (1999). **Teatro de rua**. São Paulo: Hucitec.

FONSECA. Cecilia (2006). Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: **O Registro do Patrimônio Imaterial**: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4ª ed, pp. 85 – 95. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3825 . [Consultado em 06-07-2014]

FORTUNA, Carlos (2006). **Centros Históricos e Patrimônios Culturais Urbanos**: Uma avaliação e duas propostas para Coimbra, Oficina do Centro de Estudos Sociais nº 254, p. 1- 13. Disponivel em: http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/254.pdf . [Consultado 06-07-2014].

FUNARI, P. P & PELEGRINI, Sandra. C. A (2006). ***Patrimônio histórico e cultural***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos (2009). O Patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e Patrimônio:** ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, pp. 25-33.

JACOBS, Jane (2003). **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes.

JEUDY, Henri Pierre & JACQUES, Paola Berenstein (Orgs.) (2006)**. Corpos e Cenários Urbanos:** Territórios urbanos e políticas culturais. Salvador: Editora EDUFBA.

LEITE, Rogerio Proença (2002). **Contra-usos e espaço público:** notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. In: RBCS, v.17, nº 49, pp. 115-134. Disponivel em: http://naui.ufsc.br/files/2010/09/Proen%C3%A7a_Contra-usos-e-espa%C3%A7o-p%C3%BAblico.pdf . [Consultado 23-10-14].

_____ (2004). **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora UNICAMP.

MAGNANI, José Guilherme (2000). **Quando o campo é a cidade**. In: J. Guilherme Magnani e Lilian Torres (orgs). Na metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo: Edusp, pp. 15-53.

_____ (2003). **A antropologia urbana e os desafios da metrópole**. Tempo Social, v.15, nº1, pp. 81-95. Disponivel em: http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n1/v15n1a05.pdf . [Consultado 15-08-2014].

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper (1984 [1922]). **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. 3º ed. São Paulo: Abril Cultural.

MARTINS, Sara D. Teixeira (2011). **A memória de um lugar**: discursos e práticas identitárias na Freguesia do Castelo em Lisboa. Dissertação de mestrado em Antropologia. ISCSP/Universidade Técnica de Lisboa.

MAUSS, Marcel (2003 [1925]). **Ensaio sobre a dádiva**. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo São Paulo: Cosac Nayf, pp.185-314.

MIRANDA, Cybelle Salvador (2006). **Cidade Velha e Feliz Lusitânia:** cenários do patrimônio cultural em Belém. Belém: UFPA. Tese (Doutorado)- Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais – Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso (2000). **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15.

PENTEADO, Antônio Rocha (1968). **Belém – Estudo de geografia urbana.** 1º volume, Coleção Amazônia. Belém: UFPA.

ROCHA, Ana Luiza & ECKERT, Cornélia (2003). **Etnografia de rua:** estudo de antropologia urbana. IN: Iluminurus, NUPECS/PPGAS/IFCH/UFRGS, vol. 4, nº 7, pp. 1-22. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9160/5258 . [Consultado 25-07-2014].

SIMMEL, Georg (2006).**Questões fundamentais da Sociologia**: individuo e sociadade. Rio de Janeiro: Zahar.

SOBRAL, Maria Lizete Sampaio (2006). **Os Guardiões da Memória da Praça D. Pedro II**. Belém: UFPA, Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém.

TEIXEIRA, Adailtom Alves (2008). **A rua como palco:** o teatro de rua em São Paulo, seu público e a imprensa escrita. São Paulo: UNICSUL, Monografia (Mestrado) – Programa de Pós- Graduação em Historia, Pró-Reitoria de Pós–Graduação e Pesquisa da Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo.

VALENTE, José (1993). **A história na ruas de Belém**: Cidade Velha. Belém: CEJUP.

Velhas Cidades, Novíssimas Metrópoles: Um outro cânone urbano

Old Cities, Brand New Metropolises: Another urban canon

Carlos Fortuna[1]

Resumo: As profundas e recentes transformações urbanas ocorridas não têm tradução no plano da sociologia enquanto disciplina académica. Esta continua muito sujeita ao paradigma resultante da análise das grandes cidades industriais de meados do séc. XIX europeu e norte-americano. As grandes metrópoles do Sul global, permanecem, grosso modo, ausentes da análise sociológica convencional e, em resultado os milhões de seres humanos que as habitam. É necessária uma revisão epistémica do conhecimento urbano que dê conta e forneça alternativas para a compreensão deste mundo urbano profundamente fraturado e desigual.
Palavras-chave: sociologia; cidades; metrópole;

Abstract: The ongoing urban transformations have no translation in the field of Sociology as an academic discipline. This is still very much a field of study dependent on the premises of the typical mid-century XIX Western industrial city. The large cities of the global South, remain, by and large, absent from conventional sociological analysis and the same applies, as a result, to the lives of the millions of humans who inhabit them. An epistemic review of urban knowledge is required to provide alternatives to the current uneven and deeply fractured urban world.
Keywords: Sociology; cities; metropolis;

Introdução

Ao longo do século XX as cidades registaram profundas transformações um pouco por todo o mundo. Tanto nas cidades ocidentais como nas não-ocidentais e nas do Sul global do "novo" e do "velho" mundo essas transformações foram acompanhadas de diversas reinterpretações de natureza teórica. Assim, surgiram no mundo acadêmico novos conceitos e novas hipóteses de interpretação que, no seu conjunto, representam um assinalável desafio para o conhecimento estabelecido e acumulado ao longo de um século de reflexão social urbana que tanto propõe novos quadros analíticos como implica o reequacionamento dos antigos.

Tendo em mente as possibilidades de enriquecimento e objetivação do significado sociopolítico da cidade contemporânea, dedico-me, neste texto à questão da urgência de uma leitura interdisciplinar da cidade contemporânea. É um tema clássico, porém, tornado cada vez mais premente em vista das interligações de fatores e condições de vida/cultura urbana das últimas duas ou três décadas. Na verdade, a cidade é uma realidade multifacetada que dificilmente pode permanecer enclausurada nos limites de qualquer das disciplinas convencionais das ciências sociais e/ou humanas. Uma leitura que transgrida as barreiras das disciplinas é essencial para captar a cidade na complexidade da sua constituição e na riqueza da sua mudança.

Evidentemente que ao fazer ressaltar esta dimensão interdisciplinar da análise das cidades de hoje, não ignoro duas outras dimensões que, entretanto, não desenvolverei agora. Uma delas refere-se ao facto de a cidade de hoje não poder continuar a ser vista apenas pelo prisma das interpretações

---

1 Ph. D. in Sociology (SUNY-Binghamton, 1989) Carlos Fortuna teaches at the Dept. of Sociology of the Faculty of Economics of the University of Coimbra (Portugal). A research member at the Coimbra Center for Social Studies, he has written widely on urban and cultural issues.

hegemónicas do fenómeno urbano, desenhadas pelo surgimento das metrópoles da modernidade industrial euroamericana. Quer isto dizer que, ao lado da questão da interdisciplinaridade, um outro desafio a enfrentar para explicar a cidade de hoje decorre da necessidade de avaliação das figurações teóricas e interpretativas contidas na noção de "metrópole" e outras categorizações usadas para caracterizar as intrigantes modalidades de integração das dimensões económicas, políticas e culturais da cidade e do fenómeno urbano. De facto, apesar de a maior parte da população urbana da Europa e fora da Europa, viver em cidades de escala média e pequena, as conceptualizações dominantes negligenciam de forma ostensiva os modos de organização e funcionamento dessas cidades. Este mundo não-metropolitano continua a ser objeto de um muito escasso e marginalizado equacionamento político e teórico, que contribui para a sua "desclassificação" na retórica académica internacional que recobre os grandes e densos aglomerados humanos.

A segunda questão colateral à temática central que desenvolvo aqui, diz respeito à emergência de uma alternativa teórica do fenómeno urbano originada em contextos subalternizados. Estou a referir-me à pertinência epistemológica da narrativa plural sobre a cidade originada a partir de investigações urbanas produzidas em ambientes e universos geoculturais periféricos que, de acordo com uma certa divisão internacional do trabalho científico, estariam, supostamente, capacitados apenas para produzir informação empírica de base em vez de gerar conhecimento teórico ou metodológico autónomo (Alatas, 2003). Este seria atributo exclusivo de universidades e centros de investigação dos países ricos do centro económico e político do mundo. A despeito das leituras não eurocêntricas da realidade urbana, persiste o facto de, em conformidade com uma preconceituosa visão da produção de conhecimento, grosso modo, os potenciais contributos oriundos das ciências sociais do Sul global permanecem negligenciados ou ausentes de grande número das agendas de investigação dedicadas ao *mundo de cidades*. Por exemplo, pensar no quadro interpretativo das cidades latino-americanas pode ilustrar com precisão o argumento central deste texto, que se desenrola em torno à reforma epistémica do cânone urbano estabelecido a partir dos ensaios primordiais de Georg Simmel, na viragem do século XIX para o século XX.

Na verdade, o olhar que orienta este texto, gerado num ambiente académico do sul europeu, é um olhar disponível para reconhecer a pertinência epistemológica e teórica dos universos urbanos não-ocidentais. Um dos argumentos expostos refere-se ao lugar relativamente marginal que estas cidades ocuparam na história do pensamento académico de feição sociológica, ao longo de todo o século XIX e durante a maior parte do século XX. Este foi um território teórico privilegiado e dominado pelo convencionalismo da tradição ocidental, particularmente norte-americana e norte-europeia. Estas *outras cidades*, como a generalidade das cidades latino-americanas, contêm em si um potencial heurístico inestimável e largamente inexplorado para se ensaiar uma reforma da teoria urbana.[2]

Velhas e novas metrópoles: Os limites da perspetiva disciplinar

As análises académicas e jornalísticas do mundo urbano de hoje encontram-se pautadas pelas tendências mais recentes que transparecem nos relatórios mais frequentes das agências internacionais que registam o facto inédito de termos ultrapassado o limiar dos 50% da população mundial residente em áreas urbanas (United Nations, 2013). Tal facto arrasta consigo consequências políticas de grande significado que variam segundo as regiões e os ritmos a que decorre aquela concentração (Soja e Kanai, 2007; Smith, 2012). O crescimento das cidades nos países mais pobres da Ásia e da África contrasta com o panorama das regiões de mais longa tradição urbana (Europa, América Norte e América Latina), onde as cidades, sem deixarem de engrossar os seus números, revelam taxas médias de crescimento bem mais moderadas.

2 Este argumento foi já exposto em outro lugar (Fortuna, 2012a), pelo que não o desenvolverei aqui.

De acordo com estimativas da ONU, a concentração sem precedentes da população em cidades de todas as latitudes e tipos tem como efeito previsível a aceleração do seu ritmo de crescimento, o que amplia o grau de indeterminação social e política no futuro próximo de todo o globo. É esta circunstância que traduz o ambiente que podemos, com propriedade, designar de *mundo de cidades* contemporâneo, de modo a significar não apenas a atual concentração urbana da maioria da humanidade, mas que recobre também o acentuado grau de incerteza que recai sobre o futuro das cidades, sejam elas megacidades ou aglomerados de pequena e média dimensão. Consequentemente, não é possível estipular a forma política ou arquitetónica dominante, se alguma é possível imaginar, que este *mundo de cidades* assumirá.

Isto mesmo acarreta uma outra dúvida, de natureza epistemológica. Parece claro que os instrumentos analíticos com que poderemos abordar esta nova realidade urbana mundial necessitam de um profundo refrescamento que possa oferecer maior consistência e realismo interpretativo e projetivo. Por outras palavras, a viragem que a demografia regista, mais do que meramente quantitativa, é política e força-nos à consciência dos limites do conhecimento disponível sobre a cidade.

Tomemos brevemente o caso da Sociologia urbana e do seu trajeto histórico. Trata-se de uma das mais antigas subáreas em que se foi constituindo conhecimento especializado nas ciências sociais. Em geral, a Sociologia urbana de hoje continua refém de uma histórica construção teórica marcada pela singularidade e mesmo pela excecionalidade do seu referencial empírico, constituído principalmente pela metrópole ou a grande cidade industrial euro-americana. Um rápido relance sobre a evolução teórica dessa Sociologia mostra que os seus primeiros passos enquanto domínio próprio do saber foram dados em torno das transformações ocorridas nos finais do século XIX por um conjunto muito limitado de situações urbanas vigentes nos países desenvolvidos (industrializados) do ocidente – Berlim, Paris, Manchester e Londres.

No período entre guerras, na sequência da "emigração" da Sociologia urbana para os Estados-Unidos, os casos singulares de Chicago e Nova Iorque viriam juntar-se ao primeiro grupo reduzido de cidades em que se apoiava a Sociologia urbana. Nos anos 1930s, o pensamento e os métodos adotados pela chamada Escola de Chicago, constituiriam o cerne da capacidade analítica e interpretativa da subdisciplina, ao ponto de poder considerar-se que representavam a corrente hegemónica da análise urbana internacional. Os *chicagoans* não se limitavam a cultivar um quadro conceitual e metodológico muito próprio. Acima de tudo propunham um sentido muito ambíguo de territorialidade que implicava reconhecer a ordem espacial de Chicago como modelo a reproduzir por qualquer cidade do globo (Hannerz, 1980).

No decurso das últimas três ou quatro décadas do século passado, em ambiente de desanuviamento universitário pós-bélico na Europa, e em fase particularmente dinâmica da investigação científica sobre a condição de vida urbana. Esta fase do pensamento urbano seria iniciada por Henri Lefebvre (2012) – que denunciaria o cariz profundamente positivista da agenda de Chicago e reclamaria pela necessidade de uma profunda renovação teórica da cidade[3] – e encontraria seguimento no trabalho de Manuel Castells (1972) – então autor de um renovador e crítico discurso sociológico sobre a vida urbana – e de outros estudiosos como John Friedman (1986) e Saskia Sassen (2001; 2007). Abriu-se, assim, uma nova reflexão que fez ampliar o perímetro dos casos significativos da Sociologia urbana, diversificando-a internamente.

Castells trouxe à colação as cidades do mundo ibero-americano (designadamente São Paulo e Cidade do México). Tal, no entanto, teria uma existência fugaz e as novas metrópoles ibero-americanas acabariam por ser tratadam como subproduto político da expansão do capitalismo industrial da região. Subordinadas à análise macro da realidade económica e política envolvente, as cidades da América Latina acabariam por constituir uma referência efémera e pontual, por comparação com o privilégio

3 Estou a referir-me a *O Direito à Cidade,* que Henri Lefebvre escreveu em 1968 (Lefebvre, 2012) e ao modo como a questão urbana se constitui no cerne da questão social, tema que seria aprofundado por na década seguinte (Fortuna, 2012b).

concedido por influentes instituições de pesquisa, como destaque para a CEPAL, às controvérsias políticas geradas pela modernização e o desenvolvimento económico dependente da América Latina, em que as cidades foram remetidas a uma posição subalterna (Roberts, 1978; Robinson, 2002; Escobar, 1995). Esta orientação "desenvolvimentista" da política científica acabou por fazer reverter o ambiente de abertura em que as cidades do Sul global pareciam despontar enquanto universo empírico da Sociologia urbana, capaz de modificar os termos da avaliação do seu objeto.

John Friedman e Saskia Sassen, por sua vez, viriam a abrir uma discussão sobre as "cidades mundiais" e, logo depois, as "cidades globais" (Tóquio, Francforte, Singapura, Los Angeles, e outras), o que acentuou ainda mais a condição subalterna das cidades do hemisfério Sul. No fechar do século, a agenda da discussão sobre a pós-modernidade e a sociedade pós-industrial abriu um campo novo de questionamento a partir de casos de manifesto sucesso, como é em geral vista a evolução Barcelona, ou, em oposição a estes, as situações de perda de dinamismo socioeconómico e relevância política e cultural, como têm sido os trajetos percorridos por cidades como Baltimore ou Detroit ao longo do último quase meio século (Harvey, 1989; Beauregard, 2003; Hollis, 2013).

O argumento central desta referência à Sociologia urbana é o de salientar como se revela deveras inadequado continuar a olhar o *mundo de cidades* através das lentes das metrópoles ocidentais. Primeiro, porque a demografia urbana ocidental se encarrega de fazer crescer o número de situações excecionais, o que traz o conhecimento sobre a condição urbana a um beco sem saída, recheado de princípios abstratos e pouco esclarecedores. Segundo, porque a referência ao exclusivismo da metrópole ocidental provou ser um inaceitável exercício de sobranceria retórica conducente à exclusão ou urbicídio epistémico das cidades normais do mundo não-ocidental. Por último, porque ao longo das últimas 3 ou 4 décadas tudo mudou e mudou rápida e drasticamente na vida e modo de funcionamento das metrópoles, na sua ecologia, na arquitetura, na política e modos de governação, nos ordenamentos sociais que não parecem poder permanecer como "o" terreno empírico da Sociologia apenas. Incapaz de dar conta de todas estas mudanças, portanto, a Sociologia urbana precisa reequacionar os seus fundamentos e princípios de modo a encontrar um quadro mais adequado e atual de interpretação e de intervenção na cena urbana contemporânea.

Paralela a esta tomada de consciência sobre a necessidade de reforma epistémica da Sociologia urbana, diga-se de passagem, a mesma situação crítica perpassa outros campos e domínios disciplinares. Geógrafos e arquitetos, cientistas políticos e psicólogos sociais, antropólogos e filósofos de diversas orientações epistemológicas todos parecem estar de acordo sobre a necessidade de reformar os estudos sociais sobre a vida urbana. As ciências sociais como visão alargada das cidades estão portanto a ser desafiadas a abrir-se a uma atitude mais filosófica e mais crítica capaz de tornar visível o que a teoria e as disciplinas dominantes têm obscurecido ao longo de décadas (Meagher, 2007; Mendieta, 2001).

Vale a pena interrogar que cidade é esta que tem sido ocultada pela sociologia e, mais em geral, pelas ciências sociais convencionais. Podemos afirmar tratar-se das "cidades invisíveis", na designação de Eduardo Mendieta, e outras expressões similares à categoria de "cidade normal" ou da "cidade ordinária" ou da "cidade pós-colonial", referidas na literatura mais atual (Amin e Graham, 1997; Bishop, Phillips e Yeo, 2003; Robinson, 2006). Representam, portanto, de um modo geral, a metrópole e a megacidade pós-colonial do Sul global do séc. XXI. O que elas contêm de novo para a consolidação de epistemologias alternativas é a denúncia da "política de desnacionalização que caracteriza os atores globais, os capitais e a mobilidade de pessoas e induzem uma dimensão de conflitualidade que percorre o sistema urbano transnacional" (Mendieta, 2001: 15-16). Por outras palavras, estas cidades oferecem a possibilidade de cultivarmos uma visão crítica do cânone e das falácias do capitalismo e da urbanização do globo.

Com efeito, as *outras cidades* foram ocultadas do nosso modo de ver o urbano em resultado de uma preconceituosa leitura do mundo. Estou a pensar no caudal imenso de escritos culturais e urbanos com um feição psicológica e literária que, renovando a tradição recebida de autores como Walter Benjamin, Franz Hessel, Sigfried Kracauer, ou Michel de Certeau, capta o (verdadeiro) espírito da cidade ou parte dele. A cidade como "virtude", ou a cidade como "vício" ou qualquer outra tendência

para compreender outros lados da cidade mostram que esta é muito mais "cultural" ou "letrada" e dependente de uma "comunidade de afetos" do que aquilo que habitualmente pensamos quando ouvimos enunciar o "ambiente edificado", ou os elementos "materiais", "económicos", ou a natureza "objetiva" que a definem. A cidade como texto e não apenas como "Plano" é o que está em falta numa visão mais alargada e plural acerca do urbano global. Encontramo-nos perante, portanto, a necessidade de captação dessas *qualidades* da cidade que requerem novos instrumentos de revisão epistémica e teórico-filosófica como tem sido argumentado por vários autores (Wallerstein, 2001; Santos, 2014), entre outros.

Não pretendo afirmar que a Sociologia urbana, como de facto qualquer outra disciplina dedicada à cidade, se encontra hoje exausta e perfeitamente incapaz de guiar a pesquisa. Tão pouco estou a argumentar no sentido de termos de pensar a partir do zero sobre o que será uma renovada visão teórica e filosófica sobre a cidade contemporânea. O raciocínio sociológico continua, a meu ver, apto a formular perguntas sobre a condição de vida nas cidades. O que estou a sugerir é que a sua capacidade de resposta está profundamente debilitada e é aí que a Sociologia urbana convencional tem forçosamente de fazer um esforço de aproximação e aliança interdisciplinares para se renovar.

Novíssimas metrópoles: novíssimos problemas urbanos

Pensemos, por um instante nos cenários mais ou menos dramáticos do quotidiano das grandes cidades e metrópoles do Sul global. Entre os relatos que mais nos interpelam, pela via científica ou jornalística e mediática, parece sobressair a ideia de que as metrópoles mais jovens do mundo de hoje se encontram numa tão frenética transformação que não deixam sedimentar a relação dos indivíduos com o espaço ou a interação de uns com os outros. Comparados com o que sucedeu com as antigas metrópoles industriais do ocidente, a informação disponível sobre estas metrópoles do Sul. global de hoje sugere uma enorme disparidade de situações e uma gratitante desigualadade dos ritmos de sedimentação da urbanidade. As grandes cidades do Sul global vivem a um ritmo alucinante – medido de acordo com o número de pessoas que fazem aumentar a sua população a cada hora – que sobrepuja largamente a cadência da vida vivida nas suas congéneres do Norte. Estas discrepâncias autorizam-nos, enquanto hipótese, a olhar para um ritmo tripartido de metropolitização que, por sua vez, prenuncia condições desiguais de sustentabilidade sociocultural (equipamentos sociais), política (universalidade de direitos) e infraestrutural (habitação e mobilidade). Detenhamo-nos um pouco mais sobre esta questão. Num primeiro conjunto de grandes aglomerados urbanos, que inclui as metrópoles que podemos designar de *primeira geração*, representadas pelas cidades mais emblemáticas da fulgurante industrialização do euro-americana do século XIX, o ritmo do crescimento urbanao é pouco expressivo, sendo que se se cifra na ordem dos 12 novos residentes por hora (Nova Iorque), ou de apenas 6 novos habitantes/hora (Londres), ou apresentam mesmo um ritmo nulo, como sucede em Berlim. Uma *segunda geração* de grandes aglomerados urbanos, equivalente, grosso modo, ao mundo urbano colonial forjado nos finais do século XIX, regista ritmos de concentração humana superiores, com níveis de crescimento populacional horário de 24 ou 23 novos residentes (São Paulo e Cidade do México, respetivamente). Situação diferente é a das metrópoles de *terceira geração* que incluem as cidades do período do crescimento urbano posterior à descolonização e à independência de numerosas nações asiáticas e africanas – em regra, as "grandes cidades" do Sul global de hoje –, envolvidas em ritmos muito acelerados crescimento, como os registados em Lagos (58 novos habitantes por hora), Daca (50), Mumbai (42), Deli, Jacarta (39) ou Xangai (32).

O que a análise dos efeitos destes ritmos desiguais de metropolitização reclama é a compreensão dos eus efeitos sobre as condições de sedimentação da relação urbana dos indivíduos com o espaço, a sua interação e as condições de acesso aos mais elementares direitos de cidadania. Como sabemos, estes constituem marcas determinantes da qualidade da modernidade urbana sobre que os clássicos da Sociologia Urbana discorreram, com destaque para Georg Simmel e o seu ensaio seminal sobre a nova

condição urbana ocidental da era industrial. Nas condições atuais, em termos da cidadania urbana e da qualidade de vida, reconhecendo que a Berlim do tempo da formação da Sociologia urbana não é a São Paulo, nem sobretudo a Jacarta ou a Lagos destes inícios do século XXI, importa reformular a agenda interrogativa da Sociologia e, em geral, das ciências sociais, para poder interrogar estas disparidades e os seus fundamentos e equacionar as alternativas.

Para muitos milhões de excluídos as novíssimas metrópoles de terceira geração, é enorme o desprendimento emocional em face dos espaços em que circulam e residem. Também não tem paralelo o grau da sua desvinculação e desenraizamento social, nem a condição económica aviltante que suportam (Seabrook, 2007). A condição social e política dos cidadãos rejeitados das metrópoles pobres do Sul global faz destes milhões de destituídos de quaisquer direitos homens e mulheres "sem qualidade" que cultivam uma atitude *blasé*. Todavia, não se trata do mesmo *blasé simmeliano* que tipifica a "grande cidade" moderna e industrial da primeira geração. Os pobres e os excluídos das novíssimas metrópoles do Sul global são expressão de um *blasé* invertido que, longe de ser uma opção, é o efeito direto da sua própria exclusão. O *blasé* dos residentes pobres das novíssimas metrópoles do Sul global reflete uma espécie de indiferença forçada e de indignação contida por quem se vê desprovido de direitos e vive a submissão imposta por uma exploração sub-humana e uma indizível segregação.

Conclusão

Como procurámos deixar explícito, é legítimo perguntarmo-nos sobre a atualidade e a adequação do pensamento urbano ocidental que nivela e trata como semelhantes condições de vida nas metrópoles que contrastam profundamente na sua natureza e os seus trajetos. Interrogámo-nos sobre o que pode questionar e revelar a sociologia urbana e as ciências sociais em geral que negligenciem esse tão profundo contraste. Aquilo que podemos avançar com recurso ao legado intelectual daquela sociologia europeísta é que está em gestação uma nova figuração social protagonizada pelos homens e mulheres destituídos e pobres das grandes metrópoles do Sul global de hoje. Esses seres humanos parecem dar corpo a um novo ator social que tem necessariamente de integrar as análises académicas produzidas pelas ciências sociais e humanas que procurem o grau máximo de rigor avaliativo das situações estudadas. Tal equivale a dizer que estamos chegados ao tempo em que a experiência da destituição generalizada dos novos habitantes das cidades que a demografia assinala tem de ser inscrita em traços indeléveis no trajeto futuro da urbanidade global e das disciplinas que se lhe devotam. As implicações daí resultantes são várias e, por certo, envolvem uma revisão epistémica, cognitiva e política do que está a mudar na condição urbana global a partir das grandes cidades do Sul. O desafio que temos pela frente é, então, o de produzir a desocultação das novas configurações que o tradicionalismo académico insiste em ignorar e, do mesmo passo, encetar uma revisão da generalidade dos pressupostos filosóficos que tolhem a sua visão do mundo.

Partindo do seu próprio património disciplinar e da sua capacidade de fazer perguntas, a versão transdisciplinar que advogamos para a compreensão da cidade atual, incluída a contribuição da Sociologia e das ciências sociais mais em geral, deve ter em conta que a cidade enquanto território fragmentado, ao mesmo tempo objetivado e sensível, está a abrir novos campos de análise e a fazer surgir novos objetos de pesquisa. A atual reinterpretação da cidade e das suas renovadas geografias e culturas, faz ressurgir um discurso de diversidade que, dada a sua polissemia, não pode ser confinado dentro dos limites sempre estreitos de qualquer disciplina. Por muito abertas que sejam ao diálogo intertextual, todas as disciplinas têm limites demasiado estreitos para poderem albergar uma realidade tão social e politicamente contrastante e multifacetada e um discurso tão plural como são os que constituem o atual *mundo das cidades*. Como argumentei noutro lugar (Fortuna, 1997), nunca estivemos tão próximos de reconhecer que só no cruzamento virtuoso de diferentes campos discursivos e tradições intelectuais poderá a metrópole, qualquer que seja a sua "geração", encontrar a plenitude da sua multivocalidade e polivalência.

Referências bibliográficas

Alatas, Syed Farid, 2003, "Academic Dependency and Global Division of Labour in the Social Sciences". *Current Sociology*, 51, 6, 599-613.

Amin, Ash e Graham, Stephen, 1997, "The Ordinary City". *Transactions of the Institute of British Geographers*, 22, 4, 411-29.

Beauregard, Robert, 2003, *Voices of Decline: The postwar fate of US cities*. Nova Iorque: Routledge.

Bishop, Ryan, Phillips, J. e Yeo, W. (orgs.), 2003, *Postcolonial urbanism: Southeastern Asian cities and global processes*. Londres e Nova Iorque, Routledge.

Castells, Manuel, 1972, *La Question Urbaine*. Paris: Maspero.

Escobar, Arturo, 1995, *Encountering development: The making and unmaking of the third world.* Princeton: Princeton University Press.

Fortuna, Carlos, 1997, "As cidades e as identidades: Narrativas, patrimónios e memória". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 33, 127-141.

Fortuna, Carlos, 2012a, "In praise of other views: The world of cities and the social sciences". *Iberoamericana*, XII, 45, 137-153.

Fortuna, Carlos, 2012b, "Apresentação". In Lefebvre, Henri, *O direito à cidade.* Lisboa, Letra Livre/Estúdio.

Friedman, John, 1986, "The World City Hypothesis". *Development and Change*, 17, 69-83.

Hannerz, Ulf, 1980, *Exploring the City. Inquiries Toward an urban anthropology.* Nova Iorque, Columbia University Press.

Harvey, David, 1989, *The condition of postmodernity*. Oxford, Blackwell.

Hollis, Leo, 2013, *Cities are good for you: The genius of the metropolis.* Londres, Nova Deli, Nova Iorque e Sydney, Bloomsbury.

Lefebvre, Henri, 2012 [1968], *O direito à cidade.* Lisboa, Letra Livre/Estúdio.

Meagher, Sharon M., 2007, "Philosophy in the Streets: Walking the City with Engels and de Certeau". *City*, 11, 1, 7-20.

Mendieta, Eduardo, 2001, "Invisible Cities: A Phenomenology of Globalization From Below". *City*, 5 , 1, 7-26.

Roberts, Bryan, 1978, *Cities of peasants. The political economy of urbanization in the third world.* Beverly Hills e Londres, Sage.

Robinson, Jennifer, 2002, "Global and world cities: A view from off the map". *International Journal of Urban and Regional Research*, 26, 3, 531-54.

Robinson, Jennifer, 2006, *Ordinary cities: Between modernity and development*. Londres e Nova Iorque, Routledge.

Santos, Boaventura de Sousa, 2014, *Epistemologies of the South: Justice against Epistemicide*. Boulder (CO), Paradigm Publishers.

Sassen, Saskia, 2001, *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press.

Sassen, S. 2007, "Reading the city in a global digital age: The limits of topographic representation", in Taylor, Peter; Ben Derudder; Pieter Saey and Frank Witlox (eds.), *Cities in Globalization: Practices, policies and theories.* Londres e Nova Iorque, Routledge, 239-257.

Soja, Edward e Kanai, Miguel, 2007, "The urbanization of the world". In Burdett, Ricki e Sudjic, Deyan (orgs.), *The endless city.* Londres, Phaidon, 54-69.

United Nations, Department of Economic and Social Affairs (Population Division), 2013, *World Urbanization Prospects: The 2011 Revision*. Nova Iorque, United Nations.

Wallerstein, Immanuel, 2001, *Unthinking Social Science: The limits of the nineteenth-century paradigms*. Filadélfia, Temple University Press.

Espaço, Memórias e Narrativas: Temporalidades Materializadas na Usina Trzan

Roney Gusmão do Carmo[1]

Thaís Fernanda Salves de Brito[2]

Resumo: Esta pesquisa versa sobre a remontagem dos cenários da Usina Trzan, situada na cidade de Santo Amaro (Bahia). *Lócus* privilegiado, onde precipitou a ação predatória e conflitiva do capital, fora inscrito em trâmites políticos e econômicos globais desde sua construção, funcionamento e encerramento de atividades, revelando-se como porção emblemática de uma história rica e imbricada num todo social orgânico. Seguindo uma lógica econômica, a usina, ativa em meados do século XX, se consolidou a serviço do nacional-desenvolvimentismo. No curso da história, converteu-se em ruína, tornando-se narrativa e significação presente no imaginário citatino. Hoje, cedida para instalação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, vive um processo de patrimonialização, restauro e emergência de novas significações. Em função do dinamismo revelado neste local, interessa-nos metamorfoses, subjetividades e narrativas deste ambiente como espaço de vida. Para tal, além da investigação documental, privilegiamos a etnografia, amparada no uso foto-entrevista.

Palavras-chave: Espaço, memórias, ruínas, Usina Trzan, dialética.

Introdução

O presente texto deriva de pesquisas em desenvolvimento na cidade de Santo Amaro (Bahia), mais precisamente em ruínas da Usina Trzan, ainda muito marcantes no espaço urbano da referida cidade. Nítidas em local de grande circulação, ruínas trincam o desenho urbano de Santo Amaro, revelando cicatrizes de um passado ainda latente na memória social. A Ruína Trzan se impõe em trecho privilegiado logo na entrada principal da cidade, com chaminé alta e, portanto, notória a grande distância.

De igual modo, antigos trilhos do trem, estrategicamente dispostos à frente da usina, obrigam transeuntes a reduzirem velocidade do tráfego, seduzindo olhares para a antiguidade daquele ambiente, cuja história se molda facilmente à primeira vista. Contudo, o que este trabalho pretende é ultrapassar esta primeira vista, e adentrar as minúcias que do que as ruínas carregam, inscrevendo-a dialeticamente ao tempo histórico sedimentado na montagem e desmontagem daquele espaço.

Foi desejando exceder a superfície das transformações espaciais em Santo Amaro, para além de olhares fetichizados (KOSIK, 2010), que surgiu o desejo de desenvolver pesquisas acerca da dinâmica espacial e social das ruínas, que não encerram naquele *lócus* os debates, mas articulam uma quantidade significativa de questões socioeconômicas e culturais. Ademais as trajetórias, peculiares em cada espaço, desvendam tempos históricos subsequentes, cujo itinerário desencadeia montagem, abandono ou desmontagem de cenários.

Desse modo, o texto fica assim disposto: em momento inicial tratamos de questões teóricas em torno dos conceitos de memória, espaço e subjetivação, insistindo nos debates que permitam compreender a materialização no espaço de significados negociados socialmente dentro do curso histórico. Em seguida, abordamos o espaço empírico aqui recortado, analisando sua configuração atual e a realidade histórica que o erigiu. Por fim, são

1 (Doutor em "Memória: linguagem e sociedade" pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, professor adjunto do Centro de Cultura, Artes e Humanidades – CECULT da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, roney@ufrb.edu.br).

2 (Doutora em "Ciências Sociais" pela Universidade de São Paulo – USP, professora adjunta do Centro de Cultura, Artes e Humanidades – CECULT da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, thaisbritobackup@gmail.com).

tratadas da configuração sócio-espacial das ruínas aqui estudadas, enfatizando a forma dialética como elas se inscrevem no contexto global.

Memória: seletividades e intencionalidades

Assim como não consideramos a história uma sucessão estanque de episódios, também não consideramos o espaço um mero aglomerado aleatório de sedimentos. Existe uma dialética que complexifica tanto a memória como o espaço, requerendo dos estudiosos dessa área uma astúcia que rompe com concepções etapistas da história e positivistas da geografia.

Assim, a história ocorre mediante a coexistência de temporalidades, cujas peculiaridades diversificam a existência dos sujeitos e marca gerações, permitindo o rompimento e/ou perpetuação no tempo. Toda etapa, como entende Halbwachs (2006), é apenas aparência dos tempos históricos, uma vez que linearidade não há, e sim fios condutores que carregam e concatenam caracteres, representações, vínculos que compõem a existência social.

É nesse teor que se torna relevante o campo interdisciplinar da memória social que, articulado à didática sugestionada pela história, fomenta um olhar que ultrapassa o etapismo e possibilita compreender o hoje por meio de um passado vivo, latente, com refrações claras ao presente.

Assim sendo, ontem e hoje se concatenam e se tornam indissociáveis. A memória é a mais clara evidência do que se afirma, pois, diluída em narrativas, visões de mundo e presente na atitude cotidiana das pessoas, gera uma consistente filiação entre o indivíduo e o grupo social. Logo, não tem como falarmos de uma memória individual desarticulada do todo coletivo que a substancializa, pois, mesmo naquelas memórias mais íntimas, jamais estamos de todo solitários, em alguma medida ancoramos nossas lembranças ao grupo, permitindo atribuir sentido ao memorado.

Outra discussão também pertinente é a constatação de que toda memória e toda história faz parte de uma seletividade e, portanto, obedece a certas intencionalidades. Podemos enfatizar que não há edição sem posicionamento ideológico, destarte falar de memória é falar em significados herdados intergeracionalmente sob objetivos específicos, principalmente porque implica em ativar a permanência em detrimento do esquecido. Não há ingenuidade ou espontaneidade no memorar, existem posicionamentos que clareiam determinados fatos ou objeto em detrimento do ofuscamento de outros tantos.

As representações possuem, inevitavelmente, posicionamentos ideológicos associados às condições concretas das pessoas e, se lembrarmos que essas condições concretas são mutáveis em função do próprio metabolismo do sistema capitalista, então, chegaremos à constatação de que as representações das coisas comuns estão inscritas no movimento dialético da história.

As representações comuns e as experiências dos sujeitos estão inscritas numa história em ininterrupto movimento, percepção ilustrada por Hobsbawm ao fazer a leitura do "itinerário de um ser humano, cuja vida não poderia ter ocorrido em qualquer outro século." (HOBSBAWM, 2007, p. 12). Nesses termos, dissociar as representações do contexto histórico que cerca os sujeitos é negligenciar as condições materiais e sociais que participam ativamente na construção do mundo de significados.

Assim como as representações sociais não podem ser entendidas como uma construção puramente individual – destituída do contexto social que a infere significados – da mesma forma as representações não podem ser vistas fora do contexto histórico e das condições que fundamentaram sua construção. As relações sociais postas e dinamizadas pela história permitem compartilhar significados entre os sujeitos, fato que torna ainda mais complexos os estudos em representações. Homens e mulheres constroem representações, compartilham, reconstroem a partir de outros significados que lhe foram herdados socialmente. Nesse sentido, podemos afirmar que a história dá forma à

> experiência oferecendo uma gama de escolhas cambiantes, mas sempre limitadas, com as quais, adaptando a frase de Karl Marx, "os homens fazem [suas histórias], mas não [as] fazem como desejam, não [as] fazem nas circunstâncias escolhidas por

> eles, e sim nas circunstâncias diretamente encontradas, proporcionadas e transmitidas pelo passado", poder-se-ia acrescentar: e pelo mundo à volta deles. (HOBSBAWM, 2007, p. 11-12).

A partir dessa discussão, consideramos então que as representações criadas pelos indivíduos sobre as coisas se movem no decorrer de uma história em permanente curso, afinal a forma como eu significo elementos da vida está associada ao meu contexto social e histórico, mas também está amarrada às condições sociais e materiais, que já foram dadas no curso de uma história em desenvolvimento. Portanto, a relação entre representações das coisas e a história existe tanto por que as condições materiais que as elaboram são históricas, como também por que o mundo de significados é móvel no curso da história e herdado pelo vínculo social.

É esse tráfego de representações, capaz de atribuir-lhes sentido, que aqui chamamos de memória, cujo sentido está na "seleção, interpretação e na transmissão de certas representações do passado produzidas e conservadas especificamente a partir do ponto de vista de um grupo social determinado[3]." (JEDLOWSKI, 2000, p. 126). Destarte, as representações são aqui tomadas em sua estreita relação com a memória à medida que pode ser considerada "como o conjunto de representações do passado que um grupo produz, conserva, elabora e transmite através da interação entre seus membros" (JEDLOWSKI, 2000, p.125).

Ao abordarmos a memória como "representação do passado", não queremos conceber os significados socialmente construídos e negociados como uma subjetividade estanque e imóvel, pelo contrário, entendemos as representações, sobretudo, como significados móveis entrelaçados à sociedade e à história de um presente em constante curso. A partir dessa ótica, as representações possuem identidade tanto com o presente como também com o passado, simplesmente por que é causa e efeito da história, é determinante e determinado pela prática social.

Estando inseridas socialmente, pessoas representam as coisas, o que implica produzir e reproduzir significados retroalimentados por ideologias que orientam a forma de pensar o mundo. As representações construídas pelos sujeitos estão postas na concreticidade, e possuem uma natureza simbólica, manifesta na ação, no discurso e nos produtos culturais. Nesse raciocínio, a representação comum é um construto pessoal, dado sua peculiaridade, mas é, sobretudo, inscrita no contexto social que adquire dinamismo e amarra as representações mais íntimas ao contexto coletivo.

Ao externarmos as representações comuns, enfatizando sua dinâmica social, reconhecemos também sua maleabilidade e mutabilidade, ou seja, admitimos que tais representações transitam na história e, pelo senso de identidade com o grupo, se perpetuam entre gerações e adquirem vida através das relações sociais. Nesse percurso, a memória nada mais é do que as representações das coisas no passado demonstrando refrações no presente, tudo num processo de conservação/mutação que torna o senso comum, não apenas um discurso amorfo, mas representações dialeticamente associadas a um presente contínuo.

As representações que as pessoas têm acerca das coisas, assim como a memória, estão carregadas de ideologia, posição de classe, visões de mundo, que, conjuntamente, cimentam as representações às características específicas do grupo que as elabora. Até mesmo o caráter seletivo da memória tem uma razão, que só é percebida pelo esquadrinhamento dos interesses ideológicos do grupo que recruta o objeto memorado. Ademais, tanto o que é memorado, ocorre mediante intencionalidades de um tempo histórico, como também o que é silenciado e, frequentemente, esquecido. Assim, "a memória não corresponde sequer a todas as representações do passado que, elaboradas de outra forma, estão à disposição dos membros de uma sociedade" (JEDLOWSKI, 2000, p. 126).

Nessa dinâmica de vínculos sociais postos numa história em curso, as representações ora se mesclam, ora são reconstruídas, ora são conservadas. Os fatores que vão determinar os caminhos das representações são múltiplos, complexos e específicos de cada grupo social em consonância com a temporalidade e trajetórias vitais, não apenas resumidas a uma interpretação cronológica convencional, mas peculiar a cada metabolismo social.

> Nesse processo de acúmulo e decomposição contínua dessas experiências supõe que há um processo dialético de validação de novas e velhas experiências, a partir de determinados condicionamentos econômicos e sociais, que é inevitável

3 Tradução nossa.

> considerar quando pensamos a educação, sua vinculação com a idade e com os fenômenos culturais e com a história. Tudo isto supõe a generalização de que sempre há grupos de idades que viveram distintas experiências, e ao envelhecer, trazem consigo determinadas experiências acumuladas que, de certa forma, são sempre condicionadas às condições conjunturais (econômica, política e culturais) em dado tempo, e que passam a ser continuadas e superadas por outros grupos no processo dialético de novas condições e oportunidades históricas, ao tempo em que estas experiências são compartilhadas, adquiridas e transformadas, pelo processo de transmissão geracional. (MAGALHÃES, 2007, p. 100).

Essas experiências, então, ganham mobilidade no decorrer da história e entre gerações através da memória que, esboçada no e pelo presente, solicita significações do passado, conservando ou remodelando-as segundo os interesses daqueles que acionam as representações.

Evidentemente, ao concordarmos com Halbwachs (2006), que compreende a memória como um construto social efetuado no presente, estamos reconhecendo que os significados e valores contidos no objeto memorado está completamente sujeito à manipulação decorrente do próprio caráter seletivo da memória. Através dessa percepção, entendemos que a memória, como qualquer outra ideia suscitada no interior das relações sociais, contém posicionamentos ideológicos, é uma construção parcial e comprometida com interesses implícitos na própria seletividade da memória social. Obviamente, Halbwachs (2006) não ponderou acerca de questões ideológicas implícitas na memória coletiva, contudo, inserimos o olhar dialético para compreender a memória como construção social susceptível a interferências de intentos ideológicos cambiantes. Aqui trabalhamos pelo movimento dialético que desvenda a contradição e a ideologia inseridas na memória, ligando-a mais claramente ao tempo histórico utilizado como recorte nessa pesquisa.

> Aqui a memória comparece como uma importante fonte de ligação entre o passado e o presente, ou seja, da racionalização temporalizada das experiências. Portanto, como toda fonte, pode estar ideologicamente formada, carecendo de ser analisada. Isto nos obriga a anunciar, embora não tenhamos condição de aqui adentrar na distinção entre História e Memória, que a história em sua autonomia, pode não coincidir necessariamente com a memória, ou seja, há de se pensar que nesta relação há sempre que se discutir o tema da "consciência". (MAGALHÃES, 2007, p. 103).

É interessante salientar que toda memória, inclusive aquelas mais individuais, estão inscritas em quadros sociais, sendo, pois, impossível falarmos de uma memória absolutamente individual sem vínculos com o coletivo (HALBWACHS, 2006). Nesse sentido, ao acionar a memória, o sujeito recupera significações importadas do grupo a que ele pertence, dotando suas representações de todo posicionamento social, cultural e econômico do seu espaço de vivência. É o grupo que conserva e/ou altera as representações no decorrer do tempo, sendo possível afirmar, então, que toda memória é social (SÁ, 2007).

Para Halbwachs (2006), existem tantas memórias quantos grupos sociais existirem, de todo modo, muito embora o autor não mencione claramente a memória como espaço de disputa de significados entre os grupos, pode-se deduzir que em todas as sociedades existem aquelas memórias robustecidas pelo poder hegemônico e aquelas marginalizadas na sociedade, ao que Pollak (1992) entende por memória subterrânea.

> Se há diversas memórias coletivas, certamente algumas são mantidas socialmente conforme as exigências ou necessidades do presente. Dessa perspectiva, podemos dizer que a memória está intrinsecamente relacionada com as práticas político-culturais de uma sociedade, de um povo, de uma nação etc., e que, algumas são mantidas na ordem do dia – como é o caso de algumas comemorações – ao passo que outras permanecem submergidas. (MAGALHÃES & ALMEIDA, 2011, p. 101).

Se determinadas memórias práticas são conservadas em detrimento de outras que são esquecidas, é por que existem interesses hegemônicos na manutenção de determinados valores que orientam as relações sociais. Desta feita, falar de memória requer também falar de ideologia, uma vez que a ideologia é uma forma de memória social (MAGALHÃES & ALMEIDA, 2011), à medida que a seletividade – que lhe é típica – situa a memória na linha limítrofe entre esquecimento/conservação, e esta relação conflituosa perpassa por interesses múltiplos que buscam subsistir nas "visões de mundo" que orientam a prática social dos sujeitos. O campo da memória, portanto, solicita indagar acerca das "visões de mundo" que "prevalecem ou são relegadas sob determinadas condições; que interesses de grupos sociais e que condições materiais regulam a sua produção e reprodução." (MAGALHÃES & ALMEIDA, 2011, p. 101).

A relação dicotômica esquecimento/conservação implícita na memória, se torna ainda mais agravada quando nos referimos à sociedade capitalista, onde distintos grupos possuem desiguais possibilidades de inserção. São valores múltiplos com diferentes possibilidades de se fazerem subsistir, o que inevitavelmente resulta na prevalescência de interesses hegemônicos, sustentados a partir de uma máquina pública altamente submersa numa ideologia.

Essas relações desiguais de poder, realçadas pela discrepância econômica entre os grupos sociais, potencializa a seletividade da memória, podendo torná-la ferramenta de sustentação da estratificação social. Na oportunidade, cabe observar que a memória está exposta a muitos usos, podendo, inclusive, servir para o resgate de simbologias, valores e condutas, com vistas a reproduzir a dominação com banimento de memórias submersas (oriundas de classes menos favorecidas). Nessa seleção arbitrária, a memória então pode se revestir de oficialidade, oportunamente disseminada por aparelhos de mídia e pelo Estado, que tentam destituir da população a opção por uma memória que negue a hegemônica. Por efeito, frequentemente somos seduzidos a crer que no atual discurso, o capitalismo é a única forma de organização das relações humanas e o consumo a única via para alcance da realização pessoal. Ideias massificadas através da apropriação das "visões de mundo" de homens e mulheres, formados por uma memória ideologicamente comprometida com a atual estrutura de classes, buscam garantir a reprodução, bem como os incrementos, de um sistema classista, calcado no consumo e materialismo.

Ao compreender o teor ideologizado da memória implícito em sua seletividade, pode surgir o questionamento: por que estudá-la? Qual é a contribuição que esta análise geraria para superação das condições atualmente existentes? Antes de discutir sobre essas indagações, é necessário chamar atenção para alguns debates sugeridos por Halbwachs no início do século XX. Discorrendo sobre memória coletiva, o autor sinaliza que, embora a história se demonstre compartimentada por períodos, eras estanques, tal fragmentação é puramente esquemática, pois no decorrer de diferentes períodos, Halbwachs (2006, p. 104) afirma existir um "fio da continuidade" entre os grupos. Segundo o autor, mesmo em diferentes momentos da história, a memória coletiva faz transcorrer ideias, que são, para ele, "não apenas os fatos, mas os modos de ser e de pensar de outrora que se fixam assim na memória" (HALBWACHS, 2006, p. 85).

Através desse caminho teórico, entendemos que a memória faz transitar representações acerca dos fenômenos no decorrer do tempo, superando diferentes momentos da história, e arrastando significados mantidos nas relações sociais. Ademais, ao mesmo tempo em que a memória é a forma de trânsito de representações, ela também é o sentido atribuído ao passado. Assim, memória não é apenas a recuperação orgânica de um passado, mas é a interpretação, o impacto e as sensações que ele inspira num determinado grupo social, cuja relação dialética entre lembrança e esquecimento torna ainda mais complexas as relações entre passado e presente.

Com isso podemos entender que há muitos usos da memória, que variam desde aqueles a serviço da hegemonia, como anteriormente tratamos, até aqueles que intencionam entender a organicidade que se interpõe nas relações entre os sujeitos numa dada sociedade. A memória revela conteúdos muitas vezes não traduzidos por livros, atas ou documentos oficiais, permitindo então a possibilidade de esquadrinhamento da história não oficializada de grupos e entendimento de subjetivações que pairam nas relações sociais.

Essa realidade nos leva a entender que investigações acerca da memória solicita perceber os meios materiais e sociais que propiciaram sua conservação e, para tal análise, torna-se necessário deflagrar as condições concretas que geraram distintas formas de inserção entre os grupos que compõem a prática social. Nesse percurso investigativo, a percepção da relação dialética entre memória e esquecimento é meio crucial para produção da

consciência, afinal "o poder de criar e estabilizar a memória é, de fato, sinal geral do poder em todos os níveis da organização social.[4]" (JEDLOWSKI, 2000, p. 127).
Não intentamos adentrar as discussões em torno da filiação durkheimniana de Halbwachs, mas cabe salientar que os estudos em memória corroboram para compreender os contextos sociais de construção e manutenção de experiências e representações, pois

> há um processo de recordação que está além do indivíduo, que é impessoal, correspondente a uma sociedade globalmente referida, que o indivíduo participa, segundo determinados interesses, sob condições parciais, ou não, se torna importante a sua formulação de que os conteúdos da memória contém sempre um reflexo da realidade social e da realidade temporal, que desempenha um papel importante no processo de transmissão social das experiências e da sua significação como aprendizagem. (MAGALHÃES, 2007, p. 108).

Por fim, cabe salientar que entender a memória solicita compreender as condições sociais e históricas em que os significados são construídos, é também compreender a sociedade como um todo orgânico, composto de contradições produzidas e reproduzidas segundo a dinâmica impressa pela história na sociedade. Noutros termos, o campo da memória implica em temporalização de vivência dos homens e mulheres que compõem o todo dialético de uma sociedade inscrita na história e em ininterrupto movimento e carregada de conflituosidade e contradição. A memória, nesse sentido, não se traduz apenas como conservação, mas está posta nas relações de forma difusa, dicotômica e flexível, situada entre a produção e a reprodução de significados a partir de um metabolismo social altamente dinâmico. A memória também não é um todo harmônico e homogêneo, ela é conflituosa por natureza, no momento em que é elaborada por grupos heterogêneos, carregados de contradições.

A espacialização da memória

"Empiria" é o termo utilizado por Nora (1993) para defender a tese de que a memória se cristaliza no espaço, tendo nele a oportunidade de externalização de representações e materialização de identidades. A partir dessa ideia, Nora (1993, p. 7) verifica que "o sentimento de continuidade torna-se residual aos lugares".
Embora não necessitemos discorrer tão profundamente sobre o conceito de "lugares de memória", pois não é categoria central do presente texto, é em Nora que encontramos a pertinente observação de que nos lugares as memórias se sedimentam e, num contexto de mundialização, se conflitam. O espaço pode se tornar lócus onde forças poderosas tentam prevalecer, seja gerando uma falsa sensação de homogeneidade, seja eclodindo rupturas desconfortáveis que perturbam o senso de pertença.
Halbwachs (2006, p. 170) também reconhece que "não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial". O autor lembra Augusto Comte para salientar a validade da sensação de permanência e equilíbrio advinda dos objetos materiais que compõe o espaço onde as dinâmicas sociais precipitam, pois a sensação de estabilidade aparente garante o conforto do pertencimento e acomoda os sentidos. O espaço, então, é uma companhia silenciosa e aparentemente imóvel, que gera ordem e tranquilidade no momento em que se opõe a nossa agitação e transitoriedade (HALBWACHS, 2006).
Ademais, os objetos que compõem o espaço não são apenas pedaços fragmentados de um cenário arbitrariamente montado, eles interpenetram na nossa subjetivação de tal forma que nos sentimos coautores de sua montagem à medida que recompõem nossas memórias. Com isso dizemos que à medida que mudam, exalam representações impossíveis de serem ignoradas; e também à medida que mudamos, reorientamos a forma como os interpretamos.

> Cada objeto reencontrado e o lugar que ele encontra no conjunto nos recordam uma maneira de ser comum a muitas pessoas e, quando analisamos esse conjunto

4 Tradução nossa.

> e lançamos nossa atenção a cada uma dessas partes [...]. Não estávamos errados ao dizer que eles estão em volta de nós, como uma sociedade muda e imóvel. Eles não falam, mas nós os compreendemos, porque têm um sentido que familiarmente deciframos. São imóveis somente na aparência, pois as preferências e hábitos sociais se transformam e, quando nos cansamos de um móvel ou de um quarto, é como se os próprios objetos envelhecessem (HALBWACHS, 2006, p. 158).

É interessante a constatação do autor no momento em que entende o "envelhecimento" não apenas como uma condição cronológica, mas também como uma percepção moldada socioculturalmente. Assim, objetos tornam-se "velhos" no espaço à medida que contrastam com tendências da atualidade, seja pela oposição ou pela complementariedade. De todo modo, também em Halbwachs, encontramos a ideia de que esse equilíbrio instável que compõe o espaço não é percepção individual, mas, como ocorre com a memória coletiva, é uma construção social, afinal são muitas as memórias que participam das sensações suscitadas pelos objetos empirizados no espaço.

> Os diversos bairros de uma cidade e as casas em uma quadra têm uma localização fixa e também estão presos ao solo, como as árvores, os rochedos, uma colina ou um planalto. por isso o grupo urbano não tem a impressão de mudar enquanto a aparência das ruas e das construções permanece idêntica; existem poucas formações sociais ao mesmo tempo mais estáveis e de duração mais segura [...]. Toda essa agitação acontece num cenário familiar, que parece não ser afetado por ela (HALBWACHS, 2006, p. 160).

Mas, e quando toda essa agitação chega a um dinamismo tal ao ponto de afetar a organização dos espaços? Se os espaços não são apenas um conjunto de objetos organizados, pois exalam sentimentos e identidades, como sua mudança atinge o senso de pertencimento das pessoas? Reconhecendo inevitabilidade dessas mudanças, Halbwachs (2006) observa que alterações significativas na paisagem perturbam e desconcertam a cotidianidade das pessoas, impactando a percepção da "memória individual" e sua inserção na esfera social.

Se "não há grupo nem gênero de atividade coletiva que não tenha alguma relação com o lugar" (HALBWACHS, 2006, p. 170), de igual modo não há como ignorar mudanças do espaço sem considerá-las como mudanças da própria história de vida das pessoas. Contemplar marcantes alterações espaciais é visualizar a invasão do estranho, é presenciar a "amputação" de um alicerce à memória. Se o espaço gera conforto pela continuidade e pertencimento, de igual forma o seu desmonte redunda em estranheza e não reconhecimento de trajetórias pessoais de vida nos objetos externos aos sujeitos.

Para aqueles que viveram outrora, transitar no espaço urbano hoje é provocar um frequente não-reconhecimento (ou não-pertencimento) ao ambiente em questão. Isso porque o espaço é resultado histórico-dialético de intencionalidades sociais, culturais, políticas e econômicas. Nesse sentido, se subsistem arquiteturas tombadas, prédios históricos, monumentos e obeliscos ou se estes são sufocados por engenharias modernas e imponentes, há significados transitados e evocados a participarem das paisagens urbanas. A vida então se precipita num espaço desenhado por intentos hegemônicos em coexistência com um passado frequentemente ofuscado pela magnitude da "modernidade".

E nesse emaranhado de objetos que se esgrimam na montagem dos espaços, estão pessoas que os representam, hostilizam, inibem ou são intimidadas pela altivez cristalizada nas paisagens. Assim, os espaços, ora imponentes, ora simplistas, são por vezes ilegíveis à medida que anunciam equivocadamente uma identidade forjada e à medida que não enunciam nada em sua obviedade. Para investiga-los, há então que arrancar seus dizeres, tão escondidos nas entrelinhas, tão subalternizados em suas periferias e tão silenciados por uma modernização unilateral.

Destarte, insistimos na ideia de que as mudanças espaciais interpenetram nas representações das pessoas, pois mobilizam também o campo da subjetividade. Longe de gerar as mesmas sensações, as remontagens dos cenários são lidas de acordo memórias individuais inscritas em marcos sociais específicos. Assim, quando um velho comerciante se espanta com as mudanças, entendendo-as como invasivas e descaracterizadoras e um

jovem empreendedor se orgulha dessas transformações, tais posicionamentos estão situados em diferentes marcos sociais da memória.

> Por trás das novas fachadas, por avenidas bordejadas de ricas mansões recentemente construídas, nos pátios, nas travessas, nas ruelas dos arredores, se abriga a vida popular de outrora, recuando passo a passo. É assim que nos surpreendemos ao encontrar ilhotas arcaicas no meio de bairros novos (HALBWACHS, 2006, p. 164).

Apesar de o autor tratar de cidades europeias dentro de outro tempo histórico, é útil transcrever seu posicionamento porque permite contemplar a forma como o arcaico é "recuado passo a passo" para ceder espaço ao "novo". A relação conflitiva marca então a coexistência de distintas temporalidades no mesmo espaço que, nesses termos está longe de ser um todo coeso e harmônico.

O espaço, então, além de desvendar a contradição de classes sociais, também revela as muitas temporalidades que por ele passaram, os diversos rastros de memórias nele sedimentados e os "clarões de memória[5]" que se perenizaram. É também halbwachiana a constatação de que as leituras desses elementos são muitas, estão longe de serem totalitárias e unânimes, pois interpretá-los implica em posicionar-se socialmente e não apenas introjetar objetos, como um *scanner*.

Desse modo, traduzir mudanças espaciais em discursos significa compreender o *lócus* social por onde as experiências individuais, inscritas em quadros sociais, se precipitam. As palavras de Nora (1993) são possíveis de ser constatadas à medida que a conflituosidade social cristalizada nos espaços que se metamorfoseiam, desperta sensações múltiplas entre as pessoas.

Com isso, resta constatar que, não apenas o espaço é resultado de uma totalidade dialética inscrita num tempo histórico, mas também a forma como os sujeitos o interpretam, que também é um resultante histórico e dialético que inevitavelmente tornam homens e mulheres sujeitos eminentemente sociais.

A dialética do campo empírico

A base metodológica do presente texto compreende o *lócus* aqui estudado como um recorte temporo-espacial inscrito num todo dialético cambiante. Logo, a articulação entre partes e a totalidade, bem como o movimento permanente, mesmo sob uma aparência estática, são pressupostos fundamentais para nosso olhar acerca do objeto aqui estudado.

A siderúrgica Trzan iniciou atividades nos anos 1950, sob gerência de uma família iugoslava, que havia migrado para o Brasil no início do século XX. Na época, o país vivia um fervor econômico em função das políticas de substituição de importações implementadas no território nacional em meados do século. É útil acrescentar que estamos falando de anos subsequentes à Segunda Guerra Mundial, quando efeitos avassaladores na economia global incitaram empresas multinacionais a promoverem uma pulverização de unidades produtivas que, em parceria com governos de nações subdesenvolvidas, enxergaram largas possibilidades dentro de territórios do então terceiro mundo. As instabilidades do capitalismo motivaram a busca por condições mais favoráveis ao lucro e, nessa empreitada, países como Brasil, Argentina ou México mostravam-se adequados para o projeto de maximização do lucro e redução drástica nos custos de produção.

No Brasil, meados do século XX ficaram conhecidos como "Milagre Econômico", caracterizado por uma torrente invasão de grandes indústrias internacionais, aqui aportadas na busca predatória por novos nichos do consumo, além de farta matéria-prima, mão-de-obra barata e incentivos fiscais.

Para viabilizar condições à pujança econômica nacional, o Estado entrava com atrativas contrapartidas, qualificando mão-de-obra, investindo em infraestrutura (a exemplo de hidrelétricas, portos, rodovias, ferrovias) e incentivando a indústria de base que ofertaria condições para o crescimento econômico almejado.

---

5 Expressão utilizada por Nora (1993, p. 15) para definir memórias que desapareceram, quando tragadas pela história. Para o autor, "tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história".

É nessa ocasião, que a família iugoslava Trzan, já residente no Estado da Bahia, encontra a possibilidade de investir no ramo de siderurgia, com vistas ao abastecimento de um mercado tão promissor. É importante compreender que o Estado da Bahia contava com vasta disponibilidade de matéria-prima, excelente oferta de mão-de-obra barata, tudo mediado por um Estado conivente com a pretensão capitalista naquele tempo. Essas condições, tornaram o mercado atraente para instalação daquela que se tornou a primeira usina siderúrgica da região Nordeste do Brasil, que empregava parcela considerável da população local e abastecia grande parcela do mercado regional.

Embora falássemos de um governo intervencionista, tratamos também de um governo empenhado na satisfação dos interesses auspiciosos da grande indústria mundial, cuja lógica consistia em garantir a lucratividade, agora pelo rastreio de nichos menos hostis à acumulação de capital. Usinas como a Trzan se tornavam parte do motor econômico que muniam o Brasil na guerra pela atração de investimentos internacionais.

O grupo Trzan se manteve em atividade efervescente entre dos anos 1950 até 1960, quando foi adquirida pelo Grupo Votorantim (conglomerado que desde os anos 1920 atuava no Brasil em ramos variados da indústria de base). Em negociações mediadas pelo Estado, o grupo Votorantim assumiu a usina Trzan que, embora fosse uma das menores unidades do seu sistema, foi mantida atuante nos vinte anos seguintes, demonstrando sinais de exaustão apenas no final dos anos 1970.

É necessário também acrescentar que na época o governo brasileiro implementava políticas de incentivo ao crescimento econômico em diversas regiões do país. E, como recorrente no liberalismo econômico, houve disponibilização de divisas públicas aos interesses do capital, com vistas a garantir a perpetuação da hegemonia da grande indústria. A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE foi uma autarquia criada pelo governo federal no final dos anos 1950, e teve participação ativa da ideologia desenvolvimentista brasileira, equalizada à proposta de liberalismo econômico.

Sob o pretexto de reduzir as desigualdades sociais verificadas nas regiões geoeconômicas brasileiras, a SUDENE representava a disposição das divisas estatais ao voraz expansionismo capitalista na ocasião. A lógica na Região Nordeste consistia em atrair investimentos a grupos de empresas que garantissem o emprego de massas e a rotatividade de capitais em microrregiões espalhadas pelo interior dos Estados.

Foi neste contexto que a Trzan entrou num "pacote" de aquisições pelo grupo Votorantim, revelando um intervencionismo constante do Estado no sentido de sustentar os interesses voluptuosos do capital. E, mesmo sob os vultosos incentivos governamentais, interesses privativos frequentemente colidiam com medidas estatais, demonstrando que as políticas públicas raramente se empenhavam no compromisso com causas sociais de menos favorecidos.

Segundo Revista Veja, publicada em outubro de 1981, o então governador do Estado da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, se indispôs com o diretor da Votorantim, Antônio Ermínio de Moraes, por conta de um encerramento de atividades no ano de 1979. Com intervenção direta do ministro do planejamento, Delfin Netto, coagiu o grupo Votorantim a retomar as atividades logo após o anúncio do fechamento das portas da usina.

A mesma matéria salienta que é no ano de 1981 que o Grupo Votorantim encerrou decisivamente as atividades, provocando grande irritação no governador Magalhães. O mal estar ocorreu por conta de auxílios ofertados pelo Estado para revitalização da referida empresa, que não demonstrou qualquer pudor em demitir mais de 230 funcionários baianos em questão de dias. Nas palavras do governador: "Tal medida foi, no mínimo, cínica".

Nesse sentido, Santo Amaro inicia a década de 1980 sem sua maior evidência de "progresso econômico", episódio esse que impactou centenas de família e reduziu drasticamente divisas municipais e desaqueceu profundamente a economia da cidade. A realidade traumática foi se mantendo no imaginário das pessoas, especialmente porque a o Grupo Votorantim passou a destacar os prejuízos decorrentes dos oscilantes faturamentos adquiridos na região. Em entrevista ao Jornal A Tarde em outubro de 1981, o então representante do Grupo Votorantim na Bahia, José de Morais, afirmou que o enfretamento de dificuldades financeiras já estava ocorrendo há alguns anos, fato que motivou o primeiro anúncio de fechamento em 1979. Porém, a oficialidade da falência em 1981, segundo entrevistado, decorria do esgotamento de possibilidades daquela unidade que se tornara onerosa ao Grupo.

É pertinente acrescentar que a década de 1980 não demonstrava sinais otimistas aos brasileiros. Enquanto os anos anteriores foram marcados pelo crescimento, os anos 1980 foram realçados pela estagnação financeira,

aliada aos índices inflacionários alarmantes e ao desempenho medíocre da indústria. Apelidada de "década perdida" para o Brasil, e também para demais países emergentes da América Latina, esta época foi ilustrada por uma concorrência acirrada com países em desenvolvimento da Ásia, que despontavam no mercado global, tragando grande parte do comércio e afetando a produção global. Se, por um lado, os Tigres Asiáticos saltavam aos olhos de investidores internacionais, a América Latina parecia não mais tão atraente como outrora.

O golpe desta realidade geoeconômica foi agonizante para a indústria nacional de base, que enfrentou crises profundas e precisou driblar os atrapalhados planos monetários implementados pelos sucessivos governos brasileiros no decorrer dos anos 1980. De igual modo, para a população, a realidade se mostrava hostil: inflação galopante, desemprego em alta, problemas graves na oferta de serviços públicos, corrupção e outros danos que ruíam a esperança dos brasileiros.

No imaginário da população santamarense, o fim da siderurgia anunciava essa desesperança e lançava à face dos locais a vulnerabilidade dos padrões de desenvolvimento consolidados em décadas anteriores. A cidade enxergava a deterioração da usina como desmantelamento da própria realidade social e econômica local. O Grupo Votorantim, indiferente a esta agonia, doa o prédio à prefeitura que, não manifestando esmero algum com o patrimônio, consentiu com um desmembramento paulatino daquele local. Então, é no transcurso dos anos 1980 que o teto foi furtado, as janelas foram desmontadas, a mobília corroída e a pujança convertida em assolação. De todo modo, a ruína predial se articulava simultaneamente com a progressiva ruína econômica local e nacional.

Ruínas: semânticas e representações

O vocábulo "ruína" está sempre associado à ideia de perpetuação de algo obsoleto, degradante e decadente por sua insistência num contexto que não mais lhe pertence. A ruína é uma manutenção teimosa de algo que não é mais merece existir, de uma estrutura desgastada, que aciona um passado melancólico por sua persistência. Ruir também pode se referir a valores, a memórias ou à decomposição de estruturas materiais, que avisam a existência de um passado e, simultaneamente, a sobreposição de um presente "oxidante". Ruínas, então, possuem um significado ácido, tanto porque anunciam a não conservação do ontem, como porque revelam a ação ostensiva de uma vida cambiante que, por vezes, se opõe ao passado e se infiltra nos poros abertos pelo tempo. Noutros termos, ruir é mudar, mas é, antes de tudo, sobrepor o hoje ao ontem.

Evidentemente, não nos interessa entender esse processo apenas em sua materialidade, mas principalmente em sua articulação orgânica com a história e com a realidade social dos sujeitos. A ruína aqui é vista como parte integrante do próprio movimento dialético da história, cujas transformações estão inscritas num tempo em permanente movimento, que associa partes à completude da totalidade dialética.

> Lugar de progresso e ruína, de abandono e criação, de permanência e demolição, a materialidade urbana emerge como campo histórico abalado pelas forças produtivas, a conflagração dos homens e o peso da natureza. De suas fundações e estruturas, a suas superfícies mais visíveis, ela está perpetuamente marcada por mutilações e desfigurações, às vezes traumáticas, produzidas pelas forças elementares da destruição, catástrofes naturais, oscilações demográficas, ciclos civilizatórios, guerras, genocídios, conquistas, incêndios, revoluções, pelo passar do tempo e as intervenções humanas, que ao fim e ao cabo se conectam a todas as outras motivações (LIRA, 2013, p. 170).

Nesse sentido, quando estudamos ruínas de uma estrutura predial, falamos também de tempos que se sobrepõem ou se complementam, falamos de representações inscritas em muitos tempos, cujo nexo não pode ser explicado de modo fragmentado, mas de forma integrada dentro da história à luz de transformações num presente contínuo (HOBSBAWM, 1995).

> Ampliando a tese de Halbwachs, gostaria de dizer que a própria cidade é a memória coletiva dos povos; e como a memória está ligada a fatos e a lugares, a cidade é o locus da memória coletiva. Essa relação entre o lócus e os citadinos torna-se, pois, a imagem predominante, a arquitetura, a paisagem; e, como os fatos fazem parte da memória, novos fatos crescem juntos na cidade. Nesse sentido, de todo positivo, as grandes ideias percorrem a história da cidade a a conformam (ROSSI, 2001, p. 198).

Dessa forma, entendemos que as ruínas da Trzan são evidência de tempos que se sobrepuseram, de valores erigidos e desmantelados, de perspectivas sedimentadas e ruídas sob um constante (e imprevisível) movimento da história. O prédio hoje é marcado pela assolação e pela ação persistente da natureza, que insiste em decompô-lo, tomando de volta para si o que lhe foi extraído. As paredes em vias de desmoronarem, as vigas de ferro oxidadas, as madeiras putrefadas, as plantas que corroem as paredes anunciam passado, presente e futuro, aclamam uma memória ruída e avisam o movimento tortuoso de valores e de paradigmas não mais em voga.
As ruínas se situam, então, na delicada linha que separa ontem e hoje, elas revelam a erosão de uma memória petulante e insistente, mesmo com a ação mais impiedosa do tempo. Ruir nesses tempos, embora conote decadência, implica também na permanência, cujos sentidos se atrelam às mudanças no percurso de uma história que converteu ícones do progresso em sucata.
Nesse sentido, as ruínas Trzan são parte de uma memória fragmentada e sedimentada no espaço que revela a existência de uma pujança que se foi, corroída por transformações agressivas e traumáticas na realidade local. Aquele espaço, então, é cicatriz provocada pelo capital que adentrou Santo Amaro, definindo valores, erigindo a "novidade" do desenvolvimentismo e se encastelando na subjetividade das pessoas, em forma de esperança, anseio e sonho. As cicatrizes no espaço urbano também são cicatrizes na subjetividade, na alma e na memória social, que existe no cerne das muitas biografias e também se esboça nos discursos proferidos.

> A história das cidades, da fabricação das cidades, não por acaso é plena de traumas e recalques. Pois em meio às transformações que não cessam de operar lugares são inteiramente destroçados ou esquecidos, submergindo à marcha das construções e reconstruções em detrimento das intensas experiências materiais e sentimentais que carregam (LIRA, 2013, p. 168-169).

Ao trincar o espaço, as ruínas da Trzan então devolvem o passado em forma de uma memória brutal, pois não facultam à população o esquecimento de um movimento que ali perpassou um dia. As ruínas demonstram ser uma porção dolorosa e saudosista de um passado pujante e de um presente modesto, de uma vida com perspectivas que sinalizavam veredas distintas daquelas que foram percorridas.

> Assim, a união entre o passado e o futuro está na própria ideia da cidade, que percorre tal como a memória percorre a vida de uma pessoa e que, para concretizar-se, deve conformar-se nela. E nessa conformação permanece em seus fatos únicos, em seus monumentos, na ideia que temos deles (ROSSI, 2001, p. 200).

Ruínas sob o estigma da moralidade

A ideia de espaço residual se impregna no conceito de ruína que tratamos. É na mudança do percurso capitalista que surge o abandono de determinados ambientes outrora vistos como imponentes. Tornam-se então insalubres, repugnantes e dignos de demolição.
Ademais, os padrões morais que ocupam ruínas também demonstram uma degradação comportamental semelhante à corrosão nítida no arranjo daquele espaço. Os detritos ruinosos frequentemente são preenchidos por "sujeitos arruinados", cujos comportamentos foram higienizados dos "padrões de normalidade" admissíveis em "espaços oficiais". Assim

> [...] antigos centros urbanos são tradicionalmente, também, o universo em que orbita toda uma galeria de figuras vulneráveis e ameaçadoras, desregradas e indesejáveis: mendigos, prostitutas, michês, imigrantes, homens-sanduíche, travestis, palhaços, boêmios, conspiradores, vagabundos, trombadinhas, espertalhões, poetas, drogados etc., tipos característicos de "iluminados", afeitos aos subterrâneos da grande cidade (LIRA, 2013, p.172-173).

A "moralidade frouxa" se apropria dos espaços abandonados pelo capitalismo, que inventa, demole, revitaliza e abandona tudo sob o prisma da conveniência lucrativa. São viadutos, fábricas, praças, monumentos ou centros comerciais largados pela burguesia e apropriados pelo tempo e por sujeitos banidos e vencidos pela oficialidade da ética capitalista.

Agora aquele espaço minuciosamente projetado e erigido se tornou estorvo urbano, ocupado por "estorvos morais". Os escombros produzidos pelos redesenhos capitalistas são excreções indesejáveis resultantes dos padrões de consumo reinventados, cujo rastro se torna ruidoso e repugnante nas cidades, sendo objeto de interesse apenas para os excluídos. E quando os excluídos se apropriam caoticamente desses espaços residuais, eles aceleram a sua deterioração, convertendo-os em antros de sujeira física e moral, exalando o odor característico do descarte segregado pelo capital.

Na ocasião, incomodada com seus próprios excrementos, a sociedade se torna então parceira da ideia de revitalização. As ruínas então são reempossadas por sujeitos que assumem a incumbência de uma higienização espacial e, por efeito, moral, sendo, em alguns casos, a demolição compreendida como alternativa cabível e definitiva.

Em Santo Amaro, foi possível constatar no ano de 2012 a doação das ruínas Trzan ao governo federal com vistas à construção de uma universidade no prazo de quatro anos. Essa empreitada teria uma função altamente significativa ao poder público local. Primeiro porque higienizaria daquele *lócus* os incômodos sociais e éticos que ele abriga e depois porque o preencheria de um aparelho "útil" ao nexo do capital.

Ao entrevistarmos moradores de mediações das ruínas, ficou evidenciada a repugnância que se tem por aquele lugar. Trata-se de uma área alagável, que margeia o rio, com entorno preenchido por favelas. Ultimamente, as ruínas foram ocupadas por pessoas de índole questionável, onde se torna possível ouvir tiros durante a noite e discussões inflamadas, segundo relatos dos moradores. Aliado a isso, o caráter ruinoso do lugar, rodeado de mato o torna feio, degradante e pouco atraente para qualquer coisa senão para a favelização. Na percepção dos entrevistados, um ambiente abandonado assim deveria ser preenchido apenas por sujeitos igualmente execrados, que se apropriaram do resto, dos detritos rejeitados pelo centro urbano.

As senhoras donas de casa que entrevistamos se mostraram pouco preocupadas com a revitalização das ruínas e mais preocupadas com as consequências deste processo para si mesmas e para a clandestinidade de suas residências naquele espaço. A aparência suja, maltrapilha e degradante das ruínas gera consensuais indagações: "Porque aqui? Porque vocês não vão para o centro? Isso é lugar de favelado".

Agora, revitalizar o que? Se revitalizar implica em devolver a vida, podemos então considerar mortos os sujeitos que ocuparam a lacuna deixada pelos contratempos do capital? Embora os intentos de edificar ali uma grande universidade federal sejam nobres, eles não seriam igualmente autoritários por desbaratarem sujeitos que ocuparam o vão deixado pelo Estado? A ideologia da "revitalização" não autenticaria a ideia de que há vida apenas nas engrenagens do sistema?

Não coube especular respostas a estes questionamentos neste trabalho, porém é de nossa incumbência perceber o quanto a relação dialética entre uma memória latente e um futuro que insiste em consumi-la se mostra viva na montagem dos espaços urbanos. A ruína da Trzan não dá conta de entender emaranhado de temporalidades que trafegam na cidade, mas permite observar que as sinuosidades da história sedimentam o passado e, ao mesmo tempo o corrói. A memória e o esquecimento são faces opostas de uma mesma porção cristalizada no prédio ruinoso da Trzan e entendê-los sob o espectro reducionista da "demolição" ou "apropriação" é negar os muitos conflitos ali perenizados e as muitas subjetivações dali derivadas.

Considerações: olhares sobre um passado latente

Como sinalizado no marco teórico do presente texto, memória e esquecimento estabelecem entre si uma relação dialética, cujo contorno ideológico evidencia intencionalidades trafegadas no curso da história. A manutenção e o esquecimento de representações perpassam por intentos hegemônicos e se articulam a um emaranhado de significações socialmente negociadas e estrategicamente selecionadas (MAGALHÃES & ALMEIDA, 2011).
A memória é, sim, seletiva e sua seletividade obedece a processos históricos, segundo objetivos auspiciosos de grupos que os manipulam. Evidentemente, não queremos cair no determinismo de uma vida subjugada a grupos hegemônicos, porém cabe salientar que a história, a memória e o esquecimento são alvos de grupos poderosos que se esgrimam na tentativa de garantir a primazia de signos e valores.
Assim, quando analisamos as ruínas da Trzan, debruçamos também sobre a vida de outrora, sobre sujeitos que ali transitaram e deixaram detritos existenciais de um passado recente. Nas palavras de Halbwachs (2006), a memória ocorre mediante um acionamento do passado pelo e no presente, logo, ela é totalmente susceptível a manipulações segundo os valores do hoje. Com isso Halbwachs entende que o sujeito, situado no seu contexto social e cultural, reivindica o passado imputando-lhe significações que o remodela em função da realidade atual. O objeto memorado, então, jamais pode ser considerado como uma porção imutável, ele é uma mescla de passado com intentos da narrativa efetuada no momento do acionamento da memória.
Destarte, a memória é por excelência fruto de seletividades sob objetivos específicos dentro de temporalidades específicas. Ideologias impregnam a seletividade da memória e, por sua vez, empurram para o subterrâneo as representações não-oficiais de uma história desenhada a serviço do poder.
No caso específico das ruínas da Trzan em Santo Amaro, a memória e toda sua maleabilidade se sedimentou naquele espaço sob forma de resíduo. Na luta pela prevalência, a memória esgrima com o presente e com representações que frequentemente colidem com os significados dela exalados. Tal fato se torna ainda mais marcante, num contexto em que o expansionismo do capital nesse início do século XXI tem impregnado as pessoas com uma visão "progressista", que consente com o desmantelamento do passado a serviço da "modernidade". Nesse sentido, as ruínas se tornaram inconvenientes ao "futuro", pois, dentro da ótica desenvolvimentista, esquecer o passado é condição para abraçar promessas fugazes de um futuro promissor. A manipulação da memória se torna condição para que a população local assuma o projeto burguês de sociedade nesse início de século, especialmente pela repulsa a toda forma ruinosa e pela empatia com a "nova" arquitetura ideológica do capital.
Em condições totalmente adversas, o passado da Trzan pode ser comparado com o desmembramento sofrido por Detroit, quando transformações nos padrões de acumulação capitalistas redesenharam profundamente aquele centro urbano, revelando o quanto os traços espaciais por vezes se subordinam à lógica do capital. Detroit, desenhada e redesenhada, fragmentada, retorcida pelos padrões de acumulação, visualizou de perto a desterritorialização de unidades produtivas e, por efeito, a amputação de seu espaço econômico.
As cicatrizes no espaço fabril de Detroit, hoje abandonados e alvos de insistentes tentativas da administração pública por revitalização, escancaram a efemeridade da produção capitalista, cimentada em determinados *lócus* sob intentos auspiciosos e absolutamente unilaterais.
Esquecer o passado, nessas condições, é útil ao capital e, mais útil ainda que ignorá-lo, é rejeitá-lo. Ao agredir as ruínas de modo silencioso, a população reafirma o anseio por um futuro que se sobreponha ao passado e garanta a "sofisticação" de um espaço equalizado às tendências de transnacionalização da economia. As ruínas, então, têm a impertinente capacidade de anunciar a finitude do projeto burguês e a efemeridade do sistema enraizado nos modelos de urbanidade que solapam filiações e ofuscam identidades.
Ao converter cidades, ou parte delas, em detritos, a astúcia capitalista exacerba seu autoritarismo, asfixiando subjetivações brotadas na e da materialidade do espaço, cuja metamorfose parece vulnerável a intentos deveras mesquinhos. Assim, paisagens ruinosas vão surgindo, invisibilizadas no espaço e, por vezes, instigando especulações místicas sobre sua perecibilidade.
Por fim, cabe lembrar que as representações comuns sobre ruínas da Trzan anunciam cisões oriundas de uma história dolorosa, cujo transcurso é muito menos previsível do que se supõe. A conflituosidade da memória social, então, se cristaliza no espaço, desenhando-o, remontando-o segundo os descaminhos da vida, cujo itinerário é protagonizado por homens e mulheres históricos.

Referências

HALBWACHS, M. (2006), *A memória coletiva.* Trad. Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro.

HOBSBAWM, E. (1995), *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (2007), *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. Trad.: S. Duarte. São Paulo: Editora Schwarcz.

JEDLOWSKI, P. La sociología y la memoria colectiva. (2000), *In*: ROSA, A, BALLELLI, G & BAKHUST, D (Orgs.). *Memoria colectiva e identidad nacional*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva.

KOSIK, K. (2010), *Dialética do concreto*. 2. ed. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. São Paulo: Paz e Terra.

LIRA, J. T. C. (2013), De patrimônio, ruínas urbanas e existências breves. *Revista Redobra*. Salvador, num.12, ano 4.

MAGALHÃES, L D. R. & ALMEIDA, J. R. M. (2011), Relações simbióticas entre memória, ideologia, história e educação. *In*: LOMBARDI, J. C; CASIMIRO, A. P. B & MAGALHÃES, L. D. R (Orgs.). *História, memória e educação*. Campinas: Alínea.

MAGALHÃES, L. D. R. (2007), Educação, História e Memória: uma aproximação do estudo geracional. *Revista HISTEDBR online*. Campinas, Num. 28. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/28/art07_28.pdf. Acesso em 26 de julho de 2011.

MATARAZZO, P. (1981), Fim de conversa: Votorantim fecha usina na Bahia e demite. *Revista Veja*, 28 de outubro de 1981, p. 136.

MORAIS, J. (1981), Siderúrgica fecha após demitir funcionários. *A Tarde*, Salvador, p.35. Entrevista concedida ao Jornal A Tarde.

NORA, P. (1993), Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, Vol.10, p.7-28.

POLLAK, M. (1992), *Memória e Identidade Social: Estudos Históricos.* Trad.: Monique Augras. Rio de Janeiro, vol. 05, num. 10.

ROSSI, A. (2001), *A arquitetura da cidade***.** Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.

SÁ, C. P. (2007), Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. *Psicologia Reflexão e Crítica*. Porto Alegre, num. 002, Vol. 20, p. 290-295.

SILVA, J. B. (1996), Estão levando a sucata da siderúrgica. *Jornal A Defesa*, Santo Amaro, p. 18.

Espaço Patrimonial: Usos e Tensões em Torno de um "Centro Histórico"

Irlys Alencar Firmo Barreira[1]

Francisco Willams Ribeiro Lopes[2]

Resumo
Este trabalho analisa as políticas de preservação ao patrimônio designadas como "requalificação", com ênfase nas intervenções, estratégias e práticas sociais envolvidas em processos de intervenção. A "requalificação", expressão que vem substituindo a palavra "revitalização" do patrimônio, visa transformar áreas históricas consideradas "degradadas" em espaços de entretenimento e lazer, a partir da execução de medidas estratégicas de intervenção. A proposta implica um processo de substituição de usuários de espaços considerados patrimônio da cidade por meio da tentativa de atrair turistas e moradores de classe média. A reflexão tem como referente empírico os projetos de intervenção para o Centro Histórico de Fortaleza, Ceará, Brasil, incluindo os conflitos de natureza social e simbólica que envolvem tanto atores institucionais como usuários.

Palavras-chave: Patrimônio. Requalificação. Centro histórico. Usos. Passeio Público.

Introdução

Intervenções urbanas com vistas à conservação ou manutenção de ambientes e monumentos fazem parte da lógica que preside as políticas de patrimonialização em cidades, nos últimos anos. Constituem práticas simbólicas de classificação e afirmação da história, segmentando áreas urbanas que acolhem mudança, em oposição a outras que trazem marcas do passado.

A reforma urbana realizada na Praça dos Mártires (Passeio Público) é nesse sentido paradigmática, fazendo parte de uma proposta mais ampla de intervenção no Centro Histórico da cidade de Fortaleza, situada no Nordeste do Brasil. Integra um dos projetos da Prefeitura Municipal de Fortaleza visando produzir a "requalificação" do seu centro histórico.

A Praça dos Mártires, mais conhecida como Passeio Público, é uma das mais antigas da cidade, datada aproximadamente de 1850. Trata-se de um equipamento tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN) que, no final do século XX, passou a ser considerado "degradado" devido à deterioração de sua estrutura física e utilização do espaço, principalmente, por prostitutas para práticas de comércio sexual. A Praça tornou-se, entretanto, em 2007, alvo de projeto de "requalificação", executado por gestores da Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor) e Coordenação do Patrimônio Histórico Cultural (CPHC), fazendo parte

---

1 Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Fez pós-doutorado em Sociologia pela École dês Hautes Ètudes em Sciences Sociales, Paris, e pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS). Atualmente é professora titular da Universidade Federal do Ceará, pesquisadora do CNPq nível I. É membro da coordenação acadêmica da área de ciências sociais da CAPES. Foi vice-presidente (2005-2007) e presidente (2011-2013) da Sociedade Brasileira de Sociologia. Foi membro da Diretoria da ANPOCS. Atualmente, representa o Brasil na diretoria da Associação Latino Americana de Sociologia (ALAS). ialencar21@uol.com.br

2 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Sociologia e Graduado em Ciências Sociais pela UFC. Foi bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), no projeto de pesquisa "A cidade no discurso eleitoral: rituais e agentes de campanha", coordenado pela professora Irlys Barreira e, atualmente, é pesquisador do Laboratório de Estudos de Política e Cultura (Lepec/UFC). willams-ribeiro@hotmail.com

das reformas pensadas para o Centro Histórico de Fortaleza. Eventos e atividades foram acionados no local com objetivos de substituir alguns usuários de espaços considerados patrimônio da cidade, buscando atrair turistas e moradores de classe média.

A Praça do Passeio Público já era tombada no âmbito federal e estadual, passando a ser reconhecida também pela Prefeitura Municipal por sua importância histórica e social para a cidade e reafirmada como patrimônio em 2006. Neste mesmo ano, o Passeio Público foi integrado ao projeto "Ícones de Fortaleza" que consistia na avaliação do local e encaminhamento de propostas de reforma. A praça também foi incluída na pauta de discussão da Secretaria Extraordinária do Centro (SECE) que visava criar projetos e elaborar propostas para (re)funcionalizar sua utilização.

O presente texto pretende refletir sobre as intervenções e concepções que circundam o tema da "requalificação", associadas aos valores e representações sobre a cidade de Fortaleza, tomando como referência empírica a Praça do Passeio Público.

A "requalificação" do Passeio Público: "em nome do patrimônio"[3]

As primeiras discussões em torno da "requalificação" do Passeio Público iniciaram-se na sede da Secretaria Extraordinária do Centro (SECE) em agosto de 2006. Participaram também representantes das seguintes instituições: Instituto de Pesquisas Américo Barreira (IPAB), Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), Associação Comercial do Ceará (ACC), Colégio Militar de Fortaleza (CMF) e Movimento Amigos do Centro. Cada instituição apresentou projetos ou propostas para a utilização do espaço.

QUADRO 1 – Principais projetos postos em pauta de discussão para a "requalificação" do Passeio Público de Fortaleza

INSTITUIÇÃO	PROJETO	OBJETIVO
Instituto de Pesquisas Américo Barreira (IPAB)	Projeto Passeio Novo	"Redinamizar a frequência e o uso do espaço do Passeio Público através de uma reconfiguração, no que diz respeito à infraestrutura e a promoção de ações de valorização da importância histórica deste local para a cidade de Fortaleza".
Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR)	Não apresentou projeto, ficando para outra ocasião.	Não apresentou projeto, ficando para outra ocasião.
Associação Comercial do Ceará (ACC)	Passeio Público: Resgate Histórico e Cultural	"Tornar o Passeio Público uma área de convivência social [...]. Para Tanto a Associação Comercial do Ceará [...], responsabiliza-se pela conjugação de esforços e atração de parceiros para a realização deste objetivo".
Colégio Militar de Fortaleza (CMF)	Projeto de Revitalização da Praça do Passeio Público	"Divulgar a história da praça através de eventos culturais que transformem o local em constante ponto de encontro agradável e seguro, não só para os fortalezenses, mas também para os turistas, o que certamente contribuirá para o enriquecimento da cultura cearense e, ainda, ajudará revitalizar o centro velho de nossa cidade.
Movimento Amigos do Centro	Memorial dos Mártires: Confederação do Equador no Ceará e Memorial do Patrimônio de Fortaleza: Miguel Ângelo de Azevedo Nirez.	Não apresentou projeto, ficando para outra ocasião.

Fonte: Criado por Willams Lopes, a partir de cópias dos projetos.

3 "Em nome do patrimônio" é uma expressão que faz referência ao discurso dos gestores que justificam todas as suas ações e mecanismos ativados no fato do Passeio Público ser considerado patrimônio da cidade.

Entre os principais projetos para a "requalificação" do Passeio Público estão os descritos no Quadro 1. De forma geral, todas as propostas convergem para os seguintes eixos: 1) As ações envolvem o poder público e outros parceiros, seja da iniciativa privada, da rede hoteleira ou de instituições acadêmicas como a Universidade Federal do Ceará; 2) Reforma da infraestrutura da praça e superação de problemáticas como ausência de segurança, iluminação inadequada, desordenamento de estacionamento para ônibus turístico, abandono do quiosque etc; 3) Ações com o objetivo de redinamizar os usos da praça, torná-la um espaço de integração, sociabilidade e lazer a partir do enfrentamento de questões como o "abandono, inadequação do uso, marginalidade e desconhecimento por parte da população".

Cada projeto com suas respectivas propostas e concepções sobre o local apresentava também um diagnóstico da situação em que a praça se encontrava. Segundo o IPAB, órgão ligado à Câmara Municipal de Fortaleza, foi a falta de investimento em infraestrutura e ausência de políticas públicas para a dinamização dos usos do espaço que contribuíram, "[...] nas duas últimas décadas do século XX, para que este [a praça do Passeio Público] se tornasse ponto de personagens 'marginais', que utilizam o espaço para a prostituição, tráfico de drogas e assaltos, a qualquer horário do dia ou da noite". Já para os alunos e coordenadores do projeto elaborado pelo Colégio Militar, a história da praça é desconhecida para a maioria dos habitantes da cidade. Devido à insegurança, consideram que muitos turistas e fortalezenses a veem apenas das janelas dos ônibus. É um lugar que "serve de abrigo a todo tipo de delinquência".

É importante ressaltar que nos projetos (exceto o do IPAB) há uma ausência de referência sobre a presença da prostituição, tão marcante ao longo dos anos no Passeio Público. As propostas são lançadas sem que haja uma discussão sobre as frequências consideradas indesejadas, tais como moradores de rua e prostitutas. As novas ideias parecem sugerir o desejo de um público intelectualizado, de classe média e alta que substituiria "antigos" usuários para os quais parece não haver outra solução senão a sua expulsão.

Após outras reuniões que ocorreram no âmbito da SECE e da Secultfor, deu-se o prosseguimento ao processo de "requalificação" do Passeio Público. Segundo o Jornal Diário do Nordeste[4], em outubro de 2007 foi investido um total de R$ 800 mil para a reconfiguração urbanística, arquitetônica e paisagística da praça. Os investimentos foram em parte da Prefeitura (que conseguiu R$ 150 mil com o PRODETUR/NE – Programa de Desenvolvimento do Turismo) e outra parte de empresas privadas (VASCONCELOS, 2008). Do valor total, R$ 45 mil foram doados em tinta e grama pelo Instituto Cor da Cultura. Após a reinauguração do Passeio Público, este Instituto promoveu o evento Casa Cor no Museu da Indústria, localizado defronte ao Passeio Público, utilizando a praça como ante-sala para o evento. A praça, ao se adequar à demanda de um evento no qual se apresentam as principais tendências mundiais de decoração e arquitetura, torna-se também sugestiva de um consumo decorativo alçado a categoria de mercadoria. Como afirma Leite (2002), mais de um século depois, essas intervenções no patrimônio retomam o princípio higienizador de Haussmann, de assepsia e limpeza urbana para adequar as cidades às novas demandas.

A reforma do piso, dos bancos, do conjunto de esculturas, fontes, jarros e uma nova iluminação fizeram parte das modificações ocorridas na estrutura física do Passeio Público, visando recompor sua dimensão "histórica". Também, o processo de ativação do patrimônio cultural por meio de projetos de "requalificação" visava dar nova funcionalidade aos espaços públicos e atrair (novos) usuários a partir de uma programação semanal de atividades tais como eventos públicos, atrações culturais e roteiros históricos. A partir de 2007, a Secultfor se tornou o principal órgão responsável em desenvolver atividades que dessem outra funcionalidade para o espaço. As iniciativas procuravam reativar antigos sentidos perdidos no tempo como os de espaço histórico, cultural e de lazer destinado às famílias e a outros usuários.

Enquanto no início do século XX, período da *belle époque* fortalezense, as políticas urbanas tinham em seus objetivos um viés de promoção da saúde a partir do incentivo a caminhadas e práticas de exercícios no espaço público (Ponte, 1993), as iniciativas atuais procuram promover e funcionalizar espaços para um consumo cultural e gastronômico. Segundo Jacques (2008), há um processo de espetacularização dos bens culturais, nos quais os mesmos são reduzidos a mercadorias e nesse processo é dada uma importância maior ao objeto a ser comercializado do que às reais necessidades da coletividade que o produziu.

---

4 Disponível em http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?Codigo=484391, [consultado em 9-6-2011].

Com base na leitura de Sennett (1998) é possível concluir que o desenvolvimento do capitalismo moderno e a nova "vida pública" diminuíram a importância de centros e antigas praças como espaços de referência para o convívio social. As políticas urbanas funcionalizaram os espaços públicos de tal forma que os "vazios urbanos", como mostra Meneguello (2009), são vistos como uma

> doença a ser sanada, um erro a ser corrigido, um dano urbano. Todos criticam o subaproveitamento do espaço urbano, e propõe grandes "gestos" que re-simbolizem esses lugares. São áreas de oportunidade de desenvolvimento econômico, de reestruturação urbana, de transformação da cidade, de locais possíveis para investimentos (2009: 131).

As cidades modernas se apropriam do modelo de gerenciamento de uma empresa em que seus agentes atuam dentro de um mercado (Vainer, 2002). O patrimônio histórico se torna sua mercadoria, numa coisa a ser vendida, comprada e destinada a um consumidor específico. Neste sentido, os projetos de "requalificação" tanto do Passeio Público quanto de outros lugares movimentam uma série de elementos estratégicos como narrativas, gestores públicos e rituais para alcançarem o objetivo de definir uma (nova) funcionalidade. Considerando a relação entre práticas sociais e mediações junto à cidade é importante identificar quais elementos estratégicos se apresentaram no processo de "requalificação" do Passeio Público e quais mecanismos foram ativados "em nome do patrimônio".

As narrativas

Os textos informativos relacionados aos projetos de intervenção apresentam normalmente propostas que parecem pensar o espaço urbano como uma *tabula rasa*, uma "folha de papel em branco". O objetivo de atrair usuários é apresentado como se os mesmos inexistissem nos lugares em que novas atividades são realizadas. O próprio termo "revitalização" utilizado em algumas intervenções soa popularmente como a inexistência de vida, e também (é o mais correto afirmar) como a não consideração das práticas anteriormente realizadas.

As novas atividades, eventos e atrações planejadas passam a integrar o "circuito"de atividades culturais da cidade. O "circuito" consiste na oferta de determinados serviços por este equipamento visando possibilitar o exercício da sociabilidade por meio de encontros entre indivíduos com os mesmos interesses, códigos e valores sociais (Magnani, 2002). Panfletos, livretos, notícias nos jornais de maior circulação na cidade e propagandas televisivas da gestão municipal são os principais meios de divulgação.

As narrativas[5] enunciadas pelos meios de comunicação, entendidas no sentido de Benjamin (1985) como relatos orais, remetem a uma mudança na configuração socioespacial da praça relacionada a uma nova forma de utilização com a presença de usuários e de seguranças. Como se percebe no panfleto divulgado pela primeira gestão de permissionários do quiosque, recebido em pesquisa de campo[6], além de divulgar os serviços oferecidos no quiosque localizado na praça,o panfleto tem uma informação central: "No mais bonito e agradável local do centro da cidade. E o mais importante: segurança total (Guarda Municipal)".

Em muitas narrativas enunciadas após a "requalificação", há uma mensagem que se repete: "Aqui é seguro", "Você pode passear tranquilamente" e "Agora tem seguranças".

O objetivo dessas narrativas é o de criar uma nova imagem para a praça, em contraposição ao "estigma" de lugar perigoso e de prostituição. Além disso, o panfleto nos mostra uma ativação do patrimônio por meio do lazer, com expressões como "Feijoada, com música ao vivo" e apelos genéricos tais como: "Promovemos eventos".

---

5 Para a utilização do conceito de narrativa para pensar representações sobre as cidades contemporâneas, ver BARREIRA, Irlys. (2013), *A cidade como narrativa*, Lisboa, ICS.

6 A pesquisa de campo que serviu de subsídio a este texto foi feita por Willams Lopes como parte de sua dissertação de mestrado (Lopes, 2013). Integra também a pesquisa do Lepec sobre Cidade e Patrimônio, que faz parte do objeto de investigação da professora Irlys Barreira, no contexto da bolsa de produtividade em pesquisa financiada pelo CNPQ.

Outra narrativa foi amplamente enunciada por meio de uma propaganda televisiva da gestão municipal "Fortaleza Bela" sobre a "revitalização" do patrimônio[7]. A propaganda apresenta o depoimento de um professor, guia de turismo e residente no Centro sobre a "nova etapa" do Passeio Público:

> [...] Como professor, eu comecei a descobrir que o Centro era uma sala de aula permanente. Eu sempre tive essa esperança de que as coisas iriam melhorar pra cá, pra região central e, de um modo especial, para o Passeio Público. Então, hoje as pessoas chegam e tem ali um chorinho, uma feijoada, tem uma contação de história, tem jogo de xadrez. Todo domingo a gente vem pra cá, estende uma manta, ela [a esposa] fica na internet, eu dou uma olhada no jornal, a gente passeia com o nosso filho. As pessoas elas... Elas saem daqui com um encantamento reforçado. Viver isso, essa nova etapa é realmente a realização de um sonho pessoal.

Segundo os gestores do patrimônio em Fortaleza, esta propaganda impulsionou ainda mais as atividades realizadas na praça. O depoimento do professor é acompanhado de imagens de prédios históricos como o Paço Municipal, Sobrado Dr. José Lourenço e, também, de eventos, festas de aniversário, seguranças, crianças e pessoas com equipamentos eletrônicos na praça. O próprio professor apresenta-se num piquenique realizado com a esposa e o filho num domingo pela manhã.

Já num programa de televisão local intitulado "Gente na TV", o apresentador Nelson Fragata apresenta a matéria "Lazer e Feijoada no Passeio Público". Ao introduzir a matéria afirma: "Passeio Público ganhou mais vida e alegria com os novos frequentadores e uma programação mais muito, muito especial"[8]. A mudança na configuração social do Passeio Público é enunciada por intermédio das novas propostas de utilização do espaço, como a divulgação do projeto Sol Maior (a Feijoada) nas reportagens de televisão, notícias de jornais e livretos, como o "Cultura de Bolso"[9] que apresenta o "circuito" cultural da cidade.

> SOL MAIOR. Instrumentistas experientes e novos talentos do cenário cearense se apresentam todos os sábados no Passeio Público, por volta do meio dia. Um momento de lazer à sombra das árvores centenárias e degustando a feijoada e as delícias do Quiosque (Secultfor, 2012).

Uma das primeiras iniciativas que integram as narrativas da história da praça no contexto das reformas para a "requalificação" foi a criação em 2007 de um cartilha pelos alunos do Colégio Militar de Fortaleza (CMF). A cartilha "Passeio Público: histórias e perspectivas" contêm textos de quatro estudantes do oitavo ano sobre a história, os ícones e o contexto no qual surgiu a praça. Os textos exaltam as iniciativas de "requalificação" dos espaços, rememoram antigos usos perdidos no tempo e procuram dar uma credibilidade perdida ao longo dos anos.

Os jornalistas constituem uma das categorias importantes de narradores do patrimônio registrando notícias veiculadas pelos jornais antes, durante e depois da política de "requalificação". As narrativas provenientes deste meio de comunicação constroem significados sobre a praça e, às vezes, os jornalistas se apresentam como detentores de uma informação verídica, porque baseada em "fatos".

> Nem de longe o reforçado telhado e o cheiro de tinta nova nas paredes lembram fezes, urina, preservativos, pedaços de tecido embebidos de sangue e pontas de cigarro que antes denunciavam as velhas finalidades de um espaço que, *na verdade*, sempre foi potencialmente cultural (Jornal Diário do Nordeste, 6/10/2007, grifo nosso)[10].

---

7 Esta propaganda encontra-se disponível em http://www.youtube.com/watch?v=rgd4Po6XqCo, [consultado em 10-1-2013].

8 Esta matéria foi veiculada pela emissora TV Diário em 26 de janeiro de 2012, e pode ser verificada no seguinte *link* http://www.youtube.com/watch?v=5UuZkaTg5Vk,[consultado em 21-6-2012].

9 Cultura de bolso é um livreto com a programação cultural mensal da cidade planejada pela Secultfor.

10"Reforma do Passeio Público". (2007), *Jornal O Povo Online*, Fortaleza. Disponível em http:///www.opovo.com.br/opovo/opiniao/734980.html, [consultado em 24-4-2012].

As gravações de imagens realizadas pelas equipes de produção apresentam famílias se confraternizando num café da manhã, outros num piquenique, indivíduos utilizando equipamentos como *notebooks* e celulares, de acesso gratuito à internet, ou seja, um ambiente familiar, harmônico e seguro. A dimensão familiar de ocupação da praça também se encontra registrada em cartão postal no passado, momento em que a frequência era marcada pela presença de famílias de classe média alta (Barreira, 2008).
Em suma, segurança, novos usos e um novo público fazem parte das principais narrativas veiculadas sobre o Passeio Público por meio dos vários meios de comunicação.

Gestores do patrimônio

- Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor)
A principal instituição responsável pelo processo de "requalificação" do Passeio Público é a Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor) composta por uma equipe de historiadores, arquitetos e advogados. Ao indagá-los sobre o porquê da escolha do Passeio Público para ser requalificado, um historiador da Coordenação de Patrimônio Histórico Cultural (CPHC) se referiu a imagem de "degradação", devido ao "descaso do poder público", e a intensa atividade de prostituição.

> Olha, o Passeio Público foi escolhido porque estava num estado deplorável, e era uma reclamação da sociedade de Fortaleza, [...] um dos fatos foi esse, que o Passeio tava muito degradado, inclusive os jardins que estavam sem a irrigação suficiente, e é um ponto que toda Fortaleza embora não frequente, mas todo mundo admira (Entrevista concedida a Willams Lopes, por um historiador do CPHC em Maio de 2010).

Percebemos nas entrevistas realizadas com os gestores que o termo "requalificação" é aplicado de forma acrítica, merecendo uma contextualização e problematização. Ao indagá-los sobre o que significa requalificar um espaço público, eles apenas apresentavam este termo em contraposição ao "revitalizar". Afirmavam que requalificar é um termo melhor de ser empregado do que revitalizar, pois o Passeio Público sempre teve vida e precisava apenas de mudanças na forma de utilização do espaço.
Muitos termos adotados pelos projetos urbanísticos são acompanhados do prefixo RE. Este prefixo indica a repetição de algo existente, mas com uma nova forma. Segundo Vasconcellos e Mello, o RE é um "voltar a", uma tentativa de refazer uma relação temporal "(...) que considera (ou finge considerar) a inclusão do *tempo* na análise do espaço" (2006: 63, grifo do autor). Implícita em todos os REs está a importância dada à recuperação dos centros urbanos e à preservação de áreas consideradas históricas. Vargas e Castilho explicam que recuperar o centro das metrópoles significa

> [...] melhorar a imagem da cidade que, ao perpetuar a sua história, cria um espírito de comunidade e pertencimento. Significa também promover a reutilização de seus edifícios e a consequente valorização do patrimônio construído; otimizar o uso da infra-estrutura estabelecida. Dinamizar o comércio com o qual tem uma relação de origem; gerar novos empregos (2006: 4-5).

Os gestores são elementos estratégicos na "requalificação" do patrimônio, quando indagados sobre suas funções, declararam ser os responsáveis por autorizar, selecionar e elaborar os projetos que visam (re)funcionalizar o Passeio Público. Assim, quando concluíram a reforma em 2007, criaram o Fórum Amigos do Passeio Público que reunia instituições e pessoas interessadas em cuidar do patrimônio para trocar ideias e elaborar propostas para o uso do espaço.
O Fórum Amigos do Passeio Público não teve continuidade devido à diminuição do número de pessoas que participava das reuniões. Alguns meses depois, a Organização Não-Governamental (ONG) Mediação dos Saberes foi contratada pela Prefeitura para realizar atividades culturais, tendo em vista dinamizar os usos da praça. As atividades desenvolvidas foram: instalação de mesinhas e tabuleiro de xadrez, apresentação de gru-

pos teatrais, aulas de ioga, *shows* musicais de chorinho e piano. Contudo, o contrato foi suspenso no primeiro semestre de 2008 por conta da insuficiência de participantes. Cabe lembrar que durante este período a praça se tornou "palco" de eventos pontuais promovidos tanto pela iniciativa privada como pela Prefeitura[11]. Outros eventos elaborados como o Projeto Sol Maior e o Piquenique no Passeio também foram acionados como elementos estratégicos de uso do local.

Tais projetos de "requalificação" elaborados pela Secultfor trazem à discussão concepções e sentidos atribuídos aos equipamentos classificados como parte do patrimônio urbano. De acordo com o texto informativo em seu *site*, os gestores da Secultfor não compreendem o patrimônio histórico cultural de uma maneira diferente da proposta pelos estudiosos dessa área.

> O Patrimônio Cultural do Município de Fortaleza é constituído pelos bens de natureza material e imaterial, móveis e imóveis, públicos e privados tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade fortalezense e que, por qualquer forma de proteção prevista em lei, venham a ser reconhecidos como de valor cultural, histórico e natural, visando sua preservação[12].

Em suma, o próprio conceito de patrimônio cultural refere-se ao conjunto de bens materiais e imateriais que representam a cultura de um grupo ou de uma sociedade (Lemos, 2004). Em documento referente às regras de uso do espaço, os gestores do patrimônio afirmam que o "Passeio Público é de todos"[13]. Embora esta apresentação tenha uma conotação democrática, a realidade se torna mais complexa ao analisar intervenções urbanas em espaços de convívio de indivíduos heterogêneos, múltiplos e variados.

- *Os permissionários*

Os permissionários ou locatários do quiosque são considerados gestores do patrimônio por serem responsáveis em desenvolver atividades pautadas nas propostas de "requalificação" e regras de uso do Passeio Público. Obtiveram uma licença para trabalhar no local por meio de uma seleção realizada pela Secultfor, com a qual possuem uma relação de parceria. A (re)instalação do quiosque, atualmente denominado "Café Passeio", visa desenvolver atividades artístico-culturais e de comércio alimentício. Várias gestões de permissionários já aconteceram, sendo a última considerada "equitativa" por ter sido uma gestão constante nas atividades realizadas e ter desenvolvido ações comerciais e culturais. Trata-se de uma gestão que diversificou o cardápio, dinamizou o horário de atendimento e, até quando a Secultfor não tinha mais recursos para garantir as apresentações musicais, os permissionários contrataram por conta própria músicos para realizar as apresentações.

- *O administrador da praça*

Soma-se às atividades dos permissionários da Secultfor, a presença de um "administrador" que cuida da segurança patrimonial, tratamento paisagístico, limpeza etc. Ele coordena as atividades dos outros elementos estratégicos e facilita a comunicação entre os mesmos, além de ser considerado um fiscalizador da "ordem" almejada pela Secultfor.

> Nós trabalhamos aqui com a equipe da Guarda [Municipal], da COPSERV, a PM [Polícia Militar] e a ECOFOR. [...] quando eles querem ir no banheiro, querem uma água, eu tenho que está aqui. As chaves ficam comigo. [...] aí tem que ter um administrador, pra cuidar dessas árvores. Às vezes caí uma... Como caiu uma árvore ali, na mesma hora eu liguei pra EMLURB [Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização], ela veio e cortou. Tem que ter um administrador (Paulo Cesar, Entrevista concedida ao co-autor Willams Lopes, em janeiro de 2012).

---

11 Eventos pontuais como o XIX Congresso Brasileiro de Perinatologia; o Dia Nacional da Cultura; um desfile de moda realizado pelo Projeto Palco Fashion Weekend e outros.

12 Definição extraída do *site* da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Disponível em http://www.fortaleza.ce.gov.br/cultura/index.php?option=com_content&task=view&id=10482&Itemid=119,[consultado em 16-12-2011].

13 Documento intitulado "Procedimentos de proteção e guarda da Praça dos Mártires (Passeio Público)", arquivo da Secultfor.

Embora a Coordenação do Patrimônio Histórico e Cultural (CPHC) afirme que a presença de administradores nas praças de Fortaleza era comum algumas décadas atrás[14], não é possível deixar de entender a presença de um administrador como apropriação do modelo de gerenciamento de uma empresa, tal como pensou Vainer (2002) a respeito da cidade moderna. Em certos aspectos, o leitor já pode perceber como a gestão do patrimônio se torna comparável à gestão de uma empresa com uma organização racional com administrador, horário e regras.

Encarregados da disciplina: os guardas municipais

"No mais bonito e agradável local do centro da cidade. E o mais importante: segurança total (Guarda Municipal)". A informação veiculada nos panfletos já fazia referência aos indivíduos considerados pelos gestores, permissionários, usuários como um dos elementos estratégicos mais importantes na "requalificação" do Passeio Público.

> É primordial, é essencial, porque as pessoas quando vem pro Passeio, a primeira coisa que elas olham é a Guarda [Municipal] e já se sentem seguras de haver dois, três guardas, às vezes até uma patrulha quando tem um evento como esse do bloco [de pré-carnaval] que se apresentou no domingo. Tinha uma patrulha com mais de seis guardas aqui, então [...] não pode deixar de faltar (Entrevista com permissionário do "Café Passeio", em fevereiro de 2010).
> As pessoas perguntam logo como é que tá a segurança, é a primeira coisa que eles perguntam: tem segurança aqui? Tem, Eu mostro a guarda, mostro a PM, à noite tem segurança armada [...]. O foco deles é a segurança, é muito louco, é a primeira coisa que perguntam (Entrevista com Paulo César, em janeiro de 2012).
>
> A segurança é muito importante, porque antigamente não podia ficar sozinho esta hora. Antes você sentava as prostitutas eram tudo em cima. Incomodando... A polícia inibiu, elas pediam um café, um cigarro, para fazer programa (Raimundo Nonato, 47 anos, usuário do Passeio Público).

Segundo dados da Prefeitura de Fortaleza[15], a criação de uma Guarda Municipal foi autorizada a partir da Constituição de 1988. Os guardas municipais teriam como principais atribuições prevenir a violência, a criminalidade, garantir o cumprimento das leis e proteger o patrimônio, bens e serviços do município. O papel de segurança patrimonial levou os guardas municipais a atuarem principalmente em espaços públicos, pois deveriam promover a segurança em praças, equipamentos de lazer, parques ambientais e outros.
A Guarda Municipal do Passeio Público é constituída diariamente por uma dupla de guardas, normalmente, um homem e uma mulher que trabalham das 6h30 às 18h30. Durante à noite, são seguranças armados que fazem a defesa patrimonial, sob gestão de uma empresa privada contratada pela Prefeitura.
Os guardas municipais costumam estar sempre atentos aos usuários e atividades desenvolvidas dentro da praça, circulam sempre no interior do logradouro e dão informações aos frequentadores. A praça é mediada por instituições de controle social verificando-se que os guardas utilizam durante o turno diário os seguintes instrumentos de trabalho: apito para avisos de atenção ou pedidos de ajuda; tonfa; "espargido" (*spray* de

---

14 Atualmente, apenas o Passeio Público e a Praça do Ferreira possuem "administradores", pois somente estas duas praças estão ligadas à Secretaria Extraordinária do Centro. Informação concedida pela Coordenação do Patrimônio Histórico e Cultural (CPHC).

15 Informação extraída do *site* da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Disponível em http://www.fortaleza.ce.gov.br/gmf, [consultado em 12-11-2012].

pimenta)[16]; algemas e, em alguns casos, o *taiser*[17] e também armas extras como canivetes.
No processo de "requalificação" do Passeio Público, a ação dos guardas municipais se revela como uma forma de disciplinarização do espaço, sendo um dispositivo e instrumento de poder (Foucault, 1979). Em relação aos espaços urbanos, a disciplina se manifesta como um tipo de organização do espaço. Assim, o poder disciplinador dos guardas municipais se expressa nas práticas e relações sociais com os usuários das praças nos equipamentos públicos. Os encarregados da disciplina no Passeio Público entrevistados[18] declararam que o seu objetivo é, em síntese, inibir a presença dos moradores de rua, das prostitutas, tirar o "estigma" de uma praça como ponto de droga e prostituição e torná-la um "ambiente familiar".
Com relação aos moradores de rua, observamos abordagens mais incisivas. Para os guardas municipais, um morador de rua, maltrapilho ou pedinte que entra na praça é visto como um possível assaltante ou um indivíduo que vai "incomodar" os outros usuários. Normalmente, os guardas "pedem" para os pedintes se retirarem da praça quando eles transitam entre os eventos realizados nos finais de semana ou quando querem dormir nos bancos. Bater nos bancos em que estão deitados, falar com tom de voz mais alto e provocar a retirada são práticas que estão inclusos na abordagem desses operadores da disciplina. O guarda municipal Edilson relata: "Uma vez foi um casal e uma criança, colocaram um pano no chão e se deitaram, depois trouxeram um papelão, aí nós chegamos junto e disse: 'O que é isso aí? Num pode não'".
Além de inibir a presença de moradores de rua, as prostitutas são também foco da atenção dos encarregados da disciplina. A guarda municipal Verônica afirma identificar uma prostituta "pela aparência, pelas roupas e porque são mulheres que passam encarando os homens". Verônica declara: "Nós observamos, se tiver algum idoso [público-alvo] sentado sozinho, nós nos aproximamos se elas tentarem chegar perto. É proibido abordar as pessoas, elas já sabem disso". Por isso, as tentativas de marcar um programa burlando a ordem estabelecida entre as prostitutas e seus clientes dentro da praça são realizadas em um curto intervalo de tempo.

> A frequência das prostitutas aqui na praça é de no máximo cinco minutos, elas num entram mais aqui não, só tem dois travecos [travestis] da favela que de vez em quando aparecem. Elas mesmas ficam incomodadas porque o pessoal que frequenta aqui é outro nível. Normalmente, entram no portão em frente à Santa Casa e saem no outro ali [em frente à Rua Major Facundo] (Entrevista com guarda municipal Edilson, em janeiro de2012)[19].

Quando alguma das "meninas"[20] entra na praça, os guardas ficam observando todo o trajeto para saber se elas vão abordar algum homem. Se isso acontece, eles se aproximam e as mandam se retirar. Assim, as abordagens realizadas com as prostitutas pelos guardas visam afastar possíveis clientes que ainda as procuram no ambiente da praça e, também, levá-las a não se sentirem mais à vontade para usufruir do espaço.
Todas as ações dos encarregados da disciplina visam afastar os indivíduos considerados "indesejados", pois as

---

16 "Espargido" significa molhado, borrifado. Mas, entre os guardas municipais é um termo utilizado para referir-se ao *spray* de pimenta, um óleo de pimenta natural que atua sobre áreas sensíveis da pele e em contato com as mucosas e os olhos é muito doloroso.

17O *taiser* é uma arma de eletrochoque utilizada para imobilizar imediatamente uma pessoa por meio de uma descarga elétrica de alta tensão. É uma arma não letal. Em Fortaleza, a utilização do *taiser* pelos guardas municipais gerou uma polêmica divulgada principalmente pela imprensa local. Nesse período, o Ministério Público Estadual se propôs a realizar uma investigação para descobrir se o equipamento traria ou não riscos à saúde das pessoas atingidas. Disponível em http://sobrevivenciapolicial.blogspot.com.br/2011/02/polemica-taser-no-ceara.html, [consultado em 12-11-2012].

18 No contexto da pesquisa de mestrado de Willams Lopes, foram realizadas entrevistas com seis guardas municipais, três em 2010 com Eduardo, Simone e Adriano, e outras três com Edilson, Verônica e Afonso em janeiro de 2012. Optamos por manter o anonimato dos informantes, os nomes apresentados são fictícios.

19 A favela a qual o informante se refere é a Moura Brasil, situada atrás da Estação João Felipe, próxima ao Passeio Público. A maioria dos moradores de rua, usuários de drogas, assaltantes e os dois travestis, inclusive, que frequentavam a praça residem na favela.

20 Categoria nativa utilizada para identificar as mulheres prostitutas.

práticas de comércio sexual e os constantes furtos realizados ao longo dos anos na praça construíram historicamente um "estigma", uma imagem de espaço marginal, inseguro e distante do padrão de moralidade dominante. Os encarregados da disciplina associam "todos os problemas" do Passeio Público à presença de prostitutas, moradores de rua e pedintes que utilizaram o espaço ao longo dos anos e ainda transitam pelo mesmo. Evitar tais indivíduos considerados "indesejados" se apresenta como a solução no processo de "requalificação". Ainda segundo Afonso, "se não afastasse elas, não mudaria nada na praça [...]. A imagem da praça era prejudicada, elas traziam insegurança. Afastamos os pedintes também que aproveitavam pra assaltar".

Contudo, evitar ou expulsar as "meninas" da praça não pode ser visto como uma prática dominante. Marlene, prostituta que ainda utiliza a praça para marcar seus encontros, afirma que os guardas municipais sabem sobre sua profissão, mas "permitem" suas abordagens a possíveis clientes por ela tratar-se de uma pessoa comportada e discreta. Marlene declara não chamar tanta à atenção, seu vestuário é diferente das outras "meninas" e costuma ficar sentada de forma tranquila nos bancos da praça.

Verifiquei nas conversas informais com Marlene como a prática de marcar ou não programas entre prostitutas e clientes é negociada também entre prostitutas e encarregados da disciplina. O guarda municipal Adriano, que trabalhou na praça como segurança num período à noite, afirmou que algumas "meninas" se aproximavam e pediam permissão para marcar programa com cliente na praça e, em alguns momentos, ele respondia apenas dizendo que não queria atender nenhuma ocorrência de assalto ou algo mais complicado que interferisse no seu horário de trabalho, deixando as "meninas" entrar na praça. Percebo que a proibição é, em alguns casos, negociada e também que o padrão de moralidade exaltado ao buscar tirar o "estigma" é totalmente situacional.

A expulsão dos usuários considerados "indesejados" se caracteriza também pela definição de novos usos que visam atrair outros usuários. Para gestores, permissionários e encarregados da disciplina, as práticas "antigas" não podem conviver com as práticas consideradas adequadas que visam tornar o Passeio Público um ambiente cultural, de lazer destinado aos turistas e às famílias.

Ícones do patrimônio

Os ícones do patrimônio podem ser entendidos como os objetos situados no interior da praça aos quais é atribuído valor material e simbólico. Embora cada um dos ícones não tenha sido tombado especificamente pelo IPHAN, todos se tornam passíveis de proteção na medida em que estão inseridos no ambiente do Passeio Público. Há assim uma articulação entre o material e o simbólico que proporciona ao lugar um ar bucólico e semelhante a um museu, em que várias peças estão dispostas para contemplação. A partir de observação empírica e análise da "Planta Baixa da Praça"[21], encontram-se bustos, esculturas, fontes, árvores, coreto, quiosque, lago artificial e caixa d'água. O quiosque pode ser considerado o núcleo da sociabilidade "desejada" pela política de "requalificação".

Dentre os ícones da praça, o Baobá é o que alcança maior destaque literalmente. Trata-se de uma árvore centenária, de origem africana, que foi plantada no interior da praça em 1910, muito alta e de tronco largo. "Essa árvore aqui é o cartão-postal do Passeio Público" e "Todo mundo quer tirar foto no Baobá" são expressões comumente proferidas pelo administrador da praça, pois muitos usuários quando entram em grupo ao se aproximarem costumam dar as mãos, fazer um círculo, abraçá-lo e tirar fotografias. Junto ao Baobá, encontra-se também um grande conjunto de árvores dispostas no Passeio Público conhecidas popularmente como mungubeira, macaúba, oiticica, jucazeiro, pau d'arco roxo e outras.

O Baobá não é tombado especificamente, mas sua proteção faz parte das práticas preservacionistas direcionadas à praça de maneira geral[22]. É interessante destacar que os movimentos em defesa do meio ambiente também foram importantes para a ampliação do conceito de patrimônio, não somente a cultura, mas a natureza também passou a fazer parte. "Já no fim da década de 1950, a legislação de proteção do patrimônio ampliava-se para o meio ambiente e para os grupos sociais e locais, antes preteridos em benefício da nacionalidade" (Funari & Pelegrini, 2006: 23).

---

21 A "Planta Baixa da Praça" está nos documentos do IPHAN: Pasta Preservação – Obras de Restauração.

22Em torno dos ícones do patrimônio, existem alguns atores sociais presentes cotidianamente na praça. Os funcionários da Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (EMLURB) são os responsáveis por manter o ambiente sempre limpo e zelar por estes ícones. Alberto e Erivaldo são responsáveis pela limpeza do Passeio Público.

Rituais de patrimonialização

O quiosque[23]do Passeio Público foi central para pensar os rituais de patrimonialização ocorridos na praça. Estes são planejados pelos permissionários em parceria com a Secultfor e ocorrem, em sua maioria, em torno do quiosque. O "Café Passeio", nome pelo qual é denominado, é um estabelecimento de comércio alimentício comparável aos cafés franceses, pelo fato de ter características semelhantes a bares e restaurantes, oferecendo cafés, lanches e refeições rápidas. Na praça, o quiosque também é diretamente envolvido em atividades artístico-culturais e procura se tornar um local de sociabilidade.

Entre as atividades, eventos e atrações planejadas pelo quiosque em parceria com a Secultfor alguns eventos se destacaram por terem sido constantes e agregarem grande quantidade de pessoas: a feijoada e o piquenique no Passeio. Estes eventos podem ser entendidos como rituais de ativação do patrimônio cultural na medida em que articulam um duplo processo social: um ato de legitimação que confere valor histórico, artístico e cultural ou simbólico a uma construção, objeto ou prática e a perspectiva de um "valor de uso" com exaltação de personagens e histórias consideradas significativas para a nação, dando-lhe um interesse local, nacional e internacional (Frias, 2000: 10).

Para além desta definição, os rituais de patrimonialização atribuem novos sentidos, valores e usos às formas de sociabilidade vigentes em lugares considerados patrimoniais, fazendo com que não somente a história oficial, mas também os conflitos e as negociações sejam contemplados.

Estudar um evento realizado no contexto urbano como ritual ou "processo ritual" (Turner, 1974) é desvencilhá-lo de qualquer motivação mística ou relação direta à religião e formas de expressão religiosa. Como será observado a seguir, não somente a Feijoada ou o Piquenique, mas todos os eventos realizados no decorrer desses anos, seja por iniciativa da Secultfor ou de particulares, são como cerimônias pautadas por objetivos, regras e procedimentos que contribuem para uma ordenação social e cultural de espaços urbanos.

- *Feijoada*[24] *no Passeio Público*

A Feijoada realizada no Passeio Público faz parte do Projeto Sol Maior, elaborado em 2008. Inicialmente, consistia na realização de apresentações de música instrumental por meio de acordeonistas nas sextas-feiras à tarde e, nos sábados, *shows* de saxofonista, baixistas, violonistas e guitarristas durante a feijoada.

Produzido pela parceria dos permissionários do "Café Passeio" com a Secultfor, a realização do evento pretendeu torná-lo mais do que um local de comércio alimentício, agregando também dimensões culturais. Desde o início, essa busca se expressa no adjetivo "tradicional" que acompanha o nome do evento em manchetes de jornais, panfletos e reportagens televisivas. A Feijoada ocorre todos os sábados, das 12h às 15h, e é o evento que teve mais continuidade no Passeio Público, pois ano após ano consolidou uma frequência de usuários na praça. Segundo gestores da Secultfor, todas as atividades realizadas durante a Feijoada devem ser ligadas à "cultura, educação e à família" e, assim, contribuir para a requalificação do Passeio Público. No evento, os indivíduos se distribuem[25] nas mesas espalhadas próximas ao quiosque. Durante a Feijoada se pratica o que pode ser denominado de "uso patrimonial", o consumo de uma prática planejada pelos gestores de um patrimônio considerado "requalificado", de acordo com as normas estabelecidas pelos mesmos. Além disso, a Feijoada pode também ser entendida como um "evento-território", semelhante aos descritos por Osmundo Pinho (1996) ao pesquisar territórios e desigualdades raciais no Pelourinho, no Centro Histórico de Salvador, Bahia. Segundo Pinho, o "evento-território" ocorre à medida que a identificação entre os indivíduos se dá na prática de territorialização

---

23 Quiosque é um termo que vem do francês *Kiosque* e significa pavilhão. É uma pequena construção de planta octogonal, aberta por todos os lados e erigida em lugares públicos.

24 Feijoada é um prato da culinária de países lusófonos, normalmente é preparada com feijão e carne de porco. Mas, aqui ela é também entendida como um evento, que procura reunir pessoas, no qual o principal prato a ser vendido (em outros casos, servido) é a feijoada.

25 Buscando sombra entre as árvores, os usuários conversam, sorriem, brindam, encontram amigos enquanto se ouve o som predominante da música instrumental nas apresentações, dos pássaros e, também, sentem a tranquilidade de um ambiente afastado da movimentação gerada pelas atividades comerciais no Centro de Fortaleza.

do espaço. Assim, o fato de "estar ou poder estar presente" na Feijoada é indicador de que os indivíduos partilham de interesses e objetivos semelhantes. O "evento-território" descreve um tipo de apropriação da praça de forma não substancializada, mas transitória e situacional.
Como num ritual, a cada sábado a Feijoada se repete com suas regras, procedimentos e práticas sociais. É como a cidade de Zirma, descrita por Calvino, considerada uma cidade "[...] redundante: repete-se para fixar alguma imagem na mente [...], para que a cidade comece a existir" (1990: 23). Desta forma, a Feijoada se torna um ritual em que símbolos são evocados e "usos patrimoniais" acontecem para que o Passeio Público possa existir.

- *Piquenique no Passeio*

O Piquenique no Passeio é outra atração planejada para a "requalificação" do Passeio Público. Elaborado em 2012, ocorre aos domingos pela manhã (9h às 12h) e consiste na produção de um momento de descanso para uns e diversão para outros. Para o Piquenique no Passeio, a Secultfor oferece uma programação infantil com apresentações de teatro de bonecos, espetáculo de palhaços, narração de histórias, e, além disso, incentiva os indivíduos a trazerem esteiras e toalhas para piquenique na grama, momento de leitura ou descanso.
O Piquenique foi uma atração amplamente divulgada numa propaganda de televisão produzida pela Secultfor[26]. Os gestores desta instituição acreditam que este foi o motivo da ampla movimentação na praça aos domingos pela manhã. Pode ser considerada uma atração produzida tanto pela Secultfor quanto pelas iniciativas particulares, pois nesse dia são realizadas muitas atividades não vinculadas ao quiosque como aniversários, comemorações familiares, grupos de oração e leitura.
Desde cedo, pode-se encontrar muitas pessoas em família e/ou grupos de amigos se confraternizando em espaços específicos da praça, como a antiga Avenida Caio Prado, com objetos próprios: mesas, cadeiras, isopores, depósitos de lanches, garrafas de café etc. Grupos de pessoas realizam piqueniques na grama, outras utilizam a tranquilidade de alguns pontos da praça para leitura ou fazer orações. Já em outros pontos da praça como ao lado do quiosque, encontrava-se um fluxo de crianças muito grande andando de *skate*, patins e bicicleta. Em frente ao quiosque também ocorrem as atividades planejadas pela Secultfor, normalmente, iniciam às 10h e agregam um público de muitas crianças e adolescentes acompanhados de seus pais.
Como ritual, o Piquenique no Passeio apresenta procedimentos semelhantes ao da Feijoada, mas como não é um evento tão concentrado ao lado do quiosque e se espalha entre outros espaços da praça, levando seus participantes a se afastarem de qualquer indivíduo ou situação que demonstre perigo para a ordem estabelecida. Como exemplo, os participantes se sentem incomodados com um eventual morador de rua sentado num dos bancos ou um casal que circula dentro da praça "com abraços e beijos calorosos", por remeterem à imagem anterior de lugar abandonado e de encontros entre homens e prostitutas.
O Piquenique exemplifica também regras estabelecidas que são negociadas em algumas situações. Existem regras oficiais para a utilização do Passeio Público que proíbem a entrada de animais ou a utilização de veículos não motorizados (bicicletas) dentro do espaço, mas "em nome da requalificação" e de um "ambiente familiar" se permite a realização dessas práticas pelos filhos de segmentos sociais considerados mais abastados. O Piquenique é mais uma proposta da política de "requalificação" que demarca as segregações existentes no espaço público, pois os indivíduos considerados marginalizados não são bem-vindos, nem possuem os códigos para consumir as atrações planejadas.

- *Atividades culturais*

A Feijoada e o Piquenique realizados no Passeio Público são as duas atividades mais frequentes, agregando maior quantidade de usuários na praça. Outras atividades culturais menos frequentes também podem ser entendidas como rituais, resultando em valorização do patrimônio simbólico, tais como apresentações teatrais, aulas de *Tai Chi Chuan* e rodas de capoeira.
Todas as atividades ou atrações planejadas pela Secultfor, em parceria com outras instituições, convergem para um único objetivo: atrair público para a praça. Elas também são pautadas por regras de legislação patrimonial

---

26Propaganda produzida pela Secultfor. Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=rgd4Po6XqCo, [consultado em 10-1-2013].

e de uso do espaço. E, em algum momento de sua realização, seja inicial ou de agradecimento final, costumam fazer menção à "requalificação" do espaço.
Entre as atividades, constatamos rodas de capoeiristas, ponto de encontro para prévias carnavalescas, apresentações teatrais do Centro Cultural Banco do Nordeste (BNB), aulas de *Tai Chi Chuan* duas vezes na semana, guias de turismo para apresentar a praça, *Happy Hour* às sextas-feiras e os Ensaios Abertos em que grupos de música, teatro ou dança realizam apresentações domingos à tarde. Estas últimas atividades citadas sempre atraíram uma quantidade razoável de usuários para a praça, porém o público espectador fazia parte de uma rede de relação dos diretamente envolvidos nos eventos. Em várias apresentações era comum encontrar grupos de amigos ou familiares.
Em alguns momentos, percebemos que a lógica dos gestores da "requalificação" do Passeio Público é a de se apropriar de alguns "pedaços" da cidade que são constituídos de uma "[...] rede de relações que combinam laços de parentesco, vizinhança, procedência, vínculos definidos por participação em atividades comunitárias e desportivas" (Magnani, 2002: 21) e descolá-los por um determinado período de tempo, do território e do espaço físico ao qual fazem parte para "requalificar" o lugar. Já que a praça não consegue realizar atividades e constituir "pedaços" no sentido de Magnani, os gestores tomam emprestado grupos de sociabilidade por um período, tendo em vista criar uma imagem de espaço sociável.
São atividades se caracterizam também como um "evento-território" por serem práticas pontuais baseadas em uma utilização transitória e situacional do local marcada por uma lógica de "montagem" e "desmontagem". Quando se terminam as atividades culturais, simbolicamente tais "pedaços" vão embora e levam seus usuários e rede de relações.

- *Eventos ou atividades particulares*
Os eventos particulares não são promovidos pela Secultfor. Eles são valorizados pelos gestores e considerados desejáveis para a conservação do patrimônio, pois mesmo não tendo sido planejados de forma clara no projeto inicial de "requalificação", contribuem para a dinamização do local.
Entre os acontecimentos ligados a públicos específicos destacam-se casamentos, festas de aniversário, lançamentos de livros, congressos e piqueniques. Esses eventos não fazem menção à "requalificação" da praça (exceto, os lançamentos de livros), e seus organizadores costumam ser livres de sanções ao descumprirem regras oficiais estabelecidas para a utilização da praça. Um exemplo significativo foi a realização do XIX Congresso Brasileiro de Perinatologia realizado na praça em 2007. Os guardas municipais Eduardo e Simone comentaram que os organizadores de tal evento fecharam os portões da praça, fazendo do espaço público um ambiente privado. Mesmo assim, nenhuma medida foi tomada nesta situação. Em outros eventos, percebo a presença irregular de animais e de uma intensa movimentação que contribui para a danificação da grama e das árvores.
A maioria dos eventos particulares envolve atividades relacionadas à educação, como o lançamento de livros ou palestras que atraem uma grande quantidade de intelectuais e estudantes, ou famílias por meio de casamentos e comemorações de aniversários. Os espaços da praça tornam-se também cenários para *books* de casamento.
Em síntese, a busca de retorno aos espaços da cidade por segmentos das classes médias e alta visa demarcar concepções e formas de uso do patrimônio, exprimindo tanto as profundas desigualdades sociais existentes na cidade, como sentidos que articulam memória e consumo na vida urbana contemporânea.

Referências bibliográficas

BARREIRA, Irlys. (2013), *A cidade como narrativa*, Lisboa, ICS.

___. (2008), "Narrativas do olhar: Fortaleza em cartões postais". In R. P. Leite (eds.), *Cultura e vida urbana: ensaios sobre a cidade*, São Cristóvão, UFS.

BENJAMIN, W. (1985), *Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura*, São Paulo, Brasiliense.

CALVINO, Ítalo. (1990), *As cidades invisíveis,* São Paulo, Companhia das Letras.

FOUCAULT, Michel. (1979), *Microfísica do poder,*Rio de Janeiro, Graal.

FRIAS, A. (2000), "'Patrimonialização' da Alta e da Praxe académica de Coimbra". *Anais do IV Congresso Português de Sociologia,* Coimbra.

FUNARI, Pedro & PELEGRINI, Sandra (2006), *Patrimônio Histórico e Cultural,* Rio de Janeiro, Zahar.

JACQUES, Paola. (2008), "Cenografias e Corpografias Urbanas: espetáculo e experiência na cidade contemporânea". *Revista Continuum,* São Paulo, Itaú Cultural, 5, pp.47-57.

LEITE, R. (2004), *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea,* Campinas, UNICAMP.

___. (2002) "Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown". *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* 17 (49), pp.115-134.

LEMOS, C. (2004), *O que é patrimônio histórico,* São Paulo: Brasiliense.

LOPES, F. W. R. (2013), *A "requalificação" do patrimônio: intervenções, estratégias e prática na Praça dos Mártires (Passeio Público) de Fortaleza.* Dissertação de Mestrado, Fortaleza, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará.

MAGNANI, José Guilherme C. (2002), "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17 (49), pp.11-29.

MENEGUELLO, C. (2009), "Espaços e vazios urbanos". In C. Fortuna, R. Leite, Rogerio (eds.), *Plural de cidade: novos léxicos urbanos,* Coimbra, Almedina.

PINHO, Osmundo. (1996), *Descentrando o Pelô: narrativas, territórios e desigualdades raciais no centro histórico de Salvador.* Dissertação de Mestrado, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

PONTE, S. (1993), *Fortaleza belle époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930),* Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha.

SENNETT, R. (1998), *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade,* São Paulo, Companhia das Letras.

TURNER, Victor. (1974), *O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura,* Petrópolis, Vozes.

VAINER, C. (2002), "Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano". In C. Vainer, O. Arantes, E. Maricato (eds.), *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*, Petrópolis, Vozes.

VASCONCELLOS, L. & MELLO, C. (2006), "Re: atrás de, depois de....". In H. Vargas, A. Castilho (eds.), *Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados,* São Paulo, Manole.

VASCONCELOS, L. (2008), *Um Centro para uma Cidade (Pós-)Moderna: a Requalificação do Centro Histórico de Fortaleza.* Dissertação de Mestrado, Fortaleza, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará.

Reutilização do património industrial na cidade de Almada

Roselane Gomes Bezerra[1]

Resumo: Almada chega ao século XXI como uma "cidade pós-industrial", com edifícios em ruínas, espaços degradados e antigas instalações da indústria naval abandonadas. Porém, os sinais da degradação tornaram-se passíveis de reconversão por meio de projetos como o *Plano de Urbanização Almada Nascente – Cidade da Água*. O objetivo desse artigo é apresentar uma análise das lógicas e fontes de inspiração que comandaram a "reutilização do património industrial" no projeto *Almada Nascente* e discutir o papel do património industrial nas políticas de "requalificação urbana".
Palavras-chave: Reutilização; património; degradação; requalificação.

Abstract: Almada arrives at the XXI century as a "post-industrial city", with ruined buildings, degraded spaces and abandoned old naval industry installations. However, signs of degradation became capable of conversion through projects as "Eastern Almada, City of Water". The aim of this paper is to present an analysis of the logic and inspiration that has provided the reuse of industrial heritage in this project and present a study on the role of industrial heritage in urban redevelopment policies.
Keywords: Reuse; heritage; degradation; requalification

1. Introdução

Devolver o rio Tejo aos cidadãos e reabilitar uma zona de antigos estaleiros, desenvolvendo o conceito de cidade de duas margens, são os objetivos apresentados pela Câmara Municipal de Almada para o plano de urbanização da frente ribeirinha nascente da cidade. Essa prática de reutilização do património industrial para construir uma "cidade nova" tem sido comum a diversos projetos de "requalificação urbana". [2]

O fenómeno de construção de novas imagens para a cidade justifica-se pelas transformações urbanas decorrentes da acelerada globalização económica, industrial e tecnológica que o mundo vivencia desde finais do século XX. Marcado por profundas transformações sociais, económicas e geográficas, esse século deixou como legado para a paisagem urbana a "cidade pós-industrial".

Almada é exemplar nesse processo de transformação e busca de uma "vocação" que continue a alicerçar o desenvolvimento económico e social da cidade. Enquanto elemento de articulação das duas margens o grande potencial de Almada é o facto de ter sido, desde sempre, uma fronteira permeável entre o interior sul e a capital do país. Segundo registos arqueológicos Almada foi ocupada por fenícios, no século VIII a.C., por romanos, entre os séculos II a.C. e VI d.C. e por muçulmanos, entre os séculos VIII e X d.C.[3]. Na idade média, a configuração urbana dessa cidade, limitava-se a um pequeno aglomerado de habitações nas imediações das muralhas do Castelo, rodeada por uma vasta zona agrícola. Dessa forma, a produção agrária contribuiu para a implantação de uma mancha estruturada e complexa de quintas na cidade.

---

1 Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (Brasil). Pós-Doutoramento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Portugal) com o desenvolvimento do projeto: "Novas linguagens das cidades: usos e representações em espaços urbanos requalificados", Bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), participa do Núcleo de Estudos sobre Cidades, Culturas e Arquitetura (CCArq) do Centro de Estudos Sociais e é Membro da Rede Brasil-Portugal de Estudos Urbanos. É autora, dentre outras publicações, do livro O bairro Praia de Iracema entre o adeus e a boémia: usos e abusos num espaço urbano (LEO/UFC, 2009). roselane.bezerra@gmail.com

2 A cidade de Almada pertencente ao Distrito de Setúbal, região de Lisboa e sub-região da Península de Setúbal, sendo a sexta cidade mais populosa de Portugal, com cerca de 174 030 habitantes.

3 A designação toponímica de Almada advém da palavra árabe Al-madaan, a mina, e está associada à exploração e lavação de ouro das margens do Tejo.

Após o terremoto de 1755 Almada perdeu o traçado medieval e foi sendo reconstruida com a implementação de indústrias transformadoras. Em meados do século XIX foi fundada a companhia "Parceria dos Vapores Lisbonenses", que estabeleceu carreiras regulares entre Lisboa e Almada, impulsionando o aparecimento dos primeiros estaleiros navais que, gradualmente, substituiram a construção tradicional de embarcações em madeira.

O desenvolvimento da indústria naval influenciou o aumento dos fluxos imigratórios e consequentemente um declíneo da atividade agrícola. O crescimento da indústria naval, em Almada, contribuiu também, para a criação de uma imagem de "cidade operária" apropriada na identidade local e no imaginário da população nacional. Decorrente das atividades industriais, Almada abrigou um dinâmico desenvolvimento urbano, especialmente na década de 1960, com a inauguração da ponte sobre o rio Tejo, em 1966, e a instalação dos estaleiros navais da Lisnave na Margueira, em 1967.

Entretanto, após o apogeu económico, proporcionado pelo crescimento industrial, assiste-se em Almada ao encerramento das indústrias da cortiça, da moagem, e também, da construção e reparação naval, decorrente da crise petrolífera e da instabilidade política e económica dos anos 1970. Assim, em meados dos anos 1980, a cidade vivencia o declínio industrial.

O envelhecimento e abandono dos núcleos mais antigos de Almada denunciam na degradação marcas de um desenvolvimento e apogeu recente. Esse cenário perfaz a necessidade de uma reestruturação urbana, por meio da implantação de planos de intervenção. Nesse sentido, a Câmara Municipal de Almada vem a desenvolver planos de requalificação, que sejam, "projetos motores" de uma maior presença do rio na cidade e de uma nova dimensão da sua vida e imagem.[4]

Almada chega ao século XXI como uma "cidade pós-industrial", com edifícios em ruínas, espaços degradados e antigas instalações da indústria naval abandonadas. Porém, os sinais da degradação, assim como em outras cidades que experimentaram projetos de intervenção urbana, tornaram-se passíveis de reconversão para novos usos e indícios da emergência de uma "nova cidade". Esse facto revela-se na tentativa de construção de uma nova imagem da cidade de Almada, associado ao turismo e ao lazer. A paisagem "decadente" é transposta para os projetos arquitetónicos "renovada" e representada como a outra margem de Lisboa.

Nesse contexto, os projetos de intervenção urbana investem na "reutilização do património industrial" como um caminho para restabelecer a economia e construir uma nova imagem para a cidade. No caso de Almada, são comuns nas narrativas dos decisores políticos argumentos que justificam a implementação de novos espaços como uma forma de dinamização e reabilitação urbana.

O *Plano de Urbanização Almada Nascente – Cidade da Água* é ilustrativo desse processo de "reutilização do património industrial". Elaborado por um consórcio de três ateliês de arquitetura: Atkins, Santa Rita Arquitectos e Richard Rogers Partnership, o plano *Almada Nascente* está contemplado no projeto de urbanização, *Arco Ribeirinho Sul* e tem como objetivo reabilitar um conjunto de terrenos da Margem Sul do Tejo outrora ocupado por grandes instalações industriais, agora desativadas, como é o caso da Lisnave, da Siderurgia Nacional e da Quimiparque.

A partir de um exame dos discursos em torno do *Plano de Urbanização Almada Nascente – Cidade da Água*, especialmente quanto a visão estratégica sobre essa cidade e o seu futuro, a ideia do desenvolvimento desse artigo foi apresentar uma análise das lógicas e fontes de inspiração que comandaram a "reutilização do património industrial" nesse projeto. Com o objetivo de realizar uma reflexão sobre a "reutilização do património industrial" nas políticas de "requalificação urbana".

Faz-se importante sublinhar que a opção do *Plano de Urbanização Almada Nascente – Cidade da Água*, como objeto de estudo, especialmente quanto a ideia de "reutilização do património industrial", enquanto uma política de "requalificação urbana", não distancia esta análise de apreciações mais amplas sobre políticas de intervenção em outros contextos. O desafio aqui proposto tem como fundamento contribuir para o debate em torno da atual configuração dos projetos de requalificação no tocante a "reutilização do património industrial".

---

4 O *Estudo de caracterização ambiental, geológica e geotécnica e plano de urbanização da frente ribeirinha da Cidade de Almada* (vol.1) apresenta o *Plano de Urbanização Almada Nascente* como um dos projetos motores para o desenvolvimento da cidade.

2. O papel do património industrial nas políticas de "requalificação urbana"

Em primeiro lugar é necessário ressaltar que a Conferência de 2003 do Comité Internacional para a Conservação do Património Industrial[5], órgão fundado em 1978 e principal organismo internacional de preservação do patrimônio industrial, ao firmar a Carta Patrimonial voltada exclusivamente para a "preservação do património industrial" estabelecia a importância fundamental de todos os edifícios e estruturas construídos para as atividades industriais, os processos e as ferramentas utilizados e a paisagem em que se inscrevem. A Carta Patrimonial defende que estas manifestações, tangíveis e intangíveis, devem ser estudadas, sua história ensinada e sua finalidade e significado conhecidos.

O património industrial foi definido como os vestígios de cultura industrial com valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico. Estes vestígios podem englobar edifícios, maquinaria, oficinas, fábricas, minas, armazéns e meios de transporte, assim como, os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria como habitação, religião ou educação (TICCIH, 2011). [6]

Porém, a "preservação do património industrial", defendida nesse comité internacional, nem sempre faz-se notar nos processos de "requalificação urbana". Com o objetivo de reabilitar espaços urbanos os projetos de intervenção, muitas vezes, "reutilizam o património industrial" sem necessariamente obedecer aos rigores impostos pela Carta Patrimonial, especialmente quando a tarefa de resguardar as manifestações, tangíveis e intangíveis, estudando a história do passado industial das cidades.

O processo de intervenção de zonas consideradas degradadas nas cidades, comummente designado por "requalificação urbana", vem englobando a "reutilização de patimónios industrial" como uma forma de "enobrecimento das cidades". Esse fenómeno de transformaçãoes urbanas tem sido amplamente estudado na sociologia urbana contemporânea por meio de uma variedade de conceitos que explicam esse processo.

A socióloga britânica Ruth Glass, em *London: aspects of change* (1964), foi pioneira na conceitualização desse processo ao adotar o termo *gentrification*. "Glass identified gentrification as a complex urban process that included the rehabilitation of old housing stock, tenurial transformation from renting to owning, property price increases, and the displacement of working-class residents by incoming middle classes" (Less, Slater e Wyly, 2008: 5).

Entretanto, a expansão de numerosas práticas de intervenção nas cidades com características distintas fez emergir outras formas de conceitualização desse fenómeno. Rubino (2003; 2009) denomina essa prática, no Brasil, como "enobrecimento urbano" e explica que esse léxico deixou de ter um significado descritivo para tornar-se uma categoria analítica. Leite (2004; 2009) opta por não traduzir esse conceito e classifica como *gentrification* um tipo específico de intervenção que modifica a paisagem urbana por meio de um forte apelo visual, adequando-a às demandas de valorização imobiliária, de segurança, de ordenamento e de limpeza urbana.

Paulo Peixoto (2009) informa que os vocábulos *requalificação* e *reabilitação urbanas*, estando enquadrados por uma retórica pluridisciplinar, adquirem alguma ambiguidade e oscilam entre o caráter descritivo e analítico do seu significado. Fortuna (1997) denomina como "destradicionalização" as intervenções urbanas contemporâneas que se voltam para a revalorização da cultura e do património com vista à adequação das cidades no contexto de "concorrência intercidades"

Para autores como Harvey (1992), Featherstone (1995) e Jameson (1997), a "requalificação urbana" passa por uma espetacularização da arquitetura e a utilização do espaço como mercadoria, esse processo pode ser definido como uma expressão pós-moderna de planeamento das cidades. Para Harvey (1992), a diferença entre a arquitetura modernista e a pós-modernista está nos planos: enquanto os modernistas desenvolviam planos urbanos em larga escala, os pós-modernos recortavam a cidade, viam o tecido urbano como algo fragmentado, um "palimpsesto" de formas passadas, superpostas, uma "colagem" de usos correntes, muitos dos quais eventualmente efémeros. Ou seja, o projeto urbano pós-modernista ambiciona apropriar-se das tradições vernáculas e das histórias locais, ou mesmo "dos desejos, necessidades e fantasias particulares, gerando formas

---

5 *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH).

6 Fonte: http://ticcih.org/about/charter/

arquitetónicas especializadas (…) que podem variar dos espaços íntimos e personalizados ao esplendor do espetáculo, passando pela monumentalidade tradicional" (Harvey, 1992: 69).

O arquiteto Rem Koolhass (2006) critica a visão historicista herdada dos pós-modernistas e apoiada por alguns decisores políticos. Para esse autor, as intervenções que as urbes vivenciam atualmente estão levando à construção de uma "cidade genérica". Koolhas, defende que nesse novo modelo de cidade nem sempre o passado se reflete no futuro: a urbe está a emergir com uma "nova identidade".

Nesse contexto, de reinvenção de espaços urbanos a patrimonialização de antigas estruturas industriais ganham um papel de destaque nas tentativas de "requalificação urbana", porém nem sempre por via da "preservação patrimonial". A partir das palavras de Debord (1997), é possível afirmar que estamos a vivenciar a "sociedade do espetáculo", em que a imagem vem substituindo a realidade. Nesse sentido, tudo é instantaneamente relacionado à imagem e à mercadoria, inclusive os novos espaços urbanos.

O arquiteto Neil Leach (2005), por meio de uma profunda crítica ao "mundo embriagante da imagem" (Leach, 2005: 83), afirma que a estética da arquitetura pode transformar-se na anestética ou anestesia da arquitetura. O mais grave, como é salientado por esse autor, é que "questões arquitetónicas com ramificações importantes a nível social e político são frequentemente decididas apenas numa base estética" (Leach, 2005: 53).

Neil Leach, fala que estamos na "era da estetização", para esse autor nessa "era" o lado menos agradável das coisas, ou em outras palavras da arquitectura, ganha capacidade de criar respostas aparentemente paradoxais, ao ponto de aquilo que não é, à partida, atrativo poder ser considerado esteticamente apelativo. Nesse processo antigas instalações indústrias de aspecto degradado podem tornar-se enobrecidas, velhas fábricas podem ser transformadas em apartamentos, centrais eléctricas em museus nacionais, armazéns de zonas portuárias em restaurantes *gourmet*, ou seja, "tudo o que é repugnante e áspero parece prestar-se à estetização" (Leach, 2005, p. 34). Na mesma medida em que podem ser descartados do espaço urbano. Nesse conceito de cidade, o importante é a construção de símbolos que exaltem a urbe.

O processo de intervenção em antigas zonas industriais de cidades como Lisboa, Barcelona e Bilbao, ajuda-nos a perceber como a busca de uma nova configuração da cidade, baseada no "embelezamento estratégico", tornou-se a fórmula de regeneração urbana e económica para a "invenção" da "cidade pós-industrial". Especialmente, de espaços da cidade que, segundo diferentes narrativas, estavam em decadência ou degradação.

No caso emblemático de Barcelona, a transformação de espaços industriais em zonas pós-industriais teve como base a indústria cultural para fins de turismo. Mas, essa mudança produziu-se principalmente ao nível físico do espaço construído (Balibrea, 2003). Nessa cidade foi feito grandes investimentos "privilegiando as zonas em que o património arquitectónico podia ser rentabilizado como atracção turística" (2003:4). A estas obras de reabilitação juntou-se a proliferação de novas intervenções assinadas por arquitectos de renome como Norman Foster, Richard Meier, Santiago Calatrava entre outros.

Em relação a cidade de Bilbao o antropólogo basco Zulaika (2001) ao analisar o processo de edificação do Museu Guggenheim descreve a capital do país Baco como uma cidade dura, "the tough city". Segundo Zulaika, o escultor Richard Serra e o arquitecto Frank Gehry visualizaram Bilbao como o espelho de um terreno baldio do capitalismo industrial de ruínas e devastação ecológica. Esse autor ressalta também, que se não fosse a força visual espetacular das suas ruínas, Bilbao seria uma típica cidade provinciana europeia, exalando um estilo de vida burguês. Ou seja, as ruínas industriais, que contribuiram para o desenvolvimento económico da cidade durante décadas, foram aproveitadas como um potencial para a construção de uma nova imagem.

No caso de Lisboa, Claudino Ferreira (2005) constatou que o "programa urbano" da Expo'98 garantia impactos sociais relevantes, como a recuperação de uma "zona degradada" da cidade e a criação de uma nova centralidade dinamizadora do desenvolvimento urbano. Para esse autor, o projeto da Expo'98 incorporou o paradigma de articulação da cidade com o rio, "um modelo marcado por uma concepção privilegiadamente lúdica da utilização das zonas ribeirinhas e pela substituição das antigas funções portuárias por funções comerciais ligadas ao lazer (2005:450).

Nesses três casos paradigmáticos podemos constatar como os programos de "requalificação urbana" se apropriaram do património industrial para construir uma nova imagem das cidades. Cultura, turismo e lazer podem ser considerados a base dessa receita de reinvenção de espaços urbanos, porém outro aspecto importante para a reinvenção desses espaços são: os novos sentidos atribuídos às ruínas industriais. Assim, é possível

afirmar que o papel do património industrial nas políticas de "requalificação urbana" consiste na reutilização das ruínas industriais, descontextualizandoas de suas funções pretéritas, mas utilizandoas como "marcos" simbólicos dos novos espaços urbanos.

3.Visão estratégica: uma proposta de futuro para a cidade de Almada

A cidade de Almada está inserida nesse contexto de "reinvenção de espaços urbanos", e nesse sentido, a "reutilização do património industrial" está a fazer parte da visão estratégica, a qual tem como desafio a construção de uma nova imagem para a cidade. Entretanto, as primeiras questões que surgem ao analisar as narrativas que envolvem as políticas de intervenção em Almada são as seguintes: o que pode ser defininido como património industrial e qual o papel desse património como uma proposta para o futuro dessa cidade.
A descrição do projeto *Almada Nascente* enfatiza a fragilidade de todo o espaço ocupado na zona de intervenção. Essa debilidade é revelada na ausência de uma hierarquia clara de espaços, públicos e privados, devidamente articulados entre si, fraca permeabilidade com a envolvente imediata e incipiente relação com o rio Tejo. Ressalta-se também, a incoerência de volumetrias e alinhamentos, a desqualificação arquitectónica, o mau estado de conservação dos edifícios e construções abusivas, como elementos definidores de uma "degradação" da imagem urbana.
Nesse contexto, de espaço urbano "degradado", a zona ocupada pelo antigo estaleiro da Lisnave é identificada no Plano *Almada Nascente*, como o principal elemento de reconversão urbana de toda a frente ribeirinha. Em toda a extensão desse espaço diversas estruturas ou edifícios abandonadas figuram como "marcos" fundamentais no processo de "reinvenção patrimonial".
Assim, o património indutrial da cidade, identificadas como "marcos urbanos", são antigas estruturas industriais definidas no Plano *Almada Nascente* como referências da "passagem e consumação dos tempos", na cidade de Almada. Nesse sentido, destaca-se especialmente, uma Nora de Ferro, de desenho atribuído a Eiffel, um conjunto da Moagem e Silos, identificado como um dos primeiros edifícios de betão do país, e o Pórtico da Lisnave, o qual desloca-se longitudinalmente ao longo da Doca 13, e se configura como um referencial, detectável a partir de grande parte da cidade e da envolvente.
O Projeto *Almada Nascente* destaca também as docas, como elementos de desenho da paisagem fortemente marcantes. Além das estruturas construídas, a maquinaria de grande porte remanescente é considerado um incontornável contributo para a imagem visual e simbólica desse espaço. Segundo o *Estudo de caracterização ambiental, geológica e geotécnica do plano de urbanização da frente ribeirinha da Cidade de Almada* a presença dessas estruturas remete para a memória de uma atividade perdida, mas que estimula o potencial para uma valorização futura.
Nessa proposta de reabilitação urbana, a visão estratégica para a cidade passa por usufruir das riquezas que esse espaço oferece, potenciando-o, especialmente, a frente ribeirinha, outrora ocupada pelo estaleiro naval da Lisnave. Nesse sentido, quatro elementos são considerados fundamentais no processo de "reinvenção" desse espaço: "A dimensão e a escala", "o ambiente fabril", "a topografia" e a relação com "o plano de água".
A proposta de futuro para a cidade de Almada consiste na criação de uma nova zona ribeirinha que promova a aproximação com o estuário e com a cidade de Lisboa. A descrição do plano de urbanização pondera que esse exercício de aproximação será realizado através da integração das seguintes componentes estratégicas: "Um lugar para trabalhar", "um lugar de relação com a água", "um lugar para habitar", "um lugar de cultura" e "um lugar de conhecimento".
A dimensão estética do espaço, presente na escolha de "marcos urbanos", na valorização do "ambiente fabril" e da "maquinaria de grande porte remanescente" apresenta-se como fundamental nos discursos que envolve a "reutilização do património industrial" no *Plano de Urbanização Almada Nascente – Cidade da Água*. Essa valorização dos indícios de uma cultura industrial, com valor histórico e social para a cidade de Almada, evidencia que a construção de uma nova imagem para essa cidade está assente na memória ancorada nos usos e apropriações pretéritos. Nesse contexto, os "marcos" podem ser sinais de alteridade da nova cidade que os decisores políticos de Almada pretendem construir.

Essa valorização da permanência, ou mesmo do retorno, de elementos da arquitectura do passado, revela a ideia de que a história e a memória da cidade devem estar fixadas nas edificações. Nesse processo de "requalificação urbana" os elementos identificados como "património industrial", na maioria dos casos, passam a ter um sentido exclusivamente estético, e podem ser definidos como estratégias para a construção de ícones da cidade, por meio do enaltecimento de elementos emblemáticos. Esse modelo de intervenção urbana revela também que a conversão de espaços da cidade em áreas de interesse patrimonial passa por "enobrecer" os espaços reinventados.

No caso da cidade de Almada, o ambiente industrial, fortemente presente na memória da cidade, será transformado em um espaço com "boas práticas" de sociabilidade, relacionadas ao lazer, a cultura e ao turismo. Esse fenómeno pode ser definido como uma estratégia de enobrecimento dos lugares. Segundo Fortuna (2009), a ambiguidade dessas estratégias que envolve o processo: "conservar para ser moderno e modernizar para ser antigo" sugere uma sensibilidade muito própria com relação ao tempo presente da cidade, o que se encontra irremediavelmente associado à atual falência da linearidade do tempo: passado-presente-futuro. Além de assinalar a simultaneidade de tempos e de ritmos urbanos constitutivos da cidade palimpsesto (Fortuna, 2009). Sendo os espaços urbanos inseparáveis dos eventos que neles ocorreram a "reutilização do património industrial" ilustra uma interrupção da temporalidade linear, fragiliza o tempo presente e torna "plástico o seu sentido" (Fortuna, Barreira; Bezerra e Gomes, 2012). A ideia da cidade enobrecida presente no *Plano de Urbanização Almada Nascente* está a ser o caminho para proporcionar uma nova imagem para essa cidade, nesse processo o passado industrial está a ser fundamental na construção da "cidade do futuro".

4.Reutilização do patrimonio industrial e construção de novas centralidades

Outra questão fundamental para o estabelecimento dos novos sentidos nos espaços urbanos construidos e requalificados é e integração dos novos espaços com o restante da cidade. Ou seja, a tríade, lazer, cultura e turismo aliado a reutilização de patrimónios do passado, como o industrial, deve emergir como elementos capazes de organizar uma nova centralidade da cidade.

Para o "despontar" desses novos espaços a construção de infra-estruturas é essencial. Nesse sentido, um projeto de urbanizaçao com sustentabilidade deve está ancorado em infra-estruturas como: transortes públicos de qualidade, parques de estacionamento, zonas residenciais e pequenos equipamentos de lazer, que sirvam de apoio aos grandes ícones de atração dos novos espaços "requalificados". Vale ressaltar, que não foi somente a construção de ícones emblemáticos que tornaram cidades como Barcelona, Lisboa e Bilbao, exemplares desse processo de requalificação urbana e de "reutilização do património industrial".

Uma outra questão inerente ao papel do património industrial nas políticas de requalificação das cidades é o carácter de dualidade que envolve a definição de património. Ou seja, há uma dimensão, de natureza técnica, que atende aos rigores legais e formais para a transformação de um objecto material ou imaterial em um bem com estatuto patrimonial[7] e outra baseada em "classificações nativas", especialmente de natureza estética, política, cultural, ou comercial. Nesse grupo é possível encontrar arquitetos, que atribuem valor patrimonial a edificações para efeito de planos de requalificação. Independente de um reconhecimento oficial, estas classificações imputam a designação de património ou de valor patrimonial para objetos relacionados com o consumo visual, turístico ou de sustentação de um mercado urbano de lazeres (Leite e Peixoto, 2009).

---

7 Em Portugal, compete por lei ao Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico/IGESPAR propor a classificação dos bens culturais imóveis de âmbito nacional. Cabe-lhe, assim, a definição dos critérios que deverão ser utilizados neste processo: critérios de carácter geral - histórico-cultural, estético-social e técnico-científico; e de carácter complementar - integridade, autenticidade e exemplaridade do bem. É assim possível encontrar hoje em dia uma maior incidência de classificações de objectos e conjuntos arquitectónicos de tipologias mais variadas, como sejam a arquitectura modernista e do movimento moderno, a arquitectura vernacular, os sítios arqueológicos, as cercas monásticas, os jardins históricos, a arquitectura do espectáculo, a arquitectura industrial, etc. O acto de classificação exige uma tramitação rigorosa (recentemente alterada com a publicação do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro, que entrou em vigor em Janeiro de 2010).

O sentido dual do processo de patrimonialização está a ser uma característica das políticas urbanas na atualidade. É nesse sentido que os projetos de intervenção realçam um vínculo entre património e embelezamento arquitectónico, ou seja, a valorização da dimenção estética da arquitetura como uma fórmula de regeneração imagética e económica da cidade. A expressão "cidade do espectáculo" (Boyer, 1996) para definir a "cidade projetada", é característica presente também no processo de reinvenção do património industrial[8]. Nesse caso, a arquitetura da cidade é fortalecida com apelo ao efeito visual.

Meneguello (2011) ao reflectir sobre os processos coletivos e individuais da memória associada ao trabalho, aos acervos e ao estudo dos bens edificados associados à indústria no Brasil, ressalta que, ao mencionarmos, os acervos no caso do património industrial, não estamos apenas lidando com documentação, papéis, *blueprints* ou fotografias. Nesse caso, todos os artefatos, maquinários, ferramentas, utensílios, peças de reposição que definem os usos da indústria padecem de duplo mal: de um lado, ao serem retirados dos locais de trabalho, tornam-se sucata – uma sucata sem lugar, sem armazenamento e sem utilidade possível. De outro lado, privam os locais de trabalho de sentido e de lógica, deixando-os como imensos galpões vazios, prontos para serem "ressignificados" de forma geralmente apartada dos usos industriais.

Essa "ressignificação" ou "reinvenção" é uma questão essencial para pensarmos as políticas de "requalificação urbana" e a "reutilização do património industrial". Estamos diante de uma disputa na "atribuição de valores" e "produção de sentidos", estabelecidos nas "classificações nativas" e também por parte de arquitectos e de decisores políticos (Arantes, 2009).[9] O que pode gerar arbitrariedades na definção de patrmónio industrial. Nesses casos, valores caros a uma sociedade, relativos ao património industrial, podem ser negados no processo de "requalificação urbana".

Para Harvey (1992), o problema é que o gosto não é uma categoria estética. Segundo esse autor, "o capital simbólico só se mantém como capital na medida em que os caprichos da moda o sustentam" (Harvey, 1992: 82). Assim, as políticas de requalificação urbana são favorecidas por "forças poderosas" que estabelecem novos critérios de gosto para a cidade. Atualmente está na moda a "recuperação da história", muitas vezes em forma de monumentos espetaculares, simulacros ou pastiches. Nas palavras de David Harvey: "Dar determinada imagem à cidade através da organização de espaços urbanos espetaculares tornou-se um meio de atrair capital e pessoas (do tipo certo) num período de competição interurbana e de empreendimentismo urbano intensificados" (Harvey, 1992: 92). Para Zukin (1995), esse modelo arquitetónico caracterizou-se por uma transformação do espaço vernacular em paisagem de poder.

Podemos concluir que as políticas de "requalificação urbana" abrigam em si uma atribuição de "usos legítimos" para espaços com valor patrimonial. Nesse sentido, é patente a existência de narrativas que enaltecem ou depreciam os espaços a partir de práticas sociais. Assim, a ideia de património está tão relacionada aos utilizadores dos espaços que usos definidos como "não legítimos", para determinados habitantes, podem "despatrimonializar", mesmo que de forma efémera, espaços urbanos. Por esse motivo, o processo de "re-requalificação" de espaços urbanos pode tornar-se uma prática constante. Outro aspecto de "disputa" presente nesse processo de "reinvenção do património industrial", que se aproxima da realidade da cidade de Almada, é o movimento de contestação aos Planos de intervenção.

Pensar a cidade sob o ponto de vista dos projetos de "requalificação urbana" e mecanismos de reinvenção do património industrial pressupõe compreender que o lazer e o turismo estão a ser a chave para o reordenamento do território e mudança imagética da urbe. Atendendo a um apelo global de investimentos nesse sector, espaços das cidades estão a ser apropriados como um meio de gerar riquezas, por esse motivo os "bons projetos" são designados pela potencial capacidade de atração de visitantes ou novos moradores. Encontrar novas formas

---

8 A "cidade do espetáculo", Boyer (1996), refere-se a cidade projetada que emerge com o desenvolvimento da comunicação eletrônica e digital, com suas paisagens construídas por computador, e imagens que podem agora se decompor em pedaços e partes que transformam a imagem da cidade em forma efêmera diretamente influenciada e imaginada por uma visualidade diferente. Nesse caso, a cidade e sua arquitetura são (re) trabalhadas em composições e recomposições de imagens.

9 Para Arantes (2009), a produção do património é fundamentalmente uma questão de atribuições de valores e construção de sentidos. Portanto, diferença, diversidade e conflito lhes são absolutamente inescapáveis.

de desenvolvimento económico é na verdade o ponto fulcral dessas políticas e desse processo de reutilização do património industrial. O percurso mais comum para atingir esses objetivos, está a ser visível em diferentes cidades, por meio de políticas que privilegiam o lazer, a cultura e o turismo, seja através da edificação de novos centros de convenções, da reconstrução de monumentos antigos, da edificação de grandes equipamentos, na "requalificação" de centros históricos ou na transformação de antigos ambientes industriais (Fortuna, 1997; Scocuglia, 2004; Ferreira, 2005; Peixoto, 2006; Barreira, 2007; Gondim, 2007; Leite, 2007; Bezerra, 2009; Rubino, 2009).

Nesse sentido os projetos de requalificação se assemelham em diferentes cidades e podemos afirmar que os patrimónios urbanos e industriais "forjados" nas nossas cidades têm uma história e uma memória ricas que urge registar e resgatar. Porém, quanto ao futuro é sempre uma icógnita, pois os processos de re-requalificação demontram que "novos espaços", produzidos a partir da "reutilização de patrimónios", podem ser efémeros e muitos vezes devido a atribuições de "usos legítimos" ou "não-legítimos" nos espaços "requalificados", esse facto poderá tornar a segregação espacial um elemento cada vez mais presente no futuro das nossas cidades.

5. Considerações finais

As noções de "reabilitação, recuperação, revitalização, requalificação, regeneração ou reanimação", enquanto léxicos utilizados pelos promotores dos projetos de intervenção, descrevem os contextos de transformações urbanas, ou seja, o trajeto entre a cidade atual e a cidade idealizada. Esses planos de "reconstrução" na urbe buscam muitas vezes diferenciar as cidades por meio da conservação ou reutilização do Património Industrial. Esse processo pode ser definido como mecanismos de transformação urbana que buscam "requalificar" espaços considerados "degradados" ou "renovar" áreas históricas preservando ícones do passado (Fortuna, 2009; Bezerra, 2008; Barreira, 2007; Leite, 2007).

O projeto, "Almada Nascente – Cidade da Água" apresenta a expressão "recomposição" da cidade, para justificar as iniciativas de atribuir "novos" significados a monumentos antigos, com o objetivo de manter a história da cidade em meio às novas edificações, ou seja, "a recomposição de uma paisagem integradora das referências do passado". O texto de apresentação desse projeto afirma também que "exige-se uma resposta ajustada à singularidade do lugar, integradora dos tempos, das gentes e dos seus símbolos".

A análise das lógicas e fontes de inspiração que conduziram a reutilização do Património Industrial nesse projeto de intervenção traduz a necessidade de refletirmos sobre alguns indícios que compõem o cenário das intervenções urbanas na atualidade. Nesse sentido, o fio condutor para entendermos as narrativas que envolvem a reutilização do Património Industrial nesse Plano são os seguintes: primeiro, a identificação de marcos urbanos como Património Industrial – que revela uma **valorização da dimensão estética da arquitetura**. O segundo ponto é a ideia de "boas práticas" para os espaços urbanos – ou seja, a busca de **usos legítimos**, facto que está na essência dos projetos de requalificação. Em terceiro lugar, está a necessidade da **construção de ícones emblemáticos da cidade**; isso é perceptível na ideia da prospecção de cenários futuros, facto que manifesta a implementação do planeamento estratégico na gestão urbana, isso explica a existência de uma "competição entre cidades" para atrair equipamentos, empresas e "usuários solventes" e, assim, a consequente necessidade do *city marketing* para construir e "vender" a nova imagem da cidade.

O facto é que a busca de uma nova vocação para as cidades está a levar a constituição da "cidade desindustrial", ou seja, vivemos um momento de "reinvenção" do legado social e arquitectónico que as cidades industriais nos deixaram. Assim, enquanto as urbes vivem esse momento de requalificação ou recomposição, podemos concluir que o entendimento da atual configuração do Património Industrial nos projetos de requalificação passa por desenvolver uma nova leitura da dimensão espaço-tempo como forma de diferenciação das cidades.

Referências bibliográficas

ARANTES, António. (2009), "Património cultural e cidade". In Carlos Fortuna e Rogério Proença Leite (orgs.), *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*, Coimbra, Almedina, pp. 11-24.

BARREIRA, Irlys. (2007), "Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro". In *Análise Social,* vol XLII (182), Lisboa, pp 163-179.

BEZERRA, Roselane Gomes. (2009), *O bairro Praia de Iracema entre o "adeus" e a "boemia": usos e abusos num espaço urbano*. Fortaleza: Laboratório de Estudos da Oralidade – UFC e Expressão Gráfica.

BOYER, Christine. (1996), *The City of Collective Memory*. Londres: MIT Press.

HARVEY, David. (1992), *A condição pós-moderna*, São Paulo, Edições Loyola.

FERREIRA, Claudino. (2005), *A Expo'98 e os imaginários do Portugal contemporâneo: cultura, celebração e políticas de representação*. Coimbra, tese de doutoramento, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

FORTUNA, Carlos. (1007), "Destradicionalização e imagem da cidade: O caso de Évora", In *idem* (org.), *Cidade, Cultura e Globalização - Ensaios de Sociologia*. Oeiras: Celta, pp. 231-257.

_____ . (2009), "Cidade e Urbanidade", In Fortuna, Carlos e LEITE, Rogerio Proença (Orgs.), *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos*. Coimbra: Almedina, pp. 83-97.

FORTUNA, Carlos; BARREIRA, Irlys; BEZERRA, Roselane e GOMES, Carina. (2013) "O Passado E As Cidades: Revalorizações Patrimonialistas Em Fortaleza E Coimbra" In Carlos Fortuna e Rogério Proença Leite (orgs.), *Diálogos Urbanos*, Coimbra: Almedina.

GONDIM, Linda (2007). *O Dragão do Mar e a Fortaleza Pós-Moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade.* São Paulo: Annablume.

LEITE, Rogerio Proença e PEIXOTO, Paulo. (2009), Políticas urbanas de patrimonialização e contrarrevanchismo: o Recife Antigo e a Zona Histórica da Cidade do Porto In *Cadernos Metrópole* 21, pp. 93-104 10.

LEITE, Rogerio Proença. (2007), *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. 2 ed. Campinas, Editora da Unicamp.

PEIXOTO, Paulo. (2006), *O passado ainda não começou: funções e estatuto dos centros históricos no contexto urbano português.* Coimbra, tese de doutorado, Universidade de Coimbra.

RUBINO, Silvana. (2009) "Enobrecimento urbano", In Carlos Fortuna e Rogério Proença Leite (orgs.), *Plural de cidades: léxicos e culturas urbanas*, Coimbra, Edições Almedina, pp. 25-40.

SCOCUGLIA, Jovanka B. C. (2004), *Revitalização urbana e (re) invenção do Centro Histórico na Cidade de João Pessoa*. João Pessoa, Editora da UFPB.

ZUKIN, Sharon. (1995), *The cultures of cities*, Cambridge, Blackwell.

Projetos urbanos no Brasil: inflexões imagéticas dos anos 2000

Carina Folena Cardoso[1]

Antonio Ferreira Colchete Filho[2]

Frederico Braida[3]

Resumo: A prática de intervenções nas cidades tem aumentado exponencialmente com o reconhecimento de que a imagem fortalecida de um lugar atrai turismo e investimentos. Com o Rio de Janeiro sediando a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, uma série de projetos urbanos vem sendo realizada para otimizar a infraestrutura na cidade, mas há também exemplos de construções emblemáticas que se tornam peças centrais no discurso sobre a imagem competitiva que a cidade busca veicular. Neste artigo são analisados três projetos de arquitetos renomados: a Cidade das Artes, de Christian de Portzamparc, inaugurado em 2013, o Museu do Amanhã, de Santiago Calatrava e a sede do Museu da Imagem e do Som, de Diller Scofidio + Renfro, ambos previstos para serem inaugurados em 2015. A partir desses projetos, discutem-se as relações entre paisagem, arquitetura e espaço público na contemporaneidade brasileira.

Palavras-chave: Paisagem. Projeto urbano. Arquitetura. Espaço público. Brasil.

1 – Introdução

> [...] O capitalismo, em sua versão urbana contemporânea, assume, de fato, uma forma cultural: a cultura é parte decisiva do mundo dos negócios e o é como um grande negócio (Sánchez, 2007, p.27).

A cultura sempre esteve presente no universo das cidades, seja em um sentido antropológico, atrelada ao modo de vida, seja com um viés artístico, ligada à produção e experiências culturais. O binômio cultura e cidade foi tematizado ao longo do desenvolvimento da vida urbana: há as cidades que sempre se portaram como centros culturais, por sua herança cultural e arquitetônica (como Florença e Veneza); há as que se destacam por sua beleza natural, sendo elas mesmas consideradas como obras de arte (dentre as quais se destacam o Rio de Janeiro e San Francisco); e, por fim, há as que se firmaram como polos de cultura por suas indústrias de lazer e entretenimento (como Nova York e Paris); todas consideradas grandes metrópoles de forte capital cultural (Featherstone, 1995).

---

1 Arquiteta e Urbanista diplomada pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído da Universidade Federal de Juiz de Fora – PROAC/UFJF. carinafolena@hotmail.com

2 Arquiteto e Urbanista (UFRJ, 1992), mestre em Urbanismo (PROURB/UFRJ, 1997), doutor em Ciências Sociais (PPCIS, UERJ, 2003), pós-doutor em Arquitetura (UTL, Portugal, 2005) e em Urbanismo (PROURB/UFRJ, 2013). Professor associado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, professor permanente do Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído (PROAC) e líder no grupo de pesquisa Ágora, na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: Paisagem, Projeto Urbano e Espaço Público. arqfilho@globo.com

3 Arquiteto e urbanista diplomado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Mestre em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com intercâmbio para Universidad de Belgrano (Buenos Aires, Argentina), Mestre, Doutor e Pós-Doutorando em Design pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor Adjunto do Departamento de Projeto, Representação e Tecnologia, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído – PROAC/UFJF. É líder do Laboratório de Estudos das Linguagens e Expressões da Arquitetura, do Urbanismo e do Design – LEAUD. Também atua no Grupo de Pesquisa Ágora. frederico.braida@ufjf.edu.br

Contudo, o que se percebe nessa nova fase de desenvolvimento urbano, é uma diluição das fronteiras da tematização. A cidade contemporânea, de intervenções imagéticas e desenhos urbanos atraentes, oferece combinações variadas de qualidades urbanas, integra o patrimônio à economia cultural, insere novos ícones no tecido e se torna, ela própria, polivalente em todos, ou grande parte, dos vieses de cultura urbana (Ascher, 2010). Nesse âmbito, Sánchez (2007, p.25) atribui a alcunha de "mercadorias-vedetes das cidades que se pretendem globalizadas" aos grandes museus, megaempreendimentos culturais e de lazer em áreas de frente marítima, bem como a realização de eventos de caráter internacional.

Esse período de efervescência cultural atrelada ao desenvolvimento e intervenções urbanas, categorizado por Barreneche (2005, p.6) como a "era dos museus" ganhou força nos anos 1990, tendo como ícone a construção do Museu Guggenheim de Bilbao, projeto de autoria de Frank Gehry. Integram esse contexto algumas transformações que se mostraram, ao longo dos anos, grandes trunfos para o sucesso dos novos empreendimentos culturais. Dentre as mudanças estão a popularização e democratização dos museus, que não mais se portam como instituições elitistas e agora abrem suas portas pautando-se em conceitos como a interatividade, o consumo, a educação e a conservação (Montaner, 2003). Essa visão é endossada pelas reflexões de Arantes (1995, p.233), destacadas na sequência:

> Reina atualmente uma grande animação no domínio tradicionalmente austero e introvertido dos museus. Quem os visita dispõe de amplos espaços para a mais desenvolta *flânerie*, abrigando jardins, passarelas, terraços e janelas que trazem a cidade para dentro do museu. Isto sem falar em cafeterias, restaurantes (por vezes entre os melhores da cidade), ateliês, salas de projeção ou de concertos, livrarias, etc. As longas filas que se formam à entrada dessas novas 'casas de cultura' nem sempre se devem ao antigo amor à arte, concentrada no acervo do museu, mas às múltiplas atrações que enumerei apenas parcialmente. Faltou incluir, ocupando um lugar de destaque, a própria arquitetura. Já não é mais tão óbvia a diferença entre um museu e um *shopping center*.

Quando a arquitetura concebida por Frank Gehry para o Guggenheim de Bilbao foi reconhecida como âncora de toda uma reestruturação urbana em prol de transformar a antiga e decadente cidade industrial e um polo do setor terciário, estavam dispostos dois grandes elementos que caracterizam as intervenções urbanas contemporâneas: em primeiro lugar, a reestruturação funcional do tecido citadino, cujas instalações dos setores secundários passam a assumir fins comerciais; em segundo lugar, destaca-se a arquitetura da monumentalidade, formalizada na construção do museu, assinada por um grande nome do *star system* internacional (Sánchez, 2010).

No entendimento de Barreneche (2005, p.6), o que o autor convencionou a chamar de "efeito Bilbao" poderia ser entendido como o poder da arquitetura em potencializar a revitalização urbana de uma região, ou mesmo, de uma cidade inteira, um receituário que passou a ser seguido em várias cidades ao redor do globo. Dentre estas cidades destaca-se o Rio de Janeiro, que já sendo mundialmente conhecida por seus atributos naturais, vem consolidando, desde a década de 1980, sua imagem como polo cultural através da preservação do patrimônio edificado e inserção de novos edifícios de cunho artístico. Algumas dessas arquiteturas, assinadas por arquitetos de renome mundial, se tornam signos visuais do processo de reestruturação urbana da cidade (Cardoso *et al.,* 2014).

Dessa forma, o objetivo deste artigo é analisar a dimensão paisagística da obra de três renomados escritórios de arquitetura em instituições culturais sediadas na cidade do Rio de Janeiro, sendo eles: Christian de Portzamparc, com a Cidade das Artes, inaugurada em 2013; Santiago Calatrava, com o Museu do Amanhã, ainda em obras e; por fim, Diller Scofidio + Renfro, com a sede do Museu da Cidade e do Som, cuja inauguração é prevista para 2015.

Metodologicamente, busca-se elucidar o processo de internacionalização das megarquiteturas culturais cariocas por meio de três categorias analíticas: (1) a inserção do objeto arquitetônico na paisagem; (2) o programa arquitetônico; e (3) os fatores conformadores para a sua ocorrência no período presente. Para tanto, além de uma pesquisa iconográfica, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, cujas fontes são majoritariamente constituídas por publicações sobre arquitetura contemporânea no Brasil.

Estruturalmente, este artigo está dividido em três partes principais. Na primeira delas, discutem-se os projetos urbanos e culturais contemporâneos no Brasil. Na segunda parte, apresenta-se o contexto atual da cidade do Rio de Janeiro. Por fim, na última parte, são expostas as análises das arquiteturas-ícones da reestruturação urbana da cidade.

2 – Projetos urbanos (e culturais) contemporâneos no Brasil

A monumentalidade, arrojo da composição formal e, por fim, o *status* da arquitetura como emblema de projetos políticos e de reestruturação urbana das cidades são, de fato, novos imperativos do planejamento urbano atual (Sánchez, 2010). Contudo, não se pode afirmar que sejam estratégias exclusivas do contexto de globalização. No Brasil, o potencial imagético da arquitetura como comunicação de uma política desenvolvimentista remonta às atuações governamentais de Juscelino Kubitschek no âmbito do estado de Minas Gerais. O marco inicial de uma linguagem moderna genuinamente brasileira nasceu da urbanização do entrono da Lagoa da Pampulha, ancorada e reconhecida através dos projetos de Oscar Niemeyer para a Igreja de São Francisco (1942), o Cassino (1942), o Iate Clube (1942) e a Casa do Baile (1942), construções focadas, predominantemente, no entretenimento (Cavalcanti, 2006).

Mais além, a própria construção de Brasília, projetada segundo as premissas urbanísticas do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) e inaugurada em 1960, teve sua centralidade marcada pela escultórica arquitetura de Oscar Niemeyer, elevando-o também ao reconhecimento internacional como um dos grandes nomes do *star system* (Cavalcanti, 2006). Mais uma vez, buscava-se interligar os ideais de renovação política com uma nova simbologia e estética arquitetônica. Vale ressaltar que, à época, Le Corbusier escreveu ao então presidente, Juscelino Kubitschek (JK), oferecendo seus serviços na concepção do plano urbanístico e arquitetônico da nova capital. No entanto, não obteve resposta, "os tempos eram outros, e nem JK, nem Niemeyer desejavam uma estrela estrangeira nesse empreendimento que visava demonstrar a pujança de um Brasil moderno" (Cavalcanti, 2006, p.208).

Esse moderno Brasil, segundo Montaner (2003), já conferia importância à arquitetura dos museus desde os anos 1950. Nesse contexto, destacavam-se duas vertentes principais: as formas escultóricas de Oscar Niemeyer e as grandes praças cobertas de Vilanova Artigas, cuja inspiração vinha dos museus e grandes pavilhões de Mies Van der Rohe (Montaner, 2003), os dois representando, respectivamente, as escolas carioca e paulista.

Pertencem a esse período dois dos mais emblemáticos museus do Brasil: o Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro (1953), de autoria de Affonso Eduardo Reidy, e o Museu de Arte de São Paulo (MASP) (1957), de Lina Bo Bardi. O exemplar carioca traz a tipologia da planta livre de Mies van der Rohe juntamente com os pilares inclinados de Niemeyer e a concepção do contentor como espaço público de Vilanova Artigas. O edifício do MAM, para além de sua monumentalidade, tem sua solução arquitetônica destacada pela integração com a natureza e a paisagem do entorno, suspendendo-se sobre o Parque do Flamengo, com paisagismo assinado por Roberto Burle Marx. O esforço de integração urbana e conformação de um espaço público articulado à arquitetura monumental também é perceptível no MASP. Situado à avenida Paulista, coração financeiro de São Paulo, o MASP se constitui em um grande prisma suspenso, abaixo do qual se conforma uma praça coberta, que se desenvolve para além dos relevos e ruas do entorno, sendo não só um marco da paisagem, como também espaço urbano atrelado ao construído (Montaner, 2003).

Quando o Brasil ingressou no regime militar, a partir do ano de 1964, iniciou-se mais uma era desenvolvimentista, na qual se mostravam vultosos os investimentos em infraestrutura. Naquela época, os arquitetos brasileiros trabalharam arduamente na concepção de centros cívicos e administrativos, hospitais, estações, escolas, conjuntos habitacionais, centrais de energia elétrica e telefonia (Bastos, 2007). Os grandes projetos de intervenção urbana se atrelavam também a uma arquitetura de caráter monumental que abrigava usos que iam desde os residenciais até os industriais. Muitos arquitetos brasileiros foram responsáveis pelos projetos de *campi* universitários, barragens, grandes fábricas, aeroportos, terminais rodoviários, entre outros (Segawa, 2010).

Apesar do fato de grandes obras industriais e educacionais conformarem uma importante parcela da atuação dos arquitetos em um período pós-Brasília, os projetos de cunho artístico e cultural, como os museus, continuaram a ser realizados. Destacam-se nesse período a construção do Centro Administrativo de Salvador e do Museu da Bahia, de autoria de João Filgueiras Lima (Lelé), em 1974 (Bastos & Zein, 2011).

Em São Paulo, também se mostra relevante a intervenção do Centro Cultural São Paulo (1975), de autoria de Eurico Prado Lopes e Luiz Benedito de Castro Telles, exatamente porque nela, nas palavras de Bastos (2007, p.68),

> há uma despolitização da arquitetura; os arquitetos do Centro Cultural São Paulo não buscaram um desenho que, na dimensão da arte fosse subversivo. Deixa de ser imperativo o discurso do grande espaço comunitário; da ausência de acabamentos; ou da concepção monumental que dignifica a população numa obra pública.

A despolitização vinha também sob outras conotações, dentre elas a voltada à própria repressão sofrida por movimentos como o de Cultura Popular, fundado em Recife em 1961, por intelectuais brasileiros. Esse ecoava, de alguma forma, as pesquisas sobre as raízes populares do Brasil que Lina Bo Bardi vinha empreendendo no período em que morou na Bahia, entre os anos de 1959 e 1964. Quinze anos depois de seu retorno a São Paulo, ficou a cargo da arquiteta a concepção do centro de cultura e lazer SESC-Pompeia, um dos mais emblemáticos exemplares nessa vertente no Brasil, apropriado plenamente pela população (Bastos & Zein, 2011).

Construído em concreto aparente, o projeto foi uma adequação à estrutura de uma antiga fábrica de tambores, a qual a população já utilizava para fins de recreação, a despeito de seu precário estado de conservação. A manutenção dos usos e, mais além, da atmosfera do local, forneceu a Bo Bardi a base para a intervenção, que entendia sua relação com a cidade a partir de um sentido mais amplo e subjetivo. Nas palavras da arquiteta (*apud* Bastos, 2007, p. 87), "[...] numa cidade entulhada e ofendida pode, de repente, surgir uma lasca de luz, um sopro de vento [...] a alegria da fábrica destelhada que continua: pequena alegria numa triste cidade". Nesse sentido:

> O edifício do Sesc Pompeia partiu da aceitação da cidade com seus contrastes, sua feiura, suas nesgas de beleza e alegria. Partiu do desejo de se constituir numa nesga feliz, dando um novo significado a um trecho da cidade. A atitude de aceitação da cidade é em si um fator que demonstra uma enorme mudança de direção em relação ao que vinha sendo proposto pelas correntes mais hegemônicas da arquitetura moderna brasileira. A aceitação da cidade começou pela preservação da antiga fábrica de tambores, acarretando a drástica redução da área de projeto (Bastos, 2007, p.88).

Percebe-se que, no caso do projeto do SESC-Pompeia, a cidade é contemplada e entendida através da arquitetura por sua essência; a essência dos que a utilizam. Este viés comunicativo da intervenção no ambiente construído foi alterado profundamente nos anos seguintes. Após a internacionalização da economia, o advento do turismo de massa da década de 1970, e a agilização das comunicações e tecnologias de informação nas décadas finais do século XX, há uma transformação na visão da cidade como espaço de produção, para a cidade como território de consumo. Nesse âmbito, a cidade, entenda-se intervenções e sua paisagem construída, passam a ser palco de eventos e acontecimentos que passam a ser propagados simultaneamente pelos meios de comunicação, imprimindo-lhes uma visibilidade poucas vezes experimentada (Vargas & Castilho, 2009).

Nesses novos tempos, em que a realidade urbana passa a ser representada e reduzida a imagens-síntese de sua paisagem, a monumental arquitetura atrelada a grandes projetos urbanos, políticos, se torna estratégia e âncora de desenvolvimento (Sánchez, 2010), ao modo formalizado pelo Guggenheim de Bilbao.

No Brasil, um dos grandes exemplos do poder midiático das megarquiteturas das intervenções urbanas é o Museu de Arte Contemporânea (MAC) de Niterói. Inaugurado em 1996, de autoria de Oscar Niemeyer, o MAC é uma grande escultura de concreto armado que se insere no Mirante da Boa Viagem, como um ponto focal na Baía de Guanabara. A edificação foi a primeira intervenção do que veio posteriormente a se chamar Caminho Niemeyer, com outros cinco empreendimentos com assinatura do arquiteto.

O MAC forneceu a Niterói uma projeção nacional e internacional, que veio a formalizar uma das principais estratégias de *marketing urbano* elencada por Sanchéz (2010), um senso de patriotismo de cidade, no qual é trabalhado o orgulho do cidadão em pertencer a um lugar que melhora a cada dia e se desenvolve, abrigando inclusive obras de um grande profissional do meio arquitetônico. Essa atmosfera de otimismo, amplamente trabalhada nas intervenções urbanas contemporâneas, ganha na realização de grandes eventos uma motivação significativa. É por um desses momentos que o Rio de Janeiro vem atravessando, como cidade-sede das Olimpíadas de 2016. Contudo não é de hoje que intervenções imagéticas se estabelecem na já cenográfica capital carioca: o projeto de ampliação da potencialidade turística e cultural na história recente do Rio de Janeiro remonta à década de 1980, mas nenhum período se mostrou tão significativo para a atuação dos arquitetos do *star system* como os dez últimos anos.

3 – A cidade do Rio de Janeiro na contemporaneidade

Ainda de acordo com Sánchez (2010), o novo contexto de planejamento urbano trabalha com as seguintes premissas: substituição dos modelos industriais de ocupação; modernização da infraestrutura comunicacional, com implantação de fibra óptica e edifícios inteligentes; melhorias no sistema de transporte e na mobilidade urbana; implantação de centros comerciais e financeiros, com investimento em teleportos; produção de espaços residenciais de alto padrão e espaços de lazer seletivos; além da revitalização de áreas degradadas, com atenção especial para zonas portuárias. O Rio de Janeiro tem trabalhado há muito dentro dessas premissas, com o objetivo de construir uma imagem de cidade ideal não só à contemplação de suas belezas naturais, mas também ao turismo de negócios e cultural, como já acentuado em outros estudos (Cardoso *et al.,*2014). Nesse sentido, já no ano de 1995, foi construído o Teleporto da Cidade Nova, um edifício inteligente de estética, dita, pós-moderna.

Contudo, as transformações não ocorreram somente no âmbito do lote privado. Nos espaços livres públicos, projetos como o Rio Cidade trouxeram à capital carioca os preceitos da acupuntura urbana com intervenções de ordem infraestrutural, sanitária, viária, majoritariamente focadas nos pedestres e no reestabelecimento de marcos urbanos através de mobiliário e arte pública. Tais intervenções eram timidamente inspiradas no planejamento promovido em Barcelona, para os Jogos Olímpicos de 1992, promovendo a valorização do trabalho na escala do pedestre e a história e cultura dos bairros contemplados.

Pode-se assim dizer que o Rio de Janeiro esteve interligado com o ideal que permeou o mundo na década de 1970, o de revalorização de memórias históricas e étnicas (Berman, 2007). Nesse contexto de exaltação da cultura, foi implantado na cidade, nos anos 1980, o projeto do Corredor Cultural, que envolveu o Centro Histórico, em especial, as áreas da Praça XV, Lapa, Cinelândia, Largo da Carioca, Largo de São Francisco e Saara. O intuito era preservar e conciliar o patrimônio histórico e cultural através do restauro de imóveis de relevância patrimonial, sobretudo priorizando a participação da sociedade civil (Alcantara, 2008). A inserção de usos culturais na área de abrangência do Corredor Cultural, em sua grande maioria em edifícios históricos, foi um dos maiores ganhos e mais significativa estratégia da intervenção (Sampaio, 2007).

As diretrizes que guiaram o processo de implantação do projeto Corredor Cultural, em especial as ligadas à participação popular e ao trabalho com a paisagem existente, em muito diferem das prerrogativas da atividade de planejamento e intervenção urbana praticadas na cidade na atualidade. As remodelações urbanas em centralidades e áreas de antiga tradição industrial, que conforme apontado por Sánchez (2010) são tônicas do planejamento urbano na era competitiva, vem compondo o leque de atuação no Rio de Janeiro, em especial, após a nomeação da cidade como sede das Olimpíadas de 2016. Mais uma vez, o projeto político se alia ao potencial imagético das intervenções urbanas para firmar o compromisso de fazer a cidade passar, nas palavras do presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, em 2012, "pela maior transformação da história dos Jogos Olímpicos" (CDURP, 2012).

É de destaque o Porto Maravilha, projeto de requalificação da zona portuária que envolve os bairros Santo Cristo, Gamboa, Saúde, São Cristóvão, Cidade Nova e Centro. No escopo da intervenção é possível destacar: requalificação dos armazéns portuários; arborização; planejamento para drenagem e saneamento básico;

implantação de novos modais de transporte; reestruturação de vias existentes e construção de novas rotas; implantação de sinalização, iluminação e mobiliário urbano; construção de túneis e de uma ciclovia ligando toda a costa (CDURP, 2009).

Contudo, o que chama atenção no projeto do Porto Maravilha é seu enquadramento no receituário dos grandes projetos urbanos na era das cidades competitivas, se valendo, sobretudo, da inserção de megarquiteturas assinadas por arquitetos de renome internacional, e que no caso do Rio de Janeiro, vem assumindo, com efeito, funções atreladas ao turismo cultural. No âmbito dessa intervenção destacam-se o Museu do Amanhã de Santiago Calatrava (apresentado na seção 4.2) e a construção do Museu de Arte do Rio (MAR), que vêm a promover um fechamento do circuito cultural iniciado no Aterro do Flamengo com o MAM, de Reidy, que passa por toda a área de abrangência do Corredor Cultural, e se finaliza no Pier Mauá, com a monumental e escultórica intervenção de Santiago Calatrava adentrando as águas da, ainda bastante poluída, Baía de Guanabara.

Ainda assim, não somente nas áreas instituídas para um processo de remodelação urbana é que se sediam as megarquiteturas da cidade olímpica. As icônicas intervenções do *star system* permeiam o traçado urbano do tradicional bairro de Copacabana, bem como a modernista Barra da Tijuca, cujo plano piloto foi assinado por Lúcio Costa, na década de 1960.

Tal fato sinaliza que o Rio de Janeiro é hoje um expoente na atuação de grandes escritórios estrangeiros que imprimem sua marca internacionalizada em nossas cidades. A ânsia por uma imagem urbana globalizada somada aos incentivos que a promulgação da Lei Rouanet (1991) trouxe para a aquisição de recursos na construção de museus e bibliotecas fazem com que projeto político e intervenção urbana se unam e se expressem através do potencial imagético das grandes arquiteturas de interesse cultural, emblemas da metrópole contemporânea.

4 – Três novos projetos culturais que marcam a paisagem do Rio de Janeiro

A marca da internacionalização e da concepção de intervenções urbanas de caráter paisagístico, neste artigo, apresenta-se mediante três momentos, três atuações e três interpretações da paisagem brasileira. Ainda que situadas no Rio de Janeiro, os lugares se diferem, os contextos urbanos mais ainda; no entanto, alguns aspectos unem esses acontecimentos urbanos na cronologia da conformação da paisagem da cidade olímpica.

4.1 – Cidade das Artes (2013, Christian de Portzamparc)

Assim como em seu Plano Piloto de Brasília, no projeto da Barra da Tijuca, Lúcio Costa desenvolveu um traçado urbano constituído de dois grandes eixos viários que estruturam o intenso tráfego de automóveis da nova zona sul do Rio de Janeiro. No encontro dessas duas vias monumentais, a avenida das Américas e avenida Ayrton Senna, surgiu um importante ponto nodal da Barra da Tijuca conformado por um terreno triangular de amplas perspectivas visuais, que remanesceu à espera de seu tratamento paisagístico. Não faltaram possibilidades de projetos de arquiteturas-âncora para o bairro, incluindo dois de autoria de Oscar Niemeyer, que acabaram por não ser construídos. Ambos já sinalizavam a necessidade de um equipamento cultural no, então novo, vetor de crescimento da capital carioca: o Centro Musical da Barra (1968) e o Museu de Exposição da Barra'72, projeto elaborado em 1969 (Bastos & Zein, 2011).

Contudo, foi somente a partir dos anos 2000 que se viabilizou a implantação da, na época, denominada Cidade da Música no emblemático e vazio Trevo das Palmeiras. Nessa nova era de internacionalização e fomentação de uma imagem de cidade global, arquivaram-se os projetos modernos e abriram-se as portas para a atuação do francês Christian de Portzamparc, vencedor do Pritzker de 1994, o prêmio máximo da arquitetura mundial. O arquiteto já dispunha de ampla experiência em projetos de interesse cultural. Nos Estados Unidos, foi finalista para o Museu de Arte Contemporânea de Chicago e o Museu de Arte de Omaha. Em La Villette, em Paris, construiu sua mais notável obra na França, a Cidade da Música. Ainda em Paris, são emblemáticos seus projetos para o Conservatório de Música Erik Satie e a Escola de Dança para a Ópera de Paris (Pritzker Architecture Prize, 1994).

Figura 1- Localização da Cidade das Artes.

Fonte: Google Earth, 2014. Trabalho gráfico: Autores, 2014.

Ao passo que a Cidade das Artes trouxe para a Barra da Tijuca essa nova dimensão cultural que há muito vinha sendo planejada para aquele espaço, a localização escolhida para a implantação do empreendimento foi estratégica no novo contexto de remodelação da cidade olímpica. A construção se localiza no ponto final do BRT (*Bus Rapid Transit*), também sendo próxima a uma estação do metrô e ligada ao metrô de superfície (Cidade das Artes, 2014).

A Cidade das Artes se constitui em um grandioso complexo que conta com uma Grande Sala, com capacidade para 1.250 pessoas, Teatro de Câmara, com 450 lugares, galeria de arte, Sala de Música Eletroacústica, salas multiuso, salas de ensaio e camarins que se integram a um *lounge* de convivência. No térreo se localizam a bilheteria e pátios cobertos que entrecortam o espelho d'água (Cidade das Artes, 2014).

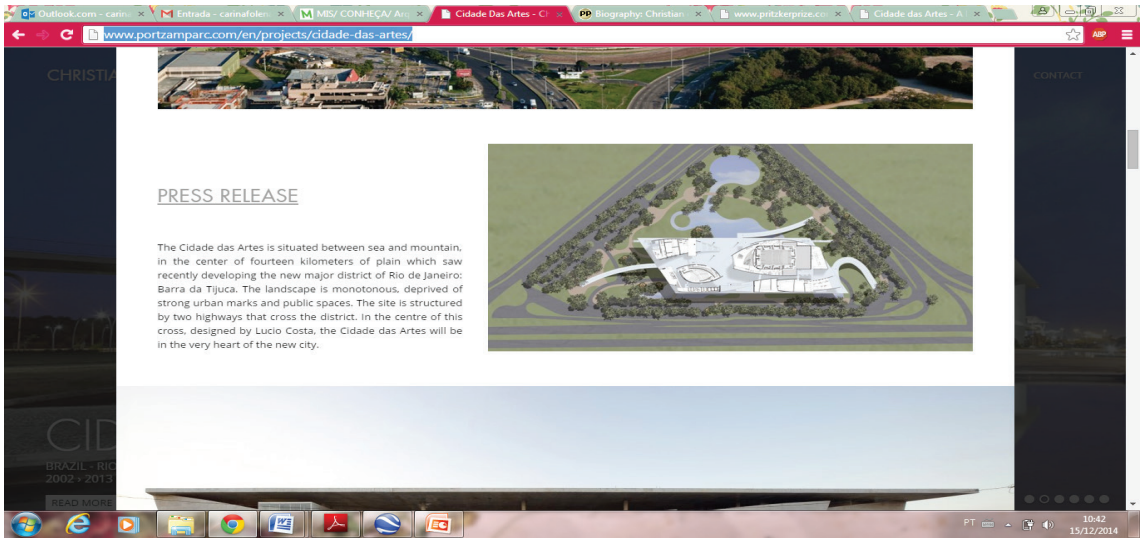

Figura 2 – Planta Baixa da Cidade das Artes

Fonte: http://www.portzamparc.com/en/projects/cidade-das-artes/. Acesso em 15 Dez. 2014.

Para a realização de seu projeto, Christian de Portzamparc diagnosticou o entorno do terreno na Barra da Tijuca, como um contexto urbano monótono, no qual havia uma clara ausência de marcos urbanos e espaços públicos, em um lugar reconhecido pelo arquiteto como "o novo coração de uma nova cidade". A edificação foi concebida, desse modo, como uma pequena cidade contida em uma única estrutura que se ergue sobre um vasto terraço, desprendido a 10 metros do chão, e do qual o arquiteto abre visadas para a montanha e o mar. Portzamparc utiliza para tanto uma solução encontrada nas emblemáticas arquiteturas de Reidy e Bo Bardi: desprende a construção do chão e a eleva sobre um parque, este ainda não completamente formalizado. Caracterizando dessa forma sua arquitetura como uma grande casa, uma vasta varanda sobre a cidade, o arquiteto reconhece nela um arquétipo da arquitetura brasileira (Portzamparc, 2013), características familiares ainda que envoltas de um grande arrojo formal e estrutural que marcam sua internacionalidade.

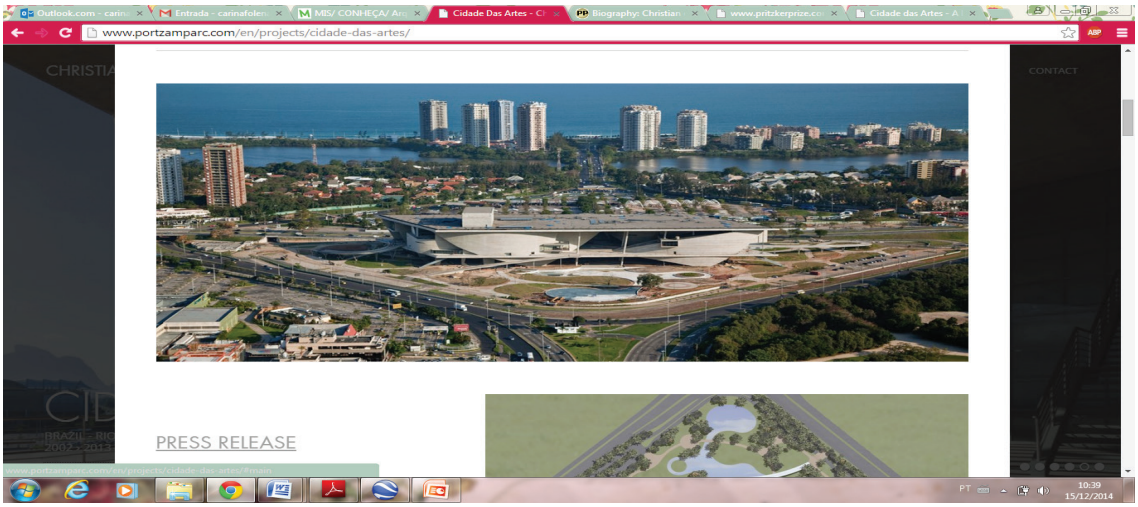

Figura 3 – Inserção urbana da Cidade das Artes

Fonte: <http://www.portzamparc.com/en/projects/cidade-das-artes/>. Acesso em 15 Dez. 2014.

Figura 4 – Solução formal da Cidade das Artes

Fonte: <http://www.portzamparc.com/en/projects/cidade-das-artes/>. Acesso em 15 Dez. 2014.

4.2 – Museu do Amanhã (previsão 2015, Santiago Calatrava)

Se a Cidade das Artes teve como mote de sua concepção formal, tal qual apontado por Portzamparc (2013), um entorno essencialmente urbano e monótono, a arquitetura que é analisada na sequência teve por si uma inserção paisagística bem mais favorável, se comparada à anterior. Inserindo-se no escopo de intervenções do macro projeto Porto Maravilha, o Museu do Amanhã, localiza-se no tradicional Pier Mauá, reiterando de fato o intenso processo de reestruturação requerido para a Zona Portuária do Rio de Janeiro.

Trata-se da região que foi cerne da ocupação da cidade, e também uma área de importantes marcos paisagísticos, muitos deles, frutos de ações antrópicas e que sinalizavam o desenvolvimento da cidade, como a construção do Edifício A Noite, na década de 1930, bem como um dos maiores marcos da arquitetura Pós-moderna, o Edifício Rio Branco Nº1, da década de 1990.

Desde os anos 2000, antecedendo inclusive o próprio Porto Maravilha, a prefeitura do Rio de Janeiro, sob a administração do prefeito Cesar Maia já manifestava a intenção de tornar o Pier Mauá um polo cultural da cidade. À época, havia um projeto para a implantação de uma filial do Museu Guggenheim no local (Diário do Rio, 2010), que viria a ser, tal qual o exemplar de Bilbao, o ícone do soerguimento econômico do Porto do Rio. Contudo, o projeto que veio a se formalizar e está em construção nesse emblemático sítio carioca foi o do Museu do Amanhã, de autoria do arquiteto espanhol Santiago Calatrava.

Figura 5 - Localização do Museu do Amanhã.
Fonte: Google Earth, 2014. Trabalho gráfico: Autores, 2014.

Expoente da arquitetura-espetáculo, Calatrava, possui obras espalhadas na Europa, América do Norte, América do Sul, tendo como uma de suas mais emblemáticas intervenções justamente uma de fins culturais: o Museu de Arte Milwaukee, nos Estados Unidos Essa arquitetura é conhecida pela arrojada silhueta criada com tubos metálicos que reproduzem as asas de um pássaro que atingem 66 metros de comprimento (Veja, 2010).
Para o Museu do Amanhã, que terá como foco a ciência e a tecnologia, o autor se valeu da monumentalidade, mas não de forma tão ousada como a solução norte-americana. Calatrava afirma ter visitado o Rio de Janeiro por duas vezes, tendo realizado um total de 200 desenhos para chegar à forma que é uma estilização de um caule recoberto por painéis de aço que se abrem e fecham como se fossem pétalas. Trata-se de uma concepção muito representativa dos traços da obra do arquiteto, em que pesam as grandes dimensões, a inspiração vinda da natureza e das estruturas naturais, que são inseridas em suas obras mediante grande arrojo formal (Veja, 2010). No caso do Museu do Amanhã, essa inspiração foi proveniente da própria paisagem carioca. Uma das mais importantes estratégias do projeto foi o posicionamento de um espelho d'água ao redor do volume edificado com as intenções de mimetizar a edificação na paisagem da Baía e criar um microclima fresco e agradável em suas dependências (Arcoweb, 2011).

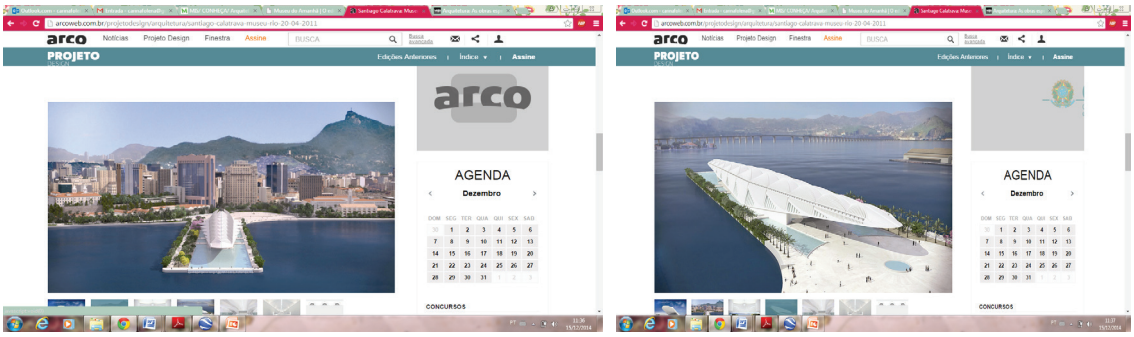

Figura 6 – Inserção paisagística do Museu do Amanhã.
Fonte: http://arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/santiago-calatrava-museu-rio-20-04-2011. Acesso em 15 Dez. 2014.

O Museu do Amanhã conta com quase 13 mil metros quadrados de área construída, da qual metade é destinada a espaços de exposição. O museu se organiza em dois níveis que são conectados por rampas. No térreo são dispostos: loja, auditório, salas de exposições temporárias, ala administrativa, salas de pesquisa e ações educativas, além de um restaurante. Já no pavimento superior ficam as salas de exposição permanente, bem como um belvedere de contemplação da vista (Arcoweb, 2011). Aqui, tal qual no MAM de Reidy, ou no MAC de Niemeyer, a natureza em si, se integra ao rol das exposições, sendo ela própria obra de arte frente a arquitetura.

Figura 7 – Exterior do Museudo Amanhã e vista do Belvedere.
Fonte: http://arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/santiago-calatrava-museu-rio-20-04-2011. Acesso em 15 Dez. 2014.

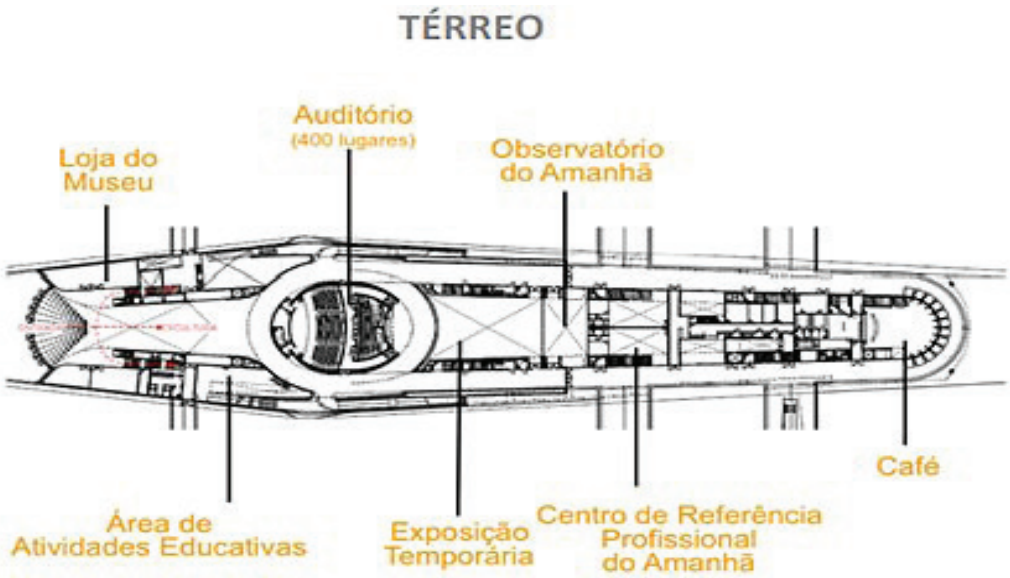

Figura 8 – Planta baixa do Museu do Amanhã.
Fonte: < http://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=201476>. Acesso em 15 Dez. 2014.

4.3 – Museu da Imagem e do Som (previsão 2015, Diller Scofidio + Renfro)

No âmbito das monumentais arquiteturas que integram o aparato cênico das intervenções urbanas imagéticas contemporâneas, encontram-se soluções que à parte da monumentalidade expressa em suas instalações, procuram se mesclar, se mimetizar ao entorno, como o caso do Museu do Amanhã de Calatrava. Mas há, entretanto, concepções mais abstratas e aparentemente desconexas com o ambiente em que se inserem. Nessa segunda dimensão, enquadra-se o Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, previsto para ser concluído em 2015.
O Museu da Imagem e do Som se insere em um dos mais tradicionais endereços cariocas: avenida Atlântica, Copacabana, famosa pela paisagem, pelos calçadões em pedras portuguesas, bem como por suas arquiteturas de valor cultural, como o Copacabana Palace. Nesse cenário, em meio a prédios residenciais que se erguem como grandes maciços de concreto ao longo de toda a orla, um elemento vem romper com a planimetria característica das fachadas dos altos edifícios de meados do século XX.
Mais uma vez, a assinatura da escultura final fica a cargo de um grande escritório, Diller Scofidio + Renfro. Contudo, não se tratou nesse caso de uma carta convite para a elaboração do projeto, este, foi escolhido em 2009, mediante um concurso de ideias que envolveu sete grandes escritórios do Brasil e mundo (Museu da Imagem e do Som, 2014). O escritório de Diller Scofidio+ Renfro, assim como nos casos anteriores, também dispõe de uma vasta experiência com arquiteturas de fim cultural. São de autoria deles, por exemplo, os projetos para a expansão do MOMA, o Museu de Arte de Berkeley e o Museu Nacional de História e Cultura Afro-Americana de Washington (Diller Scofidio + Renfro, 2014).
Para a arquiteta Elizabeth Diller, à cargo do projeto, um dos pontos fortes da concepção arquitetônica foi a vista para a praia de Copacabana, para a qual o prédio se abre em uma movimentada fachada de vidro. A intenção da volumetria que tanto se difere do entorno, foi fazer, em uma representação gráfica, uma reprodução do famoso calçadão de Copacabana, em um *boulevard* vertical, trabalhando todo o acesso e subida externamente, e levando à população a vista que, na atualidade, somente pode ser desfrutada a partir das janelas (privativas) dos edifícios de apartamentos e hotéis de uma das mais emblemáticas avenidas cariocas. Para atender a essas ideias, surge a arquitetura que por si só se mostra um ícone em meio ao tecido urbano do bairro, que na visão dos arquitetos, até mesmo por seu caráter inusitado, pode se tornar um ponto de encontro na cidade (Museu da Imagem e do Som, 2014).

Figura 9 - Localização do Museu da Imagem e do Som.
Fonte: Google Earth, 2014. Trabalho gráfico: Autores, 2014.

Figura 10 – Inserção urbana do Museu da Imagem e do Som.

Fonte: < http://www.mis.rj.gov.br/arquitetura/>. Acesso em 15 Dez. 2014.

O Museu da Imagem e do Som conta com salas de exposição de curta e longa duração, espaços destinados à pesquisa, salas administrativas e para atividades didáticas, teatro/cinema com 280 lugares, loja, cafeteria, restaurante panorâmico, bar/terraço, boate e um mirante. A edificação terá ao todo oito pavimentos, além de subsolo, térreo e terraço, abrigando o acervo da instituição inaugurada na década de 1960, pioneira no gênero no Brasil (Museu da Imagem e do Som, 2014). Na fachada, assim como no discurso do escritório, está o cerne da inspiração do trabalho, a elevação das linhas diagonais, da paginação dos pisos, da vida das calçadas, sua devida extensão, ainda que a calçada escolhida para a representação da concepção do escritório, não seja a projetada pelo paisagista (Diller Scofidio + Renfro, 2014).

Figura 11 – Concepção e volumetria do Museu da Imagem e do Som.

Fonte: < http://nequidnimis.wordpress.com/2010/01/05/novo-museu-da-imagem-e-do-som-rj-antiga-boate-help-merecidamente-lindo/>. Acesso em 15 Dez. 2014.

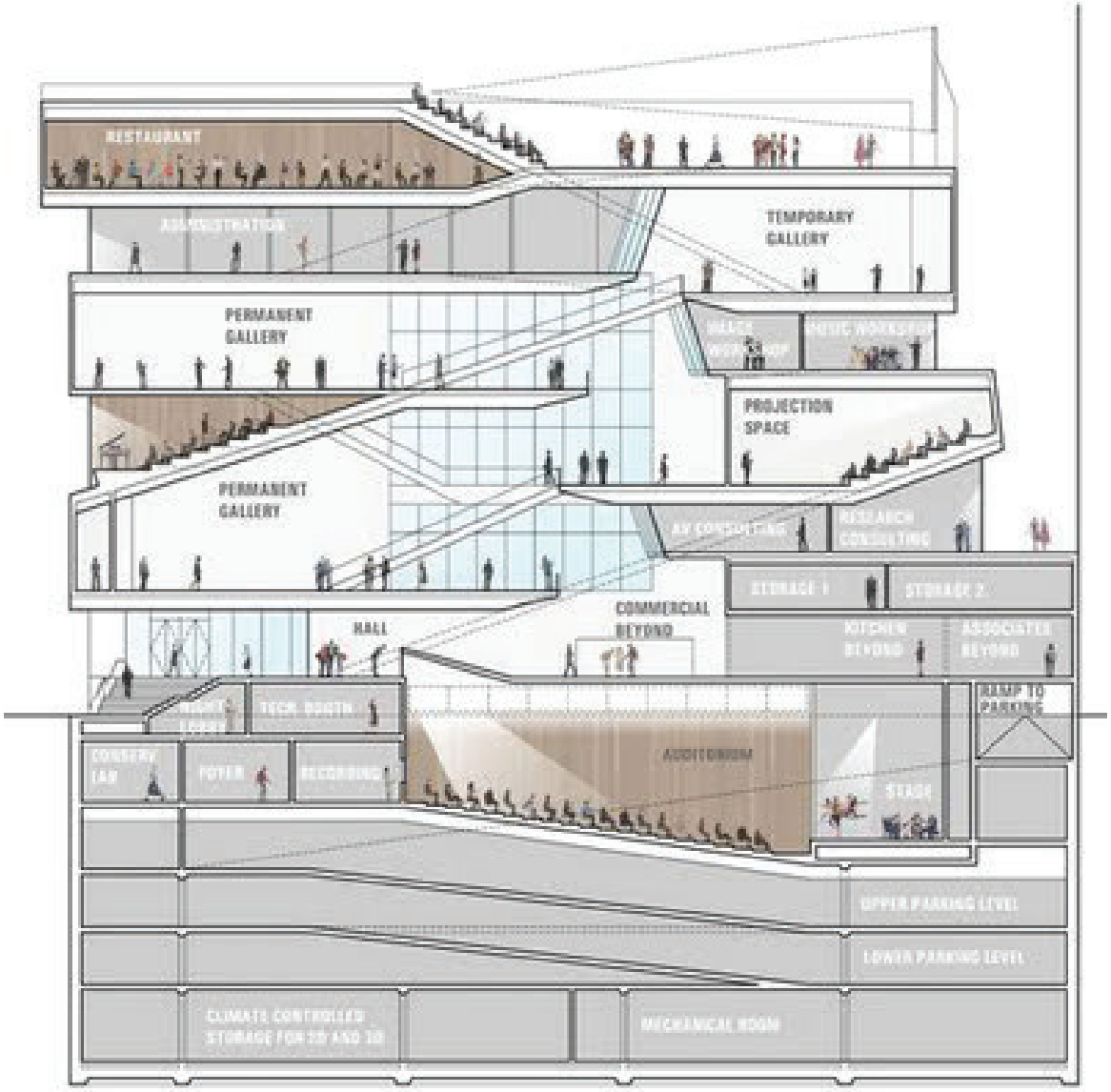

Figura 12 – Corte do Museu da Imagem e do Som com setorização.
Fonte: < http://nequidnimis.wordpress.com/2010/01/05/novo-museu-da-imagem-e-do-som-rj-antiga-boate-help-merecidamente-lindo/>. Acesso em 15 Dez. 2014.

5 – Considerações finais

Através dessa breve recapitulação dos rumos das intervenções urbanas no Rio de Janeiro, nos últimos anos, fica claro o avanço da capital carioca nos meandros da nova política de planejamento urbano, na qual a dimensão imagética das intervenções e a grife das arquiteturas que se inserem no tecido urbano possuem uma posição de destaque no contexto de globalização. Contudo, também foi possível perceber que tal prática não é específica da era da agilização dos meios de comunicação, ela esteve presente em todo o processo de afirmação da Modernidade em território nacional, em especial a partir dos governos desenvolvimentistas, que priorizaram a construção da imagem de um Brasil Moderno, principalmente através da atuação e genialidade de seus arquitetos.

Nesse âmbito, as edificações de interesse cultural e de entretenimento sempre tiveram uma posição de destaque no projeto político e de remodelação urbana das grandes cidades brasileiras. O que se modifica, com o passar dos anos, é a adaptabilidade da arquitetura a um contexto de difusão cultural e de acesso democratizado aos bens e imóveis destinados a esse fim. Muito se discute se esses edifícios são caros demais, exigem manutenção

demais em comparação com um público pequeno e selecionado e na não priorização do gasto público com outras intervenções de caráter mais urgente, democrático e sustentável.

É evidente que a preocupação com a inserção urbana e paisagística dos museus e casas de cultura foi mote de criação e de sucesso dessas edificações desde a Pampulha, passando pelo Museu de Arte Moderna do Rio e Museu de Arte de São Paulo, até as intervenções mais recentes, dentre as quais cabe, inclusive, citar a Fundação Iberê Camargo, em Porto Alegre, de Álvaro Siza. O que se alterou foi a capacidade desses equipamentos serem, eles próprios, vitrines *da* e *para* a cidade que se desenvolve.

O que chama a atenção é como mudaram também os redatores dessa história da arquitetura nacional. Enquanto no período de autoafirmação como nação, de posicionamento como país livre e em franco desenvolvimento, a figura do arquiteto brasileiro, centrada principalmente em Oscar Niemeyer, era preferida para puxar o carro das megarquiteturas dos governos desenvolvimentistas, agora, na era da globalização, parece ter mais valor a imagem fomentada pelo *star system* internacional. Esta, ainda que amplamente difundida, sem as raízes da cultura local ou peculiaridades interpretativas das vertentes da arquitetura mundial, passa ser o ícone atual do desenvolvimento, embora o caminho contrário, da exportação dos projetos de nossos arquitetos expoentes também tenha se dado e continue se mostrando como uma realidade.

Evidentemente, essa arquitetura assinada pelos renomados e premiados arquitetos europeus e norte-americanos se mostra permeada de soluções estéticas e concepções que carregam em si os traços da origem e cultura de quem as projeta. No entanto, é surpreendente identificar a menção e a pesquisa do fazer arquitetônico e paisagístico brasileiro nessas lentes estrangeiras que captam e utilizam a paisagem natural e construída do Rio de Janeiro. Essa percepção é evidente nos três exemplos: na referência que Portzamparc faz à arquitetura moderna brasileira quando se lança à suspensão de seu edifício sobre o espaço público, liberando visadas às montanhas e ao mar; na abertura visual para a Baía de Guanabara que traz para o museu de Calatrava a exposição da obra de arte natural carioca, como o fizeram Reidy no MAM e Niemeyer no MAC de Niterói, e a releitura de Burle Marx, a extensão da calçada de Copacabana e o acesso à paisagem na concepção de Diller Scofidio + Renfro.

Esses fatos sinalizam que, para além da legítima preocupação com a preferência por arquitetos estrangeiros, em detrimento de escritórios nacionais, na elaboração dos projetos que marcam a paisagem das nossas cidades, o Rio de Janeiro ainda possui um ponto forte que parece ser determinante na obtenção de alguma peculiaridade no mar de estilos e arquiteturas internacionalizadas – a paisagem permanece mais forte e as arquiteturas se rendem a ela.

Refeferências

ALCANTARA, D. (2008), *Abordagem experiencial e revitalização de centros históricos: os casos do Corredor Cultural no Rio de Janeiro e do Gaslamp Quarter em San Diego*. Tese (Doutorado em Arquitetura). Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ARANTES, O. B. F. (1995), *O lugar da arquitetura depois dos modernos,* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

ARCOWEB. (2011), *Ícone arquitetônico abriga caminhos para o desconhecido*. Disponível em http://arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/santiago-calatrava-museu-rio-20-04-2011. [consultado em 15-12-2014].

ASCHER, F. (2010), *Os novos princípios do urbanismo*, São Paulo: Romano Guerra.

BARRENECHE, R. (2005), *New Museums*, London: Phaidon Press.

BASTOS, M. A. J. (2007), *Pós-Brasília:* rumos da arquitetura brasileira – discurso, prática e pensamento, São Paulo: Perspectiva.

BASTOS, M. A. J. & ZEIN, R. V. (2011), *Brasil: arquiteturas após 1950*, São Paulo: Perspectiva.

BERMAN, M. (2007), *Tudo que é sólido desmancha no ar:* a aventura da modernidade, São Paulo: Companhia das Letras.

BRASIL. (1991), *Lei Rouanet nº 8.313/1991:* institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm. [consultado em 15-12-2014].

CDURP. (2009), *Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV*: Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio, Rio de Janeiro.

CDURP. (2012), *Porto Olímpico:* acordo para desenvolvimento, Rio de Janeiro.

Disponível em http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/porto_olimpico.aspx. [consultado em 29-03-2012].

CARDOSO, C. F. *et al*. (2014), "Which city is on the scene? Urban interventions in Rio de Janeiro in retrospect". *Proceedings of the 16th International Planning History Society*, St. Augustine: University of Florida and Flagler College.

CAVALCANTI, L. (2006), *Moderno e brasileiro:* a história de uma nova linguagem na arquitetura, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

CIDADE DAS ARTES. (2014), *Cidade das Artes:* a estrutura. Disponível em http://www.cidadedasartes.org/institucional/index/estrutura. [consultado em 15-12-2014].

DIÁRIO DO RIO. (2010), *O Guggenheim e o Museu do Amanhã no Pier Mauá*. Disponível em http://diariodorio.com/o-guggenheim-e-o-museu-do-amanh-no-pier-maua/. [consultado em 15-12-2014].

DILLER SCOFIDIO + RENFRO. (2014), *Projects*. Disponível em http://www.dsrny.com/#. [consultado em 15-12-2014].

FEATHERSTONE, M. (1995), *Cultura de consumo e pós-modernismo*, São Paulo: Studio Nobel.

MONTANER, J. M. (2003), *Museus para o século XXI*, Barcelona: Gustavo Gili.

MUSEU DA IMAGEM E DO SOM. (2014), *Um novo ícone na paisagem cultural da cidade*. Disponível em http://www.mis.rj.gov.br/arquitetura/. [consultado em 15-12-2014].

PORTZAMPARC, C. (2013), *Projects:* Cidade das Artes. Disponível em http://www.portzamparc.com/en/projects/cidade-das-artes/. [consultado em 15-12-2014].

PRITZKER ARCHITECTURE PRIZE. (1994), *1994 Laureate:* Christian de Portzamparc biography. Disponível em http://www.pritzkerprize.com/sites/default/files/file_fields/field_files_inline/1994_bio.pdf. [consultado em 15-12-2014].

SAMPAIO, J. (2007), "A persistência da subutilização dos centros das metrópoles brasileiras: o estudo de caso do Corredor Cultural do Rio de Janeiro". *Forum Patrimônio*, 1(1).

SÁNCHEZ, F. (2007), "Cultura e renovação urbana: a cidade-mercadoria no espaço global". In LIMA, E. F. W. & MALEQUE, M. R. (orgs.), *Espaço e Cidade:* conceitos e leituras, Rio de Janeiro: 7Letras.

SÁNCHEZ, F. (2010), *A reinvenção das cidades para um mercado mundial,* Chapecó, SC: Argos.

SEGAWA, H. (2010), *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

VARGAS, H. C. & CASTILHO, A. L. H. de (orgs.). (2009), *Intervenções em centros urbanos:* objetivos, estratégias e resultados, Barueri, SP: Manole.

VEJA. (2010), *O criador dos prédios espetaculares*, São Paulo: Editora Abril. Disponível em http://veja.abril.com.br/230610/criador-predios-espetaculares-p-136.shtml. [consultado em 15-12-2014].

"Destino Turístico" ou "Turismo de Destino": Efeitos da Presença de Estrangeiros no Cotidiano do Litoral Oeste do Ceará, Brasil[1]

Francisco Willams Ribeiro Lopes[2]

Resumo: A pesquisa analisa as transformações socioculturais ocorridas em localidades litorâneas, consideradas "destinos turísticos" do Nordeste do Brasil, com ênfase nos efeitos do turismo sobre populações locais. Percebe-se, nesse processo, a ocupação frequente dessas localidades por imigrantes europeus e, mais recentemente, sul-coreanos. A Praia do Cumbuco, situada no litoral oeste do Ceará, uma das mais visitadas por turistas nacionais e internacionais, constitui um exemplo de acentuada diversidade social, cultural e econômica pondo em mudança aspectos socioculturais. O objetivo do texto apresentado é explorar as interações e conflitos advindos do convívio entre nativos e estrangeiros, os modos de apropriação do lugar enquanto "destino turístico" ou "turismo de destino", assim como a criação de espaços transnacionais e híbridos baseados em relações interculturais.

Palavras-chave: Turismo. Populações locais. Migrantes. Efeitos. Ceará.

Introdução

Francisco, 65 anos, pescador, nativo da localidade litorânea do Cumbuco, Ceará, afirma que continuar morando no lugar onde nasceu está ficando cada vez mais difícil, pois a intensificação do turismo trouxe muitos problemas como as drogas, a prostituição e a poluição sonora. Além disso, ele diz que os preços dos produtos no comércio local estão muito altos, não tem mais terreno para construir uma casa para seus filhos e estes não querem mais dar continuidade à pesca. Afirma que, por isso, muitos pescadores têm vendido suas casas e saído da localidade. O Sr. Francisco diz ter medo de alguém chegar e retirá-lo dali porque ele não tem a titularidade da terra. Orientado por líderes comunitários, ele paga o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) todos os anos como uma forma de comprovar que reside ali há várias décadas.

Já o Luiz, 32 anos, nativo, filho de pescador, diz que o turismo é bom, saiu da pesca porque trabalhar com passeios turísticos lucra mais, não precisa mais "dormir no mar", e o Cumbuco tem uma movimentação de pessoas de vários lugares do mundo, principalmente, durante a noite e nos finais de semana. Ele diz que os jovens da localidade dormem mais durante o dia e utilizam à noite e madrugada para sua sociabilidade.

A partir de falas como as destes nativos[3], este texto procura elucidar como a configuração de áreas litorâneas em espaços turísticos interfere na experiência de morar e nas práticas sociais das populações locais. Trata-se

---

1 Este trabalho se constitui um dos desdobramentos da pesquisa que realizo, no Doutorado em Sociologia, sobre os efeitos do turismo na experiência de morar das populações nativas do litoral oeste do Ceará. Trata-se de uma pesquisa que está na fase inicial, por isso este texto será apresentado ainda de forma ensaística.

2 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Sociologia e Graduado em Ciências Sociais pela UFC. Foi bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), no projeto de pesquisa "A cidade no discurso eleitoral: rituais e agentes de campanha", coordenado pela professora Irlys Alencar Firmo Barreira e, atualmente, é pesquisador do Laboratório de Estudos de Política e Cultura (Lepec/UFC). willams-ribeiro@hotmail.com

3 Categoria êmica utilizada pelos indivíduos para designar os pescadores, ou filhos, netos e bisnetos de pescadores que ocupam o território por várias gerações.

de um estudo dos efeitos do turismo sobre populações consideradas tradicionais[4], com ênfase nas estratégias dos nativos para permanecer no lugar, e nas práticas que recriam a ideia de morar em áreas litorâneas. Percebe-se, nesse processo, a ocupação frequente dessas localidades por imigrantes europeus e, mais recentemente, sul-coreanos.

Tendo em vista os processos de mudança social causados pela configuração de espaços turísticos, investigo a localidade do Cumbuco, situada no município de Caucaia, Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Ceará. A Praia do Cumbuco é uma das mais visitadas por turistas nacionais e internacionais, constitui um exemplo de acentuada diversidade social, cultural e econômica pondo em mudança aspectos socioculturais.

Assim, o objetivo do texto apresentado é explorar de forma ensaística as interações e conflitos advindos do convívio entre nativos e estrangeiros, os modos de apropriação do lugar enquanto "destino turístico" ou "turismo de destino", assim como a criação de espaços transnacionais e híbridos baseados em relações interculturais. Procuro mapear algumas práticas sociais dos indivíduos considerados nativos e seus processos de alteridade entre si, com veranistas e estrangeiros, para entender os efeitos da intensificação do fenômeno turístico sobre o seu espaço vivido.

Considero muito importante que as Ciências Sociais possam se debruçar sobre o fenômeno turístico como objeto de investigação, pois a expansão do turismo no Brasil ocorreu, principalmente, pela ocupação de espaços habitados por populações tradicionais, e os nativos moradores de áreas litorâneas estão vivenciando transformações socioculturais causadas pelos processos, apropriações e incorporações que envolvem o turismo. E, como afirmam Rodrigues e Santos (2012: 69), o conhecimento produzido sobre as «populações que vivem em áreas de expansão do turismo (...) fornece subsídios para a proteção dos seus direitos ».

Os estudos científicos sobre turismo no Brasil são realizados, em sua maioria, pelas ciências econômicas e administrativas, cujo objetivo é analisar o crescimento e a movimentação da chamada indústria turística (Barretto, 2009). Contudo, mais do que uma atividade econômica, o turismo envolve espaços, pertencimentos, práticas e processos de alteridade. Com esta abordagem proposta, pretendo apresentar um conhecimento sobre as dinâmicas socioculturais em localidades litorâneas que passam por intervenções para se tornarem espaços turísticos.

O Cumbuco como campo de pesquisa

O Cumbuco é uma das localidades litorâneas do município de Caucaia e integra o roteiro turístico *Costa do Sol Poente*, junto com Iparana, Pacheco, Icaraí e Tabuba (Figura 1). Atualmente, as três primeiras localidades têm o veraneio como principal atividade econômica e de lazer, e Tabuba e Cumbuco, o turismo.

4 O conceito de populações tradicionais ainda é impreciso, como explica Rodrigues e Santos (2012). As primeiras reflexões sobre esta categoria foram desenvolvidas por profissionais da área do Direito (Santana & Oliveira, 2008), mas vários antropólogos têm se dedicado ao tema (Carneiro da Cunha & Almeida, 2008; Durham, 2004). Desta forma, ainda estou analisando as lacunas e limites deste conceito, problematizando-o e verificando como se operacionaliza no campo empírico.

Figura 1 – Localidades litorâneas da Região Metropolitana de Fortaleza, Ceará, Brasil

Fonte: Pereira (2013).

O processo de valorização das áreas litorâneas de Caucaia está ligado às práticas de veraneio, nas décadas de 1960 e 1970, uma prática de lazer oriunda essencialmente de Fortaleza. Contudo, a consolidação como uma localidade turística ocorre a partir da década de 1990, quando recebe investimentos estatais e privados como, por exemplo, os oriundos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE)[5].

O PRODETUR/NE é um programa financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e foi desenvolvido por estudos realizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 1990, que identificaram o turismo como uma atividade com potencial de desenvolvimento econômico. O PRODETUR/NE visa financiar obras de infraestrutura, projetos de proteção do patrimônio histórico-cultural e ambiental e o fortalecimento das instituições municipais e estaduais (Lima, 2003). Estes investimentos tiveram o Cumbuco como uma zona prioritária, dotando a localidade com infraestrutura: construção e recuperação de vias de transporte, sistema de saneamento básico e urbanização da localidade (Araújo & Pereira, 2011).

Outras práticas sociais efetivadas são as relacionadas ao turismo comunitário, no qual os indivíduos da própria localidade realizam práticas ligadas ao turismo, visando sua inserção nesta atividade econômica. Coriolano et al. (2009) apresenta estudos no Cumbuco sobre o turismo comunitário como uma estratégia de entrada daqueles com menores condições econômicas na cadeia produtiva do turismo, como os bugueiros da Cooperativa dos Condutores de Veículos para Passeios Turísticos (COOPTUR).

Concomitantemente, os ditos atrativos naturais, a construção de uma imagem turística baseada no *marketing* e propaganda voltados para o modelo *sol e praia* (Aragão, 2005)[6], a construção de empreendimentos e a substi-

5 O PRODETUR/NE é um programa financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e foi desenvolvido por estudos realizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 1990, que identificaram o turismo como uma atividade com potencial de desenvolvimento econômico. O PRODETUR/NE visa financiar obras de infraestrutura, projetos de proteção do patrimônio histórico-cultural e ambiental e o fortalecimento das instituições municipais e estaduais (Lima, 2003).

6 A divulgação do *marketing* da Praia do Cumbuco se deu principalmente com cenas da telenovela *Tropicaliente*, veiculada pela Rede Globo, filmada nesta localidade na década de 1990 e transmitida para todo território nacional, além de alcançar também outros países da América Latina e Europa.

tuição de pequenas pousadas por hotéis e *resorts* de maior porte[7], as práticas de turismo de aventura como os esportes náuticos (*windsurf* e *kitesurf*[8]), passeio de *buggy*, quadricículo, jangada e *skibunda*[9] são os fatores que contribuem para a construção do Cumbuco como um "destino turístico".

Todavia, até a década de 1950, o Cumbuco era marcado apenas por práticas marítimas, pois era uma aldeia de pescadores com casas de palha, dispersas entre as dunas. Das décadas de 1950 a 1980, o veraneio como uma prática de lazer oriundo essencialmente de Fortaleza foi o principal fator de ocupação da área. No final deste período, os nativos falam da chegada de um engenheiro conhecido como Dr. Bosco, o qual procurou concentrá -los num loteamento de casas de tijolos. Em troca destas, o engenheiro ficou com os antigos terrenos, fez lotes e vendeu para a construção de casas de veraneio[10]. Já nas últimas décadas, o Cumbuco tem sido marcado por uma ocupação turística com a construção de empreendimentos de padrão internacional.

Todos os fatores apresentados contribuíram para que Caucaia se tornasse o município mais visitado pelos turistas nacionais e internacionais que ingressam no Ceará (excluindo, Fortaleza) durante os últimos anos. De acordo com os *Indicadores 2013*, da Secretaria de Turismo do Ceará (Setur, 2012), desde 2009, Caucaia está na primeira colocação da lista dos principais municípios visitados pelos turistas que ingressaram no Ceará, via Fortaleza, ficando na frente de Beberibe, Aquiraz, Aracati e Jijoca de Jericoacoara.

O turismo é a atividade econômica que mais cresce no contexto mundial. Tal tendência é justificada pela sua capacidade de se articular a outros fenômenos sociais, culturais e econômicos, gerar uma cadeia produtiva da economia e ser reconhecido como uma estratégia de desenvolvimento. De acordo com dados do Ministério do Turismo (2010), esta atividade econômica já é importante para a economia brasileira, com participação de 0,77% no mercado mundial, enquanto que na década de 1990 era de 0,24%. Embora o turismo realizado no Brasil apresente um baixo índice de representatividade no cenário econômico mundial, são os países da América do Sul, inclusive, o Brasil, que apresentam as maiores taxas de crescimento.

O crescimento do turismo no Brasil se deu quando esta atividade econômica foi adotada como um fator de desenvolvimento, e a sua expansão ocorreu, principalmente, em espaços litorâneos, ocupados por populações consideradas tradicionais, e foi marcado pela expulsão destas em favor dos seus próprios benefícios (Rodrigues, 2014).

No Ceará, a partir da década de 1980, o turismo tornou-se um dos setores prioritários da política de desenvolvimento dos governos estaduais[11], levando o estado, ao longo das últimas décadas, a ser um dos principais "destinos turísticos" do Nordeste brasileiro. Conforme a SETUR/CE, em 2012, 2,9 milhões de turistas visitaram o Ceará. No estado, Fortaleza é o principal centro de recepção e distribuição dos fluxos turísticos, contando com um aeroporto internacional, vasta rede hoteleira e larga infraestrutura. A capital dinamiza áreas próximas como os municípios da sua RMF, principalmente, Caucaia, demarcando o turismo cearense como litorâneo e metropolitano.

Desta forma, o Cumbuco transforma-se em um núcleo habitacional com acentuada diversidade social, cultural e econômica e não está isento de conflitos, pois a atividade turística coloca em evidência os interesses divergentes: de um lado, o Poder Público, investidores, turistas, imigrantes e, do outro, moradores menos abastados.

---

7 Segundo os geógrafos Araújo, Pereira e Paula (2010), de acordo com dados da Superintendência do Meio Ambiente do Ceará (SEMACE) de 2008, das 22 licenças solicitadas para a construção de empreendimentos turísticos, 14 estavam situadas no Cumbuco.

8 O *windsurf* ou "prancha a vela" é praticado com uma prancha de surfe e uma vela que mede entre 2 e 5 metros de altura. O praticante procura planar sobre a água, utilizando a força do vento. O *kitesurf* é praticado com uma pipa (também conhecida como papagaio) e uma prancha com uma estrutura de suporte para os pés. O praticante, em cima da prancha, é impulsionado pelo vento que atinge a pipa.

9 O "skibunda" consiste em descer uma duna em uma prancha de madeira, escorregando até chegar à água de uma lagoa ou rio.

10 Informações concedidas pelos próprios nativos.

11 Na década de 1980, a ascensão de um novo grupo político autodenominado "governo das mudanças" priorizou a indústria e os serviços (em destaque, o turismo) como setores modernizadores da economia cearense. Liderado por Tasso Jereissati, o grupo político era formado por jovens empresários que visavam à superação de práticas políticas clientelistas (Gondim, 1995).

Os efeitos do turismo sobre as populações locais

A influência do turismo sobre o desenvolvimento de uma localidade se expressa na transformação dos espaços físicos e na alteração da rotina de atividades dos nativos, além disso, contribui para mudanças socioculturais. No Cumbuco, a intensificação do turismo tem levado os nativos a um processo de mobilidade territorial, o qual consiste no deslocamento e construção de uma nova localidade, o Parazinho[12], nas dunas de Tabuba, aproximadamente, 2 km de distância. Os nativos explicam que o Parazinho é formado pelos "cumbuqueiros", indivíduos que moravam em Cumbuco, venderam suas residências e construíram outras nesta localidade. Para os "cumbuqueiros", o Parazinho apresenta-se como a opção futura de todos aqueles que permanecem morando no Cumbuco atualmente.

As transformações sociais, culturais e espaciais ocorridas no Cumbuco são uma forma de reorganização socioespacial que responde a uma demanda de segmentos mais privilegiados por uma *urbanização turística* (Luchiari, 1998). Esta visa adequar cidades e localidades para o consumo de bens, serviços e paisagens e, como resultado do processo de globalização econômica, associa o mundo ao lugar, o global ao local. Segundo a geógrafa Luchiari (1998), o turismo submete as localidades a uma ordem externa, desarticula culturas tradicionais e altera o modo de vida dos nativos. Cabe ressaltar que ele não deve ser tomado apenas do ponto de vista negativo, pois pode gerar efeitos positivos como as novas formas de sociabilidade e a valorização de áreas para o lazer.

Tais transformações socioespaciais reverberam, principalmente, na experiência de morar das populações locais, de pescadores e antigos agricultores, baseada em saberes e fazeres tradicionais. Experiência, no sentido dado por Benjamin (1985), como algo que está ligado, principalmente, às relações de trabalho, comunicação e memória[13]. E o morar porque, segundo Pierre Mayol (2013), faz o elo entre questões referentes ao espaço físico e às práticas culturais. O morar encontra suporte na localidade, entendida como o espaço necessário para o desenrolar da vida cotidiana na qual os indivíduos se reconhecem, e, também, expressa as formas como os indivíduos se organizam na vida cotidiana: os comportamentos visíveis como roupas e códigos de linguagem, e os registros simbólicos, isto é, o que cada um espera obter com o fato de se estabelecer em determinado espaço. Desta forma, na busca por entender o modo como o turismo tem alcançado os nativos hoje, percebo que, ao se referir ao morar, os nativos apresentam nos seus discursos uma tensão entre passado e futuro, antigo e moderno, vantagens e desvantagens, consensos e conflitos, permanecer ou sair.

Como o morar em uma localidade ou bairro, baseado em Mayol (2013), significa estar inserido em uma organização coletiva na qual os indivíduos têm nas proximidades de suas casas, locais onde possam suprir suas necessidades, tenho me perguntado até que ponto as áreas litorâneas que se tornaram turísticas continuam sendo suporte para os moradores suprirem suas necessidades no lugar onde residem? Como é morar em um local que, cada vez mais, passa por intervenções para ser de uso efêmero por turistas nacionais e internacionais? Como os nativos que permanecem nos lugares turísticos recriam suas formas de sobrevivência, suas práticas alimentares e vestuários, suas maneiras de ver a pesca, o ser pescador e o viver da pesca?

Já que o morar em uma localidade ou bairro constitui uma coletividade, baseada em relações sociais entre familiares, amigos e/ou conhecidos, que impõe ao cotidiano desses moradores que é preciso conviver, isto é, buscar um equilíbrio entre o espaço privado da casa e o público, tenho procurado observar como se dá o relacionamento dos nativos com os "de fora"? Como se dá convivência com o visitante, o turista de passagem, mas também com o migrante?

Se contrapondo à ideia de "destino turístico", algumas localidades tem se tornado residência provisória ou fixa de muitos estrangeiros, levando a um "turismo de destino". Não só o turismo, mas a própria residência de estrangeiros contribui para o desenvolvimento da localidade e mudanças socioculturais.

---

12 O Sr. Antônio, nativo, pescador, 68 anos, conta que as dunas nas quais a localidade Parazinho está situada pertenciam a um homem chamado José Sales. Antes de morrer, este avisou aos seus filhos que, após seu falecimento, suas terras fossem doadas para os mais pobres.

13 Para Benjamin (1985), a experiência é resultado do trabalho, pois está ligada a dimensão da práxis humana. Ela é uma questão de tradição e transmissibilidade, pois a prática da recordação é responsável pela sua própria formação.

No Cumbuco, muitos estrangeiros têm sido atraídos para residir nessa localidade, contribuindo para uma forte especulação imobiliária na área. Um dos efeitos do turismo tem sido a ocupação do solo por estrangeiros: imigrantes europeus e, recentemente, sul-coreanos abrem pontos comerciais, restaurantes, bares, constroem hotéis de luxo e compram residências na área, visando à intensificação do turismo.

Grande parte dos setores de hotelaria e alimentação era da propriedade de imigrantes europeus, principalmente, portugueses e italianos. Todavia, em 2013, muitos trabalhadores sul-coreanos contratados pela Companhia Siderúrgica do Pecém (CPS), no município de São Gonçalo do Amarante, vizinho ao Cumbuco, têm comprado ou alugado imóveis para morar. Outros sul-coreanos que não vêm a trabalho, acabam vendo a possibilidade de abrir um negócio, e assim surgem restaurantes e lojas especializados para este tipo de imigrante[14].

Os imigrantes têm se tornado os principais investidores e empresários nas áreas litorâneas do Ceará e contribuído para transformações no espaço físico e social, dado os incentivos dos governos estadual e municipal. Desta forma, tenho procurado investigar como os nativos percebem as transformações no espaço físico: na distribuição das moradias, no surgimento de pousadas e restaurantes, de casas noturnas como espaço de diversão, na movimentação de veículos.

> Este movimento entre o velho e o novo, acelerado pela urbanização turística, gera novas paisagens, consome outras, traz à cena novos sujeitos sociais, elimina ou marginaliza outros e redesenha as formas de apropriação do espaço urbano, substituindo antigos usos e elegendo novas paisagens a serem valorizadas para o lazer (Luchiari, 1998:3).

Tenho procurado investigar em que medida as populações locais são beneficiadas, já que estudos (Rodrigues, 2014) constatam que os incentivos ao desenvolvimento do turismo nos países pobres ou em desenvolvimento vêm favorecendo, principalmente, os grandes investidores estrangeiros.

Nesse contexto, percebo as estratégias dos indivíduos do lugar para permanecer morando nestes locais. No Cumbuco, a configuração de um "destino turístico" levou os nativos a desenvolverem formas de organização social. Eles criaram a Colônia de Pescadores Z-7, uma associação que concentra, aproximadamente, 50 pescadores de Cumbuco, Tabuba, Parazinho, Iparana e Sítios Novos. A colônia envolve também todos os moradores da localidade, na medida em que promove projetos e atividades voltados a educação, esporte, saúde e religião. O principal objetivo desta entidade é incentivar a produção da pesca, garantir os direitos dos nativos e discutir a participação na implementação do desenvolvimento turístico local. Nesse sentido, a Colônia de Pescadores Z-7 é o centro da vida sociocultural dos nativos do Cumbuco, pois é o espaço de discussão sobre as eventuais "vantagens" e também os "prejuízos" causados pelo turismo para a população nativa.

As principais preocupações dos indivíduos envolvidos com a colônia são: a intensificação das práticas turísticas, as consequências dos processos de alteridade sobre as normas, os valores e códigos sociais locais e a expulsão indireta ao longo do tempo gerada pela especulação imobiliária.

É interessante notar como a categoria êmica "nativo" é utilizada neste processo. Ao se apresentarem, eles fazem questão de se identificarem como nativos. Tenho visto neste fato uma estratégia de diferenciação frente às mudanças socioespaciais futuras, e uma tentativa de afirmar uma identidade local.

Sobre a relação entre turistas, migrantes e nativos

A ocupação das áreas por estrangeiros é um dos principais fatores para a intensificação do turismo e, consequentemente, a especulação imobiliária da região e expulsão indireta das populações consideradas tradicionais. Por isso, a relação entre nativos e migrantes não pode deixar de considerar a presença também de turistas. Graburn (2009) mostra que as primeiras abordagens socioantropológicas sobre o desenvolvimento do turismo, surgidas nas décadas de 1950 e 1960, priorizavam as suas consequências em relação à mudança social. Toda-

14 Jornal Diário do Nordeste, (2013). "Novo nicho de renda no Cumbuco com coreanos", Fortaleza. Disponível em http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=12697
26, [consultado em 3-9-2013].

via, esses trabalhos etnográficos eram baseados na categoria "impacto", a qual supunha apenas a existência de dois tipos de indivíduos, os anfitriões e os hóspedes, e considerava «que a presença de turistas era o vetor de mudança ativo enquanto a população local era o receptor passivo, cujo modo de vida tradicional era irreparavelmente alterado» (Graburn, 2009:19). Entretanto, as pesquisas mais recentes mostram que há agência (ação propositada) de ambas as partes e que os processos de alteridade não ocorrem apenas entre turistas e nativos, mas abrangem outras partes interessadas como o Poder Público, os grandes empresários e os imigrantes.

Inclusive, Becker (2007) sugeriu não estudarmos grupos isoladamente, mas os vinculando à rede de relações com outros grupos na qual eles surgem. Os nativos não podem deixar de ser entendidos dentro do contexto de outros grupos no qual eles estão inseridos. Neste caso, pode-se aplicar o *truque da máquina* que consiste em examinar todas as pessoas e organizações que contribuem para um resultado. Esse truque leva a não desconsiderar elementos cruciais da situação e requer que pensemos como engenheiros interessados no bom desempenho da máquina que projetam. Talvez seja interessante uma *engenharia reversa*: desmontar essa máquina chamada "indústria do turismo" para descobrir como ela funciona, quais são suas partes, como elas se conectam e o que há dentro da caixa-preta (Becker, 2007).

Santos (2009) afirma que os habitantes de áreas litorâneas, que se beneficiam economicamente da presença dos turistas, estão mais interessados na função desempenhada por estes do que em recebê-los. Com base nisto, percebo que não somente com relação aos turistas, mas também com os estrangeiros que residem vizinho às suas casas. «Os turistas passam a ser um mal necessário. Mal, porque sua presença incomoda. Necessário, porque seu dinheiro faz falta» (Santos, 2009: 127). Assim, ao invés de ser visto apenas como uma força externa capaz de interferir no modo de vida dos nativos, o turismo e os migrantes se transformam em parte integral da cultura, vistos como bons na medida em que favorece os interesses locais, por exemplo, quando valoriza as tradições ameaçadas, as festas populares, o artesanato e a pesca. Sahlins (2003) analisa a mudança cultural como um processo induzido por forças externas, mas orquestrado e ressignificado pelos esquemas culturais dos nativos. Em seus arranjos sociais, os significados dados pelos indivíduos são reavaliados quando realizados na prática.

Graburn (2009) comenta a pesquisa de Brennan (2004) que trata a configuração de "destinos turísticos" (e, também, dos lugares que resultam do "turismo de destino"), como espaços transnacionais, os quais atraem não somente uma população flutuante, mas também mão de obra migrante de dentro e fora do país e estrangeiros dispostos a investir nesta atividade econômica.

Santos (2009), baseado em García Canclini (2003), propõe a interpretação desses lugares turísticos como híbridos, marcados por práticas sociais que existiam de forma separada, mas se combinam e geram novas estruturas e práticas. Nos espaços híbridos, encontra-se uma multiplicidade de práticas que dão sentidos aos lugares, e não apenas sentidos de uma identidade unívoca. Baseado em Arantes (2000), percebo que os "destinos turísticos" não são os territórios sociais de identidade tematizados pela antropologia clássica. Analisados a partir da produção do espaço pelas práticas e relações socioespaciais e de poder, eles se caracterizam em uma complexa arquitetura de territórios e configurações socioespaciais efêmeras e híbridas.

Referências bibliográficas

ARAGÃO, R. F. (2005), *Das práticas marítimas modernas à elaboração da imagem turística de Fortaleza/Ceará*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza: Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará.

ARANTES, A. (2000), *Paisagens Paulistas: transformações no espaço público*, Campinas, Unicamp.

ARAÚJO, E., PEREIRA, A. (2011), "O turismo e valorização do litoral metropolitano: espacialidade turística em Caucaia-CE". *Raega: Espaço geográfico em análise*, 21, pp.78-104.

ARAÚJO, E., PEREIRA, A., PAULA, E. (2010), "Turismo litorâneo na metrópole cearense: o caso de Caucaia, Ceará, Brasil". *Conexões, Ciência e Tecnologia*, 4 (1), pp.72-81.

BARRETTO, M. (2003), "O imprescindível aporte das Ciências Sociais para o planejamento e a compreensão do turismo". *Horizontes Antropológicos*, 9 (20), pp.15-29.

BECKER, H. S. (2007), *Segredos e truques da pesquisa*, Rio de Janeiro, Zahar.

BENJAMIN, W. (1985), *Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura,* São Paulo, Brasiliense.

BRASIL. (2010), "Estatísticas básicas de turismo", Ministério do Turismo.

BRENNAN, Denise. (2004), *What's love got to do with it? Transnational desires and sex tourism in the Dominican Republic,* Durham, Duke University Press.

CARNEIRO DA CUNHA, M., ALMEIDA, M. (2008), "Populações Tradicionais e Conservação Ambiental". In CUNHA, M. (ed.), *Cultura com Aspas e Outros Ensaios*, São Paulo, Cosac & Naif.

CORIOLANO, L. et al. (2009), *Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança*, Fortaleza, UECE.

DURHAM, E. (2004), "As Comunidades Rurais Tradicionais e a Migração". In THOMAZ, O., FRY, P. (eds.), *A Dinâmica da Cultura. Ensaios de Antropologia*, São Paulo, Cosac & Naif.

GARCÍA CANCLINI, N. (2003), *Culturas híbridas*, São Paulo, Edusp.

GONDIM, L. (1995), "Os "governos das mudanças" no Ceará: um populismo weberiano?" In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, *Anais do 19º Encontro Anual da Anpocs*, Caxambu, Anpocs.

GRABURN, N. (2009), "Antropologia ou antropologias do turismo?" In ___ et al. (eds.), *Turismo e Antropologia: novas abordagens*, Campinas, Papirus.

LIMA, J. (2003), *Turismo sustentável, alternativa de desenvolvimento local e conservação ambiental: uma análise interdisciplinar do PRODETUR-CE*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza: Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará.

LUCHIARI, M. T. (1998), "Urbanização turística: um novo nexo entre o lugar e o mundo". *Asociación Canária de Antropologia*, 4. Disponível em http://www.antropologiasocial.org/contenidos/publicaciones/otautores/fortcon.pdf, [consultado em 2-9-2013].

MAYOL, Pierre. (2013), "Morar". In CERTEAU, M., GIAR, L., MAYOL, P. (eds.). *A invenção do cotidiano: morar e cozinhar*, Petrópolis, Vozes.

PEREIRA, A. (2013), "Quatro décadas de transformações: a vilegiatura marítima no litoral metropolitano de Fortaleza, Ceará – Brasil". *Confins*, 17. Disponível em http://confins.revues.org/8329, [consultado em 10-10-2013].

RODRIGUES, L. (2014), "Turismo como estratégia de desenvolvimento na América Latina: dilemas e perspectivas de um modelo excludente". In CARVALHO, A. (eds.). *Brasil e América Latina: percursos e dilemas de uma integração*, Fortaleza, UFC.

RODRIGUES, L., SANTOS, P. (2012), "Populações tradicionais, turismo e conflitos territoriais: estudo etnográfico em Tatajuba, Ceará". *Caderno do LEME*, 4 (1), pp.67-93.

SAHLINS, M. (1990), *Ilhas de história,* Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

SANTANA, L., OLIVEIRA, T. (2008), "O patrimônio cultural imaterial das populações tradicionais e sua tutela pelo Direito Ambiental". Disponível em www.egov.ufsc. br/portal/Sites/default/files/anexos/26808-26810-1-PB.html, [consultado em 20-9-2013].

SANTOS, R. (2009), "Hibridação cultural e turismo". In GRABURN, N. et al. (Eds.). *Turismo e Antropologia: novas abordagens*, Campinas, Papirus.

SECRETARIA DE TURISMO DO CEARÁ - SETUR. (2012), *Indicadores 2013*, Fortaleza. Disponível em http://www.setur.ce.gov.br/categoria1/estudos-e-pesquisas/Indicadores% 202013.pdf, [consultado em 12-8-2013].

Patrimônio cultural e cidade: o futuro é a paisagem?[1]

Eder Malta
ecmsouza@gmail.com

Resumo: Os processos de patrimonialização repercutem em diferentes níveis como forma de (re)valorização urbana. Decorrem em políticas de intervenção sobre o patrimônio cultural e consistem na renovação da imagem das cidades. Este processo orienta-se para as práticas de lazer, turismo e de consumo visual e incide na formação dos lugares, dos espaços públicos e das paisagens urbanas, o que deixa aberto o questionamento sociológico sobre suas incidências e os critérios adotados para sua sustentação. Este trabalho analisa o conceito de Paisagem Cultural retomado pelas instituições de preservação do patrimônio mundial e brasileiro, tendo como referente empírico a patrimonialização da cidade do Rio de Janeiro em 2012. Logo, propõe-se debater como a "paisagem cultural-urbana" carioca é incorporada na busca de uma nova imagem e como conforma um futuro desejável de sustentabilidade socioespacial, ambiental e cultural.

Palavras-chave: patrimonialização, consumo cultural, políticas de preservação

Introdução

O tema presente neste estudo são os processos de intervenção urbana que decorrem da inscrição do patrimônio cultural das cidades na agenda das políticas urbanas de patrimonialização. Repercutem em diferentes níveis como forma de (re)valorização urbana, de promoção da sustentabilidade e na renovação da imagem das cidades, quando orientam-se para as práticas de lazer, turismo e de consumo cultural, o que deixa em aberto o questionamento sociológico sobre suas incidências e os critérios adotados para sua sustentação. Traduz-se pragmaticamente em políticas de preservação e tem como critério selecionar e classificar bens culturais enquanto representações, marcadores e práticas socioculturais e todo um arcabouço de referências e noções que compõem o vocabulário do patrimônio como identidade cultural.

Desde a década de 1980 proliferam-se as políticas urbanas de patrimonialização (Fortuna, 1997, 2012; Peixoto, 2004; Leite, 2007; Leite e Peixoto, 2009) como práticas de intervenção que valorizam o patrimônio cultural, em conjunto ou isoladamente, de modo que consideram as referências culturais materiais e imateriais capazes de agregar *status* simbólico, político e econômico, a partir do momento em que são valorizados como bens culturais inscritos na Lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). As cidades passam então a fazer parte de um quadro de categorizações associadas à noção de patrimônio cultural em que os bens inscritos possuidores de valor cultural e/ou natural são avaliados conforme sua "excepcionalidade" e "autenticidade" enquanto paisagens culturais, cidades e centros históricos, canais do patrimônio ou rotas do patrimônio (Unesco, 2011)[2].

Dentre os bens culturais da Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, analisamos o uso da categoria de Paisagem Cultural, apropriada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para a chancela da paisagem cultural da cidade do Rio de Janeiro, que no ano de 2012 tornou-se Patrimônio da Humanidade

---

1 Este artigo é trecho do Tese de doutoramento em curso, intitulada Políticas urbanas de patrimonialização e consumo dos lugares: A Paisagem Cultural da cidade do Rio de Janeiro, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS), no âmbito de pesquisas realizadas pelo Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais (LABEURC). Bolsista CAPES – Proc. nº 99999.008061/2014-09, Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) em realização no Centro de Estudos Sociais (CES – Universidade de Coimbra).

2 Categorias estabelecidas desde a Convenção da Unesco de 1972 para abranger os diversos fatores que conformam a identidade cultural e a vida nas cidades entre o ambiente natural, material e imaterial, delimitada sobretudo pelos seus aspetos funcional e inteligível.

após a aprovação do Dossiê "Paisagens cariocas entre o Mar e a Montanha". Propõe-se debater acerca dos objetivos adotados neste Dossiê, elencando a prática social de preservação da paisagem posterior à nominação da UNESCO. Portanto, questiona-se como é incorporada a noção de paisagem cultural para a construção da imagem patrimonial do Rio, quais as características desse processo de recomposição da "paisagem urbana", e como os agentes enunciam esta categoria enquanto um futuro desejável de sustentabilidade socioespacial, ambiental e cultural da vida urbana carioca.

O futuro é a Paisagem?

Através da seleção e classificação de bens culturais a noção de patrimônio é associada à produção do mundo material e imaterial, dos sentidos históricos e representativos da vida social, mas implica em preservar tradições que, de modo às vezes implícito, estão em curso ao lado das mudanças culturais das práticas e no modo como as pessoas (re)definem os marcadores e sentimentos identitários. Desde que a trajetória dos bens patrimonializados e seus processos de transformações se enunciam do passado ao presente, a noção de patrimônio ganha sentido para as gerações contemporâneas quando assumida uma identidade revertida em antigas e novas formas de atribuir sentidos aos bens do cotidiano, isto é, às paisagens, lugares, espaços de sociabilidade e à própria memória local.

Nesse contexto, no ano de 2007, em artigo publicado em jornal, o ex-presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Luiz Fernando de Almeida, lançou a seguinte opinião: "O futuro é a paisagem"[3]. Conforme esclareceu acerca da chancela da Paisagem Cultural no Brasil:

> Foi concebido para responder à crescente complexidade da sociedade contemporânea e a velocidade cada vez maior dos processos sociais e econômicos. Estes exigem não só a utilização de um conjunto maior de instrumentos urbanísticos, ambientais, jurídicos e tributários para preservar bens, valores e manifestações culturais, mas também um novo perfil de comportamento de gestores e cidadãos. Sua característica fundamental é a ocorrência em uma fração territorial, do convívio singular entre a Natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades sociais e culturais. Para que a Paisagem Cultural se configure, esses fatores devem guardar uma relação complementar entre si, capaz de estabelecer uma identidade que não possa ser conferida por qualquer um deles isoladamente (Almeida, 2007).

Não só o aspecto retórico do significado da paisagem importa a esta concepção. O autor defende que o desafio central da preservação patrimonial é de agregar *valor* tanto aos usos e atividades destes espaços, quanto ao que pode representar oportunidades econômicas, o que se espera desta concepção é traçar "um novo perfil de comportamento de gestores e cidadãos". Ao fim do artigo, sentencia: "A valorização do patrimônio cultural se intensificará a partir da compreensão de seus significados históricos e de seus benefícios sociais e econômicos. A história e o futuro estão na paisagem" (Almeida, 2007). Nestes termos, o conjunto de elementos que compõe a paisagem cultural tornou-se um importante recurso para a "utilização sustentável"[4] e sua preservação que vise a valorização da imagem do sítio urbano inscrito nos processos de patrimonialização.

A ideia que expressa Almeida seria uma notável saída circunstancial, de maior escala, pois compreende-se a paisagem através das práticas e do patrimônio cultural que a constitui, para então se evitar perdas de bens que

---

3 Opinião: O futuro é a paisagem, O Globo, 11/06/2007, in http://www2.cultura.gov.br/site/2007/06/11/opiniao-o-futuro-e-a-paisagem/.

4 Toda a legislação, política e estratégia que afete os bens do Património Mundial deve garantir a proteção do seu Valor Universal Excecional, apoiar a conservação do património natural e cultural e promover e incentivar a participação ativa das comunidades e agentes interessados, a fim de assegurar a sua proteção, conservação, gestão e apresentação sustentável (Unesco, 2011, p.23).

possuem inestimáveis valores à sociedade. No entanto, diversos estudos apontam o índice de envolvimento comunitário tem predileção aos objetivos de desenvolvimento sustentável dos bairros ou de um saber-fazer, daí que os setores empresariais e alguns segmentos da sociedade civil se apropriam destes recursos e realizam as ações em parceria com o poder público.

Em recente artigo publicado na coletânea *Historic environment* do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)[5], Arantes (2011), chamou as paisagens patrimonializadas de *paisagens da história*, para definir a noção de patrimônio como uma qualidade histórica ligada a experiências passadas de modo que não implica em uma negação às mudanças inerentes à vida social, tanto em escalas locais, quanto globais:

> A palavra patrimônio não é usado aqui de forma abstrata. Em vez disso, ele é visto como o produto de práticas sociais efetivas desenvolvidas por grupos identificáveis dentro dos quadros jurídicos nacionais e internacionais, em relação ao que eles veem como marcas significativas e úteis para expressar sentidos de identidade, localização e territorialidade. Tangíveis ou intangíveis, a estes marcadores culturais são atribuídas valor patrimonial. Mas a atribuição de tal valor não é uma questão de comunidade privada. Na verdade, ela resulta de negociações - e às vezes conflitos - que ocorrem nas articulações dos diferentes níveis (local, nacional e internacional, por vezes) de espaço cultural e político (Arantes, 2011: 23).

Partindo desta concepção, o autor defende que a conservação do patrimônio e da produção de sentidos de historicidade enfrenta ainda as incertezas quanto aos direitos de cidadania que constituem a prática social, pois na experiência social contemporânea muitas práticas são estruturadas pelo mercado e para ele. Os países enfrentam desafios quanto ao planejamento urbano ou regional, mas não priorizam a gestão patrimonial por meio salvaguarda de práticas culturais dando maior importância à conservação e requalificação de estruturas construídas, assim como na conservação de sítios naturais (Arantes, 2011).

Neste sentido, podemos afirmar que essa mediação da economia de mercado vincula os processos de mudança das identidades culturais às inovações dos bens culturais em oferta. Esse é o caso da diversidade cultural reificada em torno do *marketing* na construção dos lugares turísticos onde a vida cotidiana e as retóricas atribuídas aos bens patrimoniais parecem fundir-se, "produzindo o que pode ser qualificado no jargão pós-moderno como o hiper-real" (Arantes: 24). Estes "limites" impostos ao localismo pela condição do patrimônio como segmento de mercado e pelo sentido global do lugar, infere as incertezas da cidadania e não são suficientes para a compreensão deste processo de mudança correspondente à identidade do próprio patrimônio cultural. Ocorre antes pela natureza da complexa e fraturada relação entre identidade e patrimônio através de disputas de legitimidade e conflitos.

Enquanto que na dinâmica da vida social local e em contextos mais amplos que alcançam sua singularidade a noção de patrimônio não resulta necessariamente de processos lineares e de continuidade de suas características mais tradicionais, mas decorre, sobretudo, na sua constante reprodução, modificação e apropriação para novos usos. As mercadorias, tais como os bens culturais produzidos no âmbito das políticas urbanas de patrimonialização, são socialmente apropriadas pelos diferentes consumidores-cidadãos (Canclini, 1997) e em contexto de globalização os marcadores culturais da identidade no mundo contemporâneo possuem referentes translocais e transnacionais mediados pelas paisagens desterritorializadas pelo consumo (Fortuna, 1999; Appadurai, 2004).

Seguindo estes preceitos, as políticas de patrimonialização ganham força e geram diversos estudos técnicos destinados à criação de dossiês para a consolidação de projetos de intervenção. Muitos dossiês comparam cidades e sítios para ressaltar sua construção e importância para as populações locais, assim como para a visitação global. Adotam estratégias que visa alterar a paisagem urbana, com a revitalização dos espaços associada à prática de preservação do patrimônio histórico e cultural em torno do consumo simbólico. Dessa forma, a paisagem intervinda realça outra imagem para a cidade, além de enunciar novas narrativas e identidades destes

5 Em língua inglesa "International Council of Monuments and Sites".

espaços dos quais se sugerem novas representações, imagens e significados simbólicos ao patrimônio.
Gostaria somente de tecer mais algumas considerações acerca destas práticas de preservação do patrimônio cultural, consumo e turismo. No que concerne às políticas de patrimonialização da UNESCO, as cidades possuem classificações diversas que "conforme o tipo de património cultural e o seu contexto cultural, pode-se considerar que os bens satisfazem as condições de autenticidade se os seus valores culturais" (Unesco, 2011: 18). Desse modo, a diversidade de atributos a que pertencem o patrimônio, como a forma e conceção; materiais e substância; uso e função; tradições, técnicas e sistemas de gestão; localização e enquadramento; língua e outras formas de património imaterial; espírito e sentimentos; e outros fatores intrínsecos e extrínsecos (Unesco, 2011: 18) exprimem características as classificatórias que compõem os critérios para fins de proteção. Esse sistema de classificação manifesta as atribuições identitárias em que se busca através do reconhecimento potencial de bens materiais e imateriais que contribuam para a (re)valorização das cidades em um cenário economicamente competitivo.
Mas a inteligibilidade desses atributos e a consequência das práticas de preservação tem alcances e resultados menos imediatos à criação de leis e sistemas de proteção do que a sua imersão nas práticas de consumo e turismo. Carlos Fortuna (2012) observa que além da retórica da tradição, trata-se de revisitar os testemunhos do passado, de valor único, do passado cultural ou arquitetónico mais ou menos significativo, de modo que estaríamos a conviver com significados imaginados do patrimônio,

> A antiguidade do património promove um sentimento de proximidade com uma comunidade (imaginada?) de equilíbrios entre tecnologia, arte, cultura e natureza que se mostra reconfortante e nos emociona perante a atual desorganização do presente. Por outro lado, contudo, da apreciação dos vestígios do passado resulta também uma sensação da presença de um *original* ou de algo cuja *raridade* nos transmite um sentimento de excecionalidade, que recolhe alto apreço entre os sujeitos numa cultura de repetição e cópia como a cultura contemporânea do consumo. A perceção do passado como *continuidade* e *sequência* é uma sensação que o património permite experienciar, na medida em que transmite a ideia de cumulatividade, que não é mais que um processo cultural no qual nos sentimos envolvidos na condição dupla de herdeiros e transmissores. Tal condição prolonga-se na noção de *finalismo* que o património ostenta e que, com frequência, é convertível em sinal de estabilidade pessoal ou civilizacional, associada que está ao reconhecimento da capacidade de finalização de um projeto, contrariando o vulgar sentimento de culpa pela obra inacabada que, em si, enuncia um presente de desordem e um futuro comprometido que parece não poder iniciar-se. (Fortuna, 2012: 27-28, grifos do autor).

É com base nesta contribuição crítica às retóricas das práticas de preservação que gostaríamos de tecer algumas observações à patrimonialização da cidade do Rio de Janeiro, mediante a chancela de sua paisagem. Antes, é preciso colocar que no Brasil, as intervenções urbanas em sua forma contemporânea ganharam espaço nas agendas das políticas urbanas a partir dos anos 80, mas em cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e o Recife outras proto-intervenções já haviam se tornado política de Estado também, como o caso dos tombamentos de diversos equipamentos públicos no Rio de Janeiro desde a criação do SPHAN, na década de 30. Entretanto, passado praticamente três décadas, é notório que estas políticas continuam a equacionar seus objetivos futuros apenas ressignificando alguns postulados teóricos e práticos, encontrando novos objetos e agentes capazes de continuadamente de sensibilizar a sociedade de que é necessário conservar e preservar o patrimônio cultural e o correlacionar.

A chancela da Paisagem Cultural do Rio de Janeiro – Sustentabilidade urbana e consumo

Um dos termos mais empregados e associados à relação cidades e consumo é o tema da sustentabilidade urbana (Rodrigues, 2009). Conceitos de espaço, patrimônio e de paisagens urbano-culturais têm sido redefinidos por força de sua associação com o ambiente e com a noção de desenvolvimento sustentável que ganha abrangência ao sair de sua prerrogativa ambiental, desde o final dos anos 80, para a sua inserção nas questões urbanas. De outro modo, há uma importante associação entre a condição urbana e a sustentabilidade que se destaca como solução para os problemas de poluição, planejamento, mobilidade e energia limpa nas cidades, posteriormente para a sustentação de comunidades locais e do patrimônio cultural. Isso levaria às cidades a emergência global de novos conceitos como o de "cidades sustentáveis".

Com relação ao patrimônio cultural, o conceito conforma-se à noção de preservação da ambiência e da revalorização da paisagem, da cultura material e imaterial e das comunidades e conhecimentos locais. Conforme Arantes (2009), a promoção da sustentabilidade sobretudo do patrimônio imaterial, isto é, das práticas, saberes e formas de expressão, da transmissão de habilidades e conhecimentos e valores associados aos modos de vida, foi até então determinante para as políticas de preservação das culturas locais. Mas passou a ser integrado ao planejamento e a conservação do patrimônio ambiental urbano quando elenca-se o "reconhecimento da singularidade das áreas preservadas, assim como das condições de vida nas cidades e centros históricos" (Arantes, 2009: 16). Como veremos, a partir da inscrição da cidade do Rio de Janeiro como Paisagem Cultural, na lista de Patrimônio Mundial no ano de 2012, a consolidação das políticas de preservação passa a agregar valor à paisagem urbano-cultural e amplia ainda mais a escala de intervenção das cidades com os critérios para novos modelos de gestão do patrimônio (integrada ou compartilhada) e da promoção dos bens culturais que conformam sentidos de cidadania e de pertencimento agregados de representações simbólicas.

Para o autor, a correlação entre sustentabilidade e gestão do patrimônio ganha importante proeminência a partir de aspectos que admitam a diversidade e a diferença cultural. Por outro lado, o patrimônio é sobretudo recurso para o desenvolvimento econômico não seja necessariamente vinculado à especulação e que possa, a despeito da predominância dos empreendimentos urbanísticos e turísticos, ser valorizado para "programas de geração de renda, de consolidação da cultura pública e da cidadania" (p.20). Este argumento parte da afirmação de que a preservação do patrimônio urbano contribui para o desenvolvimento sustentável das cidades, a consolidação da cultura pública e com os negócios, mas precisamos observar que a predominância dos mercados auferidos nas políticas de patrimonialização tem sido recorrente e até mesmo irreversível, o que afrouxa sua concepção cívica para as práticas de consumo. Entretanto, a proposta do autor é encontramos um ponto de equilíbrio entre as forças econômicas, os interesses do Estado e da sociedade civil, assim como dos usuários das áreas em preservação.

Os atuais processos em vigor e as candidaturas que anualmente são lançadas precisam, nestes termos, serem observados de modo que não defendamos de forma acrítica suas consequências inclusivas ou exclusivas socialmente, mas é preciso compreender a apropriação do conceito de patrimônio pela população e de identidade. Este resgate da identidade pelos processos de patrimonialização privilegia uma relação ambígua. Peixoto (2004) sugere que a formação de uma consciência social e cultural do patrimônio é sobretudo um processo de retórica identitária, ao que chama a identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização. Assim, uma ação de conscientização patrimonial, a exemplo do que propõe o Plano de Gestão do Sítio, torna evidente a "função social" que busca garantir a assimilação e participação coletiva para a mudança no modo como as comunidades locais se identificam. Privilegia-se ou mesmo antecipa-se um "estado de luto" dos bens culturais no entretempo do velho e do novo e, em questão, acentua-se um patrimônio em conflito com a própria cultura urbana e os usos dos espaços.

No caso do Rio de Janeiro, a nominação da UNESCO resulta de um Dossiê pluridisciplinar de elaboração da proposta coordenada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), aprovado na 36ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial em São Petersburgo, no ano de 2012. Uma década antes, em 07/08/2001, o Rio foi incluído na "Lista Tentativa" sob o título "Rio de Janeiro Cultural Landscape" (Iphan, 2012). No ano de 2002 foi lançada uma primeira candidatura como sítio misto através do Dossiê "Rio de Janeiro: o Pão de Açúcar, Floresta da Tijuca e do Jardim Botânico". Através de uma parceria entre o Ministério do Meio

Ambiente e o governo do Estado do Rio de Janeiro juntamente com institutos de pesquisas locais, almejava-se a inscrição do sítio na Lista da Unesco com base em critérios naturais. Este Dossiê incluía importantes áreas paisagísticas de apelo natural: Parque Nacional da Tijuca, Serra Carioca, Jardim Botânico, e os morros do Pão de Açúcar, Urca e Cara de Cão.

No entanto, por recomendação dos institutos responsáveis pela avaliação, do ICOMOS e do *International Union for Conservation of Nature* (IUCN), a nominação do Rio foi indeferida fazendo com que o Comitê do Patrimônio Mundial não decidisse por inscrever o sítio. A Unesco recomendou a continuidade da proposta desde que o Sítio fosse enquadrado como Paisagem Cultural, que a partir de 1992 foi adotada como nova tipologia de reconhecimento dos bens na Lista do Patrimônio Mundial "na intenção de se libertar da dicotomia imposta pelos critérios existentes para a inscrição dos bens: naturais ou culturais" (Ribeiro, 2007, p.10). Desse modo foram feitas ponderações quanto aos critérios culturais elencados naquele dossiê, mas se manteve o incentivo desde que a renominação da propriedade como paisagem cultural fosse atendida e novos critérios fossem estabelecidos (Unesco, 2003, p.107). Este aspecto torna-se importante para compreendermos o atual contexto da patrimonialização, por isso é preciso também recorrer à análise das diversas recomendações feitas nesta avaliação da 27ª sessão do Comitê da Unesco, de 2003.

As recomendações apontaram para a criação de um comitê de supervisão e co-gestão para coordenação do planejamento do sítio e para desenvolver um plano de financiamento e de criação fundos de doação. Também recomendou a revisão dos limites das Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana[6] como medida de tornar o desenvolvimento urbano no entorno da Floresta da Tijuca compatível com às medidas de proteção e nas Áreas de Proteção Ambiental (APAs – atualmente denominada de Área de Proteção do Ambiente Cultural (APACs)[7], sobre o que falaremos posteriormente).

Outra recomendação foi a inclusão da área de amortecimento uma vez que abrange as áreas urbanas no entorno da floresta para manter e expandir programas de educação e de reflorestamento dentro das favelas e a reavaliação das denominações de proteção das áreas designadas e da zona de amortecimento, a fim de fornecer ferramentas eficazes para parar a invasão urbana. Ao mesmo tempo seria necessário continuar programas para realocação de residentes vivendo dentro do parque de forma socialmente sensível, assim como tomar todas as medidas disponíveis para reduzir ou remover a intrusão visual causada por linhas de transmissão, rádio torres, etc. Por fim, desenvolver um plano interpretativo, para ajudar a melhorar a interpretação do site, dando prioridade ao Pão de Açúcar e a Urca; promoção de mensagens sobre a importância da conservação da floresta e dos morros (Unesco, 2003, p.13).

Em síntese o Comitê manteve o incentivo à proposta de candidatura do Rio seguindo dois aspectos principais: (a) proceder a avaliação dos valores culturais do cenário do Rio de Janeiro e informar a redefinição dos limites da propriedade para proteger de modo mais eficaz o pano de fundo geral da cidade; (b) pôr em prática um plano de gestão integrada, incluindo as revisões da proteção legislativa e limites/fronteiras para propriedade proposta, como recomendado pela IUCN e ICOMOS.

Após mais um período de dez anos, o novo Dossiê foi apresentado e sua classificação ocorreu desde que as áreas delimitadas representassem os "valores, influências e lugares de verdadeiro significado universal" (Iphan, 2012), e que estivesse articulado ao conceito de Patrimônio Mundial aplicado a Paisagens Históricas Urbanas. A identidade da cidade enuncia-se em torno de referentes significativos de expressões culturais que enaltecem sua vida urbana no entremeio de uma paisagem única, como designado no Dossiê. Declara-se, portanto, "Rio de Janeiro, metrópole tropical que cresceu entre o mar, a montanha e a floresta, concentra aspectos da natureza que conferem característica única à sua paisagem, revelando o seu valor universal excepcional." (Iphan, 2012). Esta designação se justifica pela forte presença de elementos da natureza no meio urbano, o que tornaria "o Rio como um exemplo de cidade onde o equilíbrio entre elementos naturais e construídos confere qualidade ambiental e social, possibilitando ao homem moderno usufruir de diversas formas de lazer ligadas a sua natureza marcante" (Iphan, 2012).

---

6 Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana - APARU do Alto da Boa Vista, regulamentada pelo Projeto de Lei nº 1307/2003.

7 Criado pelo Plano Diretor Decenal, Lei Complementar 16/1992, Rio de Janeiro.

A elaboração da proposta foi coordenada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por meio do Decreto do Nº 127, de 30 de abril de 2009, que estabeleceu a chancela das paisagens culturais brasileiras e uma solicitação foi feita para designar a paisagem carioca, como Paisagem Cultural Brasileira. E contou com a participação do Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (INEPAC), da Prefeitura Municipal por meio da afirmação da paisagem da cidade em seu plano diretor, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e da Fundação Roberto Marinho. Atualmente é gerido pelo órgão municipal Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH)[8], e que atua para a conservação das chamadas Áreas de Proteção do Ambiente Cultural (APACs), dos bens tombados e do registro do Patrimônio Imaterial.

A dimensão geográfica da área delimitada no Dossiê compreende três setores que estruturam e englobam os principais elementos do sítio: O setor A – "A Montanha, a Floresta e o Jardim" compreende a Floresta da Tijuca e Jardim Botânico e demarca as primeiras iniciativas de preservação ambiental desta área desde 2001; o Setor B – "A Entrada da Baía de Guanabara e as Bordas D'água" é composto pelo Parque do Flamengo, pela área de proteção paisagística dos fortes na entrada da Baía de Guanabara e pela Orla de Copacabana e seus pontões rochosos (Morro do Leme, Forte de Copacabana e Ponta do Arpoador). Além disso, o espaço compreendido entre o Corcovado e o mirante do Morro do Pico, na região das fortalezas de Niterói é considerado uma zona de amortecimento (área urbana) (Iphan, 2012, p.10). O Setor C – "A Paisagem Urbana", é definido pelo IPHAN como

> zona de amortecimento, marcado pelos elementos naturais do entorno do Sítio. Destaca-se como importante elemento de interligação e proteção dos demais setores, além de contribuir para a sustentabilidade e promoção dos valores excepcionais do Sítio como um todo. Engloba os morros da Babilônia, São João, Catacumba, Cabritos, Saudade, que delimitam os bairros de Copacabana, Botafogo e Lagoa, o Morro da Viúva no Flamengo, o vale do Cosme Velho e Laranjeiras e a encosta sul do Morro de Santa Teresa até encontrar a borda do Parque do Flamengo, no centro da cidade (2012: 10-11).

No entanto, os diversos agentes internacionais para a preservação do patrimônio destacam divergências acerca das características. De modo geral compreende-se que a cidade do Rio de Janeiro tornou-se a maior paisagem cultural na Lista do Patrimônio Mundial até o momento, delimitado por 6.409,80 Ha. No entanto, tecnicamente, o ICOMOS, órgão que avaliou as características peculiares ao sítio considera uma paisagem urbana, *mas não necessariamente a cidade*. Desse modo, a área urbana foi considerada zona de amortecimento detendo somente 2.292 Ha. Isto é, os morros e bairros que delimitam o sítio são antes entornos da área de conservação sujeitas normas e restrições específicas, com o objetivo de fiscalizar e minimizar "impactos negativos" acerca da ocupação do solo pela atividade humana, como ruídos, poluição, ocupações e/ou construções de elementos materiais etc.

O Dossiê busca então compreender o Sítio considerado como Paisagem Cultural através de 03 categorias definidas no Artigo 1º da Convenção do Patrimônio Mundial de 1972, de modo que a torne válida. A noção de paisagem cultural é definida no parágrafo 39 das Orientações técnicas para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial. E o parágrafo 10 do Anexo 3, trata das orientações para inscrição de tipos específicos de sítios na Lista do Patrimônio Mundial a partir dos elementos que o compõem, conforme a UNESCO (2011: 70-71):

1. Paisagem claramente definida, intencionalmente concebida e criada pelo homem: engloba o paisagismo criado por razões estéticas que estão muitas vezes (mas não sempre) associadas a construções ou conjuntos religiosos.
2. Paisagem organicamente em evolução (ou essencialmente evolutiva), na subcategoria paisagem contínua: resultante da origem social, econômica, administrativa e/ ou religiosa inicial, desenvolvida em

8 Criado pelo Decreto Nº 35879 de 05 de Julho de 2012 após a nomeação da cidade a Patrimônio da Humanidade.

conformidade com seu meio ambiente natural, e refletem esse processo evolutivo em suas formas e composições diversas. Subdividem-se em duas categorias: paisagem relíquia (ou fóssil) e paisagem viva (ou contínua). Estes duas subcategorias aliam as tradições à modernidade como processo evolutivo.

3. Paisagem cultural associativa: refere às associações dos fenómenos religiosos, artísticos ou culturais do elemento natural, mais do que por sinais culturais materiais.

O Rio de Janeiro foi associado nestas três categorias e elenca diversos espaços que constituem a paisagem carioca que abrange da Floresta da Tijuca à Baía de Guanabara composto do Parque do Flamengo ao Morro do Arpoador, passando pela Orla de Copacabana e bairros vizinhos, de modo que refletem tanto os aspectos do passado, quanto do período moderno. Estas áreas conformam-se entre os elementos naturais do entorno do Sítio, o mar e a montanha, classificado pela Unesco uma paisagem cultural e urbana de Valor Universal Excepcional. O Parque do Flamengo e a Praia de Copacabana, projetados pelo artista brasileiro Roberto Burle Marx em 1970, ao qual se afirma o paisagismo excepcional da cidade, compõem a Paisagem Associativa (Iphan, 2012). São "associativas" pelo fato de o imaginário social da cidade que se dissemina pelo Brasil e pelo mundo a se verificar uma ideia da vida urbana carioca.

Com estas características o Rio de Janeiro recebeu o reconhecimento pelo Valor Universal Excepcional de seus bens culturais, naturais e urbanos. Dentre elas sobressaem-se as noções entre paisagem natural e paisagem urbana, aliada à perspectiva cultural, tanto que o Dossiê destaca a construção e expansão da cidade entre o mar e as montanhas. A paisagem urbana-natural constitui-se na forma de desenvolvimento urbano consolidado sob condicionantes geomorfológicos e ecológicos que propiciaram um paisagismo excepcional e confere valor universal à paisagem da cidade do Rio de Janeiro decorrente de ações humanas relacionadas às intervenções urbanas e do meio ambiente a partir do *uso científico intencional da natureza local* (Iphan, 2012) (flora nativa, extrativismo) que vai do período colonial ao moderno da segunda metade do século XIX. Neste entretempo a vinda da corte portuguesa para a cidade intensificou a troca de sementes entre as colônias, o que contribuiu para o conhecimento da biodiversidade a partir das expedições científicas na Floresta da Tijuca, resultando a criação do Jardim Botânico.

Refere o Dossiê que as intervenções urbanas ocorridas naquele período estabeleceram "um modelo de cidade onde a natureza mantém-se presente no seio urbano, criando interrelações entre natureza-cidade-homem, que contribuem para a melhoria da qualidade de vida" (Iphan, 2012, p.23). Assim, na modernidade carioca, os usos sociais da rua são conformados na integração entre a nova paisagem criada durante a reurbanização do centro e construção dos bairros atlânticos e do paisagismo formado pelos parques, jardins, passeios públicos, orla da lagoa ou à beira mar e os morros e mirantes na Floresta da Tijuca ao asfalto, e "qualificam" a singularidade dos processos e das práticas sociais que deram origem à forma atual da cidade ao moldar ativamente os diversos espaços urbanos, o que destaca a *presença de paisagens desenhadas intencionalmente* (Iphan, 2012). Isto é, a vida cotidiana dos cariocas convergia numa sociabilidade pública que se intensificava em co-presença com as possibilidades científicas e práticas da arquitetura e urbanismo no processo de ocupação do território em áreas naturais que se adaptavam ao modelo português de ocupação e expansão dos territórios nos trópicos, mas em conformidade ao período de modernização da cidade.

A construção "intencional" da paisagem tem forte representatividade material e simbólica, constituem-se como formas de mosaicos da Paisagem Cultural do Rio. Constata-se como estas áreas interligam as demarcações urbanas e naturais da cidade constituindo sobretudo paisagem cenográfica, isto é, inscreve-se como imagens de uma marca espaço-temporal que alia a arquitetura, o urbanismo e o paisagismo da modernidade carioca. De modo geral, a autenticidade do Sítio corresponde ao que o IPHAN (2012) considera "atributos de forma, uso e função, concepção, significado e localidade para os elementos da paisagem cultural da cidade do Rio de Janeiro" (p.22). A conservação e manutenção das características do moderno Sítio se estabelecem pelos usos públicos e suas funções sociais e de lazer já concebidos na construção destes espaços. A forma e a concepção estão relacionadas às paisagens delimitadas do Jardim Botânico, passando pelo Parque do Flamengo, entrada da Baía de Guanabara e a Orla de Copacabana.

O Parque do Flamengo, por exemplo, construído entre 1961 e 1965 sob inspiração do planejamento urbano moderno e emblemático desenho dos arquitetos Affonso Eduardo Reidy e do paisagista Roberto Burle Marx,

corresponde à expansão da cidade sobre os terrenos naturais formados por brejos, lagoas, mar e morros (Brandão, 2006). O aterro da área foi intensificado em busca da reabilitação daquela orla visando a valorização da cidade nas encostas litorâneas. Assim como a Orla de Copacabana, a construção do aterro associou os conceitos de urbanismo e paisagismo modernista de inspiração europeia a partir do modelo haussmaniano e da influência do paisagismo de Jean Charles-Adolphe Alphand (Dourado, 2008), que compreendia a racionalização do espaço urbano, o embelezamento e arborização de praças e higienização dos espaços públicos à legislação urbanística da cidade integrada à paisagem orgânica, com traçados que buscavam refletir de modo autêntico à Baía de Guanabara e suas bordas d'água no uso público do espaço urbano, entre calçadas e pistas de alta velocidade.

Já a Praia de Copacabana tornou-se emblemática nesse processo de expansão da cidade por compreender, assim como o Parque do Flamengo, duas categorias para o entendimento da vida urbana do Rio, ou seja, é uma paisagem intencionalmente construída e uma paisagem associativa que se caracteriza pela cultura de praia e pela construção das primeiras obras de turismo da cidade. Sua singularidade no processo de disseminação das imagens urbanas em conjunto ao morro do Corcovado, a Estátua do Cristo Redentor e o Morro do Pão de Açúcar. Para qualificar a singularidade desta paisagem decorrente de uma estética modernista "autêntica e integra" o Dossiê foca no paisagismo com os mosaicos de pedra portuguesa de Burle Marx na Orla de Copacabana.

A noção de integridade do Sítio é, portanto, concebida pela "importância e função" essenciais da paisagem desenhada na vida urbana carioca. Então a estrutura material, a estetização e os significados atribuídos às paisagens compõem o Sítio em relação à cidade em si e sua cultura urbana. No entanto, a abordagem do Dossiê para a inscrição do Rio de Janeiro na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO não se refere tão somente aos objetivos de conservação patrimonial, mas a um plano de gestão que visa o aprimoramento de elementos urbanos e de revitalização dos usos originais, revisões da legislação de proteção ambiental e dos usos do solo urbano que passam a manter a ideia de Sítio integro no entremeio de transformações que a cidade passou em sua trajetória.

Mas, em que medida as políticas de patrimonialização na categoria Paisagem Cultural se intensificam e por quais razões? Mediante os tipos de intervenções urbanas que acompanham a inscrição das cidades e suas peculiaridades definidas pela UNESCO, a identificação dos processos de construção das imagens pelas políticas de patrimonialização, além da definição e o modo como as cidades foram requeridos por estas políticas em que se afirma a necessidade de proteger seus usos contra fatores que afetam estes espaços.

O que se intensifica em termos de conservação da paisagem carioca, tradicional e moderna, decorre de fatores que afetam o Sítio e é neste aspecto que se lançam as políticas públicas de oficinas relacionadas à conservação e promoção do sítio com programa de educação patrimonial para as comunidades locais, exposições, capacitação de profissionais e parcerias do IPHAN como as escolas municipais e estaduais etc. No entanto o índice de envolvimento comunitário tem predileção aos objetivos de desenvolvimento sustentável dos bairros delimitados, daí que os setores empresariais e alguns segmentos da sociedade civil se apropriam destes recursos e realizam as ações em parceria com o poder público e tomam a frente do processo.

Para o desenvolvimento destas ações, no Dossiê há referência a 03 fatores principais que foram considerados como objetos de construção dos marcos lógicos da política de preservação: fatores urbanos, fatores ambientais e fatores sociais e administrativos. Em cada caso há a forte preocupação com ao agravamento dos problemas habitacionais nos morros com favelas ocupadas pela população de baixa renda desde fins do século XIX e que a partir do século XX desmatamentos e a desordem imobiliária trouxe consequências ambientais para os cursos d'água e a erosão das encostas, fatores que interferem na paisagem urbana desde o Parque da Tijuca à área de amortecimento do Sítio, como em Copacabana, Botafogo e Lagoa. Além das favelas, as quais são consideradas sob o Programa Favela Rio da Prefeitura para a integração das favelas ao tecido urbano[9], equipamentos de empresas como antenas de telecomunicações nos morros, poluição da Baía de Guanabara, usos irregulares do calçadão de Copacabana e ausência de planos administrativos coesos tem afetado diretamente a integridade do Sítio.

Para se regulamentar e buscar eficácia na gestão do Sítio foi proposto o Plano de Gestão do Sítio, que seria um plano de gestão compartilhado com as três esferas governamentais a fim de assegurar a sustentabilidade cultu-

9 Para uma discursão acerca do interesse em efetivar as favelas cariocas como objeto de políticas de patrimônio em áreas de interesse cultural ver Jeudy (2005).

ral e ambiental da paisagem a partir da sensibilização da sociedade carioca para a conservação do patrimônio, da memória e identidade cultural, além de instrumentos de planejamento e gestão. Objetivou-se, portanto, a criação de um marco lógico do Sítio Rio Patrimônio Mundial em que as paisagens culturais pudessem ser recuperadas e conservadas de forma sustentável, que em resumo, possui indicadores mediante atividades ambientais, culturais, sociais e comerciais; incremento do fluxo de visitantes nos 5 elementos do Sítio, tomando-se como referência a data de inscrição do Sítio na Lista do Patrimônio Mundial; participação público-privada e comunitária etc.

Paisagem cultural, lugares e consumo: A presença de paisagens que são refletidas para o mundo

> A presença de paisagens que são refletidas para o mundo através dos valores simbólicos e imagens associadas, que projetam a cidade do Rio de Janeiro internacionalmente e servem de tema e inspiração para as artes, literatura, arquitetura, urbanismo e paisagismo ao longo do tempo. Inúmeras são as representações das escarpas do Corcovado e do Pão de Açúcar, que receberam a estátua do Cristo Redentor e o bondinho; da entrada da Baía de Guanabara, com as fortalezas projetadas para a defesa da cidade no passado; e no período moderno, destaca-se o paisagismo excepcional do Parque do Flamengo e da Praia de Copacabana. (Dossiê, 2012: 16).

Podemos recapitular que desde a chegada da corte real portuguesa e da abertura dos portos em 1808, em detrimento da cidade de Salvador, o Rio passou a capital da Colônia e sede do Governo Português. Deste período em diante destaca-se a transição de 1822 até 1889, início e fim do primeiro e segundo Reinado brasileiro. Em 1888 ocorre a Abolição da Escravatura e deste período em diante demarca-se a transição de valores sociais e morais; alteração dos costumes, sociabilidade e modos de vida; leis, normas e tradições; da política e da economia de maneira que o Rio estabeleceu-se capital do Segundo Reinado, depois capital da República (Freitag, 2009).
O Rio passou a ser força política no conflitante cenário nacional e passou a sediar os novos poderes republicanos ao passo que as conhecidas reformas urbanísticas do prefeito Pereira Passos, no início do século XX, identificava-se com o cosmopolitismo urbano-cultural da chamada "*belle époque* tropical" (Needell, 1993; Jaguaribe, 1998; Brandão, 2006) durante a reurbanização na modernidade carioca e sua inscrição no cenário internacional como "Cidade Maravilhosa"; (Sevcenko et all, 1998, Farias, 2006) – primeira atribuição identitária correspondente à tematização da cidade nos cartões postais e pôsteres que disseminava a imagem das praias, morros e do Carnaval. Desde as primeiras reformas o objetivo era "fixar a cidade como "vitrine" do (e para o) novo país republicano (Farias, 2006: 51). Inscrevia-se, portanto, em nível nacional uma paisagem cultural que pretendia-se síntese da identidade brasileira como marca de poder político, estetização e de inscrição de marcas de bens de consumo – que refletiam tanto o modo de vida carioca e as paisagens a se consumir internacionalmente a partir da *presença de paisagens que são refletidas para o mundo*.
Do Jardim Botânico às construções entre morros e áreas litorâneas os diversos agenciamentos ao longo dos séculos constituíram intervenções urbanas em consonância às necessidades da cidade. Tanto na construção de fortificações para a defesa da cidade como na entrada da Baía de Guanabara, quanto na abertura de vias públicas, avenidas e instalações de espaços de lazer para os residentes como o Passeio Público, o Parque do Flamengo e a Orla de Copacabana. A cidade foi se expandindo e sua paisagem transformava-se à medida que as inovações na imagem urbana foram sendo construídas através de diversos agenciamentos, usos e apropriações dos espaços. Mas há que considerar que neste entretempo problemas urbanos tornaram-se mais evidentes com o surgimento de favelas, dos conflitos decorrente das migrações, da abolição da escravatura, das endemias, da pauperização e da suscetibilidade (Beck, 2010) de grande parte da população às disputas políticas em nível nacional e regional etc (Carvalho, 1987; Sevcenko, 2010).
Este é o caso que se revela nos processos de patrimonialização no entremeio de processos heterogêneos que reverberam a autenticidade da paisagem sociocultural e da identidade carioca que são objetos de designações

ou atribuições discursivas a partir da coexistência e sobreposição de seus aspectos simbólicos (Costa, 2002). Neste sentido, ao debater sobre as recomposições da paisagem urbana e a polivalência das práticas artísticas desenvolvidas nas zonas industriais por exemplo, Jeudy refere que "conciliar a sobrevivência das memórias de tais lugares e o desenvolvimento cultural atual talvez não seja um imperativo indubitável, pois a liberdade de recordação depende primeiro dos vestígios da configuração arquitetônica dos sítios" Para o autor a preservação destas construções perpassam mais "uma concepção arquitetônica do que uma arquitetura de construções" (Jeudy, 2005: 122) que se tornam objetos de uma reordenação permanente. Assim, a cidade não suprime seu próprio passado e história, mas vivencia recomposições da paisagem urbana que, para a gestão dos espaços, investir em significados simbólicos e identitários a partir dos territórios em que a produção social e cultural se realiza na ordem do tempo e do enquadramento da cultura a um valor universal.

Com relação ao consumo cultural, Leite e Peixoto (2009: 95) defendem que as políticas urbanas de patrimonialização encaram os centros históricos ou a cultura imaterial das cidades "como repositórios e como propulsores de atividades culturais diversas". Isto significa que o patrimônio cultural torna-se objeto de uma idealização no âmbito desses processos de intervenção. Desse modo, alimentam uma realidade alegórica de cidade, quando se prolifera uma visão predominantemente culturalista em que a criação e difusão de imagens pelos meios de comunicação transformam os antigos centros em uma espécie de *hipercentros* das cidades.

Para os autores, "o patrimônio e as suas representações que emergem no contexto desses processos de patrimonialização podem ser caracterizados como uma invenção cultural que procura legitimar e naturalizar um determinado tipo de discurso sobre a vida urbana" (Leite e Peixoto, 2009: 94-95). Para as políticas urbanas, o patrimônio se efetiva sobretudo como uma centralidade cultural que narra e representa os sítios, os centros e as diversas áreas singulares que impulsionam o fluxo turístico das localidades e sua sustentabilidade.

Torna-se um conveniente receptáculo para o campo político e o técnico que produzem estudos e dossiês (intervenções de natureza patrimonial e predominantemente técnica que visam obter o tombamento formal e um estatuto patrimonial para os bens), assim como para os investimentos associativos e empresariais que realizam os projetos de requalificação, revitalização ou intervenções urbanas de orientação diversa sobre o patrimônio cultural material, a exemplo dos monumentos arquitetônicos, os elementos paisagísticos, as construções urbanísticas e tem interesses políticos, culturais, comerciais, etc., cujos objetivos, independentemente de um reconhecimento formal por meio do tombamento, conduzem à valorização patrimonial de um objeto para as práticas de consumo (visual, turístico ou sustentação dos mercados urbano de lazeres) (Leite e Peixoto, 2009).

A política de patrimonialização é atualmente empregada como política urbana que afirma a importância do patrimônio cultural e histórico para o desenvolvimento socioeconômico, cultural e para a sustentabilidade das cidades, em que se visa preservar seus bens materiais e imateriais, mas os inserem sobretudo como segmentos de mercado. No entanto, nas políticas de patrimonialização busca-se conter o impacto das habitações vernaculares produzidas pelas favelas na visualidade da paisagem e no uso do solo dos morros no entorno[10]. A preocupação com a conservação destes lugares que demarcam a trajetória cultural-urbana do Rio de Janeiro tem em vista também a revitalização dos usos, o que demandaria um plano de gestão para estas áreas. No caso da Orla Copacabana, a revitalização é antes uma projeção da cidade para o mundo, mas não somente pela "autenticidade" conferida aos usos e ao padrão estético do calçadão, mas uma proliferação de imagens de consumo.

O que se vê são os locais e as imagens do poder empresarial em toda a extensão dessa áreas. A imagem urbana de toda a Orla, entre o mar, o calçadão e os edifícios espacializam-se os serviços e redes de consumo que privatizam diversos espaços: Mastercard, Visa, Globo, Coca-Cola, Brahma etc. Outro exemplo são, as Redes de Hóteis internacionais que publicizam estas imagens em sites na internet, nas revistas de aeroportos em diversas cidades. Mas além disso são os locais que recebem pessoas em fluxo no mundo todo e por isso o bairro recebe um ostensivo esquema de segurança, com a presença de cameras de monitoramento, de rondas

10 Em termos gerais há a forte preocupação com ao agravamento dos problemas habitacionais nos morros com favelas ocupadas pela população de baixa renda desde fins do século XIX e que a partir do século XX desmatamentos e a desordem imobiliária trouxe consequências ambientais para os cursos d'água e a erosão das encostas, fatores estruturais que interferem na paisagem urbana desde o Parque da Tijuca à área de amortecimento do Sítio, como em Copacabana, Botafogo e Lagoa.

e postos policiais, o que em certa medida interveem na vida cotidiana de um bairro residencial, como no caso de Copacabana.

Ao passo que as paisagens urbanas e naturais correspondem às políticas de patrimônio como um dos principais investimentos em lugares de consumo e de crescimento de setores atrativos para o turismo das cidades, elas reforçam a associação mercadológica e a prática do consumo cultural para sua própria preservação e conservação. Ao mesmo tempo reordena a sociabilidade em busca de uma sustentabilidade, conquanto que seus traços locais orientados ao visitante (memória, história dos usos, protagonistas etc) sugerem o reforço do sentido de lugar a ser preservado no espaço e no tempo independente das mudanças e mesmo da conflitividade que constituem o sentido "único" do lugar.

Desse modo a observação dos espaços da cidade possibilita a compreensão de diferentes práticas sociais e agenciamentos. Ao incidir reflexivamente na produção do espaço urbano, a paisagem sociocultural influi de modo significativo na construção de sua imagem simbólica através das construções edificadas, de seu estilo estético e dos usos cotidianos e modos como os usuários se apropriam de certos espaços. O caso de Copacabana ajuda-nos a perceber a polissemia dos usos e como o *consumo dos lugares* (Leite, 2007) serve de baliza para compreendermos a conflitividade dos processos de patrimonialização com as práticas urbanas[11].

Considerações Finais

O conceito de patrimônio é atualmente relacionado a fatores simbólicos, políticos e econômicos. Nas últimas décadas, sinaliza ainda, como ressaltam diversos autores, a relação entre o patrimônio cultural às práticas mercadológicas como aportes para o turismo cultural e, principalmente, aos processos identitários em que diversos interesses compõem as intervenções urbanas promovidas pelas parcerias público-privadas que insere a participação do Estado, as instituições privadas, segmentos sociais e populações locais (Peixoto, 2004; Leite, 2007; Rotman e Castells, 2007). É preciso ressaltar que os espaços referidos desde sempre vincularam a paisagem da cidade às práticas turísticas compostas pelas redes de informação e audiovisual e de fluxos de capital, signos e pessoas para a agenda cultural carioca.

Outro aspecto a se analisar é que esses processos nos parece familiar pela proeminência na vida cultural das metropóles, como no caso do Rio de Janeiro, entre outras cidades do mundo, pois mostram-se inteiramente polissêmicos na visualidade continua de imagens de consumo no cotidiano urbano. É o que justamente se impõe para efeitos deste estudo acerca da paisagem e a construção do *espaço público* (Leite, 2007) como a presença dessas marcas caracterizam os espaços urbanos em questão e vigoram em questões analíticas que problematizam a vida urbana sociologicamente quanto às relações de poder político e econômico em detrimento do que estou a chamar de *bens cotidianos*. Isto é, não são unicamente paisagens simbólicas da vida capitalista moderna. São espaços de sociabilidade pública visualmente saturados de imagens, mas também são áreas de serviços urbanos locais e globais, fluxos de pessoas, mobilidade e práticas de consumo diversas que espacializam a cidade em nichos culturais e de mercados.

Por fim, meu argumento final como defesa acerca das possibilidades de se conviver com esses processos que se inscrevem irreversivelmente nas cidades é que para as chamadas paisagens culturais, terei como ponto de demarcação conceitual o que gostaria de chamar de "paisagem sociocultural", a qual não se conforma tão somente pelo ambiente edificado que caracteriza o espaço urbano, mas se conforma através da interação com o espaço público e seus lugares, seja através das práticas de consumo, seja através dos dissensos relacionados aos usos públicos dos espaços. Mas que antes, e sobretudo, a cidade seja sustentável para as pessoas.

---

11 Como elucidou G. Velho (2007), a região metropolitana do Rio de Janeiro apresenta uma população em torno de 12 milhões de pessoas que vivem nos mais variados níveis sociais e estilos de vida. O panorama que se delineia é de uma produção socioespacial "de expressiva heterogeneidade e diversidade sociocultural" (p.12). Ao mesmo tempo se revela uma "diversidade" de contrastes, a exemplo do modo de morar e de apropriar-se dos espaços para sobrevivência, que condiz à distribuição da população em um mapa fragmentado de diferenças e desigualdades. Constitui-se, nos últimos 50 ou 60 anos, da mudança acelerada "não-linear, com descontinuidades, crises e acirrados conflitos" (Velho, 2007, p.17) e da violência urbana em geral.

Referências

ALMEIDA, L. F. (2007), "O futuro é a paisagem", In *O Globo*, Disponível em http://www2.cultura.gov.br/site/2007/06/11/opiniao-o-futuro-e-a-paisagem/ [consultado em 02-7-2014].

APPADURAI, A. (2004), *Dimensões culturais da globalização: a modernização sem peias*. Lisboa: Teorema.

ARANTES, A. A. (2009), "Patrimônio cultural e cidade", In Fortuna C, Leite R.P. (orgs.), *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*, Coimbra: Almedina, pp. 11-24.

ARANTES, A. A. (2011), "Landscapes of history: contemporary challenges to the conservation of historicity in heritage sites". *Historic environment*, Disponível em http://australia.icomos.org/publications/historic-environment/vol-23-no-1-2011-historic-cities/ [consultado em 02-7-2014].

BECK, U. (2010), *Sociedade de Risco*. São Paulo: editora 34.

BRANDÃO Z. (2006), "Urban Planning in Rio de Janeiro: a Critical Review of the Urban Design Practice in the Twentieth Century". *City & Time* 2 (2), Disponível em http://www.ct.ceci-br.org/ [consultado em 02-7-2014].

CANCLINI, N. G. (1997), *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp.

COSTA, A. F. (2002). "Identidades culturais urbanas em época de Globalização". Revista Brasileira de Ciências Sociais, Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000100003 [consultado em 23-3-2014].

DOURADO, G. M. (2008), *Belle Époque dos jardins: da França ao Brasil do Século XIX ao início do XX*. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, USP.

FARIAS, E. (2006) *O desfile e a cidade: o carnaval-espetáculo carioca*. Rio de Janeiro: E-Papers.

FERREIRA, C. (2010), "Cultura e Regeneração Urbana: novas e velhas agendas da política cultural para as cidades". Tomo/Dossiê Cidades, pp. 29-56.

FORTUNA, C. (1997), "Destradicionalização e imagem da cidade: o caso de Évora". In Fortuna, C. (org.) *Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras: Celta, pp. 231-257.

FORTUNA, C. (1999), *Identidades, percursos e paisagens culturais*. Oeiras: Celta.

FORTUNA, C. (2012), "Património, turismo e emoção. Revista Crítica de Ciências Sociais", 97, Disponível em http://rccs.revues.org/4898 [consultado em 30-3-2014].

FREITAG, B. (2009), *Capitais migrantes e poderes peregrinos: o caso do Rio de Janeiro*. Campinas: Papirus.

IPHAN. (2012), *Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a Montanha e o Mar*. Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro à Lista de Patrimônio da Humanidade. Brasília: Iphan.

JAGUARIBE, B. (1998), *Fins de Século: cidade e cultura no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Rocco, 1998

JEUDY, H. P. (2005), *Espelho das Cidades*, Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

LEITE, R. P. (2007), *Contra-usos da cidade: Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea.* Campinas: Unicamp; Aracaju: EdUfs.

LEITE, R. & P; PEIXOTO, P. (2009), "Políticas urbanas de patrimonialização e contra-revanchismo: o Recife Antigo e a Zona Histórica da Cidade do Porto", *Cadernos Metrópole*, 21, pp.93-104, Disponível em http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5957/4311 [consultado em 28-08-2014].

NEEDELL, J. D. (1993), *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras.

PEIXOTO, P. (2004), "A identidade como recurso metonímico dos processos de patrimonialização", Revista Crítica de Ciências Sociais, 70, pp. 183-204.

RIBEIRO, R. W. (2007), *Paisagem cultural e patrimônio*. Brasília, Iphan.

ROTMAN, M & CASTELLS A. N. G. (2007), "Patrimônio e cultura: processos de politização, mercantilização e construção de identidades", In Manuel, F. L.; Beltrão, J. F.; Eckert. C, *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e Desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, pp.57-80.

SEVCENKO, N. (1999) "Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso" in Sevcenko, Nicolau (org.), *História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras.

SEVCENKO, N. (2010), *A revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Cosac Naify.

UNESCO. (2003), *Decisions adopted by the 27th session of the World Heritage Committee in 2003*. WHC-03/27. COM/24. Paris, Disponível em http://whc.unesco.org/archive/2003/whc03-27com-24e.pdf [consultado em 20-05-2013]

UNESCO. (2011), *Orientações técnicas para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial*, Disponível em http://whc.unesco.org/archive/opguide11-pt.doc/ [consultado em 13-7-2014].

VELHO, G. (2006), "Os mundos de Copacabana". In Velho, G, *Antropologia urbana – cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, pp.11-23.

VELHO, G. (2007) "Patrimônio, Negociação e Conflito". In Manuel, F. L.; Beltrão, J. F.; Eckert. C, *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e Desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, pp. 249-262.

GT 53
Culturas juvenis, novas ocupações e percursos de inserção profissional

Jovens produtores: entre a favela-cidade, a cultura e a produção de si[1]

Paulo Cesar Rodrigues Carrano
pc.carrano@gmail.com[2]

Gilberto Vieira
gilberto.17@gmail.com

Resumo: A comunicação faz relato sobre táticas de produção cultural empreendidas por dois jovens moradores de favelas do Rio de Janeiro, tendo como campo de investigação seus territórios de moradia e circulação na cidade. Foram feitas escutas sobre percursos biográficos e observações com olhar atento sobre trabalhos de produção cultural. Novas agremiações culturais juvenis estabelecem redes e ações políticas e culturais de novo tipo no espaço público. Percebemos que as redes de relacionamentos, as conexões culturais e políticas produzem configurações sociais nos territórios populares e incidem sobre os processos de individuação e transição para a vida adulta. Os jovens atores sociais moradores de favela que acompanhamos estabelecem táticas específicas de produção cultural e depositam no campo simbólico o espaço-tempo do reconhecimento de suas ações políticas de transformação da cidade a partir dos territórios de favela.

Palavras-chave: jovem, cultura, território, favela, individuação

1. Introdução

Nos estudos sobre as transições e tempos de vida se coloca o desafio de compreender as idades não apenas como fases biológicas, mas também como campos de disputas simbólicas atravessados pelas especificidades dos diferentes lugares e os vetores de unificação dos padrões socializadores de um mundo globalizado. O intercâmbio de resultados de investigações entre países se torna particularmente interessante e necessário para que possamos cotejar e articular diferentes tempos e espaços de análises sobre contextos e mudanças geracionais. As considerações sobre os jovens e a juventude aqui desenvolvidas partem do reconhecimento de que se vive num quadro de crise interpretativa e que as categorias de análise, assim como as sociedades, são elas também interpeladas pelas constantes mudanças no tecido social. Em todo o mundo, jovens desconfiam do instituído,

---

1 Esta comunicação foi produzida a partir da pesquisa realizada na dissertação de mestrado de autoria de Gilberto Vieira, sob a orientação acadêmica do Prof. Dr. Paulo Carrano, no PPCULT-UFF.

2 **Paulo Carrano** é Doutor em Educação, professor dos Programas de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) e do Mestrado Cultura e Territorialidade (PPCULT), ambos da Universidade Federal Fluminense. Coordena o Observatório Jovem do Rio de Janeiro, é pesquisador do CNPq (nível 2)e Cientista do Nosso Estado/FAPERJ. **Gilberto Vieira** é Bacharel em Comunicação Social, mestrando no PPCULT e bolsista do CNPq. Integra o grupo de pesquisa Observatório Jovem e é colaborador do Observatório de Favelas. É Produtor Cultural e estuda os mecanismos e articulações da Produção Cultural no Brasil, unindo estudos de mídias e ferramentas digitais no processo de produção.

operam resistências e recusas de integração silenciosas ou ocupam o espaço público para realizar críticas severas às instituições. Pode-se mesmo dizer que se constituíram verdadeiras brechas entre as expectativas geradas pelas sociedades de consumo nos indivíduos e coletividades e as instituições que produzem e propagam estas mesmas expectativas.

Ao mesmo tempo em que os jovens necessitam superar as precariedades objetivas que se interpõem em suas vidas, em especial aqueles dos setores mais empobrecidos da sociedade, estes são convocados a produzir suas próprias subjetividades em condições de muitos poucos suportes materiais e simbólicos. Os riscos sociais são produzidos em escala de crise sistêmica, porém, recaem sobre coletividades específicas e corpos individuais. Estes são responsabilizados pelas próprias escolhas em quadro de gritantes restrições produzidas pelas crises econômicas e a herança de desigualdades e interdições sócio-espaciais.

MERKLEN (2013) assinala que os processos de modernização que levam à responsabilização sobre o êxito ou o fracasso individual não chegam unicamente de cima. As exigências se cruzariam com uma demanda social que se manifesta comumente através de um acentuado desejo de "liberdade individual", uma busca de autenticidade por parte dos próprios indivíduos, uma forte vontade de cultivar uma "relação consigo mesmo", ou ainda uma demanda social que toma também a forma de um desejo por autonomia no quadro de determinadas "exigências biográficas". Nesta perspectiva:

> Uma real vontade de empreendimento caracteriza assim nossos dias. Porém, ao mesmo tempo, entre a demanda de autonomia pessoal e as exigências de responsabilização individual os indivíduos se encontram com frequência aprisionados em situações paradoxais, de bloqueio ou verdadeiro *impasse*. Por um lado, dado ao debilitamento das proteções sociais, a individuação provoca uma certa paralisia, deixando as pessoas imobilizadas e sem recursos essenciais para a ação. Sem dúvida, o exemplo paradigmático deste tipo de bloqueio é o do desempregado, cuja força laboral se vê invalidada pela conjuntura econômica (quer trabalhar porém não tem trabalho) e a que se exigirá que trabalhe sobre si mesmo para reativar-se (MERKLEN, 2013:48 – tradução nossa)

As singularidades observadas nas trajetórias de vida se inscrevem em regularidades sociais que não se apresentam por antecipação mas precisam ser inventariadas em seus contextos específicos de realização. De toda forma, no que pese os diferentes arranjos possíveis e não mais lineares de transição para a vida adulta, são muitas também as estratégias pessoais de autonomização no contexto de sociedades com altos graus de individualização da vida social, maior margem de autonomia de produção de si e contextos graves de insegurança e incerteza frente ao futuro. Os jovens, diante deste *modelo biográfico* (BECK, 2010) de uma sociedade de risco, necessitam ser sujeitos ativos na construção de biografias socialmente inscritas em condições objetivas e produtoras de constrangimentos pessoais para a realização de suas escolhas pessoais.

Torna-se difícil mensurar os pesos relativos das escolhas biográficas frente às reais, e na maioria das vezes escassas, "estruturas de oportunidades" (FILGUEIRA, 2001) providas pelo estado, o mercado ou a sociedade. Da mesma forma não há um padrão para que se possa reconhecer de antemão a institucionalização dos cursos de vida e suas regularidades nos processos de individuação social. Este é um esforço contínuo que deve ser empreendido pelos diferentes campos de investigação.

Desde a crise mundial dos anos 70 que marcou a desestruturação do mundo do trabalho, ou aquilo que Ulrich Beck (2010) denominou como despadronização do trabalho assalariado, os mercados deram respostas adequadas às suas necessidades de manutenção da lógica de maximização dos lucros em benefícios privados na relação entre capital e trabalho. O estado e as múltiplas instituições sociais, contudo, não geraram os suportes suficientes para apoiar os trânsitos dos jovens dos setores empobrecidos da sociedade rumo à vida adulta. Em sociedades onde o trabalho se tornou flexível, em contextos de vida e trabalho em que a noção de progresso e carreira desaparecem e garantias sociais não mais se impõem como um imperativo de conquistas de classes e organizações de trabalhadores, o campo da inserção laboral torna-se cada vez incerto e individualizado.

Neste quadro da flexibilização de mercados e precarizações de relações de trabalho, o campo da produção cultural se destaca como um dos mais fluídos e incertos. Em grande medida, contudo, para jovens que não

nasceram e cresceram em efetivas sociedades de bem estar social, a ampliação das incertezas (CASTEL, 2010), neste quadro de desproteção do trabalho e valorização do empreendedorismo individual, pode mesmo ser representada como espaço existencial de liberdade e possibilidade de criação autônoma frente aos antigos mecanismos de gestão e controle do trabalho dos criadores culturais.
Canclini & Feria (2013), em recente investigação internacional, procuraram compreender o a existência dos chamados "jovens criativos", suas estratégias e redes culturais, no contexto daquilo que se convencionou chamar de "economias criativas" ou "cidades criativas". Ainda que não seja o objetivo deste trabalho aprofundar a discussão sobre este setor específico da economia, vale a pena enunciar as perguntas-chave que o antropólogo argentino formulou e que nos permite articular com nossas preocupações mais diretas:

> Serão os indivíduos por si só capazes de superar as contradições do capitalismo se tem suficiente iniciativa, capacidade de associação, muita sintonia com as tecnologias avançadas, e podem posicionar-se em lugares privilegiados? As trajetórias examinadas de sujeitos que cumpriam esses requisitos aparecem em ambas cidades (Madrid e Cidade do México) como combinação de comportamentos inovadores, as vezes com desempenhos brilhantes e altas doses de precariedade, instabilidade, dificuldades para viver permanentemente em projeto e nunca ter e/ou consolidar uma carreira profissional (CANCLINI & FERUA, 2013:12-13 – tradução nossa).

É neste contexto de invenção da trajetória profissional de criadores e agenciadores culturais em contextos de incerteza e vida por projetos que jovens desconfiam da força dos diplomas e da validade dos saberes escolares formais. Diante dos imperativos da prática e de suas próprias experiências, a fabricação de si se dá num quadro de dificuldades e interdições econômicas e simbólicas.

1.2. Succo e Yasmin: jovens produtores culturais da favela-cidade

Desde a metade do século 20, a cultura, entendida aqui como o sistema de códigos e significados que dão sentido às ações do homem, tem assumido uma fundamental importância no que diz respeito à estrutura e à organização das sociedades complexas, aos processos de desenvolvimento do meio ambiente global e à disposição de seus recursos econômicos e materiais. Stuart Hall (1997), pensador fundamental dos estudos culturais e identidades, afirma que os meios de produção, circulação e troca cultural têm se expandido, através das tecnologias e da revolução da informação. Ao mesmo tempo, as indústrias culturais têm se tornado elementos mediadores em muitos outros processos. Partindo do entendimento da centralidade da cultura nas sociedades complexas e das diversas estratégias de disputa por seu conceito reconhece-se a posição também central do jovem sujeito e também *modelo cultural* (PERALVA, 1997) nessas sociedades. A juventude é também noção socialmente construída na disputa por sentidos nas representações sociais.
No âmbito dos estudos culturais, os jovens têm sido posicionados como agentes ativos nas transformações sociais globais e nos movimentos de pertencimento locais. A figura do jovem oriundo de favelas e territórios populares, contudo, é constituída por narrativas marcadas pela desqualificação. Às tradicionais imagens de incompletude, irresponsabilidade e transição que recaem sobre os jovens, em geral, no caso específico dos jovens de favela são acrescidas de figuras de estigma relacionadas com a violência e o crime.
Sua representação maior recai sobre a condição de problema social e, portanto, de objeto da ação do Estado ou das instituições sociais (SILVA, 2014). A *visão midiática* (CHAMPAGNE, 1997) joga papel decisivo na consolidação dessas imagens do medo e do estigma sobre os sujeitos e acontecimentos em territórios populares. Os sentidos de requalificação conceitual sobre as noções dominantes relacionadas com os jovens moradores de favela são arenas de disputas sobre as quais os jovens produtores culturais de favela têm atuado.
A hipótese central deste trabalho recai sobre a ideia de que jovens oriundos de territórios populares estabelecem táticas específicas de agenciamento cultural e depositam na produção simbólica a efetivação de seu papel político e transformador na cidade do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, enxergam na experiência de ser "produtor cultural de favela" uma alternativa para a realização pessoal, a produção de si e manutenção da vida.

É neste quadro que a comunicação trata dos percursos biográficos de dois jovens produtores culturais de favela na cidade do Rio de Janeiro: Succo e Yasmin. Este jovem e esta jovem elaboraram narrativas evidenciando diferentes arranjos naquilo que se pode chamar de "artes de resolver a vida" (RIBEIRO, 2014) como um contraponto existencial e reflexivo frente às padronizações impostas pelos estilos de vida ou "artes de existir" (FERREIRA, 2014) e afirmar a própria biografia num processo de intensa circulação territorial e simbólica entre a favela e outros lugares da cidade e do mundo.

1.3. Considerações metodológicas

A investigação sociológica e antropológica em áreas periféricas das sociedades urbanas aprendeu a se desdobrar no contexto das chamadas sociedades complexas. Os estudos reconheceram nos atores sociais da cidade a possibilidade de desempenho de múltiplos papéis sociais no contexto de realidades caracterizadas pela divisão social do trabalho, de redes e instituições diversificadas e da existência de múltiplos focos de produção simbólica (VELHO & CASTRO, 1978).

No campo da antropologia urbana, áreas periféricas foram tomadas como local de pesquisa, buscando compreender detidamente redes de parentesco e de vizinhança, modos de vida, estratégias de sobrevivência, formas de sociabilidade e representações políticas, com ênfase em dimensões cotidianas e em representações simbólicas (FRÚGOLI, 2005).

O aprimoramento das pesquisas nas formas de conceber e se relacionar com as periferias se encontra em tratá-las não como os espaços da ausência e da exclusão. As favelas são ressignificadas pelas pesquisas que passam a enxerga-las como territórios de potência criativa dotado de determinados capitais políticos e simbólicos. A importância das expressões estéticas dos centros urbanos periféricos passa a ser considerada expressão legítima da cidade ainda que em constante (e acirrada) disputa. Esta disputa pela valorização da pesquisa sobre a produção cultural das periferias se revela também como uma disputa pelo significado e representação de seu próprio território. Este é um movimento contínuo que estabelece e considera a existência de práticas culturais significativas fora dos eixos centrais de produção cultural e simbólica da cidade.

É neste registro de reconhecer a favela como espaço-outro que comporta a diversidade, para além das narrativas que só enxergam precariedades, pobreza e violência, que se dá o encontro com os jovens interlocutores deste campo de investigação.

Os dados empíricos que ancoram a interpretação neste texto são duplamente determinados. De um lado pela observação implicada e realizada no acompanhamento continuado dos sujeitos em seus diferentes circuitos de atuação cultural na cidade e, por outro lado, por entrevistas narrativas que permitiram a constituição de um espaço biográfico (ARFUCH, 2010) para que Succo e Yasmin pudessem reconstituir e interpretar seus próprios percursos de vida. O enfoque biográfico adotado assume o princípio da dialogia como a chave da conversação entre pesquisador e pesquisados. Neste sentido, as informações produzidas pela pesquisa não são originadas de inquéritos previamente estabelecidos, mas de espaços-tempos de conversas interessadas e pactuadas sobre o esforço de produção da narrativa autobiográfica.

O sentido da implicação que se confere à investigação está atravessado por um trabalho de troca. Entre sujeito e objeto há *blues,* implicações emocionais, traumas, afetos. Mas há também o compromisso acadêmico, a necessidade de sistematização e compreensão metodológica, científica e social do papel da pesquisa em determinado grupo.

2. O homem que virou Succo3

Valnei dos Santos Silva "nasceu" branco. O pai, de pele negra, duvidou da fidelidade da mãe, também negra, e abandonou a mulher e a criança ainda recém-nascida. Valnei carregaria o estigma da cor da pele como um troféu por toda a sua juventude. Adolescente, entre os amigos do Morro do Faz Quem Quer, em Rocha Miranda, onde cresceu, ganhou o apelido de Suco - de suco de pneu, de tão preta era a cor de sua pele. O apelido racista

3 Título do artigo de Samuel Lima com breve biografia do Succo Emici. O título faz referência ao clássico filme homônimo de João Batista de Andrade. Publicado no portal Rio on Watch em 2011. Disponível na internet em: http://bit.ly/1kauBbM). Acesso em 14.12.2014.

foi reconfigurado e soou melhor aos ouvidos quando Valnei se descobriu artista e passou a se autodenominar por Succo Emici. O estigma virou símbolo.

Rocha Miranda é um bairro do Rio de Janeiro, localizado na Zona Norte da cidade. Seu Ìndice de Desenvolvimento Humano (IDH), no ano 2000, era de 0,815, o 77º melhor da cidade do Rio de Janeiro.[4] Nada mal, se comparado a de bairros como Vigário Geral, Maré ou Complexo do Alemão. O índice, no entanto, é média que não considera as sete favelas localizadas no bairro, incluindo a que Succo mora. Entre as idas e vindas do bairro, Succo gosta de Rocha Miranda porque lá guarda as memórias, os amigos e a família que deram "a base para o que é hoje". Hoje, tem 26 anos, se considera produtor cultural e está à espera do primeiro filho - uma menina que já tem nome: Alice.

A infância de Succo foi conturbada. Aficionado por desenhos animados e fliperama, foi alfabetizado aos quatro anos de idade e teve problemas de conduta nas escolas em que estudou. Succo avalia que os problemas tenham sido devidos ao fato de ter se aliado sempre aos "caras grandes" da classe em todas as escolas aonde estudou. Muitas confusões, brigas de turmas e fugidas da escola para jogar bola ou *fliper* estão em suas lembranças de infância que recupera para narrar aspectos da constituição de sua identidade.

Lembrar-se da intensidade das aventuras de criança parece ter contribuído para a narração crítica e preocupada de seu próprio cotidiano:

> O marido da minha prima que era bem mais velho que eu e gostava de dizer que eu não parecia com as outras crianças, que eu tinha ideias diferentes. [...] Mas eu via e ouvia muita coisa. No morro morria gente todo dia. Uma vez eu vi um cara brigando com outro e matando ele com um pedregulho gigantesco.[...] E a gente brincava muito de baile de briga na rua, com porrada de verdade. [...] Foi quando meu irmão e um monte de amigos meus se meteram com uma turma de bate bola - a Fúria. No carnaval de 2002 os caras saíram e destruíram (o bairro de) Madureira, quebraram ônibus e enfrentaram uma outra turma da Serrinha. O pau comeu. Quando eles voltaram pro Faz Quem Quer, sei lá por qual motivo, um antigo traficante de lá, expulso do Terceiro Comando, chegou lá com um arsenal e distribuiu pra essa galera. Meu irmão já tinha vazado, graças a deus. Mas a galera que ficou subiu o morro e tomou o comando. Viraram o Comando Vermelho da Fúria (em referência à turma de bate bola). Parecia brincadeira, bate bola, sacanagem. Dois dias depois os caras depostos voltaram e num confronto histórico os meus amigos foram dizimados. Morreram uns 14. (VIEIRA, 2014)

Aos 12 anos Succo foi reprovado na quinta série do ensino fundamental. A preocupação da mãe levou o jovem a um projeto social voltado para a produção de manifestações artísticas urbanas como grafite e *silk screen*.

> Minha mãe fazia pesquisa de projetos que eu pudesse participar na cidade. Não importa onde fosse. Num desses ela me mandou pro CAMP Mangueira pra fazer curso de informática e administração. As vagas tinham se esgotado e ela disse: 'faz qualquer um, qualquer coisa.' Só tinha vaga no curso de grafite e silk screen. Ainda bem. (VIEIRA, 2014)

No mesmo ano, Succo gravava programas de rádio em fitas cassetes com o irmão. Ele lembra que num dos programas tocou Racionais Mc's. É quando Succo conhece o rap, deixa de ser criança e passa a se entender *Negro Drama*[5], agente no mundo – um mundo injusto – mas gigantesco e que precisaria ser conquistado.

As atividades na Mangueira começaram a empolgar o cotidiano de Succo que com um pouco mais de respon-

---

4 Tabela 1172 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH), por ordem de IDH, segundo os bairros ou grupo de bairros - 2000, disponível em http://bit.ly/1kQhebd Acessado em 10 de agosto de 2014.

5 Música-manifesto do grupo Racionais MCs, referência estética e política de Succo.

sabilidade na escola, foi descobrindo a cultura hip hop. No mesmo período foi convidado por uma amiga da mãe a trabalhar aos fins de semana numa barraca de drinks que era levada para bailes e festas de favelas da Zona Norte. A cidade parecia ainda maior. Aos 15 anos descobriu, através de uma amiga do colégio, outra ONG da área de artes e cultura, no Centro da cidade, e se inscreveu num curso de escultura. "Com duas semanas de curso os caras me chamaram pra construir um cenário de uma peça do Nelson Rodrigues" (VIEIRA, 2014). Algum tempo depois foi convidado a participar de importante centro de formação em artes visuais, também no centro da cidade. Fez oficinas de vídeo, história da arte, fotografia. Foi logo reconhecido pelos oficineiros e começou a auxiliar em produções teatrais, além de circular pela cidade com outros projetos. Dois anos depois, indicado por uma das ONGs em que atuou, trabalhou como produtor de fantasias e carros alegóricos de duas grandes escolas de samba. Ganhou dinheiro e, pela primeira vez, vislumbrou sustentar-se com arte. O suco começa a engrossar.

2.1. Mobilidade urbana: a cultura na cidade

A trajetória de Succo evidencia muitas das questões e dificuldades relacionadas com a mobilidade dos jovens moradores de periferias e favelas pelas cidades dos centros urbanos brasileiros. A rua, compreendida como espaço de trocas simbólicas e corpóreas entre jovens é o espaço contemporâneo de naturalização de determinada representação sobre a condição juvenil, esta entendida como momento de liberdade e fruição de espaços e tempos. As instituições socializadoras da modernidade (a escola, a família, a igreja) representaram a rua como vilã no processo de boa formação juvenil.

Jovens dos setores mais empobrecidos da sociedade brasileira vivem constrangimentos materiais e simbólicos que dificultam sua circulação pela cidade e também pelas diferentes regiões do país. Diferentes estudos de natureza qualitativa (CORDEIRO, 2009; CARRANO, 2003; DAYRELL, 2005; WELLER, 2011) apontam processos de restrição de circulação dos jovens em seus bairros no âmbito das atividades de lazer e tempo livre. A baixa mobilidade horizontal gera também consequências societárias na diminuição das oportunidades de ampliação de construção de redes de relacionamentos e dos capitais sociais. A mobilidade é elemento crucial para os processos de interação social e abre campo de possibilidades para a diversificação da experiência social. O jovem que circula em busca da realização de atividades de lazer diversifica sua rede de convivência e coloca-se em contato com o campo do heterogêneo sociocultural. A mobilidade espacial permite a relativização das homogeneidades oriundas das posições sociais de origem e provoca o jogo da multiplicidade de papéis exigido pela vida na cidade. Pode-se dizer, na esteira de Jensen (2006), que as práticas de mobilidade encontram-se no centro das análises sobre os contextos de vida das sociedades da modernidade tardia. Para os jovens de hoje mobilidade e modernidade podem ser compreendidas como as duas faces de uma mesma moeda que configuram o sentido de vida moderna.

A possibilidade de mobilidade contou muito na trajetória de Succo. Esse parece ser o principal motivo pelo qual ele decidiu não entrar para a vida do crime. Apesar de uma série de benefícios que uma vida criminosa pode proporcionar, esse caminho impossibilitaria o trânsito na cidade, as possibilidades de relacionamento extramuros e os aprendizados que adquiriu nas caminhadas pela cidade, avalia.

> Com 11 anos eu sabia que eu não queria entrar pra boca (de fumo; lugar de venda de drogas) ou morrer na esquina como vários amigos que eu vi nesse *rolé*. [...] É uma parada que vem de você mesmo. Não que eu nunca tenha ficado tentado a pegar uma arma, fazer justiça, querer ser o *bambambam* da favela. Porque isso já aconteceu. Mas eu consegui me segurar. Eu sempre pesei os prós e os contras. Isso vem do berço. [...] Vou pegar em arma e comandar o morro. Vou ter dinheiro, as mulheres vão vir, legal. Mas não posso ir ali, não posso conhecer fulano, não posso ir na favela tal, não posso ir mais na casa de um amigo e a polícia vai vir aqui sufocar. (VIEIRA, 2014)

2.2. Formação cultural: táticas, projetos, rolés

"Eu sempre volto aos lugares"
(SUCCO)

Hoje, refletindo sobre sua trajetória, Succo compõe um roteiro que vai das suas andanças pelas festas da cidade, os projetos que empreendeu e os processos formativos pelos quais passou em instituições.

> Eu aprendi muito com os projetos sociais, eles me formaram até certo ponto, mas não foram os projetos sociais que salvaram minha vida. Existe um abismo aí. [...] Eu penso nisso todo dia. Eu não tenho uma profissão definida. Eu diria: 'meu nome é Succo, minha profissão é ser versátil'. (VIEIRA, 2014)

Succo passou 10 anos na ONG Galpão Aplauso. Depois de um processo longo onde percebeu que sua capacidade intelectual e sua força de trabalho estavam sendo subalternizadas e subaproveitadas o jovem se desligou do projeto. No Galpão, Succo foi contratado para trabalhar em diversos projetos. Deixou de ser jovem aprendiz e passou a ser profissional. Mas o estigma sempre perdurou.

> Ela *(a responsável pelo projeto)* falava: 'precisamos de um vídeo em HD. Faz mágica e em uma hora e eu volto pra ver'. Como não havia os programas, aprendemos sozinhos a transferir os vídeos para baixa qualidade, editar os vídeos em programas livres e transferir de novo para alta qualidade e entregar o trabalho no prazo. É aí que tá o problema: se você mostra que consegue, te exploram. (VIEIRA, 2014)

Succo recebia um salário muito abaixo dos serviços de produção cultural que prestava e sabia disso. Na peça teatral do grupo, em cartaz na ocasião, fazia interferências sonoras, entrava no palco como MC e era o cenotécnico responsável. Essa prática multifacetada em torno do trabalho na produção cultural trouxe visões ampliadas dos processos de trabalho no campo, assim como críticas a um modelo desorganizado de trabalho, se comparado com o formato estabelecido.

Passada a experiência no Galpão Aplauso, Succo foi convidado a fazer um grafite para um projeto de arte e intervenção urbana chamado Rádio Interofônica no Museu da Maré[6]. Isso produziu viagens, novos contratos para a produção de grafites e intervenções, entre as cidades de Recife e Belo Horizonte. Durante o ano que passou na Rádio, produziu exposições de arte, vídeos, oficinas e grafites. Em paralelo, começou a estender sua rede para além do projeto que se encerraria ao fim do financiamento. Destino comum destinado à maioria dos projetos patrocinados nos quais trabalhou.

A partir de um grupo composto por Mcs do bairro da Penha, "Os neguin que não se cala", começou um movimento de encontro de rimas sob um dos viadutos do bairro. A produção era coletiva e realizada sem financiamento. Mas Succo gostava de ver que modelos de trabalho poderiam ainda ser diferentes de tudo o que já tinha vivido.

> A gente chegava lá, levava os equipamentos. Tinha um maluco que morava ali pertinho do viaduto e a gente puxava a energia de lá e botava som. Rolava uns *free style*, dava uma galera. Isso rolou até 2012, duas vezes por mês, no mesmo formato. (VIEIRA, 2014)

Esses encontros geraram novos convites pra tocar ou cantar em outros morros da Penha. "Chegava lá, ligava o microfone e mandava a rima." Contudo, segundo disse, o projeto acabou. E isso demonstraria a falta de estrutura para o rap. Assim como faltaria suporte para o produtor cultural autônomo de favelas, em especial, quando este não está ligado a projetos sociais ou às instituições. A busca por autonomia transformou seu trabalho em engajamento, de forma que a cada ideia que surgia resultavam articulações que fizessem daquilo algo possível.

---

6 O Museu da Maré é um conjunto de ações voltadas para o registro, preservação e divulgação da história das comunidades da Maré, em seus diversos aspectos, sejam eles culturais, sociais ou econômicos.

Mas com o passar do tempo ideias deixam de ser meras vontades de realização e passam a se constituir em vontades de sustentabilidade, de retorno financeiro e de satisfação profissional.
Depois de algumas experiências, Succo descobriu possibilidades de financiamento de ideias. Há quatro anos se lançou a escrever ideias em editais de financiamento e, depois de muitas tentativas, está para realizar um projeto com um grupo de amigos aprovado num edital da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Ele se sente orgulhoso pela conquista mas entende que os editais só podem ser formas de alavancar ideias e que elas precisam ser sustentadas autonomamente depois.
Este é o momento em que sua relação com a favela da Maré aumenta de forma significativa. Um dos projetos que Succo tentou viabilizar pela via dos editais é um circuito de oficinas de rima em escolas públicas. Depois de dois projetos reprovados, desenhou um mapa de escolas num raio territorial confortável, reviu o orçamento para cada oficina e foi bater na porta das escolas. Depois de conseguir marcar reuniões com os coordenadores pedagógicos ou diretores ele entendeu que a verba para suas oficinas poderia vir de articulações feitas pelas próprias escolas e que o interesse por sua oficina poderia aumentar com resultados "tangíveis". Elaborou um plano retórico que fazia com que essas autoridades entendessem a importância social de seu trabalho e passou a realizar seu projeto com crianças de escolas da Favela da Maré. O resultado são encontros onde Succo faz o que seu irmão um dia fez: mostrar com a música que o mundo é cheio de injustiças e que é preciso ser forte na contracorrente do estigma que ele e seus alunos estão destinados a carregar. Mas Succo quer mais. Ele precisa ser reconhecido. Precisa fazer com que o estado que lhe negou o financiamento saiba que seu trabalho pode ser transformador e, ainda mais, que sua atuaação pode ser importante para a formação simbólica de novos agentes na cidade.

2.3. Malícia urbana: as táticas de sobrevivência político-cultural na cidade

Enquanto se pacifica usando armas
Quem tem malícia aterroriza
Fazendo poesia
Se eles quiserem ser o nosso trauma
Permaneceremos pesadelo da cidade da utopia

Muita paz a quem fica
Onde se pacifica
A paz virou mérito de quem nela acredita
E volta a regra da maldita ditadura
Com a polícia nas barracas pedindo sua escritura
Alvará de soltura pra quem for passante
Toque de recolher que não é só pra estudante
Irrelevante, amor à ordem e ao progresso
Mas só enquanto o crime estiver de recesso
Pensa, realiza e desglobaliza a cena
Herói de arma em punho é coisa de cinema
O Cartaz de procurado se transforma em Bang Bang
Homenagem pra polícia que traz paz e deixa sangue
E pra quem tem fé na polícia pacificadora
Que implanta a paz por trás das metralhadoras
Tipo de coisa com que o meu povo lida
Sem saber se a repressão é contra o crime ou contra a vida.

Malícia urbana, 2012

Aos 17 anos Succo começa a trabalhar numa fábrica de gelo aos fins de semana. Durante o dia ia para a fábrica e à noite trabalhava na barraca de drinks. Durante a semana era cada vez mais consumido pelas demandas e prazeres de trabalhar e aprender no Galpão Aplauso, com as peças de teatro, com a boemia do centro da cidade. Estudar o que a escola obrigava ficava cada vez mais difícil. Succo entrou no Ensino Médio em 2004, com um ano de atraso, aos dezessete anos. Entre as oscilações no trabalho, nos projetos e nos afetos ele só conseguiu o certificado do Ensino Médio em 2011, depois de um programa de aceleração da aprendizagem.

> Eu comecei o terceiro ano umas cinco vezes. [...] Eu não aturava o modelo hierárquico da escola, onde a verdade é imposta e é uma só. [...] Eu me sentia sozinho na vontade de mudar. Larguei. Nunca mais voltei. (VIEIRA, 2014)

O fim da adolescência é o momento de maior engajamento político de Succo. Aos 19 anos é convidado pelo irmão a compor o grupo de rap Malícia Urbana, criado na ocasião da chacina dos amigos do Faz Quem Quer em 2002. As reflexões sobre o cotidiano e sobre as mazelas e delícias de viver na favela e ser negro na cidade são os temas centrais das músicas do grupo.

O Malícia urbana é o fio condutor do discurso de Succo. Entre a vontade de viver exclusivamente do rap e a diversidade de atividades que desempenha (produtor, agitador cultural e artista), vê na marca que criou com o irmão um lastro afetivo, político e cultural muito forte para as disputas que planeja emplacar durante sua trajetória no mundo. Hoje, Succo é um dos representantes da Escola Popular de Comunicação Crítica (ESPOCC) - projeto desenvolvido pelo Observatório de Favelas do Rio de Janeiro. Depois de ter participado do projeto como aluno, foi promovido ao que mais sabe fazer: produzir conteúdos e grafittes, promover debates e organizar encontros. Arte e vida vão se tornando cada vez mais implicadas e as necessidades objetivas de sua vida na cidade do capital vão sendo supridas através das rimas que compõe e dos "corres" – trabalhos diversos – pela cidade.

3. Yasmin Thayná: um corpo negro na cidade

Yasmin Thayná de Miranda Neves nasceu em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no dia 03 de novembro de 1992. Primeira filha de recém-formado casal, Yasmin foi levada nos primeiros dias de vida para a casa alugada no bairro de Vila Iguaçuana. Até bem pouco tempo, um bairro do subúrbio de Nova Iguaçú de infraestrutura muito precária, sem asfalto ou sistema de saneamento básico. Ali Yasmin viveu uma infância atravessada por alguns nós que ainda se desatam. Aos 22 anos de idade recém-completos, em 2015, relata com propriedade sobre sua experiência de cidade, de corpo e suas investidas na disputa pela existência de espaços menos discriminatórios.

A consciência (e a crítica) do corpo só começaria a aflorar na adolescência, quando Yasmin se mudou para a casa de uma tia em Nova Iguaçu. A mudança foi para possibilitar o acesso ao curso de Ensino Médio Técnico em Eletrotécnica numa instituição pública do Estado do Rio de Janeiro. Durante um período difícil de adaptação, com puberdade afetando a autoestima, Yasmin inicia sua narração do mundo com romances inspirados em acontecimentos diários. O exercício da escrita a levou a um inovador projeto oferecido pela Secretaria de Cultura do Município de Nova Iguaçu - o Jovem Repórter. O projeto incentivava que jovens escrevessem matérias para o site oficial da prefeitura com pautas levantadas em grupo e dedicadas à produção cultural e à memória da cidade. Essa oportunidade levou Yasmin, já em 2012, a um programa de formação de escritores ligado à FLUPP (Feira Literária das Unidades de Polícia Pacificadora - UPPs), a Flupp Pensa. Foi nessa época, quando Yasmin já havia rompido as barreiras territoriais de Nova Iguaçu e trabalhava no projeto Agência de Redes para a Juventude[7] que um encontro transformou sua visão sobre si mesma:

> Tinha a Carla Cris. Ela é uma negra linda e sempre gosta de falar sobre o lugar da mulher negra. Foi a primeira vez que eu ouvi coisas desse tipo. Um dia ela me convidou pra ir na casa dela e cortou o meu cabelo. Foi o nascimento da McKbela.

---

7 Projeto social de formação e engajamento de jovens de territórios populares em produção cultural.

> Foi uma transformação. Eu nunca tive uma mulher que sentasse comigo e mandasse o papo reto. De ser mulher, de ser negra. Foi quando eu fui colocando isso nas minhas referências, nas minhas falas. Eu escolhi ser negra. (VIEIRA, 2014)

McKbela foi o conto apresentado no final do processo formativo da FluppPensa.[8] O texto dá conta de uma série de memórias de agressões infantis que desembocaram em tratamentos para alisar os cabelos, inúmeros processos e produtos químicos agressivos que angustiavam a jovem a ponto desta precisar escrever poesias melancólicas na sala de espera dos salões de beleza. O conto descreve um desses processos onde a chapa quente de alisamento causou uma ferida no seu couro cabeludo. A angústia e o desrespeito pelo próprio corpo só se materializaram no encontro com Carla Cris.

O reconhecimento estético de Yasmin leva a uma construção fundamental de sua personalidade. Os percursos de engajamento que ela vai assumindo desde esse momento (e antes, como se mostrará) são resultados de vivências estéticas e territoriais, baseadas no envolvimento em redes de produção cultural. Yasmin inventa um jeito próprio de lidar com as situações difíceis e com as oportunidades que se apresentam em sua vida.

3.1. Engajamento e produção cultural: "modos de fazer com"

Toda pessoa que é de periferia e pobre, ela já nasce produtora. Já existe nela o estímulo da produção, porque ela sabe que precisa produzir a própria vida.
Yasmin Thayná

Michel de Certeau (1990) desenvolve um importante pensamento sobre o cotidiano e seus atores. Ele observa, nas práticas cotidianas dos homens comuns, um ágil movimento. São "jogos", "táticas", que conformados na vida diária, resultam em maneiras próprias de sobreviver nos ambientes competitivos e opressores do sistema econômico-social contemporâneo. Uma série de decisões tomadas por Yasmin durante seu percurso biográfico constitui um "modo de fazer com". Isso gera apropriações e reapropriações que permitem a configuração de um estilo próprio, fundamental para a constituição de sua identidade cultural e social. Essa é uma questão central para entender como alguns jovens provenientes de territórios populares reconfiguram a cena cultural contemporânea a partir de suas próprias experiências de vida.

Quando ingressou no segundo ano do Ensino Médio Técnico, ela se candidatou ao Grêmio Estudantil e foi aceita. A partir de algumas ideias sobre acesso a internet e cursos mais diversos, a nomearam, com pouco mais de três meses de atuação, Diretora de Políticas Educacionais. "Eu tinha facilidade muito grande de falar com os professores, de circular informação entre eles." (VIEIRA, 2014)

Seu primeiro grande projeto no cargo foi uma revolução para os parâmetros da Escola. Todos os anos os alunos de todas as séries se juntavam na produção da Feira Mundi, um evento onde cada grupo era responsável por contar a história e cultura dos países do mundo. Yasmin propôs a Feira Brasil com o mesmo formato, mas com temas ligados à práticas culturais brasileiras.

Nessa mesma época Yasmin passou a frequentar a Casa de Cultura de Nova Iguaçu, uma sede de programação e projetos culturais do município que gera grande circulação de jovens, sendo a maioria alunos da rede pública de ensino. Yasmin assistia filmes, fazia aulas de malabares, conversava com pessoas, começou a entender que poderia fazer mais que a formação técnica lhe prometia.

> Eu queria tocar o terror, juntar as pessoas e tal. Eu levei oficina de malabares pra escola. Eu fundei o cineclube Edson Luis da FAETEC. Convidei o roterista do 700 contra um, o Cavi, o Marão[9]. Eu comecei a produzir de verdade, igual gente grande. Ligava pro convidado, falava da ideia de passar o filme e de ele falar um pouco pra galera. E foi funcionando. Nas reuniões a gente perguntava: "quem aqui produz alguma coisa com audiovisual?" Tinha fotógrafo, os meninos de eletrônica montando

8 O conto está disponível em http://issuu.com/yasminthayna/docs/mc_k-bela

9 Personalidades do cinema de guerrilha do Rio de Janeiro.

> mochila que tocava som, tinha rappers etc. Todo mundo se apresentava nas sessões. Era uma cena muito legal, de jovens que estavam experimentando coisas muito além do que eles aprendiam na escola de eletrotécnica. (VIEIRA, 2014)

Foi nesta ocasião que Yasmin recebeu o convite para integrar a equipe do Jovem Repórter[10]. Neste ambiente desenvolveu novas concepções sobre cultura e território a partir das vivências no campo, apurando notícias da produção cultural da cidade, produzindo textos e participando de oficinas e debates. O contato com os conflitos da cidade (como os do tráfico de drogas) e as trocas simbólicas para as quais ela precisava olhar enquanto produzia as matérias do Jovem Repórter, descarregavam sobre ela um sentimento estanque de relativização que gerou posicionamento *político-territorial* que encontrou na comunicação e na cultura suas bases de atuação. A bolsa de R$150,00 mensais garantia o transporte e alimentação fora de casa. Mas Yasmin queria mais.[11]
Na mesma época, Yasmin descobriu a Escola Livre de Cinema de Nova Iguaçu.[12] O projeto que procurava estimular ações artísticas através de imagens e sons e tinha como princípio metodológico a articulação de três conceitos – o corpo, a palavra e o território. O pai de Yasmin conseguiu comprar uma câmera de baixa resolução e a avó adquiriu um tripé usado. Durante o curso ela produziu mais de 8 filmes sobre o próprio cotidiano. No fim do ano de 2009, aos 17 anos, Yasmin tocava o cineclube na escola, era Jovem Repórter, fazia Escola Livre de Cinema e estudava, sempre que possível, para que pudesse passar nas provas bimestrais do último ano do Ensino Médio. A versatilidade de Yasmin, os projetos nos quais se engajou, a franca ampliação de seus capitais sociais configuraram um desejo incontido de independência estética e atuação política.

3.2. Educação para a autonomia: redes, táticas e enfrentamentos

No percurso de Yasmin, os espaços educativos, escolarizados ou não, parecem ganhar dimensões maiores que normalmente teriam. São nesses espaços que a jovem encontra brechas para suas articulações políticas e culturais e para a produção de sua subjetividade. Os conteúdos e metodologias da escola formal são criticados por Yasmin, o que em grande medida se associa com a insatisfação de parcela *significativa* da população jovem frente aos sentidos da frequência à escola de ensino médio no Brasil (DAYRELL, CARRANO & MAIA, 2014). No entanto, ela reconhece nesses lugares possibilidades infinitas de construção de redes e também é na formação educativa que encontra os motivos de sua dedicação.

> O meu pai dormia na fila da secretaria das escolas pra conseguir vaga pra gente. Eu sempre reconheci um esforço muito grande do meu pai quando se tratava de escola, dos cursos que a gente queria fazer. O meu pai terminou o Ensino Médio recentemente, mas ele sempre buscou informação, os direitos, o que falar, como dizer. Ele criou esse universo da escola como salvação. Eu sempre tive dificuldade em aprender, em me adaptar a essa metodologia meritocrática, mas meu pai sempre me ajudou a superar. A escola sempre foi um espaço de opressão pra mim. Mas eu dei meu jeito, *hackeei*. (VIEIRA, 2014)

Quando Yasmin prestou a prova do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), assim que concluiu o Ensino Médio, sua nota garantiu apenas 50% do curso de jornalismo numa universidade particular na zona norte da cidade. A mensalidade de R$300,00 não era uma possibilidade para o pai e tampouco para a avó. No momento da decisão Yasmin foi convidada pra trabalhar como estagiária de cultura digital na ONG Agência Redes para

---

10 O projeto, desativado desde 2011, é um programa de formação de jovens em comunicação comunitária. As pautas giram em torno dos eventos e processos artístico-culturais da cidade de Nova Iguaçu. O repositório dos conteúdos é o portal CulturaNI (http://culturani.blogspot.com.br/) vinculado à Secretaria Municipal de Cultura de Nova Iguaçu - SEMCTUR.

11 Nos ano em que Yasmin fez parte do projeto, ela produziu mais de 40 matérias.

12 A escola é um projeto patrocinado pela Petrobras em parceria com a Secretaria de cultura do Estado, a Universidade Federal Fluminense e diversos agentes culturais e cineclubes locais.

Juventude. O salário de R$600,00 garantia o pagamento da mensalidade de faculdade e as despesas diárias. Mas ainda era pouco e o peso de um mercado de trabalho injusto (como visto no caso de Succo) fez diferença nas escolhas de Yasmin.

O Facebook virou uma ferramenta de atuação política na construção de redes que foram aos poucos mostrando caminhos de articulação de trabalho e produção efetivos para as necessidades de Yasmin. Ela conta que sempre que conhece ou ouve falar de alguém que lhe parece interessante, digita o nome da pessoa no site de busca Google e faz pequenos levantamentos sobre seus perfis profissionais.

Yasmin tem uma forte percepção sobre seu poder de transformação. Para ela é preciso disputar as estruturas por dentro. E só é possível entrar nas estruturas quando se tem redes firmes armadas. Ela cita Manuel Castells (1999) enquanto discorre sobre sua quase obsessão por fazer redes e contatos: "Na sociedade moderna, poder se mede com a capacidade de fazer redes". Yasmin acumula 2.902 "amigos" no Facebook e 480 seguidores. Na *"timeline"* de seu perfil nesta rede social ela reflete sobre os temas que mais lhe afetam; compartilha conquistas e agressões (sofridas ainda pelo cabelo black power ou pelo fato de ser mulher e homossexual na cidade) e promove campanhas de conscientização. Sempre citando amigos e creditando a si e às centenas de colaboradores que vai agregando nos projetos que empreende.

Três anos depois de ingressar no curso de jornalismo, decidiu prestar vestibular para o curso de jornalismo para uma universidade também particular, porém, mais conceituada. Há um ano ela ingressou com bolsa integral, não conseguiu aproveitar as disciplinas cursadas e voltou à estaca zero no curso. Depois de algumas articulações ela ingressou na equipe de comunicação de uma importante fundação educacional. Quinzenalmente publica um texto no portal nacional de notícias e opiniões, Brasil Post[13]. Dirige um curta metragem, gerado a partir do conto MC K-bela, "sobre ser mulher e tornar-se negra" e outro sobre produtores culturais da Baixada Fluminense chamado "Nova Iguaçu, Eu Te Amo"[14]. Os dois últimos projetos estão sendo produzidos colaborativamente com campanhas de financiamento coletivo organizadas na internet.

Ela acredita que a entrada na nova universidade pode representar importante tática de visibilidade para si e para os jovens negros do Brasil, pelos quais milita:

> Eu acho que eu não estou na universidade só pra acumular conhecimento. Mas pra h*ackear* ele. Como eu posso pegar isso tudo que eu aprendo e leio aqui e não me trancar no alto da Boa Vista e fazer palestras de 10 mil reais?? Eu disse pro meu professor que não ia fazer seminário sobre os gêneros de Hollywood, mas sobre o movimento do cinema nigeriano. Eu não vou falar de neorealismo. Eu vou falar de cinema negro. É uma vontade de interferir no sistema, sabe? (VIEIRA, 2014)

O convívio com o outro tem feito com que Yasmin olhe para sua própria trajetória e entenda a força de suas ações. Não basta estar na PUC. É preciso representar outro lugar. A produção cultural, dialógica, relativizada, parece ser a única forma de afetar os outros.

> Eu tento ter muito cuidado pra usar o meu lugar de origem e de moradia como uma afirmação, uma fala política, nunca como vitimização. Mas com cuidado pra não segregar também. 'Você é rico, eu não posso te ouvir'. Eu acho isso horrível. Se eu quero o diálogo eu não posso calar o opressor. O diálogo não acontece só com quem pensa igual a você. A burguesia faz isso o tempo todo. É importante olhar pra si, debater com os pares, mas eu acho mais importante o embate. E eu nem acho que o embate seja sempre um conflito não. Ter ódio do branco só porque ele é historicamente opressor não resolve o problema do negro. É preciso dialogar. (VIEIRA, 2014)

---

13 http://www.brasilpost.com.br/yasmin-thayna/

14 Em referência à série de longas metragens dirigidos por grandes cineastas do mundo sobre cidades. Em 2014 foi lançada a versão brasileira da série chamada Rio, Eu Te Amo. Yasmin ironiza o fato do filme só contemplar a zona sul da cidade e suas alegorias.

Uma das categorias mais utilizadas por Yamin é *hacker*. Silveira (2010) analisa o nascimento do computador pessoal e da internet no âmbito do movimento americano da contracultura baseado na distribuição do poder e emancipação das pessoas através do acesso às informações e que tem nos *hackers* sua principal representação. Originalmente um *hacker* seria um "um programador de computador talentoso que poderia resolver qualquer problema muito rapidamente, de modo inovador e utilizando meios não convencionais" (SILVEIRA, 2010). No entanto, esse conceito, datado do fim da década de 1980, vem sendo cada vez mais relativizado. Durante os primeiros anos da internet e da ascensão do modelo neoliberal, esta categoria sofreu ininterruptos ataques, já que a liberdade de informação e o compartilhamento de códigos eram vistos como negativos para a acumulação e lucratividade das grandes corporações. Não por acaso durante toda a primeira década do século 21, os países europeus representantes de direitas liberais (como Espanha, França, Alemanha e Inglaterra) aprovaram leis severas de acesso à informação e compartilhamento de arquivos na internet. Respaldados pelos meios de comunicação esse movimento de disputa (que tem claramente lados desiguais) acabou gerando no imaginário popular uma relação maniqueísta onde hackers são vilões da propriedade intelectual, tão valorizada nos ambientes capitalistas globais.

Yasmin acredita que a *cultura hacker* é a cultura de uma importante parcela da juventude brasileira contemporânea que, como ela, se apropria de informações, estéticas, modelos para disputar visibilidade, mercado de trabalho, acesso, mobilidade – categorias historicamente negadas aos pobres e negros.

> Eu também venho desconstruindo essa ideia que ser alguém é ser poderoso, um líder, um formador de opinião, um representante. Ser alguém é poder ser livre pra trocar ideias, informações, poder dizer o que pensa, na humildade. É quase todo mundo. É mais horizontal. Existem muitas formas de usar o que você aprende na vida. E qualquer um pode fazer isso. Ou pelo menos poderia. Eu me sinto vencedora já porque acho que consigo difundir o que eu aprendo. O nome disso é *hackear*. (VIEIRA, 2014)

Yasmin elabora uma categoria que aparenta ser capaz de representar a educação autônoma que teve e, que hoje, conforma a sua atuação cultural e política:

> Eu tenho uma vida de produtora cultural. Mas eu não quero ser só isso. É que eu fui educada na produção. É tipo uma *educação para autonomia*. Que é como eu acredito a educação. E é o que eu acho que falta aqui pra galera da PUC (Pontifícia Universidade Católica). Eu tenho uma amiga que estudou numa escola ultra moderna ali na Glória. Mas o motorista ia buscar em casa, a empregada fazia tudo pra ela. Todos os meus colegas de classe tem empregada. Eu acho isso bizarro (...) Desde os seis anos eu me viro: ia pra escola sozinha, produzia meus próprios brinquedos, passava a minha roupa, lia o que eu queria. A galera de classe popular tem muito mais essa educação. Os ricos tem várias dificuldades de resolver os problemas da cidade como um todo porque eles vivem em bolhas, não têm anticorpos. Seria de mais se todo mundo fosse educado assim (...) **Eu aprendi que eu posso ser o que eu quiser. Essa foi minha sacada.** (VIEIRA, 2014)

4. Considerações finais

Os jovens da pesquisa são consumidores de uma classe social emergente no Brasil há alguns anos. Estes cresceram produzindo a partir de seus próprios contextos de consumo cultural e vivenciando a tendência já detectada de dissolução dos lugares estanques entre produtores, intermediários e receptores culturais. Algumas análises, não sem uma forte carga de otimismo, chegam a formular o conceito de *prosumidores* (CANCLINI, 2012) para designar aqueles atores criativos jovens que teriam apagado as fronteiras entre produção e consumo.

Jovens com níveis de escolaridade superiores aos seus pais. Alcançaram mobilidade escolar que lhes permitiu o acesso a cursos universitários e, ao longo de suas vidas, participaram de vários projetos sociais educativos, governamentais e não governamentais, que lhes foram oferecidos por sua condição de jovens moradores de favela, de um modo geral, considerados pela noção de falta ou carência; jovens em situação de "risco" e "vulnerabilidade" social.

Ao longo de suas trajetórias aprenderam a importância de se apropriar de tecnologias informáticas que lhes permitiram tecer redes e colaborar na reconfiguração da cena de oportunidades de trabalho na favela. Os dois, Succo e Yasmin, promovem uma série de ações para disputar as representações sobre o papel dos jovens de favela nas redes de agenciamento cultural na cidade no Rio de Janeiro. A partir de um olhar atento aos seus percursos biográficos e às práticas de cultura, política e trabalho desses jovens se procurou compreender como estes estabelecem táticas de produção cultural nos territórios em que atuam e que já não se circunscrevem à favela mas atravessam muitos lugares antes inacessíveis na cidade. Nas conversas realizadas com Succo e Yasmin se evidenciou a necessidade destes em representar a imagem de sujeitos culturais e políticos, multifacetados, versáteis, inseridos na vida da cidade, enredados em muitas articulações e produtores de suas próprias biografias que, em última instância, confrontam o imaginário negativo que se construiu sobre o jovem e a jovem da favela.

5. Bibliografia

ARFUCH, L. (2010) *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

BECK, Ulrich. (2010) *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Ed. 34.

CANCLINI, N.G & FERIA, E.P. (2013). Introducción: Jóvenes creativos trabajando en red: una visión multidisciplinaria. In: *Jóvenes creativos: estratégias y redes culturales*/Néstor García Canclini y Ernesto Piedras, coordenadores. México: Universidad Autónoma Metropolina, Unidad Iztapalapa: Juan Pablos Editor, 2013. 9-23.

CANCLINI, N. (2012). Jóvenes, culturas urbanas y redes digitales. Barcelona: Ed. Ariel/Fundación Telefônica. Disponível na internet: ≤ http://www.ccemx.org/descargas/files/Jovenes_culturas_urbanas_nestor_garcia_canclini.pdf ≥. Acesso em: 14.12.2014.

CARRANO, P. *Juventudes e cidades educadoras*. Petrópolis : Vozes, 2003.

CASTEL, R. (2010). *El ascenso de las incertidumbres: trabajo, protecciones, estatuto del individuo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999;

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHAMPAGNE, P. (1997). A visão midiática. In: *A miséria do mundo*. Pierre Bourdieu et al. – Petrópolis, RJ: Vozes, 103-116.

CORDEIRO, D. (2009). *Juventude nas sombras: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedades*. Rio de Janeiro: Lamparina.

DAYRELL, J. (2005). *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude*. Belo Horizonte : Ed. UFMG.

DAYRELL, J. ; CARRANO, P.; MAIA, C. (OrgS.) (2014). *Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG.

FERREIRA, V. (2014). A juventude e o trabalho flexível. Universidade de São Carlos, São Carlos, São Paulo, 20 de novembro de 2014. Seminário Internacional "*Juventudes e a nova cultura do trabalho*". Palestra em mesa redonda.

FILGUEIRA, C.H. (2001). Estrutura de oportunidades y vulnerabilidad social: Aproximaciones conceptuales recientes. In: *CEPAL. Seminário vulnerabilidad*. Santiago: Cepal, 2001.

FRÚGOLI, J. (2005) *O urbano em questão na antropologia*: interfaces com a sociologia. Rev. Antropol., Jun 2005, vol.48, no.1, p.133-165.

HALL, S. (1997). A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: THOMPSON, Kenneth. *Media and Cultural Regulation*. Inglaterra.

JENSEN, Mette. Mobility among young urban dwellers. In: *Young. Nordic Journal of Youth Research*, 2006, 343-361.

MERKLEN, D. (2013). Las dinámicas contemporáneas de la individuación. In: *Individuación, precariedad, inseguridad*. Robert Caste…[et al]. Buenos Aires: Paidós.

PERALVA, A. (1997). O jovem como modelo cultural. In: *Revista Brasileira de Educação*. Mai/Jun/Jul/Ago 1997 Nº 5 Set/Out/Nov/Dez 1997 Nº 6. Disponível na internet: http://www.emdialogo.uff.br/documento/o-jovem-como-modelo-cultural>. Acesso em: 14.12.2014.

RIBEIRO, A.C.T. (2014).Territórios jovens: técnicas e modos de vida. In: *Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisas em educação, mídia e ciências sociais*. Niterói, Editora Eduff/Faperj, 19-30.

SILVA, J.S. (2014). Trajetórias reinventadas. In: *Menos* 30. São Paulo: Globo Universidade, Caderno 5.

SILVEIRA, S. A. (2010). Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. *REVISTA USP*, São Paulo, n.86, p. 28-39, junho/agosto 2010.

VELHO, G. & CASTRO, E. (1978). *O conceito de cultura e o estudo das sociedades complexas.* Artefato, Jornal de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, 1978.

VIEIRA, G. Jovens produtores (2014). *Diário de Campo*. Programa de Mestrado Cultura e Territorialidade (PPCULT), 2014. Universidade Federal Fluminense.

WELLER, W. *Minha voz é tudo o que eu tenho: manifestações juvenis em Berlim e São Paulo*. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2011.

Juventude e mercado artístico: desafios para a formação e o trabalho, no Brasil e em Portugal

Ivan Faria[1]

Vera Borges[2]

Denise H. P. Laranjeira[3]

Resumo: O objetivo do presente artigo é discutir os processos de formação, profissionalização e inserção social de jovens no mercado cultural da cidade de Salvador, Bahia, e comparar com as conclusões da pesquisa realizada no contexto português com jovens atores e bailarinos. Os dados analisados apontam que o cenário artístico tem mobilizado sonhos e expectativas entre jovens, particularmente nas áreas da música e dança. O Estado tem construído instituições que oferecem cursos na área artística (integrados e subsequentes ao ensino médio, capacitação), mas tal oferta tem contrastado com elevadíssimos índices de evasão. Quanto à inserção profissional, os mercados de trabalho são marcados pela incerteza de reconhecimento e remuneração, mobilizando estratégias de busca de elevação dos níveis de formação, criação de redes de sociabilidade, mas também de migrações em busca de trabalho.

1 Introdução

No século XXI, a cultura vem ganhando um valor central na economia, num movimento que conjuga os fenômenos da "mercantilização da cultura" e da "culturalização da mercadoria" (Machado, Rabelo e Gomes, 2013), apontando que, em linhas gerais, a cultura teria cada vez mais funcionalidade para a dinâmica do capital. De um lado, a chamada "culturalização da mercadoria" manifesta-se por meio do crescente papel que os aspectos culturais desempenham na conformação de objetos e serviços, que investem cada vez mais na produção de diferenciais cognitivos, estéticos, artísticos etc. De outro, o processo de "mercantilização da cultura" aponta para uma versão mais ampla e complexa das tensões apontadas por Benjamin (2012), que já no início do século passado reconhecia o declínio da aura e da originalidade das obras artísticas em meio à ascensão das formas técnicas de reprodução em larga escala.[4] Hoje, bens e serviços culturais são amplamente ofertados e comercializados, não apenas aqueles lançados pelo *mainstream* da indústria cultural (grandes estúdios cinematográficos ou canais de televisão fechada), mas também a música e o audiovisual produzido de forma alternativa, que aproveita o potencial das tecnologias da informação e da comunicação para difundir suas produções. As artes do espetáculo, como a dança e o teatro, embora ainda estejam distantes das linguagens citadas quando tratamos de economia (Karpik, 2007), têm sido gradativamente incluídas nas lógicas da financeirização do setor

1 Professor Assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e membro dos grupos de pesquisa Observatório da Juventude (UFMG) e TRACE (UEFS). ivanxfaria@gmail.com

2 Investigadora no DINÂMIA'CET, ISCTE-IUL (Instituto Universitário de Lisboa) e Investigadora Associada do ICS, Universidade de Lisboa. vera.borges@iscte.pt

3 Professora Titular da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e Pesquisadora associada ao grupo de pesquisa Trajetórias, Cultura e Educação (TRACE). denise.laranjeira@gmail.com

4 Benjamin et al. (2012) problematizava os efeitos de tais mudanças, nascidas com a tipografia e amplificadas com o florescimento da fotografia e do cinema, alteraram radicalmente as formas de relação com as artes – e consequentemente com a cultura mais ampla – ao aumentar as possibilidades de acesso a novos grupos sociais, criando novos públicos, valores e usos culturais.

cultural, especialmente quando associadas aos mecanismos de financiamento oriundos da iniciativa privada.
O setor das atividades culturais envolve tanto as chamadas artes tradicionais (música, literatura, dança, teatro, arte visual, cinema, fotografia) quanto atividades culturais não facilmente qualificáveis como arte (contação de histórias, festas populares, artesanatos, moda, gastronomia, televisão, publicidade, arquitetura) (Throsby, 2001). Cada um desses campos possui regras e formas próprias para gerir seus processos de formação, de trabalho, de organização dos processos de produção, difusão e consumo. Apesar da diversidade de contextos e linguagens envolvidas, em comum, estes campos de trabalho envolvem elevados graus de incerteza e de informalidade, mas também de possibilidades de criação, de autonomia, de engajamento e colaboração social.

> Particularmente, entre jovens, o mundo artístico se apresenta, muitas vezes, como atraente. As possibilidades de estudar (em cursos técnicos, universitários, de iniciação e aperfeiçoamento), fruir e consumir se ampliam. No entanto, quando pensamos na possibilidade de trabalhar com ou viver apenas de arte, a realidade se mostra mais restritiva, uma vez que o mundo do trabalho artístico é marcado pela desregulamentação, a volatilidade, o descompasso entre oferta de mão de obra e oferta de postos de trabalho e as desigualdades das recompensas (econômicas e reputacionais), como demonstrou Menger (2009, 2012, 2013, 2014), recorrendo à ilustração da pirâmide e da renda reputacional que alimenta o sonho de muitos (aqueles que estão na base) e se concentra apenas nas mãos de alguns (no topo).
> Lingo e Tepper (2013), ao analisar a obra de Menger e de outros pesquisadores da área, identificam que o campo artístico seria tão atraente por razões como: as poucas barreiras para o ingresso – em certos domínios artísticos predomina o discurso do autodidatismo, não se exige licença ou graduação para atuar –, a sedução da autonomia e da liberdade e, por fim, a subestimação crônica dos riscos envolvidos e das chances de sucesso.

Apesar de tais restrições, quando pensamos no universo juvenil, outros setores da economia também não têm conseguido garantir a inserção social da juventude. Os acentuados indicadores mundiais de desemprego e de precarização do trabalho atingem de forma mais contundente os jovens do mundo, naquilo que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) chama de "crise do emprego juvenil".
No Brasil, ainda que nos últimos dez anos tenham ocorrido avanços importantes na redução da pobreza e do desemprego, encontrar trabalho – e nele permanecer – ainda é um desafio para a juventude. Menezes e Uchoa (2013), analisando os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD), de 2011, identificaram que a taxa de desemprego entre jovens com idade entre 15 e 24 anos era de 15,4%, contra apenas 5,2% para pessoas entre os 25 e 55 anos.
Em Portugal, os últimos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) mostram que o desemprego entre os jovens tem diminuído, embora ainda se encontre num nível preocupante, 32,2%. As escassas oportunidades de inserção profissional têm se concentrado em setores[5] cujo trabalho é marcado pela pouca autonomia, escopo reduzido e altíssima rotatividade dos indivíduos, sobretudo os mais jovens que se veem envolvidos em situações que Ferreira (2014) caracteriza com a expressão "nem-nem" (não estudam, não trabalham, não procuram emprego): subcontratados, trabalhadores temporários e, principalmente, crescem os empregos intermediados por terceiros e os trabalhos informais como forma de sobrevivência (Ferreira, 2014). Em tal cenário, a escolha pela arte como projeto de vida não pareceria tão estranho como há alguns anos.
No presente artigo pretendemos aprofundar o debate sobre juventude e mundo artístico, tomando como referência duas realidades distintas: o estado da Bahia, no Brasil, e uma breve referência comparativa aos principais resultados da investigação realizada em Portugal (apoiando-se nas análises de Borges e Pereira, 2012; Almeida e Pais, 2013; Ferreira, 2014). O objetivo central do artigo é discutir de forma contrastiva os processos de formação e de inserção socioprofissional dos jovens nos campos das artes, tendo como ponto de partida a música e a dança.

---

5 No Brasil, o ritmo de crescimento do mercado formal (1994-2010) foi de Comércio (139%), serviços (105%), indústria (46%), empresas de seleção e locação (300%) (Guimaraes, 2013).

A escolha da Bahia se justifica porque o estado é conhecido por sua "vocação" artística. Sua capital, Salvador, tem construído sua imagem social em torno da arte e da cultura do entretenimento, mesclando signos de "africanidade", da musicalidade e da festividade, em que o carnaval é uma das suas representações mais fortes (Mariano, 2009). Portugal, por sua vez, possui um mercado cultural com algumas características semelhantes ao mercado brasileiro e algumas especificidades que notaremos, oferecendo a possibilidade de comparar estas duas realidades aos contextos europeus, alavancados nos desafios e mutações globais dos mundos da arte e da criatividade (Caves, 2000; Borges e Costa, 2012).

Em Portugal, a expressão das "vocações artísticas" e a forte atração exercida pelas profissões ligadas às artes e à cultura é muito significativa, podendo aplicar-se a este mercado o célebre preceito bíblico: "muitos são os chamados, poucos os escolhidos". Ilustramos assim o caso dos arquitetos portugueses (Cabral e Borges, 2010), mas o certo é que o preceito se aplica também aos bailarinos e atores que entretanto estudamos (Borges e Pereira, 2012).

> A identidade dos artistas constrói-se em torno de uma "vocação" que dificilmente encontra plena realização no exercício profissional. Os jovens "chamados" não ficam o tempo inteiro nos mercados de trabalho artísticos, onde aparentemente é fácil entrar mas é "difícil ficar". A vocação artística dos jovens de hoje está associada a novas modalidades de formação. Falamos de jovens que leem, comentam, partilham na internet, escrevem e trocam comentários a toda a hora, numa sociedade onde tudo é global. Mesmo que sejam apenas "amadores felizes" (Abbing, 2002; Borges e Pereira, 2012), sem capacidade para viver da sua arte, a existência de jovens-fazedores de arte tem impacto na elevação de uma cultura de inovação e criatividade e promove o valor econômico, social e cultural de um território.

Os estudos nacionais que desenvolvemos, e sobre os quais assentam as nossas conclusões, demonstram que a persistência é uma das características principais dos nossos jovens artistas (Borges e Pereira, 2012). Os jovens mantêm-se nas artes através de originais articulações contratuais: o trabalho a "recibos verdes" recorrente na mesma instituição, o trabalho por projeto ou à peça, como mostramos para o teatro e para a dança (Borges, 2011), e o desenvolvimento de projetos artísticos "feitos em casa". Esta informalidade das artes, que também encontramos no Brasil e noutros contextos europeus como o francês (ver as experiências artísticas e profissionais na música rap e eletrónica, Jouvenet, 2012) valoriza a gestão de tempos de trabalho mais flexíveis e uma relação "autêntica" entre a experiência artística e o contexto profissional, que se alimentam mutuamente. A informalidade e a relação entre a arte e a vida social são também notadas nos novos modos de participação nas artes, sobretudo ligadas às iniciativas de bairro e aos apoios nacionais às artes desenvolvidas na comunidade local, nos projetos de teatro, dança e música (Borges e Lima, 2014).

Esses estudos mostram que as vocações artísticas são ampliadas por via da aprendizagem informal (no interior de grupos de amigos, estruturas amadoras, *workshops* criativos), mas também pela transmissão de valores e de conhecimentos intergeracionais e de "encontros em rede", a partir dos quais os jovens se associam. A importância do "aprender fazendo" ficou provada no caso dos atores e bailarinos e gera competências transversais e experiências múltiplas, durante a formação inicial dos mais jovens. No entanto, o mercado das profissões artísticas em Portugal fica também marcado pelo elevado peso da formação formal, até porque esse momento representa uma "porta de entrada" no mundo das artes. É em situação de formação que muitas vezes os indivíduos fortalecem redes, conhecem novos projetos e diretores (Borges, 2002).

O estudo preliminar que aqui desenvolvemos utiliza como base de análise os dados de uma investigação em curso na Bahia e de uma pesquisa realizada em Portugal, nos anos de 2009 e 2010 (com 187 artistas) e que retomamos num âmbito mais alargado no projeto DGArtes - Secretaria de Estado da Cultura, promovendo a análise conjugada de mais de uma centena e meia de organizações culturais, as trajetórias profissionais dos seus responsáveis, equipes, e a sua observação localizada no território português.[6]A pesquisa brasileira

6 O projeto "Tratamento analítico de fundo dos dados sobre as estruturas artísticas apoiadas pela DGArtes-SEC" é desenvolvido na linha de investigação Cidades e Territórios, do DINÂMIA'CET e coordenado por V. Borges.

toma como referência um universo mais amplo, de 221 egressos de duas instituições que oferecem cursos profissionalizantes nas áreas de música e dança. Até o mês de setembro de 2014, 67 egressos formados entre os anos de 2007 e 2013 se dispuseram a participar do estudo, constituindo, portanto, uma amostra não probabilística. Os sujeitos foram localizados por meio de redes sociais virtuais e foram convidados a responder a um questionário *online,* a fim de identificar suas experiências de formação e de trabalho. As informações obtidas foram analisadas qualitativamente e os dados numéricos tabulados, utilizando alguns recursos da estatística descritiva (frequências e percentuais), porém sem pretensões de generalização.
Essa comunicação está organizada em dois blocos, que abordam a formação profissional e o trabalho artístico, a partir da realidade de egressos de instituições formadoras brasileiras e da realidade portuguesa.

2 Formação Artística

Para o desenvolvimento de suas práticas, um artista precisa conjugar habilidades técnicas – o que alguns preferem denominar de "talento" – às experiências de formação formais e informais e à iniciação profissional, geralmente precoce, como é o caso do balé, mas que exige aprendizagem por toda a vida.
No campo das ciências sociais há um claro entendimento de que as chamadas "vocações" artísticas são produtos de processos específicos de socialização e aprendizagens estéticas, que se dão em espaços como a comunidade, a família, a escola e o trabalho (Becker, 1977; Bourdieu, 1996). Tal noção contraria uma visão comum da existência de um gênio inato ou de uma tendência natural para as artes, que encobriria ou tornaria difusa a percepção dos processos de aprendizagem.
A "formação artística" é um processo de construção de habilidades, sensibilidades e significados em torno das artes, de modo consciente e inconsciente, e dependeria de espaços mais ou menos formalizados. Da formação inicial à inserção profissional no mundo das artes, a formação artística de jovens envolve um percurso cada vez mais longo, que se alimenta das referências e conhecimentos construídos nas relações com a família, a religião, a escola, os grupos de pares e comunitários, e se consolida e especializa com as experiências educativas nos cursos livres de arte e/ou profissionalizantes.
De modo geral, a formação artística requer longos anos de investimento para a construção de um repertório de competências, técnicas e conhecimentos sobre estilos, tendências, linguagens. Ao mesmo tempo, é um universo que requer também a construção de habilidades relacionadas à criatividade e à inovação, que de algum modo se alimentam de ideias novas e de processos instituintes, tão caros à juventude. Nesse sentido, qual o lugar dos jovens nesse setor? Estariam em grande desvantagem em relação àqueles profissionais mais maduros e estabelecidos?
Mesmo com a importância de novas agências de socialização na formação da juventude, a família ainda teria lugar central, diante da fragilidade de outros suportes institucionais como os da escola (e suas crises de sentido) e do trabalho (marcado pela instabilidade e precarização). A instância familiar tem um status importante, como lugar de refúgio e de segurança para jovens que enfrentam hoje percursos cada vez menos lineares e previsíveis na transição para a vida adulta, com dificuldades de autonomia financeira, emancipação e autonomia social (analisadas por Ferreira, 2014).
Ao estudar trajetórias de jovens artistas nascidos em famílias de classes populares, Reis (2012) identificou que a maioria deles(as) não eram filhos(as) de pessoas ligadas à arte. No entanto, aqueles que possuíam parentes ligados à área artística recebiam apoio mais efetivo em suas escolhas, especialmente das mães, desde que dessem continuidade aos estudos. Ao acompanharem os desafios inerentes aos processos de inserção no mundo do trabalho, os familiares não deixam de experimentar sentimentos ambíguos de orgulho e de preocupação, de apoio e de resistência[7].
No Brasil, as instituições religiosas também são um espaço merecedor de destaque na formação artística, particularmente da juventude mais pobre que vive na periferia das grandes cidades. Diante da escassa oferta

7 No caso português encontrou-se alguma heterogeidade ao nível do recrutamento social dos atores, o que contrastou com os dados obtidos com os bailarinos. Estes tinham familiares ligados à dança e os pais apresentavam níveis de escolaridade superiores aos do teatro (Borges e Delicado, 2010).

de equipamentos e serviços culturais, diferentes vertentes de religiões cristãs católicas e, particularmente, protestantes têm investido maciçamente na música como instrumento de evangelização de crianças e jovens (Jungblut, 2007).

Conquanto os espaços informais e não formais de educação sejam muitas vezes decisivos para a construção de disposições para o campo artístico, neste trabalho o foco está voltado para os espaços de educação formal, tomando como campos as experiências de pesquisa, no Brasil e em Portugal.

A Bahia, estado no qual vem sendo realizado o estudo sobre formação artística no Brasil (Faria, 2014), tem uma longa trajetória de investimento em formação artística. A Academia de Belas Artes da Bahia foi fundada em 1877. As Escolas de Música, de Dança e de Teatro foram criadas na década de 1950. E, mesmo quando o foco não é a formação de jovens em cursos universitários, a existência destes é bastante relevante para a constituição do meio artístico (Becker, 1977), formando docentes, artistas, produtores e críticos, profissionais essenciais para a movimentação do setor cultural das cidades.

Já a oferta de cursos de nível médio na área de artes é bastante limitada, mas já foi ainda mais restrita. Durante a década de 1990, o ensino técnico profissionalizante passou por período de grande desmobilização na rede pública brasileira, restando pouco espaço para a área artística, que não é vista como prioritária.[8] Nos últimos anos vem acontecendo um processo de reestruturação da rede de ensino técnico e profissionalizante, havendo uma expansão sem precedentes dos Institutos federais de educação profissional, e para um público com fluxo escolar mais irregular e/ou em condição de maior vulnerabilidade social, também houve uma expansão de iniciativas como a criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano), do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA) e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) (MEC, 2011). Tais programas têm oferecido alguns cursos correlatos ao campo das artes com focos diversos, como: artes dramáticas; artes visuais; cenografia; dança; fabricação de instrumentos musicais; instrumento musical; processos fotográficos; produção de áudio e vídeo; produção de moda, dentre outros.

Em Salvador, existem apenas três instituições de referência para oferta de cursos técnicos profissionalizantes em artes. A Escola da Dança da Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB) oferece o curso técnico em dança, e também cursos ligados ao PRONATEC (assistente de coreografo, assistente de produção cultural, agente cultural, fotógrafo, auxiliar de costura cênica, auxiliar de cenotecnia, iluminador cênico). O Centro Estadual de Educação Profissional em Artes e Design (CEEP), que oferece cursos técnicos em artes visuais, documentação musical, gestão de projetos culturais, instrumento musical, instrumento musical (subsequente, integrado e ligado ao PROEJA). E, por fim, o Colégio Estadual Manoel Novaes, que oferta o curso técnico em instrumentos musicais e em artes dramáticas (integrado ao ensino médio e ao PROEJA).

O governo do Estado da Bahia criou, em 2009, o programa "Trilha das Artes", nos moldes do Projovem, oferecendo cursos, sobretudo nos campos de organização e apoio técnico às atividades culturais, em áreas como: agente de cultura e animador cultural, costura cênica, introdução à produção cultural, introdução à fotografia, introdução ao vídeo, cenotécnica.

Particularmente para jovens pobres, os projetos artísticos e culturais também encontraram um terreno fértil para expansão na Bahia. Dentre as iniciativas do terceiro setor com propósitos profissionalizantes, poderíamos citar: a *Eletrocooperativa*, que formava jovens em empreendedorismo cultural; a *Oi Kabum! Escola de Arte e Tecnologia*, que oferece cursos de design gráfico, vídeo, fotografia e *webdesign*; a *Associação Pracatum Ação Social* (APAS), que forma jovens nas áreas de gravação digital, técnico de palco e rádio, DJ, sonorização, performance vocal e percussão; e a *Rede TV Jovem*, com cursos voltados para televisão, como roteiro, edição, fotografia, técnica de áudio, produção para TV e vídeo, interpretação, direção e figurino, dentre outros vários exemplos.

Mesmo com a existência de tais iniciativas, sabe-se pouco sobre as repercussões de tais experiências para a inserção social dos egressos. No Brasil, são escassas as produções sobre as relações entre formação e trabalho no campo artístico (Nascimento, 2005; Reis, 2012; Segnini, 2012).

---

8 A reforma da Educação Profissional (Decreto 2208/1997) instituiu a progressiva separação entre as formações geral e profissionalizante, tendência que só foi revertida em 2004, com a revogação do decreto e instituição da oferta do Ensino Médio Integrado – EMI (Decreto 5154/2004) (Oliveira, 2009).

Para este estudo estão sendo analisadas as trajetórias de formação e inserção profissional de egressos de duas instituições: o CEEP e a Escola de Dança da FUNCEB, que oferecem os cursos técnicos em música (instrumento musical, regência e documentação musical) e dança.
Inicialmente foi levantado o número de egressos dos cursos supracitados, que tenham se formado entre 2007 e 2013. Após a obtenção desses dados, de posse dos nomes completos dos egressos, buscou-se localizá-los por meio de redes sociais e convidá-los a responder um questionário *online*, composto de 15 itens, com informações gerais como idade, sexo, trajetórias de formação e de trabalho. De um total de 213 egressos, 85% foram localizados no *facebook*, mas, até o momento, apenas cerca de 20% deles responderam ao questionário.
Os dados relativos aos egressos das duas instituições foram analisados separadamente, num primeiro momento a fim de destacar as especificidades dos campos da dança e da música.

2.1 A formação em dança

A Escola de Dança da FUNCEB é vinculada ao Centro de Formação em Artes da Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), da Secretaria de Cultura do Estado (SECULT). A escola foi fundada em 1984, inicialmente oferecendo apenas cursos livres ou preparatórios de dança, visando preencher uma lacuna para a formação na área, já que apenas a Universidade Federal da Bahia (UFBA) oferecia cursos regulares de dança com graduação em licenciatura em dança e bailarino profissional.
Em 1988, a escola passou a ofertar sua primeira turma do curso técnico profissionalizante, com duas habilitações básicas: Bailarino para Corpo de Baile (Bailarino Profissional) e Técnico em Recreação Coreográfica Infanto-Juvenil (Técnico em Dança).
O curso de Educação Profissional visa formar seus alunos para atuar em grupos de dança como intérprete-criador, na área de coreografia e desenvolver projetos artísticos e culturais em comunidades, organizações não governamentais etc. Ele é oferecido na modalidade Subsequente, ou seja, para alunos que concluíram ou estejam concluindo o ensino médio regular. O curso tem carga horária total de 1932 horas, divididas em cinco semestres letivos e funcionamento no turno matutino.
A cada ano são oferecidas 60 vagas, voltadas para jovens e adultos que tenham concluído ou que estejam, concomitantemente, cursando o terceiro ano do ensino médio, sendo que em 2014 houve 213 inscritos, sendo selecionados, além dos 60, 12 excedentes.
De 2007 a 2013, a escola formou 127 estudantes no curso técnico em dança, correspondendo a 37,6% dos 340 ingressantes. O perfil de gênero dos alunos formados mostra que a escola certificou 38 homens (29,9%) e 89 mulheres (70,1%), mostrando um descompasso, que embora decrescente, ainda denota um significativo predomínio do sexo feminino.
O índice de evasão (62,4%) é bastante elevado, e segundo alguns profissionais da escola, estaria ligado à carga horária elevada do curso, bem como algumas atividades próprias aos profissionais da dança (horários de ensaio, de apresentação, viagens), que muitas vezes dificultam a conciliação entre estudo e trabalho.
Mudanças curriculares, fornecimento de almoço, possibilidade de trancamento após o término de ano letivo cursado e a possibilidade de aproveitamento de estudos são alguns recursos disponíveis para tentar reduzir a evasão, que não destoa muito da média nacional para os cursos técnicos.
Alguns alunos moram em localidades distantes da escola, outros já possuem família, trabalho fixo e/ou não moram mais com os pais, o que muitas vezes dificulta a continuidade do curso. No período das festas juninas também há uma significativa evasão, pois muitos(as) dançarinos(as) conseguem trabalho para acompanhar bandas de forró que excursionam pelo Nordeste brasileiro na época, tendo dificuldade de acompanhar o curso após o retorno.
Segundo Menger (2013, 2014), a falta de escopo definido e, muitas vezes, a não exigência da certificação são marcas do campo artístico. Essa também poderia ser uma explicação possível para a evasão, já que muitos estudantes estão mais focados no aprendizado do que na certificação. No entanto, entre os estudantes há um reconhecimento de que os diplomas têm adquirido maior importância em um mercado cada vez mais competitivo.
Do total de egressos, até o momento foi possível contatar 40 deles, ou cerca de 31,5% do total. Estes têm idades que variam de 20 a 42 anos, com média de 26,9, e 82,5% deles têm até 30 anos de idade. Quase 80% se definem como solteiros e 60% moram com pais e parentes.

Quanto ao perfil racial, 82,5% se identificam como pretos ou pardos, índice semelhante ao da composição geral da população de Salvador. Metade mora em bairros periféricos de Salvador, sendo que dois vivem e trabalham no exterior, dançando em hotéis e *resorts* na Europa e Ásia.
No que se refere à escolarização, curiosamente, dentre os 40, seis já possuíam graduação em dança quando ingressaram na FUNCEB, buscando a escola pelo reconhecimento da sua excelência na formação prática em dança e valorização das artes populares.
Após a conclusão do curso, 38 (95,5%) continuaram a estudar, incluindo cursos de aperfeiçoamento, técnicos, nível superior ou pós-graduação. Tal dado reforça a ideia da necessidade de formação incessante para o artista.
Do total de egressos, 28 (70%) ao menos iniciaram curso superior e, dentre estes, a maioria se concentra principalmente em dança (6), seguidos do Bacharelado Interdisciplinar em Artes (4), Comunicação (3), Fisioterapia, Pedagogia e Administração (2), e diversos cursos como Música, Teatro e Educação Física. Para além, ou paralelamente à graduação, é significativa a participação em *workshops* e cursos de dança, balé, coreografia, iluminação e audiovisual. Tal elo teórico-prático pode resultar em maior habilidade prática e domínio dos códigos de competência no campo específico, refletindo nas trajetórias profissionais, frente a um mercado competitivo (Borges e Pereira, 2012)

2.2 A formação em música

O CEEP foi criado há aproximadamente dez anos e, hoje, oferta os cursos técnicos em Conservação e Restauro, Instrumento musical (canto, flauta, saxofone, bateria, percussão, contrabaixo e violão) e Documentação musical. Até recentemente, também era oferecido o curso de Regência.
As modalidades oferecidas são: Ensino Médio Integrado (EMI), no turno matutino; Subsequente, nos turnos vespertino e noturno; e PROEJA, também ofertados no vespertino e noturno. Muitos jovens que procuram a escola já tiveram iniciação musical em espaços como igrejas (Batista, Adventista, Católica), bandas ou projetos sociais. Alguns deles já trabalham como músicos "na noite" ou tocam em bandas.
Os cursos têm elevadas taxas de evasão e o atraso também é comum nos percursos escolares, inclusive por razões profissionais (turnês, oportunidades de trabalho).
De 2007 a 2013, a escola ofereceu aproximadamente 300 vagas (220 para o curso de instrumento musical, 60 para documentação musical e 20 para regência), mas conseguiu formar apenas 108 estudantes, sendo que 85 se formaram em instrumento musical, 8 em regência e 15 em documentação musical, o que indica um índice de evasão média de 64%, valor ainda superior ao da Escola de Dança da FUNCEB.
Do total de egressos, até o momento, foi possível contatar 17 deles. A média de idade dos sujeitos é de 27,9 anos, sendo que 75% têm até 30 anos. Apenas dois deles moram em bairros centrais da cidade, enquanto os demais vivem em bairros periféricos de Salvador. Cerca de 80% deles se identificam como pretos ou pardos e apenas 19% delas são do sexo feminino, tendência oposta à verificada na área de dança.
O mercado artístico também é segmentado em termos de gênero, idade e situação profissional. Borges (2011) analisou as relações profissionais de 122 atores e 65 bailarinos em Portugal. Revisitando outras pesquisas, particularmente, francesas, ela identifica que nas artes performativas (música, dança e teatro) há uma diferenciação clara entre idades e gênero. A autora acessou também produções sobre o mundo musical francês e identificou que, na área do jazz, por exemplo, apenas 4% dos instrumentistas são mulheres. Os resultados mostram enormes diferenças de oportunidades nos campos da música e das artes cênicas, e apontam a relevância da variável gênero para a divisão do trabalho no campo artístico.
Na pesquisa brasileira, além das desigualdades de gênero no curso de música, os perfis das turmas do CEEP variam bastante, sendo que no turno vespertino é significativo o número de alunos com mais idade e maior nível de escolaridade – inclusive superior – que buscam o curso com objetivo de aprimoramento e, muitas vezes, por interesse de desenvolver projetos em instituições, comunidades etc.
A ampla maioria dos formandos, 23 (85,2%), investiu em outras oportunidades de formação após a conclusão dos seus cursos. Estas formações incluem cursos de aperfeiçoamento, técnicos ou de nível superior.
Do total de egressos, 12 (44,6%) ao menos iniciaram curso superior em artes. Destes, 7 optaram pela licenciatura em música (25,95%), 1 pela licenciatura em teatro, 1 pelo curso de Música Popular e o último por Bacharelado Interdisciplinar em Artes.

Segundo Lingo e Tepper (2013), o desafio tem sido formar não o artista "puro" nem o *marqueteiro*, mas sim um profissional que consiga articular diferentes habilidades, como a capacidade para: improvisar, interpretar e transformar ideias e obras de outros profissionais; traduzir e compartilhar ideias de diferentes disciplinas; negociar diferentes perspectivas, metas e interesses para construir projetos; construir redes profissionais; analisar e lidar com obstáculos para mudanças (tecnológicas, culturais, sociais, políticas e organizacionais). De forma semelhante, na relação economia e cultura, Canclini (2012) nota a transversalidade dos campos disciplinares e a circularidade entre distintos campos de atuação, em que os jovens não seriam apenas subjugados a uma ordem de mercado, mas também agenciadores frente às suas necessidades e circunstâncias.

3 Inserção social e trabalho artístico

O cenário aqui traçado mostra que, de modo geral, o cenário de formação artística em Portugal e na Bahia é bem menos organizado e formalizado do que outras áreas técnicas ou acadêmicas. O mundo do trabalho artístico também é marcado pela inconstância de reconhecimento e de remuneração e pelas desigualdades de rendimento. E não apenas isso, lida com a complexa articulação entre a organização empresarial e as políticas públicas do setor, a organização do trabalho artístico e técnico, o cultivo de plateias e a criação de novos públicos. Para um jovem, particularmente, cuja experiência de transição para o mundo do trabalho não costuma ser um processo tranquilo, quais seriam os desafios a serem enfrentados?

Como se dão as articulações entre formação e trabalho? Quais são as possibilidades contemporâneas de constituir uma trajetória profissional no mundo artístico? O que faz com que pessoas busquem carreiras num setor de alto risco e retorno financeiro tão incerto?

De um modo geral, hoje, as trajetórias de transição para a vida adulta são cada vez menos retilíneas e contínuas, com um grande número de variáveis pessoais e possibilidades sociais a serem conjugadas (Pais, 2006). O ingresso no mundo do trabalho para os jovens é um processo complexo, envolvendo uma negociação entre desejos (próprios e dos outros), aptidões, habilidades, formação, condições materiais, conhecimento sobre o campo de trabalho e expectativas de reconhecimento simbólico e material das ocupações.

Nos processos de transição para o mundo do trabalho, Guimarães (2013) e Pochman (2013) identificam algumas características atuais que são marcantes nas experiências juvenis de inserção profissional: a postergação do ingresso no mercado, o prolongamento do tempo e das possibilidades de formação, a gradativa mistura do tempo de trabalho e não trabalho, a concentração da oferta de trabalho no setor de serviços (terceirização) e nas organizações de locação e intermediação de mão de obra (terceirização).

Pochman (2013) questiona se não estaria tornando-se anacrônica a convencional separação entre o trabalho voltado para a sobrevivência (trabalho heterônomo) e o trabalho autônomo (criativo, comunitário). De fato, no volátil campo de trabalho artístico, tais dimensões se misturam.

Menger (2014) desenvolve a hipótese que a própria natureza do trabalho artístico é moldada pela incerteza intrínseca e extrínseca. Tal condição manifesta-se "internamente", quando o artista vivencia as dúvidas sobre seu próprio talento, a qualidade de sua obra e a capacidade de criar, e as opções a tomar durante o ato criativo e as incertezas quanto ao resultado final; e "externamente", imposta pelas incertezas do mercado de bens e serviços culturais e pelas condições de trabalho (contratos, seguridade social).

Hoje, os vínculos laborais da juventude tendem a ser mais curtos, em ocupações que exigem pouca qualificação, com identidades profissionais pouco definidas e valorizadas e crescente alocação no setor de serviços.[9] O setor de serviços – incluindo o mercado cultural – é um campo em expansão, oferecendo possibilidades de trabalho, especialmente para a população mais jovem. Todas estas mudanças criaram uma potente indústria cultural, mobilizando a formação de profissionais (artistas, técnicos, gestores), a produção de bens e serviços, a divulgação e o consumo. Segundo Miguez (2007, p. 97), "o Banco Mundial estima que a economia criativa já responde por aproximadamente 7% do PIB mundial e que o setor deverá crescer, nos próximos anos, a uma taxa média de 10%". E em grande parte mobilizado pelos mais jovens.

---

9 Os dados mostram ainda que quase 80% dos jovens trabalham como assalariados no setor privado, embora grande parte sem carteira assinada (DIEESE, 2012).

Um dos contextos escolhidos para o desenvolvimento deste projeto de pesquisa, a cidade de Salvador, destaca-se por ser uma das capitais com maiores índices de desemprego juvenil do país,[10] marcada historicamente por elevado grau de informalidade em sua economia, mas que ao mesmo tempo tem na chamada "economia criativa"[11] um dos motores da sua economia.
Com isso, pensar a arte como trabalho – implicando a incerteza de reconhecimento e de remuneração, e as desigualdades de rendimento – é o desafio que será enfrentado a seguir, ao analisar as realidades de jovens artistas brasileiros inseridos nos universos da dança e da música.

3.1 O trabalho em dança

A Escola de Dança da FUNCEB tem sido, nas últimas três décadas, um importante espaço de preparação para o ingresso nos cursos superiores de dança, mas, sobretudo, tem qualificado uma parcela significativa dos profissionais de dança da cidade e levado muitos de seus ex-alunos a traçarem carreiras no exterior, como atesta a pesquisa de Reis (2012), que investigou carreiras artísticas no trânsito entre a Bahia e a França.
Do total de 40 egressos contatados para este estudo, apenas 4 pessoas (10,0%) não estavam trabalhando no momento da pesquisa, sendo que duas estavam apenas estudando. Daqueles inseridos no mercado de trabalho, 21 (52,5%) atuavam apenas na área artística, 7 (17,5%) conciliam o trabalho artístico com outras atividades, sendo que a maioria (60%) deles tem na atividade sua principal fonte de renda. Quase a metade desses sujeitos (18) desenvolve atividades de docência de dança (13), de Pilates (4), teatro (1), ginástica e capoeira (1). Os 20% restantes estão trabalhando em outras áreas, como atendimento ao público, comunicação ou educação básica.
Doze deles desenvolvem trabalho como dançarinos em companhias de dança (Balé Folclórico, Balé Jovem, dentre outras). A maioria dos que trabalham como dançarinos(as) atuam em companhias locais ou acompanham eventualmente grupos musicais. Outros dançam em grupos com maior apelo étnico e racial, que projetam a possibilidade de viajar ao exterior (apresentações em resorts, cruzeiros e companhias de dança folclórica), sobretudo entre as mulheres mais jovens. Ao menos três deles são multiprofissionais, trabalhando com produção cultural, coreografia, iluminação, audiovisual, apontando uma tendência crescente no mundo artístico.
No mundo artístico, para Thorsby (2007; 2012), existem basicamente três mercados principais que o artista pode lançar mão para sobreviver, sem que sejam mutuamente excludentes: o mercado para seu trabalho criativo (inclui preparação, ensaio, prática), o mercado para outros trabalhos relacionados com artes (ensino, gestão, produção, divulgação) e os mercados de trabalho não artísticos. No trânsito e na negociação entre ocupações em diferentes áreas, chama atenção que o rendimento obtido em outras áreas é proporcionalmente maior do que o recebido com o trabalho artístico, sobretudo quando se consegue mensurar a relação entre hora trabalhada/remuneração.
A informalidade também é uma marca da atividade profissional dos egressos da FUNCEB, uma vez que apenas 28,5% têm vínculos formais de trabalho. Dos que possuem relações formais de trabalho, apenas dois jovens trabalhavam na área artística, lecionando em escolas públicas. Desse modo, predominam os contratos temporários e o trabalho autônomo, semelhante ao encontrado na realidade dos profissionais de dança. Dos 9 (31%) que têm trabalho com carteira assinada, apenas 3 deles estão na área artística, confirmando a tendência apontada na literatura (Menger, 2014; Thorsby, 2007) em relação ao elevado grau de informalidade que demarca as relações trabalhistas no setor. Os dados ainda sugerem, para além da informalidade, a existência de desencontros entre formação e inserção profissional.
Para lidar com a incerteza, jovens têm que conjugar múltiplos trabalhos (privilegiando aqueles que permitem

---

10 A taxa de desemprego juvenil (de 16 a 24 anos) na Região Metropolitana de Salvador atingiu seu pior índice em 2003, chegando a assustadores 45,7%, decrescendo desde então até atingir a taxa de 31,0 %, em 2011 (Marion Filho; Schumacher; Reichert, 2012).

11 A economia criativa abrangeria "um vasto conjunto de atividades – o artesanato, a moda, as indústrias culturais clássicas (do audiovisual, da música, e do livro) e as novas indústrias dos softwares e dos jogos eletrônicos etc." (Miguez, 2007: 97).

conciliação com o labor artístico), estágios, colaborações e experiências voluntárias que envolvam aprendizado. Além disso, parece fundamental manter fortes redes de trabalho a fim de estarem conectados, visíveis, integrados (Lingo; Tepper, 2013; Throsby, 2007; Borges, 2002).

As trajetórias dos sujeitos da pesquisa, de modo geral, são marcadas por experiências profissionais variadas e instáveis, dentro e fora do setor artístico, como *office-boys*, entregadores, garçonetes, balconistas e vendedores. No campo artístico, os dados apontam para grande número de experiências de curto prazo em companhias de dança, projetos artísticos contemplados por editais públicos, a docência etc. As trajetórias dos sujeitos da pesquisa, de modo geral, são marcadas por experiências profissionais variadas e por projetos de continuidade dos estudos e de pretensão de ingressar no serviço público como forma de ter uma estabilidade financeira que permita continuar a exercer o trabalho artístico de forma mais livre.

O mundo laboral dos artistas está passando por mudanças significativas. Segundo Thorsby (2007), as tecnologias da informação e comunicação têm ampliado as possibilidades criativas de produção, distribuição e de acesso a um público mais amplo. A flexibilidade e a capacidade de conhecer e circular por diferentes linguagens e circuitos profissionais também se consolidam como importante estratégia de sobrevivência profissional.

A escola de Dança da FUNCEB desenvolve também um importante papel de formação de redes de apoio para egressos, oferecendo não apenas o espaço físico para ensaios, como também intercâmbio de informações, convites e divulgação de oportunidades de trabalho entre professores(as), alunos(as) e ex-alunos(as). Alguns egressos que possuem formação em nível superior algumas vezes retornam como docentes.

A instituição mantém um grupo no *Facebook*, com mais de seis mil membros, no qual são divulgados eventos artísticos (espetáculos, festivais), atividades de formação (cursos, seminários, encontros, oficinas) e, também, oportunidades de trabalho variadas na área, tanto para docência quanto para dançarinos (audições, seleções para elenco e espetáculos), constituindo-se num importante espaço de sociabilidade e informação para estudantes e profissionais do meio artístico).

3.2 O trabalho em música

Dentre os egressos do CEEP, é possível encontrar algumas semelhanças com o universo dos (as) dançarinos(as) da FUNCEB, mas também algumas diferenças. Dos 27 egressos estudados do CEEP, 5 (18,5%) não estavam trabalhando no momento da pesquisa, número superior aos 10% encontrados na FUNCEB. Dois deles estavam apenas estudando, sobrevivendo com bolsas de iniciação científica oferecida pela Universidade Federal da Bahia ou participando de um programa de mobilidade acadêmica na Europa. Esse mesmo percentual (18,5%) se repete tanto para quem trabalha em outras áreas quanto para quem concilia o trabalho artístico com outras ocupações.

Dentre as ocupações fora da área artística, predominam atividades no setor de serviços e/administrativas. Já entre aqueles que permanecem ligados ao setor artístico, as atividades de natureza educativa (em escolas regulares, em projetos sociais ou em academias ou escolas de dança) são responsáveis pela ocupação dos sujeitos em proporção semelhante às atividades de produção, coreografia e dança em companhias de dança, grupos musicais e espetáculos, incluindo no exterior.

Quase a metade deles (44,1%) tem a área artística como principal lócus de trabalho, um índice menor do que os 52,5%, dos egressos da escola de dança. No entanto, entre os formados em música, apenas 33% têm o trabalho com arte como principal fonte de sustento, divergindo bastante dos egressos de dança, com 60% dos sujeitos que contam com a remuneração pelo labor artístico como central para a subsistência.

Um número expressivo de profissionais da música, 37,5%, trabalha com algum tipo de atividade educativa, sendo que 12 lecionam em escolas e projetos sociais e 5 dão aulas particulares. Nessas atividades educativas predominam os trabalhos como oficineiros, muitas vezes com limitada infraestrutura e condições de trabalho próximas à do voluntariado, dada as baixas remunerações.

Apenas quatro deles (14,8%) desenvolvem regularmente o trabalho como músicos autônomos. Tais dados desmistificam um pouco a "aura" que recobriria o trabalho do músico, já que no mercado artístico convivem desde um seleto grupo de artistas e de produtores culturais, que obtêm altíssimos rendimentos, até um grupo de agentes culturais que operam com elevado grau de amadorismo em atividades voluntárias ou mal remuneradas.

Segundo Coelho (2010, p. 55), no Brasil, "os que vivem da cultura ou o trabalhador médio da cultura – têm uma renda média inferior à dos demais trabalhadores inseridos na economia de mercado", e quase 60% da população ocupada na área de cultura não tem carteira assinada ou trabalha por conta própria.

4 A realidade portuguesa

Um dos estudos ao qual nos reportamos neste artigo foi realizado entre 2007 e 2009, junto a 187 artistas, dos quais 65 são bailarinos que se dedicam à dança contemporânea. A pesquisa foi conduzida através de inquéritos *online*, e no período de lançamento dos questionários recorremos a organizações ligadas à dança, como o Fórum Dança, a REDE, a Escola Superior de Dança e a FERVE (Associação de trabalhadores a recibos, "Fartos destes Recibos Verdes"). Os artistas responderam a questões relativas ao início das carreiras, acesso ao emprego e a importância dos contactos; a formação geral e específica, a evolução do percurso profissional, os rendimentos, tempo de trabalho nas artes e fora, vantagens e desvantagens da profissão e dados extraprofissionais, como a mobilidade geográfica e a profissão dos pais.

Em geral, a análise das características sociodemográficas dos inquiridos indica-nos que a idade média dos bailarinos inquiridos é de 30 anos. Os bailarinos iniciaram-se na profissão aos 18 anos e aos 19 estabeleceram o seu primeiro contrato de trabalho. Mais da metade dos inquiridos são mulheres (53, 6%). Quanto à formação, ressalta que 2/3 concluíram o nível mais elevado de escolaridade geral (ensino superior) e 41,8% realizaram um curso de formação específica; 32% dos bailarinos continuaram a desenvolver algum tipo de formação superior (mestrado ou curso de doutoramento). Durante a sua formação mais longa, 2/3 dos artistas afirmaram ter exercido uma atividade ligada às artes. Os artistas estimaram que a "experiência adquirida trabalhando" no interior de uma estrutura de dança e o "ter jeito" para as artes foi "extremamente importante" para a aprendizagem da profissão. Já a experiência escolar foi considerada apenas "importante" para a sua integração profissional.

De fato, a participação dos jovens em grupos de atividades artísticas escolares e profissionais está positivamente relacionada com a perceção de tempo investido na profissão artística. Quanto mais esses artistas consideraram importante para a sua formação a participação nos grupos e contextos de criação artística, maior é a sua perceção de tempo investido na profissão e mais os artistas trabalham o tempo inteiro nas artes. Aqui reside uma das explicações para o aumento do número de indivíduos que estão associados às artes de forma voluntária ou "à experiência" (Costa et al. 2014, Borges e Lima, 2014). Estas experiências são laboratórios de contatos, redes de relações que permitem aceder a fontes de informação privilegiadas sobre projetos. É como "ir aos treinos", para utilizar as palavras de um dos nossos entrevistados, mas não é um modo de vida permanente (Borges e Pereira, 2012).

No estudo citado avaliou-se o indicador "ter trabalhado nas artes durante o período de formação" e verificaram-se relações sistemáticas importantes: os inquiridos que disseram ter realizado trabalhos artísticos durante a sua formação profissional (i.e., aqueles que tiveram a oportunidade de uma formação prática) são os que apresentam menor desilusão face à sua situação profissional e uma maior ligação objetiva ao mercado de trabalho. Uma das dimensões que melhor caracteriza a permanência de jovens bailarinos no mercado artístico, em condições tão precárias como aquelas que analisamos, é a perceção de que o seu tempo é dedicado à arte e daí retiram, antes de mais, importantes gratificações simbólicas.

Por seu turno, os estudos internacionais realizados demonstraram o baixo poder explicativo da formação formal para o sucesso das carreiras dos jovens nas artes (Throsby 1996). No entanto, isso não significa que não se deva insistir/investir neste tipo de formação, pois facilita outras formas de ligação ao mercado de trabalho. O elevado nível da formação formal tem efeitos positivos na probabilidade de os jovens fazerem a transição para outras profissões e exercerem outras atividades enriquecedoras (Borges e Pereira, 2012). Já a formação específica, como a frequência de cursos/*workshops*, favorece uma ligação objetiva dos jovens com o mercado de trabalho das artes. Os resultados mostram que quanto mais cursos realizaram, maior é a perceção de que estão (bem ou mal) a investir o seu tempo na criação artística.

O peso dos jovens no domínio da dança e o volume de trabalho que parece ocupá-los, mesmo a tempo parcial, pode proporcionar um leque de oportunidades/alternativas de trabalho (serão reais?). Mais jovens ou menos jovens, os artistas portugueses vivem de forma instável e imprevisível, espartilham o seu tempo entre uma atividade criadora e uma atividade de "suporte" do seu trabalho artístico. Estes artistas são marcadamente persistentes e mantêm um elevado envolvimento (subjetivo) com o mercado das artes.

5 Considerações finais

Os resultados destes estudos realizados em Portugal e na Bahia, no Brasil, devem ser interpretados no contexto mais amplo das indústrias culturais e criativas (Caves, 2000; Borges e Costa, 2012; Almeida e Pais, 2013), cujas profissões e mercados de trabalho ”chamam” os mais jovens, produzem valor, dão visibilidade, influenciam a economia, a sociedade e a vida de todos os dias. A produção permanente de novidades artísticas, a elevada variedade de *ouputs* produzidos, a par das novas modalidades de formação e inserção profissional mais informais, e em progressiva desmultiplicação têm consequências importantes para a qualidade de vida dos jovens e para a sociedade em geral. Autores como Cowen (2000), Menger (2012), Segnini (2007), Reis (2012), entre outros, descrevem o lado encantador dos mundos artísticos, associado à fama e ao *glamour* das profissões de sonho, mas também o lado sombrio das desigualdades e da concorrência, consideradas benéficas uma vez que a sociedade fica (aparentemente) com “os melhores”. Por seu turno, descrever o que afeta a ligação e a participação destes jovens nos mercados de trabalho artísticos (da dança e da música, como aqui se mostrou), os seus tipos de emprego, a satisfação e a desilusão nestes universos de trabalho, a formação e as expectativas, ajudar-nos-á a propor e a construir políticas de apoio público mais consonantes com estes indicadores e com as aspirações dos jovens.

A entrada dos jovens portugueses e brasileiros nos mundos da arte e da cultura é por si só um passo importante para a sua formação, pela valorização do trabalho em conjunto e pela sua associação em razão de interesses artísticos, culturais e laços de afetividade. A cultura e as artes mostram, assim, ser não apenas um meio para a obtenção de propósitos gerais de desenvolvimento e de coesão social das populações e dos jovens em particular, mas um fim em si mesmo e um pilar central de desenvolvimento sustentável nos nossos dois países.

Referências

ABBING, H. (2002), *Why Are Artists Poor? The Exceptional Economy of the Arts*. Amesterdão: Amsterdam University Press.

ALMEIDA, M. I. M.; PAIS, J. M. (Eds.) (2013), *Criatividade & Profissionalização: jovens, subjectividades e horizontes profissionais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

BECKER, H. (1977), “Mundos artísticos e tipos sociais”. In: VELHO, G. (org.). *Arte e sociedade: ensaios de sociologia da arte.* Rio de Janeiro: Zahar editores, pp. 9-26.

BENJAMIN, W. et al. (2012). *Benjamin e a obra de arte: técnica, imagem, percepção*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto.

BORGES, V. (2002), “Artistas em rede ou artistas sem rede? Reflexões sobre o teatro em Portugal”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 40, pp. 87-106. Disponível em: http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/Vera%20Borges%20-%20Publicações%202002%20nº1.pdf, [consultado em 30-10-2014].

BORGES, V. (2011), “Trabalho, género, idade e arte: estudos empíricos sobre o teatro e a dança”. *E-cadernos CES*, 10, pp. 110-127. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos10/5%20-%20Vera%20Borges.pdf, [consultado em 15-10-2013].

BORGES e DELICADO (2010), “Díscípulos de Apolo e de Minerva. Vocações artísticas e científicas”. In Delicado, A.; Borges, V.; Dix, S. (Eds.), *Profissão e Vocação*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 209-245.

BORGES, V.; COSTA, P. (orgs.) (2012), *Criatividade e Instituições: Novos desafios à vida dos artistas e profissionais da cultura*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

BORGES, V.; LIMA, T. (2004), "Apoio público, reconhecimento e organizações culturais: O caso do teatro", *Análise Social, nº 213* (a sair em Dezembro).

BOURDIEU, P. (1996), *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia da Letras.

CABRAL, M. V.; BORGES, V. (2010), "Muitos são os chamados, poucos os escolhidos": Entre a Vocação e a Profissão de Arquitecto. In Delicado, A.; Borges, V.; Dix, S. (Eds.), *Profissão e Vocação*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 147-177.

CANCLINI, Néstor Garcia; CRUCES, Francisco; POZO, Maritza Urteaga. Jóvenes, Culturas Urbanas y redes digitales. Madri: Fundación Telefónica; Barcelona: Editorial Ariel, 2012.

CAPES(2013),*RelaçãodeCursosRecomendadoseReconhecidos*(GrandeÁrea:Linguística,LetraseArtes).Disponível em: http://conteudoweb.capes.gov.br/ conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarGrandeArea. [consultado em 27-09-2013].

CAVES, R. E. (2000), *Creative Industries: Contracts between Art and Commerce.* Cambridge, MA: Harvard University Press.

COSTA, P.; BORGES, V.; GRAÇA, S. 2014. "Structural change and diversity in theatrical groups: An empirical study in the Lisbon Area", *Portuguese Journal of Social Sciences*, 13 (1), pp. 33-51. Disponível em: http://www.intellectbooks.co.uk/journals/view-Article,id=17643/, [consultado em 27-10-2014].

DIEESE (2012), *A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*. São Paulo: DIEESE.

FARIA, I. (2014). *Percursos formativos e estratégias de inserção sócioprofissional de jovens egressos de projetos de formação artística em Salvador/Bahia***.** Projeto de pesquisa (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação Universidade Federal de Minas Gerais.

FARIA, I.; SILVA, R. C.; CARNEIRO, I. J. (2012), "M**úsica, religião e culturas juvenis: o hip hop gospel em Feira de Santana"**. In *8º Encontro Nacional de Estudos em Cultura*. 2012, Salvador. Anais..., Salvador.

FERREIRA, V. S. (2014), *Trabalho e meios de vida juvenis: análise comparativa entre os Censos de 2001 e 2011*. Lisboa: Observatório Permanente da Juventude, ICS. Disponível em: http://www.opj.ics.ul.pt/index.php/setembro-2014, [consultado em 27-10-2014].

GUIMARÃES, N. (2013). "Trajetórias juvenis: um novo nicho em meio à expansão das oportunidades de trabalho?". In: MACAMBIRA, J.; ANDRADE, F. B. *Trabalho e formação profissional: juventudes em transição*. Fortaleza: IDT, EUCE, pp.57-72.

JUNGBLUT, A. L. (2007), "A salvação pelo Rock: sobre a "cena underground" dos jovens evangélicos no Brasil". *Religião e sociedade***.** 27 (2), pp. 144-162.

KARPIK, L. (2007), *L'économie des singularités*. Paris: Gallimard.

LINGO, E.,TEPPER, S. (2013), "Looking Back, Looking Forward: Arts-Based Careers and Creative Work". *Work and Occupations***.** 40 (4), pp. 337–363.

MACHADO, A. F.; RABELO, A.; MOREIRA, A. G. (2013), "Specificities of the artistic cultural labor market in Brazilian metropolitan regions between 2002 and 2010". *Journal of Cultural Economics*, 38, pp. 237-251.

MARIANO, A. (2009), *A invenção da baianidade.* São Paulo: AnnaBlume.

MARION FILHO, P. J.; SCHUMACHER, G. e REICHERT, H. (2012). "Desemprego de jovens na região metropolitana de Salvador (2000-2011)". *Revista Labor*, 8 (1), pp.77-94.

MEC (2011). *Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC.* 2011. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view =article&id=52&Itemid=2>, [consultado em 08-03-2014].

MENEZES, W. F. e UCHOA, C. F. A. (2013), "A inserção do jovem no mercado de trabalho brasileiro" In: MACAMBIRA, J.; ANDRADE, F. R. B. *Trabalho e formação profissional: juventudes em transição*. Fortaleza: IDT, EUCE, BNB, pp. 105-134.

MENGER, P.-M. (2014), *The economics of creativity: art achievement under Uncertainty.* Cambridge; London: Havard University Press.

MENGER, P.-M. (2001), "Artists as workers: theoretical and methodological challenges". *Poetics*, 28, pp. 241-254. Disponível em: www.elsevier:nl/locate/poetic. [consultado em 08-07-2014].

MENGER, P.-M. (1999), "Artistic Labor Markets and Careers". *Annual Review of Sociology*, 25, pp. 541-574.

MENGER, P.-M. (2012). "Talent and inequalities: What do we learn from the study of artistic occupations?" In: BORGES, V. e COSTA P. *Criatividade e Instituições: Novos desafios à vida dos artistas e profissionais da cultura*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp: 49-75.

MIGUEZ, P. (2007). "Economia criativa: uma discussão preliminar". In: NUSSBAUMER, G. M. (org.). *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: Edufba, pp. 95-114

NASCIMENTO, A. E. (2005), *Fazer arte entre jovens: escolha, formação e exercício profissional*. 196 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, R. (2009), "Possibilidades do Ensino Médio Integrado diante do financiamento público da educação". *Educação e Pesquisa*, 35 (1), pp. 51-66.

PAIS, J. M. (2006), "Buscas de si: expressividades e identidades juvenis". In: ALMEIDA, M.I.; EUGENIO F. (orgs.). *Culturas jovens: novos mapas dos afetos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp. 7-21.

POCHMANN, M. (2013). "*Juventudes na transição para a sociedade pós-industrial*". In: MACAMBIRA, J.; ANDRADE, F. R. B. *Trabalho e formação profissional: juventudes em transição*. Fortaleza: IDT, EUCE, BNB, pp.37-55.

REIS, C. F. (2012), *Sonhos, incertezas e realizações: as trajetórias de músicos e dançarinos afro-brasileiros no Brasil e na França***.** 290 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

SEGNINI, L. R. P. (2007). "Criação rima com precarização: análise do mercado de trabalho artístico no Brasil"**.** In: *23º Congresso Brasileiro de Sociologia*, 2007, *Anais...* Campinas: UNICAMP, 2007. pp. 1-38.

THROSBY, D. (2007), "La situación económica cambiante de los artistas del espectáculo". *Anais do II Encuentro Internacional de las artes del espetáculo*. Buenos Aires, 2007.

THROSBY, D. e ZEDNIK. A. (2012), "Minimum income requirements of creative artists: some empirical results". In: BORGES, V. e COSTA P. *Criatividade e Instituições: Novos desafios à vida dos artistas e profissionais da cultura*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 37-46.

VIERA, M. M., et al. (2013). *Conhecer para Agir: Contributos das Ciências Sociais para o Livro Branco da Juventude*. Edição: Observatórios do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/ 10451/10582/1/ICS_MMVieira_VSFerreira_Conhecer_RN.pdf. [consultado em 08-07-2014].

Trajetórias possíveis e projeto artístico na profissionalização de jovens músicos no samba e no fado

Marina Bay Frydberg
marinafrydberg@gmail.com

Resumo: Desde o início do século XXI o samba e o fado passaram a representar possibilidades de profissionalização para jovens na música. Este artigo acompanhou, a partir de investigação etnográfica, jovens sambistas e fadistas, no Brasil e em Portugal, que estavam construindo as suas trajetórias profissionais nestes gêneros musicais específicos. Dos tempos possíveis de profissionalização na música, passando pela construção de um discurso sobre o *dom/destino* e o *natural* nas suas escolhas profissionais, os jovens músicos de samba e fado vão construindo seus projetos artísticos e transformando a música em um estilo de vida.
Palavras-chave: Samba, Fado, Juventude, Profissionalização.

Iniciando a composição: Uma introdução

Desde o início do novo século, apresenta-se uma retomada da linguagem do samba e do fado como caminhos possíveis de profissionalização. A música, especificamente estes dois gêneros musicais tradicionais e populares em seus países de origem, o samba no Brasil e o fado em Portugal, tornaram-se opção de profissionalização para jovens músicos. A decisão pela profissionalização na música representa um momento importante na vida dos jovens de conversão da música de prazer em profissão e da construção de um projeto artístico. Pautada em um discurso sobre o *dom/destino*, de pouca intencionalidade e agência do sujeito, tornar-se sambista ou fadista hoje faz parte de um processo de construção de identidades, sendo estas sociais (atrelado às noções de geração e classe social), cultural (pautada pela discussão sobre gosto) e nacional (a partir da retomada de elementos identitários vinculados à nação).

Este artigo é um recorte da minha tese de doutorado (Frydberg, 2011) que foi desenvolvida a partir da etnografia com jovens músicos de samba no Brasil e de fado em Portugal, pretende desvendar alguns dos caminhos escolhidos por jovens músicos de samba e fado para se chegar à profissionalização. É um pouco destas trajetórias possíveis no samba e no fado que serão aqui apresentadas e problematizadas, buscando entender os múltiplos significados para os jovens que dentre tantos caminhos escolhem seguir o samba e o fado.

Profissionalização e *Dom/Destino* no Samba e no Fado

Dois são os tempos possíveis para que aconteça a profissionalização dos jovens na música. Um primeiro que pode ser considerado precoce e que acontece ainda na infância. E outro que ocorre no início da vida adulta, entre os vinte e os trinta anos. O início da profissionalização é compreendido, pelos jovens pesquisados, como o momento em que se passa a realizar apresentações públicas em espaços socialmente reconhecidos como profissionais. No fado os espaços profissionais são basicamente as casas de fado, mas também podem ser experiências de concertos em Portugal e no exterior. No samba os espaços profissionais são, na maioria das vezes, bares dedicados especificamente a este gênero musical, ou que dão algum espaço para ele na sua programação musical. Poucas vezes no samba o espaço de profissionalização já está vinculado com apresentações em teatros ou salas de concerto, e quando isso acontece é exclusivamente no Brasil.

No fado a profissionalização, mesmo que em termos precários, é geralmente precoce. Esse gênero musical específico é normalmente a primeira forma de socialização na música e dada às características dos espaços possíveis do fado, como as colectividades e o fado vadio, a criança recém socializada no fado logo já começa a se apresentar em público nestes lugares específicos. Mas esse, segundo a trajetória dos entrevistados, não é o momento que começa a profissionalização, mas quando eles passam desses espaços de fado amador para os

espaços de fado profissional. Isso muitas vezes acontece ainda na infância, embora o pagamento pelo trabalho do pequeno fadista possa ser pouco ou mesmo nada.

> Pois, isso foi um processo gradual que eu não sei te explicar muito bem quando começou. Eu desde puto que cantava, eu tinha 6 anos e cantava e tinha graça e os apresentadores de espetáculos e organizadores metiam-me algum dinheirinho no bolso, pronto, olha ai o teu cachê. E começamos assim. Depois anos mais tarde, eu não tenho bem a certeza quando, mas quando dei por mim eu já estava a viver do fado. Já me tinha tornado profissional. Pelo menos já vivia do fado, já vivia a custa da música. Que é o meu sonho, que sempre foi. Mas não tenho uma data específica pra te dizer que começou ali.
> Ricardo Mesquita, 27 anos, fadista

O fado tem em sua história e tradição vários fadistas que começaram ainda na infância a trilhar seu caminho profissional neste gênero musical. Em outros tempos eles ficavam conhecidos por apelidos que indicavam a sua idade e muitas vezes os ligavam ao seu lugar de origem, como o Miúdo da Bica (o fadista Fernando Farinha) ou a Miúda de Odivelas (a fadista Helena Santos). Mesmo que a profissionalização tenha acontecido cedo, ainda na infância, geralmente é na adolescência, algo em torno dos dezoito anos, que os jovens fadistas estabelecem algum elemento que sirva como mito fundador da sua profissionalização adulta.

> Eu tornei-me profissional aos 17. Foi quando comecei a trabalhar nas casas de fado e a sustentar-me através do fado. E eu comecei a cantar nas casas de fado do Bairro Alto, no Luso, no Faia, depois fui pro Senhor Vinho, na Severa. Cantei em todas as casas do Bairro Alto, acho que todas. Nos tornamos profissionais a partir daí, isso que distingue os amadores dos profissionais. A maioria dos amadores não faz do fado profissão, tem uma profissão paralela e cantam o fado por amor a camisola. Não fazem disto vida. Ou mesmo que cantem regularmente não se intitulam como profissionais. Eu nunca consegui perceber muito bem a distinção, mas acho que essa talvez seja a mais plausível. Eu acho que essa coisa do profissional ganhou mais moldes pra mim quando gravei o primeiro disco, que foi aos 21, e foi quando comecei a estruturar a tal coisa de carreira. Porque perguntam quantos anos, quantos anos de carreira? Uma coisa é cantar fados há vinte anos, outra coisa é ter carreira. Carreira começa-se quando se grava um disco. Que é diferente de começar a cantar em casas de fado. Porque lá toda gente canta se quiser. A carreira profissional eu considero que começou quando gravei o primeiro álbum.
> Raquel Tavares, 24 anos, fadista

A fadista Raquel Tavares, que se apresenta cantando fados desde a infância, identifica como mito fundador da sua profissionalização, ter começado a cantar em casas de fados profissionais. A data dessa mudança de caráter em cantar fados, de amadora para profissional, acontece na adolescência. Mas a fadista traz uma nova diferenciação para se pensar a profissionalização na música, a distinção entre o início da profissionalização e o início de uma carreira artística na música. Esse início de uma carreira artística na música começa quando se grava o primeiro CD. O CD, material autoral e produto de venda, torna-se um objeto simbólico dotado de grande sentido, pois é capaz de estabelecer para além de uma profissão na música o início de uma carreira musical no fado.

> A importância de gravar um CD é tanta, porque se queres entrar no mercado da música, seja no mercado nacional ou internacional, tens que ter um produto. Disco é material de promoção, só, não estamos a falar de ganhar dinheiro com o disco, isso não existe. Disco é material de divulgação para levares para feiras para vender. Um disco tem o objetivo único de vender nosso trabalho. Mas há quem olhe para um

> disco como uma forma de deixar pros outros, pros filhos, um registro nosso, bem editado e etc. Mas se querem entrar na carreira musical tens que ter um disco. O disco é o teu BI na música. Não há como fazer de outra maneira.
> Raquel Tavares, 24 anos, fadista

Elias (1995) constrói a partir do caso de Mozart a distinção entre a arte do artista, livre na criação, e a arte do artesão, presa não só ao seu tempo, mas, principalmente a um determinado lugar. O autor está pensando em toda uma discussão sobre produtores e receptores da obra de arte. Elias (1995) propõe que a opção de Mozart em ser um artista autônomo, vendendo sua arte de forma livre no mercado, o fez passar de um artesão para um artista. A arte de um artesão seria aquela que é feita pensando no receptor, é produzida para alguém. Já a arte do artista ela é realizada como expressão dos próprios sentimentos do artista, ela não tem um receptor definido. A partir da diferenciação proposta por Elias (1995) entre artesão e artista, pode-se pensar que há um primeiro momento de profissionalização, em que ser profissional significa cantar em um ambiente com caráter profissional, pode-se pensar na profissionalização dos jovens na música, seja no fado quanto no samba, a partir de uma noção de artesão, ainda muito vinculada aos receptores da sua obra musical. Visualiza-se isso através da disposição de cantar determinada música pedida em um bar ou casa de fado. Já quando os jovens passam a construir uma carreira na música, simbolizada pela gravação de um CD, pode-se pensar que eles também se tornaram autônomos e assim artistas, preocupados muito mais com o fazer musical do que com a sua recepção. Obviamente que a realidade de mercado e capital atual mudou muito com relação a dos tempos de Mozart. Mesmo um artista, no sentido dado por Elias (1995), possui uma grande preocupação com a recepção da sua obra autoral, no sentido de possibilidade de inserção em um mercado musical global da indústria fonográfica e cultural. Todavia quando os jovens músicos gravam seu primeiro CD, para ter um material para venda em um mercado da música, eles estão preocupados na produção de uma obra autoral, que os identifique enquanto artista. É a partir dessa identificação autoral que eles acreditam que este material de mercado, o CD, possa ser vendido. Podemos assim pensar na profissionalização de artesão e na construção de carreira de artistas.

> E eu to fazendo um trabalho próprio, to gravando um CD agora. Já ta quase pronto, um CD independente, só de música minha. É 80% de samba, tem uma valsa, tem uma bossa no meio, mas o foco é samba.
> Caio Martinez, 28 anos, músico/cantor

No samba o início da profissionalização não acontece tão precocemente na infância como se observa no fado. A profissionalização pode começar a delinear-se na adolescência, mas geralmente se consolida no início da vida adulta. No samba, assim como no fado, podemos identificar dois momentos distintos no processo de profissionalização. Um primeiro momento que é a formação de um grupo e começar a tocar em algum bar. E um segundo momento que é a gravação de um CD que representa o início de uma carreira autoral, no sentido de possuir certa identidade do artista, e de venda de um produto mais elaborado no mercado musical, para além das possibilidades oferecidas pela boemia.

> Foi meu primeiro grupo. Foi 2002. Eu conheci primeiro o Luís Arnaldo lá nessa roda de violões. Eu o Luís, o Cristiano Fischer. Tinha o Relóginho que era o pandeirista. Depois entrou o Davi Sosa que tocava flauta com a gente. No início não tinha solista e a gente tocava em um bar o São Jorge e o Dragão, foi ali que a gente começou a tocar, nesse formato de quarteto. (...) Depois eu vim com a idéia do Feijoada Completa, por causa da brasilidade, do tempero da música, enfim. Ai a gente começou a ensaiar repertório mais arranjado para fazer apresentação na Casa de Cultura, que a gente começou a fazer alguns shows ali. Depois a gente começou a reunir repertório, arranjar, fazer uma coisa mais elaborada. Nisso entrou o Pedrinho, que tava começando a tocar bandolim, acho que tinha uns catorze anos na época. O primeiro show dele foi com a gente, nunca tinha tocado assim em palco, tava bem

> nervoso na época. E ai foi indo, depois o grupo se desfez, nem todos tomaram o mesmo caminho de encarar a música como ofício. Ai se desfez o grupo e cada um seguiu seu rumo. Mas já no Gafieira não era a mesma formação. Continuou eu e o Luís Arnaldo e o Rafael Lima que tava tocando sopro na época no Feijoada. Fomos os três que continuamos. Tinha uma diferença grande. O Feijoada era uma coisa mais de câmara, mais focado em teatro. E a Gafieira já tem uma coisa mais animação também, de entretenimento, por envolver a coisa da dança já é um universo um pouco diferente. O Gafieira foi 2007, se não me engano.
> Caio Martinez, 28 anos, músico/cantor

Esse tipo de formação de grupo baseada na relação entre amigos, para, a partir dele, ocorrer uma profissionalização na música, no sentido de construção de um trabalho e de começar a tocar em algum lugar, pode ser entendido como uma forma padrão entre os jovens sambistas. Temos nesse grupo específico de jovens músicos gaúchos duas maneiras de se relacionar com a profissionalização e que geram três tipos distintos de profissionais, mas que também podem ser identificados em outros grupos de jovens sambistas. O primeiro tipo é o caracterizado pelo violonista Max dos Santos, alguém que teve uma socialização na infância nesse gênero musical, teve uma profissionalização precoce, mas que estabeleceu no início da sua vida adulta o marco da sua profissionalização real. Este marco para o Max acontece através da possibilidade de sustento através da música, outro marco importante para a compreensão da noção de profissionalização para os jovens músicos.

> Eu já to vivendo de música tranquilo, não dou mais gastos pro meus pais, agora eu ajudo eles tranquilamente. Não posso reclamar.
> Max dos Santos, 20 anos, músico/violonista

Esse primeiro profissional é aquele que por ter iniciado um caminho profissional precocemente, assume a sua profissionalização quando esta possibilita a sua independência financeira. A segunda maneira de profissionalização é quando esta acontece no início da fase adulta da vida dos jovens músicos e não é uma decisão fácil de ser tomada. Atrelada a vida de músico na maioria das vezes os jovens também fazem algum curso universitário, muito por pressão social e familiar de ter um curso superior e uma profissão, já que a música muitas vezes não é assim considerada. Nesse duplo caminho, de curso superior e música, em algum momento os jovens encontram uma encruzilhada que os fazem ter que optar entre o abandono da universidade ou a manutenção, muitas vezes custosa, destes dois caminhos.

Caio Martinez chegou nessa encruzilhada depois de ter tido uma socialização na música na infância, com um início de prática musical informal na música tradicionalista. Foi em Porto Alegre, cidade para qual ele mudou para estudar, que ele descobriu o samba, voltou a cantar, e formou seu primeiro grupo musical. Junto com isso ele cursava a universidade, primeiro matemática, passando pelas ciências sociais e depois escolhendo a biologia. Mas o gosto pelo fazer musical foi ficando cada vez mais forte até que a biologia passou a não fazer mais sentido. Caio Martinez optou por viver de música e isso significou, além de cantar, montar um estúdio de gravação em casa, para trabalhar profissionalmente com isso.

> Eu tinha um sentimento de ver meus colegas em saídas de campo, naquelas imersões no mato, completamente fascinados com aquilo. E a minha paixão não era suficiente. Eu via ótimos biólogos e eu era mais um ali no meio. E quando eu ia cantar eu me sentia mais útil e com mais potencial reconhecido. E chegou um momento que não deu, que a bruxa me pegou, não deu mais pra segurar. E eu acabei rompendo com o preconceito, comecei a acreditar que dava pra se viver da música como qualquer outra profissão, levando a sério, como eu sempre fiz. Ai quando a coragem cresceu, eu larguei tudo. Eu tava no meio de uma aula de zoologia, olhando uns slides e enxergando as notinhas passando. Ai nada eu coloquei as minhas apostilas dentro da pasta e disse que nunca mais ia voltar ao campus do vale, e nunca mais voltei mesmo. Eu acho que quando eu larguei a faculdade aquilo foi o divisor de águas pra mim. É

> que foi difícil fazer cursinho e passar, é que isso me mantinha lá. Eu pensava, tanto empenho pra passar numa federal pra depois jogar tudo pro alto por causa de uma ilusão, de uma paixão. Mas chegou um certo momento que eu tava com muito mais vontade de fazer música do que de me manter ali, que eu acabei mudando de lado. (...) Não, no fundo eu acho que todo mundo já sabia. Eu fui o último que demorei pra me dar conta. Porque no fundo eu era o único que carregava aquela carga de achar que tinha que ter uma outra profissão mais séria. Porque a arte tem essa carga de não ser levada a sério. Eu me preocupava muito com isso.
> Caio Martinez, 28 anos, músico/cantor

A encruzilhada vivida pelos jovens da opção entre uma profissão socialmente reconhecida e o fazer artístico, pode levá-los a escolherem continuar seguindo os dois caminhos. Essa opção é muitas vezes arriscada e pode gerar em determinando momento da vida a não possibilidade de aprofundamento em alguma das duas carreiras, ou em ambas. Mas muitos jovens acabam por optar pela construção dessa dupla identidade profissional: músico e mais alguma coisa.
Esse foi o caso de Luís Arnaldo que decidiu não abrir mão de nenhuma das suas duas profissões, ele se considera assim, músico (essa vindo em primeiro) e publicitário (como segunda profissão). Luís Arnaldo escolheu esse caminho mesmo sabendo que muitas vezes não poderá dar a mesma atenção às duas profissões e com isso tendo clara noção das limitações que isso pode causar. Mas é essa outra identidade profissional, a de publicitário, que permite a esse jovem escolher os caminhos musicais que quer seguir.

> Nesse meio tempo também tinha a faculdade, montei uma agência de publicidade um tempo. Fiquei dividido, não fui nem pra lá, nem pra cá. As pessoas ficam com preocupação na família, principalmente com o lance de música brasileira em Porto Alegre. (...) Eu tenho outra opção, mas uma opção complicada, porque publicidade não é uma coisa fácil na verdade. É engraçado, porque eu já trabalhei em agência, não quis optar por aquilo porque é uma coisa louca que tu não tem horário pra nada mais. Então optei em ficar correndo dos dois lados pra ter meus horários, pra poder tocar principalmente, porque eu acho que se eu não tocar eu vou ser meio infeliz. Então foi sempre trabalhei com essas duas coisas. (...) Mas parece que eu continuo meio uma tradição, que esses grandes caras, tipo Jacob, tinham outra profissão. Não tinham como só se manter tocando.
> Luís Arnaldo Cabreira, 30 anos, músico/cavaquinista e publicitário

A encruzilhada profissional e a opção por permanecer com duas profissões não acontecem somente no samba, é possível também de ser identificada no fado. Embora em número menos significativo que entre os jovens no samba, muito pela própria configuração do mercado do fado com seu foco nas casas de fado, o que facilita aos jovens fadistas fazerem do fado profissão. Alguns jovens permanecem optando por uma dupla identidade profissional, na medida em que, gostam de outras coisas, mas principalmente, veem na música certa insegurança profissional e financeira. Esses jovens também sabem que as suas opções profissionais, principalmente com relação ao fado possam se limitar, como em concertos pelo exterior, por causa da outra profissão. É o caso da fadista Tânia Oleiros que mesmo tendo uma mãe fadista, que largou a profissão para poder ser mãe, mantém duas profissões, fadista e professora de matemática e ciências.

> Mas, entretanto uns dos concursos de fado que foi realizado em Almada e que eu venci, o júri nessa altura era a Alexandra, Lenita Gentil, Maria da Fé, portanto foram o júri dessa noite. E na altura coincidiu com a abertura da casa de fados da Alexandra aqui na Alfama, Marquês da Sé. Ela perguntou-me se eu cantava e eu disse que não, portanto era muito verde nessas lidas, cantava só em noites de fado amador, mas era só no final de semana. Mas eu disse estou a terminar o curso da faculdade a minha e não pretendo fazer disso profissão, mas não importo de integrar o elenco da casa de

> fados e ir cantar lá de vez em quando. O de vez em quando tornou-se regularmente, e fiz isso durante quatro anos e meio. E depois fui raptada para o Pátio de Santana e depois pra cá. Quem corre por gosto não cansa. E abdicar de uma das coisas não me apetece fazê-lo. Há determinadas fases que se pensa várias vezes se é que eu vou agüentar. Mas depois o bichinho, como se costuma dizer, o bichinho do fado fala mais alto. E, portanto não abdico da minha profissão enquanto professora, pra já não abdico, não me apetece abdicar por vários motivos, por motivos econômicos e porque gosto. E tudo é muito efêmero, hoje em dia a profissão cá em Portugal já não é o que era, mas de qualquer forma é o que vai me dando uma certa segurança em termos profissionais e em termos econômicos e monetários. Embora o fado é uma acréscimo. Dentro da ambição que eu quero e que eu quero fazer no fado, julgo que eu conseguirei conciliar.
> Tânia Oleiros, 30 anos, professora e fadista

A profissionalização de Tânia Oleiro aconteceu por ter vencido um concurso de fados. Os concursos são importantes propulsores da profissionalização de fadistas. O principal concurso de fado é a "Grande Noite de Fados", que acontece na cidade de Lisboa e do Porto. Venceram este concurso e assim impulsionaram as suas carreiras o fadista Ricardo Mesquita no Porto e os fadistas Ricardo Ribeiro e Joana Amendoeira em Lisboa. No samba há menos concursos, mas ganhar um prêmio pode ter o mesmo significado de impulsionar uma profissionalização ou consolidar uma carreira.
A música muitas vezes nem é reconhecida socialmente como profissão séria e legítima, mas sim como *hobby* e prazer. Essa oposição entre profissão e prazer é muitas vezes trazida pelos jovens músicos para argumentar que ser fadista ou sambista, não é sempre prazer, tem um lado profissional que muitas vezes está desligado da noção de gosto e de realização pessoal. Essa noção de profissão na música é construída por jovens músicos através da dupla noção de prazer e de obrigação, gosto e profissionalismo.

> É claro, claro que é. É por uma razão muito simples, porque eu não comungo da ideia de ir pra casa de fados todos os dias e dar um litro, ter alma pra cantar, isso pra mim é uma mentira. Eu não tenho alma todos os dias. Chegar todos os dias a casa de fados e ter a mesma alma, a mesma entrega. Não, isso pra mim não existe. Eu tenho dias que faço a minha profissão e tenho outros dias que sou um fadista, a minha veia está pra cantar, a minha alma está virada pra aquilo. Outros dias não, não tenho isso. Portanto o fado é mais que uma profissão. E é nesses dias que eu posso falar que ele é mais que uma profissão, é uma condição, é uma coisa que é natural minha, ou não, isso já tem que ser uma coisa que as outras pessoas que ouvem e quem gosta dessa música que diga isso. Eu não posso ter essa prepotência de dizer que é uma coisa minha natural. É evidente que sinto que é.
> Ricardo Ribeiro, 28 anos, fadista

A compreensão do fado às vezes como prazer outras como profissão, presente na fala do fadista Ricardo Ribeiro, está sendo construída a partir da noção de que o fado é algo *natural* na sua vida, um *dom/destino* que ele tem. Assim dois elementos fundamentais para o entendimento do fado e do samba como profissão estão sendo construídos pelos jovens músicos, a noção de *natural* e de *dom/destino.*

A Construção do *Natural* e do *Dom/Destino* na Fala de Jovens Sambistas e Fadistas

A profissionalização é vista pelos jovens músicos como algo que aconteceu naturalmente em suas vidas, por mais difícil que tenha sido a decisão por tornar-se músico. Essa construção do conceito êmico de *natural* tira o peso da decisão da profissionalização e faz com que pareça ser algo sem querer, força do *destino* ou manifes-

tação do *dom.* O conceito de *natural*, que a música se tornou profissão naturalmente, é usado tanto por fadistas como por sambistas, e mesmo expondo as angústias e a forma como a decisão por ser músico foi tomada, elas sempre terminam com a conclusão de que foi *natural*.
Quando a profissionalização acontece precocemente essa noção de profissionalização *natural* pode ser compreendida como algo quase inconsciente por parte dos jovens músicos, assim como as decisões que iam tomando ao longo da sua trajetória artística precoce. Podemos compreender essa noção de *natural* como a tomada de decisões, pouco racionalizadas por esses jovens, no caminho para a profissionalização. Todavia sabemos que está longe de ser *natural* esse caminho, ainda mais quando para isso se tem CDs gravados. Então que noção é essa de *natural* que esses jovens estão construindo nos seus discursos?

> É muito difícil de explicar porque é uma coisa que acontece tão *natural*, tão por acaso que eu não posso dizer como é que funciona, se foi por aqui ou se foi por ali. De repente aparece alguém que chama, de repente aparece um disco gravado pra CNN em 2004. Quer dizer, aparece porque convida, por que... É difícil dizer se é uma coisa estudada, pensada, com objetivos delineados, nunca os tive. Fiz essa coisa sempre por paixão e esperar aquilo que me pudesse dar quer de bom, que de mau. É uma coisa de difícil objetivo marcado como é uma outra área musical. É uma canção popular! Eu nunca tive se quer o objetivo de dizer que queria ser uma estrela. Sabia que queria ser fadista e que era fadista na minha alma. Agora o que havia de me acontecer, não sei, nem soube, nem quero saber. Deixo que as coisas aconteçam naturalmente.
> Ricardo Ribeiro, 28 anos, fadista

O discurso da naturalidade com que as coisas aconteceram na sua carreira musical faz Ricardo Ribeiro construir o conceito de *natural*, este é para o jovem fadista a não intencionalidade e o não planejamento da sua carreira. Mesmo sabendo que o discurso não condiz completamente com a realidade o que interessa é pensar este conceito êmico de *natural* para a construção da noção também êmica de profissão. A noção para esses jovens de profissão na música é, a partir desse princípio de profissionalização *natural*, uma maneira de ganhar a vida ligada ao prazer e a não intencionalidade dos atos. Assim a profissão de músico ganha um sentido místico, associada a um *dom/destino*.
Damo (2005) ao estudar os jogadores de futebol identifica que há em torno deles duas noções de *dom*. Uma primeira noção chamada pelo autor de *dom/talento* que está vinculada a noção de *habitus* e que pode ser lapidado. A outra noção de *dom* está ligada a noção de dádiva maussina, trata-se de algo dado, por algo ou por alguém, e que faz com que esse jogador de futebol entre em uma cadeia de reciprocidade. Para Damo (2005) é através desse *dom* para o futebol que muitos jogadores de periferia enriquecem de uma maneira nunca imaginada para a classe social da qual se originam. Essa riqueza construída através de um *dom* dado faz com que haja a necessidade de retribuição o que acontece para os jogadores de futebol através de uma cadeia de reciprocidade e de distribuição de riquezas que vai do familiar até o lugar de origem.

> O dom não é substância, mas representação. Trata-se de uma categoria importante, justamente porque consegue preservar uma dimensão intangível. Há sempre um residual que não pode ou não se deseja compreender, mas que reverbera no modo como se relacionam os agentes no interior do campo. (Damo, 2005: 118)

O *dom/destino* como representação de algo recebido é usado por jovens fadistas e sambistas. Mas quando são os fadistas nunca é essa a palavra utilizada, como uma mimese do próprio gênero musical que cantam eles denominam o *dom* de *destino*. E é esse *destino* que determina o gosto pela música, a profissionalização, a carreira artística, isso tudo de forma *natural*, sem nenhuma agência direta do sujeito. É esse *dom/destino,* no seu sentido místico, que traça os caminhos que esses jovens irão seguir na música.

> Por que o fado? Não sei, porque aconteceu. Dei por mim e era o fado, e dei por mim a dizer que era fadista, dei por mim a chamar-me de fadista, e dei por mim a não conseguir desligar desse gênero musical, e a viver ele no dia-a-dia.
> Ricardo Mesquita, 27 anos, fadista

Mas esse *dom/destino* ao contrário do identificado por Damo (2005) com os jogadores de futebol, não gera uma retribuição através da distribuição de riqueza no grupo de origem. Muito porque a origem social desses jovens músicos é distinta das dos jogadores de futebol analisados por Damo (2005), nem o dinheiro que eles ganham se iguala ao faturamento de um jogador de futebol, principalmente com carreira internacional. A forma de reciprocidade acontece através da aceitação desse *dom/destino* e da melhor utilização dele, se retribui a capacidade de cantar, dada por algo ou por alguém, através do canto.

> Por que o fado? Eu penso que foi o destino, foi o destino. Pois, quando eu tinha seis anos foi logo isso que aconteceu. Não cantei outros gêneros, foi logo o fado, portanto não sei explicar porque o fado. Porque foi o destino, alguém quis lá no céu, não sei.
> Joana Amendoeira, 27 anos, fadista

Esse *dom/destino* é que faz com que os jovens se tornem músicos de forma *natural*. São esse dois conceitos dotados aparentemente de pouca intencionalidade e agência por parte dos jovens músicos, que ajudam na construção dos caminhos que eles vão seguir na música, seja no samba ou no fado. E é através dos caminhos escolhidos para seguirem na música que os jovens sambistas ou fadistas constroem os seus projetos artísticos.

Os Projetos Artísticos dos Jovens Músicos no Samba e no Fado

Depois da profissionalização o próximo passo dado pelos jovens músicos é a elaboração de um projeto artístico. Esse projeto é algo móvel e que muda conforme a trajetória que eles seguem e o contexto social que se inserem. Segundo Velho (1994) a noção de projeto é muito mais visível entre sociedades com noções individualistas e essa noção está vinculada ao que o autor chama de campo de possibilidades, as opções existentes para esses atores sociais. A partir dessa noção, Velho (1994) sustenta que os projetos são mutáveis, assim como as identidades mudam através deles. É a partir da organização da memória do passado que se torna possível construir o projeto como noção do futuro (Velho, 1994: 103).

> Por outro lado, o *projeto* existe no mundo da intersubjetividade. Por mais velado ou secreto que possa ser, ele é expresso em conceitos, palavras, categorias que pressupõem a existência do Outro. Mas, sobretudo, o *projeto* é o instrumento básico de *negociação da realidade* com outros atores, indivíduos ou coletivos. Assim ele existe, fundamentalmente, como meio de comunicação, como maneira de expressar, articular interesses, objetivos, sentimentos, aspirações *para o mundo*. (Velho, 1994: 103)

O conceito de projeto, construído por Velho (1994) e consolidado a partir da ideia de sujeito subjetivo que usa essa noção como forma de comunicação, é fundamental para compreender os jovens músicos e a construção das suas carreiras artísticas. É durante a fase de profissionalização na música que os primeiros projetos artísticos são formulados pelos jovens, e qualquer que seja a formulação e as ambições musicais presentes nele, sempre existe a noção de reconhecimento profissional. Ao contrário da ideia de sucesso que está, para esses jovens músicos, ligada a algo vazio, fácil e de pouca qualidade, a noção de reconhecimento profissional é construída a partir da noção de qualidade e está calcada sobre o pilar da valorização do *dom/destino*.
Assim um projeto comum a quase todos os jovens em início de carreira é a conquista do reconhecimento profissional, entre os seus pares e entre os potenciais apreciadores do seu produto musical. O projeto artístico

dos jovens músicos, compreendido como forma de comunicação entre eles e seus pares, possui assim alguns elementos recorrentes. O primeiro deles é a centralidade da música popular na capital cultural do país, Lisboa ou Rio de Janeiro. Sendo o samba carioca e o fado é lisboeta, para ser reconhecido profissionalmente é necessário ir para estes lugares. Estas duas cidades, Lisboa em Portugal e Rio de Janeiro no Brasil, estão presentes no imaginário das pessoas em geral, mas dos músicos especificamente, como centros culturais dos seus países. Essa noção faz com que a cidade do Rio de Janeiro e de Lisboa ganhem importância fundamental para a profissionalização dos jovens, tornando-se lugares importantes na construção dos seus projetos artísticos.
Esse projeto artístico de consolidação profissional e busca de reconhecimento nas cidades místicas do Rio de Janeiro, para o samba, e Lisboa, para o fado, é expressivo de uma grande parcela de jovens músicos que não vivem nestes centros urbanos e musicais. Quando a ida para o Rio de Janeiro não é um projeto artístico presente na vida dos jovens músicos a opção é ficar no seu lugar de origem e criarem localmente um mercado de produção e consumo de samba mais consolidado do que o previamente existente. Esse mercado de samba que esses jovens estão construindo localmente é voltado para um nicho específico, o dos jovens. É a criação de um mercado de samba de e para jovens.

> No momento ta bom por aqui. Até porque lá já tem isso de sobra. Eu acho que aqui seria mais importante que isso se implementasse. Lá os espaços já existem, seríamos mais uma gafieira. Aqui somos a única.
> Caio Martinez, 28 anos, músico/cantor

A opção de muitos jovens sambistas de permanecer no seu local de origem e não se aventurar no Rio de Janeiro não foi fácil de ser tomada pela maioria deles. Mas são várias as motivações por permanecer e construir localmente os seus projetos artísticos. No momento que ficar no seu local de origem é uma decisão, ela é tomada de forma consciente, assim como é consciente os caminhos difíceis que eles terão que trilhar até a construção de um mercado do samba local. Para que este mercado local seja construído é necessário ter espaços para tocar, criar público consumidor e investir na criação de um produto vendável, seja ele show ou CD.

> Não, eu tinha uma ilusão de que necessariamente teria que sair daqui. Mas indo no Rio de Janeiro e vendo o panorama lá, eu me senti mais a vontade de continuar aqui. Tem espaço e tem necessidade de que se faça música autoral, que se faça samba aqui. O exemplo disso é a Gafieira que a gente conseguiu montar sem respaldo de ninguém, um projeto independente. Que não se tinha notícias de uma banda assim há décadas aqui. E a gente conseguiu colocar esse projeto ai e servir até de exemplo pra que outras pessoas façam. Ter uma banda, uma estrutura musical maior, porque a tendência por falta de recurso é ficar tocando voz e violão, ou restringir o número de integrantes de uma banda em função do que os bares oferecem, e a gente tentou fazer o contrário.
> Caio Martinez, 28 anos, músico/cantor

Caio Martinez confirma a sua crença na possibilidade de se realizar um trabalho autoral e de samba localmente, mesmo que sem ajuda financeira pública ou privada. A construção de um mercado do samba é ainda para os jovens uma busca individual, sem ajuda pública ou privada, e que necessita de todo um empenho pessoal e financeiro deles. É através de um primeiro empenho individual, como a própria e autofinanciada gravação de um CD, que os jovens músicos acreditam que será possível a criação e consolidação desse mercado, que este seja capaz de gerir a si próprio, que crie retorno não só pessoal e profissional, mas financeiro para eles.
No fado o projeto artístico dos jovens músicos não passa pela permanência no local de origem, mas, ao contrário, pela desterritorialização desse gênero musical para além das fronteiras de Portugal. É através do mercado externo, ávido consumidor de fado, que muitos jovens músicos mantêm a sua vida profissional. Fadistas se sustentam cantando em casas de fado, hoje assim como sempre foi na história deste gênero musical, mas

também através da venda de concertos, principalmente para o exterior. O grande mercado consumidor do fado fora de Portugal ainda é a Europa, mas também os Estados Unidos e alguns países orientais, como Índia, Coréia e Japão. A desterritorialização do fado passou a ser um importante espaço de profissionalização para toda essa nova geração de fadistas.

> Sim, porque o mercado português é muito pequeno, existem muitos fadistas, cada vez mais, que estão a salientar-se e a fazer muitos bons trabalhos. Eu tenho muito orgulho de toda a geração da qual faço parte. Penso que todas as pessoas têm o seu estilo próprio e cultivam este estilo e acho que é importante cada um separar-se uns dos outros, criar seu próprio caminho. E eu penso que isto está a acontecer. E por isso também, por haver essa nova geração, está a haver um interesse cada vez maior no exterior. E o fado também como uma canção tão peculiar, tão única, tão portuguesa, tem muito interesse por parte de todos os festivais de *world music* e também das salas de concerto que também estão convidando cada vez mais fadistas pra atuar fora de Portugal. Que é uma forma de exportar a nossa cultura também pra fora.
> Joana Amendoeira, 27 anos, fadista

Para que seja possível adentrar e explorar novos mercados consumidores é necessário que haja por parte dos jovens todo um preparo e domínio do universo da *world music*. A *world music* é uma classificação usada em premiações e pela indústria fonográfica que abarca toda a produção musical original dos países que não estejam no eixo Estados Unidos – Inglaterra. São todas as músicas produzidas na África, Ásia e América Latina, que não tenham o inglês como idioma oficial. O fado se caracteriza como *world music* porque além de ser cantado em português, ser expressão tradicional de uma cultural nacional, também é produto de exportação de um país periférico, mesmo que localizado no continente europeu.
Para explorar o mercado consumidor oriundo da desterritorialização do fado e do advento da *world music* é preciso que os jovens fadistas tenham um produto para vender, o que significa um CD e um concerto, e que tenham um *manager*, no sentido do produtor no Brasil, que venda este produto nas feiras internacionais europeias. Estas feiras de *world music* são um espaço privilegiado de venda do produto musical do fado para grandes mercados consumidores como Holanda e Bélgica e de consolidação da carreira musical de muitos jovens fadistas.

> Holanda, França e Bélgica são os maiores mercados de fado da Europa. A Bélgica tem 250 km e eu tenho uma turnê de dez concertos na Bélgica. Tu perguntas como? Em Portugal isso não era possível. Há muita gente a comprar fado na Europa. A Bélgica é mínima e consome e paga bem os fadistas pra passar por lá. Todos passaram por lá, a Mariza, a Kátia [Guerreiro], a Mafalda [Arnauth], a [Ana Sofia] Varela, eu, entendeu, todos passam por lá.
> Raquel Tavares, 24 anos, fadista

Foi Amália Rodrigues que possibilitou que esses caminhos da desterritorialização do fado fossem possíveis. Mas foram esses jovens fadistas a geração que melhor soube explorar as potencialidades da desterritorialização do fado e da classificação deste no universo amplo do conceito de *world music*. São os jovens fadistas, a maioria fluentes em inglês e sem medo de explorarem novos territórios, que estão consolidando o fado como produto musical consumido pelo mundo e capaz de ser universal e emocionar mesmo sendo cantado em português. O fado que encanta públicos tão diversos pelo mundo só é possível de ser cantado por esses jovens porque ele é mais que simplesmente um gênero musical, ele é mais que uma profissão, ele é um estilo de vida.

O Samba e o Fado como Formas de Estar na Vida

Quando questionados sobre o que era o fado, a maioria dos jovens músicos portugueses respondia de uma mesma maneira, que traduzida para o português do Brasil, com relação ao que era o samba, tornava-se um estilo de vida.

> Eu acho que é uma maneira de estar na vida.
> Marco Oliveira, 21 anos, fadista e músico/viola de fado

O fado e o samba são para os jovens músicos mais que uma profissão, estas formas de expressão musical são traduzidas em identidade que se tornam visíveis na forma como os jovens encaram a vida. Podemos falar que o samba e o fado são mais que apenas gêneros musicais, são estilos de vida, ou em português de Portugal, formas de estar na vida. Como esses gêneros musicais populares são traduzidos em estilos de vida? Como *ser sambista* ou *ser fadista* representa uma forma de estar na vida?

Para compreender o significado de gêneros musicais traduzidos como estilos de vida é necessário entender o que eles significam para os jovens. O samba e o fado como estilos de vida são transposições que os jovens fazem do imaginário que eles têm sobre estes gêneros musicais e suas práticas sociais, mas que sofrem releituras atuais. Essas releituras dos imaginários desses gêneros musicais são recriadas para os jovens músicos através de parâmetros atuais, retomando sempre elementos importantes e tradicionais na história dessas formas de expressões musicais.

> Tu acaba incorporando no teu estilo de vida, é um estilo de vida eu acho. Uma coisa que mexe contigo. Parece meio piegas isso, mas acaba sendo. Uma coisa que tu não sabe, quando tu vê tu foi escolhido. Como eu te disse eu não fiz essa força pra ser músico. Eu sempre gostei dessa coisa da nostalgia, da poesia que tem na letra, sempre me tocou muito isso. Então tu tem umas coisas que acontecem que tu não explica. Acho que é um estilo de vida ser sambista.
> Luís Arnaldo Cabreira, 30 anos, músico/cavaquinista e publicitário

A partir da fala de Luís Arnaldo pode-se entender um pouco mais o significado do samba como estilos de vida. Para esse jovem músico *ser sambista* é mais que uma profissão na música, já que não foi algo escolhido, mas que aconteceu de forma *natural*. Isso faz com que o samba ganhe um sentido superior de predestinação, que se traduz não só em um fazer profissional, mas em uma forma de se identificar perante o mundo. Dessa forma, mais do que ser um profissional do samba os jovens músicos realmente são sambistas.

> Eu acho que ser um sambista é ir além da música. Eu acho que o samba tem uma espécie de religiosidade. Uma atmosfera que se cria quando se toca samba, se ouve, se pratica, é diferente de qualquer outra experiência musical, eu sinto assim. O cubano tocando salsa deve sentir a coisa parecida assim. A coisa da ancestralidade, de todo o processo que essa música passou e de todo os ícones, de cantar as músicas do Cartola, de estar compondo em samba, tu tens aquelas luzes te orientando. Comigo é isso que me motiva, que me sensibiliza.
> Caio Martinez, 28 anos, músico

Caio Martinez complexifica a noção de estilo de vida salientando nele um caráter nacional. Mais que ser sambista, escolher este gênero musical como forma de expressão artística e de se expressar no mundo, representa que eles também são brasileiros e possuem uma identidade e códigos só possíveis de serem compartilhados com quem também o é. Assim o samba é comparado com uma religião. Essa religião do samba tem como base a valorização da sua tradição e da sua historicidade, que são relidas pelos jovens músicos e transpostas para os tempos atuais.

> Pois, pra mim fado, pronto, é pra já uma música. Mas se fores ver no dicionário diz imensas coisas terríveis, vadio, a pessoa com destino mal fadado. E então, pronto, traduzindo a letra é isso, é uma canção, mas depois eu, é uma canção, mas pra mim depois pode ser uma forma de vida. Eu faço da minha vida o fado. É muito fácil de sentir, porque tu sentes, tu te arrepia facilmente quando tu falas, qualquer coisa que tu toca, porque vibras mais com uma frase do que com outra, mas na volta não consegues explicar. É fácil de sentir, mas só sente mesmo quem sente essa coisa de fadista, aquela coisa da saudade, da nostalgia, da lembrança, do amor. Dizem que os portugueses têm a mania de ser sofridos, e que gostam de se lamentar, o pá, que seja, é assim que eu me sinto, é assim que eu me sinto feliz. Os brasileiros têm uma cultura da alegria, são todos muito alegres e foliões. Nós portugueses é o contrário, é tristeza. É o contraste, é o agridoce como chamam.
> Ricardo Mesquita, 27 anos, fadista

O jovem fadista Ricardo Mesquita também entende o fado como algo para o qual eles foram predestinados, ganharam um *dom/destino*, e que se expressa corporalmente através da valorização da emoção. Para se ter o fado como uma forma de estar na vida é preciso sentir este mesmo fado, e este sentimento é territorializado, ele é português. Assim como ser sambista é ser brasileiro, ser fadista é ser português. Entender esses gêneros musicais populares como estilos de vida, é compreendê-los como a maneira como se traduz para o cotidiano a identidade vinculada com o imaginário do samba e do fado.

> É minha forma de estar na vida. Sou eu dos pés a cabeça. Não podia ser outra coisa. Não tinha outra opção. O fado sou eu. (...) Todo o tempo. Porque eu acho que fadista é uma condição. Eu não consigo dissociar a mulher da fadista, é a mesma pessoa. Eu estou aqui contigo e não deixo de ser fadista por estar de calça de ganga. Eu sou fadista na mesma. Não está no guarda roupa, não está na forma de falar, não está na forma de andar, está cá dentro [bate no peito no lugar do coração]. É uma questão de alma, é uma questão de feeling. Portanto eu acho que sou fadista dos pés a cabeça, é a minha condição. Eu não fiz nada pra ser fadista, eu nasci assim. Então não é mérito meu. É mérito de alguém que achou que eu tinha que ser. Basicamente é isto, eu sou assim.
> Raquel Tavares, 24 anos, fadista

Ser sambista e *ser fadista* são formas de se expressar para o mundo, são maneiras de se situar historicamente e dentro de uma tradição musical e social, são visões de uma forma específica de profissionalização, são identidades construídas e consolidadas a partir da música e do seu universo simbólico. O samba e o fado são para os jovens músicos uma estratégia de relação entre passado, presente e futuro, entre modernidade e tradição.

Últimos acordes: Considerações Finais

Não é único nem fácil o caminho que leva jovens músicos a se profissionalizarem como sambistas ou fadistas. Esse caminho nem sempre acontece da mesma forma e no mesmo tempo para os jovens músicos. Alguns vivenciam um início de carreira precoce, ainda na infância, e determinam outros momentos na sua trajetória artística como determinantes da sua profissionalização, mas defendem que ela aconteceu de maneira *natural*. Para outros essa decisão de se tornar músico é um processo lento, acompanhado pela tentativa ou mesmo efetivação de outra profissão que pode ser levada junto com a música, mas que em algum momento passa por uma encruzilhada em que se tem que decidir entre estes dois universos. Assim podemos pensar em uma profissionalização mais tardia se comparada com a primeira, mas ainda em um momento socialmente aceito de início

da vida adulta (aqui pensado de forma ampla entre os vinte e trinta anos), só que depois de decidida, seja qual for a decisão, ela também passa a ser entendida como algo *natural*.

O *natural*, conceito nativo, passa a ser fundamental para a compreensão do processo de profissionalização na música popular pelo qual passam os jovens músicos. E junta-se ao *natural*, muito na ânsia dos jovens músicos de justificar a não existência de uma explicação para ele, o conceito também êmico de *dom/destino*. O *dom/destino* é entendido como uma determinação externa a esse jovem da sua pré-disposição para música, especificamente para o samba ou o fado. A compreensão dos conceitos êmicos de *dom/destino* e de profissionalização *natural* são importantes para a compreensão do verdadeiro significado da profissionalização para os jovens músicos.

A decisão pela profissionalização na música, e mais especificamente na música popular, representa um momento importante na vida dos jovens de conversão da música de prazer em profissão. Junto com essa conversão da música uma série de elementos, dotados de grande valor simbólico, passam a fazer parte da vida dos jovens músicos como a inserção em um mercado consolidado – como o Rio de Janeiro para o samba e Lisboa para o fado – ou a criação através deles de novos espaços em mercados locais – e ainda a inserção em um mercado global da *world music* – espaço importante do fado.

A decisão pela profissionalização representa a transformação desses gêneros musicais em um estilo de vida. Mais que profissionais do samba ou do fado, os jovens músicos estão transformando estas formas de expressões musicais populares em identidades e construindo-se sambistas ou fadistas. Os gêneros musicais populares resignificados como expressões de um estilo de vida representam para os jovens músicos, em uma linda versão de português de Portugal, "formas de estar na vida". Enfim, o caminho que esses jovens sambistas e fadistas seguem até a profissionalização é o de descobrirem-se músicos, criarem-se músicos, assumirem-se músicos, sentirem-se músicos, serem músicos.

Referências Bibliográficas

DAMO, Arlei Sander. (2005) *Do Dom à Profissão: Uma Etnografia do Futebol de Espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França.* Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ELIAS, Norbert. (1995) *Mozart: Sociologia de um Gênio.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

FRYDBERG, Marina Bay. (2011) *"Eu canto samba" ou "Tudo isto é fado": Uma Etnografia Multissituada da Recriação do Choro, do Samba e do Fado por Jovens Músicos.* Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

VELHO, Gilberto. (1994) *Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

O flautista brasileiro e o precoce ingresso no mundo do trabalho musical

Luís Carlos Vasconcelos Furtado[1]

Resumo: Observa-se que o despertar para a música, o início dos estudos musicais e o ingresso no mundo do trabalho ocorrem prematuramente na vida do flautista de concerto brasileiro. Nesse processo é comum verificar que esse músico se lança em atividades múltiplas (formais e informais, estáveis e/ou temporárias, entre outras), com o intuito de obter renda, correndo o risco de adquirir vícios e problemas técnicos advindos de uma prática musical sem a devida formação. Entretanto, essas ações carregam uma dicotomia que, se de um lado, podem se tornar fortes impedimentos ao desenvolvimento das habilidades técnicas e dos conhecimentos musicais do jovem músico, bem como interferir negativamente no bom desempenho profissional, de outro, revelam-se importantes meios para que o flautista desenvolva suas potencialidades na busca de sua profissionalização e permanência no mundo do trabalho musical.

Palavras-chave: flautista, música, formação, trabalho musical, jovens.

Introdução

Entrar no mundo do trabalho musical é um processo complexo e que não segue regras previamente estabelecidas. Em muitos casos, isso se dá prematuramente, não só em termos de idade, mas também de formação, fato muito comum entre os flautistas brasileiros.

O flautista de concerto no Brasil tem a sua formação voltada, principalmente, para que atue como instrumentista. Uma preparação exigente no que diz respeito ao conhecimento musical e aos aspectos técnicos e interpretativos de seu instrumento. No entanto, esse processo deixa lacunas e, muitas vezes, sem a devida preparação ou com pouca ou nenhuma experiência, o flautista dá os primeiros passos rumo à profissionalização e se aventura a vivenciar e experimentar atividades que se descortinam no mundo do trabalho musical.

Mas, também, pudera. A música é uma atividade exigente que demanda altos investimentos em aulas, partituras e instrumentos, além de tempo, dinheiro e dedicação aos estudos. As tentações financeiras do mundo do trabalho são grandes para o jovem músico, que vê nas bolsas de estudo, nos cachês e salários, oportunidades de renda e trabalho, mas também possibilidades de desenvolver seus conhecimentos musicais e aprimorar suas habilidades técnicas e interpretativas.

Porém, o que se observa é que as mesmas atividades musicais com que o jovem músico se depara no mundo do trabalho podem, dicotomicamente, tanto ser fonte de formação como de problemas, sobretudo técnicos, e as bolsas de estudos e os cachês pagos em atividades diversas, que deveriam e/ou poderiam ser fonte de recursos financeiros para o estudante potencializar sua formação, podem se tornar renda e trabalho, e, consequentemente, desviá-lo de seus objetivos musicais.

Neste texto, pretende-se apresentar alguns aspectos referentes ao ingresso de jovens flautistas no mundo do trabalho no Brasil, informações que integram uma pesquisa mais ampla, na qual foi analisado o processo de construção identitária do flautista brasileiro como um trabalhador.

Entretanto, antes de passarmos para a discussão sobre algumas especificidades desse processo, faz-se necessário lançar um rápido olhar para a formação dos flautistas brasileiros que permite identificar e entender alguns motivos que possam levar a essas práticas.

---

1 Possui graduação em Licenciatura em Educação Artística - Habilitação em Música (1987), graduação em Bacharelado em Música - Flauta Transversal (1993) e Mestrado em Música (2002), cursados na Universidade Federal de Goiás, e Doutorado em História Cultural pela Universidade de Brasília (2014). É professor de Flauta Transversal, na Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal de Goiás, onde atua também nas disciplinas de música de câmara, história da música e apreciação musical. luiscarlosfurtado@gmail.com

Formação Musical

A música surge na vida do flautista brasileiro, segundo as entrevistas realizadas entre janeiro de 2012 e março de 2013,[2] como destino, vocação, algo que circula entre o sublime, o fantástico e o inexplicável. Ter alguém na família ou próximo que cante ou toque algum instrumento é um fator de grande importância para despertar nesses músicos o interesse pela música. De forma semelhante, a presença da música em cultos religiosos e na escola regular, nas apresentações de bandas, orquestras e de outras formações musicais ou mesmo a existência de lojas (físicas) de discos, também são importantes fatores decisórios nesse processo.

No entanto, o segundo passo, que é o processo de formação musical, não é uma tarefa tão simples (ou cercado de tamanha magia como a descoberta da música). No Brasil, ainda nos dias atuais, não é fácil encontrar escolas e professores especializados que ofereçam a iniciação musical e deem condições para que os interessados possam optar e ter acesso ao instrumento desejado. Outro fator relevante, é que essas escolas concentram-se nas grandes cidades, sobretudo nas capitais dos estados, dificultando ainda mais (ou impossibilitando) o acesso à música de inúmeros jovens que vivem no interior do país.

Mesmo vencidas as barreiras iniciais as dificuldades da formação musical não param por aí, afinal elas estão presentes durante todo o processo de aprendizagem. O que se constata é que nos locais onde há o ensino musical, tanto para a formação básica quanto para a profissional, nem sempre há presença de professores de flauta transversal, e esses, quando existem, são poucos para atender a demanda. Nas universidades, mesmos nas federais, que são públicas e gratuitas, o quadro não é muito diferente. Nessas instituições nota-se, geralmente, a presença de apenas um professor da cadeira. Não bastassem esses empecilhos à formação do flautista brasileiro, a oferta de vagas é muito pequena.

É muito comum entre os estudantes de música, não importando o nível de seus conhecimentos musicais, suas habilidades e o domínio de seus instrumentos, a busca por outros meios que possam complementar e desenvolver suas potencialidades com professores variados em aulas particulares e festivais de música oferecidos por instituições diversas. No entanto, muitas dessas aulas e desses festivais acontecem fora de suas cidades (ou mesmo do país), o que para um brasileiro pode significar percorrer distâncias quase continentais. Essas ações (assim como o pagamento de aulas particulares, os custos com deslocamentos e alimentação, os valores despendidos para a compra e manutenção de instrumentos, aquisição de partituras etc.) demandam grandes investimentos financeiros e nem sempre são possíveis de serem custeados pelas famílias desses jovens músicos.

A formação do flautista brasileiro nas escolas de música volta-se, sobretudo, para que atue como instrumentista concertista ou de câmara. Essas duas especificidades são bem desenvolvidas através das aulas de instrumento e de música de câmara, com professores variados e especializados. No entanto, as instituições de ensino pecam ao não abordar da mesma maneira os aspectos relativos à música sinfônica e ao repertório da banda de música (formação tão importante para a música brasileira), e/ou aos eventos diversos que o músico encontra no mundo do trabalho.

De certa forma, é possível entender os motivos da ausência das escolas de músicas nessas questões. No caso dos grandes conjuntos é necessária a presença de uma grande quantidade e variedade de instrumentistas para que as obras sejam executadas e em muitas escolas de música brasileiras não há número suficiente de alunos que possam atender às suas especificidades. No caso das orquestras, há a necessidade de muitos e variados instrumentistas de cordas, sopros (madeiras e metais) e percussão; já para as bandas, além da variedade (sopros e percussão), também são necessários muitos músicos de um determinado naipe de instrumentos para que haja um equilíbrio sonoro.[3] Para essas atividades, felizmente, existem instituições que oferecem oportunidades para que o jovem instrumentista possa suprir essa lacuna na formação através da prática em orquestras e bandas de música destinadas aos jovens musicistas (algumas disponibilizam bolsas de estudo), e/ou através de (poucos) convênios, estabelecidos entre as escolas de música e os organismos profissionais, para a realização de estágios supervisionados (alguns remunerados), nos quais os estudantes de música podem vivenciar o ambiente de trabalho e realização musical dos grandes conjuntos.[4]

---

2 Os entrevistados, homens e mulheres, tinham entre 22 e 84 anos.

3 Um dos entrevistados cita, como exemplo, que seriam necessários seis flautas para equilibrar com o volume sonoro de um trombone.

4 Trataremos desse assunto adiante.

As escolas de música pecam ainda por não abordarem aspectos relativos às diversas atividades que o futuro músico encontrará no mundo do trabalho, como, por exemplo, casamentos, festas, gravações em estúdios, e, até mesmo, salas de aula. Alguns dos entrevistados consideram não ser função dessas escolas abordar todas as possibilidades de atividades do mundo do trabalho musical. Ora, mas se a função dessas instituições é a de formar o músico, sobretudo aquelas voltadas à formação do profissional, a iniciativa deveria partir do formador.
Com essas lacunas o futuro músico dá seus primeiros passos rumo ao mundo do trabalho sem nenhuma ou com pouca experiência em diversas atividades e tem que, como cita Menger (2006: 791), aprender-fazendo,[5] ou segundo alguns entrevistados, "aprende-se na marra", através da prática no dia a dia.
Esses marcos, fundamentais na formação do músico e presentes nas trajetórias narradas por flautistas profissionais brasileiros, são algumas constatações sobre o processo de formação do flautista e que permitem identificar caminhos relevantes para o exercício da atividade musical profissional no Brasil.[6] São traços característicos de uma formação, longa e contínua, iniciada, em muitos casos, na infância ou na adolescência e que se prolonga por toda vida, muitas vezes intercalada por uma profissionalização precoce em que o jovem músico é conduzido ao restrito e competitivo mundo de trabalho sem as ferramentas apropriadas para enfrentá-lo, ou seja, sem a prática instrumental pertinente a muitas atividades existentes no mundo da música.
Vencer essas barreiras não é uma tarefa fácil, sobretudo para os músicos oriundos de famílias com menor poder aquisitivo. Recorrer às bolsas de estudos, aos cachês pagos em eventos e/ou aos salários advindos de diversas atividades, podem ser meios facilitadores para que a formação musical seja realizada com eficiência. No entanto, essas atividades também podem trazer consigo pontos negativos. Atraído por ganhos financeiros, muitos deles fáceis, o jovem estudante de música se vê inserido precocemente em um mundo que carrega a ilusão e a importância de que o que vale a pena é o que se pode comprar ao final do mês, mesmo diante do risco de adquirir vícios e problemas técnicos advindos de uma prática musical sem a devida formação.
É sobre a relação do jovem flautista com algumas atividades existentes no mundo da música e sua prematura entrada no mundo do trabalho que lançaremos nosso olhar a seguir.

Participação em conjuntos destinados à formação de jovens e estágios em grupos profissionais

As Orquestras e Bandas de Música, conhecidas como "Jovens",[7] são instituições que se prestam a criar condições para que o jovem instrumentista vivencie o ambiente de trabalho e a realização musical dos grandes conjuntos musicais. Participar de conjuntos dessa natureza representa muito para o futuro profissional do instrumentista. Porém, essas práticas, apesar de benéficas, podem trazer sérias e negativas consequências ao jovem estudante de música, que podem levá-lo a ingressar prematuramente no mundo do trabalho, pulando etapas essenciais no processo de formação.
Para o bom desempenho desses jovens é essencial que haja nesses conjuntos a presença de professores e monitores responsáveis para alertar e indicar soluções para os problemas técnicos e interpretativos advindos dessa prática. Entretanto, em grande parte desses grupos não existe a figura desses profissionais, e os jovens músicos

---

5 Essa expressão, também utilizada por José Maria Neves, citado por Scalzo et al (2012: 16-18), serve também para indicar "um princípio metodológico funcional", que se destina a por os novos músicos em ação rapidamente, assim que tenham o domínio básico do instrumento ou da voz. Menger cita ainda outras expressões na língua inglesa, tais como, *trial and error* e *self-taught* e Towse cita a *expressão learning-by-trying* (2006: 318) e que são representativas para compreendermos os processos de aprendizagem artístico.

6 Recorremos a uma definição de "profissional", utilizada por Becker (2010: 68), que serve para suscitar a discussão no momento, estabelecida por Howard Becker, como sendo "aquele que vive da profissão".

7 No que diz respeito à formação dos naipes de instrumentos, os conjuntos "Jovens" procuram manter estruturas semelhantes aos grupos profissionais. O que os difere, além da presença de músicos estudantes e profissionais, são os recursos financeiros disponíveis, os locais destinados a ensaios e concertos, o número de apresentações, o desenvolvimento e o conhecimento musicais de seus integrantes, etc.

ficam sujeitos às intempéries de afinação, sonoridade, ritmo, entre outros parâmetros sonoros, tão comuns na formação musical. São parâmetros muito peculiares de cada instrumento e de cada instrumentista (muitas vezes de um mesmo naipe), e que podem passar despercebidos pelo jovem aprendiz. Ora, ações dessa natureza podem trazer sérias consequências ao bom desempenho do futuro desses músicos que, sem perceber suas limitações, acabam persistindo nos erros. É claro que muitos desses conjuntos apresentam problemas técnicos e é até natural que isso ocorra, afinal são estruturas voltadas à formação de jovens. Porém, são problemas passíveis de serem resolvidos ou contornados desde que haja a devida atenção dos responsáveis.

Outro fator importante, no que diz respeito a essas instituições, é a atuação de maestros e diretores. Esses parecem se esquecer de que esses conjuntos são estruturas voltadas para a formação musical de jovens e selecionam obras musicais que estão além (e/ou aquém) das capacidades técnicas e interpretativas desses músicos. Em alguns momentos são inseridas (e insistentemente reapresentadas) obras de grande visibilidade e conhecidas pela sociedade (fato inusitado, diga-se de passagem, uma vez que a música, dita erudita, anda tão distante do cotidiano dos brasileiros) ou músicas do repertório popular (que tanto agradam ao público), mas que não pertencem ao repertório específico desses conjuntos. É claro que muitas vezes é necessário produzir arranjos diante da realidade de cada conjunto. No entanto, essas escolhas podem limitar a ampliação e o conhecimento do repertório específico desses conjuntos e tornarem-se grandes empecilhos para a boa formação desses jovens. Ainda em relação ao repertório há o desejo dos maestros de querer trabalhar e apresentar obras que satisfaçam seus próprios projetos musicais. Tais práticas, aliadas à extensa agenda de ensaios e concertos, sobrecarregam os jovens músicos que passam a se dedicar mais aos estudos dessas obras do que ao repertório específico de seus instrumentos, deixando de lado aspectos técnicos e interpretativos importantíssimos para sua formação.[8]

Há um sentimento entre esses jovens de que essas práticas, muitas vezes, visam atender aos interesses dos dirigentes, visto que muitos desses conjuntos são vinculados às esferas governamentais e possuem grande apelo perante a sociedade. Aos maestros caberiam um maior controle dessas questões, mas, eles próprios se veem em posições delicadas, uma vez que também estão sujeitos às exigências e vontades políticas dos dirigentes dessas instituições.

Muitas desses conjuntos oferecem bolsas de estudos para que o estudante possa ter certa tranquilidade financeira para dar sequência em sua formação.[9] Esses recursos financeiros permitem, entre outras coisas, comprar partituras, pagar por aulas particulares, custear a manutenção de instrumentos ou mesmo comprá-los, pagar passagens para participar de cursos eventuais como os festivais de músicas muitas vezes distantes do local de moradia. Elas servem ainda como um incentivo ou um prêmio a esses jovens, visto que nem todos os estudantes têm a mesma sorte de ter acesso a essas bolsas. No entanto, aquilo que deveria servir como um auxílio, muitas vezes se transforma em renda, fixa, vista como um salário. Em muitos casos, essa nova receita passa a fazer parte dos orçamentos familiares e o jovem estudante se vê diante de compromissos financeiros que antes não faziam parte de sua cotidianidade.

Também é comum haver a confusão entre trabalho e estudo (e/ou estágio). Durante as entrevistas foi corriqueiro ouvir que muitos músicos pensam dessa forma e aquilo que seria mais uma etapa no processo de sua formação passa a representar trabalho. A frase pronunciada por uma jovem flautista, então com pouco mais de vinte anos de idade e ainda sem terminar seu curso de graduação na universidade, é bem representativa dessa situação: "Eu trabalho na Orquestra Jovem de Goiás".[10]

---

8 É preciso que os professores desses jovens identifiquem os prováveis problemas e alertem para os perigos presentes nesses conjuntos. Uma flautista entrevistada vai além e diz que é muito comum ver alunos integrantes desses conjuntos chegar à universidade sem ter tido uma base técnica mais sólida durante a sua formação.

9 Se antes as bolsas de estudos pagas por algumas dessas instituições eram pequenos auxílios para que o músico custeasse parte de sua formação, hoje há orquestras jovens que pagam valores maiores do que os salários de muitas orquestras profissionais existentes no Brasil.

10 Em muitos desses conjuntos, nota-se que os jovens músicos nem sempre são tão jovens. É muito comum constatar a presença de músicos com cursos superiores de Música e que também integram orquestras e bandas profissionais. Muitos conjuntos, dada a carência de certos instrumentos, se utilizam desse expediente para obter a prática que o mercado exige e/ou que a formação não proveu. No entanto, verifica-se que muitos permanecem por longos períodos nessas instituições, o que poderia caracterizar a atividade como uma forma de renda e trabalho. Há também que se frisar que em alguns casos esses músicos são contratados para atuar como monitores e professores.

De maneira semelhante, vários flautistas disseram ter participado eventualmente de concertos de orquestras e bandas de música profissionais, através de estágios e cachês. Essa participação se dá diante da necessidade desses conjuntos de completar ou aumentar, temporariamente, o número de músicos para interpretar determinada obra musical. Essa á uma prática muito comum dos grandes grupos musicais que nem sempre têm o número suficiente nem variedade de instrumentistas disponíveis em seus quadros efetivos. Vários flautistas relataram que participar dos concertos de orquestras (no Brasil e no exterior) é uma excelente maneira de aprender, afinal tocar ao lado de um músico profissional experiente, reconhecido no cenário musical, com uma carreira estabelecida e que muitas vezes são professores em universidades, ou ser regido por um maestro de grandes qualidades musicais, é infinitamente mais proveitoso do que estudar, por horas a fio, um repertório rico e significativo sem ter como tocá-lo.

Os conjuntos profissionais também representam um caminho para a entrada definitiva, ainda que prematura, de jovens flautistas no mundo do trabalho. Ora, esse é um fato corriqueiro em muitas orquestras e bandas brasileiras.[11] Basta um rápido olhar para constatar a presença de inúmeros jovens nesses conjuntos, os quais se utilizam desse expediente para complementar seus quadros de músicos efetivos com os instrumentistas que têm à mão, muitos deles ainda em formação. Porém, vale frisar, muitos desses músicos têm capacidade e maturidade musical para estar ali.

É necessário ressaltar que os ganhos musicais advindos dessas práticas são muito importantes para o jovem músico. A participação nesses conjuntos é, apesar dos caminhos trilhados para uma profissionalização prematura, um valioso meio para se alcançar os objetivos traçados para uma vida como um trabalhador no mundo da música que, muitas vezes, funciona como um trampolim para as atividades profissionais definitivas. Muitos dos flautistas entrevistados tiveram a oportunidade de atuar nesses conjuntos e não deixaram de lado a busca constante pela qualidade musical, mesmo tendo que conciliar estudo e trabalho, e souberam aproveitar as oportunidades que se descortinaram em suas vidas, tendo a felicidade de serem incorporados aos quadros efetivos de inúmeros conjuntos, fato muito significativo para o ingresso definitivo na vida profissional.[12]

Outras atividades

A legislação trabalhista brasileira não estabelece como sendo obrigatória a titulação de curso superior em Música para o exercício da profissão musical,[13] à exceção dos estabelecimentos de ensino regular (públicos e

---

11 Argumenta-se na área musical que alguns desses grupos não poderiam ser considerados como profissionais, e, sim, que mais se assemelham a conjuntos amadores ou semiamadores ou à formação das orquestras e bandas destinadas aos jovens, uma vez que deixam a desejar no que diz respeito à qualidade musical e às condições para o exercício da profissão musical, e de que não são auto suficientes para criar corpo e personalidade musicais e sobreviver às intempéries das políticas governamentais. Mas o que esperar de um país em que ainda rezam a deficiência na formação do músico brasileiro, a falta de escolas bem estruturadas e de professores e as dificuldades de acesso aos instrumentos, bem como a falta de campos de trabalho bem estabelecidos? Em um país de dimensões continentais como o Brasil seria uma utopia acreditar que todos os conjuntos teriam uma qualidade musical de alto nível.

12 Um dos entrevistados relata que essa é uma prática comum nos inúmeros conjuntos brasileiros mas que pouco a pouco vem se modificando no mundo do trabalho musical no Brasil: "O que acontece, na nossa época acontecia também, muito, uma profissionalização precoce, o cara dominava um pouquinho do violino, tinha emprego! Hoje também é assim, mas claro que no passado o cara tocava um pouquinho melhor e ele arrumava um emprego na Osesp [Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo]. Hoje em dia não." Essa mudança se explica em parte pelo fato de inúmeros conjuntos buscarem a excelência musical, sobretudo aqueles que pagam melhores salários e estão melhor estabelecidos no cenário musical, principalmente as orquestras, e que se tornaram mais seletivos na contratação dos músicos, exigindo desses maiores habilidades técnicas e interpretativas.

13 Para maiores detalhes sobre a profissão musical no Brasil, sugiro conhecer a Lei 3.857, de 22 de dezembro de 1960, que estabelece a criação da Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Músico (Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L3857.htm), e o que reza a Classificação Brasileira de Ocupações sobre o processo de formação dos músicos no país (Disponível em http://www.mtecbo.gov.br).

privados), as escolas de música ligadas aos órgãos públicos, as universidades e os poucos conjuntos musicais que possuem planos de carreira. Diante disso, é comum verificar jovens músicos atuando em diversas atividades existentes no mundo do trabalho.

Esses jovens, muitos ainda estudantes, assumem alunos e salas de aulas de música, em aulas particulares e em escolas privadas (locais onde geralmente não são exigidas a devida titulação), sem o conhecimento adequado e desconhecendo as atribuições e competências do profissional quem tem o grau de licenciado em música, obtido nos cursos superiores de Licenciatura em Música,[14] ou seja, ensinar música, organizar projetos de ensino e difundir conhecimento da área de música/ensino em diferentes contextos educacionais e que, também, compreenda os processos de produção, realização, fruição, divulgação musicais. Cabe a esses cursos possibilitar ao aluno de música o devido acesso ao conhecimento musical e aos procedimentos pedagógicos para que possa atuar em salas de aulas, e, no nosso caso, como professor de instrumento.

Muito do ensino de instrumento musical acontece por transmissão oral e visual, onde o aluno repete o que ouve e vê quando um professor ou um músico toca ou comenta a respeito de uma obra musical ou de um procedimento técnico. Assim, muitas vezes, a partir da habilidade que tem com o instrumento, o jovem flautista se sente capaz de repassar seus conhecimentos, se esquecendo de que muitos aspectos relacionados à pedagogia musical não serão abordados nesse momento. Mais uma vez, o jovem músico exerce atividades para as quais não recebeu o devido conhecimento musical, não teve acesso a metodologias de ensino e não realizou estágios supervisionados, condições primordiais para que possa atuar profissionalmente como professor de instrumento.

A música é uma atividade que gera muito prazer a quem dela participa. Tocar um instrumento, cantar, reger, compor, ouvir e ensinar música, são alguns dos fatores que movem o músico. É claro que ninguém vive só de brisa, nem mesmo o flautista que vive a soprar seu instrumento. O dinheiro é necessário para nossa sobrevivência, por mais óbvio que seja dizer isso, além de ser um fator motivador para que o músico (assim como para qualquer outro profissional) trabalhe. Segundo nossos entrevistados, aliar o que gostam de fazer, se divertirem musicalmente e ainda ganhar um dinheirinho por isso, é maravilhoso.

Atividades eventuais, como tocar em casamentos, festas, bares e restaurantes, são consideradas por inúmeros músicos como menos exigentes, porém não menos prazerosas. De certa forma, isso tem razão de ser, afinal, muitas delas não exigem tantas responsabilidades, presença em longos ensaios, amplo conhecimento de repertório específico ou de grande habilidade técnica, como nas orquestras sinfônicas, ou de altas titulações, como é o caso das universidades.

Tão logo adquirem certo domínio de seus instrumentos, com boa leitura musical e mesmo não estando habituados com o repertório, os jovens instrumentistas se sentem capazes de atuar e são convidados a participar de algumas dessas atividades. De certa forma, para o músico, essas atividades, representam uma espécie de "prostituição musical" (chegam, afinam, tocam, recebem por isso e vão embora), uma vez que não existem grandes preocupações por uma alta qualidade musical. Os pagamentos, na maioria das vezes, são feitos na hora, em espécie, "um dinheiro fácil", diriam alguns, recebido por um trabalho de curta duração. Porém, nessas atividades o músico não é bem remunerado e não se leva muito em conta a sua formação e os seus conhecimentos musicais. Quem estabelece os valores a serem pagos são as pessoas que agenciam os eventos (muitas vezes conhecidos como "donos dos grupos", como no caso dos casamentos), muito aquém do que deveria ser uma remuneração justa. Diante disso, inúmeros músicos estabelecidos no mundo do trabalho preferem não tomar parte nesse tipo de segmento. Cria-se uma nova demanda por músicos e abre-se possibilidades para que os mais jovens assumam estes postos de trabalho que geralmente recebem menos do que os profissionais receberiam para fazer o mesmo.

Como dissemos, o músico cria a imagem de que as atividades eventuais são menos exigentes do que outras consideradas mais nobres. Ledo engano. Essas atividades também convivem com um público exigente e seletivo. As diversidades encontradas em inúmeras atividades, como o nervosismo de estar em um palco, por exem-

---

14 No Brasil os cursos superiores de Música são realizados nas universidades e divididos em duas modalidades: licenciatura e bacharelado. A grosso modo, o primeiro destina-se a preparar o músico para atuar com o ensino musical, em escolas de música e nas escolas do ensino regular; o segundo prepara o músico para atuar como instrumentista, cantor, compositor e regente.

plo, podem colocar em cheque o futuro profissional do jovem músico, onde os erros são aceitáveis, porém, a persistência neles podem dificultar a entrada definitiva no mundo do trabalho musical.
Por fim, vale ressaltar que muitas dessas atividades possuem a característica da informalidade. Nelas não existem contratos ente o empregador e o músico, não são recolhidos impostos e taxas referentes ao trabalho realizado, essas atividades não contam para efeito de aposentadoria, não existem garantias quanto ao pagamento dos valores ou mesmo de ressarcimento de qualquer dano decorrente ao músico e/ou ao seu instrumento durante as atividades, não existem vínculos empregatícios etc. Nem mesmo as bolsas de estudos pagas pelas Orquestras Jovens são garantidas, uma vez que estão sujeitas às mudanças das ações públicas.
Assim, o jovem músico se lança em atividades, conhecidas como "bicos", que, apesar de auxiliar na composição de sua renda, não podem, muitas vezes, ser consideradas como garantia de renda e trabalho estáveis.

Considerações Finais

Neste texto vimos alguns pontos importantes trilhados pelo flautista brasileiro rumo a sua profissionalização. Vimos também que muitos desses músicos ingressam no mundo do trabalho precocemente, atuando em atividades para as quais não estão devidamente preparados, como dar aulas, integrar orquestras e bandas, e participar de atividades eventuais.
Essas práticas, impulsionadas pela necessidade e pelo desejo de dar sequência ao processo de formação musical, expõem o jovem músico a situações dicotômicas que tanto podem ser benéficas como trazer problemas relativos aos aspectos técnicos e interpretativos.
Tem-se no imaginário de que o músico nasce com um dom, uma vocação, e que o ato de tocar é algo intrínseco a ele. Sim, isso pode ser de certa forma a realidade de alguns. No entanto, mesmo para esses a música é exigente no que diz respeito à dedicação aos estudos, que exige disciplina e determinação. Engana-se quem pensa que os músicos se encontram para ficar tocando horas a fio, a seu bel prazer. A sociedade desconhece o que faz um músico e ainda se surpreende quando descobre que ele trabalha e recebe por isso.
Poucas pessoas sabem que o estudo de música surge muito cedo na vida de quem a pratica e que, ainda jovem, se depara com uma luta constante pelas poucas vagas disponíveis em escolas de música, orquestras e bandas, universidades, nas diversas atividades esporádicas e permanentes do mundo do trabalho musical, e que se seguem por toda a vida profissional.
Esses jovens são submetidos a provas de seleção e enfrentam bancas de avaliações formadas por músicos profissionais que, de certa forma, ditam os rumos a serem seguidos em determinado momento, e os colocam diante de uma dura e crua realidade do mundo do trabalho musical que é a concorrência. São situações desgastantes, de extrema pressão, que podem induzir esses jovens ao nervosismo, aos brancos de memória e aos possíveis erros que podem levar à derrota, ao fracasso, e até mesmo à desistência do estudo musical.
Claro que os estudantes de outras disciplinas também estão sujeitos a situações como essas. Porém, vale frisar, o que chama a atenção é que esses momentos surgem muito cedo na vida do músico e as informações vistas aqui permitem afirmar que, sim, estudar música e se profissionalizar musicalmente acontecem desde "muito cedo" na vida desses jovens, muitos deles ainda crianças. Essas informações revelam ainda que a formação musical se dá concomitantemente à formação escolar, e que os primeiros passos para a profissionalização também ocorrem paralelamente à formação musical.
Por fim, a entrada precoce no mundo do trabalho carrega uma falsa ilusão ao jovem músico de que o fato de ganhar algum dinheiro torna-o um profissional, alguém mais valorizado por ter algum ganho, que adquire um *status* social mais elevado diante da sociedade em geral, sobretudo, de seus pares.

Bibliografia

BECKER, H. S. (2010), *Mundos da Arte*, Lisboa, Livros Horizonte.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego, "*Classificação Brasileira de Ocupações"*. Disponível em: http://www.mtecbo.gov.br, [consultado em 3-12-2011].

BRASIL, Presidência da República do Brasil, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos (1960), "*Lei 3.857, de 22 de dezembro de 1960*". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L3857.htm, [consultado em 14-08-2010].

MENGER, P-M. (2006), "*Artistic labor marletes; contingent work, excess suply and occupational risk management"*. In: Ginsburgh, Victor and Thorsby, David, *Handbook of the Economics os Art and Culture*, Volume I, Amsterdam, Elsevier Science, pp. 765-811.

SCALZO, M. e NUCCI, C. (2012), *Uma história de amor à música. São João del-Rei – Prados – Tiradentes*, São Paulo, BEÎ Comunicação.

TOWSE, R. (2005), "*Economics of training artists"*. In: Ginsburgh, Victor and Thorsby, David, Economics of the arts : selected essays, Amsterdam, Elsevier Science, pp. 303-329.

Profissões e atividades arriscadas de jovens em ambientes de risco e de violência: tráfico de drogas e corridas ilegais de carros e motos

Leila Jeolás (UEL)
leilajeolas@gmail.com

Luiz Antonio de Castro Santos (UERJ)
lacs@ims.uerj.br

Resumo: O termo risco possui, na atualidade, uma enorme polifonia semântica. São muitas as práticas que se inscrevem nas tradições discursivas desse campo: risco-perigo, risco-probabilidade e risco-aventura. Pretende-se trazer algumas reflexões para uma análise comparativa, preliminar nesse estágio de investigação, sobre as práticas ilegais de jovens, seja no tráfico de drogas, seja nas corridas ilegais ("rachas") de carros e motos. Nos limites fluidos entre lazer e trabalho, tais práticas apontam para os sentidos do risco como componente de construção identitária, de reconhecimento e de forma de ganhar a vida. O dinheiro fácil possibilita o acesso a bens de consumo e o prestígio adquirido. Em situação de vulnerabilidade, dá-se a experiência sensorial intensa de potência contra as pressões e incertezas do cotidiano. O conhecimento transmitido – "saber-fazer" – nesse universo abre aos jovens das classes populares a possibilidade (precária) de um ofício ou de uma atividade, que os potencializa, como indivíduos, como grupo, ou coletivo, para enfrentar a informalidade e a instabilidade profissionais.

Palavras-Chave: Juventude, Risco, Vulnerabilidade, Ocupações

Introdução

O contexto de flexibilização das relações de trabalho e de precarização do emprego, bem como as transformações nas dinâmicas familiares e a dilapidação do sistema educacional – particularmente da escola pública –, geram incertezas nas transições para a vida adulta e potencializam as situações de risco com as quais os jovens podem se defrontar. As mudanças estruturais ocorridas nas últimas três décadas afetam diretamente os jovens de todas as classes sociais com consequências, certamente, desiguais. Em qualquer lugar que se encontrem, os jovens se veem cada vez mais distantes dos modelos lineares de transição (Feixa; Nilan, 2009, p.18). Isso se expressa nos seus "percursos de vida", compostos de várias trajetórias que expressam a fluidez, a incerteza e a precariedade próprias das biografias atuais (Sapin; Spini; Eric, 2007).

Tais transformações têm produzido reflexões no âmbito das ciências sociais sobre os modelos de transição para a vida adulta e sobre os limites entre a potencialidade de agenciamento dos atores e as coerções das estruturas sociais (Pais; Cairns; Pappámikail, 2005). Pretendemos trazer alguns pontos para a discussão sobre formas de enfrentar/suportar/ganhar a vida, nas quais lazer e trabalho, legalidade e ilegalidade, formalidade e informalidade se embaralham de maneira fluida e diferenciada, nos percursos de vida de jovens envolvidos com o tráfico de drogas e no contexto das corridas ilegais de carros e motos ("rachas").

Em tal cenário o debate ganha contornos específicos frente a sociabilidades e subjetividades que se elaboram em contextos de risco, vulnerabilidade social e violência (Peralva, 2000; Zaluar, 2004) e em situações de "atrito" na ocupação do espaço urbano (Pais, 2004, 2006). Em ambos os casos, a interface com a criminalidade e com a ilegalidade produzem "inclusão desigual", nas palavras de Rossana Reguillo (2012) ou inclusão perversa, de acordo com Alba Zaluar (2004). No caso dos "rachas", o risco "corrido" com relação à velocidade torna-se componente de construção identitária e de reconhecimento, apesar do viés de reprovação e de discriminação que envolve tais práticas, uma vez que o ato heroico nas provas públicas de coragem traz ganhos de prestígio e a possibilidade de "ganhar um nome" entre os pares. No caso dos jovens envolvidos com o tráfico de drogas,

a possibilidade de acesso a bens de consumo, serviços e conforto gera um sentimento de pertença contraposto à exclusão que os concerne, mesmo que pelo recurso à ilegalidade e pela exposição aos "riscos" ligados à violência e à mortalidade precoce, próprios da criminalidade.

Tais situações específicas das juventudes exigem a problematização de alguns paradigmas elaborados para sua compreensão, como o do "prolongamento da juventude", bem como conceitos como o de rito de passagem. Não se pode afirmar, por exemplo, de maneira a homogeneizar a condição juvenil, que os jovens estão retardando assumir plenamente a condição de adultos, ao prolongar a saída da casa dos pais e a constituição de uma nova família. Além disso, as transições dos percursos de vida não são mais claramente demarcadas por ritos comuns, pois as passagens são múltiplas, os percursos indeterminados e os ritos atuais parecem marcar tais passagens de maneira mais individual do que coletiva, e de forma mais privada do que pública. Isto possibilita reforçar construções identitárias individuais, sem garantir, no entanto, um sentido de pertencimento coletivo ou de mudança de status social (Augé, 1994). Neste sentido, de acordo com Le Breton (2007, 2009), pode-se falar em ritos individuais de passagem que marcam a entronização nos grupos de pares e uma "metamorfose de si" (sempre provisória) para atribuir significado à vida, de forma fluida e temporária, com características de "contrabando", quer dizer, reprovados pelas instituições sociais.

Nos dois casos estudados, os jovens envolvidos com o tráfico de drogas (Castro Santos e Zamora, texto em preparo) e os participantes de corridas ilegais (Jeolás, Kordes 2010), pode-se observar que, uma vez que eles não podem mais contar com ritos unívocos que propiciam significações coletivas, eles "bricolam" ritualizações em seus percursos de vida a partir de referências circunstanciais, mais do que pautadas em referências tradicionais (Balandier, 1994). Nos dois casos, poderíamos pensar em ritos permanentes de virilidade (Le Breton, 2009, p.35), nos quais se reforçam publicamente valores como audácia e coragem próprios de um estilo de masculinidade hegemônica (Almeida, 2000; Calpe, 2010; Connell, 1997; Kimmel, 1998). O sentimento de poder é reforçado pelo domínio sobre as máquinas (caso dos "rachas") e pela posse de armas e de mulheres (caso dos jovens envolvidos no tráfico). Guardadas as diferenças entre os dois grupos de jovens, o fato de arriscar-se, acompanhado do enfrentamento da tensão e do medo, sobretudo em relação à ambiguidade e à arbitrariedade violenta da polícia, permitem a expressão/afirmação da individualidade e a possibilidade de se "ganhar um nome" ou de distinguir-se no individualismo de massa (Peralva, 2000). Os "rachadores" ganham a sensação de "instinto do instante" (Pais, 2004) e a do reconhecimento, tão valorizadas nas sociedades contemporâneas por permitirem a expressão da singularidade. Os jovens envolvidos com o tráfico, diante da ausência do Estado e sem recursos para enfrentar a violência dos traficantes e da polícia, parecem "expressar" o sentimento de que as "condutas de risco" talvez constituíssem, elas próprias, uma modalidade eficaz de resposta ao risco. Tratar-se-ía de antecipar o risco, de se apropriar dele "para melhor subjugá-lo" no seio de seus cotidianos, imersos em situações de violência (Peralva, 2000, p.126) e da "conscience du danger", de que nos fala Le Breton (2012).

1. O risco como componente identitário

A vulnerabilidade é um elemento comum às diversas situações. Nos "rachas", os jovens "confrontam", "correm", "cutucam" o risco, que passa a ser um elemento diferencial em suas vidas (risco-aventura); no caso do tráfico de drogas há o risco-social, vivido sob certos elementos claramente organizacionais (estratégias, lideranças, definição clara de amigo/inimigo, armamento, normas adaptadas/importadas do mercado "lá fora" – preços, clientela, etc) que reduzem o leque de alternativas para esses jovens, e que, ao mesmo tempo, transformam o risco (e a violência) em um componente principal de suas vidas.

Adrenalina, enfrentamento do medo, "virilização", desafio, relação com a polícia... elementos presentes nos dois casos. No primeiro caso, o sentido da vida se intensifica em percursos não raro individuais; contudo, a pluralidade de papéis sociais (família, esportes, profissão regular ou atividade "quase profissional") não está necessariamente comprometida – a vida não se resume ao "racha", mas pode superá-lo e estabelecer graus de liberdade diante dele, ou "sob" ele; no segundo caso, a noção que se coloca é de uma nação, no sentido maussiano, em particular sob o prisma de uma "nação em guerra", que mergulha/integra/constitui seus membros sob níveis intensos de violência cotidiana. Em introdução à coletânea sobre nação e identidade na América Latina (Bertrand, Roux, 2008), os autores nos conduzem à contribuição de Marcel Mauss, não

propriamente sob o prisma da constituição do Estado nacional, mas em relação aos modos de sociabilidade constituintes de uma nação, como uma comunidade fundada sobre "referências comuns". Se lembrarmos os ritos de virilidade, estamos diante do cenário dos "rachas", de vencedores e vencidos que formam uma comunidade, cujos "pegas" reforçam os laços identitários e trajetórias pessoais de orgulho e pertencimento. Mas, se lembrarmos, além deles, a identificação de um "inimigo comum", vem à tona o mundo do tráfico: o próprio discurso sobre o passado reforça a história e memórias de lideranças mortas em combate, entre os membros da "nação" constituída pelo tráfico/traficante/usuário.

Se adotarmos uma perspectiva comparada, sempre a mais desafiadora, as palavras dos organizadores da coletânea citada são esclarecedoras (ainda retomando as lições de Mauss): "malgré les inegalités entre ses membres, la nation se conçoit comme une fraternité". "(...) Bien que tous ses membres ne se connaissent pas personnellement [o que varia, nos dois casos abordados, entre algum conhecimento pessoal e a distância da reverência e temor], chacun ressent au plus profond de lui le sentiment d'appartenir à un tout construit sur la base d'une histoire commune" (Bertrand, Roux, 2008, p. 12-13). Estamos diante dos "frames" identitários que Erving Goffman identificaria desde logo, nos dois grupos e seus tipos de sociabilidade diante do risco. Por certo, estão sempre presentes, no cenário mais largo, coerções estruturais e possibilidades de agenciamento, pessoal ou coletivo. Pais, Cairns e Pappámikail (2005, p.114) afirmam que os próprios jovens referem-se às suas vidas

> como resultado de complexas combinações de recursos, diferentes graus de agência e de oportunidades, emaranhadas transições, complexas e interconectadas, frequentemente envolvendo falsas partidas e revezes, exigindo recorrentes negociações e redefinição de possibilidades.

No contexto de risco e de violência, que envolve e parece subjugar os jovens aqui estudados, as coerções estruturais são reforçadas por ganhos de auto-realização individual: acesso ao consumo, prestígio, sucesso, reconhecimento entre os pares. O "instinto do instante" se projeta nos "rachas" e nos "pegas", bem como nos enfrentamentos e condutas de risco no mundo do tráfico, como diferentes respostas àquelas coerções estruturais, como pontos de fuga, como entre-lugares de resistência e assimilação, rebeldia e sujeição (Santiago, 1978).[1]

2. O mundo do tráfico em região litorânea de São Paulo (nota preliminar)

Em grupos focais conduzidos com adolescentes no litoral norte paulista, em pesquisa recente, Maria Helena Zamora e Luiz Antonio de Castro Santos se defrontaram com representações sobre o risco e a violência. Estas reforçavam, mesmo para aqueles (ainda?) não participantes de grupos de tráfico, a perspectiva sedutora do poder das armas e da conquista amorosa (Castro Santos e Zamora, texto em preparo).

A pesquisa de campo envolveu a observação participante e grupos focais com grupos de jovens na região paulista da rodovia Rio-Santos, na área litorânea de Ubatuba. Durante a observação participante, as representações coletivas, detectadas entre velhos e novos moradores, revelaram uma profunda descrença ou desesperança em relação às condições e expectativas de vida dos jovens da região, incluindo filhos ou netos adolescentes. A pesquisa trouxe relatos de ensino e aprendizado precários para a população jovem; práticas de aliciamento por comandos de tráfico; ausência de perspectivas identitárias claras ou de "projetos de vida"; traços de conduta abertamente "transgressora" entre os jovens da região.

A análise preliminar dos materiais de campo aponta alguns dos elementos ou fatores decisivos para a (des) esperança que se revela nas falas registradas nos questionários, no grupo focal com as mães artesãs, na observação participante: pais que falam sobre jovens com desesperança e jovens que se abrem, nos grupos focais, sobre

---

1 Em escritos sobre a literatura latino-americana, Silviano Santiago referia-se ao "entre-lugar" do intelectual na periferia do capitalismo. Veja-se "O entre-lugar do discurso latino-americano", em *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Perspectiva, 1978. O olhar aguçado de Santiago permite entendermos outros mundos, como o da juventude contemporânea, seja na periferia ou em qualquer "matriz", nos grandes centros.

suas frustrações, expectativas truncadas, poucas expectativas de mudança. Esses temas (processos, fatores e cenários abrangentes), municiados por nossos grupos focais, serão tratados e debatidos na investigação mais extensa, que irá prolongar-se ainda por um tempo na região estudada, sobre Juventude e Vulnerabilidade.
As condições e circunstâncias que definem os percursos desses jovens referem-se ao local de moradia, às dificuldades escolares, aos trabalhos precários, às carências econômicas da família, ao envolvimento com colegas ou amigos inseridos com o tráfico, à violência da polícia, enfim, a um "concurso de circunstâncias", nas palavras de Peralva (2000, p.154) e, para muitos jovens, a uma realidade incontornável. Vale aprofundar na análise, ainda em construção, se o tráfico, além de representar um "mercado de trabalho" para esses jovens, ele não apresenta igualmente a possibilidade de expressão de uma revolta, sobretudo contra a violência e a arbitrariedade da polícia, além de ser uma forma de administrar o risco como um "apoio provisório da individuação" (p.155) na experiência subjetiva desses jovens.

3. O Cenário dos "rachas": enigma e comentário[2]

A pesquisa etnográfica sobre os "rachas" foi realizada na cidade de Londrina, Paraná, entre 2007 e 2009, utilizando-se de várias técnicas e abordagens: pesquisa na internet em comunidades que tem o "racha" como foco de interesse; pesquisa de campo realizada com ajuda de um estudante, também "rachador", que serviu de guia e de assistente de pesquisa; observação e elaboração de caderno de campo; conversas informais e entrevistas formais registradas e transcritas; e registro de fotos e vídeos (Jeolás, 2008).
O mundo dos "rachadores" apresenta estilos, gostos, linguagens e símbolos de identificação diversos, dependendo da marca do carro ou da moto, do pertencimento de classe, dos locais de encontro. São chamados, por exemplo, de "titanzeiros" quando tem motos de baixa cilindrada ou de "dodgeros", "opaleros", "cheveteros", conforme o carro que possuem. No universo das motos de baixa cilindrada prevalecem os jovens das classes populares que utilizam suas motos para o trabalho e para os "rachas"; no universo dos carros, há jovens das classes populares, jovens de camadas mais baixas das classes médias, com carros velhos reparados e "preparados" à medida de suas possibilidades, das redes de trocas de peças, serviços e favores. O perfil de seus participantes é heterogêneo. A grande maioria é do sexo masculino e a faixa etária aproximada de 18a 40 anos coloca a dificuldade de qualifica-los de "jovens". Os que possuem 40 anos (ou mais) praticam essas atividades ao longo de seus percursos, desde a infância, quando são introduzidos nesse meio através de seus pais, tios, primos, irmãos, patrões e começam a exercitar essas práticas como lazer ou como forma de trabalho mais ou menos informal e precária. Alguns já formaram família, outros moram ainda com seus pais. A juventude parece, então, se referir mais ao sentimento de "ser jovem" ligado a essas práticas do que aos limites fixados pela idade.
Os percursos diferentes de quatro jovens mostram o lugar – o "entre-lugar", a bem dizer – dessas práticas em suas vidas, entre lazer e trabalho, mais ou menos precário, temporário e articulado com outras formas de ganhar a vida. Brinca-Titan, de 30 anos, casado e com uma filha de seis anos, começou a aprender sobre a mecânica das motos com seu patrão no seu primeiro trabalho em uma oficina mecânica, aos 11 anos de idade. Com ele conheceu o mundo dos "rachas", mas afirma que o gosto pela velocidade vem da infância, quando já *"tirava racha"* com sua bicicleta. Hoje ele tem uma oficina mecânica especializada em motos e referência para "rachadores". Começou na casa da mãe, na varanda e na frente da casa e, aos poucos, conseguiu se consolidar no ramo, alugar uma oficina e uma casa para sua família. Disse que não "dá pra ficar rico", mas faz o que gosta e não trocaria esse trabalho por nenhum outro. Embora tenha problemas com a polícia que, volta e meia, visita sua oficina, alegando que ele "prepara" motos para "rachas", diz que eles não podem provar nada. Se a prática é ilegal, ele afirma fazer apenas o que os clientes pedem e "prepara" motos de todos os tipos, tanto para corridas legais, institucionalizadas, como também para as de rua.
Rock-Dodge tem 28 anos, é estudante universitário, trabalhava como assistente administrativo durante sua formação universitária, quando foi guia, assistente e mediador da pesquisa e, desde que se formou, começou

2 Conforme, em outro contexto, da crítica literária, a obra de Davi Arrigucci Jr., *Enigma e comentário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

a dar aulas no ensino fundamental como temporário e ajuda a mãe em seu negócio de costura. Seu pai é mecânico, trabalha em casa na reparação de automóveis, fazendo do jardim e da varanda sua oficina, e sempre esteve no ramo de compra, venda e reparação de carros. Ele fazia "rachas" quando jovem, levando inclusive os filhos no banco de trás do carro, em uma época em que não havia obrigatoriedade do uso do cinto de segurança. Ele tem um irmão, sete anos mais novo, que também gosta e pratica "rachas" e manobras como *burnout* e "zerinho", segundo ele "muito louco" e irresponsável. Seu irmão montou uma lavadora de carros e os dois tecem suas redes de sociabilidade em torno desse universo dos carros e das motos.

Piloto V8 é mais velho, tem mais de 40 anos, é bastante conhecido no "meio" e exerce grande liderança no bairro de periferia onde mora entre os garotos que tem motos de baixa cilindrada (as mais baratas do mercado). Seu percurso é singular por comparação aos jovens pesquisados. Ele participa de "rachas" ou "pegas" na cidade desde os aos 1980 e conhece muita gente dessa época e do automobilismo oficial que se iniciou então na cidade. Além disso, é conhecido hoje no meio dos "rachas" e vários jovens sabem o seu nome e o carro que possui, um Dodge motor V8 totalmente personalizado. Ele já foi casado duas vezes e atualmente mora sozinho na periferia da cidade, onde realiza um trabalho como educador social. Ele foi dependente de álcool e de drogas e há 14 anos não usa mais nenhuma substância, por essa razão acredita no trabalho de redução de danos para a dependência química. Ele se vê como referência para os jovens do bairro e considera os "rachas" um *"exemplo produtivo de droga*" por comparação às drogas ilegais e ao álcool.

Tecno-Titan, começou a gostar de motos com 8 anos, através de seus irmãos, principalmente o maior, que o deixavam experimentar. Aos dez anos começou a se interessar e a "mexer" com motos quando foi "fazer um bico" em uma oficina mecânica. Todos os seus trabalhos, até a época da entrevista foram como mecânico de oficina de motos, profissão que ele disse jamais abandonar. Ele tem 25 anos, é casado e tem três filhos. A maioria dos jovens que ele conhece dos "rachas" possuem, como ele, uma moto de baixa cilindrada que é "mexida" para correr mais. Muitos são entregadores que, segundo ele, têm que ser rápidos, do contrário não daria conta do serviço, daí sua moto ser utilizada para o trabalho e para o lazer.

4. Comentário

Referindo-nos aos conceitos de Mead (2006), podemos resumir os percursos de vida dos quatro "rachadores" no seu quadro intergeracional. Do ponto de vista conceitual, pois, o que está em jogo são os processos de socialização na relação entre as gerações, quando alguns jovens figuram como precursores − prefiguradores − de novos percursos em relação às gerações anteriores. Para a autora, vivenciamos, a partir do final dos anos sessenta, um novo tipo de cultura na juventude contemporânea, denominada de *prefigurativa* que instaura uma verdadeira ruptura geracional dada a substituição dos pais pelos pares na transmissão dos valores e dos comportamentos. Observamos nos percursos dos "rachadores" alguns prefiguradores e outros pertencentes ao que Mead definiu como cultura *cofigurativa*, na qual os jovens introduzem algumas mudanças nos modelos adquiridos. Vivemos, como afirma Martín-Barbero (1998, p.29) uma profunda reorganização dos modelos de socialização, no qual "ni los padres constituyen el patrón-eje de las conductas, ni la escuela es el único lugar legitimado del saber, ni el libro es el centro que articula la cultura".

Entre os "rachadores", por exemplo, Brinca-Titan segue a transmissão de seu primeiro patrão, mas transformou sua oficina em um local para "preparação" de motos, entrando, assim, em um novo nicho da economia, com um viés de ilegalidade, e tornando-se referência para as novas redes de jovens. Piloto V8 talvez seja o que se mais se aproxima da figura de um precursor de novos percursos. Como liderança e educador social, ele afirma realizar um trabalho informal de "redução de danos" com jovens da periferia no sentido de colocar a "dependência" da velocidade no lugar da dependência do álcool e das drogas. Mas ele continua aventurando-se nos "pegas", mais radicais do que os "rachas", porque é "treta", é "rebeldia", é "pau bonito". Rock-Dodge tenta romper o seu percurso de vida ficando entre, de um lado, a retomada do "racha" ao mesmo tempo transmitido e proibido por seu pai, antigo "rachador", e, por outro lado, a entrada em uma esfera mais informatizada de trabalho, estudo e planejamento de futuro. Mas ele prefere os "rachas" institucionalizados que se realizam quinzenalmente no autódromo da cidade, pois colocam menos em risco (carros e vidas) evitando o enfrentamento com a polícia.

O que é comum a todos os jovens nesse universo é que têm um conhecimento aprofundado sobre motores e do que é necessário fazer para prepará-los para correr, bem como conhecem pessoas que fazem comércio de carros, motos, peças e profissionais especializados. Eles conhecem os motores e os problemas que apresentam, inclusive de maneira sensorial: "*conheço pelo som do motor"* e se inserem nesta rede de trocas por diversão e lazer, mas também para ganhar algum dinheiro de forma temporária para uns e como profissão/ocupação para outros. Eles aprenderam o valor da "automobilização" e também as evoluções das tecnologias automobilísticas de maneira a solicitar, ao mesmo tempo, mais risco e mais coordenação. Para coordenar a relação entre alcançar a vertigem e retomar o controle, eles desenvolvem um domínio técnico e competência, confrontando a falta de um capital econômico e social por um capital tecnológico e cultural, um saber-fazer transmitido e exercitado ao longo de seus processos de socialização.

Neste processo, no qual aprendem igualmente os valores de uma masculinidade hegemônica (Almeida, 2000; Calpe, 2010; Connell, 1997; Kimmel, 1998), os valores centrais, como competitividade e coragem, se reatualizam, na medida em que eles precisam ser permanentemente provados aos olhos de seus pares (mas também da polícia e das garotas). Os significados atribuídos pelos *rachadores* às suas práticas oscilam da seguinte forma: entre experimentar a velocidade como *desafio/prova*, quando testam suas próprias habilidades pessoais e afrontam os outros ou *como engajamento lúdico*; entre a vivência dos *rachas* como *jogo-brincadeira*, no qual o sentido de divertimento se sobressai ou como expressão de um *rito de masculinidade*; entre a vivência dos *rachas* com função de *um ritual, de uma estrutura antropológica*, que oferece aos jovens os limites necessários à sua existência; ou como *experiência e atitude de oscilação* para poderem mover-se e "navegar" entre os paradoxos e as ambiguidades próprios das sociedades globais de mercado e de informação, submetidas a mudanças permanentes.

Considerações finais

Muitos estudos ressaltam em suas interpretações a busca de reconhecimento social e de construção de identidade como um dos fatores centrais para a compreensão das chamadas culturas juvenis. Em seus estudos sobre transformações corporais, Ferreira (2008, 2009, 2011) mostra como essas práticas proporcionam ganhos expressivos de singularização social, de autenticidade ou de reconhecimento, expressando um "desejo de existência, de protagonismo e de emancipação, enquanto práticas potenciadoras de um sentimento de estar activamente no mundo e de ser "alguém" no mundo como compensação de uma espécie de sentimento de inexistência (Aubert, 2005), particular ao estatuto de cidadania dos jovens" (Ferreira, 2011, p.120).

Poderíamos estender essa análise para as práticas ilegais e ligadas ao crime, sem desconsiderar o contexto de violência ao qual estão expostos os jovens ligados ao tráfico. Parece que encontramo-nos no terreno da necessidade de aprovação e apoio emocional que explicaria o esforço para o reconhecimento, como afirma Salazar (1998). E tal reconhecimento só pode ser alcançado se os atos forem visíveis (e ainda mais se forem extremos), pois "devolven al actor una imagen de sí mesmo que le propicia la autovisibilización" (p.113). Ainda seguindo o autor, essas construções identitárias estão se fazendo cada vez mais necessárias na medida em que os processos e as instituições tradicionais de socialização perdem a força e, ainda, podem concorrer com entornos nos quais não funcionam as leis e as normas essenciais de convivência (p.112).

Cabe ressaltar a ambiguidade com que os riscos são pensados e vivenciados no contexto das sociedades atuais que, de um lado, conjura os riscos de todo tipo e incita a proliferação de seguros os mais variados, mas, por outro lado e, ao mesmo tempo, propicia uma sobrevalorização do risco pessoal, através performances, provas e desafios em um processo de "superestimação de si", como bem observou Peretti-Watel (2002). Neste contexto sociocultural que valoriza o sucesso material, a iniciativa, a *performance* e o reconhecimento pessoais e que não propicia os meios para obtenção de inserção social para todos, faz todo sentido os jovens ligados ao tráfico e aqueles aficionados por velocidade e corridas ilegais colocarem à prova suas próprias vidas na busca por reconhecimento, visibilidade e singularidade, mesmo que de forma precária e a contrabando das instituições sociais.

Em um contexto de profundas transformações de mundialização do capitalismo e da cultura, em que a experiência social das vivências juvenis caracteriza-se pela precariedade e instabilidade dos laços sociais,

os jovens buscam estratégias cotidianas para enfrentar a crise econômica, de desemprego, para construir perspectivas de futuro, para reelaborar valores, apesar dessas estratégias não se adequarem, na maior parte das vezes, às "lógicas del pacto de civilidad aprobadas por la modernidad" (Reguillo, 2012 p.12).

Referências bibliográficas

ALMEIDA, M. V. de. (2000), *Senhores de si.* Uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século.

ARRIGUCCI JR., D. (1987), *Enigma e comentário,* São Paulo: Companhia das Letras.

AUGÉ, M. (1994), *Não-lugares*: introdução a uma antropologia da supermodernidade, Campinas, SP: Papirus.

BALANDIER, G. (1994), *Le Dédale*: pour en finir avec le XXe siècle, Paris: Fayard.

BERTRAND, M., ROUX, R. de (orgs) (2008), *De l'un au multiple: dinamiques identitaires en Amérique Latine,* Toulouse: Presses Universitaire du Mirail.

CALPE, J. M. E. (2010), Hombres, motos y riesgo: androcentrismo y sexismo en el mundo de las motos. Acessado: http://www.telefonica.net/web2/sword/default.htm [Capturado: 28 fev. 2010].

CASTRO SANTOS, L. A.; ZAMORA, (texto em preparo).

CONNELL, R.W. (1997), La organización social de la masculinidad. In T. Valdés, J. Olavaria (eds.), *Masculinidad/es. Poder y crisis,* Ed. de las Mujeres n. 24. Santiago de Chile: Isis Internacional.

FEIXA, C.; NILAN, P. (2009), "Uma juventude global? Identidades híbridas, mundos plurais, *Política & Trabalho*, ano 26, n.31, pp.13-28.

FERREIRA, V. S. (2011), "O 'jovem radical' contemporâneo: novos sentidos de um qualificativo juvenil". *Crítica e Sociedade*: revista de cultura política, 1(2), pp. 107-127.

_____. (2009), "Pela encarnação da sociologia da juventude". *Iara* – Revista de Moda, Cultura e Arte – São Paulo, 2(2), pp. 164-200.

_____. (2008), "Ondas, cenas e microculturas juvenis". *PLURAL*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, 15, pp. 99-128.

JEOLÁS, L. S. (2008), "Les courses ilégales de voitures: le cyberespace comme terrain ethnographique". *Altérités* − Revue québecoise des étudiants en anthropologie, 5(1), Acessado http://www.altérités.ca, [capturado em 12/03/2009].

JEOLÁS, L. S., KORDES, H. (2010), "Percursos arriscados de jovens condutores ilegais: o risco entre vida e morte, entre jogo e rito". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 16(34), pp. 159-187.

KIMMEL, M. S. (1998), "A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas". *Horizontes Antropológicos*; corpo, doença e saúde, 9, pp. 103-118.

LE BRETON, D. (2012), *Sociologie du risque*, Paris : PUF

_____. (2009), "Des rites juvéniles de contrebande". In A. Yannic (cood.), *Le rituel,* Paris: CNRS Editions, pp.25-44.

_____. *En souffrance*. Adolescence et entrée dans la vie. Paris? Métailié, 2007.

MARTÍN-BARBERO, J. (1998), « Jóvens: des-orden cultural y palimpsestos de identidad ». In M. Margulis [et al], *Vivendo a toda* : jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades, Bogotá: Siglo del Hombre Editores.

MEAD, M. (2006), *Cultura y compromiso*. Estudios sobre la ruptura generacional , Barcelona: Editorial Gedisa.

PAIS, J. M. (2004), "Introdução", In J. M. Pais, L. M. da S. Blass, (orgs.), *Tribos urbanas:* produção artística e identidades, São Paulo: Annablume.

_____. (2006), "Prefácio: Busca de si. Expressividades e identidades juvenis". In M. I. M. Almeida, F. Eugenio, F. (orgs.), *Culturas jovens*: novos mapas do afeto, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

PAIS, J. M.; CAIRNS, D.; PAPPÁMIKAIL, L. (2005), "Jovens europeus: retrato da diversidade. *Tempo Social*, São Paulo, v.17, n.2, pp. 109-140.

PERALVA, A. (2000), *Violência e democracia*: o paradoxo brasileiro, São Paulo: Paz e Terra.

PERETTI-WATEL P. (2002), "Les 'conduites à risque' des jeunes: défi, myopie, ou déni? ", *Agora, Débats-Jeunesses*, 27, pp.16-33.

REGUILLO, R. (2012), *Culturas juveniles*. Formas políticas del desencanto, Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.

SALAZAR, A. « Violências juveniles: contraculturas o hegemonía de la cultura emergente? » In M. Margulis [et al], *Vivendo a toda*: jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades, Bogotá: Siglo del Hombre Editores.

SANTIAGO, S. (1978), "O entre-lugar do discurso latino-americano". In *Uma literatura nos trópicos*, São Paulo: Perspectiva.

SAPIN, M.; SPINI, D.; ERIC, W. (2007), *Les parcours de vie*. De l´adolescence au grand âge, Lausanne: Presses polytechniques et universitaires romandes.

ZALUAR, A. (2004), *Integração perversa*: pobreza e tráfico de dorgas, Rio de Janeiro: Editora FGV.

O trabalho de músicos no Brasil: tensões identitárias e arranjos domésticos

Jordão Horta Nunes

Resumo: O mercado de trabalho de músicos no Brasil é heterogêneo sob diversos aspectos, desde a multiplicidade de atividades, da performance em diversos estilos até a produção de arquivos sonoros e eventos, além do ensino e treinamento indispensáveis para sua reprodução e aprimoramento. Entretanto, caracteriza-se também pela informalidade e precarização em diversos aspectos, além de segmentação de gênero, tanto no sentido de formas musicais como no de relações sociais de sexo e construção de representações sociais correlatas. O objetivo é analisar a organização do trabalho musical no Brasil e a construção da formas identitárias sobretudo em jovens trabalhadores/as , com ênfase na relação entre trabalho na esfera pública, arranjos domésticos e familiares em domicílios em que pelo menos um dos integrantes é musicista. Emprega-se um enfoque qualiquantitativo com análise de bases de dados governamentais, de um survey empregando perfis na internet selecionados por web scraping e realização de entrevistas.

Palavras-chave: trabalho musical, identidade, gênero, Brasil.

Reconhece-se hoje, uma dificuldade em relacionar a identidade primordialmente a fatores relacionados à situação laboral. No caso do trabalho musical torna-se mais proeminente essa "crise identitária", já que popularmente o músico é associado ao domínio da criatividade e da insubmissão à rotina. Embora a performance musical seja fonte de reconhecimento e autoestima, sua realização pode ser eventual na trajetória de trabalhadores musicais cuja principal atividade é o ensino em escolas de ensino básico, aliado a aulas particulares em domicílio. O cenário torna-se ainda mais difuso para músicos que, a despeito de formação especializada e treinamento contínuo, não logram ocupar vínculos mais estáveis e permanecem trabalhando em casas noturnas e restaurantes, animando eventos, frequentemente na informalidade. Esse panorama, composto por diferentes formas de manifestação, já tem sido explorado pela literatura sociológica (Becker, 2008 [1963]; Menger, 2001; Jouvenet, 2007, Segnini, 2009; Bennett, 2008). O foco desta comunicação é mais específico, destacando a relação entre o trabalho musical na esfera pública e sua contraparte, menos visível, no domínio privado dos arranjos familiares e afazeres domésticos.

A temática da conciliação entre afazeres domiciliares e o trabalho externo em famílias de músicos não tem recebido a devida atenção. Por outro lado, já existe uma produção sociológica sobre trabalho e arranjos domésticos, enfatizando a permanência de algumas desigualdades, antes denunciadas por feministas, como a maior extensão da jornada do tempo econômico à mulher, na reprodução social em afazeres domiciliares e atividades de proximidade, como cuidar de crianças e idosos (e.g. Dedecca, 2004; Bruschini, Ricoldi, 2009). O debate sobre a temática da conciliação família e trabalho está, provavelmente, mais adiantado em países onde se valoriza mais uma sociedade biativa, em que homens e mulheres tenham possibilidades e condições de trabalhar na esfera pública (Cf. Méda, 2002; Tremblay, 2005). No entanto, é necessário relevar a aprovação recente, no Brasil, de projetos sociais ligados à conciliação, como o salário maternidade e a lei da aposentadoria para donas de casa, para mulheres que se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico. Por outro aspecto, a promulgação da Emenda Constitucional 72, em abril de 2013, que regulamenta os direitos dos empregados domésticos, trouxe inicialmente um deslocamento da demanda por esse tipo de serviços em setores de menor aquisitivo, que passaram a empregar diaristas, substituindo a preferência anterior por mensalistas, alterando os arranjos familiares e a responsabilidade pelos afazeres domésticos.

A pesquisa que dá origem a esta comunicação data de uma pesquisa focada no trabalho musical desenvolvida em 2008-9 (Cf. Nunes & Mello, 2012, 2014). A temática da conciliação e dos arranjos domésticos já figurava no projeto, ainda que circunscrita empiricamente à cidade de Goiânia, no Brasil. Os resultados aqui incorporados pertencem a um novo projeto em andamento, cujo objeto é o trabalho em atividades musicais e a constru-

ção de formas identitárias correlatas. Parte-se, nesta comunicação, da análise quantitativa de bases governamentais e de *survey* específico. Recorre-se também a entrevistas, não somente as realizados até então no projeto, mas outras presentes em acervos institucionais, fóruns e sítios especializados na internet, além da produção acadêmica na temática. Na primeira parte, identifica-se um deslocamento ocupacional no mercado do trabalho musical brasileiro da última década, com reflexos na construção de formas identitárias profissionais. A seguir realiza-se uma análise fatorial exploratória de amostra de musicistas representativa do deslocamento antes constatado, empregando variáveis relacionadas à organização do trabalho, à identidade dos musicistas e a práticas de conciliação e arranjos de afazeres domésticos. Procura-se associar os escores dos fatores obtidos a outras variáveis do questionário aplicado, buscando salientar o que é mais característico de cada fator e dotá-lo de uma dimensão heurística voltada à construção de hipóteses e à compreensão do deslocamento ocupacional ressaltado.

Emprega-se inicialmente uma análise descritiva, exploratória, com base em dados obtidos em bases governamentais. O segundo levantamento quantitativo provém de amostra construída mediante extração de informações armazenadas no sítio *Myspace*, empregado principalmente por musicistas para divulgar perfis e apresentar seus amostras de seus trabalhos. Foi empregada a técnica de *web scraping*, que automatiza a sucessiva captação e armazenamento de páginas web, utilizando algumas variáveis (idade, gênero musical e código postal) para transferir a uma planilha os resultados, de forma estruturada, permitindo a construção de amostras para tratamento e análise estatística. Questionários foram enviados aos músicos da amostra selecionada, permitindo a associação de variáveis sociais básicas, como rendimento, escolaridade, idade, local de moradia, sexo etc., a características ligadas ao trabalho, como forma de contratação, tipo de atividades desempenhadas, natureza dos vínculos, posição na ocupação, tempo e jornada de trabalho, tempo dispendido em afazeres domésticos, formas de conciliação entre afazeres domésticos e atividades profissionais, questões ligadas à construção de formas identitárias, além de outras. Os questionários também foram enviados a músicos professores em instituições de ensino superior, para encaminhamento, tipo bola-de-neve, a alunos e orientandos, com respaldo em amostragem teórica e seletividade intencional (Cf. FLICK, 2004).

1. O perfil dos músicos e o deslocamento ocupacional no setor

Evidenciam-se dois tipos de deslocamento no mercado de músicos ativos no Brasil recente. O primeiro remete ao crescimento relativamente maior na música popular em relação às ocupações na música erudita. Constata-se também que a participação de mulheres na atividade é minoritária no setor. Entretanto, a despeito do crescimento na ocupação, a informalidade impera, pois no trabalho regulamentado, segundo a RAIS de 2013, só havia 13.111 vínculos (apenas 12% do total estimado pela PNAD, de 112.064 músicos no ano considerado), sendo 77,2% destes ocupados por homens. No entanto, a despeito desse hiato ocupacional em gênero, os valores de rendimentos médios agrupam-se numa distribuição peculiar. Não se verifica um desnível favorável aos homens, como ocorre na maioria das famílias ocupacionais. O fenômeno é inverso, ou seja, as mulheres ganham mais que os homens na ocupação, ainda que essa relação se manifeste mais em musicistas que trabalham em formações eruditas do que no mercado multifacetado da música popular.

O trabalho de musicistas é caracterizado pela multiplicidade, e têm em seus polos a formação e a produção e em seu núcleo identificador atividades como performance, composição e regência. Também importantes são as atividades relacionadas ao ensino musical, e à distribuição, em vários sentidos, de produtos musicais: notação, afinação, arranjo, editoração, dentre as mais comuns. Embora se registre, historicamente, algum reconhecimento social no exercício de funções indiretamente ligadas a produções sonoras, como transcrições e arranjos, estas têm sido crescentemente padronizadas e incorporadas em dispositivos automatizados. É difícil não reconhecer que a música permanece essencialmente identificada e reconhecida, a despeito de toda a reprodutibilidade técnica, nas atividades de performance e execução. Os músicos que responderam ao questionário evidenciam essa permanência, reconhecendo as apresentações musicais como atividades com as que mais se identificam no exercício de seu trabalho (50%). No entanto, atividades ligadas à produção e reprodução, como gravação, organização de eventos e produção musical são reconhecidas como principais por 22,6%, adiante

do próprio ensino musical, em nível básico ou superior (21,2%). A composição, considerada atividade de excelência, responsável pelo desenvolvimento do campo musical, no sentido bourdieusiano, é reconhecida como importante, incluindo o arranjo musical, por apenas 12% dos informantes, seguida pela regência (5,9%).
Identificar uma determinada atividade ocupacional como importante não corresponde a reconhecer um perfil profissional como o mais adequado, pois um músico pode ser mais solicitado, em certos tipos de vínculo (como o emprego em instituições de ensino) a priorizar outras atividades que não as de sua preferência. O músico *performer* é o perfil mais reconhecido, seguido pelo professor, o compositor e o regente. Embora haja atividades não relacionadas diretamente a esses quatro perfis na trajetória ocupacional de músicos, elas não são institucionalmente identificadas nas categorias da PNAD ou do Censo, embora estejam presentes na família ocupacional de músicos, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) que é incorporada completamente apenas na RAIS, base que integra o trabalho formal: intérprete instrumentista, intérprete cantor, compositor, arranjador, regente e musicólogo. A Tabela 1 mostra a distribuição desses perfis no mercado do trabalho de músicos no Brasil. Entretanto, essa situação retrata uma minoria dos trabalhadores, pouco mais de 12%. A posição na ocupação de musicistas no Brasil é preponderantemente representada por trabalhadores por conta própria (67,6%) e contratados sem carteira assinada (22,1%), cabendo a condição de trabalhadores com carteira assinada e estatutários a apenas 9% da distribuição. Por outro lado, é visível certa igualdade de gênero nesse aspecto, como indica o Quadro 1. Ainda que as mulheres ocupem apenas 16% dos postos no setor, não há diferença significativa em relação aos homens no que concerne à posição na ocupação.

Tabela 1

Vínculos formais por ocupação (CBO) - Brasil - 2013

	Frequência	%
Músico intérprete instrumentista	6207	47,3
Músico regente	3563	27,2
Músico arranjador	1610	12,3
Músico intérprete cantor	1170	8,9
Musicólogo	475	3,6
Compositor	86	,7
Total	13111	100,0

Quadro 1

Músicos - Posição na ocupação - Brasil 2010

			NESSE TRABALHO ERA						
			Empregado com carteira de trabalho assinada	Empregado pelo regime jurídico dos funcionários públicos	Empregado sem carteira de trabalho assinada	Conta própria	Empregador	Não remunerado	Total
SEXO	Masculino	Frequência	6349	742	18121	55765	851	299	82127
		% em relação a SEXO	7,7%	0,9%	22,1%	67,9%	1,0%	0,4%	100,0%
	Feminino	Frequência	1137	231	2977	8552	31	106	13034
		% em relação a SEXO	8,7%	1,8%	22,8%	65,6%	0,2%	0,8%	100,0%
Total		Frequência	7486	973	21098	64317	882	405	95161
		% em relação a SEXO	7,9%	1,0%	22,2%	67,6%	0,9%	0,4%	100,0%

Fonte: microdados do Censo – 2010, construída pelo autor

Comparando os perfis de trabalhadores ocupados no Brasil em 2010 com o de musicistas, chegamos a que o mundo dos músicos é mais masculino, mais urbano, mais escolarizado em nível médio e pouco menos escolarizado em nível superior, além de mais solteiro. Em relação ao tipo de união, os musicistas casam-se menos no

religioso e no civil e o número de divórcios e separações é praticamente o mesmo nos dois grupos. O número médio de filhos é ligeiramente superior entre músicos (1,26 para 1,04 em trabalhadores em geral). Já a idade, em média, do último filho vivo, é menor entre músicos (11,45) do que para trabalhadores em geral (13,05). O perfil etário é mais jovem entre músicos (34,6 anos, em média) do que para trabalhadores em geral (média de 37 anos). O rendimento médio dos músicos em 2010 era de 2,77 salários mínimos, pouco maior que o rendimento dos trabalhadores em geral (2,31 s.m.). Por outro lado, o rendimento domiciliar total para músicos é bem menor (3,28 s.m.) em relação ao rendimento domiciliar de trabalhadores em geral (6,29). Como a distribuição do número de moradores por domicílio é praticamente o mesmo para musicistas e trabalhadores em geral, esse diferencial tem como uma possível explicação a relativa endogamia ocupacional que ocorre os relacionamentos de musicistas. Os informantes do *survey* realizado confirmam essa associação, pois 42,5% dos que se encontram em união estável declaram que seus parceiros/as também trabalham com música.

Tabela 2

Sexo por ocupação (CBO) de músicos - Brasil - 2003[a]

			Compositores, músicos e cantores	Músicos e cantores populares	Total
Sexo	Masculino	Frequência	24989	83643	108632
		% em Sexo	23,0%	77,0%	100,0%
	Feminino	Frequência	1949	14241	16190
		% em Sexo	12,0%	88,0%	100,0%
Total		Frequência	26938	97884	124822
		% em Sexo	21,6%	78,4%	100,0%

a. Fonte: microdados da PNAD 2003, construída pelo autor

Tabela 3

Sexo por ocupação (CBO) de músicos - Brasil - 2013[a]

			Compositores, músicos e cantores	Músicos e cantores populares	Total
Sexo	Masculino	Frequência	8887	88826	97713
		% em Sexo	9,1%	90,9%	100,0%
	Feminino	Frequência	2261	12090	14351
		% em Sexo	15,8%	84,2%	100,0%
Total		Frequência	11148	100916	112064
		% em Sexo	9,9%	90,1%	100,0%

a. Fonte: microdados da PNAD 2013, construída pelo autor

O movimento interno no contingente ocupado de músicos ganha evidência nas Tabelas 2 e 3, que mostram a frequência por sexo e ocupação. Embora a estimativa do número total de músicos ocupados pouco se tenha alterado de 2003 a 2013, os valores da distribuição mudaram significativamente. Parte considerável de homens, que ocupavam 23% da categoria de músicos eruditos, desloca-se para a de músicos populares, passando a compor 91% desse grupo. As mulheres, que eram 12% entre músicos eruditos, tornam-se 16%, passando a representar 20% do grupo de "Compositores, músicos e cantores", quando compunham apenas 13% desse grupo em 2003. É importante ressaltar, por outro lado, que a composição relativa de mulheres em relação a homens no trabalho musical pouco se alterou, registrando-se até um decréscimo, de 13% em 2003 para 10% em 2013. Durante esse período houve mudanças também em relação ao rendimento médio dos/as trabalhadores/as, como indicam os Quadros 2 e 3, com significativo aumento para a categoria de músicos eruditos e progres-

siva valorização do rendimento de mulheres. Supondo que esse segmento corresponda preponderantemente ao contingente ocupado no trabalho formal, é possível analisar com mais precisão as diferenças de rendimentos em relação à estratificação ocupacional no setor, recorrendo à RAIS (Quadro 4). Verifica-se um diferencial positivo de rendimentos para as mulheres nesse setor formal, sobretudo nas categorias de compositora, arranjadora, intérprete cantora ou instrumentista. Consideramos que essa mobilidade ocupacional que se tem verificado nos últimos anos remete a transformações na relação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo no contexto de transformações no mundo do trabalho e, mais especificamente, em arranjos domésticos e formas de conciliação.

Quadro 2

	Rendimento mensal por sexo e ocupação - Brasil - 2009			
	Compositores, músicos e cantores[a]		Músicos e cantores populares	
	Sexo		Sexo	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
	Média	Média	Média	Média
Valor do rendimento mensal do trabalho principal em salários mínimos	2,28	1,58	1,98	2,07

a. Fonte: Microdados da PNAD - Pessoas, 2009, construída pelo autor

Quadro 3

Remuneração de músicos por sexo e ocupação (CBO) - Brasil - 2013[a]

	Músicos e cantores populares		Compositores, músicos e cantores	
	Sexo		Sexo	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
	Média	Média	Média	Média
Rendimento mensal do trabalho principal para pessoas de 10 anos ou mais de idade	2,54	1,33	2,50	2,62

a. Fonte: microdados da PNAD 2013, construído pelo autor

Quadro 4

Remuneração mensal de músicos no trabalho formal por sexo e ocupação (CBO) - Brasil - 2013

	Compositor		Músico arranjador		Músico regente		Musicólogo		Músico intérprete cantor		Músico intérprete instrumentista	
	Sexo		Sexo		Sexo		Sexo		Sexo		Sexo	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média	Média
Remuneração média do ano em salários mínimos	5,68	3,36	3,10	4,05	2,65	2,36	2,60	3,02	2,81	3,05	3,45	4,08

Fonte: microdados da RAIS 2013, construído pelo autor

2. O perfil da amostra e a movimento interno no setor

Supõe-se que a amostra de informantes que respondeu ao questionário seja representativa do grupo de trabalhadores mais escolarizado, ligado à formação musical em nível superior e que, portanto, ilustre bem os traços dessa mobilidade interna a que se refere aqui. Cerca de 23% já têm ensino superior completo e outros 46%

já estão em nível de pós-graduação, incompleto ou completo. A porcentagem relativa de mulheres (33%) em relação a homens é superior à que se verifica no mercado (cerca de 15%). A proporção de casados (61,4%) e de separados (13,7%) também é bem superior à que se encontra na população brasileira de músicos ocupados (29% e 6,5%, respectivamente). A média de idade (38 anos) também é superior à média dos músicos ocupados no Brasil (34,5%). Em relação ao diferencial de escolaridade em relação a sexo, a amostra não demonstra o que ocorre na população (18,1% das mulheres têm ensino superior, para 9,8% dos homens): os homens estão ligeiramente adiante na graduação (21,2% para 24,6% das mulheres), mas ficam em inferioridade na pós-graduação (42% para 54,5% das mulheres). É evidentemente, mesmo sem prosseguir a comparação, que a amostra não representa a distribuição da população em diversos fatores, porém supomos que representa a parcela que se aproxima mais de um perfil profissional, *stricto sensu*.

Eliot Freidson, um dos expoentes na análise sociológica das profissões, abordou a questão de considerar ou não o trabalho nas artes e o trabalho de docentes acadêmicos como profissões, ou seja, ocupações que acarretam formação sistematizada em nível superior, expertise e reconhecimento social. O trabalho nas artes em geral não atenderia a essas condições, ainda que seu desenvolvimento dependa de um tipo de vocação e formação que se consolidam no atributo de "ofício" (*métier*), "um empreendimento humano organizado, que implica mecanismos sociais de formação de identificação dos membros, de definição e de manutenção de normas na questão de cumprimento de atividades, da pesquisa de oportunidades de emprego, e assim por diante" (Freidson, 1986, p. 440). De outra forma, considera-se aqui, como já se fez em outras ocasiões (Nunes, Mello, 2012), a profissão de músico não como um conjunto de atributos ou requisitos que devem ser satisfeitos, mas como um processo de construção contínua, no início como ocupação sistematicamente organizada até o reconhecimento institucional. Certamente uma trajetória que logra uma forma de contratação estável com a possibilidade de aliar razoavelmente ensino, pesquisa e extensão e as diversas formas de apresentação e produção musical, ainda que em desfavor destas, pode ser identificada empiricamente nos quadros profissionais.

Ainda que diversos nesse contingente de músicos ocupados tenham alcançado a excelência profissional não deixaram de experimentar, em suas trajetórias, a informalidade e, em diversos sentidos, a precarização. Ainda que boa parte tenha vivenciado contratos como docente em instituição de ensino pública, em nível básico ou superior, o que predomina é o trabalho "por conta própria", com base em contrato verbal, geralmente empregada na realização de shows em casas noturnas, apresentações em eventos, aulas particulares. A nota contratual para serviços musicais, o mínimo que recomenda a Ordem dos Músicos, aparece apenas em quinto lugar, ao lado do contrato de trabalho para apresentações ou serviços, *stricto sensu*. Em terceiro e quarto lugares estão o trabalho não remunerado e o trabalho sem carteira assinada. Embora o trabalho não remunerado, na ótica dos serviços musicais, não implique necessariamente subserviência ou precarização, pois pode se relacionar a apresentações beneficentes ou a eventos não comerciais, a frequência com que aparece, juntamente com o trabalho sem carteira e os contratos verbais, atesta que a informalidade ainda é constitutiva do trabalho musical. É oportuno lembrar, no entanto, que as formas contratuais, no caso desse tipo de serviços, não implicam necessariamente a informalidade em trajetórias ocupacionais típicas, mas a ocorrência de serviços informalmente desempenhados que, em alguns casos, preenchem totalmente o exercício da atividade, mas no caso dessa amostra mais escolarizada, não.

Nota-se que as mulheres proporcionalmente experimentam menos formas contratuais informais ou predatórias. Metade delas relata a condição de estatutária, em relação a 39% dos homens. Os contratos verbais e trabalhos não remunerados são preponderantemente realizados por homens, o que não significa que eles aceitem mais o trabalho nessas condições, mas denota uma cultura de trabalho que valoriza mais as apresentações em lugares públicos, como casas noturnas, bares, restaurantes, muitas vezes em condições precárias e submetidos a calendários e horários fortuitos. Essa situação experimentada mais pelos homens condiz com sua maior dedicação à musica popular no mercado de trabalho, conforme demonstram as tabelas precedentes. Harmoniza-se também com a preponderância de solteiros entre músicos ocupados, contrastando com o que ocorre, em média, entre trabalhadores no Brasil em todas as ocupações. Por outro lado, entre os casados, principalmente em pares biativos que trabalham no mundo da música, há necessidade de estratégias que não se limitam a arranjos domésticos, mas incluem reorientação de trajetórias,

Há um tipo de relação entre o tempo empregado em afazeres domésticos e variáveis como rendimento ou nível de escolaridade, com resultados diferentes para cada gênero, que já foi constatada na produção brasileira sobre

a temática de arranjos domésticos (e.g. Bruschini, 2006; Nunes, 2010) e que convém retomar aqui. Quando se aumenta a escolaridade (ou o rendimento) o tempo gasto pelos homens em afazeres domésticos praticamente não se altera, enquanto para as melhores o número de horas semanais nesse tipo de atividade diminui. Isso significa que, para as mulheres, sua ascensão na posição social permite alguma liberação do trabalho reprodutivo doméstico, possivelmente por delegação a empregada/o doméstica/o ou a serviços especializados, além da aquisição de aparelhos eletrodomésticos que facilitam os afazeres. Em relação aos homens, cuja participação nesses afazeres é relativamente menor, a situação praticamente não se altera, indicando que a transferência dessas atividades não se deu com base em estratégias de conciliação ou arranjos domésticos.

Pode-se constatar que, entre trabalhadores/as musicistas, esse tipo de associação não prevalece. A participação dos homens, em algumas faixas de escolaridade, como no ensino médio incompleto e superior incompleto, chega a ser superior, em termos de horas semanais, do que a de mulheres de mesma faixa de renda, o que não ocorre quando se avalia a distribuição entre trabalhadores/as brasileiros, em geral. Outro aspecto discrepante, no caso de musicistas, é a carga horária média dispendida em afazeres domésticos, superior para homens e mulheres que ocupam ocupações supostamente mais estáveis no setor, ou seja, compositores, músicos e cantores eruditos, que geralmente trabalham em orquestras e grupos camerísticos, muitos/as também empregados no ensino musical em nível superior. O Gráfico 1 ilustra essa diferença. A permanência de uma média alta para homens e mulheres nos níveis mais escolarizados, provavelmente relevante para profissionais acadêmicos, convida-nos a explorar os dados do survey.

Gráfico 1

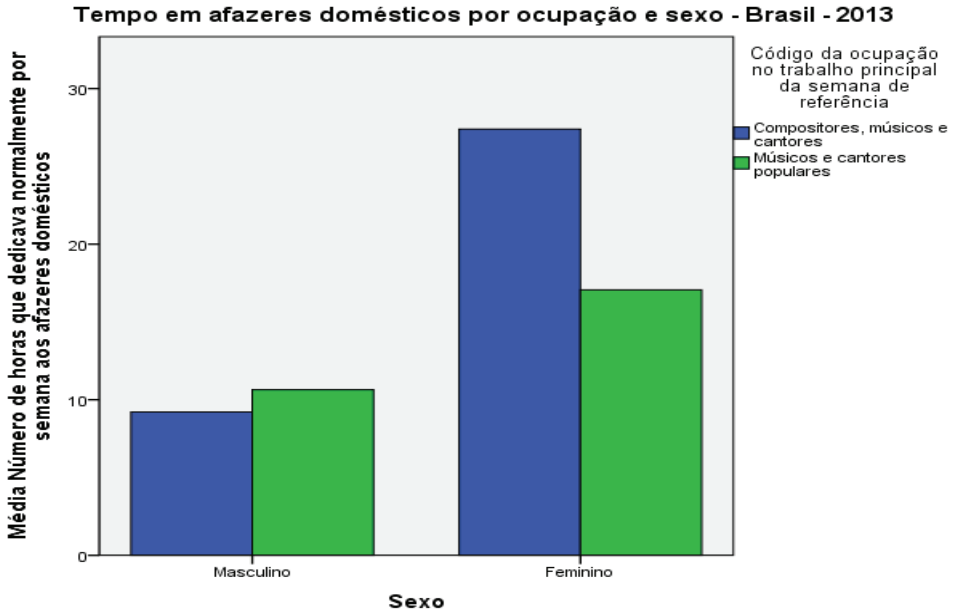

Fonte: microdados da PNAD, Pessoas, 2013, construído pelo autor

3. Conciliação e arranjos domésticos no trabalho musical

O questionário empregado no *survey* traz perguntas agrupadas nos seguintes blocos temáticos: perfil; tempo de trabalho, rendimentos e recursos; tipos de atividade e formas de contratação; formação musical e motivação; identidade; arranjos domésticos. Desenvolve-se a seguir uma análise fatorial exploratória para reduzir esse conjunto de dados a alguns fatores hipoteticamente subjacentes relacionados a um problema que decorre do deslocamento ocupacional, principalmente de mulheres, para o grupo de musicistas "eruditos", ocupando postos em corpos estáveis de orquestras ou como docentes de instituições de ensino superior. Supomos que pelo menos um desses fatores esteja relacionado a formas de conciliação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo e também a arranjos ou estratégias relativos ao desempenho de afazeres domésticos. Tomou-se

para o modelo de análise fatorial primeiramente variáveis relativas a estratégias empregadas para realizar as atividades necessárias para realizar as tarefas de manutenção e reprodução doméstica, cada uma valorada segundo uma escala tipo Likert, variando de "não se aplica" a "muito importante": a) delegação das atividades a empregadas/os domésticos; b) conciliação das atividades pelo casal, em direção a uma distribuição mais igualitária; c) divisão consensual das atividades, ainda que não igualitária; d) ajuda de filhos/as e agregados/as; e) ajuda de parentes mais afastados (avós, tios, sobrinhos etc.); f) ajuda de vizinhos e amigos; g) recurso a prestadores de serviços externos (lavanderia, cuidadores/as, enfermeiras, empresas de limpeza e manutenção etc.); h) recurso a creches para filhos ou enteados; i) recurso a asilos para pais ou parentes idosos. As variáveis relacionadas com o trabalho na esfera pública e o perfil do/a musicista correlato foram: escolaridade, valor dos rendimentos obtidos com o trabalho musical, se trabalha ou não em outra ocupação, número de horas por dia no trabalho musical, número de horas por dia em treinamento ou prática musical fora de performance. Foram incluídas também variáveis que intermedeiam a esfera pública e o trabalho reprodutivo, como estado civil e existência de filhos ou agregados.

Optou-se por uma análise fatorial exploratória, em que os fatores extraídos são interpretados no sentido de sugerir hipoteticamente processos subjacentes que teriam produzido as correlações encontradas entre as variáveis componentes do modelo analítico (e.g, Tabachnick, Fidell, 2007, p. 610). Foi empregado o método de extração por fatoração do eixo principal, com rotação ortogonal (Varimax). Embora o número de questionários empregados seja relativamente baixo para o que usualmente se requer nesse tipo de análise, os resultados dos testes de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO = 0,71) e de esfericidade de Bartlett ($p < 0,001$) indicam boa adequação da amostra empregada para a fatoração.

Quadro 5

Variância total explicada

	Autovalores iniciais			Soma extraída das cargas fatorias ao quadrado			Soma rotacionada das cargas fatorais ao quadrado		
Fator	Total[a]	% da variância	% acumulada	Total[a]	% da variância	% acumulada	Total[a]	% da variância	% acumulada
1	4,101	24,122	24,122	3,664	21,552	21,552	2,622	15,422	15,422
2	2,249	13,232	37,354	1,813	10,664	32,216	1,620	9,529	24,951
3	1,996	11,742	49,096	1,506	8,861	41,077	1,564	9,202	34,154
4	1,420	8,351	57,447	,921	5,417	46,493	1,467	8,631	42,785
5	1,275	7,499	64,946	,747	4,395	50,888	1,378	8,103	50,888

Método de extração: fatoração do eixo principal

a. Fonte: construído com base em survey realizado

O Quadro 5 mostra a variância total explicada pelo modelo, retendo apenas os cinco fatores extraídos, com o critério de Kaiser, de autovalor maior ou igual a 1. No Quadro 6 vemos a matriz rotacionada dos fatores, com a carga fatorial das variáveis componentes de cada fator. O fator 1, que corresponde a 15,4% da variância total explicada, relaciona a estratégia de delegar os afazeres domésticos a empregadas/os domésticos a outras variáveis relativas ao âmbito familiar: estado civil e existência, todas correlacionadas positivamente. Esses fatores estão, por sua vez, também correlacionados a variáveis concernentes ao trabalho produtivo, na esfera pública, no caso, de musicistas: escolaridade, valor dos rendimentos e tempo de trabalho como músico. O fator 1, que poderíamos designar como "arranjo tradicional de delegação", típico em famílias de classe média brasileiras, embora não se possa considerá-lo predominante em domicílios de músicos em geral, mas apenas no segmento representado pela amostra considerada, ou seja, com nível de escolaridade superior e forma de contratação estável. Esta proposição pode ser corroborada se examinarmos os escores do fator, ou seja, convertê-lo numa variável numérica que possa ser relacionada a outras que não as integrantes do próprio fator.

Embora não se aplique aqui estritamente uma análise fatorial confirmatória, utiliza-se um procedimento que, de certa forma, possibilita chegar a uma representação do fator mais aplicada à experiência de trabalho no mundo da música, recorrendo a outras variáveis não envolvidas no modelo, mas também importantes na caracterização de uma identidade profissional. A intenção aqui é salientar o que é mais característico de cada fator,

aproximando-o de um tipo ideal no sentido weberiano, ou seja, de dotá-lo de valor heurístico para a construção de hipóteses e compreensão, no caso, do deslocamento ocupacional que consideramos na seção precedente e duas derivações em arranjos domésticos em moradias de musicistas. Adota-se aqui o método Anderson-Rubin para a extração da pontuação (*score*) dos fatores e seleciona-se os resultados de escores mais altos, agrupados no quartil superior, privilegiando as respostas de musicistas que são melhor explicadas pelo fator. Esta sub-amostra é comparada, em termos de frequências e resultados de algumas associações de variáveis, à amostra que deu origem à análise fatorial exploratória. O procedimento é aplicado aos cinco fatores extraídos.

Quadro 6

Matriz dos fatores rotacionada[a]

	Fator				
	1	2	3	4	5
Delegação das atividades a empregadas/os domésticos	,363	,098	,246	,144	-,222
Conciliação das atividades pelo casal, em direção a uma distribuição mais igualitária	,192	,146[b]	,175	,745	,088
Divisão consensual das atividades, ainda que não igualitária	-,006	,113	,105	,748	-,003
Ajuda de filhos/as e agregados/as	,265	-,117	,351	,317	,354
Ajuda de parentes mais afastados	,081	-,043	,025	,038	,705
Ajuda de vizinhos e amigos	,036	,084	,030	,035	,650
Recurso a prestadores de serviços externos (lavanderia, cuidadores/as, enfermeiras, empresas de limpeza e manutenção etc.)	,133	-,096	,473	,060	-,025
Recurso a creches para filhos ou enteados	,038	,268	,637	,235	,009
Recurso a asilos para pais ou parentes idosos	-,102	,327	,717	,058	,170
Escolaridade:	,611	,208	-,004	-,049	-,102
Estado civil	,579	-,077	,008	,119	,185
Tem filhos(as) ou enteados(as)?	,635	-,088	,248	,321	,247
Trabalha em outra ocupação?	-,243	-,602	,200	-,140	,291
Valor dos rendimentos com trabalho musical	,763	,492	-,048	,080	-,120
Tempo de trabalho musical (anos completos)	,745	,087	,063	-,008	,150
Horas gastas por dia em atividades de trabalho musical	,191	,633	,146	,143	,044
Horas gastas por dia em atividades de "manutenção" do trabalho musical (treinamento, preparação de aulas, estudo)	-,036	,544	,256	,018	,126

a. A rotação convergiu em 13 interações

b. Fonte: construído com base em survey realizado

O quartil superior da pontuação do fator "arranjo tradicional de delegação" é composto por 23 musicistas (22% da amostra), sendo 65% homens. Entretanto, trata-se de um grupo com idade e faixa de rendimentos mais elevados; apenas 13% trabalham com outra ocupação, em relação aos 27% da amostra. Outra diferença significativa é que esses/as musicistas moram com cônjuge e familiares em proporção bem maior do que ocorre na amostra original (22,7% para 13,9%), ainda que a porcentagem que mora com cônjuges seja praticamente a mesma nos dois casos (27%). A porcentagem neste grupo mais representado pelo fator 1 de cônjuges de informantes que também trabalham com música também é significativamente maior do que ocorre na amostra maior (21,7% para 16,5%). Em suma, trata-se, em sua maioria, de casais biativos com empregos estáveis, com filhos provavelmente já emancipados, já que a idade média no grupo é de 52 anos e que se dedicam principalmente ao ensino e à pesquisa em instituições de ensino superior, ainda que conservem, em níveis e frequências diferenciados, a performance musical, que consideram mais importante em suas identidades. Em razão de não permanecerem em casa na maior parte do tempo, viajarem frequentemente, como músicos executantes ou como acadêmicos, e também por contarem com rendimentos relativamente altos, recorrem à delegação. O relato de Benjamim, músico entrevistado que seria inscrito nesse fator, é significativo no sentido que a delegação, nesse grupo, pode não "terceirizar" completamente o trabalho doméstico, que inclui tarefas compartilhadas por outros membros da família. Benjamin, flautista e docente em instituição pública de ensino superior tinha, na ocasião da entrevista, 48 anos, desenvolvia doutoramento no exterior; morava com aa sogra e duas filhas:

> A gente tem uma equipe em casa, eu falo que lá em casa tem uma mulherada nada contra as mulheres, mas tem mulher demais dentro de casa, fora os habitantes naturais da casa, minha esposa, duas filhas, hoje minha sogra mora comigo, tem gente pra trabalhar lá em casa sempre, então isso ajuda muito, os afazeres domésticos mesmo só finais de semana, então nós ficamos muito junto, a gente divide as coisas, supermercado, que eu não gosto muito, feira muito menos, mas a gente tendo um ou outro pra fazer a gente divide tranquilo, nem sempre tranquilo, mas concilia.

Há, no entanto, outros pontos a considerar, no grupo representado principalmente por este fator. A porcentagem de dedicação a atividades de produção e gravação é superior à presente nos músicos da amostra original. Isso explica por que o domícilio é mais utilizado, nesse grupo, para encontros profissionais, atividades administrativas e de divugação, o que justifica ainda mais o recurso a empregados/as domésticos/as. Por outro lado, as trajetórias nesse grupo de músicos já não requerem mais muitas horas de treinamento e prática musical em seus domicílios, como ocorre entre musicistas mais jovens que disputam concursos. Outro detalhe importante é que neste grupo há relativamente menos dedicação às atividades de composição e arranjo do que na amostra de músicos em geral. Por que esses músicos representados no fator 1 não dedicam mais tempo à composição, já que, em sua maioria (77,3% em relação a 38,6% dos músicos em geral respondentes), realizaram parte de sua formação no exterior e a consideram como muito relevante em suas trajetórias?

Menger, que realizou uma pesquisa com músicos compositores na França, nos anos 1980, pode nos auxiliar na compreensão desse fenômeno de retração das atividades de composição em músicos profissionais. O desenvolvimento tecnológico nos processos de produção sonora, tanto na criação de instrumentos eletro-eletrônicos como na produçao/difusão musical pela mídia, deu margem a um mercado consumidor, emergente, não só de formas musicais populares, relacionadas a modismos efêmeros impulsionados pela indústria cultural, mas também à revitalização dos clássicos, populares ou eruditos, em obras reproduzidas e difundidas à exaustão sob os mais diversos meios, de discos de vinil a arquivos digitais, em ambientes públicos ou privados, para fruição individual ou coletiva. Essa modalidade de gosto eclético e onívoro que sustenta o mercado musical hoje e se materializa na existência do melômano, o consumidor musical amador com espírito cultivado, associa-se a um tipo de formação diferente, também ligado às políticas públicas culturais que levaram à introdução do ensino musical no currículo do ensino básico público, o que ocorreu na França em 1929. No Brasil houve um passo definitivo nesse sentido com a Lei n. 11.769, que tornou obrigatório o ensino musical nas escolas públicas. Entretanto, o ensino nesse nível compreende mais a educação da percepção musical e a experimentação coletiva, no sentido de descobrir a sonoridade, de forma livre e espontânea. O ensino musical não tem,

segundo Menger, mais o compromisso principal com a formação de novos musicistas profissionais, que tem regredido nos últimos cinquenta anos, "na razão inversa do consumo musical mediatizado pelo disco, pelo rádio e a televisão" (2001 [1983], p. 99). O ensino musical aprofundado e aberto é substituído pela prática de oficinas, de meios de sensibilização que visam mais a atender um mercado ávido de necessidades culturais. Os professores de música passariam a formar músicos amadores, além de consumidores e criadores em nível não profissional. Embora se possa acatar, em algum nível, as considerações de Menger e aplicá-las ao contexto de mobilidade ocupacional interna aqui considerado, convém esvaziá-las de seu conteúdo estético ou normativo, pois a relação entre o Estado, a produção musical e a constituição de um mercado de consumo no contexto social mais amplo é demasiado complexa para ser levada em conta nos limites desta comunicação. Entretanto, as novas formas pelas quais o Estado atua no fomento da produção musical, via isenção fiscal condicionada ao financiamento, por empresas ou pessoas físicas, de produtos ou empreendimentos culturais, têm alterado o perfil identitário dos músicos, que se tornam "parceiros" dos administradores culturais que intermedeiam o interesse das empresas patrocinadoras e o das agências culturais governamentais. Esses empresários culturais ampliam a rede de relações sociais e de convenções que envolve o trabalho no mundo da música, analisada por H. Becker (2010). Pode-se considerar que esse grupo de músicos com forte carga no fator 1 assumem, nesse novo contexto, o papel de "gerentes do social", aproveitando as considerações que alguns autores realizaram a esse respeito (e.g. Yúdice, 2006; Arruda, 2013). No grupo majoritariamente representado pelo fator 1 a forma de contrato prevalecente é como estatutário (65,2% para 31,7% entre os músicos em geral respondentes), indicando que a maioria provavelmente está empregada em universidades federais. Com mais familiaridade na tarefa de formulação de projetos, a que recorrem como pesquisadores docentes, encontram também mais oportunidade em captar recursos por editais vinculados à lei Rouanet ou leis estaduais ou municipais de incentivo à cultura. Mais de metade desses profissionais já utilizou pelo menos uma vez esses recursos e mais de 10% recorrem periodicamente, enquanto apenas cerca de 25% o fazem entre os músicos em geral.

O fator 2 está relacionado a profissionais dedicados mais à performance artística do que a atividades de ensino ou produção. Há uma alta carga de correlação negativa com trabalho em outra ocupação, indicando que se trata de pessoas que trabalham em tempo integral com atividades musicais e que, provavelmente, se empenham para trabalhar em corpos estáveis ou como solistas reconhecidos. Os músicos que compõem o quartil superior de pontuação neste fator são mais jovens (média de 39 anos), cerca de 45% moram com seus pais, ou sozinhos, ou com amigos e 40% mora com cônjuge; há relativamente mais mulheres no grupo (39%) do que entre músicos da amostra original. A faixa de rendimentos predominante é acima de 6 salários mínimos (61%), o que ocorre com menos frequência para músicos com alta pontuação no fator 1 (87%). Porém, ninguém representado pelo fator 2 trabalha em outra ocupação e a porcentagem dos que têm filhos ou enteados (30%) é significativamente menor que na amostra original (43%) ou nos representados pelo fator 1 (87%). Essas características explicam razoavelmente a não adoção da prática de delegação nesse grupo, bem como o aceno ao recurso de asilos para pais idosos, já que 18% residem em companhia de familiares. O recurso a creches desponta, embora não de forma significativa e a prática de arranjos internos conciliadores também não aparece neste fator, embora fosse esperada diante de outras variáveis o compõem. A forma de contratação predominante é a estatutária, embora em menor proporção (40%) do que no fator 1, seguida de contratos pela CLT (pessoa física ou jurídica), mas também de contratos temporários ou por prazo determinado (17%) e uma porcentagem apreciável de músicos que afirmar ignorar o tipo de vínculo que vivenciam atualmente (26%). Em relação ao uso de recursos este grupo recorre também a editais vinculados a leis estaduais e municipais de incentivo à cultura, mas em menor proporção do que nos representados pelo fator 1. No entanto, empregam mais recursos próprios ou de familiares e amigos para financiar sua produção musical e já recorrem a formas emergentes de captação, como o *crowdfunding*, ainda que em pequena proporção.

A ausência de arranjos conciliadores na carga do fator 2 pode ser explicada se compararmos os resultados de homens e mulheres em algumas variáveis. Em relação ao número de horas dispendidas em afazeres domésticos os homens declaram 11 horas em média e as mulheres dez. Comparando diferentes afazeres em que tradicionalmente as mulheres se ocupam mais do que os homens, como cozinhar, lavar, limpar e arrumar a casa, os homens representados no fator 2, inversamente ao esperado em arranjos domésticos tradicionais, trabalham com mais frequência que as mulheres no mesmo grupo. No entanto, isso não ocorre nos mesmos domicílios,

mas em situações diferentes, pois as mulheres provavelmente estão morando ainda com seus pais ou com seus cônjuges, mas sem filhos. E a pontuação no fator ilustra bem a mobilidade femina em direção a vínculos estáveis: mais de metade das mulheres com alta pontuação no fator 2 tem vínculo estatutário, enquanto 36% dos homens estão nessa condição. O comportamento de musicistas explicado pelo fator 2, que podemos associar ao "trabalho musical competitivo", espelha, em escala reduzida, o que ocorre entre músicos de alto nível de escolaridade, no Brasil: deslocamento de mulheres a postos mais estáveis e melhor remunerados e a trajetória de homens, principalmente dedicados à música popular, mantendo contratos temporários e vivenciando formas de contratação mais flexíveis, como vínculos pela CLT de músicos como pessoas jurídicas .

O fator 2 incorpora grande número de jovens, muitas vezes oriundos de famílias de músicos eruditos, que buscam em disputados concursos a oportunidade de ingresso em corpos estáveis como sinfônicas ou filarmônicas estaduais ou municipais. A formação nesse grupo é precoce e também o ingresso no mercado de trabalho, principalmente em orquestras jovens. É o caso, por exemplo, de Gabriela, violoncelista, filha de Milton Bock, que integra a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSP), também como violoncelista. Iniciando sua educação musical com dois anos e meio, Gabriela, aos doze anos, já integrava arquestra jovem da escola de música da OSPA, como chefe de naipe. Ao questionada sobre suas perspectivas para o futuro, Gabriela responde numa entrevista, aos 20 anos: "Eu penso em continuar estudado, depois de me formar, fazer um mestrado, quem sabe um doutorado, ter várias experiências, eu quero fazer de tudo um pouco." Nessa idade, Gabriela já havia participado de diversos festivais e se tornado finalista num concurso em 2011, quando cursava a graduação na UFRGS: "É muito interessante quando a gente vê outras pessoas de outras universidades buscando as mesmas coisas que nós, mais ou menos seguindo um mesmo caminho".

O fator 3 compreende somente variáveis relacionadas a estratégias de conciliação entre trabalho produtivo e reprodutivo, integrando músicos que utilizam recursos como creches e asilos, mas também o auxílio de filhos e agregados e empresas de serviços pessoais. Isso ocorre independetemente das demandas do trabalho externo ou do valor dos rendimentos, indicando que os arranjos de conciliação constituem o principal problema a ser resolvido. Contrasta, portanto com o perfil que cabe ao fator 2 e a maioria que integra o quartil superior no fator 3 trabalha em outra ocupação (52,2%). A média de idade é de 39 anos, mas a mediana é de 37 anos, pouco superior à de 36 observada nos escores altos relacionados ao fator 2, indicando um perfil de idade pouco mais elevada que no fator 2, mas certamente mais jovem que no fator 1. A proporção masculina (70%) é superior à da amostra de origem e a maioria mora com familiares (39%) ou com cônjuge e familiares (17%). A porcentagem de casados é bem maior que na amostra de origem (52,2% para 38,5%). Em relação aos rendimentos a distribuição é desigual, sendo modais os intervalos de até um salário mínimo e, no outro extremo, acima de cinco salários mínimos. Os rendimentos advindos do trabalho musical compreendem, para a maioria explicada por esse fator, mais de 75% dos rendimentos em todas as ocupações que desempenham. Por outro lado, para quase 70% os rendimentos no trabalho musical não superam 50% dos rendimentos obtidos por cônjuge ou familiares com que coabitam. Dentre esses cônjuges a porcentagem de musicistas é minoritária (8,7%) e a maioria trabalha em serviços que exigem alta qualificação (administração, engenharia, arquitetura). As formas de contratação atualmente vivenciadas nesse grupo são o estatutário efetivo (26,1%) e CLT por pessoa física (17,2%). No entanto, não se pode considerar essa distribuição como representativa, já que 43,5% declararam ignorar o tipo de vínculo em seu trabalho musical. Porém as informações sobre as formas contratuais que experienciaram na trajetória ocupacional indicam que grande parte trabalhou por conta própria (49,2%), sendo 23% apenas por contrato verbal. Além disso 23% relatam que trabalharam como músicos sem remuneração. Portanto, é razoável considerar que o fator 3 integra músicos *part-time*, que combinam outras atividades ao trabalho musical. No âmbito doméstico em que convivem, as atividades musicais não são predominantes, embora pudessem ser assim consideradas, em outros momentos de suas trajetórias de vida.

Em relação aos afazeres domésticos, os músicos associados ao fator 3 ocupam menos horas nessas atividades. A distribuição por gênero toma o feitio tradicional, com as mulheres trabalhando 9h por semana e os homens 7h, em média. No que compete à divisão sexual das atividades domésticas vigora aqui também o arranjo tradicional, em que as mulheres cozinham, limpam, arrumam e cuidam de crianças e idosos com maior frequência que os homens, ainda que o trabalho reprodutivo seja, no caso deste fator, bastante intermediado por creches e empresas de serviços. Estamos, portanto, diante do que poderíamos designar como "conciliação societária",

bastante distantes de um tipo de conciliação familiar, com relativa igualdade de papéis e funções.
As práticas de conciliação e arranjos domésticos aparecem no fator 4, juntamente com auxílio de filhos/as e agregados/as, positivamente correlacionadas com a condição de ter filhos. O indicador negativo da variável indicadora de trabalho em outra ocupação indica que este fator é representado por músicos que trabalham predominatemente na atividade. A pontuação confirma esta suposição: 17,2% têm outras ocupações, menor do que ocorre na amostra e no fator 3, porém maior do que o escore nos fatores 1 e 2. A parcela que mora sozinha dos músicos representados neste favor é minoritária (4,7%), a maioria mora com o/a cônjuge (43%), com familiares (21,7%) e com cônjuge e familiares (21,7%). A proporção dos que têm filhos também é alta: 65,2%. Trata-se do segmento relativamente mais jovem entre os referentes a pontuações altas nos 5 fatores: a média etária é de 38,3 anos e a mediana de 35 anos. A proporção masculina é próxima à vista no fator 3 (70%), pouco superior à que se encontra na amostra de origem. As faixas modais de rendimentos estão acima de 6 s.m. (47,8%) e de 2 a 3 s.m (21,7%) e 65% declaram que esses rendimentos correspondem a 100% de sua renda laboral. Além disso, como a maioria mantém união estável os casais devem ser preponderantemente biativos, pois apenas 9,1% declaram que seus rendimentos compreendem o total de rendimentos no domicílio. Assim como ocorre nos escores do fator 3, os músicos representados no fator 4 trabalharam, em sua trajetória ocupacional, sobretudo por conta própria e sem carteira assinada. Verifica-se um histórico de trabalho sem remuneração ou voluntário, mas em menor proporção que no fator 3 (12,1%). Atualmente vivenciam preponderantemente contratos como estatutário (34,8%), mas em igual porcentagem também declaram ignorar o tipo de vínculo, permitindo considerar que boa parte destes continuam a trabalhar na informalidade. Registra-se também aqui, com mais ênfase, o movimento de mulheres em sentido a vínculos mais estáveis: 50% das representadas no fator 4 hoje são estatutárias, enquanto os homens declaram também vínculos pela CLT e contratos por prazo determinado em proporção maior que as mulheres.
Como se traduziria, em termos quantitativos, o tipo de conciliação de atividades predominante no fator 4? Primeiramente, os homens trabalham em média 11h por semana em afazeres domésticos e as mulheres apenas 6,5 horas. Na situação de casais biativos e levando em conta que as mulheres estão ocupando vínculos mais estáveis, provavelmente como professoras, inclusive de nível superior, reorientar os arranjos domésticos torna-se imprescindível. Comparar algumas atividades em relação ao sexo pode nos esclarecer o tipo de mudança que se efetiva. Em relação a cuidados com idosos nada muda; a tarefa continua a ser quase exclusivamente feminina. Entretanto, os homens estão colaborando também para cozinhar, lavar louças, lavar roupa, cuidar do jardim. Não se trata de uma inversão, mas um tipo de racionalização que parece decorrer de uma planejamento conjunto, já que as respostas indicam que a atuação masculina se dá ocupando as frequências intermediárias de realização dessas atividades. O Quadro 7 ilustra esse tipo de atuação, focalizando a atividade de arrumar a casa, uma das que compõem os afazeres domésticos.
A trajetória de Vanessa, 50 anos na época da entrevista e 30 anos de trabalho como musicista, duas filhas, docente em IES pública, é exemplar nesse aspecto da conciliação pelo próprio casal:

> Atualmente, além de eu trabalhar fora sou mãe, esposa, dona de casa, não sei se as pessoas que você tem entrevistado são assim. Tenho que levantar de manhã bem cedo, encaminhar filhas pra colégio. Como trabalho na universidade, quando dou aula saio, vou para o campus, volto pra casa e busco as filhas, vamos almoçar. Faço almoço ou compro comida, porque às vezes não dá tempo, encaminho novamente depois do almoço, levo a mais nova para a aula dela, aí vou estudar ou ensaiar, corrigir trabalhos, elaborar aula, os trabalhos na condição de docente. Busco minha filha de volta, a noite é variável também, às vezes tenho ensaios, rejo madrigal na minha igreja, toco na igreja, eu sou evangélica, canto num grupo de música popular "Fé Menina". É uma rotina que tem suas variações, mas é basicamente isso.

Vanessa considera que tem uma "jornada integral" e não apenas uma dupla jornada. Admite que, por vezes, há prejuízo da vida pessoal com a extensa jornada como musicista e docente, mas ressalta a colaboração se seu companheiro nos afazeres domésticos:

Quadro 7

Sexo por Atividade de arrumar a casa - Musicistas com alto escore no fator 5 - Brasil - 2014

			Informe a frequência de realização de cada uma das seguintes atividades domésticas em sua residência: [Arrumar a casa]				
			2. Baixa frequência (até três vezes por mês)[a]	3.Média frequência (até uma vez por semana)	4. Alta frequência (no mínimo duas vezes por semana)	5. Realizo cotidianamente	Total
Sexo	Feminino	Frequência	1	3	0	3	7
		% em Sexo	14,3%	42,9%	0,0%	42,9%	100,0%
	Masculino	Frequência	4	3	5	4	16
		% em Sexo	25,0%	18,8%	31,2%	25,0%	100,0%
Total		Frequência	5	6	5	7	23
		% em Sexo	21,7%	26,1%	21,7%	30,4%	100,0%

a. Fonte: construção do autor, com base em survey realizado

> Eu me considero uma pessoa abençoada, porque ainda por cima tenho um marido que me apoia, ele é um companheiro. Eu já estou com 25 anos de casada, ele vai no "Fé Menina", leva, assiste, critica, ele fica com as meninas em casa. A mais velha já está na faculdade e está quase formando, a caçula já fez 15 anos, então eu já estou numa outra etapa, as coisas já estão mais fáceis. À medida que os meninos crescem tem uma autonomia, mas sempre tive muito apoio, ajuda e compreensão.

O fator 5 também incorpora somente variáveis ligadas a arranjos de conciliação de afazeres domésticos, embora extensivos à comunidade. Além da ajuda de filhos e agregados/as, recorre-se à família extensa e a vizinhos e amigos. Existe uma correlação positiva, ainda que com baixa carga, com a existênciade outras ocupações exercidas além do trabalho musical. Constata-se, examinando os mais pontuados no fator 5, que 43,5% mantêm outra ocupação e que este fator mantém a proporção mais alta de homens (74%). Embora 30% desses/as musicistas obtenham rendimentos de 6 s.m. acima, a maioria dos rendimentos pelo trabalho musical representados no fator tem limite superior em 2 s.m. (43,4%). Trata-se de um grupo relativamente jovem, com idade média de 39 anos e mediana de 37 anos. Em relação às formas de contratação, a situação é similar à encontrada nos representados pelo fator 5, ou seja, experiência de trabalho por conta própria, sem carteira e até não remunerado como prevalecente na trajetória ocupacional. O vínculo atual preponderante é o de estatutário (21,7%) mas também ocorrem contratos via CLT por pessoa física ou jurídica, por tempo determinado e temporários, além de outros, embora todas essas formas superadas proporcionalmente pela declaração de que ignoram o tipo de vínculo (34,8%). Neste fator também as mulheres, proporcionalmente, atingem com maior frequência a condição de estatutárias.

O trabalho musical representado pelo fator 5 parece combinar, no que se refere à conciliação, elementos presentes nos fatores 3 e 4. Na "conciliação societária" os trabalhadores frequentemente têm outra ocupação e são *part-time*, o que ocorre, embora com menor intensidade, na "conciliação comunitária" representada pelo fator 5. No primeiro caso a relação entre o trabalho doméstico e o trabalho externo é mediada sobretudo por serviços sociais, prestados de forma pública ou privada, por meio de instituições externas, como creches e asilos. No segundo a solução é comunitária, via laços primários na família nuclear, extensa, avançando pela vizinhança e o bairro. Entretanto, nos casais representados no quartil superior dos escores do fator 5 há uma porcentagem maior de cônjuges que também são musicistas (21,7%) em relação ao que ocorre no fator 3 (8,7%). Assim, a rede de contatos que possibilita esse tipo de conciliação pode não ser apenas de parentesco ou afinidade, mas também constituir parte de uma "rede de cooperação", fundamental na organização e desenvolvimento do trabalho nos "mundos da arte" (Cf. Becker, 2010). Ainda assim, a estratégia parece similar à empregada na "conciliação interna", peculiar ao fator 4: os homens se encarregam mais dos afazeres domesticos (10 horas por semana) do que as mulheres (7h semanais) e ocorre uma ocupação mais equilibrada, no que concerne às tarefas "tipicamente" femininas, como cozinhar, lavar e arrumar, entre os dois sexos, embora em proporção menor do que na "interna".

Verifica-se, entre musicistas representados pelo fator da "conciliação comunitária" uma associação maior com a religião, sendo menor o número dos que se declararam "sem religião" (26% em relação a 38,5% na amostra considerada). Walter, músico com idade de 53 anos, que se dedicava à MPB nos anos 1980 e hoje, residindo em Goiânia, voltou-se ao gênero que denomina "música espiritual", alia a profissão de músico com atividades como designer gráfico e web designer. Embora Walter hoje resida sozinho, fica evidente, em sua trajetória, a importância da rede de cooperação artística mesclada com sua participação comunitária na igreja. O meio que possibilita essa comunicação é o das redes sociais, como o Facebook, já que o artista já não frequenta mais os bares e casas noturnas, locais de trabalho e encontro dos artistas de MPB com quem convivia no início da carreira em São Paulo:

> E o que a gente faz é o seguinte a gente, como eu diria nos temos rede social muito forte que é o *Facebook*, e a gente troca música um com outro, comenta e isso é muito comum, porque assim eu continuo vinculado a essas pessoas, apesar de no dia a dia não estar no ambiente deles. Eu hoje não vou pra bar, não é um ambiente em que eu consiga estar, mas hoje eu estou mais em praças, em congressos e muito ligado a questões das igrejas.

4. Observações finais

A análise exploratória aqui desenvolvida destacou o deslocamento ocupacional no trabalho de musicistas no Brasil, em perspectiva mais sincrônica do que longitudinal. Discutiu-se algumas características distintivas do trabalho musical, como a relativa isonomia de gênero nos rendimentos e até o *gap* invertido, com valores mais altos de rendimentos para mulheres, buscando compreendê-las. Outro ponto analisado foi a relação entre o trabalho reprodutivo, em âmbito doméstico, e o trabalho musical, mas com permanência de diversas atividades no espaço domiciliar.

A análise fatorial exploratória com base em variáveis relacionadas ao trabalho doméstico e ao trabalho musical identificou cinco fatores: arranjo tradicional de delegação, trabalho musical competitivo, arranjo de conciliação societária, conciliação interna, conciliação comunitária. Constatou-se que o tipo de delegação tradicional, com emprego doméstico não é explicável somente pela relação entre o trabalho reprodutivo e o produtivo, com a tradicional desvalorização ou subalternização do primeiro, mas por uma construção de gênero que acaba destinando as mulheres, que são ainda minoritárias na ocupação, às atividades de ensino em nível superior e à colocação em formações estáveis, geralmente com rendimentos mais altos e formas de contratação menos flexibilizadas. Há também um tipo de trajetória ocupacional competitiva, que requer estudo, treinamento e prática musical cotidiana, tendo no horizonte a projeção artística individual e o ingresso, via concurso, em corpos orquestrais relativamente estáveis ou instiuições de ensino superior. Neste caso o problema da conciliação é negligenciado, a não ser em sentido contrafactual, no que se refere à terceirização do cuidado de idosos em instituições asilares.

As estratégias de conciliação envolvendo o trabalho musical no Brasil, refletem, considerando a análise realizada e o tratamento da problemática na literatura internacional , a distinção entre orientar-se por uma assistência disponibilizada pelo mercado de serviços, pelo Estado ou por arranjos familiares, vistas como tipo ideais, já que na realidade há interpenetração dessas práticas conciliatórias. Entretanto, o panorama atual, se considerado a partir dos fatores extraídos, revela um descompasso em relação à experiência e à teorização em países com políticas públicas mais consolidadas de conciliação entre família e trabalho. Não houve a combinação, num mesmo fator, de práticas conciliatórias internas ou comunitárias e recurso a instituições societárias de serviços sociais. Revela-se improvável, também, a combinação de uma orientação laboral e identitária para o sucesso e a distinção artística e as formas de conciliação internas ou comunitárias, respaldadas, como exemplo, por benefícios ou abonos para famílias jovens que têm filhos, como ocorre em outros países. No entanto, de forma geral, ainda permanece no horizonte um enfoque coletivo ou sociológico da conciliação família-trabalho, concebida como uma responsabilidade social e efetuada como ação articulada do "conjunto de atores sociais

para assegurar uma melhor harmonização das responsabilidades familiares e profissionais" (Descarrieres, Corbeil, 2005, p. 63). Finalmente, as estratégias de conciliação internas ou comunitárias , bem como o recente deslocamento ocupacional e identitário de musicistas requer uma crítica ao modelo de família tradicional (homem "provedor" e mulher "reprodutora", com trabalho na esfera pública ao homem e hegemonia dos afazeres domésticos às mulheres) e se valorize uma sociedade biativa, em que homens e mulheres tenham condições de trabalhar na esfera pública (Cf. Méda, 2002).

Referências

ARRUDA, Cármen L R 2012). *Arte, trabalho e profissão docente contradições nas relações de trabalho dos artistas na universidade pública*. Tese de Doutoramento, IFCH, Unicamp (SP).

BECKER, Howard (2008 [1963]). "Carreiras de um grupo social desviante: o músico de casa noturna". In: *Outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 111-127.

BECKER, Howard (2010). _____. *Mundos da arte*. Lisboa: Livros Horizonte.

BENNETT, Dawn (2008). *Understanding the Classical Music Profession*. Aldershot: Ashgate.

BRUSCHINI, Cristina (2006). "Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado*?"*. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 23 (2), pp. 331-353.

BRUSCHINI, Maria Cristina A.; RICOLDI, Arlene Martinez (2009). "Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda". *Cadernos de Pesquisa* 39 (136), pp.93-123.

DEDECCA, C. S. (2004). "Tempo, trabalho e gênero". In: BEZERRA, M. E. L. et alii (Orgs.). *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho.* São Paulo: CUT Brasil, pp. 21-52.

DECARRIES, Francine; CORBEIL, Christine. « L´articulation famille-travail:une problématique em voie de s'imposer ». In: TREMBLAY, Diane-Gabrielle. *De la conciliation emploi-famille.* Quebec: Université de Québec, pp. 61-68.

FIELD, Andy (2009). *Discovering statistics using SPSS*. 3ed. Thousand Oaks: Sage.

FLICK, Uwe (2004). "Codificação e categorização". In: _____. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, pp. 188-207.

FREIDSON, Eliot (1986). « Les professions artistiques comme défi à l'analyse sociologique ». *Revue de sociologie française*, 27 (3), pp. 431 – 443.

JOUVENET, Morgan (2007). « La carrière des artistes et les transformations de la production musicale». *Sociologie du Travail*, 49, pp.145-161.

MÉDA, Dominique (2002). *El tiempo de las mujeres:* conciliación entre vida familiar y profesional de hombres y mujeres. Madrid: Narcea.

MENGER, Pierre-Michel (2001 [1983]). *Le paradoxe du musicien*. Le compositeur, le melomane et l'État dans la societé contemporaine. Paris: Harmattan.

NUNES, Jordão H. (2010). "As transformações na divisão sexual do trabalho e os novos arranjos de gênero domésticos". In: NUNES, J.H.; FREITAS, R.A. (Orgs.). *Trabalho e gênero*. Goiânia: PUC-GO.

NUNES, Jordão Horta; MELLO, Matheus Guimarães (2012). "Socialização e identidade: o trabalho em serviços musicais". In: MELLO, Luiz et al. *Questões de sociologia*. pp. 97-128.

_____ (2014). "Trabalho musical e gênero: identidade e arranjos domésticos". In: GONÇALVES, E. at al. *Iguais?* Gênero, trabalho e lutas sociais. Goiânia: PUC-G, pp. 357-388.

PICHONERI, Dilma Fabri Marão (2011). *Relações de trabalho em música*: o contraponto da harmonia. Tese de doutoramento, Unicamp (SP).

SEGNINI, Liliana (2009). "Políticas públicas e mercado de trabalho no campo da cultura". In: LEITE, M. ARAUJO, A.M.C.. (Org.*). O trabalho reconfigurado*. São Paulo: Annablume, pp. 95-122.

TABACHNICK, Barbara G.; FIDELL, Linda S (2007). *Using Multivariate Statistics*. 5ed. Boston: Pearson.

TREMBLAY, Diane-Gabrielle (2005). *De la conciliation emploi-famille*: a une politique des temps sociaux. Quebec. Université de Québec.

YÚDICE, George (2005). *A conveniência da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Work Hard, Party Harder: O Trabalho dos DJs no Lazer Noturno de São Paulo

Marcos Roberto Mariano Pina
pinaroberto@uol.com.br

Resumo: A análise sobre as mudanças nas relações de trabalho contemporâneas pode ter fôlego renovado no estudo das ocupações não tradicionais, sobretudo aquelas relacionadas aos meios artístico-musicais, normalmente distanciados das representações sobre o trabalho. Pode-se encontrar nelas uma aproximação ao modelo flexível pós-reestruturação produtiva, e rediscutir alguns dos conceitos mais recorrentes de sua análise, como a subordinação, a autonomia, a formalidade e a informalidade. Nesta perspectiva analisamos o trabalho dos DJs do lazer noturno paulistano, os indivíduos responsáveis pela manipulação e criação das músicas que são ofertadas nas festas que compõem este mercado desregulamentado. O presente artigo congrega alguns resultados parciais da pesquisa de doutorado ainda em andamento, onde observamos as variações da atividade em relação aos tipos de contratação, prestação e de construção das suas identidades como trabalhadores. Analisamos o papel das redes sociais no seu ingresso e manutenção na atividade, bem como os tipos de identificação possíveis, a partir dos limites entre a criação artística independente e a prestação subordinada, ou seja, entre as figuras do trabalhador e do músico autônomo. A metodologia utilizada foi qualitativa, valendo-se de entrevistas semiestruturadas e de visitas nas apresentações que os DJs realizam, em seus diferentes estilos musicais.

Palavras-Chave: DJs, Trabalho Artístico, Redes Sociais, Empreendedorismo, Lazer Noturno

1. Introdução

Este artigo pretende discutir as especificidades dos percursos ocupacionais dos DJs da cidade de São Paulo, atores protagonistas no desenvolvimento do chamado mercado do lazer noturno, um espaço desregulamentado onde são comercializadas as festas que servem de palco para as suas apresentações musicais. Verificaremos quais os marcos regulatórios atuantes nesta atividade e quais são os critérios determinantes no processo reflexivo e multiforme de construção das suas identidades como trabalhadores. Problematizaremos também a importância que a manutenção de qualidades do empreendedorismo cultural tem para a sua empregabilidade, tais como a polivalência, a autonomia, o dinamismo, a inventividade e abertura à mudança; ilustrando a articulação intrínseca desta ocupação com o contexto da flexibilização ocorrida posteriormente à reestruturação produtiva. Os Disc Jockeys, comumente conhecidos pelo acrônimo de DJs, são os artistas responsáveis pela criação musical inovadora ou pela manipulação das faixas existentes, sobretudo, através de processos eletrônicos de intervenção, como aceleração, mixagem, desaceleração, colagens e ecos (Contador & Ferreira, 1997: 30). Os resultados de seus esforços são apresentados nas festas, que compõem as agendas semanais dos clubes de entretenimento. As possibilidades de engajamento variam entre as categorias dos DJs residentes e dos DJs independentes, aqueles que transitam entre as oportunidades de apresentação que conseguem encontrar. A variabilidade das suas performances também depende dos estilos musicais com os quais decidem se identificar, diferenciando os seus públicos, os espaços das apresentações, os materiais e as técnicas de trabalho. Os custos iniciais de compra de músicas e aparelhos em geral recaem sobre os próprios DJs.

Permanece uma característica de instabilidade e intermitência, pois seu trabalho se articula partir de projetos de curta duração, quase sempre semanais, apontando para a necessidade de manutenção de uma fonte alternativa de renda fixa, principalmente para os ingressantes que ainda não dispõem de reconhecimento no mercado. Esta condição de ausência de garantias amplas não favorece a construção de um planejamento de vida em longo prazo ou previsibilidade de futuro baseados em trajetórias artísticas no lazer noturno, antes, demanda uma busca por adaptação e aprimoramento constante, uma reciclagem ininterrupta de saberes e práticas, demonstrando que o fator imprescindível é a capacidade de atualização. O que não quer dizer que a atividade não forneça satisfação pessoal ou sentimentos de plenitude profissional, porém tornam mais dramáticos os resultados de seus esforços.

OS DJs compõem um modelo ocupacional essencialmente relacional no qual as chances do sucesso variam conforme a facilidade com a qual transitam entre as inúmeras de redes sociais do mercado. É assim que encontram os futuros contratantes, clientes potenciais, colaboradores diretos e fornecedores de confiança. O acesso livre às informações privilegiadas é fundamental no levantamento dos locais de apresentação ou das tendências e expectativas dos frequentadores, observando que inexistem expedientes de divulgação fixa das oportunidades de apresentações. Elas são publicizadas na interação cotidiana e nos relacionamentos pessoais com os indivíduos que integram as redes do lazer noturno de São Paulo. Este processo de instrumentalização do capital social resulta em grau de envolvimento subjetivo maior, engendrando-se sentimentos de reciprocidade e confiança que não podem ser ignorados (Lima & Conserva, 2006: 93).

O setor da prestação de serviços é diferenciado pelo fato de promover o contato direto entre os prestadores e os consumidores finais, que podem exercer influência maior na execução das suas funções ou aplicar sanções, que variam desde uma pressão informal até a recusa do serviço, consequentemente, resultando na criação, por parte dos trabalhadores, de estratégias que visam eliminar esta interferência externa (Becker, 2009: 91). Para os DJs a dificuldade reside na necessidade de lidar de maneira sensível com as imposições dos contratantes e dos seus públicos recorrentes e ainda manter a sua individualidade artística, equilibrando os seus padrões estéticos pessoais com todas as demandas do mercado, não se submetendo de forma absoluta a nenhuma das duas situações, antes, encontrando um meio termo que não comprometa a sua imagem como artista ou a sua posição nas redes.

Tomamos como referência inicial a explicação de Coleman (1990) a respeito das prescrições estabelecidas em decorrência do nível de proximidade entre os indivíduos componentes das redes. Esta intimidade relacional, chamada de *closure*, garante que sejam observadas certas normas internas ao ambiente social, visando à manutenção da positividade das suas imagens junto aos colegas e colaboradores, para garantir os fluxos de recursos informacionais, ou em alguns casos, também materiais. Faz-se necessário, assim, indagar qual é o real grau de autonomia e independência característico destas atividades, haja vista que suas regulações componentes não aparecem no espectro dos códigos de conduta institucionalizados, antes, elas são negociadas circunstancialmente, conforme os contextos de atuação, pulverizadas entre as diferentes demandas informais dos seus contatos.

Pensamos também sobre algumas das constrições subjetivas às quais os DJs estão submetidos cotidianamente, na medida em que têm de se adequarem aos signos representativos do mercado do lazer noturno, como a alegria, a receptividade e a simpatia, independentemente dos seus sentimentos naquele momento. Assemelha-se ao que Hochschild (2003) chamou de trabalho das emoções, ou seja, o esforço realizado a fim de adequar os quadros emocionais individuais às necessidades dos seus empregos, procurando preencher o vácuo existente entre as suas subjetividades e aquilo o que fora convencionado enquanto padrão comportamental ideal. Demandam-se cada vez mais atributos pessoais no aprimoramento e na facilitação de suas tarefas, instrumentalizando todos os saberes e práticas culturais, embaçando os limites antes claros entre o trabalho e a vida privada.

Voltar um interesse analítico sobre estas ocupações não tradicionais nos permite polemizar com algumas das explicações e concepções comuns relativas aos processos de flexibilização. O trabalho de criação ou intervenção musical articula características peculiares, associadas às expectativas simbólicas dos grupos consumidores deste tipo entretenimento, notadamente, uma juventude de classe média que valoriza o contexto da individualização e da fragmentação das oportunidades de emprego, como uma janela de abertura para as suas manifestações criativas e para o seu desenvolvimento pessoal. Aquilo o que antes era visto como situação de precariedade é resignificado enquanto espaço virtuoso da ação livre e inventiva do empreendedorismo; pautada por modos imprecisos de contratação, onde se embaralham as identidades limítrofes do artista, do empresário e do prestador subordinado.

2. O Trabalho dos DJs de São Paulo

Os DJs contemporâneos podem ser vistos como os herdeiros naturais dos antigos discotecários, indivíduos responsáveis pela seleção das trilhas sonoras que animavam os bailes dos grandes centros urbanos durante a década de 1950 (Assef, 2003: 23). Eles se diferenciam pelas possibilidades de criação de músicas próprias e de intervenções em músicas alheias, cujos direitos são adquiridos para serem modificadas e posteriormente reapresentadas. Existem vários níveis de atuação conforme os estilos com os quais os DJs se associam, pois as exigências dos públicos variam em relação às performances e técnicas a serem utilizadas. Os espaços

destinados à realização das suas atividades também se deslocaram com o passar do tempo, migrando das ruas e das manifestações culturais ao ar livre, que eram majoritárias na década de 1970, para dentro dos clubes e discotecas particulares (Contador & Ferreira, 1997: 36).

Passaram da condição de selecionadores das faixas acústicas para a condição de manipuladores e agentes de produção sonora, subvencionados em aparatos técnicos que lhes permitiram produzir os efeitos e alterações que desejassem. Os discos já não eram mais apenas escutados, mas sim efetivamente tocados, operando uma desconstrução das músicas gravadas, agora recriadas e transformadas a partir da sua reutilização (Pires, 2001: 91). A matéria bruta de seu trabalho consiste basicamente em todas as músicas e sons existentes, sobre os quais podem executar as suas inovações, recortando trechos variados, sobrepondo-os em outras faixas; modificando os tempos e os ritmos para encontrarem resultados mais condizentes às suas estéticas pessoais; tocando os discos ao contrário, através dos impulsos manuais, para criar padrões de repetição de tempo e contratempo, resultando em novos fundos musicais (Contador & Ferreira, 1997: 30).

Os DJs que estão ingressando no mercado em muitos casos não conseguem focar exclusivamente na ocupação, pois têm necessidade de fontes alternativas de renda, uma vez que não possuem um reconhecimento artístico consolidado ou público fiel. Quando decidem trabalhar como residentes exclusivos em algum clube acabam limitando o seu horizonte de projetos e lucratividade, ainda assim, não significa garantia de contratação formal ou de uma maior estabilidade. Além de arcarem com todos os gastos imateriais e subjetivos do trabalho emocional e da mobilização do capital social para divulgarem as suas criações, também se responsabilizam pelas compras dos equipamentos eletrônicos, dos direitos autorais das músicas e dos acessórios imprescindíveis às apresentações. O reconhecimento institucional é recente, pois a atividade foi incorporada à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) no ano de 2013[1].

O trabalho é multifacetado quanto às formas de ingresso e manifestação, ligado com recortes de classe, geração e especificidades dos processos locais de sociabilidade, perpassando desde as oportunidades de apresentação nas festas pagantes nos clubes dos bairros nobres da cidade até as festas abertas nos bairros de periferia. A atenção dos DJs tem que se localizar no resguardo de uma imagem mais ou menos neutra e transmutável, que não tenha nenhum rótulo definitivo e limitador da sua liberdade de atuação artística. O elemento que deve perdurar nas trajetórias é uma capacidade de reinvenção constante, pois partilham dos critérios flexíveis da cultura contemporânea do trabalho, nos quais a falta do movimento é encarada como um fracasso prévio. Sennett (2010) nos mostra que em muitos casos a estabilidade equivale a ficar fora do jogo, onde os destinos importam menos do que o ato dinâmico de partir.

O risco é naturalizado como fator orgânico deste mercado, reinterpretado como engrenagem motor da inovação e contrabalanceado com os discursos da independência e da autonomia empreendedora. A instabilidade é administrada de maneira positiva para que possam moldar as suas biografias ocupacionais através destes projetos temporários, aparecendo subentendida como condição algo funcional à ampliação do número de suas apresentações. Neste contexto de engajamento pontual as possibilidades de remuneração se tornam dependentes da capacidade de trânsito nas redes e de organização de novas articulações interpessoais. No ensejo destas transformações em curso a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso econômico recai exclusivamente sobre a figura do trabalhador (Bauman, 2001: 14), conforme entram em declínio os padrões antes inflexíveis das orientações coletivas das condutas ocupacionais.

> Sinceramente é muito difícil descrever em palavras alguns sentimentos tão fortes quanto os que a minha profissão proporciona. É inexplicável e único. Estar do outro lado de uma balada, do lado quem comanda a noite, que decide o que as pessoas vão ouvir, é simplesmente indescritível. Eu arriscaria dizer que o que eu sinto quanto a ser um DJ profissional é uma mistura maluca de amor e paixão. Amor porque é algo que nunca sai, nunca some, e paixão porque ela te revigora. Cada música diferente, cada som inusitado que você acha, cada gravadora nova que você descobre, cada tendência que aparece, enfim, cada uma dessas coisas te motiva e joga a sua adrenalina pra cima. O frio na barriga de chegar a um clube lotado e ver que as pessoas estão esperando você entrar é muito engraçado. O nervoso é o que dá a graça. Mas lembrando, digo nervoso, não insegurança. Insegurança é quando não se está preparado, e se preparar para uma noite não é tão simples quanto parece.

1 Atualização da CBO de 31/01/2013 inclusão número de referência 3741-45 DJ (*Disc Jockey*).

> Você senta, procura, estuda, pensa, imagina, desiste, retoma para chegar na hora e surpreender até a si mesmo, com coisas que surgem no momento e você nem havia pensado em fazer. Aí entra algo fantástico: Arriscar! É muito imprevisível, mas ao mesmo tempo indescritível a vibe de colocar um som que faz a pista tremer, levantar a mão. Ser DJ é de longe a melhor coisa da minha vida, eu não conseguiria abandonar (DJ Rodrigues, 2013).

Somando-se à aceitação tácita e à positivação da insegurança, também partilham do dilema entre uma submissão às demandas do mercado, das exigências pontuais dos contratantes, e uma liberdade de produção musical, cristalizada na diferenciação interna entre os DJs que sedem ou não às pressões comerciais. Normalmente as chances de uma remuneração ampliada e reconhecimento público vêm atrelados aos valores vendáveis convencionais, ou seja, tocar aquilo o que está na moda, os sons mais solicitados pelos frequentadores das festas. Neste meio artístico-musical quando se escolhe subvencionar as necessidades dos expectadores ao invés das normas inovadoras do grupo, sacrifica-se algum nível do respeito dos colegas músicos, pois corresponde a um de afastamento dos princípios do dom artístico intransferível e do talento individual, ambas qualidades não podem ser ensinadas e inatas (Becker, 2009: 101).

Uma maneira de contornar esta situação dicotômica reside na adoção do critério artesanal na criação e manipulação das músicas, ignorando os estilos com os quais está lidando, preocupando-se somente com uma demonstração da sua excelência técnica no processo de reproduzi-los, o que lhe bastaria como senso de orgulho e satisfação pessoal (Becker, 2009: 122). Os DJs ainda devem observar uma performance dinâmica junto ao público frequentador, sustentando a atmosfera vibrante e veloz do lazer noturno, sendo cobrados pela inovação nestas funções, contribuindo no aprimoramento dos estilos bem como da interatividade da festa. A situação mais vantajosa é aquela onde se faz possível ponderar as pressões externas e internas, não se restringindo ao dado exclusivamente comercial ou ao dado exclusivamente inventivo, mantendo uma relação amigável com os dois lados da equação, sem comprometer seu capital social.

> Cara, hoje em dia o próprio nome DJ, em minha opinião, está morrendo. Está se resumindo só aquele sujeito que é contratado da balada, ao DJ residente. O que acontece? O DJ que não produzir, que não fizer as suas próprias músicas, os seus remixes, que não for um cara diferenciado, provavelmente não vai para frente. Hoje em dia qualquer um pega as músicas prontas e toca. É isso que eu estou te falando. Se o sujeito tiver um feeling, se conseguir produzir alguma coisa nova; pode até não ser o top no Brasil, mas se ele tiver alguma coisa diferente para mostrar, vai conseguir permanecer no mercado. Como acontece em qualquer profissão, você tem que se diferenciar dos demais. A maioria dos DJs não sabe nem porque toca. É mais pelo ego, para entrar de graça na balada, para pegar mulher. Você tem vários segmentos dentro do mundo DJ. No nosso segmento poucos entram e geralmente não se seguram. Porque a maioria é playboy que quer virar DJ, Promoter que quer virar DJ, Big Brother que quer virar DJ etc. Eu já me encaixo na parte mais artística, entendeu? Meu trabalho é a diversão. Eu vou para balada para tocar, mas como se eu estivesse indo para curtir. Na maioria delas eu bebo e me divirto como um convidado da festa. Eu converso com as pessoas que eu conheço e paquero as mulheres. Mas eu desligo disso tudo na hora que eu tenho que entrar na cabine. Eu acho que esse é um dos verdadeiros propósitos do negócio (DJ Caio, 2014).

Existe um recorte etário significativo na atividade, cujos quadros se compõem de jovens recém-formados nas universidades, que enxergam neste mercado oportunidades mais promissoras de satisfação pessoal em relação às carreiras tradicionais, que não lhes permitia vislumbrar horizontes estendidos de abertura criativa e reconhecimento social. A condição da juventude é encarada enquanto justificativa para esta aceitação da falta de coesão e regulamentação, demonstrando uma suposta falta de prudência associada às suas idades; expressos na disposição em tomar parte na aventura dos projetos fugazes e temporários, resignificando as consequências negativas em oposição à abertura que este trabalho artístico lhes proporciona, para controlarem as próprias agendas, os tempos e as especificidades de sua atividade.

Os aprendizados e os contatos estabelecidos nos seus percursos educacionais são instrumentalizados nas suas funções, utilizando-se das redes relacionais criadas nestes espaços para realizarem a divulgação preliminar de suas apresentações e firmarem as listas iniciais de público. Os conhecimentos de suas outras áreas de formação são todos realocados criação e inovação musical, facilitando as novas estratégias de marketing e propaganda, ou mesmo agregando um valor simbólico diferenciado às suas imagens enquanto DJs qualificados. Quando desempenharam atividades anteriores também conseguem valorizar suas posições no lazer noturno, elencando saberes de experiências ocupacionais válidas. O uso das ferramentas conceituais e metodológicas, inicialmente projetadas para orientar uma função específica, em práticas diferenciadas, caracteriza a chamada mudança de domínio (Sennett, 2012: 146).

Estes jovens trabalhadores escolhem empregar as suas competências na criação de projetos promissores, que possam despontar como mercadorias de sucesso e angariar números cada vez maiores de frequentadores e patrocinadores, pois as festas capazes de aumentar seu renome acabam atraindo também oportunidades de parceria com empresas que querem divulgar as suas marcas para este público. São projetos identificados com os atributos mais palatáveis para o desenvolvimento pessoal e da liberdade criativa, bem como sempre antenados às modas e expectativas dos seus grupos sociais de origem, lhes proporcionando uma sensação de autonomia e realização subjetiva, mesmo dentro desta situação de insegurança e provisoriedade. Neste tipo de emprego de empreendedorismo cultural esta abertura para tomada de decisões próprias supera em algum nível o defeito da informalidade e da imprevisibilidade (Leadbeater & Oakley, 1999: 22).

Em seus discursos comuns se evidencia um verdadeiro descontentamento com as possibilidades clássicas de constituição das carreiras, classificadas enquanto limitadoras da criatividade. A ideia do projeto autônomo lhes parece mais motivadora e responsiva, conforme os prazos encurtados que têm em mente; configura uma nova experimentação profissional esteticamente valorizada pelos seus colegas, descolada da maior parte das instituições deixadas pelas gerações anteriores. Interpretar estas novas iniciativas apenas como formas de resistências ao trabalho produtivo tradicional, como um avanço sobre os espaços deixados de lado pelo comércio tradicional, diminui a riqueza explicativa desta conjuntura, pois se encobrem as relações de colaboração e transmissão de saberes que tomam corpo na interação cotidiana destes jovens, expressas nos seus relatos, crônicas e vídeos (Cancline, 2012: 20).

Quadro 1 – Informações básicas sobre os djs entrevistados

Nome	Idade	Estado Civil	Naturalidade	Escolaridade	Ocupação Anterior	Ocupação Concomitante	Estilo Musical	Vínculo com Clubes
Natham	26	União Estável	São Paulo SP	Superior Completo	Chefe de Cozinha	Produtor Musical	Eletronic Body Music	Residente Mensal
Rodrigues	25	Solteiro	São Caetano do Sul SP	Superior Completo	Estudante	Publicitário	Tech House	Residente Mensal
Felipe	26	Solteiro	São Paulo SP	Médio Completo	Produtor de Eventos	Não Possui	Variado	Não Possui
Caio	39	Solteiro	São Paulo SP	Superior Incompleto	Produtor Musical	Não Possui	Variado	Não Possui
Bruno	30	Solteiro	Caraguatatuba SP	Superior Completo	Produtor Musical	Não Possui	House Comercial	Não Possui

Fonte: o autor (2014)

3. O papel das redes relacionais no trabalho dos DJs

A característica da descontinuidade que faz parte destes percursos ocupacionais da criação de músicas nos parece ilustrativa das demandas do trabalho flexível, que como mostra Sennett (2010) difere do modelo tradicional da ética do trabalho, assentada sobre o discurso da prática autodisciplinada, do uso planejado do tempo e do adiamento de satisfações pessoais em favor das obrigações produtivas. Estes prazos e expectativas são encurtados, permitindo uma rotatividade ampliada entre as várias oportunidades que aparecem semanalmente. A medida para seu sucesso pessoal também tem menor alcance, ancorada no êxito simbólico de sua apresentação e na possibilidade de reconhecimento diferenciado dentro das redes. Não dialogam com noções recorrentes de carreiras duradouras, optando pela iniciativa desimpedida de negociação permanente dos seus projetos e das suas habilidades.

Ao invés de uma delegação vertical de responsabilidades e cobrança agendada de resultados, firmam-se relações de parceria informal e de acordos verbais, seja quando lidam com contratantes e donos de clubes, seja quando lidam com colaboradores diretos e clientes. As justificativas da aquisição dos seus serviços tangenciam a pessoalidade e a amizade, assumindo também uma posição de liderança criativa enquanto categoria mais eficaz de conduta no circuito das festas de São Paulo. Todos os envolvidos partilham do retorno material e imaterial do resultado da sua apresentação musical e guardam algum nível de identificação com o empreendimento. Como privilegiam a interatividade têm um controle limitado sobre as tarefas que realizam, tornando fragmentadas suas próprias experiências de confiança, pois a intermitência pressupõe a construção de um saber-ser volátil e predisposto à reformatação.

As consequências da necessidade de mobilização das redes e instrumentalização do capital social não se esgotam nestas narrativas descentradas e flexíveis, antes, levam ao limite da autonomia prevista. Mesmo que estas atividades assinalem a predominância da prerrogativa individual, desponta um elemento de coletividade e interdependência na construção das listas de contatos que utilizam para ingressar e sobreviver neste mercado desregulamentado. Estabelecem-se outros mecanismos de cobrança, agora associados ao risco simbólico da perda do seu prestigio social e da sua mobilidade entre os grupos de consumidores, caso não consigam corresponder às expectativas da reciprocidade que se estabelecem ou caso não justifiquem esta confiança depositada, culminando na expulsão dos contextos de troca de informações privilegiadas, consequentemente, diminuindo as suas possibilidades de apresentações.

Pensamos aqui o conceito de capital social enquanto elemento articulador destas constrições informais, cuja funcionalidade reside no aspecto de utilidade que alguns dos atributos da estrutura social possuem para os atores individuais durante suas atividades normais. Estas obrigações advindas das ações perpetradas em redes exemplificam uma manifestação do emaranhado de trocas de créditos e favores corriqueiros que deverão ser restituídos no tempo devido pelos tomadores. O pagamento regular é fundamental para que sejam partilhados nestes espaços os sentimentos de segurança e responsividade mútua entre os envolvidos, permitindo que trabalhem com naturalidade e desenvoltura. O nível de intimidade e de fechamento destes círculos de relações é que vai determinar em última instância como devem ser os mecanismos através dos quais ocorrerão estes empréstimos (Coleman, 1990: 300).

Os favores mais valiosos são aqueles que envolvem serviço ou tempo dispendido pelo concessor, que em muitos casos se transformam em verdadeiras apólices de seguro, pois se há possibilidades da obrigação não ser paga, estes benefícios só têm sentido caso esperem receber uma compensação mais valiosa ainda na transação, justificando o risco que assumiram (Coleman, 1990: 309). A troca de informações é suficiente para que DJs atuem e negociem diretamente nos sistemas interpessoais, tendo em vista a diminuição dos custos para obtenção de convites para apresentações. Esta presciência permite que possam antecipar algumas preferências de contratantes e escolher estrategicamente quais os espaços mais vantajosos de engajamento, evitando prejuízos e problemas que afetem as suas imagens junto aos seus grupos sociais de origem.

Além da busca por estabelecimento destes contatos, a sua manutenção no tempo de maneira positiva também deve ser objeto de esforços, para que continuem abertos os canais comunicacionais. Os diálogos com colaboradores e colegas não devem terminar de maneira abrupta ou negativa, resguardando uma possibilidade tácita de reatamento e reaproximação quando conveniente. Caso as relações de parceria sejam encerradas, as partes envolvidas têm de deixar a melhor impressão possível, para que exista divulgação favorável dos serviços prestados e para que se reafirmem a seriedade e honestidade das suas intenções. Por esta razão existe uma preocupação inicial em proteger a sua fluência de trânsito nas redes, tomando medidas para que nada seja vinculado às suas imagens de maneira definitiva, para que não sejam rotulados enquanto pertencentes exclusivamente a um ambiente ou grupo.

É preciso dar vazão às demandas e modas que estão em evidência, atraindo estes públicos representativos inseridos em recortes de classe e geração específicos, para que sejam criadas identidades mais ou menos partilhadas das suas apresentações, capazes de atrair clientes com condutas comuns de vocabulário, vestiário, atitudes e, sobretudo, consumo simbólico. O ponto central na administração destes relacionamentos é a informalidade, que é resignificada enquanto condição funcional às necessidades deste mercado, uma vez que os contatos que articulam normalmente não se institucionalizam, antes, mantém uma característica de pessoalidade e intimidade fundamentais, que lhes assegura maior efetividade de comunicação e maiores possibilidades de tomada de favores informais.

Os DJs se valem das suas redes pessoais para levantamento das oportunidades de apresentação, desta maneira, têm mais importância os contatos com outros DJs e com contratantes conhecidos da cidade. São processos que Becker (2009) já vislumbrava nas suas análises do trabalho dos músicos de casa noturna em Chicago, que criavam «panelas» informais e interconectadas de distribuição e circulação de informações sobre novos espaços para tocar. Existe uma dependência da indicação de outros DJs já consolidados, pois não se iniciam na carreira dispondo de público cativo, e dificilmente um DJ desconhecido terá um convite de trabalho, caso não exista alguma garantia relacional, ou seja, sem que um terceiro se responsabilize por ele ou ateste seu talento individual, justificando a tomada de risco pelo contratante. Podem ofertar mais garantias de comprometimento conforme o número de amigos e conhecidos que tenham.

Esta característica também engendra o grau de dedicação maior na demonstração do seu conhecimento técnico de produção musical e performático de apresentação junto ao público, uma vez que têm de corresponder ao investimento de confiança empregado, considerando-se que não é apenas a sua reputação que é colocada a prova, mas também a dos seus colegas que o ajudaram. É desta maneira que se estabelece a conformação difusa de seu trabalho através do nível de proximidade existente entre os integrantes do contexto da interação, limitando a potencialidade autônoma através de determinantes de responsividade aos favores e créditos recebidos. Pode-se perceber que um dos custos da segurança informal fornecida pela ação em redes é o enquadramento da independência do DJ às recomendações recebidas daqueles estabelecidos que auxiliaram em momentos mais instáveis da sua trajetória artística.

> Meus contatos me ajudaram um pouco no começo de tudo. Uma amiga me botou pra tocar em um hotel no inicio da carreira. Depois disto começaram a surgir os convites para eu tocar em vários outros lugares, e eu fui aceitando todos. Não ganhava porcaria nenhuma. Teve um cara que pagava a gente com convites da festa dele. Eu tinha que sair correndo vendendo os convites para ganhar algum dinheiro na noite. Mas hoje em dia o relacionamento que eu tenho não é mais com essas pessoas que me contratam lá no começo. As pessoas estão me contratando hoje em dia pela minha lista de contatos, pelo meu networking, entendeu? Tem gente que só me chama porque fica sabendo que eu faço um monte de festa aqui em São Paulo. Eu estou sentido isso, que também ganhei muito público por causa do renome que vou ganhando. É o famoso puxa-saquismo entendeu? Olham os grupos que eu ando e os lugares que eu tenho frequentado, e a partir dai é que começam a falar de mim e a ter interesse no meu trabalho. Geralmente, não é nem muito pelo que você toca, e mais pela sua influência. Já tive vários casos onde as pessoas conheciam muito bem o meu som, o meu trabalho, e mesmo assim nunca tinham me chamado para nada, de repente, depois que ficam sabendo do meu renome, dos lugares onde eu tenho tocado e das pessoas com quem eu tenho andado, decidiram me convidar para tocar (DJ Caio, 2014).

Como nos mostra Castells (2003) o desenvolvimento das plataformas virtuais de comunicação no contexto da internet multiplicou exponencialmente as possibilidades de exposição à informação. Os DJs se valem destas novas mídias sociais como as ferramentas ideais de facilitação da divulgação de seu trabalho, assim como de busca de novos contatos, poupando tempo e diminuindo distâncias na interação com compradores e colaboradores. Favorece-se a manutenção de laços que de outra maneira poderiam ser rompidos, agora dentro da égide das comunidades digitais de interesse, que constituem espacialidades dinâmicas de debate sobre o saber-ser cotidiano dos DJs e de troca de conhecimentos. São plataformas que permitem também

atualização em tempo real de lançamentos e novidades dos estilos musicais com os quais trabalham, advindos das diferentes partes do mundo.
A partir destas ferramentas podem se inteirar das demandas mais atuais relativas às musicas comercializadas, melhores oportunidades de apresentação, novas técnicas de mixagem. De acordo com Lévy (2002) todo tipo de rede de indivíduos que partilham dos mesmos interesses e preferências se torna um mecanismo de busca mais eficiente do que aqueles propostos pelas intermediações culturais tradicionais. São fóruns e comunidades temáticas virtuais onde se publicitam técnicas, onde se negociam serviços, onde se conhecem as impressões que o público teve sobre as suas apresentações, através do acompanhamento dos comentários que foram deixados nas páginas e fóruns. Esta responsividade, muitas vezes anônima, tem grande impacto na busca do aprimoramento profissional e na adequação às expectativas mais recorrentes dos públicos, limitando a sua autonomia criativa não explicitamente.
Conforme impulsionam a mobilidade entre redes diversificadas também acabam exigindo maior atenção às inovações, lidando com o risco permanente da obsolescência e da estagnação, caso não se firmem como vetores das modas recentes. É o mecanismo de divulgação mais eficiente dos seus atributos diferenciais enquanto músicos criativos e performers antenados, consequentemente, demandando investimentos de recursos materiais e simbólicos para expressarem uma imagem vendável e popularizável, através da criação de sites e páginas pessoais. Há benefícios para os clientes que poderão checar antecipadamente o estilo e as músicas mais tocadas e preferenciais, bem como quais os outros indivíduos que encontrarão no ambiente da apresentação do DJ. Elimina-se a necessidade da presença física dos DJs junto aos seus públicos por períodos de tempo.

4. O Código Emocional das Apresentações

A ocupação dos DJs mobiliza não apenas atributos objetivos para sua realização, mas, sobretudo, atributos subjetivos, contemplando uma gama multiforme de valores e comportamentos positivos, relativos às expectativas da receptividade e entretenimento. Para observarmos esta condição impositiva utilizamos o conceito de Hochschild (2003) de trabalho das emoções, que discute a necessidade de determinadas atividades de uma administração dos sentimentos subjetivos dos trabalhadores, adaptando-os às limitações das tarefas desenvolvidas. Neste sentido as emoções ultrapassam as suas representações corriqueiras enquanto meras manifestações individuais, analisando-as neste momento a partir do papel social que desempenham dentro do contexto da produção simbólica, na medida em que são manipuladas de maneira mais favorável ao aumento das vendas e da rentabilidade das apresentações dos DJs.
Este tipo de instrumentalização subjetiva configura um manuseio prático de seus quadros emocionais em busca da diminuição da diferença que existe entre aquilo o que sentem e aquilo o que fora sistematicamente estabelecido como o padrão de sentimentos ideais para a situação onde se encontram. Em muitos casos este esforço de conformação resulta efetivamente em uma jornada extra de trabalho, preocupando-se com suas tarefas normais simultaneamente ao ajustamento psicológico necessário, significando um nível de comprometimento maior (Hochschild, 2003: 128). Devem expressar estes valores e signos do lazer noturno e dos grupos dos quais advêm seus frequentadores, controlando de maneira ininterrupta os sentimentos que expressam publicamente, para que não sejam danificadas as suas imagens, consequentemente, fechando as portas para oportunidades futuras de apresentação.
No trabalho criativo existe também uma identificação especial com os produtos desenvolvidos, como afirma Menger (2005), muito diferente das relações tradicionais de trabalho assalariado, uma vez que têm de utilizar critérios afetivos na sua confecção. As preocupações se voltam para busca da superação individual, uma competição contra as próprias limitações e uma necessidade de aperfeiçoamento permanente. O envolvimento emocional predecessor impede o distanciamento em relação aos resultados alcançados, que guardam consigo padrões estéticos e resquícios simbólicos dos processos artesanais, nos quais os autores reconhecem a sua livre iniciativa e identidade artística. Demandam-se outros métodos de avaliação para suas competências, fragmentados entre os convites para apresentações, solicitações do público consumidor e contratos informais ofertados conforme o grau de popularidade do DJ.
Exemplificam um cenário de crescimento de importância das chamadas carreiras sem fronteiras, ou seja, ocupações nas quais os vínculos entre indivíduos e organizações foram enfraquecidos em benefício da mobilidade de engajamentos casuais e temporários compondo o modelo das indústrias criativas (Bendassolli & Andrade, 2010: 154). São características que as localizam próximas das representações do trabalho enquanto

ação humana transformadora e veículo das expressões subjetivas, onde podem se materializar diferentes identidades, ao preço da intermitência, da insegurança e de uma pressão mais acentuada pela diferenciação e destaque pessoal. O campo da produção cultural, embora garanta proeminência à dimensão simbólica do trabalho, enfraquece as demarcações que separavam esta categoria da vida privada e do lazer, permitindo uma instrumentalização ampliada da intimidade.

Os DJs também constroem justificativas amplas para suas funções, destacando as contribuições da oferta de entretenimento nos contextos comunitários dos quais fazem parte. São ferramentas de legitimação das suas escolhas ocupacionais, que também subsidiam a criação de uma solidariedade inicial entre os atores envolvidos, ao evidenciar a utilidade social dos seus saberes e práticas cotidianas. As motivações para o ingresso nestas atividades não se explicam exclusivamente através do cálculo utilitário da busca pelo lucro ou ampliação do capital social, antes, conformam valores subjetivos que classificam o lazer enquanto instrumento de sociabilidade, pois oferecem aos mais diversos grupos, espaços de descontração favoráveis à troca de informações, onde laços antigos podem ser restabelecidos e laços novos criados, sejam as amizades, parcerias ou relacionamentos amorosos.

Os frequentadores das festas e das apresentações musicais assumem uma função direta de regulação informal dos serviços prestados, devido ao grau de proximidade das redes envolvidas, em muitos casos, levando pessoalmente suas exigências e impressões aos trabalhadores. Considera-se normalmente que as atividades artísticas prescindam de vínculos de subordinação, contudo, a necessidade de atenção individualizada estabelece uma relação de chefia difusa e pulverizada. Em termos gerais, quanto mais autônomas as ocupações, mais individualizadas as responsabilidades pelos resultados, limitando o acesso às compensações e paliativos. Esta administração rígida da intimidade emocional para demonstração permanente de simpatia e alegria, a despeito dos reais sentimentos no momento, exemplifica uma internalização do controle criativo, cerceado pelas modas e determinantes relacionais do mercado do lazer noturno.

> Cara, eu diria que eu sou um performer. A base de trabalho é a performance, o entretenimento do público, a interação com o público, que se parece muito com a apresentação de uma banda, ou de qualquer outro performer do gênero. Eu me considero um artista, em parte por esta característica de performance, acho que a apresentação em si é uma forma de arte, eu comparo mais com o papel de um ator do que de um músico, quando você aprende como ser DJ, e principalmente pela parte de produção, produzir minhas próprias músicas, apresentar o meu próprio material. Então, assim, eu não considero todo DJ um artista. Atualmente eu trabalho o som comercial, o que o pessoal chama de EBM hoje, por gosto pessoal e também pela parte financeira, pois esses segmentos acabam sendo mais rentáveis do que outros estilos. Antes eu tocava hip-hop, era super-rentável, mas eu estava tocando só pela grana, quando eu percebi a mudança, eu percebi que eu ia poder tocar uma coisa que eu gosto mais, e acabei migrando para o EBM. É por isto que eu gosto muito de me apresentar em clubes, pois a interação com o público é mais direta, porque o espaço é mais limitado, você está mais próximo das pessoas (DJ Natham, 2014).

O DJ tem de investir tempo e capital na construção de sua marca artística própria para divulgar o seu nome entre o público frequentador do lazer noturno e levantar outras oportunidades de apresentação, deve administrar-se como uma empresa-indivíduo, cuja mercadoria tem por substância sua performance e sua inovação musical. Estes percursos ocupacionais se inserem no contexto de crescente mercantilização de atributos pessoais que até então não eram observadas através da lente instrumental, tornando mais difícil a distinção entre as estratégias puramente comerciais de práticas sociais cotidianas. Como afirma Boltanski e Chiapello (2009) são introduzidas dentro da esfera dos negócios as relações sociais que antes se definiam justamente como desinteressadas. Não se pode distinguir precisamente se esta expressão de simpatia e receptividade é resultado de uma manifestação espontânea ou é resultado de estratégia premeditada de venda.

A divulgação positiva das suas apresentações musicais é central para que os DJs permaneçam no circuito, assumindo eles próprios o protagonismo na publicidade de suas marcas artísticas, encarnando os valores que eles pretendem associar a elas. Se eles querem que o público frequentador partilhe de ambiente alegre, dinâmico e festivo, os DJs deverão ser os primeiros a transmitir e ilustrar estes sentimentos, não podendo agir pessoalmente em dissonância com estes, mesmo que não estejam alegres ou animados durante todas as suas

apresentações, é preciso alocar esforço subjetivo para transpassar este estado de espírito. Como os DJs são as faces e vozes da marca que constroem para as suas trajetórias artísticas é preciso que permaneçam sempre vendáveis e atrativos, não podendo se dissociar destes discursos de entretenimento que propagam em relação as suas apresentações.

O lazer noturno paulistano se constitui em ambiente de sociabilidade peculiar, onde algumas das constrições comuns do comportamento cotidiano são atenuadas ou momentaneamente contornadas no decorrer da busca pelos signos distintivos do lúdico coletivo, idealmente opostos às representações clássicas do trabalho. Como apontado por Elias (1992), nas sociedades industriais avançadas o lazer e os espaços reservados à sua manifestação representam enclaves onde o comportamento moderadamente excitado e emotivo é permitido, delimitando áreas sociais de libertação controlada das restrições do não lazer. Os frequentadores buscam espaços que sejam capazes de congregar estes signos distintivos do divertimento e da construção do cenário ideal do lúdico coletivo, onde satisfaçam as necessidades da negativa do trabalho ou sua busca por uma interação social diferenciada do cotidiano.

> No caso do artista, o que vale é a sua marca, não é? É o seu nome que importa. Então eu trabalho algumas estratégias muito parecidas com qualquer estratégia de criação de marca, eu uso muito estratégia de *branding*, trabalho muito a parte de formação de base de fãs, eu trabalho muito a minha relação com os fãs, até mais do que com os contratantes. Então eu me ocupo muito com a divulgação, faço anúncios pagos, distribuição de material promocional, para mim isso tem se mostrado muito funcional. Uso muito o Facebook também, especialmente a parte de anúncio, boa parte do que eu gasto com publicidade vai para o Facebook, e em paralelo eu tenho a criação de material de divulgação próprio, uma despesa alta com uma agência de publicidade que cria o meu conteúdo promocional e que faz toda esta parte de relações públicas para mim. Como todo trabalho de freelancer ele é muito livre, então você faz os seus horários, você tem essa liberdade. Por outro lado você tem que se preparar para fazer as suas economias, você tem que estar preparado para o amanhã, para quando você não estiver mais em alta e não ser mais contratado, o que é que você vai acontecer? Com essa liberdade de horário também é muito fácil você se acomodar, procrastinar e acabar se perdendo na noite (DJ Natham, 2014).

5. Conclusão

Apesar das características de insegurança, informalidade e imprevisibilidade que observamos enquanto constitutivas dos percursos ocupacionais dos DJs de São Paulo, também se destacam as possibilidades de identificação com discursos valorizados nos grupos sociais dos quais fazem parte, onde vislumbram novas formas de engajamentos que os localizam como criadores de tendências e figuras respeitadas entre os públicos frequentadores das apresentações. Foi possível notar que encontram na produção e na inovação musical caminhos de reafirmação de seu pertencimento social e de satisfação subjetiva, cristalizada na ideia de liberdade criativa e atuação em conformidade com as novas demandas do empreendedorismo cultural, que lhes permite superar através de estratégias criativas e negociações informais os limites do mercado. A consequência negativa desta condição está na inviabilidade de planejamento de vida em longo prazo.

O aspecto relacional das estratégias de trabalho dos DJs também faz com que as responsabilidades cotidianas ultrapassem os espaços das apresentações e dos clubes e acabem colonizando grandes parcelas das suas vidas pessoais, instrumentalizando seus períodos de descanso para a ampliação do capital social, reciclagem de conhecimentos e avaliação de músicas e sons novos. Toda janela de tempo livre torna-se oportunidade de estreitamento de laços com o publico e com contratantes, atualização de técnicas ou até mesmo de divulgação de sua marca artística nas mídias sociais virtuais. Os limites entre o trabalho e o espaço privado se embaçam de maneira complexa e tácita, e aquilo o que nas relações tradicionais de trabalho representavam o momento de folga e lazer, para os DJs possui valor estratégico na divulgação dos seus trabalhos e na consolidação de sua posição nas redes.

A inconstância e fugacidade dos projetos para os quais dedicam esforços e criatividade não permitem a construção de narrativas ocupacionais unificadas e fixas, antes, ressaltam a centralidade da circulação dos DJs

entre os múltiplos engajamentos e identificações possíveis, variáveis conforme os estilos musicais, os públicos, as formas de apresentação, as metas estabelecidas dentre outros. Transitam da mesma forma entre as figuras do artista independente, do empreendedor inovador e do prestador informal. São representações negociadas na justificação de sua atividade e na legitimação de sua posição no mercado. O que não significa que não encontrem algum grau de plenitude identitária, pelo contrário, este espectro multiforme lhes proporciona todos os atributos e a liberdade que os DJs julgam imprescindíveis para o seu crescimento pessoal, bem como para o aprimoramento artístico-musical.

6. Bibliografia

BAUMAN, Zygmunt. (2001) Modernidade líquida, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BECKER, Howard. (2009) Outsiders: estudos de sociologia do desvio, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BENDASSOLLI, Pedro. & BORGES-ANDRADE, Jairo. (2010) "Significado do trabalho nas indústrias criativas", Revista de Administração de Empresas, 51 (2), pp. 143-159.

BOLTANSKI, Luc & CHIAPELLO, Eve (2009) O novo espírito do capitalismo, São Paulo: Editora Martins Fontes.

CANCLINE, Nestor & CRUCES, Francisco & POZO, Maritza. (2012) Jóvenes, culturas urbanas y redes digitales, Barcelona: Ariel Fundación Telefónica.

CASTELLS, Manuel. (2003) A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

COLEMAN, James. (1990) Foundations of social theory, Cambridge: Harvard University Press.

CONTADOR, Antônio. & FERREIRA, Emanuel. (1997) Ritmo & Poesia: os caminhos do *rap*, Lisboa: Assírio & Alvim.

ELIAS, Norbert & DUNNING, Eric. (1992) A busca da excitação, Lisboa: Difel.

HOCHSCHILD, Arlie. (2003) The managed heart: the commercialization of human feeling, Berkeley: The University of California Press.

LEADBEATER, Charles. & OAKLEY, Kate. (1999) The independents: britain's new cultural entrepreneurs, London: Demos.

LÉVY, Pierre. (2002) Ciberdemocracia, Lisboa: Instituto Piaget.

LIMA, Jacob Carlos. & CONSERVA, Marinalva. (2006) Redes sociais e mercado de trabalho: entre o formal e o informal, Política e Trabalho, 22 (24), pp. 73-98.

MENGER, Pierre-Michel. (2005) Les intermittents du spectacle, Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.

PIRES, Maria. Cecília. (2001) "Criação e cultura de massa: algumas considerações a partir da música dos DJs", Psicologia Clínica, 12 (2), pp. 83-96.

SENNETT, Richard. (2012) O artífice, Rio de Janeiro: Editora Record.

_____. (2010) A corrosão do caráter, Rio de Janeiro: Record.

Culto da performance e performance da cultura: os produtores culturais periféricos e seus múltiplos agenciamentos

Livia De Tommasi
Livia.detommasi@gmail.com

Resumo: O campo da cultura tornou-se, nos últimos decênios, um recurso importante tanto para o crescimento econômico como no âmbito das intervenções de requalificação urbana. Ao mesmo tempo, a figura do empreendedor alcançou centralidade no contexto das transformações ocorridas no mundo do trabalho. As favelas, historicamente consideradas territórios "da pobreza" e da violência, hoje são celebradas como "territórios das oportunidades" para jovens empreendedores da cultura. O perfil de alguns desses "empreendedores culturais" moradores de favela sugerem algumas pistas para a investigação.
Palavras chaves: empreendedorismo, cidade, favela, jovens, cultura, trabalho

Introdução

Em 2007 publicamos um livrinho - "O Almanaque da Juventude e do Mundo do Trabalho" - onde apresentamos os resultados das discussões ocorridas no âmbito de uma série de encontros organizados para discutir o tema da inserção de jovens no mundo do trabalho (Tommasi, Nogueira e Corrochano, 2007). A maioria dos participantes dos encontros eram jovens moradores das regiões do Nordeste, tanto das capitais como do interior, participantes de projetos sociais.
Das discussões ocorridas nos encontros, destaco 3 questões:

1. os jovens reivindicavam o direito a ter um trabalho gratificante e do qual gostassem. Ou seja, fazer um trabalho que dá prazer, que não seja pura repetição, que mobilize as capacidades e os desejos não está no horizonte somente das camadas privilegiadas da sociedade.
2. queriam que suas praticas no campo das artes e da cultura – dança, grafite, capoeira, musica, teatro, poesia – pudessem dar um retorno financeiro. Ou seja, gostariam de viver do que gostam e sabem fazer.
3. o trabalho formal, com carteira de trabalho assinada, não estava no horizonte da grande maioria, ou seja, não era um objetivo, um motivador. Isso porque, na grande maioria dos casos, não existia, em seu entorno, uma referência de trabalhador com carteira assinada. Ao invés, trabalhar "sem patrão" era um desejo almejado.

Trabalhar com o que se gosta e se sabe fazer parecia, para muito daqueles jovens, ser sinônimo de trabalhar com "arte e cultura" e como trabalhador autônomo.
Hoje, com a multiplicação de editais e cursos de formação que visam promover "jovens empreendedores culturais"[1], parece que os desejos daqueles jovens estão se concretizando. Tornar-se um "trabalhador da cultura" parece ser uma "oportunidade" que se abre mesmo para os jovens de classe popular. Uma alternativa alcançável à falta de emprego ou ao emprego em funções subalternas. Uma alternativa, inclusive, que não está sujeita à necessidade do diploma universitário para alcançar um nível de remuneração decente.
Nesse artigo, situo o chamado "empreendedorismo cultural" tanto no contexto de diferentes funções assumidas pelo campo da cultura[2], como no âmbito de uma nova configuração do trabalho que se afirma em anos recentes, quando a figura do "empreendedor" adquire visibilidade. Procuro, também, mostrar como é acionado o que chamei de "dispositivo de arte e cultura" (conjunto variado de projetos, agentes, praticas) para solucionar "problemas" sociais. Por fim, faço algumas considerações sobre as experiências de alguns jovens "empreende-

1 Utilizo as aspas para as palavras utilizadas no sentido nativo.

2 O termo cultura, aqui, não faz referência ao conceito antropológico, e sim ao sentido interno ao campo da "política cultural", como um setor, uma atividade, um segmento especifico, separado dos outros âmbitos da vida social.

dores culturais". Minhas indagações se situam no cruzamento de distintos campos disciplinares que têm como foco a cultura, a cidade e a favela, os jovens, procurando estabelecer um diálogo com a sociologia do trabalho.

A performance da cultura

> Foi o mundo da cultura que primeiro aceitou o desafio de mudar. De criar um outro Brasil. Sem pobreza e sem a arrogância dos ricos, sem miséria definitivamente. É pela brecha da cultura que poderemos dar o salto do reencontro do país com sua cara. Um Brasil totalmente simples, mas radicalmente humano. O que importa é alimentar gente, educar gente, empregar gente. E descobrir e reinventar gente é a grande obra da cultura.
> Sergio Mamberti, (*apud* Brant, 2003, pg.15).

Recurso para o desenvolvimento, setor prioritário para os investimentos, ingrediente central nos projetos de "requalificação urbana", solução para os problemas sociais: o campo da cultura assumiu, em anos recentes, novos e estratégicos papeis. No Brasil, as palavras acima do então Secretario da Identidade e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (Minc), Sergio Mamberti, exemplificam bem o entusiasmo com o qual a gestão de Gilberto Gil à frente do Minc reivindicou para si o papel transformador que esperava-se ser a marca do primeiro governo do Partido dos Trabalhadores no âmbito federal. Através da "brecha da cultura" o combate à pobreza, a gestão participativa e o respeito e valorização da "diversidade" permitiriam gestar um "outro Brasil". "A opção por um conceito abrangente de cultura, dito 'antropológico'" seria a marca da gestão que permitiria que a política cultural deixasse de estar circunscrita à cultura erudita para abranger "outras modalidades de culturas: populares; afro-brasileiras; indígenas; de gênero; de orientação sexuais; das periferias; da mídia áudio-visual; das redes informáticas etc." (Rubim, 2007, p. 12).
Manuel Delgado, que analisa as transformações urbanísticas e arquitetônicas ocorridas na cidade de Barcelona, pioneira em empreender grandes projetos de "requalificação urbana" , chama a atenção para a representação da cultura como valor incontestável, acionada nos contextos desses projetos, *"una instancia en cierto modo sobrehumana a cuyos efectos asignarle virtudes poco menos que salvíficas"*. (Delgado, 2008: p.6). São essas supostas "virtudes salvificas" da cultura que operam, como argumentarei ao longo do texto, nos atuais agenciamentos de jovens como produtores culturais.
No Rio de Janeiro, são evidentes as funções assumidas pela cultura no âmbito dos projetos de "requalificação urbana", incluindo a valorização temática de algumas regiões da cidade (como a região central, onde a intervenção urbanística mira a transforma-la no símbolo da celebração de uma "cultura afro" purificada de seus elementos religiosos). Os projetos de "requalificação" investem, também, na renovação e projeção de uma "identidade nacional" via instalação de museus (fechados – como o Museu do Mar - ou a céu aberto – como o do morro da Providência) e a patrimonialização de algumas atividades (os vendedores de biscoitos Globo na praia, a capoeira) ao mesmo tempo comerciais e culturais.

Cultura como recurso e economia criativa

George Yúdice é o autor que discute como, no mundo globalizado, o papel da cultura expandiu-se como nunca antes para as esferas econômicas e política. Os organismos multilaterais (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, além da União Europeia) "começam a compreender a cultura como esfera crucial de investimentos, a cultura e as artes são cada vez mais tratadas como qualquer outro recurso" (Yúdice, 2006, p. 30). Na nova fase do capitalismo as novas tecnologias, o trabalho imaterial, os bens culturais adquirem centralidade para o crescimento econômico, como propulsores de desenvolvimento. È a fase do "capitalismo cultural" (Rifkin, apud Yúdice, idem, p. 25). Da esfera econômica à esfera política, essa "conveniência da cultura" transforma a cultura em recurso para outros fins, a produção cultural em produção econômica e politicamente relevante.

> O uso da alta cultura (por exemplo museus) para os objetivos do desenvolvimento urbano; a promoção de culturas nativas em patrimônios nacionais a serem consumidos

> no turismo; lugares históricos que são transformados em parques temáticos do tipo Disney; a criação de indústrias de cultura transnacional como complemento para a integração supranacional; a redefinição da propriedade intelectual como forma de cultura com a finalidade de incitar o acumulo de capital na informática, nas comunicações, nos produtos farmacêuticos, no entretenimento". (idem, p. 47)

Segundo o autor, no âmbito do processo de globalização a "diferença" tornou-se um valor, acionando uma suposta "valorização da identidade" de "minorias" culturais. A reivindicação de especificidades e diferenças culturais é "conveniente" na medida em que multiplica mercadorias e confere direitos às comunidades. "Qualquer produto pode ser saturado de identidade", observa o sociólogo Paul Gilroy (Gilroy, 2007, p. 124).

No Brasil, definições identitárias são acionadas para ordenar as "diversidades" às quais está direcionado o cardápio de projetos da Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura. Os critérios de classificação são curiosamente muito variados: etários (jovens), étnicos ou de cor (indígenas, negros), de orientação sexual (gay, trans), de localização (rurais, periféricos) e outros mais aleatórios (pessoas com deficiência, doentes mentais).

Grupos minoritários são supostamente provedores de experiências fundamentais na construção de "ambientes criativos". A categoria economia criativa[3], que se populariza no começo do novo século, é definida como o setor da economia onde a criatividade dos indivíduos é a matéria prima geradora de valor. Os setores econômicos incluídos nessa nomenclatura variam conforme os países e as instituições. O governo do estado do Rio de Janeiro, alinhando-se a UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development), define 14 segmentos criativos que vão da Arquitetura ao Design, das Artes ao Mercado Editorial, da Pesquisa à Publicidade. Segundo a UNCTAD, o crescimento desse setor econômico nos países desenvolvidos é acima do crescimento médio do PIB (SEBRAE, 2012, p. 11).

A centralidade da economia criativa e a existência de uma importante "classe criativa" são os indicadores para que uma cidade entre a fazer parte do cluster de "cidades criativas" proposto pela instituição internacional mais importante do campo da cultura, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

> "O desafio é superar um planejamento baseado em engenharia urbana, direcionando o foco para a promoção da cidade criativa, que na essência significa uma cidade para as pessoas. (...) as cidades que aparentemente estão vencendo a competição são aquelas valorizadoras da diversidade, e que são mais tolerantes e boêmias." (Junior, Junior & Figueiredo, 2011, p. 14).

2.2 Cultura e "requalificação" urbana

Para a urbanista Otilia Arantes os novos paradigmas de gestão do espaço urbano propostos pelo "Planejamento estratégico" estão centrados na proposta de "requalificação" dos espaços através do que ela denomina de "iscas culturais":

> Quando, nos dias de hoje, fala-se de cidade, fala-se cada vez menos em racionalidade, funcionalidade, zoneamento, plano diretor, etc. e cada vez mais em requalificação (...) a ênfase deixa de estar predominantemente na ordem técnica do Plano para cair no vasto domínio passe-partout do assim chamado 'cultural' e sua vasta gama de produtos derivados. (Arantes, 2000, p. 13)

Este "culturalismo de mercado" opera por meio da realização de "macroiniciativas urbanísticas" a cargo de famosos estúdios de arquitetura (que, alias, são sempre os mesmos): em Paris o Centro Cultural George Pompidou (o Boubourg) e o Museu d'Orsay, em Barcelona o Palácio da Musica, o Museu de Arte Moderna, o Museu Picasso, em Bilbao o Museu Guggenheim, em Lisboa o complexo arquitetônico criado no ocasião da Exposição Mundial, em Roma o Auditório da Música; no Rio de Janeiro, as obras do Porto Maravilha que abrigam o MAR (Museu de Arte do Rio), o Museu do Amanhã (anunciado como "uma nova geração de museus de ciên-

---

3 Existe uma vasta bibliografia sobre o tema da economia criativa. Uma boa síntese do ponto de vista econômico é aquela realizada pelo Itaú Cultural na publicação "Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento" (Reis, 2008).

cias"[4]), e a que poderíamos chamar de "isca cultural-identitária", ou seja, a criação do "Circuito de Celebração da Herança Africana", do qual fazem parte a revitalização dos Cais do Valongo e da Imperatriz e a Pedra do Sal (considerado o "berço do samba"[5]) .

Recentemente, no âmbito da organização das comemorações para os 450 anos da cidade do Rio de Janeiro, foi lançado pela Secretaria Municipal de Cultura um edital cujos propósitos exemplificam muito bem essas funções assumidas pela cultura. O edital pretende "promover a valorização e o conhecimento acerca da memória dos símbolos da cultura popular carioca, além de celebrar a história do Rio, de seus personagens (..) de seu patrimônio material e imaterial." (Secretaria Municipal de Cultura, 2014, p. 1). Para fazer isso, serão financiadas 85 "ações locais" promovidas por pessoas físicas ou Empreendedores Individuais.

> Entende-se por "ação local" a realização continuada de práticas, atividades e projetos nos campos da cultura, da arte, da comunicação e do conhecimento que promovam transformações socioculturais positivas nas comunidades e nos territórios em que são desenvolvidos (...). As ações locais deverão estimular o exercício da cidadania e fomentar a diversidade da cultura carioca, nas suas expressões populares, urbanas e tradicionais. As ações locais deverão contemplar prioritariamente pessoas em situação de pobreza; vítimas de violência; em situação de rua; em situação de restrição e privação de liberdade/população carcerária; com deficiência; em sofrimento físico e/ou psíquico; mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais; crianças, jovens, idosos; povos e comunidades tradicionais; negros, ciganos e indígenas. (idem, p. 1 e 2).

Os propósitos normativos da proposta são evidentes: as ações devem promover *transformações*, ou seja não podem ser desinteressadas, e essas transformações devem ser *positivas*, segundo parâmetros de positividade que dizem respeito ao "estimulo à *cidadania* e à *diversidade* cultural". Essa diversidade inclui, seletivamente, expressões *populares*, *urbanas* e *tradicionais*, enquanto expressões a serem valorizadas. Por fim, a lista de populações prioritárias é longa, mas inclui tanto populações consideradas *a risco* (pobres, vitimas de violência, em situação de rua, privados de liberdade, deficientes) como *identidades* específicas (mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros e transexuais), misturadas com *minorias* (povos de comunidades tradicionais, negros, ciganos e indígenas) e distinções *geracionais* (crianças, jovens, idosos). Todas são contidas numa expressão em voga: a valorização da *diversidade*. Há, nessa normatização de ações culturais "positivas" uma evidente intenção de "pacificação" ou disciplinamento das populações consideradas, geralmente, "a risco"[6].

O "dispositivo de arte e cultura" e as "favelas criativas"

Se a cultura, como notado por Delgado, assume funções "salvíficas", essas podem ser colocadas a serviço da "salvação" dos sujeitos-problema que corporificam, no imaginário social, o medo da violência: os jovens negros moradores das regiões periféricas, em particular, no Rio de Janeiro, das favelas. Assim, a partir dos anos 90, projetos empreendidos por organizações governamentais se propõem a oferecer a esses jovens, como "alternativas ao tráfico", cursos de formação (ou melhor, de "capacitação") no âmbito de um indiferenciado campo da "arte e cultura": vídeo, dança, música, grafite, teatro. Um conjunto variado de projetos, agentes, práticas que conformam o que chamei de dispositivo "arte e cultura", substitui os tradicionais cursos de "profissionalização", com o intuito de "ocupar o tempo ocioso" e "disputar com o tráfico" os jovens para que eles se tornem "trabalhadores" e não "bandidos".

---

4 museudoamanha.org.br

5 portomaravilha.com.br

6 Essas mesmas intenções podem ser encontradas em intervenções urbanísticas centradas na instalação de equipamentos culturais, como notou Adriana Batalha em sua pesquisa sobre a reconversão da Praça do Pacificador de Duque de Caxias em Centro Cultural, graças ao projeto do arquiteto Oscar Niemayer (Batalha, 2014).

Essa proposta de "cultura como antídoto"[7] que retoma a função civilizadora da cultura, é levada à cabo por algumas organizações não governamentais que, no Rio, monopolizam um volume significativo de recursos. É interessante delinear rapidamente o perfil dessas instituições cujos supostos modelos de "boas práticas" são exportados no exterior.

Como contraponto à imagem negativa da favela de Vigário Geral difusa após a chacina ocorrida em 1993, a ONG Afroreggae deu visibilidade a existência, no território, de atividades culturais protagonizadas por jovens. O Afroreggae lançou um livro chamado "A cultura é a nossa arma", onde os aspectos salvíficos da cultura são amplamente celebrados. Por sua vez, a ONG Nós do Morro, instalou uma escola de formação de atores na favela do Vidigal, responsável, dentre outros projetos, pela bem sucedida preparação do elenco de jovens moradores de favelas que se tornaram atores no conclamado filme de Fernando Meirelles "Cidade de Deus", filme que fez conhecer internacionalmente a brutalidade do controle territorial operado pelo "tráfico" nas favelas da cidade.

Na Cidade de Deus o rapper Mv Bil criou a Central Única das Favelas (CUFA), presente atualmente em 26 estados brasileiros e em 10 países no exterior, que investe na oferta de oficinas de grafite, DJ, audiovisual e basquete. No Complexo da Maré, o Observatório das favelas é uma referência na formação em comunicação e fotografia, além de abrigar, recentemente, um ponto de memória. Essas quatros organizações durante um tempo trabalharam em conjunto através do projeto "Favela a 4" (F-4) que levava a arte e o esporte no sistema penitenciário.

Em anos recentes, ou seja, após a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) em algumas favelas da cidade, a Agencia de Redes para a Juventude passou a oferecer aos jovens moradores uma bolsa de R$100,00 por mês para frequentar um "Ciclo de Estímulos" (de quatros meses de duração, dois encontros semanais) e elaborar, ao final desse, um projeto de intervenção sócio-cultural em seu território. Uma banca avaliadora é responsável por selecionar alguns vencedores que recebem dez mil reais para colocar seu projeto em prática. O ponto de partida da Agência é o "desejo" dos jovens da favela. Central, em seu discurso, é a crença nesses jovens como uma população cuja "natureza" é "potente": o projeto viria justamente para fornecer ferramentas, instrumentos, técnicas de gestão – ou, no léxico da Agência, "repertório" - para que os jovens possam desenvolver sua "subjetividade". O projeto aposta na "ampliação das redes" como estratégia central para o sucesso dos empreendimentos culturais dos jovens (Velazco, 2014).

Durante uma conversa, Ricardo, um dos nossos jovens interlocutores na Cidade de Deus, questiona o que se tornou a única alternativa ("o que sobrou") para os jovens moradores de favela que querem escapar ao destino desde sempre reservado para eles: se tornar bandidos ou mão de obra barata (Tommasi, 2012).

> *Não dá pra Agência abraçar todas as potências, mas tem que ver outros projetos que desenvolvam outros tipos de potências que tem nas favelas, a potência do arquiteto, etc., não só por meio da cultura, senão fica...Como diz um amigo meu, 'po cara, os caras querem falar que favelado samba bem, dança bem, canta bem... Meu irmão, foi o que sobrou!' Não tem como, sobrou pra gente e a gente vai mandar mal? Sobrou isso, cultura e arte, que é uma parada meio abstrata.... Mas uma coisa mais exata ninguém fala que manda bem: 'preto manda bem na matemática' 'preto arrebenta na medicina' cara, o que precisa agora é dar a possibilidade para que ele mande bem em outras coisas também*[8].

Se essas organizações são as principais produtoras e agenciadoras do "dispositivo de arte e cultura", recentemente esse dispositivo é acionado também pela Secretaria de Cultura do governo do Estado que, no âmbito

---

7 "O Antídoto – Seminário Internacional de Ações Culturais em Zonas de Conflito", foi um evento anual organizado pelo Instituto Itaú Cultural em parceria com a ONG Afroreggae, que "aborda a força da arte e da cultura no combate à violência, seja em zonas devastadas pela guerra, seja em conflitos urbanos ou rurais". Como argumenta Felícia Madeira, esse papel de "antídoto" até um tempo atrás era cumprido pelos programas de capacitação profissional e encaminhamento para o mercado do trabalho: o trabalho como antídoto, para ocupar o tempo ocioso e assegurar formar "trabalhadores", evitando a difusão de "bandidos" (Madeira & Rodrigues, 1998).

8 Entrevista concedida a Dafne Velazco, em fevereiro de 2013.

do programa "Favela Criativa", lançou o projeto "Formação de Jovens Agentes de Cultura" cujo objetivo é "capacitar 700 jovens para que se tornem empreendedores culturais, tendo melhores condições de concorrer a editais de incentivo à cultura". Explicitamente, a produção cultural é entendida como negócio: "o projeto irá beneficiar jovens com o premio de R$ 12.000 para que coloquem em prática seu negócio cultural"[9].
Cabe lembrar que o recurso à cultura para solucionar problemas sociais não é uma invenção brasileira. George Yúdice comenta sobre o uso utilitarista da arte e cultura nos Estados Unidos: "melhorar a educação, abrandar a rixa racial, ajudar a reverter a deterioração urbana através do turismo cultural, criar empregos, diminuir a criminalidade (...) os artistas estão sendo levados a gerenciar o social" (Yúdice, 2006, p. 29). Segundo ele, o envolvimento de artistas em projetos sociais ocorreu em consequência da crise do estado social, ou seja, da falta de recursos públicos para investir em programas sociais.

Do culto da performance ao empreendedorismo

O trocadilho colocado como titulo desse artigo faz referência ao livro de Alain Ehrenberg, "O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa" (Ehrenberg, 2010). Publicado em 1995, o livro é o primeiro de uma trilogia onde o sociólogo francês analisa as transformações ocorridas no mundo do trabalho e suas consequências sobre a subjetividade dos trabalhadores. Para o autor, a partir dos anos 80 o esporte tornou-se o modelo de performance a ser emulado no mundo empresarial, na esfera da vida pública e privada (segundo o autor, inclusive, a segunda englobou a primeira): o esporte é um estilo de vida, um estado de espírito, o gosto do desafio e da aventura, trabalha conjuntamente a dimensão da *justa* desigualdade, baseada na competição, e da imprevisibilidade do risco, essencial à aventura. Na esteira de Foucault, o autor aciona o conceito de "governamentalidade", ou seja, a condução das condutas (Foucault, 1979, p. 277-293): o esporte "é um sistema de condutas de si que consiste em implicar o individuo na formação de sua autonomia e de sua responsabilidade" (Ehrenberg, 2010, p. 18). O empreendedor é a figura heroica que condensa essas características, numa sociedade que faz da concorrência interindividual uma *justa* competição.

> Quando a salvação coletiva, que é a transformação política da sociedade, está em crise, a verborragia de *chellenges*, desafios, performances, de dinamismo e outras atitudes conquistadoras constitui um conjunto de disciplinas de salvação pessoal. (...) o mito prometeico do homem sozinho no barco[10] do seu destino e confrontado com a tarefa de ter de se construir, encontrar para si próprio, e por si mesmo, um lugar e uma identidade sociais torna-se um lugar comum. Numa relação com o futuro caracterizada pela incerteza, que vê recuar, em nome da mudança permanente, a crença no progresso linear que simbolizava o Estado-providência, a ação de empreender é eleita como o instrumento de um heroísmo generalizado. É por isso que o sucesso empreendedor é considerado como a via real do sucesso (idem, p. 13).

A narrativa esportiva rompe com a moral disciplinar da submissão a interesses superiores (patronais) em nome de uma "liberação que se impõe a si em nome de si mesmo" (idem, p. 23). Além disso, o heroísmo esportivo está ao alcance de todos, não é apanágio de uma elite: "Ao destino de uma elite se substitui uma história possível para todos" (idem, p. 30).
Da mesma forma, Boltanski e Chiapello em "O novo espírito do capitalismo" analisam a literatura da gestão empresarial e identificam uma inflexão ocorrida nos anos 90, quando exige-se um novo tipo de trabalhador: engajado, motivado, flexível, adaptável, criativo, envolvido afetivamente com seu trabalho. O controle passa a ser exercido através da existência de relações de confiança e afetividade, que substituem a impessoalidade das relações como base de uma "verdadeira autonomia" (Boltanski e Chiapello, 2009, p. 122). Ao mesmo tempo, a

9 http://www.favelacriativa.rj.gov.br/inscricoes-para-formacao-de-700-jovens-agentes-de-cultura/

10 Muitos filmes, nos últimos anos, retrataram situações de "homens sozinhos no barco de seu destino", desde a saga infantil "Pi", ao último filme de Robert Redford, "Quando tudo está perdido".

organização do trabalho por carreiras hierárquicas é substituída pela sucessão de *projetos*, o que desmantela as garantias trabalhistas, responsabilizando os trabalhadores por sua *empregabilidade*, através da capacidade de gerir seu "capital pessoal". Para Boltanki e Chiapello, o homem típico do que eles consideram como o "terceiro espírito do capitalismo" seria o individuo empreendedor. Observa a este respeito Jacob Lima:

> Mais que uma mudança nas formas de organização de produção, temos mudanças na percepção do trabalho, dos valores a ele vinculados, do seu caráter coletivo e de suas possibilidades enquanto formador de identidades e projetos sociais (Lima, 2010, p. 159). O trabalho autônomo é valorizado como ideal pelas empresas que passam a dispor da força de trabalho apenas quando necessitam. O trabalhador, empresário e patrão de si mesmo, torna-se responsável por sua reprodução social". (idem, p. 171)

Avaliar as consequências da recente difusão do empreendedorismo, no Brasil, mais além da precarização das relações de trabalho, representa um desafio para as pesquisas. Já em 2002 o sociólogo Luis Antonio Machado da Silva chamou a atenção para essa difusão de uma nova cultura de trabalho, muito distinta daquela do assalariamento, que "fere de morte os valores da solidariedade" (Machado da Silva 2002, 105). O par 'empregabilidade/empreendedorismo' "aponta para novos modos de exploração capitalista, cuja característica mais fundamental é a individualização e a subjetivação dos controles que organizam a vida social" (idem, p. 101). Esses "batalhadores brasileiros" (Souza, 2010) trabalham muito, ganham pouco, concorrem permanentemente entre si e, muitas vezes, são ao mesmo tempo patrão e empregado.

André Singer, em seu livro sobre o lulismo (Singer, 2012) argumenta sobre a ampliação da camada dos pequenos empreendedores, que seriam a maioria do que o economista Marcelo Neri chama de "nova classe media" (Neri, 2011). Outro economista, Marcio Pochmann, oportunamente discute esse conceito: não se trata de classe media e sim de trabalhadores precários (cf. Pochmann, 2012). Pochmann e Singer concordam sobre o fato de que essa nova classe trabalhadora não se integra ao velho modelo do sindicalismo e da luta coletiva; além disso, esta imbuída de uma religiosidade bem diferente daquela do antigo proletariado e decorrente da difusão massiva das religiões neo-pentecostais e da "teologia da prosperidade", centrada no "empoderamento" pessoal via pagamento do dízimo.

Vale lembrar que empreendedorismo é um termo difuso pelo economista Schumpeter nos anos 50, para indicar as características de espírito do homem de negócios adequadas à "destruição criadora" que possibilita, segundo ele, a expansão do capitalismo: inovador, criativo, disposto a assumir riscos, capaz de aproveitar as oportunidades. Inovação, criatividade, ousadia, superação são as qualidades enfatizadas, hoje em dia, como características do empreendedor de sucesso.

Com esse espírito, cursos de formação sobre empreendedorismo[11] foram introduzidos no Brasil durante os anos 90, em particular dirigidos à juventude. Destaco, como exemplo dessa "importação", o EMPRETEC, um programa da ONU desenvolvido no Brasil pelo SEBRAE. As finalidades do programa são assim descritas:

> No evento, são identificadas e trabalhadas as 10 características de um empreendedor de sucesso de acordo com estudos da ONU: busca de oportunidades e iniciativa; exigência de qualidade e eficiência; capacidade de correr riscos calculados; persistência; comprometimento; estabelecimento de metas; planejamento e monitoramento sistemático; busca de informações; persuasão e rede de contato; independência e autoconfiança. O Empretec permite ao participante descobrir e explorar seu potencial para a livre-iniciativa por meio do domínio de ferramentas de gestão de pessoas, além de desenvolver a liderança e o comportamento empreendedor. Destinado a empreendedores com ou sem empresa constituída, de qualquer segmento

11 Na esteira da OCDE (Organização para a Cooperação e do Desenvolvimento Econômico) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) resolveu padronizar a definição de empreendedor: "são pessoas, necessariamente donos de negócios, que buscam gerar valor por meio da criação ou expansão de alguma atividade econômica, identificando e explorando novos produtos, processos e mercados." (IBGE, 2013, p. 9). O empreendedorismo é "o fenômeno associado à atividade empreendedora" (ibidem).

> empresarial, o Empretec aborda os fatores determinantes para o sucesso no mundo dos negócios. (http://empretec.sebrae.com.br/historia/, acessado em 21/02/2011)

Em 2004 o Ministério do trabalho lança, no âmbito do Programa Primeiro Emprego, voltado a estimular a entrada de jovens no mercado de trabalho, o programa Jovem Empreendedor, desenvolvido junto ao SEBRAE. O programa oferece capacitação para acessar creditos, elaborar um plano de negócios e acompanhamento pós crédito. Mas fracassa em seus intentos, principalmente pela dificuldade, para os jovens, de ter acesso a créditos. Na realidade, foi o Programa Primeiro Emprego como um todo a fracassar, o que mostrou que a entrada de jovens no mercado de trabalho é, no Brasil, questão particularmente problemática (cf. Tommasi 2007, Corrochano, 2012)

Na atualidade, a difusão do termo e das práticas de apoio ao empreendedorismo viraram massivas. Programas de radio, de televisão, cursos, palestras, sites na internet nos incitam, nos aconselham, nos fornecem receitas para ter sucesso com o nosso empreendimento, qualquer que seja. O que é notável nos atuais esforços para promover o empreendedorismo em qualquer âmbito da vida social e econômica é justamente a coincidência de orientações: quer seja na área das artes, do social, ou do econômico. A racionalidade, os argumentos, são os mesmos.

Seguindo os argumentos de François Ewald sobre a abordagem da chamada "questão social", ou seja, segundo ele, a administração das desigualdades, podemos avançar a hipótese de que o empreendedorismo substitui, na atualidade, o incentivo à poupança, que serviu no século XIX como mecanismo de gestão das populações pobres, transformando o direito político em moralidade econômica (Ewald, 1986). Os valores da poupança e do esforço individual agora são substituídos, ou melhor, complementados pelos valores da inovação, criatividade, ativação permanente.

Há, na ênfase atual sobre o empreendedorismo, algo que modifica a forma como a pobreza é gerida: os comportamentos dos pobres não devem ser mudados porque considerados anti econômicos, e sim reforçados, enquanto considerados os mais adequados ao espírito empreendedor. O pobre é, por definição, empreendedor, e só resta estimular e reforçar sua criatividade que lhe permite responder às adversidades da vida através de uma ativação continua e de uma grande capacidade performativa. Trata-se de ordenar as coisas para permitir o livre desabrochar dessas capacidades.

Os empreendedores seriam movidos por uma mistura entre senso de oportunidade e necessidade de sobrevivência. O peso distinto de cada um desses fatores depende, provavelmente, de onde os indivíduos estão colocados na escala social.

No livro que o SEBRAE utiliza atualmente em seus cursos de formação sobre empreendedorismo (SEBRAE, 2002) encontramos a informação de que de cada 8 brasileiro em idade adulta, um esta abrindo ou pensando abrir o seu negocio. O Brasil, aprendemos, é o pais com a maior porcentagem de empreendedores da America Latina (SEBRAE, 2002, p. 13). Mas, por outro lado, lemos que de cada 100 empresas abertas, 35 não chega ao final do primeiro ano, 46 ao segundo e 56 ao terceiro. Porque, então, órgãos públicos e privados, no país, estão apostando no empreendedorismo, apesar de ser um investimento tão incerto? Não é diretamente o retorno financeiro ou a saída da crise do capital, o que está em jogo, e sim a difusão de uma "subjetividade empreendedora".

> "O vocabulário do empreendedorismo une a retórica política e os programas regulatórios às capacidades de 'autodireção' das pessoas. (...) Refere-se a uma serie de regras para a conduta da existência diária de uma pessoa: energia, iniciativa, ambição, calculo e responsabilidade pessoal. O self empreendedor fará da sua vida um empreendimento, procurando maximizar seu próprio capital humano, projetando seu futuro e buscando se moldar a fim de se tornar aquilo que deseja ser. (...) O empreendedorismo designa uma forma de governo que é intrinsecamente 'ética': o bom governo deve ser baseado nas maneiras pelas quais as pessoas governam a si próprios." (Rose, 2011, p. 215).
>
> Os indivíduos contemporâneos são incitados a viver como se fossem projetos, a tornar-se, cada um, um empresário de si mesmo. No âmbito da racionalidade

> neoliberal, a autonomia do self é, ao mesmo tempo, o objetivo e o instrumento das estratégias de governo. "Governar em um meio de democracia liberal significa governar *por meio* da liberdade e das aspirações dos sujeitos, e não governar apesar destes" (idem, p. 216). "Seres humanos devem interpretar seu passado e sonhar seu futuro como resultados de escolhas pessoais já feitas ou a fazer, isto, porém, dentro de uma estreita gama de possibilidades cujas restrições são difíceis de discernir, já que elas formam o horizonte do que é pensável." (idem, p. 32)

A suposta autonomia dos trabalhadores "por conta própria" faz com que, além de assumir os riscos, eles têm que assumir o ônus do fracasso em termos de responsabilização individual: se o negocio não deu certo, é porque não foi um "bom empreendedor", não tinha as qualidades e a ousadia necessárias. O peso subjetivo do fracasso é significativo, em particular para os jovens.

"Quando se pensa em trabalho, se pensa em geração de oportunidades" me disse um membro do Conselho Nacional de Juventude durante uma entrevista. Essa frase sintetiza, a meu ver, uma "virada dos tempos". A ideia central é que é responsabilidade de cada individuo se aproveitar das oportunidades que aparecem em seu caminho. Aos agentes externos, especificamente ao estado, cabe simplesmente oferecer (de forma difusa) essas "oportunidades". Assim, o direito ao trabalho é transformado em "geração de oportunidade". Portanto, hoje não se trata de facilitar a inserção no "primeiro emprego" dos jovens e sim de "oferecer oportunidades". O termo oportunidade é sinônimo de ocasião, possibilidade. Toda uma serie de traços de personalidade tem que ser coformados para aprimorar a capacidade dos indivíduos de se aproveitar das oportunidades com agilidade.

Mas quem são, no Rio de Janeiro, os chamados Microempreendedores Individuais (MEI)? Dados de uma pesquisa realizada pelo SEBRAE mostra que o nível de instrução deles é mais baixo do que o da média dos ocupados: metade dos microempreendedores da RMRJ não concluiu o ensino médio e 31% sequer completou o ensino fundamental[12]. Pesquisa recente do IPEA[13] mostra que, contrariando as expectativas, os que estão sendo registrados como Empreendedores Individuais não são os típicos empreendedores pensados por Schumpeter, trabalhadores criativos e inovadores que souberam colher a oportunidade de criar seu negocio, e sim trabalhadores que acabam de perder seu lugar de assalariados, ou seja, foram demitidos. O setor onde mais cresce a figura do MEI é justamente o setor da construção civil onde, evidentemente, não se trata de trabalhadores criativos e dinâmicos e sim de *pe*ões[14] .

Empreendedorismo cultural

> "A cena contemporânea do trabalho e da produção está sendo transformada sob a hegemonia do trabalho imaterial, ou seja, trabalho que produz produtos imateriais, como a informação, o conhecimento, ideias, imagens, relacionamentos e afetos. Isto não significa que não exista mais uma classe operária industrial trabalhando em máquinas com suas mãos calejadas ou que não existam mais trabalhadores agrícolas cultivando o solo. Não quer dizer nem mesmo que tenha diminuído em caráter global a quantidade desses trabalhadores. Na realidade, os trabalhadores envolvidos basicamente na produção imaterial constituem uma pequena minoria do conjunto global. O que isto significa, na verdade, é que as qualidades e as características da produção imaterial tendem hoje a transformar as outras formas de trabalho e mesmo

---

12 Perfil do Empreendedor do Rio de Janeiro, 2011. Disponível in: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Menu%20Institucional/Sebrae_EMP_dez11_pf_MEI.pdf

13 Boletim Radar, n. 25, Brasilia: IPEA, disponível in:http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/130507_radar25.pdf)

14 *Pe*ão de obra é o trabalhador da construção civil sem nenhuma qualificação.

> a sociedade como um todo. Algumas dessas novas características decididamente não são bem-vindas. (...) as condições contratuais e materiais do trabalho imaterial que tendem a se disseminar por todo o mercado de trabalho vêm tornando mais precária a posição do trabalho de maneira geral. Existe por exemplo a tendência, em várias forma de trabalho imaterial, para o obscurecimento da distinção entre horários de trabalho e de não trabalhar, estendendo o dia de trabalho indefinidamente até ocupar toda a vida, e uma outra tendência para o funcionamento do trabalho imaterial sem contratos estáveis de longo prazo, assumindo com isto a posição precária de se tornar flexível (realizar várias tarefas) e móvel (estar constantemente mudando de lugar). Certas características do trabalho imaterial, que tendem a transformar outras formas de trabalho, apresentam um enorme potencial para a transformação social positiva. (...). A produção de ideias, conhecimentos e afetos, por exemplo, não cria apenas meios através dos quais a sociedade é formada e sustentada; esse trabalho imaterial também produz diretamente relações sociais. (...) em termos filosóficos, a produção envolvida aqui é a *produção de subjetividade*, a criação e a reprodução de novas subjetividades na sociedade. Quem somos, como encaramos o mundo, como interagimos uns com os outros: tudo isto é criado através dessa produção biopolítica e social. Em segundo lugar, o trabalho imaterial tende a assumir a forma social de *redes* baseada na comunicação, na colaboração e nas relações afetivas. O trabalho imaterial só pode ser realizado em comum, e está cada vez mais inventando novas redes independentes de cooperação através das quais produzir. (...). Essas características podem servir como um esboço preliminar da composição social da multidão que hoje anima os movimentos de resistência ao estado global permanente de guerra." (HARDT e NEGRI, 2005, p. 100-101).

Essa longa citação do texto de Michael Hardt e Antonio Negri justifica-se pelo fato de que a "produção de subjetividades" e a "potência" das redes tornaram-se, como discutimos acima, referências importantes como matrizes discursivas das intervenções dos múltiplos agentes implicados no dispositivo de "arte e cultura". Sem dúvida, a difusão do trabalho imaterial traz transformações profundas que devem ser compreendidas sem cair na tentação de ficar presos a representações (e julgamentos) binários (positivas ou negativas). Como já notamos (Tommasi, 2013), é preciso escapar tanto dos entusiasmos simplistas sobre a presumida "potencia transformadora" como do cinismo resignado que só vê "cooptação", captura e derrota pelo "neoliberalismo", o "capital", o "mercado".

No Rio de Janeiro, um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas (Tommasi e Velazco, 2013) acompanha a instalação das UPP, a realização dos megaeventos e das obras e intervenções urbanísticas. Nesse contexto, os territórios da pobreza, hoje considerados territórios das "oportunidades", estão sendo celebrados como lugares onde o espírito empreendedor, que renova e potencializa a força de "resiliência" do capitalismo, deve ser fomentado e suportado, tornando os favelados os operadores de sua integração econômica através do acesso ao consumo e ao crédito, da formalização de seus empreendimentos e de sua responsabilização no âmbito dos projetos sociais. Assim, a pesquisa "Sociabilidades subterrâneas: identidade, cultura e resistência em comunidades marginalizadas" realizada pela London School of Economics (LSE)[15], segundo seus coordenadores, "proporcionou uma clareza inovadora quanto ao entendimento do que é preciso para ajudar as pessoas a se erguerem e superarem a pobreza e a exclusão social"[16]

Os trabalhos da socióloga e urbanista indiana, Ananya Roy (Roy, 2011), que discutem a forma como as favelas de Mumbai são retratadas na mídia e no discurso dos urbanistas, são muito afinados com o que hoje observo nas favelas do Rio de Janeiro. Ela exemplifica seus argumentos fazendo referencia ao filme "Slumdog Milio-

---

15 A pesquisa é realizada em parceria com a UNESCO, a Fundação Itaú Cultural, e as ONGs CUFA e Afroreggae.

16 Cf. release para imprensa, http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/social-and-human-sciences/social-transformation/underground-sociabilities/ acessado in 07/04/2013.

naire" (em português: "Quem quer ser um milionário?") que, para ela, pode ser lido como uma "pornografia" da pobreza. Retrata o pesadelo que é Mumbai e também o ativismo de rua que ali acontece. Todo mundo faz negociações e acordos: o empreendedor da pobreza (que explora as crianças para pedir esmola), o empreendedor dos espaços (que constrói condomínios de luxo no lugar das favelas) e o empreendedor de sonhos (que inventa jogos para retratar um mundo de fantasia, para ricos e para pobres). O filme foi duramente criticado, sob o argumento de que a favela não é somente o lugar da violência, mas o lugar onde as pessoas respondem com criatividade à indiferença do Estado. No final, o protagonista consegue ganhar um milhão graças (e não apesar de) ao que ele aprendeu através dos muitos episódios dramáticos e violentos em que se envolveu durante a vida. Assim, os comentários dos jornalistas indianos ao filme são muito parecidos com o que se fala hoje sobre as favelas cariocas: que o filme retrata a energia, a criatividade e o espírito empreendedor dos jovens de favela. È um lugar de aprendizados, do qual muito temos que aprender nesses tempos de crise. Um lugar de sucesso, (nós diríamos: de potencia) e inventividade. É o empreendedorismo do "faça você mesmo", das engenharias e arquiteturas adaptadas ao local que desafiam as leis da construção civil e se tornam as plataformas de um urbanismo neo-orgânico.

Existem muitas semelhanças entre os discursos do liberalismo econômico e as utopias da esquerda. Ananya Roy aponta as ambiguidades da ideologia do "faça você mesmo", e de como ela foi facilmente captada pelos discursos liberais. Ela mostra, por exemplo, como os programas de microcrédito servem, ao mesmo tempo, como potentes vetores de financeirização da pobreza e como âncora de salvação para o capitalismo em crise (Roy, 2010). Mostra a proximidade com os ditames do Hernando de Soto (de Soto, 2000) (consultor de organismos internacionais, do Banco Mundial, do ex- candidato Vargas Llosa e do ditador Fujimori), cujo otimismo libertário apresenta a favela do Terceiro Mundo como uma "economia povoada por empreendedores heroicos". A economia da favela é interpretada como um levante popular contra a burocracia estatal, uma revolução vinda de baixo. Para ele, essas economias são ricas em ativos, ainda que sob a forma defeituosa do capital morto. O "mistério do capital" "é a forma como esses ativos e inativos defeituosos podem ser transformados em capital líquido desencadeando, assim, novas fronteiras de acumulação de capital. São essas as receitas que hoje estão sendo seguidas pelos programas de "formalização" dos empreendimentos (que promovem a difusão do EI-Empreendedor Individual). O antigo "trabalhador informal" vira o contemporâneo "empreendedor".

Informalidade, sazonalidade, ganho por produto sempre caracterizaram o trabalho no campo da cultura. Especificamente, aqui, nos interessa traçar um perfil desses empreendedores da cultura, compreender de que forma eles representam um desafio tanto para as categorias geralmente acionadas no âmbito da sociologia do trabalho, como no âmbito da sociologia da juventude. A seguir, traço alguns perfis que considero paradigmáticos, para, em seguida, apontar algumas questões que orientam minha pesquisa.

a) Jovem cerebral

Jovem Cerebral é o apelido de um morador do morro de S. Carlos que tem uma trajetória típica de "redenção" via "arte e cultura". Depois de ter vivido, na primeira infância, uma situação de violência particularmente traumática, ficou órfão, morou em instalações da antiga Fundação de Amparo ao Menor (Febem), se envolveu com o trafico e foi preso. Foi na prisão que conheceu a cultura Hip Hop. Sempre trabalhou organizando eventos, mesmo quando era do trafico, e foi assim que, um dia, um amigo traficante lhe apresentou André Fernandes, o jornalista criador da Agencia de Noticias da Favela, através do qual muitas portas se abriram. Tornou-se vocalista, se apresentou com Mr. Catra[17] e passou a fazer parte de uma banda que faz turnê mundo afora. Mas, sobretudo, ele se tornou um agenciador do "cenário favela" para produtores de clips de musica, propagandas, filmes e documentários que procuram uma locação em alguma favela da cidade. Jovem Cerebral aciona seus contatos (ele pode contar com numerosos parceiros em quase todas as favelas da cidade) e garante o transito no território, o fornecimento das comparsas, assessora na escolha do figurino e até fornece indicações preciosas sobre o tipo de gíria que se fala no momento num determinado segmento da favela. Ele ainda produz eventos culturais e, como muitos outros, procura emplacar algum projeto cultural nos editais disponíveis. Exemplo típico de "resiliente", de alguém que, como o protagonista do filme indiano "Quem quer ser um milionário"

17 Famoso músico do Funk carioca.

consegue capitalizar os conhecimentos adquiridos na adversidade. Se "a favela é moda" ele procura fazer com que não somente os "de fora" possam lucrar com essa moda e sim, também, os "de dentro". Criou uma empresa, chamada "Favela negócios e consultorias".
A trajetória dele se encaixa bem na imagem do "empreendedor por oportunidade" desenhada pelo SEBRAE: aquele que sabe identificar em seu entorno a brecha, o território fértil para abrir seu negocio (diferentemente do "empreendedor por necessidade" para o qual o negocio próprio não é resultado de uma escolha intencional motivada pela oportunidade, e sim consequência do desemprego, da necessidade de ganhar dinheiro).

b) Os jovens produtores culturais da CDD
Na Cidade de Deus, território da zona Oeste da cidade de Rio de Janeiro onde desenvolvo, há cerca de quatros anos, uma pesquisa de caráter etnográfico, há vários exemplos de produtores culturais, mais ou menos bem sucedidos. Diferentemente do Jovens Cerebral, o encontro deles com o mundo da cultura não aconteceu na prisão e sim no projeto social. Foi frequentando as oficinas da Agencia de Rede de Juventude que se tornaram produtores culturais.
Marcio tocava numa banda, trabalhava como voluntario numa organização local através da qual mantinha um envolvimento bastante critico com o emaranhado de organizações comunitárias locais, depositárias de uma história de lutas políticas significativa e, hoje, bastante enfraquecida. Seu percurso teve uma inflexão quando ele foi contratado como articulador local pela Agência. Sua "rede" de contatos ampliou-se e ele começou a circular por muitos espaços de produção artística na cidade. Trabalha com freelancer e produtor cultural, na produção de vídeos, peças de teatro, organização de eventos.
Ricardo é ator e ganhou o primeiro prêmio na primeira edição do curso da Agência, com o projeto "Conexões culturais", cuja proposta inicial era organizar eventos de lazer "alternativos" aos bailes funk na favela. Já trabalhou como jovem comunicador de um programa da Rede Globo, e foi também consultor de outro programa.
Lucio é bailarino, dá aula de dança em algumas escolas da região e tem uma pequena companhia para manter a qual escreve projetos para concorrer a editais. Há pouco tempo, passou a se reconhecer como produtor cultural, sobretudo por causa de um projeto de Ponto de Cultura do qual foi gestor. A dança é sua paixão, motivo de muitas brigas familiares. Mas sabe que, com o passar do tempo, deixará de ser bailarino e professor, apostando sempre mais na produção.
Vinicius ganhou outra edição do curso da Agência, com o projeto de construir uma casa de cultura no pedaço mais afastado, pobre e com fama de "perigoso" da Cidade de Deus. Apostou muito na construção da casa, onde começou a dar aula de musica para as crianças da região. Mas, quando o dinheiro do premio acabou, não conseguiu manter a casa. Sobretudo porque se tornou pai de duas gêmeas. Aí, teve que colocar os sonhos de lado e começou a trabalhar como vigia para manter a família. Hoje começou a fazer um curso de cabeleireiro, porque "tem muita procura por um cabeleireiro afro".
Como caracterizar a experiência de ser "trabalhador da cultura"? Uma primeira observação é sobre a indiferenciação entre experiências, tempos e lugares, antigamente mantidos (e estudados) como distintos. Trabalho, ativismo político, lazer, arte, diversão, lugar de moradia e de trabalho são, na experiência desses jovens, totalmente misturados. A imbricação entre trabalho e "militância" já é perceptível nas trajetórias de jovens envolvidos em atividades associativas como educadores, gestores, "articuladores locais". Como já argumentei (Tommasi, 2014), a implicação dos operadores nativos, junto com a territorialização das ações, são as estratégias que caracterizam as transformações que ocorrem na abordagem da "questão social" via realização de "projetos sociais" operadas pelas entidades do "terceiro setor". Conhecer o local, circular entre seus vários mundos (o associativismo local, os operadores governamentais, o trafico), conhecer a gíria, o *procedê*, os interditos, poder bater em todas as portas e saber "com quem está falando" no complexo (e, para alguns, arriscado) mundo das relações sociais nas favelas tornou-se um recurso importante a ser acionado para virar, por exemplo, "articulador local", uma figura de trabalhador à qual recorrem a maioria dos projetos sociais e culturais implantados na atualidade. Esses articuladores não têm autonomia com relação a seus superiores gestores de projetos. Mas, no âmbito local, podem gozar de bastante prestigio por ser identificados como os "representantes" locais das entidades de fora. Pesquisadores, gestores, coordenadores de projetos precisam do apoio desses "nativos" para poder entrar, se movimentar, recolher informações. Mesmo se seu trabalho não é muito reconhecido em termos

financeiros. Na Agência, um articulado local ganha 700 reais.
Quando pergunto aos meus interlocutores o que é preciso fazer para virar um bom produtor cultural me respondem sem duvidar: "tem que ficar antenado". O que significa: correr atrás, não ficar parado, ficar plugado na internet 24 horas por dia para poder colher rapidamente as "oportunidades": saídas de editais, chamadas para reuniões, convocações variadas, contatos. "Ampliar a rede" é outra injunção que implica em circular muito, participar de muitas reuniões, de muitas conversas informais, em qualquer horário e dia da semana.
A remuneração não parece ser um atrativo significativo. Então, cabe a pergunta: o que os atrai nesse tipo de atividades? Resposta: "trabalhar com o que gosto". Mas, sabemos, gosto não é algo "natural" e sim algo adquirido socialmente. Estar inseridos no restrito (e elitista) mundo da arte e da cultura; não se submeter à tirania de um patrão; se relacionar com pessoas, frequentar lugares, estabelecer redes bem mais amplas do que a favela. Mesmo se, como eles dizem, não conseguem "disputar a cidade", ou seja, ganhar editais e produzir para o público fora do território local.
Pensar sobre os atrativos, os limites, os desafios desses tipos de trabalho são as questões que orientam minha pesquisa. Sem dúvida, o trabalho para eles tem outros valores dos que orientavam as trajetórias dos trabalhadores da época fordista (sonho da casa própria, poupança, estrutura familiar). Hoje esses jovens casam tarde, não têm filho jovens, moram com os pais bem depois de ter cumprido 30 anos. Esses marcadores (casar, ter filhos, manter seu próprio lar, ingressar no mercado de trabalho) que, antigamente, definiam a entrada na vida adulta, não são os que definem hoje suas trajetórias de vida e profissionais. Inclusive, não ter filhos é uma condição quase que indispensável para se manter nessa profissão. Muitos jovens, quando se tornam pais, precisam desistir e correr atrás de um trabalho remunerado; as opções, nesses casos, são bastante restritas. Para alguém que não é formado nem tem experiência de trabalho, resta ser peão de obra, trabalhador de Call Center ou segurança privada, algo muito distante do desejo da produção cultural.

Referências bibliográficas

ARANTES, Otilia (2000). Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: Arantes O., Vainer, C., Maricato, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes.

BATALHA, Adriana (2014). Entre Praça do Pacificador e Centro Cultural Oscar Niemeyer: usos e desusos de um espaço urbano. Dissertação de Mestrado. UFF/PPGA.

BOLTANSKI, Luc & CHIAPELLO, Eve. (2009). *O novo espirito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.

BOURDIEU, Pierre. & WACQUANT, Loic. (1992). Répon*ses.* Paris : Seuil.

BRANT, Leonardo (2003). *Políticas Culturais*. Barueri: Manole.

CORROCHANO, Maria Carla (2012). *O trabalho e sua ausência: narrativas juvenis na metrópole,* São Paulo: Annablume.

DELGADO, Manuel. (2008). La artistización de lãs políticas urbans. El lugar de La cultura em lãs dinâmicas de reapropriación capitalista de La ciudad. *Revista eletrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidade de Barcelona.

De Soto, Hernano (2000) *The mystery of capital: why capitalism triumphs in the West and fails everywhere else*. Basic Books, New York.

EHRENBERG, Alain (2010). *O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa.* Aparecida: Idéias e Letras.

EWALD, F. (1986), *L'Etat Providence.* Paris: B. Gasset.

FOUCAULT, Michel (1979). *Microfisica do Poder.* Rio de Janeiro: Ed. Graal.

GILROY, Paul (2007). *Entre Campos: Nações, Culturas e Fascinio da Raça.* São Paulo: Annablume.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio (2005). *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record.

IBGE (2013). *Estatística de Empreendedorismo: 2011*. Estudos e Pesquisa, n. 22.

JUNIOR, Helcio de Medeiros, Junior, João Grand & Figueiredo, João Luis (2011). *A importância da Economia Criativa no desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro.* Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Coleção Estudos Cariocas.

LIMA, Jacob Carlos (2010). Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? *Sociologias,* **vol.12 no.2**5.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (2002). Da Informalidade à Empregabilidade (reorganização a dominação no mundo do trabalho). *Cadernos CRH.* Salvador, n. 37.

MADEIRA, Felicia, & RODRIGUES, E. M. (1998), Recado dos jovens: mais qualificação. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas* (pp. 427-496). Brasilia : CNPD.

NERI, M. (2011). *A Nova Classe Média*. São Paulo: Saraiva.

Pochmann, Marcio. 2012. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira.* São Paulo: Boitempo.

REIS, Ana Carla Fonseca (2008). *Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural.

ROSE, N. (2011), *Inventando nossos selfs: Psicologia, poder e subjetividade*. Petropolis: Vozes.

ROY, A. Roy, A. (2010) *Poverty capital: microfinance and the making of development.*Routledge, New York.

_____(2011) Slumdog Cities: rethinking subaltern urbanism. *International Journal of Urban and Regional Research***.** Volume 35.2, 223-38.

RUBIM, Albino (2007). *Políticas culturais do governo Lula / Gil: Desafios e enfrentamentos.* Trabalho apresentado no III Enecult, UFBA. Disponível in: http://www.cult.ufba.br/enecult2007/AlbinoRubim.pdf.

SEBRAE. (2002) *Aprender a Empreender*. Brasilia: SEBRAE/Fundação Roberto Marinho.

SEBRAE (2012). *Economia criativa do Rio de Janeiro e as MPE*. Boletim quadrimestral (novembro).

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE RIO DE JANEIRO (2014). Prêmio de Ações Locais – Edição Rio450. Edital de seleção n. 4.

SINGER, André (2012). *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Cia. das Letras.

SOUZA, Jessé (2010). *Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: ed. UFMG.

TOMMASI, Livia De (2007) Trabalho para os jovens: necessidade, privilégio ou direito? *Sociologia Ciência e Vida*, Setembro.

_____(2012). Nem bandidos nem trabalhadores baratos: trajetórias de jovens da periferia de Natal. *DILEMAS*: *Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, vol. 5, 1: 101- 129.

_____ (2013). Culturas de periferia: entre o mercado, os dispositivos de gestão e o agir político. *Revista Política & Sociedade* - Florianópolis - Vol. 12 - Nº 23 - Jan./Abr.

_____ (2014). Juventude, projetos sociais, empreendedorismo e criatividade: dispositivos, artefatos e agentes para o governo da população jovem. *Passagens*. *Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Rio de Janeiro: vol. 6, no.2, maio-agosto, p. 287-311.

TOMMASI, Livia, NOGUEIRA, Madza, & CORROCHANO, Maria Carla (2007). *Almanaque da Juventude e o Mundo do Trabalho*. Recife: Ação Educativa, FES, Redes e Juventudes.

TOMMASI, Livia e VELAZCO, Dafne (2013). A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária. *Revista do IEB*, n. 56.

VELAZCO, Dafne Jazmin (2014). O discurso da "cidade integrada" no Rio de Janeiro e suas implicações no cotidiano de jovens moradores da Cidade de Deus. Monografia de conclusão do Curso de graduação em Ciências Sociais. Niteroi: UFF.

YUDICE, George (2006). *A conveniência da cultura: uso da cultura na era global*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Trajetórias e aspirações profissionais de jovens portugueses diplomados e empreendedores[1]

Rachel Almeida[2]

Esta comunicação analisa as aspirações profissionais de um grupo de jovens diplomados que vivenciaram uma ou mais experiências empreendedoras no início da inserção profissional (primeiros 5 anos). Formados nas mais diversas áreas, detêm bagagens profissionais variadas e *background* familiares distintos. Suas trajetórias revelam as novas tendências e dinâmicas do contexto capitalista pós-fordista (desemprego, autoemprego, fluidez, precariedade) bem como um conjunto de novos valores que se forjam associados às esferas do trabalho, da cultura e do lazer, imiscuindo-se a práticas de uma vida saudável. Essas aspirações profissionais transitam desde a elaboração de uma "autonomia tática", refletida na gestão de trajetórias profissionais enquanto empresários de si, até a perspectiva de transformação social e de preservação ambiental. Em cenários de grande volatilidade, essas trajetórias sintetizam conexões entre os novos contextos de produção de bens materiais e imateriais, novas formatos de relações de trabalho e de aspirações profissionais.
Palavras-chave: inserção profissional, empreendedorismo, indústria cultural

As análises acerca da esfera do trabalho, suas dinâmicas e crises, configuram um singular caminho para se conhecer tanto a constituição das sociedades ocidentais, industriais ou pós-industriais, quanto à vida do sujeito contemporâneo. Com efeito, o trabalho *"é a maneira de assegurar a vida material, de estruturar o tempo e o espaço, é o lugar da expressão da dignidade de si próprio e das permutas sociais"* (SCHNAPPER, 1998, p. 18). Na atual conjuntura pós-industrial, observa-se que o desenvolvimento de um "novo capitalismo", assente em novas formas ideológicas (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2002) e a crise do modelo de desenvolvimento fordista reverberam nos processos produtivos (HARVEY, 1998; ANTUNES, 2007), nas relações de trabalho (OFFE, 1989, GORZ, 2007), na identidade e no comportamento do sujeito (DUBAR, 2006; SENNET, 2001; SENNET, 2006).

Essa reestruturação do capitalismo, que tem início nos anos 1970, especialmente nas sociedades avançadas, é concomitante ao processo de globalização que induz mudanças qualitativas nos processos produtivos (novas tecnologias e novos padrões de gestão das organizações), político-ideológico (predomínio do neoliberalismo), colocando em pauta o lugar ou o sentido atribuído, de forma subjetiva, pelo indivíduo ao trabalho, bem como a articulação entre a esfera do trabalho e as demais esferas da vida social (SCHNAPPER, 1998; MEDÁ, 1999; SENNET, 1999; DUBAR, 2006).

O campo da Sociologia mantem as elaborações teóricas e empíricas acerca dessas mudanças, especialmente do ponto de vista do processo produtivo (HARVEY, 1998; GORZ, 2007), da gestão organizacional, da crise do Estado de bem-estar social, das relações de trabalho, da regulamentação ou desregulamentação dos processos de trabalho (OFFE, 1989). Entretanto, estamos diante de um cenário que exige abordagens capazes repensar a própria noção de trabalho e de contemplar a perspectiva de trabalho material e imaterial, o que coaduna com novas análises do próprio processo de trabalho e suas relações com o tempo e com o espaço. Análises que tendem também a observar o modo como essas transformações reconfiguram inclusive os limites entre a esfera do trabalho e a da família ou as demais esferas da vida social.

Neste contexto a inserção profissional dos jovens altamente qualificados torna-se um especial objeto de estudo uma vez que atualmente a despeito da ampliação dos anos de estudo e da maior qualificação, comparada às gerações anteriores, a juventude vem enfrentando maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho,

---

1 Este artigo integra o projeto "Percursos de inserção dos licenciados: relações objectivas e subjectivas com o trabalho" (PTDC/CS-SOC/104744/2008), financiado por fundos nacionais portugueses, através da Fundação para a Ciência e Tecnologia, sediado no CESNOVA e o projeto "Ensino superior e inserção profissional: uma incursão pelas trajetórias e disposições de jovens empreendedores", realizado no quadro de uma bolsa de pós-doutorado da Capes (processo 4035-11/9).

2 Pós-Doutora em Sociologia (Universidade Nova de Lisboa), professora PUC Minas, pesquisadora colaboradora do Observatório da vida estudantil da UnB.

fato que passa a ser um aspecto fundamental dos processos de transições para a vida adulta, recorrente em diversos países (GUERREIRO e ABRANTES, 2004; BLASCO, 2008; CHIESI & MARTINELLI, 1997, PAIS, 1991, 1993).

No bojo da defasagem entre oportunidades objetivamente oferecidas em um determinado momento e as aspirações e expectativas dessa juventude emergia uma "geração enganada" que seria profundamente questionada em sua identidade social, na imagem de si mesma, por um sistema escolar e um sistema social que se limitavam a apresentar-lhe "vãs promessas" (BOURDIEU, 2007). Essa situação gera para os jovens diplomados incertezas com relação ao estatuto social, aos rendimentos econômicos e ao próprio significado e valor do ensino superior (ALVES, 2009; ALMEIDA, 2010). Nesse cenário, na perspectiva bourdiana os jovens só conseguiriam restaurar a sua integridade pessoal, respondendo com uma recusa global aos veredictos propostos pela sociedade. É, portanto, relativamente recente, a partir da década de 1970, no rastro das grandes transformações pós-industriais na esfera do trabalho, que *pari passu* se desenvolvem os estudos acerca da inserção profissional, com o impulso da experiência francesa.

Recorremos às análises da trajetória de jovens diplomados portugueses que vivenciaram uma ou mais experiências, ora denominadas de iniciativas empreendedoras, ao longo dos seus cinco primeiros anos de inserção profissional, com o interesse de captar tanto as transformações objetivas da esfera do trabalho quanto os novos sentidos atribuídos de forma subjetiva pelo sujeito ao trabalho.

A identificação dos sujeitos desta pesquisa teve como ponto de partida a base de dados quantitativos produzida pelo Observatório da Inserção Profissional dos Diplomados da Universidade Nova de Lisboa (OBIPNOVA). Recorremos aos dados de duas coletas distintas, ambas realizadas em 2010: a primeira, realizada junto aos alunos que concluíram seus cursos em 2004/05, cujo escopo perscrutou os 5 primeiros anos de inserção profissional, e a segunda contemplando aos concluintes de 2008/09, mapeando o primeiro ano de inserção.

Destas bases de dados filtramos aqueles que se distinguem dos demais por terem em algum momento ao longo dos seus percursos "criado uma empresa/um consultório/um escritório ou criado o próprio emprego"; o que por um esforço de síntese será aqui classificado como trajetória empreendedora. É importante ressaltar que estes jovens se diferenciam inclusive daqueles que "começaram a trabalhar a título individual, como consultor ou na prestação de serviços". A não inclusão desses últimos se justifica, primeiro, porque nosso ponto de partida é o conceito de empreendedorismo adotado pela União Europeia no qual os trabalhadores independentes não se enquadram e, segundo, porque, em geral, esse grupo é composto por jovens que estão inseridos no mercado de trabalho adotando uma forma flexível de contrato[3].

Todos os jovens que se enquadravam nos critérios acima receberam uma mensagem personalizada, enviada para seus e-mails cadastrados na Universidade, com um convite para que nos concedessem uma entrevista. Ao todo concretizamos 9 entrevistas em profundidade, possibilitando que os entrevistados contassem as suas histórias de inserção[4].

O olhar analítico seguiu uma perspectiva metodológica que é central para o OBIPNOVA desde a coleta dos dados, ou seja, a compreensão da inserção profissional como um processo que envolve tanto a sucessão de posições no mercado de trabalho quanto à própria socialização profissional. O que requer, por conseguinte, uma análise de dimensões objetivas e subjetivas uma vez que a inserção profissional obriga a considerar: (i) os percursos objetivos de passagem de uma posição a outra, (ii) os recursos mobilizados para essa transição, (iii) e as relações subjetivas que os indivíduos estabelecem com o trabalho, configuradas tanto a partir dos valores do trabalho que orientam esses percursos quanto do processo de construção das identidades pessoais e coletivas (CHAVES, 2010; ALVES, 2009). Nesta toada, para as análises dessas entrevistas recorremos às orientações preconizadas por Bourdieu (1996) e Lahire (2004) quando se referem à importância das análises das origens social e familiar e das trajetórias de vida para a compreensão das disposições e das estratégias dos atores sociais.

---

3 A respeito do trabalho independente em Portugal ver Freire (1994; 1995) e Rebelo (2003).

4 Essas entrevistas tiveram entre 60 e 90 minutos de duração e foram realizadas na própria Universidade ou utilizando o skype com imagem e som (já que dois entrevistados residiam em outras cidades de Portugal e um deles na Inglaterra).

Aspirações profissionais e trajetórias empreendedoras: o jogo da aprendizagem e da autonomia

Algumas das recentes investigações sobre o processo de inserção profissional identificaram tipos-ideais de identidades e percursos profissionais (VINCENS, 1997; DUBAR, 2006). Destacamos neste caso o "mundo dos empresários de si", descrito por Alves (2009) como o universo daqueles que optam pelo trabalho autônomo, em que prevalece a valorização da atividade independente e no qual se distingue uma disposição constante para a reinvenção da situação profissional. Assim, aqueles que se inscrevem nesse percurso gerem-se como se fossem uma empresa, gizando "*estratégias de negócio que analisam e reformulam em função dos resultados*"; em contrapartida, sabem que não há estabilidade de rendimento. Trata-se, portanto, de um segmento juvenil "*onde impera o risco e a incerteza e a responsabilização individual é um princípio orientador da acção*" (ALVES, 2009, p.255).

O percurso enquanto "empresários de si" emerge a partir da convergência de três vetores: o contexto econômico, que reduz concretamente o número de postos de trabalho, os novos valores do trabalho ou aspirações profissionais e as novas bases tecnológicas que transformam as noções de tempo e de espaço.

Os jovens que participaram desta pesquisa são graduados em diversas áreas científicas (Administração, Ciências da Computação, Ciências da Comunicação, História, Letras, Conservação e Restauro) e detêm bagagens profissionais variadas (alguns com larga experiência profissional em grandes empresas e instituições, outros com variadas experiências em microempresas). Suas trajetórias revelam um conjunto de novos valores que se forjam associados às esferas do trabalho, da cultura e do lazer, imiscuindo-se a práticas de uma vida saudável. Suas aspirações profissionais transitam desde a elaboração de uma "autonomia tática", refletida na gestão de trajetórias profissionais enquanto empresários de si, até a perspectiva de transformação social e de preservação ambiental. Em cenários de grande volatilidade, essas trajetórias sintetizam conexões entre os novos contextos de produção de bens materiais e imateriais, novas formatos de relações de trabalho e de aspirações profissionais.

Ou seja, estamos abordando objetos/sujeitos empíricos que nos remetem a questões clássicas: o trabalho enquanto garantia de recursos materiais e da própria sobrevivência, como vetor estruturante do tempo e do espaço sociais e também um *locus* de expressão da própria dignidade e identidade social (SCHNAPPER, 1998). Situados na dinâmica pós-fordista, os jovens objetos desta pesquisa se reconhecem como responsáveis pelo próprio destino laboral, sem grandes demandas em relação ao Estado e com o encargo atribuído em relação à manutenção da empregabilidade.

Os negócios são muito variados: vão desde a revenda de joias e mercadorias produzidas no Nepal até a produção e comercialização de biodiesel. A marca deste grupo não é um empreendedorismo por necessidade e sim uma conjuntura em que se associam oportunidade e aspirações profissionais. Excetuando um caso de representante de uma das maiores multinacional de vendas diretas do mundo, as demais atividades empresariais são de pequena escala, em geral, envolvendo um ou dois sócios e, eventualmente, um grupo muito restrito de colaboradores. As suas aspirações profissionais muitas vezes estão amalgamadas aos próprios produtos ou atividades desenvolvidos. Neste artigo vamos explorar dois dos valores do trabalho que são enfatizados de modo recorrente: a possibilidade de aprender coisas novas e a autonomia.

A aprendizagem tornou-se um componente essencial na elaboração das trajetórias profissionais. Essa componente valorativa do trabalho não está relacionada apenas à formação continuada, mas carrega em si à importância atribuída ao fato do próprio processo de trabalho propiciar aprendizagens, promover competências e estimular a busca pelo conhecimento. Ou seja, o trabalho tem aqui um papel formador, enquanto espaço em que se aprende constantemente e como espaço que permite a expressão das capacidades, chegando ao ponto de exigir para além de suas competências. Para esses jovens, é importante ser confrontado com novos desafios que estimulem o desenvolvimento pessoal. A aprendizagem está intrinsicamente associada à possibilidade de exprimir as próprias capacidades, como revela Mateus:

> *Entretanto, lá está, não sei se era, se era já o bichinho de empreendorismo mas aquilo não era para mim, porque de facto o que eu fazia tinha, a minha opinião contava pouco para o que eu fazia e então eu era mais, tinha de fazer aquilo que*

> *já estava pré-definido e se achava que estava alguma coisa mal isso não contava para nada e então depois isso fazia-me muita confusão, não poder mudar, não poder fazer aquilo que achava mais correto (....) e então acabei por me despedir de uma empresa com 600 pessoas e fui para uma start up que na altura tínhamos 3 pessoas, hoje já somos 6 mas na altura tinha 3 pessoas, a ganhar menos, mais perto de casa por acaso mas pronto, teve outras dificuldades que não tinha na altura com 600 pessoas, mas não tinha muita da burocracia também que tem uma empresa de 600 pessoas, que é preciso para mudar qualquer coisa é preciso telefonar para não sei quem para depois vir um e-mail para responder a 3 pessoas, isso também acabou. As 3 pessoas entendem-se ali numa sala pequenina, tem essa vantagem. A empresa cresceu, passámos a 6 e tem uma cultura muito empreendedora* ***(Mateus).***

Este é um grupo, portanto, que mobiliza as aprendizagens estratégicas, de natureza cumulativa, tendo como substratos razoáveis capitais culturais, que "*se beneficiam da interpenetração das várias esferas da vida social: escola, trabalho e lazer*" (PAIS, 2012, p.148).

Como sublinha Pozo, "*la experiencia laboral y/o la satisfacción de sus necesidades e intereses creativos originan que se encuentren motivados de manera continua en la adquisición de aprendizajes específicos que ayuden a la concreción de sus proyectos creativos y lúdicos"* (POZO, 2012, p.41). Aliás, o papel da aprendizagem é bastante explorado no referido estudo conduzido por Cancline, Cruses e Pozo (2012), com o intuito de compreender as atuais estratégias de inserção profissional de jovens espanhóis e mexicanos, especialmente aqueles que se movem no terreno da indústria cultural, dedicados a atividades criativas, analisados como empreendedores, *trendsetters, tchsetters, prosumidores*[5]. À guisa de uma conclusão sobre as principais estratégias acionadas por esses jovens, Gutiérrez (2012) assinala que há uma tendência de adoção de estratégias de aprendizagem que sirvam para a vida e para o trabalho. Assim, esses jovens ao mesmo tempo em que *"se orientan hacia una educación centrada en un aprendizaje pragmático", costumam também praticar "una formación configurativa, es decir formación entre pares y autodidactismo"* , fazendo bastante uso da interatividade, da conexão, das redes sociais e baseando-se na experiência e na descoberta que as próprias ferramentas multimídias oferecem. A associação dos aprendizados formais e informais, promovidos por redes geracionais e intergeracionais, "*permiten a los trends aprender otras competencias y poner a prueba un conjunto de habilidades como la capacidad de organizarse y de percibir y utilizar allí las circunstancias como oportunidades de aprendizaje"* (GUTIÉRREZ, 2012, p.125)[6].

Este processo vem sendo descrito de forma analítica por Dubar (2006) como uma dinâmica organizada em torno de três tendências nomeadas por "resolução de problemas", "realização de competências" e "relação de serviço". O trabalho como resolução de problemas é gestado em um ambiente de concorrência e competição empresarial acompanhado por redução de emprego e racionalização de recursos humanos. No ponto de vista de Dubar (2006), esse ambiente cria um campo de problemas – a gerir e para se tentar resolver – que pressiona o trabalhador a "elaborar modos operatórios que mobilizem os seus próprios recursos" a "readaptar objetivos prescritos e desenrascar-se com os meios que dispõe", pois são os recursos para resolver os problemas que rentabilizarão os investimentos e elaborarão estratégias diante da concorrência e competição.

Assim, associada à aprendizagem, a valorização da competência pessoal tem uma história recente que inicialmente parte da responsabilidade das organizações e de certos segmentos educativos no desenvolvimento das competências pessoais, mas que já nos anos 90 começa a pressupor a responsabilidade individual do trabalhador em desenvolver continuamente as suas próprias competências. A responsabilidade pessoal vem acompanhada da noção de empregabilidade que se refere justamente à possibilidade de manter-se em estado de competência, de competitividade no mercado.

---

5 Este termo é usado para designar os jovens criativos que redesenham as fronteiras entre produção e consumo.

6 Essa relação dos jovens com a aprendizagem tem sido foco de interesse a nível europeu especialmente no campo dos estudos acerca da aprendizagem ao longo da vida. Uma discussão mais aprofundada dessa questão pode ser vista no debate entre Manuela du Bois-Reymond (2000, 2004) e Brooks e Everett (2008).

A assunção da expressão das competências associada a certo grau de liberdade de ação em relação ao trabalho prescrito evidencia a perspectiva da autonomia. Assim é que a autonomia passa a ser um argumento usado inclusive de forma recorrente para explicar a troca de emprego privado com certa estabilidade pela experiência em uma atividade própria, de pequena escala, em uma equipe reduzida, como releva João:

> *A proposta que eu tive de Espanha era interessante porque como já disse também era num ambiente assim mais pequeno, mais controlado, mais startup...e achei mais interessante do que trabalhar para uma grande consultora em que simplesmente era mais um número...foi principalmente isso que me motivou a ir para Espanha.* ***(João).***

Com efeito, a autonomia denota a chance de o jovem definir por si próprio a trajetória que percorrerá em direção ao objetivo proposto pela organização, aplicando os conhecimentos e as experiências prévias durante a realização da atividade. Assim é que no relato abaixo, Luís expõe a percepção de que quanto maior a autonomia, maior o poder decisório e a sensação de liberdade de ação.

> *O que me motivou mais a ir com eles foi conhecer esse rapaz e identificar-me bastante com ele e, além disso, a promessa de funcionar num ambiente de trabalho que me agrada muito mais do que aquele onde eu estava, nomeadamente eu estou a trabalhar a partir de casa, tenho horário completamente flexível, trabalho um bocado por objectivos, nós definimos o que temos para fazer, eu vou fazendo e faço no menor tempo possível, mas seguindo os meus ritmos e os meus horários, essas coisas todas, isso agrada-me bastante. Depois o facto de ser, isto eles estavam na altura a entrar num programa que é a Start up Chile, eles estavam lá no Chile, e eu fiquei a trabalhar de cá, depois fui também um mês para lá a trabalhar com eles. Todo este tipo de experiência agrada-me bastante, conhecer novos países, trabalhar de formas variadas e essa foi a principal razão que fui com eles* ***(Luís).***

Essa autonomia é compreendida como a possibilidade de assegurar certas expectativas como: controle do tempo dedicado ao trabalho ("*horário completamente flexível*", "*faço no menor tempo possível*", "*seguindo os meus ritmos e os meus horários*") e poder decisório ("*nós definimos o que temos para fazer*") à medida que confere liberdade em relação ao trabalho prescrito ("*nós definimos o que temos para fazer*", "*trabalhar de formas variadas*") [7].

A adaptação do sujeito a um ambiente cria um campo de problemas em que o mesmo é colocado a gerir e a encontrar soluções, mobilizando os próprios recursos, readaptando os objetivos prescritos. Como consequência há a valorização da competência pessoal e uma relação com o trabalho com o foco no "cliente final", tendências essas que associadas transformam a cultura burocrática de controle em ambientes flexíveis, com maior grau de liberdade e de autonomia (DUBAR, 2006).

Chiesi e Martinelli (1997) também identificaram que os jovens italianos prezam a liberdade e a autonomia, especialmente quando exercem um trabalho no qual é possível exprimir as suas próprias capacidades. A autonomia é revelada também como a liberdade de exprimir as capacidades e o desejo de assunção de responsabilidades que garantam a liberdade de ação. Os autores sugerem que a exigência de autonomia, uma atitude de experimentação e uma abordagem realista quanto à escolha do trabalho – capaz de mediar expectativas e oportunidades – são os traços mais marcantes dos jovens italianos entrevistados.

Os contextos que garantem maior autonomia e flexibilidade, em geral, estão associados à menor burocratização e também a uma maior instabilidade e insegurança em relação às garantias de estabilidade no cargo. Nota-se que esse caminho "*can provide choice, autonomy and satisfaction but it also involves constant uncertainty, insecurity and change. Many young people find this trade-off autonomy against insecurity more attractive than working for a large, impersonal organization*" (LEADBEATER & OAKLEY, 1999, p. 15). A necessidade de autonomia em contraponto ao engessamento da burocracia foram conclusões também apontadas pelos jovens portugueses, o que Pedro evidencia do seguinte modo ao relatar a sua história:

---

7 No Brasil já há alguns estudos que apontam a importância do valor autonomia na esfera do trabalho. A este respeito, sugerimos ver (BENDASSOLLI e BORGES-ANDRADE, 2011; BORGES, 1999; BORGES e ALVES FILHO, 2001).

> *Essencialmente estava bastante farto do que fazia. Há dez anos que fazia o que fazia... Já há três anos que andávamos a discutir. Nós éramos da parte do órgão de gestão máximo da empresa, e...já há uns anos que tentávamos que a empresa seguisse outro rumo, dentro da nossa possibilidade. Até que chegou a um ponto em que não concordávamos com nada...com o rumo da empresa e como gestores, não fazia sentido continuar na empresa...* ***(Pedro)****.*

Ou seja, as jaulas de ferro hoje se reconfiguram em novos formatos, de tal forma que os jovens "*no soportan trabajar ocho o más horas en una oficina o ambiente que jala a los sujetos a la mediocridad y al aburrimiento*" (POZO, 2012, p.40). Essas novas jaulas se tangibilizam tanto via incômodos subjetivos relativos à sensação de cerceamento contínuo quanto à prisão promovida pelos ternos, gravatas e salas escuras, tal como relatam Pedro, acima, e Luís, abaixo:

> *Então, a minha chegada à empresa, eu sai da faculdade há mais ou menos 1 ano e fui trabalhar como consultor e nos primeiros 4 meses em que estive nessa consultora, estive a trabalhar no escritório da empresa, que eles estavam a desenvolver "in house" e estava a gostar muito da experiência, o ambiente que eu sentia era um ambiente não muito distinto da faculdade, sentia-me a trabalhar na..., era uma equipa pequena, estava a trabalhar com coisas que eu gostava e isso entusiasmou-me, eu estava a gostar bastante dessa experiência. Entretanto, o produto foi um bocado, chegou a um ponto em que estava bastante desenvolvido e eles acharam que precisavam de menos pessoas nesse projecto e então deslocalizaram-me para ir para um cliente, que era nas Finanças e eu não gostei nada daquilo. Tinha que usar fato, havia muito pouca luz na sala onde estava a trabalhar, essas coisas todas e não gostei muito da experiência e comecei à procura de outras alternativas* ***(Luís).***

Desse modo, em um contexto pautado pelo risco, as relações de poder, o controle, a flexibilidade e o tempo estão intrinsecamente articulados nas relações de trabalho estabelecidas nas sociedades pós-industriais, o que estimula Sennett (1999) a reler o conceito de burocracia tributário da sociologia weberiana dando o seguinte enfoque:

> O tempo nas instituições e para os indivíduos não foi libertado da jaula de ferro do passado, mas sujeito a novos controles do alto para baixo. O tempo da flexibilidade é o tempo de um novo poder. Flexibilidade gera desordem, mas não livra das limitações. (SENNET, 1999, p. 69).

Esses argumentos em torno das transformações nas relações de poder, de controle e de gestão do tempo nos conduzem a abordagem acerca da elaboração ou reelaboração da centralidade do trabalho, realizada pelo sujeito nesse novo contexto do capitalismo. Pois, em especial, uma vez que compreendemos a centralidade do trabalho como um processo que está relacionado às demais esferas da vida do indivíduo exige-se um esforço de análise integrada desse processo de flexibilidade, tempo e espaço. Nesse novo capitalismo, as experiências de flexibilidade, de risco e de fracasso estão imbricadas, pois é exigida do sujeito trabalhador disposição para correr risco, flexibilidade necessária e preparo para assumir novas funções e novas atividades, flexibilidade para lidar com circunstâncias que envolvem risco e a superação do fracasso.

Na concepção de Sennett (1999, 2001), os indivíduos no mundo do trabalho ou na vida pessoal estão se tornado mais adaptáveis às circunstâncias variáveis, exercitando essa flexibilidade que algumas vezes pode vir acompanhada de uma sensação de deriva, que decorre da experiência do risco, da exigência de flexibilidade e da dificuldade de legibilidade da esfera do trabalho. Qualquer desses fatores gera vulnerabilidade, uma vez que âncoras outrora bastantes presentes e resistentes – rotina, estabilidade profissional e perspectiva de carreira – tendem a volatilizar-se.

Para Sennett (2001), dentre algumas dinâmicas que o novo capitalismo fomenta na condição de vida do sujeito na esfera do trabalho podemos citar a experimentação da sensação de deriva, a vivência de experiências de

fracasso e a dificuldade de legibilidade da esfera do trabalho. Segundo o argumento do autor, a instabilidade das organizações flexíveis impõe aos trabalhadores a necessidade de correr riscos em seu trabalho, bem como de correr o risco de perder o trabalho. Nesse aspecto, sua abordagem sobre a cultura contemporânea do risco é peculiar por destacar que dentro das organizações flexíveis o "não se mexer" é sinal de fracasso. Assim, por temer o fracasso, o indivíduo é impelido a arriscar-se, mesmo que lhe pareça contraditório. Com efeito, essas diversas formas de flexibilidade são gestadas essencialmente a partir de três processos recorrentes: a reinvenção descontínua das instituições (por meio de processos como a reengenharia, que envolve as reduções de empregos), a especialização flexível da produção (gerada a partir de demandas variadas e da volatilidade do mercado) e a concentração de poder sem centralização, em que o controle passa a ser estabelecido por meio de metas (SENNETT, 1999). Em última instância essa flexibilidade significa uma distribuição do risco outrora assumido pelo Estado e pela economia agora é fardo carregado também pelo próprio sujeito.

Sintéticas notas

Este artigo aponta resultados iniciais de uma pesquisa realizada com um grupo de jovens portugueses, egressos do ensino superior, que vivenciaram experiências de iniciativas empreendedoras. O principal intuito desse projeto de pesquisa é o de mapear as principais aspirações profissionais que conduzem às trajetórias empreendedoras.

Os resultados indicam que as principais aspirações profissionais desse grupo transitam desde a elaboração de uma "autonomia tática", refletida na gestão de trajetórias profissionais enquanto empresários de si, até a perspectiva de transformação social e de preservação ambiental.

Optamos neste artigo por realçar o jogo entre aprendizagem e autonomia, uma vez que esses valores do trabalho são transversais à maioria das entrevistas e se articulam tanto no traçado das trajetórias quanto na própria construção dos projetos de vida e das identidades profissionais.

Esses aspectos se articulam nos discursos dos jovens ao concretizarem suas trajetórias profissionais, pois quer o aprendizado, quer a autonomia são diretrizes para a elaboração dos percursos pautados especialmente na busca contínua pelo crescimento profissional.

As trajetórias profissionais são desenhadas a partir da premissa de que haverá uma sucessão de etapas em que o caminho é basicamente individual e autogerido, independente das ações das empresas ou do Estado. Na visão dos jovens – aprendizado e autonomia - estabelecem uma articulação, como um ciclo virtuoso almejado. Os jovens reproduziam com propriedade e exemplos práticos um campo de possibilidades em que essas aspirações profissionais se retroalimentam guiando as escolhas e trajetórias profissionais.

Referências

ALMEIDA, Rachel de Castro**. O valor do trabalho para a juventude contemporânea na elaboração de projetos de vida**. 2010. 218f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ALVES, Natália. **Inserção profissional e formas identitárias**: o caso dos licenciados da Universidade de Lisboa. Lisboa: Educa, Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho**? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

BENDASSOLLI, Pedro F.; BORGES-ANDRADE, J. E. Significado do trabalho nas indústrias criativas. **Revista Administração Empresas**. Abr 2011, vol.51, no.2, p.143-159.

BLASCO, Andreu López. Jóvenes en España a las puertas de la participación social y económica. Estrategias individuales y respuestas políticas. Revista Pensamiento Iberoamericano, no 3, 2008.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **El nuevo espíritu del capitalismo**. Madrid: ediciones Akal, 2002.

BORGES, Livia. A estrutura fatorial dos atributos valorativos e descritivos do trabalho: um estudo empírico de aperfeiçoamento e validação de um questionário. **Estudos de Psicologia**, 1999, 4(1), 107-139.

BORGES, Livia; ALVES FILHO, Antônio. A mensuração da motivação e do significado do trabalho. **Estudos de Psicologia**, 2001, 6(2), 177-194.

BOURDIEU, Pierre**. A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BRANNEN, J. and NILSEN, A. (2002) Young People's Time Perspectives: from youth to adulthood, **Sociology**, 36 (3) pp.513-536.

BROOHS, R., EVERETT, G. "New European Learners? Analysis of the "trendsetter" thesis". **Journal of Youth Studies**. 2008, vol.11, No 4. pp. 337-391.

CHAVES, Miguel. **Confrontos com o Trabalho entre Jovens Advogados**: as Novas Configurações da Inserção Profissional. Lisboa: ICS, 2010.

CHESI, Antonio; MARTINELLI, Alberto. O trabalho como escolha e oportunidade. **Revista Brasileira de Educação**, mai/ju/jul/ago, 1997. n5, set/out/nov/dez, 1997, n6.

du BOIS REYMOND, M. (2000) Trendsetter learners and other types of lifelong learners. IN: ALHEIT, P. et al. (Eds.) **Lifelong Learning Inside and Outside Schools**, Roskilde: Roskilde University, Universität Bremen and University of Leeds, p. 400-422.

du BOIS REYMOND, M. Youth – Learning – Europe. Ménage à trios? **Young**, 2004, 12 (3), pp.187-204.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades**: a interpretação de uma mutação. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

GORZ, André. **Metamorfoses do Trabalho**: crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2007.

GUERREIRO, Maria das Dores; ABRANTES, Pedro. **Transições incertas**: os jovens perante o trabalho e a família. Comissão para a igualdade no trabalho e no emprego. Lisboa: DGEEP. CID, 2004.

GUTIERRÉZ. Enedina Ortega. Aprendices, emprendedores y empresarios. In: CANCLINI, Néstor García; CRUCES, Francisco; POZO, Maritza Urteaga Castro (coord.). **Jóvenes, culturas urbanas y redes digitales**: prácticas emergentes en las artes, las editoriales y la música. Madrid: Fundación Telefónica, Barcelona: Editorial Ariel, S.A., 2012.

LAHIRE, Bernard. **O homem plural**: as molas da acção. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

LEADBEATER, C.; OAKLEY, K. **The Independents**. Britain's New Cultural Entrepreneur. Gran Bretaña: Demos, 1999.

MÉDA. Dominique. **O trabalho**: um valor em vias de extinção. Lisboa: Fim de Século Edições, 1999.

NICOLE-DRANCOURT, C.; ROULLEAU-BERGER. **L'insertion sociale des jeunes en France**. Paris: PUF, 1995.

OFFE, Claus. Trabalho: categoria-chave da Sociologia? **Revista brasileira de Ciências Sociais,** v.4, n,10, jun, 1989.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. 1993.

PAIS, José Machado. Emprego juvenil e mudança social: velhas teses e novos modos de vida. **Análise Social**, vol XXVI, 1991 (5º), 945-987.

PAIS, José Machado. O mundo em quadrinhos: o agir da obliquidade. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; PAIS, José Machado (org.). **Criatividade, Juventude e Novos Horizontes Profissionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

POZO, Maritza Urteaga Castro. De jóvenes contemporáneos: Trendys, emprendedores y empresarios culturales. In: CANCLINI, Néstor García; CRUCES, Francisco; POZO, Maritza Urteaga Castro (coord.). **Jóvenes, culturas urbanas y redes digitales**: prácticas emergentes en las artes, las editoriales y la música. Madrid: Fundación Telefónica, Barcelona: Editorial Ariel, S.A., 2012.

SCHNAPPER, Dominique. **Contra o fim do trabalho**. Lisboa: Terramar, 1998.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SENNETT, Richard. **A cultura do Novo Capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TROTTIER, C.; PERRON, C.; DIAMBOMBA, **M. Les cheminements scolaires et l'insertion professionnelle des étudiantes de l'université**. Sainte-Foy: LE presse de l'Université Laval, 1995.

VINCENS, J. **L'insertion professionnelle des jeunes**: à la recherché d'une définition conventionnelle. Formation-Emploi, n. 60, p. 21-36, 1997.

Das conferências nacionais brasileiras ao estatuto da juventude: surgimento de um novo sujeito político?

Maria Tarcisa Silva Bega[1]

Resumo: Apresentamos os resultados preliminares da investigação sobre as pautas apresentadas pelos grupos juvenis organizados – vinculados ao mundo do trabalho, educação e cultura -, nas Conferências Nacionais da Juventude ocorridas em 2008 e 2011 no Brasil. A hipótese norteadora é que, se por um lado cresce o seu reconhecimento como sujeito político, por outro a institucionalização produzida pelo Estado gera esvaziamento das pautas, evidenciado pelas "Jornadas de junho". Como contraponto, analisamos preliminarmente ações do Executivo (aprovação em agosto/2013 do Estatuto da juventude e a criação do Participatório – observatório participativo da juventude, um canal digital de comunicação com os jovens), destinadas a garantir a presença da juventude na arena política brasileira. Buscamos compreender como tais instrumentos acionados pelo Estado apreendem e encaminham as demandas juvenis vinculadas ao mundo do trabalho e às (novas) formas de sociabilidade.

Palavras-chave: Juventude, Observatório participativo da juventude; controle social; accountability.

Juventude como categoria sociológica, como tempo de transição e como objeto de ação estatal tem dominado a agenda acadêmica e governamental. Este fenômeno não ocorre num ou noutro país, mas ultrapassa fronteiras, constituindo-se em tema que vem merecendo agendas através de acordos internacionais e se firma como tema de pesquisas e reflexões no mundo universitário.

Sob os auspícios de agências multilaterais como a UNESCO, por exemplo, na América Latina tem se observado um volume considerável de estudos organizados através de grandes enquetes, sistematizações de dados coletados por agências governamentais e estudos qualitativos, destacando a presença de várias juventudes dentro de um mesmo grupo etário, aqui demarcado entre 15 e 29 anos. A produção disponível aponta para uma variedade grande de estudos focados em aspectos da vida juvenil, relacionando-a com outras variáveis como escola, trabalho, saúde, sexualidade, cultura, cidadania, violência, meio ambiente, campo e cidade e assim por diante.

No caso brasileiro, vive-se um *"boom"* nos estudos sobre juventude, a partir de situações-limites em que jovens estão expostos à ação (e à omissão) estatal, cujo resultado concreto, no campo institucional, foi definir políticas para juventude em âmbito nacional, a partir de 2005 com a criação do Conselho Nacional de Juventude.

No cenário desenhado pela comunidade acadêmica, às vezes em tom de denúncia, outras como diagnóstico de situação, verifica-se que se desenvolve para com sua juventude um misto de admiração e culto, combinados com certa apatia ao que podemos chamar de genocídio silencioso. Há, por outro lado, leitura resultante de mobilizações dos próprios jovens, numa organização polissêmica que incorpora incontáveis possibilidades de diferenças, como as de classe, de gênero, de raça/etnia e de localização geográfica, passando pelas tonalidades político-partidárias, pelas manifestações culturais e vínculos com o mundo do trabalho.

Nesse conjunto de reflexão acadêmica, propostas de intervenções práticas nascidas das experiências do Estado e da mobilização juvenil, destaca-se a questão do controle social, quer numa leitura apoiada na tradição sociológica clássica, quer na perspectiva da (re)tomada, como projeto autonomista e emancipador dos agentes sociais (os jovens) em relação ao Estado. Assumimos aqui a crítica presente na literatura sociológica sobre a definição de juventude a partir de critérios etários. Por exemplo Bourdieu (1998) que, ao discutir a questão metodológica imposta pelo uso de categorias como a de juventude, afirma que a mesma precisa ser estudada

---

1 Socióloga, doutora em Sociologia, Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná-Brasil. Líder do Grupo de pesquisa Sociologia e Políticas Sociais (CNPq) e membro do grupo de pesquisa Pensamento social, intelectuais e circulação de idéias (CNPq). Contato: tarcisa.silva@gmail.com

a partir do contexto de relações em que se insere, adotando como método uma luta constante contra qualquer forma de percepção do mundo social como *substancialista*. Em outras palavras, é preciso trazer à tona os mecanismos históricos que permeiam qualquer pré-construção de categorias, indicando a necessidade de exercitar vigilância epistemológica sobre tais construções, como condição essencial para promover a ruptura com essas naturalizações.

Para este trabalho, desenvolvemos nosso argumento nas seguintes sessões: em primeiro lugar apresentamos a discussão teórica, através da qual a dimensão da categoria controle social adquire consistência enquanto instrumento analítico, quer na sociologia clássica, que na perspectiva de participação social ou como accountability; em seguida apresentamos a linha do tempo, do ponto de vista histórico, em que se institucionaliza, para o caso braileiro, as práticas estatais rumo à construção da juventude como dever de Estado; no outro momento, trazemos algumas reflexões, ainda em tom inicial, sobre as experiências do Estado advindas da ação movimentalista denominada "jornadas de junho".

Controle social: disciplinamento ou empoderamento?

Teoricamente tomamos a categoria de controle social em sua dupla dimensão – disciplinamento da sociedade sob a ação do estado e empoderamento dos agentes - articulando à polissemia da categoria de juventude . Leitura essa que tem dois grandes eixos: a tradição sociológica clássica e a perspectiva da (re)tomada, como projeto autonomista e emancipador dos agentes sociais (os jovens) em relação ao Estado. Assumimos aqui a crítica presente na literatura sociológica sobre a definição de juventude a partir de critérios etários. Bourdieu (1998), por exemplo, ao discutir a questão metodológica imposta pelo uso de categorias como a de juventude, afirma que a mesma precisa ser estudada a partir do contexto de relações em que se insere, adotando como método uma luta constante contra qualquer forma de percepção do mundo social como *substancialista*. Em outras palavras, é preciso trazer à tona os mecanismos históricos que permeiam qualquer pré-construção de categorias, indicando a necessidade de exercitar vigilância epistemológica sobre tais construções, como condição essencial para promover a ruptura com essas naturalizações.

O termo controle social está associado à longa tradição sociológica que remonta aos fundadores, em que aparece na obra durkheimiana como mecanismo fundamental do fato social, que são exteriores aos indivíduos e sobre eles exerce controle social. Durkheim falava da educação moral como uma das formas mais sutis e eficazes de controle social que a sociedade dispõe para manter a coesão social.

Por outro lado, na produção de base emancipacionista, cuja matriz original se assenta em Gramsci e foi apropriada pelos movimentos sociais e culturais, a noção de controle social assume outra dimensão – a de empoderamento ou *accountability.* Há o reconhecimento de a sociedade ser altamente estratificada, para além da dimensão de classes sociais, em que segmentos não dominantes da sociedade se apropriam de mecanismos de controle da ação do Estado, num jogo de contrapesos que produz como efeito o fato da representação dos interesses das classes dominantes perderem a absoluta hegemonia.

É no fulcro entre essas duas possibilidades analíticas e na tensão que elas geram, quer para a reflexão, quer para as ações concretas, que discutimos as possibilidades de a experiência brasileira produzir uma política assentada na noção de expansão de direitos para um segmento geracional- campo de intersecção entre as várias dimensões da cidadania (política, civil e social) – verificando em que medida pode corresponder, em suas ações concretas, a esta dupla (e aparentemente contraditória) dimensão.

Além desse deslizamento e re-apropriação de conceitos, originados no interior de uma teoria, por outras formulações ou outros agentes, há ainda certa noção, apoiada no senso comum: o controle é o mecanismo que o indivíduo médio se utiliza e sofre a ação, das medidas de sanção social, respondendo às expectativas de seus semelhantes. Resulta, em síntese, nas "práticas comportamentais normais".

Na discussão sociológica é derivada tanto de uma tradição weberiana como durkheimiana, cujo interesse pelo tema se acentua na década de 1920, na sociologia americana, na esteira dos estudos relativos ao desvio,

à criminalidade e aos processos de integração social dos imigrantes e minorias étnicas[2]. Mannheim (1971, p. 178), em obra da década de 1940, segue a tradição macrossociológica, definindo controle social como o "conjunto de métodos pelos quais a sociedade influencia o comportamento humano, tendo em vista manter determinada ordem". Associando a leitura sociológica à discussão freudiana, pode-se, segundo BOUDON e BOURRICARD, afirmar que controle social "se funda na capacidade do ator de ver seus próprios atos com o olhar com que um ator, qualquer que seja ele veria" (1993, p.102).

Formulamos, como uma questão a ser melhor trabalhada em outros momentos da pesquisa[3], a noção de "deslizamento conceitual", na medida em que controle social escapa de sua formulação inicial - os estudos sobre desvio e criminalidade – não sendo mais redutível nem ao espaço da violência (simbólica) e nem à noção inicial de fato social – passível de coerção exterior, trazendo ao bojo da discussão a temática da autonomia do(s) sujeito(s), no sentido durkheiminiano de "capacidade do indivíduo de reconhecer a si mesmo em suas obras e em seus projetos, de cooperar na condução de seu próprio desenvolvimento, de descobrir neste uma exigência de sua própria realização" (BOUDON e BOURRICARD, 1993, p. 103)[4].

Outros autores como GOFFMAN (1988), BECKER (2008) e ELIAS (2000), na esteira da produção sociológica, enfrentam a temática do desvio/anomia, trazendo-a para o tema da juventude e para situações da sociedade contemporânea. Tomando apenas a discussão presente em *Os estabelecidos e os outsiders*, ELIAS (2000) aponta que é possível compreender como a identidade grupal se constrói, não somente no sentido de normal/desviante, mas em torno de uma auto-imagem, da "minoria dos melhores", aqueles de uma "boa sociedade", opondo-se aos grupos estigmatizados, os *outsiders*, a "maioria do piores".

Se, por um lado, há um esforço de atualização da questão relativa aos grupos juvenis, por outro há também

---

2 Conforme já indicamos em trabalho anterior (SALLAS e BEGA, 2006), não é recente a preocupação da sociologia com a juventude mais como um problema social que como categoria analítica. Na sociedade moderna, a partir dos estudos da escola de Chicago, "a juventude foi tratada a partir do surgimento de comportamentos 'anormais' e 'desviantes' em que os grupos juvenis eram pensados como contestadores, excêntricos e delinqüentes. Essa abordagem da juventude foi em grande parte produzida com os estudos da Escola de Chicago nos anos de 1920-30 nos EUA, que tinha por temática a questão do crescimento urbano e seus efeitos sobre a população". Conforme apontamos, em Parsons "apesar de considerar a existência de uma subcultura juvenil não afasta-se da noção de 'desvio' como disfunção do processo de socialização. Numa outra direção, observa que na Escola Francesa, com os estudos de Edgar Morin (1986) a temática da juventude é pensada como sua constituição em sua categoria histórica, cuja existência é marcada por sua ambivalência: de um lado, a cultura juvenil expressa sua integração aos valores da sociedade de consumo e da indústria cultural; de outro, busca diferenciar-se a partir de estratégias de emancipação e de autonomia". (SALLAS e BEGA, 2006, p.44-45)

3A minha proposta de estágio pós-doutoral, a se realizar em Portugal junto ao Observatório Permanente da Juventude do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa se insere num projeto mais amplo de análise comparativa das políticas de juventude do Brasil e de Portugal, vinculada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Visa investigar como estes estados nacionais agem, no momento em que novas políticas se consolidam, como as de gênero, raça/etnia, geração entre outras. São Estados que se voltam para este grupo geracional através de ações práticas que ampliam o leque de direitos sociais centrando-se na inserção na escola e no trabalho e, paradoxalmente, responde de forma autoritária com processos institucionais de controle e disciplinamento sobre as diversas manifestações juvenis, especialmente aquelas no campo da sociabilidade e da cultura. Aqui se localiza o núcleo teórico, a partir do qual desenvolvemos um conjunto de hipóteses teóricas para investigação. Pretendemos discutir a tensão presente nas distintas apropriações que a noção de controle social possibilita, ao se estudar/implementar as políticas para juventude: controle social pode ser entendido tanto como processo institucional de disciplinamento e submissão às regras sociais, como a construção de espaço específico de autonomização e "empoderamento" desses grupos geracionais. Nesse entrecruzamento da discussão sociológica e das práticas políticas, é que se centra nossa pesquisa, que busca apreender as semelhanças/diferenças nas ações públicas presentes nos processos de integração-controle social.

4 Para Durkheim, moral é um sistema de regras ligadas intimamente tanto ao indivíduo quanto à sociedade. A vida coletiva é a base para toda consciência coletiva, a qual se sobressai sobre a consciência individual, e aqueles que se opõem a esses sentimentos coletivos são combatidos e julgados por terem cometido atos imorais, os quais necessariamente não são criminosos. Em síntese, para o autor, a moral é um conjunto de crenças e sentimentos comuns a uma sociedade e que são passados de geração a geração. Não nega a perspectiva histórica, quando reconhece que cada povo, em cada momento, apresenta um padrão moral diferenciado. (DURKHEIM, 2004)

outras abordagens, nas quais o controle social é apreendido numa outra chave de leitura - a da possibilidade emancipação/autonomia -, derivada tanto dos estudos a partir de Gramsci e das leituras advindas da tradição dos movimentos sociais[5].

Se, por um lado, há um esforço de atualização da questão relativa aos grupos juvenis, por outro há também outras abordagens, nas quais o controle social é apreendido numa outra chave de leitura - a da possibilidade emancipação/autonomia. Como afirma ALVAREZ:

> Após a Segunda Guerra Mundial, no entanto, a expressão começa a apontar para uma direção oposta. Sobretudo estudos no campo da Sociologia e da História do crime e do desvio recuperam, por um lado, questões macrossociológicas, como a da relação do Estado com os mecanismos de controle social. Por outro lado, a coesão social não será mais vista como resultado da solidariedade e da integração social, mas sim como resultado de práticas de dominação organizadas pelo Estado ou pelas "classes dominantes". Será esta orientação negativa da temática do controle social que ganhará cada vez mais importância tanto na Sociologia quanto na História a partir dos anos 60 do século XX. [...] Nesta nova perspectiva, entrecruzam-se novamente tanto autores de língua inglesa quanto autores franceses – como Edward Palmer Thompson (1924-1993) e Michel Foucault (1926-1984) – e distintas tradições teóricas, tais como as do marxismo e do pós-estruturalismo. A partir dos anos 80 do século XX, no entanto, também essa abordagem revisionista dos mecanismos de controle social sofre um novo conjunto de críticas. Na verdade, a mudança da valorização do problema ao longo do século XX [....] não alterou o núcleo original da discussão, que permaneceu quase sempre dependente da tradição inaugurada por Durkheim, que consiste em pensar as instituições sociais a partir de uma concepção relativamente unificada da sociedade, ou seja, tendo ainda como pano de fundo a questão da integração social. (ALVAREZ, 2004, p.170)

Rapidamente apresentado, aqui se coloca um das possibilidades de investigação, com a inclusão das experiências desenvolvidas nas democracias contemporâneas, considerando como/o quê nos estados nacionais têm sido objeto de reflexão/ações voltadas à juventude.

Juventude no Brasil: da construção conceitual à ação do estado

Para uma primeira construção da categoria de juventude, utilizamo-nos dos marcadores, mas intimamente associada à noção de transição geracional. Juventude como transição entre infância e vida adulta teve sua origem na Conferência Internacional sobre Juventude em Grenoble, em 1964, apontando para a dupla dimensão: a etária, enquanto mecanismo para estabelecimento de políticas públicas e a outra, de maior complexidade, como auto-definição dos sujeitos, isto é, jovens são aqueles indivíduos que se reconhecem como tal. Em outras palavras, transição pode indicar tanto a percepção do indivíduo sobre "o estar vivendo esta fase particular" da vida, quanto uma interpretação construída pelos adultos sobre os mais novos, impondo-lhes uma certa "moratória social", institucionalizando-a enquanto objeto de ação política particular por parte do Estado.

Retomamos, agora, a tradição/discussão presente na bibliografia brasileira sobre o tema. A grande maioria dos estudos dos últimos 25 anos foi produzida apresentada sob os auspícios da UNESCO e Ministério da Educação (ABRAMO, 1994; WAISELFISZ, 1998; ABRAMOVAY, ANDRADE e ESTEVES, 2007; SPOSITO e CARRANO, 2008; CASTRO, AQUINO e ANDRADE, 2009), entre tanto outros. Há unanimidade quanto ao uso da denominação de juventude referendo-se ao grupo etário entre 15 e 29 anos. Este recorte geracional corresponde menos à determinação biológica e mais a uma categoria sociológica e compreende ao processo

5 Considerando o pequeno espaço para apresentação da revisão bibliográfica, apontamos como chave de leitura a obra de ALVAREZ (2004), que traz de forma detalhada o histórico deste processo.

de preparação dos indivíduos para assumirem o papel de adulto na sociedade, ou seja, como etapa de transição entre a infância e vida adulta.

Apresentando alguns indicativos da situação recente da população jovem no Brasil, em que pese a queda da fecundidade brasileira havida desde os anos da década de 1980, ela soma, segundo os dados do Censo Demográfico de 2010, em torno de ¼ da população o que, pela dimensão continental do país, impõe pensar nos significados regionais, sociais, econômicos, sociais e culturais que significa pertencer/ter um contingente que soma hoje mais de 50 milhões de pessoas. Os indicadores apresentados nos documentos oficiais demonstram que é correto o argumento de uma geração em transição, multidimensional e heterogênea[6]. Demonstram a base social na qual se erigiram as mobilizações que resultaram numa série de eventos, tais como as Conferências Nacionais, o fortalecimento dos segmentos juvenis em Sindicatos e Partidos Políticos, movimentos culturais de jovens organizados em diferentes dimensões[7], como nas escolas e igrejas, cujo desaguadouro político-institucional mais efetivo foi a aprovação do Estatuto da Juventude, em agosto de 2013. É importante não confundir, em função da data de 2013, dois movimentos. O primeiro, do qual tratamos aqui, é a somatória de lutas em campos muito diversos, visando o reconhecimento, pelo Estado brasileiro, da Juventude como grupo específico, detentor/portador de direitos singulares e, portanto, demandador de políticas particulares. O outro, de maior impacto e visibilidade, que se entrecruza com esta miríade de ações, foram os movimentos do "outono-inverno de 2013" que tiveram os jovens como protagonistas e que abordaremos ao final deste trabalho. Recuperando cronologicamente tais acontecimentos, traçamos uma l*inha do tempo e das motivações para definição de uma política para juventude no Brasil* que contempla com a aprovação do referido Estatuto[8].

Como afirma RUA (1998) em seu estudo pioneiro nos anos de 1990, no Brasil, em que pese ações públicas que atingem jovens, **as políticas sociais não foram pensadas tendo o jovem como alvo central**, sendo destinadas a todas as demais faixas etárias, e não estariam orientadas pela idéia de que os jovens representariam o futuro, em uma perspectiva de formação de valores e atitudes das novas gerações. Apoiamo-nos na discussão de SPOSITO e CARRANO que, ao reverem a bibliografia sobre o tema, assumem uma periodização que se inicia na metade do século XX e chega aos nossos dias:

> "[....] em linhas gerais, a evolução histórica das políticas de juventude na América Latina foi determinada pelos problemas de exclusão dos jovens da sociedade e os desafios de como os facilitar seus processos de transição e integração ao mundo adulto. Ressalvando a pluralidade de enfoques, as características institucionais e a diversidade regional dos países latino-americanos, esse autor sintetiza contribuições de diversos autores e estabelece periodização em torno de quatro distintos modelos de políticas de juventude: a) ampliação da educação e do tempo livre (entre 1950-1980); b0 o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970-1985); c) o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985-2000); e d) a inserção laboral dos jovens excluídos (1990-2000)". (SPOSITO e CARRANO, 2003, p. 18)

---

6 Tomamos como referência a Cartilha de Políticas de Juventude editada pela Secretaria Especial da Juventude (2013) e do trabalho do IPEA realizado sob a coordenação de CASTRO, AQUINO e ANDRADE (2009).

7 As décadas de 1970-80 foram ricas em mobilizações no campo e na cidade, a partir do mundo da moradia e do mundo do trabalho, erigidas a partir de formas comunais de associação que, à falta dos clássicos canais de expressão (partidos e sindicatos) encamparam as demandas da vida cotidiana expressas em diferentes formas de espoliação, em especial a urbana (este conceito foi desenvolvido por KOWARIK, 2009) e, dentro delas emergem as questões particulares da vulnerabilidade e da vida em risco a que os jovens estavam/estão expostos.

8 Ver artigo Art. 227: *"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão*. Este texto foi modificado em 2010, pela Emenda Constitucional n. 65, com a inclusão do jovem como objeto de absoluta prioridade, fruto da mobilização dos grupos de defesa do Estatuto da Juventude.

Em 1988, na aprovação da Constituição Federal, o tema da infância e do adolescente já estava em pauta, resultando no artigo 227 da Constituição, regulamentado em 1990 como o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (*Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*). Polêmica e avançada, esta lei promove pela primeira vez o reconhecimento da população de até 18 anos como "sujeitos de direitos", reforçando as responsabilidades das demais políticas setoriais – educação, saúde, esporte e lazer, assistência social – e estabelecendo a noção de transversalidade e de ações integradas no plano inter setorial.

Ao longo da década de 1990, a combinação entre neoliberalismo, crise econômica, precarização do trabalho e retrocessos em algumas políticas na área da seguridade social, não impediu que se consolidassem algumas políticas de caráter universal, em especial a educação fundamental e o atendimento de urgência na área da saúde. Grupos organizados de profissionais e movimentos juvenis mantêm-se ativos, além de uma extensa produção acadêmica e lançam luz sobre uma singularidade do processo demográfico brasileiro, com a maior concentração, em termos históricos, de pessoas no grupo etário entre 15 e 29 anos e submetidos a diferentes estatutos jurídicos. Grupo heterogêneo por definição, uma vez que há um segmento mais jovem (15 a 17 anos) protegido pelo ECA e que, etariamente, deveria estar vinculado à educação básica, com restrições legais para acesso ao mundo do trabalho. Outro segmento, dos adultos jovens, com completa responsabilidade civil, mas sem mecanismos institucionais que lhes permitissem o acesso pleno ao mundo adulto.

Mudanças no quadro político, a partir da vitória do Partido dos Trabalhadores-PT, com a eleição de Lula para presidente e sua posse em 2002, traz para a cena política a discussão da necessidade uma ação integrada entre os vários ministérios, no sentido de articular e direcionar políticas numa confluência de recursos financeiros e humanos. Enfim, **a juventude**, quer como grupo etário, quer como transição, sai da esfera do indivíduo e de instituições sociais que operam no plano privado e **se torna uma razão de Estado**. Opera-se uma mudança importante: ações pontuais e descontinuadas, com a presença forte de instituições sociais não estatais perdem a centralidade, cabendo ao estado brasileiro assumir a direção das ações, agora tornadas políticas públicas, para a juventude. O grupo etário entre 15 a 29 anos torna-se prioridade na agenda governamental. Em 2005 é criada a Secretaria Especial da Juventude, vinculada à Presidência da República e o Conselho Nacional da Juventude (60 membros, dos quais 40 da sociedade civil). Nasce o Projovem, como programa de articulação das diferentes políticas voltadas à juventude, inicialmente de caráter descentralizado, com vários ministérios envolvidos, voltados à preparação rápida de adultos-jovens que tivessem abandonado a Educação Básica, residentes em territórios demarcados e cuja vulnerabilidade social colocasse em risco sua segurança individual. Dois anos de poucos avanços do programa forçam a sua centralização no Ministério da Educação, que em parceria com a Secretaria Especial da Juventude traçam seus novos contornos[9].

Uma série de ações no Executivo e no Legislativo, das quais SE destacam as Conferências Nacionais da Juventude realizadas em 2008 e 2011, culmina com a aprovação do Estatuto da Juventude em 2013, estabelecendo a responsabilidade das três esferas governamentais na execução das políticas juvenis.

A linha do tempo sobre a política de juventude no brasil

Quer como disciplinamento, quer como empoderamento dos agentes, o tema do controle social sempre permeou as discussões sobre as políticas de juventude no Brasil. Do(s) conceito(s) de juventude(s) ao reconhecimento deste grupo etário presentes nos estudos; das principais definições ainda hesitantes da 1ª. Conferência Nacional da Juventude (SALLAS e BEGA, 2008) o que se presenciou foi o empoderamento de grupos específicos de jovens, em especial a juventude negra, que consegue pautar a questão da política para jovens negros entre as prioritárias como forma de superação da exclusão social, o que nos permitiu concluir, naquele momento que:

> "Em síntese, cor, raça e gênero, seguidos pela demanda por educação Básica, forma os focos problematizados pelos jovens organizados. Como segundo grupo de demandas aparece o Ensino Médio Integral, combinado com políticas de apoio à permanência

9 É extensa a bibliografia brasileira sobre o PROJOVEM. Destacamos aqui a dissertação de mestrado de MALEWSCHIK (2012).

> como merenda escolar, transporte e passe livre. Chegar e permanecer na escola, bem como obter a certificação do Ensino Médio é a condição para acesso ao mercado de trabalho, isto é, para o exercício da cidadania nas sociedades capitalistas. O aumento do orçamento para Educação é um tema que atravessa essa Conferência. Na luta dos jovens engajados, o ensino superior aparece como 8.ª prioridade, cuja principal demanda é o aumento do orçamento para educação e, dentro dela, aparece como central a destinação de 14% dos recursos da educação para assistência estudantil, com reforço para o PROUNI e para manutenção de estudantes pobres das universidades privadas. A luta pelo acesso à universidade pública vem subordinada à garantia de permanência na escola privada, e, com isso, a política de cotas sociais, que hoje é apresentada como proposta de lei pelo Executivo fica sem grupo de defesa." (SALLAS e BEGA, 2009, p. 33)

Como resultado da 2.ª Conferência- sintetizada em cinco eixos - a educação e cultura ganham centralidade indicando ser as duas dimensões destacadas como porta de acesso do jovem à inclusão social. Isso é corroborado pela prática do Executivo que, na última década, transferiu e centralizou as ações antes desarticuladas e atomizadas em vários ministérios para o Ministério da Edicação na figura do Projovem.

O primeiro eixo – **desenvolvimento integral** – centra-se na expansão e melhoria das diferentes formas de oferta de distintas modalidades de ensino para públicos juvenis diferenciados, quer na educação formal, quer na informal, abrangendo as três primeiras propostas gerais. Seguem-se as relativas ao trabalho decente e acesso à cultura, à comunicação e à assistência estudantil. No segundo – **direito ao território** – retomam-se os temas clássicos dos movimentos populares: direito à moradia; à terra para agricultura familiar, com infra-estrutura para seu desenvolvimento e ao passe livre. Aparecem aqui os temas transversais como meio ambiente, demarcação de territórios de comunidades tradicionais e educação centrada na questão do território. Como **direito à experimentação e qualidade de vida** destacam-se o atendimento diferenciado e reconhecimento da juventude como etapa peculiar da vida para atendimento à saúde nas suas diferentes dimensões e a ampliação das modalidades de financiamento na área de esporte e lazer. É somente neste eixo que são retomadas de temas étnico-raciais com a proposta de "criar instâncias institucionalizadas na Área Técnica de Saúde de Adolescentes e Jovens e no Comitê Técnico de Saúde da População Negra" que foram tão fortes na 1ª Conferência. O quarto eixo – **direito à diversidade e à vida segura** – articula as questões associadas ao diagnóstico da população juvenil e os riscos de morte e de criminalização, com propostas voltadas ao jovem em situação de risco, ao apenado, aos deficientes, aos jovens negros e LGBT, as populações tradicionais e população de rua. Defende-se a descriminalização do aborto e o combate à intolerância religiosa. Muito caro aos grupas mobilizados, no **direito à participação** reafirma-se o Conselho Nacional de Juventude, quanto à sua diversidade e representatividade, de forma a incorporar o máximo de movimentos e entidades que tenham suas ações nacionalmente voltadas para a juventude. Procura-se garantir a aprovação do sistema nacional de financiamento de juventude no Estatuto da Juventude e de um fundo nacional de juventude, com receita direta do Tesouro Nacional.

Em síntese, o texto do Estatuto da Juventude é um devir: ordena o escopo da política, dando a ela a institucionalização minimamente necessária. Representa o reconhecimento por parte do Estado dos direitos e políticas específicas para uma população que corresponde a mais de um quarto da população brasileira. É, a um só tempo, uma declaração de direitos da juventude brasileira e o marco de criação de um Sistema Nacional de Juventude, a ser regulamentado posteriormente pelo poder Executivo. Reconhece, seguindo as conclusões das duas Conferências, em primeiro lugar o direito à participação, no sentido do pertencimento do jovem à comunidade e na formulação das políticas voltadas para seu grupo etário, e, em segundo, aponta os órgãos e conselhos de juventude como canais de promoção e participação da política pública de juventude.

As jornadas de 2013, o Estatuto da Juventude e o Observatório participativo de juventude

2013 foi um ano emblemático na política brasileira, pela eclosão das "jornadas de junho", terminologia assumida pela mídia para designar movimentos do "outono-inverno de 2013" que tiveram os jovens como protagonistas. A pauta inicial, pontual, era uma luta urbana pelo passe livre e que rapidamente se espalhou num movimento urbano difuso, sem centralidade, trazendo à cena urbana uma série de demandas assentadas na precariedade da vida nas cidades. De fato, não é possível deixar de perceber a relação que há entre tais mobilizações a rápida sanção presidencial ao Estatuto da Juventude em agosto de 2013. Por óbvio que o EJ não deriva das mobilizações de 2013, anterior a isso há intensa mobilização, somatória de lutas em campos muito diversos, visando o reconhecimento, pelo Estado brasileiro, da Juventude como grupo específico, detentor/portador de direitos singulares e, portanto, demandador de políticas particulares.

Nesta comunicação nos interessa pontuar alguns elementos das mobilizações de junho, cuja marca foi a chamada através das redes sociais, a partir dos slogans: "Vem! Vem pra rua! Vem!"; "O gigante acordou!", "Não é por 20 centavos". De conteúdos que operam desde uma gramática festiva, passando por tons conservadores ou a-partidários, o que interessa é que as mobilizações iniciadas em junho em São Paulo a partir da ação do Movimento do Passe Livre-MPL, na esteira da discussão da má qualidade X alto custo do transporte coletivo, espalha-se rapidamente pelas capitais e grandes cidades do país, com táticas semelhantes à dos Black Bloks, que tiveram sucesso nas manifestações da Grécia, Espanha e países do Oriente Médio.

Dessa onda de protestos, que começam a ser analisados academicamente, podemos apontar algumas "heranças": a percepção que a mobilização juvenil pode dar resultados; a capacidade das redes sociais em propiciar articulação e engajamento das pessoas para um causa; que as táticas Black blocs chegaram ao Brasil. Passado o pico da mobilização, que surpreendeu principalmente ao governo por seu volume e velocidade, este só reage articuladamente um mês depois e uma série de medidas são tomadas pelo Executivo e legislativo. Tomamos aqui o resultado de uma pesquisa realizada pelo IBOPE em 20/06/2013, em sete capitais brasileiras, por amostragem, em que se buscava conhecer o impacto e a percepção das mobilizações junto à população. Na publicação desta pesquisa o IBOPE traz um comparativo entre as reivindicações da população e as ações do Estado, visando demarcar a capacidade de mobilização e, consequentemente, de resposta em termos de ação política:

QUADRO 1 – Reivindicações x ações do Estado

INCIDÊNCIA		O QUE FOI FEITO (até 28/06/2013)
%	TIPO	
53,7	Transporte público	Deputados aprovam redução de PIS-Cofins na tarifa de transporte; BNDES libera R$2,3 bilhões para o metrô de São Paulo CET anuncia faixa de ônibus na Marginal Pinheiros
49	Contra a corrupção	Senado aprova projeto que torna a corrupção um crime hediondo
40,5	Redução da tarifa	São Paulo, Rio de Janeiro e mais 15 cidades reduziram a tarifa
36,7	saúde	Câmara aprova 25% dos royalties para a saúde; Ministério da saúde anuncia projeto de lei para perdoar as dívidas da santa casa
30.9	Gastos com a Copa do Mundo/das Confederações	Câmara cancela verba de R$ 43 milhões para a Copa das confederações e de 2014
29,8	Educação	Câmara aprova 755 dos royalties e 50 % do fundo Social (do montante do principal e dos rendimentos) para a educação
11,9	Contra a PEC 37	Deputados decidem por maioria absoluta arquivar a PEC 37
11,4	Necessidade de mudança política	Presidente Dilma Roussef anuncia apoio a uma reforma políticas

Fonte: IBOPE, 2014.

Chaui (2014) entre muitos outros intelectuais se debruçaram sobre o fenômeno e tentaram dar rapidamente uma explicação. A autora inicia lembrando a centralidade e especificidade dos movimentos sociais urbanos em São Paulo, cidade em que é consenso a situação caótica do trânsito. Relembra a experiência movimentalista da cidade, bem como a matriz ideológica do MLPL que segundo ela: Talvez porque, vindo da esquerda, o MMPL politiza explicitamente a contestação, em vez de politizá-la simbolicamente, como faz o *quebra-quebra.* A matriz de ação política dos movimentos reivindicatórios foi mantida, principalmente pela organização horizontal, sem distinção hierárquica entre dirigentes e dirigidos. O não previsto foi seu alastramento como movimento de massa, utilizando-se pela primeira vez do potencial das redes virtuais. A isso Chaui denomina de pensamento mágico, uma vez que pela se utiliza da mesma lógica comunicativa e os mesmos efeitos visuais da grande imprensa.

Destaca como características:

- "é *indiferenciado*: poderia ser para um show da Madonna, para uma maratona esportiva etc., e calhou ser por causa da tarifa do transporte público;
- tem a forma de um evento, ou seja, é pontual, sem passado, sem futuro e sem saldo organizativo porque, embora tenha partido de um movimento social (o MPL), à medida que cresceu passou à recusa gradativa da estrutura de um movimento social para se tornar um espetáculo de massa. (Dois exemplos confirmam isso: a ocupação de Wall Street pelos jovens de Nova York, que, antes de se dissolver, tornou-se um ponto de atração turística para os que visitavam a cidade; e o caso do Egito, mais triste, pois, com o fato de as manifestações permanecerem como eventos e não se tornarem uma forma de auto-organização política da sociedade, deram ocasião para que os poderes existentes passassem de uma ditadura para outra);
- assume gradativamente uma dimensão mágica, cuja origem se encontra na natureza do próprio instrumento tecnológico empregado, pois este opera magicamente, uma vez que os usuários são, exatamente, usuários, e portanto não possuem o controle técnico e econômico do instrumento que usam – ou seja, desse ponto de vista, encontram-se na mesma situação que os receptores dos meios de comunicação de massa. A dimensão é mágica porque, assim como basta apertar um botão para tudo aparecer, assim também se acredita que basta querer para fazer acontecer. Ora, além da ausência de controle real sobre o instrumento, a magia repõe um dos recursos mais profundos da sociedade de consumo difundida pelos meios de comunicação, qual seja, a ideia de satisfação imediata do desejo, sem qualquer mediação;
- a recusa das mediações institucionais indica que estamos diante de uma ação própria da sociedade de massa, portanto indiferente à determinação de classe social; ou seja, no caso presente, ao se apresentar como uma ação da juventude, o movimento assume a aparência de que o universo dos manifestantes é homogêneo ou de massa, ainda que, efetivamente, seja heterogêneo do ponto de vista econômico, social e político, bastando lembrar que as manifestações das periferias não foram apenas de "juventude" nem de classe média, mas de jovens, adultos, crianças e idosos da classe trabalhadora.(CHAUI, 2014)

A discussão ensejada pela midiatização do processo ainda está muito incipiente e não há como nos debruçarmos sobre ela aqui. Cabe destacar que, concordando com muitos analistas, parece-nos que ao recusar a ação partidária e sindical como modelos de representação clássica da democracia contemporânea e, ao não haver uma centralidade no movimento, sua pauta que inicialmente estava apoiada num tema clássico das reivindicações urbanas, facilmente de espalhou para a dimensão ética da política, despregando-se da luta por bases materiais imediatas (como a questão do transporte coletivo) e escorreu para temas que foram rapidamente midiatizado, em tons de lutas no campo dos direitos civis e políticos.

Para alguns analistas que tentaram dar conta do tema, houve uma tendência em indicar que o princípio "cada homem um voto" foi mimetizado para "cada cidadão, uma reivindicação": viu-se grandes passeatas formada por pequenos grupos que não dialogavam com o grupo ao lado, como se fossem casulos imbricados, mas com baixo grau de permeabilidade e comunicação. Não se nega a legitimidade do processo, uma vez que ficou evidente que a representação clássica – partidos e sindicatos - não conseguiu captar o mal-estar generalizado, como prova o a imobilidade a que ficaram submetidos os governos municipais, estaduais e federal frente às duas primeiras semanas de mobilização.

O sinal vermelho se acende em vários campos, sendo que em um deles – a questão da juventude e participação - produz a aprovação do Estatuto da Juventude (que estava em pauta há mais de dez anos no Congresso Federal) e se instala o Observatório Participativo da Juventude, intitulado Participatório.

O Participatório: Observatório Participativo da Juventude (http://participatorio.juventude.gov.br) é criado em 05 de agosto de 2013, pela Secretaria Nacional da Juventude. É uma "plataforma virtual interativa voltada à produção do conhecimento sobre a juventude e para a própria juventude, mediante participação e mobilização social" (Artigo 2º da Portaria 42), que "pretende promover espaços de participação, produção do conhecimento, mobilização e divulgação de conteúdos para temas relacionados às políticas públicas de juventude" (Artigo 3º). Segundo ROTHBERG, LUVIZOTTO e VANZINI (2014), a experiência do Participatório, em que pese ser uma ferramenta virtual de acesso livre, com espaços de diálogo com os grupos e sujeitos interessados, via software livre, de fácil manejo, desenvolvido e alimentado por universidades públicas federais, produziu a seguinte agenda:

> a) reforma política: reúne temas como financiamento de campanhas políticas; parlamentares condenados ou suspeitos de crimes; projetos de lei em trâmite sobre a matéria no Congresso Nacional; diminuição do número de representantes eleitos; redução de vencimentos; manifestações pelas reformas; limite de idade para posse em cargos eletivos; formação mínima exigida para candidatura.
> b) gestão pública e corrupção: englobou temas como repasse de verbas públicas; controle social da administração pública; a corrupção e seus efeitos sobre a educação; mecanismos e custos de combate à corrupção; nepotismo e corrupção; voto obrigatório; funcionalismo público; aplicação eficiente de recursos públicos; controle de verbas para organizações não governamentais; orçamento, transparência e acesso à informação.
> c) políticas públicas: compreendeu temas ligados a políticas públicas de educação, saúde, assistência social, segurança pública, reforma agrária, transporte e juventude, em formulação ou execução.
> d) participação política, engajamento e democracia; incluiu temas relacionados às manifestações populares recentes e as possibilidades de participação trazidas pelas tecnologias de comunicação e informação.
> e) outros: temas minoritários não abarcados pelas categorias acima, como intervenção militar, parlamentarismo, socialismo, comunismo e mídia. (ROTHBERG, LUVIZOTTO e VANZINI, p. 235-6, 2014)

Resumidamente, e como uma agenda de pesquisa a ser melhor trabalhada, pode-se dizer que nesse pouco tempo de existência, o Participatório é uma plataforma de fácil acesso, local em que funciona um interssante repositório de estudos e pesquisas acadêmicas; com várias comunidades organizadas abrigadas no seu sítio. No entanto, ao navegar no seu endereço verifica-se que ainda é um braço de divulgação digital das ações governamentais do executivo federal, e que mesmo as várias comunidades abrigadas não possuem número expressivo de integrantes. Assim como o Estatuto da juventude, o Participatório ainda é um projeto, mais concretamente uma ferramenta, que dependendo da conjuntura política e das mobilizações, pode se tornar um locus interessante para troca e democratização de experiências entre os grupos juvenis organizados.

Há, entretanto, barreiras importantes a vencer.Duas são significativas: a desconfiança de grupos organizados em se vincular a uma ferramenta do governo federal, como se isso pudesse descontituí-los da autonomia na tomada de decisões; outra, não menos importante, é o baixo grau de acesso para grupos distribuídos pelo território nacional, considerando a presença ainda forte das imensas desigualdades territoriais e sociais no país. Reiteramos o que Rothberg, Luvizotto e Vanzini (2014) já apontaram:

> "Empiricamente, o participatório revelou-se como novidade capaz de benficiar-se dos desdobramentos do contexto teórico descrito, ainda que sejam necessários aperfeiçoamentos, a serem desvendados por pesquisas futuras. Ao passo que o Particpatório não nega a promessa das tecnologias para o incremento do engajamento e da participação política, o uso insuficiente nos primeiros meses após seu lançamento sugere que os esforços a serem empregados para a consecução de seus ambiciosos objetivos deverão requerer investimentos significativos em recursos e expertises" (p. 238)

Em síntese, estamos no início de um processo de construção da Política de juventude no Brasil, cujo processo mais significativo do ponto de vista da mobilização juvenil foram as Confer~encias nacionais de 2009 e de 2012, assim como o movimento de junho de 2013. Ainda carecendo de investigação e reflexão, pode-se adiantar como uma primeira conclusão é que esses processos amplos de mobilização geraram expectativas (e deliberações) ainda não concretizadas, sendo a mais flagrante a inexistência de mecanismos específicos para financiamento de políticas nos vários eixos apontados no EJ.

Apresentados brevemente os resultados do processo de mobilização e pressão de grupos organizados e a produção acadêmica sobre a temática da juventude no Brasil, retomamos alguns dos nossos pressupostos teóricos, no sentido de apontar uma agenda de discussão que a recente aprovação do Estatuto da Juventude exige. Em primeiro lugar, não se pode negar o potencial transformador que ele contém, ao garantir a visibilização da juventude como um grupo específico e singular, passível de políticas direcionadas às suas necessidades e anseios. Em segundo lugar, verifica-se, sem muito rigor analítico, o processo de *accountability*, ao se verificar resultados positivos dos mecanismos de participação até aqui construídos, pautando novas formas e novos espaços de participação na formulação e no controle das políticas públicas para a juventude brasileira. Isso, tanto no reconhecimento de sua singularidade como de sua presença no cenário da política,através das ações transversais e intersetoriais.

Referências bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel. (1997) Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista brasileira de educação.* Rio de Janeiro: ANPEd, n. 5, maio-ago./1997; n. 6, set.

ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (org.). (2007). *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco.

ALVAREZ. M. C. (2004) Controle Social: Notas em torno de uma noção polêmica. *São Paulo em perspectiva.* São Paulo: FUNDAP, 18(1), 168-176.

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. (1993) *Dicionário Crítico de Sociologia*. São Paulo: Ática.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (2013) *Cartilha Políticas públicas de Juventude.* Brasília: Secretaria Nacional da Juventude.

_____. (2013) *Relatório de Gestão do exercício de 2012.* Brasília: Secretaria Nacional da Juventude.

_____. (2011) *Balanço SNJ:* Brasília: Secretaria Nacional da Juventude.

_____. http://participatorio.juventude.gov.br. Acesso em 25/11/2014

CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria C.; ANDRADE, Carla Coelho (org.). (2009) *Juventude e políticas sociais no Brasil.* Brasília: IPEA.

CHAUI, Marilena. Pela responsabilidade intelectual e política. In: http://revistacult.uol.com.br/home/2013/08/pela-responsabilidade-intelectual-e-politica/ acesso em 25/11/2014.

_____. As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. In: http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo?page=full#sthash.O7Y3L7s1.dpuf**.** Acesso em 25/11/2014.

CORREIA, Maria Valéria Costa. Controle Social. (2009) In: *Dicionário da Educação Profissional em Saúde.* Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 66-72.

CUBAS, Viviane de Oliveira. (2010). 'Accountability' e seus diferentes aspectos no controle da atividade policial no Brasil. In: *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. vol. 3, n. 8, abr./jun., 75-99.

DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. (2005)."Introdução". In: *Assessing the Quality of Democracy.* Baltimore, The Johns Hopkins University Press, pp. ix-xiii.

DURKHEIM, E. *Sociologia e filosofia*. São Paulo: Ícone, 2004. (Coleção fundamentos de direito)

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

FOUCAULT, M. (1997).*Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes.

_____ . (1999) *História da Sexualidade* I: a vontade de saber. (13. ed.). Rio de Janeiro: Graal,.

IBOPE, 2014. http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html. acesso em 25/11/2014.

KOWARIK, Lucio. *Escritos urbanos*. 2ª. Ed, São Paulo: editor 34, 2009.

MAINWARING, Scott. (2003). "Introduction: Democratic Accountability in Latin America". In: MAINWARING, Scott; WELNA, Christopher (orgs). *Democratic Accountability in Latin America.* Oxford University Press, p. 3-33.

MALEWSCHIK. T. A. V. (2012) *Desejo, necessidade, vontade: análise das políticas públicas de qualificação profissional de jovens em Piraquara/PR.* Curitiba, dissertação não publicada: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPR.

MANNHEIM, Karl. (1971) *Sociologia Sistemática: uma introdução ao estudo da sociologia.* (2. ed.). São Paulo: Pioneira.

POLIS. Controle social das políticas públicas. (2008). *REPENTE*. São Paulo: Polis, Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em políticas Sociais, n. 29, agosto.

ROTHBERG, Danilo; LUVIZOTTO,Caroline Kaus; VANZINI, Kátia Viviane da Silva. As revoltas e seu impacto sobre a comunicação pública: o potencial do observatório participativo da Juventude. In: ***LIINC em revista***. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 227-240, maio, 2014, htpp://www.ibict.br/liinc. Acesso em 20/11/2014.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: CNPD. *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasilia, 1998. 2 v.

SALLAS, Ana Luisa Fayet; BEGA, Maria Tarcisa Silva. (2008) Apresentação à 2.ª edição. In: SALLAS, A. L. F. et al. (coordenadora). *Os jovens de Curitiba; esperanças e desencantos.* (2. ed.). Curitiba: Editora da UFPR.

_____. Por uma sociologia da juventude – releituras contemporâneas. In: *Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, v. 5, nº. 8, 2006. (p. 31-58)

SPOSITO, Marília Pontes Sposito; CARRANO, Paulo César Rodrigues. (2003) Juventude e políticas públicas no Brasil *Revista Brasileira de Educação.* Rio de Janeiro, n. 24, set./dez.

Título: Profissionais de TI: perfil e o desafio da qualificação permanente

Maria Aparecida Bridi
Eliana Maria Ieger

Resumo: O setor de Tecnologia das Informações (TI) pela dinâmica e novidades que apresenta, vem desafiando as Ciências Sociais a analisar a natureza do trabalho e as suas configurações. A partir de dados secundários e primários, o artigo apresenta o perfil dos profissionais de TI no Brasil e as principais formas de contratação do setor. Destaca que uma das problemáticas no setor se refere à qualificação profissional exigida para os trabalhadores de TI em face das constantes mudanças e inovações tecnológicas. Desse modo, o presente artigo traz os resultados da pesquisa junto a jovens profissionais egressos do curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas - TADS de uma universidade pública do Paraná. Mostra que se trata, em sua maioria de jovens solteiros e do sexo masculino, cuja inserção e permanência no mercado de trabalho requer saberes técnicos formais, processos de atualização permanente, autodidatismo, além de um conjunto de competências e habilidades comportamentais.

Palavras chave: Profissionais de TI, formas de contratação, perfil, qualificação.

Introdução

O presente artigo é um dos resultados do projeto de pesquisa denominado "Redes de empresas, trabalho e relações de trabalho no setor de informática no Paraná"[1], que objetivou analisar e compreender as configurações do trabalho na indústria de informática do Estado do Paraná (produção de *hardware,* a parte física dos computadores, caracterizada pelo fabrico de *desktops*, *notebooks*, servidores e componentes) e a produção de *software* (de programas de computadores e o conjunto de prestadores de serviços "informacionais") (Bridi, 2011). Dentro de seu escopo, foram investigadas diversas problemáticas que englobam o Setor Tecnologia da Informação (TI), tais como, as formas de contratação, organização do trabalho, divisão e formas de gestão de trabalho, questões referentes à remuneração, qualificação e conhecimentos requeridos no setor de TI, dentre outras. Para os fins deste artigo, focamos na dimensão da qualificação e as exigências requeridas no setor de Tecnologia da Informação.

Organizamos o artigo em partes. Na primeira e segunda parte, trazemos um breve panorama do setor de TI no Brasil e o perfil dos profissionais do amplo setor, a partir dos estudos da SOFTEX (2013)[2]. Na terceira e quarta parte, tratamos de algumas das discussões conceituais que envolvem a qualificação profissional, habilidades e competência, buscando identificar as orientações que norteiam o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistema de uma Universidade Pública do Paraná, cujos egressos foram foco de pesquisa. E finalmente, apresentamos alguns dos resultados das investigações junto aos egressos do referido curso, o que nos permitiu identificar as exigências de habilidades e competências requeridas pelo mercado. A problemática da qualificação profissional exigida para os trabalhadores de TI decorre em parte das constantes mudanças e inovações tecnológicas.

---

1 Coordenado por Maria Aparecida Bridi. Contou com o apoio do CNPq, instituição o qual agradecemos, bem como dirigimos nossos agradecimentos a todos que colaboraram para a realização dessa pesquisa e, especialmente, no caso deste artigo, aos coordenadores e professores do curso do TADS (Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas), da Universidade Federal do Paraná.

2 A classificação CNAE engloba o Setor TI em um grande Setor definido como Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), envolvendo a indústria, comércio e serviços e um rol de atividades que vai desde a fabricação de máquinas até a prestação de serviços, comunicação e mídia. Nosso recorte se limitou ao estudo das atividades ligadas à informática.

A partir de uma metodologia que envolveu a aplicação de questionários, entrevistas e bibliografia pertinente, o presente artigo apresenta os resultados da pesquisa junto a jovens profissionais egressos do curso de Análise de Sistemas de uma universidade pública do Paraná. Justifica-se sua pertinência junto ao Grupo de Trabalho "Culturas juvenis, novas ocupações e percursos de inserção profissional", por tratar-se em sua maioria de jovens solteiros e do sexo masculino, cuja inserção e permanência no mercado de trabalho requer saberes técnicos formais, processos de atualização permanente, autodidatismo, além de um conjunto de competências e habilidades comportamentais.

O panorama sobre o Setor de Tecnologia da Informação (TI).

O setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) é amplo. De acordo com a CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), versão 2.0, engloba as atividades referentes aos sistemas informacionais (produção e consultorias em *hardware* e *software*, automação, manutenção e reparação, processamento de dados), e as atividades de comunicação (produção de equipamentos de comunicação, telecomunicações automação, serviços etc.). Antes de nos adentrar no foco do presente artigo é preciso tecer algumas considerações. Uma primeira consideração se refere *à* dimensão do Setor de TICs. As TICs são compostas pela indústria, serviços e comércio e correspondem a atividades bastante heterogêneas, sendo que cada uma exige diferentes níveis de qualificação e formação profissional, como analisaram Bridi (2014), Bridi & Motim (2011). Esse setor teve, segundo Porcaro (SOFTEX, 2013), somente no ano de ano de 2010, em torno de 2% trabalhando no setor definido como Economia da Informação e 3% no Setor *Business*.

> Em 2010, a Economia da Informação absorvia 1,4 milhão de pessoas, representando 2% do total da força de trabalho do país e 3% do total de pessoas do Setor *Business*. Em 2010, o setor brasileiro da Economia da Informação absorveu 1,415 mil pessoas, correspondendo a 2% do total da força de trabalho do país, composta por 82,9 milhões de trabalhadores, e 3% do Setor *Business*, formado por 48,0 milhões de pessoas. No ano em questão, a força de trabalho da Economia da Informação compunha-se de 81,5% de empregados, 14,7% de trabalhadores por conta própria e 3,4% de empregadores (com 0,5% de pessoas não remuneradas). Para o Setor *Business* estas participações eram de, respectivamente, 70,8%, 25,5% e 2,8%, ocorrendo um maior grau de assalariamento no mercado de trabalho da Economia da Informação e, também, uma proporção maior de empregadores. (Porcaro, 2013, p.68).

Esse mesmo estudo indica que cerca 80% dos profissionais desse setor estavam inseridos no mercado formal, ou seja, com registro trabalhista e/ou previdenciário. Os empregados sem registro correspondiam a 12,3%, ou seja, quase 142 mil trabalhadores. Outro dado significativo diz respeito ao número de autônomos (129 mil autônomos sem registro) em atividades de TI e de prestação de serviços que, segundo Porcaro (2013), substituem em larga medida os trabalhadores assalariados.

Tabela 1 – Profissionais que trabalham por conta própria no setor de TIC, ano 2010.

Atividade	Por conta própria (com registro)	Por conta própria (sem registro)
Indústria TIC	0,8%	1,3%
Comércio TIC	6,6%	14,5%
Telecomunicações	1,8%	2,5%
Atividades dos Serviços de TI*	8,1%	11,2%
Atividades de Prestação de Serviços de Informação**	6,6%	11,1%
Reparação e manutenção de equipamento de informática e comunicação	7,1%	24,3%
Setor de Conteúdo e Mídia	6,1%	9,5%

Fonte: Extraído do Observatório SOFTEX (2013) Reelaborado pelas autoras
*Correspondem as atividades de desenvolvimento e licenciamento de *software* customizável e não customizável, desenvolvimento e licenciamento, sob encomenda, consultoria em TI, suporte técnico, manutenção e outros serviços em TI.
** Tratam-se dentre outras, das atividades de tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e de hospedagem na *internet*; portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na *internet*.

Chamamos a atenção para a presença do trabalho por conta própria (com e sem registro), conforme dados acima, em alguns setores (ou subsetores). As formas de contratação tem relação em grande medida com a "natureza" da atividade realizada. Como mostra a tabela, os menores níveis de informalidade estão na Indústria de TI e nas Telecomunicações (entre 0,8 e 2,5 % com e ou sem registro nos dois subsetores). As atividades de comércio (14,5%), de Serviços de TI, de Prestação de Serviços de Informação e de Reparação e manutenção apresentam os maiores índices de profissionais por conta própria (com ou sem registro). A maior informalidade se encontra, contudo, nas atividades de reparação e manutenção de equipamentos e de comunicação. A modalidade de trabalho autônomo e a de contratação de trabalhadores na condição de Pessoas Jurídicas (PJ) são práticas disseminadas no Setor. No caso da PJ corresponde aos trabalhadores que abrem uma empresa (com CNPJ), constituem um sócio (por força de legislação), mas que na prática não costumam sequer apresentar estrutura física e operacional (SOFTEX, 2009, 2013). O trabalho é realizado no espaço físico do cliente ou a partir da casa do PJ. Essa constatação para o cenário nacional, também se observa no âmbito do Paraná, em que alguns subsetores investigados (empresas de desenvolvimento de *software*) em estudos de Braunert (2013), Pereira (2013), Braunert & Bridi (2014), Bridi & Motim (2014), apenas para citar alguns. Entre os trabalhadores formais com registro em carteira, Braunert (2013) destacou a modalidade da contratação CLT-flex, que corresponde ao trabalhador celetista, mas que recebe um valor "por fora" do estipulado em carteira. As modalidades de contração flexível como cooperativada, *trainees*, PJs, estagiários estão presente nas empresas pesquisadas no Paraná em empresas de diferentes portes. Segundo os dados da Softex e do SEBRAE, por exemplo, há subsetores como é o caso das empresas de desenvolvimento de *software* em que predominam empresas micro e pequenas (em torno de 95%), com até 13 funcionários.

Brasil: o perfil dos profissionais de TI

O mesmo estudo realizado pelos pesquisadores do SOFTEX (2013) identificou que a mão de obra ocupada no setor de TI, comparativamente em relação ao total do Brasil, *é* mais jovem, como nos mostram os dados da tabela 2, na qual selecionamos apenas os empregados com e sem registro em carteira e ou previdenciário e os profissionais por conta própria com e sem registro previdenciário.

Tabela 2 - Médias de idade em setores econômicos no Brasil, 2010.

Setores econômicos	Total	Empregado Registro em carteira ou Previdenciário		Total	Conta própria Registro Previdenciário	
		Com	Sem		Com	Sem
Total Brasil	37	37	37	42	44	41
Economia da Informação	32	32	31	36	38	35

Fonte: Observatório SOFTEX, a partir de tabelas especiais do IBGE/Censo Demográfico, 2010. Reelaborado pelas autoras.

Os profissionais por conta própria, com e sem registro previdenciário, também são mais jovens se comparados ao total do Brasil. Enquanto a média de idade dos trabalhadores do Brasil e que trabalham por conta própria com ou sem registro tem 37 e 42 anos respectivamente, a média de idade no setor de TI é menor (32 e 31) para os empregados com e sem registro previdenciário. Significa que, no setor de TI, o trabalhador passa a trabalhar por conta própria mais cedo.

Como já destacamos, o setor de TI é amplo e bastante heterogêneo. Em alguns subsetores as idades são menores ainda, como destaca a mesma pesquisa já citada (Porcaro, *apud*, Softex, 2013). Vejamos os dados:

Tabela 3 – Idades médias dos trabalhadores de TIC – Brasil, 2010.

Atividades	Registro trabalhista ou previdenciário		Trabalho por conta própria	
	Com	Sem	Com	Sem
Setor TIC	31	27	37	34
Indústria TIC	33	32	43	39
Comércio TIC	28	25	37	33
Serviço TIC	31	27	37	34

Fonte: Observatório SOFTEX, a partir de tabelas especiais do IBGE/Censo Demográfico, 2010. Reelaborado pelas autoras.

Em alguns segmentos (ou subsetores), as idades médias dos trabalhadores são menores ou iguais à média da Economia da Informação, como é o caso da

> fabricação de equipamentos de informática e periféricos (30 anos), comércio de equipamentos de TI (30 anos), serviços de reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação (30anos), telecomunicações (31 anos), atividades dos serviços de TI (32 anos) e fabricação de componentes eletrônicos (32 anos). (Porcaro, 2013, p. 77).

Esses dados gerais para o Brasil foram observados em uma indústria fabricante de computadores no Paraná, que segundo seu relatório de sustentabilidade de 2012, 57 % dos trabalhadores (operacionais) do chão de fábrica possui idade inferior a 30 anos.

Outro aspecto a observar diz respeito à informalidade. Interessante notar que o maior número dos que trabalham na informalidade (sem registro em carteira ou previdenciário) são os mais jovens nos três setores (indústria, comércio e serviço). Podemos elencar diversas hipóteses para essa condição. Dentre elas, isso pode significar que os primeiros empregos dos trabalhadores jovens acontecem na informalidade sob a justificativa da inexperiência. Uma segunda (não pela ordem de importância) pode ter relação com as características do setor fortemente orientado para trabalhos por projeto, que apresenta natureza descontínua, como é o caso de trabalhadores que prestam serviços de reparação e manutenção de TI. Por fim, possivelmente as condições de precariedade oriundas da incerteza quanto à demanda de trabalho, o fato de não poder contar com uma remuneração fixa que permita sequer o registro previdenciário.

Na mesma pesquisa nacional já citada, Porcaro (2013) identificou que o nível educacional dos profissionais que atuam no Setor TIC, tende, em sua maioria, a ter o ensino superior.

> Em 2010, a Economia da Informação contou com uma participação relativamente maior de trabalhadores com, no mínimo, nível de escolaridade superior completo. Em todas as posições ocupacionais, o Setor de Conteúdo e Mídia apresentou percentuais superiores aos verificados para o Setor TIC [...] No Setor TIC, a mais baixa proporção de pessoas com escolaridade de nível superior encontrava-se na Indústria TIC e isto foi válido para quase todos os segmentos que a compõem. A situação se justifica em virtude do processo de produção industrial, que utiliza operários qualificados, mas sem instrução superior. As atividades de prestação de serviços de informação foram as que apresentaram as mais altas proporções e pessoal com nível superior (48,2%, em 2010). Destacaram-se as categorias ocupacionais com registro trabalhista ou previdenciário, empregador (71,4%), trabalhador por conta própria (66,7%) e empregado (52,0%). (Porcaro, 2013, p. 79).

O estudo ainda cita que no Comércio TIC o índice de trabalhadores de nível superior é menor. Os empregadores e os que trabalham por conta própria com registro são os que apresentam escolaridade superior (36,4% e 24,8%, respectivamente).

Nossas pesquisas no âmbito do Paraná, no setor de TI, ou seja, apenas aquelas atividades de Tecnologia da Informação (excluindo comunicação e conteúdo de mídia), confirmam os dados de Porcaro (2013). Na indústria de informática (produção de computadores), os que atuam como operacionais possuem o ensino médio completo (tanto nas empresas de grande porte, quanto nas empresas menores, por nós estudadas). Nas empresas de desenvolvimento de *software*, nos casos pesquisados[3], a maioria expressiva possui nível superior, como revelou o estudo em uma das "fábricas" de *software*, onde de um total de 50 profissionais (desenvolvedores), apenas um não possuía graduação ~~superior~~. Após esse breve panorama, passamos à discussão sobre a dimensão da qualificação profissional e das exigências para esses profissionais, que são instados a uma busca pela atualização constantemente.

A problemática da qualificação: aproximando o conceito

Existe na literatura um forte debate em torno da qualificação, sobretudo no século XX. Tratando-se, portanto, de um terreno aberto à investigação empírica, tanto no que se refere à questão da qualificação/desqualificação

3 Pesquisa de Braunert (2013), Pereira (2013), Freiberger (2013), Ieger (2014), Bridi & Motim (2011) dentre outros.

do trabalhador na "era informacional", quanto ao efetivo contexto de mutações nas formas de trabalhar, de produzir e do mercado de trabalho[4].

Como afirma Rosandiski (2006, p. 170), o conceito de qualificação "está longe de ser um consenso entre os analistas. Os diversos enfoques utilizados evidenciam a complexidade envolvida no tratamento do tema". O debate sobre "as funções sociais da qualificação da educação e do trabalho e das suas implicações na relação capital trabalho" é reintroduzido na sociologia a partir do surgimento das novas bases tecnológicas, na década de 1970, provenientes da chamada "terceira revolução industrial" (PRESTES & VÉRAS DE OLIVEIRA, 2009, p. 48). Nesse contexto de mudanças "autores como Harry Braverman e Claus Offe, sustentam a tese da progressiva desqualificação do trabalhador pelo aprofundamento da divisão técnica e social do trabalho, diante de uma produção cada vez mais acelerada e de uma diminuição drástica da oferta de trabalho" (Idem). Para Tauile (2001, p. 122), a questão tradicional sobre a desqualificação deve ser recolocada, visto que se costuma argumentar que "as novas tecnologias exigem mais qualificações por parte dos trabalhadores, qualificação evidenciada pela necessidade de que adquiram capacidade de abstração para poder operar determinados tipos de equipamentos, o que implica maior educação formal". No entanto, "especialmente à medida que as novas tecnologias tornam-se *user friendly* ('amigáveis' para o usuário), sua difusão estaria implicando, uma vez mais, um processo de desqualificação para uma quantidade crescente de trabalhadores" (Tauile, 200, p.122) [5].

Considerado como tema complexo e instigante para a Sociologia do Trabalho, o mote "qualificação" tem suscitado, portanto, importantes discussões e contribuições oriundas de pesquisadores clássicos como Friedmann e Naville até os contemporâneos, como Véras de Oliveira (2006), Rosandiski (2006), Castioni, (2010), Leite (2009) e Bridi (2011). Dentre essas contribuições estão os postulados do conceito de qualificação *versus* o conceito de competências que foram estabelecidos em virtude das transformações econômicas, tecnológicas e sociais que afetam o universo do trabalho, com a flexibilização do próprio trabalho e as exigências de perfil profissional por parte desse mercado, por mão de obra formada e qualificada como é o caso da área de TI. Segundo Prestes & Véras de Oliveira (2009, p. 51), a emergência da ideia de competência aliada ~~à~~ a de qualificação, é considerada símbolo de um novo momento do trabalho, que segundo os autores, propiciou inúmeros debates e, consequentemente, posições diferenciadas entre si. Analisam, por exemplo, que as "pesquisas produzidas no Laboratório de Economia e Sociologia do Trabalho (LEST), por M. Maurice, F. Sellier e J. J. Silvestre, tendo como comparação França, Alemanha e Japão, anunciaram que os conceitos de qualificação e de competência não poderiam ser tomados de forma genérica" visto que, citando Dubar, "as noções e aplicações dessas duas categorias articulavam-se com a 'relação educativa que define um modo de socialização, a relação organizacional que remete ao modo de divisão do trabalho e a relação industrial que diz respeito ao modo de regulação'" (Prestes & Oliveira, 2009, *apud* Bridi 2011, p. 11).

---

4 Esse contexto da revolução tecnológica informacional suscita questões quanto ao tipo de educação requerida. Afirmam Prestes &e Véras (2009, p. 49), que "os autores de procedência marxistas, como Antonio Gramsci e Mário Alighiero Manacorda, continuam a fornecer elementos de análise sobre os objetivos dos processos educativos para a formação integral do homem, para as transformações sociais e para a organização dos processos democráticos, sobretudos nos países latino-americanos". No Brasil, a questão da formação profissional/qualificação se orienta por três concepções. A primeira, que prevaleceu no período de 1990 a 1996, identifica "a qualificação como via de retorno ao emprego – diante de uma percepção do desemprego como uma situação conjuntural, vincula as ações de qualificação/requalificação ao benefício do seguro-desemprego; a segunda, hegemônica entre 1996 e 2002 e que teve no PLANFOR seu principal instrumento, realça a concepção de qualificação como uma política "ativa" de emprego e toma como meta a qualificação de fatias expressivas da PEA, como garantia da empregabilidade do trabalhador e da competitividade da economia; e a terceira, que ganha evidência a partir de 2003, baseada em uma concepção de qualificação como direito e como política pública, tendo no PNQ sua âncora" (PRESTES & VÉRAS DE OLIVEIRA, 2009 p. 57). Para os autores, "a capacidade do PNQ, a partir das diretrizes e procedimentos adotados, de garantir uma reorientação efetiva da política pública de qualificação do país ainda se encontra em construção" (idem). Nesse processo em construção, o debate sobre o ideal da educação como formação integral, o formar para quê, formar para quem, estará posto (Bridi, 2011, Bridi &Motim, 2014).

5 Tauile ilustra essa discussão com o exemplo do torno automático. Cabe ao torneiro mecânico hoje apenas programar a peça a ser fabricada e vigiá-la. Cabe ao trabalhador aprender a programar a máquina que fabricará a peça, não exigindo mais as diversas habilidades mentais e manuais de outrora.

Esse debate sobre a qualificação no quadro atual da revolução tecnológica e informacional nos remeteu a estudar a dimensão da qualificação junto aos egressos de um curso de TI (Análise e Desenvolvimento de Sistemas)[6]. Os estudos empíricos junto aos profissionais de TI que aqui trazemos cumprem dois objetivos principais. O primeiro consiste em fornecer-nos pistas sobre a qualificação e habilidades requeridas para aqueles que atuam diretamente com as tecnologias de informação e identificar as exigências de qualificação desse mercado. E o segundo, fornecer-nos elementos para pensar a "natureza" do trabalho informacional.

A qualificação no setor de Tecnologia da Informação (TI)

Podemos considerar que as atividades desempenhadas no setor TI são intensivas em conhecimento visto apresentarem, em sua maioria, níveis de escolaridade mais elevados se comparados a outros setores da economia. Isto se deve também *à*s exigências de qualificação contínua do setor. Trazemos nas próximas páginas os resultados de uma pesquisa junto aos egressos do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas de uma universidade pública do Paraná onde buscamos analisar a problemática da qualificação no setor.

A transição de um período assentado nos sistemas de trabalho taylorista-fordista para um regime de "acumulação flexível", termo de Harvey (1993), passou a requerer também uma qualificação não apenas vinculada ao posto de trabalho, mas que abarcasse as exigências da produção flexível. Isso levou alguns autores a preferir o uso do conceito de "competência", que se orienta para a busca de trabalhadores que saibam também "saber-ser e o "saber-agir". Não basta mais o "saber e saber-fazer".

Como já destacado anteriormente, muito embora não haja consenso sobre um conceito de qualificação que possa abarcar todas as mudanças no mundo do trabalho e, principalmente, na "era informacional", os estudos sobre o tema apontam que a qualificação está relacionada "à complexidade da tarefa e à posse de saberes exigidos para desenvolvê-la, ou seja, a qualidade do trabalho e ao tempo de formação necessário para realizá-lo." (Tartuce, 2007, p. 46). Para Castioni (2010, p. 131), a qualificação profissional esta ligada ao emprego, na medida em que "ela condiciona os salários e as condições de vida no trabalho".

No caso de TI, a qualificação ligada a formação acadêmica, proporcionaria a socialização entre o profissional informacional e a empresa. A empresa, por sua vez, nos tempos atuais, reivindica de seus trabalhadores uma maior flexibilidade na aplicabilidade de seus saberes técnicos empíricos ou formais (científicos) nas atividades laborais nomeadas hoje como "competências". Avaliada como uma habilidade "individual e subjetiva" o conceito de competência trabalhado por Rosandiski (2006), Castioni (2010) e Tartuce (2007) revelam que tal habilidade tende "a favorecer acordos particulares entre empregado e empregador em detrimento aos contratos coletivos". Destacando-se ainda as dificuldades que se apresentam de "mensuração e comparabilidade das habilidades necessárias para o exercício de cada função." (Rosandiski, 2006, p. 170). Bridi e Motim (2011), em uma pesquisa junto a jovens estudantes do setor de TI que já estavam inseridos no mercado de trabalho, identificaram o problema até mesmo em delimitar as funções e tarefas realizadas pelos mesmos.

Voltando para a noção de competência, Castioni considera que essa noção implica em uma perspectiva individual, sendo o indivíduo como o único responsável pelo seu "produto" que pode ser trocado por outras "mercadorias", valendo-se assim como um "valor de uso". Afirma que competência é uma noção cuja referência é estrita "ao indivíduo, abstraído das relações sociais em uma sociedade configurada por relações de trocas mercantis capitalistas." (CASTIONI, 2010, p. 15). Para Tartuce (2007), a competência é um atributo

> que remete a subjetividade do indivíduo e relaciona-se com a conscientização das responsabilidades pessoais frente a sua atuação profissionais; [...] a competência está intimamente associada a ação desenvolvida em uma situação específica, o que significa dizer que, tão importante como os conhecimentos adquiridos, é a mobilização e a capacidade do sujeito para articular a dimensão cognitiva desses

6 Esse estudo empírico corresponde a um dos eixos de investigação do Projeto "Redes de empresas, trabalho e relações de trabalho no setor de informática no Paraná" realizado por Ieger (2014) e por Bridi & Motim (2011).

> saberes com as atitudes necessárias para, de forma autônoma, resolver problemas de uma dada situação. (Tartuce, 2007, p. 60).

Tais premissas foram encontradas nas diretrizes que balizam o curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, consequentemente, que influenciam no desenvolvimento de formação do perfil profissional de seus egressos. No Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso TADS apresenta um conjunto de habilidades de natureza teórica, comportamental e técnica. Visando a construção da noção de competência, destaca que o egresso deve "saber fazer", ou seja, desenvolver o saber técnico (análise, projeção, especificação, programação, testes, implantação e manutenção de sistemas de informação) e o "saber ser" ao definir, por exemplo, que o mesmo deve fazê-lo de forma ética e democrática, com reponsabilidade. Desse modo, os "esquemas mentais, as ações e as operações mentais de caráter cognitivo, sócio-afetivo ou psicomotor que, mobilizadas e associadas aos saberes teóricos ou experimentais geram as habilidades", se encontram evidenciados na definição de competência do projeto pedagógico (PPP, 2009, p. 7-8).

Com o intuito de suprir necessidades de formação e ainda, exigências de mercado, o curso TADS definiu como objetivo, o de formar o profissional Analista e Desenvolvedor de Sistema na área de informática

> com a competência para analisar as necessidades e demandas da sociedade, construindo soluções que explorem e apliquem os recursos de informática e de novas tecnologias, atuando com princípios éticos e promovendo o desenvolvimento humano. (PPP-TADS, 2009, p. 11).

O curso TADS criado em 2001, forma profissionais de TI com estas orientações, portanto. Como demonstrou Ieger (2014)[7], da sua criação até 2013 formou 541 analistas de sistemas. Como uma de suas indagações era identificar como se deu a inserção desses profissionais no mercado, buscou analisar a relação entre a formação científica e competência profissional (conhecimento técnico/empírico) no processo de produção, o tipo de vínculo de trabalho (se flexível, precário, celetista, Pessoa Jurídica – PJ etc.), a dimensão dos conhecimentos produzidos na "indústria de informática", como também a identificação do perfil dos profissionais formados no curso TADS (egressos) e o tipo de atividade em que se inseriram no mercado de trabalho. (Ieger, 2014, p. 54).

A pesquisa junto aos egressos foi possível a partir da aplicação de um questionário *on-line* (para usar uma ferramenta de uso habitual dos pesquisados via *internet*) com vistas a identificar e analisar o perfil desse trabalhador. Além do questionário, foram realizadas entrevistas pessoais com os egressos, professores do curso TADS e ainda com recrutador da empresa que demandava tais profissionais[8].

Essa é uma área de grande apelo de mercado e até midiático e, de certo modo, identificada, sobretudo, com a juventude que teria, segundo visão corrente, mais facilidade e gosto pela lida com a informática. Quando indagamos sobre as razões pela escolha do curso de informática, um dos entrevistados relatou:

> Na verdade, era a facilidade em usar o computador. Eu era um usuário e tinha facilidade, então foi sem programação, não sabia conceitos de sistema. Eu fui porque era um bom usuário de computador e só brincava de fazer página, mas não sabia como era o funcionamento de uma página web. Era um bom usuário e só. (Entrevista 6 concedida a Ieger, Analista de Sistemas, egresso TADS, novembro/2013).

---

7 O estudo de Ieger contou com o envio de 370 endereços eletrônicos (dos egressos). Obteve resposta de 66 egressos sendo que, destes, sete se dispuseram a fazer entrevista pessoal. E ainda contou com depoimento de três professores do TADS, um recrutador de empresa. Além dos dados dessa pesquisa, contamos com as visitas à fábrica de *software* feita pelos membros da equipe do projeto "guarda chuva" e das discussões sobre o setor de TI no âmbito do Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade (GETS).

8 Acrescentamos que nos valemos também das observações realizadas nas visitas técnicas feitas por nós e pelos participantes do projeto sobre o setor da informática no Paraná já referido.

Outro entrevistado relatou que sua decisão pela graduação em informática se deveu a seu envolvimento anterior.

> Pelo fato de eu já estar envolvido, pois eu fiz curso técnico em informática, foi então uma continuação. Foi mais para me aperfeiçoar dentro da área. (Entrevista 2 concedida a Ieger, Analista de Sistemas, egresso e Professor TADS, setembro/2013).

Segundo Ieger (2014), as escolhas pela área de atuação em TI são subjetivas, mas também decorrentes das demandas emergentes de mercado. Uma situação comum junto aos estudantes do TADS é a sua rápida absorção pelo mercado de trabalho. Bridi e Motim (2011), em um estudo junto a duas turmas desse curso, identificaram que a quase totalidade dos estudantes já estavam trabalhando desde os anos iniciais. Nesse estudo, as autoras verificaram que 70% das pessoas pesquisadas (dos 30 respondentes) trabalhavam "até seis horas por dia e as demais oito horas por dia. Este predomínio do tempo parcial está relacionado ao fato de que os respondentes", eram estudantes jovens (que tinham em média 25 anos) e, portanto, estavam apenas iniciando sua carreira nesta área. Outro dado levantado se referia à remuneração: vinte e um respondentes, o que equivale a mais de dois terços do total da amostra considerada (30), recebiam entre R$ 300,00 e R$ 1.500,00. (Bridi & Motim, 2011). Essa rápida e imediata inserção no mercado de trabalho tem, de acordo com um dos entrevistados por Ieger (2014), relação com a evasão que ocorre no curso do TADS:

> Outro fator que agrava a questão do curso aqui, especificamente sendo um curso da área de informática, é o próprio mercado de trabalho, que tem absorvido os profissionais já no primeiro semestre. O que eu acho que por um lado é bom, que os profissionais vão ter uma experiência, mas por outro, eu vejo que no primeiro semestre os alunos ainda não têm maturidade para ir para o mercado de trabalho e acabam dando mais prioridade ao trabalho/estágio do que ao curso propriamente dito e aí, são esses alunos que acabam se evadindo do curso, porque para esses alunos eventualmente eles saem do patamar onde não tinham uma renda ou tinham uma renda muito pior, para um patamar de uma renda quem sabe de R$ 1.800,00/ R$ 2.000,00, que é o que se paga hoje para um estagiário de uma empresa de médio porte aqui em Curitiba. (Entrevista 9 concedida a Ieger, Engenheiro da Computação, Professor TADS, novembro/2013).

Essa entrada no mercado de trabalho, de certo modo precoce, se dá pela possibilidade de ganho rápido, mas como analisa o entrevistado, os jovens trabalhadores

> esquecem que precisam complementar a formação. E aí eu vejo exemplos de alunos que já estão terminando o curso com a "corda no pescoço", estão pra jubilar, vem me procurar e dizem: 'ah! professor, porque eu vou jubilar, porque agora, apesar de eu ter conseguido um emprego muito bom, estar ganhando muito bem, o meu empregador está cobrando de mim um diploma, mas só que por outro lado, eu não tenho tempo de vir aqui assistir as aulas, nem de fazer as provas, porque eu estou trabalhando, estou viajando' etc. (Entrevista 9 concedida a Ieger, Engenheiro da Computação, Professor TADS, novembro/2013).

Assim, eles acabam caindo em uma armadilha, pois a mesma empresa que o contratou como estagiário e, portanto, sem a formação concluída, logo passa a exigir o diploma sem dar as condições, criando uma situação difícil para o profissional.

Essa é uma área que ainda predominam os profissionais do sexo masculino. Como podemos acompanhar na tabela, tomando como referência os estudantes que concluíram o curso de 2004 a 2013, têm-se a maioria do sexo masculino, conforme tabela:

Tabela 1 - Egressos do TADS: ano de formação e gênero

Ano de formação	Feminino	%	Masculino	%
2004	0	0%	2	100%
2005	0	0%	4	100%
2006	0	0%	7	100%
2007	0	0%	11	100%
2008	2	50%	2	50%
2009	1	9%	10	91%
2010	2	25%	6	75%
2011	2	40%	3	60%
2012	3	50%	3	50%
2013	1	50%	1	50%
Outros*	1	50%	1	50%
Vazio**	1	25%	3	75%
Total	13		53	

Fonte: IEGER, 2014, p. 67.
*O item "outros" refere-se a respostas que foram deixadas em branco pelos respondentes.
** Vazio corresponde às respostas diferentes do leque de opções de respostas

Os dados mostram que a inserção da mulher no curso só se deu a partir do ano de 2008, e ainda, com um índice pequeno de participações no decorrer dos demais anos de formação/qualificação, fator que confirma as teses de que se trata de um universo predominantemente masculino. No quesito idade a pesquisa demonstrou um público jovem, na qual a grande maioria tinha até 32 anos (dos 66 entrevistados, 51 tinha até 32 anos), questão considerada relevante se considerarmos a área da informática ser relativamente nova. Esse perfil está próximo daquele identificado por Porcaro (Softex, 2013) analisados na primeira parte deste artigo e também por Castro (2011). Considerada uma área dinâmica e de rápidas mudanças tanto em termos operacionais (produção de *hardware*) quanto de lógica (desenvolvimento de *software*) devido as constantes inovações tecnológicas, os seus profissionais precisam recorrer a atualizações constantes. Conforme Ieger (2014), a busca por certificações e outras formações técnicas é significativa entre os egressos, como podemos visualizar na tabela:

Tabela 2 - Outros níveis de escolarização/qualificação dos egressos do TADS

Cursos técnicos (%) num total de 66 respondentes	Certificações* e "outros" (%) num total de 66 respondentes	Especialização (%) num total de 66 respondentes	Mestrado (%) num total de 66 respondentes
3%	58%	30%	8%
02 entrevistados	38 entrevistados	20 entrevistados	05 entrevistados

Fonte: IEGER, 2014, p. 69.
* Refere-se a certificações específicas de treinamento/aprendizado dos segmentos de negócios de grandes empresas que operam no mercado, como *Microsoft*, IBM etc. E o item "outros" refere-se a outros cursos ligados **à** TI.

O que nos chamou atenção nos dados acima foi o índice de 58% de profissionais que buscaram nas certificações específicas de grandes marcas de TI uma complementação de formação. Certificações que, por sua natureza, possibilitam aos profissionais uma atualização rápida e focada na necessidade de aprendizado suprindo possíveis deficiências de formação ou demandas específicas das atividades de trabalho, mas também, e talvez

principalmente respondendo ao apelo do mercado de certificações. A posse dessas certificações tende a ser objeto que valoriza o currículo do profissional, ampliando em certa medida, seu poder de barganha salarial.
É importante destacar, no entanto, que a atualização é feita de forma diferente das tradicionais, ou seja, daquela ocorridas em bancos de escolas ou universidades. Ela acontece, como revelaram os egressos, muitas vezes, de forma autodidata, por meio de *sites* especializados e até mesmo, na interação com outros profissionais, em trocas de experiências profissionais em conversas informais com colegas da mesma área de atuação. Essas interações ocorrem de modo virtual, na maioria dos casos.
A formação/qualificação para o exercício da sua profissão e a diplomação é tida como fundamental à pratica laboral, conforme os profissionais entrevistados (egressos), como observado na tabela:

Tabela 3 - Importância do curso de Graduação para o exercício da profissão

Conceito / Grau de importância	Quantidade de respondentes	%
10	8	12%
9	7	11%
8	13	20%
7	12	18%
6	9	14%
5	7	11%
3	2	3%
2	3	5%
Outros*	2	3%
Vazio**	3	5%
Total	66	100%

Fonte: IEGER, 2014, p. 72.

* O item “outros”: respostas diferentes do leque de opções de respostas

** Vazio: refere-se a respostas que foram deixadas em branco pelos respondentes.

Os egressos foram instados a dar uma nota de 0 a 10 para a importância de seu curso de graduação para a sua inserção no mercado de trabalho. Se observados os conceitos de 6 a 10 sob o olhar dos egressos, o curso (a diplomação) e com ele os conhecimentos adquiridos que foram agregados à formação, foram fundamentais para a inserção no mercado de trabalho e o exercício da atividade profissional. Nesse sentido, quando indagados sobre as dificuldades para a inserção no mercado de trabalho, a minoria afirmou ter encontrado alguma dificuldade, como podemos observar:

Tabela 4 - Dificuldades de entrada no mercado de trabalho

Teve dificuldade?	Quantidade	%
Não	43	65%
Sim	18	27%
Outros*	2	3%
Vazio**	3	5%
Total	66	100%

Fonte: IEGER, 2014.

* Vazio: respostas em branco no questionário *on-line*.

Embora saibamos que, nem sempre a formação/qualificação leva necessariamente à prática daquele ofício, na área de TI isso parece não ser uma realidade. No universo pesquisado (66), 65% dos egressos não tiveram dificuldades em se inserirem no mercado de trabalho, sendo que a quase totalidade encontra-se trabalhando na área de formação.

As habilidades técnicas e comportamentais: exigências no setor TI

Em pesquisa realizada por Bridi & Motim (2011, p. 22), as autoras já haviam identificado que as atividades dos profissionais que atuam na programação e desenvolvimento de *software* e sistemas informacionais exigem "muito trabalho, disciplina, organização, atenção quanto aos custos de produção e às normas necessárias para a produção de programas compatíveis com as máquinas e com as necessidades dos clientes". De maneira geral, esses profissionais precisam "aplicar ciência, matemática e raciocínio lógico para desenvolver o *software* – uma mercadoria específica". (Idem). As habilidades e conhecimentos exigidos para a atividade consistiam em "concentração; raciocínio lógico análise e desenvolvimento com muita precisão e eficácia, lógica, conhecimentos de *hardware*, *software*, sistemas operacionais e linguagem de programação, meticulosidade e paciência" (Idem). Ou seja, os saberes técnicos (saber fazer), aliavam-se ao saber agir, saber ser (paciência, meticulosidade).
No estudo juntos aos egressos feitos por Ieger (2014), os entrevistados também destacaram as exigências técnicas aprendidas de forma empirista ou acadêmica, mas também as habilidades comportamentais e de relacionamento interpessoal. São saberes que se apresentam em muitos casos imbricados, mas que também para fins didáticos, neste artigo, fizemos o esforço em identificá-los em colunas distintas. Dentre os requisitos de cunho comportamental e as habilidades técnicas, destacamos:

Quadro 1 - Exigências do mercado de trabalho na visão dos egressos: habilidades comportamentais e técnicas*

Habilidades comportamentais	Habilidades técnicas
- Responsabilidade. Profissionalismo.	- Raciocínio lógico.
- Pró-atividade.	- Conhecimento e domínio de muitas linguagens, idiomas, ferramentas, equipamentos, etc.
- Comunicabilidade. Capacidade de interações sociais, comprometimento. Relacionamento interpessoal.	- Conhecimento técnico.
- Flexibilidade, adaptação ao modelo da organização.	- Aprendizado técnico, pensamento sistêmico, adequação a processos da empresa. Domínio de várias tecnologias, leitura técnica em inglês.
- Qualidade, jogo de cintura, visto que a maioria das empresas não é madura o bastante para utilizar ciclos de desenvolvimento de *software* corretamente	- Inglês, linguagem de programação, noções de arquitetura de *software* e Comunicação em vários idiomas.
- Determinação. Teimosia para encontrar soluções	- Conhecimento técnico. Atualização constante, língua estrangeira (inglês)
- Eficiência.	- Inteligência criativa e teimosia para encontrar soluções.
- Adaptabilidade aos modelos de gestão administrativa.	- Muito conhecimento e em diversas áreas. Altíssimo conhecimento técnico.
- Alta disponibilidade para horas extras	- Linguagens atuais, *linux,* inglês e formação superior conhecimento técnico, inglês, graduação.
- Agilidade. Produtividade. Tempo, objetivos e metas. Dinamismo.	- Conhecimento e experiência.
- Multidisciplinaridade. Capacidade de gestão de pessoas e processos.	- Experiência em diferentes linguagens.

Fonte: IEGER, 2014. Reelaboração pelas autoras

*Muitas habilidades se repetem, mas optamos em mantê-las em razão das falas dos entrevistados que foram mais recorrentes.

Agrupamos as habilidades pela proximidade de sentido, mas procurando mantê-las conforme indicações dos entrevistados. Como podemos visualizar no quadro, de maneira geral, as empresas exigem desses profissionais (egressos), características subjetivas tais como a flexibilidade no que se refere ao tempo dedicado ao trabalho, a disponibilidade para horas extras e de trabalho (saber usar diferentes linguagens, desenvolver diferentes partes do produto etc.); a capacidade de gerir o próprio tempo de modo a trabalhar com agilidade com vistas ao cumprimento das metas e produtividade. Somadas a capacidade de comunicação, estão as de gestão de pessoas e de relacionamento interpessoal. Nesse sentido, o depoimento de um profissional de Recursos Humanos (RH) entrevistado de uma das "fábricas" de *software* visitadas corrobora:

> A gente recebe esses currículos, passa pela triagem, vê o quê o cliente precisa e depois tem toda uma seleção. Começa a ligar para os candidatos, fazer toda a parte de perguntas mais pessoais e perguntas mais técnicas também para filtrar. Quando a gente vê que o candidato está interessado, a gente começa a marcar as entrevistas. Então a gente faz uma entrevista **comportamental** na hora da entrevista técnica e envia para o cliente o candidato que foi aprovado nessas duas etapas aqui, para a entrevista com o cliente. (Entrevista 11 concedida a Ieger, Administrador, Assistente de Recrutamento e Seleção, janeiro/2014).

Quanto às exigências em relação ao conhecimento técnico, os egressos evidenciaram aqueles aprendidos no curso de formação (graduação) e também em outros processos de qualificações. Observamos, contudo, que alguns dos domínios aqui elencados como técnico não se separa de um "saber ser" do profissional, como por exemplo, a capacidade de "adequação constante" que requer flexibilidade cognitiva, flexibilidade no que se refere às capacidades técnicas para utilização de diferentes linguagens, criatividade e "teimosia" ou a determinação e paciência para encontrar soluções. Ressaltamos dentre as habilidades, o domínio de inglês, que se deve não a algum requisito técnico para desenvolver programas, por exemplo, mas devido à linguagem (procedimentos, normas, orientações etc.) ser majoritariamente na língua inglesa, uma vez que os Estados Unidos tem supremacia no setor da informática.

A necessidade de formação contínua apareceu como condição precípua para esse profissional. O mercado de trabalho (as empresas de TI e seus recrutadores) exige, portanto, um profissional com perfil dinâmico, polivalente, flexível. Possivelmente essas condições exigidas para esse profissional trazem consequências para as empresas, como por exemplo, a dificuldade em "fidelizar" o profissional de TI. Isto é, eles tendem a não trabalhar por muito tempo em uma mesma empresa. Conforme Ieger (2014), um de seus entrevistados que desenvolve a atividade de Analista de Sistema, com a idade de 31 anos já tinha trabalhado em onze (11) empresas diferentes. Braunert (2013) também encontrou trabalhadores que, apesar de bastante jovens, com idade em torno de 22 anos, já tinham passado por seis diferentes empresas em sua trajetória profissional. A rotatividade dos trabalhadores é uma característica do setor de TI, uma vez que muitos trabalham por projeto, por demanda. Sendo que, conforme Ieger, em muitos casos a rotatividade pode ocorrer "por iniciativa do próprio trabalhador" (Ieger, 2014, p. 108). Em uma das empresas produtoras de *software,* por nós visitada, a profissional de RH, afirmou que eles trocam de emprego por 50 reais a mais no salário. Situação confirmada por outro "Recrutador da Indústria da Informática II que relatou que 'é um mercado com muita rotatividade devido ao salário'" (Idem). Isso significa que a flexibilidade de trabalho do qual essa categoria é paradigmática, se tem um preço para o trabalhador, também é verdade que tem para a empresa. Aprofundar esse aspecto, contudo, exigirá outros estudos.

Considerações finais

O setor de TI é bastante heterogêneo, com atividades e funções muito diferenciadas entre si (Bridi & Motim, 2014; Bridi, 2014). O presente artigo, no entanto, focado em egressos e estudantes de graduação do TADS analisou um determinado tipo de profissional, isto é, aqueles que atuam no desenvolvimento, produção de *software* e sistemas informacionais. A análise do conjunto das pesquisas revela que esses profissionais são, em sua

maioria, jovens, do sexo masculino, solteiros. Exercem as funções de Analistas de Sistemas, como também, Desenvolvedores de Sistemas, Diretor de Tecnologia, Gerentes de Projetos, Gerentes de TI, Programadores, dentre tantos outros cargos e funções.

Pela "natureza" do trabalho realizado e a dinâmica das tecnologias e linguagens, esses profissionais são desafiados a processos de aprendizagens contínuos. Não bastam os conhecimentos técnicos adquiridos quando da formação acadêmica, como não bastam o saber técnico. Requer um conjunto de habilidades e competências comportamentais, como demonstramos neste artigo.

A atualização que acontece de forma permanente e depois da inserção no mercado de trabalho acontece também de forma autodidata. Ou seja, por meio de fóruns de discussões via *internet*, trocas de experiências profissionais ou participando de processos de certificações específicas e oferecidas por grandes empresas internacionais que detém o controle e supremacia dos mercados de sistemas informacionais. Essas formas de cooperação entre os profissionais, por vezes, interpretados por certas correntes teóricas tal como defendida por Negri, Lazzarato e Hardt, como sinalização de possibilidades de autonomia e solidariedade, e/ou de emancipação e subversiva, para nós, parece ter outro sentido: o de condição para permanecer no mercado de trabalho. É o mercado e suas empresas que provocam rápidas mudanças tecnológicas que tendem a jogar os trabalhadores em direção a uma busca constante e individualizada para se manterem no mercado. Nesse sentido, esses jovens trabalhadores, diante da necessidade diária de buscarem soluções para situações novas que nem sempre dominam, acabam formando redes virtuais e por se encontrarem conectados, cooperam entre si. A natureza dessa cooperação tem certa relação com o tipo de trabalho que realizam e a necessidade de terem que "se virar" na busca de soluções.

Referências

BRAUNERT, M. B.& BRIDI, M. A. (2013), A flexibilidade das formas de contratação na indústria de software de Curitiba e Região. In: XVI *CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA*, Salvador.

BRAUNERT, M. (2013), *O trabalho e as formas de contratação dos desenvolvedores de software: um estudo em empresas de Curitiba e Região***.** Dissertação de Mestrado. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná.

BRIDI, M. A. (2011), *Redes de empresas, trabalho e relações de trabalho no setor de informática no Paraná***.** Projeto de Pesquisa. Curitiba: UFPR/apoio CNPQ.

BRIDI, M. A. & MOTIM, B. (2014) Trabalho e trabalhadores na indústria de informática. In: Contemporânea – *Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, v. 4, n. 2, jul-dez 2014, pp. 351-380.

BRIDI, M. A. & BRAUNERT, M. (2014) *Configurações do trabalho em empresas de software.*(no prelo).

CASTIONI, R. (2010) *Educação no Mundo do Trabalho: qualificação e competência.* São Paulo: Francis.

CASTRO, B. (2011) Gênero e trabalho na tecnologia da informação**:** um perfil dos profissionais do setor no Brasil. *XV Congresso Brasileiro de Sociologia.* UNICAMP.

IEGER, E. M. (2014) *Da qualificação ao mercado de trabalho:* um estudo de caso com egressos de um curso superior de informática no Paraná. Dissertação de mestrado, Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná.

FRIEDMANN, G. NAVILLE, P. (1973) *Tratado de sociologia do trabalho.* Com a colaboração de Jean-René Tréanton e [outros] tradução de Octávio Mendes Cajado. São Paulo, Cultrix, Ed. Da Universidade de São Paulo.

PORCARO, R. M. (2013), Economia da informação: mercado de trabalho e competências. In: SOFTEX. *Cadernos temáticos do Observatório: Economia da informação e internet,* Observatório Softex: Campinas, Cap. 3, p. 67-96.<Cadernos-tematicos-do-observatorio-economia-da-informacao-e-internet.pdf>. Consultado em 15-07-2014.

Setor de Educação Profissional e Tecnológica. (2008), *Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Desenvolvimento e Análises de Sistemas.* Universidade Federal do Paraná. (mimeo).

TARTUCE, G. L. B. P. (2007), *Tensões e intenções na transição escola-trabalho: um estudo das vivências e percepções de jovens sobre os processos de qualificação profissional e (re)inserção no mercado de trabalho na cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

PRESTES, E.& VÉRAS, R. (2014). Educação, qualificação, trabalho e políticas públicas: campos em disputas. *Revista Lusófona de Educação***,** América do Norte, 14, Feb. 2010. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/1105/916>. Consultado em 10-07- 2014.

ROSANDISKI, E. N. (2006), A qualificação como elemento dinâmico do mercado de trabalho. In: DEDECCA C.; PRONI M. W. (2006), *Políticas públicas e trabalho.* Campinas: UNICAMP, IE; BRASÍLIA: Ministério do Trabalho e Emprego; Unitrabalho.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. (2006), *Qualificar para quê? Qualificar para quem?* São Paulo: Fundação UNITRABALHO; Campina Grande: EDUFCG.

Trajetorias profissionais de diplomados do ensino superior: semelhanças e diferenças de género perante a centralidade do trabalho

Arlinda Cabral, CESNOVA
Liliana Pascueiro, CESNOVA
Susana Batista, CESNOVA

Resumo: A obtenção do diploma do ensino superior constitui um recurso para a concretização de trajetórias profissionais de sucesso. Quando se vivenciava o desiderato da ascensão social através da formação superior, encontrávamos poucos discursos que enfatizavam as "barreiras invisíveis" em prol da posse dos capitais (económico, cultural e simbólico), da classe social e do género. Mas as trajectórias profissionais ocorrem num contexto sociocultural específico, pautado por representações sociais dos papéis de género. Com o presente texto pretendemos contribuir para o aprofundamento da área dos estudos de género entre diplomados do ensino superior, com recurso a metodologia quantitativa, através da exploração das semelhanças e diferenças de género nas posições alcançadas no mercado de trabalho e na relação subjetiva com o trabalho.
Palavras-chave: diplomados do ensino superior; género; trajectória profissional; centralidade do trabalho

1. Introdução e breve enquadramento teórico

Num contexto da "sociedade do conhecimento" (Rodrigues e Félix 2000; Giddens, 2004), a importância do investimento em credenciais académicas faz parte dos discursos familiares, políticos e sociais, como estratégia para a melhoria das condições de vida em sociedade. A frequência do ensino superior tem, assim, aumentado nos países desenvolvidos e com configurações diversificadas nas características dos indivíduos que acedem a este nível de ensino. Estas configurações podem resultar da necessidade que o próprio sistema produtivo teve e tem de quadros e de técnicos especializados e à complexidade das funções laborais e que, portanto, exerce "pressão" sobre a mão-de-obra no sentido de aceitação da qualificada, o que, por sua vez, foi entendida pela sociedade, e particularmente pelas classes que até então viam o seu acesso a níveis de formação mais elevados vedados, como a possibilidade de, através da posse de credenciais, ascenderem a posições sociais mais prestigiantes – meritocracia e credenciação. Por outro lado, entre as classes prestigiadas, o investimento na formação passou a ser entendida como uma garantia da manutenção das posições herdadas, de forma a não serem confrontados com situações de despromoção social.

A aposta na obtenção do diploma do ensino superior (que pode ser considerado como capital cultural) constitui, em Portugal, um recurso estratégico para a concretização das aspirações a trajetórias profissionais de sucesso. A posse de um diploma do ensino superior tem-se traduzido em posições profissionais mais vantajosas no mercado de trabalho, comparativamente aos que não detêm o diploma. Encontramos a prova desta situação mais privilegiada dos diplomados do ensino superior no mercado de trabalho em estudos nacionais desenvolvidos por inúmeros investigadores. Salientamos as posições defendidas por Freire (2000), Torres (2004), Alves (2008), Santos (2008), Chaves (2010), Marques e Alves (2010) e Gonçalves (2012). Estes estudos comprovam igualmente que o acesso aos melhores empregos, em termos de remuneração, estabilidade, segurança, possibilidades de progressão na carreira e de promoção, são associados às profissões altamente qualificadas.

Até um passado recente, o diploma do ensino superior era entendido como o garante de uma trajetória social ascendente. Os diplomados que provinham de grupos sociais menos capitalizados eram vistos como protagonistas de uma "trajetória social ascendente vertical", na medida em que "a educação escolar e académica [constituía] um fator potencial da mobilidade social ascendente" (Grácio, 1997:62). Entre os diplomados que provinham de famílias de origens sociais mais capitalizadas, estes eram vistos como protagonistas de uma "trajetória social ascendente horizontal", em que a posse do diploma permitiria manter a posição detida pela família de origem, o que destacava o papel crucial das credenciais para a manutenção das posições sociais dos detentores de capital económico e escolar/cultural (Estanque, 2012).

Esta visão parece ver a frequência do ensino superior como uma "estratégia que pode ser apelidada de 'credencialista' e 'utilitarista', no sentido em que se orienta, predominantemente, por uma lógica "[…] associada à acumulação de diplomas escolares que se espera que favoreçam a empregabilidade" (G. Alves, 2009:108). A procura do ensino superior resulta, assim, principalmente da representação social que por esta via os indivíduos podem alcançar "resultados concretos e imediatamente" (Bourdieu, 1979:25) no mercado de trabalho, tendo em vista a realização pessoal através do trabalho, apanágio da sociedade moderna contemporânea.
A sociedade portuguesa viu em quatro décadas mutações que noutros países demoraram mais tempo a acontecer (Aboim, 2010). Mas apesar da "crescente participação masculina nos labores da produção doméstica e parental" (Aboim, 2010:51), as mulheres são as principais responsáveis pela esfera doméstica, facto que faz com que "a esfera profissional, em comparação com a doméstica, tenha revelado maior permeabilidade ao ideal de divisão igualitária entre homens e mulheres" (Aboim, 2010:50). Assim, em Portugal, persiste um modelo conservador quanto aos papéis de género, apesar da forte presença feminina no mercado do trabalho, a tempo inteiro (Almeida, Guerreiro, Lobo, Torres e Wall, 1998; Torres, 2011; Guerreiro, 2011; Perista, 2002; Ferreira, 2009; Crompton, Lewis e Lyonette, 2007; Casaca, 2009). O aumento da participação das mulheres na esfera económica não se fez, contudo, acompanhar da mudança de atitudes face aos papéis de género, o que parece apontar para um contexto paradoxal: por um lado, a aceitação social que as mulheres "fossem trabalhar" e, por outro, que os papéis sociais anteriormente atribuídos se mantivessem, no que se refere à divisão do trabalho na esfera doméstica. Neste sentido, o modelo feminino de atividade profissional aproxima-se do modelo de atividade masculino de "atividade contínua" (Maruany e Reynaud, 2004:21). Mas para as mulheres, esta adesão à norma social masculina implica acumular o trabalho com as obrigações familiares e domésticas. É neste contexto que diplomados e diplomadas aprendem e interiorizam as normas e expectativas sociais quanto ao lugar que o trabalho deve ocupar na vida, através dos processos de socialização primária e secundária. As diferenças sociais são, assim, geradas culturalmente, isto porque "os homens e as mulheres são socializados em papéis diferentes" (Giddens, 2004:110) e a sociedade espera que os homens e as mulheres desempenhem a sua função, no quotidiano, de forma que as expectativas se cumpram e se reproduzam (Bourdieu, 1990). Este conjunto de representações sociais, com repercussões ao nível da ação dos indivíduos e das possibilidades disponíveis para a concretização de aspirações nas diversas esferas da vida social, tem-se traduzido em diferenças de género na inserção profissional dos indivíduos.
Mas para além do aspeto objetivo (situações profissionais concretas no mercado de trabalho e avaliação que os indivíduos fazem da sua situação profissional), a parte mais subjetiva (relativa à importância que o trabalho assume na vida - face a / ou na ausência de necessidades financeiras -, a importância que o trabalho assume na vida em comparação com outras esferas da vida social e os motivos pelos quais os indivíduos trabalham) também tem sido alvo de estudos (Ramos, 2000; Freire, 2006; Maciel, Marques e Torres, 2008; Saint-Maurice, 2009; Barroso, Nico e Rodrigues, 2011; Chaves, 2010).

1.1. O trabalho remunerado nas sociedades contemporâneas

Nas sociedades contemporâneas, o trabalho ocupa um lugar central nos processos de socialização, nas dinâmicas de inserção social e no posicionamento relativo de cada um no espaço social, além de constituir uma componente central da identidade social e individual (Dubar, 2001; Barroso, Nico e Rodrigues, 2011). De igual forma, assume um lugar preponderante no quotidiano das pessoas, ocupam parte considerável da sua existência envolvidas no desenvolvimento de atividades de trabalho das quais obtêm um rendimento (Flacher, 2008; Halman, 2001; Freire, 2009, Saint-Maurice, 2009). O trabalho estrutura e condiciona a gestão dos tempos sociais (Flacher, 2008), legitima socialmente as fases biográficas, que se subdividem geralmente em formação, trabalho e reforma, o que faz com que o ciclo de vida dos indivíduos seja orientado em volta do período de vida ativa (Halman, 1999). E embora, por vezes, possa parecer uma atividade opressiva e imposta, atribui sentido às atividades quotidianas (Giddens, 2004).
O trabalho, apesar de não beneficiar de uma definição rigorosa e inquestionável, pois está relacionado com os valores e os juízos dominantes numa determinada sociedade, que variam de acordo com o contexto sócioespacial (Freire, 2000), será neste estudo definido definido como "a realização de tarefas que envolvem o dispêndio

de esforço mental e físico, com o objetivo de produzir bens e serviços para satisfazer as necessidades humanas" (Giddens, 2004:378). Dentro da categoria "trabalho", podemo-nos deparar com duas subcategorias, o trabalho remunerado e o trabalho não remunerado. O trabalho remunerado corresponde a uma ocupação ou emprego organizado através da mediação do mercado, que envolve o retorno da prestação de serviços de acordo com medidas de equivalência socialmente construídas, em que as regras são (pelo menos no emprego formal) colocadas num contrato que é efetuado em troca de um pagamento ou salário regular e que proporciona segurança económica aos indivíduos (Bourdieu, 1979; Giddens, 2004). O trabalho não remunerado consiste no "trabalho (…) que não dá um rendimento" (Bourdieu, 1979:44), tais como o trabalho doméstico, o trabalho familiar e parental e o trabalho voluntário.

Na vida dos indivíduos, o trabalho remunerado "constitui uma fonte de desenvolvimento e satisfação, é um meio de subsistência, mas ao mesmo tempo, uma forma de autorrealização" (Kovács, 2002:1). A este facto, acrescentamos que o trabalho remunerado encerra duas perspetivas, "a ação orientada em direção a um fim económico" e a "atividade em si, independentemente da sua função económica", que caracterizam a distinção entre o trabalho como atividade de ganho e o trabalho como função social (Bourdieu, 1979:43-44).

O trabalho remunerado consiste num dos canais principais para a integração na sociedade e "afirmação de si como ser social" (Flacher, 2008:117), pois permite aceder ao reconhecimento social, aos recursos materiais que possibilitam a cada um inscrever-se nas normas do consumo e inserir-se na vida social. Assim, desempenha um papel central na vida por permitir aceder a recompensas materiais (remuneração pelos serviços prestados), sociais (contactos com outras pessoas), prestígio (estatuto social associado às funções desempenhadas) e valorização pessoal (fonte de autoestima, identidade e meio de realização pessoal) (Ramos, 2000:47). Por esta via, o trabalho remunerado assume, em suma, uma função instrumental, ao mesmo tempo que responde a necessidades de interação social e de realização e desenvolvimento pessoal na vida dos indivíduos (Vala, 2000:71).

1.2. O género e o mercado de trabalho

São vários os aspetos que estão na origem da entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho ou na força de trabalho remunerada. Desde o período pós-II Guerra Mundial, assistimos à emergência de novas configurações nos mercados de trabalho europeus. Uma outra alteração de monta prende-se à entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho. Com a diminuição da mão-de-obra masculina, foi dada às mulheres a possibilidade de entrarem no mercado de trabalho e assumirem tarefas, funções, categorias e postos de trabalho que até esse período lhes eram vedados. Remonta à segunda metade do século XX a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho na Europa como um movimento social que desde esse período tem aumentado: "they have been gathering pace since the second half of the twentieth century, and indeed a further increase in the level of women's employment is now enshrined as a Europen policy objective" (Crompton, Lewis e Lyonette, 2007:1). Mais do que o reconhecimento de uma igualdade, o aumento exponencial do número de mulheres no mercado de trabalho assentará, numa primeira fase, no reconhecimento da necessidade de mais mão-de-obra para substituição da mão-de-obra masculina (na qual se baseia o ideal tipo do trabalhador moderno) , mais do que o reconhecimento de uma igualdade. As estratégias femininas de reivindicação de um lugar no processo produtivo e económico traduziram-se igualmente numa pressão social para a mudança de um paradigma predominantemente masculino para um paradigma misto da força do mercado de trabalho. No entanto, apesar do aumento sem precedentes na Europa, a partir dos anos 60, da atividade profissional entre as mulheres, estas sempre trabalharam (nas actividades domésticas e a cuidar de familiares), sendo que o que mudou com o tempo foram as modalidades de trabalho:"les modalités de cette activité, sa traduction en status socialement définis et, de ce fait, socialement visibles. La nouveauté, ce n'est donc pas le travail, mais l'emploi et le salariat féminins" (Maruany e Reynaud, 2004:16).

A entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho foi encorajada pelas políticas educativas e de saúde adotadas pelos Estados Nacionais, que pretendiam impulsionar os sectores da educação, da saúde e da proteção social, por constituírem pilares fundamentais para a mudança social, e pela crescente escolarização feminina, mas também pela evolução do mercado de trabalho, nomeadamente a terciarização e a salarização do trabalho

(Guionnet e Neveu, 2005; Viegas e Costa, 1998). Esta evolução do mercado de trabalho caracteriza a passagem para um crescimento sustentado no sector dos serviços, com destaque para as actividades de produção e aplicação de conhecimentos, gestão de patrimónios, prevenção e conservação da saúde, entretenimento e lazer, comunicações e distribuição, em detrimento do investimento e crescimento da indústria e da agricultura (Rodrigues e Félix 2000; Maruani e Reynaud, 2004). A terciarização mantém, ainda, uma relação directa com o aumento dos níveis de escolaridade, visto que é nas actividades de serviços que o conhecimento e a informação se tornam mais importante, impulsionando o crescimento do subsector das profissões científicas e técnicas.

1.3. Conceptualizações teóricas das questões de género e o trabalho

Para a explicação das origens das diferenças atribuídas aos homens e mulheres na sociedade deparamo-nos com várias correntes teóricas. Ao enfatizarem aspectos distintos, estas últimas concorrem para a explicação das origens das diferenças atribuídas aos homens e mulheres na sociedade. Em primeiro lugar, encontramos teorias gerais com enfoque nas diferenças resultantes da construção social do "género" (os papéis de género) e ainda com enfoque "no sexo e no género como constructos sociais interdependentes". Seguidamente, sinalizamos a existência de universos concetuais que se focalizam na tentativa de explicar de que forma o nível macro se articula com o nível micro, no que se refere à divisão sexual do trabalho. Finalmente, um terceiro conjunto de abordagens visa explicar as diferenças entre homens e mulheres em "campos" específicos, tais como, no mercado de trabalho, nos locais de trabalho, tendo em conta a organização das estruturas onde trabalham e na relação entre o trabalho e a família.

Para além desta abordagem geral da relação entre o género e o mercado de trabalho, os indivíduos podem ser condicionados, nas suas práticas profissionais, pelas representações sociais e culturais que figuram sobre os papéis atribuídos a homens e mulheres no trabalho e pela forma como a organização onde trabalham as perceciona. No contexto das organizações, privilegiam-se três perspectivas para o estudo das semelhanças e diferenças de género, as quais pretendem ajudar a compreender quais os fatores que poderão estar na base da reprodução de uma "gendered substructure of organisation" (Halford, Savage e Witz, 1997:6): i) a "abordagem contingente" *(contingent perspective)*, que defende que a organização é fundamentalmente neutra em relação ao género e que qualquer padrão ou processo que traduz desigualdades de género é acidental e / ou superficial, visto que as desigualdades de género dentro das organizações resultam da aplicação imperfeita de procedimentos burocráticos neutros quanto ao género ou resultam de situações externas à organização: "even whilst it might be acknowledged that in practice bureaucracies are not gender-neutral, the argument is that the principle of bureaucratic organisation is gender-neutral" (p. 7); ii) a "abordagem essencialista" *(essentialist perspective)*, que defende a ligação intrínseca entre a organização burocrática e a masculinidade e o patriarcado, sendo o género uma parte integrante da estruturação das organizações, que reflectem uma forma masculina específica de organização e em que as oportunidades disponíveis para as mulheres têm um custo social, que consiste na adesão voluntária à cultura masculina: "women, who are socialized into feminine ways of behaving and relating to others, are necessarily muted within this masculinist setting" (p. 10); iii) "abordagem incorporada[1]" *(embedded perspective)*, que sugere que as relações sociais de género se encontram incorporadas em múltiplas e complexas formas históricas, dentro das relações sociais da organização. Nesta última perspectiva, as relações de género constituem uma parte do campo das relações sociais dentro das quais as organizações ganham forma: "gender reations, masculinities and femininities, and associated values, opportunities and resources, constitute significant social, cultural and economic divisions in contemporary society" (Halford, Savage e Witz, 1997:12). Assim, a estrutura, as práticas e as culturas organizacionais são construídas dentro de processos económicos, sociais e culturais que são, por sua vez, trespassados por questões de género. Como as organizações estão dentro de contextos culturais específicos, esta perspectiva defende que as organizações não podem ser compreendidas como sistemas impessoais e despersonalizados e que as relações de género se encontram presentes na estrutura e na estruturação das organizações.

No plano das representações, deparamo-nos, assim, com normas (a) assentes na ideia de papéis equivalentes

1 Tradução da autora – termo original *embedded perspective* (Halford, Savage e Witz, 1997:6).

dentro e fora da família (em que o homem e a mulher têm ambos um trabalho exigente e ambos assumem a responsabilidade pelo trabalho doméstico), (b) outras na ideia de uma diferenciação parcial (a mulher trabalha mas tem uma trajetória profissional menos exigente que o homem e tem sob a sua responsabilidade o trabalho mais em casa), (c) outras ainda na forma da diferenciação e segregação absoluta dos papéis masculinos e femininos (em que o homem tem um trabalho remunerado e a mulher trabalha em casa) (Wall e Guerreiro, 2005).

As pertenças profissionais ocupam um lugar central no posicionamento relativo de cada indivíduo no espaço social, nos processos de socialização e nas dinâmicas de inserção social (Dubar, 2001). Mas para além das "posições alcançadas no mercado de trabalho", que traduzem a relação objetiva com o trabalho remunerado, com particular incidência na situação perante o trabalho (empregado/desempregado/inativo), no tipo de vínculo contratual, no tipo de entidade empregadora, na ocupação principal, na remuneração e nas horas de trabalho semanal, os indivíduos confrontam-se com o trabalho remunerado no campo das motivações, representações, perceções, expectativas e na avaliação que fazem da sua situação e trajetória neste campo da vida social. Esta área constitui o campo de estudo da "relação subjetiva com o trabalho".

Na falta de uma abordagem consensual sobre a definição conceptual da "relação subjetiva com o trabalho", optámos por fazer uma breve incursão aos quadros teóricos que procuram contribuir para o conhecimento da forma como os indivíduos representam o trabalho e se posicionam e relacionam com ele, a fim de nos dotarmos de ferramentas lógico-conceptuais que permitam estudar os "confrontos subjetivos com o trabalho" (Chaves, 2010).

No presente estudo, são três as abordagens que permitem responder às questões atrás indicadas, na medida em que contemplam aspetos de ordem macrossocial que influenciam o significado que os indivíduos atribuem ao trabalho e aspetos de ordem individual relacionados com a relação com o trabalho ("perspectivas individuais do trabalho"), o que tem repercussões na relação que estes têm com o trabalho e na relação que têm com as outras esferas da vida social.

A primeira abordagem, apresentada pelo Meaning of Working Group (MOW) (1987) defende que o sentido que os indivíduos atribuem ao trabalho e que está na base da sua relação com este tem em conta: (a) as normas sociais acerca do trabalho; (b) a centralidade do trabalho; (c) as recompensas valorizadas no trabalho; (d) a importância dos objetivos do trabalho, e (e) o papel de identificação com o trabalho. Entre estas categorias, as "recompensas valorizadas no trabalho" e a "centralidade do trabalho" encontram-se mais associadas ao "significado subjetivo que os indivíduos atribuem ao trabalho". Por um lado, as recompensas valorizadas no trabalho, nomeadamente horas de trabalho semanal, formação para o desenvolvimento de competências suportada pela entidade empregadora, oportunidades de progressão, autonomia no desempenho de tarefas e, por outro, as expectativas subjetivas sobre as situações de trabalho, que compreendem a importância do trabalho no futuro, a preferência por trabalhar menos horas mesmo que isso implique auferir menos rendimentos e a recomendação do trabalho que se faz aos filhos e amigos. Nesta perspectiva, a "relação subjetiva com o trabalho" resulta de uma relação de causalidade recíproca entre os significados atribuídos ao trabalho e os fatores sociais, as características do trabalho e as normas societais sobre o trabalho.

A segunda abordagem, de Schwartz (1999:41), refere que a "relação subjetiva com o trabalho" contempla três dimensões. Uma dimensão mais geral, que diz respeito às "orientações e preferências em relação ao trabalho", que está relacionada com as normas sociais vigentes numa dada sociedade sobre o trabalho (obrigação versus direito). A dimensão da "centralidade do trabalho", que diz respeito à importância que os indivíduos atribuem ao trabalho em termos absolutos e em comparação com outras atividades da vida social (vida em comunidade, o lazer, a família e a religião). E uma dimensão mais específica, referente aos motivos pelos quais os indivíduos trabalham, denominada de "valores do trabalho", que na sua perspectiva podem ser de quatro tipos: poder, intrínsecos, extrínsecos e sociais.

Na terceira abordagem, desenvolvida por Vala (2000:71), é referido que são duas as dimensões que permitem "compreender a relação subjetiva das pessoas com o trabalho". A dimensão que contempla o valor do trabalho como uma atividade social, que constitui o "ponto de partida dos estudos sobre a centralidade do trabalho", na medida em que tem como base o grau de importância atribuído ao trabalho na vida. A outra dimensão diz respeito aos "valores e motivações do trabalho e à relação entre valores do trabalho e satisfação com o trabalho", que tem como fundamento os valores que os indivíduos associam ao trabalho e a avaliação que os indivíduos

fazem da sua situação e trajetória profissional. Estas dimensões encontram-se estruturadas segundo as atitudes e o posicionamento face ao trabalho e a afirmação do seu valor enquanto dimensão estruturante do tempo e dos restantes aspetos da vida social (Freire, 2000:166).
Atendendo às três abordagens referidas, o significado e o valor do trabalho contemplam dimensões materiais, concretizadas na relação objetiva com o trabalho (resultados advindos das "posições alcançadas no mercado de trabalho"), e dimensões subjetivas, relativas à importância do trabalho na vida, às recompensas que os indivíduos esperam alcançar no e através do trabalho (Chaves, 2010) e a avaliação que os indivíduos fazem de si nesta esfera da vida social.
Segundo a perspectiva que adotamos, a relação subjetiva com o trabalho compreende a incursão da vertente macrossocial, que condiciona a representação social do trabalho e enfatiza a influência do contexto cultural, social, económico e político na atitude e na orientação dos indivíduos perante o trabalho, e da vertente valorativa, que contempla as "perspectivas individuais do trabalho", com enfoque no lugar que atribuem ao trabalho na vida, no que os leva a trabalhar (valores do trabalho) e na satisfação com o trabalho. Estes dois eixos constituem o "pano de fundo" do estudo do lugar que o trabalho ocupa na vida dos indivíduos.

2. Questões de investigação

Atribuindo enfoque à intersecção entre as três grandes áreas referidas (inserção profissional, diferenças de género e centralidade do trabalho e tendo em vista explorar se existem diferenças significativas ou se a situação é caracterizada essencialmente pela paridade, adotamos como questão principal de investigação saber "até que ponto as documentadas diferenças de género, no acesso ao mercado de trabalho e na importância que os indivíduos atribuem ao trabalho, continuam a verificar-se junto dos diplomados do ensino superior"? Neste sentido, procuramos identificar as "semelhanças e diferenças de género" entre os diplomados do ensino superior na posição alcançada no mercado de trabalho (situação perante o trabalho) e na relação subjetiva com o trabalho (importância que conferem ao trabalho na vida e importância que conferem ao trabalho na vida na ausência de necessidades financeiras.

3. Metodologia

As opções metodológicas deste estudo consistem na aplicação de inquérito por questionário, o qual decorreu no âmbito do projeto de investigação "Percursos de inserção dos licenciados: relações objectivas e subjetivas com o trabalho" (PTDC/CS-SOC/104744/2008), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e desenvolvido no CESNOVA – Centro de Estudos em Sociologia da Universidade Nova de Lisboa, que tem como objetivo conhecer os percursos de inserção profissional dos diplomados que concluíram as suas licenciaturas no ano lectivo 2004/2005. Para o tratamento dos dados recorremos à análise estatística descritiva (univariada), tendo em vista conhecermos e descrevermos as características da população, e num segundo momento, procurámos identificar a relação entre o sexo dos diplomados e as respostas que norteiam as questões de partida deste estudo, apoiando-nos na estatística descritiva bivariada, no cruzamento de variáveis e nos testes de associação e de correlação entre estas.

4. Caracterização da população em estudo

A população deste estudo é constituída pelos diplomados da Universidade de Lisboa e da Universidade Nova de Lisboa que concluíram os seus estudos no ano lectivo 2004/2005. Do total de diplomados que obtiveram o grau de diplomado nesse ano (4.290 indivíduos), obteve-se uma taxa de resposta de 23,3% dos diplomados da UL (597 indivíduos do total de 2.560 responderam ao questionário) e de 23,5% dos diplomados da UNL (407 indivíduos do total de 1.730 responderam ao questionário), perfazendo uma taxa de resposta total de 23,4% (1.004 diplomados). Foram tidas em conta as 14 unidades orgânicas e os 92 cursos de licenciatura que com-

põem a UL e a UNL. No que se refere ao sexo dos inquiridos, e tendo em conta que a população é constituída por 4.290 indivíduos, dos quais 2.731 são do sexo feminino (63,7%) e 1.559 do sexo masculino (36,3%), foram realizados 646 questionários às diplomadas e 356 aos diplomados, correspondentes a 64,3% e a 35,6% da amostra, respectivamente. Os inquiridos encontram-se repartidos por seis áreas de formação, de acordo com a Classificação Internacional Tipo da Educação (International Standard Classification of Education - ISCED 1997, da UNESCO), adotada em Portugal através da Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (CNAEF): Artes e Humanidades; Educação; Ciências Sociais, Comércio e Direito; Ciências, Matemática e Informática; Engenharias, Indústria Transformadora e Construção; Saúde e Proteção Social.

5. As semelhanças e diferenças de género nas dimensões objectivas da trajectória profissional

Na sociedade portuguesa, os diplomados acedem a posições profissionais mais capitalizadas e estabilizadas, comparativamente aos indivíduos que não detinham o diploma, na medida em que demoram menos tempo a aceder a um trabalho remunerado, auferem em média mais do que os não diplomados, estabilizam num menor período de tempo no mercado de trabalho e são menos vulneráveis ao desemprego (Alves, 2008; Chaves, 2010; Marques e Alves, 2010; Gonçalves, 2012). No entanto, tendo em conta que os processos de inserção profissional se encontram temporal, geográfica e socialmente contextualizados, não são indiferentes às desigualdades de género que caracterizam o mercado de trabalho em Portugal. Estas diferenças afetam de igual forma o grupo de indivíduos altamente qualificados, na medida em que a segregação sexual ocupacional vertical e horizontal, a disparidade salarial e a desigual distribuição do tempo de trabalho e do tempo de não trabalho, resultado das representações sociais quanto ao desempenho diferenciado dos papéis sociais de homens e mulheres na sociedade, são aspetos que acompanham as trajetórias dos diplomados. A par deste contexto, deparamo-nos ainda com um cenário de recessão económica, que apologiza o discurso da inexistência de um lugar para todos os diplomados que queiram trabalhar nas mais diversas áreas que receberam formação. É nesta intersecção que procuramos caracterizar o processo de inserção profissional dos diplomados e das diplomadas alvo do presente estudo, no que à condição objetiva no mercado de trabalho diz respeito.

Segundo Alves (2004, 2007) e Chaves (2010), a inserção profissional dos diplomados do ensino superior é indiferente ao seu sexo, visto que tanto os diplomados como as diplomadas experienciam trajetórias profissionais semelhantes, encontrando-se maioritariamente inseridos no mercado de trabalho. Perante um clima de incerteza quanto ao retorno do investimento na educação superior, e numa sociedade caracterizada pelo conservadorismo dos papéis de género, a par de homens e mulheres investirem no trabalho remunerado, vejamos qual a situação dos diplomados inquiridos.

Gráfico n.º 1 - Situação objectiva perante o trabalho, 5 anos após a obtenção do diploma, por sexo (%)

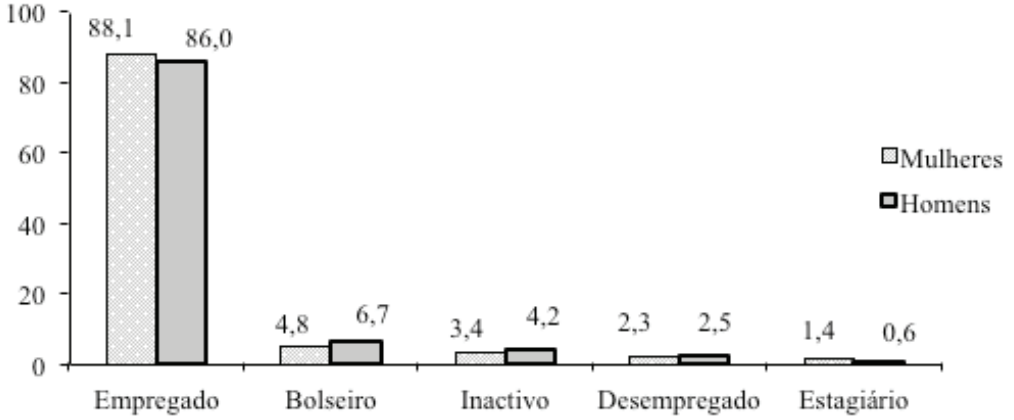

Qui-quadrado=3,32; sig=0,475

Fonte: Projeto "Percursos de inserção dos licenciados", CESNOVA, 2011

O aumento da percentagem de diplomados entre a população ativa e empregada em Portugal, que teve lugar num cenário de crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, constitui um quadro social que tem demonstrado uma certa estabilidade entre os diplomados do ensino superior. A diminuição da diferença que separava homens e mulheres em idade de trabalhar em Portugal (de 21,8%, em 1975, para 4,5%, em 2010) (INE, 2012) configura uma mudança que caracteriza a situação dos diplomados inquiridos: passados 5 anos após a obtenção do diploma, a grande maioria dos diplomados (agregando homens e mulheres) encontra-se inserida no mercado de trabalho (87,3%). A percentagem de diplomados desempregados é mínima (2,4%), assim como a dos que se encontram na situação de "Bolseiro" (5,5%), "Inativo" (3,7%) ou "Estagiário" (1,1%). Para identificar as semelhanças e diferenças de sexo na situação perante o trabalho, realizámos o teste do Qui-quadrado (Qui2 =3,32 para sig=0,475), que nos permitiu constatar que as diferenças mínimas que separam os inquiridos do sexo feminino e do sexo masculino não são estatisticamente significativas no que à situação objetiva perante ao trabalho diz respeito.

A igualdade entre homens e mulheres na situação perante o trabalho dos diplomados alvo do presente estudo é verificada inclusive no que se refere ao desemprego, o que confirma, por um lado, que a taxa de atividade feminina cresce de acordo com o nível de escolaridade, mas refuta, por outro, as tendências dos dados nacionais e dos diferentes países europeus, que registam taxas de desemprego mais elevadas entre as diplomadas de ensino superior do que entre os diplomados. Assim, tendo presente a taxa de desemprego de 8,2% dos diplomados do ensino superior em Portugal, no ano 2010, correspondendo 3% aos indivíduos do sexo masculino e 5,2% aos indivíduos do sexo feminino (INE, 2012), apercebemo-nos que os dados confirmam, por um lado, a tendência de o grupo dos diplomados do ensino superior se manter sub-representado nesta categoria (com valores abaixo da média nacional), mas diferem na atribuição de percentagens de desemprego superiores às mulheres. Neste sentido, a obtenção do diploma do ensino superior ainda permanece um fator de diferenciação positiva no mercado de trabalho entre os diplomados da UNL e da UL que terminaram a sua formação em 2004/2005 e, pelo facto de apresentarem percentagens de desemprego inferiores às médias nacionais, a instituição de ensino superior frequentada pode fazer a diferença nas trajetórias profissionais, tanto dos diplomados como das diplomadas.

As reconfigurações ocorridas no mercado de trabalho português favorecem, assim, a atenuação das diferenças de género no acesso ao trabalho remunerado, pois os diplomados do ensino superior acedem de forma igual ao mercado de trabalho e apresentam percentagens mínimas de desemprego, independentemente de serem do sexo feminino ou do sexo masculino. Neste sentido, a educação mantém-se uma "estratégia" que favorece a empregabilidade e que contribui para a maior igualdade de género no acesso ao mercado de trabalho. Desta forma, apesar da persistência de situações de desigualdade de género no mercado de trabalho português, constatamos que a obtenção do diploma do ensino superior contribui para uma distribuição mais equitativa dos diplomados no campo do trabalho remunerado.

Focando-nos no tipo de contrato de trabalho que os diplomados apresentam, verifica-se que os diplomados da UL e da UNL (homens e mulheres) se encontram a trabalhar maioritariamente com contrato de trabalho sem termo (55,1%), seguindo-se a modalidade de contrato de trabalho com termo (38,1%).

Gráfico n.º 2 – Tipo de contrato de trabalho dos diplomados, por sexo (%)

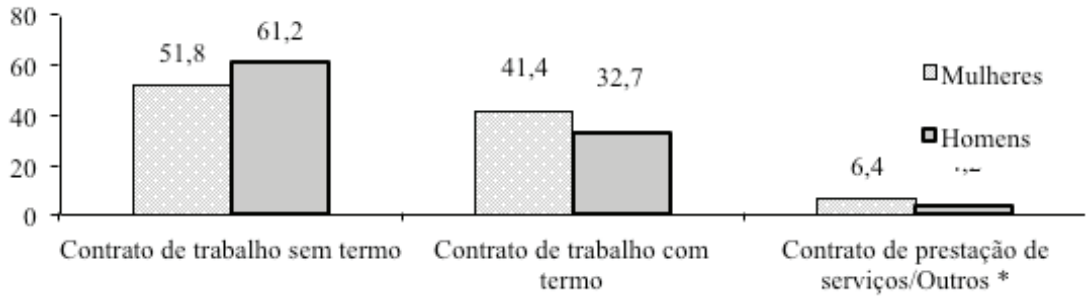

* Contrato de provimento e contrato com empresa de trabalho temporário

Qui2=11,5 para sig=0,04; Cramer V=0,125

Fonte: Projeto "Percursos de inserção de licenciados", CESNOVA, 2011

Apesar de as diferenças entre homens e mulheres não serem acentuadas, quando comparamos os tipos de contrato de trabalho que apresentam, deparamo-nos com um peso superior da categoria "contrato de trabalho sem termo" entre os homens e um peso superior das restantes categorias nas diplomadas. Com base no teste do Qui-quadrado (Qui2=11,5 para sig=0,04; Cramer V=0,125), pode-se afirmar a existência de uma associação fraca entre as duas variáveis, ou seja, o "tipo de contrato" depende do sexo dos inquiridos, encontrando-se a categoria contrato sem termo associada aos homens (61,2%) e contrato com termo às mulheres (41,4%).
Este facto demonstra que o género influencia a estabilização no mercado de trabalho, associada ao contrato sem termo. Tal facto reforça que as mulheres são penalizadas nas trajetórias profissionais, pois se ingressam no mercado de trabalho no mesmo período de tempo que os diplomados e se passados 5 anos se encontram maioritariamente a trabalhar, poderia esperar-se que o tipo de contrato de trabalho fosse semelhante. Contudo, a precariedade dos contractos a termo e as outras alternativas que não o "contrato sem termo" são mais registadas entre as mulheres. Neste sentido, podemos referir que se o diploma atenua as diferenças de género no momento de aceder ao trabalho remunerado, o mesmo não se verifica ao nível da estabilização no mercado de trabalho, demonstrando a persistência de diferenças de género.
De acordo com a Classificação Nacional das Profissões, os diplomados (homens e mulheres) da UL e da UNL encontram-se fortemente representados no "Grupo 2 – Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas", conforme se constata no gráfico abaixo.

Gráfico n.º 3 - Ocupação principal dos diplomados, por sexo (%)

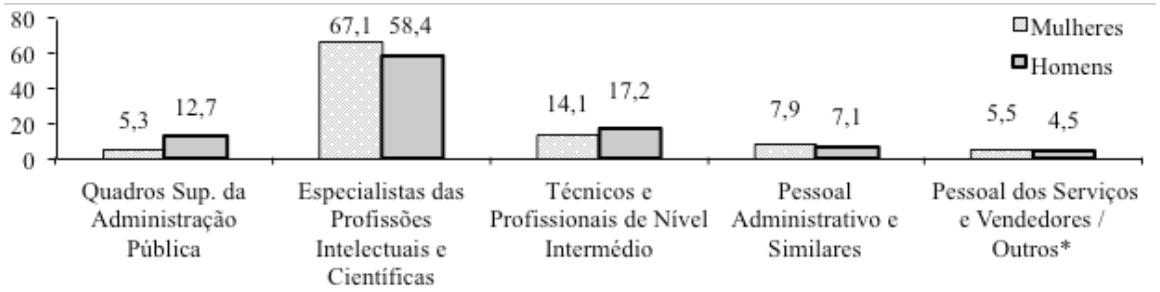

* Grupo 6 - Militares (0,7%); Grupo 7 - Operários, Artífices e Trabalhadores Similares (0,1%); Grupo 8 - Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores de Montagem (0,2%).
Qui2=18,8 para sig=0,02; Cramer V=0,137
Fonte: Projeto "Percursos de inserção dos licenciados", CESNOVA, 2011

Registam-se algumas diferenças quando se compara o peso de cada uma das categorias profissionais ocupadas pelos homens e pelas mulheres. Verificamos uma representação mais expressiva do Grupo 2 - "Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas" (67,1%), do Grupo 4 - "Pessoal Administrativo e Similares" e do Grupo 5 - "Pessoal dos Serviços e Vendedores / Outros" (5,5%) nas diplomadas. Já o "Grupo 1 – Quadros Superiores da Administração Pública" (12,7%) e o Grupo 3 - "Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio" (17,2%) apresentam um maior peso nos diplomados, quando comparado com as mesmas categorias profissionais nas diplomadas. Perante a análise dos dados, e com base no teste do Qui-quadrado (Qui2=18,8 para sig=0,02;), podemos afirmar que existe uma relação estatisticamente significativa, mas fraca (Cramer V=0,137) entre as variáveis "sexo" e "ocupação principal", visto que ser do sexo feminino ou do sexo masculino faz a diferença sendo que a categoria Grupo 1 se encontra associada aos homens e a categoria Grupo 2 associada às mulheres.
No estudo, a análise do tempo de trabalho médio semanal mostra que os diplomados da UL e da UNL (agregando homens e mulheres) trabalham em média 40 horas por semana.

Gráfico n.º4 - Tempo de trabalho médio semanal dos diplomados, por sexo (%)

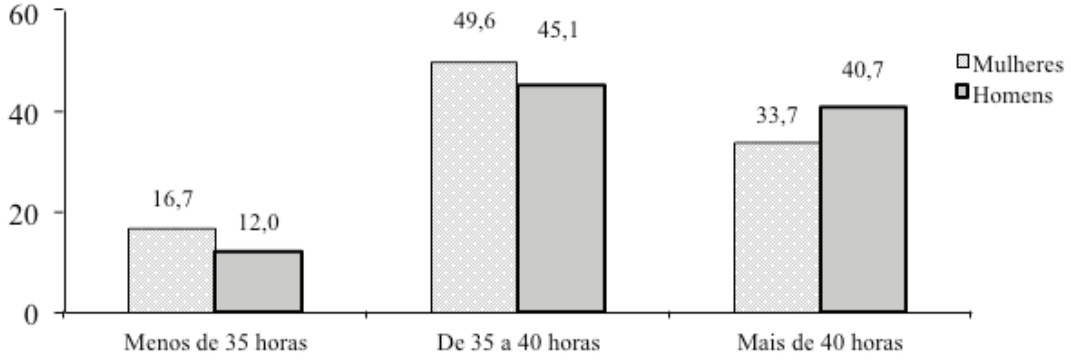

Qui2=8,2 para sig=0,16; Cramer V=0,097
Fonte: Projeto "Percursos de inserção dos licenciados", CESNOVA, 2011

Embora se destaque para ambos os sexos o intervalo de tempo de trabalho médio semanal entre 35 e 40 horas (50% das mulheres e 45% dos homens inquiridos), concluímos que os homens estão mais representados no escalão de "tempo acima do normal" (mais do que 40 horas) com 41% de respondentes face a 34% de respondentes femininas. Enquanto o desenvolvimento de actividade profissional em média em menos de 35 horas semanais é mais frequente entre as mulheres que entre os homens: 17% face a 12% dos homens. Com base no teste do Qui-quadrado (Qui2=8,2 para sig=0,16; Cramer V=0,097), o tempo de trabalho semanal encontra-se, assim, associado ao sexo dos inquiridos, mas com fraca intensidade.
A disparidade salarial entre homens e mulheres constitui uma área onde são mais evidentes as desigualdades de género em Portugal. Tal facto assume particular relevo entre os diplomados do ensino superior, na medida em que persistem situações de diferenças salariais para as mesmas habilitações literárias e qualificações e, com particular destaque, entre os diplomados que desempenham ocupações mais qualificadas (Barroso, Nico e Rodrigues, 2011). No que concerne à remuneração média mensal, os diplomados inquiridos (agregando homens e mulheres) auferem em média €1.300, e mais de 50% dos diplomados encontra-se a auferir entre €900 e €1.800.

Gráfico n.º 5 - Escalão remuneratório mensal, 5 anos após a obtenção do diploma, por sexo (%)

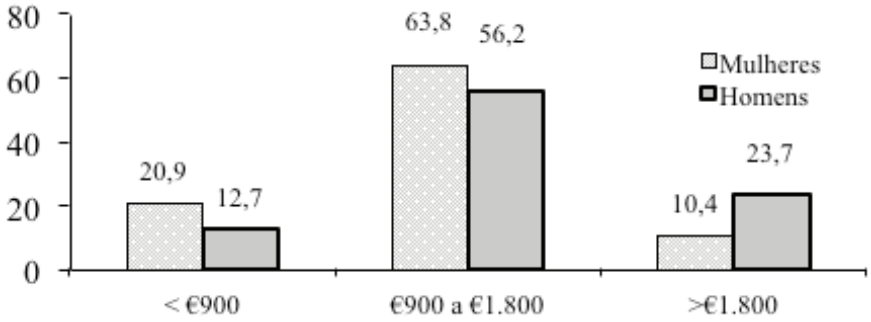

Qui2= 12,148; sig=0,016; Cramer V=0,417
Fonte: Projeto "Percursos de inserção dos licenciados", CESNOVA, 2011

Os dados mostram que os diplomados auferem em média mais (€ 1.489,30) do que as diplomadas (€ 1.204), apresentando um peso relativo superior ao das diplomadas nos escalões com valores superiores a € 1.800 (23,7% contra 10,4%, respetivamente). Com base no teste do Qui-quadrado (Qui2= 12,148; sig=0,016; Cramer V=0,417), ser do sexo feminino ou do sexo masculino faz diferenciar os rendimentos a auferir entre homens e mulheres. Assim constatamos que o rendimento médio mensal encontra-se associado ao sexo dos inquiridos.

6. Semelhanças e diferenças de género na centralidade do trabalho entre diplomados do ensino superior

De acordo com estudos sobre a centralidade do trabalho não se registam grandes diferenças quanto à importância que o trabalho assume na vida para homens e mulheres (Bielby e Bielby, 1984; Snir e Harpaz, 2005; Hedenus, 2009). Para ambos, o trabalho é uma dimensão central da vida (Halman, 1999). Em Portugal, registamos igualmente semelhanças de género no campo das atitudes perante o trabalho e na avaliação da centralidade do trabalho (Vala, 2000; Torres e Brites, 2006), apesar de as identidades de género femininas se encontrarem a desempenhar mais atividades que remetem para a esfera privada (a conjugalidade, a parentalidade, o trabalho e as tarefas domésticas) e os homens, a atividades da esfera pública (que traduzem o domínio simbólico na esfera do trabalho e nas restantes esferas da vida social para além da família) (Maciel, Marques e Torres, 2008). Para além desta constatação, a sobrevalorização do trabalho destaca-se mais no contexto nacional entre os detentores do diploma do ensino superior, sem que se registem diferenças de género nesta avaliação (Ramos, 2000; Vala, 2000).

Gráfico n.º 6 – Centralidade absoluta do trabalho, por sexo (%)

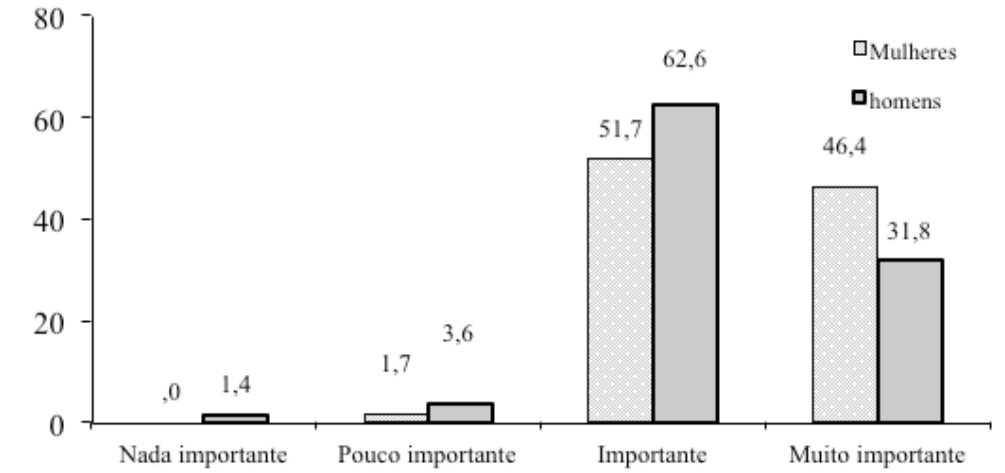

Fonte: Projeto "Percursos de inserção dos licenciados", CESNOVA, 2011

O trabalho ocupa um lugar muito importante na vida dos diplomados, pois constatamos que a esmagadora maioria das diplomadas (98,2%) e dos diplomados (94,5%) (agrupando as categorias 3 e 4) atribuem importância ao trabalho, sendo poucos os que consideram o trabalho "Nada ou Pouco importante". No entanto, deparamo-nos com diferenças, visto que os diplomados consideram maioritariamente o trabalho importante (62,6%) e as diplomadas muito importante (46,4%).

Tendo em conta que estes dados foram recolhidos 5 anos após a obtenção do diploma, podemos concluir que a importância atribuída ao trabalho na vida é elevada para os diplomados do ensino superior, à semelhança do identificado em outros estudos sobre a centralidade do trabalho (Bielby e Bielby, 1984; Halman, 1999; Morden e Ostinguy, 2005; Sharabi e Harpaz, 2011). No entanto, as diplomadas atribuem maior importância ao trabalho na vida do que os diplomados.

Os motivos para a atribuição deste elevado grau de importância ao trabalho podem estar associados a diversos factores. A associação do trabalho a uma componente central da identidade social e individual (Dubar, 2001; Barroso, Nico e Rodrigues, 2011), na medida em que atribui sentido às atividades quotidianas (Giddens, 2004), "constitui uma fonte de desenvolvimento e satisfação, é um meio de subsistência, mas ao mesmo tempo, uma forma de autorrealização" (Kovács, 2002:1) e por ser um factor importante para a integração na sociedade e "afirmação de si como ser social" (Flacher, 2008:117). Como já mencionamos anteriormente, o trabalho assume diversas funções na esfera do social.

Para aferirmos a hipótese de que os diplomados e as diplomadas avaliam de igual forma o grau de importância que atribuem ao trabalho na vida (medida numa escala ordinal de 1 – Nada importante a 10 – Muito importan-

te), recorremos ao teste não paramétrico Mann-Whitney, que nos permitiu constatar que as distribuições dos grupos são diferentes, sendo que as diplomadas apresentam graus de centralidade do trabalho mais elevados do que os diplomados e que as diferenças observadas são estatisticamente significativas (U=95,2; W=158,8; p=0.000).

Esta preponderância da maior centralidade atribuída ao trabalho pelas diplomadas pode encontrar-se associada a diversos factores, de que destacamos a vontade de afirmação da importância que o trabalho assume na vida por parte das mulheres reforça o modelo da "expectativa normativa" da atribuição de importância ao trabalho remunerado (Bielby e Bielby, 1984; Sharabi e Harpaz, 2011), que faz com que as mulheres atribuam importância ao trabalho na vida como uma forma de afirmarem a sua adesão a um modelo de paridade de género na esfera do trabalho remunerado. Se no plano concreto do investimento temporal no trabalho, a responsabilidade pelas restantes esferas da vida social se sobrepõe, no plano subjectivo, a expressão da importância do trabalho revela que para além dos constrangimentos sociais dos papéis de género e da percepção masculinizada de que as mulheres investem menos no trabalho, o trabalho é uma dimensão muito importante da vida social.

A questão da importância atribuída ao trabalho na ausência de necessidades financeiras tem sido estudada ao longo do tempo por vários autores (Vecchio, 1980; Arvey, Harpaz e Liao, 1996; Hedenus, 2009), conforme exposto no capítulo 4. Os resultados destes estudos denotam que a centralidade do trabalho na ausência de necessidades financeiras é elevada para os indivíduos de ambos os sexos, principalmente entre os que têm maiores habilitações escolares, o que reforça a ideia de que "education was one of the more importante variables predicting work continuation" (Arvey, Harpaz e Liao, 1996:5), entre os que consideram que detêm uma ocupação prestigiante e entre os que se sentem mais satisfeitos com o trabalho. Neste sentido, esta questão permite isolar a centralidade do trabalho das necessidades financeiras, reforçando o papel dos factores intrínsecos na motivação para o investimento no trabalho.

Gráfico n.º 7 – Centralidade do trabalho, na ausência de necessidades financeiras, por sexo (%)

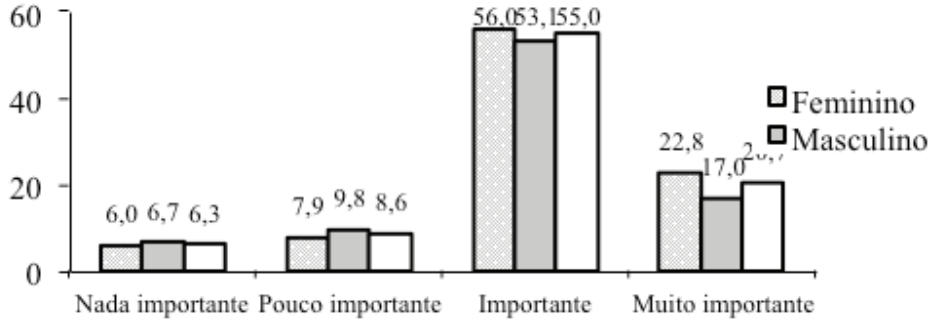

Fonte: Fonte: Projecto "Percursos de inserção dos licenciados", CESNOVA, 2011

Quer os diplomados (70,1%), quer as diplomadas (78,8%) continuam a atribuir importância ao trabalho na vida, mesmo se não precisassem de trabalhar para ganhar dinheiro (agrupando as categorias "Importante" e "Muito importante"). Somente 14,6% dos diplomados consideram o trabalho "Nada ou Pouco importante" (agrupando as categorias 1 e 2), sem que registemos grandes diferenças entre os diplomados (16,5%) e as diplomadas (14,9%).

Os dados permitem-nos constatar que os resultados indicados nos estudos de Morse e Weiss (1955), Vecchio (1980), Arvey, Harpaz e Liao (1996) e Hedenus (2009), que enfatizam que os indivíduos, mesmo que não precisassem de trabalhar para ganhar dinheiro, optariam por não deixar de trabalhar, quer sejam do sexo masculino, quer sejam do sexo feminino, se mantêm atuais. Entre os diplomados do ensino superior, independentemente do sexo, confirma-sea tese segundo a qual "they will continue to work if they view work as important or central in their lives, particularly if they view work as providing a sense of identity, esteem, status, and other nonfinancial outcomes" (Arvey, Harpaz e Liao, 1996:3).

7. Considerações Finais

O investimento que as famílias fazem na posse do capital cultural (para o efeito aqui considerado o académico) tem em vista promover a mobilidade social ascendente ou a manutenção de posições sociais mais capitalizadas no mercado de trabalho, de forma a conseguirem atenuar as formas de diferenciação social, entre as quais se incluem as diferenças de género. Atendendo ao lugar central que o trabalho assume na vida dos indivíduos nas sociedades contemporâneas, o estudo desta temática ultrapassa o campo das posições alcançadas no mercado do trabalho, pois contempla dimensões da relação subjectiva com o trabalho. Mas, na condição objectiva no mercado de trabalho e na relação subjectiva com o trabalho há que ter em conta as temáticas justificativas de diferentes posicionamentos no mercado de trabalho, entre as quais destacamos as questões de género, num contexto conservador, no qual as responsabilidades domésticas e familiares continuam em primeiro lugar a ser atribuídas às mulheres.

Perante a questão de partida que consiste em saber "até que ponto as diferenças de género que se registam em Portugal se verificam igualmente entre os diplomados do ensino superior, quer na condição objectiva no mercado de trabalho, quer na relação subjectiva com o trabalho", esta tese permite-nos concluir que existe uma relação entre o género e estas duas dimensões do estudo da trajectória profissional dos diplomados, que se traduz no predomínio das diferenças de género, visto que existem mais diferenças do que semelhanças de género na condição objectiva no mercado de trabalho. Deparamos com poucas diferenças de género na situação perante o trabalho (as diplomadas encontram-se maioritariamente inseridas no mercado de trabalho, semelhante à condição verificada entre os diplomados, a trabalhar principalmente como Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas) e demoraram em média o mesmo tempo que os diplomados a aceder ao trabalho qualificado, o que confirma que os diplomados são menos vulneráveis ao desemprego e que experienciam trajetórias profissionais semelhantes, como referem Alves (2008), Chaves (2010) e Marques e Alves (2010) (Alves, 2004, 2007; Chaves, 2010). Neste sentido, a educação mantém-se uma "estratégia" que favorece a empregabilidade e que contribui para uma distribuição mais equitativa dos diplomados e das diplomadas no campo do trabalho remunerado. Verificamos, no entanto, que os diplomados trabalham mais horas do que as diplomadas e que a discriminação salarial, no acesso aos cargos de topo e na estabilidade no mercado de trabalho persiste, o que demonstra que não são alheios às diferenças de género identificadas no mercado de trabalho, como defendem Wall e Guerreiro (2005), Crompton e Lyonette (2007) Perista (2006), Almeida, Brites e Torres (2010) e Aboim (2010). Deparamos igualmente com mais diferenças do que semelhanças de género na relação subjectiva com o trabalho, pois tanto os diplomados como as diplomadas consideram o trabalho uma dimensão importante na vida, mas as diplomadas valorizam mais o trabalho do que os diplomados. Na ausência de necessidades financeiras, a situação é semelhante: ambos os grupos atribuem importância ao trabalho na vida, o que leva a supor que continuariam a trabalhar mesmo que não precisassem economicamente. Este resultado não nos surpreende visto que, no campo valorativo, o trabalho tem assumido um lugar de maior preponderância entre as mulheres. No entanto, as diplomadas atribuem maior importância a todas as esferas da vida social, com excepção da esfera do desporto. Assim, no plano subjetivo, as documentadas diferenças de género nos valores do trabalho, que defendem que os homens atribuem maior importância dos que as mulheres à segurança, aos rendimentos e à responsabilidade pela realização das funções, enquanto as mulheres atribuem maior importância aos valores relacionados com um trabalho que deixe tempo livre para outras atividades, as relações interpessoais e outros aspectos intrínsecos do trabalho não se registam entre os diplomados do ensino superior.

Para os diplomados e para as diplomadas o trabalho é uma dimensão importante da vida, ainda que não a mais importante quando comparada com as restantes esferas da vida social (família e amigos), o que denota que prevalece uma crença positiva associada ao trabalho, que não é alheia ao capital académico e aos processos de socialização. Com a análise, interpretação e discussão dos dados defendemos que os estudos sobre a trajectória dos diplomados e das diplomadas do ensino superior devem contemplar dimensões centrais objectivas e subjectivas, apesar de reconhecermos como uma limitação do presente estudo o facto de não ter sido complementado com investigação qualitativa (realização de entrevistas semidiretivas), que permitiria compreender o "porquê" de tais resultados. Contudo, consideramos ter alcançado resultados que contribuirão para novas indagações quanto aos processos de inserção profissional dos diplomados e das diplomadas do ensino superior.

Bibliografia

Aboim, Sofia (2010). "Cronologias da vida privada". In José Machado Pais e Vítor Sérgio Ferreira (Org.). *Tempos e transições de vida: Portugal ao Espelho da Europa.* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. pp. 107-148.

Almeida, Ana Nunes, Guerreiro, Maria das Dores, Lobo, Cristina, Torres, Anália, e Wall, Karin (1998). "Relações familiares: mudança e diversidade". In José Manuel Leite Viegas e António Firmino Costa (Org). *Portugal, que modernidade?* Oeiras: Celta Editora. pp. 45-78.

Alves, Mariana (2009). "Ensino superior, trabalho e emprego na actual sociedade de risco. Um olhar sobre o caso de mestres e doutores". In *Sociologia, Problemas e Práticas*. n.º 59. 2009. pp. 107-124.

Alves, Mariana G. (2008). "A inserção profissional de diplomados de ensino superior. Uma abordagem sociológica". In *Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia: Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção.* Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia. pp. 119-124.

Arvey, Richard, Harpaz, Itzhak, e Liao, Hui (1996). "Work centrality and post-award work behavior of lottery winners". In *The Journal of Psychology*. 138(1). pp. 404-420.

Barroso, Margarida, Nico, Magda, e Rodrigues, Elisabet (2011). "Género e sociologia: uma análise das desigualdades e dos estudos de género em Portugal". In *Sociologia on-line*. n.º 4. Setembro de 2011. pp. 73-102.

Bielby, Denise, e Bielby, William (1984). "Work commitment, sex-roles attitudes, and women's employment". In *American Sociological Review*. vol. 49. n.º 2. pp. 234-247.

Bourdieu, Pierre (1979). *La Distinction. Critique sociale du jugement.* Paris: Les Éditions de Minuit.

Chaves, Miguel (2010). *Confrontos com o Trabalho Entre Jovens Advogados: As Novas Configurações da Inserção Profissional*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Crompton, Rosemary, Lewis, Suzan, e Lyonette, Clare (Ed.) (2007). *Women, men, work and family in Europe.* England: Palgrave MacMillan.

Dubar, Claude (2001), "La construction sociale de l'insertion professionnelle". In Éducation et Sociétés. nº 7/2001/1. pp. 23-36.

Ferreira, Virgínia (2009), *A Segregação Sexual do Emprego: Processos e Modalidades*. Coimbra: Almedina.

Flacher, Bruno (2008). *Travail et intégration social.* França: Éditions Bréal. 2.ª edição.

Freire, João (coord.) (2000). *Atitudes face ao emprego e tempo livre – Os processos de motivação para o trabalho, a formação e a iniciativa*. Lisboa: Observatório do Emprego e da Formação profissional.

Giddens, A. (2004). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 4.ª edição.

Gonçalves, Maria Manuela (2012). *Educação, trabalho e família: trajectórias de diplomados universitários*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Grácio, Sérgio (1997). "A mobilidade social revisitada". In *Sociologia, Problemas e Práticas.* n.º 24. pp. 45-69.

Guerreiro, Maria das Dores (2011), "Family, Work and Gender in Portugal. Policy and Practice". In Ingrid Hojer and Staffan Hojer (Eds.). *Familj, vardagsliv och modernitet / Family, Everydaylife and Modernity*. Goteborgs: Goteborgs University. pp. 67-82.

Guionnet, Chistine, e Neveu, Erik (2005). *Féminins/Maculins. Sociologie du genre*. Paris, França: Armand Colin Éditeur.

Halford, S, A Witz, Savage, M. Gender (1997). "Careers and Organisations: Current Developments". In *Banking Nursing and Local Government*. Basingstoke: Macmillan.

Halman, Loek (Org.) (2001). *The European values study: a third wave.* European Values Study Survey. Netherlands: Tilburg University.

Hedenus, Anna (2009). "Time for work and time for family ? Work-life balance after winning the Lottery". In *World Leisure* n.º 1/2009. pp. 27-38.

Kovács, Ilona (2002). *As metamorfoses do emprego. Ilusões e problemas na sociedade de informação.* Oeiras: Celta Editora.

Lebaron, Frédéric (2009). *La sociologie de A à Z. 250 mots pour compreender*. Paris: Ed. Dunod.

Maciel, Diana, e Ana Marques (2008), "Do ganha-pão à valorização pessoal: a centralidade do trabalho na vida dos indivíduos". *CIES e-Working Paper n° 43/2008.*

Maciel, Diana, e Ana Marques (2008), "Do ganha-pão à valorização pessoal: a centralidade do trabalho na vida dos indivíduos". *CIES e-Working Paper n° 43/2008.*

Marques, Ana Paula, e Alves, Mariana Gaio (Org.) (2010). *Inserção profissional de graduados em Portugal: (re)configurações teóricas e empíricas*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.

Maruani, Margaret, & Reynaud, Emmanuèle (2004). *Sociologie de l'emploi*. Paris: La Decouverte. 4.eme édition.

Maruani, Margaret, & Reynaud, Emmanuèle (2004). *Sociologie de l'emploi*. Paris: La Decouverte. 4.eme édition.

Morden, Peter, e Ostiguy, Lisa (2005). "Gender differences in the centrality of work, leisure, family and the community & models predicting life satisfaction". In T. Delamere, C. Randall and D. Robinson (Eds.). *Canadian Congress on Leisure Research 11: The two solitudes: Isolation or Impact?* Nanaimo, BC: Malespina University-College. pp 424-429.

MOW - Meaning of Working Group - International Research Team (1987). *The meaning of working*. Sheffield, England: The University Academic Press.

Nowotny, Helga (2005). *Time: the modern and postmodern experience*. Cambridge.

Perista, Heloísa (2002). "Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens". in *Análise Social.* vol. XXXVII (163). pp. 447-474.

Ramos, Alice (2000). "Centralidade do trabalho". In Villaverde Cabral (Org.). A*titudes sociais dos portugueses 1 Trabalho e cidadania.* Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais. pp. 47-69.

Rodrigues, Eduardo, Barroso, Margarida, e Caetano Ana (2010). "Trabalho, família e bem-estar: factores e padrões de qualidade de vida na Europa". *CIES e-Working Paper N.º 93/2010*. Lisboa: CIES/ISCTE-IUL.

Rodrigues, M. J., e Ribeiro, J. F. (2000). "Inovação, Tecnologia e Globalização: o papel do conhecimento e o lugar do trabalho na nova economia". In Carneiro, Roberto (coord.). *O Futuro da Educação em Portugal, Tendências e Oportunidades – um estudo de reflexão prospectiva.* Lisboa: Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação.

Saint-Maurice, Ana (2009). "Trabalho e suas representações – analise comparativa internacional". In João Freire (Org.). *Trabalho e relações laborais.* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. pp. 61-112.

Santos, Gina Gaio (2008). "Género, carreiras e a relação entre o trabalho e a família: uma perspectiva de gestão" In *e-Cadernos CES*. n.º 1. pp. 97-120. Acedido a Setembro 2, 2010 em http://www.ces.uc.pt/e-cadernos.

Schwartz, Shalom (1999). "A theory of cultural values and some implications for work". In *Applied Psychology: an international review.* n.º 48 (1). pp. 23-47.

Snir, Raphael (2011). "To Work or not to Work: The Measurement of Non-financial Employment Commitment" In *International Journal of Business and Social Science.* vol. 2. n***º. 16. September. pp.*** 271-278.

Snir, Raphael, e Harpaz, Itzhak (2004). "Attitudinal and demographic antecedents of workaholism". In *Journal of Organizational Change Management.* n.º 17. pp. 520–536.

Torres, Anália (2004). *Vida conjugal e trabalho. Uma perspectiva sociológica*. Lisboa: celta Editora.

Torres, Analia, e Brites, Rui. "Atitudes e valores dos europeus". In Karin Wall (Org.). *Famílias em Portugal. Percursos, interacções, redes sociais.* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. pp. 325-37.

Vala, Jorge (2000). "Mudanças nos valores associados ao trabalho e satisfação com o trabalho". In Villaverde Cabral (Org.). A*titudes sociais dos portugueses 1* Trabalho e cidadania*.* Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais. pp. 71-87.

Vecchio, Robert (1980). "The function and meaning of work and the job: Morse and Weiss (1955) Revisited". In *Academy of management Journal.* vol. 23, n.º 2. pp. 361-367.

Wal, Karin, e Guerreiro, Maria das Dores (2005). "A divisão familiar do trabalho". In Karin Wall (Org.). *Famílias em Portugal. Percursos, interacções, redes sociais.* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. pp. 303-362.

Entre o rio e a cidade: cultura e projetos de vida de jovens da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, Brasil

Maria Luiza Nobre Lamarão[1]

Maria Cristina Maneschy[2]

1 Introdução

Este artigo discute elementos da identidade cultural e as expectativas de jovens em uma Unidade de Conservação[3] (UC) no litoral norte do Brasil, a Reserva Extrativista (RESEX) Marinha de Caeté-Taperaçu. Trata-se de um espaço social no qual vivenciam, simultaneamente, o modo de vida tradicional de suas comunidades e a cultura urbana que adentra a RESEX nos balneários, nas margens das rodovias que cortam as comunidades, nas festas de aparelhagem[4] e na vivência de espaços que extrapolam as fronteiras geopolíticas da RESEX, como as escolas na sede do município.

Identificam-se as múltiplas formas de participação dos jovens em ações coletivas na RESEX e indaga-se em que medida as redes de sociabilidade contribuem para o desenvolvimento de potencialidades ou vulnerabilidades para a participação social na constituição de seu projeto de vida e de seu território.

Os dados obtidos provêm de entrevistas realizadas com jovens, lideranças comunitárias, moradores mais antigos da RESEX e da aplicação de questionários aos jovens de quatro vilas da RESEX: Vila Que Era, Vila dos Lucas, Vila de Bacuriteua e Vila do Bonifácio. Provêm também de consultas ao acervo do órgão gestor da RESEX Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

2 Reserva Extrativista - política pública de conservação do território e de suas populações – gerações futuras

A instituição de Reservas Extrativistas no Brasil surge a partir da Constituição Federal de 1988, que define em seu Artigo 225 – Sobre o Meio Ambiente – o estabelecimento de condições para o meio ambiente ecologicamente equilibrado, exigindo por parte do Estado sua defesa e preservação. A partir de então, inicia-se um longo processo para a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC aprovado

---

1 É socióloga da Universidade Federal do Pará – UFPA. Especialista em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas – NAEA-UFPA (1989), Mestre em Serviço Social pela UFPA (2008) e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA. Atua na extensão, ensino e pesquisa na área da infância, adolescência, juventude e família. Realizou estudos sobre: meninas vendedoras na rua e a vulnerabilidade para a exploração sexual; relações de poder da menina provedora; violação de direitos de crianças e adolescentes; poder, estigma e subalternidade no trabalho doméstico; crianças e adolescentes abrigados; representações da infância no Pará; participação de jovens em áreas de conservação ambiental.

2 É socióloga pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela UFPA (1988). Doutora em Sociologia pela Université Toulouse Le Mirail, França (1993). É professora na Graduação e Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFPA). Desde 2013 é pesquisadora e professora do Instituto Tecnológico Vale de Desenvolvimento Sustentável (ITV-DS). É membro do ICSF – International Colletive in Support of Fishworkers. Participa do Grupo de Pesquisa Eneida de Moraes sobre Mulher e Relações de Gênero (UFPA). Realiza pesquisa sobre comunidades pesqueiras artesanais, estratégias de trabalho, divisão sexual do trabalho, relações de gênero e formação de organizações sociais em comunidades pesqueiras.

3 Unidade de Conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC – Art. 2º, Inciso I)

4 Festa de aparelhagem são festas produzidas com música eletrônica que atraem principalmente os jovens.

pela Lei 9.985/2000. O SNUC define duas categorias de Unidades de Conservação: a) as de Proteção Integral e; b) as de Uso Sustentável. As Reservas Extrativistas encontram-se neste segundo grupo de UCs, asseguradas no Artigo 4º do SNUC, inciso XIII com o objetivo de «proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente». Assim a Reserva Extrativista foi criada para promover «o desenvolvimento sustentável das populações tradicionais e a conservação dos recursos naturais, isto é, desenvolvimento socioambiental» (MMA/SBF/GBA, 2010). É um território de proteção sócio ambiental com fronteiras geopolíticas demarcadas e é definido como:

> uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (Art. 18 da Lei 9.985/2000 – SNUC).

Na perspectiva histórica, a criação de Reservas Extrativistas no Brasil é uma experiência recente que requer estudos críticos em todas as suas dimensões e, muito particularmente, para a mudança de cultura política ao se pensar o território em bases sustentáveis. A produção de conhecimento nessa área tem sido fértil em âmbito local, regional e nacional[5]. Almeida (2004:34) refere-se ao processo social da luta dos seringueiros que resultou na criação das Reservas Extrativistas:

> Com efeito, em um contexto de expansão agressiva do capitalismo não é possível prever o que ocorrerá em um local particular, em uma luta particular que envolva um sujeito histórico específico. Surgem, assim, espaços de relativa liberdade para conduzir conflitos em direções historicamente criativas, construídas como resultado de discussões e choques entre vozes, representadas por grupos de explorados e poderes externos.

Esses estudos mostram que a RESEX é resultado de um processo de reivindicação da sociedade civil relacionada à proteção ambiental, mas não somente isso. É também consequência de um movimento mais global de ambientalização, que coloca em seu cerne de debate a proposta de um novo modo de vida – o desenvolvimento sustentável. «A ambientalização dos movimentos sociais tem como efeito propor um novo esquema e análise da ação, preocupado com o impacto democrático desses novos movimentos sobre as estruturas políticas» afirma Teisserenc, P. (2010:159). A ambientalização permite não somente este novo pensar, mas uma nova perspectiva de encarar o desenvolvimento a partir do território e dos atores sociais em processos interdependentes de ambientalização e territorialização conforme discute Teisserenc, P. (2010). De acordo com essa premissa, a participação dos atores na ação pública local é imprescindível para a formação dessa nova sociedade sustentável, em um processo de concertação que inclui pluralidade, diversidade: Estado, Organizações Não-Governamentais, Organizações Sociais, Iniciativa Privada, Movimentos Sociais, Igrejas, entre outros.

Este processo foi se construindo na Amazônia brasileira na convergência de movimentos globais como as ações pela preservação da natureza, lideradas principalmente por organizações internacionais como a WWF, Greenpeace, entre outros. E, no âmbito interno, movimentos sociais dos seringueiros, agricultores, pescadores para a preservação de seu território em um contexto de crescimento econômico sem o equivalente desenvolvimento social que caracterizou a fase do capitalismo industrial tardio do Brasil, na primeira metade do século XX.

Com efeito, a instituição das Reservas Extrativistas gera novos desafios para aliar a preservação ambiental e social respeitando os modos de vida, a cultura das comunidades envolvidas e a relação com as dinâmicas mais gerais da sociedade. Isso implica em uma extraordinária mudança de paradigma de gestão do bem público, com a participação dos usuários e moradores da RESEX nas várias instâncias da gestão do território e com o compartilhamento de poder entre os diversos atores sociais que compõem o cenário político local. Instituem-

---

5 Alfredo Wagner, Walter Porto Gonçalves, Edna Castro, Maria José Silva-Teisserenc, Pierre Teisserenc, F. Pinton; Maria Cristina Maneschy, dentre outros.

se os instrumentos para a cogestão do território, o que inclui o Plano de Manejo[6] e as demais regulamentações de uso sustentável. Esse esforço conjunto agrega forças políticas contraditórias, mas, por outro lado, agrega também um processo de mobilização pela manutenção e preservação do bem comum.

Um dos autores de referência deste estudo agrega à análise, a perspectiva ambientalista que anima os movimentos sociais envolvidos nessa construção, a qual se traduz em demandas territoriais, isto é, em «demandas de reapropriação e de gestão dos recursos naturais [e, por conseguinte,] de apropriação do modo de produção do qual dependem as condições de vida das populações» de acordo com Teisserenc, P. (2010:159)

Busca-se nesses territórios uma nova forma de governar, que inclui, necessariamente, a participação popular. Essa participação não ocorre sem conflitos, sem contradições, manipulações e retrocessos. Os dados disponíveis para identificar os principais atores sociais no território da RESEX de Caeté-Taperaçu mostram que há ambiguidades, conflitos, concorrências e orquestração nessa teia de relações. Isto porque, conforme Zhouri e Oliveira (2010:444) «Na sociedade, os sujeitos sociais apresentam-se como portadores de relações e interações diferenciadas com o meio ambiente, considerado como uma construção ao mesmo tempo simbólica, social e material». Esse processo envolve uma diversidade de atores dentre os quais os jovens, destacados nos instrumentos legais[7] no processo de assegurar a reprodução material e social de seu território. Segundo o SNUC, a conservação da natureza implica em uma visão ampliada de preservação e proteção integral de modo a garantir sua sustentabilidade com:

> o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral. (Lei 9.985, art. 2º)

Nessa perspectiva analítica buscamos investigar entre os jovens usuários[8] e moradores da RESEX a constituição da sua identidade cultural e seus projetos de vida em meio às tensões entre a preservação e sustentabilidade do modo de vida tradicional e os apelos da vida urbana.

A base teórica que norteia estas reflexões aponta para uma orientação teórico- metodológica que não considera a estrutura como determinante na ação dos indivíduos, tampouco o contrário - a total autonomia dos atores. Postulantes dessas duas correntes teóricas vêm travando discussões que se estendem até os dias atuais no campo epistemológico da Sociologia.

Pensamos os pressupostos teóricos da matriz analítica da Sociologia Compreensiva de Max Weber como pertinentes para orientar esta análise, o que exige pontuar elementos teóricos que permitirão chegar às respostas de nossas perguntas por meio da teoria weberiana do «ator que produz significado através de sua própria ação» conforme ressalta Avritzer (2013:9). Tal posição relativiza o peso da estrutura sobre a ação dos indivíduos e, por outro lado, concebe a ação dos indivíduos de forma coletiva, ou seja, «o sentido da sua ação está condicionado pela sua orientação relativamente ao conteúdo significativo das ações dos outros» de acordo com Avritzer (2013:18).

Interessa-nos, pois compreender, por meio da ótica weberiana, Avritzer (2013:18) «a maneira como um conjunto de indivíduos orienta a sua ação reciprocamente e a construção do sentido dessas ações tomadas coletivamente», ou seja, como os jovens da RESEX orientam a sua ação e dão sentido a elas de forma coletiva. Nessa perspectiva é preciso conhecer esse jovem em todas as suas dimensões humanas.

---

6 Plano de Manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. (SNUC - Art. 2º, Inciso XVII)

7 Constituição Federal (1988); SNUC (2000); Estatuto da Juventude (2013).

8 Usuário: aquele que não mora dentro dos limites da RESEX, mas depende dela para seu sustento.

3 Perfil sociocultural dos jovens na RESEX

As quatro comunidades nas quais foram realizados os levantamentos de campo distinguem-se pela localização, sendo duas mais próximas à sede do município e duas mais próximas ao mar. A maior distância entre elas é de cerca de 40 km. Quanto aos meios de vida, as duas primeiras podem ser caracterizadas como agropesqueiras, praticando a pesca em rios, enquanto as outras são mais pesqueiras, utilizando as águas costeiras e os rios. Não obstante essas diferenças partilham características culturais comuns, dentre as quais a pesca, a cultura ribeirinha, os legados luso-indígenas presentes nas técnicas extrativistas amazônicas são comuns a elas, havendo também influência africana em manifestações culturais típicas daquela região. Ademais, têm a cidade de Bragança como referência, centro de serviços e desempenho de funções urbanas, onde cursam parte do ensino fundamental, o ensino médio e o superior, pois a cidade conta com um Campus da Universidade Federal do Pará e um instituto federal de educação.

Cabe salientar que neste estudo não se distinguem os jovens segundo a comunidade de origem, pois eles não se diferenciaram substantivamente em relação aos tópicos em análise. Assim, os jovens referidos neste estudo têm entre 14 a 28 anos, com uma ligeira predominância de jovens do sexo masculino, 51,7%, em relação às jovens do sexo feminino, 48,3%. A maioria, 80%, frequenta regularmente a escola, 16,7% não frequentam porque concluíram o Ensino Médio e não conseguiram entrar em um Curso Superior, ou porque precisaram trabalhar ou porque não conseguiram prosseguir os estudos. A maior parte deles, 43,4%, frequenta o Ensino Fundamental, 35% o Ensino Médio, e 1,7% o Ensino Superior e igualmente 1,7% estudam no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI. Os demais, 13,3% não estudam mais e 5% não responderam a esta pergunta.

No que concerne à adequação entre idade e série cursada, 23% estão na série adequada para a sua idade, incluindo aqueles que estão adiantados em uma e duas séries. Estes são os mais jovens do grupo, com idade entre 14 e 16 anos. Quanto à distorção entre idade e série, a média é de 1 a 4 anos. Contudo, existem alunos que concluíram o Ensino Médio e não ingressaram no Ensino Superior, como dito acima, e aqueles para os quais os estudos ficaram em segundo plano e, atualmente, buscam a escolaridade nos programas de Ensino para alunos com defasagem escolar como o EJA – Educação para Jovens e Adultos. Nesse segmento, encontram-se jovens com até 11 anos de distorção escolar. São os jovens com as idades mais elevadas do grupo – de 18 a 23 anos. A distorção é, portanto, menor entre os mais jovens e maior entre os mais velhos do grupo. Tal fenômeno pode estar associado aos recentes investimentos na educação, como, por exemplo, a implementação do EJA e a própria dinâmica da RESEX, que envolve uma população predominantemente pouco ou não letrada. Com a transformação do território em RESEX, pode ter recebido elementos que tenham influenciado na necessidade de investir nos estudos.

Esses dados refletem também o contexto no qual o estudo, embora um ideal dos pais para os filhos, ainda está longe do que assegura a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, pois o número de jovens que repetiu o ano letivo é alto – 69,5%. A 5ª série parece um gargalo, pois é a série mais repetida por eles. A frequência à escola é um desafio para o jovem e para a família, agravado pelo fato de que não há escola na comunidade o que exige o deslocamento para a sede do município.

Compondo a identidade sociocultural, os jovens consideram-se em relação à cor/raça/etnia, majoritariamente brancos (32%), indígenas (23%), negros (13%) e pardos (12%). Os demais (13%) não souberam definir e 7% não opinaram. Ainda na auto percepção da identidade sociocultural a partir da cor da pele, houve alteração nesse perfil – a maioria, 53,3%, se considera de cor parda, 20% de cor morena, 15% de cor branca, 3,3% considerou a cor da pele preta e igualmente 3,3% considerou a cor da pele negra e 1,6% da cor "branco escuro". Todos responderam a esta pergunta. Isto mostra que é mais fácil se identificar pela cor da pele do que pela cor/raça/etnia. Por essa perspectiva há uma maioria significativa de pardos e morenos, com 73,3% e uma diminuição de brancos para menos da metade, 15%. Quanto à cor dos olhos, a maioria, 60%, considerou a cor dos seus olhos castanho, e 1,6% castanho claro e igualmente 1,6% castanho escuro somando então 63,2%. Em seguida estão os jovens com olhos pretos, 23,3%, e segue-se uma variação de cores com o mesmo percentual 1,6% - olho cor de mel, olhos pardos, olhos claros, olho amarelo, olho azul e olhos verdes. Para esta pergunta apenas 3,3% não soube responder. Quanto a cor do cabelo, os jovens responderam em sua maioria, 80%, que são pretos, 10% têm cabelos castanhos, com 1,6% variando para castanho escuro e igualmente 1,6% para castanho claro. Os demais, 3,3% disseram que têm cabelos naturais e 3,3% não responderam. Quanto ao tipo de cabelo, prevaleceu o cabelo liso com 38,3%, o cabelo cacheado com 10%, cabelos pretos, com 8,3%, o enrolado com 6,6% e na mesma proporção o encaracolado 6,6%, o ondulado com 5% e, com 1,6%, aparece uma variedade de tipos

de cabelos – crespo, vermelho, castanho, normal, natural, quebrado e duro. Os demais, 11,6% não informaram e 1,6% não souberam definir. Em resumo, pelas características físicas auto declaradas os jovens se definiram como brancos (32%), de pele parda e morena (73,3%), de olhos castanhos (63,2%), com cabelos pretos (80%) e lisos (38,3%).

4 Tensões entre o modo de vida tradicional e as sociabilidades urbanas

Buscamos entender os jovens em seu contexto, pois, conforme Zhoure e Oliveira (2010: 445) «a defesa do lugar, do enraizamento e da memória destaca a procura por autodeterminação, a fuga da sujeição aos movimentos hegemônicos do capital e a reapropriação da capacidade de definir seu próprio destino» e mais, Zhoure e Oliveira (2010:445) definem o lugar como «esteio da identidade», como «suporte do ser no mundo», como «referenciais que tornam os homens sujeitos de seu tempo».

Assim, procuramos compreender como os jovens constroem sua identidade como atores sociais da RESEX. A maior parte deles, 56,7%, não sabe o que é uma RESEX e não sabe que moram em uma. Então, qual o sentido para esse jovem da institucionalização de um território como RESEX? E em que medida estariam esses jovens se apropriando das múltiplas dimensões e representações do território como, conforme Castro (1997:223), um «espaço sobre o qual um certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle sobre os recursos e sua disponibilidade no tempo»? Espaço social que envolve também «uma integração entre a vida econômica e social do grupo, onde a produção faz parte da cadeia de sociabilidade e a ela é indissociavelmente ligada, facilitando encontros interfamiliares, realizações de festas, perpetuação de rituais e outras modalidades de trocas não-econômicas», salienta Castro (1997:224).

Com efeito, existe para esse jovem a comunidade na qual vive e participa da vida coletiva – aí se encontra o sentido da sua ação. Participa das tradições, dos costumes e expressam preocupação em cuidar da cultura local, inclusive buscando preservar as histórias da comunidade. Independente de ser um território institucionalizado como Reserva Extrativista, esse jovem fortalece seus vínculos com esse território pelos meios tradicionais que conhece – participa das festividades dedicadas aos santos padroeiros - São Benedito e sua «Marujada», São Sebastião, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora de Nazaré, Nossa Senhora de Fátima, São Pedro, Sagrado Coração de Jesus e Cristo Folia, como eventos religiosos marcantes, bem como das atividades culturais que afirmam a identidade com o território, como o aniversário de Bragança, o carnaval típico local, os eventos que reafirmam a tradição extrativista como o Festival do Camarão, o Festival da Gó e o Festival de Mariscos. Também nesse universo de afirmação da identidade cultural incluem-se as festas juninas como as quadrilhas, as danças de boi, de carimbó, as datas comemorativas e a produção de artesanato.

Os jovens definem sua cultura de raiz indígena, regional e local, genuinamente paraense, de feição rural com base na agricultura e pesca. Marcada por tradições e uma grande religiosidade expressa no culto aos santos da Igreja Católica em procissões, círios e festividades. Apontam sua cultura permeada de elementos históricos cujas marcas encontram-se nos acontecimentos históricos e monumentos. É uma mescla da cultura indígena e africana, rica em diversidades, cheia de cores, de danças e de música. É um espaço de relativa tranquilidade e que inspira em seus moradores o zelo pelo patrimônio histórico-cultural.

Ao afirmarem a participação efetiva nesses eventos os jovens expressam um sentido de pertencimento ao seu espaço social. Por outro lado, conectam-se com elementos do urbano – na escola, nos passeios, nos balneários, nas situações de trabalho, em especial nas férias escolares e nos feriados, quando buscam trabalho nas pousadas das praias locais no oferecimento de bens e serviços aos turistas. Nesse «chão comum» entre o rural e o urbano, pode ocorrer uma apreensão do modo de vida urbano. Segundo pesquisa realizada por Maneschy (1994:256) na época do verão amazônico aumenta a procura por mulheres e meninas na área rural do litoral nordeste paraense:

> No verão, quase todas as casas têm seus hóspedes. A população aproveita a ocasião para estabelecer relações com as pessoas da cidade. Tais contatos representam por vezes um meio de enviar as filhas para a cidade, geralmente na condição de empregada doméstica, na expectativa que elas possam assim continuar os estudos.

Podemos também pensar esse «adentrar» do urbano no rural pela perspectiva de como elementos da paisagem urbana – como as pichações e o grafite são apreendidos, neste caso, por pessoas do meio rural, como uma ameaça aos jovens das comunidades rurais, baseados na relação do "pichar" com vandalismo, formação de

gangues, danos ao patrimônio. Nesse sentido, ouvimos de uma moradora antiga da comunidade sua enorme preocupação com o contato do neto com essa prática, levando-a a proibi-lo de frequentar um projeto na comunidade que realiza um trabalho de artesanato sustentável e educação ambiental e, em suas atividades utiliza pinturas de tintas com pincéis e spray – uma das ações do projeto é confeccionar placas de sensibilização sobre a preservação do meio ambiente – limpeza, reciclagem, cuidado com os animais, com a flora, dentre outras. Para essa avó, o receio de que o neto se torne um «pichador» mostra a tensão entre o modo de vida tradicional rural e o modo de vida urbano com seus «perigos», conforme as palavras dela.

Existe, portanto, uma ambiguação, por assim dizer, desses dois modos de vida - o tradicional rural e o urbano e a tensão entre ambos. Para os jovens esses dois modos parecem conviver sem grandes conflitos que limitem seu livre pensar, o ir e vir e o exercício da sociabilidade que ocorre em meio a diversões, brincadeiras, jogos, conversas, prática de esportes e leitura. Gostam de estar com amigos e a maioria se reúne com eles todos os dias e aos fins de semana para ir a lugares diferentes, passear na praça, jogar bola, ir a festas de aparelhagem, participar das festas tradicionais, ir à praia, nadar no rio, nos igarapés, nos balneários, ir à igreja, organizar tarefas do grupo de jovens. Reúnem-se também para conversar sobre o dia a dia da comunidade, sobre o futuro e sobre programas de TV, jogar vídeo game, baralho, assistir programas na TV, usar a internet e as redes sociais. Outros ficam na Vila e vão à praça. A escola e a Igreja são também espaços de alargamento da sociabilidade com jovens de vários lugares do município e do Estado.

É, pois, em meio a essa rede de sociabilidade nos espaços da escola, da prática religiosa, do lazer e do trabalho nos rios, nas matas e na cidade que ocorre o apelo da dinâmica do urbano. Como os jovens se percebem nesse chão comum?

5 Os jovens e seus projetos de vida

Os jovens são atores sociais fundamentais na RESEX, pois é, sobretudo para eles, que se protege o território. Pensamos que na dinâmica ambígua entre o rio e a cidade, eles conseguem identificar suas vulnerabilidades e potencialidades e elaborar projetos de ação coletiva e projetos de vida.

Para todos os entrevistados o engajamento com a ação coletiva é fator importante para discutir os principais problemas de suas comunidades. Para 56% deles é necessário buscar o entendimento, discutindo os problemas e pontuando o que é melhor para a comunidade, compartilhando ideias e dificuldades. Outros 17% pensam que é fundamental encontrar meios para desenvolver a comunidade e buscar benefícios para todos. Uma parcela de 12% afirma que é importante mobilizar os jovens para a participação, em especial os que se encontram «revoltados», envolvidos com drogas, álcool e prostituição. Um grupo de 8% considera importante reunir para fomentar a sociabilidade, estreitar os laços de amizade e promover maior cooperação entre os membros da comunidade. Uma pequena parcela, 4%, referiu-se a melhoria do meio ambiente, cuidado com a limpeza, com o lixo.

Os jovens demonstram que conhecem os problemas da comunidade, em especial aqueles relacionados a eles, em particular o uso de drogas por jovens, citado na proporção de 33%, seguido da ingestão de bebida alcóolica, citada por 13% e, igualmente, a prostituição. Duas citações de entrevistados ilustram essa preocupação. Para uma jovem entrevistada: «Bom, nossa comunidade é cheia de problemas que acima de tudo são as drogas e a prostituição está acabando" (V. S. B., 18 anos). Segundo outro jovem: «Eu quero dizer que todas as pessoas ajudem os jovens e adolescentes a se preocupar com sua vida, porque as drogas não é um bom caminho». (M. S. B., 13 anos)

Outros problemas referidos, embora com menor frequência, foram a falta de informação, citada por 5,2% e a falta de diálogo da comunidade com os jovens, citada também por 5,2% deles. Outros problemas mencionados na proporção de 3,4% referem-se à falta de interesse do próprio jovem em participar, em pensar algo de melhor para a sua vida. Outros problemas citados com menor frequência, 1,7% foram: inexistência de Ensino Médio na comunidade; o desinteresse dos jovens pelo estudo; a revolta expressa por uma parte dos jovens da comunidade incluindo a destruição do patrimônio local, mesmo aqueles preservados pela RESEX. Enfatizaram também a ocorrência de gravidez na adolescência. Outras situações típicas de jovens de um modo geral também foram indicadas por eles como um problema: o controle dos pais sobre suas atitudes, pois não deixam «fazer o que querem»; Outra pequena parte lembrou também ser avessa aos afazeres domésticos; Uma parcela de 3,4% disse não haver nenhuma dificuldade entre os jovens na comunidade.

Além dessa percepção sobre si mesmo na relação com seu território e, portanto com seu modo de vida tradicio-

nal, outra preocupação - mais coletiva - também foi apontada por eles. Pensam e propõem alternativas para os problemas da comunidade. Assim, a proposição mais frequente (17%) foi para ações que visem à melhoria, o cuidado e o desenvolvimento da comunidade. Em seguida, na proporção de 15% a preocupação gira em torno da participação em reuniões na comunidade e na RESEX. Um conjunto de 13% tem a preocupação com a preservação do meio ambiente incluindo uma campanha contra o desmatamento, assim como o desejo de participar de mutirões, de limpeza e atuar como voluntário. Na proporção de 11% está o desejo de participar das associações, dos comitês e da Associação que atua no Conselho Deliberativo, que é a Associação dos Usuários e Moradores da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu - ASSUREMACATA. O correspondente a 9% gostaria de participar de palestras. O referente a 8% deseja participar do Conselho Deliberativo da RESEX. Outras preocupações como a atuação sobre problemas mais específicos aparecem em proporções menores, 4% como cuidar da cultura e da história da comunidade assim como propor ações para retirar os jovens das drogas e da prostituição. Na proporção de 2% demandam: hospital, praças, quadra de esporte, água encanada, transporte para a comunidade e projetos para jovens. Na mesma proporção, (2%), demandam formação específica para lidar com o pescado. Demandam também nessa mesma proporção, (2%) participação como voluntários seja na Pastoral da Criança, seja como delegado da comunidade nas instâncias de participação na RESEX, na fiscalização do meio ambiente junto com o ICMBio.

Por fim, expressam as expectativas com o futuro, esboçando seus projetos de vida em âmbito pessoal, familiar e comunitário. A maioria deles, 91,1%, já pensou o que quer para sua vida de adulto. Apenas 8,9% não pensam sobre o futuro. Em termos profissionais as expectativas da maioria, 53,8% giram em torno de ter uma profissão de nível superior como médico, engenheiro, advogado, arquiteto, computação, enfermeiro e professor. Para 9,8% ter um trabalho é uma expectativa profissional, especialmente para aqueles que pararam os estudos no Ensino Médio e buscam um trabalho. Para 5,8% a expectativa encontra-se no ramo empresarial, com a implantação de um negócio próprio. O correspondente a 5,8% querem ser policiais, enquanto que para 3,8% as expectativas profissionais giram em torno do trabalho como funcionário público. As profissões de nível técnico estão na expectativa de 3,8%. E na mesma proporção querem ser atriz, cantora ou professora de artes. As menores proporções, 1,9% almejam carreira no futebol profissional, ajudar sua família e, ainda, não souberam especificar a profissão. Para 5,8%, a expectativa é ter um futuro profissional muito bom.

Além das expectativas no campo profissional, os jovens se manifestaram quanto à expectativa para a comunidade. A maioria, 73,2% tem uma enorme preocupação em colaborar na melhoria da comunidade, com o seu desenvolvimento social e estrutural, incluindo educação, transporte, Posto de Saúde, hospitais, saneamento, equipamentos de esportes, cursos de computação e Ensino Médio, de modo que não precisem se deslocar até a capital do município para ter acesso a esses serviços. Desejam também que a comunidade seja mais unida, 11,6%. Uma parcela menor 7,6% refere-se ao aspecto cultural da comunidade, com suas belezas, a alegria do povo, e com «uma das praias mais belas do Brasil». Na proporção de 1,9%, respectivamente, têm a expectativa de serem voluntários em projetos que desenvolvam a comunidade, incluindo os projetos ligados à Igreja, que a comunidade se torne cada vez mais evangelizadora, que se realizem ações para retirar os jovens das drogas e, que os jovens tenham condições de permanecerem na comunidade.

Esses dados corroboram as primeiras observações sobre a participação de jovens na RESEX já descritas. De fato, na gestão, de forma direta e institucional, a participação é baixa, em torno de 15%. Contudo, há efetiva e elevada participação em outras formas que não a gestão institucional, em especial aqueles que já participam de ações em projetos na comunidade.

Para a jovem J. P. B, 14 anos, que cursa a 8ª série, a comunidade estava ameaçada na sua produção da sobrevivência, pois «os peixes estavam acabando, o marisco também. Agora já tem controle da situação [...] muitos jovens sabem o que é a RESEX, mas muitos, a maioria, não sabe». Ela é filha de uma liderança comunitária e demonstra competência para a participação. Atualmente, é membro do movimento religioso católico Unidos em Cristo, cujo objetivo é evangelizar por meio de reuniões ordinárias nas quais se discute o conteúdo do Evangelho, debates sobre o amor ao próximo e a fé cristã. Os jovens do grupo participam da festa do Kairós, em Bragança, momento em que interagem com jovens de outras comunidades e com isso alargam sua rede de sociabilidade para além dos limites da comunidade. Por meio dessa participação os jovens vivenciam ações de solidariedade, visitando os moradores mais necessitados da comunidade, distribuindo cestas básicas e ouvindo a comunidade.

Esses dois exemplos dão mostra da diversidade da participação de jovens na RESEX por caminhos diferentes, com estratégias diversas, mas com a prática do contato direto com a comunidade em que vivem. Ambos concordam que faltam projetos que envolvam os jovens para a participação na comunidade para que «os jovens

não se envolvam em bebida, em violência» (J. P. B, 14 anos).
O potencial de participação dos jovens foi expresso também em um trabalho de extensão da UFPA/Campus Bragança que resultou na Cartilha: A Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu/Bragança/PA, organizados por Ana Patrícia Reis da Silva, José Guilherme dos Santos Fernandes e Robson Feitosa, do Programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia, da Universidade Federal do Pará. Os jovens tiveram participação ativa na coleta dos dados e na apresentação dessa cartilha.
Situações de vulnerabilidade foram identificadas, como: repetência de série e baixa escolaridade entre a faixa dos jovens mais velhos, assim como o envolvimento em trabalho de forma inadequada, como a pesca e a coleta de caranguejos no mangue, serviços domésticos, trabalho em pequenos roçados. A firmeza de muitos quanto ao que desejam para seu futuro indica a importância da promoção de canais de expressão desses desejos e de associa-los com os fortes anseios de melhoria local que eles manifestam. Outras situações de risco emergiram na fala dos jovens das quatro comunidades. Há uma enorme preocupação com a vida em comunidade, com os problemas que entravam o desenvolvimento de seu território em aspectos que vão desde a falta de saneamento, falta de equipamentos de infraestrutura até as questões ligadas à cultura. Apresentaram com muita firmeza a preocupação com uma parcela de jovens que se encontra envolvida com uso de álcool, drogas e exploração sexual. Isto expressa o seu modo de pertencimento ao seu lugar, ao seu território.

6 Entre o rio e a cidade: o saber-fazer tradicional, a cultura de massa e o artesanato

A ação coletiva, no sentido de ser local e pública, necessariamente inclui as dinâmicas locais que derivam dos saberes e fazeres tradicionais «ou seja, de povos, de grupos sociais, cujo modo de viver tem sido referido como mais adequado ao não esgotamento das fontes de reprodução da vida e sendo assim, portanto, de acordo com os princípios do chamado desenvolvimento sustentável», como argumenta Teisserenc, M. J. (2013:255). Contudo, deve incluir também as dinâmicas próprias da juventude na relação com um contexto mais amplo da sociedade, que extrapola a vida cotidiana da comunidade, especialmente pela via da escolarização e profissionalização. Neste sentido, a questão posta é: como os jovens estão (ou não) conseguindo conciliar o saber-fazer tradicional com a cultura de massa da sociedade atual?
Em nome de um crescimento econômico e desenvolvimento das chamadas áreas «atrasadas», o saber científico é um «saber paradoxalmente integrado a uma cosmologia subserviente ao progresso, ao desenvolvimento de forças produtivas que levou à crise ambiental e contribuiu a uma redução do mundo às trocas econômicas», assevera Teisserenc, M.J. (2013:267). Portanto, ao mesmo tempo em que o saber científico é fonte de crescimento material e de mudança, é também parte do processo da crise ambiental. Nessa direção, pelo menos dois elementos são essenciais para serem analisados: a relação dos jovens com o saber tradicional, ou seja, sua identidade como população tradicional; a identidade como jovem, no seu aspecto de construção de um ser político, mas também biológico, social, cultural e histórico. O que significa ser jovem em uma comunidade tradicional, em uma RESEX, nas bordas de um universo mais urbano – no caso, a cidade de Bragança? Em que medida a apreensão do conhecimento científico, técnico, profissionalizante em concertação com as práticas culturais tradicionais poderiam proporcionar a estes jovens a «reapropriação social da natureza», para citar novamente Teisserenc, M. J. (2013:267) ? Trata-se, pois, de uma reapropriação em bases novas, uma vez que o tradicional não significa inércia, oposição à mudança. E os jovens almejam acesso aos conhecimentos da ciência. A oposição aqui é aos processos histórico-sociais que, justamente, reforçaram as dicotomias e as hierarquias entre conhecimentos locais e conhecimentos científicos.
Porto Gonçalves (2007:392) sintetiza essa questão:

> Atentemos, agora, para aqueles e aquelas que vivem num determinado contexto durante anos, que aprenderam com os pais e as mães, que aprenderam com os avôs e as avós, com os bisavôs e as bisavós e, assim, puderam observar longa e pacientemente e, pelo trabalho, foram obrigados a adequar meios e fins, desenvolvendo, portanto, raciocínios e práticas racionais, e logo somos obrigados a constatar que são portadores de um conhecimento diferentemente fantástico sobre o mundo em que vivem.

Ainda para esse autor:

> [...] são outros saberes e foram desenvolvidos por populações que, até aqui, desqualificamos como não sendo portadoras de conhecimentos, porque achávamos

> que devíamos civilizá-las, catequizá-las, pois as considerávamos "seres inferiores" a quem, na melhor das hipóteses, deveríamos levar nosso conhecimento superior. Porto Gonçalves (2007:393).

O modo de vida tradicional com seus saberes e suas práticas culturais parece ocupar um espaço de pertencimento dentre os jovens ouvidos neste estudo. Destarte as tecnologias de informação, o circuito que a informação percorre na comunidade é curto. São pequenas vilas, nas quais a informação circula oralmente. Nessa oralidade também se expressam os modos de fazer - as práticas de produção dos meios de vida. Dois exemplos podem ser apontados nas comunidades estudadas, além do extrativismo da pesca e do caranguejo e da pequena agricultura. Trata-se da produção de artesanato com argila e a construção de embarcações em madeira. Essas duas atividades produtivas são próprias do modo de vida da comunidade, repassadas de geração a geração, desde os aspectos técnicos da confecção dos produtos até as suas expressões artísticas.

A produção do artesanato com traços culturais típicos pode ser uma atividade atrativa para os jovens se receber maior atenção da esfera pública para seu incremento. Os jovens se ressentem de ações de formação para desenvolver o potencial criativo, e essa tradição de produzir artesanalmente pode ser uma via de desenvolvimento da comunidade com a maciça participação dos jovens. Também a fabricação de embarcações nos estaleiros artesanais da região, que é atividade restrita a um pequeno grupo, coordenada pelo mestre de ofício via produção familiar. Porém, pode também se tornar uma ação produtiva com maior poder de atração dos jovens para seu desenvolvimento.

A própria atividade pesqueira e a melhoria da cadeia produtiva do pescado pode ser uma importante iniciativa para atrair os jovens para essas atividades, pois entre as demandas apontadas pelos jovens consta a necessidade de oferta de cursos sobre o pescado.

Dessa maneira, consideramos que é possível desenvolver o território da RESEX com a participação dos jovens nas atividades produtivas, culturais e de gestão compartilhada, na medida em que se incluam as potencialidades desses atores estimulando a sua vocação em todas as dimensões da vida humana.

Por outro lado, os jovens ao ter contato com as novas tecnologias, vislumbram formação técnico-científica que os qualifique para o mercado que extrapola a fronteira do local e, mesmo, do nacional. Assim é que nas projeções profissionais constam as profissões de nível técnico, como eletrônica, mecânica, enfermagem, policial. Há aqueles que almejam uma profissão que exige o ensino superior como advogado, médico, professor de Educação Física, de Letras e outros no campo da literatura e artes - cantora, atriz ou professora de artes. Há os que desejam investir em carreira autônoma do setor privado, como o que diz querer ser empresário e o que quer ter uma oficina de carro. Alguns com foco para além do território da RESEX e, de modo mais pessoal, com uma profissão reconhecida e rentável na sede do município, na capital do Estado – Belém - ou em uma empresa na cidade de São Paulo. Há aqueles que desejam fixar-se em sua comunidade e atuando em âmbito mais social, conforme atestam os depoimentos a seguir: «Depois que eu estudar quero cursar medicina e ter um emprego venerável e bom pra se viver» (N. N. L. L, 15 anos); «Eu sou aluno estudioso. Eu sou feliz com meus estudos, minha atividade, na minha cultura» (D. R. S, 18 anos).

Em termos gerais, todos pensam um futuro para suas vidas, com autonomia e independência. Pensam também no futuro de suas famílias de origem, na esperança de dar retorno a ela com ajuda material e no plano moral também, de trazer orgulho para a família mesmo reconhecendo que o espaço familiar é permeado de contradições. Contudo, é ainda um espaço de ajuda mútua, conforme expressa o jovem «A minha família tem os seus problemas como as outras, mas vamos levando a vida com muito amor e muita batalha» (A. S. B., 22 anos). Expressam o desejo de retribuir à família o «investimento» que estão tendo agora, o desejo de se profissionalizar e retornar para a família como forma de gratidão, como explica esta jovem: «Eu penso em estudar, me formar e voltar para a minha família e viver junto deles» (J. S. B. S., 14 anos). Outra expressa gratidão: «Eu pretendo ajudá-los e agradecer o esforço que eles tiveram por mim» (A. S. F., 18 anos).

7 Conclusão

A expressão cultural de jovens em uma Unidade de Conservação como a Reserva Extrativista Marinha Caeté Taperaçu, no município de Bragança – PA, é multicultural. Vivendo nas franjas do urbano e do rural, os jovens da RESEX oscilam entre a raiz cultural da sua comunidade e as injunções da cultura urbana. Experimentam uma construção institucional nova, o território da RESEX, com seus requisitos de participação, de compartilhamento de gestão e de promoção de desenvolvimento local em bases sustentáveis.

Um achado significativo desta pesquisa foi o baixo grau de engajamento de jovens nos espaços formais de gestão e de discussão dos destinos do território, tais como os comitês locais e as reuniões da ASSUREMA-CATA e o Conselho Deliberativo da RESEX. Outro achado foi a participação frequente em ações coletivas, especialmente ações ligadas a igrejas, além de estarem antenados com os problemas que a população enfrenta no atendimento às necessidades cotidianas.

Embora socializados em uma cultura extrativista, o que poderia marcar a sua identidade de juventude rural, estão continuamente conectados à cultura de massa nos espaços sociais da escola na sede do município, nos encontros religiosos e eventos mais abrangentes, assim como na relação direta com os turistas que visitam os balneários da costa marinha do nordeste paraense, banhada pelo oceano atlântico.

Nesses espaços de «fricção de culturas», os jovens absorvem elementos da cultura urbana sem, contudo, desprender-se da raiz rural/tradicional. Há, certamente, um estranhamento, que aos poucos vai sendo absorvido, com a cultura e o saber tradicional na linha demarcatória entre serem de uma pequena comunidade rural e frequentarem a sede do município, mais urbanizada, onde o acesso às tecnologias é mais fácil. O uso de aparelhos telefônicos portáteis (celular) e da internet é um desejo presente em todos os entrevistados, o que não necessariamente é um fator de desvinculação desses jovens do local, pois ainda é muito forte o sentimento de pertencimento e valorização da cultura de seus pais, de suas raízes culturais, de sua história. Expressam o respeito pelos mais velhos, que detêm a história da comunidade, conforme o depoimento a seguir: «Eles ensinam coisas que a gente não sabe e dão bastante conselhos» (R. C. B. S., 18 anos)

O sentido de pertencimento à cultura do lugar é expresso na participação seja em ações sociais, seja via Igreja, neste caso destacando-se a Igreja Católica, que tem forte presença nas comunidades, identificada pela existência de instituições como a Pastoral da Criança, uma entidade atuante no país todo, Grupos de Jovens da Igreja, Grupo de Jovens Unidos com Cristo, o Ministério das Crianças, o Ministério dos Jovens, Projeto Natalino, Grupos de Oração e Cursilhos. Nesses projetos, ou grupos, os jovens realizam atividades lúdicas e culturais, evangelização de crianças e jovens, incluindo visitas aos domicílios e a «pregação da Palavra». Há também os projetos sociais do governo, como o Projeto Arca das Letras, que promove o incentivo à leitura com o empréstimo de livros, realização de dinâmicas e brincadeiras. Há, além disso, atividades de estimulo à preservação do meio ambiente e reutilização de materiais.

Há jovens que atuam como liderança comunitária e que gostariam de participar das reuniões dos Comitês e dos Conselhos e até mesmo das Associações dos Moradores, de palestras e de reuniões nas quais se discutam melhorias para a comunidade, principalmente porque é uma forma de estreitar os laços entre os moradores, compartilhar os acontecimentos, propor melhorias e cuidar do meio ambiente, organizar campanhas contra o desmatamento e ações para retirar os jovens das drogas e da prostituição. Os depoimentos a seguir são expressões dessas ações e perspectivas: «Eu queria dizer que quanto mais eu trabalho pela minha comunidade eu me sinto mais feliz e um novo sonho realizado e uma nova esperança dos filhos e filhas dos moradores da Vila Que Era» (D. B. S, 28 anos); «Acho ótima essas iniciativas que visam melhorar a vida dos jovens de nossa comunidade, os nossos governantes deveriam investir mais em projetos que envolvem os jovens, pois são os que são o futuro de nosso país» (A.S.B., 22 anos)

Como esperado, uma parcela importante dos jovens ambiciona sair do lugar, buscar outro meio de vida, deixar a profissão «de sacrifício» de seus pais e adquirir formação universitária. Outra quer permanecer no local, mas em melhores condições e mais estudo, enquanto uma terceira está sem ver alternativa, senão a de reproduzir a trajetória familiar. Em todos os casos, o estudo é um sonho, mesmo se para uma parte já não mais visto dentro do horizonte de possibilidades.

As estruturas sociais para viabilizar os sonhos para si e para o território permanecem pesadas, expressas na renda familiar, nas restrições à progressão dos estudos, nas dificuldades no exercício das atividades do extrativismo, na recente difusão das drogas e, eventualmente, na gravidez precoce. Nesse sentido, ainda que formalmente fora dos espaços institucionais da RESEX, a preocupação com o futuro do lugar é notável, dado este que aponta para seu potencial efetivo de engajamento na construção dessa política pública, como este estudo procurou realçar.

Os jovens da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu guardam uma identidade cultural de população rural. Uma grande parcela deles se preocupa em carrear melhorias para sua comunidade, seja em transporte – veículos adequados, estradas asfaltadas - seja em abastecimento de água tratada, saneamento e em investimentos na saúde e educação, no esporte e no lazer, com a construção de quadras e praças. Em síntese, desejam que a comunidade se una e desenvolva de maneira duradoura, como expressa o jovem G. R. R. B., (26 anos): «Eu gostaria de dizer que falta o governo olhar mais para as pessoas que moram no interior em termos de educação, saúde e saneamento».

8 Referências

ALMEIDA, M. W. B. (2004), Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19 (55) pp. 34-53.

AVRITZER, L. (2013), *Leituras críticas sobre Gabriel Cohn*. (Org.), Belo Horizonte, Editora UFMG, São Paulo, Editora Perseu Abramo.

BRASIL, (1998), *Constituição Federal de 1988,* Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Senado.

BRASIL, (2000), *Lei 9.985/2000, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1º da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, D.O.U, Brasília.

BRASIL, (2013), *Lei 12.852/2013***,** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, D.O.U., Brasília.

CASTRO, E. (1997), «Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais». In E. Castro & F. Pinton (Orgs.) *Faces do Trópico Úmido: Conceitos e questões sobre desenvolvimento e Meio Ambiente*, Belém, CEJUP, UFPA-NAEA, pp. 221-241.

MANESCHY, M. C. (1994), «Uma Presença Discreta: a mulher na pesca». In M. A. D'Incao & I. M. Silveira (Orgs.) *A Amazônia e a Crise da Modernização*, Belém – UFPA, Museu Paraense Emílio Goeldi, pp. 251-258

MMA/SBF/GBA (2010), *Panorama da conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos no Brasil,* Secretaria de Biodiversidade e Florestas/Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros, Brasília.

PORTO GONÇALVES, C. W. (2007), «A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas». In M. Santos & B. Becker. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial***.** 3ª ed., Coleção Espaço, território e paisagem, Rio de Janeiro, Editora Lamparina.

SILVA, A. & FERNANDES, J. & FEITOSA, R. (2012), *Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu/ Bragança-PA*, Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará.

TEISSERENC, M. J. S. A. (2013), «Le socio-environmentalisme en question: ONGs et groupes traditionnels dans les Unités de Conservation dans l'Amazonie brésilienne». In Maude Elfort & Vincent Roux (Orgs.). *La question autochtone sur le plateau des Guyanes*. 1ª ed. Marseille, Presses Universitaires d'Aix Marseille, (1), pp.255-276.

TEISSERENC, P. (2010), «Ambientalização e territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira». *Revista Antropolítica*, 29, pp. 153-179

ZHOURI, A., OLIVEIRA, R. (2010) «Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorializaçao», In A. Zhouri & K. Laschefeski (Orgs), *Desenvolvimento e conflitos ambientais*, Belo Horizonte, Editora UFMG.

Jovens universitários e seus projetos: caminhos cruzados, trajetórias e experiências subjetivas

Maria Isabel Silva Bezerra Linhares
isabelblinhares@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo tem por objetivo perscrutar as maneiras pelas quais os jovens universitários vêm constituindo trajetórias e projetos profissionais a partir de suas experiências subjetivas, considerando as novas configurações assumidas pelo trabalho, e apresenta, inicialmente, as concepções teóricas centrais que nortearam a pesquisa: a juventude contemporânea, os contextos sociais, seus projetos com relação ao futuro profissional e as mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Expõe, a seguir, o estudo empírico realizado com jovens universitários do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), membros de grupos de estudos. Apresenta as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, as tensões entre formação e mercado de trabalho, a juventude e seus projetos profissionais. A escuta dos relatos de jovens universitários da cidade de Sobral-Ceará (Brasil), através de entrevistas narrativas, é uma das formas adotadas na produção desta pesquisa. As percepções, vivências e experiências relatadas pelos universitários remetem a um aprendizado de construção pessoal e até de adequação a um determinado tipo ideal de trabalhador reconhecido no atual mercado de trabalho; a perspectiva de futuro é constituída a partir das experiências individuais, sendo estas os campos de possibilidades nos quais se assentam seus projetos profissionais. A pesquisa também revelou que a juventude passa por uma situação paradoxal: ao mesmo tempo em que tem diante de si uma amplitude maior de possibilidades, muitas vezes não tem o que escolher. Diante da aceleração desenfreada do ritmo da vida, da fugacidade dos (des) encontros, do peso de ter que alcançar o sucesso arcando com toda a responsabilidade pelo resultado de suas empreitadas, o sujeito contemporâneo e especialmente os jovens encontram-se, muitas vezes, acuados no cotidiano.

Palavras-chave: Jovens universitários. Trabalho. Experiência subjetiva. Trajetórias. Projetos Profissionais.

Introdução

O presente estudo procura elucidar as relações que se estabeleceram entre a formação de jovens egressos do ensino superior e as mudanças econômicas sociais impostas pelo poder do capital, que mesmo com o crescimento do PIB ocorrido na década de 2000, a partir de 2003, não se alterou de forma significativa, a precariedade salarial entre os jovens-adultos altamente escolarizados.

Na década de 2000 no Brasil, uma série de jovens trabalhadores e trabalhadoras altamente escolarizados incorporaram-se em relações salariais que, apesar de formalizadas, são precárias no sentido de terem baixa remuneração, alta rotatividade e falta de perspectivas de carreira – sem falar nos contratos atípicos de trabalho subnotificados nas estatísticas sociais, como os estágios, trabalho temporário, pessoa jurídica (PJ), cooperativas de trabalho, entre outros. Nesse período, constituiu-se a nova precariedade salarial engendrada pelo capitalismo flexível que surgiu no País com a reorganização do capitalismo brasileiro. No plano do metabolismo social, a nova condição salarial produz precocemente, na camada de jovens proletários altamente escolarizados imersos na nova precariedade social, estresse e transtornos mentais por conta da nova dinâmica do capitalismo flexível com sua carga de pressão, ansiedade e frustração.

As mudanças havidas nestes últimos anos, tanto no que diz respeito ao ensino superior como no que diz respeito ao mercado de trabalho e desempenho profissional, só têm sentido se considerada a nova qualidade da demanda imposta pelo desenvolvimento capitalista do país sob interesse e égide do capital oligopolista internacional. A interpenetração entre o desenvolvimento industrial e o capitalismo internacional rearticula a funcionalidade do ensino superior no Brasil de tal modo, que "universidade praticamente passa, em uma só

década, do estágio de formação das elites nacionais, como concepção, para o de formação de força de trabalho para o capital internacional... a velha universidade dá lugar à nova, como o velho capital é substituído pelo novo". (PRANDI, 1982, p. 47).

As universidades públicas e privadas, que formam, todo ano, milhares de novos trabalhadores assalariados dispostos a se inserirem no novo mercado de trabalho e nos novos locais de trabalho reestruturados, são, conforme Alves (2012) "incubadoras do precariado". Em dez anos, o Brasil mais que dobrou o número de concluintes na educação superior, segundo dados do Censo da Educação Superior, de 2001 a 2011, o crescimento de universitários no País foi de 110%. Por outro lado, no decorrer da década de 2000, o desemprego aumentou significativamente entre aqueles com mais de 11 anos de estudos: 36,82% em 2002, 39,84% em 2003; 43,16% em 2004; 46,19% em 2005; 47,81% em 2006; 50,70% em 2007; 52,92 em 2008; e 56,46% em 2009, segundo dados do IBGE/PME), com um leve decrescimento entre aqueles de 18 a 24 anos (1,5% entre 2002 e 2009) e um pequeno crescimento entre aqueles de 25 a 49 anos (2,4% entre 2002 e 2009).

Considerando o exposto, este artigo tem por objetivo perscrutar as maneiras pelas quais os jovens universitários vêm constituindo trajetórias e projetos profissionais a partir de suas experiências subjetivas, considerando as novas configurações assumidas pelo trabalho, e apresenta, inicialmente, as concepções teóricas centrais que nortearam a pesquisa: a juventude contemporânea, os contextos sociais, seus projetos com relação ao futuro profissional e as mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Expõe, a seguir, o estudo empírico realizado com jovens universitários do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), membros de grupos de estudos. Apresenta as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, as tensões entre formação e mercado de trabalho, a juventude e seus projetos profissionais. A escuta dos relatos de jovens universitários da cidade de Sobral-Ceará (Brasil), através de entrevistas narrativas, é uma das formas adotadas na produção desta pesquisa.

Munida dos conceitos básicos como juventude universitária, trabalho precário, projetos, entre outros, realizei pesquisa empírica qualitativa com o objetivo de captar, de forma mais refinada, o universo de significados, motivos, aspirações, crenças e valores de um grupo específico de jovens. O instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista narrativa, realizada através de roteiro com tópicos-guia que funcionaram como orientadores para as conversas com os entrevistados. Pelo caráter múltiplo e heterogêneo da juventude, foi realizado um recorte desse universo para a realização do trabalho de campo, optando-se pela seleção de jovens que possuíssem realidades socioeconômicas e culturais similares, sendo todos jovens do interior do Estado do Ceará, especificamente da região norte desse Estado.

Dessa maneira, foram entrevistados (03) três jovens universitários, egressos do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral-Ceará, cujos nomes não foram identificados, recorrendo à utilização de siglas, para expressar suas falas e percepções. O objetivos foi identificar características, expectativas e discursos sobre as situações vividas pelos jovens em relação a escolarização e expectativas de futuridade, no que se refere a inserção no mundo do trabalho, pós-formação superior, bem com suas relações sociais em decorrência dessas experiências.

Ressalto que privilegiei em minhas observações e análises as relações que os jovens estabeleciam a partir da "opção" pela formação superior. Também busquei compreender os laços que os uniam, tanto nas práticas dos indivíduos como em suas relações nestes dois mundos em comunicação, que são a Universidade e seu exterior, o local da produção do conhecimento e aquele dos modos de vida, o que em termos marxistas chamaríamos o local da produção e da reprodução, respectivamente.

Ao dispor desses dois tipos de materiais, para a vivência na Universidade, pude confrontar os discursos que ouvi com as práticas observadas. Para os ideais de futuridade[1] (sonhos e expectativas quanto ao futuro profissional), tive que passar pela mediação das representações que me forneciam.

---

1 Para Alves (2012) o capital em sua dimensão exacerbada no plano do mercado mundial, "queima" trabalho vivo altamente qualificado incapaz de ser absorvido pelo modo de produção de mercadorias. O precariado é o sintoma perverso das contradições radicais da ordem burguesa hipertardia (a perda da futuridade e a frustração das promessas civilizatórias ampliam-se com a vigência da financeirização da riqueza capitalista e a hegemonia do capital financeiro). Segundo o autor, a ideia de futuridade é crucial para delimitar a camada social do precariado. É uma camada social caracterizada especificamente pela frustração com suas expectativas de carreira profissional e realização salarial.

Além das entrevistas, observei o cotidiano dos jovens na Universidade, como situação social, no período de agosto à dezembro de 2012; fiz levantamento de material sobre a situação da juventude brasileira e dados oficiais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outros. Recorri aos trabalhos de Alves (2011, 2012), Mészàros (2012), Bourdieu (1989), entre outros. Os relatos das experiências de jovens foram aqui considerados como narrativas das histórias de vida, portanto, contêm informações, evocações e reflexões.

1 Juventude Contemporânea: contextos, projetos e trajetórias

Ao se levantar questões contextuais sobre as juventudes e o trabalho reconhece-se uma série de questionamentos sobre sua centralidade para a sociedade atual, decorrente das rápidas transformações do mercado como ponto de pauta sempre presente nesse debate. As aceleradas transformações que vêm ocorrendo na sociedade ocidental desde o fim do século XX têm provocado diversos impactos em todas as esferas de vida dos sujeitos contemporâneos. Essas mudanças fizeram com que o processo de passagem para a vida adulta e a própria noção de juventude, diante de um panorama repleto de paradoxos, no qual o risco e a incerteza permeiam o imaginário coletivo, adquirissem um caráter difuso e múltiplo, que coloca novos desafios para os jovens de uma maneira geral.

Em consonância com as análises que sustentam a centralidade do trabalho como categoria de estruturação da subjetividade (Antunes, 2000; Castel, 1998; Mészáros, 2006), entende-se o trabalho como instância privilegiada de inserção social, que comparece, de modo decisivo, para as produções de subjetividade, possuindo papel fundamental na construção de projetos de vida dos jovens que possibilitem o desenvolvimento de trajetórias e narrativas consistentes. Sob esse ponto de vista, as inúmeras transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho – como o crescimento do desemprego, a diminuição do emprego estável e assalariado, a precarização e novas formas de trabalho flexível – afetam os habitantes não apenas dos países subdesenvolvidos, mas também os dos países capitalistas avançados.

Essas transformações implicam a necessidade constante de qualificação do trabalhador e o aprimoramento de suas habilidades e competências subjetivas. As relações de trabalho se alteram e, enquanto uma grande parcela da população não consegue retornar à condição de empregado formal, outra boa parte não consegue ingressar nela. Na descrição dessa situação, há, muitas vezes, uma referência ao mundo do trabalho como instância de deliberação superior, uma entidade autônoma que decide quem tem ou não condições de realizar trabalho, à qual os indivíduos submetem-se em função da necessidade de sobrevivência. São comuns expressões referentes às "demandas colocadas pelo mundo do trabalho" ou à "lógica do mercado", como se a realidade social não fosse produzida, mantida e transformada por sujeitos, coletivamente (Rocha e Góis, 2010).

Um fenômeno importante a considerar diz respeito ao crescente número de jovens no Brasil. O reconhecimento do crescimento da população jovem vem mobilizando a atenção de todos os segmentos. Em manchete postada em janeiro de 2010 por Talita Mochiute, do Aprendiz, assim anunciava: "Inserção do jovem no mercado de trabalho precisa ser debatida". Mesmo reconhecendo que o Brasil tem avançado em propostas de qualificação profissional para jovens, mas ainda tem um longo caminho a percorrer na discussão sobre o emprego oferecido para juventude. De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicados no livro Juventude e Políticas Sociais no Brasil, lançado em 2010, havia 4,8 milhões de jovens – entre 15 e 29 anos – desempregados em 2007, representando 60,74% do total de desempregados no país – taxa três vezes maior que a dos adultos. O índice de jovens que não trabalhavam, nem estudavam também ficou elevado, em 19,8%.

Já o Relatório da OIT (2013) revela que o desemprego juvenil voltou a crescer. Ao traçar um panorama entre os mercados globais de trabalho para jovens e a 'persistente' crise econômica mundial, o relatório "Tendências Mundiais do Emprego Juvenil em 2013 – Uma Geração em Perigo", lançado no dia 8 de maio desse mesmo ano pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), prevê que cerca de 73,4 milhões de jovens estariam desempregados durante o ano de 2013, implicando um aumento de 3,5 milhões de jovens desde 2007.

De acordo com esse Relatório, após uma redução, dos 12,7% registrados em 2009 para 12,3% em 2011, a taxa mundial de desemprego juvenil voltou a subir em 2012, registrando um índice de 12,4%. A estimativa é a de

que esse percentual alcançaria os 12,6% naquele ano. "Trata-se de 1,1% acima do nível prévio à crise de 2007 (11,5%)", compara o informe. A perspectiva é que o índice de desemprego juvenil alcançará a taxa de 12,8% em 2018, revelando uma tendência de aumento global, revelando-se uma preocupação mundial.
De acordo com os dados levantados nessa pesquisa, a estimativa era a de que cerca de 73,4 milhões de jovens estariam desempregados em todo o mundo no ano de 2013, o que significará 3,5 milhões a mais do que em 2007 e 0,8 milhões a mais que em 2011. Segundo o estudo, o enfraquecimento da recuperação econômica em 2012 e 2013 agravou a crise do emprego juvenil, dificultando ainda mais o acesso de jovens ao mercado de trabalho. A dificuldade chega a tal ponto que faz com que muitos jovens cheguem a desistir de continuar buscando um trabalho.
Conforme a análise da OIT, devido a atual situação, os/as jovens estão menos seletivos com empregos e agora aceitam mais trabalhos em tempo parcial ou empregos temporários. O emprego estável e de qualidade está cada vez mais escasso, sobretudo em regiões em desenvolvimento. Os custos e as consequências econômicas e sociais do desemprego, segundo o informe, impactam no potencial de crescimento das economias.
O relatório observa ainda que 41,3 por cento dos jovens que trabalhavam como empregados temporários em 2010 eram estudantes. No entanto, vem prevalecendo um discurso sobre a importância do trabalho temporário, como uma opção de último recurso, especialmente nas economias avançadas, cujo discurso é confirmado pelo fato de que mais de um em cada três jovens disseram que não conseguia encontrar um emprego permanente, e esta proporção aumentou desde o início da crise - de 36,3 por cento em 2008 para 37,1 por cento em 2010.
Ao considerar o quadro acima descrito, pode-se pensar que as expectativas de mobilidade social interferem nas possibilidades de a juventude projetar o futuro. Para Márcio Pochmann, a ausência da mobilidade social está no centro da atual "questão juvenil". Segundo esse autor, poucos países como o Brasil (talvez só os Estados Unidos) permitiam que as novas gerações conseguissem se reproduzir em condições melhores de vida e de trabalho que a anterior. Isso aconteceu entre 1930 e 1980. É claro que enquanto o filho do pobre ficava menos pobre que o pai, o filho do rico ficava muito mais rico que o pai, que já era rico. Ou seja, as desigualdades foram se aprofundando, mas havia mobilidade. Hoje, os jovens não possuem, em geral, condições melhores de trabalho e de vida que seus pais. Os filhos dos pobres estão ficando mais pobres que os pais, os filhos dos ricos menos ricos que os pais. Não por acaso, a diminuição das possibilidades de mobilidade social gera pessimismo e ausência de perspectiva em relação ao futuro.
É verdade que os jovens de hoje estão muito mais escolarizados que há poucas décadas. No entanto, enfatizar muito a escolaridade é pressupor que existam empregos disponíveis para os escolarizados. Há muitos jovens, hoje, cujas possibilidades de inserção no mundo do trabalho não são condizentes com os anos de estudo. Segundo Novaes (s/d), a questão da inserção do jovem no mercado de trabalho é um dos mais frequentes motivos de conflitos entre pais e filhos, tanto nas famílias mais pobres quanto nas famílias de classe média. Hoje, nas relações familiares, a incerteza quanto à inserção no mundo do trabalho tem um peso semelhante ao que a questão sexual, sobretudo para as mulheres, teve nas gerações passadas. Os conflitos que aumentam em casa são aqueles relacionados à área do trabalho, no presente ou no futuro. Dispensas constantes e contratos de trabalho de curta duração acontecem tanto nos supermercados como nas agências de publicidade.
Os jovens que já trabalham hoje já trabalharam em muitos lugares, com variados vínculos de emprego e em tempos diferenciado. A geração dos pais, mesmo que também atingida pelo fantasma do desemprego, ainda tem muito a aprender sobre o funcionamento desse mundo do trabalho tão complexo e modificado. Os mais velhos estão sendo desafiados a mudar suas concepções de trabalho e a ampliar o elenco das maneiras possíveis de "estar no mundo". Os jovens são convidados a reinventar maneiras e sentidos de inserção produtiva.

1.1 Juventudes e projetos de vida: trajetórias de incertezas

No século XX, a afirmação da juventude como força de transformação fez com que essa fase da vida se expandisse, empurrando a infância para trás e a maturidade para frente. Para Ariès (1981), passamos de um período sem adolescência para outro, em que esta se tornou a idade favorita: a juventude se tornou um território onde todos, independentemente da idade, querem viver indefinidamente. As maneiras de experimentar e

vivenciar a juventude variam de acordo com as diferenças de classe, etnia, gênero, etc. (Castro & Corrêa, 2005; Fraga & Iunianelli, 2003).

Apesar das particularidades existentes, diversas questões são impostas à maioria dos jovens no mundo contemporâneo, fazendo com que eles tenham que vivenciá-las, mesmo que de maneiras diferentes, de acordo com os contextos cultural, social e econômico nos quais se encontram. Conforme apontam Levi e Schmitt (1996), a juventude se caracteriza por estar situada entre a dependência infantil e a autonomia adulta; ela é um devir, um período de transição. Pensando no aspecto transitório dessa fase, a juventude pode ser considerada um momento de preparação para a vida adulta. No entanto, com as mudanças ocorridas no mundo, essa preparação se tornou muito mais difusa e difícil.

Logo, na experiência humana, e somente nela, se encontram essas grandes linhas demarcatórias entre ontem, hoje e amanhã que, seguindo uma lógica sequencial, fornecem um sentido de *continuum* à diversidade de vivências pessoais que, unidas, formam uma história de vida. É a partir dessa ideia de biografia e de história de vida que se constrói, conforme ressalta Velho (1999), o projeto de vida.

Os projetos individuais são desenvolvidos, assim, em torno dessa noção de tempo com etapas se encadeando, que implica a elaboração de planos e condutas orientadas para atingir determinados fins, em uma tentativa de dar sentido ou coerência às experiências vividas. Ainda de acordo com Velho (1999), o projeto de vida é uma noção que está intimamente ligada à de indivíduo construída na sociedade ocidental, sustentado por duas concepções nela contidas. A primeira, o ponto de partida para se pensar em projeto, se refere à noção de que os indivíduos escolhem ou podem escolher. A segunda está ligada à ideia de que cada um é portador de um conjunto de potencialidades peculiar, que constitui sua marca própria, e de que sua história (biografia) é uma *atuação* mais ou menos bem-sucedida destas. Logo, o projeto carrega consigo a *necessidade* colocada na sociedade ocidental de que é preciso definir e descobrir o que o indivíduo quer e pretende, ou seja, de alguma forma, o indivíduo precisa se distinguir, diferenciar-se de sistemas mais amplos.

Dessa forma, os projetos, longe de serem naturais e inerentes ao sujeito, são elaborações e construções realizadas em função de experiências socioculturais, de vivências e de interações interpretadas, devendo ser, portanto, sempre relativizados (Maia & Mancebo, 2010). O projeto como conjunto de ideias e formas de conduta está sempre ligado a outros projetos e condutas localizáveis no tempo e no espaço. O que a noção de projeto procura é dar conta da margem relativa de escolha que indivíduos e grupos têm em determinado momento histórico de uma sociedade.

Já Machado Pais faz uma reflexão em torno do modo de como se analisam as trajetórias de vida, dizendo que se continua a privilegiar uma análise linear de interpretação no que se refere ao estudo de trajetórias de vida dos jovens. Refere, ainda, que a análise envolta de um modo de vida que surge de "uma insidiosidade considerável, um modelo de linha (…) representando um espaço bidimensional, de limites unívocos e pré-determinados" (2001, p.71), acrescentando que a perspectiva afasta-se "à polifonia de sentidos de vida, formados por uma multiplicidade de fazeres quotidianos, entre si cruzados" (*idem*), e que a intersecção de múltiplos sentidos implica um "permanente recarregamento semântico da vida que se pretende interpretar" (*ibidem*).

A análise linear desenvolve interpretações que abordam o presente e o futuro de forma homogênea, parecendo haver uma necessidade implícita de analisar as descontinuidades através das continuidades. Conforme o pensamento do autor "os projectos de vida que os jovens idealizam abrem portas, por vezes, a um vazio temporal de enchimento adiado. Projectos em descoincidência com trajectos de vida" (Pais, 2001, p.8). O tempo presente apresenta-se com múltiplas possibilidades, muitas vezes marcadas por descoincidências com seus projetos de vida e desejos profissionais. As escolhas são múltiplas, porém nem sempre possíveis.

Ao analisar o "modelo biográfico", Pais entende que a utilização do tradicional método biográfico, para interpretar as trajetórias de vida, valoriza uma perspectiva analítica linear, onde os processos de transformação são retrospectivos e onde os acontecimentos presentes têm em conta o passado. "Os acontecimentos enfileiram-se numa seqüência de linearidade, na busca de uma história que só ganha sentido pelos fatos que ela consegue enfileirar" (2001, p.72), o que dá a perceber que o modelo biográfico tem em conta o passado de modo a explicar o presente, muitas vezes recorrendo à memória para construir a realidade: "os relatos biográficos giram, pois, em torno de percursos perdidos no passado e na memória desse passado" (*idem*).

O autor levanta então a questão: "Mas será que os métodos da linearidade nos dão verdadeiramente conta

das turbulências de vida? ”(*ibidem*). Assim e de modo a responder à questão, o autor, defende que existem indícios claros sobre as trajetórias de vida dos jovens que não obedecem a trajetórias de vidas lineares, cortando com a perspectiva linear, propondo a interpretação de análise pós-linear, que se aproximem à vida real e individual dos jovens, tendo em conta o percurso biográfico, recorrendo à memória, mas também à análise a posteriori de trajetórias e aspirações individuais. “São tão importantes os alinhamentos de vida quanto aos seus desalinhamentos; são tão relevantes as lienações de vida quanto as suas alienações ”(*ibidem*.).
Ao tratar da decomposição como terceira característica da pós-linearidade, acrescendo à reciclagem e à contingência a capacidade de fugir ao desvio que uma leitura linear se nos oferece, sugere decompor para melhor compor. Desse modo, o autor associa a técnica de bricolagem, com as suas atitudes de prática de montagem e desmontagem com as palavras que são emitidas nos relatos de vida “Os relatos de vida, apesar de sua linearidade aparente, são, na realidade, amontoados de memórias de pedaços de vida” (PAIS, 2001, p.85). Por isso, é preciso contrapor a esta visão e a esta prática uma maneira mais plural de interpretar a vida de uma história de vida, pois esta não tem um sentido linear. As vidas são feitas de eventos sincrônicos e assincrônicos e ambos são igualmente importantes. As suas temporalidades são múltiplas, repletas de avanços e recuos, de fragmentos, interrupções e descontinuidades.

2 Caminhos cruzados: jovens universitários e suas experiências na constituição de seus projetos profissionais

A partir de minha experiência com os jovens universitários, de modo especial com aqueles inseridos nos grupos de estudo e pesquisa, passei a identificar as diversas situações vivenciadas por esses jovens, como preocupações, medos e dificuldades com relação ao futuro profissional, especialmente pela sua condição de jovens “mais qualificados”, que justificam as razões
Pesquisas recentes demonstram que o pessoal de nível universitário passa a ocupar funções anteriormente identificadas como próprias do ensino de nível médio bem como para o recrudescimento do subemprego para este segmento. Isso nos leva a pensar que a Universidade, por si só, é hoje incapaz de garantir ocupação específica, emprego estável, status social, prestígio e rendimento nos moldes até poucos anos vigentes no país. Alves (2012) reconhece esses jovens, como o novo “precariado”, que é a expressão de classe do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social descartabilizadas pelas relações sociais de produção capitalista. Neste sentido, aplica-se o que Mészáros caracterizou como “produção destrutiva” e a taxa de utilização decrescente do valor de uso. Para o autor, o precariado é expressão do sistema social da produção do desperdício generalizado, já que se desperdiça a futuridade de jovens altamente escolarizados, penhorando-se suas perspectivas de carreira e mobilidade social.
Diante dessa realidade que envolve a juventude brasileira, e de modo especial os jovens universitários, senti-me instigada a realizar um estudo com jovens universitários, integrantes dos grupos de estudos e pesquisas[2] da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), na cidade de Sobral-Ceará, no período de agosto a dezembro de 2013.
Analisei as narrativas dos jovens considerando-as como interpretações individuais de suas experiências acerca de suas trajetórias enquanto estudantes da universidade, bem como suas expectativas e projetos com relação ao ensino superior e naquilo que imaginam venham a ser seu próprio futuro profissional. Evidentemente nestes casos trata-se do levantamento de uma parcela da vida de um indivíduo, em cujas análises remeti à contextos estruturais contemporâneos. Tratei, portanto, de relatos motivados pela pesquisadora e implicando sua presença como ouvinte e interlocutora, sendo um material restrito à situação de entrevista. Vale ressaltar que considerei apenas o que foi narrado à pesquisadora pelo entrevistado sem a complementação de outras fontes, no que diz respeito ao tema desta pesquisa: precariado universitário.

2 Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Culturas Juvenis (GEPECJU), Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, História e Educação (GETHED).

Aqui apresento as expectativas e avaliações que estudantes da universidade de hoje apresentam com relação ao ensino superior e aquilo que imaginam venham a ser seu próprio futuro profissional. a partir das narrativas de suas experiências sociais e individuais de (03) três jovens universitários, no curso de sua formação universitária. São estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú, cujos nomes não serão identificados, recorrendo à utilização de siglas, para expressar suas falas e percepções. O objetivos será identificar características, expectativas e discursos sobre as situações vividas pelos jovens em relação a escolarização e expectativas de futuridade, no que se refere a inserção no mundo do trabalho, pós-formação superior, bem com suas relações sociais em decorrência dessas experiências.

Ressalto que privilegiei em minhas observações e análises as relações que os jovens estabelecem a partir da "opção" pela formação superior. Também busquei compreender os laços que os uniam, tanto nas práticas dos indivíduos como em suas relações nestes dois mundos em comunicação, que são a Universidade e seu exterior, o local da produção do conhecimento e aquele dos modos de vida, o que em termos marxistas chamaríamos o local da produção e da reprodução, respectivamente.

Ao dispor desses dois tipos de materiais, para a vivência na Universidade, pude confrontar os discursos que ouvi com as práticas observadas. Para os ideais de futuridade[3] (sonhos e expectativas quanto ao futuro profissional), tive que passar pela mediação das representações que me forneciam.

À pergunta inicial, sobre a sua condição de jovem e estudante, como vivencia essa condição, levantando as dificuldades e esperanças. O universitário MAB, 27 anos, assim respondeu:

> As dificuldades de muitos jovens hoje está na hora de conseguir emprego e ter que conciliar com os estudos. Hoje para os jovens tem vários projetos e programas que visam ocupar o ócio presente no seu quotidiano, o que vejo como positivo, sem falar nas várias vias que surgido para facilitar o ingresso da juventude no ensino superior, mas percebo que deve-se tomar cuidado para que tipo de educação estamos direcionando nossos jovens, estamos orientado-os para uma formação humanizadora ou desumanizadora? São questões que muitas vezes não são levada em conta. O desafio que vejo que muito jovem presencia hoje é ter condições de terminar seus estudos, muitos são obrigados a largar a escola para ajudar no sustento da família ou a escola não faz sentido para ele, os conteúdos que estudei durante minha vida escolar vejo que muitos deles até hoje pra mim não tem nenhum significado e importância.

A universitária ANPAG, 25 anos, assim respondeu:

> Desde muito cedo, ainda no ensino médio, já estudava e trabalhava. Acredito que pela postura da minha mãe, interesse e participação na minha vida escolar, sempre me senti motivada a estudar, com o objetivo também de buscar ascensão profissional. As dificuldades quando se trabalha e estuda são muitas. Quando se tem um filho a coisa complica ainda mais, mas é, ao mesmo tempo, um incentivo, uma motivação... durante o curso não tive oportunidade de ser bolsista, pois a bolsa exige dedicação exclusiva e o valor é baixo, para quem tem que sustentar a família. Ainda que não fosse por isso, o valor é baixo mesmo para quem tem que manter a apenas a si mesmo. Quando eu digo dificuldades me refiro também ao comprometimento de atividades importantes para quem deseja seguir carreira acadêmica.

---

3 Para Alves (2012) o capital em sua dimensão exacerbada no plano do mercado mundial, "queima" trabalho vivo altamente qualificado incapaz de ser absorvido pelo modo de produção de mercadorias. O precariado é o sintoma perverso das contradições radicais da ordem burguesa hipertardia (a perda da futuridade e a frustração das promessas civilizatórias ampliam-se com a vigência da financeirização da riqueza capitalista e a hegemonia do capital financeiro). Segundo o autor, a ideia de futuridade é crucial para delimitar a camada social do precariado. É uma camada social caracterizada especificamente pela frustração com suas expectativas de carreira profissional e realização salarial.

Observo que nas condições de crise do mercado de trabalho no capitalismo global, quanto às perspectivas da juventude, os jovens estudantes aparecem como sonhadores, ansiosos e pragmáticos, expressando-se, algumas vezes, com humor, ora com temor, sua condição existencial de proletariedade. A universidade continua tendo a função de manter por mais tempo a população jovem afastada do escasso mercado de trabalho, retardando a entrada dos estudantes na vida ativa. Entretanto, tem-se a percepção da desvalorização do diploma de graduação, que exige mais tempo de estudo para capacitar-se e melhor se inserir no mercado de trabalho. A tendência que se impõe é que se produzam cérebros para exercerem trabalhos simples e rotineiros em atividades de emprego e trabalho precário, como, por exemplo, os *call centers*. Apesar disso, os jovens profissionais continuem acalentando o sonho da realização profissional, conforme expressa a universitária IVAMS, 22 anos:

> […] logo após terminar o ensino médio, passei no Vestibular, foi então que começou uma grande e árdua luta, pois todos os dias tinha que me deslocar do interior para a cidade, enfrentando chuva e sol, não importando a hora. (…) decidi vir para Sobral procurar emprego ou mesmo uma bolsa de estudos. Antes já havia me interessado mais não foi possível, pois na Universidade ainda eram poucas as bolsas que existiam. Quando cheguei aqui, passei dois meses sem ganhar nada, pois não tinha experiência nenhuma em Escola e a única vaga que tinha pra mim era na Grendene, e não queria pois sabia que meu "pique" para estudar iria diminuir, portanto esperei uma bolsa da Universidade.

A maioria dos jovens coloca a necessidade de fazer especialização ou aprimoramento, como eles dizem. Enfim, uma pós-graduação capaz de lhes garantir a dita "empregabilidade": "Para ter um bom emprego, você precisa estar se atualizando, continuar se aprimorando, para ter uma boa oportunidade". Mas a escolha do aprimoramento continuado ou cursos de especialização e pós-graduação tornou-se a versão atual do alongamento da escolarização, não apenas como a alternativa mais recorrente dos jovens diante do desemprego, mas como necessidades de qualificar-se melhor para acesso a certos postos de trabalho melhor remunerados, que não são para todos. A universitária ANPAG assim reflete sobre sua trajetória:

> Como já adiantei, quero fazer mestrado logo. Busco também estabilidade, o que é muito importante para alguém que tem as responsabilidades que eu tenho. Busco encontrar prazer na minha profissão e reconhecimento, o que também se reflete na remuneração (já que é uma coisa, infelizmente, tão enraizada no que se refere ao magistério).

Os jovens formandos que sonham com o sucesso profissional são obrigados "a remar contra a maré", para indicar que cada vez está mais difícil o mercado de trabalho. Bourdieu (1983), ao comparar o sistema escolar do passado com o da atualidade, no que diz respeito aos seus desdobramentos, que entendia como relativamente claros e hierarquizados, afirma que "indo-se além do primário, entrava-se num curso complementar, numa escola técnica, num colégio ou num Liceu." (BOURDIEU, 1983, p. 5). No entanto, tais desdobramentos eram claramente hierarquizados e não confundiam. Quanto aos desdobramentos do sistema escolar na atualidade, como estes são muitos e pouco diferenciados entre si, alerta que é preciso ser muito consciente para escapar dos "jogos dos becos sem saída' ou das "ciladas", e também da "armadilha das orientações e títulos desvalorizados", entendendo que isto contribuirá para favorecer uma certa defasagem das aspirações em relação às chances reais.

No curta Galera (Projeto CineTrabalho/Práxis vídeo, 2012,), um dos jovens questiona acerca das possibilidades de alcançar o mercado de trabalho: "Está cada vez está mais difícil o mercado de trabalho". E prossegue comentando suas perspectivas de trabalho: "Quem sabe, tentar a pós-graduação, porque hoje, com o diploma, não é igual há trinta anos, quando você tinha mais chance; era uma pessoa mais seleta que hoje. Hoje é seleta, mas não é tanto. Hoje em dia é preciso fazer uma pós-graduação, uma especialização; hoje o mercado leva você a essas especializações que demandam muito sempre da pessoa".

Para Bourdieu (1983) o antigo estado do sistema escolar tornava os limites fortemente interiorizados e fazia com que se aceitasse o fracasso ou os limites como justos ou inevitáveis. Já o sistema atual encoraja estes jovens e suas famílias a esperar aquilo que o sistema escolar assegurava aos estudantes secundaristas no tempo em que eles não tinham acesso a estas instituições.

> Como a maioria dos estudantes de Universidade Pública advém de família de baixa renda, não recebo tanto ajuda em dinheiro até mesmo por que não peço a eles, prefiro procurar uma solução, pra não ter que dá preocupação para eles, essa minha saída do ambiente familiar me ajudou e vem me ajudando a encarar os desafios que a vida me oferece, o maior apoio deles já recebo através de incentivos para continuar os estudos, palavras de motivação e sempre a frase "o que precisar se a gente puder, a gente lhe ajuda". (MAB)

No documentário Galera, outra saída individual apontada pelos jovens universitários no último ano de graduação para driblar a inserção no "precariado" seria prestar concurso público. De modo pragmático, um das universitárias afirma categoricamente:

> Sempre achei que um trabalho a gente tem que gostar para fazer bem feito, é muito difícil para um jovem conseguir um trabalho digno, precisamos primeiro ter uma boa formação, isso nem todos têm. É necessário que tenhamos certificados que comprovem nossas qualidades, pois o que falamos não é acreditado, não adianta mais você dizer que esta cursando Pedagogia, por exemplo, é preciso pelo menos um ano de experiência, ou ter algum parente trabalhando em um determinado setor. Se não for isso não conseguimos mesmo, o que sei é que, o que garante a gente é um concurso público.(IVAMS)

A educação do precariado é movida a sonhos de realização profissional e ascensão social. Diz uma das jovens universitárias

> Pretendo terminar a Graduação e ter pronto logo meu Projeto de Mestrado, para que futuramente seguir um Doutorado, já sendo professora universitária... tenho meu desejo próprio de crescer para me sentir realizada, não paro mesmo nenhum momento. Estudar e trabalhar pra mim é lazer (IVAMS).

Entretanto, o sonho de ser professora universitária torna-se difícil de ser realizado quando se pondera as dificuldades do presente de precariedade salarial, conforme reflete a outra universitária

> Meu trabalho quase nunca esteve relacionado a minha formação, o que por vezes causava um certo desconforto... E a esperança, na verdade, a certeza de que o plantio que eu venho fazendo terá repercussão mais adiante... Bons frutos. Mas tenho planos de investir na minha carreira como Pedagoga, fazer mestrado e atuar na Educação, no ensino superior... (ANPAGS).

Na verdade, a escolarização na ordem burguesa é um lastro de ilusões e decepção da condição de classe. O cultivo de sonhos, expectativas e valores de mercado pela juventude proletária altamente escolarizada persegue o precariado, confundindo sua condição de classe e disseminando nele a cultura do individualismo próprio do *ethos* da sociedade das mercadorias. Ao mesmo tempo, a profunda manipulação da ordem do capital os inquieta radicalmente, levando-os a se expressarem:

> As dificuldades que os jovens enfrentam para ter uma formação profissional e um trabalho digno não é apenas a educação, mas junto a ela vêm vários outros elementos, a população não desfruta de direitos sociais assegurados constitucionalmente serviços

> públicos como saúde, saneamento básico entre outros, em nosso país vivemos mais com as privações de certos direitos do que com o uso deles. (MAB).

Importante salientar que a precarização do trabalho não se reduziu tão-somente à precarização da condição salarial, mas tendeu a assumir novas formas com aquilo que Alves (2012) vem denominando "precarização do homem-que-trabalha", isto é, a corrosão da vida pessoal e da saúde do trabalhador, inclusive daqueles com estatuto salarial "estável". "Deste modo, a precarização do trabalho implicou não apenas mudanças diruptivas no modo de exploração da força de trabalho, mas alterações no metabolismo social do trabalho com impactos na dinâmica da reprodução social do trabalho vivo" (ALVES, 2012, p. 5). A dialética entre o "feijão e o sonho", afirma o autor, sonho contingente do proletariado de uma vida boa, está expressa na afirmação de outro estudante:

> O medo é de virar um profissional desonesto, medíocre, pois vivemos num mundo que a vontade crescer e se dar bem em tudo terminam por corromper as pessoas, tenho esperança de que não é por ser quem eu sou que vou conseguir os meus sonhos, vou consegui-los através da minha competência e profissionalismo (MAB).

A educação do precariado é movida a sonhos de realização profissional e ascensão social. No Brasil, o "descompasso" entre educação e mercado de trabalho vem de longa data. Um dos jovens entrevistados ao narrar sobre a escolha do curso "dos sonhos", assim afirma "[…] não pretendo fazer como alguns colegas de curso que não se identificam, mas pelo mercado exigir um diploma de ensino superior se vêem obrigados a fazer qualquer curso com o intuito apenas de obter o diploma."

Já em 1982, José Reginaldo Prandi constatava no livro "Os favoritos degradados", a existência, naquela época, de um contingente de jovens com ocupação estranha à formação universitária, jovens formandos com inserção ocupacional que, diz ele, "corrói a anteriormente sólida base dos projetos de vida individuais e familiares das classes médias urbanas órfãs do milagre brasileiro". O autor os denomina de "favoritos degradados". Naquela época, há cerca de trinta anos (1982), o Brasil amargava a "crise do milagre", com a estagnação da economia que prosseguiria por quase duas décadas.

Embora nos últimos vinte anos (1990-2012), a economia brasileira tenha se reestruturado e reorganizado de acordo com os parâmetros neoliberais, tendo retomado um crescimento no bojo da liquidez do capitalismo global da década de 2000, o fenômeno dos "favoritos degradados" assume hoje outras dimensões. Não se trata apenas de fazer a economia brasileira crescer. Na verdade, a promessa de mobilidade social se interverteu na ideologia de resignação à proletariedade flexível, o que explica, de certo modo, atitudes de pragmatismo que visa tão somente se adequar às exigências do capitalismo perverso, que, incapaz de validar as promessas civilizatórias da vida digna, cultiva o ideal da "vida fluída", que carrega o estigma da incerteza sob o esteio da flexibilidade, que quebra no plano da subjetividade, as possibilidades de estratégia coletiva e acirra as estratégias individuais de sobrevivência na "selva" do mercado (ALVES, 2012).

Penso que se a universidade ofertasse mais bolsas e com uma quantia mais elevada muitos dos meus amigos poderiam ter tido a experiência que tive com a pesquisa e extensão, mas infelizmente o valor pago não possibilita muitos alunos quererem ser bolsistas", assim afirmou um jovem universitário ao narrar sua experiência enquanto estudante e bolsista, para se referir às mais diversas dificuldades de enfrentamento da formação educacional até a chegada no mundo do trabalho.

Considerações finais

Parti da ideia de que uma interpretação aprofundada dos acontecimentos microscópicos, como as experiências que cada jovem vem tecendo nas instituições de ensino, nas instituições de qualificação e nos locais onde aprendem a ser trabalhadores, podem torná-los exemplares. Remetem aos diferentes fenômenos que estudo: as relações com a família e com a sociedade, o ser jovem, a separação entre entre experiência e trabalho, enfim, a construção de trajetórias nas quais se combinam a formação escolar, as relações sociais que envolvem amigos e familiares, as mutações comportamentais, elementos fundamentais para a constituição de um ser trabalhador.

Assim, como os jovens são um grupo social heterogêneo, composto por sujeitos concretos, optou-se por adotar duplamente a perspectiva da heterogeneidade para captar os diversos mecanismos mobilizados por diferentes tipos jovens, a fim de se qualificarem e conquistarem um lugar no mercado de trabalho: de um lado, a heterogeneidade entre contextos, entre diferentes grupos de jovens, ou seja, heterogeneidade estrutural, para contemplar as diferenças advindas da condição de origem e, simultaneamente, as possíveis analogias que explicitariam os elementos de uma vivência que é propriamente juvenil; de outro, a heterogeneidade dentro de um mesmo segmento juvenil, de modo a captar tanto diferenças comportamentais quanto padrões e regularidades entre idéias, práticas e contextos sociais semelhantes.

Assim, tenho em mente que: a problemática da qualificação situa-se, na maioria das vezes, justamente na transição entre escola e trabalho; o mercado tem requerido a conclusão do ensino superior como pré-requisito mínimo para considerar uma pessoa qualificada, por isso, mas também por um fenômeno de coorte, as novas gerações possuem hoje mais escolaridade; mas também vivem a transição ao trabalho de forma mais tensa, pois o desemprego cresce mesmo para os mais escolarizados; daí a promessa de mobilidade social se interverteu "na ideologia de resignação à proletariedade flexível" (ALVES, 2012), o que explica, de certo modo, atitudes de pragmatismo que visam tão somente se adequar (para sobreviver) às exigências do capitalismo.

Como o precariado é constituído por jovens altamente escolarizados, o peso da ansiedade é maior, tendo em vista que, quanto mais escolarizados, mais alimentam expectativas de uma "vida melhor". Talvez não se trate propriamente de expectativas ou anseios pessoais, mas sim da aceitação das estratégias de mobilização subjetiva para competências específicas alicerçadas mais em atitudes e habilidades comportamentais do que técnicas, sobretudo sob o "espírito do toyotismo", no qual se faz imperiosa a necessidade de desenvolver aptidões como capacidade de resolver problemas, de se relacionar em trabalho em grupo, criatividade, comunicação, improviso e adaptabilidade.

Os estudos dos autores abordados, em especial os de Reginaldo Pandi, sugerem pensar a universidade em sua funcionalidade para a sociedade brasileira na forma como esta se reproduz como sociedade capitalista dependente. E neste sentido, levando em conta os dados disponíveis e analisando-os sob o prisma da relação existente entre esta instituição fornecedora de força de trabalho qualificada e o mercado de trabalho o autor demonstra com muita clareza que o desempenho do ensino superior no Brasil tem sido mais do que satisfatório. A expansão verificada no ensino superior e a queda na qualidade deste ensino são elementos constitutivos desta nova universidade que está aí, elementos. estes associados tanto à formação de um exército de reserva de trabalhadores de nível universitário como a alienação deste trabalhador.

Quanto aos jovens universitários, estes apresentam sentimentos e crenças contraditórias, por vezes pessimismo e decepção relacionados às suas futuras oportunidades de trabalho, ou depositam confiança no conhecimento e "oportunidade" que vêm construindo ao longo de sua formação escolar. Mas é a partir daí que situam as suas críticas, colocando a universidade como instituição hoje incapaz de acompanhar as mudanças que se dão na sociedade, especialmente aquelas referidas ao trabalho do profissional de nível universitário. Ao apresentarem suas críticas, os estudantes passam a tomar consciência da relação dos rebatimentos estruturais à sua formação individual e grupal, relacionando-a ao processo geral de transformação a que está submetida a sociedade brasileira. Tanto assim, que tendem a formular a necessidade de alterações em certas práticas, alterações essas incompatíveis com o próprio rumo que a universidade tomou em função da política de aviltamento profissional coerente com a internacionalização da economia.

Referências

ALVES, Giovanni (2012). *A educação do precariado*. Disponível em: http://blogdaboitempo.com.br/category/colunas/giovanni-alves/. Publicado em: 17/12/2012. Acessado em 24/06/2013.

_____. (2010). *Trabalho e nova precariedade salarial no Brasil*: a morfologia social do trabalho na década de 2000 (2000-2010). Coimbra, Portugal: Oficina do CES nº 381.

BOURDIEU, Pierre. (1983). A "juventude" é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 112-121.

CASTEL, R. (2003*). As metamorfoses da questão social*: uma crônica do salário. 4. ed. Petrópolies, RJ: Vozes.

MAIA, A. A. R. M. & MANCEBO, D (2010). "Juventude, Trabalho e Projetos de Vida: ninguém pode ficar parado". In: *PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO*, 30 (2), 376- 389.

MÉSZÁROS, István.(2007). *O desafio e o fardo do tempo histórico*: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo.

MORIS, C.L.; FERNANDES, S.R.A.; BATISTA, R.(1999). Os universitários da favela. In : ZALUAR, A.; ALVITO, M. (orgs.) *Um século de favela*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.

NOVAES, R. (2006). "Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias". In: ALMEIDA, M. I. M. & EUGENIO, F. (orgs.). *Culturas jovens: novos mapas de afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

PACHECO, E. e RISTOFF, D.I.(2004). *Educação superior*: democratizando o acesso. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Série documental. Textos para discussão.

PAIS, José Machado. (2001). *Culturas Juvenis***.** Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

_____. (2003). *Ganchos, tachos e biscates*: jovens, trabalho e futuro. Porto: Ambar.

POCHMANN, Márcio. (1998). *A inserção ocupacional dos jovens*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET, v.6. 104p.

POCHMANN, Márcio. (2007). *A batalha do primeiro emprego*. 2. ed. São Paulo: `Publisher Brasil.

PRANDI, Reginaldo. (1982). *Os favoritos degradados;* ensino superior e profissões de nível universitário no Brasil hoje. São Paulo, Ed. Loyola, 135 p.

ROCHA, N. M. F. D. & GÓIS, C.W. L. (2010). "Trajetórias de jovens no mundo do trabalho a partir da primeira inserção: o caso de Sísifo em Maracanaú - Ceará, Brasil". In: *Psicologia & Sociedade*; 22 (3): 466-475.

VELHO, G. "Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea". In: ALMEIDA, M. I. M. & EUGENIO, F. (orgs.). *Culturas jovens: novos mapas de afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ZAGO, Nadir. *DO ACESSO À PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR***:** percursos de estudantes universitários de camadas populares.

Trajetória da Jovem Blogueira: Bruna Vieira[1]

Kalyla Maroun

Letícia Rocha Moreira

Ludmila Mourão

Resumo: Bruna Vieira é uma jovem mulher, nascida em 1994, natural da cidade de Leopoldina em Minas Gerais, Brasil, que muito cedo construiu sua identidade profissional ligada às novas tecnologias. Ela é *blogueira* e escritora, criadora do *Blog* "Depois dos Quinze", que tem visibilidade nacional e internacional e está entre os 100 melhores *blogs* do mundo, além de colunista da Revista Capricho, especialmente dedicada a mulheres jovens. As páginas e perfis da Bruna nas redes sociais ultrapassam 500 mil assinantes. O objetivo deste estudo é narrar a história de vida desta jovem, relacionando-a com a construção de projetos e oportunidades, bem como o desenvolvimento de competências e vocação, na trajetória da jovem blogueira. Os *blogs* se mostraram um fértil espaço de socialização e empoderamento das jovens em diferentes âmbitos. Tanto no caso dos administradores e colaboradores quanto no das blogueiras.
Palavras-chave: juventude, *blog*, mulheres, tecnologias da informação e comunicação.

1. Introdução

Este trabalho tem como objetivo descrever a trajetória de vida de uma jovem mulher que se tornou uma das blogueiras mais importantes do Brasil: Bruna Viera (Figura 1). A jovem tem mais 500 mil seguidores nas redes sociais e 60 mil acessos por dia. A escolha por esta interlocutora e pelo conteúdo que ela produz junto a suas seguidoras em seu *blog* pode ser justificada pela observação empírica, realizada a partir de uma etnografia no ciberespaço, de sua influência na construção de identidades juvenis femininas resistentes a determinadas normas e valores hegemônicos que circulam na sociedade, principalmente, àqueles voltados aos padrões de beleza e corpo.

A etnografia no ciberespaço é realizada no espaço virtual, visando apreender uma realidade, que por ser virtual, possibilita uma observação invisível, sem interferência no meio observado. Sendo considerada mais rápida que a etnografia tradicional por não demandar idas e vindas ao campo de estudo (Pieniz, 2009; Montardo e Passerino, 2006). Este tipo de etnografia tem sido adotada para o desenvolvimento de estudos que preconizam as interações comunicativas na rede, que se convertem em modos de investigar os usos sociais do ambiente digital. A compreensão das novas formas de sociabilidade humana, a exemplo das que ocorrem no ciberespaço, requerem configurações que diferem das tradicionais nos procedimentos metodológicos, objetivando apreender os fenômenos recentes.

> Pode-se analisar o ciberespaço como ambiente de inteligência e memória coletivas, como mídia passível apropriações culturais de cidadãos comuns, como meio de produção, recepção ou circulação de discursos, como cenário de visibilidade diante de um contexto de midiatização (Pieniz, 2009; p.3).

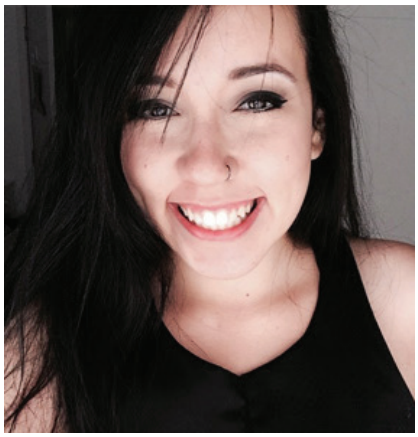

Figura 1 – Bruna Vieira

1 Este trabalho conta com o apoio da CAPES para ser apresentado no XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro

Podemos compreender o ciberespaço, também, como um espaço de representações, de afirmações e reconfigurações de identidade. Percebemos o ciberespaço como local para expressão da diversidade, território virtual que possui poder de afirmar ou negar culturas locais, como espaço de socialização e difusão de ideias de minorias (Pieniz, 2009).

Os dispositivos de comunicação pessoal – smartphones, tablets, computadores, entre outros - juntamente com a *Internet* permitiu novos meios de resistência e empoderamento, permitindo aos jovens recursos para lutar por velhas causas, neste caso, a resistência aos padrões estéticos impostos pela mídia e pela sociedade. É por meio desse *lócus* virtual que a juventude contemporânea vem construindo alternativas aos processos de construção e reafirmação de identidades e culturas juvenis.

Definir juventude é um desafio, pois os critérios que a constituem são históricos e sociais. Para construir a noção de juventude, não devemos nos prender a parâmetros rígidos, mas ao processo de crescimento no contexto social através das experiências vividas pelo indivíduo (Dayrell, 2003).

A juventude possui uma cultura própria, que advém da cultura da sociedade na qual está inserida, tendo sido desenvolvida e transformada em objeto de análise a partir da sua consolidação enquanto categoria social e geracional específica (Weller, 2005a).

Os jovens constituem culturas juvenis que lhes permitem construir suas identidades. Apesar de todos os limites dados pelo lugar social que ocupam, eles amam, sofrem, divertem-se, pensam a respeito das suas condições e de suas experiências de vida, posicionam-se diante dela, possuem desejos e propostas de melhorias de vida. Manifestam através do corpo e do seu visual as marcas da diversidade (Dayrell, 2007).

A juventude atual é também conhecida como geração Y. Tal termo surgiu nos Estados Unidos para definir as características e hábitos dos jovens que nasceram nas décadas de 1980 e 1999 (Krüger e Cruz, 2004; Carli, Fontoura e Santiago, 2011). Essa geração é identificada pela curiosidade, questionamentos, extrema informação, grande conhecimento de línguas - principalmente o inglês -, criatividade, busca de novas experiências e padrões informais, além de necessitar de constante reconhecimento, individualidade, almejar conexões e comunicação incessantes, projetos pessoais de prazos curtos e imediatos, foco em resultados e apresentarem alta rotatividade em empregos (Oliveira, 2010).

A cultura tem sua diversidade que é condicionada pelo ambiente físico, sendo comum haver grande diversidade cultural em um mesmo local. Logo, cada indivíduo participa de uma forma diferente da cultura a qual pertence (Laraia, 2001). Isso nos sugere que a juventude atual está cada vez mais ligada às Tecnologias de Informação e Comunicação[2] (TIC), inserido-se na cultura da mídia ou na cibercultura, não havendo separação entre a dimensão virtual e a dimensão não virtual, já que as TICs aguçam a sensibilidade e a mente através das tecnologias digitais (Santaella, 2003). De acordo com Lévy (2010) a cibercultura "especifica o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamentos e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço[3]".

A cibercultura está ligada, direta e indiretamente, aos códigos, símbolos e normas do virtual, o que ocorre tanto de forma direta pela digitalização da informação, como indireta pelo desenvolvimento das redes digitais interativas. Com isso, o ciberespaço estimula e permite um estilo de relacionamento quase independente dos lugares geográficos e da simultaneidade de tempos (Lévy, 2010).

Tendo em vista que a mídia eletrônica se apresenta como um avanço tecnológico que tem sido capaz de sugerir e criar comportamentos, interferindo nos processos de produção cultural, faz-se necessário apresentar os mecanismos pelos quais ela atua. O *blog,* meio muito utilizado pelas adolescentes, influencia o comportamento, pois, nesses sites são trocadas ideias, gostos, opiniões, sentimentos e outras experiências entre as jovens. Além disso, nesse *lócus* privilegiado de observação de culturas juvenis na contemporaneidade, é possível observar

---

2 As Tecnologias da Informação e Comunicação interagem com a economia e a sociedade, possuindo as seguintes características: são tecnologias para agir sobre à informação; penetrabilidade das novas tecnologias; lógica de redes em qualquer sistema ou conjunto de relações; flexibilidade; crescente convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado (Castells, 1999).

3 O ciberespaço é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores. O termo não significa apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (Lévy, 2010).

a (re)construção de identidades entre elas, a partir de mecanismos de afiliação, resistência e empoderamento.
Blog, *weblog*, blogue ou caderno digital é uma página na internet onde regularmente são publicados textos, fotos, imagens, músicas ou vídeos, que podem ser dedicados tanto a um assunto específico, como a temas gerais. Podem ser mantidos por uma ou várias pessoas e têm normalmente espaço para comentários dos seus leitores. Blogueiro é o nome dado a quem publica num *blog* e blogosfera é o conjunto de *blogs*.
Os *blogs* estão incluídos na TIC, que representam, na contemporaneidade, o avanço tecnológico na Sociedade da Informação, representando esta uma nova era, cuja informação se dinamiza, com velocidade e volume considerados, até poucos anos atrás, incabíveis a nossa realidade. Isso ocorre devido à inter-relação de três fenômenos: convergência da base tecnológica, dinâmica da indústria, que diminui o custo das tecnologias, e crescimento da internet (Takahashi, 2000).
Nesse sentido, os *blogs* por estarem presentes no cotidiano da geração Y, e fazerem parte da mídia, juntamente com a publicidade e a indústria da beleza, debatem temas de interesse social, cultural, econômico e virtual como, por exemplo, o corpo. Este corpo, sobretudo de consumo, é frequentemente construído e reconstruído nos discursos da mídia, gerando materialidade que é um produto de poder que gera divisões sociais. As relações de poder que atuam sobre ou através do corpo produzem efeitos de sentido, identidades sociais e culturais particulares (Andrade, 2003).

2. O *blog* "Depois dos Quinze"

O *blog* Depois dos Quinze (Figura 2), lócus deste estudo, foi criado por Bruna Vieira em 2008, cresceu ao longo desses anos e hoje tem mais de 500 mil seguidores e 60 mil acessos diários, sendo reconhecido nacional e internacionalmente. É administrado pela Bruna Vieira e, a partir da necessidade de manter o *blog* atualizado e com matérias e assuntos novos, a blogueira passou a contar com uma rede de colaboradores, que hoje é composta de um homem e seis mulheres. O *blog* Depois dos Quinze costuma apresentar pelo menos sete postagens diárias, sendo que cada colaborador constuma veicular um *post* diário no *blog*, e Bruna pelo menos dois.

Figura 2 - Blog Depois dos Quinze

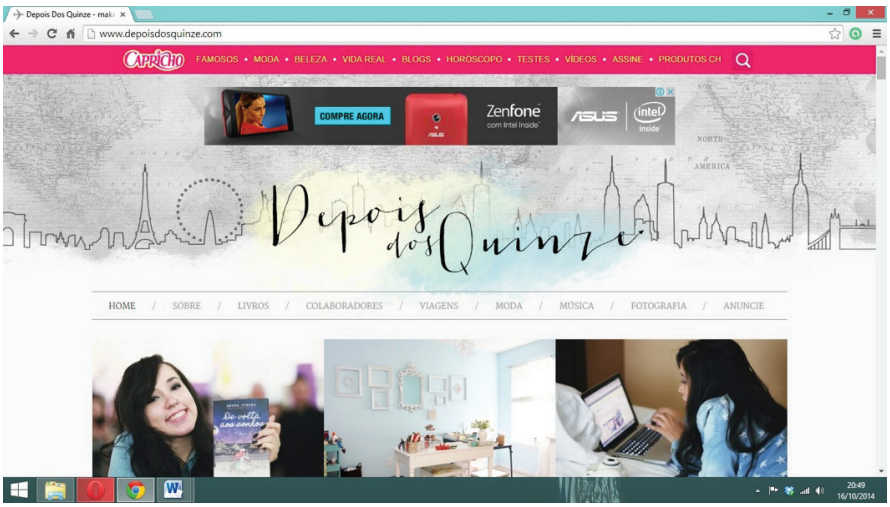

Fonte: *Blog* "Depois dos Quinze"

O *blog* está com esse *layout* atual, desde o dia 02 de junho de 2014, de acordo com a Bruna Vieira, publicado na sua página do *Instagram,* foi feito inspirado nas viagens que estão por vir, e a ilustração faz alusão à França e Nova Iorque. Logo que abrimos a página do blog tem uma barra da revista Capricho com *links* que vão direto para o site da revista e segue por uma propaganda. Assim ao começamos a descer com a barra de rolagem do *blog*, nos deparamos com uma linha com nove *links*: home, sobre, livros, colaboradores, viagens, moda, música, fotografia e anuncie.

O *link* **"Home"** é a página inicial do *blog*. Com o rolar da página podemos observar o destaque de três imagens que levam a postagens diferentes: no canto direito tem a foto da Bruna Vieira com um breve perfil e do lado esquerdo vem as postagens por ordem de publicação, sendo a mais recente a primeira delas (Figura 3).

Figura 3 – Foto da Bruna Vieira à direita e postagem à esquerda.

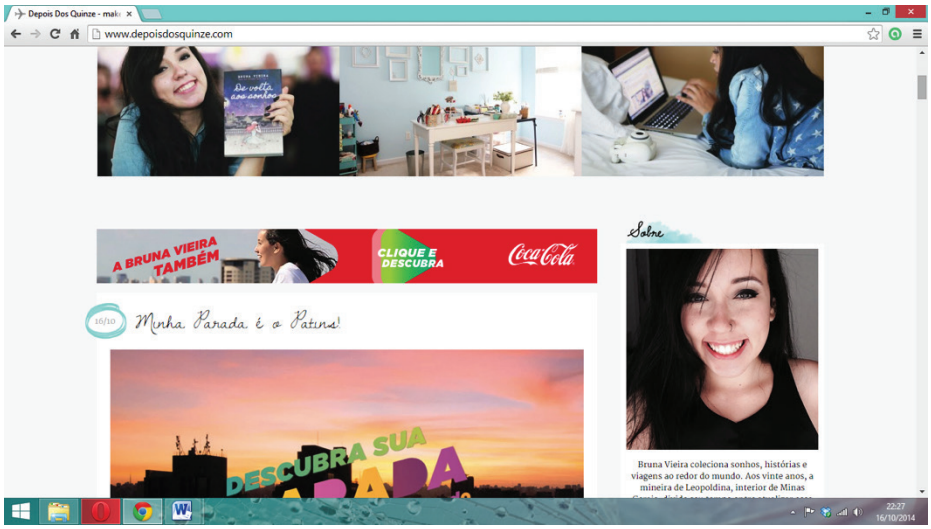

Fonte: *Blog* "Depois dos Quinze"

Seguindo a barra de rolagem vimos abaixo da foto da Bruna algumas redes sociais, que permitem às pessoas tanto a acompanharem, como a seu *blog*. Algumas propagandas, um quadrinho com as fotos do *Instagram*, as capas dos livros já publicados por Bruna, um vídeo do seu canal do *YouTube*, as categorias que dividem as postagens do *blog* e as lojas parceiras (Figura 4). Dessas categorias, as que mais nos interessaram foi a de comportamento.

Figura 4 – Categorias das postagens.

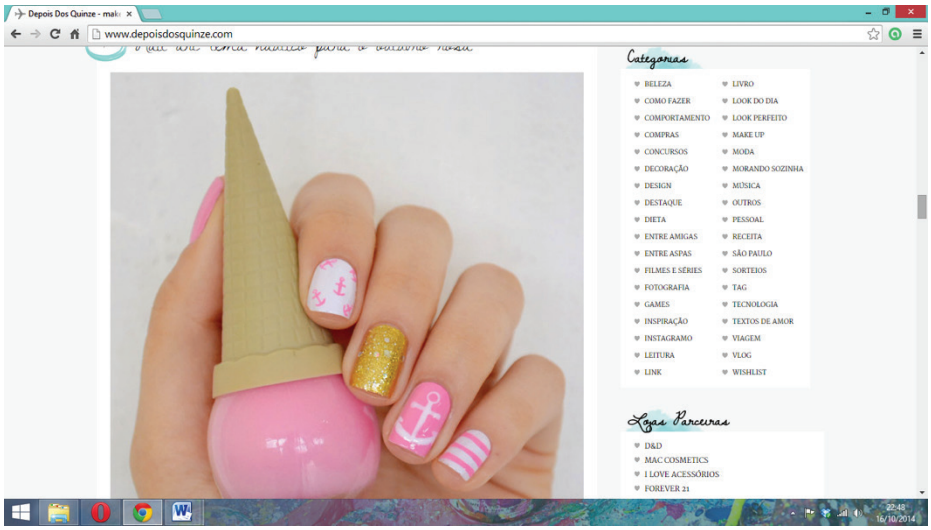

Fonte: *Blog* "Depois dos Quinze"

No final da página tem seis fotos com looks do dia, os *Tags*, uma *Wishlist* com foto de produtos para clicar e ir ao site de compra, a agenda do mês de Bruna, mais propagandas e no final da página está o contador de pessoas online no momento (Figura 5).

Figura 5 – Tags, wishlist e contador de pessoas

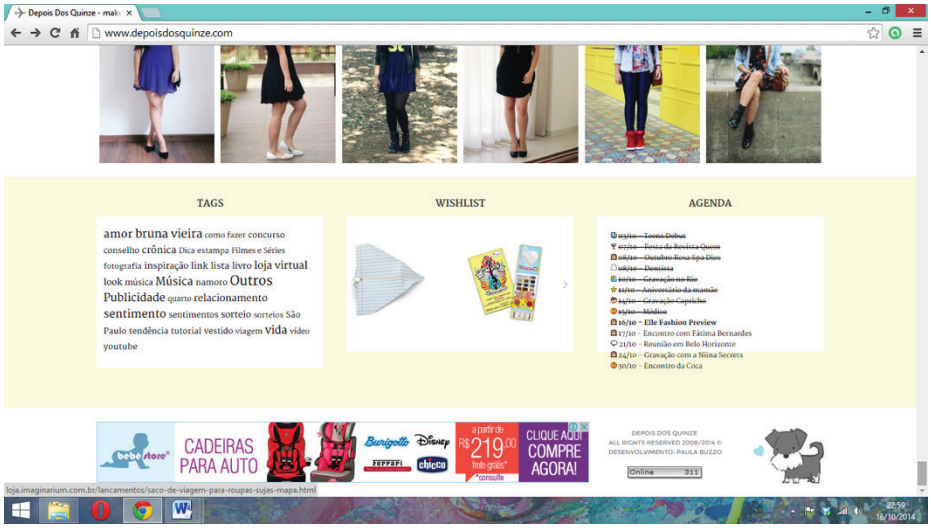

Fonte: *Blog* "Depois dos Quinze"

No *link* **"Sobre"** (Figura 6) a Bruna faz uma apresentação sobre si, contando onde nasceu, a sua idade, onde mora atualmente, conta ainda como criou o *blog* e quais livros já lançou.

Figura 6 – Link "Sobre"

Fonte: *Blog* "Depois dos Quinze"

Na aba **"Livros"** (Figura 7) estão as capas dos livros lançados pela Bruna com a Editora Gutemberg, com um *link* para comprar cada livro e com a informação que os livros serão publicados também em Portugal e na Espanha.

Figura 7 – Aba "Livros"

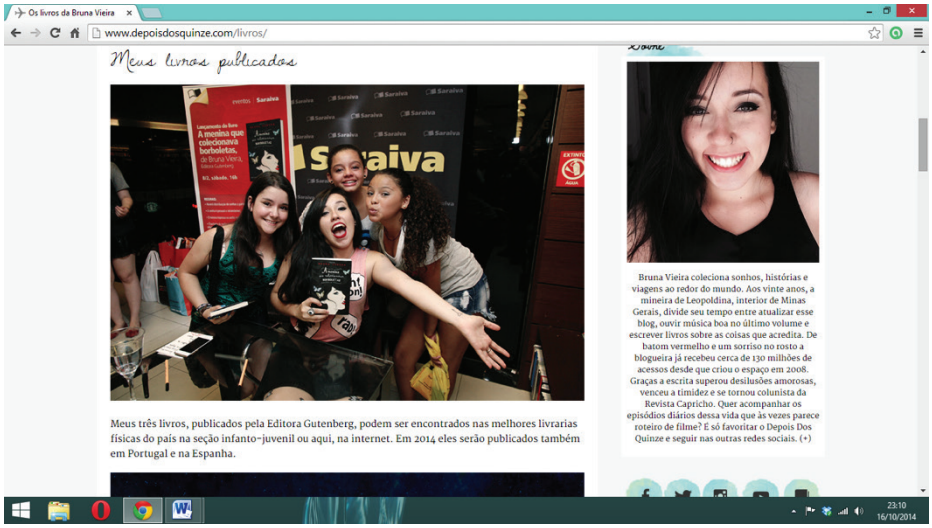

Fonte: *Blog* "Depois dos Quinze"

No *link* **"Colaboradores"** (Figura 8), aparece o nome com uma pequena apresentação de cada um dos sete colaboradores do *blog*, sendo seis garotas (Karine Rosa, Paula Buzzo, Au Sonsin, Maria Ienke, Fabiane Secches e Danielle Noce) e um rapaz (Jefferson Souza). Todos moram em diferentes lugares do Brasil.

Figura 8 – Link "Colaboradores"

Fonte: *Blog* "Depois dos Quinze"

Na aba **"Viagens"** (Figura 9) estão as postagens relacionadas a viagens de modo geral ou falando sobre as viagens realizadas pela Bruna ao longo desses anos de *blog*, dando dicas de passeios, alimentação, aplicativos para ajudar durante a viagem e sugestões de destinos.

Figura 9 – Aba "Viagens"

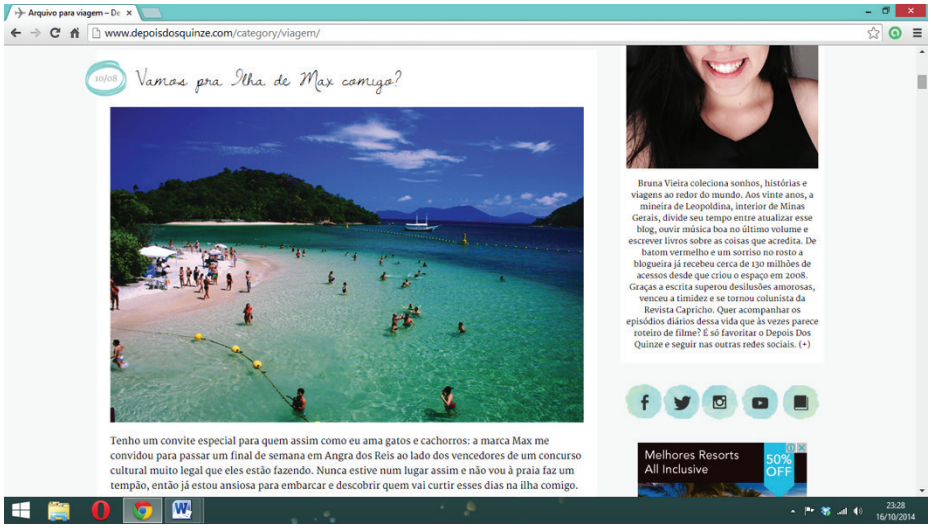

Fonte: *Blog* "Depois dos Quinze"

No *link* **"Moda"** (Figura 10) estão as postagens com dicas de looks[4], para diversos estilos e tipos de pessoas diferentes, seja de roupa ou acessórios.

Figura 10 – Link "Moda"

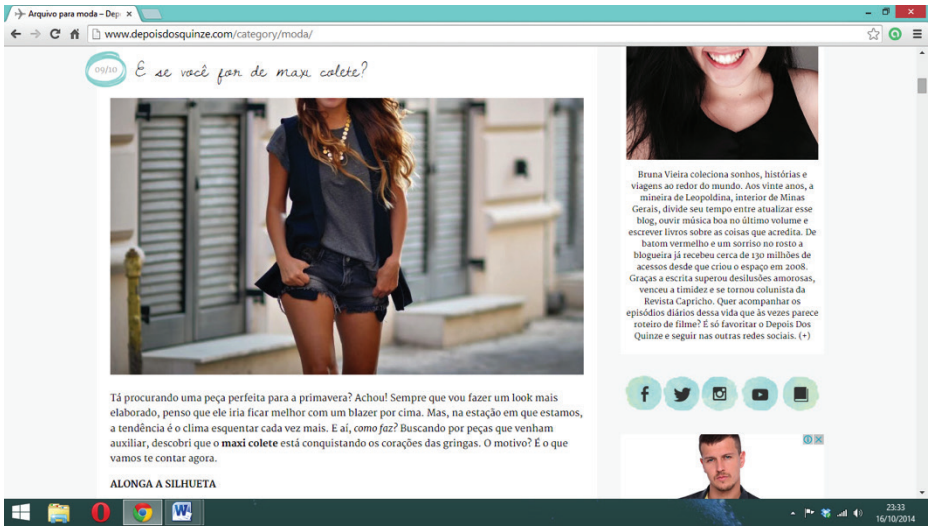

Fonte: *Blog* "Depois dos Quinze"

Na aba **"Música"** (Figura 11) estão os *posts* relacionados com a música, seja entrevista com cantores, sugestão de *playlist* e shows que acontecerão pelo Brasil.

4 Look: aparência ou estilo, sobretudo com relação a penteado e a vestuário (Dicionário de Língua Portuguesa On-line, 2014).

Figura 11 – Link “Música”

Fonte: *Blog* “Depois dos Quinze”

Na aba **“Fotografia”** (Figura 12) estão todas as postagens relacionadas a fotos que já foram publicadas pela Bruna ou seus colaboradores, como por exemplo, aplicativos de celular para montar fotos, fotos de leitoras, álbum de fotos de viagem, dentre outros.

Figura 12 – Aba “Fotografia”

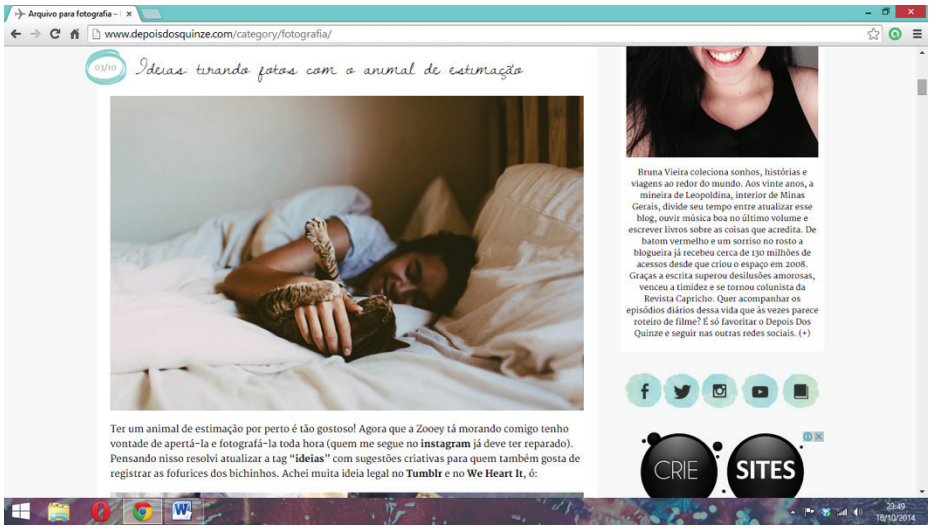

Fonte: *Blog* “Depois dos Quinze”

No *link* **“Anuncie”** (Figura 13), abre um *post* com uma foto e o endereço de e-mail para quem quer anunciar algum produto no *blog* entrar em contato.

Figura 13 – Link "Anuncie"

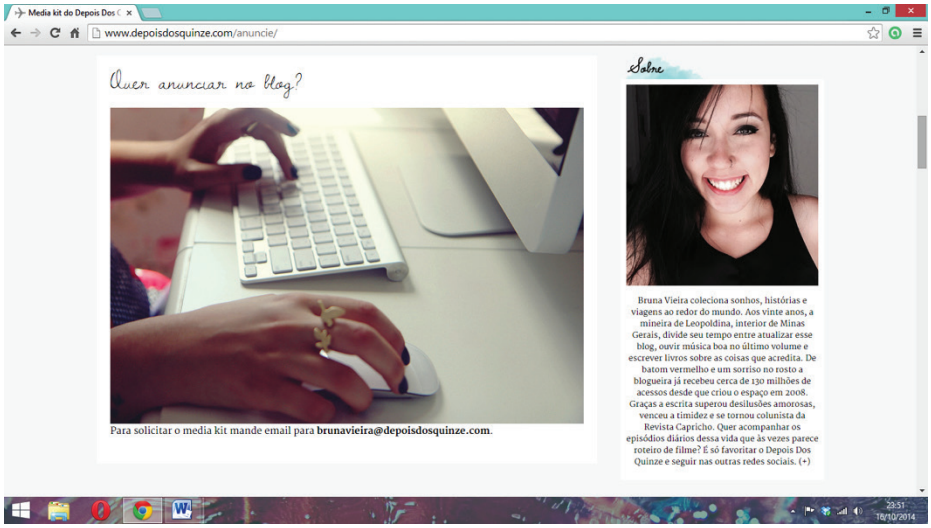

Fonte: *Blog* "Depois dos Quinze"

3. A Trajetória da Blogueira Bruna Vieira

A partir da conjuntura apresentada, nos motivamos a estabelecer uma maior aproximação com a trajetória de vida da jovem blogueira, Bruna Vieira, para entendermos melhor a presença feminina nas manifestações culturais e político-sociais, pois, ao mesmo tempo em que as culturas juvenis podem ser entendidas como forma de protesto e/ou resistência, algumas culturas juvenis femininas, por conta de preconceitos, são vistas de forma superficial e estereotipada, dando a impressão de que não possuem atitudes de protesto ou resistência (Weller, 2005a; 2005b).

Nesse sentido, descrevemos a construção de identidades voltadas às práticas de resistência entre jovens a partir da trajetória de vida de Bruna Vieira, blogueira, desde os 15 anos. A trajetória de vida é um dado importante para entendermos as ações e escolhas do indivíduo. Assim, trazemos aqui a trajetória de vida da blogueira Bruna Vieira, criadora do *blog* "Depois dos Quinze" que utilizamos para a coleta de dados, de modo a entendermos como ela se torna uma blogueira e escritora de sucesso.

Bruna Vieira é uma jovem mulher que nasceu em maio de 1994, na pequena cidade de Leopoldina, em Minas Gerais, Brasil. Atualmente, com 20 anos, mora na cidade de São Paulo, é blogueira, escritora e colunista de uma revista juvenil.

Conhecida por usar batom vermelho, Bruna já possui mais de 500 mil seguidores nas redes sociais. O *blog* chega a ter 60 mil acessos distintos por dia. Bruna é considerada uma das blogueiras mais influentes do mundo, tendo sido o seu *blog* na última classificação um dos 100 *blogs* mais visitados no mundo, com colocação de número 51. A jovem já lançou quatro livros (Figura 14), dois deles em 2014.

Figura 14 – Capa dos livros publicados por Bruna Vieira

\Essa carreira de sucesso começou em 2008, quando Bruna aos 15 anos, estudando no ensino médio no Cefet da cidade de Leopoldina, em Minas Gerais, resolveu criar o *blog* "Depois dos Quinze" para superar uma desilusão amorosa, fazendo dele um diário virtual, que representava seu refúgio.
Na época ela era muito tímida, introspectiva e odiava o seu próprio corpo. Ela diz que o *blog* a ajudou a superar alguns traumas e a entender que não era a única adolescente a ter desilusões amorosas, e conseguiu através da escrita no *blog* descobrir um novo universo que possibilitou a ela transformar isso em trabalho. À medida que o *blog* foi crescendo a Bruna deixou de falar apenas da sua vida e passou a tratar de assuntos que a interessava, como fotografia, moda e música, que ela gosta de ouvir sempre junto com as outras atividades.
Quando estava com 17 anos se mudou de Leopoldina para São Paulo, deixando a família e o namorado para realizar seu sonho: tornar o *blog* o seu trabalho, dedicando oito horas por dia às suas atividades de blogueira. Bruna faz campanhas, escreve livros, faz viagens e conseguiu muito jovem autonomia financeira.
Em 2012, publicou seu primeiro livro, que já está na sexta edição. Além disso, foi convidada a fazer parte da equipe de colunistas da revista Capricho[5], continuando a escrever para a revista até os dias de hoje. No seu primeiro livro chamado **Depois dos Quinze: Quando tudo começou a mudar**, Bruna selecionou as crônicas e os contos escritos por ela, que na sua maioria já haviam sido publicados anteriormente no *blog*, que fizeram desse livro uma mistura de histórias, desabafos e segredos (Vieira, 2013).
Em 2013, Bruna lançou seu segundo livro, que já está na segunda edição, **De volta aos quinze**, sendo seu primeiro romance da série Meu Primeiro Blog, marcando sua estréia no universo da ficção. Neste livro, ela conta a história de Anita, uma mulher com 30 anos que retorna ao seu primeiro *blog*, escrito quando tinha 15 anos, e passa a reviver as aventuras da época que estava no ensino médio (Vieira, 2014a).
No primeiro semestre de 2014, Bruna publicou o seu terceiro livro, **A menina que colecionava Borboletas**, que reúne 48 crônicas, algumas que já foram publicadas no *blog*. Neste livro, ela mostra o seu amadurecimento através das crônicas, desvelando sua maneira particular de encarar a vida com seus desafios. Para Bruna, as páginas deste livro representam o bater de asas das borboletas que colecionou dentro do peito por algum tempo e que agora, finalmente, podem voar livres por aí (Vieira, 2014b).
Por enquanto, seu último livro, o quarto, foi lançado no segundo semestre de 2014. **De volta aos sonhos**, é o segundo livro da série Meu Primeiro Blog e dá continuação da história de Anita, que retorna ao passado mais uma vez, tendo consequências que a fazem repensar nas suas prioridades de vida.
Recentemente, por sentir falta da família por perto, Bruna comprou um sítio em Atibaia, 70 km de São Paulo, para sua família mudar de Leopoldina e, assim, ela voltar a morar com seus pais.
Na edição de agosto de 2014 da revista Capricho, Bruna foi capa da revista, sendo a primeira vez que uma colunista da revista ganha a capa. Essa escolha se deu por vários significados, dentre os quais destacamos: para sua geração os ídolos são escolhidos a dedo pelos que disputam espaço na rede; a escolha com um ídolo na *web* tem mais a ver com ideias, visto que a Bruna combate a imagem de perfeitinha; uma garota comum de uma cidade do interior de Minas Gerais que se tornou influente em várias partes do mundo.
Nessa entrevista Bruna fala sobre sua vida. O autor diz que ela ajudou muitas garotas a se sentirem livres para usar o batonzão vermelho que é sua marca registrada. Bruna diz que começou a usar o batom vermelho para se defender fazendo dele um escudo, pois sempre sofreu *bullying* na escola por ser estrábica, ter uma juba de leão (como ela mesma diz) e usar maquiagens nada convencionais, sendo uma forma de não se esconder e, ao mesmo tempo, demonstrar que não tinham medo (Theodoro, 2014). Desde que ela se mudou para São Paulo engordou 10 quilos, porém, afirma não se incomodar com isso, tampouco com as críticas das pessoas em relação ao seu peso, apenas deixou de usar algumas roupas. Mas, como ela tem gastrite, por causa do excesso de trabalho e preocupação, isso tem a forçado à uma atenção com a alimentação, o que acaba a auxiliando na dieta.
Em uma entrevista feita na Bienal Internacional do Livro de São Paulo[6], Bruna diz que a internet é um meio muito dinâmico, que possibilita a qualquer pessoa criar um conteúdo e postar, não tendo a necessidade desta estar em uma cidade grande ou "ter dinheiro", apenas é necessário ter uma boa ideia. Na medida em que Bruna

5 Revista brasileira mensal da Editora Abril voltada para o público jovem feminino que traz assuntos direcionados, tais como: beleza, moda, música e diversão.

6 Entrevista pública gravada pela pesquisadora em 24/08/2014.

percebe que muitas adolescentes ficam na *internet* por muito tempo, ela incentiva que elas criem o seu próprio *blog*. Não necessariamente para serem blogueiras profissionais, mas para usar a internet a seu favor.
Nessa entrevista Bruna fala que estudou até o ensino médio, e que fez o curso integrado com o técnico de informática industrial. Apesar de tal formação não ter muita relação com o que faz hoje, ela entende que isso aguçou o seu interesse por computador e *internet.* Bruna conta ainda que já fez cursos para aprimorar a sua escrita e que acha importante entrar no Ensino Superior. Pretende entrar em 2015 no curso de rádio e tv, porém, como um curso superior exige muito tempo, ela precisará fazer escolhas acerca de suas prioridades.

4.
As postagens e os discursos das seguidoras: identidade, resistência e empoderamento juvenil

Acompanhando o *blog* encontramos cinco postagens que tematizam debates sobre corpo que nos chamaram a atenção: "Como descobri que nunca fui gorda"; "O reflexo e eu"; "Corpão"; "Superando os próprios preconceitos"; "Look: Garfield Del Rey".
A postagem "Como descobri que nunca fui gorda" foi escrita pela colaboradora Luisa Clasen, chamada também de Lully, no dia 01 de junho de 2013. No *post* a blogueira comenta uma reportagem de barriga negativa que tinha lido e a fez refletir sobre o corpo e a "*danada da pancinha*", como ela mesma diz, e a faz lembrar de sua adolescência e a sua luta com o peso, para "*ficar bonita*". Ela conta também como foi na sua adolescência: a trajetória de dietas para emagracer, frustrações e tristezas com os insucessos até aprender a se conhecer e aceitando seu corpo do jeito que ele é, deixando de lado o que é pregado pela mídia como padrão ideal de beleza.
A postagem "O reflexo e eu" foi publicada em 09 de setembro de 2013 pela colaboradora Karine Rosa. O *post* discute o problema que as adolescentes tem em se verem no espelho, pois, sempre esperam ser uma coisa e o seu reflexo mostra outra.
A terceira postagem selecionada foi "Corpão", publicada pela própria Bruna Vieira. Nesse *post* ela conta como está sendo a sua juventude e a sua relação com o seu próprio corpo, num formato de desabafo por ter a vida exposta no *blog* e ter que aprender a lidar com diferentes situações, como ter que usar óculos, ser estrábica, ter bunda e pés grandes.
O *post* "Superando os próprios preconceitos", publicado no dia 21 de outubro de 2013 pela blogueira colaboradora Maria Ienke, fala sobre superar os próprios preconceitos com relação ao seu corpo. Ela diz que sempre utilizou de dietas milagrosas, chás e tratamentos com medicamentos para emagrecer e sofreu com o efeito sanfona, o que se tornou uma tortura em sua vida, por desencadear uma obsessão pela magreza.
A última postagem selecionada foi "Look: Garfield Del Rey", escrita pela própria Bruna Vieira no dia 17 de dezembro de 2013. Foi mais um Look do Dia feito pela Bruna para mostrar que estava usando uma saia estampada com uma camiseta: tipo de saia que não usava por causa do tamanho de seu quadril, por dar a impressão de deixá-lo maior ainda, mas, que deixou isso de lado para se assumir assim. Ela diz no texto que cada um deve se aceitar, com suas medidas.
Todas as cinco postagens são escritas por mulheres, caracterizando uma conversa de mulher para mulher, e tratam de temas referentes ao corpo e cuidados de si, descrevendo a importância de aceitarem suas medidas e dos cuidados necessários com o corpo. Como podemos acompanhar nos trechos de cada postagem:

> [...] Eu dançava ballet, ao lado de várias colegas magérrimas. Ia comprar meia-calça e collant e sempre me frustrava com os tamanhos: o que era tamanho único ficava super apertado e os Gs pareciam Ms. No começo, foi a força de vontade de me ajudou a continuar. Depois, foram os resultados. Agora, o amor pela dança é maior do que qualquer dieta ou qualquer obstáculo: danço porque amo e desencanei de ser a aluna mais gostosa da sala. [...] Indo pro Rio de Janeiro direto, descobri que lá não estou nem perto de ser gorda! Como pode mudar tanto assim? Assim como eu sou gorda em Curitiba e ~gostosa~ no Rio, as meninas que "magras demais" lá, seriam as maiores gatas aqui.[...] (Como nunca fui gorda – Luisa Clasen, 01/06/2013)

> [...] Talvez isso demore a acontecer. Talvez a gente demore a se aceitar completamente. Talvez a gente nem faça as pazes, de verdade, com o espelho. Mas dá sempre para mudar o corte, pintar o cabelo, fazer ginástica, mudar a alimentação ou até uma plástica como medida drástica. Mas tranquilidade mesmo, a gente só consegue quando se aceita. [...] (O reflexo e eu – Karine Rosa, 09/09/2013)

> [...] Não vou me matar com dietas loucas e horas na academia, talvez eu até entre um dia, mas isso não precisa se transformar num problema. Comida e bunda grande não é problema, gente. É solução. [...] (Corpão – Bruna Vieira, 13/09/2013)

> [...] A minha vida começou a girar em torno de uma magreza que ainda não existia e eu percebi que estava deixando de aproveitar a vida. [...] E aos poucos eu fui tentando superar o fato de que eu nunca seria perfeita. Acho muito importante que as pessoas se cuidem, façam exercícios, comam de forma saudável, até porque nossa saúde exige isso. Mas porque se torturar e deixar de fazer certas coisas, simplesmente porque você não acha que se encaixa naquele padrão de corpo?[...] (Superando os próprios preconceitos – Maria Ienke, 21/10/2013)

> [...] Não é fácil assumir o nosso corpo. A genética não é amiguinha de todos os seres que habitam esse planeta, ou seja, nem todo mundo emagrece ou engorda com a mesma facilidade que você. Para falar a verdade algumas pessoas nem se importam tanto assim com isso. Já parou pra pensar que elas podem priorizar coisas diferentes? Quem somos nós pra julgar, não é mesmo? Pelas minhas poucas horas dentro de uma academia eu diria que é tão difícil ter um corpo de Panicat quanto estudar pro Enem. [...] (Look: Garfield Del Rey – Bruna Vieira, 17/12/2013)

Como podemos perceber essas postagens estão tensionadas pelos padrões estéticos, de beleza e magreza difundidos pela mídia. Porém, suas narrativas trazem novos padrões, que rompem com o hegemônico. As narrativas das postagens, de certa forma, procuram trazer sentidos de resistência ao padrão e empoderar as suas seguidoras. Contrariando a visão de corpo apresentada, que normalmente refere-se a que mostra Andrade (2003) em seu estudo sobre saúde e beleza do corpo feminino, em que a mídia, a publicidade, a indústria (cosmetológica, da moda, do fitness,...) tornaram o corpo um artefato do mercado econômico/social/cultural.
Neste caso, temos uma resistência pós-moderna que enfatiza em fluxos complexos de relação do poder. Ou seja, há um protesto contra os significados sociais preestabelecidos do corpo feminino (Filho, 2007).
Assim o empoderamento,

> conceito empregado na psicologia, nas ciências sociais, nos estudos culturais e na economia para designar, em linhas gerais, é o processo por meio do qual indivíduos e grupos sociais ampliam a capacidade de configurar suas próprias vidas, a partir de uma evolução na compreensão sobre suas potencialidades e sua inserção na sociedade (Filho, 2007).

O corpo é produto da cultura e dos estereótipos criados pela sociedade, consequentemente, o púbico consumidor, principalmente o feminino, torna-se "escravo" de uma suposta "ditadura da beleza".
Através dos *posts* e também dos comentários das seguidoras percebemos que o *blog* analisado, é uma ferramenta de desabafo destas jovens, que almejam se aceitar e serem aceitas em uma sociedade onde os padrões de beleza são quase uma prisão para a maioria das meninas. Este espaço proporciona anonimato e uma "distância" física. Talvez por este motivo, as jovens se sintam à vontade para colocarem suas opiniões, questionar e até mesmo reivindicar seus espaços na sociedade. Como vemos nos seguintes comentários:

> [...] De uns tempos pra cá, venho aceitando o fato de eu não ter a bunda da Jolie e sim da Beyonce hehe Esse texto é incrível, toda vez que me sentir mal com meu corpo, vou lembrar que meu biotipo é MEU biotipo e lerei esse texto novamente! (Como nunca fui gorda –Maria Luiza Neves, 01/06/2013)
>
> Aprendi com o tempo que a gente só fica mal se quiser, eu me achava feia e me sentia excluível mas nunca tinha parado na frente do espelho pra enxergar o que havia de bom em mim, comecei a ver que pra tudo tem um jeito e que eu poderia valorizar tudo o que eu tinha de bom. Eu mudei e descobri quem eu realmente era, eu passei a me amar e se amando você se cuida e ve que você é bonita sim do jeitinho que você é! (O Reflexo e Eu –Andressa Maia, 09/09/2013).
>
> Chorei durante e ao final do texto. Não sou o tipo de garota que chama a atenção por onde passa, e não falo isso só pelo meu 'corpão', falo isso pq eu me porto assim, ombros caídos e olhar para o chão, me sinto confortável assim no anonimato. Não sou melhor nem pior que ninguém por ser assim [...] (Corpão – Ana Paula, 13/09/2013)
>
> Verdade. Muito bom este texto. E na verdade, a sociedade ditou isso, assim como você falou, hoje em dia podemos ver uma quantidade maior de pessoas falando de plus size, por exemplo, mas antes e até atualmente nenhuma revista de moda brasileira colocou uma na capa. Eles querem as magras. A televisão ensina isso, os lugares que passamos ensina isso. Nada contra magreza, e nem a favor da gordurinha a mais, mas as pessoas começam a ficar neuróticas, falando tanto e pensando tanto em dieta, como você disse. O importante é estar bem com a saúde. Já vi gente gordinha, com a saúde muito bem e gente magrinha com saúde ruim, já vi ao contrário também, mas como você disse, devemos apenas estar atentos a isso e deixa o preconceito de lado, que muitas vezes está em nós e não nos outros. (Superando os próprios preconceitos - Jéssica Carvalho, 21/10/2013).
>
> Pois é Bruna! eu visto 36/38 e isso **não** faz de mim a pessoa mais FELIZ do mundo, tbm não faz que eu tenha menos problemas que as outras pessoas, muito menos que eu seja mais saudável do que outras né?!Eu fico mto feliz quando você passa essas msgs de apoio as pessoas que são reais, que tem um corpo real e não photoshapado né??!!Chega de encanação com o que os outros vestem, com regras que devemos seguir, um corpo bonito não é sinônimo de conteúdo, de saúde, de felicidade![...] (Look: Garfield Del Rey – Nayara Fernandes, 17/12/13)

Através dos comentários postados é possível identificar uma resistência ao padrão de beleza imposto pela sociedade. Apesar de uma possível insatisfação corporal, as jovens encontram no espaço virtual um local de trocas de experiências e vivências fazendo do *blog* um espaço de "terapia de grupo", onde as jovens se ajudam, externam suas angústias, aflições, derrotas e vitórias e, sobretudo questionam o que está colocado como paradigma para o corpo, a alimentação e os cuidados de si.

5. Considerações finais

Ao vermos que a juventude atual, denominada de geração Y, possui uma pluralidade muito grande no que tange à forma como os jovens encaram a vida e se tornam donos e autores de suas próprias trajetórias de sucesso, percebemos que Bruna Vieira é uma jovem que soube aproveitar as oportunidades que apareceram em sua vida, tornando um *blog*, que inicialmente era um diário virtual, em um site mundialmente visitado com milhões de acessos diários, tronando-se, também, uma escritora de sucesso.

O *blog* analisado se mostrou, a partir da observação constante e frequente realizada ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, um fértil espaço de socialização, de (re)construção de identidades juvenis femininas e de empoderamento e resistência das jovens seguidoras em diferentes âmbitos, visto que tanto elas como a própria Bruna fizeram deste espaço um canal na qual podem ter um bate-papo de mulher para mulher, tornando-o um meio pelo qual elas se ressignificam enquanto mulheres, a partir da resistência aos padrões hegemônicos de beleza voltados ao corpo.

Referências

ANDRADE, S. D. S. (2003), Saúde e beleza do corpo feminino – algumas representações no Brasil do Século XX. *Movimento*, 9 (1), pp. 119-143.

CARLI, D. M. D.; FONTOURA, L. M.; SANTIAGO, L. (2011) Geração Y e a indústria de software do Brasil. In: (Ed.). *Simpósio Brasileiro de Sistemas de Informação.* Salvador: Universidade Federal da Bahia, pp.346-356.

CASTELLS, M. (1999), *A Sociedade em Rede.* São Paulo: Paz e Terra.

DAYRELL, J.(2003), O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, 24, pp. 40-52.

_____. (2007), A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educ. Soc.*, Campinas**,** 28 (100), pp. 1105-1128.

FILHO, J. F. (2007). *Reinvenções da Resistência Juvenil: os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano.* Rio de Janeiro: Mauad X.

KRÜGER, F. L.; CRUZ, D. M. (2004), Jogos (virtuais) de simulação da vida (real): a geração Y e o The Sims. In: (Ed.). *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.* Porto Alegre: Intercom.

LARAIA, R. D. B. (2001), *Cultura: Um Conceito Antropológico.* 14.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

LÉVY, P. (2010), *Cibercultura.* São Pulo: Editora 34.

MONTARDO, S. P.; PASSERINO, L. M. (2006), Estudos dos Blog a partir da netnografia: possibilidades e limitações. *Novas Tecnologias na Educação*, Porto Alegre, 4 (2), pp. 1-10.

OLIVEIRA, S. (2010) *Geração Y - O Nascimento de uma Nova Versão de Líderes.* São Paulo: Integrare.

PENIZ, M. (2009), Novas configurações metodológicas e espaciais: etnografia do concreto à etnografia do virtual. *Revista Elementa, Comunicação e Cultura*, Sorocaba, 1 (2).

SANTAELLA, L. (2003), Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre**,** quadrimestral (22).

TAKAHASHI, T. (2000) *Sociedade da informação no Brasil : livro verde.* Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia.

THEODORO, T. (2014) **Bruna Vieira: Do *blog*** pra capa da revista. Capricho, São Paulo. 1201 (17), pp.24-31.

VIEIRA, B. (2013), *Depois dos quinze: quando tudo começou.* Belo Horizonte: Gutenberg.

_____. (2014a), *Trilogia meu primeiro blog: De volta aos quinze.* Belo Horizonte: Gutenberg.

_____. (2014b), *A menina que colecionava borboletas.* Belo Horizonte: Gutenberg.

WELLER, W. (2005a), A Presença Feminina nas (Sub)Culturas Juvenis: A Arte de se tornar Visível. *Estudos Feministas*, Florianópolis**,** 13 (1), pp. 107-126.

_____. (2005b), Gênero e Juventude. *Estudos Feministas*, Florianópolis**,** 13 (1), pp. 103-106.

Criatividade e autonomia: os limites para os profissionais de tecnologia da informação

Amanda Coelho Martins[1]

Resumo: Este artigo tem a pretensão de discutir as peculiaridades das trajetórias profissionais dos trabalhadores de tecnologia da informação (TI), que trabalham nas cidades de Araraquara-SP e São Carlos-SP. Com destaque para autonomia e individualização do trabalho, que expõem o trabalhador aos riscos, desafios, e incentivam o desprendimento através de uma capacidade empreendedora. Em um cenário de flexibilidade onde a ideia de que os jovens seriam mais hábeis a estas características, com maiores possibilidades de mobilidade e abertos aos riscos que o trabalho flexível pressupõe. Queremos compreender como criatividade, autonomia e inovação incidem nas relações de trabalhos e nos vínculos destes; entender como se manifestam a supervisão e controle destes trabalhadores; compreender em que medida há a interiorização do discurso de inovação e flexibilidade por parte destes trabalhadores.

Palavras-chave: tecnologia da informação; criatividade; autonomia; flexibilidade; juventude.

1. Introdução

Este artigo tem a pretensão de discutir as peculiaridades das trajetórias profissionais dos trabalhadores de tecnologia da informação (TI), que trabalham nas cidades de Araraquara-SP e São Carlos-SP. Com destaque para autonomia e individualização do trabalho, que expõem o trabalhador aos riscos, desafios, e incentivam o desprendimento através de uma capacidade empreendedora. Em um cenário de flexibilidade onde a ideia de que os jovens seriam mais hábeis a estas características, com maiores possibilidades de mobilidade e abertos aos riscos que o trabalho flexível pressupõe. Queremos compreender como criatividade, autonomia e inovação incidem nas relações de trabalhos e nos vínculos destes; entender como se manifestam a supervisão e controle destes trabalhadores; compreender em que medida há a interiorização do discurso de inovação e flexibilidade por parte destes trabalhadores.

Pensar nos trabalhadores de tecnologia da informação é pensá-los já em um contexto onde o trabalho é flexível. Em um contexto de flexibilização posterior a reestruturação produtiva e a ampliação da inserção da tecnologia nos processos produtivos e de organização do trabalho, com a mudança para um regime de acumulação flexível, surgem novas categorias profissionais, assim como há o aumento do setor de serviços. Esses trabalhadores são denominados "trabalhadores informacionais", são técnicos, analistas de sistemas, programadores de *software*, consultores, prestadores de serviços, que fazem parte de uma complexa cadeia de atividades vinculada ao que alguns autores chamam de indústria da informática (Bridi e Motim, 2011).

A partir da década de 1950 o setor de informática começa a ser desenvolver com diversas inovações tecnológicas, e com o marco de criação do computador para uso geral. Para executar e aprimorar as funções do computador, na década de 1970 é criado o microprocessador, um circuito integrado de funções que atua como cérebro da máquina. Neste mesmo período também é criada a internet, voltada para o uso militar no auge da Guerra Fria, em que o governo dos Estados Unidos cria uma rede de compartilhamento de informações e descentralização destas, temendo um possível ataque ao Pentágono (Castells, 1999).

Quando surgem os serviços ligados à informática e *software* as pessoas que atuavam no desenvolvimento e manutenção destes eram vistas como "diferentes das demais", eram os "*nerds* de computador", pessoas consideradas altamente criativas (Castells, 1999). Ou também "nerds de garagem" fazendo referência ao contexto norte americano, onde no início das atividades de *software* e ligadas à tecnologia, muitos jovens abriam empresas em

1 Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - Brasil, amanda_cmartins@hotmail.com, GT53B – Culturas juvenis, novas ocupações e percursos de inserção profissional: percursos escolares, precariedades laborais e culturas digitais.

suas garagens ou espaços domésticos e que mais tarde migraram para a região do Vale do Silício na Califórnia. Dar uma definição da categoria dos trabalhadores de tecnologia da informação parece um esforço inútil, dado que o setor encontra-se em assídua mudança, e que não há um consenso na bibliografia que caracterize os profissionais e as ocupações da área. Castells (1999) relaciona a tecnologia da informação à microeletrônica, ao desenvolvimento de *softwares* e *hardwares* na computação, as tecnologias de comunicação e radiodifusão, assim como a engenharia genética, TI abrange os diversos fins os quais a informática é destinada.

Para tentar delimitar as características constitutivas destes profissionais, a proposta da pesquisa parte da hipótese de que estes trabalhadores são criativos e possuem níveis de autonomia adquirida em suas atividades. A criatividade do trabalho e a autonomia aparecem neste contexto como elementos inerentes à atividade para os trabalhadores da tecnologia da informação, nos vários setores de atuação, desde a empresa propriamente dita onde se desenvolve o *software*; *startups;* até empresas que possuem setores de TI, ou prestadoras de serviços. A forma como estes elementos aparecem para o profissional de TI pode ser limitada tanto pela área em que este atua, quanto pela "cultura" da empresa (Bridi e Motim, 2011).

O que se pretende compreender é como criatividade e autonomia, são vistas pelos trabalhadores, considerando o discurso de inovação permanente, que é característico do setor. Como criatividade é entendida por estes profissionais que tem que lidar com as rotinas estressantes do mercado.

Para tal discussão utilizamos dois suportes teóricos; autores das teorias sobre trabalho imaterial e autores que discutem o setor de informática como uma indústria, comparada aos moldes fordista-tayloristas. Mostrando analiticamente como os jovens vivenciam essas novas configurações do trabalho, partindo da hipótese de a questão da juventude está imbricada aos processos de flexibilização do trabalho como um todo, e que o setor de tecnologia da informação representa uma parcela destes trabalhadores jovens que vivenciam a lógica da flexibilização.

2. Indústria de *Software* e Trabalho Imaterial

Até que ponto a fábrica de *software* pode ser comparada aos padrões fordista-taylorista é a pergunta que os autores colocam quando tratam do conceito de "fábrica" ou "indústria" de *software*. Estes conceitos vêm da ideia de gerenciar soluções para os clientes, com uma formalização das atividades desempenhadas de modo que o trabalho funcione em forma de linha de produção, onde cada tarefa é definida para cada tipo de profissional (Xavier, 2008).

Para Roselino (2006), o *software* pertence ao que chama se "Serviços Genéricos" e tem lugar privilegiado nas Tecnologias da Informação e Comunicação, pois transforma *hardware*, que o autor chama de núcleo duro em "maquinas capazes de executar funções úteis". As atividades em torno do *software* não estão restritas a indústria, qualquer aplicação em tecnologia da informação tem *software* como um requisito primordial, sendo tecnologia chave na atual etapa de acumulação capitalista.

Levando em consideração a definição de Roselino (2006), de que a indústria de *software* é voltada a atividades de desenvolvimento e comercialização de *software*, e que as empresas "produtoras" podem ser privadas, nacionais ou estrangeiras, é possível verificar que este é um segmento que carrega características da fábrica fordista-taylorista, pois ainda é voltada a uma produção que atende a uma demanda de mercado. Como afirmou Castells (1996), estaríamos caminhando para uma sociedade informacional, onde a informação e a tecnologia seriam indispensáveis.

O *software* não existe fisicamente, a sua função na produção não envolve matérias-primas consumíveis ao longo do ciclo produtivo, é intangível (Roselino, 2006). A imaterialidade se expressa através do conhecimento e execução das atividades, que concretamente resultam em um produto final destinado ao cliente.

Assim como o fordismo buscava desde o século XIX, produção em larga escala com qualidade, reduzindo os custos e aumentando a produção, a indústria de *software*, enfrenta os mesmo problemas. Sua preocupação está em torno de desenvolver *softwares* que atendam as demandas dos clientes nos aspectos de qualidade, prazo e custo, pretendendo ampliar a escala de produção. Isso exige formalismo e controle nos processos, e alta especialização em cada etapa produtiva (Tartarelli, 2004).

Para Tartarelli (2004), não é possível tirar os componentes conhecimento e criatividade do processo produtivo. A busca pela maximização da produção favorece a exploração dos trabalhadores quanto às técnicas e ferramentas utilizadas, e é neste aspecto que autores que tratam da indústria de *software* questionam até que ponto processos de produção criativos baseados no conhecimento se adaptam aos processos de controle fordistas.
Segundo Bridi e Motim (2011) o trabalho de *software* é interpretado por algumas teorias em vista dos usos de criatividade e liberdade, diferentemente da padronização fordista-taylorista, porém lógicas de racionalização do mercado contemplam padronizações típicas da produção industrial flexível. A partir dos anos de 1960 grandes empresas passaram a buscar uma disciplina na forma de programação informacional, vendo o trabalho neste setor como espaço do gerenciamento corporativo e que, portanto deveria ser controlado, numa tentativa que se pode chamar de "fordização" nas fábricas de *software*.
A produção de *hardware* e *software* são distintas em relação as suas naturezas, as qualificações que essas atividades exigem, aos processos destes e as dinâmicas em que se dão (Bridi e Motim, 2011). Porém as fronteiras entre estes segmentos perpassam linhas tênues, o que dificulta conceptualizações e generalizações acerca do que podemos chamar de "indústria" de *software*, incorporando ou não elementos das teorias fordistas-tayloristas.
Juan Castillo (2009) chama as empresas de *software* de "fábrica de *software*", pois para ele envolvem uma mercadoria específica de um setor, clientes e usuários em um mesmo processo produtivo. Enquanto Roselino (2006) chama o setor de "indústria", não querendo referi-lo a um processo de cadeia produtiva, mas como se fosse uma ligação entre várias cadeias produtivas.
O que se verifica, portanto é que quando se fala em *software*, trata-se de um segmento de difícil mensuração (Bridi e Motim, 2011). Quanto a definições de "indústria" de *software*, quanto à prestação de serviços, sendo que este segundo concebido como formas comercializáveis de prestação de serviços torna-se parecido com o setor manufatureiro, no sentido de produtividade.
Rocha (1998) verificou através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) que as atividades que compreendem a produção de *software* são de três categorias: *software* que é produzido e comercializado por empresas independentes; *software* embarcado em *hardware*, quando a empresa que produz os computadores produz também os *softwares* para estes e os comercializam; e *software* desenvolvido pelas empresas para uso interno desta.
Assim como indústrias convencionais, obviamente o segmento de *software* passou pela reestruturação produtiva e por uma forte especialização (Rocha, 1998). As diferenciações entre funções ficam evidentes também neste setor, podendo pensar nas questões de concepção/execução como separadas, não no sentido de que o trabalhador não conheça todo o processo de trabalho, mas que este só execute parte dele, onde cada um é especialista em um segmento da empresa. A divisão do trabalho que dificulta o conhecimento acerca do todo também aparece nas atividades de alto grau de qualificação.
Portanto este setor não é isolado conceitualmente dos outros, apresentando tendências de racionalizações da mão-de-obra assim como outros setores da indústria tradicional (Bridi e Motim, 2011). Porém, é um setor que se beneficia das alternativas que a flexibilidade da produção propõe, dos contratos de trabalho, das formas de remuneração e jornadas de trabalho. O que cabe até agora dizer é que mapear os segmentos das atividades que envolvem *software* é algo trabalhoso a ser feito, pois diversas atividades hoje na empresa envolvem o que temos chamado de tecnologia da informação, o trabalhador não executa necessariamente a atividade a qual foi contrato.
E quanto a classificar como indústria, e comparações aos modelos fordistas-tayloristas tem se mostrado disputas de conceitos e definições nas teorias, as quais aguçam o tema no sentido de novas investigações acerca dos trabalhadores de TI. Além disso, dados estatísticos oficiais não delimitam fronteiras precisas entre as atividades, tanto o PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicilio) quanto a PME (Pesquisa Mensal de Emprego) não dão um detalhamento de cada uma das atividades relacionadas a *software*.
Pensando nos processos de padronização do trabalho que a ideia de fábrica traz à tona, pretende-se colocar em destaque que assim como há bibliografias que tratam o setor de tecnologia da informação como continuações de um modelo fordista-tayloristas, porém em um período de flexibilização das relações de trabalho, há também bibliografias que pautam uma possibilidade de emancipação do trabalhador, através do conhecimento, atuando como força produtiva e que não seria submisso ao capital. Os autores das teorias sobre trabalho imaterial

tentam mostrar em perspectivas distintas a tendência de que os trabalhos ligados as lógicas "informacionais" poderiam vir a ser emancipados e criativos, o trabalhador de tecnologia da informação seria representante de um potencial de criatividade e autonomia e que poderia emancipar-se das rotinas rígidas de um trabalho na indústria. Aqui justifica-se a análise destas duas bibliografias na pesquisa, contrastando uma mesma realidade sob perspectivas diferentes.

O modelo fordista/taylorista controlava o tempo do trabalhador, seu corpo e movimentos, tornando-o um apêndice da máquina, a rigidez contrapondo-se à flexibilidade (Harvey, 1993). Com a flexibilização, o trabalho parcializado e alienado cederia espaço para o trabalho criativo e autônomo, dando preferência a trabalhos vinculados à concepção e planejamento dos processos de produção (Bridi e Motim, 2011).

A criatividade e autonomia enquanto elementos constitutivos destes novos profissionais aparecem contemporaneamente de diferentes formas. Criatividade não é necessariamente um processo de criação em si, e autonomia é limitada por definição, existindo graus de autonomia adquiridos. Para os trabalhadores de TI a padronização da produção, separação entre execução e concepção, controle do trabalhador e do tempo de trabalho, associados a rigidez, em tese, não comporiam os modos de produzir na indústria de *software.*

Cocco e Vilarim (2009) veem na Revolução Informacional, além do surgimento de novas categorias de trabalhadores, um marco nas relações de trabalho e uma forma de emancipação do trabalhador através do que chama de capitalismo cognitivo[2], baseado no trabalho imaterial.

Na produção imaterial o produto não existe separado da atividade efetiva de produção, o valor e a importância do conhecimento residem no plano simbólico, o material é usado apenas na transmissão (De La Garza, 2010). O material pode ser, por exemplo, o computador que vai transmitir um *software*.

O conhecimento enquanto imaterialidade atua como força produtiva, é um novo saber, e exige motivação, vinda do próprio trabalhador, da empresa e dos clientes. A qualidade deste conhecimento é submetida a julgamentos, tem que estar de acordo com o mercado em TI, ser um conhecimento inovador, e reconhecido como tal (Gorz, 2005). Os profissionais de TI que constroem um status em suas carreiras vivem essa realidade, pois seu conhecimento está sendo julgado a todo o momento em seu trabalho, seu desempenho individual tem que satisfazer as necessidades da empresa e dos clientes, o que permite questionar sua autonomia.

Para Cocco e Vilarim (2009), o capitalismo cognitivo advindo da Revolução Informacional teria feito aparecer uma subjetividade do trabalhador e que de certa forma preserva sua autonomia. Subjetividade está representada pelo conhecimento, que não seria segundo estes teóricos, apropriado pelo capital. Existe uma nova forma de produção essencialmente imaterial que não segue as normas taylorista-fordistas. O trabalho de *software* não permite a subordinação completa do trabalhador, o trabalho se tornaria produtivo sem necessariamente depender dos instrumentos de produção (Bridi e Motim, 2011).

Lazzarato e Negri (2001) atribuem um caráter emancipatório ao trabalho imaterial, que fugiria da subordinação presente na relação capital-trabalho. A categoria dos trabalhadores em TI enfrenta uma realidade social diferente, autônoma, onde as subjetividades produzem e podem ser produzidas (Cocco e Vilarim, 2009).

Numa perspectiva distinta De La Garza (2009) analisa o *software* como um bem imaterial, que toma um formato simbólico, uma mercadoria diferente das outras, que adquire vida própria em contato com uma rede. É uma atividade de flexibilidade cognitiva, que exige uma disposição do profissional para resolução de problemas e aplicação de habilidades cognitivas, o que dificultaria uma padronização nos moldes fordistas-tayloristas, mas não a tornaria impossível.

Mesmo tendo se alterado ao longo do tempo quanto aos controles e padronizações, a produção de *software* tem uma lógica de trabalho manufatureiro no sentido de busca de excelência na produção, mas como já dito a comparação é deficiente, as mudanças nas formas de produção têm impactado o controle sobre o processo de trabalho. A busca em eliminar incertezas quanto ao produto produzido tem pautado uma busca por padronização e controle (De La Garza, 2009).

---

2 Capitalismo cognitivo é uma teoria centrada nas mudanças socioeconômicas que são decorrentes da tecnologia e da internet. Pauta que conhecimento e informação produzem maior riqueza e seriam fontes geração de valor. É uma resposta a transição dos modelos tayloristas/fordistas de produção para o modelo de acumulação flexível. E é usada como base teórica de explicação por autores do trabalho imaterial.

O que é interessante notar das teorias sobre trabalho imaterial é a visão de Gorz (2005) em relação ao tempo de produtividade. O autor pauta um novo tripé, diferente do trabalho, valor e capital, substituindo trabalho por conhecimento, onde este seria uma nova força produtiva no capitalismo contemporâneo.
Gorz (2005) escreve em um período de intensificação do processo de automação das atividades industriais e dos serviços de microeletrônica empregados na indústria, na França e na Alemanha e passa a se preocupar com a questão da produtividade, do tempo de trabalho. As discussões até então acerca da questão do tempo de trabalho, procuravam dar explicações ao aumento do desemprego e diminuição dos direitos sociais provocados pela reestruturação produtiva, que coloca as tecnologias como substitutas de trabalho humano.
Quanto à mensuração do tempo de trabalho:

> O conhecimento, diferentemente do trabalho social geral, é impossível de traduzir e de mensurar em unidades abstratas simples. Ele não é redutível a uma quantidade de trabalho abstrato de que ele seria o equivalente, o resultado ou produto. Ele recobre e designa uma grande diversidade de capacidades heterogêneas, ou seja, sem medida comum, entre as quais o julgamento, a intuição, o senso estético, o nível de formação e de informação, a faculdade de aprender e de se adaptar a situações imprevistas; capacidades elas mesmas operadas por atividades heterogêneas que vão do cálculo matemático à retórica e à arte de convencer o interlocutor; da pesquisa técnico-científica à invenção de normas estéticas. A heterogeneidade das atividades de trabalho ditas 'cognitivas', dos produtos imateriais que elas criam e das capacidades e saberes que elas implicam, torna imensuráveis tanto o valor das forças de trabalho quanto o dos seus produtos (Gorz, 2005: 29).

Não se pretende criar ilusão de que o trabalho pensado em sua forma imaterial, pautando o conhecimento como principal força produtiva no capitalismo contemporâneo, possa ser emancipado, e exercido fora das amarras dos processos de padronização e controle, as teorias que propõe a possibilidade de emancipação podem ser analisadas, mesmo que a realidade concreta coloque a emancipação como uma falácia. Mas mostrar que há peculiaridades em novas ocupações que escapam a definições clássicas de exploração, que estão se desenvolvendo em um contexto flexível, e que colocam novos desafios aos trabalhadores.

3. Trabalhadores de Tecnologia da Informação

O período de reestruturação econômica nos anos de 1970 fez com que várias estratégias organizacionais fossem inseridas nas empresas, resultando no modo como estas estão inseridas nos mercados e na economia global atualmente. Muitas destas transformações organizacionais junto à expansão da tecnologia da informação intensificaram o ritmo de mudanças nas empresas, à flexibilização, o gerenciamento e a produção (Castells, 1999).
O quadro de trabalhadores da empresa se torna menor, a empresa se torna enxuta, a eliminação da mão-de-obra se dá através da automação e do desaparecimento de tarefas funcionais na empresa. Associado a este cenário, os trabalhadores não participam do processo de produção total, o projeto e a execução se dão de formas separadas, onde o trabalhador apenas executa tarefas. Estas características enquanto exclusivas dos processos de flexibilização abarcam certas categorias de profissionais, incluindo os profissionais de tecnologia da informação.
A chegada do chamado capitalismo informacional proporcionou considerar diversas características nos processos produtivos e de trabalho. Os processos produtivos baseados na elaboração e manipulação da informação digital passam por um apanhado de conhecimentos, que atendem as características especificas da tecnologia da informação (Mura; Dughera; Yansen; Zukerfeld, 2011).
Nos anos de 1950 a organização do trabalho em informática no qual as atividades de desenvolvimento e produção se confundiam, como se fossem os mesmos processos, era executada pelos mesmos profissionais, por pessoas capazes de dominar todo o processo produtivo. Com a incorporação da tecnologia da informação no processo produtivo, pode-se obter a divisão do trabalho entre os profissionais da computação, buscando ganhos na produtividade e melhorias na qualidade dos produtos (Garcia e Sartori, 2011).

As descobertas da tecnologia da informação nos anos 1970 se concentraram nos EUA, mais especificamente na Califórnia. O desenvolvimento dessa área foi financiado por grandes empresas, praticamente com o apoio do Estado. A informação é a matéria prima desse novo paradigma, as tecnologias agem sobre a informação, e não apenas o contrário. Há um processamento e uma aplicação do conhecimento. A rede faz com que essa informação circule em escala global. A própria informação se tornou um produto do processo produtivo. Para que as descobertas de novas tecnologias possam se difundir na nova economia, e aumentar a produtividade, é necessário que a cultura e as instituições da sociedade passem por transformações substanciais, surgindo uma economia global e em rede (Castells, 1999). A formação de redes de empresas foi fundamental em uma economia global. Elas se expandem pelo globo através do poder da informação resultante do novo paradigma tecnológico. A comunicação entre empresas, e entre clientes foi facilitada e evita o desperdício de tempo na resolução de problemas (Castells, 1999).

Essas mudanças na economia associadas à tecnologia da informação, alteraram profundamente o mundo do trabalho, e associada à ideia de rede tem-se o surgimento da ideia de flexibilização. Para Beynon (1997) todo esse processo de mudança tornou obsoleta a ideia de "emprego para a vida toda". Com o processo de flexibilização a insegurança do trabalho se torna mais aparente, o trabalhador já não têm a segurança de um emprego estável, ele lida com a possibilidade de a qualquer momento estar desempregado e passa a ser vivenciar essa insegurança no seu dia a dia.

O modelo fordista havia proposto a separação entre projeto e execução, o que resultou em uma baixa mobilidade dos trabalhadores e uma homogeneização da mão-de-obra. No novo modelo flexível, o trabalhador que não dominar boa parte do processo de trabalho pode ser substituído, e a incerteza e insegurança marcam parte das relações de trabalho na empresa flexível exigindo um novo perfil de trabalhador, os profissionais da tecnologia da informação incorporam esse perfil. (Potengy, 2006)

O conceito de trabalho flexível marca de forma importante esse novo paradigma e a tecnologia da informação é ilustrativa das transformações ocorridas com sua utilização. A flexibilidade não pressupõe instabilidade e não quer dizer que o trabalhador flexível é necessariamente instável. O surgimento de trabalhos temporários, por projetos e outros tipos de subcontratação, foram estratégias de empresas que viram nestas uma nova forma de obtenção de lucro (Castells, 1996).

Os trabalhadores de TI se constituem em uma categoria em ascensão. Profissionais que estão vivenciando a lógica da flexibilidade e das mudanças no mundo do trabalho. É uma categoria de profissionais surgida da "Revolução Informacional", que acompanha os desenvolvimentos tecnológicos no âmbito do trabalho enquanto categoria profissional, no econômico enquanto geradores de riqueza e no social enquanto indivíduos inseridos nas lógicas de mudanças estruturais (Moreno Jr, Cavazotte e Farias, 2009).

Para Nunes (2007) o aumento das aplicações da informática em atividades tradicionais, colocou de lado profissões até então existentes, pois estas não teriam qualificações e competências exigidas pelas novas tecnologias, criando novas profissões e ocupações no mercado de trabalho ligadas a elas.

Há um constante processo de exclusão/seleção e os que são considerados menos competentes a ganham menos pelo trabalho desenvolvido, acentuando-se suas desvantagens na concorrência pelo emprego (Boltanski e Chiapello, 1999). Característica que Potengy (2006) também ressalta, pois as empresas de TI exigem que os trabalhadores se mantenham atualizados em suas funções, e que adequem sua rotina de trabalho com jornadas flexíveis.

Para Boltanski (1999) a mudança advinda da reestruturação produtiva e as críticas feitas ao fordismo e a produção em massa, fizeram emergir uma nova justificativa para o engajamento dos atores no capitalismo, onde o trabalho por projetos e as atividades de mediação são ideais de um bom trabalho e um bom trabalhador, estes assumem grande importância, pois respondem as demandas do mercado por flexibilidade e autonomia no trabalho. O setor de TI incorporou essas transformações e se desenvolveu com mais força nos anos de 1980, onde as empresas em sua origem já eram flexíveis, descentralizadas e estruturadas em projetos, onde grupos ou equipes atendiam as exigências do mercado (Mossi, 2011).

Os trabalhadores de TI são flexíveis em sua origem enquanto categoria profissional, entretanto aqui flexível contrapõe-se a rigidez e não a liberdade e autonomia.

A autonomia adquirida é relativa, pois há um mundo social que estabelece regras, a sociedade assim como a organização do trabalho impõe níveis de autonomia aos indivíduos. A tecnologia da informação estabelece a

interiorização do controle. As ideias de confiança (no âmbito da subjetividade) e de responsabilização também tem importância nesse contexto (Boltanski e Chiapello, 1999).

Os trabalhadores de TI se inserem nessa configuração de incerteza e insegurança, onde o "emprego para vida toda" se transforma num processo em que o trabalhador constrói carreira na passagem por diversas empresas. A ideia que se têm é que este trabalhador tem grande nível de autonomia, deve ter a criatividade como característica fundamental para a execução de seu trabalho, é um profissional flexível que está inserido em novos contratos de trabalho, é inovador e empreendedor de si mesmo (Rosenfield, 2011). É um discurso de uma nova categoria, que seria diferente dos moldes clássicos de trabalho assalariado.

Esse novo tipo de profissional produto da Sociedade da Informação deve ter capacidade constante de adaptação, de flexibilidade e de gestão de suas empregabilidades com engajamento em projetos por tempo determinado. O trabalhador se torna seu próprio empreendedor. Esses profissionais estão inseridos em empresas de tecnologia da informação, ou empresas que possuem um setor voltado para TI, onde as políticas são centradas em trabalho por projeto e gestão de objetivos. A gestão de si mesmo e o sucesso pessoal são condições importantes para a permanência desse profissional na empresa. Não existe certeza na obtenção de êxito no trabalho, por isso esses trabalhadores fortalecem a crença moral do reconhecimento do valor de seu trabalho. Esse empreendedorismo de si mesmo configura-se como justificação e gestão das relações de trabalho, uma espécie de institucionalização da instabilidade, pois os trabalhos desempenhados por esses profissionais em muitas empresas têm prazo de execução (Rosenfield, 2011).

A sociologia do trabalho originalmente deu grande importância ao trabalhador industrial da grande fábrica. Logo voltou seu olhar para outros trabalhadores, de modo que os conceitos cunhados e usados atualmente carregam origens industriais modernas. Um terceiro ator que surge na empresa de *software* é o cliente, a relação não se dá apenas entre empregado e empregador, o controle é também exigido pelo cliente de modo que este pode determinar o tempo e o espaço para o trabalho ser realizado. O trabalhador de TI está inserido numa incerteza cognitiva constante, a criação de conhecimento nunca é pura, envolve significados de outras ordens, em redes de relacionamento, não acontece como num contexto fordista sujeito a ordens. Há graus de liberdade de tomada de decisão individual e coletiva (De La Garza, 2010).

Para La Garza (2010) o trabalho de design de *software*, por exemplo, é uma produção simbólica que se objetivou. Os símbolos que possuem maior importância no processo de criação são de natureza cognitiva, o trabalho não se configura apenas como físico, mas também de cunho intelectual e cognitivo, que resulta num esforço de inovação na área de tecnologia da informação.

A mobilidade nos setores de TI se dá na própria empresa ou na passagem por outras empresas, o que dá ao profissional um status já adquirido. Essa mobilidade é responsabilidade do próprio individuo, que através de suas competências irá tentar crescer na empresa. As carreiras desses trabalhadores são geridas por eles mesmos, são construídas a partir da rede de relações criadas com a vivência em uma ou mais empresas (Rosenfield, 2011). Há uma busca infinita por progresso. Para Rosenfield (2011) estaríamos diante de um mercado de trabalho aquecido, em que os experts de hoje podem não ser os de amanhã.

Esses trabalhadores são empreendedores de si mesmos, constroem suas carreiras por mérito próprio, ou seja, de acordo com as atividades que desenvolvem nas empresas, o que lhes rende um status, o que para as empresas é um benefício, pois esta não precisa se preocupar com possíveis treinamentos para o trabalhador. Este que se torna seu próprio empresário, passa a administrar seu tempo, gerenciar a organização de seu trabalho e as condições de realização de suas atividades, enquanto que a empresa não se preocupa com estas questões. Esse profissional, portanto possui como característica a individualização de suas relações de trabalho, mesmo quando suas atividades são realizadas em equipe, na visão de Potengy (2006) esta seria uma estratégia para enfrentar o capital, o mercado de trabalho, pois a responsabilidade de obter sucesso é do próprio trabalhador.

As formas contratuais de trabalho, não apresentam obstáculos, pois para alguns profissionais representam novidades e desafios (Iacobellis e Lifszyc, 2011). Bridi e Motim (2011) estudando empresas de software no Paraná destacaram que grande parte do quadro de funcionários corresponde a pessoas jurídicas (PJs), avulsos (free-lancers e autônomos) e estagiários, quadro este voltado ao desenvolvimento de trabalhos por projetos. Quanto à jornada de trabalho verificaram que há uma intensa flexibilidade em relação ao tempo de trabalho, sendo que setenta por cento dos trabalhadores tinham jornada de trabalho de seis horas por dia e o restante até

oito horas, variando conforme os vínculos sejam estagiários, PJs, trabalhadores registrados e trabalhadores sem registros.

A noção de trabalho precário remete a um trabalho visto como empobrecido, desqualificado, informal. A categoria de TI pensada como empreendedora de si mesma assume a instabilidade no desempenho de seu trabalho. A ideia de trabalho empobrecido para profissionais de TI é estranha, pois se trata de um trabalho considerado criativo, com remuneração considerada adequada e alto grau de autonomia (Rosenfield, 2011). Os diferentes vínculos e contratos de trabalho em que estão inseridos permitem considerar precárias algumas condições de trabalho desses profissionais. Para aqueles contratados pela CLT, alguns direitos são assegurados, e alguns profissionais, geralmente fora desse vínculo, fazem referências a importância da estabilidade, segurança e carreira, ao mesmo tempo em que, de forma contraditória, destacam a importância da mobilidade e flexibilidade para sua trajetória profissional (Bridi e Motim, 2011).

Outro processo em que esses profissionais estão inseridos é a terceirização. Para Lopes e Silva (2009), em muitas empresas o número de terceirizados ultrapassam o de trabalhadores próprios. Algumas empresas preferem contratar profissionais no mercado com as habilidades já desenvolvidas e não treina-los para isso.

As empresas exigem do profissional alto grau de conhecimento e mobilidade, que tenha facilidade em lidar com mudanças de horários, ambientes, e resolução rápida de problemas. Isso faz com que as carreiras sejam baseadas em pessoas em sua maioria jovens e independentes, o que entra em conflito com a vida pessoal do sujeito, que já tem uma estrutura familiar estabelecida (Lopes e Silva, 2009).

Oliveira (2009) ressalta que há uma estrutura de cargos definida a partir das hierarquias ocupacionais na empresa de software. Como este setor é caracterizado por uma extensa multiplicidade de atividades, há pouca regulamentação dos cargos e a presença de trabalhadores em cargos não referentes à sua formação.

A qualificação desses trabalhadores é um conceito vasto levando em consideração o surgimento e a fragmentação de tarefas a partir da divisão do trabalho no capitalismo, está relacionada às exigências requeridas ao trabalho desenvolvido pelo trabalhador na empresa. A qualificação pode ser considerada um termo com vários significados, por vezes tratados como sinônimo de competência (Rosenfield, 2001).

Esses profissionais estão inseridos em um ideal cultural de estilo de vida, que deve acompanhar as transformações nas instituições adaptando e inserindo essas mudanças em suas condutas de vida, dispostos a incorporar as características que a flexibilização impôs. Sennett (2006) ressalta que a Revolução Tecnológica da última geração tem florescido sob instituições menos presas a formas de controle, o que gera desigualdades econômicas e instabilidade social. O indivíduo encontra três desafios para viver em condições instáveis: o tempo, o talento e permitir ao passado ficar para trás. Passou a ter que cuidar de suas relações e de si mesmo em curto prazo de tempo, migrando de uma tarefa a outra, de um emprego a outro, pois já não se tem um contexto de longo prazo, passa a improvisar o contexto de sua própria vida. (Sennett, 2006).

Para Sennett (2006), nos anos 90, especialistas em programas de computação no Vale do Silício ficavam eufóricos com a ideia de enriquecimento rápido que a tecnologia os possibilitaria. Alguns desses jovens tinham como modelo Bill Gates da Microsoft, e se aprofundavam nos software. Esses jovens não acreditam em propósitos firmes, e quando fracassavam simplesmente iam em frente. Em 2000 quando no Vale do Silício a prudência passou a ser marca importante, eles tiveram que virar a página. Eles descobriram que o tempo passava e as coisas que até então os deixavam eufóricos mudavam. Essa descoberta se compara a de um maquinista, o qual a profissão deixou de existir, os jovens programadores experimentaram o gosto de ficar à deriva (2006:31).

4. Juventude e Trabalho

A questão da juventude é de grande importância na presente pesquisa, considerando que esta está em consonância com o debate da flexibilização do trabalho, e de forma especifica também está presente e ganha relevância no setor de tecnologia da informação.

Um rastreamento realizado pela SOFTEX publicado em 2012 mostra que no ano de 2009, 51% dos trabalhadores da área de tecnologia da informação tinham entre 18 e 29 anos. Este estudo nos permite observar que os jovens estão em constante interação com as novas tecnologias da informação, e que há uma força de trabalho jovem no setor.

Lachtim e Soares (2011) falam dos valores atribuídos ao trabalho por jovens de diferentes grupos sociais em relação as suas expectativas de futuro. Em uma pesquisa realizada na cidade de Santo André, na região metropolitana de São Paulo, com 86 jovens entrevistados, 38 do sexo feminino e 48 do sexo masculino. O que as autoras colocavam como características para a inserção dos jovens o mercado de trabalho e consequentemente os valores atribuídos a ele são: baixos índices de trabalho considerado "decente"; a informalidade; as baixas remunerações e o desemprego. Características estas que dificultam a entrada no mercado de trabalho e configuram um cenário de instabilidade. Consequentemente os valores primordiais citados pelos jovens entrevistados em relação ao trabalho são: a sobrevivência e o desejo de desfrutar de um status social que o trabalho possibilitaria. Compreender a relação entre juventude e trabalho possibilita entender as relações sociais de determinados períodos. E pensando que os processos não ocorrem de forma homogênea com todos os jovens, há de se considerar os poderes aquisitivos destes. Com as mudanças no mundo trabalho, o que se nota em relação aos jovens é que há uma expansão do tempo de estudo e um adiamento na entrada do mercado de trabalho. Porém, considerando a renda familiar, em países considerados periféricos o maior tempo de estudo e o adiamento da entrada no mercado de trabalho, acontecem em famílias de maior poder aquisitivo, os jovens de famílias mais pobres estão em sua maioria desempregados (Oliveira, Piccinini e Bitencourt; 2012).

Juventude segundo Ravasco e Mancebo (2010) não pode deixar de ser pensada como uma construção social, também histórico e cultural, assim como outras fases da vida. Com isso ela possui representações e significados diferentes em cada período e para cada pessoa, não pode ser tida como homogênea, podemos então falar em juventudes.

A literatura referente à administração de empresas de uma forma geral mostra o protagonismo dos jovens no mundo do trabalho contemporâneo, permitindo uma aproximação de uma série de características de pessoas de faixas etárias semelhantes. A discussão sobre "geração Y" elucida bem esta questão, os jovens que integram esta geração são nascidos a partir do ano de 1978, e por uma série de hábitos semelhantes relacionados ao aumento do ritmo de mudanças, maior interatividade, agilidade no acesso a informação e ao entendimento do mundo (Oliveira, Piccinini e Bitencourt; 2012).

As principais características são uma busca de satisfação imediata, impaciência, mobilidade (não permanecem muito tempo no mesmo emprego), facilidade de acesso e manejo com a tecnologia. Essas foram adquiridas em um contexto de enfraquecimento da ideia de família tradicional e de acesso amplamente grande a tecnologias e facilidades que estas trazem (Oliveira, 2010). No contexto brasileiro a noção de "geração Y" precisa ser relativizada, pois somente jovens de maior poder aquisitivo familiar podem apresentar estas características (Oliveira, Piccinini e Bitencourt; 2012).

Contrapondo a ideia de "geração Y" enquanto uma geração planetária, Pais (2001) mostram que há uma fragmentação das trajetórias dos jovens. Ao analisar os jovens portugueses e franceses destaca que há uma ruptura da juventude atual com o modelo tradicional do século XX. Coloca três características para a passagem para ávida adulta: a entrada no mercado de trabalho, a saída da casa dos pais e o casamento. Porém o aumento do desemprego e dificuldades de entrada em atividades profissionais tem feito com que estes jovens ampliassem o tempo de estudo como forma de preparação para o mercado e a entrada no mercado de trabalho fosse notada na passagem por atividades precárias.

Em relação a presente pesquisa o que se observa é que em um contexto flexível os jovens são mais hábeis para este mercado flexível, sendo mais informais, abertos a riscos e as inovações que as organizações pautam (Sennett, 2009).

Como as tecnologias da informação se desenvolvem em um contexto de aparecimento de novas tecnologias no setor de informática, no mesmo período ocorre o processo de flexibilização do trabalho. Assim é possível pensar que os jovens trabalhadores de TI enfrentam de forma mais fácil as exigências do trabalho flexível.

5. Dados preliminares

No período de agosto de 2014 a novembro de 2014, foram realizadas 8 entrevistas. O número restrito de entrevistas realizadas se deve a dois fatores: a mudanças realizadas no roteiro de entrevista, para contemplar questões importantes na pesquisa; e ao fato de que algumas entrevistas foram desmarcadas.

Inicialmente as entrevistas se deram pela técnica bola de neve, havia um informante importante em uma empresa da cidade de Araraquara-SP que se prontificou a realizar a entrevistas e indicar outros possíveis contatos. Além deste, havia outros informantes resultantes de uma pesquisa de Iniciação Cientifica realizada em 2013, e que mantivemos contato durante o ano de 2014.
Todas as entrevistas foram realizadas em locais públicos, como em praças de alimentação de shoppings e nos espaços de circulação na Universidade Federal de São Carlos. Além disso, todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados e posteriormente transcritas.
O seguinte quadro ilustra a amostra dos dados preliminares.

Tabela 1 - Informações dos Entrevistados

	Idade	Estado Civil	Formação	Cargo	Vínculo
João	27	Solteiro	Possui graduação em Sistemas da Informação pela Uniara e pós-graduação pela UFSCar	Analista de segurança da informação em uma empresa de tecnologia da informação que é prestadora de serviços	CLT
Bruno	24	Solteiro	Possui superior completo em Processamento de Dados pela Fatec-Taquaritinga.	No momento da entrevista estava sem trabalho há dois meses	—
Guto	28	Solteiro	Possui superior completo em Processamento de Dados pela Fatec-Taquaritinga.	Analista de suporte outsourcing em uma empresa multinacional de tecnologia da informação que é prestadora de serviços	CLT
Guilherme	25	Solteiro	Curso superior em andamento em Ciências da Computação pela UFSCar	Estagiário em uma empresa multinacional de aviação	—
Ronaldo	36	Casado	Possui graduação em Sistemas da Informação pela Uniara e pós-graduação pela UFSCar	Sócio/Dono em uma empresa de pequeno porte de tecnologia da informação que presta serviços a uma Imobiliária de uma cidade vizinha	PJ
Maria	23	Solteira	Curso superior em andamento em Ciência da Computação pela USP-São Carlos	Desenvolve projeto de pesquisa vinculado a universidade	Estudante/bolsista vinculada à projeto de pesquisa/ voluntária no mesmo projeto.
Manuel	25	União estável	Curso superior incompleto	___	PJ
Cássia	32	Solteira	Possui Graduação em Pedagogia (UFSCar) e especialização em designer instrucional (UNIFEI à distância).	Designer que cuida da parte pedagógica do material dos professores no ensino a distância	CLT e Bolsista

Fonte: Autora

Todos os entrevistados têm idades entre 23 e 36 anos, foram entrevistados seis homens e duas mulheres. Todos possuem ou estão concluindo cursos de ensino superior na área de informática, e possuem experiência no mercado de trabalho mesmo que de forma informal.
Quando questionados sobre como se interessaram pela área de TI as respostas dos trabalhadores variaram, alguns tinham um manejo com computadores desde criança ou adolescente para os trabalhadores mais jovens e já sabiam qual área seguir, outros estavam em outras áreas como a indústria e migraram para TI.
Outro ponto interessante de notar em relação ao interesse dos trabalhadores na área de TI, é que muitas vezes

a bibliografia ou a própria visão em relação a grandes empresas de tecnologia da informação demonstram que estes profissionais têm uma vocação para a área, ou seja, tem-se a impressão de um "gênio", o que se mostra contraditório que através de trajetórias como mostram as falas pode-se "cair de paraquedas" em TI.

> "Para ser sincero, foi influência de família, tenho primos do ramo. E agora um deles, que se tornou meu primo oficialmente, que era namorado da minha prima, e que casaram esse final de semana depois de quinze anos. Eu com doze anos de idade, no Natal ele deu brinquedos pra todos os outros priminhos, e eu ganhei um livro de html, que é programação web, para fazer página de internet (risos), naquela época, isso em 2002. E tipo foi um boom, porque todo mundo ganhou brinquedo e eu ganhei um livro de programa, ai ele falou 'olha eu acho que esse aqui vai ser seu futuro, porque você gosta de informática, então brinca com isso aqui, é uma leitura fácil' , livrinho de cem páginas, vinha com disquete na época, não era nem CD, CD room foi se popularizar em 2004, essas coisas, então tipo, ainda era disquete ainda que vinha pra treinar, pra fazer as coisinhas que vinha no livro, e eu fiz de imediato (...) A partir disso eu encanei, eu encanei com isso. Eu falei não tem outra coisa. Muita gente define mais pra frente, no colegial, no terceiro colegial, tem gente que faz o colegial sem saber o que quer, eu com doze anos de idade já sabia que eu ia fazer alguma coisa relacionada a desenvolvimento de sistemas" (Bruno, 24 anos).

Assim como o interesse pela área de tecnologia da informação é de grande importância para a pesquisa, as trajetórias percorridas pelos profissionais em suas qualificações também é de grande relevância.
Quando questionados sobre como consideram a flexibilidade na área, todos veem como positivo as peculiaridades de um trabalho flexível, mas não deixam de demonstrar o gosto de estabilidade, que um contrato de trabalho CLT, por exemplo, poderia proporcionar.

> "Ah, até o momento, no meu nível de salário, assim, ainda compensa, entendeu? É.. Eu particularmente prefiro CLT, mesmo quando... aí venha a ter uma remuneração um pouco maior, tal, ainda... creio que o CLT vai ser.. Seja um pouco melhor. Não só a questão financeira. Pelos benefícios que você tem na empresa... e por você não se tornar um refém, também, do dinheiro, entendeu? Quando você trabalha como PJ, você se torna refém da... do dinheiro, porque quanto mais você trabalha, mais você vai receber, então você não tem outra vida. E eu prezo muito isso aí também (...)Então, eu creio que CLT pra mim acaba sendo mais vantajoso" (João, 27 anos)

O vínculo CLT não pressupõe estabilidade, pois quando os trabalhos são por projetos, o trabalhador não tem a segurança de que continuará na empresa mesmo que seu vínculo seja através do assalariamento. O que o CLT coloca em questão é que este garante uma serie de direitos ao trabalhador e que se torna indispensável em alguns momentos. Quando o trabalhador necessita de afastamento por doença, em algumas empresas participar dos lucros, décimo terceiro salário.
Por fim e um dos pontos de importância crucial da pesquisa e que atravessa um de seus principais objetivos é a forma como estes profissionais veem os componentes criatividade e autonomia em suas atividades. A criatividade do trabalhador de TI aparece na bibliografia usada como uma possibilidade, em que o trabalhador envolvido num processo de constantes mudanças tecnológicas precisa resignar seu trabalho para manter-se no mercado de TI.

> "O mercado evolui muito rápido principalmente essa área de T.I. Existem inovações que todas as empresas ai no mercado estão inovando, tecnologia vem aparecendo, então se você não inovar, não trouxer algo novo pro seu cliente diariamente você fica pra trás. Então nós fizemos algumas coisas principalmente no site, nós fizemos a área de universitários, a área de distância percorrida, geolocalização... a pessoa com o celular encontra onde ela está e quais os imóveis próximos a ela. Coisas que

> a gente não conhecia em nenhum outro sistema, nenhum outro site oferecia. Agora nós estamos trabalhando com essa parte de *tablets* pros vistoriadores estão querendo colocar e isso é uma coisa nova no mercado. Então se você não trouxer isso, se você não estiver sempre pensando um pouco a frente, outra empresa podem pensar e podem fazer. Você pega uma imobiliária como a [nome da imobiliária] que é nosso cliente, é muito grande, então ele tá sempre evoluindo, quer sempre ser o melhor, então ele cobra isso da gente. Então, esse desenvolvimento do sistema novo, essa tecnologia, nós estamos usando hoje tecnologia mais avançada que tem no mercado, nós estamos trabalhando com JAVA, com JFF que é o padrão da Oracle. Então esse curso que a gente fez na pós-graduação foi em cima disso, porque se você ficar pra trás, se você de repente não trouxer, outra empresa pode trazer essa inovação, e aí? O dono da imobiliária paga um valor pra gente e fala "nossa, eu pago isso pra eles", e de repente outra empresa pelo mesmo valor me oferece algo a mais, porque eu vou ficar com eles? Se você não inovar sempre, se você não trouxer coisas novas você pode ficar fora do mercado. O mercado é... Existem muitas empresas e muita gente com dinheiro. Então o que acontece, às vezes é até desigual essa concorrência, porque você pega uma empresa muito grande que tem dinheiro pra colocar 20 ou 30 funcionários, é muito mais rápido ela desenvolver algo do que eu que estou aqui com 3. Então a criatividade durante o dia, a gente tem que ser, não pode errar. A gente não tem a opção de "poxa, eu inventei isso, fiz isso, e não deu certo", nós não temos isso. A gente tem que fazer e tem que dar certo. "Tem que ser criativo, você tem que estar sempre mudando, fazendo alguma coisa assim" (Ronaldo, 36 anos).

A criatividade aparece não no sentido de criação plena, mas no sentido de dinamismo e resolução rápida de problemas. Como Bendassolli argumenta (2010) há um paradoxo na criatividade, o desenvolvimento pleno da atividade criativa com autonomia plena e o desenvolvimento de uma atividade relativa dentro de possibilidade do mercado de trabalho. O profissional de TI é criativo no sentido em que ele desenvolve sua criatividade dentro de uma estrutura, ele não é plenamente autônomo na aplicação de sua criatividade, mas é no sentido de que é exigida essa característica dele. O mercado das inovações em TI exige destes profissionais uma intensa interação e atualização frente a um mercado cada vez mais competitivo.

As descrições acerca dos trabalhadores e de suas atividades, dão um panorama dos perfis de trabalhadores de tecnologia da informação entrevistados até o momento, sua entrada na área, os modos como chegaram até seus atuais trabalhos, suas formações, as qualificações, espaços onde desenvolvem suas atividades, jornadas de trabalho.

6. Considerações Finais

O advento do chamado capitalismo informacional, pautou diversas mudanças mundo do trabalho, o conhecimento enquanto força produtiva ganha destaque assim como o surgimento de novas profissões ligadas a tecnologia e aplicação da informação.

A sociologia do trabalho deu grande destaque ao trabalhador de fábrica (LA GARZA, 2010). Logo voltou seu olhar para outros trabalhadores, deixando modelos clássicos de analise para as novas conformações do mundo do trabalho.

Os trabalhadores da tecnologia da informação normalmente jovens estão inseridos na lógica da flexibilidade, em empresas flexíveis. O setor de serviços apresenta grande parcela de trabalho na área, colocando em cheque a criação dos "nerds de garagem", e pautando a criatividade com outras definições.

Neste sentido, se considerarmos que a flexibilidade pode expressar mais autonomia no trabalho, contrariamente está também expressa uma sujeição à adaptação de si mesmo as atividades e gestão do próprio trabalho, o que não é necessariamente acompanhado de suportes das empresas, no sentido de condições para a realização

das tarefas. A precarização do trabalho seria uma perspectiva ampla de uma precarização social, a qual a dicotomia entre autonomia e sujeição afirma a exploração do trabalho, que nunca desapareceu. Porém, o que se verifica em tecnologia da informação é que estes trabalhadores constituem-se uma categoria em ascensão, e que a precarização no âmbito social não se daria em todos os âmbitos da vida. A autonomia no trabalho torna-se vinculada ao individualismo, uma vez que o profissional gere individualmente sua empregabilidade. Entre autonomia, sujeição, contratos de trabalho, qualificação, carreira e perspectivas de futuro, é "cada um por si".

7.Bibliografia

BENDASSOLLI, Pedro. F. (2010) "O paradoxo de Mozart: carreiras nas indústrias criativas". Revista O&S, pp. 259-277.

BEYNON, H. (1997) As práticas do trabalho em mutação. In Neoliberalismo, trabalho e sindicatos. São Paulo: Editora Boitempo.

BRIDI, Maria Aparecida & MOTIM, Benilde Lenzi. (2011) "Padrões e processos de trabalho na "indústria" da informática no Paraná: a natureza do trabalho informacional e a falácia do trabalho criativo e emancipado". 35º Encontro Anual da Anpocs GT 36 – Trabalho, ação coletiva e identidades sociais.

BOLTANSKI, L. & CHIAPELLO, E. (2009) O Novo Espírito do Capitalismo. São Paulo: Editora Martins Fontes.

CASTELLS, M. (1999) A Sociedade em rede. São Paulo: Editora Paz e Terra.

CASTILLO, Juan José. (2009) "Las fábricas de software en España: organización y división del trabajo. El trabajo fluido en la sociedad de La información". *Trab. Soc.* pp. 0-0.

_____ (2009) O trabalho do conhecimento na sociedade de informação: a análise dos programadores de software. In: ANTUNES, Ricardo &1 BRAGA, Ruy (Orgs). *Infoproletários:* degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo Editorial.

COCCO, Giuseppe & VILARIM, Gilvan de Oliveira. (2009) "Trabalho imaterial e produção de software no capitalismo cognitivo". Rio de Janeiro: *Liinc em Revista*, pp. 173-190. Disponível em http://www.ibict.br/liinc, [consultado em agosto de 2014].

DE LA GARZA, E. & GUTIÉRREZ, J. G. R. (2010) "Trabajo cognitivo y control sobre el proceso de trabajo: La producción de software". In Estudios laborales en México.

GARCIA, Carlos Henrique M. & SARTORI, Elisiane. (2011) "Estratégias patronais, qualificação e competências: uma análise do processo de trabalho em TIC". XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-americana de Sociologia (ALAS), UFPE, Recife-PE. Grupo de Trabalho: GT18 – Reestruturação produtiva, trabalho e dominação social.

GORZ, A. (2005) O imaterial. São Paulo: Annablume

HARVEY, D. (1993) Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola.

LAZZARATO, Maurizio & NEGRI, Antonio. (2001) Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A.

LOPES, A. S. V & SILVA, J. G.(2009) "Expectativas profissionais no discurso de terceirizados em TI." RAE eletrônica. pp. 0-0 São Paulo.

IACOBELLIS, M. & LIFSZYC, S. (2011) " Profesionales informáticos y práctica profesional ¿modelo para armar?" XXVIII Congressoo Internacional de ALAS, UFPE, Recife-PE. Grupo de Trabalho: Reestruturação Produtiva, trabalho e dominação social.

MORENO JR. V. A & CAVAZOTTE, F. S. C. N& FARIAS, E. (2009) "Carreira e relações de trabalho na prestação de serviços de tecnologia da informação: a visão dos profissionais de TI e seus gerentes". São Paulo: JISTEM online.

MOSSI, Thays Wolfarth. (2011) "Perda do emprego para quadros superiores de TI: crítica e novas expectativas de reconhecimento?" XXVIII Congresso Internacional da ALAS, UFPE, Recife-PE Grupo de Trabalho: Reestruturação produtiva, trabalho e dominação social.

MURA, Nahuel & DUGHERA, Lucila & YANSEN Guillermina; ZUKERFIELD, Mariano. (2011) "Una aproximación empírica a los mecanismos de poder Del trabajo informacional". XXVIII CONGRESO INTERNACIONAL DE ALAS, UFPE, Recife-PE. Grupo de Trabalho: Ciência, tecnologia e inovação.

NUNES, F.P.J. (2007) "TIC´s, Espaço e Novos Modos de Trabalho em Portugal. Usos do Espaço e do Tempo em Contextos de Teletrabalho". Universidade do Ninho.
Instituto de Ciências Sociais.

OLIVEIRA, S. (2010) Geração *Y:* o nascimento de uma nova versão de líderes. São Paulo: Integrare.

OLIVEIRA, S. R. & PICCININI, V. C. & BITTENCOURT, B. M. (2012) "Juventudes, gerações e trabalho: é possível falar em geração Y no Brasil?". Organização & Sociedade, pp.551-558.

OLIVEIRA, D. R. (2009) Os trabalhadores da indústria de software: flexíveis ou precários? Dissertação de Mestrado, São Carlos, UFSCar.

POTENGY, G. F. (2006) "Espaço e Tempo no trabalho para as redes de comunicação e informação". Araraquara: Estudos de Sociologia. 21, pp. 29-47.

RAVASCO, Ana Augusta M. M. & MANCEBO, Deise. (2010) "Juventude, Trabalho e Projetos de Vida: Ninguém Pode Ficar Parado". Psicologia Ciência e Profissão, pp. 376-389.

ROCHA, Frederico. (1998) "As atividades produtivas de software no Brasil". Rio de Janeiro: IPEA.

ROSELINO, J. E. (2006) A Indústria de Software: o "modelo brasileiro" em perspectiva comparada. Tese de doutoramento, Campinas: Instituto de Economia, Unicamp.

ROSENFIELD, C. (2011) Trabalho decente e precarização. ***São Paulo:*** Tempo Social.

_____ (2006) Autonomia no Trabalho Informacional: Liberdade ou controle? In: O Mosaico do Trabalho na Sociedade Contemporânea persistências e inovações. Editora UFRGS.

SENNETT, Richard. (2006) A cultura do novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record,

_____ (2009) A corrosão do caráter. Rio de Janeiro: Record.

SOFTEX. (2012) Software e Serviços de TI: A indústria brasileira em perspectiva – n.2/Observatório SOFTEX. – Campinas: [s.n.].

TARTARELLI, R.V & WINCKLER, W. S. (2004) Aprendizagem organizacional em fábricas de Software. Disponível em http://www.pmirs.org/Estudos/Rubens.pdf [consultado em agosto de 2014].

XAVIER, Cristina Deorsola.(2008) Fábrica de Software: Até que ponto fordista? Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, FGV-EBAPE.

Trabalho jornalístico e convergência digital no Brasil: um mapeamento de novas funções e atividades

Jacques Mick[1]

Resumo: O artigo reflete sobre transformações na profissão de jornalista no Brasil com o surgimento de novas funções e atividades, derivadas tanto de mudanças estruturais no jornalismo quanto da arregimentação de saberes típicos dos trabalhadores do setor por empresas ou organizações não midiáticas. A análise toma como ponto de partida 465 respostas à pesquisa "Perfil profissional do jornalismo brasileiro", realizada em 2012, 288 com descrições de novas funções e 177, de novas atividades. Argumenta-se que tais descrições designam competências recentemente demandadas dos jornalistas em três áreas: o planejamento de mídias; a produção de conteúdos e o desenvolvimento de novas linguagens; a gestão de equipes. Além disso, o acréscimo de novas atividades intensifica a exigência dos empregadores quanto a profissionais "multitarefa". Por fim, argumenta-se que, ao dotar continuadamente o mercado de trabalho de novos profissionais com ensino superior completo, a expansão da oferta de cursos de Jornalismo no país favorece a ação de empregadores cujas estratégias comportam saberes típicos da profissão, tanto naquelas em que o jornalismo é uma atividade-fim, como naquelas em que é uma atividade-meio.

Palavras-chave: jornalismo; mídias sociais; convergência digital.

Introdução

"Analista de mídias sociais", "pesquisador de conteúdo", "assistente de conteúdo", "coordenador de mídias digitais e estratégia", "analista de conteúdo digital", "atualização de redes sociais", "gestão de mídias sociais", "elaboração de conteúdo para mídias sociais", "redator de blog", "produtor de conteúdos", "analista de mobilização social", "gerente de conteúdo em mídias digitais", "*webwriting*", "gestão de canais online".

O artigo analisa a emergência dessas novas funções ou atividades para jornalistas, mencionadas em pesquisa recente por profissionais que atuam no Brasil. Tais designações parecem um reflexo exemplar de uma categoria que, em mutação constante desde seu surgimento[2], enfrenta um novo processo de profunda transformação, amplamente discutido sob outros aspectos. Combinam-se nele os efeitos das inovações tecnológicas que tanto deterioraram o padrão de financiamento adotado majoritariamente pelas empresas jornalísticas no ocidente desde meados do século 19 (induzindo mudanças aceleradas nessas mídias, em geral denominadas convergência digital, e afetando o perfil de suas relações com o público), quanto ampliaram a possibilidade de produção e circulação de conteúdos jornalísticos por empresas e organizações não midiáticas.[3]

O objeto de estudo são as respostas de 4.183 jornalistas a *online survey* realizado em 2012, no âmbito da pesquisa "Perfil profissional do jornalismo brasileiro", o mais extenso levantamento sobre características sociodemográficas, políticas e do trabalho da categoria realizado até o momento. À diferença de outros países, são considerados jornalistas no Brasil profissionais que atuam na mídia e fora dela. O primeiro objetivo do artigo é comparar as menções dos respondentes a novas funções e atividades vinculadas à produção de conteúdos para

---

1Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil. Artigo produzido durante estágio de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O tema integra o escopo do projeto "Journalistic role performance around the globe – Etapa Brasil", apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2Para concepções dinâmicas da profissão, opostas às interpretações dominantes, marcadamente normativas, ver Ruellan; Ringoot (2007); Charron; Bonville (2004).

3Ver, por exemplo, Adghirni (2004; 2012); Fidalgo (2004); Figaro (2013); Garcia (2009a; 2009b); Garcia; Silva (2009); Müller (2012).

ambientes digitais em cada um desses subcampos de atividade profissional. Tanto na mídia quanto fora dela, os jornalistas brasileiros que responderam ao *survey* utilizaram expressões semelhantes para designar funções e atividades distintas das tradicionais. Como se verá a seguir, na mídia, repórter, editor e produtor são ainda as principais funções dos trabalhadores, mas 9,5% dos jornalistas mencionaram outras, nas quais se destacaram aquelas vinculadas à produção de conteúdos – percentual semelhante ao dos profissionais de fora da mídia, cujas principais funções são assessor de imprensa, assessor de comunicação e redator. Mesmo jornalistas em funções convencionais referiram-se a novas atividades ligadas a conteúdo digital (notadamente, em blogs, redes ou mídias sociais).

Dos profissionais que atuam em mídia, 76% divulgam seu trabalho inteiramente ou em grande parte via internet, percentual muito próximo do verificado entre profissionais que atuam fora das mídias. A convergência digital intensificou a exploração do trabalho dos jornalistas, que têm de produzir para múltiplas mídias ao mesmo tempo, mas também criou funções e atividades especializadas em três áreas distintas: o planejamento de mídias; a produção de conteúdos e o desenvolvimento de novas linguagens; a gestão de equipes. O segundo objetivo deste artigo é analisar as relações entre os movimentos, aparentemente contraditórios, na direção de um trabalho mais generalista ou de um mais especializado – ambos presentes hoje na categoria.

Discute-se o tema a partir da ideia de que é cada vez mais problemático traçar limites entre o trabalho dos jornalistas e o de outros profissionais dos *media,* em função do processo de "amalgamação" entre grupos profissionais que afeta o desenvolvimento dos jornalistas desde seu surgimento como categoria (RUELLAN, 1992; 2007; GARCIA, 2009a). A diversidade de espaços de trabalho, combinada à emergência de novas funções e atividades relacionadas à convergência digital, aprofunda a fragmentação do grupo. No Brasil, a identidade profissional é estruturada pelo diploma: 89,2% da categoria tem formação superior específica em jornalismo (MICK; LIMA, 2013, p. 43). Esse elemento comum unifica uma população dispersa em variadas ocupações, tanto em empresas ou organizações que têm o jornalismo como atividade fim (aquelas aqui classificadas como "da mídia"), como naquelas que, tendo outra função principal, entendem que a produção de conteúdos de tipo jornalístico pode ser de algum modo útil, socialmente ou para seus próprios objetivos (aquelas aqui classificadas como "fora da mídia"). A oferta constante e crescente de profissionais qualificados com ensino superior no mercado de trabalho favoreceu a arregimentação de jornalistas por empresas não-midiáticas interessadas em mobilizar, para seus fins, o tipo de conhecimento que, ao longo do tempo, configurou o jornalismo como uma profissão. A hipótese aqui desenvolvida é a de que esses saberes, antes constituintes de uma profissão com atuação restrita à mídia, passam a ser aplicados com desenvoltura em outros domínios, em paralelo a transformações verificadas nos âmbitos tradicionais do jornalismo; combinados, esses dois fatores poderão levar ao redesenho do que se entende por jornalismo, no futuro.

O texto se estrutura em três seções. Na primeira, apresento a metodologia da pesquisa e problematizo as questões que serão discutidas na segunda parte, na qual analiso alguns efeitos da convergência digital sobre funções e atividades e, em seguida, os entrecruzamentos entre generalização e especialização. A última seção apresenta as considerações finais e indica problemas que demandam mais pesquisa.

Problema e metodologia

Os impactos da convergência digital sobre o trabalho dos jornalistas são objeto de grande número de estudos. Os investigadores têm se dedicado a problemas que se referem tanto ao discurso jornalístico (efeitos da convergência sobre temas e narrativas), quanto aos processos de produção (efeitos sobre estratégias de apuração e sobre organização do trabalho)[4]. Nesse último aspecto, destacam-se a imposição da multifuncionalidade, a precariedade dos vínculos de contratação, a juvenilização da categoria, entre outros impactos de mudanças

4 Os estudos reunidos por Pereira et al. (2012) são um exemplo da variedade de abordagens sobre o tema, dentro de uma mesma perspectiva – a que considera o jornalismo uma prática social, resultante de interações sociais e que opera como mecanismo de construção social da realidade. Em Portugal, os estudos de Graça (2007; 2009) e Fidalgo (2004; 2009) são outros exemplos.

impostas pelos donos de empresas jornalísticas, diante da redução de receitas e da fragilização de seu modelo de negócios, no contexto da convergência[5].

Este artigo analisa um fenômeno pouco estudado até o momento, mesmo porque afeta até o momento uma parcela pequena da categoria: a emergência de novas funções e atividades exercidas por jornalistas profissionais no Brasil. Pesquisa realizada em 2012 constatou que os jornalistas que atuam em mídias tendem a ser contratados em funções distintas daqueles que trabalham fora delas – os primeiros, como repórteres ou editores; os segundos, como assessores de imprensa ou comunicação (Tabela 1). Em cada um desses segmentos, guardadas as especificidades, se exercem atividades cujos rótulos são semelhantes (Tabela 2): redação, reportagem, edição e concepção de pauta, por exemplo, embora com pesos diferentes em cada segmento – notadamente no caso de "assessoria de imprensa"[6].

A observação da Tabela 1 permite notar que 9,5% dos jornalistas de mídia e 10,9% dos que atuam fora na mídia já respondem a novas denominações de funções – um indício preliminar, mas significativo, de mudanças em andamento no mercado de trabalho.

Tabela 1 – Funções exercidas por jornalistas na mídia e fora da mídia (Brasil – 2012).

Opções de resposta	**Jornalistas na mídia**		**Jornalistas fora da mídia**	
	Porcentagem de respostas	**Contagem de respostas**	**Porcentagem de respostas**	**Contagem de respostas**
Repórter	46,50%	523	5,20%	43
Repórter fotográfico	1,70%	19	0,80%	7
Repórter cinematográfico	0,40%	4	0,00%	0
Editor (inclui editor executivo e assistente)	20,80%	234	3,60%	30
Consultor	0,20%	2	1,80%	15
Assessor (de imprensa ou de comunicação)	5,60%	63	68,30%	570
Colunista	1,70%	19	0,20%	2
Correspondente	0,80%	9	0,10%	1
Editorialista	0,50%	6	0,10%	1
Diagramador	0,50%	6	0,50%	4
Âncora	0,80%	9	0,00%	0
Ilustrador	0,10%	1	0,00%	0
Produtor	5,60%	63	0,40%	3
Diretor/Gestor	2,20%	25	3,60%	30
Coordenador	3,00%	34	4,40%	37
Outra. Qual?	9,50%	107	10,90%	91

Fonte: Base de dados da pesquisa "Perfil profissional do jornalismo brasileiro" (PPGSP/UFSC, 2012)

A observação da caracterização das atividades exercidas pelos jornalistas é um indício menos eloquente do deslocamento da categoria na direção de novos tipos de responsabilidades ou obrigações. Na Tabela 2, pode-se observar que, tanto na mídia quanto fora dela, as atividades dos jornalistas permanecem substancialmente circunscritas àquelas que configuraram, tradicionalmente, a profissão. Contudo, 4,2% dos jornalistas que atuam na mídia e 8,6% dos que trabalham fora da mídia optaram por descrever suas atividades profissionais com outras designações, distintas das mais frequentes.

5 Ver, por exemplo, Pacheco (2012).

6 O tópico foi analisado por Mick; Lima (2013, p. 57-58 e 64-65) e Mick (2013b).

Tabela 2 – Atividades exercidas por jornalistas da mídia e fora da mídia (Brasil – 2012).

Opções de resposta	Jornalistas na mídia		Jornalistas fora da mídia	
	Porcentagem de respostas	Contagem de respostas	Porcentagem de respostas	Contagem de respostas
Reportagem	84,30%	947	54,00%	450
Redação	83,10%	933	78,40%	654
Edição	67,90%	762	56,80%	474
Concepção de pauta	70,50%	792	60,10%	501
Fotografia	35,40%	397	47,80%	399
Cinegrafia (captação de vídeo)	14,20%	159	7,60%	63
Diagramação/design gráfico	18,10%	203	21,70%	181
Assessoria de imprensa	16,60%	186	87,60%	731
Gestão	14,00%	157	33,10%	276
Ensino	4,20%	47	4,90%	41
Outra. Qual?	4,20%	47	8,60%	72

Fonte: Base de dados da pesquisa "Perfil profissional do jornalismo brasileiro" (PPGSP/UFSC, 2012)

Este texto analisa os significados das respostas detalhadas às opções "outra" nas perguntas sobre funções e atividades constantes da base de dados completa da enquete em rede "Perfil profissional do jornalismo brasileiro". De participação espontânea, a enquete colheu respostas de 4.183 profissionais de todas as unidades da federação, entre setembro e novembro de 2012[7].O plano amostral, representativo da distribuição estimada dos jornalistas nas regiões do país, comportou 2.731 questionários respondidos – a margem de erro é de 2%, com intervalo de confiança de 95%, considerando-se uma população estimada em aproximadamente 145 mil jornalistas (MICK; LIMA, 2013, p. 30).

Os dados utilizados nas Tabelas 1 e 2 provêm do plano amostral; são, portanto, representativos da distribuição provável dos jornalistas no território brasileiro. Neste artigo, contudo, trabalho com dados fornecidos também por profissionais cujas respostas não integraram o plano amostral. Isso constituiu uma base de 161 descrições de outras funções por profissionais de mídia e 127 por jornalistas de fora da mídia; quanto às atividades, foram colhidas 71 respostas na mídia e 106 fora da mídia. Ao todo, portanto, foram tipificadas 288 descrições de funções e 177, de atividades, totalizando 465 respostas.

A exploração desse material demandou certos cuidados. A primeira questão-chave refere-se à distinção entre funções e atividades. A pesquisa designou como "funções", como se pode depreender das opções de resposta disponíveis, as caracterizações mais comuns para os rótulos recebidos pelos jornalistas em seus contratos de trabalho no Brasil. De modo análogo, como "atividades" procurou-se evidenciar as variadas dimensões do saber profissional mobilizadas cotidianamente no trabalho. As respostas, contudo, deixam claro que muitos participantes da enquete confundiram as denominações – o que é compreensível, sobretudo por conta da polissemia de ambas.

Uma segunda questão, relacionada à primeira, é o significado dos rótulos fixados pelos respondentes às funções e às atividades. Do mesmo modo que, ao referirem-se a "reportagem", jornalistas de mídia e de fora da mídia designam procedimentos apenas parcialmente idênticos, não se pode assegurar que uma função como "analista de mídias sociais" ou uma atividade como "monitoramento de mídias" tenham o mesmo significado em cada uma dessas áreas de atuação da categoria.

7 A pesquisa, realizada em convênio com a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e com apoio da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) e do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ), foi divulgada por amplo conjunto de instrumentos: notícias em veículos de circulação dirigida a jornalistas; e-mails distribuídos aos profissionais pelos 31 sindicatos filiados à Fenaj; notas nos boletins das três entidades que apoiaram o levantamento; postagens em redes sociais compartilhadas por profissionais de todo o país. Cada participante foi estimulado a multiplicar, em sua rede de contatos, o convite para participação na pesquisa. A metodologia é descrita em detalhes em Mick (2013a).

Diante desses dois problemas, optei por agregar tanto funções como atividades em dois quadros distintos, refletindo as opções dos jornalistas de mídia e os de fora da mídia.[8] As descrições de novas funções e atividades tiveram sua grafia padronizada e foram ordenadas em séries distintas de tipos, na mídia e fora dela. *Na mídia*, a série tem cinco tipos. Os dois primeiros correspondem a dimensões especializadas do saber profissional dos jornalistas – os saberes de procedimento e narração[9] – enquanto o terceiro tipo, "caracterizações genéricas", corresponde a funções ou atividades que parecem demandar vários desses saberes. Uma dimensão agrega descrições relacionadas à gestão de jornalismo, e a última reúne as classificações de funções e atividades sob o rótulo de "análise" ou "analista", vagas o bastante para demandar uma rubrica própria. *Fora da mídia*, a série tem seis tipos: os cinco primeiros, idênticos aos adotados para a classificação na mídia; um tipo específico comporta funções e atividades de assessoria e consultoria. Algo próximas às de gestão, optei por manter tais descrições em tópico separado, para facilitar a análise do caráter ambivalente de expressões como "análise" ou "analista".

O esforço de interpretação e comparação que apresentarei a seguir pode ser, portanto, relativizado, diante das contingências que cercam as classificações ou rótulos aportados pelos agentes a suas funções ou atividades. Mais estudos empíricos são necessários para compreender o sentido de cada uma dessas novas expressões. Apesar dessa ressalva, e da escala ainda limitada das novas funções e atividades em relação ao conjunto da categoria, parece-me que os dados são relevantes para perceber certos efeitos da convergência digital sobre a profissão. Alguns dos tópicos amplamente discutidos nas duas últimas décadas, como a possível diluição de fronteiras entre o jornalismo e atividades profissionais da comunicação e os contornos efetivos da multifuncionalidade, podem ganhar novos elementos a partir da análise que se desdobrará nas próximas seções.

Convergência digital, funções e atividades jornalísticas

A definição das fronteiras do que constitui a atividade – e, portanto, de quais são os profissionais que têm ou não o direito de se designar "jornalistas" – é objeto de lutas constantes no campo jornalístico, com histórias e desdobramentos diferentes nos diversos países. Como observaram Ringoot e Ruellan (2007, p. 68), "instabilidade e desordem são características da identidade profissional e da identidade editorial do jornalismo"[10]. Ao longo do tempo, novos perfis profissionais se apresentaram continuamente, reivindicando a classificação como jornalistas. Os autores mencionam, para o caso francês, tradutores, revisores, estenógrafos, secretários de redação, fotojornalistas e repórteres de rádio e televisão (RINGOOT; RUELLAN, 2007, p. 70). Para eles, os jornalistas encontram-se numa posição frágil, fluida, ao elegerem a informação, por definição instável, como o objeto principal do conhecimento jornalístico, construído tanto pelo que é dito como pelo que é dito sobre o dito. Isso conduz a uma situação em que "jornalismo é o que os atores do momento dizem que é, e por 'atores' queremos dizer não apenas aqueles que designamos como profissionais, mas também aqueles cujo discurso transforma percepções" (2007, p. 73-74).

No Brasil, a acelerada expansão do alcance da formação superior desde os anos 1990 aumentou de tal forma o número de egressos de cursos de jornalismo que acabou por reconfigurar as características da categoria.

---

8 Foram descartadas da análise funções ou atividades tradicionais em cada segmento, tanto as constantes das opções de resposta disponíveis repetidas pelos respondentes, quanto aquelas não incluídas pela equipe de pesquisa (notadamente, as funções de redator, pauteiro e chefe de reportagem, para trabalhadores de mídia, e as atividades de clipagem e follow-up para os de fora da mídia).

9 A estes, se adiciona o saber de reconhecimento, na classificação é adotada por Traquina (2004; 2005), a partir de Ericson; Baranek; Chan. Ela se opõe à ideia, ainda hoje defendida por inúmeros autores e profissionais, de que o jornalismo é constituído por um conjunto fluido de conhecimentos, e que, portanto, configuraria uma prática acessível a quaisquer agentes dotados de certo tipo de talento narrativo ou interpretativo.

10 As traduções são de minha responsabilidade.

Atualmente, 89% dos jornalistas brasileiros têm formação superior específica em jornalismo; como o diploma lhes assegura o estatuto e os convida a uma identidade comum, eles não deixam de se considerar jornalistas por atuarem em organizações de mídia ou fora delas, ao contrário do que ocorre em outros países (Portugal, França). Como observou Adghirni (2004), "a condição profissional, portanto, é determinada pela formação acadêmica e não pelo perfil do emprego. Desta forma, uma pessoa formada em jornalismo pela universidade será sempre jornalista, ainda que exerça outra profissão".

Tal percepção não é, em absoluto, incompatível com a de Ringoot e Ruellan. Ao contrário: no Brasil, a ampla difusão dos diplomas contribuiu para intensificar a fluidez das fronteiras da profissão. Os empregadores – públicos, privados ou do terceiro setor – puderam dispor, de forma inédita, de trabalhadores com qualificações específicas, a arregimentar de acordo com seus (múltiplos) objetivos.

Na mídia, as novas funções ou atividades indicam claramente os movimentos de ajuste das empresas às novas condições do setor, com seu direcionamento específico ao universo digital, a concentração de propriedade no âmbito de grupos de mídia, a diversificação de atividades e a precarização das formas de contratação (Quadro 1). Funções tradicionais ligadas à apuração e à produção da informação receberam atualizações, em denominações tais como repórter de web, redator de conteúdo online ou webjornalista. Surgiram novas funções e atividades, típicas da produção para internet; as mídias ou redes sociais respondem por boa parte delas. Os rótulos indicam tanto a produção explícita de conteúdos para as redes sociais (provavelmente jornalísticos), quanto outras funções ou atividades, a exemplo de "levantamento de dados" ou "manutenção de site". As atividades de "monitoramento" ou "análise" e as funções designadas como de "analista" merecem atenção: elas tanto podem indicar especialidades novas (acompanhamento sistemático e produção de relatórios sobre o conteúdo publicado por concorrentes ou sobre as reações de leitores, por exemplo), quanto indicar subterfúgios utilizados pelos empregadores para subcontratar jornalistas em funções mal remuneradas ou sem garantias. Outras funções parecem indicar precariedade de vínculos de contratação, pela remissão a atividades subalternas (como os vários tipos de "assistentes").

Áreas uma vez ocupadas (ou reivindicadas) por profissionais originários do rádio, da TV ou de relações públicas são agora partilhadas por jornalistas, tais como as funções de locutor, narrador, comentarista, assessor de comunicação ou atividades como transmissão por streaming, produção de vídeos para internet ou comunicação interna. Isso parece indicar a diversificação da atuação das empresas de mídia (e dos jornalistas que nelas trabalham) para outras áreas, o que pode envolver disputas com profissionais de outras categorias.

Se antes as funções clássicas de gestão respondiam por expressões como secretário ou chefe de redação, editor-chefe ou diretor de redação, surgiram agora novas designações. Gestor de projetos, coordenador ou administrador de mídias digitais ou redes sociais, consultoria operacional – todas essas funções parecem indicar a complexificação do trabalho dos jornalistas responsáveis por equipes. Algumas denominações indicam os efeitos, sobre funções ou atividades, da atuação das empresas em grupos de mídia (chefe de núcleo de rede; coordenação de links, de rede e praças).

Quadro 1 – Novas funções e atividades descritas por jornalistas de mídia (Brasil – 2012)

Tipos	Funções	Atividades
Procedimento	Repórter de web, pesquisador (de conteúdo)	Clipagem, cópia de informação, pesquisa de imagem, levantamento de dados, análises históricas, monitoramento de mídias sociais
Narração	Assistente de conteúdo, assistente de redação, repórter com texto final, roteirista, locutor ou narrador (esportivo), comentarista, redator de conteúdo online, redator tradutor, ghostwriter, preparador de textos, fechador	Ancoragem, locução ou apresentação de programas (rádio ou TV), transmissão ao vivo (streaming), revisão, redação, tradução, produção de vídeos para internet, preparação de textos, opinião, gravação de comerciais, elaboração de conteúdo para (ou atualização de) redes sociais, produção de conteúdo online, edição web, cotações, edição de áudio, texto ou imagens
Caracterizações genéricas	Assessor (de comunicação), mídias sociais (ou social media), assistente em redes sociais, webjornalista, colaborador, cronista social, crítico, comunicador, assistente da secretaria de redação	Assessoria, mídias ou redes sociais, questões burocráticas, motorista, manutenção de site, atividades comunitárias, desenho de produtos editoriais e publieditoriais, canais especiais, criação, comunicação interna
Análise	Analista de comunicação, analista de conteúdo digital, analista de mídias (ou redes) sociais (ou digitais)	Análise de dados
Gestão	Gestor de projetos, gerente, diretor de arte, diretor editorial, coordenador de mídias digitais e estratégia, consultoria operacional, chefe de núcleo de rede, administrador de sites, administrador de redes sociais	Gestão ou gerenciamento de mídias sociais, coordenação de projetos, coordenação de links, de rede e praças

Fonte: Base de dados da pesquisa "Perfil profissional do jornalismo brasileiro" (PPGSP/UFSC, 2012), elaboração do autor.

Entre jornalistas de mídia, houve 161 menções a "outras funções", enquanto surgiram 127 entre jornalistas de fora da mídia. Há de fato mais funções novas na mídia que fora dela, mas o oposto ocorreu entre as atividades: foram colhidas 71 menções a "outras atividades" entre jornalistas de mídia e 106 entre jornalistas de fora da mídia. Nesta, as especificidades são mais variadas. A maior parcela dos jornalistas do segmento atua como assessores de imprensa ou comunicação, na mediação entre seus empregadores e órgãos de mídia. As novas funções e atividades indicam a diversificação tanto das mídias de fontes, quanto das atividades de assessoria de imprensa (Quadro 2).

Algumas das novas funções e atividades ligadas à operação em internet surgiram também entre os jornalistas de fora da mídia (o que fortalece a impressão de que, no Brasil, a fronteira entre mídia e não-mídia é cada vez mais fluida). É o caso, entre as funções, de produtor de conteúdo, analista de mídias sociais, gestor de redes sociais; entre as atividades, monitoramento de mídia ou redes sociais, análise de rede social e assim por diante. Tanto as organizações midiáticas quanto aquelas que atuam em outros setores desenvolvem estratégias de presença na internet, envolvendo sites, blogs ou redes sociais, por exemplo, e jornalistas são arregimentados para conceber, desenvolver, atualizar e avaliar os instrumentos. Valem, para fora da mídia, as mesmas ressalvas às ambivalências das expressões "monitoramento" e "análise", aplicadas às redes sociais, acrescentando-se a estas a função polissêmica "assessor". Fora da mídia, o escopo dos analistas é maior e mais variado: além das novas mídias, eles desdobram seu trabalho sobre comunicação, comunicação interna, conteúdo, mobilização social, projetos e endomarketing.

Esses elementos são compatíveis com a multiplicidade de empresas do setor: se, na mídia, 53,4% dos empregadores tem porte médio e grande, fora da mídia predominam organizações de pequeno porte, muitas delas especializadas em nichos ou segmentos de atuação (MICK; LIMA, 2013). Isso se reflete também na maior complexidade das funções e atividades de gestão, assessoria ou consultoria descritas pelos respondentes da pesquisa. Jornalistas lideram ações tão diferentes e elaboradas quanto treinamento e capacitação de equipes, planejamento de marketing ou de comunicação para empresas ou políticos, formação de lideranças. Percebe-se claramente a arregimentação de jornalistas com a responsabilidade de zelar pela imagem de pessoas, instituições, organizações ou empresas.

Uma causa importante dessas novas designações reside na forte presença de jornalistas no setor público, como assessores de políticos ou de instituições ligadas aos três poderes, nos três níveis de governo (35,2% dos trabalhadores do segmento, cf. MICK; LIMA, 2013). Isso explica a presença de técnicos em comunicação, secretários de comunicação ou assessores parlamentares entre as funções, e atividades tais como articulação e mobilização, mediação de demandas políticas, relações institucionais ou comunitárias.

Quadro 2 – Novas funções e atividades descritas por jornalistas de fora da mídia (Brasil – 2012)

Tipos	Funções	Atividades
Procedimento	Pesquisador	Produção, mailing, monitoramento de mídia ou redes sociais, pesquisa, logística de distribuição de materiais impressos e online, edição de banco de dados, curadoria de exposições científicas
Narração	Redator, redator de blog, revisor, produtor de conteúdo, produtor de informação	Webwriting, tratamento de imagem, alimentação de sítios, portais e intranet, tradução, revisão, roteiro, redação de posts, produção ou alimentação de conteúdo para sites ou redes sociais, edição de vídeos, redação de comunicados
Caracterizações genéricas	Técnico em comunicação social; assistente técnico, de comunicação, de jornalismo, de redação, de assessor; comunicador social, social media, mídias sociais, mídias digitais ou redes sociais; secretário de comunicação, responsável por atualização de site ou por mídias sociais	Atualização ou administração de site, mídias ou redes sociais, webjornalismo, relações públicas, institucionais ou comunitárias, publicidade, radiojornalismo, radialismo, ouvidoria, comunicação interna, articulação e mobilização
Análise	Analista de comunicação, de comunicação interna, de conteúdo, de conteúdo digital, de mídia, de mídias digitais ou sociais, de redes sociais, de mobilização social, de projeto, de endomarketing	Análise de imagem do cliente, análise de rede social
Gestão	Supervisor, sócio, gestor de comunicação, gestor de multimídia (internet e redes sociais), gestor ou administrador de mídias ou redes sociais, gerente de jornalismo, gestor ou gerente de conteúdo em mídias digitais, gerente, coordenador,	Gerenciamento, administração, coordenação ou gestão de redes ou mídias sociais; treinamento, capacitação, planejamento de comunicação integrada, planejamento estratégico e formação de lideranças inovadoras, planejamento de marketing ou de comunicação, ações ligadas à imagem das organizações, atendimento ao cliente, atividades administrativas, redação de correspondências
Assessoria e consultoria	Assessor parlamentar, auxiliar de marketing, assessor de redes sociais, assessor de analista de mídias sociais,	Consultoria; consultoria em comunicação estratégica ou organizacional ou em comunicação para a sustentabilidade; elaboração de estratégias em comunicação corporativa; consultoria em jornalismo; apresentação de eventos; cerimonial, protocolo ou organização de eventos; participação em reuniões, produção de relatórios, modelagem de plataforma de atuação empresarial, marketing político, endomarketing, mediação de demanda de vereadores junto ao presidente de câmara, elaboração de projetos, promoção de reuniões e atividades com públicos específicos

Fonte: Base de dados da pesquisa "Perfil profissional do jornalismo brasileiro" (PPGSP/UFSC, 2012), elaboração do autor.

A análise dessas respostas também ajuda a compreender as diversas formas de materialização da multifuncionalidade, nos dois segmentos. Parte das descrições de funções ou atividades pelos respondentes comporta variados tipos de combinação entre ambas. Nas respostas de jornalistas de mídia, pode-se observar que há tanto amálgamas de funções dentro de uma mesma mídia ("Sou repórter, editor, cinegrafistas às vezes e por muitas vezes motorista. Em algumas ocasiões também edito as reportagens"; "gerente, editora, redatora, repórter e apresentadora"), quanto envolvendo mídias diferentes ("repórter, colunista, diagramador, âncora"; "repórter

em jornal impresso e produtora de rádio"; "na rádio, produtora e apresentadora, no jornal, repórter") e mesmo atividades midiáticas e não-midiáticas ("editora e assessora de imprensa"; "repórter, assessora e consultora"). Nas menções de trabalhadores de fora da mídia, há combinações variadas entre todo tipo de atividade ("assessor de imprensa, comunicação, editor, produtor, revisor, colunista, repórter, consultor"), várias espécies de trabalho ligado à produção jornalística ("apuração, edição, conteúdo para web") e ações típicas de assessoria ou consultoria ("assessor de imprensa e coordenador de núcleo de atendimento").
Algumas atividades pouco usuais reforçam a constatação de exigência de multifuncionalidade dos profissionais de mídia (como as menções a motorista ou a questões burocráticas), mas, fora da mídia, é a participação na organização de eventos que se revela frequente e, mais uma vez, diversificada. Mencionam-se tanto a concepção dos eventos, quanto sua organização e apresentação, cerimonial e protocolo.

Considerações finais

O mapeamento de novas funções e atividades desenvolvidas por uma parcela dos jornalistas que atuam no Brasil parece indicar uma combinação singular entre oferta e demanda, relacionada à expansão do ensino superior no país. Entre 1990 e 2010, o número de cursos superiores de Jornalismo quintuplicou, de 61 a 317 (MICK; LIMA, 2013, p. 20). A oferta constante e crescente de profissionais qualificados com ensino superior no mercado de trabalho favoreceu a arregimentação de jornalistas tanto por empresas de mídia dispostas a experimentar inovações operacionais (em resposta à crise no setor), quanto por empresas não-midiáticas interessadas em mobilizar, para seus fins, o tipo de conhecimento que, ao longo do tempo, configurou o jornalismo como uma profissão. A hipótese aqui desenvolvida é a de que esses saberes, antes constituintes de uma profissão com atuação restrita à mídia, passam a ser aplicados com desenvoltura em outros domínios, em paralelo a transformações verificadas nos âmbitos tradicionais do jornalismo; combinados, ambos os fatores poderão levar ao redesenho do que se entende por jornalismo no futuro.
O jornalismo, ao longo do século e meio em que se configurou como profissão, desenvolveu um conjunto de saberes bastante específicos (embora dinâmicos e frequentemente mal teorizados) – tipificados por Traquina (2004; 2005), a partir de Ericson; Baranek; Chan. É precisamente a consistência desses saberes que alavanca a criação de novas funções e atividades. Só é mais complexo e diversificado o trabalho desenvolvido hoje pelos jornalistas no Brasil porque eles dispõem de competências intelectuais e técnicas, reconhecidas como relevantes pelos empregadores em ramos diversos; não fosse assim, tais funções seriam de responsabilidade de profissionais de outros setores – ou sequer existiriam.
Essa relação complexa, não linear, entre formação superior e mercado de trabalho se beneficia da histórica indefinição das fronteiras da profissão – seu caráter fluido (RUELLAN, 1992; 2007). O compartilhamento de um mesmo diploma é o eixo em torno do qual se constitui uma identidade comum entre atividades cada vez mais diferentes, dentro e fora da mídia. "É justamente a indefinição e a indeterminação dos limites do grupo, a fluidez das regras de acesso e de seu funcionamento, que garantem sua perenidade, evitando sua ruptura", observou Ruellan (1992)[11].
Como observaram Ringoot e Ruellan (2007), a falta de identidade constitutiva que caracteriza o grupo dos jornalistas e a dispersão que caracteriza a produção jornalística tornam essa identidade profissional complexa, constantemente reconstruída. Para os autores, as tensões entre a abertura e o fechamento do grupo profissional e entre ordem e desordem do discurso que eles enunciam não são acidentais nem eventuais: são um componente identitário do jornalismo (RINGOOT; RUELLAN, 2007, p. 74).
Os dados aqui reunidos parecem corroborar essa interpretação. Como afirma Garcia, esse processo pode "impelir os jornalistas para a sua dissolução no quadro alargado, híbrido e multiforme dos produtores de conteúdos

11 Ruellan aplica, na interpretação do jornalismo, uma ideia de Boltanski (1982): "Em síntese, é porque ela continua vaga no sentido de relativamente indefinida e de relativamente indeterminada […] que a categoria pode exercer funções de amálgama e de neutralização dos mais fortes antagonismos sobre uma fração extensa do espaço social". (BOLTANSKI *apud* RUELLAN, 1992).

mediáticos característicos do capitalismo informacional e das suas mercadorias imateriais" (2009a, p. 41). Não é possível saber, apenas pelas denominações de funções e atividades, quais as diferenças entre o trabalho de um repórter e o de um repórter de web, ou entre um redator e um pesquisador de conteúdo. Mais estudos empíricos são necessários para compreender o sentido das expressões utilizadas pelos jornalistas para descreverem seu trabalho – e para explorar a hipótese de dissolução futura da categoria numa miríade de atividades e funções.

Referências

ADGHIRNI, Z. L. (2004), Hibridação e gêneros midiáticos: a informação jornalística mediada pelas instituições de comunicação. *ícone*. Programa de Pós-Graduação em Comunicação/UFPE, 7, p. 140-152.

ADGHIRNI, Z. L.. (2012), Mudanças estruturais no jornalismo: travessia de uma zona de turbulência. In: PEREIRA, F. H. et al.. *Jornalismo e sociedade*: teorias e metodologias. Florianópolis: Insular, p. 61-80.

BOLTANSKI, L. (1982), *Les cadres.* La formation d'un groupe social. Paris, Minuit.

CHARRON, J.; BONVILLE, J. (2004), Le journalisme et le marché: de la concurrence à l'hyperconcurrence. In: BRIN, C.; CHARRON, J.; BONVILLE, J. (Org.). *Nature et transformations du journalisme*. Théorie et recherches empiriques. Quebec: Les Presses de L'Université de Laval, p. 273-316.

FIDALGO, J. (2004), Jornalistas: um perfil socioprofissional em mudança. *Comunicação e Sociedade,* 5, p. 63-74.

FIDALGO, J. (2009). *O jornalista em construção.* Porto: Porto Editora.

FIGARO, R. (Org.). (2013), *As mudanças no mundo do trabalho do jornalista.* São Paulo: Atlas.

FONSECA, V. P. S.; KUHN, W. (2009), Jornalista contemporâneo: apontamentos para discutir a identidade profissional. *Intexto*, 2 (21), p. 57-69.

FONSECA, V. P. S. (2008a), Questões sobre a identidade do jornalista contemporâneo. *Estudos em Jornalismo e Mídia,* V (2), pp. 129-140.

FONSECA, V. P. S. (2008b). *Indústria de notícias*. Capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

GARCIA, J. L.; SILVA, P. A.. (2009), Elementos de composição socioprofissional e de segmentação. In: GARCIA, J. L. (Org.). *Estudos sobre os jornalistas portugueses.* Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

GARCIA, J. L. (2009a), Introdução ao estudo dos jornalistas portugueses. Os jornalistas e as contradições do capitalismo jornalístico no limiar do século XXI. In: GARCIA, J. L. (Org.). *Estudos sobre os jornalistas portugueses.* Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009a.

GARCIA, J. L. (2009b), Principais tendências de profissionalização dos jornalistas no período pós-transição democrática. In: GARCIA, J. L. (Org.). *Estudos sobre os jornalistas portugueses*. Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, p. 63-92.

GRAÇA, S. M. (2009), Os problemas-chave de ingresso no jornalismo. In: GARCIA, J. L. (Org.). *Estudos sobre os jornalistas portugueses*. Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, p. 133-168.

GRAÇA, S. M. (2007), *Os jornalistas portugueses:* dos problemas da inserção aos novos dilemas profissionais. Coimbra: Minerva.

MICK, J. (2013a), *Detalhamento metodológico da pesquisa "Perfil profissional do jornalismo brasileiro"*. Florianópolis: TMT/UFSC. Disponível em: http://perfildojornalista.ufsc.br. [Consultado em 14-2-2013].

MICK, J. (2013b), Unidade possível? A identidade profissional dos jornalistas brasileiros, distribuídos entre mídia e assessorias. II MEJOR – Colóquio Internacional Mudanças Estruturais do Jornalismo. *Anais.* Natal (RN).

MICK, J.; LIMA, S. (2013), *Perfil do jornalista brasileiro.* Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular.

MÜLLER, C. A. (2012), A crise estrutural dos jornais e o surgimento das mídias digitais. Impactos sobre a produção jornalística. In: PEREIRA, Fábio Henrique et al.. *Jornalismo e sociedade*: teorias e metodologias. Florianópolis: Insular, p. 145-166.

PACHECO, L. (2012), Jovens jornalistas: entre sonho e desesperança. In: MATOS, J. N.; DOMINGOS, N. *Novos proletários*: a precariedade entre a "classe média" em Portugal. Lisboa: Edições 70, p. 109-122.

PEREIRA, F. H.; ADGHIRNI, Z. L. (2011), O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. *Intexto*, 1 (24). Porto Alegre: UFRGS, p. 38-57.

PEREIRA, F. H. et al.. (2012), *Jornalismo e sociedade*: teorias e metodologias. Florianópolis: Insular.

RUELLAN, D. (1992), Le professionnalisme du flou. *Réseaux*, 10 (51),, p. 25-37. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/reso_0751-7971_1992_num_10_51_1922. [Consultado em 26-11-2014].

RUELLAN, D. (2007), *Flou,* invención y ordinario del periodismo. *Comunicacion y Sociedad* (Mexique), 8, p. 113-129.

RINGOOT, R.; RUELLAN, D. (2007), Journalism as a permanent and collective invention. *Brazilian Journalism Research,* 3 (2), p. 67-76.

TRAQUINA, N. (2004), *Teorias do jornalismo* – Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular.

TRAQUINA, N. (2005), *Teorias do jornalismo* – A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular.

"Apetências X Competências: percepção de jovens aprendizes sobre o percurso profissional forjado pela Lei da Aprendizagem"

Roseane de Aguiar Lisboa Narciso[1]

Resumo: Este artigo pretende contribuir para a compreensão dos processos de qualificação de jovens inseridos no contexto da Lei brasileira nº 10.087 de 19 de dezembro de 2000, também conhecida como Lei da Aprendizagem. A partir de pesquisa empírica realizada com aprendizes de um Programa de Qualificação voltado ao atendimento desta Lei, foi possível identificar como a percepção destes jovens acerca do trabalho e da educação se alterou a partir de sua entrada no Programa. Ao longo de suas vidas, estes jovens foram adquirindo experiências diversas no mercado informal de trabalho, mas, a experiência adquirida nos cursos de aprendizagem passou a ocupar papel importante no desenvolvimento de competências voltadas para o mercado de trabalho formal. Percebe-se que os conteúdos dos cursos de aprendizagem contribuem para a representação dos estudos enquanto instrumento de acesso ao mercado de trabalho, dando-lhe um sentido de meritocracia. Nesse sentido, estudar passa a ser uma ação com sentido de "positividade" em que ações presentes terão sentido no futuro. O jovem é levado a se responsabilizar pelo gerenciamento de seu percurso formativo e laboral para fazer face às incertezas do mercado de trabalho. Observa-se que os obstáculos à reprodução social do jovem localizam-se na transição do sistema educacional para o mundo do trabalho sendo este um momento crucial para que ele afirme sua identidade e autonomia no contexto social. O trabalho é percebido, portanto, como condição essencial da vida, que oportuniza aos aprendizes o acesso ao consumo, emancipação econômica representando, também, um espaço de sociabilidade. Neste sentido, qual é a relevância de Programas de Aprendizagem na aquisição de competências e valorização das apetências juvenis em novos percursos de inserção profissional?
Palavras-chave: juventude, trabalho, inserção profissional, educação.

1 Introdução

A juventude emerge como questão social relevante a ser pesquisada por diversos motivos, dentre os quais se destacam as dificuldades e problemas que enfrentam nas possibilidades de realizações futuras. Essas realizações incluem o trabalho como espaço de aquisição de identidade social, autorealização financeira, independência e, por outro lado, a escola como espaço formativo, onde se estabelecem as sociabilidades dos jovens na busca por essa autonomia e autorealização. Entretanto, a trajetória educacional e de trabalho do jovem é entrecortada por dificuldades que incluem a continuidade dos estudos e a inserção laboral. Além disso, a juventude é também motivo de análises e estudos por ser um momento rico que se manifesta no ciclo da vida jovem com várias perspectivas, numa heterogeneidade de conceitos e representações do que é ser jovem.

Nesse sentido, a juventude enquanto questão social conduz a uma abordagem orientada pela diversidade na busca por encaminhamentos em relação a educação, qualificação, e inserção no mercado de trabalho sem perder de vista as relações desses aspectos com as políticas sociais voltadas ao segmento jovem.

A literatura sobre a relação entre desemprego e adolescência tem enfatizado que o fracasso dos sistemas educacionais e de integração social no atendimento aos jovens no Brasil se deve a fatores como pulverização de ações e programas e, pequena escala de atendimento a esse segmento. Esse atendimento ocorre, segundo Pochmann (2007), devido à competição de políticas entre diferentes esferas do governo, Organizações Não Governamentais (ONG) e empreendimentos patronais ligados à responsabilidade social. Neste sentido, os obstáculos à reprodução social do jovem localizam-se na transição do sistema educacional para o mundo do trabalho. Além disso, chama atenção a baixa capacidade da economia brasileira em gerar postos de trabalho para o segmento jovem.

---

1 Doutora em Ciências Sociais, docente na Faculdade Senac Contagem – Minas Gerais – Brasil – rlisboan@gmail.com

> Entre 1995 e 2005, por exemplo, o Brasil gerou 17,5 milhões de novas ocupações, mas somente o conjunto de 1,8 milhões foi preenchido por pessoas na faixa de 15 a 24 anos de idade, enquanto ingressaram no mercado de trabalho quase 4,2 milhões de jovens. Assim, a geração de primeiro emprego representou tão somente 10,6% do total das vagas abertas no país durante os últimos dez anos pesquisados. Ou seja, a cada 10 postos de trabalho gerados, somente um ficou para os jovens. (Pochmann, 2007. p.6)

O setor informal, que representava uma das principais oportunidades de primeiro emprego demonstra ter perdido sua capacidade de absorção entre os anos 1995 e 2005: menos de 3% das vagas foram ocupadas (Pochmann, 2007).

A inserção ocupacional dos jovens brasileiros é precária e se caracteriza por elevadas taxas de desemprego e informalidade, além de baixos níveis de rendimento e elevado déficit de trabalho decente.

Este artigo parte de uma pesquisa que discute a percepção de jovens aprendizes com idade entre 16 e 20 anos, sobre a relação entre trabalho e qualificação. O foco da pesquisa parte da investigação sobre a percepção que estes jovens têm sobre o programa de aprendizagem que frequentam e o quanto são empoderados em relação ao seu futuro engajamento no mercado de trabalho. A pesquisa considera a Lei Brasileira nº 10.097/2000, conhecida como Lei da Aprendizagem, enquanto uma política pública de emprego que pode potencializar o conceito de trabalho decente para a juventude, possibilitando a construção de uma trajetória profissional aos jovens, especialmente aqueles de classes baixas. De acordo com os dados da pesquisa "Perfil da Juventude Brasileira" realizada no ano de 2003, os jovens atribuem vários sentidos ao trabalho, podendo ocupar uma centralidade como valor ou como direito. Enquanto valor, ele equivale à liberdade individual, adquirindo o sentido de uma demanda a satisfazer. A necessidade se relaciona ao trabalho e é de interesse tanto para os jovens que estão trabalhando quanto para aqueles que estão desempregados, e traz embutida a preocupação com a falta de emprego. Neste sentido, é possível observar que os obstáculos à reprodução social do jovem localizam-se na transição do sistema educacional para o mundo do trabalho sendo este um momento crucial para que o jovem afirme sua identidade e autonomia no contexto social.

A apreciação destas questões se deu a partir de revisão bibliográfica em torno de dilemas relacionados ao universo juvenil, aos obstáculos à reprodução social do jovem e à transição do sistema educacional para o mercado de trabalho. Foram considerados aspectos como a heterogeneidade da categoria juventude, o conceito de trabalho decente proposto pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), as políticas públicas de emprego direcionadas a este segmento da população e a relação entre educação e trabalho de adolescentes nesta faixa etária. A esta revisão, agregou-se o trabalho empírico fundamentado em visitas e entrevistas realizadas com aprendizes e equipe técnica de um Programa denominado Educação & Trabalho realizado numa Instituição na cidade de Belo Horizonte, em que se buscou a percepção dos aprendizes sobre as questões colocadas. A metodologia utilizada foi qualitativa, através de entrevistas com os aprendizes e permitiu evidenciar a importância de se analisar a relação entre o tempo do *devir* jovem com as primeiras experiências no mercado de trabalho, entendido aqui enquanto espaço de socialização. As entrevistas realizadas com os aprendizes revelaram que a percepção dos jovens acerca de questões como educação e trabalho se alterou a partir de sua entrada no Programa. Isto aponta a importância da Lei da Aprendizagem como tentativa de resguardar os jovens do trabalho precário e impulsioná-los para a construção de uma trajetória de trabalho decente a partir da valorização dos estudos e da qualificação. O estudo evidenciou que a Lei da Aprendizagem é uma política importante para auxiliar os jovens na busca pelo primeiro emprego e, portanto, pode contribuir na entrada deste segmento no mercado de trabalho, possibilitando a construção de uma trajetória profissional que pode alterar sua situação de origem. Este estudo também evidenciou a juventude enquanto uma representação social que varia de acordo com o tempo histórico de cada sociedade. Pois, foi possível observar a categoria juventude atrelada a situações socioculturais e econômicas temporárias e provisórias de identificação, a saber, a escola e o trabalho. Tais situações encontram-se relacionadas ao cenário complexo e contraditório do novo tempo, e atuam na construção da identidade social destes jovens.

2 Juventude e suas definições

O conceito de juventude é heterogêneo e passa pela diversidade de padrões vivenciados por distintos grupos de jovens. Corrochano *et al* (2008) chama a atenção para a importância em se diferenciar a categoria juventude como um momento específico da vida, entre a infância e a fase adulta.

> (...) é preciso considerar que os jovens são diferentes entre si a depender de sua classe social, sexo, cor/raça, mas são também sujeitos que vivem em um determinado contexto social, econômico e político: o início do século 21 em um país como o Brasil. Por mais diversos que os jovens sejam entre si, vivendo e significando de múltiplas formas os fenômenos atuais, é inegável que todos vivem em um momento bastante singular. (Corrochano *et al*, 2008.p.9)

A abordagem tradicional enfatiza a juventude enquanto um momento de transição em que os jovens passam por etapas diferentes para fechar um ciclo que tem início com o nascimento, passando pela entrada na escola e conclusão do aprendizado escolar, depois pela inclusão no mercado de trabalho, seguindo para a conquista da independência econômica, consequente saída da casa dos pais, constituição familiar e termina com a aposentadoria e morte.

De acordo com Dayrell (2003), essa imagem de transitoriedade refletida na juventude toma o jovem como um "vir a ser", cujas ações presentes somente terão sentido no futuro, na passagem para a vida adulta.

Entretanto, o relatório da OIT (2009) pontua que a imagem de transição não se aplica a todos os indivíduos. Pois, as alterações no mundo do trabalho e nos arranjos familiares, além do aumento da expectativa de vida média das pessoas levam a uma complexidade desses padrões pré-existentes: a sequência linear diminuiu e, as experiências de vida e expectativas da atual geração de jovens são mais complexas e menos previsíveis que as de outras gerações.

Outra imagem da juventude é ressaltada por Dayrell (2003): a "visão romântica", cristalizada a partir dos anos 1960, resultado da indústria cultural. Neste contexto, a juventude tem características relacionadas ao mercado de consumo com sua moda, músicas, revistas, além de se relacionar com liberdade, prazer e comportamentos exóticos. Essa ideia é adicionada pela visão desta etapa como um tempo para "ensaio e erro" e experimentações, associada a um "tempo de liberdade, prazer e expressão de comportamentos exóticos". Seria um tempo "marcado pelo hedonismo e pela irresponsabilidade, com uma relativização da aplicação de sanções sobre o comportamento juvenil". (Dayrell, 2003.p.41)

Essas imagens convivem com outra imagem do jovem reduzido ao campo da cultura, que expressa sua juventude somente em atividades culturais e, a juventude como um momento de crise. Este momento é caracterizado como uma fase difícil, permeada por conflitos com a autoestima. Seria um momento de desligamento da família e distanciamento, o que apontaria para uma crise da família enquanto instituição socializadora.

A existência de diferentes juventudes demonstra uma espécie de "vulnerabilidade etária", segundo Abdala (2005). Essa vulnerabilidade torna-se mais forte quando relacionada a aspectos como pobreza, gênero ou baixa escolaridade. Além disso, traz implicações nos programas de capacitação voltados para a população jovem que devem focar suas intervenções para as diferentes juventudes.

Para além das abordagens tradicionais, Dayrell (2003) propõe uma compreensão dos jovens como sujeitos sociais que "constroem um determinado modo de ser jovem". A juventude seria, portanto, um momento singular vivido pelos jovens. Existe, segundo ele, um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo na juventude e, o que varia é a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado, lida com esse momento e o representa. Assim, diante dessa diversidade baseada em condições sociais, culturais e de gênero, não se torna viável considerar a juventude presa a critérios rígidos, mas

> (...) como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta. (Dayrell, 2003. p.42)

O sujeito age no e sobre o mundo e se produz nessa ação, sendo ao mesmo tempo, produzido em suas relações sociais. Este é o aspecto do ser humano enquanto construção e, na medida em que se constrói enquanto ser humano se constrói também enquanto sujeito social. A essência do ser humano se encontra nas relações sociais, que incluem as relações dos jovens com o trabalho, sua inserção no mercado e a construção de sua trajetória profissional.

É possível evidenciar diferenças na representação social dos jovens de classe alta e de classe baixa, especificamente em relação ao trabalho, emprego e educação. Cada jovem se relaciona de modo diverso com as variáveis trabalho, emprego e educação e a importância dada a estes aspectos varia de acordo com a classe à qual pertence.

O tempo do "vir a ser" do jovem inevitavelmente se desdobra na relação estabelecida com o mercado de trabalho, uma vez que o desemprego juvenil é tido também como consequência da elevada rotatividade, característica dessa fase de vida. Segundo este argumento, o jovem tem suas primeiras experiências no mercado de trabalho exatamente no momento considerado como um "vir a ser" e, seria "normal" passar por vários empregos para acumular conhecimentos e experiências que poderiam ser útil numa ocupação futura. Esse momento assume "uma noção de 'moratória social' concedida a todo jovem – tomando esse ciclo de vida como um tempo de experimentação e escolha". (IPEA, 2008. p.48)

A afirmação de vários autores de que um dos marcos da passagem da juventude para a vida adulta é o ingresso no mundo do trabalho, se reforça diante dessa visão da juventude como moratória social. Entretanto, não é possível generalizar o argumento da moratória social para todos os jovens, já que para muitos, o trabalho não é somente uma forma de construir uma trajetória profissional. Ao ingressar no mercado de trabalho, muitos almejam uma forma de contribuir para sua sobrevivência e de sua família. E, nessa situação, acabam se lançando em busca de trabalho para complementar a renda familiar, diante da situação de desemprego de familiares.

3 A relação entre trabalho e educação

O ingresso no mercado de trabalho, paralelo a conclusão escolar constitui um marco importante na transição dos jovens para a vida adulta. Em boa parte dos países desenvolvidos esse ingresso ocorria após a conclusão da escolaridade formal. Entretanto, no Brasil, essa nunca foi uma realidade homogênea e predominante para a maioria dos jovens. O início da vida ativa começa antes mesmo da conclusão da escolaridade e o que se percebe é uma tentativa dos jovens em combinar trabalho e estudo.

Segundo Pochmann (2007), a relação entre educação e trabalho demonstra que a alteração das condições do mercado de trabalho não são contidas pela melhoria educacional. Pois, mesmo diante da elevação dos índices educacionais, na década de 1990, o Brasil manteve elevados os níveis de desemprego, precariedade, sobretrabalho e deterioração de renda. Isto significa desgaste e desperdício de habilidades educacionais em atividades precárias. Os empregos em segmentos educacionais mais elevados acabam por excluir os mais pobres que não têm acesso à educação de qualidade e não completam seus estudos. Este é um círculo vicioso que impediu que a educação revelasse seu potencial de transformar as relações humanas e agregar valor à produção no mercado de trabalho brasileiro. Assim, a inserção ocupacional dos jovens brasileiros mostra-se precária e caracterizada por elevadas taxas de desemprego e informalidade, baixos níveis de rendimento e elevado déficit de trabalho decente.

Ademais, o nível de educação atual deixou de ser garantia de acesso ao mesmo tipo de ocupação de décadas atrás. Isso ocorre devido às transformações que afetaram e continuam afetando as organizações em todas as sociedades. Diante disso, a escolaridade e a qualificação tornaram-se requisitos imprescindíveis no alcance de uma oportunidade de trabalho, especialmente para os mais jovens, que ainda não ocuparam uma vaga nesse mercado e não possuem experiência profissional que os qualifique a uma vaga de emprego.

No período fordista de produção, era exigido um perfil de trabalhador capaz de ajustar-se aos métodos de produção através da articulação de novas competências e novas formas de viver, pensar e sentir. Os métodos de trabalho não mobilizavam energia intelectual e criativa. O trabalhador precisava apenas de uma concepção de mundo que justificasse sua alienação e suprisse as necessidades do capital. O fundamento do fordismo é

a fragmentação entre atividade intelectual e material, entre produção e consumo. Assim, as relações sociais, produtivas e a escola educam o trabalhador para essa divisão. O conhecimento científico e desenvolvimento gerado são distribuídos desigualmente.

Quando as bases materiais de produção mudam, as demandas do novo trabalhador também mudam e a lógica passa a ser a polarização entre competências. As capacidades passam a se chamar competências e passam de habilidades psicofísicas para competências cognitivas complexas (Kuenzer, 2005). Nesse contexto, o conteúdo do trabalho aparentemente amplia-se quando a linha de produção é substituída pela célula de trabalho. Entretanto, um trabalhador passa a cuidar de várias máquinas e sua atividade é esvaziada e os requisitos de qualificação reduzidos com intensificação do uso da força de trabalho, que passa a ser mais explorada.

A partir dos anos 90, com a incorporação da ciência e da tecnologia aos processos produtivos e sociais, as tarefas tornaram-se mais simples, mas, ampliou-se a exigência de conhecimento e qualificação do trabalhador, além da ampliação de sua escolaridade através de permanentes processos de educação continuada. A relação entre trabalho e educação passou a ser mediada pelo conhecimento enquanto domínio de conteúdos e de habilidades cognitivas.

No quadro das mudanças no processo produtivo, especialmente, a reestruturação produtiva tem enfatizado a necessidade de um novo perfil de trabalhador, com maior nível de qualificação, escolaridade avançada, que assuma mais responsabilidades, seja mais participativo e comprometido com os objetivos da empresa. Por exemplo, o ensino médio pode ser uma condição necessária, mas não suficiente para uma inserção exitosa no mercado de trabalho. Entretanto, o mesmo grau escolar hoje em dia não outorga as mesmas habilidades que antes, dado que os requisitos do mercado também mudaram. De forma pragmática, o nível educacional não tem se mostrado como um determinante na inserção dos jovens no mercado de trabalho, porque sua qualidade é questionável e o nível de escolaridade oscila, com trajetórias escolares interrompidas, seja para trabalhar ou devido à repetência e consequente desmotivação do jovem.

Mas, a melhoria na quantidade e na qualidade da educação é e continuará sendo uma condição simbólica para a inserção individual e coletiva no mercado de trabalho. Simbolicamente, na medida em que o nível de escolaridade aumenta, a possibilidade de inserir-se no mercado pode aumentar para os jovens, uma vez que a demanda é por jovens com escolarização e qualificação. O Brasil, entretanto, encontra-se defasado: seu "sistema educacional mostra-se inadequado para a maioria dos trabalhadores, não permitindo que todos completem o ensino médio" (Pochman, 2005.p.108).

Essas deficiências se agravam pela precariedade do mercado de trabalho, que levam jovens e crianças para o trabalho e os adultos para o desenvolvimento de atividades precárias e instáveis.

Bonetti (2008) elucida que a lógica do capitalismo global focada num "Estado mínimo" impõe um padrão para igualar as diferenças, segundo o qual é necessário que o indivíduo adquira competências tecnológicas para se incluir ou continuar incluído no mundo do trabalho. A garantia de emprego deixa de ser elemento integrador e igualador de diferenças. O Estado se exime da responsabilidade pelas diferenças existentes e assegura as condições para que a competitividade exista através de inovações tecnológicas, flexibilidade do mercado e subordinação da política social à política econômica.

Neste contexto, a sociedade passa a exigir das pessoas a universalização de padrões tecnológicos, hábitos culturais e de consumo como elementos indispensáveis na produção econômica. Trata-se de uma hegemonia mundial que nega as diferenças e opera segundo a norma da homogeneização.

Diante dessas circunstâncias, forma-se o novo conceito de ocupação, como um novo paradigma de emprego, mais flexível, precário e desprovido das garantias de estabilidade associadas ao padrão convencional (Dupas, 2001). Neste sentido, a modernidade alterou significativamente a natureza do trabalho e o processo produtivo. O desemprego, antes acidental, passa a expressar uma crise conjuntural, posteriormente definindo-se como estrutural. Sua lógica passa a ser operada pela exclusão e não pela inclusão de toda a sociedade no mercado de trabalho.

Este contexto penalizou todos os trabalhadores, especialmente os jovens que, diante da pouca oferta de emprego, não possuem condições de equidade em meio à concorrência do mercado de trabalho.

O segmento jovem é afetado ainda por outra variável: a busca pelo primeiro emprego, aliado ao fato de que, em momentos de crise econômica os jovens são os primeiros a perderem o posto de trabalho, muitas vezes

sem quaisquer garantias trabalhistas. O ingresso no mundo do trabalho é alternado entre a procura e passagem por diferentes ocupações, que geralmente são mais instáveis e em condições de trabalho mais precárias que as do adulto. Essa situação de inatividade do jovem é geralmente associada à passagem pelo sistema escolar, enquanto a situação de atividade diz respeito à entrada no mercado de trabalho (Pochmann, 1998).

Muitos jovens de famílias pobres se veem obrigados, por necessidades econômicas, a incorporar-se no mercado de trabalho precocemente e, acabam conseguindo empregos precários, com poucas perspectivas de melhoras no futuro. Isso gera um vínculo entre as gerações num contexto de pobreza.

O mercado exige experiência de trabalho, mas, para muitos jovens que buscam trabalho pela primeira vez, é muito difícil acumular experiência. Além disso, o mercado não reconhece a experiência gerada em muitas das ocupações acessíveis para os jovens de baixo nível educativo, sendo quase impossível para este grupo criar uma trajetória ascendente no trabalho. Weller (2006) assinala que, ainda que uma capacitação não possa corrigir as falhas de uma educação insuficiente, pode ser simbólica para melhorar a empregabilidade dos jovens de nível educativo médio e baixo. Especialmente em programas de capacitação que combinam formação teórica com as primeiras experiências práticas no mercado. Um exemplo desse tipo de programa são os programas "Jóvenes", aplicados em vários países da América Latina, que podem apoiar, até certo ponto, uma inserção com potencial para trajetórias ascendentes, ao gerar experiências práticas reconhecidas pelo mercado.

Abdala (2005) ao falar sobre os modelos de capacitação de jovens, desenvolvidos na América Latina ressalta que os programas de formação encontram-se ainda centrados na formação do jovem para o trabalho, ainda que a noção atual de capacitação envolva uma ênfase em conhecimentos e valores além da aplicabilidade ao trabalho. Sua crítica não se restringe à necessidade de diversificação e renovação da formação tradicional, vai além: as políticas de emprego e capacitação de jovens estão centradas na preparação para o mercado de trabalho sem se preocupar em protegê-los das flutuações do mercado.

No Brasil, a Lei n° 10.097 de 19 de dezembro de 2000, conhecida como Lei do Jovem Aprendiz que propõe a inserção dos jovens no mercado formal de trabalho atua no sentido proposto por Weller (2006), de proporcionar aos jovens a primeira experiência no mercado de trabalho, aliando formação teórica à prática. Trata-se de uma iniciativa de regulamentar o trabalho juvenil através do acompanhamento e qualificação dos jovens durante a vigência de seu contrato nas empresas. Os programas de qualificação baseados nesta Lei tentam minimizar os efeitos da crise do emprego para os jovens, além de estimular a continuidade dos estudos e promover o desenvolvimento de atividades sociais e comunitárias, acompanhadas pelo benefício econômico da inserção no mercado de trabalho. Resta saber se seus resultados alcançam eficiência em termos de inserção ocupacional dos jovens e, se o acesso ao mercado de trabalho é diretamente proporcional ao nível de qualificação, seguindo uma trajetória ascendente.

4 A Lei da Aprendizagem

Neste contexto, a Lei da Aprendizagem emerge como possibilidade de construir uma trajetória profissional focada no desempenho e mérito. Trata-se de uma tentativa de resguardar os jovens do trabalho precário e impulsioná-los a partir da valorização dos estudos e da qualificação.

Esta Lei é instrumento normativo que tenta elevar o padrão de inserção dos jovens no mercado de trabalho através de cursos de aprendizagem e qualificação que visam o desenvolvimento de habilidades interpessoais e profissionais como chave de entrada no mercado de trabalho. Além disso, tenta estimular o sentimento de pertencimento a um mercado de trabalho muito concorrido. Em geral, o público atendido por este tipo de programa é composto por jovens de classe média e baixa que precisam contribuir financeiramente em casa mesmo que de forma indireta, arcando com suas despesas pessoais, o que pode "aliviar" o orçamento familiar.

A Constituição da República Federativa do Brasil determina a idade de 16 anos como a idade mínima para trabalhar, e admite, a partir de 14 anos apenas o trabalho como aprendiz. Esta modalidade de trabalho na condição de aprendiz é regulamentada pelo Decreto Lei n.o 5.598/2005, que define aprendiz como "todo trabalhador com idade entre 14 e 24 anos e que celebra contrato de aprendizagem como um contrato especial de trabalho", segundo o qual, "o empregador deverá fornecer ao aprendiz formação técnico-profissional compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico" (OIT, 2009).

Para cumprir às exigências da Lei, as empresas de médio e grande porte devem empregar e matricular nos cursos de qualificação de jovens aprendizes, número de aprendizes equivalente a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. A exceção é válida para as microempresas e entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a educação profissional, facultadas a realizar a contratação dos aprendizes.

A Lei n° 10.097/2000 surgiu a partir de uma revisão do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Tal Lei constitui um marco para a aprendizagem, porque rompe com a postura assistencialista e, sua concepção de aprendizagem aliada ao ECA, considera a condição peculiar do adolescente como pessoa em desenvolvimento e sujeito a direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição Federal, ressaltando o direito constitucional à profissionalização.

Ponto crucial na aplicação da Lei é distinguir entre aprendizagem e trabalho, já que esses jovens devem ser empregados como aprendizes, submetidos a uma legislação especial. A definição da "condição de aprendiz" não foi definida na Lei n° 10.097/2000, porém, os Arts. 403 e 428 e seguintes da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) preveem alguma caracterização para esse tipo de trabalho:

> ART.403 É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
> Parágrafo único. O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a freqüência a escola.
> ART. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação. (Colares, 2005. P. 47)

A pesquisa que norteia a presente análise foi realizada numa Instituição localizada em Belo Horizonte, Minas Gerais, que faz a captação de recursos e de parcerias com outros segmentos para financiar seu Projeto de qualificação de jovens aprendizes.

O Projeto pesquisado tem o objetivo de fazer o elo entre o jovem e sua primeira experiência profissional no mercado de trabalho formal, sendo suas atividades regulamentadas pela Lei da Aprendizagem (10.097/2000) que propõe

> Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a 5 (cinco) por cento, no mínimo, e 15 (quinze) por cento no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. (Decreto nº 5598/05, Capítulo IV, Seção I, Art. 9)

Faz parte deste programa de aprendizagem, um curso de iniciação profissional, com carga horária de 60 horas, para adolescentes residentes em comunidades consideradas como sendo de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Em seguida, os jovens que obtêm um desempenho satisfatório são inseridos nas empresas como aprendizes e passam a receber uma formação técnico-profissional, desenvolvida tanto na Instituição responsável pela qualificação, quanto na empresa que os admite.

O adolescente permanece no Programa por um período de 18 meses ao final do qual, acredita-se que terá um diferencial competitivo no mercado em relação aos jovens que não passam por tal programa de qualificação.

O Programa de qualificação funciona como elo entre o jovem e sua primeira experiência profissional no mercado de trabalho formal através de uma metodologia sócio-interacionista, onde o conhecimento é construído coletivamente, permitindo que o adolescente reflita sobre a realidade e suas vivências. Os profissionais

envolvidos no processo de aprendizagem desenvolvem o trabalho de forma interdisciplinar, abordando o conteúdo profissional junto às diversas áreas do conhecimento, tais como ética, cidadania, educação sexual e meio ambiente, além de atividades culturais e recreativas.

Dessa forma, são proporcionadas todas as condições para que os adolescentes identifiquem o papel da profissão, conectando-a ao seu tempo e espaço, influenciando na sua auto-estima e no seu crescimento pessoal, pelo estímulo ao sentimento de aceitação e de pertencimento a um mercado de trabalho que é muito concorrido, onde porém, eles poderão se inserir com as mesmas possibilidades de qualquer outro competidor.

Do total de adolescentes atendidos pelo Programa, 66,37% são meninas e 33,62% meninos, na faixa etária entre 16 e 20 anos. 26,13% já concluíram o ensino médio e 73,87% estão cursando. 73,57% residem em Belo Horizonte e 26,43% em municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Em sua maioria, são jovens oriundos de famílias com renda média de dois salários mínimos, que precisam contribuir financeiramente mesmo que de forma indireta, arcando com despesas pessoais ou relacionadas à complementação de estudos como cursos de informática ou língua estrangeira.

Nas entrevistas realizadas percebe-se que a motivação dos jovens para participarem do Programa é a vontade de "mudar de vida". A possibilidade de ter um futuro profissional e mudar a trajetória de vida familiar em que os pais nem sempre possuem escolaridade elevada ou qualificação profissional é o que atrai os jovens para programas desse tipo. Muitos vêm de uma trajetória de trabalho informal e, a partir da qualificação que recebem, passam a vislumbrar a possibilidade de crescimento profissional, pessoal e econômico.

O Programa baseia-se na necessidade de que os jovens identifiquem o papel da profissão, conectando-a ao crescimento pessoal e ao pertencimento a um mercado de trabalho que é muito concorrido, onde, porém, eles poderão se inserir com as mesmas possibilidades de qualquer outro competidor.

A visão de que o Programa funciona como elo entre o jovem e sua primeira experiência profissional no mercado de trabalho formal se reforça no imaginário dos adolescentes que o consideram uma oportunidade para o crescimento profissional e uma porta de entrada para o mercado.

O curso mais procurado pelos jovens é o de auxiliar administrativo devido à crença de que trabalho administrativo, em escritório, é trabalho qualificado, com status e prestígio. O curso de telemarketing é o menos procurado: segundo gestores do Programa, os adolescentes que o procuram são aqueles que aceitam qualquer coisa devido à necessidade e urgência financeira.

O público atendido por este tipo de programa é de jovens de classe média e baixa que precisam contribuir financeiramente em casa mesmo que de forma indireta, arcando com suas despesas pessoais, o que pode "aliviar" o orçamento familiar. A percepção é de que os jovens que procuram por este tipo de programa buscam experiência e conhecimento para, futuramente, se inserir no mercado de trabalho: a experiência do primeiro emprego e o conhecimento que agrega ou supre lacunas do sistema de educação formal.

Sobre a relação entre estudo e trabalho, aqueles que ainda não concluíram o ensino médio passam a valorizar mais os estudos após a entrada no curso de aprendizagem. Pois, percebem que o mercado valoriza e exige qualificação, não bastando somente o ensino médio. Por este motivo, vários já possuem o sonho de ingressar em faculdades ou cursos técnicos. Neste sentido, a participação no Programa de Aprendizagem acaba estimulando os jovens a prosseguirem em seus estudos. Além disso, os adolescentes passam a dar importância à fatores como transformação da vida a partir do desenvolvimento emocional que afirmam adquirir a partir de sua entrada neste Programa.

5 Conclusão

No presente estudo, destaca-se como interesse da pesquisa realizada a importância do trabalho como valor e necessidade, elementos mais presentes nas entrevistas e grupos focais realizados.

O trabalho poderia se justificar enquanto categoria importante para os jovens simplesmente por uma necessidade de subsistência e, mesmo quando esta é sua justificativa, os jovens tendem a enxergá-lo como oportunidade de aprendizado e acesso a tipos diversos de consumo e também como emancipação econômica.

O elo entre juventude e trabalho mostra-se como construção social que se manifesta no mercado através do que

Guimarães (2008) denomina como "inserção aleatória" em que três condições se alteram: o rompimento da equiparação entre trabalho e emprego remunerado; o modelo do trabalhador permanente por tempo completo (surgem novas formas de contrato de trabalho) e os contratos de longa duração tornam-se escassos. Ademais, o trabalho cresce "despadronizado", com intensas transições entre situações ocupacionais, pois, as trajetórias ocupacionais deixam de ser previsíveis.

A pesquisa realizada permite afirmar ainda que Lei da Aprendizagem é uma política pública de emprego no formato de um contrato especial de trabalho, que permite ao jovem o início de seu desenvolvimento profissional e a possibilidade de acesso a postos de trabalho de qualidade durante o período em que participa do programa. Além disso, esta legislação é uma política pública que procura fortalecer as ações de elevação da escolaridade dos jovens; investimento em ações contra a evasão escolar precoce, ampliação das oportunidades de educação profissional e ampliação do acesso à cultura. Cabe ao Estado acompanhar os resultados e definir mecanismos de evolução e controle de programas que atendam à Lei da Aprendizagem, para que os benefícios econômicos da inserção no mercado de trabalho sejam sustentáveis.

Neste contexto, a participação em programas de qualificação e a inserção no mercado de trabalho formal emergem como instrumento que permite a elevação da autoconfiança do jovem fazendo-o acreditar que seus esforços serão recompensados. Desta forma, atua diretamente na representação social do trabalho e da educação na vida do público atendido. Uma vez que o aprendiz passa a se perceber enquanto agente capaz de modificar sua trajetória de vida pelo trabalho e estudo, sente-se empoderado e com possibilidades de sair do papel de jovem fragilizado por suas condições econômicas e sociais, abandonando o lugar do devir jovem. Trata-se de uma ênfase na dimensão atitudinal e na confiança do próprio esforço para seguir adiante.

Referências

ABDALA, Ernesto (2005), "Nuevas soluciones para um viejo problema: modelos de capacitación para el empleo de jóvenes. Aprendizajes em América Latina". In: ABDALA, E., JACINTO, C., SOLLA, A.(coord.) *La inclusion laboral de los jóvenes: entre La desesperanza y La construcción collectiva.* Montevidéu: CINTEFOR/OIT.

BONETTI, Lindomar Wessler (2008), *Jovem pobre, pobre jovem: a condição de acesso ao ensino superior no Brasil*, 218 p.

BRASIL. Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005 (2005), *Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências.* Diário Oficial da União, Brasília..

CORROCHANO, Maria Carla et al. (2008) *Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Ação Educativa.

DAYRELL, Juarez (2003), *O jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação.* Rio de Janeiro, 24, pp. 40-52.

DUPAS, Gilberto (1999), *Economia Global e Exclusão Social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo.* São Paulo: Paz e Terra.

GUIMARÃES, Nadya Araújo (2008), "Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil?". In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). *Retratos da Juventude Brasileira***.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, pp. 149-174.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) (2008), "Juventude e trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo". *Boletim de Políticas Sociais: acompanhamento e análise*, 15, pp.25-32.

KUENZER, Acacia Zeneida (2005), "Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho". In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L.; LOMBARDI, J.C. (Org.). *Capitalismo, trabalho e educação.* 3. ed. Campinas: Autores Associados, pp. 77-96.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (2009), *Trabalho decente e juventude no Brasil.* Brasília: OIT.

POCHMANN, Márcio (1998), *A Inserção ocupacional e o emprego dos jovens.* São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, 6.

POCHMANN, Márcio (2007), "Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos". São Paulo, 2007. Disponível em http://www.emater.mg.gov.br/ (consultado em 15/04/2010).

POCHMANN, Márcio (2005), "Educação, trabalho e juventude: o dilema brasileiro e a experiência da Prefeitura de São Paulo". In: POCHMANN, Márcio (Org.). *La inclusion laboral de los jóvenes: entre La desesperanza y La construcción colectiva*. pp. 106-120.

POCHMANN, Márcio (2000), "Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 90". In:HORTA,Carlos Roberto.CARVALHO,Ricardo A. Alves de.(Org.) *Globalização, trabalho e desemprego:processo de inserção, desinserção e reinserção: enfoque internacional.* Belo Horizonte; C/ Arte.

WELLER, Jürgen (2006), "Inserción laboral de jóvenes: expectativas, demanda laboral y trayectorias". *Boletin redEtis*. Chile, 5.

A "geração Y" e o trabalho na área de Tecnologia da Informação: a relação entre a(s) juventude(s) e o discurso da flexibilidade geracional

Aline Suelen Pires[1]

Resumo: Serão apresentados alguns resultados de pesquisa de pós-doutorado que tem por objetivo compreender de que maneira jovens trabalhadores da área de Tecnologia da Informação (TI) vivenciam a nova configuração do trabalho, marcada, sobretudo, pela flexibilidade. Cada vez mais, o trabalho se caracteriza por ser temporário, organizado por projetos, por se realizar em tempos e espaços variáveis, por ser dependente das redes e individualizado. Ao mesmo tempo, também ganha força a ideia de que os jovens estariam mais aptos para essas experiências, por serem mais móveis, flexíveis, criativos e abertos ao risco, discurso que se reforça com a noção de "geração Y". Assim, problematizamos o discurso da flexibilidade geracional, utilizando o recorte do trabalho no setor de TI, que é uma das áreas que mais se desenvolvem no contexto do trabalho flexível e que conta com uma expressiva participação de jovens.

Palavras-chave: trabalho, flexibilidade, juventude, tecnologia da informação, geração Y

1. Introdução

A partir da década de 1970, passamos a vivenciar uma série de profundas mudanças no mundo do trabalho. Com a crise do modelo fordista de produção e o declínio do Estado de bem-estar social, os países centrais passaram a experimentar um processo de precarização do trabalho, na medida em que houve aumento do desemprego, perda de direitos sociais atrelados ao trabalho, desregulamentação do mercado de trabalho, crescimento da informalidade e precarização dos contratos de trabalho (Harvey, 1993; Castel, 1998). A "reestruturação produtiva" atinge também o Brasil, mas não da mesma forma que a Europa, uma vez que a informalidade e a instabilidade sempre marcaram nosso mercado de trabalho.

As novas configurações do trabalho passam a apoiar-se sobre a ideia da "flexibilidade". Cada vez mais, o trabalhador tem sua vida organizada "por projetos", trabalha em horários diferenciados ou deixa de ter uma "rotina" de trabalho: as fronteiras entre momentos de "trabalho" e "não trabalho" tornam-se indefinidas. Além disso, passa a ser responsabilizado por sua própria qualificação e empregabilidade, o que fortalece o discurso do empreendedorismo, no qual arriscar-se e buscar novos desafios adquire um sentido positivo. As relações passam a ser estabelecidas através de redes, as quais possibilitarão o acesso a oportunidades e informação (Boltanski e Chiapello, 2009; Sennett, 2009). Em suma, a lógica da auto-responsabilização e do individualismo se fortalece.

O fim do século XX também trouxe grandes mudanças no âmbito da tecnologia, especialmente no que se refere às chamadas "tecnologias da informação", o que alterou substancialmente as formas de produzir e as relações entre as empresas, "uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade em um sistema de geometria variável" (Castells, 1999: 99). A circulação de informações em tempo real foi facilitada, estabelecendo-se novas formas de relação com o tempo e com o espaço e propiciando uma internacionalização cada vez maior da produção.

O setor de Tecnologia da Informação (TI), é um dos que mais se desenvolvem no contexto da flexibilidade, incentivado por uma série de inovações surgidas na área da informática a partir dos anos 1970, sobretudo nos Estados Unidos (Castells, 1999). Esse setor é marcado pela diversidade de atividades e de profissionais nelas

---

1 Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), mestre em Sociologia e bacharel em Ciências Sociais pela mesma universidade. Desde a pós-graduação, vem desenvolvendo pesquisas na área de Sociologia do Trabalho. No mestrado e no doutorado, trabalhou com o tema do cooperativismo e economia solidária. Atualmente, desenvolve pesquisa de pós-doutorado, também na UFSCar, estudando a relação entre juventude e trabalho no setor de Tecnologia da Informação. É participante do Grupo de Estudos Trabalho e Mobilidades, na UFSCar e do grupo Contradições do Trabalho no Brasil Atual, na Universidade de Campinas (Unicamp).

inseridos. Assim, não existe um consenso em torno da definição da TI, nem sobre quais seriam as categorias profissionais e ocupações características desse setor. De forma abrangente, Castells (1999) afirma que a TI é um conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação (software e hardware), telecomunicações e radiodifusão, optoeletrônica e engenharia genética. Castro (2013: 9) diz que a TI seria "uma espécie de guarda-chuva de práticas, ofícios e de uma indústria específica de produção de softwares e oferta de serviços: aquela que se especializou no desenvolvimento de soluções informáticas para os mais diversos fins". No entanto, em tempos de flexibilidade, fluidez e rápidos avanços tecnológicos, parece inútil qualquer esforço por uma caracterização definitiva, mesmo porque este parecer ser um setor em (constante) construção.

É muito expressiva a participação dos jovens nesse mercado de trabalho. Segundo a SOFTEX (2012), a Indústria Brasileira de Software e Serviços de TI conta com uma força de trabalho jovem: em 2009, 51% dos profissionais da área de TI que atuavam no setor tinham de 18 a 29 anos de idade. Assim, "estamos observando un momento instituyente en donde los jóvenes estan desempeñando un papel protagónico en la interacción con las nuevas tecnologías de la información" (Gutiérrez, 2012: 114).

Para Feixa (2010), vivemos em um tempo de predomínio dos jovens, ou do "império dos jovens". Esse momento vem sendo preparado há mais de um século, mas não é possível afirmar se é um fenômeno passageiro ou se veio para ficar. Para Ravasco e Mancebo (2010), a partir do século XX, a juventude se expandiu e se tornou um "lugar" onde todos querem viver para sempre, independentemente da idade. Aparece a ideia de que os mais velhos teriam esquemas mentais mais inflexíveis, avessos ao risco e não teriam a energia necessária para enfrentar as exigências do trabalho flexível, e, assim "flexibilidade equivale a juventude; rigidez, a idade" (Sennett, 2009: 110).

A concepção de que o jovem seria mais aberto às mudanças, a horários e espaços de trabalho flexíveis e aos desafios propostos pelos "novos tempos" faz com que passem a ocupar um lugar especial no mercado de trabalho na atualidade (Canclini, 2012; Pozo, 2012; Sennett, 2009). Com isso, a noção de "geração Y" [2] parece ganhar, cada vez mais, a atenção da mídia e das empresas. Há um forte discurso de que esses jovens de 20 a 35 anos (aproximadamente) seriam diferenciados em relação às gerações anteriores, acompanhando a rapidez das inovações tecnológicas e reproduzindo o ideal de flexibilidade, o que os tornaria alvo de grande interesse das empresas.

Este trabalho é fruto de pesquisa de pós-doutorado em Sociologia em andamento na UFSCar, apoiada pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). A proposta da pesquisa é tentar compreender em que medida os jovens inseridos em um mercado de trabalho assim configurado, especificamente no setor de TI, incorporam o ideal do empreendedorismo, da inovação, da autonomia, da flexibilidade do tempo e do espaço, enfim, da vida. Buscamos verificar se a geração pode ser considerada uma variável importante para entendermos como esses jovens trabalhadores vivenciam o "novo mundo do trabalho". Assim, estamos realizando entrevistas com profissionais do estado de São Paulo a partir de um roteiro semiestruturado. Até agora, foram realizadas 20 entrevistas, as quais estão em processo de análise. Os entrevistados são homens e mulheres, têm entre 23 e 37 anos de idade, possuem níveis e tipos variados de qualificação e vinculação trabalhista.

Em seguida, passaremos a discutir alguns aspectos levantados pela pesquisa a partir de quatro "personagens". Estes são profissionais escolhidos para representarem os perfis de nossos entrevistados e cada um deles chama a atenção para um ou mais temas desenvolvidos pela pesquisa. Suas falas e características permitem discussões que contemplam o conjunto de entrevistas realizadas até aqui.

2. O trabalho flexível e sem fim: Leonardo

Leonardo tem 28 anos, é branco, casado e não tem filhos. Sua formação é em engenharia elétrica, trabalha como consultor na área de TI na multinacional A, localizada na cidade de São Paulo. Como consultor, não costuma trabalhar na própria empresa, mas no espaço do cliente para a qual a empresa presta serviço. Seu espaço

---

2 A literatura da área de administração caracteriza as diferentes "gerações": a geração X (nascidos entre meados da década de 1960 e fins dos anos 70) seria mais cética, pragmática, egocêntrica e prioriza o trabalho; os baby-boomers (nascidos entre meados dos anos 40 e meados dos 60) caracterizam-se pelo respeito aos valores familiares, disciplina e ordem; a geração dos tradicionais (nascidos entre 1920 e meados dos anos 40) seria caracterizada pela disciplina, honra, respeito e organização (Oliveira, 2010). Haveria ainda uma nova geração em formação (geração Z), dos nascidos a partir do fim dos anos 1990.

de trabalho pode mudar de acordo com o cliente ou com o projeto no qual está inserido. Este é seu terceiro trabalho, tendo atuado em outras duas empresas, sempre na área de TI. Sua inserção no mercado de trabalho se deu a partir de uma oportunidade de estágio, depois passou a ser CLT *flex*[3] e, desde então, seus vínculos trabalhistas têm sido como celetista.

A questão da flexibilidade perpassa toda a fala de Leonardo, bem como as falas de todos os nossos entrevistados. Como destaca Harvey (1993), a flexibilização tornou-se uma tendência e uma necessidade nas empresas, nos processos de trabalho, nos mercados de trabalho, nos produtos e nos padrões de consumo, ou, como resume Bauman (2001: 185), "*flexibilidade* é a palavra do dia".

Benner (2002: 14) diz que a flexibilidade seria "a habilidade de mudar ou reagir à mudança com a mínima perda possível de tempo, gasto ou desempenho", mas ressalta que a noção de "flexibilidade do trabalho", muito difundida e vulgarizada, simplifica um fenômeno extremamente complexo. A flexibilidade interna das empresas envolve diversas práticas que servem para aumentar a habilidade dos trabalhadores em se ajustarem a demandas variáveis (competências polivalentes, categorias de trabalho abrangentes, trabalho em equipe). A flexibilidade externa refere-se às práticas que permitem obter vantagens das relações externas, bem como acessar competências e habilidades que permitem o ajustamento às demandas variáveis de trabalho (práticas de alta rotatividade de funcionários, contratação de trabalhadores temporários ou de tempo parcial, subcontratação e *home-workers*[4]). A flexibilidade do trabalho compreende as rápidas mudanças na quantidade de trabalho e nas habilidades requeridas para a realização do trabalho, sofrendo influência direta das inovações da tecnologia da informação. A flexibilidade nas relações de emprego, caracterizada pelos altos níveis de rotatividade, curtos períodos de emprego e diversidade de contratos, é moldada pelo ambiente legal, institucional e organizacional (Benner, 2002).

A consultoria é uma das possibilidades de atuação de um profissional da área de TI, função que, segundo Leonardo, exige diversos tipos de conhecimentos e grande capacidade de adaptação às mais diversas situações:

> A função do consultor, tem que ser uma figura bem versátil. A princípio, domina uma tecnologia específica. Eu trabalho com consultoria na parte de *analitics*, geralmente em base de dados... E já trabalhei com integração de dados, um pouquinho de B.I. [*business intelligence*], de especificação. Se pegarmos a cadeia de desenvolvimento de TI, pensando em especificação, desenho de solução de arquitetura, implementação e teste, eu já passei por todas as etapas. Minha função maior é conseguir fazer com que o software agregue valor pro cliente, não é apenas uma implantação em si, mas entender como aquilo vai trazer valor, mostrar esse valor pro cliente pra poder fazer mais vendas.

Essa fala revela a necessidade da flexibilidade para a função. Além disso, Leonardo ressalta que, mesmo estando em um emprego formalmente registrado e com todos os benefícios garantidos, sua empregabilidade ainda depende muito de seu esforço em "se alocar", como diz. Dentro da empresa, ele atua em sucessivos projetos. É um pressuposto que ele sempre esteja "alocado" em algum projeto, e a responsabilidade por essa alocação é, em grande parte, sua. Ele precisa estar informado sobre os projetos existentes, possuir as qualificações técnicas necessárias (que mudam constantemente) e estabelecer redes com gerentes, colegas de trabalho e clientes que tornem possível essa alocação. Nas palavras de Leonardo:

> Rotina zero. A princípio, a demanda é por projetos. Se você está desalocado, pode haver uma proposta. Eu nunca fiquei desalocado, mas se for vai trabalhar em propostas para novos projetos e são várias fases, vários ciclos, então nunca é um

---

3 Trabalhadores contratados em regime de CLT ou "celetistas" são aqueles que têm um contrato de trabalho formal, registrado em carteira de trabalho, conforme as normas da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), que é a legislação que regulamenta as relações de trabalho no Brasil. No formato chamado de "CLT *flex*", o trabalhador é registrado efetivamente pela empresa em que trabalha, mantém vínculo empregatício entre trabalhador e empregador, porém registra-se um valor salarial abaixo do que realmente é pago. A diferença é paga na forma de reembolso, bônus, prêmio entre outros" (Oliveira, 2009: 75). Recebe essa denominação em analogia com vínculo CLT convencional, também chamado de "CLT *full"* por alguns entrevistados.

4 Profissionais que utilizam a casa como espaço de trabalho.

> trabalho repetitivo, é sempre uma coisa nova. (...) O primeiro ponto seria o seu próprio esforço. Você é responsável por se alocar, não só você, existe uma equipe que trabalha com alocação de recursos, projetos disponíveis, perfis, para fazer esse *meeting*, esse encontro entre profissional e projeto, porém, existe uma responsabilidade sua em procurar projetos, realocações dado às suas conexões. Então, é muito mais fácil se você estiver trabalhando com uma pessoa, e a pessoa sabe que você tem aquele perfil, e ela: "opa, tem uma vaga aqui", então facilita bastante.

Nesse sentido, Sennett (2009) aponta que os "projetos" e "campos de trabalho", cada vez mais, substituem os "empregos". Assim, a noção de "carreira", tal como era concebida anteriormente, deixa de ser a regra (Rosenfield, 2011). A trajetória profissional passa a ser um percurso individual, independente da empresa. Segundo Boltanski e Chiapello (2009: 125), as pessoas não farão carreira, mas passarão de um projeto para outro. Estar em um projeto permite mostrar competências, aprender e conhecer pessoas, fatores que possibilitarão o acesso do trabalhador a novos projetos. Assim, o trabalhador precisa ser "empreendedor de si", isto é, passa a ser responsável por sua própria qualificação e "empregabilidade". A empregabilidade seria a capacidade que os indivíduos precisam ter para que sejam solicitados em novos projetos. Passar de um projeto a outro seria uma forma de aumentar a própria empregabilidade. Para isso, é indispensável possuir uma boa rede de relações que podem ser acionadas, aumentando as possibilidades de alocação (Boltanski e Chiapello, 2009).

Entretanto, as relações estabelecidas através das redes são expressas por conexões frouxas ou "laços frágeis", isto é, os encontros são rápidos, transitórios e as relações devem se desfazer com a mesma agilidade com que se estabelecem. Assim, o individualismo se fortalece: é o indivíduo, sozinho, autonomamente, que precisa empreender-se, alocar-se, construir sua própria trajetória. Estamos testemunhando uma crescente individualização do emprego ao lado de uma crescente socialização do trabalho (Benner, 2002).

Desde os anos 1990, cada vez, mais temos a ideia de empresas enxutas, que trabalham em rede, cuja organização do trabalho seria por equipe, por projeto e orientada para a satisfação do cliente. Tais organizações exigiriam do trabalhador uma grande capacidade de adaptação, que ele seja competente para numerosas tarefas, capaz de autogerir-se e de trabalhar com pessoas muito diferentes. Deve ser ainda criativo, reativo, autônomo, espontâneo, móvel, aberto às novidades, saber se comunicar e se relacionar por meio de redes, ser sensível às diferenças, possuir autocontrole (Boltanski e Chiapello, 2009). É esperado ainda que pense em termos de curto prazo, seja desapegado, busque desenvolver seu próprio potencial e seja apto a aprender novas capacitações (Sennett, 2006). A agilidade e a capacidade de assumir riscos também são qualidades desejáveis (Sennett, 2009).

No caso de Leonardo, mudar de projeto pressupõe também mudar de equipe de trabalho. Inclusive, dentro de um mesmo projeto, as equipes podem ir se alterando de acordo com as fases do projeto e com as demandas que surgem, e há uma necessidade constante de se adaptar a essa situação. Há casos, inclusive, em que as equipes envolvem profissionais em vários lugares do mundo atuando em um mesmo projeto. Além disso, nos projetos, são estabelecidas metas que devem ser cumpridas pela equipe em cada etapa. Nas fases de "entrega", ou seja, quando o prazo para determinada meta se aproxima, há, muitas vezes, necessidade de se trabalhar além da jornada normal, isto é, à noite, aos fins de semana e feriados e, por diversas vezes, é preciso levar trabalho para casa. Mesmo nas fases de maior tranquilidade, Leonardo relata que é comum atender telefonemas ou responder e-mails relacionados ao trabalho fora do expediente:

> Geralmente os projetos são cíclicos. Já teve fase em que fiz muita hora extra e fases mais tranquilas, principalmente fase de especificação. Mas já cheguei a fazer mais ou menos o dobro de jornada em hora extra. Sábado, domingo, seguido. Geralmente, em época que a gente chama de *go alive*, que tem que entregar o projeto e fazer ele funcionar, é bem estressante e a demanda de trabalho é maior. Em começo de projeto, quando a gente está desenhando uma solução, é mais tranquilo.

Leonardo relatou que chegou a ganhar uma premiação em dinheiro na empresa em que trabalha por ter sido um dos recordistas em horas extras, tendo trabalhado, em um mês, mais de 190 horas além de sua jornada contratual. O que observamos também nas falas de vários entrevistados é que nem sempre as horas extras são remuneradas ou compensadas através de um banco de horas. A questão é que torna-se cada vez mais difícil estabelecer as fronteiras entre vida e trabalho, deixa de existir uma delimitação clara dos tempos e espaços de

trabalho. Em várias organizações, os turnos fixos deixam de ser a regra, e as pessoas trabalham nos horários mais diversos e individualizados. O trabalho em casa, apesar de prometer mais liberdade ao trabalhador, está cercado por novas formas de controle, como telefonemas, intra-rede e e-mails (Sennett, 2009). Além disso, os controles também são exercidos através dos prazos que, em muitos casos, intensificam o trabalho. Na medida em que o trabalhador põe em jogo capacidades genéricas e competências desenvolvidas fora da empresa, torna-se praticamente impossível mensurar o tempo efetivamente trabalhado (Boltanski e Chiapello, 2009).

3. O *home office* e a questão de gênero em TI: Talita

Talita tem 26 anos, é branca, casada e não tem filhos. Possui curso superior em informática para gestão de negócios e atualmente está cursando uma especialização, além de possuir outros cursos e certificações técnicas na área. Trabalha na multinacional B, especializada em TI, localizada na cidade de São Bernardo do Campo, na região metropolitana de São Paulo. No momento, está trabalhando em casa, na modalidade de *home office*, mas esta é uma condição temporária, pois costuma trabalhar no espaço físico da empresa. Desde seu primeiro trabalho, atua na área de TI. Já foi estagiária, trabalhou em uma empresa de TI e no setor de TI de uma empresa especializada em outras atividades. Há quatro anos trabalha na multinacional B. Seus vínculos de trabalho sempre foram de CLT ou estágio. Já recebeu propostas de trabalho como CLT *flex*, mas não as considerou vantajosas.

Rosenfield (2005) destaca a dificuldade de definição da categoria "teletrabalho" ou *home office* sem que haja uma construção ideológica da realidade. Assim, teletrabalho não pode ser considerado simplesmente um sinônimo de trabalho **à distância,** mas "um elemento das mudanças organizacionais estratégicas que apontam para novas formas de trabalho flexível sustentadas por Tecnologias de Informação e Comunicação" (Rosenfield, 2005: 12). O fato é que, independente da definição, o teletrabalho é uma possibilidade aberta pelos processos de flexibilização do trabalho e desenvolvimento de novas tecnologias, a qual pode contribuir para uma indefinição dos limites entre vida e trabalho, e, assim, possibilitar o prolongamento das jornadas de trabalho.

É preciso relativizar a ideia de que as formas flexíveis de trabalho, sobretudo o trabalho em casa, sejam sinônimo de liberdade e autonomia. Segundo Sennett (2009), a noção de "flexibilidade" passaria uma falsa ideia de que as pessoas teriam mais liberdade para moldar suas próprias vidas, quando, na verdade, essa nova ordem impõe novos controles (Sennett, 2009). Ao discutir o poder e a extensão das novas formas de controle sobre o indivíduo, Zarifian (2002) afirma que estamos vivenciando a passagem das sociedades disciplinares para as sociedades de controle. Assim, ocorre o controle do engajamento, o que se dá através da modulação (ou flexibilização) da utilização do tempo, do espaço e do engajamento subjetivo. É o próprio trabalhador que controla suas atividades de trabalho, sem a necessidade de uma hierarquia disciplinar fisicamente localizada. A nova forma de controle é por objetivos e resultados, realizada através da tecnologia (Zarifian, 2002).

Talita está trabalhando, há alguns meses em *home office*, mas não é a primeira vez que isso ocorre. Ela já esteve nessa condição outras vezes, por demanda da própria empresa, tendo uma experiência considerável nessa modalidade de trabalho. Ela afirma que, quando está trabalhando na empresa, não costuma exceder sua jornada de trabalho diária, mas reconhece que a probabilidade de que isso aconteça aumenta quando trabalha em casa:

> Quando eu tô na empresa, não, mas, quando eu tô em casa, é muito fácil isso [estender a jornada] acontecer, porque você pensa "já estou em casa, não tenho deslocamento, posso ficar até um pouco mais tarde". Às vezes, eu conecto mais cedo pra ir pegando os e-mails.

Através das entrevistas, temos percebido que nem sempre os trabalhadores reconhecem que levam trabalho para casa ou para ser realizado nas férias. No entanto, quando questionamos sobre a possibilidade de atender telefonemas de trabalho ou responder e-mails fora do horário de expediente, essa prática se revela relativamente comum, mas, em muitos casos, não é reconhecida pelos profissionais como trabalho. Além de sua jornada normal em home office, uma vez por mês, Talita fica de plantão, isto é, são 48 horas em que fica em alerta à espera possíveis telefonemas para atender problemas dos clientes para os quais a empresa presta serviço. Segundo a entrevistada, o plantão lhe causa muito stress e ansiedade, e é algo que pretende deixar de fazer assim que possível.

Para Talita, existem pontos positivos de se trabalhar em casa, como a economia de tempo com deslocamento até a empresa e a possibilidade de conciliar alguma atividade pessoal ou doméstica com o trabalho. No en-

tanto, assim como a maioria dos profissionais entrevistados, não deseja trabalhar nessa modalidade de forma permanente. O discurso existente entre eles é que há a necessidade de ser visto, isto é, a visão geral é que quem trabalha em casa o tempo todo tem menos possibilidade de ter seu trabalho reconhecido e, consequentemente, de crescer na empresa, de ganhar uma promoção, por exemplo. Além disso, conciliar o espaço doméstico, da família com o trabalho nem sempre é tarefa fácil e, por vezes, afeta os relacionamentos entre as pessoas da casa. Muitos dos entrevistados também destacam que têm necessidade da sociabilidade, do contato interpessoal propiciado pelo trabalho no ambiente da empresa. Em geral, os profissionais afirmam que gostariam de, eventualmente, trabalhar em *home office*, desde que pudessem, aos menos de vez em quando, ir para a empresa. Talita diz que:

> Quando você tá em casa, as pessoas da empresa não estão te vendo, isso é um fator ruim. É estranho, mas as pessoas precisam te ver de vez em quando, lembrarem de você. É uma perda que acontece com quem trabalha de casa, tanto que eu tento ir pelo menos uma vez a cada quinze dias lá, pelo menos dar um "oi", porque parece que as pessoas realmente esquecem, e esse é o problema de trabalhar de casa, mas lógico que tem facilidades.

A pesquisa de Castro (2012) apontou que os diferentes arranjos de jornadas e espaços de trabalho têm consequências diferentes para homens e mulheres. Para muitas mulheres, o *home office* aparece como "um instrumento de conciliação entre trabalho e família e traduzido em rebaixamento salarial, completo embaçamento das fronteiras do cuidado e do chamado trabalho produtivo, e diminuição da produtividade", enquanto que, para os homens, "era utilizado como mecanismo de realização do trabalho de maneira remota, com as vantagens de maior conforto e maior produtividade" (Castro, 2012: 307). Além disso, quando a mulher opta pelo *home office* pela facilidade de conciliar trabalho com os afazeres domésticos e cuidado com os filhos, o que está ocorrendo é uma reprodução dos padrões de gênero e da divisão sexual do trabalho.

Sabemos que a área de TI ainda é predominantemente masculina. Em 2009, o setor de TI já contava, no país, com mais de 500 mil profissionais atuantes, dos quais apenas 19% eram mulheres (Castro, 2012). Assim, tem chamado a atenção, nas falas das mulheres entrevistadas, as queixas em relação a um tratamento desigual entre homens e mulheres nas equipes e até mesmo situações ostensivas de discriminação. Elas revelam que precisam, a todo momento, dar provas de que são tão capazes quanto os homens, isto é, há um questionamento, claro ou velado, de sua competência. Além disso, os estereótipos de gênero são claramente observáveis, ou seja, a ideia de que a mulher é frágil, delicada e, portanto, incapaz de lidar com a pressão imposta por esse tipo de trabalho. Em contrapartida, poucos homens entrevistados fizeram menção **à existência d**esse tipo de diferença. Um trecho da fala de Talita é representativo dessa situação:

> Se eu falar que não há um tratamento diferente, lógico que há. Meu antigo líder era muito machista. Estava quase saindo da empresa por conta dele, só não saí porque eu mudei totalmente de gerência. Sempre gostei de trabalhar lá, mas a liderança não estava dando certo, uma pessoa machista, autoritária. No meu time, nós éramos em seis pessoas, quatro homens e duas mulheres, e a maneira de tratamento era diferente. Mas é lógico que ele nunca ia chegar a verbalizar isso, porque seria motivo pra levar pro conselho de ética da empresa.

Castro (2012: 308) aponta para achados semelhantes em sua pesquisa:

> O medo da discriminação foi um dos fatores mais citados pelas mulheres entrevistadas, pela associação socialmente construída entre masculinidade e tecnologia. De alguma forma, compreendiam que trabalhar na área poderia levar amigos, colegas e familiares a associá-las com as marcas do universo masculino ou da homossexualidade – o que de fato aconteceu com algumas das mulheres entrevistadas. Também se queixavam de colegas de equipe e de clientes que duvidam de sua capacidade técnica. Esses fatores levaram muitas das mulheres a construir estratégias para justificar seu interesse e presença no setor de TI: desde o apagamento do gênero, como maneira de se tornarem "apenas mais um entre os caras" e evitar o assédio; até o uso de elementos associados ao universo feminino como maneira de se empoderarem, pois

se é preciso saber se comunicar e resolver conflitos quando se lida com o cliente, ninguém poderia desempenhar melhor este papel do que as mulheres, argumentavam.

4. A questão da qualificação: Gabriel

Gabriel tem 24 anos, é branco, solteiro e não tem filhos. Possui ensino médio e não tem cursos na área, exceto um treinamento em uma linguagem específica que procurou uma vez com o objetivo, segundo ele, de conhecer pessoas. Sua formação é totalmente autodidata. Trabalha na multifuncional A, que, como dissemos, localiza-se em São Paulo, capital. Começou a trabalhar aos 16 anos e, com exceção do primeiro trabalho, sempre atuou na área de TI. Já foi estagiário, trabalhou como PJ (pessoa jurídica)[5] e agora tem um contrato CLT, atuando como consultor. Conseguiu o atual trabalho por dominar a utilização de uma determinada ferramenta que é conhecida por poucas pessoas. Eventualmente faz outros trabalhos como *freelancer*.

Estamos vivendo um momento em que o conhecimento formal, a educação formal está sendo relativizada. Ter um diploma ou uma capacitação não é mais uma garantia de conseguir um bom emprego e ser bem-sucedido, principalmente em um contexto marcado por incertezas e transitoriedades. A duração das capacitações é cada vez menor. As empresas de ponta "precisam de indivíduos capazes de aprender novas capacitações, em vez de se aferrarem a antigas competências" (Sennett, 2006: 107). Além disso, não são requeridas, do trabalhador, apenas qualidades que se relacionam com sua qualificação profissional ou com sua experiência de trabalho, mas também atributos ligados à sua personalidade e subjetividade. As novas organizações necessitam de todas as capacidades humanas e os recrutamentos passam a se basear em avaliações das qualidades mais genéricas da pessoa (Boltanski e Chiapello, 2009).

Em contrapartida, diante das novas formas de adquirir conhecimentos, propiciadas, sobretudo, pela tecnologia e pela circulação global de informações, não possuir a formação tradicional pode não mais significar a exclusão do mercado de trabalho ou o acesso apenas a trabalhos pouco reconhecidos ou mal pagos. No caso do setor de TI, por exemplo, grande parte dos profissionais possuem alto grau de escolaridade (ensino superior completo) (SOFTEX, 2012), mas também podemos encontrar jovens talentos que são valorizados por possuírem um elevado conhecimento adquirido de forma autodidata. Lima (2013) cita, por exemplo, a contratação de "hackers" por empresas para testarem seus produtos, "profissionais" que nem sempre possuem uma qualificação formal na área de informática. Aliás, essa é uma área que se caracteriza também pelo apagamento das fronteiras entre usuário e desenvolvedor, pois muitas ferramentas e informações se encontram à disposição na internet, propiciando essa interação.

O "aprender fazendo" parece ser uma via cada vez mais adotada, principalmente em áreas em que as informações e os conhecimentos mudam todos os dias. Muitos dos entrevistados, por exemplo, possuem formação em áreas distintas da informática. Questionados sobre as características e qualidades requeridas para a permanência no setor, os profissionais, apontam, em primeiro lugar a necessidade de estudar sempre, gostar de estudar. Nas palavras de Gabriel, "Paciência, determinação, gostar do que você faz e sempre estudar, estudar muito. Não tem segredo, ninguém é gênio ao ponto de não precisar estudar". A fonte de informações para esse estudo, na maioria das vezes, é a própria internet, através de sites de buscas, sites e blogs especializados na área e grupos nas redes sociais.

No entanto, as falas revelam que o estudo não basta. Como mencionamos, são requeridas uma série de habilidades distintas, que nem sempre estão relacionadas com conhecimentos técnicos. A frase "é preciso pensar fora da caixa" foi dita inúmeras e exaustivas vezes por nossos entrevistados, isto é, existe um reconhecimento de que é preciso "algo mais", uma habilidade especial para se inserir e se manter nesse setor. Além disso, é mencionada, com frequência, a necessidade de saber se relacionar, de ter "jogo de cintura" para lidar com o cliente, com os colegas de equipe, com os superiores. Além da importância do estudo, Gabriel ressalta que é preciso "ter paciência e saber lidar com as pessoas, se colocar na hora certa, se comportar".

Todos os entrevistados consideram que seu trabalho exige criatividade, na medida em que sua atividade envolve resolver problemas e encontrar soluções e alternativas para a empresa e/ou para o cliente. Da mesma maneira, afirmam possuir autonomia na realização desse trabalho. No entanto, alguns reconhecem que essa autonomia é relativa, ou seja, existe a liberdade para fazer o trabalho da maneira que acharem mais convenien-

5 PJ é um o profissional que não tem vínculo trabalhista formal com a empresa. Ele abre uma empresa em seu nome, de forma que sua contratação se dá através de uma relação entre empresas. Assim, a empresa contratante se exime do pagamento de direitos trabalhistas.

te, utilizando as ferramentas que preferirem, sem a supervisão direta e constante de uma liderança, mas não se pode deixar de fazer o trabalho, é preciso atingir a meta e, em última instância, atender às expectativas do cliente. Questionado sobre o fato de possuir ou não autonomia para realizar seu trabalho, Gabriel diz: "eu não sei dizer por que essa pergunta é muito abrangente. E os resultados finais são sempre dependentes da opinião do cliente. Mas os problemas pontuais que eu tenho, eu resolvo da forma que eu quiser".

A concepção segundo a qual existe uma tendência de que o trabalho, dentro da lógica "informacional", se torne cada vez mais emancipado e criativo é propagada pelos autores que cultivam a noção de "trabalho imaterial", como Gorz (2005), Lazzarato e Negri (2001) e Cocco e Vilarim (2009), embora com perspectivas distintas. Entretanto, essa deia precisa ser questionada. Primeiramente, é difícil afirmar que qualquer tipo de trabalho é puramente material ou imaterial. Além disso, pode haver padronização, rotinização, além de novas formas de controle mesmo os tipos de trabalho considerados mais "imateriais" (Rodríguez e De la Garza Toledo, 2010; Castillo, 2009). Ademais, a inserção ocupacional emancipada no trabalho complexo não é algo potencialmente acessível a todos (Antunes e Braga, 2009).

Assim, a produção de software, por ser uma atividade inserida na indústria capitalista, adota lógicas da racionalização do trabalho exigidas pelo mercado e mantém padronizações típicas da produção industrial no contexto da flexibilidade, e, portanto, as análises dos autores que defendem a positividade do trabalho imaterial se pautam no "dever ser", segundo Bridi e Motim (2011). De qualquer maneira, vale ressaltar que a questão da autonomia e da criatividade nesta ou em outras áreas de trabalho que se desenvolvem no contexto da flexibilização precisa ser relativizada e analisada com cautela.

A questão da experiência também é relativizada nessa área, na medida em que, a todo momento, surgem novas técnicas, novos produtos, novas tecnologias. Assim, como afirma Sennett (2006: 94), "a extinção de capacitações é uma característica permanente do avanço tecnológico". De maneira geral, os trabalhadores do setor de TI afirmam que ter experiência é importante para se manter no setor, mas essa experiência parece estar atrelada muito mais às habilidades interpessoais do que ao conhecimento técnico.

Quando questionados diretamente, os profissionais entrevistados não admitem que a idade é um fator fundamental para se manter ou ser bem sucedido nessa área. No entanto, aos poucos, as falas revelam uma concepção de que os mais jovens têm mais energia, estão mais dispostos a mudar, a aprender e a incorporar as inovações. Em contrapartida, os mais velhos seriam mais acomodados, conservadores, menos abertos a aprender e mais resistentes às mudanças e às novidades. Entretanto, teriam mais "jogo de cintura", ou seja, saberiam melhor como se comportar, como lidar com as situações e, principalmente, com as pessoas no trabalho (clientes, colegas, superiores).

Além disso, nem sempre os mais jovens recebem o reconhecimento que esperam dos mais velhos, e, em algumas situações, podem ser vistos como "ameaças" pelos mais experientes, como aponta Gabriel:

> Quando você é muito novo, por mais experiente que você seja porque começou muito cedo, ou por melhor que você seja, é difícil impor sua opinião porque você não atingiu um mínimo de idade que é socialmente aceito pelos que estão do seu lado. E acho que eles também sentem um medo de você, sentem uma pressão maior ainda que eles têm que fazer melhor que você, porque você é mais novo. De eles se imporem de alguma forma, eles têm essa necessidade. E eu acho que é comum, se eu tivesse no oposto eu também sentiria isso.

5. Vínculos trabalhistas e perspectivas: Thales

Thales tem 28 anos, é branco, solteiro e não tem filhos. Possui curso superior na área de processamento de dados e cursa uma especialização na área de TI. Também já fez alguns cursos de curta duração e possui algumas certificações. Seu primeiro trabalho, um estágio, foi como técnico em informática. Depois de alguns outros trabalhos como técnico, começou a estagiar em uma empresa no setor de TI localizada no interior paulista e depois também trabalhou como celetista em outra empresa de TI, também no interior. Até que surgiu um convite para trabalhar como terceiro para a empresa C, na cidade de São Paulo. Essa empresa não é especializada em TI, pertence ao setor editorial, mas tem um departamento de TI. Nesse trabalho, o entrevistado já atuou como analista, desenvolvedor e hoje coordena uma equipe. Ele é PJ, prestando serviços para uma empresa de consultoria que, por sua vez, presta serviços para a empresa C.

A figura do PJ ganha destaque no contexto de flexibilização do trabalho. Com os processos de "reestruturação produtiva", a relação salarial, dominante até então, começou a se esfacelar, fato evidenciado pela crescente precarização das relações de trabalho, pelo crescimento da subcontratação, da terceirização, dos contratos temporários e de tempo parcial, da informalidade e do desemprego (Castel, 1998). Ser PJ não é, de forma alguma, uma exceção na área de TI. Segundo Potengy (2006: 35), PJ é "o profissional funda sua própria empresa, juridicamente legalizada, para poder realizar um contrato com uma firma contratadora de mão-de-obra". Há grande diversidade de formas de trabalho e contratos no setor: trabalha-se por projetos, mas nas mais variadas relações de trabalho, que vão do assalariamento ao estágio não-remunerado, passando pelo trabalho autônomo, remunerado por tarefa, trabalho terceirizado e até quarteirizado (Potengy, 2006).
Thales considera que

> a forma de contratação como PJ já foi vantajosa. Eu peguei o fim disso. Porque se ganhava muito mais que um CLT, no que diz respeito à liquidez, porque você não tem fundo de garantia, você paga INSS, mas você paga o quanto você quer, não tá relacionado ao valor que você ganha.

Mesmo reconhecendo que ser PJ não representa mais tanta vantagem financeira, o entrevistado faz um questionamento instigante sobre o formato da CLT e sua capacidade de contemplar as novas atividades de trabalho:

> É triste, eu entendo que a CLT é ultrapassada. O mundo mudou demais, principalmente na TI. Eu não tenho um repertório generalista, é bem específico. O mundo de TI muda muito rápido. Se parar pra pensar, a gente evoluiu, nos últimos 20 anos, quatro vezes mais do que talvez no último século. Então, é no mínimo retrógrado a gente pensar que a CLT, que foi criada na época do Estado Novo, tem oitenta anos, consegue lidar com esse mercado que é novo. Talvez isso funcione muito bem pra operário, chão de fábrica, mas eu não sei, é um outro tipo de mercado, de indústria, a gente tem que encaixar o quadrado no círculo, nunca vai funcionar. (...) Que segurança existe na CLT? Se você tiver que ser mandado embora, eles vão te mandar embora. A garantia de continuar trabalhando, eu acho que não existe. Salvo as áreas que tem um sindicato muito forte, por exemplo, dos bancários, metalúrgicos, o que não acontece com o Sindpd[6]. Nosso sindicato é pífio, não tem representatividade nenhuma. (...) E eu não consigo admitir que o fundo de garantia que é recolhido não seja de domínio meu, seja de domínio do Estado, de outro. E que ele faça muito pouco com aquilo que é meu.

Embora não possamos afirmar que essa fala reflita um pensamento comum aos jovens profissionais do setor de TI, ela apresenta elementos que merecem ser discutidos do ponto de vista do significado do trabalho formal para os sujeitos. Em primeiro lugar, as palavras de Thales colocam em questão a concepção, há muito generalizada, de que o contrato formal de trabalho, representado pela carteira de trabalho assinada, é o grande desejo de todos os trabalhadores. Se, até alguns anos atrás, a carteira assinada era um símbolo de dignidade e, portanto, representava uma dimensão importante para a constituição da identidade, hoje, cada vez mais, tudo parece ser uma questão de "fazer as contas": alguns dos entrevistados destacaram que, em geral, ser PJ ou PJ flex é algo que "não compensa", visto que, não usufruindo dos benefícios tradicionalmente vinculados ao contrato de trabalho formal, existe a necessidade de reservar boa parte dos rendimentos mensais para o pagamento de previdência privada, gastos de fim de ano e férias, plano de saúde, entre outros. Assim, faz sentido o argumento de Bauman (2001) de que estaria havendo uma passagem da "ética do trabalho" para a "estética do consumo". Além disso, esta fala, assim como outras, evidencia a falta de confiança no poder de negociação do sindicato do setor, além de demonstrar a falta de segurança de nossos tempos, mesmo no trabalho formal. Cada vez mais, aumentam as incertezas e diminui a capacidade de previsão dos trabalhadores. Para prosperar em condições sociais instáveis e fragmentárias, é necessário enfrentar o desafio de cuidar de relações de curto prazo, uma vez que as instituições já não proporcionam um contexto de longo prazo (Sennett, 2006). Como afirma Bau-

---

6Sindpd é o Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação, ao qual estão vinculados os trabalhadores de TI, embora estes possam, dependendo da empresa, estar vinculados a outros sindicatos.

man (2001: 158), "os planos para o futuro tendem a se tornar transitórios e inconstantes, não passando de uns poucos movimentos à frente".
Entretanto, apesar do questionamento do vínculo formal de trabalho, Thales, assim como a maioria dos profissionais, ainda parece procurar pelo trabalho protegido:

> Eu gostaria de ser contratado por conta de alguns benefícios que tenho buscado. Por exemplo: "tô doente", queria um plano de saúde melhor, então eu vou entrar nos 30 anos e as coisas vão começar a pegar, e, além disso, o que eu busco é uma empresa que me proponha, não plano de carreira, mas que se preocupe com meu desenvolvimento.

Embora ainda não possamos fazer afirmações seguras sobre o assunto, as falas dos profissionais parecem demonstrar que as formas mais flexíveis de contrato são toleradas e até valorizadas quando se é mais jovem. Com o passar dos anos, a preocupação com o futuro, com a saúde e os planos de ter filhos fazem com que os trabalhadores passem a privilegiar o contrato de trabalho formal.
Essa fala ainda faz referência à questão da saúde. Notamos que grande parte dos profissionais entrevistados, apesar de considerados muito jovens, apresentam ou apresentaram recentemente problemas de saúde, os quais seriam diretamente provocados ou relacionados com o trabalho. Os profissionais consideram que seu trabalho provoca um aumento do stress e da ansiedade. Entre os relatos, encontramos problemas gástricos (gastrite, refluxo gástrico), aumento de pressão arterial, distúrbios alimentares (ganho significativo de peso), agravamento de problemas respiratórios (asma), além de problemas mais tradicionalmente relacionados ao trabalho, como tendinites e problemas posturais. Thales também relata problemas de saúde que relaciona ao seu trabalho:

> Eu somatizo muito no estômago: se estou feliz é, estômago, se estou estressado é estômago, assim, e estou com uma gastrite e refluxo muito grande que é muito provável que seja por conta do stress. O stress no trabalho é alto. A responsabilidade é grande de manter tudo que mantenho no ar e manter as pessoas que mantenho na equipe, é uma responsabilidade grande, existe expectativa de gestor, de desenvolvedor, a minha expectativa, a expectativa do negócio, então talvez cheguei num ponto que não tenha conseguido mais manter todos os pratinhos em pé, e aí área da saúde tenha caído agora. Eu tenho um pouco de dor nas costas que deve ser por conta do notebook, a posição, tudo mais. Tive uma tendinite no braço esquerdo que pode ser por isso, mas também pode ser pelo piano, violão, mas o notebook influencia também.

6. Considerações finais: o que é possível dizer sobre os jovens profissionais de TI

É preciso salientar que este trabalho traz dados preliminares de uma pesquisa em andamento. Os argumentos e reflexões aqui apresentados dependem da continuação do trabalho de campo e carecem de uma análise mais aprofundada dos dados. Além disso, a relação entre a questão geracional e o novo mundo do trabalho não é apreendida diretamente, requer uma pesquisa de campo ampla, diversificada, necessita de comparações e reflexões cuidadosas, ou então corremos o sério risco de reproduzir estereótipos ou o senso comum.
Em primeiro lugar, as noções de "geração" e "juventude" precisam ser discutidas com cautela. Não podemos entendê-las meramente de uma perspectiva que delimita as faixas etárias e atribui a elas determinadas características, como se cada grupo etário fosse homogêneo em seus comportamentos, posturas, gostos, desejos e aspirações. Segundo Motta e Weller (2010: 175), a ideia de gerações ganhou popularidade a partir da "denominação de manifestações culturais ou políticas (geração hip-hop; geração caras pintadas) ou de desenvolvimentos tecnológicos (geração Y; geração Net), atribuídos sobretudo pelos meios contemporâneos de comunicação". As autoras criticam os estudos que se desenvolvem a partir de uma perspectiva que contempla uma geração de forma isolada, desconectada das outras e de seu tempo histórico. É necessário perguntar-se pelos motivos das ações desses atores coletivos, ao invés de tentar caracterizar suas especificidades enquanto grupo.
Os jovens que entrevistamos têm muitas características em comum: nasceram mais ou menos na mesma época, desde cedo mostraram afinidade com a tecnologia e com a informática, estão sempre a par das inovações e "pensam fora da caixa". No entanto, também apresentam diferenças importantes. Possuem tipos e níveis va-

riados de qualificação, possuem diferentes experiências de trabalho, diversos tipos de vínculos empregatícios. Além disso, a questão de gênero vem adquirindo uma importância crescente em nosso estudo, na medida em que as maneiras como homens e mulheres vivenciam seu cotidiano de trabalho nesse setor apresentam diferenças significativas. A questão racial, embora ainda não discutida, também é dimensão importante, visto que a mão obra nesse setor é marcadamente branca.

Assim, faz sentido falarmos não em cultura juvenil, mas em "culturas juvenis". Para Pais (1990), existe uma concepção dominante de que os jovens fariam parte de uma cultura juvenil unitária, homogênea. Seria, então, papel da Sociologia a desconstrução dessa concepção ideológica da juventude, explorando não apenas as possíveis semelhanças entre os jovens, mas as diferenças sociais que existem entre eles. Nesse sentido, a juventude é um conjunto heterogêneo, há várias maneiras de ser jovem, derivadas de diversas formas de distribuição de capital econômico e educativo e das redes formais e informais às quais se conecta.

Além disso, os jovens ganham um papel de protagonismo na sociedade da informação: "su participación ascendente en la economía de la producción cultural y como consumidores, como impulsores de las tecnologías digitales en todas las áreas de la creación y la comunicación cultural, está modificando en muchos países su lugar social" (Canclini, 2012: 5). A ênfase no protagonismo dos jovens na sociedade e no mundo do trabalho contemporâneos é verificada também em uma literatura voltada à administração de empresas e nos meios midiáticos, sob o tema da "geração Y".

Segundo Oliveira (2010: 149), os jovens da geração Y "estão sendo preparados para assumir empregos que ainda não existem, usando tecnologias que ainda não foram inventadas, para resolverem problemas que ainda não sabemos que são problemas". Assim, a geração Y, formada pelos jovens que estão entrando no mercado de trabalho, é apresentada, por uma literatura não acadêmica, como sensivelmente diferente das anteriores (Cavazotte, Lemos e Viana, 2012). Seria caracterizada pela satisfação imediata, a capacidade de fazer várias coisas ao mesmo tempo, a curiosidade e a avidez por informações, a ansiedade, a impaciência, a necessidade de reconhecimento de suas realizações, o desejo de ascensão rápida no trabalho, a motivação através de desafios, a valorização da flexibilidade e da informalidade nas relações, o relacionamento através de redes, a facilidade em lidar com diversas formas de tecnologia e a mobilidade (Oliveira, 2010; Lemos, 2012).

Chama atenção o fato de que as características atribuídas a esses jovens são semelhantes aos atributos valorizados pelo discurso empresarial no contexto da flexibilidade. Se o jovem da geração Y é flexível, móvel, desapegado, tem facilidade em lidar com tecnologias, é motivado por desafios, entre outras "qualidades", ele representa tudo o que a empresa moderna deseja. Assim, acreditamos que a propagação da ideia da geração Y faz parte de um discurso que pretende justificar e positivar a inserção dos jovens em um mercado de trabalho instável e marcado por incertezas.

Nesse sentido, não há geração Y, nem a X, nem a geração dos baby-boomers. Primeiramente, porque, não é possível atribuir determinadas características a um grupo de pessoas somente porque estas nasceram na mesma época. Além disso, nossa pesquisa tem demonstrado que essa flexibilidade que a noção de geração Y atribui de maneira automática aos jovens, como se eles já viessem flexíveis "de fábrica", precisa ser relativizada. Merece destaque, por exemplo, o fato de que muitos jovens profissionais ainda almejam um trabalho mais formal e, na medida do possível, seguro, embora as razões para isso possam ser distintas do passado. Essa questão também varia dependendo dos diferentes projetos de vida e de família desses trabalhadores.

Além disso, merece destaque o fato de que os jovens profissionais da área de TI têm sido contundentes em afirmar que o seu trabalho provoca altos níveis de stress e ansiedade, o que se reflete em problemas de saúde. Apesar de considerados jovens, esses profissionais têm relatado a ocorrência de problemas gástricos e de pressão, distúrbios alimentares, além de tendinites e problemas de coluna, alterações de saúde que relacionam com o cotidiano de trabalho. O discurso empresarial produzido em torno da geração Y parece estar cobrando um alto preço desses jovens trabalhadores.

Um dia-a-dia de trabalho marcado por jornadas extensas, flexibilidade de contratos, tempos e espaços de trabalho, metas e cobranças não é exclusividade dos profissionais desse setor, mas é um retrato desse "novo" mundo do trabalho. O setor de TI talvez apresente essas características de maneira mais marcante por estar diretamente ligado a inovações tecnológicas que permitem que os controles do trabalho se realizem de novas formas, possibilitando o trabalho à distância, com horários flexíveis e uma intensificação do trabalho. Apesar dos profissionais dessa área serem considerados, em muitos casos, exemplares, inspiradores e valorizarem a autonomia, são também submetidos a um ritmo de trabalho intenso, a grande tensão e a desafios constantes, o que gera graus elevados de estresse. Assim, "o 'empreendedorismo de si mesmo' configura-se como justificação e gestão da precarização, aqui entendida como processo de institucionalização da instabilidade'" (Rosenfield, 2011: 249).

Além disso, parece que, cada vez mais jovens, os profissionais têm se considerado "velhos" para atuar nessa área. Trabalhadores de trinta e poucos anos chegam a afirmar que não são tão ávidos, inquietos e disponíveis como os mais jovens. Isso nos leva a questionar sobre os rumos desse mundo trabalho e, nessa perspectiva, deixo, para reflexão, um instigante questionamento do entrevistado Thales: "Quando eu comecei a trabalhar esse meio me causou estranheza porque eu não via pessoas velhas. E o questionamento que me veio foi: mas e aí, e quando eu for velho?".

Referências Bibliográficas

ANTUNES, R., BRAGA, R. (2009), "Apresentação". In R. ANTUNES, R. BRAGA (eds.), *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*, São Paulo: Boitempo.

BAUMAN, K. (2001), *Modernidade Líquida,* Rio de Janeiro: Zahar.

BENNER, C. (2002), *Work in the new economy: flexible markets in Silicon Valley*, Malden (MA): Blackwell Publishing.

BOLTANSKI, L., CHIAPELLO, E. (2009), *O Novo Espírito do Capitalismo,* São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

BRIDI, M. A., MOTIM, B. (2011), "Padrões e processos de trabalho na "indústria" da informática no Paraná: a natureza do trabalho informacional e a falácia do trabalho criativo e emancipado", 35º Encontro Anual da Anpocs GT 36.

CANCLINI, N. G. (2012), "Introducción. De la cultura postindustrial a las estrategias de los jóvenes", In N. CANCLINI, F. CRUCES, M. POZO (eds.), *Jóvenes, culturas urbanas y redes digitales,* Madrid: Fundación Telefónica.

CASTEL, R. (1998), "Metamorfoses do trabalho", In FIORE, LOURENÇO e NORONHA. *Globalização: o fato e o mito*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

CASTELLS, M. (1999), *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CASTILLO, J. (2009), "O trabalho do conhecimento na sociedade da informação: a análise dos programadores de software", In: R. ANTUNES, R. BRAGA (eds.), *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual.* São Paulo: Boitempo.

CASTRO, B. (2012), *Afogados em contratos: o impacto da flexibilização do trabalho nas trajetórias dos profissionais de TI*. Tese de Doutorado, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.

CAVAZOTTE, F., LEMOS, A., VIANA, M. (2012), "Novas gerações no mercado de trabalho: expectativas renovadas ou antigos ideais?". *Cad. EBAPE.BR*, 10 (1).

COCCO, G., VILARIM, G. (2009), "Trabalho imaterial e produção de software no capitalismo cognitivo". *Liinc em Revista*, 5 (2).

FEIXA, C. (2010), "El imperio de los jovenes", In S. ALVARADO, P. VOMMARO (eds.), *Jóvenes, cultura y política em América Latina: algunos trayetos de sus relaciones, experiencias y lecturas (1960-2000)*, Rosario: Homo Sapiens Ediciones.

GORZ, A. (2005), *O Imaterial: conhecimento, valor e capital*, São Paulo: Annablume.

GUTIÉRREZ, E. (2012), "Aprendices, emprendedores y empresarios", In N. CANCLINI, F. CRUCES, M. POZO (eds.), *Jóvenes, culturas urbanas y redes digitales,* Madrid: Fundación Telefónica.

HARVEY, D. (1993), *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.

LAZZARATO, M., NEGRI, A. (2001), *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*, Rio de Janeiro: DP&A.

LEMOS, A. (2012), "Juventude, Gerações e Trabalho: ampliando o debate". *Organização & Sociedade*, 19 (63).

LIMA, J.C. (2013), "O trabalho em software: notas de pesquisa sobre flexibilização e precariedade e regulação", texto preliminar para seminário do Projeto Temático Contradições do Trabalho no Brasil atual: precariedade terceirização e regulação.

MOTTA, A., WELLER, W. (2010), "A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica", *Revista Sociedade e Estado*, 25 (2), pp. 175-184.

OLIVEIRA, D. (2009), *Os trabalhadores da indústria de software: flexíveis e precários?* Dissertação de Mestrado, São Carlos: Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos.

OLIVEIRA, S. (2010), Geração *Y: o nascimento de uma nova versão de líderes*, São Paulo: Integrare.

PAIS, J. M. (1990), "A construção sociológica da juventude – alguns contributos". *Análise social*, 25, p. 139-165.

POTENGY, G. (2006), "Espaço e Tempo no trabalho para as redes de comunicação e informação", In *Estudos de Sociologia*, Araraquara, 11 (21), pp. 29-47.

POZO, M. U. (2012), "De jóvenes contemporáneos: Trendys, empreendedores y empresarios culturales, In N. CANCLINI, F. CRUCES, M. POZO (eds.), *Jóvenes, culturas urbanas y redes digitales,* Madrid: Fundación Telefónica.

RAVASCO, A.; MANCEBO, D. (2010), "Juventude, Trabalho e Projetos de Vida: Ninguém Pode Ficar Parado", *Psicologia Ciência e Profissão*, 30 (2), pp. 376-389.

RODRÍGUEZ, J.; DE LA GARZA TOLEDO, E. (2010), "Trabajo Cognitivo y control sobre el proceso de trabajo: producción de software", In M. Hernández, *Estudios Laborales en México*, México, Plaza y Valdez, p. 95-1180.

ROSENFIELD, C. (2011), "Trabalho decente e precarização", *Revista Tempo Social*, 23(1).

SENNETT, R. (2006), *A cultura do novo capitalismo,* Rio de Janeiro: Record.

_____ (2006), *A corrosão do caráter,* Rio de Janeiro: Record.

SOFTEX (2012). *Software e Serviços de TI: A indústria brasileira em perspectiva* – n.2/Observatório SOFTEX. Campinas: [s.n.].

ZARIFIAN, P. (2002), "Engajemento subjetivo, disciplina e controle", *Novos Estudos CEBRAP*, 64.

Jovens empreendedores no comércio transnacional informal: considerações sobre uma nova cultura do trabalho[1]

Felipe Rangel

Resumo: Este texto tem como proposta discutir a articulação entre o trabalho informal e a disseminação da lógica empreendedora a partir da análise das trajetórias de jovens engajados no comércio transnacional popular, que podem mobilizar práticas ilegais classificadas contrabando ou descaminho. Entendemos que o discurso do empreendedorismo, juntamente com a precarização das relações formais de trabalho, tende a veicular a imagem do novo trabalhador como o sujeito flexível, criativo e que está disposto a assumir os riscos do investimento no próprio negócio. Observa-se que a valorização do trabalho autônomo, veiculada pelo discurso empresarial do capitalismo flexível, extrapola as demarcações entre trabalho formal e informal, ou mesmo ilegal, considerando-se o contexto em que, mesmo o trabalho regulado, está sujeito à insegurança e instabilidade características do mercado de trabalho contemporâneo. As trajetórias dos jovens ouvidos na pesquisa expressam a influência dessa lógica empreendedora sobre as disposições para o engajamento em práticas econômicas consideradas ilegais.

Palavras-chave: Globalização por baixo; Comércio popular; Informalidade; Empreendedorismo

1. Introdução

Este texto integra parte de nossos esforços para compreender os impactos das recentes transformações capitalistas sobre o mundo do trabalho, não apenas nos termos da reestruturação produtiva e mudanças organizacionais, mas também nas suas repercussões culturais, no que tange à reorientação dos valores atribuídos, ou seja, no que se refere aos sentidos que o trabalho tem adquirido na percepção das pessoas.

Temos observado que o discurso do empreendedorismo parece estar se popularizando pelo mundo do trabalho em seus variados segmentos, de forma indistinta, seja na formalidade, seja na informalidade. Em correlação com a crescente valorização do trabalho autônomo, veiculada pelo discurso empresarial do capitalismo flexível, as demarcações entre trabalho formal e informal se tornam menos significativas, considerando-se o contexto em que, mesmo o trabalho regulado, está sujeito à insegurança e instabilidade características do mercado de trabalho contemporâneo. Do mesmo modo, essa ideologia do empreendedorismo também não se detém nas barreiras (nada sólidas) que separam atividades legais de atividades ilegais. Ela pode ser encontrada no centro do que Ruggiero (2008) chama de «bazar urbano», uma representação da continuidade entre economias legais, ilegais, informais e irregulares, transmitindo o movimento de pessoas, ocupações e mercadorias entre diferentes estatutos legais e níveis de legitimidade. A economia de bazar constitui-se por uma rede de vendedores, revendedores ambulantes, distribuidores e trabalhadores sazonais, dos quais se exige que sejam flexíveis e capazes de se mobilizar.

Reconhecendo essas transitividades entre demarcações formais e práticas ilegais, adota-se aqui uma abordagem que não assume uma concepção moralista a respeito dos ilegalismos constituintes de algumas atividades no comércio popular transnacional, como práticas que podem ser consideradas contrabando ou descaminho. Procuramos então desenvolver uma discussão que parte das percepções que os trabalhadores têm de si mesmos, buscando articular elementos subjetivos com características mais gerais do mercado de trabalho, em vez de ficar detido na condição de ilegalidade que os agentes podem estar inseridos, ou seja, no componente criminal das atividades informais estudadas.

Nesse sentido, temos como proposta analisar as mudanças no mundo do trabalho a partir de reflexões sobre as novas faces da informalidade e a articulação desta com a disseminação da lógica empreendedora, que perpassa variadas formas de inserção ocupacional e se apresenta como constituinte de uma nova cultura do trabalho.

---

1 Este artigo apresenta dados e reflexões desenvolvidas no âmbito da dissertação de mestrado ainda em elaboração pelo autor. É parte do projeto de pesquisa "Sacoleiros e a globalização não-hegemônica: o trabalho informal no comércio transnacional", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Essas questões foram pensadas tendo como referência empírica as trajetórias de trabalhadores envolvidos em atividades constituintes do que se pode chamar de comércio popular transnacional, inseridas num processo denominado por alguns autores de «globalização por baixo» (Portes, 1997; Tarrius, 2002).
Consideramos que o estudo das práticas e percepções de trabalhadores engajados no comércio popular constitui-se em uma possibilidade de analisar as consequências da reconfiguração do mundo do trabalho tal como elas se manifestam em contextos empíricos específicos, e a partir da interpretação de agentes sociais se mobilizando frente a esses processos.
Reconhecendo a heterogeneidade que caracteriza o universo das práticas de comércio popular, optamos por abordar neste texto as trajetórias de dois jovens «contrabandistas» que têm em comum uma condição socioeconômica que poderíamos classificar como de classe média. Justifica-se a escolha pelo valor heurístico desses casos para a discussão sobre os novos sentidos da informalidade, não mais vista como provisória ou negativa por si só, destacando também que esses casos não representam exceções no crescente ramo das «importações informais».

2. O trabalho nos fluxos da globalização popular

Já não é novidade que na esteira do processo de globalização econômica, geralmente pensada nos termos das transações entre países e grandes organizações privadas, caminha um tipo de globalização por baixo que é ao mesmo tempo subversiva e complementar ao sistema mundial hegemônico. Por meio dos avanços tecnológicos e organizacionais, hoje é possível um fluxo de objetos e mobilidade de pessoas numa intensidade impensável em períodos anteriores. Embora as principais vantagens proporcionadas por esses processos sejam apropriadas por aqueles que detêm melhores tecnologias e maior poder econômico, isso não significa a ausência de brechas para que grupos menos favorecidos adotem estratégias objetivando alcançar benefícios, por exemplo, através da constituição de comunidades ou redes que possibilitam atividades econômicas desenvolvidas a despeito das regulações estatais e fronteiras nacionais.
Os mercados, fluxos e redes construídos através dessa mobilização popular são constituintes do que Ribeiro (2010) chama de «globalização não-hegemônica» ou «globalização popular», pensada como adjacente ao sistema mundial hegemônico, que mantém vínculos estreitos com o poder estatal e os interesses das grandes corporações econômicas, «cujos agentes conseguem transmitir a aparência de legitimidade e legalidade nas suas transações, mesmo quando são envolvidos ou surpreendidos em atividades ilegais» (Ribeiro, 2010: 28). As práticas econômicas adotadas nas formas da globalização popular podem contrariar as normas do sistema mundial hegemônico, mas, no limite, não se opõem a ele, uma vez que os envolvidos compartilham dos mesmos interesses capitalistas e também agem refletindo características da lógica empreendedora propagada pelas políticas neoliberais. Por esse motivo, é usado o termo «não-hegemônico», em vez de «anti-hegemônico», visto que não há a proposta de uma transformação radical da ordem estabelecida.
Portes (1997) exemplifica esse processo de globalização por baixo a partir do caso das redes de dominicanos que fazem a aproximação dos mercados do país de origem com os EUA, permitindo a exportação e circulação de mercadorias, através da ação do que ele chama de «exportadores informais». Esses trabalhadores carregam ilegalmente malas de mercadorias confeccionadas na República Dominicana para serem comercializadas nos EUA, trazendo, na volta, os insumos necessários para produzir mais mercadorias a serem comercializadas, construindo uma espécie de prática econômica circular. Por meio da mobilização de um capital social, esses agentes podem vir a se tornar empreendedores, instrumentalizando a rede constituída nesse tipo de comércio transnacional. Portes enxerga nos processos de globalização por baixo possibilidades de resistir criativamente à dominação das elites econômicas, ainda que a emergência das práticas esteja associada à própria lógica do capitalismo.
De fato, as redes de comércio transnacional, que fazem circular mercadorias e pessoas, criam condições para a canalização de um fluxo de produtos que, de outra forma, dificilmente chegariam a determinados mercados, devido à existência de controles e diferenciais de renda que dificultam o acesso de certos grupos sociais a esses bens. Dessa forma, no estudo dos mercados informais, sobretudo no que concerne ao fluxo transnacional das mercadorias, é preciso estar atento a essas dinâmicas que articulam a circulação e a oferta de bens de procedências indiscerníveis (combinando práticas legais e ilegais), que são transacionados em centros de comércio formal e informal e alimentam um expansivo consumo popular, impensável em décadas anteriores (Kessler & Telles, 2010).

Frequentemente, as práticas econômicas desenvolvidas nos fluxos da globalização por baixo se configuram em atividades consideradas ilegais e, por isso, podem ser reprimidas pelas autoridades – como o trabalho dos *sacoleiros*, *camelôs*[2], e outras formas de comércio envolvendo práticas ou produtos ilegais. A questão se complexifica quando reconhecemos que as práticas e as mercadorias não são legais ou ilegais *a priori*, mas estão sujeitas a agenciamentos políticos e morais, podendo transitar assim entre diferentes contextos normativos e regulatórios. Pinheiro-Machado (2011), ao realizar uma «biografia sociocultural dos produtos chineses», demonstra que a fluidez entre as fronteiras porosas dos pares formal/informal e legal/ilegal não é característica apenas das práticas dos comerciantes e importadores, mas também das mercadorias. No trabalho de reconstrução da rota China-Paraguai-Brasil, a autora acompanha a trajetória das mercadorias apresentando os diversos espaços regulatórios atravessados por estas ao longo da cadeia mercantil. Nesse processo, demonstra que um mesmo produto confeccionado na China utilizando trabalho informal pode sair regulamentado da fábrica, ser exportado legalmente para o Paraguai (ou informalmente a partir de redes étnicas) e acabar sendo importado para o Brasil por meios ilegais, através da ação de sacoleiros e outros importadores informais. O trabalho informal é analisado em uma cadeia comercial específica, mas fica evidente a existência de inúmeras outras configurações do trabalho informal no comércio transnacional, envolvendo alternados níveis de contrabando. De fato, nos circuitos onde estão os produtores de um lado e os sacoleiros do outro, o trânsito pela informalidade é fundamental, dados os mecanismos ilegais que essa economia necessita envolver (Pinheiro-Machado, 2008). De acordo com Rabossi:

> Reconhecer este caráter político da constituição dos mercados, não como realidades autorreguláveis produto de leis naturais, mas como resultado de arranjos institucionais através de leis sancionadas e aplicadas (ou burladas), não nos deve levar a assumir uma definição exclusivamente normativa derivada do funcionamento ou do questionamento das regras. O ilegal, longe de ser o resultado do funcionamento anormal ou amoral da sociedade, faz parte das possibilidades abertas em um mundo definido pela lei. Isto é, legal/ilegal não é uma clivagem que permita diferenciar a priori setores do funcionamento do social ou universos preexistentes, mas sim que constitui o operador através do qual se produzem distinções, se reproduzem desigualdades e se aproveitam oportunidades (Rabossi, 2004:16).

Buscando elucidar esses processos, Telles (2009) adota a noção foucaultiana de «ilegalismos» para melhor analisar a transitividade entre práticas legais, ilegais e ilícitas e entre a economia formal e informal, não se detendo nos limites normativos dessas objetivações, mas buscando perceber as lógicas pelas quais as atividades ilegais são percebidas, toleradas e repreendidas. A autora avalia que a vida social contemporânea parece estar imersa em um universo cada vez mais amplo de ilegalismos, que atravessam os circuitos da economia informal e se capilarizam nas redes sociais e práticas urbanas. Na mesma direção, Ribeiro (2010) trata desses cruzamentos entre o lícito, o legal e o ilegal lançando mão do conceito de (i)lícito, que pode ser traduzido como atividades legalmente condenáveis, mas socialmente legitimadas e sancionadas, ou seja, se refere àquelas atividades que contrariam as normas das autoridades formais, mas são legitimadas pelas pessoas envolvidas na transação (Ribeiro, 2010).

Ao articularmos os conceitos de ilegalismo e (i)lícito com o trabalho no comércio transnacional informal, podemos ponderar que a prática, apesar de ilegal, não se reduz ao interior da economia informal, mas está imbricada com os mercados formais, assim como sua legitimidade adquire contornos distintos nos variados contextos atravessados. Existe uma ampla rede de relações que circunscreve o comércio informal, mobilizando inúmeros prestadores de serviço e recursos do sistema formal, por exemplo, na forma de alimentação, hospedagem, transporte e, até mesmo, utilização dos sistemas de cartões de débito e crédito. Além disso, os agentes engajados no comércio transnacional informal acabam ocupando a posição de «trabalhadores gratuitos» (Durães, 2013) para as empresas formais, na medida em que participam ativamente do processo de circulação das

---

2 No Brasil, o termo *sacoleiro* é utilizado para designar pessoas que viajam para outras cidades, regiões ou países buscando comprar grande quantidade de mercadorias, com preços reduzidos, para revender. Comumente, mobilizam práticas consideradas ilegais como contrabando e sonegação fiscal. Já o termo *camelô* serve para se referir aos comerciantes de rua, que transacionam mercadorias das mais variadas procedências.

mercadorias, parte fundamental do circuito do capital, sem que sejam remunerados por isso, diminuindo assim os custos de transação da economia formal.

Renato, o «importador informal»: reconfiguração da atividade de sacoleiro

Muitos agentes engajados nas atividades constituintes da globalização por baixo se enquadram no perfil socioeconômico que poderíamos chamar de classe média, sobretudo quando são mobilizadas práticas que se diferenciam em alguma medida daquelas que são geralmente entendidas como tradicionais dos sacoleiros. Em linhas gerais, o trabalho comumente associado aos sacoleiros consiste na compra de mercadorias das mais variadas qualidades e procedências, geralmente no Paraguai, para a revenda em solo brasileiro. As mercadorias adquiridas no Paraguai são trazidas para o país a bordo dos famosos ônibus de excursão, quando não, nos próprios veículos dos trabalhadores. Por outro lado, existem outras estratégias de «contrabando formiga» adotadas por agentes que costumam adquirir os produtos também em outros países da América Latina, ou mesmo nos EUA. Muitos contrabandeiam mercadorias originais (especialmente, itens de vestuário) e, para isso, procuram viajar para países onde é possível comprar os produtos a preços mais baratos. As mercadorias, geralmente, são revendidas para variadas lojas ou consumidores individuais, sem que haja, necessariamente, qualquer compromisso regular com estes.

O trabalho consiste basicamente em atravessar as mercadorias pelas fronteiras nacionais, e os lucros são garantidos pela imensa demanda, sedenta pelos produtos com preços reduzidos. Os aeroportos se constituem na principal porta de entrada dessas mercadorias, trazidas clandestinamente em malas de viagem. Acreditamos que o frequente trânsito pelos aeroportos é um aspecto que pode atribuir ao trabalho desses agentes um maior *status* quando comparado à atividade dos sacoleiros tradicionais. Sob um olhar desinteressado, esses trabalhadores se confundem com turistas e viajantes comuns. Quando, na verdade, eles estão inseridos em uma atividade crescente na multifacetada economia transnacional (Portes, 1997).

A trajetória de Renato[3], jovem entrevistado durante a pesquisa, é representativa dos percursos que podem conduzir ao engajamento nas atividades informais do comércio popular transnacional nesse novo cenário do mundo do trabalho. Inclusive quando se trata daqueles que não chegaram a passar pela experiência das privações sociais e que, em alguma medida, dispõem de um leque de escolhas mais amplo.

> Renato tem 26 anos, nasceu em São Paulo e mora com o pai, que é dono de uma vidraçaria na região de Santo Amaro, Zona Sul de São Paulo. O rapaz sempre frequentou colégios particulares, até o segundo ano do ensino médio, quando foi morar com a mãe em Ribeirão Preto, interior de São Paulo. Após concluir o segundo grau, voltou a morar com o pai. «Não curtia muito o marido da minha mãe. E São Paulo é outra coisa, né».
>
> Aos 18 anos passou a trabalhar na vidraçaria do pai. «Ficava no caixa, fazia pedidos de materiais, anotava pedido de serviço». Possuia registro em carteira e ganhava em torno de 700 reais, mais comissão, que, por vezes, elevava sua renda para cerca de 1000 reais. Entrava às 8 horas da manhã e saia por volta das 18 horas, indo direto para o cursinho pré-vestibular que frequentava, próximo à sua casa. Renato prestou vestibular para o curso de administração da Universidade de São Paulo (USP). Acabou não passando, então, matriculou-se no mesmo curso, mas na Universidade Paulista (UNIP). «Até queria a USP, to ligado que é conceituada e tal, mas não ia fazer mais um ano de cursinho. E, no final, dá na mesma. Acabei não trabalhando com isso mesmo [administração]».
>
> Renato cursou três anos de faculdade, enquanto trabalhava com o pai. Até que se deparou com uma oportunidade «irrecusável», um amigo que costumava viajar ao Peru para comprar roupas de marca e revender o convidou para auxilia-lo na empreitada. Na última viagem, o amigo havia perdido toda a mercadoria ao entrar no Brasil e estava com receio de perder mais dinheiro caso fosse pego novamente. Assim, propôs a Renato que viajasse com ele e, na volta, dividissem a mercadoria entre os dois, facilitando a passagem pela fiscalização. As passagens de avião do

3 Os nomes utilizados aqui são todos fictícios, visando preservar a identidade dos entrevistados.

rapaz seriam pagas pelo amigo, assim como todas as despesas. «Ele não ia me pagar nada, até porque tava meio quebrado. Eu fui mais pelo rolê mesmo. Não é todo dia que você viaja pra fora [exterior] na faixa [de graça]».

Os dois amigos foram e ficaram dois dias no Peru. Renato acompanhou o amigo na compra das mercadorias junto a um empresário, que possuía uma loja de roupas e tinha contato direto com as fábricas. Vale lembrar que o Peru faz parte da rota de muitos importadores, visto que grandes grifes internacionais – como Armani, Lacoste, Polo Ralph Lauren, Tommy Hilfiger e Calvin Klein – possuem fábricas instaladas no país. O amigo comprou cerca de 100 peças de roupas, a maioria camisetas de diversas marcas. Como combinado, a mercadoria foi dividida entre as bagagens dos dois, e a passagem pela alfândega ocorreu sem percalços.

Renato ficou muito empolgado com a «aventura», e mais ainda quando descobriu o lucro que a revenda das roupas renderia ao amigo, cerca de 6000 reais. Decidiu então juntar dinheiro para investir no negócio. Na época, vendeu uma moto por algo em torno de 4000 reais. Juntou mais 2000 que havia economizado na poupança e organizou sua viagem. «Fiz tudo igualzinho tinha feito na primeira vez. Eu lembrava de tudo, tinha prestado atenção em tudo. Mas o que você aprende nesse ramo é que sempre tem algum imprevisto». E, realmente, Renato teve que enfrentar um grande imprevisto. Chegou à Lima com duas malas praticamente vazias, apenas com as roupas que usaria na viagem e artigos de higiene pessoal. Se hospedou no mesmo hotel em que havia se instalado antes, e foi logo atrás do empresário que vendeu as roupas ao amigo, tendo conversado antes por telefone através da recomendação deste. No entanto, o empresário não estava na loja e Renato não conseguiu contatá-lo por telefone.

Desesperado, pensando em todo o dinheiro perdido, caso não conseguisse voltar com mercadorias, perguntou na recepção do hotel onde poderia comprar roupas de marca por preços baixos. A moça que atendia no local sugeriu que ele visitasse Gamarra, um grande centro comercial em Lima, onde se comercializam grandes quantidades de peças de vestuário. Chegando lá, logo percebeu que as roupas que estampavam marcas mundialmente reconhecidas (superlogomarcas) eram todas réplicas, umas mais bem feitas, outras menos. Mesmo assim, comprou cerca de 150 camisetas. «Escolhi as mais bonitinhas, umas Lacoste, umas Hollister. Algumas até davam uma enganada». Lembra de ter pago algo em torno de 5 dólares por algumas das camisetas.

Na volta para o Brasil, passou por momentos de tensão. Dividiu as roupas entre as duas malas que carregava. Embarcou sem problemas em Lima, mas sabia que o momento mais arriscado era a chegada ao Brasil, no aeroporto de Guarulhos. «Eu fiquei tão tenso que na hora que passei pela alfândega, que vi que deu tudo certo, até chorei», relembra rindo. Dessa vez, diz ter ganhado pouco com a revenda, por conta da qualidade das camisetas. Sem muita certeza, acredita ter lucrado por volta de 1500 reais no final, descontando todas as despesas. Isso porque conseguiu vender algumas das camisetas falsificadas como se fossem originais.

De fato, pode ser muito lucrativo comercializar produtos «piratas» de marcas reconhecidas, sobretudo quando estes podem ser revendidos como originais, o que depende da sua qualidade de produção. A superlogomarca se vale de um valor simbólico extraordinário, referente ao status que representa para os consumidores. Essas marcas, incluindo originais ou cópias, desempenham papel central na economia simbólica do luxo, especialmente quando consideramos o contexto atual em que as identidades construídas na distinção de status se confundem com a capacidade de possuir determinados objetos e manipular imagens (Ribeiro, 2010). A diferença entre os custos de produção da mercadoria e seu imponente valor simbólico, que se traduz em altos lucros na comer-

cialização, é o que move o mercado de réplicas. E muitos pequenos contrabandistas, como Renato, aproveitam essa possibilidade de auferir altos lucros.

Mesmo após ter passado por momentos de tensão, e o resultado não ter atingido as expectativas em termos financeiros, Renato decidiu continuar viajando ao Peru para comprar mercadorias. Através de fóruns na internet, conheceu outro fornecedor em Lima. Além disso, o fornecedor do amigo que havia «furado» com ele entrou em contato dizendo que não pôde encontra-lo porque precisou resolver problemas familiares, mas que estava disponível para negociar, caso Renato ainda desejasse. O rapaz passou a contar então com dois fornecedores no Peru, e começou a viajar frequentemente para lá. Disse que chegava a viajar duas vezes por semana.

As mercadorias trazidas eram revendidas para lojas na Zona Sul de São Paulo, cujos contatos foram estabelecidos através do amigo que o abriu as portas para a atividade. Renato diz que algumas lojas compravam todo o conteúdo da mala que ele trazia. Segundo ele, a demanda é sempre maior do que a quantidade de mercadorias que ele consegue trazer. Assim, a venda e, consequentemente, o lucro são garantidos. O rapaz afirma ainda que, por vezes, encontra réplicas das roupas de marcas que nem ele mesmo consegue distinguir, só sabe que não são originais por conta do preço pago. Enquanto uma camiseta polo da marca Lacoste é comprada em Lima por algo em torno de 55 reais, podendo ser revendida por até 180 reais, uma réplica bem feita da mesma marca pode ser encontrada por 28 reais (caso se tenha bons contatos), e revendida pelo mesmo preço. Até meados do fim do ano passado, o comércio informal rendia ao jovem cerca de 9000 reais por mês.

Porém, no último ano, o tipo de comércio desenvolvido deixou de ser tão rentável para Renato. A fiscalização parece ter apertado o cerco sobre esse tipo prática comercial, e Renato teve sua mercadoria apreendida por diversas vezes, umas oito, segundo ele. «Comecei a perder muito, cheguei a perder três vezes seguidas. Aí quebra». Quando se perde as mercadorias importadas ilegalmente, se perde também todo o investimento realizado na forma de passagens, hotel, alimentação e compra dos produtos. Geralmente, se numa próxima viagem ocorre tudo bem com transação, é possível recuperar o dinheiro perdido na última apreensão e ainda obter algum lucro. Mas quando se perde três vezes seguidas, a própria condição de investir na próxima viagem fica comprometida.

Renato diz ter ficado impossível viajar de novo, pois não tinha mais dinheiro suficiente. De acordo com ele, «pra compensar, tem que ter pelo menos uns seis mil reais. Pra viagem e pra comprar um tanto de peças que valha a pena». O dinheiro que ele havia conseguido guardar, visando futuramente comprar um apartamento, foi investido nas viagens mal sucedidas. «Não guardei quanto poderia, acabei gastando muito saindo, viajando» (diz conhecer quase o Brasil todo, além de ter feito viagens para a Argentina e Uruguai). Além disso, comprou um carro, cujas parcelas ainda está pagando.

Nos últimos cinco meses, Renato tem adotado outra forma de ganhar dinheiro. Passou a comprar roupas de outras pessoas que importam informalmente ou viajam para buscar mercadorias no exterior. Diz que seus «fornecedores» anunciavam as mercadorias pela internet. Em termos financeiros, essa estratégia rende menos do que quando Renato viajava para adquirir o produto a ser comercializado: «Mas é mais garantido, não tem risco, ou quase não tem risco». O risco existente é de o interessado pagar pela mercadoria e não receber, já que o depósito deve ser feito antes. Renato garante que isso ainda não aconteceu com ele. Confia nos seus fornecedores.

Quando perguntado sobre planos para o futuro, Renato diz pretender abrir uma loja de roupas e «encontrar um sócio pra revezar nas viagens. Ou continuar comprando dos outros mesmo. Dá lucro». Apesar de fazer planos, demonstra preocupação com o futuro da atividade de importação informal, tendo em vista o aumento da fiscalização. Acredita também que haverá, num futuro próximo, uma redução do preço das mercadorias originais no Brasil, o que diminuiria o lucro da atividade. De fato, o engajamento na atividade informal pode ser interessante para os agentes como uma forma de auferir renda em um determinado momento de sua trajetória econômica, ou pode ser vista como uma prática permanente, apesar da instabilidade inerente.

Renato não se considera sacoleiro, ficou um tanto incomodado quando, durante a entrevista, foi feita a associação entre as atividades, apesar de não saber como se denominar. Talvez, nunca tenha precisado fazê-lo. De acordo com Rabossi (2004), «sacoleiro» é aquela pessoa que viaja para comprar mercadoria para depois revender, distinguindo-se do «muambeiro», que aparece associado à pessoa que negocia com contrabando (de mercadorias proibidas por lei). No contexto de Ciudad del Este, lócus da pesquisa de Rabossi, muambeiro é uma palavra com conotações negativas, enquanto a palavra sacoleiro nem tanto, na medida em que a categoria sacoleiro consegue autonomizar-se da muamba e aparecer associada a comerciante. Renato acabou se dizendo um «comerciante independente». As distintas denominações para atividades muito semelhantes apontam para uma tentativa de distinguir-se socialmente, visto que o termo sacoleiro é bastante associado às atividades de contrabando e descaminho realizadas por membros das classes populares. É entendido como «coisa de pobre».

Quando Renato lança mão do termo imediatamente criado (comerciante independente), ele busca se distinguir tanto socioeconomicamente quanto no que se refere às diferentes mercadorias comercializadas.
Refletindo sobre a trajetória de Renato podemos perceber que a inserção na prática informal de importar ilegalmente mercadorias (seja qual for a designação dada para quem exerce a atividade – sacoleiro, muambeiro ou qualquer outra denominação autodeclarada) –, não pode ser mecanicamente associada à experiência da privação como motivação imperativa. Kessler (2010) destaca alguns elementos que contribuem para a compreensão das práticas ilegais na sociedade contemporânea, ainda que este esteja mais atento à questão dos delitos juvenis contra a propriedade privada. O autor considera que as tramas de ilegalismos podem ser melhor esclarecidas quando levamos em consideração as transformações no mercado de trabalho – não apenas a diminuição do emprego formal e a retração dos salários, mas também as mudanças qualitativas associadas ao mesmo – sem perder de vista a importância das experiências culturais referenciadas aos contextos socioeconômicos, cujos sentidos se relacionam com as alterações do lugar ocupado pelo consumo ao longo do tempo.
Essa perspectiva pode contribuir, de certa forma, para nossa análise do trabalho na importação ilegal de mercadorias, uma vez que aponta para uma metamorfose na relação entre trabalho e consumo na sociedade contemporânea, sobretudo entre os jovens. Destarte, podemos inferir que o engajamento em atividades ilegais no contexto atual, longe de se opor à cultura hegemônica, compartilha com esta uma forte valorização do êxito individual, da importância atribuída ao consumo e uma espécie de recusa às opressões da rotina do trabalho (Kessler, 2010).
Como representado na situação de Renato, é a própria ilegalidade da atividade que garante a possibilidade de lucrar com o negócio. Mais que refúgio para aqueles alijados da possibilidade de inserção no mercado de trabalho formal, as atividades informais podem se constituir numa possibilidade de se alcançar altos lucros para aqueles dispostos a lidar com a instabilidade e os riscos da ilegalidade. É comum que a rentabilidade de uma atividade, ainda que ilegal, possa ser mais atraente que a formalidade de um emprego. A flexibilidade proporcionada pelo autoempreendimento pode ser exaltada como liberdade frente ao pouco atrativo mercado de trabalho (para algumas pessoas). Com efeito, a nova informalidade se constitui pelo seu caráter de recurso a ser utilizado por indivíduos de distintos grupos sociais, em diferentes contextos e sob múltiplas motivações.
O «novo» na informalidade, além de representar a incorporação de novos contingentes de trabalhadores nessa condição, pode ser então identificado através da ressignificação do que é trabalhar informalmente. Nesse sentido, para muitas pessoas, inserir-se em alguma ocupação informal não significa, necessariamente, engajar-se temporariamente numa atividade transitória até que se alcance a formalização, seja do próprio negócio ou por meio da carteira de trabalho. Além disso, muitas atividades, dado seu caráter ilegal, não podem ser completamente formalizadas, como é o caso dos sacoleiros e outros pequenos contrabandistas.
Se outrora, a informalidade foi sinônimo de estigma social, sobretudo em se tratando de atividades ilegais, hoje as práticas econômicas informais precisam ser consideradas no seu aspecto de recurso a ser mobilizado pelos indivíduos visando melhorar sua condição social ou buscando uma ocupação mais flexível. Além disso, novo informal tem sido alimentado pela lógica empreendedora, que, na esteira das transformações capitalistas das últimas décadas, têm animado a constituição de uma nova cultura do trabalho, mais adaptada à instabilidade e insegurança características do mundo do trabalho contemporâneo.
Como sugere Pinheiro-Machado (2008), ainda que o trabalho informal seja fruto da maneira desigual com que o capitalismo se expande, não se pode negar que ele também tem sua origem na própria ética capitalista. Faz-se presente um *ethos* que permite aos agentes legitimarem socialmente práticas econômicas informais e ilegais, no sentido de estarem motivados pelo desejo de ser patrão, de trabalhar por si próprio.

3. Da informalidade ao empreendedorismo a partir do trabalho no comércio popular transnacional

Tendo em vista que as causas da crise da sociedade salarial foram atribuídas ao excesso de regulação e à rigidez do modelo fordista, propostas mais flexíveis para a organização da produção e gestão da força de trabalho começaram a ganhar espaço. Como consequência, os indivíduos passaram a ser responsabilizados não só pelo trabalho realizado, mas pelos padrões de produtividade e por sua própria inserção e manutenção no mercado de trabalho. A perda de direitos veio acompanhada de uma espécie de darwinismo social como ideologia, em que os melhores tendem a sobreviver no mercado, o trabalhador é responsável por garantir sua própria empregabilidade e os que fracassarem nesse processo serão tratados como descartáveis (Lima, 2002).

A consolidação do trabalho informal como constituinte do processo produtivo e das novas configurações da divisão social do trabalho, assim como sua legitimação como alternativa de inserção no mercado de trabalho em um contexto de crise do assalariamento, foi favorecida pela concepção do trabalho na informalidade como um meio de canalização do espírito empreendedor dos trabalhadores. Por conseguinte, a informalidade ganhou uma face mais positiva, na medida em que se desencadeou um processo de naturalização de sua existência. De evidência do subdesenvolvimento, passou a sinônimo flexibilidade e, cada vez mais, de empreendedorismo.

O discurso do empreendedorismo se dissemina ao longo da década de 90, num contexto em que predominava a ideia de não haver organização social e econômica possível fora do modelo que ficou conhecido como *neo-liberalismo.* Nesse processo, o excesso de regulação estatal foi responsabilizada pela supressão da capacidade empreendedora dos agentes, que poderia ser liberada sob a forma dos empreendimentos informais (Lima, 2013). Sempre que se fala em neoliberalismo no Brasil, é possível que seja aberta uma celeuma acerca da efetiva implementação, ou não, de um modelo neoliberal no país. A discussão apresentada neste texto, porém, adota uma concepção de neoliberalismo enquanto racionalidade, como forma de governamentalidade[4].

Sendo assim, importa menos seus impactos no que se refere à plena realização objetiva das propostas anunciadas pelo modelo neoliberal do que seus efeitos sobre a modulação das condutas sociais. Com efeito, o discurso do empreendedorismo passou a veicular a imagem do novo trabalhador como um sujeito capaz de ser flexível perante as adversidades do mercado, criativo e que está disposto a assumir os riscos do investimento no próprio negócio. Nesse sentido, quanto mais próximo o trabalhador estiver da figura do «empreendedor de si mesmo», mais estaria assegurada sua permanência no mercado de trabalho, sua empregabilidade. Este se torna então um empresário de sua própria força de trabalho, devendo aperfeiçoá-la para que o mercado possa utilizar suas capacidades. Contudo, esse processo carrega um paradoxo no seu desenvolvimento, considerando que os indivíduos são interpelados a tomar o controle de suas trajetórias pessoais e profissionais justamente no contexto onde tudo parece estar além de qualquer controle.

Pinheiro-Machado, ao estudar o trabalho autônomo dos sacoleiros, percebe um forte «desejo de trabalhar para si próprio» que não pode ser atribuído sem mediações à experiência da privação. A incorporação de um «*ethos* empreendedor» pelos agentes aparece como elemento fundamental, e que não deixa de ser a própria narrativa capitalista internalizada e reproduzida (Pinheiro-Machado, 2008). As trajetórias dos agentes ouvidos para esta pesquisa expressam a influência dessa lógica empreendedora sobre suas disposições para o engajamento subjetivo nas práticas econômicas da globalização por baixo. Esse parece ser o caso de Jadson.

> Jadson é um jovem de 26 anos que nasceu e foi criado na Zona Sul de São Paulo. Realizou toda a formação escolar em colégios particulares. O pai possui uma empresa de som e alarme automotivo, onde a mãe trabalha na administração. O pai é desses raros exemplos de ex-funcionários que, partindo de baixo, conseguem abrir o próprio negócio, tornando-se empresários bem sucedidos. Jadson, por sua vez, é articulado é bem informado. «Leio as notícias todos os dias na internet, principalmente sobre economia». Ele domina bem os idiomas inglês e espanhol.
>
> O rapaz começou a trabalhar aos 16 anos, na empresa do pai. Aos 19, passou a gerenciar sua própria loja, uma outra unidade da empresa familiar, aberta sob sua responsabilidade. «Era f..., trabalhava pra caramba. No fim do mês, pagava todas as contas, e os funcionários, e minha renda dependia do que sobrasse». Ele disse que demorou algum tempo para conseguir «fazer algum dinheiro» com a loja (disse que chegou a lucrar por volta de 2500 reais por mês). Como morava com os pais, o dinheiro era direcionado apenas para coisas de seu próprio interesse (festas, roupas, carro...etc). Após alguns conflitos com o pai, somado a um romance que terminou mal, Jadson resolveu vender a loja. «Peguei o dinheiro e viajei pelo país. Foi o melhor investimento que já fiz. Investi em mim!». Após a temporada de viagens terminar, começou a pensar no que fazer. Não aceitaria, nem poderia voltar a

4 O que se entende por g*overnamentalidade neoliberal* aqui tem como referência o debate de Foucault (2008), em que governamentalidade não significa somente uma estratégia política e econômica, mas implica em toda uma nova forma de ser e de pensar dos próprios indivíduos; ou seja, representa um novo "tipo de relação entre governantes e governados, muito mais do que uma técnica dos governantes em relação aos governados" (Foucault, 2008: 301).

> trabalhar com o pai. Foi quando um amigo lhe convidou para participar de uma empreitada. Planejava ir até o Paraguai comprar produtos eletrônicos e revender no país. Ele ficou empolgado e disse que até otimizou o plano. Em vez de produtos eletrônicos, que o amigo não tinha uma ideia muito consistente de como revender, trariam aparelhos de som automotivo e rolos de *insulfilm*[5], artigos que já sabia como lidar, pois havia trabalhado no ramo.

Na primeira viagem ao Paraguai, o carro em que os dois amigos estavam foi parado pela fiscalização. Apreenderam os rolos de *insulfilm*, mas os deixaram ficar com os sons. «Acho que ficaram com dó da gente». Jadson estima que perderam cerca de 3000 reais cada um, entre os custos da viagem e a mercadoria apreendida. Dois meses depois, viajaram novamente, e dessa vez deu tudo certo. A mercadoria foi revendida para lojas especializadas, inclusive a empresa do pai. Segundo Jadson, o negócio, que praticou por cerca de dois anos, lhe rendia mais de 4000 reais por mês. Durante esse período, o rapaz disse ter ficado meio deslumbrado. «Usava muita droga...e muita mulher. Me perdi e perdi muito dinheiro». Ficou seis meses sem viajar, até que «se recuperou» e voltou à ativa. «E o dinheiro tava acabando também, né».

Em uma das idas ao Paraguai, Jadson conheceu dois peruanos que estavam negociando informalmente roupas de diversas marcas. Ele reconheceu uma oportunidade de negócio e começou a se informar sobre o esquema por meio da internet. E foi pela internet que conseguiu um contato no Peru, um empresário que possuía acesso a alguns fabricantes e se apresentava como um canal para a aquisição de roupas originais por baixos preços. Ele foi ao Peru, se encontrou com o contato e voltou para o Brasil com a mala cheia de roupas de marca. «Antes de ir, já tinha conversado com o cara de uma loja que disse que compraria o que eu trouxesse». Revendeu as roupas que havia trazido e teve um lucro de cerca de seis mil reais. «Fiquei muito feliz! Descobri meu lugar!».

Jadson realiza há três anos viagens regulares ao Peru, a cada dois meses. Considera-se um «importador informal[6]». Não sabe ao certo quantas vezes foi pego no aeroporto com mercadorias contrabandeadas. A cada vez que isso acontece, perde em torno de 6000 reais. Mas na próxima viagem, se não houver contratempos, recupera o dinheiro perdido e ainda obtém algum lucro. Atualmente, possui um contato no Peru que atua numa empresa de etiquetas, ou seja, um acesso direto a várias fábricas. Jadson compra artigos de vestuário de diversas marcas (Lacoste, Abercombrie, holister) por preços entre 15 e 25 dólares, revendendo no Brasil por cerca de 180 reais. Revela que trabalha também com réplicas, repassando como originais. «Mas só as réplicas muito bem feitas».

Atualmente, porém, tem se visto obrigado a revender pessoalmente as camisetas no varejo. «Perdi muita grana, tô cheio de rolo. Tô tendo que me levantar». Quando vende no varejo, alcança um lucro maior do que quando vende a «mala» toda, no atacado, para alguma loja. Ele anuncia as roupas no facebook e espera ser contatado para levar as mercadorias até a casa dos interessados. Disse ser muito requisitado e ter que andar o dia inteiro pela cidade, seja vendendo ou cobrando dívidas.

Gosta também da ideia de não ter patrão. Diz não se adaptar a uma condição em que fiquem lhe dizendo o que fazer e quando fazer. «Se eu saio à noite, posso acordar tarde no outro dia e depois me viro pra correr atrás das minhas coisas».

---

5 Película escura aplicada sobre a superfície de vidros de veículos automotivos.

6 Outra autodenominação que busca atribuir maior status à atividade desenvolvida

Figura 1 – Produto comercializado pela internet[7]

A autonomia do trabalho informal deve, contudo, ser relativizada em seu aspecto de liberdade individual, em relação aos constrangimentos sociais. O desejo de trabalhar para si próprio não se estabelece como um elemento isolado, mas relacional, uma vez que o possível status adquirido pela condição de «patrão de si mesmo» só ganha sentido no interior de uma microconfiguração social (Pinheiro-Machado, 2008). Mas em termos subjetivos, trabalhar sem patrão e obter sucesso econômico acabam se apresentando como uma questão de honra. Isso se expressa através da fala de Jadson: «Acordar cedo pra trabalhar o dia inteiro e ganhar uma merreca, não é pra mim, não. Quanto ganha aí a classe C? Uns 3 mil? Eu não trabalho oito horas por dia por 3 mil!».
Jadson diz ter poucos amigos no mesmo ramo. Mas conhece muita gente. Garante que para «se dar bem» é preciso conhecer muita gente, ser desenvolto, articulado. E, de fato, ele aparenta ter essas características. Com efeito, é possível atribuir a esse tipo de trabalhador um conjunto de características relacionadas à figura do «empreendedor de si mesmo»[8] – o sujeito flexível, móvel e dotado de um «saber-ser» que o torna capaz de construir relações de confiança, necessárias ao estabelecimento dos contatos fundamentais para sua inclusão nas redes, que podem ser mobilizadas para facilitar o trânsito no mercado (Boltanski & Chiapello, 2009).
É interessante notar que, apesar de se orgulhar do lucro que consegue auferir com a importação informal, Jadson faz diversas referências às dificuldades financeiras que enfrenta, com alguma frequência. Diz não saber direito em que gasta seu dinheiro: «Um pouco nas baladas, roupas, eletrônicos, sei lá. Nem sei pra onde vai». Isso é representativo tanto da instabilidade na qual o rapaz está inserido quando do papel secundário designado ao planejamento de longo prazo. Como bem coloca Sennett (2004), dadas as recentes transformações sociais, a sina do indivíduo contemporâneo é flutuar na vida à deriva.
Quando perguntado sobre planos para o futuro, garante estar guardando dinheiro para comprar um apartamento nas «economias emergentes» (segundo ele, Colômbia, Peru ou Bolívia). Pretende «fazer dinheiro» com imóveis no futuro, para isso guarda dinheiro numa poupança, sempre que possível. Assim como planeja começar a pagar uma previdência privada, daqui a alguns anos. Diz gostar do que faz porque viaja bastante e «dá muito dinheiro». De fato, nas brechas abertas pela globalização por baixo, uma grande variedade de atividades se desenvolve aproveitando a existência de embargos que funcionam como diferenciais de acesso a determinadas mercadorias.
Deriva disso que atividades como contrabando e descaminho se mostram bastante lucrativas para aqueles que se arriscam a fazer chegar determinados bens a novos mercados ou com preços mais baixos. E esse parece ser o elemento de «destruição criativa» do empreendedor no comércio popular transnacional, ou seja, os movimentos de construção de redes, descoberta de novos nichos de mercado e estratégias para contornar as formas de controle e marcos regulatórios.

---

7 Foto publicada por Jadson em rede social, na qual exibe um dos produtos comercializados por ele.

8 Noção utilizada por Boltanski e Chiapello (2009) para discutir as características do novo indivíduo adaptado ao mundo do trabalho contemporâneo.

4. Considerações finais

Quando olhamos para as atividades tradicionalmente informais do comércio popular, podemos perceber a existência de novas mercadorias, novas práticas e, também, novos sentidos atribuídos a esses empreendimentos econômicos. Sem dúvida, a ressignificação dessas atividades caminha em correlação com os novos sentidos atribuídos à informalidade. Apesar de poderem ser criminalizadas judicialmente, essas práticas informais, potencialmente ilegais, acabam se constituindo num espaço de inserção ocupacional para um grande contingente de trabalhadores fora do mercado de trabalho formal ou para aqueles que, munidos de «espírito empreendedor», buscam formas de obtenção de renda a partir do autoempreendimento.

Como sugere Lima (2013), é nesse contexto que o termo «nova informalidade» ganha importância, tendo em vista que permite ampliar a abrangência das análises sobre o trabalho informal, incluindo agora as «empresas-ocupações» e os trabalhadores nelas envolvidos, seja como proprietários-trabalhadores, seja como trabalhadores não pagos. A noção de nova informalidade, assim, permite captar as mudanças recentes e as nuances presentes nas atividades desregulamentadas, inclusive no que tange às mudanças no significado de estar inserido em atividades informais. Desse modo, entende-se que as transformações produtivas das últimas décadas representaram mais que reconfigurações das formas de organização da produção, mas estimularam também a construção de uma nova cultura do trabalho, implicando em mudanças nas formas de percepção do trabalho, nos valores a ele vinculados e nas suas possibilidades enquanto formador de identidades e de projetos sociais. Se a cultura do trabalho forjada sob a idealização de uma sociedade salarial (ainda que esta condição estivesse distante de ser objetivamente implantada no contexto nacional) se fundamentou na valorização do «trabalho livre, mas protegido», as representações acerca do trabalho nesse novo contexto projetam a figura do novo trabalhador distante da ideia de carreira de longo prazo em um emprego assalariado (Machado da Silva, 2002). O mundo social que emerge dessas transformações, gradualmente, reconstrói uma cultura do trabalho mais adaptada ao desemprego, ao risco e à insegurança, elementos não mais vistos como transitórios, mas constituintes dessa nova configuração.

As trajetórias apresentadas neste texto são representativas da incorporação da lógica empreendedora, que impele os sujeitos a mobilizarem-se a partir da aceitação da proposição de que a sobrevivência no mundo do trabalho contemporâneo depende, acima de tudo, do esforço e criatividade individual. Cada um passa a ser o único responsável pela melhoria de suas próprias condições de vida, pelo seu sucesso econômico. Em alguma medida, essa responsabilização tem sido disseminada pelo mundo do trabalho em geral, mas parece ter encontrado maior adesão entre os mais jovens. De fato, «para os mais jovens, as circunstâncias atuais do mercado de trabalho não significam uma degradação de condições melhores ou mais promissoras em outros tempos» (Telles, 2006: 176). Os sujeitos das novas gerações já se constituem enquanto "indivíduos do trabalho" num mundo reconfigurado, a instabilidade e insegurança ocupacional são realidades incontornáveis com as quais eles têm que lidar e, arriscaríamos dizer, contribuem para a estruturação de um estoque de experiências substancialmente diferente da geração anterior.

Como aponta Guimarães (2005), frente ao contexto no qual se inseriram no mundo do trabalho e à intensidade com que foram tocados pela incerteza e fragilidade dos vínculos, os jovens teriam reagido impulsionando uma mutação cultural que estaria apenas anunciada enquanto horizonte para o conjunto da população. Assim, para os jovens, além dos sentidos atribuídos ao trabalho serem distintos daqueles que lhe outorgaram as gerações anteriores, socializadas sob a ética do trabalho predominante no ideal do assalariamento, essas novas diretrizes tem dado o tom à orientação das condutas na vida ocupacional (Guimarães, 2005).

Obviamente, os riscos do mundo do trabalho não são experienciados da mesma forma por todos os indivíduos. Os impactos da instabilidade variam de acordo com os «suportes» com os quais os agentes podem contar, dependendo dos grupos sociais aos quais pertencem. O discurso da flexibilidade como condição de empregabilidade traz consigo consequências negativas justamente por subestimar o peso dessas diferenciações socioeconômicas e de possibilidades. Em decorrência disso, observa-se a banalização da vulnerabilidade daqueles que dispõem de menores condições objetivas para se tornarem «vencedores» econômica e socialmente. Bendassoli (2000) observa que essa lógica opera uma contradição entre o ideal do indivíduo *conquistador,* o empreendedor de sucesso, e «a real situação de todos aqueles que, em nossa sociedade, não têm meios ou recursos para obter 'êxito' e 'sucesso' no empreendimento de si mesmos» (Bendassoli, 2000: 220).

No entanto, olhar para as novas faces da informalidade (despida de seus contornos normativos, como oposta à formalidade, esta valorizada por si só) significa reconhecer que a sua instabilidade e insegurança características estão presentes também no mercado de trabalho formal, o que pode colocar o engajamento nas ocupações

informais como apenas mais uma forma de inserção ocupacional e fonte de renda. Assim, o conceito de nova informalidade acaba lançando luz sobre algo evidente na experiência contemporânea: o trabalho informal não se restringe a trabalhadores pobres pouco escolarizados e desqualificados, mas também se constitui em alternativa, com mais ou menos condições de escolha, para trabalhadores qualificados, jovens ou não, fora do mercado formal, seja por conta de processos de flexibilização e reestruturação produtiva ou pela pouca atração das condições atuais de emprego e valorização do autoempreendimento.

Bibliografia

Bendassoli, Pedro. (2002). Público, privado e indivíduo no novo capitalismo. *Tempo Social*, 12 (2), pp. 203-236.

Boltanski, luc. e Chiapello, Ève. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.

Guimarães, Nadya. (2005). Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In. Abramo, Helena; Branco, Pedro Paulo Martoni (eds.). *Retratos da Juventude Brasileira.* São Paulo, Instituto Cidadania e Editora da Fundação Perseu Abramo.

Kessler, Gabriel. (2010). Trabalho, privação, delito e experiência portenha. *Tempo Social*, 22 (2). pp. 79-99.

Kessler, Gabriel & Telles, Vera. (2010). Apresentação – Dossiê: Ilegalismos na América Latina. *Tempo Social*, 22 (2).

Lima, Jacob. (2002). *As Artimanhas da Flexibilização: O Trabalho Terceirizado em Cooperativas de Produção*. São Paulo: Terceira Margem.

Lima, Jacob. (2013). Nova Informalidade In: Anete Brito Leal Ivo. (Org.). *Dicionário temático desenvolvimento e questão social*:81 questões contemporâneas. 1ed. São Paulo: Annablume, (1), pp. 330-336.

Machado da Silva, Luiz. A. (2002). Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a denominação do mundo do trabalho. *Caderno CRH*, 37, pp. 81-109.

Nardi, Henrique C. (2003). A propriedade social como suporte da existência: a crise do individualismo moderno e os modos de subjetivação contemporâneos. *Psicologia & Sociedade*; 15 (1), pp. 37-56.

Pinheiro-Machado, Rosana. (2008). "China-Paraguai-Brasil: Uma Rota Para Pensar a Economia Informal". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23 (67), pp. 117-133.

Pinheiro-Machado, Rosana. (2011). *Made in China: (in)formalidade, pirataria e redes sociais na rota China-Paraguai-Brasil*. São Paulo. Hucitec: Anpocs, 2011.

Portes, Alejandro. (1997). Globalization from Below: The Rise of Transnational Communities. Princeton University.

Rabossi, Fernando. (2004). *Nas ruas de Ciudad del Este: Vidas e vendas num mercado de fronteira*. Tese de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ribeiro, Gustavo Lins. (2010). A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* – 25 (74), pp. 21-38.

Ruggiero, Vicenzo. (2008). *Crimes e Mercados: Ensaios em Anticriminologia*. Rio de Janeiro : Lumen Juris.

Sennett, Richard (2004). *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.

Sennett, Richard. (2006). *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.

Tarrius, Alain. (2002). *La mondialisation par le bas: les nouveaux nomades de l'economie souterraine*. Paris: Balland.

Telles, Vera. (2006). Mutações no Trabalho e Experiência Urbana. *Tempo Social.* 18 (1), pp.173-195.

Telles, Vera. (2009). Ilegalismos urbanos e a cidade. *Novos estudos - CEBRAP*. 84, pp. 153-173.

O papel das novas tecnologias da informação e da comunicação no cotidiano juvenil

Andréia Ribeiro
andreiaribeiro30@yahoo.com.br

Regina de Paula Medeiros
repameca@pucminas.br

Resumo: O presente texto resulta da pesquisa realizada com jovens da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, frequentadores do Programa do Governo do Estado de Minas Gerais - PLUG Minas – Centro de Formação e Experimentação Digital.
O objetivo é analisar o papel das novas tecnologias da informação e da comunicação no cotidiano juvenil. O método utilizado foi pesquisa qualitativa com entrevistas em grupo de jovens com idade entre 14 a 24 anos. Concluímos que o celular e a internet/computador são os recursos mais utilizados e preferidos pelos jovens. O celular é o "teletudo". A internet é fundamental para o estudo, lazer/cultura. Esses equipamentos tecnológicos representam a possibilidade de autonomia para as inter-relações, tomada de decisão, expressão de ideias e da intersubjetividade.

Palavras-chave: Juventudes. Cultura digital. Tecnologias da informação. Redes sociais. Cotidiano.

O presente texto resulta de pesquisa realizada com jovens da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, frequentadores do Programa do Governo do Estado de Minas Gerais conhecido como PLUG Minas – Centro de Formação e Experimentação Digital. O estudo foi financiado pela FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) e coordenado pelo Departamento de Ciências Sociais da PUC-Minas (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais).
O PLUG Minas é composto por oito núcleos com objetivos específicos e propostas pedagógicas próprias, com ênfases na formação gerencial, artística, idiomas, cultura digital e domínio de tecnologias – programação de jogos e mídias sociais. O projeto é coordenado por meio de parcerias entre o governo estadual e instituições do terceiro setor: *Empreendedorismo Juvenil*; *Valores de Minas*; *Inove Jogos Digitais*; *Oi Kabum!*; *Núcleo Amigos do Professor* e *Núcleo Laboratório de Culturas do Mundo*.
O objetivo do PLUG Minas é atender jovens com idade entre 14 a 24 anos, oriundos de escolas públicas, visando possibilitar o conhecimento nas áreas de cultura, educação e desenvolvimento social, por meio de atividades que tenham como base a cultura digital, a "inovação" e o uso de ferramentas de acesso às redes sociais virtuais e tecnologias de informação.
As principais questões que nortearam a pesquisa são: quais e de que forma os jovens utilizam os artefatos da cultural digital e quais são as possíveis representações que eles fazem sobre as tecnologias da informação e da comunicação?
Trata-se de uma pesquisa qualitativa com técnicas de observação e de entrevista participativa dialógica com cinco grupos compostos por seis jovens. A entrevista participativa dialógica é uma técnica recomendada para pesquisas com jovens que comumente têm dificuldade para expressar sentimentos, avaliar determinados temas, principalmente aqueles que são considerados de fórum íntimo, e para avaliar e criticar posicionamento, escolhas e ações (MEDEIROS & MARQUES, 2012). É uma entrevista realizada com grupos de aproximadamente oito participantes, que por meio de atividades coletivas expressam significados particulares.
Muitos trabalhos são desenvolvidos, na atualidade, sobre esse tema, principalmente tendo como método a netnografia; dentre eles o de Oliveira & Sousa (2011), que investigaram sobre como se forma e se desenvolve a sociabilidade juvenil no *ciber*espaço e quais são os laços sociais ali construídos, tema analisado por Roure (2009). Nossa proposta, aqui, é analisar o papel das novas tecnologias da informação e da comunicação no cotidiano juvenil. Para isso, apontamos os recursos tecnológicos utilizados pelos jovens e dentre eles os que são concebidos como prioritários no dia a dia. Como desdobramento, destacamos os tipos de usos/apropriações juvenis dos artefatos tecnológicos e as representações que eles constroem ao se apropriarem das novas tecnologias da informação e da comunicação. Antes, portanto, é importante definir as novas tecnologias e seus desdobramentos na vida social, o que atualmente definimos como cultura digital.

São consideradas novas tecnologias da informação e da comunicação computadores pessoais (PCs), telefonia móvel, internet, suportes para guardar e portar dados (*pen drives*, cartão de memória, hds, dentre outros), tecnologias digitais de captação e tratamento de imagens e sons, etc. A incorporação e o uso disseminados desses recursos em nossa sociedade foram e estão sendo discutidos por pesquisadores de diversas áreas de conhecimento.

No *site* culturadigital.br há um *link* denominado "Conceito de Cultura Digital", dedicado à definição do termo[1]. Para o culturadigital.br, o conceito não está consolidado. Aproxima-se de outros, como sociedade da informação, *ciber*cultura, revolução digital, era digital. Cada um deles, utilizado por determinados autores, pensadores e ativistas, demarca esta época em que as relações humanas são fortemente mediadas por tecnologias da informação e por comunicações digitais.

Entretanto, encontramos alguns trabalhos nos quais os termos cultura digital e *ciber*cultura são concebidos como iguais. Autores como Belisário & Lopes, 2011; Freire & Brunet, 2010; Proulx, 2012 e Costa, 2011 preferem o termo cultura digital. Já outros, ora usam cultura digital, ora *ciber*cultura (TORNAGHI, 2010; CINTRA, 2003; SILVA, 2009). Contudo, para Rocha (2012)[2] e Palacios (2009), o termo *ciber*cultura surgiu no intuito de diferenciar a cultura até então existente em relação a algo que estava emergindo, o digital. Para Rocha (2012), o termo *ciber*cultura nasceu em decorrência de uma necessidade normativa que atualmente é paulatinamente substituído por outros mais gerais, como cultura digital, cultura contemporânea, ou até mesmo apenas pelo termo cultura.

Lemos (2009) alerta que o termo cultura digital e/ou *ciber*cultura denota a tendência da sociedade em nomear e categorizar a cultura a partir dos artefatos. Ele acredita que a cultura digital ou *ciber*cultura seria a cultura contemporânea, na qual os diversos dispositivos eletrônicos digitais já fazem parte da vida cotidiana. "São tecnologias não apenas da transformação material e energética do mundo, mas que permitem a transformação comunicativa, política, social e cultural efetivamente [...] Nós conseguimos transitar informação, bens simbólicos de maneira inédita na história da humanidade" (LEMOS, 2009, p.136).

Em *Sociedade em Rede*, Castells (2010) aponta cinco características centrais do paradigma da tecnologia da informação[3]. A primeira é a matéria-prima desse novo paradigma, isto é, são tecnologias destinadas a agir sobre a informação, não apenas para agir sobre elas mesmas. A segunda refere-se ao caráter penetrável das novas tecnologias, pois toda atividade humana lida com a informação, logo, somos diretamente moldados pelo novo meio tecnológico. O terceiro aspecto refere-se à lógica de redes em qualquer sistema ou conjunto de relações, usando as novas tecnologias da informação. A quarta característica refere-se à afirmação de que o paradigma da tecnologia da informação é baseado na flexibilidade. Tornou-se possível inverter as regras sem destruir a organização, pois a base material da organização pode ser reprogramada e reaparelhada. E por fim, a quinta característica dessa revolução tecnológica é a crescente convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado, no qual trajetórias tecnológicas antigas ficam literalmente impossíveis de serem diferenciadas separadamente. (CASTELLS, 2010, p. 108-113).

Essas características apontadas pelo autor são base para estabelecer um paralelo com o conceito de cultura digital,uma vez que ela, como fenômeno da sociedade da informação, corresponde a essas características.

No âmbito da cultura digital, usamos tecnologias para agir sobre a informação e ao mesmo tempo introduzimos o meio tecnológico em nossas vidas, ou seja, somos conformados pelo meio tecnológico nos processos sociais, como por exemplo, ensino à distância, comunidades virtuais ou redes sociais, compras e jogos *online*, *download* de filmes, de músicas, de livros. Além disso, a cultura digital é atualizada, praticada e/ou vivenciada na lógica de redes, que para Castells (2010) são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando

---

1 O objetivo do *site* é fomentar debates sobre cultura digital com ativistas, representantes de empresas, instituições governamentais, organizações não governamentais e quaisquer pessoas que tenham interesse em participar da formulação de uma política brasileira para a área. A discussão é feita com base em cinco eixos pré-definidos: 1. Memória Digital (acervo, história e futuro); 2. Economia da Cultura Digital (compartilhamento, interesse público e mercado); 3. Infraestrutura para a Cultura Digital (infovia, acesso e inclusão); 4. Arte Digital (linguagem, democratização e *remix*); 5. Comunicação Digital (língua, mídia e convergência). A redeculturadigital.br é uma plataforma pública mantida pelo Ministério da Cultura por meio de parcerias com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa e a Sociedade de Amigos da Cinemateca.

2 Ver: *Ciber*espaço atomizado e novos modos de pensar a *ciber*cultura**.** Disponível em <http://www.pacc.ufrj.br/z/ano6/3/cleomar.php#aut> Acesso em 02 abr. 2012.

3 Castells (2010) entende que informação é dado que foi organizado e comunicado. (CASTELLS, 2010, p. 64).

novos nós, desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilham os mesmos códigos de comunicação; e é por meio dos nós que os fios se articulam na formação de fluxos de informação.
Por fim, a cultura digital é atualizada pela convergência de tecnologias específicas, como computador, internet, telefone celular, câmara digital, *tablet*, TV digital, entre outros, mas todas estão integradas em um sistema de informação. Como um exemplo: para produzir uma imagem (fotografia) ou um vídeo, é necessário um celular ou uma câmara digital. Para tratar a imagem ou fazer a edição do vídeo, os *softwares* que possuem essas ferramentas são indispensáveis. Para compartilhar essa produção, é preciso um computador ligado à internet e uma plataforma, como *Facebook*, *YouTube, Google Play*, ou outros. Portanto, o uso de diversificadas tecnologias para compartilhar uma foto ou um vídeo são integradas entre si.
Além dessas características, o conceito cultura digital engloba as seguintes práticas: novos processos de criação, de produção e de divulgação de informação e de cultura; relações colaborativas; comunicação em rede.
Os novos processos de criação, de produção e de divulgação de informação e de cultura são apontados pelos autores como grandes práticas da cultura digital. Segundo Tornaghi (2010), além de receber aquilo que as pessoas fazem, de ter acesso à produção intelectual de outros, pode-se, também, interferir nessa produção e devolvê-la para a rede. É possível, também, comentar sobre o que fazem os outros. Belisário & Lopes (2011) pontuam que ao incorporar as formas orais, visuais e auditivas de comunicação em um único ambiente de produção e distribuição colaborativa, a *web* abre a possibilidade de superar o paradigma de receptor/emissor em prol da construção de inteligências coletivas. Para Lévy (1999), as imagens, os vídeos e os textos são, cada vez mais, objeto de prática de *sampling* e de remixagem. "Qualquer imagem é potencialmente matéria-prima de outra imagem, todo texto pode constituir o fragmento de um texto ainda maior; a obra não está mais distante, e sim ao alcance da mão. Participamos dela, a transformamos, somos em parte seus autores".
A ideia central nos novos processos de criação, de produção e de divulgação de informação e de cultura é que qualquer indivíduo que esteja disposto poderá produzir textos, vídeos, imagens, entre outras formas de comunicação no meio digital e divulgá-las em rede. O *site YouTube*, que permite aos seus usuários carregarem e compartilharem vídeos de forma independente em formato digital é um bom exemplo. O *site* hospeda uma variedade de vídeos, de produções profissionais à amadoras/caseiras. O mercado do *YouTube* é definido por Burgess & Green (2009) da seguinte maneira: "o YouTube não está no negócio de vídeo – seu negócio é, mais precisamente, a disponibilização de uma plataforma conveniente e funcional para o compartilhamento de vídeos online: os usuários fornecem o conteúdo que, por sua vez, atrai novos participantes e novas audiências" (BURGESS & GREEN, 2009, p. 21).
Atrelada a essa nova prática está um dos valores da cultura digital: a colaboração (FREIRE & BRUNET, 2010), ou convivência colaborativa (BELISÁRIO & LOPES, 2011), ou práticas de cooperação (PROULX, 2010). Ou então, o que Lévy (1998) chama de inteligência coletiva, que significa trabalhar em comum acordo. Para o autor, é uma "inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências. A base e o objetivo da inteligência coletiva são o reconhecimento e o enriquecimento mútuos das pessoas". (LÉVY, 1998, p.28-29). A enciclopédia *Wikipédia* é um bom exemplo de produção colaborativa (enciclopédia colaborativa, livre e *online*)[4].
A comunicação em rede ou *ciber*espaço, tal como pensa Lévy (1999), compreende um espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e de suas memórias. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos, na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. A codificação digital condiciona o caráter plástico, fluido, calculável, com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual, da informação. Esse ambiente definido por Lévy é, por excelência, onde a cultura digital impera, produz e concretiza-se.
Ainda de acordo com o autor, o *ciber*espaço permite a combinação de vários modos de comunicação. Encontramos, em graus de complexidade crescente: o correio eletrônico (*e-mail*), bate-papos (*gmail*,*facebook*...), as conferências eletrônicas, o hiperdocumento compartilhado, os sistemas avançados de aprendizagem ou de trabalho cooperativo, entre outros.

---

4 *Wikipédia* é um projeto de enciclopédia multilíngue livre, baseado na *web*, colaborativo e apoiado pela organização sem fins lucrativos *Wikimedia Foundation*. Seus 19 milhões de artigos/verbetes (719.226 em língua portuguesa em 13 de abril de 2012) foram escritos de forma colaborativa por voluntários ao redor do mundo e quase todos os seus verbetes podem ser editados por qualquer pessoa com acesso ao *site*. (Informação obtida em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia#cite_note-AlexaStats-7>).

Em 2008, a revista *Telos* publicou o artigo de Manuel Castells, *Creativity, innovationand digital culture: a mapofinteractions*. Nele, o sociólogo define a cultura digital em seis tópicos:

1. Habilidade para comunicar ou mesclar qualquer produto baseado em uma linguagem comum digital.
2. Habilidade para comunicar desde o local até o global em tempo real e, vice-versa, para poder diluir o processo de interação.
3. Existência de múltiplas modalidades de comunicação.
4. Interconexão de redes digitalizadas.
5. Capacidade de reconfigurar todas as configurações criando um novo sentido nas diferentes camadas dos processos de comunicação, isto é, capacidade de criar ou produzir um novo significado (criatividade).
6. Constituição gradual da mente coletiva pelo trabalho em rede, mediante um conjunto de cérebros sem limite algum (inteligência coletiva).

O que podemos constatar é que não há homogeneidade ou consenso na compreensão sobre cultura digital, mas Castells resume, em seu artigo, uma diversidade de perspectivas sobre o tema que será utilizado na análise dos resultados da pesquisa que ora apresentamos[5].

Os jovens do Plug Minas, ao serem inquiridos sobre os recursos tecnológicos que utilizam no dia a dia, citaram *pen drive*, *notebook*, MP3, MP4, *smartphone*, *tablet*, cartão de memória, *webcam*, *iPod*, celular, computador/internet. O celular e a internet, como muitos se referiram, são os preferidos por eles.

O celular é utilizado "pra falar com as pessoas, pra jogar, pra pesquisar coisas e aplicativos, pra divertir, pra aprender, pra mensagens" (Giovanna, INOVE – Jogos Digitais, 21 anos); "pra usar internet, pra tirar foto" (Sophia, Empreendedorismo Juvenil, 22 anos); "pra ouvir música" (Manuela, INOVE – Jogos Digitais, 18 anos); "celular é mais pra escutar música mesmo, ligar pra alguém...a câmara pra tirar foto... o rádio, quando eu vou dormir, eu coloco música" (Frederico, INOVE – Jogos Digitais, 18 anos). Foi mencionado também "pra tudo...pra tudo" (Jonathan, Laboratório de Culturas do Mundo, 18 anos).

Segundo Lemos (2005), o celular passou a ser um "teletudo", um equipamento que é ao mesmo tempo telefone, máquina fotográfica, difusor de *e-mails* e SMS[6], WAP[7], tocador de música (MP3 e outros formatos), agenda eletrônica, etc. O autor conclui que o celular expressa a radicalização da convergência digital, transformando-se em um "teletudo" para a gestão móvel e informacional do cotidiano.

A percepção de que o celular serve "pra tudo...pra tudo", somada à possibilidade de usá-lo onde quer que estejam, faz com que os jovens o concebam como "essencial", "algo que não dá pra ficar sem". Como destacou a jovem Isabella (Empreendedorismo Juvenil, 18 anos), "meu celular, eu fico grudada nele o dia inteiro, solto ele só pra dormir. Ele fica do meu lado". Portanto, a mobilidade e a radicalização da convergência digital em um único artefato tecnológico faz do celular, na visão juvenil, o instrumento de excelência da cultura digital.

Outro aspecto que nos chamou atenção foi o hábito de empregá-lo para ouvir música em vários momentos do dia a dia: dentro do ônibus ou metrô, indo a pé para escola, na hora do recreio e/ou no momento de intervalo do curso que frequentam, entre outros. Dayrell (2001) aponta que o gosto juvenil exacerbado pela música indica que ela responde aos anseios dos jovens de encontrar um sentido para a vida ou, ainda, a música é um quadro de referência comum por meio do qual o jovem faz uma leitura da realidade que o rodeia.

Além do celular, alguns jovens destacaram as facilidades de trocas de arquivos/informações proporcionadas pelo *pen drive* no dia a dia:

> Pen drive anda comigo pra tudo quanto é lugar [...] pen drive tem foto, tem música, muita, muita, muita, muita música. [...] Eu tenho isso de trocar música rápido assim. Eu gosto de uma música que você tava ouvindo aí eu falo assim: pode por no meu pen drive. Aí eu vou lá e passo pro computador. (Alice, INOVE – Jogos Digitais, 16 anos).

O *pen drive* facilita o compartilhamento de diferentes arquivos, além de ser um instrumento importante na sociabilidade dos jovens.

---

5 Os nomes dos jovens utilizados neste texto são fictícios. O Anexo A apresenta o perfil de jovens contemplados com a pesquisa.

6 SMS – acrônimo de "*short messagens*", mensagens curtas e enviadas pelo celular para uma pessoa ou grupo de pessoas.

7 WAP é acrônimo de "*wireless application protocol*, protocolo que permite que os telefones celulares tenham acesso à internet.

Em relação aos usos da internet, destacados pelos jovens, é possível observar que ela é empregada para o estudo, lazer/cultura e é relacionada à autonomia. No que se refere ao estudo, o *site* preferido dos jovens para realizar pesquisa escolar é o *Google*.

> *Internet é um método rápido, muito rápido. Você não tem aquela decepção, tipo: de ficar lá procurando toda a vida aquela matéria, aquela coisa. Internet, você joga no Google e aparece na hora. (Gisele, Empreendedorismo Juvenil, 18 anos).*

O *Google*, para a geração da cultura digital na atualidade, corresponde à Barsa e outros tipos de enciclopédia usadas pelos estudantes nas décadas de 1980 ou 1990.
Os usos concernentes ao lazer/cultura foram descritos pelos jovens da seguinte maneira:

> *Eu gosto de ouvir bastante música no computador. (Davi, Oi Kabum!, 17 anos).*

> *Jogar vídeo game também. Às vezes no computador, ou às vezes com um amigo mesmo. (Miguel, Empreendedorismo Juvenil, 18 anos).*

> *Eu uso computador para ver seriado, baixar filmes. (Janaína, Oi Kabum!, 20 anos).*

> *Orkut é mais para jogar mesmo, quando eu não tenho nada para fazer. (Frederico, INOVE – Jogos Digitais, 18 anos).*

Os usos relativos à autonomia foram assim relatados:

> *Eu sempre gostei da área de jogos. Sempre pesquisava, não, na verdade eu tava procurando pela internet um curso de jogos para fazer [...] aí eu vi o projeto do Plug Minas, aí me inscrevi e deu certo. (Giovanna, INOVE – Jogos Digitais, 21 anos).*

> *Eu gosto muito de internet pra...até mesmo para informar, pra saber das coisas, ficar entre as tecnologias, até no curso mesmo, ficar pesquisando, às vezes a gente tá em dúvida, a gente vai e pesquisa alguma coisa. Eu uso [Facebook] mais é pra organizar encontro, conversar com pessoas que não vejo. Ficar sabendo de coisas que normalmente a gente não fica sabendo pela televisão. Como o fórum da... essa marcha que rolou das mulheres[8]. A gente nunca vai ver isso na televisão. (João Pedro, Oi Kabum!, 19 anos).*

> *Eu conheci o PLUG pela internet. Estava pesquisando e achei legal. (Eduardo, INOVE – Jogos Digitais, 15 anos).*

> *Bom, eu tinha um amigo no cursinho de inglês e a gente era muito agarrado. Tudo que ele fazia eu fazia ou então tudo que o outro fazia o outro também fazia. Aí ele pegou e falou assim: Jô vão fazer um técnico em administração, porque nós dois vamos seguir esta carreira. Aí eu to assim: vamos uai. Ele pegou e me mandou um link e disse: aqui, vê este site aqui. Tem Empreendedorismo Juvenil, vamos fazer!? Eu falei assim: vamos. Eu peguei fiz a inscrição, ele passou, eu passei, só que no dia ele não veio e eu tive que vir sozinha. Fiz à dinâmica, passei, tô aqui. (Helena, Empreendedorismo Juvenil, 18 anos).*

Os três tipos de usos apontados aqui não esgotam as múltiplas possibilidades de práticas que os jovens podem realizar no *cibe*respaço, pois ele é o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos

---

8 João Pedro fez menção à *Marcha das Vadias* que aconteceu no mês de maio de 2012 em várias capitais brasileiras, inclusive em Belo Horizonte. O movimento traz à tona a violência física, sexual, psicológica e simbólica do gênero feminino em um contexto de cultura machista. O lema do movimento é: "nem santa, nem puta, livre!".

computadores. Além disso, conforme Lévy (1999), o termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo de informação que ele abriga, assim como os indivíduos que "navegam" nele e o "alimentam". Ademais, é consenso entre os pesquisadores a visão de que a juventude não é única, mas sim heterogênea, com características distintas que variam de acordo com aspectos sociais, culturais, econômicos e territoriais. E essa diversidade reflete os diferentes hábitos juvenis no *cibe*respaço.

Mesmo com essas ponderações, deve-se destacar que o uso relacionado à autonomia, no que se refere especificamente à procura de cursos de formação profissional, demonstra a busca desses jovens para sua qualificação com perspectiva futura para a inserção no mercado de trabalho. Esse é um dos pontos complexos de transição para a vida adulta, como bem destacou Dayrell & Corrochano (2009) e é, segundo trabalho publicado em 2006 pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (PÓLIS), um dos temas/questões que mais preocupam os jovens da Região Metropolitana de Belo Horizonte[9].

A maioria dos jovens que participou da pesquisa ainda não estava inserida no mercado de trabalho. E essa situação nos fez entender o porquê de alguns conceberem o ato de usar frequentemente o computador/internet apenas como ócio e não como instrumento/ferramenta para o trabalho. Um jovem afirmou: "internet adoro, só quando não tem nada para fazer" (Matheus, Valores de Minas, 18 anos). Outro destacou "adoro ficar de frente do computador com minha amiga. Ela vai lá pra casa e a gente fica a tarde toda lá". (Helena, Empreendedorismo Juvenil, 18 anos).

Além de jogar jogos, ouvir músicas, baixar e assistir a filmes em diferentes *sites* da *web*, os jovens usam constantemente *sites* de redes sociais que são apropriados para diferentes fins, como marcar ou organizar encontro com os amigos/colegas; conversar com os amigos; obter notícias que não são vinculadas nas grandes mídias tradicionais; bisbilhotar a vida alheia; produzir projetos comuns de programação; conhecer pessoas com interesses comuns e utilizar as ferramentas mais famosas e comentadas do *Facebook*, compartilhar e curtir conteúdos diversos:

> *Rede social também. Facebook, conversar um pouco. Porque eu uso mais pra conversar, nada de postar nem curtir muita coisa não, porque eu acho esse trem chato. Mais é pra uso do bate-papo e também do grupo da faculdade, só. (Maria Eduarda, Oi Kabum!, 20 anos).*
>
> *Eu gosto... eu não gosto muito de postar, eu gosto muito de ver o que os outros tá colocando. Às vezes eu gosto de olhar as fotos. Também eu gosto porque no Facebook não dá pra ver quem foi lá e te visitou, aí eu gosto de ficar bisbilhotando o Facebook dos outros. Eu acho interessante (risos). (Sophia, Empreendedorismo Juvenil, 22 anos).*
>
> *O Facebook potencializa diálogo com outros grupos. Aí eu uso ele mais pra isso mesmo, não pra postar. Mandar um recado para algum colega, quase como um e-mail. (João Pedro, Oi Kabum!, 19 anos).*
>
> *Por exemplo... Facebook é comunicação, sabe? Às vezes, cê não tem o telefone da pessoa, cê digita lá no Facebook, cê acha quem que cê quer, na hora que cê quer... É... cê fala de tudo...Recebe muitas coisas... (Valéria, Laboratório de Culturas do Mundo, 22 anos).*
>
> *Minhas amigas vão lá pra casa. A gente vai e se tranca no quarto. Fica postando mil coisas no face [Facebook], fica o dia inteiro na internet e tal. (Mariana, Empreendedorismo Juvenil, 18 anos).*

---

9 No caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte os temas/questões recorrentes nos grupos de diálogo juvenil foram classificados em – 1. Violência/falta de segurança/criminalidade; 2. Trabalho: emprego/desemprego/falta de oportunidade/primeiro emprego; 3. Miséria: pobreza/fome/desigualdade social/má distribuição da renda; 4. Educação: qualidade do ensino/degradação das escolas públicas/acesso a ensino médio e universitário e, por fim, 5. Discriminação: racismo/preconceito.

> *Facebook, né? Curtir e compartilhar é o que eu mais sei fazer (risos). Mas odeio ficar conversando com as pessoas pelo Facebook ou então MSN. (Laura, Valores de Minas, 17 anos).*

> *Nas redes sociais, pra mim Facebook também. Nossa, eu posto, eu curto, faço tudo. Até fuço as coisas dos outros. (Manuela, INOVE – Jogos Digitais, 18 anos).*

Percebemos que não há consenso das formas de usos da rede social pelos jovens. Alguns não gostam de postar, compartilhar ou curtir, outros preferem partilhar seus gostos, opiniões e preferências ideológicas. Alguns destacaram o gosto pelo *Facebook* pelo fato de a rede social proporcionar anonimato ao vasculhar o perfil de outros membros. Uma jovem afirma que a rede social permite o compartilhamento de qualquer tipo de comunicação, além de ser, na visão dela, uma ferramenta eficaz de encontrar pessoas que precisam ser contatadas quando não se dispõe de outros meios.

Apesar de terem destacado o uso contínuo da rede social *Facebook*, na qual possuem amigos com quem mantêm uma interação "face a face" e amigos com quem a interação é feita por meio de aparatos tecnológicos de comunicação, chamados por eles de amigos virtuais, os jovens ainda prezam, e muito, as interações diretas, sejam os amigos de rua, vizinhos, colegas de escola/curso, os parentes (irmãos, primos). Já aqueles que possuem tarefas cotidianas intensas, com escola, trabalho e curso, ritualizam e/ou estreitam seus laços de amizades nas redes sociais, ou então fazem da rede social um meio de prolongamento das relações vivenciadas no cotidiano. Dessa forma, as redes potencializam trocas, conversas e sociabilidades típicas do sistema social contemporâneo ancorado no processo de globalização que ocorre desde meados do século XX, que facilita o contato entre indivíduos de diversos países e culturas internacionais e locais, além de intensificar e promover um crescente processo de integração, possibilitado e retroalimentado pela globalização (HALL, 2005).

Na compreensão dos jovens do Plug Minas, essa nova forma de comunicação tem um caráter potencializador das múltiplas modalidades de trocas e compartilhamentos das relações sociais cotidianas.

A transformação comunicativa fomentada, por exemplo, pelo uso do celular, concorre para as percepções juvenis de que sua vida social não perene na mesmice. Ao contrário, concebem que o celular, aparelho multifuncional, possibilita, a todo o momento, estarem antenados, e por que não, "plugados", com seus amigos, familiares ou com o meio que os rodeiam, seja enviando mensagens, tirando fotos e compartilhando-as, dando um "toquinho" em alguém, entre outros usos[10].

As facilidades de trocas de produtos culturais, como músicas, filmes, textos e fotos, instauradas com a transformação dos meios tecnológicos, são entendidas pelos jovens como prolongamento de sua interação com os seus pares. Ou seja, mesmo estando em sua residência depois de um dia inteiro atrelados aos estudos, trabalho ou lazer, continuam interagindo e partilhando com seus iguais seus gostos, preferências e novidades do mercado cultural.

No que concerne ao uso da internet e suas ferramentas, como *Google*, *Facebook*, *Youtube*, entre outros, mais uma vez os jovens destacam a importância da *web* no que diz respeito à facilidade de comunicação entre amigos/colegas; de obter informação e de divulgá-la; de estender as interações sociais para além dos espaços tradicionais de encontro, como ruas, esquinas, escola, local de trabalho, etc.; de adquirir e consumir produtos culturais de forma gratuita – música, filmes, clipes musicais –; de realizar pesquisa, buscar conhecimento, esclarecer dúvidas, entre outros.

Embora a rede de computadores seja internacional, os jovens, ao usá-la, promovem adequações ao meio social no qual estão inseridos e ao seu comportamento presente. Isto é, ao interagir nas redes sociais, socializam informações com amigos do seu círculo familiar, escolar e/ou do mundo do trabalho.

Ainda que os jovens do Plug Minas apropriem, à sua maneira, das tecnologias da informação e comunicação, eles também são estimulados pelo Programa em dominar as ferramentas e outros saberes vinculados à cultura digital. Os Núcleos, por exemplo, os instigam a utilizarem ferramentas digitais na conotação da criatividade e da inteligência coletiva: os jovens que frequentam o Núcleo Jogos Digitais são incentivados a criar usando os recursos e os conceitos da área de jogos, e muitas vezes a criação é coletiva. O mesmo acontece no Núcleo Oi Kabum!, no qual os alunos produzem programas em comum que implicam em trocas de ideias durante o processo de criação que se dá, normalmente, por meio *online*. Já no Núcleo Valores de Minas podemos

---

10 É comum entre os jovens ligar do seu celular para outro e logo em seguida desligar, indicado para seu interlocutor que precisa falar algo mas não dispõe de créditos suficientes para completar a ligação, e aguardar o retorno.

destacar as produções no campo das artes visuais, danças e teatro. Esses trabalhos são divulgados tanto no *Youtube* como no *site* do próprio Núcleo.

Assim sendo, não resta dúvida de que os jovens contemplados nesta pesquisa vivenciam e têm consciência de que experimentam o que foi definido abstratamente como cultural digital, ou seja, usam a tecnologia para agir sobre a informação, mesclando formas de comunicação, transmitindo informações, bens simbólicos, de uma maneira sem precedentes se comparada com a história de seus pais.

Se levarmos em conta que na sociedade contemporânea o espaço cibernético é um meio de expressão da subjetividade do sujeito, um importante mediador de diálogos, de interesses, um mecanismo de construção de múltiplas amizades virtuais e dispositivo de sociabilidade, podemos afirmar que existe uma rede que é dinamizada por meio virtual, pois nela as relações são organizadas de forma horizontal, igualitária e livre. Podemos inferir também que, teoricamente, o Plug Minas, em sua proposta de oferecer "acesso irrestrito às redes e da autonomia para produzir informação, arte e cultura"; com o objetivo de "promover a apropriação da cultura digital pelos jovens, para que cada um se coloque no mundo como protagonista de sua própria trajetória e possa usufruir o seu direito ao trabalho, à educação e à participação", é totalmente coerente com as expectativas da juventude contemporânea. Essa percepção é corroborada pelos usuários (alunos, coordenadores dos Núcleos e técnicos) quando relatam sobre os espaços "alternativos" de educação e formação abalizada no princípio de autonomia, na descontração, participação, independência, horizontalidade e no protagonismo.

Anexo A - Perfil de jovens contemplados com a pesquisa

Nome	Núcleo que frequenta	Idade	Escolaridade	Com quem mora	Trabalha
Miguel	Empreendedorismo Juvenil (NEJ)	18 anos	Ensino Médio completo.	É filho único e mora com os pais.	Não.
Júlia	Empreendedorismo Juvenil (NEJ)	17 anos	Cursa o 3º ano do Ensino Médio.	Mora com os pais e os irmãos.	Não.
Davi	Oi Kabum!	17 anos	Cursa o 3º ano do Ensino Médio.	Reside com os pais e o irmão gêmeo.	Trabalha no Núcleo, elaborando projetos em linguagem multimídia.
Gabriel	INOVE – Jogos Digitais	17 anos	Cursa o 2º ano do Ensino Médio.	Reside com a família.	Trabalha no Arquivo Público da Cidade.
Arthur	INOVE – Jogos Digitais	18 anos	Cursa o 3º ano do ensino médio.	Reside com os pais e o irmão.	Trabalha no estúdio de música do primo.
Sophia	Empreendedorismo Juvenil (NEJ)	22 anos	Ensino Médio completo.	É filha única e mora com os pais.	Não.
Isabella	Empreendedorismo Juvenil (NEJ)	18 anos	Cursa o 3º ano do Ensino Médio.	Reside com os pais e os quatro irmãos.	Não
Manuela	INOVE – Jogos Digitais	18 anos	Ensino Médio completo.	Reside com a família.	Não.
Giovanna	INOVE – Jogos Digitais	21 anos	Ensino Médio completo.	Mora sozinha.	Sem informação.
João Pedro	Oi Kabum!	19 anos	Ensino Médio completo.	Reside com os pais e o irmão mais novo.	Trabalha pelo núcleo, elaborando *book trailers*.

Alice	INOVE – Jogos Digitais	16 anos	Cursa o 2º ano do Ensino Médio.	Reside com os pais e a irmã mais nova.	Não.
Maria Eduarda	Oi Kabum!	20 anos	Cursa faculdade de Ciência da Computação.	Reside com os pais e a irmã mais velha.	Não.
Laura	Valores de Minas	17 anos	Cursa o Ensino Médio.	Reside com a família.	Não.
Nome	**Núcleo que frequenta**	**Idade**	**Escolaridade**	**Com quem mora**	**Trabalha**
Luiza	Valores de Minas	16 anos	Cursa o Ensino Médio.	Reside com os avós.	É professora de informática em uma ONG.
Beatriz	Valores de Minas	16 anos	Cursa o Ensino Médio.	Reside com os pais e o irmão mais velho.	Não.
Matheus	Valores de Minas	18 anos	Ensino Médio completo.	Reside com os pais e a irmã mais nova.	Tem uma banda de música e toca nos finais de semana em bares e festas.
Angélica	Valores de Minas	16 anos	Cursa o 2º ano do Ensino Médio.	Reside com a mãe e o irmão mais novo.	Não.
Letícia	Empreendedorismo Juvenil (NEJ)	17 anos	Cursa o 3º ano do Ensino Médio.	Reside com a mãe e os irmãos.	Trabalha como técnica de monitoramento e vigilância em uma empresa de transportes.
Gisele	Empreendedorismo Juvenil (NEJ)	18 anos	Ensino Médio completo.	Reside com os pais e os quatro irmãos mais novos	Não.
Mariana	Empreendedorismo Juvenil (NEJ)	18 anos	Ensino Médio completo.	Reside com a mãe.	Estagiou por dois anos em uma escola pública e conseguiu seu primeiro emprego recentemente.
Helena	Empreendedorismo Juvenil (NEJ)	18 anos	Cursa o 3º ano do Ensino Médio.	Reside com a avó.	Não.
Rafael	Oi Kabum!	17 anos	Cursa o 3º ano do Ensino Médio.	Reside com a família.	Trabalha como atendente em uma *lan house.*
Eduardo	INOVE – Jogos Digitais	15 anos	Cursa o Ensino Médio.	Reside com os pais e os dois irmãos.	Não.
Betânia	Valores de Minas	16 anos	Cursa o Ensino Médio.	Reside com a família	Não.

Alessandra	INOVE – Jogos Digitais	16 anos	Cursa o 2º ano do Ensino Médio.	Reside com a família.	Trabalha como estagiária.
Amanda	Valores de Minas	17 anos	Cursa o 3º ano do Ensino Médio.	Reside com a família.	Não.
Nome	**Núcleo que frequenta**	**Idade**	**Escolaridade**	**Com quem mora**	**Trabalha**
Priscila	INOVE – Jogos Digitais	16 anos	Cursa o Ensino Médio.	Reside com a tia materna.	Não.
Janaína	Oi Kabum!	20 anos	Ensino Médio completo.	Reside com a mãe.	Não.
Karine	Oi Kabum!	18 anos	Cursa o 3º ano do Ensino Médio.	Reside com os pais e os cinco irmãos.	Presta serviços como manicure.
Samuel	Laboratório de Culturas do Mundo	18 anos	Ensino Médio completo.	Reside com a mãe, o padrasto e a irmã mais velha.	Trabalha no setor de comunicação interna em uma empresa de telefonia.
Jonathan	Laboratório de Culturas do Mundo	18 anos	Ensino Médio completo.	Reside com a mãe, o padrasto e os três irmãos mais novos.	Trabalha no setor administrativo em uma empresa de informática que presta serviços para a Prefeitura de Belo Horizonte.
Denise	Laboratório de Culturas do Mundo	17 anos	Cursa o 3º ano do Ensino Médio.	Reside com a mãe e o padrasto.	Trabalha no setor de *telemarketing* de uma associação de comunicação.
Valéria	Laboratório de Culturas do Mundo	18 anos	Ensino Médio completo.	Reside com o esposo.	Trabalha no setor de monitoramento do processo seletivo do Plug Minas.
Frederico	INOVE – Jogos Digitais	18 anos	Ensino Médio completo.	Reside com os pais e o irmão gêmeo.	Não.

Fonte: Dados da pesquisa.

Referências:

BELISÁRIO, Adriano; LOPES, Juliana (2011), *As culturas digitais dos Pontos de Cultura e Lan houses.* In: FERRAZ, Joana Varon; LEMOS, Ronaldo (org). Pontos de Cultura e lan-houses: estruturas para inovação na base da pirâmide social. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. p. 17-46. Disponível em http://www.estrombo.com.br/faroldigital/wp-content/uploads/2011/12/FAROLDIGITAL-CTS-FGVDIREITORIO.pdf, [consultado em 28-3-2012].

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua(2009), *YouTube e a revolução digital*: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade. São Paulo: Aleph.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede:* a era da informação: economia, sociedade e cultura. (2010),6ª ed. São Paulo: Paz e Terra.

CASTELLS, Manuel. *Creativity, Innovation and Digital Culture: a map of interactions*. Revista Telos. (2008), Disponível em:http://sociedadinformacion.fundacion.telefonica.com/telos/cuadernograbar.asp@idarticulo=3&rev=77.htm, [consultado em 27-3-2012].

CINTRA, Hermano José Marques. *Dimensões da interatividade na cultura digital*. (2003), 154f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em http://biblioteca.terraforum.com.br/BibliotecaArtigo/libdoc00000032v001Dimensoes%20da%20Interatividade%20na%20Cultura%20Dig.pdf, [consultado em 27-3-2012].

COSTA, Elaine Sarmento. "Com quantos gigabytes se faz uma jangada, um barco que veleje": o Ministério da Cultura, na gestão Gilberto Gil, diante do cenário das redes e tecnologias digitais. (2011), 203f. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro. Disponível em http://cenpec.org.br/biblioteca/cultura/teses-dissertacoes-e-ensaios/com-quantos-gigabytes-se-faz-uma-jangada-um-barco-que-veleje-o-ministerio-da-cultura-na-gestao-gilberto-gil-diante-do-cenario-das-redes-e-tecnologias-digitais, [consultado em 02-4-2012].

DAYRELL, Juarez. *A música entra em cena***:** o rap e o funk na socialização da juventude em Belo Horizonte, (2001). 412f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação. Disponível em http://www.fae.ufmg.br/objuventude/upload/acervo/2b8a46416944af8dfcd752bd8533952d.tese%20Juarez.pdf, [consultado em 16-12-2012].

DAYRELL, Juarez; CORROCHANO, Maria Carla, (2009). Juventude, socialização e transição para a vida adulta. In: GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin; SOUSA, Sônia M. Gomes. (org). *Juventude e contemporaneidade*: desafios e perspectivas. SEDH-PR/CONANDA/CECOM: Goiás. p. 119-136.

FREIRE, Juan; BRUNET, Karla. *Archivo y producción visual en la cultura digital*. Revista Museo y Territorio, dez. 2010, p. 37-44. Disponível em http://karlabru.net/site/publicacoes/archivo-y-produccion-visual/, [consultado em 28-3-2012.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade, (2005)*. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A. 102p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS – IBASE; INSTITUTO DE ESTUDOS, FORMAÇÃO E ASSESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS – PÓLIS, (2006). *Diálogo nacional para uma política pública de juventude*. Rio de Janeiro/IBASE; São Paulo/PÓLIS. Disponível em http://www.ibase.br/userimages/dialogo_juv_final21.pdf, [consultado em 10-10-2009].

LEMOS, André. *Entrevista,* (2009). In.: SAVAZONI, Rodrigo, COHN, Sérgio (orgs.) Cultura Digital.br. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, p. 135-149.

LEMOS, André, (2005). *Cibercultura e mobilidade*: a era da conexão. IN: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UERJ, set. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/r1465-1.pdf, [consultado em 18-10-2012].

LÉVY, Pierre, (1999). *Cibercultura.* Rio de Janeiro: Editora34. 264p.

LÉVY, Pierre, (1998). *A inteligência coletiva*: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Edições Loyola.

MEDEIROS, Regina de Paula; MARQUES, Maria Elizabeth (org), (2012). Educação *política da juventude*: a experiência do parlamento jovem. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS.

OLIVEIRA, José Reinado; SOUSA, Carlos Ângelo de Meneses, (2011). *Juventude e sociabilidade virtual:* expressões a partir da internet. In: XXVII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia. GT 22: Sociologia da infância e juventude. Universidade Federal de Pernambuco: Recife.

PALÁCIOS, Marcos. *Entrevista,* (2009) In.: SAVAZONI, Rodrigo, COHN, Sérgio (orgs.) Cultura Digital. br. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, p.253-261

PRETTO, Nelson de Luca; ASSIS, Alessandra. *Cultura digital e educação*: redes já!, (2008). In: PRETTO, Nelson de Luca; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia. p.75-84. Disponível em http://rn.softwarelivre.org/alemdasredes/wp-content/uploads/2008/08/livroalemdasredes.pdf, [consultado em 27-3-2012].

PROULX, Serge, (2010). *Trajetórias de uso das tecnologias de comunicação*: as formas de apropriação da cultura digital como desafios de uma sociedade do conhecimento. Revista Trabalhos em Linguística Aplicada. Campinas, 49(2): 443-453, Jul./Dez. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-18132010000200008&script=sci_arttext, [consultado em 27-3-2012].

ROCHA, Cleomar, (s/d). *Ciberespaço atomizado e novos modos de pensar a cibercultura*. Revista Virtual do Programa Avançado de Cultura Contemporânea. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em http://www.pacc.ufrj.br/z/ano6/3/cleomar.php#aut, [consultado em 02-4-2012].

ROURE, Glacy Q. de. Orkut e a socialização de jovens, (2009). In: GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin; SOUSA, Sônia M. Gomes. (org). *Juventude e contemporaneidade*: desafios e perspectivas. SEDH-PR/ CONANDA/CECOM: Goiás. p. 153-173.

SAVAZONI, Rodrigo; COHN, Sérgio (Org.), (2009). *CulturaDigital.br.* Rio de Janeiro: Beco do Azougue. 312p. Disponível em http://culturadigital.br/blog/2009/09/26/baixe-o-livro-culturadigital-br/, [consultado em 27-3-2012].

SILVA, Daniela Adonai Lima, (2009). *Cultura digital e sua influência na sociabilização dos jovens, segundo a percepção docente.* 168f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Departamento de Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=160505, [consultado em 27-3-2012].

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da, (2008). *Convergência digital, diversidade cultural e esfera pública*. In: PRETTO, Nelson de Luca; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia. p.31-50. Disponível em http://rn.softwarelivre.org/alemdasredes/wp-content/uploads/2008/08/livroalemdasredes.pdf, [consultado em 27-3-2012].

TORNAGHI, Alberto, (2010). *O que é cultura digital?* In: TV ESCOLA. Cultura digital e escola. Ano XX, boletim 10, Ago. p. 13-21. Disponível em http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/13431810-Culturadigitaleescola.pdf, [consultado em 27-3-2012].

GT 54
Economia social e solidária, para que desenvolvimento?

Sociedade, Trabalho e Subjetividades

Maria da Saudade Baltazar[1]

Marcos Olímpio G. dos Santos[2]

RESUMO: A comunicação tem por objetivo propor reflexões sobre potencialidades, limitações e estratégias, suscitadas pela problemática inerente ao empreendedorismo em territórios de baixa densidade.
Com base numa análise SWOT são abordados os fatores desfavoráveis, endógenos e exógenos, que fragilizam o empreendedorismo em territórios de baixa densidade, e igualmente abordados os fatores favoráveis, suscetíveis de contrariar os anteriores.
Seguidamente são analisadas algumas das soluções que têm vindo a ser ensaiadas para promover o empreendedorismo nos territórios em causa, e referenciados algumas das novas / pouco exploradas áreas de negócio em que os empreendedores podem apostar, nomeadamente para a Região Alentejo.
Finalmente as reflexões efetuadas são integradas no contexto do atual ciclo de programação da União Europeia, relacionando com os instrumentos a que empreendedores podem recorrer para viabilizar os respetivos projetos.

Palavras chave: Empreendedorismo; Territórios de baixa densidade; Estratégia 2020 da União Europeia; áreas de negócio; Alentejo.

Introdução

Na presente comunicação os autores, partem do pressuposto que o empreendedorismo é o processo que consiste em criar algo diferente e com valor, dedicando tempo e o esforço necessários, assumindo os riscos financeiros, psicológicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação econó-

---

1 Doutora em Sociologia, Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora, e investigadora do CESNOVA da FCSH da UNLisboa.
Leciona matérias sobre Desenvolvimento, Planeamento e Avaliação de Projetos de intervenção social e estudos da paz e dos conflitos. baltazar@uevora.pt
Coordenadora do Projeto WINNET 8 -"Women's Resource Centres, Promoting Innovation in Gender; Equality across Europe - Interreg IV C / 0863C2 WRC FTN.
Tem vários trabalhos publicados em livros e revistas sobre os principais domínios de interesse de investigação: Desenvolvimento; Planeamento (metodologia e instrumentos de intervenção); Políticas sociais; e Segurança e defesa.

2 Formação académica: Doutoramento em Sociologia.
Membro do Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia "Augusto da Silva" / Universidade de Évora (CISA-AS/UE).
Experiência sobre a temática em análise:
Autor do texto "Empreendedorismo em Territórios de Baixa Densidade Populacional com Problemas de Desenvolvimento. Contributos para o debate sobre o tema";
Membro da equipa do projeto denominado *As Iniciativas Empresariais das Mulheres da Margem Esquerda do Guadiana*, cujo promotor foi a ADL "Rota do Guadiana", de Serpa.
Outras informações: Autor de textos sobre desenvolvimento local. mosantos@uevora.pt

mica e pessoal, sendo que a satisfação económica é resultado de um objetivo alcançado (um novo produto ou empresa, por exemplo) e não um fim em si mesma.
Por trás dos empreendimentos (qualquer que seja a sua natureza) socialmente aceitáveis, estão seres humanos diferenciados, conhecidos por empreendedores, que para Joseph Schumpeter (1949) são todos aqueles que destroem a ordem económica existente através da introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização, ou pela exploração de novos recursos e materiais" (Santos, 2012).
É neste contexto, que aqui se expõem reflexões sobre potencialidades, limitações e estratégias, suscitadas pela problemática inerente ao empreendedorismo em territórios de baixa densidade, nomeadamente na região Alentejo.
Para além das menções à importância do empreendedorismo empresarial, é apontada ainda a relevância que o empreendedorismo social também pode assumir em territórios de baixa densidade.
São destacados os fatores adversos ou desfavoráveis, endógenos e exógenos, que fragilizam o empreendedorismo em territórios de baixa densidade, e igualmente abordados os fatores coadjuvantes ou favoráveis, suscetíveis de contrariar os anteriores, informação que poderá ser sistematizada e explorada mediante recurso a uma análise SWOT (cruzada ou em linha).
Seguidamente são analisadas algumas das soluções que têm vindo a ser ensaiadas para promover o empreendedorismo nos territórios em causa, o caso particular do Alentejo, e referenciados algumas das novas / pouco exploradas áreas de negócio que poderão incentivar outros empreendedores a lançarem-se na criação do seu posto de trabalho.
Dado que o espírito empresarial e o espírito de iniciativa, fatores inerentes ao empreendedorismo, são consideradas na União Europeia como uma das oito competências-chave para a Aprendizagem ao Longo da Vida, conclui-se este texto integrando as reflexões efetuadas no contexto do atual ciclo de programação da União Europeia, relacionando com os instrumentos a que empreendedores podem recorrer para viabilizar os respetivos projetos.

1 - O empreendedorismo

Anotação preambular
Neste ponto sobre o conceito em causa apresentamos uma definição sucinta, expomos um breve historial e mencionamos os fatores subjacentes (de necessidade e de oportunidade), destacamos as principais modalidades (empresarial, social e interno), e articulamos empreendedorismo com o desenvolvimento territorial.
São também referidos o perfil e os principais traços inerentes aos empreendedores.

Definição sucinta e breve historial de empreendedorismo
No presente texto adotamos como definição de empreendedorismo o processo que consiste em criar algo diferente e com valor, exigindo dos empreendedores o tempo e o esforço necessários para o efeito, os quais assumem os riscos inerentes e recebem as consequentes recompensas resultantes de um objetivo alcançado[3].
Este é um fenómeno assente em fatores que muito concorrem para o **êxito** de um novo negócio, ou iniciativa de cunho social, e que são nomeadamente os seguintes: i) Informações e conhecimento; ii) Persistência e perseverança; iii) Recursos disponíveis; iv) Qualidade no que se realiza; v) Dedicação; vi) Força de vontade e, vii) Capacidade de assumir riscos.
Surge com frequência associado a formas diferenciadas de afetação ou alocação de recursos assim como da otimização de processos organizacionais, quase sempre por procedimentos criativos, visando por vezes a diminuição de custos e a melhoria de resultados[4]

Génese e tipos de empreendedorismo
As iniciativas empreendedoras são originadas geralmente por um de dois dos seguintes fatores: a oportunidade e a necessidade.

---

3 Definição resultante da consulta às publicações de Venkataraman (1997), Hirsch & Peters (2004), e Palma et al. (2007).

4 Este conceito é usualmente relacionado com a génese de novos negócios, geralmente micro e pequenas empresas (Cardoso, 2010).

O empreendedorismo impulsionado pela oportunidade, assenta no desejo de se aproveitar uma ocasião propícia para instalação por iniciativa própria (caso de uma empresa que responda à procura de bens ou serviços), ou para lançamento de um projeto sem fins lucrativos que responda a necessidades sentidas por algum segmento populacional.
Já o empreendedorismo por necessidade, radica na possibilidade de esta ser a única alternativa para obtenção de um rendimento que garanta a subsistência do promotor (ou ser a resposta inadiável a problemas de populações carenciadas). Este tipo de empreendedorismo é mais significativo nos países em desenvolvimento, devido à dificuldade das pessoas obterem um emprego, ou de conseguirem manter numa empresa com perspetivas de continuidade[5].
O empreendedorismo pode assumir os três seguintes tipos, tendo em atenção o âmbito sobre que incide: Empresarial ou económico (criação de empresas), Social (criação de associações sem fins lucrativos), ou Interno (também designado por intra-empreendedorismo)[6].

Perfil e traços característicos dos empreendedores
Os protagonistas que concretizam a criação de negócios, ou de organizações sem fins lucrativos, são aquelas pessoas fortemente motivadas e orientadas para a ação, assumindo os riscos com que sempre se deparam para a prossecução dos objetivos que se propõem alcançar (Meredith et al, 2000). Uma tal postura requer qualidades pessoais como por exemplo: iniciativa, visão, coragem, firmeza, decisão, resiliência, atitude de respeito humano, capacidade de liderança e de organização (Leite, 2000)[7].
Para o empreendedor, o mundo é portanto considerado como algo em mudança, que pode ser transformado e aperfeiçoado, concebendo assim novas realidades possíveis que podem resultar da procura de uma oportunidade de negócio, de mudanças induzidas nas próprias organizações, (ou mesmo associadas à procura de um novo emprego). A criação de valor e a resposta a necessidades de um segmento da população, caraterizam segundo Drucker (2002) os empreendedores bem-sucedidos, qualquer que seja a sua motivação pessoal (reconhecimento, desejo de fama, contribuir para a resolução de um problema social, obtenção de dinheiro ou poder)

2 - Os territórios de baixa densidade e o atual contexto onde se inserem

Caraterização dos territórios de baixa densidade
São territórios desprovidos de vantagens competitivas (como seja mão de obra qualificada), e com frequência privados de vantagens comparativas (por exemplo, localização favorável)[8], caraterizando-se segundo Martins e Figueiredo (2008) por debilidades como as referidas seguidamente:

i) Económicas - reduzido número de empresas e escassez de oportunidades de emprego, assim como diminuta dimensão dos mercados locais;
ii) Urbanas – exígua magnitude de grande parte dos seus aglomerados urbanos;
iii) Institucionais - número escasso de entidades com atribuições e competências de proximidade;
iv) Sociais - população envelhecida, pouco qualificada, carecida de espírito empresarial e com diminuta capacidade de iniciativa;
v) Relacionais - reduzida eficácia no retorno do lançamento de parcerias e redes.

Como é observável, estas debilidades são simultaneamente causa e efeito, reforçando-se mutuamente, o que se traduz num processo de causalidade circular cumulativo (cf Fig 1), com tendência para um maior agravamento

---

5 Fontes:http://www.administradores.com.br/artigos/empreendedorismo_de_necessidade_x_empreendedorismo_de_oportunidade/27880/ e http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/imprescindivel/dia/gd141102.htm

6 Tipos estes que podem ocorrer com dinâmicas diferenciadas em territórios com caraterísticas desiguais, como seja os territórios de baixa densidade demográfica com problemas de desenvolvimento por um lado, e os territórios considerados desenvolvidos por outro lado.

7 Traços que se assemelham muito aos apontados por outro autor (Silva, 2012: 2) que refere os seguintes: iniciativa, visão, coragem, firmeza, decisão, resiliência, respeito humano e grande capacidade de liderança e organização.

8 Em Portugal estes territórios encontram-se na generalidade localizados no interior do país, e em menor número também no litoral.

nos territórios localizados em zonas periféricas e predominantemente rurais., e que compromete o seu desenvolvimento. O combate a situações como a descrita, impõe a aplicação de estratégias de desenvolvimento que permitam aproveitar potencialidades e minorar debilidades como as identificadas acima, aplicadas sobretudo conjuntamente e de forma integrada, tendo em consideração que as iniciativas de base local e regional se implementadas isoladamente, sem que haja um modelo integrado que as enquadre, resultam mais no desaproveitamento de recursos e na dissipação de sinergias.

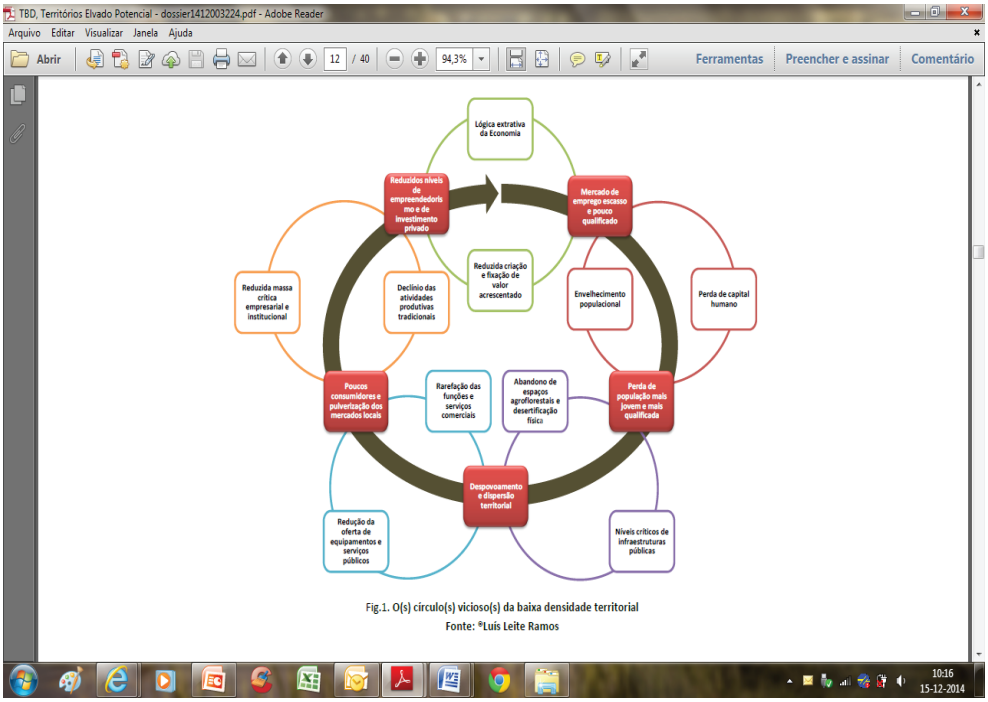

Fig 1 – O(s) círculo(s) vicioso(s) da baixa densidade territorial

Fonte: Ramos, 2014: 12

Do exposto, pode-se inferir que nos territórios de baixa densidade coexistem fatores adversos ou desfavoráveis e fatores coadjuvantes ou favoráveis ao empreendedorismo, conjugados com ameaças e oportunidades provenientes da envolvente, configuram um panorama como o que abaixo se dá a conhecer.

Fatores adversos ao empreendedorismo

Incluem-se neste conjunto, entre outros, os fatores seguidamente expostos:

- Declínio demográfico, agravado pela perda dos ativos mais jovens e empreendedores;
- Dinâmicas económicas que não fomentam a criação e a fixação das mais- valias, quer nas fileiras produtivas tradicionais quer nos sectores emergentes;
- Reduzida oportunidade de criação de empresas para apoio à produção, devido à debilidade da base económica;
- Insuficiente nível da procura em muitos mercados locais / Dispersão geográfica das populações;
- Dificuldade de cooperação e associativismo por persistência de atitudes individualistas e escassez de atores motivados para reverter a situação;
- Dificuldades sentidas na criação do próprio emprego devido à amplitude de baixos níveis de qualificação de potenciais empreendedores.

Fatores coadjuvantes do empreendedorismo

Aqui destacamos a título de exemplo os seguintes fatores:

- Existência de ativos únicos (património natural, cultural, produtos locais) susceptíveis de potenciar a criação de empresas que comercializem produtos diferenciados;
- Número de entidades empresariais, públicas, e sem fins lucrativos que promovem e apoiam o empreendedorismo;

- Infraestruturas para apoio a empreendedores;
- Jovens diplomados pelo ensino superior e escolas profissionais, com aptidão para se tornarem empreendedores;
- A dimensão e competitividade urbana das cidades e vilas (acolhem novas funções e/ou novos residentes; estimulam a inovação social e económica; potenciam a criação de novas iniciativas; sustentam atividades culturais e lúdicas e também asseguram equipamentos e serviços);
- Presença de instituições de ensino superior e sua cooperação com empresas e agentes socioeconómicos através de processos de transferência de conhecimentos promove produtos e processos inovadores.

O predomínio de alguns dos fatores negativos sobre fatores positivos, tem originado em Territórios de Baixa Densidade (e no Alentejo em particular), um panorama menos propício ao empreendedorismo, o que não tem obstado contudo à criação de empresas em vários setores de atividade, em especial os menos rotineiros.

O contexto onde se inserem os territórios de baixa densidade

A crise económica (que provavelmente persistirá ainda por alguns anos, caraterizando-se por um débil crescimento económico, fraca procura interna e externa, carga fiscal elevada sobre pessoas singulares, empresas, e organizações sem fins lucrativos), constitui um dos traços que marcam o contexto atual, a par de tendências pesadas, tais como a urbanização crescente, a regressão demográfica e o envelhecimento populacional, o desemprego estrutural, e a precaridade laboral. É num tal panorama que tem o início o ciclo de programação 2014-2020 da União Europeia escorado na Estratégia 2020, da qual decorre o Quadro Estratégico Comum (QEC), que baliza o Acordo de Parceria (Portugal 2020), instrumento que abrange quatro Programas Operacionais Temáticos e sete Programas Operacionais Regionais, entre eles o Programa Operacional da Região Alentejo (Alentejo 2020).São três as prioridades definidas na Estratégia 2020: i) crescimento inteligente (desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação); ii) crescimento sustentável (promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva); e iii) crescimento inclusivo (fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegura a coesão social e territorial). E defende-se que estas três prioridades, que se reforçam mutuamente, deverão ajudar a UE e os Estados-Membros a atingir níveis elevados de emprego, de produtividade e de coesão social.

A UE definiu cinco objetivos ambiciosos em matéria de emprego, inovação, educação, inclusão social e clima/energia que deverão ser alcançados até 2020.

Adotando os princípios de programação da Estratégia Europa 2020, Portugal definiu a sua matriz de estruturação temática, na qual estão contemplados quatro domínios temáticos: i) competitividade e internacionalização; ii) inclusão social e emprego; iii) capital humano; iv) sustentabilidade e eficiência no uso de recursos.

Para além destes domínios temáticos, o Acordo de Parceria- Portugal 2020 - considerou como domínios estratégicos transversais a todo o processo de programação, as questões associadas à evolução demográfica do país (envelhecimento populacional), a Reforma da Administração Pública e a Territorialização das Políticas Públicas, do emprego e da qualificação das pessoas.

Acordo de Parceria que consagra a política de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial e define as intervenções, os investimentos e as prioridades de intervenção dos fundos comunitários no período 2014/2020.

Importa ainda precisar que no âmbito da Estratégia 2020, Portugal definiu como metas: i) o reforço da I&D e da Inovação; ii) mais e melhor educação; iii) clima e energia; iv) aumentar o emprego; v) combate à pobreza e às desigualdades sociais.

Para o caso do Alentejo, e no decorrer desta contextualização, o Programa Operacional Regional definiu dez eixos estratégicos, e correspondentes instrumentos financeiros, como de seguida se observa na Fig 2.

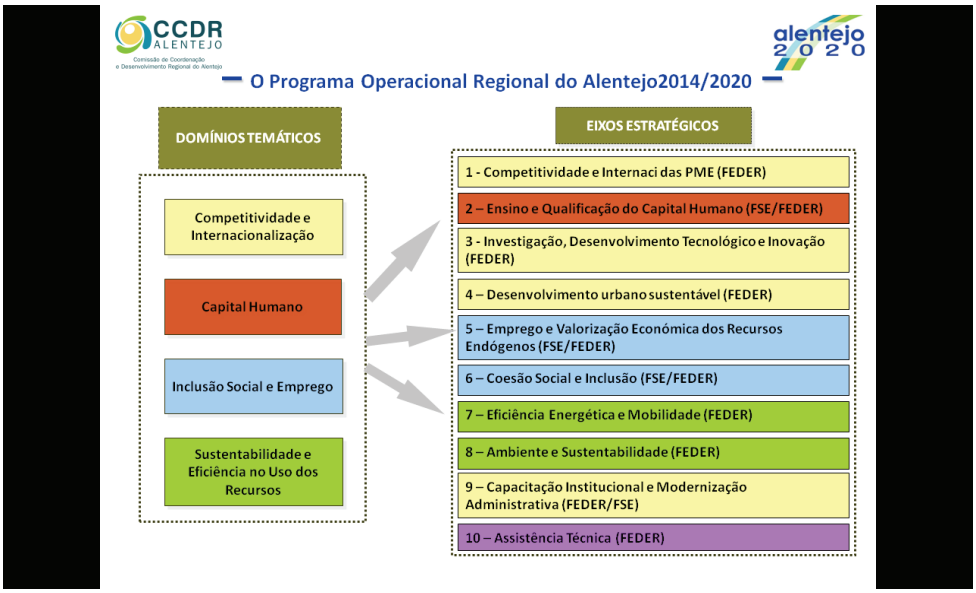

Fig 2 – O Programa Operacional Regional do Alentejo 2014/2020

Fonte: CCDRAlentejo, 2014

O Programa Operacional Regional do Alentejo prevê dois tipos de abordagens integradas de desenvolvimento territorial, são elas: i) Investimentos Territoriais Integrados (ITI) sob a liderança da respetiva Comunidade Intermunicipal (CIM); ii) Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) (LEADER/GAL) – Promoção de estratégias em territórios específicos, focalizadas no empreendedorismo.

Face ao enquadramento acima exposto, a leitura das envolventes aos territórios de baixa densidade possibilita identificar as seguintes Ameaças e Oportunidades que se deparam ao empreendedorismo (e a quem o concretiza ou fomenta), e como de seguida se passa a apresentar.

Ameaças

Entre as ameaças que contrariam as iniciativas empreendedoras refira-se as seguintes:

- Capacidade de polarização de territórios mais desenvolvidos que podem atrair potenciais empreendedores dos TBD;
- Continuação da política de encerramento de serviços públicos com repercussões negativas na capacidade de fixação de atuais residentes e na atração de novos residentes.

Oportunidades

Como oportunidades que podem favorecer a promoção do empreendedorismo pode destacar-se as que são seguidamente assinaladas:

- Possibilidades proporcionadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação que permitem o e-comércio;
- Novos nichos de mercado constituídos por públicos exigentes e com poder de compra elevado;
- Fundos disponíveis, provenientes de diversas fontes, para apoio a iniciativas empreendedoras.

Mas como poderá ocorrer a integração dos territórios de baixa densidade nas dinâmicas e nos processos de desenvolvimento, à escala regional, nacional e europeia, visando a sua mobilização para um crescimento mais inteligente, mais inclusivo e mais sustentável?

São tempos de mudança, nos quais a inovação, o aproveitamento dos recursos endógenos, a competitividade, a sustentabilidade e a coesão se impõem como fatores essenciais para refletir e definir formas de intervenção adequadas às necessidades dos territórios de baixa densidade (Silva et al, 2010).

3 - Soluções que têm vindo a ser ensaiadas para promover o empreendedorismo nos territórios de baixa densidade e novas áreas de negócio

Algumas formas de apoio e casos de empreendedorismo

Um número considerável de soluções são comuns a outros tipos de territórios como por exemplo a formação e sensibilização dos jovens (e também de adultos) para o empreendedorismo, a disponibilização de apoio técnico proporcionado por diversas organizações sem fins lucrativos e por autarquias, o apoio financeiro a que se pode recorrer através do Microcrédito, ou apoios financeiros como os que são concedidos pelo Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (FAME).

Saliente-se porém uma solução implementada no Alentejo Central desde 2012 designada por Centro de Recursos de Empreendedorismo Feminino no Alentejo Central[9], e através do qual se visa proporcionar a oferta de um conjunto integrado de serviços a disponibilizar pela organização MONTE ACE, oferta que disponibiliza de forma integrada serviços de apoio à criação de emprego, aconselhamento na criação de empresas; encaminhamento para financiamento a projetos; apoio à apresentação de candidaturas ao microcrédito; encaminhamento para ações de qualificação; informações para os sistemas de incentivos do PRODER (SP 3), entre outros, de carácter mais regional (Alter, 2012).

Ao abrigo destes e de outros apoios têm surgido no Alentejo empreendimentos que se distinguem pela sua originalidade dos quais salientamos os seguintes[10]:

Cactus Extractus, Lda (http://www.cactusextractus.com/), sedeada no concelho de Arraiolos (Distrito de Évora) produz polpa de figo da índia e óleo das sementes, sendo os seus produtos 100% fabricados e produzidos em Portugal. Esses produtos são biológicos e o processo de fabrico é objeto do mais rigoroso controlo e certificação. Os produtores são todos certificados, e os parceiros são objeto de uma seleção muito apertada e rigorosa.

Os clientes da empresa são as indústrias alimentar e cosmética biológicas, os quais, com a matéria-prima que adquirem na Cactus Extractus têm a possibilidade de lançar produtos inovadores, com excelentes propriedades para a saúde e com certificação de nível europeu.

Os clientes referidos podem definir a forma de entrega (grau de filtragem; congelado ou refrigerado; *just-in-time*) que melhor se adequa às necessidades do seu processo de fabrico, o que permite evitar custos desnecessários associados à produção de matéria-prima com níveis de qualidade desadequados.

A **PROFILM** (http://www.profilm.pt/) que tem por lema "Agora, a sua imaginação é o limite!", é uma empresa sediada em Évora especializada na captação de imagens aéreas através de aeronaves não tripuladas, recursos que estão a revolucionar a forma de captar imagens aéreas, proporcionado aos seus clientes perspetivas únicas, evitando assim a contratação de um helicóptero ou outro meio similar, sempre que é necessário de incluir perspetivas aéreas numa produção.

Uma vez que possuir uma" câmara voadora" é uma mais valia para qualquer produção, a Profilm disponibiliza meios técnicos e humanos para que seja possível conseguir aquele plano antes impossível, proporcionando assim perspetivas únicas, a custo reduzido, impossíveis de obter através dos meios tradicionais.

9 Sobre o significado, historial e panorama atual, consultar Grosso et al (2012).

10 Casos de empreendedorismo identificados a partir de trabalho de campo desenvolvido pelos autores deste trabalho.

José Magro Metais - Centro de Receção, Recolha e Valorização de Resíduos Unipessoal Lda (http://josemagrometais.com/pt), trata-se de uma empresa que se dedica à recolha, gestão e valorização de resíduos, consistindo mais em metais ferrosos e não ferrosos, encontrando-se a unidade industrial de reciclagem instalada em Évora. As atividades englobam as diferentes operações de gestão de resíduos onde se inclui a triagem dos materiais no local, o transporte e o tratamento nas suas unidades de reciclagem de resíduos.

A empresa considera que os metais são um dos materiais com maior potencial de reciclagem, uma vez que as suas características físico-químicas permitem uma reutilização quase ilimitada, podendo com tecnologias mais ou menos complexas, obter-se material com características semelhantes, ou chegando mesmo a materiais mais nobres.

Nas linhas de reciclagem desta empresa, os metais são separados e sujeitos a diferentes processos de valorização conforme a sua tipologia. Assim, no seguimento da receção, os resíduos são sujeitos a uma operação de controlo de qualidade e em função das suas caraterísticas, qualidade, estado de contaminação com outros materiais são objeto de valorização, reciclagem ou tratamento.

João António Marques & Fº Lda (http://www.vfvmarques.com/), sedeada em Vendas Novas, é uma empresa familiar que assume como missão contribuir ativamente para que o País atinja as metas da reutilização e reciclagem e propõe-se acompanhar em permanência a evolução da atividade associada à despoluição e desmantelamento de veículos em fim de vida, garantindo a atualização constante dos procedimentos, dos meios e do pessoal, tendo sempre em vista contribuir decisivamente para melhorar os resultados ambientais da região em que está inserida.

É de salientar que esta empresa, enquanto sociedade comercial estabelece os seus objetivos de produção e rentabilidade por forma a garantir a satisfação das suas obrigações fiscais e sociais e manter os postos de trabalho que criou, mas, sem esquecer o bem comum, colocando em primeira linha a defesa e a proteção do meio ambiente, ao mesmo tempo que propõe contribuir ativamente para a segurança rodoviária.

Centro Educativo para a AgroCultura da Terra

(http://www.herdadedofreixodomeio.com) projeto promovido pela Sociedade Agrícola do Freixo do Meio, S.A, localizada no concelho de Montemor-O-Novo, abrange todas as atividades produtivas da exploração agrícola e dispõe de:

- Painel Introdutório à atividade educativa;
- Horta pedagógica;
- Lago e *deck* para desenvolvimento de atividades;
- Casa de sementes;
- Projetos demonstrativos de uma produção de alimentos sustentável (reservatório de água da chuva, parque de estacionamento produtivo, pomar);
- Sala polivalente para desenvolvimento de outras atividades (jogos, passagem de filmes, etc.);
- Equipamento de apoio às atividades a decorrer no montado.

Este Centro Educativo insere-se na estratégia de aprofundar a multifuncionalidade da exploração, desenvolvendo a componente do turismo sustentável e da educação ambiental, potenciando assim a atividade da Sociedade Agrícola onde se encontra instalado, a qual gere 650ha de Montado de sobro e azinho totalmente convertida ao Modo de Produção Biológico, e cujas atividades principais são a produção de bens (agrícolas, pecuários e derivados) e de serviços de educação para a sustentabilidade (ecoturismo e educação ambiental).

Os empreendimentos acima expostos revelam bem a sua originalidade e inovação face aos negócios tidos como de tradicionais. Em paralelo destaca-se o tipo de conhecimento em que se sustentam, ou seja distinguem-se pelo facto de o conhecimento ser produzido num contexto que permite a sua aplicação, pela existência de transdisciplinaridade e a verificação de heterogeneidade e diversidade organizacional a par da responsabilidade e reflexividade social (Carayannis, 2012). Este designado modelo de tripla hélice existe para permitir estudar economias baseadas no conhecimento e onde se considera a intervenção de três subsistemas, ou hélices: a indústria, o governo e as universidades (Leydesdorff, 2012).

Deve considerar-se que, se por um lado, as universidades contribuem eficazmente para a criação de conhecimento e para o aumento de recursos humanos altamente qualificados, por seu turno, a sua presença nos territórios permite que conheçam as fragilidades dos mesmos contribuindo para a resolução de problemas e necessidades. Assim sendo, é de igual modo importante realçar que as universidades têm a capacidade de criar ligações entre o contexto global e os territórios em que se inserem, potenciando o desenvolvimento dos mesmos através da disseminação do conhecimento gerado.

A potenciação de sinergias investigação-indústria, a disponibilização de capital de risco, um espírito empresarial que valorize o risco, um ambiente sociocultural favorável à fixação de quadros qualificados e à inovação e uma grande flexibilidade empresarial são condições essenciais para que a inovação seja um contributo essencial à prosperidade de uma região.

Fomentar ou participar em iniciativas que permitam adaptar a quadruple hélice às especificidades locais, corresponde à etapa seguinte no conjunto dos modelos de inovação.

Um outro exemplo de iniciativas a considerar são os denominados *living lab* (como plataforma de apoio a projetos de I&D), os quais reforçam as sinergias estabelecidas entre investigação-indústria.

O desenvolvimento territorial sustentável (nas suas dimensões económica, social, ambiental e institucional / governação), associado à necessidade de preservar a autonomia e identidade com a obrigação de se afirmarem no exterior e à integração de parcerias e redes, parece ser uma aposta a privilegiar nos territórios de baixa densidade com problemas de desenvolvimento.

É ainda de referir o interesse em se adotarem estratégias de atuação que se traduzam na "criação de estruturas de apoio ao microempreendedorismo (inspiradas nas "Coeveuses" francesas, criadas em 1995), as quais poderiam permitir que um empreendedor possa testar uma atividade em contexto real, sem ter de constituir formalmente uma empresa. Estas estruturas podem ser enquadradas em associações de interesse público com vários parceiros, entre eles, os municípios, as associações empresariais locais e outros "stakeholders", que se constituiriam no sentido de apoiar o início e a atividade da empresa durante um período inferior a 24 meses" (Ramos, 2014: 34).

O estímulo a conceder a tais negócios inovadores, por via do efeito de demonstração junto de potenciais empreendedores, mas também pelo contributo para a qualificação dos territórios (ao recorrerem a tecnologia avançada e/ou a mão de obra especializada), e até pela função social que desenvolvem, requerem uma particular atenção no contexto no novo ciclo de programação comunitária.

Fontes de financiamento

No atual ciclo de programação, o empreendedorismo será apoiado pelos Programas Operacionais Regionais e por Programas Operacionais Temáticos.

No caso do Programa Operacional Regional do Alentejo (Alentejo 2020), que acolhe dez eixos, é de salientar no âmbito da temática abordada nesta comunicação os dois seguintes eixos, e áreas de intervenção:

- Eixo 1 - Competitividade e Internacionalização das PME (através da Área de Intervenção designada por "Apoio direto ao empreendedorismo qualificado e criativo").
- Eixo 5 – Emprego e Valorização Económica dos Recursos Endógenos (através da Área de Intervenção designada por "Apoio ao microempreendedorismo)"

Quanto aos Programas Operacionais Temáticos, o empreendedorismo será apoiado através de dois desses quatro PO, como consta seguidamente.

- Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI), através do Eixo II: Reforço da competitividade das PME incluindo a redução de custos públicos de contexto, e mais concretamente através do Objetivo específico "Promover o empreendedorismo qualificado e criativo".

- Programa Operacional Programa Operacional da Inclusão Social e Emprego (POISE), através de três Eixos e de objetivos específicos seguidamente referidos:
- ü Eixos 1- Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego, e em particular através do Objetivo específico 3 (Aumentar o número de mulheres com independência económica através da criação do próprio emprego, do qual destacamos a alínea a) Apoio à capacitação e constituição de empresas por mulheres).
- ü Eixo prioritário 2 – Iniciativa Emprego Jovem, no qual consta o Objetivo específico 1 (Aumentar a empregabilidade e integrar no mercado de trabalho, de forma sustentada, os jovens, em especial os que não estão em situação de emprego, ensino ou formação, através do desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho).
- ü Eixo prioritário 3 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação, que acolhe o Objetivo específico 8 (Promover o Empreendedorismo e a Inovação Social de forma a melhorar a capacidade de resposta das Organizações da Economia Social e contribuir para a sua sustentabilidade económica e financeiro).

Nos territórios de baixa densidade, o apoio empreendedorismo poderá ainda ser atribuído ao abrigo das Estratégias de Desenvolvimento Local (promovidas pelos Grupos de Ação Local – GAL).
Cabe em muito a estes e outros atores, nomeadamente Estabelecimentos de Ensino Superior, Escolas Profissionais, e Associações empresariais, darem continuidade ao trabalho que tem vindo a ser realizado, reforçando a motivação para o empreendedorismo, e o reforço das bases que permitam aos empreendedores implementar os seus projetos, em especial os inovadores.

Conclusões

As desiguais vantagens comparativas e competitivas, inerentes a diferenciadas unidades territoriais, contribuem para a ocorrência de graus de desenvolvimento díspares. Os territórios mais desenvolvidos caraterizam-se por vantagens competitivas tais como elevados níveis de inovação e de empreendedorismo, associados a densidades populacionais elevadas, e concentração de equipamentos e infraestruturas.
Os territórios menos desenvolvidos geralmente pouco populosos deparam-se com problemas de natureza económica, social, ambiental e institucional que requerem respostas adequadas à sua especificidade, de forma a contrariar o mais possível o círculo vicioso do subdesenvolvimento.
Nos últimos anos tem vindo a ser estimulado o empreendedorismo empresarial ou económico, como um dos contributos para criação de emprego e retenção de habitantes, em especial os jovens.
Porém os problemas que atingem os territórios de baixa densidade requerem também a dinamização de empreendedorismo social, como resposta a problemas ou necessidades de segmentos populacionais vulneráveis para os quais nem os poderes públicos nem o setor empresarial têm resposta.
Contudo, nestes territórios o empreendedorismo em geral, e o empreendedorismo empresarial em particular, são fortemente condicionados por debilidades intrínsecas e obstáculos externos.
Num contexto como o descrito a exequibilidade do empreendedorismo induzido pela oportunidade é reduzida, sendo muito frequente o lançamento de iniciativas movidas pelo empreendedorismo por necessidade.
Para apoiar os empreendedores e estimular o espírito empresarial têm vindo a ser implementados nestes últimos anos no Alentejo, várias infraestruturas e serviços de apoio em diversos concelhos da região com resultados profícuos.
Muitos dos empreendimentos criados situam-se nos setores mais costumeiros (restauração, serviços de proximidade, pequenas agro indústrias) o que em algumas localidades coloca em causa a sobrevivência de empresas que se tornam excedentárias, tanto mais que algumas dessas empresas trabalham para o mercado local, muitas vezes exíguo.
Sem prejuízo do aparecimento de mais empresas em alguns desses ramos de negócio, quando tal se justifique, é porém curial colocar em debate a pertinência da identificação de atividades peculiares e incentivo a empreendedores com ideias inovadores e viáveis, reforçando a tendência que se vem verificando ultimamente da criação de micro e pequenas empresas em ramos de negócio pouco usuais como por exemplo Gin "lentamente" destilado promovido em Reguengos de Monsaraz por um ex professor.
Assim, torna-se crucial o estímulo a alguns destes negócios inovadores, seja pelos efeitos demonstrativos junto de potenciais empreendedores, seja pelo contributo para a qualificação dos territórios (quando implicam o recurso a tecnologia avançada e/ou a mão de obra especializada), **e até pela função social que preenchem (ao responder por exemplo a problemas ambientais**, ou ao contribuírem para a saúde e bem estar de alguns segmentos da população).

No ciclo de programação 2014-202 os empreendimentos deste tipo podem ser apoiados ao abrigo do Programa Operacional da Região Alentejo (Alentejo 2020), no seu Eixo 5 - Emprego e Valorização Económica dos Recursos Endógenos e de alguns dos eixos dos Programas Operacionais Temáticos, nomeadamente o Eixo prioritário 2 – Iniciativa Emprego Jovem incluída no Programa Operacional da Inclusão Social e Emprego (POISE).

Bibliografia

ALTER, M. (2012). "O Centro de Recursos de Empreendedorismo Feminino no Alentejo Central (Cremp AC)". In M. S. Baltazar, M. Santos. F. Sabino (Coords), *Empreendedorismo, Igualdade de Género e Desenvolvimento Regional e Local*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 147-157.

CARAYANNIS, Elias G. et al. (orgs.), (2012), "The Quintuple Helix innovation model: global warming as a challenge and driver for innovation". Journal of Innovation and Entrepreneurship, 1:2., Disponível em < http://rd.springer.com/article/10.1186/2192-5372-1-2>. [consultado em 25-09-2014].

CARDOSO, F. G. (2010). O Empreendedorismo em Cabo Verde: Ambiente, Oportunidades e Processos, *Fórum sobre Empreendedorismo Migrante, Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação.* (online). Disponível em <http://www.campo.com.cv/admin/imgBD/estaticos/Painel%202_ADEI.pdf> [consultado em 19-04-2012].

CCDRAlentejo, (2014). *Programa Operacional Regional do Alentejo 2014/2020*, Évora: CCDRA.

DRUCKER, P. F. (2002). *Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios,* São Paulo: Ed. Pioneira.

GROSSO, L. (2012). "Modelos de Centros de Recursos para Mulheres na Europa". In M. S. Baltazar, M. Santos. F. Sabino (Coords), *Empreendedorismo, Igualdade de Género e Desenvolvimento Regional e Local*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 139-146.

HIRSCH, R. D. e PETERS, M. P. (2004). *Empreendedorismo*, Porto Alegre: Bookman.

LEITE, E. (2000). *O fenômeno do empreendedorismo: criando riquezas*. Recife: Bagaço.

LEYDESDORFF, Loet (2012). "The Triple Helix of University-Industry-Government Relations". University of Amsterdam: Amsterdam School of Communication Research.

MARTINS, N.; Figueiredo, C. (2008). *PROVERE. Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos. Das ideias à acção: Visão e parcerias*, Lisboa: DPP.

MEREDITH, G. G. et al. (1982). *The practice of entrepreneurship*, Geneva: ILO.

PALMA, P. J. et al. (2007). "Comportamento organizacional positivo e empreendedorismo: Uma influência mutuamente vantajosa", in *Comportamento Organizacional e Gestão*, vol. 13, n.º 1, pp. 93-114.

RAMOS, L.L. (2014). *Territórios de Baixa Densidade, Territórios de Elevado Potencial: Acelerar o crescimento duradouro e a criação de emprego qualificado – Relatório Final*, Lisboa: CPN; Disponível em www.psd.pt/ficheiros/dossiers_politicos/dossier1412003224.pdf [consultado em 19-11-2014].

SANTOS, M.O. (2012). *Empreendedorismo em territórios de baixa densidade populacional com problemas de desenvolvimento (contributos para o debate sobre o tema).* Évora: CISA-AS, Disponível em http://www.cisaas.uevora.pt/download/textos/EmpreendedorismoTrerritoriosBxDensidade_Julho2012.pdf [consultado em 02-10-2014].

SILVA, A. S, et al (2010) "Estratégias de eficiência colectiva em territórios de baixa densidade: reflexões a propósito do Minho-Lima e do Tâmega", *Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia*, Porto: Faculdade de Letras.

SILVA, M. L. (2012). *Educação e Formação para o Empreendedorismo – um contributo introdutório*, Évora, s.e.

VENKATARAMAN, S. (1997). The distinctive domain of entrepreneurship research. in J. Katz & R. Brockhaus (orgs), *Advances in Entrepreneurship, Firm Emergence and Growth*, vol. 3. Greenwich, CT: JAI Press, pp. 119-138.

Trabalho e educação: um olhar a partir da economia popular

Christiany Regina Fonseca
christiany.fonseca@cba.ifmt.edu.br

Francisco Xavier Freire Rodrigues
fxsociologo@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho tem por objetivo discutir sobre os camelôs e sua relação com o trabalho e a educação na perspectiva da experiência e da produção de saberes, buscando compreender a "sobrevivência" da Economia Popular frente à ordem do capital que a partir da reestruturação produtiva tem tornado cada vez mais precarizado o trabalho assalariado e vem obrigando muitos trabalhadores a buscarem alternativas para sobreviver e assegurar a produção material e imaterial da vida. O referencial teórico-metodológico se apoia na literatura nacional acerca dos temas: Trabalho, Educação, Economia Popular, Reestruturação Produtiva, Experiência e Produção de Saberes. Trata-se de pesquisa qualitativa, sendo utilizada revisão bibliográfica, pesquisa de campo por meio de observação participante e entrevistas que constituíram os métodos e as principais técnicas utilizadas. Entende-se que os processos pedagógicos também se constituem como um elemento da cultura do trabalho, mediando às condições objetivas e subjetivas do processo produtivo, sendo a dinâmica do trabalho fonte de saberes adquiridos e produzidos no próprio processo de trabalho, no qual os camelôs e ambulantes estão inseridos nesta perspectiva. Para atingir o objetivo da pesquisa, se fez necessário estudar as redes de relações entre o "modos operandi" dos camelôs, o trabalho e a educação. A apreensão dessas dimensões é essencial para a análise das estratégias desenvolvidas pelos mesmos, além do conhecimento de elementos que permitem a compreensão da organização social desse grupo. Pretende-se também através deste estudo contribuir para o debate sobre a questão da economia popular, do qual a identificação deste tipo de atividade seria de suma importância para melhor compreensão de como a interface trabalho e educação acontecem nesta, a partir da compreensão de que por meio do trabalho o homem constrói saberes e assim ele também se forma e se constrói.

Palavras-chave: Trabalho. Educação. Camelôs. Saberes. Experiência

Este artigo tem como tema a relação entre Trabalho e Educação a partir da economia popular. Trata-se de uma proposta de investigação que se apoia na interface entre a sociologia do trabalho e a sociologia da educação. Objetivamos compreender a construção e utilização das estratégias de produção e ampliação da vida, desenvolvidas pelos camelôs e ambulantes, que utilizam de estratégias diversas de trabalho para garantia da sobrevivência construindo, assim, saberes.

Pretende-se, também, através deste estudo contribuir para o debate sobre a questão da economia popular, do qual a identificação deste tipo de atividade seria de suma importância para melhor compreensão de como a interface trabalho e educação acontecem nesta, a partir da compreensão de que por meio do trabalho o homem constrói saberes e assim ele também se forma e se constrói.

Para corroborar com este ideário, faz se necessário problematizar as relações entre Trabalho e Educação na produção buscando compreender como se produz e reproduz a relação entre o trabalhador da economia popular, o seu trabalho e a educação nos processos de produzir e garantir a vida, que sendo forjados na perspectiva capitalista criam estratégias de trabalho, de sabedoria e de sobrevivência no seu cotidiano.

Trabalho e suas interfaces

A sociedade contemporânea tem presenciado intensas transformações nas últimas décadas. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva a partir da acumulação flexível que têm acarretado, entre tantos aspectos destrutivos, um significativo aumento nos índices de desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente na relação entre homem e natureza.

Antunes (2001) aborda que no que diz respeito à questão do Trabalho, pode-se presenciar um conjunto de tendências que configuram um quadro crítico e que têm direções assemelhadas em diversas partes do mundo, onde vigora a lógica do capital.

> 1) o padrão produtivo taylorista e fordista vem sendo crescentemente substituído ou alterado pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, das quais a chamada acumulação flexível e o modelo japonês ou toyotismo são exemplos;
> 2) o modelo de regulação social-democrático, que deu sustentação ao chamado estado de bem estar social, em vários países centrais, vêm também sendo solapado pela (des)regulação neoliberal, privatizante e anti-social (ANTUNES, 2001, p. 37).

É possível perceber que existem consequências graves quanto à crise do capital. Trata-se de uma profunda crise estrutural que vem destruindo a força humana que trabalha, destruindo os direitos sociais, massificando significativos contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho, tornando-se, assim, predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental "sociedade do descartável", mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital.

> O Neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como Fundo Monetário Internacional (ANTUNES, 2001, p.40).

A desmontagem dos direitos sociais dos trabalhadores, o combate cerrado ao sindicalismo classista, à propagação de um subjetivismo e de um individualismo exacerbados da qual a cultura "pós-moderna", bem como uma clara animosidade contra qualquer proposta socialista contrária aos valores e interesses do capital, são traços marcantes deste período recente (HARVEY, 1992; MCLLROY, 1997; BEYNON, 1995).

Como resposta a crise do capital, várias transformações vêm ocorrendo. Uma delas diz respeito às metamorfoses no processo de produção do capital e suas repercussões no processo de trabalho. A forma "flexibilizada" de acumulação capitalista, baseada na reengenharia, na empresa enxuta, para lembrar algumas expressões do novo dicionário do capital, teve consequências enormes no mundo do trabalho.

Ao levar as últimas consequências a precarização da vida, o modelo neoliberal vem obrigado às pessoas a criar novas formas de trabalho e, ao mesmo tempo, recuperar antigas relações sociais. Vale ressaltar que, na luta pela sobrevivência nos deparamos com um número significativo de trabalhadores que fazem do espaço da rua o seu local de trabalho (TIRIBA, 2003).

O universo dos trabalhadores da rua é formado por trabalhadores que desempenham atividades tanto da economia informal como da economia popular, no entanto, o fato de pertencer ou ser oriundo dos setores populares, não confere ao trabalhador o status de ser um trabalhador da economia popular, assim é preciso diferenciar a racionalidade das diferentes formas de fazer a economia (TIRIBA, 2003).

A manutenção da sobrevivência é fundamental elemento de identidade dos setores populares, no entanto não é suficiente para explicar a racionalidade da economia popular.

De acordo com o Dicionário Internacional da Outra Economia,

> Entende-se por economia popular o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos sujeitos pertencentes às classes trabalhadoras com o objetivo de assegurarem a reprodução da vida social mediante a utilização da própria força de trabalho e a mobilização dos recursos disponíveis. Diz respeito às estratégias populares de trabalho e sobrevivência, entendidas como a arte de criar condições favoráveis para satisfação das necessidades humanas, tanto materiais como imateriais. A economia popular refere-se a uma forma de produzir, distribuir e consumir bens e serviços que transcende a obtenção de ganhos monetários, vinculando-se estreitamente à reprodução ampliada da vida (e não do capital) e tendo como horizonte a satisfação de valores de uso e a valorização do trabalho e dos seres humanos. O conceito remete ao significado etimológico da palavra economia, originada do grego oikos (casa) e nemo (eu distribuo, eu administro). Assim como Oikonomia diz

> respeito ao "cuidado da casa" (entendida como morada do ser humano), a economia popular é a forma pela qual, historicamente, homens e mulheres que não vivam da exploração da força de trabalho alheio tentam garantir seu estar no mundo, tanto na unidade doméstica como nos espaços/tempos mais amplos das relações sociais (TIRIBA e ICAZA, 2009, p. 83).

No contexto do capitalismo, como forma de amenizar as contradições entre capital e trabalho, os atores da economia popular criam estratégias de trabalho e sobrevivência que visam não apenas à obtenção de excedentes que possam ser trocados no mercado, como também de alguns elementos fundamentais ao processo de formação humana, como a socialização do saber, ainda que de forma imediata essas práticas configuram-se em obtenção de ganhos monetários (TIRIBA e ICAZA, 2009).

Tiriba (2003) destaca ainda que além de fazer amigos e ter a oportunidade de se relacionar com muitos turistas brasileiros e estrangeiros, ampliando assim sua cultura e contatos, para esses trabalhadores da economia popular, uma das vantagens de trabalhar nas ruas é o fato de ter "liberdade" e "autonomia", ou seja, não ter chefe. Ao mesmo tempo em que precisa suportar uma longa jornada de trabalho, ficar exposto ao sol e à chuva, fugir da fiscalização e viver de rendimentos incertos que a rua pode lhe oferecer.

O trabalho é a forma pela qual, nos processos de criação e recriação da realidade humano-social, se dá a mediação dos seres humanos com a natureza e consigo mesmos. Como parte integrante da natureza, no processo de trabalho, os seres humanos modificam sua própria natureza, construindo cultura, maneiras de fazer e pensar o mundo natural e social.

O ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos pelo nome de trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico (SAVIANI, 2007).

Para Karl Marx, o homem se diferencia propriamente dos animais a partir do momento que começa a produzir seus meios de vida, passo este que se encontra condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material e imaterial (MARX & ENGELS, 1974, p. 19).

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem a partir das relações sociais de produção. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo (SAVIANI, 2007).

Para Gramsci (1976, P. 83), a educação vai além da educação escolar, invadindo todos os processos que envolvem a formação da consciência e a produção da subjetividade. Entre os diversos espaços de formação, considera que "[...] a classe operária também se governa fora do sindicato, se governa no seio da fábrica de acordo com o seu local de trabalho".

Pode-se afirmar que no ponto de partida a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem (SAVIANI, 2007).

Por ser o processo de trabalho, em si mesmo, uma instância de produção de conhecimentos sobre o mundo natural e social, o objetivo da educação não poderia ser outro a não ser o de contribuir para que homens e mulheres trabalhadores pudessem rearticular os saberes sobre a vida em sociedade, apropriando-se do processo de trabalho em sua totalidade. E também para que pudessem expressar, por meio de diversas linguagens, nossa subjetividade – objetivada pelas condições materiais e imateriais que nos constituem como seres sociais (TIRIBA, 2008).

A experiência que é a base material de produção de tantos saberes, resulta da totalidade de experiências e culturas do trabalho de uma classe, em constante formação. (THOMPSON, 1981), Independentemente do grau de escolaridade e dos limites geográficos temporais e espaciais do local de trabalho o trabalho é princípio educativo. (GRAMSCI, 1982).

Trabalho e Educação: A experiência dos camelôs e ambulantes em Cuiabá

A partir da reestruturação produtiva tem tornado cada vez mais precarizado o trabalho assalariado e vem obrigando muitos trabalhadores a buscarem alternativas de manutenção da vida. Em meio a esta perspectiva, esses trabalhadores da economia popular buscam formas de conseguir os recursos necessários à sobrevivência a parir de sua experiência e da sua produção de saberes.

No centro de Cuiabá, na Rua 13 de junho, uma das mais movimentadas da capital, se encontram diversos camelôs e ambulantes que garantem a sobrevivência por meio de vendas de produtos diversos que vão desde filmes piratas, eletrônicos da China até mesmo produtos produzidos pelos próprios trabalhadores. Esses trabalhadores fazem a exposição dos seus produtos na Praça Ipiranga e na própria Rua 13 de junho e atualmente também se localizando no novo "Shopping dos Camelôs", espaço criado pela prefeitura para que esses trabalhadores saiam das ruas.

O local indicado para que esses trabalhadores pudessem vender seus produtos foi o Centro Comercial Popular de Cuiabá, no bairro Porto, zona oeste de Cuiabá/MT, próximo a atual *"Feira do Porto"* com uma estrutura para o estabelecimento de 250 (duzentos e cinquenta) trabalhadores. No entanto, por meio de relatos desses ambulantes e camelôs coletados em uma pesquisa exploratória realizada nos meses de setembro e dezembro de 2013 e março e abril de 2014, os mesmos informaram que antes da entrega do espaço pela prefeitura, havia sido feito um cadastramento para contabilizar o quantitativo dos *"trabalhadores de rua",* o que totalizou aproximadamente 376 (trezentos e setenta e seis) cadastrados. Um número não compatível com o número de boxes disponibilizados pela prefeitura para que os ambulantes e camelôs pudessem desocupar a rua. Vale ressaltar que 376 foram os que conseguiram o cadastramento, pois alguns líderes dos camelôs, ligados ao suplente de vereador Misael Galvão (PR), alegam que são aproximadamente 1.000 (mil) profissionais trabalhando nas praças da República, Ipiranga e Maria Taquara, além de calçadas e ruas da área central de Cuiabá que se quer foram cadastrados[1], o que consequentemente inviabiliza pleitear um boxe no novo *"Shopping dos Camêlos.*

Entendemos que aqui se encontra um problema entre o poder público, os trabalhadores informais e a questão do trabalho na atualidade em nossa capital.

Os trabalhadores que foram contemplados com os boxes no novo barracão fizeram a mudança do seu espaço de trabalho, já aqueles que não foram atendidos permaneciam perambulando pelas ruas e pela praça para garantir a venda de seus produtos. Um ponto interessante a destacar é que esses trabalhadores que foram realocados do seu espaço de trabalho, ou seja, das ruas, também voltam para as ruas, pois perceberam que no novo espaço, o público de atendimento era muito reduzido.

Segundo relato de um ambulante, *"tinha dia que nós vendia só dez reais ou não vendia nada, daí voltamos pra 13 porque aqui que é o movimento de clientes, já estamos há uns 10 anos aqui"* (Entrevistado B).

Vale destacar, também, que segundo relato dos camelôs e ambulantes que foram contemplados com um boxe no novo barracão, a prefeitura passa todos os dias pela manhã fazendo a vistoria de quem está abrindo o boxe ou não, pois a não abertura implica em perda do espaço. Dessa forma, esses trabalhadores relataram que vão pela manhã no espaço, ficam umas duas horas e depois vão para o centro da cidade, comumente chamado por eles de *"lugar de trabalhar é aqui"*, fazendo referência a Rua 13 de junho e a Praça Ipiranga.

Para a prefeitura, os espaços da rua e da praça se tornaram inadequados, impróprios e ilegais para a permanência desses camelôs e ambulantes. O que faz com que os mesmos estejam sempre na corrida dos fiscais para não terem seus produtos tomados. No entanto, esses trabalhadores relataram que já compreendem a dinâmica da fiscalização.

> quando passam na segunda, pode esperar que na terça passam também, daí o resto da semana a gente fica de boa ou quando passam pela manhã, a gente dá um jeito de esconder as mercadorias em alguma loja perto ou mesmo no carro de algum companheiro que estaciona próximo e quando eles vão embora, voltamos novamente para a rua (Entrevistado A).

---

1 Entrevista realizada em dezembro de 2013ao jornal Hiper Notícias acerca da retirada dos camelôs das praças e das ruas do centro de Cuiabá e sobre o novo espaço que esses trabalhadores viriam a ocupar. A notícia integral está disponível do endereço eletrônico http://www.hipernoticias.com.br/TNX/imprime.php?cid=21705&sid=112

Vale destacar que a permanência desses trabalhadores nas ruas, mesmo com a criação do barracão, bem como a articulação com a fiscalização é parte da produção de saberes que esses trabalhadores construíram ao longo de sua história como camelôs e ambulantes, os mesmos tiveram que aprender a construir mecanismos que os permitissem a sobrevivência e a manutenção da vida. E essa "expertise" só foi possível em conflito e encontro com o próprio trabalho, o conhecimento foi sendo adquirido no próprio processo do trabalho. A partir das experiências vivenciadas por esses trabalhadores ao longo dos anos de trabalho nas ruas, passando por enfrentamentos com policiais, com fiscais e com a própria sociedade, os camelôs e ambulantes tem apreendido isso como um elemento fundamental para que os mesmos produzam saberes que são essenciais para a produção material e imaterial da vida.

Grande parte desses camelôs e ambulantes localizados na Rua 13 de junho e na Praça Ipiranga trabalham sozinhos ou com mais um membro da família, geralmente o cônjuge ou mesmo os filhos. Dentre esses trabalhadores se percebe baixo grau de escolaridade, geralmente não concluído o primeiro grau, no entanto possuem uma significativa expertise no entendimento do mundo, da vida e de estratégias de trabalho e de venda. Estratégias essas que só foram possíveis a partir da experiência vivenciada por eles no "sol a sol" e no "dia-a-dia" do trabalho na rua.

Grandes parte desses trabalhadores possuem tempo considerável como camelôs e ambulantes, entre os entrevistados a média era de mais de vinte anos nesse ramo, destacando aqui a senhora Flutuosa Tranquillo de 65 anos que há 36 anos vive como vendedora ambulante.

Um número importante desses trabalhadores informou que vieram do trabalho formal, geralmente com carteira assinada, ocupando funções que exigiam baixo grau de escolaridade para sua execução, ou seja, trabalhadores assalariados que em algum momento foram "expulsos" do trabalho formal e resolveram "ganhar a vida" no trabalho informal.

Outro ponto interessante a ser destacado é que grande parte desses trabalhadores reconhecem que quando trabalhavam como assalariados, de alguma forma eram explorados, trabalhavam muito e não recebiam de acordo com o que achavam que deveria ou mereciam. Questionavam, inclusive, que como assalariados dificilmente o salário permitia uma *"vida boa"*.

> A vida como camelô é muito melhor. Antes, quando a gente trabalhava para os outros, tinha que ficar aguentado tudo quieto e não podia fazer nada se não você era mandado embora, não podia nem reclamar do trabalho, do salário que já ouvia alguém dizendo que tinha muita gente desempregada, que emprego tá difícil... Aí você já viu. Hoje eu sou o patrão, eu faço o meu horário, eu faço os meus dias... Sei quando preciso trabalhar mais e quando posso trabalhar menos. Eu faço meu próprio salário. (Entrevistado C).

Esses trabalhadores demonstraram que a "rua os acolheu" no momento em que deixaram o trabalho o formal. Sendo camelôs conseguiram manter um padrão de vida desejável, padrão esse que, segundo os entrevistados, não seria possível se tivesse que continuar trabalhando com carteira assinada e sendo subordinado a alguém, no entanto eles destacam que essa vida "autônoma" também é repleta de riscos, que a "sorte" é um componente relevante para a manutenção como camelô ou ambulante e que é muito importante que entre eles haja parceria, pois desde a aquisição de mercadorias para as vendas até a permanência de seus espaços de trabalho é uma luta diária enfrentada por esses trabalhadores para que suas atividades não sejam perdidas.

> A gente ganha uma batalha todo dia, a primeira é quando a gente tem que buscar as mercadorias, passar pelas barreiras sem ser pego ou ter um bom contato que segura isso pra gente, imagina você perder toda mercadoria, é um mês de trabalho jogado fora, mas a gente vai aprendendo, já sabe os melhores dias pra fazer os corres, como fazer os corres. Esse povo que está iniciando agora, ainda perde muito dinheiro, pois ainda não fez os contatos, daí acabam perdendo as mercadorias. A outra é quando a gente vem na sorte das mercadorias não virem com problema, se tem que saber de quem comprar, o melhor momento de comprar, se não você perde dinheiro... Outra luta é com os fiscais da prefeitura, se eles pegam a gente, vai a mercadoria, vai tudo. A gente quer um lugar bom pra trabalhar, aonde o povo vai lá pra comprar da gente, mas por enquanto tá difícil. (Entrevistado C)

O entrevistado C faz referência ao espaço que a prefeitura disponibilizou para esses trabalhadores que é insuficiente pelo número de camelôs cadastrados pela própria prefeitura, número esse superior ao número de boxes disponibilizados pela mesma. Destacam ainda que esse espaço, devido às obras da Copa de 2014, bem como a revitalização do bairro Porto, no qual está localizado o espaço, acaba por receber pouca procura de clientes, já que a chegada até o local está inviabilizada pelas obras, levando esses trabalhadores novamente as ruas do centro da cidade para o escoamento de suas mercadorias, no entanto ficando estes aos olhos dos fiscais da prefeitura que já não permitem mais suas permanências nesse espaço, já que o prazo máximo concedido pela prefeitura para que esses trabalhadores desocupassem a Rua 13 de junho e a Praça Ipiranga foi o dia 10 de janeiro de 2014. E a partir desse dia o espaço permitido para esses trabalhadores seria esse novo espaço, no entanto, isso ainda não é uma realidade o que acaba por tencionar cada vez mais a relação dos camelôs e ambulantes com o Poder Público.

Ainda que haja essa tensão entre o Poder Público por meio dos fiscais da Secretaria de Meio Ambiente e os camelôs e ambulantes, a presidente da Associação dos Camelôs, Vendedores Ambulantes e Permissionários de Cuiabá, Aparecida Ribeiro de Oliveira, avalia que tem melhorado a relação com a Prefeitura por meio da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Econômico (STDE) de Cuiabá que tem buscado se reunir constantemente com esses trabalhadores e tem tentado dar soluções para as demandas apresentadas pela classe. Ela destaca que a criação do novo "Shopping Popular", nome usualmente utilizado *"é um sonho, é uma conquista de mais de vinte anos de luta"*. No entanto, ela também reconhece que "*dezenas vão ficar desempregados"*, mas alertou que *"os verdadeiros camelôs" foram contemplados e todos os nomes tiveram de passar pelo crivo do Ministério Público*[2]*"*.

Outro ponto relevante é quanto à solidariedade entre os camelôs. Ainda que exista certo conflito entre os mesmos devido à concorrência nas vendas, já que muitos vendem os mesmos produtos num mesmo espaço, dentre outros conflitos pessoais, a cumplicidade entre estes parece superar as diferenças. Esses trabalhadores afirmam que entre eles há certo "corporativismo" por reconhecerem que muitos que estão nas ruas são pais de famílias e que dependem desses espaços de trabalho para a manutenção da vida.

Um dos entrevistados citou que quando ainda estavam nas proximidades da Rua 13 de junho e da Praça Ipiranga eles faziam um rodízio quanto ao estacionamento do carro nesse mesmo local, de forma que quando houvesse uma batida por parte da fiscalização todos guardariam rapidamente suas mercadorias neste carro, ficando todos na espera da saída dos fiscais para retornar novamente as ruas e as praças e continuar com o trabalho. Mesmo aqueles que não tinham carro e que consequentemente não poderiam participar do rodízio do estacionamento eram também abrigados e "protegidos" pelos colegas.

Reforço aqui não só o aspecto solidário entre os camelôs e ambulantes, mas também a experiência que os permitiu a produção de saberes que são utilizados por esses trabalhadores como importante estratégia de trabalho. Outra estratégia que também aponta lastros de solidariedade é vivenciada quando da "batida" dos fiscais, entre eles as mensagens de celular era o melhor contato para comunicação do perigo eminente. "Fiscal chegando" ou mesmo uma ligação rápida do companheiro que estava na rua para um que estava na praça para que agilizasse a corrida para salvar as mercadorias.

Até mesmo em relação às vendas são verificados os apontamentos feitos anteriormente. Quando algum camelô está com cliente e este pede alguma mercadoria que por acaso o comerciante não tem no momento, pedir no boxe do colega mais próximo a mercadoria solicitada é uma alternativa frequente, afinal, como dito por eles *"pra não perder o cliente"*. Mesmo quanto à fixação dos preços, uma estratégia de venda, mas também de solidariedade entre os mesmos. E dessa forma essa relação se caracteriza com frequência nesse espaço, apontando características de solidariedade, de experiência e de produção de sabres entre esses trabalhadores.

Considerações Finais

A intenção principal deste artigo foi refletir sobre a relação entre trabalho e educação entre camelôs e ambulantes, tendo como referência a questão da produção de saberes e experiência. Entendemos que os processos pedagógicos também se constituem como um elemento da cultura do trabalho, mediando às condições objeti-

---

2 Entrevista realizada em dezembro de 2013 ao jornal Hiper Notícias com a presidente da Associação dos Camelôs, Vendedores Ambulantes e Permissionários de Cuiabá, Aparecida Ribeiro de A notícia integral está disponível no endereço eletrônico http://www.hipernoticias.com.br/TNX/imprime.php?cid=21705&sid=112

vas e subjetivas do processo produtivo. A dinâmica do trabalho é fonte de saberes, adquiridos e produzidos no processo de trabalho, no qual os camelôs e ambulantes estão inseridos nesta perspectiva.
Entendemos ainda que esses trabalhadores adentram para o trabalho nas ruas como uma alternativa utilizada frente à reestruturação produtiva que tem tornado cada vez mais precarizado o trabalho assalariado e vem obrigando muitos trabalhadores a buscarem outras formas de manutenção da vida. Em meio a esta perspectiva, esses trabalhadores da economia popular buscam formas de conseguir os recursos necessários à sobrevivência e a produção da vida material e imaterial.
A nossa intenção não é tirar conclusões definitivas sobre o tema, mas, realizar um exercício de reflexão teórica que será retomado em pesquisas futuras.

Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. (2007) *Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. 2ª edição – Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6

ANTUNES, Ricardo. (1995) *Adeus Ao Trabalho? – Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Editora Cortez.

_____. (2001) Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. *A cidadania negada: Política de exclusão na educação e no trabalho*. Coleção Grupos de Trabalho, CLACSO. Buenos Aires: CLACSO, pp. 35-46.

CIAVATTA, Maria. (2001) *O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações*. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. *Os labirintos do capital*. Petrópolis: Vozes, pp. 121-144.

CIAVATTA, Maria (Org.). (2007) *Memória e temporalidades do trabalho e da educação*. Rio de Janeiro: Lamparina: FAPERJ.

GRAMSCI, Antonio. (1976) *Democracia operária, partidos, sindicatos e conselhos*. Coimbra: Centelha.

_____.(1982) *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. (1997) *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 5. ed. Petrópolis: Vozes.
HARVEY, David.(1992) *Condição pós-moderna – Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Edições Loyola.
MARX, Karl. (1980) *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (1978) Introdução à crítica da economia política. In: *OS PENSADORES*. São Paulo: Abril Cultural, pp.19.

SAVIANI, Dermeval. (2007) Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Rev. Bras. Educ.*, Abr, nº 34, pp.152-165.

TIRIBA, Lia. (2008) Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. *Perspectiva* [online], n.01, pp. 69-94.

_____. (2001) *Economia popular e cultura do trabalho*: pedagogia(s) da produção associada. Ijui: Unijui, 2001.

_____. (2002) "Tempos de ócio e de trabalho em tempos de desemprego: a versão angrense do paraíso tropical". In *Scripta Nueva Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales*, www.ub.es/geocrit/sn,.

_____. (2002) "Brincando de casinha: fragmentos de economia, cultura e educação." In Frigotto, G. e Ciavatta, M. (org.): *A experiência do trabalho e a educação básica.* Rio de Janeiro: DP&A.

_____. (2006) "Cultura do Trabalho, produção associada e produção de saberes." *Educação Unisinos,* 10(2):116-122,maio/agosto 2006.

_____. (2004) *Ciência econômica e saber popular: reivindicar o "popular" na economia e na educação.* In: PICANÇO, Irani; TIRIBA, Lia (Orgs.), Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida: Idéias & Letras, 2004, pp. 75-101.

_____.(2008) *Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa*. Publicado em PERSPECTIVA, Florianópolis, n. 1, pp.69-94, jan./jun. In: http://www.perspectiva.ufsc.br.

VELHO, Gilberto. (1978) Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira – *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.

Inclusão produtiva: estratégia de solidariedade ou de desenvolvimento empresarial?[1]

Múcio Tosta Gonçalves[2]

Resumo: A Vina, empresa do setor de construção civil sediada em Belo Horizonte, MG, desenvolve desde 2007 por meio do seu Departamento Socioambiental uma experiência de inclusão produtiva de sujeitos que saíram da condição de moradores de rua e/ou que são portadores de sofrimento mental e passaram por serviços públicos de saúde mental em Belo Horizonte. Durante o período em que vem desenvolvendo o trabalho, a Vina não só reúne esses sujeitos do ponto de vista da organização do trabalho com o aprendizado profissional como cria espaços para que eles exprimam suas subjetividades pelo artesanato. O artigo propõe analisar como essa forma de organização solidária desenvolvida por uma empresa privada pode contribuir para a construção de formas de inserção produtiva de trabalhadores considerados incapazes e quais são seus possíveis impactos para a constituição de projetos alternativos de emprego e geração de renda.

Palavras-chave: Inclusão produtiva; Emprego; Solidariedade; Estratégia organizacional; Vina Equipamentos e Construções Ltda.

1. Introdução: os conceitos e seus limites

O presente artigo inscreve-se na ampla discussão das áreas da Economia Social e da Economia Solidária, compreendidas como campos de debate e de formulação de políticas que buscam respostas ou alternativas para a organização social do capitalismo.

De fato, as definições do que é a Economia Social apontam para o traço comum que ela se refere a um conjunto de atividades econômicas que compreendem atividades de mercado e aquelas não mercantis e não monetárias – fundamentalmente, as atividades econômicas levada a cabo sem a perspectiva de lucro. Como argumenta Caeiro (2008: 61):

> O conceito de economia social deriva da terminologia francesa, e remonta às práticas de solidariedade interclassiatas enquanto reacção às transformações económicas e sociais da revolução industrial influenciada pelo pensamento dos socialistas utópicos do século 19[2], dando origem a formas de organização como as associações, as cooperativas e as mutualidades. No essencial, ela começou a ser utilizada pelos autores contestatários ao modelo dominante, acusado de separar as regras de funcionamento da economia das regras morais.

---

1 Artigo produzido no âmbito das atividades do Grupo de Pesquisa "Organizações, Estratégias e Capital Social" da UFSJ e apresentado no XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais – XII CONLAB, realizado em Lisboa, Portugal, no período de 1 a 5 de Fevereiro de 2015.

2 Graduado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais e Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Docente do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de São João Del Rei, com experiência em Desenvolvimento e Agricultura, Sociologia Rural (trabalho assalariado) e Estratégia Empresarial. Lidero o Grupo de Pesquisa "Organizações, Estratégia e Capital Social" e sou atualmente membro do Grupo de Trabalho "Transformaciones agrarias y trabajadores rurales: condiciones de empleo, conflictos y ciudadanía en el campo latinoamericano", da CLACSO. E-mail: mucio@ufsj.edu.br

Ainda segundo o autor referido, a economia social fundamenta-se nas práticas sociais que buscam superar a dicotomia homem econômico-homem social e orientam-se para a produção da liberdade humana, individual e coletiva. A economia social, pois:

> [...] recobre duas realidades que se interligam, a saber "uma forma alternativa de estar na economia (nem pública, nem privada capitalista) e o trabalho social ou assistencial sobre as camadas da população em processo de exclusão" (NUNES; RETO; CARNEIRO et al, 2001, p. 6). A sua designação advém do seu fim ser o bem–estar social, o desenvolvimento local e a solidariedade, situando–se, por conseguinte, na área da liberdade e da função social do ter e do ser ao serviço da comunidade humana e do desenvolvimento harmonioso da sociedade numa perspectiva de promoção, simultaneamente, individual e colectiva. Face ao que fica dito, devemos entender a economia social, com base num conjunto de valores que evidencia uma finalidade social da sua actividade e racionalidade própria dos agentes, ou seja, ausência da finalidade do lucro na sua actuação, preocupação pela procura não solvente, pela satisfação de necessidades sociais onde surgem aquelas que não são satisfeitas pelo mercado (CAEIRO, 2008: 66).

Quanto à Economia Solidária, ela pode ser definida como uma forma de intervenção social no mercado. A economia solidária se organiza com base em empreendimentos populares autogestionários e de livre associação que produzem e comercializam seus produtos (bens e serviços) diretamente ao consumidor de forma, eliminando atravessadores e articulando a venda coletiva da produção de associados individuais (LEMES, 2008; GAIGER, s.d.).

Para Singer (2003), a economia solidária é o modo de organização de produtores, consumidores e poupadores que se relacionam (social e econômica) tendo por base os princípios democráticos da auto-gestão e da promoção da solidariedade e da justiça entre os envolvidos dentro e fora das organizações que a compõem (SINGER, 2003, 116).

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego brasileiro, a economia solidária pode ser definida como:

> [...] um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário (BRASIL, 2014).

A economia solidária pressupõe a cooperação diante de objetivos comuns dos membros dos empreendimentos de economia solidária; a solidariedade; a autogestão; e a viabilidade econômica pautada na eficácia, na efetividade e nas dimensões cultural, ambiental e social da ação econômica (BRASIL, 2014).

Assim, a economia solidária contém aqueles tipos de organizações e atividades, singulares ou complexas, de caráter coletivo, nas quais trabalhadores rurais e/ou urbanos exercem a gestão coletiva de seus empreendimentos, podendo ou não possuir registro legal para as práticas de suas atividades econômicas. Os valores preconizados pela economia solidária objetivam contribuir para a mudança dos pilares da economia de mercado e da ação econômica do sujeito auto-interessado e maximizador. Assim, procura desenvolver práticas de comércio que não são pautadas no consumismo e a determinação do justo preço do que comercializa (MORAIS, 2010).

Para Morais e Bacic (2009), a economia solidária por meio dos seus "mecanismos específicos" pode contribuir para a geração de emprego e renda, para uma distribuição de renda menos desigual e para o desenvolvimento

endógeno, tendo em vista seus vínculos com o território - o que, consequentemente, levaria a uma maior autonomia destes, de forma complementar aos objetivos da política macroeconômica.
A economia solidária é, nesse sentido, uma alternativa ao mercado tal como o conhecemos, mas não necessariamente como uma alternativa ao capitalismo[3]. Para Arruda (2000), a questão central a ser tratada não é a da "extinção" do mercado, mas a da sua regulação e subordinação às demais esferas da vida (o que de toda forma exige o rompimento com a ética mercantil). Para Gaiger (s.d.), a economia solidária é o gérmen de uma nova forma social de produção, que se abriga contraditoriamente sob o modo capitalista de produção.
De acordo com Eme e Laville (2006), a economia solidária pode ser definida como "*l'ensemble des activités économiques soumis à la volonté d'un agir démocratique où les rapports sociaux de solidarité priment sur l'intérêt individuel ou le profit matériel; elle contribue ainsi à la démocratisation de l'economie à partir d'engagements citoyens*" (EME; LAVILLE, 2006: 303).
As estratégias das organizações ou empreendimentos solidários devem ser combinadas, portanto e ao menos durante um período transitório, com a lógica da competição mercantil. Nesse sentido, Coraggio (2000) propõe que a economia solidária é capaz de construir "*relações de mercado que não sejam aquelas que se caracterizam pelo intercâmbio desigual capitalista*" e que se deve pensar a inserção dos empreendimentos ou organizações da economia solidária nos mercados pelo viés da obtenção de reconhecimento por parte dos trabalhadores, e não pelo viés da mercantilização.
Contudo, como uma forma de intervenção social no mercado, as organizações e a própria lógica da economia solidária carrega consigo contradições, e que estão referidas às perspectivas individuais dos que se associam a tais organizações relativamente aos resultados que serão obtidos com a adesão (e que não são necessariamente perspectivas revolucionárias); e à informalidade e aos seus efeitos sobre o acesso a direitos civis (trabalhistas, por exemplo).
O que dizer então dos empreendimentos que operam nesses campos? Definidas como organizações não governamentais, organizações do terceiro setor ou organizações sociais (de voluntariado, filantrópicas e assemelhadas), parece haver certa confusão quanto à concepção das mesmas.
As definições de economia social e solidária tomam como organizações (sociais e solidárias) as associações, as empresas sociais e as iniciativas organizacionais da sociedade civil que se dedicam a produzir e reproduzir relações sociais não capitalistas (ou a diminuir a importância de tais relações nas esferas não econômicas da vida social) e que operam com o propósito de abolir as fronteiras que dividem a economia da política, lutando pela democratização e pelo alargamento da esfera pública – e não do Estado (LÉVESQUE, 2006; CAEIRO, 2008).
O que é uma organização ou empreendimento solidário, então? De acordo novamente com Caeiro (2008), o que as define é o campo onde intervêm. Assim, segundo o mesmo autor, as cláusulas gerais dos estatutos jurídicos de tais instituições permitem dizer que elas operam em torno de quatro grandes princípios, a saber:

a) identificação recíproca das pessoas associadas e da actividade empresarial;
b) igualdade dos associados, independentemente da sua participação no financiamento e na actividade destas empresas e
c) possibilidade de divisão dos excedentes entre os associados de forma proporcional à sua participação na actividade económica;
d) propriedade colectiva dos benefícios investidos de forma permanente. [...] (Daí) resultam quatro princípios determinantes:
a) finalidade de prestação de serviços aos membros da colectividade;
b) autonomia da gestão;
c) processo de decisão democrática e
d) primado do trabalho e das pessoas sobre o capital e a repartição do rendimento (CAEIRO, 2008:66).

3 Pode-se pensar a economia solidária como um momento do processo de revolução social. Tendo em vista o objeto do presente artigo essa possibilidade não será levada em consideração. Para uma leitura nessa perspectiva, consultar Singer (1999) e Bocayuva (2003).

Do ponto de vista do campo de estudo das organizações, contudo, é necessário definir categorias e conceitos que permitam compreender o que são os chamados empreendimentos de economia solidária (COSTA; CARRION, 2009), o que impacta diretamente na compreensão não só da sua natureza como da natureza das suas ações.

As organizações, desde uma compreensão ortodoxa, são definidas pela forma como estruturam e aplicam formas de gestão (em geral consideradas estratégicas) distintas e apoiadas em cálculos (mais ou menos racionais) de meios e fins com base em interações entre indivíduos utilitaristas que se distinguem pela autoridade formal de uns sobre outros e visando metas técnicas ou econômico-financeiras (SERVA, 1997; TENÓRIO, 1998). Nessa perspectiva, as organizações econômicas são definidas pela sua estrutura mais do que por outros elementos.

Esse tipo de organização desenvolve ações pautadas no que Guerreiro Ramos (seguindo Max Weber)[4] denominou de racionalidade instrumental. Em oposição a ela, as organizações sem finalidade de lucro se caracterizariam pela gestão social e pela racionalidade substantiva (SERVA, 1997; COSTA; CARRION, 2009).

Na ótica da gestão social, os processos decisórios devem ser construídos por diferentes sujeitos sociais a partir de relacionamentos intersubjetivos. Segundo Tenório (1998):

> A gestão social contrapõe-se à gestão estratégica na medida em que tenta substituir a gestão tecnoburocrática, monológica, por um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais. E uma ação dialógica desenvolve-se segundo os pressupostos do agir comunicativo (TENÓRIO, 1998: 16).

A prática da gestão social pelos empreendimentos de economia solidária permite então defini-los como estruturas dentro de uma esfera pública não burguesa. Para Tenório (2005), nesse sentido a gestão social pode ser entendida

> [...] como o processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não-governamentais). O adjetivo *social* qualificando o substantivo *gestão* será entendido como o espaço privilegiado de relações sociais em que todos têm o direito à fala, sem nenhum tipo de coação (TENÓRIO, 2005: 102; grifos do autor)

Essas relações determinam um padrão de ação determinado pela gestão coletiva, pela propriedade comum dos meios de produção, pelas relações de trabalho não hierarquizadas e pela autogestão, características antagônicas às da economia e da empresa capitalistas, fundadas na separação entre proprietários e trabalhadores e na heterogestão (COSTA; CARRION, 2009).

A despeito dessas definições, pouco mais se avançou em termos de uma definição conceitual suficientemente clara sobre o que venha a ser a gestão social, que parece às vezes como uma forma de ação social (compreendida como todo ato de comunicação ou de relacionamento orientado ao outro) ou com o conceito de movimento social (compreendido como forma de ação coletiva organizada no âmbito da e pela sociedade civil orientada para a resolução de conflitos sociais sobre questões que vão além das relativas ao conflito capital-trabalho).

Isso decorre da interpretação do conceito de esfera pública como o espaço das ações de cidadãos que agem racional e emocionalmente mobilizando energias para que tornar coletivo aquilo que pertence ao domínio privado. Como o conceito de esfera pública trata de formas de ação pautadas pelo diálogo e pela solidariedade, de

---

4 Ver do autor: GUERREIRO RAMOS, Alberto**. Administração e contexto brasileiro**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983; e **A nova ciência das organizações**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1981.

fato uma gestão assente na compreensão do sujeito como elemento fundamental da estratégia empresarial pode ser compreendida como constituinte de um espaço público, mas isso diz pouco sobre a sua natureza.
Retomando a questão da definição do que é um empreendimento de economia solidária e que importância tem compreender seu modelo (específico) de gestão, é possível adotar a perspectiva apresentada por Nohria e Gulati (1994). Para estes autores, as teorias sobre as firmas (ou empresas) ao longo da sua evolução não conseguiram incluir simultaneamente em seus escopos ambas as dimensões das estruturas formais e informais das organizações bem como não dão conta das inter-relações e influências que cada uma de tais estruturas tem sobre a outra.
Para Nohria e Gulati (1994)

> a firm's structure is influenced on the one hand by institutionally legitimate solutions for a broadly defined task environment and on the other hand by the pragmatic concerns of addressing local contingencies. This tension is mediated by the rhetoric that managers employ and the actions that they take to create, present, and account for the organization's structure (NOHRIA; GULATI, 1994: 530).

Assim, as organizações devem ser interpretadas e investigadas como sistemas sociais que ocupam (habitam) um dado ambiente, e não apenas como um sistema formal necessário para garantir a divisão e a coordenação do trabalho. De acordo com Scott (*apud* NOHRIA; GULATI, 2009: 536):

> […] there is more to organizational structure than the prescribed rules, the job descriptions, and the associated regularities in the behavior of participants. Individual participants are never merely "hired hands" but bring along their head and hearts: they enter the organization with individually shaped ideas, expectations, and agendas, and they bring with them differing values, interests, and abilities.

Por sua vez, o ambiente pode ser descrito como sendo formado, dentre outras, por variáveis como a complexidade, a incerteza, a generosidade (ou dom), a variabilidade e intensidade tecnológica e institucional, a cultura, a legitimidade e os distintos tipos e disponibilidades de informações que permitem maior ou menor compreensão das variáveis anteriores, inclusive (NOHRIA; GULATI, 2009:538).
As estruturas organizacionais, portanto, devem ser pensadas a partir do processo de estruturação, e não necessariamente como uma estrutura assinalada no tempo e no espaço.
Nesse sentido pode-se então concordar com a conclusão de Nohria e Gulati (1994:550), para quem

> […] structure is something that every acting member of the organization helps to build. (…) Structure needs to be understood as a two-way street: it must take account of individual identities at the same time that it helps to shape them. (…) As often as not, structure must be designed around and for individuals.

Mesmo porque, ainda segundo os mesmos autores, as pessoas inseridas nas estruturas organizacionais não apenas as preenchem. Tal como as células em um corpo, elas são a própria estrutura (NOHRIA; GULATI, *op. cit.*:549).
Retomando a partir daí a idéia da gestão, pode-se então pensar que ela é estratégica não por que usa de um dado tipo de racionalidade (a instrumental), mas por que ela é um conjunto de práticas. Portanto, mesmo os empreendimentos de economia solidária devem possuir uma estratégia – e, eventualmente, até mesmo as organizações econômicas "convencionais" podem (e devem) possuir estratégias solidárias.
Segundo Whittington (2002) e Jarzabkowski (2003) os componentes que permitem a uma organização formular estratégia(s) são interativos e se referem às estruturas coletivas da organização; aos atores que primariamente participam da organização; às atividades práticas (instituições); e às práticas estratégicas.
A análise da estratégia deve então prestar atenção a micro processos, em especial aos modos como as pessoas se engajam (empenham) em fazer funcionar o trabalho como ele realmente é constituído dentro da organiza-

ção. O modo como os gestores (*managerial actors*) realizam o trabalho de estratégia depende, pois, das suas interações sociais com outros atores e do recurso às práticas específicas presentes no contexto organizacional (JARZABKOWSKI, 2003, p. 24).
A estratégia, segundo essa perspectiva analítica, é definida (e se redefine) pela interação entre as práticas, os profissionais nelas envolvidos e a execução dos projetos e planos de ação no cotidiano. A prática, segundo esse argumento, é o conjunto de atividades cotidianas das pessoas na e para a organização. Assim, a estratégia é realizada pelas pessoas na organização – e não uma propriedade inerente dela. A compreensão da estratégia requer pensar os micro processos e as formas como são produzidas e utilizadas ferramentas e atividades (as práticas) pelos indivíduos profissionalmente envolvidos com a organização em seu cotidiano, além de enfatizar as relações de agência existentes (JARZABKOWSKI, 2003).
Postas tais questões, como é possível interpretar a adoção, por uma empresa capitalista do ramo de materiais de construção, de estratégias de inclusão produtiva? Responder a essa questão, ainda que tentativamente, é o objeto do presente artigo. Na próxima seção será apresentado o caso da Vina Equipamentos e Construções Ltda. por meio do seu Departamento Socioambiental.

2. Inclusão social pela via do mercado formal de trabalho: estratégia solidária?

De acordo com documentos da empresa (VINA, 2009; VINA, 2014), durante o Festival Lixo e Cidadania promovido pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR[5], realizado em Belo Horizonte, um dos temas de debate foi o da dificuldade de inserção de pessoas com "trajetória de exclusão" no mercado formal de trabalho. Segundo os debatedores do tema presentes ao evento, as políticas públicas e as ONGs conseguiam atuar nesse sentido até certo ponto – o da tentativa de resgate destas pessoas, mas era necessária a colaboração do setor privado para completar uma importe tarefa da inclusão nas condições brasileiras: a carteira assinada, elemento que possui forte simbolismo nas condições da promoção da cidadania no Brasil.
A Vina, por meio dos seus representantes presentes ao evento, se sensibilizou com a questão, tendo articulado um contato com instituições com as quais faria parcerias, a Pastoral de Rua de Belo Horizonte e o Movimento de Luta Antimanicomial. A Vina apresentou o projeto de um Projeto Piloto de inclusão que seria utilizado para divulgar junto a outras empresas que a inclusão via mercado formal de trabalho é viável.
A partir de 2007 teve início o "Projeto Piloto Aracê", cujos objetivos são desenvolver ações para promover a inclusão de pessoas socialmente vulneráveis e resgatar a cidadania via inserção delas no mercado formal de trabalho. Foram escolhidos como sujeitos da ação desse Projeto Piloto usuários de serviços públicos municipais e estaduais de saúde mental[6] e mulheres em situação de rua[7]. As organizações parceiras eram as Secretarias Municipais de Saúde e Adjunta de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e a Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte.

---

5 O MNCR é um movimento social fundado no início do século XX e que tem como objetivo e estratégia organizar os catadores e catadoras de materiais recicláveis no Brasil, por meio da constituição de associações e cooperativas de catadores (as) e da intervenção no debate público sobre essa "categoria". Em função da sua atuação, o MNCR conquistou o reconhecimento da profissão de catador de material reciclável bem como o acesso dos catadores (as) a diversos direitos assistivos proporcionados pelo Estado quanto a renda, moradia e emprego.

6 Já atendidos por outra organização social e produtiva, a Associação de Trabalho e Produção Solidária Suricato, um empreendimento de economia solidária autogestionário de pessoas portadoras de sofrimento mental assistidas pelos serviços públicos de saúde mental atuantes em Belo Horizonte.

7 O conceito de População em Situação de Rua define essas pessoas como sendo parte de um "grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Essa população se caracteriza, ainda, pela utilização de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como unidades de serviços de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória" (conforme definição dada pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua).

Também desde 2006 o Departamento Socioambiental da Vina desenvolve e oferece brindes originais e criativos que, alinhados com a proposta da empresa, priorizam a inclusão social, o aproveitamento de materiais descartados e a criação de redes de cooperação para a produção desses produtos.
Segundo a percepção dos responsáveis pelo Projeto na Vina, houve um desinteresse dos parceiros iniciais tendo em vista o ritmo da implantação dele – que parece **não** ter correspondido "*aos interesses e as expectativas individuais e institucionais*" (VINA, 2009). De acordo com a Vina, as dificuldades presentes em um projeto dessa natureza, tais como as especificidades das ações voltadas para incluir pessoas contra as quais há um significativo preconceito e a busca de um "equilíbrio" entre as demandas e ritmos de organizações públicas não estatais e privada envolvidas, dentre outras, gerou a possibilidade do encerramento do "Projeto Piloto Aracê", o que foi contornado dando condições para que o projeto tivesse continuidade até o ano de 2013.
A metodologia adotada implica a recepção de indicações de pessoas que se mostrem mais capazes emocional e fisicamente disponíveis para a entrada no mundo do emprego. A Vina, a partir das indicações, seleciona os que podem ser incorporados tendo em vista habilidades relacionadas com os postos de trabalho que poderão ser ocupados. Uma vez dentro da empresa, os trabalhadores selecionados e contratados são acompanhados de modo bem próximo, com o cuidado de evitar o paternalismo e a negligência com relação às pessoas, mantendo a busca de eficiência tendo em vista os objetivos propostos.
Na primeira fase do referido Projeto (entre 2007 e 2008) ocorreram alguns problemas, em especial o preconceito do responsável na empresa pelo acompanhamento dos usuários dos serviços de saúde mental contratados (pessoa de referência), o que já era até previsto. Depois de algumas tentativas para a quebra da resistência percebida, sem sucesso, foi efetuada a substituição da mesma, tomando-se o cuidado de colocar no lugar alguém com perfil mais adequado para a função, o que resultou em melhoria no desenvolvimento do projeto (VINA, 2009).
Outro problema na implantação do projeto decorreu do fato que os parceiros não acompanharam tão proximamente os indicados, o que gerou algumas demissões de contratados já nos primeiros meses da experiência. Não houve, nesse sentido, ação preventiva, em especial nos três primeiros meses da contratação tal como previsto na metodologia do projeto. A dificuldade de comunicação das organizações sociais com a empresa, na interpretação dos responsáveis pela Vina, evitaram que ações preventivas fossem tomadas se problemas com os contratados tivessem sido detectados – sem que os parceiros esperassem ter a sua presença solicitada pela empresa (VINA, 2009).
Os resultados do Projeto Aracê na sua primeira fase, compreendendo um período de um ano e seis meses, foram a contratação de treze pessoas, das quais quatro encontravam-se em atividade no final do período, dois dos quais foram promovidos dentro dos seus cargos. Uma dessas pessoas foi transferida para outra empresa. Dos oito que foram demitidos, quatro encontravam-se em local ignorado, dois trabalhavam em outras empresas e um no mercado informal. Outro retornou à terra natal (VINA, 2009).
Esses treze trabalhadores foram selecionados a partir das indicações feitas pela Pastoral de Rua e Geinp, que totalizaram 149 pessoas até o final de novembro de 2008. Dessas, 90 eram do sexo masculino. As competências e habilidades dos indicados tornavam-nos aptos para desempenhar funções em cargos de serviços gerais, contabilidade, operação de máquinas, pedreiros, lavadores, pintores, balconistas, motoristas e recepcionistas.
Em 2010 ocorreu o encerramento das parcerias com os órgãos públicos (Prefeitura de Belo Horizonte) e com a Pastoral de Rua. Entre 2008 e 2010 foram contratadas mais cinco pessoas e entre 2011 e 2013 foram contratadas outras três pessoas (VINA, 2014).
Para a Vina, a quantidade de inserções não é o mais importante, mas a qualidade do processo de construção de uma metodologia que seja capaz de demonstrar para outras empresas e para a sociedade que é viável inserir pessoas com trajetória de exclusão social no mercado formal de trabalho. De acordo com os depoimentos dos contratados e dos responsáveis pelo Projeto na empresa, mesmo com alguns contratempos os contratados do Aracê não apresentaram nenhum tipo de problema grave.

3. À guisa de conclusão

O caso da Vina e seu projeto de inclusão produtiva de trabalhadores portadores de sofrimento mental e trajetória de situação de rua não ressalta pela quantidade de pessoas "atendidas". Menos ainda por causa do tipo de parceria efetivada ou mesmo pela sua existência como espécie de "modelo" de gestão solidária ou social.
O que chama a atenção é o fato de uma empresa privada, orientada por um modelo de gestão estratégica compatível com o mercado de construção civil, assumir o desafio de agir com um programa de responsabilidade social inclusivo. De fato, se forem utilizadas as chaves analíticas dicotomizadoras que opõem a gestão capitalista à gestão social e que foram discutidas na primeira seção desse artigo, ou a Vina age de maneira a esconder sua verdadeira natureza ou age em conformidade com um modelo alternativo de formação do sujeito e da economia.
A interpretação do caso da Vina demonstra que existe um grande espaço de ações sociais dentro do capitalismo que exigem uma leitura mais atenta das organizações e dos seus fundamentos. Uma empresa capitalista socialmente "comprometida" não significa que o capitalismo e as firmas capitalistas estejam se transformando ou que os interstícios da revolução social já se façam ver.
Mas não se pode deixar de reconhecer que esse "comprometimento" decorre da percepção de que existem alternativas que não podem ser desconhecidas, se a sociedade inclusive não se organiza para lidar com o problema da inclusão desses outros que são os loucos e os moradores de rua.
No mínimo a solidariedade da empresa para com essas poucas pessoas revela que existe algo além da piedade, da filantropia e que a transformação das organizações é possível, ainda que mantidos os limites da emancipação humana pela subordinação ao capitalismo. Claro que essa é uma possibilidade de interpretação de um tipo de realidade que é ainda nova (a da economia social no Brasil), e novas pesquisas sobre o objeto teórico e empírico devem ser ainda realizadas.

Referências

BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunca (2003), *Metamorfoses do trabalho e cooperação produtiva: a gênese, as vertentes e a plataforma da economia popular e solidária*. Tese [Doutorado], Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR).

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (2014), *O que é Economia Solidária?* Brasília. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>.

CAEIRO, Joaquim Manuel Croca (2008), Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia, *Revista Katálysis*, 11(1), 61-72. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000100006&lng=en&tlng=pt>.

CORAGGIO, José Luis (2000), Da economia dos setores populares à economia do trabalho, KRAYCHETE, G. et alii (Orgs.), *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*, Petrópolis: Vozes/Capina/Cese.

COSTA, Pedro de Almeida; CARRION, Rosinha da Silva Machado (2009), Situando a Economia Solidária no Campo dos Estudos Organizacionais, *Otra Economía*, Vol. III, n. 4. Disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/download/1125/304>.

EME, Bernard; LAVILLE, Jean-Louis (2006), Économie solidaire (2), LAVILLE, Jean-Louis; CATTANI, Antonio David (Directeurs), *Dictionnaire de l'autre économie*, Paris, Gallimard.

GAIGER, Luiz Inácio Germany (s.d.), *Economia solidária diante do modo de produção capitalista*, Disponível em <http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>.

JARZABKOWSKI, Paula (2003), Strategic practices: an activity theory perspective on continuity and change, *Journal of Management Studies*, Vol. 40, n. 1, pp. 23-55.

LEMES, Fabio Roberto Moraes (2008), A inserção da economia solidária no mercado: contradições e possibilidades, *Otra Economía*, Vol. II, n. 2. Disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/viewFile/1085/275>.

LÉVESQUE, Benoît (2006), Sociologie économique, LAVILLE, Jean-Louis; CATTANI, Antonio David (Directeurs), *Dictionnaire de l'autre* économie, Paris, Gallimard.

MORAIS, Leandro Pereira (2010), Empreendimentos Econômicos Solidários no meio urbano e a agenda ambiental: possibilidades e entraves no Brasil atual, *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, Brasília: MTE/Ipea, n. 42, pp. 65-70.

_____.; BACIC, Miguel Juan (2009), Economia social e programas de emancipação por meio de empreendimentos econômicos sociais no Brasil: avanços e dificuldades atuais, *Revista Alcance – Eletrônica*, vol. 16, n. 3, pp. 339 – 357.

NOHRIA, Nitin; GULATI, Ranjay (1994), Firms and their environments, SMELSER, Neil J.; SWEDBERG, Richard (Editors), *The handbook of economic sociology*, Princeton, Princeton University Press.

SERVA, Maurício (1997), A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, Vol. 37, n. 2.

SINGER, Paul (1999), *Uma utopia militante; repensando o socialismo*, 2ª Ed., Petrópolis: Vozes.

_____. (2003), Economia solidária, CATTANI, Antônio David (Org.), *A outra economia*, Porto Alegre: Veraz Editores.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (1998), Gestão social: uma perspectiva conceitual, *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, Vol. 32, n. 5, pp. 7-23.

_____. (2005), (Re)visitando o conceito de gestão social, *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, Ano 3, n. 5.

VINA (2009), *Projeto Piloto Aracê; Situação dos contratados Aracê: de março de 2007 à novembro de 2008*. Belo Horizonte: Vina

VINA (2014), *Vinavina* [Internet], Belo Horizonte: Vina. 20 de outubro de 2014, citado em 29/10/2014. Disponível em http://vinasocial.blogspot.com.br/.

WHITTINGTON, R. (2002), *O que é estratégia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

A Consolidação da Economia Solidária no Brasil

Gleny Terezinha Duro Guimarães[1]

Rochele Pedroso de Moraes[2]

Resumo: O objetivo deste estudo é debater sobre os aspectos conceituais da economia solidária, e a sua relação com o Estado na construção de uma nova política pública, com ênfase no desenvolvimento local. No modo de produção capitalista que vivemos, a economia solidária aparece como uma estratégia de resistência, e de organização coletiva dos movimentos sociais que lutam por melhores condições de vida. É uma alternativa de geração de trabalho e renda à classe trabalhadora. Socializaremos alguns resultados da pesquisa: "Feiras de Economia Solidária: possibilidades e limites no processo de comercialização", que teve por objetivo analisar as formas mais utilizadas na comercialização dos produtos desenvolvidos por empreendimentos de geração de trabalho e renda, no período de 2013-2014, conduzida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Assistência Social - GEPsTAS, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Palavras-chaves: Economia Solidária; Organização Coletiva; Feiras de Economia Solidária; Política Pública; Desenvolvimento Local.

Abstract: The objective of this study is to discuss the conceptual aspects of the social economy, and its relationship with the state in the construction of a new public policy, with an emphasis on local development. In the capitalist mode of production which we live, the solidarity economy appears as a resistance strategy, and collective organization of social movements fighting for better living conditions. It is an alternative source of employment and income to the working class. Socialize some search results: "Fair Solidarity Economy: possibilities and limitations in the marketing process", which aimed to analyze the forms most commonly used in the marketing of products developed by enterprises to generate employment and income in the period of 2013-2014 conducted by the Group of Studies and Research on Work and Social Assistance - GEPsTAS, the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul.

Keywords: Solidarity Economy; Collective Organization; Trade Shows Solidarity Economy; Public Policy; Local Development.

---

1 Professora doutora docente titular na Faculdade de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Coordenadora do GEPsTAS – Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho e Assistência Social, pelo NETSI - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Saúde e Intersetorialidade da PUCRS. Email: gleny@pucrs.br.
Biografia: Possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1986), graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1987), mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1991), doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1995) e pós-doutorado pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (2005). Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social do Trabalho, atuando principalmente em temas como processos de trabalho, políticas sociais, economia solidária. É coordenadora, desde 1996 do GEPsTAS.

2 Mestranda em Serviço Social, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Faculdade de Serviço Social/ PUCRS. Bolsista CNPq Integral, pesquisadora no NETSI/GEPsTAS da PUCRS. Email: rochelepmoraes@hotmail.com.
Biografia: Assistente Social, formada no Curso de Graduação em Serviço Social, em 2005/2, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Passou pelas políticas públicas de assistência social, habitação, educação, e está atualmente trabalhando como membro associada no empreendimento de Economia Solidária, pela Cooperativa de Sociólogos Solidários do Brasil – COOPSSOL. Membro, desde 2014, do Grupo de Trabalho sobre Cultura de Paz, chamado GEPAZ, coordenado pela Professora Doutora Patrícia Krieger Grossi, da Faculdade de Serviço Social, em parceria com a Faculdade de Educação da PUCRS. O tema da Dissertação versa sobre "Violências e estratégias de não-violências nas escolas".

Introdução

O presente artigo vem dialogar no XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, em Lisboa - Portugal, sobre a economia solidária em Porto Alegre, região sul do Brasil. Com foco nos eixos sobre "Sociedade, Trabalho e Subjetividades", trazemos os elementos chaves do que é uma economia solidária no Brasil, como práxis para além do desenvolvimento econômico no sistema capitalista mundial.

Economia Solidária

A Economia Solidária não se apresenta como um campo novo de trabalho, uma vez que suas origens históricas remontam ao período do capitalismo industrial. Ou ainda, tem sua origem nas comunidades tribais, através do trabalho coletivo, e para o coletivo. Surgem formas alternativas de busca pela sobrevivência humana, na forma de cooperações e de práticas solidárias. O âmbito local de práticas solidárias nos remete a sociedade medieval, com trocas de produtos e serviços. Desta forma, pode-se dizer que o cooperativismo, em seu início, tinha a pretensão de se configurar em um modo de produção alternativo ao capitalismo.

As consequências da 1ª Revolução Industrial na Grã-Bretanha ocasionaram no êxodo do campo para a cidade, fazendo com que na primeira década do século XXI, O Brasil tenha 83% da população localizada nas cidades. (IBGE, 2010). Em nível mundial, temos com o processo de industrialização, a constituição da classe proletária que vende sua força física e intelectual em troca de um salário. (MARX, 2002; 2008). Harvey (2004) reflete sobre as transformações societárias com seus modos de produção embasados na exploração do capital x trabalho.

Ao centrar a discussão da Economia Solidária nos tempos atuais, e dentro do contexto brasileiro, as primeiras referências na literatura brasileira sobre experiências neste campo datam do início da década de 1990 (SINGER, 2011; DAGNINO, 2011; BENINI, 2011; 2012). Desde então, passaram-se mais de 20 anos e, o número de pessoas envolvidas em empreendimentos de Economia Solidária aumentou consideravelmente. Situação compreensível diante do processo brasileiro de reestruturação produtiva a partir de fins dos anos 1980, onde a lógica do aumento da produtividade e da redução de custos (mão de obra, principalmente) começou a imperar de tal modo, que muitos trabalhadores passaram a não ter mais espaço no mercado, cada vez mais exigente e excludente. (YAZBEK, 1993; HARVEY, 2004; 2011; IAMAMOTO, 2011). Nesse sentido, o Ministério do Trabalho e Emprego (2014), da República Federativa do Brasil, conceitua a Economia Solidária como um "conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito". A práxis no trabalho tem em sua base quatro pilares que norteiam a concepção da Economia Solidária: o princípio da autogestão, o princípio da cooperação, o princípio da solidariedade e o princípio de atividade econômica.

A importância, os desafios, as dificuldades e as conquistas, que a classe trabalhadora luta cotidianamente para uma vida com melhores condições: segurança alimentar, saúde, habitação, educação, segurança pública, esporte, cultura, lazer, meio ambiente saudável, entre outras. No movimento de resistência, a Economia Solidária está organizada e articulada na forma de movimento social das organizações nacional, estaduais e municipais no Brasil. Em diversos segmentos do trabalho existem trabalhadores inseridos no contexto de práticas de Economia Solidária.

Para compreendermos como as organizações sociais se articulam no viés da Economia Solidária, precisamos pensar como acontece na prática. Um grupo de sujeitos sociais, em prol de um mesmo objetivo, se junta, para em conjunto, exercerem seus processos de trabalho com um sentido de realização humana – como traz Marx (1989) –sobre o prazer e a constituição do ser social pelo e no trabalho. Os trabalhadores envolvidos nos princípios solidários são denominados de Empreendimentos Econômicos Solidários. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (2014) essas organizações são:

> [...] coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados.

Uma associação é uma união de pessoas sem fins econômicos; uma cooperativa é uma sociedade de pessoas contendo no mínimo cinco pessoas[3]; nas empresas autogestionárias se administra democraticamente, cada trabalhador tem consciência da sua atuação e seu papel dentro da empresa, diferente das empresas capitalistas que, objetiva à competição, o vencimento de metas de vendas e a obtenção de lucro. Os clubes de trocas visam à inclusão social das pessoas que estão desempregas e excluidas do mercado de trabalho. Mas como esse sistema de trocas funciona? Cada participante troca algum produto, um saber ou um serviço. Dessa maneira, todas as pessoas envolvidas ganham. É uma relação de trocas solidárias e não de exploração.

As políticas públicas no Brasil e a Economia Solidária

O conceito de política pública aparece nos Estados Unidos, no século XX, como uma disciplina nos cursos de graduação em Administração. A educação superior tem papel fundamental para formatar os estudantes que no futuro poderiam conduzir a nação brasileira. Para isso, a compreensão do papel do Estado, através das Ciências Políticas era fundamental (SOUZA, 2014). No Brasil, as políticas públicas aparecem com essa nomenclatura na década de 1970. Era uma tentativa de alavancar o projeto de desenvolvimento (econômico) do Brasil, baseado nos moldes da proteção social (europeia, alemã e norte-americana), que para Pereira (2010) era uma resposta do Estado às reivindicações da classe operária, através das ações denominadas de Bem Estar Social (previdência social, saúde, educação e assistência social).
Podemos pensar que as políticas públicas forma gestadas como estratégias de governo para que, em nome do desenvolvimentismo brasileiro, conseguisse avançar economicamente, conforme os objetivos dos organismos internacionais, mas para termos um desenvolvimento social e econômico o governo brasileiro precisa qualificar suas ações. No Brasil, o objetivo era o pleno desenvolvimentismo econômico, com metas de crescimento no período de cinco anos, como se tivéssemos investido 50 anos. O discurso governamental em 1970 era que o crescimento do país traria vantagens à população, e que todos teriam o seu "pedaço do bolo". Conforme ALAYÓN (2010: 279):

> En el auge del neoliberalismo, nuestros Estados no se "achicaron"; lo que aconteció es que redefinieron sus objetivos y su presencia activa se direccionó abiertamente hacia la defensa de los intereses de los sectores de mayor concentración y poder económico. Era cierto aquello de que detrás de la propuesta de los Estados mínimos, estaba la ambición de que se transformaran en Estados máximos… del capital, vulnerando la noción de bienestar general y erosionando impúdicamente los principios de equidad y solidaridad.

Em 1989 o Brasil assinou o documento chamado "Consenso de Washington", acordo estipulado pelos organismos internacionais (Banco Mundial – BM e Fundo Monetário Internacional – FMI), que constituía um conjunto de ações visando à redução da extrema pobreza, e assim, diminuindo os indicadores de desigualdade social (BITTENCOURT, 2009:33). Conforme o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo – IFSP (2014), o Consenso de Washington trazia dez metas a serem cumpridas:

1) disciplina fiscal;
2) redução dos gastos públicos;
3) reforma tributária;
4) juros de mercado;
5) câmbio de mercado;

3 No Estado do Rio Grande do Sul, para obter a certificação da Secretaria Estadual de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa – SESAMPE é considerado um grupo de ES a junção de no mínimo cinco pessoas, que se autodeclaram Empreendimento em Economia Solidária.

6) abertura comercial;
7) investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições;
8) privatização das estatais;
9) desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas); e
10) direito à propriedade intelectual. (IFSP, 2014).

Assim, os organismos internacionais, a partir desse acordo puderam explorar, ainda mais, a força de trabalho dos trabalhadores e a privatizar os serviços públicos. Sobre o acordo, algumas metas foram alcançadas, conforme a teoria neoliberal, mas não se consolidou plenamente, porque a sociedade civil vem interferindo nesse processo investidas na redução das funções do Estado brasileiro. Na década de 1980-90 várias empresas forma privatizadas, como a Empresa de Telefonia chamada na época: CRT. No século XXI, o serviço de telefonia tem um custo elevado, que é pago pela população. Percebemos no Brasil que qualidade dos serviços, mesmo com a privatização, não correspondeu ao discurso de melhoria no que antes era prestado como serviço público. Foi uma falácia.

Os movimentos sociais brasileiros estavam no cenário sociopolítico na década de 1980-90, e participaram da construção da Carta Magna, e de outras legislações, que ampliaram os direitos sociais da população a partir dessas construções normativas. Podemos citar, como por exemplos: a Constituição Federal do Brasil (CF), em 1988; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990; a Lei Orgânica da Assistência Social (1993); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996 (LDBEN); a Lei Maria da Penha (2006), que protege a mulher contra as diversas manifestações de violências.

Como representante da sociedade brasileira, o papel do Estado é disponibilizar meios e recursos que proporcionem melhores condições de vida à classe trabalhadora. Na da década de 1990 foram criados serviços, programas e projetos, como por exemplo, o Benefício da Prestação Continuada[4]. A Seguridade Social foi inventada com objetivo de erradicar a extrema pobreza, como forma de aumentar os indicadores de qualidade de vida, medidos pelo índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

É fato que a população brasileira tem pagado pelos serviços básicos projetados como de acesso gratuito e universal, como a saúde e a educação. Ou a assistência social, que está à disposição de quem dela precisar. Na realidade, a sociedade brasileira tem pagado pela logística das políticas públicas, pelos impostos arrecadados pelo governo. A previdência social também passou por modificações, no chamado fator previdenciário, reduzindo os valores a serem recebidos na aposentadoria. O mercado está incorporando no real de serviços privados o que as políticas públicas não dão conta. E assim mais uma vez a sociedade paga por serviços essenciais.

A classe trabalhadora brasileira conseguiu alcançar na legislação algumas conquistas, para uma possível efetivação de direitos, que são fundamentais para uma vida digna. Com a legislação sobre a Economia Solidária, o Brasil está em construção. No que tange essa perspectiva socioeconômica e cultural, como uma política pública de Estado[5], o Brasil avançou, mas ainda precisa normatizar essas intenções políticas na forma de lei.

Compreendemos que as políticas públicas são dinâmicas, e que variam conforme o momento histórico em que a sociedade se encontra. Souza (2014:29) nos traz que existem ciclos que organizam as políticas sociais: "definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação". Avaliamos que essas fases podem ou não acontecer. Dependerá da forma de gestão governamental e do efetivo controle social exercido pelo povo, por meio de mobilizações e participação social.

Souza (2014:32) refere sobre três maneiras de acessarmos os gestores das políticas públicas, que são:

a) divulgação de indicadores que desnudam a dimensão do problema;
b) eventos tais como desastres ou repetição continuada do mesmo problema;
c) *feedback*, ou informações que mostram as falhas da política atual ou seus resultados medíocres.

---

4 Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993), no seu 20º artigo, traz que a pessoa com deficiência, ou a pessoa idosa, a partir de 60 anos de idade, que tiver renda familiar de ¼ per capta será concedido pelo Estado o valor de um salário mínimo nacional, para prover suas necessidades mínimas.

5 Projeto de Lei Nº 4685/2012 dispões sobre o Plano Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências.

Percebemos que existem mecanismos de monitoramento e de avaliação das políticas públicas. Devido aos avanços científicos e tecnológicos, dados estatísticos podem ser armazenados e cruzados com informações qualitativas, permitindo que equipes técnicas possam utilizar dessa ferramenta tecnológica para qualificar as ações. Conforme Caldas (2008) os indicadores construídos por esses recursos que subsidiam vários diagnósticos nas mais diferentes regiões do Brasil, podem ser construídos metas e novos indicadores, buscando melhorar a qualidade de vida da população brasileira.

A importância do papel socioeconômico e cultural dessas organizações, embasadas nos princípios da Economia Solidária, potencializou nas ações governamentais a nível federal que, em junho de 2003, fosse criada no Brasil, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, através do Ministério do Trabalho e Emprego. A SENAES nasce com o objetivo de "promover o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário". (BRASIL, MTS, 2014). Secretarias e Departamentos, nas gestões públicas: estaduais e municipais foram criadas, objetivando o desenvolvimento local, e respeitando as formas culturais de produção, conforme as diversidades existentes nas regiões brasileiras.

Buscamos junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (2014) e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (2014) informações que trouxessem as Feiras de Economia Solidária e seu processo de comercialização para o cenário atual. No ano de 2005, houve a implantação do Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária, em parceria com organismos não governamentais: Instituto Marista de Solidariedade (criado em 1995 pelos Irmãos Maristas em Belo Horizonte), a Fundação Banco do Brasil (que tem em 2013 aproximadamente 500 projetos em acompanhamento sobre tecnologias sociais de sustentabilidade), e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (criado em 2001, a partir do I Fórum Social Mundial que aconteceu no Brasil, no município de Porto Alegre/RS). Este Programa tem por objetivo "promover e estimular o consumo de bens e serviços produzidos pelos empreendimentos de economia solidária" (MTE, 2014).

Entendemos que essas parcerias foram motivadas pelo conhecimento desses atores sociais em elaboração, execução e avaliação em projetos sociais, bem como de fomento à organização de trabalhadores no paradigma da Economia Solidária. Para obter um diagnóstico socioeconômico, referente aos Empreendimentos de Economia Solidária, foram realizados dois mapeamentos por regiões: norte, nordeste, sul, sudeste e centro-oeste do Brasil: em 2005 e outro em 2013. O objetivo da construção dos mapeamentos foi de: "proporcionar a visibilidade, a articulação da Economia Solidária e oferecer subsídios nos processos de formulação de políticas públicas". (BRASIL, MTE, 2014).

Para o trabalho de mapeamento foi desenvolvido o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF). Atualmente os resultados do mapeamento podem ser visualizados no Atlas da Economia Solidária no Brasil. (BRASIL, SENAES, 2014). A Secretaria Estadual de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequenas Empresas, no Rio Grande do Sul – SESAMPE (2014) fez esse mapeamento a nível estadual, e registrou a existência de mais de 2.000 (dois mil) Empreendimentos, que se reconhecem com práticas em Economia Solidária.

De acordo com Benini et al. (2012), ao refletir sobre o papel da gestão pública e a sociedade, enfatiza sobre o processo "sociopolítico" existente no movimento social da Economia Solidária, como forma de resistência de organização da produção e reprodução do modo de vida para além do capital. Inúmeras experiências desenvolvidas em Economia Solidária têm sido relatadas a nível mundial. Podemos citar as experiências compartilhadas com os argentinos, que tem em algumas regiões da Argentina - Buenos Aires, Santa Fé e Córdoba, como por exemplo, feiras interregionais circulantes, ou seja, feiras itinerantes, que valorizam a identidade e o desenvolvimento local. Conforme Amorim (2009:11):

> As feiras configuram-se como importante estratégia de comercialização, espaço de venda direta e de negócios, que permite por um lado viabilizar os produtos comercializados da economia solidária como também resgatar a relação personalizada entre os empreendimentos e os consumidores, buscando consequentemente favorecer a fidelidade do consumo dos produtos e serviços de origem solidária e também da produção familiar e agroecológica.

No Brasil, principalmente nas regiões norte e sul, existem feiras itinerantes. As feiras acontecem de várias formas: Local, Estadual, Regional, Interregionais; Nacional, Internacional. Gadotti (2009: 43) ressalta que a práxis pedagógica se baseia na ajuda mútua, existindo então compartilhamento de saberes e valorização desses conhecimentos necessários para avanço da realidade em que vivem:

> Contudo, a cooperação, no capitalismo, se dá de forma forçada entre indivíduos. Ao contrário, na economia solidária, a cooperação é voluntária. Ela se sustenta na corresponsabilidade dos membros, em redes de apoio mútuo, numa ética de distribuição de benefícios (lucro) segundo acordos compartilhados (consumo crítico, sustentável e comércio justo e solidário), aproximando mais aquele que produz daquele que consome, encerrando o consumo como um ato político que exige uma postura consciente e participativa, um engajamento interessado.

A Feira de Economia Solidária é uma das formas dos pequenos produtores, sejam agrícolas ou de artesanato, se posicionarem para comercializar seus produtos, fazendo valer os princípios da Economia Solidária. A região nordeste do Rio Grande do Sul dispõe de diversos empreendimentos de economia solidária, dispostos nos 32 municípios da sua abrangência. No entanto, carece de articulação entre eles para troca de experiência e aumento de seu protagonismo. Em Santa Maria[6], no ano de 2011, cerca 151 mil pessoas participaram dos três dias de Feira – segundo dado da Brigada Militar – vindos de 435 municípios, de 27 estados do Brasil e de 15 países da América Latina, Europa e África. Também participaram empreendimentos solidários, movimentos populares e 220 entidades e organizações da Sociedade Civil e de órgãos governamentais.

Gadotti (2009) analisou os dados contidos no Relatório de Sistematização das Feiras em Economia Solidária, no período entre 2005 e 2008, dos 440 Empreendimentos em Economia Solidária (EES), que participavam do espaço da apontou algumas informações mais relevantes. Dos EES que estavam inseridos no Programa Nacional de Fomento às Feiras de ES e Programa do Comércio Justo e do Consumo Consciente, representavam 12% do total de EES do Brasil. Desses EES, aparecem com predominância os grupos de organização informal do trabalho, com 38%, e de 34% de grupos associativos.

Amorim (2009: 48-63) traz que, na área de atuação desses EES, 65% são da área urbana, 19% da área rural, 9% da agricultura familiar e 9% registrada em outros tipos. No que se refere as atividades econômicas, 23,4% é de alimentação, seguido de 20,4% da agricultura familiar (in natura e processado), depois com o mesmo percentual de 18,3 a atividade de confecção e de outros/variados. Sobre a forma de organização para comercialização nas FES, 65% são coletivas para 13% de individual, 20% misto e 2% outras.

Sobre as formas de comercialização, esses trabalhadores têm seus produtos vendidos na sua maioria em feiras, com 38% do percentual total, seguido de 18% aparece como outros; 15% vendem em casa, com 7% aparece a comercialização em estabelecimento comercial (loja) mantido pelo grupo, através de visitas domiciliares e no fornecimento para loja em varejo em geral, 5% comercializa com grupos de economia solidária e 3% vende para fornecimento para intermediários ou atravessadores.

Sobre o gênero, 61% são mulheres e 39% de homens. Sobre o apoio/fomento a esses EES, 47% recebem incentivos de instituições governamentais, 25% de Igreja ou Instituição Religiosa, 12% de Movimento Sindical, 11% de Federação de Órgãos Sociais e 5% aparecem como outros.

Pesquisando sobre o processo de Feiras de Economia Solidária em Porto Alegre -RS

A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, por intermédio do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Saúde e Intersetorialidade – NETSI, através do Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho e Assistência Social, trabalhou em uma pesquisa intitulada Feiras de Economia Solidária: possibilidades e limites no processo de comercialização. O problema de pesquisa versou sobre: de que forma ocorre o processo

6 Blog Feiras de Economia Solidária, 2014.

de participação nas feiras de economia solidária e quais os resultados obtidos pelos empreendimentos de geração e renda? A pesquisa teve enfoque qualitativo, com estudo exploratório, método em Marx, e análise e interpretações de informações por meio da Análise de Conteúdo, segundo Moraes (1998).

A pesquisa objetivou analisar como acontecia o processo de comercialização dos produtos e serviços nos espaços das Feiras, que se denominavam com práticas de Economia Solidária, de acordo com os princípios autogestionário, solidários, cooperativos, e de desenvolvimento socioeconômicos culturais. Buscamos em campo estarmos atentos ao funcionamento da organização, periodicidade e sobre a lógica comercial dos empreendimentos de economia solidária. Refletimos sobre a importância das feiras de ES como expressão da identidade da ES; se elas se colocam como ambientes de preservação e promoção dessa identidade, se articulando em "redes de solidariedade", ou se apenas se configuram como espaços de comercialização, na lógica do mercado.

Essa pesquisa ocorreu no período entre abril de 2013 e dezembro de 2014. Foram aplicados 47 questionários fechados, com membros de Empreendimentos de Economia Solidária, em quatro espaços de Feiras: Feira Interregional; Feira do Trem; Feira do Mercado Público e Feira de ES da PUCRS, promovida pela Incubadora de Empreendimentos Solidários e Tecnologia Social da PUCRS. Obtivemos como resultado de pesquisa que, oitenta e nove por cento (89%) dos Empreendimentos se reconhecem como grupos de trabalham na perspectiva de uma Economia Solidária.

Dez por cento (10%) dos membros desses grupos estão inseridos no processo de gestão dessas Feiras. Ressaltamos sobre a necessidade de uma maior organização das feiras no seu aspecto coletivo, já que, como visto, a maioria dos grupos relatam que, nas feiras, interagem pouco entre si. Oque poderia contribuir para uma maior interação entre os grupos que compõem as feiras, seria talvez, a criação de medidas, por parte daqueles que as organizam, para envolver esses diversos grupos no processo de organização, pois como relatado acima, 83% dos empreendimentos pesquisados participam das feiras apenas como expositores, enquanto apenas 10% possuem membros que participam também da organização.

Notamos que a existência de uma estrutura é importante, é necessário que haja pessoas ou grupos que sejam os principais responsáveis por determinados aspectos da feira, mas estes não podem monopolizar todo o trabalho, responsabilidade e informação. A busca por um envolvimento maior dos grupos na organização das feiras proporcionaria o despertar de uma maior consciência de coletividade nesses grupos, e acreditamos que essa consciência poderia, facilmente, transpor o âmbito da organização, influenciando também a feira, em todo o seu processo, incluindo a comercialização.

A parceria público-privada foi observada na pesquisa, e percebemos que, desde 1990, quando esses espaços foram conquistados, estão sendo reduzidos - no que se refere a espaços territoriais, e nos períodos do ano em que acontecem. Em 2014, o Rio Grande do Sul, teve a implantação de Casas de Economia Solidária, montadas em espaços públicos, alugados por um valor com tarifa social aos Empreendimentos de Economia Solidária, cadastrados no Sistema Nacional de Economia Solidária, e certificados pela Secretaria Estadual de Economia Solidária - SESAMPE, no Rio Grande do Sul.

Percebemos que as Feiras são espaços de fortalecimento coletivo que estimula novas práticas, autogestionária, solidárias, com produção de conhecimento e disseminação da dimensão cultural de um povo. Esse movimento com amplitude nacional e força local tem lutado para manter os espaços públicos conquistados, e para ampliá-los, através de novas parcerias público-privadas.

Notamos a relação de poder quando a normativas e de dispositivos legais que legitimam os processos de trabalho dos Empreendimentos em Economia Solidária. As existências de grupos organizados, da sociedade civil, na forma de Fóruns Municipais, Estaduais e do Fórum Nacional de Economia Solidária, têm fortalecido o movimento da ES. A gestão destas práticas está em processo de formação, com capacitações ministradas pelos sujeitos sociais, envolvidos no movimento da ES, assim como pelas parcerias público-privas. Existem editais com o foco da capacitação, como por exemplo, o Sistema Brasileiro de Educação – SEBRAE, a Fundação Banco do Brasil (a nível nacional), ONGs, gestões públicas (municipal estadual e nacional).

Os Empreendimentos de Economia Solidária estão reivindicando nas agendas públicas investimento em capacitação e educação chamada de popular, conforme os apontamentos teóricos de Paulo Freire, de valorização do conhecimento popular. Essa necessidade vem sendo apontada desde 2008, momento em que ocorreu o

Seminário Nacional de Sistematização do Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária, com a organização deste evento pelo Instituto Paulo Freire (IPF) - parceiros na formação em educação formal e social. Em 2014, novamente o movimento social em prol da Economia Solidária, demandaram ações nesse eixo temático nas Conferências Regionais, Estaduais e na Conferência Nacional de Economia Solidária. As práticas de formação e de sistematizações sobre ES têm contribuído para fortalecer a ES, bem como estimular o investimento de Estado na construção de uma nova política pública, com orçamento específico inserido no orçamento público municipal, estadual e federal. Há tensões associadas a estas práticas, pois estamos inseridos no modo de produção capitalista, e não em outro. Entendemos que as práticas de Economia Solidária estão num contexto contraditório. Portanto, as dinâmicas que resultam das ações estão em um campo de disputas societárias. Os sentidos que esses processos de trabalho podem gerar podem ter diferentes níveis de compreensão e significação.

Considerações Finais

O desafio de voltar-se para os interesses coletivos sem anular os sujeitos singulares, a partir de relações de reciprocidade e mutualidade implica em mudança na visão de mundo dos sujeitos que se inserem nesses espaços. Essas experiências têm contribuído para pensarmos sobre a construção de políticas públicas. Sobre as Feiras de Economia Solidária, percebemos que elas agregam os empreendimentos que se caracterizam pela autogestão, pela valorização da natureza e do associativismo, de acordo com os princípios da Economia Solidária, ou seja, pela solidariedade entre trabalhadores, pela sua forma democrática de funcionamento e organização na perspectiva do protagonismo da sociedade enquanto classe trabalhadora, subalternizada no sistema capitalista.

Com a pesquisa sobre as Feiras de Economia Solidárias, pudemos ampliar os conhecimentos e compreender em que consiste a Economia Solidária. Buscamos ler na realidade social o processo histórico e contraditório, que justifica a existência de práticas na perspectiva de Economia Solidária, principalmalmente no Brasil. Destacamos a impotância do espaço das Feiras de Economia Solidária, propriamente ditas - em que consistem; o que representam e, principalmente, o que devem representar. Um espaço de construção coletiva, com outras práticas, nas dimensões: sociais, econômicas, culturais, ambientais, educativas, na busca por um viver humanizado e humanizante.

As feiras se configuram em espaços para socialização, divulgação do trabalho e compartilhamento de saberes populares, muitas vezes aprendidos de geração para geração, preservando a cultura local. Conforme afirmamos anteriormente, a maioria desses Empreendimentos em Economia Solidária está no processo informal como produto da precarização das relações de trabalho. Essa necessidade vem do que chamamos de forma de sobrevivência e de resistência mesmo que na contramão ao sistema capitalista, sem grandes conquistas no quadro geral dos EES no Brasil.

Esta pesquisa buscou contribuir com o debate sobre as possibilidades e limites no processo de comercialização de produtos, através de feiras de economia solidária. A economia solidária está no cenário mundial em debate como forma estratégica na busca pela sobrevivência. O desemprego estrutural neste mundo globalizado não permite a inclusão da massa sobrante de trabalhadores no mercado formal de trabalho.

Referências

AMORIM, R. S. & SILVA, S. A. A. (2009), Feiras de Economia Solidária – 2005/2008: experiências ensinantes e aprendentes. Brasília: Instituto Marista de Solidariedade.

ALAYÓN, N. (2010), “Política social y el trabajo social”, Textos & Contextos, Porto Alegre, ago./dez., pp. 277-285.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO – ABRACOOP. Disponível em http://www.abracoop.com.br, [consultado em 13-10-2014].

BENINI, É. A. et al. (1 e 2 ed.) (2011; 2012), Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária, São Paulo: Outras Expressões.

BITTENCOURT, E. S. (2009), Politicas públicas para a Educação Básica no Brasil, descentralização e controle social – limites e perspectivas. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Rio de Janeiro: UERJ. Disponível em http://www.lpp-buenosaires.net/ppfh/documentos/teses/politicaspublicas.pdf, [consultado em 24-05-2014].

BLOG FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. (2014), "Feira Ecosolidária: outra economia é possível. Faça acontecer!". Disponível em http://www.feiraecosolidaria.blogspot.com.br/search?updated-max=2011-11-07T04:44:00-08:00&max-results=3, [consultado em 05-10-2014].

BRASIL. (2012), "Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária", http://www.camara.gov.br/proposicoesweb/fichadetramitacao?idproposicao=559138, [consultado em 15-12-2014].

BRASIL. (1993), "Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS". Disponível em http://www.mds.gov.br, [consultado em 11-10-2014].

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. (2014), "Empreendimentos de Economia Solidária". Disponível em http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_empreendimento.asp, [consultado em 11-10-2014].

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. (2014), "Termo de Referência - Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária no Brasil", Secretaria Nacional de Economia Solidária. Disponível em http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B4B7E355E142B/prog_org_feira_termo_feiras.pdf, [consultado em 09-11-2014].

CALDAS, R. W. (2008), Políticas Públicas: conceitos e práticas, Belo Horizonte: Sebrae/MG, 48 p.

DAGNINO, R. (2011), "Gestão social e gestão pública: interfaces, delimitações e uma proposta", pp. 339-406. É. A. Benini et al. *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária,* São Paulo: Outras Expressões.

GADOTTI, M. (2009), Economia Solidária como Práxis Pedagógica, São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire.

HARVEY, D. (13 ed.) (2004), Condição Pós-Moderna, São Paulo: Loyola.

HARVEY, D. (2011). O enigma do capital: e as crises do capitalismo (trad. J. A. Peschanski), São Paulo: Boitempo.

IAMAMOTO, M. V. (2 ed.) (2011). Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social, São Paulo: Cortez.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO – IFSP. "Consenso de Washington". Disponível em http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/consenso.html, [consultado em 25-08-2014].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo 2010: educação e deslocamento. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/545/cd_2010_educacao_e_deslocamento.pdf, [consultado em 25-08-2014].

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo 2010: trabalho e rendimento. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/periodicos/1076/cd_2010_trabalho_rendimento_amostra.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2014.

MARX, K. (2002), Manuscritos Econômicos-Filosóficos, (trad. A. M.), São Paulo: Editora Martin Claret.

MARX, K. (2 ed.) (2008), Contribuição à crítica da economia política, (trad. F. Fernandes), São Paulo: Expressão Popular.

MARX, K. & ENGELS, F. (13 ed.) (1989). O capital, Rio de Janeiro: Bertrand.

MORAES, R. (1998), "Uma experiência de pesquisa coletiva: introdução à análise de conteúdo", pp. 111-130. In M. C. Grillo, M. F. Medeiros, *A construção do conhecimento e sua mediação metodológica,* Porto Alegre: EDIPUCRS.

NESPOLO, N. F. (2013), "Economia Solidária: estratégias de desenvolvimento Rio Grande do Sul. Certificação, a identidade da ES, Moeda solidária, outras práticas de finanças", Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa - SESAMPE. Departamento de Incentivo e Fomento à Economia Solidária – DIFESOL, Rio Grande do Sul/Santa Maria: SESAMPE – DIFESOL.

PEREIRA, P. A. P. (2010), "Concepção de bem-estar (social) em Marx". In P. A. P. Pereira, C. P. Pereira, *Marxismo e política social*, Brasília: Ícone Gráfica e Editora, pp. 133-166.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequenas Empresas, no Rio Grande do Sul – SESAMPE (2014). Disponível em http://www.sesampe.rs.gov.br/, [consultado em 28-11-2014].

ROBERTO, J. & PACHECO, J. R. (2010), "As Feiras de Economia Solidária: espaços que se expressam além da comercialização". E. S. Barcelos, P. C. Rasia, E. W. Silva, *Economia solidária: sistematizando experiências*, Ijuí-RS: Editora Unijuí.

SINGER, P. (2011), "A Economia Solidária no Governo Federal", pp. 407-412. É. A. Benini et al. *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária,* São Paulo: Outras Expressões.

SOUZA, C. (2006), Políticas públicas: uma revisão da literatura, Sociologias, Porto Alegre, 8 (16), jul/dez, pp. 20-45. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16, [consultado em 22-05-2014].

YAZBEK, M. C. (1993), Classes subalternas e assistência social. São Paulo: Cortez.

Economia Solidária, Autogestão e Organizações não Governamentais: a importância das relações de cooperação para geração de trabalho e renda

Dra. Márcia Mello Costa de Liberal[1]

Dr. João Clemente de Souza Neto[2]

O estreitamento de laços proporcionado pela organização em grupo representa uma nova forma de se viver economicamente. Este modelo de economia, diferentemente do modelo capitalista, apresenta uma alternativa para o desenvolvimento econômico apontando como princípios de estruturação a solidariedade e a cooperação. A Economia Solidária, os empreendimentos autogestionários e a organizações não governamentais baseiam-se em uma administração democrática e igualitária de direitos e responsabilidades que inserem socialmente, distribuem renda e são responsáveis pela diminuição da pobreza, desemprego e melhoria da qualidade de vida da população e no estabelecimento da cidadania. Diante da situação de desemprego e da busca de alternativas no atual mundo do trabalho, este trabalho visa contribuir no desenvolvimento e no aprimoramento da análise das relações atuais e possíveis de cooperação para a geração de trabalho e renda.

Palavras-chave: Autogestão, Cooperação, Economia Solidária, ONGs, Trabalho.

A preocupação desta reflexão não é conceituar as organizações não-governamentais (ONGs), mas problematizar a temática e avaliar sua importância em relação à construção das políticas sociais, nomeadamente, de geração de trabalho e renda, a partir das perspectivas da Economia Solidária. Em cada contexto, as ONGs aparecem com diferentes roupagens e sentidos, de acordo com as correlações de forças do momento histórico. De certa forma, expressam os modos de enfrentar a pobreza, a desigualdade social, as injustiças, a crise moral, as diferentes formas de exclusão e os efeitos das catástrofes. Por este olhar, poderíamos afirmar que as ONGs e suas práticas de solidariedade repercutem na concretização das políticas públicas. Vale lembrar, também, que solidariedade pressupõe a realização de ações conjuntas, com o predomínio do espírito comunitário e associativo em detrimento dos interesses particulares. Nas relações de Economia Solidária, bens e serviços são produzidos e distribuídos, ou seja, uma vez realizada a produção, é iniciado o movimento de solidariedade para compartilhar os resultados da produção coletiva.

Antes de tudo, é preciso compreender que a solidariedade concretiza-se por meio dos resultados da atividade econômica. A abordagem deste tema na Cartilha do Agricultor Familiar (2008:12) tem por objetivo

---

1 Universidade Federal de São Paulo; Economista e Doutora em Sociologia Econômica e das Organizações; deliberal@uol.com.br; é pós-doutora em Ciência Política pelo CEIL-PIETTE/Universidad de Buenos Aires e em Ciências Sociais pela PUC-SP. É docente no GRIDES/EPM/Unifesp. Tem vários artigos publicados nas áreas de economia, educação, ética, gestão, religião, trabalho e sociedade. É organizadora dos livros: Um Olhar Sobre Ética e Cidadania (volumes I e II), Ética - Reflexões Contemporâneas, Educar para o Trabalho - estudos sobre os novos paradigmas, O Impacto da Práxis Religiosa na Construção de Vínculos Sociais, A Ética a Serviço da Comunicação. É autora dos livros O Trabalhador Adolescente no Brasil e A Metamorfose do Trabalho na Era da Globalização.

2 Universidade Presbiteriana Mackenzie; Sociólogo e Doutor em Sociologia; j.clemente@uol.com.br; É pós-doutor em Sociologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). É professor adjunto no Curso de Pedagogia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, membro do SOCIUS – ISEG/UTL. Integra o Instituto Catequético Secular São José; a Pastoral do Menor da Região Episcopal Lapa e a Associação Civil Gaudium et Spes. Tem experiência na área de Ciências Sociais atuando, principalmente, nos seguintes temas: construção e circulação do conhecimento, cultura, subjetividade, pedagogia social, cidadania, sujeito, assistência, direitos sociais, municipalização, educação, organizações públicas não estatais e exclusão social. É autor de vários artigos e livros sobre os temas pesquisados.

> [...] contribuir com informações necessárias para a implementação do processo de desenvolvimento da cultura empreendedora solidária, partindo do princípio que a tecnologia PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável) é um exemplo de empreendedorismo social, pela sua capacidade de transformação da realidade.

Vale lembrar que, vivemos em uma sociedade capitalista que possui na total liberdade de mercado a sua base ideológica e tem nesse mesmo mercado a sua forma de expressão e de expansão. Esse tipo de economia possui dois princípios fundamentais, como o da competitividade, que incentiva a concorrência por segmentos cada vez maiores de consumidores, e o do lucro, que, em parte, é utilizado para remunerar o capital aplicado nos empreendimentos de uma empresa tradicional que produz apenas para gerar resultados por meio da força de trabalho de alguns indivíduos.

Para o seu desenvolvimento e fortalecimento, o capitalismo exige uma relação com o Estado que pressupõe o distanciamento das questões econômicas, o que configura o cenário de livre mercado. No processo de heterogestão, a empresa é gerida por alguém que não é o trabalhador, ou seja, pode ser um executivo/profissional ou os próprios donos da organização, sendo esse o modelo de gestão mais empregado nas empresas. O oposto está na autogestão, que pode ser resumida na autonomia da coletividade dos membros da empresa de decidir sobre os destinos, os processos e os resultados do trabalho. Nesse caso específico, as características básicas passam a ser o fim do assalariamento, a organização do trabalho com base na gestão democrática e a eliminação da hierarquia, além de decisões tomadas por democracia direta.

Já nos empreendimentos de natureza solidária, a intenção consiste em buscar e em distribuir os recursos gerados pelo trabalho de forma igualitária para todos, uma vez que, na Economia Solidária os produtores rurais visam estabelecer uma relação de pareceria e não de concorrência, ou seja, o empreendimento é de propriedade comum. Se nas iniciativas empreendedoras particulares, os funcionários recebem ordens do dono, no contexto da Economia Solidária impera a igualdade de poder, pois, todos os participantes possuem os mesmos direitos e os deveres são compartilhados entre eles.

Nesse sentido, os princípios da Economia Solidária tem a preocupação de colocar o ser humano como o grande foco de convergência de todas as ações. Por isso, essa economia é considerada como a "outra economia", uma vez que, apresenta como finalidade o desenvolvimento sustentável e coletivo do Planeta. "Trata-se, portanto, de uma estratégia de luta contra a exclusão social e da precarização do trabalho, sustentada em formas coletivas, justas e solidárias de geração de trabalho e renda". (CAF, 2008:7)

> A Economia Solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão "desregulamentada" das máquinas-ferramenta e do motor a vapor no início do século XIX (SINGER, 2002:83).

Para ser um empreendedor solidário bem sucedido é preciso que algumas posturas comportamentais sejam adotadas, além de atitudes que lhe permitam se guiar por princípios e valores pertinentes a uma iniciativa de esforço coletivo. No entanto, não é necessário que esse conjunto de atributos esteja concentrado em um só indivíduo ou em uma unidade, já que o projeto é conjunto. O empreendedor cooperativo solidário é aquele que conseguiu desenvolver atitudes e comportamentos da livre iniciativa, estimulado pela determinação e pelos princípios fundamentais da Economia Solidária, tendo como objetivo uma visão de futuro e um sonho coletivo no qual todos devem acreditar que é possível ser alcançado para que possam se empenhar para isso.

É preciso que o empreendedor solidário esteja motivado a se associar às outras pessoas para atingir os objetivos e as metas estipulados pela comunidade a qual ele pertence. Com a geração de novos processos de inserção social e de desenvolvimento local, os benefícios da Economia Solidária podem ser resumidos na responsabilidade coletiva no gerenciamento, na definição de metas e correção de rumos, na experiência da cooperação, no estímulo moral e material, na troca de conhecimentos e de habilidades, além da maior inclusão de mulheres no mercado de trabalho, idosos, portadores de necessidades especiais, entre outros segmentos da sociedade que sempre buscaram uma oportunidade de trabalho.

A Economia Solidária teve seu início no Brasil, na década de 1980, como resultado de experiências ocorridas nos meios populares rurais e urbanos. No entanto, foi nos anos 1990 que esse novo conceito de trabalho generalizou-se, ganhando maior espaço e reconhecimento por parte da sociedade nacional. Para compreender melhor a sua evolução, é importante traçar um breve histórico dessa trajetória:

- 1994 – Criação da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG), com a missão de promover a construção, divulgação e desenvolvimento de modelos autogestionários que contribuam para criar e recriar trabalho e renda, desenvolvendo a autonomia e formação de trabalhadores, estimulando ações solidárias e representando as empresas e empreendimentos autogestionários.
- 2001 – Fundação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).
- 2003 – A Economia Solidária destaca-se com a criação, em nível federal, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), com o objetivo de formular e articular políticas de fomento à ECOSOL.
- 2004 – Implantação do Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES) e criação da União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária do Brasil (UNISOL) para representar os empreendimentos da Economia Solidária.
- 2006 – Constituição do Conselho Nacional de Economia Solidária (importante espaço de interlocução entre governo e sociedade civil).

A Economia Solidária surgiu como uma proposta de inclusão social, como uma busca de alternativa coletiva de geração de trabalho e renda para o trabalhador e suas famílias. Entre as iniciativas solidárias, destacam-se a reação ao desemprego e à exclusão social. Ambas são implementadas por meio de grupos informais, associações, cooperativas e empresas de autogestão. Combinam atividades econômicas e sociais, tais como, ações educativas e culturais, assim como, desenvolvem atividades econômicas nos setores da produção, distribuição, consumo, prestação de serviços, reciclagem e crédito, entre outras.

> Há quatro anos, a Economia Solidária era quase invisível para grande parte da sociedade. Embora as articulações da Economia Solidária tenham recebido impulso na década de 1990, ainda é real a necessidade de a sociedade conhecê-la e reconhecer o seu papel estratégico na construção de alternativas de desenvolvimento, já que ela aponta para uma lógica de desenvolvimento sustentável. (Roberto Marinho Alves da Silva - Coordenador-Geral de Estudos da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, 2004)

Também, é necessário que todos os empreendedores solidários assumam o compromisso com a realização de um projeto coletivo, empenhando-se até mesmo com sacrifício ou esforço pessoal para concretizar um sonho que visa o bem comum. Nesse sentido, ele deve ter a capacidade de juntar pessoas em termos de liderança, conciliando interesses e fazendo com que sigam na mesma direção, tendo em vista os objetivos e a somatória de forças com toda a determinação para enfrentar as dificuldades e os obstáculos que certamente vão aparecer nessa trajetória, como a falta de experiência na capacidade gerencial, a rotatividade de pessoas nos grupos, a carência de capital de giro e crédito, incluindo as dificuldades de comercialização, os atrasos tecnológicos, a carência de fornecedores de matérias-primas e a pouca visibilidade no mercado consumidor.

Isso faz com que os empreendedores solidários sejam verdadeiros guerreiros incansáveis e, quando um membro do grupo esmorecer, outro integrante deverá estar sempre disposto a estimulá-lo. Essa união de interesses pode e deve funcionar como a diretriz propulsora para superação dos desafios. O empreendedor solidário deve ser ainda capaz de criar em termos de inovação dos produtos, dos modos de produção e de comercialização, tendo em vista a busca de soluções para situações difíceis e também de novas oportunidades de negócios, por meio da autonomia como modelo de gestão.

O empreendedor solidário deve ser um entusiasta. Ele deve ter paixão pelo seu trabalho, o que será capaz de levá-lo a viabilizar a realidade. Com estes comportamentos, ele será um modelo de inspiração para incentivar aqueles que estiverem ao seu alcance. Contudo, é importante destacar que existem as necessidades individuais

e as coletivas envolvidas em um empreendimento solidário que precisam ser detectadas e tratadas com atenção, pois, são as necessidades comuns que permitem a um grupo atuar na elaboração de um empreendimento coletivo.

Mesmo com todos os avanços mercadológicos, ainda é necessário ampliar o espaço de compreensão da Economia Solidária, especialmente, por ela funcionar como uma forma emancipatória possível de inclusão social e como alternativa de organização do trabalho autogestionário, gerando renda e contribuindo para a redução das desigualdades sociais. Esse novo modelo de sistema econômico pode e deve ser ratificado como orientação das atividades econômicas sustentáveis atuais e futuras, buscando promover o comércio justo e o consumo consciente.

É importante salientar, no entanto, que a realidade é mais ampla e a vida mais dinâmica do que os conceitos. Nos processos de análise, não basta compreender por compreender. É, também, necessário atender aos compromissos com a criatividade e a ética, para superar o já compreendido. A "[...] nossa salvação e a nossa perdição estão no pensamento" (MORIN, 1994:130). Toda ação humana pressupõe riscos. Se as práticas de solidariedade ajudam no processo de emancipação, elas também podem carregar a opressão. Por essa perspectiva, sua noção e prática devem ser sempre repensadas. Não falamos aqui de um problema especulativo, e sim, de algo vital para cada um de nós, para todos e, ao mesmo tempo, para a perpetuação do Planeta.

Poderíamos definir solidariedade com base nas práticas de amizade, uma perspectiva que já se encontra no pensamento grego. No pensamento antigo, um homem não pode ser estranho ao outro. Na atualidade, a ideia de solidariedade se apresenta bastante ligada ao altruísmo, à filantropia e à ética. À medida que as concepções e ações solidárias se vão racionalizando ao longo da história, elas se transformam em políticas sociais. A solidariedade tem, hoje, nas políticas de atendimento e de assistência social o seu foco principal.

Em termos conceituais, a chamada solidariedade social consiste no resultado da comunhão de atos e de sentimentos, de forma a induzir um determinado grupo de indivíduos a uma empatia pela solidez da união, sendo capaz de resistir às ameaças externas e até mesmo de se tornar ainda mais consistente e preparada em relação às interferências vinda de fora. Já a solidariedade mecânica caracteriza etapa inicial da organização da sociedade por meio das semelhanças comportamentais e sociais entre os membros de um grupo de indivíduos. Com o objetivo de manter essa igualdade, imprescindível à sobrevivência da raça humana, deve a coerção social, fundamentada na consciência coletiva, assumir uma natureza repressora. A evolução da divisão do trabalho contribuiu para que a sociedade de solidariedade mecânica sofresse várias transformações. De acordo com o sociólogo francês Émile Durkheim, em sua obra intitulada *A Divisão do Trabalho*, a sociedade mantinha-se coesa por meio de duas forças de unidade distintas. A primeira delas encontra-se relacionada a pontos de vista parecidos e comungados pela sociedade, como valores e crenças espirituais, que ele denominou de solidariedade mecânica. A segunda provém da divisão do trabalho em atividades profissioais especializadas, que foi chamada de solidariedade orgânica.

Do ponto de vista da solidariedade orgânica, a divisão do trabalho, típica das sociedades mais desenvolvidas, acabou criando um novo tipo de solidariedade, fundamentada na complementação de partes diferentes que formam um todo. A junção de interesses complementares gerou o estabelecimento de um novo contexto social, ou seja, outra espécie de solidariedade, com moral própria, e que originou a uma organização social inédita. Tendo como base a diversidade, a solidariedade orgânica requer maior autonomia, além de um nível de conscientização individual bem mais independente e consenso em cojunto.

No decorrer da história brasileira, a solidariedade foi cooptada pelas forças do poder e da exploração, para servir como instrumento de dominação dos mais fracos e dependentes. Anteriormente à Constituição vigente no Brasil, sua noção concebia o pobre como um feixe de carências, a ser ajudado e amparado, numa espécie de relações de favores. No ideário atual, solidariedade é entendida como direito, ligada às políticas sociais.

Essa dinâmica de ambiguidade dificulta elaborar uma única definição de solidariedade e de ONG. Ora, elas servem para justificar um processo de alienação e de exclusão de pessoas e grupos, ora, contribuem significativamente para a construção de uma cultura de direitos e de uma política de inclusão. E, apesar de simples, a solidariedade pode ser considerada, de forma mais ampla, como algo que pode representar a sobrevivência para a raça humana, pois, no centro desse questionamento, existe um sentido moral abrangente, que nos vincula ao sentido da vida. Desde o momento em que nascemos, somos obrigados a compreender

que dependemos de uma série de atitudes solidárias, que impedem a nossa solidão. Por isso, a solidariedade implica uma ação ou um pensamento elaborado em conjunto, fazendo com nos esqueçamos da individualidade da vida humana. Trata-se, portanto de um pensar solidário e não solitário.

Para compensar, também precisamos ser solidários, cumprindo nossa função social, uma vez que, desejamos sentir essa mesma solidariedade para conosco como andar em estrada de mão dupla, pois estabelece um compromisso de responsabilidade mútua, por meio do qual todos se dedicam a um único interesse e cada um se sente obrigado moralmente a oferecer auxílio aos outros. Sendo assim, solidariedade é uma questão de atitude e para que possamos dizer que a praticamos, devemos estar sempre presentes e dispostos, ainda que não sejamos solicitados, ou seja, consiste em sermos voluntários sempre que se fizer necessário.

É nesse contexto que se torna possível estabelecer uma relação entre ONGs e a solidariedade. A maioria das ONGs tem como objetivo comum a busca da justiça social. Na década de 1990, o anseio pela democracia possibilitou um aumento do número dessas organizações, para construir um tecido social favorável à implantação de um projeto democrático no país. As ONGs apareceram "[...] como atores com voz própria, articuladas horizontalmente com as demais instituições que lutam por uma sociedade democrática" (PONTES & BAVA, 1996:133).

O aumento e a diversidade de associações de natureza filantrópica dificultam sua definição. Encontram-se cadastradas na Receita Federal, aproximadamente, 220 mil dessas associações, tendo em comum sua natureza de sociedades sem fins lucrativos. No mesmo bloco, estão universidades particulares, hospitais, entidades de classes e organizações que lutam pelos direitos humanos e desenvolvem atividades diretas com usuários privados de direitos. Essa diversidade tem provocado polêmicas que exigem uma definição mais clara de cada um desses grupos. Uma ONG

> [...] é considerada parte de um terceiro setor, em contraste com o Estado e o Mercado, e refere-se genericamente a uma esfera da ação, a entidades não-governamentais [...] sem fins lucrativos [...] A própria noção de ONG [...] propende a ser compreendida como parte deste setor. No entanto, mesmo entre os que seguem essa tendência, há distinções quanto ao entendimento [...] a grande preocupação tem sido a de clarificar a noção de terceiro setor, a qual inclui a idéia de entidades/atividades/associações sem fins lucrativos, não-governamentais, voluntárias, filantrópicas, altruístas, dentre outras. Sociedade civil aparece aí como um conceito relacional, isto é, a dimensão do terceiro setor relacionada às demandas por cidadania, democratização e similares (SCHERER-WARREN, 1994:6).

A definição das ONGs começa, geralmente, pela negação, como aquilo que não é do Governo, que não tem finalidade lucrativa. Essa é uma forma de entendimento que confere ao fenômeno certa opacidade. Outro modo de compreendê-las é com base em uma tipologia. Há um consenso em catalogar as ONGs em quatro grupos (cf. COELHO, 2000:63):

> 1) O grupo da filantropia, que abrange especialmente as áreas da criança, da juventude, da mulher e do idoso, é o que mais cresceu. Atua, geralmente, na prestação de serviços assistenciais e educacionais.
> 2) O grupo do desenvolvimento sustentável tem como foco o meio ambiente e a economia de forma integrada, empenhando-se no respeito à natureza.
> 3) O grupo da cidadania atua no campo das reivindicações de direitos e luta pela libertação das opressões e autoritarismos, bem como pela implantação da democracia.
> 4) O grupo dos ambientalistas discute questões ecológicas e influencia a opinião pública. Sua prioridade é respeitar a diversidade e preservar o sistema.

Essa classificação parece oferecer elementos para uma conceituação um pouco mais próxima da realidade. Encontra fundamentos teóricos em Gramsci ou em Tocqueville, que permitem compreender a importância das associações, pois, vêem nas relações sociais uma tripé constituído pelo Estado, o mercado e a sociedade civil.

A partir dessa classificação, as entidades assistenciais podem se circunscrever como ONGs integrantes do terceiro setor, mas de natureza filantrópica ou caritativa, porque desenvolvem uma assistência social solidária. Esta perspectiva ajuda a separá-las das outras entidades sem fins lucrativos, como universidades e hospitais particulares. As entidades assistenciais respondem a situações imediatas, como fornecimento de alimentos, roupas, enxovais para recém-nascidos, abrigos de crianças e idosos, cuidados a deficientes e outras práticas similares. Circunscritas num projeto de solidariedade ou democrático, as entidades tem um papel importante como facilitadoras do acesso dos empobrecidos aos bens produzidos pela cidade.

> No contexto dessa visão mais pluralista sobre a realidade, redefine-se o sentido da filantropia. O assistencialismo emergencial aos excluídos do sistema [...] é definido como uma ação de solidariedade importante na constituição de um movimento cultural com base ética. De fato, a filantropia justifica-se aqui como um momento de um movimento mais amplo, cujas outras faces são ação para o desenvolvimento e para a cidadania. Portanto, filantropia [...] deixa de ser entendida como mero assistencialismo, para ser justificada como ação solidária dos integrados para com os excluídos, como um meio para a construção de uma cidadania mais abrangente e como uma base ética para a sociedade civil. (SCHERER-WARREN, 1994:6)

Uma pesquisa da LBA (1989:77), por sua vez, apresenta outra forma de definição. Compreende três tipos de entidades assistenciais: 1) O primeiro bloco, de feição doutrinária, caracteriza-se pelo fundo religioso, cujo eixo condutor é a prática da caridade; 2) O segundo é transclassista, uma classe fazendo benemerência a outra, motivada por interesses diferenciados; 3) O terceiro, de cunho popular, constrói-se a partir dos movimentos populares. Mesmo com essas caracterizações, as ONGs continuam apresentando dificuldades para serem definidas, por ocultarem frequentemente, sob a capa da bondade, interesses políticos. A Constituição Brasileira, também, não as define, mas demarca sua relação com o Estado. O Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC- SP constata que o Estado

> [...] não expressa diretrizes claras no que concerne à proteção daqueles, hoje, classificados como excluídos. As Constituições brasileiras refletem essa imprecisão, o que torna mais difícil vincular a concepção de filantropia a uma dada política de atenção aos excluídos. Ao que parece o conceito de filantropia está associado, na terminologia estatal, a uma forma especial de relação e não a um resultado da ação (SPOSATI, 1994:12).

Essa opacidade nem sempre tem permitido evidenciar a clareza dos seus objetivos, pois essas entidades colocam-se, às vezes, acima do bem e do mal. Destinam-se a prestar atendimento às pessoas carentes, integrá-las na sociedade e oferecer-lhes alimentação, vestuário, tratamento médico, medicamento e iniciação ao trabalho profissionalizante, "[...] independentemente de credo, raça, cor, sexo, idade, e os usuários são atendidos gratuitamente, desde que sejam pobres" (SOUZA NETO, 1993:140).

Partimos do princípio de que as entidades assistenciais podem facilitar a formação e a construção da cidadania. Diante disso, consideramos superada a discussão sobre a compatibilidade da filantropia com a democracia e sua possível oposição com a cidadania. O que se deve imprimir a entidades conhecidas como de benemerência, assistenciais ou filantrópicas é o caráter de *res publica*. Isto exigiria delas maior publicidade e transparência de interesses. Uma vez que seu fim é responder às necessidades imediatas de determinados grupos, sua própria existência revela a desigualdade social, econômica e política.

À medida que adquirirem visibilidade, as ONGs tenderão a colaborar para diminuir a desigualdade social. Por essa razão, são consideradas um "mal necessário". Nas ONGs de tendência cristã, há uma vertente que compreende a caridade não apenas como ajuda aos pobres, mas como a convivência com eles, valorizando-os e substituindo o conceito de "classe dominada" pelo de "povo oprimido". Nessa visão, existe a convicção de que o sujeito faz a história em sintonia com a "história da salvação". Essa prática baseia-se

[...] nos princípios de solidariedade, justiça, espírito comunitário e de capacidade crítica dos oprimidos com vista à construção de uma sociedade livre de todas as formas de opressão (Reino de Deus). Esse processo é definido como a 'caminhada da libertação' (dos pecados pessoais e sociais). (SCHERER-WARREN, 1994:310).

À medida que interagem com organismos governamentais e não-governamentais, como prefeitura, Estado, secretarias dos poderes públicos, conselhos municipais, estaduais e federal, e entidades que lutam pela melhoria da qualidade de vida, as ONGs estabelecem uma rede de solidariedade que impulsiona a formulação de políticas públicas. A perspectiva de Souza Cabral e Wanderley (2004) é de conceituar as ONGs como espaços públicos não-estatais, uma vez que, reúnem conjuntos de atributos de representatividade de interesses coletivos, democratização, qualidade e efetividade de serviços, visibilidade social, universalidade, cultura pública, autonomia e controle social. Essa contribuição compreende que as ONGs ou o terceiro setor colaboram para a ampliação da noção de público, não enquanto função, mas como um espaço que pode desenvolver um processo de publicização. Não se trata, neste caso, de uma substituição do papel do Estado, porém de uma colaboração na linha de caracterizar a publicidade e também de indicar alternativas ao Estado.
O que parece importante registrar é que a questão das ONGs ou do terceiro setor não constitui uma temática recente. Desde o século XVI, já se tem notícia, no Brasil, desse tipo de organização. Hoje, o que faz a diferença são sua metodologia, conteúdo e gestão. Os trabalhos de Pontes, Bava, Coelho, Souza Cabral, Fernandes, Landim, Souza Neto, Gohn e Scherer-Warren ajudam a compreender melhor essa história. Em síntese, estamos, aqui, diante de uma discussão abrangente, difusa e um pouco desarticulada, uma vez que abordamos a questão de experimentações sociais que pretendem conferir organicidade a um fenômeno ainda indefinido ou não suficientemente definido na realidade sócio-econômica atual.

> O terceiro setor, no Brasil, não é uma realidade nova nem pouco importante, ainda que seja precária e bastante recente a consciência que atribui unidade e um sentido relativamente homogêneo às práticas que as abordagens tradicionais identificavam exclusivamente à filantropia ou à solidariedade física. Empresas, Igrejas, entidades as mais diversas investem, há décadas, em iniciativas cujo impacto social está longe de ser desprezível, mesmo tendo sido quase sempre negligenciado. Para usar uma fórmula caricata e grosseira, mas didaticamente útil: a própria sobrevivência de amplas camadas da sociedade brasileira parece inexplicável quando lemos os dados relativos à renda e a sua absurda distribuição, sem atentar para os laços e canais invisíveis que se estabeleceram e consolidaram ao longo dos anos, propiciando fluxos imperceptíveis de recursos dos mais diferentes tipos, em direções insuspeitadas, criando condições mais humanas e suportáveis para muitos grupos marginalizados e redefinindo o pacto social, reinvestindo na sociabilidade, lançando pontes para a integração ecumênica no campo da cidadania, revalorizando redes e conexões transversais, infundindo renovada e oblíqua legitimidade nas instituições públicas. (COELHO, 2000:11.)

Na realidade, o que se coloca em jogo são espaços de crescentes disputas de significados da implantação de políticas e projetos sociais, que, contudo, podem atuar, também, mais como cooptadores de responsabilidades do Estado do que como instrumentos de construção de uma cultura de direitos. Apesar da ambiguidade das noções e das práticas de políticas sociais e das ONGs, elas têm contribuído na construção de um pacto e de um tecido social. Este movimento tem sido a única estratégia que milhares de pessoas encontram para garantir ou para dar sentido à vida, sendo por isso cada vez mais merecedoras de novos estudos e reflexões.
O grande desafio que permanece é encontrar o fundamento ético dessa relação, para evitar que pessoas inescrupulosas continuem a transformar o sofrimento humano numa indústria. Esse é um padrão comportamental que poderá destruir os sonhos e as esperanças de um grande número de pessoas. Ou retomamos uma ética comprometida com a emancipação da humanidade ou a barbárie tenderá a se consolidar em nosso meio social.

Bibliografia

ANTUNES, R. (1999), *Os Sentidos do Trabalho - ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, São Paulo, Boitempo.

CAF (2010), *Cartilha da Agricultura Familiar*, Curitiba, UFPR, FNDE, MEC.

COELHO, S. C. T. (2000), *Terceiro setor*, São Paulo, Senac.

DE LIBERAL, M. M. C. e SOUZA NETO, J. C. (2004), *A Metamorfose do Trabalho na Era da Globalização*, São Paulo, Expressão & Arte.

GOHN, M. G. (1995), "Cidade, ONGs e Ações Coletivas", In *Revista São Paulo em Perspectiva*, n. 2, pp. 33-43, São Paulo, Seade, abril e maio.

LBA (1989), *Parceiros ou Cúmplices*, São Paulo, Biblioteca da LBA, mimeo.

MAURER JUNIOR, T. M. (1996), *O Cooperativismo: uma Economia Humana*, São Paulo, Ed. Pioneira-Metodista.

MORIN, E. (1994), *Ciência com Consciência*, Portugal, Europa-América.

PONTES, L. e BAVA, C. S. (1996), "As ONGs e as Políticas Públicas na Construção do Estado Democrático", In *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 50, pp. 133-142, São Paulo, Cortez.

SCHERER-WARREN, I. (1993), *Redes de movimentos sociais*, São Paulo, Loyola.

SCHERER-WARREN, I. (1994), "Organizações não-governamentais na América-Latina". In *Revista São Paulo em Perspectiva*, vol. 8, n. 3, pp. 6-14, São Paulo, Seade, Jul-Set.

SINGER, P. (2000). *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*, São Paulo, Contexto.

SINGER, P. (2002), *Introdução à Economia Solidária*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

SOUZA NETO, J. C. (1993), *De Menor a Cidadão: Filantropia, genocídio, políticas assistenciais*, São Paulo, Nuestra America.

SPOSATI, A. (1994), *Identidade e Efetividade das Ações no Enfrentamento da Pobreza Brasileira*, São Paulo, Educ.

Economia popular e solidária e desenvolvimento local solidário: relação que passa pela orientação e organicidade dos agentes ou iniciativas

José Raimundo Oliveira Lima
zeraimundo@uefs.br

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar, a partir do Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana, elementos que contribuem para a Economia Popular e Solidária tornar-se uma estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário. Nesse sentido, faz-se uma reflexão a partir do que pensam os agentes ou iniciativas dessa economia que participaram do processo de incubação no período de 2008 a 2012. Destacam-se, para isso, algumas categorias: (a) a Economia Popular e Solidária enquanto estratégia para o desenvolvimento local; (b) orientação, organicidade popular e desenvolvimento local solidário; (c) agentes ou iniciativas da Economia Popular e Solidária para o desenvolvimento e solidário; e (d) a incubadora universitária como agente articulador da Economia Popular e Solidária para o desenvolvimento local solidário. O trabalho chegou à compreensão de que o referido programa é considerando, efetivamente, um agente protagonizador que articula os demais agentes ou iniciativas dessa economia para o desenvolvimento local solidário, por meio do entrelaçamento de saberes, conhecimentos diversos e políticas públicas de incubação.

Palavras-Chave: Economia Popular e Solidária. Desenvolvimento Local Solidário. Agente ou Iniciativa de Economia Popular e Solidária.

1 Considerações iniciais

A Economia Popular e Solidária, apesar das dimensões que ocupa e do contingente potencial de trabalhadores que pode atingir, ainda é uma economia considerada periférica, pois é aquela que, tendo em vista a sua dinâmica, emerge de reações adversas às imposições do capitalismo globalizante centralizado e verticalizado no poder do mercado.

Essa economia, entretanto, apresenta características ou traços referentes aos laços de pertencimento culturais e geográficos, saberes locais, políticos, educacionais, pertinentes às políticas públicas específicas, entre outros atributos. Favorece o movimento contra-hegemônico pelo Desenvolvimento Local Solidário em detrimento do desenvolvimento tradicional, por conta da possibilidade da construção de uma articulação no seu cotidiano, nas suas relações genuínas e orgânicas.

O Desenvolvimento Local Solidário constitui-se num processo que considera outras dimensões, como social, ambiental, educacional, cultural, política, econômica, e não apenas a mercadológica, abordando elementos pertinentes à dimensão dessa economia. Tal desenvolvimento sincroniza-se globalmente em rede sem perder sua totalidade e características locais, de "baixo para cima", agregando processos endógenos e exógenos de produção de forma articulada para os interesses das comunidades.

Sendo assim, é preciso mencionar uma forte tendência "localista" que permeia essa perspectiva, que opõe ao "global" qualquer capacidade de influência ou imposição na mobilização dos atores locais. Entretanto, conforme Dowbor & Pochmann (2008), diversas iniciativas que têm como foco o desenvolvimento local se fortaleceram em um ambiente macroeconômico adverso na década de 1990, período de aprofundamento das ideias neoliberais, de desregulamentação do trabalho e de diminuição do Estado na manutenção dos direitos sociais, o que ajuda a desmistificar a ideia segundo a qual o desenvolvimento local nada tem a ver com o ambiente nacional-global.

Entende-se também que a ideia de desenvolvimento local deve estar compreendida em suas múltiplas dimensões, além da econômica, numa abordagem holística dos problemas e questões colocadas para a sociedade

(França; Vaz & Silva, 2002) que consiga conjugar participação e mobilização social, melhoria nas condições de vida e acesso aos bens materiais e culturais para a população em geral, das localidades e dos territórios.
Sugere-se, igualmente, um conceito mais amplo de Desenvolvimento Local Solidário que consiga sinalizar com elementos de síntese e superação das ideias anteriores de desenvolvimento e de desenvolvimento local exógeno. Para essa perspectiva, o desenvolvimento segue em um duplo aspecto: quantitativo e qualitativo, conforme Pateo & Sígolo (2010: 9):

> *Desenvolvimento (local solidário) então seria o acesso a bens materiais e culturais de cada uma das pessoas da localidade que se desenvolve, e seria também a alteração qualitativa das relações sociais, o que pode inclusive alterar o modo como se tem acesso àqueles bens, ou mesmo, qual desses bens se deseja.*

A Economia Popular e Solidária se vincula à dimensão do Desenvolvimento Local Solidário de um ponto de vista estratégico para consolidar "modelos" que rompam com o viés economicista, utilitarista, geralmente imbricados nas perspectivas do desenvolvimento enquanto produto da modernização, conforme argumenta Singer (2002). Essa estratégia tem apontado para o redimensionamento das ações do desenvolvimento local e sua inclusão na esteira das formas solidárias de desenvolvimento, que conseguem perceber as interconectividades entre os diversos elementos que permeiam a complexidade das questões contemporâneas do mundo do trabalho enquanto um fator capaz de aglutinar saberes, conhecimentos e tecnologias de forma educativa e política.
Nesse contexto, a dinâmica de desenvolvimento não está limitada apenas aos indicadores do Produto Interno Bruto (PIB) e ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), embora os considerem relevantes como medidas referenciais relativas à leitura de cenários socioeconômicos nos quais estamos inseridos e, especialmente, por não dispor de um indicador numérico que a represente de forma ampliada, tendo em vista as dificuldades de quantificação das dimensões supracitadas. Em outras palavras, trata-se daquilo que essas dimensões efetivamente representam para encetar e mobilizar os circuitos de uma economia que se dinamiza a partir da ótica dos movimentos populares. Elas seguem numa direção segundo as necessidades de reprodução da vida com base em uma demanda positiva não criada pela oferta indiscriminada de produtos, simplesmente para serem vendidos ou propiciar negócios que visam ao aumento das utilidades e riquezas concentradoras e não coletivizadas, mas por um consumo consciente e orientado segundo as necessidades reais dos sujeitos e das comunidades locais.
Por conta disso, não é o processo econômico que orienta as necessidades dos sujeitos detectadas nas diversas dimensões da vida, mas as necessidades dos sujeitos observadas nas dimensões da vida materializadas numa demanda positiva é que indicam os rumos da orientação econômica: o que se deve produzir e em que quantidade, quando, como e para quais setores, segundo as prioridades estabelecidas nas localidades, que agreguem maior quantidade de vínculos e relações possíveis, às vezes conflitantes, contudo, especialmente, de ordem identitárias, culturais, políticas, de trabalho coletivo, entre outras, encampadas de forma própria pela economia política dos setores populares: a Economia Popular e Solidária.
Essa economia, com efeito, constitui-se na principal estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário porque se apropria de forma orgânica de tipologias organizativas que favorecem os processos educativos de trabalho com base em princípios que reforçam a união dos sujeitos em cooperação, autogestão, associação, ação econômica e solidariedade. Seu movimento acontece em contraposição à competitividade, ao individualismo, à lucratividade para acumulação de capital que só tem produzido elementos que, de um lado, formam concentração de riquezas sob o comando de poucos e, por outro, distribuição de pobreza em resíduos de produção à grande maioria da população.
Na perspectiva de Singer (2002), tipologias como cooperativas, associações, empresas recuperadas e grupos solidários permitem gestões mais democráticas e solidárias capazes de abrigar trabalhadores fora do mercado formal de trabalho, mas situados nas diversas dimensões de atuação humana. Por isso, necessitam de investimento público para serem organizadas mediante um processo educativo específico. Ressalta-se que estes trabalhadores, entretanto, pagam um preço pelo endividamento público da estrutura produtiva vigente, mas não são responsáveis pelo déficit público existente como contrapartida, arquitetado pela orientação econômica tradicional.

Salienta-se, ainda, que o Desenvolvimento Local Solidário não tem potencializado o déficit público, o desequilíbrio fiscal, nem o endividamento público progressivo, até porque as condições orçamentárias dos municípios, das localidades, mormente no Brasil, não permitem e, além disso, o controle normativo e regulatório sobre o endividamento sempre esteve, e de certa forma ainda está, sob o poder da União.

Nesse sentido, a despeito da situação fiscal das localidades de gestão administrativas próprias, é preciso ressaltar que o "bolo" de receitas tributárias está na ordem de, aproximadamente, 70% da arrecadação sobre o controle da União, conforme explica Dowbor (2010). Isso, além de se tornar um entrave ao desenvolvimento local, agrega um grande custo operacional na sua redistribuição aos municípios ou localidades, sem falar na corrupção, que é potencializada por tal sistema de distribuição.

Note-se que algumas cidades da Europa, consideradas melhores lugares do mundo para se viver, agregam características semelhantes (desenvolvimento local formado por laços de união e solidariedade), guardadas as devidas proporções. Nesses locais, a ordem de distribuição das receitas tributárias está na ordem inversa à da brasileira, sendo entre 50% e 70% circulando nas localidades, não reguladas pelo poder central.

Neste contexto, é preciso produzir uma forma de desenvolvimento que se contraponha à ordem imposta pelo crescimento econômico tradicional permeado de grande endividamento e inversão de capital que não beneficia toda a população, mas sim um pequeno grupo, como, aliás, tem sido a construção de riquezas em várias partes do mundo, de forma concentrada em alguns polos.

Para Furtado (1981), os efeitos desse endividamento, através de grande inversão de capital, produzem, em algum momento, crises, desequilíbrios, deseconomias de escala e, consequentemente, desníveis de desenvolvimento entre o centro do capitalismo mundial e a periferia subdesenvolvida, cuja dinâmica é sempre muito difícil de ser controlada ou regulada pela sociedade ou trabalhadores organizados.

Esse modelo de orientação econômica, portanto, tem se espalhado numa lógica verticalizada entre continentes, países, regiões, estados, municípios, organizações e, até mesmo, entre indivíduos, provocando variadas consequências que rebatem em problemas centrais nas diversas dimensões aqui relatadas, inclusive em comportamentos humanos, relações de convivência e interpessoais etc. São, portanto, os elementos (princípios e práticas) do modo de produção capitalista como individualismo, competitividade, egoísmo, indiferenças em rebatimento como práticas nas relações do dia a dia dos sujeitos, formando uma tessitura de difícil reconformação.

Segundo Santos (2005), a localidade não compreende apenas um espaço físico de delimitações geográficas, mas, também, um conjunto de elementos que se articulam para a formação política do sujeito na sua integralidade, propiciando-lhe condições de agir de forma contra-hegemônica ao modelo de globalização neoliberal na perspectiva de outro processo de desenvolvimento, mais humanizado e equilibrado.

De acordo com Teixeira (2001), embora o desenvolvimento local esteja inteiramente relacionado ao desempenho político do poder público local, ele não se dá por decreto, antes, constrói-se com os cidadãos. Não depende somente da combinação de recursos e fatores de produção, mas também de fazer aflorar e viabilizar recursos e capacidades diversas. Desse modo, significa dizer que não há localidades condenadas à pobreza ou ao desalento *a priori* por uma ordem internacional, mas espaços sem projetos que oportunizem desenvolvimento ou orientação de uma ação econômica politizada e em outra direção que não a apropriada pela economia tradicional.

Para Migliolli (1985), tanto a orientação econômica como seus resultados estão diretamente relacionados à sensibilidade do agente planejador, e podem ser demonstrados nas coerências internas e externas dos planos, programas ou projetos constituídos com bases nos instrumentos de orientação econômica, diretos (leis, decretos, normas, regulamentos etc.) ou indiretos (políticas fiscais, monetárias e cambiais).

Desta forma, o poder público – seja oferecendo, seja negando apoio – de alguma maneira interfere na orientação econômica de determinada localidade ou sociedade. É preciso que este agente planejador seja um sujeito revestido da resistência da economia política dos setores populares, pois, assim, agirá na perspectiva do Desenvolvimento Local Solidário como uma ação orgânica e discricionária.

Nesse caso, a produção e a comercialização de alimentos pela engrenagem econômica – possibilitadas pela fome e ou fartura que representam, pelas carências inequívocas apresentadas pelos estudos de segurança alimentar que demonstram a má alimentação de forma generalizada, por exemplo, entre tantas outras – têm

evidenciado ser um dos seguimentos da economia mais promissores e com características de respostas mais rápida aos investimentos. Constituem-se, portanto, em elemento fundamental para implantação de políticas de fortalecimento da Economia Popular e Solidária, principalmente em nível local, por serem capazes de influenciar decisivamente no aumento da produtividade e das condições que viabilizam menores custos, condições de saúde preventiva, processos educativos, preço justo e consumo consciente, facilitando, então, o Desenvolvimento Local Solidário e das redes de economia solidária (Mance, 2004).

Na concepção de Dowbor (1995), as gestões ou intervenções relativas ao planejamento têm se concretizado na orientação de políticas que visam a obter eficácia em determinados pleitos econômicos tradicionais, as quais, sendo adotadas em algumas especificidades, como educação e desenvolvimento, mesmo de maneira adaptada, certamente apresentam-se como medidas relevantes de responsabilidade do poder público local para o desenvolvimento integrado, tendo na educação a possibilidade de uma importante engrenagem que faz circular também o processo econômico.

Nesse contexto, a coerência e integralidade do conjunto de ações podem mover o poder local ou o movimento da Economia Popular e Solidária para uma orientação da ação econômica local, porque essa economia atua em diversas dimensões da vida social, cultural, ambiental, política e educacional. Assim, move-se através de uma orientação econômica mais ampla e flexível com base nos projetos que se caracterizam, conforme observado neste estudo, pelo aspecto da especificidade da dimensão discricionária local.

Diante disso, ao mesmo tempo em que se ocupa da dimensão local – através de políticas públicas específicas – a Economia Popular e Solidária possibilita a "fuga" oportuna das "armadilhas" para a exclusividade do atendimento ao movimento das leis gerais de mercado; "oferta que cria sua própria demanda", por exemplo, lei clássica da economia tradicional. Encontram-se nesse contexto ações como o orçamento participativo, as compras públicas através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da alimentação escolar, as cooperativas de trabalhos e produção, de crédito, as moedas sociais, em especial, da agricultura familiar.

Os projetos que, conforme observado, são parte integrante do processo de planejamento constituem-se em políticas públicas orientadas e atingem as esferas microeconômicas na medida em que estudam, educam e lidam com "unidades" específicas de cooperação, associações, grupos solidários e sujeitos que fazem um consumo consciente e solidário pensado sobre uma lógica dos interesses da comunidade.

Com efeito, o envolvimento do sujeito atrelado à possibilidade de mobilização do poder público local torna-se elemento estruturante da ação contra-hegemônica para o enfrentamento dos grandes planos verticalizados e de natureza indicativa, dinamizados – essencialmente – por uma pressão privada por parte de grupos econômicos de origem externa ou de fora do circuito que propicie uma articulação das coerências de maneira integrada.

Portanto, percebe-se que a ação econômica orientada pela dinâmica da Economia Popular e Solidária apresenta-se como uma estratégia política de coerência interna e externa para o Desenvolvimento Local e Solidário, desde que envolva o sujeito no processo de orientação através de mecanismos, especialmente conduzidos por instrumentos diretos, como a criação de leis municipais, centros públicos, fóruns e outros elementos locais de Economia Popular e Solidária, mas sem desconsiderar os impactos e influências dos instrumentos indiretos na criação de moedas sociais e fundos rotativos, por exemplo, porque engendram um relevante processo educativo e de trabalho.

Desta forma, procura-se compreender, neste trabalho, o panorama de atuação da Economia Popular e Solidária, discutindo sua existência a partir das contradições do modelo capitalista, especialmente com base nos conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico. Desta forma, pergunta-se: de que maneira a cooperação, a solidariedade e a autogestão contribuíram para as tipologias da Economia Popular e Solidária organizar o desenvolvimento local? De que maneira se estabelece a relação entre a economia tradicional e a Economia Popular e Solidária? Essas questões são de fundamental relevância para o presente estudo e serão discutidas na sequência do trabalho.

Metodologicamente, nesta seção, foram realizadas considerações para sustentação teórica, a partir das quais organizamos as bases para as etapas de pesquisa. A análise e discussão foram feitas para atender aos objetivos pretendidos, a fim de discutir a hipótese de que a Economia Popular e Solidária constitui-se numa estratégia que contribui para o Desenvolvimento Local Solidário, tendo a perspectiva dialética da historicidade, totalidade e contradição das relações socioprodutivas.

Os resultados são apresentados em conformidade com o processo de pesquisa integral de nossa tese doutorado (Lima, 2014), especialmente a partir do estudo dos documentos e análise das entrevistas.

2 Desenvolvimento

Nesta seção, foram realizados a interpretação, discussão e análise sobre os dados e informações que tabulamos e organizamos com base nas etapas de pesquisa. A análise e discussão foram feitas para atender aos objetivos da pesquisa, a fim de discutir a hipótese de que a Economia Popular e Solidária constitui-se numa estratégia que contribui para o Desenvolvimento Local Solidário no Município de Feira de Santana (BA).
Com efeito, algumas categorias ao longo das discussões foram ponderadas como: (a) a Economia Popular e Solidária enquanto estratégia para o desenvolvimento local; (b) orientação, organicidade popular e desenvolvimento local solidário; (c) agentes ou iniciativas da Economia Popular e Solidária para o desenvolvimento e solidário; e (d) a incubadora universitária como agente protagonista articulador da Economia Popular e Solidária para o desenvolvimento local solidário.
As categorias estão elencadas e associadas a cada agente ou iniciativa de Economia Popular e Solidária entrevistada e/ou bloco de documentos levantados. Depois, em um segundo momento, realizamos discussões e análises comuns às diversas entrevistas e documentos, elencados no que se refere à organicidade de todas as categorias interdisciplinarmente articuladas e as considerações finais.

2.1 A Economia Popular e Solidária como Estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário

A Economia Popular e Solidária torna-se estratégica tendo em vista o ambiente propício enquanto totalidade socioeconômica que possibilita outro horizonte no Desenvolvimento Local Solidário, pensado sem as hierarquias, mediante a autogestão, o trabalho coletivo e democrático, o cooperativismo e o associativismo, sem individualismos egoístas, combatendo competições extremadas e o lucro desenfreado. Trata-se de um movimento, portanto, antagônico ao utilitarismo e à ostentação do consumo fugaz, que ampara o consumo consciente mediante um pacto local, educativo, de encontro equilibrado entre demanda e oferta em rede.
Dentre todas as falas dos agentes pesquisados mostrou-se comum a afirmação de que a Economia Popular e Solidária é uma economia diferenciada e se orienta em outra perspectiva de desenvolvimento. Destaca-se a afirmação de que "nesta economia todos fazem tudo" dentro das organizações populares solidárias, pois ela propõe relações de trabalho diferenciadas, de modo que em uma de suas iniciativas pode haver divisão do trabalho, algo muitas vezes inevitável, o que não pode, entretanto, é funcionar de forma aleatória, desorganizada, sem coerência. É relevante, portanto, que o trabalho não seja hierarquizado e que não haja exploração do trabalhador.
Nesse sentido, os entrevistados expuseram, dentre outras compreensões, os seguintes entendimentos: (a) de um novo modo de produção; (b) economia popular que articula o trabalho apenas para reprodução da vida, sem a transformação dele em mercadoria; e (c) de um processo educativo que resgata a atuação popular para organização produtiva solidária de forma politizada.
Para vencer o desafio posto pela convivência no mercado capitalista, argumenta-se que a Economia Popular e Solidária, tal qual outras formas de economia, carece de apoio governamental consubstanciado em políticas públicas que contemplem seu desenvolvimento. Muitas delas são pensadas e discutidas de forma coletiva pelo PIEPS/UEFS, segundo documentos do próprio programa (UEFS, 2012), projetos, editais, baremas, entre outros.
Reforça-se a defesa da Economia Popular e Solidária como uma forma econômica que articula elementos como relações de proximidade, feiras diversas, cooperação em rede de comércio justo, empoderamento individual, coletivo e comunitário. Embora tudo isso não seja facilmente quantificado em indicadores, ainda mais frente a uma economia de mercado que goza de uma estrutura macroeconômica respaldada em indicadores de renda, produtividade, emprego entre outros, alguns agentes argumentaram que justificam sua existência pela própria pluralidade das diversas formas que permeiam o ambiente de ação macroeconômica, microeconômica

e também da Economia Popular e Solidária no mesmo sistema que também fortalece o processo educativo e de escolhas entre modelos pela diversidade presente no mesmo ambiente social.

Nesse contexto, pensar a Economia Popular e Solidária é pensar também a própria ideia de Desenvolvimento Local Solidário, porque pressupõe o envolvimento dos sujeitos na construção coletiva de demanda e oferta de produtos e serviços, mas, também, considerar a existência de direitos a partir de dimensões que não são negociáveis: empoderamento, liberdade política, educativa, de modo a aproveitar as potencialidades locais, a grande diversidade de formas de produção de riqueza o que, consequentemente, encaminha o sujeito, os agentes e as iniciativas de pessoas para o atendimento das diversas necessidades locais de forma diferenciadas ou mais apropriadas.

Observa-se a demonstração do engajamento necessário para articular a vivência dos sujeitos no ambiente local, na medida em que se destaca que "ninguém vai dar nada de presente, nem o governo" e que a própria economia solidária vai funcionar ou ter apoio pela mobilização das comunidades. A Economia Popular e Solidária e o desenvolvimento local, portanto, estão entrelaçados por uma mobilização comum dos mesmos sujeitos.

Verifica-se que as universidades, através de suas incubadoras, desenvolvem atividades com financiamento público obtido através de editais ou outras formas de fomento e que se encontram disseminados a Economia Popular e Solidária e o trabalho das incubadoras pelo Brasil, tendo em vista que um dos agentes entrevistados avalia o trabalho de incubação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) mais divulgado do que o da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Isso ocorre porque esta economia tem mobilizado políticas públicas entre e nos estados, como no caso da incubadora da UEFS, que obteve um dos seus primeiros financiamentos a partir do edital PNI/PRONINC 03/2009 e da FAPESB/SETRE/SESOL, órgãos estaduais de fomento. Ressalte-se uma primeira iniciativa local incubada com todos os atributos para o desenvolvimento local, podendo adquirir equipamentos, oferecer oficinas, efetuar visitas, entre outras ações, cuja viabilidade só foi possível devido ao referido edital.

Querendo ou não, direta ou indiretamente, a intervenção local aconteceu por conta, principalmente, deste financiamento e, com isso, os princípios e práticas da Economia Popular e Solidária puderam ser sequenciados nos trabalhos formativos, inclusive a existência da incubadora ou sua primeira estruturação para os demais processos de incubação local.

A Economia Popular e Solidária apresenta-se entrelaçada ao desenvolvimento local solidário, pois os sujeitos protagonistas, agentes ou iniciativas mobilizam-se de forma articulada por um processo que os ligam por laços de solidariedade, pertencimento e união na busca de organicidade que tem poder de transformação. A proximidade é um dos elementos que faz a permeabilidade de poder local flexibilizar-se em favor dos movimentos e do fortalecimento dessa economia, mas também fica claro que é preciso se construir a orientação desse processo de forma orgânica, pois apresenta relações próprias que favorecem estrategicamente algumas situações como as seguintes:

a) aquela em que a produção é, na maioria das vezes, direcionada para o consumo local, porque envolve os sujeitos num processo único de consumo e produção em redes de produtores e consumidores, ao mesmo tempo inter-relacionados, sem a necessidade peremptória de dividir a economia. Trata-se de uma característica das economias locais, de relevância para o desenvolvimento local, em que os trabalhadores produzem e consomem numa dinâmica solidária de tal forma que reduzem seus custos, publicizam seus bens e serviços numa comunicação direta e favorecem a consciência sobre o que se está consumido. Observa-se esta lógica nas comunidades de pescadores nas quais se realiza a pesca artesanal, beneficiamento e consumo dos excedentes, porém, cuja primeira intenção é garantir o consumo próprio; as hortas comunitárias e outras produções de alimentos, inclusive para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), especialmente, que se beneficiam dessa mesma dinâmica;

b) a distribuição obedecendo a uma logística informal de cooperação e solidariedade, em que os produtores muitas vezes transportam seus produtos e os produtos dos vizinhos, e na qual os consumidores muitas vezes vão à busca dos seus produtos diretamente do produtor, auxiliando ainda na entrega aos vizinhos de forma solidária;

c) o crédito baseado na conversa, confiança, conhecimento sobre onde se mora e o que faz o demandante, inclusive uso da metodologia do aval solidário – em que um vizinho, amigo ou componente da comunidade

avaliza pelo outro – é frequentemente utilizada pelos bancos comunitários.
Neste contexto, observando tal dinâmica, vê-se que não existem nem existirão iniciativas agravadas de vulnerabilidade, informalidade ou precarização que se sustentem longe desta lógica local, organizativa e de solidariedade, em que coletivamente um colabora com o outro, necessária para dar corpo a tal processo econômico na formação de redes solidárias locais que, por sua vez, quanto mais robustas e consistentes estruturalmente forem, mais ampliarão seu arco de ação para uma abrangência na amplitude local e desta para a regional, seguindo uma orientação ou planejamento próprio, e assim por diante.

2.2 Orientação, organicidade popular e desenvolvimento local solidário

Nesta categoria de desenvolvimento, o processo educativo é determinado por uma diversidade de fatores locais e sociais de dimensões políticas, econômicas, ambientais, pedagógicas, entre outras. Dessa forma, necessita ser definido de acordo com seu contexto histórico-social, partindo das estruturas educativas primárias ou elementares, nas relações que o aprendiz trava antes mesmo de iniciar sua escolarização, passando pelo modo como a educação se inicia e, finalmente, como ela se processa no decorrer da vida socioprodutiva.
Parece ser de entendimento hegemônico entre os trabalhadores organizados no processo econômico popular e solidário que o desenvolvimento tradicional não possibilita uma orientação e organicidade ampla que contemplem a grande maioria dos trabalhadores. É relevante ressaltar que, ao longo do processo de orientação de uma economia tradicional, mostrou-se não alcançar os desenvolvimentos enquanto objetivos esperados dos planos, programas ou projetos. No entanto, permanece constante e inabalável a marcha em prol do desenvolvimento como um horizonte de perspectiva de melhoramento da vida daqueles envolvidos politicamente enquanto agentes dos seus ambientes nacionais, regionais ou locais, quer numa perspectiva de apoios governamentais, quer não governamentais, embora estes se mostrem carecendo de aspectos educativos, processuais e orgânicos para com o grupo interessado no seu planejamento.
Pensar e organizar-se a partir de um horizonte de planejamento, destacando cada etapa do processo de trabalho com sua importância, conhecendo melhor o grupo a que pertence, melhorando e qualificando as relações, discutindo a gestão nos aspectos de custos e na tomada de decisões são ações que denotam um processo educativo relevante, tanto para a coesão organizativa da iniciativa quanto através de organizações que funcionam de maneira a possibilitar o desenvolvimento local solidário de forma integrada, pois no conjunto se vislumbra uma expectativa de longo prazo nos planejamentos necessários no processo de aprendizagem, tanto dos orientadores quanto dos orientados. Nessa perspectiva está incluída a incubadora como um dos elementos articuladores da Economia Popular e Solidária para o processo de desenvolvimento local.
O entendimento sobre o processo educativo envolvente da Economia Popular e Solidária dá coesão ao pensar, ao organizar-se, possibilita ampla reflexão sobre a prática em detrimento do processo contrário, de heterogestão da economia tradicional, que cria competitividade, individualismo e fomenta o egoísmo e a indiferença. Em meio à iniciativa de Economia Popular e Solidária, na busca da organicidade, na defesa do interesse comum, manifestam-se também as contradições presentes nos modelos de desenvolvimento, o que reforça a ideia de Furtado (1963) de que não passam de um mito, pois nunca são bem-sucedidos nos resultados esperados e, além disso, hierarquizam-se em formas subdesenvolvidas de economia que dificultam ainda mais os processos organizativos independentes e facilitam a histórica de subalternidade.
As relações de trabalho na Economia Popular e Solidária, especialmente no processo de organização do trabalho coletivo, dinamizam-se em contraposição às relações técnicas da economia tradicional, porque são discutidas, dialogadas e analisadas mediante a forma autogestionária como maneira democrática e justa deste processo de trabalho. Este processo é eminentemente educativo, tendo contornos que assumem as formas tácitas de saber local, de tecnologias sociais, mas, também, de outras formas de conhecimentos elaborados e sistematizados, inclusive, na universidade. Nesta esteira, move-se através dos agentes ou iniciativas da Economia Popular e Solidária para o Desenvolvimento Local Solidário em sincronia orgânica, conforme demonstrou o conjunto de agentes existentes e mapeados nesta pesquisa, organizados e integrados em um só corpo tipológico (conjunto de agentes ou iniciativas em processo de incubação estudado), mas capazes de compreender o todo social, apesar das dificuldades, incompreensões e conflitos.

Mesmo que ainda não se esteja completamente organizada pela Economia Popular e Solidária como uma forma de desenvolvimento, em virtude da dinâmica mercadológica predominante que drena as articulações locais, a organicidade deste processo os mantêm numa expectativa de vida melhor, por conta dos laços de união ampliados pelo trabalho coletivo organizado.

O processo de busca organizativa conduzido na incubação pela incubadora da UEFS começa pelo resgate do Sindicato Rural, depois, ouve-se a Associação local como forma de organização mais específica de relações mais próximas e de necessidades também específicas e comuns à localidade. Assim, na sequência, compreende a cooperativa como necessária e mais voltada para questões socioeconômicas, sem perder de vista o empoderamento dos sujeitos, apesar dos conflitos. E nesse sentido, sem se desperceber da perspectiva rural local, busca-se o apoio da incubadora de iniciativas de Economia Popular e Solidária para ampliar o processo de orientação e de formação.

Observou-se o lugar de onde fala o sujeito representante de cada tipologia no processo de organização e nas suas atividades de trabalho internas, nas suas vidas familiares, mostrando organicidade no conjunto das ações para o desenvolvimento local, pois ressaltam sempre a necessidade de projetos, estudos e trabalhos orientados com participação e coerência interna, externa e política, conforme assevera Migliolli (1985).

Neste contexto, observam-se as políticas orientadas de forma exógena com relação às localidades, como as praticadas pelos governos Federal e Estadual, em que pese ter no PRONINC o capitaneador das políticas públicas que financiam de alguma forma as incubadoras, embora estas nem sempre tenham acesso direto e regular a este programa, como é a situação da IEPS/UEFS.

A IEPS/UEFS tem se envolvido nas questões-meio (relações administrativas, normativas que não avançam como necessita o setor popular onde está a Economia Popular e Solidária atrelada à dimensão local), demonstrado um vácuo de atuação, organização e orientação. Além disso, o PRONINC e outros órgãos de financiamento de políticas públicas não se mostram acessíveis ao "sofrimento" que acontece na base das organizações populares, ambiente em que a incubadora atua. É chamada, cobrada e responsabilizada pela elaboração de projetos diversos para iniciativas de Economia Popular e Solidária, especialmente geração de trabalho e renda, pois vem sendo aceita como parte integrante da Economia Popular e Solidária enquanto estratégia orgânica para o desenvolvimento local solidário.

Assim, a necessidade de uma entidade pública acompanhando e orientando projetos também denota a "centralidade" do IEPS/UEFS na elaboração dos registros, na aplicação da sua Carta de Princípios (UEFS, 2010), na confecção de edital ou chamada de seleção para incubação de iniciativas de Economia Popular e Solidária e seleção de bolsistas, bem como no projeto de Feira de Economia Popular e Solidária e da Agricultura Familiar, em parceria com segmentos organizados do Território de Identidade Portal do Sertão (composto de dezessete municípios), ainda que do ponto de vista dos financiamentos não haja a devida resposta, e isso desestimule professores e demais agentes que sempre estão à frente dos processos de incubação.

Neste contexto, está posta e em ativa dinâmica a orientação dos agentes de apoio e fomento, integrando-se na busca e construção de uma organicidade popular que se faz presente na feitura dos instrumentos e na efetiva participação nos ambientes diversos da Economia Popular e Solidária, propiciando o processo de Desenvolvimento Local Solidário numa expectativa decorrente da união e do trabalho coletivo para esta construção, em que pese faltar políticas de financiamento efetivo.

2.3 Agentes ou iniciativas da economia popular e solidária para o desenvolvimento

O agente de desenvolvimento capaz de articular as iniciativas de Economia Popular e Solidária para o desenvolvimento local não pode deixar de ser forjado no movimento desta economia, principalmente porque não pode ser confundido com a figura do agente de desenvolvimento apresentada nos trabalhos e consultorias do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), cujas ações baseiam-se nos comportamentos individualistas e competitivos das micro e pequenas empresas como modelo organizativo.

Ainda sobre agentes de desenvolvimento, não existe uma definição unânime na literatura, embora haja nas suas conotações de origem jurídica a função de tratar do desenvolvimento econômico, conforme define a Lei Complementar nº. 123/2006 (Brasil, 2006).

Os agentes ou iniciativas de Economia Popular e Solidária, entretanto, ganham maior conotação de poder transformador, por serem não só agentes de desenvolvimento, mas também militantes orgânicos do processo de incubação. Nas suas tipologias organizativas, como instrumentos de lutas para enfrentar resistências que encontram quando buscam outra forma de desenvolvimento que não o modelo tradicional, acreditam que só em cooperação e com trabalho coletivo serão capazes de mudar suas realidades.

Verifica-se que, além da geração de trabalho e renda, as dimensões culturais, educacionais e ambientais possibilitam articulações da Economia Popular e Solidária através do associativismo porque juntam pessoas para a defesa do desenvolvimento, elemento de que deriva de alguma forma o desenvolvimento local.

As entidades de apoio e fomento à Economia Popular e Solidária se organizam como associações sem fins lucrativos, cooperativas e órgãos universitários (incubadoras e grupos de extensão), entre outros, que dialogam, desenvolvem ações diversas e prestam serviços de apoio e fomento às iniciativas solidárias, seja na forma de ações de formação tanto técnica quanto econômica e política, seja como apoio direto em estrutura, assessoria, consultoria, elaboração de projetos e/ou oferecimento de crédito para a incubação e promoção de empreendimentos.

Os gestores públicos, por sua vez, são representantes de governos municipais, estaduais e federais que têm em sua gestão programas explicitamente voltados à Economia Popular e Solidária. Este segmento se faz representar nacionalmente por uma rede de gestores públicos participantes da Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) como uma das entidades/redes nacionais. A relação entre entidades de apoio e fomento e gestores públicos, necessariamente, envolve diversos agentes ou iniciativas sem os quais a Economia Popular e Solidária articulada ao desenvolvimento local, efetivamente, não acontece.

Alguns dentre os entrevistados definem agentes ou iniciativas de Economia Popular e Solidária para o desenvolvimento de forma mais elaborada; outros são mais diretos e restritos. Entretanto, todos eles concebem ser um próprio agente de desenvolvimento com conhecimento, saber e forma de organização que pode beneficiar a todos num determinado espaço de atuação. Nessa linha está um conjunto de pensamentos e ações presentes no processo de incubação do Programa Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária (PIEPS) e em documentos diversos, a exemplo da Carta de Princípios, dos editais de acesso às cantinas, dos projetos de feira, entre outros instrumentos.

Com efeito, todas essas concepções instrumentais estão amparadas na sustentação teórica que trabalhamos, especialmente quanto à forma de contato e o diálogo produzidos na pré-incubação, incubação e desincubação, momento em que as diversas dimensões da vida se articulam organizadamente em cooperação, associação autogestão e solidariedade, num processo de produção de riquezas diversas que oscilam entre aspectos valorativos referentes à própria ação econômica e aspectos não valorativos como direitos, empoderamento, relações de confiança, entre outros elementos. O agente de desenvolvimento local tem sido responsável por liderar movimentos locais de diversas ordens e se identifica com sujeitos que têm uma ação ativa nas comunidades.

Esses agentes exercem também papel relevante na construção conjunta de diagnóstico de grupo específico ou que contenham elementos de Economia Popular e Solidária. Participam de oficinas e outros eventos e diálogos que articulam temas relacionados à autogestão, economia solidária, a políticas públicas e à educação popular. Assim, constroem intercâmbio em espaços de formação da incubadora e de outros formadores da organicidade inerente ao trabalho dos agentes locais.

Um movimento embrionário que demarca este processo está datado em 1956, quando José María Arizmendiarrieta fundou a primeira cooperativa de produção, que viria a ser a semente do grande complexo cooperativo de Mondragón, no país Basco, na Espanha (Singer, 2003). Outro movimento marcante se situa no território italiano com o desenvolvimento dos distritos industriais, segundo a política de desenvolvimento local implementada na *Terceira Itália*, conforme discutido por Putnam (2008).

No Brasil, uma das experiências que podem ser consideradas como inspiração para o movimento da Economia Popular e Solidária, além de algumas de Feira de Santana, acompanhadas ou não pelo PIEPS, situa-se no Conjunto Palmeiras, bairro da periferia da cidade de Fortaleza (CE). Iniciada em 1998 com a associação de moradores do local, a iniciativa se articulou para a implementação de um banco comunitário como ferramenta para a geração de trabalho e renda e promoção de empreendimentos organizados segundo princípios solidários e em consonância com o I Fórum Social Mundial em 2001, que disseminou a importância do movimento, com

a articulação de vários fóruns locais e regionais em busca de relações de colaboração solidária inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital particular.
São diversas as experiências que norteiam a compreensão de Economia Popular e Solidária, e o processo de incubação vivenciado nas universidades pelas incubadoras em defesa e proliferação desta economia, o que a credencia em conjunto com os demais agentes de desenvolvimento a orientar outro processo de desenvolvimento.

2.4 A Incubadora Universitária como Agente Articulador da Economia Popular e Solidária para o Desenvolvimento Local Solidário

No que se refere ao bom relacionamento como a comunidade, a metodologia de trabalho, a possibilidade de formação e a sensibilidade à vulnerabilidade social, não há dúvidas de que a incubadora universitária desenvolve papel fundamental para a disseminação e compreensão sobre a Economia Popular e Solidária, bem como de que articula a interdisciplinaridade necessária à integração de conhecimentos e saberes. Conforme mencionado no decorrer desta pesquisa, essa economia tem características e atributos de circunscrição local, por sua própria natureza quanto às relações pessoais que se estabelecem, a solidariedade que lhe é peculiar, a forma democrática de gerir agentes/iniciativas e os processos socioprodutivos que desenvolve, entre outros elementos. Assim, através dessa economia, pode-se articular uma forma de desenvolvimento ou uma relação mais aproximada e direta com os setores populares que as incubadoras universitárias têm protagonizado, sendo a "porta de entrada" deste processo.
A Incubadora Universitária, mediante programas de orientação, assessoria e incubação como uma prática político-pedagógica traz à baila categorias teórico-metodológicas que demarcam contradições, historicidade, bem como a totalidade que circunda a possibilidade de uma síntese envolvendo o Desenvolvimento Local Solidário, na medida em que sistematiza sua forma de ação, observando intervenções de base interna e externa à comunidade universitária, propiciando compreender uma forma de agir e trabalhar com tipologias organizativas diversificadas, muitas vezes limitadas por recursos diversos e, especialmente, financeiros para fins específicos.
Embora não esteja acontecendo a organização necessária nessa perspectiva para o curto prazo no município de Feira de Santana, notadamente pela posição de uma economia de descentralização concentrada, conforme Cano (1977), cuja dinâmica desagrega outras formas, outros fazeres e outros caminhos socioeconômicos possíveis pela dimensão local, a incubadora na sua Carta de Princípio (UEFS, 2010) sinaliza para a condução política do processo educativo de trabalho coletivo e noutra perspectiva de desenvolvimento.
Os documentos do PIEPS/UEFS sugerem a amplitude temática de atuação da Incubadora da UEFS, articulando conhecimentos da Economia Popular e Solidária em torno do saber local, conhecimento local, das tecnologias sociais, orientando ainda que em pequena escala um arranjo de economia local em outra lógica de desenvolvimento, de uma outra economia.
Nas discussões que se seguem, colocam-se em destaque e asseveram-se opiniões, pensamentos e/ou ideias sobre categorias que repercutem nos documentos e/ou transitam em todas as entrevistas entrelaçadas de forma interdisciplinar em todas as categorias. Nelas serão analisados e discutidos elementos que corroboram entre si, outros que representam discordâncias, contradições, entretanto, todos visam ao melhor entendimento para a confirmação dos objetivos da pesquisa.
Observa-se que os elementos ressaltados nas entrevistas aparecem, também, nos diversos documentos elencados no quadro de levantamento documental, e representam ao mesmo tempo semelhanças de compreensão e também diferenças quanto ao fragmento da realidade apresentada na pesquisa.
Um dos agentes de desenvolvimento local discorre que a incubadora é "a porta de entrada" da comunidade presente nas organizações da Economia Popular e Solidária na universidade, capaz de enxergar as diversidades econômicas existentes e organizá-las em seu favor.
A relação entre universidade, via incubadora, e comunidade possibilita acessar os conhecimentos, articular os saberes, bem como outros elementos estruturantes, como autogestão, empoderamento individual, coletivo e comunitário, transporte, serviços e demais possibilidades que decorrem das informações ou conhecimentos que as incubadoras, de alguma forma, detêm, conforme discute Santos (2005) ao discorrer sobre a aproxi-

mação da universidade dos segmentos populares. Assim, todos consideram a Economia Popular e Solidária uma economia plural, consequentemente, estratégica, ou que propicia o desenvolvimento local solidário, pela possibilidade de uma relação democrática entre agentes produtores/consumidores, conforme discute Polanyi (1980).

Nessa perspectiva, infere-se que a tecnologia social, a incubação, metodologias populares de trabalho coletivo, como o mutirão, o adjutório e o trabalho cooperado, apresentam-se como respostas à imposição da tecnologia tradicional e que o conhecimento científico não precisa negar o conhecimento tácito vindo do meio popular para afirmar-se, visto que pode haver uma cooperação promovida pelas incubadoras, conforme reza a Carta de Princípios do IEPS/UEFS (UEFS, 2010).

Observa-se ainda a menção a uma organicidade para os mesmos objetivos que os agentes e iniciativas de Economia Popular e Solidária, os quais planejam como se o fossem orientados por eles próprios, em autogestão, sem nenhuma relação de poder hierarquicamente constituído.

3 Discussão dos resultados

Sobre a Economia Popular e Solidária como estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário, infere-se o aspecto da pluralidade na perspectiva de Polanyi (1980), o que quer dizer, entre outras coisas, que essa economia resiste em diversos formatos como uma outra economia dentro de um modelo mercadológico hegemônico da economia tradicional, segundo argumenta Gaiger (2003). Além disso, as formas mercantis, não mercantis e não monetárias convivem melhor na perspectiva de uma economia de proximidades, portanto, um sistema de perspectiva local, segundo Teixeira (2001). De fato, só uma economia plural possibilita a existência e crescimento de estratégia de Economia Popular e Solidária como um modelo socioprodutivo subordinado à democracia (Polanyi, 1980).

Nesse contexto, todos os empreendimentos ou iniciativas de Economia Popular e Solidária vivenciam no seu cotidiano relações que denotam formas não mercadológicas, não mercantis ou mercantis simples, bem como formas não monetárias, entre outras.

Sobre a linha de argumentos do que caracteriza um agente de desenvolvimento local, observa-se alguma contradição em afirmações de que os agentes de desenvolvimento são apenas "entidades de apoio e fomento e gestores públicos", e que o "acesso" e o "apoio" a quem está fora da universidade, sem o conhecimento científico, sem as informações propiciadas pelos programas de governo e pelas incubadoras, por si só, encaminham e possibilitam uma vida melhor ou uma forma de desenvolvimento diferenciada: "o apoio do governo e da universidade pela incubadora é tudo". Infere-se daí a contestação de que as organizações mobilizadas são capazes de definir suas formas de agir e o tipo de políticas ou apoio de que necessitam, e que muitas vezes as representações públicas até atrapalham, segundo a perspectiva da produção associada (Novaes, 2011). Entende-se, entretanto, que não basta o apoio público, que este não pode ser paternalista, assistencialista ou patrimonialista, pois sendo assim não atinge a liberdade que se almeja para uma forma de desenvolvimento democrática.

Quanto aos direitos (previdenciários, FGTS etc.) que não são garantidos junto aos trabalhadores desempregados ou em atividades não formalizadas denotados em políticas públicas, questiona-se se este processo organizativo sem direitos não os transforma apenas em cidadãos consumidores, impondo-se a eles o trabalho, conforme assinala Bruno (1996). Parece-nos haver uma preocupação maior dos governos em assegurar o consumo direto, a renda para o consumo, mas, e a cidadania política e a luta pela concretização dos seus direitos, como ficam? Nessas comunidades, em paralelo a tais atividades econômicas, estão sendo desenvolvidas ações de educação e de política? Se não for assim, se a Economia Popular e Solidária não se comportar como uma economia política das classes trabalhadoras subalternizadas, no futuro será "engolida" pelo processo de precarização e expropriação capitalista da imposição do trabalho alienante (Bruno, 2011).

Salienta-se, então, que é preciso que a associação de trabalhadores se mantenha mobilizada, porque para conseguir apoio governamental tem que haver uma luta constante, tem que existir organicidade, coesão, ou seja, é deve-se fazer brotar ou forjar do próprio movimento uma forma da mobilização permanente e, também, de dentro deles garantir o funcionamento das atividades socioprodutivas.

Esta perspectiva corrobora com o pensamento de Singer (2000) de que o Estado é um ambiente em constante disputa em seu entorno, pois os interesses são diversos, e que no modo de produção capitalista a classe burguesa faz valer a sua vontade, entretanto, a classe trabalhadora, mobilizada pelo movimento da Economia Popular e Solidária e pelos movimentos sociais enquanto sociedade civil organizada, possibilita a esta economia tornar-se um "modo de produção solidário".

Neste contexto, as relações solidárias sociais comandam as relações técnicas (respeitando o aprendizado do trabalho contido nas mercadorias, propiciado pelas técnicas advindas de processo educativos dos trabalhadores), e não o contrário, como ocorre na economia tradicional. Não se pode assegurar ou garantir viabilidade ou configuração de um modo de produção solidário como bases no movimento solidário que assistimos, entretanto, a articulação e organização política enquanto classe trabalhadora de forma premente tem garantido avanços nos espaços socioeconômicos e de poder em forma de políticas e outros ganhos.

No que se refere ao trabalho da Incubadora, todos os agentes reconhecem sua capacidade de perceber, aceitar e trabalhar com os saberes locais; "ela nos enxerga, ela nos vê", afirma um dos entrevistados. A empatia entrelaça um sentimento de esperança, cordialidade e compreensão da realidade dura e difícil, elementos complexos e contraditórios. Nesses aspectos, aliados a uma relação de confiança, os diferentes processos de incubação, as tecnologias sociais, principalmente, constituem-se como condições próprias para desencadear outra forma de desenvolvimento, conforme discute Dagnino (2010).

Quanto ao PIEPS/UEFS como agente articulador do associativismo, cooperativismo e grupos solidários, todos reconhecem a capacidade de unir, somar esforço, estimular a solidariedade, a cooperação tanto no trabalho coletivo nos projetos em incubação quanto na possibilidade de juntar todos os agentes locais num ensinamento solidário, evitando a competição desnecessária entre iguais ou entre aqueles que querem os mesmos objetivos, mostrando que os inimigos estão no mercado da economia tradicional, restringindo, limitando e discriminando, fora da nossa relação, e que todos precisam se unir cada vez mais, pelos atributos que existem nas comunidades, formando, de acordo como o acúmulo das diversas experiências, as redes solidárias (Mance, 2004).

Os cooperados se mostram favoráveis às relações solidárias e são, notadamente, aquelas iniciativas de cooperação entre pessoas, em detrimento das grandes cooperativas empresariais, que favorecem impulsos competitivos em benéficos dos monopólios e oligopólios, pois estabelecem relações entre pessoas jurídicas e pessoas jurídicas, entre estas e pessoas físicas, e não compõem a natureza do cooperativismo popular, cujas tipologias organizativas, mesmo com a aprovação da nova Lei nº. 12.690/2012 (Brasil, 2012), que sugere alguns avanços, encontram grandes dificuldades de dinamizar suas atividades econômicas em decorrência dos altos custos operacionais, muitas vezes da concorrência contra beneficiários de outras categorias de negócios como aqueles protegidos pelo Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES).

Os grupos informais procuram orientação para organizar-se, associar-se, trabalhar coletivamente e em colaboração e solidariedade, paradoxalmente ao que faz o empreendedor individual, o qual busca cuidar do seu próprio negócio através de uma dinâmica "natural" do modo de produção capitalista que estimula a forma egoísta, escondendo as estratégias de negócio e ocultando os melhores fornecedores dos demais empreendedores como se o "egoísmo humano" fosse algo favorável ao progresso pessoal e à riqueza social, conforme asseverado por Smith (1982 [1776]) e por Walras (1986) no que se refere ao utilitarismo como forma de agregar valor.

Os trabalhadores associados, além de toda ordem de dificuldades para inserir-se numa atividade comercial de trabalho coletivo, precisam reconstruir suas relações de formas colaborativas, solidárias e democráticas no mesmo mundo do trabalho, conforme Antunes (2006).

As agências de fomento e orientação de políticas públicas, agentes entrevistados no processo de incubação, procuram estimular a relação de solidariedade, embora com grandes dificuldades em decorrência de vários fatores. Entre eles, destacam-se a pouca compreensão dos processos de incubação e de suas variadas dinâmicas; os esforços coletivos que buscam contrapor-se à exploração pela "bancarização" do crédito ou financiamento dos bancos tradicionais com taxas elevadas, em detrimento dos créditos e finanças solidárias e das políticas públicas organizadas pelo PRONINC que não são facilmente acessados pelas incubadoras isoladamente, mostrando-se ainda incipientes para a escala necessária do desenvolvimento local solidário. A competência e disponibilidade formativa dos professores universitários para viabilizar a relação entre universidade e comunidade através dos processos de incubação em Economia Popular e Solidária local constituem-se numa outra dificuldade desse processo, entretanto, apontam para possibilidades potenciais.

4 Considerações finais

O envolvimento de todos os agentes no que se refere à possibilidade do desenvolvimento local através da Economia Popular e Solidária não é unanimidade, pois nos movimentos populares as pessoas só são reconhecidas enquanto coletivo, pela força de grupo que exercem, e em geral são individualmente invisíveis, inexistentes. Neste caso, ou se articulam com a incubadora e outros agentes dessa natureza ou não serão vistas. Organizar-se sem serem vistos, sem serem enxergados, não é possível, além disso, esses processos organizativos são educativos, políticos, orgânicos e classistas.

Cada associação, sindicato, cooperativa, grupo solidário ou incubadora pode ser um agente de desenvolvimento local que estimula a solidariedade quando, ao invés da competição, prima pelo trabalho coletivo, no lugar do trabalho de cada um por si, o trabalho associado e em cooperação, como forma de organização dos saberes e conhecimento popular do trabalhador.

As universidades que procuram aproximar-se das comunidades locais, especialmente daquelas em situação de vulnerabilidade, forjam nas incubadoras populares agentes com orientação diferenciada do que comumente ocorre em núcleos como empresas juniores, escritórios de negócios ou projetos tecnológicos identificados com empresas da economia tradicional, porque possibilitam o acesso de fora para dentro da estrutura universitária dos setores que têm dificuldade de acesso ou de associar conhecimento científico, e muitas vezes dificuldades até de identificar a demanda com o conhecimento popular de que dispõem.

Tem-se observado que a empatia e a boa relação evitam a hierarquização de pessoas e de conhecimentos e o consequente entrave à interdisciplinaridade tão necessária à Economia Popular e Solidária numa perspectiva local, pois nenhuma das partes no processo de incubação dessas iniciativas tem se negado à interação.

As associações que articulam relações civis e têm objetivos comuns, em detrimento às empresas individuais que estimulam o lucro e a acumulação de capital, padecem de maiores dificuldades de sistematização de suas rotinas, trabalhos e organização, por isso necessitam do apoio das incubadoras populares universitárias e das políticas públicas, entretanto, denotam-se como elemento necessário à organicidade essencial para a Economia Popular e Solidária enquanto estratégia para o desenvolvimento local solidário.

Referências

ANTUNES, R. (2006), *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 6. ed. São Paulo: Biotempo.

BRASIL. (2009), "Lei complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006". Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 31 jan.

_____. (2012), "Lei nº. 12.690, de 19 de julho de 2012". Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 jul.

BRUNO, L. (1996), "Educação, qualificação e desenvolvimento econômico". In _____. (Org.). *Educação e desenvolvimento econômico.* São Paulo: Atlas. pp. 91-123.

_____ (2011), "Educação e desenvolvimento econômico no Brasil". *Revista Brasileira de Educação*, 16 (48), pp. 545-562.

CANO, W. (1977), *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 3. ed. Campinas: Unicamp.

DAGNINO, R. (Org.) (2010), *Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade.* 2. ed. Campinas, SP: Komedi.

DOWBOR, L. (1995), *O que é Poder Local?* São Paulo: Brasiliense.

_____. (2010), "Um modelo mundial insustentável". In PIETÁ, E. (Org.), *A nova política econômica, a sustentabilidade ambiental: 2003-2010 – o Brasil em transformação.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, pp. 147-156.

DOWBOR, L.; POCHMANN, M. (Orgs.) (2008), *Políticas para o desenvolvimento local.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

FRANÇA, C. L.; VAZ, J. C.; SILVA, I. P. (Org.) (2002), *Aspectos econômicos de experiências em desenvolvimento local.* São Paulo: Instituto Pólis.

FURTADO, C. (1963), *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Cultura.

_____. (1981), *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GAIGER, L. I. G. (2003), "A Economia Solidária diante do Modo de Produção Capitalista". *Caderno CRH* (39), pp. 181-211. Disponível em http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/eco_sol_mod_cap.pdf, [consultado em 02-05-2012].

LIMA, J. R. O. (2014), *A Economia Popular e Solidária como estratégia para o desenvolvimento local solidário no município de Feira de Santana – Bahia*. Tese de doutoramento, Salvador: PPGEduC, Universidade Estadual da Bahia.

MANCE, E. A. (2004), *Fome Zero e Economia Solidária – O Desenvolvimento Sustentável e a Transformação Estrutural do Brasil.* Curitiba: IFIL; Editora Popular. Disponível em http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/fomezero.pdf, [consultado em 25-01-2011].

MIGLIOLLI, J. (1985), *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva.* São Paulo: TAQ.

NOVAES, H. T. (2011), "Algumas notas sobre a concepção marxista do Estado capitalista no século XX". In BENIN I. É. et al. (Orgs.). *Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária.* São Paulo: Expressão Popular, pp. 169-216.

PATEO, F.; SÍGOLO, V. (2010), *Um estudo sobre desenvolvimento local solidário: conceitos e estratégias.* São Paulo: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/USP).

POLANYI, K. (1980), *A grande transformação: as origens da nossa época.* Rio de Janeiro: Campus.

PUTNAM, R. D. (2008), *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV.

SANTOS, B. S. (Org.) (2005), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SINGER, P. (2000), "Economia Solidária: um modo de produção e distribuição". In SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.). *A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego.* São Paulo: Contexto, pp. 11-28.

_____. (2002), *Introdução à economia solidária.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

SMITH, A. (1982 [1776]), *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Economistas).

TEIXEIRA, E. C. (2001), *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã.* São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – UEFS. (2010), *Carta de Princípios da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana*. 12/2010. Feira de Santana: Editora da UEFS.

_____. (2012), *Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana.* Feira de Santana: IEPS.

WALRAS, L. (1986), *Compêndio dos elementos de economia política pura.* São Paulo: Nova Cultural.

A Cultura do Trabalho em Comunidades Tradicionais do Mato Grosso: produção associada, saberes e resistência

Camila Emanuella P. Neves/UFMT[1]

Marilia de Almeida Silva/UFMT[2]

Este estudo versa sobre a formação de uma cultura diferenciada da racionalidade do modo produção capitalista, caracterizada pela incorporação de traços de resistência, solidariedade e equidade entre seus pares. Tais características advêm da produção material e imaterial que homens e mulheres construíram historicamente e que expressam a luta pelo direito de existir em seus territórios tradicionais. O estudo envolveu duas comunidades tradicionais: indígena (Chiquitano) e quilombola (Capão Verde); as análises também privilegiarão os estudos produzidos pelo Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Educação (GEPTE) nas comunidades tradicionais do Mato Grosso – Brasil. Para tanto, fundamentamo-nos no materialismo histórico dialético a partir de autores como Marx, Thompson, Gramsci, Tiriba e Mariátegui.

Palavras-chave: cultura do trabalho, comunidades tradicionais, produção associada, saberes, resistência.

Introdução

As comunidades e povos tradicionais compõem à classe trabalhadora e distinguem-se das demais comunidades pela história e organização social: suas vidas são forjadas na luta e na resistência pelo território, condição básica para a produção da vida. Mesmo em coexistência aos sistemas hegemônicos, antagônicos, estas comunidades/povos tradicionais tem o território como um ambiente simbólico, místico, político, econômico (Souza; Brandão, 2012), significando o lugar para além de suas fronteiras geopolíticas; significados que norteiam a vida comum das pessoas que ali vivem e reconstroem valores pelas suas experiências de produzir a vida associadamente.

Nosso trabalho versa sobre uma formação social que compreende os espaços/ tempos das culturas milenares através dos saberes que são produzidos na práxis das comunidades e povos tradicionais, cujos processos foram apreendidos, analisados e refletidos pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE):

> que tem privilegiado análises sobre a produção associada com a finalidade de dar visibilidade a essas formas de organização, demonstrando assim que o modo de produção capitalista não é onipresente em nossa sociedade e que cotidianamente existem trabalhadores e trabalhadoras que lutam para produzir as suas vidas para se constituírem enquanto produtores livremente associados (Santos, 2013:169).

Olhando os povos chiquitanos e quilombolas a partir do materialismo histórico, pretendemos apreender a história, a cultura, as resistências, as contradições e o modo singular de produzir a existência. Porém, a realidade concreta não é revelada de imediato, precisamos decompor "o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e, portanto, compreender a coisa" (Kosik, 1976:18). Nesse plano real de relações, fenômenos, fatos e contradições, o método é necessário na investigação e na análise da pesquisa empírica, pois desmistifi-

---

1 Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Mestre e Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação.

2 Graduada em Educação Física pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação.

caremos representações imediatas a respeito desses povos e relevaremos a sua essência. Para tanto, buscamos aporte em Marx e em autores marxistas como Thompson (1998), Gramsci (2006, 1991), Tiriba (2012, 2004) e Mariátegui (2007).
Precisamos destacar, também, que nos fundamentamos na literatura existente sobre povos e comunidades tradicionais, principalmente, construída por Grzebieluka (2012), Brandão (2012), Diegues (2000) e Cruz (2012), além das pesquisas realizadas pelo GEPTE em outras comunidades tradicionais, ao qual fazemos parte enquanto pesquisadoras.

Comunidades/povos tradicionais de Mato Grosso

No Estado de Mato Grosso, localizado no centro geodésico da América do Sul, diversas comunidades/povos tradicionais lutam e resistem pelo reconhecimento de suas identidades e territórios. Estas possuem um modo de viver e conceber o mundo peculiar e que expressa uma resistência as subjugações da lógica capitalista. Além disso, precisam constantemente lutar para que o desenvolvimento do agronegócio não avance sobre seus territórios, impossibilitando-os de existir na perspectiva que compreende a sua racionalidade, ou seja, de maneira emancipada. Assim, as comunidades/ povos tradicionais são aquelas sociedades que conservam características que remontam às sociedades antigas, como: uma interdependência da natureza, o desejo do viver comum, as redes de solidariedade, a partilha igualitária dos valores de uso, a não exploração do outro ser e a propriedade de terras comunitária.
A tradicionalidade das comunidades e povos que assim se identificam relaciona-se a identidade social dinâmica, constantemente ressignificada na realidade repleta de contradições, como resultado da própria essência humana. O tradicional é o conhecimento vivo de produzir a vida que é conduzido no espaço/ tempo pelos saberes e modificado nas experiências comuns mais emblemáticas. Assim, o conceito abarca essas comunidades, mas sim as comunidades e povos que através de suas culturas expressam identidades que representam uma dada forma de produção da vida humana. Todas elas apresentam relações sociais que

> [...] dão características de vínculos e afeição com o lugar de existência. Os viventes deste lugar constroem laços interativos de afetividade, considerando o território como uso, apropriação, afeições e símbolos característicos de um espaço heterogêneo (Souza; Brandão, 2012:111).

Todavia o termo tradicional carrega, por vezes, uma significação negativa pela vulgarização que sofrera no mundo moderno como algo ultrapassado e que se opõe ao novo e ao progresso. As tradições carregam em si uma perspectiva de vida, de mundo e de humanidade que ultrapassa às questões materiais da produção da vida, significando e sendo (re)significada, dialeticamente, na direção de reafirmarem identidades e concepções próprias de si e das relações estabelecidas com "o outro" e a produção material e imaterial da vida. Logo,

> [...] o trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com "o novo" que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma ideia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético ela renova o passado, refigurando-o como um "entre -lugar" contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O "passado-presente" torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver (Bhabha, 1998:27).

Desta forma, as comunidades e os povos tradicionais circunscrevem entre si alguns predicados, como acrescenta Diegues (2000:87-88):

> Dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um modo de vida; Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral; Noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; Moradia e ocupação do território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado; Reduzida acumulação de capital; Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; Importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas; A tecnologia utilizada, que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina todo o processo de trabalho até o produto final; Fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos; e auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

Para além de características comuns, essas noções compõem outras racionalidades que se opõem as formas predatórias e desumanizadoras de interversão sobre à realidade de homens e mulheres. Podemos dizer que a relação de primeira ordem entre ser humano e natureza, que traz a sua ontologia no trabalho para a satisfação das necessidades, é essencial para esses povos e regula não só a produção material como imaterial da vida. Para eles, o trabalho não é estranhado já que não existe a dominação, a subordinação e nem a exploração das potencialidades humanas. O trabalho livre e associado faz parte da vida e permite a organização da comunidade e a construção de costumes, valores, normas e simbologias, que são perpetuadas através das gerações.

Por volta dos anos 1990, a preocupação com questões ambientais (preservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável) trouxe à tona as comunidades e povos tradicionais, os quais saíram da invisibilidade e foram "apropriados por um conjunto mais amplo de grupos sociais, movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs), pela mídia, pela academia e pelo próprio Estado, que institucionalizou essas categorias na forma de legislação, direitos e políticas públicas" (Cruz, 2012: 597).

No Mato Grosso, Sato e Silva em 2012[3], iniciaram um trabalho que objetivara a auto-identificação desses povos tradicionais, no qual noventa e nove identidades foram reconhecidas, dentre elas, indígenas e quilombolas, havendo muitas outras que ainda não foram alcançadas, mas que, contudo, sabemos que na imensidão do Estado permanecem produzindo suas histórias. Assim, "o foco do mapeamento são grupos sociais que lutam contra as injustiças ambientais ocorridas em seus territórios, identidades de resistências que lutam para sair da invisibilidade e serem considerados nas políticas públicas deste Estado" (Sato; Silva, 2012:12).

As intencionalidades de trabalhos como de Sato e Silva vem de encontro com a expressiva e intensa exploração da natureza, incluindo os seres humanos, que tem levado a dizimação de variadas formas de vida pela constante ameaça aos sistemas ecológicos, seja através do desmatamento, da intervenção no leito dos rios, da instalação de micro e macro-usinas, pela monocultura, pela mineração, pelo uso de agrotóxicos, pela extinção da biodiversidade, enfim, pelo processo de maximização do lucro frente às máximas explorações de riquezas naturais e humanas.

O avanço do agronegócio nas últimas décadas tem intensificado os conflitos entre latifundiários e as comunidades e povos tradicionais, uma vez que estes, antagônicos ao sistema explorador e tirano, resistem e persistem seus costumes, tradições, modos de ver o mundo e viver. São conflitos etnoambientais, conflitos socioeconômicos, conflitos *cosmopolíticos*.

---

3 Este estudo intitula-se Mapa Social: mapeando os grupos sociais do estado de Mato Grosso – Brasil.

> As diferenças sociais não são simplesmente dadas a experiência através de uma tradição cultural já autenticada; elas são os signos da emergência da comunidade concebida como projeto - ao mesmo tempo uma visão e uma construção - que leva alguém para "além" de si para poder retornar, com um espirito de revisão e reconstrução, as condições políticas do presente (Bhabha, 1998: 21-22).

Conseguinte, o que ascende para tais conflitos são principalmente as questões ligadas à terra. As comunidades e povos tradicionais, que incorporam parte da camada popular, distinguem-se dos demais grupos pela histórica organização social, cujas vidas foram e continuam a ser forjadas na luta e na resistência pelo território, condição básica para a produção da vida, e que, ao mesmo tempo, constitui aquilo que para a classe burguesa concebe o princípio de toda acumulação, a "propriedade privada", isto é, capital e poder. Este antagonismo define um espaço/tempo de conflito latino-americano que perdura desde o início da colonização, uma fronteira dividida por pensamentos e projetos societários divergentes, caracterizando-se como um conflito econômico-político-cultural que institui diferentes concepções das organizações sociais a partir do prisma de interesses que se está atrelado, como exemplifica Mariátegui (2007:64) sobre a questão das comunidades latino-americanas, a qual

> durante el período republicano, los escritores y legisladores nacionales han mostrado una tendencia más o menos uniforme a condenar la "comunidad" como un rezago de una sociedad primitiva o como una supervivencia de la organización colonial. Esta actitud ha respondido en unos casos al interés del gamonalismo terrateniente y en otros al pensamiento individualista y liberal que dominaba automáticamente una cultura demasiado verbalista y extática.

Exemplo este que dimensiona uma fronteira de racionalidades antagônicas, que se apresenta na concreticidade da vida em formas de luta de classes, pois os significados que norteiam a vida comum das pessoas que vivem e reconstroem seus valores através de suas experiências de produzir a vida associadamente e em constante resistência ao agronegócio, constroem uma nova história a partir de outra cultura do trabalho, e assim, novas/antigas formas de produzir a vida e os saberes através dessa experiência.

A produção associada da vida e uma nova/antiga cultura do trabalho

A produção associada enquanto categoria histórica nos remete às relações sociais, econômicas e culturais que os seres humanos construíram ao longo da história e que lhes confere singularidades na produção e reprodução da vida social. Tais relações estiveram presentes nas sociedades primitivas, socialista e capitalista e são mediadas pelo trabalho. Ela confere a unidade básica da sociedade dos produtores livres associados, instituída a partir da posse coletiva dos meios de produção, conduzindo a um conjunto de práticas que dão identidade aos diferentes grupos que assim se organizam.

De acordo com Marx (1982), o trabalho é uma condição humana consciente e proposital em que o indivíduo apropria-se da natureza, alterando seu estado natural, em seu próprio proveito. Contudo, não modifica apenas o material sobre o qual opera; transforma-se a si mesmo e forja relações entre seus pares, que se materializam de várias maneiras em diferentes modos de produção. Na produção associada, os trabalhadores e trabalhadoras se associam e produzem bens materiais e imateriais, conferindo-lhes outras representações sobre o mundo e sobre o ser humano. Portanto,

> se os processos de produção da vida social se configuram como processos de produção de saberes, haveremos de ter em conta as experiências associativas que vão se tecendo em meio às contradições entre capital e trabalho. É possível afirmar que, nessas experiências, a cultura do trabalho caracteriza-se pela unidade da diversidade de culturas e experiências vividas coletivamente por trabalhadores e trabalhadoras no percurso do seu fazer-se como classe trabalhadora [...] (Tiriba; Fischer, 2012: 618).

A (re)criação de relações sociais, culturais e econômicas é o que sustenta o ideário da produção associada da vida, não se reduzindo a apropriação dos meios de produção e do processo de trabalho. Isso só é possível se pensarmos a produção associada fundada no princípio educativo do trabalho, ou seja, que o ser humano se transforma através do trabalho, cunha saberes sobre este, sobre si mesmo e sobre os outros, transmitindo o fazer e o saber a outras gerações, pois, como afirma Lukács (2009: 33) "a continuidade – transmitida pela sociedade concreta – do gênero humano (...), torna-se assim o caminho para a realização humana (genérica e, ao mesmo tempo, social e individual)".

Coletivamente, tais trabalhadores organizam o trabalho e a vida mediante decisões democráticas, coletivas e práticas autogestionárias. Nesta, eles tomam para si o controle dos meios de produção e do processo de trabalho, o poder de decisão e o destino dos frutos do trabalho. Visualizamos, aqui, a produção associada da vida em duas comunidades/povos tradicionais mato-grossenses: o quilombo Capão Verde e a etnia Chiquitano. A iniciativa ressalta o esforço de apreendermos os processos peculiares destas comunidades que, embora possuam algumas características comuns e outras que se diferem, não descrevendo um tipo ideal, apresentam diferentes identidades dependendo de como conduzem a existência e as formas do contato com o "outro"[4].

O quilombo Capão Verde

Os quilombolas de Mato Grosso, de acordo com o Mapa Social (2002), residem em sua maioria na região dos municípios de Poconé, Nossa Senhora do Livramento e Vila Bela da Santíssima Trindade. Capão Verde fica localizada no município de Poconé, a 116 quilômetros da capital Cuiabá, no coração do Pantanal, numa imensidão de terras que se perde no horizonte de quem chega ao local. Lá residem 14 famílias, sendo 60 pessoas no total, que aconchegam suas casas próximas umas das outras para facilitar as relações sociais, a resolução de problemas e compartilhar o dia a dia. Sempre se sabe se alguma pessoa está doente, se alguém foi na cidade (Cuiabá), se outro está na roça, se as crianças já chegaram da escola. Como inexiste cercas ou divisórias, as pessoas e alguns animais transitam com liberdade e a roça pode ser construída onde e do tamanho que a necessidade da família exigir, sem que isso cause conflitos. Catarino explica que "se eu tenho condição de fazer um hectare, eu faço e quem tem mais, então faz duas né".

Resistentes a colonização do branco, que os tratou com crueldade, desprezando sua cultura e sua humanidade, os escravos escapavam das senzalas e se refugiavam nas matas, construindo coletivamente locais protegidos chamados quilombos. Por isso, a manutenção dos costumes e a luta pelos seus direitos é tão forte para esses povos.

> Primeiro foi transformado em assentamento, houve um projeto varredura, aí essas comunidades que eles falavam que tava com inadimplência, que tava sem pagar, transformou em assentamento a fim de poder tá recebendo recurso do governo federal, que foi na época que saiu essas construções das casas, daí depois veio o reconhecimento como quilombola (Andréia).

Guardam e veneram alguns costumes milenares, oriundos dos saberes compartilhados pelos fundadores da Comunidade como as festas de santo, a cura de doenças com ervas medicinais, a benzedura, o Muxirum[5] e a Casa de Amparo[6]. De acordo com Thompson (1998: 22),

---

4 Brandão (2012) nos traz a concepção de *situação de fronteira* em que diferentes culturas se encontram e geram conflitos/contradições. Contudo, lembramos que o outro é visto como tal tanto pelo dominante como pelo dominado. A aproximação do outro cria uma situação de fronteira, de resistência, mas provoca também mudanças.

5 O muxirum consiste em uma prática antiga de realizar o trabalho contando com a ajuda de outras pessoas. Em outras palavras, ao invés de realizar sozinho uma atividade (carpir, roçar, colher, fiar), convida-se os vizinhos para participarem e assim, quando o vizinho precisar o muxirum é feito em sua terra. O trabalho que uma pessoa realizaria em uma semana é realizado coletivamente em um dia, diminuindo o desgaste da força de trabalho e ampliando as redes de solidariedade

6 A Casa de Amparo é a casa feita de barro e madeira, mantida na Comunidade para receber parentes que evadiram da mesma, até que consigam se restabelecer.

> [...] os costumes estão claramente associados e arraigados às realidades materiais e sociais da vida e do trabalho, embora não derivem simplesmente dessas realidades. Eles podem preservar a necessidade da ação coletiva, do ajuste coletivo de interesses, da expressão coletiva de sentimentos, emoções dentro do terreno e domínio dos que deles co-participam, servindo com uma fronteira para excluir forasteiros.

Com uma cultura do trabalho que brota da produção associada da vida, destacamos que privilegiam as decisões coletivas e democráticas, a igualdade, a transmissão geracional de saberes sobre o trabalho e sobre a vida, a ajuda mútua, a ideologia de permanência na Comunidade e a resistência ao trabalho assalariado.
Tal cultura do trabalho diz respeito aos "códigos, padrões, normas, conhecimentos, saberes, crenças, valores e criações materiais (instrumentos, métodos, técnicas), (...) que regulam as ações e comportamentos humanos" (TIRIBA, 2008:48). Desse modo, os que não subsistem somente dos produtos da roça, criaram uma associação chamada Agriverde (Associação dos Agricultores e Agricultoras Afrodescendentes da Comunidade Tradicional Capão Verde) para produzir, consumir e comercializar derivados de banana da terra, fruto nativo e abundante na região. Antes da constituição da Associação, já haviam comercializado doces em calda, frutas e verduras in natura, como nos conta Maria Albertina: "desde meu pai, todo mundo aqui só mexe com a lavoura. Dava prá cada um viver da sua rocinha, sobrava pra come e prá vende". Contudo, com ajuda voluntária de Felinto[7] eles investiram os esforços e sonhos na produção de banana chips, bala de banana e farinha de banana.

> Nós queríamos provar que os quilombolas analfabetos, excluídos, tem condição de fazer produtos de alta qualidade. Nosso cerrado é riquíssimo e nós queremos provar isso. Não precisa desmatar, tocar fogo, vamos trabalhar os frutos do cerrado, vamos replantar com as crianças, fazer mudinhas e ter criação solta de galinha caipira (Felinto).

Os frutos da venda dos produtos são divididos conforme a atuação na unidade de produção e os benefícios obtidos através de parcerias com ONG's, com o SEBRAE[8] e do governo são estendidos também a Comunidade. Como exemplo, destacamos as casas de alvenaria, telefone, luz, água encanada, poços artesanais, cursos, entre outros.
A entrada de pessoas estranhas a Comunidade, mesmo que temporariamente para ajudar, incitou a descrença e a não participação direta na Associação por alguns moradores.

> Tem alguns que não acreditam muito, ficam assim meio desconfiados: ah, vou olhar primeiro, vou pensar. Poderia dizer que Andréia, Loro e Catarino que deram a cara a tapa (Antônio).

Entretanto, todos reconhecem que a obstinação de alguns membros trouxe uma melhora na qualidade de vida da Comunidade. Mesmo assim, só se envolve na Associação quem tem habilidade e gosto pela produção dos derivados de banana.
Apesar de estarem em contato com a cultura capitalista que prega o individualismo, a competição, o lucro e a exploração, os adultos permanecem firmes com os saberes que estabeleceram na contramão dessa lógica. É claro que a idade chega e que alguns produtos não podem ser confeccionados, tendo que comprá-los no mercado, mas eles têm consciência da capacidade usurpadora do capitalismo. Também sabem que o contato com a escola e com pessoas externas à Comunidade faz com que seus saberes sejam confrontados e que muitos jovens sejam seduzidos a compor as cabines de emprego. Mas a geração amadurecida pelo tempo anseia que

---

7 Felinto é um militante da Educação Popular, aposentado da Universidade Federal de Mato Grosso que presta ajuda voluntária a várias comunidades tradicionais de Poconé.

8 O SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) é uma entidade privada que prestou assessoria na confecção de rótulos e levou cursos e capacitações para Capão Verde.

esses jovens não se tornem reféns do capital. Eles querem resguardar a liberdade que o capital se apodera sem o menor pudor.

A etnia Chiquitano

O povo Chiquitano que vive no Mato Grosso[9] ocupa toda a extensão da fronteira sudoeste do Estado com a Bolívia, predominantemente nos municípios de Cáceres, Porto Esperidião e Vila Bela da Santíssima Trindade, uma região de peculiaridades ambientais que compreende a partes dos biomas do Pantanal, Cerrado e Floresta Amazônica e que abriga os territórios tradicionais identificados pelos indígenas como Lago Grande, Portal do Encantado e Barbecho. Estes territórios constituem um espaço/tempo indígena de produzir a vida material e imaterial chiquitana desde o período de colonização, em meados do século XVI, e que sofreu modificações em sua geografia pelas constantes peregrinações realizadas pelos Chiquitanos nas históricas reduções jesuítas, guerras de independência dos Estados da Bolívia e, posteriormente, na definição da fronteira entre as duas nações, e mais recentemente, nas criações de grandes propriedades latifundiárias e o avanço do agronegócio como principal exploração econômica da grande área central da América do Sul.

Essas passagens históricas provocaram grandes impactos na forma tradicional de produzir a vida do povo Chiquitano, principalmente pelo forte embate entre a cosmologia indígena chiquitana e a monocultura dos colonizadores latifundiários que hoje estão organizados no sistema capitalista de produção. Partindo da produção da vida chiquitana, deparamo-nos com uma organização social fundada na essência cosmológica ameríndia que determina e é determinada, dialeticamente, nas relações econômicas, políticas e culturais internas e externas às comunidades e que caracterizam diferentes relações de trabalho e, consequentemente, de concepção de si e do outro, ou seja, de identidade e de consciência. Logo, as relações de trabalho absorvem outra determinante questão: a questão indígena, que tem suas raízes no sistema de propriedade comum das terras (Mariátegui, 2007), fato que cumpre um grave processo de dizimação dos povos originários e suas formas de organização social por serem consideradas o entrave do avanço capitalista na América Latina, intensamente observado no caso chiquitano pelos ataques investidos do agronegócio.

É impossível traçarmos um debate ou qualquer análise sobre qualquer aspecto da vida indígena dissociada da questão da terra. Não apenas ela corresponde a um complexo sistema simbólico na existência dos povos indígenas, como representa para a sociedade capitalista, em outros termos, também uma essência da existência do poder e do capital. Esta contradição carrega consigo o núcleo da luta Chiquitana. Para além da economia ligada aos sistemas de produção material, a economia chiquitana está entranhada aos sistemas simbólicos e imaginários da produção da vida, que possibilitam formas diferenciadas de conceber o humano, a natureza e a relação entre ambos. Como afirma Pacini (2007:19), "a economia chiquitana está baseada atualmente na agricultura e na pecuária, em aprendizado sistemático para o trabalho nas fazendas", porém a sistematização dos trabalhos nas aldeias chiquitanas destacam elementos inerentes a história, identidade e cosmologia dos Chiquitanos que ultrapassam a supressão das necessidades materiais para a sobrevivência, caracterizando uma cultura do trabalho peculiar.

As relações com o trabalho ocorrem de formas distintas na organização chiquitana brasileira, sendo diferenciada de acordo com as condições relativas ao território, pois, entendemos pelas observações e relatos coletados nas aldeias Chiquitanas, que há pelo menos três formas de organização do trabalho relacionadas: 1) o trabalho associado no território coletivo; 2) o trabalho conciliado, parte associado no território coletivo, parte remunerado em fazendas vizinhas; e 3) o trabalho remunerado em fazendas vizinhas.

No território tradicional, os Chiquitanos exercem algumas práticas de subsistência, entre elas o plantio (culti-

---

9 Além do Mato Grosso, o povo Chiquitano reside, desde a sua formação étnica durante às reduções jesuítas no século XIV, nas áreas territoriais que hoje compreendem a Bolívia (Gran Chiquitania até Santa Cruz) e na fronteira com o Estado de Mato Grosso do Sul, ainda no Brasil. Todavia, pela complexidade do estudo, optou-se por contemplar as mulheres e os homens Chiquitanos que vivem no Mato Grosso nas aldeias Vila Nova Barbecho, Fazendinha, Anamastacaama e Santa Aparecida.

vo) e a criação de animais, e mais a caça e a pesca, as quais são feitas respeitando o sistema de sazonamento das atividades. O local de plantio é chamado pelos Chiquitanos de roça, no caso da plantação comunitária, e roça-de-quintal, quando feita no quintal de suas casas para uso da família. Nelas são cultivadas, principalmente, milho, mandioca, feijão, legumes, hortaliças, arroz, cana-de-açúcar e banana, além, também, de encontramos facilmente pomares de limão, laranja e acerola. Também cultivam muitas flores e cuidam das árvores nativas. Além das roças, os Chiquitanos também criam animais, os quais vivem, na maioria das vezes, junto a eles, nos quintais.

Já os casos em que predomina o trabalho conciliado, ou seja, aquele realizado parte no território coletivo, parte remunerado em fazendas vizinhas, ocorrem devido à insuficiência de terras que garantam a subsistência, levando muitos indígenas a saírem para conseguir outras formas de trabalho remunerado, vendendo e alienando suas forças de trabalho. A respeito dessa demanda, Silva (2008:136-137) relata que

> não há como negar que o trabalho assalariado transformou-se em uma necessidade vital em decorrência da enorme perda de terras que sofreram historicamente e ao aceleramento mais recente dessas perdas, e pelo aumento crescente de necessidades de bens de consumo: bicicletas, máquinas de costura, remédios, roupas, óleo de cozinha e etc.

Tal forma de trabalho, ainda assume forma predominante nas comunidades cujo direito ao território tradicional fora negado e invisibilizado, configurando-se como trabalho organizado nas relações de exploração em fazendas vizinhas, as mesmas que invadem e anulam tal direito e outros como o direito a vida e a dignidade. Nestas fazendas, os Chiquitanos ficam encarregados dos trabalhos braçais, tais como o manejo do gado, a construção e manutenção das estruturas da fazenda, as limpezas dos pastos, os serviços domésticos, etc, cuja a maioria das trabalhadoras e trabalhadores está sujeita ao trabalho temporário, no qual não possuem os registros devidos na carteira de trabalho assegurados pela lei, nem qualquer outra garantia de direito trabalhista.

Mantendo estes trabalhadores indígenas na clandestinidade e ilegalidade os fazendeiros vão mais longe. Ameaçam aqueles que se assumirem indígenas a perda da única fonte de sobrevivência, de persegui-los, de prejudicarem familiares ou outros parentes e, assim, são proibidos de falarem na língua materna chiquitana, de realizarem as festas e rituais tradicionais, além de procurarem seus direitos como indígenas nacionais. Tal questão incide na problemática que emerge dos conflitos mais recentes, correspondendo a um processo de negação da etnicidade indígenas dos Chiquitano, cujo advém de uma campanha política que visa agregar a imagem Chiquitano às relações diretas de ocupação imigratória, tratando, assim, estas mulheres e homens Chiquitanos como estrangeiros e descendentes de bolivianos que vêm usurpar das terras brasileiras - entre outras colocações pejorativas que já estão disseminadas no senso comum brasileiro sobre os indígenas e os imigrantes.

Diante do exposto, compreendemos as interseções entre economias distintas, sendo o capitalismo a influência externa e hegemônica que pressiona a outra forma econômica e cultural da vida chiquitana, pela impossibilidade que a comunidade indígena tem de sobreviver sem sua terra demarcada. Nessa situação de trabalho remunerado, portanto inserido diretamente ao capitalismo, os Chiquitanos se veem encurralados, uma vez que a eminente intimidação de perder o trabalho, mantêm os Chiquitanos amarrados, além de degenerar o sentimento de ser humano, agride o sentido mais íntimo de ser: a identidade de si. Pensam não ter escolhas, pois para todos os lados o seu trabalho está sujeito ao preconceito e a exploração. Para estes Chiquitanos, reféns da perversidade do agronegócio, a produção da vida é permanentemente contraditória, pois

> se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, um poder estranho [que] está diante dele, então isso só é possível pelo fato de [o produto do trabalho] pertencer a um outro homem fora do trabalhador. Se a sua atividade lhe é martírio, então ela tem que ser fruição e alegria de viver para um outro. Não os deuses, não a natureza, apenas o homem mesmo pode ser este poder estranho sobre o homem (MARX, 2004: 86).

Todavia o que fortalece os Chiquitanos a permanecerem na luta pelo direito de ser indígena, ou seja, produzirem a vida material e imaterial através do trabalho livre e associado no seu território tradicional emancipado, é a identidade cosmológica de apreensão de uma organização social fundada em princípios de solidariedade, justiça, comunhão, equidade e liberdade enquanto valores e direitos de todos os seres, humanos e não-humanos, e que se forjam pela cultura do trabalho seja pela experiência da produção associada ou pela consciente resistência despertada pelas contradições presentes no trabalho absorvido pelo modo de produção capitalista.

Considerações Finais

Temos convicção que, no que condiz a vida dessas comunidades/povos tradicionais, é concreta a resistência da qual se revestem para lutar pelo direito à vida que acreditam e que os identifica. Silva e Sàto (2012:19), enfaticamente, apontam que

> é fato que as comunidades foram relegadas e/ou colocadas à margem da história oficial, mas também é fato que resistiram e resistem ao pulsar no cultural de suas realidades. O modo de vida destes grupos vem demonstrando uma intrínseca relação com a natureza e, em muitos casos, a presença destes povos tem sido um importante aliado na preservação dos ecossistemas. Assim, vemos nas últimas décadas, a emergência destes protagonistas portadores de identidades coletivas e étnicas, que buscam num cenário de lutas, em especial por conflitos agrários e ambientais, reivindicar seus direitos coletivos por ambientes preservados.

Importa tornarmos visíveis os sujeitos históricos, suas experiências e seus saberes inerentes aos espaços/tempos das culturas milenares das comunidades e povos tradicionais, que, para além de terem características comuns, apresentam especificidades que podem mudar o rumo, não só da teoria, mas de toda a história humana, pois há nestes a insurgência do novo, a partir do passado-presente, uma possibilidade concreta de emancipação.Com foco na produção associada e na produção de saberes que originam desta, os trabalhos do GEPTE apontam para a prevalência deste modo de organização da vida social como "alternativa histórica de organização do trabalho" (Santos, 2013: 169), "uma possibilidade de organizar o processo do trabalho, com princípios que se diferenciam da lógica capitalista, cujo trabalho manual e intelectual caminham juntos e sem fragmentação" (Neves, 2013: 197), onde "as pessoas se reconhecem primeiro como seres humanos [...], se baseiam na ajuda mútua [...], se solidarizam na partilha [...], dentro do contexto de inquestionável respeito à natureza" (Guerino, 2013:127).

Podemos observar tais características no quilombo Capão Verde, através da experiência com a produção associada dos derivados da banana da terra, que privilegia saberes coletivos e um conhecimento da natureza que se expressa na opção pela matéria-prima. Tal produção é conduzida por uma cultura do trabalho construída e reconstruída pelas trabalhadoras e trabalhadores, sem controle do ritmo e do tempo de trabalho, já que internalizam a atividade como parte da produção da vida e com a distribuição igualitária dos frutos do trabalho. Além disso, os saberes ancestrais extrapolam o âmbito da produção material da vida e mantêm-se intensos nas tradições, materializadas nas festas de santo, na utilização de ervas e raízes para a cura de enfermidades, nas danças, na oralidade, no educar, na permanência e resistência na terra, na preservação e na manutenção da natureza.

Já as vozes silenciadas do povo Chiquitano no Brasil nos contam partes de um processo invisibilizado de uma organização social ameríndia, que luta por existir conforme sua racionalidade cosmológica - antissistêmica e emancipatória - devido à ameaça eminente que os sufoca e extermina suas gerações passadas e futuras, mas que, concomitantemente, reverbera em uma consciência social de identidade étnica-cultural e das relações de poder entre o Estado, o capital (personificado no agronegócio), a sociedade não-indígena e os povos indígenas.

Logo, os saberes ancestrais advindos da experiência secular que designou os traços da identidade indígena Chiquitano, que são saberes legitimados e valorizados pelos Chiquitanos (sendo as anciãs e os anciãos os portadores da maior gama de conhecimento da produção material e imaterial da vida, e que por isso devem

ser repassados por estes aos menores, na racionalidade indígena), formam a unidade de saberes da experiência Chiquitana de como educar suas crianças, jovens e mesmos os adultos; de como ser Chiquitano significa ser natureza, ser o outro, ser o peixe, é falar com a música, dançar a devoção; e, principalmente, de respeitar e desejar o bem-viver de todas e todos como seres essenciais.

A essência da produção da vida quilombola e chiquitana, do seu existir e resistir num mundo tão contraditório e desigual, nos revela que pertencer a uma cultura distinta, tanto no âmbito material como imaterial da vida, e divergente da cultura hegemônica não é uma tarefa branda. Requer constantemente uma tomada de consciência coletiva de classe e de identidade que, por vezes, causa conflitos entre o saber e o fazer. No entanto, esses povos tradicionais permanecem resistindo e sendo desafiados cotidianamente a se serem dirigentes da sua própria existência.

Referências Bibliográficas

BHABHA, Homi (1998). *O local da cultura.* Belo Horizonte: Editora UFMG.

BRANDÃO, Carlos R. & LEAL, Alessandra (2014) Comunidade tradicional: conviver, criar, resistir. *Revista da ANPEGE*, 9, pp. 73-91. Disponível em: http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/view/205, [consultado em 23-01-2014.

_____ & Souza, Angela F. G. de. (2014). Ser e viver enquanto comunidades tradicionais. *Mercator*, Fortaleza, 26, pp. 109 – 120. Disponível em: http://www.mercator.ufc.br, [consultado em 20-01-2014].

CRUZ, Valter do C. (2012). Povos e comunidades tradicionais. *Dicionário da Educação do Campo*, São Paulo: Expressão Popular.

DIEGUES, Antonio C. S. (2000). *O mito moderno da natureza intocada*, São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP.

GRAMSCI, Antonio (2006). *Cadernos do Cárcere, vol. 2. Os intelectuais, o princípio educativo – Jornalismo* (trad. C N Coutinho), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____ (1991). *Os intelectuais e a organização da cultura* (trad C N Coutinho),Rio de janeiro: Civilização Brasileira.

GRZEBIELUKA, Douglas (2014). Por uma tipologia das comunidades tradicionais brasileiras. *Revista Geografar*, Curitiba, 1, pp. 116-137. Disponível em: http://www.ser.ufpr.br/geografar, [consultado em 12-01-2014].

GUERINO, Mariana F. (2013). *O movimento dos saberes na produção da vida na Comunidade Quilombola Campina de Pedra.* Dissertação de Mestrado em Educação, Mato Grosso: Instituto de Educação. Universidade Federal do Mato Grosso.

KOSIK, Karel (1976). *Dialética do concreto*. (trad C Neves & A Toríbio), Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LUKÁCS, Giorgÿ (2009). *Arte e Sociedade. Escritos estéticos. 1932-1967*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

MARIÁTEGUI, José C. (2007). *Sete ensayos de interpretación de la realidad Peruana.* Venezuela: Biblioteca Ayacucho.

MARX, Karl (2004). *Manuscritos econômico-filosóficos.* (trad J Ranieri), São Paulo: Boitempo.

_____ (1982). *O Capital. Crítica da economia política. Livro Primeiro – O processo de produção do capital,* São Paulo: DIFEL.

NEVES, Camila E. P. (2013). *A produção associada em Capão Verde: entre bananas saberes e utopias,* Cuiabá: Edufmt.

PACINI, Aloir (2007). *Identidade étnica e território Chiquitano na fronteira (Brasil-Bolívia)*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SANTOS, Lirian K. (2013). *Trabalho, produção associada e produção de saberes na comunidade tradicional Imbê – MT.* Dissertação de Mestrado em Educação, Mato Grosso: Instituto de Educação, Universidade Federal do Mato Grosso.

SILVA, Lígia O. (2008). *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850.* Campinas: Editora da UNICAMP.

TIRIBA, Lia & FISCHER, Maria C. B. (2012). Produção Associada e autogestão. *Dicionário da Educação do Campo*, São Paulo: Expressão Popular.

TIRIBA, Lia & PICANÇO, Iracy (2004). O trabalho como princípio educativo no processo de produção de uma "outra economia". *Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária,* São Paulo: Idéias & Letras.

THOMPSON, Edward P. (1998). *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo: Companhia da Letras.

A economia solidária no contexto do novo desenvolvimentismo do nordeste brasileiro: o caso das mulheres marisqueiras de goiana-pe

Valéria Costa Aldeci de Oliveira[1]

Resumo: Este ensaio aborda a questão do desenvolvimento na região do Nordeste Brasileiro como um problema estrutural não resolvido, realizando um breve histórico sobre a questão do desenvolvimento na região e os contornos que a problemática ganha no contexto atual das grandes obras de infraestrutura e de mega projetos de desenvolvimento, que integram o Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, assim como, a chegada das indústrias, tais como: a fábrica da Fiat e a Lear, no polo de Goiana em Pernambuco. Essa dinâmica de crescimento econômico tem gerado um fluxo de trocas assimétricas entre as práticas de economia social e solidária das comunidades locais e os grandes empreendimentos, que resultam em ambiguidades crescentes e oscilam entre a destrutividade ambiental e cultural das comunidades tradicionais e a crescente interface dos grupos comunitários com os mega projetos, por meio de inserção no mercado de trabalho e práticas econômicas patrocinadas pelas empresas recém instaladas, a exemplo das mulheres do quilombo de São Lourenço da zona da Mata de Pernambuco.

Palavras-chave: novo desenvolvimentismo, economia solidária, marisqueiras, quilombolas

Introdução

A dinâmica do desenvolvimento do capitalismo não ocorreu no mesmo ritmo entre os países e, no Brasil, evidencia-se disparidades e desigualdades econômicas e sociais entre as regiões. Sendo assim, a temática do desenvolvimento e do subdesenvolvimento adquire uma dimensão relevante, na medida em que os países mais industrializados e a região do centro sul do Brasil estabelecem padrões de dominação distintos na América Latina e na região Nordeste do Brasil, respectivamente, no que se refere ao desenvolvimento tecnológico, à educação, a concentração de riquezas e de poder e a padrões distintos de dominação de classe, etnia e gênero. Após a segunda guerra mundial, a polarização política e econômica entre os Estados Unidos, liderança no mundo capitalista, e a União Soviética, representante dos países socialistas, põe o binômio desenvolvimento x subdesenvolvimento em evidência.

Os países pobres e subdesenvolvidos, como os da América Latina e da África, passam a questionar sua dependência econômica e política dos países centrais e o nível de pobreza crônica enfrentada em seus territórios. No Brasil, o medo da ameaça comunista paira em decorrência da pobreza extrema evidenciada em quase todas as regiões, com destaque para a região Nordeste. O analfabetismo e o parco desenvolvimento econômico e político assumem a configuração de um "barril de pólvora pronto para estourar". As ligas camponesas, no interior do Nordeste, tornam-se conhecidas, inclusive dos americanos, que passam a intervir, diretamente junto com o governo brasileiro na região, no sentido de conter a insatisfação social dos camponeses envolvidos no referido movimento.

O subdesenvolvimento, por meio de um discurso justificador, passa a conferir o atraso econômico da região nordeste à sua população e, portanto, fazia-se necessário desenvolver a região por meio de projetos sociais e pelo desenvolvimento social das comunidades rurais.

Contudo o desenvolvimento da região, promovido pelo Estado (SUDENE, BNB) mesmo com os esforços empreendido nas décadas 1950/1960 e nos anos de ditadura militar no Brasil, não lograram o êxito esperado por razões diversas, mas algumas questões estruturais são evidentes: Nunca se tocava na estrutura fundiária, na desigualdade entre as classes, nas disparidades regionais, na democratização da política e pesa sobre a região uma cultura do trabalho herdado da escravatura (autoritária e de aviltamento do trabalho braçal) com padrões locais de discriminação de raça e gênero.

No contexto atual, a partir dos anos 2000 o desenvolvimentismo é retomado enquanto cultura a política no

Brasil com outras temáticas contemporâneas: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento territorial e local, dentre outros. Nos governos de Luis Inácio Lula da Silva e Dilma, presenciam-se a chegada dos grandes projetos estruturantes, principalmente em Pernambuco, tais como: o Porto de SUAP, a instalação de indústrias no Pólo de Goiana, tais como a Hemobras e a FIAT, além de uma série de indústrias de médio e pequeno porte que se instalaram na região. Essa realidade trasformou o território em curto espaço de tempo. Desestabilizou uma pequena região que ao ver-se atolada em gigantescas demandas sociais, sem a menor estrutura para atendê-las, tais como: educação, saúde, assistência social, habitação, exploração sexual, trabalho infantil, dentre outras.

No Porto de SUAP (Complexo Portuário de Pernambuco BR) estudos já apontaram o efeito destrutivo do empreendimento sobre as comunidades tradicionais e, no polo de Goiana, no que se refere ao quilombo de São Lourenço, as mulheres trabalham na pesca de marisco e vivem na pobreza e, desse modo, são recrutadas para trabalhar em firmas terceirizadas, como costureiras, com a justificativa de levar trabalho e renda ao povo quilombola.

Como hipótese de trabalho considera-se que, para acompanhar o processo de trocas assimétricas entre as comunidades tradicionais e as empresas, faz-se necessário levar em conta o histórico processo de formação do mercado de trabalho na região onde o fator raça e gênero sempre foram variáveis de inclusão precária em trabalhos mal remunerados e subalternos (IPEA, 2013). No presente ensaio não há conclusões ou ideias definitivas sobre a relação das empresas com a questão do trabalho nas comunidades tradicionais quilombolas, uma vez que será objeto de pesquisa a ser realizada na região, portanto, têm-se apenas reflexões preliminares a partir de documentos, matérias de jornais, trabalhos científicos e visitas informais ao quilombo de São Lourenço.

O objeto de estudo visa apreender como se processa a articulação das comunidades ditas tradicionais e o novo desenvolvimentismo, as interações e interdependências entre a tradição e a modernidade. Ou seja, de que modo as mulheres quilombolas estão sendo inseridas no processo do novo desenvolvimentismo?

Breve Histórico Sobre A Questão Do Desenvolvimento Na Região Nordeste: uma velha questão não resolvida

O estudo da sociologia, em relação ao desenvolvimento, tem duas tendências centrais, como aponta Fernandes (1981): uma proposta estrutural funcional que analisa o desenvolvimento segundo as diferentes formas de integração na ordem social e uma proposição histórica sociológica de desenvolvimento em que pressupõe o modo pelos quais os homens lutam e resistem aos padrões de dominação distintos e sobre os problemas sociais decorrentes de uma sociedade de classes. (MARTINS, 2013)

Há também um viés histórico em pensar o desenvolvimento como um problema isolado, em que há uma ênfase nos processos econômicos e, desse modo, são negligenciadas as mudanças culturais, políticas e institucionais e sociais necessárias ao processo de desenvolvimento. Corroboramos com Octávio Ianni (1971) quando sustenta:

> É como se a estrutura de poder, a luta de classes, as técnicas de controle sobre as atividades políticas dos homens, o quadro institucional e outros fenômenos e processos fossem sempre secundários (IANNI, 1971, p.940).

O enfoque difundido pelas práticas estatais firma-se no crescimento econômico e no desenvolvimento tecnológico. Essa concepção concebe o sistema econômico como autônomo. Assim, no pensamento de Adam Smith ou de Ricardo, o desenvolvimento seria resultado de uma dinâmica de divisão do trabalho, acumulação do capital e de inovação técnica. (IANNI, 1971:940)

Nessa concepção de desenvolvimento a estrutura social e as relações de classe não são tocadas. O subdesenvolvimento é visto como um estágio e uma passagem para o desenvolvimento.

Nas décadas 1950\1960, no Brasil, no contexto da ideologia desenvolvimentista, os teóricos da Comissão Econômica Para America Latina e Caribe (CEPAL) da Organização das Nações unidas (ONU), apesar da multiplicidade de concepções que os teóricos da comissão constituíram sobre o desenvolvimento, também davam ênfase sobre a necessidade do crescimento econômico. (SOUZA, 1987).

Quando o enfoque não era o fator econômico terminava por ressaltar-se a produtividade da força de trabalho e o trabalhador era pensado como um recurso do desenvolvimento, e não uma concepção de desenvolvimento pensado a "serviço do homem".

Em 1950 e 1960, no Brasil, com a difusão da ideologia desenvolvimentista, Kubitschek irá aceitar a "ajuda" dos americanos com o objetivo de superar o subdesenvolvimento. A ideologia nacionalista também tinha o propósito, por meio da industrialização, de transformar um país semicolonial em desenvolvido. (SOUZA, 1987).

A região Nordeste, nos decênios de 1950 e 1960, vivia-se uma experiência de tensão social decorrente do movimento das ligas camponesas, uma pauperização crescente, com elevado índice de subnutrição e analfabetismo que atestavam as potencialidades da região em se alinhar com propostas socialistas, em face do contexto da guerra fria e da revolução socialista cubana.

O movimento das ligas camponesas chamou atenção dos Estados Unidos que propôs um convênio com o governo brasileiro no sentido de promover o desenvolvimento da região. A partir do convênio, técnicos brasileiros foram treinados nos Estados Unidos para desenvolver trabalhos sociais na região Nordeste. Como lembra Oliveira (1978) apud Amman (2003, p.143):

> Já em 1959 a cadeia ABC da televisão norte-americana- Sob o manto de aparente simpatia pela causa trabalhadora- divulga documentário que na verdade representa um alerta contra as Ligas camponesas. Pouco depois, o governo americano envia ao nordeste uma missão (integrada por Henry Kissinger) com o objetivo de observar suas condições políticas econômicas, da qual se origina o convite da casa branca a Celso Furtado para debater, com o presidente Kennedy, os problemas da região e as possibilidades de ajuda americana à SUDENE.

No ano de 1961 o "relatório Bohan", apresentado pelos americanos, aponta propostas de ação para o Nordeste e, desse modo, coube a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) desenvolver programas de desenvolvimento econômico e social com intuito de apaziguar as tensões sóciopolíticas nordestinas. Como afirma Amman (2003, p.144):

> O programa em curto prazo, de caráter estritamente assistencialista, tinha o propósito explícito de esvaziar as ligas camponesas e desbaratar o movimento camponês. As ligas de inspiração comunista, falava o documento, tomaram vantagem no vácuo criado pela lei [...] por essa razão propomos no nosso programa o estabelecimento de centros na zona açucareira de Pernambuco(2003, p.144).

Segundo Oliveira (2014, pp.4) o marco para o desenvolvimento do Nordeste foi a criação em 1957 do do grupo de trabalho para o desenvolvimento (GTDN) que originou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959 e a criação do Banco do Nordeste do Brasil em 1952 (BNB) o que possibilitou as bases de uma política estatal de desenvolvimento para a região.

No ano de 1958, a severa seca que atinge o Nordeste leva os governadores eleitos de 1959 a encaparem o discurso desenvolvimentista e o presidente Juscelino Kubitschek convocou em janeiro de 1959 uma reunião com intelectuais, entre eles Celso Furtado que, ao abordar a questão da região Nordeste com números regionais e seus problemas de ordem política, defendeu uma política global para o desenvolvimento do Nordeste, em vez de ações pontuais desenvolvidas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). O presidente Juscelino designa Celso Furtado para tomar providencias para o desenvolvimento da região, por meio da SUDENE. (CABRAL, RENAN, 2011, pp.22)

Segundo Oliveira (1978), a estratégia da SUDENE em acomodar os interesses das classes dominantes fica explícita quando em seu programa de desenvolvimento econômico e social no Nordeste evita o enfrentamento com a oligarquia rural, deixando intocada a questão fundiária, quando auxilia a USAID (Agencia dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) para desmontar o movimento camponês e quando não

considera, em suas análises, as estratégias da burguesia do centro sul em incentivar as migrações da classe trabalhadora nordestina.

Para Oliveira (2014) ainda existia uma disputa entre projetos na SUDENE, antes do golpe militar, entre a burguesia do centro sul, a burguesia nordestina e as forças populares.

Contudo, a estratégia liderada pelos militares para o desenvolvimento da região foi caracterizada pela forte tendência em despolitizar as lutas dos trabalhadores rurais. A Divisão de Ação Comunitária da SUDENE criada em 1965, tinha o objetivo, segundo o Superintendente Adjunto Prof. Fernando Mota, de preparar os recursos humanos, encarados como insumos para o desenvolvimento econômico. A preocupação da SUDENE era encurtar o caminho para o desenvolvimento econômico e integrar a população nordestina ao processo de desenvolvimento. (AMMAN, 2003)

Segundo Brum (1999), a perspectiva de desenvolvimento dominante, no regime militar, era uma decorrência da Doutrina de Segurança Nacional com as orientações fornecidas pela Escola Superior de Guerra "*os militares tinham especial entusiasmo pelo desenvolvimento econômico acelerado, por que viam nele um fator importante de segurança nacional.*" (BRUM, 2000, p.302). A ESG também propunha uma forte interferência Estatal no planejamento econômico e social, e a ação dos militares visava aprofundar a integração da economia brasileira no sistema capitalista internacional e transformar o Brasil em potência mundial, retirando-o da condição de país subdesenvolvido.

No período da ditadura militar, a economia apresentou uma expansão notável, caracterizando o milagre brasileiro, porém, do ponto de vista social foi considerado um desenvolvimento elitista, concentrador e excludente, uma vez que priorizou uma política industrial e o consumo dos estratos de mais altos rendimentos, enquanto comprimiam-se os salários dos trabalhadores com baixa qualificação, sendo incluídos de modo precário no processo de desenvolvimento.

No período de transição democrática, evidencia-se o fracasso do milagre econômico e dificuldades do regime militar em consolidar o desenvolvimento nacional. A inflação crescente e a concentração de renda são reforçadas pelos salários básicos deprimidos. O ressurgimento das lutas sindicais, em face desse contexto aliado a outras lutas, tais como: o movimento pelo custo de vida, pela reforma urbana, pela reforma sanitária, somam-se as lutas por redemocratização no país. Os movimentos sociais expõem os contrastes sociais gerados pelo regime militar e lançam as bases para a construção da Constituição Federal no Brasil, com a incorporação do desenvolvimento econômico atrelado ao desenvolvimento social e ambiental, conforme preconiza a CF brasileira no seu artigo 17:

> A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho e na livre concorrência, tem por finalidade assegurar a todos vida digna, conforme os ditames da justiça social, observando estes princípios: soberania nacional, propriedade privada, **função social da propriedade,** livre concorrência, defesa do consumidor, **defesa do meio ambiente**, **redução das desigualdades regionais e sociais, busca do pleno emprego...** (CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL).

Há uma incorporação na Constituição Federal de elementos antes ignorado no Brasil: a preocupação com o meio ambiente e o compromisso expresso com a redução das desigualdades regionais construídas historicamente. Porém, sabe-se que nos anos de 1990, com a avalanche neoliberal no Brasil, muitas conquistas contidas na carta magna viraram letra morta para o cotidiano da maioria da população brasileira.

Contudo, ocorreram mudanças no discurso mundial em relação ao desenvolvimento, passando a levar em conta os aspectos humanos, cada vez mais presentes no cenário mundial.

Como afirma Wanderley (1998, pp. 129) :

> Há certo consenso mundial de que o crescimento econômico é desejável, de que o desenvolvimento econômico integrado é um processo fundamental, mas seu objetivo último é o ser humano em todas as dimensões.

As discussões em torno do desenvolvimento, que apontam para o conceito de desenvolvimento sustentável, tiveram origem desde 1987, com a publicação pela ONU do documento: "Nosso futuro em comum" em atendimento as resoluções de Estocolmo- e que, por sua vez, torna-se polêmico porque, se elaborado nos marcos da concepção liberal desenvolvimentista, pode ser insustentável e conservador, uma vez que somente se considera o interesse do capital, mas, por outro lado, pode representar uma resistência contra hegem se a igualdade, a justiça social, diversidade cultural e integridade ecológica são colocadas como objetivos primeiros. (WANDERLEY, 1998)

No tocante as políticas de desenvolvimento do Nordeste, sem dúvida a economia regional foi sendo integrada à economia nacional e internacional, mesmo que de forma subordinada e dependente aos interesses internacionais e aos do centro sul brasileiro.

A economia nordestina cresceu entre 1960 a 1993, em parâmetros semelhantes ao nível de crescimento do Brasil, mesmo em condições de dependência da economia do centro sul. (OLIVEIRA, 2014)

Por fim, cabe salientar os entraves enfrentados historicamente pela região Nordeste do Brasil em alavancar um desenvolvimento econômico e social uma vez que a sua estrutura agrária está assentada em grandes latifúndios e em relações clientelistas de poder político; e na inclusão precária no mercado de trabalho decorrente da condição de raça, gênero e classe.

Os avanços foram lentos e a herança colonial somada a inclusão subalterna no mercado de trabalho são obstáculos para a melhoria das condições de vida da população. A cultura política na região guarda as marcas de uma sociedade escravista, em que permanece como uma sombra, evidenciada nos dados relacionados ao mercado de trabalho na região, mesmo na atualidade. (IPEA, 2013)

Porém na contemporaneidade um novo "boom" de crescimento econômico é constatado na região Nordeste, principalmente no estado de Pernambuco, com a implantação dos mega projetos do Governo Federal (construção do porto SUAP) e a chegada das indústrias a exemplo da montadora da FIAT no pólo de Goiana. Nesse sentido, algumas questões são levantadas: Mudaram as condições e perspectivas sobre o desenvolvimento? As questões humana, ambiental, social e institucional têm sido consideradas, no atual contexto do novo desenvolvimentismo?

O novo desenvolvimentismo no nordeste e o impacto para as comunidades tradicionais

A partir dos anos de 1980 o movimento das esquerdas Latino Americanas e, especialmente a brasileira, movimentam-se no sentido de superar as ditaduras militares e as heranças nefastas que os governos militares deixaram-nos em diversos campos: na economia, na política, na cultura e nos processos institucionais dos países vitimados pelas autocracias políticas. Ao mesmo tempo as esquerdas lutam no sentido de resistir a "onda neoliberal", à partir dos anos 1990, na maioria dos governos latinos americanos. No entanto, mesmo diante do quadro societário desfavorável, ascende ao poder governos de esquerda e centro-esquerda em países da região andina e cone-sul, tais como: no Brasil, Luis Inácio Lula da Silva em 2000; na Argentina Nestor Kirchner, 2003 , na Venezuela, em 2003, Hugo Chávez, Tabaré Vázquez no Uruguai, em 2004 ; na Bolívia em 2005, Evo Morales em 2006 e Rafael Correia no Equador, em 2007 e Daniel Ortega na Nicarágua, nos anos 1985, 1990, 2006 e 2011 (MOTA, 2012, pp. 153).

O cenário político e econômico desses países eram de crise capitalista, resguardada as particularidades de cada lugar, e presencia-se uma ofensiva do capital contra o trabalho em decorrência da crise capitalista que se instaura desde anos 1970 e que se agrava penetrando os anos 1980, 1990 e 2000 no cenário de reestruturação do capital, flexibilização dos direitos trabalhistas e precarização do trabalho interconectados com o desemprego estrutural. (ANTUNES, 2000; MOTA, 2012)

No caso brasileiro, nos anos 1990, com os governos de Fernando Collor o governo de Fernando Henrique Cardoso evidencia-se uma Contrarreforma neoliberal do Estado com o objetivo de enfrentar a crise capitalista e inserir a economia brasileira no cenário de intensificação da competição intercapitalista, em cenário de economia globalizada, com características de uma hipertrofia do capital especulativo direcionando e ditando a política econômica e social no Brasil.

Nos anos 2000, com a chegada dos governos de esquerda, ou centro esquerda ao poder, passa-se a defender posicionamentos antiimperialistas e de desenvolvimento nacional. Na realidade, não se tratava de uma repetição do desenvolvimentismo dos anos 1960, mas a defesa de um desenvolvimento autossustentável do ponto de vista econômico e social, uma vez que houve uma melhoria na renda do trabalhador, com a crescente valorização do salário mínimo e uma maior diversidade de políticas sociais inclusivas e redistributivas, quais sejam: política de inclusão racial, de direitos das mulheres, políticas de economia solidária e de trabalho e renda e o programa bolsa família, que reduziu os níveis de miséria nos grotões e estratos sociais mais vulneráveis (MOTA 2012, pp. 155).

Essa perspectiva vem sendo denominada de novo desenvolvimentismo e tem suas raízes de fundamento, embora em contexto totalmente distinto, na orientação da Comissão Econômica para América latina e Caribe (CEPAL) que, desde anos de 1940 pensa o desenvolvimento em países subdesenvolvidos.

Nas décadas 1950 e 1960, a CEPAL considerava que os países subdesenvolvidos tinham uma economia pouco diversificada e integrada, com a ênfase no setor agroexportador como o polo dinâmico da economia e que os países pobres não transferiam tecnologia e nem ganhos reais para o trabalho, não alcançando o generalizado bem-estar, vivenciado nos países desenvolvidos.

Para alterar esse quadro, a proposta da CEPAL era proporcionar a diversificação econômica, via industrialização, com o objetivo de desenvolver o mercado interno em lugar da prevalência da economia voltada para a demanda externa de produtos primários.

Nos anos 1980, o debate cepalino se dava em torno das reformas do mercado no sentido da inserção nas exigências decorrentes da financeirização da economia, a privatização dos serviços públicos, a reforma do estado e a criação de programas sociais de focalização em estratos sociais mais pobres.

Após o desastre social e político dessas propostas e análise do aprofundamento da questão social nos países subdesenvolvidos e em face da adoção das medidas de cunho neoliberal, a CEPAL revê seus posicionamentos e, nesse contexto, o novo desenvolvimentismo tem origem: como alternativa a falência das propostas neoliberais. Como afirma Romano (2009):

> Os defensores do neodesenvolvimentismo sustentam que os preceitos neoliberais-privatização, enxugamento do estado, não conseguiram resolver as questões centrais que afetam a humanidade. Assim, na vaga da crise que atinge todas as dimensões da vida social, recupera-se a possibilidade de elaborar estratégias de desenvolvimento nacional, que reponha temas, a exemplo do impacto da mudança climática, justiça ecológica, reconstrução dos bens comuns, pós-desenvolvimento, buenvivir, democracia ecológica e economia do cuidado. (ROMANO, 2009, pp..8-9)

O projeto das esquerdas, e mais particularmente no caso brasileiro, tem alimentado a utopia do crescimento econômico do desenvolvimento nacional articulado às políticas compensatórias e repõe a ideia da possibilidade de crescimento econômico com desenvolvimento social e ambiental como projeto de superação das históricas desigualdades no Brasil. (MOTTA, 2012)

Na contemporaneidade, a expansão do bem-estar tem sido postulada, pelo governo brasileiro, pela via do consumo com a promoção da transferência de renda. Contudo, do ponto de vista econômico, segundo estudiosos como Gonçalves (2008) o governo brasileiro através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) financiou o retrocesso da industrialização e investiu de forma decisiva em produtos primários incentivando uma “reprimarização da economia”.

Para outros, como Boito Jr e Sávio Cavalcante, no governo Lula, o Estado convocou a burguesia brasileira a ter uma postura mais ativa e, portanto, fortaleceu a burguesia interna do agronegócio, da construção civil, da mineração, dentre outros, por meio do BNDS, em contraposição ao capital financeiro e ,junto com o movimento operário e popular, constituiu a frente neodesenvolvimentista. O neodesenvolvimentismo seria o desenvolvimento possível no neoliberalismo. (BOITO JR, A; GALVÃO, ANDRÉA (ORGS), 2012, pp. 09)

Para as classes populares, o novo desenvolvimentismo trouxe o aumento do número de empregos e do salário mínimo, os programas sociais de habitação (“Minha casa Minha vida”) e o programa bolsa família que

possibilitou uma maior redistribuição de renda para os mais pobres. Ressalta-se que as classes médias não tiveram muitos ganhos salariais e foi o estrato que menos tirou proveito com o novo desenvolvimentismo.
O trabalho, no contexto do novo desenvolvimentismo, adquire uma importância central na medida em que ao levar em conta as políticas de transferência de renda, não se pode prescindir de programas aliados ao acesso ao trabalho como condição fundamental para o desenvolvimento social. (OLIVEIRA, 2014).
Nesse sentido, indaga-se se a precarização histórica dos trabalhadores nordestinos foi superada no contexto do novo desenvolvimentismo?
As pesquisas sobre o processo de reestruturação produtiva nas empresas apontam para um rumo desfavorável, em que há uma intensificação do trabalho, a terceirização e uma baixa remuneração dos trabalhadores, insuficiente para arcar com os custos de sua reprodução, tais como: moradia, alimentação, transporte, lazer, entre outros. (ANTUNES, 2000, DRUCK, 2001).
Para Amaral (2014) no Nordeste brasileiro, o novo desenvolvimentismo permeia o boom de desenvolvimento, evidenciado na região de Pernambuco, elegida para um massivo investimento do governo federal em empreendimentos industriais, transnacionais e que vem ocupando uma região que está associada ao cultivo da cana-de-açúcar e a uma tradição rural.
Historicamente, a economia de Pernambuco durante o século XX passa a incrementar sua atividade industrial tendo 342 projetos aprovados pela SUDENE, entre 1966 e 1977. Essa trajetória irá garantir um destaque do estado no contexto nordestino, seguido da Bahia com 264 projetos aprovados e pelo Ceará com 185 projetos. No final dos anos 1970, a economia pernambucana sofre um declínio significativo. (LIMA, 1996).
Na atualidade, Pernambuco apresenta uma nova fase de desenvolvimento que se dá com a chegada do Complexo Industrial de SUAP: o pólo Naval, com o estaleiro Atlântico Sul e o Estaleiro Promar, o Polo Petroquímico com a Petroquímica SUAPE e a Refinaria Abreu e Lima. A implantação da montadora da Fiat, Hemobrás (fábrica de Hemoderivados) e da rodovia transnordestina. (GOVENO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2014)
Os investimentos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), do governo federal, passaram de R$ 20 bilhões em Pernambuco (SECRETARIA DAS CIDADES/ GOVERNO DE PERNAMBUCO, 2014)
Contudo, a construção da refinaria de SUAPE (Complexo Industrial Portuário) e a chegada dos grandes empreendimentos industriais têm implicado questões sociais graves, tais como: ausência de infra-estrutura dos municípios para atender os trabalhadores no tocante à habitação, saneamento, saúde, educação além dos problemas decorrentes do trabalho e da exploração sexual de crianças e jovens dos municípios receptores dos mega projetos (AMARAL, 2014).
O impacto se faz sentir em várias esferas da vida social. Entretanto, os discursos do Governo Federal e Estadual enfatizam os benefícios somente de um ponto de vista econômico, como se, por meio do crescimento econômico, sem aliar a melhorias institucionais e de relações de trabalho, fosse possível alcançar o desenvolvimento social.
Assim, em decorrência das contradições enfrentadas, os trabalhadores de SUAP mobilizaram greves e grandes manifestações ocorridas em 2011, 2012, evidenciando, desse modo, a resistência dos trabalhadores ao modelo do novo desenvolvimentismo proposto para o Nordeste, em particular em Pernambuco (AMARAL, 2014, OLIVEIRA, 2014)
A relação dos grandes empreendimentos com as comunidades tradicionais quilombolas e pesqueiras é marcada por uma destrutividade crescente em relação ao meio ambiente e uma desconsideração pelas culturas locais, assim como uma participação popular incipiente nos processo de planejamento e execução dos projetos de desenvolvimento. (AMARAL, 2014)
O discurso do governo do estado em elevar o nível de emprego, a qualificação profissional da população aposta nos trabalhadores enquanto um recurso humano e nas pessoas enquanto um meio para o desenvolvimento. Contudo, as diretrizes governamentais não caminham no sentido de criar um desenvolvimento que inclua a participação das pessoas no planejamento para um desenvolvimento local autossustentável.

Economia social e solidária em comunidades tradicionais: o caso das marisqueiras de são lourenço e as trocas assimétricas com as grandes empresas

Nos primórdios do capitalismo os trabalhadores, com o intuito de enfrentar o desemprego, empregaram atividades cooperativistas com o objetivo de se contrapor a lógica da exploração do trabalho pelo capital. Hoje, a crise do trabalho apresenta-se com novos desafios, tais como: o impacto do desenvolvimento tecnológico, o desemprego estrutural e a exclusão de grandes contingentes populacionais no processo de globalização econômica, entre outros.

Nesse contexto, de crise da sociedade salarial, nos termos de Robert Castel, a proposta de uma economia solidária se dá tanto no contexto Europeu como na America Latina e no Brasil. Em um momento histórico diferente, a economia solidária também adquire contornos específicos, em que a busca por um modo de produzir, que tenta superar os valores regidos pela competitividade constitui-se numa proposta de saída para o desemprego em massa, através da restauração dos princípios da solidariedade e da igualdade dos sujeitos no processo produtivo onde os seus membros precisam cooperar e participar democraticamente dos processos produtivos.

A crise do trabalho, nos anos de 1990, é o palco onde se desenrola iniciativas de economia solidária no Brasil e no mundo. A iniciativa de se contrapor a exploração do trabalho e a modos antidemocráticos de gestão não é nova e tem suas origens nas cooperativas de trabalho, nos primórdios da revolução industrial.

A crise do trabalho, a flexibilização da produção, reestruturação produtiva e o desemprego estrutural reanimam experiências econômicas de cunho solidário e, mais particularmente no Brasil, tem sido uma resposta ao desemprego dos mais pauperizados. Nesse contexto, os coletivos de economia solidária face aos princípios que adota: democratização das relações de trabalho, autogestão e autonomia, em tese, se afinizam com o projeto de emancipação das mulheres e luta anti-racista e por reconhecimento das comunidades tradicionais quilombolas.

Inspirados em Karl Polanyi, o autor do livro "A grande transformação", os autores França Filho e Laville (2004) criticam a idéia liberal de uma sociedade conduzida somente por um mercado regulador, aos moldes de Adam Smith. Polanyi, ao tratar dos comportamentos econômicos na sociedade, irá distingui-los em quatro princípios: a domesticidade, que governa a produção domiciliar, distribuída e consumida no grupo familiar; a reciprocidade que governa a troca de dádivas entre os membros da sociedade (não dão lugar a pagamentos monetários), tendo em vista criar e reforçar os laços sociais. O terceiro princípio é da redistribuição, que governa a produção apropriada por uma autoridade que a armazena e se encarrega de distribuí-la a transferência de bens e serviços (esfera não mercantil da economia) e o quarto princípio é o mercado que visa à venda de bens e serviços na esfera mercantil da economia.

A idéia de reciprocidade, nas análises recorrentes, parece ter desaparecido na sociedade capitalista, onde a aceleração das comunicações, a tecnologia avançada tem criado, contraditoriamente, um espaço de isolamento social, de competitividade e perda de referenciais identitários.

Segundo França Filho e Laville (2004) a economia da dádiva, embora negligenciada na economia liberal, continua desempenhando um papel significativo na constituição das relações sociais na sociedade contemporânea. Não se trata de trocas de presentes no Natal ou nos aniversários, mas é o apoio mútuo praticado pelos colegas de trabalho, de estudo, de culto, de luta política: a famosa "vaquinha", mutirão e a troca de serviços entre os vizinhos são importantes do ponto de vista material, como pelos laços de solidariedade que criam e reforçam. A economia de dávida, não seria um modo diferente de produção.

Para França Filho e Laville (2004), a economia solidária seria o correspondente à economia de dádiva de Karl Polanyi. De acordo com os referidos autores, a economia solidária surge nos anos 1990, em resposta a crise do fordismo e do estado de bem estar e não se constitui uma nova forma de economia que visa substituir as formas dominantes da economia, mas constitui-se em uma articulação inédita entre economia, mercantil, não mercantil e não monetária.

De acordo com Singer (2002:10), a economia solidária seria outra forma de produção, que estaria se gestando dentro da sociedade capitalista, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva e o direito à liberdade individual. Contrapõe-se a uma lógica de sociedade socialista onde o Estado tudo decide e se contrapõe uma lógica de um igualitarismo absoluto em que os problemas da miséria, do trabalhador só serão resolvidos no dia

em que se instaurar o socialismo. A idéia da economia solidária de Singer (2002) trata-se de implantar outra ordem dentro da ordem capitalista e multiplicar as experiências solidárias no interior da sociedade desigual, o que permitirá, no tempo e no ritmo adequado, a maturação democrática para substituir o sistema desigual, como foi com o escravismo e com o feudalismo.

A polêmica e a crítica em torno da economia solidária se dão em torno de uma questão central: a dúvida se a economia solidária funciona como complementação do sistema capitalista, reforçando a fragilização e a precarização dos vínculos trabalhistas ou tornou-se um embrião de um sistema completamente diferente. (SINGER, 2002; FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004).

Segundo Singer (2002, 2002:9)

> A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir, poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais [...] Ninguém manda em ninguém.

Desse modo, os princípios da autogestão e da autonomia da economia solidária se relacionam com os princípios de autonomia, pelos quais lutam as mulheres dos quilombos brasileiros, e o reforço dos vínculos sociais e comunitários coincidem com a busca das mulheres negras pelo direito ao trabalho e a participação na vida social, ou seja, o direito a se apropriar dos espaços públicos de forma livre e sem opressões.

As lutas das mulheres pela entrada no mercado de trabalho e pela superação dos valores conservadores sinalizam que o feminismo, longe de se constituir um movimento isolado, também concorre para a resistência das formas opressoras de produção e das formas de dominação das estruturas da sociedade.

Contudo, as mulheres negras do Nordeste brasileiro foram historicamente incluídas precariamente no mercado de trabalho e, de certo modo, o acesso a terra, por meio da lei que reconhece os territórios quilombolas representa uma possibilidade de uma economia social e solidária enraizada no território.

Para Lana (1994), no Nordeste o regime estabelecido que previsse a morada para os trabalhadores foi o princípio que organizou os engenhos costeiros do Nordeste. A palavra morada significava a oferta de emprego e moradia dentro dos limites das grandes propriedades dos "Coronéis" e os trabalhadores concebiam o trabalho como uma prestação, como pensou Marcel Mouss, e as prestações dos senhores de engenhos concebidas como dádivas, obviamente numa troca assimétrica. Assim, as análises sobre as relações de trabalho têm reduzido a relação patrão e empregado no Nordeste a uma "ideologia" ou subordinação alienada, decorrentes da dominação de classe. Contudo, a questão é mais complexa e envolve o princípio Moussiano de dar, receber e retribuir, em uma lógica que é material e imaterial.

Tomando como exemplo a região de Goiana, na Zona da Mata em Pernambuco, a história da cidade e da comunidade de são Lourenço está relacionada com o cultivo da cana-de açúcar. Além da cana-de-açúcar a atividade pesqueira é fundamental para entender a inserção dos trabalhadores e trabalhadoras da região. Segundo SILVA (2013, p. 54) :

> O litoral de Goiana é uma região habitada desde século XVI por descendentes de escravos, indígenas, colonizadores que formaram diversos povoados, tais como: Tejucupapo, São Lourenço, Itapessoca, Atapus, Carne de Vaca, Ponta de Pedras, Catuama e Barra de Catuama, os quatro últimos formam o conjunto de praias que faz fronteira com o litoral sul da Paraíba.

A pesca era um trabalho que possuía uma grande presença de negros pela dificuldade e riscos inerentes a atividade pesqueira. A pesca era diferente da agricultura porque possibilitava aos negros uma atividade menos controlada e com maior liberdade. (SILVA, 2013, pp 55)

A povoação comunidade de São Lourenço remonta o século XVI. Após a abolição da escravatura, alguns negros deixaram os engenhos e foram morar no povoado. A Igreja de São Lourenço é um marco na comunidade e sua história está ligada à imagem de São Lourenço encontrada no engenho Megaó e a construção da Igreja

em 1555. As terras do povoado de São Lourenço foram doadas por Olavo Maranhão, dono do engenho Megaó que fez uma promessa de doar as terras ao ver seu gado morrer e ser atendido (Idem, p.61).

O trabalho por meio do extrativismo (pesca) é uma dimensão significativa da comunidade de São Lourenço e sua preservação é vista como uma questão de sobrevivência pelos moradores. As plantações de cana-de-açúcar ocuparam as terras produtivas restando somente à atividade pesqueira. A mariscagem é uma atividade onde predomina o trabalho feminino e as mulheres constroem uma identidade baseada na atividade da pesca.

Na formação da região de Goiana, um fato significativo ocorrido em 24 de Abril de 1646 em Tejucupapo é invocado até hoje como símbolo da resistência das mulheres de Goiana, PE : as mulheres enfrentaram os Holandeses na batalha das Heroínas de Tejucupapo.

Segundo (SILVA, 2013, pp.56)

> A identidade de gênero é associada à luta dessas mulheres que no passado contribuíram na batalha contra os holandeses. Essa identidade marca a organização política em torno do trabalho da pesca. A presença feminina em povoado de São Lourenço é percebida, sobretudo, no trabalho das marisqueiras.

O território de São Lourenço é considerado uma reserva extrativista com a homologação Acaú-Goiana (criada pelo decreto S/N, publicado em 26.09. 2007) e, ao mesmo tempo, um povoado remanescente de quilombo, baseados nos artigos constitucionais 215 e 216 que prevêem a proteção do estado às manifestações culturais afro-brasileiras. E "o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da constituição de 1988 que determina" *aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo os estado reconhecer os respectivos títulos"*.

Em 2010, a aprovação do estatuto racial, a questão quilombola passa a ser tratada de forma específica como uma questão de inclusão de direitos redistributivos e de reconhecimento social. Desse modo, estão interconectados ao problema do desenvolvimento da região de Goiana as dimensões articuladas de modo indissociável as questões de raça, gênero e classe.

Na atualidade, as práticas econômicas solidárias das mulheres do quilombo de São Lourenço são novamente impactadas pela chegada de grandes empresas, tais como: Hemobrás e a Fiat, bem como outras médias e pequenas empresas prestadoras de serviço e que com o discurso do desenvolvimento com sustentabilidade passam a propor ações e projetos voltados para os grupos socioprodutivos da região (RELATÓRIO DA HEMOBRÁS, 2013).

O discurso das empresas é o da valorização da cultura da região e de preservação do meio ambiente. No entanto, no relatório da HEMOBRAS (2013), ao realizar levantamento com pescadores e pescadoras da região, os técnicos evidenciaram problemas decorrentes do desenvolvimento acelerado: poluição dos rios e nos estuários; esgotos domésticos, poluição por resíduos industriais (calda da usina, cloro e outros produtos), agrotóxicos da usinas, corte de mangues para instalação de viveiros e circulação de lanchas e Jet Skis, dentre outros.

A LEAR Corporation (empresa que fábrica os bancos dos automóveis Jeep e dos a serem produzidos pela FIAT) tem capacitado as mulheres quilombolas para montadora que está sendo implantada em Goiana. Cabe salientar que a inserção no mercado de trabalho das mulheres negras tem se dado pela ocupação de postos de trabalho subalternos. Como afirma Cardoso (2013, pp.12):

> Se uma proporção relativamente maior de pretos, pardos e indígenas ocupa as piores posições no mercado de trabalho, o mais importante, do ponto de vista que interessa aqui, é que o processo de permeabilização das posições superiores, embora real, tem sido extremamente lento.

Os grupos socioprodutivos do quilombo de São Lourenço, na expectativa de melhorar de vida e se inserir no mercado formal de trabalho, têm realizado trocas assimétricas, como pensava Marcio Mouss (1974), com o capital recém instalado na região e, portanto, as seguintes questões estão abertas: em que medida essa relação entre comunidades tradicionais e empresas são vantajosas para a população pesqueira, na medida em

que abandonam a tradição e a economia enraizada para se lançar a uma intensificação de trabalho típica da atividade fabril? Por outro lado, as condições de trabalho das marisqueiras são penosas e desgastantes e a inserção qualificada no mercado de trabalho requer uma maior escolarização e qualificação.

Entende-se por comunidades tradicionais:

> Grupos culturalmente diferenciados e que se se reconhecem como tais, possuidores de formas próprias de organização social, ocupantes e usuários de territórios e recursos naturais como condição a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovação e práticas geradas e transmitidas pela tradição (SHIRAISHI NETO, 2007, pp.14)

Desse modo, a pesquisa a ser realizada na região visa analisar o jogo de trocas assimétricas entre "tradição" e "modernidade" e os processos de resistência, ressignificações, pensando nos termos de Marshall Sahlins (2003) e evidenciar, no espaço e no tempo, como se processam as conformações e resistências das mulheres quilombolas ao processo de novo desenvolvimentismo no nordeste brasileiro.

Considerações finais

Chega-se a evidenciar que o desenvolvimento no Brasil, e mais particularmente na região Nordeste, não superou a marca do autoritarismo e da desvalorização do trabalho braçal, herdados do escravismo.
Nas décadas de 1950/1960, em decorrência das disparidades regionais no Brasil, o desenvolvimentismo no Nordeste foi utilizado pelo governo brasileiro como estratégia para apaziguar as tensões na região e, em especial, decorrentes do movimento das ligas camponesas.
A SUDENE, antes da ditadura militar, possuía projetos distintos em disputa, entre forças dominantes e populares, mas, após a ditadura militar, assume o caráter conservador de produção de uma força de trabalho nordestina a serviço dos interesses do capital.
Na atualidade, o novo desenvolvimentismo, em contexto social bem distinto, propõe o mito do crescimento econômico com desenvolvimento autosustentável. O Nordeste não chegou a superar as relações de trabalho despóticas e retoma a idéia de crescimento econômico como solução para os seus problemas estruturais não resolvidos.
Desse modo, questões estão em aberto nos processos sociais em curso: as mulheres quilombolas da comunidade de São Lourenço são chamadas a inserção nas empresas, como trabalhadoras assalariadas, enfraquecendo a tradição econômica vinculada ao território de cunho extrativista (pesqueiro)? Ou essas mulheres quilombolas estão ressignificando o evento "novo desenvolvimentismo" a partir de seus interesses estratégicos de sobrevivência e de suas tradições culturais?
Assim, as interações assimétricas entre o capital recém instalado em Goiana e as comunidades tradicionais quilombolas é objeto de pesquisa em andamento na região, que almeja desvelar as resistências e conformações das mulheres marisqueiras do quilombo em relação ao novo desenvolvimentismo na cidade de Goiana, em PE, Brasil.

Referências

AMARAL, A.S. C. (2014). Configurações contemporâneas dos conflitos classistas: experiências brasileiras no contexto neo desenvolvimentista. In: actacientifica. serviciot.cl/biblioteca/GT 18. [Consultado em 24.07.2014]

AMMAN, S.B. (2003). Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil. 10 ed. São Paulo: Cortez.

ANTUNES, R. (2000), Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho, São Paulo: Boitempo.

BARBOSA, A. F.(2008). A formação do mercado de trabalho no Brasil. São Paulo: Alameda.

BOITO JR, Armando; GALVÃO, Andréa (Orgs), (2012). Política e classes sociais no Brasil nos anos 2000. São Paulo: Ed. Alameda. pp.429

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, DF: Senado Federal: Centro gráfico.

BRASIL. Programa de Aceleração do Crescimento (2010): balanço 4 anos (2007-2010). Brasília: Ministério do Planejamento.

BRUM. A, J. (1999), Desenvolvimento econômico brasileiro. 20 ed. Ijuí: editora UNIJUI.

CARDOSO, A. (2013). Ensaios de sociologia do mercado de trabalho brasileiro. São Paul: FGV.

DRUCK, G.(2001), Terceirização: (des) fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico. Salvador: EDUFA.

FRANÇA FILHO, Genalto Carvalho; LAVILLE, Jean-Louis. (2004). Economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: editora UFRGS.

GONÇALVES, R. Blindagem do Brasil à crise externa é de "papel crepom" Correio da Cidadania. Entrevista Brasil concedida a Valéria Nader, 2 out.2008. Disponível em HTTP://outrapolítica.wordpress.com/2008/10/07/blindagem-do-brasil-a-crise-externa. [consultado em 24.07.2014]

FERNANDES, F. (1975). Sociedade de classes e subdesenvolvimento. 4ed. Rio de Janeiro: ZAHAR.

IANNI, SINGER ET alli. (1971) Ciência, tecnologia e desenvolvimento. São Paulo, brasiliense.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). 2013 Dossiê Mulheres Negras: Retrato das Condições de Vida das Mulheres negras no Brasil

.

LIMA, J.C. (1996) Trabalho, Mercado e formação de classe: estudo sobre os operários fabris em Pernambuco. João Pessoa. Ed Universitária/UFPB.

LANA, M. A Dívida divina. (1994). Troca e patronagem no nordeste brasileiro. Campinas: editora UNICAMP.

MARTINS, P.E. (2013) América Latina como expresión Del sistema-mundo en La organización de los modelos de desarrollo. In: Dossiê: trabalho e desenvolvimento- um debate atual? Caderno CRH, Salvador, v.26, PP.331-346.

MOTA, A.E; AMARAL, A; PERUZZO, J (2012). O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, A.E. Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez.

MAUSS, Marcel. (1974). Ensaio sobre a dádiva. In: sociologia e Antropologia. Vol.2 São Paulo:Edusp.

OLIVEIRA, F. de. (1978), Elegia para uma religião. Rio de Janeiro: Paz e terra.

_____. A economia Brasileira: crítica à razão dualista. 1976, Seleções CEPRAP. São Paulo.

OLIVEIRA, R.V. Suape em construção, peões em luta: o novo desenvolvimentismo e os conflitos do trabalho,(2013) Cad. CRH, [online] , vol. 26, n 68, PP.233-252. In HTTP:\\ dx. doi.org\10.1590\0103. [Consultado em 27.07.2014]

ROMANO, J.(2009), De volta para o futuro. Le Monde Diplomatique. Brasil. São Paulo. Ano 3, n.27, p.8-9, out.2009.

SINGER, Paul.(2002), Introdução a economia solidária. 1ª Ed. São Paulo: editora Perseu Abramo.

SUAPE/GOVERNO PERNAMBUCO.PAC/Complexo Suap. (2010) Disponível em: http:\\ www.suape.pe.gov.br/pdf. [consultado em 10.11.2014].

SAHLINS, Marshall Sahlins.(2003) Ilhas de História. Rio de Janeiro: Zahar.

SILVA, C.R.S. (2013), "Marisqueira e quilombola é tudo a mesma coisa": um estudo sobre as formas de mobilização política- o caso da povoação de São Lourenço-Goiana-Pernambuco. Dissertação apresentada a pós graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

SOUZA, M.L. (1987), Desenvolvimento de comunidade e participação. São Paulo: Cortez.

WANDERLEY, M.B. (1998), Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade. 2 ed. São Paulo: Cortez.

RELATÓRIO DA EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA, Arte e cultura, pesca artesanal e agricultura familiar: análise participativa com grupos socioprodutivos do município de Goiana – PE 2013 / Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia. – Recife: Hemobrás.

Sistema socioprodutivo econômico solidário em comunidades de fundo de pasto no município de monte santo – bahia - brasil

Fábio Santana dos Reis[1]

José Raimundo Oliveira Lima[2]

Resumo: O artigo analisa o sistema socioprodutivo econômico solidário em comunidades de Fundo de Pasto em Monte Santo no interior da Bahia-Brasil. Localizado no semiárido brasileiro as terras das comunidades são usadas de forma comum. Examinaremos as formas socioeconômicas constituídas como conjunto de relações que realimentam os territórios buscando uma leitura das relações econômicas e sociais na utilização dos recursos comuns. Em seguida, apresenta-se uma análise a partir da integração entre os sujeitos da comunidade que promove e aprimora o bem-viver socioeconômicos de assentamento humano dinâmico que ao longo dos anos vem superando a desintegração e a exclusão. A elaboração deste trabalho se deu a partir de discussões no Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Como resultado observamos a colaboração solidária existente nas comunidades de fundo de pasto que desenvolve um trabalho emancipado, autogerido que atendem as necessidades e desejos da população daquele território.

Palavras-chave: Economia Popular e Solidária; Comunidade de Fundo de Pasto; Território de Uso Comum.

Introdução

Para entender o sistema socioprodutivo econômico solidário das comunidades de Fundo de Pasto no Munícipio de Monte Santo na Bahia é necessário compreender a articulação da questão que envolve recursos naturais e sua sustentabilidade, o desenvolvimento econômico através dos padrões de consumo capitalista, pois as questões socioeconômicas solidárias das Comunidades de Fundo de Pasto - CFP no semiárido envolvem relações e interações sociais e fenômenos naturais não humanos.

Porém segundo o Garret Hardin (1968), ao propor a teoria da "tragédia dos comuns", desenvolvida sobre os pilares do individualismo metodológico e da racionalidade substantiva, ao analisar um pasto, afirma que os usuários, agindo em benefício próprio, irão sobrecarregar a área, ou seja, o recurso de uso comum, o que incorre numa tragédia. Uma visão alternativa sobre os recursos de uso comum foi proposta pela cientista política Elinor Ostrom (2011) ao elaborar sua teoria sobre autogestão dos recursos de uso comum.

A autora desenvolve sua teoria mostrando que nem sempre os manejos dos recursos de uso comum incorrerão numa tragédia, pois em sua abordagem teórica os saberes das comunidades tradicionais e as relações criadas entre eles devem ser respeitados, sendo que a relação de confiança seria fundamental no desenvolvimento das relações. Assim as comunidades seriam capazes de autorganizar-se e manejar de forma adequada e coletiva um bem comum.

---

1 Fábio Santana dos Reis - Mestrando em Ciências Sociais (2013 –) na linha de pesquisa Desigualdades Sociais e Políticas de Desenvolvimento Territorial - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB (Bolsista CAPES), Pós-Graduação em Educação e Pluralidade Sócio-Cultural-UEFS, Graduado em Ciências Sociais-UFBA. Graduando em Ciências Econômicas – UEFS. E-mail: fabsanre@yahoo.com.br.

2 José Raimundo Oliveira Lima – Doutor em Educação e Contemporaneidade na linha de pesquisa Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável do PPGEduC - UNEB; Mestre em Gestão Integrada de Organizações pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e Graduado em Ciências Econômicas pela UEFS. Atualmente é Membro do Conselho Estadual de Economia Solidária; Professor Assistente do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Coordenador do Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária (IPES) desenvolvendo atividade de Incubação que envolve Extensão, Pesquisa e Ensino.

Desta forma neste artigo, tem-se por objetivo compreender a forma de utilização dos recursos de uso comum, da Comunidade de Fundo de Pasto - CFP localizada no município de Monte Santo-Bahia-Brasil que estão vivenciando princípios da economia popular e solidária.
Para tanto, estas comunidades apresentam como seu principal modo de reprodução social, o uso de recursos comum, destacando-se o pasto, para a criação de animais a solta num bioma com restrições produtivas, mas que também lhes garante a condição de sobrevivência, pertencimento social e resistência.
Compreendendo isto, faz-se necessário definir as duas escalas utilizadas neste artigo. Uma, tentando contextualizar a existência de Comunidades de Fundo de Pasto -CFP numa dimensão da Região Nordeste do Brasil e no Semiárido da Bahia, elaborando uma descrição social e econômica do Município de Monte Santo e na última seção tentar diferenciar a lógica da propriedade privada e identificar a especificação que foi se configurando ao longo do tempo no uso comum de áreas de Comunidades de Fundo de Pasto com destaque para o manejo da caatinga, evidenciando um caso de sucesso dentro da teoria de Elinor Ostrom.
A segunda dimensão aborda o manejo dos recursos de uso comum, com uma pequena apresentação e análise das teorias da economia popular e solidária com a proximidade do modelo de utilização de áreas comuns desenvolvidas pelas comunidades de fundo de pasto.

Entendendo a comunidade de fundo de pasto no nordeste e o semiárido baiano

Os estudos desenvolvidos acerca da temática do semiárido brasileiro têm nos deixado atentos para não entrarmos em contradições ou em análises que pretendam diferenciar as abordagens sobre regiões e tomar a categoria semiárida como dicotômica a outras regiões, ou seja, sem nenhum tipo de articulação entre os vários territórios.
A região do semiárido brasileiro se caracterizou por muitos anos pela falta de chuva, porém o semiárido ganhou nova classificação elaborada pela iniciativa do Ministério da Integração Nacional – MI que propôs a criação de um grupo de trabalho, integrado por instituições do Governo Federal, com vistas à redelimitar a área geográfica de abrangência do semiárido brasileiro a partir de uma nova perspectiva buscou-se um acréscimo de critérios que:

> (...) decorreu da constatação da inadequabilidade do critério anteriormente adotado, em vigor desde 1989, que levava em conta apenas a precipitação média anual dos municípios dessa região. Com efeito, a Lei n 7.827, de 27 de dezembro de 1989, que criou e estabeleceu as condições de aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), definiu como semiárido: 'A região inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm (oitocentos milímetros), definida em portaria daquela Autarquia (inciso IV do art. 5 do Capítulo II Dos Beneficiários)'. A última atualização dos municípios do semiárido foi feita em1995, por meio da Portaria n 1.181 da antiga SUDENE. Com a extinção dessa autarquia, em 2001, o Ministério da Integração Nacional (MI) assumiu a atribuição, antes a cargo daquela Superintendência, de posicionar-se acerca dos pleitos de inclusão de municípios interessados em beneficiar-se do tratamento diferenciado das políticas de crédito e benefícios fiscais conferidos ao semiárido brasileiro. (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2005: 01).

Desde já percebemos uma discussão para propor mudanças e garantir a criação de novos critérios que podem caracterizar o semiárido brasileiro que não se restringe ao da falta de chuva. Essa realidade permanece até a criação dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste – FNE, onde os governos Estaduais e Municipais interessados nos recursos do Governo Federal lutam e defendem a inclusão do município como pertencente ao semiárido com o intuito de receber o financiamento.

Com a criação de novas políticas econômicas para a Região Nordeste do Brasil, adotaram análises puramente técnicas geográficas para essa nova delimitação do semiárido brasileiro elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial - GTI que tomou por base três critérios técnicos:

> Precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros; Índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; Risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990. Esses três critérios foram aplicados consistentemente a todos os municípios que pertencem à área da antiga SUDENE, inclusive os municípios do norte de Minas e do Espírito Santo. (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2005: 03)

Essa nova característica do semiárido brasileiro não leva em conta aspectos culturais, socioeconômicas da região. E com o fim da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE em 2001, a atenção do poder central voltou-se para os objetivos da política macroeconômica sob o domínio de ideias e políticas neoliberais, deixando a problemática do semiárido nordestino à margem de ações efetivas, realizando ações que se restringem as políticas compensatórias de transferências de renda.

Embora políticas compensatórias contribuam para minorar as condições adversas da população, contribuindo para redução da pobreza extrema, elas são assistenciais e voltadas para atender uma condição específica do indivíduo e não da região.

A composição da Nova Região do Semiárido brasileiro demostra a importância dessa região para os seus moradores e o Brasil. O Nordeste tem uma área que abrange 1.419,242,5 Km² , deste 69,23% da área fazem parte da Região do Semiárido, ou seja, uma área de 982,563,3 Km². Assim a Região Nordeste do Brasil com uma população 44.863.468, se divide em 1.735 Municípios onde mais da metade 1133 (65,30%) estão dentro da área do semiárido.

A população do Estado da Bahia é de 13.070,250, cerca de 6.453,283 estão dentro da região Semiárida totalizando 49,4% das pessoas vivendo no Semiárido onde 47,32%, ou seja, 3.055,127 destes moram na zona rural, formando uma população relevante, pois o número de habitantes é maior do que muitos Estados do Brasil e até mesmo de outros países.

Dos 417 Municípios existentes 265 Municípios, cerca de 65,3% fazem parte da nova formação do semiárido baiano ocupando um território de 69,7% de toda área que é de 564.273Km². Em uma comparação do total de 1.133 dos municípios do Semiárido do Brasil, hoje a Bahia tem 23,4% de municípios dentro do semiárido sendo o Estado com maior área territorial.

O Município de Monte Santo na Bahia

O Município de Monte Santo, na Bahia, localizado na região Nordeste do Brasil mais especificamente no semiárido baiano, está inserido, segundo a nova proposta estadual de regionalização, no Território de Identidade do Sisal. Monte Santo é uma Cidade da região do Nordeste Baiano, microrregião de Euclides da Cunha. Fundada em 31/10/1775, está a 489m de altitude, a 352 km distantes da capital da Bahia Salvador, tem clima tropical, faz fronteira com os Municípios de Cansanção, Euclides da Cunha, Quinjingue, Uauá, Jaguarari e Andorinha.

Sua história tem origem no século XVIII, quando no mês de outubro do ano de 1775, o Capuchinho Frei Apolônio de Toddi que se encontrava na aldeia indígena de Massacará - hoje situada no Município de Euclides da Cunha -, foi convidado pelo fazendeiro Francisco da Costa Torres a realizar uma missão de penitência na Fazenda Lagoa da Onça de sua propriedade; ali chegando deparou com uma grande seca e devido à escassez de água no local, não realizou a missão, decidiu então, seguir para o logradouro de gado denominado “Piquaraçá” onde existia um olho d’água em abundância conhecido atualmente como “Fonte da Mangueira”, localizado no pé da serra. (HISTÓRIA de Monte Santo..., 2013)

A formação das Comunidades de Fundo de Pasto se dá através de concessões de sesmarias (composta pela fazenda de gado da Casa da Torre) terras doadas pela Coroa Portuguesa, cuja extinção se deu pela resolução n°

76, de 7 de julho de 1822, assinada pelo então Príncipe Regente, D. Pedro de Alcântara. Como eram grandes áreas as mesmas não foram cercadas, o mesmo acontece com as áreas de Fundo de Pasto que não estão ligadas diretamente com a delimitação, através de cercas, para caracterizar os seus limites geográficos; pois, historicamente, as ocupações desses espaços se deram de forma diferenciada por não se caracterizar pelo surgimento das cercas, que garante a propriedade individual privada, pois se revela com características de terras de uso comum do território justificado por uma formação histórica das comunidades como consequência de relações socioeconômicas, políticas e culturais diferenciadas.

No entanto seus perímetros não são desconhecidos. As definições dos limites em marcos físicos (piquetes, árvores, pedras, rio, etc.) ocorreram ao longo do tempo, a passagem das gerações daquelas famílias que desde a época colonial ocupam as terras de fundos de pastos.

Vejamos abaixo uma representação no mapa da localização geográfica reduzida de Monte Santo no Estado da Bahia:

Figura 01: Localização do município de Monte Santo - Território do sisal no Estado da Bahia

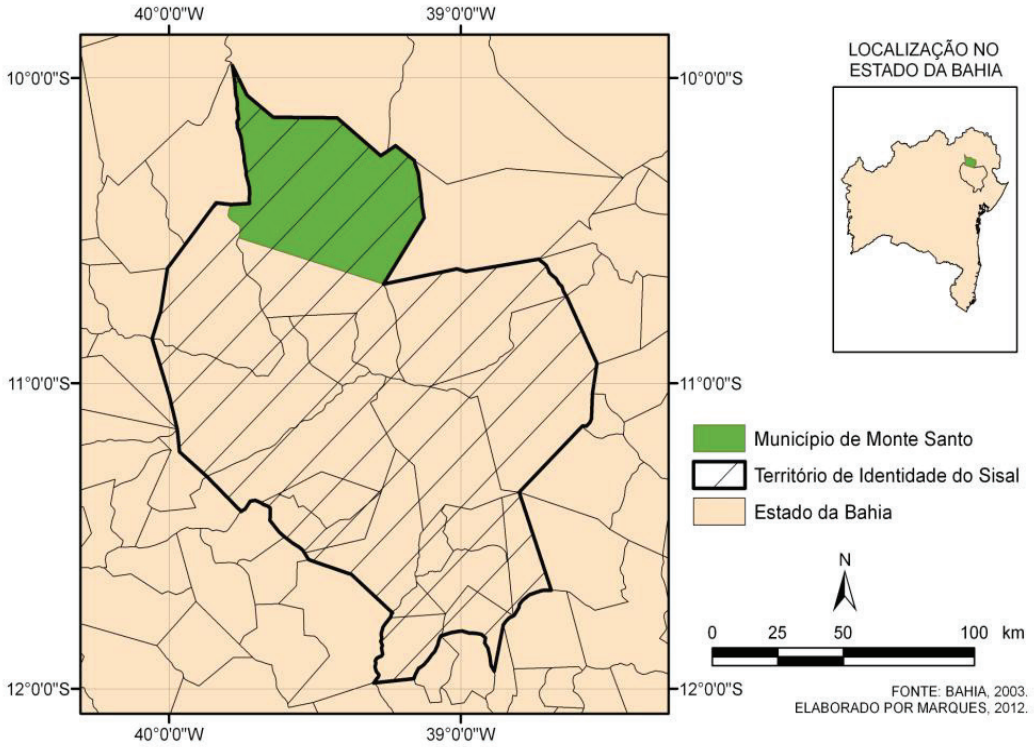

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), Monte Santo tem uma área territorial de 3.186,382 Km²; um total de 52.338 habitantes com uma população predominantemente rural de 43.515, ou seja, 83%. Esta população rural tem uma estrutura social formada por pequenas comunidades, com tamanhos limitados, um relativo isolamento, associado a uma homogeneidade e estabilidade social.

Nas comunidades rurais onde existe a presença do Fundo de Pasto a atuação dos grupos produtivos em Monte Santo ainda é restrita aos grupos social local, não atingindo a população da sede do município. Há uma tentativa de tornar mais forte seus produtos – mel, umbu, maracujá do mato, castanha de caju, licuri, etc. - já que as mesmas precisam de uma maior articulação para o bom andamento nos processos de produção, comercialização que tem como origem a terra de uso comum que se caracteriza como seu meio de produção.

Diferente da lógica de propriedade privada a Comunidade de Fundo de Pasto usa de forma comum

No Brasil, essa relação das comunidades tradicionais de fundo de pasto com a terra vem se modificando ao longo do tempo, pois se caracteriza, hoje, fundamentalmente pela penetração cada vez maior do grande capital. Este que a princípio concentrava suas atenções na esfera estritamente industrial e financeira localizada na zona urbana, atualmente procura novas áreas de atuação para exploração econômica com a ampliação de sua força no interior do Brasil. Desta forma, nos desperta a atenção sobre o uso socioeconômico comum nas áreas de Fundo de Pasto.

Uma das primeiras definições de CFP reside nos trabalhos da Comissão Pastoral da Terra - CPT da Diocese de Barra com o objetivo de trabalhar a questão de Fundo de Pasto nas comunidades no semiárido da Bahia publica uma cartilha intitulada "O que é Fundo de Pasto" na sua revista popular intitulada *"Caderno de Estudos e Debates Para as Comunidades"* neste documento a CPT (1999: 1) define o Fundo de Pasto da seguinte forma:

> O Fundo de Pasto é um jeito tipicamente nordestino de ocupar e utilizar as terras. São organizações comunitárias, nas quais a maioria é parente ou compadre que se dedicam a criação de pequeno porte e algumas cabeças de gado. As terras de Fundo de Pasto não são cercadas, mas abertas e comunitárias os limites são definidos pelo uso tradicional da comunidade, ou variantes na vegetação. No tempo seco, os animais soltos buscam comida e água a distâncias grandes. Essas áreas são conhecidas como Fundo de Pasto, solta, a caatinga, a chapada ou as terras devolutas.

Logo nessa primeira definição percebemos uma relação coletiva no uso da terra pelos sertanejos que vivem nas CFP, pois procuram criar seus animais pastoreando nas terras de uso comum que não são cercadas. Assim, complementando fundo de pasto é:

> [...] um modo secular de "viver", "criar" e "fazer" em que comunidades camponesas, que têm como valores fundamentais, a terra, a família e o trabalho, fazem gestão da terra e de outros recursos naturais, combinando terrenos familiares e áreas de uso comum, onde realizam caprino-ovinocultura de forma extensiva ou semi-extensiva em pastagem nativa, em grandes extensões de terra, no semiárido e nos cerrados nordestinos. Essas áreas são mais ou menos delimitadas, sem, contudo, serem cercadas. Geralmente as famílias têm casa, aguada e uma pequena área cercada (próxima a casa, na maioria das vezes) onde plantam em períodos chuvosos: legumes, mandioca, cana, palma etc., além de cultivarem fruteiras. A organização de cada comunidade varia de acordo com as condições climáticas e os critérios convencionalmente estabelecidos por cada uma. A compreensão dessas diferenças é fundamental para a "organização, a identidade política e o fortalecimento da luta de resistência.". (GERMANI; OLIVEIRA, 2006: 16).

Em Monte Santo-Bahia as CFP mantém uma áreas próxima à casa cercada de uso familiar e as áreas conhecidas como Fundo de Pasto que é de uso comum, esse arranjo social e espacial possibilitou uma resistência do grupo as condições climáticas.

Ainda definindo melhor fundo de pasto, veja as características citadas por Alcântara; Guiomar Germani (2010: 5),

> Neste esforço, se busca apreender esta realidade, em movimento, tentando visualizar os aspectos que as compõem: a) o Fundo de Pasto é uma experiência de produção do espaço típico do semiárido baiano; b) caracteriza-se pelo criatório de animais em terras de uso comum; c) além de criarem bodes, ovelhas ou gado na área comunal, possuem uma lavoura de subsistência na área individual sendo, portanto, pastores e lavradores; d) há uma articulação (e não somente um somatório) entre a área comunal e as áreas individuais: e) a coesão da comunidade se dá pelos laços de sangue

> proveniente da linhagem ou de aliança formando ao longo do tempo; f) têm como elementos reguladores das relações sociais o costume e a tradição; g) possuem historicidade, pois formam pequenas comunidades espalhadas pela caatinga, habitando estas terras há mais de um século.

Pode-se assim supor, que uma das razões prevalecentes, até o momento, no uso comum das áreas de Fundo de Pasto, foi à manutenção da identidade familiar das comunidades e o uso comum de áreas. Porém, nos últimos anos há um temor entre os membros de CFP, de ver instalar nas comunidades algum grande produtor ou indústria de mineração que reivindique o direito à apropriação individual de uma parte das terras de Fundo de Pasto. O perigo é real dado à importância e o despertar de interesses econômicos por empresas capitalistas que buscam explorar minérios e outras riquezas das áreas de Fundo de Pasto.

As Comunidades de Fundo de Pasto em Monte Santo na Bahia vivem em áreas de vegetação nativa (com predominância de caatinga) utilizadas como pastagens naturais e para extrativismo não comercial. Às atividades econômicas, acrescenta-se a pequena agricultura. As aguadas também são de uso comum: barreiros, tanques em lajes, rios, tendo como poços e cacimbas.

Como elemento central na organização socioeconômica de tais comunidades encontra-se a atividade produtiva de criação de caprinos, ovinos e bovinos soltos nas terras de uso comum. Por fim, representam "nosso jeito de viver no sertão", na expressão utilizada pelo movimento de fundo e fecho de pasto, que indica que a constituição das CFP não é pautada apenas por um critério econômico formalista, não se limitando a constituir-se apenas como uma área física que atende à criação de animais. Um dos pontos importantes diz respeito ao arranjo interno de regras costumeiras, para as quais as relações de parentesco, compadrio e vizinhança mediam a formação de solidariedade e ajuda mútua e os processos decisórios para o acesso a terra e uso comum de seus recursos.

Este modo de apropriação de uso comum da terra **é analisado** por Ostrom (2011) que passou grande parte da carreira no embate global sobre os ***bens comuns*** e como algumas comunidades no Japão, Filipinas, Califórnia, Canadá e Turquia, conseguiram gerir os recursos comuns. Os estudos empíricos nas comunidades que obtiveram êxitos na preservação e sustentabilidade no uso comum dos bens adotam um conjunto específico de regras, normas e sanções, para assegurar que tais recursos sejam utilizados de forma sustentável através da criação de instituições estáveis e autogestionárias.

De certa forma, os achados de Ostrom (2011) foram importantes, pois mostraram a insuficiência nos três modelos dominantes na explicação do uso e do manejo dos recursos comuns: ***a tragédia dos comuns*** discutida na proposta de Garrett Hardin. O arcabouço teórico da ortodoxia econômica prevê que, neste dilema social, prevalecem os interesses privados, individuais. Deste modo, verificar a melhor forma de controle destes recursos de uso comum é de fundamental importância para confirmar ou não se apenas o Estado ou o mercado é capaz de garantir a manutenção dos recursos, como tradicionalmente argumenta Garrett Hardin em Science (1968),

> la expresión 'la tragédia de los comunes' há llegado a simbolizar la degradación del ambiente que puede esperarse siempre, cuando muchos indivíduos utilizan simultaneamente um recurso escasso. Hardin concluye: 'Ahí está a tragédia. Cada hombre se encuentra atrapado em um sistema que o compele a aumentar su ganado sin ningún limite, en un mundo que es limitado. La ruina es el destino hacia el cual todos los hombres se precipitan, persiguiendo cada uno su próprio interés en una sociedad que cree en na libertad de los bienes comunes (HARDIN, 1968: 1244 Apud OSTROM, 2011: 37)

Seriam então os sentimentos de ganância e a perseguição de cada sujeito em satisfazer seu próprio interesse que levaria a destruição dos recursos de uso comum. Assim, Garrett Hardin propõe como solução a intervenção de um terceiro sujeito para fazer cumprir as decisões coletivas, ou sob a intervenção Estatal ou por privatização dos recursos.

O dilema dos prisioneiros, a tragédia dos comuns costuma ser formalizada na teoria dos jogos, (DAWES *apud* OSTROM, 2011: 38). Este é um jogo não cooperativo, simultâneo, de rodada única e que apresenta resultados

subótimos. Neste tipo de jogo, todos os jogadores possuem informações completas e não é consentida a comunicação entre eles.

Na ***lógica da ação coletiva*** desenvolvida por Mancur Olson (1965), para ele tal altruísmo é considerado uma exceção, e que o comportamento centrado nos próprios interesses é a regra. E sugere que a menos que se tenha um grupo muito pequeno, ou que haja uma coerção ou algum dispositivo especial que leve a um comportamento altruísta, os indivíduos racionais e centrados nos próprios interesses não agirão para promover os interesses comuns ou grupais.

Segundo Ostrom (2011) tais explicações teóricas são insuficientes, pois se baseiam no problema do *free-rider*, situação que os indivíduos agem contra o interesse coletivo se beneficiando de recursos, bens ou serviços sem pagar o custo do benefício. Defende então que estes modelos não são necessariamente errados, são casos específicos que só se aplicam quando os indivíduos agem independentemente, têm altas taxas de desconto, pouca confiança mútua, e não há meios de vigilância e controle do uso excessivo dos recursos comuns.

Como demonstram estudos empíricos no mundo inteiro realizado pela Ostrom (2011), e os estudos aqui realizados das comunidades de Fundo de Pasto em Monte Santo na Bahia, instituições coletivas, frequentemente centenárias, manejam com surpreendente eficiência sistemas e recursos ambientais extremamente complexos: ao invés de ignorá-las ou destruí-las por considerá-las antiquadas ou pré-modernas.

O desafio dos sujeitos das Comunidades de Fundo de Pasto é o de manter vivo o auxílio por meio do diálogo com outras áreas sociais e políticas, além da econômica para preservação do território de uso comum.

A economia popular solidária e as potencialidades do trabalho autogestionário na comunidade de fundo de pasto em monte santo na Bahia-Brasil

A economia popular solidária propõe uma nova concepção de economia, visto que engloba diferentes formas de organização coletiva nas quais se destacam as cooperativas e as empresas autogeridas. E segundo José Raimundo Oliveira Lima (2014: 14)

> A economia popular e solidária pode aparecer em diferentes formas de organização, [...] em que as pessoas se responsabilizam por criar sua própria fonte de existência com base no trabalho, seja para ter acesso a bens e serviços de qualidade com o menor custo, numa perspectiva solidária e de reciprocidade que prefere os interesses de grupo em detrimento aos individuais, seja por uma relação produtiva mais saudável ambientalmente e sustentável economicamente.

Nestes termos, economia popular e solidária é praticada diariamente nas relações socioeconômicas das Comunidades de Fundo de Pasto em Monte Santo - Bahia sendo conhecida por reunir vários tipos de cooperação (formação das associações, grupos produtivos), resultantes da associação voluntária de pessoas. Esses empreendimentos socieconômicos **são organizados em gestão coletiva, propriedade comum dos meios de produção** (terra de uso comum-Fundo de Pasto) e relações de trabalho normatizadas pelos princípios: autogestão, participação, desenvolvimento humano, cooperação e associativismo.

Conforme destacam Singer e Souza (2000 apud LEONELLO, 2010: 64)

> a autogestão se refere aos trabalhadores associados que são os efetivos gestores do processo produtivo e das relações de trabalho. A participação acontece quando os trabalhadores associados fazem parte do processo decisório no âmbito dos empreendimentos solidários; e o desenvolvimento humano quando é entendido como valores diferenciais que caracterizam a organização do processo produtivo e as relações entre os participantes dos empreendimentos solidários.

Na concepção de Arroyo e Schuch (2006, p. 63 apud LEONELLO, 2010: 64),

> Economia popular e solidária é aquela que acrescenta o desafio de, ser germinada, brotada de dentro para fora, de baixo para cima, aberta para o mundo, mas com

> identidade própria, que possa estabelecer um diálogo em que o eixo é o equilíbrio, a distribuição, a justiça. É a economia que se estabelece a partir da associação, da cooperação, da comunhão, tanto entre indivíduos para a constituição de empreendimentos coletivos como entre empreendimentos para obter saltos de ser compreendidas como empreendimentos coletivos.

Assim, analisando a Comunidade Tradicional de Fundo de Pasto do Paredão do Lou de Monte Santo verifica-se que ela, apresenta conflitos internos oriundo das relações sociais. Porém através da cooperação, comunhão conseguiu manter-se um grupo coeso, solidários entre os seus e para com as demais comunidades de Fundo de Pasto. Além de conseguirem preservar o meio ambiente, constituindo assim, um caso de sucesso sob a ótica da economia popular e solidária que,

> [...] propõe a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência, mantendo vínculos de fortalecimento com redes da cadeia produtiva (produção, comercialização e consumo) espalhadas por diversos países, com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis. (ARROYO; SCHUCH, 2006: 83).

Essas formas de organização socioeconômicas presenciada nas comunidades de fundo de pasto aqui estudadas, mantém uma forte ligação com esses princípios que levam a uma permanência da vida dos sujeitos através de um reconhecimento do seu lugar - terra - em permanente relação de convivência com a natureza que valoriza o uso comum.

Portanto as CFP representam práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez de acumulação privada, busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios. Assim as áreas de uso comum preservadas pelas CFP é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

Portanto, as áreas de uso comum das CFP de Monte Santo na Bahia são emancipatórios e existe até hoje pelo seu fundamento baseado na valorização da sua cultura da cooperação, da solidariedade, da partilha e preserva valores como o social e o cultural de uma atividade econômica.

Considerações finais

É impossível desvincular a existência das Comunidades de Fundo de Pasto da forma peculiar do uso comum das áreas coletivas. Como resultado dessa relação socioeconômica as comunidades travam lutas diárias com vários setores da sociedade como o político, o econômico e social para garantir o acesso a terra e a sua forma de utilização.

O Município de Monte Santo-Bahia tem uma população predominantemente rural onde identificamos formas de organização coletiva nas Comunidades Fundo de Pasto. A região, apesar da rigorosidade climática, comporta uma riqueza biológica e paisagística proporcionada pela caatinga, mas que vem sofrendo um desequilíbrio devido à prática das queimadas que influencia na fauna e flora nativa.

A escassez de água é apontada como o grande problema da região, e é através da organização autogerida em associação que a luta pela terra se torna mais coletivizada na disputa de poder que proporcione um reconhecimento pela sociedade e o Estado do uso comum da terra.

As Comunidades de Fundo de Pasto apresentam sua reprodução social assegurada principalmente através dos seus recursos de uso comum, em que, destaca-se o sistema típico de pasto. Seu jeito de viver está assegurado pela confiança entre os seus e articulação de suas instituições, não só as formais, mas principalmente as informais nos limites de cada comunidade atendendo aos princípios da economia popular solidária.

Neste contexto, as teorias dos recursos de uso comum e o da economia popular solidária tornam-se importantes para analisar o manejo dos recursos naturais nestas comunidades.
A teoria tradicional dos recursos de uso comum representadas pela *tragédia dos comuns*, pela *teoria dos jogos* e pela *teoria da ação coletiva*, afirmam que as comunidades não são capazes de obter sucesso, pois o ser racional, um constructo teórico do *mainstream,* irá privilegiar sempre os interesses individuais em detrimento do coletivo. Ou seja, no caso dos Fundos de Pastos, os moradores das comunidades iriam agir de forma egoísta de modo que o bioma caatinga seria destruído. Para esta teoria só um terceiro sujeito (mercado ou Estado), seria capaz de impor o cumprimento das decisões e evitar a tragédia.
Outra visão dos recursos de uso comum é a de Ostrom, esta faz uma crítica à teoria tradicional e afirma que há diversas possibilidades de obter sucesso e que não há uma fórmula única. Ressalta a importância dessa forma de organização socioeconômica das áreas de uso comum, a organização autogestionária constitui uma oportunidade de permanência no território a partir de suas experiências concretas de vida.
A atual relação entre os membros das comunidades de fundo de pasto e estes com a natureza no seu sistema socioprodutivo contém princípios da economia popular e solidária: de preservação, autogestão, solidariedade, associativismo, cooperação e relação de confiança no fator de produção que são as terras comuns que garantiram e garantem a manutenção do sistema de uso comum de Fundos de Pasto que respondeu a algumas demandas econômicas que os ajudaram a viabilizar a reprodução social destas comunidades tradicionais, que precisam melhorar os processos organizativos na base da economia popular e solidária na determinação em afirmar seus valores, pois **são fundamentais para a sobrevivência e manutenção dos Fundos de Pasto.**

Referências

ALCÂNTARA, D. M. de; GERMANI, G. I. **As comunidades de Fundo e Fecho de Pasto na Bahia: luta na terra e suas espacializações**. Revista de Geografia, Recife, UFPE – DCG/NAPA, n° 01, v. 27, pp. 40-56, jan/abr. 2010.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária:** a alavanca para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. (Brasil urgente).

CPT et al. O que é Fundo de Pasto. **Caderno de Estudos e Debates Para as Comunidades.** Barra-Ba: nov 1999.

GERMANI, Guiomar I.; OLIVEIRA, G. Garcia de. Assentamentos rurais no médio São Francisco (Bahia-Brasil): políticas públicas, conflitos e resistências. Trabalho apresentado no **VII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural**. Quito, 2006.

HISTÓRIA DE MONTE SANTO, Disponível em www.montesanto.net, [consultado em 20-5- 2014].

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2010, Disponível em http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=292150, [consultado em, 10-10-2013].

LEONELLO, João Carlos. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. – Franca: [s.n.], 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Orientadora: Neide Aparecida de Souza Lehfeld

LIMA, José Raimundo Oliveira. **A economia popular e solidária como possibilidade de política pública capaz de contribuir para o desenvolvimento local sustentável**, Disponível em http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Arquivos, [consultado em, 8-5-2014].

MARX, Karl. **O Capital: crítica à economia política**. Lisboa: Progresso-Editorial, 1990.

BRASIL. MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Nova delimitação do semiárido brasileiro, Disponível em http://www.asabrasil.org.br/UserFiles/File/cartilha_delimitacao_semi_arido.pdf, [consultado em, 6-6-2014].

O SEMIÁRIDO DA BAHIA, Disponível em, www.bahia.com.br, [consultado em, 6-6-2014].

OSTROM, ELINOR. **El gobierno de los bienes comunes**: *la evolución de las instituciones de acción colectiva*. 2.ed. México: FCE, UNAM, IIS, 2011. (Colec. Economía Contemporánea)

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

SABOURIN, E.; CARON, P.; SILVA, P. C. G. da. **O manejo dos "Fundos de Pasto" no nordeste baiano: um exemplo de reforma agrária sustentável**. Raízes**,** Campina Grande, UFPB, v. 18, n. 20, p. 90-102, nov. 1999.

Arranjos associativos de catadores de materiais recicláveis: da abertura institucional a determinadas práticas e resistências

Ari Rocha da Silva[1]

Marília Veríssimo Veronese[2]

Resumo: Esse trabalho objetiva fornecer subsídios à compreensão do atual contexto de formação e consolidação de associações de trabalho de catadores de materiais recicláveis. O cenário, em certa medida, é favorável à montagem e à manutenção do trabalho associativo de catadores nos municípios brasileiros. Entre alguns aspectos, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n. 12.305 / 2010), em seus preâmbulos, institui a importância e a necessidade dos governos municipais revigorarem as atividades de catadores em seus planos de manejo de resíduos sólidos. Dessa forma, este texto traz um levantamento comparado das características de cinco associações de catadores de materiais recicláveis existentes no município de Passo Fundo / RS, para que possamos perceber nas suas práticas as facilidades e os obstáculos que se defrontam esse determinado segmento de trabalhadores.

Palavras-chave: Trabalho, Associativismo, Ação Social, Catadores, Materiais Recicláveis

Introdução

Este trabalho objetiva fornecer subsídios para compreender o atual contexto de formação e consolidação de cooperativas de trabalho de catadores de materiais recicláveis. O cenário, em certa medida, é favorável à montagem e à manutenção do trabalho associativo de catadores nos municípios brasileiros. Entre alguns aspectos, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n. 12.305, de 02 de agosto de 2010, decretada no Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República), em seus preâmbulos, institui a importância e a necessidade dos governos municipais revigorarem as atividades dos catadores em seus planos de manejo de resíduos sólidos. Dessa forma, este texto traz um levantamento comparado das características de cinco associações de catadores de materiais recicláveis existentes no município de Passo Fundo / RS para que possamos perceber nas suas práticas os obstáculos e facilidades que se abrem a esse determinado segmento de trabalho.

Buscou-se, num primeiro momento, observar o número de pessoas que se agregaram aos empreendimentos associativos em Passo Fundo, bem como as infraestruturas e os materiais disponíveis em vista dos catadores executarem o trabalho básico da reciclagem de materiais - transporte, captação, depósito, seleção e enfardamento dos materiais -, nos anos de 2012-13. Mediante estes dados, a preocupação foi analisar, embora ainda em caráter inicial, as interações entre catadores e outros agentes sociais interessados em discutir as questões ambientais, de trabalho e dos resíduos sólidos no município em destaque. Sublinha-se a perspectiva de analisar como interlocutores dos catadores, como os próprios representantes do Estado, da sociedade civil (ONGs, Igreja) e das empresas privadas, perfazem uma rede de interesses em intervir nas políticas públicas correlatas aos resíduos produzidos na cidade.

As dimensões políticas são ressaltadas nessa abordagem, pois os interesses sociais envolvidos na dinâmica do trabalho de reciclagem de resíduos constituem-se em aspectos centrais nessa comunidade, consubstanciados na luta em definir os espaços de atuação e garantias econômicas.

---

1 Sociólogo. Mestre em Desenvolvimento Regional. Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio do Sinos – UNISINOS.

2 Mestre e doutora em Psicologia Social. Docente e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNISINOS.

Frente a este contexto, a própria participação dos grupos de catadores torna-se emergente, visto o grau de importância adquirido pelo trabalho do catador, cujo cerne da atividade acaba sendo estratégico às próprias administrações locais e interesses empresariais privados. A atividade se converte em um trabalho fundamental, que seria de responsabilidade do poder público municipal, como o recolhimento e destino de certo volume de materiais descartados pela sociedade.

Questão social e seus atores

Muitas são as questões que entram em pauta de discussão nessa segunda década do século XXI, como a própria insegurança da vida contemporânea em sociedades muito dinâmicas, matizadas por aceleradas transformações, seja nos âmbitos da formação educacional, dos novos papéis de gênero e das mudanças no círculo familiar. Estabelecem-se contatos entre diferentes formas de viver, enaltecendo o aspecto da alteridade, do "eu e os outros", fazendo-nos pensar no plano das identificações que produzem estranhamentos e conflitos. Relacionadas à insegurança cotidiana estão também em ponto de pauta as questões ecológicas e do trabalho, aspectos caros às sociedades modernas, haja vista os rumos que o próprio processo de industrialização, urbanização e de desenvolvimento econômico geraram, tornando mais complexas as relações sociais. Acompanhamos as intensas transformações produzidas em âmbito globalizado, como a poluição do meio ambiente e as desigualdades sociais extremas geradas pela falta de trabalho de boa qualidade e garantias sociais a ele associadas.

Ligada ainda a essas questões de ordem ambiental e trabalho, encontra-se a problemática do lixo urbano das cidades, assim como o trabalho precarizado de uma parcela de trabalhadores que vivem da atividade de coleta de materiais (resíduo urbano) que são descartados pela população em geral. Dessa forma, a discussão do lixo urbano perpassa por uma preocupação que dispara acirrados debates na sociedade; estes dizem respeito tanto ao apelo pela diminuição dos níveis de desperdício de matéria-prima retirada da natureza, quanto às condições de trabalho de um segmento da população que depende da reciclagem de materiais para sua sobrevivência.

Assim, pode-se observar a atual conjuntura sendo permeada por indefinições no que diz respeito a questões ligadas ao meio ambiente e as condições de trabalho informal e mal remunerado em nossa sociedade, especificamente de um contingente de pessoas que executam a catação de materiais desprezados pela maioria da população. Este atual momento é decisivo, seja do ponto de vista estrutural da economia, seja pelas possibilidades que passam a ser promovidas pelas políticas públicas visando reverter o fosso de desigualdade que afeta o Brasil.

A despeito das limitações que podem ser apontadas para o processo de superação das desigualdades, conduzidas pelas políticas distributivas dos últimos dez anos no Brasil - especialmente no tocante à moradia, transporte público e cobertura satisfatória em educação e saúde -, é possível identificar áreas de avanço e inovação social. Para isso, há que se compreender o próprio papel do Estado na relação de forças com a sociedade civil, para influenciar as políticas públicas que definem as operações de trabalho e incentivos que estabelecem o reuso de materiais descartados pela população.

Os processos da globalização e redemocratização de um país provocam o redimensionamento de estratégias e ações de diversos atores, abrindo possibilidades de comunicação e arregimentação de poderes na proposição e fomento de políticas públicas e das práticas em geral. Há que se salientar o quanto nos parece importante a organização de grupos de trabalhadores que vão se constituindo como atores econômicos, políticos e identitários, emoldurando o espectro das possibilidades criadas frente às estruturas e instituições já constituídas. Esboçando, inclusive, suas subjetividades e formas de expressão reivindicativa.

Uma interrogação é necessária nesse momento. Os catadores de materiais recicláveis podem esboçar possibilidades, mesmo que tênues e ainda dependentes, para compor ações que os levem a adquirir maior liberdade e autonomia, na medida em que aprendem a expressar seus valores culturais e galgar maior valorização e respeito no interior da sociedade? Nesse ponto, a reflexão de Touraine pode orientar futuras investigações que procurem dar conta dessa e outras indagações, abrindo ainda mais o campo de pesquisa para se pensar as ações dos sujeitos em sua conectividade num mundo cada vez mais complexo.

> É urgente que se desenvolvam novos esforços de investigação que finalmente olhem de frente a própria ação social, que estudem os atores não só nos seus atos, mas também na análise que eles próprios fazem desses atos, e que tentem fazer emergir, para lá das condutas-respostas impostas pela existência de uma ordem social, as condutas de questionamentos, pelas quais a sociedade se produz conflitualmente. A formação de novos movimentos sociais e a transformação da análise sociológica não podem ser separadas uma da outra. (Touraine, 2006: 198)

Percebemos nesse momento, embora seja claro que devamos aprofundar nossas investigações, que estão ocorrendo avanços na condição de que determinados grupos venham a descobrir a noção de direitos humanos amparada na sua própria racionalidade cultural e na sua intervenção social, dentro de um contexto mais heterogêneo de ideias e manifestações abertas. Certamente, a possibilidade de pesquisas nesta área tem importância fundamental por indicar em que medida existe a capacidade dos indivíduos tornarem-se sujeitos, agentes ativos, em um mundo em permanente e intensa transformação. No caso das pesquisas que embasam esse texto, trata-se de sujeitos que sofrem uma condição de aviltamento e marginalização frente a suas condições de trabalho e enfrentam os efeitos de múltiplas desigualdades, falta de oportunidades e estigmatização. Seu espaço na sociedade ainda é ambíguo, situando-se no "entre" ser um trabalhador imprescindível ou um ser desqualificado socialmente.

Não obstante, a inclusão social dos catadores na cadeia da reciclagem vem sendo objeto de uma série de leis, decretos e normativas para o fomento à atividade, com o objetivo da inclusão desses trabalhadores na cadeia da reciclagem. Em trabalho publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2012), algumas ações recentemente foram realizadas: destinação de 280 milhões de reais para ações voltadas aos catadores de materiais recicláveis entre 2003 e 2010; constituição do Comitê Interministerial de Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC) em 2003, e formação de uma secretaria executiva em 2007; proposição de uma política de Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos (PSAU), com a previsão de remuneração dos catadores pelos serviços ambientais resultantes de sua atividade; instituição do Programa Pró-Catador (BRASIL, 2010), com a finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores.

Segundo estimativa do ano de 2012, mencionada pelo próprio Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, aproximadamente 600.000 pessoas sobrevivem da coleta, processamento e comercialização do lixo, ou material reutilizável (IPEA, 2012). Para efetivar o seu trabalho de acordo com a Lei nº 11.445, Art. 57 e Inciso XXVII do caput do Art. 24 (BRASIL, 2010), a contratação dos catadores demanda a formalização de uma cooperativa que possua equipamentos compatíveis com normas ambientais e de saúde. Os catadores estabelecem acordos e convênios com as prefeituras e atuam na limpeza pública. Para que os empreendimentos cooperativos atinjam as condições exigidas, um extensivo trabalho de apoio e fomento tornou-se necessário, devido à precariedade do trabalho no campo. (MANDELI et al, 2013).

Entre vários movimentos sociais de suma importância a serem analisados no atual contexto, está o Movimento de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Podemos entendê-lo como ator social (coletivo), segundo expressão de Touraine (2006), estabelecido mediante esforços e espaços encontrados por seus integrantes que arregimentam forças, muitas delas visando garantir melhores possibilidades de trabalho e a atenção das políticas públicas em seus diversos âmbitos. Tal Movimento, sem dúvidas, vem pautando um debate relacionado às condições de trabalho dos catadores e vem, precisamente, pressionar os vários escalões governamentais em vista de buscar melhores garantias de trabalho e comercialização daquilo que o catador produz.

O sujeito catador de materiais recicláveis faz parte de um contingente da população geralmente não inserido no mercado de trabalho formal, oriundo de estratos pobres, desempregado, muitas vezes migrante, sem educação formal ou apenas fundamental. Isso se aplica em termos gerais, pois há uma grande heterogeneidade entre os que trabalham nas cooperativas de reciclagem ou nas ruas das cidades.

Contudo, predominantemente, os catadores individuais podem eventualmente ser considerados, segundo Bhowmik (2002) os mais pobres entre os pobres no meio urbano, aquele que vive do lixo e para quem a este representa, muitas vezes, a única fonte de sobrevivência, eventualmente de forma precária, levando os sujeitos a experimentarem o que Miura e Sawaia (2013) descreveram como sofrimento ético-político. Sabendo o lugar

que o lixo ocupa no imaginário social, pode-se pensar na possível identificação da pessoa do catador com seu material de trabalho: o lixo.

De acordo com Pizzio (2007), trabalhadores que participam de coletivos, sejam cooperativas, associações ou movimentos sociais, têm mais chance de desenvolverem uma identidade de resistência, que pode levar a superar o estigma e a desqualificação social. Nesse sentido, torna-se importante analisar o MNCR, que tem sua importância destacada na luta por protagonismo e direitos sociais desses sujeitos.

O MNCR surge, sobretudo, pela busca por enfrentar coletivamente os desafios, dentre os quais a própria falta de trabalho formal, as péssimas condições dos aterros de lixo municipais e o descaso das autoridades de Estado a esta parcela da população que busca seu sustento através de um trabalho com poucas garantias econômicas e sociais. Geralmente os catadores, vinculados ou desvinculados de formas de organizações sociais de trabalho (associações ou cooperativas), passam várias horas diárias pelas ruas das cidades acumulando materiais (papéis, garrafas, plástico, vidro, latas etc.) que serão vendidos aos empreendimentos intermediários do setor da reciclagem, em seus carrinhos/carroças. Esses intermediários, "atravessadores" como alguns catadores costumam denominar, revendem estes materiais às indústrias para serem processados e recondicionados. Como, geralmente, a acumulação de materiais por parte dos catadores é reduzida, em baixa escala, o trabalhador acumula pouca margem de negociação para garantir melhores preços pelo material "produzido", tornando-se presa fácil dos agentes que se colocam entre o catador e o reciclador de fato nessa cadeia econômica, o chamado atravessador. Nesse sentido é que os coletivos podem ser protetores (fazer parte de grupos associados), pois ao acessar políticas públicas, adquirir caminhão próprio ou alugado em uma condição favorável, a quantidade de material aumenta e com ela o poder de negociação na venda. Advém daí também a ideia das redes de cooperativas, que atuando conjuntamente aumentam sobremaneira tais vantagens, e que começam a ser pensadas e montadas, a exemplo da Coopercan em Canoas-RS.[3]

Atinente a um processo de trabalho que se torna comum em pequenas, médias e grandes cidades, cabe buscar perceber as trajetórias e perspectivas de sujeitos que podem organizar-se em uma associação de trabalho ou, até mesmo, enfrentar as dificuldades de seu trabalho de forma individual, independente. Ligada a esta problematização mais geral, cabe pensarmos quais são as relações entre catadores e as políticas públicas para disciplinar a organização do lixo urbano (sejam elas em âmbito federal, estadual e/ou municipal) e os demais interesses da sociedade civil, como empresas privadas, ONGs, igrejas etc. Ou seja, como algumas experiências de sujeitos que trabalham como catadores se compõem, são refletidas por eles mesmos e cruzam a rede de relações que instituem as políticas de resíduos em certa localidade? Nesse sentido, há que se perceber, como sugerido acima, a própria capacidade reflexiva de sujeitos que praticam este trabalho, percebendo suas experiências e estratégias de vida. Partimos da ideia de que, segundo Dubet (2003: 48):

> Cada um de nós age também em diferentes "mercados" em que dispõe de recursos e "capitais" e, mesmo se o poder não é definido por um jogo com soma nula, acontece que o poder se adquire por uma capacidade estratégica própria, que não é unicamente imposta pela estrutura das posições. A heterogeneidade dos registros da ação determina a natureza de um jogo das desigualdades sem fixá-lo totalmente, e os atores são também obrigados a construir uma parte de sua igualdade, ou daquilo que eles consideram como tal, através da defesa de sua face, de sua dignidade e de sua honra.

Mediante esta perspectiva e da interlocução com sujeitos catadores em particular, cabe-nos começar a entender o momento histórico ligado às condições de vida e trabalho desse segmento social. Faz-se importante priorizar os sentidos, identificações e estratégias de ação que fazem parte do caráter reflexivo dos sujeitos e das dinâmicas de poderes que os envolvem, revisando a própria noção de pobreza num âmbito histórico-social, como foi gerada e está sendo mantida. (SALGADO, 2005) Estende-se a isso, a possibilidade de se perceber questões que digam respeito às preocupações ambientais de uma cidade, da produção, segurança e qualidade

3 Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis de Canoas, formada por sete cooperativas de reciclagem de Canoas, Nova Santa Rita e Esteio.

de vida da população, bem como sobre as possibilidades que se abrem a determinados formas de reivindicação de trabalho no Brasil. Particularmente, devem-se buscar também referências nos aspectos culturais de um segmento social urbano específico, na vida simples dos sujeitos para que possamos analisar o mundo concreto das relações sociais e de seus sentidos (MARTINS, 2012), observando suas próprias ações e condicionamentos frente a questões amplamente discutidas por toda sociedade.

Avanços e obstáculos da organização associativa

O município de Passo Fundo, localizado na porção Norte do estado do Rio Grande do Sul, constitui-se como pólo regional de desenvolvimento, pois se configura como uma importante cidade agregadora de um forte setor de serviços, basicamente no segmento de saúde e educação. Município com, aproximadamente, 190 mil habitantes, recebe diariamente pessoas de outros municípios circunvizinhos que vão buscar acesso aos serviços disponíveis em Passo Fundo. Assim, a cidade dinamiza-se, absorvendo um fluxo consistente de pessoas, a partir daqueles que vem de forma temporária ou daqueles que migram definitivamente para a localidade para constituir moradia, ingressando ou buscando ingressar no mercado de trabalho local.

A questão dos resíduos urbanos é realçada na dinâmica da cidade de Passo Fundo, pelas características mencionadas acima, o que consubstancia certa condição e preocupação com os resíduos gerados nessa localidade, de adensamento populacional não desprezível. Para exemplificar a problemática do lixo urbano uma questão é eloquente: o aterro sanitário do município está esgotado e foi decretado o seu fechamento pelo Ministério Público. A Prefeitura Municipal tem de pagar para que o lixo seja levado a outras localidades, pois não tem condições de acondicionar o lixo gerado nos seus próprios domínios. Este problema preocupa as autoridades locais, pois os recursos destinados a atual política de descarte de materiais são altos, envolvendo empresas de recolhimento do lixo nas ruas e, posteriormente, o envio do mesmo para outros aterros sanitários de outros municípios do Estado.

Paralelo a esse processo, o trabalho de reciclagem ainda é insuficiente, inadequado e ineficaz. Segundo dados da Secretaria do Meio Ambiente de Passo Fundo, das 3.600 toneladas de lixo recolhidos ao mês em Passo Fundo, apenas 84 toneladas são recicladas, ou seja, 2,33% do material descartado pela população.[4] Correlato a isso, constata-se a baixa separação do lixo pela população, mesmo quando há formas de recolhimento regulado para que seja dado o destino correto a materiais que possam ser reutilizados.[5]

Apenas a título de informação, podemos ver na figura abaixo o potencial de aproveitamento de algumas cidades, capitais ou não, que apesar de datados do ano de 2008, podem dar uma visão comparativa de como algumas cidades conseguem um aproveitamento significativo enquanto outras, muito pequeno:

4 Avaliação da Situação dos Resíduos Sólidos em Passo Fundo. Relatório da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Passo Fundo (2013).

5 A Prefeitura Municipal utiliza o sistema de contêineres para a coleta de lixo seletivo, implementado apenas na região central da cidade. Observa-se, todavia, que o processo de coleta seletiva é mal conduzido, pois os contêineres não suprem a demanda do lixo descartado. Além disso, há demora para o recolhimento dos resíduos, tanto orgânicos quanto recicláveis, acondicionados nos contêineres. Por sua vez, percebe-se que o depósito do lixo nos contêineres não é adequadamente separado pela população, os materiais orgânicos e inorgânicos geralmente estão misturados, colocando em descrédito a própria eficácia da política de separação e destino seletivo dos descartes.

Figura 1 – Potencial de aproveitamento do lixo

Fonte: CEMPRE, ABRELPE, NY Times, The European Green City Index e Relatório de Resíduos Sólidos Urbanos – 2007 – Rosimeire Midori Rosa Lima

É nesse contexto que se insere a própria importância do trabalho de reciclagem e que se encontra na base do processo de participação dos catadores de materiais. O catador, tão desvalorizado e em grande parte estigmatizado por sua condição social de trabalho e carência econômica, é aquele que produz atividades com o lixo, com aquilo que restou e ninguém mais deseja. Ao mesmo tempo, o lixo é algo que tem potencial de gerar renda, potencial energético, tudo dependendo de investimento e organização para tal.

O trabalhador, de certo modo, ganha algum nível de importância pela possibilidade de galgar melhores condições de trabalho, visto que alternativas para o trato dos resíduos estão sendo buscadas pela municipalidade, dado o contexto de urgência em aproveitar os potenciais do lixo. O processo relativo de empoderamento econômico de uma categoria de trabalhadores tão discriminada em sua história é uma possibilidade de alcance, porém não é nada fácil e deve exigir grande esforço propositivo das políticas públicas por parte dos envolvidos. As possibilidades de manutenção econômica de pessoas que encontram no trabalho de catação de materiais que outras pessoas descartam não é algo simples, embora a conjuntura seja, como foi sugerido anteriormente, mais favorável para que se pense no reuso de materiais, haja vista, igualmente, as possíveis crises energéticas que se avizinham e a escassez de recursos materiais a serem explorados na natureza em nossa economia capitalista.

A complexidade do trabalho dos que atuam na separação, coleta e encaminhamento para reciclagem dos materiais reutilizáveis está relacionada à valorização do trabalho e do catador e, também, da infraestrutura, formas de organização e condições das atividades, sejam autogestionadas pelos trabalhadores ou organizadas por órgãos do poder público, iniciativa privada ou sociedade civil. Fato concreto é que trabalhadores, governos e empresas buscam soluções para suas necessidades: seja pela manutenção econômica dos catadores informais que fazem a catação pelas ruas da cidade; seja pela gestão ambiental de responsabilidade dos governos; ou pelo ponto de vista empresarial, pela otimização dos níveis de produção e consumo em escala mundial, de forma mais rápida, econômica e, até mesmo, mais sustentável.

Particularmente, as condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis em Passo Fundo encontram-se ainda precárias, embora haja um processo em andamento de adequação da própria categoria em seus diferentes grupos de trabalho espalhados pela cidade. São diversas experiências que se observam pela cidade e dão a perceber o quanto é difícil a realidade daqueles que trabalham na base do processo de reciclagem, seja atuando

sozinho ou com sua família, ou aqueles que por diferentes motivações e oportunidades venham a trabalhar em projetos associativos, dentro de uma embrionária concepção cooperativa do trabalho.
Ao identificarmos cinco grupos associativos, buscamos privilegiar os aspectos semelhantes e discrepantes entre as associações, em termos de suas composições de pessoal que trabalha para gerir a organização, bem como suas dificuldades, influências e experiências práticas cotidianas.
As atividades das associações de catadores que executam o processo de separação, seleção, organização dos fardos e preparo para o encaminhamento à reciclagem, ainda representam um retorno muito baixo em termos de montante financeiro aos catadores. Este aspecto é um fator limitante e que, em muitos casos, provoca uma alta rotatividade de catadores no empreendimento associativo. Investir o seu tempo em um trabalho que muitas vezes não lhe dá um retorno esperado em muitos casos para o catador torna-se algo desestimulante. O trabalho como catador, nesse sentido, torna-se apenas um "bico", um trabalho temporário, para sanar uma dificuldade financeira premente ou quando não se tem um trabalho mais estável em vista.
Um aspecto a ser destacado é de que grande parte dos catadores da cidade tem pouca informação sobre como se constitui uma associação ou, até mesmo, não se dispõe a trabalhar de forma associada pelo compromisso que deve assumir como associado. Para alguns se torna mais interessante trabalhar por conta própria, por poder trabalhar em horários não fixos e regrados, da forma que entenderem ser devida. Acumulando os materiais no pátio de sua casa, mobilizam dinheiro de forma mais imediata ao vender diretamente o material que acumulam para as empresas intermediárias da reciclagem. Dessa maneira, a catação de materiais possui um fundo estratégico mais imediato e emergencial; pode-se catar materiais durante o dia e receber no mesmo dia um valor em dinheiro por aquilo que acumulou no período. No entanto, se sabe que o material vendido individualmente seja menos remunerado, pois o montante de uma carga menor lhe dá pouca margem de negociação e barganha com o receptor do material.
Dentre um público que podemos imaginar ser bastante numeroso, visto cruzarmos em vários instantes pelas ruas da cidade com pessoas conduzindo os seus carrinhos com materiais catados nas ruas, identificamos apenas cinco associações de catadores na cidade de Passo Fundo (Tabela 1). Cada uma com suas particularidades e especificidades que compõem suas formações, bem como suas estratégias de trabalho, dificuldades de mobilização do grupo, *interfaces* com os poderes públicos, empresas e entidades que lhes prestam assessoria técnica e organizacional.

Tabela 1 - Associações de Catadores de Passo Fundo, número de associados, infraestrutura e ano de fundação (em 2012-2013)

Associação de Catadores de Passo Fundo	**Associados**		**Infraestrutura (pavilhão próprio)**		**Ano de fundação**
	2012	**2013**	**2012**	**2013**	
AREVI Associação dos Recicladores Esperança da Vitória	5	4	Não	Sim	2002
COOTRAEMPO Cooperativa Mista de Produção e Trabalho dos Empreendedores Populares da Santa Marta	11	9	Sim	Sim	2004
AAMA Associação Amigos do Meio Ambiente	10	8	Sim	Sim	2008
RECIBELA Associação de Recicladores Parque Bela Vista	22	27	Sim	Sim	2010
RECIDONÁRIA Associação de Recicladores da Vila Donária	12	0	Não	Sim	2010

Fonte: Elaborada pelos autores

Uma comparação entre as associações, pelo caráter de especificidade que cada uma assenta, dá-se entre aquela que detém o maior público de associados e aquela que "zerou" o número daqueles que buscavam trabalhar em conjunto. São elas, respectivamente, a Associação de Recicladores Parque Bela Vista (Recibela) e a Associação de Recicladores da Vila Donária (Recidonária). Elucida-se esta discrepância pelo caráter que cada uma configura em sua experiência de mobilização associativa. A Recibela é uma associação que se fortaleceu nos últimos meses, pois está constituída no antigo aterro sanitário da cidade. A política do poder público municipal é de que o lixo recolhido na cidade, por uma empresa privada, seja ainda levado para o antigo aterro sanitário; uma vez lá depositado deve receber a intervenção dos catadores que irão selecionar o material que pode ser reciclado. O restante do material, avaliado como impróprio para ser reutilizado, é transportado por outra empresa para aterros de outros municípios (Minas do Leão e Marau). Como a carga é pesada e a prefeitura paga por peso transportado, há o interesse do poder público de que os catadores diminuam a massa de resíduos a ser transportada. Para esses, receber o material diretamente, sendo o mesmo colocado em uma esteira para ser selecionado, aumenta a margem de eficiência do processo, onde está garantido um montante de material para ser trabalhado diariamente.

A Associação Recidonária, por sua vez, mesmo recebendo uma estrutura nova para implementar o seu trabalho (galpão de reciclagem com instrumentos de trabalho, como prensas, contêineres etc.) se desmobilizou, pois aqueles que se dispunham a organizar a associação, num primeiro momento, perderam o interesse em avançar no empreendimento, logo em seguida. Haja vista as dificuldades de acesso ao novo local da estrutura predial, construída com recursos federais, tendo sido o mesmo uma indicação da antiga administração municipal. A atual administração municipal não se compromete, todavia, a levar certo montante de material para ser selecionado nessa nova estrutura. Dessa forma, alguns catadores retomam práticas de catação individual, acumulando seus materiais em suas residências, não se envolvendo no trabalho associativo pela inviabilidade dos recursos que possam ser gerados na associação.[6]

As outras associações desenvolvem suas ações basicamente pelo acesso a que dispõem em relação ao material recolhido nas ruas, muito em função da dependência que existe entre elas frente ao poder municipal. Casos mais salientes de dependência à ação da Prefeitura são as associações Aama e Arevi; embora melhor localizadas que a associação anterior (Recidonária), não possuem veículos de coleta de materiais, dependendo de órgãos municipais para que levem até elas o material ou que cedam um transporte para que as mesmas possam agendar coletas pela cidade com empresas, condomínios residenciais etc. Assim, os mecanismos de ajustes e organização das associações tornam-se precários, pois a disponibilidade de materiais para o trabalho é sempre oscilante e incerta. Já a Contraempo possui um caminhão, cedido por uma associação que executa trabalhos de assistência social no bairro Santa Marta, onde ela está sediada, o que facilita o processo diminuindo as incertezas da produção no trabalho, pois os próprios catadores vão buscar o material para fomentar suas atividades.

Certamente que a possibilidade de confluência de uma organização associativa não se resume simplesmente à viabilidade de acesso ao material que o trabalho se destina. Embora possamos entender que, evidentemente, esta questão seja básica para qualquer tipo de empreendimento que busque atingir resultados econômicos, seja na lógica cooperativa ou empresarial privada. Cabe pensar, simultaneamente, que os projetos associativos vão além dos interesses e resultados econômicos e dependem de uma gama maior de elementos que possibilite a coesão do grupo para que trabalhe junto. Mesmo existindo, pelo que se observa nos empreendimentos, essa coesão será sempre conflitante e precária.

As lógicas que estruturam e desestruturam os projetos associativos em Passo Fundo seguem os próprios sinais de uma sociedade em acelerada transformação, característica das sociedades contemporâneas. Cabe-nos observar, assim, que as desigualdades geradas no âmbito das relações de trabalho na sociedade insuflam o processo de vulnerabilidade dos trabalhadores, colocando-os numa situação de precarização, caracterizada pelo risco de estar no limbo de sua manutenção econômica, instável na condição de trabalho.

---

6 Atualmente, mediante iniciativa de uma Organização Não Governamental, toda a infraestrutura que foi pensada para a reciclagem de material, está sendo utilizada para serem ministrados cursos de artesanato para mulheres do bairro, basicamente donas de casa que aprendem determinadas práticas de bordado e confecções.

Evidentemente que cabe aqui registrar o caráter do conflito e da superexploração do trabalho na economia capitalista de produção. O caráter econômico tem forte relevância de fomento e cerceamento da participação dos atores em sociedade. Imaginar o catador, em sua condição, de forma homogênea e encaixada num padrão estanque em suas ações é errôneo, pois se podem ignorar outros âmbitos sociológicos de análise, fechando-se em estreita perspectiva economicista. Condições de renda e necessidades dos indivíduos não são sinônimos, não são aspectos absolutamente congruentes. Múltiplas dimensões dão a conhecer os sujeitos catadores, muito além de explicações enquadradas nas esferas apenas do consumo e das necessidades materiais urgentes. Salgado retrata esta problemática da seguinte forma, ao criticar análises convencionais que buscam mensurar a pobreza através de indicadores muito amplos, como o Produto Interno Bruto (PIB) ou, até mesmo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH):

> A teoria da pobreza convencional não fala de pessoas, mas apenas do nível de consumo; não é uma teoria normativa, mas uma teoria do gasto. É necessário humanizar a teoria da carência, pois isto mesmo nos ajudará a reconhecer que a problemática da carência é mais ampla que o problema da necessidade. (Salgado, 2005: 242)

Isso remete a pensar nas relações históricas, na gênese das próprias desigualdades e relações de conflito que se cruzam nos distintos contextos. Uma teoria crítica é aquela que busca entender o conflito como parte de um processo, observando as particularidades e especificidades dos atores, e não reduz a realidade ao que existe de visível ou mensurável. É preciso analisar as sutilezas de suas formas de integração e dissensos, suas temporalidades e espacialidades, seus modos de viver e conviver, de amar, de trabalhar, de praticar alguma religião, de desfrutar de algum lazer etc. Mesmo os catadores, em suas condições de vulnerabilidade extrema, esboçam capital de articulação, envolvendo esferas daquilo que possuem ou do que buscam construir, mediadas por suas condições de gênero, credos, saberes, locais de origem, referências étnicas etc. Cada sujeito, composto de diferentes e semelhantes referencias identitários e idealizações, vai vivenciando as relações sociais nas quais se insere a problemática do trabalho, ou a falta dele, nos diferentes espaços que ocupa e nos quais age.

O título de exemplo, a Associação Amigos do Meio Ambiente (Aama) pode-nos fornecer elementos sobre como é complexa a montagem de um grupo que busca estabelecer uma regularidade de trabalho associativo que prime por um viés não verticalizado de mando por parte de alguma liderança que possa reivindicar tal condição. A Aama é composta atualmente por um grupo de oito mulheres, com idade média superior a 40 anos, sendo algumas já bastante idosas. Entender a lógica destas mulheres que aderem a esta associação é um "terreno fértil", muito mais que entender a finalidade econômica da associação. Observa-se neste espaço padrões de comportamentos que poderão ser explorados analiticamente em futuros trabalhos. Por enquanto, se desenham cenários frutíferos para observação e obtenção de dados interessantes.

Como mães, mulheres, moradoras de uma comunidade particular, as componentes da Aama formam um complexo entrosamento interno voltado ao trabalho, aos resultados financeiros de suas atividades, bem como também formam um espaço de interação e ajuda mútua. Evidentemente aparecem no desenrolar do trabalho e da organização associativa as lógicas da competição, da rivalidade, do individualismo, tão comuns em uma sociedade competitiva e de mercado a qual vivemos; por outro lado, pode-se perceber certa afeição aos aspectos mais solidários e de comunhão de uma situação que as identifica e as coloca juntas em um mesmo patamar de distribuição e reciprocidade, seja na hora de dividir o lanche ou na tolerância da ausência no trabalho de uma trabalhadora para que essa possa levar seu filho ao médico no posto de saúde.

Conflito e integração estão ligados aos diversos sentidos dispostos em sociedade, mediados pelas experiências dos sujeitos que elaboram e são elaborados pelas relações sociais em que se constituem. Estrutura e ação dos indivíduos não podem ser divididas e tratadas de forma parcelar, pois a complexidade das condutas de uma contenda entre os sujeitos ou uma ação conjunta deve ser analisada dentro de uma proposta dialética, que dê margem à própria complexidade do ator social e das relações que estabelece com os outros.

Qualquer estudo dos processos de trabalho não pode eximir-se de uma análise que privilegie a ação do sujeito mediada por suas experiências relacionais, valores e lógicas intrínsecas às estruturas econômicas, de poderes e interesses que se sobrepõem. As análises dos moldes associativos dos catadores de Passo Fundo refletem essa proposta epistemológica. Pois parece claro que os atores sociais vão forjando circunstâncias de conflito e ao mesmo tempo integrações que irão subscrever a heterogeneidade de suas práticas associativas e individuais.

Caracterizando as formas de cada lugar e grupo, muito embora estejam dividindo o mesmo campo de poder ao se relacionar entre si e com os agentes externos.

Considerações finais

As relações entre políticas públicas para disciplinar a organização do lixo e os interesses entre grupos distintos em sociedade é bastante eloquente no atual momento em que vivemos. Por um lado, norteia-se o debate por nova gestão do lixo urbano a partir de um discurso que se apropria de argumento vinculado à crise ambiental em que vivemos e que poderá se aprofundar nas próximas décadas. A linguagem é de que o abastecimento das necessidades humanas deve ser repensado e o reaproveitamento de materiais deve ser uma das práticas necessárias para que não se desperdice a energia acumulada dos materiais produzidos, sejam eles manufaturados ou, até mesmo, restos de alimentos. Esse discurso liga-se ao conceito de sustentabilidade, bandeira conceitual erguida nas últimas décadas por movimentos ambientalistas que pautam o debate por uma nova reconfiguração do processo de desenvolvimento produtivo, sem prejudicar as gerações humanas futuras.

Por outro lado, péssimas condições das estruturas de gestão do lixo urbano nas cidades, como por exemplo os "lixões a céu aberto", desqualificam os ambientes e promovem uma série de efeitos perversos, como focos de doenças, contaminação dos rios e lençóis freáticos, mal estar das populações, péssimas condições de trabalho aos catadores, entre outros aspectos. Ligado a essa questão, está o trabalho degradante daqueles que vivem da cata e seleção de materiais para a reciclagem. Pessoas que informalmente trabalham em condições bastante difíceis do ponto de vista do acesso aos materiais descartados, percorrendo grandes distâncias ou trabalhando nos lixões para obter o material que irão selecionar e que irá lhes garantir alguma condição financeira.

O elo entre esses fatores e as mobilizações dos sujeitos vai se fortalecendo, crescendo. Acionado, inclusive, pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, e por organizações e entidades de base que fazem trabalhos nas periferias e assessoram pessoas no intuito de lhes assegurar trabalho e renda alternativos. Nesse contexto, as trajetórias dos catadores em seus ambientes de trabalho configuram práticas e pressões, diretas ou indiretas, para que se estabeleçam políticas governamentais a partir dos seus interesses e necessidades. Dessa forma as relações das dimensões políticas e econômicas ficam bastante evidentes, cabendo-nos analisá-las em maior profundidade.

Subjacente a isso, os catadores vão moldando suas estratégias de vida em consonância às suas experiências práticas e desafios. Pensar a ação desses atores sociais num determinado contexto é estabelecer um nexo dialético entre uma gama de possibilidades que se abre ao segmento, mediada pelas instituições sociais e por suas capacidades próprias e subjetivas, em que vão dinamizando as convivências, integrando algumas práticas e conflitando outras.

As experiências associativas em Passo Fundo, município de referência desse trabalho, dão margem para entendermos a complexidade que está embutida nas suas configurações grupais e cuja análise deve ser aprofundada pela continuidade desse estudo. Mais do que isso, nos possibilita pensar na luta social que se insere em um determinado contexto sócio-histórico, suas lógicas e desdobramentos. A necessidade de aprofundar a análise sociológica em relação a estes atores mostra-se diante do caráter que assumem as estratégias locais em relação aos macros fenômenos ligados à globalização, aos grandes interesses socioeconômicos e ao jogo de relações e conflitos de forma interdependente e, por sua vez, complexa.

Referências bibliográficas

BHOWMIK, S. (2002), As cooperativas e a emancipação dos marginalizados: estudos de caso de duas cidades na Índia. *In*: SANTOS, B. (org.). *Produzir para viver — os caminhos da produção não capitalista,* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 369-400.

BRASIL (2010), Política Nacional de Resíduos Sólidos. Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-10/2010/ lei/l12305.htm. [consultado em 30-10-2012].

BRASIL (2010), *Lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010*. Institui a política nacional de resíduos sólidos; altera a Lei nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-010/2010/ lei/ l12305.htm> [consultado em 20-10-2013].

DUBET, F (2003), *As desigualdades multiplicadas,* Ijuí: Ed. Unijuí.

IPEA (2012), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Relatório de Pesquisa – *Plano Nacional de Resíduos Sólidos:* diagnóstico dos resíduos urbanos, agrosilvopastoris e a questão dos catadores, Comunicado IPEA 145, Brasília: IPEA.

MANDELLI, M.; ROLAND, M. I.; SOUZA, G.; GERMANI, A.C. (2013), *"Catando e reciclando saúde",* relatos do 1º encontro universidade – Movimento Nacional De Catadores de Materiais Recicláveis. *Cadernos Gestão Social*, jul./dez., pp.285-295.

MARTINS, J. S. (2012), *A sociabilidade do homem simples*: cotidiano e história na modernidade anômala, São Paulo: Contexto.

SALGADO, J. (2005), *Elementos conceituais para a construção de uma teoria sociológica da carência.* In: CATTANI, A. D.; DÍAZ, Laura M. (Orgs.) *Desigualdades na América Latina; novas perspectivas analíticas,* Porto Alegre: EdUFRGS, pp. 235-251.

MIURA, P. O. & SAWAIA, B. B. (2013), *Tornar-se catador:* sofrimento ético-político e potência de ação, Psicologia & Sociedade, 25(2), pp. 331-341.

PIZZIO, A. (2007), *A economia solidária e a qualificação social dos trabalhadores empobrecidos.* Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

TOURAINE, A. (2006), *O retorno do actor:* ensaio sobre sociologia, Lisboa: Instituto Piaget.

Estratégias Socioeconômicas Coletivas: O Movimento Social de Economia Solidária no Norte de Minas Gerais/Brasil

Queite Marrone S. da Silva[1]
André Filipe Lopes Martins[2]
Rômulo Soares Barbosa[3]

Resumo: As diversas mudanças no mundo do trabalho trazem contribuições para a discussão do cenário de crise e aumento do desemprego, nesta perspectiva, propomos uma análise acerca das estratégias socioeconômicas coletivas, que foram sendo construídas como uma possibilidade imediata para a geração de trabalho, renda, e enfrentamento do desemprego. Assim, a partir de vivências junto a alguns Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no Norte de Minas Gerais/Brasil, somada a uma sistematização teórica, pretende-se compreender e analisar estas estratégias, considerando a perspectiva do movimento social de economia solidária, e os seus princípios e valores enquanto estratégia socioeconômica e proposta à emancipação social dos sujeitos.

Palavras – Chave: Estratégias socioeconômicas; Trabalho coletivo; Economia Solidária; Norte de Minas Gerais.

1. Introdução

As estratégias socioeconômicas coletivas são percebidas como ações que surgem diante de um contexto de precarização do trabalho e de uma série de fatores sociais, tais como o desemprego, o crescimento do trabalho informal, entre outros fatores. A busca de alternativas à subsistência é marcada por iniciativas voltadas para novas formas de organização da produção e do trabalho, seja em forma de trabalho coletivo, cooperado, associado, entre outros.

Neste trabalho, o nosso olhar se foca para as ações de economia solidária na perspectiva do movimento social, e o seu viés social, onde destacamos o seu caráter enquanto uma estratégia socioeconômica de sobrevivência, permeada em novos princípios e valores, composta de novas propostas para as relações no âmbito do trabalho. Desta forma, consideramos que o desenvolvimento, deve estar atento às dimensões políticas e sociais, possuindo um viés social, levando em consideração as dimensões econômicas, as questões culturais, tradicionais, ambientais, especialmente as condições de vida da população.

Assim, a partir de vivências junto a alguns Empreendimentos Econômicos Solidários no Norte de Minas Gerais/Brasil, pretendemos refletir acerca destas estratégias, considerando a perspectiva do movimento social

---

1 Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros. Mestranda em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros. Pesquisadora voluntária no Projeto de Extensão "Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP/UNIMONTES - CEPEX nº 077/2007". Email: keitymarrone06@yahoo.com.br.

2 Graduado em Serviço social. Mestrando em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros. Bolsista no Projeto de Extensão "Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP/UNIMONTES - CEPEX nº 077/2007" até Agosto/2014. Email: andrelopesmart@gmail.com.

3 Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros. Professor do Departamento de Ciências Sociais e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros. Email: romulosoaresbarbosa@gmail.com.

de economia solidária, e os seus princípios e valores, bem como sua possível atuação para se pensar em uma alternativa socioeconômica pontual e proposta à emancipação social dos sujeitos.
Para tanto, o nosso campo de pesquisa foi a Cooperativa do Riachão, criada pela Unidade de Beneficiamento do Coco Macaúba (UBCM) e vinculada a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Riacho D'Antas, localizada na fazenda Santa Cruz, Município de Montes Claros, no norte de Minas Gerais.
O nosso trabalho perpassa as ações e articulações dos moradores da comunidade rural do Riachão, destacando a atuação da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de forma conjunta com a UBCM e a Cooperativa do Riachão.
Diante das experiências vividas em campo, foi possível perceber como surge a proposta dessa articulação comunitária, e as características que esta possui. Através disso, pudemos pensar em discutir a atuação dos agentes sociais da comunidade, e as estratégias socioeconômicas coletivas, relacionando-as ao movimento social de economia solidária.
As experiências vivenciadas a partir da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) [4] nos trouxe contribuições significativas para este trabalho e certamente para os possíveis desdobramentos em outras pesquisas.
Pretendemos assim, refletir sobre as estratégias socioeconômicas coletivas na comunidade rural do Riachão, perpassando a perspectiva das ações coletivas do movimento social de economia solidária no Brasil, e, sobretudo sobre a atuação dessas ações no Norte de Minas Gerais, onde partiremos das experiências vivenciadas junto ao EES denominados de Cooperativa do Riachão e Unidade de Beneficiamento do Coco Macaúba.

2. A articulação dos Agentes Sociais da Comunidade Rural do Riachão

Um intenso crescimento econômico marcou o final da década de 1960 e início da década de 1970, onde ocorreram transformações em vários setores da sociedade. A instalação de indústrias em Montes Claros, uma cidade de porte médio, localizada no Norte de Minas Gerais, ganha impulso em decorrência do grande número de imigrantes que passa a atrair, principalmente imigrantes que vinham da zona rural de Montes Claros e de cidades vizinhas, devido à precariedade de vida no campo, porém a cidade não conseguia absorver todo esse contingente de mão-de-obra desqualificada, o que gerou uma série de problemas urbanos, e um crescimento do êxodo rural. (LEITE e PEREIRA, 2004).
Assim como em todos os lugares, no norte de minas há uma diversidade de populações que possuem um estilo próprio de vida intimamente ligada a natureza. Diante destas populações que vivem uma constante luta pelo seu reconhecimento social, podemos abordar a articulação dos trabalhadores rurais da Comunidade do Riacho D'Antas, conhecida popularmente como Riachão, população esta que possui um histórico de ações em torno da preservação dos cerrados[5], cujo valor não é medido apenas por representar o lugar onde vivem, aliás, é muito mais que isso, entre outros significados simbólicos, exprime a condição para a sua reprodução social e subsistência.
O Norte de Minas tem 63% de sua área coberta com a vegetação dos cerrados, no período da ditadura militar brasileira[6] os cerrados foram tratados como vazios econômicos e vazios de gente, e as pessoas que ali viviam foram invisibilizadas e negligenciadas, vistas de forma pejorativa, especialmente pelos gestores dominantes. Os cerrados foram recentemente ocupados, diante da expansão capitalista no campo, estas relações colocaram em evidência a sustentabilidade e o empobrecimento destas populações locais, devido o agravamento das condições sócio-econômicas e um processo de desenvolvimento excludente. (DAYRELL, 2000).

---

4 O projeto de criação da ITCP/Unimontes foi apresentado à Pró-Reitoria de Extensão através do Departamento de Ciências Sociais, no final de 2006 e foi institucionalizada no mês de março de 2007, através de resolução do CEPEX nº 077/2007. A equipe é multidisciplinar formada por professores e acadêmicos de diversas áreas. Desenvolve atividades com grupos urbanos e rurais que se propõe a organizar-se em Empreendimentos Econômicos Solidários, no âmbito da economia solidária.

5 Refere-se à vegetação (que é um tipo de savana) presente em aproximadamente 63% do Norte de Minas Gerais.

6 Que teve início a partir de março de 1964 e perdurou até meados da década de 80. (destaque do autor).

Os moradores da comunidade do Riachão possuem seus processos produtivos, intimamente ligados com os insumos locais, dependendo das potencialidades do ecossistema vigente, havendo uma interação com a natureza, onde suas crenças e os conhecimentos tradicionais são fundamentais para o funcionamento do processo produtivo, trata-se de um sistema em que as relações são socialmente transmitidas, de geração a geração.

Diante destas questões, diversas comunidades rurais sofreram a influência destes acontecimentos, na Comunidade do Riachão não foi diferente, desta forma, uma série de iniciativas marcaram a comunidade, motivadas pela busca de alternativas em favor da conservação e restauração do rio Riachão e das áreas degradadas, visto que nesta, havia vários pivôs em sua nascente, devido o sistema de irrigação.

Desta forma, sessenta e duas associações da sub-bacia do Rio Riachão, se reuniram juntamente com quatro municípios: Montes Claros, Mirabela, Brasília de Minas e Coração de Jesus, e os agricultores se articularam junto às entidades de apoio: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), o Centro de Agricultura alternativa (CAA), Cooperativa grande sertão, e Sindicatos dos trabalhadores rurais da região, almejando a mobilização da região em torno da conservação do meio ambiente e do Rio Riachão, elemento importante para a reprodução social da comunidade, sendo um meio necessário para a sobrevivência da população local.

Logo em seguida, surgem nesta comunidade, diversas preocupações acerca da geração de renda, e de ações que pudessem conter o êxodo rural. A abundância dos frutos do cerrado na região (coco macaúba, pequi, cagaita, panã, etc.) desperta a idéia de potencializar esse recurso em favor da geração de renda dos agricultores, e conseqüentemente diminuir o número da saída dos trabalhadores do campo, ação essa, que era freqüentemente associada à falta de emprego e renda.

Desta forma, em 1995 surge a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Riacho D'Antas, localizada na fazenda Santa Cruz, Município de Montes Claros – MG, tendo como principal função a de desenvolver projetos de combate à pobreza, diminuir o êxodo rural, além de buscar alternativas para a melhoria de vida de seus associados, a partir da promoção da geração de renda, articulando com as questões políticas, sociais e ambientais, tanto no campo comunitário como das redes sociais.

Neste sentido, os moradores se articulam em busca do apoio de algumas entidades para que pudessem fazer o aproveitamento dos frutos da região, e nesta perspectiva surge em 2000 a Unidade de Beneficiamento do Coco Macaúba (UBCM), com sede na fazenda Santa Cruz, mesmo endereço da Associação Comunitária.

Em 2011 surge à necessidade de formalizar o grupo, em virtude da publicação de um determinado edital de projeto para captação de recursos, que os interessavam, assim, criam a Cooperativa do Riacho D'Antas (Cooper Riachão), cuja formalização contribuiria principalmente para a comercialização e escoamento da produção.

A Cooperativa do Riachão é vinculada a UBCM, possuindo os mesmos associados, as mesmas propostas, ambas são resultados da associação dos trabalhadores na articulação comunitária do Riachão, onde a cooperativa surge no seio da unidade de beneficiamento, mas com o caráter de formalização do grupo e adequação às normas e resoluções específicas ao cooperativismo.

3. As estratégias Socioeconômicas Coletivas dos moradores do Riachão

Para a população do Riachão, a natureza representa um meio necessário para a sua sobrevivência, assim, o uso dos recursos naturais é baseado em controles e normas orais, onde a 'palavra', a conversa e o diálogo, são elementos extremamente significativos para a manutenção dos recursos naturais, inclusive durante o próprio manejo, onde utilizam técnicas e formas de conhecimentos que foram construídos historicamente.

Uma série de atividades é desenvolvida pelos camponeses, isto ocorre de acordo com as necessidades e as possibilidades existentes com base nos recursos naturais. Assim, podemos mencionar as práticas em torno da agricultura, a pesca, a coleta, o garimpo, a caça, o extrativismo, a produção de artesanatos, entre outras atividades não menos importantes.

O conhecimento tradicional nos aponta para outra racionalidade que pode servir para a construção de uma sociedade mais sustentável. A sustentabilidade da agricultura na região dos cerrados está pautada nas estratégias

de reprodução social desenvolvidas pelos geraizeiros[7], onde a agricultura se aproxima cada vez mais da natureza, assim, para Dayrell (2000) o processo desenvolvimentista afetou a agricultura familiar brasileira, contribuindo para a fragilização da agricultura geraizeira, onde se destaca a degradação dos recursos naturais ou/e a restrição do seu acesso; a variedade de plantas cultivadas geneticamente sobrepondo as locais; a restrição dos mercados e feiras livres, sobretudo pela competição com produtos agroindustriais, entre outros.

A agricultura geraizeira surge a partir do mesclar de diferentes influências no contexto da colonização, onde a agricultura indígena exerce forte influência. Assim, os geraizeiros são criativos frente ao enfrentamento das adversidades agroambientais, de forma que a sobrevivência torna-se possível diante das estratégias produtivas construídas historicamente, onde a vegetação nativa é uma aliada. (DAYRELL, 2000).

No caso da comunidade do Riachão, entre essas possibilidades mencionadas, a abundância dos frutos do cerrado, é uma situação importante para a articulação dos agricultores em torno das estratégias socioeconômicas coletivas, uma vez que possibilitou / e possibilita a movimentação dos moradores em torno do projeto de construção de uma unidade onde pudessem fazer o beneficiamento dos frutos, especialmente do coco macaúba, o fruto com maior abundância na região. É nesta perspectiva que criaram a UBCM e a Cooperativa do Riachão.

Além de participar na cooperativa, os associados trabalham em sua propriedade, durante os finais de semana e as horas de folga, lavrando as suas terras, plantando e colhendo. Todos que trabalham sejam associados ou prestadores de serviços recebem um custo pela mão de obra. Após o cálculo das despesas, as sobras são divididas e/ou repassadas para cada pessoa que está trabalhando, sendo as atividades apontadas como fundamentadas no princípio da solidariedade, coletividade e cooperação.

O coco macaúba é o fruto principal, pois gera a torta, a ração animal, o endocarpo, o óleo da polpa para a produção do biodiesel, o óleo da semente, o sabão, o detergente, o sabonete, o xampu, e diversos outros, assim, este fruto é aproveitado em sua totalidade.

Os associados apontam que entre as conquistas obtidas durante o processo de implantação da Cooperativa, se destaca as parcerias com entidades de apoio que contribuem para a comercialização, especialmente nos espaços de feiras e eventos, e a facilitação da captação de recursos; entre outras conquistas, destacam os projetos que apóiam os agricultores; a expansão da comercialização e da procura pelos produtos; a participação dos associados; a aquisição de maquinários, pois quando começaram o processo era todo artesanal; a permanência dos trabalhadores em suas terras e na comunidade, e o retorno de pessoas que foram para as cidades a procura de emprego.

A cooperativa beneficia de forma direta àqueles que estão associados, e de forma indireta, os moradores da região, que de algum modo tem a oportunidade de realizar alguma prestação de serviço para a cooperativa. Além de gerar trabalho e renda na região, e diminuir o êxodo rural, existe a mobilização da comunidade em prol da preservação da natureza e do Rio Riachão. Desta forma, podemos também destacar a articulação dos moradores e suas ações enquanto atores sociais, no processo de desenvolvimento da localidade.

A organização dos produtores em forma de autogestão os caracteriza enquanto Empreendimento Econômico Solidário (EES), que se destacam pela igualdade de direitos, cooperação, autogestão e democracia. A cooperativa seria um tipo ideal de empreendimento solidário, voltado aos desempregados, significando uma resposta às conseqüências na precarização do trabalho e da vida social. (LIMA, 2004). “Existem milhares de empreendimentos em todo o país, produzindo, vendendo, comprando solidariamente, gerando trabalho e renda.” (CAPRARIO, 2009).

Os EES são entendidos como diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores, nas quais a cooperação funciona como esteio de sua eficiência e viabilidade. Sua presença tem se verificado em diversos setores da população, entre eles, prestação de serviços, comercialização e crédito. Esses empreendimentos adotam, em proporção variável, arranjos coletivos na posse dos meios de produção, no processo de trabalho e na gestão do empreendimento, minimizando a presença de relações assalariadas. (GAIGER, 2009).

---

7 Refere-se à população que vive nos gerais, o qual Dayrell (2000) afirma que é um termo que se refere às áreas localizadas nos planaltos e serras da região onde predomina a formação vegetal denominada de cerrados (que é um tipo de savana).

Neste sentido, a solidariedade, é o elemento essencial para o EES e para a economia solidária, é o que diferencia da economia capitalista, e caminha junto com todas as outras representações citadas, assim, um EES consegue consolidar a democracia. (SANTOS, 2004)

Na Cooperativa do Riachão, a proposta é que todas as decisões sejam tomadas em assembléias e reuniões quinzenais, onde todos têm o direito de expor sua opinião, baseado na gestão democrática participativa. Sendo assim, todos os associados trabalham, todos são donos, e a renda varia em torno de um a dois salários mínimos.

De acordo com o presidente da Cooper Riachão, uma das principais dificuldades enfrentadas "é o mercado", pois apesar dos produtos terem qualidade, existe diversas restrições que impedem o trabalho eficaz com o marketing, que facilitaria a comercialização, além da concorrência com os produtos agroindustriais. Desta forma, os produtos ainda são pouco conhecidos no mercado, tendo como conseqüência um processo de comercialização lento.

As estratégias socioeconômicas coletivas na comunidade do Riachão estão pautadas na manutenção de sua reprodução social, baseadas no uso dos recursos naturais; estes, por sua vez, possuem suas estratégias de uso, fundamentadas na produção histórica e ecológica, minimizando o esgotamento dos recursos naturais, integrando valores culturais, tradicionais e solidários, de forma que a coleta extrativista dos frutos do cerrado é fundamental enquanto estratégia produtiva, coletiva e socioeconômica.

Neste sentido, a cooperativa possui uma nova forma de organização da produção, baseada no trabalho coletivo, na propriedade comum dos meios de produção, e na divisão justa dos produtos produzidos e comercializados. Além disso, a gestão do empreendimento é realizada de forma democrática e participativa, de forma que todos possuem a liberdade de expor as suas opiniões e sugestões, fundamentadas nos princípios e valores que constituem o Movimento Social de Economia Solidária, um projeto que requer participação popular.

Para algumas pessoas, parece irrealista a possibilidade de uma economia baseada nos princípios da solidariedade, porém ela é também apontada como mais realista do que os antigos modelos econômicos, que desprezam alguns fatos básicos sobre a existência humana, e que diferencia o tratamento às atividades econômicas. Desta forma, temos como desafio, o desenvolvimento de uma economia solidária que se preocupe com a conservação do nosso ambiente, e que valorize a criatividade, as necessidades e capacidades humanas.

(EISLER, 2008).

Estes elementos permeiam as relações sociais estabelecidas no grupo, trata-se de uma organização composta de novos valores éticos, diferentes daqueles cultuados na lógica da economia vigente. Assim, a diversidade cultural das populações rurais e tradicionais pode potencializar e promover um desenvolvimento não somente econômico, mas social, local e ambiental da região.

4. A Perspectiva do Movimento Social de Economia Solidária no Brasil

Neste trabalho, o nosso olhar esteve focado às estratégias socioeconômicas coletivas vivenciadas junto à comunidade do Riachão no Norte de Minas Gerais, onde destacamos o trabalho em torno da cooperativa e da unidade de beneficiamento enquanto possibilidades para se pensar nessas estratégias de sobrevivência.

Considerando a perspectiva do Movimento Social de Economia Solidária, torna-se necessário ressaltar que no Brasil, o cooperativismo passa a fazer parte das discussões a partir de 1880, num contexto de muitas transformações, tais como: a abolição da escravatura, a primeira república, e lutas socialistas. O cooperativismo surge como uma suposta alternativa ao momento de crise. (SANTOS, 2008).

A Economia Solidária ganha visibilidade no Brasil, a parti da década de 80, onde a coletividade se torna uma alternativa possível para os atores sociais que estão em sua maioria, excluídos do mercado de trabalho formal, e das possibilidades de consumo. A partir das décadas de 80 aos anos 90, começaram a surgir no país, experiências de economia solidária, resultantes da crise do mercado de trabalho, e o aumento do desemprego, ocorridas tanto no Brasil quanto em muitos países capitalistas. (CULTI, 2004).

Para Pochmann (2004), o marco inicial da economia solidária se deve à união de dois movimentos específicos do Brasil; de um lado, o crescimento do desemprego, e como conseqüência o enorme excedente de mão de obra. Do outro, à composição de um movimento constituído por grupos de militantes sociais e críticos articulados

em favor da construção de alternativas de organização social no Brasil. "O surgimento e o fortalecimento da economia solidária reforça o poder de luta de todos os trabalhadores assalariados contra a exploração capitalista, no mínimo porque diminui o exercito de reserva." (SINGER, 2003, p.18).

Esta iniciativa se desenvolve pelas classes populares, como alternativas coletivas para sobrevivência e se amplia na medida em que seus atores aprendem e desenvolvem novas relações de trabalho na prática diária no âmbito pessoal e coletivo tanto no meio urbano quanto rural. (LIMA et all, 2010).

Desta forma, "Ser solidário em tempos de escassez é importante e ajuda no desenvolvimento social e local." Destaca-se a importância da participação dos atores sociais nas questões sociais, como uma alternativa às problemáticas do desenvolvimento. (ARAÚJO e RODRIGUES, 2011).

A Economia Solidária busca a conciliação de aspectos sociais, culturais, econômicos, ambientais e políticos, questiona o modelo de "desenvolvimento" que trouxe graves conseqüências econômicas, sociais, e ambientais, e tem sido uma resposta importante aos trabalhadores. Pois aponta para uma nova forma de organização dos processos de trabalho ocasionados pelo desemprego.

Na perspectiva da Economia Solidária, surgem grupos de trabalhadores que buscam alternativas para a geração de renda através da associação e das práticas coletivas. São denominados de Empreendimento Econômico Solidário, onde a administração é feita de forma coletiva pelos próprios trabalhadores, por meio de uma gestão participativa e democrática. Para além destas relações de trabalho e produção, se articulam com as questões políticas, sociais, ambientais, tanto no campo comunitário como das redes sociais.

Existem diversos problemas no que concerne a participação dos indivíduos neste tipo de organização; no campo econômico, muitas vezes a renda gerada a partir do trabalho coletivo não é suficiente para garantir as necessidades básicas de sobrevivência; no campo sócio-político e o do bem estar social[8], deparamos com resquícios da cultura capitalista onde predomina o individualismo e o consumismo. Assim, esses grupos estão engatinhando em busca de espaços para a produção, comercialização e escoamento dos produtos, sendo um momento importante para o seu reconhecimento social.

Destacamos o trabalho em torno da cooperativa e da unidade de beneficiamento enquanto possibilidades para se pensar nessas estratégias de sobrevivência, e enquanto espaço coletivo importante para possibilitar as ações desenvolvidas em comunidade em torno das estratégias de produção, que podem contribuir para o desenvolvimento local da região.

A perspectiva do desenvolvimento local é um processo dinâmico e incerto e está relacionada a todos os aspectos existentes no local, seja espacial, econômico, social, cultural, político, entre outros – e a sua proposta é promover um desenvolvimento próspero e duradouro. (FAURÉ E HASENCLEVER, 2005).

Neste sentido, se faz necessário destacar que a Economia Solidária é uma prática regida por valores diferenciados da economia capitalista, onde a autogestão, democracia, cooperação, solidariedade, respeito à natureza, promoção da dignidade e valorização do trabalho humano, sustentam a proposta de um projeto de desenvolvimento local, sustentável, global e coletivo. (CAPRARIO, 2009).

Desta forma, este trabalho, pretendeu apresentar as estratégias socioeconômicas coletivas vivenciadas junto à comunidade do Riachão no Norte de Minas Gerais, onde se destaca a potencialidade da vegetação local e o uso dos recursos naturais disponíveis, que são utilizadas conforme o conhecimento popular, para a reprodução social da população local, tendo como princípios e valores a perspectiva da economia solidária.

---

8 Entende-se por bem-estar o conjunto de factores de que uma pessoa precisa para gozar de uma boa qualidade de vida. [...] O bem-estar social engloba, portanto as coisas que incidem de forma positiva na qualidade de vida: um emprego digno, recursos econômicos para satisfazer as necessidades, um lar para viver, acesso à educação e a saúde, tempo para o lazer, etc. Apesar de a noção de bem-estar ser subjectiva (aquilo que é bom/favorável para uma pessoa pode não sê-lo para outra), o bem-estar social está associado à factores económicos objectivos.
Conceito de Bem Estar Social. Disponível em: <http://conceito.de/bem-estar-social>. Acesso em: 11 nov. 2012.

5. Considerações finais

Vivenciar o cotidiano dos trabalhadores no meio rural, especialmente destes agricultores agroextrativistas, nos possibilita pensar nos dilemas e desafios que surgem no cumprir de suas práticas tradicionais compostas de valores e princípios fundamentados na solidariedade. Estas experiências foram importantes para compreender a dinâmica de suas relações de trabalho, pautadas em ações democráticas, coletivas e autogestionárias.
A criação da cooperativa significou um projeto de conscientização ambiental, que se tornou contínuo, com a finalidade de gerar trabalho e renda e desenvolver a comunidade para a melhoria de vida das famílias locais.
A preocupação da comunidade em conter o êxodo rural e oferecer estrutura básica para que os moradores não saíssem de suas terras, é um elemento que acompanha os discursos dos associados, sendo justificado pelo desejo de manter a tradicionalidade herdada da família, onde afirmam que sempre houve ajuda mútua.
Desta forma, o processo de articulação da população local é reforçado pelas relações amigáveis, que estimulam e intensificam nos envolvidos o caráter de solidariedade, e de participação dentro das questões políticas e sociais de interesse da comunidade.
Assim, estas características são percebidas no cotidiano dos associados e na gestão da Cooperativa do Riachão. Nesse sentido, podemos relacionar as ações de economia solidária e suas contribuições para um projeto de desenvolvimento local, valorizando as potencialidades da comunidade.
O ponto fundamental é a participação da população como co-autora do processo de desenvolvimento, assim, podemos perceber que as práticas de economia solidaria observadas na Cooperativa do Riachão, nos aponta para um processo de articulação entre os moradores, fortalecimento dos laços, e a busca pela transformação social, a partir das mudanças locais, levando em consideração as questões políticas, sociais e ambientais, tanto no campo comunitário como das redes sociais.
Deste modo, a cooperativa proporciona a geração de trabalho e renda na região, promovendo a diminuição do êxodo rural, além de mobilizar a comunidade em prol da preservação da natureza e do Rio Riachão, podemos também destacar a articulação dos moradores e suas ações como atores sociais no processo de desenvolvimento da localidade de forma sustentável.
Contudo, apesar das evidências que nos aponta o surgimento da economia solidária como estratégia de sobrevivência para os trabalhadores, ela é uma ação pontual, que necessita do amparo de políticas públicas e do fortalecimento de suas bases, pois, ainda que muitos empreendimentos solidários estejam conquistando seus espaços de forma promissora, de um modo geral, a economia solidária ainda não é suficiente para proporcionar melhores condições de vida e proteção social para a classe trabalhadora envolvida.

Referências

ARAÚJO, Y. M. C.; RODRIGUES, L. (2011), *A Economia Solidária Como Estratégia de Obtenção de Recursos: Uma Análise A Partir Dos Bancos Comunitários.* In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro De Ciências Sociais: Diversidades E (Des) Igualdades.

CAPRARIO, S. (2009), *Feira Sustentável 2009 reúne Economia Solidária, Agricultura Familiar e Pesca.* Disponível em: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=4772&Itemid=1, [consultado em 23-03-2012].

CATTANI, A. D.; &. (2009), *Dicionário Internacional de uma outra Economia,* São Paulo: Gráfica de Coimbra.

CULTI, M. N. (2004) *Mulheres na Economia Solidária: Desafios Sociais e Políticos*. Disponível em: http://www.unitrabalho.uem.br/artigos/Texto%20Mulheres%20e%20Economia%20Solid%C3%A1ria.pdf, [consultado em30-03-2012].

DAYRELL, C.A. (2000), *Os geraizeiros descem a serra ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios dos agrobusiness.* In: GUIMARÃES, P.W.; &. *Cerrado e desenvolvimento: Tradi*ção e atualidade. Montes Claros: UNIMONTES. p.191-274.

EISLER. Riane. (2008), *A verdadeira Riqueza das Nações.* São Paulo: Editora Cultrix.

LEITE, M. E.; PEREIRA, A. M. (2004) *A Expansão Urbana de Montes Claros a partir do processo de industrialização.* In: PEREIRA, A. M.; &. *Leituras geográficas sobre o Norte de Minas Gerais.* Montes Claros: UNIMONTES.

LIMA, Camila C; &. (2010), *A Produção dos Sujeitos do Trabalho nos Processos de Formação e Qualificação nos Empreendimentos Econômicos Solidários.* Disponível em: www.congressods.com.br/.../trabalhos/.../Edina%20Souza%20Ramos.pdf, [consultado em 15-10-2013].

LIMA, Jacob Carlos. (2004), *O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisado. Revista Brasileira de Ciências Sociais.* EDUSC Editora da Universidade do Sagrado Coração.

POCHMANN, M. (2004), *Economia Solidária no Brasil: Possibilidades e Limites.* Disponível em: <www.ufpa.br/itcpes/documentos/es_possibilidades_e_limites.pdf>. [consultado em 12-04-2013].

SANTOS, A. M. (2004), *Representações sociais dos trabalhadores nos empreendimentos de economia solidária.* Cascavel: III Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas.

SANTOS, E. N. (2008), *Economia Popular Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento.* Monografia, Montes Claros, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UNIMONTES.

SINGER, P. e SOUZA A R.; (2003), *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.* São Paulo: Contexto.

As dimensões e os espaços das agriculturas periurbanas.

Leonardo Veronez de Sousa[1]

Resumo: O tema das agriculturas periurbanas (APU's) tem recebido atenção global em várias áreas académicas ao longo das duas últimas décadas, bem como tem sido alvo de políticas públicas em diversos temáticas e cidades. Nestes estudos, as dimensões abordadas têm girado a volta das características da produção e da sua finalidade, consoante os contextos das cidades. Em outros casos, sob formas de produção coletiva, as APU's podem ser percebidas como associativas e em alguma medida dissociadas das premissas mobilizadoras de pessoas que partilham ideias e interesses comuns, por um lado, e por outro, distantes de uma forma cooperada de produção. Esse artigo pretende trabalhar os contextos periurbanos de Lisboa e Maputo no que toca as produções coletivas periurbanas, numa análise inserida nas diferentes conceções de espaço urbano, sem desprezar as dimensões envolvidas e as pessoas que praticam essa atividade.

Palavras-chave: associativismos, espaço periurbano, produção coletiva de agricultura periurbana.

1. Introdução

A agricultura urbana é um tema atual e ao mesmo tempo distante de uma reinvenção das formas rurais de produção agrícola na cidade. Por isso, traz consigo algumas características específicas de meios e formas de produção, condicionadas ao espaço (peri)urbano e, portanto, não representam um resgaste de uma forma tradicional de agricultura. Algumas dessas experiências remetem à uma análise mais complexa do que a reabilitação de valores produtivos ou socioeconómicos. Por meio delas é possível perceber-se situações que derivam de vários outros tipos de relações sociais no espaço ocupado, também influenciadas pelos elementos urbanos de ocupação e uso do território.

Ao alargarmos o tema das agriculturas (peri)urbanas, encontramos uma pluralidade de significados condizentes aos contextos aos quais emergem, sem a perda dos fatores disponíveis (e ausentes) na cidade. Por seu turno, guardam influências de grandezas políticas, socioeconómicas, ecológicas e culturais. Optamos, portanto, de chama-las de agriculturas (peri)urbanas numa tentativa de não delimitar a experiência por conceitos epistémicos pré-estabelecidos.

As agriculturas (peri)urbanas possuem características de diferentes origens, como mencionado acima, e por isso podem ser convergentes aos serem plurais nas suas formas de ocupação e uso do espaço urbano. São o resultado de diversas perceções das necessidades da das pessoas e dos fatores políticos que ganham o contorno dos temas a que estão fundadas, como por meio da segurança e soberania alimentar, fomento as áreas verdes, formas de organização da sociedade civil etc. (Luiz e Veronez, 2012).

A exemplo das discussões que ocorreram no VI encontro da UN-HABITAT, uma outra vertente perpassa ao contexto local e extrapola as dimensões das agriculturas (peri)urbanas locais até alcançar fóruns regionais e até mesmo globais. São necessidades, discussões e experiências orientadas por uma perceção alargada, em termos das suas grandezas de atuação, quando influenciadas e influentes em temas como segurança alimentar, "direito a alimentos", alterações climáticas, dentre outros.

As políticas públicas locais podem ser percebidas, assim e consoante às suas intervenções, por uma estrutura analítica suficientemente forte quando as agriculturas (peri)urbanas transformam-se num instrumento de discussão geral. Discussões a volta de temas como áreas verdes, que podem ou não abranger as agriculturas, discorrem sobre espaços de atuação onde o local faz parte de um espectro partilhado por outros espaços locais.

---

1 Mestre em Economia, especialização em Economia do Crescimento e Políticas Estruturais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Doutoramento no Programa "Democrácia no Século XXI", Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.

Nesse sentido, os constrangimentos encontrados nessas experiências também são dependentes dos seus contextos e parecem alinhavados, mesmo sem intenções pré-definidas, às perceções partilhadas pelos agentes políticos e pela sociedade civil. De forma geral, para além das características culturais de produção agrícola, as agriculturas (peri)urbanas são condicionadas pelo território, bem como desenvolvem-se, transferem-se ou retraem-se na mesma proporção em que a cidade define e ocupa o seu espaço. (Sousa, 2013a).

Para se encontrar um ponto de partida para uma definição que considere as grandezas supracitadas, nos valemos da adaptação às conceções desenvolvidas por Zeeuw et al. (2007) quando identifica as iterações daquelas grandezas que extrapolam uma simples reprodução de uma forma de produção agrícola rural na cidade.

O local onde a produção ocorre também é importante nessa análise, como nos demonstra Biel e Cabannes (2009) ao destacarem as invisibilidades que as chamadas "best practices" podem criar ao subjugar o histórico de experiências que precedem a discussão do tema. Noutras palavras, a influência de elementos do espaço urbano são conjugados com os aspetos: tipo de terreno utilizado e origem da sua propriedade; destino da produção; escala de produção; e o mais importante deles a conexão do sistema de agriculuras (peri)urbanas com o espaço urbano. (Luiz e Veronez, 2012).

Para além disso, as pessoas devem ser postas em qualquer discussão a volta do tema das agriculuras (peri) urbanas pois são elas que qualificam e representam, também, um tipo de produção temporal. Sem classificar a temporalidade das pessoas, dificilmente se chega a uma análise condigna entre elementos produtivos e a relação espaço-tempo da produção e das pessoas afetas. (Lefebvre, 2008).

Portanto, as relações socioeconómicas, existentes e vindouras, sofrem diferentes processos de reconhecimento e de pertença, na medida em que são parte dos movimentos históricos daquele espaço. São dinâmicas por serem o resultado da interação de uma perspectiva política e social, contemporâneas, por meio de uma negociação política ou apenas uma forma de reconhecimento sociopolítico de uma atividade inata àquele contexto. (Cole et al., 2008, Praian et al., 2002-2006).

Então, uma possível combinação analítica dos elementos condicionantes aqui propostos faz da agriculuras (peri) urbanas um dos epicentros de um processo de recodificação do seu significado, onde o carácter interpessoal das experiências proporciona modos de produção e de relações sociais que a concebem como uma experiência auto contextualizada e fundada nos seus paradigmas urbanos, económicos e políticos. (Sousa, 2013a).

Entretanto, e a partir da centralidade da sociedade civil nestas experiências, acredita-se que o cenário regional, local e global também retroalimentam a perceção de todos os agentes envolvidos. Essas inter-relações, de diferentes escalas e saberes, são contundentes aos cenários supracitados, onde as agriculturas urbanas condicionam-se às realidades partilhadas e próprias as cidades.

O que defini algumas das experiências de agricultura (peri)urbana como produtiva ou ecológica pode ser percebido pela congruência dos interesses da sociedade civil. Em especial, pelos seus atores diretos impulsionados ou impactos pelas políticas públicas locais e alinhavados com a sua perceção de cidade, dentro da sua própria escala de espaço urbano e também como parte de um perceção espacial alargada das outras esferas espaciais.

Quase o mesmo pode ser dito das políticas públicas locais: optar ou não pela implementação de políticas públicas sob o tema das agriculuras (peri)urbanas está, muitas das vezes, condicionadas a estas perceções. O que as diferenciam das ações da sociedade civil são os interesses políticos dos governos locais sobre a utilização da "bandeira" das agriculturas (peri)urbanas para além da dicotomia produtiva versus ecológica.

Então, a tensão causada por esta interseção de saberes, valores e poderes constitui o ambiente onde a agriculuras (peri)urbanas emerge na cidade. Por meio destas experiências pode-se apreender não apenas estas tensões, mas também os seus movimentos de retração e expansão ao longo da sua história.

1.1 Enquadramento dos casos

Não é de se estranhar que a agricultura apareça como um dos elementos que condicionam a intervenção humana no espaço ocupado. Na história da humanidade, a agricultura aparece, para além de razões alimentares, com uma das formas de pertença e uso do território, condicionadas à sua origem e à um dispositivo de interação entre pessoas num conjunto de características culturais, económicas e sociais.

Assim, a APU emerge de uma abordagem essencial para se compreender tal fenómeno: a congruência, em um local transformado, de pessoas que possuem perceções individuais, mecanismos de sentimentos de pertença e os elementos naturais, humanos e não-humanos, preexistentes numa intensa troca de valores que condicionam suas ações. (Armiero, 2008).

A perceção das agriculturas (peri)urbanas como um fenómeno emergente do espaço urbano, consoante as características da cidade estão intimamente ligadas à forma de organização social daquele espaço. Os indivíduos organizados num modelo de cidade, em qualquer escala e sob diferentes modelos, oferecem um eixo de análise que põe em discussão a centralidade do poder local com uma entidade que age e reage, em maior ou menor escala, à sociedade.

Quando se toma em linha conta algumas experiências recentes, esta abordagem ganha uma maior dimensão de análise, posto a complexidade de possibilidades que sugerem. Os temas da segurança alimentar, políticas de áreas verdes, aspetos culturais e tradicionais são alguns dos exemplos. Por seu turno, algumas dessas experiências, em diferentes cidades, mostram como as agriculturas (peri)urbanas escapam aos reducionismos teóricos e simplistas; parecem estar interlaçadas por ideários partilhados: em ambientes de crise política com impactos sociais, como as observadas em algumas cidades da África subsaariana.

Pela força de políticas públicas em grandes cidades, como em Moscovo, Toronto e São Paulo, bem como por outros espaços sob a forma de incentivos ao mercado de trabalho e ao abastecimento agrícola da cidade, Barcelona e Havana, respetivamente. As agriculturas (peri)urbanas mostram-se como os elos de integração entre as diferentes esferas sócio espaciais (Luiz e Veronez, 2012; Sánchez, 2005).

Sob outro ponto de vista, o espacial, as agriculuras (peri)urbanas também podem representar um instrumento de resistência social ao avanço do modelo urbano de cidade. Casos onde a expansão habitacional alcança territórios até então percebidos com rurais, quer pela sua geografia, quer pela forma de ocupação, constituem uma abordagem amplia a perceção do seu significado dentro e a partir da cidade.

Uma simples alteração formal dos limites de uma cidade ou uma intervenção urbanística num território onde as práticas não urbanas estão presentes, representam este fenómeno onde o "urbano" torna-se apenas um adjetivo àquela atividade. No entanto, o que caracteriza este tipo de experiência como algo (peri)urbano também se dá interseção da política pública local com as diferentes ações e reações da sociedade face a este novo espaço construído.

Por outro lado, as agriculuras (peri)urbanas podem emergir de um processo cultural e social apoiado em valores partilhados pela sociedade. Nesses casos, onde tais experiências são fenómenos culturais e social galgados numa perceção do espaço e numa reclamação dos seus direitos à cidade, uma política pública pode favorecer a sua expansão ou retrair o seu desenvolvimento por força política.

2. O caso de Lisboa

De acordo com o que abordamos nas secções anteriores, classificar e identificar uma experiências de agriculuras (peri)urbanas é um trabalho intimamente ligado ao contexto em análise, sem desprezar as pessoas que à praticam. Assim, as agriculuras (peri)urbanas podem estar contidas em experiências onde, por um lado, parecem inseridas numa grupo de situações que reagem aos elementos culturais e aos novos sentidos de pertença a cidade; e, por outro, como emergente numa política pública local sob diversos "disfarces" que a põem para fora das questões de produção e pertença.

Em Lisboa é possível perceber a emergência de casos onde alguns grupos organizados promovem uma forma de produção coletiva numa expectativa cívica e de bem-estar, para além de uma dimensão alimentar. Noutras situações, a agricultura no espaço (peri)urbano pode ser tomada como uma forma de pertença, quer sob a forma produtiva, quer sob processos de ocupação do território ligados ao espaço habitacional e circunscritos em questões fundiárias. (Luiz e Veronez, 2012).

As agriculuras (peri)urbanas em Portugal estão ligadas ao seu histórico embora esta nomenclatura seja recente, consoante a expansão do tema no mundo. Nas cidades portuguesas facilmente se encontra registos históricos, cartográficos e fotográficos de experiências agrícolas nos contextos urbanos e periurbanos.

Nomeadamente, após a adesão portuguesa à Comunidade Económica Europeia é possível identificar algumas destas experiências em Lisboa e no Porto, bem como nas suas zonas metropolitanas. Há de se referir, contudo, que o rompimento do período salazarista em 1974, quando Portugal perde uma importante componente de importação agrícola vinda das suas colónicas em África contribui sensivelmente para a expansão deste fenómeno.

No mesmo momento, também é possível observar o aumento da densidade demográfica nas cidades advinda em grande parte da migração rural da população nacional. Essa população imigrante trouxe consigo seus hábitos e costumes para as cidades, costumes estes fortemente ligados à exploração agrícola. Na mesma medida, na Grande Lisboa, até os dias, é possível notar uma grande área de exploração agrícola pautada em práticas e técnicas rurais de produção. (Luiz e Veronez, 2012).

Em Portugal, as agriculuras (peri)urbanas ganham uma dimensão de espaços de convívio e bem-estar, de alguma forma alinhavadas por uma "ruralidade" no espaço urbano. As principais características são a criação de espaços de convívio; acesso a alimentos mais saudáveis; espaços verdes nas cidades; reabilitação de terrenos baldios etc. Nota-se também elementos económicos que sugerem benefícios pela redução das despesas familiares com alimentação e pelo comércio da produção.

Nos últimos cinco anos muitas Câmaras Municipais portuguesas têm expandido intervenções políticas de áreas verdes sob o tema das agriculturas (peri)urbanas. De maneira geral, essas políticas consistem em requalificar espaços onde já havia produções agrícolas espontâneas e a criação de outros espaços, sempre numa perspectiva de "horta comunitária".

A Câmara Municipal de Lisboa (CML) criou, em cinco anos, oito hortas camarárias em diversas zonas da cidade, de maneira que, hoje, é possível encontrar algumas delas com dimensões significativas em produção, entre 04 a 07 hectares de terra. Em outras situações a CML, nomeadamente algumas formas de produção espontâneas, desqualificou tais experiências e até mesmo as retirou quando o terreno ocupado era de uso público.

Antes de avançarmos, vale salientar a componente política que a criação e a expansão das agriculuras (peri) urbanas pode adotar quando está enviesada por interesses outros que não o simples desenvolvimento da prática. Isso pôde ser observado em Lisboa e no Porto, quando as suas respetivas Câmaras desalojaram experiências datadas de mais de 04 anos para dar lugar a parques, jardins ou simplesmente desocupar o terreno.

Tão plurais quanto as práticas são as motivações. Em Lisboa, para além das hortas camarárias, encontram-se outras experiências em espaços privados mas abertos ao público, como é o caso do Museu do Traje. E também movimentos organizados da sociedade civil que se valeram de espaços públicos para reivindicarem a prática da agricultura em território (peri)urbano.

As motivações, embora muito pautadas num ideário de convívio e bem-estar, também constituem uma pluralidade de situações. No caso das hortas camarárias, não poderia ser diferente pois lá estão pessoas de diferentes origens geográficas e socioeconómicas, com interesses e motivações consoantes às suas vidas e necessidades. O caso da Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa (AVAAL) é particular pois advém de um situação onde os moradores daquela zona, a Alta de Lisboa, uniram-se na reivindicação do uso de um terreno público para a criação de um parque agrícola.

Deve-se referir, entretanto, que a Alta de Lisboa é uma zona de requalificação urbana. A CML estabeleceu uma parceira público-privada com um consórcio de empreiteiras, a Sociedade Gestora da Alta de Lisboa (SGAL), a fim de requalificar aquela zona. A SGAL teria o terreno disponível para a construção de condomínios a serem vendidos no mercado (venda livre) na contrapartida de se criar habitações sociais para realojar os moradores da zona que viviam em barracas. O processo finalizou-se em 2008.

A AVAAL nasceu em 2009 pela associação de moradores da região da Alta de Lisboa. O projeto consiste numa proposta de requalificação de uma área em desuso num parque agrícola, a ser desfrutado por qualquer pessoa que deseje participar. Dentre as características deste caso destacam-se o facto de uma iniciativa que surgiu no seio comunitário e se transformar numa política pública na cidade de Lisboa. Para além das motivações iniciais da AVAAL, que incluem interesses que vão da promoção de áreas verdes até o fomento da comercialização da produção, merece destaque a articulação entre o poder público e a comunidade em prol de um objeto comum. Por um lado, os membros da AVAAL abrem um caminho legal para uma intervenção socioeconómica, pois as suas atividades também abrangem cursos de formação, por exemplo. Por outro, aquele projecto pode ser conveniente ao poder público local, pois está de acordo com algumas correntes de requalificação ambiental em cidades, numa forma de participação tutelada da sociedade. (Luiz e Veronez, 2012:10).

Coincidência ou não, foi a partir de 2009 que CML iniciou o seu projeto de criação de hortas camarárias. Ou seja, AVAAL pode der contribuído para o início de um processo de formalização institucional de uma prática até então ignorada pelos poderes locais. Este "salto" político, por assim dizer, representa a maneira pela qual o poder local pode ser influenciado pelos desejos e necessidades das pessoas.
Neste momento o parque agrícola da AVAAL encontra-se em fase de construção. Fora necessários cinco anos para que os poderes locais e SGAL levassem a cabo a execução do projeto. E espera-se, com isto, que cerca de 130 pessoas e suas famílias sejam beneficiadas pela produção agrícola naquele parque.
As pessoas a terem talhão foram selecionadas de maneira a guardar alguns critérios identificados pelos associados como relevantes naquele processo. A dizer: respeitar a proporção de moradores da Alta – 50% de venda livre, 50% habitações sociais; pessoas e famílias em situação socioeconómica mais carenciada têm preferência na lista de espera; incluir pessoas que desejam uma produção de subsistência, como alternativa ocupacional e também outros que desejam vender e, assim, gerar pequenos comércios locais.

3. O caso de Maputo

Em Maputo, as experiências de APU estão intimamente ligadas ao espaço urbano e periurbano, ao desenvolvimento e a expansão da cidade em termos geográficos, demográficos e habitacionais. Por seu turno, também estão ligadas às atividades que compõem o cenário económico urbano, sem a perda da sua historicidade territorial.
A cidade colonial demarca uma importante alteração nas relações socioeconómicas pré-existentes – relações familiares e co-parentais com um dos seus pilares a agricultura. Criaram-se estruturas relacionais não mais exclusivamente agrícolas, num contexto onde as unidades familiares (domiciliares) ganham maior expressão ao distanciar-se de um modo produtivo de subsistência em relação ao espaço ocupado: local de trabalho, local de habitação (Baia 2009, 2004).
Nesse sentido, a cidade é tomada como um espaço de (Baia, 2004:24):
[…] transição entre a ordem próxima - relações de imediaticidade, relações diretas entre pessoas e grupos que se compõem a sociedade (famílias, grupos organizados, profissões e corporações etc.) relações com o campo circundante - e uma ordem distante, aquela da "sociedade tomada no seu conjunto" - ordem da sociedade, regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma cultura e por conjuntos significantes. Como transição, a cidade é o lugar onde se manifestam as contradições da sociedade, dentre elas as contradições entre o poder político e os grupos diversos os quais se encontram certa afinidade comum dentro do Estado.
Após a independência de Moçambique nota-se algumas novas questões de grandezas sociais e económicas que são postas à toda população moçambicana. São essas: a criação de agregados domiciliares, onde convivem numa unidade habitacional de várias famílias ou numa convivência por afinidade e sobrevivência; reocupação das cidades pela população nacional; limitações no cultivo e acesso a alimentos agrícolas etc.
Em termos da cidade de Maputo há de se referir a requalificação das zonas rurais no entorno da cidade, quando zonas outrora rurais "transformam-se" em zonas suburbanas e periurbanas. Nomeadamente nessas últimas, de maior expressão agrícola, a agricultura manteve-se no centro das atividades voltadas para as formas de subsistência e de se auferir rendimentos mas de alguma maneira distanciadas de um modelo de cidade ocidental por não reproduzir as formas de uso e ocupação do território e conectadas pelo lado económico da agricultura ao centro urbano. (Baia, 2009).
Chega-se, portanto, a um cenário onde diferentes formas de ocupação do território coexistem sob o epíteto de cidade. As zonas periurbanas podem ser tomadas como representativas dessa pluralidade de espaços dentro de uma cidade quando, ao mesmo tempo, guarda experiências de produção agrícola e é alvo do avanço habitacional da cidade.
As atividades agrícolas surgem na zona periurbana de Maputo como uma atividade derivada de aspetos históricos, culturais, políticos e socioeconómicos. Nos primeiros anos do período pós-independência, momento em que redefine-se o que é o espaço urbano e cria-se os rótulos desta abordagem, a produção agrícola daquela região é incentivada como modelo de subsistência, de nicho de produção para o abastecimento da cidade e, também, pela formação de associações de produtores agrícolas.

Estas associações são de facto associações de pessoas e não podem ser tomadas como de produção nos moldes de abordagem clássica da economia. Os seus objetivos estão centrados na resolução de temas internos aos associados bem como outros fatores ligados a atividade como regularização fundiária, título de uso da terra etc. Os associados possuem total liberdade na decisão do plantio e como plantar, na sua comercialização, sendo seu dever pagar uma quota à associação. (Chicamisse, 2005).

No entanto, faz-se necessário destacar um outro papel político das associações agrícolas naquele período, para além de um instrumento contra as explorações no trabalho e nas relações de género e classe. Em algum medida também representaram um mecanismo de transmissão de poder central do Estado nas divisões económicas e políticas em matéria da agricultura (peri)urbana – "as decisões dos membros […] estavam submetidas aos controlos do Estado, às regulações e ao plano político socialista" (White e Manghezi, 1982 apud Croll, 1979). Neste contexto, as instituições entrepostas aos agricultores associados e ao Estado, como o caso do Gabinete das Zonas Verdes, assumem um papel de controlo e ganho de poder, frente aos associados, como uma manobra política de gestão da produção agrícola (Mosca, 2008).

O movimento associado nas agriculturas periurbanas de Maputo surge como resposta a estas questões políticas e económicas criadas pelo controlo do Estado. É nesse momento que as associações de pessoas transladam de um agrupamento de indivíduos e orientam-se para uma forma de produção que trata-lhes a produção de uma forma coletiva e em prol dos seus interesses. A União Geral de Cooperativas de Maputo, formalizada em 1980, representa um bom exemplo desta prática.

Todavia, seria ingênuo falar da construção de um bem comum quando os laços aos quais as cooperativas estão atadas são de natureza afetiva ou familiar. Não se pode trazer para este escopo de análise a abordagem clássica da economia que trata de uma produção coletiva como um elemento construído pela solidariedade, em alguns casos, pelas convergências de interesses. (Sousa, 2013b:8).

As associações de APU derivam de um cenário multifacetado e com vários fatores influentes nas suas conceções, expansão e desaparecimento. Pelo lado do território, coexistem com o avanço habitacional da cidade e com o aumento na especulação fundiária. Pelo lado económico, embora tenham-se criado com uma importante matriz produtiva para o fornecimento de alimentos frescos a cidade estão sob forte concorrência de produtos importados. Pelo lado social, que está conectado com o económico, são as formas pelas quais a maioria das pessoas encontra meio de subsistência e de auferir rendimentos.

Então, a natureza das experiências em Maputo guarda a pluralidade expectável num cenário urbano de grande diversidade populacional, de formas de ocupação do território e condicionantes socioeconómicas. Sem distanciar-se de uma forma produtiva, a APU mantém-se como um fenómeno intimamente ligado à cidade e, por seu turno, dependente das componentes que a define enquanto espaço periurbano.

4. Comentários Finais

O alargamento do tema das agriculturas urbanas carece estar contextualizado para que se possa, de uma maneira mais fidedigna ao território, identificar quais as suas possíveis formas dentro do espaço urbano. As cidades que as recebem influenciam fortemente a sua expansão ou não, a sua finalidade, os alimentos produzidos e os espaços que ocupam.

Em Lisboa, para além das hortas camarárias, existem mais outros tantos casos que só se tornam visíveis quando o observador afasta-se das preconceções que delimitam as agriculuras (peri)urbanas como experiências tipicamente de segurança alimentar ou de comércio ou de subsistência etc.

A AVAAL, pela sua natureza, constitui um excelente caso de estudo por compreender em sua estrutura as componentes políticas (ou de se fazer política) com a componente social, pois representa um grupo de pessoas que, organizadas, criaram um espaço de agricultura periurbana em paralelo às hortas municipais. Para o início do funcionamento do parque agrícola espera-se a confirmação ou não de algumas destas observações, bem como o surgimento de mais questões. Ou seja, a pluralidade das agriculuras (peri)urbanas são mais dinâmicas do que as apreciações académicas e científicas.

Em Maputo, as agriculuras (peri)urbanas são mais uma atividade económica da cidade. A maneira pela qual os mercados são abastecidos de produtos frescos, os territórios periurbanos (também) é ocupada, a fonte de

subsistência de um grande número de pessoas e agregados familiares. Em suma, um fenómeno condicionante e condicionado pelo espaço que ocupa e também pelo centro urbano.
Portanto, corrobora-se aqui a proposição de que as agriculturas (peri)urbanas são um fenómeno contextual às cidades, pela qual devem ser observadas consoante aos cenários urbanos, suburbanos e periurbanos. Na mesma medida em que devem ser considerados as características socioeconómicas das pessoas envolvidas nas práticas sem distancia-las dos possíveis significados de cidade.

5. Referências

ARMIERO, M. (2008), "Seeing like a protester: nature, power and environmental struggles". *Left History*, 13, pp. 59-76.

BAIA, A. H. M. (2009), *Os conteúdos da urbanização em Moçambique. Considerações a partir da expansão da cidade de Nampula*. Dissertação de Doutorado em Geografia, São Paulo: Universidade de São Paulo.

BAIA, A. H. M. (2004), *Ruralidades na cidade Nampula: exercício teórico para uma crítica a Cidade*. Dissertação de Mestrado em Geografia, São Paulo: Universidade de São Paulo

BIEL, R., CABANNES, Y. (2009), "Urban agriculture – the current situation and some pointers to the way forward". *DPU News*, 51.

CHICAMISSE, F. A. Z. (2005), *Agricultura (peri)urbana no Sector Familiar Associativo do Distrito Urbano nº5 da Cidade de Maputo*. Dissertação de Licenciatura em Geografia, Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

COLE, D., LEE-SMITH, D., NASINYAMA, G. (eds) (2008), *Healthy city harvest: Generation evidence to guide policy on urban agriculture*. Lima: CIP/Urban Harvest and Makerere University Press.

LEFEBVRE, H. (2008), *A Revolução Urbana*. 3ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG.

LUIZ, J. VERONEZ, L. (2012), "Os Espaços das agriculturas urbanas na Grande Lisboa: trajetórias transversais a cidade". *VII Congresso Português de Sociologia*, 19 a 22 de Junho. Porto.

MOSCA, J. (2008), "Agricultura de Moçambique: Pós-Independência: da experiência socialista à recuperação do modelo colonial". *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 21(III), pp. 47-66.

PRAIAN, G. KARANJA, N., LEE-SMITH, D. (eds.) (2002-2006). *African Urban Harvest: Agriculture in and around African cities*. Ottawa: IDRC & International Potato Center.

SÁNCHEZ, H. A (2005), "La agricultura urbana en las ciudades Y su periferia: un enfoque desde la geografía". *Investigaciones Geográficas*, 53, Abril, pp. 98-121.

SOUSA, L. V. (2013a), "Urban Agricultures in Maputo: Other Forms of Production". *CES Contexto, Rethinking urban inclusion: Spaces, Mobilizations, Interventions*, 02, pp. 257-268.

SOUSA, L. V. (2013b), "Agriculturas urbanas em Maputo: suas dimensões e o espaço urbano". *2º Seminário Internacional sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento em África, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento*, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. 24-25 de Outubro.

WHITE, C. P., MANGHEZI, A. (1982), *The role of cooperative agriculture in transformation labour relations and gender relations: Experiences from Green Zone, Maputo, Mozambique*. Maputo, Manuscrito.

ZEEUW, H. DUBBELING, M. VAN VEENHUIZEN, R., WILBERS, J. (2007), "Key Issues and Courses of Action for Municipal Policy Making on Urban Agriculture". *Resource Centres on Urban Agriculture & Food Security*, Working Papers 2, http://www.ruaf.org/node/2292.

GT 55
Ética e Vínculo Social

Da política à ética: exclusão, desigualdade radical e alteridade

José Ricardo Cunha[1]

Resumo: O Estado de Direito está erodido pelo fenômeno da **exclusão**. O fato de haver pessoas e grupos que se excluem ou são excluídos representa uma falha estrutural. Tal falha no Estado de Direito pode ter desdobramentos existenciais na medida em que gera um tipo de distorção na proposta de igualdade jurídica que impede as pessoas de se reconhecerem como igualmente competentes no processo social. Isso também produz desigualdade moral e impede o processo intersubjetivo de reconhecimento como gerador de autorespeito. Portanto a fórmula é relativamente simples: quanto maior exclusão, menos autorespeito. O fenômeno da exclusão será tratado em dois aspectos: 1) dos que estão acima do Estado de Direito; 2) dos que estão abaixo do Estado de Direito. Para tanto, será trabalhada a questão de desigualdade radical e do homo sacer (Giorgio Agamben). Ao fim, a Ética da Alteridade (Levinas) é invocada como perspectiva de inclusão do outro.

Palavras-chave: Ética da alteridade, exclusão, desigualdade radical.

Não obstante o processo histórico de concretização do estado de direito, com ênfase no estado constitucional de direito, e sua relação com a afirmação dos direitos humanos, é necessário que seja levado em conta o problema da **exclusão** de pessoas e grupos sociais da égide do estado de direito. Vale dizer que tal exclusão não se apresenta como um defeito aparente do estado de direito, isto é, não parece ser um problema interno, mas externo. Por que tantas pessoas admitem viver e conviver tranqüilamente numa sociedade na qual a organização das instituições não é capaz de açambarcar a plenitude das pessoas? Reformulando e simplificando a pergunta: por que tantas pessoas convivem tranqüilamente com uma ordem excludente? Bem, indubitavelmente são muitas as respostas possíveis. Certamente a primeira e mais óbvia é: porque não são elas as excluídas. Quando se está minimamente confortável numa situação, há mais tolerância para os problemas que se apresentam. Mas o ponto aqui é que parece haver certa resiliência com o processo de exclusão na medida em que ele não é identificado como um problema intrínseco do sistema, mas como uma questão de alcance. Por essa lógica, caso o sistema fosse estendido até os excluídos tudo estaria resolvido. Visto dessa maneira tudo parece ser uma questão de paciência, ou seja, dar tempo ao tempo para que, aos poucos, o estado de direito seja paulatinamente ampliado até que alcance todas as pessoas. Contudo, o problema maior é que na medida em que estamos falando do próprio estado de direito, o fato de haver pessoas e grupos que se excluem ou são excluídos dele representa uma falha estrutural e não uma limitação do seu alcance. Além disso, essa falha estrutural pode ter desdobramentos existenciais na medida em que gera um tipo de distorção na proposta de igualdade jurídica que impede as pessoas de se reconhecerem como igualmente competentes no processo social. Isso também produz

---

1 José Ricardo Cunha vive na cidade do Rio de Janeiro onde é professor associado na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atua no campo da teoria e filosofia do direito, com ênfase nos estudos sobre ética, direitos humanos, teoria da justiça, epistemologia e sistema de justiça. É Editor da Revista Direito & Práxis, vinculada à Linha de Pesquisa em Teoria e Filosofia do Direito do Programa de Pós-Graduação em Direito da UERJ. Tem a trajetória marcada tanto pela carreira acadêmica quanto pela militância no campo das ONGs, movimentos sociais e luta pelos direitos humanos.

desigualdade moral e impede o processo intersubjetivo de reconhecimento como gerador de autorespeito. Portanto a fórmula é relativamente simples: quanto maior exclusão, menos autorespeito. Para entendermos melhor esse fenômeno da exclusão, tratarei dele em dois aspectos: 1) dos que estão acima do estado de direito; 2) dos que estão abaixo do estado de direito.

A exclusão contra o estado de direito

Em geral, quando se pensa nos limites do estado de direito imagina-se a situação dos menos favorecidos. Contudo, uma das graves falhas do Estado de Direito é a situação de muitas pessoas dentre os mais favorecidos. Tais pessoas, por razões econômicas, políticas, culturais, corporativas ou burocráticas, são colocadas "acima da lei" ou "acima da constituição". Para elas não vale sequer o princípio da mera legalidade, muito menos a vigência do estado constitucional de direito. Elas são detentoras de imunidades e privilégios que protegem a elas mesmas e aos seus respectivos sistemas de vantagens. A ordem das coisas parece voltar-se para tais pessoas de modo a sempre preservar seus interesses. Mas ainda que essa ordem institucional não lhes assegure seus lucros, sejam eles materiais ou imateriais, e queira enquadrar suas pretensões, essas pessoas conseguem driblar ou corromper a própria institucionalidade para assegurar suas vantagens. O que há de curioso e mais perverso nesse movimento é que ele é conhecido e sabido por todos na sociedade e a reação primeira que muitas vezes desperta no senso comum não é a de indignação, mas de inveja. Para alguns estar "acima da lei" é a maior conquista social que se pode almejar e ter. Há uma certa passividade diante de tal situação como se ela fosse inevitável. Algo que o senso comum exprime por frases como "rico não vai para a cadeia" ou "político sempre mente". É quase como que uma integração cultural dessas perniciosas contradições à vida social e ao cotidiano. Aliás, diga-se que é exatamente dessa integração cultural que surgem bravatas do tipo "você sabe com quem está falando?". Esta ameaçadora pergunta se sustenta sobre a existência cínica de um grupo de imunes ou privilegiados que não encontram limites para o seu sistema de vantagens e são, por isso mesmo, efetivamente capazes de se imporem sobre os demais. Em 1976, no Brasil, ficou famosa uma campanha publicitária do cigarro Vila Rica estrelada por Gerson, jogador de futebol tricampeão do mundo, onde este dizia "*gosto de levar vantagem em tudo, leve vantagem você também*...". Essa afirmação ficou conhecida durante muito tempo como "lei de Gerson", isto é, levar vantagem em tudo. Os que estão acima do Estado de Direito são exatamente esses que conseguiram realizar e levar às últimas consequências essa máxima de levar vantagem em tudo. Para esses há apenas vantagens e não deveres. Eles estão acima do artigo 29 da Declaração Universal dos Direitos Humanos que preconiza no item um que *todo ser humano tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível*.

A situação de ricos e poderosos que se situam acima da lei e da constituição é, como já dito, uma forma de exclusão que acontece dentro do estado de direito. Pode ser chamada de uma *exclusão para cima*. Esse tipo de exclusão pode ser percebido de diferentes maneiras, mas, não há dúvida, que o sentimento de impunidade é a ponta mais visível desse processo. O cidadão médio é constantemente assoberbado de informações que dão conta da dificuldade e, no mais das vezes, da inviabilidade do sistema repressivo do estado atuar eficazmente contra esses que são mais favorecidos. Ao mesmo tempo em que todos sabem dos indícios cristalinos, e algumas vezes de provas concretas, que pesam sobre os poderosos, não é comum que alguém alimente a convicção de que tais poderosos serão efetivamente punidos. Quase ninguém espera seguramente que banqueiros, empreiteiros, grandes empresários, políticos do alto escalão, desembargadores, juízes, artistas famosos e outras celebridades sejam mesmo punidos por seus crimes. É bem verdade que existe uma espécie de "sentimento de revanche" do cidadão médio em relação a esses mais favorecidos que faz com que as ações investigativas da polícia federal e as eventuais condenações pelo Poder Judiciário sejam recebidas com entusiasmo e até euforia. Mas o sentimento predominante quando acontece ocasional punição dos poderosos é de "exceção que confirma a regra". A regra se mantém como a existência de um grupo de pessoas que sempre leva vantagem nas suas relações, inclusive nas relações ilícitas, estando, por isso, acima da lei. Há uma frase muito conhecida no folclore político brasileiro, ora atribuída a Getulio Vargas ora atribuída a Pinheiro Machado, que expressa eloquentemente a relação entre aparato institucional e privilégios e imunidades: "aos amigos tudo, aos inimigos a lei".

Se o fenômeno da exclusão no Estado de Direito já se evidencia por meio da situação dos que estão acima da lei e da constituição, ele também se manifesta de forma igualmente ou mais perversa na situação dos que estão abaixo da lei e da constituição. Se aquela é uma exclusão para cima, essa é uma *exclusão para baixo*. O artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos assevera: *Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle*. Em contraste com esta norma, dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – dão conta de cerca de um bilhão de pessoas no mundo sem a nutrição adequada e sem acesso à água potável.[2] Ainda segundo o PNUD, o Brasil ocupa em 2014 a 79º colocação no relatório de Desenvolvimento Humano, numa lista com 187 países e territórios.[3] Apenas para recordar, o Índice de Desenvolvimento Humano é formado por três dimensões: a) vida longa e saudável; b) educação ou conhecimento; e c) padrão de vida decente. O índice será composto por meio da medição do desempenho médio de cada país nestas três dimensões básicas, resultando num número entre 0 e 1. Para que se tenha uma margem de comparação, ainda segundo os mesmos dados do PNUD, em 2014 o país melhor colocado no IDH foi a Noruega, alcançando um índice de 0.944. Já o pior colocado foi a Nigéria com um índice de 0.337. O Brasil alcançou o índice de 0.744, classificado dentro do que a ONU denomina de nível médio de desenvolvimento humano (de 0,661 a 0,781).

Pensando o caso brasileiro com um pouco mais de detença, é necessário que se reconheça que a política econômica, a política de seguridade social e as políticas de transferência de renda têm levado o país a uma consistente redução das taxas de pobreza. Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012, o chamado Coeficiente de Gini[4], que mede a desigualdade de renda, vem mostrando algumas melhoras progressivas. Enquanto em 2002 o coeficiente brasileiro era 0,587, no ano de 2012 o Brasil alcançou 0,526. Essa redução do coeficiente de Gini mostra uma redução na desigualdade de renda no Brasil conseguida nesse período de 10 anos (202-2012). Segundo análise do IPEA sobre um intervalo de tempo maior, de vinte anos (1992-2012), houve um avanço real nos últimos dez anos em relação ao aumento da renda média dos 40% mais pobres da população que chegou à casa dos 6,4% ao ano, ao passo que esse mesmo aumento entre os 5% mais ricos foi de 2,4% ao ano. Todavia, quando analisamos os números absolutos a diferença de renda entre as famílias é estarrecedora. Enquanto o rendimento dos 40% mais pobres foi de R$241,81 per capita, o rendimento dos 5% mais ricos foi de R$5.178,37 per capita.[5]

Apesar dos dados relativamente positivos da política levada a cabo pelo governo federal brasileiro no período de 202 a 2012, pode-se afirmar que há uma pobreza estrutural e sistêmica que assola o Brasil, e o mundo, gerando uma desigualdade radical e níveis intoleráveis de vida. Alguns aspectos dramáticos desse quadro de desigualdade radical podem ser sintetizados da seguinte forma: 1) é praticamente impossível para quem está em estado de pobreza absoluta mudar sua própria situação por vias lícitas; 2) a maior parte das pessoas que está em situação melhor de vida não consegue se colocar na situação daquelas que estão em piores condições e não possuem a mínima idéia do que é viver de forma totalmente degradante; 3) essa desigualdade radical não diz respeito apenas à renda e consumo, mas a todos os aspectos da vida social como acesso às belezas naturais ou produções culturais e artísticas; 4) a desigualdade radical acarreta diferentes formas de violência que se

---

2 - Cf. http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014.pdf Acessado em setembro de 2014.

3 - Cf. https://data.undp.org/dataset/Table-1-Human-Development-Index-and-its-components/wxub-qc5k Acessado em fevereiro de 2014.

4 - O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Conrado Gini no início do século XX. Este coeficiente consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm). Portanto, quanto mais próximo do zero estiver o coeficiente, menor será a desigualdade da renda. Já o índice de Gini, é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100).

5 - Cf. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131001_comunicadoipea159.pdf

manifestam difusamente na sociedade, mas atingem com mais crueldade exatamente os mais empobrecidos que são duplamente penalizados.[6]

É importante que se diga que o próprio conceito de pobreza é em si mesmo complexo, admitindo uma significativa gama de interpretações. Possivelmente os professores indianos Armatya Sen e Arjun Sengupta estejam entre os principais estudiosos da matéria.[7] Com base em algumas reflexões desenvolvidas por esses autores, é possível falar-se em pobreza em pelo menos três perspectivas: 1) pobreza com base na renda; 2) pobreza como privação de capacidades; e 3) pobreza como exclusão social.[8]

O conceito de pobreza com *base na renda* é bastante utilizado por órgãos e organismos oficiais nacionais e internacionais por permitir mensurações objetivas das condições de vida das pessoas. Dentro desse conceito, é comum se falar em pobreza extrema e pobreza moderada. Para as Nações Unidas, por exemplo o PNUD, considera-se pobreza extrema a situação daquela pessoa que ganha menos de um dólar PPC por dia, onde PPC significa dólar por *paridade de poder de compra*, isto é, aquele que elimina a diferença de custo de vida entre os países, permitindo, assim, uma análise global. Já o IBGE considera estar em pobreza extrema aquele indivíduo que possui renda mensal inferior a um quarto do salário mínimo. No mais das vezes, políticas econômicas e políticas distributivas são pensadas tendo em vista esse conceito de pobreza.

Já o conceito de pobreza entendido como *privação de capacidades* leva em consideração o quadro mais amplo de bem-estar da pessoa. Nessa linha, pobres seriam as pessoas privadas de suas capacidades, ou seja, privadas das liberdades básicas que se pode (e precisa) desfrutar para uma vida digna. Aqui a liberdade não deve ser encarada como valor individualístico e nem reduzida apenas à vida civil ou política. Entenda-se, por exemplo, liberdade para obter uma nutrição saudável, para acessar um bom sistema de ensino e saúde, para ler e escrever e conhecer lugares novos. O pleno exercício de liberdades plenas é o que coloca o sujeito em condição de exercer uma vida com qualidade. Já a limitação dessas liberdades impede que o sujeito exerça suas capacidades e possa desfrutar com autonomia sua própria vida. A pobreza aqui não é uma questão meramente quantitativa, mas qualitativa. Leva em consideração as condições de vida da pessoa e as possibilidades efetivas que ela tem de acessar e desfrutar tanto do mercado como das próprias políticas de bem-estar.

Por fim, o conceito de pobreza como *exclusão social* leva em consideração não apenas os números da renda e as condições particulares do sujeito para o exercício das suas capacidades, mas, também, o lugar social da pessoa e a maior ou menor vulnerabilidade que essa pode ocupar no momento de se relacionar com grupos sociais e com a sociedade como um todo. Os excluídos são aqueles que por diversas razões são impedidos de participar da sociedade em geral, ou, ao menos, têm bastante dificultada essa participação. A exclusão pode resultar de razões econômicas, como tradicionalmente acontece, ou por outros fatores que transcendem o aspecto meramente monetário. É o que acontece com determinados grupos que são socialmente marginalizados, tais como mulheres, crianças, deficientes, negros, índios e homossexuais. Esse é o caso clássico apontado por Hegel e estudado por Axel Honneth (2007, p. 92), onde a falta de reconhecimento como solidariedade dificulta e muito nesses sujeitos excluídos a geração de auto-estima. Se, por um lado, é bem verdade que muitas vezes a privação dos recursos financeiros gera a exclusão social, é igualmente verdade, por outro lado, que muitas vezes é a exclusão social que gera privação de recursos financeiros.

Em qualquer uma das três definições de pobreza, é possível falar que existe uma visceral ligação entre a pobreza mesma e a violação de direitos humanos. A pobreza pode ser considerada, ao mesmo tempo, como causa e

---

6 - Parte dessa lista pode ser encontrada em POGGE. Thomas. Para Erradicar a Pobreza Sistêmica: em defesa de um dividendo dos recursos globais. SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, nº 6, ano 4, 2007, pp. 145-146.

7 - Cf. SEN. Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000. SEN, Amartya. *Desigualdade Reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001. SEN, Amartya. *Collective Choice and Social Welfare*. San Francisco: Holden-Day, 1970. SENGUPTA, Arjun. *Poverty Eradication and human Rights*. **In** POGGE, Thomas. *Freedon From Poverty as a Human Right: who owes what to the very poor?* Oxford: Oxford University Press, 2007.

8 - Cf. COSTA, Fernanda Doz. Pobreza e Direitos Humanos: da mera retórica às obrigações jurídicas - um estudo crítico sobre diferentes modelos conceituais. SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, nº 9, ano 5, 2008, pp. 91-92.

consequência da violação de direitos humanos na medida em que é razoável presumir que caso tais direitos fossem assegurados, as pessoas teriam acesso a uma renda adequada, poderiam exercer suas capacidades e seriam socialmente incluídas. Há, também, os que afirmam que ser livre da pobreza seria em si mesmo um direito humano.[9] De certa forma isso está presente na orientação de organismos internacionais, como o PNUD e seu conceito de *desenvolvimento humano*[10], e na orientação dada pela própria constituição brasileira ao elencar não apenas direitos civis, políticos, econômicos e sociais, mas ao estabelecer como fundamento da República a dignidade da pessoa humana e como objetivo fundamental erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Esse arcabouço moral e jurídico não deve ser entendido apenas como uma promessa hipócrita, mas como o fundamento do estado de direito na maneira pela qual ele foi historicamente construído na realidade brasileira. Por isso, a *exclusão para baixo* consubstanciada na pobreza é incompatível e contraditório com o estado de direito que é tanto um sistema jurídico político como um ideal regulador ético-moral. Assim, é possível afirmar que a não garantia dos direitos humanos historicamente consagrados, em especial dos DESCs, e a inexistência ou existência ineficaz de um sistema de proteção dos direitos humanos fere de morte qualquer pretensão político-jurídica de constituição do *estado de direito*.

Uma visão semelhante do que estou chamando de *exclusão do estado de direito* é apresentada por Marcelo Neves, em sua obra *Entre Têmis e Leviatã: uma relação difícil*. O contexto para a reflexão desenvolvida pelo autor é o de total assimetria no sistema de direitos e deveres uma vez que esses não são partilhados reciprocamente na sociedade. Nessa assimétrica relação, para alguns sobram direitos e faltam deveres, enquanto para outros sobram deveres e faltam direitos. Ao interior desse sistema, os que têm mais tendem a ter cada vez mais e os que têm menos tendem a ter cada vez menos. Como parte desse cenário estão os "subcidadãos" referidos por Neves. Essas pessoas não estão completamente excluídas, uma vez que não estão livres das imposições, leiam-se deveres e responsabilidades, impostas pelo Estado. Para os "subintegrados" a totalidade dos direitos fundamentais só lhes afeta em relação ao efeito restritivo da liberdade e, por isso, são integrados ao sistema jurídico como *devedores, indiciados, denunciados, condenados, etc., não como detentores de direitos, credores ou autores*. (NEVES, 2006: 248) Como existem os subintegrados, existem também os sobreintegrados, mas para Neves, a subintegração é o que sustenta a sobreintegração e, por isso, são os sobreintegrados os reais titulares de direitos, mas sem qualquer subordinação à *atividade punitiva do Estado no que se refere aos deveres e responsabilidades*. (NEVES, 2006: 250) No mesmo sentido em que falei aqui sobre exclusão, Marcelo Neves lembra que não apenas o subintegrado estaria "excluído", mas também o sobreintegrado: este estaria "acima" do direito, aquele, "abaixo". (NEVES, 2006: 250)

O Homo Sacer

O grave problema da exclusão conduz a uma corrosão paulatina do estado de direito. A democracia que é seu principal pilar fica atingida na medida em que a população se sente comprimida entre os excluídos para cima e os excluídos para baixo. O cidadão médio é tomado, muitas vezes, por um sentimento de ameaça pela possibilidade de ser confrontado pelos interesses e sistema de vantagens de alguém que esteja acima da lei e da constituição e, assim, seja violado nos seus direitos e achacado nos seus planos pessoais. Como se não bastasse, o sentimento de ameaça também ocorre em função da possibilidade de encontro desse cidadão médio com alguém que esteja abaixo da lei e da constituição e que, não tendo mais nada a perder, comporte-se para com ele de forma brutalmente agressiva ou lesiva. Tudo isso conduz a um individualismo crescente e a um movimento de fechamento social como forma de autoproteção. Nesse compasso a intolerância tende a crescer e o medo, que é sempre o pior conselheiro, passa a ditar as regras no convívio social. Como efeito assistimos a um duplo movimento: a) de um lado, o ceticismo que renuncia a qualquer esperança de que os mais favorecidos sejam, um dia, enquadrados pelo sistema jurídico e moral; b) de outro lado, a insensibilidade que torna invisível os menos favorecidos com suas respectivas dores e clamores. Tanto o ceticismo como a insensibilidade,

9 - Cf. COSTA, Fernanda Doz. Op. Cit., pp. 95-104.

10 - Cf. http://hdr.undp.org/en/humandev/ Acessado em janeiro de 2014.

inviabilizam qualquer tipo de reação moral e política da sociedade que vai, lentamente, se acostumando com essa situação e fazendo com que cada pessoa crie seus mecanismos próprios de sobrevivência.[11]

Esse quadro geral só parece ser alterado quando agudizado diante das situações mais drásticas de conflito, especialmente quando elas acontecem entre os excluídos para cima e os excluídos para baixo, embora isso seja muito raro. Nessas circunstâncias, em geral violentas e sangrentas, a corda tende a arrebentar, obviamente, para o lado mais fraco. Assim, os empobrecidos e socialmente excluídos são estigmatizados e rotulados como obstáculos à ordem e à convivência. Oscar Vilhena (2007) sugere a expressão *demonização* para aludir a tal circunstância, explicando que se trata do *processo pelo qual a sociedade desconstrói a imagem humana de seus inimigos, que a partir desse momento não merecem ser incluídos sobre o domínio do Direito*.(VILHENA, 2007: 44) A partir daí os demonizados passam a ser execrados social e juridicamente. Por isso mesmo a sociedade, de maneira geral, não opõe grande resistência àqueles que queiram eliminar os demonizados. Na verdade, isso é de alguma forma estimulado seja pelo incentivo retórico, seja pela certeza da imunidade jurídica a ser dada a quem eliminá-los. Os inúmeros casos de extermínio ao longo da história recente do Brasil, para não falar do mundo, são provas desse fenômeno.

Para esses que são demonizados, o estado de direito não fracassa apenas, ele se converte perversamente em estado de não-direito[12] e a soberania da lei atua desaplicando-se a si, *abandonado* por completo os demonizados. Estes são convertidos em *bando* da lei. Nesse sentido, Giorgio Agamben cita as reflexões de Jean-Luc Nancy sobre a lei:

> *Abandonar é remeter, confiar ou entregar a um poder soberano, e remeter, confiar ou entregar ao seu bando, isto é, à sua proclamação, à sua convocação e à sua sentença. Abandona-se sempre a uma lei. A privação do ser abandonado mede-se com o rigor sem limites da lei à qual se encontra exposto. O abandono não constitui uma intimação a comparecer sob esta ou aquela imputação da lei. É constrangimento a comparecer absolutamente diante da lei, diante da lei como tal na sua totalidade. Do mesmo modo, ser banido não significa estar submetido à uma certa disposição da lei, mas estar submetido à lei como um todo. Entregue ao absoluto da lei, o banido é também abandonado fora de qualquer jurisdição...*[13]

O abandono diante da lei é, por assim dizer, o abandono diante do poder de uma lei que não prescreve nada além de si mesma, além de sua própria vigência vazia e sem sentido. O abandono remete, portanto, ao poder da soberania acima da lei, isto é, ao poder político que atua por meio da lei aplicando e desaplicando a lei conforme a conveniência. É uma espécie de lei sem lei – ou sem jurisdição, como afirmou Nancy – que submete aqueles que a ela foram abandonados, ou seja, aqueles que não têm mais a quem ou a que recorrer. Estes formam o *bando* da lei. O bando é a consequência imediata do ato de *bandir*, isto é, de banir quem não pertence àquela facção. Esses que foram *abandonados*, *banidos*, são sempre vistos com maus olhos, são chamados de *bandoleiros* por que pertencem ao *bando* da lei (abandonados pela lei). São considerados *bandidos* por que seu próprio abandono diante da lei é visto como um crime em si mesmo. Como bandidos, são culpados e, de efeito, tornam-se vidas matáveis. Esses são os que Giorgio Agamben chama de *homo sacer*. (AGAMBEN, 2004: 79-117)

A classificação como *homo sacer* remete a uma situação pior do que aquela sugerida pela classificação como *demonizado*. Isto porque se o demonizado estava, segundo afirmou Oscar Vilhena (2007:44), excluído do

---

11 - Cf. VILHENA, Oscar. *A Desigualdade e a Subversão do Estado de Direito*. **SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, nº 6, ano 4, 2007, pp. 42-43.

12 - Quanto a esse processo Giorgio Agamben defende a tese do *Estado de Exceção* como aquele onde a força de lei transcende a própria lei para repousar na autoridade decisional daquele que aplica (ou não) a lei. Trata-se, assim, de uma força de lei sem necessariamente lei, isto é, de um espaço aparentemente legal mas verdadeiramente anômico. Cf. AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

13 - NANCY. Jean-Luc. *L´impératif catégorique*. **APUD** AGAMBEM, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2004, p. 66.

domínio do Direito, o *homo sacer* está abandonado ao domínio de uma legalidade que vige apenas para reproduzir-se e perpetuar-se a si mesma como forma de exercício de seu próprio poder. Ao demonizado resta sempre a esperança de ser incluído no sistema, mas ao *homo sacer* nem isso resta, pois ele já está incluído no sistema, ainda que na forma de uma exceção, isto é, por meio de uma exclusão inclusiva. Para Giorgio Agamben, o elemento chave de compreensão do *homo sacer* é a estrutura da *sacratio* conforme estabelecida no direito romano. Esta era constituída por dois elementos: o veto do sacrifício e a impunidade de sua morte. O *homo sacer* era aquela pessoa condenada pelo cometimento de determinado delito que por sua natureza o transformava em pessoa impura ou ser pertencente aos deuses. A curiosa contradição é essa que fazia da pessoa ao mesmo tempo impura e ser dos deuses, algo como maldito e anjo ao mesmo tempo. Por ser anjo – santificado, sacralizado – ou pertencente aos deuses, ele não podia ser sacrificado ou executado, mas por ser impuro ou maldito ele era abandonado à própria sorte e qualquer do povo que o sacrificasse não estaria cometendo um delito, não poderia ser punido. O *homo sacer* quebra o princípio da não contradição e se apresenta a um só tempo como puro e impuro, como fasto e nefasto. Pelo crime cometido o *homo sacer* é abandonado pela lei, sendo exilado do humano sem, contudo, passar ao divino. Portanto, apesar de puro ele é não purificado, não há como expiar a culpa, por isso ele entra na comunidade humana pela sua desumanização, pela sua própria matabilidade. Afirma Agamben:

> *Aquilo que define a condição de* homo sacer*, então, não é tanto a pretensa ambivalência originária da sacralidade que lhe é inerente, quanto, sobretudo, o caráter particular da dupla exclusão em que se encontra preso e da violência à qual se encontra exposto. Esta violência – a morte insancionável que qualquer um pode cometer em relação a ele – não é classificável nem como sacrifício e nem como homicídio, nem como execução de uma condenação e nem como sacrilégio*. (2004: 90)

O *homo sacer* representa, portanto, o processo mais radical de exclusão do Estado de Direito, não porque ele esteja circunstancialmente fora de sua égide, mas porque para ele o Estado de Direito é apenas um estado formal de direito que se apresenta como abandono da lei diante da violência de uma lei que se aplica ao não aplicar-se. Esse paradoxo, definido por Agamben como paradoxo da soberania, coloca a cru o aspecto mais cruel do fenômeno da exclusão: colocar em questão qual vida vale ser vivida. Nesse nível admite-se que podem existir vidas que chegaram ao ponto de perder a qualidade de bem jurídico e moral e, assim, já perderam totalmente o valor tanto para seu próprio portador como para a sociedade. Como vida, permanece insacrificável pelo estado, mas como vida sem valor fica sujeita à matança impune. De um ponto de vista mais pessoal e particular, esse debate nos remete para problemas como o da eutanásia, mas de um ponto de vista mais social e geral esse debate nos remete para as diferentes formas de exclusão que recaem sobre distintos grupos sociais como, por exemplo, crianças em situação de rua ou homossexuais. Quando esses são convertidos em *homo sacer* a sociedade acaba por decidir sobre o valor de suas vidas e se elas valem ou não ser vividas. É o mais absoluto abandono que se dá sob o manto da lei que assegura a ordem para a impunidade.

São vários os exemplos que comprovam esse processo. De tempos em tempos vem à tona casos de brutalidade cometidos e justificados sobre o biopoder, isto é, o poder da vida sobre a vida. No Rio de Janeiro crianças foram assassinadas enquanto dormiam na porta de uma Igreja e o senso comum achou aceitável por se tratarem "apenas" de "menores de rua"... Em Brasília jovens atearam fogo em um índio que dormia no ponto de ônibus e justificaram dizendo não saber se tratar de um índio, acharam que era "apenas" um mendigo... Em São Paulo rapazes que andavam pelo parque de mãos dadas foram espancados até que um deles foi morto; os autores explicaram que o fizeram porque eles eram gays... No Rio de Janeiro dois jovens espancaram uma empregada doméstica e justificaram dizendo que só o fizeram porque pensaram ser "apenas" uma prostituta... Aqui o advérbio "apenas" representa a vida do *homo sacer*, a vida sem valor: apenas crianças, apenas mulheres, apenas negros, apenas favelados, apenas mendigos, apenas doentes, apenas loucos etc... Do ponto de vista da ordem jurídico-política, o mais inquietante é que é possível dizer que, de certa forma, o Estado de Direito funciona sim para o *homo sacer*, funciona como uma espécie de estado de não-direito; funciona porque não funciona, pois, afinal, o que foi feito para não funcionar e não funciona, então funciona...

Ética da alteridade

A constatação do fenômeno do *homo sacer* presente entre nós e caracterizado nas diversas pessoas que carregam a marca de certa denegação ou refutação social, especialmente dentre os mais empobrecidos, revela exatamente o abandono de uma lei que vigora sem valer. Eles são os corpos matáveis simbolicamente ou concretamente. Daí a precariedade da rede de proteção social e a miríade de argumentos, dos mais cínicos aos mais sofisticados, para justificar a impossibilidade de cumprimento de vários direitos humanos, em especial dos direitos econômicos e sociais.

Uma das razões pelas quais a sociedade convive com espantosa facilidade diante da desigualdade radical e do fenômeno do *homo sacer* é o fato de estarmos todos, em maior ou menor medida, acostumados e até orientados por uma idéia geral de estilo de vida que costuma ser individualista, pragmático e egoísta. Afirmações do tipo "*para pensar no outro você deve pensar primeiro em você"* ou, então, "*para poder ajudar o outro você deve primeiro ajudar a você mesmo"* ou, ainda, "*para arrumar o mundo você deve começar pela própria casa*" são bastante comuns e usadas. Elas são reveladores de um tipo de *ethos* que coloca o bem do outro em segundo plano. Para esse tipo de pensamento a ética é, no máximo, agir com coerência. Agir com coerência em relação a você mesmo e suas próprias idéias (cada um tem a sua ética) e/ou agir com coerência em relação a determinado grupo onde se insere. Por isso mesmo alguns falam em "ética da polícia" ou em "ética dos bandidos", ou seja, desde que se aja com coerência dentro do que é esperado para o comportamento daquele grupo, a pessoa agiu conforme a ética, isto é, a ética daquele grupo. Aqui, a ética foi brutalmente reduzida como se seu sentido fosse o de agir dentro de um protocolo. Essa definição ou esse entendimento do que seja ética não nos ajuda na tarefa da superação da desigualdade radical e do fenômeno do *homo sacer*. Quero propor algo contra uma "ética individualista" ou uma "ética dos grupos" tal como "ética da polícia" ou "ética dos bandidos". Me alinho com aqueles que asseveram uma ética que nos remete ao cuidado com o outro.

Para tanto é necessário fazer uma distinção entre ética e moral. Muitas vezes as palavras *moral* e *ética* são usadas em sentido sinonímico, o que é plenamente aceitável uma vez que ambas podem ser entendidas como *conduta orientada para o bem conforme certo costume ou tradição*. Isso se explica na própria etimologia das palavras já que o vocábulo "moral" vem do latim *morus* que significa costume ou cultura, enquanto o vocábulo "ética" vem do grego *éthos* que também significa costume ou cultura. Todavia, essa não é a única forma de grafia da palavra; desde o grego antigo há uma variação fonética e semântica que introduz um sentido diverso para a palavra ética.[14] Quando em grego ela é escrita ἔθος possui a vogal breve e, por isso, deve ser transliterada como *éthos* (som aberto). Nesse caso, como já foi dito, ética significa um conjunto de costumes e hábitos ou as características culturais de uma coletividade. Porém, quando escrita ἦθος possui a vogal longa devendo ser transliterada como *ē´thos* ou *êthos* (som fechado). Nessa segunda forma, a palavra não significa mais costume ou cultura, mas sim **morada** ou covil habitual falando-se em animais.

Essa segunda interpretação é exatamente aquela que destaca Heidegger na sua carta *Sobre o Humanismo*: *êthos significa morada, lugar da habitação. A palavra nomeia o âmbito aberto onde o homem habita. O aberto de sua morada torna-se manifesto naquilo que vem ao encontro da essência do homem e assim, aproximando-se, demora-se em sua proximidade*.(1979:170) Ora, esse aberto da morada não se reduz, portanto à vida doméstica ou à morada doméstica, mas refere-se à situação de existência do homem no mundo. Nós habitamos o mundo, vivemos no mundo, moramos no mundo. Essa é nossa condição essencial que é necessariamente compartilhada por todos. Assim sendo, nossa vivência no mundo é também **convivência** no mundo, isto é, "viver com". Por seu turno, *viver com* presume a existência de um **outro**. Como afirma Heidegger, o nosso ser-no-mundo é determinado pelo "com", pois o mundo da presença é sempre o mundo compartilhado. O *ser em* é sempre o *ser com* os outros.(1995, 170) Aqui sim, finalmente, podemos encontrar o sentido forte para a palavra ética.

Com efeito, ética é aquilo que nos remete para o outro, para a emergência de uma alteridade. De um ponto de vista ético, esse outro não pode ser visto apenas como conceito ou categoria abstrata, muito menos como ente manipulável segundo minhas perspectivas e interesses, mas como existência autônoma que reclama respeito e

---

14 - Cf. CHAUÍ, Marilena. *Introdução à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 349.

dignidade na sua própria qualidade de outro, isto é, na sua *outricidade*. Como afirma Manfredo de Oliveira, *a liberdade só se afirma como liberdade pelo reconhecimento incondicionado da outra liberdade como liberdade*. (1993: 101) Nessa esteira, a ética é uma relação bilateral, mas não em sentido tradicional como *eu* e *outro*. O *eu* nessa relação seria uma ameaça narcísica à intenção ética.[15] Por isso a bilateralidade da relação ética é *outro* e *outro*, ou seja, o *eu* fica transformado em outro do *outro*. Isso quer dizer que o outro deve ser visto desde um ponto de vista arquimediano independente das minhas idiossincrasias. Eu devo constatar, respeitar e tolerar o outro porque ele existe como tal, não porque isso pode ser bom para mim. A ética nos remete, assim, para um campo de responsabilidade pelo outro como condição inevitável de nossa existência ou morada no mundo. Nas palavras de Lévinas: *o que chamo de responsabilidade por outrem, ou amor sem concupiscência, o eu só pode encontrar sua exigência em si próprio; ela está no seu 'eis-me aqui' do eu... ela é originalmente sem reciprocidade, pois traria o risco de comprometer sua gratuidade ou graça...*(2005:293)

A ética nos situa no centro do campo do *cuidado*.[16] O outro é aquele a quem dirigimos nosso cuidado, nosso zelo, nossa atenção; ele nos interpela em nossa capacidade mais profunda de produzir humanidade, de perceber e fazer brotar a existência humana para que ela cresça e perdure na sua própria vida. Nessa perspectiva é possível sim dizer que a ética produz um ganho subjetivo, pois a humanidade produzida inevitavelmente transcende o outro para também crescer no *eu* que a prática. É como se a conduta ética gerasse em quem a prática um sentimento ao mesmo tempo ligeiro e profundo de realização humana. Esse é o máximo de satisfação que a ética pode proporcionar ao sujeito, ao *eu*, uma vez que ela não se destina à autorealização, mas a garantia da convivência humana. Além disso, como ente não manipulável, não se pode esperar que o outro aja conforme as minhas expectativas, nem mesmo em relação à sua conduta ética. Em outras palavras, não devemos agir eticamente para que o outro também o faça, até porque seria impossível ter garantias nesse sentido, mas porque humanamente devemos fazê-lo.

Estamos, portanto, diante de um paradigma ético que demanda de todos senso de responsabilidade e tolerância. A responsabilidade decorre, acima de tudo, da consciência de nossa finitude material. Como seres finitos, não temos razão nenhuma para acreditar que a vida humana se perpetuará *ad infinito* no planeta Terra. Por isso, devemos agir para com os outros e para com o planeta de forma a renovar constantemente as possibilidades de uma existência digna para todos.[17] Já a tolerância decorre, acima de tudo, da consciência da inevitável coexistência.[18] Se a vida humana é um empreendimento coletivo, é imperioso que sejam respeitadas todas as manifestações pessoais e sociais decorrentes do livre arbítrio que caracteriza a condição humana.[19] Ainda que saibamos que o livre arbítrio não é um dado absoluto, pois existem muitas sobredeterminações tanto nas macro relações como nas micro relações, o livre arbítrio continua merecendo o respeito e, por isso, deve haver tolerância. A palavra tolerância está aqui não como condescendência de alguém superior em relação a outro inferior. Ela pretende registrar o dever de respeitar manifestações com as quais não se concorda, na linha do conhecido aforismo de Voltaire: "*posso discordar de tudo que você está dizendo, mas vou lutar até o fim para que você tenha o direito de dizê-lo*". Uma sociedade plural é aquela onde cada pessoa deve ter direito à escolha do seu próprio projeto de vida, ainda que arque com os ônus de tal projeto.[20]

Todavia o princípio da tolerância não é, ele mesmo, maior do que a ética. Por isso não pode ser tomado de forma absoluta. Em outras palavras, o dever de tolerância não significa que tudo deva ser tolerado. Não podem e não devem ser toleradas as práticas que conspiram contra as relações éticas, isto é, contra o respeito à dignidade do outro. A tolerância é uma regra que carrega, em si mesma, sua exceção: *tudo deve ser tolerado, menos a*

---

15 - Cf. LÉVINAS, Emmanuel. *Entre Nós: ensaios sobre a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 197.

16 - Cf. RICOEUR, Paul. *Em Torno ao Político – Leituras 1*. São Paulo: Loyola, 1995, pp. 162-163.

17 - Cf. JONAS, Hans. *Lê Príncipe Responsabilité*. França: Flammarion, 1998, pp. 39-42.

18 - Cf. MARÍAS, Julián. *Tratado sobre a Convivência: concórdia sem acordo*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

19 - RAWLS, John. *Liberalismo Político*. Lisboa: Editorial Presença, 1996. pp. 43-49; pp. 141-174.

20 - RAWLS, John. *A Theory of Justice*. Cambridge: Harvard University Press, 1999, pp. 211-216. Cf. TAYLOR, Charles. *The Politics of Recognition*. **In** TAYLOR, Charles. et al. *Multiculturalism: examining the politics of recognition*. Princeton: Princeton University Press, 1994, pp. 25-73. Cf. WALZER, Michael. *Da Tolerância*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

intolerância. Todas as práticas e manifestações pessoais, institucionais e culturais que violem o lugar do outro não devem ser toleradas.[21] É importante registrar que esse "lugar do outro" se define tanto pelo direito como pela moral, ou, dito de outro modo, trata-se do respeito aos direitos jurídicos e morais que tem todas as pessoas. Essa ética da alteridade, nos termos que aqui apresento, pode ser entendida como uma ética cosmopolita e inclusiva fundada na figura do outro como condição de possibilidade da existência humana livre e digna.[22] Nestes termos, a ética não é apenas uma baliza para o presente, mas uma forma de se entender o tempo, isto é, de se interpretar o passado e planejar o futuro. A conduta ética nos obriga ao constante reexame do nosso passado histórico – pessoas, instituições e povos – tendo em vista recuperar e reparar os erros perpetrados contra indivíduos ou grupos sociais. Isso significa que a responsabilidade ética transcende tempo e espaço e o fato de não termos vivido num certo momento ou num certo local não nos exime dos nossos compromissos éticos. Da mesma forma o futuro, mesmo incerto, também é campo obrigatório para tais compromissos. Ainda que nós mesmos não vivamos no futuro distante, temos hoje o dever ético de zelar por ele e pelas pessoas que nele existirão, seja prevenindo, seja orientando para que não ocorram erros conhecidos. As ações do presente devem ser pautadas por exigências éticas não somente de hoje, mas também do passado e do futuro.

Espero que agora tenha ficado mais claro a razão pela qual disse, no início, que a realização da promessa de igualdade jurídica presente no estado de direito depende, ao menos em parte, da consideração ética que devemos ter pessoalmente e culturalmente uns em relação aos outros.

Rio de Janeiro, outubro de 2014

Referências bibliográficas

AGAMBEM, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2004.

_____. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

APPIAH, Kwame Anthony. *The Ethics of Identity*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BÖCKENFÖRDE, Ernst Wolfagang. *Estudios sobre el Estado de Derecho y la democracia*. Madrid: Editorial Trotta, 2000.

CARBONELL, Miguel. (Org.) *Teoría de Neoconstitucionalismo*. Madrid: Editorial Trotta, 2007.

CHAUÍ, Marilena. *Introdução à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COSTA, Fernanda Doz. *Pobreza e Direitos Humanos: da mera retórica às obrigações jurídicas - um estudo crítico sobre diferentes modelos conceituais*. **SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, nº 9, ano 5, 2008.

COSTA, Pietro. ZOLO, Danilo. *O Estado de Direito: história, teoria e crítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DOUZINAS, Costa. *O Fim dos Direitos Humanos*. Porto Alegre: EdUniSINOS, 2009.

DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HEIDEGGER, Martin. *O Ser e o Tempo*. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *Sobre o Humanismo*. **In** Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

21 - Cf. RAWLS, John. *Op. Cit*., pp. 216-221.

22 - Cf. APPIAH, Kwame Anthony. *The Ethics of Identity*. Princeton: Princeton University Press, 2005. Cf. DUSSEL, Enrique. *Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HOBSBAWM, Eric. *Como Mudar o Mundo: Marx e o marxismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

HOLMES, Stephen. SUNSTEIN, Cass. *The Cost of Rights: why liberty depends on taxes*. New York: Norton & Company, 1999.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.

IPEA. *Mudanças recentes na pobreza brasileira*. Comunicado 111. Brasília, 2011.

JONAS, Hans. *Lê Príncipe Responsabilité*. França: Flammarion, 1998.

KYMLICKA, Will. *La Citoyenneté Multiculturelle*. Paris: La Découverte, 2001.

LÉVINAS, Emmanuel. *Entre Nós: ensaios sobre a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 2005.

MARÍAS, Julián. *Tratado sobre a Convivência: concórdia sem acordo*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

NEVES, Marcelo. *Entre Têmis e Leviatã: uma relação difícil*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Ética e Racionalidade Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

POGGE, Thomas. MOELLENDORF, Darrel. *Global Justice: seminal essays*. Minneapolis: Paragon House, 2008.

POGGE, Thomas. *Freedon From Poverty as a Human Right: who owes what to the very poor?* Oxford: Oxford University Press, 2007.

_____. *Para Erradicar a Pobreza Sistêmica: em defesa de um dividendo dos recursos globais*. **SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, nº 6, ano 4, 2007.

RAWLS, John. *A Theory of Justice*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

_____. *Liberalismo Político*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

RICOEUR, Paul. *Em Torno ao Político – Leituras 1*. São Paulo: Loyola, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Uma Concepção multicultural de direitos humanos*. **In** Lua Nova Revista de Cultura e Política. São Paulo: CEDEC, n° 39, 1997.

SEN, Amartya. *Collective Choice and Social Welfare*. San Francisco: Holden-Day, 1970.

_____. *Desigualdade Reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SOUZA, Jessé. MATTOS, Patrícia. *Teoria Crítica no Século XXI*. São Paulo: Annablume, 2007.

TAYLOR, Charles. et al. *Multiculturalism: examining the politics of recognition*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

VILHENA, Oscar. *A Desigualdade e a Subversão do Estado de Direito*. **SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, nº 6, ano 4, 2007.

WALZER, Michael. *Da Tolerância*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ZIZEK, Slavoj. *Benvindos ao Deserto do Real*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. *Os Direitos Humanos e o Nosso Descontentamento*. Mangualde. Portugal: Edições Pedagogo, 2008.

O culto à performance e reflexões sobre a saúde do trabalhador na contemporaneidade

Cristina Miyuki Hashizume

Resumo: A visão contextualizada da Psicossociologia Clínica e da Teoria do Decrescimento propõem, cada um à sua ótica, uma preocupação clínica/ planetária humana para além do imediatismo das decisões que visam apenas o rendimento financeiro. Preocupar-se com outras gerações que nos sucederão é um primeiro passo para se construir relações de trabalho mais pautadas em humanismo e qualidade de vida, a despeito de números e cifras que, num curto prazo são apenas vantagens, mas que uma análise psicossociológica mostra que trazem consigo interesses excludentes e intolerantes com o modo de produção de subjetividades. Nesse sentido, o presente trabalho se propõe a questionar o culto à performance como máxima das corporações, comprometendo a saúde do trabalhador (física e mentalmente) e corroendo valores humanos, necessários para um funcionamento corporativo que seja, minimamente, coerente com a ética nas relações de trabalho de modo a respeitar a produtividade humana e possível do trabalhador.

Palavras-chave: Subjetividade do trabalhador; performance; novas relações no trabalho; sociologia do trabalho; psicologia do trabalho.

Abstract: The Social Clinic Psychology view and degrowth theory propose, each in its view propose a clinical / human planetary concern beyond the immediacy of decisions which concern only the financial income. Worrying about other generations that succeed us is important to build working relationships more guided by humanism and quality of life, regardless of numbers and figures that, in the short term are only advantages, but a social psychological analysis shows that bring with selfish interests and intolerant of the subjectivities. In this sense, this paper aims to question the valorization of performance as maximum of corporations, affecting worker health (physically and psychologic) and eroding human values necessary for a corporate function that is minimally consistent with the ethics in relationships of work so as to respect human and worker possible productivity.

Keywords: Worker subjectivity; performance ; new relationships at work; sociology of work ; occupational psychology .

Introdução

O trabalho, em nossa perspectiva, é central na construção da subjetividade do indivíduo. Ao exercer uma atividade, o indivíduo se constrói e transforma o mundo de modo a exercitar sua criatividade e inteligência, fazendo uso de si por si (Antunes, 2002). Nesse sentido, suas experiências e vivências diversificadas devem ser por ele próprio ressignificadas com vistas a romper com a visão ideológica e alienada do trabalho.

O mundo pós moderno rompe com paradigmas e parâmetros estáveis da organização do mundo moderno, inserindo valores como o risco, a flexibilidade, a ilegibilidade, deixando o trabalhador à deriva da possibilidade de planejar sua carreira profissional a médio ou longo prazo. (Sennet, 1999) Ao mesmo tempo, acompanhamos o que o autor teoriza como a corrosão do caráter dos trabalhadores, seja em postos de gestão, seja em postos comuns, ao analisar a relação do trabalhador com seus pares. Deparamo-nos, portanto, com um trabalhador que tem a sua rotina e valores (caráter) desvirtuados por uma lógica que prioriza a subserviência e adaptabilidade **às mudanças instantâneas do mercado. Sennet (2000) propõe um entendimento de que o caráter do trabalhador pós moderno está corroído, tamanha é a instabilidade e a dificuldade de se manter os laços e compromissos entre trabalhadores e destes com a chefia.** Valores como a solidariedade, lealdade, amizade, colaboração, dentre outros, são renunciados em função da luta do trabalhador pela sua manutenção

no trabalho. Ao mesmo tempo, tal adaptabilidade extrema já se provou como não suficiente para a garantia de permanência ou estabilidade no trabalho.

A Psicossociologia clínica, uma disciplina híbrida, se estrutura na articulação entre campos diversos do saber. Tem como pilares teóricos teorias consagradas nas Ciências Humanas como o marxismo, a psicanálise, a sociologia, a filosofia política, a antropologia, a história. No entanto, ainda se encontra em construção, baseia-se em autores clássicos como Weber, Simmel, Mauss, além de teóricos da Escola de Frankfurt, Norbert Elias, Halbwachs, Castoriadis; e no que concerne a autores do campo do trabalho, suas aproximações com a psicopatologia do trabalho (Le Guillant, Weil) com a ergonomia (Wisner), a clínica da atividade (Clot) e a psicodinâmica do trabalho demonstram a proximidades de seus estudos com as abordagens da complexidade nas ciências humanas e sociais (Araújo et al, 2010).

Buscando uma articulação entre individual, grupal e social, essa abordagem lida com as determinações sociais e psíquicas, colocando-se a serviço dos ideais democráticos, do reconhecimento mútuo entre os sujeitos e da afirmação da liberdade. Trata-se, portanto, utilizando termos a Análise institucional, de uma abordagem transdisciplinar, implicada com as desigualdades e questões da atualidade no campo do trabalho. O individualismo cínico se impõe sobre o político e o ético. E é nessa lógica que o psicossociólogo clínico é convocado a intervir nas organizações, tendo que escolher entre dois modelos quase sempre contraditórios: um que busca apenas a eficiência, a performance do lucro, no contexto de concorrência e outro que busca o sentido, o acesso dos sujeitos sociais aos significados de seus atos. Em nossa, visão, é necessário desocultar a violência presente nas atuais lógicas do mercado e que dominam as organizações (Araújo, 2001).

Frente a esse cenário, surge um novo paradigma, que elegemos como nosso problema de pesquisa, que instiga os trabalhadores e grandes empresários a cultuar a sua auto performance (Ehrenberg, 2010). Os trabalhadores não se mantem mais nas suas atividades laborais pela experiência, conhecimentos, boas relações de lealdade com a corporação, mas assim, como num jogo esportivo, aquele que mostra maior competitividade e se adéqua melhor ao perfil esperado pelas empresas. Semelhantemente ao jogo esportivo, o trabalhador deve sempre estar preparado para a próxima "competição", mantendo seu corpo apropriadamente preparado para demonstrar sua alta performance. O trabalhador que demonstra alta performance em relação às metas estipuladas fica no topo dos mais requisitados pela corporação, até o momento em que a sua produtividade sofra uma queda. A figura do *workaholic*, outrora vista como uma patologia, hoje é considerada o ideal de dedicação no trabalho. O mundo do trabalho pós moderno assimila o discurso do competidor esportista: por se tratar de um jogo, ainda que as metas não tenham sido alcançadas naquela ocasião, há novas oportunidades de se recuperá-la, em outras partidas. Dessa forma, controla-se o sujeito de forma onipresente, como já havia teorizado Delleuze (1992), em sua sociedade do controle. Invadido pela lógica que os controla todo o tempo, o trabalhador pode refletir para além do cotidiano de trabalho? Há formas de se escapar dessa onipresente ética do capital e da produtividade? Nosso trabalho defende que sim, a partir de teorias que pregam o decrescimento sereno econômico.

Caberia, portanto, à intervenção clínica atender a uma demanda, em um contexto de sofrimento (crises, rupturas) quando se encontra em questão o sentido da ação coletiva. Essa abordagem considera indivíduo e grupos capazes de compreender suas próprias dificuldades, buscando significações. Caberia, portanto, ao grupo construir progressivamente um saber, à medida que o grupo libera sua palavra e se descubra como sujeito da ação e da própria história.

Latouche (2009) questiona a sociedade de consumo e suas bases imaginárias: o progresso, a ciência e a técnica. Acreditar num crescimento infinito é raciocinar a partir de um oxímoro: defender o consumo total do meio ambiente num planeta finito. Nesse aspecto, para o autor e defensores desta teoria, o crescimento tornou-se o grande mal das sociedades desenvolvidas. A região ainda muito carente de desenvolvimento, infelizmente não tem sido capaz de discernir o crescimento responsável do predatório. Em nome do desenvolvimentismo a todo custo, regiões carentes de desenvolvimento têm aceito que empresas se instalem em seu território, sem uma contrapartida de exigências governamentais que poderiam garantir um mínimo de corresponsabilidade na exploração dos recursos naturais e humanos. A proposta inovadora do decrescimento se refere às sociedades desenvolvidas viverão melhor quando passarem a consumir menos, acreditando que o crescimento desenfreado tende a ser um mal para as populações, atacando diretamente seu bem-estar. O projeto de decrescimento pode ser relatado como uma utopia crítica, porque ainda não há espaço para ele em curto prazo, mas que merece

ampla atenção antes que o crescimento predatório destrua os poucos recursos naturais que ainda nos restam ao planeta.
Defende, ainda, que caberia refletirmos num crescimento limitado por valores importantes para a conservação dos recursos naturais, evitando o desperdício e a poluição planetária. O autor propõe uma discussão problematizando o capitalismo voraz que destruiu parte das reservas naturais do planeta e que nesse momento, precisa ser freado para que não consuma os recursos ainda existentes. Através de discussões que exigem uma conscientização e educação ambiental, o autor propõe rever valores de enriquecimento e produtivismo, a favor da melhoria das relações humanas e destas com o planeta. Para tanto, seria necessário diminuirmos a exploração dos recursos naturais, implantarmos o consumo consciente e respeitoso com os trabalhadores e com a natureza, além de investirmos numa conscientização ambiental que ultrapasse o simples desenvolvimento sustentável. Rever a lógica produtivista requer, portanto, uma consciência planetária, em que não impere a máxima do "lucro a qualquer preço", mas sim, que possamos retroceder nos limites impostos de produtividade, retroceder na sofisticação e artificialidade do consumo pelo consumo, retornando à vida mais simples e menos predatória para com os seres humanos e com os recursos naturais.

Objetivos

Objetivamos relacionar o discurso do *culto da performance* no trabalho ao engendramento da subjetividade dos trabalhadores no mundo laboral pós moderno.

Optamos por fazer um estudo bibliográfico, aprofundando-nos em teorias que explicam as mudanças organizacionais no nesse novo cenário, assim como as conseqüências dessas mudanças no engendramento do modo de ser do trabalhador da pós modernidade. Por fim, a pesquisa bibliográfica foca as possibilidades num médio prazo para se recuperar a perda na qualidade de vida do trabalhador em questão.

Resultados/discussão

Podemos considerar que esse cenário de alta cobrança por produtividade e performance constrói um ambiente "predador" que oprime o trabalhador, assediando-o através de diferenciadas estratégias de violência psicológica ou violência simbólica.
Frente a esse cenário , que cobra por uma produtividade inadequada para os padrões corporais saudáveis, os trabalhadores vivenciam um sofrimento frente ao excesso de cobrança: ansiedade, angústia e fadiga por excesso de trabalho passam a ser quadros comuns entre os trabalhadores de grandes corporações. A vigília em relação à produtividade deixa de ser externa e disciplinar, e se mostra internalizada no próprio trabalhador, que se vê numa situação em que é o seu próprio algoz.
"Deve se pensar, sentir e agir igualmente àquele que detém o poder hegemônico, o que acaba por gerar uma contratensão, ocasionando atritos e destruição", afinal, o capitalismo não precisa de escravos, mas de indivíduos livres que, no fim das contas, se autoalienem (Araújo et al, 2010). Cabe ressaltarmos aqui *slogans* comumente utilizados pelas grandes empresas como "responsabilidade social", "empresa cidadã", que, apesar de algumas parcas políticas louváveis por parte das empresas, muitas permanecem incivis, ou seja, preocupadas apenas por valorizar sua imagem no mercado junto ao público consumidor, de modo a maximizar ainda mais a sua rentabilidade econômica, satisfazendo clientes, investidores, poder público. O que se torna claro, apesar de tudo é o caráter marcadamente predatório e opressor das relações de trabalho, quase sempre violando as normas de trabalho, aumentando o ritmo, além de sustentar tecnologias gerenciais perversas, gerando insegurança, sofrimento e adoecimento no trabalhador.
Aqui se colocam duas questões importantes: de um lado, a gestão técnica dos trabalhadores operam no sentido de maximizar a produtividade, seja a que custo for, por outro lado, verificamos a gestão da subjetividade, ou seja, a gestão afetiva desses recursos psicológicos, a fim de garantir a adesão do trabalhador à ideologia e aos objetivos da empresa (Araújo, 2010; Pagès et al, 2000)

Instaura-se um contexto psicológico de pressão, em que se institui a cultura da urgência como uma forma de redução sistemática do tempo e pela obrigação de se reagir de modo imediato. Tal cultura é mascarada pelas ilusões da motivação pelos resultados: trata-se de ilusão pois os objetivos são revisados pelo mais alto no que se refere às exigências e por baixo no que se refere às retribuições por parte da empresa. E ainda, um fenômeno importante que têm impacto significativo no contexto psicológico assediador em que se vive o trabalhador é o medo do trabalhador de ficar visado, pela técnica do placar, que ameaça o trabalhador da demissão direta à demissão forçada. O medo de "estar fora do jogo" é constante, fazendo com que o trabalhador lute sempre para se manter acima das espectativas.

Por não se tratar de uma máquina produtiva, a estrutura anátomo-fisiológico-cultural do ser humano não resiste a tamanha cobrança e acaba por fraquejar por alguns motivos: pressão psicológica pelas metas, cansaço físico e mental ou pura impossibilidade real de se alcançar tais infinitas metas de crescimento empresarial. Conseqüências psicopatológicas para o trabalhador são freqüentes e reais: a depressão, esgotamento profissional e a adição ao trabalho. O *burn out* denuncia nosso esforço para atingir um fim irrealizável, que acaba por nos consumir a partir de dentro. Os work addicts apresentam sintomas muito semelhantes aos drogados: deste o hiperativismo que tem efeitos psicoestimulantes, assim como a impossibilidade de se descontrair, necessidade incoercível de atividades, dores de cabeça nos fins de semana, angústia das férias e o enfraquecimento das capacidades criativas. A hiperatividade no trabalho é aceita como uma característica normal, fonte de orgulho.

Frente a esse cenário, num mundo imediatista em que imperam solicitações sempre a curto prazo, ressurge com mais força um discurso que se agrega ao citado: o discurso do paradigma Médico e farmacológico. O paradigma médico/ farmacêutico se impregna na sociedade, em primeiro lugar, com seu saber legitimado e tido como mais importante do que quaisquer explicações ou análises sócio-político-conjunturais; em segundo lugar, esse discurso especializado, que tem o poder da verdade, incentiva o uso de medicamentos para sanar o que é "considerado" doença nesses tempos líquidos (BAUMANN,2000). Visto como entraves à produtividade, manifestações como o stress, insônia, ansiedade, letargia são medicados, pois, numa sociedade do "curto prazo" não se tem tempo para discutir a etiologia dessas "doenças". Por outro lado, na visão de corpo como máquina produtiva, "azeita-se suas engrenagens" com relaxantes musculares, estimulantes, calmantes, antidepressivos e outras drogas lícitas que a indústria farmacêutica tem se dedicado arduamente a criar (ZORZANELLI,2009; PILLÁN, 2008; EHRENBERG, 2010). Dados do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) da Anvisa indicam que o consumo anual de metilfenidato (Ritalina/ Concerta) industrializado no Brasil entre 2009 e 2011 mais que dobrou no período, sendo os indivíduos entre 6 e 16 anos os principais consumidores.

Cabe, aqui, algumas problematizações feitas por Gaulejac (2010): tratar-se-iam de doença ou mal-estar social? Patologia ou violência das condições de trabalho? Depressão ou desespero? Como qualificarmos as interfaces entre os sintomas experimentados pelos assalariados, que têm efeitos somáticos e psicossomáticos e as condições de trabalho que os geram? Seriam os *stresses* e os hiperativismos fenômenos sociais, mais do que doenças pessoais? O problema realmente é médico? Podemos aceitar que o seguro-doença assuma o custo financeiro dessas patologias quando a pressão do trabalho é a causa?

Uns se dopam para permanecer na corrida, outros se medicam para cuidar de suas feridas, e todos vivem com ansiedade e medo. E as grandes empresas, apesar de reverterem os preceitos éticos na relação com seus trabalhadores, ficam isentas de custo social/ de saúde pública. Os custos sociais, econômicos, humanos da busca desenfreada pelo desempenho são muitos. No mesmo mote, estão as degradações do meio ambiente, que deveriam ser reparadas pelo sistema que as causa. A poluição, a exploração dos recursos naturais, os atentados à natureza, tudo isso são consequências do desenvolvimento industrial.

Assim como as ferramentas precisas de avaliação dos custos e benefícios financeiros, a gestão deveria criar instrumentos também para avaliar as conseqüências sociais e psíquicas desse modo de organização. Certamente investigar seriamente essas questões permitiria reduzir as despesas de saúde tão recorrentes nos trabalhadores. E por que o trabalhador nada faz para se rebelar contra isso? Devido ao medo decorrente da constante ameaça de demissão. A precariedade do trabalho não atinge apenas os trabalhadores terceirizados ou quarteirizados, mas afetam também a vivência e a conduta de todos que trabalham. Tal precarização acarreta algumas consequências ao trabalhador e ao seu modo de ressignificar o mundo, são eles: a intensificação do trabalho e o

aumento do sofrimento subjetivo; neutralização da mobilização coletiva contra o sofrimento, contra a dominação e contra a alienação; silenciamento dos trabalhadores, que se cegam/ ensurdecem como uma estratégia defensiva que os impede de se sensibilizar com a precariedade dos outros e a de si próprio; e por último, o individualismo: "a partir de um certo nível de miséria, ela destrói a reciprocidade". (Dejours, 1999) Parece haver uma aceitação geral por parte dos trabalhadores e da gestão em relação ao trabalho sujo, este entendido como trabalho baseado em mentiras, exploração e racionalização de tais práticas: ações necessárias para se atingir às infindáveis metas que avaliam apenas quantitativamente o trabalho humano.

Agora retomamos a pergunta acima feita sobre essa questão: É possível reverter essas práticas perniciosas e "sujas" no mundo do trabalho? Há como intervir na realidade, problematizando essas questões? É possível recuperar a ética coletiva como espaço privilegiado para a luta contra o medo da demissão?

A Psicossociologia Clínica, ou Psicologia Social Clínica, de autores franceses (Lévy, Nicolaï, Dubost, Gaulejac, Baurus-Michel, Pagès) e brasileiros (Barros, Araújo, Castro, Machado) propõe intervenções clinico-institucionais contextualizadas no espaço-tempo e focadas na peculiaridade do grupo em questão. Etimologicamente, clínica significa "observar diretamente, junto ao leito do paciente. O termo se traduz em chinês por dois caracteres muito usuais, que significam, respectivamente, estar ´perto de´ ou ´em face de´ e ´leito´". A partir dessa abordagem, as Ciências Humanas, utilizando-se transversalmente de diferentes saberes, compreende que os problemas não recaem sempre e apenas sobre indivíduos, mas devem ser compreendidos em sua complexidade: dentro de grupos, organizações, acontecimentos, situações sociais particulares, que são examinados sob o ângulo de sua singularidade e especificidade. Não se trata de curar ou de apenas cuidar; a preocupação é de mudar, de prevenir ou de melhorar uma dada situação, encontrando possíveis respostas a problemas reais.

A abordagem clínica da Psicossociologia e da Psicologia Social Clínica nos permite problematizar situações instituídas, analisando o *status quo* vigente. Entendemos que os grupos são lugares privilegiados de análise: constituem o que forma a "espessura do social, a opacidade de uma palavra que não se reduz a um conteúdo e nunca coincide perfeitamente com os discursos construídos, instituídos e reproduzidos em outros espaços" (Levy, 2001: 190). Pagès (1993) e Enriquez (2000) nos abrem novas possibilidades de entendimento do cenário institucional/ organizacional, apontando o poder ideológico e mediador que as organizações exercem sobre os seus trabalhadores.

A partir das leituras de textos da Psicossociologia clínica, pretendemos colocar em análise coletiva o trabalho desempenhado, de modo a romper com práticas e explicações cristalizadas, que em nada contribuem para a invenção de novos modos de entender o trabalho. Nesse sentido, a partir deste referencial teórico, estamos abertos a construir com os alunos uma nova metodologia para compreender e transformar a atividade humana no trabalho.

A visão da Psicossociologia Clínica se soma ao Tratado do Decrescimento Sereno, em que Latouche (2010) propõe a possibilidade de melhorar as relações humanas e qualidade de vida do trabalhador através do decrescimento econômico, que se mostra, na prática, por exemplo, em menos ambição e lucro, menos voracidade frente às finanças para dar lugar ao respeito ao ritmo de trabalho humano, social, falho, às vezes, mas que reflete nossa especificidade como pessoas, e não como recursos , insumos ou patrimônios de uma grande corporação. A obsessão da gestão leva a um ativismo desenfreado, que não suporta o tempo morto. Tal agitação, diz Gaulejac (2010) faz perder o próprio sentido da vida.

O paradigma do culto à performance fica bem claro quando observamos a situação dos desempregados e aposentados, que considerados "inúteis para o mundo" que são tidos como pessoas que deveriam se envergonhar de sua posição. Latouche (2009) e Gaulejac (2010) nos apontam a mudança no modelo de desenvolvimento produtivista como saída para esse cenário. **É necessário renunciarmos a essa corrida louca pelo consumo e produtivismo para evitar a destruição definitiva das condições de vida psicológica, ambiental e moral. A psicossociologia clínica propõe um resgate à atenção, à escuta, à palavra, ao sentido de um mundo mais humano, que deve ser assim vivido pelos trabalhadores.**

Seria como se voltássemos aos sonhos dos antigos gregos, de podermos nos libertar do trabalho para nos dedicarmos a questões que nos façam mais sentido: enquanto indivíduos, grupo e sociedade. **É irônico pensar que o mesmo trabalho que, para os gregos, os afastava da libertação, hoje, para o homem pós moderno, é sinônimo de uma libertação "alienada" que** domina ideologicamente gestores e trabalhadores.

Conclusões

A visão contextualizada da Psicossociologia Clínica e da teoria do decrescimento propõem, cada um à sua ótica, uma preocupação clínica/ planetária humana para além do imediatismo e das decisões egoístas que visam apenas a performance imediata. Preocupar-se com outras gerações que nos sucederão é um primeiro passo para se construir relações mais pautadas em humanismo e qualidade de vida, à despeito de números e cifras que, aparentemente podem nos parecer neutras e ingênuas, mas que uma análise psicossociológica mostra que trazem consigo significativos interesses excludentes e intolerantes com o modo de produção de subjetividades. Cabe, portanto, a nós, pesquisadores e acadêmicos, trazer tal discussão, que pode parecer um discurso outsider, porém, necessário. Esse discurso vem de estudiosos da economia, sociologia e das ciências Humanas em geral de países desenvolvidos, que têm assegurados em seus países seu estado de bem estar social. Nosso desafio é pensar como tais teorias podem ser apropriadas localmente, em países como o Brasil, em regiões como o Nordeste, de modo que não impeçam o desenvolvimento necessário a essas regiões. Ao contrário, tal discurso reflexivo pode levar países como o Brasil a repensar um outro modelo de crescimento e desenvolvimento, não tão predatório como o que foi aplicado nos atuais países desenvolvidos. Temos esse desafio a enfrentar, mas, ainda mais importante é a construção de novas éticas que possam criar formas mais alternativas, locais, simples de desenvolvimento que não sejam agressivas para o planeta, para o sistema produtivo, mas principalmente, para as relações humanas e sociais.

Referências

ANTUNES, R. (2002), *Adeus ao trabalho*? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. Campinas: UNICAMP.

ARAÚJO, J.N.G.& et al. (2010), *Abordagem socioclínica da violência no trabalho. IN: MENDES, A.M. Violência* no trabalho: perspectivas da psicodinâmica, da ergonomia e da sociologia clínica. São Paulo: Mackenzie.

ARAÚJO, J.N.G.& CARRETEIRO, T.C. (2001), *Cenários sociais e abordagem clínica*. São Paulo: Escuta.

BAUMANN, Z. (2000), *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.

BAURUS-MICHEL, J. (2004), *O sujeito social*. Belo Horizonte, PUC Minas.

DEJOURS, C. (1999), *A banalização da injustiça social*. São Paulo: FGV.

DELEUZE, G. (1992), *Conversações*. . São Paulo: Ed. 34.

EHRENBERG, A. (2010), *O culto da performance*: da aventura empreendedora à depressão nervosa. São Paulo: Ideias e Letras.

ENRIQUEZ, E.O papel do sujeito humano na dinâmica social. In: MACHADO, M. N. M.; CASTRO, E. M.; ARAÚJO, J. N. G. & ROEDEL, S. (eds.). (2000), *Psicossociologia. Análise social e intervenção*. Belo Horizonte: Autêntica.

GAULEJAC, V.de. (2010), *Gestão como doença social*: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida, SP: Ideias & Letras.

LATOUCHE, S. (2009), *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo: WMF.

LÉVY, A. A psicossociologia: crise ou renovação? In MACHADO, M.N.M.et al. (2001), *Psicossociologia. Análise social e intervenção*. Belo Horizonte: Autêntica.

MENEGHEL, S.N. & GUIMARÃES, C.F. (2003), "Subjetividade e saúde coletiva: produção de discursos na re-significação do processo saúde-doença no pós-moderno". *Revista mal estar e subjetividade*. Fortaleza, III (2).

PAGÈS, M. et al. (1997), *O poder das organizações*. São Paulo: Atlas.

PILLAN, L.A.; BENSEÑOR, I.M. (2008), "Síndromes funcionais somáticas". *Revista Medica* 87(4), São Paulo, pp. 238-44.

RIBEIRO, M. A. (2009), *Psicologia e Gestão de Pessoas*: reflexões críticas e temas afins (ética, competência e carreira). São Paulo: Vetor.

SENNETT, R. (2008), *A corrosão do caráter*. São Paulo: Record.

ZORZANELLI, R.T. (2000), " A fadiga e seus transtornos". *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, Rio de Janeiro16, (3), p.605-620.

Os (des) valores da ética nos negócios

Maria de Fátima Rocha Maia

A ética empresarial está envolta em muitos elementos, que a torna complexa e desafiante. Vários autores buscam desmitificar os dilemas dos gestores no processo de tomada de decisão. O objetivo deste artigo é compreender as dificuldades da ética empresarial, privilegiando os conflitos que a envolvem. Buscou-se examinar a complexidade enfrentada pelos atores empresariais na obediência às exigências éticas, pois nem sempre um comportamento é claramente revelado como certo ou errado. A assunção da ética empresarial se relaciona com as condições que limitam o alcance das ações balizadas pelos valores éticos. O artigo foi desenvolvido com base na literatura e privilegia o angustiante processo de tomada de decisão empresarial, porque nem sempre as restrições éticas se manifestam claramente. Os gestores enfrentam situações morais muito exigentes e são nessas situações que a observação dos preceitos éticos se faz extremamente necessária.

Palavra-chave: Economia; ética; ética empresarial; dilemas éticos; exigências éticas.

1. Introdução

A ética empresarial está envolta em muitos elementos, isso faz com que, no mundo dos negócios, a sua compreensão se torne um desafio. No intuito de propiciar seu melhor entendimento, vários autores tentam desmitificar os fatores que condicionam e limitam a ética empresarial. Os estudos de alguns deles privilegiam os dilemas que assolam muitos gestores no processo de tomada de decisão.

Esse artigo busca compreender as dificuldades da ética no mundo empresarial, em função das condições limitadoras de se alcançar um comportamento ético nos negócios. Por meio do exame da literatura se buscou compreender aspectos que podem ser sintetizados na seguinte indagação: em que medida a conduta dos atores no mundo dos negócios são pautadas por exigências éticas e quais os dilemas vivenciados para cumprir tais exigências?

Nem sempre os dilemas enfrentados pelos gestores no processo de tomada de decisão são claros, nem sempre as escolhas se apresentam como boas e/ou más. É esse dilema que nos interessa estudar. Pois, nas situações em que as escolhas tanto podem parecer aceitáveis quanto podem parecer reprováveis, é que o problema ético ganha mais visibilidade. É nesse tipo de situação que a tomada de decisão se mostra angustiante e se constitui um verdadeiro desafio para o gestor com inclinação e obediência aos preceitos éticos.

Além dos itens introdutórios e das considerações finais, o artigo se organiza em três itens, o primeiro faz uma breve análise sobre a ética; no segundo são efetuadas considerações teóricas sobre a relação entre ética e economia; em seguida, são apresentados aspectos do debate relativo aos conflitos decorrentes dos fundamentos éticos que são vivenciados no mundo dos negócios.

2. Breves considerações sobre a Ética

A vinculação entre ética e economia não é nova, aspectos morais relacionados à dimensão utilitária dessa relação já estavam presentes nos escritos de Adam Smith, John Stuart Mill, Karl Marx, Francis Edgeworth, entre outros. Muitas dessas idéias também estavam manifestas na corrente marginalista na década de 1870 e em análises da economia keynesiana no século XX (Sen, 1999; Silva, 2007; Neves, 2008). Contemporaneamente, o interesse pela compreensão da ética no mundo dos negócios tem, cada vez mais, sido alvo de grande atenção por parte de empresas, universidades, associações, Estado e sociedade em geral (Latouche, 2007: 24).

Apesar da perceptível vinculação entre economia e ética, depois de David Ricardo a ética perde espaço no campo do estudo da economia, uma vez que, para a maioria dos economistas dessa época, prevalecia a concepção de que a ética era perniciosa ao bom funcionamento da economia. Eles entendiam que a ética não era compatível com as «leis da concorrência, da inovação, da autoridade e do lucro» (Moreira, 2008:86).

Ao longo do tempo a ética alcança grande amplitude. Com isso passa a ganhar, cada vez mais visibilidade nos diversos campos da conduta humana. Com a concepção de que ética e sucesso empresarial poderiam ser conciliáveis, a demanda por atuações éticas nas relações de mercado ganha espaço. Todavia, as reflexões sobre a ética no mundo dos negócios trazem à tona a complexidade e os conflitos dessa conciliação.

A dificuldade na promoção e incorporação dos aspectos éticos ao mundo do negócio estão condicionados à motivação humana. Os agentes económicos, na sua condição humana, se defrontam com a questão ética: «como devemos viver?»[1]. O basilar dessa questão deixa implícita a carência de clareza dos indivíduos na definição das deliberações éticas fundamentais ao comportamento humano.

Na concepção weberiana, a gênese do espírito capitalista se constitui por uma ética peculiar, expressa por um utilitarismo com forte conteúdo ético. É fato que o espírito capitalista sofreu forte influência dos aspectos religiosos, principalmente da doutrina protestante, contudo foi também o responsável pelo desenvolvimento de uma nova ordem social, avivando questionamentos que impeliram mudanças nos aspectos religiosos vigentes (Weber, 1996).

O caráter intrínseco permanente das crenças religiosas dos protestantes os dotava de uma tendência específica para desenvolverem o racionalismo económico. É no racionalismo económico que Weber encontra os fundamentos para contrapor às visões centradas na doutrina religiosa e assim consubstanciar a sua interpretação sobre o espírito do capitalismo.

A visão religiosa predominante na época condenava a usura e exaltava a terra como o bem principal. Com o surgimento de uma nova ordem, centrada na sociedade mercantil burguesa, emergem novos valores e princípios. A terra perde a sua hegemonia como meio de riqueza, estendendo a participação burguesa e possibilitando a mobilidade social.

É patente na análise weberiana a forte vinculação entre capitalismo e protestantismo, evidenciando a influência da religiosidade na construção social de uma prática capitalista e a conseqüente contribuição da participação protestante para o sucesso da economia.

A construção de uma ética religiosa protestante estava focada no trabalho; enquanto a vocação era tida como oferta de Deus aos homens. Porém, a influência da vocação na formação do conceito do «espírito capitalista» era fundamento relevante da ética da Igreja Católica, favorecendo a evolução material.

Nas relações de mercado as oportunidades eram preponderantemente aproveitadas pelos protestantes que assumiam posições de liderança nos negócios e se ocupavam do trabalho qualificado, auferindo maiores ganhos. Já os católicos, adeptos de uma vida mais passiva, auferiam menor renda o que resultava em menor poder aquisitivo. Assim, do proverbio jocoso «coma ou durma bem» o protestante escolhe comer bem, e o católico dormir tranquilo (Weber, 1996: 23).

Para os protestantes a ética religiosa estava centrada na vocação, o trabalho, parte fundamental da vida do indivíduo, possibilitava agregar outras virtudes e afastar o indivíduo do ócio. Assim, o trabalho era ferramenta para evolução material e constituía o próprio caráter individual e coletivo da moral humana.

O utilitarismo ético de Weber concebia que a ética de ganhar mais e mais dinheiro era «considerado um fim em si mesmo e, sobretudo, um dever do indivíduo». A ética do dinheiro combina «com o estrito afastamento de todo gozo espontâneo da vida» (Weber, 1996: 33).

Embora já estivesse presente no estudo da sociologia da religião, através de visões absolutamente desassociadas de uma ética religiosa, Weber procura relacionar as idéias e atitudes religiosas às atividades e organização económica correspondentes para explicar a evolução do espírito do capitalismo. A vocação que da base ao entendimento do espírito do capitalismo moderno.

A concepção da existência de associação entre o espírito do capitalismo e a ânsia pelo ganho ilimitado é desmistificado por Weber. «O impulso para o ganho, a persecução do lucro, (…) da maior quantidade possível de dinheiro, não tem, em si mesma, nada que ver com o capitalismo. Tal impulso existe e sempre existiu (…)», é inerente à natureza humana, sendo comum a toda espécie e condição do homem, em todas as épocas e em todos os países, desde que exista alguma condição para que ele suceda (Weber, 1996: 04).

A educação religiosa recebida pelos católicos incumbia-se de limita-los à participação na vida dos negócios, o que conseqüentemente refletia na aferição de menores rendas, determinando a sua escolha em relação à carreira. As peculiaridades dos ideais éticos catolicistas exaltavam a pobreza, a mendicância e havia uma passividade frente às questões materiais. O protestantismo da reforma, contrapondo-se à concepção catolicista,

---

1 Sócrates introduz uma indagação «como devemos viver?», para ajudar a direcionar o indivíduo na direção ética e correta da vida.

outorga ênfase moral e recompensaria o trabalho profissional, reconhecendo o trabalho como forma legítima da vida e do progresso. Os católicos criticavam «o materialismo resultante da secularização» presente nos ideais protestantes. Em contraponto, os protestantes censuravam os «ideais ascéticos do modo de viver católico» (Weber, 1996: 23).
Existe dessemelhanças no que refere à ética religiosa associada à vocação do protestantismo ascético, calvinista, pietista, metodista e seitas Batista. Essas concepções servem-se da doutrina da predestinação, da crença de que as pessoas nascem com um destino pré determinado, os escolhidos. Assim, nem a igreja poderia mudar esse destino do indivíduo, nem o trabalho agregaria qualquer possibilidade de ganho material.
A ascese condena a desonestidade e a ganância para produção da riqueza. O trabalho é tido como «o mais alto instrumento de ascese e o mais seguro meio de preservação da redenção da fé e do homem deve ter sido a mais poderosa alavanca da expressão dessa concepção de vida» constituída pelo espírito do capitalismo (Weber, 1996: 123).

2.1. Ética e Economia: uma relação complexa

Embora não haja um consenso, no debate contemporânea em torno dos valores éticos e a sua vinculação com a economia alguns autores vêem a atividade económica, em si mesma, com ética. Alguns estudos argumentam que a economia não pode prescindir da ética (Neves, 2006; Sen, 2007; Bento, 2011); outros advogam a favor da natureza amoral da economia (Comte-Sponville, 2005). Vale observar o fato de que, independente de consenso e/ou dissenso em torno da relação entre ética e economia, a emergência da discussão ética ressurge devido à carência da moralidade da economia e do interesse que adquire a ética na sociedade contemporânea.
Geralmente a adoção de uma postura ética submete o indivíduo à consciência moral humana, resgatando a intuição do bem e do mal que todo o homem tem em si (Etchegoyen, 1995). Se todas as situações se apresentassem claras, não haveria problema ético, este desponta quando as situações se apresentam para o indivíduo com espaços obscuros, diante dos quais não há clareza quanto à adequada conduta. Nessas situações, buscar agir eticamente não é garantia de que se consiga agir dessa forma. Esse hiato se deve à ambivalência presente na situação (Neves, 2006).
Todavia, é oportuno evidenciar que, Aristóteles por meio da filosofia prática apresenta três questões que poderiam orientar a conduta humana, tanto no domínio da ética, quanto nos domínios da economia e da política: «*i)* Como me devo conduzir? *ii)* Como me devo conduzir em grupo? *iii)* Como me devo conduzir no seio da polis?»
Porém, a relação entre economia e ética nem sempre se dá de forma desejada, embora seja, cada vez mais, desejável que isso ocorra. Muitas vezes o agravamento do dilema ético, em alguma medida, decorre da própria complexidade inerente à relação entre economia e ética. É pujante a importância que a ética tem alcançado na vida económica, inclusive quando a ênfase se centra nas estratégias de gestão. Nesse caso, são as pessoas e não os objetos que estão no centro da análise económica no limiar do século XXI. Mas, especialmente no fim do século passado, há um processo de redescoberta da ética. Nesse processo a ética passa a ser compreendida como componente essencial para avaliação da atividade económica, social e política (Moreira, 1996).
É importante reconhecer as dificuldades de se ser ético. A maioria das questões morais que se colocam a empresários e quadros dirigentes de empresas não são óbvias, representam autênticos dilemas éticos. Nesse cenário, trabalhar eticamente pode ser perturbador; entretanto não aderir a ética nos negócios, faz imensa falta. Nessa linha de argumentação não se pode perder de vista o fato de que, uma difícil e determinante questão divide o ensino da ética: a da rentabilidade da ética. Questionamentos como: é economicamente eficiente ser ético? É ético ser economicamente eficiente? Esses questionamentos surgem da análise da ética na vida econômica (Moreira, 1996).

> Em nível económico, é uso traduzir este embaraço prático numa dificuldade teórica que por norma os manuais expressam através de um conhecido dilema: 'eficiência e/ou ética', tido como paradigma atual da histórica dificuldade de conciliar o lucro com a moral (Moreira, 1996: 290).

Lourenço & Moreira (2014:03) citam Adam Smith como defensor de «uma ética realista: situada entre a visão pessimista de Hobbes – o homem lobo do homem – e o romantismo do bom selvagem de Rousseau».

Segundo os autores essas duas visões ajudam na percepção do mercado, entendendo que, nem o egoísmo nem o altruísmo representam as aspirações da sociedade comercial ou mercantil, advogam que é o interesse próprio que abre caminho entre o egoísmo e o altruísmo. Nesta perspectiva, a atividade comercial para Adam Smith ao mesmo tempo é cooperativa e competitiva. Assim, além de não se basear no egoísmo também obriga a considerar as necessidades do próximo, tendo na concorrência uma instituição capaz de aliar o interesse próprio ao bem comum. O que significa que, cada um ao buscar o seu próprio interesse igualmente considera o interesse dos outros.

Cada vez mais economistas e empresários têm aceitado que não é eficiente – e muito menos ético – a pretensão de maximizar quantitativamente a qualquer preço, o lucro. Mas conforme os argumentos de Milton Friedman, ser economicamente eficiente é ser ético: o ineficiente não é ético. É bom destacar que: «o comportamento ético, embora condição necessária não é suficiente para a maximização de lucro no futuro e não pode ser a verdadeira razão para se ser ético: é simplesmente uma propriedade das decisões eticamente corretas» (Moreira, 1996). Não significando que comportar-se eticamente implicaria a renúncia do lucro. Todavia, a razão de se ser ético não é porque a ética seja rentável, embora seja preciso criar riqueza, assegurando o que possa ser compartilhado, hoje e inclusive no futuro. A empresa é ética por razões económicas, que se relacionam com a sua imagem, às relações mais harmônicas e à redução de custos, e também a empresa é ética por razões abstratas e pessoais.

A ética está envolta em dilemas que surgem no momento em que a sua aplicação pode conduzir a resultados diferentes daqueles almejados. De modo que o gestor ao agir seguindo os seus preceitos éticos, pode comprometer a consecução dos objetivos da empresa. Por isso, é desejável que, nos debates em torno da ética no processo gerencial não seja negligenciada a possível dissimetria e ou conflito que pode decorrer da divergência de valores éticos dos gestores e das decisões maximizadoras da empresa.

A necessidade de se buscar respaldo ético para as ações cotidianas, seja pelo indivíduo seja pela empresa, atesta na realidade, um distanciamento da sociedade do referencial ético: «o que é eticamente correto a se fazer»? A intuição do bem e do mal que todo o homem tem em si é inerente à consciência moral humana.

A urgência da ética é legitimada pela perda da confiança numa «sociedade (…) plena de situações e práticas sociais de abuso de confiança» (Châtel, 2006: 50). Nesse sentido, é importante sublimar a iminência do resgate da confiança das e nas pessoas, uma vez que situações de abuso de confiança manifestam o disfuncionamento da confiança, a «capacidade do Outro para ser digno de confiança», exprimindo situações de vulnerabilidade para aqueles atores que confiaram «em normas, práticas sociais ou valores» e tiveram essa confiança aniquilada na sociedade contemporânea (Châtel, 2006: 50).

Também no âmbito empresarial é preciso criar sinergias, é fundamental gerar uma cultura com alto grau de confiança, propiciar um ambiente onde «as pessoas inspirem confiança entre si», requerida no caráter e também nos processos de competição estabelecidos no mercado (Moreira, 2008:23-24). Uma conduta ética económica pressupõe a não diferenciação do comportamento ético do indivíduo e da empresa. Assim, a atuação económica do *homo-economicus* se afina com a ética que permeia a totalidade das relações sociais; é desejável que não haja discrepância entre ambas. (Moreira, 1996).

Se a ética pessoal emerge das inquietações do indivíduo face aos dilemas éticos vivenciados diante das diversas situações do cotidiano das suas vidas privadas, a decisão quanto às ações mais adequadas e/ou corretas a serem adotadas demandam um parâmetro balizador. Os pressupostos éticos representam o código de valores que indica as ações pelas quais as escolhas humanas devem ser guiadas (Cortina & Martínez, 2005). A ética, enquanto «ciência do bem agir» (Arnsperger, 2003), direciona a ação boa do indivíduo no campo privado e no público. Por esse entendimento, o objeto do ato ético é o bem e as ações dos indivíduos devem ser orientadas para o bem (Silva, 2007).

A racionalidade económica emerge como discussão importante para a compreensão do comportamento do indivíduo frente à ética e ao auto-interesse[2]. É sabido que a teoria económica neoclássica estabelece um modelo de funcionamento da economia. Tal modelo é baseado num conjunto de hipóteses restritivas; apesar disso, é razoável para a explicação do funcionamento económico ótimo.

A otimidade em Pareto concebe a eficiência económica a partir da produção e do consumo (Sen, 1999; Silva, 2007). Por essa perpectiva, do ponto de vista da produção, admite uma economia com máxima eficiência «se e somente se todos os recursos económicos escassos (…) são utilizados plenamente». A lógica do modelo do ótimo de Pareto é que não é possível aumentar a produção da economia sem que haja uma redistribuição dos fatores de produção em um ou alguns setores em que se produz o referido bem.

---

2 O principal autor a tratar da relação entre filosofia moral e racionalidade económica foi A. Sen.

Analogamente a mesma logica é aplicada ao consumo. Na análise da economia do bem-estar «considera-se que um determinado estado social atingiu um ótimo de Pareto se e somente se for impossível aumentar a utilidade de uma pessoa sem reduzir a utilidade de alguma outra pessoa». A situação de ótimo de Pareto pressupõe um equilíbrio competitivo (Sen, 1999:47).

Muito embora não elimine o seu mérito teórico, a rigidez de algumas de suas hipóteses pode, em alguma medida, afastar otimização na perspectiva de Pareto da realidade[3]. Ademais, uma análise do nível de bem estar, puramente baseada no ótimo de Pareto não parece ampla o suficiente para contemplar toda a complexidade do contexto social e económico. Uma situação ótima de Pareto foca o bem-estar de cada pessoa, o bem-estar relativo a diferentes pessoas não é considerado, assim, não se preocupa com as desigualdades. A disparidades de distribuição de renda, ricos/pobres, decorrentes do sistema capitalista é aceita como um problema. A mudança dessa situação pressupõe redução das desigualdades. Fato que necessariamente afetaria o equilíbrio competitivo propiciado pelo ótimo de Pareto, pois para a melhoria das condições dos miseráveis seria preciso reduzir o luxo dos ricos (Sen, 1999) e vice-versa.

Assim, devido às condições restritas de uma situação de otimidade de Pareto torna-se parcialmente apropriada para a análise da eficiência económica, uma vez que todo o foco da análise incide na utilidade, desconsiderando as questões distributivas associadas à utilidade. A eficiência analisada com base exclusivamente na utilidade ignora questões relativas ao êxito da sociedade (Sen, 1999).

A teoria do bem-estar ao adotar a utilização do ótimo de Pareto e do comportamento auto interessado[4] aceita que alguns fatores possam ser vistos como limitantes. Tanto é discutível analisar a eficiência económica unicamente pela otimidade de Pareto quanto é limitante basear o processo de escolha económica no comportamento auto-interessado, isso porque, quando se analisa o «aspecto da condição de agente de uma pessoa, os vários afastamentos do welfarismo podem fornecer argumentos para rejeitar o comportamento auto-interessado» (Sen, 1999: 50).

A discussão de otimidade de Pareto se coloca para subsidiar análises relativas à condição de agente do indivíduo. É fato que a própria pessoa pode ter motivos para se empenhar por objetivos outros que não o próprio bem-estar ou interesse individual. Por isso é importante distinguir entre o aspecto do bem-estar e o da condição de agente de uma pessoa.

O indivíduo, enquanto agente, é provido de valores e se compromete com esses. Se o seu comportamento estiver motivado pelo auto-interesse, voltado para o seu próprio bem-estar, não há, necessariamente conflito com a sua condição de agente. Mas se a sua condição de agente se apresenta como puramente ética, o indivíduo poderá se isentar do seu próprio bem-estar (Sen, 1999: 59-61). Esta questão envolve grande subjetividade e remete à dualidade do indivíduo no que se refere a questões éticas[5]. O indivíduo baliza o seu comportamento enquanto agente e em termos do seu bem-estar.

Portanto, uma pessoa pode valorizar um resultado que é bom para si e para o seu meio envolvente; ao mesmo tempo, enquanto agente poderá sofrer redução no seu nível de bem-estar. Contudo, não existe nenhum motivo para crer que o aspecto da condição de agente e o aspecto do bem-estar de uma pessoa sejam independentes um do outro. Uma sociedade que se encontra numa situação de ótimo de Pareto, se um dos indivíduos alterar a sua conduta para privilegiar o auto-interesse a condição de ótimo será comprometida.

Num espaço de direitos e liberdades, analisar as ações dos agentes tendo como base exclusivamente o comportamento auto-interessado não é aceito como correto. Mesmo que o indivíduo seja livre para buscar os seus interesses, do ponto de vista ético, a promoção dessa liberdade não lhe dá o direito de o exercer por meio

---

3Uma situação ótima de Pareto pressupõe inevitavelmente uma afetação ótima dos recursos que para ocorrer depende de certas condições: economia fechada, pleno emprego dos fatores, gostos invariáveis dos consumidores, inexistência de progresso tecnológico, fatores de produção homogéneos e disponíveis em quantidades fixas e limitadas.

4 A logica da ação coletiva de Mancur Olson (1966) leva a admitir que o grupo geralmente atual de acordo com uma logica similar do indivíduo, em função do seu próprio interesse. Assim, as diversas teorias, sobre lutas de classe, dos grupos, o comportamento interessado de um grupo é conseqüência natural do comportamento individual racional (Olson, 1966: 21-22, citado por Gendron, 2001: 130).

5 Francis Edgeworth tentou analisar o conflito do comportamento individual. Na sua concepção, esse conflito relaciona-se com egoísmo versus utilitarismo. Assim: «é verdade que o ótimo utilitarista deve ser, inter alia, um ótimo de Pareto, e também é verdade que - nas circunstâncias requeridas pelo chamado "teorema fundamental" – qualquer afastamento do comportamento auto-interessado pode muito bem ameaçar a obtenção de otimalidade de Pareto. Mas não é verdade que qualquer movimento que se desvie de um estado que é um ótimo de Pareto para outro não-ótimo deva reduzir a utilidade agregada. Na verdade, com freqüência isso não acontecerá».

do comportamento auto interessado. Ademais, o inadequado comportamento auto-interessado pode ser grave sobre a ótica da ética (Sen, 1999).
Por isso, é importante na análise da eficiência considerar as motivações dos agentes económicos. De fato, tentar equacionar aspectos relativos à eficiência económica e a ética e de grande complexidade e constitui um dos grandes desafios da ciência económica.
Não obstante, a ética é intrínseca à vida económica e por isso « (…) ter em conta as razões e as exigências da economia, atuando no campo económico é imperioso abrir-se às instâncias morais» (Neves, 2008: 161). As investigações produzidas a partir dos anos 1990 evidenciam que parece existir uma forte correlação entre a atuação ética e o aumento da lucratividade dos negócios. Por isso, vamos analisar a ética empresarial para a melhor compreensão da forma e limites de tal relação.

3. Os (des) valores da Ética empresarial

No mundo dos negócios, os gestores se defrontam com a paradoxal relação entre buscar competitividade e a melhoria do bem-estar social, o que torna o cenário das relações industriais bastante complexo, impondo dificuldades na tomada de decisão empresarial.
O contributo ético da economia, a redução da miséria em todo o mundo por meio do desenvolvimento económico, passa pela justiça distributiva, pela equidade e pela sanidade do processo produtivo; envolvendo a própria moralidade da economia. A ética possui papel imprescindível no desenvolvimento económico no âmbito da produção, do intercâmbio e da distribuição. Uma «das questões distributivas (…) importantes é a distribuição ao longo de varias gerações, e (…) os valores éticos da sustentabilidade e da preservação do meio ambiente podem ser extremamente importantes» (Sen, 2007: 53). O debate sobre ética empresarial e o papel expressivo que esta desempenha no desenvolvimento económico é ressaltado por Sen:

> A ética empresarial tem papel, direto e indireto, na promoção do desenvolvimento económico (…) o fomento da produtividade e da eficiência económica; o desenvolvimento da cooperação no mercado e da confiança; (…); a proteção do meio ambiente e a sustentabilidade; o fortalecimento dos direitos humanos juntamente com o propósito de eliminar a pobreza; e a prevenção contra o crime e a violência apoiados institucionalmente (Sen, 2007: 53-54).

Ética, equidade e sustentabilidade representam aspectos indissociáveis da vida em sociedade, e se encontram expressas na nova concepção de desenvolvimento (Diniz, 2010). Essa onipresença da ética, relacionada com a globalização que suscita a decomposição da sociedade moderna, revela o «déficit problemático da ética». Déficit declarado nas lacunas do político, da ordem mundial, da globalização.
A compreensão sistêmica ajuda a perceber o problema ético no campo económico. A globalização, através do desmonte da sociedade, contribuiu para agravar o problema ético. São os atores hegemônicos globais, as empresas globais, organismos internacionais e grandes corporações financeiras que estão a dominar os mercados, decidindo o que, onde, como, quanto, e para quem produzir. A vida social passou a ser regulada por uma sociedade do consumo, onde o poder do dinheiro, de acumular, institucionaliza a competição que se torna dominante (Froes e Melo Neto, 1999).
No mundo as transformações econômicas incitam reflexões sobre os diversos aspectos da sociedade. Um mundo onde o dever, a honra, o altruísmo são « (…) substituídos pela institucionalização dos exames individuais e pelos perfis de carreiras» (Latouche, 2007: 26).
A relevante e crescente participação das empresas nas transformações espaciais e na organização social faz com que a responsabilidade empresarial seja compreendida como uma exigência, uma moral. A compreensão da ética no mundo dos negócios envolve grande complexidade, particularmente no que se refere aos dilemas enfrentados pela gestão das empresas (Mercier, 2004).
Em contextos de incertezas, nos quais as empresas estão estabelecidas, a compreensão dos fatos nem sempre são evidentes; fato que dificulta tomada de decisões. Essa dificuldade fica potencializada num ambiente em que a observância de aspectos morais e a busca por uma conduta ética constituem uma restrição adicional; especialmente em situações que a conduta tanto pode parecer aceitável quanto reprovável (Bowen,1957; Neves, 2006).
Escusado dizer que a virtude é decorrente das posturas éticas pertencentes à esfera privada. No âmbito público tal virtude perde espaço quando o indivíduo está a buscar o sucesso pessoal ou profissional. Por isso, as análises pertinentes à ética no meio pessoal e institucional (público) são, em muitos aspectos, complexas.

No âmbito público algumas decisões são mais exigentes e colocam em xeque dilemas que guiam as escolhas dos indivíduos entre ser ou não ser ético, entre ser ou não ser um mau gestor, entre ser ou não ser justo, entre buscar ou não por ser mais lucrativo. Questões que despontam a partir da reflexão ética no mundo dos negócios. Diante de tais dilemas é imperativo retomar a questão: o que é correto fazer na situação em que se encontra envolvido o indivíduo?

A decisão quanto a melhor escolha a ser feita leva em consideração o objetivo da ação. Na medida em que toda a ação é efetuada com um fim, resta ao indivíduo decidir qual a finalidade a se buscar (Hans Jonas, 2006). Os fins podem estar mais voltados para as satisfações pessoais e/ou para as satisfações institucionais (públicas). Todavia, se «as decisões empresariais estiverem orientadas para a felicidade, para a plenitude de vida, elas são muito boas» (Neves, 2008: 174).

Porém, o disfuncionamento da ética expresso na valoração exacerbada dos resultados levou os tomadores de decisão a enaltecerem a riqueza material como valor socialmente reconhecido, alijando do processo o gestor com inclinação ética. Um gestor que se recuse a utilizar qualquer artifício contrário aos princípios e valores do referencial ético poderá apresentar lucros inferiores àqueles aferidos por gestores que para obtenção de maior lucratividade, estão dispostos a abdicar de princípios éticos (Bento, 2011).

A ética é cada vez mais posta em evidência no processo de tomada de decisões, devido, inclusive, à sua crescente importância nas discussões acerca da moralidade nos negócios. As decisões e ações tomadas na vida económica não são involuntárias: o investimento, a produção, a exportação, o consumo, tudo é feito com um propósito. Nesta perspectiva, a lógica empresarial é alimentada pela competição, pela luta para se manter no mercado, para tanto, a empresa não se pode descuidar da sua finalidade, a de ser eficiente (Neves, 2008).

As decisões da empresa são resultado das suas finalidades, dos constrangimentos económicos que enfrentam para alcançar os seus fins, e das escolhas efetuadas a partir das suas preferências de valores (Mercier, 2004), pois, a «ética parte de uma questão de fins», uma vez que sua orientação decisiva é saber onde está a finalidade da vida. É possível reconhecer um bem em si na capacidade como tal de ter finalidade, sendo superior a toda falta de finalidade do ser. A finalidade é o primeiro dos bens. É na finalidade que o Ser se declara a favor de si, contra o nada. O Ser encontra-se envolvido com algo, o não Ser não se encontra envolvido com nada, o que declara a ausência de sentido, a falta de incremento de finalidade. «A vida é essa confrontação entre o Ser e o não Ser (…) abriga em si a possibilidade do não-Ser como (…) ameaça» (Hans Jonas, 2006: 151-152).

A ética empresarial é conduzida por aquilo que a empresa coloca como finalidade. Cada vez mais, o desenvolvimento da ética empresarial sinaliza para a necessidade de limites à atuação das empresas, o que se tornou evidente com as freqüentes pressões para que as empresas justifiquem os meios e a finalidade das suas ações.

Nos mercados, onde as decisões são bastante exigentes, o alcance dos objetivos empresariais não se pode sobrepor às decisões eticamente conduzidas. A ética emerge a partir da relação entre meios e fins. É fato que a ética é transversal a todos os «campos de atividade da empresa (…), as preocupações éticas afetam todos os dominios da gestão » (Mercier, 2004: 06).

A escolha ética é fundamentada na liberdade da ação, decisões com base em constrangimentos absolutos não podem ser avaliadas do ponto de vista ético, por isso, Mercier (2004: 06) defende que «o grau de liberdade [é] o ponto preciso em que a gestão se encontra com a ética».

A escolha na tomada de decisão ética encontra-se entre o dilema de «ser boa pessoa ou ter sucesso na vida». Para além disso, a ética empresarial pode ser analisada por três vias distintas: a esfera sistêmica, a esfera empresarial e a esfera individual. A esfera sistêmica é macro, analisa os sistemas económicos, políticos, jurídicos, nos quais todas as empresas atuam; questiona a moralidade do capitalismo. A ética empresarial pertence ao domínio particular de uma empresa, enuncia «assuntos morais relacionados com a política e as práticas de uma empresa em particular». A ética individual refere-se às ações morais das pessoas dentro da empresa (Velasquez, 2000 citado por Barbieri e Cajazeira, 2009).

Apesar da moralidade pertencer ao domínio específico do campo pessoal, os questionamentos morais na esfera empresarial são mais complexos. A empresa é reconhecida como amoral, tanto a «empresa [quanto] o ganho empresarial são neutros» (Comte-Sponville, 2005:79). Contudo, do ponto de vista da moralidade, as empresas podem ser moralmente responsáveis pelo que fazem e dizem. Assim, para além de ser reconhecida como amorais, podem ser também consideradas morais ou imorais.

Por caraterizar uma organização particular, com pessoas, projetos, objetivos e comportamentos, os indivíduos que compõem uma empresa são os responsáveis pelas atitudes, boas ou más. Não há motivo para que os gestores, baseados na busca pelo sucesso empresarial, utilizem desse argumento para justificar os abusos nas suas atuações; exatamente por existirem limites à atuação empresarial impostos pela ética.

Contudo, as empresas podem não ter obrigações morais pelos seus atos, por serem atores artificiais não lhes podem ser atribuídas responsabilidades morais primárias, enquanto atores artificiais só lhes podem ser incumbidas obrigações legais. A responsabilidade é pessoal, individual, não faz sentido falar em ética empresarial ou em moral empresarial se uma empresa não tem moral e sim contabilidade e clientes, interesses e obrigações. «Uma empresa não tem sentimento, não tem ética, não tem amor, só tem objetivos e balanço. (…) Não há moral empresarial, nem ética empresarial» (Compte-Sponville, 2005: 116). O que não as impede de possuir uma administração amoral, que não seja nem a favor nem contra os preceitos morais.
Não está claro para os administradores, as implicações das suas decisões e ações sobre outras pessoas, organizações ou grupos. Todavia, sobre as empresas podem incidir obrigações morais, visto que é legítima a atribuição de responsabilidades morais secundárias às empresas, pois alguém em nome dela assume essas obrigações morais. A ética é sempre «a decisão de uma pessoa, numa situação especial, perante desejos e circunstâncias específicos» (Neves, 2008: 252), «assim, o comportamento moral da empresa como um todo resulta do caráter do seu pessoal» (Barbieri e Cajazeira, 2009: 105).
É importante considerar que, devido aos graves problemas éticos apresentados por algumas empresas nos últimos anos, houve impacto na imagem das empresas e dos mercados em geral. Os mercados são tidos como «injustos, o lucro sujo, o empresário e o capitalista ladrões» (Neves, 2008).

> A administração imoral, cuja essência é que as decisões, ações e comportamentos se opõem abertamente às normas morais vigentes e os administradores têm plena consciência desse fato. Decidem e agem movidos apenas para obter benefícios para a empresa ou para si próprios sem considerar os danos que causam aos demais (Barbieri e Cajazeira, 2009: 88).

Entretanto, essa generalização nem sempre é justa, porque a moralidade do lucro está condicionada à forma «como ele é conseguido e usado» *(*Neves, 2008: 217). Ademais, é muito difícil para os gestores fazerem escolhas éticas, devido à complexidade e a «multiplicidade de problemas, com conseqüências inter-relacionadas, inesperadas e multiformes» enfrentadas pelos dirigentes empresariais (Neves, 2008:223). As empresas enfrentam dilemas relativos à conciliação entre responsabilidade e competitividade, entre os próprios interesses e os valores éticos (Le Menestrel, 2007), entre a opção pelo lucro ou pela satisfação do cliente? Pelo crescimento ou pelo cumprimento da lei? As respostas nem sempre são simples e a decisão tomada conduzirá ao tipo de valor moral da empresa, com que finalidade desempenha sua atividade.
Em situações em que o dilema ético não possa ser negado, por vezes pode-se querer justificar a falta de ética por ausência de escolha. Essa ausência de escolha pode ser usada como argumento para justificar a corrupção. As pessoas que acolhem esse tipo de argumento negam a liberdade de agir para evitar assumirem a sua responsabilidade (Le Menestrel, 2007: 13). Todavia, esse argumento não se sustenta na análise ética, já que a condição da ética é exatamente a liberdade de ação (Mercier, 2004).
Se um agente adota alguma conduta má, essa é feita de forma consciente, o que é claramente acrasia[6]. Mas existe a possibilidade da ação ser fruto de ignorância, quer circunstancial quer normativa. As conseqüências da ação dependem: se o ato for acrático o agente é responsável, mas se agiu por ignorância o agente pode ou não ser responsabilizado, dependerá de quão (ou não) a sua ignorância é culpável. Assim, o agente é culpado pela sua má ação somente se essa ação má apresenta causalidade[7], ou se a ação deriva de um episódio de verdadeira acrasia (Willianm J. FitxPatrick, 2008).

---

6 «Ação que o próprio agente considera errada ou contrária a seu melhor juízo. (…) Ações acráticas são ações "más, mas agradáveis", apesar de saber que elas são más, o acrático realiza-as por causa do prazer que as proporciona» (dicionário de filosofia moral e politica, instituto de filosofia da linguagem).

7 «Sua ignorância será culpável somente se ele é responsável por alguma falha inicial que deu eminência para aquela ignorância. E ele será responsável por aquela falha inicial novamente somente se, aquela era um caso de clara akrasia – algum conhecimento falho no gerenciamento da sua opinião – quer esta falha era ela mesma um resultado da ignorância culpável, a qual mais tarde poderia novamente requerer prévios episódios de Acrasia (…), para fazer esta ignorância culpável, e assim por diante. Por isso, não podemos adquirir culpabilidade até chegamos a um relevante episódio de clara acrasia, quer na presente ação quer os antecedentes que contribuíram para a ignorância envolvida na presente ação» (Willianm J.FitxPatrick, 2008).

A responsabilidade ética declara as fronteiras do que pode ser caracterizado como conduta social aceitável. «Mesmo os homens maus podem ser levados pelo mercado a fazer o bem, enquanto há homens bons que podem ser induzidos pelo processo político a fazer o mal» (Moreira, 1996 citando Arthur Seldon).
Embora seja por vezes muito tênue, pois, «tudo o que não é proibido é (…) lícito» (Latouche, 2007: 32). Nem sempre o que parece bom e aceitável é moralmente correto. É por isso que a decisão moral na atividade empresarial é tão exigente e angustiante. Quanto mais complexa a situação, maior a necessidade da ética. A dificuldade está no fato de que nem todas as decisões empresariais se apresentam claramente demarcadas entre ações más/ilegais e boas/recomendáveis. Isso pode levar à compreensão de que determinados atos possam ser injustos sem «[que sejam necessariamente injustos], não há o hábito da injustiça» (Neves, 2008).
A definição das fronteiras entre o delito e o crime é feita pelas leis comuns (Latouche, 2007: 32), e «os vícios dos comerciantes não são próprios do comércio, mas das pessoas que o exercem» (Moreira, 1996 citando Domingo de Soto). Assim, no mundo empresarial alguns atores advogam regras próprias para as decisões empresariais. Contudo, essas regras não podem transpor um ambiente empresarial moral. Não se pode endossar que essas regras próprias sejam justificativas para que alguma falta de ética seja aceitável (Domingues, 2012: 53). Assim, honestidade e probidade são valores que condicionam a confiança para os homens de negócios. «Há todas as possibilidades, portanto, segundo afirmam os liberais, de que o rigor do cálculo económico faça pender a balança para o lado certo (…)» a utilização da riqueza pode, por outro lado, servir para fazer o bem. «É assim que George Soros se apresenta como um especulador bilionário e filantrópico» (Latouche, 2007: 32).
Devido aos dilemas éticos com que se deparam os dirigentes das empresas, as decisões são sempre difíceis e exigentes. A gestão encontra-se a administrar permanentemente contradições éticas relativas às lógicas económicas e sociais (Mercier, 2004).
A empresa não é boa nem má, no cotidiano empresarial «existem ações claramente más e ilegais e outras boas e recomendáveis». Todavia, o problema ético não é acusado em situações fraudulentas: nesses casos a falta de ética já é denunciada à partida, o verdadeiro «problema reside nas zonas cinzentas, onde pode aparecer situações muito dolorosas, em que surgem os 'pesos da consciência'» (Mercier, 2004), onde uma opção que parece boa inclui elementos maus (Neves, 2008). Assim, não é nos casos 'bons ou maus' que se encontram os dilemas éticos: esses não surgem em situações onde há clareza de posições. Se uma decisão má for tomada, ela já é denunciada pela sua condição não ética. Os verdadeiros dilemas éticos residem nas áreas intermédias, «onde as coisas tanto podem parecer aceitáveis como reprováveis» (Neves, 2008: 226). Nessas situações, a decisão moral se apresenta bastante exigente.
Se a ética é boa para o negócio se descarta o conflito entre moral e lucro. Contudo, os dilemas éticos surgem naquelas situações em que é preciso fazer escolhas, em posições conflituosas, em que há conflitos de interesses e conflitos internos em relação a valores e princípios, entre a eficiência e sucesso dos negócios. Nessas situações a moral se faz ainda mais necessária, ou seja, é nos ambientes turbulentos que se coloca à prova quem é ético (Neves, 2008: 226).
Ademais, a ética demanda ambiente e condições necessárias para a moralidade dos mercados. «É preciso criar condições para propiciar um ambiente moral. A ética não é compatível com a manipulação dos mercados», prática bastante comum na concorrência empresarial[8] (Neves, 2008: 226).
Os estudos da ética empresarial têm-se dedicado há décadas a promover mecanismos justos e equilibrados nas várias empresas. São três as condições para se ser ético:

> A primeira condição ninguém é ético sozinho[9]. (…) a nossa atitude, antes e depois, constrói-se no contacto com os outros; a segunda condição (…) ninguém é ético fora de uma comunidade, de uma história. A história de cada um está ligada de perto a muitas outras histórias, a uma cultura, a uma pátria, a um povo; e a terceira condição (…) a finalidade última, a razão definitiva da existência. Só é possível ser cavaleiro a quem vive por um ideal mais alto que o fragor dos mercados (Neves, 2008: 274, 275).

---

8 As discussões acerca da concorrência discutidas nas pag. 250 a 257 de Neves (2008), remete-nos ao valor ético da concorrência, no entanto, a análise que parecia do campo moral, ainda não saiu do campo económico e legal.

9 A ética é o resultado do coletivo, assim, problemas éticos são problemas de grupos (Neves, 2008: 231). Sem essa dinâmica do nosso grupo não é possível criar uma vida ética. Na vida ética é preciso cultivar, informa, orientar a consciência.

A discussão da falta de ética ou da necessidade da ética no mundo empresarial não está na busca pelo lucro: o lucro é desejável, o sucesso não é condenável, o homem para vencer precisa jogar para ganhar, o que não implica agir com desonestidade. Muito pelo contrário, a virtude do sucesso, do vencedor é exatamente a honestidade, a integridade. A concepção da boa ética, da ética dos valores, exige a abolição da cultura da trapaça. É preciso assumir responsabilidades em relação às escolhas e ações efetuadas (Rego et al., 2006).
A forte pressão vivenciada no meio empresarial impõe novos desafios aos dirigentes das empresas, tanto no que se refere às concepções estratégicas das suas decisões e operações quanto no relacionamento ético e legal das suas operações quanto no que diz respeito à sua relação com a sociedade e o meio social em geral.
Portanto, boa gestão pode e deve ser compatível com bons negócios. É possível inclusive praticar a economia de mercado de maneira alternativa; englobando situações como microcrédito, empresas sociais, economia solidária, exemplos de boas ações associadas a bons negócios. Embora seja consensual no mundo empresarial que o objetivo é a busca do lucro e prescinde do social (Latouche, 2007: 33).

4. Considerações Finais

Quando se fala em ética geralmente se associa ao domínio do campo pessoal, mas é cada vez mais demandada uma postura ética por parte dos atores económicos. A ética empresarial não se difere da ética global, pois a moral é única, e deve ser considerada tanto na dimensão privada quanto na pública. Da mesma forma, a conduta ética que se espera do indivíduo também se espera da empresa.
É importante notar que, a empresa, por ser um ator artificial, não pode ser responsabilizada eticamente, por isso a responsabilidade ética recai sobre a pessoa. A pessoa é o sujeito da ética empresarial, podendo ser responsabilizada eticamente pelos atos e decisões que assume em nome da empresa.
Embora, teoricamente a ética forneça as diretrizes do que se deve fazer; na prática é preciso querer aplicar esse conhecimento. Contudo, particularmente no âmbito empresarial, aplicar o conhecimento teórico a casos concretos é complexo, pois muitas situações são ambivalentes. As dificuldades da ética no mundo empresarial apresentam elementos que condicionam a tomada de decisão e limitam o alcance do comportamento ético nos negócios. A Compreensão da conduta dos atores no mundo dos negócios é pautada por exigências éticas, mas os dilemas vivenciados para cumprir tais exigências funcionam como entrave ao seu alcance.
Por isso, que a ética deve fazer parte do cotidiano, não somente quando as situações requerem soluções, em situações problemáticas, conflituosas. A ética deve ser intrínseca às ações corriqueiras, para desenvolver o hábito de ser ético, pois «sem o hábito de se comportar eticamente, dificilmente se tomará uma boa decisão ética, quando as circunstancias se tornem adversas» (Moreira, 2008: 96). Essa conduta faz sentido na dimensão pessoal, individual da vida, bem como nas situações no interior da vida empresarial.

5. Bibliografia

ARNSPERGER, Christian (2003). *L'éthique économique et sociale nous aide-t-elle à agir?* - Chaire Hoover & FNRS (Bruxelles) Octobre 2003 (A paraître dans Revue de théologie et de philosophie (Genève), hiver 2004). Disponível em https://www.uclouvain.be/cps/ucl/doc/etes/documents/DOCH_135_(Arnsperger).pdf (Consultado em novembro 2014).

BARBIERI, J. Carlos & CAJAZEIRA (2009), J.E.R. *Responsabilidade Social Empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática*. São Paulo: Saraiva.

BENTO, Vítor (2011). *Economia, Moral e Política*. Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.

CHÂTEL, Viviane (2006). *Responsabilidade-pelo-outro: um preliminar da confiança*, in Confiança e laço social, org. Casimiro Balsa, edições colibri.

COMPTE-SPONVILLE, André (2005). *O capitalismo é moral*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.

CORTINA, Adela & MARTÍNEZ, Emílio (2005). *Ética*. São Paulo:Edições Loyola.

DINIZ, Eli (2010). *Estado, globalização e desenvolvimento em contexto neoliberal:retomando um antigo debate*. In Estado, empresariado e desenvolvimento no Brasil. Org. Por Wagner Pralon Mancuso, Maria Antonieta Parahyba Leopoldi, Wagner Iglecias São Paulo:Editora de Cultura.

DOMINGUES, Ivo & REMOALDO, Paula (2012). Responsabilidade social organizacional e sustentabilidade. In: Responsabilidade social organizacional: desenvolvimento e sustentabilidade, Editora Humus.

ETCHEGOYEN, Alain (1995). *A era dos responsáveis*.Vinda-a-Velha: Difel, pp.25-84

FROES, C. & MELO NETO, F.P. de (1999). *Responsabilidade social e cidadania empresarial*: a administração do Terceiro Setor. Qualiymark, Rio de Janeiro.

GENDRON, Corinne (2001). Éthique et Developpement Économiqueê: Le Discours des Dirigeants sur L´Environnement. Université du Québec à Montréal. Thése de doctorat en sociologie. Disponível em http://www.crsdd.uqam.ca/Pages/docs/223.pdf. Consultado em 20/03/2013.

HANS Jonas (2006). *Principio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Tradução do original alemão. Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto : Ed. PUC Rio.

LATOUCHE, Sérgio (2007). *Que ética e economia mundiais: justiça sem limites*. Instituto Piaget, Lisboa.

LE MENESTREL, Marc (2007). *Comment concilier responsabilité et compétitivité à l´heure de la mondialisation?* La responsabilité sociale des entreprises ou les infortunes de la vertu ? L'éthique et le développe, ent durable à l'épreuve de la mondialisation Les Cahiers de l'AFCAP Nº 3 Actes du colloque organisé le 5 juin.

LOURENÇO, F. & MOREIRA, J. M. (2014). *Ética, Concorrência e Governação: O caso da Competitividade/ Sustentabilidade dos Destinos Turísticos*. CRIAs – 3º congresso Ibero Americano de Responsabilidade Social. Lisboa.

MERCIER, Samuel (2004). *L´´ethique dans les entreprises*. Nouvelle edition. Un état des lieux clair et précis: La découverte, Paris.

MOREIRA, J. Manuel (1996). *Ética, Economia e Política*. Porto. 2ª ed: Lello.

MOREIRA, J. Manuel (2008). *As Contas Com a Ética Empresarial*. Estoril: Principia.

NEVES, João César das (2008). *Introdução a ética empresarial*. Cascais Portugal: Principia.

REGO, A. et al. (2006). *Gestão Ética e Socialmente Responsável: teoria e prática*. Lisboa: RH.

SEN, Amartya Kumar (1999). *Sobre Ética e Economia*. Tradução Laura Teixeira Motta, São Paulo: Companhia das Letras.

SEN, Amartya Kumar (2007). *Ética da empresa e desenvolvimento económico*. In Construir a confiança. Ética da empresa na sociedade da informação e das comunicações. São Paulo: Edições Loyola.

SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves (2007). *Ética e economia*. Rio de Janeiro: Elsevier.

WEBER, Max (1996). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányl, Tamás J. M.K Szmrecsányl. 10ª ed. São Paulo: Pioneira.

FITXPATRICK,WillianmJ.(2008),*MoralResponsibilityandNormativeIgnorance:AnsweringaNewSkepticalClallenge.* Ethics – An International journal of Social Political, and Legal Philosophy. PP. 589-613 Disponível em: http://www.jstor.org/discover/10.1086/589532?uid=3737664&uid=2134&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21105529545943. Consultado em novembro 05 10 2009.

Reconhecimento e Diferenciação: A Paidéia Brasileira

MARTINS, Luci Helena Silva

Resumo: O tema do reconhecimento está intimamente ligado aos desafios de efetivar direitos sociais nas periferias capitalistas. Nessa oportunidade, remete-se ao laço entre reconhecimento e diferenciação, como pólos antagônicos que referenciam os atuais debates em torno da sociologia política do reconhecimento. Essa apresentação é desenvolvimento da proposta de pós-doutorado em Sociologia na UNL -Universidade Nova de Lisboa - em que buscamos explicar a questão central de como o Estado utiliza de um veículo de massa, nesse caso, a música popular, para legitimar conteúdos específicos com teor de segregação social, fundado no racismo, na ética do trabalho e em preconceitos e diferenciações. Por outro lado, buscamos apresentar um debate entre os clássicos da música brasileira e os teóricos sociais escolhidos para entabular a discussão de como a música serve à legitimação ou contra-legitimação desse estado de coisas.

Palavras chaves: cultura, música, inexistência social, pobreza brasileira

1 – A saga da cultura

Na esteira da história da cultura ocidental percebe-se que a música foi vista como importante elo de formação do caráter e está presente na formação musical dos grandes pensadores, como modo de "educação e de cura" (JAEGER, 1994). Platão imaginava que a formação da alma e do caráter dava-se pela música em primeiro lugar, e em segundo lugar pela ginástica. As mulheres poderiam aprender essa arte suprema, embora não pudessem participar da *pólis.* Os temas envoltos na ideia de responsabilidade, harmonia e ética numa república estiveram ligados às soluções dadas pelos pensadores, denominados filósofos, amantes da filosofia, do discurso e da ação, membros da pólis, fundada no ideal democrático. Mas, em Platão, o ritmo, ao lado da filosofia e dos tipos de expressões poéticas, relacionava intimamente música às artes superiores e, portanto vinculada à educação pública à qual as mulheres poderiam ter acesso, e sem a qual a filosofia ficaria pairando no ar.
O tema dos mitos e da música estivera presente em Platão, como crítica do tempo presente, e da teoria musical da atualidade da época, a seu ver, totalmente destemperada.

> Quanto ao mais, Platão não pensa em por um freio em nosso mundo degenerado. A essência deste é o destempero, e o filósofo deixa-o seguir o seu caminho. É nos seus próprios excessos que ele tem o remédio. A própria natureza transformar-se-á no contrário do que é, quando o momento chegar. (Jaeger, 1994: 787)

Acreditava Platão que a própria natureza daria conta de resolver as degenerescências do mundo, sem necessidade de intervenção dos legisladores. Contudo, a república sonhada por Platão idealiza um lugar para cada indivíduo, numa hierarquia harmônica. A problematização em torno das condições de inexistência social (CHÂTEL, 2007, CASTEL, 2009) a partir da negação de direitos, entabulada nas últimas décadas do século XX, mostra que pobreza e resistência não apareceram na crítica de Platão.
Talvez porque esse autor tenha sido próximo do legado da tradição dos 30 Tiranos, não democrática. O que analisamos é que a igualdade não era um valor na Antiguidade, e a música não era tida como melodia que invoca levantes sociais ou possibilite dissenso entre guerreiros ou que ainda provoque os chamados movimentos sociais. Talvez por saber que isso fosse possível, Platão imaginara um Estado harmônico, com a música certa pra atingir esse estado de paz, cercada de instrumentos simples, negada a essa, instrumentos que desequilibrassem a ordem.
Werner Jaeger elenca alguns instrumentos que na república platônica ideal deveriam ser proibidos, pois causariam dissonância, desequilíbrio e desordem social já que alteram o estado da alma do ouvinte.

2 - O campo democrático aberto às canções

Sabe-se que com o advento do iluminismo a igualdade vem a ser um valor para a modernidade. Com isso emerge a abertura dos campos da política e da cultura, voltados para as diferentes expressões e subjetividades.

Nesse movimento, valores religiosos e morais estabelecem o pano de fundo do que pode e deve ser entoado. No Brasil, nosso recorte acompanha algumas enciclopédias e revistas dos séculos XVIII e princípios da música popular no século XIX (HOLANDA, 1968: 126, v.2).

> é indiscutível que o gosto pela boa música foi inculcado nos portugueses por uma dinastia de reis músicos, conhecedores do cantochão, quase todos eles compositores, apreciados da ópera e da música de câmara e criadores, ao mesmo tempo, da maior biblioteca musical que, naquele período, a Europa conheceu.

No Brasil, encontramos em Sérgio Buarque de Holanda, a narrativa de que a mistura de características "religiosas e supersticiosas do aventureiro que recorre a Deus, santos e santas, pedindo sua proteção e clemência" (1968: 127) teriam formado o gosto e a demanda musical, sendo servidos pelos clérigos e os músicos independentes nas confrarias e freguesias existentes. Diz Holanda:

> A história da música brasileira, por não ter sido realizada uma investigação retrospectiva, coloca o Padre José Maurício nos pródrogos de uma atividade musical litorânea, pobre de informação e carente de movimentos coletivos, erigindo-o na primeira das três grandes figuras da criação musical brasileira, seguido por Carlos Gomes, e Heitor Villa-Lobos.

O desenvolvimento da musicologia avançou sobremaneira no século XX, mas Holanda é um dos primeiros a sistematizar esse momento em que a atividade musical em Minas Gerais, por exemplo, acompanha a "construção dos primeiros arraiais e de sua capelas de taipa". (1968, p. 128) Há a indicação de que as orquestras e corporações musicais resgatavam vozes de escravos para realizar os cânticos, utilizando o mulatismo, para engrossar os cantos religiosos.

Na história da canção brasileira, vemos traços de resistência movidos por independência e autonomia (SEVERIANO, 2008, SEVERIANO e MELLO, 1998, 1997). Nesse sentido, a luta pela expressão musical caminha junto da luta política pelo reconhecimento, atualizando temas como a inexistência, no sentido conferido por Castel (2009) ou Châtel (2007). As letras censuradas e as canções e compositores reprimidos aparecem com clareza na ausência de direitos, no estar fora do mundo, da ética, dos direitos, da política, de modo que somente os eruditos poderiam ser destacados na cultura musical.

3 - O embate por diferenciação e reconhecimento.

Entende-se por diferenciação todas as esferas de desigualdade que estabelecem diferenças de tratamento ou modos de vida e acesso aos direitos garantidos na carta universal das Nações Unidas de 1948, marco constantemente desrespeitado, mas que equilibrou as distinções estabelecendo direitos iguais a cada cidadão. A teoria sociológica do reconhecimento, por sua vez, busca em Charles Taylor, Axel Honneth, Nancy Fraser, Georg Mead e outros teóricos da filosofia, aporte para discutir as questões do Eu e da Sociedade. Quais melhores interpretações pra clarear a linguagem do mundo e apresentá-lo aos adultos e às crianças, obtendo deles ganhos sociais, ou coletivos? A idéia é que um Self se constrói pela cultura e uma política cultural influencia sobre nossas noções de ser e estar, fazer e agir frente ao mundo.

Autores como Jürgen Habermas e a ética discursiva como procedimento; Hannah Arendt e a importância dada à liberdade como essência da política, e política, por sua vez, essência da igualdade e da esfera pública; autores como esses se auto-influenciam e pela sua recorrência, são também interlocutores e influência para outros professores como Robert Castel e Vivianne Châtel. O que nos permite acrescentá-los com confiança à enorme lista da sociologia, na busca e compreensão de respostas aos males sociais, tentativa essa de dar um reporte metodológico para as questões do sujeito face aos regimes políticos – em cena as mediações sociedade e estado, trabalho, capital e mercado, sociedade civil e o lugar das organizações não governamentais para a efetivação de políticas públicas. Parece-nos importante recorrer a esses autores para pactuar o lugar de onde falamos, qual seja, o da constituição da subjetividade dentro de regimes políticos, por meio de instituições reguladoras. Entende-se como fundamental estabelecer distinções no plano teórico e demarcar os campos do autoritarismo, da democracia, ou do totalitarismo, mesclado às formas de capitalismo e terrorismo. Todos estes autores reconhecem a importância do regime político para controle do Mercado e do Estado quando esses agem como corruptores da vontade do cidadão, conquanto sejam elementos necessários para efetivar e com-

preender a constituição da sociedade moderna, elementos universalizados pelo recrudescimento da sociedade salarial e do individualismo nela perene.
Vivianne Châtel apresenta um modelo de inexistência social para fazer-nos críticos do momento atual, marcado por trágicas experiências que revitalizam os campos de extermínio. Vivianne busca em A. Arendt e outros autores, sobreviventes dos campos de concentração e extermínio nazistas, vítimas da Shoah, um elo para entrar nas discussões do tempo presente em que um movimento universalizado é hoje visto como simples "desengraxar". Sob o conceito de limpamento das graxas excedentes, ou enxugamento da fábrica, milhões são demitidos como se o mercado limpasse o excesso de graxa, causando demissões em massa. Das experiências concretas traça-se o sentido moderno de inexistência, ativo nas experiências cotidianas, em que se revigora a barbárie, e até mesmo o Código *Noir,* na África em que os escravizados são considerados bens móveis. Vivianne Châtel fala também do "poder sobre", que ocorre no movimento contrário ao da libertação e do poder emancipatório, ou coletivo, contido na ação e no discurso. Esse "poder sobre" define um sujeito condicionado a tais determinantes:
- Estar fora da ética – Na sociedade salarial, estar fora da ética significa ser descredenciado e desfiliado da sociedade produtiva. Desumanizado, condenado a perecer no desemprego, sob a vontade do outro, ser pedinte, não livre, que está sob o peso e a medida do "poder sobre". Existe uma violência de estar fora da ética, como mostra Viviane Châtel por meio dos números de violência transbordados das estatísticas de crianças escravizadas, tráfico de órgãos ou fábricas em que se exerce poder total sobre os empregados, as chamadas maquiladoras.
- Estar fora do Mundo – ser marginal, pronto para a morte, no roubo ou nas drogas, o que significa o não consumir de outras formas, não existir para o mundo, pois lhe faltam trabalho e vínculos primários, além disso, palavras que os definam e dêem pertencimento, estatuto ou lugar na sociedade.
- Estar fora da cidadania – fora dos mecanismos de acesso aos direitos econômicos, sociais, políticos, não apto a exercer os direitos daquela nacionalidade
- Estar fora da política. Não utilizar de palavras que digam "não", que insiram o novo na lógica das relações sociais, cair no automático da burocracia, ou da violência em estado puro, cujo significado H. Arendt explica pelo extremo oposto do exercício do poder.
Por esses elementos, a filosofia e a sociologia podem dialogar com a grande parte dos estudantes e interlocutores da esfera cultural. Nesse sentido, a reflexão proposta também se nutre desses elementos para pensar o tema proposto.

4 - Reconhecimento e Política Cultural: música, trabalho e inexistência social.

Pensamos nesse tema para ampliar a discussão com novos protagonistas, trazendo-os para nosso debate, inserido nos estudos de sociologia política do reconhecimento, trazidos a tona por Patrícia Castro Mattos e outros pesquisadores brasileiros como Jessé de Souza. Nesse sentido, buscamos estabelecer possíveis relações entre trabalho, música e inexistência social amparados na compreensão de que a música é um veículo de reconhecimento e pertencimento de identidades, tipificando gentes e contornos a serem enquadrados ou glorificados. Por meio de uma reflexão sobre política e cultura propus ênfase para as relações entre experiência teórica e práticas qualitativas.
O tema interage com cultura e política, proporcionando um arcabouço teórico e empírico que reconhece no Brasil o imperativo econômico sobre o uso do bem público, o que se configurou chamar de patrimonialismo, nos debates fundados em Raymundo Faoro e "Os donos do Poder" (1975). A decorrente política cultural do governo "dos donos" historicamente supervalorizou a ética do trabalho e estigmatizou e institucionalizou um tipo de racismo que segregou "negros, brancos, quase pretos de tão pobres, de tão negros" (Haiti- Caetano Veloso).[1]
Brasileiros, haitianos, amarelos, desintegrados, viciados, negros, pobres e fracos, ou simplesmente ex-trabalhadores são os excluídos ou inexistentes para a política e o mercado de consumo, e, portanto, em geral, sendo o tema e os sujeitos, inexistentes, são também, assim representados para o público. Trabalhos manuais, imigrantes, periféricos, menos valorizados são típicos de países colonizados, cujo desenvolvimento esteve condicionado a características e particularidades específicas. O tipo específico de desenvolvimento brasileiro

1 Ao final do artigo, encontram-se letras e referências das canções.

permitiu um típico processo de modernidade tardia, representada pelo individualismo, reforçado pelos estigmas de classe, cor ou raça *inferiores*.
Algumas explicações como racismo científico, estratificação social e salário baixo com altas taxas de subemprego, trabalho informal e escravo, juntamente com tráfico de influências, assim como corrupção endêmica, tráfico internacional de drogas e associação para o tráfico de drogas, armas e pessoas, são destaques na mídia nacional e internacional. Somam-se a essas denúncias, o aumento da taxa de assassinato e reincidência de prisão e crime entre a juventude brasileira, os índices de educação e saneamento básico, e violência generalizada e outros indícios a serem considerados por aqueles que avaliam que o país continua vítima de um rolo compressor do neo-desenvolvimentismo, ou seja, um tipo de desenvolvimento dependente já analisado por Celso Furtado (1975) com danos para a autonomia do país.
A pesquisa coloca pesquisadores faces a questões empíricas tais como: o valor trabalho imposto pelas cantigas a escolher em 100 anos de música brasileira popular; a inferioridade dada a grupos específicos e a forma como estes se representam. Outros temas desencadearam-se a partir da observação de estilos que representam música de protesto, música e legitimação, trabalho e reconhecimento. O projeto dá significado ao tema da dificuldade de consolidar direitos no Brasil, tendo a música como movimento social e identidade nacional ou específica de grupos e nações diversificadas dentro de um mesmo território.
Face à desigualdade social, o tema do reconhecimento como direito à cultura e à política possibilita a representação da diversidade e o direito à diferença e igualdade, num contexto de injustiça e periferia do capitalismo contemporâneo.
Nesse momento, o texto apresenta as metodologias utilizadas para abordar os objetivos propostos quais sejam a) relacionar políticas sociais, cultura e direitos sociais ao contexto de capitalismo periférico, em que houve uma impreterível legitimação à ética do trabalho, para minimizar os efeitos sobre a dureza do trabalho penoso, b) analisar como a legitimação política e cultural foi veiculada pela música brasileira popular, a qual permite a massificação de um mesmo gênero musical, e desqualifica o discurso critico e de protesto na mídia contemporânea, também digna de expressão e luta por direitos e reconhecimento, c) relacionar política à cultura política local e à política cultural como um todo, de modo a diferenciar os sentidos dos termos e possibilitar compreender a cultura por meio da música e das teorias sociais centradas no viés da sociologia política do reconhecimento e da inexistência social.

5 - Música e Teoria Sociológica

Remete-se nesse item a uma citação de Adorno: Para esse clássico estudioso da teoria sociológica e da musica:

> ...o pluralismo deixa-se sustentar tão pouco musicalmente quanto em termos sociológicos. A convivência entre diferentes formas de música e a prática musical é o oposto da multiplicidade conciliada. O sistema hierarquizado de ofertas de bens culturais ilude os seres humanos mediante tal multiplicidade. Mesmo as respectivas constituições humanas que predestinam um a ser tocador de cítara e outro a ser um ouvinte de Bach não são de modo algum naturais, mas se baseiam em relações sociais (...) uma função do privilégio de formação socialmente determinado. (Adorno, 2011: 242)

Para Adorno, a experiência do pluralismo não poderia ocorrer no campo da música porque o ouvinte foi concebido para ser consumidor da indústria cultural, homogênea.
No Brasil, país de estrutura escravocrata, as cantigas de roda, a capoeira, as músicas dos morros conhecidas como os primeiros sambas, serviram também como rito de resistência. A questão da resistência como valor em si pôde ser cantada desde, imagina-se, a colheita da mandioca ou do ouro, nas senzalas ou nos bailes, nas favelas, morros, bairros e pode ser encontradas até mesmo nas casas grandes, e grandes condomínios e mansões próprias da constituição da nação. Dos morros cariocas e baianos surgiram as marchinhas dos primeiros carnavais, mas a capoeira, por exemplo, foi proibida e censurada dos espaços públicos até ser erigida e cantada nas universidades escolas e eventos internacionais. Os primeiros sambistas foram negros, contudo não foram os negros os que primeiros cantaram o samba. Os sambistas negros eram vistos como apologistas da vadiagem. Por meio de compositores como Wilson Batista nos anos 1930, a ética do trabalho foi imposta aos morros. A letra censurada da canção "Bonde São Januário" de Wilson Batista já foi motivo de outras paródias no cotidiano

carioca dos anos 30 e posteriormente veio a ser rixa de torcedores de futebol, despolitizando a história e a memória dos compositores e do país. O valor trabalho imposto pelas músicas de época problematiza os anos 30 e 40, o getulismo e populismo instalado no estado nacional, cantado docemente, sob a melodia dona do corpo. O tema da inexistência social é relativamente novo na sociologia, tendo sido utilizado por Robert Castel no livro "As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário" (2009). Castel mostrou, a partir da realidade francesa de longa duração, fundada nos séculos XII, a trajetória dos inativos e incapacitados ao trabalho. De certa forma, vistos como vítimas da natureza e objeto de caridade dos próximos. "Meu próximo é meu próximo". Já os andantes, andarilhos e mendigos válidos não tinham direito à existência, eram, portanto, "inexistentes". Os invalidados, desqualificados, desclassificados da sociedade salarial passaram por processos de intimidação que, juntamente, com a miséria e repressão policial obrigaram a validar o salário como forma de vida moderna. A lua de classe veio a ser uma luta por distinções dentro da classe.
Autores como Chatel (2007) organizam o legado de Robert Castel e avançam em seus propósitos de chegar mais próximo do grau de invisibilidade e pobreza de pessoas má integradas, desintegradas inteiramente, ou em nível de inexistência social. Isso significa que a problemática retorna aos tempos de problematizar a escravidão, o racismo, a invisibilidade, o poder, a cultura, e nesse sentido, a música, como reflexo e sustentáculo do ideário moderno. Nesse mesmo sentido, continuamos a busca nesse artigo, de limitar e distinguir um campo de discussão.

6 -Violência e Poder

Partiu-se, nessa abordagem, para compreensão do tema da cultura, de referências como Robert Castel, Casimiro Balsa, Guy Bajoit, além de V. Châtel e Hannah Arendt (1989), tendo, cada qual, especificidades quanto ao modo de relacionar os temas. Como citado, a questão da inexistência foi problematizada por professora Vivianne Châtel, em 2008, no I Colóquio Internacional Desenvolvimentos contra a Pobreza, ocorrido no PPGDS – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social, em parceria entre a Unimontes, a Universidade Nova de Lisboa (UNL) e a Universidade de Friburg. Na ocasião Châtel traçou a reflexão de Arendt e de outros sobreviventes do holocausto, como Primo Levi e a tradição humanista. Chama a atenção a atualidade para essa pesquisadora de teóricos como Gaston Bachelard e Karl Popper no que tange à responsabilidade do cientista. Em síntese, a autora enfatiza a importância de que compreendamos a atualidade da violência em contraposição ao poder coletivo. Ela lembra a violência reatualizada nos campos de extermínio atuais, nas maquiladoras das cidades de Juarez, México e outras no norte da Líbia. Questões problemáticas de natureza causal transnacional e possível de ser regulados somente num plano local e internacional, como tráfico de órgãos, atuais crimes de genocídio, tráfico de pessoas para fins sexuais, ou mesmo o retorno do Código *Noir* na África transformam seres humanos em "bens móveis", experiências atuais que rompem a relação de vínculo e ética que garantiriam a credibilidade face a si próprio, e ao outro, característica do poder pessoal.
No plano sociológico, e especificamente no caso brasileiro, o universo cultural tem um vínculo estrito com a política. A Paidéia brasileira começa a se expor e se expandir anos 1968. Temos na música brasileira, João Bosco e o Mestre Sala dos Mares, como um sucesso a ser primeiramente censurado, de modo que a censura obriga os compositores a mudarem a letra para conteúdos amenos, para esconder a existência e a violência cometida no Brasil, conhecida pela história do Almirante Negro. Aos negros almirantes oferecemos patentes ou chibatas? Esse acontecimento sedia o cerne da discussão deste projeto ao configurar um estado autocrático e narcisista, imputando o racismo a qualquer patente.
A história da canção de João Bosco e Almir Blanc foi censurada de modo que os brasileiros não soubessem do conteúdo relatado e posto a critica na revolta da Chibata, cujo maior precursor foi o Almirante João Candido, o Navegante Negro, de João Bosco. Em plenos anos 1930, com Wilson Batista dos morros fazendo os ajustes nas letras para o Getulismo, outros negros eram chicoteados nas armadas do Rio de Janeiro, como modelo de punição e na frente dos outros camaradas. Com a revolta dos líderes, assustando e sitiando a cidade do Rio de Janeiro, logo os subversivos foram levados e chicoteados, deixados presos para morrer em celas de antiga prisão no Rio de Janeiro, cujo diretor saiu com as chaves, à noite, depois de deixá-los presos com cortes das vingativas chibatas, postos em celas cheias de cal. O único sobrevivente das torturas foi o Almirante Negro, que ficou louco, e vagou anos pelas ruas do Rio. Morreu pobre, só veio a ser reconhecido como Almirante de modo a sua família receber alguma indenização, após os anos 1990.
João Bosco, Gilberto Gil, Caetano Veloso foram vistos como autores de música de protesto, criadores do Movimento Tropicalista alheio à política partidária, mas político em conteúdo anárquico, adotando o tema É Proibido Proibir. Jards Macalé, Itamar Assumpção, Zé Keti e outros tiveram reconhecimento no plano nacional

para além do samba sincopado. Os anos de 1970 trouxeram também o tempero do Rock de Raul Seixas, que crítico a sua maneira não deixou de propor uma sociedade livre e autogestionária.
Ainda assim, o tema da desigualdade social não foi resolvido no cenário brasileiro, latino americano ou nas periferias da sociedade salarial. Com letras como as da composição "A carne" é denunciado que a "Carne Mais Barata do Mercado é a Carne Negra, Que Vai Direto Pro Subemprego e Pros Hospitais Psiquiátricos..." canção de Seu Jorge e Marcelo Yuka, ambos músicos - o primeiro passou fome e frio nas ruas do Rio de Janeiro, o outro, ex integrantes do Grupo Rappa, vítima de uma bala perdida e por isso fora do grupo e paraplégico - pode-se problematizar o racismo à brasileira, tal como composto para o CD de Elza Soares, tema retomado no CD novo de Elza "Bossa Negra" (2014).
Nos anos 1980 - A Letra de Haiti, de Caetano Veloso e Gilberto Gil, também relaciona política, racismo e inexistência prolongada. Uma experiência dessas foi narrada por Caetano também em "Rai das Cores" – no CD Estrangeiro. "Quais Suas Cores Que São Suas Cores De Predileção?" Na cidade de Montes Claros, artistas locais contam que "Rai das Cores" foi dedicada a Raymundo Colares, artista plástico montesclarense. Raymundo foi para o Rio de Janeiro, foi um artista múltiplo e reconhecido mundialmente, e depois de muito sucesso, sofreu um acidente, tendo esperança de se recuperar em Montes Claros, morre num incêndio estranhamente mal explicado quando em tratamento no Hospital Santa Teresinha, hoje Faculdade de Medicina FAMED/Unimontes – Ray foi amigo de Helio Oiticica e os tropicalistas. Morreu no incêndio inexplicado em 1986.
Os anos 80 foram prodígios em artistas que mudaram o cenário da MPB brasileira. Cazuza assume a AIDS, e morre num momento em que avisa que "O tempo não Pára." O Rock Nacional implode com Nação Zumbi, Chico Science.
Nos anos 90, temos Charlie Brown, Cássia Eller, Renato Russo. Movimentos sociais, nacionalistas regionais, quilombolas, hinos dos movimentos sociais.
Os Anos 2000 trazem os quilombolas, axé music, hip hop, mulheres camponesas, Fórum Social Mundial – FSM - além de resgate dos cantadores Elomar e Xangai.
Nos Anos 2010, voltamos às manifestações culturais nativas: quilombolas, regional canoeiro, barranqueiro, hinos dos acampamentos de sem terras e tetos, dos movimentos sociais, como o de Zé Ramalho: Admirável Gado Novo Eh Oh OH Vida De GADO, Povo Marcado Povo Feliz. Temnpo presente lembra Admirável Mundo Novo de Adoux Huxley. Relação com Fordlândia cidade brasileira criada nos 193º onde ainda impera coronelismo e escravidão no campo.
No ano de 2013 temos Carlos Wellf da Rocinha. Uma nova ordem marginal com o renascimento de mitos como Bin Laden. Che Guevara, Fidel.
O som do momento: música sertaneja, evangélica, funk quebra barracos.

Conclusões

Nessa apresentação, tentamos o entrelaçamento de algumas preocupações relacionadas ao conteúdo empírico referendado pela música brasileira popular, a qual legitima a identidade brasileira e as diferenças, na medida em que a diversidade é inferiorizada ou mantida no submundo da indústria cultural.
Apresenta-se, pois, um arcabouço teórico que pluraliza o que é próprio do humano e da política, e por sua vez tem relações com a cultura, e a política cultural de determinado contexto ou sub-nação, dentro dos continentes. Daí Brasil e Haiti terem relações comparativas próximas que a música de Caetano problematiza.
Dessa forma, tem-se a problemática de verificar como a inexistência social e a diversidade são traçadas pelo parâmetro da diferença que inferioriza e inviabiliza a política, e como essa legitimação se coloca nas canções brasileiras escolhidas.
As conclusões desse trabalho caminham no sentindo do retorno ao começo. Vivemos o hoje, o agora, *a modernidade líquida*, mas tudo outra vez, o que remete ao Raul Seixas; "Agora eu quero tudo, tudo outra vez", ou "A solução é alugar o Brasil".
Raul, Cazuza, e "Paranóia II" reembalam o horizonte do caos criativo, não o Kaos, de Jorge Mautner, tropicalista, mas um caos confuso e desorganizado. "Eu vivo procurando em qualquer lugar, nos bares, nas igrejas, na lama, e no pó, até no bolso no meu paletó...andei rezando para Totens e Jesus..."
No decorrer desse trabalho poderemos recorrer oportunamente ao eterno retorno de Nietzsche, suas relações com Weber e Arendt no que tange à passado, presente e futuro, de modo a ter clareza da paidéia brasileira, em construção tanto nos textos sobre movimentos sociais e políticas públicas, quanto nessa oportunidade de construção de um debate entre os compositores e os teóricos das ciências sociais.

Bibliografia

ADORNO, Theodor. (2011) *Introdução à sociologia da música*. Doze preleções teóricas. Trad. Fernando R. de Moraes Barros. São Paulo : Editora Unesp.

ARENDT, H. (1989)*Origens do Totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo, Companhia das Letras.

CASTEL, Robert. (2009) *As metamorfoses da questão social*: uma crônica do salário. São Paulo: Vozes.

CHÂTEL, Vivianne (2006 ed.). *L´inexistence social*. Essais sur le déni de l´Autre. Friburg, Academic Press Fribourg. Collection Res Socialis dirigida por Marc-Henry Soulet. vol. 29

FAORO, Raymundo (1975). *Os Donos do Poder:* formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre, Globo; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo.

FURTADO, Celso (1975). *A hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (1968). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, Volume 2.

HONNETH, Axel (2003). *Luta por reconhecimento:* a gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo, Ed. 34

JAEGER, Werner. *Paidéia. (1994)* Formação do Homem Grego. São Paulo: Martins Fontes.

MATTOS, Patrícia Castro. (2006) *A sociologia política do reconhecimento:* as contribuições de Charles Taylor, Axel Honnet e Nancy Fraser. São Paulo: Anablume,

SEVERIANO, Jairo (2008). *Uma história da música popular brasileira*. São Paulo: Ed. 34.

_____ e MELLO, Zuza Homem de. (1997). *A canção no tempo*. 85 anos de música brasileira. Vol 1: 1901-1957. São Paulo, Ed. 34, 1997

_____ e MELLO, Zuza Homem de. (1998) *A canção no tempo*. 85 anos de música brasileira. Vol. 2: 1958-1985. São Paulo, Ed. 34.

Documentos - Letras das Canções

BATISTA, Wilson. O Bonde São Januário http://letras.mus.br/wilson-batista/259906/

BOSCO, João. http://www.cefetsp.br/edu/eso/patricia/revoltachibata.html

SEU JORGE. https://www.youtube.com/watch?v=B1Binn6oupA

VELOSO, Caetano. Haiti Letras http://letras.mus.br/caetano-veloso/44730/

VELOSO, Caetane. www.youtube.com/watch?v=SczACnjWo38

Letra: O Bonde São Januário
Wilson Batista
Quem trabalha
É quem tem razão
Eu digo
E não tenho medo
De errar
Quem trabalha...
O Bon de São Januário
Leva mais um operário (letra após a censura da ditadura getulista. A letra original dizia Leva mais um otário)
Sou eu
Que vou trabalhar
O Bonde São Januário...

Antigamente
Eu não tinha juízo
Mas hoje
Eu penso melhor
No futuro
Graças a Deus
Sou feliz
Vivo muito bem
A boemia
Não dá camisa
A ninguém
Passe bem!

Letra: A Carne
Autores: Marcelo Yuka, Ulisses Cappelletti, Seu Jorge
A carne mais barata do mercado é a carne negra
Que vai de graça pro presídio
E para debaixo de plástico
Que vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos
A carne mais barata do mercado é a carne negra
Que fez e faz história
Segurando esse país no braço
O cabra aqui não se sente revoltado
Porque o revólver já está engatilhado
E o vingador é lento
Mas muito bem intencionado
E esse país
Vai deixando todo mundo preto
E o cabelo esticado
Mas mesmo assim
Ainda guardo o direito
De algum antepassado da cor
Brigar sutilmente por respeito
De algum antepassado da cor
Brigar bravamente por respeito
De algum antepassado da cor
Brigar por justiça e por respeito
De algum antepassado da cor
Brigar, brigar, brigar
A carne mais barata do mercado é a carne negra

Letra: Haiti
Caetano Veloso
Quando você for convidado pra subir no adro
Da fundação casa de Jorge Amado
Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos
Dando porrada na nuca de malandros pretos
De ladrões mulatos e outros quase brancos
Tratados como pretos
Só pra mostrar aos outros quase pretos
(E são quase todos pretos)
E aos quase brancos pobres como pretos
Como é que pretos, pobres e mulatos
E quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados

E não importa se os olhos do mundo inteiro
Possam estar por um momento voltados para o largo
Onde os escravos eram castigados
E hoje um batuque um batuque
Com a pureza de meninos uniformizados de escola secundária
Em dia de parada
E a grandeza épica de um povo em formação
Nos atrai, nos deslumbra e estimula
Não importa nada:
Nem o traço do sobrado
Nem a lente do fantástico,
Nem o disco de Paul Simon
Ninguém, ninguém é cidadão
Se você for a festa do pelô, e se você não for
Pense no Haiti, reze pelo Haiti
O Haiti é aqui
O Haiti não é aqui
E na TV se você vir um deputado em pânico mal dissimulado
Diante de qualquer, mas qualquer mesmo, qualquer, qualquer
Plano de educação que pareça fácil
Que pareça fácil e rápido
E vá representar uma ameaça de democratização
Do ensino do primeiro grau
E se esse mesmo deputado defender a adoção da pena capital
E o venerável cardeal disser que vê tanto espírito no feto
E nenhum no marginal
E se, ao furar o sinal, o velho sinal vermelho habitual
Notar um homem mijando na esquina da rua sobre um saco
Brilhante de lixo do Leblon
E quando ouvir o silêncio sorridente de São Paulo
Diante da chacina
111 presos indefesos, mas presos são quase todos pretos
Ou quase pretos, ou quase brancos quase pretos de tão pobres
E pobres são como podres e todos sabem como se tratam os pretos
E quando você for dar uma volta no Caribe
E quando for trepar sem camisinha
E apresentar sua participação inteligente no bloqueio a Cuba
Pense no Haiti, reze pelo Haiti
O Haiti é aqui
O Haiti não é aqui

Letra: Rai das cores
Caetano **Veloso**
Para a folha: verde
Para o céu: azul
Para a rosa: rosa
Para o mar: azul
Para a cinza: cinza
Para a areia: ouro
Para a terra: pardo
Para a terra: azul
(Quais são as cores que são suas cores de predileção?)
Para a chuva: prata
Para o sol: laranja
Para o carro: negro

Para a pluma: azul
Para a nuvem: branco
Para a duna: branco
Para a espuma: branco
Para o ar: azul
(Quais são as cores que são suas cores de predileção?)
Para o bicho: verde
Para o bicho: branco
Para o bicho: pardo
Para o homem: azul
Para o homem: negro
Para o homem: rosa
Para o homem: ouro
Para o anjo: azul
(Quais são as cores que são suas cores de predileção?)
Para a folha: rubro
Para a rosa: palha
Para o ocaso: verde
Para o mar: cinzento
Para o fogo: azul
Para o fumo: azul
Para a pedra: azul
Para tudo: azul
(Quais são as cores que são suas cores de predileção?)

Mestre Sala dos Mares – João Bosco

O Mestre Sala dos Mares	**O Mestre Sala dos Mares**
(João Bosco / Aldir Blanc)	(João Bosco / Aldir Blanc)
(letra original sem censura)	(letra após censura durante ditadura militar)
Há muito tempo nas águas da Guanabara	Há muito tempo nas águas da Guanabara
O dragão do mar reapareceu	O dragão do mar reapareceu
Na figura de um bravo marinheiro	Na figura de um bravo feiticeiro
A quem a história não esqueceu	A quem a história não esqueceu
Conhecido como o almirante negro	Conhecido como o navegante negro
Tinha a dignidade de um mestre sala	Tinha a dignidade de um mestre sala
E ao navegar pelo mar com seu bloco de fragatas	E ao acenar pelo mar na alegria das regatas
Foi saudado no porto pelas mocinhas francesas	Foi saudado no porto pelas mocinhas francesas
Jovens polacas e por batalhões de mulatas	Jovens polacas e por batalhões de mulatas
Rubras cascatas jorravam das costas	Rubras cascatas jorravam das costas
dos negros pelas pontas das chibatas	dos santos entre cantos e chibatas
Inundando o coração de toda tripulação	Inundando o coração do pessoal do porão
Que a exemplo do marinheiro gritava então	Que a exemplo do feiticeiro gritava então
Glória aos piratas, às mulatas, às sereias	Glória aos piratas, às mulatas, às sereias
Glória à farofa, à cachaça, às baleias	Glória à farofa, à cachaça, às baleias
Glória a todas as lutas inglórias	Glória a todas as lutas inglórias
Que através da nossa história	Que através da nossa história
Não esquecemos jamais	Não esquecemos jamais
Salve o almirante negro	Salve o navegante negro
Que tem por monumento	Que tem por monumento
As pedras pisadas do cais	As pedras pisadas do cais
Mas faz muito tempo	Mas faz muito tempo

Sobre a ética e o habitar a rua

Pâmela Daniele Ramos Tuller[1]

Antônio Dimas Cardoso[2]

Maria da Luz Alves Ferreira[3]

Resumo: Este trabalho objetiva discutir, a partir da experiência empírica, alguns aspectos do fenômeno dos sem-abrigo (do habitar a rua), sob o ponto de vista da responsabilidade ética. Pretende-se analisar como a forma especial dessa população ocupar o espaço público permite compreender seu modo e espaço de construção e experimentação da vida; enfim, possibilita conhecer a respeito de como (e se) logram tomar parte do mundo. Para tanto, objetiva-se a discussão teórico-filosófica do fenômeno do "habitar", em concomitância à investigação de quem são os sem-abrigo (ou moradores de rua): suas origens, como vivem (enfocando, aqui, aspectos correlatos à fixação, ao trabalho, à vida em grupos etc.) e, finalmente, como são assistidos pelo Estado ou pela sociedade civil, atendando-se, vale destacar, para a situação observada no Brasil. Propomos problematizar que os modos de vida sustentados pelos que utilizam a rua como espaço para moradia e sustento são distintos dos inscritos na socialização dita normal; além de se apropriarem da rua como local para desempenho de atos da vida pública e, ao mesmo tempo, privada, eles figurariam o contrastante do homem minimamente reconhecido como "humano" e integrado ao mundo nas sociedades centradas no consumo, na meritocracia e alta performance. Ao serem avaliados e tratados como tal, subsistiria o risco, ou a tendência, de, mesmo (ou talvez principalmente) em sociedades democráticas, o viver-em-comum ser afastado do objetivo da ação pertinente aos moradores de rua, abrindo espaço para comportamentos antissociais e, por vezes, exterminatórios. Por fim, é importante registrar que a pesquisa tem viés qualitativo e se constrói pela observação participante e realização de entrevistas.

Palavras-chave: Moradores de rua; Modos de vida; Apropriação do espaço; Habitar; Ética.

1 Introdução

O presente trabalho busca uma reflexão sobre o *habitar a rua,* a partir de uma observação empírica, realizada na cidade de Montes Claros, na região norte de Minas Gerais, Brasil, tendo como referência de análise de grupos de pessoas sem-abrigo. Discute o problema de vulnerabilidade social, sob a perspectiva da "responsabilidade ética", proposta por Emmanuel Lévinas (2012). Objetivamente, a investigação centra o olhar sociológico sobre modos de apropriação do espaço público urbano, por pessoas consideradas sem-abrigo (ou moradoras de rua), que transformam essas condições precárias de existência num estilo de vida. Entendemos que o espaço público – exterior – possibilita novas formas de sociabilidades, de resistência, sobrevivência e de uma experiência acidental, fortuita de *estar no mundo*, sobretudo no sentido ontológico, mas também numa dimensão física, da experiência propiciada pelo ambiente externo, aberto, fora da casa e do contexto doméstico. O espaço exterior seria aquele onde se pratica atividades coletivas públicas, onde se está à mercê de tudo, portanto numa outra forma de habitar.

---

1 Mestranda em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da UNIMONTES. Especialista em Direito Processual e Graduada em Direito pela UNIMONTES. Advogada.

2 Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social e de Graduação em Ciências Sociais da UNIMONTES. Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília – UnB.

3 Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social e de Graduação em Ciências Sociais da UNIMONTES. Doutora em Sociologia e Política pela Universidade de Minas Gerais – UFMG.

Para tanto, objetiva-se, num primeiro momento, a discussão teórico-filosófica do fenômeno do "habitar"; em seguida, investigar quem são os moradores de rua, suas origens, como vivem (enfocando, nesse tocante, aspectos correlatos à fixação, ao trabalho, à vida em grupos etc.) e, finalmente, como são assistidos (ou não) pelo Estado ou pela sociedade civil.

Aqui, entende-se que valores e modos de vida de pessoas morando na rua, que utilizam a rua como espaço de moradia e sustento, são distintos daqueles "protegidos pela habitação doméstica, familiar. Além de se apropriarem da rua como lugar para desempenho de atos da vida pública e, ao mesmo tempo, privada, os moradores de rua figurariam o contrastante do sujeito reconhecido como "integrado" ao sistema formal societário, pautado pela lógica da economia de mercado e pelo "individualismo utilitário" (Durkheim, 1975).

No Brasil, o senso comum em geral trata o morador de rua como um estranho e, até, um indesejável. É aquele que não consegue se fixar "dignamente" numa habitação qualquer, mas que não perdeu a liberdade de ir e vir. No entanto, Sennett (1989) afirma que aquilo que faz a cidade ser cidade consiste justamente numa forma de tolerância para com o estranho. E isso pressupõe que os habitantes aceitem a sua cidade como sua própria "civitas", como um contexto próprio de vida.

É sabido que as inúmeras formas de indiferença acabam por gerar ressentimentos e tensões sociais, que resultam em novas formas de discriminação. Na sociedade onde o morador de rua é visto como um sujeito estranho passa a predominar um contexto de inquietude, que é a quebra da confiança, do sentimento de pertença a um mundo comum (Soulet, 2006).

Ao estudar a condição dos moradores de rua, o nosso interesse acadêmico orienta-se na busca de uma perspectiva ética que possa estimular o interessado a ser responsável por sua própria exigência de responsabilidade, em luta contra indiferença. A pesquisa mostra que, em sociedades em desenvolvimento, como a brasileira, há um risco ou a tendência de o viver-em-comum ser negado aos moradores de rua. Sabemos que a indiferença social pode eivar uma onipresente mixofobia, favorecendo tendências cada vez mais segregacionistas e, por vezes, exterminatórias. Por fim, é importante registrar que a pesquisa tem viés qualitativo e se constrói pela observação participante e realização de entrevistas.

2 Características imputadas a quem mora na rua

A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Federação Europeia das Associações que Trabalham com os Sem-Abrigo (FEANTSA) conceituam os moradores de rua a partir de sua conexão com a falta de alojamento – daí serem denominados de sem-abrigo. Entretanto, no universo institucional brasileiro registra-se certa preocupação em desconectar do conceito de moradores de rua a negação do acesso à moradia adequada. Ele será elaborado, deste modo, tendo a palavra "rua" como um de seus componentes indissociáveis. Fala-se em moradores de rua ou em pessoas em situação de rua[4].

Os dois últimos mencionados substantivos utilizados para conceituar esse segmento populacional centram atenção nas características da pessoa conceituada ou seus modos de vida (particulares, sugere-se). Buscam estabelecer uma relação primordial com a rua, enquanto cenário onde a vida se processa. O morador ou pessoa em situação de rua é, acima de tudo, quem utiliza a rua como espaço para moradia e a partir de onde é possível obter o sustento.

A figura do morador de rua não deixou de ser associada, sobretudo fora do domínio acadêmico, à delinquência e a indigência. Assim, substantivos como vagabundo, sujo, perigoso, louco e mendigo são utilizados para nominá-los. (MATTOS & FERREIRA, 2004; KASPER, 2006).

Mattos & Ferreira (2004) explicam que, embora o morador de rua possa trabalhar (no sentido amplo da pa-

4 A palavra situação remete à ideia de posição e transitoriedade. Trata-se, outrossim, de algo que está. Condição, por outro lado, carrega a noção de característica imanente, de qualidade, enfim, ela remete ao ser. Ao trata-los como uma população em situação de rua abre-se a possibilidade de negar a longa permanência na rua, por outro lado, referenciá-los como envoltos uma condição, permite compreendê-los à partir do elemento diferencial na construção de seus modos de vida: a rua. Deste modo, o segmento estudado será denominado como moradores de rua.

lavra), fato este percebido junto aos moradores de rua que pesquisamos, ele é referenciado como entregue ao ócio, à vagabundagem. É representado como quem rejeita "voluntariamente" o trabalho e, através deste, integrar-se à sociedade formal. São culpabilizados pela ida para a rua e, assim, por todos os seus fracassos e destinos.

O comportamento desviante também pauta a representação do morador de rua como sendo um indivíduo sujo. Essa condição subverteria os principais hábitos de higiene ou de preservação da saúde praticados pelos demais habitantes da cidade. Deste modo, é associado à figura de um indivíduo maltrapilho e de aparência repugnante. O que, entretanto, corresponde a uma representação estigmatizante, pois não reflete o comportamento de grande parte dos moradores de rua.

A associação com o transtorno mental também acentua, de acordo com Mattos & Ferreira (2004), a representação do morador de rua como "anormal", na medida em que ele romperia com os comportamentos normatizados pela sociedade. Enquanto a caracterização do morador de rua como vagabundo desperta sentimentos antisolidários (afinal, estar na rua decorre de uma falta pessoal), identificá-lo como sujo e louco tende a provocar sentimentos de temor frente a sua presença.

Um sentimento semelhante, conforme os autores, decorre da representação do morador de rua como sendo um sujeito perigoso, posto estabelecer uma correlação entre a prática de atos delituosos. O morador de rua é, sob essa perspectiva, potencialmente violento e criminoso.

Para Kasper (2006), todas essas representações podem ser sintetizadas na figura do mendigo. O autor distingue o mendigo de hoje como aquele que pratica a mendicância e, para além disso, que assume o estereótipo do indivíduo sujo e maltrapilho, doente, louco e perigoso. Nesse tocante, vale ressaltar não ser a mendicidade praticada por grande parte dos moradores de rua do Brasil. Pesquisas realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) apontam o exercício da mendicância por apenas 15,7% dos moradores de rua. O mesmo pode-se dizer daqueles por nós entrevistados no contexto deste estudo; aliás, a mendicidade foi apontada como prática interdita entre determinados grupos de moradores de rua.

É comum, ademais, identificar os moradores de rua como andarilhos ou de ambulantes, em consequência de terem seus comportamentos associados ao nomadismo. Prates, Prates & Machado (2011), contudo, afirmam que essa caracterização dos moradores de rua como pessoas em deslocamento constante não revela um traço que lhes seja realmente típico. Se esse segmento populacional está em constante movimento, ele o faz porque a fixação nem sempre é permitida pelos demais sujeitos que disputam os espaços públicos. O "nomadismo", assim, seria resultante da expulsão dos moradores de rua dos locais nos quais intentam se fixar.

Pesquisas capazes de abranger a totalidade dos moradores de rua existentes são escassas. Não é possível, deste modo, precisar quantos eles são, como também atestar, com possibilidades de generalização, suas características. Somente em 2008 foram divulgados, no Brasil, os resultados de uma pesquisa de abrangência nacional, a Pesquisa Nacional sobre a População e Situação de Rua (PNPS). Elaborada pelo MDS e UNESCO, a pesquisa foi realizada em 71 municípios brasileiros.

A PNPS (BRASIL, 2008) identificou 31.922[5] pessoas adultas (com mais de 18 anos) vivendo em locais descritos como calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, praias, dentre outros, ou pernoitando em instituições de acolhimento temporário, como albergues.

Do total de pessoas identificadas na pesquisa, a grande maioria (mais de 80%) era homem, com idade entre 25 e 44 anos, de cor da pele parda e preta, advindos (sob a justificativa de busca por ofertas de emprego) dos municípios nos quais foram encontrados no momento da realização da entrevista ou de outras áreas urbanas.

Os níveis de escolaridade alcançados apresentaram-se baixos, restando aquém do ensino fundamental. De modo semelhante, não foram registrados índices relevantes de qualificação por meio do ensino técnico.

Os entrevistados informaram exercer alguma atividade remunerada (70,9%) e perfazer entre R$ 20,00 e R$ 80,00 por semana. É possível que exista uma relação entre a fragilidade dos níveis de ensino e qualificação

---

5 O número de moradores de rua deve ultrapassar bastante à cifra informada. São Paulo, que, como outras grandes cidades, não integrou-se à PNPS por já possuir dados próprios, declarou uma população em rua de aproximadamente 10.399, em 2003.É importante não se olvidar, ademais, de que a PNPS é amostral, abrangendo não mais que 71 dos 5.565 municípios brasileiros.

profissional e a preferência pelas atividades desenvolvidas, quais sejam elas: a catação de materiais recicláveis, a guarda e limpeza de veículos, as atintes à construção civil, a limpeza em geral ou a estivagem. Essas atividades foram situadas pelos entrevistados na economia informal, tendo em vista que somente 1,9% afirmaram trabalhar com carteira assinada. Cumpre ressaltar que 47,7% dos entrevistados jamais trabalhou com carteira assinada.

A rua foi retratada como o local onde normalmente os moradores de rua costumam dormir (cerca de 70%), sendo que quase metade deles preferem a rua aos albergues.

Os moradores de rua informaram utilizar a rua (32,6%), albergues (31,4%), banheiros públicos (14,2%) e casa de parentes ou amigos (5,2%), para tomar banho. Índices semelhantes foram registrados relativamente aos locais utilizados para a satisfação das necessidades fisiológicas. O que denota a prática de atos compatíveis com os hábitos de higiene padrão; sobremais, subsistir, para a grande maioria, a delimitação de locais específicos para essas práticas, sugerindo a assimilação também da divisão entre atos que devem ser escondidos ou publicizados.

A posse de documentos essenciais de identificação não foi registrada em 24,8% dos casos, fato este apontado como empecilho para obtenção de emprego formal ou aceder aos serviços públicos. Nesse tocante, 88,5% dos entrevistados afirmaram não receber benefícios governamentais. Somente 3,2% percebem aposentadoria, 2,3%, Bolsa Família e 1,3%, o benefício da prestação continuada[6].

A permanência na rua ou em albergues há mais de 02 anos foi identificada em 48,4% dos casos. Já os motivos apontados como determinantes na ida para a rua foram o alcoolismo (numa frequência de 71%) ou uso de drogas (35,5%), o desemprego (29,8) e desavenças familiares (29,1%), com indicativos, portanto, da existência de desajustes sociais prévios à ida para a rua.

Em Montes Claros (no estado de Minas Gerais), considerada uma cidade intermediária, em razão não apenas de seu tamanho, mas, em virtude das relações mantidas com as demais da região do Alto Médio São Francisco, cuja população se aproxima dos dois milhões de pessoas (CARDOSO, 2012), o perfil dos moradores de rua não destoa em essência dos acima apresentados.

Predomina-se a presença de homens, de cor da pele parda e preta, adultos, com baixa ou nenhuma escolarização/qualificação profissional, oriundos de áreas urbanas, sejam elas a própria cidade de Montes Claros como também outras cidades do norte de Minas Gerais e sul do estado da Bahia. Muitos estão na rua após longos períodos, nela dormindo preferencialmente, até pelo motivo de não existirem albergues na cidade referida.

As demais características serão elucidadas nos tópicos a este subsequentes, oportunidade em que pretendemos aprofundar no conhecimento acerca do habitar a rua

3 Habitar as ruas: rompimento do liame societal

Tradicionalmente, a rua é o lugar da vida pública, enquanto o seu par oposto, a casa, é o ambiente da vida privada. Ela se inscreve nos espaços que não deveriam ser apropriados senão de maneira coletiva, como também dentro da dinâmica da mobilidade, intrínseca ao modo de vida urbano. A rua, assim, possibilita acessar os diversos espaços, o transporte dos elementos móveis, incluindo pessoas e coisas. Ela religa, ao mesmo tempo em que separa.

DaMatta (1997) descreve como o simples fato da presença de uma mesma pessoal na casa e, sucessivamente, na rua demarca mudanças bruscas em seu comportamento: na forma de se vestir, nos gestos, na tonalidade da voz, no conteúdo das conversas, nos papéis sociais etc. O esperado é justamente que os sujeitos atuem de formas distintas porque cada um desses ambientes possui uma esfera de significação particular, estabelecendo, em situações de rotinas, atividades específicas para cada uma delas: «não dormimos na rua, não fazemos amor nas varandas, não comemos com comensais desconhecidos, não ficamos nus em público» (p. 41). Para este autor, a simples sugestão de praticar uma atividade num lugar a princípio considerado inapropriado enseja mal-estar e conduz a conflitos.

---

6 Esse benefício é pago pelo Instituto Nacional de Previdência Social, porém não tem como critério para sua concessão o recolhimento de verbas previdenciárias.

A casa brasileira, além de demarcada por uma gramática espacial interna (para cada cômodo, uma atividade), é comparada com a rua a partir de um viés dramático, para utilizar a exata expressão do autor. O ir para a rua apregoa o rompimento de um liame societal, cuja consequência será, portanto, o isolamento frente ao grupo social. "No olho da rua", o sujeito é removido da proteção da sociedade, da família (a casa), sendo entregues aos olhos dela (impessoal e desumana), caindo na "rua da amargura". Por outro lado, a casa é espaço do reconforto, da segurança.

A percepção dessa dicotomia conduz a um modo de vida específico. Trata-se do modo de vida legado com herança das gerações passadas à presente que é, contudo, incompatível com o modo de vida dos moradores de rua; entre eles a rua não é oposta à casa e ambos os tipos de atividades específicas a esses espaços são concebidos inseparavelmente, sem que isso se traduza numa confusão ou mal-estar, como propomos.

4 A casa na rua: modos de apropriação no espaço urbano

A ideia de que os moradores de rua reconstroem na rua um espaço semelhante ao de uma casa é apontada por Kasper como inadequada, cujos estudos apontam essas práticas de habitar a «caricaturas das normas vigentes» (2006 p. 23). As estruturas empreendidas pelos moradores de rua, conforme acentua, apenas serviriam ao ato de dormir. A casa, no entanto, é mais do que funcional à satisfação das necessidades fisiológicas, ela é determinante e determinada pela separação, fluida que seja, entre o público e o privado – Certeau (2005) reafirmam-na como o lugar da desconexão com o mundo coletivo e local propício às "artes de fazer" (de criar e recriar de uma maneira particular).

> [na casa] todo visitante é um intruso (...) Este território é o privado, é preciso protegê-lo dos olhares indiscretos, porque cada um sabe que o mínimo apartamento (...) revela a personalidade de seu ocupante. Um lugar habitado (...) esboça um retrato semelhante, a partir dos objetos (presentes ou ausentes) e dos costumes que supõem. O jogo das exclusões e das preferências a disposição do mobiliário, (....) a maneira de organizar o espaço disponível, por exíguo que seja, e de distribuir nele as diferentes funções diárias (refeições, toalete, recepção, conversa, estudo, lazer, repouso), tudo já compõe um "relato de vida", (...) o traço de uma encenação destinada a dar uma certa imagem de si, mas também a confissão involuntária de uma maneira mais íntima de viver e de sonhar. (...) Aqui o corpo dispõe de um abrigo fechado onde pode estirar-se, dormir, fugir do barulho, dos olhares, da presença de outras pessoas, garantir suas funções e seu entretenimento mais íntimo. Morar à parte, fora dos lugares coletivos, é dispor de um *lugar protegido*, onde a pressão do corpo social sobre o corpo individual é descarada. (...) Aqui o costume permite passar o tempo "sem fazer nada". (...) podemos convidar os amigos, evitar os inimigos, o chefe do trabalho, por tanto tempo quanto permite a frágil barreira simbólica entre o privado e o público, entre uma convivialidade eletiva, regrada pelos indivíduos, e uma socialidade obrigatória, imposta pelas autoridades. (p. 203-206)

A descrição desses autores extrapola a noção da, mas não deixa de atestar a, casa como cumpridora de funções, o que, entretanto, não nos pareceu problemático. Falar de estruturas semelhantes a uma casa como o lugar para dormir indica a satisfação da necessidade do sono e, de fato, os moradores de rua geralmente organizam espaços específicos para pernoitar, mas nesses locais eles fazem muito mais do que dormir.

Na cidade de Montes Claros foi percebida uma ausência, quase absoluta, do nomadismo entre os moradores de rua. Eles se fixam normalmente nos mesmos lugares para pernoitar ou desenvolver os demais atos da vida cotidiana. O uso de tendas ou estruturas semelhantes não é comum[7]. Isso, porém, não impede sejam construídos "espaços para a pernoite[8]".

---

7 Nos dias mais frios percebeu-se a utilização de estruturas semelhantes às de tendas por alguns moradores de rua. Elas são erguidas, pelo que se percebeu, como isolantes térmicos, tanto que a preocupação é em isolar mais os espaços laterais que os superiores, já que muitas das estruturas não tinham "teto".

8 A utilização dessa expressão se deve em razão de que é no período noturno, quando os moradores de rua se recolhem para dormir, que esses espaços são organizados.

Durante o dia, período em que o trabalho é realizado e as disputas pela rua são mais intensas, extensíveis aos não moradores de rua, os objetos utilizados para estruturar o espaço de pernoite são recolhidos e guardados. Em horários mais ou menos coincidentes com o fim do dedicado ao exercício do comércio eles retornam (quando deles se ausentam) a esses locais e neles dispõem seus pertences para ali estruturar um espaço para o pernoite. A forma com que os espaços são organizados e utilizados demonstraram a prática de atos contraditórios à normatividade inscrita nas ruas, noutros dizeres, que a considera como espaço público, e, ao mesmo tempo, indicaram a assimilação e a intenção de estabelecer o espaço de pernoite como um espaço doméstico, como uma casa, embora na rua.

Os espaços para pernoite não têm divisões rígidas como o de uma casa, mas logram afastar o morador de rua do contato com o coletivo. Embora não se trate de um local de intimidade absolutamente inviolável pelos outros, ela existe e é possibilitada, primeiro porque os locais escolhidos são pouco utilizados por outros durante o período noturno e, segundo, porque a presença de moradores de rua afasta aproximações outras impeditivas de ser o local apropriado para a fixação, para a tomada das refeições noturnas, para a conversa, o repouso, ausência do trabalho, do barulho, da presença e olhares, relativamente que seja, das demais pessoas, para a atividade sexual, para o não fazer nada. A vida vivida na casa é, assim, vivida na rua. Daí falar em "uma casa na rua".

Os espaços para pernoite, apesar de recriados a cada fim de tarde, carregam marcas dos indivíduos. Alguns são mais organizados, decorados, demonstram maior grau de limpeza, indicam, dentre outras situações, a profissão ou trabalho desenvolvido (é fácil, a título de exemplo, identificar o morador de rua que trabalha com a catação de materiais recicláveis, porque junto a eles serão identificados grandes sacos com garrafas PET, latinhas de alumínio etc.).

Um entrevistado assinalou que a fixação em um ponto específico é importante para obter uma referência de moradia. «*Gosto de ficar mais no HU porque aqui é o ponto de referência nosso. (...) se eu bato na sua porta, precisando limpar um lote, cê tem um lugar pra me procurar. Tem mais de mil ruas na cidade. Cê procura no HU onde que é meu ponto de referência*».

Foi possível perceber que o estar na rua e especificamente em determinados locais, com fulano ou beltrano, ultrapassa uma rotina de sobrevivência, envolvendo outros elementos. Foi comum ouvir dos entrevistados, como justificativa por haver escolhido determinados locais, o fato de terem amigos ali ou de haverem sido convidados a habitar o local.

As práticas dadas, ou seja, já observadas em determinados espaços (ou, ainda, a não utilização por terceiros) apresenta-se como fator de atração dos moradores de rua. Uma vez nesses espaços, eles ali se inserem de maneira distinta, e as ruas do Mercado Municipal, utilizadas para o comércio, tornam-se, nos períodos noturnos, por exemplo, o espaço de pernoite, a casa, dos moradores de rua; ou o morar no "olho da rua" assume a função de estratégia para um possível reerguimento social.

Vale registrar que algumas normas inscritas no espaço são respeitadas; os moradores de rua não rompem de modo absoluto com os modos de vida predispostos na socialização normal, tanto que, em certa medida, os reproduzem. Chama, por exemplo, à atenção o fato de as relações sexuais ou a satisfação da necessidade de evacuar serem realizada às escondidas, em locais preservados dos olhares de terceiros.

Existem ações que devem permanecer ocultas; outras, não. O dormir em lugares de grande movimentação, como na frente do Hospital Universitário, é importante para conferir proteção contra eventuais violências. Assim, o dormir em público garantirá não sejam os moradores de rua alvejados durante o sono.

A permanência nos locais "escolhidos" é sempre negociada com os demais sujeitos nele atuantes. Os moradores de rua fixados no entorno do mercado central demonstraram significativa preocupação com a representação que os comerciantes fazem deles. Somente é aceito nesse grupo e, portanto, nas imediações do mercado (durante o dia e noite) as pessoas consideradas, pelos membros, de confiança, isto é, as que trabalham, não demandam esmolas e não cometem furtos ou apropriações indevidas. A esse respeito, conforme relato de um entrevistado, um adolescente foi expulso desse grupo em razão de haver se apropriado indevidamente de dinheiro de um feirante. O adolescente foi agredido por este último, fato aprovado pelos demais moradores de rua. O entrevistado, ao comentar o assunto, afirmou que o ato de pedir e furtar "derruba a pessoa" e dificulta o acesso ao trabalho, podendo implicar na quebra de confiança entre os moradores de rua e os comerciantes, conseguintemente, provocando a proibição de habitar ou frequentar o local.

No Mercado Municipal percebeu-se também a formação de uma espécie de reserva de mercado (de trabalho). Existe disputa pelos postos de trabalho oferecidos e quem habita o local tem preferência na ocupação deles. Na última semana de junho de 2014, aliás, um entrevistado reclamou do número de pessoas vivendo nas ruas. Segundo ele, Montes Claros tem muitos moradores de rua, advindos de toda a região do norte de Minas Gerais e até mesmo, ressaltou ele com certa indignação, de um estado vizinho. Na oportunidade, ele falou ser o Mercado Municipal o local predileto para os "novatos" porque lá é possível encontrar comida e trabalho.
Nas imediações da Estação Rodoviária Municipal e praças ou ruas do bairro São José (considerado de classe média), observou-se inúmeras tentativas de fixação, como também a formação e o desfazimento de diversos grupos. No primeiro local, a permanência depende principalmente da aceitação de seus administradores, no segundo, da vizinhança. Esta última, em particular, é determinante na saída, leia-se, na expulsão, dos moradores de rua dos locais onde tentam se fixar. A presença dos moradores de rua seria incompatível com a "boa estética" da cidade, como pronunciado em algumas ações empreendidas para expulsá-los de certos locais.
Quando aceitos, seja pela caridade ou oferta de trabalho, a tendência é de a fixação perdurar por longos períodos. Mas a aceitação também revelou-se negociada, através da realização de pactos de manutenção da limpeza e organização dos espaços nos quais se fixam.

5 O viver em grupos: relação de proximidade e distância

É característico da população estudada o viver em conjunto a outros. Foi identificada a formação de diversos grupos que possuem como características genéricas: que os membros de um, com exceções, não acessam os espaços utilizados pelos de outro; a entrada no grupo e a utilização dos espaços ocorrem mediante autorização dos membros; os critérios utilizados para admissão no grupo e espaço guardam relação com diversos aspectos, mas o trabalho e as relações de amizade se apresentaram como um dos principais.
Alguns moradores de rua narraram haver escolhido o local de fixação dos indicados grupos para dormir, pela primeira vez, na rua. A existência de conhecidos ou parentes nesses grupos foi o fator preponderante para a escolha. É possível sugerir que, no momento da ida para a rua, o medo de ser alvejado pelos "perigos" da rua é maior, vindo a existência de vínculos de amizade favorecer a entrada nos grupos e, com isso, facilitar a adaptação ao viver na rua. Os grupos, nesse sentido, serviriam de "porta de entrada", não significando isso que ele seja a causa para a ida para a rua.
A escolha do local para se fixar sofre influência, é possível sugerir, das relações mantidas com o trabalho e sua utilização como espaço simultâneo de trabalho e moradia foi apontada, por alguns dos entrevistados, como facilitador para o exercício do trabalho e, ao mesmo tempo, como estratégia para se desvencilhar, a título de exemplo, do abuso de drogas: «*A gente já acorda tendo o que fazer*» (afirmou um entrevistado que disse haver sido convidado a residir nas imediações do Mercado Municipal, a fim de abandonar o uso abusivo de drogas).

6 O trabalho laboral como meio subsistência no contexto de informalidade

A rua, além de casa, de local de referência e de prática dos atos da vida privada, é, portanto, o espaço da produção, na qual o morador de rua também se insere. Embora seja comum identificar esse segmento como excluído do mundo normal do trabalho (OLIVEIRA, 1997) estudos revelam (TULLER, 2013) se tratar de uma população inserida em diversas cadeias produtivas.
Entre os moradores de rua entrevistados/observados, a prática de atividades remuneradas, informais, em geral mais de uma, foi preponderante. É possível a obtenção de rendimentos, em alguns casos, superiores aos mínimos nacionais, a partir dos quais os moradores de rua obtêm o sustento pessoal ou promovem o dos filhos: alguns se revelaram como provedores. Assim, inseridos no mercado de trabalho, embora informal, os moradores de rua não seriam tão excluídos como proposto por Castel (2009); eles trabalham, auferem renda, consomem e constroem suas identidades também a partir do trabalho (são considerados trabalhadores, "pessoas de bem"), no entanto, continuam na rua.

O trabalho apresentou-se como central para muitos dos moradores de rua, inclusive no que diz respeito à composição de suas identidades. Nas atividades de campo, percebeu-se a emergência de duas categorias internas a esse segmento, quais sejam, a dos que desenvolvem ocupações remuneradas, os que trabalham, no sentido amplo da palavra, e dos que não as realizam, não trabalham.

Os entrevistados que trabalham ocupam a cadeia produtiva das Frutas Legumes e Verduras (FLVs) ou da reciclagem, atuando também na prestação de serviços, em especial na guarda e limpeza de veículos. Na primeira cadeia, três tipos de atividades foram identificadas, a saber: 1) a venda direta dos produtos, como ambulantes; 2) a carga e descarga, como "chapas/estivadores", dos veículos que transportam os produtos comercializados na central de abastecimento de gêneros alimentícios (Central de abastecimento do Norte de Minas – Ceanorte) ou no Mercado Municipal de Montes Claros; e 3) a preparação dos veículos destinados à venda direta dos produtos.

Os trabalhadores combinam pelo ao menos duas das atividades descritas, perfazendo uma remuneração que variam entre R$ 100,00 e R$ 300,00 semanais. As rendas mais altas são obtidas a partir de atividades que demandam realização diária e prolongada, como ocorre na venda das FLVs e preparação dos veículos para a comercialização das mesmas. Por outro lado, a coleta de materiais recicláveis, embora também exija o dispêndio de largo espaço de tempo diário, gera rendas inferiores, mas não as menores.

Apesar de a coleta de materiais recicláveis ser elencada como preferível dessa população, grande parte dos entrevistados, ao serem questionados os motivos pelos quais não a praticavam, responderam, quase unanimemente, tratar-se de uma ocupação que os deixa bastante sujos e malcheirosos, o que, associado ao fato de estarem frequentemente malvestidos e habitando as ruas, provoca maior repulsa das demais pessoas.

Esse tipo de atividade é considerado humilhante e degradante e a recusa em praticá-la revela uma assimilação da representação que se faz em relação ao status pertinente às ocupações salariais, como analisou Escorel (1999). O significado social, não de qualquer trabalho, no sentido econômico, mas moral, é fortemente evidenciado nesse fato.

A jornada diária de trabalho executada (entre 04 e 12 horas) rege-se pelo tipo de atividade desenvolvida e, como se percebeu, em alguns casos, com a disposição pessoal do entrevistado em trabalhar. Alguns trabalham por apenas um período ininterrupto, outros somente se recolhem para dormir e outros trabalham apenas em finais de semana, revelando certa liberdade na determinação do tempo dedicado ao trabalho. Essa atuação faz com que a rotina do trabalho industrial, pelo ao menos em relação à carga horária e a disciplina, seja negada.

As atividades laborais, mesmo que precárias, significam aos entrevistados que habitam o Mercado Municipal como fundamentais para satisfação de suas necessidades pessoais. Os rendimentos auferidos são utilizados para custeio da alimentação, pagamento de eventuais dívidas, ajuda a familiares, como filhos, e manutenção de vícios (álcool e outras drogas). Quando questionados sobre a importância do trabalho, as respostas dadas ultrapassaram o custeio das necessidades básicas. Nesse tocante, um entrevistado nos afirmou: « *Se eu não trabalhar, como é que eu vou comer, aí eu vou pedir, pegar coisas dos outros e eles não vão confiar mais*».

Foi relatado certo desprezo pelo trabalho ou dificuldades em se submeter à rotina por ele demandada, entre os não-trabalhadores. «*Eu preciso trabalhar, mas sou muito preguiçoso, a verdade é que eu não gosto de trabalhar*», afirmou um entrevistado.

O desenvolvimento do trabalho se difere em relação ao do trabalhador assalariado (que não habita as ruas) no que diz respeito à utilização do tempo. Enquanto estes cumprem jornadas rigorosas, os moradores de rua têm certa "liberdade" para estabelecer o tempo de trabalho. Isso se traduz tanto no excesso de trabalho, considerando que alguns nunca deixam o local de trabalho e estão sempre à disposição dos empregadores, quanto na mínima realização. Outros, os que não trabalham, praticam muito esporadicamente o trabalho, recorrendo a outras estratégias para sobreviver, incluindo a mendicância.

O padrão de consumo também guarda muitas diferenças entre as categorias estudas. O trabalhador assalariado aufere o necessário para suprir sua subsistência e consumir um pouco mais (isso considerando dentro dos parâmetros de integração das sociedades salariais), no entanto os moradores de rua não demonstraram ambicionar a prática de consumos típicos desta sociedade de consumo. Além do necessário para comer, manter os vícios e "pagar umas dívidas" algumas das aspirações consistiam somente em adquirir ou prover um local para moradia.

Não foram registrados moradores de rua trabalhando com carteira assinada. As atividades laborais desenvolvidas demandam pouca qualificação e situam-se nas chamadas economias informais. Dentre os fatores apontados como empecilhos para obtenção de um emprego com carteira assinada, o fato de morar na rua predominou. O Centro de atendimento à População de Rua (Centro POP) até 2014 jamais foi utilizado por muitos dos moradores de rua, principalmente pelos que trabalham. Quanto maior a jornada de trabalho, maior foi a negativa. Um entrevistado, que afirmou trabalhar mais de 9 horas por dia, disse não frequentar "esse tipo de lugar", em manifesto desdém. Diversamente, um entrevistado que afirmou não haver desenvolvido gosto pelo trabalho, disse ficar todo o dia nas dependências do Centro POP. Apenas alguns mencionaram utilizar o serviço e com finalidades distintas, vale ressaltar, da proposta de trabalho da instituição.

7 Envolvimentos e práticas das instituições na relação com os moradores de rua

Muitos dos entrevistados afirmaram não fazer uso de, ou mesmo conhecer, inúmeros de outros serviços públicos dentre o rol que lhes foi apresentado. Surpreendeu, por exemplo, o fato de grande parte não saber da existência ou função de instituições vinculadas à garantia da justiça, como a Defensoria Pública e o Ministério Público, ou específicas à promoção da saúde dos moradores de rua, como o Consultório de Rua.

Já as instituições policiais foram apontadas como de acesso vedado. Sempre que indagados a esse respeito, afirmaram nunca, e "graças a Deus", jamais utilizá-las, salvo pelos que já foram presos e exclusivamente nessas ocasiões. As ONGs, por outro lado, têm contato direto e constante com os entrevistados. Se dirigem aos locais onde pernoitam e ali desenvolvem suas atividades, consistentes na doação de alimentos, roupas ou no dispêndio de atenção. Elas são majoritariamente (não se tem notícia de outras diversas) religiosas e cristãs (católicas e protestantes), assim, além das doações, as atividades envolvem a ensinamentos acerca da Bíblia Sagrada e de Jesus Cristo.

À época em que as observações começaram a ser feitas (2012), haviam apenas duas ONGs atuantes. Em junho de 2014, todavia, mais de cinco. Existe um acordo tácito quanto aos dias nos quais os trabalhos delas são desenvolvidos, assim, somente às quartas-feiras e domingos ninguém os assiste. É preciso anotar, ademais, que nos períodos nos quais as temperaturas mais baixas são registradas ou nas semanas próximas ao Natal, há um aumento no número de ONGs e outros grupos religiosos atuantes junto aos moradores de rua, em geral sensibilizados pelo incômodo do frio ou pelo significado do Natal.

O trabalho desenvolvido pelas ONGs é ressaltado pelos moradores de rua, mas eles não deixam de apresentar críticas. Os grupos que insistem em conduzi-los a seus templos religiosos são questionados, como também o são os que oferecem alimentos "mal feitos" ou tipicamente ofertados aos pobres, tais como sopas e arroz. Dentre os pontos positivos narrados, a atenção para escutá-los e a preocupação com certas miudezas, o cumprimentar fora dos momentos de desenvolvimento das atividades das ONGs, o fornecer um alimento mais saboroso, o cuidado em levar, no próximo encontro, a roupa ou calçado que solicitaram, foram bastante citados.

No Natal de 2013 haviam tantas ONGs e grupos atuantes que se tornava difícil acessar os moradores de rua. Chegou-se ao extremo de eles serem disputados: um veículo se apressava para chegar primeiro ou ficava de longe aguardando o fim do trabalho de um para dar início ao seu. Nessa ocasião, alguns moradores de rua comentaram o assunto, afirmando que não havia necessidade daquilo tudo, que eles não conseguiam comer tanto; seria melhor que os grupos entrassem em acordo e desenvolvessem seus trabalhos em dias distintos, cobrindo os demais dias da semana. O aumento dos grupos nas semanas próximas ao Natal também é questionado, e eles têm ciência de que isso vai durar apenas até o Natal. Em inúmeras oportunidades afirmaram sentir fome nos outros períodos do ano.

É interessante que eles não parecem, com algumas exceções, aproveitarem-se da benevolência das ONGs e grupos para provocar algum tipo de dano. Quando já saciados, eles chegam a recusar o alimento ou roupas ofertados.

Embora o trabalho desenvolvido pelas ONGs seja de cunho humanitário, no qual ajuda é um fim em si mesmo, é possível perceber um discurso emancipador nos ensinamentos transmitidos. Nas ONGs com as quais tivemos contato, ressaltando serem elas de base protestante, havia um apelo à superação da situação de pobreza e

marginalização vivenciada, o que seria obtido através da adoção de um estilo de vida regrado, junto da família e através do trabalho. É preciso sair da rua porque não é esse o plano de Deus para o homem.
Essa informação apresentou-se relevante em virtude de que, durante os três anos e meio de observação, presenciamos alguns moradores de rua frequentar igrejas dessa base de crença e apresentarem certo comprometimento com a implementação de ações voltadas para a superação da rua. A esperança é de buscar na crença em Deus a superação, em especial, dos vícios e a obtenção de um emprego. Além disso, o se tornar cristão, associado ao (ou motivador do) desapego aos vícios e inclinação a uma rotina de trabalho, pode devolver aos familiares a confiança outrora perdida no morador de rua. Frases como "Ele agora é da igreja" foram apontadas como indicador do desenvolvimento de um comportamento incompatível com a vida nas ruas, aqui atrelada ao desvio.
No que é pertinente à instituição familiar, percebemos que muitos moradores de rua conservam contato com seus familiares. São vários os que possuem parentes residindo em Montes Claros, mas os conflitos, ademais da falta de recursos financeiros, podem limitar o préstimo da assistência familiar.
Alguns moradores de rua se apresentaram como provedores de suas famílias, em especial das necessidades dos filhos. Dois entrevistados do Mercado Municipal afirmaram pagar somas mensais em dinheiro equivalentes a pensões alimentícias. Não se tratam de um dever fixado por sentença judicial, assim, as pensões são pagas voluntariamente.
Muitos recebem visitas dos familiares ou promovem visitas. Outros, no entanto, afirmam não poder se relacionar com os familiares ou mesmo acessar os locais onde residem, tudo para evitar maiores problemas, como afirmam. Nem sempre é fácil conhecer em profundidade a qualidade dessas relações, o que se pode perceber é que elas são, em geral, conflituosas. Foram relatados os mais diversos tipos de conflitos. É interessante que os familiares, via de regra, residem em bairros mais pobres do ponto e vista da renda, aliás, os próprios moradores de rua advêm ou já moraram nesses locais.
A acolhida nas residências dos familiares pode ser conturbada, ainda mais quando se tratam de moradores de rua que fazem uso de entorpecentes e não trabalham. Os próprios moradores de rua afirmaram não aceitar viver com os parentes, sob a justificativa de que "não dá certo".

8 Considerações Finais

De modo geral, predomina uma situação generalizada de falta de atenção pública e maior responsabilidade ética por parte de segmentos sociais, envolvidos direta e indiretamente com o drama social dos moradores de rua. O quadro em Montes Claros não parece ser tão distinto da situação de outros centros urbanos intermediários. Como conclui Simmel, «*estamos perante uma equação cujos termos são os conteúdos de vida individuais e supra-individuais e cuja solução deve procurada nas modalidades de adaptação da personalidade às forças externas*» (SIMMEL, 2004, p.76).
Cidades como Montes Claros, no Brasil, estão cheias de sinais de anomalias da modernidade. O hibridismo cultural se faz presente. Persiste aí uma complicada combinação de modernidade e miséria. Assim, a situação dramática dos moradores de rua apenas expressa uma fratura social.
As significações e dramas que a pesquisa suscita devem ser pensados como um élan em direção ao Outro, como propõe Lévinas. Tratar de procurar compreender a situação dos moradores de rua a partir do que podemos chamar de uma gramática moral da vida cotidiana. Não apenas do ponto de vista da análise científica, impregnada de um esforço pela "neutralidade axiológica", mas acima de tudo pautada na busca de interações sociais sustentadas pelas relações éticas, de responsabilidade em reconhecer a humanidade do outro. Nesse sentido, o morador de rua, por exemplo, jamais poderia se tornar um rosto sem face na multidão, alguém por quem o transeunte simplesmente passa em total indiferença.

Bibliografia

BRASIL (2008), *Sumário executivo da pesquisa nacional sobre a população em situação de rua*, Brasília: UNESCO/ MDS, 2008.

_____. *Decreto 7.053, de 23 de dezembro de 2009*, Brasília, 2009, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. [consultado em 03-03-2014].

CARDOSO, A. D. (2012), "Estilo de vida e apropriação social em cidades intermediárias". In: VII Congresso Português de Sociologia, 2012, *Anais do VII Congresso Português de Sociologia*, Porto.

CASTEL, R. (2007), *Desigualdade e a questão social,* (3), São Paulo: Educ.

_____. (2009), *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, (8), Petrópolis: Vozes.

CERTEAU, M. (2002), *(A) invenção do cotidiano,* (7) Petrópolis, RJ: Vozes.

DaMATTA, R. (1997), *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil,* (5) Rio de Janeiro:.

DURKHEIM, É. (1975), *A Ciência Social e a Ação*, São Paulo: Difel.

ESCOREL, S. (1999), *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*, Rio de Janeiro: FIOCRUZ.

LÉVINAS, E. (2012), *Humanismo do outro homem*, Petrópolis: Vozes.

FERREIRA, A. B. H. (1999), *Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*, (3), Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

KASPER, C. P. (2006), *Habitar a rua*. Tese de Doutoramento, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

MARCOS, M., CANTINHO, M. J. & BARCELOS. (2011), *Emmanuel Lévinas – Entre Reconhecimento e Hospitalidade*, Lisboa (Portugal): Edições 70.

MATTOS, R. M & FERREIRA, R. F. (2004), "Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua". In: *Psicologia e* sociedade, 16 (2), Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822004000200007&script=sci_arttext, [consultado em 03-12-2013], pp. 47-58.

OLIVEIRA, L. (1997), "Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito". *Revista Brasileira das Ciências Sociais*, 33 (12), Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_33/rbcs33_04, [consultado em 05-02-2013].

PRATES, J. C., PRATES, F. C. & MACHADO, S. (2011), "Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento". *Temporalis,* 11 (22), pp.191-215.

SENNETT, R. (1989), *The civitas of seeing*. 4 (4), Disponível em: http://www.placesjournal.org, [consultado em 14-12-2014].

SIMMEL, G. (2004), *Fidelidade e Gratidão e Outros Textos*, Lisboa (Portugal): Relógio D'Água Editores.

SOULET, M. (2006) "Confiança e capacidade de acção. Agir em contexto de in-quietude". In: BALSA, C. (ed.), *Confiança e laço social,* Lisboa (Portugal): CEOS.

TULLER, P. D. R (2013), O lugar do excluído na produção. In*:* II Coninter, 2013. *Anais do II Coninter*, Belo Horizonte.

GT 56
Línguas, Identidades e Hegemonia Modalidade de apresentação: Comunicação Oral

Encontros e desencontros na tradução cultural de obras de Jorge Amado

Laura de Almeida[1]

Renato Gonçalves Peruzzo[2]

1

Resumo: O presente trabalho apresenta estudos sobre a tradução cultural de obras de Jorge Amado sob a perspectiva das perdas linguísticas e culturais ao transpor uma cultura para outra. Neste estudo abordamos a tradução da cultura afro-brasileira para outra cultura, no caso para a cultura da língua inglesa. Tomamos por base teórica os estudos sobre a impossibilidade da tradução abordada por Mounin (1963) e discutidas por Ronái (1987), os procedimentos técnicos da tradução categorizados por Vinay e Darbelnet (1960). Além dos estudos de tradução cultural de Aubert (1995). Dentre os resultados a serem atingidos observaremos as marcas culturais destinadas a facilitar a compreensão do leitor nos respectivos textos traduzidos. Os resultados obtidos nos possibilitam uma análise acerca das traduções da cultura baiana para a cultura de língua inglesa e a proposta de uma nova versão para os termos que, porventura, não foram transportados para o outro idioma.

Palavras-chave: tradução cultural, políticas linguísticas, cultura afro-brasileira, língua e cultura, tradução literária

Introdução

O presente trabalho é fruto de um projeto de iniciação científica intitulado *Aspectos da cultura baiana da tradução para a língua inglesa*, financiado pelo CNPq e desenvolvido na Universidade Estadual de Santa Cruz, tendo sido iniciado em agosto de 2014 e estando em continuidade até meados de 2015. Por meio dele desenvolvemos um estudo contrastivo de termos culturalmente marcados, do par linguístico português-inglês, com a finalidade de verificar o processo tradutório em relação aos termos na língua original e as tentativas de transferência de elementos culturais para a realidade linguística da língua traduzida. Dessa forma, visamos abordar a tradução da cultura baiana para outra cultura, no caso para a cultura da língua inglesa. Temos por fio condutor o seguinte questionamento: É possível traduzir a cultura de uma língua para outra sem "perder" a cor local, digamos as características básicas que a marcam em sua cultura de origem?

Nossa proposta é analisar a questão da tradução cultural extraída da obra de Jorge Amado, *Tocaia Grande* traduzida por Gregory Rabassa, para o inglês americano como *Show Down*. A análise dos dados coletados será com base no modelo teórico proposto por Vinay e Darbelnet (1960) e a sua reformulação por Aubert (1995; 1998). Mais especificamente, visamos analisar aspectos da gastronomia da cultura baiana nas traduções de Jorge Amado para a língua inglesa na obra *Tocaia Grande* traduzida por Gregory Rabassa, também para o inglês americano como *Show Down*.

Partimos do pressuposto que os resultados a serem obtidos nos possibilitarão uma análise acerca das traduções da cultura baiana para a cultura de língua inglesa e a proposta de uma nova versão para os termos que, porventura, não foram transportados para o outro idioma.

---

1 Professora Adjunta de Língua Estrangeira do Curso de Letras da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Membro do Grupo de pesquisa do Kàwé, Bahia, Brasil, e-mail: prismaxe@gmail.com

2 Discente do curso de Letras (UESC), Bolsista CNPq, e-mail: naticos15@gmail.com

Com base no exposto, temos por objetivo descrever alguns aspectos da cultura baiana nas traduções de Jorge Amado para a língua inglesa sob a luz dos teóricos acima apresentados. Para tanto, selecionamos a área semântica da gastronomia e analisamos a tradução realizada para a língua inglesa. Visamos também propor uma tipologia dos dados coletados com base nos procedimentos teóricos da tradução e na fundamentação teórica adotada. Além disso, propomos discutir alguns resultados da análise descritiva e comparativa entre original e tradução para o inglês da obra selecionada de Jorge Amado.
A seguir, apresentaremos a base teórica no qual pautamos o presente estudo. Buscamos subsídios teóricos em estudos sobre a tradução, mais especificamente sobre a tradução cultural e a impossibilidade de traduzir de uma língua para outra. Após essa exposição, descrevemos de maneira sucinta o corpus selecionado e os critérios para análise e organização dos dados coletados.

1. Fundamentação teórica

Neste estudo, pretendemos investigar o grau de diferenciação, isto é, o grau de proximidade/distanciamento entre o texto original e o texto traduzido com base nos estudos realizados por Aubert (1997). Em relação à intraduzibilidade, observamos a discussão sobre a impossibilidade da tradução abordada por Mounin (1963) e rediscutida por Ronái:

> Os que sustentam a impossibilidade teórica da tradução (entre eles, paradoxalmente, tradutores de real mérito) costumam alegar a intransponibilidade de certas virtudes próprias a cada língua. Metódico, o nosso autor disseca-lhes os argumentos um por um, demonstrando que nem a semântica, nem a morfologia, nem a fonética, nem a estilística peculiares a determinado idioma constituem obstáculos insuperáveis ao intérprete munido, além do conhecimento seguro das línguas, de cultura, intuição e bom gosto. (RONÁI, 1987, p.31)

Partindo do pressuposto que o objetivo de toda arte é algo impossível, considerando-se que o poeta exprime o inexprimível, o pintor reproduz o irreproduzível, Ronái (1987, p. 2) concebe a tradução como uma arte, pois o tradutor se empenha em traduzir o intraduzível.
Muitas vezes, sabendo-se de antemão que não existe equivalente perfeito, Ronái (1987, p. 4) observa que o tradutor nem tenta a tradução, resigna-se a manter o termo primitivo, valendo-se das muletas do grifo, das aspas ou das notas de pé de página. Nesses casos, muitas vezes, não encontramos soluções satisfatórias, pois se tratam de expressões cristalizadas da língua, idiomatismos. Ronái (1987, 10) acrescenta que, como não há equivalências absolutas, uma palavra, expressão ou frase do original podem ser frequentemente transportada de duas maneiras, ou mais, sem que se possa dizer qual das duas é a melhor. Daí não existir uma única tradução ideal de determinado texto. Haverá muitas traduções boas, mas não a tradução boa de um original. Ronái (1987, 47/48) comenta que existem palavras que por mais que tentemos traduzi-las, recorrendo a todos os circunlóquios possíveis, chegamos à conclusão de só haver exprimido parte do seu conteúdo complexo. Tais palavras, em geral, acabam impondo-se sob sua forma original aos idiomas cultos, que, na impossibilidade de forjarem seus equivalentes, as incorporam ao próprio vocabulário.
Os estudiosos da teoria da tradução têm salientado muito as diferenças de ambiente que são responsáveis pela ausência de determinadas noções e que constituiriam obstáculos insuperáveis para o tradutor. Ronái (1987, 48) remete-se à Humboldt no tocante da diversidade das visões de mundo. Aubert (1997, p. 15) considera a tradução literal como aquela em que se mantém uma fidelidade semântica estrita, adequando, porém, a morfossintaxe às normas gramaticais da língua da tradução.
No que diz respeito aos estudos realizados sobre a tradução cultural em obras de Jorge Amado, consideraremos que:

> Traduzir uma obra literária brasileira, como a de Jorge Amado para outra língua e cultura torna-se tarefa difícil para o tradutor, por mais experiente que seja, visto a dificuldade em se traduzir, em sua essência ou totalidade, a originalidade, a musicalidade, o gingado que alguns termos comportam, como por exemplo a capoeira; o misticismo e o sincretismo religioso presente na equivalência dos orixás em relação aos santos católicos; o som dos instrumentos típicos utilizados nos terreiros, como o atabaque ou agogô; as iaôs em transe ao incorporar os orixás, suas vestes, trajes, comida, dança, festejos; o universo exótico a ao mesmo tempo místico que envolve a comida baiana, como o vatapá, o efó. (VALIDÓRIO; CAMARGO, 2005, p.2)

Como podemos constatar na citação acima, alguns teóricos atentam para a dificuldade em traduzir Jorge Amado devido ao retrato cultural que ele cria em suas obras.
Para analisar os dados coletados, tomamos por base os estudos de Aubert (1998) sobre as modalidades da tradução, uma revisão do modelo Vinay e Darbelnet. Segundo o autor, o modelo propunha um conjunto do que denominavam procedimentos técnicos da tradução:

> Tais procedimentos, organizados em forma de uma escala partindo de um ´grau zero´da tradução (o *empréstimo*) e atingindo, em seu outro extremo, o procedimento mais distante do texto-fonte (*adaptação*), tinham como intenção original constituir uma referência didática, no quadro da formação de tradutores profissionais. (AUBERT,1998, p.4)

Um dos procedimentos técnicos que precisa ser enfocado é o *Estrangeirismo* que é o método que consiste em transferir (transcrever ou copiar) para a língua de tradução vocábulos ou expressões da língua original que se refiram a um conceito, técnica ou objeto mencionado no texto de partida (original) que seja desconhecido para os falantes da língua a ser traduzida ou língua de chegada. "O vocábulo ou expressão se apresentará entre aspas ou em itálico – isto é, com uma marca gráfica que mostre que se trata de algo estranho à língua traduzida", conforme descrito por Barbosa (2004).
Com base no modelo acima descrito visamos elaborar uma tipologia dos termos coletados a fim de termos um parâmetro que possa auxiliar na interpretação dos dados coletados.
No item seguinte, apresentamos a metodologia empregada para tratamento do *corpus* coletado.

Metodologia

A metodologia utilizada será com base nas análises qualitativa e quantitativa. A primeira realizar-se-á ao buscarmos organizar os dados analisando os aspectos semântico-lexicais dos trechos extraídos para análise segundo os procedimentos teóricos da tradução classificando os dados utilizando o modelo de Vinay & Darbelnet revisado por Aubert (1998). A segunda análise será com base no levantamento do número de ocorrências incidentes a fim de determinarmos a que predomina com vias a verificar qual termo tem maior incidência e seu tratamento ao ser traduzido na língua inglesa.
Para maior visualização dos dados coletados utilizamos de tabelas e gráficos de forma que os resultados sejam registrados quantitativamente e posteriormente qualitativamente por meio da classificação dos dados com base nas modalidades teóricas da tradução descritas em mais detalhes no item posterior.
Os dados coletados em *Tocaia Grande* referem-se à área semântica da gastronomia. Optou-se apenas pelos termos que fossem peculiares à cultura baiana, Foram coletados os seguintes termos: carne seca e seus derivados, outros pratos típicos como: sarapatel, ambrosia, canjica, manuê, rapadura e pamonha.
A seguir, apresentamos no próximo tópico a análise dos dados com base nas modalidades da tradução e uma interpretação que retrate a forma como os termos foram traduzidos pelo tradutor. O intuito é verificar a forma como a questão cultural é retratada pelo tradutor e se o conteúdo original é de certa forma "passada" para o leitor da obra na língua inglesa.

Análise dos dados

A princípio optamos por fazer uma análise dos elementos do candomblé afro-brasileiro a fim de verificarmos sua transposição para a língua inglesa. Porém, detectamos poucos termos relacionados à gastronomia que remetam ao candomblé conforme mostrados no gráfico abaixo: "amalá" e "ebó" (no caso relacionado à comida de santo) que apresentam a mesma freqüência. No caso de "amalá" o termo correspondente em inglês foi "offerings", embora apareçam outros termos correspodentes como: "ebó", "love offering" com três accepções diferentes. Considerando a baixa incidência dos termos gastronômicos na obra selecionada, apresentamos uma análise de outros termos encontrados.

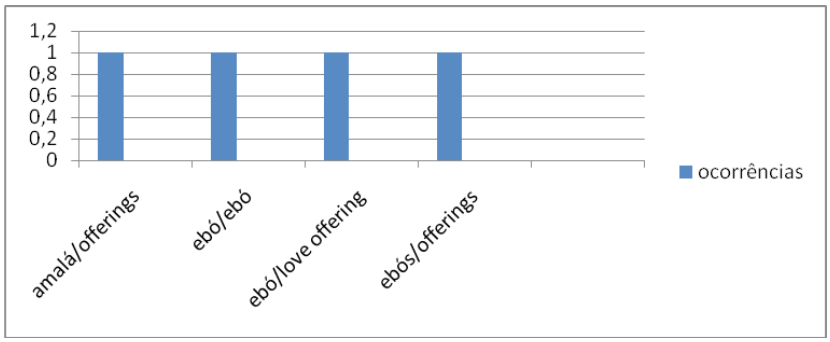

Abaixo apresentamos um gráfico com todos os termos coletados, em português e em inglês referentes à gastronomia em *Tocaia Grande*.

Gráfico 1. Relação dos itens relacionados à gastronomia encontrados

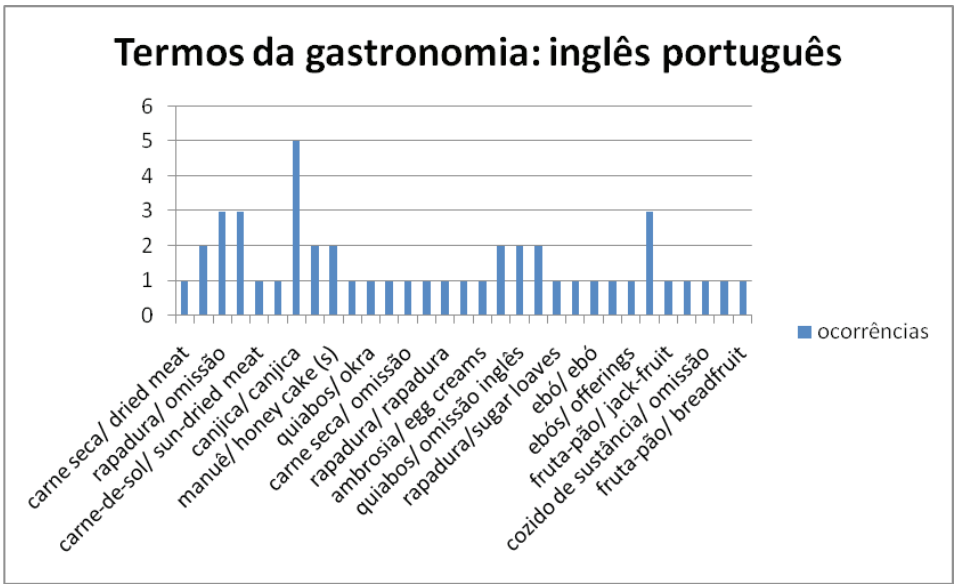

Pesquisamos os termos relacionados à gastronomia acima a fim de verificar seu significado no *Dicionário de Termos Nordestinos* de Gilberto Albuquerque e no Michaelis, abaixo elaboramos uma tabela com os significados, assim como a classificação dos termos conforme os procedimentos teóricos da tradução.

Termo	Significado em português	Corresponde em inglês na tradução	Classificação Procedimento tradução
Amalá (p.292)	Amalá - comida feita para Sangô com quiabo e outros produtos. http://umbanda-candomble.comunidades.net/index.php?pagina=1740667370 acesso em 07.nov.2014	Offerings	Adaptação
Ambrosia	Ambrosia am.bro.si.a *sf* ambrosia: a) food and drink of gods. b) anything delicious in taste. c) *bras*sweet of milk, sugar and eggs. http://michaelis.uol.com.br/moderno/ingles/index.php?lingua=portugues-ingles&palavra=ambrosia. Acesso em 07.nov.2014	Egg creams N/C Michaelis http://michaelis.uol.com.br/moderno/ingles/index.php?lingua=portugues-ingles&palavra=ambrosia. Acesso em 07.nov.2014	Amplificação Generalização Adaptação

Beiju	BEIJU - Biju. Guloseima feita com massa de mandioca. Há quatro tipos: capeado (fino e seco), malcasado (mais consistente), molhado e sarolho (seco, salgado e mais solto). BIJU - Beiju. Guloseima feita com massa de mandioca. Há quatro tipos: capeado (fino e seco), malcasado (mais consistente), molhado e sarolho (salgado, seco e solto). http://www.jessierquirino.com.br/2006/dados/dicionario.pdf, acesso em 04.novembro.2014.	Tapioca cakes	Amplificação adaptação
Canjica (p.183, p.184, p.197, p.198	CANJICA - Curau. Mingau com grãos pilados de milho que se come cozido em água e sal ou com leite e açúcar. http://www.jessierquirino.com.br/2006/dados/dicionario.pdf, acesso em 04.novembro.2014.	*Canjica* sweets (p.156) *Canjica* (p.167) *Canjica* (p.167) *Canjica* (p.167)	*Empréstimo*
Carne seca	CARNE-SECA - Charque, jabá. Carne de vaca, sem ossos, salgada, comprimida e seca ao sol em mantas. É menos avermelhada do que a carne-de-sol. http://www.jessierquirino.com.br/2006/dados/dicionario.pdf, acesso em 04.novembro.2014.	Dried meat	Adaptação
Carne-seca chamuscada(p.233)	CARNE-SECA - Charque, jabá. Carne de vaca, sem ossos, salgada, comprimida e seca ao sol em mantas. É menos avermelhada do que a carne-de-sol. http://www.jessierquirino.com.br/2006/dados/dicionario.pdf, acesso em 04.novembro.2014.	Grilled dried meat (p.199)	Adaptação
Carne-seca (p.239, (p.279)		Omissão Omissão	Omissão Omissão
Carne-de-sol (p.177)	CARNE-DE-SOL - Carne de vaca, sem ossos, cortada em tiras ou mantas, levemente salgada e seca ao sol. Não é prensada e é mais avermelhada do que a carne-seca. http://www.jessierquirino.com.br/2006/dados/dicionario.pdf, acesso em 4.novembro.2014.	Sun-dried meat (p.150)	Adaptação
Carne-de-sol		Sun meat (p.150)	Condensação
Charque(p.244)	N/C	Jerked beef (p.	Amplificação

Ebó (p.295)	**ebó** e.bó ***sm*** (***ioruba ebo***) **1** ***Cul*** Prato feito à base de farinha de milho branco e sem sal, com diversas formas de preparo. A mais comum é cozê-la, adicionando-se azeite de dendê. Outro processo é o de misturar a farinha com o milho e feijão-fradinho torrado. **2** ***Folc*** O mesmo que ***despacho,*** acepção 5. http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/ebo%20_948826.html	Offerings	adaptação
Fruta-pão	N/C		
Jabá	JABÁ - Charque. Carne-seca. Carne de vaca, sem ossos, salgada, comprimida e seca ao sol em mantas. É menos avermelhada do que a carne-de-sol. http://www.jessierquirino.com.br/2006/dados/dicionario.pdf, acesso em 04.novembro.2014.	Dried meat	Amplificação
Manuê(p.184)	MANUÊ - Manauê Bolo feito com milho verde e coco. http://www.jessierquirino.com.br/2006/dados/dicionario.pdf, acesso em 04.novembro.2014.	Honey cakes (p.156) Honey cakes (p.167)	
Pamonha (p.184) p.197,	N/C pamonha pa.mo.nha *sf bras* **1** a sweetish concoction of which green corn paste is the chief ingredient, rolled and baked in fresh corn husks. **2** *masc* a) fool, nincompoop. b) loafer. c) softy. http://www.jessierquirino.com.br/2006/dados/dicionario.pdf, acesso em 04.novembro.2014.	Fritters (p.156) Fritters (p.167) Fritter. n (food: fried batter) (massa frita) http://www.wordreference.com/enpt/fritters fritter[2] frit.ter[2] ***n Cook*** bolinho frito, frito, filhó, cascorão, fritada, fritura. http://michaelis.uol.com.br/moderno/ingles/index.php?lingua=ingles-portugues&palavra=fritter acesso em 07.nov.2014	Adaptação
Rapadura (p.167,172)	N/C	omissão	omissão
Rapadura (p.244)	rapadura	*Rapadura* (p.209) ra.pa.du.ra *sf* **1** scraping, scrapings. **2** raspings. **3** block of raw brown sugar http://michaelis.uol.com.br/moderno/ingles/index.php?lingua=portugues-ingles&palavra=rapadura acesso 07.nov.2014	Tradução literal, empréstimo
Rapadura (p.276)		Sugar loaves	Amplificação Adaptação
Sarapatel (p.252)	SARAPATEL - Comida preparada com muito molho e miúdos (bofe,coração, fígado, rim, sangue e tripas) de porco. http://www.jessierquirino.com.br/2006/dados/dicionario.pdf, acesso em 04.novembro.2014.	Chitterlings chit.ter.lings ***n pl*** tripas, miúdos de porco (preparados como comida). http://michaelis.uol.com.br/moderno/ingles/index.php?lingua=ingles-portugues&palavra=fritter acesso em 07.nov.2014	Adaptação

Quadro 1: relação dos termos da gastronomia relacionados à culinária baiana

Desta forma, buscamos traçar uma tipologia dos termos gastronômicos encontrados a fim de verificarmos o procedimento da tradução mais utilizado ao traduzir a obra para a língua inglesa. Quanto à tipologia dos dados classificamos os mesmos segundo os procedimentos teóricos da tradução de Vinay e Darbelnet (1960).
Dentre todos os procedimentos ou modalidades da tradução vamos nos deter naqueles que apareceram em nosso *corpus*, como a adaptação, o empréstimo, a amplificação, a omissão e a condensação.
A modalidade da adaptação foi descrita, primeiramente por Vinay & Darbelnet (1977, p. 30), depois por Vázquez-Ayora (1977) e também comentada por Newmark (1988). Desses autores depreende-se que o procedimento da adaptação corresponde ao limite extremo da tradução: aplica-se em casos nos quais a situação toda a que se refere a texto da língua original (TLO) não existe na realidade extralinguística dos falantes da Língua traduzida (LT). Esta situação pode ser recriada por outra equivalente na realidade extralinguística da LT (BARBOSA, 1990, p. 76).
Conforme Campos (1986, p.35), quando o tradutor depara com alguma palavra ou expressão da língua-fonte que não tem correspondente ou equivalente na língua-meta, o recurso mais usual é transcrevê-la com todas as letras, ou com o que seria a pronúncia figurada delas: tem-se então um caso de "empréstimo" linguístico, o único empréstimo — comentam alguns — que enriquece a língua que o recebe sem tornar mais pobre a língua que o cede.
Para Vázquez-Ayora (apud Campos, 1986, p.43), diz-se que há "amplificação" ocorre quando o temo é transposto na tradução com um número de palavras maior que o do original. Um outro recurso utilizado é o "procedimento técnico" citado por Vázquez-Ayora é o da "compensação": um procedimento do qual o tradutor lança mão para evitar que se perca na passagem de uma língua para outra, algum elemento valioso do texto original.

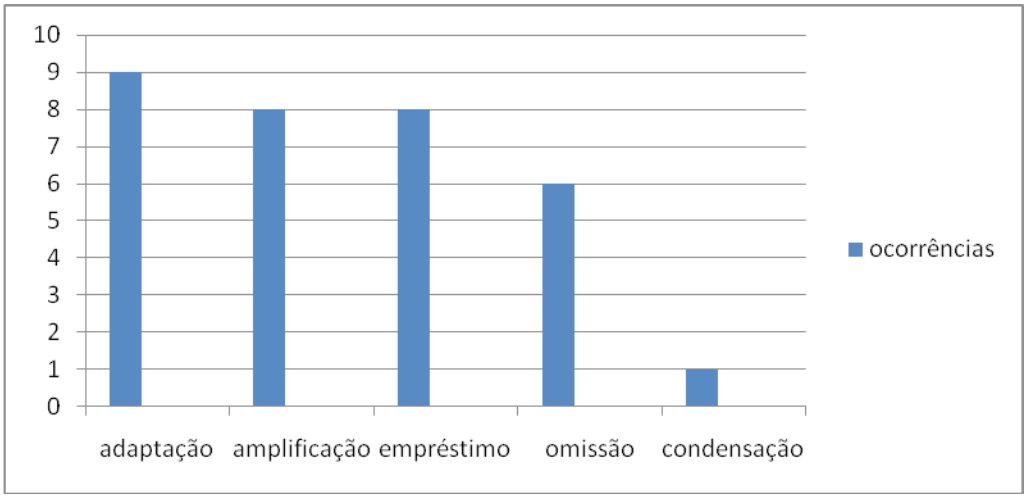

Gráfico 3 - Tipologia dos dados gastronômicos

Com base no gráfico acima constatamos que o procedimento da tradução mais utilizado foi o da adaptação com nove ocorrências, a saber, amalá/ offering, carne-seca/ dried meat, carne-de-sol/ Sun-dried meat, ebó/offerings, pamonha/ fritters e sarapatel. O recurso da adaptação. Segundo Campos (1986, p.40-42), a "adaptação" é um procedimento técnico que alguns autores consideram como o "limite extremo" da tradução. Assim, aplica-se a adaptação nos casos em que a situação a que se refere o texto original, na língua-fonte, não faz parte do repertório cultural dos falantes da língua-meta.
A incidência do uso da adaptação vai de encontro ao que Póvoas esclarece sobre o vocabulário oriundo do candomblé:

> (...) Empréstimos e decalques próprios do mundo do candomblé atingiram domínio público e são registrados na condição de palavras portuguesas. Mesmos lexemas não dicionarizados têm largo emprego entre os adeptos do candomblé e atingiram domínio público, mormente na Bahia. Esse cabedal linguístico refere-se a inúmeras áreas da cultura do candomblé, tais como: (...) Culinária: *abará, (...), acarajé, (...), efó (...), vatapá, xinxim (...)* (PÓVOAS, 1989, p.99)

A dificuldade em traduzir ideias, conceitos que pertencem a outra cultura pode ser observada na própria língua portuguesa:

> (...). No caso do contato do colonizador branco com os negros trazidos para o Brasil, o embate lingüístico determinou uma série de adaptações semânticas por parte do negro, na tentativa de se comunicar no novo contexto lingüístico. Assim, uma *negociação*, significantes portugueses passaram a ser utilizados com significados africanos e vice-versa. E quando essa transposição não podia ser feita, a forma lexical ficava de uso restrito a subgrupos. Por isso, enquanto o conceito de *orixá* foi tomado como *santo*, para o significado *axé*, não foi possível a tradução. (PÓVOAS, 2007, p.228/229)

Em seguida temos a amplificação, quando a mesma coisa é dita na tradução com um número de palavras maior que o do original. Constatamos oito ocorrências desse procedimento, com os exemplos: ambrosia/egg creams, beiju/ tapioca cakes, charque/ jerked beef, ebó/ love offering, jabá/ dried meat, manuê/ honey cakes.
Na mesma proporção de ocorrências temos o empréstimo dos seguintes termos: "canjica" e "rapadura" que são grafados em itálico na tradução para a língua inglesa. O uso desse recurso demonstra que o termo não existe na cultura da língua inglesa e o tradutor faz uso do empréstimo para que possa transmitir a idéia da obra traduzida. Existem casos em que o termo não aparece de forma alguma na língua traduzida, ou seja, é omitido. Temos "carne-seca", "rapadura", "guisado" e "cuscuz". Um último procedimento detectado foi o da condensação por meio dos termos: "carne-de-sol" traduzido como "Sun-meat" com um termo a menos que o da língua original. Nesse parte, apresentamos de forma sucinta os dados coletados e a análise da tradução realizada.

Considerações finais

No início apontamos que nosso objetivo era descrever alguns aspectos da cultura baiana nas traduções de Jorge Amado para a língua inglesa sob a luz dos teóricos apresentados, selecionando a área semântica da gastronomia e analisando a tradução realizada para a língua inglesa. Tendo como respaldo as modalidades da tradução estudadas por Vinay & Darbelnet e reformuladas por Aubert (1998). Dessa forma, realizamos um estudo dos dados coletados e traçamos uma tipologia dos mesmos a fim de constatarmos como foi realizada a tradução cultural dos mesmos na obra *Tocaia Grande*. Tal pesquisa mostrou que prevaleceram as seguintes modalidades de tradução: adaptação, empréstimo, amplificação, omissão e condensação. Observamos, por meio dos gráficos obtidos, na análise quantitativa que a adaptação teve maior incidência no total dos termos levantados. Com base na fundamentação teórica adotada, a constatação da modalidade de tradução mais utilizada demonstrou que a tradução cultural mostra uma certa lacuna a ser preenchida ao não encontrar um equivalente na língua a ser traduzida. Esse procedimento técnico é considerado por alguns teóricos como o "limite extremo" da tradução, de forma que se recorre à esse recurso nos casos em que a situação a que se refere o texto original, na língua-fonte, não faz parte do repertório cultural dos falantes da língua-meta.
Essa reflexão faz com que seja retomado o questionamento apresentado no início do presente estudo: É possível traduzir a cultura de uma língua para outra sem "perder" a cor local, digamos as características básicas que a marcam em sua cultura de origem?
A fim de respondermos a problemática levantada acima, buscamos subsídios na fundamentação teórica pautada na impossibilidade da tradução de alguns termos específicos de uma cultura. Com base nos dados levantados constatamos que muitos termos peculiares da gastronomia baiana não apresentaram tradução para a língua inglesa. Realizamos um estudo quantitativo a fim de verificarmos os termos que mais se preponderaram segundo os procedimentos teóricos da tradução. Com base no exposto, o procedimento da tradução mais utilizado foi o da adaptação representado por: amalá/ offering, carne-seca/ dried meat, carne-de-sol/ Sun-dried meat, ebó/offerings, pamonha/ fritters e sarapatel. Dessa forma, a nosso ver, não foi possível transpor as características básicas que marcam a cultura de origem pois na tradução para a língua inglesa não foi utilizado recurso, como o da explicitação, a fim de "explicar" o termo que não existe na outra cultura. Uma outra sugestão que apontamos é que a obra traduzida poderia trazer um glossário dos termos da gastronomia e seu significado.
Contudo, vale ressaltar que a pesquisa ainda está em andamento, então os dados aqui expostos representam 40% do total do *corpus*. Apesar desse caráter não conclusivo, a pesquisa já nos traz informações significativas que possibilitam relevantes reflexões acerca do tema, tradução cultural.

Em suma, a "cor local" apresenta algumas lacunas, pois dá margem para que o leitor tenha interpretação variada acerca do significado dos termos peculiares da cultura baiana. O presente estudo atendeu aos objetivos propostos visto que buscou identificar nos dados levantados indícios de intraduzibilidade na tradução baiana e identificou os procedimentos teóricos da tradução que confirmam a hipótese levantada. Porém, outros estudos posteriores sobre o assunto poderão abordar tal temática que tem sido pouco discutida com o intuito de desenvolver aspectos não contemplados ao se fazer a tradução de termos que não possuem um equivalente.

6. Bibliografia

ALBUQUERQUE, G. (2006), *Dicionário de Termos Nordestinos*, Disponível em: http://www.jessierquirino.com.br/2006/dados/dicionario.pdf, [consultado em 04.11.2014].

AMADO, J. (1998), *Tocaia Grande: a face obscura*, 11. ed. Rio de Janeiro: Record.

AMADO, J. (1988), *Showdown*. Traduzido por Gregory Rabassa. United States of America: A Bantam Book.

AUBERT, F. H. (1995), "Desafios da tradução cultural (As Aventuras Tradutórias do Askeladden)". TradTerm, 2. p. 31-44.

AUBERT, F. H. (1998), "Modalidades de tradução: teoria e resultados". In: *TradTerm*, 5(1). p. 99-128.

AUBERT, F. H. (1997), "Translations modalities – a descriptive model for quantitative studies in Translatology". In: *Romansk Forum 6.* Oslo: Universidade de Oslo, dez.

BARBOSA, H. G**.** (1990), *Procedimentos técnicos da tradução: uma nova proposta*, Campinas: Pontes.

CAMARGO, D. C. & Validório, V. C. (2005), *Um Estudo da Tradução de Termos Culturalmente Marcados em O Sumiço da Santa: The War of The Saints e Mar Morto:Sea of Death*, de Jorge Amado, Traduzidas por Gregory Rabassa. Estudos Lingüísticos XXXIV, p. 1349-1354. [1350 / 1354]

CAMPOS, G. (1986), *O que é tradução*. São Paulo: Brasiliense.

GOMES, R. A. (2014), *Dicionário yorubá/português dicionário yorubá/português* 5°. Edição, Disponível em: http://umbanda-candomble.comunidades.net/index.php?pagina=1740667370. [consultado em 07-11-2014].

MOUNIN, G. (1963), *Os problemas teóricos da tradução*. São Paulo: Cultrix. Tradução de Heloysa de Lima Dantas Les problemes théoriques de la traduction. Paris, Gallimard.

PÓVOAS, R. C. (1989), *A linguagem do candomblé: níveis sociolingüísticos de integração afro-portuguesa.* RJ: José Olímpio.

PÓVOAS, R. C. (2007), *Da porteira para fora: mundo de preto em terra de branco*. Ilhéus: Editus.

RONÁI, P. (1987), *Escola de tradutores*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

VINAY & DARBELNET (1960), *Stylistique Comprée du Français et de L´Anglais – Méthode de Traduction.* Paris, Marcel Didier.

Dicionário Michaelis.(2014), Disponível em: http://michaelis.uol.com.br/moderno/ingles/index.php?lingua=ingles-portugues&palavra=fritter, [consultado em 07-11-2014].

Cultura e Identidade em Políticas Linguísticas: o Caso de Timor-Leste[1]

Rosane Lorena de Brito[2]

Christiane da Silva Dias

Alexandre Cohn da Silveira

Resumo: Os argumentos de "cultura" e "identidade" para a escolha de línguas oficiais em cenários pós-coloniais é um fenômeno que mobiliza os governos com um passado histórico comum a se unirem sob a invenção da lusofonia". O objetivo dessa comunicação é discutir como tais argumentos são compreendidos pelas políticas de intervenção nas práticas linguísticas e, a partir de um estudo documental, à luz de Calvet (2007), Shohamy(2006), Makoni (2006), Hall (1992) entre outros, situar a dimensão que dada a esses conceitos, bem como possíveis entendimentos das políticas e das relações de poder, Foucault (1997), praticadas neste campo de estudo. Assim, a análise de caso parte de Timor-Leste, país que atualmente exerce a presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A reflexão proposta é que a questão identitária deva ser entendida para além de uma unidade, mas, conforme Bourdieu (1991), por meio de seu poder simbólico.
Palavras-chave: Identidade, Políticas Linguísticas, Língua Portuguesa, CPLP.

Introdução

A questão da cultura concebida como capital simbólico ou, conforme Bourdieu (2000), capital cultural, requer especial atenção, sobretudo ao abordar o assunto em um recorte sociolinguístico, mais precisamente em uma perspectiva dos estudos das Políticas Linguísticas. Bourdieu cunhou a expressão "capital cultural" com o intuito de analisar situações de classe nas sociedades. Esse capital cultural, dentro do sistema capitalista vigente, acaba por hierarquizar também as culturas, dando a algumas destas o status de subculturas de classe ou de setores de classe, cujas condições de vida determinam as minúcias destas culturas, quais sejam os gostos, os estilos, os valores, as estruturas psicológicas, as ideologias etc. A partir de tais aspectos, molda-se o perfil dessas culturas o que possibilita, segundo Bourdieu, a distinção entre a burguesia tradicional da nova pequena burguesia e esta da classe trabalhadora.

Michel Foucault (1997) coloca a cultura, ao lado das questões econômicas e sociais, como uma forma de hegemonia no interior das quais a "verdade", pré-estabelecida por interesses específicos, funciona em determinado momento. Foucault alerta que a questão não se limita a problematizar as possíveis forças ideológicas presentes neste fato, nem mesmo buscar uma ideologia "justa" que permeie as relações de poder instituídas nas questões políticas presentes, mas sim estabelecer novas possibilidades para essa "verdade" alimentada por todo um sistema que funciona dentro de um regime político, econômico, institucional de produção da verdade. Desvincular o poder desta "verdade" das formas de hegemonia poderia ser um caminho para compreender a questão cultural, conforme o filósofo francês.

Parece que, tanto Bourdieu quanto Foucault, convergem para o entendimento de um mecanismo de poder e valor social relacionado à cultura, questão que engloba a língua e que está ligada à identidade social. A língua consiste em um capital cultural relevante para a identidade de um grupo social, um capital repleto de verdades

---

1 Os autores agradecem a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/Ministério da Educação do Brasil), que, por meio Programa de Qualificação de Docentes e Ensino de Língua Portuguesa em Timor-Leste (PQLP), viabilizou a criação deste grupo de estudos e, consequentemente, o desenvolvimento desta pesquisa

2 Programa de Qualificação Docente em Língua Portuguesa em Timor-Leste

e ideologias, funcionando como veículo de sustentação às forças de poder nas relações sociais. Para Bakhtin, língua não compreende somente um sistema de categorias gramaticais abstratas, mas é uma representação ideologicamente saturada, uma concepção de mundo e uma entidade concreta que garante um *maximum* de compreensão mútua, em todas as esferas da vida ideológica. Assim, "a língua única expressa as forças de união e de centralização concretas, ideológicas e verbais, que decorrem da relação indissolúvel com os processos de centralização sócio-política e cultural" (2002:11).

É incontestável o valor social da língua nos processos sociais, como formulação de poder, base identitária e capital simbólico que age de forma paradoxal, uma vez que presta-se à hegemonia e à exclusão com iguais forças, movida por ideologias paralelas. Os processos de dominação e colonização historicamente narrados trazem exemplos diversos sobre a força do poder linguístico na construção das colônias como grupos linguístico-culturais hegemônicos atrelados à identidade colonizadora, em detrimento das identidades locais, consideradas desprestigiadas.

Foucault alerta quanto a ideia de identidade construída com bases equivocadas. Conforme o autor, "esta identidade, bastante fraca, (...) que nós tentamos assegurar e reunir sob uma máscara, é apenas uma paródia: o plural a habita, almas inumeráveis nela disputam; os sistemas se entrecruzam e se dominam uns aos outros" (1997:21). E isso acontece tanto na ilusão hegemônica colonizadora, quanto na falsa manutenção de uma identidade única colonial. Foucault apregoa que os grupos sociais são "como sistemas inteiramente determinados e como representantes de culturas diversas, quer dizer, como necessários e modificáveis" (1997:21).

O caso das colônias portuguesas representa o empenho do colonizador na expansão das representações de uma ideologia sócio-político-econômica-cultural que sob o pretexto linguístico requer afirmação. A lusofonia cria-se de forma a demarcar territórios de domínio de uma cultura que, concordando com Foucault, não é hegemônica em si, mas que pretende criar uma hegemonia forçada no além-mar. O argumento linguístico, elemento relevante na circulação do poder e no estabelecimento hegemônico, é corroborado pela História, a qual, em sua ciência, cria verdades que trazem em si ideologias, servindo de base para a repercussão das ideologias dominantes, através de interpretações equivocadas/tendenciosas de seus preceitos.

A história, genealogicamente dirigida, como diz Foucault, não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstinar em "dissipá–la"; "ela não pretende demarcar o território único de onde nós viemos, essa primeira pátria à qual os metafísicos prometem que nós retornaremos; ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam" (1997:21).

Entretanto, a língua, no caso a portuguesa, age como capital cultural pertencente a um projeto de dominação e imposição cultural, e, sendo capital, é entendido, conforme Bourdieu, como um recurso de poder tal como o são os recursos econômicos. Daí o termo capital associado ao termo cultura; uma analogia ao poder e ao aspecto utilitário relacionado à posse de informações, aos gostos e atividades culturais dominantes.Bourdieu esclarece que, os poderes sociais fundamentais consistem primeiramente nas diversas manifestações do "capital econômico", seguido do "capital cultural" ou "informacional", o qual também possui diversas possibilidades de manifestação. Por fim, segundo o autor, duas formas de capital que estão altamente correlacionadas: "o capital social, que consiste de recursos baseados em contatos e participação em grupos e o capital simbólico que é a forma que os diferentes tipos de capital toma uma vez percebidos e reconhecidos como legítimos." (2000:p.4)

Nesse sentido, a construção da identidade das colônias portuguesas, bem como o entendimento de suas culturas no cenário lusófono (e apesar deste), torna-se objeto de análise deste trabalho, ainda que realizada de forma breve, dada a complexidade da questão. Como a pretensão é uma reflexão no campo das Políticas Linguísticas, este estudo parte da análise de documentos oficiais, especificamente das Constituições dos países hoje Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), dando um enfoque a Timor-Leste. O objetivo é discutir os conceitos de "cultura" e "identidade", sob o pretexto da lusofonia, situando a dimensão dada a estes conceitos pelas políticas de intervenção nas práticas linguísticas. Também destacar possíveis entendimentos das políticas e das relações de poder estabelecidas na construção da identidade lusófona.

Sobre a língua nacional

Uma das formas de se expressar a identidade cultural dos indivíduos é pela língua. Explicitar a região político/geográfica de origem é outra. Mas, em algum momento, ao menos nos países ocidentais do globo, essas duas variáveis se fundiram e se expressar em uma língua virou sinônimo de pertencer a um lugar. Nesse sentido, problematizar a questão da língua nacional torna-se relevante para os estudos que buscam compreender, em espaços multilíngues, o lugar dessa entidade linguística e como ela reflete em noções de "identidade" e "cultura" de cidadãos desse mesmo lugar, os quais, muitas vezes não compartilham da(s) mesma(s) língua(s). Esse é o caso de Timor-Leste, pequeno país do sudeste asiático, onde a língua portuguesa, oficializada a partir da restauração da independência do país, em 2002, desperta interesse quanto a sua presença e atuação no caleidoscópio linguístico timorense.

Berenblum (2003) apresenta algumas noções dos processos históricos e sociais conflituosos que constituíram a chamada língua nacional e que participam da construção das identidades. Parece naturalizada a noção de que nossa origem – consequentemente, nossos traços culturais – denotam a nossa identidade. No entanto, neste processo de construção identitária concorrem fatores históricos que atuam de maneira antagônica. Como a própria criação da língua nacional, um evento que suplantou diversidades a partir da constituição dos Estados Nacionais, entre os séculos XVIII E XIX. Conforme recorda Berenblum, a partir de Guimarães & Orlandi (1996), surge daí que a questão linguística torna-se um elemento de cidadania.

> Isto porque, com a fusão de Estado e Nação, constroem-se as bases para a unificação linguística e cultural num território particular. A Nação necessita de unidade e essa unidade – cultural e linguística – possibilita a identificação dos indivíduos como cidadãos. (2003:125)

Essa unidade nacional linguística e cultural passou a ser promovida pelo sistema educacional, a partir de uma língua única: a língua das elites dominantes. Esses dois elementos – língua nacional e educação – promoveram, por meio do uso generalizado da língua e da padronização, atitudes que possibilitaram o surgimento da nação e do sentimento de nacionalidade. Além disso, criou-se a compreensão de que existe uma língua mais legítima e correta do que outra(s), denominada, a partir daí, de dialeto. A língua nacional torna-se, portanto, símbolo de identidade que, simultaneamente, dá a noção de pertencimento e de não pertencimento espaciais (em relação ao outro). Para Hall, "no mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural" (2005:47). Entretanto, "na verdade, as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação*"(2005:48 – grifo do autor).

Sendo a nação, segundo Schwarz (apud Hall), "não apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural", é passível de reflexão a união criada entre as pessoas e suas nações. A necessidade de manter-se uma nação, a partir dos indivíduos que sustentam suas "representações culturais", é tão simbólica quanto o sentimento de pertença individual que faz com que cada indivíduo reforce tais representações para se sentir parte de um todo nacional. O poder cultural que circula entre as capilaridades e o topo desse sistema nacional se retroalimenta, conforme Foucault, e constitui valor renovado e ampliado constantemente, ou, conforme Bourdieu, capital simbólico que produz lucros significativos aos participantes do sistema. Uma nação, em suma, é uma comunidade simbólica com valores igualmente simbólicos e é isso que explica seu "poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade" (Schwarz, 1986:106).

A lealdade e a identificação que, numa era pré-moderna ou em sociedades tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, à religião, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, à cultura *nacional*. As diferenças regionais e étnicas são colocadas paulatinamente, de forma subordinada, sob um "teto político" do estado-nação, que se tornou, assim, uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas, como afirma Hall (2005). Nos processos de colonização, a cultura do colonizador foi imposta às das coloniais, deixando estas desprestigiadas e subordinadas às forças colonialistas. Quando se fala da colonização portuguesa, por exemplo, a língua lusitana e a religião católica foram aspectos culturais essenciais no domínio e controle das novas colônias. Firmino assim explica o que ocorreu em Moçambique, no final do século XIX.

> (...) com a consolidação do domínio colonial em Moçambique, o Português tornou-se a língua oficial através da qual as políticas coloniais eram implementadas. O português foi imposto como o símbolo da identidade cultural portuguesa e tornou-se um dos mais importantes instrumentos da política assimilacionista promovida pelas autoridades portuguesas. No contexto da ideologia colonial, os nativos só podiam tornar-se "civilizados" depois de demonstrarem o domínio da língua portuguesa. (2006: 90)

A formação de uma cultura nacional também contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizando uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação. Além disso, procurou estabelecer uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional. Todos esses procedimentos convergem para a elitização do idioma de prestígio, uma vez que marginaliza socialmente os que não têm acesso ao mesmo. Mariani destaca que "havia um gesto duplo de dominação e de exclusão: através de uma pretensa democratização no acesso à escola e da imposição de uma língua com o silenciamento das demais" (2011:108).

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional, conforme Hall, é um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. Para o autor, "(...) as culturas nacionais, ao produzirem sentidos sobre a 'nação', sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades". Para Anderson (1993), a identidade nacional é uma "comunidade imaginada" (apud Hall, 2005).

Além do viés pós-moderno de Hall, é necessário problematizar cultura nacional a partir da compressão das forças dispersivas da formação de uma cultura nacional identitária, sempre lembrando que essas forças, seguindo Foucault, coexistem e se apoiam umas nas outras. Moscovici (1988) apresenta três tipos diferentes de representações sociais, cada um de acordo com o nível de desenvolvimento e modos de circulação social próprios. As representações "hegemônicas", parafraseando Moscovici, são compartilhadas pelos elementos de um grupo com sua estruturação reforçada, tal como uma nação, um partido político etc. As práticas simbólicas vivenciadas por este grupo trazem em si forças de unificação e coerção intensas. Um segundo grupo de representações são as que Moscovici denomina "emancipadas". Estas são produto das construções cooperativas e colaborativas entre grupos que convivem com proximidade maior ou menor. Cada grupo age autonomamente na criação de interpretações ou simbolismos próprios, compartilhados com as criações alheias. De acordo com Moscovici, mutações e novas criações, mesmo em coautoria, são possíveis resultados desse convívio. Uma terceira e última classificação apresentada pelo autor diz respeito às representações "controversas ou polêmicas" sendo estas fruto de uma controvérsia social, um conflito entre grupos, uma resistência identitária e que, portanto, não é compartilhada por grupos distintos (1988:221-222).

Para uma compreensão das representações e seus conteúdos, seria necessário um mergulho nas dinâmicas sociais onde tudo se dá sabendo que, conforme Bourdieu, "a estrutura social remete para clivagens, diferenciações e relações de dominação". Portanto, é imprescindível levar-se em conta tanto a relação existente entre as representações sociais e as organizações culturais dominantes, quanto a dinâmica social em sua totalidade. O emparelhamento destes dois fatores ajuda o entendimento das pressões para a hegemonia e a "reificação de certas representações sociais."

Tais argumentos favorecem uma análise pormenorizada de Timor-Leste. Segundo Anderson, "a decisão da hierarquia católica em Timor-Leste de usar Tétum, e não indonésio, como a língua da Igreja, teve efeitos profundamente nacionalizadores". A Igreja, em pleno exercício de resistência frente o domínio da Indonésia, "transformou o Tétum, de uma língua local ou língua franca em certas partes de Timor-Leste, na língua da religião e da identidade". Este fato é significativo, não apenas para pensar o papel das línguas nos processos de dominação política (e cultural), como para entender o que aconteceu com a língua portuguesa, posteriormente, no país (1993:7).

Cultura, identidade e a invenção da lusofonia

O discurso da cultura nacional além de não ser moderno como aparente ser, constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e o futuro. Ele se equilibra entre a tentação por retornar a glórias passadas e o impulso por avançar em direção à modernidade. As culturas nacionais são tentadas, algumas vezes, a se voltar para o passado, a recuar defensivamente para aquele "tempo perdido", quando a nação era "grande", restaurando, assim, as identidades passadas. Isto, segundo Hall (2005), constitui o elemento regressivo, anacrônico da história da cultura nacional, mas frequentemente esse retorno ao passado oculta uma luta para mobilizar as pessoas para a "purificação" de seus grupos e para que expulsem os "outros" que ameaçam sua identidade.

Na história de Timor-Leste, este fato é evidenciado por Belo (2013) que explica que antes da chegada dos portugueses, Timor estava dividido em cerca de 60 pequenos reinos feudais que se encontravam coligados sob a influência dominadora de dois grandes Liurais – espécie de rei local. 16 reinos da denominada província de Sonbai, enquanto 46 reinos da chamada província dos Belos (que corresponde ao território de Timor-Leste, acrescido do reino de Atambua) reconheciam o predomínio do liurai de Behale. As disputas territoriais e culturais, surgidas pelos casamentos entre pessoas de diferentes reinos e pela vontade de expansão de alguns, foram motivadores de constantes batalhas no país. No período da colonização, os timorenses vivenciaram a presença da cultura portuguesa até que, na segunda guerra mundial, sofreram violentas invasões japonesa, australiana e holandesa. De 1975 a 1999 foi a vez da Indonésia ocupar o território timorense em um dos episódios mais sangrentos da história mundial, com sucessivas imposições militares, culturais e linguísticas. Hoje, o país e seu povo vivem a consequência complexa desses eventos, além de questões como globalização, desenvolvimento e tecnologia, os quais produzem forças culturais significativas nas mudanças vivenciadas pelos timorenses.

Hall adverte que uma cultura nacional nunca foi um ponto de lealdade, união e identificação simbólica, ela é uma estrutura de poder cultural. "A maioria das nações consiste de culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta – isto é, pela supressão forçada da diferença cultural" (2005:59). Por sua vez, as nações são compostas de diferentes classes sociais, grupos étnicos e de gênero e ideologias, o que já representa uma diversidade de manifestações e fenômenos culturais. Conforme Hall "as identidades nacionais são fortemente generificadas" (2005:61), o que significa, concordando com Foucault, que a farsa hegemônica da identidade nacional é uma máscara que esconde a diversidade e pluralidade de toda sociedade, cujas representações estão em constante disputa em nome do prestígio e do reconhecimento, e, em muitos casos, da dominação. Hall adiciona que "em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um *dispositivo discursivo* que representa a diferença como unidade ou identidade" (2005:61). Conforme o autor, as divisões sociais internas existentes são marcas significativas e heterogêneas e as diversas culturas só são "unificadas" pelo exercício de diferentes formas de poder cultural. Hall enfatiza que *"As nações modernas são, todas, híbridos culturais*" (2005:63).

Esta breve explanação derruba a ideia da nação como uma identidade cultural unificada. As identidades nacionais não subordinam todas as formas de diferença e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas e de lealdades. Assim, conforme Hall, quando discute-se "se as identidades nacionais estão sendo deslocadas, devemos ter em mente a forma pela qual as culturas nacionais contribuem para "costurar" as diferenças numa única identidade" (2005:67).

Margarido explica a lusofonia como sendo "apenas o resultado da expansão portuguesa e da língua que esta operação teria espalhado generosamente pelo mundo afora" (2000:10). Ainda que a questão da "generosidade" deva ser tratada cautelosamente e sem ingenuidades, o autor adiciona que essa lusofonia "seria menos o resultado de um projecto, do que a consequência inesperada de uma maneira particular de circular pelo mundo" (2000:11). O autor confronta "lusofonia" e "portugalidade"; a primeira seria "a consequência quase passiva da expansão e da banalização da língua", enquanto a segunda representa "o resultado de uma oposição constante aos espanhóis". Na visão de Margarido,

> A criação da lusofonia, quer se trate da língua, quer do espaço, não pode separar-se de uma certa carga messiânica, que procura assegurar aos portugueses inquietos um

> futuro senão promissor, em todo o caso razões e desrazões para defender a lusofonia. (2000:13)

O autor problematiza o uso do termo "comunidade lusófona" ou "espaço lusófono" por alguns escritores. Para Margarido, embora aparentemente se pautem na questão da língua, usar esses termos é a reafirmação não de uma língua comum, mas de uma história em comum vivida pelos países pertencentes ao chamado "grupo lusófono", história essa construída e narrada de forma arbitrária e impositiva pela situação colonial. Muitas das nações modernas, parafraseando Hall (2005), são frutos de culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta, isto é, pela supressão forçada da diferença cultural. No caso lusitano, os movimentos de independências das antigas colônias, a partir de 1974, forçou uma nova postura de Portugal. Conforme Margarido,

> Verifica-se, após 1974-1975, uma modificação subtil mas constante, cabendo agora à língua portuguesa - que se confunde com uma falsa língua lusa- a tarefa que foi durante muitos anos a dos territórios. Portugal passou a ser um país pequeno, mas dispondo de um agente específico, a língua portuguesa, que lhe permite recuperar a sua "grandeza". Trata-se de uma prótese singular, mas que começa a revelar-se eficaz, permitindo recuperar - de maneira quase glotofágica - as culturas dos Outros. (2000:28)

Foi então, seguindo Margarido, que os defensores da chamada "portugalidade" começaram um movimento nos âmbitos institucionais em fazer da língua "o agente mais eficaz da unidade dos homens e dos territórios que foram marcados pela presença portuguesa", ideia expressa até hoje. Coube ao idioma português a tarefa de buscar a hegemonia da comunidade lusófona, atuando como pretexto para que ideologias institucionais pudessem se estabelecer com segurança. De acordo com Margarido,

> Não tendo havido uma grande reflexão anti-colonialista antes das independências, registou-se a necessidade urgente de organizar uma ideologia explicativa: os portugueses foram obrigados a renunciar à dominação política e económica, mas procuraram assegurar o controle da língua. (...) se a língua não for capaz de assegurar a perenidade da dominação colonial, os portugueses ficarão mais pequenos. (2000:57)

É possível aproximar as ideias do escritor português aos alinhamentos teóricos dos Estudos Culturais e entender melhor os impactos político-linguísticos da lusofonia no que tange ao entendimento dos fenômenos discursivos em Timor-Leste. Freitas adverte que "(...) há quem diga mesmo que, do ponto de vista teórico, a identidade cultural pertence ao nível do discurso" (2010:47). Talvez esse caminho nos traga alguma lucidez quanto ao entendimento de questão tão complexa e delicada.

Não se pode, contudo, desconectar as práticas discursivas das práticas político-linguísticas do âmbito institucional ou do cotidiano local, pois a análise destas, conforme Severo, possibilita a compreensão da maneira pela qual os significados sociais vinculados às escolhas linguísticas são construídos e reforçados localmente, atuando, por exemplo, na construção e manutenção de certas identidades (2013:459). As dinâmicas de uso e as relações de poder estabelecidas pelas escolhas feitas socialmente, estatais ou não, podem trazer à tona aspectos significativos quanto à criação de uma suposta "identidade", quando confrontados entre si.

Para Hall, o sujeito é entendido como " sociológico", cuja identidade é "formada na 'interação' entre o eu e a sociedade". Hall acrescenta que "a identidade (...) sutura o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis." Para o autor, o sujeito "está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas". As identidades, que compunham as paisagens sociais externas ao grupo social e que asseguravam a conformidade subjetiva desse grupo com as "necessidades" objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. Ou seja, O autor propõe a ideia de sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente.

> (...) O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. (...) Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora "narrativa do eu" (2005:3)

Dessa forma, as sociedades modernas estão em constante estado de mudança, ideia que as distingue das sociedades ditas "tradicionais", sendo a modernidade, de acordo com Hall, uma forma altamente reflexiva de vida. Apesar da natureza dessas mudanças possibilitarem entendimentos diversificados, tais como em Giddens (1990), Harvey (1989) e Laclau (1990), há uma convergência, inclusive enfatizada por esses autores, na descontinuidade, na fragmentação, na ruptura e no deslocamento. Conforme Hall, "devemos ter isso em mente quando discutirmos o impacto da mudança contemporânea conhecida como 'globalização'"(2005:18).
Giddens ressalta que o fenômeno da globalização "implica um movimento de distanciamento da ideia sociológica clássica da "sociedade" e que "sua substituição por uma perspectiva que se concentra na forma como a vida social está ordenada ao longo do tempo e do espaço" (1990:64). São tais características temporais e espaciais, que resultam, segundo Hall (2005), na "compressão de distâncias e de escalas temporais" (p. 68), o que produz efeito sobre as identidades culturais. Falar de identidade presume algo formado ao longo do tempo, também em processos inconscientes, ainda que não inatos, mas, concordando com Hall, sempre com a presença "de algo 'imaginário' ou fantasiado sobre sua unidade"(p. 38). O autor sugere que antes de pensar a identidade como um produto final, deve-se pensar em um processo em andamento e, assim, não como identidade, mas como "identificação". Sendo a língua um sistema social e não individual, seguindo Bakhtin, os discursos sobre língua e cultura encharcam-se de ideologias igualmente pertencentes ao simbolismo identitário impermanente, apoiado entre passado e futuro.
De acordo com o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, de Nascentes, a palavra nação descende de "natio" (nascer). Esta descende do substantivo latino, "nationen" (raça ou casta). Uma nação é, portanto, no seu sentido original, um grupo de pessoas unidas pelas suas semelhanças e conscientes dessa unidade, bem como de um passado e destino comuns. Assim, a nação é uma entidade biocultural, uma etnia consciente da sua unidade. Não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou etnia, uma cultura nacional, conforme Hall, "busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional". (2005:59) Relevante destacar que uma cultura nacional não pode ser entendida apenas como aspecto de lealdade, união e identificação simbólica. Ela é também, como alerta Hall, "uma estrutura de poder cultural." (2005:59)
As culturas nacionais não devem ser entendidas como unificadas, mas como um dispositivo discursivo que representa as diferenças identitárias presentes no grupo cultural. São "unificadas" apenas pelo exercício de diferentes formas de poder cultural. Importante se faz entender as dinâmicas pelas quais as ideologias das culturas nacionais se valem para reunir as diferenças identitárias em uma identidade única. Quanto a isso, Hall adverte que

> Todas as identidades estão localizadas no espaço e no tempo simbólicos. Elas têm aquilo que Edward Said chama de suas "geografias imaginárias" (Said, 1990): suas "paisagens" características, seu senso de "lugar", de "casa/lar", ou heimat, bem como suas localizações no tempo – nas tradições inventadas que ligam passado e presente, em mitos de origem que projetam o presente de volta ao passado, em narrativas de nação que conectam o indivíduo a eventos históricos nacionais mais amplos, mais importantes. (2005:62)

No entanto as nações não vivem isoladas em suas próprias práticas discursivas, se valendo apenas dos elementos que, supostamente, criaram e criam suas identidades culturais. A convivência internacional expõe as culturas nacionais a influências outras tornando-se praticamente impossível conservar intactas as forças culturais nacionais "originais", ou ainda, que essas forças se enfraqueçam diante de forças culturais identitárias maiores. Dessa forma, culturas mais prestigiadas impõem-se a outras marginalizadas, infiltram-se em suas fragilidades e podem modificá-las, sobretudo por conta de um processo de mercantilização cultural vigente.
Aquilo que é local não necessariamente significa uma identidade velha, antiga, enraizada no tempo e no espaço de um grupo. O local, conforme Hall, "atua no interior da lógica da globalização" sendo pouco provável que "a globalização vá simplesmente destruir as identidades nacionais" (2005:78). Hall afirma que a globalização é agente ativo na produção de novas identificações globais e, igualmente, de novas identificações locais, o que configura-lhe um caráter contestador e deslocador das identidades centradas e fechadas de uma cultura nacional. Hall reforça que a globalização

> "tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou transhistóricas. (2005:87)

A invenção lusófona anteriormente explicada, configurada de formas diferentes, de acordo com a história vivida por Portugal e suas colônias no passado, atualmente rotula-se com o argumento do idioma para sustentar-se apesar das tensões culturais que circulam no mundo globalizado. Esse imaginário é pretexto para a configuração das nações constituidoras do que se conhece por Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que é articulada pelo emblema da língua e da cultura lusófonas, atendendo aos interesses e necessidades dos seus Estados-Membros e produzindo uma rede de circulação de poder entre as identidades linguística e cultural produzidas. Se o passado uniu as nações da CPLP através de uma história colonial em detrimento das culturas locais, o presente parece sustentar-se numa relação simbiótica de forças que agem na troca de capitais, conforme as necessidades e interesses de cada nação, constituindo as identidades da lusofonia atual.

Cultura e identidade nas constituições nacionais

Cultura e identidade são "categorias" recorrentes nas Constituições nacionais de quase todos os países que integram atualmente a CPLP por motivos variados, como tentaremos problematizar nesta seção. A Guiné-Equatorial, país recém-ingresso na organização, ainda não está contemplada neste trabalho por merecer uma análise mais complexa e cautelosa, dados as variantes específicas deste caso.

As oito nações nas quais se baseia este estudo se auto denominam "lusófonas", já assumindo, a partir daí, uma identidade comum baseada na língua portuguesa, curiosamente a língua do país comum colonizador. Uma tentativa inicial de se olhar para as Constituições, e fazer uma reflexão sobre tais categorias, revela o caráter aparentemente de prioridade nacional dado a tais conceitos por meio do discurso oficial. Demonstra ainda a apropriação desses conceitos em prol de um projeto de Estado nacional. No caso de Timor-Leste, o conceito de "país lusófono" é uma clara demarcação de fronteiras culturais em um espaço político-geográfico no qual o país lida espacialmente com a pressão de dois fortes Estados: a Indonésia e a Austrália. Além disso, o capital simbólico da lusofonia, fortalecido pela institucionalização religiosa presente na constituição timorense, expõe uma ideia de unificação e o projeto de nacionalismo tão importantes para um país em situação pós-conflito.

Em relação à língua, algumas das oito constituições definem como única língua oficial o português. Em Timor-Leste, optou-se por diferenciar línguas oficiais de línguas de trabalho, garantindo aos idiomas veiculados no país um caráter institucional e funcional, evitando fraturas no projeto hegemônico cultural timorense, conforme apontam dois artigos da Constituição da República Nacional de Timor-Leste:

> Artigo 13.º
> (Línguas oficiais e línguas nacionais)
> 1. O tétum e o português são as línguas oficiais da República Democrática de Timor-Leste.
> 2. O tétum e as outras línguas nacionais são valorizadas e desenvolvidas pelo Estado.
> (...)
> Artigo 159.º
> (Línguas de trabalho)
> A língua indonésia e a inglesa são línguas de trabalho em uso na administração pública a par das línguas oficiais, enquanto tal se mostrar necessário.

Em Cabo Verde, apesar de declarado como oficial o português, o artigo dedicado às línguas oficiais, "no plural", vislumbra a oficialização de outra língua. Consiste em importante precedente político aberto pelo documento, prevendo que, no futuro, o país pode reconhecer a língua materna cabo-verdiana como aliada do português em suas comunicações oficiais. É um reconhecimento, ainda que vago, das questões locais como fator identitário. Assim apresenta-se o texto constitucional:

> Artigo 9º
> (Línguas oficiais)
> 1. É língua oficial o Português.
> 2. O Estado promove as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, em paridade com a língua portuguesa.
> 3. Todos os cidadãos nacionais têm o dever de conhecer as línguas oficiais e o direito de usá-las.

O caso de Timor-Leste prevê um delimitação espaço-temporal quanto ao uso dos idiomas de trabalho, ainda que, na prática, isso não seja seguido a risca, uma vez que não há um planejamento linguístico consolidado no país. Há um esforço estatal em proporcionar acesso aos idiomas oficiais a todos os cidadãos, especificamente o português, enfocando professores e funcionários públicos. Entretanto, fica claro que o projeto do governo não é o mesmo dos cidadãos uma vez que, mesmo entre os timorenses que possuem acesso ao aprendizado do idioma lusitano, muitos não demonstram disponibilidade e nem consideram fundamental aprendê-lo. É um típico caso de resistência política às imposições institucionais e que reforça uma identidade timorense local legítima, apesar do projeto lusófono.

Angola, Brasil e Moçambique, além de postularem constitucionalmente uma língua nacional, ampliam essa categoria. Em Angola, língua, cultura e identidade são conceitos sobrepostos, pois aquela é compreendida, ao mesmo tempo, como um patrimônio cultural e identidade nacional. Além de ser um dos idiomas oficiais do Brasil e principal língua do sistema educacional, a competência em língua portuguesa é considerada, na constituição brasileira, um pré-requisito para um estrangeiro obter a cidadania brasileira, uma escolha política que reforça a questão identitária brasileira. A língua nacional como fator de veiculação do identitário nacional é o que se depreende da constituição de Moçambique, na qual as línguas nacionais são também entendidas como patrimônio cultural e educacional; a identidade está pautada em valores sócio-culturais.

A "identidade" mobiliza projetos de integração local, na busca por uma hegemonia conforme explicado anteriormente neste artigo, presente, por exemplo, nas Constituições da República de Angola, da República de Cabo Verde e da República da Guiné Bissau, respectivamente:

> Artigo 12.º
> (Relações Internacionais)
> (...)
> 3. A República de Angola empenha-se no reforço da identidade africana e no fortalecimento da acção dos Estados africanos em favor da potenciação do património cultural dos povos africanos. (Constituição da República de Angola)
> Artigo 11º
> (Relações internacionais)
> 7.O Estado de Cabo Verde empenha-se no reforço da identidade, da unidade e da integração africanas e no fortalecimento das acções de cooperação a favor do desenvolvimento, da democracia, do progresso e bem-estar dospovos, do respeito pelos direitos do homem, da paz e da justiça. (Constituição da República de Cabo Verde)
> Artigo 17º
> 1- É imperativo fundamental do Estado criar e promover as condições favoráveis à preservação da identidade cultural, como suporte da consciência e dignidade nacional e factor estimulante do desenvolvimento harmonioso da sociedade. O Estado preserva e defende o património cultural do povo, cuja valorização deve servir o progresso e a salvaguarda da dignidade humana.(Constituição da República de Guiné-Bissau)

O sentimento de pertença, bem como, a criação do senso comum sobre esse pertencimento ou sobre a identidade, seguindo Hall, são aspectos que chamam a atenção nos trechos acima. A constituição angolana

expande a ideia de identidade quando aponta não somente para o país, mas para o continente africano, numa declaração de unidade cultural que está acima das questões nacionais e que age como determinante destas. A República de Cabo Verde trata da questão diferentemente porém com forte significação. O movimento de força identitária parte do país em direção ao "reforço da identidade, da unidade e da integração africanas". Colocado desta forma, é possível notar que enquanto Angola declara que seu projeto identitário cultural advém de um projeto identitário africano, Cabo Verde posiciona-se como agente contribuinte desse projeto. Guiné Bissau mantém-se no discurso nacional e no apelo humanizador interno, nos quais a identidade cultural é base para a dignidade, a paz e o progresso. Sendo a língua, conforme Bakhtim, encharcada de ideologias e concepções de mundo, percebe-se que os trechos possuem entrelaces ideológicos fortes entre questões maiores, continentais, destacando os papeis nacionais nessas questões e, ainda que haja uma aparente neutralidade, é possível perceber que o "não dito" reforça-se nas bases políticas e sociais pretendidas a partir do reforço identitário cultural das nações.

Patrimônio e identidade nacionais, fatores de integração a serem garantidos pelo Estado e de promoção da independência, além de categorias influenciadas pela Igreja Católica, conforme declarado nas primeiras linhas constitucionais de Timor-Leste, entre outros fatores, são os conceitos que envolvem a compreensão de "cultura" nas constituições analisadas nesse trabalho. Interessante notar que a reafirmação constitucional acerca da independência, expressa por algumas das nações "lusófonas", é reforçada pela institucionalização da língua do colonizador, ficando tímido o espaço dado às línguas locais (denominadas nacionais ou não) no âmbito constitucional desses países. É uma evidência da busca pela segurança cultural, dita alhures por Hall, ao retomar o passado histórico, ou ainda, conforme Bourdieu, um reforço do capital simbólico, no qual os mais diversos tipos de capital estão inseridos, que acabam por legitimá-lo e privilegiá-lo.

Timor-Leste não se associa identitariamente ou culturalmente aos demais países asiáticos através de seu discurso constitucional, o que se entende pelas dificuldades vivenciadas pelo país e uma necessidade de determinar as separações necessárias. Para que esta separação não represente um isolamento do mundo, o projeto da lusofonia e o respaldo religioso institucional são os elementos utilizados no fortalecimento do senso comum quanto à identidade timorense. A escolha política feita pelo país, por um lado pretende uma hegemonia (ainda que irreal), por outro, assume responsabilidades com relação às línguas e culturas locais que são desprestigiadas no processo. A precária instrumentalização para o ensino prejudica o projeto de ensino bilíngue pretendido pelo Estado e cria embates vivenciados por alunos e professores no cotidiano escolar.

As nações assumem-se preocupadas em garantir o acesso democrático e a preservação do patrimônio cultural, definindo como preceitos, por exemplo, a tolerância, a reconciliação, a igualdade, a justiça e o desenvolvimento, conforme a Constituição angolana. Na constituição brasileira, "cultura" está relacionada a questões como patrimônio, valores, justiça, igualdade, história e tecnologia. O termo "patrimônio", amplamente empregado nos textos das constituições analisadas, retrata o status da "cultura" como capital e, consequentemente, fator de segregação social. Se há uma declaração de garantia do acesso democrático à cultura, pressupõe-se que essa mesma cultura não é para todos, nem por todos. Não se trata apenas do processo de elitização cultural presente nas sociedades, mas também nas diversas formas de segregação cultural existentes na sociedade, nos quais grupos minoritários, ou vistos como tal, encontram-se constantemente à margem das atenções culturais e, institucionalmente, não são considerados e representados.

Cabo Verde denota a preocupação de reforçar a cultura nacional na diáspora, visto que cultura faz parte da identidade nacional e esta, talvez, possa estar fragilizada em território estrangeiro. Além disso, essa categoria também seria, ao lado da educação formal, uma possibilidade de valorização profissional dos trabalhadores, de acordo com que observa-se na Constituição de Portugal. A promoção e a garantia do acesso à cultura também são preocupações deste estado europeu:

> Artigo 78.º
> (Fruição e criação cultural)
> 1. Todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural.
> 2. Incumbe ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais:
> a) Incentivar e assegurar o acesso de todos os cidadãos aos meios e instrumentos de

> acção cultural, bem como corrigir as assimetrias existentes no país em tal domínio;
> b) Apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e colectiva, nas suas múltiplas formas e expressões, e uma maior circulação das obras e dos bens culturais de qualidade;
> c) Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum;
> d) Desenvolver as relações culturais com todos os povos, especialmente os de língua portuguesa, e assegurar a defesa e a promoção da cultura portuguesa no estrangeiro;
> e) Articular a política cultural e as demais políticas sectoriais.

A constituição portuguesa apresenta neste trecho duas questões para reflexão. A primeira diz respeito às correções necessárias às "assimetrias" existentes no âmbito da ação cultural. Apesar do próprio termo "ação cultural" possibilitar diversas análises do ponto de vista discursivo, entende-se que há aqui uma preocupação com o "fazer" cultural, o qual deve atender a regras ou necessidades tais que não permitam "assimetrias" pois as mesmas são passíveis de correção para melhor se adequarem às intenções pretendidas. Percebe-se o reforço da busca por uma hegemonia também no fazer cultural e não somente nos aspectos identitários.
A segunda questão diz respeito à "defesa e promoção da cultura portuguesa no estrangeiro" nomeadamente nas relações com outros povos, "especialmente os de língua portuguesa". Fica clara a ideia de que o projeto de identidade cultural de Portugal não se restringe ao espaço português, nem mesmo aos portugueses na diáspora, mas às relações com "todos os povos", em especial aqueles que se encontram dentro do projeto da lusofonia. As estratégias, explicitadas por Hall e apresentadas neste artigo anteriormente, para representar a construção de um senso comum sobre os pertencimentos ou sobre a pretendida identidade cultural são aqui observadas como reforço de uma visão portuguesa para além-mar, tal como a nação de Camões se imbuiu no século XVI quando da expansão marítima europeia.
É preciso que haja uma unificação no agir cultural português em prol da sólida imagem identitária a ser levada aos povos mundiais, aumentando o valor desse capital cultural. Ainda, os caminhos da lusofonia, ao serem tratados como "especiais", agem como facilitadores desse projeto, quiçá multiplicadores dessa ideologia, a partir da qual, conscientemente ou não, os demais projetos identitários nacionais possam vir a ser consolidados.
A Constituição de São Tomé e Príncipe também apresenta preocupação com a identidade cultural do país, na qual o Estado se responsabiliza por garantir a igualdade de participação dos cidadãos na vida cultural e a acessibilidade, a defesa, a promoção, a preservação e a valorização do patrimônio cultural em concordância com as constituições dos demais países da CPLP
Um aspecto comum às constituições dessas nações diz respeito à aproximação entre cultura e educação, de forma explícita, e com as questões identitárias e linguísticas nem sempre expostas abertamente, porém perceptíveis nesse gênero discursivo. Em Timor-Leste esta questão é demarcada pela denominação "língua de instrução e ensino" reservada às línguas oficiais. Concordando com Beremblum, esta é uma estratégia de uso generalizado de determinado(s) idioma(s) elencado(s) por razões de prestígio e a padronização cultural. Isso faz com que a defesa da acessibilidade à cultura possa ser experienciada na prática pela defesa à cultura permitida, àquela que pode ser de domínio público e que atende aos interesses do projeto de identidade nacional. Dessa forma, aquilo que é apresentado como garantia democrática pode, na verdade, ser um fator de controle e/ou de dominação de uma língua ou cultura em detrimento de outra(s), relembrando Mariani.
Portanto, torna-se notável a preocupação com a defesa de uma identidade cultural dos oito países cujas constituições foram aqui analisadas, quer por razões explicitamente apresentadas em seus textos oficiais, quer por ideologias contidas em suas entrelinhas. De qualquer forma, essa análise ainda merece uma pesquisa mais crítica no que tange às práticas institucionais realizadas em cada nação. É importante perceber os caminhos seguidos pelo planejamento linguístico em cada nação, quer no seu sistema de comunicação, quer na organização da educação e instrumentalização do ensino, ou, ainda, no tratamento dado às questões linguísticas. Precisar-se-ia de um olhar mais cauteloso e aproximado quanto ao papel das mídias em cada sociedade e um estudo substancioso das relações políticas nacionais e internacionais, sobretudo entre as nações da CPLP. Além de uma vivência cotidiana nos espaços linguísticos desses países para que se perceba as sutilezas, os "não ditos" e as capilaridades de circulação dos poderes da cultura, da identidade e da língua.

Considerações finaiS

Os pressupostos da dita modernidade revelam preceitos pautados nos interesses que circulam no sistema mundial de relações político-sociais. As sociedades modernas são, conforme Hall, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente porque buscam atender às demandas dinâmicas da modernidade, o que as diferencia das sociedades tradicionais. Giddens destaca que "nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações" (1990:37). Essa experiência traz conforto, segurança e estabilidade, argumentos defendidos por todas as nações, sobretudo por aquelas que experienciaram conflitos. O autor ainda reforça a questão da tradição dizendo que

> A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes. (1990:38)

As ideias de Giddens elucidam o caso particular de Timor-Leste, mas trazem entendimentos aos demais casos das nações da CPLP estudadas nesse artigo. Timor-Leste, recém saído de um período conturbado em sua história, experimenta uma independência ainda pautada na cooperação internacional que recebe; sendo a cooperação portuguesa uma das mais presentes no âmbito estatal timorense. Se para Timor-Leste o projeto da lusofonia parece resolver questões político-sociais identitárias e representa uma defesa em meio aos "fantasmas" do passado e do presente, para Portugal é uma oportunidade de expansão de atuação de seu projeto lusófono no além-mar e reforço de tradições suas (não timorenses) mas que influenciaram durante certo tempo uma "construção" da cultura de Timor.

Entretanto, se "a modernidade, em contraste com a tradição, (...) é uma forma altamente reflexiva de vida" (Hall, 2005:15), há que se praticar essa constante reflexão sobre as identidades culturais nacionais, os seus projetos identitários e as ações desenvolvidas para construí-los, analisando as consequências deste processo. Talvez essa seja uma das principais contribuições que esse estudo pretende fazer. Parece-nos que há uma preocupação com as identidades linguísticas nos documentos dos países lusófonos, quer na preservação de suas individualidades, na manutenção de suas dignidades e na afirmação de seus alcances potenciais. No entanto, a questão do multilinguismo não está claramente organizada pelas nações que a vivenciam e, aqui, inclui-se Timor-Leste.

A língua, conforme Makoni é "uma invenção, uma construção, exatamente como outras categorias, 'tempo' por exemplo" (2006:193). O autor esclarece que "é importante distinguir entre aspectos "naturais" sobre a língua, daqueles que são resultado de intervenções culturais (...) a capacidade para a 'linguagem' é natural (...), mas as 'línguas' são um produto de intervenções sociais e históricas" (2006:193). Ainda de acordo com Makoni, a iconização de uma cultura ou língua, o reforço repetitivo de seu empoderamento e influência e o apagamento consequente de culturas/línguas mais fracas são as etapas do processo de criação das línguas.

O multilinguismo é uma questão de identidade e identidade é uma dinâmica, conforme Makoni. O reconhecimento do valor cultural do multilinguismo não resolve a questão junto à população. Tratá-la como problema reforça a não assertividade em lidar com a questão. Makoni ressalta que "a exagerada complexidade faz com que o planejamento linguístico pareça mais difícil do que é" (2006:206). É criada uma imagem sociolinguística pautada em unidades irreais e fronteiras linguísticas artificiais, quando a questão devia ser tratada em nível comunicacional entre as línguas (e seus usuários) e seus instrumentos comunicativos no cotidiano social, não focando, de acordo com Makoni, "exclusivamente em classificações genéticas" (2006:206).

Ao declarar que "não há visão que não venha de algum lugar" (2006:192), Makoni concorda com Bakhtin sobre as ideologias inerentes à língua veiculada. Assim, a condução de uma política linguística atende às ideologias dominantes no âmbito nacional e nos projetos internacionais. As soluções para os problemas linguísticos, segundo Makoni, "têm efeitos em cascata para as condições de vida das pessoas; portanto, questões de natureza ética inevitavelmente emergem" (2006:192). Daí as responsabilidades assumidas quando das decisões estatais, particularmente no que diz respeito às escolhas e projetos linguísticos assumidos e suas repercussões.

Os projetos constitucionais das nações da CPLP representam os desejos de cada nação, ou de cada elite governante, seus projetos de identidade cultural, suas defesas culturais patrimoniais e as relações pretendidas

por cada Estado em particular. Relações de identidade com o continente ao qual pertencem, de contribuições ao projeto de identidade continental, de pertencimento à tradição histórica, multilíngues, relações de expansão linguistico-cultural e de proteção nacional. Cada uma carrega diversas ideologias, ou diversos capitais, como chama Bourdieu, que constituem o capital simbólico cultural idealizado.

O argumento da língua portuguesa, fruto de um projeto de lusofonia, e talvez também do projeto de portugalidade, criado para supostamente unir as nações usuárias do idioma, reforça os projetos de identidade lusófona de cada nação. Paralelamente, recria a lusofonia da pós-modernidade carregado das ideologias necessárias ao seu sustento no mundo globalizado pós-moderno. As tradições não são abandonadas, mas recebem tratamento condizente com a realidade atual de cada nação, o que amplia o valor do capital cultural.

A educação, aliada política dos governos para conduzir seus projetos de hegemonia cultural, tem espaço amplo em cada constituição recebendo tratamento de prestígio institucional, se não de fato, certamente de direito. No caso de Timor-Leste, a educação está relacionada com a religião institucionalizada. Se no passado coube à religião a condução de alguma educação que garantiu a presença e o aprendizado da língua portuguesa no país, hoje a religião aparentemente "conduz" os preceitos constitucionais, abrindo o texto oficial e se fazendo presente nas práticas oficiais do estado.

Ficam claras as relações de poder estabelecidas pelas constituições quer no âmbito nacional ou internacional. Cada nação define mecanismos que sustentem a segurança que uma identidade nacional pode garantir aos cidadãos. O que é posto, em maior ou menor escala, são os interesses com relação ao reforço dessa identidade nacional, a suposta garantia de acesso cultural a todos os cidadãos e o compromisso de cada governo com a condução desses processos. No que tange às relações internacionais, as ambições e identificações têm suas peculiaridades e posicionam cada nação dentro do projeto lusófono.

A partir dessa análise o que pretendemos neste artigo é sugerir que a emergência da questão linguística, intrincada com as categorias de identidade e cultura, em documentos oficiais instituicionais, como as constituições das nações, pode ser problematizada pela linguística, especialmente na área de estudos de Políticas Linguísticas. Questões como a necessidade de fixação de uma(s) língua(s) nacional(s), a patrimoniazalição da cultura e a definição de uma identidade nacional são, no nosso entendimento, tópicos profícuos de discussão para que possamos começar a compreender até que ponto essas categorias se relacionam mais com projetos políticos de poder do que com a realidade do público "leigo", ou seja, de quem maneja a língua na prática.

Referências bibliográficas

ANDERSON, B. (1993) "Imaginar Timor-Leste" [Tradução de Osvaldo Manuel Silvestre]. *Arena Magazine* (4), Abril-Maio. disponível em http://www.ci.uc.pt/timor/imagin.htm, acesso em 18.11.2014

BAKHTIN, M.(2002) *Questões de Literatura e de Estética: A teoria do Romance.* São Paulo, Editora Hucitec.

BELO, C. F. X. (2013)*Os Antigos Reinos de Timor-Leste.* Porto, Porto Editora.

BERENBLUM, A. (2003), "Identidade e Língua Nacional. Comentários acerca da produção de estrangeiros". *Lugar Comum.* 18, pp. 123-130

BOURDIEU, P. (2000) *As estruturas sociais da economia*. Lisboa, Piaget.

FIRMINO, G. (2006) *A questão lingüística na África pós-colonial. O caso do Português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo, Texto Editores.

FOUCAULT, M. (1997) *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal.

FREITAS, L. F. (2010) "A Identidade Cultural na Interface com os Estudos Enunciativos e Discursivos". *Anais do SITED*. Porto Alegre.

GIDDENS, A. (1990) *The Consequences of Modernity*. Cambridge, Polity Press.

GUIMARÃES & ORLANDI, E. (1996) *Língua e cidadania: o português no Brasil.* Campinas, Pontos.

HALL, S. A(2005) *Identidade cultural da pós-modernidade.* Rio de Janeiro, DP&A Editora.

HARVEY, D. (1989) *The Condition of Post-Modernity*. Oxford, Oxford University Press.

LACLAU, E. (1990) *New Reflections on the Resolution of our Time*. Londres, Verso.

MAKONI, S. & MEINHOF, U. (2006) "Linguística Aplicada na África: Desconstruindo a noção de 'Língua'". In L.P.MOITA LOPES (org) *Por uma linguística aplicada indisciplinar.* São Paulo, Parábola Editorial. Pp. 191-210.

MARGARIDO, A. (2000) *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas.

MARIANI, B.(2011). "Língua, Colonização e Revolução: discurso político sobre as línguas em Moçambique". *Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF* 7 (4) pp. 105-124

MOSCOVICI, S. (1998) "The history and actuality of social representations" In U. Flick (Ed.). *The Psychology of the social.* Cambridge, Cambridge University Press, pp. 209-247.

NASCENTES, Antenor. (1955). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro

SCHWARZ, B. (1986)*"*Conservatism, nationalism and imperialism". In Donald, J. e Hall, S. (orgs.), *Politics and Ideology*. Milton Keynes, Open University Press.

SEVERO, C. (2013) "Política(s) linguística(s) e questões de poder". *Alfa.* 57 (2) 451-473, 2013

Repensando políticas públicas no contexto de inovações tecnológicas para surdos em Língua Brasileira de Sinais

Juliana Pellegrinelli Barbosa Costa[1]

Resumo: O objetivo desta pesquisa é estudar implicações sociais e linguísticas decorrentes do uso de inovações tecnológicas relacionadas a LIBRAS e colaborar com a inclusão do surdo, repensando as políticas públicas neste sentido. A hipótese norteadora do estudo é de que estas tecnologias, utilizadas por surdos e ouvintes ajudam a difusão da LIBRAS, porém encontram problemas com respeito à viabilidade de uso e a respostas adequadas às reais necessidades linguístico-sociais do sujeito surdo, atravessadas pelo bilinguismo. A fundamentação teórico-metodológica aborda a questão da inclusão do surdo (SASSAKI, 1991) e das Tecnologias Assistivas, TAs, (BERSCH, 2013). A pesquisa é descritiva e de natureza exploratória, (GIL 1999, 2007), os dados são interpretados a partir da Análise do Discurso Brasileira (ORLANDI, 1987, 1992, 2004, 2005). A pesquisa mostrou que poucos usuários da LIBRAS conhecem estas TAs. Dentre os sujeitos que usam as TAs há satisfação quanto ao uso, contudo são apontadas algumas críticas.

Palavras chave: Surdo, Libras, Tecnologia Assistiva

Biografia:

Introdução

A relação da língua com o poder não é algo novo, não é à toa, diz a Bíblia[2] que no princípio, toda a terra tinha uma só língua, um só idioma, eram um e quando quiseram edificar para si uma cidade, ter um nome e tocar o céu com uma torre; símbolos de desejo de poder; foram confundidos em sua linguagem e espalhados sobre a terra, e a confusão das línguas pode ser conhecida como Babel. Ainda no texto bíblico, no dia de Pentecoste, línguas de fogo pousaram sobre as cabeças dos que ali estavam, e começaram a falar noutras línguas e os que ao redor estavam, vindos de todas as nações, cada um os ouvia falar em sua própria língua materna. A confusão se desfaz e todos se entendem. Babel e Pentecostes são opostos, mas ambos os episódios dizem respeito à união, à relações de poder, ao humano, ao desejo de se expressar e ser entendido em sua própria língua, à nossa incapacidade de compreender como a língua em suas complexas relações pode afetar a humanidade, sua cultura e identidade.

É sobre isso que nos propomos a refletir pensando a realidade do surdo brasileiro na contemporaneidade, um sujeito que tem uma língua visual, própria, minoritária, legalmente reconhecida, que deve escrever em outra língua, a língua portuguesa, portanto, um sujeito bilíngue situado em um momento histórico imerso em inovações tecnológicas, TAs, em escolas que se pautam pela perspectiva da inclusão com todas as complexas relações que se podem estabelecer, com novas legislações e políticas; relações de poder.

Ramos (2014: 125) ao tratar em seu texto sobre o atendimento educacional especializado e a TA no ensino inclusivo, discorre sobre a questão da diferença, baseada em Deleuze, diferença que continua se diferenciando no ser humano, que "compreende as estruturas cognitivas do sujeito e a maneira como essas estruturas se configuram e se reorganizam, conforme as experiências de pensamento que cada pessoa tem a oportunidade de

---

1 Possui graduação em Letras Licenciatura Plena pelo Centro Universitário do Norte Paulista, UNORP, (1999) e Mestrado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, (2009). Atualmente é Professora Na Faculdade de Tecnologia do Centro Paula Souza, FATEC, em Barueri, atuando como pesquisadora principalmente nos seguintes temas: Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS; Sujeito surdo; Tecnologia Assistiva, TA; Inclusão e Análise do Discurso.

2 Gênesis 11, versículos de 1 a 9 e Atos 2, versículos de 1 a 13

viver", assim a diferença que constitui o ser humano é irrepresentável e não pode ser definida. É a partir desta perspectiva, da diferença, é que compreendemos o sujeito surdo.

Caracterizado pela diferença, o surdo vive peculiaridades de um colocar-se no mundo com necessidades sociolinguísticas atravessadas pelo bilinguismo entre uma língua visual e uma língua oral, por isso mesmo, sua questão linguística ainda conta com um fator a mais de complicação. Não basta, mas auxilia, imaginar como ouvintes se sentem menos confortáveis, seja qual for seu domínio linguístico em língua estrangeira, ao ter que escrever em outra língua que não a sua materna e soma-se a isso o fato de o surdo não aprender naturalmente a língua oral e em se tratando de uma língua legalmente nova, há diversos contextos que se instauram ao pensarmos a diversidade com respeito ao surdo.

> O ponto primordial deste trabalho é pensar as implicações sociais e linguísticas decorrentes do uso de inovações tecnológicas relacionadas a Libras e colaborar com a inclusão do surdo, repensando as políticas públicas neste sentido. Para tanto, propomos investigar o uso das TAs, dirigidas ao surdo, apoiadas na Libras, por surdos e ouvintes. Outro ponto fundamental está em relacionar o uso destas TAs ao ensino e desenvolvimento do uso da própria Libras no Brasil. A hipótese que norteia o estudo é a de que as TAs apoiadas em Libras ajudam a difusão da língua de sinais, porém encontram problemas no que diz respeito à viabilidade do uso e às respostas às reais necessidades linguístico-sociais do sujeito surdo, atravessadas pela questão do bilinguismo.

São necessárias pesquisas em torno de Libras na relação com o ensino universitário. Neste sentido, esta pesquisa situa-se a partir da Faculdade de Tecnologia do Centro Paula Souza, FATEC, como uma instituição educacional, pretende se preparar para o melhor recebimento de possíveis alunos surdos. Vale lembrar que já há em nossas instituições, alunos surdos se achegando, torna-se imprescindível refletir sobre o real uso das TAs relacionadas a Libras no contexto de faculdade de tecnologia, para avançar na qualidade da educação ofertada a este aluno.

O Centro Paula Souza[3] mantém 63 FATECs**,** distribuídas em 57 municípios paulistas, atendem mais de 67 mil alunos, 71 cursos gratuitos de tecnologia – 70 na modalidade presencial e 1 na modalidade Educação a Distância, que têm carga horária de 2.400 horas, com três anos de duração.

A partir do reconhecimento da existência de muitas iniciativas, de instituições de ensino, em sala de aula e em pesquisas, também de iniciativas mercadológicas, individuais ou de grupos com respeito a TAs apoiadas no uso da Libras, o presente estudo pensa as principais TAs disponíveis no Brasil, apoiadas em Libras, com o fim de desenvolver recurso tecnológico que supra as necessidades das FATECs em relação ao surdo.

1. Fundamentação Teórica

Como parte do quadro teórico no qual se encontra o surdo no Brasil, temos o paradigma da inclusão, Sassaki (1991), vivenciado nas escolas brasileiras, de formas variadas por tratar-se de uma nova realidade educativa.

Os desafios deste paradigma estão postos. Costa-Renders (2009), pergunta pela visibilidade das pessoas com deficiência, coloca também a questão da complexa condição humana e sua vulnerabilidade como proposta de seus escritos. Propomos que se reflita sobre uma explicação dada pela autora (Op.cit) na qual se assegura que o paradigma da integração relaciona-se com a adaptação da pessoa com deficiência em sociedade, há um movimento da pessoa em direção à sociedade. Vejamos, ao contrário do paradigma da integração, segundo o paradigma da inclusão, a incapacidade relaciona-se às limitações da sociedade. O movimento se dá por parte da sociedade em direção à pessoa com deficiência, colocado pela legislação, fundamentado na ação da sociedade em direção aos sujeitos surdos, tendo o suporte do paradigma da inclusão.

> (...) inclusão, entendida como um movimento dinâmico e permanente que reconhece a diversidade humana e tem como fundamento o direito á igualdade na participação, na configuração e na construção do espaço social. (Silva, I.R; Kauchakj, S.; Gesueli, Z. M; 2003: 67)

3 Disponível em http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/cursos/fatec/, [consultado em 15-8-2014].

Passamos a dar destaque especial à forma como a TA vem sendo desenvolvida em relação a Libras. Segundo Ramos (2012), a TA para surdos, de maneira geral, vai desde produtos que utilizem luz, vibração até soluções criativas como, acordar um surdo usando uma linha amarrada a seu dedo do pé. A autora (op. Cit.) defende a utilização da Libras como ferramenta de TA para surdos por considerar que a utilização da tecnologia vem tornando a vida dos surdos mais fácil, também ao relacionar os produtos tecnológicos disponíveis, aponta que já há materiais com acessibilidade em Libras. Relembra ainda as Resoluções do XV Congresso Mundial da Federação Mundial de Pessoas Surdas que aponta variadas considerações, dentre as quais destacamos a responsabilidade de preservar, promover e proteger as línguas gestuais, as heranças culturais, assim como formular políticas linguísticas de implementação da língua gestual.

Segundo Bersch (2013), para as pessoas com deficiência, a tecnologia é capaz de tornar as coisas possíveis. Após estudo, o Comitê de Ajudas Técnicas, CAT, que reúne um grupo de especialistas brasileiros, elaborou o conceito brasileiro de TA e aprovou o uso do termo Tecnologias Assistivas, após estudar as diferentes nomenclaturas usadas para, tais como: Tecnologia Assistiva, Tecnologia de Apoio, Ajudas Técnicas, Ayudas Tecnicas, Assistive Technology e Adaptive Technology. Assim, em 14 de dezembro, o CAT adotou o seguinte conceito:

> Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (CORDE – Comitê de Ajudas Técnicas ATA VII) – (Bersch, 2013: 10).

Bersch (2013) afirma que a aplicação da TA na educação vai além de simplesmente auxiliar o aluno a fazer tarefas pretendidas. Com a TA encontramos meios de o aluno ser e atuar no seu próprio processo de desenvolvimento e autonomia, portanto a TA relacionada a Libras pode fazer parte de deslocamentos na identidade do sujeito surdo.

O fato a se pensar é que hoje existem iniciativas de TA apoiadas na Libras, mas há poucas pesquisas sobre o uso efetivo ou recomendado por instituições de ensino e nem se sabe, em muitos casos, da existência destas tecnologias. É possível citar, apenas algumas dessas tecnologias que foram selecionadas por terem sido levantadas nesta pesquisa. Algumas dessas TAs foram selecionadas por terem aparecido nos questionários aplicados e também por terem o reconhecimento de órgãos sociais respeitados.

1.1 Pensando as políticas públicas relacionadas ao surdo

Hoje há políticas públicas, evidenciadas na legislação nacional, em favor da língua de sinais, fato que dá ao surdo a possibilidade de se desenvolver de forma condizente com sua diferença orgânica.

A partir de 1990, foi constituído o primeiro Núcleo de Pesquisa em Políticas de Educação para Surdos (NUPPES), sob a influência do professor visitante argentino Carlos Skliar e especialmente conquistaram força os movimentos multiculturalistas com a forte presença do surdo com um apelo pelo reconhecimento de uma identidade cultural marcada pela diferença e não pela deficiência, esse é uma marco importante para as discussões em sociedade, visto que há ainda em 2014 confusões neste aspecto, tamanha é a força de um discurso histórico aos poucos deslocado. A diferença, segundo Fernandes (2014: 52), é politizada a partir da insurgência dos movimentos surdos com debates acerca de temas centrais como bilinguismo, língua de sinais e educação de surdos.

Antes de pensarmos sobre algumas das leis que dizem respeito ao surdo no Brasil, é necessário atentarmos para a Declaração sobre os direitos das pessoas pertencentes a minorias nacionais ou étnicas, religiosas e linguísticas, elaborada pela ONU em 1992. O artigo 1º já garante direitos fundamentais que se aplicam à minoria surda:

> 1. Os Estados deverão proteger a existência e a identidade nacional ou étnica, cultural, religiosa e linguística das minorias no âmbito dos seus respectivos territórios e deverão fomentar a criação das condições necessárias à promoção dessa identidade.
> 2. Os Estados deverão adoptar medidas adequadas, legislativas ou de outro tipo, para atingir estes objectivos.[4]

4 Disponível em: http://direitoshumanos.gddc.pt/3_2/IIIPAG3_2_10.htm Acessado em novembro de 2014

A responsabilidade dos Estados é a de adotar medidas e criar leis para que os objetivos de proteção das minorias sejam assegurados. Daremos destaque a algumas leis que se relacionam aos surdos:

Legislação	**Assunto**
Constituição Federal/1988	Abre caminho para a cidadania do povo brasileiro Artigo 208 Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
Lei 7.853/1989	Art. 2º Define como crime a recusa de alunos com deficiência pela escola regular.
Lei 8.160/1991	Institui a caracterização do símbolo que permite a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva.
LDB 9394/1996	Art.3º, inciso I Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" Art. 4º Estudantes preferencialmente na rede regular de ensino; Atendimento Educacional Especializado e gratuito.
Lei 3298/1999	Dispõe sobre a Integração da Pessoa portadora de deficiência Define deficiência auditiva Art. 36 Inclui Pessoas com deficiência em empresas
Lei 10.436/2002	Reconhece Libras como língua Inclui Libras como parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais e no Sistema Educacional Coloca a Língua Portuguesa como língua escrita do surdo
Portaria 3284/2003	Sobre a pessoa com deficiência auditiva, destaca o compromisso formal de: · Propiciar, se necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno; · Adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; · Estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado; · Proporcionar aos professores acesso a literatura e informações sobre a especificidade lingüística do portador de deficiência auditiva.
Decreto de Acessibilidade 5296/2004	Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação.

Legislação	Assunto
Decreto de LIBRAS 5626/2005	Define pessoa surda e deficiência auditiva; Inclui Libras como disciplina curricular; Dispõe sobre a formação do Professor e do Instrutor de Libras Sobre o acesso da pessoa surda à educação, Dispõe sobre o uso e difusão da Libras e Língua Portuguesa sobre a formação do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa Sobre a garantia do direito à educação Sobre a garantia do direito à saúde Sobre o papel do poder público e empresas no apoio ao uso e difusão da Libras Sobre a viabilização do decreto e orçamentos
Portarias: Prolibras (desde 2006) Exame Nacional para Certificação de Proficiência no uso e no ensino da Libras e para Certificação de Proficiência na tradução e interpretação Libras/Português/Libras.	Desde 2011, realizado no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) 6.101 profissionais certificados no período de 2006 a 2010 para interpretação/tradução e para o uso e ensino da Libras.
Lei 11.796, 2008	Institui 26 de setembro como o Dia Nacional dos Surdos
Lei 11.788/2008	Inclusão das pessoas com deficiência em estágios
Decreto 7611/2011	Trata do tema Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado: Aponta a observação do decreto 5626 no caso das pessoas surdas ou com deficiência auditiva Parágrafo 4º - A produção e a distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade e aprendizagem incluem materiais didáticos e paradidáticos em Braille, áudio e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, laptops com sintetizador de voz, softwares para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao currículo. Artigo 1º, Inciso IV Resolução N.4 – dupla dotação no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;
PNE de 2011 a 2020 - Meta 4 de 2010	O texto propõe universalizar, para a "população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados".

As políticas públicas nacionais estão discursivamente representando a dicotomia entre a educação inclusiva e a educação especial. As políticas estão predominantemente alocadas na educação inclusiva, no entanto consideram a educação especial. Ao tratar das questões referentes aos surdos, o que se vê é uma legislação que lhes concede ganhos em termos de direitos, especialmente através do decreto 5626 que tem seu alicerce na Lei 10436, citado sempre que há menção ao surdo na legislação. No entanto, há uma questão crucial encontrada no texto da lei, a dicotomia pessoa surda – deficiência auditiva, tendo até mesmo ambas as definições no texto do decreto 5626. Esta parece ainda ser uma distinção necessária, há que se lembrar que Libras é língua legalmente a apenas 12 anos, pela Lei Federal 10.436, em 2002.

Fernandes (2014: 62) critica o item do decreto 7611 que trata do Atendimento Educacional Especializado alegando que há uma indiferenciação valorativa entre Libras por representar a produção histórico-cultural de uma

minoria e o conjunto de recursos materiais que constituem as TAs por entender que a língua de sinais é colocada como TA e isso revelar distanciamento dos princípios do bilinguismo. O texto, colocado anteriormente no quadro sobre as leis, como parágrafo 4º não diz que Libras é TA, diz que entre os recursos educacionais para acessibilidade e aprendizagem estão materiais didáticos e paradidáticos em língua de sinais. Portanto o que ocorre é a incompreensão do texto do decreto.

A autora (op. Cit.) critica a escolarização em escolas regulares monolíngues por afirmar que elas não apresentam condições sociolinguísticas para a formação de comunidades de uso de língua de sinais e diz:

> Outro problema que se observa é a ambígua representação dos surdos que circula no conjunto desses documentos oscilando em um pêndulo discursivo que ora balança para uma categorização que toma os surdos como integrantes de um grupo cultural por falarem uma língua própria (a Libras), e ora os classifica como estudantes com deficiência, cujo tratamento diferenciado exigiria recursos de acessibilidade e atendimento educacional especializado (AEE) para ter garantida uma aprendizagem significativa, na qual a Libras figuraria como um recurso educacional. Fernandes (2014: 62)

O problema não seria a oscilação dos documentos sobre o surdo ora como integrante de um grupo cultural que tem sua própria língua, ora como estudantes com deficiência e sim a própria identificação da deficiência auditiva como um fator que é fundante na identidade do surdo e na questão da diferença. Ser pessoa com deficiência auditiva não se contrapõe ao fato de o surdo ter uma língua e uma cultura própria, ao contrário, é por esse fator é que ele as tem. O surdo tem língua visual exatamente pelo fato de não ouvir, é isso que caracteriza sua diferença. Portanto, há que se pensar na mudança de paradigmas na questão identitária e não no texto da lei, a deficiência orgânica pode ser reconhecida como parte do fato de ser surdo, mas é necessário apontar: é uma deficiência que não se quer curar.

Outro importante ponto a destacar são as Políticas afirmativas, pois tratam de um conceito que propõe mudanças efetivas no cotidiano dos surdos. A responsabilidade do Estado está em criar leis e na prática de ações afirmativas para valorizar e difundir das línguas minoritárias. Uma política de inclusão responsável (Fernandes, 2014: 61) apenas se efetiva se garantir o tratamento diferenciado àqueles que têm como língua materna uma língua diferente daquela falada pela sociedade majoritária. Ações afirmativas são:

> (...) um conjunto de metas articuladas e complementares que integram programas governamentais, políticas de Estado, determinações institucionais, com as finalidades de: corrigir desigualdades no acesso à participação política, educação, saúde, moradia, emprego, justiça, bens culturais; reconhecer e reparar crimes de desumanização e extermínio contra grupos e populações; reconhecer e valorizar a história, cultura e identidade de grupos sociais e étnicos-raciais. (Silva, 2009: 264)

A valorização da história, cultura e identidade do sujeito surdo passa necessariamente pela valorização da sua língua. Trata-se de um grupo minoritário distinto dos que se agrupam em um espaço geograficamente determinado. O surdo está em sociedade relacionando-se com pessoas que não se comunicam na mesma língua que ele, por isso mesmo são necessárias políticas afirmativas que reforcem a importância da língua de sinais, que difundam essa língua. Forma-se a dificuldade, línguas de minorias são praticadas por minorias, como gastar anos de aprendizado de uma língua que mesmo em processo de valorização politicamente não é difundida? Estudar Libras ainda é um desafio mesmo para as pessoas que a valorizam; há poucos cursos; poucos profissionais que sabem a língua; ainda que este quadro esteja melhorando, são necessárias mais políticas afirmativas que coloquem a Libras em relevo. Daí a importância da valorização e da utilização de TAs que se relacionam a Libras.

Políticas públicas relacionadas à Tecnologia Assistiva

O marco legal relacionado a TA é o decreto 5296[5], do ano de 2004, que estabelece normas e critérios para a

5 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2004/decreto/d5296.htm, [consultado em 15-8-2014].

promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e outras providências. Importa ressaltar que o Comitê de Ajudas Técnicas, CAT, propõe que as expressões Tecnologia Assistiva e Ajudas Técnicas são entendidas como sinônimas visto constar na legislação o termo Ajudas Técnicas. Este decreto caracteriza ajudas técnicas no panorama brasileiro, no capítulo VII, artigo 61; considerando "ajudas técnicas os produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida".

O decreto mostra a intenção do governo em ofertar oportunidade da funcionalidade independentemente de estar ou não regulamentada pelo Sistema Único de Saúde, SUS, na lista de equipamentos ofertados. Quanto a ajudas técnicas: disponibiliza o que cabe ao poder executivo no que diz respeito a tributos e impostos e o que cabe ao poder público como área de conhecimento; promoção da inclusão de conteúdos temáticos na educação; apoio e divulgação de trabalhos técnicos e científicos; e estabelecimento de parcerias visando a formação de profissionais.

Conforme o decreto, são listados benefícios que dizem respeito ao surdo:

- aprovação de financiamento de projetos com a utilização de recursos públicos tocantes à comunicação e informação;
- atendimento prioritário para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais – Libras;
- programas e linhas de pesquisa a serem desenvolvidos com o apoio de organismos públicos de auxílio à pesquisa e de agências de financiamento deverão contemplar temas voltados para ajudas técnicas;
- desenvolvimento científico e tecnológico.

Segundo a legislação brasileira, no que diz respeito às relações de trabalho, de educação e na sociedade, com respeito a TA, o Decreto 3298 de 1999, no artigo 19, fala do direito do cidadão brasileiro com deficiência às Ajudas Técnicas e especifica ajuda técnica como elementos que permitem superar barreiras de comunicação, é o caso do surdo (Bersch, 2013).

Com respeito à importância do tema TA pelo poder público, destaca-se a existência de editais para apoio à pesquisa na área e a criação de Núcleos de pesquisa em todo o Brasil. Apontamos o edital da FINEP, Financiadora de estudos e projetos, que destinou R$20 milhões à seleção de projetos de desenvolvimento tecnológico e inovação na área de TA[6]; também o Edital para bolsas de Mestrado e Doutorado em TA proporcionado pelo Programa de Apoio à Pós-Graduação e à Pesquisa Científica e Tecnológica em TA no Brasil - PGPTA, [7]ação do governo brasileiro para fomentar a cooperação entre instituições civis para implementação de projetos voltados ao ensino, à pós-graduação e ao desenvolvimento de projetos de pesquisas científicas e tecnológicas e à formação de recursos humanos qualificados na área de TA no Brasil.

O problema maior em relação à legislação e a iniciativas sobre TA é sua ideia ainda muito ligada à área da saúde. O surdo e os estudos em torno das questões deste grupo minoritário estão na perspectiva dos estudos multiculturais, não a partir do modelo médico. Esta questão é relevante, pois quando um conceito se apresenta colado a um significado que não se quer, pode haver rejeição de algo que pode trazer ganhos simplesmente por representar aderência a uma área que não diz respeito à identidade do grupo.

É necessário haver a percepção do desenvolvimento de TAs separadamente relacionadas ao multiculturalismo e um caminho para isso é o estudo de TAs ligadas a Libras, sua valorização e utilização. Propomos haver novas leis que relacionem TAs ao multiculturalismo, deslocando a ideia de TA relacionada prioritariamente à área da saúde, mas primeiramente é necessário que haja o reconhecimento dessa área como benefício na propulsão de novas práticas que promovam o desenvolvimento do surdo.

Propomos entender a questão da surdez estritamente ligada ao híbrido no que diz respeito ao entrelaçamento entre cultura surda e ouvinte; à comunicação, a partir da relação entre Libras e Língua Portuguesa em uma dinâmica social que precisa levar em conta o estado como principal força de inovação tecnológica (Castells, 1999: 29). Vendo o estado assim, este escrito está na confluência de políticas nacionais e uma Faculdade de

---

6 Disponível em http://www.finep.gov.br/imprensa/noticia.asp?cod_noticia=3507, [consultado em 15-8-2014].

7 Disponível em http://www.capes.gov.br/bolsas/programas-especiais/programa-capes-pgtpa, [consultado em 15-8-2014].

Tecnologia Estadual, portanto nasce do estado e pode vir a dar forças ao que o estado têm pretendido por meio de políticas públicas que dão possibilidades ao desenvolvimento de pesquisas ligadas a TAs.

Metodologia

A metodologia adotada é descritiva e exploratória, pois, além de contemplar e procurar revisar a literatura relacionada ao tema, busca descrever as diversas informações a respeito, tais como dados gerais a respeito das TAs apoiadas em Libras. Para Gil (2007), as pesquisas descritivas têm como objetivo principal a descrição das características de determinada população. Uma pesquisa é de natureza exploratória quando envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com quem tem experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos para sua compreensão, Gil (1999).

Esta pesquisa tem natureza qualitativa, foi amparada no paradigma indiciário de Ginzburg (1986). O paradigma Indiciário ou Modelo Epistemológico é a proposta metodológica com a qual trabalhamos e consiste em observar pormenores que pareçam negligenciáveis, em não procurar no óbvio, mas em detalhes que signifiquem e trilhar a análise. Buscaremos compreender os efeitos de sentido produzidos na materialidade da linguagem em seu funcionamento e a que direções estes efeitos de sentido apontam.

A relação do pesquisador com o objeto empírico nunca se pretenderá inesgotável, ou seja, não é possível esgotar o corpus da análise. Isto acontece pelo fato de que, (ORLANDI, 2005: 62), todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro. Há um processo discursivo que dialoga com passado, presente e futuro do qual se pode recortar e analisar estados diferentes e múltiplas possibilidades de leitura. Pretende-se proceder a uma análise subjetiva a partir da explicitação da produção de sentidos do corpus em observação a partir de Orlandi (1987, 1992, 2004, 2005). Esta explicitação pressupõe que o material da análise seja relacionado ao seu momento histórico discursivo.

Coleta de dados – 1ª Etapa

Na etapa de coleta de dados foram utilizados questionários estruturados, sobre as TAs apoiadas em Libras, dirigidos, a ouvintes e um surdo: a) sujeitos ligados a Associação de surdos; b) sujeitos universitários ouvintes. O questionário foi dividido em 4 sessões: Usabilidade, Interface Gráfica, Linguagem e Funções, contando com 20 questões.

> Pensando os dados do questionário aplicado aos sujeitos alunos universitários ouvintes, estudantes de Libras, da área da Linguagem – IEL, da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp: foram entrevistados 30 alunos, dentre os quais 23 nunca usaram nenhuma TA relacionada a Libras, portanto não responderam as demais questões.
>
> Pensando os dados do questionário aplicado aos sujeitos surdos e ouvintes, ligados à Associação de Surdos de Mogi Guaçu (APADA): 12 sujeitos responderam o questionário, sendo que 5 nunca usaram nenhuma TA relacionada a Libras.
>
> As diferentes TAs apresentadas nos questionários e o número de sujeitos que delas fazem uso estão listados; Pro Deaf : 3 pessoas; Hand Talk: 2 pessoas; outros como: Boardmaker (disponível online), Vídeos do youtube; site com dicionário, dicionário, intérprete de LIBRAS, jogos didáticos, livros didáticos, CDs, DVDs, CDs em LIBRAS, dicionário online, jogos didáticos, livros de imagens, PCs, comunicação com uso de objetos concretos e material didático.
>
> Estes dois momentos de aplicação do questionário foram feitos para que as TAs a serem testadas com os alunos surdos universitários do Instituto Nacional de Educação de Surdos pudessem ser selecionadas. A princípio, esta pesquisa seria realizada diretamente com os alunos surdos da FATECs, porém, pelo fato de contar apenas com 7 alunos que tivessem alguma deficiência auditiva, dentre os quais somente 3 se comunicavam em Libras, tendo intérpretes, foi considerada a possibilidade de uma pesquisa mais significativa em termos de experiência com a Libras e as TAs através da realização da pesquisa no INES.
>
> Juntando os grupos questionados, contamos com 42 entrevistados, 41 ouvintes e 1 surdo; dentre eles 28 nunca usaram uma TA relacionada a Libras o que nos revela ainda que apesar da existência de vá-

rias destas TAs, elas não são conhecidas e há a necessidade de divulgação mais efetiva que conte com reflexões sobre seu uso e seus diferentes propósitos.

As TAs mais citadas, selecionadas para segunda etapa foram o Pro Deaf: citada 5 vezes; o Hand Talk: 3 vezes. Houve uma terceira parte do questionário com questões em aberto, dando possibilidade de serem apontadas outras TAs relacionadas a Libras.

Coleta de dados – 2ª Etapa

A coleta de dados foi realizada no segundo momento com sujeitos universitários do Instituto Nacional de Educação de Surdos, INES, do curso de Pedagogia Bilíngue. Sublinhamos a participação destes universitários, por contarem com grande número de alunos surdos em sala de aula; esta não é uma realidade recorrente no Ensino Superior brasileiro, já que o número de alunos surdos universitários é pequeno.

O que se pretendeu foi extrair informações acerca dos encontros/ desencontros – entre as TAs apoiadas em Libras com seus usuários, procurando pensar sua relevância no que diz respeito às necessidades bilíngues, do surdo e do ouvinte que possa aprender Libras, para então pensar sua relação com as políticas públicas de desenvolvimento linguístico do surdo em sociedade.

Houve tentativa de aplicação do questionário com em média 30 alunos universitários surdos, dentre os quais foram obtidos 12 questionários respondidos. Sobre ambas as TAs, Hand Talk e o Pro Deaf, as questões se dividiram em quatro sessões com perguntas a respeito de usabilidade, interface gráfica, linguagem e funções.

Na aplicação do questionário, houve a presença de intérpretes, propiciado pela própria instituição onde os questionários foram respondidos, para o auxílio linguístico necessário.

Com respeito ao Hand Talk; 9 alunos já haviam usado a Tecnologia e 3 ainda não. Ao serem perguntadas sobre se usariam o Hand Talk no cotidiano, 7 alunos responderam que sim e 5 que não. Sobre a existência de alguma palavra, terminologia ou estrutura linguística equivocada (errada) na tecnologia ou se existe algum sinal equivocado, 5 sujeitos responderam que sim 4 que não. A nota média dada a TA, considerando opções de 0 a 10 foi de 7.75 contando as 8 respostas.

Quanto ao Pro Deaf, sobre Usabilidade, 7 pessoas já haviam usado antes e 1 não. 3 pessoas consideraram suas necessidades de usuário satisfeitas e 5 não. Sobre ser fácil usar a tecnologia, 10 alunos responderam que sim. Sobre usar no dia a dia, 5 estudantes responderam que sim e 5 que não. Sobre a função que se propõe a resolver, a tecnologia foi considerada eficiente por 5 sujeitos e ineficientes por 3. Sobre palavra, terminologia ou estrutura linguística equivocada (errada) ou sinal equivocado na Tecnologia, 8 alunos afirmam que sim e 3 que não.

Na última sessão de questões, foram colocadas perguntas abertas para perceber se os alunos surdos indicariam alguma outra tecnologia: 3 pessoas indicaram a TV INES e sobre ela relataram: ótima por causa da linguagem visual, novela, filmes e vários programas com Libras; acha importante por causa da Libras; acha boa.

Descrição do Hand Talk

É uma ferramenta[8] de tradução online, de conteúdos em português para Libras. Seu uso pode ser através de texto, áudio e foto. Eleito o melhor aplicativo social do mundo pela ONU, o Hand Talk foi criado em Alagoas, Maceió e ganhou o título de "melhor aplicativo de inclusão social" do mundo, no prêmio World Summit Award Mobile, criado pela ONU[9] e entregue em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes. O Hand Talk também é um tradutor[10] para sites.

---

8 Disponível em http://www.handtalk.me/, [consultado em 15-8-2014] e disponível em http://www.handtalk.me/app, [consultado em 15-8-2014].

9 Disponível em http://startupi.com.br/2013/02/hand-talk-app-alagoano-de-acessibilidade-leva-premio-da-onu/, [consultado em 15-8-2014].

10 Disponível em http://www.handtalk.me/, [consultado em 15-8-2014].

Os nomes dos criadores são[11] Ronaldo Tenório, Carlos Wanderlan e Thadeu Luz; o trabalho aconteceu em parceria com a Universidade Federal de Alagoas[12], em 2012, em um projeto de 10 anos em estudos de TA em LIBRAS. Há também a implantação de totens[13] de acessibilidade em empresas.

Descrição do Pro Deaf

ProDeaf [14] é um software de tradução de texto e voz da língua portuguesa para Libras com o objetivo de realizar a comunicação entre surdos e ouvintes. Estudantes de Ciência da Computação Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), João Paulo Oliveira, Lucas de Araújo Mello Soares, Amirton Chagas, Flavio Almeida e Daniel Ferreira, criaram o aplicativo Prodeaf que assume o papel de intérprete de português e LIBRAS, através de um avatar.
Em 2011, o Prodeaf recebeu reconhecimento internacional ao ficar no segundo lugar mundial da Imagine Cup 2011 da Microsoft. O aplicativo está disponível para download gratuito em aparelhos com Android (via Google Play), iOS (iPhone/iPad/iPod) e Windows Phone 8 (via Windows Phone Store). Faz parte do ProDeaf Móvel o ProDeaf Dicionário de Libras, onde o usuário pode selecionar centenas de palavras em Português e ver sua representação em Libras, interpretada pelo personagem animado em tecnologia 3D.
O Pro Deaf [15] conta com apoio da Wayra Brasil – Telefônica, Microsoft, Sebrae e Cnpq. É uma equipe multidisciplinar, integrada por programadores, linguistas, designers, tradutores e Surdos - realizam pesquisas e experimentos desde 2010. O Pro deaf oferece acessibilidade[16] em totens de autoatendimento ou tablets para empresas. A TA está entre os produtos reconhecidos no CNRTA[17] (Catálogo Nacional de Produtos de Tecnologia Assistiva).

Descrição TV INES

A TV INES[18] prioriza Libras e conta com legendas e locução em todos os produtos, assim integra o público surdo e ouvinte em uma programação bilíngue. Na web 24 horas por dia, em aplicativos para celulares, tablets e televisões conectadas à internet, oferece programação com foco na comunicação educativa em Libras. A equipe de profissionais é formada por surdos, ouvintes, tradutores intérpretes e profissionais do Instituto Nacional de Educação de Surdos, INES.
A iniciativa é parceria entre o INES e a Associação de Comunicação Educativa Roquerte- Pinto. Os aplicativos podem ser baixados gratuitamente para aparelhos com sistema Android, IOS e está em desenvolvimento para Windows Phone. Há oportunidade do usuário enviar vídeos colaborativos, comentar publicações, avaliar os programas e interagir com a TV INES nas redes sociais.

---

11 Disponível em http://blog.isocial.com.br/hand-talk-criatividade-e-inovacao-da-molecada-brasileira/, [consultado em 15-8-2014].

12 Disponível em: http://www.ufal.edu.br/noticias/2013/02/tecnologia-da-ufal-e-usada-em-aplicativo-de-inclusao-para-surdos/hugo.jpg/view, [consultado em 15-8-2014].

13 Disponível em http://www.handtalk.me/plus, [consultado em 15-8-2014].

14 Disponível em http://web.prodeaf.net/, [consultado em 15-8-2014].

15 Disponível em http://www.prodeaf.net/QuemSomos, [consultado em 15-8-2014].

16 Disponível em http://www.prodeaf.net/Solucoes, [consultado em 15-8-2014].

17 Disponível em http://assistiva.mct.gov.br/catalogo/empresa/prodeaf-tecnologias-assistivas, [consultado em 15-8-2014].

18 Disponível em http://www.em tvines.com.br, [consultado em 15-8-2014].

Resultados

Pensando na questão principal que move este estudo sobre se realmente as TAs ligadas a Libras contemplam as necessidades dos sujeitos surdos bilíngues, questionamos:

1. Será que de fato o que é considerado por órgãos reconhecidos é usado pelos surdos universitários; é eficiente para eles, ou seja, faz sentido em sua vivência?
2. Caso não seja, quais as razões ou impedimentos para seu uso?
3. Qual seria a sugestão dos alunos universitários do INES?

Nossos resultados de pesquisa perseguiram estas respostas. Não se pode deixar de apontar o fato de muitos daqueles que se interessam pelo uso e aprendizado de Libras ainda não conhecerem tais tecnologias, o desconhecimento é fato e precisa ser levado em consideração para melhor difusão da Libras. Não há como usar o que não se conhece.

Também precisa ser considerado o fato do questionário ter sido disponibilizado, de ter sido explicada a importância de suas respostas como colaboradores na pesquisa e de apenas 12 dentre em média 30 alunos terem respondido o questionário. Isso evidencia que ainda há desinteresse pelo tema TA apoiada em Libras.

Assim, é primeiramente necessário esclarecer que órgãos importantes como a ONU (Organização das Nações Unidas), o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), o CNRTA (Catálogo Nacional de Produtos de Tecnologia Assistiva) e a FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo) premiam e reconhecem a importância de TAs que auxiliam na comunicação de surdos. No entanto, o que dizem aqueles que de fato utilizam essas tecnologias?

Dentre os 12 alunos universitários surdos, de maneira geral, pensando as duas TAs questionadas, em média 6 alunos usariam e 5 não usariam no cotidiano. Sobre a satisfação quanto ao uso das TAs, em média 4.5 alunos disseram que sim e 5 que não. A nota média das TAs com respeito às funções foi de 6.68, considerando uma nota de 0 a 10. Ou seja, na opinião dos universitários surdos a eficiência, o uso no cotidiano e o valor das TAs apoiadas em Libras é mediano.

Algumas críticas foram levantadas, como a internet e sua velocidade. Os alunos informaram:

1. tem[19] interesse em mais rapidez, pois o sistema as vezes é lento e outras vezes é normal.
2. que a internet é lenta, 3G
3. não ter internet
4. internet lenta.

Estes dados dizem respeito à viabilidade do uso. É colocada a questão da pouca acessibilidade dos brasileiros à internet e também da velocidade da internet no Brasil, que apesar de estar crescendo, é lenta, (2,9 megabits por segundo, o país caiu para a posição 89 no ranking mundial; a Coreia do Sul é a líder do levantamento com 24,6 megabits por segundo[20]). Este é um problema social que atrasa o desenvolvimento do uso de tecnologias no Brasil em vários âmbitos.

O bloco de críticas que mais chama a atenção dos alunos é a questão da língua, há várias críticas neste sentido, estão divididas em erros e acertos na Libras, variedade linguística. Destacamos o fato dos sujeitos surdos defenderem sua língua e serem críticos a respeito dela. Há aí uma questão de pertencimento, como se dissessem que esta língua lhes pertence e não pode ser usada de qualquer maneira, há um rigor linguístico ao ponto de não considerar a línguas apresentada nas TAs como Libras.

Críticas que dizem respeito à terminologia, estrutura linguística equivocada, diz respeito a Libras, os alunos informaram:

1. há sinais como fome, sou, que as vezes não há ou é mal feito
2. haver muito resumo, exemplo: Estou com medo; só falou: medo, faltou detalhes;
3. já entende as palavras para se comunicar, mas é importante conhecer a estrutura linguística
4. que estão em processo de crescimento, são bons na estrutura linguística da Libras

---

19 As frases numeradas não estão entre aspas, pois não correspondem exatamente ao que escreveram os surdos. Há problemas relacionados a escrita por eles apresentada, portanto optamos pela reescrita da forma como está nas frases.

20 Disponível em http://cbn.globoradio.globo.com/editorias/reporter-cbn/2014/09/30/VELOCIDADE-MEDIA-DA-INTERNET-NO-BRASIL-CRESCE-11-EM-2014-DIZ-ESTUDO.htm, [consultado em 15-08-2104].

5. a Libras é boa; não está usando porque têm poucos sinais da Libras;
6. não usa porque acha que não há Libras;
7. precisa melhorar a expressão facial, há problemas com a Libras.

Estas críticas mostram o que os sujeitos surdos esperam das TAs relacionadas a Libras: mais sinais; sinais mais bem feitos; não de forma resumida, mas detalhada; mais explicações e melhora na estrutura linguística da Libras; melhora na expressão facial do avatar; ou seja, querem o aperfeiçoamento linguístico das TAs.

Outra crítica relaciona-se à questão da variedade linguística, ao regionalismo:

1. poderia colocar tradução para todos os estados do Brasil porque só tem tradução para São Paulo
2. só tem tradução para São Paulo;

Ao mencionarem a questão da tradução para todos os estados do Brasil, colocam a importância da não redução das TAs a apenas parte do país, colocam a questão das tecnologias considerarem que há surdos em todo Brasil e que eles não se comunicam a partir dos mesmos sinais de Libras, colocam ainda a consideração dos vários sujeitos surdos em suas distintas realidades e variedades, portanto afirmam a importância das TAs que se relacionam a língua não se fecharem, pois língua é viva e haverá sempre novos sinais, novos conceitos, novos usos e a constante necessidade de aperfeiçoamento.

Há uma crítica que nos chamou a atenção e que se relaciona à questão da identidade linguística, um aluno surdo critica o fato do nome Pro Deaf ser em inglês; estamos nós frente a relação de poder estabelecida entre as línguas. Qual o sentido de uma TA nacional, baseada em uma língua que até em seu nome tem a palavra brasileira, criadas no berço de universidades nacionais se apresentar a partir de nomes em inglês? Trata-se da questão mercadológica, da lógica capitalista, da globalização que toma a frente da identidade e ressoa poderosa a partir da língua de comunicação global. Ora, o que se quer em Libras é exatamente o oposto, a valorização da língua de minoria.

Houve críticas sobre o avatar, os alunos disseram:

1. achou legal, mas aponta necessidade de aumentar a qualidade do avatar;
2. falta avatar feminino porque é diferente o visual humano de mulher, homem e criança.

A preocupação com a qualidade do serviço ofertado é novamente mencionada, mas o que chama a atenção é o fato do multiculturalismo ser novamente afirmado quando se almeja colocar a questão de gênero presente na opinião do surdo com respeito a TAs. Notemos que primeiramente há a falta do feminino e na sequência, a variedade é mencionada, são importantes as participações de mulher, homem e criança. Fica a sugestão da opção de gênero e idade dos avatares, a sugestão de dar ao usuário a possibilidade de escolher o avatar que mais lhe agrade.

A pergunta final foi sobre a opinião com respeito a TAs para surdos. A questão foi dissertativa e as respostas foram:

1. importante para conhecer a língua de sinais, aprender sinais de Libras para haver futuro melhor na comunicação entre ouvintes e surdos;
2. é muito importante que haja mais TAs que foquem na linguagem visual para a construção do conhecimento;
3. é importante que as TVs a cabo tenham legenda em português, mesmo em filmes nacionais;
4. é importante porque tem Libras, auxilia a comunicação do surdo em sociedade;
5. há erros quanto aos sinais das TAs;
6. é preciso que o surdo use as TAs para aprender mais.

Por estes últimos apontamentos, é possível perceber que além das perguntas objetivas do questionário, houve o reconhecimento da importância das TAs para ampliar o conhecimento da língua de sinais, melhorar a comunicação entre surdos e ouvintes em sociedade, para que haja valorização da linguagem visual. Há também o reconhecimento de que embora haja erros quanto aos sinais apresentados nas TAs, há a possibilidade de mais aprendizado através de seu uso.

Considerações Finais

As questões apontadas pelos surdos na pesquisa: problemas relacionados à internet, questões de língua e variedade linguística, nomenclatura em língua estrangeira e o avatar respeitando os gêneros são todas fortemente

ligadas à identidade. Mostram ideias, efeitos de sentido, de um grupo politizado que pensa as TAs a partir de significados mais amplos como acessibilidade digital e atitudes de inclusão de sujeitos.

A Libras para o surdo é visceralmente ligada à identidade. No entanto, há que se ter cuidados para que a questão da língua não se torne divisão entre sujeitos, barreira para a não aceitação de pesquisas que podem colaborar com o desenvolvimento de políticas e ações de inclusão do surdo pelo fato de não se saber Libras. O grupo de surdos que não respondeu ao questionário foi um dado revelador que nos leva a pensar, pela vivência do contexto nos dias de pesquisa empírica, que o problema maior é o da estrutura da educação, isso a inovação tecnológica por si mesma não resolve. Talvez, por isso mesmo TA, mesmo relacionada a Libras, não seja ainda uma questão para alguns surdos. Outro ponto de relevância é que a ideia de TA é, nos discursos, é mais associada à visão patológica e menos ao multiculturalismo, outra razão plausível para o desinteresse dos surdos em opinar.

O empoderamento de grupos minoritários é em decorrência de três cursos de ação (Maher, 2007: 257); de sua politização; do estabelecimento de legislações a eles favoráveis e da educação de seu entorno para o respeito às diferenças. Diante desta afirmação, percebemos como em processo de empoderamento o grupo de surdos que defende o multiculturalismo, passando pelos três cursos de ação. Um grupo que defende uma posição já é politizado, há legislações favoráveis aos surdos e a educação do entorno para o respeito às diferenças tem acontecido se pensarmos o Brasil antes dos anos 90 e o da atualidade. No entanto, há ainda caminhos a serem percorridos quando olhamos para estes mesmos três cursos de ação, não há como estarmos ainda satisfeitos enquanto olharmos ao nosso redor e vermos surdos que não conseguem se comunicar em sua própria língua por razões mais variadas. Ainda é preciso sinais de mudança, de deslocamento.

Há que se considerar e enfatizar a educação do entorno para o respeito às diferenças como ponto fundador de novos sentidos de vida para os sujeitos surdos e é neste lugar que as políticas públicas precisam se estabelecer, no lugar da construção social pelo exemplo para que sejam desconstruídas práxis que desrespeitem a diferença, exercendo influência sobre a sociedade no que diz respeito ao sujeito surdo e à reflexão em torno do uso de TAs relacionadas a Libras na realidade escolar e consequentemente na sociedade.

O movimento surdo brasileiro quer-se reconhecido na condição de minoria linguística e não mais deficiente auditivo, quer retirar as discussões sobre surdez da educação especial e das patologias e trazê-las para o contexto dos estudos multiculturais, Fernandes (2014: 55). Isso é legítimo e fruto de pertencimento a uma identidade definida. Porém, não se pode negar a existência de pessoas com deficiência auditiva que não querem ser surdas; as políticas públicas contemplam e devem contemplar ambos os grupos. Assim sendo, é preciso pensar a diferença na diferença, ou seja, a questão da deficiência não precisa ser vista sob perspectiva de oposição ao multiculturalismo ou à minoria linguística quando tratamos de políticas públicas, mas ao contrário, que coexistam em uma relação dialógica. Ora, pelo paradigma multiculturalista, o surdo não quer ser curado e pelo paradigma da deficiência, a pessoa com deficiência talvez queira. Contudo, o aprendizado Libras deve ser garantido de qualquer forma. Todo movimento de igualdade de direitos entre seres humanos precisa entender a questão da diferença na diferença e dar o direito à escolha para que não haja relação de poder estabelecida através discriminação.

> Qualquer pessoa pertencente a uma minoria nacional tem o direito de escolher livremente ser, ou não, tratada nessa qualidade, nenhum prejuízo podendo resultar dessa escolha ou do exercício dos direitos que dela decorram. **(**Artigo 3.º do Conselho da Europa de 1995 – da Convenção Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais[21])

A tensão entre igualdade versus diversidade sempre haverá, porém o movimento deve ser sempre pelo princípio da não discriminação, da garantia de igualdade dos direitos a todos, da aceitação da diferença entre os próprios surdos e pessoas com deficiência auditiva e a verificação sobre haver direitos específicos aos grupos definidos.

As políticas públicas em torno da surdez têm mostrado avanço, basta considerarmos o crescente número de legislações nos últimos anos, entretanto, precisam continuar a ser implementadas e aperfeiçoadas e é necessá-

---

21 Disponível em http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/conv-tratados-1-2-995-ets-157.html, [consultado em 15-8-2014].

rio contarem com as pesquisas especialmente na área linguística em torno das realidades dos surdos em todo o país. As respostas às reais necessidades linguístico sociais do surdo imbricadas pela questão do bilinguismo passam necessariamente pelas políticas públicas em relação ao surdo. Assim, as políticas públicas devem continuar a traçar-se em dois sentidos distintos: para o surdo, na perspectiva do multiculturalismo e para a pessoa com deficiência auditiva. Para o surdo, as políticas carecem de traçar caminhos próprios que se relacionem a políticas linguísticas para a valorização da Libras, sem desconsiderar a variedade de opções ideológicas a respeito da surdez para a abertura de caminhos a se pensar e não o cerceamento em uma ou outra posição fechada. Maher (2010) ao tratar sobre a questão indígena na Amazônia discute como conciliar a necessidade de afirmação de uma língua de pertencimento sem desconsiderar a necessidade de acesso a uma outra língua. Essa é uma questão para a minoria surda. A autora aponta caminhos e coloca uma condição fundamental para que ocorra a arquitetura de uma política linguística pró-língua minoritária que os projetos de fortalecimento linguístico sejam realizados por organizações, instituições e ativistas das próprias comunidades de fala envolvidas. A autora ainda chama atenção para a relação visceral entre políticas linguísticas e políticas de identidade.

A reafirmação da identidade do surdo tem ligação estreita com a Libras e as políticas afirmativas neste sentido devem ser ampliadas para que todo surdo possa ter na prática o direito à fluência em Libras. Não há como negar o desenvolvimento das políticas públicas relacionadas ao surdo e mais recentemente também a TAs, a despeito de práticas que ainda não condizem com o que há nas leis. Portanto, o que colocamos como abertura para novas possibilidades em políticas públicas seria sua coordenação a partir de uma perspectiva que leve em conta políticas linguísticas, políticas de identidade que assegurem a valorização de TAs relacionadas a Libras, tudo isso realizado por meio de políticas afirmativas. Desse modo, a opção pela perspectiva a ser seguida pelo surdo, será feita a partir de conhecimento de causa.

Este texto não tem a pretensão julgadora de uma ou outra TA, porém existe para apontar caminhos de reflexão sobre sua usabilidade na educação. A questão do trabalho com a TA dever considerar o movimento em que cada sujeito renova seus conhecimentos em novas aprendizagens. Portanto, a compreensão mais profunda da TA precisa existir e perpassa por compreendê-la não somente como produto, porém como metodologias, estratégias, práticas e serviços levando em conta a questão da diferença de cada aluno que sempre extrapolará os limites da TA, pois a existência humana sempre terá movimentos de atualização e estes movimentos é que revelarão qual TA potencializará o desenvolvimento dos sujeitos, no caso em questão, surdos (Ramos, 2014).

Ao tratar da questão dos Direitos Humanos e o desafio da interculturalidade, Santos (2009) defende a ideia que o termo globalização deveria ser substituído por localização para designar a atual situação; designa quatro formas de globalização, dentre elas destacamos o cosmopolitismo, tratado como conjunto heterogêneo de movimentos que partilham a luta contra a exclusão e discriminação sociais, que chama também de globalização de-baixo-para-cima, solidária ou contra-hegemônica. O autor chama a atenção para a reconceitualização dos Direitos Humanos como multiculturais e propõe como tarefa para uma política emancipatória para a construção desta nova concepção: aumentar a consciência de incompletude cultural e a distinção entre a luta pela igualdade e a luta pelo reconhecimento igualitário das diferenças. Santos (2009) propõe o diálogo intercultural e afirma que o multiculturalismo progressista pressupõe andarem juntos o princípio da igualdade e o do reconhecimento da diferença. Dentre as condições para uma interculturalidade progressista está:

> (...) a aceitação do imperativo transcultural: temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza. (Santos, 2009: 18)

Há que se fugir de uma visão unilateral, monolítica e considerar a relação entre o real e o ideal como norte para ações em favor dos surdos. O real está longe da perfeição, mas há uma demanda para a consideração de retratos da contemporaneidade em contraposição aos retratos do passado. Essa demanda pergunta pelas ausências, mas valoriza as presenças. As TAs estão postas e são capazes de auxiliar Babel a tornar-se Pentecostes.

Referências Bibliográficas

BERSCH, R. e SARTORETO, M. L. (2013), *Tecnologia Assistiva*. Disponível em http://www.assistiva.com.br/tassistiva.htm, [consultado em 15-8-2014].

CASTELLS, M. (1999), *A sociedade em rede*. A era da informação: economia, sociedade e cultura, volume 1, São Paulo: Paz e Terra.

COSTA-RENDERS, E. C. (2009), *Educação e Espiritualidade*: pessoas com deficiência, sua invisibilidade e emergência, São Paulo: Paulus.

FERNANDES, S.; MOREIRA, L. C. (2014), "Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro". Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial 2, pp. 51-69. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602014000600005&script=sci_arttext, [consultado em 15-8-2014].

GIL, A. C. (1999), *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.

_____. (2007), *Como elaborar projetos de pesquisa*, 5. Ed. São Paulo: Atlas.

GINZBURG, C. (1986), "Mitos, Emblemas, Sinais – Morfologia e História". In: *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário.* Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras.

MAHER, T. M. A. (2007), "Educação do entorno para interculturalidade e o plurilingüismo". In: KLEIMAN, A. B.; CAVALCANTI, M. C. (orgs.), *Lingüística Aplicada – suas Faces e Interfaces*, Campinas, SP: Mercado de Letras, pp. 255-270.

MAHER, T. M. (jan/jun. 2010), "Políticas linguísticas e políticas de identidade: currículo e representações de professores indígenas na Amazônia ocidental brasileira". *Currículo sem Fronteiras* 10 (1), pp. 33-48.

ORLANDI, E.P. (1987), *A linguagem e seu Funcionamento*: As Formas do Discurso Campinas, SP: Pontes.

_____. (1992), *As formas do silêncio*: no movimento dos sentidos, Campinas, SP: Editora da Unicamp.

_____ (2005), *Análise do discurso*: princípios e procedimentos, Campinas, SP: Pontes; 6ª edição.

_____. (2004), Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico, Campinas,SP: Pontes.

SANTOS, B.S. (2009), Direitos Humanos: o desafio da interculturalidade. In: *Revista Direitos Humanos* nº 02, junho), pp. 10-18. Disponível em http://www.boaventuradesousasantos.pt/pages/pt/artigos-em-revistas-cientificas.php, [consultado em 10-12-2014].

SASSAKI, R. K. (1991), *Inclusão*: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA.

SILVA, I. R.; Kauchakje, S.; Gesueli, Z. M. (org.). (2003), *Cidadania, surdez e linguagem*: desafios e realidades. São Paulo: Plexus Editora.

SILVA, P. B. G. (2009), "Ações Afirmativas para além das cotas". In: SILVÉRIO, V. R.; MOEHLECKE, S. (orgs.), *Ações afirmativas nas políticas educacionais*: o contexto Pós-Durban, São Paulo: Edufscar, pp. 263-274.

RAMOS, C. R. (2012). *Tecnologias Assistivas para surdos*: produtos, estratégias, recursos e Serviços. Editora Arara Azul.

RAMOS, E. de Souza. BARRETO, L. M. de Souza (2014). "O Atendimento Educacional Especializado e a Tecnologia Assistiva: novas perspectivas para o ensino inclusivo". *Gestão & Conexões. Management and Connexions Journal*, Vitória, ES, 3 (1), pp. 122-141. Disponível em http://www.periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/5053/5618, [consultado em 15-8-2014].

Percepções africanas, brasileiras e portuguesas sobre o conceito de "lusofonia"

Daniel de Oliveira Cunha

Resumo: Os países de língua oficial portuguesa estão unidos por um patrimônio cultural, simbólico e linguístico comum, e entre eles há um histórico de intensas e complexas interações também econômicas e políticas, de modo que não se pode explicar satisfatoriamente a história geral de cada um desses países, entre outras áreas que se fala o português, sem a necessária recorrência à história dos outros. Em paralelo, diversas e contraditórias são as imagens criadas sobre essas mesmas relações, e o conceito de "lusofonia" atualmente é um elemento deste patrimônio simbólico comum. Nesta comunicação propõe-se a apresentar criticamente as diferentes representações sobre o conceito de "lusofonia", sejam elas para sua apologia ou para sua reprovação, bem como uma história sucinta das formulações ideológicas que convergem para a ideia de uma "comunidade" de países e de regiões geográficas "lusófonas".

Palavras-chave: Língua oficial, língua nacional, língua portuguesa, lusofonia, desconhecimento mútuo, conhecimento mútuo.

1 Introdução

Os países de língua oficial portuguesa estão fatalmente unidos por um patrimônio comum, a língua portuguesa, e entre eles há um histórico de intensas e complexas interações, de modo que não se pode explicar satisfatoriamente a história geral de cada um desses países sem a necessária recorrência à história dos outros.
Esta língua, expandida pelo mundo através de uma antiga potência colonial, foi um idioma ao mesmo tempo de dominação e de resistência à dominação. Não foi, nas últimas décadas, sobretudo na África, apenas língua de convívio pacífico, mas também língua de confrontação entre falantes do idioma, em contextos de guerras de independência e depois de guerras civis. Em vista das experiências traumáticas geradas pelas tensões inerentes à situação colonial, costuma-se levantar a suspeita de que a disseminação desse idioma como língua "veicular" ou oficial tenha sido posta em causa por lideranças políticas dos movimentos de libertação nas colônias – embora tal suposição seja ainda controversa. A literatura acadêmica sobre a noção de lusofonia, produzida principalmente em Portugal, tem dado mais ênfase à dimensão cooperativa, mas aqui também faremos um breve levantamento de seus aspectos ainda hoje conflitivos e problemáticos no que tange aos esforços de construção e consolidação de novos Estados-nação cuja língua oficial é o português.
A par da consolidação de tais situações ao longo dos últimos séculos, a própria língua portuguesa representou um dos principais instrumentos não apenas de contato, mas de dominação de minorias políticas e econômicas nativas sobre grandes massas populacionais, em cada uma dessas sociedades. Dominação esta que se desdobra em diversos e às vezes concomitantes modos de utilização: segregação racial juridicamente legalizada, agressiva supressão de patrimônios identitários tornados marginais, assimilação cultural homogeneizadora, integração econômica e cultural igualmente homogeneizadora e exclusão política. Mas a língua portuguesa, ambivalente, também já foi instrumento de combate anticolonial, e doravante deve se consolidar também como língua de inclusão social e de revalorização da diversidade cultural entre as camadas antes excluídas do usufruto da riqueza coletiva. A crescente cooperação econômica, política e cultural entre os países lusófonos, para ser eficaz e duradoura, deverá atender a essas necessidades comuns.
Mais adiante, é ensaiado um quadro histórico geral e sucinto da dissolução política dos três sucessivos impérios portugueses em direção tanto a ordens nacionais em que imperam internamente as desigualdades sociais, como a uma ordem "anárquica", isto é, de um nivelamento das volições, sem mais relações de dominação entre as oito atuais soberanias nacionais lusófonas. Neste item específico, destaca-se a gradual corrosão da retórica que prega a existência de uma única "cultura" integrada de matriz portuguesa, e sua substituição pela constatação e valorização da multiculturalidade presente em cada um dos países considerados.

2 A língua comum entre sociedades mutuamente incompreendidas

Alguns críticos da ideia de "lusofonia" costumam alegar que a palavra é apenas uma atualização do sentimento "saudosista" e/ou "colonialista" de "lusofilia" ou de "portuguesismo", ou da doutrina luso-tropicalista inspirada na obra do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre. Há alguma razão nessa acusação – basta constatar o conservadorismo inerente à apologia do conceito em alguns livros e revistas temáticas – a exemplo de um autor brasileiro que, ao desconsiderar aspectos centrais relativos à complexa história de resistência cultural nos "países lusófonos", entende ser o Brasil uma "Lusitânia Nova", os PALOP uma "Lusitânia Novíssima" e as ex-possessões portuguesas na Ásia uma "Lusitânia Perdida" (ELIA, 1989, 16-17). Mas aquela acusação geralmente se limita apenas à denúncia, igualmente prosélita, do caráter ideológico – saudosista ou revisionista, ou ainda meramente retórico – da recorrência à palavra em questão, sem tratar em profundidade do caráter ambíguo ou ambivalente da dinâmica histórica que há por trás dela. Ao evitar qualquer concordância com ambos os extremismos, consideramos que é necessária a superação objetiva dos traços sentimentalistas e frívolos do conceito, ou de sua prévia desconsideração, em direção à constatação de que entre os falantes da língua portuguesa há uma longa história de intensa interação econômica, política e cultural, e um amplo potencial de maior conhecimento mútuo, em um mundo de interdependência crescente.

Atualmente há – e reconhecê-lo é um bom começo – grandes entraves políticos e mesmo um grande desinteresse geral a uma maior aproximação cultural entre os países de língua portuguesa. Recentemente, quase todo o esforço nesse sentido se resumiu a polêmicas discussões concernentes à aprovação um acordo de unificação ortográfica. Mas – não parece exagero afirmá-lo –, para além desse quadro de apatia generalizada, as iniciativas de fomento à troca de conhecimentos em uma mesma língua se mantiveram restritas quase que exclusivamente à comunidade acadêmica especializada ou a restritos grupos de diletantes ligados a fóruns de discussão na Internet. Em entrevista à Agência Lusa, em 2010, o escritor moçambicano Mia Couto assim descreveu o problema:

> "Por que é que existem distâncias, por que é que existem desconhecimentos nesta família? Não é porque nós temos alguma dificuldade em ler os brasileiros, ou os brasileiros lerem-nos a nós (…) Não vejo que, automaticamente, por termos uma grafia comum, os brasileiros possam perceber melhor onde é que é Moçambique, por exemplo (…) Há aqui um profundo desconhecimento que, para mim, é muito mais grave do que qualquer questão ortográfica e que passam por políticas de aproximação, por políticas de troca de informação que não existem"[1].

Também recentemente, o economista português Jorge Braga de Macedo teceu consideração semelhante, associando-a criticamente ao tema, hoje na moda, do desenvolvimento regional por meio da Cooperação Sul-Sul. Em entrevista à revista *África 21*, comentou sobre o problema da falta de conhecimento mútuo entre os países filiados à CPLP, a despeito da ampliação dos ajustes multilaterais oficiais e a propósito de um documento final (a Declaração de Bissau, de 17 de julho de 2006) acordado pelos membros desse foro, em contraste com outra declaração mais crítica, elaborada em diferente contexto. Assim assinalou:

> "É que a ajuda, embora muito importante, não é uma garantia de desenvolvimento. Mais de dois anos depois da Declaração de Bissau surgiu agora um documento sobre os ODM [Objetivos de Desenvolvimento do Milênio] feito por um conjunto de economistas europeus (...) Eles dizem que nem o crescimento nem a ajuda são suficientes se, voltando à parceria, não estiverem ligados através daquilo a que eles chamam "não ajuda" como o investimento externo, perdão da dívida e o "conhecimento mútuo". Apesar da declaração de Bissau de 2006 o enaltecer, tal conhecimento mútuo não existe na CPLP. Acabámos um livro que iremos lançar em Maputo, chamado *Futuro e História da Lusofonia Global*, do qual se retira que os oito países não se conhecem!"[2]

---

1 Cf. matéria completa no site do jornal *Público* (25/03/2010): http://www.publico.pt/Cultura/mia-couto-futuro-do-portugues-depende-da-afirmacao-dos-paises-lusofonos-na-cena-mundial_1429330

2 Cf. *África 21*, nº 24, Luanda, dezembro de 2008.

Há que se reconhecer que o problema é muito mais amplo. Como diz o embaixador brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães, baseando-se nas hipóteses gerais da teoria da economia-mundo, em praticamente todas as sociedades periféricas do mundo o desconhecimento recíproco é quase total, não apenas quanto à vida cotidiana em cada uma delas, mas mesmo quanto ao conhecimento mais sofisticado e complexo nelas produzido. Tal problema atinge mesmo as elites mais educadas desses países, ao passo que as ideias, as políticas e os costumes geradas nos países centrais da sociedade internacional são difundidos praticamente sem grandes constrangimentos. Essa alienação das elites leva a outro problema, que é o da escassez ou quase inexistência de estudos de nacionais de um país da periferia sobre aspectos de outro, mesmo quando vizinhos – ou que se comuniquem na mesma língua, acrescente-se. Esta seria uma herança velada nas necessidades de controle típicas do período colonial, enquanto os países centrais vão acumulando estudos domésticos sobre as periferias (GUIMARÃES 2002, p. 17). O que acaba por predominar, além da ignorância sobre outros países, mesmo entre os mais instruídos, é uma representação muitas vezes enganosa do estrangeiro, do "outro", o que tende a fomentar a incidência de suspeitas e preconceitos sobre estes (HALLIDAY, 2007, p. 18-19).

Não deve restar dúvida de que o primeiro passo para a superação de uma tal situação geral seja a ampliação da curiosidade recíproca, de preferência aliada a uma honesta e interativa vontade de produção coletiva do conhecimento. No caso das relações entre os países de língua oficial portuguesa, não basta apenas o fomento à cooperação técnica, e é imperativo que se deva ir além da dimensão econômica da vida. É imperativa a necessidade de se expandir os horizontes para a aceitação e inclusão das diferenças, por meio da difusão do conhecimento histórico de cada um e de todos em seu conjunto. São traçados a seguir alguns dos contornos mais superficiais dessa história conjunta, com ênfase na apresentação de alguns marcos políticos se sucederam até o ponto culminante em que findaram formalmente as relações hierárquicas entre os territórios que estiveram sob domínio português, com a formação de novas nações, cada qual orgulhosa de sua história, com interpretações múltiplas, e cada qual com seu destino coletivamente imaginado.

3 Das imposições políticas verticais à interação "horizontal"

Os primeiros projetos de lusofonia são projetos políticos e simbólicos, e nascem com a pura e simples dominação de uma coesa camada senhorial hierarquizada. Ao longo desse processo, ocorreu o esmagamento de centenas de sublevações em todos os territórios que foram alvo do "engenho ardente" lusitano. Aos poucos, até o divisor-de-águas de 1975, a língua portuguesa deixa de ser um instrumento de "verticalização" exterior, e se "horizontaliza". Grosso modo, também nos planos internos, há uma passagem valorativa da segregação à assimilação com funções sociais instrumentais, desta para a integração homogeneizadora (em momentos distintos para cada contexto continental), e desta para o primado do Estado de Direito, isto é, da tendência à crescente inclusão das diferenças. Um ponto de convergência nesse processo, até o presente momento – embora não alheio a críticas quanto a sua consistência institucional –, é a surgimento da CPLP.

Deve-se ter sempre em perspectiva que, ao longo desse processo – sobre o qual se discorre sucintamente logo abaixo –, a língua portuguesa tem "uma função simbólica e um papel político", e por isso "a lusofonia tem que ser analisada como um espaço simbólico e um espaço político", como diz o linguista brasileiro José Luiz Fiorin (FIORIN, 2006, p. 25).

Portugal, ao longo de mais de meio milênio, já possuiu três distintos impérios. O primeiro, o então chamado "Imperio Lusitanorum Asiatico", formado em diferentes pontos do oceano Índico, deixou vestígios culturais ainda hoje visíveis, inclusive de aspecto linguístico, mas politicamente findou com o *hand over* de Macau, em 1999. O segundo, o Império Luso-Brasileiro, gerou um dos maiores países do mundo em extensão, tornado independente em 1822. O terceiro, o "império africano", nasceu nesse mesmo momento histórico, mas durante décadas não passou de um "vasto império teórico", apenas consolidado depois de 1890 (TELO, 1994, p. 201).

A mais bem-sucedida política de difusão vertical da língua portuguesa ocorreu no segundo desses cenários. Em terras americanas, a integração jurídica dos "nativos" – leia-se, política de "lusitanização" – foi formalizada em 3 de maio de 1757, por Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal. (No Ultramar africano,

marco semelhante ocorreu em 6 de agosto de 1961, por iniciativa de Adriano Moreira, como se verá adiante.) No diretório de Pombal, foi afirmado que a introdução do idioma metropolitano "é um dos meios mais eficazes de para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade de seus antigos costumes" (FIORIN, 2006, p. 26). Trata-se da primeira política "integracionista" de Portugal. Mas ela ocorreu depois e ainda em concomitância com uns dos mais severos e terríveis institutos de segregação da história humana, o escravismo mercantilista.

Foi durante uma segunda onda integracionista no Brasil, nos alvores do século XIX, que se começou a pensar em uma efetiva comunidade "pluricontinental" de territórios sob jugo português. Os antecedentes políticos mais longínquos de uma idealizada comunidade lusófona datam desse momento. Mais especificamente, desde a criação no Rio de Janeiro, por ordem de D. João VI, da Comunidade Luso-Brasileira. Todavia, esta não passou de um projeto jamais consolidado, e novas tentativas de institucionalização dessa comunidade imaginada tiveram novo alento apenas um século depois. Do lado do Brasil, o jurista e ensaísta Sílvio Romero manifestou-se em favor de uma "Federação Luso-Brasileira", e, do lado de Portugal, Bettencourt Rodrigues, antes de se tornar ministro dos Negócios Estrangeiros, defendeu em 1917 a criação de uma mais frouxa "Confederação Luso-Brasileira" (MAGALHÃES, 1999, p. 89).

Todavia, restava ainda alguma consideração aos habitantes das colônias pertencentes ao chamado Terceiro Império Português. Do ponto de vista de legitimação simbólica, durante o regime do Estado Novo em Portugal, uma vez consolidado o sistema colonial nos aparentemente "pacificados" territórios da Guiné, Angola e Moçambique, começaram a aparecer na metrópole eventos que visavam a celebração da presença portuguesa em todas as suas possessões ultramarinas, entre as quais se salientam: a I Exposição Colonial Portuguesa, realizada em dezembro de 1934, no Porto; a I Conferência Econômica do Império Colonial Português e a Conferência de Alta Cultura Colonial, ambas em novembro de 1936; o I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo, em dezembro de 1937; e a mais representativa de todas, a Grande Exposição do Mundo Português, inaugurada em Lisboa em 2 de junho de 1940, uma pomposa celebração do "orgulhosamente sós" salazarista em uma conjuntura de guerra mundial, coincidente com a data comemorativa do tricentenário da Restauração (MATTOSO, 1998, p. 245; p. 293-4). Um "orgulhosamente sós" que é versão adaptada e grosseira da igualmente grosseira ideia colonialista britânica de *splendid isolation*.

Nesta altura ainda, é criado um forte clima de aproximação também entre Brasil e Portugal. Em 1941, é enviada uma missão de intelectuais brasileiros e Portugal, para participarem dos desdobramentos dos eventos ocorridos no ano anterior. Em 1943, no Brasil, é proferida pelo professor Barreto Campelo, no Gabinete Português de Leitura, uma conferência sobre "a dupla nacionalidade os portugueses no Brasil", que inspirou imediatamente um projeto de lei, todavia não aprovado, sobre o estatuto especial dos portugueses no Brasil. Na década seguinte, houve um mais efetivo fortalecimento dos laços políticos entre os dois países, a partir da assinatura de um Tratado de Amizade e Consulta, em novembro de 1953. João Neves da Fontoura, que fora embaixador do Brasil em Portugal e por duas vezes ministro das Relações Exteriores, foi o principal arquiteto da construção jurídica de uma comunidade luso-brasileira, tendo sido o autor, em 1944, de um decreto-lei que concedia um estatuto especial aos portugueses no Brasil (MAGALHÃES, 1999, p. 89). A aplicação desse tratado foi, naturalmente, restringida ao retângulo português e aos arquipélagos da Madeira e dos Açores.

Mas não tardaram a surgir objeções a esse tratado no Brasil. Em parecer apresentado à Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, o deputado Cardoso de Miranda observou, criticamente em relação a um exclusivismo colonial implícito, que "em todo o território do Brasil (que é contínuo), os portugueses serão equiparados aos nacionais, mas os brasileiros (turistas, suponhamos, ou viajantes comerciais), serão estrangeiros desabrigados de tratamento especial nas ilhas de Cabo Verde, na Guiné, em São Tomé e Príncipe, na Luanda, em Moçambique, em Goa, Macau e Timor" (MAGALHÃES, 1999, p. 92).

Somente na década de 1960, já em plena guerra de independência em todas as já denominadas "províncias ultramarinas", tiveram lugar os eventos políticos que propugnaram um projeto de integração política e sobretudo cultural, porém um tanto assimétrica, entre representantes de todos os domínios e ex-domínios de Portugal. Contou-se, inclusive, com ampla participação de observadores oriundos do Brasil, em grande parte políticos e intelectuais que simpatizavam com a história da "presença portuguesa no mundo". Mas é bom salientar que houve algumas poucas mas proeminentes vozes de condenação ao regime sediado no Terreiro do Paço: foi curto, porém marcante, o período em que a diplomacia brasileira, desde a presidência Jânio Quadros, passou

a atacar diretamente o colonialismo português, por iniciativa dos defensores da chamada Política Externa Independente – entre os principais, Afonso Arinos de Melo Franco, San Tiago Dantas e Adolpho Justo Bezerra de Menezes.

O primeiro dos eventos organizados pelos portugueses nesse momento histórico, na tentativa de fomentar a legitimação simbólica da presença portuguesa em suas colônias, foi a reunião, em Lisboa, de um encontro internacional sob a bandeira do Instituto das Civilizações Diferentes (sediado em Bruxelas). Em seguida veio a Semana do Ultramar, realizada em Aveiro no início de 1964. Na ocasião, foi lançado o projeto de uma Congregação Geral das Comunidades Portuguesas, cujo objetivo era a institucionalização das relações entre portugueses, inclusive os emigrados e luso-descendentes, além das "comunidades filiadas na cultura portuguesa porque por elas passara a soberania, a evangelização, ou a aculturação resultante dos contactos", nas palavras do ex-ministro do Ultramar, Adriano Moreira (MOREIRA, 2009, p. 319).

Grande fomentador da orientação integracionista em Portugal, Moreira ainda acreditava em uma espécie de "lusitanização" pacífica de setores seletos das sociedades colonizadas, e mas seu esforço no sentido de fazer vingar este projeto havia acabado por esbarrar na intransigência da "linha dura" do regime salazarista, ainda afeito a um modelo de segregação/assimilação inspirado na combinação do colonialismo francês com o inglês.

Anos após o fracasso do integracionismo das colônias africanas, seus arautos mudaram de estratégia e continuaram a reforçar a prática de internacionalização de suas crenças. Foi com esse espírito que ocorreu o I Congresso das Comunidades Portuguesas, realizado em setembro de 1964 e organizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa. Participaram "comunidades" de quarenta e dois países, entre as quais grupos que se consideravam ligados à cultura portuguesa oriundos de Hong Kong, Cingapura, Malaca, Sri Lanka, Malawi e até mesmo judeus sefaraditas da Turquia. Foi uma das ocasiões em que o cientista social brasileiro Gilberto Freyre pôde divilgar sua teoria do lusotropicalismo para os colegas portugueses interessados em cimento ideológico. É bem ilustrativo o seguinte trecho do discurso inaugural, da autoria de Adriano Moreira, e intitulado *Nação peregrina em terra alheia*:

> "O mundo em que vivemos, na data em que tentamos lançar este movimento de solidariedade entre portugueses, descendentes de portugueses e *filiados no portuguesismo*, é bem diferente do mundo em que decorreu a juventude da maior parte dos que aqui vieram meditar sobre a possibilidade de unir os seus esforços. […] Os países deixaram de poder ignorar-se, tão fortes são as interdependências do nosso tempo e, também por isso, não está de acordo com a sabedoria que as grandes potências tratem com descaso os interesses das pequenas nações. (...) Qualquer pequeno país pode inesperadamente deter nas suas mãos o destino de todos, e por isso não é aconselhável desfazer solidariedades forjadas no passado em leal cooperação, não é aconselhável ignorar os interesses fundamentais de todos os que pertencem ao *mesmo sistema cultural geral*, não é útil enfraquecer qualquer dos pilares de uma civilização construída e mantida por um trabalho comum. (...) Pelo contrário, a marcha do género humano para uma *efectiva igualdade*, não apenas sonhada mas vivida, exige que as solidariedades existentes sejam reforçadas e não enfraquecidas ou abandonadas. Isto, porém, não depende apenas do poder político dos Estados, depende também de nós, de todos e cada um, na sua esfera de acção, no âmbito do seu poder e da sua capacidade" (MOREIRA, 2009, p. 320-321; itálico nosso).

O II Congresso das Comunidades Portuguesas, ocorrido em julho de 1967, a bordo do navio "Príncipe Perfeito" – o cognome de D. Sebastião I –, em diversas escalas ao longo do litoral de Moçambique, contou com participação mais numerosa e empenhada de representantes do Brasil – professores universitários, políticos, diplomatas, empresários, militares e jornalistas –, entre os quais os cientistas sociais Gilberto Freyre e Viana Moog, o deputado Cunha Bueno, o embaixador Sousa Dantas, o jornalista e escritor Josué Montello e o historiador Pedro Calmon. Outra personalidade ilustre ali presente foi o filósofo português Agostinho da Silva, à altura um dos grandes proponentes de uma comunidade "espiritual" dos povos falantes da língua portuguesa. Da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), de que os tripulantes então falavam com algum temor, não houve nenhum aceno, para alívio de seus organizadores, dentre os quais o controverso e quase mítico agente da causa de Salazar e dos "novos colonos" portugueses em Moçambique, Jorge Jardim.

Adriano Moreira considera, aliás, que as conclusões publicadas nas Atas desse segundo congresso anteciparam o programa da CPLP, criada quase trinta anos depois (MOREIRA, 2009, p. 331).
Mas essas iniciativas dos anos 1960 logo perderam fôlego[3], com a ascensão de Marcello Caetano ao Conselho de Ministros em Portugal. Pode-se até supor que houve um retrocesso jurídico relativo às políticas de integração antes ensaiadas – e um engessamento que conduziu o império a uma mais ruidosa ruína. A ênfase doutrinária do jurista tornado chefe do Conselho de Ministros recaía sobre a hipótese da existência de civilizações diferentes e culturalmente incomensuráveis, como se sinaliza nessa passagem:

> "Colónia é a comunidade formada por dois ou mais grupos étnicos de *civilização diferente*, estabelecida em parte do território do Estado geograficamente separada da Metrópole, e governada pelos representantes do Governo metropolitano" (CAETANO, 1943, p. 129; itálico nosso).

Na década seguinte, no Brasil, em regime militar, tornaram-se menos ambíguas e mais colidias as relações diplomáticas com Portugal, e mais ostensivas as críticas ao colonialismo recalcitrante no continente africano, em clara e manifesta atualização programática da Política Externa Independente. Também se esboroavam os últimos resquícios do apego sentimental a menos atraente ideia de Comunidade Luso-Brasileira, ao passo que os interesses brasileiros – sobretudo econômicos – na aproximação com novos parceiros africanos passaram a ser mais explícitos. O "pragmatismo responsável" do governo Ernesto Geisel pouco se preocupava com a natureza esquerdista dos regimes políticos dos recém-independentes países africanos de língua portuguesa. Recorde-se que o único jornal de extrema-esquerda que circulava na cidade de São Paulo, sob a "vista grossa" dos militares, era o *Portugal Democrático*, veiculado por representantes do Partido Comunista Português, com o apoio aberto do Movimento Afro-Brasileiro de Libertação de Angola (MABLA). Na capa do primeiro número do jornal foram publicados alguns poemas de juventude e de cárcere do Presidente Agostinho Neto.
A nova política cultural *oficial* no Brasil abandonava a partir de então o *verticalismo* elitista defendido por camadas mais conservadoras das elites portuguesas e brasileiras, seja ele orientado para a exaltação idealizada de um passado "lusíada" glorioso – e de uma língua portuguesa idealmente castiça –, seja para uma maior adequação cultural, política e econômica aos velhos parceiros estratégicos de conjunturas passadas – Inglaterra e Estados Unidos sobretudo, conforme a fórmula da "estabilidade hegemônica" suposta pela teoria de Charles Kindleberger. Na política externa brasileira, o que se passa a observar é uma retomada da tendência à "universalização" das relações internacionais, por meio da ênfase na intensificação das chamadas *relações diagonais* (WERNECK DA SILVA, 1990).
No entanto, a partir de 1975, estava posta a probabilidade de criação de um foro intergovernamental em torno da valorização da língua portuguesa, não mais confundida com a expansão dos valores culturais de um único povo – ou de um alegado "sistema cultural geral", pois a cultura não se reduz ao mero exercício de uma língua oficial. Tal expectativa explica o estranhamento causado por setores do Executivo militar brasileiro, quando foram comunicados de uma (duvidosa) intenção de Agostinho Neto, às vésperas da independência, de projetar a extinção da língua portuguesa na nova Nação angolana – temor este que logo se desfez, quando o próprio Presidente anunciou, sob algumas vaias, que a língua portuguesa seria então a língua oficial de Angola, durante a cerimônia da independência, em 11 de novembro de 1975 (GASPARI, 2003; FERNANDO, 2005).
Atualmente é ponto quase pacífico que a língua portuguesa teve um papel importante na formação dos novos países que se libertaram do jugo colonial português. Conforme as palavras do cientista político angolano André Sango:

---

3 A decadência persistiu ao longo dos anos. Alega-se que foi por falta de recursos que a União das Comunidades da Cultura Portuguesa foi paralisada. Suas duas publicações – *Revista das Comunidades* e *Geográfica* – foram suspensas. Os planos para a realização do III Congresso das Comunidades Portuguesas, no Brasil, também foram abandonados. Apenas a Academia Internacional da Cultura Portuguesa, fundada em 1965 por Adriano Moreira, foi mantida com alguma dificuldade com apoio privado (MOREIRA, 2009, p. 332-333), até ser extinta em 2006. Em todo caso, agrupamentos ligados a essas antigas instituições dos anos 1960 ainda se mantêm, em Portugal. Quanto à revivescência das antigas teses dessa corrente, ver *A construção da nação em África*, de Pedro Borges Graça, com prefácio de Adriano Moreira (Coimbra: Almedina, 2005).

> "Por muito que alguns radicais pensem o contrário, há-de reconhecer-se que a língua portuguesa é um dos maiores legados que nos deixou Portugal. Sem ela seríamos incapazes de manter um Estado unitário. Que língua falaríamos naquele mosaico? Qualquer um dos grandes grupos étnicos reclamaria o direito de manter a sua língua como oficial o que tornaria difícil o entendimento" (SANGO, 1996, p. 134).

Em igual sentido, o escritor e jornalista angolano Sebastião Coelho havia assinalado o valor estratégico da língua portuguesa como instrumento de unificação social:

> "Como o feitiço que se volta contra o feiticeiro, a língua, a mais importante arma utilizada pelo colonizador para impor domínio, transformou-se, paradoxalmente, no mais importante meio de descolonização e factor básico de unidade nacional em Angola. Assim, um quarto de século de independência fez mais pela implantação e difusão do português no território do que cinco séculos de colonização" (COELHO, s./d.).

Anos após as autodeterminações, o grande intelectual português Alfredo Margarido observou que os governantes angolanos sempre reconheceram um

> "elemento fundamental introduzido pela independência: a eliminação da conotação colonialista da língua portuguesa, que recupera assim a sua função máxima de língua de cultura e de comunicação, [sendo uma] língua inteiramente política destinada por um lado a assegurar a eficácia do Estado, permitindo a criação de uma unidade cultural e política, que não existia ainda no momento da independência, e pelo outro a criar uma zona de identificação nacional (…)" (MARGARIDO, 1986, p. 121).

E, mais recentemente, o escritor angolano João Melo assim descreveu o peso da língua portuguesa na consolidação da angolanidade:

> "Acontece que a língua portuguesa usada em Angola, embora de origem europeia, é tão nacional como as línguas de origem bantu, na medida em que, tal como estas últimas, foi nacionalizada. Como se sabe, os grupos bantu não são originários do território que hoje constitui Angola, mas, sim, de outras regiões do continente africano. A rigor, apenas a língua dos khoisan é absolutamente originária de Angola. (…) O português em Angola é tão nacional, por exemplo, como a mandioca, que é originária da América do Sul e se transformou na base da alimentação de grande parte dos angolanos. Ou como o sarrabulho, que tem sua origem em Goa" (MELO, 2010, p. 96).

Em Moçambique, o também intelectual e político Luís Bernardo Honwana assim caracteriza a importância da língua portuguesa para a formação da identidade nacional moçambicana:

> "O reconhecimento pelo movimento nacionalista desta identidade [a nacional] que se desenvolveu à sombra e a despeito da ocupação colonial, está na origem da afirmação dos nossos países como entidades políticas distintas e soberanas. O seu desenvolvimento constitui o objectivo primeiro do nosso projecto nacional. A língua portuguesa é a língua em que se expressa a nossa *soberania*. É ela que nos permite dominar os instrumentos do progresso. É através dela que discutimos as grandes questões que o projecto nacional nos coloca e formulamos as soluções" (HONWANA, 2003; itálico nosso).

Note-se que Honwana, ao associar a ideia de soberania à nacionalidade, implicitamente suprime a problemática da contrariedade dialética entre *soberania nacional* e *soberania popular*, esta última, mais própria do ideário democrático. Talvez já haja uma situação histórica propícia à "progressão" do Estado nacional, já consolidado, ao Estado de Direito, crescentemente inclusivo.

No entanto, Nataniel Ngomane, da Universidade Eduardo Mondlane, chama a atenção para o fato de que atotar a língua oficial portuguesa não se confunde com "ser tachado de lusófono", já que a maior parte da população moçambicana não tem a língua portuguesa como língua materna. Em todo caso, a língua portuguesa é e continuará a ser por muito tempo a língua dos donos do poder, com efeitos de alastramento gradual pelas outras camadas sociais que têm línguas bantu como idiomas maternos, mas que têm assumido com alguma naturalidade o seu poliglotismo.
Pelo lado do Brasil, em sua condição de potência econômica e política ascendente, é imperativo que se tome as seguintes palavras do gramático Celso Ferreira Cunha como pedra de toque para a cooperação com os demais países lusófonos:

> Nos parece um bom combate lutarmos para superar as incompreensões, as desconfianças, e estendermos a mão a todos os povos que têm o português como língua de comunicação em qualquer nível, com vista a uma cooperação franca, leal e eficaz" (CUNHA, 1981, p. 89).

Com relação aos países africanos de língua oficial portuguesa, a diferenciação cultural diante da ex-metrólope foi muito mais radical – a despeito do volumoso fluxo de imigrantes africanos para Portugal –, ao mesmo tempo em que a aproximação (com Brasil e Portugal, como parceiros privilegiados) pelas vias do comércio e do intercâmbio educacional é bastante promissora, sobretudo à medida que suas ascendentes sociedades civis demandem políticas mais assertivas de desenvolvimento econômico e social. No caso de Angola, o processo de inclusão social parece ganhar corpo a cada ano. Em concomitância, têm sido propostos no âmbito das instituições de ensino superior alguns projetos didático-pedagógicos de maior inclusão das demais línguas nacionais, como aqueles sob orientação dos professores Ndonga Mfuwa e Zavoni Ntondo, da Universidade Agostinho Neto.

4 Emergência de uma "lusofonia horizontal"

Uma nova proposta de lusofonia, horizontal em sua conformação e em seus diversos níveis (local, regional, nacional e internacional), deve ser crítica, política, instrumental e ao mesmo tempo universalista e multicultural. A noção de "lusofonia horizontal", de acordo com um eminente intelectual e quadro político da FRELIMO – nosso interlocutor –, havia sido proposta pelo diplomata brasileiro José Aparecido de Oliveira, a quem é creditada a idealização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), embora esse foro multilateral não tenha se tornado exatamente aquilo que ele havia idealizado (OLIVEIRA, 1999). Aquele conceito, de "lusofonia horizontal", que se baseia antes de tudo em uma proposta de concertação diplomática e política entre os plenipotenciários de todos os Estados nacionais considerados, bem poderia simbolizar a necessidade de se diagnosticar a relativa ignorância mútua e as incompreensões que ainda persistem entre as sociedades que sustentam a língua portuguesa como língua oficial, além da necessidade de se propor quais seriam os fins últimos de uma interação reciprocamente construtiva entre elas, a qual vislumbre um mútuo desenvolvimento social e humano, um multifacetado intercâmbio cultural e a eventual criação de uma identidade multinacional e multicultural para além da estrita lusofonia "cultural e linguística"[4], sendo assim original em relação às outras comunidades linguísticas inter-regionais, e absolutamente desapegada das mitologias imperiais do passado e dos preconceitos mútuos há muito arraigados. Poderia, assim, apontar para a consolidação de sociedades civis plurais, poliglotas e articuladas de modo não mais hierárquico, mas como uma espécie de móbile de Calder. Neste sentido, assinala José Luiz Fiorin:

> "Para que a lusofonia seja um espaço simbólico significativo para seus habitantes, é preciso que seja um espaço em que todas as variantes linguísticas sejam, respeitosamente, tratadas em pé de igualdade" (FIORIN, 2006, p. 46).

4 Também a despeito de uma "lusofonia econômica" a serviço de interesses plutocráticos (CARDOSO, 2014).

Saliente-se que a "horizontalidade" é necessária não apenas entre Estados, mas dentro dos Estados. Não deveria ser aceitável a hegemonia simbólica de uma região em relação a outras –Luanda, em Angola; Maputo, em Moçambique; Díli, em Timor; São Paulo, no Brasil.
É uma pena que, em Portugal, ainda haja – não poucas exceções há, registre-se – alguns anacrônicos movimentos culturais que se intitulem "internacionais lusófonos", mas que quase nunca levantem questionamentos – e não apenas tragam informações descoladas de seus contextos – acerca das distintas realidades sociais e políticas, das antigas e novas correntes artísticas, enfim, das angústias e esperanças cotidianas, de angolanos, brasileiros, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses, timorenses. Ainda não se aperceberam bem que não se tratam de sociedades "que o português criou", mas de sociedades complexas, poliglotas e com *visões de mundo* muito diferentes da sua, embora compartilhem um mesmo idioma oficial.

5 Referências Bibliográficas

CARDOSO, M. H. (2014), CPLP: à mesa dos canibais, *Público*, Lisboa, 15 de dezembro.

COELHO, S. (s.d.), *Crónicas do Kandimba*. Buenos Aires.

CUNHA, C. (1981), *Língua, nação, alienação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

ELIA, S. (1989), *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: Ática.

FERNANDO, E. (2005), *O último adeus português*. Lisboa: Oficina do Livro.

FIORIN, J. L (2006), A lusofonia como espaço lingüístico. BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). *Língua portuguesa*: reflexões lusófonas. São Paulo: Educ, p. 25-48.

_____. Língua portuguesa, identidade nacional e lusofonia. *Confluência*, n° 33/34, Rio de Janeiro, 2° semestre de 2007/1° semestre de 2008.

GASPARI, E (2004), *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras.

GUIMARÃES, S. P. (2002), *Quinhentos anos de periferia*. Porto Alegre: UFGRS.

HALLIDAY, F. (2008), *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: UFRGS.

HONWANA, L. B. (2003), *Literatura e o conceito de Africanidade*. São Paulo: I Encontro de Professores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo.

MAGALHÃES, José Calvet (1999), *Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal*. Prefácio de Celso Lafer. São Paulo: Paz e Terra.

MARGARIDO, A. (2000), *A lusofonia e os lusófonos*: novos mitos portugueses. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

_____ (1986), A sobrevivência e a extensão da língua portuguesa em África. In: Linguística, sociolinguística e literatura galaico-luso-brasileira-africana de expressão portuguesa. Volume II. *Revista Galaico Portuguesa de Sociopedagogia e Sociolinguística*, p. 115-142.

_____ (1980), *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

MATTOSO, José (Org.) (1998), *História de Portugal*. Lisboa: Estampa. Volume VII: O Estado Novo.

MELO, J. (2010), O português, língua nacional angolana. *África 21*, abril, Luanda, p. 96.

MOREIRA, A. (2009), *A espuma do tempo*: memórias do tempo de vésperas. Lisboa: Almedina.

NGOMANE, N. (2012), Lusofonia: quem quer ser apagado? *Semanário SOL*, 16 de janeiro de 2012, p. 24.

OLIVEIRA, J. A. (1999), A CPLP está no limbo. *Boletim do ISPU*, Instituto Superior Técnico e Universitário, nº 5, Maputo.

PAZ, O. (1989), *O ogro filantrópico*. Rio de Janeiro: Guanabara.

SANGO, A. O. J. (1996), Angola – uma tentativa de acomodação das diferenças, in *II Reunião Internacional de História da África* (II RIHA). A Dimensão Atlântica da África. São Paulo: CEA/USP; SDG/Marinha; CAPES, p. 131-166.

TELO, A. J. (1994), *Economia e império no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Cosmos.

WERNECK DA SILVA, J. L. (1990), *As duas faces da moeda*: a política externa do Brasil monárquico, Rio de Janeiro: Universidade Aberta.

Política Externa Brasileira, Difusão da Língua Portuguesa e a África Lusófona: Uma Tríade no Governo Lula

Sâmia de B. Franco[1]

Resumo: O cenário de instabilidade político-econômico causado pela globalização traz novos desafios para a inserção internacional dos Estados. Nesse sentido, a utilização de instrumentos diplomáticos mais diversificados, por exemplo os culturais, se torna necessária e começa a figurar na agenda de interesses de países médios, como o Brasil. O Estado Brasileiro, no início do século XXI, promoveu um impulso nas ações de diplomacia cultural e difusão linguística. A proposta desse artigo é realizar um estudo sobre a política externa de difusão linguística conduzida pelo Governo Lula (2003-2010). Para tal fim, foram utilizadas fontes primárias (discursos e documentos oficiais) e secundárias (artigos acadêmicos, dissertações, teses). A análise dessas fontes permite afirmar que a África Lusófona foi uma região privilegiada nesse movimento de expansão dos mecanismos de difusão linguística do Brasil.

Palavras – chave: Política Externa Brasileira; Diplomacia cultural; Difusão Linguística; África Lusófona

Introdução

A língua pode se tornar um instrumento de ação política para o alcance de objetivos de um Estado no sistema interestatal. A utilização de símbolos culturais pela política externa de um país se dá pela diplomacia cultural, a qual, na qualidade de braço da diplomacia pública, busca criar um espaço propício de concertação[2] entre os países por meio da difusão e da promoção de elementos culturais.

No Brasil, o período do governo Lula (2003-2010) foi marcado por uma diplomacia «ativa e altiva», que buscou diversificar seus instrumentos para propiciar uma ação mais eficiente em escala global e, para isso, tentou fortalecer em sua agenda a presença de países pertencentes ao chamado Sul-Global. A percepção de que era necessário se juntar aos países do Sul para fazer frente às assimetrias históricas impostas pelo binômio Norte/Sul. Nesse sentido, a política exterior buscou diversificar parcerias e beneficiar as relações com países latino-americanos e africanos, principalmente lusófonos. Para fins desse trabalho, será necessário focar nas ações brasileiras na África, especialmente a lusófona. Dessa maneira, esse artigo tem o objetivo de analisar como a política de difusão linguística do Governo Lula (2003-2010) direcionada para África agiu em congruência com as diretrizes gerais de política exterior desse governo.

Metodologicamente, esse artigo se divide em quatro seções: nesta primeira sessão apresentamos a Introdução do presente artigo. Na sessão 2, trataremos de «Política externa brasileira e seu relacionamento com a África», para tanto, faremos uma descrição histórica da política externa brasileira para a África, com a finalidade de reconstruir historicamente a agenda brasileira para a África, e assim analisar o reposicionamento do continente africano, principalmente os países lusófonos, no quadro de ações exteriores do Governo Lula. Na sessão 3 abordaremos «Política Externa, a diplomacia cultural e a difusão linguística», buscaremos demonstrar a relação entre política externa e a difusão linguística. Para atingir esse objetivo, a seção recorrerá aos conceitos de diplomacia pública e cultural a fim de apresentar os mecanismos utilizados por um Estado para difundir símbolos culturais, destacando a difusão linguística.

---

1 A autora é bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE) em Salvador-Bahia - Brasil, atualmente cursa o mestrado em Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em Florianópolis- Santa Catarina - Brasil. Suas áreas de interesse são política externa, principalmente a brasileira, diplomacia pública e cultural, difusão linguística.

2 Essa palavra significa coalizões, alianças.

Na sessão 4 iremos nos referir à «África lusófona: zona privilegiada para a ações de difusão linguísticas no Governo Lula», nessa sessão descreveremos as iniciativas brasileiras de difusão da língua portuguesa na África, principalmente lusófona.

2 Política externa brasileira e seu relacionamento com a áfrica

2.1 Visões históricas da política externa para a África

A questão africana em matéria da política externa brasileira sempre foi tratada de maneira desigual por vários governos, o que parece demonstrar que é mais um assunto de governos do que de Estado. A percepção da importância da África para a inserção internacional brasileira tem sido influenciada pelo imaginário político dominante brasileiro.

Em perspectiva histórica, pode-se perceber que a África assume um papel de destaque em dois momentos: no governo de Jânio Quadros (1961) e no governo de Ernesto Geisel (1974-1979). E, mais recentemente, a África renasce no governo Lula.

Segundo Vizentini e Pereira (2008), o governo de Jânio Quadros buscou aprofundar suas relações com colônias africanas, principalmente as portuguesas, baseando-se no conceito de autodeterminação dos povos. Nesse sentido, o governo Quadros lançou um dos primeiros projetos de cooperação educacional com a África, o Programa de Estudantes Convênio (PEC-G), no qual estudantes africanos ganhariam bolsas para realizar sua graduação no Brasil.

Já no Governo de Geisel, a África ganha novo espaço, após um período de negligência dos governos militares. Esse governo, como chamam atenção Vizentini e Pereira (2008), caracterizou-se por uma diplomacia terceiro-mundista que expandiu o número de representações diplomáticas na África, reconheceu a independência da Angola em 1975 e endureceu o discurso contra os governos racistas da África do Sul e da Rodésia. Ainda nesse sentido, pode-se destacar que João Baptista Figueiredo (1980-1984), sucessor de Geisel, foi o primeiro presidente brasileiro a fazer visitas oficiais a países africanos. Esse período também marca o aprofundamento dos programas de cooperação educacional, com a criação do Programa de Estudantes – Convênio de Pós Graduação (PEC-PG), em 1981.

Com a redemocratização, o Governo José Sarney (1985-1989), mesmo com os grandes desafios econômicos internos, conseguiu desenvolver uma agenda ativa para a África. Sarney visitou países africanos, principalmente lusófonos, na busca de uma concertação política que assegurasse a estabilidade naqueles países que ainda sofriam com turbulências militares. Nesse sentido, Vizentini e Pereira (2008) destacam o estabelecimento de uma Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZoPaCAS) aprovada pela ONU para a diminuição das tensões securitárias que afetavam tanto a África Atlântica, como também o próprio Continente Sul-Americano, dado o processo de militarização ocorrido no pós-Malvinas.

Ainda no governo Sarney, pode-se localizar as primeiras conversações no sentido de constituir uma organização que agregasse o Brasil, Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa em torno da lusofonia. Em 1989, Portugal e Brasil se empenharam em institucionalizar a proposta de uma organização que aproveitasse a questão cultural-linguística comum. No Brasil, pode-se destacar a iniciativa do Ministro da Cultura, João Aparecido de Oliveira, que viajou para os países Africanos lusófonos na tentativa de afirmar a necessidade da criação de uma Comunidade baseada na língua portuguesa (Mota, 2009: 34). Ainda no ano de 1989, foi criado, no Maranhão, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP).

No início dos anos 1990, o que se assiste no Brasil é a imposição de ideias neoliberais que conseguem promover uma série de mudanças na direção política doméstica e, também externa. Nesse sentido, Vizentini e Pereira (2008) apontam para o fim da Guerra Fria e a constituição do Mercosul como algum dos episódios que contribuíram para o afastamento brasileiro da vertente africana da política externa. Saraiva (2002) afirma que a percepção dos tomadores de decisão brasileiros era de «encantamento» pelos polos de poder e, por isso, negligenciaram a importância estratégica, cultural, econômica e identitária da África para inserção internacional do Brasil.

No sentido de desvalorização política e econômica da vertente africana, Saraiva (2002:10) ainda afirma que houve diminuição e deslocamento dos quadros diplomáticos que atuavam na África para áreas consideradas prioritárias, como a Europa, a América do Sul e os Estados Unidos. O autor também ressalta que a mudança na política africana refletiu em áreas diversificadas, como os projetos econômicos de parceria afro-brasileira para o desenvolvimento econômico na África, e também nos projetos de aproximação político-cultural.

No entanto, como observam Vizentini e Pereira (2008), ainda que modestamente, algumas iniciativas importantes foram realizadas no período dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Os autores mencionam a participação de tropas brasileiras nas operações de paz da ONU na Angola; as visitas de FHC à Angola e à África do Sul, concretizando este último país como um importante parceiro brasileiro; a assinatura do Acordo Quadro da África do Sul com o Mercosul. Além disso, um importante passo do governo FHC foi a criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A CPLP é o desfecho de conversações que haviam sido inauguradas no período do governo Sarney e no processo de constituição do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (ILLP). Essa Comunidade representa a concertação de países com base em um elemento comum, a língua portuguesa, que busca criar um espaço propício para o desenvolvimento político, econômico e cultural entre os países componentes. Todavia, Saraiva (2002:12) observa que a iniciativa é alvo de críticas que duvidam dos benefícios para os países que fazem parte da Comunidade, pois julgam que a estratégia de preservação e utilização da língua portuguesa possui «baixa eficiência econômica e política» e, ainda, que essa não representa a «atualidade» e que remete a um passado de colonização e que deveria dar abertura para o inglês, que representaria a modernidade.

Em contraposição, Amorim (apud Ribeiro, 2004: 107) defende que «[...] mais que uma forma de expressão, a lusofonia é a marca de uma atitude, uma forma de ser e de viver voltadas para a tolerância e o convívio entre os povos.» Em congruência com Amorim, Lafer (apud Gala, 2014: 17) chama atenção para a importância estratégica universalista e positiva da Comunidade para a política externa brasileira. Nesse sentido, o autor destaca a importância da parceria estratégica do Brasil com os países da Comunidade por esta envolver conceitos como promoção do desenvolvimento, avanço da democracia e garantia da paz.

Finalmente, é necessário perceber que a presença africana na composição da política externa brasileira ao longo dos anos foi permeada como afirma Saraiva (2002: 8), por «oportunidades, esquecimentos e relançamentos». Isso pode ser visto como uma «ineficiência» do Estado brasileiro em arquitetar um plano concreto, robusto e duradouro para lidar com um continente que tem sua história entrelaçada com o passado brasileiro e que não pode ficar de fora das estratégias de inserção brasileira no futuro, pois a África, representa um polo estratégico de identidade política, econômica e cultural com o Brasil.

2.2 Governo Lula (2003-2010): fortalecimento da Cooperação Sul-Sul e o relançamento da política africana

Avaliando os desafios para o ressurgimento da África na agenda brasileira de política externa, Saraiva (2002:15) propõe que esse incentivo a uma renovada política africana não seja baseado na «fé», mas no resultado de cálculos políticos e econômicos. Politicamente, esse passo representaria maior compromisso do Brasil com o espaço Sul-Sul de atuação, abrindo a possibilidade do país ter liderança em foros internacionais, e pleitear reformas em organizações internacionais, como por exemplo, o Conselho de Segurança.

Na dimensão econômica, Saraiva (2002:15) destaca que apostar na África ajudaria o Brasil a tirar proveito de «brechas estruturais na ordem internacional» para avançar no retorno de um projeto doméstico de desenvolvimento econômico baseado na criação de empregos e renda e, não somente financeirista. Além disso, é importante chamar atenção para importância da África em uma nova «corrida» econômica, sendo esse continente central na expansão chinesa e indiana no novo século.

Essa análise de Saraiva (2002) conversa com as necessidades que apresentam os países semiperiféricos, como o Brasil, para «sobreviver» no sistema-mundo moderno. A perspectiva da Economia Política do Sistemas-Mundo, encabeçada por nomes como Wallerstein e Arrighi, apresenta o sistema mundial moderno composto, metodologicamente, por duas dimensões: a política (sistema interestatal) e a econômica (sistema econômico), as quais convivem no sentido de permitirem o «bom» funcionamento do capitalismo. Esse sistema é marcado

por uma ordem hierarquizada e competitiva, na qual as unidades estarão constantemente em competição para obter benefícios (Shannon, 1996). O sistema é hierarquizado na medida em que se formam «três camadas»: a central, a semiperiférica e a periférica, sendo que o mecanismo de convivência entre estas é relacional e, por isso, não é possível analisar «uma sem a outra» (Wallerstein, 2004).

Para fins desse trabalho, será eleita a categoria de semiperiferia para explicar estruturalmente o posicionamento brasileiro e, portanto, as suas necessidades de ação sistêmica. Os Estados semiperiféricos respondem a uma lógica dual, tanto na dimensão política, como na econômica. Economicamente, esses países transitam entre atividades com maior valor e tecnologia agregados, mesmo que, segundo Shannon (1996) essas possam ser classificadas como «em declínio», além de empregar menor tecnologia e maior intensidade laboral. No nível político, os Estados semiperiféricos, segundo Arrighi (1996), têm o poder suficiente para resistir à uma periferização, mas não o necessário para «superá-la completamente».

De acordo com Wallerstein (2004: 41), os Estados semiperiféricos «despendem energia» no movimento de manter sua posição «com esperança de ascender ao primeiro escalão». Shannon (1996) chama atenção para o fato de que a função dos Estados semiperiféricos é evitar a polarização no sistema-mundo. Nesse sentido, os Estados semiperiféricos estarão continuamente procurando estratégias para ajudá-los a receber os benefícios provindos das camadas mais centrais e tentando se distanciar das características dos mais fracos. Para isso, Wallerstein (2004: 41) frisa que esses Estados têm a necessidade de escolher «[...] com rapidez e cuidado seus aliados e oportunidades econômicas.»

Diante da posição intermediária desses países e do relativo poder que eles conseguiram acumular em sua trajetória, Shannon (1996) admite que os semiperiféricos possam ser vistos pelos Estados centrais como poderes regionais. Ainda de acordo com o autor, os países semiperiféricos estão constantemente buscando maior autonomia dos processos centrais, o que envolve sempre a busca por mecanismos de ação que minimizam a exploração do centro. Nesse sentido, Wallerstein (2004) demonstra que por essas características a competição é muito grande entre esses próprios países.

Diante dessa perspectiva teórica, é necessário explicitar conjunturalmente como a política exterior brasileira no governo Lula lidou com os constrangimentos/ possibilidades apresentadas pelo sistema e quais foram as estratégias promovidas para alcançar seus objetivos em meio exterior. Com a chegada ao poder de Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, a política africana ganha novo fôlego na composição total da política externa brasileira. As diretrizes da política externa propostas pelo governo Lula seguiam as linhas históricas da diplomacia brasileira de busca pela autonomia e pelo desenvolvimento nacional (Soares de Lima, 2005). No entanto, as diretrizes se singularizaram pela proposta de ação mais «ativa e altiva» que privilegiava a diversificação de parcerias e uma diplomacia de alto perfil (Vizentini, 2005: 390). Vigevani e Cepaluni (2007) vão chamar atenção para a iniciativa brasileira em se inserir internacionalmente na busca pela autonomia e diversidade ocorrida durante o governo Lula.

Esse movimento de diversificação tinha como objetivo primeiro tentar diminuir os reflexos da assimetria do poder no sistema interestatal e potencializar a capacidade negociadora do país. No entanto, não se pode deixar de lado o componente econômico nessa guinada, pois a intenção brasileira era diminuir os reflexos da vulnerabilidade externa da década anterior e, por isso, baseou seus primeiros passos em diversificar tanto sua pauta exportadora, quanto seus mercados destinatários (Lessa; Couto; Farias, 2009).

Nesse sentido, a política externa brasileira participou ativamente de concertações entre países com interesses parecidos com os seus no cenário interestatal. De fato, a priorização do eixo Sul-Sul brasileiro parece ter sido a tônica da agenda brasileira. Em congruência com a ideia de Vigevanni e Cepaluni (2007), Dauvergne e Farias (2012) acentuam a presença brasileira no governo Lula no sentido de buscar a cooperação Sul-Sul como forma de equilibrar as distorções provenientes das hierarquias do sistema internacional. Os autores afirmam, ainda, que o Presidente aumentou o peso estratégico da cooperação no quadro de ação externa brasileira, no intuito de aumentar a presença brasileira nas relações internacionais, por meio de um processo de «balanço brando» frente às estruturas que ele percebia como desfavoráveis (Dauvergne, Farias, 2012: 906).

Como Leite (2011) discute, as relações brasileiras à época do governo Lula privilegiaram formas de aproximação, bilateral ou multilateral, com países africanos, árabes e, também, com a China no intuito de criar uma coalizão anti-hegemônica. No entanto, é necessário perceber que essa iniciativa de dar maior atenção para o

Eixo Sul, não excluiu a possibilidade de um bom relacionamento com países centrais. É quase unanimidade entre os autores que o governo Lula lança um novo período de relacionamento com a África, com ênfase na África lusófona (Vigevani, Cepaluni, 2009; Vizentini, Pereira, 2008; Leite, 2011; Mota, 2009). Comentando sobre o novo envolvimento do Brasil com a vertente africana da política externa, Hirst, Lima e Pinheiro (2010: 32) assinalam que essa se tornou um «referente simbólico» na estratégia Sul-Sul, baseando-se em um discurso que mescla a busca por desenvolvimento e a convergência identitária.

Avaliando sua atuação como Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim (2005) afirma que deu atenção especial ao relacionamento com a África, coisa que governos anteriores não tiveram determinação para levar adiante. O Ministro argumenta que, contrariamente ao senso comum, a África tem trabalhado em desenvolver iniciativas próprias e dinâmicas para resolução de seus problemas. Leite (2011) enumera alguns dos motivos africanos que propiciaram um melhor relacionamento brasileiro com diversas realidades existentes na África. Primeiramente, chama atenção para países como Angola e Mocambique que tem passado por processos de estabilização política. No mesmo sentido, a autora aponta o papel da África do Sul, ultrapassada a política do apartheid, como impulsionador de um «renascimento africano». Outro elemento propiciador é o processo de aprofundamento das iniciativas de integração no continente, como a União Africana e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e, por último, a melhoria da condição econômica no continente, especialmente impulsionada por países que aproveitaram o aumento no preço do petróleo e minerais, como Namíbia, Nigéria, Botsuana e Argélia.

Como evidências da maior aproximação com a África, Leite (2011) lista as viagens presidenciais de Lula e também aquelas realizadas somente pelo Chanceler Amorim para diversas regiões da África, no período de seu primeiro governo. Segundo a autora, o presidente esteve na região por três anos seguidos (2003-2006), passando por todos os países componentes da CPLP e também por países como, África do Sul, Camarões, Nigéria, Gana, entre outros. O Chanceler Amorim também fez percursos semelhantes ao do Presidente Lula, visitando a maioria dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e outras regiões da África, como o Senegal, Zimbábue, Quênia, Marrocos, entre outros (Leite, 2011: 180).

É nítido que dentre as viagens realizadas pelo presidente e seu chanceler, os países africanos conhecidos como PALOP foram privilegiados pela frequência. Isso também revela um dos polos priorizados pelas diretrizes do governo Lula, a África lusófona. Segundo Mota (2009: 74), a chegada do presidente Lula ao poder e a aproximação com a África, possibilitaram um maior estreitamento com os PALOP e, consequentemente, dando « nova luz e um novo ânimo» à CPLP. Vigevani e Cepaluni (2007) frisam que a aproximação do Brasil com países africanos, principalmente os lusófonos, não se deu simplesmente por questões econômicas e políticas, mas também por questões socioculturais e morais.

Um trecho do discurso feito pelo Presidente Lula na V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em 2004, reafirma o interesse do estreitamento das relações com os países que como o Brasil tem o português como língua oficial.

> A comunidade dos Países de Língua Portuguesa é mais do que um espaço de confraternização entre povos irmãos. É uma iniciativa de alto valor estratégico, cujo raio de ação abrange quatro continentes. Somos oito países, com uma população de 230 milhões de habitantes comprometidos com a democracia e a justiça social. (Silva, 2004)

Pode-se perceber também que um dos pilares mais importantes para o relacionamento do Brasil com a África Lusófona foi a cooperação. Como enfatiza Pino e Leite (2010), a África conseguiu superar a América do Sul no número de projetos desenvolvidos na área de cooperação em diversas áreas. Amorim (2005) chama atenção para a cooperação no desenvolvimento agrário, combate ao HIV e luta contra a pobreza.

Contextualizado o quadro mais geral de aproximação do governo brasileiro com a África, principalmente a lusófona, na continuação, é proposto se concentrar em uma vertente específica desse relacionamento, as ações de difusão linguística, estudando como se dá a incorporação do símbolo linguístico nas ações de política externa.

3 Política externa, diplomacia cultural e difusão linguística

Diante do exposto na seção anterior e buscando aprofundar o estudo do fator cultural nas relações entre os países componentes, faz-se necessário entender, primeiramente, como a cultura pode ser apreendida como instrumento de política externa dos Estados. Argumenta-se que a utilização de políticas culturais externas pode ser um mecanismo que dinamiza as relações, não somente de ordem político-econômica, mas também de ordem social.

A política externa, de acordo com Oliveira (2005), pode ser entendida como uma «área particular» de atuação governamental que consegue articular as dimensões político-diplomática, militar-estratégica e econômica no seu relacionamento com uma infinidade de atores em âmbito externo, sejam eles governamentais ou não e, ainda, no plano bilateral ou multilateral. Desse modo, a política externa pode ser descrita pelas diretrizes tomadas por um Estado para a sua participação na configuração do sistema internacional.

Por sua vez, essas diretrizes são colocadas em prática, tradicionalmente, pelo o corpo diplomático. Segundo Magalhães (1996), os diplomatas exercem algumas funções importantes em âmbito internacional como a de representar, de informar e de promover a nação fora de suas fronteiras. As ações de promoção, geralmente relacionadas às relações comerciais e culturais, tem papel impulsionador das relações representativas no exterior, pois conseguem «originar e incrementar» as negociações e fortalecer também outras funções que a atividade diplomática exerce no país destinatário. Em outras palavras, ações de promoção no exterior empreendidas pelo Estado ajudam a criar um ambiente mais propício ao alcance de objetivos mais gerais da política externa.

É nesse ponto específico, que pode-se posicionar a utilização da cultura como instrumento de atuação diplomática. A incorporação da cultura na política externa se dá pela chamada diplomacia cultural. A diplomacia cultural se insere como braço de uma modalidade diplomática, a diplomacia pública, que, segundo Khumthukthit (2010), nasce entre as Grandes Guerras e a Guerra Fria, mas que acelera e aprofunda seu potencial no século XX. Essa modalidade se diferencia da tradicional na medida em que se relaciona não diretamente com representantes governamentais ou organizações internacionais, mas com outros atores, como por exemplo, indivíduos. (Melissen, 2005)

A intenção dessa modalidade da diplomacia é atuar frente à opinião estrangeira e, desse modo, buscar um ambiente favorável à consecução de seus objetivos. Sendo assim, a diplomacia cultural traz a cultura como elemento de facilitação do entendimento de realidades diferentes por meio de programas de promoção e difusão dos símbolos culturais de um Estado. Menezes (2011: 6) indica que o êxito da diplomacia cultural

> [...] depende da possibilidade de gerar um clima de confiança através do desenvolvimento da capacidade de escutar os outros, do reconhecimento do valor de outras culturas, de mostrar um desejo sincero de aprender e aplicar programas que realmente facilitem a comunicação equitativa em ambas as direções.

A diplomacia cultural se apresenta como um meio para o melhor entendimento entre as nações. E isso se dá devido ao fato de utilizar meios simbólicos que são naturalmente geradores de empatia entre os indivíduos. Jora (2013) argumenta que o campo da diplomacia cultural tem desenvolvido «novas práticas e novas tendências». O autor indica que uma dessas «novidades» é a evolução de práticas de diplomacia cultural desenvolvidas em âmbito multilateral, que têm, inclusive, conseguido substituir uma «abordagem bilateral às antigas». O autor dá o exemplo dos mecanismos utilizados pela União Europeia para exercer suas ações de diplomacia cultural em conjunto, mas também assume que existem fundações e institutos, criados por Estados e/ou organizações internacionais, que tem como objetivo o alcance de interesses políticos por meio da cultura.

Nesta ordem de ideias, a diplomacia cultural com seus instrumentos, como por exemplo, o ensino da língua, pode agir como promotor de reconhecimento de identidades e, consequentemente, da criação de interesses comuns que poderiam aprofundar as relações entre os países componentes da Comunidade. Mas qual a relação entre a diplomacia cultural e as práticas de interação que aprofundariam o entendimento no bloco? Buscando estabelecer relações possíveis entre a diplomacia cultural e seus benefícios para a relação entre um país e seus parceiros, Ribeiro (2011) aponta que a diplomacia cultural poderia contribuir para os processos de construção

da paz, para fortalecimento da política bilateral, para o desenvolvimento do comércio e, ainda, facilitar a cooperação técnica. No sentido da busca pela paz, o autor ressalta que

> [...] além de contribuir para minimizar julgamentos por estereótipo, esse processo de transferências em geral reforça sentimentos pacíficos pela própria ideia da universalidade do patrimônio cultural e artístico. (Ribeiro, 2011: 34).

No campo político, Ribeiro (2011: 37) evoca a capacidade de seduzir em detrimento da intimidação e, por isso, ele sublinha que «[...] os atos culturais permitem aos Estados diversificar, ampliar, enfatizar os pontos fundamentais – ou ressaltar determinadas minúcias – de suas atuações bilaterais, ou multilaterais». No meio comercial, o autor destaca a importância da promoção cultural na medida em que essa fortalece a confiabilidade e a familiaridade com o produto vendido. Desse modo, «[...] a cultura, dinamicamente difundida, em alguma medida também acaba passando esse filtro comum de formação de imagens e critérios – que gera hábitos de consumo». (Ribeiro, 2011: 39)

Sobre a relação entre diplomacia cultural e cooperação técnica, Ribeiro (2011: 41) afirma que «[...] a oferta de cooperação técnica de um país tem melhores possibilidades aceitação e penetração se estiver amparada por uma projeção de valores culturais desse país. » A superação de eventuais resistências aos programas de técnicos tem o apoio da cultura na medida em que esta vai influenciar na diminuição dos desentendimentos provindos na execução das tarefas relacionadas ao projeto de cooperação.

4 África lusófona: zona privilegiada para a ações de difusão linguísticas no governo lula.

Com base nos conceitos desenvolvidos anteriormente, esta seção tem como objetivo explorar programas de diplomacia cultural, mais especificamente, de difusão linguística, conduzidos pelo Estado brasileiro na África Lusófona.

4.1 DPLP: ações para a África

Com a chegada de Celso Amorim ao cargo de Ministro das Relações Exteriores, em 2003, foram feitas algumas modificações na estrutura organizacional do Itamaraty, cabendo destacar a adaptação da estrutura às novas necessidades da condução das diretrizes de política externa propostas pelo Governo Lula em diversos âmbitos, seja regional ou internacional (CASTRO, CASTRO, 2009: 288). Por meio do decreto nº 4759, primeiro instrumento de mudança empreendido pelo Ministro Celso Amorim, foi criada a Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP).

Castro e Castro (2009: 289) aponta que o Ministro Amorim demonstrou que uma de suas prioridades foi fortalecer a área de cooperação educacional e cultural, em especial, a consolidação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa com a criação da Nova Divisão, integrante da Direção Geral Cultural (DG).

A Nova Divisão é responsável pela organização da Rede Brasil Cultural, que incorpora os principais instrumentos da política brasileira de difusão da língua portuguesa. De acordo com Jorge Kadri, chefe da Divisão no período 2006 - 2009, os principais objetivos desta são:

> [...] concorrer para a ampliação do número de falantes de português no mundo; aumentar o interesse pela implementação de programas de ensino da língua portuguesa no exterior; e fortalecer o multilingüismo com a presença do português. (Kadri, 2007: 92-93).

A Rede Brasil Cultural é composta por três instituições: os Centros Culturais Brasileiros (CCB´s), Institutos Culturais (IC´s) e os Leitorados. Os CCB´s são instituições subordinadas às representações brasileiras no exterior e são responsáveis pelo ensino da variante brasileira do português. Ademais, são responsáveis pela aplicação da Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras) e pelo desenvolvimento de projetos na área cultural, como por exemplo, difusão da literatura brasileira, distribuição de

material informativo, exposições artísticas, entre outros (Brasil, Ministério das Relações Exteriores, 2014b).
Os IC´s são entidades no exterior regidas pelo direito privado local e subsidiadas pelo Governo brasileiro por meio de convênios. Sua principal função é promover o ensino do português e a cultura brasileira (Brasil, Ministério das Relações Exteriores, 2014b). Já o programa de Leitorados é responsável pelo envio de professores capacitados para ensinar a variante brasileira do português em universidades estrangeiras. Os Leitores podem desenvolver atividades que complementem os projetos empreendidos pelo CCB´s e, dessa forma, buscam a ampliação da presença cultural brasileira em localidades consideradas prioritárias pela política externa brasileira, como por exemplo, a África (Brasil, Ministério das Relações Exteriores, 2014b).
A Divisão atua também em colaboração com instituições que possuem núcleos de estudo sobre temas brasileiros. Os chamados Núcleos de Estudos Brasileiros (NEB´s) que se encontram em representações brasileiras e são formados por professores especializados no ensino da língua portuguesa que, além de promover cursos de português, organizam atividades que estimulam a difusão de símbolos culturais brasileiros (Brasil, Ministério das Relações Exteriores, 2014b).
Como deixa claro o relatório «Promoção Cultural. Promoção e Difusão da Língua Portuguesa» do MRE, o eixo Sul-Sul é privilegiado na estratégia de difusão linguística empreendidas pelo Ministério:

> [...] a expansão da presença internacional brasileira e a importância conferida à cooperação Sul-Sul, nos últimos oito anos, ensejaram novas oportunidades para a promoção da Língua Portuguesa. À nova postura assumida pelo Brasil deveria, no entanto, corresponder uma atualização da política de promoção e difusão da língua pátria [...]. Em coerência com os objetivos da atual política externa brasileira, compete à DPLP identificar oportunidades e articular recursos para fomentar a consolidação e a expansão da RBEx, associando métodos tradicionais de ensino à introdução das novas tecnologias no campo pedagógico (Brasil, Ministério das Relações Exteriores, 2014b).

Entre 2003 e 2010, assiste-se a uma fase de expansão de instituições brasileiras de promoção linguístico-cultural pelo mundo. Segundo o mesmo relatório, esse movimento de expansão pode ser comprovado pelos seguintes números:

> [...] os Centros Culturais Brasileiros, que eram 15 em 2003 e atendiam a 15.559 alunos, somam hoje 21 Centros e atendem a 28.357 alunos. Em 2003, havia 31 Leitores brasileiros em universidades estrangeiras; hoje, há 60 Leitores brasileiros atuando em instituições de 41 países (Brasil, Ministério das Relacoes Exteriores, 2014b).

Sobre os Centros Culturais Brasileiros abertos no período do governo Lula, Diniz (2012) observa que foi notável o aumento de instituições como essas no continente Africano. Só em um ano (2008) foram abertos três CCB´s na região, dois em países lusófonos (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) e um na África do Sul. Os números apresentados por Diniz (2012: 54) mostram que a África e a América do Sul ficam empatadas na distribuição de CCB´s, cada uma com 27,27 % do total de instituições como essas em todo o mundo. É importante lembrar também que foi em 2003, no início do governo Lula, que foi aberto um CCB em Angola. Esses novos Centros inaugurados no governo Lula conseguiram, desse modo, abranger todo o universo lusófono africano, pois eles juntaram-se aos antigos Centros já abertos em Guiné Bissau (1986) e Moçambique (1989), ainda no governo de Jose Sarney.
No entanto, essa expansão não se deu somente no âmbito dos Centros Culturais, pois o número de Leitorados também aumentou nesse período na região da África lusófona. Segundo dados do relatório «Promoção Cultural. Promoção e Difusão da Língua Portuguesa» do MRE (2014), em 2003, a representação de leitores brasileiros na África era bem reduzida, apenas três Leitorados, e é importante ressaltar que não haviam vaga para leitores em nenhuma das Universidades nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Já em 2010, a África respondia por 16,67% no total de leitorados brasileiros no exterior. Em números absolutos, dez leitorados eram distribuídos por diferentes países africanos. Em especial, nesse período foram abertas as vagas para leitores em Guiné Bissau, Maputo e São Tomé e Príncipe.

4.2 Cooperação educacional

Como mostrado anteriormente, a cooperação foi uma das áreas mais beneficiadas na política externa do governo Lula. E isso se deu em diversas áreas, como saúde, educação, entre outras. Pino e Leite (2010: 26) chamam atenção para diversos programas implantados pelo Brasil na área da cooperação, como por exemplo, a Alfabetização Solidária, o Bolsa Escola e o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos. Nesse sentido, os autores apontam que o Brasil é responsável por cursos de alfabetização, pela capacitação de professores e pela confecção de materiais didáticos.

Além desses programas, o governo brasileiro, tradicionalmente, concede bolsas para a formação e aperfeiçoamento de estudantes estrangeiros. Segundo o relatório «Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2005-2009», o total de recursos destinados para a concessão de bolsas no período 2005-2009 foi de R$ 284,07 milhões, sendo que esta cifra é o total dos recursos destinados para diferentes Ministérios (Ciência e Tecnologia, Educação e Relações Exteriores), agências de financiamento (CAPES) e demais instituições (IPEA; ABC, 2010: 27).

Na sequência, analisar-se-á com mais detalhe dois programas que tem tradição na história da cooperação educacional brasileira, em especial com a África, o Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG).

4.2.1 O Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG)

O Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) regido pelo decreto nº 7.498, foi criado em 1960, com o objetivo de articular com as universidades brasileiras o tratamento de estudantes estrangeiros vindos de países em desenvolvimento que queiram se candidatar a uma vaga em algum curso de graduação no Brasil. Segundo o Ministério das Relações Exteriores (MRE), os estudantes africanos foram aqueles que mais participaram ao longo da história do programa, observando-se uma maciça participação de estudantes provindos da África lusófona, principalmente, de Cabo Verde Angola e Guiné Bissau.

Essa tendência histórica ainda se verifica na época do Governo Lula (2003 -2011), como se pode observar nos quadros abaixo, elaborados pelo MRE e, que apresentam a quantidade de participantes no PEC-G em um período de 13 anos (2000 – 2013), vindos de três regiões particulares: África (figura 1), América do Sul (figura 2) e Ásia (figura 3).

Figura 1 – Quadro com o número de Bolsistas do PEC-G, procedentes da África de 2000 a 2013.

PAIS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
África do Sul															0
Angola	3	21	29	23	33	11	31	28	91	68	48	83	61	53	583
Benin									11	5	7	19	40	37	119
Cabo Verde	117	65	227	263	192	230	314	265	381	206	133	76	100	88	2657
Camarões			1					2	1		3	6	4	9	26
Costa do Marfim				1	1			3	1				1	4	11
Gabão		11		2	1	1	3	4							22
Gana	2	3	7	9	11	6	3	3	6		1	1		7	59
Guiné-Bissau	36	88	111	97	58	186	159	19	133	181	95	55	118		1336
Mali							2								2
Marrocos															0
Moçambique	12	13	27	21	26	27	13	9	4	4	9	7	6	13	191
Namíbia	1	1													2
Nigéria	9	6	7	11	14	27	19	22	32			12	1	2	162
Quênia		4	14	14	11	12	5		6	3	3	3		2	77
R. D. Congo								9	106	46	78	92	26	19	376
Rep. Congo													4	6	10
S. Tomé & Príncipe			24		47	147	35	13	12	4	6	19	5	3	315
Senegal	7	2	4	1	1	3	5	1				1	1	4	30
Togo												4	11	8	23
TOTAL	187	214	451	442	395	650	589	378	784	517	383	378	378	255	6001

Fonte: Brasil. Ministério das Relações Exteriores, 2014a

Figura 2 – Quadro com o número de Bolsistas do PEC-G, procedentes da América do Sul de 2000 a 2013.

PAIS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
Argentina	1		1	1		6	2				1	1			13
Barbados				1				5	2	2	5	3	1	4	23
Bolívia	12	9	10	4	1	6	11	5	4	13	11	4	1	7	98
Chile	4	4	3	1	1		2	3	2	3	2	2	2	3	32
Colômbia	6	11		3	5	3	4	3	2	2	2	2	6	8	57
Costa Rica		2	2	3	1	3	3	1	4		3	2	1	1	26
Cuba					1	3	3	2	4	5	8	7	11	3	47
El Salvador	1		1	2		1	1	2			1		3	3	15
Equador	3	12	3	6	6	9	19	19	19	32	7	11	17	11	174
Guatemala	1		4		3	3	2	1	1		4	4	4	4	31
Guiana															0
Haiti							2	15	12	8	11	3	3	10	64
Honduras	1	4	9	7	3	5	7	9	4	3			3	21	76
Jamaica			5	4	3	7	5	3	4	5	10	6	8	10	70
México				1						1			2	3	7
Nicarágua		2						1			3		1		7
Panamá	14	12					1	2	2	3	8	1	5	1	49
Paraguai	70	86	85	43	20	68	48	42	42	32	28	26	22	24	636
Peru	18	23	11	2	5	12	13	11	14	11	11	7	7	16	161
Rep. Dominicana					1	1	1			1			1	1	6
Suriname		1													1
Trinidad & Tobago	2	5	2	4			2	1	1	2		2	1	2	24
Uruguai	1	1	2		1	1	1			1					8
Venezuela	1		2		1	2			1	1		3			11
TOTAL	135	172	140	82	52	130	127	125	118	125	115	84	99	132	1636

Fonte: Brasil. Ministério das Relacões Exteriores, 2014a.

Figura 3 – Quadro com o número de Bolsistas do PEC-G, procedentes da Ásia de 2000 a 2013.

PAIS	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
Paquistão								2	2
Tailândia								1	1
Timor Leste	1					1		34	36
TOTAL									39

Fonte: Brasil. Ministério das Relações Exteriores, 2014a.

Os números mostram que a diferença entre a quantidade de alunos provindos da África, especialmente a lusófona, é grande frente à América Latina e à Ásia. É notável que no período do governo Lula (2003-2010) houve um considerável impulso na concessão de bolsas, vide o caso de Cabo Verde e Guiné Bissau.
Já o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) foi criado em 1981 com o objetivo de apoiar candidatos provindos de países em desenvolvimento interessados cursos de pós-graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. O programa é administrado por uma parceria de três Ministérios: o de Relações Exteriores, o da Educação e o de Ciência e Tecnologia.
O relatório do IPEA e ABC (2010) mostra que no período de 2005-2009 houve uma proliferação de acordos e tratados em cooperação técnica, educacional e cultural que deram ênfase na assistência a países que apresentavam déficits no ensino superior, especialmente no Sul-Sul. Segundo o relatoria IPEA e ABC (2010: 30) o PEC -PG foi o programa que mais recebeu recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no período de 2005-2009, totalizando 40% do total orçamentário da agência de financiamento.
Ainda no âmbito de programas que destinam bolsas a estudantes e profissionais para a realização de sua especialização no Brasil, o Programa de Qualificação de Docentes e Ensino de Língua Portuguesa com o Timor Leste representou no período de 2005-2009 um dos maiores orçamentos liberados pela CAPES para esse tipo de programa. Os recursos destinados a esse programa só perderam para o PEC-PG, que totalizou 37% do total de recurso da CAPES (IPEA; ABC; 2010: 31).

4.3 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira –UNILAB foi criada em 2010 pelo governo Lula e tinha como objetivo promover a cooperação educacional e cultural com outras nações, nesse caso em especial dando ênfase aos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP). Como destaca uma produção comemorativa da Universidade, a UNILAB é reflexo do esforço brasileiro em promover iniciativas para o desenvolvimento africano, principalmente, pela via da cooperação com a CPLP (UNILAB, 2013:12).
A UNILAB tem sua sede principal na cidade de Redenção, no Ceará. A escolha dessa localidade não se deu ao acaso, mas ocorreu devido a questões históricas e simbólicas, uma vez que essa foi a primeira cidade onde se aboliu a escravidão no Brasil. Diante desse fator simbólico, o presidente Lula em discurso sobre a iniciativa afirma que ela

> [...] é uma forma de o Brasil, aos poucos, ir pagando a dívida que nós temos com o povo africano, que não pode ser mensurada em dinheiro, ela tem que ser mensurada em solidariedade, em parceria, em contribuição. Um país como o Brasil pode ajudar muito o continente africano (Silva, 2010: 2).

No artigo 2, da lei nº 12.289 de 2010 que cria a referida Universidade, lê-se:

> A Unilab terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional (Brasil, 2010).

O programa desenvolvido pela Universidade se singulariza por oferecer a estudantes brasileiros e africanos cursos que se relacionam diretamente com as necessidades regionais de desenvolvimento socioeconômico. Os cursos oferecidos pela Universidade estão distribuídos pelas áreas de saúde, gestão, ciências agrárias, formação de professores, entre outras. A língua portuguesa é o elo que promove a concertação universitária, como ressalta a publicação da Universidade. Nesse sentido, a iniciativa «[...] é a primeira universidade criada especificamente para unificar o idioma português, consolidar a integração e disseminar o ensino a distância, entre os países da CPLP.» (UNILAB, 2013: 13). Gomes e Vieira (2013: 86) ressaltam que a UNILAB pode se constituir em uma ponte Brasil-África, no entanto, possui «[...] o desafio de articular e ultrapassar o plano do local para o global, do regional para o nacional, do nacional para o internacional e de um só continente para o intercontinental.»

4.4 A difusão linguística brasileira e o multilateralismo: Brasil e a CPLP

O início do Governo Lula coincide com a presidência brasileira na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). A estratégia brasileira de ressignificação da África, especialmente a lusófona, na sua agenda de política externa encontrou um importante aliado nessa posição de presidência. Aproveitando a oportunidade, o Governo Lula buscou aprofundar as concertações por via da Comunidade, como se pode constatar no seguinte trecho do documento enviado pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE) à Embaixada Brasileira em Lisboa sobre a CPLP em 2003

> [...] um dos objetivos da Presidência da CPLP (que passou do Presidente Fernando Henrique Cardoso para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva) é aumentar a visibilidade da Instituição, não apenas no que diz respeito à maior divulgação de suas atividades entre a sociedade civil dos Estados membros, mas também junto a outros organismos internacionais e a governos de terceiros países.[3]

Nos limites desse artigo não será possível explorar todos os pontos da agenda brasileira na presidência da Comunidade. Restringir-se-á a descrição da atuação brasileira no Instituto Internacional da Língua Portuguesa, que seria o instrumento multilateral de atuação brasileira para a promoção da linguística tanto nos países africanos lusófonos, como em países terceiros. No discurso de apresentação do balanço da presidência brasileira na CPLP na V Conferência entre Chefes de Estado e de Governo, o Presidente Lula afirmou

> Nossa Comunidade é unida por valores e princípios nascidos de uma vivência lingüística comum que queremos preservar e difundir. O fortalecimento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, germe da CPLP, foi uma prioridade durante a Presidência brasileira (Silva, 2004).

Congruente com o discurso do Presidente, Miyamoto (2009) assinala que na VII Cimeira que aconteceu em Lisboa, em 2008, o governo brasileiro reafirmou a necessidade da dinamização do Instituto e comprometeu-se a participar ativamente desse processo. Como é descrito no documento enviado pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE) à Embaixada Brasileira em Lisboa, em 2004, «[…] o Brasil atribui alta prioridade ao IILP e reconhece a necessidade de promoverem-se mudanças no atual quadro de ação do Instituto, bem como, eventualmente, em sua estrutura e estatutos[4].» No trecho do seguinte documento enviado, no mesmo ano, pela Brasemb Lisboa para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE), pode-se perceber a intenção brasileira de pressionar a reforma do Instituto Internacional da Lingua Portuguesa,

---

3 Despacho telegráfico nº 00021, a que tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE) em Brasília.

4 Despacho Telegráfico nº 00334, a que tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

> **[…] tendo presente a atual conjuntura em que discute a reformulação do IILP**, permito-me então, sugerir a vossa Excelência transferir à CPLP os USD 24,000.00 (correspondentes à EUR 19, 461.60), destinados ao IILP nos termos do desptel 131**.** **[…] Em suma, o que se propõe é que a contribuição ao IILP esteja suspenso, até a aprovação de seu novo estatuto**, e que haja esforco financeiro no pagamento do total das obrigações correspondentes a 2004, antes mesmo da conclusão da Presidência brasileira da CPLP, em julho do corrente ano.[5] (grifo nosso)

Além da busca pela reforma do Instituto Internacional da Lingua Portuguesa, foi no período do Governo Lula que o Acordo Ortográfico entrou em vigor no Brasil. Comentando os desafios que o governo Lula enfrentaria para reativar a política africanista na agenda brasileira, Saraiva (2002: 19) observa para que seria «desastroso» para a Comunidade e também no campo da língua portuguesa, se não houvesse consenso e não entrasse em vigor o Acordo Ortográfico, um dos projetos precursores no âmbito da concertação política em torno da lusofonia.

O Acordo Ortográfico passou por várias etapas até ser ratificado, foi criado em 1990, previa-se que entraria em vigor em quatro anos, mediante a ratificação de todos os países signatários. No entanto, somente três países (Portugal, Brasil e Cabo Verde) tinham completado o processo de ratificação e, por isso, o acordo ficou pendente. Em 1998, foi proposto e assinado um Protocolo Modificativo que tinha como objetivo desvincular a data proposta para a ratificação do Acordo. A última etapa aconteceu em 2004 quando, a partir de um Segundo Protocolo Modificativo, além de abrir espaço para a adesão do Timor Leste, definiu que o Acordo entraria em vigor se três membros da Comunidade o ratificassem.

Para Fiorin (2009), o Acordo Ortográfico extrapola o âmbito linguístico e se configura como um assunto político, pois o desenvolvimento de políticas linguísticas planificadoras tem caráter simbólico e, por isso, ajudaria a promover o fortalecimento identitário entre os sócios da Comunidade. Para o Chanceler brasileiro Celso Amorim (2009: 12), o Acordo Ortográfico pode ser visto como um reflexo do grau de coordenação que a Comunidade alcançou. Além disso, o então chanceler pondera que o Acordo ajudará a iniciativa de promover a língua portuguesa como língua oficial em importantes fóruns internacionais, como por exemplo, a ONU. Scarmallote (2009) argumenta que o Acordo possibilita resultados positivos de ordem política, educacional e econômica, na medida em que a unificação ortográfica é propicia para o requerimento da utilização oficial da língua portuguesa em organismos multilaterais, além de facilitar a circulação de livros didáticos entre os países de língua portuguesa e, por fim, ajudar nas negociações comerciais entre os países, uma vez que padroniza a redação de contratos.

Finalmente, é perceptível que a busca pela aproximação com o continente africano não se deu somente por elementos políticos e econômicos, mas agregou o componente cultural. A difusão linguística, por meio de Centros Culturais, programas de intercâmbio, criação da UNILAB, participação do Brasil na CPLP e no IILP, entre outros, representou um instrumento de aprofundamento e criação de um espaço propício para a relação brasileira com os PALOP.

5 Considerações finais

O governo Lula recolocou a África na agenda de política externa brasileira. As ações desse governo no continente africano buscaram utilizar instrumentos diplomáticos diversos para alcançar seus objetivos na região, sendo lícito afirmar que o instrumento cultural ganhou visibilidade e conseguiu se juntar a outros aspectos, como o político e o econômico no esforço de desenvolver uma nova estratégia de inserção do Brasil no sistema interestatal no século XXI. Esse artigo objetivou analisar como a política de difusão linguística do Governo Lula (2003-2010) direcionada para África agiu em congruência com as diretrizes gerais de política exterior desse governo.

---

5 Despacho Telegráfico nº 00292, a que tivemos acesso em pesquisa no Acervo documental do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), em Brasília.

A primeira seção explicitou a agenda brasileira de política externa voltada para a África, no sentido de demonstrar como o Governo Lula desenha uma perspectiva de ações exteriores com olhos na cooperação Sul-Sul, o que engloba o continente africano. Diante de análise histórica das agendas governamentais para a África foi possível afirmar que a participação deste continente na agenda brasileira foi permeada por avanços e retrocessos, no entanto, ganha impulso com as diretrizes do Governo Lula que busca por meio de mecanismos políticos, econômicos, entre outros, assegurar o aprofundamento das relações brasileiras com países africanos, principalmente lusófonos.

Nesse sentido, a diplomacia brasileira buscou alinhar uma diversidade de instrumentos para alcançar os objetivos traçados pela política exterior. A difusão linguística foi utilizada como suporte dos processos de aprofundamento das relações brasileiras com a África lusófona. Isso quer dizer que os conceitos de diplomacia pública e cultural, desenvolvidos na segunda seção, foram importantes para compreender como se engloba o português, elo cultural entre Brasil e os Países Africanos Lusófonos, nos mecanismos diplomáticos.

Apresentadas as diretrizes de política externa do Governo Lula e as modalidades diplomáticas que instrumentalizam a língua, a terceira seção mostrou os resultados práticos de como o Brasil impulsionou sua difusão linguística na África nesse período. Os dados apresentados confirmam uma expansão dos programas brasileiros na África que tem na língua portuguesa um meio ou um fim para alcançar as diretrizes de política exterior. A abertura de novos Centros Culturais e novos Leitorados na região dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs), a expansão do número e recursos destinados aos programas de intercâmbio estudantil, que tem nos Países africanos lusófonos seus principais beneficiários e a abertura da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) representaram as iniciativas em âmbito bilateral nesse período.

Já no âmbito multilateral, as negociações para a reforma do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), que coincidiram com a Presidência Brasileira na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), representam um entusiasmo brasileiro nesses mecanismos multilaterais que buscam afirmar e promover a língua portuguesa não só nos países componentes da comunidade, como também em organismos internacionais. Por último, é necessário frisar a participação brasileira na ratificação do Acordo Ortográfico que vinha se «arrastando» por décadas.

Diante desses dados, pode-se afirmar que a difusão da linguística brasileira na África Lusófona foi um tema priorizado e que, por isso, desenvolveram-se novas e positivas ações no Governo Lula. Desse modo, é importante afirmar que houve muitos avanços no trato da difusão linguística brasileira nesse período, mas que é necessário, para estudos futuros, buscar a evolução desses processos para perceber se eles formam uma intenção de Estado ou de governo.

6 Referências

AMORIM, C. (2005). Política externa do Governo Lula: os dois primeiros anos. *Análise de conjuntura OPSA*. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro IUPERJ/UCAM. Disponível em: http://www.gedes.org.br/downloads/634f9099c3349482a22c6accc49d0043.pdf. [consultado em: 22/09/2014].

_____ (2009). Por uma nova arquitetura internacional. In: Ministério das Relações Exteriores. *Discursos, Palestras e Artigos do Chanceler Celso Amorim*. Brasília. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/divulg/documentacao-diplomatica/publicacoes/discursos-palestras-artigos/arquivos/2009/at_download/file. [consultado em: 22/09/2014].

ARRIGHI, G. (1996*). O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Tradução Vera Ribeiro, revisão de tradução César Beijamin. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. (2010*). Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010*. Brasília. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12289.htm. [consultado em: 26/09/2014].

_____. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Temas Educacionais**.** *PEC-G: Histórico do Programa.* Disponível em: http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php. [consultado em: 25/09/2014a].

_____. Ministério das Relações Exteriores. *Promoção Cultural. Língua Portuguesa*. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/8.2.2-promocao-cultural-lingua-portuguesa. [consultado em: 20/09/2014b].

CASTRO, F. M. O., CASTRO, Francisco M.O. (2009) *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.

DAUVERGNE, P., FARIAS, D. (2012). The Rise of Brazil as a Global Development Power. *Third World Quarterly.* Disponível em : http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2012.674704#.VI3mdJU5Aic [consultado em: 24/09/2014]

DINIZ, L. R. (2012). *A Política linguística do Estado brasileiro na contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior.* Tese de Doutoramento, Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

FIORIN, J. L. (2009) O acordo ortográfico: uma questão de política linguística. *Linguasagem – Revista Eletrônica de Popularização Científica em Ciências da Linguagem.* Disponível em http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao04/04_004.php. [consultado em: 21/09/2014].

GALA, I. *Os Pilares de atuação da CPLP e os interesses do Brasil*. Disponível em http://www.mre.gov.br/dc/temas/CPLP_Port_3.pdf. [consultado em: 20/09/2014].

GOMES, N. L., VIEIRA, S. L. (2013). Construindo uma ponte Brasil-África: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Luso-Afrobrasileira (UNILAB). *Revista Lusófona de Educação*. Disponível em: http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/4178. [consultado em: 21/09/2014].

HIRST, M., SOARES DE LIMA, M., PINHEIRO, L. (2010) A política externa brasileira em tempos de novos horizonte e desafios. *Nueva Sociedad.* Disponível em http://library.fes.de/pdf-files/nuso/ep-2010.pdf. [consultado em: 22/09/2014].

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA), AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC) (2010). *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2005-2009*. Brasília: IPEA, ABC.

JORA, L. (2013). New practices and trends in cultural diplomacy**.** *Pol. Sc. Int. Rel*., p. 43–52. Disponível em: http://journal.ispri.ro/?p=464 [consultado em: 20/09/2014]

KADRI, J. G. (2007). DPLP e a Língua Portuguesa – Entrevista (concedida para SILVA, Nilce da). *Revista ACOALFAplp: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa*, São Paulo. Disponível em: http://www.acoalfaplp.net. [consultado em: 24/09/2014].

KHUMTHUKTHIT, P. (2010) *A nova diplomacia pública do Japão***.** Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio.

LEITE, P. S. (2011). *O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva.* Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.

LESSA, A., COUTO, L., FARIAS, R. (2009). Política externa planejada: os planos plurianuais e a ação internacional do Brasil, de Cardoso a Lula (1995-2008). *Rev. bras. polít. int.* Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292009000100005.
[consultado em: 24/09/2014].

LESSA, M., SARAIVA, M., MAPA, D. (2011). Entre o palácio do Itamaraty e o Palácio Capanema: perspectivas e desafios de uma diplomacia cultural no governo Lula. In: PINHEIRO, L.; MILANI, C. (org.) *Política Externa Brasileira: a política das práticas e a prática das políticas***.** Rio de Janeiro: Editora FGV.

MAGALHÃES, J. C. (1996). *A diplomacia pura*. 2. ed. Venda Nova: Bertrand Brasil.

MELISSEN, J. (ed.) (2005). *The new public diplomacy*: soft power in international relations. Basingstoke: Palgrave.

MENEZES, C. C. F (2011). Identidade Nacional e Poder nas Relações Internacionais: Uma breve trajetória da construção da política de diplomacia cultural brasileira. In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo.

MIYAMOTO, S. (2009). O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP). *Rev. bras. polít. int.,* Brasília. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292009000200002&lng=en&nrm=iso. [consultado em: 05/10/2014].

MOTA, M. V. (2009). *Brasil, Portugal e a CPLP: Possíveis estratégias internacionais no século XXI***.** Dissertação de Mestrado, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo- USP.

OLIVEIRA, H. A. (2005). *Política externa brasileira*. São Paulo: Saraiva.

RIBEIRO, C. O. (2004). Brasil, África, Portugal: da política externa independente à CPLP. *Leviathan*. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dcp/leviathan/index.php/leviathan/article/view/5. [consultado em:05/10/2014]

RIBEIRO, E. T. (2011). *A diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.

SARAIVA, J. S. (2002). Política exterior do Governo Lula: o desafio africano. *Rev. Bras. Polít. Int.* Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200001. [consultado em: 22/09/2014].

SCARMELOTE, G. (2009). Novas ideias, voos ainda mais altos: O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entra em vigor para facilitar o intercambio cultural e as negociações entre países lusófonos. *Revista Getúlio*. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7032/Ed.%2014%20-%20Reportagem%20%28Site%29.pdf?sequence=1. [consultado em: 14/10/2014].

SILVA, L. I. (2004). Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão de trabalhos da V Conferência de Chefes de Estado e Governo, para apresentação do balanço da presidência brasileira da CPLP, no período de julho de 2002 a julho de 2004. São Tomé. *Mundorama.* Disponível em: http://mundorama.net/2004/07/26/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-sessao-de-trabalho-da-v-conferencia-de-chefes-de-estado-e-de-governo-para-apresentacao-do-balanco-da-presidencia-brasileira-da/. [consultado em: 04/10/2014].

_____ (2010). Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de sanção do Estatuto da Igualdade Racial e do projeto de lei que cria a Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (Unilab). *Presidência da República***.** Secretaria de Imprensa. Brasília. Disponivel em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/2o-semestre/20-07-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-de-sancao-do-estatuto-da-igualdade-racial/view. [consultado em: 04/10/2014].

SHANNON, T. (1996). *An introduction to the World-System Perspective*, Westview Press.

SOARES DE LIMA, M. R. (2005). A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000100002. [consultado em: 21/09/2014].

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFROBRASILEIRA (UNILAB) (2013). A Unilab e a Comunidade de Paises de Lingua Portuguesa. In: DIOGENES, C., AGUIAR, J. (orgs.). *Unilab: Caminhos e Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul***.** Disponível em: http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/07/LIVRO-UNILAB-5-ANOS-2.pdf [consultado em: 24/09/2014].

VIGEVANI, T., CEPALUNI, G. (2007). A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto internacional*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200002. [consultado em: 20/09/2014].

VIZENTINI, P. G., PEREIRA, A. D. (2008). A política africana do governo Lula. *Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais/ UFRGS*. Disponível em: http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf. [consultado em: 20/09/2014].

PINO, B., LEITE, I. (2010). La cooperación Sur-Sur de Brasil: ¿Instrumento de política exterior y/o manifestación de solidaridad internacional. *Mural Internacional*. Disponível em: <http://www.e publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/5262>. [consultado em: 23/10/2014].

WALLERSTEIN, I. (2004) *World System Analysis: An Introduction***.** Durham: Duke University Press.

_____. The inter-state structure of the modern world-system. (1996). In: SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. (eds.), *International Theory: Positivism and Beyond***,** Cambrigde University Press.

Cultura afro-brasileira e sua representação em outras culturas

Luana Santos Melo

Laura de Almeida

Resumo: Considerado um escritor mundialmente conhecido, traduzido em vários idiomas, Jorge Amado tem a questão cultural como uma de suas características principais, ou seja, o escritor apresenta vários aspectos da cultura baiana em seus romances. Nossa proposta é analisar a questão da tradução cultural extraída da obra de Jorge Amado, *Tocaia Grande* traduzida por Gregory Rabassa, para o inglês americano como *Show Down*. Objetivamos verificar se é possível traduzir a cultura de uma língua para outra sem "perder" a cor local, digamos as características básicas que a marcam em sua cultura de origem. Adotamos por pressupostos teóricos os estudos sobre tradução cultural de Aubert (1995;1996). Partimos do pressuposto que os resultados a serem obtidos nos possibilitarão uma análise acerca das traduções da cultura baiana para a cultura de língua inglesa e a proposta de uma nova versão para os termos que, porventura, não foram transportados para o outro idioma.

Palavras-chave: direito linguístico, tradução cultural, etnicorracial, cultura afro-brasileira, memória

1. Introdução

Por meio desta pesquisa, apresentamos alguns dados provenientes do projeto de iniciação científica intitulada *Aspectos da cultura baiana da tradução para a língua inglesa*, financiado pela FAPESB e desenvolvido na Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia. Dentre os objetivos visamos analisar os termos voltados para o candomblé e a forma como foram traduzidos para a língua inglesa. A pergunta que traduz-se como o fio condutor é a seguinte:

- É possível traduzir os termos do candomblé de forma que seja passado para a língua traduzida o significado da língua de origem?

Com base nesse pressuposto buscamos também verificar como os termos culturalmente marcados do candomblé podem ser classificados conforme os procedimentos teóricos da tradução.

Considerado um escritor mundialmente conhecido, traduzido em vários idiomas, Jorge Amado tem a questão cultural como uma de suas características principais, ou seja, o escritor apresenta vários aspectos socioculturais, principalmente no tocante à sociedade baiana, em seus romances. Em vista deste fato, temos por objetivo geral selecionar termos relacionados à Africanidade e analisar a tradução realizada para a língua inglesa. Para tanto, trabalharemos com as seguintes indagações:

- É possível transportar elementos da cultura baiana para outra cultura sem perder o sentido?
- Quais as ferramentas das quais o tradutor pode fazer uso a fim de resolver os problemas da intraduzibilidade de uma cultura para outra?

Em vista do exposto, visamos abordar os seguintes itens:

- Verificar as estratégias adotadas pelo tradutor da obra para a língua inglesa, em especial no que diz respeito à questão cultural, bem como com relação à forma como foi realizada a tradução de alguns itens característicos da cultura baiana, nos trechos extraídos da obra intitulada *Tocaia Grande* traduzida para o inglês americano como *Show Down*;
- Discutir alguns resultados da análise descritiva e comparativa entre original e tradução para o inglês da obra de Jorge Amado selecionada para nossa investigação;
- Analisar as traduções relativas à africanidade em especial ao candomblé;

Este trabalho visa analisar os extratos da obra com base nos procedimentos teóricos da tradução e na fundamentação teórica adotada que será apresentada no item posterior.

2. Fundamentação teórica

Dos estudos realizados sobre tradução cultural nas obras de Jorge Amado, citaremos os que tomamos conhecimento e que abordam a mesma metodologia que empregaremos em nosso estudo. Dentre os estudos realizados sobre tradução cultural em obras de Jorge Amado citamos Correa (1998), Tooge (2009) dentre outros, que por ventura, não seja de nosso conhecimento.

Corrêa (1998) realizou um estudo contrastivo de termos culturalmente marcados, das obras *Dona Flor e Seus Dois Maridos, Tenda dos Milagres e Tereza Batista Cansada de Guerra*, romances de Jorge Amado e suas respectivas traduções para o inglês, *Dona Flor and Her Two Husbands, Tent of Miracles e Tereza Batista Home from the Wars.* A autora utilizou o modelo proposto por Vinay e Darbelnet (1960) e sua reformulação por Aubert (1996) observando a prevalência das modalidades empréstimo, adaptação e explicitação.

Tooge (2009) apresenta em sua Dissertação de Mestrado intitulada *Traduzindo o Brasil: o país mestiço de Jorge Amado* aspectos relativos a várias obras traduzidas de Jorge Amado para a língua inglesa mas não aborda a obra que nos propomos aqui. A autora investigou a relação entre as traduções realizadas por Alfred A. Knopf e Jorge Amado, as redes de influência e a representação cultural do Brasil na literatura traduzida de Jorge Amado nos Estados Unidos. Considerando-se que nenhuma das pesquisas citadas abordou a obra que nós selecionamos e tão pouco a linguagem do candomblé de forma mais peculiar, nossa proposta de estudo visa abarcar os aspectos mencionados que justificam-se pela sua riqueza em conhecer a formação da cultura brasileira por meio do estudo do léxico.

A fim de realizarmos o presente estudo, adotamos a abordagem interdisciplinar envolvendo a tradução sob a óptica dos estudos culturais de Fanon (1979), Hall (2002) e Bhabha (2007). Em relação à tradução cultural, abordaremos principalmente as ideias de Aubert (1995, 1998, 1997). Também consideraremos a questão da intraduzibilidade discutida por Mounin (1963) e Ronái (1987), entre outros.

Além disso, para estudar o corpus coletado, adotamos os estudos do candomblé realizados por Póvoas (1989), que apresenta um estudo do português falado do candomblé da Bahia; bem como as análises de Silva (1994) e Bastide (2001). A investigação deter-se-á nos estudos culturais de Fanon (1979), Hall (2002) e Bhabha (2007), os quais apresentam a questão da identidade cultural, das diferenças culturais e da homogeneização da cultura.

Em linhas gerais, Aubert salienta que os planos estrutural, cultural e individual da linguagem são de naturezas diversas; o autor também apresenta os problemas de traduzir a cultura, pois ela não pode ser resumida a uma simples transcodificação de léxico e gramática, uma vez que é marcada por conflitos, tensões e desequilíbrios.

Neste estudo, pretendemos investigar o grau de diferenciação, isto é, o grau de proximidade/distanciamento entre o texto original e o texto traduzido com base nos estudos realizados por Aubert (1997). Além disso, para estudar o corpus coletado, adotamos os estudos do candomblé realizados por Póvoas (1989), que realiza um estudo do português falado do candomblé da Bahia; bem como as análises de Silva (1994) e Bastide (2001). A investigação deter-se-á nos estudos culturais de Fanon (1979), Hall (2002) e Bhabha (2007), os quais apresentam a questão da identidade cultural, das diferenças culturais e da homogeneização da cultura.

Em relação à intraduzibilidade, observamos a discussão sobre a impossibilidade da tradução abordada por Mounin (1963):

> Os que sustentam a impossibilidade teórica da tradução (entre eles, paradoxalmente, tradutores de real mérito) costumam alegar a intransponibilidade de certas virtudes próprias a cada língua. Metódico, o nosso autor disseca-lhes os argumentos um por um, demonstrando que nem a semântica, nem a morfologia, nem a fonética, nem a estilística peculiares a determinado idioma constituem obstáculos insuperáveis ao intérprete munido, além do conhecimento seguro das línguas, de cultura, intuição e bom gosto. (RONÁI, 1987, p.31)

Partindo do pressuposto que o objetivo de toda arte é algo impossível, considerando-se que o poeta exprime o inexprimível, o pintor reproduz o irreproduzível, Ronái (1987, p. 2) concebe a tradução como uma arte, pois o tradutor se empenha em traduzir o intraduzível.

Baseando-se em Herder (1943), “ninguém pensa além do idioma”, Ronái (1987, p. 2) explica que a impos-

sibilidade da tradução está ligada ao fato de existirem ideias que só podem nascer na consciência de pessoas que falam determinada língua, ou mesmo que nascem unicamente por certa pessoa falar determinada língua:

> Há uma ligação intrínseca entre o pensamento e o seu meio de expressão; sua inseparabilidade, embora nem sempre tão clara como nesses casos extremos, verifica-se a cada passo. O tradutor, ao procurar separá-los, atenta constantemente contra essa lei psicológica da linguagem. (RONÁI ,1987, p. 2)

Muitas vezes, sabendo-se de antemão que não existe equivalente perfeito, Ronái (1987, p. 4) observa que o tradutor nem tenta a tradução, resigna-se a manter o termo primitivo, valendo-se das muletas do grifo, das aspas ou das notas de pé de página. Nesses casos, muitas vezes, não encontramos soluções satisfatórias, pois se tratam de expressões cristalizadas da língua, idiomatismos. Ronái (1987, 10) acrescenta que, como não há equivalências absolutas, uma palavra, expressão ou frase do original podem ser frequentemente transportadas de duas maneiras, ou mais, sem que se possa dizer qual das duas é a melhor. Daí não existir uma única tradução ideal de determinado texto. Haverá muitas traduções boas, mas não a tradução boa de um original. Ronái (1987, 47/48) comenta que existem palavras que por mais que tentemos traduzi-las, recorrendo a todos os circunlóquios possíveis, chegamos à conclusão de só haver exprimido parte do seu conteúdo complexo. Tais palavras, em geral, acabam impondo-se sob sua forma original aos idiomas cultos, que, na impossibilidade de forjarem seus equivalentes, as incorporam ao próprio vocabulário.

Os estudiosos da teoria da tradução têm salientado muito as diferenças de ambiente que são responsáveis pela ausência de determinadas noções e que constituiriam obstáculos insuperáveis para o tradutor. Ronái (1987, 48) remete-se à Humboldt no tocante da diversidade das visões de mundo. Aubert (1987, p. 15) considera a tradução literal como aquela em que se mantém uma fidelidade semântica estrita, adequando, porém, a morfossintaxe às normas gramaticais da língua da tradução.

A tradução deve ser vista como uma atividade reflexiva, cujo domínio da liberdade se estende entre os dois pólos: a) a língua para a qual se traduz; e b) o sentido do texto que se pretende traduzir. Em relação à prática do traduzir, cumpre ressaltar que, diante da limitação idiomática, o que é peculiar a uma língua não pode ser, a rigor, traduzido; o expediente da adaptação parcial, pela quais certos elementos do sentido são sacrificados a sua totalidade emprega-se ao lado do recurso do decalque linguístico.

Com vias a analisar a questão cultural, buscamos subsídios teóricos em Hall (2002), Fanon (1979) e Bhabha (2007). Hall (2002) afirma que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado. A identificação não é automática, mas pode ser ganha ou perdida. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de *diferença*. Tal afirmação pode ser comprovada nos estudos de Fanon que apontam para a questão da imposição ou, nas próprias palavras do autor, da substituição de uma língua pela outra, o que acaba afetando a cultura, como podemos verificar quando o autor coloca que:

> A violência colonial não tem somente o objetivo de garantir o respeito desses homens subjugados; procura desumanizá-los. Nada deve ser poupado para liquidar as suas tradições, para substituir a língua deles pela nossa, para destruir a sua cultura sem lhes dar a nossa; é preciso embrutecê-los pela fadiga. (FANON, 1979, p.9)

Em outro momento, Hall (2002) observa a analogia que existe entre língua e identidade: falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional embutido em nossa língua e em nossos sistemas culturais (Hall, 2002, p.40).

No que diz respeito aos estudos realizados sobre a tradução cultural em obras de Jorge Amado, consideraremos que:

> Traduzir uma obra literária brasileira, como a de Jorge Amado para outra língua e cultura torna-se tarefa difícil para o tradutor, por mais experiente que seja, visto a dificuldade em se traduzir, em sua essência ou totalidade, a originalidade, a musicalidade,

> o gingado que alguns termos comportam, como por exemplo a capoeira; o misticismo e o sincretismo religioso presente na equivalência dos orixás em relação aos santos católicos; o som dos instrumentos típicos utilizados nos terreiros, como o atabaque ou agogô; as iaôs em transe ao incorporar os orixás, suas vestes, trajes, comida, dança, festejos; o universo exótico a ao mesmo tempo místico que envolve a comida baiana, como o vatapá, o efó, (VALIDÓRIO; CAMARGO, 2005, p.2)

Como podemos constatar na citação acima, estudiosa atentam para a dificuldade em traduzir Jorge Amado devido ao retrato cultural que ele cria em suas obras.

Este trabalho não se propõe a apresentar soluções para as questões de incompatibilidade tradutória que possam surgir e sim verificar o que foi feito pelo tradutor para resolver as dificuldades surgidas no percurso da tradução com relação à questão cultural.

Com base no exposto, consideramos que a questão cultural apresenta-se como um entrave na tradução de uma língua para outra. A seguir, apresentamos a metodologia adotada, a fim de detectarmos os trechos da tradução cultural relacionados à cultura baiana, os quais causaram estranheza ao serem traduzidos para a língua inglesa.

Apresentamos um rápido esboço das iguarias preferidas pelas divindades africanas:

> Oxalá, o grande deus, reclama os *abarás* os *acaçás*, os bolinhos de milho brancos envolvidos em folha de bananeira, pois sua cor é o branco. Para ele é indispensável ter uma alimentação sem sal e sem pimenta, porque é o deus da bondade e da doçura. (...) Xangô reclama o *ama lá* feito de quiabos, camarões e azeite-de-dendê. (...) Iansã quer o *caruru* de arroz ou o *angu* de mandioca com *acarajés* (...). Enfim, o *caruru* dos IBGE, São Cosme e São Damião, é bem conhecido de todos os brasileiros. (BASTIDE, 2001, p.332)

O fato de o tradutor ter feito uso, em sua maior parte, do procedimento teórico da "omissão", remete-nos aos estudos culturais de Hall (2002) e de Bhabha (2001). A questão da intraduzibilidade devido a fronteiras existentes entre duas línguas.

> (...) Esse jogo disjuntivo de símbolo e signo torna a interdisciplinaridade um momento fronteiriço da tradução descrito por Benjamin como a ´estrangeiridade das línguas´. A ´estrangeiridade´ da língua é o núcleo do intraduzível que vai além da transferência do conteúdo entre textos ou práticas culturais. A transferência do significado nunca pode ser total entre sistemas de significados dentro deles, pois ´a linguagem da tradução envolve seu conteúdo como um manto real de amplas dobras ...ela significa uma linguagem mais exaltada do que a sua própria e, portanto, continua inadequada para seu conteúdo, dominante e estrangeiro. (BHABHA, 2007, p.230)

Sobre a inclusão da cultura africana, Póvoas afirma que no ensino da Lei 10.639/2003:

> É preciso atentar para um outro perigo; a questão ideológica. História e Cultura Afro-brasileira podem muito bem se constituir num forte instrumento de reforço às ideologias de recalque. Não há maior perigo para uma cultura do que aquele em que os valores são folclorizados, por parte de quem ensina. Foi justamente isso que certos jesuítas fizeram na catequese dos índios brasileiros. Escreviam pequenas peças de teatro que eram encenadas pelos próprios índios. Nelas, divindades cristãs lutavam com divindades indígenas que sempre saíam derrotadas. (...) (PÓVOAS, 2007, p.382)

Nesse contexto, remetemo-nos à aplicação da Lei 10.639/2003, segundo a qual:

> O espírito humano, que não tem atributos nem de raça nem de cor, engendrou nos negros o sentimento de resistência. Para Roger Bastide, através do pensamento mítico; para Stuart Hall, pela configuração identitária plurívoca; para Clyde Flood, pela compreensão de que o discurso dos negros é uma narrativa mítica em que se presentifica o

> herói, na sua jornada de recuperações de uma face, numa trama de injustiças, façanhas e conquistas de um passado recriado. Resta-nos construir uma nova ética que nos permita adotar um novo conceito de étnica, para que a *Escola* seja outra e para que a *História* seja a história de todos os brasileiros. (PÓVOAS, 2007, p.390)

Com base no exposto, consideramos que a presente pesquisa traz contribuições significativas para o estudo da africanidade ao relacionar a tradução não apenas com os aspectos lingüísticos da obra mas também com os culturais.

3. Metodologia empregada

A metodologia utilizada será com base nas análises qualitativa e quantitativa. A primeira realizar-se-á ao buscarmos organizar os dados analisando os aspectos semântico-lexicais dos trechos extraídos para análise. A segunda análise será com base no levantamento do número de ocorrências incidentes a fim de determinarmos a que predomina.

Nesta pesquisa utilizamos, entre outros métodos, a análise dos procedimentos técnicos da tradução apresentados por Vinay e Darbelnet (apud Campos, 1987, 46-55), que são ordenados segundo a dificuldade de execução pelo tradutor, ou seja, quanto mais próximos da língua original, mais fácil sua realização, estando, assim, os primeiros - o empréstimo, o decalque e a tradução literal - no âmbito da tradução direta, e os demais - a transposição, a modulação, a equivalência e a adaptação - no âmbito da tradução oblíqua, que é que, em busca do sentido, mais se afasta da forma do texto da língua original e, portanto, seria mais difícil para o tradutor.

Ambos, Catford (1965) e Vinay & Darbelnet justificam o emprego do *empréstimo* ou por ser o item lexical em questão considerado intraduzível, ou pelo objetivo estilístico de dar *cor local* ao texto traduzido. Com base no exposto, visamos verificar a ocorrência de empréstimos na tradução da obra em questão, além de outros procedimentos tradutórios detectados.

Após a identificação e a análise da tradução dos termos culturalmente marcados, os mesmos foram classificados segundo a tipologia apresentada pelos autores mencionados e a mais adequada ao presente estudo.

O desenvolvimento do presente trabalho realizou-se por meio de uma combinação de análises semimanuais e de análises computadorizadas. Inicialmente, em uma análise qualitativa, buscamos levantar as áreas semânticas consideradas preferenciais do autor. Entre as várias áreas semânticas encontradas em que a tradução cultural evidencia-se como algo quase que intransponível, observamos as seguintes: comida /bebida, religião/ festejos/ folclore, instrumentos musicais, superstições/ crendices, expressões idiomáticas, gíria/ palavrão, características das pessoas/ do local. No entanto, nesse momento, abordaremos apenas o campo semântico da religião, associado ao campo da comida presentes na obra de Jorge Amado:*Show Down*.

Considerando as opções apresentadas pelos tradutores mencionados, examinamos suas recorrências em colocações para observar se os tradutores utilizaram diferentes estratégias facilitadoras ao traduzirem, por meio de uma estrutura menos complexa. Os resultados mostraram haver marcas destinadas a facilitar a compreensão do leitor nos respectivos textos traduzidos. Além disso, foi possível verificar, a partir da análise da obra adotada como corpus, as principais estratégias dos tradutores, assim como a classificação das mesmas.

4. Análise dos dados

Após a coleta dos dados referentes ao candomblé selecionamos alguns deles e os classificamos conforme os procedimentos teóricos da tradução.

Com base no gráfico acima observamos que existe um número maior de empréstimos representados por: Oxóssi, Xangô, Oxum, Oxalá, Peji, Pascorô e Exu. A seguir temos o mesmo número de ocorrências para omissão (Ogan, Eirus, Xaxarás, Abebês, Encantado) e para a adaptação (Iyá Quequé/ iiá Quequé, Sete Portas/ Seven

Doors, Yiaba/iiabá, Ora-yê-yêwo. Além desses, observamos termos classificados como amplificação como: Encantado/ the Enchanted one.
A modalidade da adaptação foi descrita, primeiramente por Vinay & Darbelnet (1977, p. 30), depois por Vázquez-Ayora (1977) e também comentada por Newmark (1988). Desses autores depreende-se que o procedimento da adaptação corresponde ao limite extremo da tradução: aplica-se em casos nos quais a situação toda a que se refere a texto da língua original (TLO) não existe na realidade extralinguística dos falantes da Língua traduzida (LT). Esta situação pode ser recriada por outra equivalente na realidade extralinguística da LT (BARBOSA, 1990, p. 76).
Dessa forma, concluímos que a omissão de termos culturalmente marcados na cultura baiana, como os do candomblé, podem ter relação ao que Hall (2002, p.49) chama de "sujeito fragmentado" ou então a criação de uma cultura homogênea ao "apagar" as diferenças existentes entre as línguas e generalizar uma ideia única para vários termos diferentes.

Considerações finais

Resumindo os resultados desta pesquisa com base nas modalidades de tradução aplicados ao corpus, pudemos constatar que o problema proposto era investigar as soluções encontradas pelo tradutor da obra em questão a fim de lidar com a cultura e/ou com as palavras específicas relacionadas ao ambiente cultural, para as quais, teoricamente falando, não existiriam equivalentes possíveis na Língua Alvo. Assim, embora a teoria possa ser limitada, o tradutor faz uso de soluções inventadas, embora hesitantes, a fim de eliminar as peculiaridades culturais. De fato, são essas particularidades que fazem com que o leitor conheça a cultura para a qual o texto é traduzido. É com esse objetivo, que este estudo pretende abordar a visão de mundo que o texto construído impõe ao leitor de uma obra traduzida.
Em uma breve análise da tradução da obra original para a língua inglesa, chegamos à conclusão que o enredo/ a estória em si é passado para o leitor da língua inglesa, porém, os elementos relacionados ao candomblé são muitas vezes "apagados" na tradução. Não presenciamos a inclusão da cultura africana em todo o percurso, mas será isso intencional? Alguns pesquisadores expõem a questão ideológica relacionada à inserção da cultura africana.
Em relação aos termos estudados relativos à religião, concordamos com Ronái (1987) quando o autor afirma que existem palavras que, por mais que tentemos traduzi-las recorrendo a todos os circunlóquios possíveis, chegamos à conclusão de só haver exprimido parte do seu conteúdo complexo. É o caso dos termos genéricos como *voodoo*, escolhidos para designar vários significados diferentes como abordamos em nossa análise.
Embora Catford (1965), Vinay e Darbelnet (apud Campos, 1987) justifiquem o emprego do "empréstimo"; ou mesmo por ser o item lexical em questão considerado intraduzível, e pelo objetivo estilístico de dar "cor local" ao texto traduzido, observamos muito pouca ocorrência do fenômeno. O presente estudo buscou abarcar alguns fenômenos da tradução cultural na obra traduzida para o inglês e detectamos algumas expressões que não trazem uma tradução que revele a cultura local.
O fato de o tradutor ter feito uso, em sua maior parte, do procedimento teórico da "omissão", remete-nos aos estudos culturais de Hall (2002) e de Bhabha (2001). A questão da intraduzibilidade devido a fronteiras existentes entre duas línguas.

> (...) Esse jogo disjuntivo de símbolo e signo torna a interdisciplinaridade um momento fronteiriço da tradução descrito por Benjamin como a ´estrangeiridade das línguas´. A ´estrangeiridade´ da língua é o núcleo do intraduzível que vai além da transferência do conteúdo entre textos ou práticas culturais. A transferência do significado nunca pode ser total entre sistemas de significados dentro deles, pois ´a linguagem da tradução envolve seu conteúdo como um manto real de amplas dobras ...ela significa uma linguagem mais exaltada do que a sua própria e, portanto, continua inadequada para seu conteúdo, dominante e estrangeiro. (BHABHA, 2007, p.230)

Observamos a intraduzibilidade de alguns aspectos culturais que não foram retratados na outra cultura, deixando algumas lacunas a serem abordadas em estudos futuros.
Dessa forma, concluímos que a omissão de termos culturalmente marcados na cultura baiana, como os do candomblé, podem ter relação ao que Hall (2002, p.49) chama de "sujeito fragmentado" ou então a criação de uma cultura homogênea ao "apagar" as diferenças existentes entre as línguas e generalizar uma ideia única para vários termos diferentes.

Bibliografia

AUBERT, Francis Henrick – Desafios da tradução cultural. In: *TradTerm* **nº 2.** São Paulo: FFLCH/ CITRAT, 1995.

_____. Modalidades de tradução: teoria e resultados. *TradTerm* 5(1). São Paulo: CITRAT/FFLCH-USP, 1998, 99-128.

_____. Translations modalities – a descriptive model for quantitative studies in Translatology. In: *Romansk Forum 6.* Oslo: Universidade de Oslo, dez. 1997.

BASTIDE, Roger. *O candomblé da Bahia: rito nagô*. Tradução Maria Isaura Pereira de Queiroz; revisão técnica Reginaldo Prandi. Título original: *Le candomblé de Bahia (rite nagô)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BHABHA, H. ***O Local da Cultura.*** Trad. de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Glaucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2007, 4ª reimpressão.

CAMARGO, Diva Cardoso; Validório, Valéria Cristiane. Um Estudo da Tradução de Termos Culturalmente Marcados em *O Sumiço da Santa: The War of The Saints e Mar Morto:Sea of Death,* de Jorge Amado, Traduzidas por Gregory Rabassa. Estudos Lingüísticos XXXIV, p. 1349-1354, 2005. [1350 / 1354]

CAMPOS, Geir. *O que é tradução*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 1987.

CATFORD, J. C. *A linguistic theory of translation: an essay in applied linguistics*. London: Oxford University Press, c1965. 103p

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 275p. (Perspectivas do homem. Serie política; 42)

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 7.ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MOUNIN, George. *Os problemas teóricos da tradução*. São Paulo: Cultrix. Tradução de Heloysa de Lima Dantas Les problemes théoriques de la traduction. Paris, Gallimard, 1963.

PÓVOAS, Ruy do Carmo. *A linguagem do candomblé: níveis sociolingüísticos de integração afro-portuguesa.* RJ: José Olímpio, 1989.

_____. *Da port*eira para fora: mundo de preto *e*m t*e*rra de branco. Ilhéus: Editus, 2007.

RONAI, Paulo. *Escola de tradutores*. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 1987.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *Candomblé e Umbanda*. *Caminhos da devoção brasileira.* São Paulo: Editora Ática, 1994.

Línguas do espaço luso-afro-brasileiro: entre caixas e nuvens

Paulo Feytor Pinto

Resumo: Nos países do espaço luso-afro-brasileiro em que a língua portuguesa alóctone se sobrepõe a contínuos dialetais autóctones, a interpretação e regulação das práticas linguísticas dos indivíduos põe em contraste duas visões distintas do conceito de língua. Na tradição linguística ocidental, as línguas tornaram-se caixas claramente delimitadas, descritas e designadas. Noutras culturas linguísticas, as línguas maternas são encaradas como variedades orais que integram nuvens heterogéneas em torno duma variedade central padronizada.
A gestão da diversidade linguística de acordo com o modelo ocidental, ou seja, a transformação das nuvens em caixas, obriga à fragmentação do contínuo dialetal, à seleção duma variedade que passará a representar outras e duma designação que abranja o conjunto de variedades distinguindo-o de outros. Esta reflexão toma como exemplo o caso da categorização das línguas de Moçambique, dos estudos missionários ao atual programa de educação bilingue, e parece indicar que a sobreposição do português ao contínuo dialetal bantu e a posterior aplicação da tradição ocidental à caracterização da diversidade linguística resulta numa hiperfragmentação que não se verificou na constituição das línguas europeias.

Palavras-chave: cultura linguística, diversidade, glossónimos, língua e dialeto.

"*Este foi difícil, este xiChangana foi difícil para a gente chegar lá (.) quase dois períodos até conseguir saber qual era a língua materna. É uma língua moçambicana. Consegui pois depois descobrimos alguém para falar da família, pois o miúdo também nem sabia o nome da língua materna*." (Solovova, 2014: 191)

Este excerto ilustra exemplarmente duas formas distintas de encarar a diversidade linguística e a diversidade de práticas linguísticas individuais. Diante do repertório de um aluno moçambicano, uma professora portuguesa, seguindo orientações institucionais, considera necessário identificar e atribuir uma língua materna à criança. Esta, por sua vez, oriunda de um país multilingue de falantes plurilingues cujas línguas pertencem ao mesmo contínuo dialetal, não tem ideia do nome a dar ao conjunto das formas linguísticas que utiliza em casa. Por um lado, uma sociedade com o imperativo de categorizar a realidade em unidades distintas, por outro, uma sociedade que aceita naturalmente uma realidade difusa e fluída. Segundo os linguistas russos Nikolai Vakhtin e Evgueni Golovko[1], ao longo da história da humanidade, as sociedades oscilaram entre dois modelos fundamentais de políticas linguísticas, isto é, duas matrizes de interpretação e regulação da diversidade linguística: o modelo ocidental pró-unificação e o modelo oriental pró-diversidade (Solovova, 2014: 20, 96). No primeiro, às fronteiras políticas de um país deve corresponder uma única língua de modo a promover um sistema de valores comum a todos os seus cidadãos. No segundo, pode haver diversidade de línguas no interior das fronteiras, diversidade de fronteiras no interior dos territórios em que são faladas as línguas, diversidade de normas dialetais de prestígio no interior das línguas. Paradigmáticos destes dois modos antagónicos de pensar e agir sobre as práticas linguísticas são, por um lado, a construção de línguas nacionais a partir do contínuo dialetal românico, na Europa, e, por outro, a aceitação de normas essencialmente orais no contínuo dialetal árabe associadas a uma norma essencialmente escrita comum aos países do norte de África e do Médio Oriente.
Com efeito, o contínuo dialetal românico do sudoeste europeu tem sido constituído ao longo dos últimos séculos por, pelo menos, duas dezenas de variedades linguísticas diferenciadas faladas essencialmente em territórios onde vieram a emergir quatro países: Portugal, Espanha, França e Itália (figura 1). Ora, a partir do século XVI começaram a ser codificadas apenas quatro variedades regionais, uma por país, através da elaboração de gramáticas e dicionários. Em Portugal, o dialeto de referência selecionado foi o de entre Coimbra e Lisboa, em Espanha, o de Salamanca e Valhadolid, em França, o da Ilha-de-França, em redor de Paris, e em Itália foi

1 Vakhtin, N. & Golovko, E. (2004). *Sotsiolingvistika i sotsiologiya yazyka.* (Sociolinguística e Sociologia da Linguagem). São Petersburgo: Gumanitarnaya akademiya i Evropeiskij universitet.

selecionado o dialeto da Toscana com o seu centro em Florença. Este processo de padronização iniciou-se com a publicação da primeira gramática do castelhano/espanhol, em 1492, do italiano, em 1516, do francês, em 1530, e do português, em 1536 (Swiggers, 1997: 157-158). Como em todos os processos de padronização linguística, a seleção de uma das variedades faladas em cada país implica a redução da diversidade interna da língua – um dos dialetos passa a ser encarado como a língua, que inclui ou representa todos os outros dialetos (Pinto, 2008: 33). Apesar de diferenças substanciais entre os países em questão, as quatro línguas unificadas foram-se progressivamente difundindo pela totalidade de cada um dos territórios nacionais. Este modelo pró-unificação afirmar-se-ia plenamente durante o século XIX, no contexto do ideal romântico do estado-nação, hegemónico na Europa até ao início da segunda guerra mundial. Em 1939, cada um dos quatro países tinha a sua única língua oficial nacional (figura 2) claramente delimitada e caracterizada do ponto de vista linguístico e territorial. Cada uma destas caixas era demarcada por fronteiras políticas e o seu conteúdo estava inequivocamente definido em gramáticas e dicionários prescritivos – o que não estava descrito nestes livros não fazia parte da língua.

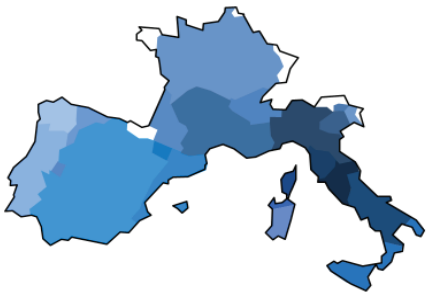

Figura 1 – Contínuo dialetal românico
Portugal, Espanha, França e Itália (Gordon, 2005)

Figura 2 – Línguas oficiais nacionais
Portugal, Espanha, França e Itália (Gordon, 2005)

Do outro lado do Mediterrâneo, a heterogeneidade linguística tem sido interpretada e regulada na perspetiva oriental pró-diversidade. Atualmente, estão identificadas quase três dezenas de variedades dialetais da língua árabe num contínuo que se estende por vinte e quatro países, da Mauritânia a Omã (figura 3). Como é próprio dos contínuos dialetais extensos, apenas há intercompreensão entre falantes de variedades árabes contíguas, por isso, um argelino, um libanês e um iemenita muito dificilmente se compreendem entre si (Said, 2008: 9). Apesar destas importantes diferenças nas práticas linguísticas e apesar das muitas fronteiras políticas, todos os países em questão reconhecem uma mesma língua oficial que designam como língua árabe. Ela engloba todas as variedades dialetais que são a(s) língua(s) materna(s) de milhões falantes, mas também uma variedade comum usada apenas como língua franca, pela generalidade desses falantes (figura 4). Trata-se de uma versão modernizada da língua clássica corânica, baseada no dialeto do Cairo e desenvolvida a partir dos finais do século XIX, o árabe moderno (Gordon, 2005: 508; Said, 2008: 9-11). A língua árabe é, portanto, simultaneamente assumida como uma variedade linguística padronizada, sem falantes nativos, e como um vasto conjunto de variedades linguísticas regionais que não são delimitadas por fronteiras políticas nem têm sido objeto de processos de unificação linguística. Neste modelo, a língua é encarada como uma nuvem difusa e flexível que se distingue das outras, mas cujos contornos não são claros nem permanentes e cujo conteúdo não é homogéneo nem está plenamente descrito.

Figura 3 – Contínuo dialetal árabe
(Gordon, 2005)

Figura 4 – Língua oficial árabe
(Gordon, 2005)

Nos países do espaço luso-afro-brasileiro que foram colonizados até à segunda metade do século XX, a realidade linguística é substancialmente diferente das dos países europeus e árabes, e a atividade de regulação das práticas linguísticas parece não se enquadrar em nenhum dos modelos acima apresentados, ou melhor, parece ter uma configuração original que resulta da sobreposição desses dois modelos. Tomemos como exemplo o caso de Moçambique, o país de origem da criança cuja língua materna uma professora portuguesa levou quase meio ano a identificar. Todas as variedades linguísticas endógenas ou autóctones moçambicanas fazem parte do contínuo dialetal bantu em que estão identificadas cerca de 600 línguas, de 15 zonas designadas por letras do alfabeto romano, faladas por 220 milhões de pessoas numa vasta região de África. Este grupo de línguas tem origem numa protolíngua falada nos Montes Camarões, há mais de 2.500 anos, que se expandiu para o sul e o oriente, entre o século X AC e o século XII da nossa era (Ngunga, 2004: 25, 29, 32, 35). As diversas variedades regionais faladas em Moçambique pertencem às zonas G, P, N e S (figura 5). No interior de cada zona, há grupo(s) de línguas cujo grau de inteligibilidade mútua permite considerá-las dialetos de uma mesma língua. Na zona G, o grupo swahili, na zona P, o grupo yao e o grupo makua, na zona N, o grupo nyanja e o grupo nsenga-sena, e na zona S, o grupo shona, o grupo tsonga e o grupo chopi (Katupha, 1994: 90). Além das variedades linguísticas destes oito núcleos dialetais, fala-se ainda o português, uma língua exógena ou alóctone, língua materna de 4,8% da população (Cossa, 2007: 64), a única língua claramente identificada e unificada, a única língua oficial e a única utilizada como língua franca em (mais ou menos) todo o país. À nuvem do contínuo dialetal bantu sobrepõe-se pois a caixa da língua portuguesa.

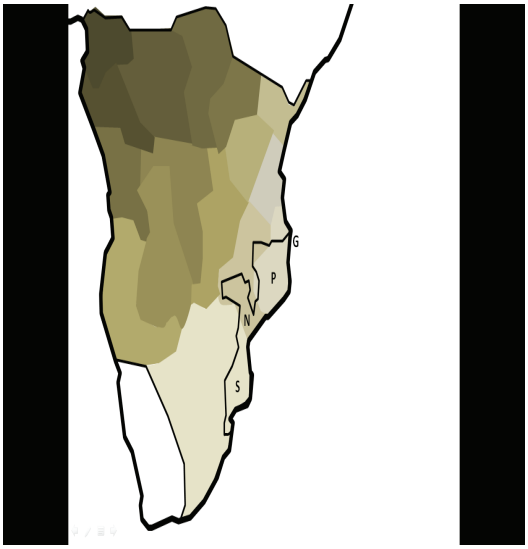

Figura 5 - Moçambique e o contínuo dialetal bantu
(Guthrie, 1967-71)

O início da sobreposição das línguas portuguesa e bantu e dos modelos ocidental e oriental de interpretação da realidade linguística coincide com o início da colonização portuguesa efetiva deste país estruturalmente bantó-

fono, na sequência da conferência de Berlim, em 1885. No entanto, logo em finais do século XV, aquando do primeiro contacto direto entre portugueses e as populações locais, foi feito um primeiro e sumário diagnóstico da situação linguística. Segundo o roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama, em 1499, no sul da atual província de Inhambane, falava-se uma língua parecida com a língua do Congo, na costa ocidental africana, e, na ilha de Moçambique, havia "homens ruivos" que falavam como mouros e negociavam com "mouros brancos" (Castro, 1998: 37-39, 46-47). Porém, só nos últimos anos do século XIX se enceta o processo ainda em curso de categorização, identificação e descrição das práticas linguísticas dos moçambicanos, isto é, a aplicação do modelo ocidental pró-unificação ao contínuo dialetal bantu abrangido por fronteiras políticas coloniais sem qualquer relação com a realidade linguística e cultural endógena. O mesmo acontecia nas restantes colónias europeias da África austral e oriental. As primeiras línguas bantu moçambicanas a serem objeto de padronização que resultou na publicação de gramáticas foram o tetense, chinyai ou chinyunwe, em 1888, o landim ou ronga, em 1895, e o chisena, em 1900 (Cardoso, 1994: 229-231). Desde logo se verificam oscilações nos glossónimos utilizados que se repetiriam ao longo de todo o século XX[2].

Para caracterizar o processo de encaixotamento da nuvem bantu, analisemos três mapas linguísticos publicados na segunda metade do século passado por três entidades distintas com responsabilidades na interpretação e gestão da diversidade linguística moçambicana: os serviços locais de administração colonial (DSA, 1960), os serviços metropolitanos de investigação ultramarina (MEMA, 1962) e a então única universidade do novo país (NELIMO, 1989).

Em 1960, as autoridades coloniais identificaram e localizaram geograficamente vinte e três línguas, duas línguas da zona G (swahili, mwani), seis da zona P (yao, maconde, ndonde, makua, xuabo, maindo), cinco da zona N (nyanja, mazarro, nsenga, nyungwe, sena, podzo), uma da zona S (swazi) e oito da zona T (korekore, manyika, ndau, tswa, thonga, ronga, xope, tonga) (figura 6). Aqui, nenhum glossónimo inclui o prefixo da classe nominal – por exemplo, chisena em vez de sena –, são utilizadas letras e sequências de letras não admitidas na ortografia oficial portuguesa – por exemplo, em swahili, nsenga, makua, manyika e thonga – e trata-se do único trabalho que apresenta uma zona T. Nos restantes trabalhos, as línguas desta zona são incluídas na zona S, de acordo com a classificação de Guthrie (1967-71).

Dois anos depois, é publicado, em Lisboa, um mapa linguístico com muitas e grandes diferenças relativamente ao anterior (figura 7). Primeiro, o facto de agrupar as línguas identificadas sob designações de caracter estritamente geográfico – por exemplo, sul, sul central ou norte oriental –; segundo, porque apenas localiza explicitamente duas línguas – chope e macua – sendo as restantes listadas em página à parte, por região; terceiro, todos os glossónimos são grafados de acordo com a ortografia oficial portuguesa – por exemplo, ajaua e nhanja em vez de yao e nyanja – e, por fim, das vinte e uma línguas do mapa de 1962, apenas treze coincidem com línguas registadas no mapa anterior. Naquele, o chona substitui o ndau e o manyika, o suaíle inclui o mwani, o chope parece incluir o (gui)tonga, não são identificados o mazarro, nsenga, nyungwe, podzo, xuabo e maindo, e surgem sete novas línguas: muera, caranga, tonga (norte), tumbuca, zeruro, chossa e zulo.

2 Neste texto, para designar as línguas bantu utilizam-se os glossónimos e respetiva ortografia utilizados pelos autores referenciados.

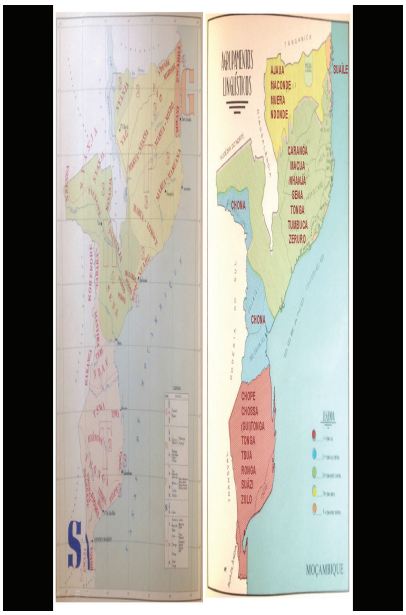

Figura 6 – Grupos Linguísticos
(DSA, 1960)

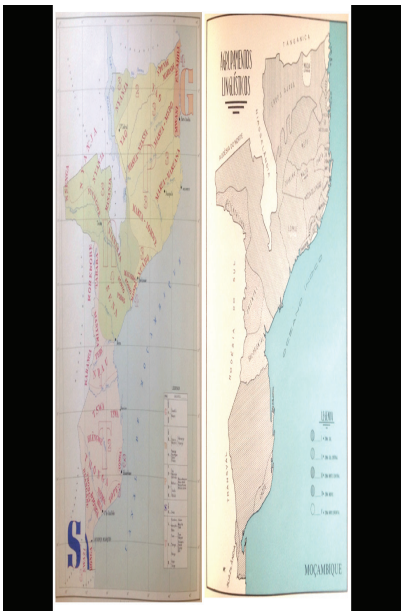

Figura 7 – Agrupamentos Linguísticos
(MEMA, 1962)

No mapa publicado pela Universidade Eduardo Mondlane, catorze anos após a independência de Moçambique (figura 8), são identificadas e localizadas vinte línguas bantu distintas, todas registadas com o glossónimo e ortografia da respetiva língua, exceto as duas últimas, que são grafadas sem prefixo: kiswahili e kimwani, da zona G, shimakonde, ciyao, emakhuwa, ekoti, elomwe e echuwabo, da zona P, cinyanja, cisenga, cinyungwe e cisena, da zona N, e cishona, xitswa, xitsonga (xichangana), gitonga, cicope, xironga, swazi e zulu, da zona S. Apenas uma, o ekoti, não era identificada nos mapas anteriores e reaparece o cinyungwe. O elomwe é separado do emakhuwa, reafirma-se o glossónimo cishona em vez de ndau e manyika, e o tonga é substituído por xitsonga ou xichangana.

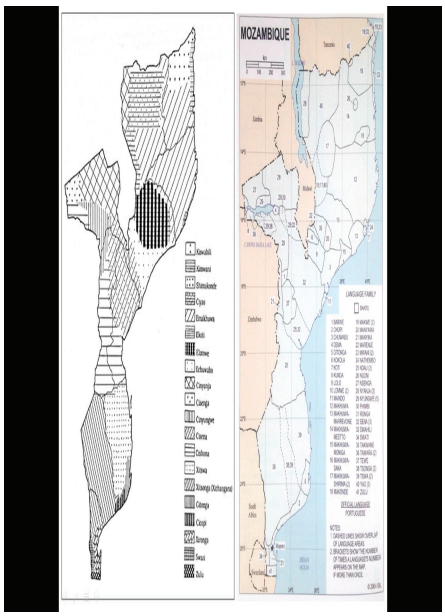

Figura 8 – Mapa Linguístico de Moçambique
(NELIMO, 1989)

No entanto, no relatório do NELIMO, ao contrário daquilo que é representado no mapa, é padronizada a ortografia de apenas treze línguas bantu moçambicanas que, no índice do trabalho, são designadas do seguinte modo: swahili (kimwani), shimakonde, ciyao, emakhuwa-lomwe, echuwabo, cinyanja, cinyungwe, cisena, cibalke, cishona (cimanyika, cindau, citewe), xitsonga (xichangana, xironga, xitshwa), gitonga e cicopi. Nos capítulos dedicados a cada uma das línguas padronizadas, afinal quinze, a categorização do contínuo dialetal bantu sofre alterações: o kimwani sem o swahili, o lomwe integrado no emakhuwa, mas com localização geográfica (mapa) distinta, o cishona só com padronização do cindau, e o xitsonga subdividido em xitsonga, xironga e xitshwa, apesar de ser repetidamente afirmada a inteligibilidade mútua entre os falantes das três línguas. Desaparecem, portanto, as designações swahili, cishona, cimanyika, citewe e xichangana.
O processo de construção de línguas bantu segundo o modelo ocidental de fragmentação do contínuo dialetal e posterior unificação no interior de cada fragmento parece aproximar-se de uma configuração duradoura com a introdução da educação bilingue, em 2003, e a necessária seleção das línguas a serem utilizadas a par do português. Elas são o kimwani, o shimakonde, o ciyao, o emakhuwa, o elomwé, o echuwabo, o cinyanja, o cinyungwe, o cisena, o citewe, o cindau, o citswa, o xichangana, o xirhonga, o cicopi e o citonga (figura 9), e todas têm já ortografia padronizada, materiais didáticos e outros materiais escritos (Patel, 2004: 56). Estas dezasseis línguas são a língua materna de mais de 99% dos moçambicanos que não têm o português como primeira língua (Cossa, 2007: 64). Em relação à categorização do NELIMO (1989), foram excluídos o kiswahili, o ekoti e o cisenga, o xitsonga /xichanagana é substituído pelo xichangana, o cishona é substituído pelo novo citewe e pelo já anteriormente assinalado cindau. Para compreender as oscilações recorrentes nas designações do kiswahili/kimwani, do xitsonga/xichangana e do cishona/ndau parece ser relevante ter em conta as realidades linguísticas dos países vizinhos uma vez que as fronteiras políticas não coincidem as fronteiras linguísticas (figura 9).

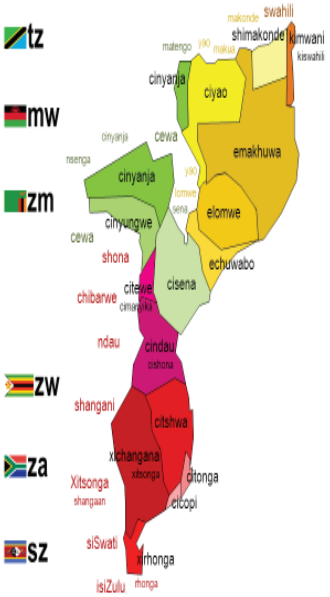

Figura 9 – Línguas da Educação Bilingue, a partir de 2003
(Gordon, 2005; NELIMO, 1989; Patel, 2006)

Com efeito, constata-se que as três línguas em questão são línguas oficiais em três países vizinhos de Moçambique, portanto, com um glossónimo oficialmente reconhecido nesses países. Na zona G, o grupo swahili foi sucessivamente designado swahili e mwani (DSA, 1960), suaíle (MEMA, 1962), kiswahili e kimwani (NELIMO, 1989) e, por fim, kimwani (Educação Bilingue, 2003) enquanto na Tanzânia, onde é a única língua oficial do país, é designado swahili (Gordon, 2005). Assim, a opção moçambicana pela designação kimwani revela a necessidade de o distinguir ou separar da língua oficial tanzaniana. O mesmo acontece na zona S, com o glossónimo de uma das línguas que emergiu no grupo tsonga. Ela começou por ser designada thonga (DSA, 1960)

ou tonga (MEMA, 1962), seguindo-se xitsonga ou xichangana (NELIMO, 1989) e parece agora consolidar-se como xichangana (Educação Bilingue, 2003). Entretanto, na África do Sul, as variedades do mesmo grupo linguístico começaram por ser designadas como língua shangaan, quando foi língua de escolarização, entre 1953 e 1976, mas, após 1994, a língua oficial da região sul-africana contígua passou a designar-se xitsonga (Neville, 2003). Ou seja, quando na África do Sul a língua se designava shangaan, em Moçambique chamava-se tonga, thonga, xitsonga, quando na África do Sul passou a ser designada xitsonga, em Moçambique passou a designar-se xichangana. Entretanto, a nova Constituição do Zimbabwe reconheceu o shangani como uma das dezasseis línguas oficiais do país. Outras três novas línguas oficiais do Zimbabwe, também da zona S, são o shona, o ndau e o chibarwe, do grupo shona (PARLZIM, 2013). Ora, no centro de Moçambique, este grupo linguístico foi designado manyika e ndau (DSA,1960), chona (MEMA, 1962) e cishona (NELIMO, 1989) e, atualmente, é subdividido em cindau e citewe (Educação Bilingue, 2003). Em ambos os países se verifica a mesma fragmentação do grupo shona, mas com resultados díspares dos dois lados da fronteira. Enquanto no Zimbabwe, o glossónimo shona dá lugar às designações shona e ndau, em Moçambique subsiste apenas o ndau. Já onde se registava a designação manyika, passou a estar registada a designação citewe, em Moçambique, e chibarwe, no Zimbabwe.

A propósito da correlação entre a categorização do contínuo dialetal bantu e as fronteiras políticas que o dividem, destaque-se ainda o caso, na zona N, da língua que, em Moçambique, foi sempre registada e sempre com a mesma designação, apesar das diferentes grafias: nyanja, nhanja, cinyanja. Trata-se de uma língua falada em duas regiões distintas do país, no norte da província de Tete e no noroeste da província do Niassa, que também é falada no Zimbabwe, no Malawi e na Zâmbia. Nos países onde é língua oficial, os dois primeiros, é designada língua chewa, enquanto nos países onde não tem esse reconhecimento é designada língua (ci)nyanja. No entanto, entre a Zâmbia e Moçambique há uma continuidade geográfica que não se verifica entre o Malawi e o Zimbabwe. Assim, neste contínuo dialetal regista-se, de nordeste para sudoeste, o intercalar dos dois glossónimos e de dois estatutos legais: cinyanja (língua nacional), em Moçambique, chewa (língua oficial), no Malawi, nyanja e cinyanja (língua nacional), em Moçambique e na Zâmbia, e chewa (língua oficial), no Zimbabwe.

O lento processo de encaixotamento da nuvem bantu segundo o modelo ocidental pró-unificação parece, portanto, ter um resultado diferente do observado em contextos, como o do sudoeste europeu, em que não houve, durante o processo de unificação linguística, a sobreposição de um contínuo endógeno por uma única língua exógena. Com efeito, o caso moçambicano parece ilustrar uma tendência que também se verificará noutros países luso-afro-brasileiros, como a Guiné-Bissau e Timor-Leste, para uma maior fragmentação do contínuo dialetal do que aquela observada no processo de construção das línguas europeias em que o objetivo era fazer coincidir as fronteiras linguísticas e políticas. Em Moçambique, sendo esta unidade garantida pela língua portuguesa, a aplicação do modelo pró-unificação à categorização do contínuo dialetal bantu parece não ser igualmente unificadora na medida em que não procura, com a mesma intensidade, reunir grupos de dialetos que, dado o nível de intercompreensão, seriam considerados uma mesma língua. Segundo este critério, poder-se-ia considerar que são faladas, no país, oito línguas: kiswahili, ciyao emakhuwa, cinyanja, cisena, cindau, xichangana e cicopi. Em vez disso, parece consolidar-se a constituição de dezasseis línguas, o dobro: kimwani, em vez de kiswahili; ciyao e shimakonde, em vez de apenas o primeiro; emakhuwa, elomwé e echuwabo, em vez de apenas o primeiro; cinyanja e cinyungwe, em vez de apenas o primeiro; cisena; cindau, subdividido em cindau e citewe; xichangana, xitswa e xirhonga, em vez de apenas o primeiro; e, por fim, bitonga e cicopi, em vez de apenas o último.

Estes factos parecem prefigurar um modelo de interpretação e regulação da diversidade linguística, nem ocidental nem oriental, mas pós-colonial e pró-unificação-fragmentação (figura 10). No modelo oriental, uma língua pode ser simultaneamente uma única variedade linguística padronizada que ninguém tem como língua materna e também um vasto conjunto de variedades que são a língua materna de falantes que não se compreendem entre si. A língua é uma nuvem heterogénea e sem contornos claros. No modelo ocidental, uma língua é uma variedade regional que é escolhida para representar e/ou substituir todas variedades faladas no interior das fronteiras políticas. Para o efeito, a estrutura e o funcionamento da variedade que passa a ser considerada a língua é definida em instrumentos de regulação das práticas dos falantes. Neste modelo pró-unificação, cada língua é uma caixa política e linguisticamente definida.

Figura 10 – Modelo pós-colonial pró-unificação-fragmentação

A categorização da diversidade linguística de contextos multilingues pós-coloniais segundo o modelo ocidental pró-unificação parece tender a produzir um maior número de caixas, ou seja, a emergência de um maior número de línguas que as que corresponderiam à aplicação de critérios igualmente ocidentais. Paradoxalmente, o modelo unificador desencadeia um processo de fragmentação que resulta da interação de três fatores fundamentais: um contínuo dialetal não padronizado, uma nuvem de práticas linguísticas; fronteiras políticas que dividem grupos dialetais, a fragmentação territorial da nuvem; e a sobreposição de uma língua padronizada exógena, uma caixa implantada a partir da colonização. A sobreposição de línguas, portuguesa e bantu, e de modelos de gestão da diversidade, ocidental e oriental, são os fatores que distinguem as realidades pós-coloniais das realidades dos países europeus cujas línguas também se constituíram segundo o modelo pró-unificação, mas com resultados distintos.

Bibliografia

CARDOSO. S. (org.) (1994), *Historiografia Gramatical (1500-1920),* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CASTRO, F.L. (ed.) (1998), *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama,* Mem Martins: Publicações Europa-América.

PARLZIM (2013), *Constitution of Zimbabwe*, Harare: Parliament of Zimbabwe. Disponível em http://www.parlzim.gov.zw/attachments/article/56/constitution.pdf

COSSA, L.E. (2007), *Línguas Nacionais no Sistema de Ensino para o Desenvolvimento da Educação em Moçambique,* Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/10832

DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE AGRIMENSURA (1960), *Atlas de Moçambique,* Lourenço Marques: Empresa Moderna. [DSA, 1960]

GORDON Jr., R.G. (ed) (2005), *Ethnologue. Languages of the World. Fifteenth Edition,* Dallas, Texas: SIL International. Disponível em www.ethnologue.com

GUTHRIE, M. (1967-71), *Comparative Bantu: an introduction to the comparative linguistics and prehistory of the Bantu languages*. 4 vols, Farnborough, Hampshire: Gregg Press.

KATUPHA, J.M.M. (1994), The language situation and language use in Mozambique. In R. Fardon, G. Furniss (eds.), *African Languages, Development and the State*, Londres: Routledge, pp. 89-96.

MISSÃO PARA O ESTUDO DA MISSIONOLOGIA AFRICANA (1962), *Atlas Missionário Português,* Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar. [MEMA, 1962]

NELIMO (1989), *Relatório do I Seminário sobre Padronização de Línguas Moçambicanas,* Maputo: Núcleo de Estudo das Línguas Moçambicanas.

NEVILLE, A. (2003), *Language Education Policy, national and sub-national identities in South Africa,* Estrasburgo: Council of Europe. Disponível em http://www.coe.int/t/dg4/linguistic/source/alexanderen.pdf

NGUNGA, A. (2004), *Introdução à Linguística Bantu,* Maputo: Imprensa Universitária UEM.

PATEL, S.A. (2006*), Olhares sobre a educação bilingue e seus professores em uma região de Moçambique,* Campinas: UNICAMP. Disponível em http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000391329

PINTO, P.F. (2008), *Política de Língua na Democracia Portuguesa (1974-2004),* Lisboa: Universidade Aberta. Disponível em https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1141

SAID, E.W. (2008), "Parler arabe, mais en Rolls ou en Volkswagen?". *Manière de voir - Le Monde Diplomatique*, 97, pp. 9-11.

SOLOVOVA, O. (2014), *(In)-Between a rock and a hard place: notes for an ecology of language policies from a complementary school for Eastern European immigrant children in Portugal***,** Coimbra: Universidade de Coimbra. Disponível em https://estudogeral.sib.uc.pt/

SWIGGERS, P. (1997), *Histoire de la pensée linguistique,* Paris: Puf.

Nederlandse em Braziliaanse: as renegociações culturais-linguísticas ao longo da história de uma comunidade de imigrantes holandeses no Sul do Brasil

Ályda Henrietta Zomer
lydahzomer@gmail.com

Resumo: O presente trabalho objetiva apresentar um recorte de uma pesquisa maior em andamento, em uma comunidade de imigrantes holandeses localizada no sul do Brasil. Tencionamos, nesse contexto sociolinguisticamente complexo, refletir as políticas linguísticas presentes nas relações sociais, assim como as possíveis tensões e "fronteiras" culturais/linguísticas que são renegociadas constantemente entre descendentes de holandeses e "brasileiros" ao longo da história da comunidade. Vale ressaltar que olhamos para as "fronteiras" por um viés cultural e linguístico, pois estas nos "remetem à vivência, às sociabilidades, às formas de pensar intercambiáveis, aos ethos, valores, significados contidos nas coisas, palavras, gestos, ritos, comportamentos e ideias" (PESAVENTO, 200, p.36). Nesse sentido, relacionamos as "fronteiras" às diferenças entre "brasileiros" e [descendentes] holandeses, que buscam reafirmar suas culturas diariamente, resultando assim, em conflitos culturais/linguísticos.

Palavras-chave: Renegociação cultural; Políticas Linguísticas; Imigrantes Holandeses

Introdução

Ao analisarmos o contexto sociolinguístico brasileiro, notamos que este não difere da grande maioria dos países do mundo, afinal, desde sempre foi e é marcado pela multiplicidade linguística e cultural. Na ocasião do "descobrimento", em 1500, mais de 1300 línguas indígenas eram faladas em território nacional. Atualmente são faladas mais de 200 línguas no país além do Português, a língua oficial de comunicação. Dessas línguas, "aproximadamente 180 são línguas indígenas ou línguas autóctones, e as outras 30 são línguas de imigração, também chamadas de línguas alóctones" (OLIVEIRA, 2003, p. 7). Contudo, tendo em vista a eficácia do mito do monolinguísmo (Oliveira, 2000), as minorias linguísticas como as línguas indígenas, línguas de imigrantes que contribuem para a formação de um país multilíngue, por analogia multicultural não são valorizadas, consequentemente, deixadas à margem. Sendo assim, a diante desse discurso unitário de que somos um país de uma única língua\cultura é que visamos, com esse trabalho, a refletir e buscar uma melhor compreensão acerca das constantes renegociações culturais entre descendentes\holandeses e não descendentes em uma comunidade de imigração holandesa.

Contexto de pesquisa

Arapoti, uma cidadezinha com pouco mais de 25 mil habitantes, situada na região norte do Paraná. Ao caminhar pela cidade com um olhar mais atento é possível localizar carros portando adesivos com moinhos, tamancos e típicos casaizinhos holandeses, assim como as bandeiras brasileira e holandesa. Ao se distanciar um pouquinho do centro da cidade, avistamos uma pequena vila denominada "Vila Evangélica" na qual estão localizadas uma igreja (Igreja Reformada Evangélica), uma escola (Escola Colônia Holandesa), com grandes chances de encontrar pessoas altas, pele e olhos claros e cabelos louros caminhando pelas ruas. À frente, mais distante da cidade, é muito comum avistar grandes pastos com vacas pretas e brancas, grandes extensões de inúmeras plantações, e, novamente, há uma enorme possibilidade de se deparar com pessoas altas, pele e olhos claros e cabelos louros. Afinal, quem são essas pessoas? Por que se encontram a um relativo distanciamento

da cidade? Por que possuem sua própria igreja? Uma escola? Falam português? Talvez, esses sejam questionamentos feitos por muitos que pela cidade passam e se deparam com os descendentes de holandeses que residem em Arapoti.
Na década de 60, 07 famílias de imigrantes holandeses chegaram à Arapoti em busca de uma melhor situação socioeconômica. Saliento que olho para essa "busca por uma melhor situação econômica" como o "início" da colônia a que pertenço, uma vez que a Holanda, na década de 60, passava pelo momento de pós 2ª Guerra Mundial, ou seja, um momento em que famílias de diferentes províncias buscavam se refugiar em outros países. Afinal, o medo de um novo período como o da 2ª Guerra Mundial tomava conta das ruas, assim como a situação econômica do país, que se tornou bastante complicada após a guerra se encontrava em crise.
Vale ressaltar o meu pertencimento à comunidade, tal como, apontarmos que sou filha de um casal mestiço, ou seja, meu pai nascido na Holanda, casado com uma brasileira[1], assim como não frequento a igreja localizada na comunidade e que é frequentada pela maioria dos integrantes da comunidade. Além disso, asamentos entre não descendentes e descendentes, foram evitados de maneira explícita no período inicial da fundação da comunidade, afinal, a inserção de "brasileiros" nas práticas da colônia significavam uma ameaça para a cultura holandesa, o que ainda ocorre nos dias de hoje, mas não de maneira tão intensa e explícita como antes.

Renegociação cultural entre brasileiros e holandeses: uma breve discussão sobre o conceito de cultura

Podemos observar que a história da comunidade é marcada pela constante renegociação cultural, ou seja, de negação à cultura brasileira por parte desses descendentes\imigrantes holandeses. Nesse sentido é interessante repensarmos a discussão de Maura Penna (2002) sobre identidade e desenraizamento. A autora nos afirma que desde "a escolha" que esses imigrantes fazem desde a sua terra natal está se iniciando um processo de desenraizamento como consequência do descontentamento com o modo de vida local, situação socioeconômica, etc. Sendo assim, o ideal desses imigrantes era "[...] migrar, exercendo o direito de mudar de lugar, por ansiar por mudar de vida ", "migrar para não se conformar" (POVOA NETO, 1994, p. 22, apud PENNA, 2002, p. 105).
Para Maura Penna (2002), o processo de desenraizamento está vinculado à identidade dos imigrantes que ao idealizarem melhores condições aqui no Brasil, idealizaram também seu estilo de vida. Olhamos para esse estilo de vida idealizado como uma tentativa de manter viva a cultura holandesa, mesmo que a vinda para o Brasil tenha sido uma opção.
De acordo com Cuche (2002), os imigrantes [e seus descendentes] resistiram\resistem na medida de suas possibilidades. É impossível que eles se mantenham completamente impermeáveis à influência cultural da sociedade que os cerca (CUCHE, p.232, 2002), afinal,

> [...] a cultura não é um dado, uma herança que se transmite imutável de geração em geração, é porque ela é uma produção histórica, isto é, uma construção que se inscreve na história e mais precisamente na história das relações dos grupos sócias entre si. Para analisar um sistema cultural, é então necessário analisar a situação sociohistórica que o produz como ele é . (Balandier, 1955 apud Cuche, p.143, 2002).

Assim como o autor acima, Maher também olha para a cultura não como algo dado e imutável, mas que se encontra em trânsito constantemente:

> [...] um sistema compartilhado de valores, de representações e de ação: é a cultura que orienta a forma como vemos e damos inteligibilidade às coisas que nos cercam: e é ela que orienta a forma como agimos diante do mundo e dos acontecimentos. (MAHER, 2007, p.261)

---

1 Maneira como são designados, pelos próprios integrantes da comunidade e não integrantes, os que não possuem descendência e aqueles que possuem descendência holandesa.

Nesse sentido, conforme os autores citados, Janzen (2005) corrobora que [...]a visão de cultura não está vinculada a um discurso unitário, que flui de forma homogênea (e sem conflitos), porém é vista como ponto de encontro de opiniões contraditórias (as mais diversas vozes sociais (JANZEN, 2005, p.52). Diante das afirmações que ambos os autores revelam não há como demarcar uma cultura puramente holandesa e uma cultura puramente brasileira dentro da comunidade, pelo contrário, é preciso reconhecer que ambas as culturas vem sofrendo influências uma da outra. Cuche (2002) ao se referir a essa visão de uma cultura pura, a essas comunidades imaginadas (Anderson 2008) afirma que isso se trata de uma homogeneidade ilusória.

Outro autor que se refere à impossibilidade de uma cultura impermeável é Edward Saïd (1993), "Todas as culturas estão envolvidas umas com as outras; nenhuma é isolada e pura, todas são híbridas, heterogêneas, extraordinariamente diferenciadas e não monolíticas" (SAÏD, 1993 apud EAGLETON, 2005, p.28-29). Portanto, é necessário olhar para a renegociação constante que se estabelece entre as duas culturas a partir desse espaço dividido entre holandeses e brasileiros e notar que ambas as culturas não são blindadas e não permanecem imunes à hibridização cultural.

Nessa mesma direção nos apoiamos também em Bhabha (2013), o autor afirma que as identidades culturais devem ser repensadas enquanto processos permanentes de (re)negociação, ou seja, não são estanques e permeáveis, mas sim fluídas:

> A representação da diferença não deve ser lida apressadamente como reflexo de traços culturais ou étnicos preestabelecidos, inscritos na lápide fixa da tradição. A articulação social da diferença da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica (BHABHA, 2013, p. 21).

Dessa maneira, subvertemos o conceito de identidade [cultural] pura, questionando-o e deslocando-o, fazendo com que haja o reconhecimento e a valorização da diferença cultural, "um *processo de* significação através do qual enunciados sobre ou em uma cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade" (BHABHA, 2013, p.34).

*A*inda conforme Bhabha (2013), uma ponte não separa, mas junta lugares extremos: "É nesse sentido que a fronteira[2] se torna o lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente em um movimento não dissimilar ao da articulação ambulante, ambivalente, do além que venho traçando" (BHABHA, 2013, p. 25). Nesse sentido, as fronteiras entre os integrantes e não integrantes da comunidade (re)estabelecem uma relação intercultural que se desenvolve em meio as práticas sociais.

O autor propõe que partamos de um conceito cultural marcado pela sua mobilidade, diferenciando-nos de uma visão tradicional que defende uma cultura monolítica e acabada. Essa desestabilização, mobilidade mostra a cultura como um terreno que (re)produz novas (re)construções de sentido, valores e demarcações o tempo todo. Essa perspectiva contribui para o reforço da incompletude e pluralidade das relações socioculturais, assim como nos mostra que não deixa de ser um terreno de inúmeras renegociações entre os diferentes e reformulações de fronteiras que estão cada vez mais porosas.

Talvez, as "fronteiras", nesse contexto, possam ser relacionadas às diferenças entre "brasileiros e holandeses". Portanto, "[a]firmar identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro ou que fica fora" (SILVA, 2009, p. 82). Uma vez que, constantemente, (re)significamos tudo o que está a nossa volta. Isso nos leva, impreterivelmente, ao conceito de representação, pois quando falamos de identidades, sujeitos fluidos, que estão sofrendo um processo de (re)construção constantemente. Para Woodward (2006):

> A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos. Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os

2 Faz-se necessária uma ressalva de que com relação a esse trabalho, pensamos nas "fronteiras" culturais e linguísticas, pois estas nos "remetem à vivência, às socialidades, às formas de pensar intercambiáveis, aos ethos, valores, significados contidos nas coisas, palavras gestos, ritos, comportamentos e ideias" (PESAVENTO, 2002, p.36).

> indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (WOODWARD 2009 p.17).

Diante disso, Cuche (2002) afirma que:

> [...] o que separa dois grupos etno-culturais não é em princípio a diferença cultural [...] Uma coletividade pode perfeitamente funcionar admitindo em seu seio uma certa pluralidade cultural. O que cria a separação, a "fronteira", é a vontade de se diferenciar e o uso de certos traços culturais como marcadores de sua identidade específica
> (CUCHE, 2002 p.200)

Nesse ínterim, notamos que as culturas vão sendo absorvidas ao longo das nossa relações socioculturais em meio aos outros sistemas culturais. Bhabha (1998) ao criticar uma visão que exclui esses processos de hibridação ao visar à fixação da cultura, salienta que o hibridismo cultural é um processo (entre-lugares) de reconstrução das relações socioculturais. Canclini (2013). Sendo assim, observamos que não há uma cultura pura, pelo contrário, todas as culturas sofrem influências uma das outras. Diante disso, olhamos para a comunidade de imigrantes holandeses em Arapoti com um contexto em que há essa renegociação cultural entre as culturas brasileira e holandesa, afinal, não há como termo uma cultura brasileira pura, assim como uma cultura holandesa pura.

As Políticas Linguísticas em Arapoti em meios às práticas translíngues

Calvet (2007) afirma que as políticas linguísticas, ou seja, o conjunto de decisões relativas à língua e à sociedade, são colocadas em prática por meio do *planejamento linguístico*. Porém, com relação à distinção entre políticas linguísticas e planejamento linguístico, Maher (2013) amparada em McCarty (2010) insiste que política linguística se refere "tanto ao estabelecimento de objetivos (sócio) linguísticos, quanto aos modos de concretização dos mesmo (MAHER, 2013, p.120)." Ou seja, olharemos para as políticas linguísticas não só como o conjunto de propostas em meio às relações entre não descendentes e descendentes\holandeses, mas também o que se concretiza na prática do cotidiano da comunidade.

Quando as decisões relativas à(s) língua(s) da comunidade surgem da necessidade dos falantes, sem que se observe uma influência direta do Estado, chamamos a isso de planejamento *in vivo*. Contudo, "os Estados intervêm frequentemente no domínio linguístico" (CALVET, 2007, p. 75) e quando a intervenção se dá dessa forma ela é denominada *in vitro* (CALVET, 2007). Contudo, para essa discussão nos apropriaremos de uma parte desse binômio, as políticas *in vivo* que configuram as práticas entre integrantes e não integrantes da comunidade, ou seja, as atitudes e escolhas linguísticas e culturais que reconfiguram o cotidiano na comunidade em questão.

Nesse sentido, não esqueçamos de Canagarajah (2013) que nos afirma que o contexto é sobreposto, poroso e sempre conflituoso. Ao invés de governar a linguagem, eles são reconstruídos pela linguagem (CANAGARAJAH, 2013, p.154)[3]. Além disso, o referido autor[4] ressalta a necessidade de olharmos para o contexto de maneira mais dinâmica e complexa, a fim de melhor compreendermos a mobilidade espaço-temporal. Sendo assim, devemos olhar para essa comunidade de imigrantes como um local permeado por conflitos, consequentemente, "fronteiriço" e que não é estático, mas sim reconfigurado constantemente.

Sendo assim, ao pensarmos nas relações entre brasileiros e descendentes\holandeses não há como não trazer à discussão nas fronteiras linguísticas e culturais que se dão em meios às práticas sociais entre os integrantes

---

3 Furthermore, contexts are overlapping, porous, and even conflictual. Rather than governing language, they are reconstructed by language (CANAGARAJAH, 2013, p. 154)

4 CANAGARAJAH, 2013, P.154

descendentes e não descendentes na comunidade. Por exemplo, falar o holandês (re)configura fronteiras entre não descendentes e descendentes\holandeses, afinal, dentro da comunidade ter o domínio do holandês significa uma maior valorização da cultura holandesa, afinal, "falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também *ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais*" (HALL, 2011, p. 40, grifos meus).

Dessa forma, algumas fronteiras são (re)estabelecidas entre os falantes de holandês e não falantes nas diversas relações sociais. Ainda sobre essa questão, vale ressaltar o lugar que cada um, falante e não falante de holandês - descendente e não descendente - preenche dentro da comunidade (cooperativa – igreja – escola – museu).

Conforme as afirmações, olhamos para essas fronteiras na comunidade ao longo de sua história, entre não descendentes e descentes – brasileiros e holandeses, como fronteiras. Bhabha (2013) nos afirma que:

> O trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com "o novo" que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma idéia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado, refigurando-o como um "entre-lugar" contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O "passado-presente" torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver. (BHABHA, 2013, p. 27).

Sendo assim, olhamos para a cultura como um construto social que está em (re)negociação constantemente. Como por exemplo, a discussão que recentemente tem ganhado bastante peso dentro da comunidade acerca dos cultos realizados, de maneira separada, em holandês e também em português na igreja da comunidade, que é evangélica. Não descendentes – "brasileiros" que por não serem descendentes não são detentores do direito de exigir ou de impor algo dentro da comunidade como um descendente o faria, frequentadores dos cultos realizados em português, vêm questionando a real necessidade de manter estes cultos realizados em holandês, uma vez que são poucos os falantes de [5]holandês na comunidade. É importante ressaltar que os integrantes da comunidade que ainda luta pela permanência dos cultos em holandês, assim como do pastor holandês, são aqueles que ainda lutam pelas práticas do holandês, uma geração mais velha, no máximo a segunda geração daqueles que chegaram a Arapoti na década de 60. Sendo assim, uma pequena parcela da comunidade defende a permanência dos cultos em holandês, em comparação à que defende os cultos em somente em português.

Tal (re)negociação entre os integrantes da comunidade não ganhava tamanha força há alguns anos, nos quais a comunidade tem vivido ou pelo menos tentado viver a um certo distanciamento da cultura brasileira, o que, é claro, não garantia e não garante a sua imunidade com relação a outras culturas. Afinal, a presença de brasileiros está cada vez mais intensa no interior da comunidade, seja através de casamentos entre brasileiras(os) e holandeses, a presença, em maior porcentagem, de brasileiros no colégio dentro da comunidade, assim como membros brasileiros na igreja incluindo um pastor para ministrar os cultos em português.

A partir disso, notamos que as fronteiras culturais na/da comunidade não são estáticas, uma vez que, questões como a que foi brevemente descrita acima tem ganhado ênfase cada vez mais em meios às práticas sociais na comunidade. Diante disso, em contraposição ao modelo da escala vertical de Blommaert (2010, p.34) apud Canagarajah(2013, p.155), o qual afirma que as [6]"Escalas nos oferecem uma imagem vertical do espaço, do espaço como estratificada e, portanto, poder investido; mas eles também sugerem conexões profundas entre os recursos espaciais e temporais " (Blommaert, 2010, p. 34). A metáfora das escalas, utilizada por [7]Blommaert(2010) nos permite olhar para o contexto como um espaço estratificado, permeado por relações de

---

5 Nesse caso, faz-se referência às(aos) senhoras(es) pioneiras(os) da comunidade, as (os) quais valorizam as práticas da língua holandesa na comunidade.

6 He states that "scales offer us a vertical image of space, of space as stratified and therefore powerinvested; but they also suggest deep connections between spatial and temporal features" (Blommaert, 2010, p. 34).

7 Canagarajah, 2013, p.155

poder, ou seja, as escalas são um construto social. Além disso, [8]Blommaert(2010) afirma que "as pessoas não se movem apenas através do espaço[...]elas se movem através de diferentes ordens de indexabilidade". Nesse sentido, olhamos para a comunidade, em especial, à discussão sobre os cultos em holandês ou em português como uma renegociação entre não descendentes e descendentes está estritamente ligada aos diferentes níveis de escala dentro da comunidade, um contexto em que a há relações de poder permeadas pelas políticas linguísticas de descendentes e não descendentes.
Dessa maneira,

> A metáfora da escala nos ajuda a explicar como as diferentes ordens indexicais correspondem aos diferentes níveis de interação envolvidos em um contato migratório entre pessoas. Assim, a metáfora nos ajuda a lidar com as relações de poder em que os recursos de linguagem são negociados em contextos de mudança[9] (CANAGARAJAH, 2013, p.156).

Nesse sentido, brasileiros buscam conquistar seu espaço dentro da comunidade, essa "nova" situação, a renegociação da língua a ser falada nos cultos no salão principal da igreja é um exemplo de que em contextos translocais estão sempre em movimento. Além disso, outro exemplo dessa renegociação entre brasileiros e descendentes\holandeses é a escola. No início, a escola foi fundada apenas para que filhos das famílias holandesas pudessem ter aulas de holandês e um pouco mais tarde o português. Ao longo dos anos, brasileiros passaram a frequentar a escola, porém, a ascensão que filhos de holandeses\descendentes praticavam era explícita, uma vez que eram maioria. Lembro-me de quando dois amigos e eu deixamos de ser convidados para o aniversário de uma filha de casal descendente porque éramos filhos de casais mestiços, assim como era comum o holandês ser praticado na escola em meio aos brasileiros para que estes não pudessem compreender o assunto que estava sendo tratado. Entretanto, atualmente, os filhos de descendentes\holandeses são a minoria no colégio, consequentemente, o que observamos é que o preconceito na maioria das vezes parte de brasileiros para filhos de descendente\holandeses. A partir disso, podemos observar "como o poder, identidades e ideologias linguísticas são negociadas em espaços translocais como nos afirma Canagarajah (2013, p.154[10])".
Ao imaginarmos também duas mulheres integrantes da comunidade, em um supermercado, falantes do português e do holandês, mas que optam por se comunicarem em holandês porque preferem ter mais privacidade com relação ao assunto. Imaginemos também, uma situação em que uma senhora que tem como sua língua materna o holandês e aprendeu o português a partir de algumas práticas em que esteve e está inserida, ao longo da sua permanência aqui no Brasil, e, entre estas, a convivência com as cuidadoras. É interessante pensarmos no esforço que ambas exercem para se expressarem e serem compreendidas, as cuidadoras, esforçam-se para compreender um português nada familiar[11], assim como a senhora precisa se esforçar para que seja compreendida e se faça compreendida.
Dessa forma, em contraposição, ao que Blommaert (2010) afirma acerca das escalas em espaços translocais, observamos que no contexto em questão temos situações em que os falantes se esforçam para se fazerem compreendidos, mesmo com sotaques, línguas diferentes, afinal, "translíngues sempre adotam estratégias para reconfigurar contextos e adequar a negociação de códigos" (CANAGARAJAH, 2013, p. 154). Falantes em meios às práticas translíngues se esforçam para reestabelecer os códigos de acordo com as situações e interlocutores, fazendo com que as escalas em contextos translocais não sejam pré-determinadas e estáticas, mas

---

8 "People do not just move across space … they move across different orders of indexicality" (Blommaert, 2010, p. 41).

9 The scalar metaphor helps explain how the different indexical orders correspond to different scale levels of interaction involved in migratory contact between people. Thus the metaphor helps us address power relations when language resources are negotiated in shifting contexts

10 "how power, identities, and language ideologies are negotiated in translocal spaces"

11 É interessante ressaltar que ao empregarmos a expressão "nada familiar" estamos fazendo referência ao português praticada pela senhora holandesa, sem preocupações com relação à flexão de gênero, concordância nominal, verbal, etc.

sim fluidas. De acordo com outro participante da pesquisa de Canagarajah (2013)[12], as práticas translíngues funcionam como vias de mão-dupla, ambos os lados precisam se "deslocar" para se fazerem compreendidos e compreenderem também, fazendo com que normas de diversas localidades possam ser acomodadas.
Assim, como relata um dos participantes da pesquisa de Canagarajah (2013) acerca das práticas translíngues em contextos translocais, "os espaços não nos são dados, mas sim conquistados por nós", ao conversar com uma senhora pioneira da comunidade que diz estar acostumada já com todas as suas noras brasileiras, mas afirma que no início foi difícil, pois gostaria de noras para poder conversar em holandês, cozinhar mais comidas baseadas na cozinha holandesa.
Por fim, ao refletirmos acerca de algumas situações ocorridas na comunidade, entre holandeses\descendentes e não descendentes, observamos que o contexto em questão, assim como as relações entre os integrantes da comunidade não são estáticos. Dessa maneira, ao observarmos o processo histórico da comunidade, notamos constantes renegociações entre brasileiros e holandeses\descendentes, a fim de conquistarem seus espaços diante das diferenças linguísticas e culturais, ou seja, contextos translocais estão sempre em movimento.

Referências Bibliográficas:

BHABHA, H.(2001), O local da cultura. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

BLOMMAERT, J.(2010), The sociolinguistics of globalization. Cambridge: Cambridge University Press.

CALVET, L.J.(2007), **As Políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL.

CANAGARAJAH, A. S.(2013), **Translingual Practice – Global Englishes and Cosmopolitan Relations**. New York: Routledge.

CUCHE, D.(2002), A Noção de Cultura nas Ciências Sociais. Tradução de Viviane Ribeiro. (2ª edição) Bauru: EDUSC.

EAGLETON, T.(2005), A ideia de cultura. São Paulo, Unesp.

HALL, S.(2011), A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro - 11ª ed. - Rio de Janeiro: DP&A.

JAZEN, H. E. **O Ateneu e Jakob von Gunten:** um diálogo intercultural possível(2005) Tese de Doutorado em Língua e Literatura Alemã, São Paulo: Universidade de São Paulo.

MAHER, T. M.(2007), A educação do entorno para a interculturalidade e o plurilinguismo. In: KLEIMAN, A. B.; CAVALCANTI, M. C. (Orgs.) **Linguística Aplicada** – suas faces e interfaces. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007, p. 255-270.

_____.(2013),Ecos de resistência: políticas linguísticas e línguas minoritárias no Brasil. In:NICOLAIDES, C. et al. (Orgs.) **Política e Políticas Linguísticas**. Campinas, SP: Pontes, 2013, p. 117-134.

McCARTY, T. L.(2010), (Org.). **Ethnography and language policy.** New York; London: Routledge.

OLIVEIRA, G. M.(2003), (org.). Declaração dos direitos linguísticos: novas perspectivas em políticas linguísticas. Campinas, SP: Mercado das Letras, ALB. Florianópolis: IPOL.

_____.(2000) In: SILVA, F. L.; MOURA, H. M. M. (org.). O **direito à fala:** a questão do preconceito linguístico. Florianópolis: Insular.

12 The language norms in this scale level are polyaccented, multilingual, and plural. This scale level accommodates diverse local norms. It is in this sense that it is translocal, that is, it goes beyond local norms and indexical orders, and accommodates the norms of diverse localities.(CANAGARAJAH, 2013, p.164)

SILVA, T. T. da.(2009), **A produção social da identidade e da diferença.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes.

WOODWARD, K.(2009), Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes.

Literatura infantil afro-brasileira e representação legal - Revendo obras para a realidade educacional brasileira

Edmar Costa Barros[1]
edmarweb@msn.com

Resumo: Aponta o crescimento econômico é o que muitos especialistas brasileiros fazem atualmente. Mas de que adianta o crescimento econômico se o capital cultural continua em queda vertiginosa? De nada adianta promover a distribuição de renda se os atendidos pelas ações sociais não terão conhecimento suficiente para saber administrar essa renda? É necessário fortalecer o capital cultural, promovendo uma educação direcionada para a diversidade racial com ações afirmativas e engenharias sociais que promovam a igualdade racial brasileira. Isso demandaria uma mudança profunda nas bases educacionais e sociais. Promover a reflexão sobre a sua existência e sua importância para a uma nação soberana e forte, que começou a ser construída a partir do sangue, suor e trabalho de seus antepassados significa ressignificar a juventude e rever os problemas originais do desastroso colonialismo português e que persistem neste período pós-colonial massacrando centenas de crianças, jovens e adultos negros e mestiços nas grandes metrópoles brasileiras, onde o Índice de Desenvolvimento Humano é criticamente baixo. Mas, essas mudanças das realidades educacionais e sociais estão sendo árduas e mesmo com diversos mecanismos legais para promove-las, ainda encontra resistência e dificuldades para a sua implementação. Visando analisar as diversas dificuldades que os mecanismos legais e determinar alguns, temos que analisar a presença e atuação dos diversos elementos sociais e as suas importâncias na promoção da igualdade social através da visão racial e da ação afirmativa.

Palavras-chaves: Ação Afirmativa, educação, diversidade, igualdade, raça, pertencimento.

Abstract: Pointing economic growth is what many Brazilian experts currently do. But what good is economic growth if the cultural capital remains plummeting? It does not help promote income distribution if served by social actions will not have enough knowledge to know how to manage this income? It is necessary to strengthen the cultural capital, promoting a targeted education for racial diversity with affirmative action and social engineering to promote Brazilian racial equality. This would require a profound change in educational and social foundations. Promote reflection about its existence and its importance for a sovereign and strong nation, which began to be built from the blood, sweat and toil of their ancestors means reframe youth and review the unique problems of the disastrous Portuguese colonialism and persist this post-colonial period massacring hundreds of children, youth and adults blacks and mestizos in Brazilian large cities, where the Human Development Index is critically low. But these changes in educational and social realities are arduous and even with various legal mechanisms to promote them, still meets with resistance and difficulties in its implementation. To analyze the various difficulties that legal mechanisms and determine some, we have to analyze the presence and action of various social elements and their importance in promoting social equality through racial vision and affirmative action.

Keywords: Affirmative action, education, diversity, equality, race, membership.

---

1 Docente de Educação Complementar, de Língua Portuguesa e Vivência Cidadã, em escolas municipais, ensino médio e cursos livres nas comunidades assistidas pelas Unidades de Polícia Pacificadora.

Introdução

Pedagogos frequentemente esbarram no desafio de educar crianças e jovens dentro de uma realidade social brasileira onde a vulnerabilidade nas camadas mais pobres é grande em grandes metrópoles como Rio de Janeiro ou São Paulo. A situação educacional latino-americana vai além do ensinar a ler e escrever, que para muito significa o ápice da interação social, pelo que constatei em diálogos esparsos com especialistas durante meus cinco anos de experiência com educação complementar. Há necessidade de resgatar a dignidade dos docentes que buscam mais que apenas ler um jornal ou assinar o próprio nome.

Não questionaremos nesse momento a funcionalidade matemática, pois o processo de aquisição da linguagem, código e suas tecnologias[2] demandam de um processo pedagógico diferente do processo de aquisição do código linguístico, mesmo sabendo que fazem parte da mesma grande área do conhecimento. E, também não faremos uma análise profunda da situação educacional da América Latina, seguindo uma boa recomendação vinda das pedagogas Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1985: 15).

Vamos nos ater apenas ao questionamento de uma literatura baseada em uma realidade social brasileira e revisaremos a insistência desses profissionais de educação em acreditar que apenas ler e escrever resolveria os problemas sociais desse público educacional nos leva a rever as condições de trabalho e as ferramentas utilizadas para atingir objetivos relatados. Boa parte desses corpos pedagógicos ignoram as ações afirmativas que buscam a inserção dos docentes em um contexto bem próximos de sua realidade. Mas, não nos custa relatar que o ensino para jovens afro-americanos é encarada de uma forma totalmente diferente, mesmo todos nós sabendo que há diferenças gritantes entre as duas nações. Mas o relato da pesquisadora Glória Ladson-Billings (2008:11), em seu prefácio, é bem lúcida sobre as diferenças no trato educacional para jovens negros:

> Nenhum desafio tem sido mais intimidante que o de melhorar a realização acadêmica de alunos afro-americanos. A busca pela educação de qualidade permanece um sonho vago para a comunidade afro-americana, oprimida por uma história que inclui a negação da educação, o ensino separado e desigual e o banimento para escolas inseguras e precárias na zona central da cidade. No entanto, persiste um sonho - talvez o mais poderoso para o povo de origem africana nesse país.

O sonho de uma educação privilegiada como a norte-americana não é uma realidade aqui no Brasil por questões que vão desde o ideológico até o político, esbarrando no social. Mesmo tendo problemas idênticos em relação ao tratamento dos negros durante o colonialismo[3] e que perduram no pós-colonialismo[4], o sonho de vencer ainda está nos corações dos jovens negros nos dois países. Mas de uma coisa podemos ter certeza nessa comparação é que, segundo Ladson-Billings (2008), um ensino culturalmente relevante a partir de uma contextualização positiva das atividades de leitura e de matemática é muito importante para o desenvolvimento do negro norte-americano (p. 121). Mas, para isso, o governo investiu maciçamente em campanhas para frequentar aulas de leituras nas bibliotecas públicas, coisa que não vimos aqui Brasil com muita frequência. E creio que poderia fazer o mesmo efeito na educação para os negros brasileiro tal ação. E findamos o assunto sobre o comparativo de realidades educacionais diferentes para os negros.

Questionamento

E retornando os questionamentos sobre a aquisição do código linguístico, essa insistência não se fundamenta nem mesmo nos contextos que teóricos como Jean Piaget, Ana Teberosky, Emília Ferreiro entre outros não tiveram. Viram a escrita como formas perfeitas de interação entre os indivíduos e o mundo que o cerca. No prólogo do livro "Psicogênese da língua escrita", a linguista e psicóloga Hermine Sinclair explica que as autoras do livro tocaram eu um assunto muito importante e que muitos ignoravam: Objeto cultural (1985: 13). E ressalta a importância dessa interação como importante para aquisição do conhecimento a partir da exploração das noções infantis através do diálogo é importante para refazer seus projetos pedagógicos (1985: 14). Esse

---

2 É como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) reconhece como grande área do conhecimento e reconhece a linguagem como uma de suas matérias;

3 Escravos negros vindo da África para trabalhar em lavouras e serviços domésticos;

4 Negação por durante muito tempo uma educação privilegiada e acesso igualitário;

processo de produção de um projeto pedagógico tem que ser isento de propostas paternalistas, pois muitos dos pais que os procuram estão interessados em questões que eles mesmos fracassaram em uma educação familiar. Eles têm que entender que a escola não é o lugar onde eles podem depositar seus filhos para eles poderem trabalhar com tranquilidade, irem para seus afazeres domésticos ou tirar uma simples soneca.
Quanto a Escola, muitos a transformam em verdadeiros bancos, como se seus filhos fossem dinheiro e que depositá-los vai render lucros de cidadania e conhecimento. Não é incomum vemos pessoas não tão especialistas em pedagogia como Mário Sérgio Cortella ou Alexandre Garcia defender o profissional da educação porque muitos pais jogam literalmente seus filhos achando que o docente vai resolver o problema criado por eles. Eu mesmo tive essa experiência de uma mãe que quando eu chegava proferia frases como "Graças à Deus, o senhor chegou! Agora vou ter duas horas e meia longe desse demônio!" ou "Me livre desse diabo para eu poder respirar!".
Imaginem como está o indivíduo que não vê nos seu seio familiar o respeito, o amor, o afeto ou o carinho que é mais necessário que comida e água para o crescimento e desenvolvimento? Essa mãe além de não ter consciência do que está fazendo, está delegando para o sistema educacional coisas que são de sua responsabilidade como respeito, disciplina, bons modos ou até aceitar diferenças. Mas esquecem que docente não é mago ou que a vida é um grande jogo, onde você aprende a atravessar uma rua enquanto o sinal está verde como se fosse um desafio e que se morrer na tentativa de atingir o objetivo, você terá uma nova vida.

Dando continuidade aos estudos e revisões

A princípio, pode parecer que este assunto foi abordado por mim durante o IV Colóquio de Doutorandos do Centro de Estudos Sociais, realizado nos dias 6 e 7 de dezembro de 2013, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, pude expôor um pouco da realidade educacional brasileira, do qual relatarei em tópicos alguns itens. Mas com uma leitura um pouco mais apurada, o pedagogo e especialista perceberão que trago novas visões a respeito de questões pedagógicas:

1. Segundo o pedagogo Ronaldo Ficher Bozza, antes de ingressar no meio escolar, a criança tem aproximadamente 5000 (cinco mil) horas de experiência oriunda de programas televisivos e de internet. Uma experiência de mundo que não pode ser desprezada. Mas que deve ser filtrada para obter melhor desempenho educacional. Mas não desmerecendo as experiências negativas adquiridas;
2. A escola é o simulacro da vida real, onde ainda é permitido errar e que esse erro é deveras pedagógico;
3. A escola não pode ressignificar a juventude sozinha. É preciso um esforço conjunto e coletivo. E, para isso, a família é muito importante e o estado é menos importante;
4. A educação do meu aluno é a minha ferramenta de trabalho, formar indivíduos prontos para uma sociedade plural é a minha consagração profissional e, por mais que eu os ame, quero vê-los bem longe de mim, no nível superior ou equivalente;
5. Ouvimos muito falar de atores sociais. Mas não falamos de coadjuvantes ou protagonistas de suas realidades atuantes. Nem todos os atuantes sociais querem se tornar médicos, engenheiros ou ter uma carreira de sucesso;
6. Frequentemente, além de ter que dar conta dos diversos conteúdos durante meses, o profissional de educação tem que trabalhar com as leis que nos "orientam" a lidar com coisas mais complexas e que vão além do grande campo. Essas leis, por alguns momentos mais desorientam que orientam.

Então, como o primeiro item não nos revela que esse conteúdo fora filtrado em alguma possibilidade, não sabemos o que eles trouxeram de bagagem intelectual. E como estão muito inseridos em um contexto tecnológico, podemos apresentar o cinema como uma excelente possibilidade para estimular a leitura, mesmo porque muitos não se sentem seguros para ler uma obra de escritores estudados nos meios acadêmicos e cânones

como Mia Couto, Ungulani Ba Ka Khosa ou até um José Eduardo Agualusa. Então, podemos apresentar uma obra como "O último voo do golfinho", do angolano Ondjaki com o mesmo teor que podemos apresentar "Meninas negras", da brasileira Madu Costa que terá a mesma aceitação. Testei a hipótese de apresentar uma literatura longe dos moldes europeus e com uma expectativa mais afro-brasileira para crianças de 08 à 10 anos. Isto pode preparar essas crianças para ter o contato futuro com obras mais maduras como "Terra sonâmbula", de Mia Couto, a partir do filme dirigido pela portuguesa Teresa Prata.

Sobre o segundo item apresentado, por muito tempo a política educacional brasileira participou do verdadeiro homicídio educacional brasileiro por não ter um mecanismo melhor para lidar com o fracasso do indivíduo que não consegue produzir de forma qualitativa durante o período letivo. E por durante muito tempo, promoveu os seus discentes sem condições educacionais mínimas. Discorremos sobre o que diz Emília Ferreiro (1985: 18):

> O que é a repetência? Quando uma criança fracassa na aprendizagem, a escola lhe oferece uma segunda oportunidade: recomeçar o processo de aprendizagem. É esta a solução? Reiterar uma experiência de fracasso em condições de idênticas não é, por acaso, obrigar a criança a "repetir seu fracasso"? Quantas vezes um sujeito pode repetir seus erros?

E como a autora mesmo continua descrevendo, pior que a "deserção", "abandono da escola" ou "expulsão encoberta", como seleção social do sistema educativo (1985: idem), seria pior é mandar do sistema educacional para a sociedade, cidadãos sem condições de refletir sobre sua importância e seu papel na sociedade brasileira ou em sintonia com as realidades sociais diversas do mundo. E não somente o paliativo de ensinar linguagens, códigos e suas tecnologias. Confrontando Velasco, educar para argumentação lógica de forma que estes produzam argumentos indutivos fortes e convincentes e não falácias que não levaria a nenhum lugar (2010: 147). Mas como fazê-lo em um ambiente onde a pedagoga Tania Zagury, em sua pesquisa elencada em "O professor refém", afirma que manter a disciplina na sala de aula é a maior dificuldade de 22% dos docentes, seguido de motivar os discentes, com 21%, e que esse ambiente caótico torna praticamente impossível vencer a crise e tomar decisões (2009: 83)? Quanto a manter a disciplina, eu tenho usado um recurso muito clássico entre os docentes de Educação Complementar: distribuir estrelinhas para os mais comportados e trocar essas estrelinhas por presentes no final de um determinado período. Essa prática tem dado certo. Mas e quanto a motivar os discentes para estudar? Trazer para a sala de aula uma literatura baseada em uma realidade próxima deles e isenta de uma academicidade que poderia estragar todo processo de transmissão do conhecimento.

Para isso se tornar realidade, o ensino do código linguístico tem que obedecer mais que um encadeamento de letras para formar palavras e o sequenciamento de palavras formaria um texto. De nada adiantaria isso se o texto não tivesse lógica no encadeamento. Para tanto, esse ensino tem que quebrar o paradigma da conformidade educacional e trabalhar com as diversas possibilidades que a multidisplinaridades nos permite.

No terceiro item citamos os estudos de Tania Zagury (2008: 87), é que surge o problema maior: Como envolver todos os segmentos em uma cruzada em comum? Sem o apoio dos pais e a inercia dos órgãos governamentais, que mesmo representando 11%, o docente tem que conviver com um grupo escolar que em média ultrapassa quarenta e cinco crianças, cinco dias na semana, por quatro horas e meia. A mesma pedagoga afirma que crianças que chegam na escola sem limites, rebeldes, agressivos e que faltam com respeito (44%). E a falta de educação familiar e muita liberdade familiar corresponde a 19% (2008: 87).

Pode parecer assustador a ultima oração do quarto tópico "por mais que eu os ame, quero vê-los bem longe de mim", mas é uma realidade que todos os profissionais de educação deveriam ter em mente. Muitos gostam tanto de seus discentes que não conseguem viver sem eles. Eles estão em todos os lugares: Sites de relacionamentos como Facebook ou Instagran, em programas de bate papo como Whatsapp ou Skype.

Não há como frear essas interações, mas temos que ver com ressalvas e ver que o afeto e carinho aos discentes são importantes, mas segundo Zagury (2008: 27) "não determinam, por si sós, a aprendizagem"[5]. E não é porque não me interessaria ter meu aluno no meu perfil que eu não quero trata-lo com respeito ou carinho usual. O que precisamos é que os discentes sigam seus caminhos com autonomia e reflexão sobre seus passos. Sendo eu um exemplo a ser seguido sempre, não estaria ajudando. Para nossa sorte, as pessoas são plurais e

---

5A pedagoga Tania Zagury elenca diversos mitos sobre a interação entre discentes e docentes. É uma leitura obrigatória e importante para os pedagogos entenderem essa interação;

tem conhecimentos, desejos e vontades que nem sempre estará em consonância com os nossos. Estamos dando ao discente conhecimento para determinar autonomia no caminhar e não um manual da vida. Isso eles vão construir conforme interagem com as naturezas, tecnologias e outros seres, variantes ou não da sua engenharia humana. Estar bem longe significa estar em uma boa empresa, passado em um concurso público, ganhando prêmios ou estudando em uma grande e prestigiosa universidade. E seu retorno não deve ser saudosista, mas sim para trazer as experiências do mundo. Esse é o *feedback* que o docente precisa.

E por mais que alguns digam que isso pode ser acompanhado pelo site de relacionamento, o pessoal sempre é melhor que o virtual para que todos vejam que essas vitórias são realmente reais e verdadeiras. Não é incomum ver discentes dizendo que quando crescer quer ser docentes. Claro que quer ser! Principalmente se você tem um projeto familiar falido e caótico, e encontra na escola aquilo que supre diversas necessidades que essa família não consegue como atenção, afeto, paciência, conhecimento, entre outras coisas, quem não quer ser? Essa criança está tão carente até mesmo a repreensão por um erro que o comete sequencialmente porque necessita de pessoas que os notem. Em minhas experiências em secretarias escolares, notei o aumento de discentes em "castigo" porque cometeram atos indisciplinares em sala porque precisavam ser notados como gente. E até a penalização é vista como carinho!

Mal sabem que esse tipo de atitude pode até fazer bem para eles, mas prejudica o docente porque quebra toda a cadeia de trabalho planejado por horas na semana. Hora essa poderia ser utilizada com outras atividades tão produtivas como descansar ou uma atividade física visando a sua saúde física e intelectual. E, frequentemente o docente se torna refém dos discentes.

Não é que não seja uma profissão bela ou que eu desestimule, mas o discente não tem a dimensão do que está falando em relação à suas experiências profissionais. Não ainda. Mas como ser algo que eles só veem por fora e não percebem as aflições dos profissionais que sofrem dentro e fora de sala de aula com agressões, indisciplina, salas de aula lotadas, baixos salários, a falta de treinamento e atualização profissional, desconfiança dos pais, corpos pedagógicos arcaicos e polarizados politicamente, criminalidade e marginalidade. Pode parecer antipedagógico essa recomendação e já que eu sempre propus técnicas, mas seria um excelente brainstorming propor aos seus discentes que mudem de lado. Coloque-os na posição de docente e vejam suas reações.

E, por último, além de ter que pensar em conteúdos educacionais eficientes, atuais e atrativos para os discentes, estes tem que estar em consonância com a Lei de Diretrizes e Base da Educação[6]. Mas, frequentemente, surgem leis complementares que obrigam os profissionais se reciclarem para atender novas demandas como a Lei 10.639[7], de 09 de janeiro de 2003 e a Lei 11.645, de 10 de março de 2008[8], que altera a LDB, mas não criam mecanismos para atualização dos profissionais, restando a eles buscarem curso de especialização Lato e Stricto Sensu em instituições como Cefet[9] ou UFF[10]. Talvez esse seja o motivo pelo qual, segundo a mesma pesquisa citada anteriormente, 2% dos docentes se sintam inseguros em seus conteúdos porque não contam com o apoio de corpos pedagógicos que não se sentem seguros em trabalhar com contextos tão complexos que é falar de questões étnicas (2008: 87).

---

6 Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996;

7 Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira;

8 Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena;

9 Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, que oferece um curso Stricto Sensu de Relações Etnicorraciais;

10 Universidade Federal Fluminense, que oferece um curso Lato Sensu de Relações Etnicorraciais, pelo Penesb;

Rever condições educacionais e reverter realidades educacionais negativas

Trabalhar temas ligados a África na escola brasileira é um grande desafio para muitos docentes. E para um público tão seleto como crianças em faixa etária entre 8 e 12 anos torna-se mais difícil e desafiador a produção de projetos pedagógicos. Para muitos entusiastas, sempre é recomendado um pouco de cautela no trato das relações etnicorraciais, principalmente no que se trata de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Mesmo porque, não é tudo que se pode aplicar aos projetos pedagógicos e a complexidade das leituras demandam horas debruçados sobre livros e artigos específicos de teóricos como Sílvio Renato Jorge, Inocência Mata, Jorge Valentim, Laura Cavalcante Padilha, Cinda Gonda, Luci Ruas, Carmem Tindó, Teresa Salgado, Moema Parentes Angel, Ana Mafalda Leite, Luciene Nunes, Maria do Carmo Sepúlveda, Otávio Henrique Meloni entre outros.

Os diversos recortes e linhas teóricas desafiam os mais astutos leitores e instigam-nos a ler e reler as obras de Homi Bhabha, Stuart Hall, Boaventura Sousa Santos, Kwame Anthony Appiah, José Luiz Cabaço, Margarida Calafate Ribeiro, Perpétua Gonçalves, Frantz Fanon e outros mais. Até mesmo quando se fala de uma possível identidade moçambicana sem ter uma leitura mais apurada dos artigos publicados pela poetisa Paulina Chiziane (2014), terá uma surpresa no entendimento dos meandros que a estética da sua obra pode propor.

Para exemplificar a complexidade da leitura de obras africanas de língua portuguesa e o perigo de não contextualiza-las em um ambiente escolar, Jorge (2003), ao afirmar que o universo literário poeta moçambicano José Craveirinha é composto de "uma voz que parte da hibridização para afirmar seu direito à autonomia como instrumento linguístico e poético". Portanto, se o aluno não tiver imergido no universo "craveiriano", as possibilidades de contextualização são as mais prováveis ou não ser interpretada próximo do desejado.

Mais, não devemos negar a leitura importante de ferramentas como o trabalho organizado por Elisa Larkin Nascimento, de título "A África na escola brasileira", editada em 1991, pelo gabinete do saudoso ex-senador Abdias do Nascimento. Essa obra é importante para analisar alguns livros infantis "Sonho de Talita", "Somos todos irmãos", "Vamos conhecer o Brasil", "Ainda brincando", entre outros (Nascimento, 1991: 44-65).

A literatura africana está apresentada ao leitor como uma nova proposta e uma excelente alternativa para o leitor que está acostumado ou entediado com leituras de clássicos da literatura mundial como os contos de Perrault, de La Fontaine, e dos Irmãos Grimm. Mas longe da realidade social dos jovens em escolarização. E, também, como alternativa para um dos misteres da língua portuguesa e que atualmente, a partir do parecer MEC (2011), muitos tenham receio de trabalhar com as obras de Monteiro Lobato, pelo seu conteúdo de questionamentos raciais mais fortes.

Não podemos deixar o profissional preso à somente essas obras, dando possibilidade para explorar outras obras como "Meninas negras", de Madu Costa, "Menina bonita do laço de fitas", de Ana Maria Machado, e "O cabelo de Lelê", de Valéria Belém, que são boas proposta de literatura brasileira para se trabalhar com a valorização da infância feminina e abordagem da estética mulher negra. Mas também, nessa mesma temática, "O beijo da palavrinha", do moçambicano Mia Couto, pode ser usado em sala de aula.

Nessas experiências, presenciei uma preferência unanime que acredito mais por desconhecimento de por preferência, pela obra de Ana Maria Machado. E notei que as produções dos seus discentes foram reduzidas de produções libertárias e de uma estética natural do próprio, para produções de uma estética perfeita, impecável e cheia de qualidade, dignas de artesãos. Mas, com pouquíssima interferência produtiva do aluno.

Ou seja, manipuladas, quando até com muita interferência. Sou terminantemente contra, pois se estamos em sala de aula para mediar uma cultura de independência para a formação de capacidade de argumento e de reflexão, porque interferir na capacidade produtiva? O que parece inocente por alguns profissionais, para mim soa como moldagem comportamental, onde a estética está mais privilegiada para agradar corpos pedagógicos que avaliar ou analisar a capacidade de produção dos discentes.

Já para a infância masculina, podemos recomendar Chico Juba", de Gustavo Gaivota, "Um dia sem cor", de Valéria Belém, e "O menino marrom", de Ziraldo, são boas recomendações para um diálogo sobre a juventude, anseios, identidade, raça e pertencimento.

Quanto a estimular a imaginação dos jovens, os livros "O voo do golfinho" e "O leão e o coelho saltitão", do angolano Ondjaki, e "O gato e o escuro", de Mia Couto podem proporcionar horas de leitura agradável e despretensiosa em sala de aula.

Todos esses livros propostos para trabalhar em sala de aula podem ser revisados pelos profissionais de educação e adequados para as realidades de seus projetos pedagógicos e prontos para ampliar as experiências étnico-culturais para a formação de profissionais de educação, onde até questionamentos complexos como religiosidade afro-brasileiro é motivos para discussões acaloradas.

Bibliografia

CHIZIANE, P. (2014), "*Não haverá filosofia africana a partir de um livro da Europa*". Disponível em http://www.debatemoz.com/?p=4050, [consultado em 01-12-2014].

COSTA BARROS, E. (2014), "Literatura infantil afro-brasileira e representação legal - Revendo obras para a realidade educacional brasileira". Cabos de Trabalho (10). Disponível em http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/6.1.2_Edmar_Costa_Barros.pdf, [consultado em 01-12-2014].

FERREIRO, E. & TEBEROSKY, A. (1985), *Psicogênese da língua escrita*, Porto Alegre: Artes Médicas.

JORGE, S. R. (2003), "Palavras de dor: Expressões da perda na poesia de José Craveirinha". Scripta 6 (12), pp. 4001-4006.

LADSON-BILLINGS, G. (2008), *Os guardiões de sonhos: O ensino bem-sucedido de crianças afro-americanas*, Belo Horizonte: Autêntica.

Portal MEC (2011). Parecer Monteiro Lobato. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=-com_docman&task=doc,[consultado em 01-12-2014].

VELASCO, P. D. N. (2010), *Educando para a argumentação: Contribuição do ensino da lógica*, Belo Horizonte: Autêntica.

ZAGURY, T. (2009), *O professor refém: Para pais e professores entenderem por que fracassa a educação no Brasil*, São Paulo: Record.

Leitura e escrita de professoras negras: uma experiência intercultural para uma educação antirracismo

Maria Nazaré Lima
e-mail: librianar@gmail.com

Resumo: O Brasil é um país multicultural e multilingue. Habita o seu espaço geográfico um significativo número de pessoas que constituem comunidades específicas, bastante diversificadas. São sociedades, comunidades, grupos humanos, que, além de diferenças socioeconômicas e regionais, se organizam em torno de identidades específicas: são mais de duas centenas de povos indígenas, centenas de comunidades afro-religiosas e de remanescentes de quilombos, um número indeterminado de grupos ciganos, dezenas de comunidades descendentes de imigrantes, surdos, entre outros, que têm projetos políticos *próprios* e que cada vez mais se organizam no sentido de garantir a sua especificidade e autonomia. Nessa comunicação trazemos uma breve reflexão sobre experiência desenvolvida com professoras negras, em escolas de ensino fundamental, com base na leitura de estereótipos sobre as identidades subalternizadas. Nessa experiência, além de escreverem diários e refletirem sobre sua prática pedagógica, as professoras fazem leituras compartilhadas e reescrevem suas memórias. Como fundamentação teórica, utilizamos as contribuições dos estudos culturais, antropologia e linguística aplicada, no que diz respeito às práticas etnográficas e escritas de si.

Palavras - chave: Educação étnico-racial, formação de professoras, narrativas de si

Resumem: Brasil es un país multicultural y plurilingüe. Habita en su área geográfica número significativo de personas que constituyen comunidades específicas, muy diferentes. Las comunidades, los grupos de personas, que, además de las diferencias regionales y socioeconómicas, se organizan en torno a identidades específicas: hay más de doscientos comunidades indígenas, cientos de comunidades afro-religiosos y los quilombos, un número indeterminado de grupos romaníes, decenas de comunidades de origen inmigrante, sordos, entre otros, que tienen sus propios proyectos políticos, y cada vez más se organizan para garantizar su especificidad y autonomía. En esta comunicación se presenta una breve reflexión sobre la experiencia desarrollada con los maestros africanos en las escuelas primarias, a partir de la lectura de los estereotipos de las identidades subalternas. En esta experiencia, y escribir diarios y reflexionar sobre su enseñanza, los profesores hacen lecturas compartidas y reescribir su memoria. Como fundamento teórico, se utiliza los aportes de los estudios culturales, la antropología y la lingüística aplicada, en lo que respecta a las prácticas etnográficas y escritos propios.

Palabras clave: educación étnico-racial, de formación del profesorado, autonarrativas

1 Introdução

Embora enaltecido como um país caracterizado pelo encontro de três raças – indígena, branca e negra -, sabe-se que são grandes as desigualdades sociais que atingem indígenas e afro-brasileiros, os quais não gozam de privilégios comuns aos que não possuem este pertencimento étnico-racial no país. Vale salientar que, quando me refiro a raça, étnico-racial ou racial, tomo essas expressões conforme ressignificadas por intelectuais do Movimento Negro, que as consideram a raça não em sentido biológico, mas histórico-social.

Dessa maneira, graças ao nosso processo de colonização, historicamente a sociedade brasileira é marcada pelo racismo e pela discriminação em relação a indígenas e negros/as, resultando na exclusão econômica, política e cultural da maioria da população.

Em relação aos negros/as, especificamente, africanos foram escravizados no país durante três séculos e, após a Abolição, o Estado não promoveu as políticas necessárias para que os ex-escravizados se integrassem à nação de forma igualitária; ao contrário, para fomentar a industrialização, buscou mão de obra vinda de outros países e promulgou leis como a da vadiagem, atingindo diretamente africanos e seus descendentes em solo brasileiro. Essas ações, dentre outras, tiveram impactos negativos sobre o contingente negro da população, e os movimentos negros tiveram papel importante no sentido de evidenciar que a diversidade característica da população brasileira não era considerada no âmbito da educação, por exemplo, esta alicerçada em valores eurocêntricos, deslegitimando os modos de produção de conhecimento, a história e a cultura afro-brasileira e africana.

Neste artigo, trago narrativas de professoras sobre si e sobre suas vivências como mulheres negras e professoras, buscando relacionar aspectos de suas identidades à formação de educadores/as, visando à instituição de formulações teórico-metodológicas referenciadas na cultura afro-brasileira, uma vez que mais da metade da população do Brasil se autodeclara como preta ou parda, conforme Censo Demográfico (BRASIL, 2010).

As narrativas procedem de professoras do ensino fundamental da rede pública municipal de Salvador, no estado da Bahia, participantes de uma formação realizada pelo CEAFRO. O CEAFRO é um Programa de Educação para a Igualdade Racial e de Gênero, vinculado ao Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia - CEAO/UFBA, que realiza ações diversas de formação com foco no enfrentamento do racismo institucional, junto a profissionais de diferentes áreas, sobretudo da educação.

A formação de professoras que objetiva instrumentalizá-las para a abordagem de questões de natureza étnico-racial é algo recente no Brasil, pois data da década de 1990, com iniciativas dos Movimentos Negros que entendem o espaço da educação como essencial na luta antirracismo que empreendem no país. Trata-se de uma espécie de formação que possui características bem específicas, na medida em que implica, como constatado na experiência do CEAFRO, uma construção/reconstrução da identidade racial das professoras.

Já na década de 1980, ganha força o movimento de indignação diante da discriminação e das desigualdades raciais no Brasil, reconhecendo-se o papel da educação no sentido de contribuir para a eliminação dessas desigualdades. Reconhece-se, também, que o discurso é uma categoria fundamental para se perceber como as identidades sociais – de raça, gênero, sexualidade - são construídas. Neste sentido, a formação visa instrumentalizar professores/as para lidar cotidianamente com as questões de ordem étnico-racial, inserindo a história e a cultura afro-brasileira e africana no currículo, conforme determina a Lei 10.639/2003.

Esta Lei, na medida em que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas do país, deixa mais evidente a necessidade da formação de professores/as de todas as áreas do conhecimento na perspectiva étnico-racial, algo ainda não muito assimilado pelas universidades.

Quanto ao termo discurso, está sendo aqui usado na perspectiva da AD francesa, oriunda dos estudos de Pêcheux, ressignificada por linguistas como Eni Orlandi (2001), e refere-se à consideração das implicações socioculturais envolvidas no uso da linguagem nos contextos sociais e determinadas por estes.

No campo dos estudos linguísticos, a Linguística Aplicada é uma vertente que trata da vinculação dos aspectos linguísticos aos relativos à constituição dos sujeitos e à sua inserção no meio social e cultural. Por isso, procede uma fundamentação teórica que alie esses dois campos, no intuito de buscar apreender os sentidos de ser negro e de constituir-se a identidade negra a partir das representações do negro em narrativas de professoras em formação.

Ou seja, para compreender como se dá a construção da identidade negra no processo pedagógico e sua relação com a formação de professoras, são importantes as referências teóricas da Linguística Aplicada, da Análise do Discurso, e dos Estudos Culturais, para que se articulem aportes de natureza diversa.

Por outro lado, estudos que, no Brasil, tratam da crítica à homogeneização curricular baseada no eurocentrismo (SILVA, 1997), (LUZ, 1983, 1992,); (CAVALLEIRO, 2000, 2001), dentre outros, ajudam a entender por que professoras precisam de formação com foco na dimensão étnico-racial, como também os sentidos que estão em jogo em suas narrativas sobre si e sobre educação. Afinal, marcas culturais locais contestam e modificam continuamente os signos e símbolos recebidos, reescrevendo-os para que sejam recompostos e conformando as construções identitárias dos atores sociais (HALL, in SOVIK, 2003).

Assim, considero que os grupos étnico-raciais não recebem de modo passivo as informações e os bens culturais que lhes são disponibilizados pelo mercado global. Eles atuam produzindo deslocamentos e re-interpretações

dos bens culturais com os quais interagem. E esses deslocamentos, muitas vezes, são invisibilizados pelos mecanismos de poder hegemônico (BHABHA, 1998).

Rompendo com uma ideia ainda bastante arraigada no espaço da escola, que trabalha com um conceito unilateral e imóvel de identidade, Hall trilha o caminho das identidades deslocadas, móveis e múltiplas. «'Os diferentes sistemas de representação, diz o autor, provoca efeitos profundos na forma como as identidades são localizadas e representadas'» (HALL, 2001, p.71).

Trata-se, portanto, de um conceito de identidade em processo, construída dentro do discurso e moldada em função da presença do outro. Percebe-se, desta forma, uma intrínseca relação entre discurso e identidade: à medida que os participantes se engajam discursivamente, eles vão construindo suas identidades sociais.

Esta forma de ver o mundo, apresentado por Hall, é muito presente e tem como matriz o modelo civilizatório africano, que continua invisível na escola, pondo em invisibilidade cultural quase metade da população do país, que tem boa parte da sua experiência adquirida nos terreiros, brincadeiras infantis e repertório vindo das histórias que lhes são passadas pelos mais velhos de suas comunidades de origem. São essas, no entanto, formas de viver, conviver, ser e estar no mundo rejeitadas pela escola. Essa escola, em geral, só tem reconhecido, como cultura, referências de base eurocêntrica, negando ou estigmatizando as demais matrizes culturais e guetizando-as como "folclore".

Feitas essas considerações, vejamos algumas narrativas de duas professoras negras, ex-participantes da formação do CEAFRO, tratando de como se veem e como veem sua formação educacional. Essas narrativas são extremamente significativas em si mesmas, enquanto documento e material de estudo mas, antes de tudo, por ser espaço para (re) construção de si, no sentido de marcar uma "diferença", explicitar ou manifestar a sua "singularidade' num processo de agenciamento.

2 Discurso de professoras sobre si

Nesse item, apresento primeiramente alguns recortes das falas de algumas professoras colaboradoras na pesquisa e também participantes do curso de formação referidos para, em seguida, refletir sobre alguns elementos nesses discursos que possam ser identificados como significativos para uma educação antirracismo.

> Sou oriunda de uma família pobre, de baixa renda. Meus pais têm o segundo grau completo; meu pai tem formação de técnico em contabilidade, minha mãe também. Em casa somos, além de meu pai e de minha mãe, mais quatro irmãos. São quatro mulheres e um rapaz, que é o caçula. Meu pai, por ele não ter sido criado com pai, então ele sempre foi um pai muito dedicado, responsável, e o sonho dele era ter os filhos na faculdade. Ele sempre foi muito exigente em relação aos estudos (SAMARA).

Nesta fala, Samara[1] nos mostra uma preocupação recorrente na educação no interior de famílias negras, em relação aos estudos, à escolarização. A certeza de que só a educação pode, talvez, conseguir romper as barreiras da desigualdade racial alimenta a ideia de futuro, de ascensão social historicamente faz os pais investirem como podem na formação escolar de seus filhos.

Acontece, porém, que a própria desigualdade não permite que esses investimentos estejam à altura. Decorre, daí, a posição que negros/as ocupam na pirâmide educacional, equivalente ao lugar ocupado na pirâmide social. Mas isso não se vê narrativa acima de Samara; se entrevê, porém, na narrativa a seguir:

> Quando eu era criança sempre minha mãe me levava pra trançar cabelo. Tinha a moça que trançava o meu cabelo, os cabelos de minhas irmãs e foi assim também que eu aprendi a trançar cabelo. Quando adolescente, aí já passei pelo processo de

1 Samara é o nome (fictício) de uma professora negra da Rede Municipal de Ensino de Salvador, ex-participante do Projeto Escola Plural: a diversidade está na sala, do CEAFRO, e sujeito da minha pesquisa de doutorado em Letras e Linguística, defendida em 2007, na Universidade Federal da Bahia – UFBA.

> alisar o meu cabelo. Eu tinha uns quatorze anos quando comecei a alisar o cabelo. Eu comecei a usar tranças em 2001.
> Eu acho que vi muito na minha família, essa questão do negro. Meu pai, às vezes, é até preconceituoso, porque ele diz que negro tem que casar é com negro. Fica aborrecido quando vê jogadores de futebol que só casam com as loiras. Ele valoriza muito essa questão da cor; é a questão da família mesmo. Então, acho que por isso, também, eu tenho isso forte.
> No colégio Divino Mestre, eu fiz o meu curso de magistério, e aí tinha o grande sonho de estar na sala de aula ensinando, porque desde criança eu já brincava de ser professora; então, eu tinha realmente o sonho de ser professora. Na época em que eu fazia o magistério, já dava banca na minha comunidade mesmo; fora isso, também desenvolvi outras atividades, que eu sei fazer tranças, eu trançava o cabelo das meninas do bairro (SAMARA).

Aqui, percebe-se que a profissão de professora lhe parece fruto de um sonho antigo, como se sempre soubesse que iria se dirigir para essa profissão. Ocorre que ser professor não é das mais valorizadas, prestigiadas profissões no Brasil, o que nos leva a pensar que esse desejo é condicionado, em certa medida, por uma baixa expectativa de inserção social. Uma leitura possível para o que afirma pode ser, então, que Samara deseja algo que acha que pode vir a ser, como mulher negra que é.

Uma fala sobre si de outra professora, Gildete[2], ajuda a confirmar a leitura nesta mesma direção, ainda que a partir do não dito.

> Na época da Formação no CEAFRO eu era professora de CEB, que é a minha maior paixão. Eu tenho paixão por alfabetizar, paixão, paixão... A nível de formação, eu comecei no afã da juventude querendo fazer medicina (Chique!). O primeiro vestibular, fiz pra Medicina e pra Pedagogia; passei muito bem, numa boa colocação, em Pedagogia, na UNEB. Aí ... Hoje estou tentando voltar para os meus estudos, estou batalhando aí a possibilidade de fazer mestrado; ainda é muito complicado, mas é a minha intenção... (GILDETE)

Como acontece com tantas de nós, professoras negras, na juventude convivem duas paixões: uma pelo que nos é permitido ser – professora de CEB, ou seja, das séries iniciais, professora alfabetizadora; a outra não aparece como paixão, mas como negação e se refere ao que presumimos que jamais poderemos ser.

Volta Samara, que não compreende os privilégios que determinam lugares subalternizados e privilegiados, na escola e na sociedade, como que pensando em voz alta:

> Sempre fui uma boa aluna, e nem sempre percebia a valorização. Os professores nem sempre valorizavam, isso é, sempre tinha aqueles alunos mais privilegiados. Não sei por que isso, né? (SAMARA)

Com isso, é preciso acompanhar seu olhar sobre experiências de educação que elas mesmas consideram positivadoras de seu pertencimento étnico-racial e a partir das quais se fortalecem para (con)seguir o que recomendam as lições aprendidas durante a formação feita no CEAFRO. São essas referências que, acreditamos, atuam na sua própria identidade, com reflexo na sua prática pedagógica junto a seus alunos/as, eles também negros\as, em maioria.

---

2 Gildete (nome fictício) é negra, professora e coordenadora pedagógica na Rede Municipal de Ensino de Salvador, ex-participante do Projeto Escola Plural: a diversidade está na sala, do CEAFRO, e sujeito da minha pesquisa de doutorado em Letras e Linguística, defendida em 2007, na Universidade Federal da Bahia - UFBA.

3 Professoras falam de suas referências de educação antirracismo

As narrativas de Samara e Gildete, que vêm a seguir, trazem algumas referências: de uma organização não-governamental que atua na educação antirracismo com um Curso pré-vestibular para negros; de um programa da universidade especializado na formação de professoras na perspectiva da igualdade racial; de um namorado que se afirmava como negro e tinha orgulho de ser negro; de uma avó que praticava atos religiosos fundados na matriz africana. São espaços de sociabilidade, onde as práticas discursivas que lhes constituem cooperam para a manifestação de referências pouco visibilizadas ou mesmo estigmatizadas em outros contextos socioculturais. Vejamos como elas narram suas vivências com esses atores.

> Eu estudei um ano na Steve Biko, fui aluna na época que a senhora estava como professora de redação. Eu ia ser sua aluna, quando você saiu. Não pude continuar o ano inteiro na Cooperativa (Steve Biko), mas eu aprendi muita coisa lá, em 94. A proposta da Steve Biko é diferente dos outros cursinhos, apesar de eu nunca ter feito outro cursinho, porque eu não tinha condições.
> Eu achava radicalismo [na Steve Biko], assim, porque qualquer aula o pessoal começava a falar de exemplos de preconceito; então aquilo pra mim, às vezes, soava como preconceito ou como radicalismo e também nessa época eu ainda era adolescente, né? Eu ainda estava me descobrindo. Então, eu ainda usava o cabelo alisado, uma vez cheguei com o cabelo alisado, todo mundo olhou pra mim [risos], então eu me assustei um pouco. Hoje eu já sei... Não foi por isso que eu saí. Eu gostava dos professores, de Lázaro, que já me convidou até pra poder ir lá, fazer algum trabalho, né; até hoje eu não fui, porque quando ele me convidou eu estudava, eu estava trabalhando em Cajazeiras 11, então ficava muito difícil pra mim.
> Em 2001, eu conheci uma pessoa que, no caso, agora é meu ex-namorado. Ele é muito envolvido com a questão racial. Ele não participa de nenhum grupo, não, atualmente, mas ele é muito tomado por essa causa racial e todo ano sai no Ilê. Então, isso também fortaleceu em mim, porque ele me incentivava a participar de qualquer formação que tivesse sobre isso, e é muito orgulhoso da cor. Então, isso também ajudou bastante. (SAMARA)
> A Formação do CEAFRO me permitiu reconstituir esse elo de ligação que um dia eu pude negar. Minha avó era extremamente sincrética, então, eu via minha avó com um altar maravilhoso... a sala de minha avó era praticamente só um altar, com todos os seus santos, com todas as suas divindades e era lindo o altar de minha avó, lindo demais; era mágico. Então, a sala de minha avó, quando você entrava, a primeira coisa que você via era aquele santuário, aquela coisa forte; e eu convivi toda a minha infância e adolescência vendo minha avó usando seus saiões, né? Vendo minha avó cultuando seus santos, vendo minha avó fazendo todos os cultos afro-brasileiros ligados ao Candomblé dentro de sua própria casa, os sambas, as cantigas. Vi por várias e várias vezes... conversei com Cosminho; e eu amava, eu amava... Quando minha avó parava, eu dizia: "Vó, vamos de novo; vamos, vó" Porque eu achava aquilo mágico. Eu ria muito... era uma brincadeira. (GILDETE)

Os relatos das professoras me instigam a trazer algumas reflexões sobre o processo de formação no âmbito do CEAFRO, mostrando um pouco de como esta formação lida com as identidades e, assim, coopera para transformar as mulheres negras envolvidas, sejam professoras em formação, sejam formadoras.
Sempre caracterizamos o processo de Formação como singular, peculiar, na medida em que institui o que denominamos de etnométodos, ou seja, caminhos singulares que se delineiam a partir das formas como as pessoas concretas se comportam durante a Formação.
Sendo assim, nunca fazemos um "pacote", como é comum, a ser aplicado em qualquer grupo de professoras. Conscientes da natureza das questões que emergem na Formação, com seus conteúdos afetivos, sociais, po-

líticos implicados, a ação das formadoras inclui sempre a reflexão e retomada de caminhos, o que explica, a meu ver, o enfeitiçamento que gera nas professoras formadas, as quais declaram que nunca participaram de um Curso assim em suas vidas.

Neste sentido, elas falam, inclusive, da postura cética que possuem ao serem chamadas para fazer o Curso, e a dificuldade que têm no final de desfazer os vínculos. O desfazer os vínculos, inclusive, é cuidadosamente "estudado" pelo grupo de formadoras: como fazer para "concluir" a Formação, já que a motivação é sempre crescente, o envolvimento se amplia à medida que a Formação avança?

> A gente conseguiu encontrar um caminho legal ou caminhos legais para chegar na professora, e elas acreditam. As professoras não esquecem a Formação. Elas começam com resistência e, quando chega no meio, elas acham que o tempo é pouco, que precisam de mais, e isso é porque também elas são silenciadas, como nós somos silenciadas, não é? E aí a Formação ajuda a todo mundo... (LIRA)

Neste fazer, os modos de vida africanos reelaborados no Brasil, gestando "pedagogias profanas" - no sentido utilizado por Larrosa (2004) - e implodindo limites disciplinares por meio de vivências cotidianas e que, sistematizadas, a realimentam, de conhecimentos teóricos e práticos construídos na tensão entre homogeneização/heterogeneização.

Com o passar do tempo, as professoras se descobrem como negras, ou como mais conscientes dos aspectos que são importantes para trabalhar com seus alunos, os quais vêm à tona no processo formativo e têm um significado de reflexão/ação pedagógica que lhes deixa modificadas, talvez porque, como várias dizem, jamais ouviram falar sobre essas coisas, não tiveram oportunidade de ler suas vidas a partir do olhar do que significava, significa compreender o que está em jogo quando uma avó diz: "faça tudo que você quiser, mas, pelo amor de Deus, não me traga namorado preto, não invente de casar com preto, porque não vou passar o resto da vida trançando a nagô".

Diante de uma fala assim, a formadora, por exemplo, mostra a maneira como o Bloco Ilê Aiyê vivencia o orgulho negro e reescreve nossa história, na perspectiva de positivação, de valorização dos traços negros, cantando: "Que beleza, o cabelo da nega trançado a nagô, que beleza!" São dois modos distintos de ver uma mesma realidade, confrontando um discurso identitário de negações vividas e outro discurso identitário de positivação do ser o que se é. Este o sentido da tensão entre o instituído e o instituinte, dois processos que coexistem nas vivências pessoais e profissionais das professoras que, como Samara e Gildete, participam da Formação de professores/as do CEAFRO.

Os conteúdos trabalhados no Curso de Formação, problematizadores da identidade racial e de gênero, de aspectos de sua prática pedagógica, que vão deixando as professoras tontas e, pela confiança que aprendem a ter nas formadoras, começam a ressignificar sua vida pessoal e profissional, a partir de um olhar sobre essas relações conflitivas travadas em sua família, sua escola, Igreja, grupos sociais em geral onde estão inseridas.

Os resultados da pesquisa realizada, a qual se debruça sobre relatos de professoras em formação e de suas formadoras, sobre vivências como alunas, professoras, mulheres negras na nossa sociedade, dentre outros, permitem dizer muito acerca da formação de professores/as, na perspectiva da educação antirracismo. Neste espaço, porém, quero salientar quanto é necessário dar voz a esses sujeitos, primar pelas relações horizontais entre formadores/as e professores/as em formação.

A partir das histórias contadas, Cria-se a oportunidade e o clima para pensar e repensar questões vivenciadas por elas próprias em espaços para além da escola, o que termina facilitando a compreensão acerca do que acontece com seus alunos/as e as formas possíveis de intervir junto a esses/as. As histórias dão pistas, ainda, para compreender por que se colocam como agentes de práticas racistas, o peso do racismo impregnado nas instituições para que ajam como agem, muitas vezes de forma inconsciente.

Referências

BHABHA, Hommi (1998). *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila et al. Belo Horizonte: Editora UFMG.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional. Disponível em: <>.http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/d… Acesso em: dezembro, 2012.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos (2000). Discursos e práticas racistas na educação infantil: a produção da submissão social e do fracasso escolar. In: *Educação, racismo e anti-racismo.* Programa A Cor da Bahia, Coleção Novos Toques, Salvador, pp.193-219.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos (2001) (org). *Racismo e anti-racismo na educação*: repensando nossa escola. São Paulo: Summus/Selo Negro, p.213.

HALL, Stuart (2001). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu Silva, Guacira Lopes Louro – 5ª ed. Rio de Janeiro, DP&A.

HALL, Stuart (2003). *Da diáspora*: identidades e mediações culturais. Liv Sovik (org). Belo Horizonte: UFMG; Brasília: UNESCO no Brasil.

LARROSA, Jorge (2004). Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas. Belo Horizonte: Autêntica.

LUZ, Marco Aurélio (1992). *Cultura negra em tempos pós-modernos*. Salvador: Edições SECNEB.

LUZ, Marco Aurélio (1983). *Cultura negra e ideologia do recalque*. Rio de Janeiro: Achiamé.

ORLANDI, Eni P. (2001) Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes,

PÊCHEUX, Michel (1988). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi et al - Campinas: Editora da UNICAMP, (Coleção Repertórios).

SILVA, Ana Célia da (1997). Movimento Negro e ensino nas escolas: experiências da Bahia. In *O pensamento negro em educação no Brasil*. São Carlos, SP: EDUFScar, p. 31-39.

Português como Língua Estrangeira e Segunda Língua em Moçambique

Leonarda Jacinto José Maria Menezes[1]

Resumo: Este artigo visa fazer, essencialmente, uma reflexão sobre a situação do ensino da Língua Portuguesa em Moçambique, particularmente nas zonas rurais , onde o português é considerado como língua estrangeira. Esta reflexão apoia-se nas ideias de alguns autores da Linguística Aplicada e da Sociolinguística, dado que consideram a língua como parte integrante da cultura de um povo. Considerar que nas zonas rurais em Moçambique o português é língua estrangeira, remete-nos para a questão da aquisição e aprendizagem do português no campo do ensino, que é marcado por variantes linguísticas, quer ao nível da oralidade, quer ao nível da escrita, devido à situação de plurilinguismo em que o país se encontra. Essa variação linguística leva à essa população, situações de estigmatização e discriminação por parte da restante população moçambicana, criando conflitos linguísticos, no geral, em ambientes sociais e, em particular, em ambientes escolares que acabam afectando o desempenho linguístico dos alunos nessas zonas.

Palavras-chave: Moçambique. Português Língua Estrangeira. Variação Linguística. Discriminação. Conflitos Linguísticos.

1. Introdução

Em África a língua portuguesa oficial é uma opção política, uma atitude nacional e tem, actualmente, uma ligação estreita com a sobrevivência dos territórios como países independentes.
A história da colonização em Moçambique bem como as relações com outros povos e culturas criou para a Língua Portuguesa uma diversidade de situações de contacto e de contextos de aprendizagem de que têm resultado produtos linguísticos, de grupo ou individuais, diferentes entre si. Esses produtos são designados pelos termos Português Língua Segunda e Português Língua Estrangeira.
Sabe-se que nos países africanos em que o Português é língua oficial a maior parte dos falantes dessa língua a têm como língua segunda. No entanto, com essa afirmação, não significa dizer que nesses países, não haja um grupo da população que a desconhece completamente, o que nos pode levar a pensar que, para esse grupo, o Português seja língua estrangeira.
Entretanto, verifica-se que no campo estrito do ensino, o conhecimento de línguas não maternas tem consequências positivas: as crianças que dominam mais do que uma língua têm probabilidades acrescidas de atingir um nível superior de desenvolvimento das capacidades metalinguísticas e cognitivas, e estão mais bem preparadas para adquirir novas línguas e novas culturas, e para reconhecer a importância de usar várias línguas. Assim, e se quisermos acentuar a importância de valorizar a língua portuguesa entendendo-a como uma riqueza das sociedades que a falam, o português encontra-se bem posicionado para se tornar uma escolha possível no campo do ensino e aprendizagem, tanto como língua segunda ou como língua estrangeira.

1.1. Aquisição e aprendizagem do Português

É importante salientar que o português é segunda língua (L2) e/ou língua estrangeira (LE) para a maioria da população moçambicana, embora seja considerado língua oficial e língua de unidade nacional. Porém, há que distinguir o português como língua estrangeira do português como segunda língua, já que não se trata de línguas maternas. Línguas estrangeiras distinguem-se, segundo Gonçalves, Stroud (2000: 8), "pelo facto

1 Leonarda Jacinto José Maria Menezes, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo – Moçambique, leonarda_menezes@yahoo.com.br; nº do GT 56 B.

de serem tipicamente aprendidas por via instrucional, com exposição à lingua-alvo no contexto restrito da sala de aula", ao passo que "as segundas línguas (L2) são adquiridas em ambiente natural, com exposição à língua-alvo não só na escola como no seio da comunidade em que vivem os aprendizes". Segundo os mesmos autores, "a aquisição das L2s pode decorrer em comunidades de falantes nativos (como acontece, por exemplo, com os imigrantes que aprendem uma L2 no país em que esta é a língua materna (L1) da comunidade) ou em comunidades em que a L2 é também uma língua não-materna para a maior parte dos seus membros (como acontece em sociedades pós-coloniais, em que a língua colonial não é tipicamente a L1 da comunidade que a fala)". Gonçalves, Stroud (2000: 9) afirmam que "o uso de L2 por falantes de diversas camadas sociais, com diferentes níveis de competência, dá origem a um conjunto de diferentes subvariedades não nativas dispostas ao longo de um *continuum* polilectal" e realçam ainda que "o surgimento destas subvariedades locais não é exclusivo das comunidades bilíngues". Fazendo referência à Kato (1993: 20), dão exemplo do português do Brasil que, apesar de aprendido tipicamente como uma L1, encontra-se numa fase de "competição de variantes" (Gonçalves, P., Stroud, C. 2000: 9).

Ainda sobre a aquisição de segunda língua e/ou de língua estrangeira, Carioni (1988: 50) faz, primeiramente, uma distinção entre aprendizagem e aquisição. Para essa autora, "aquisição é um processo que ocorre no nível do subconsciente, funcionando por força da necessidade de comunicação enquanto impulso vital, função que o cérebro não pode deixar de cumprir ao ser exposto aos impulsos auditivos identificados como mensagem codificada em língua". Já "a aprendizagem significa saber as regras, ter consciências delas, poder falar sobre elas, exigindo, portanto, um esforço consciente". Para esta autora, "a hipótese que distingue aquisição de aprendizagem pressupõe que adultos também adquiram uma segunda língua, com uma quase perfeição de falantes nativos, sem nenhum conhecimento consciente de suas regras (Carioni, 1988: 52).

A autora acima citada, ao fazer referência da aquisição de segunda língua, fala do ponto de vista de Krashen (1982: 98 *apud* Carioni, 1988: 53) sobre a hipótese do *input*. Segundo essa autora, "para que a aquisição se processe, isto é, para que se passe de um estágio da língua para outro, é preciso que o *input* esteja um pouco além do estágio atual em que se encontra o indivíduo em fase de aquisição". Em outras palavras, "se a competência atual na língua é **i**, o *input* deve conter informação linguística em grau além dessa competência, **i + 1,** e o indivíduo em fase de aquisição deve ser capaz de entender o *input* contendo **i + 1"** (Carioni, 1988: 53).

Ainda na optica desta autora, "o processamento da língua não ocorre isoladamente, mas em conjunção com uma série de outros fatores de ordem emocional, cultural, social que contribuem para a caracterização da língua como instrumento de expressão individual e grupal, facilitando ou inibindo a aquisição". A força da hipótese do *input* está no facto de que o foco deve ser na mensagem, na comunicação que se quer obter (Carioni, 1988: 54).

Segundo a autora acima citada, "a correção do indivíduo, na hipótese do *input* ocorrerá com o tempo e maior exposição e dependerá de sua quantidade e qualidade. Quanto mais exposição e mais correto for o *input* que o falante receber, melhor será a sua produção linguística" (Carioni, 1988: 55).

Outro aspecto focado pela mesma autora, diz respeito ao filtro afectivo, que está relaccionado com o papel que factores tais como motivação intrínseca, ansiedade e autoconfiança desempenham no processo de aquisição de uma língua. Esta hipótese baseia-se na observação de que indivíduos com atitudes positivas em relação à língua estrangeira aprenderão com mais facilidade, pois tendem a buscar mais *input*, e, por apresentarem um filtro afectivo mais fraco ou baixo, o *inpu*t recebido penetrará naquela parte do cérebro que é responsável pela aquisição da linguagem. Esses factores afectivos, que podem impedir ou facilitar a recepção do *input*, embora importantes, são externos ao dispositivo de aquisição. O filtro afectivo explica porque, apesar de exposição a uma grande quantidade de *input*, pode-se não atingir um nível de falante nativo, fossilizando-se a língua antes de atingir esse nível (Carioni, 1988: 56).

Assim, transposta para a sala de aula, a hipótese do filtro afectivo implica que a situação ideal para ensino é aquela que mais encoraja uma diminuição das barreiras psicológicas, tais como a ansiedade, a inibição ou falta de confiança, melhor motiva o maior número de alunos, desenvolve a autoconfiança e atitudes receptivas à aprendizagem, favorecendo, assim, uma busca e recepção maior de *input*. Consequentemente, o melhor professor de língua é aquele que pode fornecer *input* correcto, que pode tornar esse *input* o mais compreensível possível, em condições de mais baixa ansiedade (Carioni, 1988: 56).

Já para Pupp Spinassé (2005: 18), "a aquisição de segunda língua (L2 ou SL) dá-se quando o indivíduo já domina em parte, ou totalmente, a sua L1, ou seja, quando ele já está em um estágio avançado de aquisição de sua língua materna". Para esta autora, "segunda língua é uma não primeira língua que é adquirida sob a necessidade de comunicação e dentro do processo de socialização". A situação tem que ser favorável: um novo meio, um contacto mais intenso com uma nova língua que seja importante para a comunicação e para a integração social. Para o domínio de uma segunda língua, é necessário que a comunicação seja diária e que a língua desempenhe um papel na integração em sociedade (Pupp Spinassé, 2005: 18).

Muitas vezes, quando se aborda a questão de aquisição de uma segunda língua, parte-se do facto de que as pessoas têm a necessidade de possuir um segundo idioma, não só porque é um pré-requisito para adquirir emprego, na maioria das vezes, mas também porque a própria globalização assim o exige. No entanto, esses pressupostos não abrangem factos relacionados à aquisição de segunda língua em situações normais de exposição a línguas diferentes da primeira língua, como é o caso de crianças que, logo nos primeiros anos de vida, são expostas à aquisição de uma segunda língua por vários motivos.

Sabe-se que os estudos sistemáticos de como as pessoas adquirem uma segunda língua são um fenômeno relativamente recente, datando do final do século XIX.

A Aquisição de Segunda Língua (ASL) – expressão derivada do inglês *Second Language Acquisition* (SLA) – refere-se não somente a aprender uma segunda língua como também uma terceira ou quarta línguas. A aprendizagem de uma segunda língua traz consigo uma dualidade, tanto pelo facto de se adquirir conhecimento sobre essa nova língua e transformá-lo em algo inteligível, de prática intelectual, quanto por desenvolver a habilidade comunicativa necessária para interagir com outros falantes. Essa aprendizagem pode ser feita automaticamente em contacto com a segunda língua no meio ambiente do aprendiz (exemplo das crianças expostas naturalmente à aquisição de segunda língua, dentro do ambiente familiar) e, também, pode ser feita quando o aprendiz entra em contacto com a segunda língua numa situação de ensino, a partir de ensinamentos básicos da língua, através de gramáticas, dicionários, numa situação de sala de aula.

Segundo Krashen (1988: 76), "a aquisição de segunda língua, ou *language acquisition,* refere-se ao processo de assimilação natural, intuitivo, subconsciente, fruto de interacção em situações reais de convívio humano, em que o aprendiz participa como sujeito ativo". É semelhante ao processo de assimilação da língua materna pelas crianças, processo este que produz habilidade prático-funcional sobre a língua falada e não conhecimento teórico. Desenvolve familiaridade com as características fonéticas da língua, sua estruturação e seu vocabulário. É responsável pelo entendimento oral, pela capacidade de comunicação criativa e pela identificação de valores culturais. Uma abordagem inspirada em aquisição valoriza o acto comunicativo e desenvolve a autoconfiança do aprendiz. De acordo com Krashen (1988: 78),

> Language acquisition refers to the process of natural assimilation, involving intuition and subconscious learning, which is the product of real interactions between people where the learner is an active participant. It is similar tongue way children learn their native tongue, a process that produces functional skill in the spoken language without theoretical knowledge [2] (Krashen, 1988: 78).

No entanto, o conceito de aprendizagem de segunda língua, ou *language learning,* está ligado à abordagem tradicional de ensino de línguas, assim como é ainda hoje praticada nas escolas. A atenção volta-se à língua na sua forma escrita e o objectivo é de levar o aluno a entender a estrutura e as regras da língua, através de esforço intelectual e de sua capacidade dedutiva lógica. Esta situação deixa pouco lugar para a espontaneidade, porque, geralmente, o professor assume o papel de autoridade no assunto, sendo a participação do aluno frequentemente passiva. Este é um processo progressivo e cumulativo, normalmente ligado a um plano didáctico

---

2 A aquisição de língua refere-se ao processo de assimilação natural, envolvendo intuição e aprendizagem subconsciente, que é o produto de interação real entre pessoas onde o aprendiz é um participante activo. É similar ao modo como crianças aprendem sua língua nativa, um processo que produz habilidades funcionais na língua falada sem conhecimentos teóricos. (tradução nossa)

pré-determinado, que inclui memorização de vocabulário e tem por objectivo proporcionar conhecimento metalinguístico:

> It´s a progressive and cumulative process normally tied to a preset syllabus that includes memorization of vocabulary. It seeks to transmit to the student knowledge about the language, its functioning and grammatical structure with its irregularities, its contrasts with the student's native language, knowledge that hopefully will produce the practical skills of understanding and speaking the language. This effort of accumulating knowledge becomes frustrating because of the lack of familiarity with the language[3] (Krashen, 1988: 82).

Sabe-se que o aluno que adquire qualquer segunda língua através do processo da aprendizagem poderá ter muito mais vocabulário do que aquele que adquiriu essa segunda língua por assimilação, mas que muito dificilmente saberá comunicar-se como esse segundo. Pode-se citar como exemplo o crescente número de formados pelos diversos cursos de línguas encontrados na actualidade, mas que têm muitas dificuldades ao se comunicarem em uma segunda língua.

Entretanto, as aquisições de uma L2 e de uma LE se assemelham no facto de serem desenvolvidas por indivíduos que já possuem habilidades linguísticas de fala, isto é, por alguém que possui outros pressupostos cognitivos e de organização do pensamento, usados para a aquisição da L1. Uma diferenciação entre essas duas formas de aquisição da língua não-materna baseia-se, fundamentalmente, no papel ou função da SL na cultura do falante. Todavia, devemos ter em mente que a capacidade de se comunicar numa língua estrangeira é importante para a formação do indivíduo e constitui uma das oito competências essenciais necessárias para a realização pessoal, a cidadania activa, a coesão social e a empregabilidade na sociedade do conhecimento. Por isso, devemos estar atentos ao valor intercultural da aprendizagem linguística e a seus benefícios cognitivos. Sabemos, também, que a aprendizagem das línguas desenvolve a atenção, a percepção, a memória, a concentração, o pensamento teórico e o pensamento crítico, bem como a capacidade de resolver os problemas e de trabalhar em equipe. Além disso, estes benefícios são extremamente importantes para o bem-estar do indivíduo na sociedade, em todos os níveis (Pupp Spinassé, 2005: 27).

Em Moçambique, o português tem o estatuto de L2 e/ou LE para a maioria da população. No meio rural, onde há predominância das línguas locais, da família *bantu* e onde é aprendido só em contexto de escola, contexto no qual a maioria da população, muito raramente, entra em contato com esta língua no dia-a-dia, tem que ser considerado como uma língua estrangeira, diferentemente do meio urbano em que o português pode ser considerado como uma L2 e já faz parte do ambiente linguístico dos alunos que entram para a escola. Somente em situação escolar é que os alunos entram em contato, pela primeira vez, com esta língua, tanto na oralidade como na escrita, na escola.

Como afirma Nhongo (2009: 26), "a aprendizagem das línguas estrangeiras deve iniciar-se quando a criança é ainda jovem". A aprendizagem precoce destas línguas proporciona à criança o desenvolvimento da sua capacidade de memorização, de raciocínio e de reflexão crítica, mas, ao mesmo tempo, deve aproveitar e expandir a sua imaginação e fantasia. Para tal, as metodologias utilizadas devem ser centralizadas na criança e estar associadas às actividades que tenham interesse para ela.

Em algumas zonas de Moçambique, é normal verificar-se, principalmente nas zonas rurais e suburbanas em que o português é língua estrangeira para os alunos, o uso de variantes linguísticas que, por vezes, são tão marcantes numa comunidade linguística que, socialmente, são vistas como 'variante-regional', e marcam uma determinada comunidade linguística. Esse é o tipo de variável linguística que é marcada pela presença dos

---

3 É um processo progressivo e cumulativo normalmente ligado a resumos prévios que incluem memorização de vocabulário. Procura transmitir ao estudante conhecimento acerca da língua, suas funções e estrutura gramatical com suas irregularidades, seus contrastes com a língua nativa do estudante, conhecimento que irá ajudar a produzir as habilidades práticas para entender e falar a língua. Este esforço de acumulação de conhecimento torna-se frustrante por causa da falta de familiaridade com a língua. (tradução nossa)

segmentos fônicos /b/ e /p/ onde a população é falante do *elomwe* como língua materna. Nesta língua, não existem as consoantes oclusivas vozeadas, ou oclusivas sonoras, (/b/, /d/ e /g/). Por isso, quando aprendem o português, os falantes desta língua produzem consoantes não vozeadas, ou surdas, (/p/, /t/ e /k/) no lugar das vozeadas, ou sonoras.

Convém ainda sublinhar que essas variantes linguísticas regionais também abrangem as províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa, a norte do país, onde a população é falante do e*makhuwa* e do *emeetto*.

Esta variação verifica-se nas modalidades oral e escrita da maioria dos falantes dessas línguas. Portanto, a variante fonética /b/ corresponde à variante /p/ e a variante fonética /d/ corresponde à variante /t/. Este fenômeno pode ser justificado por fatores linguísticos (condicionamento das variantes por fatores internos) e não linguísticos (condicionamento das variantes por fatores externos como faixa etária, classe social). Convém acrescentar que, nessas zonas de Moçambique, essa variação abrange falantes de todas as classes sociais, de qualquer faixa etária e, também, de todos os níveis de escolaridade.

Essa situação faz com que esse grupo populacional seja estigmatizado e discriminado pela restante população moçambicana, devido ao seu modo de falar e escrever o Português. Essa estigmatização do Português falado pelas pessoas falantes do *elomwe,* do *emakhuwa* e do *emeetto* em Moçambique, construída nos discursos hegemônicos presentes no dia-a-dia, tem contribuído para uma autoimagem negativa por aqueles que se sentem inseguros e discriminados ao falarem o Português.

Segundo Grosjean (1982: 32), afirmar que os falantes com marcas de variação linguísticas regionais falam mal a LE e/ou L2, aprendidas na escola, pode induzir esses falantes a "assimilarem o discurso do preconceito linguístico preconizado pelas representações de línguas de grupos majoritários", adoptando atitudes negativas em relação à forma de falar de sua comunidade linguística, produzindo estereótipos, ao se verem como falantes que falam um Português diferente da norma adoptada pela sociedade.

Muitas das vezes essas 'falas' preconceituosas criam conflitos linguísticos, no geral, em ambientes sociais e, em particular, em ambientes escolares. Sabe-se que, a assimetria e o preconceito decorrentes do contacto entre as línguas nacionais e a língua portuguesa, eleita como língua padrão em Moçambique, também atingem a escola.

A propósito de outro contexto sociolinguístico, Maher (2008: 27) faz referência a fronteiras que, não sendo impermeáveis, existem entre a instituição escolar e o mundo fora dela. Assim, para essa autora, "as relações sociais, os embates culturais e disputas linguísticas da sociedade chegam à escola e, várias vezes, adquirem ainda mais força nesse contexto".

Convém aqui lembrar o que diz Tarallo (2007: 11) sobre a variação sociolinguística numa comunidade de fala. De facto, ele assinala que "as variantes se encontram sempre em relação de concorrência: padrão *x* não-padrão; conservadora *x* inovadora; de prestígio *x* estigmatizadas". Em geral, a variante considerada padrão é, ao mesmo tempo, conservadora e aquela que goza de prestígio sociolinguístico na comunidade, enquanto as variantes inovadoras são quase sempre não-padrão e estigmatizadas pelos membros da comunidade. Contudo, tendo em conta a forma de pensar de Tarallo (2007) não se pode considerar a forma de falar dos falantes com marcas de variação linguística, como formas incorretas ou ruins, mas sim, como uma questão de atitude sociolinguística dos membros dessa comunidade, porque "as atitudes linguísticas são as armas usadas pelos residentes para demarcar seu espaço, sua identidade cultural, seu perfil de comunidade, de grupo social separado" (Tarallo, 2007: 14).

Assim, podemos dizer que a língua, tanto a oral como a escrita, pode ser factor extremamente importante na identificação de grupos, em sua configuração, como também uma possível maneira de demarcar diferenças sociais no seio de uma comunidade. A questão da língua remete-nos para a questão do 'letramento' em Moçambique, isto é para a língua escrita, tanto no ensino de português como língua segunda, como no ensino português como língua estrangeira ou ainda no ensino das línguas maternas, termo pouco desenvolvido pelos linguistas moçambicanos. Sendo assim, achamos pertinente debruçar-mo-nos sobre este termo no ponto a seguir deste artigo.

2. Letramento nas zonas rurais de Moçambique: Uma questão a ser estudada.

O termo letramento em Moçambique é um termo novo e merece toda a atenção por parte dos linguistas e dos dirigentes da educação, já que seria importante que se verificasse como se dá esse letramento e qual o tipo de letramento que se verifica nos alunos das zonas rurais, por forma a encontrarem algumas soluções para as dificuldades que os professores enfrentam no ensino da escrita em português bem como no ensino da língua materna do aluno.

Convém sublinhar que, estudar a questão do letramento em Moçambique, particularmente nas escolas de educação bilíngue, é uma questão premente, dado que pode ser uma solução para os problemas dos alunos que entram pela primeira vez na escola, caso os professores aproveitem do conhecimento que os seus alunos trazem das suas práticas sociais de letramento nas comunidades para ensinar não só a escrita do português como também a escrita da língua materna. Assim, iremos dedicar algumas linhas neste ponto do artigo tendo em conta o ponto de vista de alguns linguistas sobre a questão de letramento.

Neste artigo, iremos adoptar o conceito de letramento a partir das teorias de Street (1993: 102), tendo em conta o seu modelo ideológico. Para este autor, a questão do letramento deve ser estudada de acordo com uma abordagem etnográfica, isto porque "o letramento não é pura e simplesmente um conjunto de 'habilidades técnicas' uniformes a serem transmitidas àqueles que não as possuem – o modelo 'autônomo', mas sim que existem vários tipos de letramento nas comunidades, e que as práticas associadas a esse letramento têm base social".

Nessa modalidade nova de estudar o letramento, encontramos o contraste entre os modelos de letramento – o modelo 'autônomo' e o modelo 'ideológico', bem como os conceitos de 'eventos de letramento' e de 'práticas de letramento'.

Para Street (2003: 4, 2000a: 67), o modelo autônomo normalmente surge em contextos de desenvolvimento, como uma simples técnica em que as pessoas precisam aprender uma forma de descodificar as letras. Este modelo, para este autor, funciona com base da suposição de que, em si mesmo, o letramento, de forma autônoma, terá efeitos sobre outras práticas sociais e cognitivas. O modelo disfarça as suposições culturais e ideológicas sobre as quais se baseia que podem ser apresentadas como se fossem neutras e universais, sendo que, na prática, essa abordagem trata simplesmente de impor conceitos ocidentais de letramento a outras culturas. Entretanto, o modelo ideológico alternativo oferece uma visão com maior sensibilidade cultural das práticas de letramento, à medida que elas variam de um contexto para outro. Este modelo propõe que o letramento é uma prática de cunho social, e não meramente uma habilidade técnica e neutra, e que aparece sempre envolto em princípios epistemológicos socialmente construídos. Tudo tem a ver com o conhecimento, isto é, as maneiras utilizadas pelas pessoas quando consideram que a leitura e a escrita vêm em si mesmas enraizadas em conceitos de conhecimento, de identidade e de ser (Street, 2003: 4-5).

Para Street (2003: 5), "os letramentos sociais sugerem que o engajamento no letramento é sempre um ato social, desde o seu início". As formas em que interagem professores ou facilitadores e seus alunos é sempre uma prática social que afecta a natureza do letramento a ser entendido e as ideias que os participantes possam ter sobre o processo, em especial aos novos aprendizes e sua posição nas relações de poder (Street, 2003: 5).

De acordo com este autor, este modelo, não deve ser chamado só de cultural, mas sim de ideológico, uma vez que é importante não apenas atentar a significados culturais, mas também à dimensão de poder conferida por esses processos de leitura e de escrita. Para Street (2003: 6), fazendo referência a Street (1996: 22) "parece bastante impossível tratar da questão de letramento sem examinar ao mesmo tempo os aspectos que têm a ver com o poder".

Street (2003: 9), faz referência a Heath (1982: 24) e ao conceito que ela escreveu sobre o 'evento de letramento', como qualquer ocasião em que um texto escrito faça parte da natureza das interações dos participantes e de seus processos interpretativos, e, então, Street propõe seu próprio conceito de evento de letramento. Para Street (2003: 9), 'evento de letramento' é aquele que "permite aos pesquisadores ou aos profissionais focalizar uma situação específica em que as coisas estejam acontecendo, em que se consegue observar um evento que envolva a leitura e/ou a escrita, e do qual se pode começar a determinar as características". Já para o conceito de 'práticas de letramento', Street (2003: 8) afirma que "dentro de uma abordagem social de letramento, este

conceito de práticas de letramento tenta tanto tratar dos eventos quanto dos padrões que tenham a ver com o letramento, tratando de associá-los a algo mais amplo, de uma natureza cultural e social", isto é, as práticas de letramento referem-se a esse conceito cultural mais amplo das formas específicas de pensar e de fazer a leitura e a escrita dentro dos contextos culturais.

Portanto, para Street (2003: 9), a apresentação do letramento como sendo autônomo é apenas uma das estratégias ideológicas empregadas em associação ao trabalho no campo do letramento, que, em realidade, disfarça a maneira em que a abordagem supostamente neutra efectivamente privilegia as práticas de letramento de grupos específicos de pessoas, mostrando-se, assim, um modelo ideológico e não autônomo (Street, 2003: 9).

Ainda, sob a óptica deste autor, o modelo ideológico consegue perceber as habilidades técnicas envolvidas, por exemplo, na codificação, no reconhecimento das relações entre fonemas e grafemas e no engajamento das estratégicas aos níveis das palavras, sentenças e de textos, como o exigem tantos dos actuais programas nacionais de letramento. Entretanto, o modelo ideológico reconhece que essas habilidades técnicas estão sempre sendo empregadas em um contexto social e ideológico, que dá significado às próprias palavras, sentenças e textos com os quais o aprendiz se vê envolvido (Street, 2003: 9).

Assim, julgamos nós que, do ponto de vista deste autor, é necessário que aqueles que têm acesso ao discurso e ao poder dominantes e que reproduzem as fontes de letramento, deixem de pensar nesse tipo de letramento e comecem a pensar mais num tipo de letramento que esteja direcionado aos grupos sociais, para que todos tenham acesso à linguagem e ao letramento do poder em qualquer parte do mundo, já que, em algumas partes do mundo,

> os pais das crianças pertencentes a minorias étnicas nos países em que tenham sido promovidas uma educação e uma variação linguística "multiculturais" argumentam que os filhos estão simplesmente recebendo uma educação de "segunda classe", sendo-lhes negados os gêneros que tenham relação com o poder (Street, 2003: 10).

Esta situação descrita por Street (2003: 10) é também demonstrada por alguns pais que têm matriculados os seus filhos na educação bilíngue em Moçambique. Muitos pais e responsáveis pelos alunos, que ainda não estão bem consciencializados da importância do ensino bilíngue, aventam a hipótese de que este ensino veio para que seus filhos não tenham acesso ao poder, nas cidades capitais, já que eles têm uma educação diferenciada em relação aos alunos das cidades capitais que seguem o modelo de ensino monolíngue, tradicional, onde estão matriculados os filhos das pessoas detentoras do poder no país e das pessoas que vivem nas zonas urbanas. Como afirma Street (2003: 10), "os que estejam no poder manterão o domínio enquanto forem vistos como oferecendo acesso aos que não possuam poder" e continua afirmando que

> um modelo ideológico de letramento parte da premissa de que práticas variáveis de letramento são sempre enraizadas em relações de poder, e que as aparentes inocência e neutralidade das "regras" atuam para disfarçar as maneiras de manter esse poder através do letramento. Daí, as baixas taxas de aceitação e altas taxas de evasão verificadas nos programas formais (Street, 2003:10).

Portanto, o modelo ideológico é chamado de ideológico em vez de simplesmente modelo cultural ou pragmático, precisamente por chamar a atenção para a natureza desigual e hierárquica do letramento na prática (Street, 2003: 10).

Hoje em dia, de acordo com o acima citado, a boa prática em educação exige que os facilitadores expandam aquilo que os aprendizes trazem para a sala de aula, ouvindo, e não apenas transmitindo, e respondendo às articulações locais do que é 'necessário' tanto quanto chegando aos próprios 'julgamentos' dessa necessidade, como pessoas de fora. Da mesma forma, a boa prática política exige que os que desenvolvem essa prática escutem de onde as pessoas vêm, expandindo os pontos fortes locais, sem simplesmente imaginar que fosse possível trabalhar sem eles. Portanto, a pesquisa etnográfica, de acordo com o modelo ideológico, envolve a

rejeição às aulas formais e ao letramento baseado na escola, em que não existe relação com as práticas locais de comunicação (Street, 2003: 12-13).
Assim, é preciso que os elaboradores dos programas de educação repensem nas práticas de letramento actuais que tendem a ser tradicionais e que não são sensíveis aos aspectos culturais das comunidades.
Entretanto, Martin-Jones (2010: 7) trata a questão do letramento como práticas situadas e influenciadas pelo contexto cultural e social sempre em mudança, ressaltando a questão de identidade, quando se constrói uma vida social. Essa definição pode ser vista de acordo com uma perspectiva etnográfica à medida que oferece detalhes sobre como as pessoas dão vida aos textos em práticas de letramento cotidianos.
Ainda sobre a questão do letramento, Jung (2009: 84) define letramento como "o conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social". Segundo esta autora, de acordo com esta noção de leitura e de escrita, a concepção escolar de alfabetização é reducionista e está quase que, casualmente, associada com o progresso, a civilização, a mobilidade social. Afirma, ainda, que se trata de um modelo autônomo de letramento e que, segundo Street (1984: 18), a escrita é um produto completo em si mesmo. Ao conceber a escrita dessa forma, o leitor não precisa considerar o contexto de sua produção para a interpretação. O processo de interpretação está determinado pelo funcionamento lógico interno do texto escrito. Assim, a escrita e a oralidade representam ordens diferentes de comunicação, pois, enquanto a escrita é, em princípio, um produto completo em si mesmo, a oralidade está ligada mais diretamente à função interpessoal da linguagem, às identidades e às relações que as pessoas constroem na interacção (Jung, 2009: 84-85).
Assim, de acordo com Jung (200: 85), relativamente à adopção deste modelo autônomo de letramento, a escola atribui o eventual fracasso escolar ao indivíduo. Para a escola, o indivíduo não aprende a escrita porque pertence ao grupo de pobres e marginalizados. A autora, ainda, acrescenta que essa concepção resulta naquilo que Signorini (1994: 12) define como mito de letramento, ou seja,

> uma espécie de fé nos poderes, ou "capacidades" do letramento como tecnologia fundamentalmente neutra – conhecimento das letras – e disponível, tanto ao desejo individual de sucesso na esfera pública, quanto ao desejo coletivo de progresso e desenvolvimento (Jung, 2009: 85).

Jung (2009: 85) afirma também que "existe outro modelo alternativo de letramento que se contrapõe ao modelo autônomo, que é o modelo ideológico". Neste modelo, "as práticas de letramento (no plural) seriam social e culturalmente determinadas, o que equivale a dizer que os significados específicos que a escrita assume para um grupo social dependem dos contextos e das instituições em que ela é adquirida e praticada". Assim, as práticas de letramento são aspectos da cultura e das estruturas do poder. É preciso observar, então, o processo de socialização das pessoas na construção de significados pelos participantes (Jung, 2009: 85).
Jung (2009: 86) declara, ainda, que há estudos que mostram as diferenças em relação aos usos e funções de letramento e seus efeitos sobre as relações sociais, maneiras e estilos de comunicação, nas três comunidades estudadas por ela. Contudo, essas diferenças extrapolam o uso restrito da escrita, manifestando-se também na oralidade dos sujeitos e nas formas de organização social e de interação no lar. Ainda afirma que estudos de Heath (1983: 48) mostram que, em certas classes sociais, as crianças são letradas por possuírem estratégias orais letradas. Tais estratégias são desenvolvidas antes mesmo de as crianças serem alfabetizadas, a partir do relato das histórias pelas mães. E acrescenta que disso resultam padrões diferentes de adaptação da criança no início da sua vida escolar (Jung, 2009: 86).
Efectivamente, se formos estudar outras comunidades, principalmente as dos países em vias de desenvolvimento como comunidades das zonas rurais de Moçambique, verificaremos que as crianças iniciam-se muito cedo nas práticas de 'letramento'. Isto deve-se ao facto de que os pais, pelas condições de vida de pobreza em que se encontram, são levados a pedir a ajuda dos filhos menores para fazerem a venda dos produtos agrícolas. Enquanto eles produzem, os filhos vendem os produtos, como uma forma de aumentar o rendimento econômico da família. Esta situação verifica-se mesmo antes de as crianças serem alfabetizadas nas escolas. Elas já sabem fazer transações monetárias, fazendo contas simples como de somar e subtrair, recebendo trocos e até mesmo

regateando preços. Crianças há que até mesmo nessas transações comerciais vão elogiando os seus produtos como bons, melhores, frescos, grandes e gostosos, usando, enfim, adjectivos para qualificarem os seus produtos e, assim, serem vendidos mais facilmente. Não será esta uma forma de letramento, com base em práticas sociais?

Mais uma vez podemos afirmar e corroborar com autores que afirmam que as crianças que nas escolas aprendem primeiro em suas línguas maternas têm melhores resultados escolares do que aquelas que entram para a escola aprendendo directamente em uma segunda língua, que não a sua língua materna. Isto porque, muito do que tais crianças aprenderiam na escola, elas já trazem essa bagagem, esse pré-conhecimento, de suas línguas maternas pelas práticas que elas têm na sociedade e/ou na comunidade em que estão inseridas no dia-a-dia.

Relativamente a esta questão de letramento, Jung (2009: 87) discute como uma actividade social, descrevendo-o em termos de práticas e eventos sociais. Como prática de letramento, a autora define os padrões culturais de uso da leitura e da escrita em uma situação particular, isto é, as pessoas trazem seu conhecimento cultural para uma actividade de leitura, e escrita, definindo os caminhos para utilizar o texto escrito em eventos de letramento. Os eventos, por sua vez, são as actividades particulares nas quais o texto escrito tem um papel e tem certa regularidade, por exemplo, o facto de dois amigos discutirem com regularidade um artigo do jornal local, numa praça ou sentados na sala de estar, planeando escrever uma resposta para o jornal. No momento em que vão discutir como escrever a carta, os dois amigos vão recorrer às formas de falar e de escrever, isto é, os dois participantes fazem uso de suas práticas de letramento (Jung, 2009: 87-88).

Segundo esta autora, é preciso entender que "a escola é apenas um domínio social no qual alunos e professores desempenham papéis sociais que exigem determinado letramento". Não são apenas as crianças que aprendem tampouco a escola é o único local onde se aprende. Qualquer evento de letramento envolve aprendizagem. Quando ingressam na escola, as crianças precisam aprender a participar dos diferentes eventos que acontecem nesse domínio. Identificar e aprender as formas de participação social aceitáveis nesse domínio é tarefa fundamental para interagir nesse ambiente e obter sucesso escolar. As crianças mais lentas, ou que têm dificuldade para aprender tais formas de participação social, muitas vezes, são vistas e marcadas na escola como crianças com dificuldade de aprendizagem. A escola, nesse caso, adota o critério de competência comunicativa como sinônimo de competência cognitiva, fato que se mostra muito difícil, geralmente para as crianças que vêm de comunidades com culturas diferentes da cultura dominante ou da cultura valorizada pela escola. "Essas crianças traziam para a escola os modos culturais da comunicação verbal e não verbal da ordenação da fala para a interação. O ritmo de sua conversa era mais lento, as pausas entre os turnos conversacionais eram mais longas". Afirma ainda que, "as crianças toleravam bem os silêncios e raramente começavam a falar ao mesmo tempo; seus turnos variavam menos em duração, ou seja, os modos culturais da organização da conversa não correspondiam ao modo comunicação dos anglo-americanos, alunos comparados com os alunos índios" (Jung, 2009: 88-89).

Estes casos também são verificáveis e passíveis de serem testados em escolas dos países plurilíngues, em que a criança, quando ingressa para a escola, traz uma cultura de conversa muito diferente da cultura da escola que, normalmente, é a cultura da língua que a escola adopta, nesses casos, língua segunda e/ou língua estrangeira para os alunos. Tal como os alunos índios quando ingressam para a escola, a criança moçambicana da zona rural também demonstra o ritmo de conversação mais lento, as pausas entre turnos conversacionais mais longos, privilegiam o silencio e só falam quando são solicitados, um de cada vez, principalmente quando estão em aulas de língua estrangeira, não só porque é uma língua diferente da sua língua materna em termos estruturais, o que faz com que se leve mais tempo a interiorizar, como também porque são atitudes que fazem parte da sua cultura, falar só quando lhe é solicitado, principalmente, quando está em interacção com um adulto.

Assim, segundo Jung (2009: 89-90), nesse sentido, "um modelo unilinear de aquisição da leitura e da escrita na escola representa, muitas vezes, uma oportunidade de continuação do desenvolvimento linguístico e aquisição do letramento escolar de crianças que foram socializadas por grupos majoritários", e, acrescenta que, "essa situação representa uma ruptura para as crianças que não foram familiarizadas com a escrita antes do seu ingresso na escola, ou, ainda, para aquelas crianças que tiveram um processo de socialização diferenciado no seu grupo" (Jung, 2009: 29-90).

No entanto, sabe-se que alguns autores utilizam o termo letramento para se referirem ao que o aluno faz com a escrita e a leitura ao dominar o código, por exemplo, experimentar e usufruir da riqueza da linguagem,

aprender sobre o mundo e compartilhar conhecimentos com outras pessoas, refletir sobre suas vivências, resolver problemas cotidianos, etc.

Entretanto, para Soares (2002: 38), letramento é "o resultado da ação de ensinar a aprender as práticas sociais de leitura e escrita".

Já Marcuschi (2001: 15), ao tratar a questão do letramento, afirma que "hoje predomina a posição de que se pode conceber oralidade e letramento como atividades interativas e complementares no contexto das práticas sociais e culturais". Para este autor, relativamente à presença da escrita, pode-se dizer que, mesmo criada pelo engenho humano tardiamente em relação ao surgimento da oralidade, ela permeia hoje quase todas as práticas sociais dos povos em que penetrou. Assim, mesmo os analfabetos, em sociedades com escrita, estão sob a influência do que contemporaneamente se convencionou chamar de práticas de letramento, isto é, um tipo de processo histórico e social que não se confunde com a realidade representada pela alfabetização regular e institucional (Marcuschi, 2001: 15).

Marcuschi (2001: 16) afirma também que "se deve ter muito cuidado diante da tendência à escolarização do letramento, que sofre de um mal crônico ao supor que só existe um letramento". O letramento não é o equivalente à aquisição da escrita. Existem 'letramentos sociais' que surgem e se desenvolvem a margem da escola, não precisando, por isso, serem depreciados. A escrita é usada em contextos sociais básicos da vida cotidiana, em paralelo directo com a oralidade, como nos seguintes contextos: o trabalho, a escola, o dia-a-dia, a família, a vida burocrática, a vida intelectual (Marcuschi, 2001: 16).

Portanto, para Marcuschi (2001: 18), há uma distinção bastante nítida entre a apropriação e/ou distribuição da escrita e leitura (padrões de alfabetização) do ponto de vista formal e institucional e os usos e/ou papéis da escrita e leitura (processos de letramento) enquanto práticas sociais mais amplas. Assim, mesmo pessoas ditas 'iletradas', ou seja, analfabetas, não deixam de estar sob a influência de estratégias da escrita em seu desempenho linguístico, o que torna o uso do termo 'iletrado' muito problemático em sociedades com escrita. Sabe-se que a fala e a escrita são actividades comunicativas e práticas sociais situadas em que, em ambos os casos, temos um uso real da língua. Assim, são exemplos de letramento em famílias nas sociedades iletradas – cheques para assinar, contas a fazer, recados a transmitir, histórias a contar as crianças antes de dormir, as fofocas do dia a por em ordem, etc, (Marcuschi, 2001: 18).

Segundo Marcuschi (2001: 19), o letramento "é um processo de aprendizagem social e histórico da leitura e da escrita em contextos informais e para usos utilitários, por isso é um conjunto de práticas, ou seja, letramentos que se distribuem em graus de domínio que vão de um patamar mínimo a um máximo".

Para o autor acima citado, o letramento envolve as mais diversas práticas da escrita (nas suas variadas formas) na sociedade e pode ir desde uma apropriação mínima da escrita, tal como o indivíduo que é analfabeto, mas letrado na medida em que identifica o valor do dinheiro, identifica o ônibus que deve tomar, consegue fazer cálculos complexos, sabe distinguir as mercadorias pelas marcas, etc, mas não escreve cartas nem lê jornal regularmente, até uma apropriação profunda, como no caso do indivíduo que desenvolve Tratados de Filosofia e Matemática ou escreve romances (Marcuschi, 2001: 25).

3. Considerações Finais

Chegados a este ponto da nossa reflexão sobre o ensino de português como língua estrangeira e segunda língua em Moçambique, onde focalizamos, de entre vários pontos relacionados com o ensino de português em Moçambique, a questão do letramento nas zonas rurais de Moçambique, cabe-nos dizer que dado ao contexto em que a língua portuguesa é ensinada e aprendida nas escolas das zonas rurais, esta deve ser considerada como língua estrangeira e ensinada como tal, já que, como vimos anteriormente, é uma língua que a criança entra em contacto com ela por vias instrucionais, em contexto da sala de aula. Relativamente a questão do letramento nas escolas das zonas rurais, este deve ser tomado a peito pelos especialistas de elaboração de programas do ensino primário e incluído na formação pedagógica dos professores do ensino básico bilíngue, como algo que está relacionado com práticas e eventos sociais, onde as crianças ao entrarem em contacto com o português pela primeira vez na escola, aproveitam o seu conhecimento cultural para uma actividade de leitura e/ou de escrita

em uma situação particular, definindo os caminhos para utilizar o texto escrito em eventos de letramento. Este facto poderá ajudar o professor a ensinar a escrita do português como também a escrita da língua materna, oferendo uma solução aos alunos que aprendem a língua portuguesa pela primeira vez em contexto escolar. Estas teorias relacionadas com a questão do letramento deveriam ser plasmadas nas políticas linguísticas em Moçambique dado que, actualmente, a boa prática em educação exige que os facilitadores expandam aquilo que os aprendizes trazem para a sala de aula, ouvindo e não apenas transmitindo, e respondendo às articulações locais do que é "necessário", como forma de incentivar o aluno à aprendizagem das línguas.
Relativamente à situação da variação linguística que se verifica nos alunos das zonas rurais e não só, julgamos que todos devemos consciencializarmo-nos de que essas marcas de variação constituem uma atitude sociolinguística desses falantes, que marcam o seu espaço, a sua identidade cultural, seu perfil de comunidade e não formas de dizer incorrectas.

Bibliografia

CARIONI, L. (1988) "Aquisição de Segunda Língua: A teoria de Krashen". In BOHN, H.& VANDRESEN, P. (org.) *Tópicos de Linguística Aplicada: O Ensino de Línguas Estrangeiras.* Florianópolis: Editora do UFSC.

GONÇALVES, P. & STROUD, C. (Org.) (2000) Panorama *do Português Oral de Maputo: Vocabulário Básico do Português (espaço, tempo e quantidade)* - Contextos e Prática Pedagógica. Cadernos de Pesquisa. Maputo: Moçambique, INDE.

GROSJEAN, F. (1982) *Life with two languages: An introduction to bilingualism*. Cambridge: Harvard University Press.

JUNG, N. M. (2009) "Letramento: Uma Concepção de Leitura e Escrita como Prática Social", *in* BAGNO, M. *et al*. *Práticas de letramento no ensino: leitura, escrita e discurso.* Organização de Djane Antonucci Correa e Pascoalina Bailon de Oliveira Saleh, São Paulo: Parábola Editorial.

KRASHEN, S. (1988) *Second Language Acquisition and Second Language Learning*. Oxford: Pergamon.

MAHER, T. M. (2008) "Em Busca de Conforto Linguístico e Metodológico no Acre Indígena". *Trabalhos em Linguística Aplicada*. 47 (2) ago/dez, pp. 409-428.

MARCUSCHI, L. A. A. (2001) *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática.

MARTIN-JONES, M. (2010) "Languages, Texts and Literacy Practices: an Ethnographic lens on Bilingual Vocational Education in Wales". *In Ethnography and Language Policy*. New Jersey: Mahwah.

NHONGO, N. A. C. (2009) *A Habilidade Escrita dos Alunos no Programa de Educação Bilíngue no Ensino Básico em Moçambique*. Dissertação de Mestrado, Lisboa: Universidade Aberta.

PUPP SPINASSÉ, K. (2005) "Os conceitos Língua Materna, Segunda Língua e Língua Estrangeira e os falantes de língua alóctones minoritárias no sul do Brasil". *In revistacontingentia*.com.

SOARES, M. (2002) *Letramento: Um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica.

STREET, B. (1984) *Literacy in Theory and Practice*. Cambridge: CUP.

TARALLO, F. (2007) *A Pesquisa Sociolinguística*. São Paulo: Ática.

Formação de professores/as de línguas e a educação para relações étnico-raciais

Selma Maria Batista de Oliveira[1]

Resumo: Resultante dos anseios sociais e de uma longa luta dos movimentos negros, as Ações Afirmativas, no Brasil, vêm materializar o desejo de muitos/as educadores/as que conviviam com um modelo de ensino pautado na cultura hegemônica, que não valorizava a identidade negra na formação histórico-cultural do país. Uma perspectiva pós-colonial exige um currículo multicultural que não separe questões de conhecimento, cultura e estética de questões de poder, política e interpretação. Nessa comunicação, trazemos um breve cotejo que apresenta considerações acerca da importância do Continente Africano e das contribuições dos negros na história do Brasil, as mudanças na legislação educacional e o obrigatório ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, que tem como prerrogativa minar pensamentos e atitudes preconceituosas que circundam as temáticas voltadas à cultura afro-brasileira e às relações étnico-raciais. Teoricamente, utilizamos algumas contribuições da linguística aplicada e dos estudos culturais, no intuito de compreender aspectos das relações étnico-raciais relacionados à formação de professores/as de línguas.

Palavras-chave: Formação de Professores/as; História da Cultura Afro-brasileira; Lei 10.639/2003.

1 Introdução

Sob o manto da falsa ideologia da democracia racial, o Brasil tem alimentado uma prática racista que, muitas vezes, se manifesta de forma indireta. Todavia, como nunca visto antes, vivemos uma época na quais as preocupações com as desigualdades raciais têm provocado a busca de soluções, em especial a adoção de políticas públicas visando o combate ao racismo e a conquista da justiça social. Segundo Hélio Santos (2001: 85), o racismo parte do pressuposto de «'superioridade de um grupo racial sobre outro' assim como da 'crença de que determinado grupo possui defeitos de ordem moral e intelectual que lhe são próprios'».

O homem ao nascer se vê rodeado de uma série de costumes que aos poucos vai assimilando através da linguagem e da imitação com base nos conhecimentos e costumes adquiridos dos que lhes antecederam. Seguindo este raciocínio e tendo como respaldo a história europeizada da classe dominante brasileira, não é de se estranhar que um pensamento preconceituoso foi agregado e perpetuado por gerações estigmatizando qualquer cultura diferente da cultura hegemônica do continente europeu.

Após séculos negligenciando as contribuições e heranças da cultura africana, surge o reconhecimento da importância de se estudar África, berço da evolução humana e suas relações históricas. Resultantes dos anseios sociais dos negros e principalmente dos movimentos negros organizados, foram lançadas diversas políticas de reparação das injustiças sociais, reconhecimento e valorização da população afro-brasileira. compondo um conjunto de ações sociais, as ações afirmativas, ganham importância na medida em que a sociedade brasileira reconhece o valor da história e da cultura africana trazida pelos escravizados ao Brasil. Sendo fruto de uma longa luta dos movimentos negros, as ações afirmativas em questão vêm materializar o desejo de muitos educadores/as que conviviam com um modelo de ensino excludente uma vez que não valorizava a identidade negra na formação histórico-cultural do Brasil. No conjunto de ações afirmativas, podemos citar a Lei 10.639, sancionada em 9 de janeiro de 2003 pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, que alterou a Lei de

---

1 Mestranda em Crítica Cultural pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB)/Campus II
Bolsista CAPES. e-mail: selmamboliveira@hotmail.com
Profa. Dra. Maria Nazaré Mota de Lima (Orientadora)
Profa. Adjunta da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/Campus II
e-mail: librianar@gmail.com

Diretrizes e Bases da Educação Nacional e incluiu a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira em todos os currículos escolares.
Apesar de ser uma ação de reparo um tanto tardia, a aprovação da Lei 10.639/03 é um instrumento legal que faz parte das diversas ações na tentativa de reparar e compensar, através de ações afirmativas, os negros que foram marginalizados socialmente e penalizados durante séculos. A obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira nos currículos escolares desencadeou uma série de discussões nas universidades e escolas de todo o Brasil, tanto no tocante a formação de professores/as e à elaboração do material didático, quanto às ações de conscientização e mudanças sociais.
Nesta perspectiva acredita-se, que nós possamos buscar a igualdade em todos os espaços, começando pela educação, que, durante séculos, foi elitizada, seletiva e consequentemente excludente, na qual a história foi distorcida, os negros foram omitidos nos livros didáticos, sua imagem, que é o que as crianças mais absorvem implicitamente, foi estereotipada e sua história e contribuições negadas. As ações afirmativas ainda são alvos de muitas críticas, nem sempre positivas, mas muitos acreditam que estamos começando a construir as bases da igualdade racial, onde cada um luta (quase que individualmente) pelos direitos que lhe são prioritários onde cada um luta (quase que individualmente) pelos direitos que lhe são prioritários.
Tendo por herança um ensino básico deficiente, muitas vezes concebemos a história dos africanos e seus descendentes escravizados no Brasil como uma história de figurantes, sofredores, verdadeiros coitados apenas vítimas de algo mais forte que eles, sem a isto reagirem, simplesmente mártir do sistema escravista e não enquanto protagonistas da história. Isto posto, devido ao arsenal ações que foram criadas e executadas socialmente durante séculos, que tinham por objetivo estigmatizar os negros africanos e seus decentes. No entanto, é inegável que um ensino mais reflexível, possibilita desvendar os percursos históricos e as contribuições dos negros africanos e afro-brasileiros escravizados no Brasil, possibilitando assim, desvelar o que foi historicamente ocultado. Para tanto, é preciso que preparemo-nos para o enfrentamento.
Uma vez desmistificada a farsa da democracia racial no Brasil e diagnosticado o racismo aqui existente e sua forma dissimulada de perpetuação, onde as questões raciais e os preconceitos estão presentes em todos os meios sociais, e por conseqüência, também presentes nas escolas que são espaços de reprodução e/ou afirmação das diferenças (de forma tanto positiva quanto negativa), nosso interesse se volta para as unidades educacionais públicas estaduais a fim de averiguarmos a forma como o tema em questão é tratado pela comunidade escolar e como os professores/as de línguas tem se formado e trabalhado para implementar no cotidiano escolar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

2 História e contribuição dos africanos para o Brasil

Através de uma visão eurocêntrica que desconhecia o potencial das comunidades africanas, o mundo passou a conhecer a África, através dos mais diferentes estereótipos criados e que ainda perduram em nossas sociedades. Na tentativa de comprovar alguns dos estereótipos criados pelos europeus, vários trabalhos que visavam comprovar a incapacidade e inferioridade dos índios e dos negros foram desenvolvidos ao longo dos anos, trabalhos estes que citavam inclusive a bíblia como forma de obter respaldo inclusivo para o mito de "superioridade das raças", tais estudos faziam interpretações errôneas de passagens bíblicas, consolidando e perpetuando o racismo ao longo dos tempos.
Sant'Ana (2005: 44-45), citando alguns trabalhos dos anos de 1510 e 1520 onde estes diziam que: «'a própria ordem da natureza explica o fato de que alguns homens sejam livres e outros escravos. Esta distinção deveria existir no interesse mesmo daqueles que estão destinados originalmente a comandar ou a obedecer'», o autor nos chama a atenção para uma passagem de um trabalho de 1520, no qual «'nega que os ameríndios fossem descendentes de Eva e Adão'».
Tais trabalhos desenvolvidos por teólogos e intelectuais ligados à Igreja Católica Romana, desencadearam no século XV diversos debates e discussões a respeito da suposta "superioridade das raças" dentro da própria igreja, sendo necessária em determinando momento a intervenção de superiores, para que as falsas interpretações de

passagens bíblicas não continuassem a ser perpetuadas, não que a igreja estivesse preocupada com a imagem do negro ou do índio, longe disto. Ainda de acordo com Sant'Ana (2005) «'A questão chegou a um tal grau de confusão que o Vaticano emitiu em 1537 a Bula Papal Sublimus Deus, na qual reconhecia o caráter humano dos ameríndios e pedia que a sua liberdade e seus bens fossem respeitados'». Mas isto não foi o suficiente, pois a semente do racismo já havia sido lançada, os negros e índios continuaram sendo tratados como escravos, os conquistadores continuaram a explorar e escravizar cada vez mais, dando continuidade e manutenção ao tráfico de escravos, mantendo assim o que consideravam como supremacia da "raça branca" em detrimento da "raça negra".

A captura dos negros africanos para o trabalho escravo se dava nas mais diversas formas, desde a captura por membros de comunidades rivais, onde estes entregavam os negros capturados para os traficantes europeus em troca de alguns produtos, até através da captura encomendada pelos conquistadores, porém sempre com o mesmo objetivo, ou seja, os negros capturados seriam usados nos mais diversos tipos de trabalhos em função dos interesses dos colonizadores, consolidando o tráfico negreiro.

Recebendo os mais variados tipos de maus tratos inimagináveis, os negros capturados eram encaminhados de acordo com a necessidade de mão-de-obra nas novas colônias, como o caso dos negros capturados e trazidos para o Brasil como escravos. Como afirma MATTOS:

> Com porões superlotados de africanos, que se apertavam para conseguir dormir durante meses sobre o chão duro. Eles passavam quase todo o tempo acorrentados e, no momento do embarque, ou ainda nos barracões, costumavam ter o corpo marcado a ferro quente com as iniciais ou símbolos dos proprietários (MATTOS, 2007: 100).

Em detrimento das péssimas condições a que os negros africanos eram submetidos durante a travessia do Atlântico, muitos não resistiam e morriam na viagem que duravam meses. Devido às diversas perdas ocorridas durantes as travessias, era necessário, para atender aos interesses dos colonizadores e fazendeiros, que um número cada vez maior de africanos fosse capturados para o trabalho escravo. Os traficantes abasteciam as cidades da América, com os escravizados como se estes fossem mercadorias, pois assim eram tratados os negros.

> Alguns africanos mal chegavam e eram levados em comboio, em barcos ou a pé, em direção às cidades do interior ou comprados por tropeiros de São Paulo e Minas Gerais, configurando-se assim o tráfico interno de escravos. Outras localidades, [...], também eram abastecidas pelos comerciantes de escravos cariocas (MATTOS, 2007: 103).

Depois de muitos abusos e crueldades cometidos pelos traficantes, em 1830 foi proibido o tráfico de escravos africanos, o que não foi suficiente para impedir a ação dos traficantes, estes por sua vez, passaram a agir de forma clandestina vendendo os escravos muitas vezes à noite. Somente em 1950 é que o comércio de escravos pelo Atlântico foi proibido em definitivo, o que deu início ao comércio interno de escravos uma vez que os senhores de engenho estavam se desfazendo de parte dos seus escravos, pois a lavoura açucareira estava em crise, no mesmo período em que os cafeicultores necessitavam de mão-de-obra para o trabalho na lavoura de café, agricultura que estava em ascensão, dando assim a continuidade ao comércio de escravos.

> Os escravos vendidos no comércio interno, chamados de ladinos – pois já estavam há algum tempo no Brasil e haviam se adaptado ao trabalho, aos costumes e à língua local – eram oferecidos à venda em casas de leilão, estabelecimentos comerciais e por meio de anúncios em jornais (MATTOS, 2007: 103).

Com a proibição do tráfico de escravos, estabelecido em tratado assinado por Portugal e Inglaterra, surge uma nova proposta para o negro africano. Onde este para conseguir sua emancipação e serem reexportados,

deveria cumprir o período de 14 anos de serviços prestados, mas na maioria das vezes esses africanos "livres" passavam a ser usados/escravizados nos serviço públicos, ou eram alugados por particulares que pagam uma taxa anual ao governo o que não acrescentava nenhuma melhoria nas condições de vida e de trabalho dos negros africanos.

> Nesses estabelecimentos públicos, os africanos livres dormiam, em geral, no seu local de trabalho, em quartos coletivos e em condições precárias, não muito diferentes das senzalas. Recebiam apenas uma troca de roupa por ano (MATTOS, 2002: 119).

Mesmo com tantos maus tratos os africanos e os afro-descendentes nascidos no Brasil não aceitavam as condições que lhes eram impostas, estavam sempre buscando formas de lutar e resistir ao sistema escravista. Sempre que possível o negro escravo buscava negociar com seus proprietários, mas em um sistema hierarquizado, como o existente no Brasil colonial, a negociação na maioria das vezes não era possível, sendo necessário o confronte entre escravos e senhores, que por vezes resultavam em tragédias. Dentre as mais diversas formas de reivindicar os seus direitos e reclamar diante da violência e das condições desumanas a que eram submetidos, os negros escravizados promoviam constantes rebeliões e fugas, se refugiam na mata fechada, se reuniam em grupos formando diversas aldeias ou quilombos, dentre os mais conhecidos esta o Quilombo de Palmares.

Dentre as diversas rebeliões promovidas pelos escravos no Brasil, podemos citar a Revolta dos Malês que aconteceu na Bahia em 1835, ocorrida a partir de articulações entre escravizados africanos provenientes de diferentes "nações", mas que se organizaram, através das afinidades culturais, religiosas e dos anseios por melhores condições de vida em busca da tão sonhada liberdade.

Mas é preciso esclarecer que os negros não lutaram apenas em causas próprias ou individuais, prova disto é o fato de muitos negros que lutaram e sonharam com a liberdade, não chegaram a obtê-la, eles também lutaram pela conquista de nossa independência, defendendo as causas de negros e brancos, participando ativamente em lutas tais como a luta pela independência da Bahia, a Guerra do Paraguai, dentro outras, contribuindo e promovendo o desenvolvimento e emancipação política do Brasil. Desse modo, é possível que tenhamos uma pequena noção do quanto devemos aos africanos e seus descendentes.

No entanto, muito foi negado aos africanos e afro-descendentes nascidos nas terras do novo mundo, renegando sua história, explorando sua mão-de-obra, marginalizando-os socialmente, discriminando-os, dando lhes motivos para baixa da auto-estima, enfim não reconhecendo as contribuições da cultura africana na formação não só do Brasil, mas para toda humanidade. Conscientes da importância do papel do negro na nossa história vêm à tona as desmistificações de que não há uma "raça superior" e uma "raça inferior", na verdade só existe uma única raça que é a "raça humana", como coloca Appiah (1997). Nesse sentido, o que precisa ser evidenciado e despertado é o sentimento de valorização do negro, reconhecimento da contribuição histórica, em ações que abranja o âmbito social e escolar, desmistificando o sentimento de inferioridade que acompanham muitos dos afro-descendentes.

Após um longo período de lutas do movimento negro e de outras entidades empenhadas em defender os direitos dos afro-descendentes, reconhecendo sua importância na formação cultural do Brasil, algumas medidas foram tomadas, visando atender, ainda que em partes, as reivindicações destes movimentos. Partindo, *a priori,* da educação, por entender que esta é o centro de toda mudança e transformação social de um país que busca um desenvolvimento e ascensão, social política e econômica. Ao que parece as autoridades governamentais brasileiras finalmente parecem começar a entenderam que, não pode haver mudança e igualdade em um país onde impera a desigualdade social, sendo gritantes as diferenças padronizadas pelas classes, um país em que a educação é desigual, elitizadora e excludente.

3 Travessias para equidade racial

O Brasil é um país de pluralidade cultural formada ao longo dos seus mais de quinhentos anos de história, em que a chegada maciça de imigrantes de diversas partes do mundo em seu território atribuiu uma riqueza

peculiar à formação de sua sociedade. No entanto, nenhum dos povos que aqui chegou exerceu uma influência tão marcante para a consolidação de nossa cultura como os africanos escravizados. Muitos acreditam que as relações interpessoais sejam norteadas pela igualdade e harmonia, porém, outros crêem que pessoas brancas e negras possuem diferenças marcantes e que um sobressai ao outro.

Partindo do pressuposto de que o ser humano não nasce com uma bagagem de valores e sim que esses são aprendidos, fica óbvio concluirmos que o homem não nasce racista. Atitudes racistas são aprendidas através do meio, onde desde pequeno a criança repete o que viu e ouviu. Muitos brasileiros não se vêem como racistas, no entanto muitas vezes, reproduzem um comportamento racista que foi adquirido e repassado através do meio em que vivem. Isso nos mostra que a questão racial permeia em nosso meio e, muitas vezes, está camuflado sob a falsa afirmação da existência de uma democracia racial.

Ao longo da história do Brasil, negros e índios ocupam lugar de destaque no que se refere à discriminação. Sendo assim, é relevante tecer algumas considerações sobre as noções e conceitos de raça/racismo e preconceito. Muito se tem discutido sobre tais ideologias, movimentos sociais e grupos organizados, em parceria com o governo, tentam combatê-los em busca de uma sociedade livre e igualitária. Conceituando o racismo, preconceito e discriminação racial, Munanga (2005) afirma que:

> O **racismo** é um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como cor de pele, tipo de cabelo, formato de olhos, etc. Ele é resultado da crença de que existem raças ou tipos humanos superiores e inferiores, a qual se tenta impor como única e verdadeira. (p. 179, grifo nosso)
>
> O **preconceito** é um julgamento negativo e prévio que os membros de uma raça, de uma etnia, de um grupo, de uma religião ou mesmo de indivíduos constroem em relação ao outro. Esse julgamento prévio [...] tende a se mantido a qualquer custo, sem levar em conta os fatos que o contestem. (p.181, grifo nosso)
>
> A palavra "discriminar" significa distinguir, diferenciar, discernir. A **discriminação racial** pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito. (p. 184, grifo nosso)

Observa-se que há pouca diferença entre esses três conceitos, sendo significativa o fato de que a discriminação racial sempre implica a ação de segregação, distinção de outrem. Ela se alimenta do preconceito, sendo perpetuadas silenciosamente entre as pessoas, que vão repassando-as na família, vizinhança, amigos, escolas, igrejas e outros diversos espaços sociais. Além disso, a disseminação do preconceito racial em nosso país tem revelado que existe um sistema racial que produz desigualdades na sociedade. Munanga (2005) enfatiza que quanto mais a sociedade como um todo negar a existência do racismo em nosso país, maior será sua propagação, que invadirá as mentalidades, as subjetividades e as condições sociais e educacionais.

O racismo é muitas vezes perpetuado diariamente em diversos espaços, é um comportamento negativo praticado na sociedade e também nos espaços educacionais. Ao mencionarmos o espaço escolar, nos referimos as atitudes e discursos discriminatórios, racistas adotados pela comunidade escolar e também presentes nos livros didáticos, discursos estes que muitas vezes são propagados em decorrência da herança histórica da nossa formação cultural de influencia eurocentrica. Diversas pesquisas sobre discriminação étnica e racial na escola foram feitas ao longo da história e revelaram que nos últimas décadas o racismo contra o negro encontrar-se presente em nossa sociedade e está principalmente relacionado à cor da pele (MUNANGA, 2001).

Isso tem reflexos no meio educacional e compromete de forma significativa a educação escolar, sendo necessário um efetivo compromisso de toda a comunidade educacional para que se trabalhe a realidade de forma contextualizada, de modo que o aluno se sinta parte integrante da nossa sociedade e nela possa atuar como verdadeiro cidadão.

> A sociedade brasileira é preconceituosa e discriminadora em relações à sua população. E decorrência, o modelo de educação não tem sido inclusivo, ainda quando permita a entrada de todos na escola. Todos entram, ou a maioria entra, mas nem todos saem devidamente escolarizados, aptos a enfrentar a vida como verdadeiros cidadãos. (LOPES in MUNANGA, 2001: 185)

Combater o racismo, o preconceito e a discriminação racial e social não é uma tarefa fácil, muitos/as professores/as não sabem como proceder. A sociedade deve partir sempre do princípio de que todos somos iguais, independente da cor da pele, da cultura ou situação econômica, é preciso compreender e respeitar as diferenças entre as pessoas e valorizar sua cultura.

4 Currículo e a formação de professores/as

A formação cultural do Brasil se caracteriza pela alteridade de etnias e culturas, pela contínua ocupação de diferentes regiões geográficas, pela diversidade de fisionomias e paisagens e também pela multiplicidade de visões sobre a miscigenação em sentido amplo. Dessa forma, nada é mais coerente do que tratar sobre essa diversidade em sala de aula.

Mesmo com tanta diversidade, o Brasil ostenta uma educação elitizadora e excludente, como fruto de um país que nasceu na desigualdade. O sistema educacional brasileiro teve sua origem no período colonial, sendo que o acesso à escola era reservado à elite colonial, ou seja, aos herdeiros e descendentes dos colonizadores e aos filhos dos grandes fazendeiros da época, o que representava um acesso restrito a uma pequena parcela da população, já que na época a grande maioria da população era constituída por escravos e estes não tinham direitos nem acesso à educação. Anjos (2005) ao se referir à forma como era visto o continente africano destaca que:

> É relevante não perder de vista que a África foi marcada por vários séculos de opressão, presenciando gerações de exploradores, de traficantes de africanos escravizados, de missionários, que acabaram por fixar uma imagem hostil dos trópicos, cheios de forças naturais adversas ao colonizador europeu e de homens ditos indolentes. [...] Nesse contexto, não é de causar espanto o lugar insignificante e secundário que foi dedicado à geografia africana em quase todos os sistemas e níveis de ensino (ANJOS in MUNANGA, 2005: 175).

Deste modo, o sistema político da época se encarregava de perpetuar a exclusão e os estereótipos, cuidando para manter os negros africanos e os brasileiros afro-descendentes, juntamente com todos aqueles desfavorecidos socialmente, longe dos bancos escolares e consequentemente impossibilitando-os de adquirir o conhecimento sistematizado oferecidos pelas escolas, mantendo-os submissos, perpetuando assim a política de que o acesso ao conhecimento era restrito a poucos, tidos como donos do saber dotados de capacidades superiores, principalmente no que diz respeito ao branco em relação aos negros. Para Anjos (2005),

> Não podemos perder de vista que entre os principais entraves ao desempenho do negro brasileiro na sociedade brasileira destaca-se a inferiorização deste na escola. A raiz dessa desigualdade secular estaria localizada na pré-escola. O sistema escolar tem sido estruturado para a perpetuação de uma ideologia sócio-político-econômica que, junto com os meios de comunicação social, mantém uma estrutura classista, transmissora de valores distorcidos e individualistas (ANJOS apud MUNANGA, 2005: 173).

Durante muito tempo o conhecimento foi apenas repassado e reproduzido nos bancos escolares, contemplando uma pequena minoria. Atualmente o acesso à educação respaldado por leis, passou a ser um direito de todos, mas na prática o currículo escolar não mudou muito, ou seja, não contempla a realidade de todos. Não é por

acaso que o modelo de ensino está voltado à perpetuação da visão dominante, relegando ao esquecimento qualquer postura que venha a contribuir para a fragmentação desse modo de pensar.
O mero papel de reprodutor do conhecimento pronto e acabado não é algo a ser vangloriado em qualquer que seja o campo do conhecimento. Priorizar a visão oficial dos colonizadores é contribuir para a formação de uma consciência ingênua e perigosamente limitada. A história deve ser concebida como uma leitura e não como uma recuperação de uma suposta verdade.
Sabemos, em oposição a uma postura etnocêntrica, que não existem critérios para declarar uma determinada cultura mais válida que outra, e que quando se adota tal postura, fatalmente serão gestadas idéias encharcadas de distorções e desvios, muitas escolas permanecem perpetuando um currículo descomprometido, sem uma proposta pedagógica eficaz que contemple a historia e a contribuição dos diversos povos responsáveis pela formação do Brasil, dando ênfase à história de África e dos brasileiros afro-descendentes, como sugere Silva (2005):

> Todo esse processo de aquisição de conhecimentos e de formação de atitude respeitosa de reconhecimento da participação e contribuição dos afro-brasileiros na sociedade brasileira requer que preconceitos e discriminações contra este grupo sejam abolidos, que sentimentos de superioridade e de inferioridade sejam superados, que novas formas de pessoas negras e não negras se relacionarem sejam estabelecidas (SILVA in MUNANGA, 2005: 158).

Muitos são os motivos que geram o preconceito, o racismo e descriminação em sala de aula, apesar de sabermos que os motivos para tais atitudes entre alunos, professores e a comunidade escolar e social como um todo serem secular, é importante que o professor/a esteja sempre atento, pois atitudes preconceituosas, racistas e discriminatórias, frequentemente levam ao desenvolvimento da baixa auto-estima, a aversão à escola e a evasão escolar. Precisamos estar atentos para os instrumentos que auxiliam essas atitudes, um deles é o livro didático que por muito tempo foi um dos portadores de estereótipos, levando o negro afro-descendente a auto-rejeição como afirma SILVA in MUNANGA (2005: 31) «'As mil formas de fazer o negro odiar a sua cor são veiculadas habilmente, dissimuladamente. [...]. A vítima do racismo torna-se o réu, o executor; e o autor da trama sai isento e acusador'».
É urgente o respeito e o reconhecimento da riqueza promovida pela diversidade sócio-cultural brasileira, o que torna imprescindível uma mudança de postura no currículo e no cotidiano escolar. Negar que há diferenças entre as classes, mascarando atitudes preconceituosas como se estas não existissem, perpetuando ações que renegam e excluí os negros, são atitudes que precisam ser superadas.
Desse modo, a escola precisa preparar o aluno não apenas para o mercado de trabalho, mas prepará-lo para a vida, de forma que ele sinta orgulho de suas origens, das experiências adquiridas com seus pais avós e ancestrais, para Moura (2005):

> A escola não leva em conta o saber diferenciado que o aluno pode trazer da vivência no seio de sua família, aprendido com seus pais e avós ou no seu meio social de origem. Assim, ela desconhece a origem étnica dos alunos e a formação cultural de sua clientela. Mais ainda, a hegemonia desse modelo exclusivo tem conseqüências que se estendem por todo o sistema educacional. A escola não prepara para a vida, na medida em que não proporciona uma formação profissional diversificada, mas faz com que todos queiram ser doutores, herança portuguesa do Brasil-colônia, quando o bacharel tinha regalias na Corte (MOURA in MUNANGA, 2005: 79).

Educadores engajados na promoção e efetivação de uma educação igualitária, cidadã e participativa, não podem ser levianos a ponto de acreditar que esta será uma tarefa fácil, muito menos serem pessimistas diante dos obstáculos e dificuldades, pois apesar de constituir-se em uma tarefa árdua, este é um desafio possível, vale ressaltar que uma educação para igualdade só é possível quando há integração escola-sociedade, neste sentido,

é preciso focar as atenções para a composição do currículo. Como concepção, podemos entender por currículo, como nos mostra STEPHANOU (1998: 17) «'[tudo] aquilo que os estudantes têm oportunidade de aprender na escola, oculta ou explicitamente, bem como aquilo que não lhes é oportunizado'». Para que se alarguem os perímetros de tal concepção, observamos a colocação de Tomaz Tadeu sobre o currículo no ensino:

> O currículo é também uma relação social, no sentido de que a produção de conhecimento envolvido no currículo se realiza através de uma relação entre pessoas. Mas uma relação social também no sentido de que aquele conhecimento que é visto como uma coisa foi produzido através de relações sociais de poder (SILVA, 1995: 193-194).

O currículo define através de processos seletivos socialmente produzidos o que deve ser ou não ser incluso nas aprendizagens. Durante muito tempo a escola foi vista como salvadora, ficando por conta desta a tarefa de educar, a família e a sociedade se omitiam e não se viam como responsáveis diretos no compromisso para com a educação, levando o sistema educacional ao caos. Agora mais do que nunca se faz necessário um reformulação curricular, com conteúdos que valorize a realidades dos alunos, que contemple os valores humanos, proporcionando um trabalho que integre a comunidade escolar e a sociedade. Favorecendo a implantação de um currículo multi-cultural, impulsionando docentes e discentes a iniciarem no âmbito escolar atitudes que possibilita o efetivo rompimento de posturas e pensamentos racistas, preconceituosos e discriminatórios perpetuados por uma sociedade rica em diversidade cultural, porém alimentada por estereótipos.
Neste sentido, percebemos a importância de uma adequada formação docente, visto ser a escola um espaço privilegiado para mudança de comportamento e atitudes preconceituosas, bem como combate ao racismo, formando cidadãos críticos e lúcidos da realidade que os envolvem para que possam atuar de modo significativo e consciente, intervindo no seu meio, convertendo-o para melhorá-lo.

4 Legislação educacional brasileira e os avanços a partir de 2003

O discurso de que a educação é o caminho para mudança e desenvolvimento de uma nação não é recente, mas nunca se falou tanto em educação como meio de promover crescimento e igualdade social como se tem falado nos últimos anos, no Brasil. A crescente valorização de tal temática justifica-se ao passo em que se vislumbra, com maior clareza, a importância do papel das escolas na consolidação dos pensamentos e idéias em um determinado meio social.
No Brasil, o direito à igualdade plena é assistido através da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, onde fica claramente evidenciado no seu Artigo 5º «'Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade'», mesmo sendo o direito a igualdade garantido por lei, vê-se claramente que tal igualdade não acontece de fato, uma vez que muitos dos direitos sociais também garantidos pela mesma constituição são negligenciados na prática. Ainda na constituição o artigo. 6º diz que: «'São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados'». Sabemos que esta igualdade, principalmente no que diz respeito à educação foi e ainda é negada a grande parte da população, já que nem todos têm acesso à educação e quando têm esta, muitas vezes, esta não é de qualidade, o que dificulta a formação do cidadão em potencial, pois não promove o pleno desenvolvimento do senso crítico.
Por muito tempo as escolas foram os principais meios de disseminação da descriminação e preconceito, promovendo o aumento da exclusão, onde as populações marginalizadas sofreram muitas dificuldades de acesso e permanência, principalmente a população negra e afro-descendente, que sofre mais severamente, submetido ao racismo e preconceito que se perpetuou ao longo da história do Brasil e por séculos ocultou a importância e a contribuição do povo africano na formação do país, manchando sua imagem enquanto reproduziam diversos estereótipos a respeito da imagem de seus ancestrais.

> Os estereótipos, a representação parcial e minimizada da realidade, conduzem o estereotipado, em grande parte, à auto-rejeição, à construção de uma baixa auto-estima, à rejeição a seu assemelhado, conduzindo-o a procura dos valores representados como universais, na ilusão de tornar-se aquele outro e de libertar-se da dominação e inferiorização (MUNANGA. 2005: 30).

Em decorrência das lutas de diversos movimentos do povo negro e afro-descendente, finalmente algumas ações são tomadas com o objetivo de reparar e devolver, ao menos um pouco do que tiramos dos povos africanos e afro-descendentes, desde o processo de colonização até os dias atuais. Após tantas negligências e desrespeito à cultura Africana e dos afro-descendentes, pressionado pela comunidade civil e pelos movimentos que lutam em prol dos direitos dos negros, o então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, sanciona e coloca em vigor em 09 de janeiro de 2003, a lei 10.639, que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases), 9394 de 20 de dezembro de 1996, incluindo nesta os artigos 26-A, 79-A e 79-B, tornando obrigatório o ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira, incluindo como conteúdo programático o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional. Como objetivos a Lei 10.639/03, propõe um repensar das relações étnico-raciais e sociais, pautada em uma proposta pedagógica eficaz com melhores condições e procedimentos de ensino que atenda aos objetivos da educação a ser oferecida pela escola.

Dando seqüência às Ações Afirmativas, o Governo Federal criou de acordo com o MEC (Ministério da Educação e Cultura), em 21 de março de 2003, a Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), através da qual o governo federal, assume o compromisso histórico de romper com os entraves que impedem o desenvolvimento pleno da população negra brasileira, instituindo a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Desta forma, recolocou a questão racial na agenda nacional e a importância de se adotar políticas públicas afirmativas de forma democrática, descentralizada e transversal. O principal objetivo desses atos é promover alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra e trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os perversos efeitos de séculos de preconceito, discriminação e racismo. Como é observável em trechos da fala do próprio Presidente da República

> Essa situação injusta e cruel de discriminação é produto da nossa história, da escravidão que durou quatro séculos no Brasil, deixando marcas profundas em nosso convívio social, mas também é resultado da ausência de políticas públicas voltadas para superá-las (BRASIL, discurso do presidente da república, 2003).

Assim, a Seppir, no cumprimento de sua missão, considera importante estabelecer parcerias para o cumprimento desse desafio, que é, de uma vez por todas, combater o racismo e promover a igualdade de oportunidades entre os diferentes grupos étnicos que compõem a rica nação brasileira.

Em 18 de maio de 2004, o MEC homologa o parecer 03/2204 do Conselho Pleno do CNE (Conselho Nacional de Educação) de 10 de março de 2004 aprovando o projeto de resolução das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Desencadeando assim, diversos debates sobre o tema e a importância da capacitação e aperfeiçoamento continuado dos profissionais que atuam e que deverão trabalhar o conteúdo programático estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, de acordo com o § 2°, Art. 26A, Lei 9.394/1996, os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, de Literatura e História Brasileiras.

Neste sentido, muitas críticas são feitas à lei quanto ao veto do artigo 79-A, que limita a atuação do Movimento Negro quanto à participação nos cursos de capacitação para professores, considerando ser os militantes deste os principais responsáveis por este avanço na luta contra a exclusão do negro, a justificativa para o veto do artigo 79-A, esta calcada na própria LDB 9394/96, uma vez que esta não prevê cursos de capacitação para professores, o que pode ser considerado como matéria estranha à própria lei 9394/96. O que nos chama a

atenção para o fato de ser tais cursos contados como carga horária onde o professor não teria prejuízos na sua remuneração, evidenciando uma maior preocupação com o erário do que com a própria formação do docente que será revertido em uma educação de melhor qualidade. E como coloca DIAS (2004) precisamos estar atentos para que esta (Lei) não se torne uma tentativa cessar as constantes cobranças dos ativistas sociais.

> A Lei nº 10.639/03 apresentada de imediato teve como função precípua responder a antigas reivindicações do Movimento Negro ou distraí-lo com novas preocupações, principalmente com a implantação da mesma. Com isso o governo consegue o intento de não ser pressionado de imediato por este segmento da sociedade que ao meu ver poderia causar constrangimentos ao início da gestão Lula. Parece que a estratégia foi acertada, mas não impediu que as pressões internas e externas impedissem a criação do prometido órgão responsável por promoção de igualdade racial no país. Cria-se na estrutura de governo a SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no dia 21 de março de 2003, data em que se comemora o dia internacional contra a discriminação racial (DIAS in Revista Espaço Acadêmico nº38, 2004).

Mesmo sendo responsabilidade do estado favorecer e estimular políticas públicas de reparação, buscando atender o que esta determinado na Constituição Federal, Art. 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional. Vemos assim, que bases legais para a inclusão daqueles que estão à margem da sociedade não falta e mais uma vez nos deparamos diante de mais uma oportunidade de consolidar as mudanças necessárias na prática educacional, desta vez a nível nacional o que torna o desafio ainda maior, mas ao mesmo tempo dá-nos a oportunidade de efetivar mudanças sólidas que permitirão o rompimento das desigualdades e injustiças de bases preconceituosas que sempre privilegiou uma pequena parcela da população brasileira.

É necessário que haja uma (re)significação no campo educacional, onde possa ser oferecida uma educação sem discriminação, que promova a igualdade racial não seria uma educação com viés unitário para a promoção da auto-estima a crianças negras. O objetivo não é o negro, apenas, e sim a sociedade brasileira. Em sala de aula o foco volta-se para o tipo de relações que se estabelecem na escola entre crianças negras e não negras. É preciso superar a forma de como se vem representando o negro, porque quando se trabalha história e cultura afro-brasileira não se pode falar da história do negro no Brasil separada da história do Brasil. A história e cultura afro-brasileira é uma história do Brasil com a população negra, em lugar de destaque, já que esta deu significativa contribuição na formação do nosso país.

Mas quando se fala em miscigenação na teoria social do Brasil a linguagem adquire um tom de eufemismo para o embranquecimento, o que acaba por desqualificar a cultura negra.

> Assimilação dos valores culturais dos brancos pelos negros [...] produziu dentro da ideologia colonial, o negro instruído na escola do colonizador toma pouco a pouco conhecimento da inferioridade forjada pelo branco. Sua consciência entra em crise. Graças a uma série de mecanismos de pressão psicológica e outras astúcias, sua alienação deixa de ser teórica. Ele se convence de que o único remédio para curar sua inferioridade, a salvação, estaria na assimilação dos valores culturais do branco superpotente. Essa fase de absorção do branco pelo negro é chamada de embraquecimeto cultural (MUNANGA. 1988: 06).

Assim, precisamos nesta nova perspectiva, de um ensino que se detenha cuidadosamente sobre as questões das relações sociais entre escravizados africanos e brasileiros no século XIX e sobre a situação dos afro-descendentes na atualidade. Neste sentido, caberá ao professor/a adequar-se a estratégias que visem investigar como a história da África veio trazer elementos humanos para a formação da nacionalidade brasileira. Partir

de um ponto de vista em que os africanos não foram apenas sobreviventes e sim re-criadores, protagonistas de uma interação profunda e intensa na vida colonial de negros e brancos.
Dentre os entraves encontrados para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro- Brasileira e Africana, esta a falta de informação e formação do docente especifica quanto à nova proposta de ensino; desconhecimento dos dispositivos legais e falta de incentivo por parte das autoridades governamentais as quais compete viabilizar meios para sua execução. As mudanças propostas contemplam todos os níveis e modalidades de ensino, como reza as próprias Diretrizes Curriculares (2004):

> Para tanto, os sistemas de ensino e os estabelecimentos de Educação Básica, nos níveis de Educação Infantil, Educação Fundamental, Educação Média, Educação de Jovens e Adultos, Educação Superior, precisarão providenciar: Inclusão, em documentos normativos e de planejamento dos estabelecimentos de ensino de todos os níveis – estatutos, regimentos, planos pedagógicos, planos de ensino – de objetivos explícitos, assim como de procedimentos para sua consecução, visando ao combate do racismo, das discriminações, e ao reconhecimento, valorização e respeito das histórias e culturas afro-brasileira e africana (Diretrizes Curriculares, 2004: 23).

Neste sentido, as unidades de ensino para se adequar às novas necessidades educacionais, terão em primeira instância que adequar o Projeto Político Pedagógico (PPP) que orienta as atividades pedagógicas da escola, consequentemente reformulando o currículo escolar, não se trata apenas de mudar o foco da educação, mas ampliar este para que questões relativas à diversidade cultural, racial, social brasileira sejam consideradas no âmbito educacional, para que todos possam tornar-se cidadãos atuantes numa sociedade multicultural e pluriétnica como a sociedade brasileira, que até então esteve pautada e norteada por princípios etnocêntricos de raízes européia.
Desse modo, o compromisso de promover uma sociedade mais justa e igualitária não pode ser uma tarefa apenas dos professores/as, nem tão pouco realizar-se somente no âmbito escolar, este por sua vez, exige um comprometimento solidário das varias instâncias da sociedade, visto que, cada um dos brasileiros tem uma dívida secular para com os descendentes dos negros africanos e demais povos, a exemplo dos índios, que contribuíram para a formação da nação brasileira tão rica em diversidade cultural.

5 Aspectos étnico-raciais na formação de professores/as de língua em escolas públicas de guanambi - ba[2]

Um dos grandes desafios que o processo educacional brasileiro enfrenta em nossos dias é o de proporcionar um melhor ensino-aprendizagem nas instituições escolares, desafio este que se esbarra nas tendências da globalização neo-liberal, no tradicional modelo positivista de ensino, na falta de investimentos por parte dos governos, dentre outros. Com o objetivo de construir o conhecimento ao invés de simplesmente transmiti-lo, o sistema educacional passa a atribuir novos papéis aos integrantes desse processo, em especial ao professor/a que passa de interlocutor a mediador do conhecimento.
Assim sendo, o compromisso de promover uma sociedade mais justa e igualitária não pode ser uma tarefa apenas dos/as professores/as, nem tão pouco realizar-se somente no âmbito escolar, este por sua vez, exige um comprometimento solidário das várias instâncias da sociedade, visto que, cada um de nós (brasileiros) tem uma dívida secular para com os descendentes dos negros africanos e demais povos que contribuíram para a formação da nação brasileira tão rica em diversidade cultural.

---

2 Espaço onde realize o estou para conclusão do curso de licenciatura em pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e onde no momento desenvolvo a minha pesquisa de mestrado em Crítica Cultural, pela mesma Universidade.

Segundo SILVA (1995) «'para que se entenda profundamente o dinamismo entre os diversos componentes de uma unidade escolar é necessário que se identifiquem os elementos agentes do seu currículo uma vez que esse está centralmente envolvido na produção do social'». Por essa perspectiva, a instituição escolar é vista como um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas também valores, crenças, hábitos, preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade, veiculados socialmente.

Considerando que agregado aos currículos escolares existem fundamentais relações entre cultura e poder, e partindo do pressuposto de que as unidades educacionais sirvam como perpetuadoras da cultura dominante entende-se o por que a cultura das minorias, ou outras não ligadas à da "dominador", são tratadas como periféricas. A esse respeito, voltamos nossos olhares para a cultura africana trazida pelos escravizados ao Brasil que não encontra, dentro das instituições educacionais, um ambiente fértil para que propague seu conteúdo e valor.

Ainda na graduação inicie os estudos voltados para as relações étnico-raciais, com o objetivo de verificar até que ponto os professores/as conheciam e como estavam se formando para atender o que prevê a lei 10.639/03, motivada pela necessidade e preocupação de compreender a Lei 10.639/2003, seus objetivos e diretrizes quanto à obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, busquei analisar os reflexos em Escolas da Rede Estadual e municipal de Ensino no Município de Guanambi na Bahia, tal estudo resultou na monografia de conclusão do curso de licenciatura em pedagogia no ano de 2008.

Na época como resultado da pesquisa ficou perceptível que professores/as sabiam e reconheciam a importância de se trabalhar com temas voltados a valorização da herança africana no Brasil e o respeito às diferentes culturas, mas poucos professores/as já estavam se formando com recursos e iniciativas próprias para atender o que estabeleciam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, foi perceptível que as diretrizes não eram contempladas em seus 6 eixos, sendo estes: (1) Fortalecimento do marco legal; 2) Política de formação para gestores e profissionais de educação; 3) Política de material didático e paradidático; 4) Gestão democrática e mecanismos de participação social; 5) Avaliação e Monitoramento e 6) Condições institucionais), ou seja, pensar o currículo numa concepção para além do rol de disciplinas e/ou grade curricular.

Agora retomo o estudo da temática objetivando um maior aprofundamento das questões que possibilitam pensar uma educação que não empobrece a racionalidade com narrativas da certeza, mas que potencializa a criação, a invenção, a diferença, a variação e outras forma de (co)existir na relações entre toda comunidade escolar. Eliane Cavalleiro ressalta que «'Aos poucos é possível perceber a ausência de questionamentos sobre a diversidade étnica no cotidiano escolar, quer por parte das professoras, quer por parte da coordenação pedagógica e da direção escolar, o que sinaliza o despreparo e o desinteresse da escola para lidar com essa questão'» (CAVALLEIRO, 2000: 54).

Vivemos em um país no qual as questões raciais e os preconceitos estão presentes em quase todos os meios, principalmente nas escolas que são espaços reprodutores das diferenças (de forma tanto positiva quanto negativa). Neste estudo, nosso interesse se volta para as unidades educacionais públicas estaduais, objetivando dimensionar os resultados e as principais barreiras que dificultam a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, focalizando a formação de professores/as e os deslocamentos da comunidade escolar frente aos movimentos curriculares necessários para contemplar os 6 eixos do plano de implementação das diretrizes curriculares para as relações étnico-raciais em educação.

Tendo em vista tal objetivo, surgem as seguintes indagações, a saber: Como os/as professores/as de línguas tem se formado para trabalhar com as diretrizes e quais os desafios encontrados?Como estes/as professores/as pensam currículo e quais concepções de currículo são adotadas por eles/as? Houve movimentos curriculares pós lei 10.639/2003 e quais foram estes movimentos? Quais as mudanças ocorridas no Projeto Político Pedagógico – PPP? Buscando respostas para tais indagações, apresenta-se como hipótese: Seria o currículo em movimento para as relações étnico-raciais em educação um campo de potências capaz de empoderamentos, transvalorizações e de agenciamentos realizados dentro de uma cultura hegemônica?

Através de pesquisa colaborativa com perfil etnográfico, que tem uma inclinação para o que Roberto Sidnei Macedo (2000) chama de endo-etnografia, utilizando questionários, entrevistas semí-estruturadas, diário de

itinerância e grupos de discussões, o estudo esta em desenvolvimento nas duas principais escolas da rede pública estadual de ensino da cidade de Guanambi-BA. Ambas as unidades acolhem clientela variada, geralmente oriunda de escolas públicas, compõe o corpus da pesquisa o grupo de professores/as com formação em línguas. Assim, ao delimitar a pesquisa para a formação de professores/as de línguas, estamos direcionado o estudo para o eixo 2 (Política de formação para gestores e profissionais de educação) das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
Para respaldar teoricamente o estudo utilizamos algumas contribuições da linguística aplicada, dos estudos culturais e filosóficos onde destacamos: Moita Lopes (2006) com a noção de lingüística aplicada indisciplinar, concernente à inserção e a constituição dos sujeitos nos espaços sociais e culturais; Bhabha (1998), com a noção de cultura; Tomaz Tadeu da Silva (1995; 1999; 2007; 2012), com as teorias do currículo, desenvolvendo estudos que registram as preocupações das teorias críticas e pós-críticas com as conexões entre saber, identidade e poder; Stuart Hall (2005; 2003), com os estudos de crítica cultural e a abordagem sobre identidade negra; Gomes e Silva (2006), com as experiências etnico-racias para formação de professores; Maria Nazaré Lima (2012), com a noção de escola plural e a formação de professores/as para as relações étnico-raciais; Deleuze (1988), a partir da concepção filosófica da diferença; Moore (2007) com as discussões sobre racismo no contexto social, e outros estudiosos que serão convidados para o "baile
É inegável que o fator fundamental para que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana possam ser bem sucedida, está diretamente ligada à formação profissional dos/as professores/as, uma vez que são estes/as os protagonistas desse processo

Considerações

Para qualquer mente que impere um mínimo de racionalidade é inadmissível considerar que características biológicas de um ser humano determinem o grau de seu caráter e intelecto. Do mesmo modo, é indigesta a idéia de que em pleno século XXI existam indivíduos que assumam uma postura de cunho positivista, alimentando a idéia da existência de um Darwinismo Social principalmente em ambientes educacionais. Como dever primordial dos educadores/as, é incabível que um professor/a se cale diante dos preconceitos e discriminações raciais que se manifestam a suas barbas. Estes devem no cumprimento de seu papel de educador/a construir práticas pedagógicas e estratégias de promoção de igualdade racial no cotidiano da sala de aula.
A complexidade dessa nova necessidade educacional encontra apoio nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro- Brasileira e Africana, que fornece ao profissional da educação alternativas para que se possa realizar um trabalho satisfatório contornando os problemas pedagógicos. É importante que se ressalte que as Diretrizes em si não proporcionam um modelo estrutural a ser seguido, constituindo ferramentas para que o professor/a desenvolva uma melhor estratégia de abordagem, de acordo com suas reflexões e observações, a serem tomadas em determinados contextos.
Dessa forma, a partir de um modelo educacional para o aluno pluricultural, capaz de reconhecer a diversidade cultural e étnica dos indivíduos que compõem uma escola, é possível trabalhar com uma ótica diferenciada acerca do aluno, vendo-o como pessoa carregada de experiências e particularidades e não somente como mero ouvinte. Associando os saberes sociais adquiridos, a ênfase na realidade na qual esse discente está inserido ganha destaque com a valorização e utilização de suas experiências.
Assim sendo, o que apresento nessa comunicação é uma imagem da pesquisa de mestrado em crítica cultural e das indagações iniciais do estudo que tem mobilizado noções teóricas que provocam mais questões em torno da problemática da pesquisa.

Referências

BHABHA, Hommi (1998). *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila et al. Belo Horizonte: Editora UFMG.

BRASIL. Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10.01.2003.

BRASIL (2000). Secretaria de Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, temas transversais, Volume 10. Brasília: SEF.

BRASIL (2006). Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais. Brasília. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. MEC-SECAD.

BRASIL (2009). Plano Nacional de Implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana. Secretaria especial de Políticas de Promoção da Igualdade racial. Subsecretaria de políticas de Ações afirmativas. Brasília: MEC.

BRASIL (2004). Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC-SECAD/SEPPIR /INEP.

CUNHA JUNIOR, H (1997). Educação popular afro-brasileira. In: LIMA, I; ROMÃO, J. ; org. Série Pensamento Negro em Educação nº. 05. SC: Editora Núcleo de Estudos Negros (NEN).

DELEUZE, Gilles (1998). Diferença e repetição. Tradução de Luiz B. L. Orlandi; Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal.

HALL, Stuart (2005). A identidade cultural na pós-modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 10ª ed. Rio de janiero, DP&A.

HALL, Stuart (2003). Da diáspora: identidades e mediações culturais. Liv Sovik (Org.). Trad. Adelaine La Guardia Resende [et. al]. Belo Horizonte: Editora UFMG.

LIMA, Maria Nazaré Mota de (org) (2012). Escola plural: a diversidade está na sala: formação de professores/as em história e cultura afro-brasileira e africana. 3ª ed. São Paulo: Cortez.

GOMES, Nilma Lino e SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e (org.) (2011). Experiências étnicos-culturais para formação de professores, 3 ed, Belo Horizonte: Autêntica.

MACEDO, Roberto Sidnei (2000). A etnopesquisa crítica e multirreferenciada nas ciências humanas e na educação. Salvador: EDUFBA.

MOORE, Carlos (2007). Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo. – Belo Horizonte : Mazza Edições.

MOREIRA, Antônio Flavio; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.) (1995). **Territórios Contestados**: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis, RJ: Vozes.

MUNANGA, Kabengele (1998). **Negritude:** usos e sentidos. São Paulo: Ática.

MUNANGA, Kabengele(org.) (2001). **Superando o Racismo na Escola**. 3 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental

MUNANGA, Kabengele (org.) (2005). **Superando o Racismo na Escola**. 2 ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

SANTOS, Hélio (2001). **Discriminação racial no Brasil**. In: SABÓIA, Gilberto Vergne; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Orgs). Anais de seminários regionais Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão preparatórios para a conferência mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata. Brasília: Ministério da Justiça.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (1993). **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, Tomaz Tadeu da (1999). **O currículo como fetiche:** a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica.

SILVA, Tomaz Tadeu da (2007). **Documentos de Identidade**: uma introdução às Teorias do Currículo. 2ª ed. 11ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica.

SILVA, Tomas Tadeu da (2012). **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis, RJ: Vozes.

STEPHANOU, Maria. **Currículo de História**: Instaurando maneiras de ser, conhecer e interpretar. São Paulo: Revista Brasileira de História V. 18 Nº 36, 1998 p. 15 – 38.

Educação, Religiosidade De Matriz Africana E Descolonização

Isabelle Sanches Pereira[1]

Este artigo reflete sobre aspectos teórico-metodológicos aprendidos no processo inicial da pesquisa de doutoramento: um estudo etnográfico sobre a leitura e inserção de obras literárias de lideranças religiosas de matriz africana na formação de leitores/as e escritores/as na escola[2]. Inicialmente debate o tratamento da questão da religiosidade de matriz africana como um dos aspectos relevantes no processo descolonização da educação. Analisa, brevemente, como se constitui as identidades de raça-gênero numa perspectiva interseccional, refletindo de maneira preliminar como essa categoria analítica, que normalmente tem sido utilizada para pensar as experiências de raça-gênero e as decorrentes discriminações produzidas pela interdependência entre essas dimensões identitárias, pode colaborar nas reflexões sobre outras questões concernentes ao processo de descolonização da educação, inclusive a identidade religiosa. Ao final, focaliza como a religiosidade de matriz africana é um aspecto cultural de grande relevância na complexidade de temas envolvidos no processo de tratamento da identidade de raça-gênero na escola, analisado na pesquisa através da etnografia da leitura de obras escritas por lideranças religiosas de matriz africana, identificando algumas questões que constituem essa problemática no processo de institucionalização da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar. Como referencial teórico foram feitos diálogos com autores como Muniz Sodré, Kimberlé Crenshaw, Frantz Fanon, dentre outros/as.
Palavras-chaves: Religiosidade de matriz africana, Descolonização, Identidades Raça-Gênero, Educação.

I. Primeiras reflexões sobre descolonização

A poesia tem a capacidade de dar um auxilio luxuoso às ideias, ao dizer, ao ato de escrever. A poetisa sãotomeense, Conceição Lima (2006) cumpre esse papel neste texto através do poema oferecido ao poeta e ensaísta Frederico Gustavo dos Anjos, *A Mão do Poeta*, ela exalta o poder potencial deste sujeito e do seu texto:

A Mão do poeta[3]

O poeta, é sabido, conhece
o sentido da sua mão
e perdoa a bizarria
de crescer sozinha
com o impulso da ave
ou o fermento do pão
Porque ele sabe que a mão

---

1 Doutoranda Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos Universidade Federal da Bahia. Possui graduação em licenciatura em pedagogia, especialista em psicopedagogia, mestrado em Educação e Contemporaneidade. Professora assistente da Universidade do Estado da Bahia, Campus XI Serrinha. Formadora do ICEAFRO; pesquisadora e docente na área de raça-gênero atuando principalmente nos seguintes temas: educação, identidades, relações étnicorraciais e de gênero. E-mail: oxobo@hotmail.com. Linha: GT56B: Línguas, educação, (políticas de) reconhecimento.

2 O estudo que vem realizado uma pesquisa de cunho etnográfico e colaborativo, no campo da linguística aplicada, com foco na leitura das obras literárias de três lideranças religiosas, a saber: Stella Azevedo dos Santos – livro O Meu Tempo é Agora, Valnízia Pereira – Resistência e Fé e MakotaValdina – Meu Caminho, Meu Viver, leitura esta realizada por mim como procedimento metodológico da minha prática etnográfica e por professoras estudantes do curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia, Campus XI, Serrinha, do qual sou docente, com vistas à sua utilização na Educação Básica.

3 Poema retirado no site: http: kukalesa.wordpress.com

o prende à raiz do chão
onde o rigor do seu“não!”
Varre da casa a podridão
Por isso, se o poeta à praça traz
seus dentes caídos, a face desfeita
é para perscrutar no mastro
o pano que drapeja
e corrigir com a mão
a direcção do vento.

Através de uma dedicatória para Frederico Gustavo, após ler seu livro Paisagens e Descobertas, Conceição, nessa poesia, expressa como a escrita, a literatura voltadas para história e cultura afrodiásporicas, através do falar sobre si, é para mulheres e homens negros, espaço de buscas, de reflexões sobre contradições, itinerâncias da memória.

O ato de escrever faz conexões entre tempos históricos e situa como vivem essas mulheres, homens, suas famílias, referencias ancestrais, formas de participação possíveis e inventadas na vida pública, onde são construídas suas identidades expressam valores morais, sexuais, espirituais, religiosos. Nessa produção escrita, há um imbricamento entre a subjetividade e a linguagem, que se coloca como um estilo de escrita que pode, ao mesmo tempo, estar dotada de leveza e contundência na abordagem das coisas da vida. Assim, a primeira contribuição deste texto poético é a inspiração para compreender como escrever sobre identidade raça-gênero, religiosidade de matriz africana e educação, de certa maneira é um trazer à praça.

Segundo Rushdie (1990) ensaísta e escritor de ficção indiano, radicado na Inglaterra, a função do poeta é nomear o inominável, apontar as fraudes, tomar partido, despertar discussões, dar forma ao mundo e impedir que adormeça. Assim, símbolos poéticos negritudinistas, oferecem brechas, conexões inspiradoras, para se pensar discutir o que Sodré (2012) denomina de reinvenção da educação, no sentido de uma redescrição interpretativa do processo educacional. Aponta ainda para emergência de um processo de descolonização do conhecimento que segundo ele é: «algo como a reeducaçãoou reinvenção do sistema de ensino, com vistas à diversidade simbólica entrevista na dissolução das grandes explicações monoculturalistas do mundo» (Sodré, 2012:15) Assim, descolonizar é produzir uma processualidade na qual é possível constituir experiências sociais e individuais singulares, que descentralizem, ou façam fugir os modelos e lugares hegemônicos que centralizam sentidos, norma, estética, saúde, entre outros, dominantes e que se constituam para além da lógica do capital.

O autor, destaca também o papel da enunciação crítica para os processos de aprendizagem como modo de aprender a ler a realidade. Assim, descolonização passa inclusive da crítica ao legado ocidental como repertório cultural universal e próprio e possível para pessoas letradas, autorizadas, iluminar criticamente o Outro.

No Brasil, os aprendizados obtidos pela população negra em sua trajetória de resistência e organização política, estética e cultural, podem ser pensados como alternativas de leituras das realidades, formulando historicamente o conceito de raça na experiência afrobrasileira. Ser negro/a tem sido, dessa forma, uma construção contínua. Constam desse processo informações postas pelas representações sociais negativas acerca da história e cultura que afetam relações familiares, escolares e contemporaneamente bastante experimentadas através da mídia. Essas representações, desde a infância colocam uma permanente situação de comparação em relação a um modelo branco de humanidade. Em Pele Negra, Máscaras Brancas humanidade FANON (1983) ressalta que:

> Os negros são comparação. Primeira verdade. Eles são comparação, isto é, eles se preocupam constantemente com a autovalorização e com o ideal do Eu. Cada vez que estão em contato com um valor do outro se fala de valor, de mérito. (FANON, 1983:172).

A disseminação da mestiçagem como valor estético, cultural, histórico constitui-se como etapa estratégica ao processo de negação, da desconsideração dos valores civilizatórios africanos. A saída eugênica, associada a uma permanente construção de representações sociais negativas sobre negros/as, imputou a relação do/a negro/a com sua identidade uma rejeição produzida pela falta de referencia a sua história e cultura, sua imagem.

A intenção de manutenção da supremacia racial branca consubstanciou a elaboração das chamadas teorias racistas, responsáveis, durante séculos, pela consolidação de um imaginário social sobre o que é ser negro/a. Discursos sobre a incapacidade intelectual de negros/as, como os difundidos através da obras de Nina Rodrigues; o enaltecimento da mestiçagem expresso nas formulações de Oliveira Vianna (1952); a identificação da cultura negra como primitiva, encontrada na obra de Arthur Ramos (1935); a afirmação de uma suposta democracia racial defendida nas obras de Gilberto Freyre (1930); e por ultimo, o destaque para a criação de personagens negros na literatura que reforçam estereótipos e preconceitos racistas e sexistas, como os encontrados na obra de Monteiro Lobato (1918), são exemplos da presença, através das Ciências Humanas e na Literatura, da presença e valorização de teorias racistas na sociedade brasileira.

Os conteúdos ideológicos que dão base a essas teorias são experimentados de forma muito concreta pelas pessoas negras. A rejeição da estética, trajetórias diferenciadas do grupo social branco no processo de escolarização, no mundo do trabalho, dentre outros, fazem com que a identidade negra seja permanentemente balizada pelas desigualdades raciais.

Nesse contexto a religião foi um instrumento de doutrinamento, controle, imposição de culturas sobre outras. A história da educação no Brasil nos relata o quanto a fé promoveu discriminação com indígenas e depois africanos. O lugar, ou talvez devamos chamar de não lugar, das religiões de matriz africana nas práticas escolares, bem como alguns dos processos de resistência da população negra em busca do acesso à educação e do direito ao exercício de sua identidade cultural, aqui com foco na religiosidade de matriz africana, considerando que o conhecimento histórico é ferramenta indispensável para o combate aos mecanismos legais, pedagógicos, administrativos e políticos que formam e ainda são adotados pelos sistemas de ensino.

II. Religiosidade de matriz africana e educação no Brasil: breves reflexões sobre implicações teórico-metodológicas

"É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias" (BRASIL, 1988)

Chauí (1997) nos diz que as religiões de matriz judaicas, cristãs e islâmicas pregam o usufruto coletivo da felicidade perene, junto ao criador, onde este envia um salvador que sacrificará sua própria vida para que os pecados ou as faltas originais sejam perdoados, garantindo a imortalidade dos que seguirem as leis, mandamentos divinos, reconciliando-se com Deus. Dessa forma, percebemos que essa visão religiosa colidiu com a cosmovisão africana que, segundo Oliveira (2003) possui um modo operacional dinâmico e não estático, onde a diversidade é, com efeito, aquela que permite que a cosmovisão africana tenha as características de ser pluriforme, polifônica e aberta.

Dessa forma, a submissão dos povos indígenas e africanos tinha uma concepção evolucionista em relação a vivência de outras culturas. O pensar, fazer, viver de povos africanos no Brasil foram, de certa maneira, subtraídos, invisibilizados por esse outro, através de uma educação com base na conversão religiosa, instaurando uma forma peculiar de conhecer que influenciou muito a construção de modelos de escola.

Essa imposição em relação aos povos de religiões de matrizes africana se deu, sobretudo, através da submissão ao cristianismo, como afirma Barbosa (2003):

> No Brasil o poder colonial branco impõe uma nova realidade para os africanos, impedidos de professar livremente suas crenças e obrigados a incorporar o catolicismo como religião, através do batismo e participação nos chamados ofícios de fé. (BARBOSA, 2003:54).

Homens e mulheres negras absorveram em grande medida valores através dessa moral cristã até como uma estratégia de inserção na sociedade, abalando o exercício da religiosidade de matriz africana que passa a ser vista como diabólica contrária ao que se considerava racionalidade. Princípios como ancestralidade, tradição,

integração, próprios da cosmovisão africana, são desconsiderados e observados pela religião do colonizador como não importantes.

Oliveira (2003) destaca que esses princípios estruturavam sociedades africanas que antes da invasão europeia vivenciavam sua cultura de maneira autônoma, apesar das influências externas e, ainda hoje, seguem estruturando as concepções de vida dos africanos e seus descendentes espalhados pelo mundo depois da Diáspora Africana[4].

Assim, podemos dizer que os processos de conversão religiosa traziam um caráter educativo que desconsiderava que os seres humanos, historicamente, independente da sua condição racial, evoluíam, desenvolviam tecnologias, tinham um modo de vida e, portanto, de viver sua espiritualidade.

Num cenário onde não há como sustentar mais a existência de relações harmônicas, sejam elas raciais, de gênero, dentre outras, onde está publicizado, reconhecido e assumido, inclusive legalmente que a sociedade brasileira e a escola, nosso espaço de interesse, é discriminatória, se coloca a necessidade de se refletir e propor como refazer as práticas educacionais baseadas, agora, na alteridade. Segundo Romão (2005), em tempos atuais, quando se discutem assuntos importantes como a implementação da Lei 10.639/03 ainda se faz necessário a busca por respostas sobre como foi o processo de acesso do negro à escolarização.

Tal exclusão foi justificada por uma ideia da inexistência de fatos notáveis nas sociedades não europeias, antes do contato com os brancos. Assim, se a história da educação brasileira não tem contemplado a multiplicidade dos aspectos da vida social e da riqueza cultural, o povo fica a margem desse processo do qual tem sido esquecido, e com ela, temas e fontes históricas que poderiam nos ensinar sobre as experiências educativas, escolares ou não, dos afro-brasileiros e africanos.

Romão (2003) destaca a importância de saber sobre estudos como, por exemplo, da conquista da alfabetização por esse grupo; dos detalhes sobre a exclusão desses setores das instituições escolares oficiais; dos mecanismos criados para alcançar a escolarização oficial; da educação nos quilombos; da criação de escolas alternativas; da emergência de uma classe média negra escolarizada no Brasil; das vivências escolares nas primeiras escolas oficiais que aceitaram negros; ou o papel dos terreiros de candomblé no desenvolvimento de ações educativas nas comunidades, temas que, além de terem sido desconsiderados nos relatos da história oficial da educação, estão sujeitos ao desaparecimento.

A educação no Brasil foi, e ainda é, palco de violências de várias naturezas, com destaque para a religiosa. Educar evangelizando foi uma estratégia desde o início da colonização, que formou um modo particular de ensinar e aprender que passa pela determinação de saberes, morais, valores e uma aceitação desses, substituindo conhecimentos que marcam nossa identidade. Dessa forma, a relação entre educação e religião não obedece à recomendação de oferta de uma educação laica, questão comprometida ao longo da história de nosso país, e que denuncia a falta de diversidade na escola.

Não podemos negar o papel da religiosidade como aspecto central para análise dos processos de construção de identidades nos ambientes educacionais de maneira negativa, quando utilizado como instrumento de controle, mas potencial instrumento de descolonizador ao afirmar identidades étnicorraciais. O processo de colonização, comprometido com o projeto de disseminação de um modelo educacional e religioso, através da conversão como método educativo, criou representações, normas sociais que influenciam até hoje os modos de vida no país, inclusive de educadora/es e consequentemente de seus estudantes. Dessa forma, surge a importância da implementação da Lei 10.639/03 que reestabelece o diálogo, rompendo com o tabu até então instituído que trazia como referência apenas o falar e o fazer escolar com base em um único valor civilizatório.

A historiografia oficial ao ignorar a história e cultura de matriz africana, sua trajetória de luta por cidadania e como a religiosidade de matriz africana foi um lastro fundamental, nesse processo, favoreceu uma lógica de produção de conhecimento reduzida, monoreferenciada culturalmente, representativa e protagonizada por alguns sujeitosdetentores de práticas sociais importantes como a escrita. Sodré (2002) reflete nessa perspectiva, que outros saberes devem, então, ser construídos, os quais serão colhidos democraticamente na riqueza da diversidade cultural.

4O conceito deDiáspora Africana", de acordo com Stuart Hall e Paul Gilroy se refere a uma processo maior que um êxodo ou deslocamento, especialmente no contexto africano, onde o aspecto transnacional é fundamental para compreender os efeitos do trânsito entre nações, nos e entre os sujeitos envolvidos, e as culturas.

Mudanças nesse sentido se colocam como imprescindíveis para a educação e reafirmam a escola como um cenário estratégico no processo de relativização, transformaçãodo que é considerado saber apresentado na forma de livro, na forma de obra de arte, de monumentos, de arquivo,passando, assim por processos de autonomia, autoria que instituem uma cadência incontornável, crescente de invenção de novas possibilidades e maneiras de produzir conhecimento envolvendo sujeitos, seus imaginários e suas capacidades de se movimentar criativamente. Entende-se aqui autoria como César (2011):

> A diversidade de práticas e atos sociais e discursivos, realizados por sujeitos individuais ou coletivos, no sentido de deslocar determinadas posições hegemonicamente constituídas. Nesse sentido, torna-se uma prerrogativa de "autoria" a possibilidade de produzir o "gesto de fala", que vai desde o simples abrir da boca e falar nos lugares onde o possível falante não é ratificado pelo seu interlocutor ou situação, àquelas ações ou falas que abalam visivelmente as posições de poder instituídas, inaugurando" um lugar próprio". Esses gestos, por si mesmo, ou adiante da possibilidade de serem "narrados", "(re)lidos", "(re)escritos" por diversos atores sociais, constituem movimentos, construções de autoria. (CÉSAR, 2011: 92)

A partir dessas reflexões foi possível elaborar algumas questões teórico-metodológicas bastante relevantes para impulsionamento da pesquisa: como trabalhar essa literatura escrita por lideranças religiosas de matriz africana na escola, na medida em que o tratamento do tema religião é um aspecto de grande relevância na complexidade de temas envolvidos no processo de institucionalização da história e cultura afro-brasileira e africana, mobilizador de questões da subjetividade na escola? Como as professoras de qualquer orientação religiosa podem ler e trabalhar com a leitura/escrita dessas obras em sala de aula? Quais os elementos presentes nas narrativas de professoras ao expressarem suas crenças sobre essa literatura e sobre a sua própria relação com a escrita de si? Como se altera um padrão, onde existe invisibilidade da questão religiosa e da discriminação racial, a partir dessas práticas de escrita?

III. Penúltimas palavras

A escolarização aparece na história da educação, instrumento de um tipo de socialização homogenizadora. Um espaço promotor de regulações das mentes e dos corpos das pessoas que dela participavam, utilizando como princípio padrões políticos, ideológicos, morais e éticos. A escola é, por natureza, espaço de formação ideológica e política.

Considerando a educação como algo radicalmente humano no horizonte, por ser o lugar habitual da linguagem de continuidade e expansão do grupo humano, queassociamos à ética e à cultura, ela, além de servir como espaço de reprodução de ideologias, se apresenta como lugar onde são produzidas contra hegemonias sob a forma de resistências dos sujeitos dela participantes. As pessoas que fazem a escola, professoras/es, alunos/as, técnicos/as, merendeiras, porteiros, impõem contradiscursos, pautam sua forma de ver o mundo, de resolver problemas, de se organizar construindo dissonâncias, outras ordens.

O projeto iluminista baseado num modelo único de racionalidade propagou um tipo de socialização baseado na homogeneização, na eliminação das diferenças, numa lógica baseada na moralização, mesmo apresentando um discurso de superação das marcas deixadas pela religiosidade cristã. Na busca de ser o indivíduo moderno, colocou-se o perigo de ser igual, isento de referenciais de suas raízes, costumes.

Uma das repercussões principais disto é uma educação calcada em uma forma impessoal de produzir conhecimentos, baseada numa lógica que privilegia a fragmentação. A partir do pressuposto iluminista de que cada indivíduo deveria ser tocado em particular, desconectando-o de perspectivas identitárias coletivas baseadas na tradição e na ancestralidade, as relações pedagógicas foram modelando projetos educacionais comprometidos em formar indivíduos portadores de uma racionalidade distante de sua identidade.

A escola derivada desse projeto resultou em ser o espaço promotor de conhecimentos de validade universal e,

com isto, impôs um conceito único de cultura. A cultura, para essa concepção é o modelo existencial de alguns grupos detentores de poderes políticos, econômicos, bélicos. Assim, as outras expressões culturais foram negadas, desconsideradas, transformadas em conhecimento inferior.

Homens e mulheres são eminentemente seres culturais. Na socialização, as pessoas interiorizam maneiras de pensar, sentir, se comportar, num caminho de apreensão da sua "comunidade" e ao mesmo tempo passando a constituí-la, participando da sua transmissão, conservação e transformação (GEERTZ, 1997:59). Dessa forma, um dos caminhos possíveis para se compreender o processo de construção das identidades dos sujeitos é o diálogo com estas pessoas, penetrando na complexidade subjetiva, afetiva, pessoal imbricadas nos processos de construção e reconstrução de suas identidades, estando atento às diversas dimensões da vida em sociedade que integram a experiência do indivíduo.

Neste contexto, raça e gênero constitui-se como categorias imprescindíveis para se compreender de que maneira são construídas, exercidas e constantemente reconstruídas as identidades dos sujeitos na escola. Encontramos dentro destes conceitos uma diversidade de aspectos ligados a como eles se traduzem na vida cotidiana, ou seja, o que é ser negro/a, mulher, homem e como isto se relaciona na teia social. Consideradas categorias fruto de construções socioculturais, na medida em que movimenta, de antemão, a maneira com que pessoas e grupos se diferenciam entre si o que demanda o manejo da categoria identidade numa perspectiva relacional.

Em sua abordagem Crenshaw (2002) sinaliza para a dinâmica da desigualdade interseccional e também, revela seu caráter estrutural aos quais determinados grupos estão submetidos. Vale assim lembrar que, determinados grupos sociais têm maior possibilidade que outros de passarem por diferentes tipos de discriminação. Crenshaw utilizando uma metáfora de intersecção analisa a conformação das identidades, nomeadas como eixos de poder e como a partir delas ocorrem as dinâmicas de desempoderamento, como encontramos a seguir:

> [...] vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e polÌticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes[...].Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam.(CRENSHAW, 2002:177).

Entender as relações de raça e gênero como categorias interseccionais presentes na ordem social, permite compreender não somente a posição das mulheres, mas diversos efeitos do processo de colonização, seus efeitos epistêmicos presentes nas relações sociais. Cabe problematizar em que medida a intersecção pode colaborar para leituras descolonizadoras na medida em que a educação, segundo Sodré 2012 tem como questão fundante o poder dos homens sobre as coisas, afirmação que depois de ampliada com a palavra mulheres, oferece elementos entusiásticos para refletir sobre como a enunciação crítica é um modo necessário de ler a realidade.

Os pertencimentos de raça e gênero interferem na socialização e na vivência, em diferentes espaços afetando a construção identitária do sujeito. Dessa forma:

> [...] a incorporação de gênero, no contexto da analise do racismo, não apenas traz à tona a discriminação racial contra mulheres, mas também permite um entendimento mais profundo das formas especificas pelas quais o gênero configura a discriminação também enfrentada pelos homens. (CRENSHAW, 2002:173).

Interseccionalizar, portanto, nos aponta para leituras críticas da realidade na medida em relaciona situações sociais invisibilizadas e ou naturalizadas, tratadas descontextualizadamente. Seu caráter relacional se aproxima de desejos antigos no cenário educacional como uma prática pedagógica interdisciplinar, transdisciplinar, pautando a ideias fundamentais para o processo de descolonização como a de o manejo de conceitos na contemporaneidade requer o investimento em não reduzir realidades de maneira determinista, intelectualizante. Desse contexto seria possível o exercício interseccional mais amplo, envolvendo outras dimensões da identidade, identificando e atuando obstáculos para o desenvolvimento de um processo de descolonização da educação, mexendo com o que Sodré (2012:115) chama "linhagem pedagógica"?

Como categoria analítica cabe o esforço de ampliação dessa perspectiva, observado os limites e possibilidades conceituais e metodológicos. Para finalizar, este texto, ficam apenas pistas provisórias e em estado de suspeição, sobre situações que se colocam como campos possíveis do manejo dessa perspectiva analítica identificados no contexto da minha pesquisa. São realmente penúltimas, talvez, antepenúltimas palavras, num sentido de abertura, de imersões de corpo livre, de disposição ao rasgo na busca de uma construção conceitual.

A primeira pista é compreensão de que numa condução pedagógica descolonizadora a problematização da religiosidade e poder como inseparáveis e é fundamental para compreensão de como são abordadas pelas instituições. Essa relação convida a pensar na história da religiosidade no Brasil de forma plural, onde não cabe uma centralidade, uma religião universal. Estaria aberto um repertório vasto de histórias de resistência e organização fundamentais para incluir introduzindo a permanência de outras identidades religiosas no contexto brasileiro, como as religiosidades de matriz africana, vivenciadas nos terreiros de candomblé, por exemplo, territórios marcados por experiências fundamentais na construção identitária africana no Brasil.

Uma segunda questão se refere ao processo de escolarização como tem se dado no Brasil, baseado em processos homogeneizantes, dificultando e até impedindo a visibilidade de certas identidades, dentre essas, as identidades religiosas de pessoas iniciadas em religiões de matriz africana. A partir da promulgação da Lei 10639/03, que torna obrigatório o ensino da História da África e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio públicos e particulares, e assim, registra-se um movimento de assunção desse pertencimento identitário, de modo que livros sobre religiosidade de matriz africana começam lentamente a circular na escola, restando saber como essa literatura se insere nesse universo onde está colocado, ainda, muitos desafios, inclusive o de formar sujeitos leitores/as e escritores/as.

Essas questões indicam que para pensarmos uma educação descolonizada precisamos adotar uma perspectiva também descolonizada. Esse foi o investimento que fizemos aqui utilizando a conceituação de descolonização de Muniz Sodré, investindo em pensar a interssecionalidade para discutir como a religiosidade de matriz africana pode ser uma dimensão epistemológica capaz de favorecer o processo de descolonização da educação.

Referências

BRASIL.(1988), Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília. Disponívelem:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao88.htm, [acesso em 01-09-2014].

BRASIL, Lei 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União de 10 de janeiro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm< [consultado em 06-O9-2014].

CÉSAR, América Lúcia Silva (2011), Lições de abril: construção da autoria entre os Pataxó de Coroa Vermelha, Salvador: EDUFBA.

CHAUÍ, Marilena de Sousa (1997), Convite a filosofia, 9ª ed. São Paulo: Ática.

FANON, Frantz (1983). Pele Negra, Máscaras Brancas, Rio de Janeiro: Fator.

GEERTZ, Clifford (1989). A interpretação das culturas, Rio de Janeiro: LTC.

OLIVEIRA, David Eduardo de (2003). Cosmovisão Africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente, Fortaleza: LCR.

ROMÃO, Jeruse (2005), "Educação e alfabetização no Teatro Experimental do Negro". In: ROMÃO, Jeruse (Org). História da Educação do Negro e outras histórias, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, pp.117-138.

RUSHDIE, Ahmed Salman (1996), Os versos satânicos, São Paulo,Compania das Letras: Impresso.

SODRÉ, Muniz (2012), Reinventando a Educação: diversidade, descolonização e redes,Petrópolis, RJ: Vozes.

Línguas, educação, (políticas de) reconhecimento

SCETTI Fabio[1]
fabio_scetti@yahoo.fr

"O português não é só a língua do passado e dos avós, mas é também uma nova língua do futuro!".

Palavras-chaves: políticas linguísticas, "comunidade portuguesa" de Montreal, marca de identidade, contacto entre línguas, transmissão das línguas

Resumo: Esta comunicação aborda a questão da sobrevivência da língua portuguesa e da sua promoção num contexto da diáspora, no seio da "comunidade portuguesa" de Montreal. Através duma pesquisa sociolinguística sobre as mudanças da língua em situação de contacto com outras línguas, o nosso questionamento abre-se sobre a definição da língua, de variantes e sobretudo sobre a polémica da normalização da língua. Este estudo apresenta um exemplo de integração e identificação do grupo por meio da língua, analisando o seu percurso de transmissão, o seu ensino e sobretudo o seu posicionamento como marcador de identidade. O contexto particular, numa província como o Québec, no Canadá, onde as questões linguísticas tiveram sempre uma grande importância, ajuda a perceber de que forma as v**ários políticas** que foram aplicadas influiram na vitalidade duma **língua** minoritária, que pôde sobreviver e se promover como língua do futuro, a nível do comércio e das relações internacionais.

Introdução

O português *não* é só uma língua do passado, mas defende-se como língua importante no mundo actual e, por esta razão, janela aberta para o futuro. Tido como potencial económico de Portugal, o português repercorre o mundo novamente e reanima as comunidades de emigrados. Esta língua que era a língua do império colonial português e chave dos mercados mundiais, tendo em conta o crescimento económico dos países lusófonos, ex-colónias de Portugal, e sobretudo Angola e o Brasil, projecta-se entre as grandes línguas de hoje e de amanhã. De uma posição frágil, de um idioma que tinha medo de se perder, de língua dos avós e das recordações, o português é promovido pelo mundo como um idioma com futuro, uma língua de comércios e uma ferramenta de trabalho.

A minha pesquisa de sociolinguística sobre a "comunidade portuguesa" de Montreal, e mais precisamente sobra a evolução da língua e a sua importância na colectividade, pretende mostrar o espaço ocupado pela língua portuguesa como ve*í*culo das actividades no grupo e como marcador da identidade dos seus membros. A sua promoç*ão como* recurso para o futuro, e como uma vantagem, é a base dos discursos das instituições escolares e não, para continuar a acolher novos estudantes e para permitir ao português de sobreviver num contexto exterior, da diáspora, no seu percurso de transmissão.

Dentro de um contexto bem particular, o de Montreal, cidade oficialmente bilingue : francês e inglês ; a "comunidade" tem o seu próprio espaço, no centro do bairro de Saint Louis. Dentro deste contexto comunitário, a Miss*ão Santa Cruz representa* hoje em dia, um órgão básico do seu ensino, tendo também o papel de órgão de transmissão de geração em geração, e sobretudo mantendo o espírito comunitário sensibilizado sobre a questão da sobrevivência da língua portuguesa.

---

1 Licenciado em Mediação Linguística e Cultural pela Università degli Studi di Milano, na Itália, é mestre em Línguas e Culturas Estrangeiras na Université Sorbonne Paris IV, na França. Actualmente é doutorando em Ciências da Linguagem na Université Descartes Paris V, sob a orientação da professora Christine Deprez, onde desenvolve uma tese sobre a evolução da língua portuguesa na "comunidade portuguesa" de Montreal, no Canadá, focando no processo de erosão da língua, no seu percurso de transmissão entre gerações, e na relação entre língua e identidade do grupo.

1. A "comunidade portuguesa" de Montreal

A "comunidade portuguesa" de Montreal (Eusébio, 2001) define-se como o grupo de luso-descendentes da imigração de Portugal continental – em maior parte proveniente das regiões do Centro e do Norte – e das ilhas de Madeira e dos Açores, e que se instalou na metrópole canadiana a partir dos anos 50.
A "comunidade" como outros grupos étnicos em Montreal mostra-se e abre-se ao mundo citadino com as suas festas, rituais, cozinha e sobretudo graças aos seus membros muito activos. Ao lado da *Petite Italie*, a *Chinatown*, o bairro grego de *Parc Extension*, o *Petit Maghreb* e outros, representa uma das "ilhas culturais e linguísticas" que existem em Montreal, e que enriquecem o seu caleidoscópio urbano. Montreal assemelha-se a um arquipélago formado por uma multidão de pequenas ilhas diferentes.
Difícil *é* examinar quem faz ou não parte do grupo, quem é português de Montreal, quem é luso-canadiano, quem luso-*quebequense*[2], quem se diz fazer parte da "comunidade" e quem diz que não; mas, pode-se identificar o coração do grupo, um espaço físico, o centro da vida colectiva e o núcleo das actividades : o bairro português de Saint Louis, chamado também e mais simplesmente, a "comunidade".
Durante o percurso de identificação dos membros no grupo, as questões das *língua*s, das competências linguísticas, das atitudes e das expressões da língua, emergem. A língua como marcador de identidade, ocupa um papel importante durante a sua evolução neste contexto particular, onde as políticas relacionadas com as línguas têm um peso relevante. Ela continua no seu percurso de transmissão, tendo em consideração a sua mudança em contacto com as outras línguas presentes, e mantém-se.
Dentro de um panorama comunitário muito rico, com diferentes tipologias de organizações : v*á*rias instituições, associações e clubes (Da Rosa e Laczko, 1984), a igreja comunitária da Missão Santa Cruz representa o centro vital do grupo, e como ponto de referência é o lugar de encontro das pessoas, em várias ocasiões. *É o espelho do grupo para fora, é um lugar de visibilidade.* A escola, ao lado da igreja, representa a expressão da continuação da "comunidade" no contexto complexo e por isso interessante, da cidade quebequense.

1.1. O contexto particular de Montreal

Numa cidade oficialmente bilingue como Montreal, falar de línguas é um tema muito recorrente e que pode sempre animar os cidadãos durante os seus discursos quotidianos. Entre uma maioria francófona e uma anglófona, num contexto definido de *Double Majorité*[3] (Anctil, 1984) encontram o seu lugar as outras línguas, que graças à imigração estão ainda presentes no espaço citadino.
A questão importante em relação às línguas e a escolha das línguas levanta-se no momento da integração dos imigrantes e, bem assim, no que se refere à escolarização dos mais jovens. Até aos anos 70, a escolha da língua de escolarização era livre. O sistema anglófono era privilegiado. A partir dos novos movimentos migratórios do início do século XX, os novos chegados eram acolhidos no sistema de língua inglesa, porque o sistema em francês era mais associado com a educação com base num percurso fundado na religião católica. Além disso, a língua inglesa era também escolhida por razões de proximidade com o resto do país, o Canadá anglófono, e com os vizinhos Estados Unidos, grande potência económica mundial.
A situação mudou graças às novas políticas linguísticas e de educação que foram promulgadas a partir da *Révolution Tranquille*[4] (Linteau, 2007). Depois da aprovação das leis provinciais do Québec, *loi 22* e *loi 101- "Charte de la langue française"*[5], a língua francesa foi definida como a única língua oficial da provín-

---

2 "*Luso-Québécois*": termo em francês que faz referência ao termo muito utilizado no contexto da comunidade "luso-quebequense", e que descreve um habitante de origem portuguesa na província francófona do Québec.

3 "Dupla Maioria": a maioria do francês como l*íngua da maior parte dos falantes e a maioria do inglês como* língua do business e dos comércios.

4 "Revolução Tranquila" : período de mudança social na região francófona do Québec a partir dos anos 60 e 70.

5 "Carta da Língua Francesa": lei-quadro da província do Québec. É uma lei fundamental, que faz parte dos estatutos da região francófona, ao lado de outras leis tais como a "Carta Quebequense dos Direitos Humanos e Liberdades" e a "Lei sobre o acesso aos documentos na posse de organismos públicos e a protecção da informação pessoal".

cia canadiana e, portanto, a primeira e única língua de escolarização dos recém-chegados. Desta forma, com base nestas novas implantações, os recém-chegados têm a obrigação de inscrever os seus filhos nas escolas de língua francesa, ou melhor francófonas e, somente os filhos de imigrados ou descendentes de imigrados que tiveram uma escolarização dentro do sistema de língua inglesa podem continuar seguindo este fio condutor, até a idade da educação obrigatória e então, o acesso aos estudos superiores universitários.

O afrancesamento no Québec é uma questão muito debatida até hoje, sobretudo no que se relaciona com os discursos de independência em relação ao resto do Canadá. O medo de perder a língua, como símbolo da identidade comum e da história da região, teve enormes consequências no que concerne às políticas provinciais e, sobretudo, no que se refere à integração linguística dos recém-chegados e à escolarização dos jovens e dos seus descendentes. O objectivo da defesa de uma língua francesa em perigo *é o resultado d*e uma maior consciência no papel dos imigrantes, como população de importância no futuro da região francófona.

As novas políticas migratórias com base numa seleção dos novos cidadãos quebequenses, em relação aos conhecimentos do francês e tendo um nível elevado de escolaridade, não é suficiente e não abrange a questão das imigrações históricas na região, de populações que na maioria est*ão integrados* na sociedade anglófona, e que têm o inglês como língua do espaço público. A partir dos anos 90, com a mudança do pensamento e a visão duma província independente e unida, fala-se j*á* dum projecto de nação quebequense, uma nação mais inclusiva e igual (Mc Andrew, 2002), uma sociedade pluricultural, onde o francês tem o seu papel importante de l*í*ngua oficial e como l*íngua do espaço público*.

A política linguística regional valorizadora do francês como única língua oficial no Québec contrasta com a política de integração federal canadiana, que tem bases na defesa das diferentes culturas e línguas presentes no território, e que se apoia num estilo de integração com base no multiculturalismo anglo-saxónico. Esta política de defesa do francês *não se relaciona só com a língua, mas* teve importância no que se refere ao reconhecimento dos direitos linguísticos de outras comunidade, espacialmente para o ensino e a sobrevivência das novas línguas chegadas com os fluxos migratórios.

Esta mistura de ideias, entre políticas migratórias e normativas linguísticas e, por consequência, as políticas educativas tiveram um papel importante no processo de integração dos imigrantes no Québec, em particular no caso específico da sua maior cidade, Montreal. Depois da grande mudança dos anos 60 e 70, muita importância foi dada à posição dos novos chegados na sociedade canadiana e quebequense. Um primeiro exemplo é a criação e promoção das já existentes *Écoles communautaires*[6] desde o governo de Pierre Elliott Trudeau – primeiro ministro do Canadá entre 1968 e 1984. Outros programas foram implementados após a cria**ção destas escolas, para que as comunidades encontrem nestas** instituições um centro comunit*á*rio de referência para a vida e a integração de todos. Nos anos 70, foi criado o *Centre des Langues Patrimoniales*[7], e no final da década, mais precisamente em 1978, o *Programme d'Enseignement des Langues d'Origine*[8] (PELO). Este programa tinha a particularidade de prever créditos suplementares aos estudantes que frequentassem as escolas comunitárias, e reconhecia esta mais-valia dentro do sistema geral. Sucessivamente, nos anos 1990, apareceu o *Conseil des Écoles de Langues et Cultures d'Origine*[9] (CELCO), que **é** um conselho que reagrupa todas as instituições do ensino definidas como "comunitárias" e que tem o objectivo de promover e manter a união e cooperação entre as diferentes instituições com projectos de desenvolvimento e preservação do ensino das línguas de origem, no seio de um determinado grupo.

Actualmente, os bairros étnicos surgem dentro do espaço urbano de Montreal como consequências deste percurso. Dentro destes bairros, como no caso da "comunidade portuguesa" em Saint Louis, a escola é a instituição que luta pela visibilidade e sobrevivência da língua de origem do grupo, numa continuação no tempo, de geração em geração. Hoje em dia, época em que a l*í*ngua definida "de herança" perde a sua posição de l*í*ngua do privado e falada nas casas, o papel importante de transmitir a l*íngua dent*ro de um núcleo familiar

---

6 "Escolas comunit*árias*": definidas como escolas étnicas, defensoras de línguas e culturas diferentes das dominantes.

7 "Centro das Línguas Patrimonias".

8 "Programa de Ensino das Línguas de Origem".

9 "Conselho das Escolas de Línguas e Culturas de Origem".

é facilitado pelas actividades da "escola comunitária" que acompanha e apoia as famílias. Em Saint Louis, a língua é ainda promovida como expressão da cultura portuguesa, herança de um passado comum em Portugal e emblema do percurso migratório da família, mas é também língua do presente, que se quer língua veicular nas actividades quotidianas da "comunidade", e, além disso, língua do futuro, *língua do comércio*, língua útil e utilizada internacionalmente e recurso de trabalho. Neste novo contexto pluricultural e multilingue metropolitano de Montreal, o português, tal como outras línguas, representa também o grito de identidade da "comunidade". N**ão quer desaparecer**.

1.2. O papel da escola da Missão Santa Cruz dentro do bairro de Saint Louis

A "comunidade portuguesa" de Montreal, constituida por 29.000 membros, segundo as estatísticas federais do Canadá (Statistics Canada, 2009), encontra-se no centro do bairro Saint Louis, na parte nevrálgica da cidade, onde vários eixos importantes se cruzam. Saint Louis localiza-se dentro do distrito urbano Plateau-Mont-Royal, e define-se entre as ruas Des Pins ao sul, a rua Saint-Joseph ao norte, a rua Saint-Denis a leste e a avenida Du Parc a oeste. Até hoje, concentra uma maioria de famílias portuguesas ou de origem portuguesa. Desde a chegada do *Saturnia*[10] em 1953 e o desembarque dos primeiros portugueses, uma vez instalados, criaram o próprio centro no seio do bairro Saint Louis, bairro já conhecido por ter acolhido outros grupos de imigrantes a partir dos finais do século XIX: Italianos, Gregos e Judeus, em fases diferentes da história migratória da cidade.

Este bairro representa o centro da comunidade portuguesa da cidade e é também conhecido simplesmente como "a comunidade". As palavras "igreja" e "comunidade" trocam-se frequentemente nos discursos dentro e fora do espaço comunitário, como se uma fosse a representação da outra. Durante muitos anos, a população que o ocupava era quase por completo portuguesa (Lavigne, 1987), mas hoje em dia, muitas destas famílias deixaram Saint Louis e habitam as periferias da cidade, em maioria, mais na parte francófona: Anjou a leste, Longueuil na margem sul do rio Saint-Laurent, Montreal Nord e Laval no norte (Da Rosa e Teixeira, 2000).

Não obstante a mudança de muitas famílias para as periferias, Saint Louis mantém o papel de centro convergente para os membros do dito grupo. Ao mesmo tempo, constitui o centro de actividades comerciais do grupo, desenvolvendo uma comunidade de negócios próspera e complexa (Robichaud, 2004), representa o centro associativo (onde podemos encontrar numerosos clubes, associações e instituições), o centro convivial (com a maioria dos restaurantes, padarias e bares portugueses), o centro espiritual e religioso (com a presença da igreja e as suas actividades: catequese, cursos de matrimónio) e o núcleo escolar (representado pela escola primária e a escola secundária, ambas reservadas ao ensino da língua portuguesa).

A Missão Santa Cruz foi criada no final dos anos 1950 e, por essa razão, é uma das igrejas portuguesas mais antigas na América do Norte. Esta igreja associativa encontra-se agora no centro do bairro e representa não só o centro religioso da vida católica comunitária, mas também o centro cultural e o centro educativo em língua portuguesa, mostrando a importância da transmissão da cultura religiosa católica através da língua. Junto com a Escola Lusitana, a Missão Santa Cruz concentra os estudantes de língua e cultura portuguesas até ao 11° ano, em Montreal. Estas escolas, hoje fundidas, representam as últimas duas instituições existentes dentro da cidade, outras escolas existem nas periferias onde há uma grande concentração de descendentes da imigração portuguesa: em Laval, maior cidade que está ao norte de Montreal, e Brossard, uma das maiores cidades do lado sul do rio Saint-Laurent.

Nos programas das actividades da igreja, a transmissão da língua ocupa um lugar muito importante. A língua representa propriamente o grupo e é o veículo de comunicação intercomunitária, no sentido de ser ferramenta das actividades comerciais, mas também no que se refere ao lazer e ao divertimento. A língua é também uma marca da identidade do grupo, ouve-se passeando pelas ruas de Saint Louis e lê-se nas portas das lojas, dos

---

10 Barco Italiano com os primeiros imigrados oficias chegados de Portugal a Halifax. Linha de navegação marinha da sociedade *Italia di Navigazione S.p.A.*, que servia os portos de Genoa, Napoles, Palermo, Cannes, Barcelona, Gibraltar e Lisboa antes de chegar a Nova Iorque, passando por Halifax, na Nova Escócia (fonte: *Canadian Museum of Immigration at Pier 21*).

restaurantes e dos bares, parece estar a fazer-se uma viagem no tempo e no espaço e a visitar qualquer cidade de Portugal. O bairro parece ter uma alma muito citadina, mas também umas cores e um odor de local, semelhantes aos que se encontram numa aldeia perdida no meio da Serra do Gerês ou da Serra da Estrela, ou uma aldeia de pescadores à beira-mar, nas costas do continente ou das ilhas.
Sendo a língua do passado e também do presente, o português quer ser uma língua do futuro, dentro da vida da comunidade em Montreal, na sua continuação. Segundo os dados nacionais canadianos, ela transmite-se no seio da "comunidade" e ainda sobrevive (Statistics Canada, 2003). Isto é possível graças à acção da Missão Santa Cruz, que representa a escola dos pequenos portugueses, luso-canadianos, *luso-québécois* da cidade e é motor de ensino e da transmissão em língua portuguesa. A Missão Santa Cruz teve de lutar para manter um público assíduo, considerando que a escola tem horários limitados – funciona só ao sábado; e tendo em conta que com a enorme quantidade de actividades de cada aluno na própria escola do sistema local, por vezes não há motivação e eles frequentam só por causa da pressão dos familiares. A Missão Santa Cruz tem por objectivo principal: conservar o uso da língua dentro da "comunidade" e sobretudo dentro das casas, ela tem de manter a ligação entre as diferentes gerações, para que a língua continue seguindo o seu próprio percurso de sobrevivência para um futuro certo, colectivo e comunitário.

2. Estudo sociolinguístico sobre a evolução da língua portuguesa em Montreal

A análise sociolinguística feita, inscreve-se dentro de uma pesquisa etnográfica sobre a "comunidade portuguesa" de Montreal. O estudo está dividido em duas grandes partes, por um lado quer observar e compreender as práticas linguísticas dos falantes de português em Montreal, e por outro, pretende focalizar a posição da língua no processo de transmissão de geração em geração e a sua importância como elemento de identificação, dentro deste contexto particular. Os estudos de campo foram realizados em Montreal em 2011, durante seis meses (de Junho até Dezembro), e em 2014, por uma duração de quatro meses (de Maio até Setembro). Após análises ulteriores da língua falada, foi observado o seu processo de evolução e as suas mudanças, em contacto com as duas línguas ditas dominantes, e presentes maioritariamente no contexto: o inglês e o francês. Sucessivamente, com o apoio da análise do discurso, foi extraído conteúdo para observação, no que *é relativo ao* percurso de integração dos imigrantes portugueses na cidade canadiana, a decisão de transmitir ou não a língua aos seus filhos e netos, e finalmente, a questão da visibilidade do grupo na cidade, e a relação entre as línguas faladas e a identidade.
Na primeira parte, com base numa análise linguística dos vários elementos gramaticais, tais como nomes, adjetivos, pronomes e verbos, foi possível explorar sete "elementos de fragilidade" da língua e aptos a uma possível mudança. Este percurso de erosão da língua, definido também com o termo de *attrition* (Scaglione, 2000), permite observar minuciosamente a língua falada e a sua modificação estrutural no percurso cronológico, de uma geração à outra. Graças à transcrição minuciosa e à análise de 52 entrevistas realizadas com um grupo heterogéneo composto por vários membros da "comunidade" de diferentes idade, sexo, origem geográfica (Portugal do Norte, Portugal do Centro, Açores e Madeira), ocupação e nível de estudos, pretende-se perceber que variante de português se fala hoje em dia, de que forma esta língua evoluiu e se modificou no tempo, e quais foram as consequências maiores do contacto com as outras línguas ou variantes presentes.
Em seguida, na segunda parte, mais relacionada com o estudo das representações linguísticas, analisando os discursos epilinguísticos dos entrevistados observou-se a estreita relação entre a l*í*ngua e a identidade. Por um lado, foi possível entender o papel da língua portuguesa em Montreal, como face do grupo para fora, num processo de "visibilização"; e, por outro, considerando a análise da consciência linguística dos falantes, foi observado o papel da língua portuguesa no seio da "comunidade", como elemento veicular nas suas actividades, como elemento de evolução durante o percurso de transmissão, e também, nos seus usos quotidianos ao lado do francês e do inglês. A língua portuguesa falada em Montreal presentemente é definida pelas suas variantes e em contacto com as duas línguas dominantes, e representa uma marca da identidade colectiva e um elemento importante de definição do grupo. Define-se como ponto primário na lista dos elementos para se considerar e se identificar como membro, e com um olhar para a frente, observa-se como elemento do futuro comum para a continuidade do grupo no tempo e no espaço. A "comunidade" *não quer acabar*.

2.1. O potencial universal e económico da língua portuguesa

O português representa 17% do Produto Interno Bruto (PIB) de Portugal. Este é o resultado dum estudo encomendado pelo Instituto Camões em 2007 e que foi desenvolvido por uma equipa de investigadores do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). Para apresentar a publicação do livro *O Potencial Económico da Língua Portuguesa*, coordenado por Luís Reto, foi organizada uma exposição com o mesmo título, ao longo do *Festival Portugal Internacional* de Montreal, e foi o primeiro evento deste género na América do Norte.

A consciência comum em relação à importância e ao lugar ocupado pelo português no mundo, não é matéria de estudos académicos e estudos de mercado somente, mas também se reflecte nos discursos presentes nos meios de comunicação dentro do país e na diáspora. Em Montreal, como em Caracas, Rio de Janeiro, Montevideu, Toronto, Luxemburgo ou em Paris, os portugueses sabem que a língua portuguesa é importante. Este passo para uma auto-estima colectiva, sobretudo nas situações da diáspora pode não ter muitos efeitos em comunidades como a de Paris, onde não muda a posição de invisibilidade do grupo, "que segue o modelo de integração à francesa" (Deprez, 2013), mas pode aumentar os debates e as reflexões em outras situações, como por exemplo em Montreal, onde a posição das línguas é tema de controvérsia, e chega a ser um tópico de interesse colectivo, um elemento de honra para a representação do grupo.

Nos discursos dos jovens descendentes da imigração portuguesa em Montreal, a língua é promovida como "uma das línguas mais falada no mundo" – Jaime (16 anos – 3ª geração). A sua posição incrementou graças ao crescimento económico do Brasil, e por essa razão chega a ser uma língua dos negócios. "O português é a sétima língua mais falada no mundo e a terceira no mundo ocidental, e com as ex-colónias: Angola, Moçambique, e o Brasil, que daqui a 20 ou 30 anos serão superpotências, o português será uma grande língua do futuro", continua Jaime.

Para Katherine (13 anos – 3ª geração), "o português é a sexta língua mais utilizada no mundo" e para ela é muito importante que a sua transmissão se mantenha nas gerações futuras. Ela pensa em saber falar um "bom" português, e quer poder transmitir esta língua às suas crianças. Jovem adolescente, neta de imigrados portugueses em Montreal, apoia a promoção ao ensino da língua dos seus avós, para deixar de ser só a língua do passado, da tradição, da herança, e prepara-se para um futuro certo, no meio dos jovens da "comunidade".

Esta certeza no que se refere à língua portuguesa, à sua manutenção e à sua evolução no espaço internacional ajuda a escola e as outras instituições e organizações comunitárias na questão da luta para a sobrevivência. Encarando os dados estatísticos que, nos últimos anos, apontam para uma queda nas inscrições nas escolas portuguesas, para evitar que a escola possa um dia fechar, é importante que haja mais estudantes que se interessem pela língua e pela cultura portuguesas, que a língua seja falada e que se mantenha sempre viva, e não só como um elemento de folclore e de tradição popular.

Seja como for, existe um certo receio em relação a esta questão e também a propósito da sobrevivência das associações, dentro do contexto da emigração, que pode estar cada vez mais em perigo. Virgílio (56 anos – 1ª geração), presidente da Associação Portuguesa do Canadá (APC)[11] avisa, com temor, que "ao longo prazo todas as associações vão morrer, que já os clubes têm indo a morrer lentamente" e continua dizendo que tudo isto está nas mãos dos jovens. Para ele, a geração mais nova tem de se implicar mais e tem de "fazer tudo para ocupar-se da sua língua". A língua tem de ser transmitida e os pais têm de fazer um esforço maior em falar português, defende ele. A língua é parte da identidade, a língua é a expressão do grupo, da sua vida e manifestação da sua cultura, por todas estas razões, ele decidiu implicar-se nas actividades da Associação Portuguesa do Canadá em Montreal, e não tenciona desistir.

A língua portuguesa, no seu percurso quotidiano de crescimento como língua internacional, situa-se portanto numa posição de incerteza no seio das comunidades da diáspora, onde não existe um influxo constante e continuo de falantes e a sua posição vê-se ameaçada pelas outras línguas que dominam o contexto. Graças

---

11 Associação Portuguesa do Canadá (APC) : primeira associação portuguesa no território canadiano. Foi fundada em 1956, no di 7 de Janeiro, depois de uma reunião geral dos compatriotas portugueses que viviam na cidade de Montreal, feita em Dezembro do ano anterior.

aos discursos promotores deste seu novo posicionamento mundial, as instituições comunitárias e *in primis* as escolas podem esperar um melhoramento da situação, maior interesse das gerações mais novas e também uma revitalização da língua e do espírito de união e continuação no futuro do grupo.

2.2. O papel da língua portuguesa e do seu ensino no percurso identitário

Dentro do contexto de Montreal, a língua portuguesa, no seu percurso de evolução, toma importância ao lado do inglês e do francês, para definir os jovens descendentes da imigração portuguesa. Representa a marca importante da identidade individual e colectiva, um elemento aglutinador para uma identidade de grupo. A língua serve de ponte entre gerações, entre jovens e idosos, o que permite a comunicação dos netos com os avós, às vezes pouco fleuntes em francês e inglês. No processo de identidade do grupo, é também a "língua franca" entre portugueses integrados na Montreal anglófona e aqueles que se integraram mais com a sociedade francófona. Neste percurso de afirmação da língua como elemento vivo no seio do grupo, as diferentes políticas tiveram influência na atribuição à língua, do estatuto de marcador de identidade e elemento de integração intragrupo.
Florbela (41 anos – 2ª geração) afirma – "eu sempre e só falava português com os meus pais, eles nem falam bem o inglês ou o francês, e as minhas filhas falam com eles português, e em Portugal, com a família, é muito importante". Neste extracto podemos analisar a importância da língua portuguesa como língua familiar, na relação de Florbela com os seus pais, na relação intergeracional entre os seus pais e as suas filhas e também nas relações com os familiares em Portugal. Ela sublinha que com o seu marido falam por vezes francês ou inglês e que se forçam de utilizar o português para que as filhas aprendam. Florbela tem um julgamento do seu próprio português também, continua dizendo que acha ter perdido o seu português e falar mal. Sente-se julgada e envergonhada por não ter um bom conhecimento da língua e questiona-se sobre o seu ser ou não ser completamente portuguesa. Nas suas palavras analisamos a importância dada à língua em relação à identidade, pois, para Florbela, o facto de falar um "bom" português faz parte dos elementos importantes na lista a preencher para se considerar ou não português em Portugal ou no Canadá.
A manutenção da língua de origem é um discurso bem preparado e presente no que se refere aos espaços frequentados pelos membros da "comunidade portuguesa". Na igreja, nos bares, nos clubes e associações, fala-se do papel fundamental do ensino e da transmissão da língua e por consequência da importância da "escola comunitária". Elizabeth (31 anos – 2ª geração) diz – "com o meu marido tentamos falar sempre português com a nossa filha, que só tem 2 anos, mas não é fácil falar entre nós", e põe em relevo a questão da dificuldade na manutenção do português no espaço privado de um jovem casal de descendentes da imigração portuguesa. Este jovem casal de portugueses nascidos no Québec, quer que a filha fale português e que o ensino se faça na escola da Missão Santa Cruz. Elizabeth sublinha a língua e o seu papel no futuro da criança, e continua, no seu discurso, dizendo que esta língua será importante para as viagens futuras a Portugal, para visitar a família e o país de origem. Ela fala também do papel da Missão Santa Cruz e aprofunda a questão da posição de suporte da escola ao longo do caminho de aprendizagem das crianças. A escola, neste sentido, é definida como um suporte no momento de escolha de transmissão da língua às próprias crianças, tentando modificar as atitudes linguísticas das famílias dentro de cada espaço privado.
A importância da língua e do seu uso pode-se observar neste percurso dos jovens e menos jovens descendentes da imigração portuguesa. Graças a políticas que se interessaram pela vida e pela integração das novas comunidades imigradas, e sobretudo no que se refere às "escolas comunitárias" e à manuntenção das suas funções, o elemento da língua continua a fazer parte dos elementos identitários do grupo que, por esse motivo, são consideradas como sendo fundamentais. No contexto quebequense onde a questão linguística é de enorme importância e as línguas ocuparam sempre um espaço particular, diferentes políticas realçaram este assunto, e até ao presente, a posição dos imigrantes tem sido sempre muito ambígua, em relação à integração linguística para o francês ou em direcção do inglês.

2.3. O português entre passado e futuro: qual português?

A língua portuguesa instalou-se em Montreal com os primeiros chegados nos anos 50 e até hoje existe e tem o seu próprio espaço dentro da cidade canadiana. É um elemento importante para o grupo. É um símbolo de

sobrevivência e representa uma vitrina do grupo para o resto da cidade. Esta visibilidade no espaço citadino de Montreal permite aos portugueses de identificarem-se não só dentro de uma colectividade, como uma verdadeira "ilha cultural e linguística", mas também dentro de um espaço maior em contraste com os outros grupos. O português viajou no tempo, desde a sua chegada e a sua riqueza em variedades e vernaculares locais até hoje, onde a língua evoluiu devido ao contacto com os vizinhos francês e inglês, mas também graças ao *input* linguístico das suas próprias variantes.

Neste aspecto, os meios de comunicação, sobretudo a televisão, tiveram um lugar muito importante. Programas e telenovelas animaram a vida de muitas famílias portuguesas no mundo, e com elas, a língua fez a sua viagem dentro das casas. A Rádio e Televisão de Portugal (RTP), rede nacional, teve um papel de relevo na educação dos portugueses, dentro e fora do país, com a sua versão internacional, RTPi. Como no caso de Portugal, onde existe uma verdadeira invasão cultural e mediática do Brasil, no que se refere a Montreal, com a RTPi e a Sociedade Independente de Comunicação Internacional (SIC) provenientes de Portugal, a brasileira Rede Globo é por vezes vendida num mesmo pacote e começa a difundir-se e encontrar o seu espaço dentro das famílias portuguesas da diáspora. Neste aspecto, um outro facto importante, é o crescimento da imigração de brasileiros para a cidade quebequense e o eventual contacto entre falantes das duas comunidades, tendo em conta que por vezes, os chegados do Brasil não têm uma comunidade ou grupo bem estabelecidos (Almeida, 2014) e apoiam-se às instituições portuguesas.

Nesta imagem de viagem da língua, automaticamente com o conteúdo, a variante do português do Brasil (PB) toma espaço ao lado da língua normativa europeia (PE). O nível de contacto entre as diferentes variedades de português aumenta e vai influenciar a evolução da língua falada quotidianamente. Durante este percurso de contacto entre línguas e variantes, observamos que através da análise feita, com sete "elementos de fragilidade" do português, existe uma evolução particular e uma tendência em direcção do PB, como variedade mais forte. Um exemplo tirado da nossa análise é o uso do sujeito "a gente" para representar um sujeito plural inclusivo do falante, a sua frequência e a lenta substituição do "nós", primeira pessoa do plural.

A língua parece assim fazer uma viagem e retomar as naus que a partir das costas lusitanas descobriram o mundo, e hoje faz o percurso no sentido inverso. História e património comum aproximam-se e a visão linguística lusófona expande-se de Portugal para outros países lusófonos, Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), abrangendo as comunidades lusófonas espalhadas pelo mundo. Esta visão global reforça a posição do português, de língua colonial e língua comum do Império que foi um tempo ; até hoje, língua do futuro, língua oficial de nove países (Portugal, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e Timor Leste), uma entidade dependente (Macau) e outros territórios historicamente de possessão portuguesa na Índia, como Goa, Damão e Diu; o português é falado por cerca de 250 milhões de falantes, e considera-se uma das línguas mais faladas no mundo inteiro.

Conclusão

Como foi notado ao longo da pesquisa realizada no seio da "comunidade portuguesa" de Montreal, temos de sublinhar o papel importante ainda desempenhado pela língua portuguesa. Graças às políticas linguísticas e de educação, a língua nesta sua posição minoritária manteve força e espaço. Como consequência, a promoção, defesa e desenvolvimento das "escolas comunitárias" permitiram animar o ensino das "línguas comunitárias", mas secundariamente, ajudou a manter o processo de transmissão activo e, finalmente, a língua pôde manter-se como marcador da identidade do grupo.

No que está relacionado com a vida privada, no seio das famílias, e sobretudo no que é da língua falada quotidianamente, uma questão se põe. Entre vários jovens e menos jovens de origem portuguesa que também falam inglês e francês, como se define o português? A variante oral, que não se destaca da normativa oral e escrita (televisão, escola), e que se forma graças ao contacto com o exterior (inglês e francês) e vernaculares dos familiares, emerge como elemento único, de interesse particular, sobretudo do ponto de vista linguístico, porque todas estas línguas representam as diferentes e váriaveis facetas da língua.

Considerando estas questões da língua e mais uma vez da sua definição e da sua propriedade, num discurso de promoção da língua portuguesa, no fim: qual seria a língua promovida, qual variante e porquê? A língua do

passado quer ter uma nova revitalização, ter novos objectivos e, com isso, manifestar-se de nova forma. Com espectros no que se refere às questões do acordo ortográfico da língua portuguesa e às polémicas que seguiram este debate, o PB e o PE destacam-se, reforçam-se e criam espaços própios. Pode ser que, num porvir não muito longínquo, não se tenha de falar em língua portuguesa, mas se tenha de falar em línguas portuguesas.

Bibliografia:

ACTIL, P. (1984), « Double majorité et multiplicité interculturelle à Montréal ». *Recherches sociographiques,* 25 (3), pp. 441-456.

ALMEIDA, E. (2014), « La citoyenneté au-delà des frontières nationales: la politique étrangère brésilienne et les Brésiliens au Québec ». *RITA* , 7, disponível em http://www.revue-rita.com/dossier7/la-citoyennete-au-dela-des-frontieres-nationales-la-politique-etrangere-bresilienne-et-les-bresiliens-au-quebec.html

CANADIAN MUSEUM OF IMMIGRATION AT PIER 21, disponível em http://www.pier21.ca/research/immigration-records/ship-arrival-search

DA ROSA, V., LACZKO, L. (1984), « Ethnic organizational completeness : a discussion of trends in Montreal's Portuguese Community », *A bilingual journal of Portuguese-American Letters and Studies*, Gávea-Brown, pp. 12-27.

DA ROSA, V., TEIXEIRA, C. (2000), *The Portuguese in Canada : Diasporic Challenges and Adjustment,* Toronto, Toronto University Press.

DEPREZ, C. (2013), « Le Portugais ». In KREMNITZ G. (ed.), *Histoire sociale des langues de France*, Rennes, Presses universitaires de Rennes.

EUSÉBIO, J. (2001), *Falando Português em Montreal*, Montréal, Quebec World.

LAVIGNE, G. (1987), *Les ethniques et la ville. L'aventure des immigrants portugais à Montréal*, Longueuil – Québec, Édition du Préambule.

LINTEAU, P.A. (2007), *Brève Histoire de Montréal*, Montréal, Boréal.

Mc ANDREW, M. (2002), « Projet national, immigration et intégration dans un Québec souverain ». In GOUVERNEMENT DU QUÉBEC, *Mise à jour des études originalement préparées pour la Commission sur l'avenir politique et constitutionnel du Québec (1990-1991) et pour la Commission parlementaire d'étude des questions afférentes à l'accession du Québec à la souveraineté (1991-1992)*, 3 (1-1), Québec, Gouvernement du Québec, pp. 31-59.

RETO, L. (coord.), (2012), *Potencial Económico da Língua Portuguesa*, Alfragide, Texto.

ROBICHAUD, D. (2004), « La création du quartier portugais de Montréal. Une histoire d'entrepreneurs», *Géographie Economie Société*, 6 (4), pp. 415-438.

SCAGLIONE, S. (2000), *Attrition. Mutamenti sociolinguistici nel lucchese di San Francisco*, Milano, Franco Angeli.

STATISTICS CANADA (2003), Census of Canada (2001): Profile of ethnic category, mother tongue and home language, 95-0357. Ottawa, Industry Canada.

STATISTICS CANADA (2009), Census of Canada (2006): Citizenship, immigration, birthplace, generation status, ethnic origin, visible minorities, and aboriginal peoples, 97-557-XIE. Ottawa, Industry Canada.

Experiências de práticas "e políticas" linguísticas na formação de professores indígenas

Eliete de Jesus Bararuá Solano
elietesolano@yahoo.com.br

Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar
joelmalencar@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar as Experiências de Práticas "e Políticas" Linguísticas desenvolvidas em um curso de licenciatura intercultural indígena. A política linguística deste curso prevê ações que considerem o respeito às particularidades culturais e perspectivas linguísticas de cada povo indígena envolvido. Neste sentido, a formação docente orienta para um trabalho pedagógico intercultural, específico e diferenciado permeado pela função social e política que ocupa tanto a língua indígena quanto a língua portuguesa. Pretende-se apresentar como algumas práticas linguísticas desenvolvidas, através de projetos, com a finalidade de, a priori, iniciar a produção de pequenos textos bilíngues, que contribuíssem tanto para a valorização cultural, quanto como textos didáticos para serem usados nas escolas indígenas tem renovado a função sociocultural dos processos de educação indígena, pelos quais as comunidades elaboram inovadoras estratégias de fortalecimento e reafirmação de sua identidade étnica.

Palavras-chave: educação indígena; política linguística; professores indígenas; material didático; práticas linguísticas.

1 Práticas linguísticas entre povos indígenas

Assim como ocorre em outras sociedades, os grupos indígenas utilizam a língua para expressar seus códigos culturais e interagir socialmente, em relações internas ou externas ao grupo. Apesar do sistema de socialização indígena diferenciar-se de outras sociedades com avançado grau de civilização, pela não formalização dos processos de aprendizagem da cultura tradicional, a língua compõe um processo de educação próprio de cada povo. Desse modo, a prática da linguagem está articulada a toda teia cosmológica que concede o fator identitário e de pertencimento grupal.
No entendimento de Meliá (1979:14)

> Nesse contexto se podem considerar o ensino e aprendizagem da visão mítica do mundo com a linguagem simbólica correspondente. Conhecimentos técnicos, trabalhos práticos, atividades rotineiras da vida, sistema de parentesco, organização social, enfim, todos os aspectos da cultura, são colocados na sua verdadeira explicação sobrenatural e mítica. Até o homem não chegar a esse conhecimento, em realidade não sabe nada.

Assim, a língua efetiva-se como atividade essencialmente social, que demarca territórios e identidades. Nesse sentido, as expressões da língua são processos inconscientes que o falante realiza e estão associados às múltiplas dimensões constitutivas da identidade social e aos múltiplos papéis sociais que o mesmo assume a partir de seus códigos originários, aceitos e compartilhados pelo grupo. Em se tratando de sociedades indígenas a língua apresenta e ratifica os vínculos com a ancestralidade e com os antepassados de cada povo.
Todavia, o fato de estar articulada à tradição indígena, não significa dizer que a língua não mantenha o dinamismo que lhe é próprio. Ao contrário de um mecanismo fixo e finito, a língua é um processo, um fazer-se permanente e nunca concluído. É uma atividade social, um trabalho coletivo, produzido por todos os seus falantes, cada vez que eles se interagem por meio da fala ou da escrita.

Por exemplo, a língua é imprescindível no sistema de classificação de muitos povos indígenas. Sendo assim, "um dos primeiros passos para tentar entender o Universo e agir dentro dele é ordenar seus elementos, classificando-os" (Melià, 1986:149). A apropriação da língua falada acessa a pessoa com a maneira de classificar os elementos, que por sua vez não se resume aquele que está implícito em seu vocabulário. A classificação pode estar vinculada à organização social do grupo quando classificam as plantas e os animais em metades, as mesmas em que distribuem os membros da comunidade.

Uma outra função social exercida pela língua indígena é conectar os acontecimentos do passado e atualizá-los às crianças e aos jovens, que geralmente ocorrem durante as conversas nos diversos momentos da vida cotidiana. Por meio das conversas, "dão notícias, apresentam intenções e planos, se faz política e são contadas inúmeras histórias" (Franchetto, 1999:38). Muitas vezes, as histórias se constituem de elementos míticos que orientam os momentos de trabalho e do não trabalho.

> Saber contar, ser um bom narrador, é uma arte; todos gostam de contar, mas os verdadeiros 'donos de histórias' são, entre os mais velhos, os que realmente conhecem e utilizam todos os recursos da narração oral, uma arte que conquista a atenção dos ouvintes, os embala em um sonho, uma viagem da imaginação. Contar história é também ensinar, explicar, mostrar o certo e o errado, passar conhecimentos de uma geração para outra, construir o passado, preparar para o futuro, divertir (Franchetto, 1999).

Na realização dos rituais também é possível identificar a função social que a língua exerce entre os povos indígenas. De acordo com os estudos de Paula (2012) é possível perceber que todos os aspectos relacionados a uma cerimônia apresentam uma linguagem altamente simbólica, possuidora de múltiplos significados, o que torna praticamente impossível que um ritual aconteça sem que os atos de fala próprios a cada um deles sejam proferidos. Isto significa que, para cada cerimônia celebrada, há uma narrativa que vem sendo contada desde tempos muito antigos, que explica em detalhes os motivos pelos quais os eventos são celebrados e as regras prescritas para sua celebração. Mitos e ritos, além de estarem conectados entre si, estão também estreitamente articulados à organização social.

Nessas relações, ainda é possível identificar a conexão existente entre a língua de um povo e a construção de sua identidade. Por meio da língua, as sociedades humanas elaboram grande parte do conhecimento que detém acerca do mundo. Por esta razão, talvez quando se fala em perda linguística, inevitavelmente, fala-se também em perda de uma parte substancial da identidade étnica (Silva, 2010).

No entendimento de Franchetto (1999:10)

> Uma língua apenas desaparece se desaparecerem seus falantes: ou fisicamente, em consequência de genocídio (como aconteceu como muitas etnias indígenas a partir da conquista por parte dos europeus) ou culturalmente, quando seus falantes são assimilados à força por outro povo mais forte, dominador e colonizador.

No processo de fragilização linguística ou de perda total, em se tratando de povos indígenas no Brasil, dialoga-se com Kiss (2012), ao entender que os aspectos determinantes e que levam à perda da língua, por seu desuso, encontram-se mais em questões sociais, educacionais, ideológicas, políticas, econômicas, entre outras, fato que ratifica justamente o caráter social das línguas, e menos como propriamente resultado de questões linguísticas.

2 Políticas linguísticas e educação escolar indígena no Brasil

Parece consensual entre os estudiosos da educação escolarizada entre os povos indígena de que as primeiras projeções educativas envolvendo os mesmos são pautadas eminentemente nas perspectivas euro e etnocêntrica, que influenciaram a imagem em relação aos índios, romantizada e idealizada, que ainda hoje se observa no Brasil. A intolerância às diferenças da vida política, econômica, religiosa e cultural, manifestadas desde o início da colonização quando do contato com os europeus despertou, a necessidade de um projeto assimilacionista,

que previa a catequização e civilização dos indígenas. As consequências desse projeto foram quase sempre pensadas na relação dominastes-dominados, com perspectivas de sobrevivência dos dominados.

Entretanto, faz-se necessário ressalvar que, ao se falar em educação escolar indígena, previamente precisa-se entender o que é educação indígena, visto que a educação, indígena ou não, se processa por várias vertentes, como na família (por meio dos ensinamentos dos pais e mais velhos), e por tantas outras que uma sociedade possua, incluindo aí também a escola. Ou seja, a escola faz parte de um sistema educacional, não sendo, portanto, o único sistema de educação. E nas sociedades indígenas esse entendimento é notório, uma vez que a escola é vista como algo do coletivo, como uma apropriação da comunidade, algo significativo, positivo, ligado a um costume típico da cultura. A cultura se transforma e com ela todos os aspectos que lhe constituem. Isso demonstra que a escola, em especial nas sociedades indígenas, será determinada de acordo com os valores, os interesses e as necessidades da comunidade. Eis uma das razões de se dizer que a educação indígena é uma "educação diferenciada", porque irá responder aos interesses e anseios de determinada sociedade indígena, isto é, irá responder àquilo que essa sociedade precisa, valoriza e/ou acredita quanto ao seu projeto político social.

Nunca é demais reforçar que já se passaram mais de quinhentos anos de início do processo de colonização e os povos indígenas continuam elaborando e reelaborando estratégias frente aos contatos com a sociedade envolvente. É necessário ter em vista que ao tratarmos do contato entre culturas, do encontro de identidades e concepções de mundo diferentes, não podemos atribuir uma identidade fixa e uma passividade plena a nenhum dos agentes históricos envolvidos no processo. Pelo contrário, a resistência instigou a vigilância da diferença e do pertencimento, que exigiu e ainda exige o aprendizado do novo que chega.

A chegada da educação escolarizada em comunidades indígenas tem despertado questões sobre os processos culturais nas configurações dos conflitos e relações sociais que foram sendo construídas ao longo da trajetória histórica da educação que envolveu e que até hoje envolve indígenas e não indígenas. Ligadas a essas questões estão os dilemas que vão desde a organização da escola indígena passando por seus aspectos curriculares, pedagógicos e políticos. As tensões emergidas do dilema tradição x globalização, particularmente, em contextos escolares indígenas, tem impulsionado um construto teórico de distintas abordagens e posições de estudiosos e mediadores educacionais neste âmbito de ensino.

Da perspectiva eurocêntrica e integracionista, que concebiam aos indígenas a condição de culturalmente inferiores aos brancos, às conquistas dos povos indígenas por uma educação que atendesse aos seus projetos de vida, surgem aspectos importantes de serem analisados. Sobretudo porque na sua trajetória histórica, a educação indígena apresenta características peculiares e que em articulação à educação escolarizada produz novas configurações e arranjos culturais e políticos.

Apesar das mudanças percebidas quanto ao papel da educação escolarizada em contextos indígenas, ainda observa-se análises que ratificam a escola como ameaça às tradições indígenas. O modelo ocidental de educação que predominou e ainda predomina na maioria dessas escolas sustenta os argumentos de que uma escola verdadeiramente indígena seria um projeto difícil de se conquistar.

A educação assimilacionista de caráter homogeneizante, tinha entre seus objetivos a acomodação e o controle social dos índios à civilização cristã. Nesse projeto de educação os missionários tiveram participação efetiva. Por exemplo, jesuítas e salesianos condenavam as manifestações como o uso da língua própria, o xamanismo e os sistemas de parentesco, e de maneira impositiva, promoviam o ensino da língua portuguesa, da história e dos valores das sociedades colonizadoras (Ferreira, 2001).

De certo, os missionários, amparados pelos documentos que davam tais competências legislativas às províncias, como o Ato Adicional de 1834, complementar à Constituição do Império do Brasil de 1824, e também, pelo projeto de unidade nacional brasileira, que busca a construção de um novo país, mais civilizado e essencialmente "branco" (Lacerda, 2008), desenvolveram processos de educação que negavam a diversidade cultural, instaurando a submissão e as desigualdades étnicas entre os povos indígenas.

Com a República a educação assimilacionista cede lugar à educação integracionista. Esse projeto de educação, pautado no positivismo cientificista da época, concebia o índio num estado selvagem passageiro. A denominação silvícola significava tanto aquele que vivia na selva, quanto o que era incapaz e de cultura inferior, e uma vez submetido aos valores da sociedade brasileira atingiria uma condição humana superior. Nesse sentido, o principal objetivo da educação era torna-los produtores de bens de interesse comercial para abastecimento do

mercado. Por isso, nas escolas as atividades principais eram o ensino de práticas agrícolas para os meninos e domésticas para as meninas (Ferreira, 2001).

A criação do Serviço de Proteção ao Índio-SPI, em 1910, tornou-se um marco para a educação integracionista dos índios à comunhão nacional, pois tinha como pano de fundo, dois problemas para resolver, os problemas da sociedade brasileira, que tratava como obstáculo, ao projeto expansionista e de ocupação do território nacional, os índios hostis que habitavam as terras a serem ocupadas, e, os problemas enfrentados pelos povos indígenas frente ao projeto de expansão que exigiam-lhes a sobrevivência e a acomodação às novas condições de vida que lhes eram impostas (Ribeiro, 1970).

Objetivando o projeto da sociedade nacional, o SPI implantou as primeiras escolas em território indígena, e as primeiras tentativas em promover o ensino bilíngue[1] e o respeito às manifestações culturais indígenas. Contudo, mesmo instaladas em terras indígenas essas escolas se assemelhavam às escolas rurais, inclusive nos problemas, tornando-se "unidades de reprodução das desigualdades e da conformidade com relações estruturais de poder sob os quais viviam submetidos os povos indígenas" (Lacerda, 2008, p.17).

A substituição do SPI pela Fundação Nacional do Índio-FUNAI, em 1967, apesar de dar continuidade aos objetivos integracionistas, trouxe avanços em relação à política indigenista de educação escolar indígena antecessora. A publicação da Lei n.º 6.001, em 1973, mais conhecida como Estatuto do Índio orientou as várias ações realizadas pela FUNAI. Assim como os missionários as técnicas de educação bilíngue foram utilizadas como estratégias de assegurar os interesses civilizatórios do Estado (Ferreira, 2001).

O Estatuto classificava os índios como isolados, em vias de integração e integrados, o que determinava aos processos educativos serem aplicados em graus diferenciados. O grau de integração determinava se o índio estaria ou não sujeito ao regime tutelar da FUNAI. O que determinava a liberação desse regime era "a idade mínima' de 21 anos, o 'conhecimento' (e não o domínio) da língua portuguesa, a habilitação para o exercício de 'atividade útil' na sociedade brasileira, e uma 'razoável compreensão' dos usos e costumes da comunhão nacional" (Lacerda, 2008:16).

Na tentativa de superar os problemas encontrados pelo SPI, em relação ao ensino bilíngue, a FUNAI recorreu, em 1959, ao Summer Institute of Linguistics (SIL), o que gerou várias críticas de linguistas e antropólogos brasileiros, devido a filosofia evangelizadora adotada por seus linguistas, que interferia sobretudo nos padrões culturais dos diversos grupos indígenas. Críticas à parte, o SIL produziu material pedagógico que foi utilizado em várias escolas indígenas da FUNAI. As cartilhas e manuais produzidos apresentavam métodos de alfabetização pautados no modelo behaviorista de aprendizagem, reafirmando processos de educação linguística e proselitista a serviço das políticas governamentais integracionistas.

As ações de educação desenvolvidas pela FUNAI remetem à compreensão da "escola para índios" e não de escola indígena, ou seja, "escolas de branco" adaptadas para índios, com pedagogia alienante, que busca a dominação cultural dos povos submetidos à escolarização.

Propostas de educação alternativas, em detrimento ao modelo hegemônico de educação promovido pelo Estado, e que atendessem aos anseios de uma educação indígena, começaram a surgir no final da década de 70, com o apoio incontestável das organizações não-governamentais, na articulação de lideranças indígenas por meio de encontros, assembleias e reuniões, que delinearam "uma política e uma prática indigenista paralela à oficial, visando a defesa dos territórios indígenas, a assistência à saúde e a educação escolar" (Ferreira, 2001: 87).

Esse contexto histórico possibilitou pensar e realizar propostas pedagógicas alternativas nas escolas indígenas, compatíveis com os projetos de autodeterminação, currículos diferenciados e materiais didáticos específicos, como foi o caso da Comissão Pró-Índio do Acre-CPI/AC, que desenvolveu, o projeto de educação indígena "Uma Experiência de Autoria", envolvendo diversas aldeias no Acre. Como fechamento desse complexo ciclo da trajetória da educação escolar indígena aqui apresentada, tem-se a aprovação da Constituição de 1988 que rompeu, pelo menos nas orientações legais, com as perspectivas assimilacionista e integradora de educação indígena.

Diante desse panorama, observa-se o que implícita ou explicitamente vem sendo a política linguística envolvendo povos indígenas no Brasil. Vale esclarecer que

---

1 Segundo Ferreira (2001), uma das principais causas da não implantação de programas educacionais bilíngues foi a falta de pessoal capacitado para implantá-los, devido a variedade linguística existente no país.

> A partir de Fishman (1970), Ninyoles (1975), Gluck (1981) são usadas paralelamente as expressões 'política' e 'planejameno' linguístico, sendo a política considerada inseparável de sua aplicação. Assim, de um modo consensual na área, situa-se hoje a política linguística no campo das escolhas gerais em matéria de relações entre as línguas e a sociedade, e a planificação linguística, no da implementação prática de tais escolhas (Monserrat, 2006:133).

Nesse sentido, devido as relações desiguais nos usos do português e as línguas indígenas, em que a primeira língua consolidou-se ao longo das relações de contatos como majoritária, justifica-se a existência no Brasil de uma política linguística, no sentido de regular tais relações (Monserrat, 2006). Para isso, é necessário agir sobre a língua com as seguintes ações:

> a) planificando o *corpos*, ou seja, intervindo sobre a forma da língua (criação de uma escrita, tratamento dos empréstimos, dos neologismos, estandartização, normatização, etc); b) planificando o *status*, ou seja intervindo sobre as funções da língua, seu status social e relações com outras línguas. No caso das línguas minoritárias indígenas, elevar o seu *status* significa, entre outras coisas, criar condições para introduzi-las de fato na escola, e implementar medidas necessárias para sua efetiva defesa, manutenção, desenvolvimento, revitalização (...) (Monserrat, 2006:138).

Também, não se pode esquecer de dois aspectos condicionantes para que a língua minoritária, e nesse caso a indígena, tenha possibilidade real de sobrevivência: "que ela tenha um lugar na sociedade maior e que desempenhe um papel funcional na sociedade que a utiliza como língua vernácula" (Idem:140).

3 Práticas linguísticas interculturais na formação de professores indígenas

As discussões sobre políticas linguísticas, no que se referem à educação escolar indígena, em específico aos cursos de formação de professores indígenas, tem se alargado consideravelmente no Brasil, com maior assiduidade nas universidades, congressos, seminários e publicações especializadas. Foram a partir dessas fomentações e, sobretudo com um debate promovido pela Associação Brasileira de Linguística, de que resultou o documento "Pela definição da política linguística no Brasil" (cf. Scliar-Cabral (1999: 7-17)), que os temas centrais referentes à política linguística brasileira foram definidos: (1) a língua oficial do Estado e sua gestão, (2) gestão das comunidades bilíngues e plurilíngues, (3) gestão das minorias linguísticas, (4) o Estado e o ensino da Língua Portuguesa como língua materna, (5) atuação das universidades brasileiras nas questões da pesquisa e ensino da Língua Portuguesa, (6) o Estado e o ensino das línguas estrangeiras.

Ressalva-se que, de modo a suscitar e implementar ações referentes aos temas referidos, foi fundado, em 1999, o Instituto de Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), sociedade civil sem fins lucrativos com sede em Florianópolis- SC. Com relação ao tema referente à (3) gestão das minorias linguísticas, no Brasil, são consideradas as comunidades indígenas e as concentrações de imigrantes europeus e asiáticos não falantes de Português.

No que tange às comunidades indígenas brasileiras, as políticas linguísticas atualmente encontram-se em pleno desenvolvimento nos cursos de formação de professores indígenas, seja no âmbito dos magistérios indígenas, seja no âmbito das licenciaturas interculturais. Dessa forma, as práticas linguísticas aqui apresentadas buscarão descrever ações desenvolvidas pelo Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade do Estado do Pará, desde 2012, em suas primeiras turmas: Suruí-Aikewara e Tembé (Línguas Tupi- Guarani), e Gavião (Língua Jê).

Inicialmente, é relevante que se esclareça que o projeto político pedagógico do curso da Licenciatura Intercultural vem sendo desenvolvido por meio de uma matriz básica (nos dois primeiros anos) e de matrizes específicas: Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Natureza e Matemáticas, Linguagens e Artes (nos últimos dois anos).

As matrizes (básica e específica) são compostas por temas referenciais como: identidade, autonomia, alteridade, interculturalidade, sustentabilidade, diversidade e diferença, além de estudos complementares, práticas como componente curricular, pesquisa de campo, estágios supervisionados e projetos extraescolares e extracurriculares. O fundamento principal do curso é sempre inter-relacionar as ciências com os principais aspectos dos conhecimentos tradicionais, da realidade sócio-histórico-cultural, da visão de mundo e história de vida de seus acadêmicos indígenas, com o intuito de que haja o (com)partilhamento de experiências, a produção coletiva de saberes e a reassociação da educação escolar a todas as dimensões da vida social, de forma a estabelecer novos sentidos e funções a partir de interesses e necessidades particulares a cada povo.

Ao se considerar o supracitado projeto político, perceber-se-á que as experiências desenvolvidas sobre políticas linguísticas no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena estão voltados para o fortalecimento e/ou revitalização das línguas indígenas, visando uma educação bilíngue e intercultural, que em termos práticos tem se constituído tanto por meio de documentações sobre as línguas, quanto pelas produções de materiais didáticos/paradidáticos (nas três matrizes específicas), sob o prima inter/multicultural e inter/transdisciplinar.

Sobre a documentação das línguas indígenas, afirma Pimentel da Silva (2009) que:

> Pouco se conhece das línguas indígenas brasileiras, veículos de produção do conhecimento. Conhece-se menos ainda da atual situação em que essas se encontram (p. 99).
>
> Pouco se conhece das ciências indígenas, do conhecimento que esses povos têm do meio-ambiente, do seu sistema de educação, de sua especialidade artística etc. (p. 100).
>
> As línguas são veículos de todas as ciências e de todas as interações. Este é o ponto da educação bilíngue intercultural, que não se restringe ao ensino de línguas apenas, mas a todas as outras áreas do conhecimento (p. 103).

Vale ressalvar que, a documentação linguística, no curso de licenciatura intercultural não visa apenas a documentação em termos rígidos da linguística descritiva, por exemplo, mas uma documentação que conceba a língua como uma variedade de usos e funções, que apresente decisões sobre planejamento linguístico, preparação de materiais didáticos ou análise de diferentes problemas para as teorias sintáticas (Himmelmann, 2006).

Além do mais não se deseja mais uma documentação feita tão somente pelos linguistas "que acreditam que seu papel é descrever as línguas indígenas e que essa descrição, materializada (ou não) nos instrumentos linguísticos dela decorrentes (alfabetos, ortografias, gramáticas, dicionários e outros), é fundamental para as escolas indígenas"(Oliveira, 1999:28), mas uma documentação fruto da produção coletiva das comunidades indígenas, o que gera uma modificação quanto ao papel do linguista, que agora apenas concorre para a " elucidação conceitual da reflexão linguística conduzida pelos próprios falantes, que se constituem em pesquisadores de suas próprias línguas": Oliveira (1997).

As experiências de práticas linguísticas, das etnias atendidas pela Licenciatura Intercultural (Suruí-Aikewara, Tembé e Gavião) tem se desenvolvido a partir dessa nova posição tomada pelos professores indígenas, de serem os próprios pesquisadores de suas línguas indígenas, tornando-se assim os verdadeiros pensadores e autores de todos os saberes perpassados por suas línguas.

Dessa forma, os saberes das comunidades indígenas, nas quais residem os professores indígenas, acadêmicos da referida licenciatura, começam, de forma mais intensa, a ser utilizados na produção de materiais didáticos/paradidáticos, não mais apenas no campo de "livro de narrativas/histórias", mas de livros que falam de saberes relacionados às áreas de Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Natureza e Matemáticas, Linguagens e Artes, ou seja, as matrizes específicas do curso, que por meio de suas disciplinas, incentivam a pesquisa e a extensão, bem como a concretização, do que é pesquisado, em forma de produções escritas ou gravadas ou filmadas para serem utilizadas nas escolas indígenas das já referidas etnias.

Essas produções de material didático, de cunho bilíngue, intercultural e interdisciplinar, mais raramente monolíngue - devido o processo de escrita na língua indígena nessas comunidades se encontrar ainda em fase de exercício quanto ao alfabeto utilizado- são em sua maioria, escritas e desenhadas pelos próprios professores

indígenas; e se implementaram a partir de pesquisas desenvolvidas nas diversas disciplinas ofertadas pela licenciatura. As temáticas iniciais, inicialmente, estavam relacionadas aos relatos mitológicas existentes nas aldeias indígenas como: a criação do sol, informações sobre os primeiros parentes, a criação dos animais e das plantas, a criação do mundo, a origem da agricultura, dos animais e de outros elementos da natureza, a transformação dos seres humanos em animais (e vice-versa) e a existência de algumas relações sociais impostas culturalmente.

A relevância dessa produção de pequenos textos monolíngues/bilíngues tem demonstrado ser significativa tanto para a valorização cultural, quanto para os materiais didáticos/paradidáticos usados nas escolas indígenas e tem contribuído para a renovação da função sociocultural dos processos de educação indígena, pelos quais as comunidades elaboram inovadoras estratégias de fortalecimento e reafirmação de sua identidade étnica.

As práticas como componentes curriculares e os projetos extracurriculares, como Observatório de Educação Escolar Indígena e Saberes Indígenas na Escola, ambos financiados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), tem se mostrado experiências bastante significativas no que se refere às práticas linguísticas desenvolvidas pelos professores indígenas, principalmente, porque envolvem toda a comunidade em ações de fortalecimentos linguísticos e culturais e de produção de materiais didáticos (bilíngues ou monolingues e inter/transculturais), nos quais as comunidades reconheçam suas línguas indígenas, como uma fonte inquestionável de memória cultural, reveladora do imaginário do tempo e espaço onde foi usada, e onde é vivenciada cotidianamente, ou seja, é por meio da língua de um povo que se tem o entendimento da mentalidade de uma comunidade sobre sua criação, história, religiosidade, cultura, visão de mundo, dentre outros aspectos.

Como exemplos de experiências de práticas linguísticas, suscitadas pela licenciatura intercultural indígena e pelos supracitados projetos, já iniciadas na formação de professores indígenas pela Licenciatura Intercultural (Suruí-Aikewara, Tembé e Gavião) podem ser elencados:

- capacitação acadêmica e metodológica nos cursos de formação de professores indígenas a partir dos materiais didáticos pesquisados e produzidos por eles mesmos, considerando assim seu caráter intercultural e biodiverso;
-formação de parcerias com outras instituições educacionais e/ou de pesquisa, com o intuito de fomentar tanto a produção de material didático, quanto novas práticas pedagógicas, funções sociais da língua indígena, relevantes e prestigiosas nas comunidades e na escola; e que utilizem o material documentado nas diferentes áreas do ensino das escolas indígenas do Estado do Pará, assim como me escolas não indígenas como forma de divulgação de saberes;
- criação de um banco de dados diversificados (áudio, vídeo, escrito) nas aldeias (ainda de forma incipiente, mas que começam a se fortalecer) para armazenamento das narrativas orais indígenas (monolíngue e bilíngue) e outros acervos (também monolíngue e bilíngue) como histórias territoriais, glossários sobre a flora, fauna, plantas medicinais e artesanato, estudos sobre os topônimos etc...);
- criação de programas de documentação e catalogação de peças culturais e arqueológicas, fotografias, peças artesanais, objetos da cultura material etc;) que valorizem a dimensão territorial, religiosa, literária, cultural e patrimonial das populações indígenas;
- criação de centros culturais e bibliotecas itinerantes para divulgação dos saberes indígenas nas suas mais diversas formas: livros culturais, cerâmicas, artesanatos, filmes etc.

É necessário comentar que essas ações de práticas linguísticas também estão embasadas na concepção, proposta pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), de democracia participativa, em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, que reconhece o direito e o dever que próprias populações indígenas têm em assumir a preservação de sua identidade cultural. Faz preciso comentar também que: as experiências estão todas em fase de desenvolvimento e aprimoramento, posto que os professores indígenas estão em plena efervescência no curso de licenciatura intercultural, e que são experiências para muitos anos de implementação, devido contribuírem para a preservação sócio-histórico-cultural das comunidades indígenas; que como parte paralela a essas experiências linguísticas surgem novas propostas para as políticas linguísticas para os povos do Estado do Pará, propostas que são frutos das próprias experiências, neste caso educacionais, das próprias comunidades indígenas como autoras do processo de gerenciamento de suas práticas pedagógicas.

Para finalizar, ratificar-se o pensamento de Pimentel da Silva (2010a) quando diz que:

> As políticas linguísticas das comunidades fortalecem as práticas pedagógicas, que são bilíngues; ou seja, adotam um bilinguismo intercultural e funcional, sem inferiorizar as línguas indígenas. As escolas indígenas têm um papel fundamental na sobrevivência das línguas indígenas, mas também do bilinguismo intercultural. Dominar a língua portuguesa tornou-se para os indígenas uma questão de sustentabilidade e de autoestima.

4 Considerações Finais:

As experiências de práticas e políticas linguísticas apresentadas neste artigo para a formação de professores indígenas são relevantes para o desenvolvimento e fortalecimento de ensino e pesquisas, no âmbito da Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade do Estado do Pará, pelas seguintes razões: a) Oportuniza aos professores indígenas da Licenciatura Intercultural Indígena uma oportunidade de atuar, não apenas na área de ensino, mas também na área de pesquisa de campo, de modo a desenvolver sua competência profissional, a partir do momento em que passa gerenciar sua atuação acadêmica, na tríade ensino, pesquisa e extensão, visto que os dados coletados por esses professores tornar-se-ão materiais didático-pedagógicos que retornarão em benefício de suas próprias comunidades indígenas. Respondendo assim, ao compromisso social que as universidades devem firmar com as comunidades que a circundam; b) Contribui para que a Universidade continue participando, mais efetivamente e de forma mediadora, da elaboração e execução de políticas públicas educacionais para os povos indígenas do Pará, sendo que uma dessas execuções será a implantação de uma Especialização em Docência Indígena, em 2015, que atenderá aos professores indígenas das etnias Suruí-Aikewara, Tembé, Gavião, que já terão concluído a referida licenciatura.

Bibliografia

BARROS, L. C. da S. (2009), *Repertórios musicais em trânsito: música e identidade indígena em São Gabriel da Cachoeira*, AM. Belém: EDUFPA.

BARROS, Maria Mirtes dos Santos; ZANNONI, Claudio. O natural e o sobrenatural: aspectos da religião de dois povos indígenas. São Luís, MA. *Outros Tempos*. V. 5, n. 6, dez/2008, p.173-185.

CANCLINI, Néstor García (2011). *Culturas híbridas*: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4 ed. São Paulo: EDUSP.

FERREIRA, M. K. L. (2001), "A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil". In: SILVA, A. L. da & FERREIRA, M. K. L. *Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola*. São Paulo: Global.

MONSERRAT, R. M. F. (2006). Política e planejamento linguístico nas sociedades indígenas do Brasil hoje: o espaço e o futuro das línguas indígenas. In: GRUPIONI, L. D. B. *Formação de professores indígenas: repensando trajetórias*: MEC/SECADI, pp. 131-153.

HIMMELMANN, N. (2006) .*Language documentation: what is it and what is it good for?* In: GIPPERT, J.; HIMMELMANN, N.; MOSEL, U. (Eds.). Essentials of language documentation. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, pp. 01-30.

KISS, E. V. (2012). "Do bilinguismo ao monolinguismo: a perda de língua(s)". *Anais*. X Encontro CELSUL. Universidade do Oeste do Paraná, Cascavél, 2012.

LACERDA, Rosiane. (2008). *Os povos indígenas e a Constituinte*: 1987/1988. Brasília: CIMI.

MELIÁ, B. (1979). *"Educação indígena e alfabetização"*. São Paulo: Loyola.

OLIVEIRA, G.M. e OLIVEIRA, S.M.(1996). *Formação de professores: Um caso de política lingüística nas comunidades kaingang*. I Encontro de Variação Lingüística do Cone Sul. Porto Alegre, 2 a 4/9/1996 (cf. Anais do encontro).

OLIVEIRA, G.M.(1999). *O que quer a lingüística e o que se quer da lingüística – a delicada questão da assessoria lingüística no movimento indígena*. Cadernos Cedes, ano XIX, nº 49, Dezembro/99. pp. 26-38

PAULA, E. D. de. (2012) *"Eventos de fala entre os Apyãwa (Tapirapé) na perspectiva da etnossintaxe: singularidades em textos orais e escritos"*. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras da UFG, Goiânia.

PIMENTEL DA SILVA, M. S.(2009). *Reflexões sociolinguísticas sobre línguas indígenas ameaçadas. Goiânia*: Editora da UCG.

PIMENTEL DA SILVA, M. S.(2010a). *Letramento Bilíngue em contextos de tradição oral*. Goiânia: Editora da UFG.

RIBEIRO, Darcy.(1970). *Os índios e a civilização*: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SCLIAR-CABRAL, Leonor.(1999). *Definição da política linguística no Brasil*. Boletim da ABRALIN, v. 23, pp. 7-17.

SILVA, M. de N. F. (2010) "Contato entre língua, perda linguística e identidade étnica: notas sobre o povo Parkatêjê. *Caderno de Letras*, UFF, pp: 239-247.

GT 57
Artes e Intervenções Urbanas no espaço lusófono

Artes urbanas em deslocamento: circuitos entre o mercado e o *underground*, entre o legal e o ilegal

Glória Diógenes[1]

Figura 1 – Paste up, Praia do Carvoeiro, 2005, foto cedida pela artista Tamara Alves.

Resumo: O artigo é parte de uma etnografia realizada em Lisboa sobre arte urbana e *graffiti* durante o ano de 2013. O texto evidencia as fluidas e conectadas fronteiras entre as artes identificadas como *underground* e *mainstream*, legal e ilegal, como *fora* e *dentro* do *circuito dos bens*. Como caso exemplar, *seguimos* a trajetória da *writer* portuguesa Tamara Alves, que, além de ser "artista de rua", se autoidentifica como *designer* gráfica, tatuadora e DJ. Observamos que, na medida em que é dado ao artista a palavra possível de cerzir o *underground* com domínios do campo de atuação do trabalho, ele passa a operar no circuito contínuo entre um *dentro* e um *fora* do mercado,[2] entre legal e ilegal, tal qual as linhas pespontadas pelas *experimentações* efetuadas por Tamara Alves. Concluímos, de modo provisório, que as divisas entre o tempo da fruição da vida e o relativo ao do trabalho cada

---

1 Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), coordenadora do Laboratório das Juventudes (LAJUS) da UFC e membro-fundadora da Rede Luso-Brasileira de Pesquisadores em Artes e Intervenções Urbanas. E-mail: gloriadiogenes@gmail.com.

2 A tese de doutorado de Abda Medeiros, *Entre a terra do sol e a "cidade maravilhosa": rotas, desvios e torneios de valor nos circuitos do rock metal*, é emblemática para que se possa perceber como a produção *underground* do metal toma como referência o que é produzido pela indústria musical nesse segmento. Fortaleza: UFC, 2014.

vez mais se estreitam substancialmente no âmbito das práticas e profissões consideradas criativas, contrariando usuais divisas entre *underground* e *mainstream*, entre o que se considera ou não bens de mercado.

Palavras-chave: Arte urbana. Mercado. *Underground.* Legal. Ilegal.

Breve introdução

Durante quase todo o ano de 2013,[3] estive em Lisboa acompanhando intervenções de artistas urbanos e *graffiters*.[4] Havia criado um blog-diário[5] de campo, bem no início da pesquisa, com o intuito não apenas de compartilhar escritos e achados de campo, como também de tentar criar uma teia de aproximação com alguns outros sujeitos a que dificilmente teria acesso com o tempo exíguo para a ampla tarefa etnográfica.

Defini uma zona de investigação em Lisboa relativa a uma área específica de seu perímetro histórico,[6] marcada por diversas intervenções urbanas, produção de *graffiti* e inscrição de *tags*.[7] O campo foi sendo bordado tal qual o movimento das rendeiras tendo entre as mãos o duplo manuseio dos bilros.[8] Primeiramente tive contato com o pesquisador Ricardo Campos, o qual me levou a conhecer as iniciativas da Galeria de Arte Urbana,[9] que me possibilitou entrar em contato com Tinta Crua,[10] Pantónio[11] e com tantos outros relatados durante todo o ano de 2013 no referido blog.

Com a finalidade de discutir aproximações entre as práticas *legais* e *ilegais* das artes de rua, tomo, aqui neste texto, como caso exemplar, a emblemática trajetória da *writer* Tamara Alves.[12] Observamos, durante o percurso etnográfico, como veremos a seguir, que é na assimilação realizada pelos *espectadores*[13] e pelos artistas que se decidem os domínios de atuação do consentido e do proibido e suas repercussões no âmbito institucional e no *mainstream.* Na medida em que é dada ao artista a palavra possível de cerzir o *underground* com domínios do campo de atuação do trabalho, ele passa a operar no circuito contínuo entre um *dentro* e um *fora* do mercado; entre legal e ilegal, tal qual as linhas pespontadas pelas *experimentações* efetuadas Tamara Alves e pelo curioso circuito dos bens artísticos por ela produzidos (Appadurai, 2008; Koypytoff, 2008), combinados e *misturados* ao longo de sua trajetória.

---

3 Bolsa da CAPES para Pós-Doutorado em Antropologia, no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, sob supervisão do professor José Machado Pais.

4 Uso arte urbana como expressão que engloba tipos diversos de linguagem e intervenção artística, tendo o urbano como cenário e/ou como suporte. O *graffiti*, em alguns momentos no texto, é usado como homônimo que representa uma das artes urbanas.

5 http://antropologizzzando.blogspot.com.br/

6 A área de percurso quase diário da pesquisadora iniciava-se no Largo do Rato, passando pela Avenida Politécnica, chegando ao Chiado, atingindo o Rossio, descendo até o Cais do Sodré e por toda extensão da Avenida da Liberdade.

7 A assinatura comumente utilizada para designar os *graffiti* ilegais.

8 Instrumento de madeira, muito comum no Nordeste do Brasil, ou de metal utilizado por rendeiras na confecção de um tipo especial de rendas. (Exemplo utilizado por Medeiros, 2014).

9 A galeria é ligada à Câmara Municipal de Lisboa, mais especificamente ao Departamento de Patrimônio Cultural.

10 Sobre Tinta Crua, ver: http://antropologizzzando.blogspot.com.br/2013/03/o-minimalismo-intenso-da-arte-urbana-de.html?q=Tinta+crua.

11 Para saber mais sobre Pantónio, consultar o blog: http://antropologizzzando.blogspot.com.br/search?q=Pant%C3%B3nio.

12 Trarei neste texto parte substancial dos diários de campo publicados no blog AntropologiZZZando acerca das obras e trajetórias de Tamara Alves.

13 Faço alusão à obra de Jacques Rancière, *O espectador emancipado* (2010).

As artes dos corpos misturados[14]

Figura 2 – Fotografia realizada pela autora, março de 2013, Calçada da Glória.

A obra de Tamara atua no âmbito das misturas: são corpos humanos fundidos à forma animal, desenhos que escampam de suas molduras e provocam aquilo que a artista denomina de "sujidade": conexões que se efetuam entre a obra de arte das galerias, pinturas realizadas em paredes "legais" e intervenções urbanas efetuadas "sem autorização". Como bem assinala José Gil (2005: 29), as imagens pictóricas esboçadas por Tamara Alves se constroem nas trocas entre "o corpo e o visível" da cidade, sendo que o corpo atua, nesse caso, como lugar de passagem, de permuta entre esferas – comumente separadas.
O diário publicado no blog AntrologiZZZando,[15] em 25 de abril de 2013, narra os primeiros momentos de aproximação com a artista:

> *Conheci Tamara Alves no mesmo dia em que avistei Pantónio. Era um final de março na Calçada da Glória. Estive nesta tarde, por prolongado tempo, na companhia de Sílvia Câmara, da Galeria de Arte Urbana, e de Pantónio. Já quase de saída, Sílvia convidou-me para que conhecesse os demais artistas que estavam a grafitar o muro. Nem acreditei quando percebi que naquele andaime havia uma* street artist*, tendo em vista não ter encontrado nenhuma na intervenção da Rua das Murtas (relatada no diário do dia 7 de março de 2013). Na pesquisa antes realizada por meio da internet, havia identificado apenas uma matéria, datada de setembro de 2012, sobre* graffiters do sexo f*eminino em Lisboa. De imediato, estranhou-me o uso de um termo a compor a chamada do texto: "Arte urbana. As ruas também são das miúdas" (o que em Portugal quer dizer criança ou adolescente). E, ao longo da redação da reportagem, há uma breve descrição do perfil de cada uma das artistas:*
>
> *Longe vão os tempos em que o* graffiti *era crime. E um pouco menos longe os anos em que as ruas e paredes públicas pertenciam aos rapazes. As miúdas pegaram nas malas, encheram-nas de latas de spray e invadiram as cidades, decididas a deixar a sua marca. O resultado é uma onda de cor, às vezes punk, outra vezes mais leve, com*

14 Aqui faço uma alusão ao livro de Michel Serres *Os cinco sentidos: a filosofia dos corpos misturados* (2001).

15 http://antropologizzzando.blogspot.com.br/2013/04/tamara-alves-animalidade-no-ciberespaco.html.

> *o cunho feminino [...] "Lá vai ela de Malaposta!" é o nome da exposição de arte urbana de cinco* street artists *portuguesas, todas com menos de 30 anos, cada uma com o seu estilo. Tamara Alves, Glam, Maria Imaginário, Super Van e Wasted Rita são as cinco raparigas cujos trabalhos vão estar expostos a partir de hoje e até dia 26 no Centro Cultural da Malaposta, em Odivelas.*
>
> *O que seria um* graffiti *"com o cunho feminino"? É como se houvesse uma mensagem subliminar que diz, ao invés de trouxas de roupa na cabeça, de filho nos braços, as raparigas movimentam-se de Malaposta.* Como se diz por aqui, na altura, já dei uma olhada nos graffiti *de cada uma delas e fiquei bastante intrigada com os traços intensos, as linhas agressivas, de fortes tonalidades animais produzidos por Tamara Alves. Seriam eles o que a matéria denominava de estética punk?*
>
> *Ao contrário da justificativa que introduz o assunto – longe vão os tempos em que o* graffiti *era crime –,* há nos desenhos de Tamara uma espécie de violação das convenções que padronizam e disciplinam gestos e comportamentos, uma deslocação entr*e permitido e proibido, legal e ilegal. A obra de Tamara é uma espécie de convocação corporal. Como se cada uma de suas ilustrações evidenciasse o corpo e a arte como dispositivos de passagem, como válvulas comunicantes de instintos.*

Assim sendo, os âmbitos do *legal* e do *ilegal*, do corpo e da cidade, dos domínios entre as esferas da arte e esferas da vida, vão se deslocando e assumindo *formas misturadas*. O percurso da formação profissional da artista evidencia a constante fusão entre práticas artísticas e circuitos de formação profissional.

> *Então, eu, quando comecei… na faculdade, quando estava a tirar o curso, a minha maior inspiração para os trabalhos que fazia era a poesia… a literatura e a poesia* beat generation *e muito, tipo, Patti Smith. Todas as letras e a música sempre foram as minhas maiores inspirações para saber o que é que eu ia pintar, o que é que eu ia retratar. Entretanto, tinha amigos meus que eram DJs, e… a peça, o vinil, antes mesmo de sequer pensar em pôr música, o vinil, já eu trabalhava. Já era uma coisa que… até que começou a surgir* [a possibilidade de por música]*, e as pessoas começavam a gostar dos meus alinhamentos, das minhas escolhas, e… isso foi acontecendo. No Porto tinha uma dupla com uma VJ – éramos 3 meninas. Depois vim para Lisboa e isso parou um bocado, porque, às tantas, já estava um bocado… já ouvia música, já só a pensar onde é que ia colocá-la, em vez de ouvir música pelo prazer de ouvir música… Então decidi parar. Durante 2 anos, não… nem pensei nisso. Depois conheci mais pessoal que* [dizia] *'ah, porque é que não voltas a tocar?'. Entretanto, fizemos um regresso e ainda fomos tocar ao Ritz… Depois comecei, como essas minhas amigas eram do Porto, comecei a ter… a arranjar outro tipo de duplas, para não tocar sozinha. Porque é chato quando estás ali 4 horas sozinha, só ali… estás a trabalhar onde os outros se divertem…* [ri] *Mas também era um prazer, e, como tinha boa recepção, acabei por começar a fazer as minhas selecções sozinha*. E hoje em dia…[16]

Tamara se diz tatuadora, DJ, *designer* gráfica, artista plástica, sendo inspirada pela poesia e por suas incursões nas artes de rua. A artista quase sempre enfatiza que, quando pinta uma obra na rua, já espera que ela seja "tagada", que o "artista é qualquer um dos mortais", e que, uma vez realizada a obra, ela já não pertence ao artista, e sim à rua:

16 Entrevista realizada com a artista Tamara Alves na cidade de Lisboa, por Glória Diógenes e Vitor Sérgio Ferreira.

> *O primeiro contexto da rua em si é tudo. Acho que o fato, o abandono da peça na rua é doloroso, mas faz parte. É preciso haver uma espécie de afastamento, [...] a partir do momento em que tá feito deixa de ser meu e acaba por ser dos outros, e vive com o tempo, e desgasta-se com a passagem, e num* [sic] *escolhe, é eclético, não escolhe público, o local influencia, como é óbvio, mas o desgaste é a intervenção dos outros artistas em cima, isso faz tudo parte. Isso eu acho, a obra não tá finalizada, não tá enquadrada pra já, não é tela, nem um retângulo acadêmico, é exterior* [informação verbal][17].

O caráter efêmero e inconcluso das artes de Tamara, o não "enquadramento", o "abandono da peça", o "afastamento" e a projeção do "desgaste" da obra promovem zonas de diferença entre as práticas legais e ilegais do fazer artístico e, ao mesmo tempo, esferas de possibilidades de ações justapostas dentro desse duplo circuito, entre "obra finalizada" e "obra aberta", entre "afastamento" do autor e propriedade da obra:[18] *[...] a partir do momento em que tá feito deixa de ser meu e acaba por ser dos outros.* As fronteiras entre *legal* e *ilegal* parecem também balizar os limites e as aproximações entre o "purismo" *underground* do *graffiti* e o momento em que o autor reivindica para si a propriedade da obra, removendo o manto "marginal" do ilegal, "essência do *graffiti*", tal qual trecho de conversa com Tamara, publicada no diário de campo:[19]

> *Um purista do* graffiti*, o* graffiti *em si, por mais que forme o legal, deve continuar a ser ilegal. A melhor parte é termos paredes legais. Porque, enquanto é ilegal, tens que trabalhar mais rápido, e às vezes o trabalho pode não ficar como nós queremos. Melhor parte de ter uma parede legal é que lá podemos demorar uma tarde inteira, aperfeiçoar a técnica, aperfeiçoar o traço. A melhor parte das paredes legais é que se pagam para trabalhar lá, é que esse dinheiro pode servir para trabalho ilegal. O material é caro. E fazer* graffiti *é caro, é caro alimentar este tipo de arte, não é qualquer um que pode ter cem latas em casa. Acho que a maior parte do trabalho legal é podermos, sim, aperfeiçoar a técnica e não estar preocupado com a polícia, ou com pagar multas, ou coisas do gênero. O ilegal é a essência do* graffiti*. Ele é uma arte marginal.*

Aperfeiçoa-se a arte no trabalho legal para que se possa experimentar a rapidez exigida no âmbito das intervenções ilegais: uma e outra se aproximam e, de certo modo, se completam. Na discussão efetuada por José Simões sobre *Viver (d)o hip-hop: entre o amadorismo e a profissionalização*, o autor assinala que "Assim, não é apenas o facto de os circuitos *mainstream* serem compatíveis com os circuitos *undergrounds* que merece ser notado, mas igualmente o facto de os mesmos artistas poderem conciliar ambas as opções na sua trajectória, mesmo sabendo que representam realidades diversas, com uma importância simbólica diferenciada" (2012, p. 190). É, de certo modo, o vai e vem dessa trajetória dos bens e da própria artista (Koypytoff, 2008: 94), nos referidos circuitos destacados por Simões, que produz *torneios de valor*, fazendo com que uma produção *underground* do *graffiti*, da arte urbana *ilegal*, assuma, na sua *biografia*, feições de uma *não mercadoria* e, ao mesmo tempo, circule e ganhe expressão no mundo dos bens.

Os vários encontros com Tamara, a visita a duas de suas exposições (inclusive, em uma delas, um trecho da publicação do blog sobre sua obra integra o texto de chamada do evento) foram sinalizando a singularidade de

---

17 Gravação realizada com a artista Tamara Alves, na cidade de Lisboa, para produção do documentário *Os rastos da Arte Urbana em Lisboa*, ainda inédito.

18 Recentemente, no Porto, um dos artistas pesquisados durante 2013, Hazul Luzah, observou que a obra localizada na parede da Boa Vista havia sido utilizada por um vídeo promocional da McDonald's. Essa polêmica foi noticiada no jornal *O Público* com a seguinte enquete: "A arte urbana tem direito de autor?", ver: http://p3.publico.pt/cultura/exposicoes/14934/mcdonald039s-nao-pediu-hazul-para-usar-esta-parede

19 http://antropologizzzando.blogspot.com.br/2013/05/o-mais-comum-dos-mortais-os-corpos.html?q=Tamara

uma artista que, embora seja identificada com o *mainstream*, nas atividades de *designer* gráfica, nas produções relativas às escolas de arte e galerias, na sua relação próxima com a Galeria de Arte Urbana (GAU), conduz, também, a aproximações e feições com a dinâmica e a estéticas das artes de rua. Suas primeiras experimentações no âmbito da arte ocorreram com cursos de formação nas Caldas da Rainha e mestrado em artes na Cidade do Porto.[20]

Sendo assim, ao invés do usual circuito efetuado por alguns *writers* que têm seu rito de passagem das ruas para galerias e "paredes legais", Tamara efetua um fluxo "misturado", entre ruas e galerias, entre *paredes legais* e *paredes ilegais*. Essa perspectiva de *ocupar* os espaços *legais* para ter "latas" para o ilegal conduz ao que Eugênio (2012: 243) menciona como "um elogio à mistura e à instabilidade, o prazer com a transformação constante do entorno e das atividades...". Nesse mesmo fluxo de instabilidade, do gosto e da aventura da transformação constante, a ordem é experimentar:

> *[...] e eu experimentei tatuar nela. Depois eu experimentei em mim… pronto, aquelas brincadeiras. E… depois fui vendo vídeos, e vídeos e vídeos, depois houve um amigo meu, que também tatuava em casa, que apercebeu-se que eu, apesar das asneiras, tinha um traço fixe. Mas para mim* é importante: mexes em tudo, experimentas, podes trabalhar com tudo aquilo que te apetece. E é isso que eu tenho de memória das Caldas: é experimentar, experimentar, experimentar. É pegar em portas, pegar em lixo… fazer qualquer coisa, desde que isso transmitisse a mensagem que nós queríamos transmitir… era isso que interessava.

São nesses domínios dilatados que a obra de Tamara Alves tateia e atua em busca de um "traço fixe", da liberdade de trabalhar com "tudo aquilo que te apetece", no anseio de experimentar e experimentar, no ato de "pegar em portas", "pegar em lixo" e tentar traduzir disso tudo em mensagens concernentes ao que interessa ao autor transmitir. De outro modo, vale salientar, que, tal qual assinala Canclini (2000: 39), essa tão propalada liberdade de trabalhar com aquilo que "apetece", está muitas vezes condicionada por "convenções" e "padrões de gosto" sinalizados pelos "grupos de apoio" nos quais circula e se identifica o artista. A autonomia artística é atravessada tanto por esferas de "cooperação" como por tensões de "competição", situando o artista e sua obra no âmbito não contínuo do circuito dos bens e das mercadorias *materiais* e *imateriais* que povoam a esfera das artes.[21]

As obras da imaginação: criar é algo que acontece *fora* e *dentro* do circuito das mercadorias

Tendo em vista o curso das experiências "misturadas" de Tamara Alves, observa-se que o que parece estar em jogo, muito mais do que um constante deslocamento e acoplamento entre *underground* e *mainstream*, diz respeito a uma forma de atuação, de trocas e habilidades artísticas/profissionais que promovem aquilo que Appadurai (1996: 16) designa como pluralidade de mundos imaginados. Observa-se que essas redes de imaginação encontram na internet um campo fértil de compartilhamento, produzindo múltiplas formas de transfigurações:

> *A obra de Tamara nos convoca a transpor compartimentações, dualidades, bifurcações. Razão e instinto, comumente excludentes nas obras acadêmicas, cultura e corpo assumem nas transfigurações de Tamara uma tensão, um encontro afora do organismo – criando, assim, com suas artes, uma história singular, um devir animal, uma experimentação, uma transfiguração. E percebo que essa profusão de sensações, também, passa a povoar o ciberespaço, como ressalta Suely Rolnik:*

---

20 Escola Superior de Artes e Design (ESAD) nas Caldas da Rainha, em 2006, e Mestrado em Prácticas Artísticas Contemporâneas na Faculdade de Belas Artes do Porto, em 2008.

21 Abda Medeiros, na referida tese, indica que tanto a permuta quanto a troca de bens mediada pelo dinheiro caracterizam o mercado do *rock metal,* sendo que algumas situações de troca caracterizam-se muito mais pelo espirito da *dádiva*, fazendo uma alusão à obra de Marcel Mauss (Fortaleza, 2014, p. 149).

> *"Embarcamos numa acelerada transfiguração, para a qual contribui especialmente a indústria da informação e da transformação digital. Imagens, sons e dados de toda espécie navegam pelas artérias eletrônicas, cada vez mais rápida e instantaneamente, fazendo com que cada indivíduo seja habitado simultaneamente por fluxos do planeta inteiro." (2014, p. 7)*
>
> *Trata-se de uma transfiguração que também atinge a paisagem digital, ampliando as linhas de possibilidades da habitabilidade de cada sujeito.*

Imaginar e compartilhar tornam-se esferas combinadas de dribles e táticas para que se possa transpor compartimentações e interditos que povoam as cidades e delimitam usuais fronteiras entre o permitido e o proibido, entre material e imaterial. Ferreira (2012: 62) assinala, por exemplo, que as redes sociais virtualmente disponíveis promovem uma *cultura da partilha, transparência e conexão social* entre os tatuadores portugueses. Os atos de experimentar, compartilhar, trocar, misturar, imaginar, passam, também, a produzir formas diversas do ser e não ser mercadoria, do constituir ou não o que se faz como atividade profissional, de uma certa imagem ou produto circular entre dobras materiais e digitais,[22] entre liames do legal e do ilegal, do *mercado* e do *não mercado*. Considerando o que diz Marcel Mauss no *Ensaio sobre a Dádiva*, quando observa que o mercado é um fenômeno humano, que existe "antes da instituição dos mercadores e antes de sua principal invenção, a moeda" (2008: 56), pode-se atentar que a *cultura da partilha* e das *experimentações*, efetuadas por Tamara Alves e por muitos artistas e não artistas, não necessariamente se projeta *dentro* ou *fora* do mercado.
As esferas de trocas são tantas vezes descontínuas, que aquilo os sujeitos produzem, na dinâmica das experimentações ensejadas por Tamara Alves, algumas vezes se encontra *fora* das esferas das mercadorias, como *status* ambíguo, atravessando várias tentativas de singularização, como uma espécie de "mercado negro das singularizações", planos atravessados entre a condição de *ser* e de *não ser* mercadoria (KOYPYTOFF, 2008: 113). Isso possibilita pensar, como profere o citado autor, em uma curiosa biografia dos bens. Não necessariamente o que vai ser produzido inscreve-se dentro de um rótulo, de uma categoria ou de uma classificação; dentro desse mercado negro das singularizações, a experiência parece valer mais do que o resultado, do que o produto final:

> *Quando eu estou a pintar… quando eu estava a pintar a parede… mas eu, normalmente, eu pego em tinta, pinto, não estou preocupada com o que vai sair dali, depois é que faço o desenho, em cima. E toda a tinta que está por baixo é um acidente. E o jogo que faz com a imagem não é controlado por mim. E todo o* dripping *da tinta, a escorrer, e o salpico…*

O *dripping* da tinta a escorrer é que vai *definir* a forma final da obra. E esse exercício da imaginação tem ultrapassado as fronteiras da arte, como ressalta Appadurai: "a imaginação saiu do particular espaço expressivo da arte, mito e ritual para passar a fazer parte da atividade mental cotidiana da gente vulgar de muitas sociedades [...] sendo a imaginação hoje um palco para a ação e não apenas para a evasão" (1996: 17-20). Por tal razão, as diluições de fronteiras entre "obras do trabalho" e "obras da imaginação" possibilitam também, e cada vez mais, se tomar a arte como parte próxima das atividades e experimentações não apenas de artistas, como no caso da Tamara Alves, mas na dinâmica de outros atores sociais identificados como *inventivos* e *criativos*. Retomando o diálogo com Simões, o autor observa que nas estratégias de profissionalização do *hip-hop* fica cada vez mais difícil se visualizarem as fronteiras entre o domínio "do tempo "livre" e um domínio caracterizado por actividades de obrigação" (2012: 193). Há conexões entre domínios contíguos de temporalidades, de conexões entre espacialidades por meio das paisagens digitais, das pluralidades de experimentações sem uma linha definida desde o início, criando-se assim fusões de domínios separados.

---

22 Sobre pesquisas no ciberespaço sobre artes de rua, ler artigo já publicado da autora em: http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/47026

Assim, ao invés de a artista, no caso de Tamara Alves, definir-se desde cedo por um traço, um modo de atuar, ela delineou o percurso contrário: multiplicou possibilidades para que assim fosse *descoberto* um lugar de definição e de percepção de sua obra:

> *Eu, nas Caldas* [ESAD]*, fazia muitas coisas; sempre gostei de trabalhar muitas áreas e muitos estilos diferentes. Acho que… de início, para provar a mim própria que era capaz. Mas comecei a perceber que isso suscita confusão na cabeça das pessoas. As pessoas precisam de equilíbrio, precisam de uma linha para saber quem tu és… de coerência. Se foges a essa linha, as pessoas ficam confusas e não o que é que… quem és tu. É como os rótulos, toda a gente tem necessidade de colocar rótulos. Então, aparte dessa confusão toda, eu acho que cheguei a um ponto que consegui definir o meu estilo dentro das várias áreas, e as pessoas olham para o meu trabalho e dizem 'isto és tu!'. Consegui. Então, isso é importante para os artistas. É definir uma linha de trabalho…*

Observa-se que, em todas as narrativas aqui compartilhadas, Tamara em nenhum momento exclui a palavra trabalho. O fato de sempre gostar de atuar em várias áreas e saber que isso suscita confusão na cabeça das pessoas nem a impede de desdenhar rótulos, nem de seguir experimentando. Não há bifurcações nas decisões de Tamara entre os atos de nomadizar por múltiplas áreas, de não ter definida uma linha e de possíveis inserções na atividade comercial, seja como tatuadora, seja como DJ, seja como *designer* gráfica, seja como artista plástica. Campos (2010: 120) também identifica essa mesma ampliação de possibilidades dentro do universo do *graffiti*, em que

> *Essa abertura gradual ocorre a vários níveis: através do reconhecimento institucional, da comercialização ou da conversão artística [...] onde pontuam exposições em galerias de arte, venda de* graffiti *em tela e, ainda, a decoração de espaços (bares, lojas, espaços públicos etc.).*

Vale salientar que inserção avizinhada entre produzir e comercializar acontece, ressaltada por vários artistas com os quais estive em contato durante o ano de 2013 em Lisboa, consubstanciado na palavra *brincar.* As divisas entre o tempo da fruição da vida e o relativo ao do trabalho cada vez mais se estreitam substancialmente no âmbito das práticas e profissões consideradas criativas – aquilo que Machado Pais (2012: 161), no diálogo com Schutz, vai denominar de "o mundo dos materiais lúdicos e dos pequenos brincadores", ao pesquisar o universo dos produtores de quadrinhos. A brincadeira surge como experimentação, como "obra da imaginação", como instância de incessante diluição de fronteiras.

Traços conclusivos: ou o pessoal fixe não morre

Essa frase ilustra uma série de imagens criadas por Tamara Alves: "o pessoal fixe não morre". Isso significa dizer que, para a artista, o ato de criar, de trasmudar as rotas lineares de aprendizagem e do exercício profissional acabam por "matar" ou "sufocar" a potencialidade criativa e inventiva que aplica para "qualquer um dos mortais". Vale ressaltar: não se trata de identificar quem é artista ou quem não é artista, quem é criativo ou quem não é criativo, quem se situa no *underground* ou no *mainstream*, e sim quem se habilita a criar e transfigurar paisagens costumeiras, onde quer que esteja, e do modo que seja. Em uma passagem das anotações do diário de campo,[23] Tamara indica que "toda gente tem seu lado criativo", e que "basta ser criança" para que isso aconteça.

---

23 http://antropologizzzando.blogspot.com.br/2013/05/o-mais-comum-dos-mortais-os-corpos.html?q=Tamara.

> *Toda gente tem seu lado criativo, de qualquer forma, toda gente consegue fazer qualquer coisa. Tem gente que às vezes chega e diz – eu não sei desenhar – então eu digo – se calhar sabes fazer um origami e, se o colares na rua, já é uma coisa diferente. Basta ser criança, nesse aspecto.*

Este texto, assumidamente ainda *criança*, foi movido por um fluxo de vontade de experimentação, da aventura dos primeiros rascunhos no que tange à temática de novas práticas e terrenos de criação e de profissionalização no âmbito das de rua. Pretendo aprofundar ainda num próximo artigo as multíplices buscas por "novas profissões" e as gramáticas da criatividade contemporânea. Esbocei aqui apenas uma rota em que seu maior propósito foi o de ressaltar as "obras da imaginação" como sendo o elemento propulsionador do esmaecer de fronteiras não apenas das práticas legal e ilegal, como entre os que atuam nas confluências e franjas das paisagens da arte e do "mundo dos bens".

Figura 3 – Imagem destaque da página da Facebook da autora: https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10152051400845250&set=p.10152051400845250&type=1&theater

Referências

APPADURAI, A. (2008), *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*, Niterói: Universidade Federal Fluminense.

APPADURAI, A. (1996), *Dimensões culturais da globalização,* Lisboa: Editorial Teorema.

CAMPOS, R. (2010), *Por que pintamos a cidade? Uma abordagem etnográfica do graffiti*, Lisboa: Fim de Século.

CANCLINI, N. G. (2000), *Culturas híbridas*, São Paulo: Edusp.

DIÓGENES, G. (2013), "Signos urbanos juvenis: rotas da pichação no ciberespaço". *Revista Cadernos de Campo,* 22 (22). Disponível em http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/issue/view/4181, [consultado em 10-12-2014].

DIÓGENES, G. (2013), *O minimalismo intenso da arte urbana de Tinta Crua*. Disponível em http://antropologizzzando.blogspot.com.br/2013/03/o-minimalismo-intenso-da-arte-urbana-de.html?q=Tinta+crua, [consultado em 14-12-2014].

DIÓGENES, G. (2013), *Tamara Alves, animalidade no ciberespaço*. Disponível em http://antropologizzzando.blogspot.com.br/2013/04/tamara-alves-animalidade-no-ciberespaco.html, [consultado em 14-12-2014].

DIÓGENES, G. (2013), *O mais comum dos mortais: corpos misturados na arte de Tamara Alves.* Disponível em http://antropologizzzando.blogspot.com.br/2013/05/o-mais-comum-dos-mortais-os-corpos.html?q=Tamara, [consultado em 14-12-2014].

EUGÊNIO, F. (2012), "Criatividade situada, funcionamento consequente e orquestração do tempo nas práticas profissionais contemporâneas". In M. Pais, I. Mendes (orgs.), *Criatividade, Juventude e novos Horizontes Profissionais,* Rio de Janeiro: Zahar.

FERREIRA, V. (2012), "Das Belas-artes à arte de tatuar: dinâmicas recentes do mundo da tatuagem portuguesa". In M. Pais, I. Mendes (orgs.), *Criatividade, Juventude e novos Horizontes Profissionais,* Rio de Janeiro: Zahar.

GIL, J. (1996), *A imagem-nua e as pequenas percepções: estética e metafenomenologia*, Lisboa: Relógio d'Água.

HENRIQUES, A. M. (2014), "McDonald's não pediu a Hazul para usar esta parede". *P³ Cultura*. Disponível em http://p3.publico.pt/cultura/exposicoes/14934/mcdonald039s-nao-pediu-hazul-para-usar-esta-parede, [consultado em 14-12-2014].

KOPYTOFF, I. (2008), "A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo". In A. Appadurai, *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*, Rio de Janeiro: EdUFF, pp. 89-124.

MAUSS, M. (2008), *Ensaio sobre a dádiva*, Lisboa: Edições 70.

MEDEIROS, A. (2014), *Entre a terra do sol e a "cidade maravilhosa": rotas, desvios e torneios de valor nos circuitos do rock metal*, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: UFC.

PAIS, M. J. (2012), "O mundo dos quadrinhos: o agir da obliquidade". In M. Pais, I. Mendes (orgs.), *Criatividade, Juventude e novos Horizontes Profissionais,* Rio de Janeiro: Zahar.

RANCIÈRE , J. (2010), *O espectador emancipado*, Lisboa: Orfeu Negro.

ROLNIK, S. (2014), *O mal estar da diferença*. Disponível em: http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Malestardiferenca.pdf, [consultado em: 11-12-2014].

SERRES, M. (2001), *Filosofia dos Corpos Misturados,* Rio de Janeiro: Bertrand.

SIMÕES, J. A. (2012), "Viver (d)o hip-hop: entre o amadorismo e a profissionalização". In M. Pais, I. Mendes (orgs.), *Criatividade, Juventude e novos Horizontes Profissionais,* Rio de Janeiro: Zahar.

A arte da cidade global nas relações culturais luso-brasileiras: murais de Os Gémeos e Vhils em Lisboa e Rio

Helena Elias
hc.elias@gmail.com

Inês Marques
inesravi@gmail.com

Resumo: Ao longo do século XX a arte pública decorrente dos contactos culturais luso-brasileiros foi representada maioritariamente pela estatuária e pelo busto, elementos urbanos institucionalmente enquadrados para homenagear feitos ou personagens ligadas à história ou cultura dos dois países.
Recentemente, outras manifestações artísticas vieram também a representar estas ligações culturais. É o caso dos murais de Os Gémeos em Lisboa e da intervenção de Vhils no Rio de Janeiro, que inauguram a entrada deste género de arte globalizada no quadro da arte pública que tem vindo a representar as conexões entre estes países.
Embora revisitando algumas das obras de arte pública historicamente mais estruturantes das relações culturais dos dois países, esta comunicação centra-se nas intervenções de arte urbana de Os Gémeos e de Vhils, por representarem uma nova aproximação aos espaços públicos lusófonos. A performatividade do trabalho em curso, o uso da rua como espaço de trabalho, a documentação e disseminação dos trabalhos nos meios de comunicação na *web*, contextualizam-nos como um novo género de intervenções emergentes no tema estudado.
Palavras-chave: arte pública, contactos culturais luso-brasileiros, intervenções murais, práticas artísticas pós-estudio, globalização

1. Introdução

O estudo da arte pública no contexto das relações culturais entre Portugal e Brasil é o objeto do projeto de investigação em que a presente reflexão se enquadra[1]. A arte pública veio a constituir-se como um aspeto importante das relações políticas e culturais entre Portugal e Brasil durante o século XX, refletindo, nos períodos democráticos e ditatoriais de ambos os países, afinidades e dissemelhanças quer no plano cultural quer no plano político (Schiavon 2008, Muller 2010, Costa 2009, João 2002, Paulo 2000).
No contexto do Estado Novo português (1933-1974) a arte pública serviu sobretudo propósitos comemorativos oficiais que ligavam os dois países. As obras produzidas em Portugal eram, fundamentalmente, figurativas, recorrendo às tipologias de intervenção disseminadas na Europa a partir do século XIX, nomeadamente a estatuária e o busto. Exceções a este padrão foram os monumentos dedicados ao Infante D. Henrique, aprovado pela equipa de Niemeyer (Brasília, 1960) e à Travessia Aérea do Atlântico-Sul (Lisboa, 1972), pelas suas formas abstratizantes. As entidades brasileiras ofertaram elementos como o busto de Júlia Lopes de Almeida ou a réplica do monumento de Pedro Álvares Cabral.
O argumento ideológico que enquadrava as obras oferecidas ao Brasil exemplificava esse país como prova das capacidades colonizadoras dos portugueses, sendo a nação brasileira olhada como uma extensão de Portugal, um país do futuro, herdeiro de um passado glorioso (João 2002: 77). A recetividade brasileira a esta abordagem particularmente relevante, numa altura cada vez mais critica para a política colonial portuguesa (Schavion *in* Muller, 2010: 4).
Já no contexto da democracia portuguesa, surge, na década de noventa do século XX e até à atualidade, uma maior diversidade de agentes promotores, deixando abertura para a apresentação de novas linguagens plásticas

1 Arte Pública nas relações culturais Luso-brasileiras: influências, reciprocidades e persistências, um projecto apoiado pelo CICANT, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Ver: http://artepublica.ulusofona.pt/

e temáticas nas encomendas resultantes das relações culturais entre os dois países. Este período corresponde já um novo paradigma de encomendas de arte pública, em que a produção artística para os espaços públicos não é motivada exclusivamente pela encomenda estatal. Serão identificados alguns dos agentes mais intervenientes e analisado por fim o impacto desta nova conjuntura nas propostas estéticas designadas para os espaços públicos das cidades recetoras.

Com mais detalhe aborda-se a intervenção mural, que conforme os dados analisados, tem sido a manifestação artística mais significativa no contexto recente desta relação cultural. São exemplo os trabalhos de os Gémeos, Vhils, Bicicleta sem Freio ou Nunca. Será nesta conjuntura que abordaremos as obras de os Gémeos e de Vhils, para Lisboa e Rio de Janeiro, respetivamente, como exemplos de uma prática artística global, pós-atelier/estúdio, que parece desenhar um novo modelo de sistema de arte pública, quer em termos de produção, publicação e receção. O espaço da rua como estúdio/atelier, a performatividade do processo de trabalho e sua documentação, bem como a publicação, disseminação e receção da obra em todo o mundo, através das redes sociais, serão alguns dos aspetos a desenvolver.

Personalidades e feitos da História na estatuária e no busto

No âmbito da arte pública, durante a ditadura portuguesa, as obras de maior destaque são invariavelmente obras em estatuária.

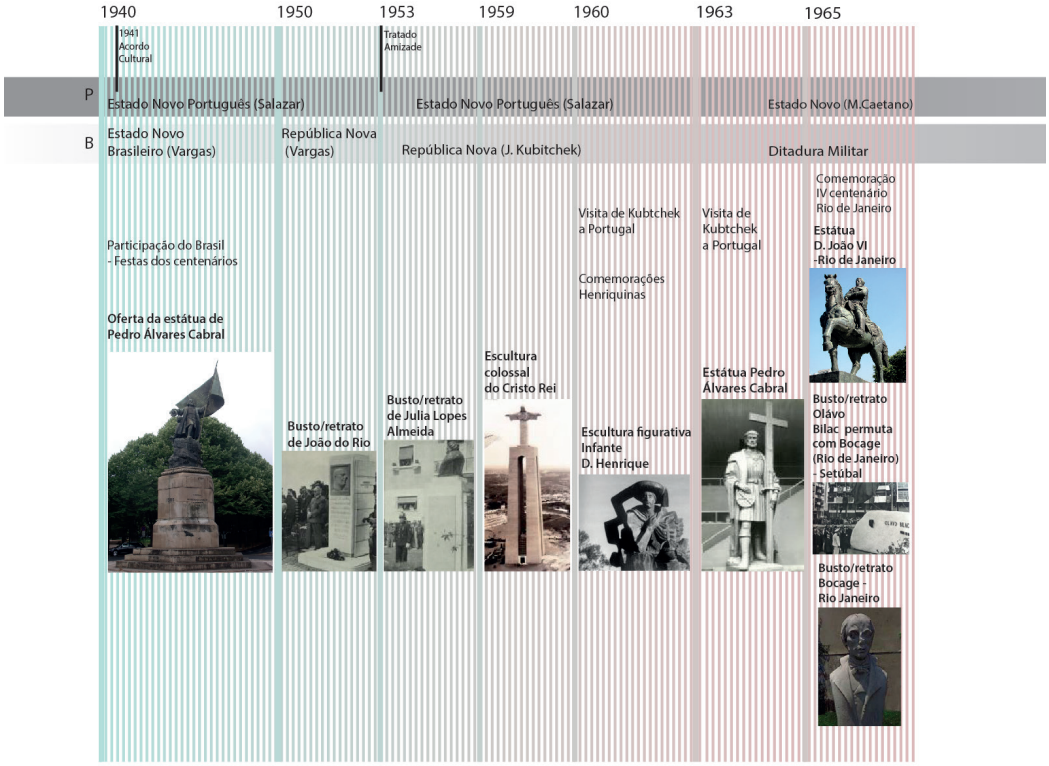

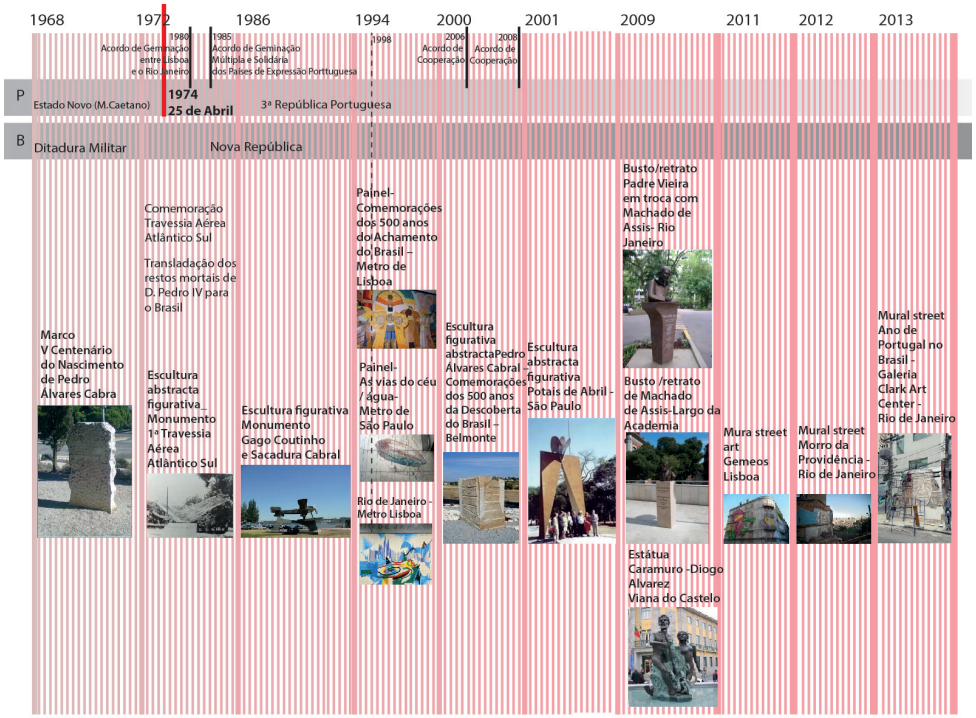

(Fig. 1 e 2) - Linha de tempo das intervenções artísticas no contexto do intercâmbio entre os dois países. Fonte: Elias, H. Marques, I, Leonor, S. (2013)

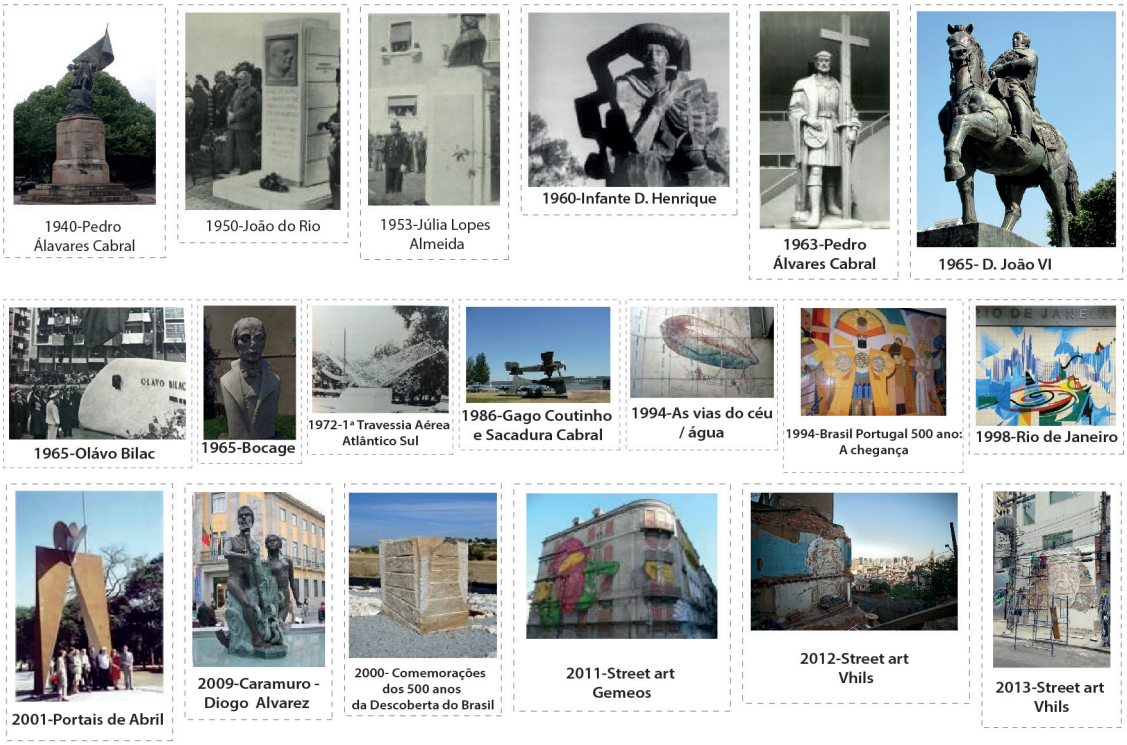

(Fig. 3) – Obras comissionadas em Portugal e rececionadas no Brasil e obras brasileiras em Portugal – estatuária, bustos, escultura abstrata e figurativa, intervenções murais. Fonte: Elias, H. Marques, I, Leonor, S. (2013)

Datas simbólicas e efemérides são geralmente pretexto para a oferta ou inauguração de obras novas, prendendo-se os temas com personalidades e feitos da história comum aos dois países (ver Fig. 1, 2,3)
Este é o caso de duas estátuas de homenagem a Pedro Álvares Cabral inauguradas em 1940 e em 1963. A primeira, uma réplica da estátua de Pedro Álvares Cabral realizada por Rodolfo Bernardelli (1940), é oferecida pelo governo brasileiro a Portugal por ocasião das *Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Nacionalidade (1140-1640-1940)*, em que o Brasil tinha sido o único país estrangeiro convidado.
A segunda, da autoria do escultor Álvaro Brée e destinada a Belmonte, estava incluída no *Plano de Estátuas do Ministério das Obras Públicas* (Elias 2007:48), prevendo-se a sua inclusão no programa das *Comemorações Henriquinas*, em 1960. Acabaria no entanto por ser inaugurada em 1963, com a presença de Juscelino Kubitschek, então de visita a Portugal[2] (Elias 2010:140, Elias & Marques 2012:9).
Em 1965, já durante a ditadura militar brasileira, as *Comemorações do IV Centenário da Fundação da Cidade do Rio de Janeiro* constituem a oportunidade para a oferta, pelo governo português (Ministério das Obras Públicas) da estátua equestre de D. João VI, da autoria do escultor Barata Feyo. Um ano depois seria implantada uma réplica desta mesma estátua na cidade do Porto, alinhada com a estátua da cidade brasileira (Abreu 2005:203).
Por vezes, mantendo embora a mesma orientação temática - personalidades e feitos da história – algumas obras divergiram do padrão habitual da estatuária imposta pelo regime, quer em termos de linguagem, quer em termos de tratamento formal. É o caso do *monumento ao infante D. Henrique* erguido em Brasília, em 1960, por ocasião das *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*. Tendo sido recusada pelos brasileiros uma primeira proposta afim à estatuária do regime, por não se adequar à imagem moderna da cidade, resgatar-se-ia para o efeito uma outra obra, concebida para diferente contexto: uma escultura de Barata Feyo, que integrara a proposta vencedora do 3º concurso de projetos para o monumento ao Infante D. Henrique, em Sagres, entretanto anulado pelo governo (Elias 2005:40). Mantendo embora a habitual simbologia – o globo e a cruz de Cristo - a obra oferecia uma interpretação moderna do tema, particularmente expressiva nos seus volumes angulosos e texturados[3].
É ainda o caso do *monumento à Travessia Aérea do Atlântico Sul*, realizado por concurso público no âmbito das *Comemorações do Cinquentenário da 1ª Travessia Aérea do Atlântico Sul* (1972)[4]. A proposta vencedora e efectivamente realizada, de autoria do escultor Laranjeira Santos e do arquiteto António Fernandes, constituiu a primeira escultura abstrata de grandes dimensões realizada na cidade de Lisboa.
Outra área de atividade significativa, no tocante à arte pública, é a inauguração de bustos, geralmente homenageando figuras das letras de algum modo relevantes na relação entre os dois países. Em Lisboa, em 1950, inaugura-se o busto de João do Rio – poeta admirador de Portugal -, de autoria do escultor Álvaro de Brée; em 1953, o de Júlia Lopes de Almeida – oferta das mulheres brasileiras às mulheres portuguesas -, réplica de um outro existente no Rio de Janeiro e realizado por Margarida Lopes de Almeida. Em 1965, celebrando-se o bicentenário do nascimento do poeta português Barbosa do Bocage, regista-se uma troca de bustos entre Brasil e Portugal. A Academia Brasileira de Letras oferece ao governo português um busto de Olavo Bilac - poeta estudioso e divulgador da obra de Bocage no Brasil - inaugurado na cidade natal de Bocage, Setúbal[5], e o governo português oferece ao governo brasileiro o busto de Barbosa do Bocage, da autoria do escultor Joaquim Correia, colocado no Rio de Janeiro.
Esta prática mantém-se mesmo depois de implantadas as democracias nos dois países: ainda em 2009 os municípios de Lisboa e do Rio de Janeiro trocam entre si os bustos do Padre António Vieira e do escritor Machado de Assis. No entanto, o contexto democrático nos dois países presta-se a uma muito maior variedade de promotores, temas, meios e discursos no âmbito da arte pública, operando-se uma efetiva renovação. Embora as ocasiões comemorativas continuam a motivar a produção de obras e prevaleça uma temática relacionada com personalidades e feitos históricos, propõem-se agora outras abordagens temáticas, releituras da história

2 AHDGEMN – DSMN – Estátua de Pedro Álvares Cabral, destinada a Belmonte (1960)

3 AHMOP – Monumento ao Infante D. Henrique, jornal Diário Carioca, 15 Novembro de 1960

4 CML - Departamento de Património Cultural, dossier cota 30, programa e regulamento do concurso.

5 Gazeta dos Caminhos de Ferro, nº 1870, p. 341

com visões mais críticas e menos apologéticas, e também maior variedade de iniciativas (Elias, Marques & Leonor 2013: 273).

Obras comemorativas, porém outras temáticas e linguagens

Embora as ocasiões comemorativas continuam a motivar a produção de obras e prevaleça uma temática relacionada com personalidades e feitos históricos, propõem-se agora outras abordagens temáticas, releituras da história com visões mais críticas e menos apologéticas, e também maior variedade de iniciativas.

Assim acontece com as dez obras de arte pública resultantes do "Atelier de Escultura", integrado no Simpósio "500 Anos À Descoberta do Brasil", que município de Belmonte promoveu por ocasião das comemorações dos 500 anos da chegada ao Brasil, em 2000. Instaladas em diferentes locais do concelho de Belmonte, as esculturas – com títulos como *Pedro Álvares Cabral e os irmãos*, *O homem do leme*, *Travessia*, *Dos Sonhos e das vontades*, *Aquele abraço*, *Desfloramento*, *Prensa*, *Mares*, *O Adamastor* – abandonam a representação exclusiva do herói para abarcar ideias universais e apresentam também grande variedade formal[6].

É também o caso das duas intervenções artísticas permutadas entre o Metropolitano de S. Paulo e o Metropolitano de Lisboa em 1994, quando esta cidade foi Capital Europeia da Cultura (Lopes 2007). Não centrado na relação Portugal-Brasil, o programa de intercâmbio de obras de arte envolvia o Metropolitano de Lisboa e metropolitanos de várias cidades do mundo.

No caso das obras trocadas entre Brasil e Portugal é patente a retoma temática do passado e do encontro de culturas, embora divirjam bastante da estatuária laudatória tradicional. A intervenção oferecida por S. Paulo - a obra *Brasil-Portugal: 500 anos - A Chegança*, da autoria de Luís Ventura – e que seria instalada na estação dos Restauradores oferece-nos uma visão critica sobre os colonizadores e sobre o encontro de culturas. As intervenções oferecidas por Lisboa - as obras de David Almeida, *As vias do céu* e *As vias da água* – que se integraram na estação de Conceição na cidade brasileira sugerem visões poéticas sobre ações humanas do passado dos dois países.

Outras culturas passam a integrar as representações relativas ao Brasil, em Portugal, como exemplifica o monumento a Caramuru, uma iniciativa da Câmara Municipal de Viana do Castelo no ano de 2009. A obra, da autoria de José Rodrigues[7], homenageia Diogo Álvares, navegador que conviveu em grande proximidade com os índios Tupinambá, tendo casado com Paraguaçu, a filha do chefe da tribo e cuja história testemunha a origem da nobreza cabocla. Integrada a figura de Paraguaçu na obra, um conjunto escultórico em bronze, glorifica-se de outro modo a colonização, ao enfatizar a suposta predisposição dos portugueses para a miscigenação e a sua fácil convivência com outros povos.

Os episódios do passado comum deixam, por outro lado, de ser a temática exclusiva das obras de arte pública que relacionam os dois países, desenvolvendo-se em paralelo outras linguagens plásticas. É disso exemplo o monumento *Portas de Abril*, inaugurado em 2001 em S. Paulo, assinalando a revolução de 25 de abril de 1974, que instaurou a democracia em Portugal.

Composto por uma estrutura de aço e bronze com sete metros de altura em forma de portal, o monumento, da autoria do escultor José Aurélio, demarca-se significativamente das obras congéneres do Estado Novo, quer em termos de meios, quer em termos de discurso ideológico. Na inauguração, José Aurélio afirmou que o monumento exprimia a ideia pela qual os portugueses queriam ser lembrados na época presente, e lamentou que a comunidade portuguesa no Brasil estivesse ainda presa à imagem do velho regime[8]. Este monumento testemunha ainda a pluralidade de agentes envolvidos de várias formas na sua realização: o *Centro Cultural 25 de Abril* em São Paulo, a *Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal*, a *Associação 25 de Abril* em Portugal, a *Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses*, a *Assembleia da República Portuguesa*, e o *Instituto Camões*[9].

---

6 Ver: http://www.culturacentro.pt/museuit.asp?id=83

7 Jornal de notícias, 2008-12-31 e O Expresso, 30/12/2008.

8 JL 16 de Maio de 2001

9 idem

Painéis e murais como meio de representação mais recente da relação luso-brasileira. Uma interpretação do fenómeno.

Nas últimas duas décadas, as obras resultantes dos contactos culturais entre os dois países tem assumido tendencialmente um formato bidimensional, sob a forma de painéis e murais (ver fig. 4).

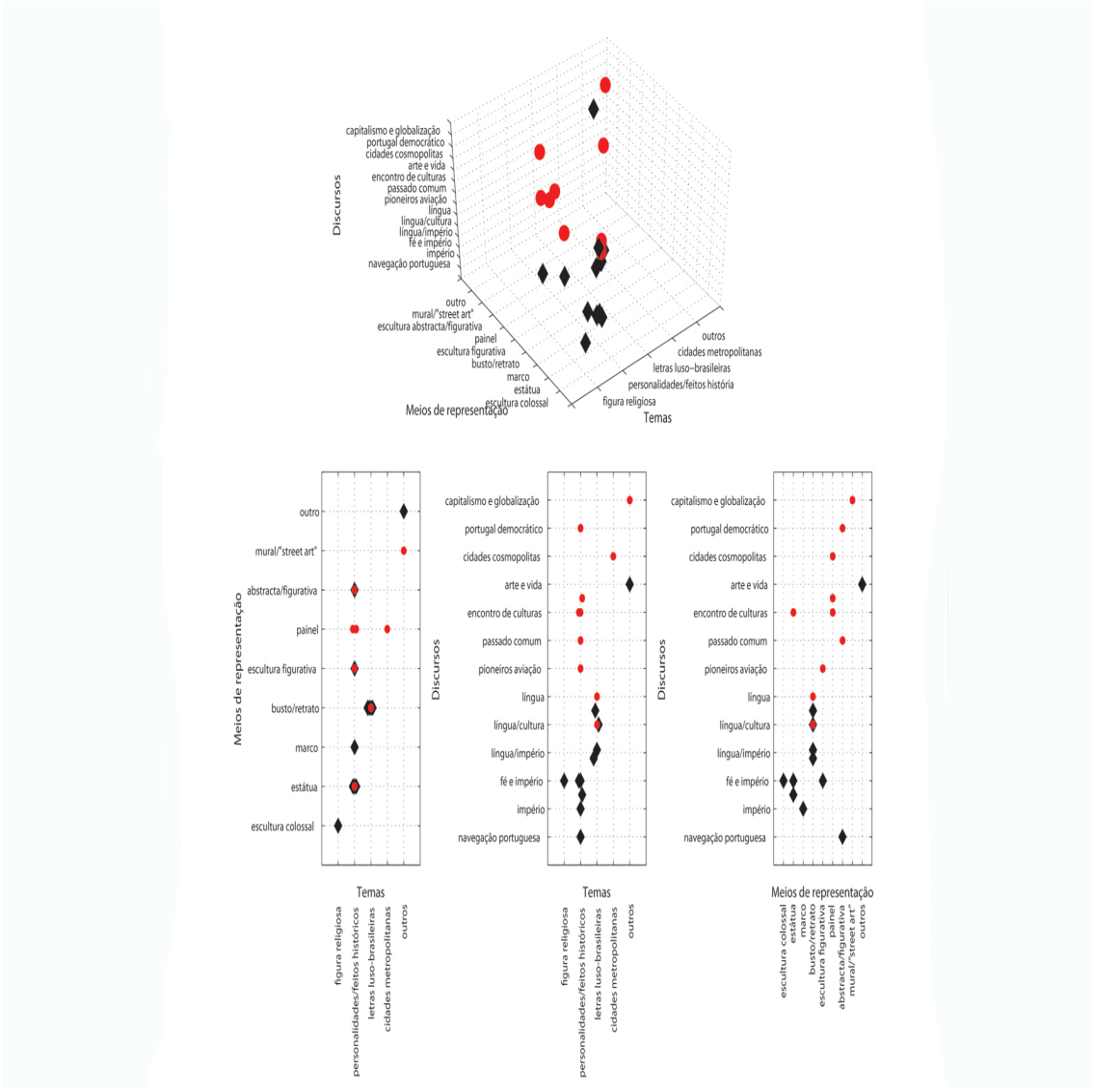

Fig. 4 - Visualização do número de obras em função dos temas, meios de representação, e discursos: predominância de painéis/mural arte urbana. Fonte: Elias, H. , Marques, I & Leonor, S (2014).

Elias, H. , Marques, I & Leonor, S (2014).

Os conjuntos escultóricos Caramuru (Viana do Castelo 2008) e Pedro Álvares Cabral 500 anos (Belmonte, ano 2000) e ainda dos bustos trocados entre Lisboa e Rio de Janeiro (2009) são obras resultantes de iniciativas camarárias e ainda seguem os protocolos habituais da encomenda de obras públicas no contexto das relações culturais estabelecidas em décadas passadas. Já os painéis Rio de Janeiro (1994), a Chegança (2000), ou As vias do céu e vias da água (2000) resultam da motivação de outros agentes, nomeadamente entidades privadas, sendo que as próprias temáticas se diluem num discurso mais globalizado, quer representando o Rio de Janeiro como cidade cosmopolita a par de outras cidades do mundo (painéis do metro de Nadir Afonso), quer optando por uma representação por vezes crítica sobre a colonização do Brasil (A Chegança). Por outro lado, este formato torna-se uma opção menos onerosa para as entidades que procedem à encomenda, pois exige menor custo em termos de armazenamento, transporte e montagem das obras nos locais de destino.

Efetivamente, nesta última década, os murais de arte urbana são a tipologia mais expressiva nos espaços públicos dos dois países. Falamos do trabalho de Vhils (2012 e 2013), Os Gémeos (2011), Bicicleta sem Freio (2014) e Nada (2014) – ver Fig. 5. A adoção deste formato e técnicas empregues, por parte dos agentes interessados, possibilita a criação e intervenção direta do artista no local. É o artista que se desloca e transforma o sítio e não a obra de arte que é instalada. A predominância destas manifestações tem sido observada em muitos centros urbanos, tornando-se parte da imagem das cidades cosmopolitas. Estas manifestações têm na verdade uma dimensão simultaneamente local e global, uma vez que são vivenciadas quer nos sítios de intervenção quer nos sítios de disseminação via web (blogs e sites sobre o tema, galerias e atlas virtuais, redes como instagram, twitter, o facebook, ou pinterest, na verdade estes últimos com uma estrutura visual próxima de um grande mural). Esta modalidade corresponde já a uma prática artística pós-estúdio e pós-institucional que extrapola as configurações habituais dos sistemas de encomenda de arte pública e suas formas usuais de legitimação.
O graffiti, visto como uma das mais reconhecidas e populares formas de arte urbana, emergiu principalmente como atividade espontânea e individualizada na rua, praticada nos espaços públicos como manifestação anti institucional e de resistência política aos poderes instituídos, foi sendo no entanto progressivamente acolhida em espaços legalizados para o efeito, como os disponibilizados através de programas de arte urbana para as cidades[10]. Tal como muitas das manifestações que hoje são legitimadas como arte urbana, este foi um dos caminhos trilhados para a sua institucionalização como *arte*. Este caminho foi paralelamente reforçado através de múltiplas conexões entre os graffiters, as galerias ou museus de arte contemporânea e os espaços públicos das cidades que acolhem mostras de arte urbana, uma vez que parece ser prática corrente estas mostras se converterem em intervenções mais ou menos permanentes nos espaços da cidade.
O mural de arte urbana adequa-se também aos novos midia digitais e de comunicação em rede, uma vez que estas formas de expressão artística são mostrados com facilidade através das novas tecnologias, dada a renovação dos processos de produção, circulação e recepção deste tipo de objectos artísticos.

Fig. 5 - Murais de Nada, Bicicleta sem Freio, Vhils e Os Gémeos Fontes: CML (GAU), ://www.alexandrefarto.com/, Elias, H., Marques, I. & Leonor, S. (2013)

10 Cidades como Sidney, Rio ou Filadelfia são alguns exemplos. Ver: Irons, J. (2012) Spray Away: Making the case for legal graffiti as a legitimate form of public art in Sydney disponível em https://www.be.unsw.edu.au/sites/default/files/upload/pdf/schools_and_engagement/resources/_notes/5A2_45.pdf, Young, M. The legalization of street art in Rio de Janeiro, disponível em http://untappedcities.com/2012/02/13/the-legalization-of-street-art-in-rio-de-janeiro-brazil/ e programa de arte mural em Filadélfia em http://www.muralarts.org/about/history

A relação luso-brasileira num contexto global: os murais de Os Gémeos e de Vihls

É neste processo de progressiva abertura a novos meios, temas e linguagens, a novos promotores, que surgem as intervenções artísticas de Os Gémeos e de Alexandre Farto (Vhils). Estes trabalhos atestam o posicionamento da relação luso-brasileira num contexto global, de encomendas de arte urbana para cidades cosmopolitas.
Em ambos os casos encontramos a existência de novos agentes impulsionadores de uma cultura de fruição da cidade visivelmente distinta do enquadramento das encomendas anteriores. A intervenção de Os Gémeos teve como impulsionadores os mentores do Projeto CRONO e a Câmara Municipal de Lisboa (CML). O município de Lisboa criou a Galeria de Arte Urbana- GAU reconhecendo que as intervenções artísticas estão ainda "muito associada às práticas da estatuária, da azulejaria, da calçada portuguesa e das restantes disciplinas artísticas com presença estética na cidade"[11]. Com o objetivo de impulsionar e acolher projetos de graffiti e *Street art* em vários espaços públicos da cidade, surgiu neste contexto, entre 2010 e 2011, a parceria entre[12] a Azafama Citadina Associação, com o projeto CRONO[13] e a Galeria de Arte Urbana da CML (GAU). A ideia inicial não partiu de uma encomenda oficial, tendo antes sido lançada pela vontade de um grupo que defendia uma arte na cidade atual e visível para todos. Embora não isentas de alguns constrangimentos (Neves & Lopes 2014), as intervenções procuraram conservar a afirmação de identidade social dos grupos de artistas de *graffiti* através da manutenção de temas e procedimentos que os caracterizam (Neves & Lopes 2014). Em termos de mediação dos agentes envolvidos em intervenções nos espaços públicos e privados das cidades, é um exemplo de um processo social de origem *Down/Up,* partindo da proposta de várias pessoas que se associaram à estrutura institucionalizada (Neves & Lopes 2014). As primeiras intervenções contaram com a participação dos brasileiros Os Gémeos, do italiano Blu e o espanhol SAM3, tendo como suporte dois prédios devolutos e entaipados, situados num cruzamento com a Av. Fontes Pereira de Melo.
Os Gémeos, artistas de S. Paulo, referenciados pelos seus murais de carácter político e social, criaram mais uma das personagens amarelas que representam muitas das suas obras em diversas cidades do mundo. Em Lisboa os artistas brasileiros desenvolveram o seu trabalho sem predeterminação de temas, e desenharam uma figura com um lenço que lhe esconde parte da cara e exibe uma etiqueta "*I love* vandalismo" (fig.6). Na continuação do trabalho destes artistas está o mural de Blu, no mesmo local, que mostra uma figura opulenta, com uma coroa desenhada com as insígnias de companhias petrolíferas multinacionais. Estes trabalhos usam a intertextualidade entre o local e o global, que vai além do reconhecimento das personagens que Os Gémeos ou Blu costumam criar em vários centros metropolitanos de todo o mundo. Situados num dos eixos viários que une dois centros de negócios, comércio e serviços da capital – Praça Marquês do Pombal e Praça Marquês do Saldanha, estes trabalhos, que se complementam entre si, podem considerar-se *site-specific,* adquirindo contornos críticos em relação aos temas do capitalismo e globalização (fig.6). Com efeito, depois destas intervenções, a fruição do espaço em questão – eixo Saldanha/ Marques de Pombal não pode ser dissociada destas novas propostas estéticas da arte urbana. A presença destas intervenções não passa despercebida e os trabalhos contribuem para uma nova leitura sobre este espaço, anteriormente esteticamente deprimido. As pinturas assumem um carácter monumental, interpelando publicamente o cidadão através da sua mensagem social e política, questionando os poderes económicos representados nas cidades.

---

11 http://gau-lisboa.blogspot.pt/2010/05/crono-um-roteiro-de-arte-urbana-em.html

12 http://cargocollective.com/Crono/Global-EBOOK-Final

13Segundo Pedro Neves, o projecto inicia a partir de um grupo de amigos independentes, "inventarmos" uma associação para possibilitar as relações logísticas com outras entidades (Autarquia, Policia, etc.) de modo a tornar o projeto possível, da associação "Azafama Citadina". Ver NEVES, Pedro (2011) *"Plataforma de arte urbana, prenúncio de uma mudança em Lisboa",* Arte & Sociedade, Actas de Conferência, 2011

Fig. 6 – trabalhos de Gémeos e Blu na Av. Fontes Pereira de Melo Fonte: Elias, H. , Marques, I & Leonor, S (2014).

Como resultado do mais recente intercâmbio entre os dois países, identificamos o trabalho desenvolvido por Alexandre Farto - Vhils, e em particular a intervenção que desenvolveu para o "Ano de Portugal no Brasil", evento que procurava dar uma imagem atual de Portugal, salientando sobretudo o património histórico, a produção cultural e avanços tecnológicos[14]. Presente nos dois lados do Atlântico, o programa comportou iniciativas culturais e empresariais nos dois países. Incentivar o interesse pela cultura e pelos produtos portugueses no Brasil, trazer mais turistas e empresas brasileiras assim como estreitar vínculos entre as sociedades civis eram alguns dos objetivos destacados pelo comissariado do evento. Efetivamente, nas notícias que circularam sobre as diversas iniciativas[15], destaca-se a importância atribuída à necessidade de mostrar aos brasileiros a nova imagem do país, ambicionando o comissariado fazer chegar o evento a todo o Brasil[16].

A intervenção de Alexandre Farto neste contexto abarca um extenso processo que não se circunscreve apenas ao resultado final exposto no morro da Providência, a intervenção mural porventura mais conhecida do público e que, a par com o trabalho da galeria e a exposição de Rui Chafes no Museu de Arte Moderna (MAM), se destacam como grandes mostras artísticas do evento no Brasil. Com efeito, o artista esteve também presente numa exposição em 25 de Abril de 2013 no Rio de Janeiro, a convite da Galeria Clark Art Center, também integrada na programação do "Ano de Portugal no Brasil". Designada "Fragmentos", aquela a exposição estabelecia uma ligação entre a obra no espaço de galeria e a street art[17], utilizando vários tipos de superfícies

---

14 O presidente da Fundação Luso-Brasileira recordou que a ideia de se realizar, em simultâneo, o Ano de Portugal no Brasil e o Ano do Brasil em Portugal nasceu na 10.ª Cimeira Luso-Brasileira e, que embora fosse uma iniciativa inédita para os portugueses, foi o terceiro programa do género para os brasileiros, que em 2009 celebraram o Ano de França e este ano comemoram o Ano de Itália. O programa das comemorações - que começam a 7 de Setembro de 2012, Dia da Independência do Brasil, e terminam a 10 de Junho de 2013, Dia de Portugal – foi definido por uma equipa liderada pelo comissário do Programa, Miguel Horta e Costa, envolvendo "pessoas designadas pelo secretário de Estado da Cultura, pelo ministro da Economia e pelo ministro da Educação e Ciência".

15http://www.camaraportuguesa-rj.com.br/ano-de-portugal-no-brasil-apresenta-arte-portuguesa-em-duas-exposicoes-no-rio/, http://www.jb.com.br/anna-ramalho/noticias/2013/04/24/alexandre-farto-inaugura-mostra-e-intervencoes-urbanas-na-zona-sul/, http://anodeportugalnobrasil.pt/o-ano/galeria-multimedia

16 O Comissário do programa apontou que a ideia do português como padeiro ou merceeiro, que resultou da emigração do princípio do século XX, "foi alterada pelo menos duas vezes": Na sequência da emigração da elite portuguesa no pós-25 de Abril e, sobretudo, após a compra da Telesp Celular pela Portugal Telecom, em 1998. Porém, "essas alterações chegaram acima de tudo a uma certa classe social e tecnocrática" e um dos objectivos do programa é "ir mais longe e dar visibilidade sobre o que Portugal é hoje a todo o Brasil", afirmou. Trata-se de "levar um Portugal novo ao Brasil".

17 Já em outras cidades, como em San Diego, o artista tinha sido convidado a expor a sua obra. Na exposição Viva la revolucion: a dialogue with the urban landscape, patente no MOCASD, em 2010, o artista apresenta Scratching the Surface e interveniciona uma área especifica da cidade. Neste evento também participaram Os Gémeos Ver: https://www.mcasd.org/exhibitions/viva-la-revolucion-dialogue-urban-landscape

para ambos os espaços. No entanto, esta mostra estava também conectada com um trabalho realizado no ano anterior, em 2012, no Morro da Providência (Fig. 5), onde o artista desenvolveu um projeto com e para a comunidade local, com o objetivo de registar a cara dos habitantes que foram realojados devido às obras de melhoramento das infraestruturas de transportes, em consequência da realização do Mundial de Futebol de 2014. O projeto de reabilitação incluía a construção de um teleférico, plano de inclinação e novas estradas, mas não contemplou as necessidades da maioria dos habitantes do Morro. O artista passou um mês em contacto com os moradores que viram as suas casas serem demolidas e expropriadas, e gravou os seus retratos no que restou estruturas demolidas, como uma forma de perdurar a memória destas pessoas que viviam nesta comunidade há mais de 30 anos[18].

Na abertura da exposição na Galeria Clark Art Center,o evento contou também com a presença dos moradores da comunidade dos Tabajaras em Copacabana, local onde o artista produziu novamente uma série de novos retratos em contexto urbano. Assim, além da mostra 'Fragmentos', Alexandre Farto atuou em três pontos do Rio de Janeiro: na Comunidade Tabajaras (Fig.7), num prédio próximo à estação do metro Siqueira Campos e nos Arcos do Túnel Velho.

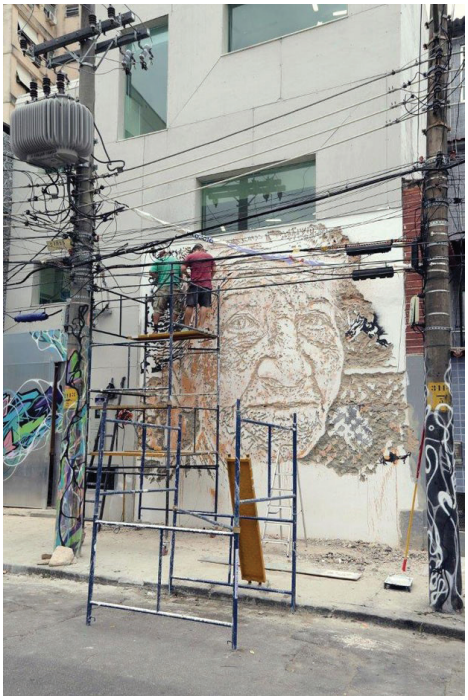

Fig.7 – trabalho do Vhils na comunidade de Tabajaras - Galeria Clark Art Center em 2013
Fonte:http://www.alexandrefarto.com/

Segundo Miguel Moore, "Fragmentos" e as intervenções exteriores nos espaços públicos refletem algumas questões que Vhils tem vindo a desenvolver ultimamente na sua prática em várias cidades, em áreas onde ocorrem processos de *gentrificação*, expropriação e requalificação urbana que têm marginalizado as populações originais, retirando-lhes a possibilidade de envolvimento nas transformações urbanas dos locais de que faziam parte as suas comunidades.

Alexandre Farto toma como metáfora da condição humana, a materialidade das estruturas construídas, escavando e exibindo o que existe para lá da superficialidade das coisas[19]. Os retratos desenhados com o recurso a texturas que esculpe, tirando partido das várias camadas de materiais da construção, revelam as memórias das casas e as histórias dos seus habitantes. Igualmente esta intervenção é apontada como "uma metáfora incisiva sobre o modo como a destruição de suas propriedades materiais também acarreta um processo de aniquilação

18 Este processo foi documentado em filme por João Pedro Moreira.

19 https://www.facebook.com/events/442532442501174/?ref=5

da dimensão social, caraterizado por um forte espírito comunitário, que forma uma imprescindível rede de segurança no meio de uma cidade que muitas vezes se lhes apresenta como um ambiente excludente"[20]. Nas peças da exposição, presente na Galeria Clark, aparecem também os rostos dos habitantes desenhados nos materiais que habitualmente fazem parte da construção das casas (portas de madeira, o tijolo ou o cimento), criando interatividade com a intervenção levada a cabo no seio da comunidade, desvanecendo a relação *site-especific* que o trabalho cria no meio urbano. Com efeito, "Fragmentos" correspondem, em certo sentido, a ícones cujos atalhos interpelam os visitantes a percorrer os espaços reais, onde está o acontecimento.

Considerações finais

O contexto democrático português traz ao intercâmbio entre os dois países um conjunto de obras diversas, que procuram representar o país na atualidade. Com as novas gerações de artistas, as relações estabelecidas entre os dois países no âmbito da Arte Publica, ultrapassaram em muito o cariz de cordialidade e diplomacia presada no passado, em especial no contexto português, em que se procura trazer um olhar contemporâneo sobre a arte pública produzida, por forma a atualizar a sua imagem. Nos discursos oficiais que inauguram e enquadram eventos celebrativos como o 25 de Abril ou o Ano de Portugal no Brasil, procura-se salientar forte relação cultural entre os dois países e do que os caracteriza. Uma característica comum nestes acontecimentos é a vontade de atualização da imagem de Portugal no Brasil. Referimos, por exemplo, a afirmação da existência de um país democrático (José Aurélio na inauguração do monumento ao 25 de Abril), desconectando-o à imagem produzida pela propaganda do Estado Novo português no Brasil. Mais recentemente, no ano de Portugal no Brasil, a imagem é reforçada com exemplos ligados à inovação, tecnologia e novas tendências culturais, como a mostra de artistas com propostas plásticas contemporâneas (Farto e Chafes).

Em relação às tipologias que habitualmente são apresentadas na arte pública enquadrada neste intercâmbio notamos que a estatuária e o busto representam menos expressivamente as relações culturais entre os dois países. Ganham expressão as intervenções em paredes e fachadas, em especial os murais de arte urbana, com cinco obras entre 2010 e 2014. Curiosamente é de apontar o facto dos contactos mais recentes proporcionarem a intervenção direta dos artistas nos espaços escolhidos, isto é, tanto a dupla Os Gémeos como Alexandre Farto trabalharam no local até à finalização do trabalho, criando obras específicas (*site-specific*), de crítica social, para estes espaços. Nestes casos, é o artista e não a obra que se desloca até ao destino, permanecendo durante a execução e até à exibição do trabalho. Neste processo, os agentes implicados na institucionalização destas intervenções formam novas redes de contacto, circulação, atualização e receção dos trabalhos, envolvendo nomeadamente entidades públicas direccionadas para acolher este tipo de atuação (com é o caso da GAU-Câmara Municipal de Lisboa), agências de arte que promovem este tipo de linguagem (como o caso da UnderDogs), galerias ou museus, que reforçam a legitimação desta linguagem visual como arte (galeria Clark ou Museu Berardo). Por último, é de salientar que estas obras são indissociáveis dos processos que lhe dão origem e do próprio processo de execução, especto que também é relevante no contexto de criação e disseminação destas obras. Neste caso é fundamental o papel das novas tecnologias da comunicação, em que as redes sociais ampliam e aceleram alguns aspetos da produção, publicação e atualização do processo e resultados das obras, bem como a sua posterior recepção em todo o mundo, após a conclusão dos trabalhos.

20 https://www.facebook.com/events/442532442501174/?ref=5

Referências bibliográficas e fontes consultadas

ABREU, J. (2005), *A Escultura no Espaço Público do Porto no Século XX: Inventário, História e Perspectivas de Interpretação*. Barcelona: Publicacions de la Universitat de Barcelona

ALMEIDA, A. (2008), "Brasil e Portugal no Sesquicentenário da independência brasileira (1972)". *Anais electrónicos do XIII encontro de História*, anpuh-rio, 2008. Disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/site/anaiscomplementares , [consultado em 31-1-2006]

BARBOUR, K. (2013), "Hiding in Plain Sight: Street Artists Online", *PLATFORM: Journal of Media and Communication* 5(1), pp. 86–96

COSTA, M. (2009), "Travessias: afinidades eletivas da censura no Brasil e em Portugal na primeira metade do século XX". *Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2559-2.pdf , [consultado em 12-04-2013]

FCG. (2009), A*nos 70 Atravessar Fronteiras*, Lisboa: CAM

FERNANDES, A. (2008), "Escultura com cinco metros na Praça da República - Conjunto criado pelo mestre José Rodrigues homenageia o navegador vianense Caramuru". *Jornal de Notícias*, 2008-12-31 disponível em http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Viana%20do%20Castelo&Concelho=Viana%20do%20Castelo&Option=Interior&content_id=1065130 [consultado em 12-04-2013]

ELIAS, H. (2005), "Lisboa, Sagres, Brasília" *Revista História*, 79, pp. 36-39.

ELIA,S H., MARQUES, I. (2012), As últimas encomendas de arte pública do Estado Novo (1965_1985) *On the w@terfront Public art: from dictatorship to democracy,* 23, pp. 1-25. disponível em: http://www.raco.cat/index.php/Waterfront/article/view/254755/341703 [consultado em 10-06-2013]

ELIAS, H. (2007), "A Statue for each Town: Public Sculpture under the New State (1955 – 1965)". *On the w@terfront*, 9, pp. 42-68. http://www.raco.cat/index.php/Waterfront/issue/view/16384/showToc [consultado em 10--06-2013]

ELIAS, H. (2007a), *Arte Pública das Administrações Central e Local do Estado Novo em Lisboa: Sistemas de encomenda da CML e do MOPC/MOP (1938-1960)*, Tese de Doutoramento, Barcelona: Faculdade de Belas Artes, Universidade de Barcelona, disponível em: http://diposit.ub.edu/dspace/handle/2445/35438 [consultado em 12-04-2013]

ELIAS, H. (2011), "Sistemas de arte pública do Estado Novo em Lisboa". *Actas das Conferências Arte e Sociedade*, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, Dezembro 2010, pp.136-151.

ELIAS, H., MARQUES, I, LEONOR, S. (2013), "Arte Pública nas Relações Luso-Brasileiras". In Drien, M., Espantoso, T. & Venegas, C. (eds.), *Transitos, em apropriaciones y marginalidades del arte público en América Latina*, Santiago do Chile: GEAP, pp. 257-276.

IRONS, J. (2012), Spray Away: Making the case for legal graffiti as a legitimate form of public art in Sydney, disponível em em https://www.be.unsw.edu.au/sites/default/files/upload/pdf/schools_and_engagement/resources/_notes/5A2_45.pdf [consultado em 10-12-2014]

IRVINE, M. (2012), "Street art and Visual Culture" Pre-press version of a chapter in Barry Sandywell and Ian Heywood (eds.). *The Handbook of Visual Culture*, Disponível em http://faculty.georgetown.edu/irvinem/articles/Irvine-WorkontheStreet-1.pdf [consultado em 28 - 11-2014]

JOÃO, M. (2002), *Memória e Império, Comemorações em Portugal (1880-1960)* Lisboa: Fundação Calouste Gubenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia

LOPES, T. (2007), **"**Arte Pública em Lisboa 94 Capital Europeia da Cultura. Intenções e oportunidades". *On the w@terfront,* 9, pp.94-102.

LUSA (2011), "Ano de Portugal no Brasil vai actualizar imagem do país, prevê comissário-geral, em jornal Público." Disponível em http://www.publico.pt/cultura/noticia/ano-de-portugal-no-brasil-vai-actualizar-imagem-do-pais-preve-comissariogeral-1526637 [consultado em 10-05-2014]

MARQUES, I. (2012), *Arte e habitação em Lisboa - Cruzamentos entre desenho urbano, arquitetura e arte pública*, Tese de Doutoramento, Barcelona: Faculdade de Belas Artes, Universidade de Barcelona, disponível em http://www.tdx.cat/handle/10803/145901 [consultado em 03-01-2014]

MENDES, M. (1965), "Sobre a estátua equestre de D. João VI da autoria de Barata Feyo", *in Colóquio Artes*, 34, pp. 12-16.

MOORE, M. (2013), "Exposição # Fragmentos de Alexandre Farto AKA Vihils." Disponível em https://www.facebook.com/events/442532442501174/?ref=5 [consultado em 12-04-2013]

MOREIRA, R., MARTINS, (2007), "História e tecnologia: preservação do património estatuário como identidade cultural luso-brasileira" Projecto *História São Paulo,* n.34, pp. 69-84

MULLER, F. (2008), "A imagem de um Brasil ideal ou uma re-colonização às avessas". *XI Congresso Internacional da ABRALIC, 2008*, São Paulo: USP

MULLER, F. (2008a), "Brasil e Portugal em revista : a imprensa periódica na fronteira entre cultura e política". *Amerika, 3*, 2010. Disponível em: http://amerika.revues.org/1408 [consultado em 12-04-2013]

NEVES, P., LOPES, T. (2014), "*Graffiti, o caso de "Os Gémeos", Picoas, Lisboa 2011*", Actas do Seminário de Arte Pública e Educação: Memória e cidadania, Universidade Lusófona, (no prelo).

PAULO, H. (2000), *Aqui também é Portugal* : *A colónia Portuguesa do Brasil e o salazarismo* Coimbra: Quarteto Editora

SCHAVION, C. (2008), "O Estado Novo no Brasil e as relações culturais luso-brasileiras no período". *IX Encontro Estadual de História, 2008.* Disponível em: http://eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/1210897420_ARQUIVO_TextoANPUH.pdf [consultado em 12-04-2013]

SUTTON, D. (2009), *Immanent images: photography after mobility.* In: Afterimages of Gilles Deleuze's film philosophy. Minneapolis: ed. University of Minnesota Press,

YOUNG, M. (2013), "The legalization of street art in Rio de Janeiro". *Untappedcities*. Disponível em http://untappedcities.com/2012/02/13/the-legalization-of-street-art-in-rio-de-janeiro-brazil/ [consultado em 10-12-2014]

S/ Autor (2001), "25 de Abril Comemorado no Brasil - Monumento ao 25 de Abril em São Paulo". Suplemento do *Jornal de Letras*, 34, 16 de Maio de 2001. Disponível em http://www.instituto-camoes.pt/encarte/25abrilbr.htm [acedido em 12-04-2013]

S/Autor (1965), "Bocage e Bilac" *Gazeta dos Caminhos de Ferro,* nº 1870, p. 341 Disponível em: http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/OBRAS/GazetaCF/1965/N1870/N1870_master/GazetaCFN1870.pdf [consultado em 12-04-2013]

VCP (2008), "Viana: Câmara festeja passagem de ano com homenagem ao navegador Caramuru". jornal *Expresso*. Disponível em http://expresso.sapo.pt/viana-camara-festeja-passagem-de-ano-com-homenagem-ao-navegador-caramuru=f489401#ixzz2TGW3cfzJ [consultado em 12-04-2013]

Fontes - Arquivos consultados

Arquivo Municipal de Lisboa – AML e Departamento de Património Cultural (CML)

Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas - AHMOP

SIPA - Arquivo da ex-Direcção Geral de Monumentos Nacionais (DGEMN-DSM)

Título: O alargamento do senso estético: notas sobre a assimilação do grafite pelo "mundo oficial" das artes plásticas.

David da Costa Aguiar de Souza[1]

Resumo: O trabalho a seguir busca demonstrar como o estilo pictórico grafite teve sua percepção social subvertida a partir da assimilação de sua estética pelas instituições "oficiais" do mundo das artes visuais no Brasil. A pesquisa dá contornos ao "mundo do grafite carioca" e a seus pontos de contato com o "mundo oficial das artes plásticas". Desta aproximação emergiu um subjetivo processo de legitimação do grafite como atividade artística, promovendo o deslocamento de sua percepção social, situada primariamente numa atmosfera que o classificava como poluente e desviante, para uma atmosfera de valorização e assimilação de sua estética por nichos como a moda, a publicidade, a decoração de ambientes e as agendas de combate à delinqüência e ócio juvenis.

Palavras-chave: Grafite, intervenção urbana, *street art*, mundo artístico, gosto, Sociologia da Arte.

1. Panorama empírico: o "mundo oficial das artes plásticas" como casulo

A crescente valorização via mercado de artes e a descriminalização (em 2011 no Brasil, através de lei constitucional[2]) não deram conta de eliminar por completo a ampla hostilidade social outrora destinada ao grafite, pelo contrário, criaram novas arenas de descredenciamento da atividade, como algumas vertentes mais ortodoxas da crítica de arte e alguns grupos de artistas estabelecidos mais tradicionalistas que consideram uma ofensa ao "mundo oficial" das artes plásticas receber a técnica como um estilo da pintura contemporânea[3].
Aqui se interpõe a discussão sobre vanguardas artísticas proposta por Gilberto Velho (1977). Os agentes responsáveis pela transposição original do grafite ao mundo oficial das belas artes (fim dos anos 1970, início dos 1980) – críticos, galeristas, curadores, artistas consagrados e mídia especializada -, tanto no Brasil quanto fora, ao violarem o *status quo* deste mundo introduzindo nele um ramo não acadêmico de pintura (não que isso constitua um fato inédito), incidiram num movimento interpretado por outros personagens do mesmo mundo como desviante. Se nos debruçarmos sobre a forma como tal movimento se processou nos EUA, reforçaremos essa percepção. Andy Warhol (1928 – 1987), que já havia subvertido o mercado de artes com sua *pop art* e atravessou a década de 1970 até meados dos anos 1980 na vanguarda do *establishment* artístico norte-americano[4], foi um dos pivôs de sacralização do grafite no mundo oficial das artes plásticas que, uma vez transposto, foi batizado como "neo-expressionismo abstrato", ramo da pintura pós-moderna que teve como

---

1 Bacharel (2004) e licenciado (2005) em Ciências Sociais pela UFRJ; mestre em Sociologia (2007) pelo PPGSA/UFRJ; doutor em Sociologia (2013) pelo IESP/UERJ. Professor de Sociologia (ensinos superior e médio) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (campus Volta Redonda) desde agosto de 2011. Pesquisa intervenções parietais urbanas no Brasil (a partir de referenciais teóricos e metodológicos das Ciências Sociais), eminentemente no Rio de Janeiro, desde 2005. Principais áreas de atuação: Sociologias da Arte e Urbana. avid.02@ig.com.br

2 O texto da lei (ambiental) constitucional 9.605 de 1998 que abrangia a pichação e o grafite sem fazer qualquer distinção e previa inclusive a mesma punição restritiva de liberdade para pichadores e grafiteiros, foi modificado pela lei 12.408 de 25 de maio de 2011, que altera o art. 65 da lei 9.605 para descriminalizar o ato de grafitar e dispõe sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol para menores de dezoito anos. Com a mudança o texto passou a ser: "Art. 65. Pichar (antes também grafitar, agora não mais) ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano: pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa".

3 Ver Trigo, 2009.

4 Ver Perl, 2008.

pioneiros Basquiat e Keith Haring (1958 – 1990), este que acabou se notabilizando posteriormente como um dos nomes mais importantes da *pop art* norte-americana.
Obviamente a transposição do grafite ao badalado ambiente das galerias, museus e mostras de artes não seria possível se uma série de integrantes desse circuito não se mobilizasse para tal. A definição tautológica de Becker (1977), situada no processo de delimitação da sua concepção de "mundo artístico", ajuda a entender a composição e o funcionamento do "mundo oficial das artes plásticas" e do "mundo do grafite", categorias que aqui são invariavelmente acionadas.

> Defina-se um mundo como a totalidade de pessoas e organizações cuja ação é necessária à produção do tipo de acontecimento e objetos caracteristicamente produzidos por aquele mundo. Assim, um mundo artístico será constituído do conjunto de pessoas e organizações que produzem os acontecimentos e objetos definidos por esse mesmo mundo como arte (BECKER, 1977, p. 9).

Imaginemos que dentre as pessoas que compõe o mundo oficial das artes plásticas encontram-se críticos, *marchands,* curadores, galeristas, grandes colecionadores, artistas estabelecidos e profissionais da mídia especializada. São eles que irão ou não chancelar a circulação de trabalhos pertencentes a determinado estilo (principalmente os insurgentes) no interior das instituições que compõe esse mundo. Não há unanimidade. Existem alas mais conservadoras, mais liberais e existe a vanguarda, responsável por muitas das inovações (recorrentemente consideradas desviantes) que por ali se abaterão.
A transposição do grafite ao referido mundo oficial das artes no Brasil e nos EUA foi idealizada e operacionalizada pelas vanguardas locais, em movimentos que podem ser classificados como desviantes, tendo por base as normas e critérios que vigem nesses mundos. Segundo Velho (1977), os membros das vanguardas artísticas recorrentemente incidem no desagrado de grupos mais conservadores, sendo alvo de acusações de desvio e anormalidade. Na concepção de vanguarda artística utilizada pelo autor está incluída uma gama variada e heterogênea de sujeitos e, segundo ele, uma característica importante que os unifica é o caráter público de seus segmentos e ofícios. O trabalho dos protagonistas do mundo das artes plásticas é de apreensão pública, desde quem produz a obra a quem a expõe ou elabora sua crítica. Evidencia-se então mais uma face desviante do grafite. Seu processo de transposição ao mundo oficial de artes plásticas, fator determinante da ampla mudança social de sua percepção decorrida nas últimas três décadas, enquanto movimento de uma vanguarda violando um *status quo* artístico, apresenta um inelutável caráter desviante.
Luciano Trigo (2010) entende que a assimilação do grafite pelas instituições do mundo oficial das artes plásticas vai certeiramente ao encontro do novo paradigma do segmento, vigente neste início de século XXI, corroborado por importantíssimos analistas como o filósofo, crítico de arte e Professor emérito da Universidade de Columbia (EUA), Arthur C. Danto. Tal paradigma é caracterizado, entre outros fatores, pela redistribuição de papéis dentro do sistema (entre artista, curador, galerista, crítico, *marchand* e instituições), pela reversão dos processos de experimentação e das atitudes contra-culturais promovidas pelas últimas vanguardas (por exemplo, em relação à negação dos museus, da mercantilização da arte e da própria noção de autoria) e, por último, mas não menos importante, pela assimilação total de uma lógica especulativa e mercadológica que aproxima a arte, cada vez mais, dos universos da moda, da publicidade e das imagens comerciais da cultura de massa. Para Trigo, este novo paradigma artístico deu um jeito também de aniquilar o sentido de várias manifestações outrora categorizadas como anti-artísticas ou marginais, colonizando-as, gerando uma inalienável necessidade de revisão.

> Hoje é difícil produzir uma obra marginal. O sistema deu um jeito de se apropriar de todas as manifestações artísticas que supostamente não caberiam numa coleção. Os múltiplos, as performances, os grafites, as instalações, as obras efêmeras ou industrialmente reproduzíveis, ambientais ou especificamente situadas: para tudo se encontra uma maneira de enquadrar, expor, valorizar e vender, mesmo para aquelas propostas que colocavam em causa a própria possibilidade da coleção, fundamental

> para o mercado. As instalações e performances, por exemplo, de propostas anti-sistema passaram a ser a ferramenta de marketing para a promoção do artista num mercado onde o primeiro desafio é ser visto e chamar atenção (TRIGO, 2010, p. 30).

Para Sant'anna (2003), em relação à necessidade de revisão nos critérios da arte moderna, há um problema que precisa ser destrinchado e "posto no divã socioestético". Em artigo que acabou repercutindo e se tornando um clássico brasileiro da reflexão sobre as ciladas presentes na arte contemporânea, o autor se refere a um "trauma", uma "má consciência" que ficou na memória do ocidente devido ao fato de vários artistas recusados em salões oficiais no final do século XIX terem, posteriormente, sido aceitos como alguns dos maiores criadores de seu tempo. Desde então a probabilidade de que os conceitos de arte vigentes estejam equivocados e que seus idealizadores e mantenedores sejam tidos no futuro como incompetentes e ignorantes para perceber a "vanguarda" e o "novo" fez com que se abrissem, ou melhor, se escancarassem as portas do julgamento estético, como verificado no exemplo de Basquiat, cortejado por todos os setores do "mundo oficial das artes plásticas", dos negociantes à alta crítica, inaugurando o ingresso dos grafiteiros no *mainstream* das artes visuais. Sim, pois há um fenômeno acoplado ao trauma daquela rejeição histórica, de acordo com o autor.

> Os artistas, que por suas propostas perturbadoras e revolucionárias àquela época, enfrentavam o gosto oficial e no princípio foram marginalizados, passaram, numa reversão da expectativa, não só a serem canonizados, mas a fazer parte da modernidade triunfalista. (SANT'ANNA, 2003, P. 18).

Dentro desse contexto de abertura e flexibilização do julgamento estético, o movimento de aproximação das instituições oficiais de artes (galerias, museus e mostras de arte) com o grafite no Brasil é inaugurado no início da década de 1980 em São Paulo por intermédio dos primeiros trabalhos públicos (obras de nomes como os pioneiros da cena paulistana Alex Vallauri, Carlos Matuck, Waldemar Zaidler, Hudinílson Júnior, Maurício Vilaça e Rui Amaral[5]) e percorre, com intermitências e vacilações, sua trajetória até a consagração do estilo enquanto ramo da pintura pós-moderna nos anos 2000, passando a ter representantes incluídos no celeiro máximo das artes plásticas nacionais, a exemplo dos irmãos gêmeos paulistanos Gustavo e Otávio Pandolfo, componentes da dupla *osgemeos*[6], maiores expoentes brasileiros da produção de grafites, reconhecidos e celebrados em todo mundo.

O processo inicial de transição daquilo que Celso Gitahy (1999) classifica como "grafite marginal", proibido, perseguido e desvalorizado em direção ao seu viés artístico, que em maior ou menor escala coordena atualmente a produção nacional pública e privada, deflagrou-se no Brasil com a participação de dois grafiteiros norte-americanos - Kenny Scharf e Keith Haring - na XVII Bienal de artes de São Paulo (1983). Os dois juntamente com o filho de imigrantes caribenhos nos EUA Jean Michel Basquiat (descendência porto-riquenha por parte de mãe e haitiana por parte de pai) já se encontravam com seus processos de mediação com o mundo oficial das artes bem sedimentados e por conseqüência já haviam levado o grafite aos principais cenários e eventos de artes plásticas contemporâneas nos EUA e Europa.

A assimilação internacional do grafite pelos mercados mais valorizados de artes, afigurando-se como uma tendência do mundo oficial das artes plásticas, e sua aparição no principal evento do segmento na América Latina, determinou que na bienal seguinte (XVIII Bienal de São Paulo, 1985) os mais notórios emergentes grafiteiros paulistanos fossem então convidados a expor suas obras. Ali se iniciava no Brasil percurso (ou processo de mediação) semelhante ao percorrido pelos mencionados grafiteiros norte-americanos da geração de Basquiat, pioneiros mundiais da inserção do grafite no universo institucional de artes plásticas.

---

5 Ver Gitahy, 1999.

6 Reproduzindo aqui o vocábulo adotado pela dupla como marca e assinatura das obras: *osgemeos*, uma única palavra conectando o artigo e o substantivo, sem o acento circunflexo, sempre iniciada em letra minúscula. Cf. matéria "Tudo Junto e sem acento", por Melina Dalboni. Suplemento *Ela*, jornal O Globo. Rio de Janeiro, 26/01/2013

2. O olho, o gosto e outras variáveis

2.1 - Grafite x *street art*: uma discussão ontológica.

As obras desenvolvidas com as técnicas e a estética do grafite em suportes móveis privados, como telas, não são consideradas grafites, nem por produtores (os próprios grafiteiros), nem por intermediários (galeristas e curadores) e nem pelo público consumidor de arte contemporânea iniciado. Mas são considerados grafites pelo grande público não iniciado. Perguntei para Joana Vasques, gerente da galeria Movimento (Copacabana, Rio de Janeiro), que conta com vários artistas plásticos oriundos do grafite em seu catálogo: "as pessoas entram em contato procurando peças de grafite?" e ela "não, nosso público procura por *street art*, geralmente o comprador sabe diferenciar" (grafite = rua; *street art* = casa).

Em primeira instância, o que se pretende discutir aqui é: se para que um grafite o seja é necessário seu desenvolvimento em um suporte público urbano, sua circulação no mercado de artes, necessariamente disposto em outros suportes, não determina que ele imediatamente passe a ser outra coisa? Sim, determina, ele se transforma em "*street art*", "pós-grafite", "neo-expressionismo abstrato", entre outras classificações da arte contemporânea. Desta forma, diante de tal bifurcação, se pode falar no grafite como estilo pictórico?

Existem opiniões de grafiteiros que se submetem mais docilmente ao abraço dado pelo mercado de artes a sua estética e esta é uma discussão cara para o argumento geral deste trabalho. As peças desenvolvidas com a aplicação das técnicas do grafite em suportes móveis privados, comercializados como obras de arte, são ou não grafites? Não, não são grafites para os sujeitos que operam nos dois mundos artísticos em contato neste processo (grafiteiros, intermediários e compradores), desenvolvendo ações coletivas que produzem delimitações e significações efetivas à construção e manutenção destes mundos (Becker, 1977), o que ratifica a resposta apresentada acima. Tais trabalhos (em suportes móveis privados) ostentam elementos oriundos dos painéis de grafite desenvolvidos nas ruas (estética e técnica de pintura) e, ao serem reconhecidos como obras de arte, acabam por legitimar estes também como tal.

Para 100% dos grafiteiros por mim entrevistados (contabilizo 12[7] informantes, de veteranos a novatos, passando por intermediários), o grafite, em sua concepção original, é (em linhas gerais) um estilo de pintura mural cujo propósito é modificar e intervir na paisagem urbana, gerando um gratuito processo de reflexão por parte do seu espectador, sendo *a priori* uma atividade desinteressada do ponto de vista econômico. Ou seja, a aura (Benjamin, 1982) e o valor de culto de um grafite público e de um privado (classificado como *street art*) são diferentes: ao passo que o primeiro destina-se a um processo franco de rápida assimilação por parte de seu espectador, as obras desenvolvidas com suas técnicas e estética em suportes móveis privados obedecem ao mesmo *modus operandi* das pinturas inseridas em estilos da arte contemporânea, cuja apreensão do significado se dá (ou não, em caso de uma obra sem significado a ser apreendido) através do culto, privado, quieto, silencioso, distante da desordem das ruas, em límpidas arenas de lapidação e verificação social do gosto. Do ponto de vista mercadológico, deste processo (o culto) pode resultar a identificação entre espectador e obra e esta se tornar objeto de desejo daquele, concretizando um dos propósitos principais de qualquer ramo da pintura moderna: a exploração comercial[8]. Tal cadeia não pode ser acionada pelo culto a uma obra desenvolvida em um suporte público (não se poderá levar o muro para casa, ainda que se possa contratar o executor da pintura para desenvolver uma obra particular), por isso (e por outros fatores) o grafite impresso no muro é diferente em essência da *street art* comercializada pela galeria, apesar de ambos compartilharem estética, iconografia e técnica.

---

7 Marcelo *Eco* e Carlos *Acme* (nucleares), *Godri*, Daniel *Malc*, Ricardo *Prema*, *Bobi*, *Bunys*, *Leo* I (tatuador), *Leo* II, Rafael, Liria e Vitor.

8 A fala do pintor italiano Giovanni Papini (*apud* Sant'anna, 2003) é exemplar a esse respeito: "Os 'refinados', os ricos, os ociosos profissionais, os destiladores de quintessências buscam o que é novo, estranho, extravagante, escandaloso na arte. Eu mesmo, desde o cubismo e além dele, contentei esses mestres e esses críticos com todas as bizarrices que me passaram pela cabeça. E quanto menos eles me compreendiam, mais eles me admiravam. À força de me divertir com todas essas brincadeiras eu fiquei célebre, e muito rapidamente. E a celebridade para um pintor significa vendas, lucros, fortuna, riqueza. E hoje, como o senhor sabe, eu sou famoso, eu sou rico" (PAPINI *apud* SANT'ANNA, 2003, p. 9).

Indubitavelmente as obras de artes (principalmente as contemporâneas) também são *obiecta economici*, devendo o artista vender o que faz e as instituições governamentais e particulares participarem do sistema, mas o que é artístico não deve ser determinado pelo mercado, deve se originar da cultura artística (popular e erudita) e da mudança social, em nome da sustentação de pilares históricos do campo das artes (Heinich, 2008). Apenas citando um exemplo de como as instituições artístico-financeiras influenciam a ecologia do mundo oficial das artes plásticas, de acordo com Sant'anna (2003), a poderosa sociedade de leilões inglesa *Christie's* inventou o rótulo "arte contemporânea" nos anos 1970. "O *label* 'arte contemporânea' foi antes uma criação comercial do que estética. Não foi de nenhum teórico ou professor de história das artes" (SANT'ANNA, 2003, p. 53). Segundo o autor, a *Christie's*, para facilitar seus negócios, estabeleceu três categorias de arte, que acabaram se consagrando no mercado ocidental a partir de então: 1) do século XIX incluindo os impressionistas até Cézane; 2) arte moderna – para obras do princípio do século XX até 1970; e 3) arte contemporânea – de 1970 em diante (Sant'anna, 2003). A transposição do grafite ao mundo oficial das artes plásticas gera produtos que, como sinalizado acima, vêm sendo alocados por seus operadores em ramos conceituais da arte contemporânea ou determinando a criação de novos rótulos.

Afinal, o grafite é ou não um estilo pictórico? Eu diria que sim, mas que tal afirmação demanda um esclarecimento básico por conta de uma bifurcação inalienável. O grafite é primordialmente um estilo pictórico parietal (ou mural) voltado à elaboração de pinturas em suportes urbanos fixos, sendo mais próximo (em termos semânticos), portanto, de outros estilos de pintura parietal - como o muralismo mexicano da primeira metade do século XX representado por nomes como Diego Rivera (1886 – 1957), Jose Clemente Orozco (1883 – 1949) e David Alfaro Siqueiros (1896 – 1974) ou mesmo a pintura mural brasileira da mesma fração de século, vinda a reboque da tradição mexicana (difundida também entre outros países da América Latina), que tem em Cândido Portinari (1903 – 1962) e Carybé[9] (1911 – 1997) seus maiores nomes – do que da *street art*, transposição de sua estética para suportes móveis privados.

Estamos esmiuçando aqui alguns aspectos basilares do desenvolvimento do mercado de *street art* no Brasil e no mundo (desde Basquiat, o primeiro expoente do estilo), tais como o fato dos grafiteiros estarem alijados do processo de indexação das obras e de legitimação que as permite circular neste mercado; a conseqüente perda (ou não) de pertencimento das obras ao estilo (digamos, nativo) grafite, quando da submissão da estética tipicamente parietal da atividade a suportes privados, e as implicações conceituais daí advindas; e o desenvolvimento de um estilo de pintura não acadêmico e sua assimilação pelo mercado oficial de artes, em processo similar ao retratado por Price (2000) a respeito da constituição do mercado de arte primitiva no decorrer do século XX na Europa.

Price enfatiza a perspectiva de que o objeto de arte ocidental é completamente indissociável de dois elementos que constituem seu nexo: sua biografia (propriamente, a quem pertenceu, por onde circulou e em quais circunstâncias históricas foi produzido, além de seu enquadramento acadêmico a determinado estilo) e o discurso (parecer ou até mesmo apadrinhamento) de algum *conaisseur* a seu respeito, o que revela um fortíssimo processo de fetichização destas mercadorias e a existência de ambientes sociais altamente seletivos, nos quais a distinção entre os indivíduos se dá no entorno da construção e da manutenção social do gosto e independe do posicionamento dos produtores das obras, que se encontram na base desta cadeia.

O conhecimento em artes plásticas, ou seja, a familiaridade com estilos e períodos artísticos, artistas e obras, grandes museus nacionais e internacionais, assim como uma série de outros conjuntos específicos de conhecimento subordinados às especificidades das diversas arenas de construção e manutenção social do gosto, erguem-se em oposição ao fácil. Tal como o corriqueiro no Brasil, nos dias de hoje, conhecedor de vinhos (o popular "enochato"), que se tiver uma plateia de duas pessoas em um evento como uma festa, é capaz de, por horas, transitar pelo jargão interno da cultura enóloga costurando palavras como "amadeirado", "frutado", "cítrico", "licoroso" e nomes de uvas em frases supérfluas que vão afastá-lo da média e lhe conceder subsídios para, em um momento de explorar a capacidade distintiva, fazer uma cara de nojo quando alguém passar com um copo de cerveja na mão e pronunciar a frase: "nossa, com 20 anos eu já sabia beber!".

Não cessa de crescer o contingente de pessoas circulando no entorno ou mesmo no interior do mundo oficial

9 Hector Julio Páride Bernabó.

das artes plásticas tentando, através do discurso, soar como iniciado, principalmente neste início de século XXI, cujo cenário é amplamente dominado pela arte conceitual. Obviamente é preciso estar um tanto familiarizado com o jargão e conhecer alguns artistas, estilos e expressões internas. Jackson Pollock, De Kooning, Basquiat, Haring, Warhol, Damien Hirst, Adriana Varejão, Beatriz Milhazes e Carlos Vergara, além de "expressionismo abstrato", "neo-expresionismo", "cubismo", "*pop-art*", "*action-paing*", "*street art*" e também *pastiche*, *kitsch*, *teaser* e *ready-made* são vocábulos típicos ao nicho no Brasil que apareceram no discurso dos grafiteiros/artistas plásticos (os mais requisitados) entrevistados nesta pesquisa, a maioria pouco fluente no jargão e tateando em encaixar tais referências em formulações coerentes. Notadamente foram coletando esse glossário de forma empírica, em seus passeios pelo interior de tal universo institucional.

Pelo que tomei ciência, no que se refere à produção de *street art* carioca, os trabalhos abstratos, que remontam aos pioneiros do estilo como Basquiat e Scharf e, portanto, dotados de uma apreensão não imediata, são os que mais interessam ao mercado de artes. As obras do grafiteiro *Toz* que vi expostas na galeria Movimento, indexadas em R$40.000 cada, apesar de apresentarem elementos sólidos, como contornos de personagens (sem preenchimento), a justaposição destes originava conteúdos abstratos. Como exposto anteriormente, o grafiteiro carioca *Smael*, de pegada, digamos, neo-expressionista, estilo praticamente criado para enquadrar Basquiat e alguns de seus contemporâneos, é um sucesso "*for export*", recorrentemente tendo seu traço comparado ao do pintor norte-americano, sendo visto no exterior como um legítimo pastiche deste, apesar de ser efetivamente muito mais do que isso.

Bourdieu (2007), em seção denominada "A aversão pelo fácil" (*post-scriptum*), explicita o tipo de expectativa gerada naqueles que se entendem dotados do "gosto puro" ou, pelo menos, de alguns de seus traços, algo bastante recorrente entre os diversos atores próprios do mundo oficial das artes plásticas, principalmente em suas vertentes ligadas à arte contemporânea (eminentemente conceitual), como pude observar durante o trabalho de campo. Lembro-me de um bom exemplo vivenciado em minha incursão na galeria *Inox* (Copacabana, Rio de Janeiro) no dia da inauguração da mostra *Lampoonist* do grafiteiro/artista-plástico paulistano Alexandre *Orion*. A postura *blasée* e aparentemente soberba do jovem (em torno dos seus 25 anos[10], acredito) que me atendeu quando adentrei o estabelecimento para colher informações sobre a exposição dá conta de ilustrar o tipo de *ethos* que estou propondo identificar. Após ter negada autorização para fotografar o local pelo autor das obras em exposição (Alexandre *Orion*), durante a interlocução com o mencionado jovem, que me ciceroneou enquanto as observava dispostas na galeria, pensei em voz alta algo como: "*Kitsch*... Interessante", diante de instalação composta por um letreiro luminoso com a palavra em vermelho. Ele virou-se para mim apertando os olhos em sinal de concentração e me perguntou: "você sabe o que isso significa?". Retruquei-lhe sem, no entanto, responder: "pô, pelo que eu estou entendendo da proposta, *ready-made* teria sido um termo mais adequado". Ali mesmo agradeci pela atenção e me despedi, esperando uma réplica que não me foi oferecida, em seu lugar um silêncio pouco natural dado o ritmo da interação até então.

Segundo Bourdieu (2007), o gosto "puro" e a estética que lhe serve de teoria encontram sua origem na rejeição do gosto "impuro" e da *aisthesis,* forma simples e primitiva do prazer sensível reduzido a um *prazer dos sentidos,* à semelhança do que Kant designa por "gosto da língua, do palato e da boca", abandono à sensação imediata que, em outra ordem, assume a figura da negligência. Correndo o risco de parecer adaptar-se aos "efeitos fáceis" estigmatizados pelo "gosto puro", seria impossível mostrar que toda a linguagem da estética está confinada em uma rejeição de princípio do fácil, entendido em todos os sentidos atribuídos a esta palavra pela ética e estética burguesas; que o "gosto puro", puramente negativo em sua essência, tem por princípio *a aversão*, freqüentemente designada como visceral ("faz adoecer" e "provoca vômitos"), por tudo que é "fácil", como se diz de uma música ou de um efeito estilístico, assim como de uma mulher ou de seus costumes (Heinich, 2008).

---

10 A idade pouco avançada do jovem o descredenciaria *a priori* de ser considerado um *connaiseur* por seus interlocutores, mas sua postura indicava muito bem o tipo de subjetividade que ele gostaria que fosse apreendida a seu respeito em uma interlocução: uma pessoa iniciada em arte contemporânea, que pode explorar isso enfaticamente como elemento distintivo.

Ainda segundo Bourdieu (2007), a rejeição do que é fácil no sentido de simples, portanto, sem profundidade, e "barato", já que sua decifração é cômoda e pouco "dispendiosa" do ponto de vista cultural, conduz naturalmente à rejeição do que é fácil no sentido ético e estético, de tudo o que oferece prazeres *imediatamente acessíveis* e, por conseguinte, desacreditados como "infantis" ou "primitivos" (por oposição aos prazeres adiados da arte legítima),

Supostamente, esta "espetacularização do difícil", através da qual se pode transformar qualquer objeto em arte conceitual por meio do discurso, em vigor nas artes ocidentais desde Duchamp, somada ao trauma gerado pelas falhas cometidas pelas vanguardas artísticas do final do século XIX, início do XX, além da exacerbada "capitalização" da arte contemporânea e de tudo o que é pretensamente artístico pós 1960, teriam determinado os frouxos rumos que tomaram os critérios de julgamento estético das obras de artes plásticas ditas pós-modernas (pós 1960), fenômeno que Trigo (2010) classifica como "vale-tudo na arte contemporânea". A reflexão desencadeada por um cético Sant'anna (2003) dá conta de ilustrar este cenário:

> à pergunta de Frederic Jameson: "Se além de reforçar a lógica do capitalismo de consumo, a arte feita pelo pós-modernismo seria uma forma de resistência?" – pode-se responder: tal arte não é uma resistência, é uma adesão, um sintoma. Tem como agravante, que está ilhada, auto-exilada dentro da sociedade, o público sabe que ela não está fornecendo saídas, que não é senão um espelho vazio, sintomático. Submeteu-se a ser mercadoria. Esvaziou-se de si mesma. Alguém perguntará: "Se essa não é a grande arte de nosso tempo, onde estará ela então?". É possível que as artes plásticas, salvo raríssimas exceções, tenham se eximido, se demitido e sido incapazes de produzir o que delas se esperou e delas a sociedade necessitava. Quem sabe, a partir de um diagnóstico assim cruel, não começarão a abrirem-se as portas para que uma arte superior nos resgate depois de tanta ausência e alienação? Deve existir uma porta além deste entulho (SANT'ANNA, 2003, p. 64).

Elsje Lagrou (2003) lembra que na posição de quem diz o que é e o que não é arte, está implicada a força da distinção social como em Bourdieu (2007). Segundo a autora,

> Gow invoca "A Distinção" de Bourdieu (1979), que localiza a origem da estética ocidental na Crítica do Juízo de Kant, e que explica por que a aplicação do julgamento estético não pode senão representar o ápice do exercício da distinção social através da demonstração de capacidades de discriminação, que não seriam inatas e universais como queria Kant, mas aprendidas e incorporadas através de longo processo de exposição e aquisição do *habitus* específico da sociedade em questão (LAGROU, 2003, pg. 99).

A formulação de Bourdieu (1979) acerca da influência da distinção social na percepção artística relativa à arte ocidental reitera a ideia bem resumida por Sally Price (2000), de que "não existe percepção imaculada". Nas palavras de Bourdieu,

> O olho é um produto da história, reproduzido pela educação (…) e não existe "amor à primeira vista" no encontro com uma obra de arte (…). Esta teoria tipicamente intelectualista da percepção artística contradiz muito diretamente a experiência de amantes da arte que se encaixam mais acuradamente na definição aceita. A aquisição da cultura legítima através da familiarização despercebida no seio da família tende na verdade a favorecer uma experiência cultural de encantamento que exige que esqueçamos o ato de aquisição e ignoremos os instrumentos de apropriação (BOURDIEU, pg. iii, 1979).

Sally Price (2000) estabelece uma significativa abordagem acerca da mística do conhecedor de arte (crítico ou historiador da arte, *marchand*, colecionador renomado, galerista, etc.), que estaria em uma das pontas dessa construção dialética (na outra, os próprios artistas), produtor de um discurso indissociável do objeto artístico contemporâneo, notadamente o conceitual. Se o objeto está na posição de obra de arte conceitual é porque, além de ter sido produzido pelo seu autor com um significado que só o próprio conhece exatamente, ele recebeu a capa de uma argumentação que o permite ser exposto e comercializado no circuito oficial de artes. Para isso, a autora faz uma descrição irônica da figura do *conaisseur*, que reforça a perspectiva de Lagrou relativa à implicação da distinção social nesta posição.

> A ideia do conhecedor de arte evoca a imagem de um cavalheiro impecável – culto, bem educado e bem vestido, de comportamento discreto, opiniões comedidas, dotado de autoconfiança e, acima de tudo, um homem de supremo bom gosto. Um conhecedor é ainda uma pessoa cujas opiniões estão revestidas, para os outros, de uma autoridade especial. Confiamos na percepção dos conhecedores porque, como proclama o dicionário agora aberto sobre minha mesa, eles são "particularmente aptos a fazer avaliações críticas em arte, sobretudo das belas artes, ou em questões de gosto" (PRICE, 2000, pg. 27).

À frente a autora adiciona as palavras do marchand Henri Kamer, identificado como um dos mais importantes do século XX, relativas à definição do que seria o mencionado "bom gosto", que estariam em oposição à percepção de Bourdieu (2007).

> Sentir a qualidade de um objeto é ter um sexto sentido (…)
>
> É possível aprender a reconhecer estilos (…) através de livros que foram publicados sobre o assunto ou, melhor ainda, estudá-los em campo. Mas gosto e senso de qualidade não são nunca adquiridos. Isto é inato. (PRICE, 2000, pg. 32)

Contra-argumentando, Price (2000) menciona que a notória colecionadora francesa Dominique de Menil[11] (1908 – 1998), antes de afirmar sua posição de que "existe um lugar para a fala na abordagem a um trabalho, [e] reflexão não é o oposto de emoção", reconheceu a extensão do descrédito dado por muitos artistas a críticos e à contribuição de pensamentos intelectualizados e articulados à apreciação artística, algo que, em meu ver, não ocorre com os grafiteiros estabelecidos que produzem obras de *street art* para o mercado de arte contemporânea nacional neste início de século XXI. Três dos maiores nomes da cena carioca (quiçá os maiores) - *Acme*, *Eco* e *Toz* -, por exemplo, se disponibilizaram a me ceder entrevistas sem maiores melindres ou exigências, dos quais dois (*Acme* e *Eco*) foram tomados como balizadores dos demais dados empíricos colhidos sobre a atividade no Rio de Janeiro. Todos foram muito solícitos e sem as afetações típicas de artistas plásticos estabelecidos, como estamos acostumados a ver. Os três me pareceram razoavelmente iniciados no universo institucional da arte contemporânea e não fizeram objeções quanto à perspectiva de ter alguém teorizando sobre suas obras e formulações ou dizendo algo que fosse contrariar suas próprias significações e impressões acerca das mesmas. A postura me pareceu ser a seguinte, nos três casos: "fale o que quiser do meu trabalho se esse é o seu trabalho", o que acabou por reverter uma pré-impressão minha alusiva às ciladas de se expressar teoricamente sobre artes plásticas, justamente para não incorrer no risco de se posicionar de maneira contrária ao produtor da obra. Segundo Price (2000):

---

11 Imigrante de Paris para Nova Iorque, de Menil coletou aproximadamente 10.000 objetos de arte ao longo de sua trajetória de 40 anos como colecionadora. A coleção De Menil incluía peças surrealistas da Europa moderna, juntamente com um substantivo número de peças de artistas americanos contemporâneos, notadamente do expressionismo abstrato, como Jackson Pollock, além de peças de arte tribal africana (Price, 2000).

> O comentário de Matisse de que "aqueles que se entregam à pintura deviam começar cortando as próprias línguas" e o de Braque de que "na arte, existe apenas uma coisa que importa: aquilo que não pode ser explicado" são lembretes brutais de que, como disse Marlaux, "a única linguagem da pintura é a pintura". E até mesmo Baudelaire falou "da terrível inutilidade de explicar não importa o quê não importa a quem" (PRICE, 2000, pg. 33).

2.2 – Grafiteiro x Artista Plástico.

Mas como e quando se dá a transformação do grafiteiro em artista plástico? "Isso se dá a partir do momento em que o cara que pintava na rua começa a ter uma preocupação com o seu trabalho, ter uma pesquisa, se preocupar em ter um desenho bom e ser original", acredita o curador Pedro Moreira da Graça, da galeria especializada Choque Cultural em São Paulo[12]. Essa transformação também está em maior ou menor escala relacionada ao desenvolvimento de um público que não reivindica associação do grafite com a arte tradicional. Para os mercadores, no que diz respeito ao enquadramento do grafite como um dos ramos da arte contemporânea, não há muitos problemas, pois há muita coisa a ser dita sobre as obras de *street art* e sobre o estilo, o que realmente importa num universo quase estritamente conceitual.
O grafiteiro paulistano *Zezão*, que trabalha com arte-educação e pinta nas ruas desde 1995, certamente um dos principais nomes de sua geração, sempre teve suas divergências com a temática rígida imposta pelo movimento *hip-hop*, que em maior ou menor escala ditou as regras da produção nacional, principalmente durante a década de 1990. *Zezão* diz que sua "emancipação" aconteceu em 1998, quando descobriu a história e o trabalho de Jean Michel Basquiat. Segundo *Zezão*,

> ele me influenciou em vários aspectos: pela liberdade de se expressar; por ter um traço tosco, mas ao mesmo tempo muito representativo e pela forma como ele interagia na cidade. Isto foi abrindo vários horizontes, a ponto de eu me desvincular dessa arte mais regrada, que era a da cultura do *hip-hop*[13].

A controversa transformação do grafiteiro *SAMO*[14] no artista plástico Basquiat muito nos interessa nesta discussão. Essa trajetória se confunde com o momento em que o mercado de arte norte-americano, no início da década de 1980, assimilou os artistas de rua e atribuiu-lhes um estilo mais de acordo com os critérios das galerias e dos *marchands*, nomeando-os como representantes do emergente "neo-expressionismo", remissão ao expressionismo abstrato, estilo que vigorou no mercado norte americano até meados do século XX (cujo nome mais expressivo talvez seja o do pintor Jackson Pollock, 1912 – 1956) e posteriormente fora "atropelado" pela *pop art* no gosto de galeristas e colecionadores. Segundo Leonhard Emmerling (2005), biografo de Basquiat, o artista desvinculou-se do movimento do grafite e passou a comercializar suas obras às mesmas instituições que antes insultava. Sua crescente falta de interesse pela pintura com spray revela a sua admirável percepção dos mecanismos da cena artística: primeiro seguindo o curso do movimento grafite, depois se distanciando dele quando o interesse do público acalmou e quando outras estratégias provaram ser mais eficazes. Deixou de pintar edifícios e cartazes, começando a agir em direção a conseguir uma reputação artística. A forma como o mercado de arte usou a ele e a outros jovens revela a trágica semelhança que ele partilha com outros artistas

---

12 Cf.. matéria "Muito além das ruas: grafite ganha visibilidade, invade museus e galerias e provoca debate sobre as transformações que a arte de rua sofre ao ser incorporada ao circuito oficial de arte" por Natalie Catuongo. Revista Ocas n° 42, fevereiro de 2006.

13 Cf. matéria citada na nota anterior.

14 SAMO era o pseudônimo de Basquiat na época em que grafitava nas ruas de Nova Iorque (entre 1978 e 1980). "Basquiat disse à *Village Voice* em 1978 que *SAMO* foi criado quando ele e o seu amigo da escola, o grafiteiro Al Diaz, fumavam *marijuana*. Basquiat, inebriado, falou em algo como SAMe Old Shit. Samo é então um acrônimo, uma abreviatura corrompida" (EMMERLING, 2002, pg. 12).

de grafite. Estes jovens, como Basquiat (tinha 20 anos quando realizou sua primeira exposição individual), passaram da pintura dos muros do *Soho* e do Metropolitano para as telas das galerias, de serem ignorados a andarem de inauguração em inauguração, para depois serem deixados de lado, logo o interesse por eles morresse. Segundo Emmerling (2005),

> Isso se deu numa altura em que o mercado da arte começou a prosperar. Comprar arte era chique e a arte tornou-se um objeto de investimento, tal como as ações da bolsa. Charles Saatchi é o mais conhecido desses colecionadores que começaram a comprar obras de arte nos anos 1980, um homem que ainda hoje possui o poder de determinar o destino da carreira de um jovem artista (...) De repente os potenciais colecionadores tinham de ficar em filas de espera para comprar obras dos mais recentes ídolos, como Keith Haring (grafiteiro que atuava com Basquiat, notadamente no metrô). Isto deu origem a uma situação absurda, na qual os artistas produziam segundo as leis da procura e da oferta. (EMMERLING, 2005, pg. 8)

O processo de assimilação dos grafiteiros de rua norte-americanos pelo mercado local de artes nos anos 1980 é bastante diferenciado da forma como ocorre com os brasileiros neste início de século XXI, mas uma análise comparativa é válida. Dificilmente encontraremos no discurso daqueles, palavras convergentes com a apreciação de suas obras desenvolvida por algum crítico ou galerista. A percepção dos jovens pioneiros norte-americanos caminhava na direção de um discurso legitimador do estilo nativo, não acadêmico, mas com pretensões estéticas inegáveis.

Vejamos o caso de Basquiat. O grafiteiro refutava qualquer tentativa exterior de busca de influências artísticas em seus trabalhos. Eventualmente os críticos encontravam remissões a Pablo Picasso em suas obras, de quem era assumido admirador, mas Basquiat as desmentia. O jovem fora considerado um misto de dois pintores abstratos do século XX nas palavras do importante crítico de arte René Richard, amigo de Andy Warhol, mas parecia não gostar da análise. Segundo Emmerling (2005)

> René Richard fala de dois artistas associados de forma consistente ao trabalho de Basquiat, Cy Twombly (nascido em 1928) e Jean Dubuffet (1901 – 1985). À simples pergunta se conhecia Dubuffet, sabemos que Basquiat reagia com um irritado: Não! Sabemos também que ele mantinha um livro com ilustrações de Twombly aberto perto de sua tela enquanto pintava na *cave* de Annina Nosei - primeira *marchand* com quem trabalhou (EMMERLING, 2005, pg. 29).

Se compararmos as perspectivas dos artistas *Zezão* e Basquiat acerca do sentido de suas obras, encontraremos visões díspares. No momento em que Basquiat foi "descoberto" artista, no início dos anos 1980, reivindicava o caráter nativo e espontâneo de sua obra, o que contribuía para sua percepção pela crítica como uma espécie de gênio da pintura (o próprio crítico René Richard escreveu um artigo sobre Basquiat em 1981 após sua primeira exposição, denominado *The radiant child*, que contribuiu muito para sua decolagem artística, apontando a natureza espontânea das suas obras [Emmerling, 2005]).

Anos se passaram até o surgimento do mercado de *street art* brasileiro. *Zezão*, um dos principais nomes da cena, não abre mão de identificar o caráter premeditado de seus trabalhos, atribuindo-lhes sofisticadas referências, como observado em sua fala transcrita acima, na qual reivindica a influência do próprio Basquiat. Isto diz respeito ao estilo de grafite que interessa ao mercado e de alguma forma marca a variedade temática da produção nacional mais fluentemente cooptada pelo mundo oficial das artes plásticas. Para o nosso incipiente mercado de *street art*, o flerte entre grafiteiros e artistas plásticos consagrados parece produzir o tipo de obra que realmente interessa permitir circular em seu interior.

Como exposto, a apropriação da categoria "mundo artístico" em Becker (1977) permite o desmembramento do universo empírico analisado em dois mundos singulares que se interpenetram. O primeiro é o mundo do grafite

propriamente dito, este que surge nas ruas com as intervenções públicas, os ateliês dos grafiteiros e outros estabelecimentos similares de criação, seus nichos de interação e troca; o segundo o mundo oficial das artes plásticas contemporâneas e suas instituições, notadamente os ambientes de exposição e comercialização das obras, que têm trazido para si ("abduzido", pra usar uma expressão recorrente no meio) elementos do primeiro. Alguns grafiteiros brasileiros se posicionam reticentes quanto à aproximação entre os dois mundos e as possibilidades comerciais que vem se abrindo à classe, mas em geral não rechaçam os pares que trilham bem sucedidas carreiras de "artistas plásticos". E estes, por sinal, querem cada vez mais figurar entre nomes como Adriana Varejão, Ernesto Neto e Vik Muniz, membros da elite nacional do segmento, da qual já fazem parte *osgemeos*, por exemplo. O carioca *Toz* tem deixado isso muito claro em suas últimas aparições midiáticas e em seu perfil virtual no *site* da destacada galeria de artes que o representa (galeria Movimento), o que sugere que ele estima até certo distanciamento institucional em relação a sua filiação original (grafiteiro da equipe *Fleshbeck crew*). *Toz* foi protagonista de uma matéria jornalística (O Globo) em abril de 2013 explicitando seu desejo em se desvincular do rótulo de grafiteiro e passar a ser tratado como artista plástico.

Para fins tipológicos, os grafiteiros mencionados nesta pesquisa (informantes diretos ou não), recorte significativo das cenas carioca e brasileira da atividade, podem ser classificados, segundo seu estilo de desenho e de temática, em: 1) realistas e hiper-realistas, cujas pinturas, variando de rostos a naturezas mortas, aproximam-se visualmente de fotografias. São exemplos de representantes dessa vertente no Rio de Janeiro os grafiteiros Carlos *Acme* e Clivson *Akuma;* 2) caricaturistas e cartunistas, cuja iconografia básica é composta por personagens em padrão de desenho animado, histórias em quadrinhos e desenhos infantilizados. Estão entre os principais representantes desse estilo no Brasil os cariocas Tomaz *Toz* Viana e Marcelo *Eco*, além da dupla paulistana *osgemeos*, formada por Otávio e Gustavo Pandolfo; e 3) abstratos, cujo repertório é composto, dentre outros motivos, por temas geométricos e multicoloridos que resultam em semi-formas sólidas, como nos casos do carioca *Smael* e do paulistano *Zezão.*

3. Formulações conclusivas

A abordagem alusiva à construção social do gosto em Bourdieu (2007) associada à ideia de *moda* em Simmel (1988), tendo esta (a moda) duas componentes básicas, uma de *imitação* e outra de *delimitação*, podendo a segunda (a *delimitação*, ou seja, a circunscrição inicial do comportamento original à classe social de onde emana) ser extrapolada pela ampliação irrestrita da primeira (a *imitação* do comportamento pelas classes subalternas), são as principais ferramentas analíticas sociológicas aqui apropriadas.

As modas são produtos classistas, geralmente são construídas pelas classes com maior acúmulo dos capitais social/cultural/econômico e tendem a circular exclusivamente em seu interior por intermédio do componente *delimitação,* fundamentado, basicamente, na dificuldade de acesso material e institucional à determinada mercadoria ou comportamento (e aí se incluam freqüência em eventos culturais, indumentária e vestimentas, consumo de bens materiais e culturais, etc.) pelas demais classes. Quando a *delimitação* é extrapolada pela *imitação* exacerbada do comportamento original pelas classes sociais economicamente subalternas, tal comportamento tende a ser abandonado no interior do estrato social onde foi desenvolvido e a moda em questão tende a se esvair.

Por exemplo, quando no início da década de 1990, o pintor pernambucano Romero Britto despontou como o mais jovem e promissor pintor de *pop art* no cenário internacional, certamente as classes A e B no Brasil constituíam a parcela da população apta a ostentar um pôster ou uma tela do artista em sua residência. Com o passar dos anos, a estética de Britto foi massivamente assimilada pela indústria de bens de consumo imediatos, estampando por duas vezes, por exemplo, a campanha publicitária de uma marca de sabão em pó de projeção nacional (*Omo*) e dando cor aos brindes da promoção destinada aos clientes do Shopping Iguatemi na zona norte carioca (mais especificamente no bairro do Andaraí) em 2010.

Aconteceu com Britto no Brasil (em menor escala, evidentemente) o fenômeno que ocorrera com Warhol entre a classe média norte-americana (Perl, 2008). A *imitação* irrestrita através da difusão popular das pinturas

determinou que, dificilmente, encontremos, nos dias de hoje, alguma obra ou reprodução de Romero Britto na sala de estar de um apartamento de frente para a praia do Leblon na Avenida Delfim Moreira, no Rio de Janeiro, ao passo que as filas para a aquisição dos seus brindes no Shopping Iguatemi foram enormes[15]. Com o grafite, o processo já se iniciou. As obras do grafiteiro Bruno Bogossian, o *BR* da *Fleshbeck crew*, podem ser adquiridas a altas cifras na galeria Movimento, sua intermediária, ou a preços modestos numa coleção de brindes ofertada pelo periódico carioca O Dia.

Obviamente existem diferenças entre obras exclusivas e reproduções seriadas, mas, como lembra Perl (2008), quando a elite norte-americana começou a ver reproduções de Warhol na casa dos trabalhadores no início dos anos 1980, o artista teve de repensar sua iconografia, os rumos da *pop-art* e a utilização da serigrafia. Sua primeira alternativa foi se aproximar dos então "vândalos" nova-iorquinos e suas intervenções parietais. Esses grafiteiros (Basquiat, Haring, Sharf, e Cia.) se transformaram, numa verdadeira paródia da vida real, em espécies de "pintores *ready-mades*" pelas mãos de agenciadores como Warhol.

Como então se deu efetivamente a mudança na percepção social da atividade parietal do grafite no Brasil a partir do ingresso de sua estética no mundo oficial das artes plásticas? Certa onda em vigor neste início de século XXI no mercado nacional de arte contemporânea, que pode ser entendida como uma moda ("o momento é do pessoal do grafite", colocou Joana Vasques, gerente da galeria Movimento em 18/05/13), parece nos dar pistas bastante reveladoras desta migração, iniciada há 30 anos quando as instituições de culto às artes visuais (museus e bienais) começam a se interessar pelo trabalho dos grafiteiros, e sacramentada com a irrestrita assimilação destes pelo mercado de artes (notadamente galerias) neste início de século XXI.

Se fizermos uma projeção *a la* Simmel (1988), o movimento seria o seguinte: as classes A e B inseriram, de maneira gradual, a estética do grafite no mundo oficial das artes plásticas no decorrer das últimas três décadas (dos anos 1980 aos 2010) no Brasil, onde ela passou a circular, num primeiro momento (anos 1980 e 1990), em mostras de artes, bienais e museus, ainda de maneira incipiente e alijada de uma lógica de mercado. Com a vigorosa assimilação da estética do grafite pelo mercado de arte contemporânea via classes A e B neste início de século XXI após consolidado o processo de legitimação da mesma como estética artística nas duas décadas anteriores (as mesmas classes que transformaram a estética do grafite em arte, a transformaram em produto), a prática concluiu seu percurso de mudança generalizada de percepção e começou a aparecer em campanhas publicitárias, enredo de novelas, roupas, acessórios de moda, etc. Seu estilo facilmente apreensível caiu no gosto das classes médias e baixas. As primeiras tomaram-no como elemento artístico de decoração, reproduzindo a lógica de apropriação operacionalizada pela elite, e as segundas receberam-no, principalmente, através de projetos sociais destinados a seus jovens. A força do deslocamento consuetudinário de recepção do grafite pela sociedade brasileira foi tamanha que culminou em sua descriminalização em maio de 2011.

Proponho então uma pequena provocação, levando em consideração a cadeia descrita acima: o caminho natural, num movimento cíclico como é o fetiche consumista tipicamente capitalista para Bataille (1975), não será (de repente, numa onda conservadora) a volta à execração e marginalização da estética do grafite pelas altas classes sociais e um retorno à sua não aceitação generalizada? Sim, pois se a estética do grafite virar um elemento comum de decoração entre as classes economicamente subalternas é bem provável que seja rechaçado pelas classes que o legitimaram como expressão artística. E se a revisão na arte contemporânea, proposta por nomes como Sant'anna (2003), Trigo (2010), Taylor (2005), Home (2004), Echaurren (2001), Gell (2001), entre outros, realmente se efetivar e expulsar o grafite de suas dependências, as chances disso acontecer aumentam exponencialmente.

Para alas mais conservadoras do mundo oficial das artes plásticas (oriundas de todas as suas esferas de atuação), a assimilação do grafite é devida, como coloca Trigo (2010), ao esvaziamento de sentido na arte

---

15 Outro interessante exemplo pode ser verificado em Mizrahi (2006). A "calça da *Gang*", uma calça jeans de uma conhecida grife carioca, passou anos circunscrita ao ciclo de consumo de altíssimo padrão. Após algum tempo apareceu como uma arrebatadora moda feminina no universo dos bailes *funk*, tornando-se estigmatizada e deslocando-se do escopo de intenções das classes A e B para o da classe C para baixo.

contemporânea[16] e ao ocaso da crítica, ou como crê Sant'anna (2003), dá-se em comunhão com o alargamento do julgamento estético na arte pós-moderna e sua cadeia de motivações.

Para Bourdieu (2007), a pintura é um tipo de bem material que traz em si acoplada outra dimensão importante da trajetória de construção e manutenção do gosto: é também um bem cultural. Dentro deste escopo, o autor especula sobre a aparição e consagração de novos bens, materiais e culturais, não perdendo de vista que as demandas de produtores e consumidores de tais bens são absolutamente díspares e se orquestram naturalmente, levando-se em conta especificidades do mercado, do processo de distinção classista e da posição de um e outro (consumidor – determinação dos gostos; produtor - elaboração dos produtos), em patente alusão à perspectiva das trocas simbólicas.

De acordo com Bourdieu (2007), em matéria de bens culturais – e, sem dúvida, alhures – o ajuste entre oferta e demanda não é o simples efeito da imposição que a produção exerce sobre o consumo, nem o efeito de uma busca consciente mediante a qual ela antecipa as necessidades dos consumidores, mas o resultado da orquestração objetiva de duas lógicas relativamente independentes, ou seja, a dos campos de produção e a do campo de consumo: a homologia, mais ou menos perfeita, entre os campos de produção especializados em que se elaboram os produtos e os campos (das classes sociais ou da classe dominante) em que se determinam os gostos, faz com que produtos elaborados nas lutas de concorrência – travadas no espaço de cada um dos campos de produção e que estão na origem da incessante mudança desses produtos – encontrem, sem terem necessidade de procurá-la propositalmente, a demanda que se elabora, objetiva ou subjetivamente, nas relações antagonistas que as diferentes classes e frações de classe mantêm a propósito dos bens de consumo materiais ou culturais ou, mais exatamente, nas lutas de concorrência que os opõe a propósito desses bens e que estão na origem da mudança dos gostos. Mediante essa orquestração objetiva da oferta e da demanda é que os mais diferentes gostos encontram as condições de sua realização no universo dos possíveis, que lhes oferece cada um dos campos de produção, enquanto estes encontram as condições de sua constituição e de seu funcionamento nos gostos diferentes que garantem um mercado – em prazo mais ou menos longo – a seus diferentes produtos (Bourdieu, 2007).

Com a recepção pelo mundo das artes, a partir do interesse de inúmeros produtores e consumidores "naturalmente" constituídos no entorno do estilo, o grafite passou também a integrar o cardápio das atividades destinadas ao processo de ressocialização de jovens delinqüentes promovidas por entidades da sociedade civil organizada e do Estado. Para além, esta mudança social de percepção determinou inclusive a alteração da lei que incide sobre intervenções urbanas, desmembrando claramente as atividades pichação e grafite, aludindo positivamente à esta última (no parágrafo 2º do artigo 6º) e classificando a primeira como criminosa.

O ingresso da estética do grafite no mundo oficial das artes plásticas revelou para a sociedade o verdadeiro objetivo essencial por detrás da *produção* original dos grafiteiros nas cidades brasileiras: intervir na paisagem urbana, modificando-a esteticamente para melhor, combater o efeito da degradação causado pelas pichações e constituir-se numa forma artística de livre apreensão, desinteressada do ponto de vista financeiro, democrática, para todos sem distinção, do morador de rua ao rico empresário. Como apurado, desde o início do desenvolvimento da cena de grafite no Rio de Janeiro pelas mãos de nomes como Marcelo *Eco e* Carlos *Acme*, a intenção de seus integrantes jamais foi convergente com a dos pichadores de muros ou foi por eles significada como uma prática de sabotagem ou vandalismo, mas o esclarecimento disso à população dependeu

---

16 A capa do livro de Luciano Trigo (2010) reproduz a obra *The Physical Impossibility of Death in the Mind of Someone Living,* um tubarão mergulhado em um tanque de vidro cheio de formol, do artista plástico inglês Damien Hirst. Em 2004, a obra foi vendida por 12 milhões de dólares ao administrador de fundos americano Steve Cohen. Dois anos depois o tubarão começara a se decompor. Na ocasião, artista e colecionador negociaram a substituição do animal. Segundo Luciano Trigo, "Por desimportante que seja, considero o episódio emblemático da situação que vivemos hoje na arte contemporânea, em diversos aspectos. O tubarão de Hirst resume alguns temas ligados ao mercado – a especulação alucinada, a importância crescente do marketing, o papel dos diferentes atores e das redes sociais no sistema da arte – e a conceitos e valores que não podem estar ausentes de qualquer reflexão sobre a arte hoje: originalidade, autoria, talento, relação com as vanguardas modernas, relevância histórica. Mas o tubarão em degeneração vale, sobretudo como uma metáfora, como a desagradável imagem do espelho de uma parcela significativa da arte contemporânea – frágil e efêmera como um cadáver mergulhado no formol" (TRIGO, 2010, pg. 7)

de um longo e fragmentado percurso de deslocamento da estética do grafite para o interior do mundo oficial das artes plásticas, notadamente seu mercado. Só depois que o grafite começou a decorar domicílios e a circular a altas cifras em galerias, mostras e leilões, originando um estilo sólido da arte contemporânea (a *street art*), a dinâmica da *recepção* pela sociedade mudou e esta passou a ver as pinturas como elementos decorativos, que trazem a reboque uma série de outras boas práticas sociais. Ou seja, durante pelo menos duas décadas (1980 e 1990) houve o que podemos classificar figurativamente como "ruído na comunicação" entre grafiteiros e seu inopinado público urbano, notadamente as alas mais conservadoras deste.
Os temos grafite e pichação que já foram quase sinônimos metonímicos referentes a tudo que se encontra estampado ou escrito nos muros das grandes metrópoles internacionais, hoje em dia constituem praticamente a antítese um do outro.

Referências bibliográficas.

BATAILLE, G. (1975), *A parte maldita (precedida de "A Noção de Despesa").* Rio de Janeiro: Imago.

BECKER, H. (1982), *Art Worlds*. Berkeley: University of California Press.

_____(1977), "Arte como ação coletiva" In: *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____(1977), "Mundos artísticos e tipos sociais" In: VELHO, Gilberto (org.) *Arte e Sociedade: ensaios de Sociologia da Arte*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

_____(2009), *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BENJAMIN, W, (1975). "A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução" In: *Os Pensadores - Benjamin, Horkheimer, Adorno, Habermas*. Rio de Janeiro: Abril.

_____(1985), "A Paris do segundo império em Baudelaire" In: KHOTE, F. R. *Walter Benjamin*, Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, pg. 44 – 122.

BOURDIEU, P. (1998), "O capital social – notas provisórias & Os três estados do capital cultural" In: CATANI, A. e NOGUEIRA, M. A. (Orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____(2007), *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk.

_____. e DARBEL, A (2003), *O Amor Pela Arte: Os Museus de Arte na Europa e Seu Público.* Poro Alegre: Zouk.

DANTO, A. C. (1964), "The Artworld" In: *The Journal of Philosophy*, Volume 61, Issue 19, American Philosophical Association Eastern Division Sixty-First Annual Meeting. Oct, 15, 571 – 584.

ECHAURREN, P. (2001), *Il suicidio dell'arte: da Duchamp agli sciampisti*. Roma: Riuniti.

EMMERLING, L. (2005), *Jean Michel Basquiat*. Rio de Janeiro: Paisagem.

GELL, A. (2001), "A rede de Vogel: armadilhas como obras de arte e obras de arte como armadilhas" In: *Arte e ensaios – Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais*. Escola de Belas Artes, UFRJ, ano VIII – número 8: 174 – 191.

GITAHY, C. (1999), *O que é graffiti*. São Paulo: Brasiliense.

HEINICH, N. (2008), *A Sociologia da Arte*. Bauru, São Paulo: EDUSC

HOME, S. (2004), *Greve da Arte*. São Paulo: Conrad, 2004.

LAGROU, E. (2003), "Antropologia e arte: uma relação de amor e ódio" In: *Ilha: Revista de Antropologia*, vol. 5, nº 2. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

MINK, J. (2006), *Duchamp*. Rio de Janeiro: Paisagem.

MIZRAHI, M. (2006), *Figurino funk: uma etnografia sobre roupa, corpo e dança em uma festa carioca.* Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, PPGSA/UFRJ.

PERL, J. (2008), *New Art City: Nova Iorque, a capital da arte moderna*. São Paulo: Companhia das Letras.

PRICE, S. (2000), *A arte primitiva em centros civilizados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

SANT'ANNA, A. R. (2003), *Desconstruir Duchamp: arte na hora da revisão*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent.

SIMMEL, G. (1988), "La moda" In: *Sobre la aventura – Ensayos Filosóficos*. Ediciones Península, pp. 26 – 55.

TAYLOR, R. L. (2005), *Arte, inimiga do povo*. São Paulo: Conrad.

TRIGO, L. (2009), *A grande feira – uma reação ao vale-tudo na arte contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

VELHO, G. (2004), *Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____(1977), "Vanguarda e desvio" In: VELHO, G. (org.) *Arte e Sociedade: ensaios de sociologia da arte*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

_____(2008), "Metrópole, cultura e conflito" In: VELHO, G. (org.) *Rio de Janeiro: cultura, política e conflito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

De rosto e de letra, tensões entre a presença e o anonimato nas intervenções do comum na cidade.

Ludmilla Zago[1]

A rua, o Brasil, autores

A rua, um espaço de visibilidade. Um espaço de se fazer autor, de criar uma paisagem, uma cidade e um circuito pessoal, de abrir e demarcar um espaço e a possibilidade de ser visto e, quem sabe, ouvido. Uma proposta existencial, de acordo com Djan Ivson Silva, pixador e documentarista paulista.
É curioso notar que o percurso que será comentado aqui, e que se relaciona à intervenção urbana, passando inclusive pela pixação, guarda em si um traço semelhante ao da nossa história. Darcy Ribeiro, como se pode ver no vídeo chamado "Encontros e Desencontros"[2], observa que o povo brasileiro precisou, em certo momento de sua história, inventar sua cara, a partir de tantas misturas que o produziram.
Esse povo precisou também, um dia, deixar de ser ninguém, como o filho da índia com o português, que não era alguém ainda. Não era ninguém porque também não havia sido inventado nem nome, nem mesmo vestuário, para o povo miscigenado que aqui surgia.

Através da rua de Belo Horizonte, o autor do Cidadão Comum e do Comum.

Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, é cidade que abriga travessias e passagens. O mineiro sempre se desloca, para a Bahia, para São Paulo, para o Rio de Janeiro. Sempre atrás do mar, sempre atrás do diferente. A arte urbana da cidade é múltipla, variada, e é tecida por tais deslocamentos. O xarpi carioca[3] e o tag reto[4] paulista, o grapixo[5] paulista, tudo isso influenciou a pixação e a arte de rua de BH. Pixadores, muitos deles, cruzaram o país com torcidas organizadas, e foram fertilizando essas influências e recriações.
Decidi comentar o percurso e alguns trabalhos, a partir do TCC "Através – travessias e atravessamentos na cidade", de André Novais Machado, graduado na Faculdade de Belas Artes da UFMG, que faz arte de rua, de diversas espécies, inclusive pixação. Seu trabalho demonstra, passo a passo de sua travessia artística pela cidade, sua legitimação como artista urbano.
Esse é o fio que nos conduzirá por tensões entre presença e anonimato, por questões relacionadas à legitimação dessa arte, que ao mesmo tempo a legitimam e definem seu modo de se inscrever na vida urbana. Lidaremos com máscaras, enigmas, autores e verdades, para poder apontar de que modo essa proposta de intervenção rompe, fratura e expõe buracos dos padrões vigentes, de imposições nos modos de fazer arte e cidade.

---

1 Graduada em Psicologia na PUC/MG, em 1999, psicanalista. Fiz Mestrado e Doutorado na Faculdade de Letras, em Estudos Literários, na Literatura Brasileira. Em 2011, entrei no Programa Cidade e Alteridade, da faculdade de Direito da UFMG, que tem como temas a justiça urbana e a convivência multicultural. Coordeno, nele, a Frente Cultura de rua. Na Ong Pakto desenvolvo e coordeno, junto com Joanna A. Ladeira, a Real da Rua e uma pesquisa sobre a vida loka. Sou professora da Fumec desde 2011 e, desde 2013, faço parte da RAIU– Rede Luso-Brasileira de Pesquisadores em Artes e Intervenções Urbanas. ludizago@uol.com.br

2https://www.youtube.com/watch?v=HC-UBXarros&list+PLjHmQpe56BuI4KC22zCETWKT5afqFL-lo&index+10. (Vídeo que traz o autor falando do conteúdo do seu livro *O Povo Brasileiro*).

3 Xarpi é uma expressão nativa, e é o nome do pixo carioca. Xarpi é um espelhamento de pixar, é a mesma palavra ao contrário.

4 Tag reto é outra expressão nativa do pixo, e designa o tipo de letra da pixação de São Paulo.

5 Outra expressão nativa, o grapixo é, de certo modo uma fusão do pixo com o grafite. É composto de letras, mas também cores e sombras.

Começa a série Cidadão Comum

1 - O cidadão comum, começo da série. Fonte: Acervo do autor. (títulos das gravuras são meus – colocados a partir da leitura e da percepção do trabalho - ou replicam o escrito nas paredes).

No primeiro momento, o artista urbano desenvolve um stencil, e nomeia de Cidadão Comum. Relata que a imagem foi, a princípio, despretensiosa, feita numa chapa de raio-x. O rosto negro, de pose expressiva, mas também provocativa, embora tranquila, desafiava silenciosamente o espectador, e tinha um olhar instigante, que dava magnetismo à imagem. O autor comenta a "presença forte" (Machado, 2014.) daquele rosto, a magia daquela imagem impressa nos muros. Uma magia que nota até hoje quando se depara com a imagem construída pelo stencil. Ele nota que havia ali, naquele que parecia um esboço, um experimento despretensioso, uma algo a mais. A imagem, segundo ele, "pedia rua", desde que ficou pronta.
Ele percebe, desde então, que aquele seria o início de uma série. Ele observa que, desde então, as noções de cidadão comum se ampliaram e, posteriormente, passaram a tocar nele, confundidas com sua identidade de autor. Falaremos disso mais tarde.

2- Cidadão comum em rosas. Fonte: acervo do autor.

Ele já detecta, também nessa primeira fase de sua proposta de intervenção urbana, que o personagem criado, embora chamado comum, é incomum. Ao mesmo tempo, algo nele perpassa e é comum a outros rostos, parecidos. É um rosto genérico. Ele não quer tomar para si. Talvez isso se relacione ao que Silvina Rodrigues Lopes escreve no livro "A literatura como defesa do atrito", sobre a obra e o ponto onde se localiza, que é uma região neutra, um espaço em que "a identidade de quem escreve desaparece sob o testemunho de uma experiência intestemunhável".(Lopes, 2012)

A imagem e o pensamento que se seguem trazem o escrito: "Cidadão Comum não designa um indivíduo. Cidadão Comum é um signo coletivo." (Machado, 2014)
A partir dessa abertura ao coletivo, que a rua apresenta e o artista capta, passamos a segunda fase do Cidadão Comum.

Do Cidadão Comum, um segundo tempo.

A imagem construída e lançada nos muros da cidade a partir de 2012, tem um rosto semi coberto, que o autor afirma ser um não rosto emergindo do concreto. Uma das referências que menciona é a máscara chamada *passamontañas*, usada pel**o** Exército Zapatista de Libertação Nacional**.** O mítico e anônimo Subcomandante Marcos é o representante maior desse grupo que produz guerrilha midiática contra a opressão do capital sobre as populações indígenas de Chiapas. André lembra que:

> Marcos nunca mostrou seu rosto, sempre oculto por trás dos chamados *passamontañas*, pois não há rosto a ser mostrado. Marcos somos todos aqueles que se identificam com a luta zapatista contra o neoliberalismo, é este o sentido do rosto tampado[6]

6 MACHADO, André Novais. Através – travessias e atravessamentos na cidade. p.58

3- o que importa é a atitude. Fonte: acervo pessoal – foto disponibilizada na rede social.

4- o pixo é um comum. Fonte: acervo pessoal – foto disponibilizada na rede

O autor observa, nesse momento de sua trajetória, que, apesar do rosto ocultado, o Cidadão Comum dessa fase "possui uma identidade mais definida: é, definitivamente, o marginal. O que se coloca aí é mais que uma identidade, é uma postura: o antagonismo." (Machado, 2014)

Mais interessante do que a pergunta sobre quem estaria por trás da máscara, o autor considera que é a relevância da máscara, o fato dela ser utilizada, o efeito que provoca. **O** fato de estar oculto, e, também podemos dizer, presente, demarca um posicionamento. André afirma, a propósito, e logo nos faz pensar nas manifestações de junho de 2013 no Brasil:

> Este comum oculta a face, mas se lança de corpo inteiro contra variadas formas de opressão. Que por sua vez o tomam por inteiro também: o rosto tampado é antes uma resposta direta à sistemática criminalização do corpo comum, às violências praticadas contra ele cotidianamente.[7]
>
> É pertinente lembrar que a máscara nesse período, escondeu o rosto de muitos que, paradoxalmente, se fizeram ver pela máscara.

SOMOS TODOS: os piores de belô e a invenção do criminoso urbano pelo Comum

O somos todos, do Comum, aponta para uma verdade, aponta e converge para o humano.

Ele se encontra com os piores em diversos momentos. Um dos pixadores está por trás de uma das máscaras,

7 MACHADO, André Novais. Através – travessias e atravessamentos na cidade. p.57,58

os piores geram um manifesto e um trabalho pictural, uma gravura, em camadas, da matéria do jornal, da foto central.
André faz um trabalho com a foto dos Piores, que chama de a invenção do criminoso. Acusação de quadrilha é o modo de alcançá-los e detê-los, artimanha para aumento da punição do pixo, a partir da criminalização ainda maior dessa cultura.

5 – Somos todos os Piores de Belô. Fonte: Acervo do Comum. (parte do trabalho intitulado pelo artista "A invenção do criminoso"

Procede notar como o autor ousa ao instaurar, pela qualidade do trabalho, outra relação com os piores, que parte do bem dizer. Algo no mínimo desafiador, numa sociedade que rejeita totalmente essa expressão. Apesar de desejar ser visto, de desejar ampliar sua circulação social e espacial, o pixador conquista também muita rejeição, desprezo e desperta a truculência das pessoas. Se destacar pelo pior, pela sensação de incomodo: objetivo paradoxal como o próprio pixo.
O caso dos piores de Belô é paradigmático para se entender o quanto a cidade compõe, camada sobre camada, o criminoso urbano, o pixador odiado, a expressão odiosa. Aparatos como delegacia apenas para assuntos ambientais, ou mesmo modo de envio de fotos de pixo por internet, forte aparato investigativo e muito investimento no controle e punição do pixo e do pixador.
A mídia também é usada para propagar campanhas de denúncia anônima, de incentivo a mais punição, por exemplo. É pertinente retomar a fala de um dos pixadores entrevistado pela pesquisa. Ele, ao ser interrogado sobre a medida da cadeia para pixador, responde:
Não. Pra cadeia jamais. Porque, olha pra você ver: eu tô rabiscando ali, eu não tô fazendo nada com ninguém. Não tô batendo em ninguém, não tô machucando ninguém, não tô matando ninguém, não tô roubando ninguém. Não tô tirando nada de ninguém. Tô apenas fazendo um risco na parede. Às vezes eu posso tá dando prejuízo pro dono de uma casa que ele vai ter que limpar, mas...
Pesquisador: E aí?
F*: Isso aí é se ele quiser limpar. Pra nós, ele não vai ter que limpar. Ele tem que deixar lá pra ficar eterno.*[8]

8 Acervo da Frente Cultura de Rua, trecho de entrevista de um pixador. Serão citadas outras entrevistas, sempre em itálico.

Porque o pixo é um dos Piores de Belô?

A arte de rua é tida pela maioria como sujeira, como interferência mal vinda e mal vista. Tomada como afronta, como desaforo, o pixo nos faz perguntar sobre o a repulsa e tudo o mais que causa na maioria das pessoas, e também sobre o investimento do poder público em controlar, regular, punir o pixador.

São diversos padrões sociais, estéticos, morais que intervenções urbanas, e principalmente, o pixo coloca em crise, em abalo. São diversas ilusões que a pixação rompe, como por exemplo, a ilusão da segurança, tão marcante na sociedade contemporânea.

Vivemos em cidades que tem o uso, a conduta, a postura, ou seja, o modo de viver e usar a cidade, em grande parte, indicados, sugeridos pelo poder público. Essa instância faz com que pareça que temos, no espaço urbano, um gerente que indica, inclusive, o significado de público. O que é para todos, como usar para ser de todos? Alguns inventam, criam seus modos, outros impõem modos. Bons costumes embasam toda essa estrutura. Uma falácia, nas cidades desiguais, policializadas e higienistas brasileiras.

O pixo é exatamente a ocupação que faz com que isso perca o sentido, ou a ocupação que não está nem aí para o que se indica, ou com o sentido que seja dado pelo outro. O pixo se orienta a si mesmo, na escrita que engendra vida, espaço, circulações, laços, autoria, política.

A pixação caminha em sentido mais próximo da profanação agambeniana, que se constitui como um uso novo, mais ainda, um uso muito próprio, dos equipamentos públicos, das fachadas, dos muros, dos padrões estéticos urbanos. Agamben, no artigo "Elogio da Profanação", localiza que profanação é um termo que se refere a restituir as coisas ao livre uso dos homens. Profanar, segundo o autor, é devolver à propriedade humana, ao uso dos homens, é livrar a coisa de nomes sagrados. Ele escreve que: "Há um contágio profano, um tocar que desencanta e devolve ao uso aquilo que o sagrado havia separado e petrificado." (Agamben, 2007)

A profanação não tem a ver com a esfera religiosa. Tem a ver com transformação do uso, com a subversão das atividades que consideramos sérias. Ela também pode se referir à linguagem, e Agamben localiza que a linguagem pode ser profanada, usada fora do campo ou finalidade de comunicação de mensagem, ou de propaganda. Algo semelhante ao que Lacan fala sobre o discurso que não é do semblante, que não é da impostura e que traz algo genuíno referente ao sujeito do desejo e do inconsciente. Agamben aborda a possibilidade de novo uso da linguagem desse modo:

> Mais essencial do que a função de propaganda, que diz respeito à linguagem como instrumento voltado para um fim, é a captura e a neutralização do meio puro por excelência, isto é, da linguagem que se emancipou dos seus fins comunicativos e assim se prepara para um novo uso[9].

Profanado o uso da palavra, da mídia, o pixador consegue, em prol de si, fazer da palavra que escreve uma mídia específica e própria, na medida em que, divulga o que ele constrói na cidade, sua obra.

Gustavo Coelho, doutorando da Uerj, que fez o documentário "Luz, câmera, pichação", menciona a face enigmática da pixação. No rio, o 'xarpi' é muito ilegível. Em Belo Horizonte precisamente, o pixo tem algumas letras bem legíveis. Sempre tem o nome, ou o vulgo, o nome de rua do pixador, maior e mais legível. O grupo, ou o bonde[10], vem em espaço reduzido e em siglas.

Talvez por isso, o pixo gere também, um golpe narcísico no espectador que não entende sua linguagem própria. Esse é, inclusive, um dos argumentos muito usados para se pedir mais punição dos pixadores. Muitos acham que o pixo tem que ser punido, porque entendem que se trata apenas de uma linguagem cifrada entre criminosos.

No entanto, para a literatura, a ilegibilidade não faz de um escrito algo insignificante. Ao contrário, como se pode ler, no texto de Maurice Blanchot:

> *Daí a insignificância das obras feitas para serem lidas – ninguém as lê. Daí o perigo de escrever para os outros, para despertar a palavra dos outros e descobri-los a eles mesmos: é que os outros não querem ouvir suas próprias vozes, mas sim a voz de um outro, uma vez real, profunda, que incomoda como a verdade.*[11]

---

9 AGAMBEN, Giorgio. Profanações, p. 76.

10 Outra expressão nativa, bonde significa grupo ou bando.

11 BLANCHOT, Maurice. A parte do fogo, p.297. (O itálico é do texto original e foi mantido)

O incômodo relacionado ao dizer a verdade, é muito presente na recepção das frases que pixadores deixam nos muros das cidades. Em Belo Horizonte, o pixador mais atuante deixa sempre mensagens políticas, de protesto, frases que revelam a verdade que, por vezes, imprensa e meios oficiais não desejam fazer visível.

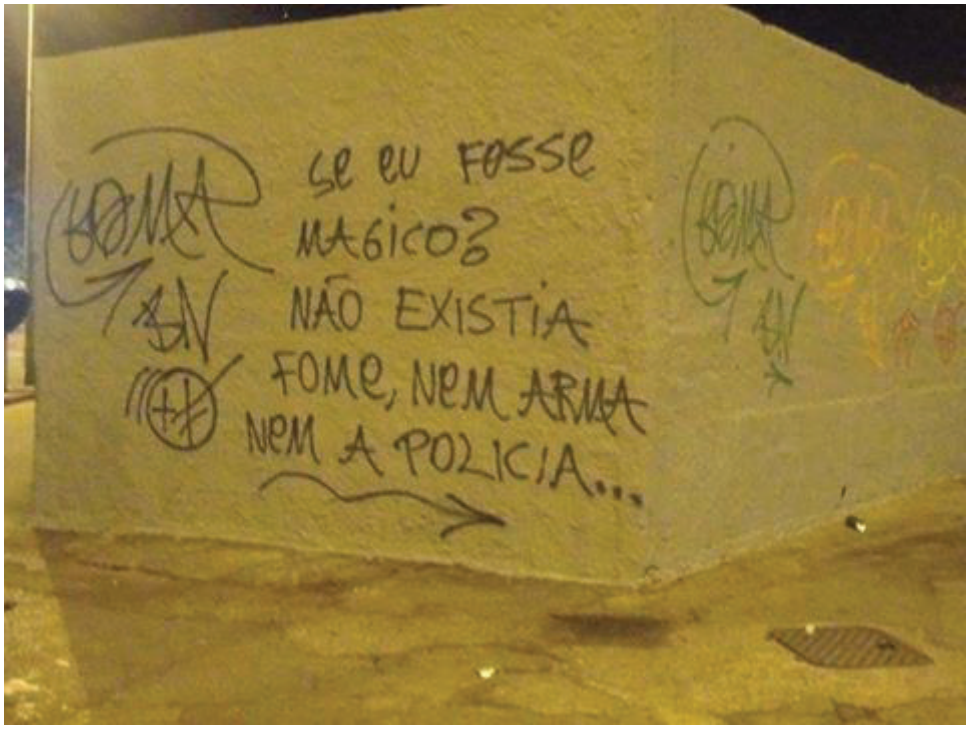

6- Pixo pedindo mágicas. Se eu fosse mágico? Não existia fome, nem arma nem a polícia... Fonte: Foto do acervo do autor, copiada com autorização dele, assim que disponibilizado na rede social.

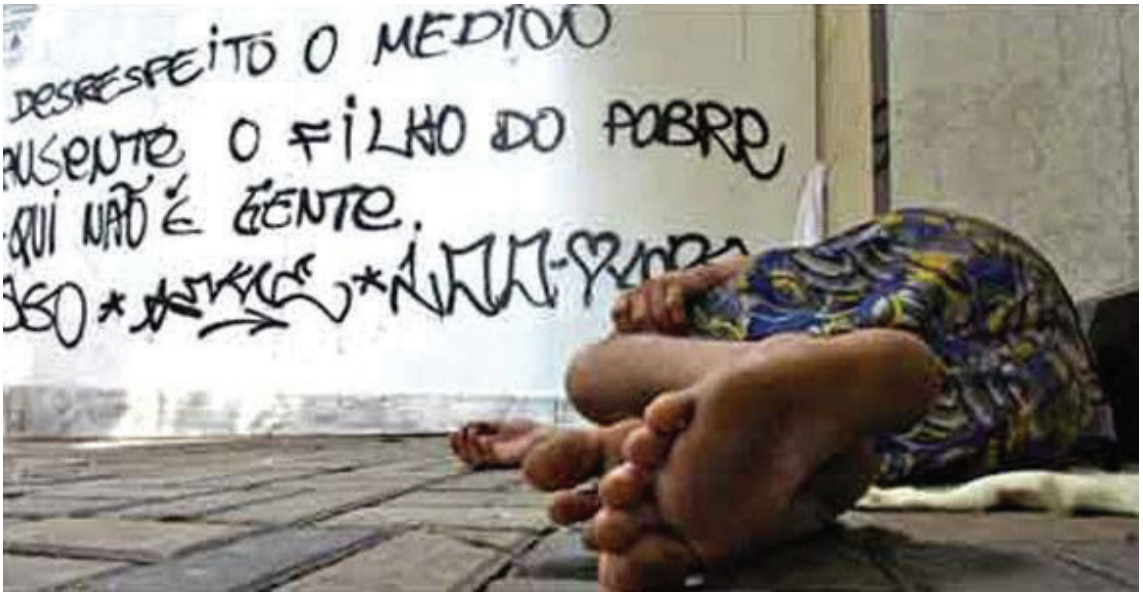

7-Desrespeito é o médico ausente O filho do pobre aqui não é gente: O pixo, hora da verdade. Fonte: Acervo do autor, disponibilizado na rede e copiada com autorização.

A parresía é um termo que vem do grego, e que Michel Foucault usou para falar do falar livre, da coragem de dizer a verdade, de dizer tudo. Foucault pergunta onde podemos situar a parresía, essa coragem, essa liberdade, e nos indica que é preciso localizá-la no locutor, naquele que a profere. A parresía, segundo o filósofo, deve ser

procurada no efeito que o dizer a verdade causa no seu locutor, a partir do efeito produzido no interlocutor. Dizer a verdade, ao modo a parresía, "é abrir para quem diz a verdade um certo espaço de risco, é abrir um perigo em que a própria existência do locutor vai estar em jogo, e é isso que constitui a parresía."(FOUCAULT, 2010) A parresía é esse elemento que liga o locutor ao fato do que ele diz é verdade, e às consequências que decorrem do fato dele ter dito a verdade. Ela inclui o risco como fundamental. A propósito, o tema remete a um trecho do filme feito com os pixadores para a Asos Black: "As pessoas me perguntam: porque arrisca sua vida? Por isso? A única maneira de seguir em frente é se arriscando. É algo muito importante."

Também podemos refletir sobre quem deve estabelecer e quem desenha o padrão estético a ser seguido pela cidade. Indagar, também, porque é o poder público, ou os órgãos de conservação e preservação do patrimônio, que ditam o que é belo e o que importa, em termos de estética, e do que cabe e deve existir na cidade. Em relação ao pixo, não é dada a chance de se autorizar um no muro da minha casa, mesmo que eu ache e nem mesmo achar bonito. O Estado já deu seu parecer: é feio e é danoso para o senso histórico e cultural das pessoas, além de dano ao ambiente. Poluição. E não há brecha para se escrever mais nada.

Ainda assim, o pixo insiste. Ainda que diante de uma legislação, uma imposição estética da paisagem urbana. E constrói o seu próprio patrimônio, sua memória, se apropria da cidade, ocupa-a de modo específico a essa cultura. Em nenhum lugar do mundo se vê artista de rua escalar prédio ou pintar com rolo e látex, de cabeça pra baixo, de topos de prédios.

Rodrigo Duarte, no livro O Belo Autônomo, retoma São Tomás Aquino, que entendia que "belo é a mesma coisa que o bom" (DUARTE, 2012) Duarte o cita na Suma Teológica:

> O belo e o bom são uma e mesma coisa no sujeito, já que eles repousam sobre uma base comum, a saber, sobre a forma, e eis por que um é predicado do outro: mas isso não impede que essas duas entidades não difiram racionalmente nas ideias que formamos para nós mesmos." [12]

Podemos concluir como o pixo está próximo do mal, já que foi carimbado com o signo da feiúra. Um signo fechado e definitivo. O patrimônio entende que desfigura. A cidade, que suja e deixa feio. A polícia, embasada na teoria das Janelas Quebradas, indica que o sujo atrai o crime. O circo está montado!

A moralização do olhar sobre o pixo é tanto um fator de redução, quanto de criminalização. O mal que o pixo faz provoca outras voltas no pensamento sobre o espaço urbano e seus ocupantes. O olhar moralista, encarcerador, invejoso do gozo, da liberdade do pixador, quer puni-lo mais, e cada vez mais.

Nietzsche, em Além do bem e do mal, afirma que "Não existem fenômenos morais, apenas uma interpretação moral dos fenômenos." (NIETZSCHE, 2005)

A redução ao pensamento do bem e do mal, redução própria da moral, é a mesma da qual está impregnado o discurso da polícia. A guerra entre o bem e o mal é imaginária. Nietzsche também afirma que "Não existem fenômenos morais, apenas uma interpretação moral dos fenômenos." (NIETZSCHE, 2005).

Sobre quem e como se colocaram os valores que nos padronizam e nos restrigem ao bem e mal , o filósofo escreveu:

> Ora, para mim está na palma da mão, primeiramente, que essa teoria procura o foco próprio de surgimento do conceito "bom" no lugar errado, e ali o põe: o juízo "bom" não provém daqueles a quem foi demonstrada " bondade"! Foram antes os bons, eles próprios, isto é, os nobres, poderosos, mais altamente situados e de altos sentimentos, que sentiram e puseram a si mesmos e seu próprio fazer como bons, ou seja, (...) por oposição a tudo o que é inferior, de sentimentos inferiores, comum e plebeu. Desse pathos da distância é que tomaram para si o direito de criar valores, de cunhar nomes dos valores (...) [13]

Outras características ou facetas da pixação que a faz uma dos integrantes da quadrilha, uma das piores coisas diante das quais a cidade precisa se confrontar, afronta ou cisco no olho, é o que se refere ao bem, tanto no que se refere ao que o pixo toca na propriedade, e na moral. O bem em seus significados diferentes.

A partir do bem maior do capitalismo, sinal maior do apego e proteção aos bens, que são os muros, o pixo faz

---

12 DUARTE, Rodrigo. O belo autônomo. p.66.

13 NIETSZCHE, Friedrich – Para a genealogia da moral. p.341.

vacilar a idéia que se tem sobre a propriedade. "Pixei seu muro, tia, da rua que é nossa". Lembro que perguntei a um dos meninos o que era patrimônio. Me disse que era algo que pertencia a alguém. "- E o patrimônio público?": ele me disse que, se era público, era de todos, e, por isso, ele podia ir lá e deixar a marca dele.
Puro dispêndio, parte maldita, que parece não servir para nada. Penso que, moralmente, o pixo é incômodo, pela sua vertente excessiva. Delito de transbordar, de sobrar, exceder, invadir, ultrapassar o limite. Excesso que invade certamente, em primeiro lugar o seu autor, assim como os muros da cidade.
Tal forma de lidar com os bens, o dispêndio, foi esquecido com a modernidade, talvez antes, parece distante da lógica racional, de mercado que visa produção e ganho, lucro acúmulo. O pixador faz vacilar o modo de vida capitalista, que a todos é imposto, de produção, lucro e consumo. O pixo cria outro circuito de produção, de construção. Os lucros são afetivos, espaciais, geográficos, sociais e pessoais. São gozosos, fazer alegre que é. Não haveria, dessa forma, o compromisso, que talvez se possa usar para legitimar o pixo, de que ele é protesto. Parte dele pode ter mais a ver com dispêndio e poesia do que supõem os dispositivos públicos, administrativos, executivos, jurídicos.
Bataille, ao falar do dispêndio, retoma que a vida humana não pode mesmo ser reduzida aos processos de reprodução e conservação, e divide o consumo em duas partes distintas.
A primeira é significada pelo "uso do mínimo necessário", é a condição central da atividade produtiva.

> A segunda parte é representada pelos dispêndios ditos improdutivos: o luxo, os enterros, as guerras, (...) os espetáculos, as artes, a atividade sexual perversa (isto é, desviada da finalidade genital) representam atividades que, pelo menos nas condições primitivas, tem em si mesmas seu fim[14]

Dispêndio é o nome de toda forma improdutiva. Em processos com tal característica, a ênfase é dada à perda, "que deve ser a maior possível para que a atividade adquira seu verdadeiro sentido. (...)" Esse é um "princípio da perda, ou seja, do dispêndio incondicional (...)"(BATAILLE, 2013)
Ele agrupa exemplos importantes, e situo em relação ao nosso tema, um deles, referentes às produções artísticas, mais precisamente, à poesia:

> O termo poesia, que se aplica às formas menos degradadas, menos intelectualizadas da expressão de um estado de perda, pode ser considerado como sinônimo de dispêndio: significa, com efeito, do modo mais preciso, criação por meio da perda. Seu sentido, portanto, é vizinho do de *sacrifício*.[15]

Opostos, o sacrifício e a propriedade. No contexto que aqui discutimos, o sacrifício fere, toca exatamente no ponto em que o bem é também poder, tal como lembra Lacan:

> O âmbito do bem é o do nascimento do poder. A noção da disposição do bem é essencial, e se a colocamos no primeiro plano vem à luz tudo o que significa a reivindicação do homem que conseguiu num certo momento de sua história, dispor de si mesmo![16]

Ir contra o bem, outro ponto de seu aspecto inassimilável, esse ponto que o pixador diz que não se diluirá... O pixo não é pra ser assimilado, nem lido. Ao menos não o é para todo mundo.
Seu mais além também se refere também ao sacrifico e ao dispêndio, sua felicidade, como nos faz pensar Bataille: "Só temos felicidade verdadeira gastando inutilmente como se uma chaga se abrisse em nós: sempre queremos estar certos da inutilidade e, às vezes, do caráter ruinoso de nosso gasto."(Bataille, 2004)
Talvez se deva considerar também que a alegria, a desmesura do pixador incomoda muito aos que regulam e querem ordenar a cidade. A prova dos nove para o pixador, que faz valer e ser necessário na vida esse risco tem a ver com a alegria:
"*Ah...na hora a gente vai pro role sempre muito feliz. Todo mundo muito alegre, mas sempre com medo de ir preso. (...) E sempre quando acaba o role ou quando um role é no alto, que você acaba ele ali...nó! Sensação é de vitória! Como um gol, um título!* É, *uai! Felicidade total! Você descer lá e ver seu nome lá e sabendo "Nó, não rodei. Não aconteceu nada de ruim*."

---

14 BATAILLE, Georges. *A parte maldita*. p.21.

15 BATAILLE, Georges. A parte maldita. p.23.

16 LACAN, Jaques. O Seminário: Livro 7. A ética da psicanálise. p.279.

Para o pixador, o pixo lhe atravessa e arrebata a vida, se instala... como dizem, "pixador não para, dá um tempo". Outro escândalo para a moral do bem e da propriedade, talvez seja a relação amorosa do pixador com a tinta, relação que é erótica que toca e faz pulsar o corpo. No caso da lata, o barulho, o cheiro, a tinta que chega brilhando na parede até ficar fosca. Ruído, cheiro, letras. No rolinho, escorrer o mínimo, alcançar o melhor tamanho, calcular a tinta.... o cuidado com a letra, letras que se renovam e recriam, estilos diferentes. Medo, alegria, vitória. Pequenas mortes pela adrenalina, mais vida. A liberdade de percorrer uma cartografia própria da cidade.

O pixo COMUM

Entre os tempos do cidadão comum, o autor dos stencil também pixa Comum.

8- Foto do acervo do autor.

Interessante pensar na tensão entre presença e anonimato em relação à autoria... Não há o rosto de outro, há o seu pixo, que imprime uma atitude. Mais atrevida ainda que aquela do cidadão comum da primeira fase. Não há rosto. Há uma escrita em letras. A escolha por um nome legível, que existe na língua, e que significa um tanto de coisa, que tem inclusive a ver com a rua. Comum. Nasce um autor, nasce um pixador. Cabe ler o texto do comum falando da presa (outro nome nativo que significa o pixo, o nome riscado na parede pelo pixador):

> COMO UM COMUM
>
> Quase tão sem querer quanto eu criei aquele primeiro stencil eu ganhei um nome na rua. Gostasse ou não, colar o Cidadão Comum nas paredes me identificava como tal naquela cena. No entanto me tornar "o" Cidadão Comum ainda era uma pretensão e um substantivo grande demais para mim. Nem eu tinha ganas de usar um nome de conceito tão amplo, nem tempo de escrever um tão extenso. Ter um nome ou uma assinatura para colocar na rua, uma presa, para mim era mais do que só gostar ou estar a vontade com uma, mas também que ela fosse compacta,
>
> de escrita relativamente rápida. Assinar nos muros não é coisa muito bem vista na cidade, logo não convém gastar muito tempo nesta atividade.
>
> Decidi abreviar o nome. Desejava uma assinatura que fosse curta e expressiva, e que comunicasse algo além de um som. Gostaria também que ele guardasse uma relação com o nome Cidadão Comum original. Este continuou ainda como série de lambe-lambes, mas agora quem pregava eles era o Comum. Eu assumia enfim o nome que eu havia criado uns anos antes, ou pelo menos parte dele, e isto tinha uma significação profunda para mim. Me entender como Comum era dar continuidade a um processo de mistura e identificação com a cidade e os seus cidadãos ordinários – movimento que eu já vinha realizando há alguns anos nas minhas andanças pelas ruas e, mais recentemente, interferindo nelas.[17]

Também poderíamos colocar aqui, em conversa, o modo de estar na cidade, do maior pixador dos últimos anos, um pixador completo, que se arrisca em todas as modalidades de pixo construídas no país. Ele se faz ver o tempo todo, o contrário do Comum. Não é a cidade toda que sabe quem é esse autor.

Com os pixadores, às vezes acontece de modo contrário. No seu facebook, ele faz uma espécie de blog, com crônicas de si, relatos, testemunhos, críticas à sociedade, à política. Goma tem discurso pacificador, apaziguador, não quer ser referência, embora seja não quer ser o melhor, embora para muitos o seja. É uma pessoa ímpar na cidade e no pixo. São conhecidas as festas, momentos em que, de algum modo, todo o pixo da cidade se encontra. Ele também idealizou o pixurrasco, junto com outros.

O pixador, geralmente, é mais exibido na rede social. Isso sempre é explorado nas notícias. O pixador é envolvido com a mídia, de certo modo. Com a visibilidade. A rede social o captura nesse ponto e o auxilia a fazer amizades.

Nesse nome de letras, pode-se perceber a profanação da própria assinatura criada na cidade e com a cidade. Sai o cidadão, fica impresso o comum sem ele e sem o rosto, sem figura. Mais citadino talvez, mais embrenhado ainda na cidade.

---

17 MACHADO, André Novais. Através: travessias e atravessamentos na cidade, p. 21.

9- Foto do meu acervo pessoal

O direito à cidade também trata do vivido e experimentado pelo indivíduo na cidade. Se o pixo é uma escrita de um direito à cidade, ele também é vida escrita. "A vida escrita é a vida que se escreve, mesmo que não se saiba. Como a lesma que deixa uma gosma viscosa em seu caminho." (BRANDÃO, 2006)
Do desenho ao escrito, a possibilidade de nome, de letra e de poema, escreve BRANDÃO: "Escrever ou voltar a escrever é (re) surgir como nome, como assinatura, no gesto de nascimento na letra do poema (...)" (BRANDÃO, 2006)

A rua, assim como a escrita, faz nascerem autores, porque é superfície de muitos textos.

10- Pixo Comum, Centro de BH. Foto do meu próprio acervo.

O x com que escrevo pixo, se refere à busca por um estilo próprio, e a esse pixo brasileiro, urbano. Esse que com o vulgo ocupa espaço maior no muro, com uma letra maior, mais trabalhada, mas sem volume, com traço, risco. O x parece aqui, demarcar melhor, a meu ver, esse x da questão, esse ponto de atrito, de ilegibilidade, onde a assimilação se vê impedida de ser total, para a maioria dos cidadãos. O x não muda o som, mas muda a recepção, e inscreve na regra da língua a subversão da rua, que é a da escrita da pixação e pode ser considerada como da letra, a partir da psicanálise em diálogo com a literatura.

Percorrer a cidade para viver o próprio medo. O risco no muro, o risco experimentado. A adrenalina, vibração e magia.

O comum passa pela faculdade, pelas belas artes, passa por trampos de técnicas elaboradas, até começar a expressar-se pelo pixo comum. Apenas as letras. Com cores, mas sem rosto, sem fisionomia. Apenas letras...e um nome que remete imediatamente ao coletivo. Ou que coloca em jogo o coletivo e uma identidade que surge, um nome de autor, um pixo.

Inevitável pensar que a passagem pela pixação não é algo qualquer para nenhum artista. Pixar envolve muitas coisas. Para um brasileiro, para um artista. É assumir um rosto não muito querido ou bem visto, é colocar-se em risco, é assumir um lugar periférico no fazer e se expressar e escrever artístico.

As intervenções da rua regulam-se e de uma forma própria. Vale também o que se é junto ao que se produz. A atitude vale tanto ou mais que a técnica.

11- Foto de pixo de BH. Foto disponibilizada na rede por um dos autores.

É uma legitimação diferente, específica. De rua. O pixo seria o ponto apurado da trajetória, em termos do que se chama de cultura de rua, se pensamos que ela se legitima pela transgressão. Há uma tensão aí entre a legitimação que considera as indicações dos regulamentos e ordenamentos da cidade, do espaço público, mas, ao mesmo tempo, a legitimidade da rua.
Não se trata do gosto, do padrão pré-estabelecido vigente para o gosto.

O que é arte pra você?
José – *Um grafite eu acho uma arte. Também um desenho. Só que o cara teve um dom pra fazer uma arte bonita, entendeu? E o pixo eu acho uma arte... depois que eu ouvi uma música que fala que ousadia é arte... porque ele fala que é um artista porque ousadia é arte, fraga? Então eu identifico o pixo mais por causa disso. O pixador é ousado pra fazer a marca dele. Um artista mesmo, de verdade, que faz esses desenhos de tela que eles denominam como arte mesmo, o cara está lá tranquilão, não corre risco nenhum, não está colocando nada em risco, a integridade física, jurídica, nada. Ele está fazendo aquilo só por dinheiro. Isso aí eu não considero arte, não. Considero um dom do cara de desenhar e tal. Considero arte o pixo. Porque é uma coisa ilegal. Pra fazer, é muita coisa que você está pondo em risco, está gastando, está pondo muita coisa em jogo...*
Algumas características do pixo são exatamente o que o deslegitima na sociedade (ordenamento jurídico, moral e bons costumes)
As intervenções desenvolvidas pelo Comum, são intervenções que fraturam a ordem vigente, que visam padronizar as relações com os signos, com as palavras, e com o modo de organização da sociedade atual. São expressões que exibem aquilo que a cidade quer, cada vez mais, esconder e segregar.

Bibliografia:

AGAMBEN, G.(2007) Profanações. São Paulo: Boitempo Editorial.

Asos Black Puma (2013) (vídeo citado no texto https://www.youtube.com/watch?v=o6dhT9YqxWk

BATAILLE, G.(2013) A parte maldita. Belo Horizonte: Editora Autêntica.

BATAILLE, G. (2004) O erotismo. São Paulo: Arx.

BLANCHOT, M.(1997) A parte do fogo. Rio de Janeiro: Editora Rocco.

BRANDÃO R. S.(2006) A vida escrita. Rio de Janeiro: Sete Letras.

DUARTE, R. (2012) O belo autônomo. Belo Horizonte: Autêntica/Crisálidas.

FOUCAULT , M. (2010). O governo de si e o dos outros. São Paulo: Martins Fontes.

LACAN, J.1991. *O Seminário*: Livro 7. A ética da psicanálise. Rio de janeiro: Jorge Zahar editor.

LOPES, S. (2012) Literatura defesa do atrito. Portugal: Chão da feira.

MACHADO, A.N. (2014) *Através* – travessias e atravessamentos na cidade. Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção de título em Bacharel em Artes Visuais.

NIETZSCHE, F.(2005). Além do bem e do mal – por uma filosofia do futuro. SP. Companhia das Letras.

RIBEIRO Vídeo A invenção do Brasil/O povo brasileiro. Encontros e Desencontros. https://www.youtube.com/watch?v=HC-UBXarros&list+PLjHmQpe56BuI4KC22zCETWKT5afqFL-lo&index+10. (Acesso dia 20/11/2014 17:06.)

Soul na rua: representações sociais do movimento de dança *soul* na cultura urbana de Belo Horizonte

Júnia Miranda Carvalho
juniamirandacarvalho@gmail.com

Regina de Paula Medeiros
repameca@pucminas.br

Resumo: Ocupar as ruas do centro de Belo Horizonte com dança soul aos finais de semana tem sido um desafio e um novo sentido para vida dos integrantes do movimento "quarteirão do soul". Há 10 anos DJ's e dançarinos se apresentam com músicas, coreografias e passos, roupas e adereços no estilo *soul music* norte-americano dos anos 70. A etnografia proposta busca compreender os significados das representações sociais desse grupo formado principalmente por afrodescendentes, com idade em torno dos 50 anos, moradores da periferia desta grande cidade brasileira. A partir da antropologia da *performance,* tomando o ritual como ponto de partida, o trabalho leva em conta a cultura como um processo relacional que se dá nas interações e nos espaços.

Palavras-chave: dança *soul*; *performance*; cultura urbana; expressões estéticas; identidades sociais

Abstract: Crowding the streets of downtown Belo Horizonte with soul dance over the weekends has been a challenge and sense of life for members of the movement "*Quarteirão do* Soul" (Soul Block). For about 10 years, DJs and dancers have performed songs, coreographies and moves, wearing costumes and props from the North American 70's soul music style. The proposed ethnography seeks to understand the meanings behind these social manifestations of a group composed mainly of Afro-descendants, aged around 50 years old, living in the periphery of this large Brazilian city. From the anthropology of performance, taking the ritual as a starting point, this work considers culture as a relational process that takes place through interactions and in spaces.

Keywords: soul dance; performance; urban culture; aesthetics expressions; social identities

1 - Introdução

As cidades contemporâneas apresentam grande diversidade cultural e étnica. No Brasil isso não é diferente, na cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, a região metropolitana abriga uma população de aproximadamente 5 milhões e 400 mil habitantes. A cidade em si tem 2,34 milhões, de acordo com censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi planejada e construída para ser nova sede do governo estadual no contexto republicano no final do século XIX. Em pouco mais de 100 anos Belo Horizonte sofreu grandes transformações urbanas de forma rápida e desordenada, recebendo migrantes internos e estrangeiros.

A partir dos anos 50 iniciou-se um processo mais acentuado de industrialização na cidade de Belo Horizonte que também cresceu em serviços e comércio. Mas o que realmente diferencia uma cidade de outra e lhe confere identidade é o que reflete o modo de vida do lugar: sua cultura. A cidade, na perspectiva das Ciências Sociais, é resultado de sua cultura, "é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes inerentes a esses costumes" (Park, 1979).

Como moradora desta cidade, onde também nasci, iniciei uma pesquisa, a partir de uma etnografia, sobre o grupo de dança *soul* nas ruas do centro de Belo Horizonte, que primeiro se organizou em 2004 e se intitulou Quarteirão do *Soul*. Iniciei os trabalhos de campo em 2012, após ter acompanhado reportagens na imprensa e

vídeos de alunos do curso de Comunicação para a TV PUC Minas. Desde o primeiro momento a experiência foi instigante e a cada final de semana que o grupo se encontra no centro da cidade para dançar, um novo público se forma e novas interações acontecem.

De acordo com Barth (2000) sobre a análise da cultura em sociedades complexas, é preciso considerar que a cultura é um processo e é relacional, ou seja, que a cultura não se trata de um corpus unificado de símbolos interpretados de maneira definitiva, mas de significados construídos na relação entre o símbolo e o observador e que a cultura é distributiva, compartilhada socialmente por uns e não por outros. O grupo de dança soul é um tipo de intervenção de natureza estética e informal que toma o espaço público como lugar privilegiado de manifestação.

Nesse sentido, a etnografia busca compreender as formas de organização do grupo e como essa ordem estrutura suas vidas no cotidiano e confere um sentido ao sujeito em sua existência no espaço da cidade. Interpretar as representações sociais do grupo que dança *soul* a partir do seu ritual, da *performance* e da linguagem do corpo desses integrantes, bem como a forma como as posições sociais se alternam nesse processo da vida cotidiana dos sujeitos e se torna o ponto central da pesquisa.

Desde seu início, o grupo Quarteirão do *Soul* já se apresentou em dois pontos próximos do Mercado Central de Belo Horizonte, aos sábados à tarde. Em 2013, devido às obras para instalação de novo sistema de transporte coletivo (BRT Move) visando a mobilidade durante e após os jogos da Copa do Mundo de Futebol realizada em 2014, o grupo passou a dançar na Praça 7 de setembro, no hipercentro, aos domingos, à tarde.

Agora que o grupo completou 10 anos de atividades nas ruas da cidade, reunindo integrantes que moram em diferentes bairros da periferia e que são dançarinos em torno dos 50 anos, a maior parte de afrodescendentes, é possível conhecer as relações internas do grupo, suas formas de organização e como percebem o fato de dançar na rua para um público geral. Não mais apenas nos bairros, clubes ou casas de bailes. Passam a integrar a cena urbana e a referenciar a cultura da cidade.

2 - O grupo de dança soul: da periferia ao centro

A influência da cultura africana nas Américas é notável na música e isso se percebe com clareza nos diversos gêneros genuinamente construídos pelos povos do continente americano. Uma longa tradição se desenvolveu nos últimos dois séculos e o que hoje temos na cena mundial tem suas raízes nesses processos culturais.

De acordo com Souza (2002), com a migração dos negros das fazendas do sul para os centros urbanos do norte dos Estados Unidos o estilo blues se eletrificou com novos instrumentos surgindo o *rythm and blues*. O estilo passou a encantar outras classes sociais e os jovens brancos norte-americanos, que desenvolverem o novo gênero musical, o *rock and roll.*

O *rhythm and blues* continuou a ser tocado pelos músicos negros e se juntou ao *gospel*, música protestante negra, que originou o *soul* nos anos 50. Durante os anos 60, nos Estados Unidos, o movimento de contracultura (hippie e beatnik) e o movimento pelos direitos civis dos negros influenciou fortemente a musica *soul* que passa também a ser uma manifestação do "orgulho negro" e seu maior símbolo seria o cantor James Brown.

O processo de comercialização do gênero mais "dançante" do *soul* e a onda nos meios de comunicação, notadamente rádio e TV (sucesso enorme do programa Soul Train), fortaleceu as gravadoras especializadas nesse estilo, como as famosas Motown, de Detroit e a Stax, de Memphis. O fenômeno coincide com o ponto alto dos meios de comunicação de massa como rádio e TV, além de cruzar fronteiras numa troca cultural e comercial entre países nos diversos continentes.

De acordo com Colombero (2011), nos anos 60, James Brown inova o soul deixando sua temática religiosa do gospel e adotando referencias a festas, sexo e danças. O ritmo fica animado usando mais instrumentos de sopro e metais, sendo chamado de *funk* nos Estados Unidos e criando as condições para a dança *soul* no estilo *groovy*.

A mesma autora fala do modo de vestir e de dançar de James Brown e o identifica como criador dos passos *Good Foot* (pé bom) e outra dança, chamada *locking* foi catalogada como dança urbana. Um de seus criadores foi Don Campbell. No movimento, o dançarino trava os joelhos como que congelando o movimento e também brinca com sua plateia, apontando para pessoas, batendo palmas e brincando com o público. Don Campbell usava coletes, suspensórios e boinas, enquanto Brown usava camisas coloridas, casacos compridos, colares.

A força da comunicação de massa trouxe o estilo *soul* para o Brasil e na década de 70 o movimento cresceu com músicos, bandas e bailes nas principais capitais do país. O contexto era outro, o Brasil vivia anos duros da ditadura militar e a liberdade de expressão e a ocupação das ruas era controlada. Além de Tim Maia e Tony Tornado a banda Black Rio marcou época na evolução do estilo de música e dança *soul* no Brasil. Isto fica claro, quando a sociedade brasileira se escandaliza com o visual e movimentos de dança articulados por Toni Tornado ao defender a música BR-3 no V Festival da Música Popular Brasileira, em 1970. Até poucos anos antes o festival não permitia o uso da guitarra elétrica.

Mas o hibridismo cultural e as condições políticas do país levariam a uma reapropriação do *soul,* principalmente pela população das periferias das grandes cidades. Processos de identificação levariam a uma popularidade e uma ressignificação da dança pelos praticantes e a competições em bailes:

> O soul, depois de ser a trilha sonora dos movimentos civis americanos da década de 1960 e um símbolo da consciência negra, perdeu essas características revolucionarias com a sua massificação. (DAYRELL, 2002: 119).

Já os anos 80 e 90 foram seguidos pelos movimentos "disco music" e o hip-hop, com a música de jovens negros que deixou o soul em segundo plano para a mídia e para a sociedade. Segundo os integrantes do movimento soul em Belo Horizonte, os seguidores do estilo se encontravam mais em bailes promovidos em bairros da periferia da cidade e o movimento quase desapareceu no final dos anos 90. O ressurgimento, já nas ruas de Belo Horizonte, com tanto vigor e revivendo as músicas, os cantores e as roupas dos anos 70 chamou logo atenção do público e da mídia também.

Foi nas grandes cidades da região sudeste do país que o estilo Soul se propagou: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Do final dos anos 60 e nos anos 70, nessas cidades, o soul movimentava bailes nos clubes em bairros das periferias e também em casas noturnas dos centros urbanos. Mas havia segregação racial e de classe nesses espaços e processos, como relatam os dançarinos:

> Em Belo Horizonte, as casas de shows promoviam bailes com música Soul, os discos eram importados e a gente dançava o som de James Brown. No "Máscara Negra" branco não entrava. Também negro não entrava nas casas de dança frequentadas pelos brancos, era assim. (DJ e dançarino de soul, 49 anos) [1]

O problema do racismo também é relatado pelos dançarinos e DJs durante o período da Ditadura Militar no Brasil (entre os anos de 1964 e 1984). O uso do cabelo longo, ou o estilo "black power", roupas coloridas, tudo era visto como símbolo de subversão ou como coisa de "vagabundo", como relata um dos fundadores do grupo que dança nas ruas:

> Na saída dos bailes a polícia parava a gente na rua e mandava andar de mãos dadas, revistava... eles cortavam nosso cabelo, raspavam a cabeça. Se não tivesse uma carteira de trabalho para apresentar era tratado como "vagabundo". (DJ, integrante do grupo de dança na rua, 58 anos). [2]

O fato é que o estilo *black soul* que marcou uma geração e um certo grupo social foi saindo de cena nas décadas seguintes. Nos anos 80 a febre "disco music" nas discotecas das grandes cidades foi ocupando a sociabilidade do lazer urbano e depois a cultura de rua do "hip-hop" norte americano também avançou pela década de 90 em diante, com ritmos e músicas agora remixadas. Os adeptos da música e dança soul não deixaram de praticar o estilo em festas e bailes nos bairros, preservando o culto ao ícone James Brown. Em Belo Horizonte, o fechamento das casas noturnas da região do centro também foi fator de declínio dessa prática na cidade. O começo do grupo que passou a dançar na rua nasce do encontro de alguns amigos que já tinham discos e já dançavam o estilo nesses círculos instituídos anteriormente.

---

1 Entrevista durante pesquisa de campo concedida em 21 de junho de 2014.

2 Entrevista durante pesquisa de campo concedida em 6 de julho de 2014.

Embora sejam moradores em diferentes bairros de Belo Horizonte, os adeptos do soul se encontravam em ruas do centro por conta do trabalho que tinham nessa área. Foi em 2004 que tudo começou. Um lavador de carros na Rua Goitacazes ouvia música dos discos de um amigo, em alto volume, e alguns conhecidos que trabalhavam ali perto começaram a dançar *soul* na rua. Aquilo chamou a atenção das pessoas que passavam e paravam para observar. A partir daí esse pequeno grupo decidiu chamar antigos dançarinos dos tempos dos bailes no centro e escolheram os sábados á tarde para o encontro. Logo definiram um nome para o grupo: "Quarteirão do Soul".

> Eu estava em casa lavando roupa e ouvi pela Rádio Favela que tinha um grupo de pessoas dançando soul na Rua Goitacazes, todo sábado à tarde. Falei com meu marido, vamos lá ver isso... Depois começamos a participar todo final de semana, ele encontrou amigos de infância lá e até hoje vamos. (Dançarina do grupo, 51 anos). [3]

O local passou a ser frequentado por dançarinos, a música tocava no carro de um dos DJs do grupo (uma Caravan dourada) e também por adeptos do estilo soul. O evento passou a entreter os que passavam pelo local e até mesmo a imprensa começou a reportar o fato. Mas continuou sendo uma manifestação informal da arte popular que não tinha apoio do setor público, nem incentivos do setor privado e passou a ter a resistência de moradores dos edifícios e hotéis do entorno.

A questão da ocupação do espaço público é relevante na análise desse processo, mas o foco da etnografia está mais na compreensão das representações simbólicas dos integrantes do grupo de dança soul e por que escolhem a rua como lugar privilegiado dessa *performance*. O espaço, aqui, é o lugar onde o ato acontece e ganha sentido quando ocupado por atores sociais e suas práticas e interações.

A escolha da região central aponta para uma estratégia de visibilidade que leva em conta que ali há uma concentração de passagem de muitas pessoas, principalmente de trabalhadores, compradores, vendedores. Uma identificação com grupos da classe média baixa que já tem um repertório da cultura *soul* e passa a formar um público para o evento.

Em 2008 o grupo se viu forçado a mudar de local com as reclamações feitas pelos moradores e comerciantes da Rua Goitacazes. O fato coincidiu com o início de nova gestão na prefeitura da cidade e uma política cultural diferente. O grupo negociou um novo local e autorização para se apresentar em outra rua próxima, que tinha também o Mercado Central de Belo Horizonte como ponto de referência. A dança passou a acontecer na Rua Santa Catarina.

Porém, em 2013 muitas obras foram realizadas na região do centro, principalmente como preparação para os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Novamente o grupo "Quarteirão do Soul" foi deslocado para outro ponto do centro de Belo Horizonte. Desde o início de 2014 o grupo passou a dançar na Praça 7, a principal do centro da cidade e mudou também o dia da semana. O evento ocorre aos domingos à tarde e aproveita o movimento de pessoas que frequentam uma grande feira de artesanato que funciona até as 3 horas da tarde, bem perto dali.

A prefeitura exige um alvará para uso do espaço público (praças, ruas, parques) e geralmente é um dos DJs que providencia o documento, sendo que eles se revezam nos finais de semana de apresentação da dança *soul*. De acordo com depoimentos na pesquisa, há muitas dificuldades para conseguir ponto de energia elétrica e no ano de 2014 uma reclamação do comércio local gerou uma ação do Ministério Público. Uma das alterações foi redução do horário de funcionamento, de 22 horas para término às 20 horas, na Praça 7, aos domingos.

O movimento de ocupar a rua é relevante no contexto de uma cidade com cultura interiorana como Belo Horizonte. Se a casa representa o lugar da calma, da hospitalidade, do carinho e repouso da família, a rua seria o inverso, segundo DaMatta (1997). Para o antropólogo, uma terra que pertence ao "governo" ou ao "povo" e que está sempre repleta de fluidez e movimento, lugar da individualidade, onde nos submetemos às leis. "Não preciso acentuar que é na rua que devem viver os malandros, os meliantes, os pilantras e os marginais em geral", completa o autor.

---

3 Entrevista concedida em pesquisa de campo dia 19 de agosto de 2013.

Por isso muitas vezes os eventos culturais espontâneos são vistos como "bagunça", desordem, criam sujeira e barulho, na percepção de grupos sociais que não participam dos eventos e de algum modo são afetados por eles. Assim, por onde passa, o "Quarteirão do Soul" tem adeptos e também os que não apoiam e até mesmo criam obstáculos ao grupo e suas intervenções artísticas no espaço público urbano.

3 – Dança *soul* na perspectiva da *performance*

Desde a primeira vez que estive pessoalmente no centro de Belo Horizonte procurando o local de apresentação do "Quarteirão do Soul", em 2012, o olhar etnográfico com que percorri o caminho captou elementos de uma cultura negra. Se a população de afrodescendentes é impelida a morar nas periferias e favelas, é no centro que muitos deles transitam e trabalham. Os salões de beleza anunciam penteados em estilo "afro" ou os tratamentos específicos. As pessoas que ali circulam são de classe média baixa, nos finais de semana elas costumam ir às compras, ou estão saindo do trabalho, essas pessoas se reúnem nos restaurantes e bares que são diversos, dentro e fora do Mercado Central.

A região do Mercado Central, tradicional ponto de encontro e comércio de produtos típicos, posso sentir o aroma de temperos: pimentas, incenso, lojas de artigos de religiões de origem africana, café moído, uma mistura de cheiros. Esta é localidade preferida dos integrantes do grupo de dança *soul* em Belo Horizonte. Quando chego próximo do local já posso escutar o som alto, a batida inconfundível da música "black soul". O ritmo contagiante atrai quem passa por ali e logo se avista o aglomerado de pessoas em torno dos dançarinos. Ao fundo, uma "Kombi", uma mesa com equipamentos e grandes caixas de som onde o DJ "comanda" a "festa". Pois é isso que parece, à primeira vista: uma celebração, uma festa.

É relevante incluir aqui a dimensão étnica desse processo identitário que o *soul* apresenta. Há certa etnicidade dada pela predominância e destaque dos integrantes de cor negra nos grupos de *soul* em Belo Horizonte. Hermano Vianna explorou este aspecto em sua pesquisa sobre o funk carioca:

> O baile funk, mais que uma 'simples' festa, seria parte importante da 'etnicidade carioca', entendida como um processo onde se constroem (e se modificam as fronteiras entre) as várias identidades étnicas possíveis no Rio de Janeiro. (VIANNA, 1987, p.36)

Para Vianna (1987) o fenômeno do funk carioca é analisado como uma "festa" dos jovens cariocas suburbanos relacionando com ideias sobre identidade, etnicidade, ritualização, representação e a vida na metrópole. Sobre a ritualização e "communitas" (conceito tomado de Victor Turner), Vianna se baseia numa visão de que a festa seria certa subversão da ordem (e não para reforçá-la) e na qual o sujeito se libera. Para Vianna (1987:24) "nessa concepção, muito difundida entre antropólogos contemporâneos, o ritual está sempre dizendo alguma coisa sobre algo que não é o próprio ritual. Isto é, o ritual por si não basta, não faz sentido". Ou seja, é uma linguagem verbal e não verbal a ser decifrada, baseada em repetições e dramatizações. Alguns autores estudam letras de músicas, outros o arranjo do rito, ou se fixam mais em elementos do processo.

O grupo "Quarteirão do Soul" seria um fato etnográfico instigante no sentido de que em meio a uma sociedade que se vê marcada por racismo, práticas de segregação racial e de exclusão, há momentos e espaços em que isso fica suspenso. Os sujeitos interagem e seus papéis sociais são modificados nesse processo. O ponto de vista de um dos componentes do movimento soul em Belo Horizonte, mostra a percepção de si mesmo no grupo:

> Para mim significa tudo. Sou um branco que dança pra caramba, me vejo como um cara normal que dança James Brown. Alma não tem cor, *soul* é alma, vem do *gospel* (Dançarino e DJ, 49 anos). [4]

Conhecido como Conrad Brown, o nome artístico é uma alusão direta ao cantor norte-americano James Brown, Conrad Marques dança desde os 16 anos. Relaciona esta experiência com o fato de ter sempre morado na pe-

4 Entrevista durante pesquisa de campo concedida em 21 de junho de 2014.

riferia, antes na Vila Pinho e depois no bairro Tirol. Para ele, o *soul* no Brasil nasceu na favela e na favela convivem os negros, brancos e pardos.

É fato que no local de apresentação dos dançarinos de soul há uma grande interação e sociabilidade. Quem passa e vê pela primeira vez geralmente para e olha, observa. Mas os dançarinos usam de recursos do soul original: dançam para a plateia, apontam o dedo, o olhar, chamam quem está de fora para "entrar na dança", alguns levam pela mão e ensinam alguns passos básicos.

Entre os dançarinos, há os que levam a família. Os mais velhos, com idade em torno de 50 a 60 anos, levam netos pequenos, que dançam também. Pessoas de todas as idades, classes, orientação sexual, nacionalidades se misturam ali e dançam ou assistem com empolgação. O grupo não faz nem toca música ao vivo. Os DJs selecionam músicas consagradas do soul e com o estilo próprio de cada um procuram "animar a festa".

No local onde os dançarinos se apresentam desde o início de 2014, na Praça 7, há outros grupos que ocupam o lugar regularmente. Pelo menos três podem ser vistos nos finais de semana: os hippies que vendem artesanato, os jovens que andam de skate e os moradores de rua que vivem naquela área. Quando o grupo chega e monta a aparelhagem de som, alguns participam e até esperam o momento do evento. Moradores de rua dançam, alguns jovens entram em grupos e dançam, às vezes satirizando os mais velhos ou com seu próprio estilo de dança hip-hop.

A observação de seguidas apresentações no local permite verificar que se trata de um processo relacional que é inter-racial, intergeracional e no qual as diferenças convivem. Mas o que as representações sociais desses atores significam para eles e para os outros na cidade?

Uma interpretação do fato etnográfico do movimento de dança soul pode buscar na antropologia da *performance* e nas narrativas do corpo um importante suporte teórico para compreender isso como fenômeno social, ou seja, que é dado nas relações sociais e não separado de seu contexto espaço-temporal.

Para Turner (1987) é possível pensar em dois tipos de *performance*: as "performances sociais" (seriam rituais religiosos ou o caso de 'dramas sociais', como protestos e manifestações públicas) e as "performances estéticas" que se referem aos dramas teatrais. O autor completa:

> constituem um espaço simbólico e de representação metafórica da realidade social, através do jogo da inversão e desempenho de papéis figurativos que sugerem criatividade e propiciam uma *experiência* singular, que é ao mesmo tempo reflexiva e da reflexividade. (TURNER, 1987: 74)

Para Peirano (2002, p. 08) o ritual, que muitas vezes é um ato social na forma de uma *performance*, pode ser uma importante estratégia analítica em estudos etnográficos empreendidos pelos antropólogos. Ela justifica essa idéia considerando que "rituais e eventos críticos partilham de uma natureza similar, mas os últimos são mais estáveis, há uma ordem que os estrutura, um sentido de acontecimento cujo propósito é coletivo e uma percepção de que eles são diferentes". Ainda segundo Peirano (2002), rituais e eventos acentuam, sublinham o que é comum em uma sociedade, o instrumental analítico usado para o exame de rituais mostra sua serventia para análise de eventos naturalizados ou excepcionais de uma sociedade e ela completa:

> Um outro ponto merece destaque: a fala é um evento comunicativo e deve ser colocada em contexto para que seu sentido seja compreendido. Não é possível, portanto, separar o dito e o feito, porque *o dito é também f eito.* (PEIRANO, 2002: 11)

A partir da perspectiva de Turner de uma "performance estética" e baseada na dança como estratégia discursiva do Grupo de Dança Soul, o trabalho de campo incluiu entrevistas com os dançarinos e DJs do grupo. A forma de se apresentar, de dançar e de interagir no espaço são, para eles, muito específicos, como de fato, as roupas dos anos 70 e os passos da dança são elementos bem distintivos.

Integrantes enfatizam que o grupo se diferencia de outros grupos que ocupam a rua. Seja com sua arte pela proposta aberta ao público, ou porque membros não bebem e não usam drogas, principalmente que tudo corre sem confusões ou violência. Mas o dito não é bem o feito. Há pessoas de fora do grupo que bebem e ficam no local interferindo e provocando as pessoas. Os DJs é que controlam a situação. Param a música, pedem que a

pessoa que está perturbando saia do local. A intervenção da polícia é evitada, de ambos os lados.
Também esse discurso de paz e boa convivência dentro do grupo se descontrói com alguns relatos. Principalmente os DJs mostram uma competição pela chance de conduzir a música do evento. A forma que encontraram de reduzir os problemas foi marcar um domingo para cada DJ e eles seguem uma ordem que se repete a cada mês. Há queixas entre eles: um costuma faltar sem avisar, outro recebe convite para trabalho remunerado e só leva os dançarinos amigos. Alguns já deixaram o grupo, não tocam mais na rua, só em bailes fechados.
Quando seus integrantes dançam nas ruas do centro da cidade, na *performance* coletiva, o grupo reforça símbolos que os valorizam com as roupas, sapatos e acessórios que seriam de um certo luxo, como terno, chapéus, brilhos e cores, tal qual a fantasia de reis e rainhas no carnaval ou o terno de linho, chapéu panamá e sapato bicolor do malandro do morro ou do samba típicos do Rio de Janeiro. E como identidade diz da diferença, esses elementos diferenciam os dançarinos de soul dos demais cidadãos no local onde aos sábados ou domingos dançam, atraindo uma plateia.
Os artigos caros e finos dão outra posição social para aquele sujeito que na estrutura social e econômica vive em condição inferior. Inverter as posições e ao mesmo tempo legitimar no espaço público uma habilidade especial do grupo os diferencia e mostra que são os "entendidos" e quando abrem para a entrada do espectador, a "falta de jeito" daquele de "fora" que começa ali seus passos de dança valida a superioridade dos que dominam a arte do *soul*.
Alguns aspectos da *performance* do grupo merecem atenção: a estética, dada nas roupas, figurinos. A estética do corpo, os movimentos da dança, de cada um e no plano relacional, além de outras narrativas como o linguajar, o fato de se chamarem de "os black", e os melhores amigos de "brother". Ainda, os nomes artísticos que adotam, como Dama do Soul, Lord Tuca, Mestre Tito, dentre outros, são nomes que
Em inglês ou em português, os nomes artísticos conferem outro status na hierarquia social diferente daquela que vivenciam no cotidiano do trabalho, no bairro, ou das relações sociais fora da vida artística.

4 – Considerações finais

Pelo menos três paradoxos podem ser vistos nesse processo de interação social que o grupo de dança *soul* cria em suas *performances* nas ruas do centro de Belo Horizonte. O primeiro é que o grupo vive um espaço inter-racial numa sociedade e numa cidade marcada por práticas racistas e de segregação, e, a despeito de uma imagem de democracia racial que o Brasil tem dentro e fora dele. Outro é a inversão de papeis sociais que a *performance* realiza: o pintor de paredes passa a ser o DJ que comanda a festa, a vendedora ambulante se torna a "Dama do Soul", o vigilante de segurança privada é o "Mestre" e o desempregado tem o nome de seu ídolo, "Brown", James Brown. O terceiro ponto é sobre o "dito e o feito". Os discursos que sublinham a convivência pacífica entre os membros do grupo ou com o público que frequenta o local revela que há disputas internas pela liderança no grupo, há problemas com uso de bebida por parte do público e também com outros grupos locais que não aprovam os eventos públicos.
Não tem ensaio, não é uma coreografia organizada. Os praticantes desse tipo de dança que frequenta os bailes na cidade desde os anos 70 descobrem que há um espaço a ser ocupado na rua e que as pessoas na cidade querem ver esse "espetáculo". Estar em público valoriza um segmento da sociedade que no seu cotidiano é relegado ao anonimato, à invisibilidade. Pessoas que vivem as situações de marginalização, que no momento de dançar passam a ser admiradas, seguidas, fotografadas, entrevistadas.
Não precisam usar seu uniforme de operário, não precisam prender o cabelo. No momento da apresentação no grupo de dança os integrantes se vestem com roupas que o mundo da elite branca usa, mostram suas medalhas que ganham nas competições dos bailes, o sapato bicolor e o salto que as mulheres usam projetam essas figuras dos "pés à cabeça". O convívio com os dançarinos que se conhecem há muitos anos cria laços e identidades. O *soul* passa a ser um estilo de vida, um sentido para a vida.

Referências

BARTH, F.(2000), "A análise da cultura nas sociedades complexas". In: ____. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa.

COLOMBERO, R. M.(2011). *Danças Urbanas: uma história a ser narrada*. Disponível em: http://www.gpef.fe.usp.br/teses/agenda_2011_09.pdf , [consultado em 10-5-2014].

DaMATTA, Roberto. (1997), *A Casa & A Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco.

DAYRELL, Juarez. (2002), "O rap e o funk na socialização da juventude". In.: *Educação e Pesquisa,* São Paulo, p. 117-136, jan./jun.

PARK, Robert.(1979), "A cidade: sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano". In: VELHO, Otávio (org.) *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

PEIRANO, Mariza (org).(2002), "O dito e o feito : ensaios de antropologia dos rituais" .Rio de Janeiro : *Relume Dumará : Núcleo de Antropologia da Política /* UFRJ (Coleção Antropologia da Política, v. 12). 228p.

VIANNA, Hermano.(1987), *O Baile Funk Carioca: Festas e Estilos de Vida Metropolitanos*. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-graduação em Antropologia Social) – UFRJ / Museu Nacional, 1987. Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/banco/o-baile-funk-carioca-hermano-vianna>. [consultado em 15-7-2014].

SOUZA, Ângela. (2002), "O RAP na Cidade: Cenários em Construção". In: *Revista de Divulgação Científica*, nov.

TURNER, Victor. (1987), *The Anthropology of performance*. New York: PAJ Publications.

Práticas Corporais e Estéticas: experiências em contextos de formação e cuidado em saúde no Brasil

Flavia Liberman[1]

Elizabeth Freire de Araújo Lima[2]

Viviane Santalucia Maximino[3]

Yara Maria de Carvalho[4]

---

1 Universidade Federal de São Paulo, Baixada Santista, Docente do Curso de Terapia Ocupacional. Endereço**:** Rua Silva Jardim, 136 - Térreo - Vila Mathias - Santos SP Brasil - CEP: 11015-020. Telefone**:** (5513) 3878-3807.
Contato: toflavia.liberman@gmail.comTerapeuta Ocupacional, Doutora em Psicologia Clínica pela PUC- SP. Professora do Curso de Terapia Ocupacional e do Programa de Mestrado Ensino em Ciências da Saúde- Modalidade Profissional da UNIFESP-BS. Publicou *Danças em terapia ocupacional* e *Delicadas coreografias: instantâneos de uma terapia ocupacional* (Summus, 1998, 2008) e diversos capítulos e artigos. Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão nas linhas: corpo, arte e clínica; formação e trabalho em saúde; grupos e mulheres. Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Trabalho em Saúde (LEPETS), do Laboratório Corpo e Arte e do Laboratório Interinstitucional de Atividades Humanas e Terapia Ocupacional.

2 Universidade de São Paulo, Docente do Curso de Terapia Ocupacional. Endereço**:** Rua Cipotânea, 51 – Cidade Universitária – São Paulo SP Brasil - CEP: 05360-160. Telefone**:** (5511) 3091-7457. Contato: beth.lima@usp.br Terapeuta Ocupacional, Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP, pós-doutora em artes pela University of the Arts - London. Professora do Curso de Terapia Ocupacional da USP e orientadora no Programa de Pós-graduação em Psicologia da UNESP-Assis. Publicou *Arte, clínica e loucura: território em mutação* (Summus/ Fapesp, 2009) e diversos capítulos e artigos. Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão na interface arte, cultura e saúde e nos estudos da subjetividade. É coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisa Arte e Corpo em Terapia Ocupacional e integrante do Laboratório Interinstitucional de Atividades Humanas e Terapia Ocupacional.

3 Universidade Federal de São Paulo, Baixada Santista, Docente do Curso de Terapia Ocupacional. Endereço**:** Rua Silva Jardim, 136 - Térreo - Vila Mathias - Santos SP Brasil - CEP: 11015-020. Telefone**:** (5513) 3878-3807.
Contato: vivimax10@yahoo.com.br
Terapeuta Ocupacional, Doutora em Saúde Mental pela Universidade Federal de Campinas – UNICAMP, SP. Professora do Curso de Terapia Ocupacional, coordenadora do curso de Especialização em Formação e Cuidado em Rede e do Programa de Reorientação da Formação em Saúde do Ministério da Saúde do Brasil. Publicou o livro *Grupos de atividade para pacientes psicóticos, (UNIVAP, 2001)*, capítulos e artigos. Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão nas linhas: corpo, arte e clínica; formação e trabalho em saúde; grupos e mulheres. Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Trabalho em Saúde (LEPETS) e do Laboratório Interinstitucional de Atividades Humanas e Terapia Ocupacional.

4 Profissional de Educação Física, possui pós-doutorado em Ciências Humanas e Saúde pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2003), em Antropologia da Comunicação Visual pela Università La Sapienza di Roma, Itália (2004) e em Filosofia pela Universidad de Córdoba, Argentina (2010). Orienta mestrado e doutorado na área de Pedagogia do Movimento Humano e coordena o grupo CORPUS - Educação Física + Saúde Coletiva + Filosofia na USP. Publicou *Nas fronteiras da educação física e das ciências humanas: itinerários* (Hucitec, 2009) e artigos e capítulos. Formação em saúde e corpo, arte e saúde são os temas de investigação priorizados.
Professora Associada da Universidade de São Paulo/Brasil e Docente da Escola de Educação Física e Esporte. Endereço: Av. Prof. Melo Moraes 55, Cidade Universitária, São Paulo, CEP 06350-170, Brasil. Telefone: (055.11) 3091-3135.
Contato: yaramc@usp.br

Resumo: Nos últimos anos temos trabalhado com as práticas corporais e estéticas na formação e junto a comunidades (em equipamentos de saúde e cultura), entendendo essas ações como práticas que possibilitam o encontro e o aumento de potência de vida segundo uma ética que resiste aos processos prescritivos, normativos e excludentes. Pretende-se discutir algumas dessas iniciativas em relação ao corpo, aos dispositivos (práticas corporais, dança, música, escrita) e a construção de rede. Utilizamos a *cartografia* como método e a *aprendizagem inventiva* como referência conceitual. Destaca-se certa "surpresa" e interesse de todos os envolvidos nas proposições realizadas. Estas experiências colocam os corpos em estados de presença, conexão e inventividade, um voltar-se para si com implicações coletivas e políticas. Tais ferramentas transformam-se em dispositivos potentes que conectam as dimensões cultural e lúdica, pensamento, movimento do corpo e da vida.

Palavras – chave: práticas corporais, práticas estéticas, formação em saúde, cuidado em saúde, cartografia.

Introdução

> *Como fazer com que a música, a dança, a criação, todas as formas de sensibilidade, pertençam de pleno direito ao conjunto dos componentes sociais? (...) Como produzir novos agenciamentos de singularização que trabalhem por uma sensibilidade estética, pela mudança da vida num plano mais cotidiano e, ao mesmo tempo,pelas transformações sociais a nível dos grandes conjuntos econômicos e sociais?*
>
> GUATTARI & ROLNIK (1986: 22)

Este texto expõe algumas estratégias que envolvem as práticas corporais e estéticas em contextos de formação e cuidado em saúde no Estado de São Paulo, Brasil. São breves relatos de acontecimentos que buscam oferecer matéria prima para a discussão de aspectos relacionados ao tema das intervenções artísticas que, em nosso caso, estão articuladas ao campo da saúde uma vez que somos docentes em universidades públicas e temos como linhas de pesquisa teórico- práticas o corpo e as artes na interface com a saúde.

Trazemos, assim, a nossa contribuição, atravessadas por esta condição e intento. Na dimensão das práticas realizadas em campo buscamos migrar do lugar de profissionais que irão "tratar as pessoas" para profissionais que contribuem no oferecimento de dispositivos que mobilizam para as práticas corporais e estéticas como produção de vida. Isso significa e implica experimentar, cultivar e compartilhar o que consideramos patrimônios da humanidade: o canto, a música, a escrita, a dança, o movimento, a literatura, as produções plásticas,as artes visuais, entre outras.

Como pano de fundo para tais intervenções tomamos a *cartografia* como método que considera a imprevisibilidade como motor para delinear trajetos, a existência de inúmeras camadas (micro e macropolíticas) para a compreensão daquilo que fazemos, o delineamento do caminho no próprio caminhar, realizado sempre em redes conectivas que se (re) configuram permanentemente no encontro entre os objetos, as pessoas e os ambientes.

De outro lado e simultaneamente, temos a dimensão formativa, como docentes buscamos oferecer aos alunos oportunidades para vivenciarem e discutirem os processos, visando ampliar olhares para os acontecimentos e problematizar inúmeras questões: a relação saúde e arte, a mobilização das ferramentas nas práticas profissionais, os sentidos das interferências nos grupos, em diferentes serviços e equipamentos de saúde e cultura existentes nos territórios, entre outras.

Em relação à dimensão da formação estamos pautadas pelo conceito de *aprendizagem inventiva* (Kastrup, 2010) que aponta para a produção de conhecimento corporificado (Keleman, 1992), que cria marcas (Rolnik, 2008) e que amplia repertórios existenciais. Tal concepção é contraria a ideia de uma aprendizagem que se faz por acúmulo de informação inserida em uma política de recognição que apenas reafirma o supostamente sabido. A aprendizagem inventiva nos conduz permanentemente a realizar pousos em processos vivos, fluidos e em permanente movimento.

Busca-se assim afirmar, por meio de breves relatos, a importância da experiência estética nos processos de formação e cuidado, qualificando e colocando em pauta o lugar do corpo e das artes como produção de conhecimento e vida.

1. A cartografia como método de pesquisa-intervenção

Como já assinalado anteriormente tomamos a cartografia como percurso metodológico balizador de nossas ações tanto no ensino, quanto na pesquisa e nas práticas nos diferentes contextos, populações e problemáticas.

> *O cartógrafo "deixa o seu corpo vibrar em todas as frequências possíveis e fica inventando posições a partir das quais essas vibrações encontrem sons, canais de passagem, carona para a existencialização"*

Rolnik (2006, p.66)

A cartografia refere-se à abordagem utilizada não somente na prática clínica, mas também na pesquisa e nos modo de compreender os corpos e os processos. Tomando como referência a discussão proposta por Kastrup (2007), podemos dizer que ela acompanha e não apenas representa um processo. Ela não define um conjunto de regras abstratas: não se busca estabelecer um "caminho linear para atingir um fim. A cartografia é sempre um método *ad hoc"* (Kastrup, 2007, p.15-22).

Para Rolnik (2006, p. 66) o que define o cartógrafo é exclusivamente um tipo de sensibilidade que ele prioriza em seu trabalho, um "composto híbrido" que envolve seu olho e simultaneamente as vibrações de seu corpo, procurando inventar procedimentos adequados ao contexto em que se encontra. Isto quer dizer que em nossa prática profissional e na formação de alunos, as proposições que envolvem as práticas corporais e estéticas, quando mobilizadas na perspectiva cartográfica, afastam-se de propostas normativas e prescritivas abrindo um leque de possibilidades de agenciamentos que produzem situações e experiências de densidade e beleza que podem modificar todos os envolvidos. Alguns dos fragmentos escolhidos são expressão de alguns destes processos.

2. Encontro e experiência estética

Segundo Dewey (2010 [1934]), o ser vivo está em constante interação com o seu ambiente e é a partir dessa interação que compõe o próprio processo de viver. E, embora muito do que é vivido no cotidiano possa ser perdido, quando a experiência não é interrompida, um fluxo subjetivo de pensamentos e sensações conduz a pessoa a um estado distinto do estado anterior, fazendo com que se passe por uma *experiência singular*.

Uma experiência singular é marcada por emoções e sensações intensas, que não se dissipam e não são facilmente esquecidas; e a *experiência estética* nada mais é do que o desenvolvimento intensificado de uma experiência singular. Para o autor,

> ...o estético não é algo que se intromete na experiência de fora para dentro, seja pelo fluxo ocioso ou pela idealização transcendental, mas é o desenvolvimento esclarecido e intensificado de traços que pertencem a toda experiência normalmente completa. (Dewey, 2010 [1934], p.125).

Quando a experiência é completa, o fluxo se desenvolve até se esgotar, sem ser interrompido, o que faz aparecer uma nova configuração semiótica que é, também, produção de território subjetivo a partir das matérias do mundo (Lima, 2011).

Essa experiência, segundo Dewey (2010 [1934]), pode ser decomposta em três fases, mutuamente interdependentes: a fase *prática*, marcada pela interação do corpo com os eventos e objetos que o cercam; a *afetiva*, que liga todas as partes em um todo único, dando o caráter de totalidade à experiência; e a *intelectual*, na qual a experiência vivida ganha sentido. Pode-se dizer que no momento em que essas três dimensões da experiência se fazem presentes, a obra é criada, revelando a conexão entre o estético e o artístico, entre a percepção e a criação (Kastrup, 2010), compondo a totalidade da experiência da arte.

Associando os processos artísticos a experiências cotidianas, Dewey cria sua concepção de arte como experiência e propõe uma integração da arte com a vida. Para o autor, a arte está presente nas práticas artísticas, mas não é exclusividade desse campo da atividade humana. Além disso, as dimensões estéticas e artísticas não podem ser dissociadas, pois ambas compõem o mesmo processo: "o processo de arte em produção relaciona-se organicamente com o estético na percepção" (Dewey, 2010 [1934], p.130). Ao compor sua obra, um artista a observa e a percebe, e enquanto não atingir um ponto de finalização, continuará trabalhando.
Neste processo integrado de criar e perceber, Dewey (2010 [1934]) distingue a prática artística como aquela parte do processo que possui uma característica ativa, de fazer e produzir, e a recepção estética, como aquela caracterizada por uma atitude passiva, de percepção e prazer. A experiência estética acontece numa combinação de atividade e passividade, que articula o criar e o receber, envolvendo,

> ...tanto a atitude receptiva como a ação produtiva, ambas absorvendo e reconstruindo, em torno, o que é vivenciado, onde o sujeito da experiência molda e ele próprio é moldado....
> (Dewey apud Shusterman, 1998, p.48).

Além disso, a experiência estética acontece a partir de um encontro, na presença de um outro significativo que recebe e reconhece aquilo que é criado, o que aponta mais uma vez para a indissociabilidade entre criação e recepção estética.(LIMA, 2011, p.188). Para Gilberto Safra (2004), as experiências estéticas estão presentes desde o início da vida. Elas são essenciais para a constituição e apresentação de si mesmo, através da criação de formas sensíveis e materiais. Essas experiências inauguram para alguém a possibilidade de existir frente ao outro, através da articulação de signos que constituem e apresentam as vivências desse existir de um modo singular. A recepção estética seria, então, dimensão inextrincável da experiência estética. Momento que segue e acompanha o processo de produção de uma obra.

Fragmento 1: arte e experiência estética na formação em Terapia Ocupacional

O Curso de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo possui em seu currículo um eixo de formação e ensino de atividades, composto por seis (6) disciplinas. Essas disciplinas acompanham o aluno do início do primeiro ano ao final do terceiro ano. Entre elas estão as disciplinas de formação no campo das práticas artísticas, corporais e culturais que são desenvolvidas por docentes ligados ao Laboratório de Estudos e Pesquisa Arte e Corpo em Terapia Ocupacional, incluindo a disciplina Atividades e Recursos Terapêuticos (ART): repertório de atividades.
A Terapia Ocupacional é uma profissão da área da saúde, educação e área social que lida com o fazer humano, com atos e gestos, com expressões e objetos, com falas e com corpos que dizem e, por isso, já é em sua base uma profissão de fronteira, dado que o fazer humano pode ser entendido, propiciado, refletido por diversas áreas do conhecimento. Por isso os terapeutas ocupacionais têm, muitas vezes, se colocado na fronteira entre dois ou mais campos, não no sentido de reiterar a separação entre esses campos mas, ao contrário, para manter a tensão que a separação ente eles tenta apaziguar e questionar a própria separação. Habitar fronteiras entre prática clínica e prática social, entre criação artística e produção pelo trabalho, entre saúde coletiva e bem-estar individual (Lima, 1997).
As atividades, instrumento privilegiado desta profissão, têm a potência de construir, no aprendizado, nosso corpo, nossos gestos, nossa forma de estar no mundo, nossas competências e saberes.
O aprendizado e o ensino no campo das artes implicam encontros, trocas, conhecimento mútuo. Há diferentes formas de aprender uma atividade. Em geral, elas fazem parte de nosso cotidiano e são aprendidas como herança cultural, constituindo um conhecimento tácito e um saber-fazer que possibilita a reinvenção da atividade na descoberta de um jeito próprio de fazer. Aprendizagem é entendida aqui como um processo movido pelo desejo, pelo interesse, pelas capacidades, que provoca transformações e cria novas formas de ser, representando possibilidade de compartilhar o saber humano e de construir caminhos próprios e singulares na pluralidade da existência humana.
O ensino de atividades artísticas, corporais e culturais tem introduzido novas questões no campo da Terapia Ocupacional, inserindo aí a inventividade, a criatividade e as metodologias da arte-educação. Para Castro

(2001), as atividades artísticas são instrumentos de participação, promovem aprendizagem, permitem o crescimento pessoal, criam acontecimentos (...) e participam do conjunto de estratégias para a produção de subjetividade, e para a construção de projetos de vida.

Essas questões estão relacionadas também a mudanças no campo das Artes. As práticas artísticas contemporâneas têm deslocado o foco do objeto para a produção de acontecimentos (Favareto, 2000), instaurando experimentações artísticas que tocam as práticas grupais e que se aproximam fortemente de experiências de ensino e formação. Essas ressonâncias aparecem fortemente no trabalho de Lygia Clark, entre outros artistas, em particular nas suas proposições coletivas e no trabalho com os *objetos relacionais*. A artista insere, assim, seu trabalho em um campo fronteiriço, instaurando uma zona de indiscernibilidade entre arte, clínica e as práticas de ensino de arte.

O ensino de atividades artísticas, corporais e culturais, implica na instauração de um campo de experiência que se aproxima fortemente das artes, com práticas em ateliê e oficinas trazendo aprendizado prático e teórico e trocas grupais. "Somente captamos a plena importância de uma obra de arte quando reproduzimos em nossos próprios processos vitais os processos do artista ao produzir a obra" (Dewey, 2010, p.83).

Os terapeutas ocupacionais em formação, alunos da disciplina de ART: processos criativos são convidados a elaborarem, ao longo da disciplina, um projeto poético que articule questões conceituais relevantes para eles através da linguagem das artes visuais, de forma que possam viver a experiência de um processo criativo e ativar a própria sensibilidade. Os projetos são elaborados a partir de um caderno de criação que acompanha o aluno e são orientados ao longo dos encontros. Ao final da disciplina, realizamos uma mostra dos trabalhos desenvolvidos.

Fragmento 2: Acessibilidade estética: uma experiência com mulheres de uma região da cidade de Santos[5]

Olho para o alto, a nuvem escura prenuncia mais uma tarde de chuva forte. Os alunos me perguntam assustados: vamos assim mesmo professora? Depois de muita insistência conseguimos uma van, ao invés do ônibus, para circularmos pelas ruas estreitas da região noroeste de Santos. Mais uma quarta-feira de chuva e isto significa risco de alagamento e problemas para a realização do trabalho. [6]

É também isto que enfrentamos na realização de uma das nossas atividades de ensino. Trata-se de ir a campo com estudantes[7] para exercitar o cuidado. Neste caso, nossa proposta é acompanhar mulheres que vivem na região noroeste da cidade de Santos por meio de diversos arranjos, entre eles, buscá-las em suas casas para realizarem encontros em um equipamento de arte e cultura em uma região vulnerável em santos, São Paulo.

Um trabalho artesanal. Aqui se aprende perseverança, paciência, a atenção ao pequeno. Aqui se faz um trabalho corpo a corpo. O sentido do corpo é também literal. O sol é forte, o trajeto depois do almoço sacudindo na van, afeta os corpos. A paisagem da região já nos força para um deslocamento: da sala de aula para a rua, para outra realidade.

A supervisão e a orientação, que são parte do trabalho do grupo já vão acontecendo no trajeto, incluindo o motorista que, a nosso ver, também faz parte da equipe, pois participa da *colheita*[8], buscando as participantes do grupo que tem dificuldades de acessar a proposta. As dificuldades de acesso não dizem respeito apenas às barreiras arquitetônicas, ou a restrições de mobilidade, ou de ordem emocional.

---

5 Fragmento retirado do livro Grupos e Terapia Ocupacional, formação, pesquisas e ações, organizado por Maximino e Liberman, no prelo.

6Notas retiradas dos Cadernos de Registros de Liberman (2013)

7O projeto pedagógico da Universidade Federal de São Paulo, Baixada Santista, indica a educação interprofissional e o aprendizado em cenários reais como estratégias na formação de profissionais de saúde. No eixo comum Trabalho em Saúde, os estudantes dos vários cursos desenvolvem atividades em regiões de maior vulnerabilidade social acompanhados de professores. Para saber mais ver, Capozzolo A., Casetto S., Henz, A. (org.), Clinica comum, itinerários de uma formação em saúde, Hucitec Editora, São Paulo, 2013.

8 O termo colheita e sua descrição como procedimento para o cuidado e a criação de acessibilidade, estética está descrito no livro Grupos e Terapia Ocupacional, formação, pesquisas e ações, Maximino e Liberman, no prelo.

Estes diversos fatores, além de condições socioeconômicas precárias, entre outros, produzem isolamento e diminuição do pulso vital (Keleman, 1992[9]). Ampliar o acesso é um dos objetivos principais do nosso trabalho, porém não se trata apenas do acesso concreto das pessoas em relação a sua mobilidade espacial nem de disponibilizar ofertas, trata-se de promover possibilidades para os encontros consigo mesmo, com as pessoas e com coisas[10]. Acessibilidade, para além de ser um direito é principalmente aquilo que pode possibilitar que algo aconteça.

Eunice teve um Acidente Vascular Encefálico (AVC) e anda com bengalas, Solange tem artrose, Vera esteve internada em um hospital psiquiátrico, mora longe e ainda precisa de estimulo para sair de casa. Maria aproveita que a vizinha está indo ao grupo e entra na van também, dizendo: "estou cansada de ficar sentada em casa". Estas duas ainda convidam uma terceira, muito deprimida com a perda de dois filhos jovens na violência do bairro. [11]

Em algumas situações, o movimento se inverte: são alguns alunos que descem da van e acompanham as mulheres em suas casas quando estas, por algum motivo, não vão ao grupo.

O Grupo das Mulheres inicia-se muito antes do encontro formal na ONG [12]Arte no Dique[13] que o recebe. No encontro do grupo de alunos e da docente com cada mulher que entra na van, busca-se instaurar um clima curioso e receptivo.

Também a cada vez não se sabe o que vai acontecer. O inusitado: frente a recusa inicial de D. Corália para ir ao grupo no Dique, dois alunos ficam em sua casa. Ao longo da conversa testemunham um movimento de mudança de roupas e maquiagem acompanhadas de um alegrar-se. Um pequeno grupo estava acontecendo ali também.

Apesar da intensidade vivida nestes momentos individuais, é necessário não esquecer do grupo, exercitando este olhar que apreende o conjunto. Nas propostas que envolvem a todos tais como massagens umas nas outras, lanche comunitário, socialização de temas, organização espacial em forma de roda, etc., a postura da coordenação aponta o sentido de estarem todos ali.

Estar em grupo amplia a chance de acionar nos participantes o que Dewey (2010) chama de experiência estética. "A experiência estética emerge na vida cotidiana, mas ela se define, entretanto como uma experiência especial que faz com que a vida não se apresente como uma corrente homogênea e uniforme de fatos banais" (Kastrup, p.39, 2010). A experiência estética tem algumas qualidades: é marcante, não se dissipa nem é facilmente esquecida, possui unidade sendo que suas partes constituintes são reunidas sem emendas ou vazios e, além disso, esta unidade inclui de modo indistinto a dimensão emocional, prática e intelectual que só a posteriori podem ser separadas. A emoção é uma qualidade da experiência, a experiência estética é emocional. Outra característica importante é que meios e fins se coadunam, isto é, não estão dissociados.

9No Livro *Anatomia Emocional* (1992) Keleman pensa "o corpo como sede de toda a experiência e a (trans)formação do organismo como uma estratégia da pulsação vital em face à existência" (Keleman, *apud* Favre, 1992, p.10). Para Favre, este autor compreende o organismo não com base nos órgãos, o que seria restringir a compreensão sobre os processos por meio dos quais acontece uma existência em particular, mas como um meio que constrói forma permanentemente na manutenção de um pulso vital, sendo que, saúde para ele seria a manutenção deste pulso.

10Estamos chamando de *coisas* os objetos, os materiais, as propostas, as atividades, os diversos mundos possíveis e virtuais.

11Notas retiradas dos Cadernos de Registros de Liberman (2013)

12ONG significa Organização Não Governamental e representa o terceiro setor. Serviços que não são estatais mas são públicos e atendem demandas sociais.

13O Instituto Arte no Dique, ONG, desenvolve trabalho sócio-cultural com a população do Dique na Zona Noroeste de Santos, numa das regiões com maiores índices de vulnerabilidade social da cidade. Tem como proposta a realização de ações, oficinas e cursos profissionalizantes, regidas pelos princípios da inclusão social, pesquisa e valorização da cultura local, aquisição de conhecimentos específicos do mundo da arte e cultura que possibilitam a ampliação do universo cultural, a descoberta de talentos, saberes e habilidades, abrindo perspectivas de sonhar e transformar projetos de vida na direção de um futuro promissor em contraponto à realidade vivida com altos índices de miséria, evasão escolar, desemprego, criminalidade, drogas e violência. (www.**artenodique**.org.br)

O trabalho no Grupo de Mulheres busca proporcionar aos participantes possibilidades de experiências estéticas apostando que estas podem colocar a pessoa em movimento, desencadeando processos de criação, engendrando novos territórios existenciais, reinventando vidas. (Liberman, 2008). Os participantes são catalizadores e também testemunhas das experiências vividas. Quando Eunice canta e da risada, ela não é mais uma mulher que teve um AVC.

O que te alegra[14]? A busca pela alegria, mesmo em fiapos, foi trazendo não só cenas e alegrias vividas no passado ou presente, mas sim desejos de alegria, como possibilidade e virtualidade. A vida mais viva, Eunice se lembra do neto, mobiliza afetos em si e nos outros. Seguimos dando materialidade às ideias: Vera mostra seus panos de prato com um discurso animado, a aluna traz uma caixa de origamis e surge a vontade de ir ao horto. Acesso aqui diz respeito ao inventar e construir trilhas para dar concretude aos sonhos.

Busca-se criar um território propício a surpresa, ao acolhimento do inesperado e ao acionamento de movimentos inventivos. (Kastrup, 2010). No entanto, "A experiência estética não é aquela meramente divertida ou que gera entretenimento, mas sim aquela que é marcada por sensações intensas" (Kastrup, 2010, p.40), por vezes trazendo sofrimento.

A proposta, feita em parceria com o oficineiro músico Daniel, era que cada mulher trouxesse uma música marcante de sua vida. A música trazida por Solange trouxe uma lembrança forte de saudades de sua mãe, trouxe a infância no nordeste, a sua vida lá. Em um momento muito bonito, Daniel traz também historias com sua mãe e sua infância em um aglomerado de cenas, fragmentos e emoções. [15]

Lembrando Keleman (1992), por vezes, a intensidade pode ser excessiva para aquele corpo e produzir, ao invés de um estado de experiência o que eles chamam de reflexo, necessidade de certa dosagem, ou como diz Deleuze, certa prudência na direção daquilo que pode ser assimilável. A percepção sutil dos processos, o cuidado e o modo como se traz a proposta, a construção de um ambiente confiável e um respeito pelo tempo formativo favorecem que a experiência possa ser incorporada e atualizada para novas e outras situações ampliando a acessibilidade à experiência estética.

O que mais ajuda a acessar a experiência estética? O cultivar-se para ela. Citando uma entrevista de Deleuze, Kastrup diz que ele não acredita na cultura em si, mas nos encontros, não só com pessoas, mas, sobretudo com as coisas. Deleuze não procura os espaços de arte e produção cultural para ter mais cultura, mas para cultivar-se. Portanto, cultivar pode ser compreendido como a abertura aos encontros, como um exercício de atenção a espreita às possibilidades de encontro, "....ir em busca de encontros, experiência e aprendizagem e não de informação ou de um saber pronto para ser absorvido ou consumido (Kastrup, 2010, p.39)". Portanto, não basta estar em um equipamento de cultura para se favorecer a acessibilidade estética. Circular por um chamado espaço de cultura não garante nem a acessibilidade nem a experiência estética.

No entanto, estar na ONG Arte no Dique, propicia o uso de práticas artísticas. A arte, assim como o lúdico, por suas características de invenção, não produtivismo, não mecanização e integração do processo ao produto, favorece as experiências estéticas. É fruição, aproveitamento e consumação em si mesma:

> "A experiência, na medida em que *é* experiência, consiste na acentuação da vitalidade, uma troca ativa e alerta com o mundo; que em seu auge significa uma interpenetração completa entre o eu e o mundo, os objetos e acontecimentos." (Dewey, p.83, 2010)

Rose trouxe a música...."por isso esta força me leva a cantar, por isso esta força estranha no ar...." foi um momento sublime, ela cantava com voz forte. Sentimos que a experiência estava completa. Ao trazer sua música, Rose não trouxe só uma lembrança, mas produziu um novo acontecimento no presente, pois suscitou e viveu uma nova experiência.[16]

14Alegria no sentido indicado por Espinosa esta relacionada ao aumento de potência isto é, aumento de nossa força interna e capacidade para agir, aumento de pensamento e de ação. A alegria é caminho de autonomia individual e política. O oposto disto é a tristeza quando percebemos a diminuição de nossa realidade, de nossa capacidade para agir, o aumento de nossa impotência e a perda da autonomia. A tristeza é o caminho de servidão individual e política sendo suas formas mais costumeiras o ódio e o medo recíprocos. (Chaui, 2006).

15Notas retiradas dos Cadernos de Registros de Liberman (2013)

16Notas retiradas dos Cadernos de Registros de Liberman (2013)

Tomando esta cena podemos dizer que a atividade artística que gera uma experiência estética não se define por produzir objetos decorativos nem por introduzir no cotidiano um traço especial de beleza. Como nos indica Dewey, os inimigos do estético

> "são: a monotonia, a desatenção para com as pendências, a submissão às convenções na prática e no procedimento intelectual. Abstinência rigorosa, submissão coagida e estreiteza por um lado, desperdício, incoerência e complacência displicente por outro, são desvios em direção oposta da unidade de uma experiência" (Dewey, 2010, p.117).

Em outras palavras, a burocratização da vida, o automatismo, o *empurrar com a barriga ou fazer de qualquer jeito*[17].

A atividade artística está associada também à criação de desejo. Se a arte é a realização de um desejo trata-se de um desejo intensificado pelo próprio ato artístico e não dado por antecipação. Em oposição aos processos mecânicos, a arte desenrola-se de maneira inusitada e "o suspense, na arte, é um apetite que aumenta a partir daquilo com que é alimentado."(Kaplan in Dewey, p. 28)

No grupo fazemos um convite ao olhar-se, ao conhecer-se, ao reinventar-se. Na experiência estética a sensação de sentir-se inteiro deixa uma marca indelével. Sentir-se e ser uma pessoa inteira sem as pernas, como Stephanie no filme "Ferrugem e Ossos" ao lançar-se ao mar[18]. Quando Eunice pode dizer "eu me alegro", ela toma para si sua própria vida.

O Arte no Dique está localizado em uma construção bonita, ancorada praticamente em cima de um lixão, o que, além de criar um estranhamento, revela a proposta de acessibilidade estética que estamos propondo aqui. A arquitetura, com muitas janelas, transparências e aberturas parece nos falar da receptividade, da porosidade e da confiança que a ONG quer estabelecer com o entorno estabelecendo uma metáfora bastante concreta de todo o trabalho que buscamos realizar naquele território.

Fragmento 3: arte e cuidado de si, da relação entre arte e vida

Em 2009, esteve em exposição no Sesc Pompéia, em São Paulo, a obra da artista Sophie Calle, *Cuide de você*. Com esta obra, a artista põe em foco as relações entre o cuidado e a criação artística[19].

Uma mulher recebe uma carta, uma mensagem, em verdade um e-mail de ruptura. A mensagem termina com um usual "cuide-se", take care, como um até mais, nos vemos por aí ou coisa que o valha.

A dor provocada pela mensagem pede um desenvolvimento; o acontecimento não pode parar aí. Ela toma o tal "cuide-se" ao pé da letra e resolve cuidar de si. Mas como? Bem, a mulher é uma artista e conhece um jeito de se cuidar: desenvolver o problema que o acontecimento envolve, efetua-lo, fazê-lo terminar de acontecer.

Visitando a exposição "cuide de você" de Sophie Calle, que esteve por um período montada no SESC Pompéia, por vezes temos a sensação de uma brincadeira, às vezes de uma vingança. A mídia tratou o trabalho com um tom predominantemente de revista de variedades, como se tudo não passasse de uma fofoca do tipo quem ta ficando com quem ou quem foi que deu o pé na bunda de quem.

Mesmo na Flip – Festa Literária de Paraty – onde o interesse poderia estar mais nos meandros e nas linhas sutis que fazem atravessar-se a criação artística e a experiência vital, a aparição de Sophie em uma mesa ao lado do remetente da carta em questão, só fez mais uma vez banalizar o trabalho e focar na relação de dois indivíduos que se feriram para saber quem levou a melhor.

Saia justa: fazer de sua auto-biografia artes visuais

Mas para entrar no trabalho de Sophie e conectar-me com ele, eu tive que atravessar esse equivoco que o culto à celebridade e o mercado cultural produz em torno dos objetos culturais e acessar em mim a dor da perda do amor.

---

17 Empurrar com a barriga ou fazer de qualquer jeito significa fazer de maneira displicente, sem atenção nem cuidado.

18 Ferrugem e Osso (*De rouille et d'os*) é um filme franco-belga de 2012, dirigido por Jacques Audiard e estrelado por Marion Cotillard e Matthias Schoenaerts.

19 Para mais informações, consultar o site: http://www.videobrasil.org.br/sophiecalle/

O que produz em nós este acontecimento do fim do amor, qualquer que seja a forma que ele ganhe na vida de cada um? Que dores ressuscita ou reativa? Que caminhos tortuosos trilhamos para atravessar essa dor e poder viver novamente?
Cada um de nós conhece esses caminhos, alguns já os trilharam muitas vezes em sua vocação solitária. Mas Sophie é uma artista, uma artista singular na cena contemporânea, que saber manejar como ninguém, de uma forma só sua, os tênues liames da vida singular e da vida coletiva, da vivência pessoal e da experiência de muitos. Ela vai usar sua maestria de transitar pelas esferas da subjetividade e da cultura para tratar sua própria dor.[20]
Para Foucault (2004), o cuidado de si implica uma ética e uma estética da existência. Cuidar de si é imediatamente cuidar do outro e está em íntima ligação com a produção de uma vida como obra de arte.
Sophie começa a cuidar de si pluralizando-se; ela é muitas, torna-se muitas, para tratar de si vai pedir a 107 mulheres que leiam a carta que recebeu e interajam com ela a partir de seu *metier*, como num jogo de espelhos que multiplica infinitamente o que faz a própria artista ao interagir com a carta a partir de seu *metier*, que é o da arte conceitual.
107 mulheres como ela. Que como ela já perderam um amor. A carta irá reativar em cada uma delas a dor e sua reação. A reação ao abandono se multiplica e difere: pode-se atirar na carta, num gesto de extrema precisão e extrema violência que quase nos provoca uma espécie de alivio; pode-se desabar sobre ela, pode-se interpretá-la em muitas línguas, traduzi-la para outras línguas, transportá-la para outros contextos; pode-se dançar com ela, fazê-la desaparecer como num passe de mágica ou multiplicá-la em espelhos.
Tantos são os caminhos possíveis para a travessia da dor do fim do amor...
Sophie multiplica-se em muitas mulheres e faz proliferar os modos possíveis para si, mas também para nós.
Do desprezo e deboche, ao ódio e ao dilaceramento, as emoções ganham contorno e forma nas produções que não são nunca uma reposta à carta mais um envolvimento com ela que desenvolve o acontecimento que ela produziu.
Como médica de si e do mundo, Sophie se cuida, se trata, e trata também de nós, seu público, que visitando sua exposição pode também se cuidar, se tratar, se curar.
O problema aqui não é mais somente de Sophie e seu namorado. Aqui, trata-se do amor nos tempos da internet, das viagens, das distâncias, dos espaços entre corpos. Nos tempos de aproximações e evitações, da busca de intimidade com muito pouco contato, da falta do olhar nos olhos.
Ao cuidar de si, a artista, descobre um coletivo, uma dor que se desindividualiza, uma alegria de não estar só. E nós descobrimos a alegria do depois do amor, do além da dor, que é a alegria da criação de si, depois que tudo desmoronou, e da criação de uma parcela pequena de mundo. Um novo mundo que se abre para que inventemos uma vida sem ele, mas com muitos outros.

Fragmento 4: a escrita como uma prática estética e de "cuidado de si"

Vivemos um cotidiano que nos incita ao medo, à passividade, à fragilidade, mas também à estabilidade, ao equilíbrio, à reprodução de valores que nos distanciam de nós, pensantes e persistentes na experiência e no "cuidado de si". E o ambiente universitário, cada vez mais, incita à competição, ao distanciamento e ao individualismo, reproduzindo a lógica produtivista e corporativista que orienta nossos modos de pensar e agir na contemporaneidade, um tema já bastante problematizado.
As dificuldades para romper esses padrões na formação em saúde não são poucas porque cristalizados. Nesse sentido, ler, estudar, interpretar, descrever, narrar e escrever e posicionar-se diante das ideias dos autores são atividades presentes no cotidiano do trabalho intelectual ainda que, cada vez mais, sejam pouco encorajadas ao longo do processo de formação, seja no âmbito da graduação ou da pós-graduação.
A "formação" técnica prevalece. A ênfase nas disciplinas, nas especialidades e nas experiências dos laboratórios, em detrimento da formação e educação no nível propedêutico dificulta na "constituição de uma base cultural

20 Notas retiradas dos Cadernos de Registros de Lima (2009)

para compreensão do significado do processo educativo enquanto parte integrante da dinâmica de socialização" [21] (Silva, 1992, 161).

O que se pretende, em última instancia, é transformar o espaço da sala de aula em espaço de experiência estética e de formação. A experiência é compreendida aqui "... como uma expedição em que se pode escutar o 'inaudito'..." (Larrosa, 2010, p.10). A formação, por sua vez, é "... um devir plural e criativo, sem padrão nem projeto, sem uma ideia prescritiva de seu itinerário e sem uma ideia normativa, autoritária e excludente de seu resultado..." (Larrosa, 2010, p.12).

Para a experimentação trabalhamos com as práticas de escrita, compreendidas como acontecimentos da pluralidade e da diferença, como aventuras rumo ao desconhecido, ou ainda como produções infinitas de sentido (Kastrup, 2002; Fabião, 2010) e que podem contribuir para esse pensamento aberto sobre formação (Larrosa, 2010).

Também utilizamos a cartografia e o conceito de "aprendizagem inventiva" (Kastrup, 2002) como referência teórico-conceitual para a análise do processo da experiência com as práticas artísticas, no caso a escrita, que pressupõe uma ética do saber implicado, assim como uma ética do "cuidado de si".

Temos experimentado as práticas de escrita na sala de aula e os relatos dos estudantes dizem de uma descoberta e também de um contentamento. Poderíamos dizer que, em alguns, produz encantamento... diante das experiências surpreendentemente inusitadas no processo de formação, em geral. E, a partir delas, os estudantes nos chamam a atenção para a importância de conhecer outras perspectivas a respeito do processo ensino-aprendizagem no que diz respeito às experiências com o corpo, o livro e a escrita.

O espaço da sala de aula é o lugar onde problematizamos a experiência estética e investigamos as práticas como processos criativos transformadores de corpos e de indivíduos. Nesse sentido, a figura da professora/tutora/orientadora do processo também se altera, ela oferece uma "exigência", uma tensão, uma vontade, um desejo. A pesquisadora, por sua vez, provoca situações de desconforto e de deslocamento. Como escreveu Larrosa, procura elevar os estudantes "... mais alto do que a si mesmos, ao que existe em cada um deles que é mais alto do que eles mesmos (...) puxa e eleva, faz com que cada um se volte para si mesmo e vá além de si mesmo, que cada um chegue a ser aquilo que é" (Larrosa, 2010, p.11).

Larrosa menciona as práticas de leitura, ele acredita que a virtude dela

> " é sua infinita capacidade para a interrupção, para o desvio, para a 'desrealização´ do real e do dado (inclusive do real e do dado de alguém) e para a abertura ao desconhecido. A iniciação à leitura aparece, assim, como o início de um movimento excêntrico, no qual o sujeito leitor abre-se à sua própria metamorfose"
> (Larrosa, 2010, p.13).

Entendemos que essa qualidade da prática de leitura pode também ser uma qualidade da prática da escrita. Tal qual a "experiência da leitura como algo que põe o leitor em questão, tira-o de si e eventualmente o transforma" (Larrosa, 2010, p.101), entendemos que a prática da escrita também podem provocar essa transformação (Alves & Carvalho, 2010; 2011).

Dos procedimentos para a experiência da prática da escrita

São 60h de carga horária na disciplina. A ideia é propor aos estudantes diferentes experimentações com as práticas corporais e artísticas, aqui especialmente as de escrita, explorando a mistura delas nas vivências a fim de problematizar a respeito do *corpo em arte*.

Dos procedimentos cabe mencionar que, inicialmente, agregam o acolhimento de todos, ou um modo de apresentar os participantes que instigue a atenção e o cuidado com o outro e consigo; depois, um aquecimento

---

21 De acordo com Franklin Leopoldo e Silva, há pelo menos três condições para o estabelecimento da base cultural: "adestramento de raciocínio na prática do aprendizado das ciências exatas; conhecimento da diversificação histórico-cultural e da variabilidade de critérios fundamentadores da esfera ético-política, através da familiaridade com os conteúdos do núcleo humanístico; e, relativa ampliação do imaginário e domínio da linguagem através dos conteúdos de língua e literatura" (Silva, 1992, p.162).

com exercícios de relaxamento e respiração para prepararmos o corpo para o "encontro" com a escrita; em seguida, definir um tema disparador para o trabalho da escrita – corpo e arte, por exemplo; explorar a prática propriamente dita, com exercícios de escrita (solta, sintética, objetiva, poética); observar sua escrita; olhar para as escritas dos outros; experimentar as escritas dos outros; narrar, escutar, conversar e trocar a respeito das diferentes experiências de escrita a fim de perceber o que cada um traz e instigar a troca de impressões a respeito do que foi realizado.

Trata-se de uma prática nos termos de uma "escrita de si" que não é uma prática descritiva do que aconteceu, mas uma prática que movimento o pensamento (Foucault, 2006). A formação aqui se transforma em uma prática estética, um campo de experimentação de si – como arte de viver (Foucault, 2006, p.146). Nesse campo, os exercícios de "escrita de si" produzem forças e funcionam como dispositivos capazes de acessar o inusitado, o intempestivo, o ininarrável do "cuidado de si". E para perceber os fluxos que atravessam esta escrita, é preciso se deixar afetar, sem apego pelos acontecimentos vivenciados.

Como escrevemos em outro momento: "Não é fácil imprimir as intensidades da experiência no campo da escrita, mas, se lançar ao permanente aprendizado, em processos de formação abertos a experiência dessa qualidade da escrita, pode ser um caminho. Dobrar a atenção sobre as profundidades reveladas na "escrita de si" significa pensar a própria formação como um exercício de cultivo, que vai além de um período determinado, para se implicar na constituição da própria vida. E, isso também significaria a propagação indefinida da 'escrita de si'" (Alves; Carvalho, 2011, p.255). E, em última instância, um "cuidado de si".

Tecendo relações e algumas considerações finais

Cartografando algumas das experiências que envolvem as práticas artísticas e estéticas é possível perceber a miríade de problematizações que emergem do vivido.

São questões que deslocam saberes pré-estabelecidos e, por meio de alguns fragmentos, buscam dar visibilidade a regiões que habitam aquilo que é quase imperceptível: um gesto, um olhar, um pensamento, uma produção estética, a possibilidade de viver experiências.

Podemos dizer que não é tudo que vira experiência, ou seja, que se torna repertório e que poderá ser acessado pelo sujeito em outras situações. Não são todas as vivências que produzem marcas nos corpos, que são embebidas de afetos e sentidos. A nosso ver o "fazer arte" comporta inúmeras armadilhas, entre elas uma idealização do que seja a arte, a obra e os próprios artistas. Pensamos na arte como direito e, portanto acessível ao homem comum, como meio de modificar ambientes, de possibilitar maior conexão consigo e com o entorno na produção de realidades que podem banhar-se de uma sensibilidade não burocrática, porosa às afetações do mundo que nos atravessa permanentemente. Debruçar-se um pouco sobre tais experiências quando mobilizados por tais práticas, tanto na vertente formativa (disciplinas de graduação e pós-graduação), quanto nas interferências em campo, nos revela que é possível intervir e modificar, mesmo que de modo sutil, na vida das pessoas e seus modos de cuidar de sua saúde na perspectiva da produção de vida e não como "cura" de doença. Trata-se da produção de uma sensibilidade mais atenta a aquilo que é vivo e ao pulso vital.

Para Franco Berardi (2011), a sensibilidade é hoje o campo de batalha político por excelência, compreendendo uma articulação entre arte, política e terapia. Para o autor, a sensibilidade é a capacidade de conectar-se ao que é sutil e compreender sinais e expressões que não são verbais, nem verbalizáveis. A sensibilidade é também aquilo que possibilita o encontro e a compreensão entre os seres humanos. Por isso, numa sociedade como a nossa, na qual o desenvolvimento desenfreado do capitalismo tem efeitos evidentes nas subjetividades, provocando esgotamento nervoso, sofrimento psíquico e colapso da sensibilidade, a ação social e política passa necessariamente por um trabalho com a sensibilidade que articule arte e terapia no sentido estrito que o autor utiliza.

> A ação social tem que se propor, antes de mais nada, como terapia mental e relacional. Mas quando falo de terapia não me refiro a uma técnica que reintegre o indivíduo exausto à normalidade do consumo compulsivo e à competição econômica, mas à prática que reativa a sensibilidade e a empatia. A terapia que proponho não é outra coisa que revolta e solidariedade, o prazer dos corpos mesclando-se com outros corpos. (Berardi, 2011, pag. 1).

Este é o sentido de "terapêutico" – aqui denominado *efeito clínico*, que queremos afirmar, diferenciando-o da terapêutica médica e do campo da saúde em geral, que busca muitas vezes a normalização dos corpos e dos funcionamentos, pautando-se pela de ausência de doença.
Finalizando e, ao mesmo tempo, abrindo com Deleuze (1997), arte e clínica são empreendimentos de saúde e o escritor e o artista, como médico de si e do mundo, põe em jogo a invenção de novas línguas para acontecimentos que se dão na fronteira da linguagem. Tais ferramentas transformam-se em dispositivos potentes que conectam as dimensões cultural e lúdica, pensamento, movimento do corpo e da vida.

Bibliografia

ALVES, F. S.; CARVALHO, Y. M.; DIAS, R. (2011). A "escrita de si" na formação em Educação Física. *Movimento* (UFRGS. Impresso), v. 17, p. 239-258.

BERARDI, F. (2011). "A sensibilidade é hoje o campo de batalha político". *Blog Boca do Mangue*. Disponível em: http://bocadomangue.wordpress.com/2011/01/30/%E2%80%9Ca-sensibilidade-e-hoje-o-campo-de-batalha-politico%E2%80%9D/

CAPOZZOLO, A. CASSETTO, S.; HENZ, A.(org.) (2013). *Clínica comum, itinerários de uma formação em saúde.* São Paulo: Hucitec Editora. 309 paginas.

CASTRO, E.D. (2001). *Atividades artísticas e terapia ocupacional: construção de linguagens e inclusão social.* Tese de Doutoramento. Escola de Comunicações e Artes, USP. São Paulo.

CHAUI, M. (2006). *Espinosa: uma filosofia da liberdade*. 2ª.ed. São Paulo: Moderna.

DELEUZE, G. (1997). *Crítica e Clínica*. São Paula: Editora 34. 171 páginas.

DEWEY, J. (2010) *A arte como experiência*, Martins Fontes Editora, São Paulo, 1. Edição 2010. Reimpressão, Coleção todas as artes. 646 paginas.

FAVARETTO, Celso (2008) "A cena contemporânea, criação e resistência". In: FONSECA, T. M. G.; PÉLBART, P. P..; ENGELMAN, S. (orgs.) *A vida em cena.* Porto Alegre – RS: Ed. UFRGS, 2008.

FAVARETO, C. (2000). *A invenção de Hélio Oiticica.* São Paulo, Fapesp/Edusp.

FOUCAULT, M. (2004). "A ética do cuidado de si como prática de liberdade". In: FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos V*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. P 264-287.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. (1986) *Micropolítica: cartografia do desejo*. Petrópolis: Vozes.

KASTRUP, V. (2007). "O Funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo". *Psicologia & Sociedade*; 19(1): p.15-22, jan/abr.

KASTRUP, V. (2010). "Experiência estética para uma aprendizagem inventiva: notas sobre acessibilidade de pessoas cegas a museus". *Informática na educação*: teoria e pratica, Porto Alegre, v.13, n.2, p.38-45, jul./dez.

KELEMAN, S.(1992) *Anatomia Emocional*, Summus Editorial, São Paulo, 176 páginas.

LIBERMAN, F. (2008) *Delicadas coreografias: instantâneos de uma terapia ocupacional*. São Paulo: Summus Editorial.

_____(2013) Cadernos de Registro. Arquivo Pessoal.

LIBERMAN, F. MAXIMINO, V., Planos grupais e experiência estética: friccionando ideias, emoções e conceitos, in MAXIMINO, V.S., LIBERMAN, F. *Grupos e Terapia Ocupacional, formação, pesquisas e ações*, Summus Editorial, no prelo.

LIMA, E.M.F.A. (1997). "Terapia ocupacional: um território de fronteira?" *Revista de Terapia ocupacional da USP,* v.8 (*2-3*), São Paulo.

_____ . (2009). *Arte, clínica e loucura: território em mutação.* São Paulo: Ed. Summus/ Fapesp.

_____ . (2009). Cadernos de Registro. Arquivo Pessoal.

_____ (2011). "Objetos-cicatriz e recepção estética: experimentando pensamentos em meio a obras em obra". *Cadernos de Subjetividade*. São Paulo, ano 8 n. 13.P. 187-193.

MAXIMINO, V.S., LIBERMAN, F. *Grupos e Terapia Ocupacional, formação, pesquisas e ações*, Summus Editorial,no prelo.

ROLNIK, S. (1993) "Pensamento, corpo e devir: uma perspectiva ético/ estético/ política no trabalho acadêmico". *Cadernos de Subjetividade*. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, PUC- SP, São Paulo, V. 1, n.2, p. 241-251.

ROLNIK, S. (2006) *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina/ UFRGS.

SAFRA, G. (2004) *A face estética do self*. São Paulo: Unimarco.

SILVA, F.L. (1992). Por que filosofia no segundo grau. *Estudos Avançados.* São Paulo, vol.6, no.14, Jan./Apr.

SHUSTERMAN, R. (1998). Vivendo a arte. São Paulo: Editora 34. 272 páginas.

Websites

Arte no Dique. Disponível em http://http://www.artenodique.org.br/instituto.php. . [consultado em 10-10-2014].

Deleuze, G. abecedário, A de animal. Disponível em http:// http://stoa.usp.br/prodsubjeduc/files/262/1015/Abecedario+G.+Deleuze.pdf. [consultado em 10-10-2014].

Sophie Calle. Video Brasil. Disponível em: http://www.videobrasil.org.br/sophiecalle/

Experiência Urbana e Criação Literária das Periferias de São Paulo

Lucas Amaral de Oliveira[1]

Resumo: À medida que as disputas pelos espaços urbanos e seus sentidos vêm ganhando centralidade, tanto mais a paisagem cultural da cidade torna-se objeto e cenário de interesses diversos. Nesse contexto, as margens, que se manifestam sócio-espacialmente no fenômeno da periferia, ocupam posição de destaque no debate, pois redefinem e resignificam os pontos de interseção entre arte e urbanismo. O objetivo deste texto é expor resultados preliminares sobre a análise de algumas instâncias de criação, difusão e consumo de bens literários, os saraus, que há mais de uma década vem ecoando nas periferias paulistanas e modificando as dinâmicas artísticas desses espaços. A hipótese é que, embora não se enquadrem nas hierarquias simbólicas e nos locais mais tradicionais de consagração, os saraus exercem, hoje, papel determinante na formação e projeção de novos escritores oriundos de bairros pobres e que, por isso, atribuem a si próprios e a seus produtos os adjetivos "marginal" e "periférico".

Palavras-Chave: Produção Literária; Saraus; Periferias; Paisagem Urbana; São Paulo.

"Morar dentro do tema é complicado".
Ferréz

1. Introdução

Como observaram Mariana Fix e Pedro Arantes, em artigo publicado no *Correio da Cidadania,* de 2004[2], São Paulo expressa, talvez melhor que qualquer outro lugar na América Latina, as contradições da cidade global. Trata-se de um espaço urbano repleto de disparates e contradições, controle social e liberdades civis, onde os muito ricos e os que nada têm vivem lado a lado, grandes edifícios em avenidas sem esgoto, barracos com TV a cabo, artistas de rua diante de carros blindados, vendas de quinquilharias contrabandeadas, consumo cultural cercado por mares de miséria, máfias de todos os tipos na gestão de serviços públicos, narcotráfico corroendo jovens nas periferias – que morrem aos montes por violentas investidas policiais –, igrejas pentecostais junto com a neo-filantropia do terceiro setor, etc.

Os autores sugerem, com isso, que não estamos apenas diante de uma metrópole global, subdesenvolvida e/ou emergente, mas de um fenômeno urbano que exige mobilização de novos recursos analíticos para ser interpretado. Aqui, a imagem metafórica trazida por Francisco de Oliveira (2003) vale muito: a situação é tal qual um ornitorrinco, animal incongruente, encalhado na encruzilhada de uma evolução que seguiu adiante. O recurso zoomórfico do atinado sociólogo brasileiro sugere uma sociedade urbana que perdeu a capacidade de escolha, tornando-se encarnação de uma "evolução truncada".

Como se sabe, São Paulo é a maior cidade brasileira e núcleo de uma das maiores áreas metropolitanas do mundo. Concentra 11,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, sendo, atualmente, sede da maioria das empresas multinacionais instaladas no Brasil. Mas, ao contrário do que ocorre em outros países, a capital paulistana não porta os símbolos da suposta "identidade cultural nacional", que tradicionalmente se construíram em torno de expressões culturais de outras cidades, como Rio de Janeiro e Salvador. Não obstante, é o centro hegemônico

---

1 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (bolsa FAPESP), onde pesquisa a produção literária nas periferias paulistanas. É graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina e possui mestrado em Sociologia pela USP (com período sanduíche na Università di Bologna), com dissertação sobre a construção do testemunho do intelectual italiano Primo Levi, sobrevivente de Auschwitz e referência da "literatura de testemunho". Atualmente, é membro da equipe editorial da *Plural* e editor regional da newsletter *Global Dialogue* (ISA).

2 Trata-se de "São Paulo: Metrópole-Ornitorrinco", *Correio da Cidadania,* Ed. 383, 8-15 de fevereiro de 2004.

do mercado nacional de bens simbólicos; afinal, desde meados do século XX, vem se constituindo como sede de muitos museus, galerias, editoras, empresas de mídia impressa, radiofônica e televisiva, instâncias que, de algum modo, *oligopolizam* a produção, a difusão, o consumo e a consagração da produção artística e intelectual do país.

Como outros polos latino-americanos, São Paulo cresceu de maneira acelerada e desordenada, fruto de sucessivas migrações internas e externas e, também, do êxodo rural. Esses enormes contingentes populacionais se deslocaram a esse centro industrial, comercial e de serviços em busca de trabalho e oportunidades. O saldo foi um acentuado processo de segregação territorial: no "centro expandido", hoje, concentram-se, as classes altas e médias – favorecidas, ainda, por um vasto processo de gentrificação –, ao passo que nas periferias vivem as classes baixas, instadas a deslocarem-se, diariamente, para as áreas centrais, onde se aglutina boa parte das ofertas de trabalho, serviços e entretenimento.

O objetivo deste trabalho é contextualizar e traduzir, no interior das periferias dessa "metrópole-ornitorrinco" que é São Paulo, algumas instâncias de inovação cultural, resistência e luta *nos* e *pelos* espaços da cidade. De fato, tais instâncias não condizem com as hierarquias simbólicas, que expressam expectativas e lutas em torno da constituição de um cânone e de locais de consagração artística por excelência. O caso que exploro mais detidamente na segunda parte do texto é expressão disso. Trata-se do movimento da nova literatura marginal, que surge e se consolida *nos* e *ao redor dos* saraus, e que tem como força propulsora, justamente, experiências culturais no espaço urbano, a partir das quais algumas comunidades periféricas ressignificam a cidade através da criação literária e da atuação coletiva. O imaginário que perpassa esse tipo de produção é notadamente urbano, na medida em que emerge de um território concreto da geografia da cidade e "o reconstrói dentro do espaço narrativo como agente crucial no processo de construção identitária de seus habitantes" (Coronel, 2013: 29), indo na contramão da "desterritorialização", um dos traços da narrativa brasileira do século XXI.

Porém, é difícil precisar as bases sobre as quais esse movimento artístico se sustenta sem movimentar um conjunto de questões que, de uma forma ou de outra, tocam a famigerada questão urbana. Por isso, exploro, em um primeiro momento, leituras históricas e analíticas sobre a "periferia" para, em seguida, discutir alguns vetores do debate mais contemporâneo sobre conflitos na produção dos espaços urbanos – que faz da cidade um espaço de disputas, materiais e simbólicas. Na segunda parte, a partir de uma etnografia urbana ainda em curso, localizo e analiso um tipo específico de produção cultural nesses territórios: um movimento literário que disputa a paisagem cultural (Appadurai, 2004) e os espaços da cidade, que serão pensados, aqui, como contrapontos ao processo de homogeneização do urbano e *oligopolização* da produção, circulação e fruição da produção literária.

2. Periferias paulistanas: paisagem urbana em disputa

Caldeira (1984; 2000), assim como Holston (1991) e Bonduki (1982), percebem que, a partir do início dos anos 1940 até meados dos 1970, houve um descaso das autoridades estatais em relação ao processo de urbanização das regiões suburbanas e rurais de São Paulo, o que facilitou a expansão irracional das periferias por intermédio da iniciativa privada, da especulação e, com efeito, do desenvolvimento de práticas irregulares de grilagem, fraude, não suprimento de serviços urbanos básicos e desrespeito às dimensões mínimas de construção exigidas por lei. Ao mesmo tempo em que o processo de metropolização – isto é, um decurso de urbanização não planejada e proliferadora de favelas (Lefebvre, 2001) – marchava a passos desenfreados e em ritmo industrial, a cidade de São Paulo recebia, também, um fluxo elevado de migrantes, especialmente nordestinos, que vinham à cidade em busca de melhores oportunidades laborais e condições de vida (Weffort, 1988).

Em meio a isso, delineava-se o "padrão periférico" de ocupação do espaço urbano, multiplicando habitações populares em bairros remotos, sem infraestrutura e negligenciados pelo poder público (Bonduki & Rolnik, 1979). Esse processo foi testemunhado e narrado, emblematicamente, pela escritora Carolina Maria de Jesus[3]

3 Inclusive, no ano de 2014, comemorou-se o centenário da escritora.

(1914-1977), a primeira mulher negra e favelada a registrar, em fragmentos autobiográficos, o cotidiano da fome e da escassez em uma das primeiras favelas paulistanas, que ela denominou "quarto de despejo" da cidade:

> Eu classifico a cidade de São Paulo, assim: O Palácio é a sala de visita. A prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos [...]. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo (Jesus, 2001: 28-33).

O golpe militar, ao reprimir movimentos populares surgidos nas periferias urbanas e retirar a autonomia dos municípios na promoção de financiamentos para a construção de casas próprias, aprofundou ainda mais o modelo segregacionista de urbanização (Feltran, 2007; Carril, 2006). Vários problemas e contradições urbanas foram se agravando na cidade, especialmente em decorrência do alocamento diferenciado de serviços e bens públicos, algo que Castells (2000) evidenciou ao analisar a produção do espaço urbano e as tendências de segregação causada pela lógica do sistema capitalista nos Estados Unidos. No caso paulistano, isso teve como consequência uma urbanização caótica e um alto grau de pauperização social, o que se estabeleceu chamar de "espoliação urbana" (Kowarick, 1979; 2000), uma somatória de extorsões sistemáticas por parte do poder público, que submeteu as periferias à precariedade de serviços, espaços, bens e equipamentos, marginalizando ainda mais sua população mais carente. Mais uma vez, Jesus (2001: 45) sintetiza o processo:

> Nós somos os pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerada marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos.

Nesse contexto, a população periférica paulistana foi crescendo de modo abrupto, principalmente entre 1975 e 1980, quando alcançou a taxa média de 19,1% ao ano (Caldeira, 1984). A partir da década de 1980, notou-se o esgotamento desse padrão de urbanização da cidade e, com efeito, o empobrecimento ainda mais massivo das populações residentes nas favelas e nos bairros populares; a partir daí, o modelo de segregação sócio-espacial baseado na dicotomia "centro-periferia" começou a ganhar força, juntamente com o crescimento geográfico da cidade e o aumento dos problemas urbanos (Caldeira, 2000).

É importante assinalar, no entanto, que, ao longo desse processo, embora as periferias tenham se constituído como locais de exclusão e espoliação, também foram espaços de organização autônoma de lutas populares: movimentos para obtenção de água e esgoto, pela melhoria dos transportes, pela construção de escolas, por moradia. Inclusive, Kowarick e Bonduki (1994) apontam que, em meados dos anos 1980, alguns eventos, como a greve dos metalúrgicos, a consolidação de pastorais e comunidades eclesiais de base, assim como a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e a organização política e social das periferias, constituíram certa consciência de exclusão e insubordinação importante para o futuro.

Mas, apesar da derrocada do modelo de urbanização periférica – que absorveu contingentes de pobres em poucos e grandes centros sem integrá-los à cidade – e do aumento de movimentos que visavam melhorias urbanas, a década de 1990 não apresentou conjuntura favorável à solução dos problemas. As reformas neoliberais levaram a uma fragilização das conquistas, sobretudo considerando que o cenário se modificou sob a égide de fatores determinantes para a ocorrência do que Maricato (2001) nomeou "urbanização da pobreza": predominância do trabalho precário, aumento da informalidade, desemprego de longa duração, aprofundamento da expansão periférica, assentamentos irregulares, favelização.

Em várias metrópoles das periferias do capitalismo, incluindo as cidades brasileiras, esse foi um período de empobrecimento e explosão demográfica nas favelas, em que alguns projetos de modernização e renovação urbanas aceleradas, mormente no Terceiro Mundo, "expulsaram" milhões de moradores dos centros expandidos para os arrabaldes periféricos –favelas ou aglomerados subnormais (Davis, 2006). Em São Paulo, os favelados, em torno de 4,4% da população em 1980, passaram para 11,2% no decênio de 1990 (Kowarick, 2009).

É importante mencionar, ademais, que esse período se constituiu a partir de um intenso processo de reestruturação do capital (Harvey, 2002), com aumento descompassado do desemprego, deterioração dos salários, precarização das relações de trabalho, crescimento gritante do mercado informal, etc. Nessa conjuntura, a questão social – essa "aporia das sociedades modernas", nos termos de Castel (1998) – foi marcada, grosso modo, pela

enorme disjunção entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, a exigência de mais direitos sociais e os imperativos de eficácia da economia (Telles, 2001).

Em meio a tal cenário, cresceu vertiginosamente um fenômeno que nos anos posteriores marcaria o estigma dos bairros periféricos: a violência (Maricato, 2000). A taxa de homicídios na capital, sobretudo a partir de 1994, subiu de forma abrupta, alcançando seu pico entre 1996 e 1999, a ponto de muitos distritos liderarem a lista dos locais mais violentos do mundo. Segundo Vera Telles (2010), que analisou a relação entre dinâmica urbana e violência, em algumas regiões da periferia paulistana, os indicadores eram espantosos: por exemplo, em 1999, no Jardim Ângela, eram 93,6 homicídios por 100.000 habitantes; no M´Boi Mirim, 91,5; no Jardim São Luiz, 89,3; na Brasilândia, 88,1; no Grajaú, 87,2; na Cidade Tiradentes, 84,6; em Guaianazes, 78,7; e no Capão Redondo, 67,2.

Entretanto, ao mesmo tempo, fortaleceram-se movimentos que contestavam, direta e indiretamente, material e simbolicamente, o então estado de coisas. Houve, nesse sentido, uma mobilização mais clara em torno da chamada questão urbana. A partir de meados da década de 1980, e mesmo depois, nos contraditórios 1990, a relação entre fatores estruturais e mobilizações políticas e culturais foi repensada à luz da consideração das experiências sociais de atores engajados. Avritzer (1994) contextualiza o período de construção do que se habituou chamar de sociedade civil, em que novos atores entraram em cena em meio a um avançado processo de modernização no início da redemocratização do país. Organizações sociais, associações e movimentos de base buscavam o reconhecimento de seu projeto societário em uma realidade urbana contraditória, de expansão do capital e de novos espaços de cidadania.

É nesse contexto de vulnerabilidade social, concentração espacial de pobreza, segregação (Marques, 2010; Kowarick, 2009), mas também de aumento da rotinização de práticas organizacionais dentro dos movimentos urbanos (Neuhold, 2009), que se pode localizar uma série de fatos importantes, cujas consequências são visíveis até hoje. Foi nos anos 1990, sobretudo, que as populações periféricas, pobres, desempregadas, subempregadas e absorvidas nos assassínios corriqueiros (D'Andrea, 2013), empenharam-se mais ativamente em construir meios de desestigmatização e inventar novas formas de contornar a violência.

Aproximando violência cotidiana e criação literária, reorganizando a paisagem urbana na produção literária a partir da experiência (Süssekind, 2005), por exemplo, surgem poetas que enfrentam e constroem outras perspectivas para interpretar e explicar suas condições:

> Ladeiras ásperas, esquinas em carne viva / coração-tambor onde os caras pálidas não ousam pisar / Poças acumulando ácidos serenos alaranjados / e trombetas apocalípticas do fun(k)anhão / anunciam ninhadas fiéis emergindo em cânticos evangélicos / belezas televisivas e nigerianos de aço. / SP, (S)elva de (P)edras (precisosas) / E não se engane não, moço, / que por aqui é tudo assim mesmo: essa zona, esse alvoroço. / Na virada tem corrida pedestre / uma tal de São Silvestre com largada no ano novo / e é desse jeitinho, velozes e furiosos, que a gente corre o ano todo. / Uma lira paulistana endiabrada esquentando a chapa. / Paulicéia Desvairada, Piratininga, punga, uma pinga / e a letra fugindo do salão elitista, nua correndo pra rua. / Baticum. É reza, gíria[4] [...].

Para Brenner (2013), a expansão da urbanização e dos elementos que a caracterizam – como as vias de comunicação e circulação de mercadorias, inclusive culturais – cria um tecido urbano fragmentado e contraditório, que não pode ser compreendido somente a partir das velhas categorias dos estudos urbanos, pois estas não dão conta de explicar uma série de especificidades. Nessa medida, antes de discutir o surgimento de coletivos e agentes literários periféricos, seria interessante ao menos tangenciar um debate sobre a gestão dos espaços. Para tanto, parto de uma chave de leitura que enxerga a cidade como paisagem onde se mantém, em escalas crescentes, a miséria das populações periféricas e, ao mesmo tempo, a dissipação de algumas fronteiras analíticas (Sassen, 2008), nas quais é possível flagrar o modo como regras disputas pelos espaços da cidade são engendradas e se redefinem.

Hoje, em cárceres e ruas brasileiras, a tortura e a violência continuam sendo usadas como método de

---

4 Trecho do poema de Walner Danziger, "Eles não usam Black Power".

interrogatório, desocupação, contenção, punição, humilhação, extorsão, ao ponto de elevar o Brasil a único país da América Latina no qual a tortura aumentou após o fim do regime autoritário (Teles, 2010). Isso talvez seja fruto de uma ideia, institucionalmente acolhida, de que há um inimigo onipresente, que toma, segundo circunstâncias políticas, o rosto de determinado grupo social: ex-presidiário, morador da periferia, negro[5], usuário de drogas, militante político, etc. Em meio a essa paranóia de "segurança", surge a tendência à construção de um dualismo que toma as pessoas como potencialmente "amigas" ou "inimigas". As formas de diferenciá-las são muitas: leis especiais, detenções ilegais, expulsões, sevícias. Nesse diapasão, o poema de Serginho Poeta é preciso e eloquente:

> Meia-noite no gueto / Tem um preto parado na esquina / – Será ladrão ou vendedor de cocaína? / Se perguntam os tripulantes da barca são-paulina / Que se aproximam para abordá-lo / Interrogá-lo e espancá-lo / Não necessariamente nesta ordem, é claro. / O homem permanece inerte / Ainda assim / Recebe um soco no rosto / Que é dado com gosto / Enquanto um segundo soldado / De um posto maior / Desfere-lhe um chute. / Não há quem não escute, naquela noite / O açoite moderno / Mas só quem vê é o azul eterno / O celeste noturno… / Cassetete, coturno, cassetete, coturno! / Por um momento / Cessam então o linchamento e ordenam: / – Fala negro, não me enrola / O que faz na rua a essa hora? / – Venho aqui para fazer poesia / Sou poeta da lua / Por isso, troco a noite pelo dia / E é tão triste quem na lua se inspira / Apaixona-se por ela, tornando-a sua lira / Mas apesar dessa paixão que no peito tranca / Não pode com a mão tocar a bola branca / Invejo os astronautas / Eu, poeta, aqui tão distante / E eles, meros militares, lá em cima / Nos braços da minha amante / Sou poeta da rua / E nesse caminho estreito / Aprendi a andar, a cair, a levantar / E a ter respeito… Mas nunca temer! / É isso, senhores, o que eu tenho a lhes dizer / Agora, espero que me deixem / Continuar olhando o céu / Pois negro já nasce poeta / Mas também já nasce réu / – Ah, mas negro poeta… / Isso é afronta! É passar demais da conta! Meia-noite no gueto / Tem um preto morto na esquina / Os olhos abertos, o corpo ferido / O céu todo refletido no centro da retina / Não era ladrão, nem vendedor de cocaína / Era simplesmente um poeta / Sem escola, sem berço… Um poeta de esquina[6].

Uma miríade de estudos de casos foi feita para compreender essa lógica perversa, conjuntamente com as novas técnicas de produção do espaço urbano e controle na atualidade, sobretudo após o processo de reestruturação do capital (Cunha & Feltran, 2013; Merry, 2001; Beckett & Herbert, 2008; Roy, 2009; Gupta & Ferguson, 2002). Vale notar que uma chave analítica comum a alguns desses estudos é a aproximação foucaultiana (Foucault, 1991) – complementada por Deleuze (2007) – de que lançam mão, no afã de explicar formas de governamentalidade e o intricado ajuste entre disciplina, controle e segurança.

Pardue (2013) referindo-se às investidas etnográficas de Das e Poole (2004), afirma que, além de impor uma definição na concepção e no reconhecimento do espaço urbano, a "margem" se constitui, hoje, como espaço precário que precisa ser protegido e monitorado, seja pela vigilância e governamentalidade cívica (Roy, 2009), seja por políticas que são instrumentalizadas a partir de um discurso de "inclusão", que tem em vista a produção concomitante de sujeitos e espaços urbanos mais ou menos sob controle (Roy, 2011). Essa ligação entre perigo e segurança, entre amigos e inimigos, entre regulação espacial e políticas de inclusão institucionalizadas, faz com que a margem urbana se torne um *locus* de julgamento e disputa, algo que busca limitar o surgimento de movimentos sociais, políticos e culturais mais radicais, e, com efeito, contribuem para o enfraquecimento da esfera pública – que é exatamente o oposto dos escopos dos movimentos sociais.

Dessa forma, o Estado, esse enorme complexo espacial de intersecção de representações práticas (Gupta &

---

5 Segundo campanha lançada pela Anistia Internacional para combater o alto índice de homicídios de jovens, o Brasil é o país onde mais se mata no mundo, sendo que mais da metade dos homicídios tem como alvo a juventude entre 15 e 29 anos; destes, 77% são negros, explicitando uma homologia entre estereótipos negativos e jovens negros residentes de favelas e periferias. Ver: https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/.

6 Poema de Serginho Poeta, "Negro, poeta de esquina".

Ferguson, 2002), esforça-se cada vez mais para se fazer imaginar de maneiras diversas nas vidas das pessoas, às vezes de modo repressivo, outras, como lugar de produção econômica e simbólica da cidade. A cidade se reproduz, assim, por intermédio da produção de sua população. Por isso, as práticas culturais de representação do Estado podem, também elas, exercer grande influência na vida cotidiana das pessoas.

Aqui, é possível fazer menção a outro mecanismo muito atual de governamentalização das periferias das metrópoles: as práticas difundidas do empreendedorismo urbano. Em um contexto de (re)democratização neoliberal e celebração do potencial econômico dos mais pobres, essas práticas promoveriam a subjetivação da racionalidade de mercado, tornando os indivíduos governáveis, diminuindo o risco de posturas mais radicais de contestação e contribuindo para o reposicionamento, sobretudo simbólico, de grupos opositores como "novos clientes", com necessidades absolutamente administráveis e mercantilizáveis.

O empreendedorismo urbano, por um lado, complicou as noções de oposicionalidade e agência dos movimentos contestatórios, pela incorporação dos mais pobres à disciplina financeira, ao consumo, ou, ainda, pelas iniciativas "participativas" e empoderadoras; porém, por outro lado, segundo Mcfarlane (2012), possibilitou que parte da população, que não conseguia sequer vislumbrar o reconhecimento de suas demandas, construísse redes de solidariedade que fossem capazes de ir além da inserção das populações mais pobres em uma subjetividade de mercado. Nesse processo, as associações e demais agrupamentos sociais assumiram centralidade, pois fizeram a mediação entre o Estado e a chamada sociedade civil.

A perspectiva de Mcfarlane (2012) traz uma narrativa menos distópica sobre as técnicas mais contemporâneas de produção e disputa do espaço urbano, já que ilustra a periferia e os chamados territórios de pobreza (Telles & Cabanes, 2006)[7], também, como terrenos de habitação, afetividade, auto-organização e, inclusive, de política – afinal, o espaço urbano e sua paisagem estão em disputa.

> Por aí muito sinhô / Esses chamados de doto / Dizem que nossa poesia / É limitada, um horrô / Pois digo que esses cabra / Que nunca pegou na enxada / Dizem que sabem tudo / Mas num sabem é de nada / Esses "donos da verdade" / Num conhece a realidade / Vivida pelos caboclo / No sertão e na cidade / Só ficam em gabinete / Entre quatro parede / Enquanto nóis clama justiça / Eles fingem que num entende / Diz que nóis num sabe lê / Quanto menos iscrevê / E que nosso linguajar / É difícil compreendê / Pois deixe que eles insista / Em fazer grossa vista / Pois nóis se fortalece / Aqui no bar do Santista / É aqui que tá nossa gente / Povo lindo e inteligente / Pelo amor e pela arte / Mais um Elo da Corrente / Gente que sabe o que quê / Homem, criança e muié / Que não deixa esses doto / Nos tratar como qualqué / Essa gente de muito dinhêro / Empresário, político, banquêro / Que concentra toda a riqueza / Lavando no estrangêro / Esses tão iludido / Pensam tá bem protegido / Mas quando abrirem o zóio / O bolo vai tá dividido / Pois nesse grande momento / Expandimos conhecimento / Lendo nossos próprios livros / Que hoje tamô escreveno / E esses mesmos livro / Que um dia nos foi proibido / Hoje nos dá o poder / De sermos reconhecido / Muda a real de figura / Fazendo literatura / Eleva nossa auto-estima / Renasce nossa cultura / Valorizar nossa história / Resgata nossa memória / Ignorada na iscola / Hoje conduz a vitória / Salve nossa correria / Lutando no dia a dia / Muita paz e liberdade / Pra todas periferia / Sentimento que mina / Pros herói e pras heroína / Que mantêm a resistência / Feito Solano e Carolina / Os versos ficam por aqui / Mas num vamô desisti / Pois nossa luta continua / Mesmo até depois do fim[8].

Para avançar, seria interessante uma aproximação etnográfica que visasse um caso específico, pois esse é um dos registros a partir dos quais se pode entender o surgimento de coletivos culturais periféricos relativamente

---

7 A equação de Ilse Scherer-Warren (2004, p. 58) é interessante para complementar a ideia de territórios de pobreza, na medida em que percebe que a exclusão social tende a ser "racializada, engendrada, etarizada e espacializada, ou seja, tem cor, gênero ou sexo, idade e localização. A pobreza mais extrema tende a ser preta, feminina, bastante jovem ou idosa e localiza-se nas periferias urbanas".

8 Poema de Michel Yakini, "Sentimentos".

autônomos – que tentam redefinir os espaços e os lugares da cidade –, assim como as experiências de representação "nativa" que, por meio de elaborações estéticas variadas, almejaram articular certa singularização cultural das periferias paulistanas (Frúgoli, 2005), cuja novidade consiste na combinação entre produção cultural local e engajamento político na esfera pública. Afinal, o que explica o surgimento, muitas vezes em condições e situações bastante adversas, de um criador literário?

3. Margens criativas da "metrópole-ornitorrinco"

Neil Brenner (2013) foi um dos que alertou para a importância conferida ao urbano hoje em dia, que, de um lado, teria se tornado uma "metanarrativa central", a partir do qual o mundo vem sendo interpretado, mas, por outro, teria se tornado uma arena de lutas que vão mais além das meramente políticas, englobando, inclusive, as lutas sociais, econômicas, culturais e simbólicas. Assim, à medida que o fenômeno urbano vem ganhando centralidade, tanto mais a cidade torna-se, concomitantemente, objeto e cenário de interesses diversos, sobretudo de atores sociais coletivos. E as margens da cidade, que se manifestam espacialmente no fenômeno da periferia (Pardue, 2013), ocupam posição de destaque na questão urbana, uma vez que redefinem, a partir de uma "intimidade porosa" (Holston, 2008: 24), os espaços da cidade, os pontos de interseção entre arte e urbanismo.

Então, no quadro de aumento de desigualdades, altos índices de violência e novos dispositivos de controle, sobressaíram-se usos e práticas culturais que funcionaram, em especial, como fatores de valorização de comunidades periféricas e redefinição de fronteiras urbanas. Nesse sentido, no campo da produção cultural, desde o final do século XX até hoje, um segmento que vem surpreendendo é o da atuação coletiva, em especial os arranjos de produção artística local que, a partir de uma multiplicidade de elementos urbanos, sociais e poéticos agregados, estão ativamente engajados na reconstrução de processos identitários. O poeta Binho, em tom nostálgico e memorialístico, ilustra um pouco essa multiplicidade:

> Quando nasci, tinha seis anos. / No lugar em que nasci, / Sonhava que tudo era nosso. / Tinha os campinhos e os terrenos baldios. / Era meu território. / Já foi interior, / Hoje periferia com as casas cruas. / As vacas com tetas gruas / Não existem mais. / A cerca virou muro. Óbvio. / A cidade cresce, / O muro cresce. / Vieram os prédios, as delegacias, os puteiros / e as Casas Bahia. / Também cresci / Fiquei grande. / Já não caibo dentro de mim. / E de tão solitário / Sou meu próprio vizinho. / E de tão solitário / Sou meu próprio vizinho.

É importante lembrar, porém, que foram os artistas do hip-hop que primeiro produziram discursos que angariaram mais visibilidade às periferias, a partir de interpretações e combate aos mecanismos de marginalização social e racismo. Isso foi significante, pois denunciou a violência contra os mais pobres, cunhou projetos sociais e pedagógicos voltados a jovens em situação de risco e propiciou a autoidentificação de indivíduos tidos como marginais[9] com os espaços urbanos que os circundavam, explorando proativamente situações de exclusão e preconceito sócio-racial e redefinindo e ressignificando lugares sociais. A cultura hip-hop em São Paulo foi capaz de formar uma linguagem própria (graffiti e "pixo", break, poesia, música, vestimenta, etc.) entre os indivíduos que se reconheciam como periféricos; ao mesmo tempo, esforçou-se por inserir seus produtos na indústria cultural e no mercado de consumo, sem perder, porém, suas raízes periféricas. O rap, em especial, achou brechas em um mercado fechado para quem vivia em territórios segregados, de violência e degradação, o que proporcionou às periferias vias de inserção no sistema econômico e social, mediante a vinculação de conteúdos localmente produzidos no campo artístico mais global.

---

9 Outra categoria analítica que poderia ser explorada é a cunhada por Antonio Gramsci, que, buscando uma opção à noção restrita de "proletariado", denominou "subalterno" o que pertence às classes espoliadas do capitalismo. Mais recentemente, o pensamento pós-colonialista, sobretudo Said (1984; 1989) e Spivak (1988), discutiu, com bastante minúcia, a dificuldade e a disposição do subalterno – cuja situação inicial é a do silêncio – de se representar e subjetivar-se autonomamente, a fim de conquistar espaço de enunciação na esfera pública.

Mas, outro fenômeno que marca uma movimentação em curso nas periferias da maior metrópole do país, hoje, são algumas instâncias de criação, circulação e consumo de produtos literários, os saraus, que reúnem regularmente centenas de pessoas em várias regiões de São Paulo e que vêm ajudando a modificar as dinâmicas artísticas e as representações desses espaços periféricos. Desde o final dos anos 1990, esses espaços começaram, de fato, a proliferar na cidade e a se constituir como fenômenos importantes, tanto na formação de novos leitores/escritores, quanto na constituição de comunidades culturais.

Inclusive, os saraus periféricos, a meu ver, estão conseguindo, atualmente, redefinir os espaços urbanos em disputa, na medida em que constroem novas paisagens culturais de encontro e formação de redes de atuação e, com efeito, redefinem processos de auto-organização, que interrompem os ritmos de circulação impostos pelo Estado. No entanto, essas paisagens, que concedem uma tessitura diferente para a cidade, não se revelam condescendentes com a situação, ou seja, não se colocam como locais de reconciliação; ao contrário, afirmam a tensão e a resistência presentes na vida social:

> Quem é você, operário / Que antes do clarão do sol espera o buso / Pra te levar enlatado, mordido / Pra mais um dia de trampo / Proporcionar a riqueza do patrão / Quem é você, irmão / Que cheirando à cachaça / Bafo de rango mal nutrido / Volta nessa lotação / Se entregando / Se encoxando / Querendo um aconchego / Um prato quente / Depois de dar o sangue, que já é pouco / A quem só faz engordar / Barra, meu chapa / É foda, chegado / Que chances tempos / Na aventura da vida? / Quem é da periferia / Tá ao redor feito bigode / Perto da boca, mas sempre por fora[10].

O sarau, de onde boa parte desses poetas emerge, pode ser definido como encontro comunitário de troca de ideias, formação de redes, elaboração de projetos coletivos, discussão de experiências pessoais e sociais, e, ao mesmo tempo, fruição de bens produzidos desde uma identidade coletiva de morador da periferia. Para a antropóloga Érica Peçanha do Nascimento (2009; 2011), trata-se de um arranjo elaborado por artistas para estimular novas opções de lazer, criação e participação político-cultural "nas quebradas", na medida em que revelam uma forma diversa de associativismo entre membros de classes populares em torno da literatura, possibilitando o agenciamento de subjetividades, modos de *estar* e *ser* na periferia.

A despeito do risco que se incorre quando se universaliza determinada categoria, a noção de periferia deve ser lida de modo mais amplo do que aquela calcada apenas geograficamente, ou seja, a partir das diferentes dinâmicas de espaços urbanos variados. Carril (2006) indica um caminho interessante, tratando as territorialidades periféricas de São Paulo a partir de uma dimensão também simbólica, composta de memórias, experiências, identidades, discursos, testemunhos.

O termo periferia denotaria, então, uma série de situações: determinada realidade sócio-espacial, uma inscrição étnico-racial e/ou de classe, uma referência à atuação político-cultural, sentimentos de pertença e afetividade. A categoria pode, inclusive, ser um discurso produzido por indivíduos subalternos que ocupam posição marginal no campo de produção e consumo culturais. Logo, quando afirmo que as representações sobre a periferia vêm se alterando em função dos saraus, quero remeter à forma como ela vem sendo versada em manifestações artísticas, que não está somente pautada no trinômio "violência, tráfico e miséria", mas a um *locus* privilegiado de criação, difusão e consumo literário.

Um sarau também pode ser caracterizado como reunião artística envolvendo moradores e visitantes de certo território que buscam expor seus textos autorais ao público, discutir literatura, expressar produções alheias ou apenas ouvir o que outros têm a dizer. Em clima de "confraternização da palavra" (Vaz, 2008), os que se apresentam nesses espaços – em sua maioria bares e botecos, mas também Centros Educacionais Unificados (CEUs)[11], espaços culturais, praças, ocupações, teatros e escolas – têm liberdade de expressão artística, na qual a declamação de poesias é dominante. Além disso, os saraus funcionam como espaços de valorização social das periferias e de identificação coletiva entre seus participantes.

Há cerca de quinze anos eles vêm sendo frequentes nas periferias de São Paulo – hoje, percebe-se, inclusive, a multiplicação desse modelo de atividade pelo Brasil afora. Os projetos pioneiros estão alocados na zona sul: a

---

10 Poema de Marco Pezão, "Pendurados".

11 Complexos educacionais e culturais tidos como espaços públicos múltiplos. São Paulo conta com 45 CEUs.

Cooperifa (Cooperativa Cultural da Periferia), no Jardim São Luís, fundado em 2001, e o Sarau do Binho, no Campo Limpo – que funciona como "sarau poético" desde 2004, mas que já existia, desde o final da década de 1990, como "Noite da Vela"[12] –, ocorrem regularmente e foram idealizados por poetas e ativistas que se reconhecem como integrantes da literatura marginal-periférica[13].

Esses são apenas exemplos de um fenômeno de experiência coletiva que movimenta a produção cultural nos circuitos descentrados de regiões com pouca oferta de serviços, onde a renda é menor e a vulnerabilidade social grande e mais difícil o consumo literário. O curioso é que a rubrica "marginal" e/ou "periférica" é reivindicada, desde o início, pelos próprios escritores que compõem o movimento. A auto-atribuição "marginal-periférica" põe em pauta, assim, a posição ocupada pelo indivíduo morador das periferias no contexto urbano, o que se faz pela oposição a um "outro", não periférico, e a um "centro". A questão da territorialidade e do espaço social a que esse indivíduo pertence é essencial, e pode ser considerada homóloga à posição ocupada pelo escritor periférico no campo de produção cultural dominante.

O estudo Mapa da Juventude, do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, do início dos anos 2000, fez uma leitura oportuna da maneira como as pessoas utilizam o espaço urbano paulistano, explicitando quais as práticas sócio-espaciais e culturais mais frequentes em cada região. Cada um dos 96 distritos foi analisado sob a regência de um indicador que reuniu as seguintes variáveis: percentual da população jovem do distrito, taxa anual de crescimento populacional entre 1991 e 2000, percentual de mães adolescentes no total de nascidos vivos, coeficiente de mortalidade, percentual de jovens que não frequentam a escola, coeficiente de viagens por motivo de lazer, índice de mobilidade da população, valor do rendimento médio mensal familiar.

Na posse dessas variáveis, a tabulação de dados resultou em um *ranking*, no qual os distritos foram classificados do melhor para o pior. Depois, calculou-se a média ponderada, o Indicador Composto Juvenil (Bousquat & Cohn, 2003a; 2003b), a partir do qual foi possível identificar cinco "zonas homogêneas", que diferem segundo suas condições de vida e a forma como seus habitantes utilizam o espaço e os equipamentos urbanos. A ZH1 é que reúne os distritos com melhores condições de vida; a ZH5, os distritos com as piores condições[14].

---

12 São muitos os saraus de São Paulo. Para citar alguns: *A Plenos Pulmões* (Centro), *Praçarau* (Capão Redondo), *A voz do Povo* (itinerante), *Poesia Maloqueirista* (itinerante), *Sarau Suburbano Convicto* (Bixiga), *Sarau do Burro* (itinerante), *Slam da Guilhermina* (Vila Guilhermina), *Zona Autônoma da Palavra-ZAP* (itinerante), *Sarau da Brasa* (Brasilândia), *Elo da Corrente* (Pirituba), *Quilombaque* (Perus), *Perifatividade* (Sacomã), *Sarau dos Mesquiteiros* (Ermelino Matarazzo), *Marginaliaria* (São Miguel Paulista), *O que dizem os umbigos* (Itaim Paulista), *Encontro de Utopias* (itinerante), e muitos outros. Segundo a Agenda Cultural da Periferia – publicação da ONG Ação Educativa, que mensalmente veicula os eventos promovidos nas periferias – e o projeto *Pontos de Poesia* – da Organização Social de Cultura, que identificou recitais poéticos da Região Metropolitana de São Paulo nos últimos anos –, podem-se contabilizar dezenas de saraus nos bairros periféricos. Cada um carrega sua particularidade, periodicidade e temática, e todos se reconhecem como parte de uma luta coletiva pela ampliação dos direitos culturais, melhoria dos serviços públicos, financiamentos de projetos etc.

13 Ou literatura periférica, suburbana, divergente, de denúncia social, da violência, engajada, "litera-rua", hip-hop, testemunhal. O uso das categorias que classificam obras que compõem o movimento segue diversos critérios: muitas vezes, trata-se da produção de escritores oriundos da periferia; outras, de textos que exploram tópicos como violência, pobreza, drogas, prostituição, etc; quase sempre, compõe a produção material de indivíduos tidos como "contraventores", que narram suas vivências em margens sociais e simbólicas.

14 A ZH1 reúne 12 distritos: Jd. Paulista, Moema, Pinheiros, Itaim Bibi, Consolação, Alto de Pinheiros, Lapa, Perdizes, V. Mariana, S. Amaro, Tatuapé e Mooca. A ZH2, 21: Saúde, Barra Funda, Sé, Campo Belo, S. Cecília, Morumbi, Butantã, Bela Vista, República, V. Guilherme, Água Rasa, Santana, V. Leopoldina, Liberdade, Belém, Pari, Carrão, Tucuruvi, Campo Grande, Ipiranga e Cambuci. A ZH3, 22: Mandaqui, Penha, Cursino, Brás, V. Matilde, Bom Retiro, Jaguará, V. Prudente, V. Sônia, V. Formosa, Socorro, Freguesia do Ó, Casa Verde, São Lucas, São Domingos, Limão, Aricanduva, Jaguaré, Pirituba, Jabaquara, Ponte Rasa e Rio Pequeno. A ZH4, 23: Cangaíba, Sacomã, Artur Alvim, Tremembé, V. Maria, V. Andrade, Ermelino Matarazzo, Cidade Líder, V. Medeiros, Itaquera, São Mateus, São Miguel Paulista, Raposo Tavares, Jaçanã, V. Jacuí, Cidade Dutra, Campo Limpo, Pq. do Carmo, José Bonifácio, Jaraguá, V. Curuçá, Sapopemba e Perus. Por fim, a ZH5, 18: Jd. São Luis, Marsilac, Anhanguera, Itaim Paulista, São Rafael, Cachoeirinha, Guaianases, Lajeado, Cidade Ademar, Jd. Helena, Capão Redondo, Pedreira, Brasilândia, Iguatemi, Cidade Tiradentes, Jd. Ângela, Grajaú e Parelheiros.

Mapa 1. "Zonas homogêneas de lazer juvenil do município de São Paulo"

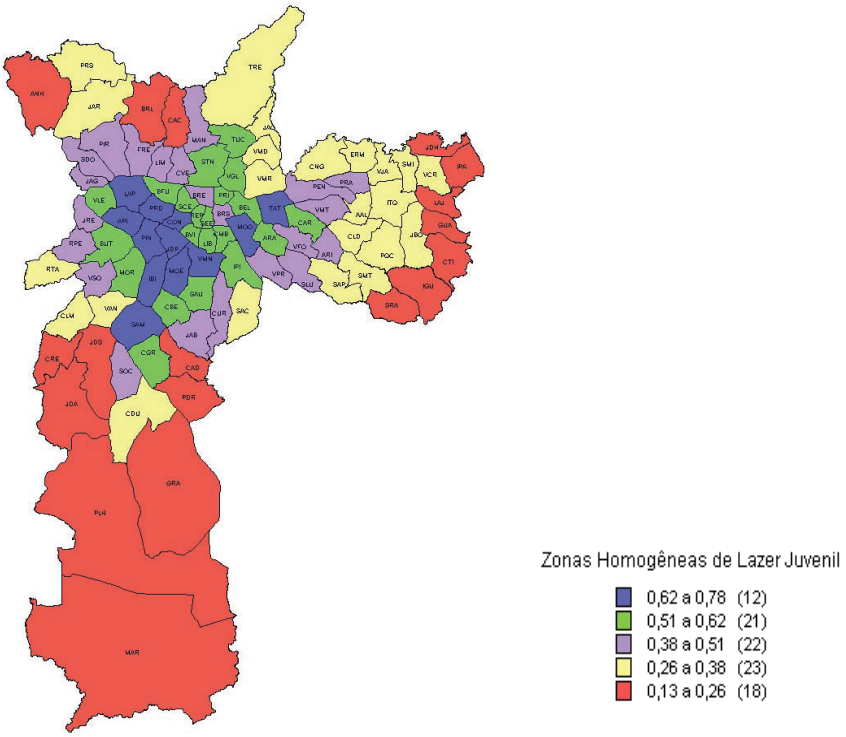

Fonte: Bousquat & Cohn (2003a)

O que interessa, aqui, é que o mapeamento dos perfis em "zonas homogêneas" apontou, na época, para indicadores sobre diferenciais intraurbanos, a fim de mostrar como as pessoas se apropriam de equipamentos, bens e serviços culturais em suas regiões. A maior parte dos saraus de São Paulo surgiu no início dos anos 2000 nas ZH4 e ZH5, onde a presença do Estado era inócua (sobretudo, tendo em vista a escassez de equipamentos, bens, serviços e incentivos direcionados à cultura). Claro, as zonas homogêneas não dizem muito sobre as diferentes dinâmicas dos espaços urbanos periféricos; no entanto, ajudam a ilustrar a proposição de que os saraus e a literatura periférica nasceram em um amplo contexto de segregação espacial e social, com ausência de políticas urbanas e falta de opções culturais.

Além das características individuais de muitos integrantes de um movimento, as experiências literárias nas periferias da cidade dentro e em torno dos saraus, bem como as ações que delas derivaram, encerram um cálculo consequencialista em função da falta de estruturas institucionais que deem conta da carência de equipamentos e incentivos. Pode-se dizer que o modo de articulação desses saraus é a da ação proativa (isto é, do ativismo cultural), operando desde a comunidade e privilegiando políticas pedagógicas de estímulo à leitura e criação de textos autorais, de modo que podem ser tidos, acima de tudo, como instâncias de difusão literária, consumo de bens e práticas localmente produzidas e promoção de novos escritores. Nessa medida, a despeito das dificuldades no acesso a bens culturais por parte de moradores de bairros pobres de São Paulo, observam-se, hoje, centenas de novas publicações de escritores periféricos (via projetos editoriais alternativos ou pela produção artesanal) e, ao mesmo tempo, a multiplicação dos saraus. Trata-se de dois movimentos concomitantes e complementares que não podem ser pensados isoladamente. Ambos, por meio de seus artefatos, dão nova significação ao espaço social das periferias, ajudando a criar outras representações além das associadas à violência, à vulnerabilidade e à precariedade.

Na apresentação da primeira antologia da literatura periférica em espanhol, lançada na 40° edição da Feira Internacional do Livro de Buenos Aires, em maio de 2014, Lucía Tennina (2014) fala um pouco sobre a gênese desse movimento literário, reconhecendo alguns antecedentes histórico-culturais que permitem entender a articulação dessa literatura em fins dos anos 1990: a inspiração do hip-hop, rubrica musical das periferias de São Paulo desde os anos 1980; a literatura de cordel, fruto da forte presença nordestina na cidade; a presença negra

nas periferias e nos movimentos culturais urbanos, marcada pela violência, pelo estigma e pela marginalização social; e os universos retóricos e artísticos eminentemente politizados dos escritores – herdeiros de figuras como Solano Trindade e Carolina Maria de Jesus.

Talvez seja devido a essa formação difusa e tão heterogênea que a literatura marginal-periférica obedece a regras e critérios de legitimação próprios, ligados mais à fala cotidiana, à oralidade, que propriamente ao uso "correto" da norma culta e às referências ao cânone, mantendo como eco a voz ritmada das letras de rap ou do cordel. As palavras das "quebradas", nessa medida, clamam por serem lidas de um modo especial:

> [...] com a velocidade de um alivio, com a voz entrecortada, com o ritmo lento da fala nordestina, com o vai-e-vem da rima de um canto negro, com um meio sorriso que percebe o prazer nos instantes e detalhes, com o apuro de um perigo iminente, enfim, com o pranto entalado que invoca um passado perdido (Tennina, 2014: 26).

O movimento dos saraus foi determinante para a expansão dessa recente literatura marginal-periférica – no sentido de que eles deram visibilidade, reconhecimento e, com efeito, propiciaram o aumento das publicações, das práticas e do consumo da literatura produzida *na* e *para* a periferia. Entretanto, ao mesmo tempo, as efervescências culturais responsáveis pela geração dos saraus periféricos são frutos, também, dessa nova produção literária, já que muitos deles, espalhados por todas as regiões da capital paulistana, só nasceram graças às iniciativas de poetas, ativistas, agitadores e produtores culturais que, uma vez reconhecendo-se como parte de um grupo que atua dia a dia investindo seus recursos – isto é, o quadro de propriedades e capitais pertinentes de cada um – à margem dos espaços semânticos, políticos e territoriais antes reservados a eles, buscaram redefinir seus lugares na cidade de São Paulo, combinando produção cultural local, comunidades discursivas e engajamento político e, com efeito, impondo-se como contraponto ao processo de homogeneização do urbano.

4. Considerações finais

Brenner (2013), quando propõe algumas hipóteses para se pensar a condição das cidades no mundo contemporâneo, alenta a ideia de que a tão complexa questão urbana é um construto teórico e, por isso, o local e o objeto de pesquisa sobre seus fenômenos devem ser frequentemente contestados e redefinidos, analítica e empiricamente. Logo, o espaço não é algo dado, mas produzido por dinâmicas sociais, políticas e culturais, sejam elas locais ou translocais. Da mesma forma, o objeto de análise também tem de ser redefinido de acordo com a problematização sugerida pelo pesquisador e pelos caminhos que o trabalho de campo impõe, porque sempre haverá limitações aos estudos de fenômenos culturais urbanos, sobretudo quando se trata de produções artísticas em territórios geograficamente delimitados. A principal preocupação do autor é entender as consequências da centralidade que o urbano ocupou na vida social, posto que a categoria não é mais, tão e somente, um lugar geográfico. E isso só pode ser feito levando-se em conta os processos sócio-espaciais e culturais específicos de cada caso, uma vez que o urbano, como "abstração concreta" do mundo atual, deve ser territorializado e incorporado a contextos circunscritos (Brenner, 2013: 96).

As consequências das políticas urbanas de São Paulo, principalmente na segunda metade do século passado, impactaram no modo como bens e serviços públicos foram alocados na metrópole paulistana, gerando desigualdades de acesso à cidade e aumento da pobreza. Ao mesmo tempo, isso fez com que emergissem, do interior dos territórios urbanos periféricos, mobilizações locais que tendiam a se condensar em formas mais ou menos autonomistas de contestação, heterogeneizando, assim, a paisagem cultural da cidade (Appadurai, 2004), o que ofereceu condições necessárias para que o Estado, em um processo de maximização da acumulação capitalista, otimizasse ainda mais seus mecanismos de gestão da ordem. Nesse contexto, a governamentalidade conseguiu operar em diversas frentes, em especial naquela em que o mercado, com técnicas variadas de gerenciamento, tentou reduzir expressões e reivindicações de significado político-cultural a problemas contingentes de cálculo de interesses, erodindo a esfera pública.

A maioria das novas figuras do urbanismo a que me referi parece estar orientada por uma experiência em comum – de vida na periferia – que resiste a tal lógica de erosão dos espaços de criatividade nas cidades. Trata-se de um projeto intelectual/político – "dar voz", dentro e fora dos saraus, ao seu grupo de origem, geralmente

subalterno – que busca ressignificar a produção artística periférica. Nessa medida, é possível identificar esse tipo específico de produção literária com uma espécie de "mutirão autoral", para utilizar a equação de Atencio (2006), que considera um traço central do relato testemunhal desses poetas o fato de que a voz que fala representa uma coletividade maior.

Assim, os poetas valorizam o testemunho de situações que os acometem dia a dia, mediante intervenções pragmáticas no espaço público que pautam problemas urbanos e sociais, estimulando a criação, o consumo e a difusão de bens literários nos circuitos descentrados da cidade – que se constitui como espaço de disputas.

> Minha faculdade é a rua! / Formei-me em Letras, / História e Geografia. / Fiz letra de samba, / Letra de rap, / Letra de forma, / Letra de mão, / Letra de pixo, / Letra de grafite. / Fiz histórias nas ruas! / Contei histórias da vida, / Histórias de manos e minas, / Histórias do cotidiano... / Histórias de miliano, / Histórias verídicas. / Andei pelos guetos, becos, / Observei os terrenos baldios, / Construí poemas de madeira, / Barracos de papel. / Observei os arranhas céus / Os córregos poluídos. / Minha faculdade é a rua! / Formei-me em Letras, / História e Geografia[15].

Esses atores vêm assumindo cada vez mais dinamicamente um papel central de mediação em cenários de tensão social no espaço urbano, servindo como instrumento de confronto em que a experiência pessoal atua como base para interpretar a experiência coletiva. Logo, o próprio fazer artístico desse grupo de poetas é uma ruptura com o labor cultural de praxe, pois critica e combate o fato de que a voz do marginalizado esteve sempre intermediada pela voz de outro – que, ocupando posição privilegiada no espaço público, apresentava e representava o indivíduo periférico, até então excluído do processo produtivo de sua autorrepresentação (Spivak & Guha, 2002).

Parece haver, portanto, a tentativa, pelo menos por parte dos escritores participantes desses saraus, de construir uma leitura própria do que seja a cidade (Lefebvre, 2001), do que seja a questão urbana propriamente dita, o que pode alterar tanto o modo como os moradores das periferias são rotulados, como a maneira como pensam suas próprias identidades coletivas e se relacionam com o espaço social mais amplo. Os saraus parecem ativar, nesse processo, outros registros da realidade das periferias, uma vez que reproduzem e ressignificam, no plano material e simbólico, espaços, fronteiras, mercados, modos de vida, comportamentos, valores, práticas e linguagens comuns aos indivíduos que habitam territórios suburbanos, de modo a ilustrar suas singularidades e fortalecer códigos culturais distintivos – com regras próprias de concordância verbal, uso do plural, gírias, neologismos e um léxico bastante idiossincrático.

Se considerarmos a cidade como *obra* de certos agentes históricos e sociais, como o fez Lefebvre (2001) à sua maneira, podemos dizer que os artistas periféricos ilustram suas singularidades e lutas, de forma a tornarem-se protagonistas e operadores de suas próprias criações. Com efeito, transformam os espaços urbanos marginais em recursos de suas próprias ações, manuseando palavras, símbolos e códigos diversos, bem como artefatos materiais que lhes estão disponíveis, para assim produzir enunciados e comunicar-se com os outros, a fim de reivindicar espaços de fala, ação e atuação – justamente em uma época em que se tende a negociar cada vez mais aberta e cinicamente políticas de livre-mercado de privatização do espaço público. A arte torna-se, nessa medida, uma *práxis,* uma experiência compartilhada e uma forma de viver e pensar a cidade.

Referências Bibliográficas

APPADURAI, A. (2004) *Dimensões culturais da globalização.* Lisboa: Teorema.

ATENCIO, R. (2006) "Dangerous minds: Brazil's escritura da exclusão and testimonio". *Hispania*, v. 89, n. 2, Madison, p. 278-288.

AVRITZER, L. (Ed.) (1994) *Sociedade Civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey.

BECKETT, K; HERBERT, S. (2008) "Dealing with disorder: Social control in the post-industrial city". *Theoretical Criminology,* 12; 5.

15 Poema de Fuzzil, "Faculdade".

BONDUKI, N. (1982) "Origens do problema da habitação popular em São Paulo: primeiros estudos". *Espaço & Debates,* n. 2(5), p.81-111.

_____ & ROLNIK, R. (1979) *Periferia: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho*. São Paulo: Fundação para a Pesquisa Ambiental.

BOUSQUAT, A; COHN, A (eds.). (2003a) "A construção do mapa da juventude de São Paulo". *Lua Nova* 60 (1): 81-96. Available at: <www.scielo.br/pdf/ln/n60/a05n60.pdf>.

_____. (2003b) *Mapa da Juventude da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Cedec.

BRENNER, N. (2013) "Theses on Urbanization". *Public Culture,* v. 25, n. 1 69, p. 85–114.

CALDEIRA, T. (1984) *A política dos outros*. São Paulo: Brasiliense.

_____. (2000) *Cidade de Muros*. São Paulo: Editora 34/Edusp.

CARRIL, L. (2006) *Quilombo, Favela e Periferia*. São Paulo: Annablume/Fapesp.

CASTEL, R. (1998) *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes.

CASTELLS, M. (2000) *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra.

CORONEL, L. P. (2013) "A escrita da cidade partida". *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n.42, pp.29-45.

CUNHA, N. V; FELTRAN, G. (Eds.) (2013) *Sobre periferias: Novos conflitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora.

D'ANDREA, T. P. (2013) *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia). USP, São Paulo.

DAS, V; POOLE, D. (2004) "State and its Margins: Comparative Ethnographies". In: *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: American Research Press, p.3-34.

DAVIS, M. (2006) *Planeta Favela.* São Paulo: Boitempo.

DELEUZE, G. (2007) "Post-Scriptum: sobre as sociedades de controle". In: *Conversações (1972-1990).* Rio de Janeiro: Editora 34.

FELTRAN, G. (2007) "Vinte anos depois: a construção democrática brasileira vista da periferia de São Paulo". *Lua Nova*, São Paulo, n.72, p.83-114.

FERGUSON, J; GUPTA, A. (2002) "Spatializing states: toward an ethnography of neoliberal governmentality". *American Ethnologist*, 29(4):981-1002.

FIX, M; ARANTES, P. (2004) "São Paulo: Metrópole-Ornitorrinco". *Correio da Cidadania*, Ed. 383.

FOUCAULT, M. (1991) "Governmentality". In: Burchell, G; Gordon, C; Miller, P (Orgs.) *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*, Chicago: Univ. of Chicago Press.

FRÚGOLI, H. (2005) "O urbano em questão na antropologia". *Rev. Antr.*, São Paulo, 48.

HARVEY, D. (2002) *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola.

HOLSTON, J. (2008) *Insurgent Citizenship*. Princeton: Princeton University Press.

_____. (1991) "The misrule of Law: land and usurpation in Brazil". *Comparative Studies in Society and History,* n.33(4), p.695-725.

JESUS, C. M. (2001) *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*. São Paulo: Ática.

KOWARICK, L. (2000) *Escritos urbanos*. São Paulo: Eitora 34.

_____. (1979) *Espoliação Urbana*. São Paulo: Paz & Terra.

_____. (2009) *Viver em risco.* São Paulo: Editora 34.

_____; BONDUKI, N. (1994) "Espaço urbano e espaço político". In. KOWARICK, L (ed.). *As lutas sociais e as cidades*. São Paulo: Paz e Terra/UNSIRD.

LEFEBVRE, H. (2001) *O direito à cidade.* São Paulo: Centauro.

MARICATO, E. (2001) *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.* São Paulo: Vozes.

_____. (2000) "Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras". *São Paulo em Perspectiva*, v. 14, n. 4.

MARQUES, E. (2010) *Redes sociais, segregação e pobreza*. São Paulo: UNESP.

MCFARLANE, C. (2012) "The entrepreneurial slum: civil society, mobility, and the coproduction of urban development". *Urban Studies*, 49, 2926-2947.

MERRY, S. E. (2001) "Spatial Governmentality and the New Urban Social Order". *American Anthropologist* 103(1): 16–29.

NEUHOLD, R. R. (2009) *Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos.* São Paulo: Dissertação (Mestrado em Sociologia), USP.

OLIVEIRA, F. (2003) *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo.

ROY, A. (2009) "Civic Governmentality: The Politics of Inclusion in Beirut and Mumbai". *Antipode* 41(1): 159-179.

_____. (2011) "Slumdog cities: rethinking subaltern urbanism". *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 35, n. 2, p. 223–238.

PARDUE, D. (2013) "Uma perspectiva marginal". *Contemporânea*, São Carlos, v.3, n.2, p.447-466.

SAID, E. (1984) "Permission to narrate". *London Review of Books*, Londres.

_____. (1989) "Representing the Colonized". *Critical Inquiry*, v.15, p.205-225.

SASSEN, S. (2008) *Terrirory, Authority, Rights*. Princeton: University Press.

SCHERER-WARREN, I. (2004) "As múltiplas faces da exclusão nas lutas pela cidadania". *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n.40, p.55.

SPIVAK, G. (1988) "Can the subaltern speak?" In: GROSSBERG, L; NELSON, C (eds.). *Marxism and the interpretation of culture.* Urbana: University of Illinois.

_____; GUHA, R. (2002) *Subaltern studies*. Verona: Ombra Corte.

SÜSSEKIND, F. (2005) □Desterritorialização e forma literária: literatura brasileira contemporânea e experiência urbana□. *Literatura e sociedade*, São Paulo, n. 8, p.60-81.

TELES, E. (2010) "O autoritarismo resistiu ao fim da ditadura". *História Viva*, 79.

TELLES, V. (2010) *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvn.

_____. (2001) *Pobreza e cidadania*. São Paulo: Editora 34.

_____; CABANES, R (Org.) (2006) *Nas Tramas da Cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.

TENNINA, L. (Ed.) (2014) *Saraus: Movimiento/Literatura/Periferia/São Paulo.* Buenos Aires: Tinta Limón.

VAZ, S. (2008) *Cooperifa: antropofagia periférica*. Rio de Janeiro: Aeroplano.

WEFFORT, F. (1988) "Nordestinos em São Paulo". In: EDÊNIO, J (Org.) *A cultura do povo*. São Paulo: Cortez.

Intervenção poética: o projeto *poesia aos pedaços* como representação artística e ocupação urbana

Eduardo Duarte Gomes da Silva[1]

Marina Moura Maciel[2]

Resumo: Para facilitar a democratização do acesso às artes e ampliar as áreas de convivência, é preciso transformar o espaço urbano em que vivemos. Partindo dessa premissa, o artigo busca relacionar o projeto *Poesia aos pedaços* a movimentos de ocupação que têm ganhado eco nos últimos anos – em especial o *Okupa Barcelona* e o *Ocupe Estelita*. O projeto, surgido no começo de 2014, produz intervenções artísticas que consistem em caixas das quais qualquer transeunte pode destacar um poema. Com a intenção de ser completamente colaborativo, tenta espalhar lirismo por paradas de ônibus, muros e postes. A seleção dos versos passa por um processo de exercício da coletividade: por uma página no Facebook (facebook.com/poesiaaospedacos) qualquer pessoa pode sugerir poemas ou poetas e participar da curadoria para as intervenções futuras. No presente artigo, faremos um passeio teórico sobre o direito à cidade de Lefébvre e Harvey, o universo das micropolíticas e das intervenções artísticas buscando relacionar, em cada ponto, a atuação do projeto.

Palavras-chave: movimentos de ocupação, direito à cidade, micropolíticas, intervenção urbana, literatura, Poesia aos pedaços

Introdução

O presente artigo trata do projeto *Poesia aos pedaços* enquanto intervenção urbana, traçando um paralelo com alguns movimentos sociais de ocupação, que buscam a democratização dos espaços urbanos. Nesta toada, busca-se demonstrar, principalmente, a relação entre as alterações artísticas do espaço público promovidas pelo projeto e o exercício do direito à cidade, de acordo com conceitos de Lefébvre e Harvey. Para isso, utiliza-se a concepção de que as intervenções são parte do universo das micropolíticas.

Também é intenção explanar brevemente a utilização de arte do *Poesia aos pedaços*, que busca a popularização da literatura e da linguagem poética, apresentando poemas gratuitamente e de forma a alcançar um maior número de pessoas, no espaço urbano.

Inicialmente, pretende-se explicar o projeto e seu efetivo funcionamento físico. Em seguida, buscaremos relacioná-lo com sua ideia primordial, qual seja, a ocupação dos espaços urbanos. Nos últimos tópicos, trataremos da popularização da arte e da literatura como meio de transformação social.

1 O projeto *Poesia aos pedaços*

Surgido em fevereiro de 2014, o *Poesia aos pedaços* é um projeto colaborativo de divulgação de literatura que funciona como instalação artística. É possível encontrá-lo em paradas de ônibus, escolas, postes e muros pelas ruas do Recife e de algumas outras capitais do Nordeste do Brasil. O transeunte que tem contato com

---

1 Jornalista, escritor, antropólogo. Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco (Dcom/UFPE). Pós-doutor pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. edwartte@gmail.com

2 Estudante de Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com extensão em Ciência Política pelo Institut d'Études Politiques de Paris (Sciences Po - Paris). Desenvolve, desde fevereiro de 2014, o projeto *Poesia aos Pedaços*. marinamouramaciel@gmail.com

a instalação lê, em seu suporte, uma pequena mensagem explicativa e pode puxar e destacar, de sua parte inferior, um poema. No verso do texto, há o endereço da página do Facebook específica do projeto, a http://facebook.com/poesiaaospedacos.

Através do *link*, qualquer pessoa pode sugerir textos para edições futuras do projeto, o que o torna um exercício da curadoria coletiva. Assim, a proposta é que quem entre em contato com a intervenção não só conheça novos poetas, como também seja parte ativa do processo de apresentar poemas a outras pessoas. Estimula-se, portanto, a formação de um público que, além de recepcionar, emita conteúdo.

Também pela página do Facebook, a idealizadora e mediadora do projeto, Marina Maciel, expressa a vontade de receber críticas e opiniões tanto concernantes à apresentação do suporte quanto sobre a seleção de poemas. Dessa maneira, o leitor pode, por exemplo, sugerir que determinado texto não seja mais utilizado, motivando mais um exercício da curadoria.

Apesar de almejar ser uma intervenção de curadoria coletiva, nem todos os pedidos são atendidos, pois cada caso recebe a opinião de terceiras pessoas. Há, ainda, as sugestões de textos que não são passíveis de reprodução, resguardados por direitos autorais e cujos autores ou detentores de *copyright* não estão abertos ao diálogo. Ainda assim, tenta-se levar todos os pedidos em frente, buscando contato com editoras e poetas independentes.

Como suporte físico, são usadas embalagens cartonadas de leite de 20,5 cm de altura x 7 cm de largura x 7 cm de profundidade. As caixas passam por uma adaptação para abrigar um rolo de papel com poemas destacáveis e são decoradas com colagens, de modo a obedecer a um padrão estético. Tanto as embalagens quanto os papéis utilizados para as colagens são, com o projeto, reciclados e reutilizados, pois são fruto de materiais que iriam para o lixo. Depois de terminado o processo de decoração e adaptação, cada caixa recebe, em sua parte frontal, uma pequena mensagem explicativa, como a transcrita a seguir:

> Querido estranho,
> escolhemos um poema para você. Para nós, esta é uma forma de compartilhar, ao mesmo tempo, arte e carinho. Espero que goste. É só destacar o seu quando vir uma fita colorida.
> Com carinho,
> *Poesia aos pedaços*

2 Um contexto social de reivindicações

Se o *Poesia aos pedaços* foi exposto pela primeira vez no começo de 2014, a ideia do protótipo nasceu ainda em 2013, em um panorama de reflexões sobre a utilização do espaço de várias cidades pelo mundo.

O desenvolvimento do projeto partiu do sentimento de que a cidade do Recife tem carência por espaços urbanos dedicados a atividades culturais gratuitas, uma vez que quase a totalidade da capital pernambucana é dedicada à função do consumo – centros comerciais e lojas –, da mobilidade – ruas, avenidas, calçadas – e da moradia – prédios residenciais e casas. Além disso, há uma visível divisão do espaço urbano entre os locais mais valorizados (ocupados pelas camadas mais economicamente favorecidas) e os menos valorizados, em meio aos quais favelas e casas humildes distantes dos grandes centros (onde moram as camadas menos favorecidas economicamente).

Essa distribuição, contudo, está longe de ser exclusivamente recifense ou brasileira. Por todo o mundo, o descontentamento com uma lógica excludente quanto ao uso do espaço tem motivado a formação de movimentos de ocupação. Através desse mecanismo, o exercício de pensar a distribuição e o funcionamento das cidades, apesar de presente no comportamento humano desde tempos remotos, ganha força e eco. Entre estes, pode-se dizer que tanto o *Okupa Barcelona*, observado por Maciel durante dois meses do ano de 2012, quanto o *Ocupe Estelita*, iniciado no mesmo ano no Recife, foram fontes de inspiração para o *Poesia aos pedaços*.

Ainda que os primeiros ativistas a cunhar o termo *occupy* o tenham feito ainda em 2011, com o início do *Occupy Wall Street* – série de protestos mais vinculada à insatisfação quanto à desigualdade social e econômica estadounidense que ao descontentamento com o mercado imobiliário –, veremos em tópico posterior que existe uma relação próxima entre esse motivo e o que desencadeou outros movimentos de ocupação pelo mundo.

A maior similaridade entre os movimentos ditos de ocupação para além do descontentamento generalizado com as instituições é, de fato, a que dá nome ao tipo de protesto: em todos os casos, por qualquer que fosse a razão, ativistas se uniram para permanecer em locais que se firmaram como o epicentro da disputa por semanas, meses ou anos. Em Nova York, tendas de *camping* e sacos de dormir se espalharam pelo centro financeiro, Wall Street. Também em 2011, por motivos diversos, espaços urbanos foram ocupados por populares em países tão distintos uns dos outros quanto a França, a Coreia do Sul, a Mongólia, a Colômbia e a Noruega. A lista de países e motivações específicas é crescente.
Em meio a esse contexto global de reivindicações e somados outros motivos próprios das sociedades locais, na Espanha, o *Okupa Barcelona* se intensificou e, no Brasil, nasceu o *Ocupe Estelita*.

2.1 O *Okupa Barcelona*

O movimento ganhou força na década de 80 do século passado na capital catalã e inspirou okupações em outras cidades espanholas. De acordo com o pesquisador de movimentos sociais Robert González, naquele momento, as principais preocupações estavam relacionadas a fatores como «a especulação imobiliária, a mercantilização da cultura e tergiversação dos valores de paz, a convivência e a sustentabilidade» (González et al. 2004: 177).
Para entender as problematizações que eram feitas naquele momento, faz-se necessária uma breve contextualização histórica. O país sofria reminiscências da crise econômica mundial de 1973, e apresentava, em meados da década de 1980 altas taxas de inflação e desemprego. De acordo com o Banco Mundial[3], em 1985, 21% da população ativa espanhola estava desempregada. Por isso, jovens adultos em idade produtiva tinham dificuldade em se inserir no mercado de trabalho e comprar ou alugar um imóvel residencial. Somava-se ao cenário, porém em tom menos catastrófico, que a Espanha passara, na década de 1970, por uma transição política delicada entre a ditadura militar do general Francisco Franco e o regime constitucional democrático que perdura até os dias de hoje. A consequência, como comum aos períodos de recessão, era uma frustração generalizada entre a juventude.
Como observam os pesquisadores Carles Feixa e Laura Porzio, as décadas de 1970 e 1980 foram ricas na formação de diversas tribos urbanas, entre as quais se destaca até os dias atuais a dos okupas (Feixa & Porzio, 2004). A grafia estilizada que dá nome ao movimento é uma referência à cultura *punk*, da qual, aliás, não foram poucas as influências sofridas. São características que perduram entre os participantes a ideia da subversão cultural e do *do-it-yourself* (DIY, do inglês, «faça você mesmo»), a partir da qual eles chegaram a reformar imóveis e a produzir mobiliários e aparatos básicos para a função à qual se destinaria.
O que há de especial entre os okupas é que, além de uma tribo social, eles são ativistas com posicionamentos políticos definidos. A palavra que os denomina também batiza as ocupações – ou okupações, no caso específico – que fazem em imóveis abandonados, as quais dão luz a espaços integralmente coletivos. Algumas das okupações são usadas para moradia, mas, mesmo nessas, não se perde a ideia de que todos os espaços devem ser partilhados: cada imóvel é utilizado por muitos jovens e está sempre aberto para a visita de outros ativistas, fortalecendo a convivência entre todos.
Outros imóveis são utilizados para funções relacionadas a atividades culturais, oficinas e venda de pequenos objetos. Em uma okupação, é possível, por exemplo, comprar vegetais orgânicos a preço de custo com agricultores de subsistência. Em uma outra vertente, também é provável encontrar oficinas de artes circenses e participar delas contribuindo apenas com o material a ser usado. A ideologia que move o grupo continua sendo a ressaltada por González, de que é preciso conviver mais, criar meios de buscar moradias que fujam aos mecanismos da especulação imobiliária, viver de forma sustentável e criar ambientes em que seja possível partilhar cultura e arte com camadas sociais que seriam excluídas pelas instituições tradicionais.
O que se pôde observar na capital catalã, no ano de 2012, portanto, foi o *Okupa Barcelona* se fortalecer outra vez devido à recente crise econômica mundial que assolava o país. As okupações viviam uma efervescência cultural autossustentável. Era possível se alimentar do que era vendido nos imóveis, se divertir em festas pro-

3 Dado colhido através do site do Banco Mundial. Disponível em: http://www.worldbank.org/. Consultado em 14-11-2014.

movidas pelos ativistas, aprender novas artes e pequenos ofícios e até residir em pontos okupados. Mantinha-se, por mais um ano, um modelo alternativo no seio de uma grande cidade.

2.2 O *Ocupe Estelita*

No mesmo ano de 2012, surgia, no Recife, outro movimento de ocupação: o *Ocupe Estelita*. O fenômeno social se organizava, já naquele ponto, em torno do terreno que compreende ao Cais José Estelita, onde, no século XIX, foi construída uma série de galpões usados para o armazenamento de mercadorias (em especial o açúcar e a cana-de-açúcar) que eram escoadas pelos sistemas portuário e ferroviário. Ainda no espaço, existem trilhos e vagões de trem da extinta Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) e dois igualmente históricos toneis de melaço.

Como reflexo da crise econômica de 2008 no mercado imobiliário e de fatores relacionados à especulação interna, o Brasil foi o país onde o metro quadrado mais se valorizou nos últimos cinco anos. De acordo com o Banco Central brasileiro, o aumento médio do preço dos imóveis chegou aos 121,6% entre 2008 e 2013[4]. A cidade do Recife acompanhou esse processo. Pode-se constatar, assim, que bairros e localidades mais desvalorizados também passaram a receber atenção de construtoras e imobiliárias.

O Cais José Estelita obedeceu à regra: se, durante décadas, foi área esquecida tanto pelo poder público quanto pelo mercado, no mesmo ano emblemático de 2008 passou a ser alvo de um projeto em torno do qual se uniram as maiores construtoras da região. A partir de então, o consórcio Novo Recife, responsável pelo projeto homônimo, comprou o terreno que antes pertencia à União a preço abaixo do de mercado em um leilão pouco divulgado.

Mesmo supondo que o processo tenha ocorrido dentro dos termos legais, órgãos da administração pública, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), contestam a venda sob o argumento de que foi descuidada quanto à legislação de defesa do patrimônio público e de ordenamento urbano. Acontece que os armazéns teriam «características de casario e estão na lista do patrimônio cultural ferroviário segundo a portaria 441 de 13 de dezembro de 2011 do Iphan»[5].

As vozes dissonantes, entretanto, só se fizeram ouvir quatro anos depois, na ocasião de uma audiência pública sediada na Câmara Municipal do Recife em março de 2012, pouco tempo depois de a Prefeitura da Cidade do Recife aprovar o projeto *Novo Recife*. De acordo com os temos do projeto, a área, de mais de 10 hectares, seria destinada à construção de um complexo empresarial e habitacional de luxo, com 13 torres de até 42 pavimentos. Isso significaria afastar o terreno do uso público e reproduzir no espaço uma desigualdade social avassaladora: do lado de dentro, as classes mais favorecidas economicamente; do lado de fora, as menos favorecidas, a exemplo de uma das maiores favelas da cidade, o Coque. Ainda consta entre os argumentos contrários que o projeto foi aprovado sem qualquer Estudo de Impacto de Vizinhança (EIA) ou Ambiental (EIA), previstos em lei.

Os meses seguintes à audiência foram marcados por protestos, organizados sobretudo pelo grupo de ativistas Direitos Urbanos | Recife[6]. Os manifestantes se uniam do lado de fora do terreno com faixas que expressavam a discordância quanto ao *Novo Recife*. Também programavam dias inteiros, geralmente domingos, de atividades voltadas à cultura e ao convívio. Havia quem estendesse tecidos na grama para um lanche da tarde, quem fizesse performances artísticas e quem ensinasse outros ocupantes a grafitar.

Nascia o *Ocupe Estelita*, sem qualquer vinculação a partidos políticos e com encontros marcados através de uma página no Facebook. As movimentações em torno do mote tomaram, contudo, mais força em 2014, quando o Consórcio Novo Recife iniciou as obras do complexo.

Quando, no dia 21 de maio, foi iniciada a demolição dos armazéns, ativistas se dirigiram ao local imediatamente e conseguiram impedir a continuidade do ato. No dia seguinte, uma liminar da Justiça Federal em Pernam-

---

4 Dado colhido através do site do Banco Central. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/. Consultado em 14-11-2014.

5 Informação retirada da matéria *Sinal verde para o novo cais*, publicada no jornal Diario de Pernambuco, caderno Vida Urbana, página C5, no dia 22 de março de 2012.

6 Página do grupo no Facebook: https://www.facebook.com/groups/direitosurbanos/ .

buco embargou a obra[7], alegando falta de autorização de órgãos federais e municipais, entre os quais o Iphan. Uma nova etapa do movimento era inaugurada, já que, a partir da data, manifestantes passaram a acampar dentro do terreno, organizando semanalmente atividades culturais e estruturando todo o aparato necessário para viver no espaço o tempo que fosse preciso.

Conseguiram a continuidade da energia elétrica de comunidades vizinhas, limparam o local, carpinaram o mato para facilitar o tráfego de pessoas, instalaram um refeitório comunitário. Aliado a isso, advogados solidários à causa acompanhavam as medidas judiciais e denúncias ao Ministério Público, arquitetos e urbanistas planejavam usos alternativos do espaço e encaminhavam propostas ao poder público, administradores da página no Facebook convocavam ativistas diariamente para permanecer unidos à causa.

Aos finais de semana, festas, atividades e oficinas eram sediadas no espaço. Cantores e artistas de todo o país chamavam atenção para o patrimônio histórico que era defendido. Para o *Poesia aos pedaços*, foi, certamente, inspirador observar a criação de um espaço de convívio e partilha de práticas artísticas e culturais entre diversos segmentos da sociedade. Descobria-se uma camada ainda mais profunda: não se tratava apenas da defesa do uso do Cais José Estelita por todos os recifenses, mas também de ampliar a discussão para todos os espaços do Recife. Tratava-se de unir as pessoas no sentido de construir uma cidade para o convívio de todos.

A ruptura do ambiente naqueles moldes se deu, entretanto, no dia 17 de junho, quando a Polícia Militar, obedecendo ordens do Tribunal de Justiça de Pernambuco, interviu para a desocupação do espaço[8]. As ideias, entretanto, permanecem vivas, e os ativistas continuam agindo em audiências públicas e promovendo debates sobre o tema e encontros na parte externa do Cais.

3 O direito à cidade

Em *Um contexto social de reivindicações*, tópico anterior deste artigo, há menção ao movimento *Occupy Wall Street* como precursor de uma onda mundial recente de protestos de ocupação. Mas em que outro ponto podemos relacionar a série de atos ocorrida em Nova York ao *Ocupe Estelita* ou ao *Okupa Barcelona*, por exemplo? Seguindo o pensamento de Henri Lefébvre, nota-se que é na cidade que as desigualdades entre camadas da sociedade se tornam mais visíveis. É na cidade, sobretudo, que as disparidades socio-econômicas se traduzem em espaço físico. O resultado e a manutenção desse mecanismo, punjantes no dia a dia de muitos dos grandes centros urbanos, são analisados pelo pensador em termos marxistas:

> Os confrontos políticos entre o "minuto *popolo*", o "*popolo* grasso", a aristocracia ou a oligarquia, têm a Cidade por local, por arena. Esses grupos rivalizam no amor pela sua Cidade. Quanto aos detentores da riqueza e do poder, sentem-se eles sempre ameaçados. Justificam seu privilégio diante da comunidade gastando suntuosamente suas fortunas: edifícios, fundações, palácios, embelezamentos, festas. (Lefébvre, 2011: 13)

Além de, por vezes, a riqueza se multiplicar no espaço urbano através do comércio e das finanças, é também nele que se dá, em grande parte, a aplicação, o uso, o gasto e a circulação dessa mesma riqueza. Na cidade, não apenas se observa a existência das disparidades, como também se reproduzem os mecanismos que levam a elas.

O movimento de Wall Street se levantava, desde o princípio, contra a desigualdade social e econômica que era mantida, entre outros fatores, pelos meios financeiros das grandes empresas sediadas naquele centro. O espaço urbano em que se concentrava a fonte de lucro das classes mais economicamente favorecidas se transformava

---

7 É possível conferir notícia sobre o tema no site do Jornal do Commercio. Disponível em: http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/05/22/liminar-da-justica-federal-suspende-obras-de-demolicao-no-cais-jose-estelita-128887.php. Consultado em 17-11-2014.

8 Notícia sobre o tema no site do Diario de Pernambuco. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2014/06/17/interna_vidaurbana,510722/acao-de-desocupacao-no-cais-jose-estelita.shtml. Consultado em 17-11-2014.

em epicentro de disputa contra a desigualdade. Se é na cidade que os confrontos políticos de Lefébvre reconhecem uma arena, se é no espaço urbano que se traduzem as disparidades, é de lógica simples ocupar. A ocupação, portanto, é uma forma de questionar não apenas a divisão e utilização do espaço, mas, sobretudo, a divisão da riqueza. Em último plano, questiona-se a segregação física entre os mais abastados e os menos favorecidos. Essa proposta pode ser verificada tanto no *Okupa Barcelona* quanto no *Ocupe Estelita*. No primeiro caso, percebe-se uma tribo urbana inteira em torno da crítica sobre o uso do espaço urbano, sobre a divisão desigual de acesso à riqueza. Em um plano prático, como visto, o embate se justificaria pela existência de uma classe social que não consegue adquirir o próprio imóvel habitacional ou que não tem acesso a todas as funções possíveis de uma cidade – entre as quais, o acesso às artes, por exemplo – e, para solver o problema com os próprios meios, produz ocupações que supram a necessidade.

No segundo caso, põe-se em jogo a construção desordenada e um planejamento urbano pensado por poucos e para poucos. Vê-se um confronto baseado no que cada segmento da sociedade sonhou para a mesma fração do espaço urbano. No Cais José Estelita, na hipótese de que não houvesse resistência dos ativistas, o processo de domínio do espaço pelas parcelas mais favorecidas economicamente seria, certamente, mais simples do que tem sido. Aqui, portanto, percebe-se outra vez um embate de classes cuja arena é a própria urbe.

Para David Harvey, a costura infalível entre todos esses pontos – o *Occupy Wall Street*, o *Okupa Barcelona*, o *Ocupe Estelita* e os demais movimentos de ocupação – não poderia ser outra senão a permanente disputa pelo direito à cidade. O conceito, cunhado por Lefébvre em fins da década de 1960, chega à obra de Harvey revestido de ainda mais urgência. Para o geógrafo britânico,

> é muito importante afirmar que o direito à cidade não é simplesmente um direito de acesso ao que existe. É um direito de participar da construção e da reconstrução do tecido urbano, de formas mais condizentes com as necessidades da massa da população.[9]

A principal zona de convergência entre os movimentos citados é, portanto, a vontade de ter direito ao acesso aos espaços e às funções que a cidade pode oferecer e, sobretudo, de apreender a possibilidade de moldar e transformar o espaço urbano de acordo com as necessidades e desejos da população. Por isso o próprio Harvey insiste que o direito à cidade não é um direito individual, mas coletivo (Harvey, 2008: 23). É, pode-se dizer, de interesse de toda a humanidade poder alterar as cidades. Não apenas: existe a precisão de que esse direito seja coletivo porque é quase impossível, como indivíduo, alterar frequentemente um espaço. Mas, enquanto coletividade, além de possível transformar os espaços, é imperativo que o façamos.

Seguindo a definição de cidade do sociólogo Robert Park e unindo-a ao pensamento, mais atual, de Harvey, pode-se deduzir que esse processo é tão fundamental quanto a própria formação do espaço urbano. De acordo com Park, a cidade seria:

> a tentativa mais bem-sucedida do homem de refazer o mundo em que vive mais de acordo com os desejos do seu coração. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, é também o mundo onde ele está condenado a viver daqui por diante. Assim, indiretamente, e sem ter nenhuma noção clara da natureza da sua tarefa, ao fazer a cidade o homem refez a si mesmo. (Park, 1967: 3)

O que os movimentos de ocupação buscam é, em linhas simples, o direito de refazer o ser humano, a relação dele com os espaços e com seus iguais, através dos mecanismos de repensar o uso do espaço urbano.

Das mesmas linhas de pensamento deriva o projeto *Poesia aos pedaços*. Em primeiro plano, o projeto se propõe a ser um instrumento possível de ocupação urbana, uma forma de fazer com que as pessoas passem a usar mesmo espaços destinados a funções diversas – como a da mobilidade: paradas de ônibus, por exemplo – de uma forma distinta, que facilita a convivência e o lazer através de uma prática cultural. Esta é uma tentativa, portanto, de fazer com que o espaço urbano possa se transformar em ou se consolidar como zona de uso e de interação para muitas camadas da sociedade.

---

9 Entrevista que David Harvey cedeu ao *Le Monde Diplomatique Brasil* em 5 de março de 2009. Disponível em: http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=462 . Consultado em 22-11-2014.

Como um projeto de alcance ainda curto e em um país que conta com 8,3%[10] da população de analfabetos, é irreal pensar que atingiria toda a sociedade recifense. A proposta, contudo, não é tão ambiciosa: a fórmula se preocupa apenas em proporcionar usos mais humanizados e igualitários dos espaços alterados. Colocar uma caixa do *Poesia aos pedaços* em um espaço urbano é, mesmo que minimamente, disponibilizar um pouco de arte a uma população que, de outra forma, teria que pagar pela recepção. Sendo assim, o projeto pode se equiparar em um ponto tanto ao *Okupa Barcelona* quanto ao *Ocupe Estelita*: existe nos três o desejo de ensaiar uma democratização do lazer, da cultura, da arte.

Usando-se de espaços públicos, o *Poesia aos pedaços* também busca, como os movimentos de ocupação, um uso mais igualitário dos espaços. O projeto, em geral exposto em locais abertos a todos, faz com que qualquer classe social possa ter acesso a ele e com que qualquer pessoa em interação mude a própria relação com o espaço.

4 A intervenção urbana enquanto micropolítica

Compreendendo o conceito do direito à cidade, resta observável a interseção entre o impulso por exercê-lo e a prática da arte urbana. De um lado, com os protagonistas do desejo de exercer o direito de modelar o espaço urbano e quem o utiliza, estão, certamente, os movimentos de ocupação e as parcelas da sociedade engajadas em micropolíticas nesse sentido. De outro, uma gama de artistas de diversos gêneros. Entre esses dois eixos, chamaremos atenção para quem produz intervenções urbanas e, portanto, conscientemente ou não, altera o espaço e a relação que as pessoas têm com ele, imprimindo novos significados. É nesta interseção que opera o *Poesia aos Pedaços*.

Para os pensadores franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari, o conceito de micropolítica pode elucidar algumas das problemáticas pós-modernas. A questão seria voltar os olhos para uma política que permeia as decisões do dia a dia. Trata-se, portanto, de uma outra dimensão da política, exercida em diversas extensões da vida. A micropolítica estaria, assim, «em toda parte: em nossas relações estereotipadas de vida pessoal, de vida conjugal, de vida amorosa e de vida profissional, nas quais tudo é guiado por códigos» (Guattari, 1996: 135).

Depreende-se desse pensamento que os jogos e exercícios do poder não se passam apenas em uma esfera de macroestruturas, como as organizações estatais ou as grandes empresas e corporações. Pelo contrário: os atos e ações humanos, por natureza, são exercícios políticos. Se a cidade é um espaço de convivência e é onde, atualmente, se dá a maior parte das relações humanas, é nela onde se pode observar com mais clareza as micropolíticas. É no cotidiano de cada um que elas se dão, em um âmbito descentralizado dos conjuntos sociais mais amplos.

Uma ressalva é, entretanto, fundamental. Não se deve entender o que é «'micro' como uma simples miniaturização das formas visíveis ou enunciáveis, mas como um outro domínio, um novo tipo de relações, uma dimensão de pensamento irredutível ao saber: ligações móveis e não localizáveis» (Deleuze, 2005: 81).

É possível analisar as intervenções urbanas como parte do domínio das micropolíticas. Através delas, formam-se novas relações interpessoais e entre o ser e os espaços urbanos, mesmo que de maneira pontual. Nesta prática artística, o fim é, sobretudo, dedicar-se a um contexto social e às relações humanas.

A micropolítica que se faz é uma em que se privilegia uma coletividade, e não a minoria que seria atingida caso a obra fosse exposta, por exemplo, em uma galeria de arte ou em um museu. É, ainda, uma em que se transforma ou altera parte de um espaço que é coletivo, chegando, portanto, a uma dimensão igualmente coletiva da arte e da mensagem que se quer passar. Cria-se uma arte feita para todos, com o objetivo, mesmo que implícito, presente em toda forma artística, de alterar ou aprofundar algo na subjetividade de cada um.

Com a intervenção urbana, move-se o espaço público ao centro de um palco de encontros, onde se formam novos meios de socialidade e de interação. O espaço passa a intrigar o transeunte a explorá-lo, a interpretá-lo de outros meios, tal qual a arte o faz e através dos artifícios de que ela usa.

---

10 Dado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/. Consultado em 17-11-2014.

Enquanto intervenção urbana – já que altera a paisagem de trechos da urbe –, o *Poesia aos pedaços* se propõe a ampliar as relações que se formam no espaço público e a formar, nele, territórios de convivência. Incorporando-se ao dia a dia desses espaços e desejando estabelecer novos questionamentos e novas subjetividades, o projeto se encaixa no universo das micropolíticas. Assim, por meio de uma atividade cultural, enfatiza e transforma o uso dos espaços urbanos em questão.

5 Por que literatura?

Mas, entre tantas outras formas possíveis de arte, por que escolher a divulgação da literatura como força motriz de um projeto? O objetivo aqui, ao contrário do que a pergunta possa sugerir, não é excluir outras formas nem inventar ineditismos – até porque há aos montes bons artistas que também se propõem, através da intervenção urbana, a democratização da literatura e da linguagem poética[11] –, mas ampliar um diálogo já existente que ainda carece de discussões.

A proposta do *Poesia aos pedaços* é, nesses termos, novamente enquanto micropolítica, ensaiar a democratização de uma arte ainda tomada por uma certa aura de sacralidade. Não é de se espantar o distanciamento em relação à literatura em uma sociedade como a brasileira – em que, apesar da queda da taxa de analfabetismo ano a ano, contava, em 2013, com 8,3% de analfabetos e 17,8%[12] de analfabetos funcionais. Ainda assim, acredita-se que a arte seja também pouco consumida entre os alfabetizados devido às barreiras quanto ao acesso.

É, portanto, tentando democratizar o acesso à literatura que o projeto surge. Acredita-se que um passo fundamental para que se formem mais leitores críticos e abertos ao desenvolvimento de novas subjetividades é a simples facilitação da chegada de textos a essa população. O projeto também buscar, contudo, aproximar-se de pessoas que já têm apreço pela arte, apresentando poetas ainda pouco reconhecidos ou mesmo relembrando poemas de autores já consagrados. O impulso às subjetividades de cada um é incentivado, portanto, de diversas maneiras. Esse processo se torna pulsante com os transeuntes que, além de ler poemas, passam a participar ativamente da curadoria, através da página do Facebook.

Outro argumento para a utilização da literatura, apesar de também não desejar anular ou subjulgar nenhuma forma de arte, é a crença de que a leitura é capaz de dialogar profundamente com a alma de cada indivíduo e alterar sua subjetividade. Retornando ao conceito de Park, mudar o ser humano é mudar a cidade e os espaços urbanos por onde ele e sua coletividade circulam. Para o projeto, portanto, a literatura, entre as formas mais líricas de alterar as subjetividades, é capaz de, mesmo que indiretamente e em um esforço lento, transformar os meios em que vivemos.

Considerações finais

Entre tantas formas possíveis de transformar o ser humano e, com ele, as cidades, destacam-se os mecanismos de ocupação do espaço urbano. Acreditamos que, se queremos viver em um espaço coletivo que expanda as possibilidades de todos, é preciso que cada um repense os próprios desejos para as diversas funções do espaço. É necessário que as cidades se adaptem à humanidade tal qual a humanidade teve de se adaptar à vida dentro delas.

O *Poesia aos pedaços*, enquanto ferramenta de ocupação e intervenção urbana, constitui parte do esforço que se tem feito para a adaptação do espaço urbano aos humanos que nele habitam. É uma tentativa de viabilizar novos espaços de convivência entre as pessoas, de democratizar o acesso à arte literária, de facilitar o alcance a uma sociedade mais igualitária. Todos esses objetivos, mesmo que apenas conquistados por frações de tempo

---

11 Um bom exemplo desse tipo de proposta seria o *Acción poética*, movimento que, atualmente, se espalha por quase toda a América Latina. A ver: http://www.accionpoetica.com/.

12 Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/. Consultado em 17-11-2014.

e em limitados espaços, fazem parte de um universo das políticas cotidianas.
Podemos concluir que o *Poesia aos pedaços* se utiliza dos mesmos princípios que os movimentos de ocupação que ganharam força nos últimos anos. Igualmente, almejam uma aproximação de sociedades plurais às questões de democratização do espaço urbano e do acesso à cultura.

Referências bibliográficas

DELEUZE, G (2005), *Foucault*. São Paulo: Brasiliense.

FEIXA, C. & PORZIO, L. (2006), "Los estudios sobre culturas juveniles en España (1960-2003)". *Revistas de Estudios de Juventud*, 64 (4), Disponível em http://cabuenes.org/06/documentacion/3.2/3-culturasjuveniles.pdf, [consultado em 14-11-2014].

GONZÁLEZ, R. (2004), "Los movimientos por la okupación: 20 años liberando espacios de la especulación del capital". *Mientras tanto*, 91 (25), pp. 177-188.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S (1996), *Micropolítica: cartografias do desejo*, Petrópolis: Vozes.

HARVEY, D. (2012). "O direito à cidade". *Lutas Sociais*, (29), pp. 73-89.

LEFÉBVRE, H. (2011[1968]), *O direito à cidade* (trad. R. E. Frias), São Paulo: Centauro.

PARK, R. (1967), *On Social Control and Collective Behavior*, Chicago: University of Chicago.

LIVRE ACESSO – uma proposta para acção numa biblioteca[1]

Marta Traquino[2]

Resumo: Este artigo apresentará a 'proposta para acção' *Livre Acesso* realizada por minha iniciativa com a colaboração dos visitantes/participantes, parte integrante do projecto artístico do mesmo nome desenvolvido com Francisco Pinheiro na Biblioteca Municipal Camões, em Lisboa (9-27 Jun. 2012). Esta 'proposta para acção' pode ser entendida como auto-convocatória à experiência de um imprevisível e temporário 'espaço comum' de onde recuperar o olhar sobre a cidade, pela relação entre corporeidade e produção de subjectividade do indivíduo. Partindo da convicção de que que a arte para ser 'pública' deverá possibilitar uma qualidade de experiência pela qual 'a pessoa qualquer' pode tomar uma via para se expressar segundo a sua própria medida, em questão estará o entendimento de que a 'publicidade' de um espaço (no sentido da qualidade do que é público) não está necessariamente no dar-se à vista de todos mas sim na possibilidade de ser tocado por muitos (Brighenti, 2010).

Palavras-chave: cidade; diferença; espaço comum; espaços de representação; arte pública; proposta para acção.

Uma vez entrados na cidade logo nos damos conta que entre nós e tudo o resto à nossa volta há… a cidade. Entre o ponto de partida e o de chegada de qualquer direcção que tomemos, inevitavelmente atravessamos a cidade. Atravessamos ruas, praças, arquitecturas sempre na presença de outros, passando de lado a lado, por entre visibilidades e invisibilidades. Questiono-me sobre o movimento da visão do corpo que atravessa, sobre como é que o olhar acompanha o passo que o leva. Penso sobre a possibilidade de um 'olhar posicionado', na relação com a horizontalidade, por oposição ao 'olhar panorâmico', cada vez mais verticalizado, que o actual modelo de produção de espaço urbano cultiva. O primeiro, capaz de relacionar, contrapor e interrogar porque decorre podendo parar, hesitar, recuar, retomar e avançar entre o que está de um lado e do outro. O segundo, imerso, difuso, vago pela velocidade e sequência ininterruptas que o conduzem. Este mantém a distância e a indiferença, o outro estabelece proximidade e implicação porque ausculta a medida do seu corpo na relação com o que o rodeia.

Levar o indivíduo a atravessar a cidade para tomar uma visão sobre esta a ser expressa segundo a medida do seu corpo, é o intuito da prática artística composta pela trilogia de 'propostas para acção' *Que cor tem agora o céu?* (2010), *Para um estado de encontro* (2011) e *Livre Acesso* (2012), realizadas por minha iniciativa com a colaboração das respectivas pessoas visitantes/participantes. Será sobre a última que trata este texto.

A 'proposta para acção' deverá, antes de mais, ser entendida como auto-convocatória à experiência de um imprevisível e temporário 'espaço comum' de onde recuperar o olhar sobre a cidade, estabelecido pela determinação das coordenadas pessoais na diversidade interpretativa, possível de se elaborar e transmitir, a partir de uma igualdade de meios e de acessos disponíveis. Enquadrada numa situação espacial partilhada, a acção a realizar funde a corporeidade com a produção de subjectividade. Com pressupostos não vendáveis, acontece em espaços interiores (não institucionais, mas com divulgação pelos diversos média de modo a garantir a heterogeneidade dos visitantes/participantes), com janelas que se podem abrir, espaços enquanto estações de

---

1 Este texto compõe-se de conteúdos que integram a tese de Doutoramento *Ser na Cidade — urbanidade e prática artística, percepções e acções* (Marta Traquino, FBAUL, 2012): http://repositorio.ul.pt/handle/10451/7556

2 Marta Traquino é artista e investigadora em arte contemporânea. Em 2013 iniciou o projecto de Pós-Doutoramento designado *Para a prática reflexiva de uma 'arte conversável no domínio público*. A sua investigação foca práticas artísticas de abordagem ao Espaço e ao Lugar, com ênfase nas reconfigurações das dimensões da Experiência, da Memória e da Identidade. Na sua prática artística desenvolve instalações *site-specific* e propostas para acções que funcionam como 'arquitecturas efémeras' catalizadoras da percepção do indivíduo face às 'arquitecturas permanentes' nas quais se encontra, da escala pessoal à social, na atenção aos movimentos do corpo no espaço.
marta.traquino@netcabo.pt

tempo onde abrandar, ou retomar, o movimento do olhar sobre o 'outro' e a cidade comum. Onde traços das presenças passam de umas pessoas para outras comunicando a diversidade e complementaridade dos modos de ver a mesma realidade. Intencionalmente a partir de um 'dentro', no centro da cidade, a realização da acção proposta pode catalisar a reflexão sobre as condições que no tecido urbano tornam um espaço efectivamente 'público', mesmo que temporário, contudo raras nos espaços abertos à vista nas ruas e praças, supostamente acessíveis a todos. Começa, efectivamente, a ser realizada no momento em que a pessoa atravessa a cidade dirigindo-se ao endereço anunciado na divulgação, deslocando-se então com o objectivo de ser espectador do que, provavelmente, considera ser mais um evento cultural, mas na realidade vai encontrar uma situação geradora de um mosaico de subjectividades onde a sua terá lugar na composição do conjunto.
Uma breve instrução escrita apresenta a 'proposta para acção', a ser entendida (no que respeita às suas possibilidades interpretativas) à semelhança de uma partitura musical. A juntar a esta, os meios necessários à realização da proposta são familiares às qualidades e funções dos espaços em causa e as alterações (temporárias) na organização destes são à partida uma possibilidade na lógica do seu funcionamento quotidiano. Na instrução escrita define-se, de modo sucinto, cada etapa dos movimentos do corpo para o desempenho da acção proposta, contemplando a possibilidade de um tempo personalizado. Se alguma imagem ou objecto derivar do conjunto das acções realizadas, será de carácter colectivo, de forma aberta, mas com singularidades identificáveis pela expressão da 'medida' de cada um. A natureza do conteúdo da proposta favorece a sintonia entre a percepção visual e a percepção física, em atenção ao facto de que é sobretudo pela qualidade de experiência física de uma cidade que se subentende a qualidade da democracia praticada. Trata-se de uma prática artística que se posiciona face à urgência de motivação à imaginação crítica da cidade, à valorização dos 'territórios de passagem' e das 'narrativas em desenvolvimento' (Sennett, 2007), aceitando voluntariamente colocar-se sob o desafio de questões como as lançadas pelo ensaísta João Barrento (2007):

> Empenhar-se-ão a arte e a cultura do futuro em alguma forma de compromisso com a vida e a experiência (para lá dos 'interesses de divertimento' hoje dominantes)? (…) Voltará o pensamento, ultrapassando a actual bulimia de casos e factos, a ter aceitação na polis, a ter casa numa linguagem audível e num espaço de diálogo? E a ética a ter de novo o seu lugar na estética? Poderá a cultura do futuro, depois do mercado e da democracia mole, das concordatas sem conflitualidade produtiva, vir a ser uma cultura do sério (sem cair necessariamente no sisudo), quebrando a ligeireza alienante da cultura da publicidade? Terá a arte ainda lugar numa sociedade democrática global, totalmente americanizada, o que significa — mas por vezes esquecem-se estes traços determinantes — imperial e puritana ressentida? (Barrento, 2007: 82-83).

Em causa está a criação de 'situações', reveladoras do modo de fazer que lhes é intrínseco e temporariamente autónomas de espaço e tempo. Situações para a experimentação de possibilidades de expressão e de comunicação pelo encorajamento à participação, fundindo o 'diálogo' que a pessoa estabelece consigo mesma com o 'diálogo' estabelecido entre as várias pessoas através dos resultados das realizações da acção proposta, proporcionando

> (…) um 'conjunto significante' que expande os meios de expressão para incluir o audível, o visual, o gestual, o espacial (…) o não ensaiado, etc, como práticas significantes que não só sustentam e lubrificam o desejar e, portanto, o vir-a-ser, mas que, tomadas juntas como um conjunto temporalmente unificado, extraiem uma mais ampla participação do que a confinada à categoria de 'arte'. Numa situação, os enigmas que somos para nós mesmos e para os outros são a base de uma prática comunicativa que, não mais confiante no conhecimento/poder, aprende a enunciar-se a si mesma como produção de subjectividade (…) o desejo é o método, a comunicação emotiva é a metodologia. (Slater, 2001).

Em afinidade com a convicção do filósofo Michel Onfray (2006), quando refere: "

> A ideia do puro instante não exclui a sua duplicação. (…) torna-se possível imaginar o momento enquanto laboratório do futuro, seu crisol. O instante não funciona como um fim em si mesmo, mas como momento arquitectónico de um movimento possível. (Onfray, [2006] 2009 :125).

A produção de espaço na cidade actual induz ao movimento em atenção instável. A possibilidade do 'nós' dissolve-se no 'todos'. A possibilidade da proximidade dissolve-se na abstracção do que é imenso e demasiado vago para ser tangível. As cidades oferecem cada vez mais condições de percepção para a dispersão do olhar. Faltam condições de percepção que suscitem o retomar do olhar, que levem a percorrer a cidade para ir ver, não necessariamente algo que se apresenta mediado por programações e programadores, mas simplesmente 'ir ver'. Chegar a ver mesmo o que já lá estava.

A 'proposta para acção' *Livre Acesso* foi uma das duas componentes estruturantes do projecto com a mesma designação, realizado entre os dias 9 e 27 de Junho de 2012 na Biblioteca Municipal Camões, em Lisboa (sendo a outra componente uma mesa de luz com instalação de desenhos, da autoria do artista Francisco Pinheiro). Em vez de utilizar a sala de exposições da biblioteca, como seria suposto, o projecto ocupou intencionalmente a sala de leitura que ainda tem as paredes revestidas com as estantes mais antigas, a Sala das Artes e Cultura, e uma vista ampla sobre o Bairro da Bica, o rio Tejo e a outra margem. Durante o período de tempo da realização do projecto a sala manteve a sua função habitual de consulta aos livros nas estantes, disponíveis em livre acesso. Foram instalados três tampos de madeira, embutidos nos vãos de três das quatro janelas da sala (apenas por encaixe nos rebordos existentes). Junto a cada um foi colocada uma cadeira e, em cima, uma pequena caixa aberta que continha no seu interior cartões pautados (formato A6, cada um com uma fita vermelha de tecido numa das extremidades, possível de funcionar como marcador de página de livro) e aplicada na sua frente a 'proposta para acção' manuscrita, composta por estes sete momentos:

1. Sentar na cadeira.
2. Tirar da caixa um cartão.
3. Escrever no cartão algo relativo ao percurso de hoje pela cidade até chegar à biblioteca, assinar e datar.
4. Escolher um livro nas estantes.
5. Inserir o cartão dentro do livro.
6. Colocar o livro na estante com a fita do cartão visível.
7. Ler outros cartões inseridos nos livros.

Figs. 1. Marta Traquino com a colaboração dos visitantes, *Livre Acesso* (com Francisco Pinheiro), Junho 2012, Biblioteca Municipal Camões, Lisboa. (Momentos 1-3 da proposta para acção).

Figs. 2 e 3. Marta Traquino com a colaboração dos visitantes, *Livre Acesso* (com Francisco Pinheiro), Junho 2012, Biblioteca Municipal Camões, Lisboa. (Momentos 4-6 da proposta para acção).

Os três tampos embutidos nos vãos das janelas activaram novas zonas (mesas) de leitura que foram apropriadas para utilização quotidiana da biblioteca após o fim do projecto. Os funcionários desta foram os primeiros a realizar a acção proposta durante o horário normal de trabalho no dia da apresentação pública do projecto, que aconteceu ao fim da tarde. Uma hora após o início, já dezenas de fitas vermelhas eram visíveis nas estantes, pendendo do interior dos livros. Durante as cerca de três horas que durou a primeira sessão do projecto, as pessoas distribuiram-se na sala em volta da mesa dos desenhos, sentadas às mesas junto às três janelas enquanto escreviam os cartões, à procura dos livros nas estantes onde introduzir os cartões escritos, a consultar outros livros com e sem os cartões.

Figs. 4, 5 e 6. Marta Traquino com a colaboração dos visitantes, *Livre Acesso* (com Francisco Pinheiro), Junho 2012, Biblioteca Municipal Camões, Lisboa. (Momentos 1-7 da proposta para acção).

No final da segunda hora foi realizada uma sessão de leitura colectiva, improvisada. Alternadamente, uma pessoa tirava da estante um livro com fita vermelha, lia primeiro o conteúdo escrito do cartão introduzido e depois o conteúdo da(s) página(s) onde o cartão se encontrava. No fim da leitura voltava a colocar o livro no sítio de origem, momento em que outra pessoa prosseguia do mesmo modo. Nenhuma pessoa leu o seu próprio cartão. No total foram realizadas três sessões de leitura colectiva (dias 9, 26 e 27 de Junho, 2012), cada uma com a duração de cerca de 01h30 e ultrapassando as vinte presenças.

Fig. 7. Marta Traquino com a colaboração dos visitantes, *Livre Acesso* (com Francisco Pinheiro), Junho 2012, Biblioteca Municipal Camões, Lisboa. (Momento de sessão de leitura colectiva improvisada).

Fig. 8. Marta Traquino com a colaboração dos visitantes, *Livre Acesso* (com Francisco Pinheiro), Junho 2012, Biblioteca Municipal Camões, Lisboa. (Momento de sessão de leitura colectiva improvisada).

Ao longo dos dias, durante o funcionamento normal da biblioteca, o número de fitas vermelhas dos livros foi aumentando. Qualquer pessoa que entrava na sala para ir buscar um livro às estantes acabava por encontrar livros intervencionados com os cartões e podia também realizar a acção proposta. No final do projecto contavam-se 94 cartões escritos e introduzidos nos livros. O conteúdo da maior parte referia detalhes dos percursos da rua até à bilblioteca, conforme era sugerido na proposta, mas outros revelavam detalhes pessoais das vidas dos seus autores, alegrias, preocupações, encontros e desencontros. No conjunto, ofereciam uma paisagem específica daqueles dias quentes de Verão sobre Lisboa, sobre a situação política no país, sobre a biblioteca, sobre metereologia, sobre anseios e desejos.

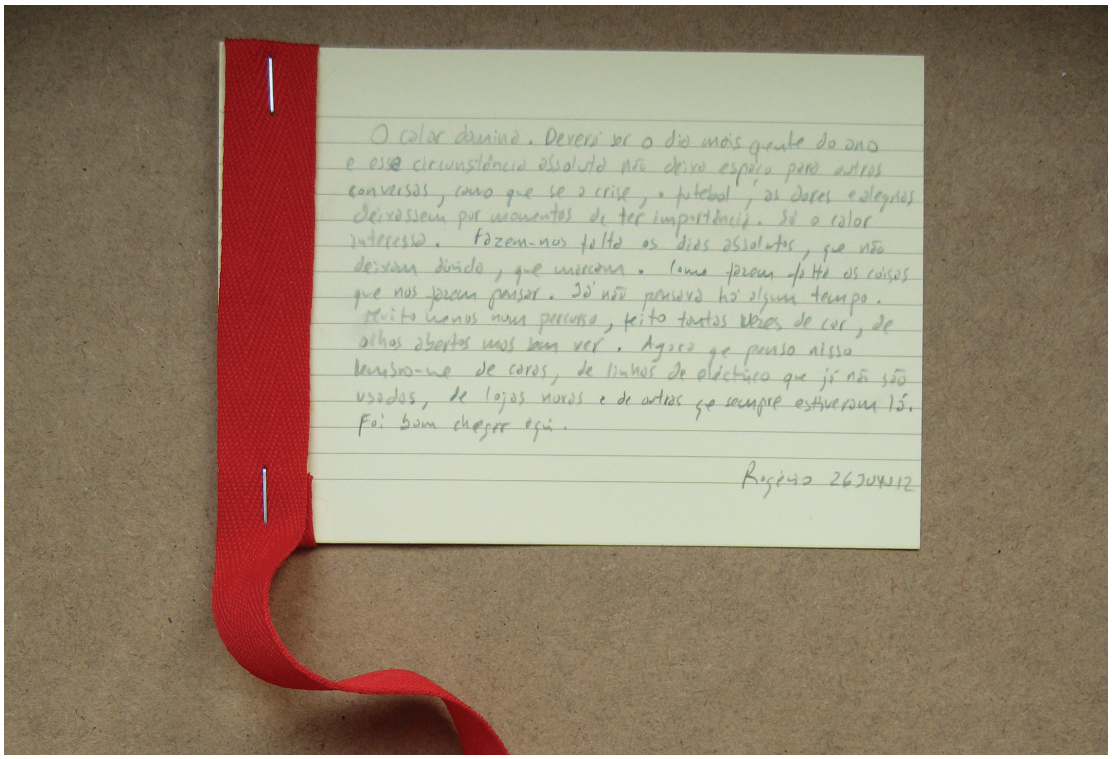

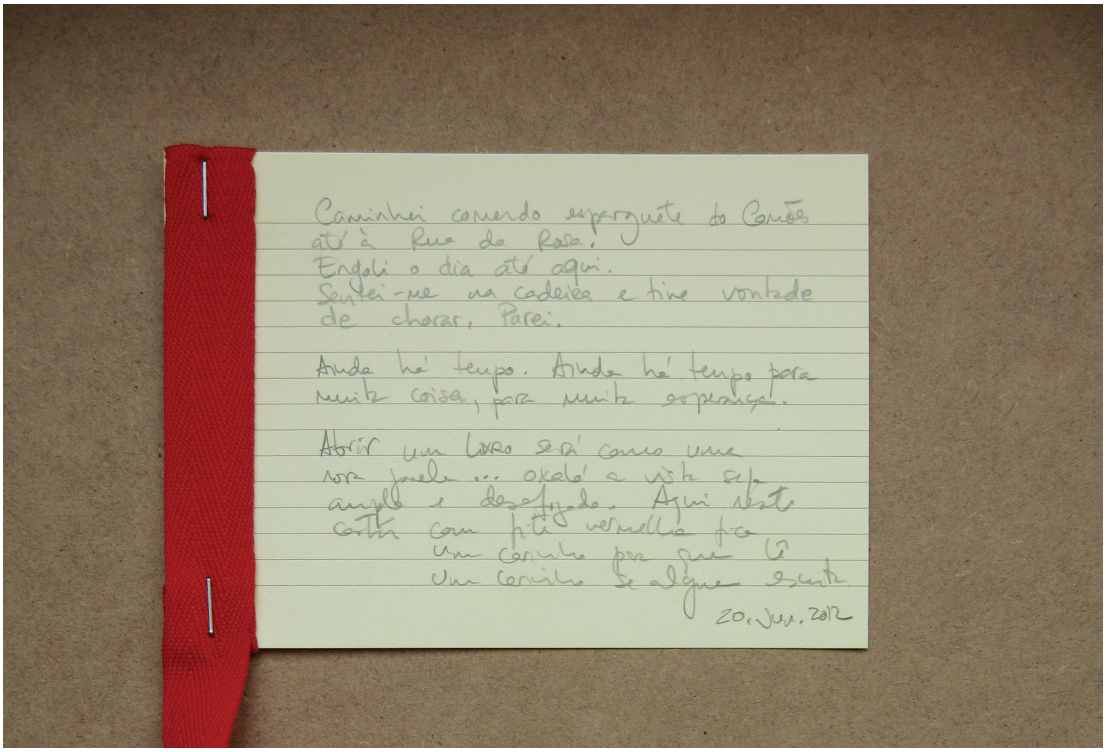

Figs. 9 e 10. Marta Traquino com a colaboração dos visitantes, *Livre Acesso* (com Francisco Pinheiro), Junho 2012, Biblioteca Municipal Camões, Lisboa. (Cartões escritos pelos visitantes/participantes).

Numa tarde em que me encontrava a trabalhar numa outra sala de leitura da bibioteca, um dos funcionários levou até mim uma senhora que tinha acabado de deixar na recepção um recado escrito para me ser entregue, no qual se lia (em ingles: "Tenho 2 escritos que seria muito importante ficarem. Poderiam ter uma importância

histórica se pudessem permanecer. Obrigado. Jill Campbell." Seguido dos seus contactos e dos das filhas, e as cotas dos livros nos quais tinha introduzido os cartões escritos. Tratava-se de uma turista norte-americana, com cerca de setenta anos de idade, que atraída pela fachada antiga do edifício da biblioteca resolveu entrar e encontrou por acaso a 'proposta para acção' que realizou duas vezes. Viajava sozinha pela Europa com o objectivo de deixar em cada cidade visitada um vestígio seu, de modo a construir uma rota a realizar pelos netos após a sua morte. Em Lisboa, tinha naquele momento decidido que o seu vestígio ficaria na estante daquela biblioteca municipal, nos dois cartões manuscritos introduzidos nos livros. Trata-se de uma espontânea 'apropriação' (afectiva, subjectiva) da proposta artística (processual, colectiva, aberta) por parte de uma pessoa que, neste caso, nela encontrou lugar para o desejo em deixar numa cidade desconhecida vestígios da sua memória para os seus descendentes. Relaciono este acontecimento com o que refere o sociólogo Andrea Brighenti (2010):

> (…) o domínio público existe como ponto de *convergência* e na zona de indistinção entre processos materiais e imateriais, por meio do qual um significado imaterial é criado através de actos de inscrição e de projecção material. (Brighenti, 2010b: 8).

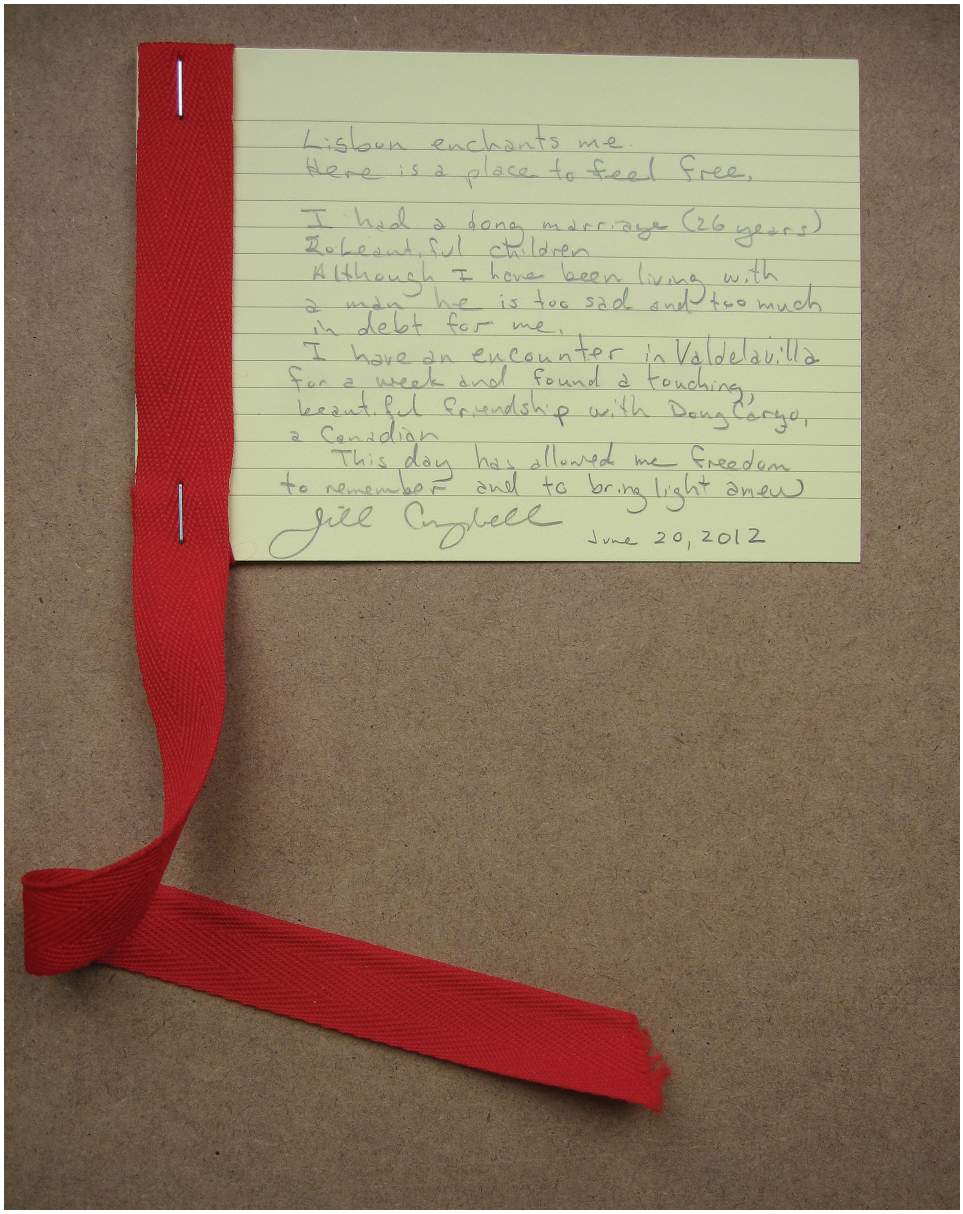

Fig. 11. Marta Traquino com a colaboração dos visitantes, *Livre Acesso* (com Francisco Pinheiro), Junho 2012, Biblioteca Municipal Camões, Lisboa. (Cartão escrito por uma visitante/participante).

Em questão está o entendimento de que a publicidade de um espaço (no sentido da qualidade do que é público) não está necessariamente no dar-se à vista de todos mas sim na possibilidade de ser tocado por muitos. As sessões de leitura colectiva, cujo conteúdo derivou do facto das pessoas terem realizado a acção proposta, podem ser tomadas como metáfora à luz da ideia que Sloterdijk refere no seu texto intitulado *Atmospheric Politcs* (2005):

> A democracia depende da capacidade de emprestar uma dimensão espacial às coisas ditas uma após a outra; como tal implica constante treino de paciência. Só aquele que levar isto sobre si mesmo poderá ter certeza que não vai prejudicar a sua honra esperar pelo momento em que lhe é dada a palavra. (Sloterdijk, 2005: 181).

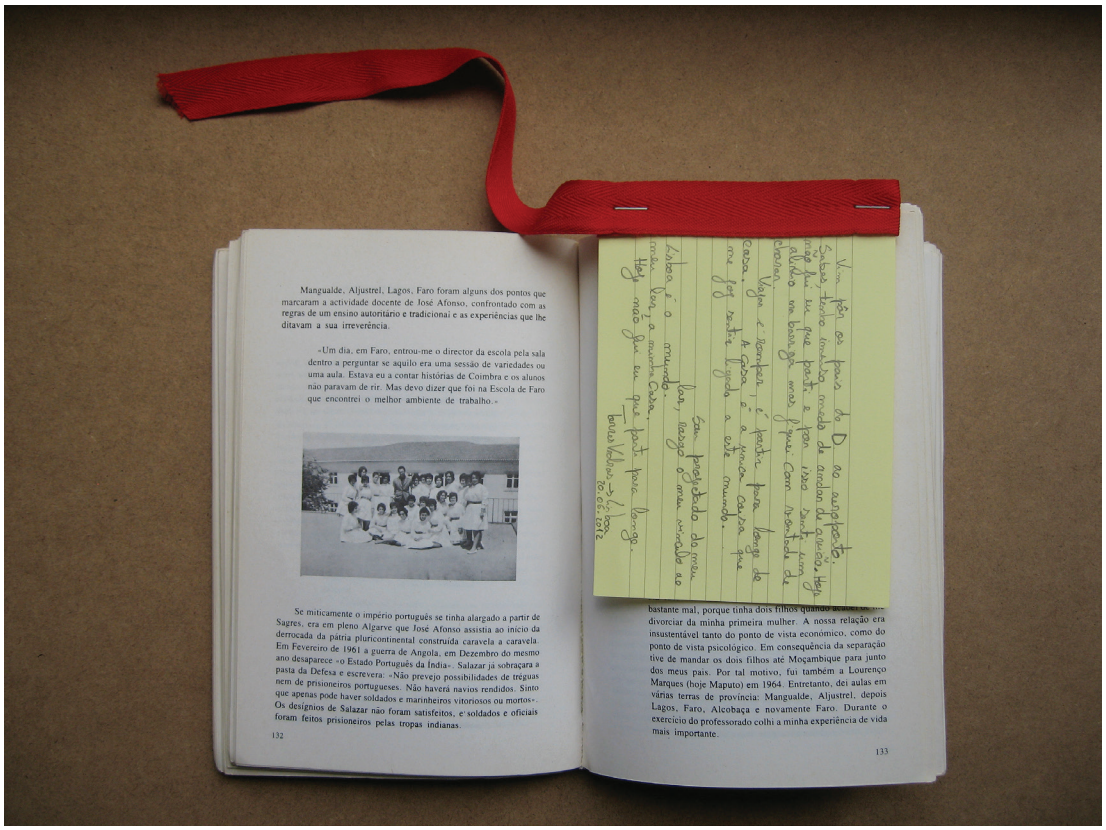

Fig. 12. Marta Traquino com a colaboração dos visitantes, *Livre Acesso* (com Francisco Pinheiro), Junho 2012, Biblioteca Municipal Camões, Lisboa. (Livro intervencionado pelo cartão escrito de uma visitante/participante).

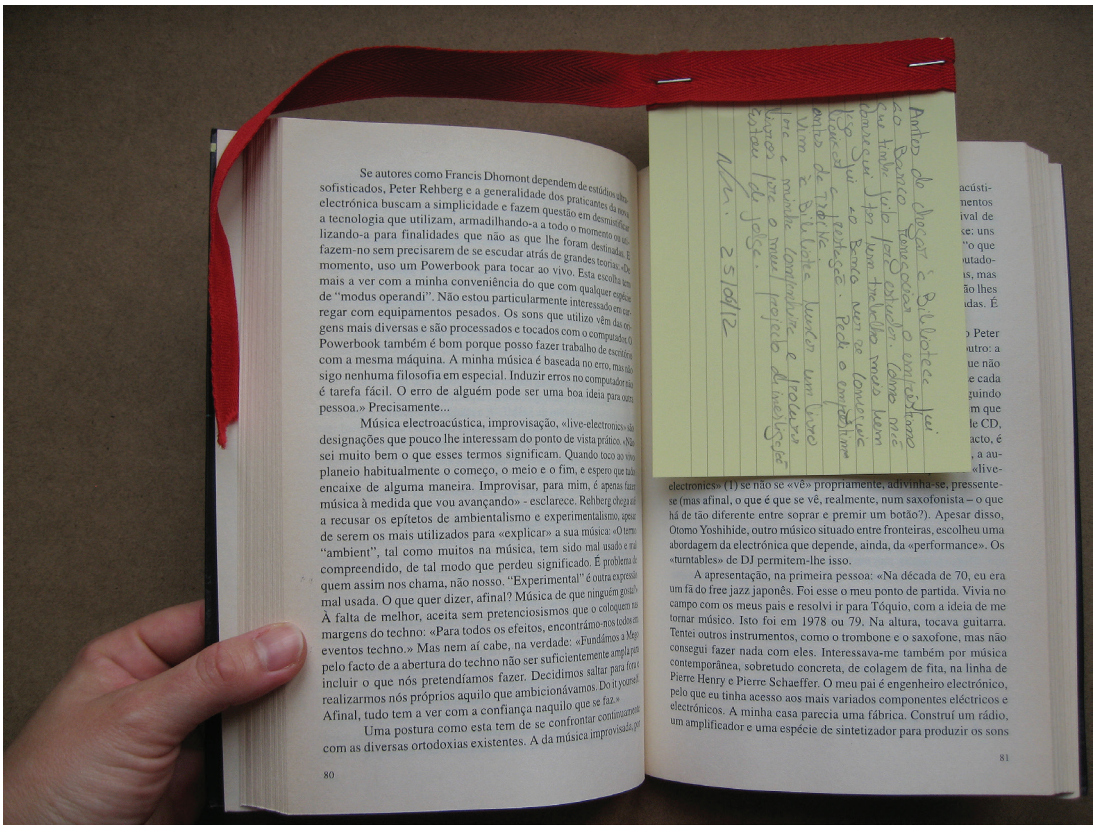

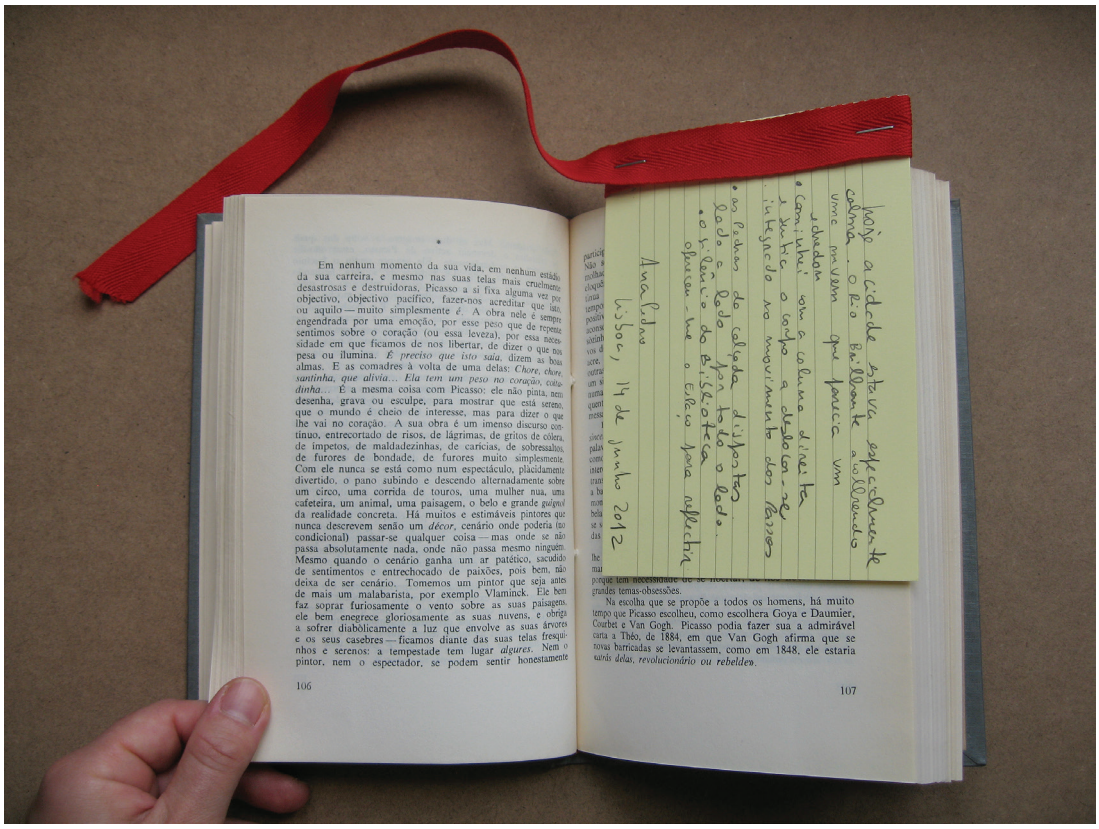

Figs. 13 e 14. Marta Traquino com a colaboração dos visitantes, *Livre Acesso* (com Francisco Pinheiro), Junho 2012, Biblioteca Municipal Camões, Lisboa. (Livros intervencionados pelos cartões escritos de visitantes/participantes).

Os cartões escritos introduzidos nos livros das estantes da biblioteca levaram para dentro desta um sopro da cidade lá fora, por quem ali chegava. Palavras anónimas e quotidianas, por entre pensamentos inscritos e resguardados, na certeza de serem descobertas. Intercepções entre o intencionalmente procurado e o imprevisivelmente encontrado.
A filósofa Marina Garcés (2008), ao interrogar-se sobre quando é que a palavra faz de facto algo conosco, independentemente de todas as justificações que possa ter a sua necessidade, refere que é precisamente quando desloca os muros da nossa auto-referencialidade, quando nos põe em movimento e nos leva a pensar o que não sabemos. A 'proposta para acção' na biblioteca, da escrita do cartão à participação na sessão de leitura, pode ser tomada como um acontecimento colectivo no sentido que refere Garcés, de ser o 'nós' aquilo que dá sentido ao acontecimento, ao contrário da maior parte dos acontecimentos colectivos que a cidade oferece para audiências, públicos ou clientes, de onde cada um volta a casa com

> (…) a sua dose de conhecimento, diversão, emoção, mas nada saiu da sua pessoa singular, do seu eu consumidor de experiências. É sabido que o saber e o conhecimento estão sofrendo um forte processo de privatização, quer seja na forma de divulgação e transmissão através de instituições cada vez mais fechadas, quer através do seu patentear. Mas na raiz disto, temos de levar em conta que não só o conhecimento, mas também a experiência foi privatizada. A guetização social vai de mão com uma guetização vital e experiencial que é um dos problemas chave que qualquer projecto educativo deve enfrentar hoje. Como quebrar as paredes da auto-referencialidade que, paradoxalmente, organizam e compartimentam a sociedade da informação e da comunicação? (Garcés, 2008).

Concomitante com a ideia de Brighenti (2010) quando, evocando o pensamento de Arendt (1958), afirma que é a experiência do 'comum' que define a esfera pública como lugar onde as pessoas e as coisas podem ser vistas e adquirir o estatuto de 'público', ao contrário da esfera privada que se caracteriza pela privação e domínio da razão económica. O 'comum' não corresponde a uma entidade totalitária, indistinguível, mas é composto por uma pluralidade de perspectivas que são e permanecem separadas. A 'proposta para acção' *Livre Acesso* pode levar a ver a cidade que há 'entre nós', através das diversas acções individuais tomadas pela orientação de um movimento que é em si uma possibilidade de inscrição no mundo de maneira conjunta. Considerando a perspectiva de Garcés (2006), um modo de politização porque desafia o poder que nos reduz a espectadores, consumidores ou vítimas, expropriados da nossa dimensão comum. "A soma de tu e eu não é dois. É um *entre* no qual pode aparecer qualquer." (Garcés, 2006).

Figs. 16. Marta Traquino com a colaboração dos visitantes, *Livre Acesso* (com Francisco Pinheiro), Junho 2012, Biblioteca Municipal Camões, Lisboa. (Livro intervencionado pelo cartão escrito de um visitante/participante).

Bibliografia:

BARRENTO, J. (2007), "O Jardim Desvastado e o Perfil da Esperança", in AA.VV., *O Estado do Mundo*, Lisboa: Edições Tinta da China / Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

BRIGHENTI, A. M. (2010a), *The Publicness of Public Space. On the Public Domain*, Dipartimento di Sociologia e Ricerca Sociale, Quaderno 49, Università Degli Studi di Trento.

— (2010b), "At the Wall: GraffitiWriters, UrbanTerritoriality, and the Public Domain", in *Space and Culture* XX(X), 2010, pp. 1-18.

GARCÉS, M. (2006), "Entre nosotros", Disponível em

http://www.espaienblanc.net/Entrenosotros.html, [consultado em Set. 2012].

—(2008), "La experiência del nosotros", Disponível em

http://www.espaienblanc.net/La-experiencia-del-nosotros.html, [consultado em Out. 2012].

ONFRAY, M. ([2006] 2009), *A Potência de Existir*, Lisboa: Campo da Comunicação.

SENNETT, R. (2007), "The open City", in BURDETT, R. & SUDJIC, D., (eds.), *The Endless City – The Urban Age Project by the London School of Economics and Deutsche Bank's Alfred Herrhausen Society*, London: Phaidon Press Limited, 2007.

SLATER, H. (2001), "Occasional Documents: Towards Situation", in *Variant 14 Winter 2001*, Disponível em http://www.variant.org.uk/14texts/Variant_Forum.html, [consultado em Out. 2012].

SLOTERDIJK, P., (2005), "Atmospheric Politcs", in LATOUR, B. & WEIBEL, P., (eds.), *Making Things Public: Atmospheres of Democracy*, Cambridge, MA: MIT Press, 2005.

Nota: as citações utilizadas provenientes de publicações estrangeiras têm tradução livre pela autora do texto.

GT 58
Investigação sobre produção artística contemporânea no contexto da lusofonia

Formas de habitar o corpo: gêneros e sexualidades nas obras visuais contemporâneas de artistas lusófonos

Ricardo Henrique Ayres Alves[1]

Resumo: A presente comunicação propõe investigar os discursos nas obras dos artistas Danilo Xavier, Leonilson e Márcia X, de origem brasileira e de Ana Pérez-Quiroga e João Galrão, de naturalidade portuguesa. Alguns de seus trabalhos, realizados a partir dos anos noventa, problematizam a imagem corporal, os papéis de gêneros e as sexualidades que se constroem na vivência do corpo, em sua materialidade ou evocação. Suas obras inscrevem-se na contemporaneidade artística através de continuidades e revisões da *body art* e das práticas conceituais dos anos 60 e 70, construindo novas formas de abordar tais aspectos. Busca-se entender como se apresentam os discursos visuais desses artistas em relação ao período em que vivem, após o advento da aids e das perspectivas multiculturais, estabelecendo similaridades e diferenças nas suas propostas em relação à teoria da arte.

Palavras-chave: Arte contemporânea; Corpos; Gêneros; Sexualidades; Teoria *Queer*; Artistas Lusófonos.

Um menino, longe dos olhos de qualquer pessoa, veste as roupas da mãe, ainda que sejam muito grandes para seu corpo infantil. Uma mulher cobre o rosto obstinadamente com uma série de maquiagens e adereços para ficar mais bela. Outra se percebe gorda quando tira a roupa e nota as curvas de seu corpo. Um rapaz procura em revistas eróticas por corpos masculinos que lhe despertem o desejo. Um homem que não quer ver no espelho sua imagem debilitada devido a uma doença que contraiu através de suas práticas sexuais.

Todas estas possíveis personagens estão apresentadas através de suas relações com o corpo, mediadas por diversas situações e objetos. São comportamentos que referenciam as obras de artistas visuais lusófonos que interpretam tais comportamentos de forma poética. Este artigo abordará algumas obras dos brasileiros Danilo Xavier, Leonilson e Márcia X, assim como as dos portugueses Ana Pérez-Quiroga e João Galrão através da problematização dos discursos apresentados em relação às pesquisas de corpo, gênero e sexualidade, assim como à teoria da Arte Contemporânea.

Os discursos presumidos a partir destes exemplos correspondem principalmente a questões que envolvem o corpo como espaço de manifestação das práticas de gêneros e sexualidades. Segundo a pesquisadora portuguesa Ana Cristina Santos (2006), estes elementos são alguns dos principais conceitos discutidos pela teoria *Queer*. A autora, antes de propor uma definição para o termo, busca apresentar este campo de estudos como uma perspectiva para a desconstrução de discursos, evidenciando seu caráter não classificatório. Afirma então que essa exigência do mundo acadêmico ironicamente promove o movimento de regresso da teoria *queer* "(...) ao quadro normativo das categorizações a que tão afincadamente procura escapar" (Santos, 2006: 3).

Em busca de elucidar a natureza dos estudos *queer* e a limitação gerada pela busca de uma definição restrita, Santos (2006) procura as raízes de tal campo de estudo, relacionando-o como um desdobramento advindo da

---

1 Mestrando em Artes Visuais - História, Teoria e Crítica de Arte no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAV-UFRGS). Bacharel em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Artista visual e pesquisador. ricardohaa@gmail.com

teoria feminista, bem como dos estudos gays e lésbicos. Ambos se caracterizariam pela oposição aos regimes de poder que operam através de categorias limitadas de gênero e da sexualidade, entendendo que a teoria feminista operacionalizou a desconstrução e desnaturalização do gênero, assim como os movimentos gay e lésbico promoveram o mesmo procedimento em relação à sexualidade. Estes campos também compartilharam tempos históricos semelhantes, já que a segunda onda do feminismo coincidiu com a emergência dos estudos gays e lésbicos entre 1960 e 1990. Além disso, a apropriação de teóricos por ambos os campos, evidenciou o quanto os mesmos estavam próximos.

Judith Butler (2007; 2012) é uma destas autoras que contribuiu tanto para os estudos feministas, quanto para os estudos gays e lésbicos, assim como está alinhada com o pensamento *queer*. Ao propor a utilização do termo *performatividade de* gênero, a autora evidencia a condição de construção social destes discursos, em busca da desconstrução do essencialismo biológico, padronizado de forma binária entre o feminino e o masculino.

Tais proposições podem ser discutidas em diversas disciplinas, atestando a multidisciplinaridade de qualquer campo que busque problematizar tais temas. A teoria *queer* surge aos anos 90 como a resposta ao ainda muito presente normativismo dos estudos gays e lésbicos. Segundo Santos (2006: 6) "(...) *queer* foi desde sempre um projecto político, mais que uma corrente científica." Logo, essa postura foi adotada diante da insatisfação do que existia em referência às sexualidades dissidentes, já que "(...) a teoria *queer* propunha-se a construir o espaço de desestabilização, subversão e emancipação para os fenômenos relacionados com sexualidade e género. (SANTOS, 2006, p.7). Assim, o *queer* busca a desestabilização do padrão heteronormativo vigente evidenciando a incoerência entre as presumidas relações estáveis entre o sexo biológico, o gênero e o desejo sexual, buscando as descoincidências entre estas categorias que estabilizam a construção heterossexual, problematizando as mais diversas conceituações de gênero procedentes destas resoluções.

O estudo destas fissuras na heteronorma abrange também a produção de imagens, como as oriundas da Comunicação, do Design e das Artes Visuais. No interior desta última categoria, o filósofo Ricardo Fabbrini (2002) propõe uma abordagem do corpo na arte contemporânea, entendendo a mesma como uma continuidade das questões discutidas pelos artistas das vanguardas e das neovanguardas. Se o surrealismo, o cubismo e o expressionismo promoveram diferentes formas de representar o corpo como elemento visual, a arte conceitual, o minimalismo, e a *body art* deslocaram este signo para além da representação, apresentando-o como um elemento central na produção de diversos projetos poéticos.

Entretanto, a maior parte das obras analisadas por Fabrinni (2002) tratam do corpo através da abjeção e da violência, apresentando os fluidos, a dor, e a mortificação do corpo na arte contemporânea como uma continuidade das ações limítrofes da *body art*. Se a partir das décadas de 60 e 70, o corpo tem ocupado um espaço diferente na produção artística visual, isso não significa que todos os trabalhos compartilharam dos mesmos procedimentos, discursos e formas de apresentação.

Ao ignorar as relações da arte nesta época com as questões da sexualidade e do gênero que estavam em plena efervescência, evidenciando o discurso da materialidade do corpo, o autor opta por uma historiografia deste signo na arte contemporânea que joga para o segundo plano as discussões de desconstrução da heteronorma. Além disso, a busca pela dor e pelo sofrimento do corpo e das fortes relações visuais com a fisiologia do mesmo parece diluir as construções sociais as quais estes corpos pertencem e tentam transgredir. As obras de que trata esse estudo não trazem de forma explícita a aparição do corpo nestas situações limítrofes de dor ou a apropriação do corpo presente através da exposição de sua materialidade visceral. Para esta breve investigação, interessa a manifestação dos discursos de gênero, o que nem sempre é evidente ou explícito nas obras.

O artista brasileiro Danilo Xavier trata principalmente de questões relativas ao corpo em seus trabalhos. Na videoperformance *Hipocrondríaco* (2013), o performer cobre seu rosto com uma série de curativos adesivos. A jovem face, com a tez branca e emoldurada pelos cabelos negros, fica evidente quando o artista tira sua barba, ação que é seguida pela justaposição dos curativos que progressivamente ocultam seu rosto e pescoço. O objeto utilizado para proteger e encobrir pequenos ferimentos na superfície da pele é explorado para outro fim. Neste trabalho, o procedimento de proteção não busca interferir em uma marca física do corpo, remetendo a outro tipo de ferimento ou marca que se procura encobrir. O rosto ocultado aponta também para os debates sobre a identidade e o reconhecimento da individualidade através da fisionomia. É importante pontuar também que o encobrimento da face só ocorre após a retirada dos pelos da barba, signo de clara associação ao gênero masculino.

As dimensões poéticas do trabalho podem ser ampliadas quando temos a informação de que o artista possui uma identidade sexual que não corresponde ao padrão heteronormativo. Com esta informação, a presença do discurso de uma identidade sexual oculta e dissonante pode ser entendida de forma mais clara. No caso do trabalho de Danilo Xavier, trata-se da complexidade da identidade e da sua relação com a norma. Em *Hipocondríaco*, o vídeo apresenta, durante alguns segundos, imagens sobrepostas do rosto sendo barbeado. Com a aceleração da imagem, tais sobreposições geram uma curiosa imagem de um ser com diversas cabeças semelhantes que ocupam quase o mesmo espaço, indicando a sobreposição também de personalidades e comportamentos em um mesmo corpo.

Em duas séries fotográficas mais recentes, o artista também apresenta o debate de questões de gênero aliadas à identidade. Nas quatro imagens da série *Memórias de referência - Refúgio no armário da mãe* (2014) são apresentadas imagens do corpo do artista na casa da família, vestindo as roupas da mãe enquanto ela está fora. Os pelos corporais, no rosto, pernas e braços, compõe junto ás roupas uma imagem andrógena e curiosa, já que tais vestimentas, além de serem mais comuns às mulheres correspondem a um padrão de vestuário utilizado por senhoras mais velhas. Sobre o sofá com vestes violáceas ou com uma combinação de saia vermelha e blusa verde, sentado em um pequeno banco com saia preta e blusa estampada em tons cor de laranja ou de pé com estampas de flores na parte superior e uma saia amarela monocromática, o artista encara a lente em busca de produzir uma expressão neutra.

As roupas femininas, que não possuem um corte ousado ou a intenção de apresentar o corpo de forma sensualizada, excluem qualquer intenção de transformar o corpo do artista em uma representação sensual ou erótica de senso comum. Nesta série, é importante entender a referência ao ato infantil de se vestir com as roupas da mãe, praticado pelas crianças com certa frequência, e analisar que o deslocamento proposto pelo artista é a realização desta prática em uma idade avançada. O título, ao mencionar memórias de referência, evoca a ocorrência desse ato no passado enquanto o termo refúgio no armário na mãe parece uma possibilidade de transgredir o corpo através destas vestimentas, proporcionando um refúgio da norma.

Em *Retratos do armário* (2014), são apresentadas em um painel vinte e uma fotos onde o artista também aparece vestindo as roupas da mãe. Neste grupo de imagens, o enquadramento apresentado oferece apenas a visão da parte inferior do corpo. As fotografias retangulares, apresentadas em três linhas, com sete fotos em cada uma, jogam ainda mais com a incerteza sobre o gênero deste corpo, o que não ocorre na série anterior. Na maior parte das fotos, as pernas são vestidas por saias que deixam de fora pedaços deste corpo em diferentes alturas. Em apenas duas delas, as pernas são cobertas por calças. O título do trabalho que remete ao armário, termo também presente na outra série, aqui não está ligado exatamente ao armário da mãe como local de transformação do corpo, deixando em aberto a referência ao termo 'sair do armário', que no Brasil, corresponde ao ato de assumir publicamente uma sexualidade desviante da heterossexual.

Desta forma, Danilo Xavier sobrepõe conceitualmente a prática de se vestir com uma roupa socialmente aceita para o gênero feminino ao status de ocultamento de uma sexualidade desviante, já que esta ação só ocorre no ambiente privado, no interior da casa. E mesmo assim, longe do olhar da família. A questão de um corpo que projeta em si a possibilidade de outra corporeidade pode ser entendida a partir do conceito de corpo utópico desenvolvido por Michel Foucault (2010). O autor entende o corpo como uma condição da existência da qual não se pode fugir. Dessa forma, o indivíduo pode ir para qualquer lugar, permanecer oculto em qualquer local, mas nunca poderá não estar em seu corpo físico. O teórico problematiza, entretanto, que mesmo diante dessa situação inevitável, este corpo pode não ter as características desejadas, não correspondendo ao que o sujeito espera dele. Para Foucault (2010), é nesta situação que se desenvolvem as utopias do corpo.

O filósofo assegura que as imagens de um corpo com qualidades superiores ao normal seria uma destas utopias. Ao enumerar possibilidades como a invisibilidade e a manifestação de rápida ou imediata restauração da saúde, o autor indiretamente evoca boa parte das representações de super-heróis norte-americanas que através das histórias em quadrinhos ou *comics,* manifestam-se em corpos fortes, poderosos, invencíveis. O autor afirma que o corpo utópico encontrar-se-ia fora do corpo real. Entretanto, discute sua afirmação ao conceber que, na verdade, a utopia do corpo se constrói a partir da experiência matérica de possuí-lo. Então, o procedimento de vestir-se com as roupas correspondentes ao gênero oposto pode ser encarado como uma prática utópica já que compartilha da ambigüidade de produzir um corpo ou uma experiência corporal que não corresponde ao mesmo, partindo desse mesmo corpo do qual não se pode fugir.

Se a projeção utópica do corpo ocorre a partir da observação das características do mesmo e na busca por uma configuração que atenda a seus desejos, pode ser identificada neste processo certa insatisfação. Este discurso aparece de forma clara em algumas obras de artistas mulheres, que diante dos padrões de comportamento e beleza de que são vítimas, desenvolvem propostas visuais que comentam tais limitações.

Ana Pérez-Quiroga é uma artista portuguesa, nascida na cidade de Coimbra, que atua e vive em Lisboa. Em seus trabalhos, costuma discutir questões de gênero e sexualidade com certa frequência. Uma série de fotografias e uma instalação foram escolhidas para esta análise, tendo em vista a temática comum entre ambos os trabalhos e a representatividade do assunto tratado. Eles destacam-se por questionarem o padrão de corporeidade dominante, o estereótipo do ideal de beleza feminina reproduzido através dos mais diversos dispositivos de produção discursiva.

A série *I hate being fat, eat me please* (2001) é composta de quatro fotografias, onde a artista dispõe seu corpo despido sobre uma mesa, oferecendo-o ao observador que se confronta com a artista nua e passiva a espera de alguém que atenda sua solicitação. As fotografias impressas em preto e branco são emolduradas a folha de ouro, apresentando um espaço arquitetônico interno quase vazio, onde a mesa e o corpo são os únicos elementos composicionais. Em todas as fotografias, ela repousa o corpo deitado sobre a mesa como se esta fosse uma cama, e em uma delas, seu corpo evoca a imagem da crucificação. O oferecimento da carne nesta obra parece nos lembrar da mortificação do corpo pecador da igreja católica, ou mesmo, dos corpos dispostos em altares para sacrifícios em outras culturas.

Em *Odeio ser gorda, come-me por favor! #2* (2002), a artista dá continuidade a série, traduzindo a frase título para o português. Ela leva seu pedido a uma nova dimensão física ao dispor sobre a parede forrada com um tecido vermelho trinta e cinco travessas de porcelanas diferentes. No interior destas travessas, novamente, imagens de seu corpo despido sobre uma mesa. A construção poética possui novos elementos, e estes projetam novos discursos sobre o tema. Ao transformar as fotografias em objetos, e justamente alguns dos utilizados nas refeições, expondo os mesmos sobre uma espécie de toalha, ela evoca o ato de comer de forma mais incisiva, o que na série anterior só era explicitado através da mesa e da relação deste objeto com seu corpo. Ao redor das imagens impressas, dispõe o título do trabalho em quatro línguas diferentes: português, inglês, francês e alemão. Esta ação parece indicar um desejo de melhor entendimento do texto escrito que compõe a obra, já que colocar mais de um idioma aumenta a chance de entendimento do possível interlocutor da obra. Entretanto, este procedimento também pode indicar uma espécie de reforço, de repetição relacionada à emergência de sua assertiva e do desespero em fazer com que ela seja entendida pelo outro.

No trabalho de Ana Pérez-Quiroga parece haver uma necessidade de atingir o público com sua mensagem, como um ampliador vocal que fizesse mais pessoas ouvirem seu clamor, seu pedido de ajuda solicitado de forma educada e formal, ainda que perturbador. É interessante perceber que seu corpo não é tão curvilíneo quanto seu pedido inquietante poderia supor. É difícil estabelecer os limites sobre o que seria propriamente definido como o corpo gordo, já que este conceito é manipulado em busca de um padrão estético para as mulheres que muitas vezes observam-se de forma distorcida. Parte-se do princípio que a artista se vê desta forma ou que, devido ao fato das mulheres se verem gordas mesmo não o sendo, ela decidiu colocar-se de forma satírica para comentar esse comportamento. Esta condição é construída por uma série de relações de poder que envolvem a problematização do corpo feminino em relação a um padrão que está estreitamente ligado ao comércio de tratamentos, alterações corporais e padrões de comportamento que buscam enquadrar o corpo real nesta utopia.

Se o trabalho de Ana Pérez-Quiroga se refere ao estereótipo do corpo feminino em relação ao peso, vemos no trabalho da artista brasileira Márcia X a discussão de temas semelhantes, pois dizem respeito à padronização do corpo feminino e aos discursos que o controlam. A artista começou sua carreira na década de oitenta em parceria com Alex Hamburger, produzindo várias performances, ações e instalações. A partir dos anos noventa, os trabalhos individuais performáticos seguem concomitantes à prática de apropriação desenvolvida pela artista, que retira do cotidiano elementos visuais para suas obras. Sobre as compras realizadas na Saara, localidade de comércio popular da cidade do Rio de Janeiro, Márcia X diz que afirma que ao adquirir tais objetos, está se apropriando dos aspectos simbólicos destes materiais, associando seu imaginário ao imaginário social sobre temas como o masculino, o feminino, o sexo, a religião, a infância e a morte.

No decorrer dos anos noventa, alguns de seus trabalhos buscaram transformar objetos infantis em objetos eróticos e objetos eróticos em objetos infantis, dialogando construções sociais consideradas antagônicas. Esse

procedimento fica claro na série *Fábrica Fallus* (1992-2004), composta por diversos pênis de borracha comprados em sex-shops, decorados com artigos religiosos, infantis e femininos. Este procedimento inscreve no falo uma série de referências que discutem a hegemonia masculina, na qual este órgão sexual ocupa espaço simbólico privilegiado.

Em *Sem título* (1992-2004), o pênis de borracha é envolvido por contas cor de rosa, como se portasse um colar em sua base. Da uretra, projeta-se outra extensão de contas, que termina com um pequeno espelho da mesma cor. Entretanto, o órgão reproduzido industrialmente recebe elementos associados ao universo feminino que parecem ser brinquedos voltados ao público infantil, e não objetos de uso adulto. Outra obra com o mesmo nome, *Sem título* (1992-2004), possui medalhinhas de santos penduradas em toda a sua extensão, e uma cruz invertida colocada sobre a glande. É como se o órgão fosse um pequeno oratório, um relicário cuidadosamente decorado, a ponto de perder a sua função original. Estes são alguns dos exemplos de elaborações discursivas construídas por Márcia X em busca da subversão de tais objetos utilizados para fins eróticos, que deslocados de seu sentido original e combinados com outros, geram pequenas iconografias de conflito e ousadia, justapondo discursos que parecem distantes, mas que estão relacionados a um padrão normativo de comportamento. Os falos da artista discutem símbolos de entidades que operam a manutenção do *status quo*, como a religião e o patriarcado.

Os Kaminhas Sutrinhas (1995) é uma instalação com vinte e oito pequenas camas de bonecas dispostas no espaço expositivo. Sobre cada um destes leitos, dois ou três bonecos se movimentam. Estes, que originalmente foram pensados para reproduzir a ação de engatinhar, agora sem as roupas e cabeças que identificariam seu sexo, produzem entre si ações sexualizadas. Unidos por finos cabos de aço, seus braços e pernas movimentam-se constantemente. O procedimento é o inverso ao dos pênis de borracha, que se tornaram verdadeiros brinquedos alegóricos. Nesta instalação, a artista subverte o brinquedo infantil, tornando-o uma representação de caráter sexual.

Nas performances realizadas a partir dos anos 2000, Márcia X continuou a tratar destes temas. Entretanto, ao colocar seu corpo em ação, promove uma relação diferente com os objetos que utiliza. Dentre estes trabalhos, *Pancake* (2001) destaca-se como uma das ações que tratam dos estereótipos femininos. A artista, em pé, fica dentro de uma bacia de alumínio com 80 centímetros de diâmetro e abre uma lata de leite condensado com uma pequena marreta e um ponteiro. Despeja o conteúdo sobre a cabeça e corpo, repetindo a ação com todas as cerca de dez latas, cada uma contendo 2,5 quilos de produto. Na sequencia da ação, abre um pacote de confeitos coloridos e o coloca sobre uma peneira, agitando o conteúdo sobre sua cabeça e corpo, repetindo a ação com os sacos em número quase igual ao de latas. Ao fim da performance, os vestígios resultantes permanecem no espaço como uma instalação.

Pancake é uma palavra oriunda do inglês que possui duplo significado: é tanto o prato panqueca quanto um item de maquiagem. A ação de Márcia combina tais significados ao expressar o exagero de uma maquiagem que cobre todo o corpo, comestível, que ao invés de nutri-lo, oculta sua forma sobre as sucessivas e exageradas camadas. *Pancake* é o excesso materializado, o desperdício de matéria que cobre todo o corpo e que não permanece nele inteiramente, já que boa parte do conteúdo permanece no espaço ao escorrer da carne.

Márcia X opera um questionamento dos padrões de beleza vigentes através do exagero transbordante de uma substância análoga à maquiagem. Para este fim, apropria-se de materiais externos ao campo da arte, neste caso, gêneros alimentícios utilizados para a confecção de doces. Tal procedimento remete à sua utilização de objetos industriais ordinários em trabalhos anteriores. Esse método de produção da contemporaneidade artística é teorizado pelo francês Nicolas Borriaud (2009), que entende o fazer do artista contemporâneo, ou pelo menos de uma parcela deles, pela ótica da pós-produção. Em um mundo onde já existem tantas imagens, tantos objetos e representações, uma parcela dos artistas modifica seu paradigma de produção: ao invés de criar imagens, tais indivíduos passam a apropriar-se das imagens do mundo, já existentes, para combiná-las em diversas configurações e através deste processo constroem sua poética.

A prática destes artistas editores abrangeria toda a cultura, utilizando-a como cenário e arquivo, onde reprogramariam o mundo contemporâneo através do uso de seus objetos, formas e procedimentos. O artista português João Galrão, que transita entre as mais diversas linguagens artísticas, apropria-se de imagens já existentes para combiná-las em diversos padrões, produzindo novas imagens através da colagem de seus fragmentos. Às

vezes, sua operação consiste em combinar dois quadros famosos, utilizando formas orgânicas ou geométricas. A apropriação de imagens não deve ser vista como uma operação aleatória, pois a escolha delas é elaborada a partir dos discursos que apresentam. Na série *Soft Porn* (2013), as imagens apropriadas são oriundas de revistas eróticas voltadas ao público gay masculino. Nas suas páginas, são apresentados corpos jovens, com a musculatura definida e quase completamente depilados. Essas características compõem uma espécie de padrão de desejo, pois as revistas parecem ofertar um padrão de masculinidade semelhante, mesmo que seus modelos sejam diferentes. As revistas utilizadas possuem datas variantes, tendo sido produzidas entre os anos de 1995 e 2002.

Nestas imagens, podemos perceber que o artista optou por combinar duas imagens diferentes, mas que ambas são do mesmo modelo. Em *Soft Porn 1* (2013), um jovem de cabelos escuros está sentado em um banco, com as mãos colocadas para trás da cabeça. Ele observa o espectador de forma sensual e provocativa, vestindo uma pequena sunga que cobre apenas seu sexo. Chama atenção, entretanto, a presença de outro corpo dentro deste, como se houvesse por baixo desta outra página, e que esta está visível apenas por pequenos recortes vazados. Estes recortes combinam as imagens de círculos e meias-luas sobrepondo outra imagem do mesmo corpo. Em *Soft Porn 2* (2013), que apresenta um homem no mar e *Soft Porn 4* (2013), com outro modelo em um espaço interior com motivos musicais, ocorre a mesma configuração: o corpo recebe a colagem que permite a combinação de dois corpos o cenário se mantém único, como se apenas o corpo abrigasse outros corpos e espaços em si. Somente em *Soft Porn 3* (2013), ambos os cenários aparecem combinados, assim como os corpos, concedendo uma configuração ainda mais labiríntica ao modelo que repousa sentado de cócoras, nu sobre uma mesa de bilhar.

Esta série, apesar de apresentar um processo de desconstrução da imagem, não deixa evidente de forma tão clara a sua crítica ao padrão de beleza masculina. Sua preocupação parece estar localizada na possibilidade de construir um espaço de diálogo entre dois corpos, evidenciando suas características composicionais. Entretanto, a apropriação destas imagens faz com que elas circulem em um circuito bem diferente do qual foram retiradas. Se estas poses estereotipadas de um homem para ser desejado atendem ao que se espera de revistas masculinas baratas, ao serem deslocadas para o campo da arte, podem ser revestidas de uma crítica à sua obviedade e até mesmo, ao caráter ridículo das encenações apresentadas.

O último artista de que trata este trabalho optou por outra forma de representar o corpo: apresentando-o apenas por indícios. Leonilson é um artista brasileiro que compreendeu toda a sua produção como autobiográfica, trabalhando com diversas linguagens e materiais. Sua prática subjetiva recebeu um acréscimo ao fim da vida do artista, quando o mesmo descobriu ser portador do vírus da aids. Falecido em 1992, Leonilson tratou da doença e da situação de seu corpo diante dela de forma indiciária e não figurativa.

Em *El Puerto* (1992), um ordinário espelho de moldura laranja é apresentado coberto por tecido, o que limita a ação refletora do objeto. Neste pedaço de pano, oriundo de uma roupa do artista, estão bordados alguns signos: LEO 35 60 179 EL PUERTO. Cada um destes elementos está disposto sobre o outro, com exceção dos dois últimos que compartilham a mesma altura, justapostos. Tais indicativos referem-se ao estado físico de Leonilson: seu apelido e as indicações numéricas que correspondem à sua idade, peso e altura deixam evidente a fragilidade de seu corpo devido ao seu estado enfermo. E o título da obra, por último, foi explicado pelo autor, que aproximou a imagem de seu corpo, neste estado frágil, à de um porto receptivo, que só recebia.

A melancolia neste corpo que evanesce diante da aids esteve presente em tantos outros indivíduos que perderam sua vida diante desta enfermidade. A epidemia foi um episódio importante no que diz respeito aos discursos da sexualidade, do gênero e das práticas discursivas do corpo ao fim do século XX. Todas as obras analisadas neste trabalho foram realizadas após a chegada da doença. É sobre o signo da aids também que muitas construções visuais se construíram, carregando um pouco desta melancolia consigo. As revistas utilizadas por João Galrão, algumas oriundas da década de noventa, ao representarem aquela época, tornam-se levemente entristecidas, evocando corpos perfeitos em um tempo de corpos fragilizados pelo vírus HIV.

Segundo Butler (2012), os corpos nunca acatam completamente as normas que constituem a sua materialidade. Ou seja, existem espaços de resistência a estes discursos, e alguns deles estão apresentados nas obras destes artistas. Danilo Xavier coloca seu corpo no interior de uma performatividade dúbia quanto ao gênero que pertence, combinando características masculinas e femininas simultaneamente. Leonilson, ao não mostrar sua

imagem e não permitir que ninguém se veja refletido no espelho, constrói uma forma diferenciada de comentar seu corpo, fugindo da exposição de corpos cadavéricos que foi promovida pelos meios de comunicação quando a aids ceifava as vidas de seus enfermos de forma fulminante. As apropriações de Galrão promovem, ao mesmo tempo, certo apreço pelas formas desejosas dos corpos masculinos e comenta seu componente satírico ao apresentá-las combinadas e recortadas de sua função original. Márcia X também opera através da apropriação de objetos e materiais para evidenciar e justapor discursos que permeiam a noção do gênero feminino e de uma prática que corresponderia a este padrão performativo. A mulher que se maquia compulsivamente pode ser a mesma que se vê gorda e, assim como Ana Pérez-Quiroga, diante da insatisfação com seu corpo, promove um grito de transbordamento.

Em todos estes trabalhos, evidencia-se que a crítica aos padrões normativos não pode ocorrer fora dos mesmos, e que o comentário, a sátira, a citação e a apropriação, termos comumente utilizados para descrever práticas de artistas na contemporaneidade, dão conta de problematizar os padrões referentes aos gêneros, às sexualidades e às mais diversas configurações de corpos atravessados por estes discursos.

Bibliografia

BOURRIAUD, N. (2009), *Estética Relacional*, São Paulo: Martins Fontes.

BUTLER, J. (2012), *Cuerpos que importan, Sobre los limites materiales y discursivos del sexo*, 2ª ed., Buenos Aires, Argentina: Paidós.

BUTLER, J. (2007), *El género en disputa*, Madrid, Espanha: Paidós.

FABBRINI, R (2002), *A arte depois das vanguardas*. Campinas: Unicamp.

FOUCAULT, M. (2010) *El cuerpo utópico, Las heterotopías*, Buenos Aires, Argentina: Nueva Visión.

SANTOS, Ana Cristina (2006), "Estudos queer: Identidades, contextos e acção coletiva". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, pp. 3-15.

O cinema em Moçambique, uma experiência transnacional

Alex Santana França[1]

Resumo: A proposta desse trabalho é mostrar que o processo migratório de cineastas oriundos de diferentes países a Moçambique, país africano foi acompanhado de uma implicação pessoal com a prática cultural e com o cinema na época em construção no país. Ao investigar sobre a história do cinema em Moçambique percebeu-se que sua constituição, tendo cooperantes vindos de diversos países, num verdadeiro trânsito e troca de "talentos e de tecnologias", consequentemente culminou e tem culminado numa confusão sobre a nacionalidade de alguns desses cineastas, o que permite caracterizá-lo como transnacional. De fato, de maneira geral, nas discussões atuais sobre nação, as opiniões mostram que grande parte dos autores põe em evidência o caráter imaginário e flutuante das nações, quer dizer, apenas o teor imaginativo da nação encontra relevância nesse atual debate, principalmente após o fenômeno da migração sul-norte nas sociedades contemporâneas e a produção de sociedades multiculturais. Esse debate, desenvolvido em diferenciados campos, tem repercutido também nos estudos sobre cinema. Portanto, a proposta de análise defendida, no contexto das cinematografias moçambicanas, almeja articular essas diferentes visões.

Palavras-chave: Cinema moçambicano. Transnacionalidade. Migração.

Ao investigar a história do cinema em Moçambique, percebeu-se que sua constituição, tendo cooperantes vindos de diversos países, num verdadeiro "trânsito e troca de talentos e de tecnologias" (Meleiro, 2014: 01), permite caracterizá-lo como transnacional. Para J. Patterson (apud Bernd, 2010: 16), o transnacionalidade, seria "um processo segundo o qual formações identitárias tradicionalmente circunscritas por fronteiras políticas e geográficas, vão além das fronteiras nacionais para produzir novas formações identitárias". (PATTERSON apud BERND, 2010: 16) Entre os principais motivos que contribuem para esse fenômeno, segundo Hugo Achugar (2006: 63), estão o fenômeno da migração sul-norte nas sociedades contemporâneas e a consequente produção de sociedades multiculturais, que, por sua vez, contribuíram para que a vigência do Estado-nação do século XIX tenha sido aparentemente dada por liquidada, assim como para a crise do conceito de identidade nacional como algo homogêneo. (Achugar, 2006: 63) Portanto, diante de um contexto de "migrações, exílios, diásporas, mestiçagens, que levam ao questionamento sistemático de pertença única" (BERND, 2010: 19), e estimula um "debate identitário que precisa ser libertado de seu pacto exclusivo com a língua e com a nação" (BERND, 2010: 19), construir identidades tendo como único parâmetro a pertença a um território e a uma língua tornou-se um impasse.

No cinema, a experiência transnacional ocorreu desde suas primeiras décadas de existência (ainda no século XIX) e tem variado de acordo com o contexto histórico (Eduardo, 2008: 193). Se, por um lado, a nacionalidade da maioria dos diretores sempre esteve vinculada ao país de origem, quando eles ainda filmavam "em seu idioma e com a moeda nacional" (Eduardo, 2008: 193), a situação começou a mudar quando outros tantos passaram a atravessar fronteiras, "fazendo filmes com mais de uma nacionalidade e em outras línguas" (Eduardo, 2008: 193). Em relação aos fatores que contribuíram para essa "ampla migração da mão de obra criativa" (Eduardo, 2008: 193), sobretudo na rota Europa-Estados Unidos, Cléber Eduardo menciona o fato de estúdios norte-americanos quererem tirar das empresas concorrentes de países da Europa seus principais talentos e explorar as habilidades desses realizadores estrangeiros "para ampliar o poder de fogo de artilharia de Hollywood" (Eduardo, 2008: 194-195), o que, segundo ele, constituiu o primeiro ciclo de migração, no período dos anos 1920. Em um segundo momento, nos anos 1930 e 1940, "a ascensão do nazismo e a Segunda

---

1 Professor, pesquisador e escritor, graduado em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil. Especialista em Metodologia do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena pela Faculdade de Ciências Educacionais, Mestre e Doutorando do Programa de Pós-graduação em Literatura e Cultura da Universidade Federal da Bahia. Graduando em Jornalismo pela Faculdade de Comunicação da UFBA. alexsfranca@yahoo.com.br

Guerra Mundial estimularam uma nova diáspora". (Eduardo, 2008: 194-195) Nos anos 1960 e 1970, no intuito de desenvolver produções cinematográficas que rompessem convenções hegemônicas, desenvolveram-se os cinemas novos, nacionais e de autor. Foi justamente nesse período que o cinema nacional moçambicano desenvolveu-se. Cineastas dos mais diversos lugares do mundo foram convocados para registrar as ações das guerrilhas no país, no momento do conflito armado com Portugal, e divulgar, através de imagens, os avanços e conquistas do território, o que, consequentemente, completaria, a visão parcial que se tinha da guerra colonial imposta pela propaganda do regime.

Assim, desde a década de 1950, quando ainda eram realizadas produções que estavam a serviço do regime colonial português, passando pela década de 1970, quando chegaram os primeiros cineastas estrangeiros, muitos deles com o apoio da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO, partido fundado por Eduardo Mondlane, em 1962), para realizarem uma série de filmes anticoloniais; até os tempos atuais, o cinema desenvolvido em Moçambique resultou da contribuição de técnicos e cineastas vindos de diversos países, como Portugal (Jorge Brum do Canto, Antônio Melo Pereira, Courinha Ramos, Luis Beja, João Ferreira, José Faria de Almeida, Fernando Carneiro, Margarida Cardoso, são alguns exemplos), França (Jean Rouch e Jean-Luc Godard), Itália (Franco Cigarini), Inglaterra (Karen Boswall), Estados Unidos (Bob Von Lierop), Canadá, antiga União Soviética (Velimirovic Zdravko), Iugoslávia (Dragutin Popovic), Cuba (Santiago Alvarez), Chile, China e Brasil (Licínio Azevedo, José Celso Martinez, Murilo Salles, Chico Carneiro e Teresa Prata)[2].

Outros motivos que contribuíram para o fenômeno da transnacionalização, numa perspectiva mundial e contemporânea (portanto, também serve para ilustrar a atual situação da cinematografia moçambicana) são: na esfera produtiva, as iniciativas de coprodução envolvendo capitais, equipes e locações de diferentes países (particularmente nos Estados Unidos, no Extremo Oriente e na União Europeia), tanto do setor cinematográfico quanto do televisivo (MASCARELLO, 2008: 26); nos terrenos de distribuição e exibição, respectivamente, "a globalização das estratégias de lançamento hollywoodianas e a transnacionalização de parcelas consideráveis dos circuitos exibidores nacionais" (MASCARELLO, 2008: 26); o surgimento de grupos sociais transnacionais (constituídos tanto por cineastas quanto espectadores), "cada qual com seus investimentos estéticos específicos, cimentados em torno de afinidades identitárias as mais diversas – sexuais, étnicas, raciais, etc." (MASCARELLO, 2008: 26) e a falta de políticas de investimento por parte dos governos, principalmente na virada dos anos 1980 para os 1990.

Na segunda metade dos anos 1990, houve uma revalorização da nacionalidade dos cinemas de vários países (principalmente na América Latina), com filmes explicitamente situados em seus países de origem e suas imagens em contextos locais bem evidenciados. (Eduardo, 2008: 204) Imediatamente após esse efeito de revalorização das nacionalidades no cinema, viu-se novamente uma "internacionalização de filmes e diretores" nos anos 2000. (Eduardo, 2008: 204) Portanto, essa natureza ora nacional ora transnacional do cinema, resultante desses "trânsitos e trocas de talentos e de tecnologias" (Meleiro, 2014: 01) e a influência que veio a ter na construção das cinematografias de outros países e nas carreiras de muitos realizadores, tem estimulado uma investigação e análise mais apurada desse legado, no contexto moçambicano.

A experiência transnacional do cinema em Moçambique, que permanece ainda hoje com uma série de outros(as) cineastas transitando pelo país, realizando seus filmes e deixando suas contribuições (estilísticas, técnicas, etc.), consequentemente também culminou e tem culminado numa confusão sobre a nacionalidade de alguns deles, conforme relata a pesquisadora brasileira Alessandra Meleiro. Como interroga Julia Kristeva, no texto "A universalidade não seria nossa própria estranheza?", "deve a nacionalidade ser adquirida automaticamente ou, pelo contrário, dever-se-ia escolhê-la por um ato responsável e deliberado?" (Kristeva, 1994: 203) O que vale nesse processo é o que está apenas na certidão de nascimento, sem levar em consideração a "manifestação de desejo por parte dos interessados?" (Kristeva, 1994: 203) O cineasta Ruy Guerra, por exemplo, nascido em Moçambique e radicado no Brasil em 1958, tendo, portanto, sua vida e atividade artística dividida entre Moçambique, Brasil, e incluindo também Portugal, chega a ser apresentado como "o mais brasileiro do cinema moçambicano" (Meleiro, 2014: 01), ou no caso de Licínio Azevedo que, de todos os cineastas estrangeiros que passaram pelo cinema moçambicano é o "mais visceralmente ligado ao país" (Meleiro, 2014: 01), costuma ser apresentado como "o mais moçambicano dos cineastas brasileiros". (Meleiro, 2014: 01) Nascido no Rio Grande do Sul, o então jornalista Licínio Azevedo radicou-se em Moçambique em 1977. Antes de chegar lá, ele mudou-se

2 Segundo informações de CABAÇO (2005:12-19) e LONG (2000: 14-24).

para Lisboa em 1975, com o objetivo de chegar a Angola, para acompanhar de perto os processos de independência nas então colônias portuguesas na África. Como não conseguiu visto para entrar no país, foi então para a Guiné Bissau, com a missão de formar jornalistas, ficando lá por dois anos. (Azevedo, 2005: 34) Em 1977, recebeu o convite de Ruy Guerra, após este ter contato com o livro *Diário da Libertação* que Licínio escreveu, quando ainda estava na Guiné Bissau, para auxiliá-lo a montar uma estrutura para o cinema de Moçambique. Foi assim, como assistente de diretor, não só de Ruy Guerra, mas também de Jean-Luc Godard, que Licínio começou a fazer cinema no país. Sua primeira experiência como diretor foi com o filme *Crossing the river*, uma coprodução com a Tanzânia (Azevedo, 2005: 34).

Além de Licínio Azevedo, outros cineastas e técnicos brasileiros também tiveram participação ativa no processo de formação do cinema moçambicano. O dramaturgo e diretor teatral, José Celso Martinez, por exemplo, realizou em Moçambique o filme *25*, data que assinala o fim do regime salazarista, em 25 de abril de 1974, e em que é comemorada a independência moçambicana, oficialmente decretada em 25 de abril de 1975. Murilo Salles também foi para Moçambique ainda na década de 1970, ministrou cursos e palestras sobre fotografia e técnica cinematográfica, e dirigiu, em parceira com Luis Bernardo Honwana, o filme *Estas são as Armas*, de 1978. Outro exemplo é o de Chico Carneiro, natural do Pará, que migrou para Moçambique em 1983, para trabalhar como diretor de fotografia, além de dirigir o filme *Fronteiras de sangue*.

Acredita-se que um dos motivos que incentivou a ida desses cineastas estrangeiros para fazerem cinema em Moçambique foi a possibilidade de praticar um cinema militante, engajado política e ideologicamente, com maior liberdade e investimento. Muitos deles, desfavoráveis ao sistema colonial vigente na época, visavam, através do cinema, fazer crítica ao colonialismo. Se, no caso de Ruy Guerra, o Brasil era a possibilidade de desenvolver sua carreira sem perseguições, diante de sua insatisfação junto ao regime ditatorial de Salazar em Portugal, no caso dos brasileiros José Celso Martinez e Licínio Azevedo, a possibilidade de ter maior liberdade de criação, levou-os ao caminho contrário, considerando que o Brasil na época também vivia um regime ditatorial. Por isso que, a partir dos anos 1970 até o início da década de 1980, Moçambique transformou-se num espaço dentro do mapa mundial para a realização de um cinema experimental[3] e revolucionário.

Após a independência do país, o então presidente Samora Machel criou o Instituto Nacional de Cinema (INC), voltado para a formação de variados técnicos na área cinematográfica que, consequentemente, estimulou ainda mais a ida de cineastas, roteiristas, editores, produtores, entre outros profissionais, de outros países a Moçambique. O Instituto, inclusive, tornou-se um importante centro de produção de cinejornais, documentários e alguns longas-metragens (Arenas, 2012: 77). De lá, surgiu seu projeto mais conhecido, denominado *Kuxa Kanema* (expressão que significa o nascimento do cinema), que é considerado pelos críticos e historiadores dos cinemas africanos "a tentativa mais bem sucedida na criação de um cinema que atendia aos interesses do povo africano". (Arenas, 2012: 77) O projeto, que envolveu a produção de cinejornais semanais exibidos em salas ou através de vans em todo o país, documentários de curta duração e longas-metragens (Arenas, 2012: 77), resultou-se do talento e visão de inúmeros técnicos e cineastas, como Licínio Azevedo, Ruy Guerra, Jean-Luc Godard, Jean Rouch, etc.

O conceito de migrância, nesse sentido, envolve, então, não apenas o deslocamento geocultural, isto é, de um território a outro, mas, sobretudo "um deslocamento de natureza ontológica e simbólica: deslocamento do sentido e do ser na experiência da alteridade". (Ouellet apud Bernd, 2010: 19) Tendo, portanto, o processo migratório de diferentes cineastas em Moçambique motivação política e ideológica, não resta dúvida de que ele também foi acompanhado de uma implicação pessoal com a prática cultural e com o cinema na época em construção no país. Introduz-se, assim, no conceito de transnacionalidade a "aceitação do heterogêneo e a recusa a definições identitárias fechadas e circunscritas a um só quadro de referências". (Bernd, 2010: 16-17)

Entre algumas características o cinema que se desenvolveu em Moçambique destacam-se: o forte engajamento político e ideológico desenvolvido no cinema do país que, além do contexto histórico propício para isso, foi uma das contribuições de Jean-Luc Godard, cineasta franco-suíco, um dos principais nomes do *Nouvelle Vague*, movimento artístico do cinema francês dos anos 1970. No intuito de transgredir as regras vigentes do

---

3 Segundo Jacques Aumont (2006: 111), a expressão *experimental* designa um tipo de filme que responde a todos os seguintes critérios ou a parte deles: "ele não é realizado no sistema industrial; não é distribuído nos circuitos comerciais; não visa à distração, nem, necessariamente, à rentabilidade; é majoritariamente não-narrativo; e trabalha questionando, desconstruindo ou evitando a figuração" (AUMONT, 2006: 111).

cinema mais comercial, ele dedicou-se fortemente ao cinema político, estimulando outros cineastas, como Ruy Guerra e o próprio Licínio Azevedo. Ruy Guerra, por exemplo, pelos temas de seus filmes, mostrou-se sempre preocupado em "falar do presente pós-colonial e do futuro a partir de testemunhos extraídos do período da luta anticolonial de Moçambique". (Meleiro, 2014: 02) O interesse de Guerra "na reconstrução da história e da memória coletiva através de meios de expressão cinematográfica popular" (Long, 2000:14-15, tradução nossa) pode ser visto através de um dos filmes mais célebres do Cinema Novo brasileiro, *Os Fuzis*, assim como o primeiro longa-metragem feito por meio do Instituto Nacional de Cinema, em Moçambique, também dirigido por ele: *Mueda, Memória e massacre*, exemplo significativo "do projeto de desenvolvimento da consciência nacional de Moçambique" (Long, 2000: 14-15. Tradução nossa), além de ser um demonstrativo da "dinâmica de interação cultural simbólica e seu casamento com o folclore, mito, memória e história". (Long, 2000:14-15, tradução nossa) A obra fílmica de Licínio Azevedo também constitui um bom exemplo nesse aspecto, pois aborda uma grande variedade de questões importantes para o entendimento da experiência pós-colonial e pós-guerra de Moçambique. (Arenas, 2012: 81)

Este "duplo compromisso com a memória do passado colonial e as utopias do presente" (Meleiro, 2014: 02), inclusive, é nítido no trabalho de muitos cineastas africanos depois das independências de seus países. Entre as tendências que se tornaram evidentes no conjunto das cinematografias africanas, destaca-se justamente a que Férid Boughedir definiu como tendência política (ou sociopolítica), na qual o cineasta "analisa a realidade por intermédio de critérios sociais, econômicos e políticos". (Boughedir, 2007: 42) O principal objetivo dessa tendência é "a conscientização do público com relação às estruturas que o condicionam e o estímulo para exigir mudanças e melhorias no sistema social". (Boughedir, 2007: 42) De fato, de todos os países africanos de língua oficial portuguesa, Moçambique é o que possui a filmografia mais variada, um conjunto de realizadores com características diversas que continuam, até hoje, a produzir filmes, apesar de não ter o mesmo apoio que tinha antes do Estado, e que apresentou, desde o início, uma "infraestrutura de cinema nacional desvinculada do circuito cinematográfico comercial global e ao serviço da nação marxista que emergiu após o colonialismo português". (Arenas, 2012: 75) Muitos cineastas continuam ainda hoje desenvolvendo no país o legado do compromisso social, como lembra Fernando Arenas (2012: 80), apesar das mudanças ideológicas e políticas implantadas desde o final da década de 1980.

Outras características identificadas no conjunto das produções cinematográficas realizadas em Moçambique ao longo de sua história podem também ser apontadas como resultantes do fenômeno da transnacionalização. A maioria dos filmes realizados em Moçambique, por exemplo, são majoritariamente do gênero documentário[4], precisamente, pelo compromisso com a exploração da "realidade" e pelos custos menores em relação às produções de ficção. O gênero foi teorizado pela primeira vez pelo cineasta russo Dziga Vertov, que desenvolveu o conceito de cinema-verdade, ideia que ficou registrada no filme *Cine-olho*, de 1924. A expressão "cine-olho" corresponde ao "ultrapassamento do olho humano rumo a um olho não humano, que estaria nas coisas" (Parente, 2000: 94), isto é, acreditava-se que o olho da câmera via mais fielmente a realidade que o olho humano. Convidado para implantação do cinema em Moçambique pelo governo do país recém-independente, o cineasta francês Jean Rouch investiu na formação de cineastas locais justamente através do documentário, o que contribuiu fortemente para a exploração desse gênero no país. O cineasta cubano Santiago Alvarez, considerado um dos maiores documentaristas da história contemporânea, também contribuiu na disseminação do gênero no país, além de defender a importância do cinema revolucionário na construção da identidade de um povo. Licínio Azevedo é um dos exemplos que, desde o início da década de 1990, tem mantido um bom nível de produtividade de documentários que abordam uma grande variedade de questões importantes para o entendimento da experiência pós-colonial e pós-guerra de Moçambique, como o retorno dos refugiados de guerra à sua terra natal em *A árvore dos antepassados*, a ameaça das minas terrestres espalhadas pelo interior de Moçambique,

---

4 Para Jacques Aumont (2006: 86), chama-se documentário, uma "montagem cinematográfica de imagens visuais e sonoras dadas como reais e não-fictícias" (Aumont, 2006: 86), que "não coloca apenas o problema do universo de referência" (Aumont, 2006: 86), mas concerne também "às modalidades discursivas, já que pode utilizar as mais diversas técnicas, como filme de montagem, cinema direto, reportagem, atualidades, filme didático, e até o filme caseiro". (Aumont, 2006: 86)

abordada em *O acampamento da desminagem*, as perdas ambientais causadas pela guerra civil em *A guerra da água*, as consequências da epidemia de AIDS em *Night Stop*, entre outros. (Arenas, 2012: 81) O documentário em Moçambique é tão importante que o cineasta Pedro Pimenta, nascido na República Centro-Africana e posteriormente estabelecido em Moçambique, criou e organiza desde 2006, o Festival Dockanema, Festival de Documentário de Moçambique, realizado em Maputo anualmente.

A cinematografia moçambicana também é marcada por diferenciados estilos e tecnologias. O próprio Jean Rouch buscou introduzir novas tecnologias, da época, como o Super 8, formato de filme de 8 mm de largura, desenvolvido nos anos 1960, semelhante ao antigo padrão 8 mm, mas com perfurações menores, o que permitia um aumento na área de exposição da imagem e, portanto, resultando numa imagem com mais qualidade (Beal, 1976: 14), assim como Jean-Luc Godard, que almejou implantar o vídeo no país, suporte muito mais econômico, no intuito de realizar uma série de filmes chamados *Naissance (de l'image) d'une Nation*[5], e ao mesmo tempo fazer um estudo para a criação da televisão moçambicana.

Godard também buscou experimentar nas produções fílmicas realizadas no país uma técnica que desse mais liberdade de fala aos personagens, que tivesse um mínimo de interferência do diretor, que os diálogos parecessem não ter sido ensaiados e as cenas não terem sido redigidas (Aumont, 2003: 81), o que corresponde ao chamado cinema direto[6], que fez muitos seguidores, como o próprio Licínio Azevedo. Segundo Jacques Aumont (2006: 81), o processo de gravação da imagem e do som no cinema direto se opõe ao cinema de ficção tradicional, já que as imagens são gravadas sem ensaios, segundo o princípio da improvisação máxima e o som é "sempre aquele gravado simultaneamente à imagem, pois o direto exclui, por princípio, toda pós-sincronização dos diálogos e dos ruídos". (Aumont, 2006: 81) Licínio Azevedo, no seu estilo de direção, segue algumas convenções dessa linguagem, como a distância não intrusiva entre a câmera e os sujeitos, o desempenho aparentemente pouco ensaiado ou dramatizado por parte dos atores, o foco em pessoas comuns, uso de câmera portátil, a busca por locais característicos, o uso de sons naturais e a inclusão de elementos relacionados a práticas culturais, como pessoas tocando instrumentos musicais, rituais de dança, etc. (Arenas, 2012: 81)

A natureza ora nacional ora transnacional do cinema também repercutiu nos estudos contemporâneos realizados sobre ele, que têm se dividido entre duas perspectivas: a que apoia a permanência de práticas cinematográficas nacionais, "de uma identidade particular do cinema, das determinações do Estado-nação e, logo, de muitas das especificidades dos cinemas nacionais" (Mascarello, 2008: 27), vertente esta sustentada por um número respeitável de teóricos, mesmo com o processo de globalização da economia e da informação, que contribuíram para o enfraquecimento do Estado-nação; e a que visa "abordar os fenômenos cinematográficos sem se pautar pelo nacional" (Mascarello, 2008: 51), projeto de análise crítica defendido no Brasil por teóricos como Denílson Lopes e Andréia França.

Conforme Stuart Hall (2006: 51), mesmo com a constante fragmentação das identidades na modernidade e ainda que tensionada, a nacionalidade permanece constituindo "uma das principais fontes de identidade cultural". (Hall, 2006: 51) Para Hall, a concepção essencialista de identidade cultural, inclusive, desempenhou papel fundamental em todas as lutas pós-coloniais "que modificaram tão profundamente a forma de nosso mundo" (Hall, 1997, p. 69); encontrou-se no centro da visão dos poetas do movimento da Negritude, como Aimeé Cesaire e Leopold Senghor, e do projeto político pan-africano, e continua a desempenhar como "força muito poderosa e criativa em formas emergentes de representação entre povos até agora marginalizados" (Hall, 1997: 69).

Embora o que domine, no âmbito acadêmico, pareça ser a consideração da nação, ou do nacional, "como uma espécie de cenário-processo onde múltiplos sujeitos sociais representam sua leitura (Achugar, 2006: 156), ainda parece continuar sendo válido "propor leituras em alguns casos essencialistas, e em outros casos, leituras que apostam fortemente na consideração do tradicional caráter homogêneo da nação". (Achugar, 2006:

---

5 Como lembra Michel Marie (2005: 17), o título faz referência ao filme *The birth of a nation*, produção norte-americana dirigida por David Wark Griffith, em 1915, considerada, por muitos teóricos e estudiosos, uma das melhores obras fílmicas da história do cinema mundial.

6 Para Jacques Aumont (2006: 81), a expressão apareceu no início da década de 1960 para substituir rapidamente a expressão cinema-verdade, considerada "ambígua demais e até mesmo confusa" (Aumont, 2006: 81).

156) Assim, os cinemas nacionais aparecem como ferramentas decisivas na luta "para preservar a diversidade cultural no mundo globalizado, definido pelo predomínio cinematográfico quase generalizado de Hollywood" (Mascarello, 2008: 45), como é o caso de Nigéria, Índia, China, Hong Kong e Coreia do Sul.

Apesar dos riscos implicados de redução, já que, por se tratar de um processo hegemonizante, "algumas vertentes ou tradições em circulação dentro de um determinado Estado-nação são reconhecidas como parte legítima do cinema nacional". (Mascarello, 2008: 44) e as demais, "por não se coadunarem com o projeto hegemônico de nação e identidade nacional" (Mascarello, 2008: 44), são preteridas, e de "exotização", muitos críticos reafirmam que os cinemas nacionais "deveriam seguir cumprindo seu papel histórico de informar a promoção dos cinemas não-hollywoodianos" (Mascarello, 2008: 46), cujos rótulos nacionais seriam utilizados "como estratégia de marketing no mercado internacional para promover diferentes espécies de alteridade – aquilo que é culturalmente distinto tanto de Hollywood, como dos filmes de outros países importadores". (Mascarello, 2008: 46)

Assim, o conceito de nação, no qual ela é tradicionalmente pensada como única e homogênea, como um "conjunto de emoções, símbolos e sentimentos de pertencimento a uma mesma comunidade imaginária" (Achugar, 2006: 86), continuaria tendo vigência em amplos setores, mesmo quando já não se trate da formulação homogeneizada do século XIX, o que reforça a ideia de não homogeneização completa, integral e uniforme costumeiramente pensada diante do contexto da globalização. Não é casual que a reflexão sobre a nação desde o fim do século passado tenha se tornado central e que almeja uma revisão minuciosa das "origens", em particular do passado e das "origens" do Estado-nação. Para Hugo Achugar, boa parte da reflexão teórica contemporânea parece outorgar um lugar fundamental ao passado. Portanto, a revisão do passado está associada a uma necessidade de "conhecer as origens, de averiguar filiações e pertencimentos, de precisar o momento inicial de indivíduos e coletividades e, de um modo particular, com a necessidade de revisar a origem do Estado-nação, precisamente em momentos em que este está ameaçado" (Achugar, 2006: 207), e está presente em muitos lugares, sejam localizados no "centro", como Alemanha, Estados Unidos, França, como também na "periferia", como Índia e os vários países da América Latina, da África e do Leste Europeu. (Achugar, 2006: 205)

A revisão do passado levou e, de certo modo está pressuposta na afirmação de que diante do legado de um único relato da história – próprio do projeto da modernidade – deve-se postular a multiplicidade de relatos e de sujeitos. (Achugar, 2006: 205) Portanto, mais do que buscar "uma única explicação mecânica ou casual, talvez, seria mais adequado refletir sobre a multiplicidade e a diversidade de raízes como ocorre com o rizoma". (Achugar, 2006: 205) Nesse sentido, uma análise com base no projeto transnacional insere-se "num campo maior de debate sobre globalização e multiculturalismo, com suas diversas possibilidades a partir de termos como pós-colonialismo, subalternidade, fronteiras, hibridismo, império etc.". (Mascarello, 2008: 35) Ao invés de resgatar ou reler a nação, uma segunda possibilidade de análise crítica dos estudos sobre cinema argumenta em favor do termo paisagem transcultural, projeto que busca "transversalidades que atravessam diferentes países e culturas" (Mascarello, 2008: 35) e vai além dos limites tanto de "marcas nacionais quanto de configurações continentais – num movimento que implica ainda um distanciar-se do espaço engajado do terceiro-mundismo". (Mascarello, 2008: 35) A análise proposta, portanto, não busca "demarcar culturas e territórios, identidade e alteridade, com base em contextos nacionais específicos". (França, 2011: 397)

Com a terminologia "cinema de terras e fronteiras", Andréia França aposta na necessidade de "repensar as culturas como misturas e não como territórios simbólicos cristalizados, estanques, imemoriais". (França, 2011: 397) Para ela, um cinema de terras e fronteiras "tem no horizonte o contexto da internacionalização (França, 2011: 398) e, ao usar esse termo, a autora almeja marcar "um deslocamento em relação à noção de globalização, de modo a enfatizar a imediata tensão com o termo nação". (França, 2011: 398) Com isso, ela reitera a recusa em pensar os filmes "apenas como reprodução de um estado de coisas histórico-econômico e, ainda, de ver certos cinemas como parte da cultura-mundo, como parte de um programa de exotismo turístico que promove a familiaridade benevolente do mundo". (França, 2011: 398) A partir da ideia de comunidade imaginada, ela se interessa em "focalizar os processos positivos e singularizantes capazes de funcionar, no cinema, como resistência num contexto de homogeneização". (França, 2011: 398)

Apesar da reconhecida importância do projeto crítico transnacional, teóricos como Fernando Mascarello, por exemplo, acreditam que a precipitada dispensa da nação "instala o perigo do esvaziamento político do espaço

cinematográfico nacional nas suas variadas esferas: legislação, produção, autoria, pesquisa, crítica e consumo". (Mascarello, 2008: 51) Para o autor, ao supor o nacional como ultrapassado, ao abrir mão de "reler a nação", no intuito de criticá-la e complexificá-la, corre-se o risco de um esvaziamento político do espaço cinematográfico nacional. O abandono teórico precipitado da nação "em favor de paisagens transculturais, dos cinemas nacionais em prol dos cinemas de solidariedades transnacionais" (Mascarello, 2008: 37) inviabiliza e desqualifica "questões determinadas pelas especificidades nacionais" (Mascarello, 2008: 37), além de tampouco não se voltar "sobre o jogo político, econômico e cultural local nas áreas de produção, distribuição, exibição e recepção cinematográficas" (Mascarello, 2008: 37).

Por isso tudo, o autor considera imprescindível repensar o conceito de cinema nacional, com um olhar retrospectivo, examinando a história desse conceito – incluída, aí, a história de seu emprego pela crítica universitária. (Mascarello, 2008: 28) Tal revisitação ao passado "é condição para perceber a amplitude dos problemas implicados na ideia de cinema nacional – de modo que possa enfrentá-los no presente, em lugar de esquivar-se derivando o olhar para um futuro incerto. (Mascarello, 2008: 28) Segundo ele, a noção de cinema nacional surgiu na década de 1920, quando as potências europeias,

> vendo a derrocada de seus impérios e a ascendente hegemonia do rival americano no panorama político e cultural, difundem o medo da americanização e da erosão das identidades nacionais pelo produto hollywoodiano, e lançam subsídios e proteções a suas cinematografias a partir de agora julgadas nacionais. (Mascarello, 2008: 40)

Com a emergência do cinema sonoro, nos anos 1930, e o advento do cinema moderno, a partir da década de 1940, "sedimenta-se esse processo de nacionalização das indústrias, pela vinculação da imagem fílmica à forte marca identitária das línguas nacionais" (Mascarello, 2008: 41) e as filmografias, ao aproximarem as noções de autoria e nacionalidade, "são julgadas de alto valor artístico e cultural – dignificadoras, portanto, do Estado-nação na esfera interna e externa" (Mascarello, 2008: 41). A tendência amadurece ainda nos anos 1960, ao associar nação, cinema e revolução, sobretudo no chamado Terceiro Cinema latino-americano e, a seguir, com o *third cinema* internacional "que oferece desdobramento a esse terceiro-mundismo cinematográfico" (Mascarello, 2008: 41). Para Marcelo Ribeiro (2012: 162) no contexto dos chamados cinemas modernos (que incluem vários movimentos e momentos, com o Neorrealismo italiano, a *Nouvelle Vague* francesa e o Cinema Novo brasileiro), que emergem após a Segunda Guerra Mundial, as diferentes propostas estéticas, éticas e políticas para a prática cinematográfica estão relacionadas a uma "busca por alternativas ao paradigma narrativo clássico e, conjuntamente, por outras visões do mundo, seja a partir da herança das vanguardas e do cinema soviético, seja a partir de um desejo de inovação". (Ribeiro, 2012: 162) Nesses cinemas cada vez mais o povo, um povo ou algum povo "pode se fazer visível – e audível, sobretudo a partir do advento do som direto – para si mesmo reconfigurando a consciência nacional e através dela a consciência de sua humanidade". (Ribeiro, 2012: 162)

Fernando Mascarello acredita que a reinvenção ou reconfiguração do conceito de cinema nacional é "o requisito para, percebida a necessidade de sua manutenção teórica, recuperar-lhe o potencial explicativo, sanando seus diversos problemas" (Mascarello, 2008: 37) e habilitando-o a dar conta de seus desafios contemporâneos, como "o assédio pelo incremento da convergência audiovisual, da transnacionalização e do revigoramento do local". (Mascarello, 2008: 37)

Mesmo advertindo que conceber filmes africanos em termos de cinematografias nacionais "pode parecer algo excessivo, na medida em que este conceito pressupõe a existência de um projeto consensual de construção de valores comuns em torno dos quais as comunidades étnicas se reconheçam" (Bamba, 2007: 95), Mahomed Mamba afirma que grande parte dos cineastas africanos tem em comum um compromisso com a construção da identidade nacional, "apesar de ela ser problematizada de forma mais ou menos intensa, dependendo da geração e da época" (Bamba, 2007: 95). De fato, desde o início da suas independências, muitos países africanos nacionalizaram ou controlaram o circuito de importação e distribuição dos filmes e programas audiovisuais, organizando, posteriormente, seus próprios mercados audiovisuais para assegurarem um autofinanciamento das produções locais, como aconteceu com Moçambique, após Samora Machel assumir o governo. Apesar de o

cinema ainda ser um desafio para muitas dessas nações, pela sua natureza artística e industrial, que requer uma gama de recursos para a realização e distribuição dos filmes, elas esforçam-se para vencer a batalha da apropriação da tecnologia da imagem, já que a problemática de afirmação cultural e de identidade nesses espaços acaba estimulando essa produção:

> Um cinema com ambições modestas, sem forçosamente se limitar a um cinema autoral, autossustentável no polo da produção e da distribuição ou apoiado por esforços políticos e que seja proporcional à capacidade econômica de cada nação já é suficiente para atender às demandas das populações locais, cada vez mais sedentas por imagens. (Bamba, 2007: 19)

A análise das cinematografias africanas, a partir da noção de cinema nacional, portanto, tem a função de enfatizar o caráter plural desses cinemas, diante da leitura ainda reducionista e generalizante da crítica dita ocidental. Os cinemas africanos frequentemente são vistos como um todo, "independentemente das idiossincrasias que podem ser encontradas nos trabalhos dos cineastas africanos em termos de estilo, gênero e temática". (Bamba, 2007: 86) Costuma-se esperar dos filmes e dos cineastas africanos "uma única e mesma realidade: a África, portanto, ainda permanece a concepção ocidental de que a África é una. (Bamba, 2007: 86)

A noção de cinema africano, no singular, também é herança do discurso do pan-africanismo, uma das linhas de força que articulou os movimentos de descolonização. Entretanto, a despeito da busca por uma comunidade africana, cujos efeitos políticos e culturais são incontáveis e muitas vezes contraditórios entre si, os cinemas africanos efetivamente existentes não podem ser unificados, seja a partir de critérios políticos, econômicos ou estéticos. Assim como inúmeros outros aspectos do continente, os cinemas africanos também representam essa pluralidade.

Assim, entendendo o cinema como "lócus privilegiado de produções de imagens do nacional" (Gatti, 2013: 126), mesmo diante de "acontecimentos cataclísmicos (que) levaram à destruição da utopia de uma sociedade igualitária, sob a liderança de um governo de partido único nacionalista e marxista-leninista" (Arenas, 2012: 90), e que causou uma "ruptura no paradigma socioeconômico e político hegemônico" (Arenas, 2012: 90), o cinema moçambicano conseguiu se adaptar a esses tempos de mudança. Nesse sentido, a prática fílmica de cineastas como Licínio Azevedo, por exemplo, continua ressaltando questões sociais, através de narrativas "recheadas com cenas e tomadas da vida cotidiana que retratam as práticas culturais, ou que transmitem conhecimento local" (Arenas, 2012: 90), oferecendo, dessa forma, um rico panorama cultural que possibilite entender melhor tais questões.

Por outro lado, definir a nacionalidade moçambicana, através do cinema, não é uma tarefa fácil, pois seu constructo "envolve uma complexa articulação de grupos linguísticos, étnicos e culturais que passaram por um processo particular, em que o colonialismo assumiu diferentes (e por vezes inesperadas) formas" (Gatti, 2013: 125), nem se pretende fazer isso. Além disso, muitas nações que compõem a África estão longe de se constituírem em entidades nacionais plenas. O que ocorreu com cada novo Estado africano independente foi que ele tornou-se integralmente uma "nação" nos termos definidos por Benedict Anderson, ou seja, "uma comunidade política imaginada". (Anderson, 1989: 15) Portanto, para fins analíticos e diante das controvérsias marcantes dessa reflexão, acredita-se que a proposta defendida por Fernando Mascarello, incorporando essas duas vertentes (a nacional e a transnacional), que apresentam, ambas, pontos positivos, seja a proposta mais pertinente de análise da cinematografia moçambicana. A proposta desse trabalho foi mostrar que o processo migratório de diferentes cineastas ao país africano foi acompanhado de uma implicação pessoal com a prática cultural e com o cinema na época em construção no país. Para isso, apresentou-se uma síntese da experiência da transnacionalidade no cinema numa perspectiva mundial e suas principais causas, em paralelo a informações sobre a constituição do cinema em Moçambique, alguns de seus contribuintes e algumas de suas características. Adotou-se também o conceito de transnacionalidade concebido por Janet Paterson e de migração proposto por Pierre Oullet.

Referências

ACHUGAR, Hugo. (2006), *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Belo Horizonte: EDUFMG.

ANDERSON, Benedict. (1989), *Nação e consciência nacional* (trad. Lólio Lourenço de Oliveira). São Paulo: Ática.

ARENAS, Fernando. (2012), *"Retratos de Moçambique pós-Guerra Civil: a filmografia de Licínio de Azevedo"*. In BAMBA, Mahomed & MELEIRO, Alessandra (Orgs.). *Filmes da África e da diáspora: objetos de discursos*. Salvador: EDUFBA, pp. 75-98.

AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. (2003), *Dicionário teórico e crítico de cinema* (trad. Eloisa Araújo Ribeiro). Campinas, SP: Papirus.

AZEVEDO, Licinio. (2005), *"Depoimentos»*. In: ARAÚJO, Guido (org.). *Trocas culturais afro luso brasileiras*. Salvador: Contraste, pp. 34-36.

BAMBA, Mahomed. (2007), *"Introdução"*. In MELEIRO, Alessandra (Org.). *Cinema no mundo: indústria, política e mercado: África*. São Paulo: Escrituras, pp. 17-23.

BAMBA, Mahomed. (2007), *"O papel dos festivais na recepção e divulgação dos cinemas africanos"*. In MELEIRO, Alessandra (Org.). *Cinema no mundo: indústria, política e mercado: África*. São Paulo: Escrituras, pp. 79-104.

BEAL, J. David. (1976), *Super 8 e outras bitolas em ação* (trad. Aydono Arruda). 2 ed. São Paulo: Summus, pp. 14.

BERND, Zila. (2010), *"Colocando em xeque o conceito de literatura nacional"*. In: CARRIZO, Silvina L. & NORONHA, Jovina (org.). *Relações literárias interamericanas: território e cultura*. São Paulo: EDUNESP, pp. 13-21.

BOUGHEDIR, Ferid. (2007), *"O cinema africano e a ideologia: tendências e evolução"*. In: MELEIRO, Alessandra (Org.). *Cinema no mundo: indústria, política e mercado: África*. São Paulo: Escrituras, pp. 37-56.

CABAÇO, José Luiz. (2005), *"Percurso do cinema moçambicano"*. In: ARAÚJO, Guido (org.). *Trocas culturais afro luso brasileiras*. Salvador: Contraste, pp. 12-19.

EDUARDO, Cléber. (2008), *"Diretores transnacionais latino-americanos (1985-2007)"*. In BAPTISTA, Mauro & MASCARELLO, Fernando. *Cinema mundial contemporâneo*. Campinas, SP: Papirus, pp. 193-211.

FRANÇA, Andréa. (2011), *"Cinemas de terras e fronteiras"*. In MASCARELLO, Fernando (org.). *História do cinema mundial*. 7 ed. Campinas, SP: Papirus, pp. 395-412.

GATTI, José. (2013), *"Estrangeiros filmam a África do Sul"*. In DENNISON, Stephanie (org.). *World cinema: as novas cartografias do cinema nacional*. Campinas, SP: Papirus, pp. 125-141.

HALL, Stuart. (2006), *"A identidade em questão"*. In *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

HALL, Stuart. (1997), *"Identidade cultural e diáspora"*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, número 24, pp. 68-75.

KRISTEVA, Julia. (1994), *"A universalidade não seria nossa própria estranheza?"* In *Estrangeiros para nós mesmos* (trad. M. C. Carvalho Gomes). Rio de Janeiro: Rocco, pp. 177-202.

LONG, LaShonda Nate. *"Evoking the Kuxa Kanema: Reconstructing History and Memory Throught Cinema Novo in Mozambican Cinema". Ufahamu: A Journal of African Studies*, número 28, 2000. p. 14-24. Disponível em: http://userwww.sfsu.edu/clsa/portals/power_lines_2002/long.html, [consultado em 09-7-2014].

MARIE, Michel. (2005), *"O cinema político: as linguagens propostas pelos filmes da década de 1960 e por filmes contemporâneos"*. In LIMA, Walter (org.). *Seminário Internacional de Cinema e Audiovisual: palestras*. Salvador: EDUFBA; VPC CinemaVídeo, pp. 17-25.

MASCARELLO, Fernando. (2011), *"Reinventando o conceito de cinema nacional"*. In BAPTISTA, Mauro; MASCARELLO, Fernando (org.). *Cinema mundial contemporâneo*. Campinas, SP: Papirus.

MELEIRO, Alessandra. *Terceira metade: transnacionalização de talentos e tecnologias no cinema moçambicano*. Disponível em: http://www.buala.org/pt/afroscreen/terceira-metade-transnacionalizacao-de-talentos-e-tecnologias-no-cinema-mocambicano, [consultado em 13-5-2014].

PARENTE, André. (2000), *"O cinema experimental"*. In *Narrativa e modernidade: os cinemas não-narrativos do pós-guerra*. Campinas, SP: Papirus, pp. 86-109.

Miguel Torga; Mia Couto; Manoel de Barros – Perspectivas Poéticas e Intimistas Atravessando Fronteiras do Conhecimento e da Língua Portuguesa

Claudia Maisa Antunes Lins[1]

"A ciência pode classificar e nomear os órgãos de um sabiá mas não pode medir seus encantos." Manoel de Barros.

"Nenhuma árvore explica os seus frutos, embora goste que lhos comam". Miguel Torga

"Acreditas em mim? Fizeste bem. Te dou um conselho: não confies em homem que não sabe mentir" Mia Couto

Figura 1: Obra *Tempo* – imagem cedida pelo artista

1 Licenciada em Pedagogia – Universidade do Estado da Bahia; Mestre em Educação – FACED/UFBA – Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia - Brasil. Doutoranda em Pós-Colonialismos e Cidadania Global - Universidade de Coimbra.
Professora da UNEB – Universidade do Estado da Bahia – Brasil. Atuante nos componentes curriculares: Estágio; Educação e Cultura Afro-Brasileira; Arte e Educação – curso Pedagogia.
Participou de projetos artísticos, com produções audiovisuais de orientação estética e poética. Em diferentes realidades: hospital psiquiátrico; conjunto penal; Rio São Francisco; Escolas no Interior do Sertão Baiano. Resultando em livros/vídeo documentários, respectivamente: "Raza-Razão"; "Enquadrados"; "Leleco e o menino Chico – Água passageira"; site www.dialogosdoriso.com. maisantunes@yahoo.com.br

Resumo: A racionalidade estético-expressiva abre outros canais para percepção do mundo. A arte pode constituir-se como experiência epistemológica, quando deixamo-nos mover pela distorção da realidade sugerida pelo poeta. O lugar representado na obra é uma originalidade alcançada pela distorção. O poeta «'transver o mundo'» através do verso, a língua portuguesa é o instrumento para externar este verso. Interpretamos, recriamos a obra, que vai saciar e ampliar nossa incompletude. O contexto – na obra – desenha-se não como imperativo numa leitura emancipatória; reconhece-se nas diversidades contextuais e condições existenciais do ser humano. A obra oferece desaprendizagens mediante convenções de demarcação de tempos e lugares, trazendo outras contemporaneidades. Este trabalho movimentar-se-á diante das riquezas, limites, deslimites da língua portuguesa na comunicação do verso destes poetas lusófonos.

Palavras-chaves: Racionalidade estético-expressiva; Literatura; Língua Portuguesa; Fronteiras; Contemporaneidade.

Abstract: Aesthetic-expressive rationality opens up other channels for perceiving the world. Art can constitute an epistemological experience when we allow ourselves to be moved by the distortion of reality suggested by the poet. The place represented in the work is uniquely attained through this distortion. The poet «'sees within the world'» through verse, the Portuguese language is the instrument to externalize this verse. We interpret, recreate the work, that is going to satiate and expand our incompleteness. The context – in the work – is designed not as an imperative in an emancipatory reading; it is recognized in the contextual diversity and existential conditions of human beings. The work offers unlearning by means of the conventions of demarcating times and places, bringing with it other contemporary features. This work transits amidst the riches, limits and unlimits of the Portuguese language in communicating the verses of these Lusophone poets.

Key words: Aesthetic-expressive rationality; Literature; Portuguese language; Frontiers, Contemporaneity.

Introdução

A experiência com a arte pode se constituir como uma experiência epistemológica, porque podemos conhecer o mundo poeticamente. O lugar olhado e representado através da arte, da poesia é uma originalidade alcançada pelo poeta, que inventa uma realidade e sofre por ela. Nós interpretamos e recriamos a obra. Essa criação artística vai brincar com a nossa ingenuidade, vai ser cruel com a nossa maldade, e vai saciar fragmentos de tempos da nossa incompletude.

Nesse sentido os elementos do lugar – na obra – se desenham não como imperativos, mas vão deixando rastros, sentidos, cores e cheiros que se reconhecem nas diversidades dos contextos e condições existenciais do ser humano em qualquer lugar do mundo. Porque o poeta ama a verdade, mas «'a sua verdade está entendida de um modo diferente: não é a verdade que exclui, imperativa, que deriva daquilo que erigir-se em árbitro e dono de toda a realidade'» (ZAMBRANO, 2000:70).

A escavação de uma obra de arte, a sua poesia, atravessa tempos e lugares que rompe com as convenções, e oferece-nos desaprendizagens diante dos movimentos convencionais de medição e demarcação de tempos e lugares, constituindo assim em outras contemporaneidades, outros lugares de reconhecimentos.

É através dos versos da literatura de Manoel de Barros; Mia Couto; e Miguel Torga, que percebemos a língua portuguesa como uma ponte que traduz o verso que queima por dentro estes poetas, e que eles externam através da língua, brincando com ela, e contrariando as convenções dela. Manoel de Barros diz que o poeta é promíscuo, «'que sua gramática se apoia em contaminações sintáticas'» [...] que «'está contaminado de pássaros, árvores e rãs» (BARROS, 2010: 137). Miguel Torga diz que «'escrever é a única maneira de externar a expressão'» (2010: 21) e Mia Couto tropeça no gerúndio do homem que estava caindo «'aquele gerúndio era um desmando nas graves leis da gravidade: quem cai, já caiu'» (2008: 17). A palavra buscará emancipações e «'emancipando-se deixa de ser linguagem sagrada para ser poesia, linguagem humana'» (ZAMBRANO,

2000:44).

A arte/a poesia e o conhecimento

A experiência com a arte e com a poesia envolve conhecimento. O que é o conhecimento? O conhecimento é a interpretação da vida. E a vida é esta conciliação do real com aquilo que podemos imaginar. Nesse sentido as abordagens do conhecimento através da racionalidade estético-expressiva semeiam imaginações e recriações, uma vez que a fronteira epistemológica do conhecimento alcançado pela arte e pela poesia, através da *distorção* da realidade sugerida pelo poeta, é um caminho cortado e aberto; um caminho íntimo e perene. Porque a poesia ao ser ao mesmo tempo, «'pensamento, imagem, ritmo e silêncio'» é o anseio da devolução da inocência perdida à palavra, é recuperação, «'é pura ação, e assim palavra criadora'» (ZAMBRANO, 2000: 44 e 45).
Para o poeta, mais importante do que sua própria vida é a poesia, é o irreal, este fragmento da realidade que fenece sem cessar. Essa verdade que sofre de febre de imaginações, transvistas e traçadas nas linhas de suas próprias ilusões porque o poeta é ávido de realidade e de intimidade. E assim vai revelando beleza sobre diferentes temas, e desenhando um esboço íntimo da humanidade; sempre a procura da inocência da palavra; «'fá-lo-á aprofundando mais e mais no interior da nossa vida hermética até encontrar um certo espaço, lago de calma e quietude; esse ponto, esse centro a partir do qual é possível possuir tudo sem nunca mais perder'» (ZAMBRANO, 2000: 45); e é neste ponto que podemos encontrar o «'espaço, dentro de nós, para enterrarmos nossas pequenas mortes'» (COUTO, 2012: 43).
«'A realidade poética não é somente a que há e a que é, mas a ainda não havida ou não havida já e a que não é'» (ZAMBRANO, 2000:45). É por esta verdade prometida, recordada, imaginada que o poeta se entrega completamente. O artista/o poeta fala da realidade fugindo dela. E a poesia é este lugar inacabado, que arde de ausências.
A experiência com o campo estético é também uma forma peculiar de intersecção dos eixos da actualidade e da eternidade, de acordo com a interpretação de Baudelaire, o belo é formado por um elemento eterno e imutável (Habermans, 2009: 22); e o poeta vai extrair o eterno do efémero. Por isso a arte e a poesia constituem-se num lugar/tempo de «'uma realidade pressentida na recordação'»; e portanto será uma memória inventada; e «'esta memória dignificará a história real, e será uma forma de piedade que compense da crueldade do recém-chegado, das novas gerações que sobem à vida'» (ZAMBRANO, 2000: 44).
Na experiência de conhecimento a racionalidade estético-expressiva, da arte e da poesia, opera diferentemente das outras racionalidades. Ela alarga outros canais de entrada para percepção do mundo. Mobilizados e mobilizadas epistemologicamente pelo olho torto do poeta, faremos um movimento de reinventar a realidade. É diante desta distorção presente incondicionalmente em toda obra de arte, na poesia propriamente dita, que «'a arte não reproduz o que há de conhecimento no mundo visível, mas o substitui por uma realidade que é toda dela'» (SCHAMA, 2010: 11).
É acreditando completamente que o céu está inacabado, como a própria poesia, que este artigo se abre a vê-lo sendo tecido pelas mulheres; que o tece no formato de seus ventres: arredondados, e assim vão compondo e acrescentando porções (COUTO, 2012: 15). E ainda por ver que este recém-chegado, que está de partida – na fotografia do artista plástico Marcos Cesário – compõe a unidade dos tempos em travessias; e devolve a inocência da palavra, que faz um esboço da beleza do existir. A fotografia *Tempo* amplia a fronteira e o espírito do tempo, o efêmero que se eterniza. É no existir mais ordinário da vida que o poeta extrai a beleza porque «'a realidade é mais rasteira, feita de peso e de pés na terra'» (COUTO, 2008: 21).
O passageiro é eterno – a poesia –. É este passageiro eterno que o poeta persegue no labirinto do tempo, porque ele está afeiçoado, enamorado; o poeta vai buscar sem a nada renunciar: «'nem a criatura, nem a um instante dessa criatura, nem a uma partícula da atmosfera que a envolve, nem a matiz da sombra que causa, nem do perfume que expande, nem a modulação do seu canto, nem ao fantasma que já em ausência suscita'» (ZAMBRANO, 2000: 66).

A racionalidade estético-expressiva:

Na sua obra *A crítica da razão indolente* (2002), Boaventura de Sousa Santos apresenta-nos reflexões sobre os campos inacabados da modernidade na sociedade ocidental. Dentro dos domínios da regulação existem os

princípios: do Mercado, Estado e Comunidade. Destes, o princípio inacabado é o princípio da Comunidade. Dentro dos domínios da emancipação existem as racionalidades: Cognitivo-instrumental da Ciência; Moral-prática do Direito; e a Estético-Expressiva da arte e da literatura. Destas, a racionalidade inacabada é a Estético-expressiva. A Racionalidade Estético-expressiva um dos domínios da emancipação ainda não cooptado totalmente pelo pensamento moderno ocidental capitalista. A racionalidade estético-expressiva não apresenta intencionalidades de crítica à ciência – condicionalmente –, e não aspira ser grande teoria.

A experiência com a arte, com a poesia é espontaneamente descolonizadora, no sentido de ser transgressora com as formas convencionais de ver a realidade, uma vez que o/a artista, o/a poeta ignora as normas, gostos e princípios da sociedade e da época. Não só para o artista, como lembra Max Weber (2010, p.238), mas também uma mente esteticamente excitada, as normas convencionais podem representar «'uma coação à sua criatividade autêntica e ao mais íntimo de seu eu'» (p. 174).

É concentrando-se na racionalidade Estético-expressiva onde se situa as experiências com a arte e a literatura, que interpretamos estes campos como uma forma não-científica de conhecimento da realidade. As interpretações feitas pela arte da humanidade e de mundo podem ser consideradas como «'conhecimentos tornados incomensuráveis e incompreensíveis, por não obedecerem, nem aos critérios científicos de verdade'», nem mesmo «'dos conhecimentos, reconhecidos como alternativos, da filosofia e da teologia'» (SANTOS, 2010: 26).

Aqui podemos pensar a racionalidade estético-expressiva como uma epistemologia, entretanto suspeitamos não podermos olhá-la como paradigma. Por quê? Se os paradigmas sócio-culturais nascem, desenvolvem-se e morrem (SANTOS, 2002), o conhecimento mobilizado através da racionalidade estético-expressiva (SANTOS, 2002) revela uma incapacidade de morte, o que implica outra relação com o tempo e o lugar, é o tempo da existência que pode durar eternidades, porque vai tocar no material mais gasto: o humano. Provavelmente pela condição de não se constituir enquanto um paradigma[2] tenha resistido a cooptação total por parte da regulação do Estado e do Mercado. Max Weber diz que uma obra de arte:

> (...) nunca será ultrapassada, nunca envelhecerá; o indivíduo pode apreciar de modo distinto a importância que para ele, pessoalmente, tem essa obra, mas jamais alguém poderá dizer de uma obra, realmente "conseguida" em sentido artístico, que foi "ultrapassada" por outra, que também seja uma "realização" plena (2005: 12).

O conto *A arte e o tempo* de Galeano expressa essa (in)temporalidade da arte, essa caráter de não ser ultrapassada, por tocar neste material feito de infâncias, juventudes e velhices, e nos fermentos do amor, ódio, vaidade, paixão, dor, tristeza, alegria.

> Quem são os meus contemporâneos? — pergunta-se Juan Gelman. Juan diz que às vezes encontra homens que tem cheiro de medo, em Buenos Aires, em Paris ou em qualquer lugar, e sente que estes homens não são seus contemporâneos. Mas existe um chinês que ha milhares de anos escreveu um poema, sobre um pastor de cabras que esta longe, muito longe da mulher amada e mesmo assim pode escutar, no meio da noite, no meio da neve, o rumor do pente em seus cabelos; e lendo esse poema remoto, Juan comprova que sim, que eles sim: que esse poeta, esse pastor e essa mulher são seus contemporâneos. (GALEANO, 2008: 242)

Contemplando o conto de Eduardo Galeano e a fotografia *Tempo* de Marcos Cesário – presente na introdução do texto –, colocamo-nos a pensar a contextualização. Na escavação de uma obra de arte, seja ela um poema, um romance, uma pintura, escultura, uma fotografia; o material encontrado é o ser humano. Essa escavação irá atravessar tempos que rompem com as convenções de medidas de um calendário desgastado, desaprendendo os movimentos de rotação e translação; dilatando o presente e contraindo o futuro para um encontro não linear

---

2 Considerando que a racionalidade estético-expressiva se constitui num lugar-tempo de "um conhecimento prudente para uma vida decente", e considerando a dimensão epistemológica como uma das principais dimensões, na transição paradigmática; apresentamos uma dúvida: seria a racionalidade estético-expressiva um paradigma imortal? Poderíamos pensa-la como um não paradigma?

de existências em tempos que acolhem ausências e presenças. Assim refletindo, na experiência de contato com a obra de arte, nem sempre a contextualização torna-se um fator importante, no sentido de ser definidor para interação com uma realidade impressa ali na obra.

Os contextos se desenham não como imperativos para uma leitura emancipatória, mas vai deixando rastros assim como uma lesma que libera um muco no caminho andado, impregnando os chãos de sentidos, cores e cheiros que se reconhecem nas diversidades dos contextos e condições existenciais. A arte, a literatura, a poesia, chora essa realidade, esse contexto e recriará imagens deste tempo sagrado, «'por uma forma de linguagem ativa, criadora'» (ZAMBRANO, 2000: 45). O ato de não aprisionar-se a um contexto específico, embora nascendo em um, mobiliza pontos que se reconhecem em contextos diferentes, o que vai favorecer a ampliação do mundo. E esta ampliação vai ser possível porque dirá «'o mais alto que pode todas as verdades inconvenientes, perenemente em rebeldia'» (ZAMBRANO, 2000: 61 e 62).

O poeta, metaforicamente, usa os óculos para miopia – o verso – para *distorcer* a realidade. Pela *distorção* o/a poeta corta caminhos, joga com a simplicidade e a sinceridade na língua do verso que lhe queima por dentro. O conhecimento mobilizado a partir de uma experiência com a racionalidade estético-expressiva da arte, da literatura, da poesia carrega em si a revolta e o desassossego do/a poeta, indivíduo inquieto/a que revela impaciência perante a razão indolente, preguiçosa, inerme, displicente.

O contato com este resultado de vida e revolta de que são constituídas as obras é um caminho cortado proporcionado pela forma; neste caminho – na interpretação – é que se dá o reconhecimento com a revolta, daí podendo se constituir também num percurso epistemológico de difícil cooptação, por acionar um caminho singular, por isso, com pouquíssimas possibilidades de repetição didática e/ou educativa, mas necessária, digamos que para que esse desassossego instale-se em cada pessoa como uma semente num terreno fértil.

Distorções ou realidades?

Sobre a *distorção* da realidade. A escala do poeta é o verso. É no verso que cabe sua *mentira*. Em entrevista no programa Roda Viva (1989), Fernando Sabino diz que diferente do cientista, do professor, do ensaísta, o/a poeta escreve sobre o que não sabe, exatamente para ficar sabendo sobre aquilo que o atormenta. Para ilustrar a fala ele solicita a visualização de um tabuleiro de damas, que não é nem preto com quadros brancos; nem branco com quadros pretos, é de outra cor com quadrados pretos e brancos. Fernando Sabino diz que é essa outra cor que simboliza o esforço em ir buscar uma verdade que se esconde para além da realidade; Fernando Sabino afirma que a realidade é que é uma mentira (SABINO, 1989), e assim vai buscar uma verdade que está no sonho, na fantasia, na imaginação criadora; o poeta diz que essa verdade muitas vezes não bate com a realidade, é uma realidade que ultrapassa, daí que você tem que inventar para descobri-la (SABINO, 1989), justamente porque a imaginação «'é apenas um instrumento de elaboração da realidade'» (MÁRQUEZ, 1982: 34).

Atuando no personagem numa realidade colonial, Pepetela fala da imaginação como um plano de liberdade: «'Um escravo não tem direitos, não tem nenhuma liberdade. Apenas uma coisa não lhe pode amarrar: a imaginação. Sirvo-me sempre para completar relatos que me são sonegados, tapando os vazios'» (PEPETELA, 2009: 14). Essa reflexão sobre a imaginação leva-nos a indagar sobre ato de criar e/ou revelar realidades presentes nas obras de arte, na poesia; e também a pensar o que é a realidade. Mia Couto diz que «'a realidade é mais rasteira [que o sonho], é feita de peso e pés na terra'» (2008: 21). Boa parte de seus personagens em *Terra Sonâmbula* sofrem de sonhos, é nos sonhos que mantêm a crença, é no sonho que os desejos sobrevivem, pelas realidades inventadas, porque «'os sonhos são cartas que enviamos a nossas outras restantes vidas'» (2008: 66).

Manoel de Barros diz que nenhum lugar é o melhor lugar de um poeta chegar. Que os poemas são como ilhas submersas, e em seus fragmentos poéticos deseja «'chover nos braços de alguém'» (2010: 55). Barros erra na gramática e acerta na poesia, como ele mesmo revela no documentário «'Só dez por cento é mentira'» (https://www.youtube.com/watch?v=XCMczEBuII4). Barros desafia a verdade imperativa da razão pura e encontra a inocência da palavra, quando diz:

O rio que fazia uma volta
atrás da nossa casa

> era a imagem de um vidro mole...
> Passou um homem e disse:
> Essa volta que o rio faz...
> se chama enseada...
>
> Não era mais a imagem de uma cobra de vidro
> que fazia uma volta atrás da casa.
> Era uma enseada.
> Acho que o nome empobreceu a imagem (BARROS, 2010: 303).

Miguel Torga fala de sua experiência com a arte, da forma como a beleza, alguns romances literários, imagens, poemas, a poesia dessas obras ficaram retidas dentro dele. Torga relata, em seu VIII Diário que as imagens nascidas dessas experiências ficam gravadas no seu espírito, e que ele adere de forma tal que, essas imagens passam a fazer parte dele, do que ele é; é como se lhe nascesse um dedo a mais na mão (1959: 125). No Diário I Torga diz que o ofício do poeta é o mais trágico e o mais belo, porque o poeta tem «'a condenação e o dom de nunca poder automatizar a mão, o gosto, os olhos, a enxada. Quando deixa de descobrir, de sofrer a dúvida, de caminhar na incerteza e no desespero – está perdido'» (TORGA, 2010: 45).

> Nada mais lhe restava sobre a terra senão morrer calmo e digno, como outros haviam feito a seu lado. É claro que escusava de sonhar com um enterro bonito, igual a muitos que vira, dentro de um caixão de galões amarelos, acompanhado pelo povo em peso [...] Isso era para gente rica ou pobre. Ele teria apenas uma triste cova no quintal, debaixo da figueira lampa, o cemitério dos cães e dos gatos da casa. E louvar a Deus apodrecer a dois passos da cozinha! A burra nem sequer essa sorte tivera (TORGA, 2008: 9).

Tocar nessa existência, como Torga toca talvez seja o que Zambrano (2000) chama de abrir a interioridade para continuar a sê-lo. É essa interioridade aberta que o poeta nos leva a intimidade. A experiência de conhecer poeticamente o mundo, de deixar-se mover pela *distorção* da realidade, sugere uma boa dose de realidade. «'Muitos anos depois, diante do pelotão de fuzilamento, o Coronel Aureliano Buendía haveria de recordar aquela tarde remota em que seu pai o levou para conhecer o gelo'» (MÁRQUEZ, 1982: 29). Adélia Prado – entrevista em Sempre um Papo/2008 – lembra a fama injusta que atribuem ao poeta: de andar com a cabeça nas nuvens, Adélia diz ser exatamente o contrário, provavelmente é uma dose intensa de realidade que faz o poeta distorce-la; porque a fantasia «'a invenção pura e simples à Walt Disney, sem nenhum pé na realidade, é coisa mais detestável que pode haver'» (MÁRQUEZ, 1982: 34).

> Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovakloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o Sul. Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando. Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza. E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai: - Pai, me ensina a olhar! (GALEANO, 2008: 15)

Maria Zambrano diz que enquanto «'a poesia é encontro, dádiva, achado pela graça, resposta, embora se apresente como pergunta'»; a filosofia "é busca, pergunta guiada por um método'» (2000: 61). Juan Gelman recorda que o poeta chega à consciência, ao conhecimento pelas suas obsessões. Não há uma metodologia a seguir, com categorias definidas. Há um sentimento que o leva.

> Creio que não há receitas para todo mundo, sequer para uma mesma pessoa e só posso falar do meu caso. São as obsessões que me levam a escrever, reconheço-as quando chegam porque fico de mal-humor e sinto um ruído no ouvido. Cada obsessão – ainda que o "tema" seja o mesmo – se apresenta cada vez com um novo rosto, como se fosse um ponto diferente do mesmo círculo. Isso exige sua própria expressão, forçosamente distinta das anteriores, e aí há um choque com as ferramentas expressivas antes obtidas e que já não servem. O trabalho de fazê-las

> está de um lado, juntamente com o de encontrar as outras, as que se aproximam o máximo possível do novo som no ouvido (GELMAN, 2012. Entrevista: http://www.musarara.com.br/os-inimigos-invisiveis).

Em entrevista intitulada *Os inimigos invisíveis*, Juan Gelman declara que a revolução social, o amor, a poesia, a morte, a meninice e o outono tecem suas obsessões. É por estas obsessões que o poeta revela e recria a realidade. Na arte, na poesia – mesmo dentro de um contexto – este material vai atravessar fronteiras, uma vez que a «'arte é uma tomada de consciência, de carácter não conceptual, da individualidade única das coisas'» (WEITZ, 1956: 27 a 35).

Conclusões poéticas

O ato de conhecer é revolucionário e emancipatório; sua perspectiva poética conhecer é:

> Deixar os substantivos passarem anos no esterco, deitados de barriga, até que eles possam carrear para o poema um gosto de chão – como cabelos desfeitos no chão – ou como o bule de Braque – áspero de ferrugem, mistura de azuis e ouro – um amarelo grosso da terra, carvão de folhas. (BARROS, 2010: 149)

A postura epistemológica alcançada através da racionalidade estético-expressiva é outra, diferente do racionalismo cartesiano que torna o mundo «'cognoscível por via da sua decomposição nos elementos que o constituem'» (SANTOS, 2002: 61). Gabriel Garcia diz está mais próximo das loucuras de Rabelais que dos rigores de Descartes. Em *Cheiro de Goiaba* numa conversa-entrevista com Plínio Apuleyo Mendoza, Márquez lembra que «'os bons romances devem ser uma transposição poética da realidade'» (MÁRQUEZ, 1982: 118). Talvez seja preciso algo como encontrar o tom da cor que nos dá a liga de pertencimento, como Gabriel encontrou precisamente o seu tom de amarelo, «'o amarelo do Mar das Antilhas às três da tarde, visto da Jamaica'» (p. 141).

A arte, a poesia é tão importante, porque o poeta segura este fragmento de tempo, numa tela, numa fotografia, numa música, no verso de sua poesia. O poeta é como uma personagem de Mia Couto em Terra Sonâmbula, que guiada pela saudade de um lugar inexistente recortava fotografias com uma tesourinha e «'colava as figuras de umas fotos nas outras. Era como se movesse o passado dentro do presente'» (COUTO, 2013: 76). E assim a arte, a poesia vai criando e recriando uma linguagem própria, que pode estar escrita em diferentes idiomas. Essa linguagem, em busca desesperada da beleza, percorre um caminho peculiar temperado com o nervosismo, intuição e imaginação do poeta. Galeano nos fala da linguagem da arte:

> Chinolope vendia jornais e engraxava sapatos em Havana. Para deixar de ser pobre, foi-se embora para Nova Iorque. La, alguém deu de presente a ele uma maquina de fotografia. Chinolope nunca tinha segurado uma câmera nas mãos, mas disseram a ele que era fácil: — Você olha por aqui e aperta ali. E ele começou a andar pelas ruas. Tinha andado pouco quando escutou tiros e se meteu num barbeiro e levantou a câmera e olhou por aqui e apertou ali. Na barbearia tinham baleado o gangster Joe Anastasia, que estava fazendo a barba, e aquela foi a primeira foto da vida profissional de Chinolope. Pagaram uma fortuna por ela. A foto era uma façanha. Chinolope tinha conseguido fotografar a morte. A morte estava ali: não no morto, nem no matador. A morte estava na cara do barbeiro que a viu. (GALEANO, 2008: 16)

No livro Memórias Inventadas – a segunda infância, Manoel de Barros lembra a namorada que via, que transvia certo de um modo errado. «'O que ela via não era uma garça na beira do rio, o que ela via era um rio na beira da garça'» (2006, p. XII). O olho torto do poeta é como o olho da namorada de Manoel, despratica as normas, para transvê o mundo.

Bibliografia:

BARROS, Manoel. *Poesia Completa*. São Paulo: Leya, 2010.

_____. *Memórias Inventadas: a segunda infância*. Iluminuras de Martha Barros – São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006.

COUTO, Mia. *Terra Sonâmbula*. Lisboa: Leya, 7ª edição BIS, 2013.

_____. *A confissão da Leoa*. Alfragide: Caminho, 2012.

_____. *O fio das missangas*. Alfragide: Caminho, 2008.

TORGA, Miguel. *Diário VIII*. Coimbra: Coimbra editora, 1959.

_____. *Diário, vols I a IV*. Alfragide: Dom Quixote, 2010.

_____. *Bichos*. Alfragide: Leya, 2008.

GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. 5ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2008.

HABERMAS, Jürgen. O discurso filosófico da modernidade. Alfragide: Texto Editores, 2010.

MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. *Cheiro de Goiaba*. Conversas com Plínio Apuleyo Mendoza. Tradução de Eliane Zagury. Editora Record. Rio de Janeiro – RJ, 1982.

MOURA, Adityas Soares de & GONÇALVES, Leonardo. Os inimigos invisíveis – Uma conversa com Juan Gelman. Musa Rara Entrevista – On-line – <http://www.musarara.com.br/os-inimigos-invisiveis> Acessado em 30-04-2014.

PEPETELA (Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos). *A Gloriosa Família*. Alfragide: D.Quixote, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da Razão Indolente – Contra o desperdício da experiência*. Porto: Editora Afrontamento, 2002.

SCHAMA, Simon. *O poder da arte*. Tradução: Hildegard Feist. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ZAMBRANO, Maria. *A metáfora do coração e outros escritos*; Tradução: José Bento. Lisboa: Assírio & Alvim, 2000.

Só dez por cento é mentira – a desbiografia oficial de Manoel de Barros. Direção e Roteiro: Pedro Cezar. Site oficial <http://www.sodez.com.br/>. Disponível no youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=XCMczEBuII4> Acessado em 31-10-2012.

Roda Viva – 1989 – Entrevista com Fernando Sabino - <https://www.youtube.com/watch?v=-0YwkdS2igE> Acessado em 10.04.2014.

O poder humanizadro da poesia – Entrevista com Adélia Prado 06-08-08 <http://www.sempreumpapo.com.br/audiovideo/player.php?id=127>Acessado em 04.08.2012.

GT 59
Entre pesquisar e fazer: práticas artísticas, metodologia e critica social nos estudos sobre juventudes

Juventudes e Quadrilhas Juninas: Estilos e Vida e Sociabilidades[1]

Liana Matos Araújo
liana.matos2@gmail.com

Resumo: O presente artigo trata-se de um estudo sobre as juventudes na organização social quadrilha junina. Ao estabelecer esta relação busca-se compreender como se dá a construção social da ideia de juventude dentro da manifestação cultural a partir da análise de elementos retóricos na fomentação do sentido alegórico da categoria e dos processos de identificação presentes entre os quadrilheiros. Assim, torna-se necessário analisar suas narrativas, perceber quais são os processos de identificação acionados e como eles consomem e produzem a cultura local. Trabalha-se com a hipótese de que a questão geracional tem importância nessa construção social ao se tornar reflexo de elementos retóricos como gênero, corpo e lazer. Desta forma, faz-se uma investigação dos estilos de vida a partir de entrevistas e observações participantes para conhecer o universo dos quadrilheiros e quais as motivações que os mobilizam a se organizarem e se articularem no cenário cultural da cidade de Aracaju/SE.

Palavras-chave: juventudes, quadrilhas juninas, processos identitários, consumo cultural.

1. Introdução

A festa junina é um evento no qual as pessoas estabelecem redes de sociabilidades, divertem-se e dançam. À medida que isso ocorre ela cria símbolos que são passíveis de interpretação e destina-se a homenagear alguns santos católicos: Santo Antônio, dia 13 de junho, São João, dia 24, e São Pedro, dia 29 do mesmo mês. Tomando as celebrações em honra a São João, nota-se que as comemorações ao seu dia geralmente aconteciam na véspera, no dia 23 de junho, com preparação de fogueiras, mastros e fogos, com o propósito de acordá-lo e avisá-lo de que seu dia estava chegando[2]. Entretanto, de acordo com a tradição católica, o santo dorme profundamente durante o dia que lhe é consagrado, e assim deve ser, caso contrário, atraído pelo clarão da fogueira e dos fogos, desceria do céu e o mundo acabaria pelo fogo (CASCUDO, 1988: 477). Uma vez que o santo deve permanecer dormindo, o objetivo do ritual é, portanto, acordar os devotos para a festa (AMORIM, 2002:126). Dentro da diversidade das festas existentes no Brasil, o São João é uma das festas que ganha destaque no Nordeste devido aos seus usos e significados. «Vivida como tradição, o São João é uma festa popular que revela, ano a ano, a dinâmica da vida política, econômica e social da cidade» (CHIANCA, 2006:27). Manifestação cultural periódica e cíclica que acontece no mês de junho, a festa de São João aciona diversos segmentos da

1 Trabalho apresentado na XII CONLAB Congresso Luso-Afro-Brasileiro, realizado entre os dias 01 e 05 de fevereiro de 2014, Lisboa/PT.

2 Num passado recente, os preparativos e as celebrações características do ciclo junino concentravam-se na véspera. Sobre a importância da véspera nesse ciclo, ver MORAES FILHO, 1999.

sociedade e sua efetivação mobiliza os cidadãos a participarem tanto na produção do espetáculo quanto no seu consumo. Os festejos juninos são considerados fatores exponenciais no Estado de Sergipe sendo poetizados em músicas regionais como, por exemplo, "Sergipe é o país do forró" – música do cantor sergipano Rogério[3] que é, por várias vezes estampada nas propagandas dos festejos que são veiculadas pela administração local.
Nesse âmbito, um dos elementos da festa junina é a quadrilha. Ao revisitar a bibliografia sobre as quadrilhas juninas, percebi que os autores a compreenderam enquanto um grupo, uma dança, uma manifestação cultural que está presente em vários estados brasileiros. Para contextualizar a problemática desta pesquisa é necessário mostrar como esses trabalhos vinham sendo construídos e, de certa forma, evidenciar como a quadrilha foi sendo abordada historicamente por diversos profissionais da área das ciências sociais e humanas.
Assim, de acordo com os estudos consultados, a quadrilha junina é considerada e retratada como uma dança coletiva de origem Europeia e é uma adaptação de uma dança inglesa intitulada "Country Dance" que passa a ser chamada de "Contredance Française" na França.[4] No século XIX a quadrilha chega ao Brasil por meio da vinda da Corte Real Portuguesa e passa a ser dançada nos salões do Rio de Janeiro. De acordo com Tinhorão (2010), a quadrilha começa a se difundir e alcança as camadas mais populares da sociedade e a dança passa a ser praticada em lugares abertos, livres, rurais e periféricos.[5] Em Aracaju não foi diferente.[6] Na década 50 as quadrilhas tornaram-se um elemento das comemorações juninas e se apresentavam em arraiais juninos, creches e praças.
Com o passar dos anos, a quadrilha passa a incorporar novos elementos e transforma-se em uma expressão dos festejos juninos funcionando como um atrativo das comemorações de junho. Assim, de acordo com Eliseu Santos (2013) que estuda o processo de reconfiguração das quadrilhas em Aracaju nas décadas de 80 e 90, alguns fatores favoreceram a modificação desse cenário: a quadrilha passa a figurar como um componente cultural turístico, tornando-se mais estilizada, a marcante presença da mídia na criação de concursos e o interesse dos Governos Municipal e Estadual.
Nesse contexto de modificações, ficou notório no decorrer da pesquisa que, o São João e as quadrilhas juninas configuram um cenário singular e no qual se transformaram em uma manifestação espetacular, massiva e estilizada que impulsiona a mobilização da população local. Essa participação da comunidade inclui todas as faixas etárias. Porém, no que se refere à estilização das quadrilhas juninas, e em especial a quadrilha junina Apaga Fogueira, os jovens são seu principal motivo de mudança de uma composição tradicional para uma estilização nos figurinos, nos passos, na dança. Diante do exposto, a presença e a força dos jovens nas quadrilhas foram pontos fundamentais para a escolha da quadrilha que será, notadamente, retratada aqui.

1.1 Visitando a Literatura sobre os Estudos Juvenis.

Nos estudos antropológicos a discussão sobre as juventudes surge atrelada à ideia de transitoriedade, de mudança, de intermédio entre duas fases da vida: a infância e a vida adulta. Remontando Margareth Mead (1975) é perceptível que essa fase de transição aparece em relatos dos rituais de passagens configurando o momento

---

3 Informação retirada da matéria "Rogério: o músico-poeta do País do Forró", site: http://www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=11130, no dia 03 de junho de 2014.

4 "É dança de origem francesa (quadrille), cujo nome, segundo Eugéne Giraudet, é diminutivo de Squadra, vocábulo italiano que significa companhia de soldados disposta em quadrado. Este nome foi dado, mais tarde, a um grupo de quatro pares, e da Squadra passou para Quadrille. Surgiu em Paris no século XVIII. Musard foi considerado o pai das Quadrilhas. Dança derivada da Contredance Française, que por sua vez é uma adaptação da Country dance, inglesa, introduzida na França. (GIFFONI, 1964:214-215)."

5 É importante ressaltar que ao utilizar os relatos do Tinhorão para compor essas ideias preliminares sobre o estudo das quadrilhas juninas, busco apenas situar a discussão no cenário acadêmico, seja legitimando um discurso de invenção de identidade Nordestina, seja criticando e/ou problematizando categorias já "naturalizadas" e proporcionando novos debates.

6 Para saber mais sobre as quadrilhas juninas em Aracaju ver SILVA, Priscila. A rua da festa: Ritual, Festa e Performance na Rua São João. Monografia apresentada ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe.

de transição de uma etapa da vida a outra. Na tradição dos estudos antropológicos existia uma lacuna entre a infância e a fase adulta já que até os anos 20, do século XX, as análises estavam centradas nos rituais de passagem de uma fase da vida a outra.

Assim, é preciso levar em consideração que nem toda sociedade tem uma categoria juventude para se pensar e nomear, haja vista que esta não pode ser considerada igual em toda sociedade, pois cada uma carrega uma construção sociológica diferente. Existem formas consensuais sobre juventudes e existem formas sociológicas de categorizar como que elas se relacionam com o modo do dia a dia e entender como essa noção opera. Em contrapartida, a categorização da palavra juventude é recente e inspira atenção a uma ideia construída social e sociologicamente.

Traçar o percurso dos estudos sobre esta categoria, analisar sua construção histórica e apresentar bibliografias que atentem a esse debate tornou-se importante para situar os traços norteadores deste trabalho na análise do conceito de Juventudes com os integrantes da quadrilha Apaga Fogueira. Entretanto, o foco aqui não é elaborar um ensaio bibliográfico sobre o tema, mas apontar os conceitos que direcionaram esta pesquisa e como as juventudes e suas produções foram evidenciadas pela literatura. É fundamental observar os diferentes momentos pelos quais a categoria juventude passou e a sua contextualização histórica da criação para assim perceber como ela foi se constituindo na forma que a conhecemos hoje.

Juventudes, analisada aqui em seu plural, remontam a uma composição polissêmica, híbrida e dinâmica que atravessa o conceito inicial de uma fase transitória sem conceituação analítica própria, sem substância, sem concretude. Essa proposta traduz a inquietude quanto ao engessamento de conceitos formulados em escolas antropológicas anteriores. Dizer que a juventude pode ser tratada no plural é algo recente nos estudos sobre essa categoria. Antes de ser abordada em seu plural, outros termos foram condicionando, moldando e manipulando a definição determinista sobre a noção de juventude.

Durante a pesquisa na quadrilha Apaga Fogueira a categoria juventude sempre foi mencionada nas entrevistas. Um dos motivos que me chamou atenção na escolha desta quadrilha foi o fato da diretora artística Jailde Santos[7] deixar claro que a quadrilha estava rompendo seu lado "tradicional' e se tornando "estilizado" por alguns motivos: visando a classificação nos concursos de quadrilhas do Estado, bem como para manter e agregar jovens que se sentiam desmotivados por não se classificarem no concurso e não terem a visibilidade que desejavam neste período. Essa afirmação mostrou que a juventude quadrilheira da Apaga Fogueira aparece como peça fundamental da quadrilha e é ela que dá sentido ao novo momento que a quadrilha está adquirindo.

Outro assunto abordado pela diretoria é a ideia de juventude relacionada aos problemas sociais. Primeiro, a Jailde Santos, diretora de eventos da quadrilha, problematizou situações nas quais precisou intervir no momento do ensaio para impedir o consumo de drogas por parte de alguns jovens. Outro momento que observei foi a indisposição de uma quadrilheira que se questionou à diretoria quanto ao uso de drogas e pronunciou que não faria par com o quadrilheiro que estava "fumando". E neste momento a diretoria interviu para averiguar e o ensaio continuou.

Esse exemplo suscita uma discussão também notável na academia: o desvio. Falar em desvio ou comportamento desviante se torna interessante à medida que proporciona uma construção analítica sobre as relações de poder. Entretanto, é necessário entender o comportamento desviante a partir da percepção que o próprio desvio é uma construção social. Portanto, se há uma construção social do desvio é porque a norma também foi construída socialmente. Desta forma, abordarei o desvio no mesmo patamar da norma, sem hierarquização, a partir de uma abordagem relacional, e não unilateral.

O desvio é um comportamento diferenciado que vai de encontro ao que está sendo dito como padrão e que não se enquadra na norma que o grupo social comunga. Quando o indivíduo infringe uma regra que, está institucionalizada na lei ou no costume, ele é considerado pelos outros como um desviante. Segundo Becker (2009) a noção de desvio, nomeado por ele de outsider, é relativa e demanda, do pesquisador, senso crítico e perceptivo na situação que se queira analisar, já que o desvio é uma questão de ponto de vista. No exemplo

---

7 Jailde Santos é a Diretora de Eventos da Quadrilha Apaga Fogueira e filha da presidente (fundadora) Ana Santos. Entrevista concedida dia 06/04/14 na Escola de Ensino Fundamental Maria Thétis Nunes, local do ensaio no sábado e domingo.

citado anteriormente sobre a recusa da dança por parte da quadrilheira, talvez para a ela e para a diretora executiva, o jovem seja um outsider; já para o próprio jovem talvez não.
Na observação direta, ao presenciar esta situação, ficou claro que o jovem foi considerado um desviante e visto pelos colegas que não coadunavam com a ação como um fora da norma. De acordo com Becker, 2009:15, «quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com regras estipuladas pelo grupo». E a maneira de resolver a indisposição momentânea foi a troca de pares para o momento da dança. Como nesta noite o ambiente do ensaio não estava muito iluminado não consegui visualizar o jovem mencionado pela quadrilheira, mas notei que ele não participou do ensaio no referido dia.
Tratar o desvio com o mesmo olhar, com o mesmo nível de análise, sem caracterização, que a norma é estudada, é tentar deixar claro que tudo depende do posicionamento relacional. Segundo Gilberto Velho, 1985:27 «o desviante é um indivíduo que não está fora de sua cultura, mas que faz uma leitura divergente». Isto é, a chave para uma análise consistente está na análise relacional. Para o autor é crucial perceber que tudo depende de onde se olha e para onde se olha, sempre de forma relacional, senão caímos no erro de hierarquizar a norma e deixar coadjuvante e mínimo o possível desvio.
Desta forma, percebo que a composição da juventude quadrilheira da Apaga Fogueira é híbrida, diversa e múltipla. Assim, a juventude aparece aqui não como uma cultura de resistência em que os jovens são protagonistas únicos de uma manifestação cultural, mas sim fazem parte de um processo já existente e que comporta gerações variadas. Por conseguinte, trato a juventude no plural, um grupo heterogêneo. De acordo com Gilberto Velho «colocar a juventude no plural expressa a posição de que é necessário qualifica-la, percebendo-a como uma categoria complexa heterogênea, na busca de evitar simplificações e esquematismos. » (VELHO, 2006:192). deste modo, abordo a juventude em sua heterogeneidade complexa e diversa.
Dentre vários teóricos que versam sobre essa discussão, alguns se destacam por fugir da ideia de um grupo social homogêneo e coeso; analisa as juventudes a partir de reflexões sobre as semelhanças, as diferenças, a forma como uma fase da vida se relacionada com as outras fases, gerações, dos estilos de vida, do cotidiano dos jovens como, por exemplo, as retóricas acionadas para referenciar a categoria dentro da quadrilha analisada. É perceptível que a análise sobre a juventude quadrilheira da Apaga Fogueira segue esta linha de entender a construção social do conceito a partir dessas identidades acionadas ao tratar os integrantes como componentes heterogêneos. Isto é, juventudes de gerações diferentes, histórias de vida distintas e estilos de vida diferentes, já que os integrantes não vivem no mesmo bairro em que a quadrilha reside.
Assim, na visão de Pais, descobrir se a juventude caminha na unidade ou na diversidade é crucial para romper a barreira de um conceito já formulado como uma etapa da vida somente. Na unidade, seria quando a categoria é acionada enquanto uma fase da vida e, na diversidade, quanto a questões de classe e os atributos sociais, os quais fazem com que os jovens se distingam. A discussão dele sempre está voltada a duas tendências para se analisar as juventudes: Fase da Vida e Conjunto Social, apresentadas posteriormente por ele como, respectivamente, Corrente Geracional e Corrente Classista. A corrente geracional está relacionada uma determinada fase da vida, a uma faixa etária. A corrente classista refere-se a diferentes culturas juvenis que pertencem a determinadas classes sociais. Enfim, unidade ou diversidade, a proposta é tratar a juventude sempre no plural: juventudes.
A autora Rossana Reguillo (2000) tece um conjunto de ideias a respeito dos estudos sobre as culturas juvenis no México e na América Latina com a finalidade de perceber como os questionamentos sobre como o campo das culturas juvenis vêm sendo pensadas, já que são caracterizadas pelas suas multiplicidades. Desta forma, traz um debate sobre os jovens considerados filhos da modernidade. Apresenta uma discussão sobre a importância do contexto social que esses jovens vivem: mundo globalizado de mudança constante.
Desta maneira busco analisar as juventudes da quadrilha junina Apaga Fogueira: uma juventude polissêmica, multifacetada e heterogênea em que as fronteiras, as margens e os limites das relações sociais são estabelecidos pelos atores sociais juvenis. Assim, traço em seguida o campo da literatura a respeito das quadrilhas juninas, como as juventudes se destacam e se articulam dentro de um processo de consumo cultural.

1.2 Estudos sobre as quadrilhas juninas.

Os estudos sobre as quadrilhas juninas já datam de certo tempo. Trabalhos que versam sobre as tradições, os relatos e sua configuração são presentes em áreas como a antropologia, a sociologia, a comunicação social e a história. Neste momento farei uma contextualização sobre os debates recorrentes na abordagem das quadrilhas para entender quais problemáticas estiveram envolvidas e, assim, demostrar como foi elabora a construção desta proposta de análise.

Considerada dança palaciana do século XIX, a quadrilha[8] surge na Europa e é caracterizada por ser uma dança formada por pares que se dispõem num quadrado. Ela ganha destaque em momentos históricos importantes na Europa como, por exemplo, o período napoleônico na França, na época das monarquias como forma de celebração às vitórias alcançadas pelos imperadores. A partir disso a quadrilha se torna popular e alcança vários lugares devido a propagação dos costumes europeus pelo mundo. No Brasil, ela chega junto à Corte Portuguesa[9], em 1808, e era dançada em várias épocas do ano, ou seja, não estava atrelada à simbologia dos festejos juninos. No Brasil do século XIX, as quadrilhas figuravam um momento de celebrações restritas à corte e à aristocracia vigente. Uma dança destinada à camada privilegiada da sociedade da época. Os salões do Rio de janeiro sediavam as apresentações de uma dança palaciana que foi se tornando popular na sociedade carioca e em ouros centros urbanos no país.[10]

De acordo com Chianca (2010) com a mudança de regime no país, a quadrilha deixa de ser dançada pela burguesia, pela camada urbana, por ser considerada um elemento característico de um período monárquico e também, some-se a isso, por uma mudança de ideias. Mas, em contrapartida, ela ganha características populares e logo se espalha pelo interior do país com elementos novos e estereotipados anos depois. Assim, a quadrilha sai do cenário artístico dos grandes centros urbanos e só retoma à sua visibilidade citadina no processo de migração que acontece nos anos 50, do século XX. (Trigueiro, 2010; Chianca, 2010).

A investigação e a problemática referentes a essa manifestação cultural foram registradas por vários pesquisadores ao longo de anos. Alguns trabalhos são clássicos. Sobre os conceitos e a historiografia das manifestações temos os trabalhos de Luciana Chianca que traz análises sobre o surgimento das quadrilhas num contexto tanto brasileiro quanto local. Sua tese de doutorado que virou o livro "A festa do interior: São João, migração e nostalgia em Natal no século XX" traz uma análise sobre o São João no Rio Grande do Norte e, em determinado momento, mostra o processo de configuração das quadrilhas juninas em Natal e sua importância nos festejos de junho no contexto brasileiro.

Em Sergipe, Aglaé Fontes (1990) é destaque com o livro "São João é Coisa Nossa" que reúne artigos de vários pesquisadores sobre a história dos festejos juninos no Estado de Sergipe publicado na década de 90. Em um

---

8 Segundo CASCUDO (et al. 1988:743), a quadrilha é «A grande dança palaciana do século XIX, protocolar, abrindo os bailes da corte, em qualquer país europeu ou americano, tornada preferida pela sociedade inteira, popularizada sem que perdesse o prestígio aristocrático, vivida, transformada pelo povo que lhe deu novas figuras e comandos inesperados, constituindo o verdadeiro baile em sua longa execução de cinco partes, gritadas pelo "marcante", bisadas, aplaudidas, desde o palácio imperial aos sertões.»

9 Ainda de acordo com Câmara Cascudo (et al. 1988) a quadrilha chega ao Brasil no século XIX e é dançada nos salões do Rio de Janeiro no período da Regência. Foi «trazida por mestres de orquestras de dança francesa, como Milliet e Cavalier, que tocavam as músicas de Musard, "o pai das quadrilhas" e Tolbecque. Foi cultivada por nossos compositores, que lhe deram acentuado sabor brasileiro, a começar por Calado, que as fez com acento bem carioca. Hoje é dança desaparecida em quase toda parte, com as suas variantes inglesas "lanceiros" e "solo inglês". A quadrilha não só se popularizou, como dela apareceram várias derivadas no interior.»

10 De acordo com Luciana Chianca, no Rio de janeiro, em Salvador, no Recife e em São Paulo, a quadrilha era dançada em várias épocas do ano e em versões como: "quadrilha de Julien, quadrilha de Munsard, francesa, diplomática, napolitana, de lanceiros e quadrilhas scottish." E ainda acrescenta que a dança se tornou mais conhecida em 1860, fato comprovado em pesquisa nos jornais da época que já notificava a dança como uma atração musical doa bailes carnavalescos. Desta forma, "a dança já era, pois, popularizada e conhecida dos leitores". Informação retirada da matéria "Quadrilha Junina: a aventura de uma dança palaciana no Brasil" publicado no site da Revista Pré-Univesp em 15 de julho de 2010 e acessado no dia 04 de junho de 2014.
Site:http://www.univesp.ensinosuperior.sp.gov.br/preunivesp/186/quadrilhas-juninas.html.

capítulo "São João! Retrospectiva sobre um festejo que é nosso" do autor José Valfran de Brito (1990), a história dos festejos no Estado é destaque junto a um material rico sobre as quadrilhas na década de 90: a criação de espaços públicos como os arraiais e os barracões[11]. Outro dado é o registro das quadrilhas que desejavam dançar nos espaços da cidade, inclusive a quadrilha especialmente analisada aqui – Apaga Fogueira.

Outro destaque são os trabalhos realizados pela orientação da professora Doutora Eufrázia Santos sobre as quadrilhas e os quadrilheiros de Sergipe no campo das ciências sociais na Universidade Federal de Sergipe: 1) A monografia de Priscila Santos (2007), intitulada "A Rua da festa: Ritual, Festa e Performance na Rua São João" com uma abordagem sobre a importância dos festejos juninos da Rua São João nas manifestações culturais de Aracaju. Nesse trabalho ela apresenta, no terceiro capítulo, a visão tanto dos bastidores quanto da apresentação das quadrilhas juninas, aborda a origem da dança e escreve sobre o concurso das quadrilhas. 2) A monografia de Eliseu Ramos (2013), que trata do processo de reconfiguração das quadrilhas na década de 80 e 90 e mostra o processo de competições juninas que acontece no Estado, nas últimas décadas.

As quadrilhas certamente aparecem relacionadas à própria visibilidade no período junino, e, quando se referem aos quadrilheiros os trazem relacionados ao sentimento de ser quadrilheiro com debates sobre identidade e/ou processos identitários. No decorrer da pesquisa ficou claro, no momento do levantamento bibliográfico, que uma série de dados das pesquisas citadas acima, que tinham enfoques variados, falavam do perfil das quadrilhas juninas e dos quadrilheiros. Esse perfil é curiosamente associado, articulado e entendido como uma faixa etária que compreende a juventude; fato interessante de inexistir trabalhos que versem sobre essa discussão.[12]

Desta forma, os dados dos outros trabalhos demonstravam que existia a presença de uma juventude de forma expressiva e, ao fazer conexões entre eles, notei a carência na análise dos dados do perfil dos quadrilheiros. Quando os autores abordaram esse perfil, estavam interessados em aspectos como: a quantidade de integrantes, a faixa etária, a escolaridade e a classificação, com o intuito de elaborar gráficos demonstrativos de determinada quadrilha, mas não se dedicaram à análise do comportamento, das sociabilidades e da presença da juventude nas quadrilhas juninas. Como estou sensível a leituras sobre as culturas juvenis, o interesse no momento é entender quais os papeis sociais, as sociabilidades, as relações de poder e a interação desses jovens, já determinados pela faixa etária, num contexto de uma quadrilha junina.

Dentro da quadrilha junina, todos exercem um papel social. De forma organizacional tem-se o/a presidente e fundador/a da quadrilha, os diretores que ficam responsáveis pela gerência, o coreógrafo destinado a elaborar a dança e as figuras coreográficas, o marcador responsável pelo andamento e atuação dos brincantes nos ensaios e em cena, os quadrilheiros e os ajudantes dos bastidores. Cada um tem sua função já pré-determinada nos ensaios e reuniões. Entretanto, todos são integrantes, quadrilheiros, filhos, pais, funcionários, trabalhadores na vida cotidiana. Além de seus papéis na quadrilha, eles carregam papéis sociais que desenvolveram desde o processo de socialização no seio familiar, tornando-se, assim, seres múltiplos de funções e representações.

Essas trajetórias de vida, tão díspares, se encontram num único espaço e são guiadas pela afinidade da expressividade cultural junina. Entre os jovens, fica claro que, heterogêneos em sua estrutura e guiados por anseios individuais, eles estão expostos a ingressarem dentro de uma organização regulada por normas e regras e estarem imbuídos pelo senso de coletividade que a organização solicita.

Segundo Dayrell «as práticas culturais juvenis não são homogêneas e se orientam conforme os objetivos que

---

11 Na década de 90, o Governo do Estado cria um projeto de instituição de barracões, espaços dedicados a leitura, cursos, salão de festa para impulsionar e propagar as manifestações culturais locais. Foram criados, em 1988, um total de 16 arraiais para as apresentações das quadrilhas e dos shows e também a criação de três barracões: 1) Barracão Cultural Gonzagão localizado no Conjunto Augusto Franco; 2) barracão Cultural Seu Oscar situado no Conjunto Bugio; 3) Barracão Cultural Hilton Lopes no conjunto Castelo Branco. (BRITO, 1990).

12 De acordo com o Estatuto da Juventude, são consideradas jovens as pessoas com idade entre quinze e vinte e nove anos de idade. A lei nº 12.852 institui em 05 de agosto de 2013, o Estatuto da Juventude, que traz os princípios e as diretrizes gerais desta faixa etária. É importante mencionar que, para os jovens compreendidos entre quinze e dezoito anos de idade, aplica-se a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e, em seguida, excepcionalmente o EJUVE.

as coletividades juvenis são capazes de processar, num contexto de influências externas e interesses produzidos no interior de cada agrupamento específico. » (2007:6). A quadrilha não se configura como uma instituição social estática. Ao contrário, ela estimula os jovens a se envolverem com os objetivos do coletivo, a que eles não sejam levados somente por impulsos individuais, mas a transcender as particularidades em função de modelos gerais.

Com a proposta de não analisar e perceber os jovens isoladamente, o objetivo foi perceber as articulações, não se contentar em mencionar a quadrilha como uma forma de lazer, mas identificar a quadrilha como um espaço institucional e associativo em que o jovem se depara para dançar, brincar e ao mesmo tempo cumprir com as regras e normas dos ensaios, dos passos, do comprometimento. Frise-se a ideia de uma juventude plural que não está fechada e incomunicável com outros estilos, lugares e possibilidades da vida cotidiana.

Trago aqui a quadrilha enquanto um espaço social institucional. A quadrilha transforma os espaços físicos em espaços sociais ao darem significados particulares, ressignificando os locais dos ensaios como, por exemplo, o local de ensaio da Quadrilha Apaga Fogueira – a Escola Municipal Maria Thétis Nunes. Da mesma forma que muitos autores têm a cidade como cenário ou plano de fundo para analisar as juventudes, trato a quadrilha enquanto um cenário propulsor de relações sociais diversas, lugar de articulação, espaço das sociabilidades e existência de relações de poder. Um espaço social que possibilita as relações sociais, as sociabilidades entre os quadrilheiros, destes com a comunidade circunvizinha e com os expectadores tanto nos ensaios quanto nas apresentações. Essa sociabilidade entre os brincantes é visível e fundamental na discussão proposta.

Desta maneira, perceber como esses jovens se relacionam com seus colegas da mesma faixa etária e com outras faixas etárias é outro fator interessante ao tratar a quadrilha enquanto uma instituição. A sociabilidade é o reflexo das dinâmicas relacionais e como ocorreu em um determinado grupo de pessoas, em alguma situação relacionada à escola, à família, ao trabalho e às instituições.

A sociabilidade determina de certa forma, quais indivíduos estão inseridos ou excluídos, próximos ou afastados, em situações adversas e ocorre no cotidiano das pessoas, dos jovens. O que vale a esta discussão é que a sociabilidade também está presente nas instituições, nas associações e também na quadrilha junina.

> Mas, também, pode ocorrer no interior das instituições, seja no trabalho ou na escola, na invenção de espaços e tempos intersticiais, recriando um momento próprio de expressão da condição juvenil nos determinismos estruturais. Enfim, podemos afirmar que a sociabilidade, para os jovens, parece responder às suas necessidades de comunicação, de solidariedade, de democracia, de autonomia, de trocas afetivas e, principalmente, de identidade. (Dayrell, 2007:7)

A sociabilidade faz parte do universo do jovem. Nos processos de socialização por quais os jovens passam, por exemplo, família, escola, trabalho e na quadrilha acontece uma pluralidade do ator social sendo reflexo de um conjunto de vivências em variados contextos sociais.

No cotidiano dos ensaios, os jovens convivem com um considerável numero de relações sociais: os colegas quadrilheiros, o marcador, a diretoria da quadrilha, a presidente da mesma que estão imbuídos de associações e conflitos, regras a serem cumpridas, horários a serem seguidos, de vontades individuais e coletivas. Segundo Dayrell (2007) esse tipo de relação é «fruto da ação recíproca entre o sujeito e a instituição, esse processo, como tal, é heterogêneo».

Para a instituição social ser firmada enquanto uma organização fixa que perdura por vários anos, é necessária a presença da construção de uma memória dentro do grupo social. A memória narra a história do grupo e é passada das gerações mais velhas às novas. Foi de grande importância poder conhecer, através do diálogo, os elementos que representaram a história das quadrilhas, mas que não se perderam no tempo e no espaço, se perpetuaram na memória. Essas memórias foram reavivadas a cada entrevista, a cada momento evocado. Manter contato com essas pessoas ajudou a perceber o caráter coletivo que norteia a quadrilha.

É notável que as quadrilhas foram reinventadas e/ou reafirmadas no decorrer do tempo e assim, produziram uma memória sobre si mediante a linguagem e a comunicação. Essa memória faz com que o passado viven-

ciado perdure no presente. Deste modo, como escreve Marina Souza no livro "Pariti: A cidade e as festas", a festa produz uma memória que não é somente aquela que se tem de um evento, uma visão pessoal, individual, mas também aquela que é social e histórica, uma memória coletiva (SOUZA, 1994). E assim acontece com a quadrilha, ela cria uma memória que se constrói até o presente e é uma categoria que reafirma a instituição social a partir de uma construção constante.

1.3 Ser "Jovem" e "Quadrilheiro": Estilos de vida e processos de identificação?

Levar alegria ao público; ter orgulho da nossa tradição; ter amor pelo que faz; unir as pessoas, as gerações e as classes sociais; ter dedicação; amar a cultura; ter responsabilidade; é tudo, é a vida – essas foram as frases frequentemente mencionadas pelos entrevistados ao responderem a seguinte pergunta: o que é ser quadrilheiro? A partir do questionário, aplicado a 70% dos integrantes da quadrilha, ficou claro que há um discurso a respeito do que significa ser quadrilheiro para eles.[13] Desta forma, o termo quadrilheiro será analisado enquanto um processo identitário dinâmico, relacional e contextualizado que, quando acionado, evoca significados e representações próprias dos praticantes e adeptos a esta arte.

O termo quadrilheiro é utilizado para designar a pessoa que atua numa quadrilha junina dançando, nos bastidores e/ou na diretoria. Não cabe aqui tecer a historicidade do termo, mas construir analiticamente como ele é utilizado para identificar pessoas ou grupos sociais que fazem desta manifestação uma forma de lazer, com um determinado estilo de vida, uma identificação. Entender o que significa ser jovem e ser quadrilheiro para os integrantes da Apaga Fogueira é fundamental a esta análise. Para isso é importante mencionar e pensar sobre alguns elementos constitutivos, observadas em campo, desse processo identitário – "Ser Quadrilheiro": a) a ideia de pertencimento; b) a visão adultocêntrica que rege a quadrilha junina; c) o reconhecimento mútuo que a vivência em grupo proporciona; d) e os objetivos em comum.

Muitas vezes mencionado por eles, o termo quadrilheiro se tornou recorrente e chamou a atenção para entender qual o significado que ele estava sendo evocado nas conversas. Alguns momentos era para falar sobre um membro de outra quadrilha, tanto aspectos positivos quanto negativos, ora para falar de si mesmos e demarcar uma sensação de pertencimento a um grupo social como, por exemplo, "sou quadrilheiro da Apaga Fogueira", ou "sou quadrilheiro e dancei em várias quadrilhas". O termo engloba, nesse sentido, um pertencimento ao movimento das quadrilhas e não necessariamente a uma determinada quadrilha.

De acordo com Dayrell (2007) «o mundo da cultura aparece como um espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais, no qual os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil». Assim, não trato o termo enquanto uma identidade fixa e acabada, mesmo porque os atores sociais possuem papeis sociais e identificações diversas em seus cotidianos e transitam entre elas fluidamente, porém estão sempre buscando demarcar uma identidade.

O quadrilheiro transita entre as instituições quando isso se torna favorável a ele.[14] O que interessa ao jovem quadrilheiro é estar visível no cenário junino, além do lazer, das sociabilidades já mencionados. Transitar de uma quadrilha a outra não implica conflitos internos à maioria deles, tendo em vista que eles movimentam-se sem maiores problemas entre as quadrilhas. Ora convidados pelos diretores da instituição, ora pelo ganho do figurino para dançar, já que esse tem custo alto, ou pelo simples fato de quererem passear pelas instituições. Esse movimento de ir e vir, de transitoriedade espaço-temporal não se configura como um empecilho a essa geração. Ao contrário, se torna característica de uma geração e integra a construção do conceito analítico da categoria.. Isto pode ser reflexo de suas próprias vivências cotidianas e de suas sociabilidades como aponta Dayrell:

> Nessas diferentes expressões da condição juvenil, podemos constatar a presença de uma lógica baseada na reversibilidade, expressa

13 O questionamento "O que é ser jovem?, ou se ele/ela se considera jovem", não foi elaborada dessa forma direta, mas percebida na observação direta e não no questionário. Assim, trabalho o processo identitário quadrilheiro a partir do questionário e das observações diretas e as juventudes a partir do diário de campo.

14 Salvo situações em que o quadrilheiro faz parte da família fundante da instituição. Caso contrário os jovens sentem-se livres para transitarem e permutarem entre as quadrilhas.

> no constante "vai e vem" presente em todas as dimensões da vida desses jovens. Vão e voltam em diferentes formas de lazer, com diferentes turmas de amigos, o mesmo acontecendo aos estilos musicais. Aderem a um grupo cultural hoje e amanhã poderá ser outro, sem maiores rupturas. (DAYRELL, 2007:9)

Assim, transitoriedade passa a ser termo para designar as juventudes ao mesmo tempo em que desencadeia ideias sobre o sentido atribuído ao termo em meio a essa transitoriedade. A ideia de ser quadrilheiro traz uma junção de fatores que remetem também a temas clássicos na antropologia como estilo, produção de sentido, expressividades.

O estilo é fator crucial de análise sobre a categoria quadrilheiro ao passo que o termo nos transporta a uma maneira particular de se vestir, a uma música específica a ser dançada, a presença de um vocabulário diferente, a coreografias que tenham determinada base rítmica e à medida que isso é comungado pelos atores em cena impulsiona a produção de sentido. Desta forma, ser quadrilheiro remete a uma ideia de estilo de vida diferenciado, específico e ao mesmo tempo dinâmico e fluido. De acordo com Featherstone:

> A preocupação com o estilo de vida, com a estilização da vida, sugere que as práticas de consumo, o planejamento, a compra e a exibição dos bens e experiências de consumo na vida cotidiana não podem ser compreendidos simplesmente mediante concepções de valor de troca e cálculo racional instrumental. (...) os novos heróis da cultura de consumo, em vez de adotarem um estilo de vida de maneira irrefletida, perante a tradição ou o hábito, transformam o estilo num projeto de vida e manifestam sua individualidade e senso de estilo na especificidade do conjunto de bens, roupas, práticas, experiências, aparências e disposições corporais destinados a compor um estilo de vida. No âmbito da cultura de consumo, o indivíduo moderno tem consciência de que se comunica não apenas por meio de suas roupas, mas também através de sua casa, mobiliários, decoração, carros e outras atividades, que serão interpretadas e classificadas em termos da presença ou falta de gosto. (Featherstone, 1995:123).

Assim, não importa saber qual o momento que surgiu essa categoria, mas qual o sentido atribuído a ela quando mencionada. É a tradução da palavra e os seus usos que a torna uma construção social dotada de significação e sentido e como esse estilo pode se tornar um projeto de vida do participante. Tornar-se quadrilheiro é ganhar status social em relação aos outros jovens do bairro. Os «jovens ostentam seus corpos e, neles, as roupas, as tatuagens, os piercings, os brincos, dizendo da adesão a um determinado estilo, demarcando identidades individuais e coletivas além de sinalizar um status social almejado» (DAYRELL, 2007:6). Mostrar um estilo de vida não somente em produtos consumidos, como os figurinos para as apresentações, a maquiagem, mas também se comunicando através de suas atividades relacionadas a quadrilha. Exemplo dessas atividades são: marcar presença nos ensaios, respeito à hierarquização do marcador da quadrilha e reconhecimento das relações de poder existentes.

Nas entrevistas, ficou claro que os indivíduos com faixa etária entre 15 e 29 anos de idade sempre se referiam ao sentido de ser quadrilheiro como o momento de ter responsabilidade, de se unirem, de respeito a próximo. Remontando-se assim, a ideia de uma visão adultocêntrica que rege a instituição, o espaço social, permeado por regras instituídas ou costumeiras de respeito aos horários dos ensaios, do não uso de substâncias ilícitas, do traje utilizado nos ensaios, da responsabilidade em estar nos encontros, e, também da discussão acadêmica no incipiente projeto dos estudos juvenis, quando tratavam da juventude como um problema social.

Por outro lado, nos discursos da faixa etária que compreende os adultos e idosos, além de dissertarem sobre a importância da cultura, eles enfatizaram a união entre as gerações, classes sociais e culturais, o respeito, o companheirismo. Para ilustrar melhor trago uma tabela abaixo algumas respostas catalogadas no momento do campo e sublinho os termos que foram suscitados e despertaram interesse peculiar.

Tabela 1: Relação dos termos utilizados para definição do que é ser quadrilheiro.

Considera-se quadrilheiro? ( ) sim ( ) não. Por quê?
Faixa etária: 15 – 29 anos
"Gosto. Há muito tempo que acho bonito" (Homem, 27 anos).
"Gosto da união, *estar com as pessoas*" (Mulher, 26 anos).
"Significa *levar alegria*, a essência do São João para as pessoas dançando". (Mulher, 21 anos).
"Ter amor, paciência, *dedicação, responsabilidade e disciplina*. E acima de tudo respeitar aos companheiros. Fogueirinha do meu coração 2014" (Homem, 20 anos).
"Ser quadrilheiro é ter orgulho das nossas tradições, é manter vivo um momento cultural que na maioria das vezes é discriminado por políticos que estão no poder e não valorizam a cultura do seu país" (Homem, 28 anos).
"ter amor pelo que faz, *dedicação* e competência. E principalmente dançar bem. (Homem, 16 anos).
"Significa ser fiel, *disciplinado*" (Homem, 26 anos).
"Significa ter *dedicação* e amor ao que faz" (Dara Chagas, 18 anos).
"ter *responsabilidade*, respeito, união, dar o seu melhor para fazer bonito nas apresentações". (Mulher, 19 anos).
"o prazer de dançar não para nunca, ser quadrilheiro é dançar com amor, e mais do que isso é fazer da dança uma "Arte"." (Homem, 24 anos).
"É você mostrar dançando o que o temático quer mostrar nos arraiais" (Homem, 25 anos).
Faixa etária: 30 anos em diante
"Significa *unir todas as gerações* em prol de manter viva a tradição do São João no Estado. Quadrilha é *inclusão de todas as classes sociais e todos os níveis culturais*." (Mulher, 44 anos).
"Ser quadrilheiro é amar a cultura, principalmente no período junino. Manter viva a tradição no São João é dançar, é vibrar com o toque da sanfona, a batida da zabumba." (Homem, 30 anos).
"É dançar com *harmonia*, alegria, amor pela quadrilha e *fazer novos amigos*." (Mulher, 60).
"Contribuir com a cultura, transmitir emoção para quem a vê. *Sem distinção de cor, idade, sexo.* O importante é não deixar a tradição se acabar. Obs: Já dancei a mais de 25 anos. Dancei: Pé Quente, Pé de Chinelo, Forró da Maranhão, Chapéu de Couro, Apaga Fogueira, Levanta Saia." (Mulher, 47 anos).
"Adoro a cultura nordestina, tudo que se refere ao povo nordestino" (Mulher, 49 anos).
"Significa uma satisfação imensa de alegria, quando você ensaia você tem uma *terapia de paz*. Quadrilha significa manifestação folclórica que vem em *geração em geração*." (Mulher, 45 anos).

Fonte: Acervo Pessoal.

É notório que "ser quadrilheiro" tem sentido variado para as diversas gerações presente na quadrilha tomada como análise. A depender de quem se utiliza do termo, a quem se designa o termo e a forma como é usado, o sentido produzido toma proporções alargadas tornando esse processo identitário flexível e quebra as fronteiras do determinismo grupal. As palavras em itálico na tabela acima fomentam e remontam não somente ao sentido de "ser quadrilheiro", mas também a um sentido alegórico da ideia de juventude formulada no senso comum e que permeou o inicio dos estudos das culturas juvenis. Ideia essa construída sempre em relação às outras gerações, a uma fase da vida, a uma transição, e não um estado de ser. Termos como: dedicação, responsabilidade e disciplina trazem um ideário contrário ao que foi sendo construído com a categorização da ideia de juventude em momentos anteriores. Esses comportamentos são requeridos pela geração de adultos aos jovens integrantes e percebo a reprodução dos termos nos discursos desses jovens.

O processo identitário traz a ideia de algo dinâmico, móvel e em constante modificação. Aglomera também diferentes indivíduos com determinadas histórias de vida e papeis sociais. De acordo com Velho (2013):

> A complexidade e a heterogeneidade da sociedade moderno-contemporânea tem como uma de suas características prin-

> cipais, justamente, a existência e a percepção de diferentes visões de mundo e estilo de vida. Uma das questões mais interessantes e polêmicas é verificar até que ponto a participação em um estilo de vida e em uma visão de mundo, com algum grau de especificidade, implica uma adesão que seja significativa para a demarcação de fronteiras e elaboração de identidades sociais. (2013:62)

Desta forma, tratar o termo quadrilheiro não como uma identidade fecha e acabada, mas enquanto um processo de identificação é perceber a sua multivocalidade e seus diferentes sentidos. Uma "identidade" que pode ser discutida de forma contextualizada, relacional, em construção. É importante ressaltar que nenhuma identidade pode existir fora de um contexto, pois a análise do contexto social é fundamental. De acordo com Marcon e Ennes (2014):

> (...) os processos identitários precisam ser analisados, sobretudo, como expressão de relações de poder geradoras de estratificação, hierarquização e localização, mas também, por vezes, de transgressão social. Tal perspectiva se opões às análises pautadas exclusivamente na identificação de atributos e elementos que caracterizariam determinados grupos e expressariam suas identidades (como gênero, cor de pele, nacionalidade, tradições culturais, entre outros). Tais atributos seriam mais bem empregados na análise social se os considerássemos como marcadores produzidos ou construídos através das relações sociais tal como buscaremos destacar. (2014:286 e 287).

Desta maneira, a análise do processo identitário "quadrilheiro" se torna analítico a partir do momento que sua abordagem ocorre de forma relacional – de quem acionada o termo e em relação a quem ele é acionado. Desta forma, não perceber esse processo apenas pela notificação de seus trajes característicos, de sua música consumida, mas na produção de sentido gerada. Portanto, o processo identitário se dá na relação criada e negociada entre os atores sociais. Uma relação pautada, no caso dos quadrilheiros da Apaga Fogueira, nas relações de poder e numa regência social adultocêntrica – geracional.

De acordo com Pais, 2003, a juventude não necessariamente é um estado consciente de ser. Ou seja, o objeto de análise, a juventude, não necessariamente tem consciência de ser jovem e o imprescindível é perceber como esses grupos se afirmam. No caso da Apaga Fogueira e dos quadrilheiros, a afirmação ocorre por meio dos processos identitários acionados em seus cotidianos e no cenário do consumo o qual estão inseridos – os concursos de quadrilha.

Nesse contexto o Michel Agier também alude a algumas considerações sobre o assunto e traz uma discussão sobre as relações sociais em meios urbanos como um ambiente propício a modificações no sentimento de pertença a determinados grupos identitários como, por exemplo, étnicos, regionais. «Dito de outra forma, o processo identitário, enquanto dependente da relação com os outros (sob a forma de encontros, conflitos, alianças, etc), é o que torna problemática a cultura e, no final das contas, a transforma». (Agier, 2000).

Reconhecer o outro como membro importante no grupo, torna-se um fator de coesão para o grupo encarar um concurso, por exemplo. Pude elencar a partir das observações, que com o objetivo de estar entre as melhores quadrilhas do Estado, fez com que os integrantes se reconhecessem como parte da quadrilha, como membros indispensáveis à composição do todo. Entretanto, é notório que os indivíduos vivem em teias de relacionamentos com intuito de solidariedade e/ou desigualdade. Seja qual for a intenção, toda situação é negociada dentro da sociedade de forma interativa. De acordo com o campo, percebi que o reconhecimento do outro é fator primordial ao funcionamento do grupo. Esse reconhecimento não necessariamente aponta para aspectos positivos, mas negativos também. Fato ocorrido com o questionado nos ensaios relação aos atrasos dos membros e se torna mais aflorado nos dias de competição quando se encontram nervosos e apreensivos com a entrada em cena.

Essa relação social entre os membros se dá a partir da coadunação de objetivos em comum. Mesmo que alguns apontem seus anseios particulares em relação a sua participação como, por exemplo, estar na quadrilha com o objetivo de conhecer novas pessoas, de criar novas amizades, de dançar, de lazer, todos comungam a ideia que a quadrilha junina funciona como o espaço social que comporta todos os desejos individuais e, no caso da Apaga Fogueira, como uma forma de lazer no bairro, a possibilidade de participação em competições e a ampliação ciclo de amizades estabelecidos pelos membros – as sociabilidades.

Considerações finais

No decorrer da pesquisa, desde os primeiros contatos até a elaboração deste texto foi possível perceber o quanto a quadrilha é significativa para a comunidade local e para a história dos festejos juninos do Estado. Ela configura uma manifestação que envolve diversos setores sociais em volta de um período ligado a festas e celebrações no mês de junho. Como proposta de estudo, tornou-se visível que a quadrilha pode ser estudada e desvendada por vários ângulos e áreas do conhecimento, haja vista que figura um campo de estudo diversificado. Propus aqui uma análise desta manifestação cultural enquanto uma instituição na qual cada ator envolvido exerce um papel social com funções já determinadas previamente dentro do sistema organizacional da quadrilha junina.
Nesta análise, é notório que o caminho escolhido se debruça sobre os estudos das culturas juvenis, um campo recente nos estudos antropológicos, mas que vem crescendo nos últimos anos. Desta forma, a intenção inicial e a inquietação enquanto pesquisadora foi perceber como se constrói a ideia de juventude no interior de uma quadrilha junina e se há a proeminência desta categoria entre eles. Tornou-se claro que não há somente uma juventude quadrilheira, mas sim Juventudes. Essa funcionando em paralelo as outras gerações e, por vezes, dentro de cada geração, de cada faixa etária. Por exemplo, notifiquei que indivíduos da melhor idade consideravam-se jovens evocando ter vivacidade pra dançar e adultos quando chegavam no horário dos ensaios. Uma juventude acionada sempre de forma relacional.
Tornou-se claro também que as juventudes se adaptaram facilmente ao processo de industrialização da quadrilha quando ela se tornou um produto comercializável no cenário cultural. Essa forma fácil de enquadramento num sistema de consumo ocasionou algumas mudanças estruturais e estilísticas no processo de reconfiguração da quadrilha Apaga Fogueira. Fato relatado pela diretoria da mesma quando retratando o processo de transformação sofrido não somente com eles, mas com a cultura de uma maneira geral.
Ficou perceptível que ser quadrilheiro é um processo identitário em constante atualização e mudança. Acionar essa identificação remete a ideias de pertencimento, de reconhecimento do outro e de objetivos em comum. Para os jovens essa ideia atrelava-se à noção de responsabilidades e dedicação. No entanto, para os adultos traduzia-se na consciência harmônica entre as gerações, as diferentes etnias e as diversas classes sociais existentes no grupo social. Nesse âmbito, a questão geracional é parte fundante na análise das juventudes na quadrilha junina.

Referência Bilbiográfica

AGIER, Michel. *Distúrbios identitários em tempos de globalização*, (2001). Mana, 7 (2).

ALENCAR, Aglaé D'Ávila Fontes de (1990), *São João é coisa nossa*, Aracaju. FUNDESC/ Ed. J. Andrade.

AMORIM, Maria Alice, (2002), *Os rituais pagãos do ciclo junino.* In: BARRETO, José R. Paes & PEREIRA, Margarida M. de Souza (org). Festejos Juninos: uma tradição nordestina, Recife: Editora Nova Presença.

BECKER, Howard (2009), *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*, Rio de Janeiro: Zahar.

BRITO, Valfran (1990), *São João! Retrospectiva sobre um festejo que é nosso*. In: ALENCAR, Aglaé D'Ávila Fontes de. São João é coisa nossa. Aracaju: FUNDESC/ Ed. J. Andrade.

CASCUDO, Luís da Câmara (1988), *Dicionário do Folclore Brasileiro.* São Paulo: Edusp.

CIPRIANO, Waneska (2014) *Rogério: o músico-poeta do País do Forró.* Disponível em URL: http://www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=11130. [consultado em 02-06-14].

CHIANCA, Luciana de Oliveira (2006), *A festa do interior: São João, migração e nostalgia em Natal no século XX*, Natal: EDUFRN.

_____. (2010), *Quadrilhas Juninas: a aventura de uma dança palaciana no Brasil*, disponível em http://www.univesp.ensinosuperior.sp.gov.br/preunivesp/186/quadrilhas-juninas.html, [consultado em 10-06-12].

DAYRELL, Juarez (2006), *A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil.* Nuevos retos. Barcelona.

FEATHERSTONE, Mike (1995), *Cultura de Consumo e Pós-Modernismo*, São Paulo: Studio Nobel.

GIFFONI, Maria Amália Correa (1964), *Danças Folclóricas Brasileiras*, São Paulo: Melhoramentos.

MARCON, F. & ENNES, M. A. (2014) *Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder.* Sociologias, Porto Alegre, 16 (35) pp. 274-305.

MEAD, Margareth (1975), *Adolescencia, sexo y cultura em Samoa*. Barcelona: Editorial Laila.

PAIS, José Machado (2003), *Culturas Juvenis,* Lisboa: casa da moeda.

_____. (2005) *Jovens e cidadania*. Comunicação apresentada na sessão inaugural do Simpósio Internacional sobre a Juventude, no Rio de Janeiro, UFRJ.

REGUILLO, Rossana (2000) *Las culturas Juveniles: um campo de estúdio, breve agenda para la discusión.* México: Universidad de Guadalajara.

SANTOS, Eliseu Ramos (2013), *Festa, Tradição e Cultura Popular: Análise do processo de reconfiguração das quadrilhas juninas de Sergipe (1980-2000).* Monografia de Ciências Sociais. São Cristóvão, 2013.

SILVA, Priscila (2007), *A rua da festa: Ritual, Festa e Performance na Rua São João*. Monografia de Ciências Sociais: São Cristóvão.

SOUZA, Marina de Melo e (1994), *Parati: A cidade e as festas*, Rio de Janeiro: UFRJ.

TINHORÃO, José Ramos (2010), *Quadrilha, dos salões franceses às festas juninas.* Disponível em www.cliquemusic.com.br, [consultado em 15-06-12].

TRIGUEIRO, Oswald. *Apropriações do folclore pelos meios de comunicação de massa e pelo turismo: O caso concreto do São João de Campina Grande – Paraíba*, disponível em www no URL: htpp://www.bocc.ubit.pt/_esp/autor/autro.php?codautor=59, [consultado em 10-02-12].

VELHO, Gilberto (1985), *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. (2006) *Epílogo,* In: Culturas Jovens. ALMEIDA, Maria; EUGENIO, Fernanda. (org), Rio de janeiro: Zahar.

_____. (2013) *Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana,* Rio de Janeiro: Zahar.

O Mestre de Cerimônias (MC) da cultura hip-hop como jogador na pós-história

Tiago Lazzarin Ferreira[1]

Resumo: A comunicação tem por objetivo desenvolver uma reflexão a respeito da atividade artística do Mestre de Cerimônias (MC), que é um dos porta-vozes da cultura hip hop, à luz das noções de jogador e de pós-história, elaboradas por Vilém Flusser. Acredita-se que estas ideias permitam compreender a prática musical do MC como um meio de concretizar virtualidades não previstas pelos aparelhos e instituições que programam as informações e o funcionamento social na contemporaneidade. As informações produzidas por aparelhos, denominadas imagens técnicas, encobrem o vazio e a falta de fundamento das relações pessoais em contexto pós-histórico, enquanto o MC é responsável por revelar o absurdo acobertado pelas imagens técnicas.

1. Introdução

A presente comunicação tem o objetivo de desenvolver uma reflexão a respeito de algumas contribuições estéticas da cultura hip-hop, particularmente as produzidas pela figura do Mestre de Cerimônias ou MC, como este artista será denominado deste momento em diante, à luz da noção de jogador elaborada pelo filósofo tcheco-brasileiro Vilém Flusser (1998; 2007). Considerando-se os conhecimentos e habilidades musicais desenvolvidas pelo MC engajado na cultura hip-hop, o mesmo parece possuir características em comum com o *jogador*, personagem que simboliza o ideal de novo homem. De acordo com a concepção flusseriana, o jogador sintetiza informações novas de modo a preencher os espaços vazios constitutivos das imagens produzidas por aparelhos autonomizados da experiência humana.

Nas obras flusserianas são recorrentes as referências ao jogador, à virtualidade do brasileiro no melhor dos casos*, ao homo ludens* e ao artista, como exemplificações de um sujeito que se engaja nas relações em que vive enredado para superar a ausência de fundamento das mesmas. A seguir será apresentada a concepção de jogador para, em seguida, desenvolver uma reflexão circunstanciada a respeito das convergências entre o MC e o jogador.

O jogador, ou *homo ludens*, se tornou uma alegoria filosófica célebre por meio de Johan Huizinga, principalmente na obra *Homo ludens*: *o jogo como elemento de cultura* (1996). De maneira muito abreviada, a concepção deste filósofo consiste na ideia de que o jogo é um fenômeno cultural fundamental à civilização por ser tão ou mais significativo que as outras funções sociais responsáveis pelo raciocínio e pelo fabrico de objetos. Mediante a produção de imagens, o homo ludens expressa variadas possibilidades de ação e de pensamento que se articulam aos contextos de vida das sociedades de diferentes épocas e localidades, diferentemente das ideias de homo sapiens e de *homo faber* que estão calcadas nos valores culturais eurocêntricos. Com uma provável inspiração nas ideias de Huizinga, entre diversos outros autores literários e filosóficos, além daquelas pessoas com quem estabeleceu um profícuo diálogo, o pensador tcheco-brasileiro desenvolveu sua própria reflexão sobre a possibilidade de vivenciar a realidade pós-histórica considerando -a na sua dimensão de jogo.

---

1 Doutorando em Educação pela Universidade de São Paulo, mestre em Educação e bacharel em Ciências Sociais pela mesma instituição. Possui formação na Universidade Livre de Música – Tom Jobim, em instrumento popular, e integra o Grupo de Pesquisa de Políticas Públicas coordenado pela Prof. Dra. Mônica do Amaral que envolve pesquisadores e arte educadores que trabalham com o movimento hip hop em seus mais diversos aspectos. Atualmente se dedica à docência no ensino médio de uma escola pública estadual e à escrita da tese provisoriamente intitulada "Formação e engajamento no rap e no jazz". lazzarintiago@gmail.com

2. A concepção flusseriana de jogador

No decurso de numerosos ensaios, cuja preocupação primordial consistiu em sugerir diálogos e hipóteses que servissem para a orientação existencial do homem contemporâneo, Vilém Flusser (2011b) desenvolveu sua própria concepção de homo ludens, envolto por uma série de ideias e conceitos igualmente característicos de seu pensamento, tais como *imagem técnica*, *aparelho* e *pós-história*. Por isso, para melhor compreender a ideia flusseriana de jogador, é necessário introduzir, ainda que de maneira abreviada, aquelas outras ideias que delineiam o pensamento flusseriano.

No livro *Filosofia da Caixa Preta* (2011b), o autor define imagem como uma superfície que relaciona ideias magicamente. Em outras palavras, é a mediação entre o homem e o mundo, que abstrai dimensões da realidade e as torna bidimensionais como o são as figuras desenhadas nas cavernas. Por meio e a partir dessas figuras o homem representa o mundo e o compreende ao fazer o *scanning* das imagens. O homem olha o sol e o galo que canta, os desenha nas cavernas, e com o olhar descreve um trajeto circular sobre essas imagens. De modo que as conexões operadas pelo pensamento com base na circularidade da imagem se tornam extensivas a todas as demais formas de representar e conceber o mundo.

Esta é uma hipótese a respeito da ontologia de imagens pré-históricas, segundo a qual as informações imagéticas só adquirem significado a partir e por meio das múltiplas relações visualizadas na superfície onde estão inscritas, sem privilegiar um dos sentidos em detrimento dos outros. Neste contexto pré-histórico, que antecedeu a linguagem escrita, o sol explica o galo porque o galo explica o sol. As imagens predominantes em contexto pré-histórico são denominadas imagens tradicionais.

Segundo a hipótese flusseriana, as imagens tradicionais conduzem à idolatria, significando que as imagens passam a ser portadoras de uma importância maior do que a própria realidade vivida. As imagens tradicionais se transformam em espécies de biombos que separam ainda mais o homem da mesma realidade que se esforça por compreender. Os textos seriam meios de abstrair ainda mais as imagens tradicionais a fim de torná-las lineares, como se fossem fios condutores. Por isso, os textos rasgam as imagens e as tornam retilíneas, ensejando os sentidos de causalidade e necessidade. Como resultado disso, no contexto histórico, predominam os textos que explicam as imagens tradicionais.

Contudo, por sua progressiva e excessiva abstração, o texto se transforma em um novo biombo que afasta ainda mais o homem da realidade. Surge, novamente, a necessidade de explicar esses textos que se tornaram incompreensíveis, e este fenômeno é denominado textolatria. Com o propósito de relacionar os significantes e os significados textuais que se tornaram ininteligíveis, emergem as imagens técnicas que explicam os textos, que por sua vez explicam as imagens tradicionais. Uma vez mais, as imagens técnicas rasgam os textos e, consequentemente, abstraem outra dimensão da realidade de onde partem. Os códigos de textos que produzem imagens técnicas são os programas dos aparelhos, e consistem em números binários, pixels, pigmentos, ou qualquer outra espécie de *calculi* (pequenas pedras ou grãos). Por isso, as imagens técnicas podem ser manipuladas, compostas ou computadas de acordo com o programa do aparelho, que o homem supõe dominar enquanto, em verdade, mais é dominado do que o contrário disso.

No referido contexto, o homem é bombardeado por imagens produzidas por *aparelho.* A metáfora do aparelho é central para a compreensão da hipótese flusseriana sobre a situação existencial do homem contemporâneo, caracterizada pela crise de representação. Aparelhos são espécies de caixas pretas que funcionam de maneira automatizada e envolvem os homens que, aparentemente, são responsáveis por programa-los. Por exemplo, os fotógrafos em geral buscam dominar a técnica de fotografar, mas costumam ignorar os processos físicos e químicos que ocorrem no interior da máquina fotográfica na constituição da imagem, sem que isso interfira na sua compulsão por disparar flashes. A imagem fotográfica, protótipo da imagem técnica, é sintetizada por diversos processos programados por um aparelho, dispensando o usuário de conhecer e interferir na produção imagética.

Consequentemente, as imagens técnicas controlam a ação do fotógrafo, que se comporta em função do programa inscrito no interior da caixa preta, de modo a realizar aleatoriamente as virtualidades do aparelho. O fotógrafo, cuja consciência está reificada, age como funcionário programado por um grande aparelho, que visa esgotar todas as virtualidades tecnológicas a cada novo clique disparado.

A caixa preta e o fotógrafo-funcionário são metáforas para uma situação existencial própria do contexto em que prevalecem as imagens técnicas, denominado *pós-história* pelo filósofo. Aparelhos ou caixas pretas são as próprias instituições no interior das quais o homem deve agir, seja para realizar ações corriqueiras, como tirar fotos para emitir o documento de identidade e o passaporte, seja para ascender em sua carreira profissional, o que demanda a apresentação desses mesmos documentos. Todas essas ações não são deliberadas e espontâneas, mas cumpridas cotidianamente sem a necessidade de criação de um sentido propriamente humano.
Consequentemente, a ação programada por aparelho se torna uma função de um jogo cujas regras passam a ser simplesmente obedecidas pelo funcionário, mesmo quando este tem a impressão de que tais regras foram criadas de acordo com a sua própria vontade. Trata-se, portanto, de uma situação existencial absurda, que tende à entropia. Esta entropia consiste na alienação dos homens dos meios de produção e da fruição material e cultural, uma vez que as forças produtivas se autonomizaram completamente. Significa também a perda de fundamento na formação das redes de relacionamento, transformadas em meras funções programadas por aparelho. A aparência das relações sociais nada mais encobre do que a simples superficialidade que reforça o individualismo e a indiferença recíproca.
O homo ludens é a representação do sujeito que, em contexto entrópico ou pós-histórico, reconhece o absurdo de ser funcionário em jogo programado por uma caixa preta, e consegue quebrar as regras do jogo dentro das próprias regras programadas pelo aparelho, sem a necessidade de mudar o aparelho e suas regras. O jogador consegue perceber as lacunas do jogo e as preenche com informações que não estavam previstas pelo programa. Ele cria regras que se sobrepõem às já existentes porque consegue concretizar informações que, anteriormente, existiam apenas como possibilidade ou, nos termos flusserianos, virtualidade.

3. O jogador e o ovo de Colombo

Apesar do filósofo não ter utilizado o exemplo a seguir, o jogador que realiza virtualidades não codificadas pelo aparelho tem um significado semelhante à conhecida história do "ovo de Colombo". Para quem não conhece este folclore, trata-se de uma história que envolve o célebre navegador português e serve como metáfora para demonstrar como os desafios que parecem ser extremamente complicados são, em verdade, extremamente simples, embora isso só seja percebido depois de solucionados. Colombo estaria contando em um banquete qual o segredo de seu enorme feito do descobrimento da América por meio de uma comparação com o truque do ovo: ele desafiou os presentes a colocarem-no em pé sobre uma de suas extremidades. Todos aceitaram, mas falharam no intento. Foi quando o lendário navegador espanhol cumpriu seu desafio, quebrando levemente uma das extremidades e colocando o ovo em pé. Aqueles que presenciaram a cena reagiram afirmando que esse expediente não deveria ser considerado válido, mas Colombo retrucou que fato semelhante havia ocorrido com o descobrimento da América: qualquer pessoa poderia realizar sua façanha, desde que simplesmente tivesse a ideia antes dele[2].
Os esportes também são ricos em exemplos de jogadores no sentido flusseriano, e não simplesmente no sentido de jogadores-esportistas, quanto à realização de façanhas por uma espécie de atleta que está à frente de seu tempo, que se diferencia do atleta-funcionário que é mais comum no contexto pós-histórico. Esses jogadores-esportistas que mais se parecem com artistas se destacaram por perceberem possibilidades que seus contemporâneos não conseguiram visualizar ou realizar. Este é o caso de Pelé, Michael Jordan, Garrincha, Muhammad Ali, e tantos outros que, por coincidência ou não, têm em comum o pertencimento à ancestralidade negra. Um simples exemplo pode ser oferecido através de Garrincha. Este jogador de futebol, que ficou conhecido pelas pernas tortas, transformou este suposto defeito genético em uma qualidade reunindo diversas outras habilidades, entre as quais: a velocidade, o domínio técnico da bola, da espacialidade, além de outros fatores dificilmente mensuráveis, como a malandragem ou mandinga que remetem ao capoeirista e a outros domínios de jogos enraizados nas culturas negras.

---

2 A história atribuída a Cristóvão Colombo, segundo pesquisadores como Voltaire, na verdade se refere ao arquiteto italiano Felippo Brunelleschi, que viveu entre os séculos XIV e XV, e foi o responsável pela conclusão da catedral Santa Maria Del Fiore, em Florença.

O papel da ancestralidade negra para o jogador será discutido ao final desta comunicação e, por isso, neste momento, apenas é pretendido indicar a síntese de uma diversidade de conhecimentos reunidos por uma mesma tradição e cultura como um meio para conceber outras possibilidades de vida. Com efeito, o exemplo flusseriano do jogador é extensível a qualquer atividade humana, uma vez que a hipótese do aparelho abrange todas as esferas da vida social, assim como seu elemento característico, as imagens técnicas.

O filósofo tcheco-brasileiro indicou que o *engajamento* na coletividade e na dimensão estética da existência é um recurso necessário para a superação do tédio existencial característico do contexto pós-histórico, e pode ser exemplificado pelas figuras do *brasileiro no melhor dos casos* (FLUSSER, 1998), do *artista*[3], e do próprio jogador. Tanto o jogador quanto o artista se caracterizam por sintetizar informações novas e realizar aquilo que existia apenas como possibilidade. Ambos os personagens não criam nada absolutamente novo, apenas concretizam virtualidades que se encontravam latentes. A síntese do artista e do jogador é realizada por gesto deliberado que, mais do que uma simples mistura de informações assimiladas de modo acrítico, produz informação nova, ao integrar e preservar seus elementos constitutivos em uma totalidade *sui generis*. Por isso não pode ser meramente prevista e codificada por aparelhos.

Bastava apenas a iniciativa ou o engajamento para que as virtualidades fossem concretizadas por um simples gesto. O gesto artístico, que é essencialmente um gesto corporal que extrapola a capacidade do aparelho de controlar as funções exercidas por seres humanos, preenche os espaços vazios que compõem as imagens técnicas. O preenchimento deste vazio consiste na exposição da superficialidade das imagens, de modo que o gesto expõe o absurdo e a falta de fundamento. Ao denunciar esta ausência, cria-se um sentido humano para uma realidade progressivamente desumanizada.

Diante do acima exposto, questiona-se: de que modo o diálogo proposto por Flusser[4] a propósito da hipótese da pós-história, do aparelho, das imagens técnicas, do jogador e do engajamento na arte – e mesmo a ideia do ovo de Colombo suscitada pelo pensamento flusseriano – se articula com a prática artística do Mestre de Cerimônias da cultura hip-hop? Esta questão será dialogada a seguir.

4. O jogador e o MC

O MC é um personagem central para a cultura hip-hop. Ao lado do Disque-Jóquei (DJ), que possui diversas habilidades no manuseio de aparelhos tecnológicos, extraindo deles sons que não foram previstos pelo programa do aparelho, o MC é responsável por denunciar a superficialidade do mundo programado por aparelho. Um dos desafios que integram a rotina do MC é lidar com situações musicais que exigem a improvisação. Há, inclusive, modalidades consagradas na cultura hip-hop que privilegiam a improvisação, como é o caso das batalhas do *freestyle rap*. Nesses eventos, os MC´s são desafiados a produzir o melhor rap por meio da improvisação, significando que devem expressar seus sentimentos e pensamentos com versos que mantenham o *flow*, que é o fluxo de rimas encaixadas sobre uma base rítmica. A batalha tem o propósito de aprimoramento dos MC´s individualmente e do conjunto por eles formado, contribuindo para fortalecer a coletividade no interior da cultura hip-hop, ao invés de promover a competitividade e o individualismo, que são combatidos por essa mesma cultura.

A habilidade desenvolvida nas batalhas do freestyle rap aumenta o repertório e o conhecimento dos participantes para confrontarem seus reais inimigos, que são as instituições opressoras e responsáveis pela miséria material de grande parte da população, principalmente da população negra das periferias. Nesses duelos, os MC´s conseguem canalizar eficazmente a energia necessária para promover outras possibilidades de relações humanas baseadas na afirmação de suas identidades e no fortalecimento da autoestima. Entretanto, além da dimensão estritamente social, outro aspecto deve ser considerado, que é de ordem estética.

Frequentemente são tecidos comentários a propósito das condições socioeconômicas adversas que inspiram as letras de rap, mas com menor frequência se atenta para as adversidades do ponto de vista da criação musical

3 IDEM, 2011a

4 OP.CIT.

que os MC´s demonstram êxito em superar. Com efeito, não é possível simplesmente dissociar a esfera da produção econômica da esfera da produção artística porque elas estão relacionadas dialeticamente, como o próprio Flusser[5] defenderia por meio de sua concepção de síntese. Contudo, é possível observar que a linguagem musical do rap é marcada pelo modo com que são resolvidas as limitações materiais e musicais impostas aos seus adeptos, superando as determinações puramente econômicas.

Assim como o DJ extrai do pick-up sons que não podem ser deduzidos ou previstos a partir dos programas dos aparelhos, o MC potencializa a transmissão das mensagens da música rap por meio de elementos estéticos que devem ser considerados enquanto tais. A composição e a improvisação do rap realizam a síntese de conhecimentos rítmico-musicais, históricos, poéticos, corporais, oratórios, etc., que se colocam a serviço da publicação da experiência individual. Nesse sentido, o rap transcende a figura do MC, ao expor a superficialidade dos discursos de dominação, que parecem encobrir algo além de si mesmo, mas de fato nada encobrem.

A dimensão política do rap no interior da cultura hip-hop se traduz pela reverberação deste ritmo sobre seus adeptos, convidando-os a participar ativamente das músicas, e não apenas pelas letras consideradas simplesmente do ponto de vista de seu conteúdo de protesto e de denúncia social. É provável que as habilidades desenvolvidas pelo MC sejam apreciadas pelo público como atributos sobre humanos dos heróis, no sentido clássico de representantes de uma coletividade, em contraposição ao herói individualista contemporâneo. As habilidades do MC são percebidas como valiosas justamente porque nada encobrem além de si mesmas e ao mesmo tempo penetram na realidade modificando-a. Ou seja, as habilidades heroicas dos MC´s são perfeitamente realizáveis e concretizáveis e, além disso, se apresentam enquanto tais, sendo acessíveis a todos aqueles que se engajam na música ou na cultura hip-hop.

Diferentemente de outras músicas, o ensino do rap não está condicionado às instituições como escolas, conservatórios, etc., embora esta arte não seja menos complexa do que quaisquer outras. A única condição de formação de um MC é o engajamento na coletividade, que pode ser a cultura hip-hop. Embora o rap possa ser aprendido e produzido fora desta mesma cultura – o que de fato ocorre muito frequentemente – ele pode se tornar um mero estilo musical comercial, ou até mesmo pode ser considerado como música ligeira, quando perde o vínculo com a dimensão da coletividade. De modo que uma letra politizada pode ser cantada com o ritmo do rap, o flow do rap, etc., mas mesmo assim não irá reverberar no ouvinte como um autêntico rap, identificado com a cultura hip-hop, porque a simples reprodução técnica da música não é capaz de substituir a experiência cultural legada historicamente.

Por isso, alguns MC´s consideram que o rapper não é necessariamente um MC, mas o inverso não é verdadeiro. A formação do MC é diferente da de um rapper que não é MC porque o primeiro se identifica com a cultura hip-hop, enquanto o segundo pode aprender as técnicas do rap de maneira descolada da cultura que o engendrou. Por isso o MC, e não o rapper simplesmente, se aproxima mais da figura do jogador proposta por Flusser, na medida em que aquele consegue dispor de pouco para produzir muito. Este feito heroico baseia-se unicamente nas sínteses realizadas a partir e por meio de elementos reais e concretos, disponibilizados e ancorados em uma cultura ancestral.

5. O papel da ancestralidade negra na pós-história

A ancestralidade que fundamenta a cultura hip-hop faz emergir conteúdos que anteriormente foram sufocados e afastados da consciência durante o processo de colonização e dominação cultural de povos brancos de origem europeia ao redor do mundo. Alguns elementos que simbolizam as tradições africanas são responsáveis por colocar o indivíduo em contato com a coletividade que o ampara e o fortalece. Os modelos convencionalmente reunidos sob a denominação culturas negras, a despeito de toda a diversidade no interior de tais culturas, são transmitidos de geração a geração por meio de expressões artísticas que compreendem desde a confecção de máscaras e esculturas até a música e a dança. Referem-se a paradigmas de pensamento que articulam o particular e o universal, o individual e o coletivo, que são exemplificados pelos jogos de pergunta e resposta que compõem os diálogos e a improvisação, e são concretizados tanto nas rodas de capoeira, quanto nas rodas do *break dance* e do freestyle rap.

5 IDEM, 1998

Um tipo semelhante de experiência envolvida na narração de histórias dos *griots* é atualizado nas mensagens transmitidas tanto pelos MC´s quanto pelos mestres de capoeira e até mesmo pelos cantores de *Blues*. A práxis vinculada à ancestralidade negra e à diáspora africana proporciona formas de conceber, de agir e de estar no mundo que se apresentam como alternativas aos padrões estabelecidos pela cultura dominante na contemporaneidade, cujo paradigma de pensamento é constituído pela excessiva ênfase nos princípios lógicos de linearidade temporal e espacial, separação, causalidade, determinação e previsibilidade dos fenômenos (MORIN, 1995).

Contudo, o modelo de pensar e agir que emerge das expressões culturais negras e africanas não visa substituir a ontologia dominante: apenas permite visualizar possibilidades que transcendem a realidade limitada pelo racionalismo exacerbado, ao evidenciar concepções como, por exemplo, a temporalidade circular, a unidade formada pelo tempo e espaço e pelo corpo e pensamento, etc. Conforme foi comentado anteriormente, de acordo com a hipótese de Flusser (2011a), esta ontologia é predominante nas sociedades pré-históricas, que se caracterizam pelo predomínio das imagens tradicionais.

Em contexto pós-histórico, seria desejável dispor de um repertório cognitivo e de sensibilidade com abertura suficiente para a orientação nas situações existenciais as mais diversas ou adversas e, além disso, permitisse elaborar um sentido humano a partir destas mesmas situações. O sujeito desapegado de um esquema de pensamento determinado teria condições de autodeterminação e identificaria com maior perspicácia as virtualidades que ainda não foram concretizadas. O desapego a uma única fundamentação existencial é uma das principais características do jogador. Os ensaios de Flusser reunidos em *Bodenlos* (2007) sugerem ainda a semelhança do jogador com outro tipo de personagem: o estrangeiro ou o apátrida. O sujeito sem pátria é justamente aquele que é capaz de reconhecer sua morada no outro e não apenas na exterioridade material e da natureza. Por isso ele é maleável e adaptável às condições inóspitas de um país ou população estranha e, mesmo assim, preservar sua integridade de acordo com sua história.

6. A título de conclusão

As ideias flusserianas parecem convergir para o desenvolvimento da reflexão sobre o caráter de artista, de jogador e de estrangeiro do MC, que geralmente é um sujeito periférico, no sentido de resistir a ser assimilado à ordem vigente. Ao mesmo tempo, este membro da cultura hip-hop parece ter êxito em operar tanto no nível simbólico quanto no nível da realidade concreta a inversão de jogar o sistema que o oprime contra ele mesmo. Esta operação é realizada como uma espécie de alquimia e de processo medicinal que transforma as substâncias nocivas ao homem em seu contrário, dispondo apenas de elementos que podem ser encontrados da maneira mais trivial no próprio ambiente em que se vive – e por este mesmo motivo são concebidos como soluções incomuns.

O veneno das imagens produzidas por aparelhos de dominação que o MC experimenta e entorpece seus sentidos e de seus companheiros é assimilado dentro de seu próprio corpo e, em seguida, é transformado em antídoto para o estado de entropia da sociedade pós-histórica em que vive enredado. Realizando os versos que estavam submersos nos espaços da cidade que permaneciam invisíveis para o poder público e agora saltam aos ouvidos e calam fundo na alma. Os antepassados encontram na voz do MC uma possibilidade de cicatrizar as feridas no momento em que elas são expostas nos versos, rimas e improvisação do rap.

Referências

FLUSSER, V. Fenomenologia do brasileiro. Rio de Janeiro, Eduerj, 1998.

_____. Pós História: vinte instantâneos e um modo de usar. São Paulo, Annablume,2011a.

_____. Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia, São Paulo, Annablume, 2011b.

_____. O universo das imagens técnicas: Elogio da superficialidade. São Paulo,Annablume, 2008.

_____. Bodenlos, São Paulo, Annablume, 2007.

HUIZINGA, J. Homo ludens: o jogo como elemento de cultura. São Paulo, Perspectiva,1996.

MORIN, E. *Ciência com consciência.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6a ed. 1995.

"Põe os vídeos na internet!": Experimentando com métodos de pesquisa visuais colaborativos.

Andrea Moreira
moreirandrea@gmail.com

Resumo: "Eu quero fazer um vídeo sozinho a dançar muitas músicas! Quero colocá-lo na internet para que todos possam ver. Quero ser famoso!" expressou Stalon. Desde Fevereiro de 2012 tenho vindo a acompanhar a vida de Stalon e outros jovens da sua geração que constituem um grupo de cerca de 15 jovens do sexo masculino que se referem ao mercado de Xipamanine, em Maputo, como o seu local de sustento ou a sua casa. Nesta pesquisa utiliza-se o audiovisual e entende-se a criação de imagens como instrumento de produção de conhecimento, explorando as potencialidades e os limites de uma metodologia visual colaborativa. A análise dá conta das negociações efetuadas ao longo do processo, evidenciando as dinâmicas de poder e participação numa perspetiva reflexiva.

Palavras-chave: vídeos, dança, corpo, jovens, Moçambique

Este texto explora questões metodológicas de uma etnografia que pretende entender a performance de masculinidades através da produção colaborativa de material audiovisual. Desde fevereiro de 2012 tenho vindo a acompanhar o dia a dia de um grupo de jovens que se referem ao Mercado de Xipamanine em Maputo como o seu local de sustento e em alguns casos, e momentos, a sua casa. O grupo era inicialmente constituído por cerca de 15 jovens do sexo masculino com idades compreendidas entre os 17 e os 26 anos. Conheci grande parte deste grupo de jovens no ano de 2008 aquando da pesquisa realizada para a minha tese de mestrado. Na época eles participavam num projeto de uma organização sem fins lucrativos – "Centro de Encontro" - que apoiava meninos da rua no Xipamanine. Durante três meses, de setembro a dezembro de 2008, colaborei com esta organização e convivia diariamente com estes jovens. Quando iniciei o projeto de doutoramento não tive dúvidas que queria voltar a Xipamanine e procurar trabalhar com eles. Interessava-me conhecer as suas trajetórias, perceber de que formas estes meninos se tornavam homens. Passados mais de três anos aventurei-me pelo mercado na esperança de encontrar algum deles. Foi uma surpresa encontrar vários. Conheci novos membros do grupo e soube de noticias de outros que não estavam, ora porque tinham voltado para as suas casas, ou tinham ido para a África do Sul, outros estavam na cadeia e ainda, a noticia triste que um tinha sido assassinado na sequência de um assalto que efetuara com arma de fogo.

I. "A vida é dura no Xipamanine"

Era a primeira vez que via Stalon, não o tinha conhecido em 2008 embora ele já frequentasse o mercado na época. Recordo que a figura dele me impressionou. Alto, magro, com o corpo repleto de tatuagens, o cabelo trançado de uma forma singular e as sobrancelhas pintadas de preto, um jeito de falar e movimentar-se um tanto teatral. Fui descobrindo que Stalon tem esta característica de camaleão, renovando o seu estilo com frequência. Sobre as suas tatuagens ele explicou: "O braço esquerdo é o braço da mulher, com rosas, que é sinal de quem gosta de namorar. É com esse braço que eu abraço as pitas". O braço direito por outro lado é sobre a "falta de respeito" com *fuck you*, folhas de suruma (cannabis), facas, armas, e assim por diante. O corpo alto e magro de Stalon é, de certa forma, uma demonstração pública das suas habilidades como tatuador. Quase todos os dias a máquina de tatuagem caseira de Stalon é colocada em ação. De acordo com o seu amigo Machance, "ele escreve todos aqui, em Xipamanine todos estão escritos por Stalon".
Stalon passava o dia a dia no mercado de Xipamanine, voltando para casa à noite. Ele vivia com um dos seus irmãos, a cunhada, uma tia e as suas primas num bairro vizinho. O seu rendimento advinha das tatuagens e

dreads que fazia. Esporadicamente, principalmente na época mais fria quando menos pessoas se interessavam em fazer tatuagens, ele fazia alguns *biscates*, tais como transportar caixas de cerveja. Ele não se envolvia em pequenos furtos ou situações de violência física como grande parte dos seus amigos. Stalone dizia que não é como os outros, ele nunca se envolve nas confusões deles, mas gosta de dançar e ambiciona ficar famoso pela dança. "Essa é que é a minha cena" dizia ele.

O bairro de Xipamanine, no distrito de Chamanculo[1], é um dos bairros mais antigos de Maputo e abriga um dos maiores mercados da cidade. O distrito de Chamanculo é descrito como aquele com maior densidade populacional da cidade. Os jovens, com menos de 30 anos de idade, constituem mais de metade da população do distrito (Instituto Nacional de Estatística, 2012). A maioria dos quais, confrontados com o acesso limitado à educação e oportunidades de emprego, subsistem à margem da economia informal, envolvidos em atividades de comércio de pequena escala ou prestando serviços de baixo custo.

Alguns dos meus interlocutores ganhavam a vida através de *biscates* e trabalho temporário mal remunerado, enquanto outros se envolviam em pequenos furtos. O trabalho, por vezes, extremamente exigente fisicamente, é muito mal pago e assim, consideram um esforço inútil preferindo arriscar envolvendo-se em atividades ilícitas. Com a exceção de alguns jovens do grupo, todos já tinham entrado na cadeia, pelo menos uma vez. Em alguns casos as relações com os familiares eram tensas e quando o dinheiro não chegava para pagar uma renda optavam por dormir ao relento no mercado. Em suma, os indivíduos do grupo compartilham a situação de outros jovens no contexto urbano pelo mundo fora que não têm emprego, nem formação, bem como acomodação própria, passando a maior parte do seu tempo na rua, ou na cadeia.

Os espaços ocupados pelos jovens no mercado não são espaços livres. Uma relação satisfatória com o proprietário tem que ser mantida. Comportamentos considerados inapropriados pelos proprietários dão direito a expulsão. O grupo costumava ficar perto do depósito de garrafas, mas os repetidos confrontos verbais e por vezes físicos entre eles ou com outros, principalmente decorrentes do consumo excessivo de bebidas alcoólicas acabaram por cansar o proprietário daquele espaço. Alguns movimentaram-se então para o prédio do antigo cinema Olympia, outros para o armazém de carvão. Claramente, eles instalavam-se em pontos estratégicos, onde têm facilitado o acesso a certas comodidades, como uma torneira de água, um lugar para lavar roupa e tomar banho, um espaço à sombra onde se possam sentar ou deitar. O local deveria ser também interessante para garantir algum dinheiro, onde podiam ser contratados para algum biscate. Trabalho, sendo biscates (carregar mercadorias por exemplo) ou pequenos furtos, ocorria de forma intermitente durante o curso do dia. Regularmente um membro do grupo era levado pela polícia para a esquadra para interrogatório. Esta é uma característica comum na vida dos rapazes e o encarceramento depende mais dos seus recursos para se libertarem do que do sistema de justiça em si mesmo.

"A vida é dura no Xipamanine", afirmou Machance, que abandonou sua casa quando criança e cresceu nas ruas da baixa e mais tarde no mercado de Xipamanine. "Não há trabalho. Acabamos passando os dias assim, sem nada para fazer. Antigamente, na baixa havia muito trabalho, como a limpeza de carros e as pessoas pagavam bem. Hoje em dia, esta cheio! Muitos estão vindo de outros distritos. Além disso, a polícia pode te ver dormindo na rua e vir te chatear. Eu prefiro ficar aqui. Fazer as minhas coisas aqui (no Xipamanine)". Contudo, noutras alturas Machance dizia-me que sentia a necessidade de sair de Xipamanine, pelo menos por um tempo. Ele explicava que não ficava bem estar sempre ali onde todos o conhecem e sabem que ele não trabalha, que "é só ficar..." "Às vezes meus familiares vêm aqui no Xipamanine, começam a dizer mas você, estás a fazer o quê aqui no Xipamanine!? Fazer de molwene[2] aqui! Começam já a falar e eu não estou a apanhar moral de ficar com eles. Mas, em casa eu não saí através de problema, de nada... através do quê, bem bem eu nem sei através do quê. Mas o meu coração, para eu ficar em casa, já não está bom. A life já está aqui na rua. Aqui no Xipamanine."

---

1 Kanhlamankulu e Ximphamanini seguindo a ortografia bantu. Dizem que o nome deriva de uma árvore – Xi m'phamana – que ali existia quando nasceu o mercado.

2 Molwene (ou Molweni) é um termo muito popular em Maputo para se referir a meninos da rua ou pessoas que vivem na rua, que vivem do lixo, ou que têm um estilo de vida "fora da norma".

Machance sempre me falava do seu desejo de ir para a África do Sul, "tentar a vida por lá". Pernoca, um dos rapazes do grupo, comentou que quando Machance juntasse dinheiro suficiente para ir para a África do Sul, ele iria se encaixar muito bem, as pessoas iriam gostar dele por causa do seu estilo. "Já viste que ele anda como um majonjoni!"[3] exclamou imitando o jeito de andar do amigo, com a mão no bolso, levantando uma perna, como se ele mancasse um pouco. De facto, Machance conseguiu. Esteve cerca de 6 meses em Cape Town. Quando voltou comentou que não gostou de lá estar, que a vida era difícil. "Está a se sofrer lá", disse. Depois de voltar, Machance não ficava muito no Xipamanine, pelo menos não durante o dia. Outros, no mercado, incluindo os amigos, diziam que ele mudou muito. "Agora brinca nos becos do Chamanculo, aqui só vem à noite, virou morcego!" exclamavam.

Desde que iniciamos a pesquisa foram muitos os movimentos dentro do grupo, entre estadias na cadeia e mudanças para outros locais da cidade e fora dela. O grupo, que inicialmente era formado por cerca de 15 jovens, foi se fragmentando. Stalon destacava-se. Tirando uma fase em que ele esteve doente, sempre que eu ia ao mercado encontrava-o e conversava com ele. Assim, Stalon surgiu como o meu interlocutor mais presente, e o qual eu conheci melhor. Foi dele que partiu a ideia de fazer vídeos de dança. Quando um dia me pediu que o filmasse a dançar os outros logo seguiram o exemplo.

II. Produzindo música e vídeos

Quando iniciei o projeto tinha a perceção que a máquina de fotografar/filmar poderia constituir um instrumento de aproximação e colaboração com meus interlocutores, para além de facilitar o acesso às suas vivências estéticas e experiências sensoriais. Nesta pesquisa, a máquina não é usada como um instrumento de gravação objetiva, mas como um meio pelo qual se desenvolve ou produz um conhecimento partilhado.

Na antropologia sempre se usou a imagem (a fotografia e mais tarde o vídeo), mas apenas nos anos 1970 é que a disciplina de antropologia visual foi reconhecida academicamente. Inicialmente os antropólogos investiam nas fotografias como meio para obter uma gravação mais objetiva das suas observações e reduzir a subjetividade das suas notas de campo. Mas a suposta objectividade da imagem foi rapidamente posta em causa e começou-se a perceber que as imagens não eram menos subjetivas que o texto. A partir desse momento a imagem começou a ser usada de uma forma mais reflexiva de modo a melhor descrever e compreender a experiência sensorial "do outro". A antropologia visual de hoje dá prioridade à intersubjetividade e à colaboração com os seus interlocutores (Pink, 2011). Para além de envolver ativamente os interlocutores no processo de construção de significados, a utilização relacional e criativa da máquina de fotografar/filmar pode estimular a ocorrência de eventos inesperados e levar os interlocutores a exibir novos aspectos de suas identidades (Favero, 2013).

Neste sentido, não quis dar indicações ou diretrizes, apenas expliquei que se estivessem de acordo eu levaria a máquina sempre comigo e eles poderiam usá-la para fotografarem ou filmarem o que desejassem. No primeiro dia que a levei todos quiseram tirar fotografias comigo, fazendo poses, com a mão em cima do meu ombro ou o braço à volta da minha cintura. Nos dias seguintes, tiravam fotografias entre si evidenciando as suas tatuagens, e por vezes, as suas cicatrizes. Depois de algumas semanas Stalon pediu que eu o filmasse a dançar. Esta iniciativa de Stalon despertou de imediato o interesse dos seus amigos, em particular de Machance, que juntos foram os maiores mobilizadores deste projeto.

Eu tinha as minhas próprias expetativas sobre o material visual ou audiovisual que era para ser criado e a sua utilização. Fantasiava sobre como fazer uso de novos medias e tecnologias digitais, por exemplo exposições virtuais, bem como projeções no próprio mercado. Mas os jovens estavam mais interessados na produção de vídeos de dança, e gravação dos mesmos para DVDs. Estes DVDs eram vistos entre amigos no mercado, fazendo uso das inúmeras TVs e leitores DVD onde os comerciantes de música e filmes pirateados exibem os seus produtos. A certa altura começaram a reclamar da qualidade dos vídeos. Jekula disse-me "Tens que vir filmar com uma máquina grande que fica parada num sitio e nós dançamos em frente. Não podes ficar só a

3 Majonijoni é o termo aplicado para os homens moçambicanos que iam trabalhar nas minas. Também é usado para se referir a alguém que vive ou viveu na África do Sul.

filmar com tua máquina pequena". Jekula é o mais jovem do grupo. Não estudou e não tem emprego. Apesar dos seus avós terem uma casa no Xipamanine, ele dizia preferir dormir ao relento no mercado. "Eu sou um homem! Depois de uma certa idade você já quer ser independente!" justificou.

Houve um dia que eu tinha combinado fazer um vídeo com Stalon e Machance. Enquanto negociava com eles os pormenores da produção - onde iriamos filmar, quantas músicas, se haveria dinheiro para comprar uma garrafa de *Tentação*[4], etc. Jekula apareceu e interrompeu pedindo para dançar com eles. Informamos que naquele momento era para filmar apenas o Stalon e o Machance. Jekula ficou ofendido. "Fizeste apartheid! Escolhes aqueles que tu gostas!" disse-me ele mais tarde. De facto, Stalon e Machance dançavam bem e conseguiam coordenar os passos lindamente. Visualmente funcionavam bem juntos. Eles já se tinham preparado para o vídeo, tinham ensaiado os passos e tinham escolhido a roupa que iam usar. Jekula não sabia dançar bem. Algo que ele próprio admitiu mais tarde. A acusação de Jekula toca num aspeto fundamental do método de pesquisa - a dita colaboração é muito relativa. Existem sempre mecanismos de exclusão, e de inclusão, tanto por parte do antropólogo como entre o grupo de pesquisa. Naquele momento eu estava focada nos meus interesses estéticos. Estava, na realidade, a projetar a minha própria visão sobre como a dança deles se deveria manifestar.

Stalon e Machance aprenderam a dançar Kwaito com um amigo que veio da África do Sul. Kwaito é essencialmente uma música de dança. De modo geral, os instrumentais são feitos inteiramente de som sintetizado, uma fusão de batidas de música *house* mais lentas e percussões Africanas (Mhlambi, 2004). A dança carateriza-se por movimentos corporais repetitivos e muito rápidos, com uma coordenação rigorosa dos membros superiores e inferiores. Realizada normalmente em grupo ou em pares vestidos com roupa simples, tais como camisas, calças de perna curta, e sapatilhas tipo All Stars. O termo kwaito deriva da palavra amakwaitosi que significa "gangster" no jargão Sul Africano (Mhlambi, 2004). Surgiu na África do Sul no inicio dos anos 90, produzido e consumido principalmente por jovens dos *bairros* (Salkind, 2009).

As influências do país vizinho são múltiplas, incluindo estilos de vestir, línguas e géneros musicais. Desde o final do século XIX, trabalhar na África do Sul manteve-se uma opção comum para muitos homens jovens do sul de Moçambique, embora as oportunidades para encontrar trabalho nas minas sul-Africanas tenham diminuído drasticamente. Ir para a África do Sul, mesmo que por curtos períodos de tempo e, em alguns casos de forma ilegal, continua a ser percebida como uma espécie de rito de passagem para muitos jovens de Maputo (Vidal, 2010). Para os meus interlocutores a África do Sul era uma referencia incontornável. Eles não estavam interessados em qualquer dança, disseram que só se preocupam com kwaito ou house da África do Sul. Stalon uma vez comentou: "As pessoas vão pensar que este gajo aqui não é de Moçambique, ele é da África do Sul!"

Num dado momento os vídeos de dança que fazíamos já não os satisfaziam e demos um salto para um novo empreendimento. "Estamos fartos de dançar as músicas dos outros, queremos fazer a nossa própria música. Estamos a dançar a música de outros enquanto somos homens para fazer a nossa" me disseram. Através de um amigo conseguiram o contato de alguém que tinha um estúdio onde poderíamos criar o instrumental e gravar as suas vozes. "A música e o videoclip podem sair em dezembro, a tempo das festividades? Achas que pode sair na T.V.? Achas que podemos vender discos?" perguntavam, fantasiando sobre os possíveis resultados do projeto. Sobre a sua motivação para fazer a música Jekula explicou, "Espalhar o disco por aí... correr mundo. Por exemplo, pondo na internet, mesmo uma pessoa de fora pode gostar do meu jeito de cantar... um dia pode me procurar, encontrar aqui mesmo no Xipamanine. Tipo aqueles do Tofo Tofo[5]. Não é que eu estou à espera que isso aconteça, mas epa... posso ter sorte..."

No dia 6 de novembro de 2013 acompanhei Machance, Stalon e Jekula ao estúdio para a gravação da música. Enquanto Butxa compunha o instrumental com eles eu acompanhava o processo e ia fazendo o registo audiovisual como me pediram. A música foi, de facto, uma colaboração entre eles e Butxa, o técnico e músico dono do estúdio. Primeiro ensaiaram vários *beats* até acertarem com um estilo que todos gostaram. Depois veio a parte da letra. Machance perguntou se eu não queria iniciar a música, dizendo que já os conheço há muito tempo,

---

4 Tentação é a marca de uma bebida com elevado teor alcoólico.

5 Um grupo de dança moçambicano chamado Tofo Tofo participou do videoclip da música da Beyonce "Run the World" em 2011, depois de ela ver um vídeo no youtube deles dançando em um casamento e pediu à embaixada dos EUA em Maputo ajuda para encontrar os dois jovens.

que sou "mãe" deles. Eu recusei justificando que não ficaria bem, a música era deles e não havia necessidade de me incluir, principalmente não como "aquela que os está a ajudar". Então ele explicou que queria contar como a vida é dura no Xipamanine, que não há trabalho e por isso aproveitam para roubar no mercado aqueles que não têm cuidado com as suas coisas. Butxa interveio, perguntando se eles tinham a certeza que queriam dizer a palavra "roubar", pois isso poderia repercutir negativamente para eles. Eles concordaram e acabaram por trocar para "desenrascar". Sendo a primeira vez que gravavam uma música, estavam um pouco perdidos, sem saber como cantar, de que forma incluir as vozes dos três. Butxa sugeriu que fizessem como se fosse uma conversa entre eles. Aprovaram de imediato a ideia e assim o fizeram.

O passo seguinte era gravar o videoclip. Para alcançar o nosso objetivo de produzir um videoclip "a sério" precisávamos de alguém qualificado para colaborar, dado os meus conhecimentos de edição de vídeo serem muito básicos. Eu tinha recentemente conhecido Jorge Fernandes, um artista Moçambicano que estava a trabalhar justamente com vídeo-arte em Maputo. Quando comentei que estava à procura de alguém para colaborar no projeto, ele imediatamente mostrou interesse. As emergentes colaborações entre antropólogos e artistas têm sido reconhecidas como uma prática que serve para expandir os objetivos e resultados da investigação e da representação, levando a novas abordagens dentro de ambas as áreas. Schneider e Wright (2010) apelam à experimentação no trabalho de campo e na representação do conhecimento para expandir o leque de metodologias e formas de apresentação do trabalho antropológico. Para os autores, no encontro entre a arte e a antropologia (ou seja, na prática antropológica com artistas e vice-versa) as diferenças entre as disciplinas podem ser usadas como um recurso produtivo, ao invés de uma barreira. Neste sentido, projetos multimédia, combinando antropologia, arte visual e sonora podem trazer algo que faz parte dos aspetos não discursivos e novos *insights* sobre metodologia.

Grimshaw, Owen e Ravetz (2010) consideram que é na área da prática que os interesses da antropologia e da arte convergem. Por um lado, com a "viragem pós-moderna" na antropologia e maior interesse na corrente fenomenológica, questões da prática vão emergindo cada vez mais como o foco de análise. Por outro lado, na arte ocorreu um movimento de fora do estúdio para o campo – arte como processo ou performance. De facto, a atenção virou-se mais para "o fazer" ao invés do objeto, bem como para o diálogo ou intercâmbio como base de produção de conhecimento. Já são muitos os antropólogos que defendem "o processo de entendimento etnográfico como uma troca, um diálogo ou uma conversa entre diferentes partes, ao invés de uma tarefa animada por noções de coleta de dados e interpretação científica" (Anna Grimshaw 2005: 25).

Cerca de uma semana antes das filmagens envolvi-me várias vezes em conversas com ambos os meus interlocutores e o artista sobre a produção do videoclip. Eu era uma espécie de mediadora, dando feedback sobre as ideias de ambos os lados. Jorge viu os vídeos anteriores que eu tinha feito e aprendeu sobre os interesses dos jovens através do material audiovisual que lhe mostrei. Assim, quando ele ouviu a música começou a ter uma sensação de como fazer o vídeo. Por outro lado, os participantes da pesquisa explicaram as suas ideias sobre o que deveria ser incluído no clip. Embora todos tivessem planos para a gravação, no próprio dia as coisas aconteceram de forma bastante espontânea.

No dia que fomos entregar o vídeo, com algumas semanas de atraso em relação ao prometido, Machance disse ao Jorge "Com razão você demorou boss! Está maningue[6] nice! Bateu bem! Com razão demoraste, estavas a trabalhar bem..." Todos estavam contentes com o resultado. Machance acrescentou: "Agora já quero deixar de brincadeiras. Eu quero ser cantor agora. Deixar de ficar aqui no Xipamanine, sem emprego, sem nada... Vale a pena eu ser cantor! Põe o vídeo na internet!!!" Stalon dizia: "Agora sim, vou ser muito famoso! Yah! Põe na internet!" O videoclip com o titulo "Pandzula 4Life no Xipamanine" encontra-se no *You Tube* seguindo o link: http://www.youtube.com/watch?v=fjyFHRvF7MA

Passados alguns meses, quando voltei de uma viagem que fiz, deram-me a noticia que a música "está a bater maningue". Contavam-me que no Dipec[7] ela tocava várias vezes por dia. Que não ouvem apenas no Xipamanine. Aí pelos bairros muitos já conhecem. Vendem-se CDs em que a música está lá. Até já tinha vindo um

6 Maningue é uma adaptação da palavra *many* em Inglês para português, significa muito. Maningue nice é uma expressão muito usada em Maputo.

7 Dipec é o nome de um bar no mercado de Xipamanine que tem uma jukebox.

senhor que tem um programa de música na televisão a perguntar se não queriam ir ao programa dele. Disse-lhes que tinha encontrado o vídeo no *You tube*. Regularmente Stalon falava-me do seu desejo de ser famoso, fantasiando sobre as possibilidades de sucesso e reconhecimento através da disseminação, local e global, das suas qualidades como dançarino. Contou-me que uma vez recebeu uma chamada de uma moça que se dizia fã dele após ter visto o vídeo em casa de um amigo em comum. "Eu não te conheço pessoalmente mas gostei muito de te ver dançar. Sou tua fã!" disse ela.

III. Ambições, desejos e limitações

Depois do sucesso com a primeira música e videoclip, iniciaram os pedidos para produzirmos mais uma, principalmente por parte de Stalon. Para além de colocar na internet era necessário tentar apresentar num programa televisivo. Stalon e Jekula queriam aparecer no vídeo a cantar com microfone e que incluíssemos uma parte no estúdio a gravar a música. Stalon dizia que queria aparecer de fato branco, "fica poster! até parece que estou a desfilar". Jekula podia estar de fato de treino. Mas não um qualquer, tinha que ser aqueles da *Adidas*. Ambos iriam calçar sapatilhas *All Star*. Falam sobre a inclusão de mulheres a dançar, "a abanar os rabos grandes". Machance queria que filmássemos nos becos do Chamanculo. Teríamos também que convidar alguém com carro, para passear até à baixa da cidade. Diziam que neste vídeo eu tinha que aparecer, nem que fosse um pouco, para as pessoas verem que sou "mãe" deles.

Este pedido para eu "aparecer" fez-me pensar como o antropólogo é também alvo de representação por parte dos seus interlocutores. Eles queriam me representar, e expor, como "mãe" deles, como aquela que os está a "ajudar". Queriam que eu aparecesse no vídeo (e participasse na música) para que as pessoas soubessem que sou eu que os estou a ajudar. Por outro lado, outras pessoas que conviviam diariamente connosco no mercado comentavam "estás a ajuda-los, mas eles às vezes parece que não querem ser ajudados, não realizam a sorte que têm..." Para mim foi difícil confrontar-me várias vezes ao longo da pesquisa com esta perceção, esta ideia de que eu venho para ajudar. Uma representação com a qual não me identificava, ou talvez não queria reconhecer. A estrangeira, branca, privilegiada, enfatiza a relação assimétrica de que tanto se fala na nossa disciplina. As diferenças em termos de poder, entre os antropólogos e seus interlocutores não deixam de existir, mesmo quando se chama a metodologia de colaborativa, e têm que ser levadas em consideração. De facto, eu tinha o poder de decidir quanto ao desenvolvimento do projeto. Ainda assim, o poder é dinâmico, ele flui em ambos os sentidos. Ninguém é neutro no projeto de pesquisa. Os nossos interlocutores não são sujeitos passivos, sabem o que querem e têm os seus próprios recursos para procurar alcançar o que desejam.

Mas porque precisam de mim para fazer os vídeos, as músicas? São os custos de produção? A organização? A divulgação? Acesso a outras redes? Será que assim arranjaram uma forma de tornar a minha presença útil para eles?

Não é novidade que no encontro etnográfico são múltiplas as negociações e reciprocidades que se estabelecem. A minha presença com a máquina fotográfica foi usada por eles para concretizarem as suas fantasias de sucesso através da música e dança. Encontramos um espaço de aproximação entre nós e acredito que proporcionou um momento de *serendipidade*.

A produção de música e vídeos num contexto colaborativo com os meus interlocutores, e com artistas, permitiu mudar o foco de atenção do nível da criminalização e/ou vitimização, tão frequente nos estudos sobre jovens do sexo masculino em contextos urbanos africanos, para as formas criativas como os jovens procuram transcender as suas contingências contextuais. Permitiu entender o corpo como lugar de poder: as cicatrizes, as tatuagens, a maneira de vestir, de caminhar, a dança, no fundo a experiência sensorial, a interação corporal com o meio. Desejos de reconhecimento e sucesso ou aspirações de mobilidade social ascendente foram promulgadas por meio de uma determinada estética corporal. As *performances* realizadas para a máquina de fotografar/filmar representavam uma oportunidade para projetar as suas imagens. Eles quiseram "aparecer", preferiram se representar a eles próprios e difundir as suas imagens do que representar algo do contexto onde vivem. Produzimos uma experiência estética que celebra as suas próprias noções de masculinidades desejadas, enfatizando a independência, a mobilidade e um sentimento de pertença a um certo estilo de vida altamente influenciada por termos Sul Africanos.

Concordo com a afirmação de Maxine Greene, que projetos criativos podem ajudar a remover as barreiras que nos impedem de imaginar outras realidades que não sejam as nossas (Greene, 1995). Penso que esta experimentação com métodos visuais e colaborativos permitiu que a imaginação e a estética dos meus interlocutores alimentasse o projeto de pesquisa. Tal como a colaboração com artistas permitiu trazer novos aspetos das suas experiências sensoriais.

No dia 4 de setembro de 2014 combinamos um encontro com Butxa no estúdio para gravar a segunda música. Fui com Stalon e Jekula. Machance apareceu mais tarde. Subitamente, mesmo antes de iniciarmos o trabalho, Jekula e Machance entraram em confronto verbal e Machance ameaçou Jekula com uma navalha. Jekula de imediato recordou uma agressão sofrida por Machance com aquela mesma navalha uns tempos antes e ficou muito agitado. Mostrava a cicatriz gravada na sua perna, e falava da dor que aquela navalha já lhe tinha provocado. Apesar da frustração de Stalon, que nada tinha a ver com o sucedido, já não havia condições para continuar e tivemos que adiar a gravação. Entretanto, nos dias que se seguiram Jekula acabou sendo preso e Machance encontrava-se fugitivo da policia. Stalon foi gravar a música sozinho. Pedrito e Kito acompanharam-nos para o estúdio mas não se sentiram preparados para cantar.

Apesar de notarmos a criatividade destes jovens na procura de estratégias para ultrapassar as limitações dos seus contextos e "ser alguém na vida", é inegável que os seus caminhos são marcados por constrangimentos estruturais. A violência e a dor eram aspectos indiscutíveis das suas experiências, tal como as cicatrizes que adornam os seus corpos. As inscrições nos seus corpos, sendo cicatrizes ou certos tipos de tatuagens, eram marcas de uma tolerância para suportar a dor e a afirmação de sua dureza que consolidavam a sua autoridade nas ruas. Por outro lado, estes corpos indisciplinados também eram alvos de um outro tipo de violência. Repetidamente assediados pela polícia e esquecidos pelo sistema penal eles são, como afirma Rios e Rodriguez, "transformados em sujeitos encarceráveis por sistemas punitivos de controle social" (2012: 257). Confrontados com a sua marginalização social e económica por um lado, e desejos potenciados pelos media por outro, o poder concentra-se no corpo enquanto procuram responder, com mais ou menos destreza, às exigências da vida.

Referências Bibliográficas

Favero, P. (2013), "Picturing Life-Worlds in the City. Notes for a Slow, Aimless and Playful Visual Ethnography", *Archivio Antropologico Mediterraneo,* 15 (2), pp. 69-85

Greene, M. (1995), *Releasing the Imagination: Essays on Education, the Arts, and Social Change*, San Francisco: Jossey-Bass

Grimshaw, A., Owen, E., Ravetz, A. (2010), "Making Do: The Materials of Art and Anthropology" in Scheider and Wright (eds) *Between Art and Anthropology. Contemporary Ethnographic Practice.* Oxford: Berg

Mhlambi, T. (2004), "'Kwaitofabulous': The study of a South African urban genre.", *Journal of the Musical Arts in Africa* 1 pp. 116-127

Pink, S. (2011), "Images, Senses and Applications: Engaging Visual Anthropology", *Visual Anthropology*, 24 (5), pp. 437-454

Rios, V. and Rodriguez, C. (2012), "Incarcerable Subjects: Working-Class Black and Latino Male Youths in Two California Cities" in Amit and Noel (eds.) *Young Men in Uncertain Times.* Oxford: Berghahn Books

Salkind, M. (2009), "Kwaito Culture and The Body: Nonpolitics in a Black Atlantic Context." *Postamble* 5 (1)

Schneider, A. and Wright, C. (2010), "Between Art and Anthropology" in Scheider and Wright (eds) *Between Art and Anthropology. Contemporary Ethnographic Practice.* Oxford: Berg

Vidal, D. (2010), "Living in, out of, and between Two Cities: Migrants from Maputo in Johannesburg." *Urban Forum* 21 pp. 55-68

Eu mesmo me represento! A autorrepresentação em imagens na pesquisa sobre juventudes

Danielle Parfentieff de Noronha[1]

Resumo: O presente trabalho propõe uma reflexão sobre a imagem como ferramenta de autorrepresentação e sobre o uso do cinema e da fotografia pelos jovens para se autorrepresentar. A partir da relação entre o imaginário e o simbólico, se busca compreender as imagens numa perspectiva de (re)construções e (re)produções de mitos relacionados aos universos juvenis e aos processos identitários e de autoafirmação, produzidos pela própria juventude. Nesse sentido, tentará entender como desenvolver um diálogo entre a pesquisa, a imagem e a juventude, pensando como as autorrepresentações juvenis auxiliam no entendimento de como os próprios jovens se veem, como são influenciados e como desejam ser vistos e compreendidos socialmente.

Palavras-chave: autorrepresentação, identidades, imagem, juventudes, mitos

Introdução

A partir da premissa de que a juventude é uma categoria que não se reconhece por completo nas representações mais usuais elaboradas nos campos hegemônicos de produção cultural, o presente trabalho busca discorrer sobre o uso da imagem – fotográfica e fílmica – como ferramenta de autorrepresentação pelos jovens. Parto da ideia de que uma grande parcela da juventude faz parte de uma esfera subalterna no que diz respeito à representação, mas que também reflete as relações de poder nos diferentes níveis sociais. Desta forma, o audiovisual e a fotografia são compreendidos como instrumentos de produção artística, mas também mecanismos político e social que, principalmente a partir de um acesso mais facilitado à câmeras, possibilita a construção de representações desde «dentro», que dialogam e se tensionam com as tipificações dominantes, e os diversos mitos produzidos, sobre quem são os jovens e quais são os seus papéis dentro da sociedade. Entendo a representação como discursos produzidos sobre os outros, que possui um estreito vínculo com as estruturas sociais, com os níveis representativos e atua na formulação de imaginários. Já a autorrepresentação é a construção de uma narrativa de pessoas e grupos sobre eles mesmos, o que aponta para novas subjetividades e para a individualidade, e pode ser estabelecida desde simples retratos até criações mais complexas.

Não é o meu objetivo neste trabalho discutir amplamente sobre o que pode ser uma imagem. Entretanto, acredito que é necessário pontuar algumas questões sobre a imagem, a representação e o diálogo com o público. Além disso, priorizo no texto as autorrepresentações não-comerciais, por mais que seja possível que autoimagens com discursos contra hegemônicos tenham um alcance «maior», como por exemplo, nas salas de cinema. Posteriormente, também procuro apresentar algumas perspectivas do uso das autorrepresentações imagéticas na pesquisa sobre as juventudes.

A atual geração de jovens ocidentais cresceu vendo um mundo construído por imagens. São fotografias e vídeos, entre outros formatos, que diariamente ocupam quase todos os espaços individuais ou compartilhados, *online* ou *offline*, e influenciam ativamente na composição das ideias e dos modos com que esses jovens se entendem e veem o mundo ao seu redor. As imagens têm a função de reproduzir o «lugar» com o qual

---

1Doutoranda em Medios, Comunicación y Cultura pela Universitat Autònoma de Barcelona. Possui mestrado em Antropologia pela Universidade Federal de Sergipe (2013) e graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo (2009). Realiza pesquisas nas áreas de antropologia da comunicação e antropologia da imagem, atuando principalmente com os temas: representação, juventudes, memória, mito e poder. danielledenoronha@gmail.com

as pessoas são levadas a se identificar desde crianças. De reproduzir a «cultura»[2]. Representam o passado e o presente, idealizam o futuro, agregam a todos como parte de uma comunidade, imaginada (Anderson, 1989), mas realista. As representações visuais trazem uma ideia sobre os grupos sociais que fazem parte dessa comunidade. É através das imagens que é possível reconhecer e «catalogar» visualmente os diferentes grupos e, dessa forma, diferenciar um «nós» de um «eles».

Grande parte das produções imagéticas da nossa sociedade, que possui um amplo acesso de divulgação, está dento de uma esfera hegemônica[3], inclusive no que diz respeito aos discursos e às escolhas para (re)produção de representações sociais. No caso da juventude, todos nós somos capazes de criar no imaginário uma ideia visual do que é o jovem. Segundo Ricardo Campos (2010: 113), diferentes imagens e imaginários «tendem a fornecer coordenadas para a forma como a sociedade representa os jovens (e este se representam)». Em uma relação entre o imaginário e o simbólico, são acionadas subjetividades capazes de criar mitos e transformá-los em «realidade»[4]. A «aparência de real» transmitida pela fotografia e pelo cinema possibilita que o conteúdo mítico seja naturalizado e, assim, disseminado. Porém, ressalto que a narrativa audiovisual é uma construção, uma posta em cena. Se trata de uma representação.

É preciso destacar que quando se fala em juventude nos referimos a uma categoria construída social, histórica e culturalmente (Pais, 2003). Em nossa sociedade, é possível defini-la como uma «fase da vida», em que um grupo de pessoas pode ser determinado pela idade ou pelo momento social em que se encontram – identificado por ser intermediário entre a infância e a vida adulta. Trata-se de um grupo amplo, de distintas classes e segmentos sociais, que não deve ser visualizado de forma homogênea. Compartilho a ideia de que não é possível falar em apenas uma juventude, por esse motivo, a categoria é pensada no plural: juventudes.

1. Representação em imagens: os mitos de uma juventude homogênea!?

Foi construída no imaginário social uma relação mimética entre a imagem fotográfica e fílmica e o real. Existe uma sensação de que quando se está diante de uma fotografia é possível ter contato com a «verdade» ou, em outras palavras, com um acontecimento que realmente ocorreu. Mesmo quando se assiste aos filmes «ficcionais», as referências ao mundo que vivemos levam os espectadores ao universo narrado, gerando influências na forma como será interpretado o conteúdo e, posteriormente, assimilado no dia a dia. Entretanto, ao olhar para uma imagem, não é possível saber o que ocorreu antes que o dedo disparasse o botão, que aciona os mecanismos da câmera e realiza os processos que captam o que agora está diante dos olhos. Só é possível pressupor que naquele momento espaço-temporal o que aparece na imagem, em teoria, estava lá[5]. Como pontua Dubois

---

2 Em relação à ideia de cultura – termo já bastante discutido na antropologia, o que a transforma em um conceito sempre em movimento – a definirei: «como processos de produção, circulação e consumo da significação na vida social», utilizando as palavras de Canclini (2004), que aponta também para o seu dinamismo nos novos tempos. Vejo a cultura como um importante campo de tensões, em diferentes níveis e campos sociais.

3 A ideia de «hegemônico» pode ser compreendida a partir da reformulação que Stuart Hall (2003) realizou do conceito de Gramsci: Primeiramente, «hegemonia» é um «momento" historicamente muito especifico e temporário da vida de uma sociedade [...]. Em segundo lugar, devemos observar o caráter multidimensional que envolve diversas arenas da hegemonia. Ela no pode ser construída ou sustentada sobre uma única frente de luta (por exemplo, a econômica). Ela representa o grau de autoridade exercido de uma só vez sobre uma série de «posições». O domínio não é simplesmente imposto, nem possui um caráter dominador. Efetivamente, resulta da conquista de um grau substancial de consentimento popular. Representa, portanto, o estabelecimento de uma enorme capacidade de autoridade social e moral, no dirigida simplesmente aos partidários imediatos, mas a sociedade como um todo [...] (Hall, 2003: 311 – 312).

4 Sobre as diferentes discussões sobre a relação entre a imagem e a realidade, ver: Rolando Barthes (2004), Walter Benjamin (1936), Philippe Dubois (1993), Humberto Eco (1994), Michel Foucault (2001), entre outros.

5 Digo «em teoria» porque, atualmente, com os diversos programas de manipulação de imagens, já não é possível saber se tudo o que compõe a imagem estava no mesmo espaço-temporal do momento da captação ou se foi agregado posteriormente na «pós-produção».

(1993: 94), a fotografia [e também a fotografia «em movimento»] possibilita uma nova forma de representação e, principalmente, de pensamento, «que nos introduz numa nova relação com os signos, o tempo, o espaço, o real, o sujeito, o ser e o fazer». Porém, seguindo o mesmo autor, a imagem não é necessariamente mimética, nem prioritariamente significante.

Num primeiro momento, percebe-se que o passado é inerente à imagem, que sempre nos apresenta um tempo anterior. Também, faz parte de um processo de escolhas, de um enquadramento específico, de luz, de personagens, que fazem parte do universo «cultural» daquele que é responsável pela produção da imagem. Além disso, há uma intenção. A qual não se pode ter certeza da qual é, já que esta intenção será interpretada de diferentes formas, a depender de quem a olha, do contexto, do tempo, do lugar em que é exibida, entre outros fatores. Para Arturo Fernández (2012: 269), a fotografia, pintura ou o cinema não representam «materialmente» o objeto que os inspiraram, pois existe uma diferença fundamental entre o que foi representado e a sua imagem, que passa a ser uma mediação ou uma recriação e possuem toda a influência do autor, do econômico, do político, do cultural e do diálogo com o público. Nesse sentido, a fotografia e o cinema são sempre ficções, utilizando o conceito *fictio* na sua forma original, como explicado por Geertz (1978), não que sejam falsos, mas «algo construído». Como linguagem, a imagem é também uma ferramenta ideológica, com sentidos conotados e denotados, capaz de ativar significados, identidades e memórias, individuais e coletivas.

Essa relação que a imagem tem com a realidade possibilita que o seu conteúdo seja entendido mais facilmente, muitas vezes de forma acrítica. Essa é uma característica que transforma a imagem em uma ferramenta importante nas distintas relações de poder, porque atua na criação de identidades e percepções em relação ao mundo. Vale ressaltar, que a fotografia e o audiovisual são pautados por características próprias do formato. Nesse caso, os vídeos e filmes apresentam uma impressão maior de verossimilhança devido à presença do movimento. Em todos os casos, a imagem representa muito mais do que aquilo que foi escolhido para aparecer em quadro. A imagem é representação de um recorte, mas que faz parte de um contexto social muito mais amplo e complexo, e que ainda possibilita o uso de artifícios que podem influenciar posteriormente na interpretação (para um público e um contexto específicos). No âmbito da tensão pelas representações sociais – que estão relacionadas com práticas próprias – os discursos hegemônicos buscam apropriar-se das identidades, sugerindo como os diferentes grupos devem reconhecer-se, além de classificar (e muitas vezes inventar) o outro e, desta forma, a percepção sobre este. Nesse sentido, as representações construídas sobre determinados aspectos sociais, como memórias ou agentes e grupos, fazem parte de um processo maior, em que se busca dar formas para questões que são comuns a todos, com interesses determinados. A representação é uma reconstrução que reflexa manifestações exteriores e interiores através de imagens, narrativas e discursos. A imagem ganha um ênfase maior devido o poder – político, social, econômico, simbólico – que assumiu nas sociedades contemporâneas.

O significado do que é ser jovem e o seu papel social estão sendo disputados, inclusive pelos próprios jovens, em diversos níveis sociais, como também na produção e reprodução de fotografias e filmes. É possível perceber alguns mitos que são usualmente reproduzidos nas nossas sociedades, como o próprio mito da juventude homogênea, que como acredita Cecilia Braslavsky (1986) consiste em identificar a todos os jovens como sendo alguns deles. Em seu estudo sobre a juventude argentina, a autora identificou três mitos que são muito utilizados nas representações usuais sobre as juventudes, que podem também ser adaptados para a realidade brasileira atual e notados na produção de narrativas fotográficas e audiovisuais do país, a depender do tipo de proposta e público esperado[6]:

---

6 Vale ressaltar que os jovens são os grandes consumidores de cinema em todo mundo e também protagonistas de diversos filmes, por mais que no Brasil os filmes sobre a juventude começaram a ganhar mais espaço após a «retomada do cinema brasileiro», na década de 1990. Em relação ao consumo de cinema, no Brasil, os 10 filmes mais vistos em 2011 são voltados para o público jovem. Além disso, as produções ainda têm outra característica em comum: são todos filmes estadunidenses na linha de aventura fantástica. Em 2012, a participação dos espectadores jovens aparece novamente e os oito primeiros filmes mais vistos também são para este público.

1) *o mito da juventude dourada*[7]: este caso diz respeito aos jovens despreocupados, que podem aproveitar o seu tempo livre e desfrutar de uma moratória social, sem responsabilidades. Este mito está relacionado com o ideal de jovem, veiculado à uma imagem de jovialidade e beleza que, claramente, só pode dizer respeito à uma parcela privilegiada da juventude. Há muitos casos de representações que incluem as dúvidas e as tensões que permeiam o universo juvenil, como o relacionamento com os país, as descobertas amorosas e etc., e que também apresentar algumas discussões interessantes sobre o tema, mas sem generalizações. Como por exemplo, cito algumas obras da filmografia brasileira recente, como: *PodeCrer!* (2007), de Arthur Fontes, *Apenas o fim* (2008), de Matheus Souza, *À deriva* (2009), de Heitor Dhalia e *Os 3* (2011), de Nando Olival. Além disso, grande parte da publicidade e das imagens divulgadas nos meios de comunicação, que pensam os jovens como consumidores[8], está voltada para essa tipificação;

2) *o mito da juventude cinza:* aqui os jovens aparecem como os depositários de todos os males sociais. São os delinquentes e os pobres, que neste caso possuem muita relação com a violência. Politicamente são apáticos e acríticos, que não se envolvem com os principais temas sociais, mas são o resultado do pior da sociedade. Estão inseridos num mundo de competição, em que apenas os melhores vencem. Neste caso, o mito se relaciona com o jovem pelo viés do problema social, como nos filmes *Proibido proibir* (2006), de Jorge Durán*; Cão sem dono* (2007), de Beto Brant e *Nome próprio* (2008), de Murilo Salles. Neste último exemplo há ainda uma tendência que se enquadra neste mito, que diz respeito ao jovem «virtual», que deixou de viver o mundo «real» para todo tempo buscar comunicar-se (e também se autorrepresentar) nos espaços *online*, como também acontece em *Os famosos e os duendes da morte* (2009), de Esmir Filho. Entretanto, todos esses filmes falam da parcela branca da juventude «cinza». Este mito também pode ser trabalhado pelo viés dos «excluídos socialmente», como nos filmes *O Céu de Suely* (2006), de Karim Ainouz, *Querô* (2006), de Carlos Cortez e *Sonhos roubados* (2009), de Sandra Werneck. A filmografia brasileira ainda explora esse mito contrapondo-o com o mito da juventude dourada, em que diferentes realidades se misturam, como nos filmes *Quase dois irmãos* (2004), de Lúcia Murat e *Era uma vez* (2008), de Breno Silveira. Em ambos os casos, a história termina de forma trágica, apontando os problemas da relação dos jovens «dourados» com os jovens «cinzas», neste caso, a parcela negra.

3) *o mito da juventude branca:* os jovens são representados como personagens maravilhosos, capazes de salvar o mundo e de fazer aquilo que os seus pais não puderam. São participativos e éticos. Neste caso, acredito que as maiores referências estão relacionadas aos filmes *hollywoodianos*, que trazem a juventude para a tela priorizando um perfil de jovem fantástico ou muito bem sucedido, que não é tão comum na cinematografia brasileira. Com exceção dos filmes que trabalham com a temática da ditadura civil-militar, em que muitos casos é acionado o mito da juventude politizada e rebelde dos anos de 1968, que apresentam tipificações idealizadas em relação à juventude de hoje, como nos filmes *Cabra Cega* (2005), de Toni Venturi, *Batismo de Sangue* (2006), de Helvécio Ratton e *Zuzu Angel* (2006), de Sérgio Rezende.

Como explicam Albert Chillón e Lluís Duch (2012), os movimentos míticos são grandes complexos simbólicos que colocam em movimento narrativa e, as vezes, culturalmente os vários recursos da faculdade imaginativa. Para García, Canul & López (2009), o mito como construção humana é resultado da necessidade de dar sentido a vida, o que perpassa o seu conteúdo simbólico, o convertendo num provedor de modelos de comportamento, que justifica a estrutura social ao atuar como linguagem através da qual se deve interpretá-lo. O caráter conotativo e denotativo das narrações míticas possibilita que elas se estendam para além do que

---

7 Como acredita Eric Hobsbawn (2005), a juventude como uma nova camada social autônoma foi simbolizada pela ideia de herói, antecipada James Dean e de filmes como *Juventude Transviada* (1955) e também por vários astros do rock – uma das principais expressões culturais juvenis – como Janis Joplin, Buddy Holly e Jimi Hendrix.

8 Os jovens são tratados pelo mercado e meios de comunicação como importantes consumidores. Como apresenta Freire Filho em uma pesquisa sobre o universo editorial brasileiro para o público jovem: «As fontes primárias examinadas até o momento constroem, em regra perfis específicos da juventude branca de classe e média alta dos grandes centros urbanos, mesmo quando a suas manchetes prometem [...] compartilhar «o mais completo levantamento já feito sobre a juventude de hoje» (realizado pela Revista Veja, Especial Jovens, setembro de 2001, : 04). (Freire Filho, 2008: 43).

se pode ver e de seu conteúdo simbólico para se formar em uma visão sobre a realidade, com um grupo de orientações que auxiliam as pessoas a entender as suas vidas e das demais pessoas (García et al. 2009). A partir do pensamento de Joseph Campbell, os autores defendem que o mito estrutura e legitima ordens sociais, modos de vida, práticas e formas de expressar coesão e inserção social regulando a estrutura social, ética e moral das comunidades[9].

Refletindo sobre esse tema dentro da perspectiva das artes visuais, neste caso – a fotografia e o cinema –, o modo como a sociedade imagina a juventude também é refletido nessas produções, como os exemplos citados, que são influenciadas pelos discursos hegemônicos sobre os jovens e, assim, seguem reproduzindo-os. Porém, as representações mais típicas sobre os jovens, claramente, não servem para todos. A partir da ideia de que as juventudes são diversas, as representações não são capazes de se livrar dos estereótipos e das mitificações ou de demonstrar sobre quem realmente se está tentando falar. Pensando na tensão existente entre as esferas hegemônicas e subalternas da sociedade, a autorrepresentação aparece como um artifício contra hegemônico, no intuito de possibilitar a partir de um «olhar para dentro» uma representatividade política e social e uma busca de afirmação de identidades, que questionam os mitos criados pelos discursos dominantes e apresentam novas alternativas relacionadas aos papéis sociais, às formas como os diferentes jovens se buscam autorrepresentar e desejam ser percebidos socialmente.

2. Autorrepresentação: olhar sobre *nós* mesmos

Com um propósito semelhante de quem escreve uma autobiografia, o autorretrato é um modo de refletir sobre si mesmo e de buscar representar sobre «quem realmente sou», utilizando a imagem. Ao invés de se utilizar palavras, o autorretrato utiliza os sentidos, através do próprio corpo, com a eleição do espaço, dos objetos, das roupas, do olhar, dos sons (no caso do fílmico) para criar uma representação sobre o que penso (e quero que pensem) sobre mim e, também, num aspecto mais amplo, sobre minha trajetória de vida. Para Barthes (1984: 27): «Diante da objetiva, sou ao mesmo tempo: aquele que eu me julgo, aquele que eu gostaria que me julgassem, aquele que o fotógrafo me julga e aquele de que ele se serve para exibir sua arte». Nesse sentido, quando eu mesmo sou o fotógrafo (e eu busco exibir a minha arte), isto é, quando o narrador coincide com o objeto narrado, toda a atenção se volta para mim mesmo – no sentindo individual de compreensão do meu ser – e para a coletividade, já que se pressupõe uma intenção de apresentar-se para os demais, mesmo levando em consideração as «tantas leituras de uma mesma face», citada por Barthes (1980).

Segundo Paola Labbé (2011: 61), na literatura, as manifestações do gênero que visava refletir sobre a vida do próprio autor são conhecidas desde o século XVI. A autora conta que, com exceção da obra precoce *Confissões*, de Santo Agostinho (400 d.C.), são os *Ensaios*, de Michel de Montaigne (1580-1595), os primeiros escritos modernos propriamente autobiográficos publicados no ocidente. Nas artes visuais, Labbé diz que o autorretrato como manifestação escultória e pictórica se desenvolvem a partir do século XIV, enquanto a fotografia apresenta essa forma de autorrepresentação desde o seu inicio, no século XIX, como com os franceses Louis Daguerre ou Hippolyte Bayard, a quem alguns atribuíram como o responsável pelo primeiro autorretrato fotográfico, em 1840, com «O afogado». O mesmo ocorreu com o cinema, em que a autorrepresentação está presente desde o seu começo, como no filme *A refeição do bebê*, dos irmãos Lumière, considerado o primeiro *home movie* da história do cinema.

---

9 A definição clássica do mito pode ser compreendida como uma narração fantástica sobre as origens do mundo, construída usando simultaneamente a imaginação e a memória (García et al. 2009). O mito é um tema muito importante para os estudos antropológicos, no sentido de ser essencial para compreensão do homem e da mulher e de suas relações sociais. Para Rollo May (1998), os mitos são as estruturas que nos permitem dar sentido ao mundo e se utilizam socialmente para paliar a busca de respostas sobre nossa identidade. Segundo Barthes (2009), o mito é uma fala, parte de um sistema de comunicação, que opera simbolicamente pela linguagem. Leszek Kolakowski (2007) fala sobre a importância do mito na vida social, como garantia de vínculos e de integração no processo de organização da consciência individual (e também coletiva). Além desses autores, o mito e a sua importância na construção do individual e do coletivo nas culturas humanas é tema de diversos outros estudos, como dos autores: Manfred Frank, Claude Lévy-Strauss, Paul Ricouer, Lluís Duch, Gilbert Durand, Jean-Jacques Wunenburger, Joseph Campbell e Mircea Eliade.

Vale ressaltar, que quando penso em autorrepresentação ou autorretrato não relaciono essas práticas apenas a um sujeito, mas também como meios de refletir sobre um grupo, como por exemplo as autorrepresentações construídas por diferentes grupos juvenis, como é o caso do filme *5X Favela – Agora por nós mesmos*, dividido em cinco capítulos, que são dirigidos por Manaíra Carneiro, Wagner Novais, Rodrigo Felha, Cacau Amaral, Luciano Vidigal e Cadu Barcellos, jovens moradores de favelas do Rio de Janeiro, ou ainda como os Projetos Morrinho e Olhares do Morro[10].

Todos esses caminhos que se voltam para o universo privado estão relacionados com a busca identitária e de autoafirmação, o que atualmente aparece como uma necessidade cada vez mais comum. É urgente refletir sobre as crises de identidades, de símbolos, de valores, de linguagem, de palavras, de verdades, de mentiras, de alteridades, entre muitas outras, pelas quais estamos passando. Os meios hegemônicos de produção cultural, assim como outro sistemas sociais e suas instituições, são instrumentos poderosos que atuam com o objetivo de aprofundar estas crises, principalmente pela simplificação da vida, pela redução de pessoas em números e porcentagens, pela omissão de fatos importantes e pelos privilegio que concedem aos temas banais, por responder aos critérios publicitários e empresariais e, claro, pelas mitificações sociais. Para Martín-Barbero (2008: 21), «a identidade do sujeito que abriga o nosso mundo ocidental é a de um indivíduo que sofre de constante instabilidade identitária e uma fragmentação de subjetividade cada vez maior».

O grande fluxo de informações que é transmitido e consumido diariamente, sendo a maioria proeminente de visões dominantes, propicia que os pensamentos sejam cada dia mais uniformes, a partir da imposição de símbolos e mitos facilmente universalizados, o que reduz as possibilidades de expressões da individualidade. Dessa forma, muito jovens acabam assumindo uma identidade com valores e códigos preestabelecidos. Seguindo a sugestão de Adolfo Colombres (2011: 368) «entrar na dialéctica centro-periferia [ou hegemonia-sulbaternidade] é instalar-se numa situação de poder, onde se institui um outro e, comumente, o estigmatiza, mas ao mesmo tempo lhe nega ou recorta a sua alteridade ou o direito a ela, porque um sistema de dominação nunca pode ser pluralista» [tradução minha]. No entanto, por outra parte, criam respostas também contrárias, que priorizam as diferenças e as desigualdades, no sentido trabalhado por Canclini (2004), e buscam valorizá-las (ou desqualificá-las), sendo a autorrepresentação um instrumento desta tensão.

Em um primeiro momento, podemos ponderar que apenas certos grupos, de classes médias e altas, têm condições de terem acesso aos meios de produção e reprodução de conteúdos fotográficos e audiovisuais. Entretanto, não se pode deixar de notar a crescente popularização de instrumentos capazes de captar imagens, como os aparelhos celulares ou até mesmo câmeras de cinema digital (o que significa que o resultado técnico do que foi captado também está relacionado com as possibilidades de acesso aos aparelhos – de melhor ou pior qualidade). Além disso, a internet também facilita a distribuição de distintos conteúdos, mesmo que muitos tenham um alcance reduzido a familiares e amigos próximos. Neste caso, mesmo que a fotografia tenha deixado de ser uma prática exclusivamente elitista, a diferença (e a exclusão social) aponta para a possibilidade das pessoas estarem ou não conectadas[11], novamente nos termos propostos por Canclini (2004). Porém, o importante é perceber que há um aumento gradativo de representações imagéticas de diferentes grupos, inclusive *de* e *sobre* grupos subalternos, ademais da popularização específica dos autorretratos (com a

---

10Sobre o Projeto Morrinhos ver: ROCHA, L. M. (2011), *Representações e autorrepresentações: notas sobre a juventude carioca moradora de favelas e os projetos sociais de audiovisual*. Disponível em: https://www.academia.edu/370156/Representa%C3%A7%C3%B5es_e_autorrepresenta%C3%A7%C3%B5es_notas_sobre_a_juventude_carioca_moradora_de_favelas_e_os_projetos_sociais_de_audiovisual. Já sobre o projeto Olhares do Morro ver: GAMA, F., *Etnografias, auto-representações, discursos e imagens: somando representações*. Disponível em: https://www.academia.edu/705997/Etnografias_auto-representa%C3%A7%C3%B5es_discursos_e_imagens_somando_representa%C3%A7%C3%B5es [consultados em 21-11-2014].

11De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), referente a 2013, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 50,1% dos brasileiros, com mais de 10 anos, têm acesso à internet, com maior concentração nas regiões sudeste, sul e centro-oeste. Os grupos com idades entre 15 e 17 anos e de 18 e 19 anos registraram os maiores índices de internautas em 2013, com 76% e 74,2%, respectivamente.

produção de *selfies*[12]), em que existem autorrepresentações que fogem das tipificações mais usais sobre o que é ser jovem. A autorrepresentação possibilita que diferentes pessoas, de distintas classes sociais, menos ou mais próximos aos padrões de beleza estabelecidos, possam também encontrar um espaço para aparecer.

Em geral, uma autorrepresentação imagética utiliza o corpo como um dos seus principais elementos. Entendido também como um produto cultural, e atualmente um importante objeto de consumo, o corpo é um dos principais (se não for o principal) meio de comunicação dos seres humanos. Adolfo Colombres (2011: 159), em seu estudo sobre a teoria transcultural das artes visuais, aponta que a arqueologia demonstrou que a decoração do corpo é anterior a todas as outras formas de representação plástica. Para o autor, tal decoração não costuma ser puramente estética, pois comumente está a serviço de outras funções: como a social, biográfica, terapêutica, mágica e sexual. Além de ser um «espaço» em que se «imprimem sentidos», o corpo também é produtor de mensagens, através de seus gestos e movimentos. Isto é, fazer imagens de si mesmo requer um posicionamento em relação ao corpo e através dele, e de sua relação com o meio em que se encontra, busca-se comunicar. Como nos recorda Martín-Barbero (2008: 21), «Os jovens nos falam hoje [porém acredito que não seja apenas hoje] através de outros idiomas: dos rituais de vestir-se, tatuar-se, adorna-se e, também do emagrecer para se adequar aos modelos de corpo que lhes propõe a sociedade, pela moda e pela publicidade».

Do mesmo modo, a imagem possibilita também o deslocamento do olhar, o sair do próprio corpo e ir para o exterior, o que viabiliza o olhar para nós mesmos. Nesse sentido, o uso da fotografia e do audiovisual privilegia a comunicação com os demais, além da relação com o próprio sujeito, que busca produzir e criar uma representação sobre si mesmo (e/ou sobre o seu grupo) a partir de dentro. A imagem é então mais uma mecanismo para construção de identidades. A partir da influência do meio em que se vive, são escolhidas – com diferentes níveis de intenção – todo o universo que fará parte da autorrepresentação, que busca a autoafirmação e é o meio e a forma como se deseja ser percebido naquele momento.

Grupos, que não se veem representados nos discursos mais conhecidos, utilizam a *autoimagem* como forma de também fazer parte socialmente e, mesmo que em alguns casos seja involuntariamente, estão questionando sobre as tipificações mais comuns sobre eles mesmos. Quanto mais perto do subalterno se está, mas difícil é se enxergar em meio às produção culturais. Por mais que muitas das autorrepresentações realizadas pelos jovens estão influenciadas pela produção cultural hegemônica, cada autorretrato – estático ou em movimento – representa uma pessoa que ultrapassa as balizas do imaginário social. É também dessa forma que a autorrepresentação possui sua característica contra hegemônica, no sentido de apontar para a pluralidade, questionando mitos e discursos que visa homogeneizar as juventudes.

3. Autorrepresentação como objeto de pesquisa

Há quase 20 anos, a pesquisadora Helena Abramo (1997) apontava que a atenção dirigida aos jovens estava em crescimento no Brasil, tanto na «opinião pública» – como os meios de comunicação e propaganda – tal como na academia, ou ainda por parte dos atores políticos e instituições, governamentais e não governamentais. Entretanto, para Abramo, ainda se focava muito a questão a partir do viés do «problema social», isto é, do mito da juventude cinza. Em relação às pesquisas acadêmicas, até aquele momento, a autora assinalava que se priorizavam os estudos que discutiam os sistemas e as instituições presentes na vida dos jovens ou as estruturas sociais responsáveis por situações problemáticas para a juventude. Porém, Abramo (1997: 25) também sinalava o surgimento de uma recente produção acadêmica que visava refletir «a consideração dos próprios jovens e suas experiências, suas percepções, formas de sociabilidade e atuação». Hoje, numa perspectiva global, já é possível ter acesso a diferentes projetos que discutem a juventude de distintas perspectivas, mais preocupadas com as nuances da cultura juvenil, sua pluralidade e tão diversos modos de vida. O campo se

12Segundo o dicionário Oxford, *selfie* é uma foto que uma pessoa faz de si mesmo, geralmente utilizando um celular, tableta ou *webcam*, e posta em uma rede social. Isto é, diferente do autorretrato, a *selfie* precisa ser compartilhada. Segundo o mesmo dicionário, o uso da palavra *selfie* cresceu 17.000% em 2013, o que os levaram a escolher como «palavra do ano».

apresenta em desenvolvimento, porém, muitos trabalhos ultrapassam as mitificações e dialogam com os jovens em seus milhares e complexos ambientes. Porém, ainda há muito para fazer nessa área, principalmente no que diz respeito à «divulgação» da multiplicidade de discursos sobre os jovens e à aproximação com a própria juventude.

Nessa perspectiva, é possível perceber um aumento do interesse da imagem como fonte de investigação social, também em relação ao universo juvenil. As produções audiovisuais e fotográficas, sobre os jovens e/ou realizados por jovens, passam a ser objeto, processo, metodologia ou instrumento de pesquisa, que possuem sua própria linguagem e uma ampla relação com a sociedade, capazes de auxiliar no desenvolvimento de conhecimentos científicos, através da intima relação entre arte, ciência e sociedade. Um primeiro ponto, demonstrado por Fernandez (2012: 270), é que a partir das ciências sociais é possível analisar as condições sociais que determinam ou influenciam a produção das imagens ou as condições que são afetadas ou modificadas por elas. A imagem possibilita a investigação da natureza social dos grupos criadores e consumidores, de suas representações e objetivos, seus fins econômicos e políticos, suas estruturas ideológicas e os seus meios utilizados para dialogar. Além de outras questões, como as estruturas do mercado, a influência dos componentes econômicos na criação, a linguagem utilizada, os sentidos conotados e denotados, etc.

A autorrepresentação em imagem também pode ser um objeto de estudo das ciências sociais (que pode interagir com outras disciplinas), que prioriza outra forma de presenciar a «cena», principalmente se contraposta com o modo mais clássico de elaboração de narrativas em imagem realizado no campo da antropologia visual, através de vídeos ou fotografias etnográficas, por exemplo. A principal mudança é que agora os diferentes grupos podem manejar mais facilmente às câmeras e elaborar suas próprias imagens, sobre os seus múltiplos *eus,* com «autoridade» (Canevacci, 2009). Nesse sentido, o pesquisador tem a possibilidade de utilizar esses registros para entender mais sobre os diferentes grupos, além de questões como a produção, o conteúdo, sua relação com os meios e os diálogos e tensões com as representações que são desenvolvidas pelos discursos hegemônicos, que acabam por influenciar a opinião das sociedades e dos próprios grupos juvenis sobre o que significa ser jovem. Isto é, buscar entender a dialética entre indivíduo e sociedade na construção de identidades, a partir do sistema narrativo dos próprios jovens.

Em segundo lugar, a análise sobre autorrepresentações, assim como qualquer análise, deve levar em consideração o contexto atual em que se encontra a juventude, num cenário mundial, pensando de como são gestionadas e apresentadas aos jovens as perspectivas em relação às suas vidas e como isso pode ou não ser refletido no modo como eles se percebem e se representam. Vivemos um período de grande complexidade, como postula Juan Chávez (2013), caracterizado pela confluência de crises globais simultâneas, de diferentes classes, como econômicas, ambientais, sociais e políticas, entre outras, como as que citei anteriormente. Na opinião desse autor, as crises são resultado do efeito acumulativo de formações socioculturais baseadas na exploração da natureza e dos seres humanos por outros seres humanos. Esses fatores somados às relações que os jovens possuem com as demais instituições sociais, incluindo as representações sobre eles, são responsáveis por criar os modos como eles se compreendem diante do mundo ao redor.

Como exemplo, Rolando Quiñones (2013), representante auxiliar do Fundo de População das Nações Unidas em Cuba (UNFPA), conta que atualmente 1,5 bilhões de pessoas têm entre 10 e 25 anos no mundo, 100 milhões de adolescentes não frequentam a escola e 20 milhões de jovens com menos de 20 anos se tornam mães a cada ano. Além disso, segundo dados do Inquérito ao Emprego, divulgado em novembro de 2014, 32% dos portugueses entre 15 e 25 anos estão desempregados. Na Espanha, dados da Encuesta de Población Activa de las Comunidades Autónomas (EPA) sobre o terceiro trimestre de 2014, demonstram que 52,4% dos jovens com menos de 25 anos não têm trabalho. O Pnad constatou que em 2013, dos 6,7 milhões de desempregados no Brasil, a maior porcentagem por faixa etária é da juventude, com 23,1% para pessoas de 15 a 17 anos, 13,7% de 18 a 24 e a 5,3% na faixa de 25 a 49 anos. Além disso, a Organização Mundial do Trabalho (OIT) divulgou no inicio de 2014 que, em todo o mundo, 74,5 milhões de jovens com menos de 25 anos estariam desempregados. E, em 2013, a taxa mundial nessa faixa etária atingiu 13%, mais do que o dobro da média global de 6%, que inclui todas as idades.

É nesse cenário que grande parte dos jovens ocidentais se encontra, num momento de autoafirmação, de construção de identidades, de perspectivas não muito favoráveis e pouca representatividade política e social. Além disso, estão imersos num mundo globalizado, que oferece grandes possibilidades de comunicação,

interação e «informação», que como postula Canclini (2004), não garante relações, proximidades ou conhecimentos, em qualquer classe social. A autorrepresentação pode ser entendida nesse contexto como um meio de refletir – consciente ou inconscientemente – sobre todos esses fatores. Aquele jovem que, em determinado momento (com mais ou menos «pré-produção»), com diferentes intenções, apertou o botão da câmera, busca estabelecer um diálogo, que pode ser inclusive individual, e que se relaciona com memórias, ideologias e subjetividades, determinados pelos contextos socioculturais em que se encontra, que passa a ser de interesse da investigação sobre as juventudes. Ao mesmo tempo, essa imagem representa fragmentos sobre «quem sou eu». Quando ele mesmo, ou outra pessoa, vê a imagem captada, está diante da possibilidade de ver sinais que falam sobre «quem é essa pessoa». Se pressupõe que, quando alguém vai representar a si mesmo ou ao seu grupo, as escolhas do que aparecerá em quadro estão relacionadas com as formas de constituir sua personalidade e sua identidade, também em comparação aos outros.

Entre as possibilidades de investigação, o contato do pesquisador com a autorrepresentação fornece meios para entender sobre como esse jovem ou grupo de jovens se julga, como se relaciona com o meio e como busca ser julgado, a partir da interpretação desse jogo performativo das representações sociais. Do mesmo modo, possibilita comparar as tensões existentes com as diferentes representações mais usuais sobre a juventude divulgadas nos meios de comunicação; dando voz, espaço e forma para outras juventudes. Nesse caso, se pode perceber as distintas influências recebidas, examinar os processos que estão por traz dessa produção hegemônica uniforme, suas relações de poder e correspondências com a representatividade, política e social.

O pesquisador pode elaborar algumas reflexões em torno de alguns pontos que destaco como importantes: 1) Explorar os métodos de construção de discursos em imagens através de representações sociais hegemônicas e autorrepresentações; 2) Perceber quais são as relações entre representação e representatividade política e social; 3) Identificar como são criadas as autorrepresentações, analisando os principais objetivos, e quais são os métodos de divulgação e de diálogo com o público; 4) Entender qual é o papel da autorrepresentação em imagens na tensão pela construção da identidade de grupos; 5) Questionar se a autorrepresentação imagética pode auxiliar os jovens a desenvolverem um outro pensamento sobre si e sobre os demais. Do mesmo modo, que se relaciona com a opinião social sobre as juventudes.

Num mundo tão inundado com imagens e discursos sobre nós e sobre os outros, a autorrepresentação, através da fotografia e dos formatos audiovisuais, por intermédio de sua análise, pode trazer novos detalhes sobre os diferentes grupos juvenis, já que se possibilita o contato com uma ampla percepção que envolve indivíduo, grupo e sociedade, em pequenos recortes carregados de indicações da vida cotidiana. Tanto a fotografia quanto o cinema e vídeo possibilitam que sejam lidos nas entrelinhas mais do que aparece a primeira vista quando estamos diante de uma imagem.

Considerações finais

O presente trabalho buscou apresentar algumas considerações sobre o uso da autorrepresentação em imagens – fotográficas e audiovisuais – como objeto de pesquisa sobre as juventudes. A possibilidade de maior acesso aos meios tecnológicos, responsáveis pela captação de imagens, e de divulgação, através da internet, fornece aos jovens a oportunidade de produzir discursos e narrativas sobre eles mesmos. Desta forma, o pesquisador pode dialogar com um material produzido deste dentro, que pode ser contrastado com os discursos hegemônicos sobre o que é ser jovem, que acabam homogeneizando e mitificando a juventude e, deste modo, moldando o imaginário social sobre ela.

Pensar em representação é também entender o seu papel no jogo da teatralidade que permeia o universo político e social atual, em que são conotadas e denotadas diferentes intenções das relações de poder. Grande parte dos grupos juvenis é tipificado e catalogado de forma acrítica, a partir da naturalização de símbolos e imaginários comuns, muito próximos de um dualismo entre o «bem» e o «mal», em que não são capazes de apresentar os tantos percursos e detalhes existentes na formação dos diferentes grupos juvenis, e de seus participantes – individualmente – , nos seus mais distintos e complexos meios.

A partir da importância que a imagem tem nas sociedades ocidentais, a autorrepresentação fornece muitos meios para estabelecer uma aproximação entre os discursos sociais e a individualidade, intermediado pela

busca por criar uma imagem sobre si mesmo e se autoafirmar. Pensando também no modo em que se desejam ser reconhecidos. A crescente popularização dos autorretratos pode falar muito sobre os novos tempos e novos anseios sociais, principalmente da juventude, o principal ator desse novo campo de comunicação.

Referências filmográficas

Os 3 (2011). Direção: Nando Olival. São Paulo: O2.

5X Favela: Agora por nós mesmos (2010). Direção: Caca Diegues. Rio de Janeiro: Globo Filmes.

Apenas o fim (2008). Direção: Matheus Souza. Rio de Janeiro: Produção independente.

Batismo de Sangue (2006). Direção: Helvécio Ratton. Minas Gerais: Quimera Filmes.

Cabra Cega (2005). Direção: Toni Venturi; São Paulo: Olhar Imaginário Ltda.

Cão sem Dono (2007). Direção: Beto Brant e Renato Ciasca; São Paulo: Clube Silêncio, Drama Filmes Ltda, Europa Filmes, Quanta Centro de Produções Cinematográficas e Estúdios Mega.

O Céu de Suely (2006). Direção: Karim Ainouz. Rio de Janeiro, França, Portugal e Alemanhã: Celluloid Dreams, Fado Filmes, Shotgun Pictures e VideoFilmes.

À Deriva (2009). Direção: Heitor Dhalia. São Paulo: 02.

Era uma Vez (2008). Direção: Breno Silveira. Rio de Janeiro: Conspiração Filmes e Globo Filmes.

Os Famosos e os Duendes da Morte (2009). Direção: Esmir Filho. São Paulo: Dezenove Som e Imagem.

Nome Próprio (2007). Direção: Murilo Salles. Rio de Janeiro: Cinema Brasil Digital.

Podecrer! (2007). Direção: Arthur Fontes. Rio de Janeiro: Conspiração.

Proibido proibir (2007). Direção: Jorge Durán. Rio de Janeiro: El Desierto Filmes.

Quase dois irmãos (2004). Direção: Lúcia Murat. Rio de Janeiro: Taiga Filmes.

Querô (2006). Direção: Carlos Cortez. São Paulo: Gullane Filmes Ltda.

Sonhos roubados (2010). Direção: Sandra Werneck. Rio de Janeiro: Cineluz.

Zuzu Angel (2006). Direção: Sérgio Rezende. Rio de Janeiro: Toscana Audiovisual Ltda.

Referências bibliográficas

ABRAMO, H. (1997), "Consideração sobre a tematização social da juventude no Brasil". *Revista Brasileira de Educação*, 6, Disponível em: http://anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_05_HELENA_WENDEL_ABRAMO.pdf [consultado em 23-11-2014].

ANDERSON, B. (1989), *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática.

BARTHES, R. (2009), *Mitologias*. Rio de Janeiro: DIFEL.

BARTHES, R. (2004), *O rumor da língua***.** São Paulo: Martins Fontes.

BARTHES, R. (1984), *A câmara clara – nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BENJAMIN, W. (1936), *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica*. Paris.

BRASLASKY, C. (1986), *La juventud argentina: informe de situación*. Centro Editor: Buenos Aires.

CAMPOS, R. (2010), "Juventude e visualidade no mundo contemporâneo: uma reflexão em torno da imagem nas culturas juvenis". *Sociologia, Problemas e Práticas*, 63, Lisboa.

CANCLINI, N. G. (2004), *Diferentes, desiguales y desconectados.* Barcelona: Editoral Gedisa.

CANEVACCI, M. (2009), "A comunicação entre corpos e metrópole". *Revista Signos do Consumo*, 1 (1), pp. 80-20.

CHÁVEZ, J. L. M. (2013), "Prólogo". In: Colectivo de autores, *Realidad de la juventud cubana en el siglo XXI,* La Habana: Editorial de Ciencias sociales, pp. IX - XII.

COLOMBRES, A. (2011), *Teoría transcultural de las artes visuales*. La Habana: Ediciones ICAIC.

DUBOIS, P. (1993), *O ato fotográfico e outros ensaios***.** Campinas (SP): Papiros.

DUCH, L.; CHILLON, A. (2012), *Un ser de mediaciones: Antropología de la comunicación, Vol 1*. Barcelona: Herder.

ECO, U. (1994), *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das letras.

FERNANDEZ, A. (2012), "El cine y la investigación em ciencias sociales". In A. Colombres (ed.), *La descolonización de la mirada. Una introducción a la antropologia visual.* La Habana: Ediciones Icaic, pp. 249-279.

FOUCAULT, M. (2001), *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro, Forence Universitária.

FREIRE FILHO, J. (2008), "Mídia, subjetividades e poder: Contruindo cidadãos-consumidores do novo milênio". *Lugar Comum*, 25-26, pp. 89-103.

GARCIA, J.; CANUL, J.; LÓPES, F. (2009), "El mito del poder en la sociedad contemporánea". *Uni-pluri/versidad*, 9 (3), pp. 1-14. Disponível em: http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/unip/article/view/5297 [consultado em 15-10-2014].

GEERTZ, C. (1978), *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

QUIÑONES, R. G. (2013), "Introducción". In: Colectivo de autores, *Realidad de la juventud cubana en el siglo XXI*. La Habana: Editorial de Ciencias sociales, pp. 1-8.

HALL, S. (1997), *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*. Educação & Realidade, Porto Alegre, 22 (2), pp. 15-46.

HOBSBAWN, E. (1990), *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

KOLAKOWSKI, L (2007), *La presencia del mito*. Madrid: Amorrortu.

LABBÉ, P. L. (2011), "Ecografías del «Yo»: documental autobiográfico y estrategias de (auto)representación de la subjetividad". *Comunicación y Medios*, 24, Disponível em: http://www.comunicacionymedios.uchile.cl/index.php/RCM/article/viewFile/19894/21053 [consultado em m 21-11-2014].

MARTÍN-BARBERO, J. (2008), "A mudança na percepção da juventude: sociabilidades, tecnicidades e subjetividades entre os jovens". In S. H. S. Borelli, J. F. Filho (eds). *Culturas juvenis do século XXI*. São Paulo: EDUC, pp. 09-32.

MAY, R. (1998) *La necesidad del mito La influencia de los modelos culturales en el mundo contemporánea*. Barcelona: Paidos.

PAIS, J. M. (2003), *Culturas juvenis***.** Lisboa: Imprensa nacional-Casa da moeda.

GT 60
Políticas Públicas, criatividade urbana e desenvolvimento territorial

Políticas Culturais e Democracia: notas sobre a Lei de Incentivo à Cultura do município de Teresina A. Tito Filho[1]

Thiago Meneses Alves[2]

Resumo
As relações entre políticas culturais e democracia no Brasil são marcadas por contradições e descontinuidades, alternando períodos de grandes acionamentos dessas políticas com períodos de vazios institucionais e retrocessos. Relativamente consensual é o fato de que o auge destas relações ocorreu no Governo Lula, principalmente pela formulação de políticas públicas que promoveram o reconhecimento da diversidade cultural do país. Tomando como pano de fundo esse debate, o presente trabalho tem como objetivo tecer considerações sobre a Lei Municipal de Incentivo à Cultura A. Tito Filho, do município de Teresina-PI. Em linhas gerais, é possível afirmar que ainda que se configure como um dos principais instrumentos de viabilização de iniciativas culturais daquele contexto, a Lei não constitui um pacto aprofundado com a sociedade civil inscrita naquele território.

Palavras-chave: Brasil, Democracia, Políticas Culturais, Teresina, Lei A. Tito Filho.

1 - Introdução

Como as discussões sobre as políticas públicas – em particular as políticas culturais – podem ajudar a compreender melhor o estado atual da nossa democracia, tanto reconhecendo os avanços rumo a um modelo mais participativo como detectando lacunas ainda a serem preenchidas? Por outro lado, como podemos avaliar, a partir do reconhecimento das conquistas já consolidadas no país, as características mais ou menos democráticas de determinada política pública?

Na esteira desta série de questionamentos, o texto que segue tem como objetivo principal discutir a interface democracia/políticas culturais a partir do escrutínio do texto da Lei de Incentivo à Cultura A. Tito Filho (nº2.194, de 1993), um dos principais meios de viabilização de projetos culturais do município de Teresina, capital do estado do Piauí.

País jovem que somos, saídos de um processo recente de redemocratização (1985) que contou com participação significativa da sociedade civil, consolidado na promulgação de uma "Constituição Cidadã" (1988) e em eleições diretas após mais de vinte anos (1989), acostumamo-nos, nos últimos tempos, a experiências democráticas interessantes (Carvalho, 2002), ainda que estas tenham projetos antagônicos sempre à sua espreita. Neste sentido, algumas das experiências mais marcantes podem ser verificadas no campo da cultura.

---

1 Gostaria de agradecer imensamente aos diálogos profícuos travados com Ana Regina Rêgo (professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí), Paula Guerra (professora do Departamento de Sociologia da Universidade do Porto) e Irene Serafino (doutoranda em Sociologia pela Universidade do Porto) para a confecção deste trabalho. Obviamente, a responsabilidade pelo conteúdo aqui contido é toda minha.

2 Graduado em Comunicação Social (Habilitação em Jornalismo) pela Universidade Federal do Piauí. Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Escola de Comunicação, ECO-UFRJ). Doutorando em Sociologia pela Universidade do Porto. thiagomeneses85@gmail.com

Setor negligenciado por muito tempo pelo Estado, sendo caracterizado mesmo por uma tradição de ausência (Rubim, 2008), o campo cultural, nos últimos tempos, se configurou como um laboratório de formulação de políticas públicas progressistas (Ferreira & Pochmann, 2010). Obviamente, os tensionamentos com setores mais conservadores e alguns retrocessos também marcaram este percurso. Estes percalços, em linhas gerais, ajudam a enxergar os projetos de sociedade que disputam a hegemonia no contexto brasileiro, seja num choque direto entre discursos que soam diametralmente opostos, mas, principalmente, num modelo de apropriação de valores das recentes conquistas democráticas, num rearranjo que obedeceria, sobretudo, às prerrogativas do neoliberalismo. A cientista política Eveline Dagnino (2004) chamou esse processo de "confluência perversa".
No intuito de debater questões relativas à democracia no Brasil relacionadas diretamente às políticas públicas culturais, o texto que segue está dividido em duas partes principais. No primeiro momento, fiz uma discussão sobre democracia e políticas culturais com o foco na intensidade desta interface nos mais variados momentos históricos do país. No segundo momento, amparado por essa discussão, formulei notas explicativas sobre a dimensão dessa interface na Lei de Incentivo à Cultura do município de Teresina-PI, a Lei A. Tito Filho.

2– Democracia e políticas culturais no Brasil

Ainda que se configure como um terreno norteado por dissensos, há uma relativa convergência entre os estudiosos do tema sobre a gênese das políticas culturais no mundo ocidental. Esta estaria situada no período compreendido entre os anos 30 e 60 do século XX. A implantação do Ministério dos Assuntos Culturais na França (anos 50) foi a iniciativa que teve maior pujança neste sentido. O protagonismo da experiência francesa se explica pelos avanços significativos no reconhecimento desta instância no âmbito institucional. O Ministério dos Assuntos Culturais, chefiado por Andre Malraux, foi o primeiro ministério exclusivamente destinado à cultura no mundo. O passo mais importante no modelo francês foi reconhecer a responsabilidade, por parte das autoridades públicas, de proporcionar aos cidadãos acesso à cultura. A dimensão cultural, portanto, é colocada no mesmo patamar de outras instâncias clássicas já concebidas como direitos universais – saúde, educação, previdência e etc. (Rubim, 2012).
Em linhas gerais, a política instituída por Andre Malraux consistiu na preservação e difusão do patrimônio cultural francês canonizado. As principais instâncias de fixação no território eram as Casas de Cultura. Os bens culturais ali contidos seriam os únicos dignos de serem preservados e publicizados. Ainda que a iniciativa francesa tenha produzido importantes avanços no que diz respeito ao reconhecimento e inserção das políticas culturais numa agenda de governo, esta configurava-se de forma excessivamente restrita, não tardando a ser alvo de críticas contundentes. O espectro do Maio de 68 acabou por alcançar também a política de cultura instituída pelo governo francês. Dessa forma, emerge um segundo modelo de política cultural em contraposição à perspectiva elitista de Malraux. Este consistiu basicamente na busca de uma definição menos restrita de cultura, onde a pluralidade de formatos existentes pudesse ser contemplada e onde a relação entre cultura e vida cotidiana, valorizada. A substituição das onerosas casas de cultura por centros culturais, organizados a partir de parcerias com os setores locais e mais abertos às manifestações regionais, promoveu a descentralização/municipalização da gestão. (Rubim, 2012).
As mudanças observadas na França, ainda nos anos de 1960, refletem um debate fulcral no âmbito das políticas culturais: a formulação de iniciativas mais democráticas que representem a pluralidade de um determinado território, promovendo um desenvolvimento e a emancipação daqueles alí inscitos a partir do reconhecimento das suas necessidades e vocações, numa relação horizontal entre Estado e sociedade civil.
Quando analisa as trajetórias dos paradigmas que nortearam a formulação de políticas públicas até a atualidade, a pesquisadora Isaura Botelho (2007) identifica um grande modelo hegemônico, bastante afinado com a primeira perspectiva francesa: o da *democratização cultural.* Esse modelo consiste basicamente num tipo de política cuja ênfase está focalizada na promoção do acesso à cultura erudita. Neste sentido, são dois os pressupostos principais que alicerçam esse paradigma: a cultura que deve ser difundida é aquela legitimada; basta promover o encontro entre obra e público para haver fruição. Assim, o principal foco de ação está concentrado sobretudo nos obstáculos materiais (má distribuição/ausência de espaços culturais) e

nos preços elevados de ingressos/obras. Portanto, a finalidade desse tipo de iniciativa é viabilizar o contato do espectador com um determinado tipo de obra cultural canonizada, considerada universal, em detrimento das manifestações locais, por exemplo.

No intuito de formular políticas culturais mais democráticas, a autora alerta que, mais do que sublinhar somente as problemáticas econômicas do acesso à cultura, é necessário atentar para a multiplicidade de tipologias de hábitos de fruição verificados num olhar mais atento sobre as dinâmicas culturais. Assim, para uma radicalização democrática no que tange à elaboração de novos pressupostos para políticas culturais, é necessário combater a dificuldade de acesso a uma produção menos "vendável" (cultura popular), e não somente à produção canonizada, balanceando, neste processo, a oferta abundante oriunda do mercado (cultura de massas). É a partir desses pressupostos que pode-se falar em *democracia cultural.* Assim, alguns passos importantes a serem dados rumo a políticas sociais mais democráticas são: o reconhecimento da existência de públicos diversos; oposição a um único paradigma de legitimação cultural; acréscimo de uma análise de caráter mais qualitativo aos indicadores clássicos – classe, renda, faixa etária e localização domiciliar – nas pesquisas sobre a maior ou menor intensidade do consumo cultural (Botelho, 2007).

No caso específico das políticas culturais brasileiras, é pertinente ressaltar o fato de que estas foram marcadas durante um longo período por uma "triste tradição", o que significou, em última análise, um caráter antidemocrático em boa parte da sua trajetória. Nas palavras do pesquisador Antônio Rubim (2008), esse legado negativo se deve, sobretudo, à existência de três características marcantes: a *ausência* (caracterizada pela falta de empreendimentos culturais mais robustos até, pelo menos, o período do governo de Getúlio Vargas); o *autoritarismo* (verificado sobretudo na instrumentalização da cultura pelos regimes ditatoriais); a *instabilidade* (cujos períodos de relativa atenção ao setor cultural eram procedidos por vazios institucionais. As sucessivas criações e dissoluções do Ministério da Cultura no Brasil ilustram bem esse fator).

Ao travar uma discussão sobre a especificidade das políticas culturais no contexto do Brasil a partir de tópicos como identidade, diversidade e diferença, Barbalho (2007) sublinha a inexistência de um campo intelectual brasileiro sólido pelo menos até os anos de 1930. Esse contexto seria fruto, sobretudo, da proibição de universidades, da circulação de livros, da destruição da diversidade cultural indígena, dentre outros fatores, por parte da metrópole portuguesa. O quadro de proibicionismo e clandestinidade da esfera cultural seria levemente atenuado somente com a chegada de Dom João VI ao Brasil, em 1808, "arejando" o ambiente a partir de uma série de medidas que minimizavam as antigas restrições, dentre as quais, a própria elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarve (1815).

Portanto, é somente após 1930 que ocorre um investimento efetivo do Estado na esfera cultural. Na ocasião, o então presidente-ditador, Getúlio Vargas, pretendia solidificar uma identidade nacional a partir da construção de um sentimento de "brasilidade", que, em suma, consistia em reunir os diversos "brasis" em torno de ideias comuns. Neste sentido, há, por parte do Estado, a estruturação de um ambiente institucional para que os intelectuais trabalhem em torno desse projeto de identidade nacional (Barbalho, 2007).

De uma maneira geral, esse projeto consistia numa ressignificação da imagem do mestiço (grande maioria da população brasileira), denegrida por ideologias racistas vigentes no período. Assim, a partir do lançamento do livro *Casa Grande e Senzala* (Gilberto Freire), há a construção de um ponto de vista alternativo da miscigenação brasileira entre português, índio e negro, "transformando" o que era negativo em algo positivo. Dessa forma, "o Governo Vargas se aproveita da abertura teórica que a ideologia da mestiçagem' possibilita, produzindo, com seu respaldo, um discurso contrário à ineficiência inata do povo" (Barbalho, 2007: 4). No fim, essa ideia positiva do mestiço é incorporada pelo Estado e utilizada como alicerce para o seu projeto de políticas culturais[3].

No período da Ditadura Militar (1964-1985), mais do que "criar uma nação", o objetivo principal era "integra-la". A cultura, mais uma vez, é apropriada no intuito de atingir esse objetivo a partir da elaboração de políticas

3 Neste projeto de "construção da nação", norteado pelo corporativismo getulista, onde o estado decide quem vai receber o benefício, surgem diversas instituições culturais: Serviço Nacional de Teatro (SNT), Instituto Nacional do Livro (INL), Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHA), além do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) (Barbalho, 2007).

que enfatizaram a diversidade do país. Porém, há o pressuposto maior de que esta diversidade forma um todo unificado, em outras palavras, um país chamado Brasil. Neste sentido, a síntese da miscigenação foi utilizada agora para definir uma cultura brasileira "plural", que, em última análise, seria o reflexo da "verdadeira" identidade nacional, cuja característica mais marcante é justamente a riqueza da hibridação entre europeu, africano e índio. Assim, "a miscigenação revela uma realidade sem contradições, já que o resultado do encontro entre as culturas passa por cima das possíveis divergências, e acaba por qualificar a cultura brasileira como democrática, harmônica, espontânea, sincrética e plural" (Barbalho, 2007: 6)[4].

A virada ocorrida com a redemocratização no país acontece num período em que o neoliberalismo desfilava triunfante. A vitória de Fernando Collor de Melo nas eleições de 1989 trouxe de forma definitiva o modelo neoliberal para a sociedade brasileira. No caso específico do setor cultural, alguns dos acontecimentos mais emblemáticos e ilustrativos do tipo de política adotado no período foram a extinção do Ministério da Cultura, da EMBRAFILME e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) (Barbalho, 2007). A principal política cultural formulada nesse período foi a Lei Rouanet. Sucessora da antiga Lei Sarney, extinta em meio a várias denúncias de corrupção do ponto de vista fiscal, essa medida continua a ter um peso bastante forte no contexto das políticas culturais brasileiras. Em linhas gerais, consiste num mecanismo fiscal que permite que a pessoa física ou jurídica interessada em investir recursos em projetos culturais possa descontar o valor total do montante depositado no Imposto de Renda. O argumento para este modelo de política era o de inserir definitivamente a distinta e potente produção cultural brasileira no mercado globalizado. Infelizmente, essas leis, na prática, representaram tanto a subjugação dos artistas ao *marketing* das empresas "patrocinadoras" quanto o desligamento progressivo do poder público das questões relativas às políticas culturais (Pinto, 2011).

Longe de sugerir qualquer tipo de marginalidade no que diz respeito à importância da dimensão econômica da cultura. Muito pelo contrário, o reconhecimento e desenvolvimento desse traço pode, inclusive, ser um elemento gerador de sustentabilidade no contexto mundial globalizado. No entanto, se nos governos de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso essa dimensão pouco trabalhada até então foi abordada de forma consistente, ainda restavam várias lacunas no que diz respeito a um projeto potente de democracia cultural nos termos aqui formulados. Estas lacunas, como argumentarei a seguir, se não completamente preenchidas, foram abordadas de forma nunca antes vista na história das políticas culturais brasileiras no Governo de Luís Inácio Lula da Silva.

Um aspecto fundamental para compreensão das mudanças verificadas nas ações do MinC no Governo Lula foi a abrangência da noção de cultura. Assim, "a assimilação da noção larga permite que o ministério deixe de estar circunscrito à cultura culta (erudita) e abra suas fronteiras para outras modalidades de culturas: populares; afro-brasileiras; indígenas; de gênero; de orientação sexuais; das periferias; da mídia audiovisual; das redes informáticas, etc." (Rubim, 2008: 195). A noção alargada de cultura seria formalizada, do ponto de vista conceitual, a partir da adoção da perspectiva antropológica de cultura[5]. Na prática, isso significou, além da já referida incorporação de outras instâncias historicamente negligenciadas, um combate contra a tradição do autoritarismo que vigorou durante boa parte da trajetória das políticas culturais no país. É importante ressaltar que mesmo diante dessas novidades, a interface cultura/economia continuou a ser um dos pilares fundamentais do novo ministério (Lopes, 2013).

No que diz respeito a algumas das ações mais significativas no âmbito das políticas públicas culturais no período da gestão de Gilberto Gil, está a implantação e desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura e do Plano Nacional de Cultura, (construção coletiva entre ministério, estados, municípios e sociedade civil). Importante ressaltar que estas medidas tocam de forma contundente na questão da instabilidade e descontinuidade, na medida em que são construções já configuradas no sentido de apresentarem uma conformação perene. Além disso, denotam um pacto de aprofundamento entre Estado e sociedade civil.

Impossível analisar a "virada" nas políticas culturais brasileiras sem uma menção, ainda que breve, ao Progra-

---

4 Para elaborar a sua política cultural, o Governo cria o Conselho Federal de Cultura (CFC), formado por intelectuais alinhados à ideologia vigente no regime. A reverência ao passado e o perfil conservador são a tônica nessa instância (Barbalho, 2007).

5 Para uma discussão sobre a perspectiva antropológica ver Eagleton (2000).

ma Cultura Viva. Com recursos provenientes do Fundo Nacional de Cultura (FNC), consiste no repasse direto de recursos, por meio de seleções periódicas via edital público, para núcleos orgânicos da sociedade civil que já realizam ações culturais em determinados territórios. A gestão do ponto de cultura inicia com a assinatura do convênio com o Estado, definindo-se direitos e deveres. Quando analisa a sua experiência à frente do Programa Cultura Viva, o então secretário de Cidadania Cultural na época do ministro Gilberto Gil, Célio Turino, argumenta que o programa traduz as tentativas de alcançar um novo tipo de governabilidade onde o ponto principal é a gestão compartilhada, cujo objetivo é estabelecer novos parâmetros de cooperação entre sociedade e Estado. Portanto, "no lugar de impor uma programação cultural ou chamar os grupos culturais para dizerem o que querem (ou necessitam), perguntamos como querem. Ao invés de entender a cultura como produto, ela é reconhecida como processo" (Turino, 2009: 63).

Em linhas gerais, o tipo de política pública verificada na experiência dos pontos de cultura contém os elementos necessários para uma relação renovada entre Estado e sociedade civil (Santos, 1999). Assim, na medida em que aprofunda o pacto entre as duas instâncias (Cocco & Negri, 2005) – pacto esse que, ao inserir no seu arranjo a diversidade e a potência criativa de uma multidão de singularidades (Hardt & Negri, 2005; Silva & Szanieck, 2010) ao invés de privilegiar poucos grupos do segmento cultural (nomeadamente os grandes conglomerados de comunicação e a cultura erudita), articulando lógicas de desenvolvimento territorial endógenas (Herschmann, 2007) –, fornece interessantes pistas para o aperfeiçoamento da própria democracia.

No entanto, nem só de flores vive o atual segmento das políticas de cultura no Brasil. Algumas das principais críticas ao atual panorama político neste segmento são: os problemas de definição do objeto de trabalho (no caso, a cultura) vinculados à abrangência demasiada da perspectiva antropológica (Reis, 2008); as descontinuidades recentes no Ministério da Cultura no Governo Dilma Roussef, nas passagens das ministras Ana de Holanda e Marta Suplicy, verificadas principalmente nas questões relativas aos direitos autorais e nas dificuldades de gerenciamento dos pontos de cultura (Turino, 2013); a morosidade na implantação das mudanças estruturais, principalmente do Sistema Nacional de Cultura (Reis, 2008) e as dificuldades de implementação efetiva destas medidas progressistas tomadas a nível nacional (o Sistema Nacional de Cultura é um caso emblemático) nos contextos locais (Amorim, 2013); a concentração de recursos na região Sudeste, sobretudo aqueles oriundos da renúncia fiscal obtidos a partir das leis de incentivo à cultura (Pinto, 2011; Rêgo, 2010); A própria forma como a interface economia/cultura é trabalhada (Lopes, 2013), que, em muitas casos, proporciona muito mais a realização dos interesses de instâncias privadas em detrimento dos interesses da sociedade civil.

Feito este preâmbulo sobre o panorama das políticas de cultura no contexto brasileiro, discuto, no próximo tópico, a relação entre políticas culturais e democracia num contexto bastante específico: o da cidade de Teresina, capital do estado brasileiro do Piauí. Esta discussão tem como base a Lei de Incentivo à Cultura A. Tito Filho.

3 – A Lei de Incentivo à Cultura A. Tito Filho

Antes dos comentários sobre a Lei A. Tito Filho, são necessárias algumas contextualizações e ressalvas. O meu interesse específico por esta discussão está diretamente ligado ao meu projeto de tese de doutorado (em desenvolvimento, na fase de revisão de bibliografia), cujo intuito é investigar a cena de rock independente/alternativa da cidade de Teresina no século XXI. O *paper*, portanto, surge da motivação em compreender as políticas públicas que trabalham a questão da música independente/alternativa (seja de forma residual, seja de forma concentrada) naquele território. Apontarei, no decorrer do texto, as questões ainda em desenvolvimento do ponto de vista da investigação. Mesmo tendo em vista este caráter preliminar da pesquisa, alguns pontos já podem (e devem) ser tratados de forma objetiva a partir da interface democracia/políticas públicas.

A Lei nº 2.194, instituída em 23 de março de 1993[6], mais conhecida como Lei A. Tito Filho, é um dos principais meios de financiamento de projetos culturais no município de Teresina. O principal objetivo deste tópico final é fazer uma série de breves considerações a respeito dessa lei a partir da discussão já travada no decorrer

6 Para consultar o texto original na íntegra, acessar o seguinte endereço: http://www.issdigitalthe.com.br/the/legislacao/lei2194.pdf

do trabalho sobre a interface democracia/políticas culturais. Meu argumento terá como base o texto original da Lei, as mudanças no texto original, além do posicionamento de alguns agentes culturais sobre estas questões.

De acordo com o texto original (1993), A Lei A Tito Filho é um mecanismo de incentivo fiscal destinado aos possíveis "patrocinadores" (pessoas físicas ou jurídicas) de projetos culturais (art.2º) a partir da dedução de dois tributos (art.2º inciso II): o Imposto Sobre Serviços (ISS) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Após o repasse das verbas por parte dos interessados em descontar o imposto em benefício de projetos culturais, esses recebiam um Certificado (CPC) (art.2º inciso I). No lado dos projetos incentivados, esses deveriam ser realizados, necessariamente, no perímetro urbano do município de Teresina (art.10º). O valor direcionado para o financiamento de projetos culturais deveria ser fixado na Lei Orçamentária do Município anualmente, não podendo ser inferior a 3% e nem superior a 5% da receita oriunda do ISS e do IPTU (art.2º inciso III).

No que diz respeito aos *patrocinadores e ao desconto dos impostos,* algumas questões devem ser sublinhadas: os patrocinadores deveriam estar, necessariamente, sediados no município de Teresina (art.2º). O incentivo fiscal consistia na isenção plena do valor repassado pelo patrocinador (art.2º inciso I), que poderia atingir o teto de até 20% do valor do imposto devido (art.2º inciso II). O certificado (CPC) recebido pelos patrocinadores possuía a duração de um ano (art.6º).

As *instâncias artísticas/culturais* que poderiam ser contempladas com o benefício eram as seguintes (art.3º): música; dança; teatro; cinema, fotografia e vídeo; literatura; editoração e artes gráficas; folclore e artesanato; pesquisa; artes plásticas; acervo e patrimônio histórico, cultural, de museus e meio ambiente.

Sobre o *grupo apreciador* e a natureza dos *projetos,* os principais pontos a serem ressaltados são: a comissão normativa seria formada por membros das diversas linguagens abrangidas pela Lei (art.4º incisos II e III) e pelos representantes do poder público – o presidente da Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves e o Secretário Municipal de Finanças –, sendo estes membros natos (art.4º inciso I). Os projetos/obras que se beneficiassem do financiamento deveriam ser executados no perímetro territorial do município de Teresina (artigo 10º). Esses, por sua vez, deveriam explicitar claramente os objetivos principais, além dos recursos financeiros e humanos necessários para a realização da empreitada (art.4º inciso V).

Portanto, no que diz respeito aos "*patrocinadores",* percebe-se, de antemão, que trata-se de um mecanismo de dedução fiscal plena, prática que foi introduzida com intensidade na política cultural brasileira a partir do final dos anos de 1980. Como já ressaltado anteriormente, naquele período estiveram no poder no Brasil sempre governos de matriz neoliberal. No que diz respeito às políticas culturais daqueles governos, essas basearam-se, sobretudo, nos mecanismos de isenção fiscal (o exemplo mais emblemático no âmbito nacional é a Lei Rouanet), quando o Estado abre mão de um montante específico do imposto devido por pessoas físicas ou jurídicas e este é direcionado para o financiamento de projetos culturais. Neste sentido, não parece uma simples coincidência o fato do município de Teresina, no auge do período neoliberal, ter formulado uma lei de incentivo à cultura cujo modelo seja baseado neste tipo de procedimento. As discussões em torno da dimensão econômica da cultura estavam na agenda do dia. Tanto a nível mundial (a tentativa de inserção da cultura como mais um "produto" no âmbito da Organização Mundial do Comércio) como a nível nacional (sofisticação dos mecanismos de incentivo fiscal que permitiram aos departamentos de *marketing* de grandes empresas definir a alocação de boa parte dos recursos destinados ao financiamento de projetos culturais), as medidas tomadas caminhavam cada vez mais afinadas com a narrativa que buscava integrar cultura e mercado. Em grande parte dos casos, além de uma concentração na região Sudeste do país, esse tipo de prática caracterizou uma omissão do papel mediador do Estado no correto direcionamento dos recursos públicos (Freire, 2012), do qual o município de Teresina parece não ter ficado isento, sobretudo antes das modificações na Lei A. Tito Filho, ocorridas em 1997. Essa questão também será abordada com mais profundidade na pesquisa de campo. Ainda que sem números precisos, é pouco provável que o montante (entre 3% a 5% da arrecadação do ISS e do IPTU) seja, de fato, aplicado em projetos culturais como determina a Lei A. Tito Filho. A falta de abertura de editais anualmente e os atrasos no repasse das verbas dos projetos aprovados são indicadores (passíveis, ainda, de uma verificação mais aprofundada) neste sentido. Sem contar que a descontinuidade, constatada no fato de que não são abertos editais todos os anos, já infringiria o próprio texto da Lei (art.2º inciso III, que exige a aplicação desse montante anualmente).

Outro ponto delicado nessa discussão, ainda ligada à questão dos "patrocinadores", diz respeito ao próprio significado atribuído ao termo, já que este destoa da acepção mais comum, ligada à noção de "mecenas", quando há transferência direta de recursos por parte da fonte financiadora (Freire, 2012). É evidente que para se realizar de forma plena, uma empreitada cultural necessita, além da instância artística, também, da instância financeira, podendo esta estar vinculada à esfera pública, à esfera privada ou à própria capacidade de empreendedorismo do artista (Freire, 2012). Ultimamente, cresce em importância uma quarta via na questão do financiamento, sendo esta ligada ao papel ativo do público nesta esfera, verificada principalmente nas iniciativas de *crowdfunding* (Pretti, 2011). No caso das Leis de Incentivo baseadas na renúncia fiscal no contexto brasileiro, acaba por haver uma sobreposição dos interesses da esfera privada sobre a esfera pública, fenômeno esse verificado quando aborda-se a questão do marketing cultural. Esta instância consiste na valorização da marca da empresa que patrocina. O problema, na maioria dos casos brasileiros, é que a base dos recursos é dinheiro público, já que todo o valor aplicado é descontado de forma integral nos impostos devidos. Diferente de outros modelos no mundo, como o da Espanha, que possui um teto de dedução de 35%, sendo que o restante dos recursos devem ser provenientes do próprio investidor (Rêgo, 2010), as Leis (tanto a Rouanet, no contexto nacional, como a A. Tito Filho, no contexto local de Teresina) permitem a isenção de 100% do valor aplicado. Ou seja, o "patrocinador", além de direcionar os recursos financeiros a partir dos pressupostos do marketing cultural, privilegiando, na grande maioria dos casos, manifestações que promovam maior visibilidade da sua marca (em detrimento daquelas que mais necessitam dos recursos), não tem ônus financeiro.

No que diz respeito às *linguagens artísticas/culturais* que são reconhecidas pela Lei A. Tito Filho, pode-se afirmar, sem reticências, o reconhecimento de diversas manifestações para além das instâncias clássicas privilegiadas (a cultura erudita). Se, por um lado, os avanços, neste primeiro momento, no que diz respeito à abrangência, são menores do que aqueles verificados na gestão de Gilberto Gil no MinC (lembrar da noção antropológica de cultura), por outro lado, é inegável o reconhecimento de manifestações historicamente negligenciadas. Neste sentido, a própria Lei Orgânica do Município de Teresina (nº 19, art.227º, de 2011), ao reconhecer a necessidade em garantir "o pleno exercício dos direitos culturais, acesso às fontes de cultura", corrobora as recentes conquistas verificadas a nível nacional. No entanto, somente o aprofundamento no campo permitirá comentários mais precisos sobre o conteúdo das Leis (A. Tito Filho e Lei Orgânica de Teresina) e a sua efetiva aplicação. O que é possível discutir no ponto em que nos encontramos está mais relacionado à questão proposta por Botelho (2007) no que diz respeito à *democratização/democracia cultural*. Como ressaltado anteriormente, a passagem de uma instância à outra deve conter, em primeiro lugar, o reconhecimento de outras manifestações culturais para além da cultura canonizada (erudita). Neste sentido, a Lei já nasce relativamente adequada ao seu tempo, na medida em que reconhece em seu texto essas instâncias outrora negligenciadas. Contudo, a Lei A. Tito Filho parece não contemplar um segundo passo fundamental rumo a uma democracia cultural: a formação de público, ao invés apenas da promoção do acesso às manifestações culturais, na medida em que focaliza a atuação nos eventos e produtos sem abordar a esfera da fruição, por exemplo. No caso específico do contexto de Teresina, resta saber (a partir da imersão no campo) se este segundo ponto não é trabalhado a partir de outras iniciativas fora do escopo da Lei A. Tito Filho.

No que diz respeito especificamente ao *formato dos projetos*, não há nenhum tipo de limitação explícita no texto da Lei, o que, em teoria, mostra uma relativa abertura para a diversidade, não somente de linguagens artísticas/culturais, mas também de múltiplas perspectivas sobre estas linguagens/manifestações. As realizações de oficinas e palestras cujo objetivo é o auxílio na elaboração dos projetos comprova a preocupação, por parte do poder público, em familiarizar minimamente os artistas com a burocracia do Estado. Obviamente, isso não exclui a possibilidade de constrangimentos institucionais, principalmente no que diz respeito ao perfil dos a valiadores. Esse tópico também será abordado em reflexões posteriores no âmbito da pesquisa de campo. No que diz respeito à *instância avaliadora* , não há moticvos aparentes para questionar a legitimidade das suas avaliações, sobretudo após algumas modificações que promoveram maior autonomia ao Estado e à sociedade civil no direcionamento dos recursos.

No ano de 1997, a Lei A. Tito Filho passou por algumas *modificações*. De uma maneira geral, essas tiveram por intuito deixar o primeiro texto mais claro, evitando brechas para distorções dos objetivos

originais. Algumas das principais modificações foram: a especificação de que as pesquisas que poderão ser financiadas com recursos oriundos da Lei devem, necessariamente, estar relacionadas às áreas temáticas abrangidas no texto original (artigo 3º, tópico VIII); maior poder delegado ao Conselho Municipal de Cultura, que ficava, a partir daquele momento, com a responsabilidade de fixar os limites máximos de recursos financeiros a serem concedidos a cada projeto; (artigo 4º inciso I); aperfeiçoamento dos mecanismos de fiscalização, materializado no surgimento de uma Comissão de Gerenciamento e Fiscalização, que providenciaria o CPC ao contribuinte-incentivador, formada por servidores municipais e indicada pelo Conselho Municipal de Cultura; (artigo 11º). A medida mais substancial diz respeito à criação de um Fundo Municipal de Cultura, cujos recursos seriam provenientes de dotações orçamentárias próprias, dos incentivos fiscais oriundos da Lei A. Tito Filho, doações, receitas oriundas das vendas de livros via Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves (FMCMC) e dos valores de multas aplicadas em decorrência de danos a bens artísticos e culturais.

O que convém sublinhar nestas mudanças é o fato de que, no seu conjunto, significaram um maior protagonismo da sociedade civil e do poder público no julgamento da pertinência dos projetos e no direcionamento dos recursos, que, antes destas modificações, ficavam a cargo das entidades privadas. A criação do Fundo Municipal de Cultura e da Comissão de Gerenciamento e Fiscalização podem ser vistos como mecanismos de regulação cujo intuito é enfatizar os interesses e necessidades públicas no âmbito da cultura.

No que diz respeito à *experiência dos agentes* com os procedimentos relativos à Lei A. Tito Filho, há uma queixa generalizada sobre a demora no repasse das verbas aos projetos aprovados. Somente para se ter uma ideia da dimensão deste problema, basta citar o fato de que a Prefeitura de Teresina, a partir da sua Fundação Municipal de Cultura, está regularizando neste momento (dezembro de 2014) a situação dos projetos aprovados ainda no biênio 2008/2009. Após entrar em contato com algumas pessoas provenientes do meio cultural da cidade para fazer indagações específicas para a escrita deste trabalho, ouvi muitas reclamações acerca desse problema enfrentado.

Fato é que o mau funcionamento de uma lei cujos pressupostos não são na sua totalidade ruins pode gerar um sentimento de insatisfação generalizada com consequências mais nefastas, como a descrença nas próprias políticas públicas. Neste sentido, cito a resposta de um agente que, quando indagado sobre a importância da Lei A Tito Filho para o incremento do cenário cultural de Teresina, respondeu-me que achava mais interessante a lei SIEC (Lei Estadual de Incentivo à Cultura, nos moldes da Lei Rouanet) pelo fato desta disponibilizar os recursos de forma mais rápida. Outro agente respondeu-me no mesmo rumo, afirmando a necessidade de reformulação da Lei A Tito Filho a partir da implementação de um mecanismo fiscal nos moldes da Lei Rouanet. No momento, penso que a implementação de um modelo semelhante à Lei Rouanet não seria uma medida tão interessante para a cidade, vide os inúmeros estudos que sublinham as distorções, verificadas sobretudo na sobreposição dos interesses privados sobre os interesses públicos, proporcionada pelo mecanismo fiscal da Lei Rouanet (Pinto, 2011; Rêgo, 2010). Se levarmos em consideração as experiências a nível nacional, uma "volta" da Lei A. Tito Filho ao esquema mais afinado com a Lei Rouanet favoreceria, mais do que o interesse público do campo cultural de Teresina, aos artistas que possuíssem maior entrada junto ao meio empresarial, o que, muito provavelmente, acentuaria a má distribuição dos escassos recursos existentes. No entanto, é compreensível a insatisfação dos agentes culturais que convivem diariamente com o mau gerenciamento e a falta de uma aplicação efetiva da Lei A Tito Filho.

Feita a descrição da Lei e abordados alguns pontos da sua prática enquanto política pública, as principais considerações gerais possíveis de serem formuladas até o momento a partir da discussão travada no decorrer deste artigo (democracia/políticas públicas), são:

1) O formato original da Lei A. Tito Filho, cujo modelo consiste nos mecanismos de isenção fiscal plena para os patrocinadores, que, por sua vez, possuíam poderes para definir onde os recursos seriam aplicados (primeira fase), mostra-se, em linhas gerais, pouco generoso com as prerrogatívas mais progressistas de políticas culturais;
2) Há que se reconhecer, no entanto, as tentativas de aperfeiçoamento da Lei A. Tito Filho (1997), nomeadamente as criações do Fundo Municipal de Cultura e da Comissão de Fiscalização e a aproximação com o Concelho Municipal de Cultura. Na prática, essas mudanças significaram maior participação do

Estado e da sociedade civil no julgamento dos projetos e na aplicação dos recursos;

3) Ao trabalhar a díade economia/cultura, a Lei A. Tito Filho se insere numa uma das principais tendências estratégicas de desenvolvimento na sociedade contemporânea. O reconhecimento, por parte do Estado, do problema do financiamento nos projetos culturais é, por si só, um avanço. Resta saber, no entanto, quem mais se beneficia da forma como essa díade é trabalhada, se mercado (caracterizando, portanto, uma política pouco democrática) ou sociedade civil (políticas culturais mais afinadas com pressupostos democráticos);
4) A queixa mais recorrente diz respeito aos atrasos no repasse das verbas para os projetos aprovados. Além do óbvio prejuízo financeiro e de reputação para os promotores/agentes culturais, esse problema implica, também, no enfraquecimento de um pacto (ou da tentativa, pelo menos) mais aprofundado entre sociedade civil e Estado, na medida em que o último não consegue ou não se motiva em cumprir as obrigações que tem com o primeiro. Em termos de políticas públicas mais democráticas, essa descrença é um ponto bastante delicado a ser combatido;
5) Outro grande problema da Lei A. Tito Filho diz respeito à descontinuidade. Ainda que amparados pelo texto da Lei, que exige a aplicação de, pelo menos, 3% da receita oriunda do ISS e do IPTU em projetos aprovados via Lei A. Tito Filho, é pouco provável que esse montante seja, de fato, destinado à cultura, vide os atrasos e a falta de abertura de editais todos os anos;
6) Se, por um lado, a Lei A. Tito Filho reconhece instâncias historicamente negligenciadas, um dos principais pontos rumo a uma democracia cultural (Botelho, 2007), por outro lado, a pouca ênfase na questão da formação de público ainda é uma lacuna a ser preenchida neste sentido;
7) Mesmo após as modificações e todo o debate travado no contexto de Teresina sobre essa política pública, a própria forma como foi concebida inicialmente não daria margens para um aprofundamento que acompanhe as dinâmicas de um estado mais democrático e participativo.

Gostaria de finalizar ressaltando as dificuldades inerentes à gestão da cultura no contexto brasileiro. Problemas como o reduzido orçamento, a marginalidade no que tange a outras questões mais "prioritárias" e outras demais dificuldades inerentes a um setor como o cultural, de fato, existem e devem ser sempre sublinhadas quando tecemos comentários a respeito deste segmento. Portanto, é possível afirmar que, em linhas gerais, a Lei A Tito Filho, com todas as limitações, dificuldades de operacionalização e lacunas, contribui de maneira importante para o incremento do cenário cultural daquela localidade. Por outro lado, por se tratar de um dos principais instrumentos de auxílio à cultura no município, é preocupante observar, no que diz respeito à discussão mundial e mesmo brasileira, a carência de modelos mais democráticos e participativos de políticas públicas. Neste sentido, a Lei A Tito Filho consiste muito mais numa ação paliativa, na medida em que a própria configuração do seu formato original não proporciona um pacto aprofundado com a sociedade civil inscrita naquele território.

4 – Referências

AMORIM, S (2013), "A Participação como Estratégia das Políticas Culturais no Estado do Rio de Janeiro". IV Seminário Internacional – Políticas Culturais, Disponível em http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Simone-Amorim.pdf , [consultado em 11.12.2014]

BARBALHO, A. (2007), "Políticas Culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença". *III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, ENECULT.* Disponível em http://www.cult.ufba.br/enecult2007/AlexandreBarbalho.pdf, [consultado em 20.04.2014]

BOTELHO, I. (2007), "Políticas Culturais: discutindo pressupostos". In: Gisele Nussbaumer (ed). *Teorias e Políticas da Cultura: visões multidisciplinares.* Salvador: EDUFBA, pp. 171-180

CARVALHO, J. M. (2002), *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

COCCO, G; NEGRI, A (2005). *Global: biopoder e luta em uma América Latina globalizada*. Rio de Janeiro: Record

DAGNINO, E. (2004), "Sociedade Civil, Participação e Cidadania: do que estamos falando?". In D. Mato (ed), *Políticas de ciudadanía y sociedade civil en tempos de globalización.* Caracas: Faces, pp. 95-110

EAGLETON, T (2005). *A Ideia de Cultura.* São Paulo: Unesp

FERREIRA, J. & POCHMANN, M. (2010), "Introdução". In F. Silva, H. Araújo (eds.), *Cultura Viva: avaliação arte, educação e cidadania,* Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), p.7

FREIRE, R. (2012), "O Financiamento como Recurso Fundamental das Políticas Culturais". In: A. Rubim, R. Rocha (eds.). *Políticas Culturais,* Salvador: EDUFBA, pp. 49-65

HARDT, M; NEGRI, A (2005). *Multidão: guerra e democracia na era do Império.* Rio de Janeiro: Record

HERSCHMANN, M. (2007). *Lapa, Cidade da música: desafios e perspectivas para o crescimento do Rio de Janeiro e da indústria da música independente nacional.* Rio de Janeiro: Mauad

LEI A. TITO FILHO (1993), Disponível em http://www.issdigitalthe.com.br/the/legislacao/lei2194.pdf [consultado em 15.12.2014]

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TERESINA (2001), Disponível em http://pgm.teresina.pi.gov.br/admin/upload/documentos/77f11ae101.pdf [consultado em 15.12.2014]

LOPES, R. (2013), "Cultura e Desenvolvimento: a serviço de quem?". XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM, Disponível em http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/lista_area_DT8-EP.htm, [consultado em 11.12.2014]

PINTO, M. (2011), *Política Cultural na Sociedade de Controle: a Lei Rouanet como instrumento de subordinação dos artistas ao marketing das empresas patrocinadora*s, Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PRETTI, L. (2011) "Financiamento cultural sem comprometer a autonomia". In: Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo.

RÊGO, A. (2010), "Comunicação & Cultura: estratégias organizacionais de visibilidade e a interface com a política cultural – Brasil e Espanha". XXXIII Congresso Brasileiro de CiÊncias da Comunicação – INTERCOM, Disponível em http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-1073-1.pdf, [Consultado em 11.12.2014]

REIS, P. (2008). *Políticas Culturais do Governo Lula: análise do sistema e do plano nacional de cultura.* Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia.

RUBIM, A. (2012), "Panorama das Políticas Culturais no Mundo". In: A. Rubim, R. Rocha (eds.). *Políticas Culturais,* Salvador: EDUFBA, pp.13-29

RUBIM, A. (2008), "Políticas Culturais do Governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos". *III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – ENECULT*, Disponível em http://www.cult.ufba.br/enecult2007/AlbinoRubim.pdf, [consultado em 23.03.2013]

SANTOS, B. (1999). "Reinvenção Solidária e Participativa do Estado". Seminário Internacional Sociedade e Reforma do Estado, Disponível em http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/134.pdf , [consultado em 11.12.2014]

SILVA, G; SZANIECKI, B. (2010), "Rio: dois projetos para uma cidade do conhecimento". Disponível em http://www.overmundo.com.br/overblog/rio-dois-projetos-para-uma-cidadedo-conhecimento, [consultado em 09/07/2012]

TURINO, C. (2013). "Célio Turino fala sobre o futuro dos Pontos de Cultura", Disponível em http://www.conlab2015.com/pt/conteudo/comunicacoes/normas-de-actas/normas.html [consultado em 15.12.2014]

TURINO, C (2009), *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo pra cima*, São Paulo: Anita

Organizações culturais e apoio público local: Que territórios e desafios?

Vera Borges
vera.borges@iscte.pt

Tiago Lima
tiago.souzalima@outlook.com

RESUMO: Este artigo apresenta e discute as principais conclusões de um estudo em curso sobre as organizações culturais com apoio público, neste caso a modalidade dos Acordos Tripartidos da DGArtes-SEC com os municípios e as estruturas locais. Analisamos como acontece este tipo de financiamento das organizações culturais, tendo em conta três eixos de análise: o trabalho cultural das organizações, as trajetórias dos seus profissionais e a ligação do projeto ao território. Perguntamos o que fazem hoje estas organizações nas diferentes regiões do país, quais são as suas novas missões, que efeitos e desafios estão na base deste apoio às artes. O artigo termina com a apresentação de uma tipologia de projetos e regiões – intermunicipais e áreas metropolitanas -, um estudo de caso e a sua discussão em torno das lógicas coletivas e lógicas individuais que (não) se confundem, reforçam e alimentam no cenário dos apoios públicos locais.

Palavras-chave: cultura, políticas públicas, organizações culturais, território.

1. Contextualização: dois eixos de apoio público local

O atual diretor de uma organização cultural portuguesa, criada em 1995, e situada em Águeda[1], descreveu o início da sua trajetória profissional na estrutura e a importância dos apoios concedidos pela Direção-Geral das Artes-Secretaria de Estado da Cultura (DGArtes-SEC) para o reconhecimento local da entidade que dirige:

> "Fiz uma trajetória natural. **Éramos quatro irmãos a trabalhar aqui na companhia**; eles começaram primeiro e eu segui-os. Fiz o Conservatório, éramos todos músicos. Eu continuei a trabalhar aqui em full-time e eles não, agora estão a ensinar música. (…) Porque, de facto, nós vivemos travessias difíceis nos anos 1995 até 2006, e foi mesmo muito difícil sobreviver entre 2003-2004. Hoje é diferente. Existe uma consolidação do apoio institucional que tivemos desde 2007 até hoje. Nós estamos a crescer e a nossa dependência do apoio local diminuiu. Fomos dos primeiros a ter este tipo de apoio do Estado, começámos com um município e hoje são cinco" (LF, diretor, músico, 43 anos).

No início, a estrutura desenvolvia junto dos seus alunos o ensino e a prática de música tradicional. No entanto, nos últimos 10 anos, a equipa alterou a missão e o trabalho artístico da organização e, apesar de a música continuar a ser importante, tornou-se mais interessante apostar na transdisciplinaridade das experiências artísticas, optando-se pelos cruzamentos disciplinares, programando música, espetáculos de teatro musical e novo circo, destinados a uma maior variedade de públicos.
Hoje, a estrutura tem uma equipa de 12 colaboradores com contratos a tempo inteiro (dois fazem estágio profissional) e, além das atividades artísticas, desenvolvem um conjunto de atividades conexas como a formação e a ocupação de tempos livres de alunos das escolas e instituições sociais locais. A estrutura produz e apresenta os seus programas culturais em cinco municípios que se concentram na comunidade intermunicipal de Aveiro.

1 **Águeda** situa-se na comunidade intermunicipal de Aveiro e está a 240 km de Lisboa e a 72 km do Porto.

Nesta fase da entrevista, o diretor considerou que a nova missão da estrutura tem a tripla função de articular a experiência local, o trabalho artístico e os apoios públicos centrais:

> "Nós fazemos engenharia para encontrar modelos que possam ser interessantes para os municípios e os municípios apreciam o investimento institucional da DGArtes, o investimento do Estado. Eles [os municípios] reconhecem o nosso trabalho, claro. Mas um fator decisivo para o nosso reconhecimento é o apoio do Estado; **têm um protocolo com a** DGArtes, não **é** connosco. E felizmente quando as câmaras mudaram isso **não afetou a** relação que tinham connosco." (LF, diretor, músico, 43 anos).

Compreender as lógicas individuais e as lógicas coletivas dos mundos das artes e de como se confundem, reforçam e alimentam nos cenários locais é o principal objetivo deste artigo. Assim sendo, começamos por apresentar dois eixos de apoios públicos locais, incidindo brevemente na ação das Direções Regionais de Cultura (DRC) e depois, com mais detalhe, nos Acordos Tripartidos da DGArtes que decorrem em 2014. Estes Acordos são uma das modalidades de apoio público desta Direção Geral, em colaboração com as autarquias locais e as organizações culturais, nas diferentes regiões do país. Em seguida, apresentamos as missões, os projetos das entidades tripartidas e os efeitos e desafios deste tipo de apoio público. O artigo termina com a apresentação de três perfis tipo de projetos e a discussão de um estudo de caso. Na base deste artigo está a sistematização de um conjunto de informações que resultam de uma pesquisa em curso, onde se avaliam e antecipam os cenários de evolução das organizações culturais portuguesas, através da monitorização sociológica, muito próxima das entidades financiadas pela DGArtes-SEC, nos seus concursos anuais, bienais, tripartidos, internacionalização e Pegada Cultural[2].

As organizações culturais, os seus profissionais e os novos modos de participação dos seus **públicos** são cada vez mais importantes para definir as modalidades de financiamento da cultura (Borges, Costa e Graça, 2012; Garcia, 2014). A permanente reinvenção destas estruturas, com atividades de espectro mais alargado, e implicações culturais e sociais, e forte dinamização local, são a prova de que arte e cultura vivem profundos desafios: da variedade de objetivos e missões que empreendem, como a busca de autoconhecimento até à inclusão social das populações e a sua qualidade de vida, o desenvolvimento económico e o emprego, o estímulo e a revitalização do território, bem como o envolvimento e a participação nas artes e na vida pública em geral.

No decorrer de uma pesquisa anterior (Garcia, 2014: 98-126), na qual os autores trabalharam, verificou-se que as organizações culturais, os seus profissionais e atividades estão fortemente concentrados nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. A análise colocou em evidência a já conhecida hierarquia entre os territórios. De um lado, a região de Lisboa e Vale do Tejo e a região Norte e, do outro lado, as regiões Centro, Alentejo e Algarve. No entanto, uma análise mais fina dos projetos, contextos de ação quotidiana das estruturas e dos seus intervenientes (Borges e Lima, 2014a; Borges, 2014b) evidencia uma particularidade cujo interesse merece escrutínio, utilizando-se agora uma estratégia de pesquisa mista: trata-se da importância da dimensão local da cultura financiada pelo Estado através das Direções Regionais de Cultura (DRC) e de concursos específicos da DGArtes-SEC, como os Acordos Tripartidos. Estes Acordos e a nova geografia que protagonizam, diferente da hierarquia habitual (como veremos nos pontos 3.2. e 3.3) contemplam hoje com esta modalidade de apoio público 40 organizações culturais e 35 municípios[3]. Daqui resulta a necessidade de conhecer e descrever os contextos específicos em que estas organizações e comunidades locais se cruzam, enlaçam e envolvem, seguindo lógicas coletivas singulares e baseando-se em experiências artísticas capazes de envolver e integrar crianças, jovens e seniores.

Nos últimos 20 anos, a diversificação das organizações culturais a operar em Portugal acentuou-se (Costa, Borges e Graça, 2014). Na base dessa diversificação organizacional estão alterações profundas das equipas

---

2 O projeto intitula-se "Tratamento analítico de dados das entidades artísticas apoiadas pela DGArtes" e é desenvolvido na linha temática Cidades e Territórios, do DINÂMIA'CET-IUL, sob a coordenação de V. Borges.

3 Em 2014, são 219 as organizações de criação, produção e difusão cultural financiadas pela DGArtes-SEC, mas estima-se que existam a operar mais 863 estruturas e projetos, sem apoio direto da DGArtes, de acordo com os dados extraídos pela instituição e que os autores compilaram no âmbito do estudo "Mapear os recursos" (Borges e Lima, in Garcia: 98-126).

artísticas, mais reduzidas e com contratos temporários (Borges, 2007, 2008), mas estão também as alterações dos seus universos de trabalho, a natureza das interações experienciadas entre as equipas e os públicos e as políticas de incentivo desenvolvidas pelas coletividades territoriais locais e pelo Estado (Borges e Lima, 2014). Tal como acontece por via dos apoios realizados pelas DRC à música, leitura e aos livros, à cultura popular, fanfarras, ranchos folclóricos, cinema e multimédia, grupos de teatro, os eixos de apoio central à cultura, através da DGArtes, expõem hoje a população a uma socialização artística mais precoce, permanente e realizada localmente, com forte convivialidade das estruturas com a comunidade. Embora estas "pequenas forças" não tenham reduzido a concentração geográfica das organizações, públicos e iniciativas nas áreas metropolitanas, permitiram reforçar e ancorar localmente as dinâmicas das organizações culturais, em grande medida pela natureza e impacto do seu trabalho cultural realizado junto dos públicos-locais.

A dimensão local do trabalho desenvolvido pelas organizações culturais merece destaque pela força crescente das iniciativas de bairro ou iniciativas de proximidade. As experiências e ligações das organizações com os seus públicos não são de hoje, mas multiplicam-se nos nossos dias de forma muito criativa e vão da oferta de atividades destinadas à formação do "olhar" do espectador (ações de formação e sensibilização do público que os artistas organizam e que são avaliadas pelas instâncias públicas), até às *démarches* participativas como os seminários de música, as ações de formação em tecnologias digitais que associam as organizações aos mais jovens e à população sénior, participantes ativos nos processos de criação de espetáculos, filmes e projetos de bairro.

A visibilidade destas experiências culturais em ligação com as comunidades locais alargou-se graças à pertinência do trabalho artístico e pelo seu retorno social. As lógicas de afirmação do localismo cultural, muito visível no perfil de atividades apoiadas nas regi**ões** Norte e Centro do país, **são encorajadas** não só pelos municípios, mas também pela **ação das** DRC (figura 2 e tabela 2). Depois em articulação com o apoio público central, as organizações culturais têm desta forma mais condições para ampliar o seu trabalho e o seu reconhecimento. A Tabela 1 apresenta uma síntese do número de apoios e montantes atribuídos pelas DRC **às estruturas culturais entre os anos 2010 e 2012**.

Tabela 1. Número de entidades artísticas apoiadas pelas direções regionais (2010 – 2012).

Região	N° de organizações apoiadas	N° de apoios	Apoio médio
Alentejo	39	64	5.024,8
Algarve	79	101	2.175,2
Centro	133	237	1551,4
Lx e Vale do Tejo	38	53	7.938,0
Norte	168	217	889,7

Fonte: Direções Regionais de Cultura **e Diários da República (elaboração** dos autores).

Assim, a região Norte tem um elevado número de estruturas apoiadas (168), embora os valores médios atribuídos sejam os mais baixos. A região de Lisboa e Vale do Tejo concentrou o menor número de organizações apoiadas (38), seguindo-se-lhe o Alentejo (39); embora a região de Lisboa e Vale do Tejo concentre os apoios médios mais elevados face às restantes regiões do país. O Centro é a segunda região com o maior número de estruturas apoiadas (133) e o elevado apoio às bandas filarmónicas e ranchos folclóricos mereça ser sublinhado (Tabela 2).

Figura 1. Montante investido pelas direções regionais de cultura entre 2010-2012 (euros)

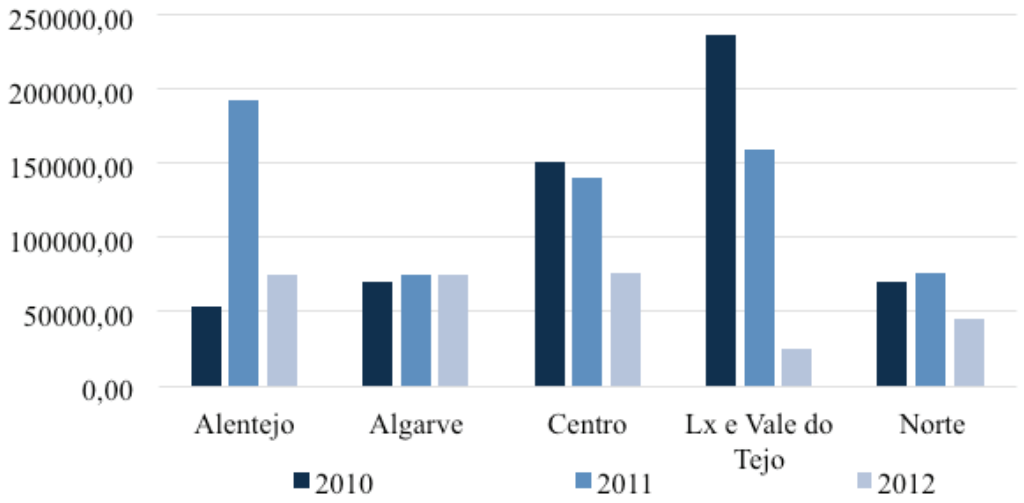

Fonte: Dados fornecidos pelas DRC e Diários da República (elaboração dos autores, publicado em Garcia, 2014).

Na região Norte, a qualidade dos dados apresentados é muito boa e destaca-se de forma surpreendente o apoio à música (e o seu montante total), depois o apoio ao teatro, livro e leitura. O apoio médio realizado **às** artes plásticas também merece ser sublinhado (Figura 2). Procedeu-se à consulta dos projetos de música apoiados na região Norte e tornou-se evidente a importância das bandas filarmónicas e das bandas de música; pontualmente, destacam-se os apoios à gravação de obras e aos concertos.

Figura *2*. Montante investido pela Direção Regional do Norte por área artística, entre 2010-2012 (euros)

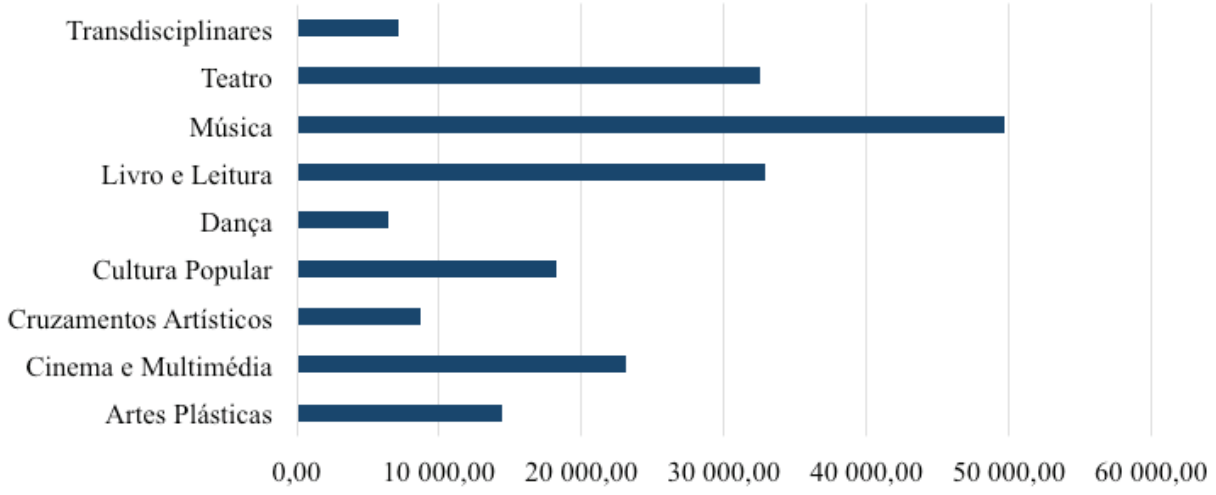

Fonte: Dados fornecidos pela DRC Norte (elaboração dos autores, publicado em Garcia, 2014).

A Direção Regional Centro apresenta os seus dados bem coligidos e destaca-se pelo investimento nas bandas filarmónicas e sociedades musicais (estimado num total de 222. 584,64 euros, entre 2010 e 2012), de que aqui se ilustra apenas uma parte (Tabela 2). Sublinha-se ainda o apoio (embora inferior) às organizações teatrais, cinematográficas e de estudos etnográficos: os grupos de teatro A Escola da Noite e Nariz; o Centro de Estudos Cinematográficos de AAC, a associação Os Serranos e a Associação Cultural Música e Teatro à Parte.

Tabela 2. Investimento nas bandas filarmónicas e sociedades musicais -Direção Regional Centro.

	Município	Organização cultural	Total
Aveiro	Albergaria-a-Velha	Associação Recreativa E Musical Amigos da Branca	24.110,25
	Albergaria-a-Velha	Banda Velha União Sanjoanense	9.368,44
	Albergaria-a-Velha	Banda Recreativa União Pinheirense	7.192,59
	Ílhavo	Banda Dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo	6.823,85
Castelo Branco	Covilhã	Ass. Recreativa Musical Covilhanense-Banda da Covilhã	4.426,15
Coimbra	Arganil	Associação Filarmónica de Arganil	4.153,38
	Montemor-o-Velho	Filarmónica Instrução E Recreio de Abrunheira	4.889,96
	Montemor-o-Velho	Associação Filarmónica União Verridense	4.587,19
Guarda	Gouveia	Ass. Da Orquestra Ligeira de Gouveia	4.392,52
	Gouveia	Ass. Musical Gouveeense Pedro Amaral Botto Machado	7.677,52
	Manteigas	Ass. Rec. Filarmónica Popular Manteiguense	8.272,57
	Manteigas	Banda União Música Velha	4.473,25
	Pombal	Sociedade Filarmónica Vermoilense	3.132,51
	Leiria	Sociedade Artística Musical de Pousos	3.286,14
Viseu	Oliveira de Frades	Ass. Rec. Da Banda Marcial Ribeiradiense	3.063,88
	Vouzela	Sociedade Musical Vouzelense	3.298,27

Fonte: Direção Regional de Cultura do Centro.

No que respeita o apoio da DGArtes-SEC, no âmbito dos Acordos Tripartidos, mais localizados e em estreita colaboração com os municípios portugueses, *são* 14 as entidades com apoios tripartidos bienais (2013-2014) e 26 as entidades com apoios tripartidos quadrienais (2013-2016). Como se pode ver na tabela seguinte, os montantes mais significativos destinaram-se *às* regi*ões* Norte (33,2%) e Centro (28,2%).

Tabela 3. Número e montante dos Acordos Tripartidos por região (1º semestre 2014).

	Tri. Bienal	Tri.Quadrienal	Montante (1º semestre 2014)	%
Alentejo	2	4	281.249,58	8,73
Algarve	2	1	162.668,74	5,05
Centro	3	3	910.404,27	28,27
Lisboa e Vale do Tejo	2	9	795.951,63	24,72
Norte	4	8	1.070.219,02	33,23

Fonte: Boletim das Artes, Nº 3.

Na Tabela 4 apresenta-se a lista dos 23 projetos com Acordo Tripartido e identificam-se as 23 entidades principais que representam as entidades candidatas a esta modalidade de apoio e as suas 17 entidades parceiras que participam em sete dos projetos financiados:

Tabela 4. Projetos tripartidos, entidades principais e entidades parceiras

Projeto *(nome da candidatura)*	**Entidade principal** *(ou candidata)*	**Entidade(s) Parceira(s)** *(co-candidatas)*
Projecto M	O Espaço do Tempo - Associação Cultural	Alma D'Arame, Associação Cultural, Oficinas do Convento, Projecto Ruínas Associação
Dansul - Dança para a comunidade no Sudeste Alentejano	AMDA - Associação em Mértola Para Desenvolver e Animar	
Festival Sete Sois Sete Luas. Descentralização, criação e produção	Associação Sete Sóis Sete Luas	
Casabranca / LAC - laboratório de actividades criativas: candidatura bienal	Casa B - Associação Cultural	LAC - Laboratório de Actividades Criativas
ACTA - criação e programação	ACTA - A Companhia de Teatro do Algarve	
Criação teatral e programação cultural	Associação Cultural e Recreativa de Tondela (ACERT)	
D'Orfeu 2013-2016	d'Orfeu Associação Cultural	
Linhas Cruzadas - O Teatrão / Jazz ao Centro /Círculo de Artes Plásticas / Casa da Esquina	O Teatrão	Círculo de Artes Plásticas de Coimbra, Casa da Esquina - Associação Cultural, O JACC – Jazz ao Centro Clube
Teatro Viriato	Centro de Artes do Espectáculo de Viseu, Associação Cultural e Pedagógica (Teatro Viriato)	
Acordo Tripartido Quadrienal Lisboa	Associação Zé dos Bois	Duplacena, Produção e Realização de Festivais, Espetáculo, CEM - Centro em Movimento, Associação Vo'arte, A Tarumba, Karnart Criação e Produção de Objectos Artísticos Associação
Banda de Alcobaça Tripartido final	Banda de Alcobaça	
Companhia de Teatro de Almada	Companhia de Teatro de Almada, CRL	
Associação Cultural Materiais Diversos	Associação Cultural Materiais Diversos	
Associação Cultural Teatro dos Aloés	Associação Cultural Teatro dos Aloés	
Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras	Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras	
Programa de criação, formação e divulgação teatral do Teatro da Rainha	Associação Republicana da Rainha e Etc	
Tripartido - Comédias do Minho - Associação para a Promoção de Atividades Culturais no Vale do Minho	Comédias do Minho - Associação para a Promoção de Actividades Culturais no vale do Minho	
Anagrama	A Circular Associação Cultural	Curtas Metragens - Cooperativa de Produção Cultural Crl, Lafontana Produções Artísticas, Unipessoal Lda
Festival internacional de música da póvoa de varzim (35ª edição)	Associação Pró-Música da Póvoa de Varzim (Festival Internacional de Música)	
Teatro de elite para todos os públicos	Peripécia Teatro, CRL	
Liberdade. Solidão. Cidadania. Viagem.	CTB - Companhia de Teatro de Braga, CRL	
Santa Maria da Feira # Território + Cultura #	Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira	BCN - Ballet Contemporâneo Do Norte, Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços Brandão - CIRAC
Artes Performativas - Guimarães 2013-2016	A Oficina - Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, Ciprl	Útero Associação Cultural

Fonte: Boletim das Artes, Nº 3.

Importa agora precisar a localização geográfica dos projetos "tripartidos" e das suas estruturas principais (Tabela 5). Foi tomada como unidade de análise a comunidade intermunicipal e as duas *áreas metropolitanas para uma observação mais localizada dos contextos de ação dos projetos com financiamento tripartido* da DGArtes-SEC.

Tabela 5. Localização geográfica dos projetos tripartidos

Projeto *(nome da candidatura)*	**C.I. / A. M. principal**
Projeto M	Alentejo Central
Dansul - Dança para a comunidade no Sudeste Alentejano	Baixo Alentejo
Festival Sete Sois Sete Luas. Descentralização, criação e produção	Alto Alentejo
Casabranca / LAC - laboratório de actividades criativas: candidatura bienal	Algarve
ACTA - criação e programação	Algarve
Criação teatral e programação cultural (ACERT)	Dão-Lafões
D'Orfeu 2013-2016	Região de Aveiro
Linhas Cruzadas - O Teatrão / Jazz ao Centro /Círculo de Artes Plásticas / Casa da Esquina	Região de Coimbra
Teatro Viriato	Dão-Lafões
Acordo Tripartido Quadrienal Lisboa	A. M. de Lisboa
Banda de Alcobaça Tripartido final	Oeste
Companhia de Teatro de Almada	A. M. de Lisboa
Associação Cultural Materiais Diversos	Médio Tejo
Associação Cultural Teatro dos Aloés	A. M. de Lisboa
Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras	A. M. de Lisboa
Programa de criação, formação e divulgação teatral do Teatro da Rainha	Oeste
Tripartido - Comédias do Minho - Associação para a Promoção de Atividades Culturais no Vale do Minho	Alto Minho
Anagrama	A.M. do Porto
Festival internacional de música da póvoa de varzim (35ª edição)	A.M. do Porto
Teatro de elite para todos os públicos	Douro
Liberdade. Solidão. Cidadania. Viagem.	Cávado
Santa Maria da Feira # Território + Cultura #	A.M. do Porto
Artes Performativas - Guimarães 2013-2016	Ave

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados fornecidos no Boletim das Artes, Nº 3.

Por fim, apresentam-se todas as entidades artísticas com Acordo Tripartido e o valor médio anual do apoio atribuído pela DGArtes (fonte: Boletim das Artes, Nº 3).

Tabela 6 . Entidades artísticas com apoio tripartido e montante médio anual

Entidades artísticas *(principais e parceiras)*	**Modalidade de apoio**	**Montante médio** *(anual)*
O Teatrão	Bienal	136.222,48
Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira	Bienal	128.700,38
Associação Cultural Teatro dos Aloés	Bienal	114.045,23
Peripécia Teatro, CRL	Bienal	102.147,12
Bcn - Ballet Contemporâneo Do Norte	Bienal	100.740,68
Associação Republicana da Rainha e Etc	Bienal	92.196,93
Casa B - Associação Cultural	Bienal	75.320,47
Lac - Laboratório De Actividades Criativas	Bienal	74.357,80
Associação Cultural Sete Sóis Sete Luas	Bienal	50.000,00
Círculo de Artes Plásticas de Coimbra	Bienal	40.162,61
Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços Brandão – CIRAC	Bienal	38.367,50
AMDA - Associação em Mértola Para Desenvolver e Animar	Bienal	34.480,00
Jazz ao Centro Clube	Bienal	32.523,03
Casa Da Esquina - Associação Cultural	Bienal	22.792,40
Companhia de Teatro de Almada, CRL	Quadrienal	399.921,41
Centro de Artes do Espectáculo de Viseu, Associação Cultural e Pedagógica	Quadrienal	380.836,32
CTB - Companhia de Teatro de Braga, CRL	Quadrienal	332.949,36
Associação Cultural e Recreativa de Tondela	Quadrienal	292.905,97
O Espaço do Tempo - Associação Cultural	Quadrienal	245.000,00
A Oficina - Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL	Quadrienal	237.737,63
Associação Cultural Materiais Diversos	Quadrienal	216.516,07
Comédias do Minho - Associação para a Promoção de Actividades Culturais no Vale do Minho	Quadrienal	189.318,46
ACTA - A Companhia de Teatro do Algarve	Quadrienal	175.160,87
d'Orfeu Associação Cultural	Quadrienal	150.000,00
Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras	Quadrienal	141.550,00
Banda de Alcobaça	Quadrienal	137.563,92
Associação Pró-Música da Póvoa de Varzim	Quadrienal	132.125,00
Associação Zé dos Bois	Quadrienal	125.919,00
A Circular Associação Cultural	Quadrienal	81.605,34
Curtas Metragens - Cooperativa De Produção Cultural Crl	Quadrienal	73.139,91
Cem - Centro Em Movimento	Quadrienal	68.562,00
Associação Vo'arte	Quadrienal	60.290,00
A Tarumba	Quadrienal	56.011,00
Duplacena, Produção E Realização De Festivais, Espectaculo	Quadrienal	51.296,00
Lafontana Produções Artísticas, Unipessoal Lda	Quadrienal	49.559,38
Karnart Criação E Produção De Objectos Artísticos Associação	Quadrienal	37.922,00
Oficinas Do Convento	Quadrienal	35.000,00
Útero Associação Cultural	Quadrienal	28.358,09
Alma D'arame, Associação Cultural	Quadrienal	25.000,00
Projecto Ruínas Associação	Quadrienal	25.000,00

A contextualização destes dois eixos financiamento ou níveis de apoio público local, concedidos pelas DRC e, em certa medida, pela DGArtes-SEC através dos seus Acordos Tripartidos, permite compreender a relação entre a produção cultural e artística e as diferentes comunidades territoriais, intermunicipais e seus municípios envolventes, e aferir os seus efeitos nas culturas comunitárias e na coesão social das populações. As organizações culturais e artísticas produzem espetáculos, mas desenvolvem cada vez mais atividades conexas, de formação e sensibilização dos seus públicos com a sua participação efetiva nos workshops, seminários e espetáculos; por seu turno, os seus responsáveis envolvem-se de forma mais implicada na vida da comunidade local e na programação dos teatros e salas de espetáculos municipais. Os dois eixos de apoio público, que se apresentam de forma preliminar neste ensaio, assumem-se como importantes fontes de reconhecimento local, pelo que devem ser discutidos conjuntamente com o objetivo de ampliar os efeitos dos apoios públicos das DRC (em função do valor simbólico concedido às práticas culturais locais de cada região), aferir a sua real implicação na coesão social das populações locais e os moldes em que se pode/deve replicar o modelo de financiamento tripartido da DGArtes-SEC.

2. Enquadramento teórico-empírico: entre a tipologia de contextos de ação e as práticas quotidianas dos agentes

Este artigo constrói-se tendo por base uma pesquisa em curso (ver nota 2). A sua estratégia metodológica permite avaliar e monitorizar em tempo útil o comportamento das organizações artísticas portuguesas. A pesquisa é realizada em parceria com colegas, técnicos e estruturas artísticas, e é iminentemente orientada para a ação. Esta pesquisa ativa um importante laboratório de dados atuais, permanentes e disponíveis para as instituições que definem as políticas públicas nacionais e locais e para a comunidade científica em geral (v. a este propósito, Ubaldi, 2013). Por essa razão, as hipóteses que orientam este artigo são teórico-empíricas e promovem uma fertilização cruzada de abordagens conceptuais e metodológicas, com reforço das evidências empíricas, da observação das práticas quotidianas dos atores sociais, suas organizações, problemas e desafios concretos (Borges, Costa e Graça, 2014).

Contribuem para este artigo, os trabalhos que analisam a relação da arte, as suas organizações e o Estado (Alexander e Bowler, 2014), em particular a análise da importância assumida pelas políticas públicas locais e o seu papel no envolvimento entre os organismos centrais do Estado, as DRC, as atividades artísticas participadas e o bem-estar dos residentes locais (Johanson, Glow, Kershaw, 2014). Destaca-se ainda o contributo oriundo de pesquisas que avaliam o impacto social e individual das experiências artísticas (McCarthy, Ondaatje, Zakaras, Brooks, 2004), a importância das instituições não lucrativas, as suas missões e constrangimentos na produção e distribuição da cultura (DiMaggio, 1987), a participação da comunidade nas artes e os efeitos conjugados das decisões dos governos locais (Jackson, Herranz, 2002; Greffe e Plieger, 2005; Jackson, Kabwasa-Green, Herranz, 2006). A análise das estruturas, ancoradas localmente e da sua importância para a cultura e para o território pelos seus públicos-participantes, apoia-se fortemente nos trabalhos anteriores de Borges (2001, 2007, 2014a,b), Sinigaglia (2013), Lopes e Dias, (2014), Borges e Lima (2014) e Urrutiaguer (2014) que dão a ver as condições e o posicionamento das organizações culturais no território, nomeadamente as estruturas teatrais, e sublinham o interesse e os desafios do financiamento público, central e local, na lógica do desenvolvimento sustentável destas organizações.

A hipótese principal que guia o presente artigo é que a relação que existe entre o território onde estão localizadas as entidades artísticas (com Acordo Tripartido) é determinada, conjuntamente, pela estruturação e funcionamento de um meio cultural regional específico e pela posição, trajetórias profissionais e estratégias dos seus diretores e equipas. Para conhecer e descrever estas dimensões de análise utilizam-se metodologias complementares. A análise hierárquica de clusters tem o propósito de encontrar não só as semelhanças e partilhas de intenções, objetivos e resultados dos projetos, mas também aquilo que os diferencia. No campo artístico, a diferenciação e distinção do projeto, a trajetória profissional do responsável, o modelo organizacional e de divulgação, os tipos de participação dos públicos, a relação com a comunidade local, são fatores-chave para o sucesso e para a sustentabilidade de cada organização cultural. Por seu turno, o estudo de caso (d'Orfeu)

apresentado, assente na entrevista (semiestruturada) e na observação dos quotidianos de trabalho da estrutura, assume uma dimensão mais próxima dos atores sociais, uma dimensão que valoriza as lógicas de trabalho local da entidade, aqui escolhida para sublinhar a diversidade de experiências e relações da organização com os públicos (v. a este propósito as contribuições de Abbott, Harper e Lieberson, sobre o que é um "caso" e o que fazem os "casos", textos reunidos na coletânea organizada por Ragin e Becker, em 1992, que são a fonte de inspiração para a estratégia metodológica desta parte da investigação em curso).
O artigo aproveita também a experiência de trabalho proveniente de pesquisas anteriores (Borges, 2001, 2007, 2009), a participação da autora nas comissões de acompanhamento e avaliação das estruturas apoiadas pelo Estado (2009-2013), as entrevistas e conversas informais que realizou (que acabam por se traduzir na procura e teste de metodologias mais formais), os documentos que lhe foram disponibilizados pelas estruturas. Vamos, por fim, centrar esta análise e discussão dos projetos culturais com Acordo Tripartido, promovendo uma breve reflexão em torno das políticas públicas culturais orientada para as experiências das organizações, procurando deixar pistas que interessem diretamente à entidade pública responsável pelo financiamento, mas também às estruturas e aos seus responsáveis.

3. PRINCIPAIS RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise hierárquica de clusters aqui apresentada tem como o objetivo encontrar as similaridades e as diferenças entre os contextos de ação dos projetos com Acordo Tripartido e a sua atividade, desenvolvida no primeiro semestre de 2014. Para realizar esta análise utilizam-se as variáveis: *montante de apoio público, número de atividades* realizadas pelas entidades*, número de apresentações, número de bilhetes* emitidos *e existência (ou não) de entidades parceiras* (Tabela 7).
Nesta tabela apresentam-se os valores médios para cada variável nos três clusters considerados. De forma sumária, é possível afirmar que o cluster 3 agrupa os projetos tripartidos que desenvolvem o maior número médio de atividades, apresentações e bilhetes emitidos; detém ainda o maior apoio público. Por contraponto, o cluster 1 concentra os projetos com os valores médios mais baixos nas variáveis analisadas.

Tabela 7. Valores médios por variável e por cluster (1º semestre de 2014)

	Cluster 1 (N = 9) Projetos sem entidades parceiras	Cluster 2 (N = 7) Projetos com entidades parceiras	Cluster 3 (N = 7) Projetos sem entidades parceiras
Número de atividades	2,44	4,14	5,86
Número de apresentações	15,89	33,71	52,00
Número de bilhetes emitidos	1.035,44	2.428,86	8.087,71
Média do montante de apoio público	70.110,31	97.176,29	196.230,68

Fonte: Boletim das Artes, Nº 3.

3.1. Perfis de trabalho dos Acordos Tripartidos: três clusters de projetos

O primeiro cluster 1 (a azul, v. gráfico 1), agrupa nove projetos tripartidos e apresenta os valores médios mais baixos nas variáveis adotadas. Os projetos tripartidos deste cluster não têm entidades artísticas parceiras. Os projetos e assuas estruturas estão localizados nas áreas metropolitanas de Lisboa (2) e do Porto (1) e nas comunidades intermunicipais do Alto Alentejo (1), Baixo Alentejo (1), Médio Tejo (1), Oeste (2), e Algarve (1).
O cluster 2 (a rosa, v. gráfico 2) agrupa sete projetos tripartidos e apresenta o segundo maior apoio público médio, estando ainda à frente do cluster 1 pelo número de atividades, apresentações e bilhetes emitidos. Concentram-se todos os projetos que têm entidades artísticas parceiras. Estes projetos localizam-se nas A.M. do

Porto (2) e de Lisboa (1) e nas C. I. de Coimbra (1), Ave (1), Alentejo central (1) e Algarve (1).
O cluster 3 (a laranja, ver gráfico 3) tem sete projetos sendo aquele que concentra o maior montante médio de apoio público e que desenvolve o maior número de atividades, com destaque para o elevado número de bilhetes. Os projetos o cluster 3 não têm entidades parceiras e estão localizados na A.M. de Lisboa (1), Dão-Lafões (2), Cávado (1), Douro (1), Alto Minho (1) e Aveiro (1).
Se tivermos em conta a natureza específica da atividade artística realizada por cada entidade e projeto considerado, a sua relação com a comunidade local, os modos de participação da população, entre outros elementos que importam analisar para avaliar o impacto social do trabalho das entidades artísticas, verificamos que a diversidade de contextos de ação das estruturas é forte mesmo no interior de cada cluster (Gráfico 1).

Gráfico 1. Três clusters de projetos tripartidos

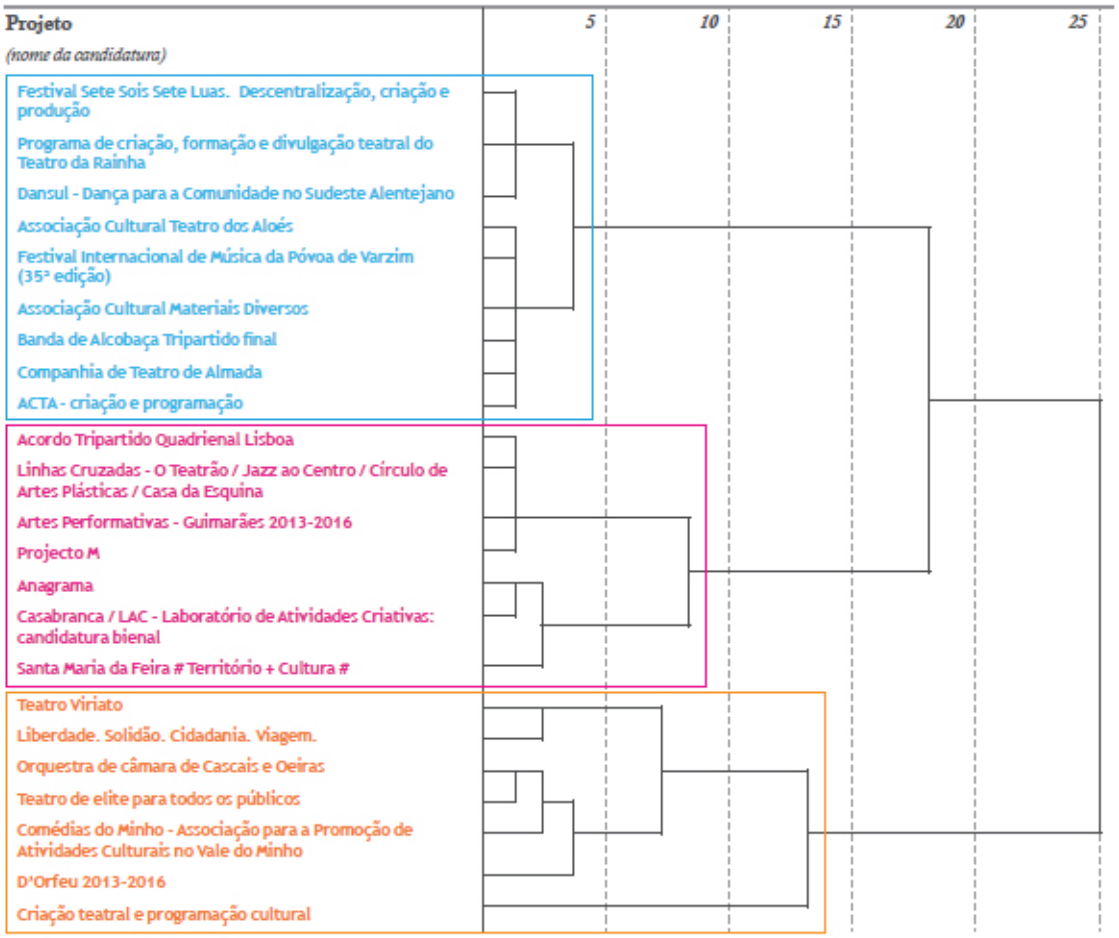

Fonte: Boletim das Artes, Nº 3.

No primeiro cluster agrupam-se dois festivais de música (Sete Sóis Sete Luas, no Alentejo, e o Festival Internacional de Música, Póvoa do Varzim, a Norte, na área metropolitana do Porto) e a Banda de Alcobaça. A Associação Cultural Materias Diversos, na área de Lisboa e Vale do Tejo, Médio Tejo, promove a difusão dos trabalhos dos seus artistas associados, com apresentações internacionais, nomedamente em festivais (Berlim, Genebra, Vienna), e a organização e difusão do seu próprio festival. Situam-se ainda neste cluster os grupos de teatro ACTA, Teatro da Rainha, Teatro dos Aloés e a Companhia de Teatro de Almada.
No segundo cluster concentram-se os projetos "Anagrama", "Casa Branca" e "Santa Maria da Feira Território + Cultura", "Acordo Tripartido Quadrienal de Lisboa, "Artes Performativas – Guimarães 2013-2016", Linhas Cruzadas e Projeto M. A semelhança dos projetos reside não só no médio de atividade (4) realizadas no segundo semestre de 2014, mas também nas parcerias/associações colaborativas de organizações mais reconhecidas com outras entidades artísticas locais que, por esta via, ampliam a sua intervenção e ganham algum fôlego e

dinâmica de trabalho regular. São muitas vezes estruturas de dimensões mais reduzidas mas com uma atuação local determinante e com atividades ora mais amplas e multidisciplinares, ora mais específicas e ligadas a um domínio artístico principal, como o teatro, por exemplo.

O "Acordo Tripartido Quadrienal de Lisboa" (a operar na área metropolitana de Lisboa), liderado pela Galeria Zé dos Bois, reúne mais cinco entidades parceiras (Duplacena, CEM, Associação Vo'arte, A Tarumba, Karnart) e as suas atividades ligam-se às artes visuais e artes performativas, aproveitando a missão de cada uma que passa pela realização de encontros, residências das estruturas associadas, worshops, e atividades do seu serviço educativo, centrados na Galeria. Na mesma linha, o Projeto M (na comunidade intermunicipal do Alentejo Central), liderado pela estrutura O Espaço do Tempo agrupa três parceiros (Alma D'Arame, Oficinas do Convento, Projecto Ruínas) que atuam localmente, promovendo residências artísticas mas também novas criações. O projeto "Artes Performativas – Guimarães" (na comunidade intermunicipal do Ave) apresenta os Festivais Gil Vicente, espetáculos de teatro como The Flick e Na solidão dos campos de algodão; e ainda um conjunto de atividades do seu serviço educativo. Em geral, as atividades concentram-se no Centro Cultural de Vila Flor (auditórios, salas de ensaios, Blackbox). O projeto Linhas Cruzadas (Coimbra) caracterizado pelos trabalhos artísticos de cruzamentos disciplinares apresenta residências artísticas e trabalhos com os parceiros como os "projetos à esquina" (mercados de trocas). Já o projeto "Santa Maria da Feira Território + Cultura" (a operar na área metropolitana do Porto) incide nos cruzamentos disciplinares, embora a área da música seja privilegiada com a relização do 37º Festival Internacional de Música de Verão e o 2º Festival de Música de Verão dos Pequeninos e Festival de Música Júnior.

Por seu turno, no terceiro cluster, o projeto "Teatro Viriato" (Viseu) tem níveis médios semelhantes ao projecto "Liberdade. Solidão. Ciadadania. Viagem", da Companhia de Teatro de Braga. São duas estruturas com fortes ligações com os municípios locais. Junta-se a estes o projeto das "Comédias do Minho" na medida em que os três são os projetos com maior número de atividades (sete) neste cluster. O projeto "Criação teatral e programação cultural" desenvolvido pela ACERT, em Tondela, com ligação regular ao Teatro Viriato (trabalhando numa amplitude regional alargada) apresenta níveis de atividade mais elevados pelo número de apresentações (98) e pelo número de bilhetes emitidos (27679), realizaram seis atividades. A Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras tem níveis de atividade mais próximos do projeto "Teatro de elite para todos os públicos", do Peripécia Teatro; os dois projetos realizaram cinco atividades cada um.

O cluster 1 e o cluster 3, com níveis de produtividade tão diferentes, têm em comum o facto de não se associarem a outras entidades artísticas parceiras, estando, no entanto, associados aos munícipios. A análise mostra que ter ou não ter outras entidades artísticas parceiras não se configura relevante para os níveis de produtividade dos projetos. Estes dois clusters recebem o menor e o maior apoio público (médio) e concentram o menor e maior nível de atividade, respetivamente. Conclui-se que, além da diversidade dos trabalhos artísticos e cultutais apresentados, é o tipo de apoio público, a modalidade e o montante desse financiamento, que fazem a diferença (quantitativa) entre os três clusters ou três tipos de projetos tripartidos.

Existem entidades artísticas que trabalham com montantes significativos e que, neste momento da análise, não se encontram no perfil que reúne os projetos com níveis médios de produtividade mais elevados (cluster 3). Estes resultados devem ser lidos tendo em conta: (i) a especificidade e a natureza da atividade artística dessas entidades e projetos, (ii) que não pressupõem um elevado número de apresentações, (iii) que não se destinam a um público alargado, (iv) ou, simplesmente, até 2016, as entidades têm pela frente (ainda) muito trabalho. É o caso da Companhia de Teatro de Almada, entidade que concentra o maior apoio público, mas neste semestre realizou metade das atividades (três) dos projetos do cluster 3 e tem 25 apresentações. No entanto, os projetos são distintos e requerem uma análise prudente dos resultados quantitativos.

Nesta análise deve ainda considerar-se que a atividade artística desenvolvida pelas entidades tripartidas não se limita à apresentação de novas criações e reposições de espetáculos/eventos. Por exemplo, verificou-se a presença forte de atividades conexas, como o apoio aos tempos livres e períodos de férias de crianças e jovens, através de ateliers, ensaios de espetáculos, e as atividades de ensino e formação que são em grande número e evoluem para linhas de atuação fundamentais no reconhecimento público das entidades, no apoio cultural e social aos municípios e à população local. As atividades de programação, no âmbito dos festivais, permitem consolidar parcerias e públicos locais e promovem a dinamização artístico-cultural das salas municipais.

Não avaliámos (ainda) o impacto social deste tipo de atividades, mas observámos o desenvolvimento de iniciativas diversas, que podem afinal não ter um carácter artístico tão forte, mas considerámos que a diversidade de atividades culturais realizadas não fragiliza as entidades artísticas com Acordo Tripartido, como fica provado pela coorelação de Pearson (v. ponto 3.2.), nem fragiliza as trajetórias dos seus profissionais, se for essa a sua vocação e missão, como acontece no caso "d'Orfeu", estrutura que visitámos e cuja atividade e públicos observámos (v. ponto 3.4.). O desenvolvimento dos projetos "tripartidos" assume para as entidades a tripla função de: (i) consolidar a sua posição enquanto entidades culturais parceiras de municípios (mais visível no cluster 3); (ii) manter associações e colaborações artísticas com outros colegas (formadores, artistas) e estruturas artísticas (visível no cluster 2); (iii) aumentar a visibilidade local das organizações culturais e imprimir um "novo fôlego" às equipas artística e de produção das estruturas.

3.2. A importânia do apoio público nos Acordos Tripartidos (coorelação de Pearson)

Para fazer uma leitura geral da importância do apoio público realizou-se uma correlação (de Pearson) entre o montante de apoio concedido pela DGArtes (Acordo Tripartido e diferentes modalidades de apoio) e os indicadores de produtividade que temos vindo a testar (Tabela 8). Esses indicadores foram: o número de atividades, número de apresentações e bilhetes emitidos (os restantes indicadores não apresentaram resultados significativos).

Tabela 8. Correlação (de Pearson) entre montante de apoio, tipo de apoio e indicadores de produtividade .

	2º Trimestre de 2014 Acordos Tripartidos	2º Trimestre de 2014 Todos os apoios da DGArtes
Nº de atividades	0,53**	0,44**
Nº de apresentações	0,41*	0,32**
Nº de bilhetes emitidos	0,30	0,18

Nota: * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$.

A Tabela 8 mostra que, no segundo trimestre de 2014, se verifica uma correlação mais forte e consistente (do que acontecera em 2012, v. Borges e Lima, 2014) entre o apoio público concedido pela DGArtes às entidades artísticas e o número de atividades e apresentações realizadas pelas mesmas. O número de bilhetes mostra-se (apenas) parcialmente correlacionado com o montante de apoio público. A este propósito, e como temos vindo a afirmar (v. Boletim das Artes 1, 2 e 3), áreas artísticas com menos apoio podem de forma circunstancia e ligada a eventos específicos, nacionais e internacionais, e devido à natureza específica da sua atividade artística emitir mais bilhetes (ou menos).

Em relação aos Acordos Tripartidos, considera-se que o número de atividades realizadas pelas entidades artísticas está mais fortemente correlacionado com este tipo de apoios (0,54 e 0,53). Essa correlação diminui ligeiramente quando se adicionam à análise os outros tipos de apoio (0,44), o que não significa que no geral as restantes entidades produzam menos. Trata-se do efeito das diferentes modalidades de apoio (neste caso parece funcionar assim: apoios tripartidos = níveis de atividade elevados) e revela que existem outros fatores que estão associados à produção artística. O número de apresentações tem também uma forte correlação com os apoios tripartidos (0,58 e 0,41), diminuindo depois quando são adicionados os outros tipos de apoio (0,32), mostrando-se de novo a importância desta modalidade de apoio e o possível retorno do investimento realizado. O número de bilhetes emitidos apenas se correlacionou fortemente com os apoios tripartidos: no primeiro semestre de 2014, foi realizado um elevado número de atividades, em particular pelas entidades que compõem o cluster 3 dos projetos tripartidos, apresentados acima.

3.3. Que território(s) para os Acordos Tripartidos?

Para analisar a relação entre o trabalho das entidades artísticas, os seus projetos tripartidos e a sua localização geográfica, utilizou-se o mesmo procedimento (análise de clusters) e as mesmas variáveis. A análise reporta-se ao primeiro semestre de 2014 e é tomada como unidade territorial a comunidade intermunicipal e a área metropolitana.
O primeiro cluster agrupou nove comunidades intermunicipais e as duas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. O segundo cluster agrupou três comunidades intermunicipais (Alto Minho, Cávado e Aveiro) e o terceiro cluster agrupou uma única comunidade intermunicipal, Dão Lafões.

Tabela 9. Valores médios por variáveis e clusters para as comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas

	Cluster 1 (N = 11)	**Cluster 2** (N = 3)	**Cluster 3** (N = 1)
Número de atividades	3,39	6,00	6,50
Montante de apoio	54.099,50	195.015,96	306.683,50
Apresentações	21,83	51,67	69,50
Número de bilhetes	1.791,71	4.817	20.303

Fonte: elaboração própria.

Os clusters 2 e 3 destacam-se do cluster 1 pela montante de apoio, número de atividades, apresentações e bilhetes emitidos. O cluster 2 tem o nível de produtividade mais elevado e concentra também mais apoio. No entanto, é o cluster 3 que apresenta sempre valores médios superiores em relação ao primeiro grupo e segundo (razão pela qual se optou por mostrar isoladamente). O território ou comunidade intermunicipal de implantação dos Acordos Tripartidos que mais se distingue é Dão Lafões.
As duas entidades que operam nessa região são o Centro de Artes de Viseu, com o projeto "Teatro Viriato" e a ACERT, em Tondela, com o projeto "Criação Teatral e programação cultural" (v. Gráfico 1). Estas entidades diferenciam-se pelo modelo de distribuição e divulgação dos eventos/agenda associados a cada projeto e que se traduzem num elevadíssimo número de bilhetes emitidos e um número de atividades e apresentações também elevado. As características dos seus modelos de organização exigem uma análise cuidada do trabalho artístico-cultural desenvolvido, dos modos de participação dos públicos e dos tipos de relação com a comunidade local. Fatores-chave para o sucesso e a sustentabilidade destas estruturas (a aprofundar nos próximos trabalhos). O gráfico seguinte apresenta a distribuição gráfica dos clusters de regiões:

Gráfico 2. Três clusters de regiões com "acordo tripartido" da DGArtes

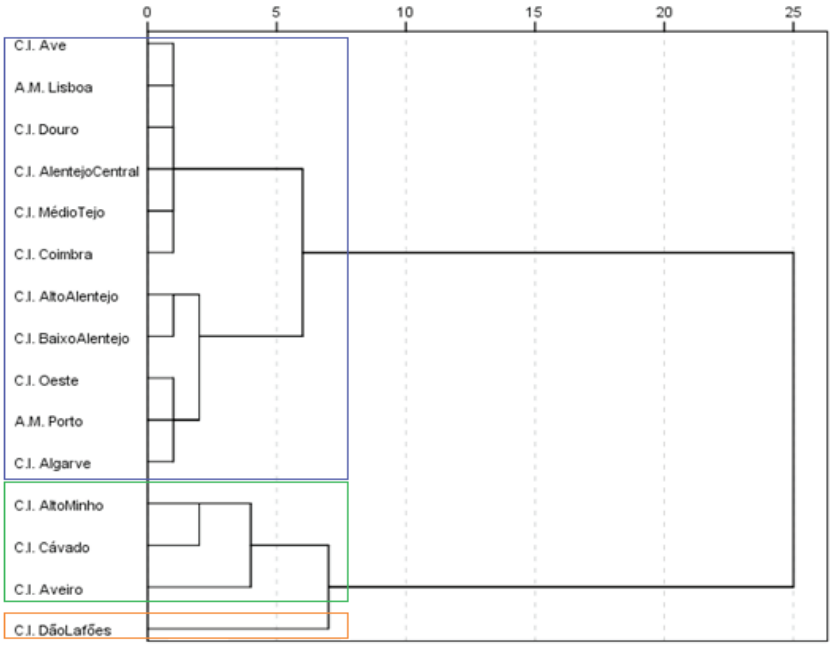

3.4. Notas para um estudo de caso: entre as lógicas institucionais e sociais dos Acordos Tripartidos e o quotidiano dos seus agentes

Projeto tripartido d'Orfeu.

A d'Orfeu é uma estrutura cultural portuguesa que tem a sua sede em Águeda (Aveiro), numa casa doada aos bombeiros e cedida à estrutura. A casa dispõe de uma pequena biblioteca com espólio documental sobre músicas tradicionais, duas salas de ensaios e outras de apoio à produção e divulgação, e um amplo espaço exterior onde se apresentam espetáculos ou realizam ensaios. Foi neste espaço que se reuniu uma centena de jovens para os últimos ensaios gerais do seu espetáculo pasra a festa municipal de Águeda. Depois de um ano de ensaios com objetos do quotidiano, jovens com idades compreendidas entre os 7 e os 19 anos reuniram-se, na d'Orfeu, para afinar a intervenção de cada um na orquestra (notas do diário de campo, julho de 2014).

A d'Orfeu foi fundada em 1995 por quatro irmãos músicos. Hoje a direção é assumida apenas por um deles, LF que se afirma "autodidata", embora tenha concluído a licenciatura em música na Universidade de Aveiro, no quinto aniversário da d'Orfeu. Entre 2003 e 2004, a estrutura e a sua equipa viveram "travessias difíceis", mas foram sedimentando o trabalho junto da comunidade local e o diretor passou a assumir as suas funções a tempo inteiro. O trabalho que esta organização tem vindo a realizar merece destaque (i) pelas redes colaborativas primárias que mobilizou, os sócios que participam colaborando de forma voluntária nas tarefas da estrutura; e (ii) pelo conteúdo das atividades inter-associativas que a estrutura desenvolve, seminários para ranchos folclóricos e grupos de teatro amador sobre associatismo amador, marketing, gestão, fiscalidade e contabilidade associativa; e ainda, (iii) pelos ateliers de dicção e comunicação destinados ao *público* em geral e a ocupação musical dos mais novos, depois das aulas.

Em 2007, o capital social e relacional que o responsável e a equipa acumularam ao longo dos anos permitiu-lhes reunir os apoios locais (do município) que se consolidaram mais tarde com a atribuição de um financiamento central, o "tripartido bienal", entre os anos 2009 e 2012. O momento é caracterizado como "a afirmação da força, do crédito do grupo", confirmou LF. Por seu turno, o atual apoio da DGArtes, através do Acordo Tripartido quadrienal (2013-2016), é entendido como uma oportunidade para a estrutura se tornar sustentável e traduz o reconhecimento do trabalho da estrutura pela autarquia local e pelo seu público que enche a sala, no Cine-Teatro de Estarreja (notas do diário de campo, julho de 2014).

O apoio intermunicipal que entretanto a estrutura conseguiu consolidar pela associação de seis municípios - *Águeda, Albergaria-a-Velha, Sever do Vouga, Ovar, Oliveira do Bairro, Estarreja* - resulta da concepção de um modelo específico que o grupo pensa e reinventa com os parceiros a cada passo. LF considera que o modelo deve ser interessante para os seus municípios parceiros (o evento FESTIM é disso um bom exemplo), permitindo depois desenvolver o trabalho artístico da estrutura (o Gesto Orelhudo) e ampliar as ligações internacionais da estrutura (como acontece com o projeto OuTonalidades).
O Gesto Orelhudo é considerado por LF a atividade que marca a verdadeira identidade da estrutura. LF descreve-a como a atividade artística propriamente dita, de caráter "músico-teatral" e de "novo circo", que determina o seu envolvimento nos cruzamentos disciplinares. Quando lhe perguntamos qual a entidade com a qual mais se identifica, a resposta é ACERT, em Tondela. A d'Orfeu cruza assim as atividades de criação, programação, difusão e promove como prioridade a "consolidação regional" da entidade, nas palavras de LF. É um modelo que, neste caso, articula de forma bem sucedida a vocação da estrutura, as trajetórias profissionais das suas equipas, do seu diretor, mas também as características de um território e rede cultural local.

Conclusões e perspetivas evolutivas

O dinamismo das organizações artísticas e projetos desenvolvidos no seio de Acordos Tripartidos (eixo de apoio público de vocação local) revelou-se de elevado interesse. Três fatores-chave parecem concorrer para o reconhecimento destes projetos, bem como para a sustentabilidade das suas estruturas: a modalidade de financiamento que prevê a participação concertada de municípios e da DGArtes; a geografia cultural e o localismo do projeto; as lógicas coletivas e individuais que se confundem, reforçam e alimentam no cenário da cultura local. No entanto, os projetos analisados levantaram também questões importantes em torno da necessidade de consolidar colaborações e alianças estratégicas realizadas por parte das organizações culturais e dos municípios como fatores de sucesso. Na fase inicial, as DRC, com os seus apoios, vão ajudando a fortalecer as organizações (457 entidades foram apoiadas entre 2010-2012, v. Tabela 2), como aliás tivemos a oportunidade de observar no caso da estrutura "tripartida" parceira d'O Espaço do Tempo, Projeto M, a associação Fio d'Arame, localizada em Montemor-O-Novo.
O eixo do financiamento público com incidência nas comunidades e atividades de organizações culturais locais, com Acordos Tripartidos, originou o caso bem sucedido de Dão-Lafões, e apontou para três caminhos e uma orientação de pesquisa que merece ser aprofundada:

> (i) A missão das organizações culturais no seu território de implantação depende e é influenciada pela ação pública conjugada (central, local e intermunicipal). As organizações "tripartidas" apresentam-se hoje como espaços de trabalho muito importantes, bem estruturados, com lógicas de profissionalização em rede que associam estruturas artísticas mais reconhecidas e outras que mostram ser parceiras de atuação cultural muito diversa;
> (ii) As interações entre as lógicas individuais de carreira dos responsáveis pelas estruturas e pelos projetos "tripartidos" e as lógicas coletivas das entidades artísticas concorrem para ampliar o reconhecimento das estruturas e consolidar a sua missão;
> (iii) Podendo beneficiar de apoio institucional (com forte incidência nas dinâmicas culturais locais), as entidades consolidam e ampliam o seu enraizamento num território e aproximam-se das populações que reconhecem o seu valor e envolvimento na vida da região. Mas que tipo de relações existem entre os públicos e as entidades artísticas apoiadas pela DGArtes?

A capacidade de mobilização local das estruturas artísticas que se localizam fora das áreas metropolitanas parece jogar a seu favor, embora exija a adaptação de estratégias diversificadas de colaboração e de trabalho em rede por parte das entidades artísticas principais, cuja forma de intervenção está muito determinada pelos diferentes cenários locais. Mostrámos ao longo deste artigo que a modalidade de financiamento dos Acordos

Tripartidos, promovida pela DGArtes, funciona como um meio de consolidar as alianças locais que cada entidade e responsável/diretor desenvolve ao longo dos anos.
Considera-se que a principal tendência de evolução deste tipo de financiamento é a intensificação das relações das entidades artísticas com os municípios da região envolvente e da sua comunidade intermunicipal, o que permitirá (deverá) ampliar o número de municípios-parceiros. A prática dos Acordos Tripartidos deve pois servir como impulso para o funcionamento das entidades artísticas com impacto social e cultural, em amplitudes regionais mais amplas. O principal desafio das atuais entidades "tripartidas" e dos seus municípios passa pelo entendimento daquilo que - em conjunto e em diálogo permanente, os artistas, as entidades, os municípios, os públicos locais e a DGArtes - entendem que deve e pode ser a atividade cultural de uma comunidade intermunicipal com o objetivo de promover novas geografias culturais cada vez mais fortes e dinâmicas no país.

Referências bibliográficas:

ALEXANDER, V. D. e BOWLER, A. E. (2014), "Art at the crossroads: The arts in society and the sociology of art". *Poetics*, pp. 1-19.

BELFIORE, E., BENNETT, O. (2007)."Rethinking the social impacts of the arts". International Journal of Cultural Policy, vol. 13, nº 2, pp. 135-151.

BORGES, V. (2001). *Todos ao palco! Estudos sociológicos sobre o teatro em Portugal*, Lisboa: Celta Editora.

BORGES, V. (2007). *O mundo do teatro em Portuga*l, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

BORGES, V. (2008), *Teatro, prazer e risco. Retratos sociológicos de atores e encenadores portugueses*, Lisboa: Roma Editora.

BORGES, V. (2014a). "Reputação, mercado e território. O caso dos arquitetos". *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 74, pp. 73-92. DOI:10.7458/SPP2014743201.

BORGES, V. (2014b). "Le théâtre se fait dans le quartier. Une étude des troupes portugaises à vocation locale", *Revue Registres*, Paris: Presses Sorbonne Nouvelle (no prelo).

BORGES, V., COSTA, P. e GRAÇA, S. (2012). "Dilemas económicos e desafios organizacionais nas artes performativas: uma análise empírica das estruturas teatrais apoiadas na região de Lisboa e Vale do Tejo" In V. Borges e P. Costa (org.), Criatividade e Instituições: Novos desafios à vida dos artistas e profissionais da cultura, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 183-202.

BORGES, V., COSTA, P. e GRAÇA, S. (2014). "Trabalhar (n)os grupos de teatro: Das potencialidades e desafios de uma investigação nas artes". Análise Social, nº 213 (no prelo).

BORGES, V., LIMA, T. (2014)."Apoio público, reconhecimento e organizações culturais: O caso do teatro", *Análise Social*, Dossier: Desvendando o Teatro. Criatividade, Públicos e Território. Lisboa: ICS (no prelo).

COSTA, P., BORGES, V. e GRAÇA, S. (2014). "Structural change and diversity in theatrical groups: an empirical study in the Lisbon Area". *Portuguese Journal of Social Sciences*, vol. 13, nº 1: http://pjss.iscte.pt/index.php/pjss/article/view/146>.

DIMAGGIO, P. (1987), "Classification in art", American Sociological Review, vol. 52, pp. 440-455.

GARCIA, J. L. (coord.). (2014) *Mapear os recursos, levantamento da legislação, caracterização dos atores, comparação internacional*, Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliações Culturais, Secretaria de Estado da Cultura.

GREFFE, X., PLIEGER, S. (eds.) (2005), *Culture and Local Development, Local Economic and Employment*. OECD Publishing. doi: 10.1787/9789264009912-en

JACKSON, M. R., HERRANZ Jr, J. (2002). *Culture counts in communities. A framework for measurement. Culture, Creativity, and Communities Program*. The Urban Institute, Washington DC.

JACKSON, M. R., KABWASA-GREEN, F., HERRANZ, J. (2006). *Cultural Vitality in communities: Interpretation and indicators. Culture, Creativity, and Communities Program*. The Urban Institute, Washington DC.

JOHANSON, K., GLOW, H., KERSHAW, A. (2014), "New modes of arts participation and the limits of cultural indicators for local government", *Poetics*, 43, pp. 43-59.

LOPES, J. T. e DIAS, S. J. (2014). "O público vai ao teatro": uma etnografia dos públicos em ação", *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 74, pp. 51-72.

MCCARTHY, K. F., ONDAATJE, E., ZAKARAS, L., BROOKS, A. (2004). *Gifts of the Muse. Reframing the Debate About the Benefits of the Arts*. *Research in the Arts*: The Wallace Foundation.

RAGIN, C. e BECKER, H (1992). *What is a case? Exploring the Foundations of Social Inquiry*. Cambridge, Cambridge University Press.

SINIGAGLIA, J. (2013). "Quel(s) territoire(s) pour les équipes artistiques de spectacle vivant", *Culture Études*, nº 4, Département des études, de la prospective et des statistiques.

UBALDI, B. (2013), "Open Government Data: Towards Empirical Analysis of Open Government Data Initiatives", *OECD Working Papers on Public Governance*, Nº 22, OECD Publishing. http://dx.doi.org/10.1787/5k46bj4f03s7-en.

URRUTIAGUER, D. (2014). *Les mondes du théâtre. Désenchantement politique et économie des conventions*, Paris,L'Harmattan.

Webgrafia

Borges, V. com Lima, T. 2014. "Investimento nas artes em 2013", http://www.dgartes.pt/documentacao/boletimtrimestral01.pdf.

Borges, V. com Lima, T. 2014. "Internacionalização das estruturas culturais portuguesas 2012-2014", http://www.dgartes.pt/documentacao/boletimtrimestral02.pdf.

Borges, V. com Lima, T. 2014. "Os apoios tripartidos nas artes" http://www.dgartes.pt/documentacao/boletimtrimestral03.pdf

Vital Signals. 2014. Cultural indicators for Australia: http://www.dca.wa.gov.au/Documents/New%20Research%20Hub/Vital%20Signs%20consultation%202014/Documents/Vital_Signs_Report.pdf

Direção Geral das Artes http://www.dgartes.pt

Direção Regional da Cultura do Alentejo http://www.cultura-alentejo.pt

Direção Regional da Cultura do Algarve http://www.cultalg.pt

Direção Regional da Cultura do Centro http://www.culturacentro.pt

Direção Regional da Cultura do Norte http://www.culturanorte.pt

Classe Criativa e Indústrias Culturais e Criativas em Destinos Turísticos: Comparando os Casos do Algarve, Málaga, Graz e Cardiff

Ana Rita Cruz
ana.rita.cruz@iscte.pt

Pedro Costa
pedro.costa@iscte.pt

João Filipe Marques
jfmarq@ualg.pt

Resumo: Partindo do debate sobre as interligações entre territórios criativos, cultura, turismo e políticas de promoção da criatividade, a comunicação analisa as condições que favorecem a atração da classe criativa e o desenvolvimento de indústrias culturais e criativas em destinos turísticos. A análise baseia-se em estudos de caso de regiões com capacidade de atrair e reter talento e nas quais o turismo tem um peso significativo na economia. O estudo procura fornecer pistas para o desenvolvimento do Algarve (Portugal), comparando-o a outras regiões NUTS III da Europa, destinos turísticos reconhecidos e que conseguiram criar ciclos virtuosos entre as atividades culturais e criativas e o turismo. A análise comparativa inclui os casos de Málaga (Espanha), Graz (Áustria) e Cardiff (Reino Unido), dando ênfase ao ambiente criativo e as dimensões relacionadas com infraestruturas, governança, mercados e outros fatores intangíveis. A análise identifica aspetos e políticas públicas que potenciam a criatividade regional em destinos turísticos.

Palavras-Chave: Criatividade, Cultura, Turismo, Classe Criativa, Estudo de Caso

1. Introdução

A relação entre cultura, criatividade e desenvolvimento territorial tem sido alvo de atenção quer por parte de um conjunto alargado de abordagens científicas, quer por parte das próprias políticas públicas (Costa, 2002). Nos últimos anos, o foco desta atenção tem estado dominado por um vasto conjunto de influências que conferem relevância socioeconómica às artes e à cultura, ao crescimento das indústrias culturais e criativas (ICCs), ao florescimento da cidade criativa e à emergência da classe criativa.

Uma das questões mais discutidas pela literatura é a tendência para a concentração geográfica da criatividade (Scott, 2000, 2006, 2014; Costa, 2002, 2008; Costa *et al.*, 2011). De entre os diversos fatores na base deste fenómeno, interessa-nos aqui salientar dois. O primeiro é o facto da classe criativa tender a ser atraída para determinados lugares (Florida, 2002). As pessoas "criativas" deslocam-se para os centros de criatividade que são também os lugares onde gostam de viver. E são os *"shiny happy places",* de que fala Florida (2008), os locais que reúnem condições associadas a uma vida social estimulante e a amenidades, que favorecem a variedade de gostos e interesses da classe criativa durante as várias fases do seu ciclo de vida - da existência de vida noturna, recursos naturais, bom clima, baixos níveis de poluição, à existência de oportunidades de mobilidade laboral, de reconhecimento profissional à existência de infraestruturas de apoio como creches e hospitais (aspetos estes não isentos de contestação, por exemplo, em estudos empíricos como o projeto transnacional europeu ACRE) (Musterd, 2009).

O segundo fator de concentração espacial das indústrias culturais e criativas são as "economias de localização" – na perspetiva de Alfred Marshall (1920) – ou seja, com existência de massa crítica em termos organizacionais e institucionais, com o acesso das empresas às infraestruturas coletivas e aos recursos disponíveis (como o mercado de trabalho especializado) e com os acréscimos de confiança gerados pela proximidade indutora de transações entre atores. Por outro lado, a criatividade também beneficia das "economias de urbanização". Na

perspetiva assumida por Jane Jacobs a concentração promove a diversificação, expondo uma mais ampla gama de gostos e produções. Um dos contributos de Jacobs (1961) foi o reconhecimento da importância da diversidade e da combinação dos usos do espaço urbano, vinda já dos clássicos da sociologia urbana e da geografia.
Naturalmente outros fatores têm sido apontados como fundamentais para explicar esta concentração geográfica (Scott, 2000, 2006, 2014; Markusen, 2006), incluindo a vertente do simbólico e o peso dos mecanismos de mediação e de construção de reputações nas atividades culturais e criativas (Costa *et al.*, 2011; Costa, 2012). Contudo, apesar da tendência para se concentrarem em grandes cidades (Costa, 2002), a cultura e a criatividade não têm sido negligenciadas em cidades médias, que também têm adotado estratégias direcionadas para este domínio (Sacco, 2011).
Este artigo analisa as dinâmicas criativas e o potencial de afirmação de áreas urbanas de média dimensão na sua interligação com o setor do turismo. A análise parte do caso do Algarve (Portugal), uma região turística centrada no produto consolidado "sol e praia", a qual procura não apenas a diversificação desse produto mas também de toda a sua atividade económica. Os casos selecionados para comparação, Málaga (Espanha), Graz (Áustria) e Cardiff (Reino Unido), são três regiões igualmente turísticas mas cuja relevância na criatividade tem vindo a ser reconhecida nacional e internacionalmente.
O texto organiza-se em quatro partes, após esta introdução. A primeira explora sinteticamente as origens do conceito de "território criativo", revisitando as tradições que chamaram a atenção para a criatividade e enunciando algumas noções importantes na definição de políticas públicas. De seguida, é explicitada a metodologia que foi empregue na seleção dos casos. A secção seguinte consubstancia os estudos de caso, inspirados na proposta de Comunian *et al.* (2010), conferem atenção ao desempenho das regiões em quatro dimensões essenciais para a atração da classe criativa: infraestruturas, governança, mercados e fatores intangíveis. O texto termina com uma breve conclusão.

2. Desenvolvimento do conceito de "Território Criativo": Origens e Enfoque das Políticas

Centrado atualmente na interseção entre os temas da regeneração urbana, da competitividade e da inovação, o debate sobre as consequências da criatividade no desenvolvimento territorial possui cinco origens distintas (Costa, 2008). A primeira refere-se à ideia de "cidade criativa", desenvolvida por autores como Landry (2000), a partir da reflexão sobre a articulação das indústrias culturais e criativas com as políticas da cidade e com a organização do espaço. Uma segunda origem prende-se com a noção de *Creative Europe* desenvolvida por várias entidades de investigação inspiradas em noções similares de outras entidades internacionais, como a UNESCO com o lançamento da *Creative Cities Network*. Estas noções sublinham elementos dos processos de governação e gestão da criatividade com base na comparação internacional das boas-práticas. Uma terceira origem refere-se à emergência de uma "classe criativa", proposta e popularizada por Florida (2002), autor que diagnostica e analisa a ascensão social desta categoria de indivíduos detentores de um *ethos* próprio. Nesta "economia do conhecimento", o talento aparece como uma quase "matéria-prima" o que transfigura a lógica de atração dos lugares. O trabalho passa a seguir os indivíduos criativos e não o contrário. Como esta classe criativa tem determinadas atitudes, como a abertura à diversidade e a tolerância, procura lugares onde existem, para além destes fatores, a autenticidade dos recursos naturais e culturais (Florida, 2002). Uma quarta origem centra-se nas características das ICCs, em particular com a contribuição de Caves (2000). Este autor dá atenção aos contextos institucionais, como por exemplo, às relações contratuais nas ocupações artísticas ou à proteção da propriedade intelectual. Uma última origem relaciona-se com a valorização crescente da criatividade e da criação na análise das atividades artísticas e da sua incorporação nos produtos culturais.
Estas diferentes origens resultam em propostas políticas distintas para o desenvolvimento territorial e para a criatividade bem como em modelos de governança bastante diversos (Costa *et al.*, 2008; Costa, 2012). Flew e Cunningham (2010) distinguem três modelos globais de políticas para as ICCs. O modelo da Comissão Europeia (European Commission, 2010), com recurso a uma visão ampla das ICCs, enfatiza o seu papel na inclusão social e no benefício social e cultural comum. Os modelos de cariz nacional realçam outros aspetos conforme expõem, por exemplo, Boix e Lazzeretti (2012). Na Europa, os países nórdicos destacam o papel da atração da classe criativa enquanto os países mediterrânicos enfatizam o papel das artes, do património e da cultura na

promoção da criatividade nos territórios. A abordagem norte-americana divide-se entre uma atenção às artes e à cultura e o enfoque no entretenimento e nas questões dos direitos de autor (*copyright*).
A propósito da dificuldade de articulação entre cultura e economia, Sacco (2011) sublinha uma lacuna ainda presente, apesar de tudo, na conceptualização do papel da cultura na sociedade contemporânea. A cultura continua a ser muitas vezes entendida como um conjunto de atividades supérfluas que parece não fazer parte dos setores produtivos essenciais ao quotidiano da sociedade, em particular num contexto de elevada pressão nos orçamentos públicos. Para ultrapassar este obstáculo, Sacco defende que a política cultural deve estimular a relação entre atividades culturais e geração de valor acrescentado económico e social, em particular através do incentivo às ICCs.
Neste debate sobre o desenvolvimento territorial, cultura e criatividade surgem muitas vezes como sinónimos quando é imprescindível compreender que, apesar da forte relação entre os dois domínios, se tratam de modos de produção, bases institucionais e conteúdos estéticos diferentes (Cooke & Lazzeretti, 2008). Por este motivo, pode ser útil saber se o estímulo ao desenvolvimento da criatividade nos territórios se baseia numa orientação cultural ou numa orientação económica (Smith & Warfield, 2008). A abordagem centrada na cultura vê os territórios criativos enquanto lugares onde as artes e a cultura florescem, potenciando diversas expressões criativas e a inclusão social. A criatividade é concebida essencialmente como estando relacionada com a identidade, os direitos, as crenças e o bem-estar social em geral. A segunda conceção do desenvolvimento da criatividade assume que os territórios são favorecidos pela presença de ICCs, inovadoras e competitivas, onde os artistas e as organizações são economicamente sustentáveis. Nesta perspetiva, a criatividade é uma ferramenta para alcançar o desenvolvimento regional. Assume-se neste artigo uma perspetiva híbrida. Apesar de existirem diversas formas de desenvolvimento da criatividade nos territórios estas só são bem-sucedidas quando conseguem articular de forma eficaz a dimensão económica – associada à existência de ICCs dinâmicas – e a dimensão cultural – associada ao papel estruturante das realizações patrimoniais, culturais e artísticas na sociedade, promovendo a identidade local, a autenticidade do lugar, a valorização da diversidade e o acolhimento da diferença.

3. Metodologia

Como ponto de partida para a análise comparativa foi fundamental definir os critérios de inclusão dos casos. Na base da seleção dos casos esteve a sua capacidade de contribuir para o entendimento da atração e retenção de talento em determinado território. A Tabela 1. Critérios de Seleção dos Estudos de Caso apresenta critérios, indicadores e parâmetros utilizados na selecção de casos.

Tabela 1. Critérios de Seleção dos Estudos de Caso

Critério	Indicador	Parâmetro
Região de um estado-membro da UE	n.a.	n.a.
Região com proporção significativa de profissionais criativos na população ativa	Profissionais criativos por cada 100 indivíduos da população ativa (ESPON, 2011)	>4,9%
Região onde a atividade turística assume um peso relevante na economia	Intensidade turística: Noites em alojamento turístico por cada 1.000 habitantes (Eurostat, 2011)	>2.000
Região com capacidade de atração de população	Saldo migratório (Eurostat, 2013)	>0
Região com uma proporção significativa de população estrangeira	Proporção de população estrangeira face à população total (OECD, 2004)	>1,5%

Fonte: Elaboração própria

A Tabela 2. Casos Selecionados para a Análise apresenta os casos selecionados (Algarve, Málaga, Graz e Cardiff) para análise de acordo com os critérios de seleção pré-estabelecidos.

Tabela 2. Casos Selecionados para a Análise

País	Região (NUTS III)	% Profissionais Criativos[1]	Intensidade Turística	Prop. Pop. Estrangeira	Saldo Migratório[2]
Portugal	**Algarve**	4,9-6,5	30.997[3]	16%[3]	-0,4
Espanha	**Málaga**	4,9-6,5	9.952[4]	15%[5]	5,4
Áustria	**Graz**	8,2-16,3	2.247[6]	12%[7]	10,9
Reino Unido	**Cardiff** (and Vale of Glamorgan)	6,6-8,1	2.462[8]	11%[9]	5,3
[1]Valores apenas disponíveis para NUTS II; período de referência dos dados: 2005-2008 (ESPON, 2011); [2]Período de referência dos dados: 2011 (Eurostat, 2013); [3]Período de referência dos dados: 2011 (Eurostat, n.d.-b; INE, 2012a); [4]Período de referência dos dados: 2011 (Eurostat, n.d.-b; INE, 2011); [5]Período de referência dos dados: 2011 (Eurostat, n.d.-b; INE, 2012b); [6]Período de referência dos dados: 2011 (Eurostat, n.d.-b; STATISTICS AUSTRIA, 2012); [7]Período de referência dos dados: 2011 (Eurostat, n.d.-b; STATcube, n.d.); [8]Valor apenas disponível para a NUTS II (East Wales); Período de referência dos dados: 2011 (Eurostat, n.d.-a, n.d.-b); [9]Período de referência dos dados: 2011 (Eurostat, n.d.-b; Knowledge and Analytical Services, 2012)					

Fonte: Elaboração própria

A análise incluiu dois tipos de documentos: artigos científicos sobre as regiões selecionadas e documentos estratégicos como os programas operacionais nacionais e regionais, as estratégias nacionais e regionais e outros programas de âmbito sectorial/temático. Apesar de se basear eminentemente em análise documental, os estudos de caso beneficiaram ainda da observação direta, efetuada através das visitas de estudo realizadas a Cardiff (março 2011), Málaga (maio 2011) e Graz (junho 2011).

4. As Regiões em Contexto

4.1. Criatividade em Portugal e no Algarve

A retórica da criatividade entrou relativamente tarde no discurso político em Portugal (essencialmente após o influente estudo da KEA para a Comissão Europeia, em 2006), não obstante uma análise académica já consistente ao longo dessa década (Costa, 2008, 2010; Costa & Babo, 2007; Costa *et al.*, 2008, 2011). Embora se tenham registado vários esforços substantivos para medir o contributo do setor cultural e criativo (SCC) no país (Costa, 2002, 2010) o mais disseminado foi publicado em 2010 (Mateus, 2010). O principal resultado deste estudo foi a quantificação do SCC, para o ano de 2006, apontando para um valor acrescentado bruto (VAB) de €3.690.679.000, 2,8% de toda a riqueza criada nesse ano em Portugal, o que foi assinalado no estudo como «(…) significativo e relevante, justificando plenamente a necessidade da construção de um novo olhar mais objetivo e atualizado sobre o papel da cultura e da criatividade na economia portuguesa» (Mateus, 2010: 78). O reconhecimento da dimensão de cada um dos setores-âncora e dos subsetores permitiu retirar um segundo resultado. As indústrias culturais constituíam o principal domínio de atividades do SCC, representando um pouco menos de 80%, enquanto as atividades criativas e atividades culturais nucleares assumiam uma posição secundária representando, respetivamente, cerca de 14% e 8%. O SCC era responsável, em 2006, por cerca de

127 mil empregos, representando, desse modo, aproximadamente 2,6% do emprego nacional total. Apesar de algumas limitações dos dados apresentados (como a inclusão das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, *outliers* que enviesam a análise comparativa entre regiões), os números permitem verificar que o Algarve é uma NUTS III na qual o peso total do SCC da região no total nacional não se distancia do peso total da economia regional no total do país (5,5% face a 5,8%), o que resulta num índice de especialização próximo de 1 (Tabela 3. Índice de Especialização no SCC). Se eliminarmos os efeitos da inclusão da Grande Lisboa e do Grande Porto compreendemos que a região do Algarve tem uma especialização relativa no SCC.

Tabela 3. Índice de Especialização no SCC

	Portugal	**Portugal (exc. Lisboa)**	**Portugal (exc. Lisboa e Porto)**	**Algarve**
Total SCC	11964	8379	6870	652
Total da Economia	362898	287526	244717	20933
Peso na Economia	0,0330	0,0291	0,0281	0,0311
Índice de Especialização do Algarve	0,944766	1,068811	1,10949	1

Fonte: Elaboração própria com dados de Mateus (2010)

Mais recentemente, em 2013 e 2014, a Secretaria de Estado da Cultura (Governo de Portugal), tendo em vista a programação do Quadro Estratégico Europeu 2014-2020, encomendou um conjunto de estudos sobre as interligações entre a cultura, o património e as ICCs.
Um desses estudos (Mateus, 2013) centrou-se na importância da cultura e da criatividade na internacionalização da economia portuguesa. A análise da evolução do SCC, entre 2002 e 2011, revelou que a taxa de crescimento média anual das exportações excedeu os 10%, acima da economia portuguesa como um todo (9,8%). Um outro estudo, realizado no âmbito da mesma iniciativa, analisou a relação entre os Fundos Estruturais e a cultura (André & Vale, 2014) tendo identificado 1.598 projetos culturais apoiados pelo Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) (1.216 FEDER e 382 FSE), o que corresponde a um total de €882 milhões de investimento elegível aprovado. O financiamento aprovado por grandes domínios (criação artística, património cultural, indústrias culturais e indústrias criativas) permite compreender que a região do Algarve teve um maior enfoque nas indústrias culturais e nas indústrias criativas quando comparado com o valor total nacional.

Tabela 4. Financiamento de Projetos no SCC – Portugal e Algarve

Domínios	Algarve		Portugal		Índice de Especialização Regional
	M €	%	M €	%	
Criação Artística	4.301	27,7	229.513	34,6	0,798982
Património Cultural	4.170	26,8	295.593	44,6	0,601474
Indústrias Culturais	3.353	21,6	114.927	17,3	1,243902
Indústrias Criativas	3.727	24,0	23.954	3,6	6,633702
Total	15.550	100,0	66.2987	100,0	1

Fonte: Elaboração própria com dados de Vitorino (2014: 76)

O potencial criativo do Algarve não é destacado nestes estudos, em particular porque deram relevância à dimensão global do sector, associada à massa crítica, e menor ênfase à especialização relativa, essencial para comparar regiões de dimensão muito distinta. Contudo, algumas tentativas para compreender a realidade regional têm vindo a ser feitas. Uma dessas tentativas comparou o potencial criativo das diferentes NUTS II (Cruz, 2014). Os índices construídos neste estudo realçaram o potencial criativo do Algarve, com o segundo melhor desempenho global, atrás da região de Lisboa. Este resultado ficou a dever-se ao desempenho nos indicadores relacionados com a tolerância (Figura 1. Índices de Criatividade).

Figura 1. Índices de Criatividade

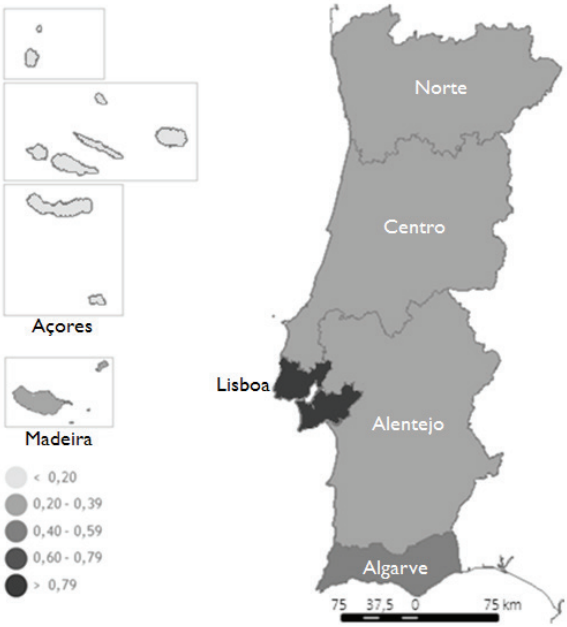

Fonte: Cruz (2014: 142)

Uma segunda componente do mesmo estudo (Cruz, 2014) partiu de um mapeamento exaustivo dos recursos turísticos primários para avaliar a capacidade de áreas específicas no Algarve para desenvolverem produtos complementares para atrair a classe criativa. O estudo permitiu sistematizar a especialização em diferentes recursos, revelando potencial em duas áreas de enfoque estratégico: uma, constituída pelas freguesias do litoral e pelos grandes centros urbanos, ligada ao turismo histórico-monumental e outra, pelas freguesias interiores, com turismo etnográfico e natural (Figura 2. Mapa de Recursos no Algarve).

Figura 2. Mapa de Recursos no Algarve

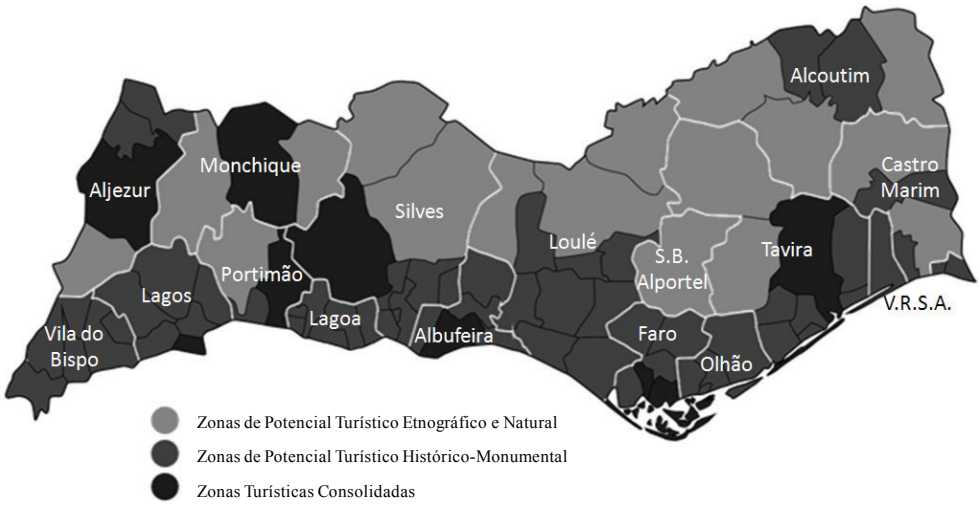

Fonte: (Cruz, 2014: 143)

Em termos de políticas púbicas, apenas a partir da década de 1990, a cultura passou a estar claramente presente na agenda governativa em Portugal, tendo sido objeto de muita atenção e de um maior grau de implementação ao nível municipal (André & Vale, 2014). O facto de Portugal não ser um país regionalizado tem conferido algum protagonismo a dois tipos de entidades regionais: Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) e Direções Regionais de Cultura. As políticas públicas na área da cultura mantêm uma perspetiva tradicional privilegiando o património e os museus (*ibidem*). Contudo, recentemente algumas iniciativas nacionais e locais passaram a favorecer a produção cultural e a criação artística contemporâneas. Nos últimos anos, principalmente a partir do estudo de Mateus (2010), o SCC tem-se vindo a afirmar enquanto fator de competitividade muito ligado ao turismo e ao investimento imobiliário, mas também como veículo de coesão territorial e de inclusão social, como mostram, por exemplo, as inúmeras iniciativas desenvolvidas em bairros problemáticos das grandes cidades.

Na preparação do período de apoio financeiro 2014-2020, em Portugal, as ICCs surgem como domínio essencial. A própria Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no quadro da articulação nacional das estratégias regionais para a inovação, investigação e especialização inteligente (RIS3) apresentou as ICCs como uma área central (FCT, 2014). Também a abordagem regionalizada da RIS3 no Algarve definiu, entre outros, como objetivos socioeconómicos, a redução da dependência do setor do turismo, em particular do produto "sol e praia" sazonal, com a promoção de produtos complementares, o desenvolvimento de "nichos de excelência" em áreas avançadas que beneficiam da variedade relacionada com o turismo. As atividades criativas surgem associadas às TICs enquanto um dos setores com maior potencial regional (CCDR Algarve, 2014).

4.2. Criatividade em Espanha e em Málaga

Nas duas últimas décadas, Espanha viveu um crescimento continuado motivado por diferentes fatores, deste a utilização de fundos estruturais ao estímulo gerado pela construção e pelo turismo, pelos investimentos de empresas multinacionais e pela transformação económica de várias regiões. O crescimento das ICCs foi uma das oportunidades geradas neste contexto (Lazzeretti & Parrilli, 2012). Para além dos pólos tradicionais de Madrid e Barcelona, existem outras regiões capazes de promover atividades culturais e criativas, em particular conectando setores tradicionais e não tradicionais, como é o caso da Andaluzia.

No ano 2008, as indústrias criativas geravam um valor acrescentado de €57.200 milhões, o equivalente a 5,75% do VAB total de Espanha (Boix & Lazzeretti, 2012). Os ramos mais destacados foram a arquitetura e a engenharia (1,2%), a indústria editorial (1,15%) e o audiovisual (música, cinema e vídeo, rádio e televisão) (0,87% do VAB).

Tabela 5. Produção das Indústrias Criativas e Ocupações Criativas em Espanha

Total das Indústrias Criativas	2000	2004	2007	2008
VAB em M€	35.730	45.028	55.5586	57.203
VAB em % do Total	6,25	5,96	5,92	5,75
Emprego em ICCs (% do Emprego Total)	6,86	6,61	6,51	

Fonte: Boix & Lazzeretti (2012, pp. 194–5)

O crescimento das ICCs entre os anos de 2000 e 2008 foi de 5,9% (a preços correntes), ligeiramente inferior ao total da economia espanhola (7%), mas foi superior ao crescimento, por exemplo, do setor industrial como um todo (4%). No ano 2007 as ICCs ofereciam 1.287.000 postos de trabalho, o equivalente a 6,5% do total de emprego em Espanha. O aumento das ocupações criativas em Espanha, entre 2000 e 2007, foi de 2,2% ao ano, abaixo da média da economia (3,3%). Como consequência, apesar do crescimento das ICCs estas acabaram por perder alguma expressão no total da economia tal como aconteceu em vários países (Power & Nielsén, 2010).

Boix e outros (2012; 2011), ao compararem os padrões de localização das ICCs em Espanha com os casos de Itália, França e Reino Unido, concluíram que, naquele país, as ICCs estão muito concentradas. A concentração

das ICCs em Espanha também foi estudada com resultados semelhantes por García *et al.* (2003; 2009) ao nível das comunidades autónomas, por Navarro e Guerrero (2010) para as cidades com mais de 50.000 habitantes, e Gámir (2005) para as indústrias multimédia nos municípios. Boix *et al*. (2012) identificaram os "sistemas criativos locais" em Espanha e encontraram um número relativamente pequeno quando comparado com os outros países: apenas vinte e cinco sistemas considerados relevantes ( ). As ICCs concentram-se nas zonas centrais da área metropolitana de Madrid (31%) e de Barcelona (19%). Lazzeretti *et al.* (2009) explicam as razões desta concentração com base na dotação do património e bens culturais, nas economias de localização e de urbanização, na concentração da classe criativa e na variedade relacionada (Frenken, Van Oort, & Verburg, 2007). Outros autores (Navarro, Mateos, & Rodríguez, 2012) acrescentam que no caso espanhol existe uma influência igualmente forte das amenidades culturais e das diferenças de rendimentos entre trabalhadores que explicam os padrões de localização da classe criativa.

Figura 3. Os Sistemas Criativos Locais em Espanha

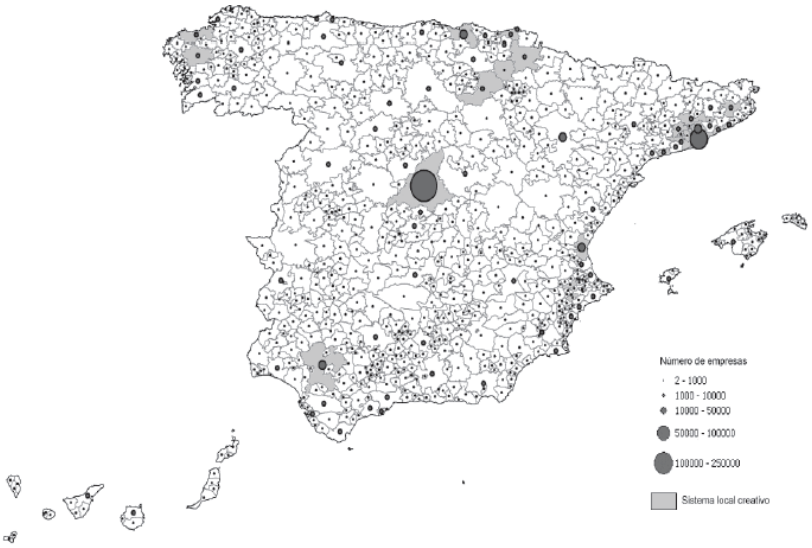

Fonte: Boix & Lazzeretti (2012, p. 197)

A permite ainda verificar que, para além de Madrid e Barcelona, há outros territórios onde se localizam as ocupações criativas. O País Basco tem algum peso neste contexto, mas também a Andaluzia, com Sevilha e Málaga, assumem alguma relevância.

O desenvolvimento da Andaluzia acompanhou o desenvolvimento de Espanha em duas vagas principais: a primeira, até ao final dos anos 1990, com um investimento baseado em infraestruturas e uma segunda vaga que incorporou os princípios da Agenda de Lisboa e canalizou uma parte dos investimentos para I&D, para a melhoria da Educação, para a cooperação entre ciência e empresas e para o estímulo ao empreendedorismo qualificado. Esta segunda vaga viu as ICCs como uma área de potencial regional. Segundo um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD, 2010), a Andaluzia é classificada em 16º lugar entre as 25 principais regiões europeias com importantes *clusters* de ICCs, e em terceiro lugar a nível nacional, depois de Madrid e da Catalunha. Entre 2001 e 2006, a Andaluzia foi a principal região em termos de crescimento anual do emprego nas ICCs (7,78%) nas 25 regiões de topo que têm um mercado de trabalho com mais de 1 milhão de pessoas (Power & Nielsén, 2010).

Málaga é reconhecida como um dos principais destinos espanhóis de "sol e praia" mas também como uma das províncias andaluzas com maior capacidade criativa. Para além da significativa presença de várias empresas em setores tecnológicos e indústrias criativas, o facto de esta ser a cidade onde nasceu Pablo Picasso tem potenciado, nos últimos anos, intervenções de renovação urbana que visaram melhorar o aproveitamento deste potencial cultural. Surgiram infraestruturas culturais como o Museu Picasso, o Centro de Arte Contemporânea e o Centro de Feiras e Congressos que favorecem a atração de mais turistas. Os vestígios arqueológicos e mo-

numentos das épocas dominadas pelas influências fenícia, romana, árabe e cristã, conferem ao núcleo urbano uma dinâmica intensa de visitantes e de oferta cultural.
O Parque Tecnológico da Andaluzia (PTA), fundado em 1992 em Málaga, permitiu um forte crescimento de domínios tecnologicamente avançados, sendo atualmente a localização de cerca de 500 empresas e empregando aproximadamente 15.000 pessoas. O PTA acolhe a sede da *International Association of Science and Technology Parks* (IASP) e o *Málaga Valley e-27*, um grupo de executivos e de líderes empresariais na área das TICs que pretende assumir a região como o *Silicon Valley* da Europa. A Universidade de Málaga, com cerca de 39.000 estudantes, interage fortemente com estes organismos e é uma base importante de qualificação dos recursos humanos na região, fazendo parte de uma rede alargada de universidades públicas na Andaluzia. A própria cidade abraça como desígnio estratégico o acolhimento empresarial e a promoção internacional. A campanha "*Málaga, Spain: Open for Business*" é direcionada para a promoção da cidade na atração de talentos e de investidores focando as novas tecnologias e a inovação e investigação como fatores determinantes do sucesso da região.
Relativamente às políticas de promoção da criatividade, em Espanha não existe uma política nacional integrada para as ICCs (Boix & Lazzeretti, 2012). Existe um "Plano de Promoção das Indústrias Culturais", elaborado em 2008, bem como medidas específicas voltadas principalmente para a componente tradicional das indústrias criativas. O "Plano para a Promoção das Indústrias Culturais" introduz incentivos para o *design*, moda, arquitetura, tecnologias de informação e comunicação e conteúdos culturais digitais. Também confere incentivos às PMEs para a promoção da internacionalização das ICCs, através de recursos como os instrumentos financeiros de acesso ao crédito. Alguns governos das comunidades autónomas e de algumas cidades têm implementado políticas de incentivo às indústrias criativas (Boix & Lazzeretti, 2012). No caso da Andaluzia foi criada uma Direção-Geral para as Indústrias Culturais e Artes Cénicas. A Junta da Andaluzia tem vindo a promover o potencial do Flamenco, reconhecido pela UNESCO como Património Imaterial da Humanidade, e criou a Agência Andaluza de Desenvolvimento do Flamenco para coordenar as políticas do flamenco a nível regional, nacional e internacional. A região também promoveu a elaboração da RIS3 Andaluzia (Junta de Andalucía, 2014) apontando como prioridade específica (Prioridade 4) a capacitação da região como destino turístico cultural e de lazer a partir, nomeadamente, da promoção e criação de empresas nas ICCs.
Uma iniciativa interessante ao nível da cidade é o chamado *Soho Málaga*, o Bairro das Artes, uma iniciativa dos próprios cidadãos para reabilitar uma antiga área residencial localizada numa zona privilegiada da cidade que apresentava sinais de degradação urbana. Foi criado um bairro cultural, sob a designação internacionalmente conhecida de "Soho", para energizar o ambiente e fornecer, tanto à população local como aos visitantes, uma zona de lazer cosmopolita e diferenciada, com possibilidades de atividades culturais, comércio e negócios.

4.3. Criatividade na Áustria e em Graz

Na Áustria, as políticas nacionais e regionais têm vindo a dar um relevo crescente às ICCs. Em 2010, existiam 38.400 empresas neste setor. Este valor corresponde a 10,4% das empresas em toda a economia da Áustria e a cerca de 130.500 empregos dos quais 93.100 são emprego direto. Estas empresas geram cerca de €18,2 mil milhões, o equivalente a 2,7% do total da economia (Creativ Wirtschaft Austria, 2013). A forte orientação para o conhecimento nas empresas das indústrias criativas resulta de uma cooperação intensa com as instituições científicas e de uma percentagem elevada de empregados com formação universitária, algo que o padrão de localização destas indústrias também reflete: cerca de 50% de todas as empresas das indústrias criativas na Áustria localizam-se em cidades universitárias (Creativ Wirtschaft Austria, 2008). A figura seguinte ilustra a densidade de indústrias criativas por milhar de habitantes.

Figura 4. Densidade de Indústrias Criativas por Distrito

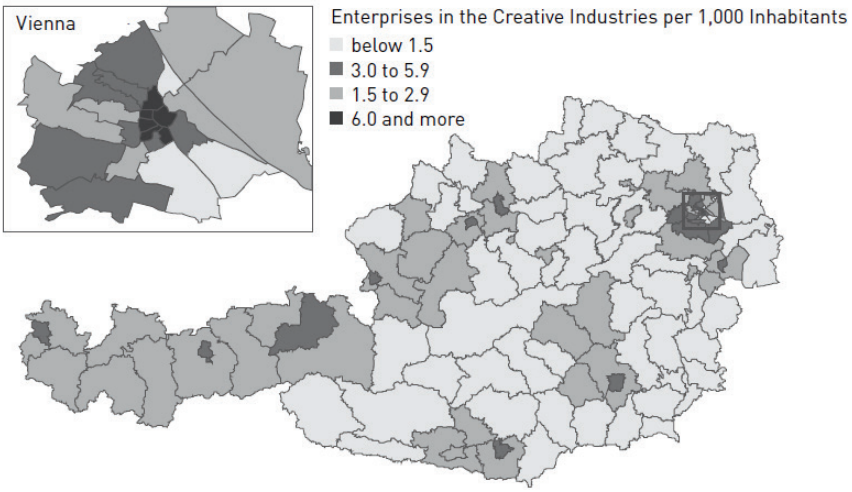

Fonte: Creativ Wirtschaft Austria (2008, p. 14)

A relevância regional das indústrias criativas é explicitada na tabela abaixo. A Styria tem 3.991 empresas, que geram mais de 12.000 empregos e €1.280 milhões em volume de negócios.

Tabela 6. Estrutura das Indústrias Criativas por Setor e Estado Federal em 2010

	Empresas	Nº Total de Trabalhadores	Trabalhadores Contratados	Volume de Negócios (M€)	VAB (M€)
Burgenland	746	2.101	1.366	203	90
Carinthia	1.560	4.544	3.048	478	219
Lower Austria	5.571	15.063	9.617	1.576	653
Upper Austria	3.848	15.162	11.516	1.683	751
Salzburg	2.425	7.814	5.403	841	359
Styria	3.911	12.930	8.976	1.280	583
Tyrol	2.887	8.060	5.089	842	374
Vorarlberg	1.352	4.165	2.798	484	200
Vienna	16.113	60.632	45.304	10.845	3.769
Austria	38.413	130.471	93.117	18.232	6.998

Fonte: Adaptado de Creativ Wirtschaft Austria (2013, p. 12)

A Styria, foi uma das primeiras regiões da Europa a tentar conhecer em profundidade o seu potencial criativo, através de uma investigação conjunta do Departamento de Economia, da Inovação e das Finanças do Governo Federal do Estado de Styria com o Município de Graz e com o setor de Informação e Consultoria da Câmara Económica (Joanneum Research, 2006).

No decorrer da última década, diversas agências de financiamento desenvolveram programas de apoio às ICCs (Council of Europe/ERICarts, 2014). A nível federal, a iniciativa *Evolve* para a promoção da inovação nas ICCs do Ministério Federal da Economia, Família e Juventude, em cooperação com o *Creativ Arge Wirtschaft Austria* (CWA) e o *Austria Wirtschaftsservice* (AWS). A *Evolve* oferece educação e formação, serviços, aconselhamento e trabalho em rede, bem como captação de recursos para ações de sensibilização, para o desenvolvimento experimental, para projetos-piloto e para as primeiras aplicações de novos produtos. Desde 2004 tem sido dada atenção à dimensão internacional das ICCs, em particular pela *Außenwirtschaft Österreich* (AWO;

Comércio Exterior Áustria) e pela Câmara de Comércio austríaca (WKÖ). Desde então foram cofinanciados mais de 100 projetos internacionais, envolvendo mais de 1.800 empresas austríacas das áreas de *design*, arquitetura, música, moda, arte, multimédia e cinema, as quais foram aconselhadas e apoiadas para a internacionalização em vinte países diferentes dos cinco continentes.
O grupo de trabalho *Austria Creativ Wirtschaft* (CWA), da Câmara de Trabalho austríaca, tem como atribuições a promoção dos interesses das ICCs a nível nacional, europeu e internacional. Este órgão está empenhado no desenvolvimento das ICCs e na criação de ligações com outros setores. As suas atividades incluem o desenvolvimento de competências, a representação dos interesses do setor, a informação e sensibilização, as encomendas de estudos e aumento a visibilidade do setor criativo.
Várias iniciativas importantes para as ICCs têm sido implementadas ao nível dos estados federais e das cidades. Foi o caso da *Creative Industry Styria* (CIS), com o objetivo de coordenar, desenvolver, promover e, fundamentalmente, interligar o potencial criativo da região com a indústria, o comércio e o setor de serviços. A CIS funciona, assim, como *interface* entre as pessoas criativas e a indústria.
Vale a pena destacar que Graz foi selecionada como uma *Cidade de Design*. Desde 2007, a CIS trabalhou na candidatura da *UNESCO Cidade de Design*. A candidatura foi uma iniciativa conjunta do Governo da Styria e do Município de Graz. Este atributo foi concedido em 2011 e tornou Graz num membro permanente da rede mundial de cidades criativas. Esta distinção favorece as hipóteses de promoção do ambiente criativo fornecendo à cidade uma dimensão internacional que estimula o *Design* na economia da região, a sua relevância externa, mas também potencia as ligações com outros setores como o turismo, o comércio e a gastronomia. Em 2012, as iniciativas de *design* mais importantes da Áustria (*Creative Industries Styria*, *Designaustria*, *Designforum Wien*, *MAK* e *Vienna Design Week*) criaram em conjunto a plataforma *AustriaDesignNet*, com o objetivo de representar o setor em eventos internacionais e favorecer a articulação em rede.

4.4. Criatividade no Reino Unido e em Cardiff

Cardiff emergiu nas últimas duas décadas como uma cidade de crescente importância no contexto global (Gonçalves, 2011). A regeneração de *Cardiff Bay*, a afirmação da sua autonomia política e a construção e recuperação de grandes edifícios públicos, como o *Millenium Stadium* ou o *Wales Millennium Centre* elevaram consideravelmente o perfil da cidade conseguindo mudar a sua economia da indústria para os serviços (Porter, 2011). Um relatório do Conselho Britânico (Clark, 2007) observou que, entre 1998 e 2004, Cardiff experimentou a maior taxa de crescimento do emprego entre as principais cidades do Reino Unido, com postos de trabalho a serem criados quer no setor público quer no privado.
A estratégia económica de Cardiff 2007-2012 (Cardiff Council, 2006) sublinhava que para aumentar a sua competitividade e transformá-la numa cidade líder internacional era fundamental projetar a dinâmica urbana e a cultura para uma esfera nacional e internacional. Como parte desta estratégia, as indústrias criativas foram identificadas como um dos principais setores económicos da cidade. Neste contexto, Cardiff foi vista como um potencial *hub* criativo, o principal motor da economia criativa no País de Gales. A área urbana de Cardiff é o maior catalisador da economia criativa no País de Gales, com uma concentração significativa de empresas criativas, devido à presença de grandes organizações dos média (e.g. BBC e HTV). As indústrias criativas têm ganho uma dimensão significativa na economia do País de Gales como um todo, principalmente devido às dinâmicas de cooperação e ao domínio das pequenas empresas, em particular no mercado editorial e nos média, fornecendo serviços para as grandes organizações (Cardiff Council, 2006).
As indústrias criativas têm continuado a aumentar numa proporção significativa na economia (Cardiff Council, 2009). O número de empresas cresceu 7% entre 2003 e 2007, para atingir um total de 1.260. Estas empresas representam pouco mais de 10% das empresas de Cardiff. Os números do emprego cresceram em 13% ao longo dos cinco anos em análise, para 8.890. Este valor corresponde a pouco menos de 5% da força de trabalho da cidade, as indústrias do audiovisual, tais como televisão, cinema e *software* de computador, continuaram a aumentar a sua relevância. A maior parte do emprego criativo é na produção de conteúdos (Cardiff Council, 2009). Segundo um relatório da NESTA (Chapain *et al.*, 2010) não existe uma forte consciência da existência de um *cluster* de televisão em Cardiff, mas a localização favorável da cidade no contexto do Reino Unido, a

disponibilidade de mão-de-obra qualificada e a proximidade com os clientes têm sido fatores de sucesso mais determinantes do que a simples existência de massa crítica de empresas neste domínio.
Uma análise das quarenta maiores cidades do Reino Unido (Clifton, 2008) que utiliza uma versão sintética do índice de criatividade proposto por Florida, através da combinação de três fatores com igual ponderação (pedidos de patentes *per capita*, diversidade étnica, e uma medida da população *gay*), colocou Cardiff em nono lugar, sublinhando o potencial criativo da cidade. Em termos comparativos, o setor de cinema, televisão e multimédia têm uma mais forte representação na cidade, sendo mesmo a segunda maior no Reino Unido, ultrapassando apenas por Londres.
Clifton (2008) também analisou a localização do emprego criativo em Inglaterra e no País de Gales. Utilizando a noção de "núcleo criativo" estudou a concentração de emprego no país (excluindo a Grande Londres por ser um *outlier*). A Figura 5. Localização da Classe Criativa em Inglaterra e País de Gales permite verificar que Cardiff aparece numa situação privilegiada, comparável a outras localizações reconhecidas como criativas no Reino Unido.

Figura 5. Localização da Classe Criativa em Inglaterra e País de Gales

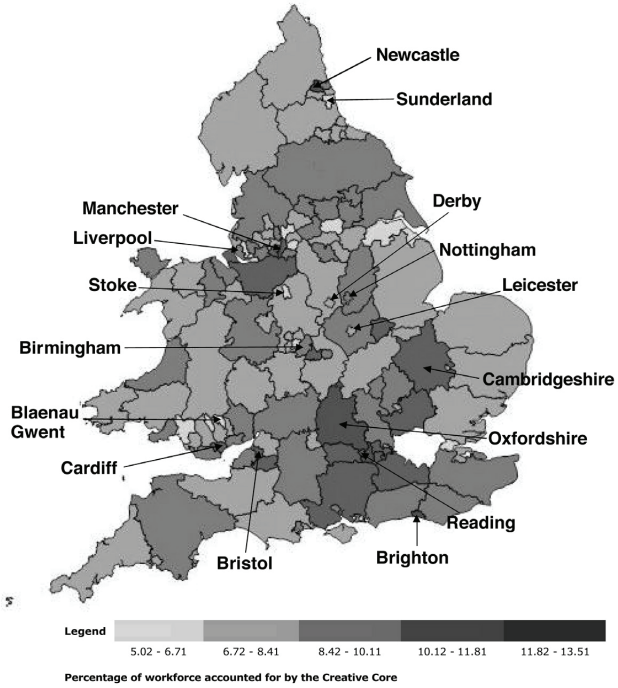

Fonte: Clifton (2008, p. 73)

O Reino Unido tem sido um dos impulsionadores das indústrias criativas enquanto enfoque estratégico das políticas públicas. A origem formal do conceito de indústrias criativas pode mesmo ser encontrado na decisão do governo britânico em 1997, com a criação, como atividade central do Departamento de Cultura, Média e Desporto (DCMS) da *Creative Industries Task Force* (CITF), com o objetivo de identificar as ações necessárias para apoiar o crescimento sustentável destas indústrias e maximizar o seu impacto económico (Flew, 2012).
O Governo Galês tem também reconhecido o setor como uma prioridade e desenvolvido uma série de estratégias em relação às ICCs: Estratégia de Cultura para Gales e a *Creative Industries Strategy* – ambas tentam enquadrar o setor como um recurso-chave da economia. A *Creative Industries Strategy* (WDA, 2004) adotada pelo *Welsh Assembly Government* (WAG) surgiu a partir da convicção de que este é um dos setores de importância estratégica para a economia galesa, ao lado da biociência, saúde, serviços financeiros, setor automóvel e aeroespacial. Para além disso, a abordagem sectorial adotada pelo Governo Galês reforça o papel das telecomunicações e das TICs enquanto um dos três setores transversais para o sucesso da região (Hargreaves, 2009). A fim de incentivar e desenvolver o crescimento das indústrias criativas, a estratégia do *Welsh Assembly Government* aumentou o apoio ao investimento estratégico em empresas criativas sediadas no País de Gales,

desenvolveu uma nova abordagem estratégica para a prestação de apoio às empresas no setor criativo (conhecido como o "*Hub*"), apoiou atividades de educação e formação e disponibilizou um fundo para a proteção da propriedade intelectual. A primeira agência de desenvolvimento empresarial neste setor – *Cultural Enterprise* – foi fundada em 1985 e incentiva e apoia as indústrias criativas no País de Gales para que estas alcancem o seu pleno potencial económico. Outros atores centrais no apoio às indústrias criativas no País de Gales incluem o *Sgrîn Cymru Wales*, uma agência de média que incorpora a *Wales Screen Commission* e a *Welsh Music Foundation*. A política económica do Governo galês "*Economic Renewal: a new direction*" enumera nove setores-chave, sendo que um deles são as ICCs (Welsh Government, 2013).

5. Conclusão

O artigo comparou o Algarve com o de outros três estudos de caso de regiões turísticas que têm conseguido compatibilizar esta atividade económica com o desenvolvimento das ICCs. A análise destes casos forneceu pistas para o desenvolvimento do SCC e de atração e retenção de talento no Algarve, região reconhecida como principal destino turístico em Portugal. O crescimento económico das últimas décadas resulta diretamente do desenvolvimento de um modelo de turismo que parece atualmente insustentável enquanto projeto coletivo nesta região.

O primeiro caso apresentado foi a província de Málaga, localizada na costa do Mediterrâneo no sul da Espanha. Dos três casos estudados, este é o que mais se aproxima do Algarve em várias dimensões (localização, recursos humanos, infraestruturas, especialização produtiva). Bem conhecida pela *Costa del Sol*, o turismo e a construção civil foram os grandes motores de Málaga, mas a província soube melhorar o seu perfil económico que é hoje constituído por um importante setor industrial de novas tecnologias. Málaga tem assistido a várias intervenções artísticas e culturais que transformaram a matriz da cidade conferindo-lhe um papel mais relevante na cultura e na arte. A economia de Málaga é hoje a primeira de todas as províncias da Andaluzia e a quarta cidade de Espanha. O segundo caso foi Graz, uma região NUTS III do estado federal de Styria no sudeste da Áustria. A Styria é o segundo maior estado da Áustria, que de uma região industrial, tradicional soube mudar o seu foco económico para indústrias intensivas em tecnologia e para as ICCs. Graz é hoje considerada uma capital do *design* um relevante destino turístico cultural. Cardiff foi o terceiro estudo de caso. O principal motor de crescimento da economia galesa foi, durante muitos anos, a indústria pesada. O declínio desta atividade gerou um período difícil na economia da região e a recuperação foi lenta. Os projetos de regeneração urbana e a atração de grandes empresas, em particular operadores dos média, constituíram os alicerces para a geração de uma dinâmica criativa. O turismo foi também essencial neste caminho de afirmação económica com Cardiff a tornar-se um dos mais populares destinos turísticos no Reino Unido.

A análise dos casos permite elencar uma série de elementos pertinentes para o aproveitamento do SCC nas regiões estudadas, não obstante a limitação da escala "regional" (NUT III) ocultar assimetrias internas significativas em cada um das regiões analisadas. Em primeiro lugar existe nestes territórios uma visão claramente otimista sobre o potencial transformador das ICCs no território, quer favorecendo a economia quer a cultura e a identidade local. As regiões conseguiram ultrapassar os principais problemas infraestruturais, de mobilidade, de localização industrial (p.e., com parques de C&T) e de formação de recursos humanos e investigação (p.e., com a localização de universidades). São regiões que souberam reconverter a atividade económica, regenerar o espaço urbano e adaptar-se, transformando as suas economias com base no potencial do SCC, gerando mercados laborais dinâmicos e mesmo o sobredesenvolvimento de domínios específicos nas ICCs (Málaga nas TICs, Graz no *design* e Cardiff nos média e conteúdos). As regiões são também muito abertas, com um elevado grau de internacionalização (abertura ao turismo e à diversidade de residentes e visitantes). Os três casos são zonas reconhecidas de trânsito entre diferentes povos e culturas mas que mantêm uma identidade própria e uma vincada classe criativa "local". Finalmente, estes lugares caracterizam-se por aspetos que se associam a uma maior qualidade de vida. Têm mais vida social, clima melhor que as regiões mais próximas, têm amenidades naturais, têm um bom ambiente urbano, têm património cultural muito relevante – de natureza material e imaterial e muitas vezes classificado (p.e., pela UNESCO), conferem atenção ao comércio e a compras. São

"shiny happy places".
Os estudos de caso são ainda ilustrativos dos processos de autorreforço que acontecem no desenvolvimento regional. São os casos das regiões com melhores infraestruturas, também os mais preparados em termos de governança, mais dinâmicos nos mercados e mais capazes de mobilizar fatores intangíveis para o seu próprio sucesso no SCC. As sobreposições entre cultura, criatividade e turismo podem ser mecanismos poderosos para o desenvolvimento regional. Para além de criarem dinâmicas económicas positivas, gerando emprego e produção, principalmente através da consolidação das ICCs, as intervenções públicas têm-se muitas vezes associado a projetos de regeneração urbana que favorecem a atração de novos turistas e residentes. A oposição entre uma orientação centrada em cultura ou uma orientação centrada na economia, *clusters*, indústrias criativas e talento (Smith & Warfield, 2008) permite refletir sobre os temas que dominam a discussão acerca da emergência de territórios criativos mas não permite compreender a sua consolidação, uma vez que a afirmação de um território carece sempre da articulação eficaz entre estas duas esferas como fica patente nos estudos de caso.
A metodologia de estudos de caso, embora útil para a comparação qualitativa, não é isenta de limitações. Estas prendem-se normalmente com problemas relacionados com a possibilidade de generalização e com o enviesamento na seleção dos casos devido à subjetividade do investigador (Yin, 2009). Embora possa, eventualmente, enfermar das limitações e problemas expostos, a comparação de casos é útil para realçar a diferença e a profundidade e para mostrar que não existem causalidades simples e únicas (Bryman, 2008).

O objetivo deste artigo não foi o de discutir a questão em aberto e de difícil resolução sobre se o que gera a dinâmica criativa dos lugares é a presença da classe criativa atraída pelas amenidades do lugar, como é corolário da tese de Florida (2002), ou se o fator mais importante continua a ser a existência de um mercado laboral dinâmico e qualificado que atrai os recursos humanos com talento e por esta via estimulam a criatividade regional (Scott, 2014) Estes dois fenómenos reforçam-se mutuamente e são importantes catalisadores de um espectro mais alargado de dinâmicas, associadas à energia urbana e à valorização da diversidade. Também não é possível ignorar o facto da implementação de medidas centradas na criatividade poder vir a gerar efeitos negativos, de magnitude variável, como a gentrificação e a descaracterização cultural dos territórios - ou a alteração da estrutura social com a emergência de fortes desigualdades sociais (Power, 2014). No entanto, para os casos analisados, apesar dos processos de estímulo à criatividade merecerem atenção dos decisores políticos, o saldo parece ser positivo.

Agradecimentos

Ana Rita Cruz agradece o apoio da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia através de uma Bolsa Individual de Doutoramento na área científica Sociologia com a referência SFRH/BD/75893/2011 financiada pelo POPH – QREN – Tipologia 4.1 – Formação Avançada, comparticipado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do Ministério da Educação e Ciência.

Bibliografia

ANDRÉ, I., & VALE, M. (2014). *Fundos Estruturais e Cultura no Período 2000-2020*. Lisboa: Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, Secretaria de Estado da Cultura.

BOIX, R., & LAZZERETTI, L. (2012). Las industrias creativas en España: una panorámica. *Investigaciones Regionales*, (22), 181–206.

BOIX, R., LAZZERETTI, L., CAPONE, F., de PROPRIS, L., & SANCHEZ, D. (2012). The geography of creative industries in Europe: A comparison analysis in Italy, France, the United Kingdom and Spain. In L. Lazzeretti (Ed.), *Creative industries and innovation in Europe: Concepts, Measures and Comparative Case Studies* (pp. 23–44). London: Routledge.

BOIX, R., LAZZERETTI, L., HERVÁS, J., & MIGUEL, B. (2011). Creative clusters in Europe: a microdata approach. In *51th ERSA Congress*. Barcelona.

BRYMAN, A. (2008). *Social Research Methods* (3rd ed.). New York: Oxford.

CARDIFF COUNCIL. (2006). Cardiff's Creative Industries Setor. *Policy & Economic Development Cardiff Council*. Retrieved 26-06-2014, from http://www.integreatplus.com/sites/default/files/cardiffs_creative_industries_setor.pdf

CARDIFF COUNCIL. (2009). *Cardiff's Creative Industries: Final Report*. London: BPO Consulting.

CAVES, R. E. (2000). *Creative Industries: Contracts between Art and Commerce*. Cambridge: Harvard University Press.

CCDR ALGARVE. (2014). *Estratégia de Especialização Inteligente RIS3 Algarve*. Faro: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Algarve.

Chapain, C., Cooke, P., De Propris, L., MacNeill, S., & Mateos-Garcia, J. (2010). *Creative Clusters and Innovation. Putting Creativity on the Map*. London: NESTA.

CLARK, G. (2007). *The City of the Future*. British Council.

CLIFTON, N. (2008). The "creative class" in the UK: An initial analysis. *Geografiska Annaler: Series B - Human Geography*, *90*(1), 63–82.

COMUNIAN, R., CHAPAIN, C., & CLIFTON, N. (2010). Location, location, location : exploring the complex relationship between creative industries and place. *Creative Industries Journal*, *3*(1), 5–10.

Cooke, P., & Lazzeretti, L. (2008). Creative cities: an introduction. In P. Cooke & L. Lazzeretti (Eds.), *Creative Cities, Cultural Clusters and Local Economic Development* (pp. 1–22). Cheltenham: Edward Elgar Publishing.

COSTA, P. (2002), *As atividades da cultura e a competitividade territorial: o caso da Área Metropolitana de Lisboa.* Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Dissertação de Doutoramento em Planeamento Regional e Urbano (policopiado).

COSTA, P. (2008). Creativity, innovation and territorial agglomeration in cultural activities: The roots of the creative city. In P. Cooke & L. Lazzeretti (Eds.), *Creative Cities, Cultural Cluster and Local Economic Development* (pp. 183–210). Cheltenham: Edward Elgar Publishing.

COSTA, P. (Ed.) (2010), *Cascais Criativo: Estudo sobre o potencial de desenvolvimento do concelho de Cascais com base nas indústrias criativas* - Relatório Final, dezembro de 2010, Cascais: DINÂMIA-CET – Câmara Municipal de Cascais.

COSTA, P. (2012), Gatekeeping processes, reputation buiding and creative milieus: evidence from case studies in Lisboa, Barcelona and São Paulo, in Lazzeretti, L. (Ed.), *Creative industries and innovation in Europe: Concepts, measures and comparatives case studies*, (pp. 286–306), London: Routledge.

COSTA, P., & BABO, E. (2007), "As indústrias culturais e criativas: novos desafios para as políticas municipais", In Portugal, J. & S. Marques (Eds.), *Gestão Cultural do Território,* (pp. 51-87), Porto: Sete Pés.

COSTA, P., MAGALHÃES, M., VASCONCELOS, B., & SUGAHARA, G. (2008), "On 'Creative Cities' governance models: a comparative approach", T*he Service Industries Journal*, 28(3-4), 393–413.

COSTA, P., VASCONCELOS, B., & SUGAHARA, G. (2011), The urban milieu and the genesis of creativity in cultural activities: An introductory framework for the analysis of urban creative dynamics, *Cidades, Comunidades e Territórios*, 22, 3–21.

COUNCIL OF EUROPE/ERICARTS. (2014). Compendium of Cultural Policies and Trends in Europe, 15th edition. Retrieved 05-08-2014, from http://www.culturalpolicies.net/web/index.php

CREATIV WIRTSCHAFT AUSTRIA. (2008). *Third Austrian Report on Creative Industries: Focus on Creative Industries and Innovation*. Vienna: Creativ wirtschaft austria, Austrian Federal Economic Chamber.

CREATIV WIRTSCHAFT AUSTRIA. (2013). *Fifth Austrian Report on Creative Industries - Short Version: Focus: Creative Industries as a Regional Fator*. Vienna: Creativ wirtschaft austria, Austrian Federal Economic Chamber.

CRUZ, A. R. (2014). Tourism, creativity and talent: breaking Algarve's tourism lock-in. *Regional Studies, Regional Science*, *1*(1), 138–144.

ESPON. (2011). *Territorial Observation No. 5: Territorial Dynamics in Europe - The Creative Workforce*. Luxembourg.

EUROPEAN COMMISSION. (2010). *Green paper on cultural and creative industries: Unlocking the potential of cultural and creative industries*. Brussels: DG Education and Culture.

EUROSTAT. (n.d.-a). Data Table: Nights spent at tourist accommodation establishments by NUTS 2 regions. Retrieved 29-05-2014, from http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=tour_occ_nin2&lang=en

EUROSTAT. (n.d.-b). Data Table: Population on 1 January by broad age groups and sex - NUTS 3 regions. Retrieved 29-05-2014, from http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=demo_r_pjanaggr3&lang=en

EUROSTAT. (2011). Eurostat regional yearbook 2011. Retrieved 29-05-2014, from http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Eurostat_regional_yearbook

EUROSTAT. (2013). Population statistics at regional level. Retrieved 29-05-2014, from http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Population_statistics_at_regional_level

FCT. (2014). *ICC – Indústrias Culturais e Criativas, Diagnóstico de Apoio às Jornadas de Reflexão Estratégica*. Lisboa: Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

FLEW, T. (2012). *The Creative Industries: Culture and Policy*. London: Sage Publications, Inc.

FLORIDA, R. (2002). *The Rise of the Creative Class: And How It's Transforming Work, Leisure, Community, and Everyday Life*. New York: Basic Books.

FLORIDA, R. (2008). *Who's Your City?: How the Creative Economy Is Making Where to Live the Most Important Decision of Your Life*. New York: Basic Books.

FRENKEN, K., VAN OORT, F., & VERBURG, T. (2007). Related Variety, Unrelated Variety and Regional Economic Growth. *Regional Studies*, *41*(5), 685–697.

GÁMIR, A. (2005). La industria cultural y los grupos multimedia en España, estructura y pautas de distribución territorial. *Anales de Geografía de La Universidad Complutense*, *25*, 179–202.

GARCÍA, M. I., FERNÁNDEZ, Y., & ZOFÍO, J. L. (2003). The Economic Dimension of the Culture and Leisure Industry in Spain: National, Sectoral and Regional Analysis. *Journal of Cultural Economics*, *27*(1), 9–30.

GARCÍA, M. I., ZOFÍO, J. L., HERRARTE, A., & MORAL, J. (2009). La aportación económica de la industria de la cultura y el ocio en España. *Estudios de Economía Aplicada*, *27*(1), 63–88.

GONÇALVES, A. (2011). Cardiff at a Crossroads: From the Local to the Global. In *European Urban Research Association International Conference*. Denmark.

HARGREAVES, I. (2009). *The Heart of Digital Wales: a review of creative industries for the Welsh Assembly Government*. Cardiff: Welsh Government.

INE. (2011). Encuesta de Ocupación Hotelera. Retrieved 29-05-2014, from http://www.ine.es/jaxi/menu.do?L=0&type=pcaxis&path=/t11/e162eoh&file=inebase

INE. (2012a). *Anuário Estatístico de Portugal - 2011*. Lisboa, Portugal: Instituto Nacional de Estatística, IP.

INE. (2012b). Censos de Población y Viviendas 2011. *Notas de Prensa*. Retrieved 29-05-2014, from http://www.ine.es/prensa/np756.pdf

JACOBS, J. (1961). *Death and Life of Great American Cities*. New York: Random House.

JOANNEUM Research. (2006). *Potenzialanalyse Kreativwirtschaft im Großraum Graz*. Graz: Creative Industries Styria.

JUNTA DE ANDALUCÍA. (2014). Estrategia de Innovación de Andalucía 2014-2020 (RIS3 Andalucía). Retrieved 29-06-2014, from http://ris3andalucia.es/wp-content/uploads/2014/07/Estrategia-RIS3-Andalucía.pdf

KNOWLEDGE AND ANALYTICAL SERVICES (2012). 2011 Census: Welsh residents by length of time resident in the UK. *Census 2011*.

LANDRY, C. (2000). *The Creative City: A Toolkit for Urban Innovators*. London: Earthscan Publications Ltd.

LAZZERETTI, L., BOIX, R., & CAPONE, F. (2009). *Why do creative industries cluster? An analysis of the determinants of clustering of creative industries* (No. 09.02). *IERMB Working Paper in economics*. Barcelona: Institut d'Estudis Regionals i Metropolitans de Barcelona.

LAZZERETTI, L., & PARRILLI, M. D. (2012). New focus of economic reactivation in Spain: creative industries in the Basque Country. In P. Cooke, M. D. Parrilli, & J. L. Curbelo (Eds.), *Innovation, Global Change and Territorial Resilience* (pp. 166–184). Cheltenham: Edward Elgar Publishing.

MARKUSEN, A. (2006), Urban development and the Politics of a Creative Class: Evidence from the Study of Artists. *Environment and Planning A*, 38(10), 1921–1940.

MARSHALL, A. (1920). *Principles of Economics* (8th ed.). London: MacMillan & Co.

MATEUS, A. (2010). *O Setor Cultural e Criativo em Portugal*. Lisboa: Augusto Mateus & Associados – Ministério da Cultura.

MATEUS, A. (2013). *Indústrias Culturais e Atividades Criativas e Internacionalização da Economia Portuguesa*. Lisboa: Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, Secretaria de Estado da Cultura.

MUSTERD, S. (2009) 'Soft', 'Hard', and 'Network' Conditions for Creative Knowledge Cities, Presentation to the International Conference "From 'Creative Cities' to 'Urban Creativity' - Economy, culture and governance in the contemporary city", ICS, Lisbon, 10th December 2009.

NAVARRO, C., & GUERRERO, G. (2010). La relevancia de las industrias culturales en las ciudades españolas. Un primer acercamiento. In *Jornadas Repensando la Metrópolis. Prácticas Experimentales en Torno a la Construcción de Nuevos Derechos Urbanos*. Málaga: Centro de Estudios Andaluces.

NAVARRO, C., MATEOS, C., & RODRÍGUEZ, M. J. (2012). Cultural scenes, the creative class and development in Spanish municipalities. *European Urban and Regional Studies*, 1–17.

OECD. (2004). *Trends in International Migration*. Paris, France: OECD Publishing.

OECD. (2010). *Higher Education in Regional and City Development: Andalusia.* Spain 2010. OECD Publishing.

PORTER, J. (2011). A Segunda Regeneração da Baia de Cardiff?: Uma Estratégia Cultural baseada na BBC Drama Village. *Chão Urbano Revista Do Laboratório Redes Urbanas E Laboratório Das Regiões Metropolitanas*, *6*(3), 31–62.

POWER, D. (2014). A Response to Scott. *Regional Studies*, *48*(4), 579–582.

POWER, D., & Nielsén, T. (2010). *Priority Setor Report: Creative and Cultural Industries*. Stockholm: Europe INNOVA, European Cluster Observatory.

SACCO, P. L. (2011). *Culture 3.0 – A New Perspetive for the EU 2014-2020 Structural Funds Programming*. European Expert Network on Culture (EENC).

SCOTT, A. J. (2000), *The Cultural Economy of Cities.* London: Thousand Oaks-Sage.

SCOTT, A. J. (2006), Creative Cities: conceptual issues and Policy Questions, *Journal of Urban Affairs*, 28(1), 1–17.

SCOTT, A. J. (2014). Beyond the Creative City: Cognitive–Cultural Capitalism and the New Urbanism. *Regional Studies*, *48*(4), 565–578.

SMITH, R., & WARFIELD, K. (2008). The Creative city: a matter of values. In P. Cooke & L. Lazzeretti (Eds.), *Creative Cities, Cultural Clusters and Local Economic Development* (pp. 287–312). Cheltenham: Edward Elgar Publishing.

STATcube. (n.d.). Register-based Census 2011 - Persons. Retrieved 29-05-2014, from http://statcube.at/superwebguest/autoLoad.do?db=deregz_rzpers

STATISTICS AUSTRIA. (2012). *Tourismus in Österreich 2011*. Wien, Austria: STATISTIK AUSTRIA - Bundesanstalt Statistik Österreich.

VITORINO, N. (2014). *Criação de Instrumentos Financeiros para Financiamento do Investimento na Cultura, Património e Indústrias Culturais e Criativas*. Lisboa: Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, Secretaria de Estado da Cultura.

WDA. (2004). *Creative success – A strategy for the creative industries in Wales*. Cardiff: Welsh Development Agency.

Welsh Government. (2013). *Wales: Towards a RIS3 - Smart Specialisation Peer Review, Background Information*. Brno: Welsh Government.

YIN, R. K. (2009). *Case Study Research: Design and Methods* (4th ed.). Thousand Oaks, CA: Sage Publications, Inc.

Da Lei Federal de Incentivo à Cultura a uma nova prática de mercado – o crowdfunding.

Carolina Marques Henriques Ficheira

Resumo: A Lei Federal de Incentivo à Cultura contribuiu definitivamente para o aumento da execução de projetos culturais, mas também colaborou para um quadro de concentração territorial das produções culturais no país. Essa situação foi muito contribuída pelo artigo 22 da lei, no qual possibilita a promoção da marca, por meio do uso de recursos públicos.
Associado a isto, a Lei prevê o pagamento a captadores de recursos em até cem mil reais ou a 10% do valor do projeto captado, o que for menor. Também não exige formação ou envolvimento direto com o projeto.
Projetos que mais valorizam planos de comunicação são mais visados por captadores de recursos, possuindo mais chances de captarem recursos incentivados.
Em decorrência das dificuldades já apontadas, o crowdfunding, tornou-se uma nova possibilidade colaborativa de captar recursos no país.

Palavra-chave: captação de recursos para o campo cultural, espaço de trabalho, sustentabilidade e crowdfunding.

1-Características da captação de recursos no país.

Quem nunca ouviu a expressão "basta conhecer as pessoas certas"? A captação de recursos é uma área posta à margem dos empreendimentos culturais. Muitas vezes, é vista como uma grande capacidade de lobby[1] entre almoços, coquetéis ou contatos privilegiados de amigos. Com a estratégia do empirismo, sem uma prévia formação do assunto, o país sofre com a falta de profissionais qualificados na área.
Devemos nos espelhar no que a área do terceiro setor tem conseguido nos últimos anos (CRUZ et al: 2001). O setor se especializou em captar recursos diretos advindos de fundações, Estado, empresas e até pessoas físicas, sem se fixar em ações previamente estabelecidas, como possíveis editais.
Na área cultural ocorre diferente. É pautada em ações de captação e editais públicos para a seleção de patrocínios, ambos usando benefícios fiscais. O primeiro é pautada nas relações pessoais e em reuniões individualizadas. Já o segundo, geralmente possui valores orçamentários previamente determinados de acordo com cada área das artes. A plataforma mais conhecida no país é a da Petrobrás, a qual lança editais anuais para que possíveis interessados possam se inscrever e, se possível, ter seu projeto escolhido pela comissão julgadora[2].
Neste caso a figura do captador de recursos deixa de existir, pois a seleção se dá de forma pública, mediante a requisitos previamente definidos e expostos na plataforma.
Hoje, o maior mecanismo no Brasil para se conseguir realizar um projeto cultural é a Lei Federal de Incentivo à Cultura (lei 8318/91), mais conhecida como Lei Rouanet. Esta permite que apenas 30% do orçamento seja abatido fiscalmente (o que requer dos patrocinadores um aporte adicional de 70% em recursos próprios) em caso de projetos enquadrados no artigo 26. Já projetos enquadrados no artigo 18, possuem a quantia inteiramente revertida em renúncia fiscal pois nesse caso a Lei Rouanet permite que 100% do orçamento seja abatido fiscalmente[3].

1Nos EUA, o Lobby é uma profissão regulamentada, o que facilita o interesse de todos. http://www.bbc.co.uk/portuguese/videos_e_fotos/2014/01/140125_direto_eua_lobby_pu_dg.shtml

2 http://ppc.petrobras.com.br/

3 As diferenças da do artigo 18 e 25/26 podem ser consultadas na Lei 8313/91.

Dentro deste orçamento, previamente aprovado pelo Ministério da Cultura (MinC), há o item orçamentário *remuneração da captação de recursos* no qual o profissional responsável poderá receber uma porcentagem do valor total do projeto, respeitando os limites estabelecidos pela Instrução Normativa n º 1, de 24 de junho de 2013, como descrito no trecho do documento:

> Art. 22. As despesas referentes aos serviços de captação de recursos serão detalhadas na planilha de custos, destacadas dos demais itens orçamentários.
> Parágrafo único. A captação de recursos será realizada por profissionais contratados para este fim ou pelo próprio proponente, cujo valor será limitado a cem mil reais ou a dez por cento do valor do projeto a captar, o que for menor, respeitada a regra do art. 24.

Além do que a I.N. estabelece, não há nenhum outro dispositivo que determine a execução desta profissão, estando apto todo e qualquer cidadão, sem formação prévia sobre o assunto. Ou seja, basta ter uma empresa em captação de recursos, conhecer pessoas e fechar contratos para ser um captador. Por conta dessas questões de mercado, alguns produtores tem preferido ser "seus próprios" captadores a fim de não ter profissionais sem vínculos com o projeto cultural idealizado.

Como se nota é muito "interessante" financeiramente ser captador de um projeto, o captador poderá levar até 10% do valor total do orçamento, ou seja, um projeto de cem mil reais, o captador leva dez mil reais. Este raciocínio pode ser seguido até o teto de um milhão de reais, projeto igual ou superior a esse valor orçamentário receberá o mesmo cem mil reais. Neste raciocínio, o profissional conseguindo fechar o contrato de dois milhões de reais, receberá o valor de cem mil reais. Para isto, basta promover a triangulação entre produtor e empresa patrocinadora, sem que necessariamente este profissional tenha comprometimento com o projeto.

Por este motivo, devemos refletir que a captação de recursos de projetos culturais ainda esta engatinhando. Há uma carência de profissionalismo em diferentes etapas, especialmente na área de captação de recursos. As habilidades que um captador de recursos precisa ter é o estudo de viabilidade do projeto cultural, no qual se detecte o cruzamento de interesses do projeto cultural elaborado com um possível patrocinador.

Para isso é necessário que este profissional realize, principalmente, neste estudo do projeto com o mercado, as seguintes ações (REIS: 2007): relacionar no mercado os impactos econômicos/ metodologias; verificar o nível de investimento; avaliar a eficiência da aplicação dos recursos em um programa; justificar a utilização de um valor ou aumento dos recursos; ampliar o conhecimento e o nível de satisfação dos frequentadores; identificar novas oportunidades com outros setores; perceber a interação de uma indústria cultural com economias locais; explicitar o potencial de um programa como parte de uma estratégia de revitalização regional; analisar os impactos macroeconômicos sobre economias locais e regionais; suscitar debates relativos à importância do setor cultural, atraindo mão-de-obra qualificada e empresas; realizar estudos de impacto setorial – avaliar a representatividade econômica de um setor específico; realizar estudos de impacto do projeto ou ações culturais e desdobramentos na região e na cadeia produtiva; realizar, de preferência declarada, entrevistas ou questionários com participantes de projetos culturais. Com este conhecimento, o profissional deverá estar apto a desenvolver um plano de comunicação que esteja em acordo com as necessidades da empresa patrocinadora. Entender a missão e os valores que estão presentes no projeto e que dialoguem com um possível patrocinador. Reconhecer que é possível o licenciamento de marcas de um produto cultural, quantificar a precificação dos produtos e os possíveis impactos que este influenciará na economia local e regional.

Outra questão que deve ser levada em consideração é a capacidade do profissional em "vender" este produto no momento em que consegue uma reunião[4] com um possível patrocinador (CRUZ: 2001). Em uma apresentação ao patrocinador deve ser levada em consideração que o profissional da empresa nem sempre entende o uso da lei e sua responsabilidade diante do efetivo patrocínio incentivado, geralmente não possui tempo para atender ao patrocinado e por último, seu principal interesse é o valor do orçamento e o plano de divulgação.

Por tanto, uma apresentação qualitativa, pequena e com pouco texto, com contrapartidas (sociais, econômicas

4 https://www.youtube.com/watch?v=YFTS8kak6IE&hd=1

e de imagem) definidas e o valor do orçamento são preponderantes para um possível *pitching* ao patrocinador. Foi com esta entoada que o Rio Content Market[5], ocorrido no Rio de Janeiro, trabalhou, ao promover o encontro de projetos da área audiovisual e possíveis interessados (empresários, aplicativos, canais de televisão, Governo e até mesmo o Netflix), desafiando produtores /captadores na "melhor venda" de projetos audiovisuais durante este evento de produção de conteúdo audiovisual**.**

Estas etapas trabalhadas de forma harmônica e a condução das ações citadas acima no cotidiano de trabalho contribuem para que a captação de recursos incentivados tenham chances de ser efetivada. Associado a isto, a execução de um projeto, de forma qualitativa, contribui para o desdobramento do projeto e o surgimento de possíveis subprodutos. Ou seja, um seriado infantil patrocinado, pode levar a construção do subproduto livros infantis, a partir dos personagens do seriado. E até mesmo o licenciamento de bonecos a partir dos personagens do seriado infantil, levando a um encadeamento de ações que levarão a sustentabilidade da empresa e maior tempo de exposição da marca do produto, sem ter que depender, obrigatoriamente, de incentivos fiscais. É o caso da serie de televisão Peixonauta, que hoje é veiculada na Discovery Kids, possuindo aplicativos, jogos, brinquedos e até a produção de um longa-metragem[6]. Mas este tipo de estruturação e operação em projetos culturais ainda é pouco visto no mercado cultural brasileiro, ficando mais restrito ao mercado infantil.

Para se entender porque chegamos neste patamar de operação da Lei e falta de uma exigência de mão de obra qualificada para o campo da captação de recurso é necessário entender a origem da lei e o contexto político em que essa se insere nos anos 90.

2-Contexto da criação da Lei Federal de Incentivo à Cultura.

Vivemos uma lei de incentivo que promove a exclusão e a concentração cultural no Brasil[7]. Esta afirmação entoada pelo MinC retrata a consolidação dos 23 anos de uso da Lei 8318/1991, conhecida como Lei Rouanet, trazendo algumas percepções sobre o seu uso, constatado num quadro de exclusão cultural no período de vigência da Lei.

Para se entender melhor esta afirmação, partimos do ano de 1985, quando o presidente José Sarney institui o Ministério da Cultura e o separa do Ministério da Educação. Como alguns previam, as verbas ficaram majoritariamente com a Educação. Como relata Lia Calabre (2003:15), o Ministério veio acompanhado de uma série de problemas, tais como: perda de autonomia, superposição de poderes, ausência de linhas de atuação política, disputa de cargos e clientelismo. A década de 1980 foi marcada por retração dos investimentos públicos na área cultural. Na tentativa de buscar novas fontes de recursos para as atividades culturais, em 2 de julho de 1986, o Presidente Sarney promulgou a Lei n° 7.505, de incentivo à cultura, durante a gestão do Ministro Celso Furtado. A Lei Sarney funcionava a partir do mecanismo de renúncia fiscal. Esta lei foi objeto de inúmeras críticas durante seu período de vigência e terminou sendo extinta em 1990, no início do governo Collor.

Na gestão do Presidente Fernando Collor de Melo, toda a estrutura federal no campo da cultura foi radicalmente alterada. Em abril de 1990, o Presidente promulgou a Lei n° 8.029, que extinguia, de uma só vez, diversos órgãos da administração federal, em especial da área da cultura como FUNARTE, Pró-Memória, FUNDACEN, FCB, Pró-Leitura e EMBRAFILME e reformulava outros tantos como o SPHAN. Todo o processo foi feito de maneira abrupta, interrompendo vários projetos e trabalhos que vinham sendo realizados por mais de uma década. O processo de desmantelamento culmina com a extinção do próprio Ministério da Cultura, criando uma Secretaria de Cultura que teve como primeiro Secretário Ipojuca Pontes que, em 1991, passou o cargo para Sérgio Paulo Rouanet.

Aí então, em 1991, o governo Collor promulgou uma lei de incentivo à cultura, a Lei n° 8.313, de 23 de dezembro de 1991, instituindo o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), conhecida como Lei Rouanet. Segundo o Ministério da Cultura, em 23-12-11 (http://www2.cultura.gov.br/site/2011/12/23/lei-rouanet

5 http://riocontentmarket.com.br/canal/?players/

6 http://peixonauta.uol.com.br/novidades/

7 http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/01/projeto-15-28jan10-web.pdf

-%E2%80%93-20-anos-depois/), afirma que a lei tinha por finalidade "*captar e canalizar recursos suficientes para estimular a produção e difusão de bens culturais, preservar patrimônios materiais e imateriais, proteger o pluralismo da cultura nacional e facilitar o acesso às fontes de cultura*". No entanto, os anos nos mostram que isso não ocorreu, como veremos adiante.

Após o impeachment do Collor, em 1992, o vice-presidente assume a pasta. A partir disso, Itamar Franco recria o Ministério da Cultura e nomeia Antônio Houaiss como Ministro da Cultura. Em 1994, algumas das instituições extintas no governo Collor foram recriadas. A nova estrutura do Ministério mantinha como entidades vinculadas: a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), a Fundação Biblioteca Nacional (FBN), a Fundação Cultural Palmares (FCP) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Sob o ponto de vista do uso da lei, os mecanismos da Lei Rouanet foram aperfeiçoados ao longo do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com a promulgação de algumas regulamentações que permitiram uma maior agilidade em sua aplicação. Segundo Calabre (2003:17), foram 80 tipos de promulgações, dentre portarias, instruções normativas, leis e decreto leis.

Durante a gestão do Ministro Francisco Weffort (1995-2002) o governo federal diminuiu o nível dos investimentos públicos na área da cultura, repassando para a iniciativa privada a responsabilidade de decisão sobre os rumos da produção cultural, tendo em vista que a decisão sobre o uso da lei era e continua sendo repassada para as mãos do mercado.

Como se nota no percurso da lei, nenhum dispositivo legal foi elaborado a fim de exigir a formação deste profissional. Todos foram feitos para acelerar o processo de aprovação dentro do Ministério da Cultura para que o processo de captação ocorresse mais rapidamente.

Nesta resumida trajetória da lei, podemos perceber que processos normativos criados pelo o Estado sempre estiveram voltados para a operação da lei, a fim de que um processo que era extremamente moroso no passado, pudesse ser mais ágil. E isso de fato foi alcançado. Hoje para se conseguir a autorização do Ministério da Cultura para captar recursos pode tardar em até três meses[8].

Não houve nesses 23 anos de lei, alguma intervenção que exigisse esses profissionais a terem algum tipo de formação para desempenharem essa função, levando a uma precarização nas relações de trabalho e, numa possível, má condução dos projetos culturais. Geralmente, captadores de recursos após receberem os seus 10% previstos em Lei, não acompanham o desenvolvimento do projeto cultural até a sua finalização. Daí a necessidade de produtores culturais executarem esta função, além de toda a gestão do projeto.

3-Como a área deve se profissionalizar para tal estratégia?

É importante refletir sobre o processo de captação de recursos hoje no país. Quem são os profissionais qualificados de captação de recursos[9], como vivem e o que desejam para o reconhecimento e valorização de sua atuação no mercado brasileiro. Vejamos o depoimento de Amanda Sampaio, em 13 de agosto de 2012, captadora de recursos:

> A captação de recursos hoje é o maior desafio do produtor cultural por ser um trabalho de relacionamento a médio/longo prazo que depende em sua grande parte do fomento indireto (leis de incentivo). Dessa forma, apenas cerca de 10% dos projetos aprovados em leis de incentivo conseguem efetivamente se concretizar, o que demonstra o enorme gargalo dos produtores culturais e do fomento à cultura no Brasil.

Com a presença consolidada de profissionais qualificados na área, certamente haverá a execução de projetos culturais que se preocuparão com todo o processo de construção: desde sua elaboração, passando por um es-

8 Consultar www.cultura.gov.br

9 A ABCR está realizando uma pesquisa junto aos captadores (por meio do site) para entender estas questões no mercado hoje.

tudo prévio da empresa captada até a prestação de contas do recurso obtido. Como ressaltou Sampaio, "é um trabalho de relacionamento, que deve ser construído em todo o tempo do projeto».
Através deste tipo de qualificação, será garantido, inclusive, projetos que valorizam mais a linguagem artística que projetos comerciais, possuindo mais condições de sobrevida no mercado cultural.
Além de toda a parte instrumental que este profissional deverá desenvolver na sua formação, a ética profissional deverá passar por todas as relações de trabalho, pois a possibilidade de receber quantias altas para captar recursos (até cem mil reais), pode ser trampolim para outras ações nocivas[10] ao mercado, como mencionado no inicio deste artigo[11].

4-Como garantir a sustentabilidade de uma empresa cultural?

Como a área da cultura atingirá a sua sustentabilidade se na maioria das vezes, os projetos culturais só existem graças as Leis de Incentivo à Cultura? O grande desafio está no equilíbrio. Uma empresa cultural não deve ficar à mercê de possíveis patrocinadores e editais lançados por órgãos públicos. Certamente, muitos projetos ficarão de fora de alguma seleção. Ainda mais projetos culturais localizados fora do eixo Rio-São Paulo, já que estes dois estados concentram cerca de 80% da renuncia fiscal da Lei Federal de Incentivo à Cultura[12] no país. Por isso, uma empresa saudável deve também concentrar em seu plano de negócios projetos autossustentáveis, que dependam de seus esforços enquanto um empreendedor da área cultural, seja através do licenciamento de marcas, seja vendendo produtos comestíveis (no caso dos cinemas), seja através de projetos que atendam um perfil mais comercial. O fato é que as empresas culturais, em sua maioria, precisam desses diferentes "tentáculos" para sobreviver diante das possíveis transformações do mercado, como é o caso da futura lei de incentivo da Cultura, Pro-cultura[13], que aguarda o aval do Ministério da Fazenda para que o projeto substitutivo da atual Lei Rouanet possa ser levado à votação no Congresso Nacional[14]. Esta lei promoverá diferenças substanciais nas relações entre empreendedores da cultura e patrocinadores. Estes terão que utilizar parte de sua verba orçamentária para complementar o valor total do orçamento, tendo em vista que, em sua maioria, os projetos culturais não poderão deduzir o valor total do orçamento sobre o imposto devido.
A partir desta reforma da lei, o Censo GIFE[15], entrevistou alguns empresários e foi afirmado que, se os incentivos fiscais fossem revogados, apenas 5% deixariam de investir na área; 32% afirmaram que o volume de investimentos permaneceria inalterado e 41% disseram que o volume diminuiria. O secretário-geral do GIFE, Fernando Rossetti afirma que "*Esta é uma área de tiroteio, de potencial conflito quando entendemos o contexto da reforma da lei Rouanet*". O fato é que toda a área cultural necessita se estruturar antes que ocorra um retrocesso neste mercado.

5-Um modelo de negócio do mundo aplicado no Brasil.

A sociedade brasileira já dá sinais de mudanças: cansada da morosidade do próprio Estado em promover diferentes ações de Política Pública, a concentração de capital incentivado no eixo Rio-São Paulo e até a falta de captadores profissionais no mercado brasileiro contribuíram para que produtores culturais procurassem um outro modelo de negócio para a realização de seus projetos culturais.

---

10 02 de agosto de 2009, Jornal O Globo, Matutina, O País, página 3.

11 http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/fundacao-sarney-suspeita-corrupcao

12 http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/01/projeto-15-28jan10-web.pdf

13 Abaixo será descrito com mais detalhes.

14 http://www.culturaemercado.com.br/procultura/procultura-aguarda-aval-do-ministerio-da-fazenda-para-votacao-no-congresso/

15 Mapeamento bienal que a Rede GIFE faz sobre o Investimento Social Privado (ISP) de seus associados.

A novidade chega ao Brasil, em meados 2011, reconfigurando, em parte, as relações profissionais no mercado cultural. O mecanismo usado é a forma colaborativa de se financiar projetos - o crowdfunding[16] (MIRANDA *in* REIS: 2012) - sejam eles culturais ou não, por meio de plataformas disponíveis na internet. O primeiro site que chegou ao Brasil com esta proposta foi o www.cartase.me. A dinâmica consiste que o interessado inscreva seu projeto em algum site de crowdfunding, com um orçamento determinado. Ali colocará suas possíveis contrapartidas, chamadas de recompensas, ao possível doador (podendo ser entendido como um dos muitos patrocinadores da feitura do projeto). Essas recompensas são feitas de acordo com o valor doado e nunca são recompensas financeiras. Caso o interessado consiga arrecadar todo o valor solicitado, a proposta paga uma percentagem ao site pela hospedagem do projeto e deverá cumprir todas as recompensas aos doadores previamente estabelecidas no site. Caso não seja arrecado o valor total da proposta, o projeto não ocorre e o site não leva a porcentagem pela hospedagem do projeto.

Um exemplo disto é o documentário "Renascimento do parto" de Érica de Paula e Eduardo Chauvet, no qual aborda questões de saúde pública no país quanto ao ato de dar a luz. Este produto audiovisual subverteu toda a dinâmica do mercado audiovisual, que em geral também vive da renuncia fiscal[17]. Este projeto ficou hospedado no site: http://benfeitoria.com/o-renascimento-do-parto, pediu R$ 65.000 e arrecadou R$ 141.091, superando as expectativas de sucesso. Através deste modelo, é possível perceber que a sociedade ao se mobilizar por uma causa, contribui de forma efetiva para que projetos possam ser executados, mesmo sem apoio de editais, patrocínios baseados em renuncia fiscal e até mesmo a ação de captadores. A mobilização social, principalmente pelas redes sociais, contribui decisivamente para alcançar este pleito.

Outro exemplo é a plataforma Embolacha[18], voltada para o mercado fonográfico, no qual, através do financiamento colaborativo, cidadãos contribuem para a execução de cds, dvds, clipes e até festivais de música, desta forma reinventando o cenário musical. Se antes artistas estavam presos nas mãos da gravadora para o lançamento do fonograma e desta forma possuir dividendos com a venda de discos. Hoje, com a entrada da tecnologia, o cd se tornou um "cartão de visitas" de seu produto e é a possibilidade de fazer mais shows. Trazemos caso de Wilson das Neves[19] que arrecadou R$ 60.150,00. E após todo o processo de gravação, mixagem, masteurização, produção de capa, making of e a própria prensagem, conseguiu a gravadora Universal Music Brasil para ampliação da divulgação do seu trabalho, tornando a gravadora uma parceira de venda pelo país.

Considerações Finais

Para que a área cultural cresça é necessário a profissionalização de captadores de recursos através de estudos para a viabilização de projetos culturais. São eles: os impactos econômicos; nível de investimento; a eficiência da aplicação dos recursos em um programa; o nível de satisfação dos frequentadores; novas oportunidades com outros setores; a interação de uma indústria cultural com economias locais; estudos de impacto do projeto ou ações culturais e desdobramentos na região, desenvolvimento um plano de comunicação que esteja em acordo com as necessidades da empresa patrocinadora, percepção da missão e dos valores que estão presentes no projeto e que dialoguem com um possível patrocinador; licenciamento de marcas de um produto cultural, precificação dos produtos e os possíveis impactos que este influenciará na economia local e regional, além da habilidade do profissional em "vender" este produto.

Mais que isso, é necessário um esforço desses captadores a não dependerem exclusivamente de incentivos fiscais, pois antes que o cenário cultural venha sofrer um processo de retração pelos novos caminhos culturais que o Pro-cultura promoverá na sociedade brasileira, é necessário que as empresas culturais se instrumentalizem,

---

16http://oglobo.globo.com/cultura/os-mecenas-do-crowdfunding-4648891; http://www.culturaemercado.com.br/crowdfunding/virada-sustentavel-conta-com-plataforma-de-crowdfunding-para-apoiar-acoes/

17 Lei do audiovisual 8385/1993.

18 http://www.embolacha.com.br/projeto/200-wilson-das-neves-se-me-chamar-u-sorte

19 Cantor, compositor e um dos bateristas mais atuantes da música popular brasileira.

elaborem e executem planos de negócios a fim de sobreviverem dentro da área cultural, novas ferramentas autossustentáveis, que promovam o fazer cultural neste país (sem depender da captação de recursos incentivados) como é o caso do novo modelo de negócio, o crowdfunding.

Referência Bibliográfica:

CALABRE, L. (2003), *Políticas Culturais: diálogo indispensável*, Rio de Janeiro: Edições Casa Rui Barbosa.

_____. *Políticas culturais um campo de estudo,* Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2008.

CALABRE, L. (2008), *Políticas Culturais: diálogo indispensável*, Rio de Janeiro: Edições Casa Rui Barbosa.

CALABRE, L. & LOPES, H. (2005), *Diversidade cultural brasileira,* Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa.

FERREIRA, L. & MACHADO NETO M. (2011), *Economia da Cultura: contribuições para a construção do campo e histórico da gestão de organizações culturais no Brasil*, Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna.

REIS, A. (2007), *Economia da Cultura e desenvolvimento sustentável*: *O Caleidoscópio da cultura*, São Paulo: Manole.

_____et al. (2012), *Economia criativa: um conjunto de visões [recurso eletr*ônico], São Paulo: Fundação Telefônica.

FUNARTE. (2009), *Cultura em números*, Anuário de Estatísticas Culturais, Funarte: RJ.

CRUZ, C. & ESTRAVIZ, M. (2001), *Captação de Diferentes recursos para organizações sem fins lucrativos*, São Paulo: Instituto Fonte.

Lei 8313/91

Ministério da Cultura, Instrução Normativa 1 de 24 de junho de 2013.

Sites visitados:

www.cultura.gov.br

www.gife.org.br

Projetos culturais e políticas públicas para jovens favelados: antigos e atuais desenhos de formatos e metodologias

Patrícia Pizzigatti Klein[1]
patricia.klein@gmail.com

Resumo: O trabalho analisa a trajetória de formulações e desenvolvimento de projetos socioculturais atuantes com jovens moradores de favelas cariocas realizados por ONGs e, atualmente, por programas de políticas públicas governamentais no período entre 1990 e 2014, como projetos realizados pelo "AfroReggae", "Observatório de Favelas", o projeto "Agência de Redes para a Juventude" e o programa "Caminho Melhor Jovem", uma política pública de atendimento para jovens em favelas.
Para tanto, optou-se pela análise dos documentos oficiais de cada projeto específico (texto dos projetos, metodologias descritivas e comunicações institucionais).
A análise conduz a discussões sobre a territorialização das políticas públicas de cultura e educação e a atual política de segurança pública nas favelas do Rio de Janeiro, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) junto com o seu programa de ações sociais, culturais e ambientais, o Rio+Social, antes denominado de UPPs Social.

Palavras-chaves: políticas públicas; juventude; projetos socioculturais; favela

1. Introdução

Percebe-se a crescente realização de projetos sociais e culturais realizados por Organizações Não Governamentais (ONGs) para jovens em favelas desde a década de 80 e 90. Atualmente, a movimentação de programas, projetos e ações também realizadas pelo Estado começaram, por razões diversas que aqui serão discutidas, a se instaurar para além das políticas públicas tradicionais de assistência social para a juventude, com ações integrais que buscam fortalecer a identidade do jovem favelado, o território, a criatividade e o empreendedorismo.
O programa Caminho Melhor Jovem (CMJ), política pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro, em realização desde agosto de 2013 pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), se destaca pelas suas aproximações com projetos sociais e culturais realizados inicialmente pelas ONGs e se distancia de outros programas federais com formatos mais tradicionais de atendimento ao jovem por meio de cursos, oficinas e encaminhamento ao mercado de trabalho.
Para descrever tal Programa e o seu cenário histórico-social de realização, suscitamos discussões a respeito de projetos iniciados pelas ONGs nas décadas de 80 e 90, traçamos um breve histórico das políticas públicas de juventude, apresentamos políticas públicas em realização para chegar no cenário do Rio de Janeiro, de pacificações das favelas, de realização dos grandes eventos (Copa do Mundo e Olimpíadas) e a impulsão da criatividade, livre iniciativa e empreendedorismo dos jovens favelados por meio do Programa em discussão.

2. A década de 80 e 90: pioneirismo das ONGs

A partir de 1980 e 90 observa-se o crescimento de projetos sociais e culturais de cunho educativo realizados para jovens pelas ONGs em territórios populares segregados advindos de um projeto neoliberal da educação (Arantes, 2000). As favelas cariocas são um desses espaços, nos quais a multiplicação de projetos potencializou e potencializa a atuação política dos sujeitos moradores das favelas por meio de ações das pastorais da igreja,

---

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas – PPGECC na Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ.

associações de moradores e das ONGs (Brum, 2006). Além disso, foram as ONGs que assumiram um papel pioneiro e «mais próximas aos "pobres" do que muitas outras instituições, na medida em que suas sedes ou filiais funcionam na própria favela» (Valladares, 2005: 160).

Os projetos sociais, socioeducativos e também os culturais para crianças e jovens são formas de trabalho que atuam de forma complementar às escolas utilizando-se da perspectiva da educação não formal. Possuem um formato distante dos marcos institucionais e regulamentares da educação (leis e diretrizes), por isso mais livres, mas ainda assim, possuem formatos estruturados, sistematizados, objetivos, metodologias e resultados (GOHN, 2007).

Neste sentido, Burgos (2009: 60) diz que «os projetos sociais, especialmente nos territórios segregados, são chancelados por uma sociedade que reconhece a incompletude do trabalho da escola e da família, e que delega a atores da sociedade civil dos mais variados matizes um importante trabalho de formação social».

Segundo Sovik

> No Rio de Janeiro, os projetos surgem com força nos anos 1990, quando, com o processo de democratização governamental já instalado, a violência policial contra a população pobre entra em pauta. Essa violência, cujas estatísticas continuam chamando a atenção, tem como alvo principal a população de jovens negros de bairros pobres das grandes cidades. (Sovik, 2014: 2)

Tais projetos têm formas de atuação diferenciados que são específicos de cada um deles. Se tratando dos educativos, eles podem se dar por meio de uma pluralidade de formatos e metodologias. No ensino e capacitação de assuntos específicos, como informática, reforço escolar, linguagens artísticas (teatro, música, circo, artes visuais e plásticas, fotografia e outras) ou se utilizando destas linguagens como ferramentas para o trabalho com valores sociais, protagonismo, inserção no mercado de trabalho, expressão e etc. Na maioria dos casos, são mantidos com dinheiro público através das leis de incentivo à cultura, como o abatimento do imposto de renda pela Lei Rouanet[2] (n° 8.313/91). Estes projetos realizam relatórios sobre os resultados, objetivos alcançados qualitativos e quantitativos, possuindo formas específicas para mensurar (e às vezes até maquiar) os resultados.

É evidente que tais projetos e ações tem o seu objetivo principal como mudança e transformação das desigualdades vigentes, construindo novas representações e agindo como "novos mediadores" (Ansel & Silva, 2012). Aqui destacamos o "Grupo Cultural AfroReggae" e "Observatório de Favelas", bem como poderíamos ressaltar a Central Única de Favelas (Cufa) e outros, como ilustrativos de projetos sociais que por meio da arte e cultura atuam com jovens na construção de representações e autorepresentações, construção de narrativas, autoestima e empoderamento.

Tomazzi (2014) discute a questão da importação do "protagonismo juvenil", "capacidade criativa" e o "empreendedorismo", características centrais na "modelagem" de inúmeros projetos socioculturais.

O "AfroReggae" [3]é uma ONG fundada em 1993, que surge com um projeto de um jornal para debater ideias e problemas de negros e pobres. No mesmo ano, após a Chacina de Vigário Geral, o projeto inicia uma fase de «desenvolvimento de oficinas de percussão, capoeira, reciclagem de lixo e dança afro para os moradores dali, trazendo uma perspectiva de mudança e esperança para os mesmos» (AfroReggae[4]). Na ocasião da escrita deste trabalho, o Grupo comemora 21 anos e as suas ações de desdobram para além das oficinas, com a formação de grupos artísticos, programas de televisão, ações internacionais e um selo social.

---

2 "A Lei Rouanet (Lei 8.313/1991), promulgada durante a gestão do ministro Sérgio Paulo Rouanet, instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), cuja finalidade é a captação e canalização de recursos para os diversos setores culturais", mais informações em: http://www.cultura.gov.br/projetos-incentivados1

3 http://www.afroreggae.org/. Acesso em 10 de dez. de 2014.

4 https://m.facebook.com/afroreggaeoficial?v=info&expand=1. [consultado em 04-12-2014]

Já o "Observatório de Favelas"[5], criado em 2001, é uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) que nasce como uma instituição de «pesquisa e formação, inicialmente na perspectiva de produzir conhecimentos que permitissem um novo olhar sobre as favelas e outros espaços populares» e atualmente tem uma grande representação no desenvolvimento de projetos relacionados a «políticas Urbanas; Educação; Comunicação; Artes e Território; e Direito à Vida e Segurança Pública». Dentre eles, destacamos a Escola Popular de Comunicação Crítica (ESPOCC) que forma em cursos livres comunicadores populares criativos em audiovisual e criação digital.
Mais atualmente, em realização desde 2011, destacamos o projeto "Agência de Redes para a Juventude" que será abordado posteriormente.
Pensando especificamente no movimento de ter o estado como organizador de tais ações, Brum (2006: 142), ao descrever sobre a ação do estado e sociedade civil especificamente nas favelas, localiza que ainda entre 1980 e 1990 houve uma maior participação do estado «com lideranças de favelas inserindo-se nos aparelhos de Estado e diversos projetos que defendiam a existência e melhorias das favelas tendo sido assimilados nas políticas públicas». Nesse sentido, Valladares (2005: 158) ressalta que «os responsáveis pelas políticas públicas desde sempre sustentaram a especificidade do universo das favelas. (...) zonas ilegais, fora das normas e subequipadas, devem ser objeto de medidas especiais».

2. O desenvolvimento das políticas públicas para a juventude

Embora o terceiro setor apresente tal pioneirismo na realização de programas sociais e culturais para a juventude e, em especial, para a juventude das favelas, encontramos, mesmo que de forma pontual e descentralizada, desde a segunda década do século XX, proposições direcionadas às idades marcadas entre crianças e adultos.
Ainda assim, é na transição para o século XXI que observamos de forma mais marcante uma nova força entre os atores realizadores/proponentes destes projetos educativos/culturais/sociais nas favelas e para a juventude como um todo. Se antes eram realizados pioneiramente pelo 3º setor, nesse momento eles também passam a ser objetos muito frequentes das políticas públicas estatais, ainda que junto a parcerias frequentes com a sociedade civil, tais projetos passam então a se focarem especificamente nas juventudes, que começaram a ser construídos no final do século XX.
Sposito & Carrano (2003: 2) localizam entre o final de 1990 e o início de 2000 uma mudança de cenário com políticas públicas e parcerias civis focadas no jovem, que antes eram abarcados nas políticas sociais de educação, saúde e trabalho para todas as faixas etárias, sendo que as políticas «não estariam sendo orientadas pela ideia de que os jovens representariam o futuro em uma perspectiva de formação de valores e atitudes das novas gerações».
Abad (*apud* Sposito & Carrano, 2003: 3) ressalta que entre 1990 e 2000, as políticas públicas para a juventude (na América Latina) entram em um período de «inserção laboral de jovens excluídos».
A partir de autores que apresentam históricos de políticas públicas para as juventudes, construímos um quadro de apresentação de uma breve linha do tempo do pensamento das políticas públicas da década de 20 até chegar aos dias atuais (Abramovay & Castro (2002), Tomazzi (2014), Sposito & Carrano (2003). O desenho deste quadro se objetiva em apresentar uma visualização mais sistemática desse percurso. Por outro lado, entendemos que tais linhas de pensamentos, leis, ações, programas e projetos envolvendo o aparelho público estatal junto à sociedade civil podem ocorrem simultaneamente, tendo passados por transições diluídas e não são tão delimitadas, fixas ou estabelecidas em datas.

5 http://observatoriodefavelas.org.br/nossa-historia/. [consultado em 04-12-2014]

Tabela 01. Histórico de ideias e marcos das políticas públicas brasileiras para a juventude a partir do referencial teórico de Abramovay & Castro (2002), Sposito & Carrano (2006) e Tomazzi (2014)

1927: Primeiro Código de Menores do Brasil (Código Mello Matos), o qual orientou a formulação de demais políticas públicas para a juventude até a década de 70;
1950 a 1980: foco na educação e no tempo livre do jovem;
Entre 1960 e 1970: Lei de Segurança Nacional (1964), controle de estudantes (jovens militantes) e outras populações; os programas privilegiavam jovens já "incluídos" ou das classes médias e média alta;
Entre 1970 e 1985: controle e coerção social da juventude organizada;
Até 1980: políticas funcionalistas, instrumentais e tutelares;
Entre 1985 e 2000: diminuição da pobreza e de crimes;
1990: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
A partir do final de 1990 e início de 2000: multiplicação de fundações empresariais; parcerias com a sociedade civil; criação de secretarias especiais em níveis federal, estadual e municipal; inserção do jovem excluído no mercado de trabalho;
2013: Estatuto da Juventude;

3. As políticas públicas para a juventude em realização em nível federal

O período de transição entre o século XX e XXI e os primeiros anos do novo século marcam uma nova maneira de se fazer política pública. No Brasil, pode-se fazer uma relação à mudança do governo do Fernando Henrique Cardoso para o Lula, em 2003, e a esperança de uma política mais relacionada aos movimentos sociais e populares. As políticas públicas tornaram-se mais focadas em grupos e causas específicas, como as minorias, tais quais nas políticas específicas para as mulheres, para negros, índios e também na juventude.

Especificamente às juventudes, no período de 1995 a 2002 (FHC), segundo Sposito & Carrano (2003: 6) se tem a «constatação da ausência de registros sobre a avaliação e o acompanhamento gerencial das políticas». É no sentido de centralização das políticas públicas de juventude, que em 2005, através da Lei 11.129, se institui em nível federal a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). A SNJ é responsável por coordenar as políticas públicas para jovens em nível federal.

Se desde 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, segura os direitos do indivíduo de até 18 anos, a faixa etária posterior a esta idade já passava a se configurar entre as leis gerais brasileiras. Depois de alguns anos em tramitação, em 2013 foi aprovado o Estatuto da Juventude, Lei 12.852, o qual entrou em vigência em 2014. A Lei define o jovem cronologicamente entre as idades de 15 a 29 anos e afirma tais direitos: à diversidade e à igualdade; ao desporto e ao lazer; à comunicação e à liberdade de expressão; à cultura; ao território e à mobilidade; à segurança pública e ao acesso à justiça; à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; à profissionalização, ao trabalho e à renda; à saúde; à educação; à sustentabilidade e ao meio ambiente.

Embora uma delimitação cronológica não represente todas as especificidades da juventude, ela se faz importante para a delimitação e alcance de direitos e recortes orçamentários. Contudo, verifica-se que esta idade para a juventude também não é consenso, tendo definições que mudam em diferentes países e estatutos, como a UNESCO define juventude pela idade entre 15 a 24 anos. A garantia de tais direitos, contudo, não é simétrica à todas as juventudes. Ela diverge, principalmente, quanto ao perfil socioeconômico e identitário das juventudes, e com isso produz oportunidades diferentes e também limitadas. Dos 11 direitos apresentados no Estatuto da Juventude, vemos que todos são infligidos para o jovem das favelas que pode até usufruir deles, mas de uma forme limitada e reduzida da juventude de outros territórios. Ele não é tratado em igualdade a outros jovens, a sua expressão, lazer, cultura e mobilidades são controlados pela polícia (proibição do baile funk nas favelas, por exemplo), a saúde e educação precárias.

Em leitura dos documentos como o "Guia de políticas públicas de juventude" (2006) e a cartilha "Políticas *públicas de juventude*" (2013), a SNJ destaca mais de 20 programas:
"Projeto Agente Jovem", "Programa Bolsa-Atleta", "Programa Brasil Alfabetizado", "Programa Escola Aberta", "Programa Escola de Fábrica", "Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio" (Promed), "Programa Juventude e Meio Ambiente", "Programa Nossa Primeira Terra", "Programa Cultura Viva", "Programa de Integração de Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos" (Proeja), "Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego" (PNPE), "Programa Nacional de Inclusão de Jovens" (ProJovem), "Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio" (PNLEM), "Projeto Rondon", "Programa Pronaf Jovem", "Programa Universidade para Todos" (ProUni), "Programa Saberes da Terra", "Projeto Soldado Cidadão", "Plano Juventude Viva", "Programa Estação Juventude", "Participatório – Observatório participativo da juventude" e o "Programa de Inclusão Produtiva, Formação Cidadã e Capacitação para Geração de Renda da Juventude Rural".

4. O Rio de Janeiro atual e as juventudes faveladas: projetos sociais e políticas públicas territorializadas e integralizadoras

No território das favelas cariocas, as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs), programa de intervenção militar implantado desde 2008 pela Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro, foram criadas como medida de descriminalização das favelas controladas por grupos armados, atuando com a demonstração das forças militares para coibir o tráfico de drogas e diminuir as disputas de gangues. Apesar de oficialmente apresentarem um resultado de diminuição e/ou inibição criminal e da visibilidade das armas, é um programa que apresenta críticas pelo seu tratamento repressivo aos moradores e de abusos às liberdades, embora a bibliografia aponte em falas pontuais (Burgos *et al*, 2013), constituindo-se como uma política pública de segurança de controle agressiva que impõe forças militares e pré-criminaliza moradores, em especial os jovens do sexo masculino negros.
Hoje são 38 favelas que possuem UPPs, e 30 delas recebem um programa de ações sociais, culturais e ambientais, antes UPP Social e em 2014 substituído pelo Programa Rio+Social. Em vista das obrigações sociais, o programa também contempla diversos programas, projetos, ações e parcerias que integram serviços municipais voltados às políticas socioculturais com o objetivo de equiparar a oferta de serviços e equipamentos sociais públicos na favela do restante da cidade, potencializando o território da favela como espaço e lugar de direitos igualitários, produção de cultura e diversidade. O Programa também contempla inúmeras parcerias público -privadas, levando por meio dos financiamentos públicos, o capital privado às favelas. Por meio dos projetos socioculturais que podem ter um outro viés de marketing social das empresas, tais iniciativas são apoiadas.
O direito à cultura, a expressão, o respeito as suas identidades culturais para todos assegurado na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2002) mas a realização desse direito não contempla a cidade como um todo. Por muito tempo, a favela como um território marginalizado e à parte do "asfalto", careceu de diversos serviços públicos e estes direitos não foram assegurados aos moradores. Apesar da riqueza em patrimônio imaterial (do samba, funk, criatividade, dança do passinho), o território da favela ainda hoje carece de espaços e equipamentos culturais, muitas vezes onde projetos socioeducativos e culturais cobrem lacunas.
O Programa Rio+Social tem a autarquia Instituto Pereira Passos na coordenação, realização e gestão dos diferentes projetos municipais além de conduzir as parcerias de outros projetos que são realizados nos territórios, realizados por ONGs, OSCIPs e parcerias entre empresas privadas. Dentre estes projetos, muitos atuam para a juventude, como "Coletivo Coca-Cola", "Universidade Livre do Circo", "Cinema da Gente", "Agência de Redes para a Juventude" e o "Caminho Melhor Jovem". Tais projetos, com as suas diferentes particularidades, dedicam-se a atuação com jovens dos 15 aos 29 anos. Além disso, ambos têm na sua metodologia a educação não formal, e além de focalizarem as suas ações no desenvolvimento artístico e cultural, protagonismo, produção e criação, preparação para o mercado de trabalho e outros.

O projeto "Agência de Redes para a Juventude[6]", realizado pela ONG Avenida Brasil e patrocinado pela Petrobras, está atualmente em onze favelas do Rio. O projeto, autointitulado criador de uma metodologia inovadora, proporciona ao jovem participante um ciclo de motivações para criarem projetos de ações socioculturais de intervenção em seus próprios territórios. Com o mote "O jovem da favela como criador de ideias que transformam a vida e o território", ele traz a perspectiva da potência e criatividade para o jovem.

Os projetos socioculturais constroem outras representações dos jovens favelados através da própria fala de seus sujeitos envolvidos, da produção de filmes, música, audiovisual, de oficinas e atividades culturais. Tais agentes ou mediadores seriam forças sociais que contribuem para a produção de uma reversão de estigmas, na medida em que se fortalecem tais grupos excluídos e organizam a construção de novas representações. Rocha (2011) afirma que os projetos apresentam-se por:

> espaços privilegiados de ação coletiva para jovens moradores de favelas que buscam não apenas dar visibilidade ao seu trabalho artístico, mas também que se interessam em intervir sobre o território onde moram através da divulgação de uma imagem positiva de seus moradores". (Rocha, 2011: 10)

No entanto, não são transformações espontâneas e rápidas, são disputas que se dão pela construção de novos discursos, mas que, por outro lado, também podem repetir velhos enquadramentos ao seguirem estratégias de filiação a "gramática da violência" (Machado da Silva, 2010) e ao "mercado dos projetos sociais", assim caindo mais uma vez no "no processo de estigmatização e criminalização dos jovens favelados" (Rocha, 2011: 22) ao mesmo tempo em que apresentam uma juventude criativa e produtiva culturalmente, ambos os discursos podem existir simultaneamente.

Para estudar tais contribuições de realização de uma política pública, que agrega características da territorialização, ação integral e produção de novas representações, nos direcionamos ao estudo de caso do programa "Caminho Melhor Jovem", o qual se aproxima bastante com já citado "Agência de Redes para a Juventude".

5. Caminho Melhor Jovem: especificações do programa

O Programa Inclusão Social e Oportunidades para Jovens no Rio de Janeiro – "Caminho Melhor Jovem" é uma política pública em realização desde agosto de 2013, pela Secretária de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), do Governo do Estado do Rio de Janeiro, sendo financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com um empréstimo de $60 milhões[7]. O Programa está atualmente em realização em seis favelas: Manguinhos, Borel e Formiga, Cidade de Deus, Complexo do Alemão e Jacarezinho, Complexo da Maré e Complexo da Penha.

Quando decidimos estudar mais afundo tal Programa, as principais motivações se deram, em primeiro lugar, pelo próprio programa se considerar inovador, como constam nas informações no seu site oficial[8]:

> **O Programa é inovador** porque fortalece o(a) jovem como indivíduo, de forma flexível e personalizada, na construção de seu projeto de vida. Tudo com a orientação de profissionais especializados – psicólogos(as), assistentes sociais, pedagogos(as), entre outras áreas - que articulam oportunidades e serviços que possam garantir a concretização desta trajetória. (Grifo nosso)

---

6 http://agenciarj.org/. [consultado em 04-12-2014]

7http://www.juventude.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2013/02/21-02-2013-governo-do-rj-e-bid-assinam-acordo-de-programa-de-inclusao-social-de-jovens-de-comunidades-pacificadas. [consultado em 04-12-2014]

8 CAMINHO MELHOR JOVEM. http://www.caminhomelhorjovem.rj.gov.br/principal/programa/oquee.php. [consultado em 04-12-2014]

Por seguinte, nos chama a atenção as expectativas que o Programa tem, o qual possui uma «estimativa de, em quatro anos, chegar a aproximadamente 20 territórios pacificados, atendendo a 40 mil jovens diretamente»[9].
O Programa se propõe a inclusão social e oferta de oportunidades para jovens de 15 a 29 anos, moradores/as de territórios com Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), que são inseridas no contexto do Programa. Como nos informa uma das assessoras técnicas do programa em entrevista[10] sobre o contexto de criação do CMJ:

> Seria um grande programa de juventude para os territórios das favelas pacificadas e seria o encontro com a UPP Social (atual Rio+Social) com uma grande oferta da possibilidade de serviços para a juventude que seria um programa inovador no aspecto de que chegou a segurança e agora está chegando um programa que não é só social, ele integra todos os campos de governo: educação, cultura, esporte, lazer (...) como uma proposta real aos jovens de favelas pacificadas. (Entrevista com uma colaboradora do Programa)

A partir de um formato que o aproxima bastante do projeto "Agência de Redes para a Juventude" (e tendo vários atores em comum que participaram em distintas fases de ambos os projetos), ele possui possui também uma metodologia participativa de diálogo aberto, para auxiliar o jovem a construir a sua trajetória criando estratégias a partir da «promoção de serviços e oportunidades que atendam suas demandas e contribuam para o seu desenvolvimento pessoal e profissional». Dessa forma, a partir do acompanhamento individual pelos "tutores" e "conselheiros", os jovens participantes são orientados a buscarem seus "sonhos" pela construção de uma rede de oportunidades e serviços como cursos livres, profissionalizantes, a universidade, outros projetos e um emprego.
Ao questionamos porque o CMJ se diferencia de outros programas e projetos é ressaltado a questão da escuta e da intersetorialidade do Programa, a qual busca integrar diversas secretarias para a sua realização:

> A metodologia muito diferenciada (...) porque ela faz um atendimento de escuta ao jovem muito qualificado. Então a diferença tá aí, você não faz uma inscrição de 30 jovens, coloca numa sala e faz a oferta: tem isso ou tem aquilo. Não. Você faz uma escuta qualificada desse jovem, então a "área de ação integral ao jovem", que é a área 1, então ela constitui no território os conselheiros, o tutor, o diretor e mais a equipe administrativa, ela é toda voltada para ouvir e atender esse jovem naquilo que ele quer fazer, seja na área que for. Essa metodologia diferenciada de outros programas em que estávamos acostumados a ter, que é de inscrição, de matrícula, nesse formato de 30 jovens em uma sala de aula, o Caminho Melhor Jovem, até pela própria parceria com o BID, traz esse grande diferencial de metodologia. Na área de articulação institucional também, é muito inovador porque ele também traz o governo para dialogar. Não dá para chegar no território e essa é uma grande proposta com cada secretaria fazendo uma parte sem estar integrada. Então tem um comitê intersetorial do programa que ele funciona, então todas as secretarias têm que se reunir pelo menos entre 60 dias na SEASDH e aí a secretaria de Esportes e a própria UERJ, que tem o Programa NESA, a Cultura, Lazer, a Saúde, Educação, todas as secretarias, do Trabalho, tem que abrir um diálogo em tono desses territórios. Esse é um grande diferencial do Programa. A atenção integral ao jovem, de forma individual, vai ver aquele jovem holisticamente, de forma individual, sem perder a noção de coletivo que o território traz e essa articulação de governo. Não dá para chegar no território capenga. Só uma secretária, sabendo que você vai ter demandas de outras. Essa conversa, esse diálogo é um diferencial do Programa. (Entrevista com uma colaboradora do Programa)

---

9 Idem.

10A pesquisa de mestrado que encontra-se em andamento busca analisar o atual cenário da realização de políticas públicas para jovens favelados a partir do estudo de caso do "Caminho Melhor Jovem" e entrevista colaboradores em diversas fases de planejamento e execução do Programa.

Uma outra característica, é a fase que contempla o Edital do Plano de Autonomia Territorial (PAT)[11], um edital interno do Programa, no qual os jovens participantes podem concorrer a um financiamento de um projeto para realização nos seus territórios que seja relacionado as áreas de «cultura, arte, meio ambiente, educação, gastronomia, turismo, saúde, esporte e lazer». Em uma outra iniciativa, mas que também envolve o fomento da indústria criativa e o empreendedorismo, o programa Favela Criativa[12], se dá através do CMJ, e por meio das parcerias com a inciativa privada oferece aos jovens a formação sobre gestão cultural.

6. Considerações finais

Muitos jovens favelados estão nas condições da "geração nem-nem" porque nem estudam e nem trabalham, fruto da condição desigual de oportunidades de inserção social dos jovens e das trajetórias individuais (Cardoso, 2013) e não de um fator que reduz o jovem das favelas. As oportunidades são menores em seu território e projetos sociais por um longo tempo e ainda hoje cobrem tais lacunas. A ação do estado, presente nas favelas, por muito tempo com a ação coercitiva das polícias por meio de políticas públicas de segurança, hoje trazem outras perspectivas de ação pelo viés social que integra cultura e educação não formal, e é nesse sentido que encontramos as contribuições do Programa Caminho Melhor Jovem.

Em outro trabalho, analisamos as contribuições do CMJ acerca das representações sobre a juventude em que percebemos que junto à carência econômica e social, resta também a carência de possibilidades e uma disputa de novas representações a conquistar. Para os atores que trabalham com educação formal, nas escolas, e não formal, em projetos e programas sociais e culturais, bem como articuladores de políticas públicas, a construção de novas representações a partir dos discursos e falas oficiais pode vir a contribuir com a superação de estigmas históricos. Sendo assim é imprescindível um posicionamento do que se objetiva com elas.

O Caminho Melhor Jovem ainda carece de indicadores oficiais, pelo menos em publicações oficiais, e a pesquisa, em andamento, as quais realizamos entrevistas e acompanhamos o Programa em realização em alguns territórios[13], encontramos ainda uma desarticulação entre as secretarias necessárias. Já observamos diversas ligações com Secretaria de Estado de Cultura (SEC), mas ainda carecemos de dados e informações quantos as parcerias com a Secretaria de Estado de Trabalho e Renda (SETRAB) é o órgão do Governo do Estado do Rio de Janeiro, a qual também acreditamos que seja essencial, porque embora o empreendedorismo e a criatividade do jovem favelado seja importante para a sua trajetória na vida pessoal e profissional, ele também precisa de um território que lhe dê condições de atuar em diversas áreas formais, para além de subempregos.

Referências bibliográficas

ANSEL, T. A. ; SILVA, J. S. E. (2012), **Mídia e Favela:** Comunicação e Democracia nas Favelas e Espaços Populares - Levantamento de Mídia Alternativa.

ARANTES, Paulo Eduardo. (2000), **Esquerda e direita no espelho das ONGs**. In: ONGS: identidade e desafios atuais. São Paulo: Cadernos Abong, 27.

ABRAMOVAY, M. ; CASTRO, M (2012), **Por um novo Paradigma do fazer políticas** - políticas de/para/com juventude. Revista Brasileira de Estudos da População, São Paulo, v. 19, p. 143-176.

BRASIL. (2006), **Guia de políticas públicas de juventude.** Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República.

11 http://www.caminhomelhorjovem.rj.gov.br/uploads/pat/arquivos/Manual_PAT.pdf . [consultado em 04-12-2014]

12 http://www.favelacriativa.rj.gov.br/. [consultado em 04-12-2014]

13 Observações em campo realizadas em Manguinhos.

BRASIL. (2013), **Políticas públicas de juventude**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República. Disponível em http://www.juventude.gov.br/documentos/cartilha-politicas-publicas, [consultado em 04-12-2014]

BURGOS, M. T. B. ; PAIVA, A. (2009), **Escola e Projetos Sociais**: uma análise do "efeito-favela". In: Marcelo Baumann Burgos; Angela Randolpho Paiva. (Org.). Escola e Favela. 1ed.Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2009, v. 1, p. 59-133.

BRUM, Mario Sergio. (2006), **O povo acredita na gente**: rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em História Social, PPGH/UFF, Niterói.

CARDOSO, Adalberto. (2013), **Juventude, trabalho e desenvolvimento**: elementos para uma agenda de investigação. Caderno CRH (UFBA. Impresso), v. 26, p. 293-314,

MACHADO DA SILVA, L. A. (2010), **Violência Urbana** Segurança Pública e Favelas – o caso do Rio de Janeiro atual. Caderno CRH, Salvador, v. 32, n. 59, Maio/Agosto de 2010, pp.283-300.

TOMMASI, L. (2014), **Juventude, projetos sociais, empreendedorismo e criatividade**: dispositivos, artefatos e agentes para o governo da população jovem. Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, v. 6, p. 287-311, 2014.

SOVIK, Liv. (2014), **Os projetos culturais e seu significado social**. Galáxia (PUCSP), v. 13, p. 172-182.

SPOSITO, Marília; CARRANO, Paulo C. R. (2014), **Juventude e Políticas Públicas no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, n.24, p.1-37, set./dez. 2003. Disponível em:
http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf [consultado em 04-12-2014].

VALLADARES, Lícia do Prado. (2005), **A Invenção da Favela**. Do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV.

Em outros timbres: delimitação e classificação das bandas juvenis teresinenses, quanto ao gênero, organização e estilo musical[1]

Nayra Danyelle Batista da Silva[2]

Lila Cristina Xavier Luz[3]

RESUMO: O trabalho trata das juventudes teresinenses, tendo como referencias suas formas de organizações coletivas Assim o foco da pesquisa foi entender a formação de bandas juvenis, com objetivo de delimitar as principais características dessas bandas, quanto ao gênero, à forma de organização e ao estilo que trazem consigo. Também foram foco de preocupação as condições de sobrevivência das bandas. Estudar os jovens a parti desse viés revelou - se como muito importante para compreende seus modos de criação e suas formas de inventar lazer e cultura na cidade. O trabalho revelou ainda ser importante para se repensar políticas públicas de incentivo para os jovens.
Palavras-chave: Políticas. Jovens. Bandas

1. Iniciando a apresentação sobre as bandas

As reflexões aqui desenvolvidas fazem parte da pesquisa "Bandas juvenis teresinenses como espaços de sociabilidades", que tem dentre seus objetivos: "Delinear os discursos, práticas, vivências e experiências dos jovens por meio das bandas musicais; Identificar a lógica que permeia a banda musical como alternativa ou não de trabalho e lazer da cidade e Analisar os princípios éticos, culturais, artísticos, comunitários, construídos por meio das bandas".

Também fundamentaram estas reflexões relatório da pesquisa "Em outros timbres: delimitação e classificação das bandas juvenis teresinenses, quanto ao gênero, organização e estilo musical", que tem como objetivo: "Mapear as bandas juvenis teresinenses, enquanto forma de organização, composição e estilo musical". Trata-se de um dos eixos da pesquisa acima referida. Portanto, não obstante o título de o trabalho ser o mesmo, para elaborar esta comunicação recorremos às informações já existentes na pesquisa como um todo, em razão da relevância dessas informações, para conhecimento da realidade juvenil em Teresina, sobretudo no que refere a sua dimensão artística cultural.

Esta comunicação pretende evidenciar como os jovens ao organizarem suas bandas e produções musicais, criam sociabilidades em torno da música. Nossa suposição é de que os jovens, por meios das bandas estabelecem relações com e na cidade e produzem canções para expressarem sues sentimentos sobre a vida na cidade.

Assim, compreendendo ser essa realidade juvenil bastante complexa, bem como as juventudes enquanto segmento social diverso, para a realização da pesquisa foi-nos necessário combinar várias estratégias metodológicas, com vistas a apreender tal realidade. Para tanto, recorremos à observação, a entrevista e a folhetos informativos sobre as bandas.

A opção por essas estratégias decorre do fato de entendermos que diferentes informações possibilitam conhecimentos diversos acerca da realidade investigada. Além disto, temos a convicção de que as informações recolhidas possibilitam sistematizações e usos diferentes, como por exemplo, elaboração de texto, como o que aqui lhes apresentamos, mas também organização de catálogos de imagens e áudios com as entrevistas e as canções das bandas, dentre outras informações passíveis de serem organizadas. Deste modo, trata-se de uma

---

1 Trabalho realizado com apoio do Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal do Piauí.

2 Discente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí e bolsista do PIBIC/UFPI.

3 Professora no Curso de Serviço Social e no Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Piauí.

pesquisa qualitativa desenvolvida por meio da observação a espaços de encontros das bandas para ensaios e apresentação, bem como do recolhimento de entrevistas individual e grupal e do registro fotográfico.

O trabalho de campo foi realizado durante o período de janeiro a agosto de 2014. Em várias etapas e em diferentes momentos reunimo-nos com bandas em seus locais de ensaio para realizar as entrevistas e para acompanhar os ensaios. Também estivemos em apresentações dessas bandas cidade afora, momentos em que não apenas as assistimos, mas também observamos o modo como organizavam o trabalho antes e após as apresentações. Do nosso ponto de vista, a observação foi importante para potencializar certa familiaridade com o universo das bandas musicais juvenis como espaço de criação, mas também de trocas, de amizades, opiniões acerca e atitudes.

Por meio da observação acompanhamos essas bandas e pudemos acompanhar seus modos de criação, as relações entre seus membros e desses com a cidade. Portanto, nessa fase consubstanciamos relações com membros das bandas, conversamos sobre suas rotinas de trabalho e dificuldades. Tudo isso serviu de base para a formulação das perguntas a serem postas aos jovens e suas "bandas" durante as entrevistas. Portanto, com os sujeitos significativos, abordados individualmente e em grupo.

As mídias sociais também foram os meios de contatos com as bandas. Nesse caso, o facebook, por exemplo, constituiu-se um importante meio de comunicação com a maioria das bandas, em razão de esse ser um meio de contato das mesmas com o público. Por meio dessas redes as bandas compartilham informações e divulgam seus trabalhos. Por outro lado, as redes sociais serviram também de espaços para divulgar o projeto de pesquisa e acertar os contatos para as entrevistas.

Conversa vai e conversa vem, entre um show e outro, entre um ensaio e outro, notícias acerca do projeto circulavam entre grupos de jovens, fato que despertou em um número grande de grupos musicais, o interesse em participar da pesquisa. Em razão da quantidade de interessados, do tempo e das condições financeiras precárias, decidimos então por selecionar pelo menos uma banda dos gêneros musicais mais identificados na cidade.

Desse universo fazem parte nove bandas, quais sejam: "Validuaté", "Eufrásia", "Regaplanta", "V-road", "Osthepeinchado", "Wake up, Killer" "Irmandade", "Reação do Gueto" e "Crucify". A banda Eufrásia foi a primeira com a qual entramos em contato, também a primeira que entrevistamos. A entrevista ocorreu no dia do lançamento do projeto, um evento organizado para esse fim, chamado "Praçando o Som". Essa atividade foi organizada para apresentação das bandas envolvidas no projeto, momento em que também criamos espaço de sociabilidades e trocas entre jovens estudantes da UFPI e jovens dos grupos musicais. Foi uma forma que encontramos para divulgar as bandas que se propuseram a colaborar com a pesquisa. Assim, o ambiente foi meticulosamente escolhido: a Praça de Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Letras. Esse espaço é geralmente associado à "vinhadas" e utilizado para realização de eventos de natureza política e cultural, organizado por estudantes, por professores e pelos dirigentes da universidade. Entrevistamos a banda Eufrásia após o show. Daí então, à medida que as oportunidades surgiam, todas as outras bandas foram entrevistadas, a maioria, conforme já mencionado, em seus locais de ensaio.

As entrevistas foram organizadas com perguntas abertas, pois assim acreditávamos ser mais favorável para os sujeitos expressarem acerca de suas experiências nas bandas, portanto, entendíamos ser esse um modo de recolher informações que possibilita uma melhor apreensão sobre suas práticas. Com algumas bandas realizamos entrevista com todos os membros das bandas, com outras conseguimos fazer apenas com parte deles. No entanto, em geral, por serem entrevistas com mais de uma pessoa, identificamos certa sinergia emergente da própria interação coletiva, o que não se alcança entrevistando individualmente cada membro de um grupo (GASKELL, 2002). Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas observando-se estritamente a linguagem adotada pelos sujeitos. Durante as mesmas, quando autorizado pelos sujeitos, registramos imagens dos mesmos.

Para fundamentar a discussão acerca das temáticas relacionadas ao universo juvenil, alguns autores serviram de suporte para as reflexões aqui desenvolvidas, dentre os quais destacamos Abramo (1997); Pais (1993 e 2001); Carrano (2003); Araújo (2004); Silva (2007), por trabalharem uma concepção de juventudes, buscando apreender e explicar suas diversidades.

Na maioria desses estudos o debate acerca do viéis das culturas juvenis é privilegiado, permitindo uma maior compreensão em relação às manifestações artístico-culturais. Assim, algumas práticas dos grupos juvenis que

protagonizam essas manifestações são valorizadas como espaços de agregação e sociabilidade juvenil. Nesse sentido, esses espaços são tomados como objetos de investigação, por desenvolverem atividades que permitem afirmações de identidades ético-raciais, de classe, de gênero e geracional. As reflexões acerca dos *punks e darks* em São Paulo, do *funk* carioca e sobre as diferentes manifestações de grupos de *hip hop* Brasil afora, são esforços empreendidos no sentido de compreender esses espaços como de sociabilidades juvenis.

As reflexões acerca dessas manifestações muitas vezes têm como referência os grupos juvenis organizados em torno de bandas musicais, por essa razão, é importante destacar que delimitar e entender a formação de bandas vai além de definir sua composição em relação ao número de integrantes ou estilo musical. Existem particularidades que permeiam as identidades coletivas adquiridas em torno da formação de uma banda, por isso é importante entender as motivações que levam jovens a se unir em torno de uma banda.

Segundo José Machado Pais:

> A banda é constituía por <<*eus*>> que individualizam a sua pertença à banda através do papel que nela desempenham (vocalista, viola-baixo, viola-ritmo, etc.); mas a banda remete também para um <<*nós*>> (nós, os da banda) que entra em concorrência com outras bandas no mercado da competição musical, através do ritual da *peformance,* a música possibilita a criação de identidades coletivas. (PAIS, 2004, p. 50)

Partindo dessa reflexão a delimitação das bandas quanto ao gênero, composição e estilo musical constituem-se elemento que podem contribuir para reflexões abrangentes sobre as formas de organização dos jovens nos espaços das bandas. Deste modo, a pesquisa acerca do tema pode evidenciar, a partir do estilo da banda, os valores culturais, as influências que permitiram aos jovens se organizarem nessas bandas, entre outras questões.

O material recolhido permite ainda afirmar que o universo das bandas em Teresina constitui-se por meio de particularidades próprias dos jovens urbanos, relacionadas aos locais de ensaio, ao estilo de se vestir, às temáticas de suas composições, aspectos relacionados à composição das bandas e, principalmente, a importância da organização coletiva desses jovens, com intuito de criar espaços de cultura na cidade.

2. Os jovens nas bandas e as relações com a música

Do universo das bandas participa aproximadamente quarenta e seis jovens, a grande maioria do sexo masculino, visto apenas três integrantes serem do sexo feminino. A idade dos integrantes das bandas está entre 21 e 31 anos de idade. Com predominância para os solteiros e a maioria residentes da Zona Sul de Teresina, morando com pelo menos com um membro da família. Também identificamos aqueles que moram com amigos.

Em sua maioria, os membros das bandas já são formados ou trabalham, todavia, sete ainda são estudantes de nível superior, os quais frequentam os mais diferentes cursos, entre esses: Moda, História, Letras e Gastronomia. Em relação ao trabalho, poucos foram aqueles que afirmaram trabalhar exclusivamente com música, ou seja, apenas um total de cinco.

Em sua maioria, os entrevistados já participaram de pelo menos uma banda anteriormente àquela em que participavam quando foram entrevistados por nós. Nesse sentido, encontramos jovens que estão no seu sexto ingresso em algum grupo musical. São várias as razões apontadas por eles para esse trânsito de uma banda para outra, dentre as quais a falta de possibilidades para manter a banda ou novas possibilidades em outra banda.

Também encontramos jovens que participam ao mesmo tempo de mais de uma banda. Essa participação ora é mais intensa em uma banda, ora em outra. Às vezes a participação é apenas para "ajudar" a banda que está sem um dos membros necessário ao funcionamento da mesma. Assim, a inserção do jovem nessa outra banda pode ocorrer por ter esse certo conhecimento sobre um instrumento ou por ter uma fama favorável para impulsioná-la. Portanto, de certa forma, tal inserção ocorre para atender uma necessidade do grupo, fato que expressa solidariedade entre os jovens. Existem ainda situações em que um jovem divide-se entre uma banda e outra por existir, do ponto de vista dele, uma banda "mais comercial", por conseguinte, mais demandada para tocar na noite da cidade, em razão de ter um estilo mais aceitável a determinado público, "brega", por exemplo. Destarte, essa participação garante-lhe rendimento financeiro e, desse modo, também a possibilidade de permanência na outra banda criando "o som da hora".

Para alguns jovens essa participação em mais de uma banda acaba resultando em mais "responsabilidade e sofrimento", mas também muito reconhecimento na cidade, a ponto de ser parado na rua e indagado sobre o próximo show a ser realizado "Ah cara, quando é que vai ter um show da banda e tal... Isso falando pela parte da minha outra banda, lógico! Em se tratando de reconhecimento é sempre assim, você é parado para falarem alguma coisa."

Já em outra banda, o trabalho para mantê-la é muito grande, conforme expressou um dos jovens integrantes de uma das bandas:

> Porque assim, a gente corre contra o tempo, temos ai dois anos e meio de banda e a gente já fez mais do que um bocado de banda que já tem dez anos aqui, entendeu? Tem uma galera que já conhece agente, e agente procura sempre está viajando, divulgando material, lançando material novo. [...] eu acho que o segredo é esse, tipo você levar como uma profissão, mas ter algo [...].

Esse muito trabalho também pode ser na banda e em outra atividade desenvolvida para seu sustento e da família. Na banda como "hobbie" e, associado a esse, desenvolver uma profissão, como explicitou o membro de uma banda:

> Tipo o lance dele, ele foi médico para sustentar ele na música, entendeu? Não é porque ele queria ser médico, "Ah eu quero ser médico!". O Sandro é músico. Ele é músico nato. A vida toda ele quis ser músico, ai ele virou médico para sustentar a música dele.

Como afirma Almeida (2012) "Medicina e mundo artístico atuam aqui em relação de retroalimentação, misturas reiterativas nas quais agência e estrutura, em vez de se oporem, cofuncionam, e coagenciam-se no cotidiano dessa criadora." (p. 32). A autora trata da vivência de uma jovem que além de médica é DJ, poeta e música, e nos faz entender que:

> A concretude, o modo de funcionar organizado e prático e a assertividade de sua faceta médica em muito contribuíram para que ela dotasse sua vida artística de maior pragmatismo, que organizasse melhor suas ideias, assim como para que as "coisas não ficassem muito vagas". (ALMEIDA, 2012, p. 32).

Entre os jovens por nós entrevistados, sobretudo aqueles que exercem "atividades concretas" também identificamos *retroalimentação, coagencia* e *processo de mútua irrigação* entre atividades concretas e atividades criativas, como se suas subjetividades fossem nutridas por meio da realização de ambas.

Identificamos também entre os jovens entrevistados aqueles que, além de participarem da banda, realizam trabalhos educativos utilizando a música como instrumento para se aproximarem das pessoas. Nessa dimensão educativa, há os que ministram aula de música e outros que desenvolvem projeto educativo voluntário, de cunho religioso, voltados a pessoas que estão na rua, denominados por eles como sendo uma "igreja de rua".

Mesmo diante de todas as dificuldades de viver da música, indagamos acerca das motivações que os levaram ao universo musical. Nesse sentido, várias foram as influências, todavia, o fato de terem familiares envolvidos com atividades musicais é uma determinação muito forte para a relação dos jovens com a banda. Nesse sentido, algumas respostas foram: "Familiares e Amigos", "A audição de discos de vinil da coleção da minha avó". E mais: "Minha mãe tocava. Um tio meu me deu um violão, aí eu comecei a andar na casa do Caio, criança ainda, aí lá a gente tocava.". Também a relação com o universo musical é visto por alguns jovens entrevistados, como: "Vontade de ter liberdade", "Meu 'eu' interior", por isso começar a tocar sozinho foi uma alternativa citada por alguns entrevistados.

Frente ao exposto, identificamos que embora os jovens enfrentem dificuldades para viver de música em Teresina, como profissional ou a utilizando como um "hobby", os mesmos as utilizam de diversos modos: para participar/estar em grupo, como meio de vida, para "pregar a palavra de Deus", como lazer, dentre outros.

3 Lugares onde os jovens fazem músicas em Teresina

A noção de territorialidade como o lugar onde ocorre a produção musical das bandas, evidenciou-se como de grande importância em nossas observações, em razão de ser esse o espaço de encontro da banda, de trocas e de sociabilidades entre os jovens.

Vale ressaltar que nem todas as entrevistas foram realizadas nos estúdios ou nos lugares de ensaio, pois algumas bandas não têm condições de alugar estúdios para realizar seus ensaios. Assim, fica evidente que para criar música não é preciso um estúdio. O processo de criação das músicas ocorre de forma espontânea, como fruto da "correria do dia-a-dia", ou de outra inspiração qualquer.

Agora, para se criar música, no sentindo de gravá-la, é preciso sim de um estúdio. Quando perguntado onde se realizam os ensaios, não tivemos como resposta um local especifico. Às vezes os ensaios eram realizados em um estúdio ou na casa de um dos integrantes da banda. Integrante da banda Validuaté, por exemplo, acerca do espaço de ensaio, afirmou: "nem sempre é possível se pagar para pensar num estúdio", por isso eles se reúnem, criam músicas, decidem o que fazer na casa de um deles e aí depois vão ao estúdio para realizar a gravação.

No caso da banda Regaplanta, os ensaios são sempre realizados no mesmo estúdio, próximo à UFPI, local em que realizamos a entrevista com os integrantes da mesma. O local já tem muito da "pegada" da banda. Com paredes rabiscadas com mensagens interessantes relacionadas às músicas das bandas que gravam nesse estúdio. Desenhos divertidos e coloridos de ícones do *reagge* como Bob Marley. Ou seja, nesse estúdio, encontramos nada mais, nada menos do que formas concretas de identificação dos jovens com seus ídolos inspiradores. Também encontramos mensagens, trechos de músicas, dentre outros elementos que expressam: as mensagens que as bandas passam por meio de suas canções, suas histórias e as histórias dos jovens que delas participam e a história daquele espaço como espaço de sociabilidade musical.

Para que o leitor tenha uma ideia desse conteúdo, seguem abaixo algumas imagens do local.

Local de ensaio da banda. Fonte da pesquisa. Teresina, 2014

2. Local de ensaio da banda. Fonte da Pesquisa. Teresina, 2014.

3. Local de ensaio da banda. Fonte da Pesquisa. Teresina, 2014.

Nesse estúdio diversas bandas da cidade realizam ensaios, mas ele se constitui como principal local de ensaio, da banda Regaplanta, por conta de um dos integrantes da banda ser o proprietário do mesmo e ainda parceiro/empresário da banda. Quando indagamos a um dos integrantes da banda, onde eram realizados os ensaios, ele respondeu que até mesmo na floresta poderia ser realizado e que somente precisavam de uma inspiração para tocar.

A entrevista realizada com a banda Wake up, Killer, aconteceu no bar e estúdio "Bueiro do Rock", localizado na Zona Norte da cidade. Esse bar possui uma atmosfera parecida com a da banda, isto é: um lugar de serenidade. Mas o "Bueiro" é "escuro"! Seu interior é constituído por um "barzinho" na parte da frente, isto é, o lugar onde existe um balcão para as pessoas ficarem, e ainda para distribuir a bebida. Também tem um palco maior na área aberta que serve para, nos dias show e de casa lotada, abrigar o público. Em um dos lados dessa área, tem um alojamento para abrigar os músicos que circulam pela cidade. Logo ao fundo, tem o estúdio. Como se pode deduzir da descrição feita, o "Bueiro do Rock" é muito bem pensado para acolher os roqueiros da cidade e os

de outras cidades que passam pela cidade. Como bem evidenciaram os jovens entrevistados, viver de música não é fácil e para tocar em outra cidade é preciso ter suporte financeiro o que muitas vezes às bandas, não é possível. Segundo seus integrantes, a Wake up, Killer sempre realiza ensaios nesse estúdio, por ter uma espécie de parceria com o dono. Além de local de ensaio, a banda costuma ainda realizar apresentações no mesmo.

Conforme já afirmamos, não realizamos todas as entrevistas nos locais habituais de ensaios das bandas, porem identificamos que a maioria ensaia ou se reúnem na casa de algum dos integrantes, e de lá vão para o estúdio quando precisam gravar algo ou ensaiar para uma apresentação. Além dos estúdios, que são pagos e se constituem como o principal local de gravação das bandas, o grupo Irmandade, por exemplo, tem o Centro de Referencia da cultura *hip hop*, como principal local de ensaio.

Trata-se de um espaço caracteriza-se por ser, na cidade, um Centro Cultural para a realização de atividades relacionadas às quatro dimensões da cultura *hip hop:* a grafitagem, discotecagem, dança de rua e o rap. Portanto, além de um estúdio para gravação, o Centro oferece atividades como: oficinas, mostra de dança break, grafitagem, feiras, dentre outras. Portanto, trata-se de um espaço de interação entre diversos grupos de *hip hop*, essencial para troca de experiências entre os grupos, mas também para encontro entre jovens que desejam conhecer melhor essa cultura. Não apenas o Irmandade, mas o Reação do Gueto também utiliza esse espaço para realizar seus ensaios.

Nesse espaço também identificamos uma linguagem propícia à criação artística dos jovens integrantes desses grupos: grafites espalhados pelas paredes, o modo como estão dispersos e as mensagens que passam, possibilitam, sem dúvidas, inspiração para esses jovens criarem. Lá também há mais aceitação e respeitos às suas linguagens: estilo de roupas, marcas corporais, formas de dançar, modo de falar, dentre outras relativas ao universo do *hip hop*. Assim, sem dúvidas, esse espaço é carregado de possibilidades, pois acolhe e favorece a criação desses grupos.

Na história de um dos integrantes da banda Reação do Gueto, podemos sintetizar a realidade das outras bandas, que muitas vezes se utilizam das casas de um dos outros, e que escolhem um dia da semana para realização do ensaio, devido à falta de tempo e a vida paralela que cada um leva afora à participação nas bandas. Nesse sentido, eles colocam o ensaio como "Um momento de confraternização e não somente de ensaio para um show. E que é possível, que saia até um som desses momentos."

Outra indagação feita às bandas foi: Quando se faz música em Teresina? No universo das respostas obtidas, verificamos que a maioria dos ensaios e encontros dos integrantes, é depois das 22:00 horas.. Sendo este o horário mais viável para todos. O problema do horário e da pouca disponibilidade de tempo, durante a semana, evidenciou-se como um dos principais motivos do cancelamento de ensaios das bandas e, portanto, de dificuldade para o trabalho criativo.

4. Bandas juvenis teresinenses: *da emergência aos palcos*

A necessidade de entendermos o processo de surgimento das bandas decorreu da necessidade de entender para que surgiram? Como surgiram? E qual o sentido que elas têm para seus integrantes: se foram pensadas como lazer ou como trabalho. Ainda podemos usar a denominação, bandas a "sério" ou bandas por "brincadeira", para entender também sobre a emergência das mesmas.

Nesse sentido, a maioria dos membros das bandas, ao falar sobre a criação de suas bandas, afirmaram que de inicio, elas não foram idealizadas para ser meios de vida para eles. No entanto, todos eles nos relataram que apesar do surgimento espontâneo, eles procuraram realizar as atividades com seriedade, fazendo o melhor que podem e com muita responsabilidade. Na intenção de criar uma banda por "brincadeira", muitas acabaram se tornando as chamadas bandas a "sério".

Deste modo, algumas questões que rodeiam a criação de uma banda é a seriedade com que se encara a música e a inserção na mesma. Identificamos a existência de uma transitividade entre bandas, pois às vezes um integrante entra e não se encontra nos rumos que determinada banda está levando. Também identificamos que a indisponibilidade nos horários de algum integrante apresenta-se como empecilho para sua permanência na mesma. Pais (2004), estudando o universo das bandas juvenis portuguesas, ao tratar acerca do tema da instabilidade das bandas, afirma:

> Frequentemente, a instabilidade das bandas resulta da dificuldade em se assegurar uma "estrutura transindividual" sólida que, no fundo, permita que o "espírito do grupo" se mantenha enquanto tal. O desacordo em relação às sonoridades que possam dar à banda uma identidade musical poder ser fatal. Outras vezes a falta de assiduidade aos ensaios é também um factor de desestabilização. (p.31,32)

Conforme evidenciado acima, no universo das bandas por nós abordadas, os elementos tratados pelo autor, também estão presentes e também são limitadores para a participação e continuidade de alguns integrantes em determinadas bandas, mas também para a "sobrevivência" da banda.

Superadas as questões iniciais para concretizar a formação da banda, o foco passa a ser questões de escolha do nome, estilo musical, definição de repertório, criação de musicas, dentre outros elementos necessários à "sobrevivência" da mesma. Em relação a essa fase há bandas que divide o trabalho, atribuído a realização de tarefas a quem tem mais habilidades para realizá-las, mas há também aquelas que preferem desenvolver todas as tarefas coletivamente.

Nesse sentido, ó membro não precisa, necessariamente, entender de música, ou tocar um instrumento, basta ter o desejo de compartilhar algo que seja individualmente importante e coletivamente necessário. Sobre compartilhar cérebros, sobretudo no universo criativo, Almeida (2012) lembra-nos que ser "[...] algo que em nada se aproxima, por sua vez, da imagem de mera justaposição de executores numa tarefa." (p. 33). Recorrendo a Sennet (2009), ela destaca: "Tocar um arpejo, em que o forte polegar esquerdo se mobilize para ajudar o fraquinho mínimo direito, é talvez o procedimento físico mais difícil na coordenação cooperativa" (SENNET, *apud* ALMEIDA, 2012, p. 33). A impressão é de que no trabalho criativo o trabalho coletivo é mais do que uma corrente, é uma combinação de compartilhamento de criações, onde quem não sabe tocar, mas sabe criar, tem lugar para o que Almeida denomina de agir interativo. Segundo ela, nesse agir: "[...] se misturam as contribuições singulares de todos os agentes na dinâmica dos processos de espacialização da autonomia singular do criador (artífice) no entorno da comunidade" (ALMEIDA, 2012, p. 34). Nas bandas por nos abordadas, os trabalhos têm um nível de compartilhamento solidário incrível, como aqueles verificados em processos criativos como o dos jovens que vão auxiliar outras bandas por falta de membros. Mas também existem aqueles que são integrados à banda, para ampliar seu horizonte, como ocorreu com a Wake up, killer quando incorporou ao grupo um "não músico":

> É, quando agente se uniu, desde o início agente teve essa preocupação assim de ultrapassar o show. A apresentação musical, e mesmo antes do Narcisio agente já usava vídeos. Agente editava no PC, botava no projetor e deixava rolando no mídia player, durante o show. Com ele, isso se intensificou porque desde o início agente via as bandas que agente gostava que faziam isso, esse lance de fazer uma apresentação mesmo, não só um show musical. Agente via, gostava e queria fazer isso em Teresina, porque praticamente ninguém fazia assim. Então, tanto na parte musical quanto na parte de vídeo agente teve essa preocupação. Então quando o Narciso apareceu, surgiu a ideia de botar ele então isso se intensificou de forma plena, posso dizer.

Os recursos tecnológicos que os jovens da banda dispõem, permitem a Narciso está na banda, mesmo não fazendo música para o show. Ele faz com que o show seja mais do que uma apresentação musical de som, mas também uma apresentação de imagem. Os recursos utilizados por Narciso não apenas permitem sua inserção, mas também ampliam as possibilidades da banda na cidade, fazendo de sua apresentação, mais um atrativo para os jovens.

Assim, outra característica importante quando ao assunto, diz respeito ao que significa a formação de uma banda: um conjunto de atividades que gira em torno de um show, de encontros para ensaios, por exemplo. Desta forma, o grupo de indivíduos envolvidos pode ser capaz de desempenhar inúmeras atividades no espaço de uma banda, que não se resume a simplesmente cantar ou tocar. Por trás de uma apresentação, os integrantes acabam por desenvolver outras habilidades, como a direção que define como será o show; o empresariado das atividades; a arte para divulgação da banda; a gravação das musicas; a criação para escrever as letras, entre outras.

Sobre o surgimento de uma banda, tomamos, por exemplo, o que os integrantes da banda Validuaté contaram-nos. O início de sua organização ocorreu em 2004, tendo em vista a participação em festivais, sendo esse

em questão, o festival chapado do corisco, conhecido por Chapadão, realizado em maio pela Prefeitura de Teresina. Antes da formação da banda, havia um projeto, o Papel de Parede, que acontecia na cidade de União. Em 2001, um integrante da banda muda-se para Teresina, e nos anos depois os demais seguiram seus passos, e se juntavam para formar a banda "Papel de Parede" e participar de referido festival. Em 2004, eles resolveram investir e tentar "tocar" a banda para frente. Esse investimento significou parar de participar de festivais e focar na criação de músicas para a banda, passo que marca a criação do que hoje conhecemos por Validuaté. No início dos trabalhos da banda, os jovens afirmam que ainda permaneciam cantando músicas de autorias de outros compositores, contudo, em 2004, com a integração de mais um jovem à banda, fato que finaliza a formação constitutiva da banda até hoje, os jovens passaram a cantar apenas músicas autorais.

A banda Wake up, killer, também tem seu surgimento marcado pela existência de outra banda, conforme pode ser identificado no trecho da entrevista:

> [...] o nome surgiu, Wake up, killer, surgiu do nada assim, olhando para o teclado lá que tem a teclinha de Wake up, né? O killer veio só como um complemento. Mas a banda surgiu de outras bandas da gente, de amigos em comuns. Eu nem conhecia o Caio quando eu o chamei para tocar na banda. O Guilherme eu já conhecia de outra banda, que a gente já tinha tocado junto, num festival daqui de Teresina, em 2003. No TH Inds e ele tocava na Nave Teresa Café e eu tocava na Atum, e ai agente começou. A amizade já tinha pelo contato cultural, digamos assim, das bandas mais independentes. Agente curtiu as mesmas bandas, a mesma ideia de fazer um som instrumental. Aí começou dai! Eu conversei com o Guilherme, conheci o Caio por um amigo em comum [...] e os outros aqui foram chegando depois (risos).

Outra, banda, a V. Rod, os integrantes narraram o seguinte sobre o surgimento da mesma:

> A gente já tocava! Todo mundo já tocou em outras bandas. Eu e o Roni, o guitarrista, estamos juntos desde a primeira formação. Agente é no caso, então, de 2012, março de 2012. Agente lançou a banda lá no finado Boemia do Rodrigo Melo, um brother nosso. E desde então agente começou a trabalhar as musicas da gente. No ano seguinte, agente lançou o disco chamado Wings of Schrimer, que teve uma aceitação boa e foi por conta dele que agente começou a viajar. Agente já viajou um bucado, Piauí, Maranhão, Ceará, Goiás.

Outras bandas tiveram motivações e percursos diferentes, algumas emergem dos encontros com os amigos via mídias sociais, outras de incentivos de familiares e existem também aquelas motivadas pelo desejo de ter um trabalho, de colocar em prática o que aprender como músico.

Desta forma, as bandas nem sempre são pensadas apenas como espaço de lazer para seus idealizadores, mas também como algo que possa render financeiramente. A partir do momento em que algumas bandas passam a tocar musicas autorais, ficou clara a ideia de que não seria uma banda apenas para lazer e diversão, mas também para ocupar uma dimensão importante no cenário local e, com isso, também para os jovens terem um rendimento.

Tomando mais uma vez a banda Validuaté como exemplo, em relação à escolha do nome da banda, seus integrantes afirmaram que havia uma lista com cerca de 20 sugestões, mas a definição sobre o nome da banda é narrada como tendo ocorrido de forma espontânea. Certo dia, um dos integrantes observando um saco de biscoito, onde havia escrito a data de validade do produto, veio a ideia do nome da banda. Outro integrante, afirmou que apesar da espontaneidade do surgimento do nome, em questão de marketing é algo interessante, já que o "valido até" está presente em quase tudo no nosso dia-a-dia.

O surgimento da banda Regaplanta, deu-se praticamente em família, pois três de seus integrantes são irmãos e os demais são amigos há muito tempo. O nome Regaplanta, criado por um dos integrantes da banda. Segundo ele, esse nome não tem um sentido abrangente, mas representa "um conjunto de ideias" que vai além da imagem de alguém regando uma planta. Também pode ter um sentindo de valorização da natureza, para conscientizar a plantar mais Árvores na cidade, por exemplo.

Como define esse integrante, Regaplanta "[...] é consciência, sentimento, espírito. Plantar as raízes. É não ficar jogando vídeo games. É fazer algo, criar alguma coisa". Outro integrante da banda ainda complementa

afirmando que o nome representa tanta positividade e o desejo de algo produtivo para o outro, que poderia até ser uma espécie de cumprimento.

A Regaplanta foi criada e formada pelos irmãos Pedro, Luís Fernando e Moises. Eles haviam pensando em criar uma banda de metal, inspiradas em bandas internacionais consagradas, que não chegaram a definir um nome ou fazer uma apresentação, mas eles se encontraram enquanto banda, quando passaram a tocar *Reagge*. A partir desse momento, eles passam a se definir como uma família. Vale ressaltar que por mais que a banda tenha surgido de forma tão espontânea, não podemos afirmar ser essa criada como uma banda por "brincadeira", pois o comprometimento desses jovens com a música revela-se de grande valia em suas vidas, como também para os demais jovens, em razão da mensagem que transmitem. Nesse sentido, um dos membros da banda ressalta "[...] não é nem o dinheiro que vamos receber [...]" o que o move é "[...] algo que nem sei explicar, que faz ele tá lá todo dia. Que o faz acordar e pensar, pegar o violão e criar uma música que todo mundo vai ouvir e vai cantar junto [...]". Ainda completa afirmando que parece ser algo maior, "de Deus", como se estivesse fazendo referência a uma missão. Também parece ser um sentimento de mudança. De que suas músicas podem conscientizar alguém, que de verdade move a organização da banda. Pedro ainda ressalta que eles não podem chamar suas participações na banda de trabalho, pois eles não estipulam quando criar uma música, ou quando "criar um novo som". Esse processo acontece de forma natural e espontânea e suas inspirações têm por base as desigualdades, situações "erradas", observadas no cotidiano.

Já a banda Eufrásia iniciou sua organização em 2012, com vista, também a participar do Festival Chapadão do Corisco. Eles participaram do evento, não venceram, mas ficaram na final. Rivanildo Silva, o baixista da banda mencionou a importância do festival, como uma forma de possibilitar apresentação das bandas. Com o evento, a banda consolidou-se e se tornou evidente no cenário musical teresinense. Antes da atual composição eles tocavam esporadicamente e com integrantes diferentes: "todo final de semana, tinha uma composição diferente".

Nos estudos sobre os *punks* e *darks* Abramo (1994) também trata de processos de instabilidades nos grupos ou tribos juvenis, em razão da dificuldade de se manterem na cena urbana, por inúmeros fatores associados, dentre outros, às condições de vida dos integrantes das bandas e até mesmo em relação às dificuldades de manter a própria banda. Nos estudos de Araújo (2004), sobre o *manguebit* e nas contribuições de José Machado Pais (2004), as bandas musicais juvenis são vistas como "[...] um claro exemplo de formas identitárias próprias de colectivos instáveis e efêmeros, aos quais se adere por períodos limitados de tempo e dos quais se retiram benefícios de identificação geridos de modo provisório e diverso" (PAIS, 2004, p.32).

Retomando a história das bandas, passamos a tratar da Eufrásia. O nome da banda foi inspirado no filme Antes do Anoitecer. Nesse filme, havia um cabaré chamado Eufrásia, e por terem achado o nome interessante e forte, resolveram usá-lo para nominá-la. Mas por detrás dessa influência midiática, o nome possui significado interessante. Um deles, é que Eufrásia é um nome de uma flor fitoterápica utilizada para problemas na vista. E o outro significado *Alegria plena,* significados descobertos bem depois, mas que se encaixou perfeitamente com o perfil dos jovens da banda, que se mostraram alegres e descontraídos.

A história do grupo Irmandade confunde-se com a história do próprio criador, Preto Kedé. Desde muito cedo ele se identificou com o movimento *hip hop.* Por influência do pai, buscou mais informações sobre o movimento na cidade. Nesse sentido, ele nos conta que desde muito cedo assistia as reuniões de grupos de *hip hop* que eram realizadas na Praça Pedro II, experiência que lhe motivou a fazer parte do movimento como *b-boy.* Em seguida, integrou-se ao projeto Vida P, desenvolvido no Centro Social do bairro Parque Piauí. O entrevistado relatou que sue ingresso no movimento *hip hop*, ocorreu de uma forma parecida com os primeiros processos de criação do movimento em Teresina. No qual muitos jovens encontravam na música a principal forma de se distanciar das "tretas" e do "outro lado" considerado desviado por muitos deles. Fundamentado nessas ideias, Preto Kedé, criou vários espaços para aglutinar jovens, um deles o "Atitude de rua", composto por cinco pessoas. Trata-se de uma iniciativa, que reúne jovens da cidade, para levar atividades de arte e cultura a outros jovens de zonas de zonas periféricas da cidade. A realização dessa atividade faz desse jovem referência para outros jovens, em razão do modo como organiza essas atividades, da capacidade de aglutinar os pares, bem como por serem muitas vezes, as únicas alternativas de lazer nas comunidades por onde circulam na cidade.

O aprofundamento no estudo sobre o *rap*, realização de viagens para conhecer pessoas de outras bandas, foi

a base necessária para criação da banda Irmandade. Esse grupo, como prefere ser chamado, existe há certa de 10 anos, tendo como base elementos da cultura *hip hop* relacionados à dimensão pacificadora de conflitos violentos entre jovens rivais. Com esse propósito, o grupo vem servindo de espaço unificador de muitos jovens da Zona sul da cidade que sofrem estigmas, preconceitos e são constantemente repreendido pela polícia. Sua formação comporta jovens de diferentes zonas, tem impossibilitado encontros entre eles. A inspiração do grupo para criar suas letras, vem das dificuldades e problemas enfrentados por eles, e da violência existente na região. O entrevistado afirmou que, como MC, externa por meio da música, suas revoltas e indignações, pois falar pelas músicas vai além do simples cantar.

Ainda seguindo a linha do espírito contestador do *hip hop*, temos a historia da banda Reação do Gueto, formada desde 2009. O nome significa Reagir no Gueto, ficando assim denominado a banda "Reação do Gueto". A banda foi formada, exatamente quando um de seus membros retornou de uma viagem que fizera de Minas Gerais. Os componentes são vizinhos e a proximidade, o gosto pelo *rap*, a troca de CDs e a participação em eventos de *rap* fizeram com que eles resolvessem formar a banda. A primeira apresentação foi no Festival da Beleza Negra.

Identificamos muitas semelhanças entre as duas bandas do gênero *hip hop*, relacionadas em especial a: o conteúdo contestatório de suas letras, com o que Gil Calvo (2001), define como apolíneo, que é a concepção da música como reflexo da realidade social. A realidade do gueto e a necessidade de se externar por meio de músicas ou qualquer outra manifestação cultural, evidencia como os jovens enquanto coletivos organizados, podem se constituir como expressão forte dentro da sociedade em que vivem.

A banda Osthepeinchado, surgiu de forma espontânea no meio acadêmico, mais especificamente na UFPI, no centro acadêmico de arte. Os rapazes reuniam-se nos horários de folga das aulas, para "tocar" um som.

O nome da banda tem relação com a fama de beberrões que os rapazes tinham, conforme conta um dos integrantes da banda relatou:

> Agente se juntava sempre no Centro Acadêmico de Artes. Agente se juntava primeiro, não tinha nem essa questão musical não, agente ficava lá. Ficava conversando, batendo papo. Um dia tinha um violão lá ai agente começou cada um puxava uma música e eu e o vocalista, o Klésio, a gente teve uma maior afinidade. O que ele começava a cantar eu começava a tocar. Aí tinha aquelas músicas em comum que agente conhecia, aí agente começou a tocar e todo dia agente começou a repetir isso aí. Agente botava as cadeiras fora do C.A. e começava a tocar e o povo passava e aplaudia. [...]. Um dia teve uma festa de final de disciplina que sempre o professor faz lá, que era a disciplina de Cultura Popular, [...] e uma colega nossa chegou pediu para agente tocar lá. Disse que ia chamar um amigo dela que tocava baixo e agente foi. Aí "qual o nome da banda?" Aí "ah vocês gostam de beber muito, vocês são tudo uns pé inchado. Aí é "osthe pé inchado".

A banda é formada por cinco integrantes e, segundo os entrevistados, começou por "brincadeira", mas posteriormente, começam a trabalhar para se consolidar enquanto banda. Para tanto, utilizam-se das redes sociais para divulgar o trabalho que realizam. Atualmente a banda possui três músicas autorais, e estão na segunda formação, definidas por eles como estável, pois conseguiram a composição ideal para dar continuidade ao trabalho, mesmo não sendo possível até o presente gravar CDs.

A banda de V-road, existe há dois anos e nesse curto espaço de tempo já possue dois CDs gravados. A mesma surgiu no espaço Boemia, um bar *undergrouand* e seus integrantes, que já tocavam antes em bandas diferentes juntaram-se para criar músicas autorais, as quais passam a serem objetos de divulgação. No segundo ano de existência da banda, lançaram o disco denominado Wings of Schrimer, que teve bastante aceitação no meio musical da cidade, bem como foi difundido para outros estados, Maranhão, Ceará e Goiás.

A escolha do nome, como relatou o integrante Júlio Barros: "V-road é um motor, então acho que é motor, potencia, rock. Pronto, foi isso.".

Wake up, Killer, banda instrumental com seis anos de existência, surgiu do desejo de amigos de criar uma banda por conta das afinidades musicais e do interesse em participar de festivais de músicas que proporcionaram encontro entre eles. A composição da banda é marcada por uma particularidade que nenhuma outra banda

tem, não somente por seu caráter instrumental, mas por contar com um integrante que não toca nada. Além do instrumental, a mesma se utiliza de mecanismos para, de certa forma, suprir a falta de cantores. Por meio dos instrumentos, eles criam uma narrativa do show, por meio da atuação do Narciso, DJ da banda. A presença desse elemento a mais, fica bem sintetizada na história de um dos integrantes:

> O diferencial é que ele é parte da banda, não é um DJ qualquer, não é convidado, não é contratado, ele é parte da banda. Ele vai para o palco inclusive, muita gente pensa que ele toca teclado. As vezes (risos) que ele fica no controladorzinho, no computador. Ele mixa ao vivo, não é uma coisa pré-programada. Agente tem um roteiro, mas ele vai fazendo na hora, de acordo com a atmosfera do show, inclusive tem algumas musicas ao vivo. Ele tem uma câmera no notebook, aí liga a câmera e vai aparecendo ao vivo. O que filma passa na projeção. Agente já está com outras ideias. Estamos desenvolvendo ainda. De fazer uma pintura ao vivo, porque ele pinta no PC também.

O nome da banda foi escolhido no meio de uma conversa no Messenger. Na ocasião, eles já haviam decidido qual seria o estilo da banda. O nome veio da inspiração na tecla do computador "wake up" e killer, surgiu como um complemento.

A banda Crucify, começou suas atividades há uns dois anos. É uma banda gospel cristã, cujo propósito é difundir o evangelho. No começo eram apenas dois integrantes que procuravam "[...] o pessoal para compor [...]". Nesse início, já tinham algumas músicas prontas e o objetivo traçado.

A banda possui seis integrantes, dentre deles uma mulher. A relação dos integrantes da banda é bem próxima, alguns dividem moradia e ainda partilham atividades para além de estarem juntos no palco. Por essa razão, estão constantemente juntos: "[...] nos vemos quase todos os dias [...], e somos muito parceiros um dos outros."

Com o passar do tempo, a banda foi se firmando, por meio do reconhecimento da proposta que defende: a dimensão religiosa cantada por meio do rock, como forma de passar mensagens aos jovens.

5. Dificuldades de se ter banda na cidade: concluindo a apresentação

As histórias sobre as experiências vividas nestes dois anos de pesquisa fizeram-nos enxergar uma realidade que vai além das inúmeras dificuldades quanto à existência, ou melhor, a ausência de políticas públicas na cidade. O número de bandas existente na cidade é gigantesco, comportando estilos e histórias diferentes. Bandas que surgiram no meio acadêmico, na vizinhança, nas praças. Bandas que começam com praticamente nada, que são patrocinadas pelos pais, tios ou pelos próprios jovens, que procuram se consolidar dentro de um cenário cultural precário e desvalorizado.

Assim, o retrato das bandas que apresentamos acima é apenas uma pequena parte do que temos de banda na cidade. Todavia, é um retrato daquilo que podemos denominar de dimensão criativa dos jovens de Teresina, no sentido mais complexo e na diversidade marcada pela composição, estilos musical, modo de organização e importância para os jovens. Tudo isso nos permite entender as formas de organização dos jovens de Teresina, por meio da formação de bandas, mas também nos permite construir uma reflexão interessante, quanto às possibilidades que a cidade e os gestores de cultura, oferecem aos mesmos.

Embora seja um retrato, encontramos nesse uma possibilidade de compreender a diversidade do universo criativo dos jovens da cidade em termos de estilo musical. Nessa simples "amostra" que tomamos como referência, encontramos bandas dos mais variados estilos: rock, de pop, *hip hop*, instrumental, *gospel,* dentre outras, que evidenciam resquícios de influências de um cenário teresinense alimentado pelas bandas da "velha guarda" que tinham esses estilos como horizontes de suas criações, cada um em momentos históricos diferentes. Ainda tem as heranças das relações sociais com familiares, amigos, dentre outras. No entanto, nesse aspecto da diversidade de estilo, o que mais nos chamou a atenção, foi a predominância de bandas autorais, fato que nos permite afirmar serem as bandas organizadas para serem bandas a "sério" e não bandas de "brincadeira". De fato, a grande maioria das bandas que entrevistamos é "séria" e seus integrantes trabalham muito para mantê-las "viva". Assim, muita reclusão para criar canções, ensaios para acertar o "tom" da música. Carrega

instrumento daqui e dali! São as apresentações. Para estas, eles mobilizam a solidariedade possível de parente e conhecido, pois muitas vezes nem para esse momento eles contam com suporte.

Outro elemento que destacamos nesse estudo, foi a enorme capacidade de as bandas tornarem-se espaço de aglutinação e de sociabilidade juvenil na cidade. Nesse sentido, elas não apenas aglutinam seus integrantes, mas os parentes e amigos desses. Essa aglutinação ocorre em relação à construção da "sobrevivência" da banda, em razão da falta de recurso financeiros e suporte material, mas também como público para a mesma em suas apresentações. Em alguns momentos e para algumas atividades, há uma verdadeira "via cruzes" de jovens acompanhando uma banda, com vistas a prestigiá-la.

Entretanto, aos pontos acima destacados, o quesito da ausência de suporte financeiro e material para as bandas, foi muito recorrente nos relatos de seus integrantes. Deste modo, a carência de locais disponíveis para lazer e cultura, tanto para jovens quanto para adultos, é sentida como limitador de espaço possível para as bandas se apresentarem. Essa carência de espaço interfere na presença das bandas na cidade. Também foi apontada a ausência de incentivo do poder público para garantir essa presença das bandas na cidade, seja por meio de festivais, seja de atividade nos espaços públicos existentes e desocupados, como praças, parques, teatros, dentre outros. Sem incentivo, não há editais, e os que existem, são apontados pelos jovens como burocratizados, e acabam desanimando um grande número de bandas, que terminam por desistirem diante de tantos empecilhos. Um relato entristecedor, mas que revela bem essa questão da burocratização e o descaso dos gestores públicos veio de um dos integrantes de uma das bandas entrevistadas:

> Vocês não tem ideia da burocracia que foi para gente conseguir o coreto da Praça Pedro II, para agente tocar de graça. Agente fez um show lá, a banda levando tudo, o som [e] até o interruptor agente teve que comprar [...]. Agente teve que pagar várias taxas, de meio ambiente [...]. Isso é nossa arte! Ai agente tem que dar várias viagens, para dar entrada em protocolo [...]. Os gestores adoram dizer que tem espaço na cidade, mas vá atrás para usá-los [...].

Dentre as dificuldades, uma nos causou bastante reflexão: o problema de se cantar músicas autorais, em uma cidade que não costuma valorizar a produção local. Em Teresina, grande parte do público está culturalmente fechado para novidades ou para bandas locais pequenas, pois em geral os donos de locais parecem preferir contratar uma banda cover ou um DJ. Há quem reconheça mudança nesse cenário, por conta da influência das mídias virtuais que deram maior espaço para difundir informações sobre as bandas.

Na realidade das bandas de estilo *hip hop*, uma das principais dificuldades que identificamos foi acerca do estigma e do preconceito em relação a esse estilo musical, com as vestimentas, com o modo de usar o cabelo, por ter tatuagens dos adeptos ao movimento. Um dos integrantes da banda Reação do Gueto citou que sofreu preconceito até mesmo dentro de casa, pelos pais que não entendiam muito do movimento e tinham a visão um pouco limitada e estereotipada sobre o *hip hop*. Também existe o preconceito em relação à cor da pele: por ser negro e andar na periferia a noite, já foi motivo de abordagem policial e rendeu um *rap*.

Identificamos também preconceito em relação ao gênero *gospel*, embora a banda possua um público ligado a questões religiosas. Todavia, os jovens dessa banda destacaram que encontram muito preconceito na mente das pessoas, principalmente de outras bandas quando vão tocar em um evento, pelo fato de fazerem rock religioso.

Do exposto acima em relação ao perfil dos integrantes das bandas, aos lugares onde se faz música em Teresina e, por fim, às dificuldades enfrentadas pelas bandas, temos a concluir a cidade carece de políticas públicas de incentivo à cultura, que ampare e valorize a criação desses jovens. Para tanto, não é necessário apenas pensar na realização de festivais que favoreça a emergência de novas bandas no cenário cultural da cidade, mas também que fortaleçam as já existentes. Assim, seria necessária a criação de uma logística com marketing, divulgação de leis de incentivo à cultura, editais, com transporte para suporte para as bandas, equipamentos e definição de espaços para apresentação das bandas na cidade. Sem isso, toda a criatividade fica sucumbida aos esforços pessoas dos integrantes das bandas, familiares, quando apoiam e amigos.

Para concluir de fato essa comunicação, queremos ressaltar que o investimento nesse tipo de iniciativa, poderia suplantar a realidade da violência contra os jovens em Teresina, em substituição às medidas de encarceramento tão propagadas como necessárias pelos meios de comunicação local. A cultura, o potencial criativo dos jovens é pouco percebido como forma de enfrentamento dessa situação, porém, nessas experiências esse potencial está presente na sua forma mais interessante possível: a criatividade juvenil.

Referências

ABRAMO, Helena. ***Cenas juvenis***: punks e darks, o espetáculo urbano. São Paulo: Scrita, 1994.

ARAUJO, Lídice Maria Silva. Música, sociabilidade e identidades juvenis: *o manguebit* no Recife (PE). In: PAIS, José Machado; BLASS, Leila Maria da Silva (Org.). **Tribos Urbanas: Produção Artística e Identidades.** São Paulo: Annablume, 2004.

ALMEIDA, Isabel M. de & PAIS José M. (org.). **Criatividade, juventude e novos horizontes profissionais.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BLASS, Leila Maria da Silva & PAIS, José M. (Org.). ***Tribos Urbanas: Produção Artística e Identidades***. São Paulo: Annablume, 2004.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. ***Juventudes e cidades educadoras***. Petrópolis, Vozes, 2003.

GASKELL, George & Bauer MARTIN W.. ***Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*** **- um manual prático**. São Paulo, Ed. Vozes, 2002.

PAIS, Jose Machado. ***Culturas Juvenis***. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1993. 350 p.

SILVA, Valéria. **Jovens no Brasi**l: sujeitos de tempos, espaços e expressões múltiplas. In. Matos, Kelma Socorro Lopes de et al. (Orgs.) *Jovens e crianças*: outras imagens. Fortaleza: UFC Edições, 2006. p. 83-96

GT 61
Contextos de reconstrução pós-conflitos: Convergências e divergências em torno do projeto de Paz Liberal

A crescente interdependência das atividades de justiça transicional e de *peacebuilding*: a inescapabilidade forjada do projeto de paz liberal?[1]

Cláudia Alvarenga Marconi

Resumo: O intuito do presente artigo é avaliar em que medida as atividades de construção da paz, inclusas quase que como um todo sob o mandato e escopo do *Peacebuilding* (PB), sobremaneira aquelas que têm seu mandato vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), vêm se aproximando na última década dos mecanismos transicionais - retributivos e restaurativos - ativados também em realidades de conflito civil como forma de tratar a questão do legado de violações massivas de direitos humanos. Nosso argumento, portanto, vai na direção da maior interdependência desses dois tipos de mecanismo: o mecanismo de PB, originalmente vinculado à promoção do valor da paz, e os mecanismos transicionais, centrados na promoção da justiça, seja pela via punitiva seja pela via da reconciliação social. Destaca-se o continente africano como um recorte para avaliar tal interdependência, ilustrando a questão por meio de alguns exemplos, tais como Serra Leoa e República Democrática do Congo. O *Report of the Secretary-General on the Rule of Law and Transitional Justice in Conflict and Post-Conflict Societies*, datado de 2004, acentua o papel dos mecanismos de justiça de transição, incluindo nesse rol o principal mecanismos de justiça retributiva – o Tribunal Penal Internacional -, objeto principal de nossa análise, mas não estabelece o que as missões de paz deveriam fazer caso não haja vontade manifesta das autoridades nacionais de lidar com as atrocidades cometidas. Pretende-se, assim, com o presente esforço, identificar de que ordem são as aproximações entre os mecanismos supracitados, bem como as possíveis razões e justificativas, acompanhadas dos atores que as mobiliza, para aproximar atividades que se apoiam, inicialmente, tanto em valores quanto em resultados políticos potencialmente distintos, já que o PB prioriza o restabelecimento da ordem, enquanto os mecanismos transicionais privilegiam a prestação de contas, ainda que de formas variadas. Tal interdependência parece reforçar, justamente, a aparente inescapabilidade do projeto de paz liberal.

Palavras-chave: TPI; *peacebuilding*; justiça de transição; projeto paz liberal; África.

Nos últimos dez anos, foi possível identificar uma literatura crescente que problematiza o papel político nas relações internacionais assumido pelo Tribunal Penal Internacional (TPI), organização internacional que entra em vigor em 2002 e cujo papel é promover a prestação de contas judicial daqueles que perpetraram atrocidades[2] em matéria de direitos humanos.

---

1 Texto baseado em parte das reflexões contidas no capítulo 4 da tese de doutorado da autora. Cf. MARCONI, Cláudia Alvarenga. **Um regime internacional para atrocidades**: o tribunal penal internacional e o conflito de valores entre a justiça e a paz. 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-04102013-131853/. Acesso em: 2014-12-14.

2 Por atrocidades entendemos os crimes internacionais extraordinários, tais como crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio. Cf. DRUMBL, 2007.

Em linhas gerais, a própria posição do Escritório do Promotor (*Office of the Prosecutor* – OTP) do TPI em relação aos processos de paz, pós ou mesmo durante a sua intervenção judicial nos contextos de transição política[3], aponta para uma abordagem de justiça que não é exclusivamente *backward-looking,* tal como se caracteriza a justiça retributiva/punitiva tradicionalmente, já que "O TPI foi criado a partir da premissa de que a justiça é um componente essencial de uma paz estável" (ICC-OTP, 2007, p.8, tradução nossa).

Não se pode negar, todavia, que da perspectiva do mesmo OTP não se deve descaracterizar o mandato essencialmente jurídico TPI em função de sua incidência em realidades de conflito, característica dos países sobre os quais o TPI vem agindo com base na denominada *ratione loci, temporis e materiae*[4]: "[…] a preocupação mais ampla com a paz e a segurança não é responsabilidade do Promotor; ela recai sobre o mandato de outras instituições"(ICC-OTP, 2007, p.9, tradução nossa).

Ainda assim, no que diz respeito às atividades do TPI que se conectam com o *Peacebuilding (PB)*[5], é possível afirmar que as instituições de justiça penal têm entendido a resolução de conflitos e os processos de paz também como parte de seus objetivos mais amplos, fazendo com que a ambição normativa da justiça de transição pode ser identificada nas intervenções judiciais de órgãos internacionais, tal como o TPI, em situações de conflito (FINDLAY, 2009, p.193).

Pode-se, precipitadamente, compreender que tais intervenções dificultam que as estratégias de PB sejam levadas adiante com efetividade, conforme parte da literatura assinala:

> More often than not individuals who have been subject to the jurisdiction of the Court are also key interlocutors in ongoing peace processes with all the complexities that this entails. Therefore, the ICC has become implicated in peacebuilding processes and has **the potential to disrupt such initiatives if its interventions are not appropriately sequenced** (MURITHI, 2010, p.1, negrito nosso).

Por outro lado, e de acordo que o que se argumenta no presente artigo, tais intervenções promovem muito mais a aproximação dos campos da denominada Justiça de Transição (JT) e da resolução de conflitos, ativando as possibilidades de complementação dos seus mandatos, do que o acirramento do *trade-off* entre a justiça e da paz.

Pode-se afirmar que a JT lida com questões como quem deve ser punido por atrocidades, como, quando e por quais instituições, bem como qual o tratamento deve ser dado às vítimas das gravíssimas violações de direitos humanos.

Quanto às suas origens, pode-se afirmar que a JT certamente se trata de um campo do conhecimento interdisciplinar em sua origem:

> Transitional justice has mixed roots, resulting from the convergence of disparate movements: the forces of modernisation, economic liberalisation and democratisation in the 1970s and 1980s; the changing nature of conflict in the post Cold War era; the growth of the global human rights community; a rediscovered belief in judicial remedies to mass atrocity nearly fifty years after Nuremberg and Tokyo; and a seeming *fin de siecle* angst over tying up loose historical ends. Reflecting this complex genesis, transitional justice today encompasses manifold disciplines: law, politics, international relations, sociology, development studies, history, philosophy, psychology, anthropology, criminology […] (CLARK; PALMER, 2012, p.1).

---

3 Aqui lembramos que há casos de transição, tais como os latino-americanos, que são casos de transição de ditadura para a democracia. Estes são distintos dos casos africanos, que se associam a uma segunda onda de estudos relativos à justiça de transição, uma vez que estão inseridos em contextos de guerras civis, e que são aqui alvo do nosso interesse particular.

4 Termos utilizados por SADAT, L.N. 2011 e outros autores relevantes para caracterizar a jurisdição, respectivamente, territorial, temporal e material do TPI. Tal solidez jurisdicional distingue, fundamentalmente, a Corte em questão de seus predecessores: *International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia* (ICTY) e *International Criminal Tribunal for Rwanda* (ICTR).

5 Este processo será tratado mais detidamente ao longo do texto.

A ampliação do que se entende e se promove sob a rubrica do PB também caminha numa direção multidisciplinar na prática, fazendo com que os processos de construção da paz incorporem estratégias de prestação de contas no escopo de suas atividades. Dessa forma, o que se afirma em linhas gerais é que

> The hugely increased normative ambitions of TJ are nowhere more apparent than in practices of judicial intervention in situations of ongoing conflict. The intervention of the International Criminal Court (ICC) in Libya is but the most recent reflection of the emergence of the **ICC as a key actor on the contested terrain of conflict resolution.** As such there has been a discernible shift from the pursuit of accountability strategies after the cessation of armed hostilities on the one hand, and in the aftermath of political transitions on the other, to attempts to achieve accountability for atrocities even before a political settlement of armed conflict has been reached (ENGSTROM, 2011, p.2, negrito nosso).

O TPI, enquanto mecanismo judicial internacional, busca ampliar a prestação de contas em matéria de graves violações de direitos humanos não apenas no pós-conflito, mas mesmo enquanto o conflito ainda vige. Distintamente, por exemplo, do *International Criminal Tribunal for Former Yugoslavia* (ICTY), em que poucos casos foram iniciados ainda durante o conflito, dada a circunstancialidade da atuação desse tribunal, o alcance global do TPI faz com que haja um número razoável de indiciamentos em curso.

A visão mais estreita da prestação de contas como atividade que precisa se realizar no pós-conflito tem-se modificado dadas as dificuldades relativas à finalização efetiva dos conflitos armados contemporâneos e a expansão da arquitetura legal internacional nessa matéria, conforme afirma Engstrom: "[…] a linha pouco nítida entre a 'guerra' e a 'paz' em muitos conflitos contemporâneos levaram à tentativa de implementar políticas de justiça transicional em situações muito frágeis e instáveis institucional e politicamente […]" (ENGSTROM, 2011, p.4, tradução nossa).

A ampliação do escopo do PB, que será esmiuçado logo adiante, também necessita ser observada, posto que

> In recent decades, however, peacebuilders have dramatically expanded their policy objectives beyond the cessation of armed conflict to include the establishment of a sustainable peace, the neutralization of the incentives for a return to conflict, and the realization of a variety of accountability and rule of law strategies (ENGSTROM, 2011, p.6).

Assumimos, portanto, o diagnóstico feito por Engstrom a fim de indicar as aproximações desses dois conjuntos de atividades: transicionais e de PB: "[…] a expansão tanto da JT quanto do *peacebuilding* criou uma sobreposição, normativa e operacional, entre esses campos tradicionalmente distintos da teoria e prática" (ENGSTROM, 2011, p.6, tradução nossa)[6], reforçando um projeto de paz essencialmente liberal. De acordo com esta caracterização, o denominado *liberal peacebuilding* envolve simultaneamente a promoção da democracia, uma economia de mercado e reformas nessa direção e um conjunto de outras instituições que florescem no seio do "Estado Modernos" e se comportariam como forças motoras da construção da paz (NEWMAN; PARIS; RICHMOND, 2009, p.3).

Ainda acerca da definição de PB[7], diferenciaremos, mesmo que se prove ser apenas uma ligeira diferenciação,

---

6 No desenvolvimento de seu artigo, Engstrom (2011, p.7), parece sugerir que há certa contradição da ONU no que diz respeito à essa aproximação entre a JT entendida de forma ampla e o PB, já que, enquanto o discurso do Secretário Geral corrobora tal aproximação e dependência mútua de ambos, na recém criada *Peacebuilding Commission,* via Resolução 60/80 da Assembléia Geral, datada de 2005, a prestação de contas não é uma prioridade elencada no rol de suas atividades.

7 Em sua obra, Ramsbotham et al (2011, p.32, tradução nossa) fazem menção ao triângulo de Johan Galtung, para demonstrar que o *peacebuilding* sustenta as atividades relativas ao *peacemaking* e *peacekeeping*: O *peacebuilding* sustenta o trabalho do *peacemaking* e *peacekeeping* ao lidar com questões estruturais e com os relacionamentos de longo prazo entre os entes em conflito. Com referência ao triângulo do conflito "[...], pode-se sugerir que o *peacemaking* objetiva mudar as atitudes dos principais protagonistas do conflito, que o *peacekeeping* diminui o nível de comportamento destrutivo, e o *peacebuilding* tenta superar as contradições que estão na base do conflito".

o *liberal peacebuilding* do que Johansen (2010) intitula *strategic peacebuilding* com o propósito de problematizar o papel da JT, de forma ampla, e do próprio TPI de forma particular, na retomada da integração de uma sociedade devastada por um conflito, em curso ou recém-findado, nas dimensões política, econômica, social e legal (*rule of law*):

> Strategic peacebuilding includes all dimensions of social integration from the local to the global. At their best, international judicial proceedings contribute to peacebuilding at every level, from the smallest village that suffered an atrocity to the system of global order. Peacebuilding as processes of social integration includes efforts *to establish effective governance institutions, strengthen the rule of law, encourage sustainable development, and build trust between citizens and the state, as well as among citizens themselves*. Thus, all the main issues in the choices over how to make peace and whether to pursue justice through judicial proceedings are relevant to the peacebuilding strategist (JOHANSEN, 2010, p. 191, mantendo grifo do autor, VERSÃO KINDLE).

Faz-se, dessa forma, necessário compreender os processos de *peacebuilding* como estabelecendo distintas camadas de governança que se estendem desde o âmbito local até o âmbito global, não sendo, portanto, possível pensá-los como um dado exógeno da realidade internacional do pós Guerra-Fria, mas sim como um processo endogenamente construído com base na interação entre distintos *stakeholders*[8], com o objetivo de produzir estabilidade social. Segundo Hartzell e Hoddie (2010, pp.1-2, tradução nossa), "[...] a resolução bem-sucedida da guerra depende dos atores possuírem um interesse pessoal na paz".

Desse modo, claramente se manifesta a dificuldade de o Estado em si, ou de terceiras partes, supostamente neutras, conseguirem, por um lado, fornecer saídas apriorísticas para processos de paz em sociedades que passam ou tenham passado por situações de conflito, e, por outro lado, dirimir a atuação de *spoilers*, atores que buscam reiniciar as hostilidades quando vislumbram tal possibilidade por ser nesse contexto em que seus interesses são, majoritariamente, atingidos (HARTZELL; HODDIE, 2010, p.3).

Uma estratégia de cooperação mais ampla precisa ser pensada, e a correlação entre os mecanismos judicializados de promoção da justiça internacional, situados num plano global, e os mecanismos de PB, com operações mais localizadas, problematizada.

Em que medida, e de que modo, processos judiciais colaboram com o PB? Como esses dois processos interagem? O uso da noção de *strategic peacebuilding* é o que nos permite, conforme indicado acima, aproximar dois mecanismos institucionais distintos, mas que podem ser percebidos de forma complementar, e que incidem sobre a realidade política de atores locais em situações de transição política e ocorrência de graves violações de direitos humanos: "A questão central dessa análise é: em que medida e de quais formas os processos judiciais internacionais contribuem para a paz e para o *peacebuilding*?" (JOHANSEN, 2010, p.190, tradução nossa).

1. O TPI e os desafios do terreno político dos conflitos

De forma geral, a relação do TPI com as ações que se processam no terreno político dos conflitos sobre os quais ele age não se evidenciam em nenhum dos documentos que traçam as formas de ativação da jurisdição da Corte e os seus procedimentos operacionais, que são, cronologicamente, o Estatuto de Roma e as Regras de Procedimento e Evidências do Tribunal Penal Internacional:

---

8 A fim de compreender o que se entende no texto por *stakeholders,* faz-se importante recorrer à seguinte passagem sobre a resolução de guerras civis, contida no texto de Hartzell e Hoodie (2010, p.2, tradução nossa): "O sucesso também depende de desenvolver a noção de que a paz servirá aos interesses individuais dos cidadãos na população pós-guerra. Alienar o auto-interesse dos indivíduos em função do objetivo social mais amplo de terminar a guerra, aumenta o potencial dos cidadãos conseguirem manter e defender a estabilidade emergente e não agir como desafiadores da paz incipiente. Nós conceitualizamos isto como um processo de criar *stakeholders* na estabilidade"

> Suffice to say the ICC has no legal obligation whatsoever to sequence its actions in a way that complements efforts to promote restorative justice. Indeed, **the Rome Statute does not directly engage with this issue of the complementarity of its actions to those of other peacebuilding process in the aftermath of a conflict** (MURITHI, 2010, p.4, negrito nosso).

No entanto, Murithi (2010) destaca alguns dispositivos legais que permitiram que o TPI atuasse levando em consideração não só a justiça de tipo retributiva ou criminalizante, mas outras formas de justiça mais associáveis e sensíveis aos processos de paz, tal como a justiça de restauração. Em clara oposição às características da justiça retributiva/punitiva previamente apresentadas - centrada no passado, no perpetrador da grave violação de direitos humanos e estritamente punitiva (WANG, 2012, p.33) –, a justiça de restauração se propõe a sedimentar um legado de paz para o futuro, a priorizar a vítima da violação e a se apoiar, finalmente, em mecanismos de tipos não judiciais

O poder, por exemplo, de postergar investigações por 12 meses renováveis, expresso no Artigo 16 do Estatuto de Roma do TPI, que o CSONU possui, pode ser interpretado na direção de uma justiça de restauração:

> In this regard, Chapter VII can be invoked and utilised to defer an ICC investigation or prosecution to allow a restorative justice process, which could include truth commissions. Article 16 also empowers the UN Security Council to request a renewal of the deferral for a further 12 months. This would enable a sequencing of the ICC's intervention to provide adequate time to consolidate a restorative process (MURITHI, 2010, p.5).

Ademais, o TPI não tem limitação para agir, conforme sugere o artigo 29 do Estatuto de Roma do TPI, desde que os crimes estejam inseridos no rol de seu estatuto. Desse modo, o TPI poderia garantir a melhor sequência de suas ações no sentido de equilibrar as demandas por justiça e paz, levando em consideração as especificidades dos contextos nacional e doméstico:

> [...] given the fact that there is in effect no time constraint on when the ICC can initiate, implement and conclude the prosecution of perpetrators, then there is scope for the Court to sequence its interventions in ways that enable other peacebuilding processes - such as the establishment and operationalisation of restorative justice processes - to take precedence (MURITHI, 2010, p.6).

O outro dispositivo legal que nos permite pensar na melhor combinação/sequência da justiça criminal e da justiça de restauração é o Art. 53 (1) (c) do Estatuto de Roma, que sugere uma avaliação prudencial, por parte do promotor, quando um acordo de paz está sendo negociado *in loco*:

> The Prosecutor shall, having evaluated the information made available to him or her, initiate an investigation unless he or she determines that there is no reasonable basis to proceed under this Statute. In deciding whether to initiate an investigation, the Prosecutor shall consider whether:
> (c) Taking into account the gravity of the crime and the interests of victims, there are nonetheless substantial reasons to believe that an investigation would not serve the interests of justice.

Em outras palavras, a sensibilidade do promotor em verificar a gravidade das violações de direitos humanos, o número e o perfil das vítimas dessas violações, dentre outras justificativas, podem levar o TPI a agir de forma mais pragmática e sem desconsiderar o que ocorre *in loco*.

Dessa forma, o promotor poderá informar o *Pre-Trial Chamber*, caso avalie como necessária, por exemplo, a interrupção de uma investigação. No caso de Darfur, quando os mandados de prisão de Al Bashir, Harun e Kushayb são expedidos, a União Africana expede um comunicado manifestando o seu descontentamento a

esse respeito[9]. Sobre a posição de não cooperação da União Africana com o TPI, percebe-se na décima terceira Cúpula Anual da Assembléia de Chefes de Estado e Governo que tal posição não representava, entretanto, unanimidade:

> Consequently, on 3 July 2009 at the thirteenth Annual Summit of the Assembly of Heads of State and Government held in Sirte, Libya, the African Union (AU) decided not to cooperate with the ICC in facilitating the arrest of Al Bashir. However, this was not a unanimous position and some countries expressed their reservations. Chad entered a reservation on the AU decision, and Botswana publicly stated its disagreement with this decision. South Africa subsequently indicated that its legal obligations as a State Party to the Rome Statute did not permit it to subscribe to the AU's decision (MURITHI, 2010, p.9).

Adicionalmente, a mesma União Africana destacou a atuação do TPI como um empecilho para o processo de *peacemaking* e *peacebuilding*, que estavam em curso no Sudão:

> […] the AU also makes the point that Sudan finds itself at a critical juncture of its peacemaking process in Darfur and is also engaged with a peacebuilding process in the south, and in both instances Al Bashir is the key interlocutor with the armed militia and political parties (MURITHI, 2010, p.9).

O caso referente a Uganda também apresentou controvérsias nessa direção. Havendo três casos no *Pre-Trial Chamber II* e outros quatro mandados de prisão a lideranças do grupo contrário ao governo denomina *Lord's Resistance Army* (LRA) expedidos, Murithi (2010) também sugere certo grau de incompatibilidade entre as estratégias de paz e intervenção judicial do TPI:

> The ICC intervention in Uganda has also generated a degree of controversy given the fact that local community leaders have voiced a preference for pursuing peace with the LRA, rather than inviting a potential backlash from the movement which would further undermine their well-being (MURITHI, 2010, p.10).

Entendemos, de uma forma geral, que até a denominada *An Agenda for Peace*[10], datada de 17 de junho de 1992, havia uma constante menção à dificuldade de se pensar o fim de um conflito a partir da paz e da justiça, simultaneamente:

> In discussion about how to end armed conflicts and nurture peacebuilding, some observers argue that pursuing justice by trying to bring political leaders accused of horrible crimes to trial often interferes with achieving a cease-fire agreement and sustain peace thereafter (JOHANSEN, 2010, p.189, VERSÃO KINDLE).

Todavia, em relação ao que as missões de paz da ONU[11] ofertam para os mecanismos de judicialização internacional, destacamos a possibilidade de um aumento, sobretudo, dos índices de detenção daqueles que estão sob processo de julgamento perante o TPI, um aspecto crítico da operação da Corte, sobretudo diante da ausência de mecanismos de *enforcement* a ela associados:

> The ICC has issued arrest warrants against individuals who are allegedly responsible for mass atrocities committed in Sudan but so far the Sudanese national authorities have refused to cry out the detention warrants. Hence, in order to ensure the arrest

---

9 Cf. PSC/PR/Comm. (CLXXV).

10 Cf. Suplemento da Agenda para Paz (A/50/60-S/1995/1), datado de 1995, parágrafo 13, quando, apenas três anos após o lançamento da Agenda para a Paz, há uma relação clara entre a promoção da paz e reconciliação nacional vinculada a práticas de intervenção por parte da ONU.

11 *Peace Mission* é o termo mais genérico para operações de paz justificadas ou com base no cap. VI ou VII da Carta das Nações Unidas. Cf. LYCK, 2009.

> of these individuals, soldiers from the UN Mission in Sudan (UNMIS) or from the new joint African Union/UN operation in Darfur (UNAMID) may have to detain the fugitives. Similarly, it is also not unlikely that soldiers from the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of Congo (MONUC) will become involved in detaining individuals indicted by the ICC. Hence a thorough analysis of the issue of the involvement of peace enforcement missions in the detention of indicted war criminals is imminent and that is what this book sets out to provide (LYCK, 2009, p.2, VERSÃO KINDLE).

Esse auxílio nos casos de detenção estão relacionados com a carência de uma força de polícia à disposição do TPI para trazer para a custódia do Tribunal os investigados, fazendo os seus mandados de prisão serem cumpridos (SCHABAS, 2011, p.339).

A expectativa e demanda por um grau de cooperação por parte ou dos Estados, ou dos agentes internacionais externos nessa direção é extremamente elevada na realidade do TPI. A vontade política do ator estatal é, entretanto, altamente questionável, já que

> […] in many states recovering from internal violent conflict the national police are often either unable or unwilling to detain indicted war criminals. These individuals are often still in power or boast strong links to influential politicians and hence they are not transferred to the tribunals (LYCK, 2009, p.4-5, VERSÃO KINDLE).

Por outro lado, isto é, no que tange ao que o TPI, com base em seu mandato ampliado, bem como em relação ao que outras formas de justiça de transição podem ofertar aos processos de paz em curso, sugerimos que tanto aquele como estas últimas possam se legitimar na medida em que se descolarem da dimensão exclusivista dos Estados.

2. A definição do peacebuilding e as controvérsias de seus desdobramentos práticos

A dimensão conceitual do PB merece ser aqui tratada porque existem diversas críticas quanto à conceitualização em si e à operacionalização dos mandatos de PB, pois "[…] ainda não há uma definição canônica de *peacebuilding*" (CHARBONNEAU; PARENT, 2012, p.5, tradução nossa).

Dada a profusão de conceitos, Barnett e al (2007) ironizam, inclusive, ao se perguntarem se o sucesso do PB diz efetivamente respeito ao sucesso da institucionalização da paz ou à mera institucionalização do conceito.

Quando o então Secretário Geral da ONU Boutros Boutros-Ghali formulou o conceito de PB, fê-lo a partir de uma associação evidente aos contextos de pós-conflito, interpretando-o como compondo aquelas ações que "[…] identificam e apóiam estruturas que tenderão a fortalecer e solidificar a paz de modo a evitar a reincidência do conflito" (BARNETT et al, 2007, p.35, tradução nossa). Tem-se, dessa forma, uma primeira definição de PB conectada a uma dimensão negativa da paz, isto é, a uma situação de não uso da violência.

Ademais, Barnett et al (2007, p.36, tradução nossa) identificam uma série de atores que se envolveram e seguirão imbricados na consecução das estratégias de PB, pois, segundo eles, "[…] muito embora o *peacebuilding* seja genericamente definido como intervenções externas que são desenhadas para prevenir o surgimento e o retorno ao conflito armado, há muitas diferenças entre os atores no que tange à conceitualização e operacionalização do *peacebuilding*".

A pesquisa de Barnett et al (2007) identifica participação ativa de mais de vinte e quatro órgãos governamentais e intergovernamentais em estratégias e mecanismos de PB, e o emprego de distintos conceitos e de formas de operacionalização e a especificação de diferentes áreas de preocupação potencial. Entender, segundo os autores (2007, pp.36-37), os mandatos e interesses dessas instituições, e dos atores que delas fazem parte, é fundamental para explicar de que modo elas se engajam nas atividades de PB: "[…] o *peacebuilding* é um conceito que enquadra e organiza as diferentes atividades de um número destacado de atores, sejam eles estados, instituições internacionais, ou várias organizações – incluindo as ONGs – que normalmente se reúnem nos ambientes regional, multilateral, e/ou multinacional" (CHARBONNEAU; PARENT, 2012, p.2, tradução nossa).

A ampliação da participação de atores[12], posicionados em distintas camadas da governança, é explicada por uma transformação conceitual e de operacionalização do PB bastante marcante. Conforme exposto previamente, a Agenda para a Paz é o documento inaugural nessa matéria e do qual se extrai uma concepção ainda muito restrita do que a ONU, enquanto instituição que deve concentrar as estratégias de PB, entendia a esse respeito. John Paul Lederach, Professor da Universidade de Notre Dame, em Indiana, Estados Unidos, grande referência nos estudos de resolução de conflitos[13], publicou uma obra, em 1997, intitulada *Building Peace: sustainable reconciliation in divided societies.* Nela, o autor se propõe a trabalhar três questões principais: a natureza e características dos conflitos armados contemporâneos; os conceitos e perspectivas necessários para a construção da paz nesses mesmos contextos; e as abordagens e atividades práticas que nos movem para a transformação pacífica do conflito.

Apresentando forte discordância sobre o que o então Secretário Geral da ONU apresentou como PB, Lederach elimina de sua definição a associação quase que imediata entre PB e o pós-conflito, tal como Boutros Boutros-Ghali havia sugerido:

> The Secretary-General qualifies the use of the term by connecting it exclusively to the postconflict support of peace accords and the rebuilding of war-torn societies […]. **I suggest that 'peacebuilding' is more than post-accord reconstruction**. Here, peacebuilding is understood as a comprehensive concept that encompasses, generates, and sustains the full array of processes, approaches, and stages needed to transform conflict toward more sustainable, peaceful relationships. The term thus involves a wide range of activities and functions that both precede and follow formal peace accords (LEDERACH, 1997, p.21, negrito nosso).

Como características dos conflitos contemporâneos, Lederach (1997) chamou a atenção para as dimensões do trauma violento associado aos inimigos, da história de vingança que se acumula por gerações, dos círculos de interações hostis entre co-nacionais e da consequente estereotipação severa dos opositores. É sobretudo por essas características que ele afirma que os mecanismos tipicamente associados ao PB precisam sofrer adaptações e modificações, pois supõem, ao contrário do que caracteriza as realidades de transição, uma estaticidade e mecanicização de soluções para o problema da paz (LEDERACH, 1997, p.24).

A conexão entre PB e reconciliação é que faz com que, na obra de Lederach, percebamos com clareza uma interpretação positiva da paz e, consequentemente, a ativação de papéis para agentes sociais posicionados em distintas camadas de governança. Ademais, tal conexão é o que permite também uma conexão anterior e de tipo teórico: entre os profissionais de RI e aqueles que lidam com resolução de conflitos

> Building peace in today's conflicts calls for long-term commitment to establishing an infrastructure across the levels of a society, an infrastructure that empowers the resources for reconciliation from within that society and maximizes the contributions from outside. In short, constructing the house of peace relies on a foundation of multiple actors and activities aimed at achieving and sustaining reconciliation (LEDERACH, 1997, p.XVI).

A reconciliação, Lederach a entende como sendo "[…] construída a partir de mecanismos que engajam os lados de um conflito um com o outro como numa relação entre seres humanos" (LEDERACH, 1997, p.26, tradução nossa). Lederach sugere que, via processo de reconciliação, as pessoas encontrarão espaço para se expressarem acerca das perdas incorridas no conflito, bem como para externarem a raiva que as acompanha, dadas as lembranças de hostilidades e injustiças sofridas.

---

12 Barnett et al (2007) avaliam em seu texto o entendimento e a conexão das agências especializadas da ONU, das agências europeias e de diferentes agências estatais com o PB.

13 Sobre o autor, afirma-se ainda que ele é "Amplamente conhecido por seu trabalho pioneiro acerca da transformação do conflito, Lederach está envolvido em esforços de conciliação na Colômbia, nas Filipinas, no Nepal, além de países na África Oriental e Ocidental". Disponível em *Kroc Institute for International Peace Studies*, http://kroc.nd.edu/facultystaff/faculty/john-paul-lederach, tradução nossa. Último acesso em 20 de novembro de 2014.

Ademais, Lederach (1997, p.30, tradução nossa) sugere que a "[…] reconciliação está assentada em um paradoxo, que liga ideias e forças aparentemente contraditórias, mas, de fato, interdependentes", sendo elas: a verdade, o perdão, a justiça e a paz. Em outras palavras, a reconciliação é o que permitiria aproximar todas essas atividades tão vitais para a superação dos traumas que resultam das atrocidades[14].

O denominado Suplemento da Agenda para a Paz introduziu dois esclarecimentos sobre a Agenda para a Paz que parecem ecoar as preocupações de Lederach, também compartilhadas por Barnett et al (2007). De acordo com o documento em questão, o PB é mais do que a eliminação do conflito armado e envolve também a criação de uma paz positiva[15].

O chamado *Brahimi Report*[16], também conhecido por *Report of the Panel on United Nations Peace Operations*, de 2000, conduzido pelo diplomato argelino Lakhdar Brahimi, a pedido do então SGONU, Kofi Annan, teve por objetivo revisar todo o sistema de operações de paz implementado pela ONU. Uma das recomendações mais importantes, no que tange à presente tese, feita no relatório, foi o estabelecimento do denominado *Office of Rule of Law and Security Institutions* (OROLSI), que se consumou em 2007 e que atuaria com base em uma abordagem integrativa da paz, justiça e segurança internacionais[17]. Ademais, o referido relatório "[…] refinou ainda mais a definição de *peacebuilding* […]" (BARNETT et al, 2007, p.42, tradução nossa).

Na visão de Charbonneau e Parent, o denominado *International Peacebuilding* (IPB) "[...] engloba, mas não é limitado a, uma vasta gama de situações de pós-conflito nas quais as intervenções internacionais têm por objetivo prevenir o conflito ou a reincidência do conflito e criar uma paz sustentável" (CHARBONNEAU; PARENT, 2012, p.1, tradução nossa). Muito embora esses autores diagnostiquem que na maior parte dos estudos relativos ao PB prepondera uma abordagem estadocêntrica e *top-down*, cuja ênfase recai sobre aqueles que são impedimentos estruturais e institucionais para a construção da paz e estabilidade, já há uma incorporação, por parte dos estudiosos dessas questões, das dinâmicas de *bottom-up*[18] que envolvem o PB, e, assim,

---

14 Cf. Figura 1 do texto, Lederach (1997, p.30).

15 Por paz positiva ou paz sustentável, apoiamo-nos no modelo de conflito, violência e paz desenvolvido por Johan Galtung, fundador dos estudos de paz e resolução de conflitos, por meio da criação do *Peace Research Institute of Oslo*. O norueguês sustenta que em um conflito pleno, tem-se que reconhecer três dimensões fundamentais: a incompatibilidade de objetivos, expressa na denominada contradição, a atitude, relacionada às percepções e percepções equivocadas das partes do conflito, e o comportamento das partes, que pode envolver ou cooperação ou coerção. Nessa mesma linha de raciocínio, "Galtung vê o conflito como um processo dinâmico no qual a estrutura, as atitudes e o comportamento estão constantemente se modificando e influenciando um ao outro" (RAMSBOTHAM et al, 2011, p.11, tradução nossa). Tal conceitualização do conflito, permite que o teórico defina a paz negativa e a paz negativa, como formas distintas de perceber e minimizar o conflito, uma vez que este se estabelece por meio da violência direta, que só pode ser minimizada com a mudança de comportamento conflitivo, da violência estrutural, que só pode ser dirimida com a remoção de contradições e injustiças estruturais e, finalmente, da violência cultural, que é minimizada quando há mudança de atitudes. Assim, "Galtung definiu a 'paz negativa' como o fim da violência direta e a 'paz positiva' como a superação da violência estrutural e cultural também" (RAMSBOTHAM et al, 2011, p.11, tradução nossa). Em outras palavras, "*a paz positiva* […] inclui as ideias chave de 'legitimidade' e 'justiça'. Uma estrutura ou relação injusta, para tal terminologia, não é pacífica. Para atingir a paz positiva, consequentemente, as injustiças precisam ser removidas. Isso se estende para todos os níveis, das relações econômicas injustas entre 'Norte' e 'Sul', às relações políticas injustas entre grupos maioritários e minoritários dentro de um país, e às relações pessoais injustas entre os indivíduos" (RAMSBOTHAM et al, 2011, p.12, tradução nossa).

16 Cf. A/55/305-S/2000/809. O DPKO, criado em 1992, quando Boutros Boutros-Ghali assume a liderança da ONU, não inclui o PB em seu mandato, pois compreende que, mesmo que sequenciais, o *peacekeeping* e o *peacebuilding* devem ser entendidos como atividades distintas entre si.

17 Para mais detalhes, Cf. http://www.un.org/en/peacekeeping/sites/police/orolsi.shtml.

18 Lederach (1997) cita alguns exemplos do que significa, na prática, as denominadas abordagens *bottom-up* do PB. São, por exemplo, as sucessivas conferências com grupos de idosos na Somália, que foram conferências de paz locais e que culminaram na *Grand Conference of National Reconciliation em Borama*, que contou com a participação de quinhentos idosos, no ano de 1993. Outro exemplo é a *Christian Health Association of Liberi*a, que desenvolveu programas de saúde pública para lidar com o trauma pós-guerra no país, ou, ainda, o programa liderado pelo *The Christians Council of Mozambique* (CMM), que iniciou um programa em nível distrital e de províncias que se denomina *Preparing People for Peace*.

da necessidade de incluir, de forma abrangente, a população local nos processos de paz e iniciativas de PB[19] (CHARBONNEAU; PARENT, 2012).

Seja em relação ao modelo *top-down*, que demanda das instituições a promoção da paz, seja em relação ao modelo *bottom-up*, com base no qual a paz só pode ter início nas emoções psicossociais e cognições individuais, a crítica se apoia no fato de que o PB é reflexo de uma estratégia de imposição da ordem liberal e dos valores que a acompanham, independentemente dos atores mobilizados e engajados no processo.

Assim, o que une a crítica ao PB é sua vinculação com[20] "[…] o projeto liberal intrínseco de ordem política e construção dos estados baseados no modelo ocidental de democracia de mercado" (CHARBONNEAU; PARENT, 2012, p.1, tradução nossa). Isto é, alguns estudiosos da questão sugerem que o PB é uma expressão do projeto de paz liberal, que dá sinais de esgotamento em função de uma série de fracassos. Alguns exemplos são a Somália, o Timor, o Camboja, o Kosovo, a Bósnia-Herzegovina, e alguns casos na América Central (RICHMOND, 2013).

Supondo a vinculação intrínseca entre as estratégias de *peacebuilding* e a democracia liberal, Oliver Richmond (2013) sustenta que as dinâmicas locais não são de fato incorporadas nas atividades relativas ao PB. Acrescenta ainda o fato de os atores locais serem normalmente culpabilizados pelos fracassos do PB e que se faz fundamental, para a precipitação de uma quarta geração de *peacebuilding*, a preocupação com a "[...] infrapolítica do *peacebuilding* [...]" (RICHMOND, 2013, p.66), isto é, com a capacidade de agência dos atores locais e, por extensão, com o seu engajamento em tais atividades:

> This indicates the hidden but significant capacity of local actors for peacebuilding, such that they modify the liberal peace process in the interests of associating peace with justice and emancipation, not just in rights framework, but also in cultural, needs and contextual terms (RICHMOND, 2013, p.64).

Para Charnonneau e Parent (2012), o que poderia desvincular o PB das críticas severas que sofre não se resume somente a levar em conta as dinâmicas locais, também denominadas de *bottom-up*, do PB, e sim também seu engajamento maior com a dimensão dos traumas engendrados pela violência manifesta nos contextos de transição[21].

Na visão de Charbonneu e Parent, as definições e conceitualizações de PB existentes permanecem obscurecendo as dinâmicas relevantes para a efetiva promoção da paz, bem como mantendo implícita a necessidade de uma intervenção externa, já que ignora

> […] the local dynamics of healing and reconciliation and their resilience, and thus the local possibilities for peace. Peacebuilding is implicitly understood as an external intervention, as something coming from outside and not built from within, to promote and build peace for a population needing to be saved. As such, peacebuilding neglects, obscures, or rejects local agencies (CHARBONNEAU; PARENT, 2012, p.7).

Em uma linha mais conclusiva, os autores afirmam que o PB não deve contribuir para despolitizar o conflito e o processo de paz *in loco*, uma vez que, segundo Charbonneau e Parent (2012, p.11, tradução nossa), "[…] vítimas e sobreviventes retêm conhecimento e habilidades que contribuem para a cura, a reconciliação e a

---

19 Lederach (1997), sugere, entre uma abordagem *top-down* e uma abordagem *bottom up* para o PB, uma abordagem intermediária que ele denomina de *middle-out approach* to PB. Alguns exemplos se conectam com os programas de outreach atualmente desenvolvidos pelo TPI. Lederach (2007) menciona alguns *workshops* voltados para a solução de problemas, treinamento para resolução de conflitos, entre outros.

20 Como grande voz crítica dos projetos de PB, evidencia-se o trabalho de Richmond (2010).

21 Muito embora Charbonneau e Parent (2012) indiquem que para a literatura que enfatiza o PB de tipo *bottom-up* a cura do trauma seja um elemento presente e, até mesmo, central, ela não transcende a compreensão dita "ocidental do trauma e da cura", que ignora a dimensão social do problema e desconsidera o contexto do conflito armado. Ademais, tal cura é imposta de fora ao paciente passivo, que é, portanto, inserido na condição de vítima permanente.

reconstrução, mas esses recursos e habilidades são deslegitimados ou enfraquecidos pelas intervenções internacionais […]".

Richmond (2013, p.66) também sugere que a conexão do PB com instituições liberais e neoliberais faz com que a reconciliação seja postergada, o que sugere um relação, no mínimo, contraditória entre as atividades de PB e a justiça, que será objeto de avaliação de nossa próxima seção.

No entanto, ao ver da presente contribuição, ainda que endossemos que o "[...] *peacebuilding* internacional seja meramente um facilitador do processo [de conformação da paz] [...]" (RICHMOND, 2013, p.71), cremos não poder afirmar que a atividade das instituições internacionais, sobremaneira o TPI, no âmbito da promoção da justiça e da paz, resume-se a um projeto de imposição de valores liberal-democráticos.

3. A relação entre a justiça de transição e o PB no contexto africano: especulações acerca de Serra Leoa e República Democrática do Congo

De acordo com Mendeloff (2004, p.355, tradução nossa), os mecanismos formais de prestação pública de contas, sobretudo os julgamentos criminalizantes e as conhecidas comissões da verdade[22], são entendidos como "[…] parte do repertório padrão das atividades de *peacebuilding* internacionais e são rotineiramente incluídos nos acordos de paz negociados". Ademais, também se constata que as literaturas que abordam tanto a justiça quanto o PB focam-se nos desdobramentos dos conflitos internos (MENDELOFF, 2004, p.357). Em outras palavras, há um viés pós-conflito que persiste e pelo qual se segue interpretando e avaliando os mecanismos de JT e de PB.

A definição de PB para Mendeloff aparece, assim, muito vinculada à noção de pós-conflito e de paz negativa: "*Peacebuilding* é o processo pelo qual se consolida a paz no imediato pós-guerra e envolve a execução de atividades que auxiliam a prevenção da recorrência da guerra no longo prazo […] (MENDELOFF, 2004, p.362, tradução nossa).

Quanto à definição de paz, o autor sustenta que

> […] we will use a modified minimal definition of peace here: the absence of large-scale, organized violence or war and the extremely low probability of the resumption to war. This definition rests on a necessary 'negative' definition of peace as the absence of war, but also recognizes the importance of certain minimal qualitative indications of peace (MENDELOFF, 2004, p.363).

Lamont (2011) denomina de "governança pós-conflito" as atividades concentradas, sobretudo, pelos atores externos e com o objetivo de reestabelecer a *rule of law.* Apoiando-se nos resultados dos estudos feitos a partir da Bósnia-Herzegovina (BiH) e do Kosovo, o autor sustenta que

> […] external actors assumed a direct role in the governance of post-conflict societies, and an externally driven processes aimed at restoring the 'rule of law' constituted key components of international efforts to confront mass atrocity and forge post-conflict states (LAMONT, 2011, p.364).

Na visão de Lamont, as atividades judiciais do Tribunal que se constituíram para tratar o caso das atrocidades na ex-Iugoslávia acabaram sendo politizadas a ponto de o Tribunal não ter assumido um papel único no imediato pós-conflito:

> ICTY was never just a judicial body because its prosecutorial mandate made it **a principal political player in forging the architecture of Yugoslavia's post-conflict landscape** by virtue of three political functions that the Tribunal was uniquely

22 Por Comissão da Verdade, mecanismo institucional característico da justiça de restauração, tem-se que é "[…] an ad hoc, autonomous, and victim-centered commission of inquiry set up in and authorized by a state for the primary purposes of (1) investigating and reporting on the principal causes and consequences of broad and relatively recent patterns of severe violence or repression that occurred in the state during determinate periods of abusive rule or conflict, and (2) making recommendations for their redress and future prevention (FREEMAN, 2006, pp. XIII-XIV).

> positioned to carry out (i) holding individuals accountable for wartime atrocities, (ii) the elimination of potential peace 'spoilers' from politics through targeted indictments of recalcitrant local elites, and (iii) the provision of assistance to domestic and internationalized judiciaries (LAMONT, 2011, p.364, negrito nosso).

Ainda que Lamont (2011, p.364) mostre um baixo grau de compreensão sobre como os julgamentos se inserem nos projetos de reconstrução dos Estados, o autor apresenta uma visão muito crítica quanto às possibilidades dos mandatos dessas instituições judiciais serem capazes de complementar os objetivos de *rule of law* incorporados nas estratégias de PB. Existe, em sua leitura, um conflito entre as estratégias de persecução penal dos tribunais internacionais e as atividades dos atores internacionais que levam adiante as estratégias de PB *in loco*, no pós-conflito.

Tal ceticismo, aqui argumentamos, não se estende, todavia, à relação do TPI com o Estado, pois existe um dever de cooperar com a Corte expresso no Estatuto de Roma. Distintamente das experiências com o ICTY, que são muito mais as dos atores judiciais e de PB disputarem um espaço entre si do que se complementarem (LAMONT, 2011, p.365), no caso do TPI é possível ver uma complementação de mandatos.

No caso dos tribunais internacionais, a tensão está no próprio modo como cada um desses sistemas está arquitetado institucionalmente:

> I posit that there is a tension within international justice between an emergent and highly legalized tribunal system that operates with an extreme deference to judicial decisions and processes and international cooperative model of post-conflict governance that seeks to negotiate innovative models to confront pass atrocity. The latter model will in the long term prove more attractive to peace missions in part because of its flexibility in adapting to local post-conflict situations, while the rigid highly westernized legal framework of the former seeks to institutionalize a judicial hierarchy that would transform peacekeeping missions into policing missions (LAMONT, 2011, p.365).

Em linhas gerais, Mallinder (2011) segue o mesmo raciocínio de Lamont (2011). Isto é, critica o excesso de legalização dos programas de JT, contrastando-o com o modelo de PB que vigora:

> […] transitional justice programmes were often highly legalistic and aimed as far as possible to deliver prosecutions for serious violations of international human rights and humanitarian law. This contrasted with peacebuilding or conflict resolution strategies that sought to develop bespoke, more political solutions to tackle the problems faced by war-torn States, or with reconciliation programmes that for well-intentioned or nefarious reasons often emphasised the importance of forgiving and forgetting in rebuilding post-conflict States through the use of amnesty laws or other leniency measures (MALLINDER, 2011, p.1).

Nosso argumento opõe-se, em alguma medida, ao que Mallinder (2011) e Lamont (2011) sustentam, sendo o de verificar o papel do TPI, na condição de ator institucional externo, no PB. Desse modo, procuraremos exemplificar de que forma a JT em sua forma retributiva, sobretudo, conecta-se com as atividades de construção da paz.

Lyck (2009) sustenta que o envolvimento das missões de paz da ONU e de outras organizações como, por exemplo, a UA, na detenção dos perpetradores julgados e condenados pelo TPI é uma forma de ativar a interdependência entre os mecanismos institucionais de justiça judicializada e os processos de paz:

> The ICC has issued arrest warrants against individuals who are allegedly responsible for mass atrocities committed in Sudan but so far the Sudanese national authorities have refused to cry out the detention warrants. Hence, in order to ensure the arrest of these individuals, soldiers from the UN Mission in Sudan (UNMIS) or from the new joint African Union/UN operation in Darfur (UNAMID) may have to detain

> the fugitives. Similarly, it is also not unlikely that soldiers from the United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of Congo (MONUC) will become involved in detaining individuals indicted by the ICC. Hence a thorough analysis of the issue of the involvement of peace enforcement missions in the detention of indicted war criminals is imminent and that is what this book sets out to provide (LYCK, 2009, p.2, VERSÃO KINDLE).

Uma vez que os tribunais internacionais no geral, e o TPI em particular, não dispõem, conforme já destacado, de força policial própria, eles dependem fortemente da cooperação de atores estatais. Todavia, em contextos em que a violência interna está sendo superada, é de se esperar que as autoridades nacionais que estejam no poder tenham responsabilidade pelas atrocidades perpetradas ou estejam muito vinculadas àqueles que podem se responsabilizar por prender os responsáveis (LYCK, 2009, p.4-5, VERSÃO KINDLE), impedindo que os mandados de prisão se cumpram.

Dividindo a ordem internacional em ordem westfaliana e pós-westfaliana, Lyck (2009) destaca que as missões de paz inseridas no primeiro tipo de ordem prezam pela imparcialidade e não uso da força. Por outro lado, as missões que se encaixam na denominada ordem pós-westfaliana insistem nos valores liberal-democrático como os únicos que podem fazer sustentar a paz e evitar a reincidência da violência.

O papel da ONU, via missões de paz, de assistir as sociedades a implementarem processos de justiça de transição a fim de assegurar uma mínima prestação de contas, bem como de estabelecer a *rule of law*, transformou-se em uma constante no contexto de final da Guerra Fria.

As primeiras missões de paz no contexto da década de 1990 envolviam a *United Nations Protection Force in the former Yugoslavia* (UNPROFOR), ativada em 1992, quando o conflito ainda vigia no país, a *United Nations Transitional Administration in Cambodia* (UNTAC), recém-aprovada nesse mesmo período, e as missões em Moçambique, Somália, Ruanda, Haiti, Libéria, no intervalo dos três anos seguintes (LYCK, 2009, pp.39-40, VERSÃO KINDLE).

O insucesso dessas missões foi associado ao baixo interesse das partes do conflito em efetivamente implementar as cláusulas dos acordos de paz estabelecidos (LYCK, 2009, p.44, VERSÃO KINDLE). Ainda segundo Lyck (2009), a inadequação dos mandatos dessas missões de paz também indicava a falta de uma abordagem coerente de estabelecimento da justiça neles contida.

É, segundo Lyck (2009), com o *Brahimi Report* que as operações de paz passam a incluir especialistas na área judicial, bem como uma polícia civil internacional para fortalecer os órgãos que respondem pela *rule of law*. Ademais, "O Relatório [Brahimi] também destacava que o comprometimento da ONU com o *peacebuilding* deveria incluir o respeito pelos direitos humanos pela via do monitoramento, educação e investigação dos abusos" (LYCK, 2009, p.55, VERSÃO KINDLE, tradução nossa).

A preocupação com os direitos humanos passa a fazer ainda mais sentido na abordagem da ONU para os conflitos, se pensarmos no fato de que as missões de paz contemporâneas têm ocorrido menos em contextos em que o conflito se dissipou, de modo que a plena condução dos mandatos dessas operações depende da interrupção das violações de direitos humanos e da responsabilização dos perpetradores dessas violações:

> In recent cases, such as Congo, Sudan and Côte d'Ivoire as well as older missions such as Angola, Haiti, Rwanda and Somalia, missions have been deployed in the midst of ongoing conflict, rendering them unable to carry out many of the activities focusing on ensuring justice envisaged by their mandates. In other cases such as Kosovo and East Timor peace missions have been granted extensive roles in implementing programmes for establishing justice with rather more success (LYCK, 2009, p.68, VERSÃO KINDLE).

Nesses contextos de conflito em curso é ainda mais significativa a cooperação dos atores políticos nacionais para que as missões e os seus operadores possam obter qualquer resultado positivo. Desse modo, há certa discrepância das operações de paz em termos de impacto positivo quando as missões necessitam atuar durante o conflito. Isto é, nesses casos, distintamente das missões que se instauravam pós-conflito, o seu sucesso está, via de regra, comprometido, pois se oneram as missões de paz com uma série de tarefas:

> [...] an important discrepancy between the mainly post-conflict based mandates dependent on the cooperation of the parties and realities of a still ongoing violent conflict […]. Another reason is the lack of a coherent approach to not only ensuring justice but also to implementing the various parts of a coherent justice programme (LYCK, 2009, p.69, VERSÃO KINDLE).

A ONU parece, paralelamente às adaptações e ajustes ao mandato das missões de paz levadas a cabo, rever a sua participação em contextos transicionais, bem como notar a simultaneidade dessas realidades. Dois casos em que a interdependência dos mecanismos de JT e das missões da ONU aparecem são os de Serra Leoa e do Congo. No primeiro caso, "[...] a Missão das Nações Unidas em Serra Leoa colaborou para que o governo estabelecesse a Comissão de Verdade e Reconciliação, bem como forneceu apoio à CV no que se refere a capacidades logísticas, apoiou e promoveu o seu trabalho […]" (LYCK, 2009, p.79, VERSÃO KINDLE, tradução nossa).
Quanto ao caso congolês, a resolução do CSONU de número 1565 solicita que a *United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo* (MONUC) colabore com o fim da impunidade, participando dos processos de prestação de contas[23]:

> [...] MONUC has established a Human Rights Division to monitor and document violations of humane law. MONUC also has a Special Investigations Unit that conducts investigations into alleged gross violations of human rights and a Justice Support Unit that also aims at bringing perpetrators to justice (LYCK, 2009, pp.79-80, VERSÃO KINDLE).

Sriram et al (2011) conferem destaque para o mesmo caso, afirmando que, para além de autorizar tropas, "[...] a MONUC deveria cumprir o mandato de assistir na promoção e proteção dos direitos humanos, conferindo aoconselhamento e assistência às autoridades do governo de transição em áreas-chave da legislação, considerando a constituição e a reforma do setor de segurança" (SRIRAM et al, 2011, p.13, VERSÃO KINDLE, tradução nossa)[24].
O *Report of the Secretary-General on the Rule of Law and Transitional Justice in Conflict and Post-Conflict Societies*[25], datado de 2004, acentua o papel dos mecanismos de justiça de transição, incluindo nesse rol o TPI, mas não estabelece o que as missões de paz devem fazer caso não haja vontade manifesta das autoridades nacionais de lidar com as atrocidades.
Adicionalmente,

> Keeping in mind that international criminal tribunals are only meant to deal with the worst perpetrators, the report also failed to acknowledge that so far peace missions have not been very successful in using national judicial systems to hold individuals accountable even when personnel have been called in to strengthen such systems (LYCK, 2009, p.88, VERSÃO KINDLE).

O diagnóstico do então Secretário Geral da ONU, quando da publicação desse relatório intitulado *Transitional Justice and the Rule of Law*, parece ser o de que nas realidades de pós-conflito, pouquíssimos perpetradores serão julgados, seja doméstica ou internacionalmente (MALLINDER, 2011).

---

23 Nesse sentido, note-se o que prevê o artigo 5(g), da Resolução 1565, datada de 2004:"[…] investigar as violações de direitos humanos para colocar fim à impunidade, e continuar a cooperar com esforços para garantir que os responsáveis pelas sérias violações de direitos humanos e do direito internacional humanitário sejam trazidos à justica […] (Disponível em http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/SE%20SRES%201565.pdf. Último acesso em 12 de abril de 2013. Tradução nossa).

24 Trata-se do que estabelece o artigo 7 da Resolucão 1565. Disponível em http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/SE%20SRES%201565.pdf. Último acesso em 10 de novembro de 2014.

25 Cf. o relatório sob o código S/2004/616 em http://daccess-ods.un.org/access.nsf/Get?Open&DS=S/2004/616&Lang=E. Último acesso em 15 de março de 2013.

Sobre a detenção dos perpetradores de graves violações e em que medida as missões de paz podem colaborar, "[…] o Relatório enfatizou que era essencial que os governos entregassem os acusados mediante demanda. Entretanto, o Relatório não […] demanda que as missões de paz se envolvam na detenção desses criminosos" (LYCK, 2009, p.88, VERSÃO KINDLE, tradução nossa), especialmente no caso dos governos nacionais não manifestarem vontade política ou mesmo reunirem condições de fazê-lo.

Em função dessa aproximação preliminarmente identificada entre os mecanismos transicionais e as atividades de PB, pretende-se daqui avançar para estudos de caso que nos permitam rever alguns dos elementos enfatizados na literatura, recompondo e atualizando as abordagens de médio alcance dos conflitos civis. Os elementos inicialmente expostos acerca dos casos do Congo e de Serra Leoa nortearão os esforços sequenciais dessa pesquisa, já que ambos apresentaram a presença de mecanismos transicionais e operações de PB.

No caso se Serra Leoa são, respectivamente, um tribunal híbrido para Serra Leoa, denominado *Special Criminal Court for Sierra Leone* (SCSL) e cuja criação atendeu a demanda do governo de Serra Leoa à ONU, além da Comissão de Reconciliação e Verdade (TRO), estabelecida pelo Acordo de Paz de Lomé entre o governo de Serra Leoa e a *Revolutionary United Front* (RUF), em 07 de julho de 1999, e a *UN Integrated Peacebuilding Office in Sierra Leone* (UNIPSIL)[26]

No Caso do Congo, tem-se a situação aberta para investigação no âmbito do TPI em junho de 2004, além de uma Comissão de Reconciliação e Verdade que foi estabelecida em 2003 e manteve-se ativa entre julho de 2003 e fevereiro de 2007. Todavia, a lei que a estabeleceria em definitivo não foi aprovada até 2004, dois meses após o governo congolês enviar o caso ao TPI (AMNESTY INTERNATIONAL, 2011, p.16). No que diz respeito às missões de paz, entendidas de forma abrangente, têm-se duas: a primeira foi denominada *United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Cong*o (MONUC) e de 2010 em diante foi renomeada de *United Nations Organization Stabilization Missionin the Democratic Republic of the Congo* (MONUSCO).

Referências bibliográficas

A/50/60-S/1995/1 (1995). Supplement to an Agenda for Peace: position paper of the Secretary-General on the occasion of the fiftieth anniversary of the United Nations. Disponível em: http://www.un.org/Docs/SG/agsupp.html. **Último acesso em 06 de dezembro de 2014.**

A/55/305-S/2000/809 (2000). *Report of the Panel on United Nations Peace Operations*. Disponível em http://www.un.org/peace/reports/peace_operations/docs/full_report.htm. [consultado em 12-04-2013].

AMNESTY INTERNATIONAL (2011). *The Time for Justice in Now*: new strategy needed in the Democratic Republic of the Congo. Disponível em: www.iccnow.org/documents/afr620062011en.pdf. [consultado em 20-10-2014].

BARNETT, M. & al (2007) "Peacebuilding: what is in a name?" *Global Governance.* pp.35-58.

CHARBONNEAU, B & PARENT, G. (2012) *Peacebuilding, memory and reconciliation: bridging top-down and bottom-up approaches*. London/New York: Routledge.

CLARK, P & PALMER, N. (2012). Challenging transitional justice. In: CLARK, Phil; GRANVILLE, Daniella; PALMER, Nicola (eds). *Critical Perspectives in Transitional Justice.* Cambridge: Intersentia.

DRUMBL, M. (2007). *Atrocity, Punishment, and International Law.* New York: Cambridge University Press.

ENGSTROM, P. (2011). "Transitional Justice and Ongoing Conflict". *Social Sciente Research Network*. Disponível em: http://ssrn.com/abstract=2004313. [consultado em 20-10-2014].

FINDLAY, M. (2009). "Activating a victim constituency in international criminal justice". *The International Journal of Transitional Justice*, 3 (2), pp.183-206.

26 O mandato da UNIPSIL encerrou-se em 31 de março de 2014.

FREEMAN, M. (2006). *Truth commissions and procedural fairness*. Cambridge: CUP.

ICC-OTP. (2007). Policy Paper on the interests of justice. Disponível em: http:// www.icc-cpi.int/nr/rdonlyres/... f54d.../iccotpinterestsofjustice.pdf. [consultado em 20-10-2014].

HARTZELL; C. & HODDIE, M. (eds) (2010). *Strenghtening peace in Post-Civil War States*. USA: University of Chicago Press.

JOHANSEN, R. (2010). Peace and Justice. The contribution of international judicial processes to peacebuilding. In: PHILPOTT, D & POWERS, G. (eds). *Strategies of Peace*: transforming conflict in a violent world. USA: OUP. (KINDLE VERSION).

LAMONT, C. (2011). "After atrocity: international justice and post-conflict governance". *International Studies Review*, 13 (2), pp.364-369.

LEDERACH, J.P. (1997). *Building Peace: sustainable reconciliation in divided societies.* Washington- DC: US Institute of Peace Press.

LYCK, M. (2009). *Peace Operations and International Criminal Justice*: building peace after mass atrocities. London and New York: Routledge. (VERSÃO KINDLE).

MALLINDER, L (2011). "Peacebuilding, the rule of law and the duty to prosecute: what role remains for amnesties". *Transitional Justice Institute Research Paper 11-06*. 2011. Disponível em http://ssrn.com/abstract=1916067. [consultado em 10-09-2014].

MARCONI, C. A (2013). *Um regime internacional para atrocidades*: o tribunal penal internacional e o conflito de valores entre a justiça e a paz. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-04102013-131853/>. MENDELOFF, D. (2004). "Truth-seeking, truth-telling, and postconflict peacebuilding: curb the enthusiasm?". *International Studies Review*, 6 (3), pp.355-380.

MURITHI, T. (2010). Sequencing the Administration of justice to enable the pursuit of peace: can the ICC play a role in complementing restorative justice? *Institute for Justice and Reconciliation Policy Brief*.

NEWMAN, E & al. (2009). *New perspectives on liberal peacebuilding.* USA: United Nations University Press.

PSC/PR/Comm. (CLXXV) . African Union *Peace and Security Council* 17th Meeting. Disponível em: http://www.peaceau.org/uploads/iccarrestwarranteng.pdf. [consultado em 10-09-2014].

S/RES/1565. Security Council Resolution on the Democratic Republic of Congo. 2004. Disponível em http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/SE%20SRES%201565.pdf. [consultado em 10-09-2014].

RAMSBOTHAN, O. & al (2011). *Contemporary conflict resolution: the prevention, management and transformations of deadly conflicts*. Cambridge: Polity Press.

RICHMOND, O. (2013). From peacebuilding as resistance to peacebuilding as liberation. In: AGGESTAM, K & BJORKDAL, A. *Rethinking Peacebuilding*: the quest for just peace in the Middle East and Western Balkans. USA/Canada: Routledge.

_____. (2010). Resistance and the post-liberal peace. *Millennium - Journal of International Studies*, 38 (3), pp. 665-692.

S/2004/616 (2004). Report of the Secretary-General on the Rule of Law and Transitional Justice in Conflict and Post-Conflict Societies. Disponível em: http://daccess-ods.un.org/access.nsf/Get?Open&DS=S/2004/616&Lang=E. [consultado em 10-09-2014].

SADAT, L. N (2011). Understanding the complexities of international criminal tribunal jurisdictions. In:

BERNAZ, N. & SCHABAS, W. *Routledge Handbook of International Criminal Law*. London/NY: Routledge.

SCHABAS, W. A (2011). *An Introduction to the International Criminal Court*. Cambridge: CUP.

____. (2003). "The relationship between truth commissions and international courts: the case of Sierra Leone". *Human Rights Quarterly*, 25 (4), pp.1035-1066.

SRIRAM, C. L. & al (2011). *Peacebuilding and Rule of Law in Africa*: just peace? London/New York: Routledge. (VERSÃO KINDLE).

WANG, S. (2012). Transitional justice as retribution: revisiting its Kantian roots. In: CLARK, P. & al (eds). *Critical Perspectives in Transitional Justice.* Cambridge: Intersentia.

A Contribuição da Política Externa Brasileira na Construção da Paz Positiva em Conflitos Domésticos: um estudo de caso da atuação do Brasil em Angola.

Henriqueta Souza Sampaio
henriqueta.sampaio.ufrj@gmail.com

Resumo: Este estudo apresenta a pesquisa sobre a contribuição da Política Externa Brasileira na construção da paz positiva em Angola, um país africano que vivenciou de 1975 a 2002 um intenso conflito interno pela disputa de poder entre os dois principais partidos políticos: O Movimento Popular de Libertação de Angola e a União Nacional para a Independência Total de Angola. O referencial teórico percorre os Estudos e Pesquisas para a Paz, em especial os estudos de Johan Galtung sobre a violência e a paz, onde o fim do conflito armado gera a paz negativa, mas que não rompe com a violência estrutural geradora desses conflitos, nem tão pouco com a invisível violência cultural legitimadora dos atos de agressão. Essas três violências geram o triângulo da violência. Para atingir o objetivo desse estudo se utiliza duas variáveis: a participação do Brasil por meio das missões de paz desde 1989, o que levou a paz negativa; e o enfraquecimento dos vértices da violência estrutural e cultural por meio dos acordos de cooperação a partir de 2002, subsidiando a análise da construção da paz positiva.

Palavra chave: Angola, Política Externa Brasileira, Estudos e Pesquisas para a Paz

Introdução

Entre os anos de 1961 e 2002, Angola vivenciou dois diferentes conflitos. Primeiro a Guerra de Independência, de 1961 a 1974, contra o colonizador, Portugal. Em seguida a Guerra Civil, entre 1975 e 2002, marcada por intensos conflitos interno pela disputa do poder entre os partidos políticos, em especial entre o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), que mantinham seu poder no controle e exploração dos recursos naturais para seus financiamentos.

O presente estudo objetiva-se na análise do papel contributivo do Brasil, por meio de sua Política Externa (PEB), na construção da paz positiva (Galtung, 1969) em conflitos internos, tendo como estudo de caso os conflitos em Angola. Para tanto o aporte teórico orientador são os conceitos dos Estudos e Pesquisas para a Paz (EPPaz), sob a lente teórica de Johan Galtung e sua concepção de violência, tipos de paz e da ideia do triângulo da violência (1990, p. 294).

Inicialmente, é apresentada a evolução teórica dos estudos para a paz desde o pós Segunda Guerra Mundial, compreendendo algumas definições e visões acerca da paz e dos conflitos. É visto brevemente a evolução da PEB voltada para a paz, também chamada de Diplomacia para a Paz, tendo as bases embrionárias no limiar do século XX. Isso permite a reflexão acerca da PEB voltada para a paz negativa por meio das missoes de paz da ONU, sendo a primeira participação do Brasil em 1956.

Em seguida, o leitor sera contextualizado acerca da disputa política pelo poder, fato gerador das atrocidades que ocorreram não somente em Angola, mas em diversos outros países da África. É apresentado o panorama de Angola desde o pós Segunda Guerra Mundial, onde é visto sobre seus conflitos em três fases (SIMÕES, 2009): a primeira fase se dá entre 1961 e 1975, onde havia a disputa entre o colonizador, Portugal, e os partidos políticos recém surgidos no movimento nacionalista angolano: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e Força Nacional de Libertação de Angola (FNLA); a segunda fase percorre o momento da independência, em 11 de novembro de 1975, até 1991 quando a ONU aprovou a UNAVEM II; e a terceira fase vai de 1991 até o cessar-fogo em 2002, quando foi aprovada a UNMA, sendo esta a quinta e última missão de paz da ONU em Angola. Com isso, é possível ficar a par da realidade angolana desde sua independência, o que suporta a compreensão das análises.

Por fim, é analisado a PEB atuando em Angola, sendo importante clarificar sobre o marco temporal que é dividido em duas partes: a contribuição na quebra da violência direta, ou seja, é uma variável que existe enquanto há o conflito em si, logo sua análise é desenvolvida entre 1975 até o período de 2002, sendo apresentado o crescente envolvimento do Brasil em cada uma das missões de paz; e a contribuição na quebra dos vértices da violência estrutural e cultural, o que nos leva a análise dos acordos firmados no âmbito da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), no período pós-conflito ate maio de 2014. Por fim, é apresentada uma conclusão prévia acerca da contribuição da PEB em conflitos internos, norteada pela idéia da paz positiva. E importante lembrar que este estudo não analisa o mérito das motivações que levam o Brasil a atuar em Angola da forma que atua. O estudo visa refletir sobre as conseqüências para o povo angolano.

I - Estudos e pesquisas para a paz

A origem dos estudos científicos sobre a guerra e a paz permeia o limiar da Segunda Guerra Mundial, tendo sido criado na França, em 1945, o Institut Français de Polemologie. Nessa altura o objeto de pesquisa era o conflito, e a ausência de conflito era o objetivo dos estudos sobre a guerra e a paz, representada pela polemologia (Bouthoul, 1946). Foi com o fim da Segunda Guerra que houve um estímulo aos Estudos para a Paz, segundo o Dicionário de Política:

> (...) o grande estímulo ao ulterior desenvolvimento da Peace Research veio da UNESCO, sob cuja iniciativa, em 1947, 1948 e 1949, grupos de estudiosos de diversas origens científicas e ideológicas se reuniram para discutir sobre a contribuição que as ciências sociais poderiam prestar para uma mais profunda compreensão dos conflitos, especialmente de grupo, e da maneira de os resolver de forma pacífica. Fruto destes encontros foram os dois volumes coletâneas Tensions that cause wars (Urbana, 1950, trad. franc. Paris, 1951) e The nature of conflict (trad. franc, UNESCO, Paris, 1957). Outros estímulos ao desenvolvimento da PR vieram do movimento de Pugwash, surgido graças à iniciativa de Bertrand Russell, com o objetivo de reunir estudiosos de várias proveniências científicas e ideológicas para a discussão do contributo da ciência para a solução dos grandes problemas do nosso século, articularmente o da Paz. (2010, p. 916)

Assim, a primeira iniciativa para os estudos para a paz é também um desafio à visão Realista de interpretação da paz e da guerra e remonta aos anos 50 (Pureza e Cravo, 2005), notadamente em 1952 quando o Instituto de Pesquisas Sociais de Oslo lançou um concurso de ensaios acerca da problemática entre a pesquisa científica e sua contribuição para solução pacífica de conflitos internacionais. Todo o movimento intelectual e academico acerca da paz e dos conflitos culminou no lançamento, em março de 1957, do Journal of Conflict Resolution, e em 1959 na criação do Center for Research on Conflict Resolution, na Universidade de Michigan.

Ainda como desafio a visão Realista aos estudos sobre paz e conflito, surgiu em 1961 o Canadian Peace Research Institute e que publica, desde 1964, o Peace Research Abstract Journal, que consiste na classificação de grande parte das publicações sobre o tema. Esse mesmo Instituto publica desde 1969, de forma quadrimestral a Peace Research. Também em 1964 surgiu a International Peace Research Association (IPRA) na Inglaterra, que segundo o Dicionário de Política, promove estudos interdisciplinares sobre as condições da paz e as causas da guerra, "e publica o boletim bimestral International Peace Research Newsletters, fundado em 1963, onde se dão regularmente informações acerca das atividades de pesquisa sobre a Paz que se estão efetuando no mundo." (1998, p. 916). Em 1966, na Suécia, surge por iniciativa direta do governo sueco o Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), que desde 1969 publica anualmente o World armament and disarmament sipri yearbook.

O segundo passo do peace research é caracterizado por uma visão positiva, onde o objeto de análise passa a ser a paz, tendo como fundador desse novo paradigma o norueguês Johan Galtung[1]. Essa nova visão é impor-

1 Johan Galtung nasceu em 24 de outubro de 1930 na cidade de Oslo, Noruega. Formou-se em Matemática e Sociologia na Universidade de Oslo. É um dos maiores mediadores de conflitos na atualidade.

tante na busca pela paz e segurança internacional, que contribui para as novas visões de paz, pois vai além dos estudos da dinâmica de poder, violência e conflito e que caracterizam a paz como a ausência de conflito. Isso ocorreu em 1959 com a criação do Peace Research Institute Oslo (PRIO) na Noruega e ganhou fôlego em 1964 com a criação do Journal of Peace Research, sendo que dois anos depois, em 1966, essa linha de pesquisa tornou-se o International Peace Research Institute.

Durante as décadas seguintes o que se viu foi um embate teórico acerca da paz e dos conflitos. Segundo Wiberg:

> Desde a década de 1960, propuseram- se valores diversos para suprir a ausência da violência física; os principais candidatos, hoje em dia, parecem ser os seguintes: 1) a equidade ou bem-estar (isto é, a ausência de uma violência estrutural); 2) a liberdade (ausência de opressão); 3) a identidade (ausência de alienação ou de violência cultural). (WIBERG, 2005, p. 28)

Em 1969, Galtung publica o artigo "Violência, paz e investigação sobre a paz", gerando inúmeros questionamentos no meio científico ao abordar a paz como um estado além da ausência de conflito, rompendo o senso comum e o paradigma que pesquisava a paz tão somente como ausência de conflito.

Segundo Galtung (1969), as discussões acerca da ideia de paz devem seguir três princípios básicos: o conceito de paz deve ser consensual para o grupo social que a discute com fins objetivos; as metas sociais que envolvem a paz podem ser complexas, mas devem ser atingíveis e; a declaração de paz como ausência de conflito deve ser aplicada como válida. Nesse estudo, Galtung amplia o conceito de violência o que o leva a também ampliar o conceito de paz, definindo a paz como uma moeda de dois lados: a paz negativa, que é definida pela ausência de conflito; e a paz positiva, que é caracterizada nesse momento pela ausência de violência estrutural e posteriormente pela quebra do triângulo da violência. Ao alargar a ideia de violência, Galtung (1969) apresenta seis distinções de violência:

1) Quanto a ação: física ou psicológica?;
2) Quanto a abordagem: negativa ou positiva?;
3) Quanto ao objeto e a reflexão se há algo ferido;
4) Quanto ao sujeito e a identificação se há alguém atuando na violência direta e na indireta. ;
5) Quanto a intenção: foi intencional e de quem?;
6) É manifesta ou latente?;

Assim, por violência Galtung define quando o potencial é maior que o efetivo e aquele não é evitável, deixando que ocorra o ato de violência (1969, p. 31), e exemplifica da seguinte forma: se no século XVIII uma pessoa morre com tuberculose, isso não pode ser entendido como violência, visto as condições da época. Entretanto, se hoje uma pessoa morre da mesma doença, tal ato pode ser identificado como violência, visto que existem recursos médicos disponíveis que evitam o óbito por tuberculose. A diferença está no acesso que o doente tem ao tratamento de tuberculose, o que indica algum tipo de negligência ou profunda desigualdade social.

Nessa altura Galtung lida com os conceitos de violência direta, violência indireta, paz negativa e paz positiva. Por violência direta entende-se o fato em si que gerou os atos hostis. É a violência visível, que envolve a violência física e suas atitudes armadas, e é concretizada pelo comportamento violento. A violência indireta ou estrutural são os comportamentos e atitudes sociais que regem o corpo social, podendo ser um conjunto de estruturas físicas ou um aspecto organizacional.

Em 1990, Galtung reformulou o conceito de violência como sendo "ofensas evitáveis às necessidades humanas básicas e à vida em geral, reduzindo os níveis de satisfação dessas necessidades abaixo do que é potencialmente possível" (1990, p. 292), introduzindo o conceito de violência cultural e chegando a concepção do triângulo da violência.

A violência cultural é a invariância, é a base individual da violência, visto que é a violência legitimada pelo indivíduo através, por exemplo, da religião. Para Galtung, a violência cultural é a pior das violências, tanto por ser uma violência invisível que atinge grande parte de um corpo social e se torna de difícil identificação e ruptura, quanto por fazer parte da origem dos costumes. Segundo Galtung é uma violência silenciosa e invisível, sendo que os aspectos culturais envolvem o homem em si, orientando-o em sua conduta social por normas e comportamentos de sua cultura.

Com isso Galtung chega ao conceito do triângulo da violência, que é a ideia basal desse estudo. Galtung ilustra tal triângulo como um iceberg, onde a ponta é visível e sua base invisível, comparando com a visibilidade da violência direta, e a invisibilidade das violências estrutural e cultural. O triângulo da violência se alimenta mutuamente e quando ocorre a quebra do vértice da violência direta, ou seja, da violência física e visível, ocorre o que Galtung denomina de paz negativa. Entretanto, para se atingir a paz positiva é necessário que haja o rompimento da dos outros vértices, visto que a violência invisível continua entre os membros da sociedade e a violência cultural continua legitimando as outras violências. Com a quebra dos 3 vértices, a alimentação mútua da violência seria rompida e o meio atingiria a paz positiva.

O Quadro 2 resume essa ideia:

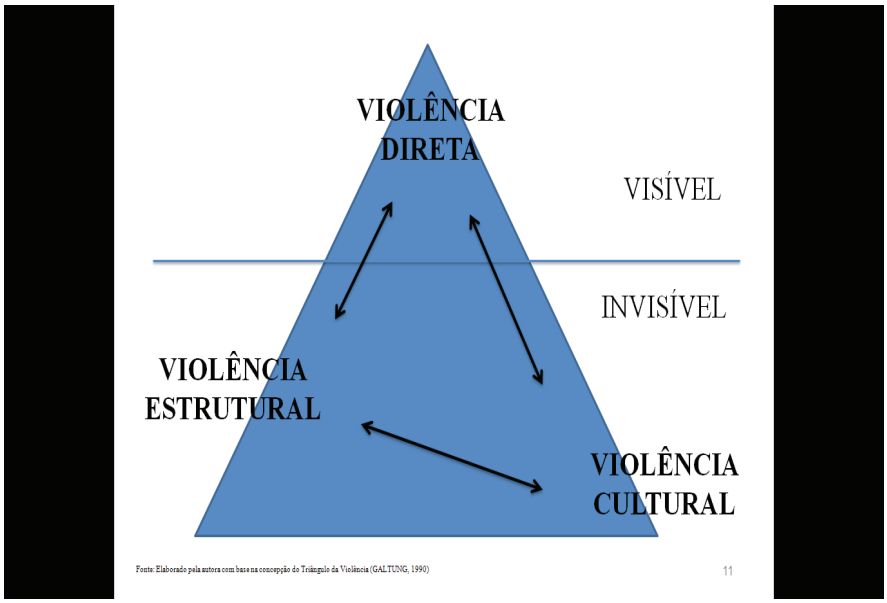

Fonte: Elaborado pela autora com base na concepção do Triângulo da Violência (GALTUNG, 1990)

II - A evolução da política externa brasileira para a paz

Os primeiros passos da política externa pacífica se deram na figura de Alexandre Gusmão e Duarte da Ponte Ribeiro, que delimitaram as fronteiras nacionais sem o uso da força. No limiar do século XX, o Brasil recém República delimitava suas fronteiras do norte também de forma pacífica com a diplomacia de Barão de Rio Branco, que se tornou ícone da PEB. As conquistas territoriais de forma diplomática foram tão intensas que marcou a história da diplomacia brasileira, caracterizando o Brasil como um país pacífico, mesmo que na análise se ignore aspectos de interesse econômico e a conjuntura internacional à época.

Alexandre de Gusmão nasceu Santos, São Paulo, em 1695, e foi diplomata por Portugal, que na altura era o colonizador do Brasil. Foi responsável pela assinatura do Tratado de Madri, em 1750, e que definiu os limites coloniais de Portugal e Espanha. Desse Tratado originou as fronteiras nacionais até os dias de hoje, e que na época quase triplicou a extensão do Brasil. Foi intitulado como avô da diplomacia brasileira em 1916 pelo diplomata Araújo Jorge. Gusmão foi o primeiro a defender o princípio do *uti possidetis, ita possideatis* ("quem possui de fato, deve possuir de direito") por meio do Tratado de Madri.

Duarte da Ponte Ribeiro nasceu em Portugal, mas foi para o Brasil aos 14 anos de idade. Foi médico de formação e iniciou aos 31 anos na carreira diplomática, sendo um exímio negociador. Em 1829 tornou-se cônsul geral no Peru, e em 1837 usou do princípio do uti possidetis na resolução de questões fronteiriças na região das repúblicas do Pacífico. Sua atuação diplomática foi tão expressiva que há no Salão de Tratados do Itamaraty seu busto junto com o de Alexandre Gusmão e Rio Branco.

José Maria da Silva Paranhos Júnior, ou simplesmente Barão do Rio Branco, foi um diplomata brasileiro de expoente reconhecimento pela conquista das fronteiras do norte do Brasil de forma pacífica. Sua oratória era

tão expressiva que se tornou o patrono da diplomacia brasileira. Rio Branco utilizava da arbitragem e das negociações nas questões fronteiriças, com destaque para duas questões: a conquista do Amapá, em 1910 pertencente a França; e a conquista do Acre por meio do Tratado de Petrópolis em 1904.

Rui Barbosa foi um político brasileiro que dentre vários destaques profissionais se sobressaiu no âmbito da diplomacia para a paz pela sua atuação na defesa pelo princípio da igualdade dos estados. Representou o Brasil na II Conferência da Paz, em 1907, ocorrida em Haia, na Holanda. Em 1906, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro a III Conferência Internacional Americana, com o objetivo de reunir os líderes para discutir sobre os mecanismos de entendimento entre as nações. Isso foi embrionário para a II Conferência da Paz, realizada em Haia, na Holanda, de 15 de junho a 18 de outubro de 1907 e que contou com a participação de diversos países latino-americanos. O representante brasileiro em Haia foi Rui Barbosa, que com seu discurso impecável ficou conhecido como "águia de Haia".

No contexto do pós Segunda Guerra vários nomes se destacam pela atuação em defesa da paz e segurança internacional, tais como José Augusto de Araújo Castro, Francisco Clementino San Tiago Dantas e Afonso Arinos de Mello Franco.

Nascido no Rio de Janeiro em 1919, Araújo Castro teve fundamental importância na inserção do Brasil no âmbito das negociações na ONU, desenvolvendo, oriundo de sua vasta experência, o conceito dos "três Ds": desenvolvimento, desarmamento e descolonização. O contexto de crescimento econômico pós Segunda Guerra o influenciou nessa tríade, mesmo embora o Brasil ainda exercesse papel secundário.

San Tiago Dantas nasceu em 1911 no Rio de Janeiro e desenvolveu sua carreira de forma diversa, sendo jornalista, advogado, professor, político, entre outras. Desenvolveu o conceito de "Política Externa Independente", onde defendia a participação do Brasil em fóruns internacionais, a coexistência competitiva e de forma pacífica, e a cooperação econômica para o desenvolvimento dos países periféricos.

Afonso Arinos de Mello Franco "desempenhou também uma grande influência na concepção da política externa independente e arguiu, com extrema habilidade política e jurídica, os fundamentos do envio de tropas brasileiras para servir às missões de paz da ONU". (FUNAG, 2012).

No Brasil, é possível afirmar que o EPPaz tem marco inicial com as obras de Josué de Castro, "A Geografia da Fome", de 1946 e a "A Geopolítica da Fome", de 1951, além de seu discurso na FAO entre 1952 e 1956 (BRIGAGÃO, 2004), voltada para a questão do desenvolvimento nacional, onde Josué de Castro questiona os imensos montantes financeiros investidos em armamentos frente a carência de investimento no combate a fome. O Brasil fez parte da Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs (UNSCOB) criada pela Resolução 109 (II) da Assembleia Geral das Nações Unidas, no ano de 1948, enviando diplomatas e militares que participaram como observadores no monitoramento das fronteiras gregas e na assistência aos refugiados. Essa foi a primeira participação do Brasil em missões de paz da ONU e "Desde então, o país participou de 38 missões de paz sob a égide daquela organização, empregando mais de 20 mil homens" (FUNAG, 2012, p. 215). Durante o período de 1957 a 1967 o Brasil participou como observador de 6 missões de paz da ONU.

Numa segunda fase da EPPaz no Brasil, a temática percorreu o campo político e da cultura, visto o contexto doméstico gerado pelo Golpe Militar de 1964 e que perdurou até 1985. Essa fase é caracterizada por momentos de ruptura e continuidades em sua Política Externa, rompendo com a chamada Política Externa Independente desenvolvida por João Goulart e que muito preocupava os EUA. Em 1977 o Brasil foi eleito pela primeira vez para a Comissão dos Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas.

Entre o período de 1967 até 1989, o Brasil não participou de nenhuma missão de paz, entretanto, de 1989 a 2006, o Brasil intensificou de forma diversificada sua participação nas missões de paz da ONU, totalizando o número de 20 missões. Nos anos entre 1986 e 1988, foi sediada na cidade do Rio de Janeiro a Secretaria da IPRA, tendo realizado no mesmo local a sua XII Conferência Geral.

> O que influenciou momentaneamente e modestamente um certo despertar na opinião pública, em setores governamentais já democratizados e organizações civis, em algumas áreas acadêmicas de estudos em relações internacionais e regionais, e da ciência política, em vários Estados brasileiros. (BRIGAGÃO, 2004, p. 30)

Em relação a Angola e a relação do Brasil com Portugal, em "novembro de 1972, no Governo Médici, o Brasil havia votado contra [Portugal] os movimentos de libertação de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique como

representantes autênticos das populações destes territórios" (LEITE, 2011, p. 147).

> O gesto brasileiro foi visto em Angola como o início de uma relação privilegiada e o término de um longo período de ambiguidades da política brasileira para a África de língua lusófona. Em abril, o Brasil recebeu, a convite, representantes dos movimentos de libertação angolana. Em maio, o Governo brasileiro enviou gêneros alimentícios, medicamentos e roupas. Em novembro de 1975, o Brasil foi o primeiro a reconhecer oficialmente o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) como o legítimo representante dos interesses do povo angolano (LEITE, 2011, p. 149)

Segundo Joveta José (2009) acerca dos anos de 1992 e 2002, "de um lado, o Brasil passa a participar mais ativamente, tanto em missões de paz da ONU em Angola como em termos de investimentos. Por outro lado, é consolidada a CPLP e se reforçam os entendimentos em torno da ZOPACAS." Surgida em 1986, a Zona da Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), objetiva-se no uso pacífico do Atlântico Sul. Angola só veio a se tornar membro da ZOPACAS em 2007. Conforme Joveta José (2009)

> O Brasil, assim como Angola, não viam com bons olhos uma militarização da área em virtude de potenciais consequências negativas. Assim, a diplomacia brasileira entrosou-se com seus vizinhos da América do Sul e com os países africanos virados para o mesmo espaço, contrapondo a criação de uma instituição visando a desmilitarização desse espaço. Assim nasceu a ZOPACAS.

Em maio de 2006 o Brasil passou a integrar a Comissão de Construção da Paz da ONU, que havia sido criada em 2005 por meio da Resolução 60/180 da Assembleia Geral e da Resolução nº1645 do Conselho de Segurança. Segundo dados do portal do MRE, a Comissão é composta por trinta e um membros de diversos órgãos da ONU, dentre os quais sete são do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), entre os quais o Brasil; sete são da Assembleia Geral; sete são oriundos do Conselho de Segurança, dos quais os cinco permanentes e dois rotatórios; cinco são os maiores contribuintes financeiros da ONU e outros cinco são os maiores contribuintes de tropas para operações de paz.

> A Comissão de Construção da Paz tem como objetivo principal auxiliar os países recém-saídos de conflitos armados a alcançarem estabilidade política e econômica duradouras. Representa importante avanço no processo de reforma da ONU, ao contribuir para o fortalecimento do sistema das Nações Unidas na área econômica e social. A criação de órgão como a Comissão de Construção da Paz havia sido objeto de propostas do Brasil desde meados da década de noventa e representa a concretização de aspiração de longa data dos países em desenvolvimento. (BRASIL, 2006)

Conforme citação acima é possível notar que o Brasil há anos exerce em seus discursos a postura de construtor da paz.

Durante o governo de Lula, iniciado em 2003, a PEB voltou-se para o fortalecimento da Cooperação Sul Sul, também conhecido como Política Externa de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD). Tal política teve início na década de 70 durante o processo de descolonização na África. Segundo Leite (2010):

> A cooperação técnica começa a ser esboçada como um dos eixos das relações do Brasil com países africanos lusófonos. Em linhas gerais, ela acompanha o próprio processo de institucionalização da cooperação prestada pelo Brasil aos demais países 30 em desenvolvimento. Deriva, ademais, de demanda crescente dos PALOP por assistência técnica no período.

Entretanto, a Cooperação Sul-Sul ganhou impulso a partir do governo Lula que gradativamente diminuiu a dependência na relação vertical do eixo Norte-Sul. Segundo consta na Resenha de Política Exterior do Brasil, o discurso de Lula na I Sessão Plenária da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, em 2006 aponta esse posicionamento da política externa via diplomacia presidencial, onde Lula afirma "tomei a decisão de que o Brasil precisaria fazer uma inflexão na sua política internacional. O Brasil precisaria ter um olho para a América do Sul e a América Latina e, ao mesmo tempo, ter outro olho para o continente africano". (BRASIL, 2006)

No que tange ao estudo de caso, o Brasil foi pioneiro no reconhecimento da independência de Angola em 1975, sendo o primeiro país do mundo a ter um representante em Angola antes mesmo da independência. Os laços

históricos da relação entre o povo africano e a época de escravidão no Brasil e a herança colonial com Portugal podem ser vistas como traços em comum para a compreensão dessa relação.

A primeira aproximação do Brasil com Angola ocorreu ainda em 1961, quando foi aberto o Consulado Brasileiro em Luanda. Em abril de 1962, como parte de uma política para a África, o então presidente Jânio Quadros criou, via decreto legislativo, o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-asiáticos (IBEAA), voltado para a área de Educação, onde "previa a concessão de bolsas de estudo para estudantes africanos do ensino médio e superior, intercâmbio de professores, programa de exposições e seminários e visitas de conferencistas." (LEITE, 2010, p. 99)

Durante a XVI Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1961, o senado Afonso Arinos deixou claro em seu discurso o posicionamento do Brasil favorável a liberdade das colônias africanas e a autodeterminação dos povos africanos. "o Brasil votou a favor da resolução 1742, que exortava a criação de instituições políticas livres em Angola e a transferência de poder para o povo angolano." (LEITE, 2010, p. 111). A Cooperação Sul-Sul não é restrita ao campo de desenvolvimento tecnológico. Há cooperação nas áreas econômicas; na arena política, buscando uma articulação nos foros multilaterais; em segurança e defesa, por exemplo, no Atlântico Sul; e até cultural, onde há a comunhão de boas práticas na área de saúde, meio ambiente, entre outros.

O livro "Panorama Brasileiro de Paz e Segurança", de 2004, versa sobre o Brasil e os EPPaz "Dentro de um viés crítico e com bastante autonomia teórica, a contribuição brasileira revela-se particularmente inovadora e articulada com as ideias de sua época e voltadas também para o futuro" (BRIGAGÃO, 2004, p. 12), apontando, ainda, as transformações desde a década de 1980.

Por fim, é possível encerrar esse capítulo com a reflexão de Amado Cervo (2010) sobre as relações internacionais:

> Entre países avançados, as relações igualitárias deixam transparecer um caráter lúdico. Zelar pela paz ou preparar-se para a guerra, compor ou desfazer alianças, construir a potência e o prestígio, difundir ideologias e valores situam-se do lado do divertimento. Entre países desiguais, para aqueles que são atrasados, as relações internacionais deixam transparecer o caráter existencial. Delas dependem, em boa medida, os ritmos de desenvolvimento, as oportunidades de melhoria das condições sociais, o cotidiano. (CERVO, 2010, p. 15)

III – ANGOLA E O PROCESSO DE PAZ

Angola foi colônia de Portugal de 1482 até 11 de novembro de 1975, quando foi proclamada a independência pelo Dr. Antônio Agostinho Neto, após os 14 anos de disputa, tendo como atores Portugal, de um lado, e os partidos políticos de outro. Situada na costa ocidental da África, Angola é banhada a oeste pelo Oceano Atlântico e tem sua fronteira norte e leste com a República Democrática do Congo, a leste pela Zâmbia e a sul pela Namíbia. É rica em recursos naturais como o petróleo, o gás natural e o diamante, entretanto esse potencial para o desenvolvimento nacional tem o controle dos partidos políticos que utilizam do monopólio das fontes naturais para o seu financiamento.

O contexto de repressão política, econômica e militar exercida por Portugal na década de 50, fez surgir em Angola um movimento nacionalista e alguns partidos políticos. Para esse estudo, é relevante conhecer três desses partidos: o MPLA[2], a UNITA[3] e a FNLA[4]. Outro ponto singular nessa dinâmica era o contexto de Guerra Fria, visto que os EUA e a URSS se mantiveram presentes em Angola por meio do apoio aos partidos, respectivamente a UNITA e ao MPLA.

---

2 O MPLA foi o primeiro partido criado nesse contexto, em 10 de dezembro de 1956, tendo como fundador e figura política o médico Agostinho Neto, que faleceu em 1979 e foi pelo atual presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, que assumiu a presidência do MPLA e do país em 1979. O MPLA é composto majoritariamente por membros da etnia Kimbundo.

3 A UNITA foi criada em 1966 por Jonas Savimbi, ex-membro da FNLA. A maioria de seus membros é da etnia Ovimbundus.

4 A FNLA surgiu em 1954, inicialmente com o nome de União das Populações de Angola (UPA) até 1962, quando passou a denominação de FNLA, tendo sua maioria de membros da etnia Bakongo.

A raiz do conflito interno em Angola, e que pode ser estendido para os outros conflitos na África, tem explicação histórica, nomeadamente de quando os colonizadores no século XX recortaram e dividiram o continente africano sem a consideração prévia dos aspectos geográficos, culturais e sociais das tribos que ali já habitavam. Isso pode ser enquadrado como um conteúdo multi comunitário, onde se destaca a herança colonial e o padrão histórico de rivalidade entre os grupos já existentes na colônia, que se torna uma pré condição para os conflitos de caráter prolongado ou *protracted.*

Em Angola, o MPLA se situa na região de Cabinda, local onde se encontram as maiores reservas de petróleo do país, enquanto a UNITA exerce poder na região leste e controla os minérios, com destaque ao diamante. Laitin & Rothchild (*apud* SAIS) afirmam que as questões étnicas e culturais dos conflitos históricos se tornam gatilhos para o estopim dos conflitos, e que a herança amedrontada da guerra geram na coletividade o medo que causa o conflito. Brown (*apud* SAIS) aponta os fatores subjacentes ou condicionais que se tornam determinantes para a causa do conflito, e divide em quatro grupos: estruturais, políticos, econômicos/sociais e culturais.

No sentido teórico, é possível caracterizar o conflito pela abordagem do Instrumentalismo (YOUNG, 2003), onde se destaca o papel do líder ou de um grupo socialmente líder, que exerce a capacidade de controle de massas e de mobilização em prol de objetivos, em um contexto de dinâmica dos aspectos de religião, etnicidade e cultura. Nesse sentido, o MPLA tem a legitimidade para ocupar a posição de governo, e pelos aspectos históricos, se mantém. Por uma interpretação galtuniana, é possível identificar a violência cultural se manifestando.

Cronologicamente os conflitos em Angola são divididos em três fases (SIMÕES, 2009), sendo o período total de 1961 a 2002. Na primeira fase os atores são Portugal *versus* os partidos políticos, no que ficou conhecido como Guerra de Independência. Durante essa fase, a ONU abordou pela primeira vez as questões beligerante em Angola, em 9 de junho de 1961, quando o Conselho de Segurança da ONU (CSONU) emitiu a Resolução nº163. Os anos seguintes foram de intensa disputa colonial, em meio à repressão econômica e militar que Portugal praticava aos angolanos. Em janeiro de 1975 o MPLA, a UNITA e a FNLA se unem para um governo de transição ao assinarem com Portugal o Acordo de Alvor, que tem curta duração e pouco sucesso. Nessa altura, as divergências ideológicas entre os três partidos já eram latentes (FRANCISCO, 2000), o que contribui para o cenário distante da paz.

A segunda fase se inicia à altura da Revolução dos Cravos em Portugal, em abril de 1974. Nesse momento a divergência entre as tribos de orientação política distinta se acirrava, tendo o MPLA assumido o governo de Angola em 11 de novembro de 1975, quando de forma unilateral o então líder da MPLA, Dr. Antônio Agostinho Neto, proclama a independência e toma posse da presidência. A UNITA não reconheceu a tomada de poder pelo MPLA e intensificou os conflitos. Em 1976, o CSONU emitiu a Resolução nº387 que reprimia a presença da África do Sul, apoiadora da UNITA, em Angola, e o uso de base estratégica na Namíbia, localizada ao sul de Angola. Em 22 de novembro do mesmo ano e por meio da Resolução nº397 Angola passa a fazer parte da ONU.

Durante essa fase foram assinados dois documentos: o Acordo Tripartido entre Angola, Cuba e África do Sul, em 22 de dezembro de 1988, conhecido como Acordo de Nova Iorque; e o Acordo de Gbadolite, em 22 de junho de 1989, entre o então presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, e o líder da UNITA, José Savimbi. Os quatorze anos que se seguiram até a aprovação da primeira missão de paz da ONU para Angola, A United Nations Angola Verification Mission (UNAVEM I), em 1989, a sociedade internacional observara mais um sangrento conflito nas terras africanas com falhadas tentativas de redução do conflito, como o Acordo de Lusaka, assinado por Angola, EUA e África do Sul, em 1984, e que previa a retirada de tropas sul africanas do conflito. Durante esse período, o CSONU se posicionara quatorze vezes, entretanto, não gerou efetivas alterações na conjuntura beligerante em Angola, visto que muitas Resoluções eram de caráter informativo e não decisório. Em 16 de fevereiro de 1984, Angola, África do Sul e EUA assinaram um acordo em Lusaka que previa a retirada das tropas sul africanas do conflito.

Foi apenas em 1988 que se deu o primeiro passo por parte da comunidade internacional em busca da paz, na altura em que o CSONU aprovou, em 20 de dezembro deste ano, a Resolução nº626 que estabelece e respalda a UNAVEM I. Na mesma ocasião houve a assinatura de um acordo trilateral entre Angola, Cuba e África do Sul. O resultado da UNAVEM I foi considerado insatisfatório após seus dois anos de missão, findando em 1991. O contexto de Guerra Fria exercia influência direta nos conflitos armados entre o MPLA e a UNITA, visto que

a disputa era reflexo e materialização da dualidade ideológica (SIMÕES, 2009). De um lado o MPLA recebia apoio da URSS e especialmente de Cuba, do outro, a UNITA era apoiada pela África do Sul e os EUA. Além da questão ideológica, os interesses em Angola se davam pelas riquezas naturais, notadamente o petróleo e a diamante.

A terceira fase, então, ocorre entre os anos de 1991 e 2002, momento em que a ONU reestruturava os conceitos de paz e segurança, e se adaptava ao novo contexto pós Guerra Fria. Esse período foi de inúmeras tentativas de paz e comoção internacional, visto as barbáries veiculadas por todo mundo por meio da mídia. A participação do Brasil se intensificou nesse período, atuando cada vez mais por meio das missões de paz.

Em 1º de maio de 1991 é assinado os Acordos de Bicesse entre o presidente José Eduardo dos Santos e o líder da UNITA, Jonas Savimbi. Os Acordos de Bicesse tiveram a mediação do governo português e previa a cessação das hostilidades e o pleito eleitoral no ano seguinte, encaminhando Angola para o multipartidarismo. Por uma leitura galtuniana, a busca pela transformação política contribuiria para o enfraquecimento do vértice da violência estrutural. Entretanto, a ineficácia da primeira missão de paz da ONU resultou na aprovação da UNAVEM II, em 30 de maio do mesmo ano, por meio da Resolução nº696, dando continuidade à operação de paz e à verificação do cumprimento dos Acordos de Bicesse.

Em 29 e 30 de setembro de 1992 foram realizadas as eleições conforme previa os Acordos de Bicesse, tendo como vencedor o MPLA com o cargo pra presidência do já presidente José Eduardo dos Santos. A UNITA não reconheceu como válido o processo de transição política e reiniciou os conflitos armados, mesmo tendo conquistado no pleito eleitoral, cadeiras políticas. A comunidade internacional que esteve presente por meio da UNAVEM II reconheceu como válida as eleições.

Ainda em busca pela paz, a ONU aprovou em 15 de agosto de 2002 a quinta operação de paz, por meio da Resolução nº1433, que normatizou a UNMA. Com duração prevista de 6 meses, a UNMA durou até 15 de fevereiro de 2003.

O fim do conflito em Angola se deu com a derrota militar da UNITA simbolizado pela morte do líder Jonas Savimbi, e formalmente com a assinatura do Memorando de Luena, em abril de 2002. Entretanto, o fim dos conflitos não necessariamente significou o início da paz quando considerado a questão teórica no que tange a paz negativa e a paz positiva (GALTUN, 1996), no aspecto amplo da epistemologia acerca da paz.

IV – A peb e a quebra do triângulo da violência em angola

A análise do Brasil na contribuição da quebra triângulo da violência se limitou, nesse estudo, em dois aspectos: à participação do Brasil por meio das missões de paz em Angola visando mensurar a ruptura do vértice da violência direta; e aos acordos bilaterais via ABC, visando analisar a quebra dos vértices de violência estrutural e cultural.

O Brasil participou de todas as missões de paz da ONU em Angola, que totalizam cinco: UNAVEM I, 1988-1991; UNAVEM II, 1991-1994; UNAVEM III, 1995-1997; MONUA, 1997-1999; e UNMA, 2002-2003.

A UNAVEM I foi estabelecida "a pedido dos governos de Angola e de Cuba, com a missão de fiscalizar a retirada das tropas cubanas de Angola, a partir do aeroporto internacional 4 de Fevereiro de Luanda e nos portos de Cabinda, Lobito, Luanda e Namibe" (FRANCISCO, 2000). Essa missão teve a participação total de dez países com o envio apenas de Observadores Militares (OM). Por todo o período da missão, o comando do contingente foi exercido por um general brasileiro.

Mesmo com os Acordos de Bicesse não foi observado o fim dos conflitos, mantendo-se o vértice da violência direta. A UNAVEM I foi considerada insatisfatória, o que levou o CSONU a aprovar, em 30 de maio de 1991, a UNAVEM II, que previa dar continuidade à tentativa de cessar-fogo e ao cumprimento do Acordo de Bicesse, com previsão de duração total de dezessete meses. A participação do Brasil se deu de forma mais expressiva em número absoluto e em variedade.

Na UNAVEM II teve a participação de vinte países, sendo que o Brasil contribuiu com oito Observadores Militares, nove Observadores Policiais, uma unidade médica e com quatro Observadores Eleitorais apenas na época das eleições, de um total de total de trezentos e cinquenta Observadores Militares, noventa Observadores

Policiais e de cem a quatrocentos Observadores Eleitorais, sendo o auge atingido na época do pleito eleitoral, em 1992. Embora todo o processo eleitoral tenha ocorrido sob organização do Conselho Nacional de Eleições e observação da UNAVEM II, a UNITA não reconheceu a vitória do MPLA e iniciou novamente o conflito armado. Isso levou a medidas pelo CSONU, que aprovou a UNAVEM III, em 8 de fevereiro de 1995, por meio da Resolução nº976. Com mandato previsto de seis meses, a missão foi prorrogada até 30 de junho de 1997.

Nessa terceira tentativa de paz ao povo angolano, a participação da comunidade internacional foi expressiva, tendo, inclusive, a destacada contribuição do Brasil. Com o total de aproximadamente sete mil efetivos de trinta e quatro países, a UNAVEM III foi a maior operação de missão de paz da ONU na época, tendo o Brasil contribuído com 1080 efetivos. Nessa altura o Brasil chegou a ser o quarto maior Estado membro da ONU envolvido em missão de paz. O objetivo da missão era mediar as negociações de paz entre o governo liderado pelo MPLA e a UNITA, atuando no patrulhamento ostensivo do cumprimento dos acordos, do desarmamento e desmobilização dos combatentes da UNITA, entre outros. Esse processo, entretanto, esbarrou com dificuldades administrativas, o que levou a Secretaria Geral da ONU emitir um Relatório, em 5 de junho de 1997, sugerindo o fim da UNAVEM III e a aprovação de um novo tipo de missão: a Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA).

A MONUA foi aprovada pelo CSONU em 30 de Junho de 1997, tendo um total de mil e quinhentos militares e civis, dos quais o Brasil contribuiu com quatro Observadores Militares, vinte Observadores Policiais, dois Oficiais no Estado Maior da Missão de Paz e quinze unidades médicas. O período dessa missão enfrentou por momentos de intensificação dos conflitos por ambas as parte, mas especialmente pela UNITA, que chegou a impedir o efetivo trabalho de verificação dos capacetes azuis.

Em 26 de fevereiro de 1999, a MONUA foi substituída por um escritório avançado da ONU em Angola, o UNOA, o qual o Brasil contribuiu com 30 efetivos. A quinta e última missão de paz da ONU em Angola se deu com a United Nations Mission in Angola (UNMA), aprovada com a Resolução nº1433. O total de efetivos foi de oito Observadores Militares, dos quais três eram Oficiais brasileiros que assessoravam o Estado Maior da missão.

Em 22 de fevereiro de 2002 morre Jonas Savimbi, líder da UNITA, o que marca simbolicamente o fim dos conflitos internos em Angola. Percorrido o histórico dos conflitos entre o MPLA e a UNITA, somados a esta seção que apresenta a participação do Brasil por meio unicamente das missões de paz da ONU, é possível inferir que o Brasil contribuiu para o alcance da paz negativa em Angola. Entretanto, para concluir o estudo da participacao do Brasil no processo de paz em Angola, é preciso analisar os acordos realizados entre Brasil e Angola via Agência Brasileira de Cooperação[5] (ABC), bem como na atuação das empreiteiras brasileiras no âmbito da construção civil, com destaque para a Odebrecht.

Segundo site da ABC, a cooperação técnica entre Brasil e Angola tem sua fase embrionária em 1980, quando foi assinado um Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, prevendo cooperação nas áreas de saúde, cultura, administração pública, formação profissional, educação, meio ambiente, esportes, estatística e agricultura.

No ano de 1984, a empreiteira brasileira Odebrechet inicia sua atividades em Angola, tendo o apoio do governo brasileiro na internacionalização, inclusive com linhas de crédito para o financiamento da construção da hidrelétrica de Capanda, a maior em Angola. Nessa época o país vivia a disputa pelo poder, como já visto, entre o MPLA e UNITA, sendo que a Odebrechet era chancelada pelo MPLA. Com o fim dos conflitos civis em 2002, a Odebrechet tornou-se a maior empregadora privada em Angola, o que permite a análise além dos aspectos aqui elucidados, como por exemplo, a dependência sócio-econômica para com uma população com alto índice de famílias abaixo da linha da pobreza.

O fim dos conflitos armados em 2002 aproxima-se temporalmente com o início do governo Lula em 2003, que com sua política externa de Cooperação Sul-Sul permitiu novos apoios financeiros em Angola, seja por meio da Odebrechet, que pode ampliar ainda mais sua atuação internacional, seja por meio da Cooperação Sul-Sul

---

5 Atualmente vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, a ABC foi criada em 1987, visando a centralização dos projetos de cooperação e assegurando o monitoramento, podendo ao Brasil conferir transparência aos processos de sua política externa, conforme consta no site da ABC.

ou por Cooperação Trilateral com Organismos. Com base nos dados do site da ABC, houve um total de setenta e sete acordos distribuídos em dezessete setores[6] (que se desdobram em trinta e cinco subsetores) de atuação entre o período de 25 de agosto de 2002 até maio de 2014, sessenta e sete já foram concluídos e dez ainda estão em execução. Tais dados orientaram a busca em mostrar o quão próximo da efetividade tais acordos tiveram para a quebra dos vértices estrutural e cultural. Quanto ao mérito dos acordos via ABC, a área onde ocorreu mais ajuda foi na Saúde, seguida de Educação e depois Desenvolvimento Social.

No âmbito nacional os maiores apoiadores ao desenvolvimento dos projetos e instituições executoras brasileiras parceiras foram a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, o Serviço Nacional de aprendizagem Industrial – Senai, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, alguns Ministérios e Secretarias, e Universidades públicas e privadas.

Em pareceria com o Senai de Mato Grosso do Sul, o grupo Odebrech capacitou até maio de 2014 o total de 530 trabalhadores de sua indústria de sucroenergética em Cacuso, norte de Angola, sendo previsto até o final de 2014 mais 240 trabalhadores. Segundo o portal África21digital "A capacitação de 770 trabalhadores angolanos faz parte da parceria iniciada em 2010, quando o Senai qualificou sessenta angolanos para atuar na usina que o grupo está construindo em Angola." É previsto que a unidade de cultivo e processamento de cana de açúcar inicie a sua produção em 2018.

Segundo dados de maio de 2014, Angola conta com 541 centros de formação profissional, conforme anunciou o ministro da Administração Pública angolana. Tais estruturas se distribuem entre "centros de formação, centros integrados de emprego e formação profissional, centros móveis e pavilhões de artes e ofícios, distribuídos em todas as províncias, entre privados e públicos" (UNILAB, 2014), predominantemente com "empresas de distribuição de energia, águas e de prestação de serviços de concorrência e de manutenção de equipamentos sociais.". Segundo a mesma matéria "no presente ano estão matriculados, nas dezoito províncias de Angola, 25.275 jovens em várias especialidades como informática, canalização, corte e costura, eletricidade, marcenaria, carpintaria, entre outras". Vê-se, então, a efetiva participação do Brasil na reconstrução social, onde por meio da capacitação profissional possibilita que jovens se tornem profissionais.

Em 2000 a ONU lançou as metas para o Milênio, onde apontou oito Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio (ODM), dos quais três se relacionam com a saúde, a saber: ODM 4: Reduzir a mortalidade infantil; ODM 5: Melhorar a saúde materna; ODM 6: Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças. Assim, observa-se que os acordos do Brasil com Angola visam contribuir também para os ODM. Com base nos acordos da ABC, na área de Saúde no período entre 2002 e maio de 2014 foram assinados dezenove acordos de cooperação entre Brasil e Angola, e que foram sub dividido em oito áreas.

No ano de 2000 o governo de Angola lançou o Plano de Desenvolvimento da Saúde, que visava a restauração de um hospital nacional e de uma maternidade no país, e para tanto buscou parceria com o Japão. Em 2007 o Brasil por meio do Programa de Parceria Brasil-Japão (JBPP) assinaram um acordo tripartite que visa a atenção à saúde primária em Angola, desenvolvendo um projeto que possibilitou que fossem capacitados centenas de profissionais da área da saúde no período de 3 anos.

No setor de Planejamento foram firmados três acordos que tratavam de Estatísticas Gerais, Demografia e Estratégias de Desenvolvimento e que refletem a importância de Angola conhecer seu próprio povo. O contexto de tal necessidade se dá na realização do último censo demográfico: foi realizado em 1970. Assim, em par com a reconstrução social pós 2002, no ano de 2006 o Instituto Nacional de Estatística (INE) de Angola solicitou ajuda técnica ao Instituo Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme consta no site da ABC "que as necessidades de apoio técnico fazem-se sentir em quase todos os domínios da atividade estatística, seja nos censos e pesquisas, como nos sistemas de tecnologia de informação, ou ainda no planejamento estratégico." (2014).

Em um artigo do demógrafo angolano, Lukombo (2011), aponta algumas reflexões sobre Relatório Econômico do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC/UCAN), no que tange ao crescimento populacional e a dinâmica populacional em Angola.

---

6 Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Esporte, Seminário, Agricultura, Administração Pública, Trabalho e Emprego, Cultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio, Planejamento, Cooperação Técnica, Relações Exteriores, Comunicações, Defesa, Pesca.

O êxodo rural em massa e sem políticas públicas podem ter consequências na questão da segurança pública e a criminalidade. Dados do Relatório Estatísticas da CPLP (2012) informam que no período de 2003 até 2010 a taxa de homicídio por 100 mil habitantes em Angola foi de 20,2 óbitos, ficando em segundo lugar nesse quesito dentre os países de língua portuguesa (O Brasil desponta em primeiro com taxas superiores a trinta mortes). Ou seja, é possível ver a importância de acordos tão pontuais na busca pela quebra dos vértices de violência.
Na Cooperação Técnica foram feitos dois acordos no ano de 2007, um que tange a capacitação técnica na área da saúde, via cursos de radiologia onde "viabilizou a ida de especialista brasileiro em radiologia, com vistas a ministrar curso em radiologia a trinta profissionais participantes de instituições angolanas." (ABC, 2014); e outro que tange a Missão de Apoio a Pequenas e Médias Empresas em Luanda. Anos antes, em 2003, foi criada a Câmara de Comércio Brasil-Angola, em Luanda, e a Associação de Empresários e Executivos Brasileiros em Angola (AEBRAN), onde reúne empresas de pequeno e médio porte.
A análise desses acordos, tanto no mérito de cada um quanto na diversidade dos setores, aponta para uma contribuição do Brasil, por meio dessas parcerias notadamente bilaterais, na melhoria do povo angolano.

Conclusão

A busca por novas interpretações acerca da PEB no que tange as bases teóricas dos estudos e pesquisas da paz refletiu metodologicamente nessa pesquisa, onde se buscou resultados e as resultantes da PEB em Angola. Com isso, foi possível analisar a PEB não pelos interesses nacionais, mas na busca pela paz positiva em Angola, quando se analisou a relação de além da econômica, mas voltada para os aspectos diversos que envolvem a reconstrução pós-bélica.
Partindo do pressuposto, com base na mente coletiva, de que o Brasil é um país pacífico nas relações internacionais, o estudo mostrou que historicamente a PEB se posicionou nos foros internacionais com o discurso da paz e segurança internacional em prol do desenvolvimento coletivo, e que regionalmente definiu suas fronteiras por meio de negociações. A realidade histórica reforça a imagem de que o Brasil é um país pacífico e defensor da paz internacional, e aponta para essa continuidade, visto que o Brasil continua sendo um defensor da paz e segurança nos foros multilaterais.
Além disso, o Brasil vem desenvolvendo políticas de cooperação tanto no âmbito regional quanto internacional, de forma bilateral ou multilateral, o que não embasa na construção de cenários o Brasil em conflito com nenhum outro Estado. Ou seja, a realidade do Brasil no século XXI aponta para o fortalecimento dessa imagem de um país pacífico. Isso embasou neste estudo o entendimento das atuais relações internacionais do Brasil, dando ênfase à política de Cooperação Sul Sul e que, embora se reconheça os interesses do Brasil na sua projeção internacional, é inegável que a PEB para a África contribui na reconstrução social de Angola.
Outra reflexão surgiu ao analisar o histórico de Angola antes da primeira missão de paz, em 1989, onde se verifica que não havia paz entre os grupos internos daquela geração, logo os instrumentos de reconstrução e o processo de paz em si buscam, na verdade, a criação da paz para uma geração que não conhece a ausência de conflito. Nesse sentido, um dos aspectos que deveriam ser incansavelmente trabalhados na população é o psicossocial, seguindo uma cultura de paz que possibilitasse a Angola e aos grupos beligerantes o contato com a ideia da paz.
No que tange especificamente ao resultado da pesquisa no estudo de caso é necessário três observações:
Em primeiro lugar, quanto à quebra do vértice da violência direta, é possível concluir que o Brasil contribuiu para o fim dos conflitos por meio de sua participação crescente nas missões de paz da ONU, conferindo a Angola a paz negativa.
Em segundo lugar, quanto a variável que buscava analisar a quebra dos vértices da violência estrutural e cultural, a pesquisa encontrou diversos entraves relativo ao acesso a fontes e dados oficiais que levassem ao fechamento da hipótese. Inicialmente, a pesquisa buscava sobre a efetividade dos acordos bilaterais e multilaterais em diversos setores da sociedade, pois isso apontaria o mais próximo da realidade em Angola, mostrando o quanto o Brasil atua na reconstrução de cada aspecto social. Entretanto, só foi possível analisar mais aprofundado quanto aos acordos na área de saúde, de desenvolvimento social por meio de capacitação profissional e

na construção civil. Embora tenha se analisado os 17 setores no âmbito da ABC via site da própria ABC, nem todos deram suporte nos resultados da pesquisa, seja por insuficiência de fonte, seja por imensurável número de acordos. Assim, é possível apenas dizer que o Brasil contribui de forma branda em uma aproximação da construção da paz positiva.

Em terceiro lugar, quando analisado os acordos de cooperação por meio da Odebrech, observa-se claramente que o Brasil utiliza de sua política externa para atingir seus objetivos, e que há, a priori, uma segunda intenção nas suas relações internacionais. Entretanto, como o objetivo dessa pesquisa é analisar se a PEB contribui para a construção da paz em Angola, logo a real intenção e os benefícios da PEB não foram contabilizados na conclusão da hipótese, visto que é possível considerar que o Brasil contribui para a construção da paz positiva em Angola, mesmo que de forma setorizada e branda.

Foi possível observar na leitura dos 76 acordos firmados entre Brasil e Angola que a sua maioria tinha um cunho voltado para a educação ou transferência de conhecimento, criando multiplicadores, independente do setor ou subsetor o qual o acordo fazia parte. Isso aponta para uma relação que beira a independência intelectual, visto que uma vez dado o conhecimento a alguém, ele jamais será perdido, mesmo que as relações diplomáticas sejam rompidas.

De forma sucinta e tendo como o objeto do trabalho a paz positiva, o objetivo foi atingido, pois foi possível analisar a história recente de Angola e a relação bilateral com o Brasil por diferentes aspectos e suas distintas nuances, chegando ao ponto chave de que o Brasil contribui para a construção da paz positiva em Angola, mesmo que de forma insuficiente, levando-se em conta, ainda, que a ruptura dos vértices da violência estrutural e cultural é rígida. Ou seja, o trabalho não aponta que Angola vive um estado de paz positiva, mas conclui que Angola vive um momento de transformação cultural.

O Atlântico de Língua Portuguesa em Perspectiva Comparada de Segurança e Defesa – dos documentos políticos às elaborações estratégicas.

Daniele Dionisio da Silva[1]

Resumo: Hoje, no mapa geoestratégico, o Atlântico é visto como secundário, entretanto, para Brasil, Portugal e para os Palops ele deveria ser parte dos objetivos nacionais permanentes e estratégicos. O Atlântico constitui inegável fonte de riquezas, mas também preocupação na área da segurança. Crescem nesse ambiente a pirataria; a imigração ilegal; o tráfico de armas e drogas. Apesar da exploração de recursos naturais oceânicos e do fluxo de mercadorias, há carência de meios militares e de tecnologia de ponta para combater esses crimes. Os oceanos são um desafio para a defesa dos Estados ao apresentarem uma concepção diferenciada de limites e fronteiras. Assim, o presente trabalho busca analisar o Atlântico como elemento discursivo, nas instruções normativas e nos planejamentos estratégicos de Brasil e de Portugal, tendo como fontes, os documentos publicados pelos Ministérios da Defesa, tais como PDN; END; Livro Branco de Defesa, Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

Palavras-chave: Atlântico, Língua Portuguesa, Segurança e Defesa.

Desta vez as coisas passam-se com muito maior gentileza. Chamam-se directivas, já não se chamam ultimatos, mas a minha ideia é que a Zona Económica Exclusiva tende para ser submetida à mesma regra: ou temos capacidade efectiva de a gerir ou perdemos o direito. Julgo que a redacção do tratado permite isto, julgo que basta que o permita para que se esteja atento e se exija uma reflexão muito aprofundada sobre a questão ... Nesta conjuntura, julgo que Portugal tem uma coisa a salvaguardar, que é a janela de liberdade que se chama CPLP. Essa janela de liberdade é absolutamente fundamental e implica com a segurança do Atlântico Sul, porque quando nós organizamos a Segurança do Atlântico Norte, os ocidentais não tinham que se preocupar muito com o Atlântico Sul, pois as soberanias ainda eram muito recentes quando já existiam. Mas neste momento não. O Atlântico Sul está polvilhado de soberanias e cinco são de língua portuguesa. Naturalmente o Brasil é fundamental neste cenário. O Mar no Conceito Estratégico Nacional Prof. Adriano Moreira

I - Introdução

Hoje, os oceanos tendem a ter uma relevância política similar a dos séculos XV e XVI na era dos Descobrimentos, ou militar do início do século XX na era das Guerras Mundiais. Comparativamente percebe-se uma elevada ocupação política e militar do Oceano Pacífico no tabuleiro mundial, sendo o Atlântico secundário. Se considerados aspectos econômicos, militares e políticos do Atlântico para o Brasil, Portugal e África atlântica de língua portuguesa, percebe-se que esse deveria ser um objetivo nacional, permanente ou conjuntural. O Atlântico, inegável fonte de recursos naturais vivos e não vivos pode ser apontado ainda como ponte de contatos e cenário de projeção de poder dos países por ele banhados. Mas também é fonte de preocupação para segurança internacional, já que nele crescem a pirataria; o tráfico de armas e drogas. Os oceanos são um desafio

---

1 Doutoranda em História Comparada na UFRJ (2011-2015), Mestre em História Comparada pela UFRJ (2011), Pós-Graduada em Relações Internacionais pela UCAM (2007), Pós-Graduada em História Contemporânea pela UCAM (2008), Graduada em Jornalismo pela UNESA (2006). Pesquisadora do Laboratório de Simulações e Cenários da Escola de Guerra Naval da Marinha do Brasil e servidora do IFRJ. Concentra seus estudos em Relações Internacionais, Segurança e Defesa Nacional, Cooperação Técnico Militar e Estudos Navais. No IFRJ, ministra as disciplinas de Jornalismo Cultural e Cultura e Relações Internacionais no curso de Produção Cultural e já desempenhou a função de Assessora de Comunicação e Assessora Internacional. danidds@yahoo.com.br

para a defesa dos Estados ao apresentarem uma concepção diferenciada de limites e fronteiras. Neles navegam mais de 55.000 navios, mais de 80% do comércio global, 60% do petróleo produzido no planeta, riquezas superiores a 4,5 trilhões de dólares por ano. Assim, pela intensiva exploração de recursos naturais oceânicos e pelo fluxo de mercadorias, a segurança marítima foi reposicionada como crucial. A própria ONU afirma na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM)[2] que os oceanos têm papel excepcional na preservação ambiental, na segurança internacional e no desenvolvimento sustentável.
Na perspectiva geoestratégica brasileira atual, a segurança atlântica também surge como um dos assuntos relevantes, do mesmo modo como também a perspectiva portuguesa. No entanto, há carência de meios militares e de tecnologia de ponta para combater esses crimes, tanto para o Brasil, detentor de recursos crescentes, mas com uma imensa região a patrulhar; como para os países africanos atlânticos, que em muitos casos não possuem marinhas ou guardas costeiras proporcionais as suas dimensões. O cenário não é diferente para Portugal. Por causa da grave crise econômica dos últimos anos, ele reduziu os gastos com defesa e aumentou o principio do guarda-chuva da segurança coletiva da Organização do Atlântico Norte (OTAN) e da União Europeia (UE).

II - Conjuntura Oceânica Atual e um Breve Cenário Prospectivo

Nos anos 1970 inicia-se um repensar da autoridade dos Estados no mar, fruto da expansão da linha das águas territoriais das três para doze milhas, e da extensão da jurisdição econômica para duzentas milhas. Muitos Estados, apesar requerem seus direitos de jurisdição têm uma incapacidade de gerir os recursos, o que gerou um interesse dos Estados mais aptos em alargar as suas competências nesses espaços. Esse repensar gerou também outro movimento, alguns Estados passaram a considerar seu mar adjacente como parte do seu território aplicando a ele regulamentações terrestres, condicionando a liberdade de passagem e a exploração econômica dos espaços. Hoje, pela descoberta de reservas de recursos naturais marítimas, em especial hidrocarbonetos, observam-se processos políticos destinados a alargar os direitos soberanos dos Estados sobre a plataforma continental até o limite de trezentas e cinquenta milhas para permitir a exploração desses recursos. Parte dessa perspectiva de análise política apresentada foi descrita pelo Professor António Ribeiro no texto Uma Visão Estratégica do Mar - Perspectivas de Análise[3].

---

2 Em 1982 foi realizada a CNUDM, convenção ratificada pelo Brasil. Nas resoluções, ela estabelece importantes conceitos para a regulação dos limites no mar: um mar territorial (MT), onde o Estado exerce soberania plena, inclusive no seu espaço aéreo sobrejacente; uma zona contígua (ZC), dentro da qual o Estado costeiro pode tomar medidas de fiscalização aduaneira, sanitária e reprimir infrações às leis e aos regulamentos cometidas no território ou no mar territorial; e uma zona econômica exclusiva (ZEE), na qual o Estado tem direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos. A partir da linha de base de onde se origina o MT até o limite externo da ZEE, o Estado costeiro exerce direitos sobre uma faixa de 200 milhas náuticas (370 km), as chamadas "águas jurisdicionais", onde a soberania é exercida em diferentes graus. A CNUDM está ratificada por 152 países, mas ainda há países não aderentes, inclusive grandes potências. A ZEE brasileira, cujo limite exterior é de 200 milhas náuticas, tem uma área oceânica aproximada de 3,54 milhões de km^2. A área em questão, somada aos cerca de 960 mil km^2 de plataforma continental (PC), situados além das 200 milhas náuticas e reivindicados junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU, perfaz um total aproximado de 4,5 milhões de km^2. Essa extensa área oceânica denominada Amazônia Azul corresponderia a quase 52% da área continental brasileira.

3 RIBEIRO, António da Silva. **Uma Visão Estratégica do Mar - Perspectivas de Análise**. In: Uma Visão Estratégica do Mar na Geopolítica do Atlântico. Cadernos Navais nº 24, 2008. pp. 33 a 44. Disponível em: http://moelabs.org/b37/Seminarios_em_ri_II-Nilson_Cesar_Fraga/I_Semestre/Gepolitica%20do%20Atlantico.pdf. Consultado em 14-12-2014.

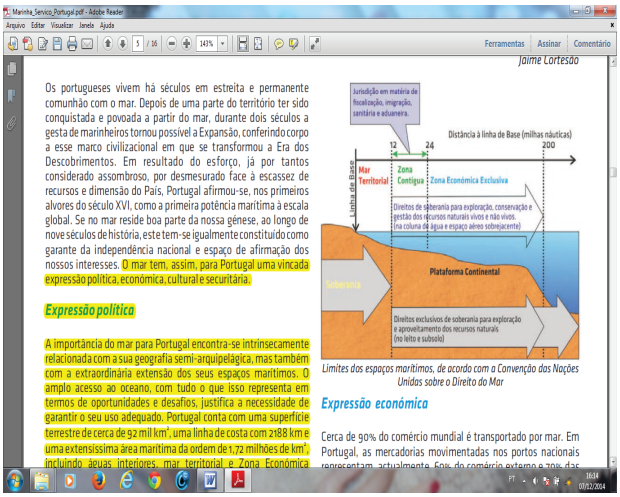

Jaime Cortesão

Os portugueses vivem há séculos em estreita e permanente comunhão com o mar. Depois de uma parte do território ter sido conquistada e povoada a partir do mar, durante dois séculos a gesta de marinheiros tornou possível a Expansão, conferindo corpo a esse marco civilizacional em que se transformou a Era dos Descobrimentos. Em resultado do esforço, já por tantos considerado assombroso, por desmesurado face à escassez de recursos e dimensão do País, Portugal afirmou-se, nos primeiros alvores do século XVI, como a primeira potência marítima à escala global. Se no mar reside boa parte da nossa génese, ao longo de nove séculos de história, este tem-se igualmente constituído como garante da independência nacional e espaço de afirmação dos nossos interesses. O mar tem, assim, para Portugal uma vincada expressão política, económica, cultural e securitária.

Expressão política

A importância do mar para Portugal encontra-se intrinsecamente relacionada com a sua geografia semi-arquipelágica, mas também com a extraordinária extensão dos seus espaços marítimos. O amplo acesso ao oceano, com tudo o que isso representa em termos de oportunidades e desafios, justifica a necessidade de garantir o seu uso adequado. Portugal conta com uma superfície terrestre de cerca de 92 mil km², uma linha de costa com 2188 km e uma extensíssima área marítima da ordem de 1,72 milhões de km², incluindo águas interiores, mar territorial e Zona Económica

Limites dos espaços marítimos, de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar

Expressão económica

Cerca de 90% do comércio mundial é transportado por mar. Em Portugal, as mercadorias movimentadas nos portos nacionais

Fonte: www.marinha.pt/pt-pt/historia-estrategia/estrategia/folhetospt/Marinha_Servico_Portugal.pdf

Os questionamentos advindos desse repensar ainda estimulam disputas nas quais os países ribeirinhos de menor poder relativo são desafiados pelas grandes potências, principalmente por que a superioridade científica e tecnológica dessas potências permite a elas afirmar capacidade de exploração dos fundos marinhos. Nessa lógica, as fronteiras marítimas passariam a ser determinadas pela capacidade de gestão, associada algumas vezes a instrumentos de força, e não apenas pela detenção regulada no âmbito de Organizações Internacionais como as produzidas pela Organização Marítima Internacional (IMO) e pela CNUDM.

Para além da questão política, há necessidade de utilização sustentável dos oceanos, tanto na perspectiva de exploração pesqueira como na ambiental, fatores que tem tornado a situação desses países ribeirinhos de menor poder problemática já que algumas vezes acabam por eliminar suas fontes de subsistência; fato por exemplo observado recentemente na costa Somália que levou a ações de pirataria que interromperam o fluxo de mercadorias. Casos como o da Somália ou do Golfo da Guiné só pontuam um aumento recente das atividades criminosas no mar, como a pirataria, o tráfico de drogas, a imigração ilegal, o contrabando de armas, o terrorismo e as formas de pesca extensivas ou ilegais, ameaças à segurança internacional em regiões onde há o tráfego de matérias primas vitais para as economias desenvolvidas. Essas questões direta ou indiretamente estão relacionadas à capacidade do exercício da autoridade do Estado com jurisdição no respectivo espaço marítimo onde as atividades criminosas acontecem. Além disso, poucos países têm uma visão estratégica do mar como patrimônio material ou imaterial do seu povo, algo que se reflete na vontade nacional de geri-lo ou explorá-lo racionalmente, considerando que os recursos investidos para essa gestão são maiores que os investidos em áreas similares nacionais terrestres. Alguns países, como o Brasil e Portugal, por meio de documentos como a Lei do Pré-sal e a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, têm proposto a utilização racional de suas Zonas Econômicas Exclusivas (ZEEs) a fim de associar a exploração dos recursos e o desenvolvimento do povo. Nessa lógica, convém acrescentar as seguintes informações sobre as águas jurisdicionais de Portugal e do Brasil:

Espaços Marítimos sob responsabilidade portuguesa[4]

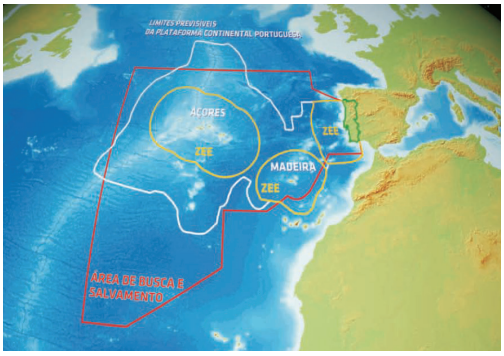

	Território	Águas Interiores	Mar Territorial	ZEE	Áreas SAR
Continente	88 600	6 510	16 576	287 715	572 438
Madeira	833	825	10 823	442 316	
Açores	2 331	6 083	23 660	926 149	5 220 302
Total	91 763	13 419	50 960	1 656 181	5 792 740

Superfície do território e dos espaços marítimos de Portugal (km²)

Espaços Marítimos sob responsabilidade brasileira[5]

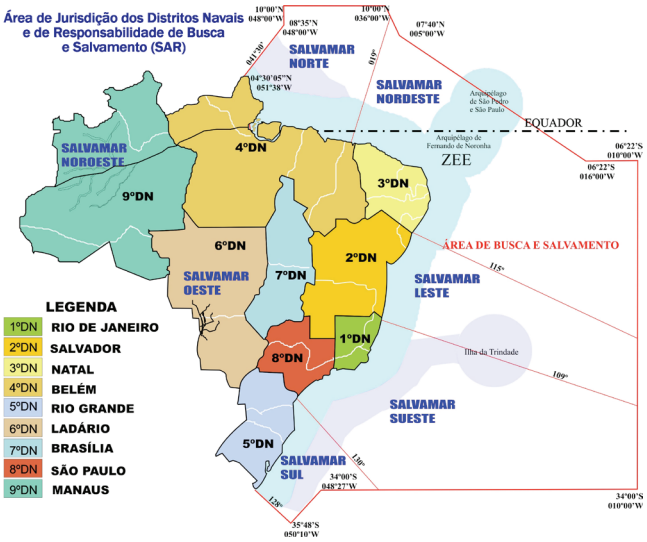

A vigilância da ZEE portuguesa cabe aos meios de defesa e patrulha da Marinha Portuguesa (MP) e da Força Aérea Portuguesa (FAP), muito similar ao que acontece no Brasil. Dentre as missões a se realizar nessa área estão atividades militares e não militares (constabulares), como a fiscalização e o controle das atividades de pesca; detecção e controle de atividades ilícitas e de imigração ilegal; detecção de poluição marinha; vigilância, comando e controle do tráfego marítimo; operações militares; exercício da autoridade marítima, e ações de busca e salvamento (SAR). Esses dois países contam nessas atividades com as seguintes estruturas de Forças Armadas (FAs) para o Mar:

Portugal – Marinha Portuguesa (MP) com menos de 3000 militares que pertence à estrutura do Ministério da Defesa Nacional (MDN) criado em 1982. Hoje, possui 2 submarinos, 10 fragatas, 6 navios de patrulha oceânica, 12 navios de patrulha costeira, 1 veículo anfíbio e alguns outros meios auxiliares. A MP iniciou um programa de modernização, e a partir de 2005 estava previsto que mais de 80 por cento dos navios velhos seriam substituído e novos navios adquiridos como um navio plataforma de desembarque, um navio de abastecimento,

4 Fonte: www.marinha.pt/pt-pt/historia-estrategia/estrategia/folhetospt/Marinha_Servico_Portugal.pdf

5 Fonte da Figura ZEE: www.grandesconstrucoes.com.br/br/index.php?option=com_conteudo&task=viewMateria&id=201; Fonte da Figura SAR: www.marinha.mil.br/sites/default/files/hotsites/amz_azul/html/definicao.html

dois submarinos, duas fragatas de combate antiaéreo e 10 navios de patrulha oceânica. Entretanto, frente à grave crise econômica que atingiu a Europa em 2008, muitas dessas aquisições não foram concluídas[6].

Brasil – Marinha do Brasil (MB) que pertence à estrutura do Ministério da Defesa (MD) criado em 1999. A Marinha conta atualmente com um efetivo de mais de 65 mil militares e 6 mil e 600 civis, planejando aumentar chegando a cerca de 115 mil militares e 21 mil civis em 2030. Pelos desdobramentos da Estratégia Nacional de Defesa desenvolve-se o Plano de Articulação e Equipamento da Defesa (PAED), em especial aos programas Nuclear da Marinha (PNM), de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e de Reaparelhamento da Marinha (PRM). Hoje, possui em operação um navio aeródromo, 9 fragatas, 8 corvetas, 5 submarinos, um navio de socorro submarino, 3 navios de desembarque de carros de combate, um navio de desembarque-doca, 2 navios tanque, um navio escola, um navio-veleiro, além de meios aeronavais, outros meios de superfície alocados nos nove Comandos dos Distritos Navais, na Força de Fuzileiros Navais e meios navais hidro-oceanográficos e de balizamento[7].

Outro ponto relevante para essa conjuntura oceânica é que a segurança marítima abrangia, normalmente, até o fim do século XX, matérias relacionadas com *safety*, como a busca e salvamento marítimo, a certificação e inspeção de embarcações, a proteção do meio marinho, assuntos mais relacionados com a segurança da navegação. Mas com o aumento das atividades criminosas no mar, a IMO passou a sinalizar a segurança marítima em matérias relacionadas com *security* [8], que leva em conta a segurança de pessoas, bens, equipamentos, navios e instalações em risco por essas atividades criminosas.

Com a importância das novas ameaças, no pós 11 de setembro surgiram iniciativas de gestão partilhadas dos oceanos; propõem-se uma rede de cooperação destinada a garantir a segurança nesses espaços e todos os países empenhariam meios navais nas áreas que exercem jurisdição ou em regiões distantes do território nacional. Pontua-se que ações desse tipo aconteceram no âmbito da OTAN, da ONU e da UE, além do aumento dos exercícios militares marítimos combinados.

O exercício da autoridade do Estado português e brasileiro nas áreas marítimas de sua competência é uma tarefa desempenhada pelas Marinhas, mas essa atuação, considerada por alguns teóricos do pensamento estratégico como "não militar" (ou constabular), é pontuada como uma função reducionista de atuação das FAs ao contexto das novas ameaças, deixando de lado a imagem histórica de uma Marinha de Guerra pronta a desempenhar sua função primordial de garantir a defesa nacional. A quem considere essa tarefa de polícia marítima não como um problema, mas sim como um duplo uso, onde o mesmo militar ou o mesmo meio naval atuaria, graduando sua força, perfeitamente em ambos os contextos.

Levando em conta a conjuntura oceânica e o breve cenário prospectivo apresentado, pode-se afirmar que tanto Portugal, como o Brasil, como a maior parte dos Estados com a mínima capacidade de atuação da autoridade estatal em suas águas jurisdicionais tem promovido a atuação de suas marinhas em funções "não militares" visando viabilizar a liberdade da navegação e do comércio marítimo; a proteção e a preservação dos recursos e ecossistemas marinhos; ou ainda participando em ações militares de poder polícia combinadas com potências regionais ou extra regionais;

A seguir esse trabalho buscará analisar o Atlântico como elemento discursivo, nas instruções normativas e nos planejamentos estratégicos brasileiros e portugueses publicados pelos Ministérios da Defesa, e também outros documentos estratégicos de construção do poder naval das Marinhas brasileiras e portuguesa, onde os conceitos de Amazônia Azul, Crescimento Azul, e Marinha de Duplo Uso ganham destaque. Considera-se ainda o contraponto das novas ameaças a segurança (*security*) no pós 11 de setembro, regulamentadas por

---

6 Dados do ***Global Security*.org**. Disponível em http://www.globalsecurity.org/military/world/europe/pt-marinha-equipment.htm e http://www.globalsecurity.org/military/world/europe/pt-marinha-modernization.htm. Consultado em 14-12-2014.

7 Dados **LBDN de 2012**. Disponível em http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf Consultado em 14-12-2014.

8 A que explicar aqui que esse parágrafo advêm uma incoerência gerada pela tradução das palavras *safety* e *security* em uma única palavra na língua portuguesa, segurança; quando na verdade as duas palavras na língua inglesa têm relevância de ações diferentes para segurança marítima.

vários documentos norte-americanos, principalmente a necessidade de uma construção coletiva da Consciência Situacional Marítima (*Maritime Domain Awareness ou Maritime Situational Awareness*). Essa pesquisa ainda está em andamento e nem todos os documentos elencados foram totalmente analisados, tendo esse *paper* uma amplitude de análise maior para os documentos brasileiros.

III - O Atlântico nos Documentos Brasileiros

Refletir sobre o Atlântico nos documentos publicados pelo MD e pela MB, dentre esses a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), nos remete a vários questionamentos, tanto no âmbito político, como no militar, como no econômico-estratégico. Primeiro, é possível avaliar se a temática de defesa e segurança no Atlântico, principalmente em sua parte sul, recebeu mais atenção recentemente no Brasil? Qual a relevância política e militar desse tema para o Brasil atual? Essa intensificação de atenção seria pelas riquezas recém descobertas do Pré-sal[9]? Ou seria pelo pontuado vácuo de poder no Atlântico Sul frente à almejada projeção política do Brasil no cenário internacional? Essas riquezas descobertas teriam gerado uma estratégica de aproximação política e militar com a África? Estaria o Brasil em busca de participar com ênfase nas decisões de reconquista dos oceanos e seus recursos, e por extrapolação da segurança marítima atlântica? Qual seria o peso no pensamento estratégico brasileiro da reativação da 4ª frota norte-americana, da atuação da OTAN no Atlântico Sul e da cadeia de ilhas britânicas atlânticas, algumas delas com bases militares norte-americanas? Essa intensificação de atenção seria uma ideologia conjuntural pós-descoberta do Pré-sal aplicada pela Marinha para seu re-aparelhamento? Além disso, nos documentos brasileiros, quais as ameaças estariam presentes no Atlântico? Essas ameaças estariam enquadradas no contexto atual propagado pelos EUA de novas ameaças? Levando esses questionamentos em conta, partiu-se para análise de como o Brasil estaria repensando discursivamente o Atlântico no âmbito político e militar.

Em 2004, o Brasil submeteu à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), da CNUDM, o pedido de extensão dos limites de sua plataforma continental, além das 200 milhas, correspondente a uma área de 963 mil km², uma área maior que a Amazônia. Em 2007, a CLPC solicitou esclarecimentos sobre determinadas áreas delimitadas na submissão brasileira, no entanto, não se opôs ao pleito brasileiro sobre a área onde se situa a parte maciça das reservas do pré-sal. A MB e o governo brasileiro convencionaram chamar essa área de Amazônia Azul (AMAZUL). Além do potencial econômico da AMAZUL, na Estratégia Naval brasileira (ENB), a MB a entende como a "última fronteira" do país, uma fronteira oriental onde se deve intensificada a relação com os países africanos atlânticos para que a região sul atlântica pudesse ela mesma pensar e tentar solucionar seus problemas. Como afirma Corrêa e Flor, com essa descoberta, o Atlântico Sul passa a ser uma área marítima estratégica para emprego do poder naval brasileiro e esse deve ter, entre suas capacidades, a de influenciar as Marinhas lindeiras do Atlântico Sul[10].

Mas, tal como afirma a ENB, a MB deve ir além do emprego do poder naval, ou mesmo não deve se resumir as atividades históricas primordiais de uma Marinha de Guerra para defesa nacional; deve na verdade gerenciar uma ampla gama de atividades marítimas, tais como a pesca, as atividades de Marinha Mercante, exploração de recursos oceânicos, resgate e salvamento de náufragos, garantindo a segurança

---

9 O pré-sal é uma sequência de rochas sedimentares formadas há mais de 100 milhões de anos no espaço geográfico criado pela separação dos continentes americano e africano. Essas rochas geradoras de petróleo do pré-sal, da costa brasileira, têm aproximadamente 800 km de extensão por 200 km de largura, e estão localizadas entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo. As reservas ficam em alto mar a 300 km da costa, e tem área total estimada de mais de 150 mil km², quase três vezes e meia o estado do Rio de Janeiro. Fonte: http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/. Consultado em 13-12-2014.

10 CORRÊA, Claudio R. e FLÔR, Claudio R. de Andrade. **Jogos de Guerra: Instrumentos de Cooperação**. Disponível em: https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/revistaEgn/dezembro2012/edicao18_2.161-190.pdf. Consultado em 13-12-2014.

(*security e safety*). Assim, a MB é quem teria a responsabilidade legal de vigilância, comando e controle da área marítima brasileira visando assegurar as rotas de comunicação marítimas para o livre curso do comércio exterior brasileiro, em grande parte, realizado pelo mar[11], representando a Autoridade Marítima nas águas jurisdicionais do País.

Segundo Ian Speller, na expressão do poder naval, de forma geral, as marinhas cumprem três funções básicas: a função militar, a função de policiamento e a função diplomática[12]. Speller pontua ainda que as marinhas ocidentais contemporâneas estruturam seu poder naval pela projeção de poder, pelo controle do mar e pela negação do uso do mar, normalmente privilegiando uma dessas três componentes. Como o Brasil, dada a sua imensa costa, não dispõe de capacidade suficiente de projeção de poder, como afirma a END de 2012, ele deve optar pela negação do uso do mar e focar sua atuação e projeção de poder em capacidades e não em ameaças.

Além dos documentos da MB, pôde-se avaliar também como o Atlântico é apresentado em outros documentos do MD. O primeiro deles, a Política Nacional de Defesa,

> é voltada essencialmente para ameaças externas, estabelece objetivos e orientações para o preparo e o emprego dos setores militar e civil em todas as esferas do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional. Essa Política pressupõe que a defesa do País é inseparável do seu desenvolvimento. A intensificação da projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais associam-se ao modelo de defesa. Esse documento explicita os conceitos de Segurança e de Defesa Nacional, analisa os ambientes internacional e nacional e estabelece os Objetivos Nacionais de Defesa[13].

Já a Estratégia Nacional de Defesa estabelece como fazer o que foi estabelecido pela Política, seleciona três setores como estratégicos: o nuclear, o cibernético e o espacial, sendo o setor nuclear sob a coordenação da Marinha.

> Os dois documentos pavimentam o caminho para a construção da Defesa que o Brasil almeja. Uma Defesa moderna, fundada em princípios democráticos, capaz de atender às necessidades de uma nação repleta de riquezas e inserida num mundo turbulento e imprevisível como o atual ... Realizada, em 2012, pela primeira vez de maneira conjunta, a edição da Política e da Estratégia também procura atender a um dos principais objetivos da Defesa Nacional: conscientizar a sociedade brasileira sobre a importância dos temas do setor para o País. Os textos partem, portanto, de um pressuposto comum: o de que a Defesa não deve ser assunto restrito aos militares ou ao governo. Diferentemente, deve ser uma preocupação de toda a sociedade.[14]

Desde a criação do Ministério da Defesa, em 1999, foram publicadas 3 PNDs, 2 ENDs e 1 Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).

---

11 MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2008. Disponível em http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf. Consultado em 12-13-2014.

12 SPELLE, Ian. ***Naval Warfare***. In: Jordan, David e all. *Understanding Modern Warfare*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, pp.169-170.

13 MINISTÉRIO DA DEFESA. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. 2012, pp. 11. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf. Consultado em 12-12-2014.

14 MINISTÉRIO DA DEFESA. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. 2012, pp. 7.

Políticas Nacional de Defesa

- **1ª PND de 1996** produzida no Governo Fernando Henrique tem 3 páginas e teve como principal articulador o Itamaraty.
- **2ª PND de 2005** produzida no Governo Lula da Silva tem 8 páginas e teve como principais articuladores o Presidente da República, o Ministro da Defesa e o Ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Nesse documento aparece a expressão "Amazônia Azul" uma vez com a explicação: nessa imensa área estão as maiores reservas de petróleo e gás, fontes de energia imprescindíveis para o desenvolvimento do País, além da existência de potencial pesqueiro. Já a expressão "Atlântico Sul" aparece oito vezes.
- **3ª PND de 2012** produzida no Governo Dilma Rousseff tem 28 páginas e teve como principais articuladores o Presidente da República, o Ministro da Defesa e o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Nesse documento aparece a expressão "Amazônia Azul" uma vez com a explicação: nessa imensa área, incluída a camada do pré-sal, estão as maiores reservas de petróleo e gás, fontes de energia imprescindíveis para o desenvolvimento do País, além da existência de grande potencial pesqueiro, mineral e de outros recursos naturais. Já a expressão "Atlântico Sul" aparece cinco vezes.

Sobre as PNDs, cabe destacar alguns trechos relacionados com o oceano, sendo as temáticas **em negrito de grande relevância** para esse *paper*:

1) Quadro Internacional:

(onde há uma análise da conjuntura e o cenário prospectivo de médio prazo)

- Poderão ser **intensificadas disputas por áreas marítimas**, pelo domínio aeroespacial e por fontes de água doce, ..., cada vez mais escassas. Tais questões poderão levar a ingerências em assuntos internos ou a disputas por espaços não sujeitos à soberania dos Estados, configurando quadros de conflito. Por outro lado, **o aprofundamento da interdependência dificulta a precisa delimitação dos ambientes externo e interno**.

2) Objetivos Nacionais de Defesa:

> V. contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais;
>
> VI. **intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais**;

3) Ambiente Regional e o Entorno Estratégico:

- O País visualiza um **entorno estratégico** que extrapola a região sul-americana e **inclui o Atlântico Sul e os países lindeiros da África**.
- Entre os fatores que **contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico** destacam-se: ... a intensificação da cooperação e do comércio com países da África, da América Central e do Caribe, inclusive ... **a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)** e o diálogo ... com a cúpula América do Sul-África (ASA) e o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas).

4) O Brasil:

- ao mesmo tempo continental e marítimo ... e **de extenso litoral e águas jurisdicionais – confere ao País profundidade geoestratégica e torna complexa a tarefa do planejamento geral de defesa** ... o planejamento da defesa deve incluir todas as regiões e, em particular, as áreas vitais onde se encontra a maior concentração de poder político e econômico. Da mesma forma, **deve-se priorizar** a Amazônia e **o Atlântico Sul**.
- A **natural vocação marítima brasileira** é respaldada pelo seu extenso litoral e pela **importância estratégica do Atlântico Sul**. A CNUDM abre a possibilidade de o Brasil estender os limites da sua Plataforma Continental e exercer o direito de jurisdição sobre os recursos econômicos em uma área de cerca de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, região de vital importância para o País, uma verdadeira "Amazônia Azul". Nessa imensa área, incluída a camada do pré-sal, estão as maiores reservas de petróleo e gás, fontes de energia imprescindíveis para o desenvolvimento do País, além da existência de grande potencial pesqueiro, mineral e de outros recursos naturais ... No Brasil, o transporte marítimo é responsável por movimentar quase todo o comércio exterior.
- O Brasil **atribui prioridade** aos países da América do Sul e da África, em especial aos da **África Ocidental e aos de língua portuguesa**.

5) Orientação Estratégica:

- o País deve **dispor de meios com capacidade de exercer vigilância, controle e defesa: das águas jurisdicionais brasileiras,** do seu território e do seu espaço aéreo, incluídas as áreas continental e marítima. Deve, ainda, manter **a segurança das linhas de comunicações marítimas e das linhas de navegação aérea, especialmente no Atlântico Sul**. (2012)

6) Diretrizes:

> V - **aprimorar a vigilância, o controle e a defesa das fronteiras, das águas jurisdicionais e do espaço aéreo do Brasil**;
> VI - **aumentar a presença militar nas áreas estratégicas do Atlântico Sul** e da Amazônia brasileira;
> X - **proteger as linhas de comunicações marítimas de importância vital para o País**;
> XX - **intensificar o intercâmbio com as FAs das nações amigas**, particularmente com as da América do Sul e as da África, **lindeiras ao Atlântico Sul**;
> XXVI - participar crescentemente dos processos internacionais relevantes de tomada de decisão, aprimorando e aumentando a capacidade de negociação do Brasil.

Estratégias Nacional de Defesa

- **1ª END de 2008** produzida no Governo Lula da Silva tem 64 páginas e teve como principais articuladores Ministro da Defesa, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, e os Ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Fazenda e da Ciência e Tecnologia, assistidos pelos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Nesse documento, à expressão "Amazônia Azul" não aparece nenhuma vez. Já a expressão "Atlântico Sul" aparece quatro vezes. Em contra partida, o documento apresenta oito vezes a expressão "Amazônia".
- **2ª END de 2012** produzida no Governo Dilma Rousseff tem 118 páginas e teve como principais articuladores os mesmo da PND 2012. Nesse documento, à expressão "Amazônia Azul" não aparece nenhuma vez. Já a expressão "Atlântico Sul" aparece seis vezes. Em contra partida, o documento apresenta onze vezes a expressão "Amazônia".

A ausência da expressão "Amazônia Azul" no documento de maior relevância estratégica para defesa nacional brasileira nos leva a questionar se esse realmente é um espaço geográfico de relevância nacional como já é nos últimos 40 anos a Amazônia Verde.

Sobre as ENDs, cabe destacar alguns trechos relacionados com o oceano, sendo as temáticas **em negrito de grande relevância** para esse *paper*:

1) Formulação Sistemática:

- Concepção Ideológica: o Brasil é pacífico por tradição e por convicção ... **ascenderá ao primeiro plano no cenário internacional sem buscar hegemonia**. O povo brasileiro não deseja exercer domínio sobre outros povos. Quer que o Brasil se engrandeça sem imperar.

2) Estratégia Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Desenvolvimento:

- o crescente desenvolvimento do Brasil deve ser acompanhado pelo aumento do preparo de sua defesa contra ameaças e agressões. **END é inseparável de estratégia nacional de desenvolvimento**. Esta motiva aquela. Aquela fornece escudo para esta.

3) Natureza e âmbito da Estratégia Nacional de Defesa:

- Análise das **Hipóteses de Emprego das Forças Armadas**: **para resguardar** o espaço aéreo, o território e as **águas jurisdicionais brasileiras**.

4) Diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa:

- **Dissuadir a concentração de forças hostis** nas fronteiras terrestres e **nos limites das águas jurisdicionais brasileiras**, e impedir-lhes o uso do espaço aéreo nacional. Para dissuadir, é preciso estar preparado para combater.
- Desenvolver as **capacidades de monitorar e controlar** o espaço aéreo, o território e as **águas jurisdicionais brasileiras**.
- Reposicionar os efetivos das Forças ... A esquadra da MB concentra-se na cidade do Rio de Janeiro ... As preocupações mais agudas de defesa estão, porém, no Norte, no Oeste e no Atlântico Sul. ... a Marinha

deverá estar mais presente na região da foz do Rio Amazonas e nas grandes bacias fluviais do Amazonas e do Paraguai-Paraná.
- Nas fronteiras terrestres, **nas águas jurisdicionais** brasileiras e no espaço aéreo sobrejacente, as unidades do Exército, da **Marinha** e da Força Aérea têm, sobretudo, **tarefas de vigilância**.
- **Ampliar a capacidade de atender aos compromissos internacionais de busca e salvamento** ... nas áreas pelas quais o Brasil é responsável, em decorrência de compromissos internacionais.
- Desenvolver o potencial de mobilização militar e nacional para **assegurar a capacidade dissuasória e operacional** das FAs. Diante de eventual degeneração do quadro internacional, o Brasil e suas FAs deverão estar **prontos para tomar medidas de resguardo** do território, **das linhas de comércio marítimo e plataformas de petróleo** e do espaço aéreo nacionais.

5) Objetivos estratégicos das Forças Armadas:

- A Marinha do Brasil:

Na maneira de conceber a relação entre as tarefas estratégicas de negação do uso do mar, de controle de áreas marítimas e de projeção de poder, a MB se pautará por um desenvolvimento desigual e conjunto ... Embora todas mereçam ser cultivadas serão em determinada ordem e sequência. **A prioridade é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer concentração de forças inimigas que se aproxime do Brasil por via marítima. A negação do uso do mar ao inimigo é a que organiza, antes de atendidos quaisquer outros objetivos estratégicos, a estratégia de defesa marítima do Brasil. Essa prioridade tem implicações para a reconfiguração das forças navais.** A despeito dessa consideração, **a projeção de poder se subordina, hierarquicamente, à negação do uso do mar**.
- A negação do uso do mar, o controle de áreas marítimas e a projeção de poder devem ter por **foco**, sem hierarquização de objetivos e de acordo com as circunstâncias:

> **(a) defesa proativa das plataformas petrolíferas;**
> **(b) defesa proativa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e das ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras;**
> **(c) prontidão para responder a qualquer ameaça, por Estado ou por forças não convencionais ou criminosas, às vias marítimas de comércio; e**
> **(d) capacidade de participar de operações internacionais de paz, fora do território e das águas jurisdicionais brasileiras, sob a égide das Nações Unidas ou de organismos multilaterais da região.**

- Duas **áreas do litoral continuarão a merecer atenção especial**, do ponto de vista da necessidade de **controlar o acesso marítimo** ao Brasil: **a faixa que vai de Santos a Vitória e a área em torno da foz do Rio Amazonas**.
- A implicação mais importante é que a Marinha se reconstruirá, por etapas, como uma Força balanceada entre o componente submarino, o componente de superfície e o componente aeroespacial. Para assegurar a tarefa de negação do uso do mar, o Brasil contará com força naval submarina de envergadura, composta de submarinos convencionais e de submarinos de propulsão nuclear ... desenvolverá sua capacidade de projetar e de fabricar tanto submarinos de propulsão convencional, como de propulsão nuclear ... armará os submarinos com mísseis e desenvolverá capacitações para projetá-los e fabricá-los.
- **A força naval de superfície contará tanto com navios de grande porte, capazes de operar e de permanecer por longo tempo em alto mar, como com navios de porte menor, dedicados a patrulhar o litoral e os principais rios navegáveis brasileiros**.
- O **monitoramento da superfície do mar, a partir do espaço**, deverá integrar o repertório de práticas e capacitações operacionais da Marinha.
- A constituição de **uma força e de uma estratégia navais** que integrem os componentes submarino, de superfície e aéreo, permitirá realçar a flexibilidade com que se resguarda o objetivo **prioritário da estratégia de segurança marítima**: a dissuasão, **priorizando a negação do uso do mar ao inimigo que se aproxime do Brasil**, por meio do mar. agilização da alternância entre a concentração e a desconcentração de forças e o aprofundamento da flexibilidade. (esse parágrafo sinaliza uma atuação como Marinha de Guerra contra um inimigo)

6) Aplicação da estratégia:

- Hipóteses de Emprego: a Estratégia Militar de Defesa deverá contemplar o emprego das FAs considerando, dentre outros, os seguintes aspectos:

- o **monitoramento e controle** do espaço aéreo, das fronteiras terrestres, do território e **das águas jurisdicionais brasileiras em circunstâncias de paz**;
- a **ameaça** de penetração nas fronteiras terrestres ou **abordagem nas águas jurisdicionais brasileiras**;
- a **ameaça de guerra no Atlântico Sul**.

- Estruturação das Forças Armadas: com base na PND, na END e na Estratégia Militar dela decorrente, as FAs submetem ao MD seus Planos de Articulação e de Equipamento (PAE), os quais contemplam uma proposta de distribuição espacial das instalações militares e de quantificação dos meios necessários ao atendimento eficaz das hipóteses de emprego, de maneira a possibilitar: ... meios à disposição do sistema de defesa nacional que permitam o aprimoramento da vigilância; o controle do espaço aéreo, das fronteiras terrestres, do território e das águas jurisdicionais brasileiras; e da infraestrutura estratégica nacional; ... **o aumento da presença militar nas áreas estratégicas do Atlântico Sul** e da região amazônica;

7) Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) - Indústria de Material de Defesa:

- Ações Estratégicas:

- **Consolidar o sistema de comando e controle para a Defesa Nacional.** (monitoramento e controle do espaço terrestre, **marítimo** e aéreo brasileiro)
- **Contribuir para a manutenção da estabilidade regional**.
(neste caso particularmente com a América do Sul e **países lindeiros ao Atlântico Sul)**
- **Incrementar o apoio à participação brasileira no cenário internacional**, mediante a atuação do MD e demais ministérios, dentre outros: nos processos internacionais relevantes de tomada de decisão, aprimorando e aumentando a capacidade de negociação do Brasil; em ações que promovam a ampliação da projeção do País no concerto mundial e reafirmar o seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos; na consolidação da ZOPACAS, e o incremento na interação inter-regionais, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a cúpula ASA e o Fórum IBAS.

Livro Branco de Defesa Nacional – 2012

Apresentado no Governo Dilma Rousseff tem 276 páginas e teve muitos articuladores de ministérios, academia e sociedade civil[15]. Nesse documento aparece a expressão "Amazônia Azul" dezessete vezes. Já a expressão "Atlântico Sul" aparece vinte e quatro vezes. Na mensagem do Ministro da Defesa, Celso Amorim ele pontua, que no LBDN, ao compartilhar as percepções e interesses nacionais no campo da defesa, o Brasil busca assegurar a compreensão das motivações e finalidades do instrumento militar.

Sobre o LBDN, cabe destacar alguns trechos relacionados com o oceano, sendo as temáticas **em negrito de grande relevância** para esse *paper*:

1) O Estado brasileiro e a Defesa Nacional:

- O Brasil é um país de dimensões continentais. Possui a maior costa Atlântica do mundo. As recentes descobertas do pré-sal levaram o País a um novo patamar de reservas e produção de petróleo e gás natural.
- Na área marítima brasileira, sobre o oceano Atlântico, cruzam importantes rotas de navegação, vitais para a economia nacional. Aí estão localizadas as reservas do pré-sal brasileiro, de alto significado econômico, político e estratégico. A Área Marítima é composta por águas interiores e pelos espaços marítimos, nos quais o Brasil exerce, em algum grau, jurisdição sobre atividades, pessoas, instalações, embarcações e recursos naturais vivos e não vivos encontrados na massa líquida, no leito ou no subsolo marinho, para os fins de controle e fiscalização, dentro dos limites da legislação internacional e nacional.
- Analisando-se os segmentos marítimos descritos e suas projeções, observa-se que o Brasil tem forte vinculação

15 MINISTÉRIO DA DEFESA. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 2012. pp. 271 a 275. Disponível em: www.defesa.gov.br/projetosweb/livrobranco/lbdndigital/#/0. Consultado em: 11-12-2014.

com o mar, com aspectos tanto políticos quanto econômicos, o que leva a **exercer uma natural influência sobre o Atlântico Sul. A forte dependência do tráfego marítimo para as atividades de comércio exterior constitui relevante desafio para a defesa. A região do Atlântico Sul sobre a qual o Brasil tem direitos territoriais e outras prerrogativas de exploração e controle corresponde às águas jurisdicionais**. Recebeu recentemente a denominação Amazônia Azul, cuja área é equivalente a da Amazônia Verde brasileira. Sob essa região estão abrigadas as reservas de petróleo em águas profundas e ultraprofundas, tão importantes para o desenvolvimento do País**. Daí a necessidade de intensificar medidas de acompanhamento, monitoramento e controle do tráfego marítimo, assim como dos incidentes na área de vigilância marítima sob a responsabilidade do Brasil**.

- Para a consecução dos objetivos estratégicos de defesa, o Estado brasileiro definiu, em uma perspectiva de longo prazo ... a Meta 4 - **Aumentar o poder naval brasileiro para cumprir, em sua plenitude, as tarefas de controlar áreas marítimas, negar o uso do mar e projetar poder sobre terra**.

2) O ambiente estratégico do século XXI:

- O fenômeno da globalização trouxe consigo o agravamento de **ameaças** de naturezas distintas, como **o narcotráfico, o tráfico de armas e a pirataria marítima, que põem à prova a capacidade do Estado**. O Brasil trabalha em prol da **construção de uma comunidade global participativa e inclusiva**. Empenha-se, para tanto, na promoção de uma **"multipolaridade cooperativa"**, expressão que sintetiza a percepção do País de que uma estrutura multipolar de poder.

- Em síntese, a política de defesa brasileira conjuga componentes cooperativos e dissuasórios. Crises internacionais podem surgir à revelia da vontade do País, o que exige um nível adequado de prontidão e modernização de suas Forças Armadas.

3) Contextualização do Ambiente Estratégico

- Atlântico Sul: país com maior costa atlântica do mundo, o Brasil tem, por todas as razões citadas, especial interesse na paz e segurança do Atlântico Sul. ... Para além do pré-sal, boa parte do petróleo que o Brasil importa vem de países na faixa equatorial do Atlântico. As áreas marítimas estratégicas de maior prioridade e importância para o Brasil são representadas pelas águas jurisdicionais brasileiras (AJB), as quais incluem o mar territorial (MT), a zona contígua (ZC), a zona econômica exclusiva (ZEE) e a plataforma continental (PC), bem como a região compreendida entre o Paralelo 16 norte, a costa oeste da África, ... O Brasil também dedica, junto a seus vizinhos da África Ocidental, especial atenção à construção de um ambiente cooperativo no Atlântico Sul sob a égide da ZOPACAS ... **Em termos diplomáticos, o reforço da ZOPACAS é importante para a defesa do País**. O Atlântico Sul tem identidade histórica e características estratégicas próprias. A Resolução no 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas conclama os Estados militarmente significativos de **outras regiões a não introduzirem armamentos nucleares ou outros armamentos de destruição em massa no Atlântico Sul**. Sua presença militar nesse oceano deve ser reduzida e, futuramente, eliminada. **Conflitos e rivalidades estranhos ao Atlântico Sul não devem ser projetados sobre ele por Estados situados em outras regiões**.

4) Tratados e regimes internacionais com reflexos para a defesa

- Diferentemente das fronteiras terrestres, que possuem limites e referências físicas para sua demarcação, no mar não há linhas que permitam um visível estabelecimento de fronteiras, o que exige a adoção de convenções que sejam aceitas pela comunidade internacional.

5) Políticas Externa e de Defesa:

- o **Atlântico Sul aproxima o Brasil da África**, continente vizinho que influenciou significativamente o processo de formação da Nação brasileira. A especial atenção dedicada à África é refletida em crescente comércio e elevação de financiamentos e investimentos, bem como a cooperação para produção de alimentos e outros bens agrícolas com o apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). **A proteção das linhas de comunicação e rotas de comércio com a África tem significado estratégico para o País. É mais um fator no sentido de consolidar laços de cooperação no Atlântico Sul** ... **Pela dissuasão e pela cooperação, o Brasil fortalecerá, assim, a estreita vinculação entre sua política de defesa e sua política externa, historicamente voltada para a causa da paz, da integração e do desenvolvimento**.

6) A Defesa e o Instrumento Militar:

- No cenário internacional, a vertente preventiva da Defesa Nacional reside na **valorização da ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos** e em postura estratégica baseada na existência de reconhecida capacidade militar, apta a gerar efeito dissuasório.

7) Setores estratégicos para a Defesa - Setor Nuclear:

- A **posse de um submarino de propulsão nuclear contribuirá para a defesa e preservação dos interesses nacionais na área marítima, particularmente no Atlântico Sul, e ainda possibilitará: a proteção das rotas comerciais; a manutenção da livre navegação; a proteção de recursos naturais na plataforma continental**.

8) Sistemas de monitoramento e controle:

- Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) foi concebido para ser um **sistema de monitoramento e controle relacionado ao conceito internacional de segurança marítima e para a proteção do litoral brasileiro** ... prevê a gestão das atividades ligadas ao mar que envolvam vigilância, monitoramento, prevenção da poluição, recursos naturais, entre outras.

9) Marinha do Brasil:

Cabe à Marinha o preparo e emprego do Poder Naval, nos termos da Constituição Federal e das Leis ... A MB atua, também, em ações sob a égide de organismos internacionais e em apoio à política externa do País. A Força também cumpre atribuições subsidiárias previstas em Lei, com ênfase naquelas relacionadas à Autoridade Marítima para a salvaguarda dos interesses nacionais. A MB tem como atribuições subsidiárias particulares: orientar e controlar a Marinha Mercante e suas atividades correlatas, no que interessa à Defesa Nacional; prover a segurança da navegação aquaviária; contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao mar; implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, no mar e nas águas interiores ... e cooperar com os órgãos federais na repressão aos delitos de repercussão nacional ou internacional, quanto ao uso do mar, das águas interiores e das áreas portuárias, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução. O comandante da Marinha é investido, por Lei, como Autoridade Marítima (AM) (poder público exercido nos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional), sendo as atribuições da AM relacionadas a assuntos afetos ao Poder Marítimo (parcela do Poder Nacional que de alguma forma, relaciona-se com navegação, transporte aquaviário, pesca, exploração de riquezas no fundo do mar, indústrias e afins). Já o Poder Naval constitui-se no braço armado (ou segmento militar) do poder marítimo.

Por fim, os projetos prioritários da Marinha[16] no PAED são os seguintes:

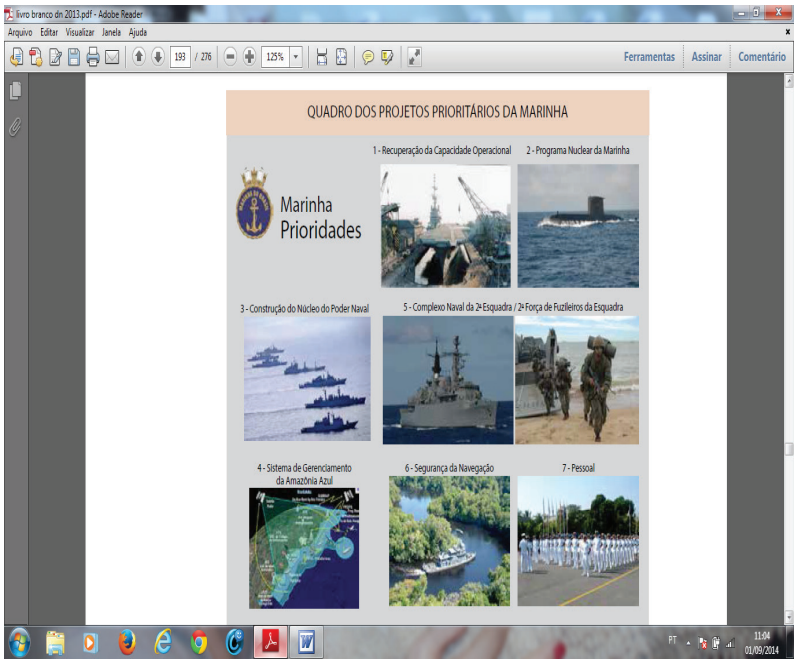

16 MINISTÉRIO DA DEFESA. **Livro Branco de Defesa Nacional**. 2012. pp. 193. Disponível em: www.defesa. gov.br/projetosweb/livrobranco/lbdndigital/#/0. Consultado em: 11-12-2014.

IV - O Atlântico nos Documentos Portugueses

Nessa pesquisa foram analisados os seguintes documentos portugueses: o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) de 2013[17], Funções e Tarefas da Marinha – Enquadramento legal[18] (site da MP); Marinha a serviço de Portugal[19] (site da MP); Estratégia Naval Portuguesa e a Estratégia Nacional para o Mar - 2013 – 2020[20].

O CEDN de 2013 tem como base o CEDN de 2003 com atualizações advindas do novo conceito estratégico da OTAN aprovado em 2010, bem como do novo Tratado da UE (Tratado de Lisboa), documentos que implicaram em novas exigências a contribuição portuguesa para a garantia da segurança internacional, considerando ainda as severas limitações orçamentais portuguesas para os próximos anos que impactam na segurança e defesa nacional.

Segundo o CEDN, além da dimensão interna, a estratégia de segurança e defesa nacional é também resultante de compromissos internacionais, como a Carta da ONU, o Tratado do Atlântico Norte e os tratados da UE. De acordo com esse documento interessa a Portugal: afirmar a sua presença no mundo, consolidar a sua inserção numa sólida rede de alianças, defender a afirmação e a credibilidade externa do Estado, valorizar as comunidades portuguesas e contribuir para a promoção da paz e da segurança internacional, sendo Portugal apresentada como uma democracia europeia e atlântica .A UE e a OTAN seriam vitais para a segurança e defesa nacionais, bem como para a modernização e prosperidade portuguesa, deve-se reforçar a parceria estratégica com os EUA. O interesse de Portugal é, ainda, inseparável do fortalecimento da CPLP. Enquanto o Brasil, de acordo com os documentos, concentra seu entorno estratégico na América do Sul e no Atlântico Sul, Portugal opta pela Europa e pelo Atlântico Norte sem deixar de lado suas antigas colônias. Como o Brasil, Portugal também prega a associação entre Política Externa e Política de Defesa, promove as FAs portuguesas como agente coprodutor de segurança internacional e fator de projeção do prestígio internacional de país.

O documento propõe a melhor exploração dos recursos marítimos como elemento capaz de restaurar o crescimento econômico. Já na parte que descreve o contexto internacional sinaliza que o processo de globalização e a revolução tecnológica tornaram possível a difusão de ameaças e riscos em todas as dimensões, considerando a projeção das redes terroristas, o crime organizado, a proliferação das armas de destruição massiva, a fragilização de Estados e o potencial dos ataques cibernéticos, o que torna mais complexa a paz e segurança internacionais, contexto similar ao proposto nos documentos brasileiros.

Ao considerar os contextos de segurança regionais, o documento dá relevância a Europa e a UE, citando a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD); dá relevância estratégica aos Estados Unidos e as relações transatlânticas, fundamentais para Portugal e para estabilidade da ordem internacional, nomeadamente no quadro da OTAN. Sinaliza que Portugal e a Europa devem acautelar, junto do aliado norte-americano, a dimensão crucial do eixo transatlântico, por forma a garantir uma complementaridade de ação e esforço a nível global. Considera ainda a relevância da África Subsaariana e os Estados frágeis e suas implicações na segurança, com relevância para o terrorismo, a pirataria e todo o tipo de tráficos transnacionais.

Outro tópico de relevância é o Atlântico, como um espaço de estabilidade e segurança na política internacional, onde a Aliança Atlântica seria uma garantia da estabilidade estratégica internacional. Já no Atlântico Sul, os processos de democratização e de modernização revelariam uma nova realidade de paz e de progresso, bem como as cooperações multilaterais abririam caminho para a consolidação de novas comunidades de segurança. O Brasil seria um símbolo dessa mudança na América do Sul. No Atlântico, a importância crescente das rotas energéticas e comerciais dá relevo à necessidade de um esforço convergente entre os países costeiros do Norte

---

17 Disponível em: http://www.defesa.pt/Documents/20130405_CM_CEDN.pdf. Consultado em: 10-12-2014.

18 Disponível em: http://www.marinha.pt/pt-pt/historia-estrategia/estrategia/folhetospt/Funcoes_tarefas_marinha.pdf. Consultado em: 08-12-2014.

19 Disponível em: www.marinha.pt/pt-pt/historia-estrategia/estrategia/folhetospt/Marinha_Servico_Portugal.pdf. Consultado em: 10-12-2014.

20 Disponível em: http://www.dgpm.mam.gov.pt/Documents/ENM2013_2020.pdf. Consultado em: 05-12-2014.

e do Sul para garantir a sua segurança comum.
O documento considera que a disputa por recursos naturais escassos, como sejam os hidrocarbonetos, minerais e água, poderiam conduzir a uma competição violenta. Outro ponto apresentado no CEDN 2013 é a questão da Segurança Cooperativa[21]. Várias vezes o documento menciona que a UE e OTAN seriam elementos capazes de garantir a presença relevante na política internacional e um máximo de segurança para Portugal. As Nações Unidas surgiram como uma instituição legitimadora última do uso da força. O CEDN diz ainda que Portugal deve se empenhar na valorização dos programas de cooperação militares e de segurança no quadro da CPLP e estabelecer parcerias estratégicas de segurança para criar quadros de cooperação relevantes para a defesa, designadamente no domínio da segurança das linhas de comunicação marítimas e na gestão de crises.
Dentre outros, o CEDN, aponta como objetivos nacionais conjunturais: a valorização da vocação atlântica de Portugal; o empenho na consolidação da CPLP; a contribuição para o fortalecimento da coesão da UE e da OTAN; e a defesa do prestígio internacional de Portugal. Sinaliza que o país pretende assegurar uma capacidade dissuasória, reforçada pelo quadro de alianças, suficiente para desencorajar as agressões ou para restabelecer a paz, em condições adequadas para o interesse nacional. Aponta ainda uma necessidade de garantir a capacidade de vigilância e controle do território nacional e do espaço interterritorial, incluindo a fiscalização do espaço aéreo e marítimo.
Assim como sinalizam os documentos brasileiros, o CEDN apresenta o vetor militar como primordial no apoio à política externa, sendo uma das missões prioritárias das FAs contribuir como instrumento do Estado para a segurança internacional, designadamente pela sua intervenção em missões militares internacionais de paz, que asseguram o reconhecimento externo de Portugal como um Estado coprodutor de segurança internacional. Tendo em conta os recursos escassos disponíveis e a conjuntura, o emprego de recursos militares nacionais deve obedecer a uma escala geopolítica de prioridades. Em primeiro lugar, na defesa cooperativa da paz e da segurança nas regiões europeia e euro-atlântica, em conjunto com os aliados. Em segundo lugar, nas áreas vitais para o combate ao terrorismo transnacional e outras ameaças diretas à região euro-atlântica; em terceiro lugar, na cooperação no domínio da segurança e defesa com os países da CPLP; e, finalmente, participar em missões de ajuda de emergência da ONU.
Além disso, seria importante maximizar as práticas de duplo uso e de partilha de recursos, das FAs, eliminando todas as formas de duplicação de meios. Seria necessário proceder à racionalização e redimensionamento dos efetivos às exigências de flexibilidade próprias das novas missões das FAs. Para o CEDN, um dos vetores e linhas de ação estratégica seria investir nos recursos marítimos, dentre eles a delimitação da plataforma continental consagrando a Portugal direitos soberanos na exploração e aproveitamento dos recursos. Como o país estaria no centro das redes portuárias internacionais e das rotas comerciais e energéticas; o mar constitui-se-ria em um importante ativo estratégico.
De acordo com as informações presentes no site da Marinha Portuguesa, nomeadamente os artigos: Funções e Tarefas da Marinha – Enquadramento legal; e a Marinha a serviço de Portugal, a MP desempenharia três funções fundamentais: defesa militar e apoio à política externa; segurança e autoridade do Estado; desenvolvimento econômico, científico e cultural. A função de defesa militar e apoio à política externa concretizar-se-ia por meio da defesa militar própria e autônoma; defesa coletiva e expedicionária (principalmente no âmbito da OTAN, ONU, OSCE, UE e EUROFORÇAS); e a proteção dos interesses nacionais e diplomacia naval. Já a função de segurança e autoridade do Estado englobaria as tarefas: segurança marítima e salvaguarda da vida humana no mar; vigilância, fiscalização e exercício de polícia; e estados de exceção e proteção civil (funções ditas não militares ou constabulares). Para aplicação da Autoridade Marítima Nacional, uma diferença estrutural entre

---

21 Para melhor entender a ideologia proposta no conceito de Segurança Cooperativa, lógica portuguesa, recomenda-se as seguintes referências conceituais: a) **OTAN** - Abordagem Global - *Comprehensive Approach* (2010), Defesa Inteligente - *Smart Defence* (2010), Consciência Situacional Marítima - *Maritime Situational Awareness* (MSA); b) **União Europeia** - Desenvolvimento Partilhado de Capacidades – (*Poolingand Sharing*); c) **Estratégias Norte-Americanas** - *From the sea* (1992), *Forward ... from the sea* (1994), *National Strategy for Maritime Security* (Estratégia Nacional para Segurança Marítima) (2005), *A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower* (A Estratégia Cooperativa para o Poder Naval do Século XXI) (2007), *The Global Fleet Stations* (Uma Frota de Composição Global) (2007).

Brasil e Portugal, é a Polícia Marítima, um órgão de polícia e de polícia criminal que desempenha a tarefa de vigilância, fiscalização e exercício de polícia.

Capacidades da Marinha contributivas para o Sistema de Forças Nacional

Disponível em: www.marinha.pt/pt-pt/historia-estrategia/estrategia/folhetospt/Marinha_Servico_Portugal.pdf. Con-sultado em: 10-12-2014.

O paradigma operacional apresentado pela MP é o modelo da Marinha de duplo uso que engloba a doutrina, o treino e outras medidas necessárias ao emprego dos meios em pessoal e material, segundo capacidades de projeção de força, de proteção do mar e de colaboração, comando e controle. As capacidades de proteção do mar destinar-se-iam a afirmar as responsabilidades públicas nos espaços marítimos, e têm em vista dar corpo ao caráter jurisdicional das operações, garantindo a segurança e o exercício da autoridade no mar. Nesse modelo, a Marinha desempenharia, em simultâneo, as funções típicas de uma Armada e as de uma Guarda Costeira, o que permitiria racionalizar e otimizar o emprego dos escassos recursos nacionais. Assim sendo, a MP, cujo comandante é, simultaneamente, Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, teria a atuação militar na função de defesa e apoio à política externa, e a atuação não militar nas funções de segurança e autoridade do Estado, e de apoio ao desenvolvimento econômico, científico e cultural. Mesmo considerando que a defesa militar é por excelência a missão fundamental das FAs, esse modelo de atuação privilegia uma lógica funcional de integração e de complementaridade entre capacidades, no âmbito da atuação militar e não militar[22].

A Estratégia Nacional para o Mar 2013 2020 pontua um recente movimento de revalorização marítima portuguesa impulsionado: pela Exposição Universal de 1998 realizada em Lisboa com o tema "Os Oceanos: Um Patrimônio para o Futuro"; pela agregação dos assuntos do mar ao Governo e ao MDN; pelo relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos intitulado "O Oceano. Um Desígnio Nacional para o Século XXI" de 2004; pelas designadas Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental e Estrutura de Missão para os Assuntos dos Mar de 2005; pela Estratégia Nacional para o Mar 2006 2016 (ENM2006-2016), pela Estratégia Nacional para o Mar de 2006; pela a Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar criada em 2007[23], merece especial atenção o Relatório da Comissão Estratégica dos Oceanos, uma completa

22 Disponível em: www.marinha.pt/pt-pt/historia-estrategia/estrategia/folhetospt/Marinha_Servico_Portugal.pdf. Con-sultado em: 10-12-2014.

23 GRAÇA, Pedro B. **O Papel das Informações Estratégicas na Projecção Marítima de Portugal**. In: Uma Visão Estratégica do Mar na Geopolítica do Atlântico. Cadernos Navais nº 24, 2008. pp. 87 a 96. Disponível em: http://moelabs.org/b37/Seminarios_em_ri_II-Nilson_Cesar_Fraga/I_Semestre/Gepolitica%20do%20Atlantico.pdf. Consultado em 14-12-2014.

reflexão do desenvolvimento econômico e social estratégico de Portugal pelo mar. Desse documento surgem os objetivos estratégicos: valorização da associação de Portugal ao oceano como fator identitário; necessidade de assegurar o conhecimento e a proteção do oceano; promoção do desenvolvimento sustentável de atividades econômicas marítimas; a necessidade de Portugal assumir uma posição de destaque e de especialização em assuntos do oceano na comunidade internacional; a construção de uma estrutura institucional moderna de gestão do oceano. Ao longo dos anos Portugal tem procurado assegurar a sua presença nos fora internacionais de decisão marítima.

Outro marco foi à apresentação da proposta portuguesa de extensão da plataforma continental junto à CLPC em 2010. Neste processo, Portugal desenvolveu os trabalhos técnicos e científicos que levaram à proposta de extensão da sua plataforma continental para além das 200 milhas marítimas, a uma área de 2.100.000 km^2, podendo estender a jurisdição nacional a caminho dos 4.000.000 km^2, isto é, a cerca de 40 vezes a área terrestre de Portugal.

A necessidade de revisão da ENM2006-2016 resultou, assim como o CEDN, das alterações verificadas na UE e da criação da Política Marítima Integrada da UE (PMI). Em 2012, a UE apresentou o conceito de um Crescimento Azul. Esse identifica cinco domínios estratégicos de intervenção preferencial: a energia azul, a aquicultura, o turismo marítimo, costeiro e de cruzeiros, os recursos minerais marinhos e a biotecnologia azul. Paralelamente, há reforma da Política Comum das Pescas (PCP) e do Fundo Europeu para os Assuntos do Mar e Pescas (FEAMP). Assim, Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 (ENM2013-2020) sugere ser uma ferramenta integradora, concertada para um desenvolvimento baseado no conceito do Crescimento Azul; que pretende promover um plano de ação para estimular a economia do mar com investimentos público e privado. Esse plano de ação compreende, dentre outros, os seguintes objetivos: concretizar o potencial econômico, geoestratégico e geopolítico do território marítimo nacional, tornando o Mar-Portugal em um ativo com benefícios econômicos, sociais e ambientais permanentes; criar condições para atrair investimento, nacional e internacional, em todos os setores da economia do mar, promovendo o crescimento, o emprego, a coesão social e a integridade territorial, e aumentando, até 2020, a contribuição direta do setor Mar para o PIB nacional em 50%; reforçar a capacidade científica e tecnológica nacional, estimulando o desenvolvimento de novas áreas de ação que promovam o conhecimento do Oceano e potenciem, de forma eficaz, eficiente e sustentável, os seus recursos, usos e atividades; consagrar Portugal, a nível global, como nação marítima e como parte da PMI e da estratégia marítima da UE para a área do Atlântico. Nessa ENM 2013 2020 são novamente pontuados como relevantes: a CPLP, a OTAN e a UE.

V - Conclusão

Nessa conclusão pode-se pontuar que de acordo com a análise dos documentos brasileiros a temática de defesa e segurança no Atlântico Sul recebeu sim no âmbito estratégico político e militar mais atenção recentemente. Essa relevância política e militar tem relação com riquezas recém descobertas do Pré-sal, mas também exploram um "dito" vácuo de poder no Atlântico Sul, uma estratégia coerente com à almejada projeção política do Brasil no cenário internacional. Já a estratégica de aproximação política e militar com a África, e prioritariamente com a África de língua portuguesa, iniciasse, em 2003, no primeiro governo Lula da Silva, antes das descobertas do pré-sal, mas realmente ganharam um pouco mais relevância, principalmente às questões de cooperação em segurança e defesa e gestão partilhada do Atlântico Sul pelos países do Atlântico Sul, sendo negativadas ações de potências extra regionais, como se pode perceber também pela revalorização nos documentos da ZOPACAS.

Assim como pontuam os documentos portugueses, o Brasil também estaria buscando participar enfaticamente das decisões de partilhas e regulamentações dos oceanos e seus recursos, mas ao contrário de Portugal não vê com bons olhos a extrapolação da segurança marítima norte atlântica (guarda-chuva OTAN) para o Atlântico Sul. Durante a análise não se encontrou, no pensamento estratégico brasileiro, citações que relacionasse como ameaças a reativação da 4ª frota norte-americana ou as ilhas britânicas atlânticas, algumas delas com bases militares norte-americanas.

Mas especificamente sobre as Marinhas desses dois países e suas atuações, pode-se pontuar uma carência de meios e recursos humanos para gama de atividades que lhes são impostas. Cabe pontuar que a MP pela atual crise econômica não conseguiu executar seu plano de modernização, talvez por isso de tanto valor militarmente a segurança coletiva como a UE e a OTAN. Já a MB usa a seu favor a conjuntura pós-descoberta do Pré-sal para requerer seu re-aparelhamento. Há que se considerar aqui que as Marinhas brasileira e portuguesa têm desenvolvido atividades combinadas e realizado também exercícios militares conjuntos e operações internacionais fora de suas ZEEs. Além disso, os dois Estados têm dado preferência estratégica aos países da CPLP, podem-se pontuar atividades de Cooperação Técnica Militar portuguesa com os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOPs) de mais de trinta anos, a formação da Marinha da Namíbia pela MB, a assinatura memorando de entendimento técnico no domínio da defesa entre Brasil e Angola, e a criação pelo Brasil em fevereiro de 2015 de um núcleo de missão naval em São Tomé e Príncipe. Pode-se também acrescentar a importância crescente do Atlântico nas regulamentações da Comunidade que perfaz no seu conjunto mais de 7,5 milhões de km^2 de área marítima. Assim, os oceanos constituem-se em uma fonte de recursos para o desenvolvimento sustentável e para a economia desses países.

Falando sobre ameaças, pela análise dos documentos portugueses e brasileiros pode-se concluir que as novas ameaças têm relevância, e essas ameaças estariam enquadradas no contexto propagado pelos EUA pós 11 de setembro, mas também pelo aumento das atividades criminosas no Atlântico.

VI - Bibliografia

Livros:

- SPELLE, I. (2008) Naval Warfare. In: Jordan, David e all. Understanding Modern Warfare. Cambridge: Cambridge University Press, pp.169-170.

Artigos em Revistas:

- GRAÇA, P. B. (2008). O Papel das Informações Estratégicas na Projecção Marítima de Portugal. In: Uma Visão Estratégica do Mar na Geopolítica do Atlântico. Cadernos Navais (24), pp. 87 a 96. Disponível em: http://moelabs.org/b37/Seminarios_em_ri_II-Nilson_Cesar_Fraga/I_ Semestre/Gepolitica%20do%20 Atlantico.pdf. [consultado em 14-12-2014].
- RIBEIRO, A. da S. (2008). Uma Visão Estratégica do Mar - Perspectivas de Análise. In: Uma Visão Estratégica do Mar na Geopolítica do Atlântico. Cadernos Navais (24), pp. 33 a 44. Disponível em: http:// moelabs.org/b37/ Seminarios_em_ri_II-Nilson_Cesar_Fraga/I_Semestre/ Gepolitica%20do%20Atlantico. pdf. [consultado em 14-12-2014].

Publicações Online:

- CORRÊA, C. R. e FLÔR, C. R. de A. Jogos de Guerra: Instrumentos de Cooperação. Disponível em: https:// www.egn.mar.mil.br/arquivos/revistaEgn/dezembro2012/edicao18_2.161-190.pdf. [consultado em 13-12-2014].
- Global Security.org. Disponível em http://www.globalsecurity.org/military/world/europe/ pt-marinha-equipment.htm e http://www.globalsecurity.org/military/world/europe/pt-marinha-modernization.htm. [consultado em 14-12-2014].
- GOVERNO DE PORTUGAL. Conceito Estratégico de Defesa Nacional. (2013) Disponível em: http://www. defesa.pt/Documents/20130405_CM_CEDN.pdf. [consultado em: 10-12-2014].
- GOVERNO DE PORTUGAL. Estratégia Nacional para o Mar 2013 – 2020. Disponível em: http://www. dgpm.mam.gov.pt/Documents/ENM2013_2020.pdf. [consultado em: 05-12-2014].

- MARINHA PORTUGUESA. Funções e Tarefas da Marinha – Enquadramento Legal. Disponível em: http://www.marinha.pt/pt-pt/historia-estrategia/estrategia/folhetospt/Funcoes_ tarefas_marinha.pdf. [consultado em: 08-12-2014].
- MARINHA PORTUGUESA. Marinha ao Serviço de Portugal. Disponível em: www.marinha.pt/pt-pt/historia-estrategia/estrategia/folhetospt/Marinha_Servico_Portugal.pdf. [consultado em: 10-12-2014].
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Estratégia Nacional de Defesa. (2008). Disponível em http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf. [consultado em 12-13-2014].
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Livro Branco de Defesa Nacional. (2012). Disponível em: www.defesa. gov.br/projetosweb/livrobranco/lbdndigital/#/0. [consultado em: 11-12-2014].
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa. (2012). Disponível em: http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized .pdf. [consultado em 12-12-2014].

GT 62
"Ambientes lusófonos" e o lugar da Lusofonia nos estudos ambiente-sociedade

Desastres Socioambeintais e a Cplp: Políticas de Proteção e Defesa Civil no Brasil, em Cabo Verde e em Portugal

Raquel Otoni de Araújo
raquel.oaraujo@gmail.com

Teresa Da-Silva-Rosa
teresa.rosa@uvv.br

Resumo: Portugal, Brasil e Cabo Verde enfrentam diferentes desastres socioambientais, que vêm a intensificar as vulnerabilidades já existentes e construídas historicamente. Numa tentativa de mitigar os riscos e construir comunidades resilientes, os três países assinaram o Quadro de Ação de Hyogo (QAH) em 2005, da United Nations International Strategy for Disaster Reduction. Este trabalho tem por objetivo responder às questões: a política nacional de cada um destes países foi desenvolvida compreendendo as discussões sobre desastres, vulnerabilidades, riscos e resiliência? E como o Brasil, Portugal e Cabo Verde se posicionam quanto a discussão internacional sobre o QAH? Assim, propõe-se comparar a experiência socioambiental lusófona relacionada à redução do risco de desastre (RRD) a partir das políticas nacionais de Proteção Civil de Portugal, Cabo Verde e Brasil, verificando elementos que possam remeter a uma possível "descolonização" através de políticas públicas de países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Palavras-chave: desastres; vulnerabilidade; risco; resiliência; Quadro de Ação de Hyogo; Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Introdução

A comunidade internacional tem se posicionado quanto ao desenvolvimento de leis sobre desastres, principalmente a partir do Quadro de Ação de Hyogo (QAH), elaborado pelos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2005, através da United Nations International Strategy for Disaster Reduction (UNISDR), visando o desenvolvimento de comunidades mais resilientes frente a desastres a partir do trabalho conjunto de governos, organizações não governamentais e do setor privado. Neste processo, os governos têm elaborado políticas públicas para a prevenção e o enfrentamento de desastres, abordando, também, a minimização dos riscos e a mitigação das vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais.
Brasil, Cabo Verde e Portugal foram países que assinaram o QAH, se comprometendo com as prioridades de ação[1] e objetivos estratégicos[2] do marco (UNISDR, 2007), a fim de atuarem na gestão de risco e na construção

1 (1) priorizar as ações de RRD; (2) conhecimento dos riscos e tomada de decisão; (3) construir entendimento e conscientização; (4) reduzir o risco; (5) estar preparado e pronto para agir.

2 (1) integração efetiva das considerações sobre risco de desastre com políticas de desenvolvimento sustentável, com planejamento e programação em todos os níveis, de modo que se enfatize a prevenção, mitigação, preparação e redução de vulnerabilidade; (2) desenvolvimento e fortalecimento de instituições, mecanismos e capacidades, principalmente nas comunidades, que contribuam sistematicamente na melhora da resiliência aos perigos; (3) incorporação de abordagens sobre redução de risco de forma sistemática no planejamento e prática dos programas de preparação, resposta e recuperação e reconstrução.

de comunidades resilientes em seus territórios. Além de participarem das plataformas da ONU, esses países se reúnem em outros blocos de cooperação, como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)[3], na qual a temática dos desastres também é tratada.

Este trabalho, portanto, tem por objetivo discutir: (a) se a política nacional de Proteção e Defesa Civil de cada um destes países foi desenvolvida compreendendo as discussões sobre desastres, vulnerabilidades, riscos e resiliência; e (b) como o Brasil, Portugal e Cabo Verde se posicionam quanto a discussão internacional sobre o QAH. Com isto, propõe-se uma comparação da experiência socioambiental lusófona relacionada à redução do risco de desastre (RRD) a partir de tais políticas, verificando elementos que possam remeter a uma possível descolonização através de políticas públicas de países da CPLP.

Para alcançar tais objetivos, foi realizado um estudo das políticas públicas dos três países, baseado em uma análise de conteúdo categorial. Foram utilizados os depoimentos coletados por meio de questionário semiestruturado aplicado a atores executivos da Proteção e Defesa Civil em seus respectivos países. São eles: o presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) de Cabo Verde; e o Diretor Nacional de Planeamento de Emergência[4] da ANPC de Portugal, juntamente com a Chefe do Núcleo de Riscos e Alertas na mesma instituição. Além destes, em cada país, foram ouvidos outros atores em relação a temática, como deputados, secretários nacionais, estaduais e municipais e professores e pesquisadores acadêmicos, cujas reflexões sobre as respectivas legislações de proteção civil foram essenciais para o desenvolvimento da análise a ser apresentada bem como deste trabalho como um todo. No Brasil, contudo, o questionário enviado a três gestores da área não retornou até a finalização desta pesquisa, mesmo tendo sido contatados por email ou telefone várias vezes e até pessoalmente[5].

1 Categorias conceituais

Primeiramente, será discutido sobre as categorias conceituais desastre, vulnerabilidade, risco e resiliência, analisando as respostas obtidas em cada país, os documentos pesquisados e a literatura estudada. A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), prevista pela lei brasileira 12.608, não descreve nenhuma das categorias, como as leis portuguesa e cabo verdiana. Portanto, dada a impossibilidade de contato com os atores brasileiros para a pesquisa, como relatado, e a impossibilidade de inferência na lei sobre a definição de cada categoria, o Brasil não será citado nesta sessão.

1.1 Os conceitos presentes nas políticas

No conceito português e no cabo-verdiano, o *desastre* em si é referido como um acontecimento externo, de origem natural, sem relações socioeconômicas prévias ao seu acontecimento. Esta visão se distancia daquela discutida por Quarantelli (2005), ao afirmar que os desastres são um fenômeno social enraizados na estrutura social, ou seja, o desastre não tem origens naturais apenas, mas, também, sociais, especialmente por causa da transformação da natureza realizada pelo ser humano (Giddens, 1991; Dombrowsky, 1998). A concepção que aparece nessas duas leis, portanto, não engloba a ação humana e o contexto social como fatores prévios ao desastre, definindo sua ocorrência como um acidente.

Na descrição de Portugal, porém, o termo catástrofe traz em sua definição as consequências socioeconômicas do evento. Esta ideia está em concordância com o proposto por Lindell (2011) sobre os impactos causados, decorrentes da interação entre fatores ambientais e sociais em um desastre, sendo os impactos sociais, para o autor, os psicossociais, os demográficos, os econômicos e os políticos. Assim, Lindell conceitua os desastres

---

3 A CPLP é formada pelos seguintes países: Portugal, Brasil, Cabo Verde, Timor Leste, Angola, Moçambique, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe.

4 Cargo correspondente à vice presidência da ANPC.

5 No dia em que a entrevista estava marcada, o ator a ser entrevistado precisou viajar para Curitiba por conta de uma emergência na cidade.

como antecessores de rupturas sociais, como, também, propôs Perry (2005) ao reconhecê-los como disruptivos para relações sociais em um contexto específico de mudança e adaptabilidade humana e institucional. Outros autores, como Ribeiro (1995) e Valencio (2009a), também, discutem as consequências sociais do desastre. Assim, a definição de Portugal sobre desastres se assemelha ao chamado período clássico (Perry, 2007), no qual o desastre era visto como um agente externo sim, mas causador de rupturas sociais. Percebe-se estas rupturas na lei quando fala de prejuízos «afetando intensamente» a vida e o tecido socioeconômico causados, portanto, pela catástrofe.

Já na descrição de Cabo Verde, é notável a influência portuguesa na formulação da lei e na definição categorial. Ainda mais, se destaca a dimensão espacial do desastre. Esta dimensão é debatida, principalmente, por Dombrowski (1998) e Lindell (2011), quando apontam que este modelo espacial especifica as áreas de impacto, regionais ou comunitárias, de vítimas e de danos físicos, sendo que os limites entre as possíveis zonas de impacto podem ser incertos, dadas as características do evento, de ocupação e da comunidade em si. Também, se destaca no conceito cabo-verdiano a necessidade de assistência após o evento, como definido por Guha-Sapir et. al (2012) ao relacionarem o desastre com a restrição da capacidade local de agir consequente a ocorrência de tal desastre, o que vem a resultar na demanda de assistência local, nacional ou internacional.

Na fala dos atores de Portugal, a *vulnerabilidade* é considerada apenas após o desastre, de acordo com o quanto as pessoas, bens ou ambiente foram afetados por um acidente ou catástrofe. Esta perspectiva se relaciona a apresentada por Carmo (2012) ao discutir que, mesmo que a exposição a riscos possa ser igual, a capacidade de enfrentá-los se difere entre grupos sociais que são mais ou menos vulneráveis – sendo estes últimos considerados invisíveis. Porém não há uma perspectiva que abranja o contexto socioeconômico e ambiental da vulnerabilidade prévio ao desastre, construído historicamente pelo modelo de desenvolvimento e que é intensificado durante e após sua ocorrência. Assim, a noção portuguesa se distancia de Valencio (2009b), que destaca a construção da vulnerabilidade prévia ao desastre e sua influência sobre os riscos e sobre as capacidades adaptativas, uma vez que as desigualdades socioeconômicas e ambientais fazem com que o acesso às informações e tecnologias bem como a possibilidade de inclusão e habitação em áreas seguras sejam assimétricos.

Já para Cabo Verde, é existente a concepção da vulnerabilidade antes do desastre e de sua relação com o risco na medida em que ela se refere a ausência de habilidades e/ou estruturas para enfrentá-lo. Isto é, quanto menor a capacidade para reagir a um risco, mais vulnerável é a comunidade ou ambiente, sendo que esta capacidade é construída antes do desastre ocorrer. Perry (2007) e Da-Silva-Rosa et al (2013) deixam claro que a vulnerabilidade é um fator que vem influenciar o rompimento de dada estrutura social em um contexto de desastre, o que na política pública de Cabo Verde não aparece quando se refere a desastre e vulnerabilidade.

Nas perspectivas portuguesa e cabo-verdiana, o *risco* está ligado com o evento natural e a probabilidade de sua ocorrência, sem abordar fatores socioeconômicos e políticos ausentes na definição de desastre, como a relação entre o risco e os fatores socioambientais apresentada por Giddens (1991), Beck (2011) e Douglas e Wildavsky (2012). A incerteza do risco vem presente nas descrições da categoria risco referente à probabilidade da ocorrência do desastre, porém não ultrapassa os fatores ambientais. Desta forma, o risco não é considerado em todas as suas possibilidades, como social, econômica e cultural, deixando a desejar no que concerne à sua complexidade. Portanto, o que se tem é uma noção de risco tradicional, por nem considerá-lo como historicamente construído e nem como sendo multidimensional.

Percebe-se na fala dos atores de Portugal e de Cabo Verde uma consonância no sentido de conceituarem a *resiliência*, tal como proposto por Moraes e Rabinovich (1996) como o conjunto de fatores que vêm a colaborar no enfrentamento e na superação de problemas como, neste caso, um desastre socioambiental. Nos três polos apresentados por Junqueira e Deslandes (2003)[6] os conceitos de ambos os países se encaixariam como adaptação e algo circunstancial sem deixarem margem para que se discuta se a resiliência seria um fator inato ou adquirido.

---

6 Processo de adaptação (estar saudável apesar da adversidade) X superação (desenvolvimento através da adversidade); fator inato (característica inerente a natureza humana) X fator adquirido (socialmente construída); algo circunstancial (estratégia utilizada em dado contexto) X característica permanente (traço de personalidade mantido ao longo da vida).

Assim, percebe-se, com base no exposto sobre Portugal e Cabo Verde, certa semelhança entre os conceitos das categorias risco e resiliência enquanto as categorias desastre e vulnerabilidade apresentam algumas dissonâncias. Autores como Taboada et al (2006), Valencio (2009a) e Perry (2007) concordam quanto a dificuldade na definição única de tais categorias, o que justifica a variabilidade de significados apresentados. Porém, como se tratando de um tema complexo, faz-se necessário que cada uma das categorias, também, seja abordada a partir de uma perspectiva complexa, sem se limitar a um único fator ou dimensão, como o ambiental, ou a um único momento, como o pós desastre.

1.2 A influência dos conceitos nas práticas de proteção civil

Com as informações levantadas, buscou-se avaliar o quanto o conceito de cada categoria influenciaria na prática de cada proteção civil nacional. Todos os atores entrevistados apresentam a mesma opinião quanto à relevância que as categorias teóricas têm para suas respectivas práticas de proteção civil. Isto aponta para uma prática, pelo menos a princípio, respaldada numa reflexão teórica sobre o significado das temáticas com as quais se trabalha, num caráter convencional. Ainda, esta relevância parece se desdobrar em uma ação conjunta do executivo com os que lidam diretamente com a conceituação e discussão sobre cada uma das categorias, tais como pesquisadores e professores acadêmicos, provenientes das diversas áreas de estudo e atuação. Esta governança promove, de certa forma, a construção e a prática mais interdisciplinar das políticas públicas, como proposto por Souza (2006), Capella (2007) e Chacín (2008). Estes autores discutem que o maior número de atores locais envolvidos, atuando na formulação e implementação das políticas pode, por um lado, minimizar os danos de um desastre, enquanto, por outro lado, pode aumentar a legitimidade dos órgãos públicos.

1.3 A categoria principal

Apesar do caráter convencional apontado no item 1.1, as respostas portuguesa e cabo-verdiana confirmam o que fora apresentado sobre a atual mudança no paradigma da proteção civil: de gestão do desastre para gestão de risco. Assim, a priorização das categorias risco (Portugal) e resiliência (Cabo Verde) se adequa à mudança de paradigma no sentido dos países se prevenirem e se prepararem para as possíveis ocorrências de desastre, possibilitando a integração em suas iniciativas do paradigma da sustentabilidade e promovendo uma ação conjunta entre o governo, as instituições técnicas, o setor privado e a própria comunidade (UNISDR, 2004, 2013). No entanto, fica uma dúvida: como seria isto possível considerando o caráter convencional destas categorias identificado anteriormente?

2 O papel do QAH

O QAH prevê que hajam desdobramentos do mesmo em cada política nacional de gestão de risco e de RRD, uma vez que o marco

Support the creation and strengthening of national integrated disaster risk reduction mechanisms, such as multi sectoral national platforms, with designated responsibilities at the national through to the local levels to facilitate coordination across sectors.[7] (UNISDR, 2007, p. 6)

Além de buscarem facilitar a coordenação dos diferentes setores envolvidos, as plataformas nacionais podem ser compreendidas como estratégias capazes de incentivar a inserção da RRD nas políticas de desenvolvimento em qualquer nível e setor, inclusive naquelas voltadas para a redução da pobreza. Neste sentido, o marco procura reconhecer, ainda, as especificidades locais quanto ao processo de construção de risco, promovendo, também, o incentivo às atividades de redução de risco.

---

7 "a) Apoia a criação e fortalecimento de mecanismos nacionais integrados para RRD, como plataformas nacionais multisetoriais, com responsabilidades designadas do nível nacional ao local para facilitar a coordenação através dos setores." Tradução nossa.

Como já relatado, os gestores executivos de Proteção e Defesa Civil do Brasil não participaram das entrevistas, se tornando inviável que se tente inferir as respostas apenas com base na Lei 12.608, o que ocorreu apenas no item 2.2 e 2.5. Já no item 2.3, sobre a incorporação da noção de gestão de risco nas ações de Proteção Civil, o caso brasileiro foi discutido com a apresentação do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais.

2.1 O qah na formulação das políticas

Para Portugal, o QAH parece não ter influenciado na formulação da Lei de Bases, porque os princípios contemplados no marco já estivam implementados no país desde a década de 1990, sem o QAH. É provável, porém, que com a campanha das cidades resilientes e de mitigação de riscos, entre outras campanhas, a influência se amplie, de acordo com os relatos. Mesmo estando este esforço de acordo com o objetivo estratégico do QAH (UNISDR, 2007)[8], o QAH vem, muito mais, fortalecer as políticas e planos de RRD já existentes naquele país, incorporando-se a eles. Ainda de acordo com a informação obtida na entrevista, o grande incentivador do tema em Portugal foi o European Forum for DRR[9], fazendo com que o QAH passasse a exercer maior influência. É válido destacar que a relação de Portugal com European Forum for DRR não diminui sua participação na CPLP, até porque esta Comunidade mobiliza os países membros a participarem de outras entidades internacionais que promovam a integração regional, criando uma conexão entre os diferentes processos de integração da economia regional e internacional (Alves, 1995; Monteiro, 1996).
Já no Cabo Verde, o QAH influenciou mais diretamente no processo de formulação da Lei 12/VIII/2012. Ou seja, esta é um resultado de um compromisso assumido dentro do QAH entre os países que estiveram na plataforma, os quais assumiram fundamentalmente quanto à construção e fortalecimento da resiliência nos respectivos países. Ë visível para a ANPC cabo-verdiana que as ações do governo têm criado infraestrutura e, consequentemente, aumentado a resiliência: como a construção da barragem de Santa Cruz, que promoveu a mitigação quase completa do risco de inundação, afetando menos a agricultura e as pessoas; o asfaltamento das estradas; e a construção de diques, que contribuem para que as localidades não fiquem isoladas. O desenvolvimento da Lei 12/VIII/2012, portanto, vem a corresponder ao primeiro objetivo estratégico do QAH (UNISDR, 2007), que visa a coesão entre as considerações sobre RRD e as políticas de desenvolvimento sustentável, de modo que o planejamento nos diferentes níveis enfatizem a prevenção, a mitigação, a preparação e a redução de vulnerabilidade.

2.2 As prioridades de ação do QAH nas políticas

Para a ANPC de Portugal, as cinco prioridades de ação estão muito presentes na Lei de Bases, como também para a ANPC de Cabo Verde, todas as cinco prioridades de ação estão muito presentes na Lei 12/VIII/2012. Como a Lei 12/VIII/2012 foi construída com base na Lei de Bases portuguesa e com auxilio de legisladores portugueses, os artigos a serem citados como exemplos da presença dos princípios de ação do QAH na lei cabo-verdiana são semelhantes ao citados no caso de Portugal.
Os cinco princípios de ação de Hyogo estão, portanto, presentes na PNPDEC tanto em seus objetivos como em suas diretrizes, de modo que a legislação nacional brasileira esteja de acordo com a discussão internacional sobre a RRD. Assim, percebe-se que nas três leis os princípios de ação do QAH estão presentes, independente do marco ter influenciado a formação da lei cabo verdiana, ou não, como na lei portuguesa, o que parece

---

8 De incorporar sistematicamente as abordagens de RRD no planejamento e nas práticas de preparação, resposta e recuperação e reconstrução.

9 O Fórum Europeu para RRD (tradução nossa) foi criado em 2009 e lançado oficialmente em 2010, servindo como uma arena que facilita a comunicabilidade entre os pontos focais nacionais europeus para o QAH, as plataformas nacionais e os parceiros regionais, estimulando a discussão coordenada sobre RRD e a troca de experiências, de boas práticas e de informações entre os países membros. Disponível em http://www.unisdr.org/files/19800_efdrrwebfinal.pdf. Acesso em 12 de junho de 2014.

apontar para uma conscientização e entendimento sobre a gestão de risco nas políticas nacionais do Brasil, de Portugal e de Cabo Verde.

2.3A Noção de gestão de risco nas ações de proteção civil

No Brasil, o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais não consta descrito na lei 12.608, mas se respalda nas diretrizes desta lei que validam as ações neste plano, como a referência aos planos habitacionais e à criação de sistemas de monitoramento (Brasil, 2012a). O Plano propõe, para o período de 2012 a 2014, um investimento de R$ 18,8 bilhões divididos entre prevenção, mapeamento das áreas de risco (R$ 162 milhões), monitoramento e alerta, e resposta (Brasil, 2012b). Destaca-se que a quantidade destinada para a prevenção é superior às demais quantidades já que a gestão de risco pressupõe o foco na prevenção que visa diminuir, antecipadamente, prejuízos de vidas, físicos e econômicos. Cada fase do Plano de Gestão de Risco conta com uma série de ações que vêm sendo desenvolvidas desde 2012 e têm enfrentado os desastres socioambientais a partir de um trabalho mais integrado, englobando desde a prevenção até a resposta.
O Plano indica a classificação de 170 municípios como prioritários em casos de inundação e deslizamentos e, para o caso da seca, propõe a ampliação de oferta de água para todos os estados do Nordeste e para o Semiárido do estado de Minas Gerais. Na fase da prevenção, a previsão de R$ 15,6 bilhões prioriza obras de prevenção a serem feitas como de contenção de encostas, drenagem, contenção de cheias, barragens, adutoras, sistemas de abastecimento de água, sendo R$ 6,5 bilhões para obras já selecionadas, a serem realizadas em diferentes estados das regiões nordeste, sudeste e sul do país (Brasil, 2012b). Apesar das ações serem extensas e variadas, percebe-se que são estritamente técnicas e estruturais, não envolvendo projetos que englobem o viés da educação, por exemplo, que faria com que as informações sobre prevenção chegassem até a comunidade; porém sabe-se que tais ações não-estruturais já são desenvolvidas e que contribuem para a gestão de risco, mesmo que não homologadas dentro deste Plano específico.
Na preparação, o Plano prioriza o mapeamento de 821 municípios com áreas de risco de deslizamentos e enxurradas e 17 bacias que, em 2012, estavam em risco crítico de inundação, de forma que as áreas não mapeadas não sejam negligenciadas nas ações de monitoramento e alerta. Estas ações são: a criação e o fortalecimento do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN), que emite alertas de enxurradas e deslizamentos, principalmente nos municípios mapeados, com 2 a 6 horas de antecedência e emite previsão de impacto da seca na agricultura com até 2 meses de antecedência, expandindo, portanto, a rede de observação; e do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), que comunica os alertas para todos os estados e municípios, fazendo com que a resposta a desastres, a análise e o compartilhamento das informações sobre áreas de risco e desastres sejam articuladas entre os órgãos federais, estaduais e municipais. (Brasil, 2012b)
Finalmente, a resposta inclui uma integração da força nacional do SUS, força nacional de emergência, forças armadas, cartão de pagamento da defesa civil[10], processo simplificado de compra e nova logística de distribuição[11], fortalecimento das defesas civis em 106 municípios com apoio técnico e equipamentos, capacitação em defesa civil e gestão de riscos para 10 mil agentes de defesa civil, 4 mil membros da sociedade civil organizada e 2130 profissionais especializados, R$ 2,6 bilhões para atender a assistência, socorro e reconstrução e o programa Minha Casa, Minha Vida, que disponibilizou 50 mil unidades habitacionais e dispensou o pagamento das prestações para a população atingida por desastres com renda até R$3100, sendo que a contrapartida de estados e municípios é oferecer infraestrutura, terreno e aluguel social. (Brasil, 2012b)
No caso de Portugal, a Plataforma Nacional para Redução do Risco de Catástrofe foi lançada tendo em sua composição diferentes órgãos públicos, ONGs, Universidades, setor privado e outras instituições e grupos setoriais, em 2010, cinco anos após o QAH, integrando a GPDRR em 2011 e definindo um plano de atividades em 2012, para o biênio 2012-2014 (Portugal, 2014). O plano de atividades proposto conta com dez iniciativas,

10 267 municípios e 19 estados já possuem este cartão, 72 municípios e 16 estados já receberam recursos pelo cartão, R$243 mi até julho 2012.

11 Com de cooperação com Correios.

sendo que uma, na época da pesquisa (fevereiro/2014) já havia sido concluída, quatro eram categorizadas «em curso», e cinco «em progresso».

Entre tantas atividades, é claro o forte envolvimento das ações propostas pelo plano com o sistema de educação, desde a infantil até a universitária. Deste modo, observa-se a preocupação de ser uma atividade intersetorial e interdisciplinar por integrar o sistema e os profissionais da proteção civil com os do Ministério da Educação. Ressalta-se, ainda, que aponta para a relevância da educação e do compartilhamento de informação com a comunidade no tocante à temática da proteção civil, envolvendo crianças, adolescentes e jovens no processo de prevenção e preparação, bem como na multiplicação deste conhecimento ministrado nas escolas, em linguagem apropriada e com profissionais treinados para isto.

A Plataforma Nacional para Redução do Risco de Catástrofe ainda indica atividades da ISDR em diferentes níveis. No local, cita-se as brigadas de intervenção local e as cidades resilientes; e no nacional, a elaboração do quadro legal, que inclui o planejamento emergencial, o ordenamento territorial, a avaliação dos impactos ambientais e o plano setorial de prevenção e RRD, e a demarcação de áreas de intervenção (áreas de incêndios florestais e urbanos, inundações, etc.). Há, também, as atividades que incluem a identificação, a avaliação e o monitoramento dos riscos (plataforma de planos de emergência[12] online e mapas de risco), a promoção da cultura de segurança e preparação para emergência (com forte trabalho na divulgação de informação com publicação impressa[13] e online[14]) e a redução dos fatores de risco (guias, manuais e estudos) (Portugal, 2014).

Sobre isto, a Lei de Bases afirma, no 7º artigo do capítulo I do direito à informação dos riscos e sua prevenção/minimização, as responsabilidades da proteção civil e demais instituições e a inclusão nos diversos programas de ensino de matérias de proteção civil e autoproteção (Assembleia da Republica, 2006), o que não é visto no caso brasileiro.

Ou seja, as ações da Plataforma Nacional para Redução do Risco de Catástrofe de compartilhamento de informação e de inserção da temática da proteção civil na educação, em seus diversos níveis, são coerentes com o proposto pela Lei de Bases quanto ao direito existente aos cidadãos de terem acesso ao conhecimento sobre esta temática, sendo conscientizados sobre os riscos e os desastres socioambientais, tanto pelo viés da educação formal quanto por ações publicitarias e de divulgação oficial da ANPC.

Ressalta-se ainda que quatro municípios portugueses já possuem o selo de Cidade Resiliente a saber, os municípios de Amadora, Cascais, Funchal e Lisboa, tendo como atividades realizadas e previstas a integração da análise de risco nos treinamentos de voluntariado e nos currículos escolares, a elaboração de planos municipais que visem a resiliência comunitária, a ampliação da informação pública, a sistematização dos instrumentos de gestão territorial, o estudo e a implementação e o estudo dos sistemas de alerta à população, o estudo do risco e de metodologias para a RRD e a elaboração de material para a divulgação, tanto online como de panfletos (Portugal, 2014).

Finalmente, em Cabo Verde, a Plataforma Nacional para a Redução de Risco de Desastre foi criada em 2007, durante a gestão do dr. Julio Lopes Correia, então ministro de Administração Interna (EMBCV, 2014), procurando respeitar os compromissos assumidos em Hyogo/2005 e envolvendo órgãos públicos, setor privado e a sociedade civil organizada. O objetivo é que a plataforma fosse um meio que promovesse a pesquisa, a gestão e a redução dos riscos, em concordância com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e com o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde. (Prevention Web, 2014)

Em outras palavras, a Plataforma é uma estrutura que traz a preocupação de coerência da atuação com as metas de dois documentos internacionais de referência. Além disso, ela parece visar a interação de diversos setores e

---

12 http://planos.prociv.pt/Pages/homepage.aspx

13 O material impresso de divulgação para a comunidade é composto por panfletos explicativos sobre prevenção, preparação e resposta, sendo cada um de um tema específico e com publicação separada para adultos (sobre ondas de calor, frio intenso, gás de cozinha, espaços públicos, seca, inundações, sismos, incêndios no hotel e florestais, e acidentes rodoviários e no transporte de mercadoria perigosas) e para crianças (sobre incêndios na floresta, em casa e na escola, inundações, sismos, seca e segurança nos passeios no campo e na montanha).

14 Destaca-se o material disponível para crianças, em linguagem adequada e acessível, como a cartilha online "Nós e os riscos", http://www.proteccaocivil.pt/nos_e_os_riscos/index.html

disciplinas, integrando variadas instituições, as quais podem contribuir na minimização de riscos, mobilizando a sociedade civil e o setor privado, promovendo, portanto, a governança (Ministério da Administração Interna, 2007a). A UN-SPIDER (2012) destaca que a Plataforma é de responsabilidade da SNPC, por não haver divisão de tarefas, o que intensifica e justifica a necessidade de maior coesão com outras instituições para que se possa compartilhar as responsabilidades, principalmente, as relacionadas à prevenção. Vale citar, também, que estavam presentes diversos representantes públicos e privados, locais, nacionais e internacionais no lançamento da plataforma, em novembro de 2007. Entre eles, os participantes do CNPC, outros ministérios e secretarias que não são membros do conselho, alguns órgãos do sistema da ONU[15], um corpo diplomático[16], câmaras municipais, organizações interacionais e instituições parceiras, como institutos de pesquisas, confissões religiosas, órgãos de comunicação social, individualidades e quadros nacionais, ONGs internacionais, sociedade civil organizada, sindicatos e empresas privadas (Ministério da Administração Interna, 2007a, 2007b). Isto vem reforçar a intenção da plataforma de mobilização e interação dos diversos atores envolvidos na governança da RRD. São dez os objetivos da Plataforma cabo verdiana, como a interação entre atores do setor público, acadêmico e privado bem como o compartilhamento de conhecimento e informação, baseados num plano estratégico de ação que se desdobre em projetos e programas que concretizem as ações necessárias, promovendo maior compreensão de RRD e colocando-a como uma das prioridades locais e nacionais. (Ministério da Administração Interna, 2007b). Com isto, conclui-se que, apesar de ainda haver áreas que devem ser executadas, provenientes da lei 12/VIII/2012 e da própria Plataforma Nacional para a Redução de Risco de Desastre, a SNPC de Cabo Verde tem realizado importantes progressos na gestão de riscos integrada a fim de ampliar a governança e atingir os objetivos assumidos em Hyogo.

2.4 Participação de outras secretarias na gestão de risco

Em Portugal, especialmente por causa da crise financeira atual, outras prioridades têm sido eleitas no lugar da RRD. Porém há participação de outras secretarias na elaboração das leis da Proteção Civil – quem as escreve é o pessoal da ANPC e, depois, elas seguem para a Comissão Nacional de Proteção Civil. Quando o Ministério de Administração Interior aprova a nova lei elaborada, ela é repassada para os outros ministérios concordarem ou não, propondo alterações e justificando-as. Neste sentido, parece se buscar através da contribuição dos ministérios, a mobilização e o compartilhamento de responsabilidades não somente na formulação da política bem como na gestão de risco.

No caso de Cabo Verde, é interessante perceber a divisão de tarefas e de responsabilidades de cada ministério. Assim, de acordo com o relato do ator entrevistado, participam na gestão de risco o Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima com construções; o Ministério do Desenvolvimento Rural, com construção de diques; o Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território, estudando o risco territorialmente e previamente, em especial nas área de risco e em áreas nas quais haverá a construção de um novo bairro, promovendo, portanto, uma ocupação ordenada. Também atua na gestão de risco a Cruz Vermelha, propagando informação e formação de voluntários, de funcionários públicos e da comunidade quanto a prevenção de risco, primeiros-socorros e emergência. Além deste treinamento ocorrer por conta das emergências dos desastres, segundo o presidente da ANPC cabo verdiana, ele está sendo intensificado porque a Proteção Civil está para assumir, no país, a responsabilidade de atender às emergências pré-hospitalares, de modo que tem sido realizada toda uma preparação para que as pessoas estejam prontas para prestar o serviço.

Vale apontar que nos três órgãos nacionais cabo verdianos, há investimento em ações que promovem a intersetorialidade, estimulando a horizontalidade e a integração dos saberes e das práticas entre as diversas secretarias e órgãos públicos. Além disto, outras instituições internacionais podem contribuir para que os objetivos de cada política pública de Proteção Civil possam ser alcançados. Este é o caso da Cruz Vermelha e a própria

15 Coordenadora Residente das Nações Unidas, PNUD, OMS, FAO e UNICEF.

16 Estavam presentes os embaixadores dos Estados Unidos da América, da França, da República de Angola, de Portugal, de Cuba, do Senegal, da República Popular da China, da República Federativa do Brasil, da Federação Russa, da Espanha e um representante da Cooperação Austríaca.

UNISDR. Assim, parece ocorrer neste arquipélago o que Teixeira (2004) sugere. Ao adotarem conceitos, métodos, técnicas e instrumentos intersetoriais e interdisciplinares, as proteções civis cabo verdiana e portuguesa, no caso, passam a implementar e ações que visam a transformação nas condições de vida e de saúde da comunidade, atendendo às suas necessidades sociopolíticas e as especificidades locais. Isto não parece evidente no caso dos outros dois países estudados.

2.5 Participação comunitária na gestão de risco

Em Portugal, várias são as possibilidades de envolvimento das populações situadas em área de risco. Elas podem ser separadas em duas categorias de ação: aquelas voltadas para a mobilização da comunidade e as ações educativas formais e não formais. A participação comunitária local se dá com a organização dos planos de emergência municipais, sobre os quais há consulta pública. Nelas, as pessoas têm a possibilidade de discutirem sobre o plano e darem suas opiniões. Os municípios e as câmaras desenvolvem, ainda, ações com a população, como formação das brigadas, nas quais os próprios habitantes atendem aos casos de emergência antes mesmo da chegada dos bombeiros. Também, há os que se voluntariam para trabalharem junto a Proteção Civil. Com certa frequência, ocorrem os exercícios simulados com participação da população. Outro meio de envolvimento comunitário são as campanhas de sensibilização em escolas com material impresso (panfletos), também disponíveis em postos de saúde e outros espaços públicos, desenvolvidos em linguagem acessível e clara sobre o que fazer em caso de cada risco e/ou emergência, além dos manuais específicos para as comunidades, para os gestores locais e para iniciativa privada.

Ainda, o Plano Centurial diz do envolvimento comunitário, por ser um plano de ordenamento do território municipal (como os Planos Diretores Municipais), enumerando os riscos e obrigando que os municípios façam estudos, cartografias e ordenem o território de modo a fazer com que o processo se torne bem planejado e transparente, ou seja, passível de prestação de contas. A Lei 105/2007 também aponta para a inserção da comunidade na gestão de risco ao descrever as competências dos municípios no tocante à Proteção Civil, como a coordenação integrada com outros serviços, as análises de risco, a elaboração de plano de emergência, etc. Este é um processo recente – há 10 anos, ele não existia em municípios menores somente em grandes cidades.

Em Cabo Verde, a comunidade é sempre convocada a agir em cooperação com a ANPC e tem respondido de maneira positiva. Uma das ações que está sendo desenvolvida em 2014 é a construção de núcleos de Proteção Civil nos diferentes bairros para o caso de haver qualquer acidente/emergência em certa comunidade. Formado por membros da comunidade que recebem formação pela Proteção Civil, o núcleo comunica à Autoridade em tempo real o ocorrido e já inicia o processo de resposta. A população cabo-verdiana tem se mostrado solidária para enfrentar os riscos, de modo que, havendo alguma ocorrência em determinado bairro, as pessoas se organizam para apoiar a Proteção Civil. Este comportamento é notável pelo país, principalmente por causa da cultura local existente, que estimula a participação comunitária.

No Brasil, apesar de não terem relatos da entrevista aplicada sobre a participação comunitária, a Lei 12.608 aponta a participação da sociedade civil como uma das diretrizes da PNPDEC. Isto é percebido nas Defesas Civis locais como prática já implementada ou em processo de inclusão da sociedade civil. Como exemplo, citam-se as Conferências Municipais, Estaduais e Nacional de Proteção e Defesa Civil, nas quais a sociedade civil conta com representantes em todas as reuniões, debates e votações quanto aos regulamentos e diretrizes e princípios a serem levados até a fase nacional da Conferencia. Também pode-se citar como exemplo da participação comunitária brasileira na Proteção e Defesa Civil, os Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDECs), que visam o envolvimento das comunidades em situação de risco, promovendo a conscientização e percepção do risco bem como a minimização de desastres pelo viés da preservação do ambiente local[17].

Pode-se concluir, portanto, que nos três países a comunidade é envolvida na gestão de risco, de modo que o processo de governança é construído. Assim, este espaço de mobilização parece responder ao que foi sugerido

17 Alguns exemplos de NUDEC estão disponíveis em <http://www.defesacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=34> e http://www.defesacivil.sc.gov.br/index.php/gestao-de-risco-2013/educacaocontinuada-2013.html, que relatam sobre os casos do Paraná e de Santa Catarina.

por Santos (1997) e Chacín (2008), os quais destacaram a importância da participação dos atores locais a partir da articulação e cooperação de seu maior número, inclusive no desenvolvimento sustentável, na redução da vulnerabilidade e dos riscos e no manejo das situações de desastre. A UNISDR (2007), também, prevê a participação comunitária na gestão de risco, afirmando que «communities and local authorities should be empowered to manage and reduce disaster risk by having access to the necessary information, resources and authority to implement actions for disaster risk reduction»[18] (2007: 5). Portanto, fica evidente que a comunidade e os atores locais são centrais na gestão de risco, como é percebido tanto em Cabo Verde como em Portugal.

3 A Influência e o papel da CPLP

Buscou-se observar o quanto a temática de gestão de risco está sendo debatida em diversos setores no âmbito da CPLP. Acredita-se que poderá servir de parâmetro para uma análise da eficácia da Comunidade quanto a RRD nas arenas políticas, legais, privadas e acadêmicas. Esta discussão se integra ao subitem anterior sobre o QAH, já que o marco prevê iniciativas regionais e internacionais no tocante à RRD. As ações da Comunidade, portanto, refletem ou não o que está direcionado no QAH quanto a gestão de risco e, principalmente, quanto ao compartilhamento de informação, conhecimento e boas práticas.

Na última GPDRR, em 2013, os países lusófonos se reuniram para debater acordos multilaterais no tocante a ações de RRD, que promoveriam intercâmbios acadêmico, profissional e legislativo entre os países da Comunidade. Percebe-se que há certa dissonância entre Portugal e Cabo Verde nas percepções sobre a comunicabilidade e o intercambio entre os países da CPLP e uma concentração geográfica do intercâmbio de Portugal com suas antigas colônias africanas. Esta perspectiva variada sobre o que está acontecendo no tocante à comunicabilidade parece se remeter ao que fora discutido por Santos (2004) sobre a influência da globalização, que resulta em expressões diversas e de intensidades variadas, que transcendem o aspecto intergovernamental dos relacionamentos locais, nacionais, regionais e globais, podendo ter como consequência uma incoerência política, econômica e cultural além da possível dificuldade de planejar uma intervenção comum, participativa e construtiva. Isto é, as diferentes percepções dos países – como sobre a comunicação pós GPDRR, o intercâmbio acadêmico e a comunicação de boas práticas – são esperadas, mesmo se tratando de uma temática comum, podendo, ainda, segundo o autor, resultar na dificuldade de se delinearem ações comuns no âmbito de tal temática.

É também interessante notar que o gestor cabo verdiano afirmou ser existente a comunicação sobre as boas práticas entre os países da Comunidade. Apesar disto, ele afirma que é necessário que haja um aprimoramento nesta comunicabilidade, principalmente, se o país que estiver na coordenação da discussão sobre Proteção Civil na CPLP fosse mais «agressivo», comunicando-se e estimulando o contato com a Proteção Civil dos diferentes países. O presidente da ANPC cabo verdiana afirma que ainda há muitas ações que ocorrem nos outros países da CPLP sobre as quais ele não tem conhecimento, tendo acesso apenas pela imprensa. Por exemplo, Moçambique tem um problema de inundação e já mostraram que sabem lidar com este evento. Assim, eles deveriam transmitir a forma de como resolver o problema para os outros países. Com isto, percebe-se que, mesmo que o gestor tenha afirmado ser existente o diálogo, ele mesmo aponta as falhas existentes nesta comunicabilidade.

Destaca-se, ainda, que o diálogo entre os países da CPLP vem sendo construído no decorrer dos anos, se expandindo para temas específicos, como o caso da Proteção Civil. Este presente trabalho, por exemplo, foi citado como um dos poucos intercâmbios acadêmicos entre os países da Comunidade. Porém, é sabido que existem iniciativas como a Associação das Universidades de Língua Portuguesa[19], ONG fundada em 1986, que visa a promoção da cooperação, da comunicação e do intercâmbio entre as Universidades e Institutos de Ensino Superior, da qual fazem parte os oito países membros e Macau (China) (AULP, 2014). A ONG não foi reconhecida ou citada por nenhum gestor de Proteção Civil como tendo contribuição sobre a temática da RRD

18 "Comunidades e autoridades locais devem ser habilitadas para gerenciarem e reduzirem o risco de desastre pelo acesso a informação, recursos e autoridade necessários para implementar ações para RRD." Tradução nossa.

19 http://aulp.org

nem no âmbito do intercâmbio acadêmico. Isso pode, no mínimo, ser um indício de que a temática é ausente da pauta de temas de interesse de tal associação. Finalmente, a comunicação e intercâmbio parece ser, ainda, um campo aberto para ser explorado pela CPLP e que necessite ser aprimorado no sentido de promover um maior compartilhamento de conhecimentos e informações.

Conclusão

Este presente trabalho buscou comparar as políticas nacionais de Proteção e Defesa Civil de três países da CPLP (Brasil, Portugal e Cabo Verde) empregando a análise de conteúdo como procedimento metodológico. Complementarmente, foram feitas entrevistas a gestores responsáveis pela Proteção e Defesa Civil dos três países da CPLP. Como referência para este estudo, foi feita uma revisão da literatura sobre as categorias desastre, vulnerabilidade, risco e resiliência bem como uma discussão sobre o QAH e sobre a própria CPLP. Buscou-se investigar a inserção das categorias citadas em cada política nacional, a influência do QAH na construção e implementação de cada uma delas e o papel da Comunidade no que se refere a Proteção Civil. Após realizar esta pesquisa, destacam-se alguns pontos como conclusivos.

Quanto a discussão teórica sobre as categorias desastre, vulnerabilidade, risco e resiliência, vale grifar que as categorias citadas são complexas e dependem de uma análise que abranja tal complexidade, através de uma pesquisa de caráter interdisciplinar. São múltiplas as perspectivas possíveis para analisar cada uma dessas categorias e é possível encontrar na literatura estes diferentes vieses que perpassam tal pesquisa. Neste trabalho, por exemplo, puderam ser apresentados autores não só da sociologia e da política, mas os que discutem no âmbito da psicologia, antropologia e história, referentes às categorias propostas.

Sobre a categoria desastre, ficou claro que é necessário uma abordagem que integre suas diferentes vertentes. Em outras palavras, ao invés de se discutir o desastre apenas como natural ou apenas como social, discuti-lo como sendo socioambiental, abrangendo as diversas variáveis que estão implicadas no processo. Sobre a vulnerabilidade, ressalta-se que a construção e a implementação conjunta de políticas de diferentes setores, como redução de pobreza, educação, segurança pública, entre outras, auxiliaria na mitigação da vulnerabilidade socioambiental, preparando as comunidades frente aos riscos e aos desastres, se a temática de RRD perpassasse transversalmente cada uma delas. Talvez, a experiência de Cabo Verde possa ser replicada com devidas adequações às especificidades de outros membros da CPLP. Quanto aos riscos, o que vale se destacar ao final é sobre a importância da mudança de paradigma: da gestão do desastre para a gestão de risco, fazendo com que a incerteza e as probabilidades concernentes aos desastres sejam abordadas no sentido de serem percebidas e manejadas preparando a comunidade para a ocorrência do desastre em si. Por fim, quanto à categoria resiliência, é interessante citar a campanha «Construindo cidades resilientes» para a divulgação e conscientização sobre a resiliência, envolvendo atores locais nas ações que resultem no fortalecimento de suas comunidades para que elas sejam capazes de se reconstruírem, superando os danos consequentes, mitigando vulnerabilidades prévias ao desastre e promovendo um desenvolvimento pautado na sustentabilidade.

Apesar das categorias terem sido discutidas separadamente, é importante salientar que elas devem ser estudadas e trabalhadas de maneira integrada, reconhecendo que cada uma está intrinsecamente relacionada com a outra. Desta forma, é necessário que todas as categorias sejam, minimamente, abordadas. Também, é necessário, visando abordar as categorias de maneira completa, que os diferentes atores estejam incluídos, tanto os do poder público, como os do setor privado, das academias, instituições técnicas e comunidades. Somente assim, se promoverá a governança no âmbito da Proteção Civil e da gestão do risco.

Ainda é válido ressaltar que, nas três leis pesquisadas, há um caráter conservador, tratando as categorias por um viés tradicional. Ou seja, a perspectiva predominante nas leis diz de uma ameaça externa que causaria prejuízos apenas depois a ocorrência do evento em si, sem considerar as vulnerabilidades prévias ao desastre e a influência da ação do homem para intensificar ou minimizar o risco. Apesar disto, as práticas de cada país pesquisado se mostram diferentes, tratando cada categoria numa perspectiva complexa e interdisciplinar, integrando diferentes secretarias e grupos sociais no enfrentamento de cada uma delas. Questiona-se, como conclusão, se não seria necessária uma revisão de cada lei para que as categorias fossem definidas a partir da atuação prática.

Quanto à relação entre o QAH e as políticas nacionais de proteção e defesa civil, conclui-se que o marco cumpre seu papel na construção e no desenvolvimento das políticas, promovendo arenas de discussão e instrumentos para o monitoramento e avaliação do progresso nacional e local do QAH. A UNISDR tem realizado um trabalho importante, integrando os países e suas políticas, auxiliando na mitigação de vulnerabilidades, promovendo a gestão de risco e cooperando na construção de cidades resilientes. Por exemplo, as visitas técnicas feitas junto aos gestores nacionais de Proteção Civil, para complementar esta pesquisa, só foram possíveis a partir da parceria do Centro de Excelência para RRD da UNISDR no Brasil, na pessoa do seu Senior Programme Adviser, o senhor David Stevens. Além disso, o Centro de Excelência ainda cooperou com a promoção de seminários sobre gestão de risco pelo país, que muito ajudaram para a integração desta pesquisadora no tema discutido e para contatos com gestores e pesquisadores da área.

Sobre a CPLP, ficou clara a possibilidade de aprimoramento da construção e desenvolvimento do diálogo e dos intercâmbios, especialmente, no tocante a Proteção Civil, apesar de muito já ter sido feito. Há, também, espaço para o prosseguimento da pesquisa nos demais países da CPLP, não entrevistados por conta do pouco tempo disponível para a finalização desta pesquisa. Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Timor Leste e São Tomé e Príncipe têm muito a oferecer para que esta pesquisa seja ampliada, abrangendo todos os países da Comunidade e, portanto, avaliando de fato o papel da CPLP na discussão sobre a gestão de risco, sobre o QAH e sobre as categorias conceituais.

Também ficou clara, na discussão sobre os países da CPLP, a participação entre cinco países apenas, a saber: Portugal, Moçambique, Cabo Verde, Angola e Portugal. Isto aponta para a necessidade da inclusão de São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau e Timor Leste na discussão sobre RRD. Uma das possíveis hipóteses para estes países estarem distantes dos intercâmbios e das boas práticas em RRD seria por causa de questões políticas internas, o que ressaltaria a necessidade de serem apoiados pela CPLP.

É importante, ainda, destacar as posições dos países pesquisados em relação a Proteção Civil. Portugal, dos três, é o país que se mostrou melhor estruturado e organizado no tocante a discussão, construção e prática da legislação, por ser o país que trabalha com a temática a mais tempo e o que conta com mais recursos. Já Cabo Verde é um país que se apresenta bem organizado para o enfrentamento de RRD, buscando aprimorar seu sistema, apesar de ser o que que tem menos recursos entre os pesquisados. Surpreendentemente, o Brasil foi o país mais difícil de se ter acesso para resposta das entrevistas, apesar de ser o país local da pesquisa. Apesar disto, a SEDEC é um sistema amplo e estruturado, buscando se adequar cada vez mais ao novo paradigma da gestão de riscos – o que é visto, inclusive, na alteração no nome Defesa Civil para Proteção e Defesa Civil.

Como pontos comuns, foi visto nos três países a inclusão das prioridades de ação do QAH nas políticas e ações de Proteção Civil, o que envolve a inclusão das comunidades e dos atores locais na discussão e nas tomadas de decisões; o compartilhamento de informação e a conscientização; e o mapeamento de riscos e a preparação, como nos casos dos planos nacionais de gestão de riscos apresentados. Assim, é possível concluir que os países pesquisados da CPLP estão inseridos na discussão internacional sobre a gestão de risco, buscando mitigar vulnerabilidades locais e construir comunidades resilientes, para que, como consequência, cada um dos países possam ser também resilientes.

Referências

ALVES, D. C. (1995), *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Conferência incluída no programa do Curso de Defesa Nacional (CDN 95), proferida no Instituto da Defesa Nacional, na Delegação do Porto e em Lisboa, respectivamente, em 20 de Janeiro e 2 de Fevereiro de 1995.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (2006), *Lei nº 27/2006*, Portugal.

ASSOCIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA (AULP) (2014), *A AULP*, Disponível em http://aulp.org/a-aulp, [consultado em 16-6-2014].

BECK, U. (2011), *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*, 2ª ed, São Paulo: Editora 34.

BRASIL (2012a) Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,* Brasília.

BRASIL, Governo Federal (2012b), *Plano de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais*, Brasília.

CAPELLA, A. C. N. (2007), Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas, *29º Encontro Anual da Anpocs*, Caxambu.

CARMO, R. L. (2012), "Mudanças climáticas e dinâmica demográfica: relações e riscos". In N. VALENCIO. (orgs.). *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*, v. 3, São Carlos: RiMa.

CHACÍN, B. O. (2008), "La gestión ambiental en áreas de alto riesgo. Caso estado Vargas, Venezuela". In: A. I. G. LEMOS; J. L. S. ROSS; A. LUCHIARI (orgs.). *América Latina: sociedade e meio ambiente*, 1 ed., São Paulo: Expressão Popular.

DA-SILVA-ROSA, T.; BONATTI, M.; VANINI, A.; ZUFFO, C. E. (2013), *Vulnerabilities and climate change perceptions: a case study in Brazilian biomes.* LASA 2013 International Congress of the Latin American Studies Association, Towards a new contract? Washington.

DOMBROWSKY, W. R. (1998), "Again and again: is a disaster what we call a 'disaster'?" In E. L. QUARANTELLI (org.). *What is a disaster? Perspectives on the question,* New York: Routledge.

DOUGLAS, M.; WILDAVSKY, A. (2012), *Risco e cultura: um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais*, Rio de Janeiro: Elsevier Editora.

EMBAIXADA DE CABO VERDE NO BRASIL (EMBCV) (2014). *Cabo Verde anuncia criação de Autoridade Nacional de Protecção Civil em 30/11/2007*. Disponível em http://www.embcv.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=71, [consultado em 7-4-2014].

GIDDENS, A. (1991), *As consequências da modernidade*, São Paulo: Editora UNESP.

GUHA-SAPIR, D.; VOS, F.; BELOW, R.; PONSERRE, S. (2012), *Annual Disaster Statistical Review, 2011: The numbers and trends*. Bélgica: Université Catholique de Louvain (UCL), World Health Organization (WHO), Centre for Research on the Epidemology of Disasters (CRED), Institute of Health and Society (IRSS).

JUNQUEIRA, M. F. P. S.; DESLANDES, S. F. (2003), "Resiliência e maus-tratos à criança". *Cad. Saúde Pública*, 19(1), pp. 227-235.

LINDELL, M. K. (2011), "Disaster Studies". *Sociopedia.isa*. International Sociology Associoation.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA. SERVIÇO NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL (2007a), *Atelier Nacional: Lançamento da Plataforma Nacional para Redução dos Riscos de Catástrofes de Cabo Verde*. Cabo Verde.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA. SERVIÇO NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL (2007b), *Atelier Nacional para lançamento da Plataforma Nacional para Redução dos Riscos de Catástrofes*. Cabo Verde.

MONTEIRO, A. (1996), *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Instituto da Defesa Nacional, Portugal.

MORAES, M. C. L.; RABINOVICH, E.P. (1996), "Resiliência: uma discussão introdutória", *Revista Brasileira de Desenvolvimento Humano*, 6(1/2), pp. 10-13.

PERRY, R. W. (2005), "Disasters, definitions and theory construction". In R. W. PERRY; E. L. QUARANTELLI

(orgs.). *What is a disaster? New answers to old questions,* Estados Unidos: International Research Committee on Disasters.

PERRY, R. W. (2007), "What is disaster?" In H. RODRÍGUES; E. L. QUARANTELLI; R. R. DYNES. *Handbook of Disaster Research*. Nova Iorque: Springer.

PORTUGAL. AUTORIDADE NACIONAL DE DEFESA CIVIL (2014), *Apresentação sobre a Plataforma Nacional para Redução do Risco de Catástrofe*. Lisboa.

PREVENTION WEB (2014), *Lançamento da plataforma nacional para redução dos riscos de catastrofes de Cabo Verde.* Dísponível em http://www.preventionweb.net/english/professional/trainings-events/events/v.php?id=9465, [consultado em 23-4-2014].

QUARANTELLI, E. L. (2005), A social science research agenda for the disasters of the 21st century: theoretical, methodological and empirical issues and their professional implementation". In R. W. PERRY; E. L. QUARANTELLI (orgs.). *What is a disaster? New answers to old questions,* Estados Unidos: International Research Committee on Disasters.

RIBEIRO, M. J. (1995) "A construção de um modelo de análise das vulnerabilidades sociais dos desastres. Uma aplicação à colina do castelo de S. Jorge.", *Territorium*, 13, pp. 5-24.

SANTOS, M. H. C. (1997) "Governabilidade, Governança e Democracia: Criação de Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte". *Dados*, 40(3).

SANTOS, V. M. (2004), "Lusofonia e Projecção Estratégica: Portugal e a CPLP". *Nação e Defesa*, 109, pp. 123-151.

SOUZA, C. (2006), "Políticas Públicas: uma revisão da literatura", *Sociologias*, 8(16), pp. 20-45.

TABOADA, N. G.; LEGAL, E. J.; MACHADO, N. (2006), "Resiliência: em busca de um conceito". *Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 16(3), pp. 104-113.

TEIXEIRA, C. F. (2004), "Formulação e implementação de políticas públicas saudáveis: desafios para o planejamento e gestão das ações de promoção da saúde nas cidades". *Saúde e Sociedade*, 13(1), pp. 37-46.

UNISDR (2004), *Living with risk. A global review of disaster reduciton initiatives.* Genebra.

UNISDR (2007) *Hyogo Framework for Action 2005-2015: building the resilience of Nations and communities to disaster*. Genebra.

UNISDR (2013), *Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction: From Shared Risk to Shared Value: the Business Case for Disaster Risk Reduction*. França.

UN-SPIDER (2012), *UN-SPIDER Technical Advisory Mission, Cape Verde*. Cabo Verde.

VALENCIO, N. (2009a), "Da morte da Quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno chamado desastre". In N. VALENCIO; M. SIENA; V. MARCHEZINI; J. C. GONÇALVES. *Sociologia dos Desastres: Construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora.

VALENCIO, N. (2009b), "A vulnerabilidade social diante das tempestades: da vivencia dos danos na moradia à condição de desalojados/desabrigados pelo recorte de gênero". In N. VALENCIO; M. SIENA; V. MARCHEZINI; J. C. GONÇALVES. *Sociologia dos Desastres: Construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora.

Concepções conflitantes de terra e tecnologia na Amazônia: revisitando a promoção das *rubber plantations* em 1900-1915[1]

Rosineide da Silva Bentes[2]

Resumo: Na Amazônia, a promoção das *rubber plantations,* nos anos 1900-1915, o sentido territorial de terra - solo a ser desmatado para a monocultura - colidiu com a propriedade seringueira ecológica na qual terra significava a floresta de goma elástica. Esta definia o tamanho e os contornos da propriedade. Os promotores das *plantations* construíram a "civilidade" destas em contraste com a "incivilidade" da propriedade seringueira ecológica. A política brasileira para a borracha promoveu as *plantations*, mas esta política não vingou. E, embora vários empresários tenham se afinado com ela, a grande maioria dos seringalistas se opuseram à monocultura, alegando que esta destruiria um de seus principais capitais: a floresta seringueira.

Palavras-chaves: Amazônia – borracha – Apropriação de terra

O sentido territorial de terra da advocacia das *plantations* pelo Estado e pelos britânicos - apenas um solo a ser desmatado para a monocultura, sendo a propriedade definida por sua extensão, colidiu com a apropriação ecológica dos seringais - na qual terra significava floresta de goma elástica e o número economicamente lucrativo de seringueiras definia o tamanho e os contornos de uma propriedade.

Os dois tipos de apropriação fundiária visavam à obtenção de lucro. Contudo, eram estilos tecnológicos distintos. A apropriação ecológica sustentava-se na concepção do ecossistema seringal nativo como capital a ser explorado e preservado e em métodos e instrumentos de trabalho capazes de garantir lucro e acumulação de capital sem destruir a floresta seringueira. A apropriação territorial sustentava-se na visão cientificista de natureza: não é capital a ser explorado e preservado.

A propriedade seringueira seguia padrão ecológico de apropriação de terra, que surge na Amazônia paulatinamente a partir do Sec. 17, das tentativas de resolver problemas gerados pela inadequação ás especificidades ecológicas locais de métodos científicos agrícolas e industriais importados, e de métodos autóctones de queimada quando utilizados em solos inférteis e em produção em larga escala: excessivo tempo, esforço físico e altos custos na limpeza de solos, degradação de solo, destruição de florestas e de outros recursos naturais valiosos. Combina métodos ecológicos indígenas com conhecimentos Europeus e/ ou de outros povos.

Ao combinar utilização produtiva com práticas de manejo-conservação de recursos naturais, essa apropriação ecológica contradiz a tradição cientificista de apropriação territorial que, ao conceber terra como solo, separa uso produtivo de práticas de preservação. Na Amazônia, diferente do conservacionismo europeu - que entendia ser a conservação atividade distinta e separada de uso produtivo, sinônimo de bosques ou jardins reais plantados (Grove, 1995; Drayton 2000) -, desde o século 17 a necessidade de adotar métodos de plantio-manejo ecológico indígenas, combinando uso produtivo com manejo ecológico, era objeto de discussão permanente.

---

1 Baseado em BENTES (2007;2006;2004;1998)

2 Ph.D. História Social (LSE, 1998). Mestrado interdisciplinar Planejamento do Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido(NAEA/UFPa), graduação Serviço Social. Desde 1987 pesquisa passado e presente social, econômico e ambiental da Amazônia e as condições socioambientais de suas populações. Ensino em três universidades na California/EUA, disciplinas: Problemas Ambientais Internacionais, História Ambiental da Pan Amazônia, História do Brasil Colonial, História do Brasil Independente, Movimentos Sociais na América Latina. Professora de metodologia científica na UEPA Santarém, Líder do GEPEMASC (Grupo de Estudo e Pesquisa em Meio Ambiente e Saúde Coletiva), membro do Parque Científico e Tecnológico para Inclusão Social (PCTIS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM): rede de ensino, pesquisa e extensão. rosi_bentes@yahoo.com

1. Propriedade Ecológica

Antes da década de 1840, a terra-seringal não induzia à apropriação privada. As florestas de goma elástica exploradas para a produção de artigos eram parte de propriedades agrícolas escravistas, privadas ou estatais, de propriedade agrícola familiar ou de terras indígenas. E, a maioria, estava na condição legal de terra devoluta - ocupada de maneira não legalizada, seja por comunidades indígenas seja por pequeno produtor familiar, ou era terra não ocupada permanentemente de uso público comum, em particular pelos *arranchamentos* (empresas privadas temporárias). Tanto a produção familiar quanto a empresarial baseava-se em métodos indígenas de extração e manufatura do látex modificados e adaptados à produção de mercadorias.

No Grão Pará, desde o início do século 18 produziam-se e exportavam-se artigos à prova d'água. Somente em 1844 inicia-se a exportação da matéria-prima borracha em resposta ao aumento dos preços provocado pela crescente demanda industrial internacional. A terra-seringal valorizou-se no mercado. Emerge a propriedade seringueira.

Nesse momento, as melhores terras já eram em grande parte propriedade privada, que era promovida pela coroa portuguesa. Inicialmente, empresas eram organizadas nas cercanias dos fortes, seguindo a visão científico-territorial de terra, competindo pelos melhores solos e praticando o rodízio de solos no plantio da cana. Elas desmatavam para a monocultura. À medida que enfrentavam problemas de degradação de solos, aprendiam sobre a diversidade e localização de recursos naturais, bem como sobre métodos autóctones de plantio-manejo ecológico de solos férteis de várzea e de terras firmes. Entre os povos indígenas havia aqueles que praticavam métodos produtivos ecológicos e aqueles que praticavam também certos métodos produtivos anti-ecológicos, embora em pequena escala. Vários desses povos inventaram o plantio-manejo ecológico de solos, florestas e campinas com base em posse e uso comum da terra, inclusive, como vários estudos demonstraram, fazendo florestas.

Vários colonizadores passaram a incorporar esses métodos ecológicos em suas terras e a recriá-los visando maximizar lucros. E passam a valorizar as várzeas férteis. Em 1696, eles iniciam a criação de gado nas campinas naturais da Ilha do Marajó, abandonando a prática demorada, trabalhosa e ambientalmente predatória de desflorestar para plantar pasto. Ao longo do século 18, intensificou-se a apropriação de campinas naturais e de ecossistemas variados em toda a região, a exemplo dos cacauais e de outras florestas valiosas.

A apropriação ecológica surgia em meio à conhecida brutalidade contra povos indígenas e `a ambigüidade ideológica originada na contradição dos colonizadores europeus: crescente denegrimento e preconceito contra os povos nativos, e dependência, não só do seu trabalho, mas dos seus saberes. Os nativos ocupavam a terra seletivamente com base em conhecimentos milenares sobre a diversidade e complexidade do meio físico natural – sabe-se hoje que 88% do solo Amazônico é do tipo pobre em nutrientes, enquanto 12%, moderado ou extremamente fértil, representa 50 milhões de hectares, área equivalente ao total de terra dedicada à agricultura e pastoreio no resto do Brasil (Nascimento e Homma, 1984).

No século 18, ao discutir a prática anti-ecológica de empresas escravistas de adaptar métodos indígenas de queimada à produção de mandioca em larga escala em terra firme infértil, causando degradação do solo, Padre Daniel manifesta a atitude contraditória, comum entre os eruditos europeus educados no cientificismo iluminista, em relação aos povos indígenas e `a apropriação ecológica: os chama de feras e selvagens, mas mostra a necessidade de retorno aos métodos indígenas mais tradicionais. A visão iluminista européia de superioridade e autoridade sobre povos nativos mascara, assim, a dependência dos conhecimentos tradicionais desses povos.

A apropriação ecológica também foi objeto de pressões pela coroa portuguesa por considera-la primitiva. De 1754 a 1777, a política pombalina visou superar a legacia cultural indígena promovendo a importação de tecnologias européias, em particular inglesa, às quais atribuía status superior. Cresceu a importação de moinhos de açúcar e de outras tecnologias manufatureiras, mas a monocultura no Grão Pará perdia terreno, pois aprender-recriar métodos ecológicos de plantio-manejo de florestas e campinas tinha se tornado prática comum em uma sociedade que desde o Séc. 17 vinha crescentemente pensando terra como ecossistemas particulares.

Repensar costumes e técnicas européias através de valores e métodos ecológicos era criticado por representantes da Coroa. Em 1758, o governo dizia que os colonos teriam adotado métodos e costumes indígenas. A Lei de

1755, que incentivava o casamento de portugueses com nativos, teria fracassado, porque em vez de civilizar os indígenas, os portugueses teriam absorvido seus costumes.
Era costume ocupar a terra seletivamente, porém, diferente dos indígenas, ao escolhê-las, muitos consideravam sua adequabilidade à produção de determinado artigo e também o potencial de geração de lucros. As melhores terras eram aquelas que ofereciam solos férteis, florestas e campinas valiosas e/ou rios, bem como, costa marítima piscosa e acesso fácil aos mercados locais e portos de exportação.
A partir dos anos 1840, quando surge a propriedade seringueira, as melhores terras já haviam sido apropriadas tanto em áreas centrais acessíveis como nas várzeas férteis - aquelas irrigadas anualmente pela enchente dos rios de água barrenta. Mudanças nos preços de produtos de exportação e nos meios de transporte valorizaram novas terras, exploradas de modos diversos, resultando em zonas ecológico-econômicas distintas. Em 1950, a apropriação seletiva da terra, mais expandida, podia ser visualizada em mapa do IBGE (Mapa 1)
Ao apropriar seringais, os seringalistas reproduzem a mesma percepção ecológica de terra com a particularidade de que terra significava floresta de seringueiras. A apropriação seletiva dos seringais ocorreu, simultaneamente, em toda a região exigindo conhecimento profundo da ecologia, pois particularidades ecológicas afetavam a produtividade do seringal.

2. Apropriação socialmente desigual da terra

O significado ecológico de terra misturava-se a modernidade da terra-seringal, capital produtivo e mercadoria valiosa, cujo acesso, socialmente desigual, seguia os padrões do resto do Brasil. A política fundiária colonial favorecia as classes altas e médias, em detrimento dos indígenas e das populações pobres. Podia-se obter terra através de doação oficial, parceria, e posse de terras devolutas. As terras legalmente não privatizadas ou destinadas a uso público ou reserva indígena eram definidas como terras devolutas, conceito que ignora a condição factual de ocupação ou não destas, tornando, assim, os povos nativos e o produtor familiar, que porventura as habitassem, politicamente frágeis diante dos empresários. Esse conceito, juntamente com a exigência de posse de capital ou crédito na praça para a doação de terras, desde há muito tinha alimentado uma tendência de que as classes altas e médias se apropriassem das melhores terras, deixando as mais distantes e menos férteis para os pobres. A lei de terras de 1850 legitimou seu acesso desigual ao estabelecer a compra como única forma de obter terras devolutas.
Outras condições fortaleceram essa tendência. Primeiro, o estímulo estrangeiro cujo impacto foi intensificado pelo contexto nacional de instabilidade econômica e política provocada pela constante flutuação de preços de produtos de exportação, em particular, do açúcar, e pelos altos custos dos escravos africanos na região. Os efeitos danosos da flutuação dos preços do açúcar se intensificavam na região devido ao transporte difícil para os portos exportadores localizados no Nordeste, e ao desestímulo da política de Pombal, que priorizou a exportação açucareira nordestina, fortalecendo a tendência à crescente diminuição da exportação de açúcar, acompanhada do abandono gradual da produção desse produto em favor do aguardente. Na primeira metade do século 19, a flutuação de preços atingiu também a exportação de cacau, algodão, arroz e vários produtos florestais Os conflitos sociais em torno da adesão do Pará à independência do Brasil agravaram o quadro de instabilidade. Em particular, o movimento cabano envolveu a ocupação e a destruição parcial de empresas de açúcar e fazendas, fato que, somado ao bombardeio de Belém, resultou em profunda crise econômica. Ademais, inexistia sistema de crédito apropriado nem para o plantio-manejo ecológico dos seringais nem para a indústria local de derivados de borracha, que falia à medida que se consolidava a indústria estrangeira.
Segundo, a conjuntura nacional pós 1840 apenas agravou as dificuldades regionais. A coalizão de elites aliadas a D. Pedro II que assumiu o poder, promoveu a centralização política no Rio de Janeiro e da economia no Sudeste, enquanto conquistava o reconhecimento internacional através da submissão do país aos interesses econômicos e ideológicos de capitais internacionais. O cientificismo moldou uma atitude oficial e um meio intelectual marcado pela atribuição de status superior `a tecnologia, educação, aos costumes e `as ideologias industrialistas europeias consideradas símbolos do mais alto nível de evolução humana, em detrimento dos locais. O vale do Amazonas era secundário nas políticas oficiais e as elites eram influenciadas por cientistas e intelectuais estrangeiros que usavam a visão depreciativa de povos capazes de estabelecer relações relativamente

harmoniosas com florestas nativas, considerando-os primitivos e incivilizados, e o determinismo ambiental para inventar o suposto primitivismo e inferioridade da região. A noção de que cientistas europeus detinham a verdade sobre as leis da natureza e da sociedade humana era tão bem aceita que o governo imperial, através do Instituto Histórico Brasileiro, financiou o naturalista alemão Carl F.P. Von Martius a criar um símbolo de nacionalidade - uma história unificadora do Brasil. O naturalista definia os povos indígenas como civilizações avançadas que teriam degenerado a nível tecnológico e cognitivo primitivos no meio natural supostamente inferior do vale amazônico; eles não teriam alma e suas personalidades seriam deformadas.

Distribuição da População Amazônica Segundo Dados Gerais do Recenseamento do IBGE de 1950

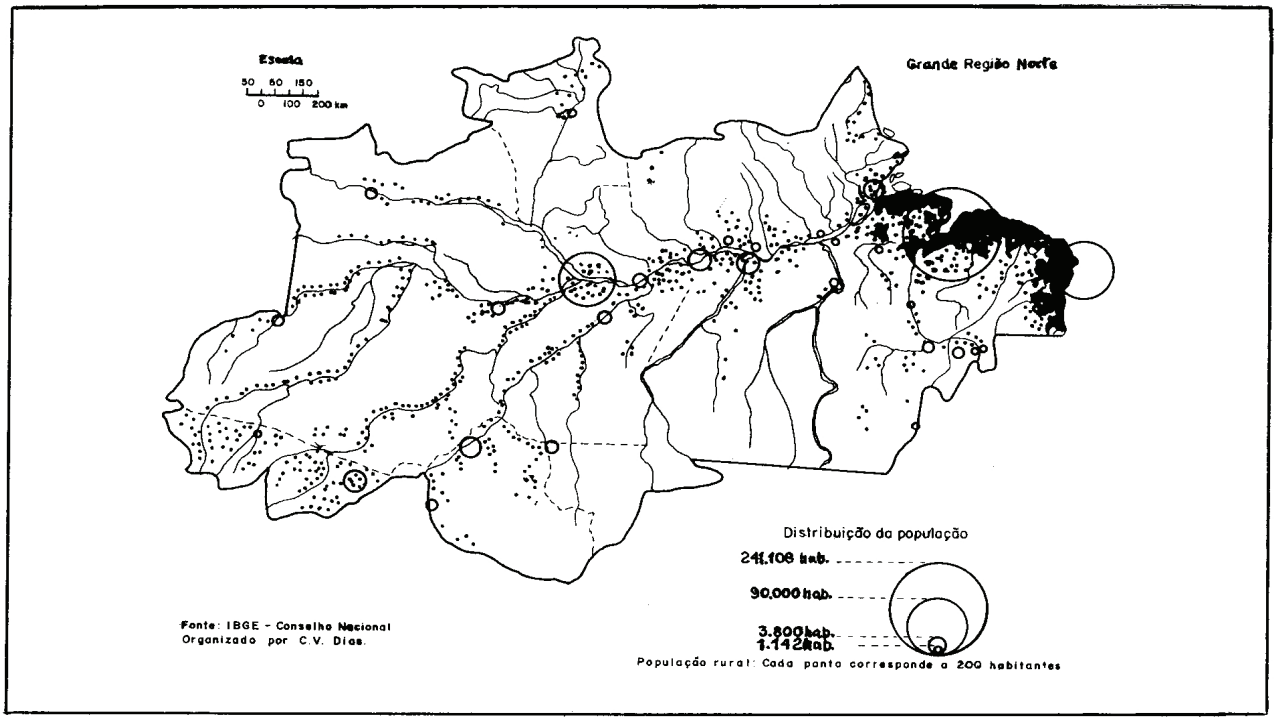

É nesse contexto que comerciantes ambulantes e empresários rurais de pequeno e médio porte viram a alta de preços da borracha e os estímulos estrangeiros como oportunidade de investimento. Em 1868 esse produto já liderava a pauta das exportações, apesar dos seringalistas serem uma fração capitalista secundária - muitos empresários resistiram a essa produção por considerarem o sistema de comercialização-financiamento um retorno a relações financeiras e comerciais coloniais.

Á medida que essa economia crescia em importância, aumentava o papel da posse de capital na apropriação de seringal e, com isso, a ação dos financiadores: casas exportadoras controladas por capitais ingleses e portugueses-alemães, casas aviadoras (comerciais-usurárias), bancos ou associações de crédito. As casas aviadoras tornaram-se as principais intermediárias no fluxo de crédito à produção por aceitarem o seringal e a borracha como hipoteca. Ao preferirem a hipoteca de extensos seringais e grande quantidade de borracha, elas reforçaram os privilégios dos empresários no processo de apropriação da terra.

Juntamente com o aumento dos investimentos de capitais externos `a região, proliferou a exploração predatória de seringais. Estrangeiros investiam no comércio e financiamento da borracha, na produção em sociedade com seringalistas, na exploração de seringais alugados ou em arranchamentos que eram convenientes para não-residentes. Os arranchamentos exploravam, em particular, as florestas de *Castiloa Ulie*, cujo látex era usado para fazer caucho e os métodos de exploração exigiam a derrubada da árvore. Os alugadores de seringais muitas vezes matavam até as espécies mais valiosas pelo uso de cortes profundos.

A partir dos anos 1860, os presidentes do Pará e do Amazonas estimularam a privatização empresarial de seringais devolutos, alegando que a exploração predatória resultava da falta de senso de propriedade, pois os

proprietários preservavam seus seringais. No Pará, em 1870-1910, esse estímulo foi associado à política de imigração de produtores de alimentos para o mercado interno em expansão e ao encorajamento à produção associada borracha-cereais. Finalmente, o governo visava à arrecadação de renda através da venda de terras devolutas. Eles encaminhavam essas propostas ao governo central, enquanto subsidiavam a imigração de seringueiros e a navegação.

Empresários apropriaram-se dos melhores seringais. No Acre, o trecho de seringais mais densos, localizado no Distrito do Acre, foi apropriado por 105 empresas pertencentes a empresários e firmas comerciais-financeiras. O Gráfico I mostra que, no Pará, embora produtores familiares possuíssem 37% das 2.927 propriedades seringueiras nos 10 municípios maiores produtores, as propriedades empresariais detinham 82% do total de caminhos ou estradas de seringueiras. Nas empresas, a estrada era composta de 100 a 200 seringueiras, enquanto os caminhos dos produtores familiares, de 40 a 80. Cerca de 75% das propriedades empresariais eram de médio a pequeno porte, mas 24% dos donos possuíam de 2 a 11 propriedades e 59% associavam a borracha a outras culturas.

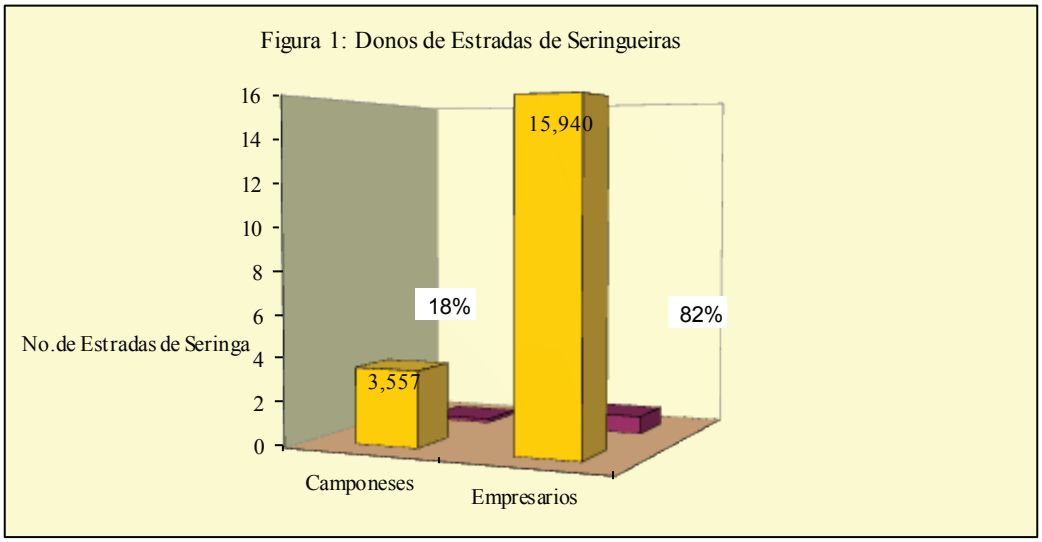

Fonte: Registros de Legalização de Propriedade, Instituto de Terras do Pará (ITERPA)

3. O viés antiecológico da política fundiária

A política do governo imperial para a agricultura, que inclui a legislação de terras de 1850, inspirava-se no cientificismo, para o qual industrialização simboliza o nível mais elevado de desenvolvimento humano. Estimulava a agricultura cientificista e pressionava os brasileiros a abandonar outros métodos, considerados primitivos e ineficientes. A lei de terras também herdou o cientificismo evolucionista do Direito português através da noção de função social da propriedade da terra atrelada a um significado científico-territorial de terra e ocupação: colonização ou assentamento agrícola, vilas e cidades. Este tipo de ocupação qualificava ocupação e uso produtivo da terra - requerimentos para a legalização de posses e para a relegitimação de sesmarias.

A Lei de Terras dificultou a apropriação ecológica. Apropriar seringais devolutos significava apossá-los segundo extensão territorial e uso definidos pela lei, medi-los e requerer a legalização de posse: burocrática e morosa, executada por instituições situadas em cidades distantes que forneciam título provisório a ser substituído por definitivo após comprovação de que a posse obedecia aos termos legais. O título tinha de ser registrado em cartório.

A apropriação ecológica contrastava com o significado legal de terra e de ocupação produtiva. O significado de terra-seringal implicava que a densidade e a distribuição geográfica das seringueiras, e não a extensão do solo, definiam a extensão e os contornos da propriedade. Isto podia resultar em extensão territorial além daquela permitida por lei.

Uso produtivo ecológico também contrastava com a perspectiva legal. Para o produtor de borracha, usar um seringal produtivamente significava explorá-lo através de plantio-manejo ecológico e não de cultivo. Para garantir continuidade da produção, extraía-se o látex de modo a não danificar a seringueira, cuja saúde dependia também da preservação da ecologia do seringal, e repunham-se plantas velhas. Para aumentar a produtividade, cultivavam-se seringueiras e/ou outras culturas compatíveis à sombra da floresta ou através da abertura de pequenas clareiras, apenas no início do plantio. As modificações desses métodos ao longo dos séculos 19 e 20, mesmo depois do surgimento da monocultura, não visaram esta, pois a floresta seringueira significava valioso capital produtivo. Preferiam preservar essa capital e questionar o requerimento legal de cultivo.

O governo evitou o tema. Em 1860, fixou a extensão máxima da propriedade de seringal. Em 1874, reconheceu a especificidade da apropriação ecológica, mas terminou reproduzindo a prática de compelir as pessoas a adotarem a agricultura cientificista através dos requerimentos para a legalização de posses e revalidação de antigos títulos: cultivo como prova de uso produtivo da terra e a demarcação da extensão de solo, em vez de criar medidas adequadas à perspectiva ecológica, central na produção de borracha.

Em 1891, quando a primeira constituição republicana transferiu a administração de terras públicas para os Estados Federativos, o governo do Pará expediu o decreto que considerava a conservação de florestas extrativas e de pastos naturais, com exploração econômica permanente, prova de ocupação e uso produtivos da terra. O governo do Amazonas fez o mesmo em 1903.

Essas mudanças não beneficiaram a área mais importante produtora de borracha: o Distrito do Acre, que por ter sido incorporado ao Brasil na condição de Território Federal era regulado pela legislação federal. O tratado de incorporação do Acre de 1904 prevê o reconhecimento de propriedades adquiridas anteriormente. Este reconhecimento prevaleceu durante um ano de arbitragem internacional, mas ao ser a tarefa transferida para instituições federais, a possibilidade de anular legalizações anteriores ao tratado foi cogitada como meio de arrecadar taxas. O governo, sem rever a exigência de ocupação científico-territorial, tinha permitido o registro de posses em cartórios e permitido que seringais pudessem ser hipotecados. Em 1906, cartórios de registros foram instalados no Acre. A ambigüidade da lei tornava as transações com seringais mais complexas, pois economicamente eram avaliados pelo número de caminhos de seringueiras havendo casos de sobras de terras - extensão de solo que não era coberta pelo título. Porém, um título de propriedade registrado em cartório só poderia ser contestado através de complexo e lento processo. O seringalista poderia alegar ter incorporado nesgas de terras devolutas a sua propriedade, situada numa área de fronteira nacional, onde o direito brasileiro encorajava a privatização de grandes extensões de terras. A atitude das instituições federais quanto ao reconhecimento de títulos significou um empecilho a mais na reivindicação dos seringalistas. Por ser um território federal, o Acre não tinha representantes no congresso nacional.

4. O continuísmo republicano: a promoção das *rubber plantations*

Conforme a literatura, a Primeira República resultou da tomada de poder por militares e civis descontentes com a monarquia. Eles discordavam em várias questões e se inspiravam em várias vertentes do cientificismo, em particular o positivismo francês (que pregava a superioridade e supremacia da ciência e dos cientistas) e o utilitarismo e a perspectiva liberal inglesa nas vertentes de Spencer e vitoriana; mas estavam unidos na crença de que uma república deveria trazer progresso: modernização através de expansão do *know how* tecnológico por meio da promoção da industrialização e expansão dos meios de comunicação.

Os republicanos no poder estavam unidos também em torno da continuidade da política imperial de centralização política e econômica no Sudeste, assentada em uma visão regionalista da nação brasileira: "economia nacional" significava o café e a industrialização do Sudeste, e a administração financeira para pagar débitos a bancos estrangeiros. Eles convergiam ainda em torno de velhas atitudes para com a Amazônia. Um dos motivos para que elites militares tomassem o poder em 1889 foi o descontentamento com a monarquia por transferir oficiais de alta patente para a Amazônia. Esses militares tomavam a ida para a Amazônia como um exílio numa área à margem do Brasil civilizado. O segundo presidente republicano castigou oposicionistas transferindo-os para a Amazônia (Calixto:1993).

Após 1894, elites cafeicultoras crescentemente dominavam o Estado. De 1898 até 1920, a coalizão de elites cafeicultoras no poder, articulada com aliados-chave em todo o país, inclusive na Amazônia, e bem conectados com casas exportadoras-importadoras e bancos ingleses, norte-americanos e alemãs, exarcebaram o atrelamento do Brasil-nação à racionalidade desenvolvimentista. Apesar de manterem o slogan Ordem e Progresso na bandeira brasileira, essas elites, agora mais influenciadas pelo utilitarismo e liberalismo inglês vitoriano e spenceriano, combatiam o positivismo francês, a classe média urbana e os movimentos de trabalhadores. Eles também percebiam plantadores e homens de negócios descontentes com suas políticas através da perspectiva da sobrevivência do mais forte. Eles deram boas vindas ao Pan-Americanismo, mas intensificaram a dependência econômico-financeira dos financiadores ingleses.

O Estado brasileiro tornou-se uma organização administrativa preocupada, primeiramente, com a administração financeira destinada a atender as exigências dos contratos assinados com os bancos internacionais, adotando ideologias dos trustes e cartéis que tinham revisado o liberalismo do *laissez-faire* para propor a intervenção do Estado na economia.

O propósito de transformar o Brasil em uma nação "civilizada" intensificou o atrelamento à visão desenvolvimentista da biosfera e das diferenças sociais e regionais. A idéia de que a Amazônia seria um lugar doentio e atrasado a ser "civilizado" através da ciência culminou com os escritos de Euclides da Cunha, militar que havia chefiado a comissão de estudos sobre a fronteira nacional com a Bolívia e o Peru. Em 1904 ele utilizou noções de evolução geológica, determinismo ambiental e preconceito verde (ele afirmava que a natureza Amazônica, inferior e selvagem, teria moldado pessoas sem qualidades físicas e morais e sem arte nem ciência) para argumentar a inferioridade da paisagem amazônica em comparação a do Sudeste. A violência e a exploração nas relações de trabalho nos seringais, dizia ele, eram típicas de natureza e sociedade selvagens, esquecendo que a violência intrínseca à submissão de pessoas comuns à avidez de lucro dos capitalistas era fenômeno moderno e civilizado que caracterizava inclusive as *rubber plantations*.

Por outro lado, os promotores das *rubber plantations,* em suas campanhas, em particular as de 1906-1908, procuraram alijar a borracha amazônica, sua maior concorrente, pois estavam preocupados em atrair investidores e em firmar a borracha de cultivo no mercado. E o fizeram através do ideário cientificista. Primeiro, cientistas britânicos construíram a noção de que a produção de borracha amazônica seria nômade e predatória, portanto, fadada ao desaparecimento, desconhecendo que 80% da produção regional não era nem nômade nem predatória, pois a privatização dos seringais significou a expansão da produção baseada na propriedade privada e o crescente desaparecimento dos arranchamentos.

Segundo, na Primeira Exposição Internacional de Borracha, em Londres, em 1908, o Cônsul Britânico no Pará argumentou que os seringais não poderiam ser definidos como propriedade privada porque o termo não se aplicaria a imensas áreas de florestas e pântanos desolados, nem ao que ele supunha ser a condição dos seringais: de ausência tanto de limites geográficos bem definidos quanto de títulos legais. A qualificação dos seringais como "florestas e pântanos desolados" ilustra o que homens educados no cientificismo pensavam sobre a aparência dos seringais de florestas manejadas (Figura 2): símbolo de primitivismo e atraso. A percepção da propriedade privada territorial européia como o modelo a ser seguido, o induziu a tais afirmações sobre a situação fundiária dos seringais, ao mesmo tempo em que afirmava não estar familiarizado com as leis brasileiras. A finalidade era alertar investidores para o suposto "primitivismo" da produção de borracha local em contraste com a "civilização" das *plantations*, visando atraí-los para estas.

O simbolismo da monocultura de promotora de progresso e de civilização, em oposição ao suposto primitivismo dos métodos ecológicos locais desde há muito materializava a convergência de elites políticas e científicas locais com o cientificismo. Desde meados do século 19, profissionais locais propunham o desenvolvimento da monocultura da borracha em áreas adequadas. O já mencionado apoio e valorização da apropriação e uso ecológico de recursos naturais pelo governo provincial e, depois, republicano estadual, ocorrem a partir da década de 1860 em meio a uma crescente afinidade com o cientificismo. Em 1866, o presidente da Província do Pará fundou uma instituição científica, o Museu Paraense de História Natural e Etnografia, precursor do Museu Paraense Emílio Goeldi, voltado para a arqueologia, etnologia e história natural.

Figura 2: Propriedade Seringueira

Fonte: Falcão (s/d)

Em particular no período de 1897 a 1917, os governadores do Estado do Pará, republicanos membros das classes abastadas e educados em universidades européias, promoveram a agricultura científica e o estudo do potencial econômico exportador da floresta. O pressuposto cientificista de superioridade de cientistas e homens cultos europeus se manifestava, em particular, na prioridade atribuída a cientistas europeus na direção do Museu Paraense de História Natural e Etnografia. Em 1907, o zoologista suíço Emílio Goeldi foi contratado para dirigir e reanimar `aquela instituição, cujos diretores seguintes foram o botânico suíço Jacques Huber (1907-1914) e a zoologista alemã Emília Snethlage (1914-1921).

Afinada com o cientificismo, essa instituição manteve-se alheia à produção ecológica de borracha até 1898. E isto ocorria apesar da borracha ter multiplicado cinco vezes a arrecadação de impostos no período de 1889 a 1894, e doze vezes em 1889-1899; somente em 1898, quando o sucesso das plantações asiáticas era evidente, o diretor do Museu Emílio Goeldi, Jacques Huber, se dedicou ao estudo botânico das seringueiras, publicando sobre o assunto até 1913 (Maio; Sanjad; Drumond, 2005)

Em 1898, Huber reafirma a adequabilidade da antiga política estadual de incentivo à privatização dos seringais devolutos, ao afirmar: os esforços oficiais deveriam ser direcionados para a proteção dos cauchais porque as florestas de seringueiras não precisavam de proteção, por serem estas propriedade privada e seus proprietários já cuidarem para que, o bem mais valioso de suas terras, fossem preservadas e enriquecidas através de novos plantios. Todavia, a partir de 1906, durante e depois das campanhas britânicas de promoção da monocultura da borracha, enquanto muitos seringalistas reagiam às pressões para adotar essa técnica, Huber mantinha-se em sintonia com a percepção cientificista de saberes, assumindo também aspectos do viés nacionalista do debate oficial: a preocupação primordial em não perder a arrecadação de impostos pelo Estado e em garantir alta produtividade e lucratividade econômica, consideradas na perspectiva da gana em manter a liderança da borracha amazônica no mercado.

Fiel à maneira hierarquizante com que o cientificismo percebia os vários saberes, esse nacionalismo pressupunha que a liderança da borracha amazônica poderia ser mantida por intermédio da importação das técnicas de *plantations* ou da modernização dos seringais. E, portanto, atribuía maior credibilidade às visões de cientistas e de capitalistas oriundos de países e regiões industrializadas.

Ilustrativa é a história de vida de Jacob Cohen, agrônomo local com larga experiência em pesquisa e acompanhamento dos métodos ecológicos e científicos de plantio-manejo de seringais, coleta de látex e preparo da borracha. Apesar de todo seu conhecimento e experiência ele foi sempre relegado pelo governo estadual que contratava cientistas estrangeiros muito pouco ou nada familiarizados com esse conhecimento, para quem Cohen tinha que trabalhar e repassar o seu saber qualificado.

A promoção da agricultura científica e do estudo da floresta pelos governadores do Pará, através de dois decretos de novembro de 1909, previu prêmios e subsídios para aqueles interessados em cultivar *Hevea* e aperfeiçoar métodos locais de fazer borracha, a criação do Congresso Paraense para a Defesa da Borracha e a criação de estações científicas, escolas de agricultura científica e fábrica de refino da matéria-prima borracha. Com a ajuda de Huber, o governo fundou um campus experimental de borracha agrícola em 1910, que funcionou até 1916. O primeiro diretor, um agrônomo norte-americano, contratou um agrônomo americano do Departamento de agricultura de Washington. Este chegou ao Pará em 1909, sem falar nem português nem espanhol e trazendo adubos químicos, máquinas agrícolas e até 50.000 vasos de barro para viveiros das plantas. Ele assumiu a administração total do "Campo de Cultura Paraense", tendo como auxiliares o Dr. Leopoldo Pena Teixeira, secretário, o maestro Clemente Ferreira, intérprete, e Cohen, chefe de culturas. Montou infra-estrutura para a monocultura em estilo californiano, cultivando 450 *Hevea brasiliensis* e mantendo permanentemente mais de 20 mil mudas a serem continuamente distribuídas para empresários e pequenos produtores familiares. As mudas de seringueiras eram fornecidas pelo Museu Goeldi.

Somente quando o agrônomo americano adoeceu e retornou para os Estados Unidos, o governo entregou o Campo Experimental nas mãos de um paraense. O novo diretor adotou o método ecológico local de cultivo da seringueira, em consórcio com várias espécies de árvores nativas da Amazônia. O resultado, segundo Cohen, foi magnífico, permanecendo até o fechamento do campo experimental.

A afinidade do debate brasileiro sobre políticas para a borracha com o cientificismo se mostra de modo interessante nas publicações posteriores de Huber. Ele trata da borracha Amazônia a partir da preocupação com a competitividade com a borracha asiática, bem como estabelecendo uma hierarquia entre as *plantations* e os métodos ecológicos locais. Em 1909, ele concorda com afirmações de cientistas estrangeiros de que o Brasil não poderia competir com o Oriente, pois ali a mão-de-obra é incomparavelmente mais barata e duvida-se que a exploração "primitiva" dos seringais naturais da Amazônia pudesse evoluir em cultura "racional" e metódica a fim de atingir o mesmo patamar de competitividade das plantações do Oriente. Ele ainda reconhece o que era amplamente aceito a nível internacional – que a borracha da Amazônia era de qualidade superior aquela das plantações. Contudo, defende a adoção da monocultura na região por creditar que ela diminuiria os custos, aumentando as chances da borracha regional voltar a ter altos índices de preços no mercado internacional. Em 1911, ao visitar as plantações de borracha na Malásia, financiado por companhias estrangeiras, ele ficou extasiado com o sucesso "estonteante" das plantações. Apesar de registrar em detalhe o viés profundamente antiecológico das *plantations*, ele não atribui isto à forma como cientificismo concebe e interage com o meio físico natural, preferindo definir como problema maior desse negócio a própria natureza da indústria e a sua organização, que dependeria demais do objetivo de máximo de lucro no menor tempo possível.

Sua visão das *plantations* como símbolos de conhecimento supostamente verdadeiro e de nível superior de desenvolvimento humano reaparece em publicação de 1913, na qual ele avalia os conhecimentos populares amazônicos à luz de seus objetivos de criar a "verdadeira ciência", distinta e superior aos conhecimentos locais, que ele classifica de vulgar. Para ele, sua principal dificuldade em obter informações dos seringueiros residia nos critérios econômicos e de facilidade ou dificuldade de trabalho usados por estes para classificar as árvores (os métodos de coleta, a quantidade e qualidade do látex, os preços da borracha etc.), os quais refletiam interesses bastante diferentes dos seus como um botânico. Tal diferença teria imposto a necessidade de análise cuidadosa da classificação das árvores pelos seringueiros a fim de distinguir a "verdadeira ciência" da "ciência popular". O louvável reconhecimento de que as conclusões dos seringueiros eram diferentes das suas porque eles avaliavam a questão a partir de ponto de vista distinto, todavia, estava ancorado na perspectiva hierárquico-desenvolvimentista de saberes de modo que ele os chama de incultos e, ao referir-se a informações coletadas dos seringueiros sobre as quais discordava, ele simplesmente as classifica de ignorância popular, confusão e interpretações errôneas da realidade. Cohen demonstrou incorreções em pontos importantes do trabalho desse botânico.

A perspectiva hierarquizante do cientificismo marcou a comissão criada pelo Congresso Nacional brasileiro, em 1906, para propor uma política para a borracha. Somente aqueles afinados com a preocupação com altos níveis de produtividade e com a arrecadação de rendas públicas conseguiram ser ouvidos. Inspirado nos escritos de Euclides da Cunha, o presidente da comissão condenou o caráter explorador do que ele chamou de sistema dos

patrões para recomendar a sua substituição pelas *plantations*, que considerava "cultivo racional" em oposição ao suposto "irracionalismo" dos métodos ecológicos amazônicos. Um investidor do Rio de Janeiro usou as descrições dos ingleses de produção de borracha supostamente cara, nômade e predatória para argumentar que o governo devia direcionar seus incentivos para a plantação de borracha no Rio de Janeiro. Segundo o relatório dessa comissão, a preferência dos investidores estrangeiros pelas terras asiáticas não se devia às condições brasileiras de mão-de-obra mais cara ou de dificuldades para a organização de uma propriedade agrícola, porém da suposta ignorância de nossas condições naturais e, também, de impostos pouco razoáveis cobrados pelos vários estados federativos, onde já deveria ter sido adotada a distinção entre a borracha nativa e a de cultivo feita por muitos proprietários. Propõe medidas para promover a monocultura da borracha.

A perspectiva cientificista do debate oficial se intensificou durante a mais profunda queda dos preços da borracha de 1912-1915. Após duas exposições internacionais de borracha, de 1912 (Nova York) e de 1913 (Rio de Janeiro), novos problemas surgiram: a oferta da primeira tonelada de borracha de cultivo no mercado mundial, a preferência de investidores ingleses pelas terras asiáticas, vários investidores locais passaram a substituir a produção de borracha pela produção de couro e de resinas, a tendência à queda de preços da borracha causava perdas econômicas e a redução da arrecadação de impostos pelo Estado.

O Plano de Defesa da Borracha (PDB) de 1912 e 1913, juntamente com lei criada em 1908, atendeu algumas demandas locais, porém, em maior medida frustrou os defensores dos métodos locais.

5. Reações à civilização cientificista

Além de defenderem os métodos ecológicos locais de plantio-manejo de florestas, os projetos de mudanças econômicas e política dos seringalistas focavam em problemas tais como controle do mercado da borracha, financiamento e impostos sobre a produção, carência de trabalhadores, precariedade do sistema de transporte e alto preços dos fretes, demandando proteção do Estado. Foram frustrados pela indiferença ou resposta parcial do governo central, que se torna um padrão especialmente no período de 1898-1920, pois sua estratégia era deixar as questões regionais aos cuidados dos políticos locais que podiam atender demandas regionais desde que estas não desafiassem ou perturbassem a prioridade: a economia "nacional".

Os seringalistas propunham a integração do Acre como Estado e não Território Federal como o fez o Governo Federal (Calixto op.cit.:57). Em 1889-1902, quando seringalistas se contrapunham à manipulação de preços da borracha por comerciantes, financistas e exportadores estrangeiros, eles foram atropelados pela elevação da taxa de conversão da moeda brasileira, que teve como consequência 240 falências, firmas, dois bancos e companhias de seguro (Ibid.). As perdas financeiras em Belém ficaram entre 70 e 140 mil contos. Entre 1890 e 1910, os governos do Pará e do Amazonas tinham renda de 84,965 contos para cobrir uma de despesa de 104,413 contos. Ainda assim a relação entre arrecadação de impostos e gastos do governo federal na região resultou em ganhos. O governo central arrecadou 124,107 contos e gastou apenas 21,955, tendo um lucro de 102,292 contos (Santos, 1980:210-211; Calixto op.cit.). A desvalorização da moeda significou aumento do custo das importações e diminuição do custo de exportação. Os preços da borracha caíram fortemente em 1901, coincidindo com a falta de dinheiro provocada pela queima de dinheiro pelo governo central. O investimento na safra de borracha de 1902 foi reduzido e, portanto, a produção caiu, resultando em queda da arrecadação de impostos (Calixto op.cit.:159-160).

O PDB resulta de negociações dos governos do Pará e Amazonas, do Território do Acre e com o governo federal. Embora expressando, em certa medida, demandas locais encaminhadas por esses governos, reduzindo impostos incidentes sobre a borracha e a importação de alimentos, e incentivando o uso da borracha brasileira no mercado, o Plano refletia o viés cientificista do debate nacional e regional: buscar o desenvolvimento industrializante através da importação de tecnologia dita "superior" e a preocupação em manter a borracha brasileira competitiva no mercado, não a valorização e promoção das particularidades da produção ecológica de borracha.

A política expressa a comunhão dos oficiais brasileiros com esse cientificismo e o pouco empenho político para discutir a questão da produtividade a partir da visão da floresta como capital produtivo a ser explorado e

preservado, que apontava a necessidade de conceber competitividade numa perspectiva de longo prazo e de aperfeiçoamento do conhecimento e dos métodos locais. A política promove as plantações de borracha em todo o Brasil e isenta do pagamento de taxas de importação de tecnologia destinada a essa atividade.

Os reclamos locais por incentivos a métodos ecológicos localmente criados receberam consideração, mas por meio de prêmios a métodos de modernização dos mesmos, capaz de manter a competitividade da borracha brasileira. Várias propostas foram apresentadas em 1913. E o Ministério da Agricultura financiou estudo sobre a produção de borracha em todo o Brasil e o potencial para a monocultura. O estudo mostrou a altíssima incidência de pestes nas plantações de borracha asiáticas, alertando os investidores no Brasil a desenvolverem mudas próprias para prevenir a importação de pestes, e revelou o grande potencial para o cultivo de outras espécies de goma elástica no nordeste brasileiro.

Ao incentivar a produção baseada em tecnologia importada, o PDB impactou as indústrias amazônicas. A exemplo da indústria de latinhas para a extração do látex, que protestou contra a competição desigual a que foi exposta.

O plano atendeu, prioritariamente, aos interesses daqueles afinados com a racionalidade oficial: estrangeiros e brasileiros interessados nas *plantations*, fazendeiros do Marajó e comerciantes urbanos. Desde a década anterior, vários estrangeiros estavam vivenciando a falência de seus seringais. O principal motivo dessas falências, segundo o parlamentar paraense Jose F. Teixeira, Jacob Cohen e A. Russan, um investidor estrangeiro, era o despreparo dos gerentes estrangeiros contratados para administrar a singularidade dos seringais. O governo estadual celebrou um acordo com a companhia inglesa Port of Pará, para a vinda de um especialista em plantações de borracha britânico para ensinar as técnicas de corte das árvores usadas nas plantações para produtores locais. Em 1912-14, os somente 50 proprietários de terras listados por ele como interessados em investir em *rubber plantations*, eram, na maioria, estrangeiros. Companhias inglesas mediaram os esforços desse especialista para construir escola de rubber plantations e, em 1911, financiaram a visita deste, juntamente com Huber e dois outros cientistas, a plantações asiáticas. Preocupados com a oferta de matéria-prima barata para as indústrias dos Estados Unidos, autores norte-americanos propuseram a adaptação às *rubber plantations* ou a modernização dos seringais. O estímulo oficial à monocultura beneficiou, na década seguinte, o Projeto Ford. Este implementou a monocultura maciça, devastando o meio ambiente (Schmink, 1988). Quando os incentivos oficiais cessaram, Ford vendeu o projeto a um consórcio brasileiro que produziu borracha lucrativa até pelo menos a década de 1980 (Neves, 1985).

A promoção da monocultura colidiu, em particular, com a concepção ecológica dos seringalistas para quem preservar a floresta de seringueiras tinha um profundo significado econômico-ecológico, sendo esta uma circunstância decisiva para a não proliferação da monocultura na Amazônia. Não havia pestes na produção local. Em 1943, Cohen demonstra que durante os seus 33 anos de experiência em pesquisa e cultivo consorciado de borracha, ele e outros renovados cientistas estrangeiros nunca enfrentaram problemas de pestes. O não controle completo das pestes pelos agrônomos é um problema da monocultura em larga escala, aparecendo nos debates sobre o projeto Ford e, em particular, a "batalha da borracha" durante a Segunda Guerra Mundial. As pestes e o corte longo e profundo da árvore usado nas *plantations* se tornam problemas também quando olhados na perspectiva ecológica, pois os seringalistas e seus técnicos colaboradores atribuíam enorme importância à questão da preservação de árvores nativas. O representante da Associação Comercial do Amazonas (ACA), no evento de 1908, insistia na manutenção do manejo ecológico e informava que os seringalistas eram unânimes em criticar o método científico de corte da seringueira. No Pará, seringalistas processaram ingleses por terem alugado seus seringais e morto seringueiras pelo uso do método científico de corte.

O representante da ACA contestou a fala do cônsul britânico naquele evento, alegando que, no vale amazônico, desde há muito os pântanos (várzeas) propiciavam a maior produtividade agrícola, e as melhores espécies de árvores de goma elástica estavam localizadas justamente nas várzeas. Nas terras firmes, onde se localizam as áreas maiores produtores de borracha no Acre, a umidade do solo é garantida pela alta incidência de chuvas fortes. Os métodos usados nas *plantations*, dizia ele, deveriam ser avaliados, cuidadosamente, visando melhorar os métodos amazônicos. Contudo, essa avaliação deveria valorizar a larga experiência local em métodos ecológicos de plantio-manejo de florestas nativas e a melhor qualidade da borracha produzida com tais métodos. Ele criticou, enfaticamente, a negligência da ciência quanto às diferenças na qualidade dos solos

e, em particular, o desflorestamento como "limpeza" do solo. Demonstra que as diferentes qualidades dos solos afetavam a qualidade da borracha e o desenvolvimento das árvores e que não seria preciso desflorestar para praticar a agricultura. Recomenda a continuidade dos métodos agrícolas ecológicos locais.

Em 1910, no Congresso do Comércio, Indústria e Agricultura, realizado em Manaus, considerando o desflorestamento completamente desnecessário, seringalistas foram unânimes na revalidação dos métodos ecológicos locais (Miranda, 1990).

Em 1909, Leopoldo Penna Teixeira, que mais tarde assumiu a direção do campo experimental do Pará, contesta o método Cerqueira Pinto em defesa dos métodos locais de preparo e de conservação da borracha.

Quanto ao PDB, os seringalistas concordaram com este na redução de impostos e no tratamento da questão fundiária, pois este removeu as barreiras ao reconhecimento da propriedade no Acre e a distinção entre domínio, soberania, e jurisdição, sustentou o reconhecimento de títulos antigos de propriedade de terra pela União.

Todavia, eles alegavam que a solução dos problemas da borracha não estava na adoção da monocultura, mas na redução do custo de vida dos seringueiros e de produção através da redução de impostos, da oferta de crédito compatível com plantio-manejo ecológico, da melhoria da infra-estrutura e custo de transporte, bem como da oferta de serviços públicos de saúde e educação. Eles também reagem à promoção oficial das técnicas de *plantations* na Amazônia, enfatizando o caráter predatório dessas técnicas e defendendo os métodos locais. O acordo que permitiu o treinamento nessas técnicas era criticado através do argumento que esses métodos comprovadamente matavam as seringueiras.

Ainda em 1913, Chaves, um seringalista no Acre e comerciante no Pará, publicou um livro, avaliando minuciosamente os vários métodos de manejo da floresta e de coleta do látex em termos de produtividade e de não dano as árvores para concluir que preferia o método simples local de corte da seringueira, porque este era mais produtivo e menos danoso às árvores. A qualidade de menos danoso as árvores, segundo ele, significava uma vantagem sobre o altamente lucrativo método de corte das *plantations*. Informa que os seringais nativos não apresentavam nenhuma ou muito poucas doenças, fungos ou parasitas, exceto saúva e furão. Seringueiros conscientes aplicam urucu ou argila na superfície de cortes em excesso para afugentar tais insetos. Em 1912, Costa, engenheiro que tinha proposto a adoção da agricultura científica da borracha ao longo da ferrovia Belém-Bragança, argumentou em palestra ao Clube de Engenharia do Rio de Janeiro que o método moderno de corte de seringueiras não era adequado para plantas nativas.

Preservar as seringueiras tinha um profundo significado econômico porque muitos anos seriam necessários para substituí-las. Enquanto para os investidores nas *plantations* derrubar a floresta era um simples método de limpeza do solo, com raras exceções, os seringalistas não comungavam dessa visão. Para eles essa "limpeza" significaria destruir um capital. As seringueiras nativas podiam ser exploradas por até 70 anos, enquanto as cultivadas podiam ser exploradas por métodos modernos por até cerca de 25 anos. O látex das árvores amazônicas, quando coagulado pelo método de defumação, resultava na borracha de melhor qualidade, porém essas árvores se desenvolviam e se mantinham sadias e produtivas somente se mantidas em meio à floresta nativa densa e heterogênea. Pestes e outras questões ecológicas que surgiram com a monocultura em larga escala não eram vistas pelos seringalistas como simples questões técnicas.

Preservação, como um dos elementos do processo produtivo, parece constituir uma particularidade da utilização ecológica-econômica de recursos naturais na Amazônia em relação ao debate sobre natureza pelo cientificismo iluminista do Séc. 18 e desenvolvimentista do Séc. 19 e início do Séc. 20. O cientificismo iluminista foi marcado por um dilema entre preservar ou não preservar o meio físico natural (Bowler, 1992). Porém, destruir a biosfera era uma prática considerada necessária ao desenvolvimento tecnológico, símbolo de superioridade em relação a outros povos. O dilema, então, originava-se no desejo de preservar que, entretanto, se tornava secundário diante da aceitação do pressuposto que progresso é positivo ou pelo menos necessário. A conseqüência prática era a transformação da preservação em uma ação externa ao processo produtivo, sinônimo de parques, jardins onde a "natureza" não é espontaneamente desenvolvida.

Na Amazônia, ao contrário, preservação era parte integrante do processo produtivo de inúmeros produtos pelo menos até os anos 1960. Desde os anos 1890, a legislação de terras do Pará e do Amazonas previa a preservação de recursos naturais valiosos como um dos requerimentos para a legalização de posses. No Acre isto se torna uma realidade a partir de 1912. Havia inúmeras medidas para prevenir a destruição ou dano de florestas valiosas (Regulamento no. 737 de 25/22/1850). Eram muitos os argumentos em defesa dos métodos

ecológicos locais. E desde há muito seringalistas contratavam um trabalhador unicamente para inspecionar o trabalho dos seringueiros a fim de prevenir que eles danificassem as seringueiras.

Guiados por essa perspectiva econômico-ecológica, seringalistas e vários profissionais locais divergiram do cientificismo e da promoção das *plantations*. Em 1912, J. Virgolino de Alencar, um produtor de borracha no Acre, em relatório `a Sociedade Nacional de Agricultura, disse que ele reservava um número de árvores mais produtivas somente para reprodução, pois tinha observado que as sementes de árvores não exploradas germinavam mais facilmente e eram mais fortes. Uma prática bastante distinta da recomendada pelo botânico Huber: de que as sementes deveriam ser extraídas de árvores exploradas. Em 1912, durante as reuniões preparativas para a Exposição Internacional de Borracha em Nova York, Cohen percebeu que Huber só se referia ao processo de defumação com caroço de urucury e se ofereceu para preparar amostras de borracha defumada com cada essência florestal, em separado, de uso nos seringais. Ele apresentou sete amostras, cada uma produzida com um método ou substância diferente de defumação. Huber se comprometeu em levar as amostras para a exposição e informar Cohen sobre os resultados, mas não cumpriu a promessa. Vários adotaram os melhoramentos ao processo de defumação do látex propostos por Mendes, mas o método químico, proposto em 1913 por Cerqueira Pinto e premiado por várias fábricas norte-americanas e inglesas, embora adotado por alguns, foi questionado e não adotado pela grande maioria. Em 1918, a Associação Comercial do Pará (ACP) contestou a promoção desse método pelo governo federal.

A promoção do método Cerqueira Pinto atendia `a estratégia do governo de assumir o controle sobre o mesmo, prevenindo que estrangeiros o fizessem. Contudo, a ACP argumentava que os produtores locais desde há muito tinham decidido não adotar este método por causa de seu alto custo, requerendo a importação de substâncias químicas e porque este não tinha provado ser mais eficiente e aceitável pelos importadores do que os métodos locais de coagulação do látex, através de defumação.

Nos anos 1950, Carlos Neves, filho de seringalista e agrônomo defensor da monocultura da borracha em áreas específicas, enfrentou a forte crítica dos seringalistas. Ele contestava a idéia mundialmente conhecida de que pestes teriam impedido os seringalistas de adotarem a monocultura em larga escala. Nos anos 1980, ele utilizava como um dos exemplos o bem sucedido projeto Ford, em Fordlândia e Belterra (que já usava o método do enxerto para prevenir doenças), defendia as políticas modernizantes do regime militar para a Amazônia. E argumentava que, apesar da falta de pesquisa suficiente para desenvolver mudas regionais, insuficiência de capital e falta de sistema de crédito adequado, os seringalistas não adotaram a monocultura por decisão consciente em continuar com os métodos ecológicos locais de plantio-manejo de florestas, criticando-os por isso.

A prevalência no debate acadêmico do estigma do método ecológico de plantio-manejo de primitivo e ineficiente deve-se, em maior medida ao cientificismo, que induz acadêmicos a não reconhecerem os habitantes da Amazônia como atores históricos, e à relativamente pouca pesquisa documental sobre o tema. Os discordantes da política oficial não foram tomados em consideração no debate nacional e internacional sobre a borracha. Contudo, a política oficial para a borracha não se efetivou. O PDB não foi incluído pelo Congresso no Orçamento da União para o ano seguinte, interrompendo os serviços de infra-estrutura que tinham sido iniciados, inviabilizando-o (Martinelo *op.cit*.:57).

A política oficial não refletia a visão de grande parte dos produtores de borracha local. Portanto, seu colapso não significou o colapso da produção. A crise de preços da borracha de 1912-15 levou à falência casas aviadoras e muitos seringais, além de afugentar capitais estrangeiros. Contudo, muitos seringalistas, há muito vinham criando estratégias para lidar com as constantes flutuações de preços da borracha seguidas de crises econômicas. Os melhores seringais continuaram a exportar borracha, inclusive para o Reino Unido, durante todo o auge das *plantations* e foram lucrativos até pelo menos o início da década de 1980 (Bentes 1998).

Conclusão

O sentido científico-territorial de terra que norteava a advocacia das *plantations* pelo Estado e pelos britânicos - solo a ser desmatado para a monocultura, nos anos 1900-1915, colidiu com a apropriação ecológica. Nesta, a modernidade do status social da terra-seringal como capital produtivo e mercadoria valiosa, cujo acesso, socialmente desigual, seguia os padrões legais do resto do Brasil, misturava-se a conotações ecológicas de

terra, propriedade e uso produtivo, na qual terra significava a floresta de goma elástica. Esta floresta definia o tamanho e os contornos da propriedade, sendo sua preservação pré-requisito para a continuidade da produção da matéria-prima borracha.

Guiados por interesses econômicos e políticos específicos e pela crença comum no cientificismo, oficias e cientistas britânicos e brasileiros construíram a civilidade das *plantations* em contraste com a suposta incivilidade da propriedade seringueira ecológica. A política oficial para a borracha promoveu as *plantations*, dedicando importância secundária aos conhecimentos locais e aos críticos dessa política. Apesar dessa política, que de fato não se efetivou, foi desmantelada ainda na década de 1910, e da queda dos preços da borracha, em 1912-1915, provocada pela crescente oferta de borracha cultivada, a monocultura não proliferou na Amazônia, em particular, porque os produtores locais não adotaram essa técnica, alegando que esta destruiria um de seus principais capitais: a floresta de goma elástica. Embora o cientificismo antiecológico tenha sido adotado por vários empresários, outros pensaram natureza e tecnologia de maneira relativamente ecológica e reagiram ao mesmo.

Bibliografia

BENTES, R.S. (2007) "Uma nova abordagem sobre a história da borracha: o protagonismo da sociedade amazônica na história da apropriação e do uso ecológico da terra", in: ALBUQUERQUE, Gerson R. (org.). *"Nós e eles": os outros – conversas sobre as Amazônias*. Rio Branco: EDUFAC, pp. 99-162

_____(2006) Relatório da Pesquisa CNPq DCR "Natureza e Tecnologia: o Simbolismo da Amazônia para o Império Britânico nos anos 1900-1915 e as Políticas Brasileiras para a Borracha". Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 65pp.

_____(2004) A apropriação ecológica de seringais na Amazônia e a advocacia das *rubber plantations*. *Revista de História*, 151, pp. 115-150

_____(1998) *Rubber Enterprises in the Brazilian Amazon, 1870-1930*. Tese de doutoramento, Londres: Departamentos de Historia Econômica, Social e de Política Social, London School of Economics and Political Sciences (LSE).

BOWLER, P. (1992). *The Environmental Sciences*, London: Fontana Press

CALIXTO, V. (1993). *Aquiri (1898-1909): os patrões e a construção da ordem. São Paulo*. Tese de doutoramento, Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo – USP

DRAYTON, R. (2000), *Nature´s Government*. New Haven and London: Yale University Press

FALCÃO, E (s/d). *Album do Rio Acre, 1906-07*, Pará, Brasil (Disponível no Museu da Borracha em Rio Branco/Ac)

GROVE, R.H. (1995), *Green Imperialismo*. New York: Cambridge University Press

MAIO, M.C., SANJAD, N.; DRUMOND, J.A. (2005), "Entre o Global e o Local: A Pesquisa Científica na Amazônia do Século XIX", *Ciência & Ambiente 31*, pp.147-166

MIRANDA, B. (ed) (1990), *Anais do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola (22 a 27 de fevereiro de 1910), Manaus:* Associação Comercial do Amazonas, Fundo Editorial

NASCIMENTO, C. & *HOMMA (1984), Amazônia: Meio Ambiente e Tecnologia Agrícola,* Belém: EMBRAPA-CEPATU documento 27

NEVES, C. "A Amazônia e a Hevea". *Jornal O Rio Branco*, 14 de dezembro de 1985.

SANTOS, R. (1980), *História Econômica da Amazônia, 1800-1920*, São Paulo: T.A. Queiroz

SCHMINK, M. (1988), "Big Bisiness in the Amazon; In J. DENSLOW; C. PADOCH. *People of the Tropical Rain Forest*. Berkeley/Los Angeles/London: University of Califórnia Press

Ambiente e Sociedade em disputa na Amazônia brasileira: o conflito ambiental em torno da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Pará.[1]

Lorena Cândido Fleury[2]

Resumo: A presente comunicação tem por objetivo discutir como o conflito ambiental em torno da construção de uma usina hidrelétrica na Amazônia brasileira – especificamente, aquela a qual se pretende que seja a terceira maior hidrelétrica do mundo em potência instalada, a UHE Belo Monte – nos permite analisar como as relações entre ambiente e sociedade se configuram em um contexto pós-colonial, no qual o desenvolvimento se mantém como ideia-força premente e resiliente. A partir de pesquisa de campo e ancorando-se nas abordagens teórico-epistemológicas propostas por Bhabha (2007), Latour (1994), De la Cadena (2010), Stengers (2007), Viveiros de Castro (2002) e Boltanski (2009), é elaborada uma proposição do conceito de conflito ambiental, analisando-se as diferenças entre os pontos de vista dos diferentes sujeitos em disputa. Conclui-se que, ao explicitar demandas que alargam as noções convencionais de ambiente e política, é em termos cosmopolíticos que o conflito ambiental se expressa.

Palavras-chave: conflitos ambientais, barragens, Amazônia.

Belo Monte, a obra: localização e contexto atual

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte) começou a ser construída no primeiro semestre de 2011 no Rio Xingu, na Amazônia brasileira, nas adjacências de 11 municípios do estado do Pará (Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu). Composta por uma barragem principal, na localidade chamada sítio Pimental, uma segunda barragem localizada no sítio Bela Vista, uma casa de força principal, situada na comunidade Belo Monte, um canal de derivação e vários diques, a construção da UHE Belo Monte implica em obras em diferentes trechos do Rio Xingu e em terras vizinhas. Segundo a Eletrobrás, a concepção do empreendimento visa ao aproveitamento do desnível natural de cerca de 90 metros existente entre a cidade de Altamira e a localidade de Belo Monte, onde o rio já passa a sofrer influências do Rio Amazonas e da maré. O reservatório da UHE Belo Monte está previsto para ter 516 km² de área alagada, sendo formado a partir do desvio do rio Xingu na altura do sítio Pimental.

Para tanto, são necessárias escavações da ordem de 150,7 milhões de m³ e 50 milhões de m³ de rochas – superiores à escavação realizada para construção do Canal do Panamá –, demandando a utilização de 4,2 milhões de m³ de concreto (LISBOA; ZAGALLO, 2010). Em consequência desse desvio, um trecho de cerca de 100 km do leito do rio, entre os sítios Pimental e Belo Monte, terá o seu nível de água drasticamente reduzido. Esse trecho abrange a maior parte da região conhecida como Volta Grande do Xingu, notória por sua alta diversidade biológica (MEDEIROS, 2009), e povoada por diversas comunidades de ribeirinhos, agricultores e indígenas, incluindo duas Terras Indígenas (TI), TI Paquiçamba e TI Arara dos Maia (FIG.01).

Após concluída, estima-se que Belo Monte terá potencial de produzir até 11.200 Megawatts (MW), o que a colocaria como a terceira maior hidrelétrica do mundo em potência instalada, atrás das usinas hidrelétricas de Três Gargantas, na China, e de Itaipu, situada na fronteira entre o Brasil e a Argentina. No entanto, devido à

---

1 Trabalho apresentado no GT62 – "Ambientes lusófonos" e o lugar da Lusofonia nos estudos ambiente-sociedade, durante o XII CONLAB (Congresso Luso-Afro-Brasileiro), I AILP, Lisboa, 1-5 Fevereiro 2015.

2 Professora Adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: lorenafleury@gmail.com

sazonalidade do Xingu, considera-se que a potência média garantida ao longo do ano é de 4.796 MW de energia firme[3] (ELETROBRÁS, 2002).

Sob responsabilidade do Ministério de Minas e Energia do Governo Federal, e executada pela sociedade de propósito específico Consórcio Norte Energia, a UHE Belo Monte conta em seus quatro canteiros de obras, atualmente, com aproximadamente 18 mil trabalhadores. Desse total, 14 mil trabalhadores são funcionários do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), empresa responsável pelas obras civis, e quatro mil são empregados por empreiteiras subcontratadas. O cronograma inicial do empreendimento considera a entrada em operação da primeira turbina em fevereiro de 2015.

Contudo, este cronograma tem estado desde o seu início sob a iminência de ser alterado em função dos inúmeros problemas relacionados à obra. Ações no judiciário, solicitações de suspensão imediata da obra pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), paralisações de estradas e de canteiros de obras devido a ocupações realizadas por indígenas, greves de trabalhadores e mais recentemente até mesmo o flagrante de crime de tráfico de pessoas em estabelecimentos localizados no interior da área do canteiro de obras são exemplos de situações frequentemente veiculadas como motivos para possíveis interrupções ou a suspensão total da construção da UHE Belo Monte. Ainda assim, segundo o consórcio empreendedor, "as dificuldades não alteraram as metas previstas para 2012 e, por isso, o final de ano foi de comemorações." (NORTE ENERGIA, 2012).

No entanto, os motivos para comemorações estão longe de ser um consenso. Segundo informações do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, coletivo que congrega cerca de 100 entidades contrárias à construção de Belo Monte, os indicadores do município de Altamira, cidade-polo da obra, não se prestam a festejos: entre 2011 e 2012, a apreensão de crack pela Polícia Civil aumentou 900% em Altamira, enquanto a quantidade de cocaína foi ainda maior, aumentando em cerca de 12 vezes; a prostituição também tem aumentado de forma exponencial no município. Dados veiculados pela Agência Brasil de Comunicação e pela Universidade Federal do Pará confirmam que o período de crescimento do tráfico e da prostituição em Altamira coincide com o início das obras de instalação da hidrelétrica, em 2011. Segundo os dados mais recentes da Secretaria de Planejamento de Altamira divulgados pela Agência Brasil, a população do município cresceu de 99 mil habitantes, em 2010, para cerca de 145 mil habitantes em 2012.

O Ministério Público Federal no estado do Pará (MPF/PA) endossa a preocupação dos movimentos sociais: segundo os procuradores da república, a demora da Norte Energia em cumprir as condicionantes mínimas estabelecidas pelo Ibama[4] para as obras está causando colapso em vários serviços públicos da região e dano às condições de vida das populações afetadas (MPF, 2012). Até o momento (agosto de 2014), existem 20 processos judiciais iniciados a partir de ações do Ministério Público Federal referentes à construção da UHE Belo Monte. Os processos tratam de diversas ilegalidades, que abarcam o processo de licenciamento ambiental, o aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas sem regulamentação, o não cumprimento de medidas obrigatórias de prevenção e redução dos impactos, os riscos de remoção de povos indígenas e a violação dos direitos da natureza e das gerações futuras. Desses 20 processos, apenas a primeira Ação Civil Pública (ACP), sobre a esfera estadual ou federal do licenciamento, foi julgada, sendo a decisão em favor do MPF.

Portanto, do estudo do inventário do potencial energético da bacia hidrográfica do Rio Xingu, iniciado em 1975, até a autorização para a construção da usina hidrelétrica, se passaram quase 40 anos, muitas pessoas, muitos planos, muitas expectativas, e, essencialmente, muitas controvérsias. Constituindo a formulação e a execução deste projeto, há uma intensa trama composta por interesses que vêm desde estratégias de governo a membros do "setor elétrico", que articula do capital internacional a empreiteiras. Dessa forma, o projeto atravessou distintas fases da política nacional sempre se mantendo como prioritário: a construção de Belo Monte encabeçou a lista de obras estratégicas dos governos Sarney, Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma

---

3 A energia firme representa a capacidade de produção de uma usina no período crítico do referido sistema, ou seja, aquele período para o qual as vazões históricas são baixas, implicando menor capacidade de produção.

4 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, órgão responsável pelo licenciamento ambiental na esfera federal.

Rousseff, sempre sendo mantido por uma profunda e duradoura vontade política e institucional de realizá-lo. De outra parte, há uma não menos intensa e persistente rejeição ao projeto. Essa rejeição traz em seu bojo um dos principais marcos do surgimento do socioambientalismo, o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira, em 1989, quando grupos indígenas Kayapó, apoiados por lideranças indígenas de diversos povos, ambientalistas e entidades da sociedade civil, decidiram protestar contra as decisões tomadas na Amazônia sem a participação dos índios. Este fato é especialmente importante porque, de acordo com Cunha e Almeida (2009, p. 277), a partir de então ocorreu uma "surpreendente mudança de rumo ideológico", na qual "as populações tradicionais da Amazônia, que até recentemente eram consideradas como entraves ao 'desenvolvimento', ou na melhor das hipóteses candidatas a ele, foram promovidas à linha de frente de modernidade", basicamente pela sua associação à conservação ambiental. A própria noção de "populações tradicionais", entendida como sujeitos políticos capazes de estabelecer uma articulação entre práticas conservacionistas e direitos territoriais, emergiu a partir desse contexto.

Assim, o adjetivo *socioambiental* foi então sendo criado, a partir dos conflitos e mobilizações na Amazônia brasileira, em franco contraste ao modelo Yellowstone de preservação da natureza, iniciado nos Estados Unidos, que valorizava a natureza porque presumivelmente "intocada", sem população humana. Associado a esse adjetivo, emergiam processos que não se adequavam às formulações clássicas dos embates sociais. Ao congregar e opor grupos sociais diversos em torno de disputas nas quais a "natureza" adquiria papel central, estes conflitos, no âmbito da sociedade civil, passaram a impulsionar o emergente *movimento socioambientalista,* o "ambientalismo à brasileira", que pouco mantém em comum com o ambientalismo "clássico" que se concentra nas questões técnicas ou administrativas para solucionar os impactos ambientais ou preservar a natureza (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 22). Academicamente, resultaram em uma demanda por reformulações das interpretações sociológicas, transformando tais conflitos em objeto de análise, nas palavras de Boudes (2008, p. 15), "independentemente do interesse que os sociólogos até então manifestavam pelo ambiente".

É justamente, portanto, para compreender esses conflitos que se dão na fronteira entre grupos sociais heterogêneos e apropriações materiais e simbólicas daquilo que convencionamos chamar natureza que emergem os estudos de conflitos ambientais como campo teórico de investigação. Precisamente, na formulação elaborada por um dos mais influentes pesquisadores deste campo de estudos no Brasil, Henri Acserald:

> Os conflitos ambientais são aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das *formas sociais de apropriação do meio* que desenvolvem ameaçada por *impactos indesejáveis* – transmitidos pelo solo, ar, água, ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas dos outros grupos. O conflito pode derivar da disputa pela apropriação de uma mesma *base de recursos* ou de bases distintas mas interconectadas por *interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas*, etc. Este conflito tem por arena *unidades territoriais compartilhadas* por um conjunto de atividades cujo "acordo simbiótico" é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as *condições materiais* do exercício das práticas de outros agentes (ACSELRAD, 2004, p. 26, destaques da autora).

Efetivamente, ao se analisar o histórico do conflito em torno de Belo Monte, se pode considerar que se configura um conflito ambiental tal qual definido por Acserald (2004), no qual há a disputa por "unidades territoriais compartilhadas". Contudo, o que também parece se desprender da análise desses eventos é que, ainda que se esteja disputando os usos e apropriações do Xingu e de sua Volta Grande, *há também mais do que isso*. Na definição de qual será a forma de se relacionar com o rio há "um simbolismo muito forte", tal qual expressado pelo então ministro do Meio Ambiente Carlos Minc em uma declaração à imprensa[5], porque nas águas caudalosas do Xingu corre uma série de oposições que, junto com o rio, vêm também à cena central do conflito. Assim, a

5 Declaração veiculada pelo portal de notícias G1, em 01 fevereiro de 2010. Disponível em http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1472165-5598,00.html , acesso em março 2013.

oposição rio correndo livre, "Xingu Vivo" x rio barrado, "Aproveitamento Energético", traz em si oposições de diferentes ordens, como qualidade de vida x desenvolvimento; uso local x projeto nacional; relações de afeto x atratividade econômica do "recurso natural".

Para abarcar este "algo a mais" do conflito, o que a mim parece importante é se considerar que, ao conectar uma ampla rede – indígenas, ribeirinhos, autoridades políticas, ambientalistas, socioambientalistas, celebridades, relatórios e pareceres técnicos, instituições governamentais, organizações da sociedade civil, a floresta amazônica e a bacia do Rio Xingu – na disputa por agência, está em jogo algo além da atualização de antigos conflitos sociais mediante um discurso ambiental (FUKS, 2001; LOPES, 2004), mas também para além da disputa por "apropriação material e simbólica de unidades territoriais compartilhadas", tal qual a definição corrente de conflitos ambientais (ACSERALD, 2004). Nesse sentido, o interesse em se manter a *aposta* na noção de conflito ambiental está, proponho, em se explorar o duplo movimento de suspeita e de suspensão que ela pode provocar, isto é, admitindo-a como "um outro lócus de inscrição e intervenção, um outro lugar de enunciação híbrido, 'inadequado'", de maneira análoga ao lugar proposto por Bhabha (1998, p. 334) para a agência pós-colonial.

Assim, a aposta na categoria conflitos ambientais para análise do conflito em Belo Monte visa, justamente, sobrecarregar o seu significado para incluir o hibridismo, os excessos e as perspectivas concorrentes na composição de um mundo comum, tal qual vivenciado no conflito em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte. Ou seja, das sugestões de Bhabha (1998), essa proposta aceita o hibridismo e a inadequação do conceito de conflito ambiental como características de contextos de fronteiras. De Latour (1994), Stengers (2007) e De La Cadena (2010), incorpora-se na análise a abertura para a demanda por novos compossíveis, isto é, a presença da cosmopolítica. De Viveiros de Castro (2002), recorre-se à contribuição do perspectivismo ameríndio como postura filosófica, e à consideração de que os pontos de vista são forças em luta. Finalmente, a partir de Boltanski (2009), reforça-se a centralidade do conflito entre perspectivas divergentes às análises, e incorpora-se ainda a crítica sociológica apoiada no ponto de vista dos sujeitos sociais. Para se demonstrar como essa aposta pode se sustentar, a seção seguinte, mediante a análise de documentos, diário de campo, fotografias e entrevistas coletados durante pesquisa de campo realizada pela autora em Altamira, Volta Grande do Xingu, Santarém e Belém, no estado do Pará, e em Brasília, Distrito Federal, irá analisar o *ambiente* tal qual mobilizados neste conflito, suas definições e os meios de acessá-lo como objeto de disputa.

"O licenciamento é um campo de batalhas": o ambiente em disputa

Os distintos sujeitos envolvidos no conflito em torno da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte se encontram e são impelidos a se reinventar diante do fato de "não estarem sozinhos neste mundo" (STENGERS, 2003, p. 355) porque possuem em comum um rio, o Xingu. Visto como potencial energético pelo Estado nacional, como morada dos deuses para os indígenas, como fonte de subsistência para agricultores e ribeirinhos, o Rio Xingu se encontra no centro de um conflito no qual, se há alguma unanimidade, está na de que todos os envolvidos o apresentam como de importância crucial.

Os motivos deste conflito têm sido, desde o seu início, traduzidos como sendo de ordem *ambiental*, ou, quando complexificados, de caráter *socioambiental*. Assim, estudos de impacto ambiental são realizados e contestados, cientistas emitem laudos e pareceres, ambientalistas de vários lugares do mundo organizam e assinam petições. Mas, a que se refere o ambiente, ou o "socioambiente", que é colocado no centro da disputa? Será que é possível afirmar que os sujeitos envolvidos estão de acordo sobre os termos do conflito, ou estaríamos diante de um equívoco, no sentido a que se refere Viveiros de Castro (2009), no qual termos iguais estariam sendo designados para significar conteúdos diferentes, de forma característica aos processos de tradução cultural?

Sugere-se na presente proposta que há duas ordens de divergência sobre o ambiente: em primeiro lugar, uma divergência ontológica sobre a existência ou não de um ambiente exterior ao qual pertencem entidades não humanas, e, em decorrência desta, uma divergência de ordem epistemológica sobre as possibilidades e métodos para conhecê-lo. Essa proposição se sustenta na análise da controvérsia em torno do processo de licenciamento ambiental de Belo Monte, em que cientistas e técnicos, através de métodos objetivos, se propõem a mensurar o ambiente da bacia do Xingu e as consequências da construção da hidrelétrica, resultando em posicionamen-

tos opostos sobre a viabilidade do empreendimento, e da análise do que as comunidades locais (ribeirinhos, agricultores e indígenas) falam quando falam do Xingu e de seu ambiente, assim como o método subjetivo que apresentam para legitimar seu conhecimento. Neste contexto, o processo de disputas em torno das indenizações a serem destinadas aos moradores de Altamira e Volta Grande do Xingu que serão compulsoriamente deslocados em função da barragem aparece como lócus da incomensurabilidade entre as distintas visões do ambiente.

Em síntese, o que se pode perceber nesta análise é que os cientistas que avaliaram voluntariamente o projeto, técnicos do Ministério Público Federal e analistas ambientais do Ibama partilham de uma visão de ambiente, ou compõem o mundo com um mesmo ambiente, que é expressado mediante termos, critérios e análises convergentes. Apesar de esses técnicos e cientistas se sustentarem mediante a argumentação de que se baseiam em critérios técnicos, isto é, que estariam situados em uma dimensão apartada da política, os limites entre técnica e política dependem de um esforço contínuo de demarcação, revelando continuamente fronteiras imperfeitas. Isto fica claro nos documentos técnicos produzidos, que, na prática, são considerados "estudos-argumentos", isto é, são inscrições de cadeias de associações entre pessoas e coisas com vistas a subsidiarem posicionamentos e decisões. Assim, ainda que estes documentos sejam elaborados seguindo critérios técnicos e princípios de cientificidade, eles incorporam relações sociais entre pessoas e coisas, e se tornam operantes nas disputas de poder.

No entanto, estes "estudos-argumentos" têm sua possibilidade de atuação restringida por uma decisão, política, de construção da hidrelétrica de Belo Monte, que é tomada fora das instâncias de participação e debate. Portanto, é a decisão política que se torna a caixa-preta do processo de licenciamento, é ela que "vem de uma hora pra outra" sem que seja dado o tempo para a discussão e a preparação de medidas necessárias. Nesse contexto, o instrumento de Licenciamento Ambiental, que em sua formulação previa o debate político sobretudo mediante audiências públicas, é esvaziado politicamente. O órgão licenciador, que de acordo com a legislação possui o poder decisório de avaliação – avaliação esta que inclusive deve se pautar também pelas instâncias de participação e debate – é relegado a uma instância técnica ingênua, isto é, na qual a técnica é admitida como descolada das definições políticas. Essa posição é vislumbrada na insistência dos representantes do Ibama e da Funai, instituições que, no licenciamento, são colocadas no papel de avaliadoras técnicas, em demarcar os níveis separados entre trabalho técnico e decisão política. Por isso, mais do que um modo de dominação gestionário, no qual o exercício político se pautaria pelas definições científicas formuladas pelos experts, conforme propõe a análise de Boltanski (2009), me parece que no licenciamento ambiental de Belo Monte estamos mais próximos de uma predação das instâncias técnicas por setores políticos. Se, como sugere o perspectivismo ameríndio o mundo é composto por sujeitos "dispostos ao longo de um único contínuo somático-semiótico, que vai da predação à comunicação e vice-versa, [...] uma multiplicidade de províncias e agências intersecantes em relação de 'desarmonia preestabelecida'" (VIVEIROS DE CASTRO, 2012), nos quais distintas composições realizam distintas possibilidades de mundos imanentes, a impressão que o processo de licenciamento ambiental passa é de que o mundo composto pelos técnicos e cientistas foi deslizado ou mesmo engolido, por mecanismos que passaram da comunicação à predação, pelo mundo composto pelos interesses dos formuladores da política energética brasileira.

Assim, o licenciamento ambiental de Belo Monte, por ser definido "politicamente", isto é, por membros da classe política, constrói e administra um ambiente despolitizado, esvaziado de sujeitos, debates e decisões. Este ambiente se choca frontalmente com o ambiente superpovoado de sujeitos, afetos e relações sociais vivenciado pelos moradores da Volta Grande do Xingu. Para estas pessoas, quando se pergunta sobre o ambiente ou sobre o Rio Xingu, o primeiro ponto que se nota é que não há *o* ambiente, isto é, não se fala sobre o rio sem falar sobre as pessoas, não se fala sobre as pessoas sem falar o que elas comem – e que muitas vezes vem do rio –, não se fala sobre fartura sem mencionar as dificuldades da pobreza, se fala ao mesmo tempo sobre lazer e sobre tristeza. E, nos últimos anos, falar de tudo isso é necessariamente falar também sobre Belo Monte. Como no relato abaixo:

> O Xingu é o que a gente tá acostumado. Ele enche, ele vaza, né? Quando na época da cheia, tá enchendo, fica bom de peixe, quando tá muito cheio o rio fica difícil, o peixe entra pra dentro da mata. Aí agora essa época tá baixando, aí o peixe sai todo

> pra dentro do rio, aí fica mais fácil pra pegar o peixe. Tá raso o rio também, né, aí fica mais fácil. Aí é assim, a gente acha ruim porque pra sair da minha casa, que é onde eu moro, é 50 metros da casa na água lá. Tô deitado o peixe pááá, batendo lá dentro da água. É bom. No verão tem umas pedras pra gente banhar, no inverno também aquela corredeirinha fica chuuuuu, a gente tá dormindo aquela zoada de noite aumenta, chôoooo, o cara pensa que tá chovendo é a água no rio lá. É bom. Aí tudo isso vai acabar o lazer da gente, sai dali, pronto, né? Fica difícil. (Trecho de entrevista: Ribeirinho, Volta Grande do Xingu, junho/2011).

Acompanhando o movimento do rio, que enche e vaza, o peixe entra e sai da mata, volta para o rio e do rio para as mãos do ribeirinho. Este, por sua vez, tem seu lazer nas praias que se formam no verão, e dorme ouvindo a corredeira e o peixe. Sair de casa, obrigado pela construção de Belo Monte, significa perder o barulho das águas, o lazer, o peixe.

Outros moradores da Volta Grande do Xingu descrevem preocupações semelhantes quando falam do Xingu – o rio, os peixes e as pessoas estão conectados, assim, a preocupação com o futuro do rio é a preocupação que atinge a todos. Nessa corrente, o rio é o elo central em torno do qual se reúnem indígenas, agricultores, ribeirinhos e pescadores. Em comum, eles relatam uma trajetória de dificuldades, enfrentadas ou superadas com o auxílio do Xingu. Dessa forma, falar do Xingu é contar suas histórias de vida. E suas vidas contam sobre a história da Amazônia, desde o período em que as disputas ao longo do Xingu eram entre os diferentes povos indígenas até a construção da Transamazônica, do ciclo da borracha à coleta de castanha, e, como não poderia deixar de ser, à chegada das barragens. Assim, caboclos, indígenas, ribeirinhos, agricultores familiares e pescadores relatam como têm suas histórias de vida, individuais, necessariamente atreladas às histórias dos lugares.

Dessa forma, o que se percebe é que, enquanto para os moradores do Xingu só faz sentido falar do ambiente quando isso significa falar dos diferentes sujeitos, humanos e não humanos, com quem compõem suas relações sociais (o Xingu, os peixes, os frutos, as plantações, o jacaré, a mata...), no conflito em torno de Belo Monte, nem mesmo às pessoas, que são desconsideradas em suas demandas, é atribuído o lugar de sujeito, de forma com que estas se sentem transformadas em presas do governo e do empreendimento. O ambiente – ou o mundo – superpovoado por sujeitos e intencionalidades dos moradores da Volta Grande do Xingu, no conflito em Belo Monte é confrontado com o ambiente completamente esvaziado de sujeitos do projeto de governo, em que além do rio, da mata e dos peixes, as pessoas também são negligenciadas em sua capacidade de ação.

Portanto, a disputa em torno do ambiente, ou o conflito ambiental, se torna uma disputa pela própria definição acerca da existência de um ambiente objeto, no qual as variáveis são controladas e planejadas, de maneira descolada do exercício político do diálogo e da comunicação, e a existência de um mundo em que o rio, o jacaré, as coisas podem se transformar em pessoas, no sentido de possuírem ação intencional, e assim serem sujeitos de direitos. No momento em que demandam que sejam ouvidos, que se reconheça, como na fala uma liderança Juruna, que sua "história é real", ou, como questiona um ribeirinho, que eles "também são gente", o conflito se demonstra ser um conflito por uma possibilidade de negociação política entre mundos distintos, ou pela possibilidade mesma de coexistência de mundos distintos, de múltiplas realidades. Pois, como afirma Hage (2012, p. 300):

> Talvez mais do que o domínio das oposições binárias *à la* natureza/cultura e a razão instrumental, a maior "conquista" da modernidade ocidental tenha sido nos transformar em monorrealistas, minimizando nossa consciência acerca da multiplicidade de realidades nas quais nós existimos. Mas minimizar não é obliterar, e pode ser facilmente argumentado que tais outras realidades continuam realizando incursões em nosso mundo moderno, oferecendo-nos pistas, e às vezes mais do que pistas, de suas presenças. [6]

O conflito em torno de Belo Monte pode estar nos apresentando justamente estas pistas, ou mais do que isso, uma contundente demanda pelo reconhecimento de que pode haver mais sujeitos e mais realidades, ou seja,

---

6 Tradução livre da autora a partir do original em inglês, assim como nas demais traduções de Hage (2012).

diferenças ontologicamente mais consistentes, do que a avaliação de impacto ambiental pode considerar. Nesse sentido, o conflito em Belo Monte se torna um conflito cosmopolítico, ao demonstrar que:

> O mundo não é uma caixa fechada, como eles pensam. O mundo é aberto, e eu preciso de cada estilo diferente para eu poder sobreviver. Nesse sentido eu vejo a situação de Belo Monte muito, muito difícil. (Trecho de entrevista: membro da Prelazia do Xingu, Altamira, junho/2011).

Ainda, se na análise do licenciamento ambiental e do ambiente tal qual ele se manifesta no cotidiano dos moradores da Volta Grande do Xingu uma incompatibilidade entre, mais do que os termos, os seus significados, já parecia se explicitar, a análise do processo de negociação das indenizações mostra que não apenas essa incompatibilidade é evidente, mas é negligenciada, à custa do sofrimento das pessoas atingidas pelo projeto de construção de Belo Monte. As relações de familiaridade e afeto com o Xingu, a fartura nele e ao seu redor encontradas, a saúde dedicada ao trabalho na terra por anos a fio, a dignidade de se alimentar de seu próprio trabalho, a decisão de se escolher onde morar, a própria honra – como estabelecer um processo justo de negociação que possa equacionar todos estes aspectos à utilidade pública da geração de energia elétrica?

Considerações finais

No contexto de Belo Monte, o equívoco acerca do termo ambiente se torna claro, mas, no sentido em que é em termos ambientais que o projeto de Belo Monte – assim como os demais grandes projetos de infraestrutura – é avaliado, se torna estratégico, mais do que eliminar a categoria "ambiente", torna-la o lugar de um equívoco controlado, de forma a tornar os moradores da Volta Grande do Xingu legítimos adversários, no sentido de De La Cadena (2010), isto é, aptos a participar da política. Mas uma política cujas bases de cálculo seriam reformuladas de forma a se fazer, segundo a expressão de De La Cadena (2009), "pensar o impensável". Alargar a definição de ambiente, no caso em questão, de forma que se possa abarcar o impensável é considerar-se que a demanda por se manter o Xingu *vivo* seja uma demanda legítima, tendo entre as consequências de seu barramento a morte de um número aberto de sujeitos humanos e não humanos como parte da análise, ou do cálculo, da viabilidade ambiental do projeto de construção da hidrelétrica. Pois se, pensando ainda com De La Cadena (2009, p. 163), mesmo se o Xingu como uma entidade sensível for derrotado quando confrontado com a visão do rio como potencial energético, o fato de convertê-lo em um ator visível no conflito, e a natureza pública da disputa sobre o que ele é, "pode indicar que um novo registro político está surgindo das sombras e se faz visível resposta às perturbações provocadas pelo capitalismo neoliberal [...]; [*isto é,*] que a negociação exista é significativo".

A necessidade de se alargar os conceitos no contexto de conflitos ocasionados pela construção de barragens não é nova: Carlos Vainer (2008), por exemplo, discute como o conceito de *atingido* é um conceito em disputa e as diferentes concepções (patrimonialista, hídrica, das agências multilaterais) que o permeiam. Essa discussão se tornou, inclusive, pauta de debates com a Eletrobrás, tendo sido de certa forma abarcada pelo setor elétrico que agora, não mais como nas barragens construídas na década de 1970, considera atingidos e inclui em seus programas de indenização pessoas que não possuem título da terra na qual residem ou trabalham e pessoas que não serão atingidas apenas pelo enchimento de reservatório, mas também aqueles à montante e à jusante da barragem. Contudo, Vainer (2008) demonstra também que se trata não apenas de uma carência de conceitos, mas também de vontade política de aplica-los:

> Sem sombra de dúvida, é possível afirmar que o principal problema enfrentado nos últimos anos pelas políticas de equacionamento e tratamento dos impactos sociais e ambientais de projetos esteve menos na ausência de conceitos e critérios claramente estabelecidos que na resistência das empresas e dos quadros técnicos [...]. [A aplicação estrita de parâmetros já definidos pela Eletrobrás] teria certamente evitado muitos dos conflitos que se arrastam até hoje, elevando desnecessariamente os custos – tanto financeiros quanto sociais, políticos e institucionais. (VAINER, 2008, p. 59).

Por isso, como desde o início dos estudos sobre efeitos sociais das barragens alerta Lygia Sigaud (1988, p. 108): "Não basta conhecer adequadamente. É preciso reconhecer que a 'população atingida' é constituída de cidadãos brasileiros que têm o direito de serem respeitados", sendo necessário que este reconhecimento seja incorporado ao planejamento e à tomada de decisões.

Referências

ACSERALD, Henri (org.) **Conflitos ambientais no Brasil**, Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. 395 p.

BOLSTANSKI, Luc. **De la critique** – Précis de sociologie de l'émancipation. Paris, Éditions Gallimard, 2009. 294 p.

BOUDES, Philippe. L'environnement, domaine sociologique. Tese de Doutorado - **Université Bordeaux 2 – Mention Sociologique.** Avril/ 2008. 536 p. 27

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro. Populações tradicionais e conservação ambiental. *In:* CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: CosacNaify, 2009. p.277-299.

DE LA CADENA, Marisol. Política indígena: un análisis más allá de 'la política'. **World Anthropologies Network (WAN)** - Red de Antropologías del Mundo (RAM). N. 04, January, 2009.

DE LA CADENA, Marisol. Indigenous cosmopolitics in the Andes : Conceptual reflections beyond « Politics». **Cultural Anthropology**, Vol. 25, Issue 2, pp. 334–370. 2010.

ESCOBAR, Arturo. **Territories of Difference.** place, movements, life, redes. Durham: Duke University Press, 2008.

FLEURY, Lorena C. Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia brasileira: a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva. Tese de Doutorado em Sociologia. **Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul** (PPGS/UFRGS). 2013.

FUKS, Mario. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro**: ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001. 243 p.

HAGE, Ghassan. Critical anthropological thought and the radical political imaginary today. **Critique of Anthropology**. 2012 32: 285

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. No. 5, pp7-42, 1995.

JASANOFF, Sheila. **States of Knowledge** – The co-production of science and social order. Routledge: London and New York, 2006. 317 p.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru: EDUSC, 2001.

LATOUR, Bruno. **Petites leçons de sociologie des sciences.** Paris, La Découverte, Point Seuil. 2003. 253p.

LOPES, José Sérgio Leite (coord.); ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane; SILVA, Gláucia (org.). **A ambientalização dos conflitos sociais**: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 334 p.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Política e sociedade na construção de efeitos de grandes barragens: o caso Tucuruí. *In*: SEVÁ Filho, A. Oswaldo (org.). **Tenotã-Mõ** – Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no Rio Xingu. International Rivers Network, 2005.

MEDEIROS, Hermes. Avaliação de Impactos do Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte Sobre a Vida Selvagem, Incluindo Implicações Socioeconômicas. *In:* MAGALHÃES, Sônia M. S. Barbosa; HERNANDEZ, Francisco del Moral (org.). **Painel de Especialistas** - Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental doAproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. Belém, 29 de outubro de 2009. Disponível em http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf Acesso em set/2010 . 2009.

ROHDEN, Fabíola. Notas para uma antropologia a partir da produção do conhecimento, os usos das ciências, intervenções e articulações heterogêneas. In: FONSECA, C.; ROHDEN, F.; MACHADO, P.. (Org.). **Ciências na vida**: antropologia da ciência em perspectiva. 1ed.São Paulo: Terceiro Nome, 2012, v. , p. 49-57.

SANTOS, Leinard; ANDRADE, Lúcia (org.). **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São Paulo: Comissão Pró Índio de São Paulo, 1988.

SIGAUD, Lygia. Implicações sociais da política do setor elétrico. *In*: Santos, L., e Andrade, L., **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São. Paulo/CPI. 1988.

STENGERS, Isabelle. Cosmopolitique – I ; II. Collection: La Découverte Poche / Sciences humaines et sociales n°161. 2003.

STENGERS, Isabelle. La proposition cosmopolitique. *In:* LOLIVE, J. SOUBEYRAN, O. **L'emergence des cosmopolitiques.** Paris : La Découverte. 2007.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de "atingido": Uma revisão do debate. *In*: ROTHMAN, Franklin Daniel. **Vidas Alagadas** – Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008, p.39-63.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem** – e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2002. 552 p.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Métaphysiques cannibales**. Paris: PUF (MétaphysiqueS), 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; ANDRADE, Lúcia. Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as sociedades indígenas. *In*: SANTOS, Leinard; ANDRADE, Lúcia (org.). **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São Paulo: Comissão Pró Índio de São Paulo, 1988.

ZHOURI, Andrea ; LASCHEFSKI, Klemens (org). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. 484 p.

Conflitualidade, violência e recursos naturais: o caso da exploração de minérios em Moçambique e no Brasil

Isabella Alves Lamas[1]

Abstract: Este trabalho discute, a partir da ecologia política e da utilização de mapas de conflitos socioambientais, os casos dos *deslocamentos de lugares*, expropriações e reassentamentos relacionados aos conflitos socioambientais da exploração de minérios por uma corporação multinacional brasileira em Moçambique e no Brasil. A ecologia política apresenta grande sensibilidade para conflitos locais que não seriam reconhecidos enquanto tais por linhas teóricas de contornos mais tradicionais como a geopolítica e as correntes economicistas sobre as guerras por recursos. Assim, esta perspectiva adota uma concepção de violência de largo escopo que pretende englobar fenômenos que vão além de eventos brutais de violência física, incorporando outras dimensões como as esferas simbólicas e culturais de representação, circulação e codificação dos danos causados pela exploração de recursos naturais. A partir da ótica dos conceitos de *violência lenta* de Rob Nixon e de *acumulação via espoliação* de David Harvey, é possível incluir na análise contextos de paz formal em que uma multiplicidade de formas de violência, em diversas escalas, são perpetuadas pela relação entre a dimensão político-ecológica, as opções de desenvolvimento e as engrenagens do capitalismo global.

Palavras-chave: ecologia política; conflitos socioambientais; mineração; violência lenta; acumulação via espoliação

I. Introdução

A busca de uma realidade perceptiva dos conflitos socioambientais relacionados a exploração de recursos naturais apresenta inexoravelmente conexões com considerações sobre natureza, política, economia e sociedade. No caso da mineração em especial, a relação dialética entre a natureza e o capital aponta para a coprodução presente entre a ciência envolvida na atividade produtiva da exploração e as relações sociais presentes nas dinâmicas do exercício de tal atividade (Jasanoff, 2004).

Os estudos de ecologia política, que surgem como resultado de reflexões sobre questões de acesso e controle de recursos naturais, apresentam uma grande sensibilidade para conflitos locais que não seriam reconhecidos enquanto tais por linhas teóricas de contornos mais tradicionais como a geopolítica. A discussão dos conflitos socioambientais requer o dispêndio de uma atenção especial às nuances existentes acerca dos processo de violência perpetuados. Uma destas dimensões é clarificada através de comunidades desafiadas por megaprojetos de mineração que foram privadas do seu meio-ambiente de vida *de facto*, através de processos de desapropriação e reassentamento, ou de forma simbólica, isto é, os que permanecem em suas localizações no sentido geográfico e espacial do termo, mas foram deslocalizados dentro da sua própria terra (Nixon, 2011).

A gama de atividades extrativas dos grandes projetos de mineração é ampla e extremamente diversa. Essa condição somada à contextualização geográfica e social de cada região explorada faz com que os processos de deslocamento colocados em voga sejam igualmente diversos. Um exemplo de tais processos são as comunidades deslocadas *de facto* pela mineração que, em meio a uma era de uso extensivo de agrotóxicos e sementes transgênicas, perderam suas sementes orgânicas de agricultura familiar - fontes preciosas de meios de subsistência. A visão que transparece no âmbito de algumas reflexões que dialogam com a ecologia política

---

1 Isabella Lamas é bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pós-graduada em Economia Social pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Atualmente é doutoranda em Relações Internacionais no programa Política Internacional e Resolução de Conflitos do Centro de Estudos Sociais e da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. O seu projeto de doutoramento é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

é de que estas sementes pertencem a categoria daquilo que é não-indenizável do ponto de vista econômico, cultural e social. Esse processo de expropriação representa um *deslocamento de lugares*, e entende-lo dessa forma é colocar em cheque a percepção espaço-temporal convencional da subjetividade ocidental moderna.
Assim, na primeira parte deste artigo será apresentada uma breve revisão bibliográfica sobre as relações entre conflitualidade, violência e recursos naturais, com especial enfoque nos principais argumentos de vertentes economicistas, geopolíticas e da ecologia política. Entre as três grandes linhas teóricas apresentadas, a ecologia política é identificada como aquela que dá especial importância aos conflitos socioambientais a partir de reflexões críticas sobre os modelos de desenvolvimento, as formas de acumulação e exploração em prática, questões de justiça distributiva, formas de circulação de poder e práticas de normalização e naturalização de dinâmicas opressivas. Em um segundo momento, se discutirá a proposta de *slow violence* de Rob Nixon (2011) e sua contribuição para a ampliação de discussões sobre injustiças e conflitos socioambientais. A sensibilidade do conceito de Nixon é combinada com as discussões de Arturo Escobar (2005) sobre lugar e o conceito de acumulação via espoliação de Harvey (2003) é apresentado como uma maneira representativa de entender os processos de violência. Isso permitirá a elaboração de discussões empíricas preliminares, baseadas em fontes secundárias e em mapas de conflitos socioambientais, de algumas formas de violências que estão sendo perpetuadas por uma corporação multinacional mineira brasileira nos contextos lusófonos do Brasil e de Moçambique.

II. As guerras por recursos e a ecologia política

Há uma extensa bibliografia que aborda a questão da conexão entre recursos naturais e conflitualidade. Três perspectivas dominam o debate acadêmico contemporâneo sobre as chamadas guerras por recursos: uma que atribui importância central às dinâmicas econômicas e associa dependência por recursos, instituições e oportunidades (Cf. Collier & Hoeffler, 2004), uma geopolítica que estabelece relações entre territórios, estados, interesses estratégicos e de segurança (Cf. Klare, 2002; Baechler, 1999), e uma outra, embasada em uma ecologia política que analisa recursos, relações de poder e formas de violência (Cf. Billon, 2012; Peluso & Watts, 2001).
A primeira perspectiva, que atribui grande importância às dinâmicas econômicas associadas à exploração de conflitos, está muito associada ao *resource curse* ou à maldição dos recursos naturais (Vide Soysa, 2000; Davis & Tilton, 2005). Esta estabelece relações causais entre dependência por recursos naturais, fraco desempenho econômico, frágeis instituições políticas e conflito armado. A '*Post Conflict Unit*' do Banco Mundial realizou inúmeros estudos acerca do tema das questões econômicas, o que inclui a exploração de recursos naturais, associadas à conflitualidade. Nestes, as guerras civis, principalmente aquelas que ocorrem nos países em desenvolvimento e nos chamados 'estados falidos', são retratadas como sendo impulsionadas essencialmente por agendas econômicas de atores auto-interessados (Cilliers, 2000). O investigador Paul Collier foi o chefe da equipe desta unidade de pesquisa do Banco Mundial e um dos primeiros a fazer uma análise sistemática do conflito violento a partir de uma perspectiva microeconômica quantitativa (Soysa, 2000). O autor fez, junto com Anke Hoeffler, um estudo estatístico de 47 conflitos violentos civis de grande escala que aconteceram entre 1965 e 1999 que permitiu a elaboração de uma padronização a respeito das causas das guerras civis (Collier & Hoeffler, 2004). Os resultados obtidos foram inesperados e refutaram a sua hipótese inicial de que haveria uma relação causal entre escassez de recursos e conflitualidade armada, pois os produtos primários são facilmente e fortemente tributáveis e, portanto, atraentes tanto para as elites dominantes quanto para seus concorrentes (Collier & Hoeffler, 2004). Assim, um dos principais legados desta perspectiva é a apresentação de uma integração dos recursos naturais no financiamento da conflitualidade armada (Keen, 2000), algo que é desenvolvido pela bibliografia sobre *greed and grievance* e as economias de guerra contemporâneas (Vide. Berdal & Malone, 2000; Collier & Hoeffler, 2004) que apresentam casos empíricos paradigmáticos como o da perpetuação do conflito armado angolano através da exploração de diamantes pela UNITA (União Nacional para a Independência de Angola) principalmente durante a década de 1990 (Dietrich, 2000). As análises que valorizam as variáveis econômicas concebem a rebelião como algo mais parecido com o crime organizado

devido principalmente à forma desta angariar recursos para alimentar a máquina de guerra contra o poder estatal (Collier & Hoeffler, 2004).

A segunda perspectiva, chamada aqui de geopolítica, apresenta uma tradição de associação com o *resource scarcity* que, ao contrário do *resource curse*, relaciona a conflitualidade com a escassez de recursos naturais. A tradição geopolítica, desenvolvida principalmente nos Estados Unidos da América e no Canadá através das ideias e do envolvimento político de acadêmicos como Robert Kaplan e Homer-Dixon (Vide Homer-Dixon, 1999; Kaplan, 2000), elabora a concepção de um nexo existente entre a segurança nacional e os assuntos relacionados ao meio ambiente principalmente na dimensão dos recursos naturais. Assim, segundo esta abordagem, as pessoas e nações vão lutar entre si, nas chamadas guerras por recursos, no sentido de assegurar os recursos naturais que são escassos, mas decisivamente necessários para a sua vida e sobrevivência (Klare, 2002). Esta busca desenfreada por assegurar um controle sobre a disponibilidade de recursos é associada ao imaginário da concepção de segurança nacional através da construção de um discurso que busca a legitimação de determinadas ações políticas pautadas pelo interesse estratégico em alguns recursos naturais que são considerados essenciais para o bem-estar da nação.

No âmbito da terceira perspectiva, a da ecologia política, há uma importante rejeição da tradição geopolítica. Como contraposição aos argumentos causais reducionistas desta vertente do neo-malthusianismo, Nancy Peluso e Michael Watts (2001) apresentam uma compreensão da relação entre a luta simbólica e material pelos recursos naturais e as violências inerentes a estes processos que estão relacionadas com transformações materiais e relações de poder que moldam simultaneamente a paisagem e os meios de vida de populações. A linha teórica da ecologia política surge nos anos 1970 como resultado de reflexões sobre questões de acesso e controle de recursos naturais (Peet & Watts, 2004). A partir do final dos anos 1980, foram elaboradas contribuições significativas para a teoria a partir de ideias pós-marxistas e pós-estruturalistas centradas em questões da economia política (Vide. Brookfield e Blaikie, 1987; Guha e Alier, 1997). As investigações realizadas contribuíram para um interesse renovado na diversidade da experiência do desenvolvimento a partir de preocupações pós-estruturalistas centradas em temas como conhecimento-poder, instituições, regimes de verdade e diferenciação cultural que foram essenciais para repensar tanto a teoria do desenvolvimento quanto a própria ecologia política em si que nada mais é do que uma teoria sobre desenvolvimento e ambiente (Peet & Watts, 1996). Além disso, como ressaltam Anthony Richard Peet e Michael Watts, a ecologia política se desenvolve a partir da realidade de novos movimentos sociais e apresenta em si um potencial liberatório em virtude do potencial emancipatório de algumas atividades políticas que estão conectadas aos recursos naturais e ao meio ambiente (Ibid.). O resultado deste potencial é traduzido em uma grande sensibilidade para conflitos e resistências locais que não seriam reconhecidos enquanto tais por linhas teóricas de contornos mais tradicionais.

Em suma, a ecologia política adota uma concepção de violência, e consequentemente de resistência, de largo escopo que pretende englobar fenômenos que vão além de eventos brutais de violência física, incorporando outras dimensões como as esferas simbólicas e culturais de representação, circulação e codificação dos danos causados pela exploração de recursos naturais (Peluso & Watts, 2001). Indo além, o autor Anthony Bebbington, importante expoente da ecologia política, argumenta que a extração de recursos naturais é constituída por arranjos capitalistas políticos, econômicos e institucionais que transcendem análises mais pontuais (Bebbington, 2012). Para a compreensão de todas estas dimensões, que constituem uma análise que transita do nível micro ao macro, a ecologia política valoriza uma abordagem ancorada na realidade empírica para cada um dos estudos de caso (Billon, 2012). Este posicionamento é essencial para a construção de investigações não reducionistas que se aproximem das percepções das pessoas sobre os seus problemas concretos ao mesmo tempo em que assegurem espaço para o estabelecimento de conexões e laços de solidariedade entre diferentes realidades sociais.

A ecologia política contribui para a compreensão dos recursos naturais enquanto expressivos das relações sociais com uma preocupação de amplo espectro "do que constitui violência em relação aos recursos e como os recursos, por sua vez, se relacionam com a violência" (Billon, 2012: 20). A análise da motivação dos atores e das relações de poder a partir da perspectiva da ecologia política, permite ir além da concepção de paz como ausência de violência física ou direta e estudar as violências repressivas perpetuadas através da exploração de

recursos minerais. Assim, é possível, para este quadro teórico, incluir contextos de paz formal em que uma multiplicidade de formas de violência, em diversas escalas, são perpetuadas pela relação entre a dimensão político-ecológica, as dinâmicas de cristalização do poder e o controle de populações.

Dessa maneira, na diversidade de formas de conflitualidade associadas à exploração e ao controle de recursos naturais há formas visíveis e invisíveis de expressão e manifestação da violência. Aquelas que são invisibilizadas são também marginalizadas academicamente, tornando-se difícil a construção de uma justificativa plausível para uma investigação que tenha como foco principal justamente estes fenômenos. Há, no entanto, esta brecha na bibliografia construída a partir da ecologia política que permite com que a abrangência de contextos passíveis de serem estudados no âmbito deste corpo teórico aumente substancialmente.

> Algumas relações entre recursos e conflitos são muito diretas e envolvem formas de violência altamente visíveis. Os conflitos de recursos que se enquadram nesta categoria normalmente retratam as empresas de recursos e as forças de segurança estatal contra comunidade locais e "militantes" que se opõem aos empreendimentos extrativistas. (...) Outras relações são mais indiretas e resultam de formas menos visíveis de violência e sofrimento, como abusos físicos interpessoais e desigualdades arraigadas. Esta relativa visibilidade da violência importa porque a opinião pública e os tomadores de decisão tendem a focar em relações mais diretas e formas visíveis de violência. Como resultado, alguns fatores estruturais podem permanecer sem solução, ao menos a partir da perspectiva de prevenir mais violência. (Billon, 2012: 228)[2]

Como é possível notar, o trabalho de Philippe Le Billon mesmo realizando um importante avanço no sentido de reconhecer a importância de tal brecha, continua demasiadamente focado e construído a partir de uma preocupação com contextos de violência que se caracterizam por uma instabilidade crescente que, em última instância, podem resultar em formas de manifestação físicas e, portanto, diretas da violência. Sendo assim, empiricamente não há um grande esforço analítico de concretizar o espaço ganho através da expansão do conceito de violência no campo das guerras por recursos. Essa percepção reafirma a importância do diálogo com autores da ecologia política e da necessidade de concretizar através do trabalho empírico aquilo que o olhar passa a alcançar com o alargamento do escopo de violência e, portanto, do entendimento de dinâmicas de conflitualidade.

III. A *violência lenta* e os processos de *deslocamentos de lugares*

O livro de Rob Nixon *Slow Violence and Enviromentalism of the Poor* (2011) é central para a proposta de pensar a relação entre recursos naturais e conflitualidade a partir da normatividade presente nas discussões sobre justiça socioambiental. Neste trabalho, dialogando com conceitos da ecologia política, entre eles, o ecologismo dos pobres, Rob Nixon introduziu o conceito de *violência lenta* para designar formas de violências que se perpetuam em escalas de tempo diferentes, ameaças que repercutem de forma diversa no espaço-tempo e são imperceptíveis à grande mídia devido a ausência de caráter de espetáculo em suas formas de manifestação. O conceito apresenta semelhanças importantes com o de violência estrutural desenvolvido por Johan Galtung na tradição dos estudos para a paz (Galtung, 1971). A dimensão da invisibilidade de que fala Nixon, remete inexoravelmente à condição sistêmica da violência estrutural de Galtung. No entanto, a grande peculiaridade do conceito de Nixon é a atribuição de relevo à dimensão temporal, o que pode tornar a *violência lenta* mais conveniente para a análise de determinados fenômenos socioambientais, como o clássico exemplo do despejo

---

2 Traduzido do original: "some relations between resources and conflict are very direct and involve highly visible forms of violence. Resource conflicts that fall into this category typically pit resource companies and state security forces against local communities and "militants" opposing extractive ventures. (…) Other relations are more indirect and result in less visible forms of violence and suffering, such as interpersonal physical abuse and entrenched inequalities. The relative visibility of violence matters because public opinion and policy makers tend to focus on the more direct relations and visible forms of violence. As a result, some structural factors may remain unaddressed, at least from the perspective of preventing further violence". BILLON, P. L. (2012) *Wars of Plunder – Conflicts, Profits and the Politics of Resources,* Londres: Hurst & Company.

de lixo tóxico dos países desenvolvidos em países do continente africano ou o desenrolar da espiral dos efeitos perversos do agente laranja no Vietnã trinta anos depois do fim da guerra com os Estados Unidos.
Através da *violência lenta*, Nixon questiona percepções sociais e os processos que as tornam dominantes. Inevitavelmente, o que não está ai englobado é marginalizado socialmente. Assim, uma das características mais importantes desta conceitualização são os desafios representacionais e estratégicos que a violência lenta coloca, algo que Nixon aborda através do diálogo com trabalhos de alguns escritores-ativistas ambientalistas que são partes integrantes do movimento do ecologismo dos pobres (Vide. Martinez-Alier, 2002). Como conseguir captar simbolicamente essa forma de violência que apresenta efeitos espaçados, dispersos e, muitas vezes, manifestadamente atrasados se colocados em perspectiva com a temporalidade hegemônica ocidental que rege praticamente todos os nossos estímulos e influências diárias? É nesse sentido que a mudança de paradigma para pensar a relação entre a conflitualidade e os recursos naturais se faz tão urgente e necessária. De fato, para Nixon, o que conecta a violência lenta ao ecologismo dos pobres de forma mais profunda é precisamente o desafio da visibilidade (Nixon, 2011: 5).
Subjacente ao esforço de propor soluções ao desafio da visibilidade, Nixon discorre sobre os processos de deslocamentos como exemplos de formas reais de violência lenta. Os deslocamentos podem ser temporais, geográficos e retóricos e são apresentados como processos que normalmente acarretam na simplificação das violências neles envolvidas. Estes processos são parte da formulação do argumento de que a violência socioambiental "deve ser vista – e profundamente considerada – como uma contestação não só sobre espaços, corpos, trabalho, recursos, mas também sobre o tempo" (Nixon, 2011: 8). Todas estas dimensões estão presentes na análise dos processos empíricos de deslocamento e de violências e negligenciá-las equivaleria a perpetuação de violências culturais (Galtung, 1990).
A apreensão sobre estes sentidos de deslocamentos está relacionada com pensamentos críticos sobre o lugar e de como nossa racionalidade contemporânea está moldada para pensar de acordo com determinados padrões espaço-temporais que não levam em consideração as múltiplas significações e sentidos do lugar. Arturo Escobar (2005) reflete sobre a maneira como o domínio do espaço sobre o lugar operou como um dispositivo crucial para a construção e afirmação de uma epistemologia eurocêntrica, bem como sobre a marginalização do lugar operada pelos discursos da globalização. Escobar concebe a ecologia política e as teorizações sobre o pós-desenvolvimento como fontes preciosas para a defesa do lugar e suas múltiplas significações no mundo contemporâneo (Escobar, 2005). Quando colocados em conjunto, os deslocamentos da maneira que fala Nixon e o lugar na perspectiva de Escobar, eles formam uma concepção ainda mais radical sobre os processos de deslocamento que chamo aqui de *deslocamentos de lugares*. Essa designação implica uma maior atenção não só a dimensão espacial e geográfica dos deslocamentos (se *in loco* ou implicados em mudanças espaciais reais), mas incorpora também uma maior atenção às dinâmicas de percepção da temporalidade envolvida e aos significados sensitivos e culturais do lugar.
Os processos de *deslocamentos de lugares* envolvidos na exploração de minérios como uma forma de violência lenta apresentam uma relação importante com o processo de *acumulação via espoliação* descrito por David Harvey. O conceito é elaborado a partir de inspirações na concepção da existência de uma população excedente e do fato do capitalismo sempre necessariamente criar o seu próprio outro e é uma espécie de releitura do conceito de acumulação primitiva de Karl Marx devido à sua persistência e papel contínuo na violenta história geográfica da acumulação do capital (Harvey, 2003: 145-152). A grande diferença entre ambos os conceitos – o original de Marx e a releitura de Harvey – é que em *O Capital* Marx elabora a acumulação primitiva como parte de sua formulação dos processos originários da acumulação de capital, enquanto que Harvey concebe a *acumulação via espoliação* como uma característica duradoura do capitalismo e como fundamental para resolver as crises em torno da super-acumulação de capital. Entre os processos extremamente atuais de acumulação pela expropriação estão a comodificação e privatização da terra, a supressão de modos nativos de produção e consumo e a apropriação imperial de ativos – inclusive os recursos naturais (Ibid.). De fato, analisando as contribuições de Harvey, Mark Duffield reitera que no mundo, principalmente no qualificado como subdesenvolvido, é possível observar diversas formas primitivas de acumulação, que seriam reconhecidas por Marx como tal, em plena operação (Duffield, 2007: 11), como, por exemplo, a supressão de modos de vida tradicionais no sentido de viabilizar a operacionalização de megaprojetos econômicos. Assim, na medida em

que a população excedente continua a ser produzida e reproduzida, a tensão entre a necessidade de ordem e os desafios do progresso permanecem demandando soluções urgentes e o desenvolvimento enquanto uma série de tecnologias envolvidas em assegurar o modo de vida ocidental é continuamente reinventado (Ibid.). Curiosamente, o jogo de temporalidades – entre aquilo que é originário e o que é duradouro (quase permanente) - presente na relação entre os trabalhos de Marx e Harvey remete para as múltiplas temporalidades em jogo nas dinâmicas da *violência lenta*.

IV. Os mapas de conflitos socioambientais e os casos de Moçambique e do Brasil

Em um diálogo com os movimentos de justiça ambiental, uma linha da ecologia política tem se desenvolvido a partir principalmente do trabalho das EJOs (*environmental justice organizations*) através da elaboração de mapas que sistematizam visualmente os conflitos socioambientais no mundo e discorrem sobre suas principais características e impactos (Martinez-Alier et al., 2014). Esses esforços são de extrema importância para o alargamento da compreensão de dinâmicas violentas operadas por processos gerados a partir de megaprojetos de investimento e *desenvolvimento* da indústria extrativista. Entre as iniciativas mais recentes se encontra o *Atlas of Environmental Justice* (EJOLT, 2014) desenvolvido pelo projeto EJOLT (Environmental Justice Organizations, Liabilities and Trade), cuja plataforma online foi lançada no ano de 2014 e se caracteriza como um *work in progress* na medida em que há ainda muitos conflitos socioambientais que não estão incluídos no escopo do mapa. Entre os muitos que já estão incluídos, está o já emblemático caso da extração de carvão mineral pela corporação multinacional Vale S.A. em Moçambique. O caso descrito é intitulado como *Vale desloca agricultores em Moçambique* e se refere, de forma fracionária, ao processo de reassentamento levado a cabo pela corporação como parte do projeto de implementação da atividade extrativa na região. De fato, a região da cidade de Moatize, na Província de Tete, em Moçambique, atraiu recentemente uma grande quantidade de investimento estrangeiro direto, devido as grandes reservas de carvão mineral que abriga. A construção da infraestrutura relacionada à exploração e à abertura das minas foi responsável por uma série de deslocamentos populacionais a partir do ano de 2009. A própria empresa foi responsável por elaborar um plano de reassentamento e posteriormente implementá-lo. Dessa maneira, a Vale, devido à mina de Moatize, reassentou as comunidades de Chipanga, Bagamoyo, Mithete e Malabwe para as novas comunidades de Cateme e 25 de Setembro. No entanto, a necessária supervisão governamental foi criticada, na medida em que o Estado se demonstrou mal preparado e com pouca vontade política de exercer uma atividade rigorosa (Human Rights Watch, 2013). A maneira desastrosa através da qual a Vale realizou os reassentamentos necessários para a viabilização de seu mega-empreendimento econômico gerou uma importante repercussão nas organizações de justiça ambiental que têm tido uma participação ativa na reinvindicação dos direitos das populações atingidas. Neste caso, a componente internacional da exploração de recursos por uma empresa multinacional estrangeira, somada à amplitude das repentinas mudanças na vida da população de Tete, permitiu uma maior visibilidade às violências perpetuadas e a presença de uma contestação mais expressiva por parte da sociedade civil que exige mudanças na forma como a atividade vem sido desenvolvida nesta região.

Uma das mais óbvias violências relacionadas a estes reassentamentos é a fusão de diversas comunidades. Membros de uma mesma comunidade foram separados devido à atividade que exercem para sua subsistência: se dependente da agricultura ou não. Além disso, as terras fornecidas para algumas famílias não são aráveis, comunidades ribeirinhas foram transferidas para locais que sofrem de falta da água, muitas das casas fornecidas apresentaram rachaduras e a uma fundação defeituosa, pessoas que viviam em comunidades que antes eram próximas à aglomerados urbanos (onde conseguiam complemento da alimentação de fácil acesso e podiam exercer atividades complementares à renda familiar) foram transferidas para locais distantes, entre outros (Human Rights Watch, 2013). Até outubro de 2012 o governo de Moçambique havia aprovado 245 concessões na Província de Tete, o que equivale a 34% da área da Província. Se forem somadas todas as aprovações que ainda estão pendentes o valor sobre para 60% da área de Tete. Como alerta a organização não-governamental *Human Rights Watch*, "a alta concentração de terras designadas para as licenças de mineração na Província de Tete, limitou profundamente a disponibilidade de locais de reassentamentos para comunidades deslocadas

pelas operações minerais" (07). Ou seja, a limitação de terras que não estão incluídas na especulação mineira, em efervescência na região, é grande, o que faz com que haja poucas opções para locais de reassentamento adequados. Resta pouca dúvida de que a lógica é a de privilégio absoluto dado as potencialidades de exploração em detrimento de comunidades locais. No entanto, "em um país eminentemente agrícola, o acesso e a utilização da terra são um instrumento fundamental no combate à pobreza" (Santos & Silva, 2004: 27).

Entre as iniciativas pioneiras de mapas de conflitos socioambientais está o projeto *Mapa dos Conflitos e Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil* (Fiocruz, 2014), uma cooperação tecno-científica entre a Fiocruz e a organização não-governamental Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) elaborado sob coordenação do Dr. Marcelo Firpo Porto (Porto & Pacheco, 2009). Na região do sudeste do estado do Pará e oeste do Maranhão, o mapa apresenta dois focos de conflitos relacionados ao projeto de mineração de ferro Grande Carajás: *as perversidades sociais e ambientais do caminho da Estrada de Ferro Carajás, Estrada de Ferro e Projeto Grande Carajás avançam sobre terras indígenas*. O Observatório de Conflitos Mineros de América Latina (Observatório de Conflitos Mineros de América Latina (OCMAL)), 2014 #506@@hidden) também apresenta o *Mapa de conflitos mineros, projetos y empresas mineras en América Latina* que conta com 205 casos, entre eles o caso *Programa Grande Carajás: mais de duas décadas de degradações e conflitos* (OCMAL, 2014). A corporação multinacional Vale S.A. é a responsável pelo projeto Grande Carajás e, em grande medida, ela e suas subsidiárias estão diretamente relacionadas com os conflitos relatados em ambos os mapas. A Vale S.A. (antiga Vale do Rio Doce) atua em 13 estados do Brasil (Vale, 2013), e há inúmeros casos de conflitos socioambientais relacionados com a empresa ao longo de todo o país (Bossi *et al.*, 2009). A região de Carajás, no Pará, tem uma longa tradição de exploração de ferro e subjugação das populações da região pela Vale principalmente ao longo do percurso da Estrada de Ferro de Carajás (Coelho, 2014). Atualmente, devido ao mais recente projeto da Vale de exploração mineral na região, o Ferro Carajás SD11, está em curso a duplicação da Estrada de Ferro de Carajás que tem gerado inúmeros problemas sociais que vão desde despejos, contaminação das águas, reassentamentos mal sucedidos, entre outros (Faustino e Furtado, 2013). Ao longo dos anos, os impactos relacionados ao Projeto Grande Carajás e mais recentemente ao SD11, caminham ao longo de uma grande extensão do espectro socioambiental. Do ponto de vista ambiental, as siderurgias de ferro gusa constituem um dos problemas envolvidos mais sérios, causando graves problemas de respiratórios e de saúde nas populações atingidas. A Vale também está relacionada com litígios com povos indígenas, desrespeito sistemático à conquistas trabalhistas, reassentamentos problemáticos, entre tantos outros.

Neste contexto, o fato da Vale ser uma empresa de origem nacional com uma longa história de atuação da no país (a empresa foi criada em 1942) apresenta um impacto decisivo sobre a margem de atuação da empresa neste contexto. A dimensão interna de longo-prazo da relação entre a multinacional e os atingidos produz um silenciamento das dinâmicas de violência geradas pela atividade da empresa através de um processo intenso (e um incansável dispêndio de energia da Vale) de naturalização das dinâmicas opressivas.

Como já ressaltado, as comunidades impactadas pela mineração estão sujeitas a múltiplos processos de violências, entre eles aqueles que se enquadram na conceitualização de violência lenta. Os processos de deslocalização geográfica responsáveis eventualmente pela realização de reassentamentos profundamente problemáticos são violência lenta. No entanto, o enquadramento não ocorre apenas pelo processo de deslocamento no sentido geográfico do termo, mas também pelos *deslocamento de lugares* – em amplo sentido - daquelas pessoas, de suas histórias de vida, de suas sementes de agricultura familiar, de seus antepassados, de suas memórias visuais e sensitivas. Esse pensamento atenua ainda mais o sentido radical da noção de deslocamento proposta por Nixon que "ao invés de se referir ao movimento de pessoas de seus lugares de origem, refere-se antes a perda de terra e recursos sobre eles, uma perda que deixa as comunidades encalhadas em um lugar despojado das características que o fizeram habitável" (Nixon, 2011: 19). Esse é o caso, por exemplo, do bairro de Piquiá de Baixo (Açailândia, Maranhão) amplamente afetado pelas violências ambientais e sociais da produção guso-mineira e que há anos aguarda a implementação de um programa de reassentamento ser implementado na região (Faustino & Furtado, 2013: 88-94).

A partir de uma reflexão preliminar sobre as conexões existentes entre os casos brasileiro e moçambicano, quando colocados em perspectiva com outros casos de violências em contextos de megaprojetos de mineração, uma variável é sobressaída. Em ambos, a corporação multinacional é proveniente do Brasil, um

país em desenvolvimento, classicamente categorizado como de terceiro mundo. Isso implica que há aqui, no caso Moçambicano uma corporação multinacional proveniente de um país do sul geográfico se projetando intensamente em outro país do sul geográfico que é Moçambique. Isso permitiu uma elaboração de uma política externa brasileira que se caracteriza mais como uma justificativa do que como guia de ação. Neste sentido, a discussão em torno da distinção necessária entre o Sul e o Norte geográficos e o Sul e o Norte globais metafóricos implica, no contexto desse artigo, uma maior atenção. O sul global é entendido como uma metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo, metáfora da exclusão e da exploração (Meneses, 2008), enquanto o sul geográfico global é "o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, (...) não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao do norte global" (Santos e Meneses, 2009: 13). Conforme nos alerta acertadamente Boaventura de Sousa Santos, hoje mais do que nunca faz sentido pensar nos termos daquilo que é o sul geográfico de projeções imperiais, algo que se aplica perfeitamente ao caso da Vale.

A Vale é uma corporação atualmente de capital aberto que foi privatizada em 1997 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e sofreu um forte processo de internacionalização principalmente a partir do início dos anos 2000 do qual à exploração em Moçambique é um exemplo vivo e pujante. O governo brasileiro detém através do BNDES Par, sociedade gestora de participações sociais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 5,3% do capital total da Vale e, em decorrência do processo de privatização, também detém 12 golden shares da Vale, o que lhe confere poderes de veto sobre algumas ações centrais da companhia. Além disso, a Valepar, acionista controladora da Vale, é composta por capital majoritariamente brasileiro. Por isso, apesar da complexidade da composição acionária da Vale, pode-se concluir que ela é uma corporação global, mas que permanece sendo essencialmente brasileira. Logo, este exemplo empírico da Vale pode ser entendido como um exemplo do sul geográfico com uma projeção de contornos tipicamente imperiais.

Como já ressaltado, a Vale vem sendo protagonista de processos de acumulação via espoliação e violência lenta nos contextos nos quais atua exercendo *deslocamentos de lugares* e gerando inúmeros conflitos socioambientais. Dessa forma, destaco sucintamente em cada um dos casos expostos um caso macro de *acumulação via espoliação* associado à empresa em questão: no caso moçambicano, o processo de concessão das minas de Moatize à Vale assinado em 2007 e, no caso brasileiro, a privatização da Vale em 1997. Segundo relatório do Centro de Integridade Pública (Moçambique), "consta que a CVRD pagou pela concessão de Moatize cerca de 120 milhões de USD, mas essa verba nunca foi inscrita no Orçamento do Estado" (Selemane, 2010: 21). Ou seja, há poucos indícios de transparência principalmente por parte do governo moçambicano na maneira como a contrato foi conduzido. O processo foi responsável pela concessão do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) de 23.780 hectares por 35 anos a partir de 2007. Como aponta o *Relatório de Insustentabilidade da Vale 2012*, "com a obtenção deste DUAT, a Vale tornou-se um dos principais protagonistas do processo de expropriação, usurpação, aquisição, controle e partilha de terras em Moçambique" (Atingidos pela Vale, 2012: 15). Em relação ao segundo caso, com a justificativa de que as privatizações tinham o potencial de diminuir as dívidas públicas brasileiras e como parte do Plano Nacional de Desestatização (Coelho, 2014) a Vale foi vendida pelo governo de FHC em 1997 por apenas 3,4 bilhões de reais subsidiados pelo BNDES. Neste processo de privatização a Vale simulou uma desvalorização dos seus ativos de capital e é atualmente plenamente reconhecido que o valor de venda foi enormemente subestimado frente as reservas minerais e ativos da companhia que, nos anos seguintes à privatização, teve seu valor de mercado multiplicado em algumas vezes (Atingidos pela Vale, 2012). A indignação contra a atuação da Vale ao longo dos anos, bem como com o próprio processo de privatização, resultou na realização de um plebiscito pela reestatização da Vale em 2007 que contou com 3,7 milhões de assinaturas (Hashizume & Thenório, 2007). Além disso, as mais de 100 ações populares existentes contra esse processo de privatização refletem a enormidade e a extensão das violências perpetuadas (Atingidos pela Vale, 2012).

Em uma das sessões de *O Novo Imperialismo*, o imperialismo contemporâneo é descrito por David Harvey como acumulação via espoliação. Os processos inscritos nessa forma de acumulação foram adotados como uma resposta para os problemas de super-acumulação de capital através da ascensão dos processos de privatização e de políticas neoliberais. Neste contexto, as privatizações são descritas como uma desapropriação bárbara dos bens públicos (confiados ao estado) em uma escala sem precedentes na história (Harvey, 2003: 161). Harvey

explica que "o crescimento da importância da acumulação via espoliação como resposta (...) está correlacionado com ataques predatórios de desvalorização de ativos em uma parte do mundo ou outra" (Harvey, 2003: 181-182). O desejo de inserção no capitalismo global como jogadores ativos implica contemporaneamente estar de acordo com os preceitos do neoliberalismo e, portanto, fazer quantas concessões forem necessárias para atrair o investimento estrangeiro direito. No caso de Moçambique não foi diferente, apesar do relevo que deve ser dado também as imposições externas e ao papel de relações pós-coloniais no país.

V. Conclusão

As conexões entre recursos naturais, violências e conflitos foram já extensamente trabalhadas na bibliografia disponível sobre as guerras por recursos. No entanto, este corpo teórico apresenta uma insuficiência e insensibilidade analítica para lidar com o caso das violências perpetuadas em contextos de paz formal (legitimadas através dos discursos de desenvolvimento). Dessa forma, a ecologia política foi apresentada neste artigo como uma corrente que apresenta uma maior sensibilidade para a multiplicidade de violências envolvidas nos conflitos socioambientais. A *violência lenta* de Rob Nixon expressa um entendimento alargado das dinâmicas de conflitualidade e demonstra uma sensibilidade aos desafios representacionais e temporais implícitos no estudo de determinadas formas de violência.

A partir deste corpo teórico, o artigo apresentou reflexões sobre regiões no Brasil e em Moçambique envolvidas com a exploração mineral da Vale S.A.. As violências presentes caminham em todo o espectro socioambiental e os mapas dos conflitos socioambientais se apresentam como uma ferramenta metodológica importante para sistematizar esses conflitos, além de serem uma solução real e criativa para o desafio representacional da violência lenta de que fala Nixon. Os *deslocamentos de lugares* ocorrem constantemente nestes contextos e oferecem uma base empírica importante para o avanço das reflexões sobre o significado dos deslocamentos, dos reassentamentos e das violências mineiras. A acumulação via-espoliação é simultaneamente responsável por perpetuar violências e determinar os padrões através dos quais as atividades de exploração e os processos imperialistas vão se expressar. Os macro processos de privatização da Vale e da concessão em Moçambique estruturaram a base através da qual todas as outras formas de violência apresentadas passaram a se expressar.

Segundo Arturo Escobar, a administração sustentável da natureza capitalizada se opõe à acumulação exploradora bruta e requer uma dominação cultural muito mais profunda do que esta, uma vez que todos os elementos e escalas envolvidos – do molecular ao visível a olho nu – são parte integrante da equação da produtividade (Escobar, 1996). A partir deste entendimento, compreender as violências que estão sendo perpetuadas, os macro processos de acumulação via-espoliação que vem compondo e viabilizando estas dinâmicas e os conflitos socioambientais que têm suas origens, transformações e ocultações em voga nestes processos é essencial para o fomento dos movimentos que lutam por justiça socioambiental.

Bibliografia

ATINGIDOS PELA VALE (2012) Relatório de Insustentabilidade da Vale 2012. Rio de Janeiro: Artigulação Internacional dos Atingidos pela Vale.

BAECHLER, G. (1999) *Violence Through Environmental Discrimination - Cases, Rwanda Arena, and Conflict Model,* Dordrecht: Springer Science.

BEBBINGTON, A. (2012) "Underground political ecologies: The second Annual Lecture of the Cultural and Political Ecology Specialty Group of the Association of American Geographers". *Geoforum,* 43**,** pp. 1152-1162.

BERDAL, M. R. & MALONE, D. M. (eds.) 2000. *Greed and Grievance - Economic Agendas in Civil Wars,* Boulder: Lynne Rienner.

BILLON, P. L. (2012) *Wars of Plunder – Conflicts, Profits and the Politics of Resources,* Londres: Hurst & Company.

CILLIERS, J. (2000) "Resource wars – a new type of insurgency". In CILLIERS, J. & DIETRICK, C. (eds.) *Angola's War Economy – The Role of Oil and Diamonds.* Pretoria: Institute of Security Studies.

COELHO, T. P. (2014) *Projeto Grande Carajás - Trinta Anos de Desenvolvimento Frustrado,* Rio de Janeiro: Ibase.

COLLIER, P. & HOEFFLER, A. (2004) "Greed ans Grievance in Civil War". *Oxford Economic Papers,* 56**,** pp. 563-595.

DAVIS, G. A. & TILTON, J. E. (2005) "The resource curse". *Natural Resources Forum,* 29**,** pp. 233-242.

DIETRICH, C. (2000) "UNITA'S diamond mining and exporting capacity". In CILLIERS, J. & DIETRICH, C. (eds.) *Angola's War Economy - The Role of Oil and Diamonds.* Pretoria: Institute of Security Studies.

DUFFIELD, M. (2007) *Development, Security and Unending War - Governing the World of Peoples,* Cambridge: Polity Press.

EJOLT. (2014) *Atlas of Environmental Justice* [Online]. Available: http://ejatlas.org [Accessed 12 de dezembro de 2014].

ESCOBAR, A. (1996) "Element of a post-estructuralist political ecology". *Futures,* 28**,** pp. 325-343.

ESCOBAR, A. (2005) "O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós- desenvolvimento?". In LANDER, E. (ed.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* . Buenos Aires: Clacso.

FAUSTINO, C. & FURTADO, F. (2013) Mineração e Violações de Direitos: O Projeto Ferro Carajás SD11 da Vale S.A - Relatório da Missão de Investigação e Incidência. Açailândia: Justiça Global Brasil, Fundo Socioambiental Casa, Dhesca Brasil.

FIOCRUZ. (2014) *Mapa dos Conflitos e Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil* [Online]. Available: http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/ [Accessed 12 de dezembro de 2014].

GALTUNG, J. (1971) "A Structural Theory of Imperialism". *Journal of Peace Research,* 8**,** pp. 81-117.

GALTUNG, J. (1990) "Cultural Violence ". *Journal of Peace Research,* 27**,** pp. 291-305.

HARVEY, D. (2003) *The New Imperialism,* Nova York: Oxford University Press.

HASHIZUME, M. & THENÓRIO, I. (2007) *Mais de 3 milhões pedem reestatização da Vale do Rio Doce* [Online]. Repórter Brasil. Available: http://reporterbrasil.org.br/2007/10/mais-de-3-milhoes-pedem-reestatizacao-da-vale-do-rio-doce/ [Accessed 12 de dezembro de 2014].

HOMER-DIXON, T. F. (1999) *Evironment, Scarcity and Violence,* Nova Jersey: Princeton University Press.

HUMAN RIGHTS WATCH (2013) What is a House Without Food? - Mozambique's Coal Mining Boom and Resettlements. Nova York: Human Rights Watch.

JASANOFF, S. (2004) "Ordering knowledge, ordering society". In JASANOFF, S. (ed.) *States of Knowledge: The co-production of science and social order.* Nova York: Routledge.

KAPLAN, R. D. (2000) *The Coming Anarchy - Shattering the Dreams of the Post Cold War,* Nova York: Random House.

KEEN, D. (2000) "Incentives and Disincentives for Violence". In BERDAL, M. R. & MALONE, D. M. (eds.) *Greed and Grievance - Economic Agendas in Civil Wars.* Boulder: Lynne Rienner.

KLARE, M. T. (2002) *Resource Wars - The New Landscape of Global Conflict,* Nova York: Owl Book.

MARTINEZ-ALIER, J. (2002) *The Environmentalism of the Poor: A Study of Ecological Conflicts and Valuation,* Cheltenham: Edward Elgar.

MARTINEZ-ALIER, J., ANGUELOVSKI, I., BOND, P., BENE, D. D., DEMARIA, F., GERBER, J.-F., GREYL, L., HAAS, W., HEALY, H., MARÍN-BURGOS, V., OJO, G., PORTO, M., RIJNHOUT, L., RODRÍGUEZ-LABAJOS, B., SPANGENBERG, J., TEMPER, L., WARLENIUS, R. & YÁNEZ, I. (2014) "Between activism and science: grassroots concepts for sustainability coined by Environmental Justice Organizations". *Journal of Political Ecology,* 21**,** pp. 19-60.

MENESES, M. P. (2008) "Epistemologias do Sul". *Revista Crítica de Ciências Sociais,* 80**,** pp. 5-10.

NIXON, R. (2011) *Slow Violence and the Environmentalism of the Poor,* Nova York: Harvard University Press.

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS MINEROS DE AMÉRICA LATINA (OCMAL). (2014) *Mapa de conflitos mineros, projetos y empresas mineras en América Latina* [Online]. Available: http://basedatos.conflictosmineros.net/ocmal_db/ [Accessed 12 de dezembro de 2014].

PEET, R. & WATTS, M. (eds.) 1996. *Liberation Ecologies - Environment, Development and Social Movements,* Londres: Routledge.

PEET, R. & WATTS, M. (eds.) 2004. *Liberation Ecologies - Environment, Development and Social Movements (Second Edition),* Londres: Routledge.

PELUSO, N. L. & WATTS, M. (2001) "Introduction". In PELUSO, N. L. & WATTS, M. (eds.) *Violent Environments.* Nova York: Cornell University Press.

PORTO, M. F. & PACHECO, T. (2009) "Conflitos e injustiça ambiental em saúde no Brasil". *Tempus. Actas em Saúde Coletiva,* 4**,** pp. 26-37.

SANTOS, B. D. S. & SILVA, T. C. (eds.) 2004. *Moçambique e a Reinvenção da Emancipação Social,* Maputo: Centro de Formação Jurídica e Judiciária.

SELEMANE, T. (2010) Questões à volta da mineração em Moçambique - Relatório de Monitoria das Actividades Mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussudenga Maputo Centro de Integridade Pública

SOYSA, I. (2000) "The Resource Curse: Are Civil Wars Driven By Rapacity or Paucity?". In BERDAL, M. R. & MALONE, D. M. (eds.) *Greed and Grievance - Economic Agendas in Civil Wars.* Boulder: Lynne Rienner.

A ocupação do território brasileiro como desdobramento da expansão da fronteira: Heranças coloniais no pensamento sobre a contemporânea relação população-ambiente.

Thais Tartalha do Nascimento Lombardi[1]

Álvaro de Oliveira D'Antona[2]

A ocupação do território brasileiro como desdobramento da expansão da fronteira: heranças coloniais no pensamento sobre a contemporânea relação população-ambiente.

Resumo: O referencial de Fronteira, e de padrões regionais a ele associados, mostram-se historicamente importantes para reflexões sobre as relações entre população e ambiente, particularmente nos estudos sobre a Amazônia. Tal constructo, desdobrado dos movimentos coloniais de expansão territorial e adaptado ao contexto brasileiro, contribuiu para criar um arcabouço teórico sobre a ocupação do país. No artigo, discutimos se o modo de pensar a ocupação e o ordenamento territorial ainda hoje não reflete uma certa herança colonialista, e o que se perderia analiticamente ao abrir mão de tal referencial. Para tal, partimos da reflexão sobre a "fronteira clássica" e sobre a "fronteira contemporânea" tendo como suporte empírico os casos de Santarém e Altamira, no Pará, e centrando foco na bibliografia de População e Ambiente. Os entrelaçamentos apresentados apontam para as contradições inerentes às recontextualizações do conceito, mas também indicam sua pertinência – sobretudo se a fronteira é tomada como plural.

Palavras-chave: Fronteira; Amazônia brasileira; Colonização; População e Ambiente; Fronteira Agrícola; Ordenamento territorial.

1. Introdução

Torna-se inevitável ignorar o 'modelo' de fronteira quando se estuda a ocupação da Amazônia Brasileira, pois: a) ele é utilizado como conceito para pensar os significados da região no processo histórico de ocupação e formação do Estado brasileiro (Holanda, 2000, 2005; Mello, 2006; Musumeci, 1988); b) o termo aparece como elemento central de referências importantes que buscaram compreender o fenômeno da ocupação espacial e distribuição da população nos anos 1960-80 (e talvez um pouco antes), (Becker, 1988; Brondízio *et al.*, 2002; Martine, 1982; Martins, 1975; Schimink and Wood, 1984, 1992); c) seu uso extrapola o contexto original se estendendo a pelo menos parte da bibliografia atual sobre a região (Brondízio *et al.*, 2002; Cleary, 1993; Hecht, 2005, 2007; Little, 2001; Padoch *et al.*, 2008; Rindfuss *et al.*, 2007).
Os contemporâneos usos do termo para explicar processos/fenômenos observados na região, assim como algumas das possíveis críticas a tais aplicações, suscitam as questões motivadoras do presente artigo. Dentre a miríade de questões que se poderiam colocar, o artigo é orientado à reflexão do campo de População e Ambiente. Primeiramente, é possível dar conta da discussão atual sobre População e Ambiente na Amazônia sem recorrer ao arcabouço de fronteira, ou, mais especificamente, o que se perderia analiticamente ao abrir mão de tal referencial? Complementarmente, seria o termo (e a perpetuação de seu uso no contexto amazônico) reflexo de certa herança colonialista sobre o modo de pensar a ocupação e ordenamento territorial?

---

1 Pós-doutoranda do IPPRI/Unesp no Programa de Pós-Graduação TerritoriAL – thatartalha@gmail.com

2 Professor do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (FCA/Unicamp) e do Programa de Pós-Graduação em Demografia (IFCH/Unicamp), e pesquisador-colaborador no NEPO/Unicamp. – adantona@gmail.com

A reflexão se constrói a partir de grandes referenciais (ou marcos) teóricos – tendo em vista que o modelo de fronteira é primordialmente empregado para explicações regionais – contrapostas a experiências empíricas ao longo da última década em duas áreas de estudo entre os municípios de Santarém e Altamira, no estado do Pará (Figura 1 - Localização dos munícipios de Santarém e Altamira.). Em um primeiro momento, faz-se a reflexão sobre o que denominamos de "fronteira clássica". Depois, a reflexão sobre a "fronteira hoje", contemporânea. Tal organização do texto permite contrapor distintas abordagens e aplicações do conceito de fronteira: a primeira mais historiográfica e motivada pela busca de compreensão de largos processos de ocupação; e a segunda mais preocupada com o entendimento dos processos de distribuição, mobilidade e composição da população, as forças que os impulsionaram, e os reflexos na paisagem e no ordenamento territorial, tentando pensar seus desdobramentos. Por fim, são retomadas as questões centrais em uma discussão sobre a propriedade do uso do termo – o que se ganha e o que se perde com seu uso – e suas implicações[3].

Figura 1 - Localização dos munícipios de Santarém e Altamira.

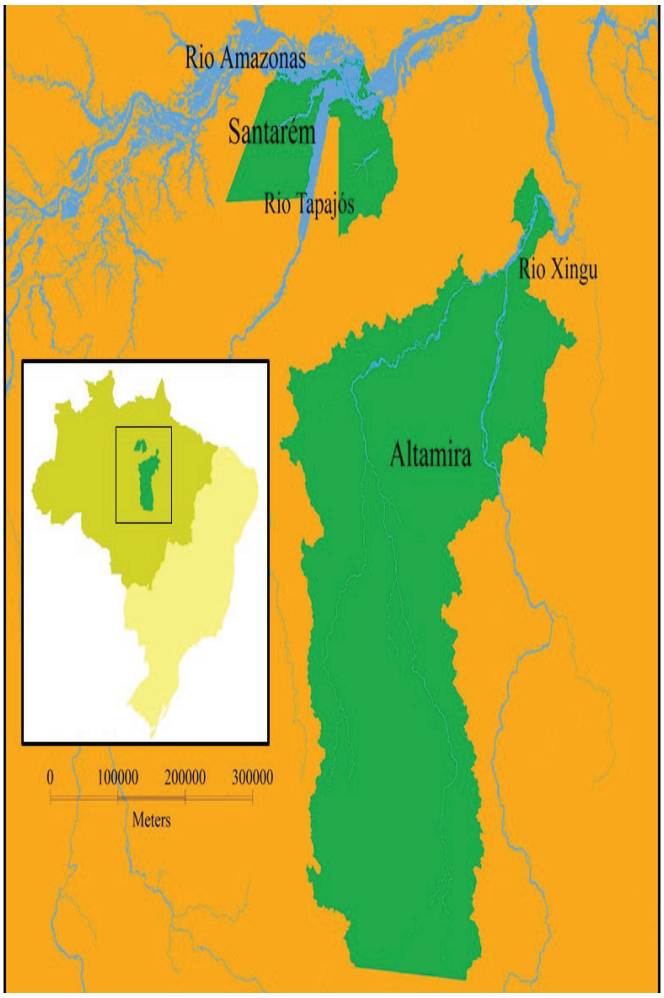

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do banco de dados georeferenciados do NEPO/Unicamp.

3 O artigo é produto do diálogo de seus autores a partir de suas pesquisas individuais: do projeto de pesquisa de doutorado intitulado *As fronteiras amazônicas: Dinâmicas populacionais pensadas a partir do estudo de estratégias de sobrevivência em três áreas urbanas da Amazônia brasileira* (FAPESP 2011/06034-9), de Thais T. N. Lombardi; e do projeto *População em Unidades de Conservação na Amazônia, 2010* (CNPq 312251/2013-0), de Álvaro de O. D'Antona.

2. A Fronteira 'clássica'

No processo histórico de ocupação do que hoje compõe o território brasileiro se colocou em evidência a exuberância dos biomas que se encontravam na colônia e das muitas possibilidades de uso da terra, da qualidade do ar, e da potencialidade econômica de seus produtos como a madeira, o cacau, e a castanha do Brasil, por exemplo. A visão do Brasil como éden a ser descoberto e conquistado perpassou toda a colonização e poderia ser resumida sob a nomenclatura de expansão da fronteira. Essa perspectiva é muito cultivada na historiografia e na sociologia brasileira e tem nos trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda (Holanda, 2000, [1979] 2005) uma das suas análises mais densas.

Parece-nos, no entanto, que esta concepção descreve o processo de ocupação como sinônimo do processo de avanço da fronteira, nomeando os espaços ainda não plenamente ocupados ou não plenamente descritos como fronteira. Tentando estabelecer um paralelo com os trabalhos de Turner (1921), Sérgio Buarque de Holanda e mais tarde Leonarda Musumeci (1988) passaram a utilizar a fronteira como paradigma para explicar a ocupação e expansão territorial no Brasil, pensando-a como estratégia geopolítica de ocupação do espaço enquanto transformação do mesmo através da criação de assentamentos humanos (militares, missões, vilas) e estabelecimento de atividades agrícolas e pecuárias.

A recuperação de trabalhos como os de Holanda também nos remete a um outro aspecto da fronteira em sua versão clássica que é o fato de que historiográfica e geograficamente a fronteira não descreve a Amazônia, mas sim um processo de ocupação espacial que concerne a um deslocamento populacional, processos de assentamento, e mudanças na paisagem, particularmente a conversão de paisagens naturais em áreas de plantio e criação animal. A fronteira é tanto em Holanda quanto em Turner uma narrativa sobre a construção de uma nação e os caminhos através dos quais a dimensão física, bem como alguns traços de caráter dessa população, se moldam. Por isso Turner se pergunta se é a fronteira o elemento chave para os Estados Unidos serem o que é, e por isso Holanda busca na expansão da fronteira os caminhos para descrever o processo de formação do território e do povo brasileiro.

Contudo, a fronteira pensada como esse matiz de entendimento do processo de ocupação e organização do espaço parece misturar dois processos distintos de ordenamento territorial. Um primeiro que diz respeito a uma primeira intenção da expansão da fronteira como projeto de colonização que inclui a busca não só por riquezas, mas igualmente por uma mão de obra que pudesse extraí-la e transportá-la. Enquanto em um segundo momento parece que há a entrada de um outro fator que é a criação de uma complexa rede de mercados que não mais buscam valor no produto em si, mas sim na transformação daquela matéria-prima para algo mais valioso. E se há uma divisão entre donos da riqueza e extratores-transportadoras dessa riqueza no primeiro momento, ela se acirra ainda mais com os processos de transformação que possibilitam gerar novos produtos e criar um mercado de manufaturas como expressa Winklerprins (2006) e Vicentini (2004) ao descreverem tais mudanças nas dinâmicas locais.

Nesse sentido, a descrição de Holanda sobre a constituição do "território nacional" se divide entre os espaços onde chega a tecnologia e a 'fronteira' onde está todo um grupo de população disperso e à margem dessa mudança. Se o mestiço, o caboclo, o mameluco, tinham um papel e uma função eles passam a ser personagens cada vez mais históricos na constituição e expansão da fronteira. Assim, mesmo nas teorias clássicas da fronteira os objetos e os desdobramentos revelam dois espaços, cuja ordenação territorial, embora dada por projetos expansionistas, tem conteúdos e desdobramentos distintos. Os usos e transformações da paisagem mais ou menos ligados à capacidade de se adaptar (utilização de rios e materiais locais) ou transformar (construção de estradas e trilhos de trem, aplicação da tecnologia para transformar os materiais locais) o espaço.

A fronteira era notoriamente distante do centro político e econômico, e dela se esperava que cumprisse duas funções: uma de marcar território e garantir que ele continuasse como parte de uma determinada colônia ou Estado; e outra de garantir fontes de geração de riqueza (fossem matérias-primas, fossem mão-de-obra). Por isso em todas as áreas de "fronteira" duas presenças eram marcantes: o controle militar e o simbólico. Por isso, em sua perspectiva mais clássica, a fronteira, representa uma versão da história do contato entre europeus e americanos. Uma versão cuja voz narrativa é representada pelos colonos e onde os povos indígenas e mais tarde a população negra aparece ora como coadjuvante, ora como inexistente. Fato que Holanda tenta reequi-

librar colocando a fronteira como sendo intrinsecamente a terra onde índios, brancos, caboclos, mestiços, e mamelucos, habitam.

Além de Holanda outros autores como Monteiro (Monteiro, 1994), e Hemming (Hemming APUD Kok, 2009), também fizeram trabalhos nos quais resignificam a fronteira, mostrando-a como espaço em disputas entre colonos e povos indígenas, entre os que chegavam e os que estavam na terra. Uma descrição de estratégias geopolíticas, de alianças e desavenças, com muitas perdas pelos últimos. Esses autores buscam trazer uma terceira fronteira, que marcava a disputa entre dois pontos de vista sobre o que era e de quem era, esse amontoado de terra, plantas e animais que hoje chamamos de Brasil. E enquanto a colônia estava dentro dos limites do domínio português as fronteiras eram as áreas de perigo habitadas por grupos populacionais que não aceitaram o julgo colonial, mas que eram também um celeiro de mão-de-obra. Por isso a fronteira é marcada igualmente por fortes e por igrejas, pela presença militar e dos jesuítas (mais fortemente), representando os limites de um aglomerado de pessoas, coisas, e lugares que são (ou estavam em vias de ser) subjugadas a um determinado poder e à determinadas práticas e organização social.

Além desse aspecto a fronteira funcionaria, para esses autores, como o espelho e a linha de frente da sociedade que está sendo gestada junto com a expansão da fronteira. Por isso a Amazônia parece ser sempre o éden (ou o inferno verde), cuja promessa da conquista parece não vencer a imensidão verde, e por isso ela permanece como fronteira. Assim pensando nessa imensidão verde, que permanece como fronteira, procuramos exemplos que elucidem os aspectos teóricos do conceito clássico de fronteira recortando duas áreas de estudo, cujos históricos de ocupação nos ajudam nessa tarefa: Santarém e Altamira, no estado do Pará. Para tanto vamos situá-las a partir da escolha de seu nome e localização para então desdobrar as análises.

Santarém nasce nos primeiros momentos da colonização portuguesa e a data de fundação da vila que lhe dá origem é de 1661 (Toledo, 2011; Vicentini, 2004; Winklerprins, 2006). Não surpreende que neste momento, ao longo de toda costa brasileira e um pouco do seu interior, outras vilas, no território que viria a ser o Brasil, também já estivessem sendo fundadas. A localização dessas vilas era motivada pela sua posição geográfica e também por aspectos políticos (proximidade a nações indígenas aliadas ou numerosas que poderiam, ao serem 'civilizadas' ser também mão-de-obra para a 'benfeitoria da colônia'). De modo que a vila dos Tapajós, nome derivado do povo habitante daquela área, é fundada na confluência dos rios Amazonas e Tapajós, marcada pela construção de dois elementos recorrentes na paisagem do domínio português sobre aquela área: um forte e uma igreja. O nome do povo também deu nome ao rio que desagua naquele ponto no Rio Amazonas.

O estabelecimento de uma vila naquela localidade era parte da estratégia de conquista territorial portuguesa que se organizava a partir de duas frentes: a presença e a dominação. Ambas se davam de forma real e simbólica, se expressavam na tentativa imediata de conversão dos grupos indígenas e no estabelecimento de marcadores da posse portuguesa. Um desses marcadores é o estabelecimento de uma prática de nomear as áreas 'conquistadas' em referência e homenagem aos colonizadores portugueses, nomeando as novas áreas com nomes de cidades e lugares de Portugal. A escolha dos nomes é também um tema de estudo interessante pois reflete a localidade de origem (ou as profissões e práticas de origem) dos colonizadores. É assim que foi atribuído em 1758 à Vila dos Tapajós, o nome de Santarém, cidade do norte português. Contudo, um aspecto importante da fundação de Santarém é sua função estratégica para promover uma vigilância e controle sobre tudo e todos que viessem do litoral para o interior ou vice-versa. Adicionalmente estabelecer-se à margem do rio, enquanto uma vila, ou seja, enquanto um grupo mais adensado de pessoas, faria com que fosse possível avistá-la do rio, e sua vista e seu nome ecoariam a posse portuguesa daquele espaço.

É a partir da vila, estrategicamente localizada, que se continua a expansão pelos afluentes e trilhas, utilizando-se do conhecimento dos povos indígenas. Bem como a busca por minerais, madeira, e quaisquer outros produtos que pudessem reverter em riqueza para Portugal. Assim, a vila se desdobrava em sua área imediata de produção de alimentos com a criação de animais e áreas agrícolas seguidas da imensidão do sertão. Quanto mais distante da vila, mais fora do domínio português. O ordenamento territorial sendo um emaranhado de vilas e pequenos povoados, circundados por áreas de produção de alimentos ou extração de produtos, interligadas por vias terrestres (precárias picadas e estradas) ou hídricas (rios principais e afluentes). Nesse sentido a fundação de Santarém e sua função como parte do processo de conquista e expansão territorial portuguesa não ecoa uma fronteira diferente daquela descrita por Holanda, mas ao contrário, faz com que ela esteja imersa na mesma

lógica. Ainda que Santarém expresse uma parte da fronteira, a parte que tinha um papel político-econômico importante regionalmente, agregando informações e produtos para depois enviá-los aos mercados que reverteriam tudo isso em riquezas para a metrópole.

Diferente desse cenário temos Altamira que assume a outra ponta do ordenamento territorial da fronteira 'clássica', com um papel menos central, mas não menos importante. A origem da vila de Altamira está documentada de forma mais detalhada em Umbuzeiro (Umbuzeiro, 1999), e remete, assim como Santarém a uma escolha logística. Havia duas aldeias que estavam exatamente nos pontos em que se poderia transpor a barreira de corredeiras do Rio Xingu. Uma localizada no ponto onde hoje está a cidade de Vitória do Xingu e outra onde hoje está a cidade de Altamira. Subindo o Rio Xingu a partir de sua foz se chegou primeiramente na aldeia onde está Vitória do Xingu e de lá se ia até a outra aldeia, situada entre igarapés (Ambé, Panelas, Altamira) através de picadas. A localidade onde foi fundada a vila de Altamira, chamada anteriormente de Ambé era habitada pelos povos Xipaia e Curuaia, cujo processo de "civilização" foi parte do processo de ocupação da região. Altamira, diferente de Santarém nasce como uma localidade de catequese e conversão de povos indígenas dado o número de grupos que habitavam e circulavam na região[4]. Embora houvesse um interesse geopolítico na localização da vila (o caminho entre Altamira e Vitória do Xingu era praticamente o único a contornar as corredeiras do Xingu e permitir o prosseguimento da viagem rio abaixo) o interesse em 'conquistar' mão-de-obra era maior naquela localidade.

Contudo, embora 'salvar almas' fosse o grande negócio em Altamira ela nunca teve a mesma importância geopolítica que Santarém. Ambas também desenvolveram uma atividade agrícola um tanto diferente daquela descrita por Holanda na expansão pelo sertão: uma preferência pelo estabelecimento da agricultura chamada de lavoura branca (cultura agrícola composta por arroz, feijão, milho e mandioca), e pela caça, deixando pouco espaço para a pecuária. Esse foi um marcador importante no processo inicial de ocupação e transformação da paisagem pois prescindia de uma maior interação com o ambiente e uma menor transformação das localidades.

A grande mudança na posição de Altamira acontece devido ao conhecimento dos afluentes do Xingu que permitiu que se iniciasse já em fins do século XIX a exploração da borracha na região. Nessa época os coronéis, donos de seringais, se estabeleceram na região e um deles o Coronel Gayoso decide mudar o nome da vila, dando-lhe o nome de uma região da Espanha, Altamira, que era reconhecida entre os homens de posses da época como uma região de importância cultural e histórica. A motivação principal sendo o fato de que a Altamira original, na Espanha, reconhecida por suas pinturas rupestres, ecoava o "primitivismo" da população autóctone desta nova Altamira, no Brasil.

E se a borracha possibilitou a entrada de Altamira em uma rota mais ampla da produção e circulação de mercadorias, ela não descaracterizou sua principal função que era ser um eixo de passagem, arregimentação, e distribuição de pessoas, já que dali as pessoas partem para os seringais nos afluentes do Xingu. E esta função se intensifica quando do início dos projetos de colonização que se promovem a partir das décadas de 1960 e 1970. Assim, surgidas a partir da expansão colonial portuguesa no Brasil, ambas as cidades mantêm o nome que o colonizador lhes imputou, ficando como herança de seu passado. Dos primeiros habitantes daquelas terras ficam os nomes dos rios (Tapajós, Ambé) e o conhecimento sobre a floresta, suas drogas e riquezas (a seringa, o cacau, a castanha, o tracajá, a andiroba, o ipê, a samaúma).

Todavia, com ciclos, como o da borracha e do ouro, sendo intermitentes e se esgotando, e com as mudanças políticas (proclamação da república, estabelecimento de um Estado Nacional), e econômicas que se desenrolavam, o Brasil adota uma nova estratégia de ocupação do território nacional: o discurso da fronteira como um discurso da igualdade de condições de "ter terra". Esse discurso na verdade vai marcar o momento da "expansão para o oeste" iniciada no governo Vargas e intentava a promoção da ocupação espacial sem um dispêndio direto do dinheiro e estrutura do governo[5] para a ocupação das "terras libertas". Essas terras seriam áreas que

---

4 Principalmente a circulação era marcante e representava a posição de Altamira como um importante eixo de passagem para os povos da região.

5 É interessante notar como neste momento a prática do "usucapião" é elevada como recurso máximo do determinante de direito à posse da terra nas áreas dentro do perímetro de das áreas de "expansão da fronteira", e como a autora trabalha esse assunto ao longo da análise sobre as "terras libertas".

embora dentro do território nacional estariam "vazias", desabitadas, não-utilizadas, mas principalmente, disponíveis aos cidadãos que desejassem tomar posse delas e nelas trabalhar.
A construção do imaginário das "terras libertas" e da localização das mesmas na fronteira era um artifício econômico e político muito interessante para o governo que: promovia uma rarefação da população no território, e ajudava a dissipar insatisfações com a estrutura fundiária existente; poderia (ou não) reverter em alguma produção lucrativa, mas no mínimo tornava "o mato" em área produtiva; e afastava os "selvagens"; e tudo isso sem grandes dispêndios financeiros do Estado. Por isso quando Musumeci (1988), e depois dela Becker (1985, 1988), Velho (1981), e Martins (1975, 1986), retomam a discussão da fronteira para pensar essa expansão da ocupação nos "vazios" do já território brasileiro, os personagens que se movem, distribuem, e organizam o espaço já estão descritos como classes (pequenos, grandes, e não-proprietários de terra), ou como pertencentes a uma unidade geográfico cultural (os nordestinos, os sulistas, os paulistas, os mineiros). E a fronteira assume outra imagem e delimitação geográfica, não é mais o sertão de Holanda, mas sim a Amazônia.
O traço marcante que fica da fronteira clássica são as potencialidades guardadas sobre o manto verde da floresta, imaculado, vazio, que está à espera de alguém as transforme em realidade. A fronteira era e continua a ser um espaço tanto limítrofe quanto de especificidades. Marcava a extensão territorial (primeiro do domínio colonial, e depois do Estado Nacional), e assim acompanhava o quantos esses "limites" se integravam às demais partes do Estado.
Por isso quando na segunda metade do século XX o Estado se apropria de uma ideia de fronteira para moldar seu projeto nacional, as interpretações sobre as delimitações e os significados da fronteira também se alteram e passar a ganhar um nome e uma localização: Amazônia. Assim, se na teoria clássica ela era 'parte' da fronteira, com os desdobramentos de processos geopolíticos, demográficos e culturais ela passa a representar a fronteira em si. De modo que é interessante analisar essa transformação da Amazônia de 'parte do conjunto' para 'representante do conceito' a partir de duas áreas cujos históricos de ocupação e distribuição e mobilidade da população são diferenciados, mas transmitem bem essa mudança. Por isso retomamos a seguir a análise a partir de Santarém e Altamira para entender essas mudanças.

3. Fronteiras hoje?

Com a localização, nomeação, e direcionamento dos fluxos populacionais dentro do território brasileiro desde a década de 1940 a conceituação e debate sobre a fronteira começam a ganhar novos contornos. Contudo, a "fronteira aberta" e as "terras libertas" da qual se ocupa Musumeci (1988), vão aos poucos se fechando de forma que cada vez mais o sertão se descola da ideia de fronteira e a floresta amazônica passa a ser o novo cenário da fronteira, a última área a ser "ocupada". Como Velho (1981) argumenta há uma apropriação pelo Estado da ideia da fronteira e uma sobreposição da fronteira à ideia de vazio, associada diretamente com a Amazônia. É Velho que dá o sinônimo da fronteira nesse momento: frentes de expansão e fronteira agrícola. A existência da floresta é por si só entendida não como uma prática de ocupação, mas sim sinônimo da própria falta de ocupação, o que justifica a ideia de um vazio a ser ordenado e ocupado que se constrói nesse momento. De maneira que a justaposição entre a Amazônia e a ideia de fronteira parece se perpetuar até as análises e trabalhos mais contemporâneos.
Martins (1975) procurando dar uma formulação conceitual à fronteira a situa como um processo de ocupação cujos sentidos são possíveis de serem refeitos a partir da recuperação dos fluxos de mobilidade da população que vão moldando o território brasileiro. Ambos e também Becker (1985) articulam um novo significado para a fronteira: ela não é mais um espaço fora ou na borda do território que deve ser integrado, o sertão, as "terras libertas"; ela é antes de tudo os vazios do território cuja ocupação consolida-o. Sendo assim, este projeto passa pela conquista dessa "última fronteira", desse último "vazio" do território nacional. Dois elementos passam a ser centrais para ocupação dessa área: a transformação da paisagem e a organização de um fluxo imigratório direcionado e contínuo para a área. E embora esses dois elementos estejam em atividade já na propaganda e incentivo da "marcha para o oeste" é só em fins da década de 1960 que esse projeto toma grandes proporções e impacto.

O Projeto de Integração e Consolidação (PIC) é o reflexo dessa apropriação da fronteira como marco das políticas de Estado. Ele consistia principalmente de obras de interligação rodoviária das áreas de ocupação antiga com as de ocupação recente (Centro-Oeste e Norte) que por sua vez impulsionaria o fluxo populacional para essas novas áreas, atraídas pela possibilidade de adquirir terra e conseguir trabalho (Schimink; Wood, 1984). Por isso entender esse fluxo e o que isso significava em termos da distribuição, organização e estrutura etária da população passou a ser o centro das preocupações dos pesquisadores. Por isso autores como Martine (1982), Sawyer (1996), e Aubertin (1988), buscam contextualizar essas novas perspectivas sobre a fronteira como fluxo de coisas, produtos e modos de produção que parecia se dirigir à Amazônia. A reestruturação local de um mercado de trabalho agrícola, vis-à-vis a formação de um grande contingente de pequenos produtores rurais trazidos para preencher os vazios subdivididos em lotes rurais.

De modo que Martine e Sawyer procuram em dois componentes da dinâmica demográfica, a migração e a estrutura etária, os elementos a orientar suas análises. Na perspectiva mais econômica de Martine, a fronteira que se abria teria seu limite quando sua capacidade de absorção de mão-de-obra também terminasse. E essa capacidade em muitas das "áreas de fronteira" estava intimamente ligado aos surtos econômicos que inchavam e esvaziavam grandes áreas rurais e urbanas, transformando-a completamente. A preocupação de Martine era com a capacidade de se alocar de forma fixa e sustentável os fluxos em cada uma das áreas que os recebiam. Nesse sentido, Albertin chama a atenção para o processo de ocupação desconectado e mal estruturado que se desenrolava na região com a concentração na produção agrícola e pecuária de base "tentativa e erro" e o pouco investimento em outros setores. Para ela era necessário que se houvesse um projeto de integração ele deveria ser dado pelo fluxo não apenas de pessoas, mas de infraestrutura, tecnologia e técnicas produtivas. Sem isso a fronteira estava fadada ao fracasso ou ao menos à estagnação.

Pensando nessa falta de infraestrutura outros autores como Sawyer (1996), Hall (1991), e Becker (1988) refletem sobre os sentidos do desenvolvimento que estão no centro dos grandes projetos que se implementavam nesse momento. A fronteira passa a ser apropriada de fora para dentro, e mencioná-la e entendê-la é fundamental também como crítica ao modelo político e econômico que se espraiava. A fronteira aberta é agora um espaço circunscrito pelas áreas ainda cobertas pela mata nativa. Desenvolver é apenas integrar a Amazônia à lógica que se espalhava nas demais áreas do país? Os problemas de emprego, demandas por reforma agrária, habitação, e geração de riquezas seriam resolvidos apenas se deslocando os insatisfeitos para as áreas de fronteira para que eles pudessem "fazer a vida" ocupando os "vazios" cheios de potencialidade da fronteira? Esses e outros autores argumentaram lá e também agora que não. O impulso dos fluxos populacionais desequilibrava a distribuição de sexo e idade ao longo dos eixos rodoviários onde os projetos de colonização (com sua produção agrícola, mineração, e pecuária), se estruturavam ao ser inicialmente marcado por um fluxo de homens em busca de terra e trabalho. Com o tempo esse fluxo é complementado por um fluxo familiar que vai se estabelecer na terra conseguida por aquele que foi primeiro. Esta nova fronteira é essencialmente rural nas atividades que promove e essencialmente desestruturada na sua organização que parte de um desconhecido cabal sobre aquele "vazio".

O desconhecimento dos participantes e dos promotores desses projetos somados à suntuosidade das obras marcam profundamente as análises da ocupação das áreas de fronteira como fica claro nas análises de Moran (1981) e Schmink e Wood (1984, 1992). Tomar a fronteira como referencial teórico era primordial pois representava um esforço intelectual em pensar nos termos que tanto o Estado quanto os envolvidos no processo se referiam àquele lugar. A fronteira fazia ainda mais sentido como elemento teórico para discutir projetos de colonização. E de novo aqui é uma narrativa que representa o total apagamento de todo um processo anterior de ocupação da Amazônia expulsando e até mesmo matando grupos populacionais (indígenas, ribeirinhos, seringueiros) que estavam nas áreas de implantação dos projetos de colonização. O "vazio" demográfico, produtivo, histórico, da Amazônia era também um produto do conceito do que era essa fronteira e estava intimamente ligado a um invisibilização de tudo que não fosse tido como desenvolvido e civilizado.

O "vazio" era antes um artifício para justificar um projeto de ocupação e organização social e produtiva de caráter impositivo e com característica particulares. Por isso a expansão da fronteira era a expansão de uma lógica de povoamento, ocupação, e produção a uma determinada área e portanto, enquanto essa expansão não se realizasse a área permaneceria como fronteira. O que em grande parte justifica a utilização atual da rubrica

"em áreas de fronteira" em análise que se referem a algumas áreas do Centro-Oeste, mas principalmente à Amazônia. E justifica também porque em muitos trabalhos ainda hoje há uma sobreposição entre falar sobre "áreas de ocupação recente" e "áreas de fronteira" já que se pressupõe que só se pode haver ocupação recente em áreas onde antes havia "vazios" o que por conseguinte significa áreas de fronteira. Assim como na fronteira clássica é também uma questão de invisibilizações e propagações de narrativas políticas e ideológicas.

De modo que com o fim dos grandes projetos de infraestrutura e colonização na década de 90 (embora eles nunca tenham sido totalmente abandonados) David Cleary (Cleary, 1993) decreta o fim da fronteira como conceito da ecologia/economia política que havia orientado as interpretações e análises das dinâmicas que foram objetos dos autores citados acima durante as décadas de 1970, 1980 e 1990. Se o Brasil já era um país moderno não poderia haver mais nele áreas ainda não plenamente incorporada à modernidade. Mas como tudo isso se expressou em termos práticos nas "áreas de fronteira"? Voltemos às nossas áreas de estudo para entender os meandros desse processo.

No item anterior foi referida a importância estratégica (logística e econômica) que Santarém ocupou na fronteira clássica e como Altamira esteve um pouco mais à margem sendo muito mais vista como celeiro de "salvação de almas". Ambas também tiveram uma ocupação similar com o extrativismo das "drogas do sertão", a ocupação a partir das vilas, e a subsistência dada pela lavoura branca e a caça. A concentração populacional da vila somada à dispersão muito mais daqueles que se ocupavam do extrativismo do que da lavoura branca. Os fluxos eram feitos via rios e muito lentos. Entretanto com os projetos de colonização isso tudo muda. Os projetos se compunham da construção de eixos rodoviários centrais dos quais partiriam eixos secundários que levariam até propriedades agrícolas e pecuárias, sendo que ambos os eixos (centrais e secundários) seriam permeados de estruturas urbanas escalonadas: as agrovilas, rurópolis, e os centros urbanos. Todo o projeto de colonização previa um continuum rural-urbano, perfeitamente ordenado como níveis de organização social e ordenamento territorial (Browder; Godfrey, 1997). E como todo projeto de colonização previa um grande fluxo de pessoas que ocupariam essa fronteira aberta, transformando seus usos e ocupações a partir da implementação de áreas agrícolas e pecuárias (Schmink; Wood, 1984).

Por isso as dimensões populacional e ambiental pareceram como elementos centrais nessas discussões e não por acaso grande parte dos trabalhos se ocupava em tentar elaborar ferramentas que pudessem analisar ao mesmo tempo as transformações no uso e ocupação da terra e as dinâmicas demográficas. Havia uma forte relação entre esses elementos dados pelo tipo de projeto imputado que tinha como elementos centrais: direcionar a mobilidade populacional e ordenar o território. Nesse projeto também Altamira e Santarém ocuparam lugares distintos. Embora as duas cidades tenham sido incorporadas dentro das malhas das rodovias centrais – a Transamazônica cortando Altamira e a Cuiabá-Santarém terminando em Santarém – elas tiveram incorporações distintas aos demais desdobramentos do projeto. Santarém com sua posição histórica de destaque e sua ocupação mais consolidada foi pouco impactada pela distribuição das vias secundárias e ordenamento do território entre lotes rurais e as escalas de urbanidade.

A presença de um tipo de ocupação do espaço amazônico consolidado a partir de transformações espaçadas no tempo foi mais forte do que a imposição estatal do ordenamento territorial. Com isso Santarém ficou de alguma forma à margem dessa nova fronteira, mas completamente integrada aos desdobramentos que vinham desde a fronteira clássica anterior – agora sujeita a novos surtos econômicos. A existência de um modo de ocupação tradicional também repercutiu na dinâmica populacional que se manteve conectada a região norte e ao entorno, motivada mais pelos deslocamentos via rio do que via estrada. Por este motivo Santarém não parece figurar entre os exemplos de áreas de expansão da fronteira pois sua consolidação entre centro regional e os desdobramentos de seu processo de ordenamento territorial foram muito mais influenciados por eventos externos e movimentos de mercado do que intervenções diretas de projeto de colonização do governo (Côrtes, 2012; Craice; Lombardi, 2014).

Um exemplo da participação diferenciada de Santarém nos desdobramentos da fronteira recente foi o pouco impacto que o ordenamento territorial e os fluxos populacionais tiveram durante os projetos de colonização, e ao contrário a participação ativa e as transformações na paisagem e na população que a expansão da agroindústria, em particular da produção da soja, causou na dinâmica local. Seguindo o histórico proposto por Toledo (2011), parece que a própria constituição de Santarém, ligada ao comércio e ciclos produtivos, fez com que

ela estivesse muito mais integrada – e por isso mais impactada – a transformações no mercado, do que sujeita a outras intervenções, mesmo que estatais e de grandes proporções. Nesse sentido, Santarém parece manter-se muito mais como uma fronteira clássica que se expressa pelos ciclos dos quais participa – a borracha, o ouro, e mais recentemente a soja.

Em uma análise mais atual, a consolidação de grandes propriedades monocultoras de soja, a fragmentação em pequenas propriedades e um certo desaparecimento das propriedades de tamanho médio, representam a transformação que se processou no espaço rural de Santarém. Tais transformações estão ligadas a um processo de expansão da agroindústria, que neste caso refletem a forma pela qual a soja passa a interferir na organização espacial e produtiva, também promovendo mudanças importantes na distribuição espacial da população com uma migração rural-urbano, e uma urbanização incipiente de algumas áreas rurais (Côrtes, 2012).

No entanto, na continuidade da análise das nossas áreas de estudo vemos que o menor impacto das frentes de expansão e fronteira agrícola, dada pela construção dos eixos rodoviários e de seu subsequente ordenamento territorial no contínuo rural-urbano, é ainda mais visível quando se compara a organização espacial de Santarém com Altamira. Enquanto a primeira tem traços característicos da ocupação da fronteira tradicional, com áreas urbanas e lotes rurais de tamanhos e disposições no território de formas díspares e sem óbvio desenho e ordenamento, a segunda é a representante ideal de uma organização prévia do espaço com seus lotes rurais, agrovilas, e pequenos centros urbanos distribuídos ordenadamente no território com forma e tamanho quase regulares.

Nesse sentido, a sede de Altamira, e toda a porção que se estrutura no eixo da Rodovia Transamazônica pode ser entendida como síntese (ou símbolo) da racionalidade que se propôs a ocupar um território tido como 'vazio'. Estão ali seus principais elementos: uma hierarquia de vilas (ou aglomerados) de distintos portes estrategicamente distribuídas ao longo do eixo viário que se abriu em meio à floresta; a própria malha viária, que com a Transamazônica e seus travessões visava integrar os produtores rurais (colonos imigrantes) recém colocados em seus lotes. A realização da conquista da fronteira – e por conseguinte seu fim – se dando com a consolidação e expansão desse modelo de ocupação agrícola-pecuária, baseada nos continuum rural-urbano. Havia uma outra necessidade inerente desta perspectiva de fronteira: ela deveria ser atrativa para um grande contingente populacional. É assim que um fluxo de pessoas se direcionou (por conta própria ou do governo) para esta área buscando a concretização da conquista do "vazio". Contudo, embora a consolidação do ordenamento espacial tenha se dado de alguma forma a expansão fracassou. A falta de conhecimento local dos recém-chegados e também dos planejadores parecendo ser a principal razão.

Altamira passou a ser o exemplo de "área de fronteira" que expressava toda a lógica da fronteira nos projetos governamentais e também todo o estudo de caso para a análise dos problemas desse conceito aplicado na prática. Sendo a herança mais triste dessa abordagem o fato de que foi a ideia de vazio que conduziu as análises sobre a região. Por algum tempo o conceito de fronteira, situado na Amazônia, se voltou quase que exclusivamente para a busca por entender quem eram os colonos que lá chegavam, como viviam, como suas atividades se relacionavam às mudanças ambientais – em particular desmatamento. Este foco expressando o apagamento quase total de uma história prévia de ocupação da região, se Altamira um dia fora uma vila cujo objetivo foi "salvar almas", ou extrair borracha, ela agora era toda voltada para pensar os colonos e suas subsequentes gerações.

De modo que transcorridas algumas décadas, se observa ali, do chão da estrada ou por uma imagem de satélite o conjunto de elementos originais e seus desdobramentos. Núcleos que se adensaram e se tornaram sedes de novos municípios; lotes parcial ou integralmente desmatados; unidades de conservação e terras indígenas (que se estendem ao sul, na Terra do Meio) a sinalizar um grande quadro de ocupação-desocupação; degradação-conservação ambiental. No emaranhado do desenho espacial atual, imposto ao lugar por uma lógica da fronteira imposta de fora para dentro, emerge uma nova racionalidade que está também retomando conhecimentos locais que aprendidos com o tempo (pelos colonos chegados com a Transamazônica) ou reaprendidos com as populações locais (povos indígenas, seringueiros, ribeirinhos), tem tornado a ideia de uma fronteira vazia um mito. As preocupações com o desmatamento, as mudanças na paisagem e na dinâmica demográfica levaram as análises a repensar quem está naquele lugar e como está, novos atores e novas dinâmicas emergiram e Altamira se estende hoje além da Transamazônica de das suas vicinais.

Ambas parecem polarizadas na atualidade por uma divisão entre pequenas propriedades onde vigora a agricultura familiar e grandes propriedades voltadas para a produção de commodities, intermediadas por espaços peri-urbanos (D'Antona; Vanwey; Ludewigs, 2011; Ludewigs *et al.*, 2009; Vanwey; Guedes; D'Antona, 2012).

4. Fronteira, uma herança colonial?

Este texto se propôs a refletir primeiramente, se é possível dar conta da discussão atual sobre População e Ambiente na Amazônia sem recorrer ao arcabouço de fronteira, ou, mais especificamente, o que se perderia analiticamente ao abrir mão de tal referencial? E complementarmente, pensar se seria o termo (e a perpetuação de seu uso no contexto amazônico) reflexo de certa herança colonialista sobre o modo de pensar a ocupação e ordenamento territorial? Começamos a responder nossas perguntas a partir da segunda para se chegar à primeira, dividindo a fronteira em duas: uma que representaria sua versão clássica e outra que representaria sua versão recente (não necessariamente contemporânea).

A fronteira clássica seria assim um elemento da herança colonial, um construto político e ideológico que marca os limites do domínio colonial e das áreas sobre as quais se intenta expandir o domínio. Nessa concepção geopolítica de fronteira ela pode ser traduzida como tudo que esteja fora da colônia e do mundo ocidental, tudo o que não seja civilizado. Na fronteira se "salvam almas" e se realiza o projeto civilizador de instituição de marcadores territoriais (fortes, igrejas, vilas) considerados como símbolo da chegada da civilização. Ela é composta de fluxos dispersos e não-condicionados, esporádicos, de tamanho e intensidade variável. Embora nas teorias clássicas haja um reconhecimento da diversidade de povos que compõe a fronteira ela é usada como um argumento para ajudar a compor 'a população brasileira' como grupo populacional gestado na mestiçagem e de certa forma reverberando 'em um só povo', diverso, mas um único.

Com isso há apenas uma linha histórica que se sustenta que é aquela começada a partir da colonização. Abandonar essa fronteira clássica é abandonar a possibilidade de trazer para a luz as relações entre os diferentes grupos na fronteira, porque se já conhecemos bem um deles – o colonizador – desconhecemos muito ainda os demais grupos e as relações entre si e os usos e disputas sobre o lugar. Seria mais frutífero então não o abandono da fronteira, mas a sua expansão semântica para incorporar os dois pontos de vista e as duas intencionalidades que se encontram na fronteira.

Diferente desta concepção da fronteira clássica, mas desdobrada dela estaria a fronteira recente. Ela ainda se refere àquilo que está a margem, ou não está plenamente integrado (integração via estrada, escolha das vias principais), contudo contida e circunscrita em um território. O marco inicial do rompimento entre essas duas concepções de fronteira se dando em virtude da fronteira recente recortar partes do território brasileiro, e centralmente a Amazônia. Adicionalmente a mudança entre essas fronteiras acontece na apropriação do conceito pelo Estado como objeto a ser ocupado e transformado. E se a ideia da conquista e da "terra liberta" era constituinte da fronteira clássica, os grandes projetos e o planejamento de uso e ordenamento territorial são a marca dessa fronteira mais recente. Por isso muitos autores atribuem o fim dos grandes projetos e das grandes intervenções estatais ao fim dessa fronteira recente, mas será que a fronteira morreu? Se nós a pensássemos na forma pela qual ela foi concebida como expansão do capital e das formas de produção e organização capitalista sobre vazios talvez sim, uma vez que se reconhece hoje que não há (nem nunca houve) tais vazios. Contudo, se mantermos a fronteira como um arcabouço que pensa o desenvolvimento do mercado vis-à-vis as dinâmicas populacionais, refletindo em mudanças na paisagem e no ordenamento territorial não podemos descartar a fronteira como arcabouço.

Tentativamente também poderíamos pensar que ao fazer essa escolha por pensar a fronteira hoje como este arcabouço para analisar e estudar o desenvolvimento do mercado vis-à-vis dinâmicas populacionais e mudanças no uso e ocupação do solo podemos voltar a desvincular a Amazônia da fronteira. Pois se a fronteira hoje tem seus fluxos orientados pela disponibilidade de vagas de emprego, de investimento público em infraestrutura, e privado em commodities, ela não circunscreve mais a Amazônia, mas sim toda e qualquer área a qual seja possível vincular a organização de tais fluxos. A fronteira novamente se encontra menos territorializada em um local específico e mais territorializada em situações e relações específicas. Nesse sentido a discussão sobre

População e Ambiente na Amazônia poderia também se dar fora do arcabouço da fronteira quando interessada em dinâmicas e contextos que não precisam estar referenciados como fronteira, já que a própria fronteira se desterritorializa. O entendimento do processo de ocupação, de urbanização, de mudanças na estrutura etária, ou da mobilidade podem recortar apenas o espaço que se quer analisar, podendo ser uma escolha circunscrever isso no arcabouço da fronteira ou não.

Se a fronteira recente pode ter sua expansão entendida como expansão do capital (Martins, 1975; 1986), ou se foi vista como uma tentativa de conversão de potencialidades em realidades (Becker, 2013; 1988), ela é também, cada vez mais a expressão de um embate entre grupos cujos objetivos e intenções são estritamente diferentes. Usar a fronteira como arcabouço pode ser sim o reconhecimento de um dos lados da narrativa em detrimento do outro, mas talvez ao se analisar um dos lados da narrativa se consiga abstrair intenções e características que ajudem não só a entender como o processo se deu, mas também como ele deve ser feito dali em diante. Escolher pela utilização da fronteira (ou não) como arcabouço seria, no limite, partir do olhar do colonizador (ou do colonizado). Contudo, essa não é uma pintura tão simples por que dentro de cada narrativa se encontraria outras disputas e intencionalidades que trazem reflexos distintos para a compreensão da paisagem e dos usos da terra.

Portanto, a fronteira pode ser percebida como elemento político, que justifica apropriações e usos do território se manteve desde o período colonial até a atualidade, sendo uma herança colonial que permanece até a atualidade embora em novas vestimentas. Nesse sentido, manter a perspectiva da fronteira é por um lado manter o discurso civilizatório e unilateral colonial e as ações decorrentes dele, e por outro é uma ferramenta de enfrentamento desse próprio discurso e ação. De modo que a fronteira é também uma herança de narrativa colonial sobre a gestação de uma nação, seu povo, e seu território. Nesse processo são apagadas narrativas importantes de numerosos grupos que se perdem ou são obrigados a se misturar para que sobrevivam, grupos esses que hoje começam a se estruturar politicamente para que se reconheça não só seu território, mas também sua língua, seus costumes, e suas histórias. Sua contribuição ao conhecimento do território que hoje é delimitado como o Brasil também aos poucos está sendo reconhecida.

Ao largo dessas populações anteriores à colonização, a própria expansão da fronteira e os contextos político e econômico que a acompanham geraram outras formações de grupos cujas práticas e estratégias de uso e ocupação do espaço são distintas como os seringueiros e os quilombolas. Aos poucos esses grupos têm sido reconhecidos, e os processos de ordenamento do território tem sido revisto não apenas em termos das expulsões e retomadas, mas também no próprio processo de transformar as áreas e promover diferentes usos.

O que nos leva a pensar que a fronteira, vista contemporaneamente deve se permitir ser plural para que possa ser trabalhada a partir de diferentes pontos de vista e narrativas, permitindo entender a passagem do tempo e os diferentes contextos, particularmente quando atribuída a uma região com tamanha diversidade quanto a Amazônia. Pois se a Amazônia é uma fronteira perene (Little, 2001), a fronteira é muito além da Amazônia um construto plural e situacional, útil para se entender presente e passado, e para se ouvir as diferentes vozes e elementos que o compõem.

Bibliografia

AUBERTIN, C. (1988) "Industrializar as fronteiras?" In AUBERTIN, C; BECKER, B. (eds.), *Fronteiras,* Brasília/Paris: Editora Universidade de Brasilia/ORSTOM, pp. 215–230.

BARBIERI, A. F.; MONTE-MÓR, R. L. M.; BILSBORROW, R. E. (2009) "Towns in the jungle: exploring linkages between rural-urban mobility, urbanization and development in the Amazon." In DE SHERBINIIN, A. et al (eds) *Urban Population-Environment Dynamics in the Developing World: Case Studies and Lessons Learned,* Paris: Committee for International Cooperation in National Research in Demography (CICRED), pp. 248–279.

BARBIERI, A. F.; PAN, W. K. (2013) "People, Land, and Context: Multilevel Determinants of Off-farm Employment in the Ecuadorian Amazon". *Population, Space and Place,* 19 (5), p. 558–579.

BECKER, B. (2013) *A Urbe Amazônida,* Rio de Janeiro: Editora Garamond.

BECKER, B. (1985) "Fronteira e urbanização repensadas". *Revista Brasileira de Geografia,* 47 (3/4), pp. 357–371.

_____. (1988) "Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira". In AUBERTIN, C; BECKER, B. (eds) *Fronteiras,* Brasília/Paris: Editora Universidade de Brasilia/ORSTOM, pp. 60–90.

BRONDÍZIO, E. S. *et al.* (2002) "The Colonist Footprint. Toward a conceptual frameworkof land use and deforestation trajectories among small farmers in the Amazon frontier". In WOOD, C. H.; PORRO, R. (eds) *Deforestation and land use in the Amazon,* Gainsville: University of Florida Press, pp. 133–161.

BROWDER, J. O.; GODFREY, B. J. (1997) *Rainforest cities: Urbanization, development, and globalization of the Brazilian Amazon,* New York: Columbia University Press.

CLEARY, D. (1993) "After the Frontier: Problems with Political Economy in the Modern Brazilian Amazon". *Journal of Latin American Studies*, (25), pp. 331–349.

CÔRTES, J. C. (2012) *Mobilidade e redistribuição populacional em Santarém, Pará: recente reconfiguração do meio rural na Amazônia.* Dissertação de mestrado, Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

CRAICE, C.; LOMBARDI, T. T. (2014) *Mobilidade e fronteira em duas áreas da fronteira amazônica – Lucas do Rio Verde (MT) e Santarém (PA)***.** XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais**...São Pedro: ABEP.

D'ANTONA, A.; VANWEY, L.; LUDEWIGS, T. (2011) "Polarização da estrutura fundiária e mudanças no uso e na cobertura da terra na Amazônia". *Acta Amazonica,* 41 (2), pp. 223–232.

GUEDES, G.; COSTA, S.; BRONDÍZIO, E. (2009) "Revisiting the hierarchy of urban areas in the Brazilian Amazon: a multilevel approach". *Population and environment,* 30 (4-5), pp. 159–192.

HALL, A. (1991) *Amazônia: Desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás,* Rio de Janeiro: Zahar Editora.

HECHT, S. B. (2005) "Soybeans, Development and Conservation on the Amazon Frontier". *Development and Change*, 36 (2), pp. 375–404.

HECHT, S. B. (2007) "Factories , Forests , Fields and Family : Gender and Neoliberalism in Extractive Reserves". *Journal of Agrarian Change,* 7 (3), pp. 316–347.

HOLANDA, S. B. de. (2000) *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil,* São Paulo: Brasiliense/Publifolha.

_____. [1979] (2005) *Caminhos e Fronteiras,* São Paulo: Companhia das Letras.

KOK, G. (2009) "O protagonismo indígena na fronteira amazônica". *Estudos Avançados*, 23 (67), pp. 318–322.

LITTLE, P. (2001) *Amazonia: Territorial struggles on perennial frontiers*, Baltimore, Maryland: The John Hopkins University Press.

LOMBARDI, T. T. DO N. (2014) *A(s) fronteira(s) amazônica(s). Dinâmicas populacionais pensadas a partir do estudo de estratégias de sobrevivência em três áreas urbanas da Amazônia brasileira.* Tese de doutoramento, Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

LUDEWIGS, T. *et al*. (2009) "Agrarian Structure and Land-cover Change Along the Lifespan of Three Colonization Areas in the Brazilian Amazon". *World Development*, 37 (8), pp. 1348–1359.

MARTINE, G. (1982) "Expansão e retração do emprego na fronteira agrícola". *Revista de Economia Política,* (2-3), pp. 53–76.

MARTINS, J. DE S. (1975) *Capitalismo e tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária*

no Brasil, São Paulo: Editora Pioneira.

MARTINS, J. DE S. (1986) *Os camponeses e a política no Brasil: lutas sociais no campo e seu lugar no processo político,* Petrópolis: Editora Vozes.

MELLO, N. A. (2006) *Políticas Territoriais na Amazônia,* Campinas: Annablume.

MONTEIRO, J. M. (1994) *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo,* São Paulo: Companhia das Letras.

MORAN, E. F. (1981) *Developing the Amazon,* Bloomington, EUA: Indiana University Press.

MUSUMECI, L. (1988) *O mito da terra liberta: colonização espontânea, campesinato e patronagem na Amazônia oriental,* São Paulo: Vértice/Editora dos Tribunais/ANPOCS.

PADOCH, C. *et al.* (2008) "Urban Forest and Rural Cities: Multi-sited Households, Consumption Patterns, and Forest Resources in Amazonia". *Ecology & Society*, 13 (2), article 2.

RINDFUSS, R. R. *et al.* (2007) "Frontier Land Use Change: Synthesis, Challenges and next steps". *Annals of the Association of American Geographers,* 97 (4), pp. 739–754.

SAWYER, D. (1996) "População e meio ambiente na Amazônia brasileira". In MARTINE, G. (ed.) *População, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Verdades e Contradições,* Campinas: Editora da Unicamp, pp. 149–170.

SCHIMINK, M.; WOOD, C. H. (eds.) (1984) *Frontier expansion in the Amazon,* Gainesville (FL): University of Florida Press.

SCHMINK, M; WOOD, C. H. (eds) (1992) *Contested Frontiers in the Amazon,* New York: Columbia University Press.

TOLEDO, M. (2011) "Os processos de modernização agrícola na região amazônica: transformações recentes na dinâmica produtiva do município de Santarém (Pará)". *Geosul,* 26 (52), Pp. 77–97.

TURNER, F. J. (1921) *The frontier in the American history*, New York: Henry Holt and Company.

UMBUZEIRO, U. M. (1999) *Altamira e sua história,* Altamira: Prefeitura Municipal de Altamira.

VANWEY, L. K.; GUEDES, G. R.; D'ANTONA, A. O. (2012) "Out-migration and land-use change in agricultural frontiers: insights from Altamira settlement project". *Population and environment*, 34 (1), pp. 44–68.

VANWEY, L.; VITHAYATHIL, T. (2013) "Off-farm Work among Rural Households: A Case Study in the Brazilian Amazon". *Rural Sociology*, 78 (1), pp. 29-50.

VELHO, O. G. (1981) *Frentes de expansão e estrutura agrária,* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

VICENTINI, Y. (2004) *Cidade e História na Amazônia,* Curitiba: Editora UFPR.

WINKLERPRINS, A. M. G. A. (2006) "Jute cultivation in the Lower Amazon , 1940 e 1990 : an ethnographic account from Santarém, Pará, Brazil". *Journal of Historical Geography,* 32, pp. 818–838.

Ribeirinhos insulares, tempo e práticas econômicas: contribuição aos estudos socioambientais na Amazônia Oriental

João Luiz da Silva Lopes[1]

Lana Claudia Macedo da Silva[2]

Resumo: O estudo propõe-se a compreender e explicitar as especificidades dos ribeirinhos, referentes a sua produção social (material e simbólica) relacionada ao *tempo ecológico* e sua interação com outras lógicas temporais e econômicas. Na intenção de poder contribuir com a desconstrução e superação da idéia que concebe este segmento como população preguiçosa, isolada e em atraso espacial e temporal. A perspectiva da complexidade orientou a percepção sobre a realidade investigada, a partir de pesquisa qualitativa. Conclui-se que os valores culturais, as simbologias, as condições naturais, os equipamentos técnicos, influenciam na organização socioambiental e orientam a realização das práticas produtivas. Menciona-se a necessidade da construção de uma abordagem complexa que permita a percepção da co-existência, da tensão, do antagonismo, do conflito e da complementaridade, entre os vários tempos e lógicas econômicas.

Palavras-chave: ribeirinho, tempos, práticas econômicas, ambiente, complexidade.

1. Introdução

As reflexões contidas neste trabalho, de acordo com a perspectiva que sigo, considera as relações dinâmicas e, portanto, não redutíveis às estruturas formais de explicação, procuram contribuir com o debate sobre o futuro do modo de vida ribeirinho, a partir de uma experiência concreta e recorrente que tem possibilitado a interação da bio-socio-diversidade nos contextos temporais e espaciais amazônicos. Procurando, também, avançar na superação das dicotomias entre cultura x natureza; atrasado x avançado; tradicional x moderno; tempo ecológico x tempo do relógio; produção para o mercado x produção para subsistência, etc.

Desse modo, o estudo enfatiza a questão temporal relacionada às práticas econômicas. Entendendo-se que a análise sobre o tempo traz as marcas da história, das tensões, das incompatibilidades, das contradições e dos conflitos inerentes a todo grupo social. Assim, a categoria tempo analisada na perspectiva das ciências sociais possibilita a apreensão das complexidades da realidade sociocultural jamaciense.

A perspectiva da complexidade, para a qual o conhecimento é concebido como um processo multidimensional, marcado pela multiplicidade, pela diversidade e pela complementaridade, orienta a nossa percepção sobre a realidade investigada.

É, então, nessa perspectiva que tratarei de um estilo de vida ribeirinho, a partir de uma experiência socioambiental complexa. Numa situação em que as relações sociais encontram-se imbricadas com os ritmos ecológicos, devido à intensa relação cotidiana com o meio ambiente físico, a que chamarei de *tempo ecológico*. A influência do tempo ecológico imprime certa especificidade na lógica temporal desse segmento social, em relação à

---

1 Graduado em Ciências Sociais (1997), Especialista em Produção Familiar Rural e Ciências Sociais (1999) e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Pará (2006). Coordenador do Curso Técnico em Meio Ambiente da Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental, Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira de 2007 a 2011. Professor da Secretaria Municipal de Ensino de Belém-SEMEC e da Universidade do Estado do Pará. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Ambiental. joaolslopes@bol.com.br

2 Doutora em Sociologia. Professora Adjunta I e Diretora de Desenvolvimento e Ensino/DDE da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Vice líder do grupo de Pesquisa Gênero, Sexualidade, Educação e Gerações. Coordenadora do Projeto de Pesquisa "Violência contra a Mulher: Estudo de caso realizada na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher no município de Belém, Pará". Coordenadora do Programa de Extensão Mulheres nas Trilhas da Amazônia: Educação Popular, Saúde e Cidadania/PROEXT/MEC/UEPA. lanacmacedos@gmail.com

lógica econômica capitalista, que é baseada no tempo do relógio e não considera os limites dos recursos naturais nem as conseqüências ecológicas.

É neste sentido que se problematiza a possibilidade de essa categoria *tempo ecológico* contribuir para a constituição de um saber ambiental, proporcionando a regulação da produção e orientando um comportamento tecnológico compatível com a sustentabilidade. Porém, é preciso deixar claro que não se pode conceber a relação entre a lógica temporal "moderna" da economia capitalista e a lógica temporal "tradicional" da pequena produção ribeirinha, apenas como excludente e sim numa perspectiva complexa, que permita a explicitação das relações socioambientais entre os jamacienses, entre eles e o meio ecológico e entre eles e a sociedade regional, numa visão de processo, considerando as relações históricas de conflitos. A fusão dessas duas lógicas vivida pelos jamacienses, numa relação de tensão, conflito e complementaridade, sugere a postulação de uma nova racionalidade socioambiental.

A partir de observações diretas e através de estudos sobre as populações ribeirinhas como Castro (1999); Conceição (2001); Hiraoka (1993); Leitão (1997); Maybury-Lewis (1997); Moreira (2002) e Simonian (2004) dirigi a atenção à lógica de organização social dessas populações relacionada ao tempo ecológico/natural, a qual apresenta especificidades em relação à lógica econômica capitalista baseada no tempo mecânico/cronometrado, visando à produtividade, ao lucro e à acumulação.

Um elemento que justifica a escolha do local é que o município de Belém é formado por 69,42% de área insular, constituída de 42 ilhas. Desse conjunto, a Ilha de Paquetá é a sétima maior com 715,83 hectares (Prefeitura Municipal de Belém, 1999).

A escolha da comunidade do Jamaci na ilha de Paquetá, localizada no município de Belém, ocorreu por razões consideradas relevantes do ponto de vista teórico e prático. A abordagem da pesquisa privilegia a experiência sócioambiental concreta desse pequeno agrupamento social de setenta e cinco moradores - formada por um grupo de dezessete unidades domésticas[3], distribuídas ao longo das margens do igarapé - a partir de um trabalho de campo de natureza qualitativa.

2. Abordagem teórica

Num sentido mais geral, pode-se dizer que os atuais moradores do Jamaci são resultantes de um processo de miscigenação que teve início com a chegada dos europeus e, posteriormente, de escravos negros africanos, que dão início à gestação de uma população não indígena, a mistura dessas três etnias (índio, negro e branco), comumente denominada de *cabocla.* Mas este termo, segundo Lima (1999), deve ser entendido como uma categoria social empregada com base no reconhecimento de que a população rural amazônica compartilha um conjunto de atributos comuns, mas não é uma categoria homogênea e, sim, uma abstração.

Essa população também vem sendo identificada pelo termo *ribeirinho*, por habitarem as margens dos rios, neste caso ilha e igarapé, desenvolvendo atividades aquáticas, florestais e em alguns casos agrícolas, segundo Hiraoka (1993). Essa é a definição que melhor expressa a situação jamaciense. Portanto, *ribeirinho*, neste trabalho, caracteriza um segmento social que interage com as águas (rio/igarapé) e seus recursos cotidianamente, de forma combinada com os recursos da floresta (várzea), dispondo de um conhecimento e representações sobre o ambiente em que vivem. Ou seja, não é apenas o fato de morar na beira do rio que caracteriza essas pessoas enquanto *ribeirinho*.

Castro (1999: 36), ao analisar os processos de trabalho na Amazônia, menciona que os ribeirinhos:

[...] apóiam-se nos saberes sobre o tempo, as marés, os estoques e cardumes, as fases da lua e a ação das chuvas, para explicar seus processos de trabalho, a lógica de suas técnicas de captura e a invenção de sua vida social. O rio e o ciclo de águas são incorporados como dimensão fundamental da vida entre os *povos das águas* da Amazônia.

---

3 Por unidade doméstica consideram-se as pessoas que vivem numa determinada residência. A não utilização da noção "grupo doméstico", se justifica pelo fato de que na situação analisada, boa parte das residências, não se constituem em unidades de produção e consumo.

É a partir desta perspectiva que consideramos uma cultura baseada numa racionalidade específica, que tem sobrevivido no espaço e no tempo amazônicos, contrariando certas teorias que prevêem seu desaparecimento. A situação ribeirinha demonstra a necessidade de superação de análises simplistas que consideram essas realidades algo absolutamente regido pelas leis do capital, predestinadas a um futuro comum, e desafia a construção de um referencial alternativo que possibilite apreender e explicitar as peculiaridades sociais e culturais desse segmento social, abordando-o numa perspectiva complexa em que se possam pensar as várias possibilidades, no sentido de incorporação, de modificação, de destruição, de reinvenção e outras.

Ao invés de uma análise macroestrutural, baseada numa leitura evolucionista da penetração e expansão do capitalismo no meio rural-ribeirinho, que preconiza o desaparecimento desses modos de vida, optei por estudos empíricos sobre essas realidades concretas, as quais recolocam ou reavivam questões aparentemente superadas.

A noção de mercado neste trabalho é baseada na concepção de Zelizer (1992), a qual procura desconstruir a idéia de mercado ilimitado, questionando a autonomização e a diabolização do mercado. Além disso, sugere o modelo dos "mercados múltiplos", que procura superar a dicotomia entre processos econômicos, relações sociais e valores, ou seja, que há uma relação complexa, onde são criados, de forma dinâmica, novos modos de troca e repartição.

Neste trabalho, a noção de *tempo ecológico, natural ou cíclico* está relacionada à interpretação de Evans-Pritchard (1978), segundo o qual essa noção é derivada das relações com o meio ambiente. Isto é, trata-se da influência e não de determinação do meio natural sobre os ribeirinhos. Segundo Cunha (2000), que estudou a relação entre tempo natural e tempo mercantil na pesca artesanal, este tempo (ecológico ou natural) se expressa na relação estabelecida com a natureza. Ou seja, no modo como a natureza se impõe e concomitantemente é apropriada pelo pescador/ribeirinho, munido de tecnologia artesanal e conhecimento sobre o ambiente. Portanto, a aceitação de categorias como *tempo ecológico/natural* não significa, de forma alguma, a naturalização dos aspectos sociais e culturais. E sim a possibilidade de se pensar outras formas de relacionamento com o ambiente físico.

Diferentemente da noção de *tempo mecânico ou tempo do relógio* que, segundo Thompsom (1984), refere-se a uma consciência temporal que não utiliza como referência os fenômenos ecológicos ou naturais para a realização de atividades, está mais diretamente relacionada às atividades industriais.

Num sentido mais amplo, o *tempo* é uma construção social com significado variado nas diversas sociedades e no seio de cada uma delas, de acordo com os diferentes grupos e contextos. Como sugere Elias (1993), o tempo deve ser compreendido no contexto social onde é produzido e em interação com outros elementos da vida social.

Morin e Kern (2003: 148), se referem a constituição de um espaço-tempo planetário complexo:

O que constitui a própria originalidade no século XX, a constituição de um espaço-tempo planetário complexo em que as sociedades tomadas num mesmo tempo vivem tempos distintos: tempo arcaico, tempo rural, tempo industrial, tempo pós-industrial etc. Tudo isso deve levar-nos a romper com a idéia segundo a qual, daqui para a frente, devemos alinhar todas as sociedades no tempo mais rápido, o tempo cronometrado, o tempo ocidental. Isto deve levar-nos, antes, a viver a complementaridade dos distintos tempos, a conter a invasão do tempo cronometrado, a desacelerar o tempo ocidental.

A noção de sustentabilidade está sendo entendida numa perspectiva mais ampla, segundo a qual se pode considerar que uma sociedade seja sustentável "à medida que os processos fundamentais de produção e reprodução ecológica, social, econômica e cultural funcionem" Diegues, (2000: 91).

Nesse sentido compreende-se a sustentabilidade como um certo equilíbrio na relação entre os grupos sociais, suas práticas e representações, os territórios e as fontes de reprodução da vida, as técnicas, como assinalam Lima e Pozzobon (2001: 206):

A pressão de uso que um grupo social impõe ao meio ambiente é determinada por uma combinação de fatores de ordem territorial e geográfica (densidade populacional e condições de transporte e comunicação), econômica (orientação econômica, incluindo as tecnologias de exploração dos recursos naturais, e dependência em relação ao mercado) e cultural (cultura ecológica e demandas sociais).

3. Tempo ecológico e práticas produtivas

Os jamacienses organizam suas práticas produtivas a partir de uma combinação entre a *tiragem* (coleta) do açaí, a pesca de camarão, a pesca de peixe e a criação de pequenos animais, como atividades principais - uma economia mista. Segundo Castro (2000: 169), esse procedimento é recorrente entre esses segmentos sociais para se garantir a reprodução do grupo:

Essa adaptação a um meio ecológico de alta complexidade realiza-se graças aos saberes acumulados sobre o território e às diferentes formas pelas quais o trabalho é realizado. Suas atividades apresentam-se complexas, pois constituem formas múltiplas de relacionamento com os recursos, e é justamente essa variedade de práticas que assegura a reprodução do grupo, possibilitando também uma construção da cultura integrada à natureza e formas apropriadas de manejo.

Embora todas sejam importantes, a principal fonte de renda e alimento é o açaí, no período da safra, ou seja, no *verão*, atividade que passo agora a tratar.

Produção de Açaí

Se o açaí é o produto mais importante, pelo menos no verão (de julho a janeiro), há a necessidade de um mato (terreno, lote) para o desenvolvimento da atividade. Em todas as unidades domésticas pessoas coletam açaí, inclusive os não residentes, que permanecem com os matos principalmente por causa do produto. E durante a safra colocam alguém pra "*tomar conta"*, ou seja, residir no local.

Por isso, o mato se constitui num dos elementos essenciais para a reprodução dos grupos domésticos. Mas nem sempre um mato grande, para os padrões locais, significa maior produtividade. Isso pode ser explicado pelo fato de a maioria dos açaizais não ser resultado apenas de plantações ou de um manejo mais intensivo: as árvores nasceram pela ação dos pássaros como o sabiá, o periquito, o papagaio... que exercem a função de verdadeiros semeadores, ingerindo e depois dispersando as sementes em outros locais.

A produção de açaí depende do tamanho do mato, do tratamento (manejo) que esse recebe, da composição, tamanho e densidade de outras espécies, com as quais o açaizeiro concorre/compete. Embora seja uma espécie nativa, os moradores sabem que necessita de alguns cuidados, um certo cultivo, por isso chegam a plantar árvores de açaí em áreas onde não havia.

Grossmann (2004), concebe a construção e utilização dos sistemas de manejo como um processo de observação empírica das práticas adotadas pelos produtores ao longo de gerações que habitam a região, considerando as condições naturais e a relação com o mercado.

Em todos os *matos* jamacienses é realizado algum tipo de manejo. O mais comum consiste na eliminação das árvores velhas/altas, tortas, com baixa produtividade e de difícil acesso. Outro consiste em desbastar as touças de açaí com um número de árvores/estipes superior a quatro ou cinco - já que se trata de uma espécie de palmeira que perfilha ou, como dizem os jamacienses, "*filha muito"*.

Observe que, para os jamacienses, a extração do palmito não se constitui enquanto uma atividade "em si", mas é uma conseqüência da necessidade do manejo. Pois há certo consenso entre os moradores de que é melhor trabalhar com o açaí (fruto) de que com o palmito. O argumento é bastante racional: uma árvore/estipe produz em média cinco a seis cachos por safra, os quais podem ser destinados ao consumo ou à venda, "*se derrubar tira um palmito, vende, e depois?"*

Após essa modalidade de manejo, retirada das árvores mais velhas/altas e novas quando tem muitos pés na touceira, o palmito extraído é comercializado e os troncos são utilizados para construção de casas, de pontes, de chiqueiros, assoalhos anexos à residência, de mará/moirões para amarrar as embarcações... o restante da biomassa e *as copas* são absorvidas pelo solo.

Mas segundo os moradores, só isso não é suficiente para que se tenha um açaizal produtivo, pois esta palmeira necessita de sol, o que não é possível com a proximidade de grandes árvores de outras espécies, as quais fazem sombra ao açaizeiro. Por isso é necessária a derrubada das mesmas. Após esse procedimento é possível que a produção se estenda durante o inverno. Nesse período a quantidade de açaí não é suficiente nem mesmo para a subsistência, ou como os próprios moradores afirmam: "*até para arrumar o do bebe é difícil"*.

É muito citado o mato de um morador que realizou a derrubada de alguns "*paus grandes"* para eliminar a sombra de seu açaizal, pois seu terreno é apontado pelos outros moradores como exemplo de produtividade,

embora seja um dos menores. Mas isso só foi possível por causa de um projeto financiado pelo poder público municipal através da Secom (Secretaria Municipal de Economia).
No Jamaci apenas o morador referido anteriormente recebeu o financiamento. Segundo esse morador, o financiamento funcionava da seguinte forma:
Eles emprestavu um dinheiro e tinha que pagá depois, o meu saiu R$ 2080,00 (dois mil e oitenta reais), pra pagá com um ano depois. Esse dinheiro podia sê pago de acordo com a possibilidade de cada um, alguns parcelaram de dez vezes, eu paguei duma vez só [...] mandei limpá, mandei derrubá uns pau grande aqui dentro, agora eu to pra renová de novo, mandá limpá, roçá e derrubá outros pau grande, que eu não mandei derrubá tudo, porque ia destruí o açaizal completo, que as árvore grande (pau grande) quando cai vai distruindo (Ronaldo, 45 anos).
Outro morador relata como realiza o manejo em seu açaizal:
Pra tirar as arves alta é 5 ou 6 anos, demora. Tira pra clariá (...) se for menó arranca e planta no lugar que num tem (...) quando cresce já vai sombriá né, a palha duma já dá na otra, aí num dá açaí. Muito cheio assim num dá açaí, pode dá no princípio mas com tempo ela vai ficando mais velha, aí já vai diminuindo os cachos, a copa vai ficando pequena , até morrê (...) quando tem muitas só num pé, quando ela dá já tá alta e não dá cacho grande. (Alexandre, 43 anos)
Comparando as duas informações, selecionadas como representando as duas extremidades, é possível ter uma idéia da variação na realização dos tipos de manejo e/ou de intervalo de tempo para a prática do mesmo. Esta variação está relacionada à tradição familiar, à capacidade de incorporar técnicas diferentes, à disponibilidade de tempo ou mão-de-obra devido à composição da unidade doméstica ou ainda de recursos financeiros. E, principalmente, ao que Bourdieu (1979), ao estudar os camponeses argelinos, chamou de *disposições econômicas e temporais.*

3.1. Pescas

O sistema jamaciense de classificação das realidades está organizado em pares, tais como: inverno e verão, quebra e lance, "*buiado"* e fundo, enchente e vazante, graúdo e miúdo, remanso e correnteza...
Assim, a designação *beira* está relacionada à questão espacial, tomando como referência à ilha de Paquetá. "Da beira, porque é aqui mesmo, *na beira*". É uma relação de *paridade* ou de *oposição* - beira e fora. Porém, num sentido mais restrito "beira" significa *margem* e por isso, alguns classificam a pesca em três categorias: "*de fora, da beira e do igarapé"*, embora esses espaços/ambientes estejam integrados e alguns instrumentos sejam utilizados na "*beira* e no *igarapé*; na *beira e fora"*.
A *pesca no igarapé* visa apenas o autoconsumo, exceto a de camarão que atualmente é destinada principalmente para a comercialização.

3.1.1. Pesca de Camarão

Se no verão a atividade principal é o açaí, no inverno (de dezembro a junho) é a pesca, principalmente a de camarão. Segundo alguns moradores do Jamaci até o mês de maio é que aparecem os camarões *graúdos*, depois é só miúdo.
A técnica utilizada na pesca do camarão é a do matapi, instrumento confeccionado com tala de jupati (palmeira típica da região) ou garrafas plásticas (pet), colocados no igarapé presos por um fio ou cipó a uma vara, galho ou raiz de árvores.
Os matapis geralmente são confeccionados pelos próprios pescadores, são poucos os que compram ou muitas vezes compram para completar os confeccionados ou recuperados do ano anterior.
Tanto a tala como o matapi novo precisam ser colocados para apanhar sol, porque a tala em contato com a água produz uma "gosma que fede muito, aí o camarão não entra". Ou seja, trata-se de uma espécie de limo cujo odor afasta o camarão.
O tempo de durabilidade de um matapi de tala de jupati com cipó ou fio plástico, sendo este último de recente introdução e o cipó é comprado porque não há nos matos locais, é de uma *invernada*. Quando é tirado da água e colocado em lugar que não apanhe chuva pode ser reformado (trocando-se as talas apodrecidas e ajustando a amarração) e reutilizado. O matapi feito de garrafas plásticas dura mais ou menos cinco anos, que é o tempo da invenção e introdução pelos moradores no local.

Alguns resistem e preferem o matapi de tala porque não pega camarão muito miúdo, pois as frestas entre as talas permitem que saiam e o de plástico não. Além disso, não é preciso comprar talas, estas são coletadas, "*tirada no mato",* como se diz na linguagem local. Outros preferem as garrafas porque são mais resistentes e não deixam entrar muita sujeira, como no de tala, apenas camarão. Mas geralmente usam uma parte de tala e outra de plástico.

Além do igarapé maior (Jamaci), são utilizados os pequenos igarapés que se desmembram do mesmo, nos quais só é possível *despescar* os matapis com a maré grande (cheia), a menos que se pise na lama ao invés de usar a canoa. Esta situação geralmente ocorre de manhã sedo, quando os matapis não são despescados à noite, por causa dos guaxinins (*Procyon cancrivorus*), um animal não domesticado, que segundo os moradores é parecido com um cachorro, que quebra os matapis para comer os camarões. No momento da *despescagem* também se coloca a *isca* que serve para atrair os camarões ao interior do matapi. A *isca* utilizada é o fruto moído da palmeira babaçu, uma espécie de farinha comprada em casas comerciais de Icoaraci. A essa farinha se adiciona água para aumentar o volume, acentuar o odor e adquirir consistência para ser arrumada. Essa mistura é embalada, em pequenas porções, em folhas de guarumã[4], amarradas com folha murcha de açaizeiro ou de miriti extraídas assim que começam a abrir.

Essas pequenas embalagens são chamadas de "*poquecas"*. Depois de prontas sofrem um pequeno corte de tesoura ou faca para permitir o acesso dos camarões atraídos pelo cheiro da isca. Geralmente, a "*despescagem"* dos matapis, em torno de 30 a 40 por unidade doméstica, ocorre uma ou duas vezes durante o dia, considerando as 24 horas que é o tempo em que a maré enche e vaza duas vezes.

Uma outra modalidade, menos usada, é não colocar isopor permitindo que o matapi afunde até o leito do igarapé ou praia; segundo os adeptos desta técnica, "*o camarão dá mais graúdo"*. Esta pode ser realizada no igarapé, foz e/ou praia/rio. E a *"despescagem"* ocorre com a maré bem baixa, um pouco antes da enchente.

Após a "*despescagem"* os camarões são armazenados no "*viveiro"*. O viveiro é mais ou menos parecido com o matapi, só que maior e sem aberturas nas extremidades, e sim na lateral. Este equipamento é mantido no igarapé próximo da casa para que os camarões permaneçam vivos até o momento da comercialização.

No momento da comercialização, o camarão vivo é mais valorizado, é como se fosse uma garantia ao comprador, uma evidência disso é o fato de se perder a preferência e diminuir o valor do produto se for encontrado algum camarão morto pelo meio. Por isso, ao se aproximarem do trapiche de Icoaraci, quando já está mais claro o dia, os pescadores começam a *catar* os mortos/podres.

3.1.2. Pesca da Beira

A "pesca da beira" é realizada próximo da ilha, com ou sem a utilização de canoa motorizada tanto no *verão* quanto no *inverno*, dependendo do pescador. Pois alguns não realizam a *pesca de fora* e os que realizam não o fazem o tempo todo, sendo possível, portanto, combinar as duas.

Dependendo da quantidade, os peixes são destinados para o autoconsumo e para a comercialização; mas, o objetivo maior é o primeiro.

3.1.3. Pesca de Fora

A "pesca de fora*"* é realizada, principalmente, no *inverno*. O termo *fora* caracteriza a maior distância e o maior tempo que se leva de casa até o local da pesca.

Essa pescaria é considerada "*um pouco arriscada por causa do vento"*. Outro tipo de risco que foi relatado por um ex-morador do Jamaci (hoje residente na ilha de Cotijuba) é a ação dos *piratas* ou *ratos d'água*[5]. Segundo,

---

4 Guarumã é uma espécie de vegetal que tem as folhas largas, cujo caule é utilizado como tala para fazer paneiro, tipiti, peneira...

5 Para maiores informações sobre este assunto, ver SILVA, Maria José. Parceria e Pirataria: uma abordagem etnográfica para novos estudos sobre a dinâmica da pesca na Amazônia. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Pará. Belém, 2005.

ele essa *"pesca é muito arriscada, por causa de alagamento e por causa dos ratos d'água. Eles caparam meu primo, jogaram na água pra robarem o barco, ele e o outro (pescador) morreram afogados. Depois acharam os corpos"* (Paulino Machado, 50 anos).
Outro pescador complementa:
A pesca de fora é mais arriscada né, por causa que a gente se aventura mais. Vamos dizer assim; tu sai pra fora né, ai o mar tá calmo, chega lá ele fica brabo, aí às vezes a canoa é pequena né. Quando não, dá um tempo, aí maresia, muita maresia, aí o cara se vê enrascado.(Francinaldo Baia, 37 anos).
Para a realização dessa pescaria é necessário um bote ou canoa motorizada, que não tenha tábua podre, para poder resistir às ondas (maresia). Se o motor/máquina estiver apresentando algum indício de problema de manutenção precisa ser resolvido antes da viagem. Tem que preparar a *conservadeira* com gelo para acondicionar o peixe; no caso do Jamaci usam-se caixa termoisolante, utilizadas também por distribuidoras de bebidas para colocá-las no gelo. E por fim, antes de partir tem que arrumar a "*despesa*" e a infraestrutura, como descreve um dos pescadores envolvidos nesse tipo de pescaria:
Tem que embarcá a despesa que é, café, açúcar, sal, farinha, bolacha, comida e assim vai. É como se fosse uma casa, tem que tê tudo, carvão pra fazê o fogo, panela, tudo isso mesmo. O que a gente usa numa casa a gente usa num barco, porque a gente passa quatro dia, uma semana, às vezes até mais. (Carlinhos, 28 anos).
Essa modalidade de pesca é mais dispendiosa, necessita de um investimento maior, pois implica a aquisição de óleo diesel e lubrificante para o motor, bateria de carro e lâmpada (fonte de energia), o rancho (farinha, açúcar, café, comida...), gelo e sal para armazenar o peixe até à volta e muita disposição para enfrentar sol, chuva, vento, frio, sono e eventuais acidentes, além da possibilidade de retornar sem peixe algum, sem "*arrumar"* nada. Apesar de um dos pescadores afirmar que "*meno* (ao menos) *pra comer a gente pega"* (Cosme Costa, 42 anos). Outro complementa: "*a pescaria de fora é uma aventura, às vezes só pega da bóia* (para o consumo dos pescadores e família)" (Dário, 45 anos).
Algumas vezes este investimento é feito pelo patrão, como relata um outro pescador: "*a gente tem patrão certo em Icoaraci, quando a gente não tem dinheiro, ele arranja pra comprá o óleo, às vez pro gelo, pra fazer o rancho"* (Joventino, 56 anos).

3.2. Criação de pequenos animais

A prática de criar pequenos animais, como galinha, pato e porco, é muito comum e importante para os moradores de Várzea, porque complementam o sistema de reprodução, tanto na dieta, quanto na renda dessas famílias.

4. O ideal do real

Embora muitos digam, "*no verão é o açaí e no inverno é o camarão"*, isso não significa, necessariamente, que uma atividade substitua a outra totalmente. Em alguns casos vão se alternando enquanto atividade mais importante em cada período/estação. "*No verão é o açaí"* significa dizer que este é destinado ao consumo e à comercialização; já o camarão é destinado ao consumo doméstico, mas também é comercializado, apesar da pesca ser menos intensa nesse período, ocorrendo somente durante o dia e com uma quantidade menor de matapis. "*No inverno é o camarão"*, para comercialização e consumo, nas marés do dia e da noite, com uma quantidade maior de matapis, enquanto o açaí atende precariamente ao consumo doméstico. Mas se alguém consegue apanhar o suficiente para encher uma rasa é preferível vender, porque o preço compensa. "*Mas tem inverno que não dá um cacho pra beber"* (Manoel Maria, 56 anos).
Na perspectiva do *ideal*, durante o verão os matapis devem ser tirados da água, porque "*se ficarem na água o tempo todo cansa o igarapé e aí não pega mais nada"*. Essa regra social funciona enquanto discurso, mas na prática há manipulações.
A pesca de camarão é orientada também por uma combinação com os ciclos da maré, que são chamados de "*lançante e quebra"*, os quais estão relacionados às fases da lua. As marés lançantes são as maiores, portanto possuem um volume maior de água e dificultam a pesca de camarão porque "*a maré corre muito e a boca do*

matapi fica tapada de folha, o matapi não para pro camarão entra" (Cosme Costa, 43 anos). Nesses momentos, geralmente tiram os matapis da água e colocam para secar ao sol. Mas numa das visitas a campo, percebi que alguns moradores continuavam a pescar, mesmo nesses momentos.

Por isso cabe questionar: será que essas atitudes estão relacionadas a uma suposta consciência ecológica ou às dificuldades na realização da atividade? Ou trata-se de orientações relacionadas às tradições familiares, portanto, diferenciadas de acordo com cada grupo?

No discurso quase todos se dizem preocupados com a renovação dos recursos naturais, afirmando que soltam os camarões pequenos ou que colocam no *viveiro* e eles saem, mas uma observação mais atenta possibilita constatar que há *manipulações*, pois a maioria dos moradores consome e comercializa camarões e peixes pequenos, mesmo no período de reprodução.

Os dados mostram que realmente há captura, consumo e comercialização de camarão no período de reprodução, mas isso deve ser relativizado pelo fato de que, segundo Collart (1993), o camarão canela *(Macrobrachiun amazonicum)* apresenta uma época de reprodução sazonal bem marcada com desovas maciças nos meses de maio e junho, mas durante os outros meses também ocorrem desovas. Isso significa dizer que há reprodução durante o ano todo.

Em relação à consonância do *tempo ecológico* com a realização da pesca, *o ideal*, entendido na concepção de Godelier (1981), era que essa atividade fosse praticada durante o *inverno* e nas marés de *quebra*, mas como se vê há os que pescam durante o *verão* e nas marés *lançantes*. Mas os que pescam no período do verão e nas marés lançantes diminuem a quantidade de matapis e a intensidade da atividade. Neste sentido, pode-se considerar que o *tempo ecológico* exerce grande influência no ritmo dessa prática.

A produção do camarão é destinada à comercialização, principalmente no *inverno*, período em que não há açaí para comercializar. Mas é mais coerente dizer que há uma divisão contextual ou conjuntural entre o consumo doméstico e a comercialização, isto é, de acordo com a quantidade e com a necessidade.

No período do inverno há uma estratégia quanto à quantidade de matapis utilizada, que consiste em *arriar* todos quando há maior ocorrência, no dizer dos pescadores: "*quando tá dando muito camarão"* e deixar só uma parte na água, quando diminui a ocorrência. Uma lógica meio inversa à lógica do mercado, a qual pode ser explicada pelo fato de que se evita desperdiçar esforço e isca com muitos matapis, sem o devido retorno.

5. A Vida na confluência das lógicas de trocas

Muitos trabalhos que procuraram analisar a situação de pequenos agrupamentos foram realizados a partir de orientações evolucionistas, funcionalistas ou estruturalistas, conforme advertem Balandier (1969) e Clastres (1990), fortemente marcadas pela perspectiva de um movimento de fora pra dentro, de tendência homogeneizante, sem espaço para o diferente, para a diversidade, para o hibridismo.

No exercício em operação procura-se superar a idéia de um segmento social rural/ribeirinho integrando efeitos, reflexos, sendo dominados pela lógica capitalista. A interação entre lógicas e, portanto, a possiblidade de racionalidades inovadoras resultantes da fricção entre cálculos econômicos diferentes, o do ribeirinho e o de uma ordem capitalista hegemônica.

Sendo assim não se pode pensar as práticas, os valores e o sistema de trocas do mundo moderno/capitalista como algo uniformemente partilhado por todos independente de condições econômicas e sociais específicas, nas quais são tecidas as redes de sociabilidade que sustentam a existência de diferentes coletivos. Há uma enorme complexidade nessa trama de relação e interações, como explicitado em Bourdieu (2006: 290-291), ao referir *habitus* como esquemas e não padrões de conduta que se reproduzem universalmente. Pois,

Em resumo, [...] se alguma propriedade universal existe, é a de que os agentes não são universais porque as suas características, e em particular as suas preferências e os seus gostos, são o resultado da sua posição e deslocações no espaço social, como tal da história coletiva e individual. A conduta econômica socialmente reconhecida como racional é o produto de determinadas condições econômicas e sociais.

Desse modo, as práticas econômicas dos moradores do Jamaci são aqui analisadas e compreendidas considerando-se também categorias que compõem sua consciência temporal. Neste caso, as referências temporal e es-

pacial estão relacionadas, em grande parte, a um contexto específico. Uma situação recorrente em experiências sociais ribeirinhas, onde a organização social da produção durante o *inverno* gira em torno da pesca de camarão e a pesca (*de fora*) de peixe, realizadas especialmente pelos homens; na pesca do camarão, a quantidade de matapis pertence à unidade doméstica e não uma determinada quantidade a cada integrante da mesma; no *verão* essa atividade é praticamente interrompida dando vez à coleta do açaí, cujo processo é realizado pelos próprios moradores.

Atualmente os caboclos ribeirinhos e, mais especificamente, os jamacienses, continuam a se reproduzir nas franjas dos processos econômicos dominantes. Maués e Motta-Maués (1999), ao analisarem o processo de integração de uma comunidade rural (insular) de pequenos produtores à economia capitalista, relatam que estes desenvolvem uma estratégia que combina o auto-consumo e a comercialização, a qual, por um lado, obriga o produtor a participar de uma economia de mercado, e por outro, não permite que permaneça inteiramente a mercê desse mercado, conferindo certo grau de autonomia ao seu sistema produtivo.

Os jamacienses parecem orientar suas práticas por uma lógica diferente da do mercado, menos pressionados por determinações de ordem desenvolvimentista, modernizadora e/ou de desenvolvimento sustentável. Parecem muito mais representar uma racionalidade definida por Leff (2001), como ambiental, na qual o fundamento, condição e potencialidade do processo de produção econômica está na natureza.

Possuem uma lógica diferente da lógica que orienta o mercado capitalista e, por isso, a maioria deles não aceitou as propostas de financiamento, tanto para pesca quanto para o manejo do açaí (para este apenas um morador aceitou). Essa atitude em relação ao crédito/financiamento pode ser compreendida com auxílio de Bourdieu (1979), ao analisar a sociedade argelina, quando diz que o crédito possui uma lógica estranha à economia pré-capitalista, pela referência a um futuro abstrato, definição por um contrato escrito, pela impessoalidade das relações entre os contratantes e garantia de pagamento por todo um sistema de sanções.

Essas relações parecem aos Jamacienses meio esquisitas, porque a escrita, a formalidade, as impessoalidades não fazem parte do universo social da maioria deles. Mas isso não significa dizer, como na situação interpretada por Bourdieu (1979), que haja uma restrição sistemática no campo das aspirações de forma a excluir metodicamente as situações insólitas que exigiriam a criação de novos esquemas. Pois há iniciativas nesse sentido, vale ressaltar o caso de uma unidade doméstica que começa a se diferenciar das outras: dois membros da mesma possuem uma renda proveniente de outras atividades.

Todas as unidades domésticas jamacienses necessitam estabelecer relações comerciais com o exterior, a fim de garantir sua reprodução bio-sociocultural. Mas, o tempo da comercialização é diferente do tempo da produção: pois a realização de atividades, como coletar açaí, pescar camarão, peixe (na beira e fora), ocorrem em consonância com o tempo ecológico, ao passo que a comercialização tem um horário fixo estabelecido pelo tempo mecânico. E, há indícios de que essas relações estão influenciando as práticas locais como, por exemplo, a pesca do camarão no *verão*, segundo depoimento de uma moradora:

Antigamente pescava só no inverno, agora o camarada pesca inverno e verão, todo o tempo ele tem camarão. Quando chegava o verão todo mundo suspendia o matapi, por causa do açaí né, agora não, pode ter açaí, mas o matapi tá na água sempre [...] é porque, quando é assim no verão, o camarão fica bom de vendê, porque no inverno dá muito camarão, às vezes dá tampa (grande quantidade) de camarão em Icoaraci, aí o pessual quere comprá barato (Dona Ester, 84 anos).

Mas, é importante enfatizar que os jamacienses também manipulam esses elementos buscando auto-favorecimento. Há três exemplos, relacionados à comercialização do açaí, que são bastante ilustrativos: 1) os moradores sabem que os compradores (maquineiros ou batedores) consideram o melhor açaí aquele "*tuíra*", como chamam os trabalhadores do ramo (de cor cinzenta), e para atender essa exigência os jamacienses utilizam a estratégia de colocar o açaí nessa condição no fundo e na parte superior da rasa; 2) No apogeu da safra, quando há grande oferta de açaí na feira, os preços baixam e alguns produtores preferem retornar com a fruta, misturar a outra, para que os compradores não percebam, e vender no dia seguinte (é o famoso açaí muquiado); 3) como os jamacienses sabem que a quantidade do açaí no final da safra diminui bastante, como estratégia utilizam rasas menores que as usadas nos outros períodos da safra.

Outra iniciativa de manipulação é a realização de manejos de açaizais visando o aumento da produção. Mas, em ambos os casos essas mudanças são cautelosas. No primeiro caso, os que pescam camarão durante o verão,

pescam com uma quantidade de matapis menor e com menos intensidade que no inverno, realizando a pesca só na maré do dia, isto é, não iscam e nem despescam à noite. No segundo caso, apenas um morador realizou um tipo de manejo mais racional /intensivo por causa do financiamento que recebeu, dada sua *condição econômica e social.*

Outra estratégia é que, embora as famílias se dividam em termos de residência/casa, as *despesas* (consumo) são realizadas em conjunto, como ilustra a fala de uma moradora: "*A gente mora separado, mas a despesa é tudo junto"* (Dona Nazaré, 56 anos).

Pode-se considerar que de acordo com o grau de integração à lógica da economia capitalista e ao tempo do relógio, varia o grau de tensão com as "normas tradicionais" que orientam o período de realização de cada atividade, isto é*, entre as disposições econômicas e temporais*, como sugere Bourdieu (1979: 76):

Deste modo, a necessidade econômica pode impor aos mais desfavorecidos condutas nas quais pode-se ver o cumprimento assim como a transgressão da tradição. Essas condutas não tomam sentido verdadeiramente nem em relação à lógica tradicional nem em relação àquela da economia capitalista. Na realidade, tal como uma *gestalt* ambígua, cada conduta pode formar o objeto de uma dupla leitura pois ela traz em si própria a referência às duas lógicas impostas pela necessidade.

Em que pesem as mudanças e os reajustes causados pela tensão entre as lógicas temporais e econômicas, é possível observar uma organização coerente do tempo com um sistema de relações e expectativas concretas. Em outras palavras, permanecem vivos os pontos de referências que orientam os quadros temporais e espaciais, nos quais se desenrola a existência, garantida pela reprodução das práticas que permanecem sem muitas perturbações em suas essências.

Com a posse da terra, dos equipamentos de trabalho e mão-de-obra familiar, os jamacienses apanham/coletam o açaí, extraem palmito, pescam peixe e camarão, criam pequenos animais para seu próprio consumo e para comercialização. A organização gira em torno do parentesco, onde o modelo patriarcal ainda estabelece o comportamento familiar e a divisão de trabalho. Além da forte e estreita relação com a natureza - tempo ecológico (natural).

Em nenhum momento pretendi negar a presença da lógica econômica e da consciência temporal dominantes, assim como não busquei passar a idéia de uma outra tradição cultural pura ou isolada. Tentei mostrar que trata-se de uma (re)invenção criadora, muito diferente de certa perspectiva evolucionista segundo a qual esse segmento social recebe as imposições de um mercado potente e homogeneizador, de forma mecânica e passiva. Mas existe uma relação complexa de co-existência, tensão, conflito e complementaridade.

6. Considerações finais

A experiência jamaciense, em suas especialidades problematiza as análises evolucionistas (futuro comum); as análises funcionalistas (relações sociais iguais a sistemas orgânicos) e as estruturalistas (estruturas fixas, sem história), pois as mudanças ocorridas nas formas de organização social, na relação com o meio ambiente físico, na incorporação de outras técnicas, no destino da produção, na atualização do universo simbólico, na relação com o mercado, na interação com o tempo "moderno" são dinâmicas de interação e mutação inerentes a toda organização social, abordada numa perspectiva histórica.

Um indicativo da especificidade da lógica de vida dos jamacienses é o fato de não controlarem a produção e os rendimentos - prática bastante distinta daquela vivenciada nos empreendimentos tipicamente capitalistas. Portanto, não se pode afirmar que a interação com o mercado signifique, necessariamente, uma intencionalidade de acumulação de riquezas. Tampouco, significa que esse segmento social, a partir do contato com o mercado, passe a ser regido totalmente pela lógica da troca mercantil, pois se trata, primordialmente, de uma estratégia de reprodução, tendo em vista que há muito tempo realizam trocas e o mercado é apenas mais um dos elementos dessa interação, com a diferença de ser intermediado pela moeda.

A especificidade do estilo de vida ribeirinho e de sua produção se deve a um conjunto de fatores, tais como: não distinção rígida entre a produção para o auto-consumo e para a comercialização; diversidade de práticas produtivas (não especialização ou monoculturas); variação/oscilação na produção devido à influência dos rit-

mos ecológicos; mobilidade dos recursos, no caso do peixe e camarão; utilização de técnicas "artesanais"; e, sobretudo, valores culturais e suas simbologias.
Os valores culturais, as simbologias, as condições naturais que variam de acordo com os ritmos ecológicos, os equipamentos técnicos, assim como as relações de parentesco e as diferenças de sexo e idade, influenciam na organização social e orientam, regulando de certa forma, a realização das práticas produtivas.
Nesse sentido, é premente superar a simplificação, a dicotomização e toda forma de determinismo, para que possamos perceber as relações sociais em toda a sua fundamental complexidade, o que significa levar em conta que as conexões entre as lógicas temporais e econômicas podem ser - simultaneamente, ou não - antagônicas, complementares, concorrentes, interdependentes.
Mas essa superação depende da correlação de forças, na forma de conceber a relação entre sociedade e natureza em escala local, regional, nacional e global.

7. Referências

BALANDIER, Georges. (1969), *Antropologia Polític,* São Paulo, Difusão Européia do Livro, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

BOURDIEU, Pierre. (1979), *O Desencantamento do Mundo:* Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais, São Paulo, Perspectiva.

BOURDIEU, Pierre. (2006), *As Estruturas Sociais da Economia.* Porto, Campo das Letras.

Castro, Edna. (1999), "Tradição e Modernidade. A propósito de processos de trabalho na Amazônia". **Cadernos NAEA**, Publicação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, 2, (1), pp. 31-50.

CASTRO, Edna. (2000), "Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais". In, A. C. Diegues (org.), *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.* São Paulo, HUCITEC/NUPAUB, USP.

CLASTRES, Pierre. (1990), *A Sociedade Contra o Estado*. 5 ed. São Paulo: Francisco Alves, 1990.

COLLART, Olga Odinetz. (1993), Ecologia e Potencial Pesqueiro do Camarão-Canela, (*Macrobrachim Amazonicum)*, na Bacia Amazônica. In. Ferreira, E. Santos, G. Leão; Oliveira, L. (eds.) *Bases Científicas para Estratégia de Preservação e Desenvolvimento da Amazônia.* Manaus, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, vol.2, pp. 147-166.

CONCEIÇÃO, M. de Fátima (2001), Populações Tradicionais, Sociabilidade e Reordenação Social na Amazônia. In: M. J. Jackson (ed.). *Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa*. Belém, Universidade Federal do Pará.

CUNHA, L. Helena, (2000), Tempo Natural e Tempo Mercantil na Pesca Artesanal. In: Diegues, A. Carlos. *Imagem das Águas.* São Paulo, HUCITEC/NUPAUB, USP.

DIEGUES, A. Carlos, (2000), Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: ———————————. *Etnoconservação:* novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo, HUCITEC/NUPAUB, USP.

ELIAS, Norbert, (1993), *O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização*, vol. 1, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

EVANS-PRITCHARD, E. (1978), *Os Nuer.* São Paulo, Perspectiva/Estudo.

HIRAOKA, Mário. (1993), Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário amazônico. In. Furtado, L.; Leitão, W.; Melo, A. (eds.). *Povos das Águas: realidades e perspectivas na Amazônia*. Belém, M.P.E.G.

GODELIER, Maurice. (1981), A Parte ideal do real. In. Carvalho, E. (ed.). *Godelier- Antropologia.* São Paulo, Ática.

GROSSMANN, Mônica. *et all.* (2004), Planejamento participativo visando a um manejo sustentável dos açaizais no estuário amazônico e regulamentações oficiais. In: Jardim, M; Mourão, L. & Grossmann, M. *Açaí: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico.* Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi.

Leff, Enrique. (2001), La insoportable levedad de la globalización: la capitalización de la naturaleza y las estratégias fatales de la sustentabilidad. *Rev. Venez. de Eco. y Ciencias Sociales*, 7, (1), pp. 149-160.

Leitão, Wilma. (1997), *O Pescador Mesmo: um estudo sobre o pescador e as políticas de desenvolvimento da pesca no Brasil.* Dissertação Mestrado, Belém, Universidade Federal do Pará.

Lima, Deborah. (1999), "A Construção Histórica do termo Caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico". *Cadernos NAEA*, 2, (2), pp. 5-32.

LIMA, Deborah & POZZOBON, Jorge. (2001), Amazônia Socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. Vieira, I.; Silva, J. M.; Oren, D. & D'Incao, M. A. (eds.) *Diversidade biológica e cultural da Amazônia.* Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.

MAYBURY-LEWIS, Biorn. (1997), Terra e água: identidade camponesa como referência de organização política entre os ribeirinhos do rio Solimões. Furtado, Lourdes. (ed) *Amazônia: desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida*. Belém, UFPA/NUMA.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. (1999), *Uma Outra "Invenção" da Amazônia: Religiões, Histórias, Identidades.* Belém, Cejup.

Moreira, E. do S. (2002), *Tradição em Tempos de Modernidade: reprodução social numa comunidade varzeira do Rio Xingu/PA*. Dissertação de Mestrado, Belém, Universidade Federal do Pará.

MORIN, Edgar & KERN, Anne. (2003), *Terra-Pátria.* Porto Alegre, Sulina.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. (1999), *Anuário Estatístico do Município de Belém - 1999*. Belém, PMB.

SIMONIAN, Lígia (ed.). (2004), *Gestão em ilha de muitos recursos, história e habitantes: experiências na Trambioca-Barcarena PA.* Belém, NAEA/UFPA.

THOMPSOM E. P. (1984), *Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial.* Barcelona, Editora Crítica.

ZELIZZER, Viviana. (2003), O Significado Social do Dinheiro: dinheiros especiais. In: Peixoto, J. e Marques, R. (eds.) *A Nova Sociologia Econômica.* Oeiras, Celta, pp. 125-165.

Normatividade e boas práticas desenvolvimentistas nas periferias globais. Estudos de impacto em contexto Moçambicano.

José Cavaleiro Rodrigues[1]

Resumo: Os quadros legais em matéria ambiental de países em desenvolvimento, com "economias emergentes" e muito dependentes do investimento, ajuda internacional e exploração de recursos naturais são, em muitos casos, não só recentes como altamente influenciados por princípios e padrões criados por instituições internacionais, de carácter técnico-político e económico-financeiro. Pegando no caso particular de Moçambique, a comunicação começa por identificar as marcas das diretrizes internacionais na legislação nacional para, de seguida e com base na análise de dois projetos, ver em que medida essas normas e conceptualizações se podem transformar efetivamente em "boas práticas" para as populações afetadas, em termos de desenvolvimento, justiça e equidade social.

Palavras-chave: EIA, países em desenvolvimento, normatividade, boas práticas.

O caminho que levou da criação à utilização cada vez mais generalizada dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) não foi rápido e está ainda por concluir em muitas regiões das periferias mundiais. Depois de largas décadas em que os efeitos acumulados da industrialização e da urbanização foram progressivamente delapidando os recursos e degradando o meio ambiente, o período do pós-guerra foi decisivo para o desenvolvimento de uma consciência ecológica nos países ocidentais e para a formação de grupos de pressão que, a partir dos anos 60, começaram a reivindicar medidas de salvaguarda e a promoção de valores ambientais junto dos poderes públicos. Os EUA assumiram a liderança da resposta política a estas dinâmicas sociais quando, no âmbito do National Environmental Policy Act (NEPA) de 1970, tornaram a defesa do ambiente um objetivo nacional e consagraram os EIA como um instrumento privilegiado de controlo da ação sobre os ecossistemas, fixando requisitos a ser observados sempre que projetos de maior dimensão pudessem pôr em risco os equilíbrios naturais. O passo seguinte e que haveria de criar condições para a gradual e paulatina difusão internacional destes enquadramentos normativos, ocorreu com a entrada em cena das Nações Unidas e a realização da Conferência de Estocolmo em 1972 e com as subsequentes convenções que nas décadas seguintes viriam a formalizar a existência dos EIA nos quadros nacionais e regionais. Depois de em Estocolmo se terem definido princípios genéricos, como a necessidade de proceder a um planeamento racional e integrado e de incorporar considerações ambientais em empreendimentos desenvolvimentistas, a Cimeira da Terra, realizada no Rio de Janeiro, duas décadas mais tarde, veio endossar a institucionalização dos EIA a nível nacional, fazendo deles o instrumento por excelência para a tomada de decisão a nível político. Os compromissos assumidos pela comunidade internacional no Rio e plasmados na chamada Agenda 21, seriam reconfirmados em 1997, quando se procedeu a uma primeira avaliação dos resultados obtidos e se voltou a identificar a avaliação de impactos ambientais e sociais, mas baseada em princípios participativos, como um requisito fundamental para se alcançar um desenvolvimento "integrado e sustentado". Decorridos 10 anos após o encontro do Rio de Janeiro, nova cimeira internacional, desta feita em Johannesburg, donde resultou um acordo através do qual os países signatários se comprometiam, no plano dos princípios, a reforçar o respeito pela interdependência dos pilares económico, social e ambiental e, em termos de implementação, identificavam mais uma vez os procedimentos preconizados nos EIA como dispositivo chave para a prossecução de políticas que tivessem no "desenvolvimento sustentado" o seu objetivo fundamental (ECA, 2005). No final de 2005, em resultado dos esforços das três décadas anteriores, mais de 100 países tinham adotado este modelo globalizado de avaliação de impactos

1 Professor de Antropologia e Ciências Sociais. Investigador nas áreas dos estudos da pobreza, das desigualdades e identidades de classe, da intervenção social e do planeamento, bem como da cultura das imagens, da etnografia visual e da digitalização do trabalho antropológico. jrodrigues@escs.ipl.pt

e dispunham de algum tipo de mecanismo regulatório para a aplicação dos EIA na gestão e proteção dos seus territórios (LI, 2008: 4-5).

Este efetivo poderá ser considerado mais ou menos numeroso, consoante a perspetiva em que se situe a análise, mas não se teria chegado até aqui sem a contribuição das nações menos desenvolvidas, conjunto que representaria, a meio da última década do século passado, 2/3 do total de países com a obrigatoriedade da elaboração de EIA integrada na sua legislação de carácter ambiental (World Bank, 1997; DONNELY, 1998). Há, portanto, uma pergunta que fará sentido começar por colocar, e que consiste em saber de que modo é que foi possível criar estes quadros normativos em países em que as condições económicas e sociais, e mesmo políticas, eram à partida adversas. Pelo menos até aos 10 anos que assinalaram o final do século passado, os EIA continuavam a ser uma novidade pouco conhecida e ainda menos aceite, nos países em desenvolvimento. Havia a ideia de que a sua aplicação representava um entrave burocrático e de que as políticas e as leis que os suportavam eram necessariamente antidesenvolvimento e acarretariam pesadas perdas económicas ao impedirem a implementação de projetos em que fossem identificados impactos negativos sobre o meio. Em nações que muitas vezes começavam a vislumbrar oportunidades para, pela primeira vez, romper os ciclos de dependência e de pobreza endémicos, as iniciativas para introduzir estes instrumentos eram recebidas com desconfiança, como se por trás delas estivessem desígnios neocolonialistas e o interesse inconfessado das economias avançadas em manter num estado de subdesenvolvimento regiões que podiam ambicionar algum progresso, através do investimento e da criação de riqueza a partir de recursos locais (OGOLA, 2008: 1-2).

Avançar de um tempo histórico em que as decisões eram tomadas apenas com base na viabilidade económica dos projetos, para um outro, em que a este critério se juntavam a avaliação dos impactos ambientais e das mais-valias sociais, correspondeu a mudança de paradigma que enfrentou dificuldades acrescidas nos países em desenvolvimento. Para que esses obstáculos fossem sendo progressivamente removidos e os estudos de impacto se tornassem um requisito instituído, foi determinante o trabalho de persuasão e a pressão exercida pelas agências internacionais. O primeiro passo nesse sentido, foi dado pelas Nações Unidas que, na sequência do seu programa para o ambiente (United Nations Environment Programme, UNEP) e das recomendações gerais para que os estados membros instituíssem os EIA de acordo com metas, princípios e procedimentos pré-definidos, emitiu em 1988 orientações específicas a serem aplicadas por parte dos países em desenvolvimento. Reforçando a intervenção da UN, o Banco Mundial foi ainda mais dirigista e um ano depois decidiu que o financiamento a grandes projetos passaria a estar dependente da realização pelos países mutuários de estudos de impacto, sob a supervisão do banco. Esta medida incidiu particularmente nos países em desenvolvimento e tem vindo a ser regularmente atualizada. Em 1992, nova recomendação, desta vez emitida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) que, no mesmo sentido das diretrizes anteriores, veio pedir aos governos dos países seus associados que passassem a exigir a aplicação prática dos procedimentos dos EIA, sempre que estivessem a negociar contratos de ajuda externa ou projetos de cooperação para o desenvolvimento (WOOD, 2003: 4).

À medida que iam direcionando os países em desenvolvimento para a adoção dos EIA, as organizações internacionais e os países mais avançados foram igualmente sentindo a necessidade de desenvolver atividades de apoio à formação e capacitação de recursos técnicos. Com esse objetivo, surgiram no âmbito das Nações Unidas, o EIA Capacity Building Program of United Nations Environment Program e a componente de treino EIA do Support to Human Resources Development for Sustainable Agriculture and Rural Development Project da UN Food and Agriculture Organization; o governo americano pôs em prática um programa de formação ambiental através da U.S. Environmental Protection Agency e o Banco Mundial tem vindo a organizar regularmente ações de formação para a avaliação ambiental (LI, 2008: 4).

As exigências com que foram sendo confrontados e o apoio que receberam, tanto no quadro multilateral como bilateral, encaminharam os países em desenvolvimento para a adoção de políticas ambientais e contribuíram para que os EIA estejam hoje fixados por lei e sejam incontornáveis em muitos destes contextos nacionais. Contudo, há diferenças enormes nos sistemas EIA da maioria destes países em relação àqueles que nos aparecem nos países mais desenvolvidos. Não nos esqueçamos que, desde o princípio e ainda na atualidade, muitos dos EIA realizados em países menos desenvolvidos o são, antes de mais, para corresponder à vontade das agências e fóruns internacionais, e não tanto como reposta às preocupações ambientalistas, que por vezes não

se encontram sequer enraizadas nas populações locais e nos seus representantes políticos. Como vimos, só a partir dos anos 90 é que a maior parte destes países introduziram formalmente estas normas e mecanismos de regulação na sua legislação, o que faz com que, na prática, elas estejam menos assimiladas como peças centrais do planeamento e dos processos de desenvolvimento. (DONNELLY et al. 1998: 60).

Mas, se nos focarmos apenas nos países em desenvolvimento, verificamos que também entre estes se verificam situações bastante diversas. África é provavelmente o melhor exemplo destas desigualdades. Enquanto o sistema de EIA sul-africano é tão sofisticado como o da maioria dos países desenvolvidos, o do Gana só ganhou alguma importância na entrada do século, enquanto o da Somália permanecia largamente irrelevante durante o mesmo período e a Guiné-Bissau não tinha sequer qualquer sistema implementado. No continente africano, como em todos os continentes em que predominam os países menos desenvolvidos, as estruturas políticas e administrativas, os sistemas sociais e culturais e o nível e a natureza do desenvolvimento económico, são os principais fatores a ditar até que ponto as disposições ambientais têm aplicabilidade e consequências práticas (GEORGE, 2000: 35). Alguns países terão tido, por isso, maiores recursos e a capacidade para avançar mais rapidamente do que outros com a criação de leis e regulamentos para operacionalizar os EIA e aproveitar as várias iniciativas que promoveram a sua institucionalização no continente, nomeadamente a African Ministerial Conference on Environment, de 1995, em que 15 governos da África Oriental e Austral se comprometeram a formalizar o uso dos EIA e a criação da Pan-African Initiative for Capacity Development and Linkages for EIA in Africa (CLEIAA), que, desde 2001, junta governos e doadores em torno da implementação dos estudos de impacto (LI, 2008: 5).

Não fazendo parte do grupo africano de precursores, países que ainda na década de 80 já começavam a organizar-se em termos de defesa ambiental e a fazer dos processos de avaliação um procedimento regular para as tomadas de decisão, Moçambique avançou assim que as condições internas o permitiram. Em 1993, um ano depois de terminada a guerra civil, a chamada "Lei de Investimentos" estabelecia, pela primeira vez dentro de um quadro legal, a necessidade de que todos os grandes projetos de desenvolvimento fossem acompanhados por estudos e avaliações ambientais, tendo cabido ao Centro de Promoção de Investimentos (CPI) a valorização inicial destas práticas dentro do meio económico.

Entretanto, desde 1990, existia já uma Comissão Nacional do Ambiente responsável pelos assuntos ambientais e que em 1994 havia de dar origem ao Ministério para a Coordenação da Acão Ambiental (MICOA), demonstrando esta inclusão na estrutura central de governo a vontade de assegurar que o desejado crescimento económico se fizesse numa perspetiva do chamado "desenvolvimento sustentado", integrando ambiente, sociedade e economia. Nos primeiros anos da sua existência, a ação do MICOA desdobra-se na definição de políticas, programas e legislação, criando os pilares para a intervenção do estado moçambicano na área do ambiente. Depois de aprovada a Política Nacional do Ambiente em 1995, um dos primeiros documentos a serem elaborados pelo novo organismo foi o Programa Nacional de Gestão Ambiental (PNGA), em 1996, que define as principais prioridades e linhas estratégicas para concretizar os objetivos políticos. A base legal para todos os instrumentos relacionados com a preservação ambiental está plasmada na Lei do Ambiente, promulgada em 1997. No seu capítulo V, dedicado à prevenção de danos ambientais, determina-se que todas as atividades suscetíveis de provocar impactos significativos requerem licenciamento específico e que a atribuição de licenças depende da realização de EIA de nível adequado, cujos resultados têm de ser aprovados pelo departamento competente do ministério. Este departamento e os seus serviços têm autoridade para requerer a elaboração dos EIA, conduzir tecnicamente os processos, verificar a participação pública e rever e aprovar os relatórios finais. Parte destes procedimentos, bem como as atividades e projetos a que se aplicam, foram primeiramente definidos sob a forma de decreto-lei em 1998, documento substituído em 2004 por um outro intitulado "Regulamento sobre o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental", mais uma vez revisto e atualizado em 2008.

De um ponto de vista formal e institucional, da legislação, dos regulamentos e diretivas, bem como do corpo político e administrativo encarregue da sua aplicação, Moçambique tem criadas as estruturas fundamentais e necessárias à gestão ambiental. Num estudo comparativo de 2005, em que são analisados os níveis de institucionalização dos EIA de 34 países africanos (ECA, 2005), Moçambique aparece relativamente bem classificado, numa posição intermédia, mas com apenas 6 países mais avançados, com sistemas EIA robustos e mais de 10 anos de experiência, à data do estudo.

Bibliografia

DONNELLY, A., et al. (1998), A Directory of Impact Assessment Guidelines, London, International Institute for Environment and Development.

ECA (2005), Review of the Application of Environmental Impact Assessment in Selected African Countries, Addis Ababa, Economic Commission for Africa – United Nations.

GEORGE, C. (2000), "Comparative review of environmental assessment procedures and practice". In N. Lee and C. George (eds.), Environmental Assessment in Developing and Transitional Countries, Chichester, John Wiley and Sons, pp.35-70.

LI, J. (2008), Environmental Impact Assessments in Developing Countries: An Opportunity for Greater Environmental Security? Falls Church, Foundation for Environmental Security and Sustainability – USAID.

OGOLA, P. (2007), "Environment Impact Assessment General Procedures". Texto apresentado no Short Course II on Surface Exploration for Geothermal Resources, organização UNU-GTP e KenGen, Disponível em http://www.os.is/gogn/unu-gtp-sc/UNU-GTP-SC-05-28.pdf [consultado em 20-10-2014].

SAIEA (2003), Environmental Impact Assessment in Southern Africa, Windhoek, Southern African Institute for Environmental Assessment.

WOOD, C. (2003), "Environmental Impact Assessement in Developing Countries: an Overview". Texto apresentado à Conferência New Directions in Impact Assessment for Development: Methods and Practice, na Universidade de Manchester, Disponível em http://www.fess-global.org/workingpapers/eia.pdf [consultado em 18-10-2014].

WORLD BANK (1997), World Development Report 1997: the State in a Changing World, Oxford, Oxford University Press.

GT 63
Viver melhor é preciso: crise ecológica e alternativas

As contribuições da dança para a promoção da educação ambiental

Débora Cristina Vieira Aleixo
deboracva@gmail.com

Gislene Lisboa Oliveira
gislene.lisboa@ueg.br

Resumo: O objetivo do trabalho foi verificar como a disciplina dança pode contribuir para promover com a disciplina biologia, a educação ambiental entre estudantes de ensino fundamental e médio de uma escola pública estadual da cidade de Goiânia/Goiás. A metodologia escolhida foi à realização de oficinas de dança e de educação ambiental em três cenários: aberto conservado limpo, fechado limpo arejado e fechado muito sujo. Neles os estudantes observaram como estava o ambiente e levaram suas experiências para as oficinas de dança. Durante as oficinas houve debates sobre educação ambiental, exibição de vídeo e aplicação de questionário. Verificou-se que os campos da educação ambiental e da dança apresentam muitas relações diretas, pois percebeu-se redescoberta e a reflexão das próprias possibilidades de movimento partindo do olhar sobre o ambiente habitado, passando pela experimentação no próprio corpo até chegar a uma problematização crítica, pautada na ética e na análise de contextos sociais atuais.

Palavras-Chave: Dança na Escola, Expressão Corporal, Análise de Contextos Sociais, Sensibilização e Meio Ambiente.

1. Introdução

O ser humano tem atingido um amplo domínio de técnicas e saberes científicos que o leva a modificar cada vez mais seu ambiente. No entanto, esse desenvolvimento é acompanhado pela destruição irreversível do meio ambiente e por condições sociopolíticas que não permitem, à grande parte da humanidade, a satisfação de suas necessidades mais vitais, já que o homem contemporâneo se vê ameaçado de inúmeras formas, inclusive pelos desastres ecológicos.

A maioria dos benefícios proporcionados pela tecnologia traz consigo a ameaça de destruição, levando o homem contemporâneo a inúmeros problemas sociais e ambientais nesta época de desafios nas mais diversas áreas em todas as sociedades humanas. Dentre os diversos desafios é importante enfatizar a urgente necessidade de se pensar a maneira como o meio ambiente tem sido tratado.

Basta um olhar mais atento ao redor para logo se perceber quanta degradação existe, tais como poluições de diferentes tipos, agressão aos diferentes *habitats* de organismos vivos, desrespeito aos ecossistemas, interferências nos ciclos naturais. Toda esta situação compromete o futuro da atual geração e daquelas vindouras. Medina e Santos (2008, p.24) alertam que:

> Estamos frente a uma crise generalizada e global não somente econômica, ecológica ou social; é uma crise do próprio sentido da vida e de nossa sobrevivência como espécie, é uma crise de nossa forma de pensar e agir no mundo. Sobreviveremos e ela

> na medida em que formos capazes de construir uma nova racionalidade ambiental que possa responder aos desafios presentes. (MEDINA; SANTOS, 2008, p. 24)

Diante da realidade apresentada faz-se necessária a implementação de ações que possam trazer enfoques para o ambiente e a urgência em se mudar as atitudes para com ele. Para se conseguir estes resultados são primordiais ações voltadas para a promoção da educação ambiental. O Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA, p. 21) chama a atenção para dois princípios, os quais são importantes para esclarecerem a proposta do presente trabalho:

> Concepção de ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural e construído, o socioeconômico e o cultural, o físico e o espiritual, sob o enfoque da sustentabilidade.
> Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber (BRASIL, 2003, p. 21).

Entende-se que promover educação ambiental é analisar questões relacionadas à cultura e à arte que é desenvolvida pelas sociedades. Isto também constitui o ambiente e caracteriza uma cultura. Ao se querer, portanto, trabalhar com a dança para implementação da educação ambiental entre sujeitos de uma escola, esta se pensando em como estas ações com o corpo e sua capacidade de expressão pelo movimento podem levar a uma maior sensibilização para com a natureza de quem somos todos dependentes.

De acordo com Vargas (2007, p. 61) "a educação pelo movimento que a dança proporciona deverá atuar do interior para o exterior, levando os sujeitos a conhecerem seu corpo, a fim de que se conheçam inteiramente, elaborando esquemas e associações com seu ambiente e a relação de dependência deste corpo com este ambiente". É fundamental que este processo tenha sempre o indivíduo como centro das atividades buscando seu desenvolvimento integral, abrindo canais para a exteriorização de seu mundo interior e o entendimento e pleno convívio com o mundo exterior.

Pedrini (1997, p. 23) aponta que "a Educação Ambiental baseia-se em uma nova visão do mundo, em que cada parte tem valor em si própria e como parte do conjunto". Esta visão se estabelece também ao enfrentar os desafios da interdisciplinaridade no sistema escolar, entendendo ser necessária a eliminação das barreiras entre as disciplinas. Afinal, como afirmam Medina e Santos (2008, p. 24), "não se trata somente de ensinar sobre a natureza, mas de educar para e com a natureza, levando os sujeitos a compreenderem e agirem corretamente diante dos grandes problemas das relações do homem com o ambiente".

Espera-se que este trabalho contribua para que a educação ambiental continue incorporada por critérios socioambientais, ecológicos, éticos e estéticos, nos objetivos didáticos que se propõe, dando resultados na construção de novas formas de se pensar incluindo a compreensão da complexidade e das emergências e inter-relações entre os diversos subsistemas que compõem a realidade.

O direcionamento da proposta usando-se a dança como canal de promoção da educação ambiental, tem como contribuições esperadas a melhor compreensão da dança e da educação ambiental no currículo escolar, sendo que o conhecimento nestes campos não é construído somente de maneira indireta, mas também direta.

Marques (2007, p.24) afirma que "há nas artes conteúdos específicos que só se aprendem fazendo e sentindo, sem intermediação das palavras". No caso da dança, o fazer-sentir nunca está dissociado do corpo, e, por isso, é necessário que o corpo do indivíduo esteja engajado de forma integrada com o seu fazer-pensar.

Esta seria uma das grandes contribuições da dança à educação do ser humano, "educar corpos que sejam capazes de criar pensando e (re)significar o mundo em forma de arte" (MARQUES, 2007, p. 24).

Espera-se, portanto, que a dança possa contribuir promovendo a educação ambiental como uma via de educação do corpo, dilatando e ampliando a presença, conhecimento, compreensão, crítica e a participação do individuo em seu ambiente e na sociedade atual.

2. Dança e educação: possíveis relações

De acordo com Dantas (1999, p. 15) "a dança é um comportamento humano constituído a partir de sequências de movimentos e gestos corporais diferenciados organizados culturalmente que atendem propósitos e intencionalidades dos dançarinos e têm valor inerentemente estético".

O gesto e a movimentação é um símbolo de um sentimento da pessoa que dança, produzindo sentido e significado em si mesmos. Dantas (1999, p.15) diz que "movimentos e gestos em dança permitem formular impressões, conceber e representar experiências, projetar valores, sentidos e significados, revelar sentimentos, sensações e emoções". Isto pode acontecer sem que necessariamente tenham que contar uma história.

Vargas (2007, p. 70) aponta que "a dança é uma atividade em que encontramos algumas virtudes formativas como a disciplina, coragem, resistência, domínio físico e psicológico, sentido de superação, além de ser uma disciplina artística e possibilitar, também, características e elementos que a arte é capaz de trabalhar".

Desde o nascimento as pessoas têm seu corpo como um instrumento de expressão e comunicação com o mundo ao seu redor e é este mesmo corpo que produz as mais variadas formas de movimento, possibilitando a construção da arte da dança. Vargas, (2007, p. 72) diz que "recebemos e damos tudo por meio do corpo sendo que, muitas vezes, a linguagem dos gestos é mais fácil de ser entendida que a das próprias palavras", os movimentos implicam a necessidade de a mensagem ser mais direta e íntegra.

Pela movimentação da dança é possível educar e provocar nos sujeitos uma nova perspectiva de comportamentos e valores. Ossona (1998, p. 41) afirma que "todo ser vivente manifesta-se no movimento", o que nos remete ao entendimento que toda ação que demonstre as escolhas, posicionamento, intenções, motivações, aceitações, ignorâncias e a vida das pessoas é expressa sempre pelo movimento de seus corpos.

> Tudo na vida é movimento: o universo move seus sistemas, e cada sistema seus sóis, estrelas, planetas e satélites. As estações se sucedem ritmicamente, assim como o dia segue a noite, e a lua ao sol. A vegetação evolui em ciclos rítmicos, sobem e baixam as marés, o ser nasce, cresce, decresce e morre. O homem é testemunha e partícipe de todo este movimento que o maravilha e expressa em danças seu assombro, sua necessidade de compreensão. Tudo o que é já foi dançado, tudo o que foi já se dançou e, talvez sem percebê-lo, tudo o que há de ser já o dançamos. O que o homem dançou em outras épocas, por que e para que, onde, como e para quem, qual é sua dança atual nos distintos pontos de nosso planeta? (OSSONA, 1998, p. 41)

A expressão é o ato de ser, o ser humano se expressa no seu corpo e utiliza seus movimentos, gestos, palavras, silêncio, olhares e tudo o que se denomina linguagem verbal e não verbal, não há possibilidade de comunicação e de encontro entre o ser individual e o ser de outros organismos vivos fora da realidade corporal.

Vargas (2007, p. 70) afirma que "a dança, a educação pelo movimento e a expressão corporal, trabalhadas na escola dentro de um processo de aprendizagem, favorece o desenvolvimento da comunicação interpessoal". É missão da escola favorecer o acesso á cultura, permitindo aos educandos diferentes estratégias para atingir sua formação.

Vargas (2007, p. 69) relata ainda que "a dança pode ser entendida como técnica motriz e cultural", por isso, partindo da ideia do conhecimento do próprio corpo, aprender a percebê-lo, querê-lo e não se sentir inibido nem envergonhado dele, tentando estabelecer uma melhor relação corporal, ajudará o educando na sua inserção social e cultural.

Se houver um ensino a crianças e adolescentes para que eles expressem seus sentimentos e sensações através do próprio corpo, possivelmente isto proporcionará um bom instrumento para que estes indivíduos possam se comunicar com o mundo exterior que estão progressivamente descobrindo e percebendo, ou seja, podem ampliar a compreensão sobre o que esse ambiente de seres vivos, entre os quais vive, significa para ele.

Vargas (2007, p. 71) ainda explica que "o trabalho corporal da dança estimula uma ação criativa e situa o indivíduo em melhores condições para comportar-se de um modo social", pois, estando aberto a todas as possíveis vivências internas e externas que a dança possibilita, ele é capaz de ensaiar de maneira flexível todo tipo de reação.

A dança, por ser uma arte, esta acompanhada da criação de novas formas, pela experimentação de novos movimentos. A curiosidade, a redefinição de problemas, a sensibilidade, a consciência de si próprio e a flexibilidade para troca de atitudes serão incentivadas nos processos criativos propostos no trabalho das aulas de dança, como meios para desenvolver a capacidade criativa dos estudantes.
Vargas (2007, p. 74) diz que "por meio da criatividade o ser humano desenvolve a capacidade de fazer novas associações, integrar objetos e ideias, manipular elementos de maneira criativa, ativando sua mente e descobrindo novas potencialidades". A escola pode criar um ambiente de relações amigáveis que ofereça a participação, colaboração e integração de todos os praticantes levando a resoluções de problemas, refletindo na execução da melhor forma possível, e a estreitarem os laços entre os colegas, buscando o êxito de todo o grupo.

> Quando o grupo se põe em ação junto com o movimento elaborado e com a música, vive uma experiência única, tendo a oportunidade de compartilhar, fazer algo tanto físico como prazeroso, com um grupo com os mesmos propósitos e a mesma motivação, estabelecendo, assim, importantes relações (VARGAS, 2007, p. 74).

Para Vargas (2007, p. 74), o sucesso no trabalho nas turmas de movimento e dança se faz melhor quando o educador propõe um desafio e encontra o espírito lúdico, "compondo cenários didáticos que buscam criar contextos sociais, nos quais a ênfase seja colocada na vivência pelos próprios alunos de suas possibilidades de movimentos espontâneos por meio do favorecimento da expressão, da imaginação criativa e sensibilidade".
A proposta deste trabalho perpassou por estas experiências obtendo o envolvimento e importantes resultados na interpretação social cotidiana de problemas ambientais observados pelos próprios alunos.
A dança é uma arte no tempo e no espaço e necessita, para existir, de ser dançada, pois quando a dança é exibida, por seu caráter comunicativo e de espetáculo, há um público que admira enquanto acontece. As apresentações de dança e principalmente, o processo para se chegar ao resultado, são riquíssimas oportunidades de vivencias sociais e de importantíssima colaboração para a formação da personalidade de crianças e adolescentes. "Os alunos dançarinos estabelecem uma relação com os elementos da comunidade escolar por meio das apresentações de seus trabalhos". (VARGAS, 2007, p. 74).
A intenção deste trabalho não foi trabalhar o corpo como objeto interessando apenas na execução técnica do movimento, mas buscou-se a participação de pessoas que vivenciasse, expressasse e pensasse seu próprio movimento, atuando sua subjetividade permitindo a criação e atuação com autonomia, levando a reflexões que gerem provocações que possam resultar em mudanças na sociedade.
Em relação ao proposto neste trabalho, Marques (2007, p. 60) aponta que "é importante pensarmos em um ensino de dança voltado para a eco-ação (educação ambiental), ou seja, uma maneira de educar que possibilite a formação de sistemas, de inter-relações baseadas na ideia de cooperação". Segundo a autora, por meio da dança, podemos intervir e transformar as relações humanas e/com o meio ambiente.

> A dança coopera em diversos níveis, partindo de um processo corporal interno: ouvindo, sentindo, percebendo e experimentando as relações entre corpo e ambiente. Permitindo escolher e decidir em nossos corpos sobre o que é melhor. Após estas vivências existe a possibilidade de compartilhar as descobertas e experiências sentidas, percebidas, apreendidas e construídas. Dançando só, com e para o outro, olhando e sentindo (MARQUES, 2007, p. 60).

A dança permite conexões aproveitáveis entre o mundo da escola e o espaço fora da escola, onde se amplia o espaço do ensino como que num laboratório para o aluno entendê-lo e se entender.

> Assim, atentando para os relacionamentos existentes nas aulas de dança, vivenciando refletindo sobre as inter-relações e a formação de redes implícitas nos processos artístico-educativos, críticos, poderemos perceber de outra forma as relações entre os seres humanos e o meio ambiente e, assim, participar da teia de relações sócio-econômicas e ambientais de forma critica e atuante (MARQUES, 2007, p. 61).

3. Educação ambiental: conceitos e reflexões

Promover a educação ambiental é cumprir o que estabelece a Constituição Brasileira em vigor, no sentido de atender o item VI do Art. 225 – "*Do Meio Ambiente: VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente*." (BRASIL, 1988, p. 146)
Tozoni-Reis (2004, p. 32) diz que "o processo educativo ambiental pode ser compreendido com base nas reflexões empreendidas sobre as relações entre o homem e a natureza e sobre a educação". Quanto mais se pensa sobre essas categorias simples - relação homem, natureza e educação - mais próximo se estará da compreensão plena do processo educativo ambiental.
Para Carvalho e Steil (2009, p.84) "a Educação Ambiental difunde um ideário ecológico que vê a possibilidade, talvez utópica, de reconciliação entre natureza e cultura, denunciando fatores de desequilíbrio e as fontes dos males individuais e planetários contemporâneos". A Educação Ambiental vê possibilidades de uma solução conciliadora deste conflito por meio de uma submissão do humano às leis da natureza.

> Deste modo, a ferida planetária, produzida pela sociedade de consumo, poderia ser *curada*, ou pelo menos minimizada em seus efeitos letais, no horizonte da sustentabilidade e do equilíbrio eco-energético dos seres vivos. O sujeito ecológico partilha, em algum nível, da crença na possibilidade de *curar* o conflito entre natureza e cultura que Freud identificou como a fonte do mal estar da civilização. Esta cura esta associada a uma noção de bem viver ecológico que, na medida em que acredita poder resolver este conflito fundamental, termina instituindo não apenas um discurso político de novos pactos planetários em vista da regulação das relações sociedade e natureza, mas também inaugura um estilo de vida que, no plano individual, leva a incorporação de novos hábitos e atitudes em várias esferas da vida. Em todos estes hábitos e atitudes encontramos uma orientação comum que poderíamos denominar de uma ascese para uma vida virtuosa, saudável e em consonância com um ambiente igualmente são. (CARVALHO; STEIL, 2009, p. 84 e 85)

Koff (1995, p. 43) relata que "o tema educação ambiental precisa revelar a necessidade crescente de recuperação da qualidade de vida no planeta Terra", o que depende sobremaneira de uma nova forma de se considerar a natureza com os seus recursos livres, renováveis e não renováveis, em todos os segmentos da sociedade.
A partir dos grandes debates sobre o futuro do planeta e o papel que desempenham as novas gerações na manutenção e no uso sustentável dos recursos naturais, Cascino (1999, p. 18) diz que "a educação ambiental vem assumindo importante papel na consolidação de uma linguagem comum sobre questões ambientais, favorecendo os mais variados grupos de interesses e representações articuladas".
Cascino (1999, p. 18) diz ainda que "é papel da escola que esta ação seja contínua e abrangente e que contribua para que se torne uma preocupação permanente". As atividades que envolvem a educação ambiental devem estabelecer a interdependência entre o ambiente natural e o sociocultural, levando em conta aspectos éticos, ecológico, político, econômico, social, legislativo, cultural e estético, os quais são fundamentais para uma ação holística.
Destaca-se, neste trabalho, o aspecto cultural e estético, que no documento do MEC/SEMAM/IBAMA apresenta a seguinte orientação:

> Cultural e estético – promoção e proteção do patrimônio cultural, entendido como os bens de natureza material ou não, tomados individualmente ou em conjunto, correspondentes à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, criações cientificas, artísticas e tecnológicas; obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico e científico. (MEC/SEMAM/IBAMA, 1991, p. 8)

Portanto, a abordagem da educação ambiental deve ser interdisciplinar, ou seja, abordar um determinado tema sob o ângulo biológico, físico, químico, cultural e analisar seus reflexos sobre a sociedade.
Silveira (2009, p. 375) reflete que "a educação ambiental surgiu enquanto campo do conhecimento com o intuito de questionar valores, buscar novas posições do ser humano em relação ao ambiente e, com isso, levar a um posicionamento ético". Assim, o autor afirma que novas possibilidades têm surgido como importantes aportes, como aquelas que expandem o campo da educação ambiental, privilegiando novos diálogos com campos como a Filosofia, a Sociologia e a Arte.
É justamente neste último que focamos nossa atenção, na dimensão estética da educação que considera a necessidade de buscar, na ressensibilização do ser humano, através da criação de novos espaços de subjetividade e modos de viver, uma alternativa ao enrijecimento do humano pela atitude fria da racionalidade técnico-científica moderna, que permeia toda a sociedade e faz-se presente também no campo educacional.
Nesse sentido, Silveira (2009, p. 379) diz que "a educação estética possibilita esse reencontro com o mundo que nos cerca, tornando o ser consciente do lugar que habita e que o circunda". Em um segundo momento, esse reencontro possibilita o despertar de dimensões há muito adormecidas e que são essenciais na busca de um ser humano integral que possa agir nesse mundo. A educação estética propõe o reencontro do ser humano com suas dimensões e com o mundo que o cerca, com suas vivências e o reconhecimento do lugar habitado.
Silveira (2009, p. 379) conclui que "a educação ambiental, com este suporte estético, pode gerar um novo tipo de relação entre ser humano e ambiente" o que poderá efetivamente formar indivíduos aptos ao enfrentamento das problemáticas socioambientais.

> A educação estética ambiental considera que essencialmente estamos unidos à natureza, ao mundo, ao lugar habitado e que, se queremos atitudes maduras, ambientalmente corretas e eticamente responsáveis, não há como obtê-las partindo-se unicamente da ciência alicerçada na dimensão racional, e nem tampouco de discursos que não levem em consideração as histórias de vida e as vivências concretas dos sujeitos. Se a base de onde surge a relação ser humano-ambiente é o mundo da vida ou, como princípio, a natureza, o local onde se deve buscar essa nova relação é inicialmente na relação com o mundo. Ou seja, nenhuma educação será efetivamente ambiental – e nem mesmo educação – se não partir da realocação do ser humano no mundo (SILVEIRA, 2009, p. 379).

Rizzi e Anjos (2010, p. 29) escreveram um artigo apresentando algumas reflexões desenvolvidas ao longo de um trabalho de arte-educação e meio ambiente realizado no âmbito das ações do Instituto de Pesquisas em Ecologia Humana (IPEH), neste artigo os autores apontam que "vivenciar a qualidade estética é uma experiência que transborda para todas as áreas do ser e do conhecimento". A pessoa esteticamente "afinada" por suas referências pessoais e culturais torna-se mais atenta à percepção de si e do meio. Sabe como dar forma às sensações e idéias. Sabe discriminar, escolher, conceber e atuar.
Neste caso o pesquisador apresentou um projeto envolvendo artes-visuais e educação ambiental e obteve resultados importantes para a promoção da interdisciplinaridade no âmbito escolar, onde eles chamam atenção:

> O trabalho dos arte-educadores no sentido de despertar a consciência para o meio ambiente não é menos importante. Temos que nos aliar a outros especialistas – sociólogos, ecologistas, cientistas, geógrafos, bem como arquitetos, urbanistas, comunicadores, psicólogos sociais e antropólogos – na luta em busca do equilíbrio entre preservação e desenvolvimento, que conduz a uma melhor qualidade de vida e do meio ambiente natural. Os problemas do meio ambiente podem ser resolvidos apenas através de análise e decisões multidisciplinares. A educação ambiental somente terá sucesso se envolver um grupo multidisciplinar em processo interdisciplinar de ensino/aprendizagem (RIZZI; ANJOS, 2010, p. 29).

Sendo assim, Rizzi e Anjos (2010, p. 29) concluíram que "a perspectiva interdisciplinar para a promoção da educação ambiental deve perpassar todos os conteúdos e metodologias afins", sendo assim, é interessante programar na escola, atividades que desenvolvam essa faceta na formação do indivíduo com sentido de cidadania, ensinar educação ambiental é, principalmente, ensinar o respeito à vida e ao que com ela está relacionado.

Diante da proposta e objetivos deste trabalho pretendeu-se contribuir com a implementação e ampliação da discussão em torno das questões ambientais que abarcam em suas consequências todos os seres vivos. Intencionou-se que ao levar os sujeitos envolvidos na pesquisa a se engajarem com os trabalhos propostos, estes fossem provocados em suas noções de ambiente, elevando a compreensão, a sensibilização e a ação sobre esta necessária relação integrada do ser humano com a natureza, adquirindo uma consciência da intervenção humana sobre o ambiente.

Desejou-se, ainda, que o sujeito passe a questionar criticamente os valores estabelecidos pela sociedade; que durante o processo ele fosse capaz de construir o conhecimento e criticar valores a partir de sua realidade; fazendo associações das atitudes reflexivas com as ações, o pensar com o fazer.

4. Metodologia

Para a execução do projeto foi escolhida uma escola da rede estadual de educação, localizada na região oeste da cidade de Goiânia no estado de Goiás - Brasil.

O projeto foi desenvolvido com o auxílio e a parceria da professora de dança da escola em questão. Trabalhou-se nas oficinas para este projeto com uma média de 15 (quinze) estudantes. No entanto, apenas 7 (sete) estudantes participaram de todas as atividades propostas.

O perfil dos sujeitos que participaram de toda a pesquisa foi de estudantes do ensino fundamental e médio de uma escola pública estadual com idade entre 12 e 17 anos, todas do sexo feminino.

Foram selecionados 3 (três) locais, denominados de cenários, que foram visitados pelas estudantes participantes. Cada local tinha as seguintes características:

- cenário aberto conservado e limpo - Bosque dos Buritis;
- cenário fechado limpo e arejado - sala de aula;
- cenário fechado muito sujo - sala de aula.

Desenvolveu-se oficinas de dança com as estudantes, as quais tiveram o foco em questões ambientais adotando-se uma perspectiva interdisciplinar, utilizando o conteúdo específico de cada disciplina (biologia e dança), de modo a analisar os problemas ambientais por meio de uma ótica global e equilibrada. Segue abaixo as datas e as atividades trabalhadas em cada oficina (Quadro 1).

Após a realização das oficinas e das visitas aos cenários, aplicou-se um questionário que serviu para coletar informações sobre as noções de educação ambiental das estudantes participantes e as impressões que ficaram de cada experiência e oficina vivenciada.

A escolha pela aplicação do questionário deu-se por ser um instrumento que permite a coleta de dados e pode ser preenchido pelos próprios informantes, sem a presença do pesquisador. Na elaboração do questionário procurou-se relacionar cada item aos objetivos da pesquisa (PÁDUA, 1996, p. 66).

Foram elaboradas 10 (dez) questões com perguntas fechadas limitando as respostas às alternativas apresentadas. As perguntas se referiram a uma ideia de cada vez o que possibilitou uma única interpretação, respeitando o nível de conhecimento das informantes.

Nas questões pretendeu-se averiguar os seguintes pontos: os motivos da escolha das atividades com dança, se a dança traz algum beneficio para o indivíduo ou não, quais benefícios as atividades com dança trazem, se a dança trouxe alguma contribuição para o melhor entendimento sobre educação ambiental, apontar fatores que descrevesse a educação ambiental, se as oficinas de dança permitiram que expressassem sua relação e compreensão sobre o ambiente, quais sensações foram sentidas na dança realizada em cada cenário, que ações

o sujeito considera que contribua para o ambiente, qual o conhecimento e contato com a educação ambiental que a disciplina dança aliada à biologia trouxe para seu conhecimento e se as ações propostas nas oficinas promoveram educação ambiental aos sujeitos.

Durante a aplicação do questionário não houve influência da pesquisadora, mas um distanciamento no sentido de se obter respostas honestas que pudessem, de fato, contribuir com a pesquisa. Espera-se entender se todo este processo contribuiu ou não para que o estudante entenda melhor seu ambiente e o estimule a ter ações educativas, positivas e conscientes.

Acredita-se ser este um caminho proveitoso e que utiliza meios educativos para uma real abordagem dos problemas ambientais enfrentados pela sociedade onde as estudantes estão inseridas, de modo que estas puderam vivenciar um método que transmitiu o conhecimento sobre a educação ambiental por meio de atividades práticas as levando a refletir sobre suas experiências pessoais.

Quadro 1: Atividades desenvolvidas nas oficinas.

DATA	AÇÕES	ETAPAS DA AULA
16/09/2013	Realização da 1ª oficina de dança do projeto de pesquisa.	- Foi perguntado aos alunos: qual a importância de se estudar o meio ambiente? Qual a relação entre dança e meio ambiente? - Aquecimento corporal: andar pela sala, alongar partes do corpo, correr, dinâmica "o mestre mandou". - Andar pela sala e dar comandos de palavras relacionadas ao meio ambiente, os alunos tinham que faz poses que lembrassem a palavra sugerida. - Proposta em grupo: em um grande circulo, cada dupla entra na roda e faz uma figura única sobre as palavras sugeridas. - Distribuídos em quatro grupos os alunos tiveram que escolher uma das palavras que foram ditas durante a aula pela pesquisadora, aquela que mais chamou a atenção, a partir disto tinham que fazer uma pequena sequência coreográfica sobre a palavra escolhida em cima da música sugerida pela pesquisadora. As palavras escolhidas pelos grupos foram: árvore, furacão, arco-íris e deserto. As sequências coreográficas criadas pelos alunos foram filmadas.
18/09/2013	Realização da 2ª oficina	- Nesta oficina continuou-se a proposta iniciada na oficina anterior, sendo que o começo dos trabalhos partiu das sequências coreográficas que já haviam sido criadas pelos alunos na aula anterior. - Lembrou-se das palavras escolhidas por cada grupo na oficina anterior e foram juntadas cada sequência coreográfica de cada grupo criando-se, então, uma coreografia única em que todos puderam dançar e interpretar no próprio corpo as palavras relacionadas a temas ambientais que foram propostas desde a aula anterior e também nesta aula.
30/09/2013	Realização da 3º oficina	- Neste dia foi promovida a visita com sete alunas ao cenário do Bosque dos Buritis. Permaneceram por um período da tarde entre as 14:00h e 17:00h no Bosque onde a proposta era fazer a apresentação da dança que foi desenvolvida durante as oficinas anteriores e fazer um passeio dirigido no parque. As alunas ficaram bem livres e soltas e não tiveram dificuldade de dançarem ao ar livre. - Foi sugerido que elas dançassem, inicialmente, sem música e depois com musica. Elas dançaram em três lugares diferentes dentro do bosque onde pessoas transitavam e observavam a dança exibida.
04/10/2013	Realização da 4º oficina	- Numa sala de aula bem limpa, arejada e organizada fez-se o aquecimento por meio de direcionamentos para movimentarem-se na sala, fazendo os gestos e movimentações que lembrassem elementos da natureza. - Nesta aula foram feitas atividades relembrando a proposta que já havia sido trabalhada na primeira oficina, mas desta fez utilizando palavras e comandos dados pelos próprios alunos e por meio do trabalho em grupo, unindo o que cada um criava. - Os alunos dançaram nesta sala de aula limpa a mesma coreografia que dançaram no bosque dos buritis. - Exibiu-se o vídeo "A origem das coisas" retirado do you tube. - Fez-se uma roda para promover um debate sobre as impressões dos alunos sobre o vídeo apresentado e suas opiniões em relação ao assunto abordado.
07/10/2013	Realização da 5º oficina	- Nesta oficina os alunos visitaram o 3º cenário proposto pela pesquisa, que foi a sala de aula muito suja, a pesquisadora espalhou pela sala o lixo que havia sido lançado nas lixeiras de outras salas de aulas da escola, dentre o lixo espalhado havia material plástico, restos de comida, papel, objetos diversos. - Nesta sala suja, mal cheirosa e abafada os alunos tiveram que fazer a oficina de dança proposta e dançar a mesma coreografia que foi dançada no bosque dos buritis.
09/10/2013	Aplicação do questionário	Aplicou-se o questionário para coletar informações sobre as noções de educação ambiental dos estudantes participantes e as impressões que ficaram de cada experiência e oficina vivenciada.

Após a realização das atividades propostas pelo projeto e à aplicação do questionário, analisaram-se as respostas obtidas pelos sujeitos participantes da pesquisa tornando possível uma melhor compreensão dos objetivos intencionados.

5. Resultados e discussão

A seguir serão apresentados os dados das respostas obtidas e seus gráficos, revelando a opinião e pensamento destas estudantes com relação à suas experiências vivenciadas nas atividades de dança com foco na promoção da educação ambiental.
A questão 1 perguntou o por que da escolha da dança como atividade na escola. 90% das estudantes responderam porque gostam de dançar e 10% responderam por se sentirem a vontade quando dançam.

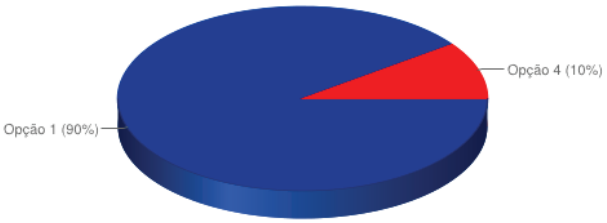

Figura 1 – Representação das respostas dadas a pergunta 1 do questionário: Por que você escolheu a dança como atividade na escola?

A questão 2 perguntou se, para as estudantes, a dança traz algum benefício, 100% das respostas disseram que sim.
A questão 3 pediu para que as estudantes apontassem quais dos benefícios apresentados eram os mais significativos para as estudantes, 28% disseram que se sentem melhor fisicamente, 44% disseram que se sentem mais tranqüilos, calmos e felizes e 28% disseram que a dança as fazem ver o mundo de forma diferente.

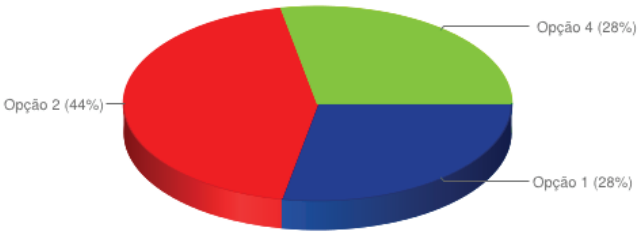

Figura 2 – Representação das respostas dadas a pergunta 3 do questionário: Em caso afirmativo a pergunta acima, dentre as opções abaixo, aponte o benefício mais significativo para você.

Dançar é um ato natural e que faz parte da cultura e manifestações humanas, portanto, gostar de dançar e assistir dança é muito comum sendo uma atividade prazerosa e lúdica que gera vantagens ao corpo humano e à socialização.
Vargas (2007, p. 82) apresenta características que fundamentam a importância do aspecto lúdico do movimento, sendo "um regulador de energia, fonte de prazer, de tolerância e de comunicação, ajudando a estruturar a personalidade, equilibrar as carências afetivas e de relacionamento social".
O ambiente de dança pode integrar o indivíduo e o acolher, pois a dança proporciona satisfação e recreação, aliviando as tensões, restaurando o equilíbrio emocional, desbravando as preocupações dos estudantes. Portanto, a atividade lúdica tem um aspecto terapêutico por meio de atividades criativas e expressivas que buscam ajudar o individuo a transbordar seus limites, possibilitando uma melhor relação consigo mesmo, com o outro e com o ambiente. Resgatando e implementando atividades de dança na escola possibilita-se a continua formação integral de estudantes.
A dança apresenta um grande potencial educativo e "seu ensino prevê a utilização consciente do movimento para expressar ideias, sentimentos, emoções pensamentos ou ainda princípios filosóficos, sociais e políticos"

(Vargas, 2007, p. 31).
Santiago (1985 apud Vargas, 2007, p. 31) adverte que "convém ter presente a educação pelo movimento, sendo uma alternativa que se oferece ao individuo dentro do âmbito escolar, para que alcance a mais plena e significativa manifestação de si próprio, de seu ser pessoal". Vargas (2007, p. 31) diz que "a dança é capaz de ser mediadora no processo de construção de um ser humano mais sensível, critico e autônomo".

Figura 3 – Fotografias da 4º oficina: aquecimento fazendo gestos e movimentações que lembrassem elementos da natureza. Debate sobre as impressões dos alunos a respeito do vídeo apresentado "A Origem das Coisas".

Quando perguntadas, na questão 4, se a dança trouxe alguma contribuição para o entendimento sobre educação ambiental, 100% das estudantes afirmaram positivamente.
Estas afirmações positivas remetem à fala de Marques (2010, p. 174) quando ela sugere que "as aulas de dança possam estabelecer vínculos abertos e fluidos de compreensão, diálogo crítico e participação com o mundo, promovendo a compreender, dialogar e participar pela dança das questões sociais".
Ampliar o entendimento sobre educação ambiental por meio da arte da dança é possível, segundo Marques (2010, p. 174), "pois essa modalidade lúdica é uma importante ramificação das vivências sociais para que se possa entender, problematizar, articular, criticar e, eventualmente, transformar as relações sociais".
A autora enfatiza que propostas de ensino de dança devam abranger as questões sociais de nossa época.

> A fome, o desmatamento, o aquecimento global, as enchentes, a falta de saneamento básico, o abuso sexual, o tráfico de drogas, a violência urbana, os conflitos rurais e religiosos e tantas outras catástrofes sociais com as quais diariamente deparamos são faces de cotidianos concretos, palpáveis, presenciais. São realidades que entram no corpo, afetam-no, modificam o dia a dia das relações presenciais entre pessoas: deixam marcas indeléveis nos trajetos de vida de todos aqueles que coabitam entre espaços públicos e privados (MARQUES, 2010, p. 178).

Na questão 5 foi pedido que as estudantes apontassem um fator importante que descrevesse a educação ambiental. Nesta pergunta obteve-se 14% de respostas apontando a descrição sensibilizar sobre os problemas ambientais, 43% a descrição ajudar o meio onde vivo a ser melhor e 43% apontaram a descrição tomar conhecimento e ter uma ação positiva para com o ambiente.

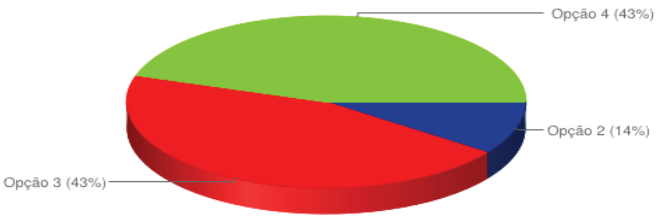

Figura 4 – Representação das respostas dadas a pergunta 5 do questionário: Aponte um fator importante para descrever a educação ambiental

A questão 6 perguntou às estudantes se o projeto de educação ambiental deu a elas a oportunidade de expressar sua relação e compreensão do ambiente, 100% responderam que sim. Guimarães (2003, p. 12) diz que "a educação ambiental pode ser concebida como um processo permanente em que os indivíduos tomam consciência de seu meio e adquirem os conhecimentos, os valores, as competências, as experiências e também, a vontade capaz de fazê-los atuar, individualmente e coletivamente, para resolver os problemas atuais e futuros do meio ambiente".
A questão 7 relembrou as estudantes das experiências nas apresentações de dança nos cenários "Bosque dos Buritis" e "Sala de Aula Limpa" pedindo para que apontassem uma opção que expressasse a sensação sentida nestas experiências. 57% disseram que se sentiram livres e dispostas e 43% disseram ter se sentido em contato com o ambiente.

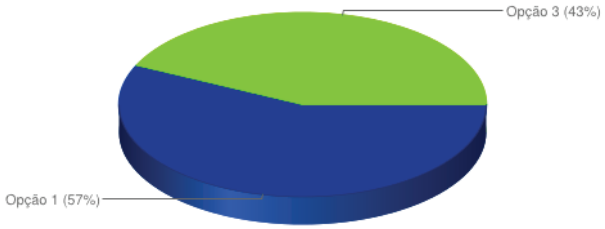

Figura 5 – Representação das respostas dadas a pergunta 7 do questionário: Nos cenários "Bosque dos Buritis" e "Sala de Aula Limpa" houve a realização de dança. Aponte uma opção que expresse a sensação sentida nesta experiência.

Na questão 8 foi pedido que as estudantes apontassem uma opção que expressasse a sensação sentida nas experiências com dança no cenário "Sala de Aula Suja", para esta pergunta 14% disseram que se sentiram livre e disposta, 57% disseram que se sentiram incomodadas e indispostas e 29% afirmaram que se sentiram em contato com o ambiente

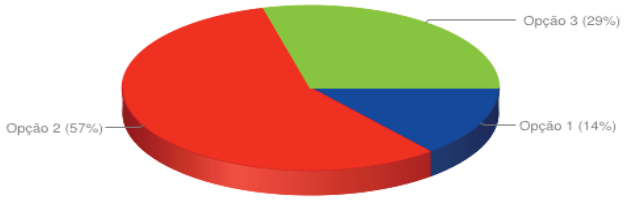

Figura 6 – Representação das respostas dadas a pergunta 8 do questionário: No cenário "Sala de Aula Suja" houve a realização de dança, aponte uma opção que expresse a sensação sentida nesta experiência.

Percebeu-se nas respostas dadas pelas estudantes uma diferença nas sensações sentidas durante a execução da dança nos cenários Bosque dos Buritis e Sala de Aula Limpa para as sensações sentidas no cenário Sala de Aula Suja, a liberdade e disposição que o ambiente limpo e cheio de natureza provoca é bem diferente da sensação de desconforto, incomodo e indisposição que um ambiente sujo, poluído e agredido pode gerar nas pessoas.
Ficou perceptível a reação das estudantes com a execução da dança nos diferentes cenários, a expressão corporal não foi a mesma e a entrega ao trabalho não foi o mesmo. Na visita ao Bosque dos Buritis as alunas fizeram questão de dançar sem música na primeira vez, disseram que queriam dançar ouvindo os sons que vinham da água, do vento, e de outros elementos naturais presentes no Bosque. Quando chegaram ao Bosque um dos relatos que logo saíram foram que não era comum a elas observar com era boa a sensação de estar em um local cheio de natureza, as estudantes não tinham o costume de simplesmente observar e sentir o ambiente. No cenário sala de aula suja, ficou evidente o desconforto, a indisposição ao trabalho de executar a dança, e como o mau cheiro e a sujeira no chão da sala provocou nas estudantes uma expressão corporal diferente da

percebida no Bosque dos Buritis, ou seja, uma atitude corporal e verbal que expressava a falta de vontade de se submeter àquela situação. Mesmo desconfortáveis as estudantes fizeram a proposta e dançaram pisando em lixo numa sala com pouca ventilação, não arejada e mau cheirosa.

Guimarães (2003, p. 22) faz uma interessante reflexão defendendo que "o conteúdo que respalde a relação educação *versus* meio ambiente deve nascer da reflexão sobre a realidade, que dirige a percepção e gera a prática". Um método para a educação ambiental seria uma metodologia de ação, de forma a tirar o aluno da posição de mero espectador da realidade que o cerca para colocá-lo como um real participante dessa realidade, permitindo ao aluno desenvolver o pensamento reflexivo e critico.

Nestas atividades propostas, abordadas pelas questões 7 e 8, visou-se um nível interdisciplinar e extra-escolar, estimulando vivências que puderam nortear as reações das estudantes envolvidas, e permitindo reflexões que pudessem nortear suas reações futuras.

Figura 7 – Fotografias da visita ao Bosque dos Buritis em Goiânia em 30/09/2013

A questão 9 solicitou às estudantes para que apontassem uma ação que demonstre uma boa atitude na maneira de pensar, agir e ver o meio ambiente. 71% apontaram cuidar do descarte do lixo que produzem em seu dia a dia e evitar o consumismo e 29% apontaram cuidar mais do lugar onde vivo para melhorar a própria qualidade de vida e das pessoas com quem convivem.

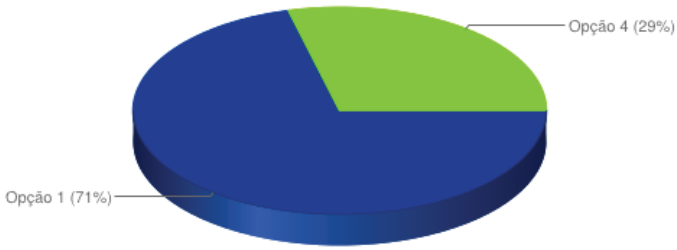

Figura 8 – Representação das respostas dadas a pergunta 9 do questionário: Aponte uma ação que demonstre uma atitude boa na maneira de pensar, agir e ver o meio ambiente.

Esta notável preocupação com o uso e descarte dos bens de consumo refletiu os debates realizados durante a pesquisa com as estudantes. Esta preocupação é reforçada pela fala de Guimarães (2003, p. 13) que diz que:

> O consumismo intenso valoriza a acumulação material, a competição exacerbada, o individualismo egoísta e vende uma ilusão alienante de crença na viabilidade desse modelo, que jamais poderia ser alcançado pelo conjunto da população planetária ou ate mesmo pela grande maioria das nações existentes. Não há como se pretender que, dentro dessa estrutura, todas as nações atinjam o mesmo nível de desenvolvimento e o mesmo padrão de consumo dos atuais países desenvolvidos, sem que isso não resultasse em graves conseqüências ambientais (GUIMARAES, 2003, p. 13)

A questão 10 finalizou o questionário pedindo para que as estudantes marcassem a opção que melhor descrevesse a contribuição que a dança trouxe em relação à educação ambiental. 29% afirmaram que a noção e percepção sobre o meio ambiente foi mudada, 29% disseram que compreendem melhor a relação do homem com o meio ambiente, 13% afirmaram estar mais sensibilizado sobre as questões ambientais e 29% disseram estar mais dispostos a mudar a suas atitudes ambientais.

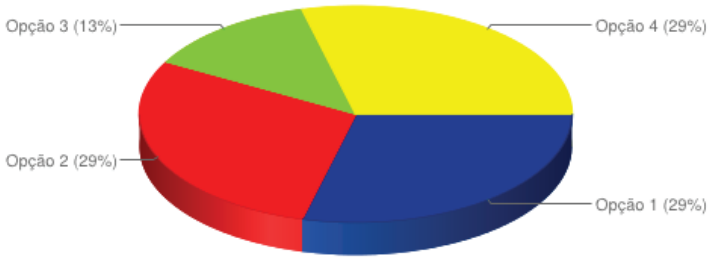

Figura 9 – Representação das respostas dadas a pergunta 10 do questionário: Após a realização das oficinas, das discussões e das visitas aos cenários propostos marque a opção que melhor descreve a contribuição que a dança trouxe sobre a educação ambiental.

Para Tozoni-Reis (2004, p. 30), "conscientização é um processo de reflexão histórica e ação concreta que implica opções políticas e articula conhecimentos e valores para a transformação da relação homem-natureza". A autora diz que a educação ambiental é uma mediadora dessa relação (homem-natureza) se estabelecendo sobre a ideia de conscientização, na articulação entre conhecimentos, valores, atitudes e comportamentos, podendo promover a transformação da sociedade atual, rumo à sustentabilidade. Esta foi a ideia que se intencionou passar pelos procedimentos adotados nesta pesquisa, provocar conscientização visando mudança de comportamentos e reflexão sobre as ações para com o ambiente.

6. Considerações finais

O tema trabalhado durante todo este estudo não era uma novidade para as participantes, percebeu-se que já havia nelas uma opinião sobre o assunto e alguns princípios pré-formados sobre a preocupação central da educação ambiental.

Mesmo diante destas noções que já existiam sobre atitudes corretas a fazer, identificou-se que faltava estímulo a práticas nas ações cotidianas sobre o cuidado com o ambiente e atenção com sua preservação. No entanto, no decorrer do desenvolvimento das ações e na observação dos resultados obtidos em cada resposta dada ao questionário pode-se considerar que as estudantes que participaram da pesquisa assimilaram bem a proposta.

O envolvimento e participação ativa de cada uma das participantes proporcionaram resultados genuínos e satisfatórios levando a uma reflexão sobre as possibilidades do uso de metodologias diferenciadas que levem à disseminação da educação ambiental nas escolas.

Verificou-se que os campos da educação ambiental e da dança apresentam muitas relações diretas. O desejo de um início de um novo relacionamento com o mundo a partir de experiências concretas foi possível pela redescoberta e a reflexão das próprias possibilidades de movimento partindo-se do olhar sobre o ambiente habitado, passando pela experimentação no próprio corpo até se chegar a uma problematização crítica, pautada na ética e na análise de contextos sociais atuais.

Identificou-se que por meio da dança é possível provocar uma atitude pró-ativa, esta se originou nos sujeitos participantes nas proposições das oficinas de dança, contribuindo frente às desmotivações muitas vezes enfrentadas por educadores na tentativa de se ensinar educação ambiental no contexto escolar.

Os exercícios, jogos e atividades corporais propostos pela dança foram carregados de princípios que nortearam as atividades e que possibilitaram um inicio de uma relação mais profunda com a educação ambiental, consolidando conceitos, mas principalmente vivencias que foram experimentadas na pele, aflorando sujeitos mais conscientes e dispostos a tomar atitudes práticas que beneficiem o ambiente e a si próprios.
Com isso, pode-se pontuar que as ações de educação ambiental, desenvolvidas conjuntamente com os jogos, exercícios e construções possibilitadas pela dança, permitem contextualizar e materializar as discussões acerca deste tema, especialmente proporcionando a criação de novas subjetividades e um desengessamento do modo de viver e se relacionar com o mundo.
Sabe-se que, os objetivos intentados e os resultados obtidos nas práticas desta pesquisa não refletem toda uma realidade no contexto de todas as escolas, por se tratar de um projeto desenvolvido com um pequeno grupo de estudantes que se identificaram com a proposta em uma única escola publica estadual.
No entanto, pretendeu-se conhecer melhor as possibilidades que a dança pode trazer no ensino e assimilação da educação ambiental, estimulando que outras futuras pesquisas possam também se engajar para o oferecimento de novos dados e contribuições para a sociedade, melhorando a relação integrada do ser humano com a natureza.

7. Referências bibliográficas

BRASIL. (1988), *Constituição. Do Meio Ambiente*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, Cap. 6, p. 146-147.

BRASIL. (2003), *Programa Nacional de Educação Ambiental. Documento em Consulta Nacional*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação.

BRASIL. (1997), *Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais*. Brasília: MEC/SEF.

CARVALHO, I. C. de M.; STEIL, C. A. (2009), "O habitus e a educação da percepção: fundamentos antropológicos para a educação ambiental". In: *Educação & Realidade* – Porto Alegre v. 34 n.3 set./dez.

CASCINO, F. (1999), *Educação ambiental: princípios, história e formação de professores*. 4. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo.

DANTAS, M. (1999), *Dança: o enigma do movimento*. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS.

GUIMARAES, M. (2003), *A Dimensão ambiental na educação*. 5. ed. Campinas, SP: Papirus Editora.

KOFF, E. D. (1995), *A questão ambiental e o estudo de ciências – algumas atividades*. Goiânia, GO: UFG.

MARQUES, I. A. (2007), *Dançando na escola*. 4. ed. São Paulo, SP: Cortez Editora.

MARQUES, I. A. (2010), *Linguagem da dança: arte e ensino*. 1. ed. São Paulo, SP: Digitexto.

MEC/SEMAM/IBAMA. (1991), *Educação ambiental: projeto de divulgação de informações sobre educação ambiental*. Brasília.

MEDINA, N. M.; SANTOS, E. da C. (2008), *Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

OSSONA, P. A (1998), *Educação pela dança*. São Paulo: Summus.

PÁDUA, E. M. M. (1996), *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática*. Campinas, SP: Papirus.

PEDRINI, A. de G. (org.). (1997), *Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

RIZZI, M. C. S. L.; ANJOS, A. C. C. (2010), "Arte-Educação e meio ambiente: apontamentos conceituais a partir de uma experiência de arte-educação e educação ambiental."
ARS vol.8 nº.15 São Paulo. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-53202010000100003&script=sci_arttext
[Consultado em: 04-4-2013].

SILVEIRA, E. (2009), "A arte do encontro: a educação estética ambiental atuando com o teatro do oprimido". In: *Educação em Revista* - Belo Horizonte v.25 n.03 p.369-394 dez.

TOZONI-REIS, M. F. de C. (2004), *Educação ambiental: natureza, razão e história*. Campinas, SP: Autores Associados.

VARGAS, L. A. M de. (2007), *Escola em dança: movimento, expressão e arte*. Porto Alegre: Meditação.

Desenvolvimento sustentável, sociedades e saberes tradicionais associados à biodiversidade[1]

Márcia Rodrigues Bertoldi[2]

Yasmin Seoane[3]

Resumo: Os saberes ou conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade das sociedades ou comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, etc.) são um patrimônio de soberana importância à sobrevivência da vida na Terra, especialmente porque essas sociedades são as conhecedoras por excelência do meio em que habitam, da biodiversidade e das melhores formas de conservá-la e utilizá-la sustentavelmente. Promovem o ideado desenvolvimento sustentável. O texto enfrenta a temática das sinergias entre as sociedades tradicionais, seus saberes e a promoção do desenvolvimento sustentável. Tem como objetivo expor as intrínsecas relações entre a sociobiodiversidade, entendida como a afinidade entre os sistemas ambiental (em especial dos elementos que compõem a biodiversidade) e cultural/social (povos, sociedades ou sociedades tradicionais e seus saberes associados à biodiversidade) e sua potência para promover ou servir de panorama ao estabelecimento de instrumentos e valores universais necessários à implementação do princípio/objetivo/programa/paradigma e direito ao desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: biodiversidade; saberes tradicionais associados; direito socioambiental; desenvolvimento sustentável

Introdução

Desde o surgimento da escrita, em torno de 4000 aC, a humanidade procura empregar mecanismos eficazes a fim de registrar seus pensamentos, suas ações, crenças, lembranças. De todas as informações geradas em um determinado tempo histórico, somente constituem a cultura aquelas que tenham sido de alguma ou outra forma arquivadas, conservadas e/ou transmitidas, adquirindo a capacidade de contribuir para o estabelecimento do que se convenciona como memória social ou coletiva[4] ou patrimônio cultural imaterial: uma informação legada que retro-alimenta e avança, provoca sentidos, ressemantizações, subsiste aos tempos e espaços que lhe são específicos.

---

1 Apresentação de trabalho e participação possibilitado através de recursos do AEX-CAPES. Trabalho realizado no âmbito do Edital MCTI/CNPQ/Universal 14/2014 -QUILOMBOLAS DO SUL DO RIO GRANDE DO SUL: SEUS SABERES E EFETIVAÇÃO DA CONTINUIDADE CULTURAL COMO SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

2 Doutora em Direito pela Universidade de Girona e Universidade Pompeu Fabra. Professora na Universidade Federal de Pelotas. marciabertoldi@yahoo.com.

3 Graduanda do Curso de Direito da UFPEL. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. yasminseoane@hotmail.com

4 O sentimento de pertença a um grupo não pressupõe a presença atual de seus membros. Suas influências podem permanecer vivas, orientando o olhar do memorialista sobre o passado. Ainda assim, o apoio coletivo à memória é mais vigoroso quando envolve a presença sensível de antigos companheiros e suas marcas no entorno. A materialidade como que incrementa a presença do grupo em pensamento. A convivência entre antigos companheiros nutre a comunicação entre visões de mundo que se limitam, se conformam e se interpenetram. O passado permanece então em contínua reconstrução pela memória coletiva (FROCHTENGARTEN, 2005).

Uma das inumeráveis memórias coletivas são os conhecimentos ou saberes tradicionais[5] associados à biodiversidade, os conhecimentos, as inovações e práticas consuetudinárias que usam recursos da biodiversidade. Em sua maioria, tais saberes, pertencentes a sociedadestradicionais, encontram-se nos denominados países megadiversos, aqueles que possuem grande concentração de espécies da flora, fauna e ecossistemas do planeta (70% do total).

Durante séculos, estes povos sofreram incontáveis expropriações e com isso perderam, para as indústrias farmacêutica, de cosméticos, agrícola, entre outras, seus conhecimentos milenários e intergeracionais acerca de como utilizar e transformar um recurso em bem ou serviço ao ser humano e à natureza.Assim, sofreram e sofrem impactos culturais, sociais, econômicos e ambientaissobre suas leis, que não existem por escrito,que não são ditadas por um poder.

Com a entrada em vigor da Convenção sobre a diversidade biológica (CDB) em 1993 o peculiar predicado desses saberes desfrutou de um horizonte de possibilidade deproteção jurídica. Resulta que por primeira vez na esfera jurídica internacional, os saberes tradicionais receberam o devido reconhecimento e proteção, tanto no preâmbulo como em artigo próprio (8j).

No preâmbulo, a CDB proclama a estreita dependência dos recursos biológicos aos saberes tradicionais em se tratando da conservação e utilização sustentável da biodiversidade e no artigo 8j incita os Estados Parte a respeitar, preservar e manter estes saberes, bem como a criar mecanismos para repartir justa e equitativamente os benefícios derivados do uso, o que abrange um sistema de direitos de propriedade intelectual.

Em 2003, uma vez mais esses saberes foram olhados juridicamente. A Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial contempla os saberes tradicionais associados à biodiversidade e promove o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Ademais, o Estado brasileiro, desde 1988 com a promulgação da Constituição Federal, vem cumprindo com o dever de tutela, ao menos em previsão legal. Enquanto o artigo 215 protege as manifestações culturais, o 216 elenca os componentes do patrimônio cultural, material e imaterial.

O presente trabalho analisa a proteção dos conhecimentos tradicionais das sociedadestradicionais, associados ao uso da biodiversidade, a partir de um marco teórico jurídico, apresentando e discutindo alguns possíveis instrumentos para o resguardo desses saberes, não raras vezes ancestrais, transmitidos oralmente de geração em geração e que constituem um patrimônio cultural imaterial capaz de instrumentalizar o desenvolvimento sustentável.

1. A biodiversidade e os saberes tradicionais associados

O conceito de biodiversidade ou diversidade biológica compreende três elementos objetivos ou dimensões: a diversidade de espécies da fauna, da flora e de microorganismos, a diversidade de ecossistemas e a diversidade genética dentro de cada espécie, ou patrimônio genético. A este conceito se soma um elemento adjetivo, o conhecimento tradicional das sociedadestradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, seringueiros, pescadores, entre outros). Nesse sentido, “o conceito abrange uma quarta dimensão, a cultural, representada pelos valores, visões de mundo, conhecimentos e práticas que têm íntima relação com o uso direto e os processos relacionados à biodiversidade” (SOUZA, 2009:72).

Pode-se afirmar que a biodiversidade é a total variedade de espécies, seus genes e ecossistemas do Planeta, os quais constituem uma das propriedades fundamentais do meio ambiente e do equilíbrio da biosfera, assim como das relações entre todos os seres vivos, visto que seus componentes formam um processo sistêmico ou holístico da vida. É fonte de desenvolvimento humano mediante as atividades agrícola, pesqueira, florestal, e sobretudo da indústria biotecnológica.

5Manuela Carneiro da Cunha entende e utiliza a expressão*saber local* porque, a meu ver, embora a expressão englobe a de saber tradicional ou de saber indígena, ela se presta menos a confusões. A escolha dos termos não é fortuita. Saber local, como aliás qualquer saber, refere-se a um produto histórico que se reconstrói e se modifica, e não a um patrimônio intelectual imutável, que se transmite de geração a geração” (DA CUNHA, 1999).

Assim, pode ser definida como a vida sobre/na/da Terra e o bem mais valioso, junto à água, que dispomos. Este valor é o resultado dosaspectos ecológico, social, econômico, científico, cultural, histórico, geológico, espiritual, recreativo eestético que compõem esse elemento ambiental.

Como antes dito, à biodiversidade se soma um elemento adjetivo, imaterial ou intangível e essencial à sua conservação e uso sustentável: o conhecimento, inovações e práticas tradicionais das sociedadestradicionais. Esse elemento compreende:

> desde técnicas de recursos naturais até métodos de caça e pesca, conhecimentos sobre os diversos ecossistemas e sobre propriedades farmacêuticas, alimentícias e agrícolas de espécies e as própriascategorizações e classificações de espécies de flora e fauna utilizadas pelas populações tradicionais (SANTILLI, 2005: 192)

Também, se refere ao extrativismo, uso e conhecimento de fibras, sementes, óleos, resinas; ao conhecimento e manejo do solo, da água e sua função; a tecnologias de feitura de casas, instrumentos de trabalho; ao conhecimento sobre os astros, planetas, satélites e sua relação com as práticas espirituais e místicas; à produção artística e visão estética originárias do uso de recursos naturais, tais como tinturas, cerâmicas, etc (DIEGUES E ARRUDA, 2001:71). Em suma, um amplo conhecimento do mundo natural e sobrenatural.

Mas talvez este saber seja utilitariamente marcante na indústria farmacêutica. É sabido que o mercado de medicinas é um usuário em potencial de recursos biológicos e,consequentemente, de conhecimentos, práticas e inovações relacionados ao uso da biodiversidade gerados por sociedades tradicionais. Estima-se que 40% dos remédios derivam de fontes naturais.Entre inúmeros exemplos, podemos citar uma proteína extraída da enzima de uma rã (*Phyllomedusaoreades*) que vive no cerrado brasileiro e que pode ser a chave para a cura do mal de Chagas.

Cabe entender que são sistemas que evoluíram simultaneamente, o biológico e o cultural[6]; portanto, não se pode conceber conhecimentos tradicionais e biodiversidade senão que sistemicamente. São sistemas inseparáveis, complementares, organizados e dinâmicos: mais do que nunca a natureza não pode ser separada da cultura e precisamos aprender a pensar transversalmente as interações entre ecossistemas, mecanosfera e Universos de referências sociais e individuais (GUATARRI, 1997: 25).

Essas sociedades, povos ou sociedades tradicionais, guardiãs de um rico saber, compartem estilos de vida particulares, fundados na natureza, no conhecimento sobre ela e nas melhores práticas para conservá-la e utilizá-la sustentavelmente, respeitando desse modo sua capacidade de recuperação e conservação. Diferentemente das sociedades capitalistas[7], pouco cobiçam a acumulação de riquezas materiais privilegiando a acumulação de saberes sobre o mundo natural – e também sobrenatural – com o fim de sobrevivência, os quais são transmitidos oralmente de geração a geração, constituindo um legado cultural e coletivoindispensável ao equilíbrio do Planeta e à promoção da justiça socioambiental das presentes e futuras gerações.

E essa justiça é a base da teoria da equidade intergeracional que se "concentra na relação intrínseca que cada geração tem com outras, passadas e futuras, em quanto ao uso dos recursos naturais e culturais de nosso planeta" (BROW WEISS, 1999:54), ou seja, todos somos usuários e devedores de cuidado.

São sociedades vulneráveis, pois suas condições sociais, étnicas, culturais, econômicas e educacionais são distintas da sociedade envolvente, e juridicamente hipossuficientes, especialmente em relação à indústria bio-

---

6 Explica Flores (2004:43) que o processo cultural coincide com o processo de humanização, tanto da natureza humana (imaginário social e imaginário radical) como da natureza física e social (imaginário ambiental bio-socio-diverso) no marco de uma consideração relacional do conceito de meio ambiente. Através da construção cultural nos humanizamos, isto é, vamos adquirindo a capacidade de explicação, de interpretação e de transformação/adaptação do conjunto de relações que mantemos com os outros, com nós mesmos e com a natureza. (tradução da autora)

7"Dentro de uma perspectiva marxista (especialmente dos antropólogos neomarxistas), as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural; como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela idéia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos" (DIEGUES, 2001: 82.)

tecnológica, o que demanda legislação específica e suporte governamental.
Enquanto a CDB não apresenta uma definição sobre o tema, a que não obstante pode ser extraída do artigo 8j[8], a aplicação desse instrumento jurídico no Direito brasileiro, em tanto que obrigações dos Estados Parte a serem desenvolvidas posteriormente, se encarregou de determinar um conceito próprio: informação ou prática individual ou coletiva de comunidade indígena ou de comunidade local, com valor real ou potencial, associada ao patrimônio genético[9].
A CDB reforça a interdependência entre o conhecimento moderno e o tradicional e tenta conservar e defender este e seus titulares em razão dos acelerados processos de desaparecimento, dabiopirataria e, sobretudo, porque "a fonte mais importante da criação de valor é particularmente o saber vivo, que está na base da inovação, da comunicação e da auto-organização criativa e continuamente renovada" (GORZ, 2005: 20). Em síntese:"ironicamente, enquanto a sobrevivência cultural dos povos tribais e, em menor medida, os tradicionais se vê ameaçada, o mundo moderno reconhece e depende cada vez mais da sabedoria e perspectivas desses povos" (BROWN WEISS, 1999: 266).
Os saberes tradicionais associados à biodiversidade significam ricos acervos em perigo de extinção,que devem ser protegidos principalmente em razão das políticas culturais homogeneizantes, da ausência de recursos estruturais para sua permanência, experiência, valorização e compreensão/identificação pelas novas gerações e, inclusive, pelas crescentes dificuldades de transmissão e continuidade que também decorrem dos efeitos da globalização cultural. Do mesmo modo, em razão à prática da biopirataria.
Sobre este aspecto, KAMAU (2009:171) defende a ideia de conhecimento tradicional disseminado, conceito baseado no atual estado de distribuição de conhecimentos tradicionais no Quênia, não obstante aplicável em qualquer outro país. Segundo o autor, o conhecimento tradicional disseminado é aquele que, resultado da disseminação irrestrita e livre do conhecimento tradicional sobre um longo período de tempo não está mais sob o controle das populações tradicionais, é mantido de forma privada por entidades isoladas ou alienadas dessas sociedades que utilizam o conhecimento tradicional para auferir ganhos de maneira privada sem o reconhecimento das sociedadestradicionais e sua total exclusão na repartição de benefícios.Destarte, a consolidação normativa dessa idéia é perigosa; poderia legitimar a pilhagem ilegal dos saberes tradicionais.

> Ao mesmo tempo, o advento da biotecnologia moderna sublimou o valor do bioconhecimento na busca por soluções – nos campos da medicina, alimentação e agricultura, energia, entre outros – para satisfazer as intermináveis necessidades da sociedade contemporânea.Associedades tradicionais constituem importantes bioprospectores, posto que têm um conhecimento apurado acerca do terreno físico que habitam e dos recursos que nele se encontram, o que dista muito do que possam ter outros buscadores de tesouros genéticos.

2. A biotecnologia

Assistimos a mudanças muito significativas no desenvolvimento da humanidade, assim como no estado das funções ambientais do Planeta. Mas talvez, nenhuma foi tão prometedorae preocupante como a revolução biotecnológica. As suas técnicas e resultados poderiam assegurar ou arrasar a segurança alimentaria mundial, encontrar bons resultados ou criar enfermidades, degradar ou conservar o meio ambiente, permitir o desenvolvimento dos países do Sul, possuidores de biodiversidade, ou obstruí-lo.
A biotecnologia é toda a aplicação tecnológica que utilize sistemas biológicos, organismos vivos ou seus derivados, para fabricar ou modificar produtos ou processos para utilização específica (artigo 2.2 da CDB). Não obstante, é necessário fazer uma distinção entre a biotecnologia tradicional, a realizada pelos povos tradicionais, e a biotecnologia moderna, executada pelos 'engenheiros da vida', utilizando a expressão de RIFKIN (1999:30).

8(...) conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica (...).

9 Artigo 7°, inciso II da Medida Provisória 2186-16 de 23 de agosto de 2001 que regulamenta o acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado brasileiro.

A biotecnologia é uma técnica que vem sendo utilizada pelo homem há muitos séculos e permitiu o desenvolvimento da humanidade desde diferentes aspectos. Mediante técnicas tradicionais de fermentação que se utilizam de microorganismos (fungos e bactérias), foram produzidos alimentos básicos como o pão, o queijo, o iogurte, o vinho e a cerveja. Também, foi o método por excelência utilizado por campesinos para o melhoramento vegetal e animal, mediante sucessivas seleções genéticas dentro de uma mesma espécie, com vistas a desenvolver produtos alimentícios de melhor qualidade protéica, durabilidade, tamanho, colheitas mais rentáveis e resistentes a pragas e agentes externos[10]. Esta classe de biotecnologia, intimamente relacionada com o saber das sociedadestradicionais também logrou obter dos extratos de plantas, diversas medicinas (a penicilina, por exemplo).

A biotecnologia moderna já é o principal foco do mercado mundial do presente século, juntamente com as tecnologias da informação e comunicação. Consiste no resultado da técnica da engenharia genética: a atividade de manipulação de moléculas de ADN recombinante, ou seja, a agrupação artificial de moléculas ou partes de moléculas de ADN que não se encontram juntas na natureza e que se convertem numa nova combinação ou nível de variação, gerando assim os organismos vivos modificados (OVMs)[11]. Além da indústria agrícola, tem exponencial atuação na farmacêutica, cosmetológica, química e ambiental.

Assim é que os recursos genéticos e os saberes tradicionais, seja de como operar/desenvolver um produto ou coletar um recurso genético, adquirem especial relevância (econômica, científica e social) nesse novo Gênesis. São a matéria prima da indústria biotecnológica.

3. Os instrumentos normativos internacionais para o patrimônio cultural imaterial

1.1. A ocorrência nos saberes tradicionais

O denominado Patrimônio Cultural Imaterial (adiante PCI) pode ser qualificado como um conjunto de mentefatos de presumida espontaneidade e autenticidade, expressos ou materializados sob diversas e distintas formas que recebem a rotulação patrimonial. São informações registradas em materiais humanos ou tecnológicos que devem ser transmitidas em razão de seu interesse público intergeracional.

A própria definição de patrimônio contempla, em sentido figurado, a noção de riqueza, abundância, profusão. E o que se pode perceber na atualidade é exatamente esse uso desenfreado do desejo de patrimonializar, em determinar, quase sempre sem o apoio científico e a consulta pública, certos artefatosou mesmo mentefatos como bens de guarda permanente e legáveis que devem ser destinados, como herança, às futuras gerações. Essa assertiva, embora ingênua e redutora da problemática, não deixa de ser verdadeira e merecer uma reflexão.

Assim, qualifica-se o PCI como autêntico e espontâneo, vivo, constantemente recriado e reexperimentado que se transforma em registro mnemotécnico, em cultura transmitida principalmente através da oralidade, tendo a mente humana o seu principal repositório e os órgãos e membros humanos como os principais instrumentos de efetivação material, notadamente compartilhada, retro-alimentada e redimensionada coletivamente entre as gerações. Dessa forma, o patrimônio cultural é um elemento essencial à existência, às identidades coletivas, é base de crenças, tradições e costumes de distintos grupos humanos.

A Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial de 2003 define o PCI como as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as sociedades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (artigo 2.1).

---

10 Por exemplo, o milho domesticado pelos povos da América Central que mediante a seleção e cruzamento entre diversas linhagens desenvolveram espécies melhoradas que são tolerantes à seca e às altas temperaturas, resistentes a larvas e insetos daninhos e que possuem um melhor nível de rendimento de grãos.

11 Os casos mais conhecidos de OVMs são a soja RR (RoundupReady, fabricada pela Monsanto) que é o resultado de uma espécie de soja silvestre, na qual foi introduzida o gene de uma bactéria denominada A*grobacteriumsp* resistente ao agroquímico mais eficiente (o glifosato, também fabricado pela Monsanto) para combater as pragas que crescem nas plantações de soja; e o milho BT, produzido pela Novartis, que recebeu um gene da bactéria *BacillusThuringiensis* (BT) resistente aos insetos que arruínam as plantações dessa cultura.

Em verdade, o patrimônio imaterial é o saber, o conhecimento, o bem intangível armazenado na mente que se manifesta em produtos diversos (danças, ritos, artesanatos, medicinas, culturas agrícolas) e se transmite, via de regra, oralmente.
Entre outras expressões, o PCI se manifesta nos conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo (artigo 2.2 da mencionada Convenção). A página web da Unesco[12], relativa ao PCI, apresenta aesfera de entendimento desse campo: a sabedoria ecológica tradicional, os saberes indígenas, a etnobiologia, a etnobotânica, a etnozoologia, os sistemas de cura tradicionais e sua farmacopéia, rituais, usos alimentícios, entre outros. Deste modo, os saberes tradicionais associados à biodiversidade desfrutam de mais um mecanismo de proteção jurídica em âmbito internacional.
Sem embargo, na lista representativa[13] do patrimônio cultural imaterial não consta nenhum PCI relacionado ao uso da biodiversidade por sociedades tradicionais.

3.2. Proteção internacional: a Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial

A proteção internacional do patrimônio cultural tem suas origens tão logo decorrida a Segunda Guerra Mundial, com a Constituição da UNESCO, em 4 de novembro de 1946.
Durante a segunda metade do século XX, uma intensa atividade legislativa consolidou a proteção jurídica internacional do patrimônio cultural, o que de certa forma foi refletida e difundida nos direitos internos dos países membros da ONU. Vale recordar a Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais em países independentesde 1989, a Convenção para a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural de 1972 e a Recomendação da UNESCO sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular de 1989.
Não obstante, o patrimônio cultural entendido como imaterial ou intangível tão somente recebe proteção em instrumento jurídico internacional próprio no ano de 2006, com a entrada em vigor (20 de abril), da Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio imaterial, aprovada em 17 de outubro de 2003. A Convenção busca criar as condições necessárias para a identificação, salvaguarda e conservação, difusão e proteção do PCI interconectando-o com os patrimônios culturais materiais e naturais.
A dialética contemporânea que promove, por um lado, as inúmeras possibilidades de diálogos culturais e, por outro, a tirania de uma cultura sobre a outra, é prevista pela Convenção na adoção de um instrumento de caráter multilateral e juridicamente vinculante para a salvaguarda do PCI.
Os objetivos da Convenção são a salvaguarda[14], o respeito ao PCI das sociedades, grupos e indivíduos, a sensibilização no plano local, nacional e internacional em relação àimportância do PCI e a cooperação e assistência internacionais. Esses objetivos permitem a conservação da riqueza da diversidade humana e a promoção da criatividade, bem como ajusta o objetivo/princípio do desenvolvimento sustentável ao patrimônio cultural.

> Ainda que constitua um instrumento jurídico vinculante, seu cumprimento está condicionado ao tipo de disposições contidas em seu texto - composto por normas flexíveis (*soft law*), próprias dos tratados internacionais multilaterais - que evita utilizar palavras ou expressões que manifestam uma obrigação de resultado, mas sim de comportamento. Assim, recorre a expressões como ‘empreenderá esforços’ e ‘se empenhará’ em se tratando das medidas a serem tomadas no ordenamento interno dos Estados Parte.
> Se, por uma parte, estas características respeitam as capacidades particulares de cada Estado-Membro, por outra, podemfragilizaro conteúdo obrigatório da Convenção, de caráter mais preventivo que repressivo e composto mais de recomendações e compromissos que de obrigações. Esse tipo de normativa tem respaldo

---

12 UNESCO: http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=56.

13Esta lista é o objeto do artigo 17 da referida Convenção e constitui uma medida de salvaguarda para assegurar maior visibilidade do patrimônio cultural imaterial, aumentar o grau deconscientização de sua importância, e propiciar formas de diálogo que respeitem adiversidade cultural.

14 Entende-se por salvaguarda as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal – e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos. (artigo 2.3 da Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial).

em uma conduta ético-política, potencializada por uma expectativa positiva de cumprimento por todos os Estados, em um ambiente semelhante ao efeito dominó e em nossa opinião, passível de aplicação, observada a ética na conduta dos Estados.

Importante mencionar os mecanismos de aplicação dos objetivos da Convenção em nível nacional. Os Estados Parte deverão adotar medidas de salvaguarda do PCI, tais como identificar e definir os diversos elementos do PCI em seus territórios, inventariar esse patrimônio, adotar políticas de promoção da função do PCI, criar organismos capazes de salvaguardá-lo, entre outras. Ademais, deverá empreender esforços na educação, conscientização e fortalecimento de capacidades e possibilitar a participação das sociedades, grupos e indivíduos na salvaguarda do PCI.

Possui órgãos institucionais próprios – Assembléia Geral dos Estados Partes, Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do PCI e um Secretariado. Esses órgãos, ademais de suas funções específicas, têm a competência de desenvolver as disposições da Convenção e de orientar as Partes em seus trabalhos de execução ou, em outras palavras, a incumbência de proporcionar vitalidade e continuidade aos propósitos do texto.

3.3 A salvaguarda do PCI como preocupação comum da humanidade

O reconhecimento internacional do princípio dapreocupação comum da humanidade se concretizou na Rio/92. Entretanto, já havia sido utilizado na Resolução 43/53[15] da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre a proteção do clima mundial para as presentes e futuras gerações. Por sua vez, a Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial introduz o princípio em seu preâmbulo[16].

O referido princípio possui um vínculo estreito com outro anteriormente utilizado no Direito Internacional: o do patrimônio mundial da humanidade ou patrimônio comum da humanidade[17]. Nesse sentido, interessa destacar que:

> a noção de patrimônio comum da humanidade implica o reconhecimento da existência de certos interesses comuns e superiores que ultrapassam os objetivos imediatos e particulares dos Estados e comporta assim mesmo, a idéia de uma participação da Comunidade Internacional na gestão do patrimônio e no reparto eqüitativo de seus recursos, excluindo toda apropriação ou reclamação unilateral de soberania (ALTEMIR, 1992:31).

A adoção do princípio da preocupação comum da humanidade originou-se principalmente dos problemas que suscitavam o do patrimônio comum da humanidade[18] utilizado anteriormente, em matéria de recursos biológicos, pelo Compromisso internacional sobre recursos fitogenéticos e pelo projeto de Convenção internacional sobre diversidade biológica, proposto pela organização não governamental União Mundial para a Natureza (UICN).

Estes instrumentos, baseados na noção de patrimônio comum da humanidade, inspiravam a persistência pela internacionalização dos recursos biológicos, o que implicaria na liberdade de acesso de seus componentes tangíveis e intangíveis (recursos genéticos econhecimentos tradicionais). Consequentemente, a utilização deste

---

15 Esta Resolução reconheceu que as mudanças climáticas constituem uma preocupação comum da humanidade, dado que o clima é um elemento essencial da vida na terra. Posteriormente, este conceito foi reafirmado na Resolução 44/207. (Doc. A/RES/43/53).

16 "Consciente da vontade universal e da preocupaçãocomum de salvaguardar o patrimônio cultural imaterial da humanidade".

17 A expressão está presente, por exemplo, no preâmbulo da Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural de 1972.

18 SALOM (1997:101) sustenta que "a principal diferença entre o patrimônio comum da humanidade e a preocupação comum à humanidade reside na exploração dos recursos, já que o regime de patrimônio comum proíbe a apropriação dos recursos qualificados como patrimônio comum, enquanto que sob o regime de preocupação comum não existe proibição de apropriação em nome dos direitos soberanos dos Estados".

conceito seria incompatível com a faculdade dos Estados de regular o acesso aos recursos genéticos e saberes tradicionais situados em suas jurisdições, manifestada no artigo 15 §1º da CDB, e portanto de aceitá-lo ou denegá-lo,desviando, desta forma, qualquer possibilidade de livre acesso ou intervenção externa. No entanto, com o acolhimento do conceito de preocupação comum da humanidade, o país de origem do recurso genético e do saber tradicional delimitará a fonte geográfica exata do acesso, a titularidade e, consequentemente, terá legitimidade para reclamar e participar de forma justa e eqüitativa nos benefícios gerados do uso, objetivo econômico da CDB.

A Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial seguiu a nova tendência e contemplou a idéia de preocupação comum da humanidade, o que estabelece compatibilidade com a CDB no relativo à possibilidade de nacionalizar os recursos biológicos e os saberes atrelados a seu uso. Entendemos que o Brasil, ao adotar a MP 2.186/2001, compreende como bens nacionais os recursos genéticos e saberes tradicionais brasileiros.

4. Os instrumentos normativos nacionais: a medida provisória 2.186/2001 e a constituição federal de 1988

Afinal, o que temos em comum eu (Mário de Andrade, paulistano) e um seringueiro do Acre?

A indagação de Mário de Andrade revela a inquietação ainda contemporânea com os registros humanos, os artefatos e mentefatos que consolidam a existência de uma teia de informações coletivas que configuram a memória social transgeracional.

Os pouco mais de 500 anos de Brasil escrevem uma estimável diversidade cultural, o reflexo da cultura sempre viva, expressada em um patrimônio material e imaterial e revelada em edificações, monumentos, paisagens, costumes, saberes e práticas tradicionais de sociedades tradicionais.

A política de preservação do patrimônio cultural é hoje uma realidade. O processo de consolidação, iniciado no Brasil da década de 30 do século XX,com o modernista Mário de Andrade (Decreto-lei N° 25/37, a Lei Andradina), culmina na Constituição Federal de 1988 que estabelece ao Poder Público e à sociedade o dever de preservar o patrimônio cultural e descreve quais bens o constituem[19].

Instituída às pressas pelo Poder Executivo Federal, em razão de um contrato controverso de acesso ao patrimônio genético amazônico entre a Bioamazônia e a Novartis Pharma AG, em maio de 2000, a MP 2186-16 (MP) é a legislação emergencial que regula o acesso ao patrimônio genético situado no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva; a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; a repartição de benefícios e o acesso e transferência de tecnologias. Em verdade, implementa a cartilha ditada nos artigos 15§1º e 8j da CDB, ou seja, que os Estados devem instituir legislação que promova e direcione o acesso ao patrimônio genético e aos saberes tradicionais.

Os artigos 8º e 9º tratam da proteção ao conhecimento tradicional associado das sociedadestradicionais. O artigo 8º protege o conhecimento dessas sociedades contra a utilização e exploração ilícita. Ademais, confere às sociedades o direito de decidir sobre o uso de seus conhecimentose os reconhece como patrimônio cultural brasileiro.

Por sua vez, o artigo 9º estabelece os direitos das comunidades: ter indicada a origem do acesso ao conhecimento em publicações, utilizações, explorações e divulgações; impedir terceiros não autorizados de utilizar, realizar testes, pesquisas ou exploração relacionadas ao conhecimento tradicional associado; divulgar, transmitir ou retransmitir dados ou informações que integrem ou constituam o conhecimento e perceber benefícios derivados da exploração econômica.

Essa legislação ofereceu por primeira vez ao Estado Brasileiro, depois de 500 anos de apropriação indevida, sem anuência e participação nos benefícios, a possibilidade de evitar ou prevenir essa prática desprezível da biopirataria que prejudicou sobretudo sociedades amazônicas.

---

19 As formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (artigo 216 da Constituição Federal do Brasil de 1988).

O artigo 16§9 da MP determina que a autorização de acesso da comunidade tradicional está adstrita à anuência prévia, termo utilizado equivocadamente (KISHI, 2009:193) pela MP e que corresponderia ao princípio do consentimento prévio informado apontado na CDB. O consentimento prévio informado éuma espécie de pré-contrato de concessão, que é a base regulamentária ou a medida de controle do acesso aos recursos genéticos e permite ao provedor do recurso genético e, ou dos conhecimentos tradicionais associados negociar, em melhores condições, os termos do contrato de acesso e a repartição dos benefícios. Permite a troca de informações necessárias (sobre o uso, os métodos de coleta e o tratamento dos dados, os benefícios a serem gerados e os meios de recompensa, o lugar de origem do conhecimento, etc.) e a ampla participação na concordância ou não dos membros da comunidade.

Interessa destacar que, independentemente de haver ou não perspectivas comerciais, toda pesquisa científica que envolver o acesso a conhecimento tradicional associado, deverá ser autorizada pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), órgão de caráter deliberativo e normativo criado pela MP, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. A anuência prévia das sociedadestradicionais, quando o acesso envolver seus saberes e/ou componente do patrimônio genético situado em áreas sob sua posse ou propriedade, está investida de critérios estabelecidos em Resoluções do CGEN[20].

De certa forma, essas normas já configuram um meio de proteção dos saberes tradicionais, visto que conectam a autorização do acesso ao consentimento prévio informado, principal instrumento de garantia da repartição dos benefícios e do amparo à hipossuficiência das sociedades tradicionais que deverão ser assessoradas pelo CGEN.

Por último, cabe referir a proteção constitucional dispensada no artigo 216 sobre os elementos que constituem o patrimônio cultural e os bens de natureza material e imaterial. Os conhecimentos tradicionais se ajustam ao inciso II: os modos de criar, fazer e viver.Em palavras de Inês Soares:

> por isso, os conhecimentos tradicionais são considerados pelo ordenamento jurídico brasileiro como gênero cultural, que abriga elementos culturais (pesca, caça, saberes sobre propriedades medicinais de uma planta etc.) com potencialidade de serem bens culturais brasileiros. No entanto, vale destacar que, além do valor de referência ligado à seara patrimonial, os conhecimentos tradicionais são portadores de outros valores e interesses, também relevantes juridicamente, inclusive para a preservação de seus elementos: de manifestação cultural, de exercício de direitos intelectuais, de direito ao território em que vivem as comunidades tradicionais, entre outros (SOARES, 2009:35).

5. Outros instrumentos de proteção: intimidando a biopirataria

5.1 Os direitos de propriedade intelectual e o sistema *sui generis*

O Direito reconhece e regula a propriedade intelectual, o direito de autoria e cria mecanismos para o reconhecimento e a tangibilidade de idéias advindas da ciência e tecnologia, mas é tímido em relação à criação cultural coletiva.

Os direitos de propriedade intelectual são um sistema legal que conferem direitos de exclusividade aos indivíduos e às empresas por suas inovações ou invenções. São direitos distintos aos direitos de propriedade real que vislumbram objetos materiais, pois protegem elementos imateriais advindos da criatividade intelectual e estão limitados pelo tempo. O titular de um direito de propriedade intelectual tem o direito exclusivo e de não permitir que terceiros utilizem seu invento.

Antes da entrada em vigor da CDB vigorava o princípio do livre acesso.Este instrumento jurídico, especialmente mediante o artigo 15, fechou as portas do *hothouse* e se apoiouno princípio da soberania dos Estados-sobre seus recursos biológicos em parceria com o da preocupação comum da humanidade, cuja principal conseqüência jurídica é a faculdade dos Estados de regular e dispor de um regime próprio de acesso a recursos genéticos e saberes tradicionaisque, entre outros elementos, assegure a titularidade nacional. Por conseguinte,

20 Resoluções 5, 6, 9 e 12 do CGEN.

assume também a titularidade das sociedadestradicionais sobre seus conhecimentos e afasta a antiga idéia de domínio público.

Neste longo período de vazios normativos sobre acesso ao patrimôniogenético e saberes tradicionais, as coletas e explorações estiveram desprovidas de um marco legal adequado e a falta de regulamentação desta conduta facilitou uma insustentável e extensa subtração, cujos resultados geraram incontáveis perdas econômicas aos Estados de origem destes recursos, aos detentores de saberes tradicionais e também foi fator de auxílio à degradação de ecossistemas e à diminuição ou extinção de espécies e sistemas sociais tradicionais, incluídos os saberes.

O sistema *sui generis* tem como alicerce a titularidade dos saberes tradicionais pelas comunidades. Refere-se a uma possível modalidade de direitos de propriedade intelectual (DPI), alternativo e ainda não definido nem regulamentado.

Esta modalidade foi projetada visto que o sistema de direitos de propriedade clássico não apresenta uma resposta adequada de proteção do conhecimento tradicional associado à biodiversidade. Primeiro, porque ampara invenções eminentemente individuais e são de caráter privativo e os saberes tradicionais têm uma natureza coletiva, de interesse público e intergeracional. Segundo, porque os registros são custosos para serem satisfeitos por estas comunidades, além de estarem limitados pelo tempo, o que afetaria os propósitos intergeracionais que taissaberes significam a estas comunidades. Também, o elemento novidade não está presente já que esses conhecimentos, ainda que não absolutamente,são frequentemente milenários.

Para Vandana Shiva (2001:33) há duas restrições principais vinculadas ao conceito de inovação segundo oAcordo sobre aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio (ADIPC), regime internacional de proteção do DPI. A primeira se deriva da afirmação (no preâmbulo) de que os DPI são direitos privados e esta definição excluiria todas as formas de conhecimento, idéias e inovações desenvolvidas no âmbito do 'território coletivo intelectual'. A segunda se refere ao fato dos DPI somente reconhecerem o conhecimento e a inovação quando geram lucros e não quando cumprem uma função social, circunstância marcadamente presente nas comunidades tradicionais. Segundo o artigo 27.1, a inovação tem que ser suscetível de aplicação industrial para ser considerado um DPI.

Um sistema *sui generis* de proteção intelectual dos saberes tradicionais deveriaser reconhecido tanto na política nacional de biodiversidade como na lei nacional sobre acesso a recursos genéticos, instrumentos a serem desenvolvidos nos direitos internos dos países para a implementação dos objetivos da CDB. Sem embargo, por se tratar de um tema quase interdito, dado a potência do poder transnacional e o interesse econômico, poucos Estados tratam o assunto.

O Regime comum sobre propriedade intelectual da Comunidade Andina, por exemplo, considera nula a patente que não apresenta a cópia do documento que acredite a licença ou autorização de uso dos saberes tradicionais das comunidades indígenas afroamericanas ou locais dos Países Membros, quando os produtos ou processos objetos de proteção são obtidos ou desenvolvidos a partir desses saberes (artigo 75, h). A Lei de biodiversidade da Costa Rica prevê um registro ou inventário dos saberes tradicionais que as comunidades solicitam proteger, ademais da definição de um processo participativo com as comunidades tradicionais para determinar a natureza, os alcances e requisitos desses direitos.

A Decisão 16 da sétima Conferência das Partes na CDB (UNEP/CBD/COP/DEC/VII/16**:** pp. 35-36.) aponta alguns elementos que poderiam constituir o sistema *sui generis*. Entre eles, o reconhecimento das leis consuetudinárias das comunidades tradicionais, um procedimento e conjunto de requisitos que conduzam o consentimento prévio informado, um sistema de registro dos saberes tradicionais eautoridade competente para administrar os assuntos administrativos sobre a proteção.

O domínio conjunto dos direitos de propriedade intelectual das sociedades tradicionais e outros atores (empresas, comunidade científica, entre outros) no desenvolvimento e/ou comercialização de produtos que vinculam recursos genéticose conhecimento tradicional associado também é uma alternativa. Essa possibilidade constitui um dos benefícios monetários previstos nas Diretrizes de Bonn[21], entretanto que meio para repartir

---

21As Diretrizes de Bonn têm a missão de orientar as Partes na CDB, especialmente as que não possuem normativas nacionais de acesso a recursos genéticos, na celebração de contratos de acesso ao patrimônio genético e conhecimentos tradicionais. (UNEP/CDB/COP/6/20: p. 286).

justa e equitativamente os benefícios derivados do uso dos recursos genéticos e saberes tradicionais, objetivo econômico da CDB.
Ademais, é recorrente o uso da expressão sistema *sui generis*. Portanto, em primeiro lugar deve-se observar o significado e o porquêdo uso dessa expressão. De origem latina, significa "único em seu gênero". Assim sendo, o sistema deverá afastar os direitos existentes para proteger inventos individuais, inovadores, típica e unicamente comerciais (patentes, segredos comerciais, etc.).
Nesse sentido, é necessário levar em consideração a forma como esse conhecimento é construído: tradicionalmente, transmitido por via oral entre gerações com cultura e organizaçãopróprias e residentes em locais determinados. Deste modo, o sistema deve favorecer o intercâmbio de informações, pilar da sua existência, e não congelá-lo, para permitir e promover sua permanência.

5.2 Especial referência aos registrosde saberes tradicionais

Instituído pelo Decreto n° 3.551, de 4 de agosto de 2000, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), vinculado ao Instituto do Patrimônio Históriocio e Artístico Nacional (IPHAN), estabelece a política nacional de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural.
Um dos instrumentos de política do PNPI são os registros[22], um instrumento legal para o reconhecimento e valorização do patrimônio cultural imaterial brasileiro. Os bens quando registrados são inscritos nos Livros de Registro dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressões e dos Lugares.
A ausência de um registro formalresulta uma dupla preocupação: a fragilidade de permanência e transmissão e a consequente ameaça de extinção iminente. Também, convêm lembrar a tradição do livre acesso à riqueza natural e cultural associada - ou pirataria – restringida depois da entrada em vigor da CDB. No entanto, esta pilhagem, todavia um costume avalizado dado à ineficiência das medidas e instrumentos jurídicos pertinentes, igualmente pode contribuir para a extinção, ao menos como PCI.
Experiências com registros foram concretizadas. Vale memorar a Farmacopéia Popular do Cerrado, envolvendo nove espécies de plantas e seus usos como medicamentos, cosméticos.
O referido instrumento de política do PNPI, em se tratando de conhecimentos tradicionais, poderia ser gerenciado pelo CGEN, já que este órgão é responsável pela administração nacional do acesso a recursos genéticos e saberes tradicionais. Nesse sentido, seria oportuno a realização de um inventário nacional.

Considerações finais

O homem produz, capta, guarda e transmite conhecimento em sua trajetória. Cria, modifica, atualiza seus pensamentos, desejos, atividades. Inova! Registra! Patrimonializa! Formaa cultura, a sua história. Um tanto se perde no caminho, outro é anotado, preservado, transmitido. Esse conhecimento necessita suportes para sustentara memória coletiva ou social dos acontecimentos, o que ampara as relações humanas de hoje, ontem, amanhã.
Os saberes tradicionais das sociedadestradicionais associados à biodiversidadesão um patrimônio, umaherança de soberana importância à sobrevivência da vida na Terra, especialmente porque essas comunidades são as conhecedoras por excelência do meio em que habitam, da biodiversidade e das melhores formas de conservá-la e utilizá-la sustentavelmente. Promovem o adequado desenvolvimento sustentável.
Acreditamos que esse conhecimento não é de domínio público, tampouco pode ser entendido como legado da humanidade no sentido de patrimônio comum da humanidade, precisamente em razão à adoção – na CDB ena Convenção de 2003 – do princípio da preocupação comum da humanidade, que exclui a possibilidade de intervenção externa, a internacionalização dos recursos genéticos e saberes tradicionais. E o Estado brasileiro assumiu essa idéia afirmando que o conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético integra o pa-

22 Em verdade, não é a simples guarnição de registros tampouco das identidades absolutas. É uma satisfação, um anseio; uma transmissão da necessidade de comunicação, transmissão,transformação e permanência. Um instrumento ao conhecimento, à reflexão e à evolução.

trimônio cultural brasileiro (art. 8° § 2° da MP 2.186-16 de 2001). É consensual o caráter de interesse público, mas não é ou não deveria ser um patrimônio público.

Porque tratar como de domínio público, um conhecimento pertencente a um grupo determinado, que analisou, experenciou, aplicou, registrou e transmitiu? Quiçá a equivocada ideia de que essa espécie de conhecimento não configura ciência em seu sentido estrito suporte tal premissa.

Portanto, é necessário assegurar direitos de propriedade às comunidades detentoras de saberes associados à biodiversidade, sobretudo em função de sua situação hipossuficiente nas possíveis relações contratuais de uso desses saberes, da prática da biopirataria e das dificuldades de transmissão que decorrem dos efeitos da globalização cultural.

Assim sendo, a idéia de um sistema *sui generis* de direitos de propriedade intelectual deve preconizar o consentimento prévio informado, pois esse instrumento pré-contratual pode garantira concordância ou não da comunidadee a distribuição de benefícios no caso de aproveitamento comercial. Ademais, deve observar e instituir métodos que resguardem a hipossuficiência das comunidades e que permitam a recriação e o livre intercâmbio entre comunidades e gerações.

Urge estabelecer critérios que garantam a continuidade culturalconstituída, entre outros elementos, pelo saber, pela imaginação e inteligência tradicional. O princípio da preocupação comum da humanidade constitui um primoroso mecanismo para o adequado tratamento, além dos direitos de propriedade e dos suportes que avalizam a sustentabilidade informacional.

Por fim, é importante não olvidar, seguindoGorz, que o capitalismo moderno, centrado sobre a valorização de grandes massas de capital fixo material, é cada vez mais rapidamente substituído por um capitalismo pós-moderno centrado na valorização de um capital dito imaterial, qualificado também de "capital humano", "capital do conhecimento" ou "capital da inteligência" (GORZ, 2005:16).

Referências

ALTEMIR, A. B. (1992). *El Patrimonio Común de la Humanidad: Hacia un régimen jurídico internacional para su gestión*. Barcelona: Bosch.

BROWN WEISS, E. (1994): *Un mundo justo para las nuevas generaciones.* Madrid: Mundiprensa.

COMUNIDADE ANDINA. *DECISIÓN 486*. Disponível em: http://www.comunidadandina.org/ingles/normativa/D486e.htm. [consultado em 01-11-2014].

CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO (CGEN). Disponível em: http://www.mma.gov.br/patrimonio-genetico/conselho-de-gestao-do-patrimonio-genetico. [consultado em 04-11-2014].

DACUNHA, M. C. (1999). "Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica". *Estudos Avançados*, 13 (36) Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141999000200008&script=sci_arttext. [consultado em 30-11-2014].

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (2001). *Saberes Tradicionais no Brasil.* Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP.

DIEGUES, A. C. (2001). *O mito moderno da natureza intocável*. 3ª Ed. São Paulo: HUCITEC.

FLORES, J. H. (2004). "Cultura y naturaleza: La construcción del imaginário ambiental bio(sócio)diverso". *Hiléia. Revista de Direito Ambiental da Amazônia*, 2 (2), pp. 37-103.

FROCHTENGARTEN, F (2005). "A memória oral no mundo contemporáneo". *Estudos Avançados,* 19 (55). Disponível http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000300027&script=sci_arttext. [consultado em 30-11-2014].

GORZ, A. (2005). *O Imaterial. Conhecimento, Valor e Capital.* São Paulo: Annablume.

GUATTARI, F. (1997). *As três ecologias*. 6ª Ed. São Paulo: Papirus.

KAMAU, E. C (2009). "A implementação do artigo 8j da CDB, o problema do conhecimento tradicional disseminado e a experiência do Quênia". In: KISHI, S. A. S; KLEBA, J. B. (eds). *Dilemas do acesso à biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais. Direito, Política e Sociedade*. Belo Horizonte: Método, pp.157-190.

KISHI, S. A. S; KLEBA, J. B. (eds) (2009). *Dilemas do acesso à biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais. Direito, Política e Sociedade*. Belo Horizonte: Método.

KISHI, S. A. S. (2009) "Consentimento prévio informado no Brasil". In: KISHI, S. A. S; KLEBA, J. B. (eds). *Dilemas do acesso à biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais. Direito, Política e Sociedade*. Belo Horizonte: Método, pp. 191-216.

NAÇÕES UNIDAS. ASSEMBLÉIA GERAL. A/RES/43/53**.** Disponível em: http://www.un.org/documents/ga/res/43/a43r053.htm. [consultado em 01-10-2014].

NAÇÕES UNIDAS. UNEP/CBD/COP/DEC/VII/16. *Article 8(j) and related provisions*. Disponível em: https://www.cbd.int/doc/decisions/cop-07/cop-07-dec-16-en.pdf. [consultado em 12-10-2014].

NAÇÕES UNIDAS. UNEP/CDB/COP/6/20. *Informe de la sexta reunión de la Conferencia de las Partes en el Convenio sobre la Diversidad biológica.* Disponível em : http://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-06/official/cop-06-20-es.pdf. [consultado em 1-9-2014].

NAÇÕES UNIDAS. UNEP/CDB/COP/6/20. *Informe de la sexta reunión de la Conferencia de las Partes en el Convenio sobre la Diversidad biológica*. Disponível em: http://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-06/official/cop-06-20-es.pdf. [consultado em 18-09-2014].

RIFKIN, J. (1999). *El siglo de la biotecnología*. Barcelona: Crítica-Marcondo.

SALOM, J. R. P. (1997). "El derecho internacional y el estatuto de los recursos genéticos". *Anuario de Derecho Internacional,* 8, pp. 87-108.

SANTILLI, J. (2005). *Socioambientalismo e Novos Direitos*. São Paulo: Peirópolis.

SHIVA, V. (2001). *Biopiratería. El saqueo de la naturaleza y del conocimiento*. Barcelona: Icaria.

SOARES, I. V. P. (2009). *Direito ao (do) Patrimônio Cultural Brasileiro*. Belo Horizonte: Forum.

SOUZA, G. C. et. al (2009). "Conhecimentos tradicionais: aspectos do debate brasileiro sobre a quarta dimensão da biodiversidade". In: KISHI, S. A. S; KLEBA, J. B. (eds). *Dilemas do acesso à biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais. Direito, Política e Sociedade*. Belo Horizonte: Método, pp. 69-86.

UNESCO. http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?pg=56. [consultado em 1-9-2014].

Implantação do sistema de gestão ambiental no espaço escolar

Nívia Tamires de Souza Cruz
niviasouzacr@outlook.com

Resumo: No tocante à nossa realidade, onde os valores ecológicos reacendem apenas atendendo a modismos, apagando o real sentido de preservação e conservação do meio ambiente, se vê necessário que a escola – ambiente dotado de grande relevância na construção do individuo crítico e consciente – se debruce de forma ampla e efetiva sobre a Educação Ambiental, cujo ensino, paradoxalmente, já é obrigatório em todos os níveis e modalidades. Neste contexto, pode-se discutir a implantação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), reproduzindo o NBR ISO 14001 e adaptando-o ao ambiente escolar, de maneira capaz de prevenir e mitigar os impactos decorrentes da ação humana dos sujeitos cujos valores começam a ser formados no ambiente escolar. Assim, é salutar que o principal objetivo de tal iniciativa seja, portanto, a construção de uma escola ecologicamente equilibrada com alunos multiplicadores capazes de mudar a realidade que os cerca.

Palavras-chaves: gestão ambiental, educação, sustentabilidade, escola, consciência ecológica.

1 - Meio ambiente: Perspectiva Histórica

> A forma como o homem vem utilizando os recursos naturais e os danos causados ao ambiente, tanto pela extração como pela utilização desses recursos, são motivos de preocupação desde a Revolução Industrial, ocorrida no século XVIII. O conjunto de eventos degradantes, potencializados pelos avanços tecnológicos, são os principais fatores nas mudanças ocorridas atualmente no ecossistema global, dentre eles o clima, a poluição e a extinção (MORADILLO ET AL., 2004).

A história do Brasil tem sido construída à base da exploração. Rico em recursos naturais, desde a colonização tem o ar, a água, o solo, a flora e a fauna utilizados de forma desordenada. Em vários aspectos, do social ao econômico, a natureza sempre serviu ao homem e este usufrui dela sem se preocupar em conservá-la, ratificando a crença em fontes infinitas e inesgotáveis. Além disso, as agressões são intensificadas com a industrialização, focalizada em sempre produzir mais com menor custo possível, em um compasso de progresso desenfreado, incompatível com a cadência natural de renovação do meio ambiente. E diante de tantos problemas ambientais atuais, como o assoreamento de rios, ilhas de calor, inversão térmica, secas, entre outros, se constata a instabilidade que a exploração desordenada pode acarretar. Percebe-se, então, a necessidade de um desenvolvimento sustentável, onde se garanta a continuidade dos recursos naturais, promovendo estabilidade ecológica.

> Nesse sentido, em meio a protestos e manifestações de caráter político-econômico, surgiram movimentos em prol da defesa do meio ambiente e de análises sobre o impacto da industrialização sobre o mesmo. Nesse contexto, a classe média dos países ricos, população mais afetada pela industrialização, diante de uma maior liberdade de expressão, se dispôs a contribuir com a causa (SOUZA ET AL, 2001).

Foi na cidade de Estocolmo, capital da Suécia, em 1972, que a Organização das Nações Unidas – ONU – realizou a primeira conferência sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, a primeira grande reunião internacional. Estavam presentes representantes de vários países e organizações não governamentais. O encontro foi marcado pelo comprometimento dos países desenvolvidos em atenuar a industrialização em efeito dos danos causados ao meio ambiente, enquanto que os países em desenvolvimento questionavam sua necessidade de crescimento rápido. Mesmo com as controvérsias, o importante foi trazer as questões ambientais para a discussão, como relata a declaração de Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano (1972) __ documento fruto da conferência: "A proteção e melhoria do meio humano é uma questão fundamental que afeta o bem-estar dos

povos e o desenvolvimento econômico do mundo inteiro; é um desejo urgente dos povos de todo o mundo e um dever de todos os governos." A partir desta conferência, a forma como os recursos naturais são explorados foi questionada, colocando os problemas ambientais não apenas em inserção na agenda internacional, mas em evidência na mídia e na vida das pessoas, promovendo assim atos importantes para a conscientização da preservação do meio ambiente tais como: leis, regimentos e decretos que norteiam e regulamentam as politicas ambientais. Após a conferência, constatou-se pela primeira vez a necessidade de a exploração dos recursos naturais estar atrelada à conservação ambiental, aumentando as possibilidades de que eles também sejam garantidos para as gerações presentes e futuras – este conceito consolida o ecodesenvolvimento.

> Em 1973, utiliza-se pela primeira vez o conceito de ecodesenvolvimento, para caracterizar uma concepção alternativa de desenvolvimento,.Tinham como pressuposto a existência de cinco dimensões do ecodesenvolvimento, a saber: 1) a sustentabilidade social, 2) a sustentabilidade econômica, 3) a sustentabilidade ecológica, 4) a sustentabilidade espacial e 5) a sustentabilidade cultural. Estes princípios se articulam com teorias de autodeterminação defendidas pelos países não alinhados desde a década dos anos de 1960 (Sachs, 1986; Guzman, 1997; Jacobi, 1997).

Após a conferencia em Estocolmo o Brasil realiza na cidade do Rio de Janeiro a conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida também como ECO 92 ou RIO-92, onde eventos importantes ocorreram, tais como: a aprovação de duas convenções - a da biodiversidade e a de mudanças climáticas -, a agenda 21 e a criação de normas técnicas da série ISO14000. A agenda 21 é um documento que consiste em um acordo entre países na busca do desenvolvimento sustentável e está organizada em quatro seções: Dimensões sociais e econômicas; Conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento; Fortalecimento do papel dos principais grupos sociais; Meios de implementação. Estas seções fortalecem os vínculos da sociedade com o meio que o circunda. No Brasil ela é coordenada pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável, A agenda 21 é dotada de ações e estratégias atreladas à justiça social, eficiência econômica e proteção ambiental propondo assim o desenvolvimento sustentável. As normas técnicas da serie ISSO 1400 orienta e definem metodologia para implantação do sistema de gestão ambiental muito utilizado pelo setor empresarial. Assim como na conferencia de Estocolmo, foi aprovado também um documento, a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992) __ carta da terra com o objetivo de "estabelecer uma aliança mundial nova e equitativa mediante a criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, os setores chave das sociedades e as pessoas" .
Mediante todos estes eventos, ainda é preciso mais comprometimento de todos os setores da sociedade, pois o desrespeito com a natureza ainda é alarmante, sendo, portanto, necessário combater o consumismo desenfreado e o progresso a qualquer custo, fatores que contribuem para a degradação do ar, da água, do solo, da flora e da fauna, pondo em risco nossos recursos naturais e nossa biodiversidade. Na declaração Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano (1992) __Rio 92, o principio 8 , evidencia que "Para alcançar o desenvolvimento sustentável e uma melhor qualidade de vida para todas as pessoas, os Estados deveriam reduzir e eliminar os sistemas de produção e consumo não sustentados e fomentar políticas demográficas apropriadas".

2 - Educação ambiental

A educação ambiental deve englobar além das questões ambientais as questões sociais politicas e econômicas, pois o ambiente sadio depende do equilíbrio destes. A resolução Nº 2, de 15 de Junho de 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, Art. 2°. define "A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental". As questões ambientais foram introduzidas no âmbito escolar e acadêmico inicialmente como disciplina obrigatória (edu-

cação ambiental) nos cursos de engenharias e em seguida surgiram os cursos superiores.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) apresenta uma resolução estabelecendo diretrizes para a Educação Ambiental e na Constituição Brasileira, de 1988, em Art. 225, no Capítulo VI - Do Meio Ambiente, Inciso VI, ressalta a necessidade de "promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente''. Em 1996 surgem novos Parâmetros Curriculares do MEC, nos quais incluem a Educação Ambiental como tema transversal do currículo. É através da lei 9.597/99 que é instituída a Política Nacional de Educação Ambiental, que garante a obrigatoriedade do ensino de educação ambiental em todos os níveis e modalidades educacionais. A mesma conceitua educação ambiental como "processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade." (Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999, Art 1º.)

Entretanto, apesar da obrigatoriedade, a educação ambiental não é vivenciada no dia-a-dia das escolas brasileiras. Mesmo sendo tema transversal, apenas se restringe às disciplinas de ciências e de biologia, fato constatado na ausência de conteúdos relativos ao meio ambiente nos livros didáticos. Além disso, é preciso que haja comprometimento da gestão publica, possibilitando capacitações e acolhimento aos professores.

Segundo Dias (2010),

> A educação ambiental nos Parâmetros Curriculares Nacionais é um dos temas transversais, e deve ser trabalhada enfatizando-se os aspectos sociais, econômicos, políticos e ecológicos. As vantagens de uma abordagem assim é a possibilidade de uma visão mais integradora e melhor na compreensão das questões socioambientais como um todo. Logo, como tema transversal, a Educação Ambiental deve estar presente em todas as disciplinas, perpassando seus conteúdos, como é desejado pelos educadores ambientais.

A escola é um espaço ideal para formação da consciência ecológica tendo em vista que o conhecimento pode conter o consumismo desenfreado, grande vilão da degradação ambiental. A Declaração do Meio Ambiente Humano 1972 ----- em Estocolmo, afirma:

> Por ignorância ou indiferença podemos causar danos imensos e irreparáveis ao meio terráqueo, do qual dependem a nossa vida e o nosso bem-estar. Pelo contrário, com um conhecimento mais profundo e uma ação mais prudente podemos conseguir para nós e para nossa posteridade melhores condições de vida em um meio mais consentâneo com as necessidades do homem.

Muito se fala do papel da escola mediante as possibilidades do mundo contemporâneo, a escola surge como pilar para construção de uma sociedade mais justa harmônica e solidaria. Porém, quantos exemplos conhecemos de instituições de ensino regular que tem promovido mudanças de comportamentos entre os estudantes? O maior desafio, no entanto é sair do discurso para prática. A integração do conteúdo abordado em sala de aula à prática torna-se fundamental ao desenvolvimento do cidadão consciente, encarar os problemas ambientais de forma interdisciplinar é possibilitar uma visão integradora e holística onde cada parte constituinte tem seu valor intrínseco. É importante que os problemas ambientais enfrentados atualmente sejam abordados, discutidos, debatidos e questionados no cotidiano escolar. E assim proporcionar a vivência dos princípios básicos relatados na lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999 que institui a politica de educação ambiental no Brasil ,exposto nos incisos abaixo :

> I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
> II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
> III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural

3 - Sistema de gestão ambiental na escola

O sistema de gestão ambiental é um instrumento muito utilizado por indústrias com intuído de melhorar sua relação com o meio ambiente, otimizar a rentabilidade e atender ao público cada vez mais exigente. Como define Nascimento (2000), ”O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) pode ser definido como um conjunto de procedimentos para gerir ou administrar uma organização, de forma a obter o melhor relacionamento com o meio ambiente” Entretanto, o sistema de gestão ambiental pode ser aplicado tanto ao setor privado quanto ao público, basta o desejo da organização de melhorar seu desempenho ambiental. Lanna (1995) elucida: “gestão ambiental é o processo de articulação das ações dos diferentes agentes sociais que interagem em um dado espaço, visando garantir, com base em princípios e diretrizes previamente acordados/definidos, a adequação dos meios de exploração dos recursos ambientais/naturais, econômicos e socioculturais às especificidades do meio ambiente”.

> Donaire (1999, p.15), relata : “No principio as organizações precisavam preocupar-se apenas com a eficiência dos sistemas produtivos”, gerar um lucro cada vez maior, padronizar cada dia mais o desempenho dos funcionários, essa visão industrial que as organizações idealizavam, foi tornando-se, ao longo dos anos, cada vez mais enfraquecida.
>
> O mesmo ainda afirma os administradores começaram a ver que suas organizações não se baseavam somente, nas responsabilidades referentes a resolver problemas econômicos fundamentais (o que produzir, como produzir e para quem produzir) têm presenciado o surgimento de novos papéis que devem ser desempenhados, como resultado das alterações no ambiente em que operam. Donaire (1999, p.15).

A implantação do sistema de gestão ambiental obedece às diretrizes e procedimentos das normas técnicas da série 14000, proposta durante a conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, articulada e elaborada pela ISO International Organization for Standardization (Organização Internacional para Normalização). As normas 14000 regem toda a estruturação, organização e administração do sistema de gestão ambiental nas empresas. As normas técnicas da série 14000 se realizam baseadas na ferramenta ciclo PDCA (do inglês: *PLAN - DO - CHECK - ACT*), que significa planejar, executar, verificar e corrigir. Este ciclo garante a melhoria continua e permanente do sistema de gestão ambiental
Observa-se, portanto, que a implantação passa por importantes etapas (ciclos). Inicialmente elege-se uma equipe para desenvolver um plano de ação, pondo-o em prática. Este passa por analises contínuas, realizadas por assessorias internas e externas; são elas que vão avaliar a efetividade do sistema de gestão ambiental na empresa. Ocorrendo análise positiva ou até mesmo correção, há obtenção de um certificado (selo verde), que por sua vez é exposto nas embalagens com o objetivo de atrair mais consumidores. Este certificado informa ao consumidor que determinada empresa é ambientalmente responsável, caso a empresa não cumpra com suas responsabilidades a certificação pode ser revogado a qualquer momento . É sabido, portanto, que empresas que optaram pela implantação do sistema de gestão ambiental melhoraram significativamente sua relação com o meio ambiente, pois identificaram e controlaram impactos ambientais de suas atividades, tornando-se ecologicamente equilibradas. Além dos ganhos ambientais, principalmente na gestão de resíduos, houve também ganhos econômicos, pois ocorreram reduções nos custos operacionais.

Oliveira (2005), afirma que a certificação pela ISO 14001 leva as empresas a ter certos benefícios, seus principais benefícios internos e externos são:

> Internos: Melhoria na eficiência das operações com maior retorno nos investimentos; disciplina organizacional; reconhecimento e flexibilidade na legislação; proteção dos investimentos no SGA. Externos:_Satisfação das necessidades contratuais;_expansão de mercados e da base de clientes;_maior competitividade;_melhora da imagem para clientes, fiscalização, funcionários, investidores, comunidade local.

Diante de todos os problemas ambientais enfrentados e vivenciados no século atual, surge a necessidade de uma reeducação ecológica, onde o meio ambiente seja visto como parte indispensável para o desenvolvimento humano, visto que a manutenção do bem estar físico mental e social é diretamente obtido do meio ambiente ecologicamente equilibrado, como relata a constituição (1988). Art. 225." Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."
É pensando no papel do homem no ambiente em que o cerca (sendo este agente modificador) que a escola surge como principal arma ao combate a destruição do meio ambiente, sendo ela responsável pela promoção do desenvolvimento do cidadão torna-se espaço adequando para promoção da consciência ecológica, incorporando atitudes preservacionistas, promovendo hábitos e comportamentos sustentáveis em todo corpo escolar. Conforme a Agenda 21 (Rio 92, 1992, p.339), "o ensino tem fundamental importância na promoção do desenvolvimento sustentável e para aumentar a capacidade do povo para abordar questões de meio ambiente e desenvolvimento".
É Partindo desse princípio que surge a necessidade da implantação do sistema de gestão ambiental também nas escolas, que assim como no setor empresarial seguiria todas as instruções das normas da serie 14000, proporcionando o surgimento de uma escola ecológica, onde as decisões devem ser sempre compartilhadas entre os gestores, professores, estudantes e todo que fazem parte do seio escolar. O projeto não só manteria a escola em harmonia com o meio ambiente, mas possibilitaria a vivência na prática de conteúdos ecológicos abordados em sala de aula, efetivando assim o ensino da educação ambiental em todos os níveis, modalidades e disciplinas (interdisciplinaridade) escolar, atendendo a obrigatoriedade regida pela lei n° 9.795 – Lei da Educação Ambiental, onde em seu Art. 2° afirma: "A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal". O principal objetivo é construir uma escola ecológica onde atitudes locais atinjam grandes dimensões e assim combater grandes problemas ambientais como: o desmatamento e as queimadas, que extinguem e fragmentam habitats ocasionado à perda da biodiversidade, o mau uso de técnicas agrícolas acarretando degradação do solo, o assoreamentos de rios provocando enchentes, entre outros impactos antrópicos que interferem diretamente na qualidade de vida da humanidade.
Pois segundo a agenda 21 (2012)

> A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A Terra, nosso lar, é viva como uma comunidade de vida incomparável. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade de vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável com todos seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo. O meio ambiente global com seus recursos finitos é uma preocupação comum de todos os povos. A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado.

Seguindo os passos das séries 14000 para implantação do sistema de gestão ambiental, deve-se haver inicialmente com todo corpo escolar um levantamento de dados, ou seja, de impactos ambientais causados cotidianamente pela escola (produção de resíduos, matérias utilizados, uso da água e energia, presenças de área verde etc.) Após o conhecimento e estudos dos reais impactos se faz necessário um plano de ação constando as possíveis soluções e sua aplicação. Esta etapa deve ser frequentemente analisada e debatida através de asses-

soria interna realizada pelos próprios estudantes. Todo processo obedece ao ciclo PDCA com planejamento, execução, verificação e correção participativa e descentralizada concedendo consciência ecológica em todo âmbito escolar.

Os alunos serão agentes fundamentais no desenvolvimento das etapas e envolvimento de toda comunidade escolar (professores, profissionais que atuam na escola, alunos e pais de alunos ou responsáveis) serão os principais multiplicadores de atitudes e hábitos conservacionistas. Obtendo habilidades e competências para modificar não só os hábitos no ambiente escolar como em sua casa, no seu bairro, no seu município e enfim sua comunidade, garantir a sustentabilidade é também proporcionar recursos financeiros para escola tendo em vista a presença dos três erres da sustentabilidade (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) que dependendo da forma que for executado, desenvolvido pode gerar rentabilidade. Os maiores ganhos não são econômicos, mas sim educacionais, pois promover a consciência ambiental na escola é garantir a multiplicação de ideias ecologicamente sustentáveis na geração atual e futura, é respeitar a política de educação ambiental vigente e é, acima de tudo, compreender que a escola também faz parte de um sistema dinâmico que interage o tempo todo com o meio que estar inserida, seja na produção de resíduo ou na utilização direta ou indireta de recursos naturais.

A implantação do sistema de gestão ambiental na escola possibilitará o conhecimento dos aspectos socioeconômicos e ecológicos da cidade, uma vez que traz para o ambiente escolar as seguintes informações: área em que a escola esta inserida (os biomas, ecossistemas, bacias hidrográficas, balneários, etc.), existência de área de preservação permanente (APP), área de conservação ambiental e a forma como a gestão municipal trabalha os problemas ambientais. Portanto, o projeto promoverá "I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;"(Lei Nº9.795, de 27 de Abril de 1999. Artigo V.)

Ao passo em que os estudantes interagem entre si e com o ambiente escolar poderão desenvolver valores fundamentais na formação do indivíduo crítico e consciente capaz de mudar sua realidade e a do ambiente que o circunda. Para tal, serão necessários projetos complementares elaborados por alunos e professores no intuito de atender toda necessidade levantada no plano de ação e assim estabelecer laços afetivos para formação da cidadania e da efetiva implantação do sistema de gestão ambiental. Possibilitar a vivência dos problemas ambientais e suas possíveis soluções no âmbito escolar é despertar nos alunos a construção contínua de um padrão de comportamento baseado na conscientização e na reflexão de estratégias de intervenção na realidade das questões ambientais vigentes.

Tal proposta atende aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) no que se refere à educação ambiental, pois eles recomendam que os alunos no final do ensino fundamental sejam habilitados para:

- Identificar-se como parte integrante da natureza e sentir-se afetivamente ligados a ela, percebendo os processos pessoais como elementos fundamentais para uma atuação criativa, responsável e respeitosa em relação ao meio ambiente;
- Perceber, apreciar e valorizar a diversidade natural e sociocultural, adotando posturas de respeito aos diferentes aspectos e formas do patrimônio natural, étnico e cultural;
- Observar e analisar fatos e situações do ponto de vista ambiental, de modo crítico, reconhecendo a necessidade e as oportunidades de atuar de modo propositivo, para garantir um meio ambiente saudável e a boa qualidade de vida;
- Adotar posturas na escola, em casa e em sua comunidade que os levem a interações construtivas, justas e ambientalmente sustentáveis;
- Compreender que os problemas ambientais interferem na qualidade de vida das pessoas, tanto local quanto globalmente;
- Conhecer e compreender, de modo integrado, as noções básicas relacionadas ao meio ambiente;
- Perceber, em diversos fenômenos naturais, encadeamentos e relações de causa/efeito que condicionam a vida no espaço (geográfico) e no tempo (histórico), utilizando essa percepção para posicionar-se criticamente diante das condições ambientais de seu meio.
- Compreender a necessidade e dominar alguns procedimentos de conservação e manejo dos recursos naturais com os quais interagem, aplicando-os no dia-a-dia.

Referências Bibliográficas

ACOBI, P. (1997) Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez Editora.

BRASIL. **Agenda 21**, Ministério do Meio Ambiente. Brasília, DF: 2012. On-line. Acessado em novembro 2014 , Disponível em : http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988. Acessado em novembro de 2014. On-line. Disponível: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_05.10.1988/

BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental, Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999. Brasília, DF: Senado Federal, 1999. Acessado em novembro de 2014 On-line. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm

CONFERENCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE ,1, 1972, Estocolmo, **Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano -** On-line. Acessado em novembro . Disponível : http://www.silex.com.br/leis/normas/estocolmo.htm

CONFERENCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE. 2, 1992, Rio de Janeiro, **Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**, 1992. On-line. Acessado em novembro . Disponível http://www.silex.com.br/leis/normas/declaracaorio.htm.

DIAS, B. C. ***Educação ambiental e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)***. **Educação Ambiental Crítica. Meio ambiente e educação ambiental analisados sob a perspectiva da teoria histórico-critica**. Acessado em novembro Disponível em: <http://eacritica.wordpress.com/2010/12/29/educacao-ambiental-e-os-parametros-curriculares-nacionais-pcn/>. Acesso em 12 de Mar. 2013.

LANNA, A. E. L .(1995. 171 p) **Gerenciamento de bacia hidrográfica**: aspectos conceituais e metodológicos. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

MORADILLO, E. F & OKI, M. C. M. (2004). **Educação ambiental na universidade: construindo possibilidades.** *Quim. Nova,* Vol. 27, No. 2, 332-336.

NASCIMENTO, Luiz Felipe. (2008) **Gestão Ambiental e Sustentabilidade**. Sistema Universidade Aberta do Brasil.

ONAIRE, Denis. (1999) **A internalização da gestão ambiental na empresa**. Revista de Administração USP, São Paulo, v.31, n.1, p. 44-51, jan./mar.1996. _____. **Gestão ambiental na empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas.

OLIVEIRA, Marcos Antonio Lima . **Conceitos ISO 14000**. Acessado em novembro 2014. *On-line*. Disponível na Internet <http://jasconsultoria.vilabol.uol.com.br/ artigoConceitosISO14000.htm>.

SOUZA, H. et al. 2001. **Estreitos nós: lembranças de um semeador de utopias.** Brasil. Editora Garamond.

A contribuição da agroecologia no combate à desertificação

Edir Vilmar Henig
edirhenig@hotmail.com

Tiago Resende Botelho
trbotelho@hotmail.com

Resumo: Embasado nas novas perspectivas do rural e pelo anseio que emerge por uma sustentabilidade ambientas, sabendo que um dos principais colaboradores para o agravamento dos problemas ambientas se dá pelo modelo de produção agrícola conservador, a agroecologia ganha cenário na agrícola como alternativa de produção, com menor impacto ambiental, exigindo menos recursos financeiros dos produtores, uma vez que utiliza insumos da própria natureza para a adubação e combate a pragas, e no contexto do Semiárido Nordestino, perceber as contribuições que a agroecologia por meio de seus métodos pode contribuir à prevenção e mitigação de áreas susceptíveis a desertificação, e analisar quais impactos este processo pode causar para as populações que vivem nesta região. Este trabalho é objetivado em discutir alternativas que perpassam a agroecologia a fim de combater a desertificação na região do nordeste brasileiro onde a degradação do solo, leva as comunidades rurais a conviverem com a miséria e a fome, e que embora existam políticas públicas, estas em muitos casos não alcançam os trabalhadores por inúmeros fatores. Temos como metodologia disposta para este trabalho a discussão bibliográfica, que nos serve de base para argumentar, compreender e produzir conhecimento. Amparados pela justificativa de que a temática é relevante para promover a igualdade social, através da busca de uma forma de produzir alimentos saudáveis, e através disto, agregar valor ao produto.

Palavras chave: Agroecologia. Desertificação. Agricultura Familiar. Políticas Públicas.

1. Introdução

O processo de desenvolvimento característico do ocidente, fundamentalmente alicerçado na exploração dos recursos naturais tem dado origem a muitas críticas nos diversos setores da sociedade. Entretanto, a busca da compatibilização do desenvolvimento tecnológico aliado à necessidade de preservação ambiental, deve-se muito mais à constatação do desequilíbrio ecológico, observado em sinais visíveis de degradação, do que propriamente de uma preocupação do homem com a utilização racional e planejada dos recursos naturais. Atualmente, a crescente demanda por produtos agropecuários e minerais tem provocado a expansão da área explorada, como também das áreas consideradas degradadas em todo o mundo.

O cenário de degradação ambiental e de pobreza na região semiárida é provocado principalmente pela ação direta do homem, no que se refere às suas atividades extrativistas e à criação de seus ambientes. Existe a necessidade do comprometimento das instituições de pesquisa em disponibilizar tecnologias para que aumentem a capacidade produtiva do solo, a fim de contribuir com a emancipação social e econômica dos trabalhadores atingidos por fatores climáticos extremos, além de proporcionar aos mesmo que se fixem à terra, pois esta muitas vezes é carregada de simbologia e valores culturais inumeráveis.

A desertificação deve ser levada em conta no que tange as áreas susceptíveis, também o número de pessoas por ela afetadas, ou ainda pelas consequências sociais, econômicas e ambientais, porém, o planejamento, as estratégias e os projetos precisam estar alinhados com as necessidades da população local, ao utilizar de fatores humanos e contar com os saberes populares para desenvolver mecanismo de produção sustentável, uma vez que os seres humanos estão espacialmente e historicamente situados e inseridos em estruturas sociais diversificadas.

Neste sentido, o Brasil tem passado por uma forte modernização no processo de produção agrícola, com o objetivo de maximizar sua produtividade através da intensificação, e potencialização da produção ao utilizar a

mesma quantidade de terras, e que para isso ocorra é necessário o emprego de maquinários pesados e de ponta, com o auxílio de produtos químicos para a fertilização e combate a pragas que assolam as lavouras.
As inovações tecnológicas, bem como as transformações ocorridas no meio rural, têm incentivado os pequenos produtores a buscar alternativas para melhorar os lucros e a viabilidade da atividade, entre elas destacam-se a diversificação da produção, seja no cultivo quanto na criação de pequenos animais, pois uma vez confrontado ao produtos oriundos da agricultura extensiva se torna mais aprazíveis por que são livres de agrotóxicos e de rações enriquecidas com hormônios, para que através deste processo possa alcançar um manejo sustentável no processo da produção.
O aspecto socioeconômico da atividade se torna uma possibilidade para os agricultores familiares e se consorciam com a produção de alimentos livres de fertilizantes químicos e agrotóxicos, o que reduziria o grau de contaminação do solo, lençóis freáticos, rios e do ar, e produziriam alimentos com maior qualidade. Neste sentido, a agricultura familiar se caracteriza como elementos da agroecologia, ou seja, a produção com maior qualidade, pois as pessoas que produzem são as mesmas que consomem, além de uma melhor relação com o meio ambiente.
Em geral as pessoas que vivem nas áreas com solos prejudicados pelo processo de ocupação e que produzem de forma escassa são trabalhadores pobres, e tem no pequeno pedaço de chão sua alternativa de sobrevivência. Das terras secas pouca coisa se aproveita, mesmo por que os recursos para a perfuração de um poço não existe, e políticas que atendam estas pessoas são escassas se não, inexistentes.
Esta terra altamente vulnerável ao processo de desertificação e também as que, na ausência de alternativas de subsistência, forçam a população a utilizar os míseros recursos ainda existentes nas áreas, com tais recursos criam pequenos animais, plantam para o consumo próprio, esperando que as nuvens tenham água suficiente para a germinação das poucas sementes plantadas, tendo pouca influência as determinação de políticas e programas que deverão ser implementados com a pretensão de solucionar o problema, como o caso de cisternas e açudes que reciclam a água da precipitação das chuvas.
A agroecologia tem a funcionalidade de proporcionar a diversificação das culturas plantadas, mesclando árvores frutíferas com legumes e hortaliças, assim além da criação de pequenos animais para o consumo próprio, podendo se valer até mesmo do humos por eles produzidos para a adubação da terra, contribui desta formar para a recuperação das áreas que foram desmatadas, e prevenindo que novas regiões sejam atingidas pela desertificação, que além de ser resultado de fenômenos naturais, é também resultado da ação humana.
Sendo assim, este trabalho se justifica pela necessidade de se estudar alternativas sustentáveis de preservação e mitigação das áreas susceptíveis a desertificação, que estão localizadas no semiárido nordestino, baseados em dados que serão coletados no desenvolver da pesquisa, onde visitas à comunidades que estão desenvolvendo a resiliência necessária para enfrentamento do problema, enfocando a agricultura, que mesmo a familiar, que tem sido uma das grandes responsáveis pela degradação do meio ambiente, principalmente por ser a protagonista da maior parte dos desmatamentos ocorridos no Brasil.
A agroecologia, é apresentada então como mecanismo possível para o enfrentamento da problemática ambiental, perpassando o caráter econômico e social, e a partir de políticas públicas e ações do Estado, possa garantir a permanência dos pequenos produtores no campo, inibindo o êxodo rural e garantindo alimentos saudáveis com preservação ambiental e ainda agregar valor ao produto.
Assim, a adoção de novas posturas diante da natureza vem impulsionando ser humano da contemporaneidade na busca de conhecimento e aplicabilidade que promovam a sustentabilidade dos recursos presentes em regiões susceptíveis à desertificação como o semiárido nordestino sem, contudo, deixar de atender as necessidades das gerações presentes, garantindo também as aspirações das futuras.
Temos por objetivo, debater as possibilidades da agroecologia auxiliar na recuperação de áreas degradadas, e como pode contribuir com a preservação dos riscos ambientais causados principalmente pela agricultura conservadora, que é responsável historicamente pelo grande desmatamento ocorrido no Brasil em todas as suas regiões, em especifico da região do semiárido nordestino. O que nos leva a refletir ainda, se a assunção da agroecologia é uma forma de sobrevivência ou está inserida em uma lógica de mercado, ao que tentaremos fazer a separação entre ideologia e/ou prática orientada pelos movimentos sociais do campo.
Não pretendemos estabelecer um veredicto sobre o assunto, mas antes disso fomentar a discussão sobre o assunto, e estabelecer através de bibliografias uma discussão que contribua para a construção do pensamento na temática proposta.

2. A Agricultura Familiar no Brasil

Com a transição do mundo a partir das duas Grande Guerras, as indústrias químicas e mecânicas emergentes, aumentaram significativamente a produção de insumos agrícolas, motivada pelas demandas originarias e crescentes, e nesta perspectiva, a agricultura passa a depender cada vez mais, maquinários, e implementos agrícolas, bem como dos insumos agroquímicos, e ração animal produzida na indústria, emergente. Tomando posse deste espaço a indústria passa a transformar produtos provenientes da agricultura, industrializando, acondicionando e distribuindo-os, o que a torna imprescindível para o novo modelo produtivo nascente.

Seguindo a lógica pré-posta, os avanços nos processos de transporte, armazenamento e conservação de produtos agrícolas, tornaram possível o surgimento de um mercado internacional "unificado", possibilitando significativas transformações. Aliado a isso, os progressos das pesquisas nas áreas química, mecânica e genética, e o fortalecimento do setor industrial voltado para a agricultura, culminaram no final dos anos 1960 e início da década de 1970, em um novo processo de transformação profunda da agricultura mundial, conhecido como Revolução Verde (MARCATTO, 2003).

O modelo de desenvolvimento agrário economicista-produtivista subjacente à chamada "Revolução Verde", baseou-se na promoção de inovações biotecnológicas e na mecanização dos meios de produção. A elevação dos índices de produção e produtividade foi realizada, entretanto, à custa da degradação socioambiental e da marginalização da agricultura de base familiar, como salienta Moreira (2000:45-46).

O sistema oficial de extensão rural, difusor de pacotes tecnológicos e um dos principais instrumentos de fomento e suporte da "modernização conservadora" da agricultura, não encontra hoje respostas às distorções que ajudou a criar. Esse sistema opera com uma visão distorcida de eficiência econômica, por exemplo, ao externar os custos da degradação socioambiental em pró de uma maior rentabilidade econômica das lavouras, "não se deu conta que contribuía para o agravamento dos danos ambientais e para o acelerado processo de diferenciação social na agricultura" (CAPORAL, 2004:7).

Todavia, apesar da hegemonia alcançada pelo modelo agrícola produtivista, a agricultura familiar mantém-se no cenário nacional, em busca de espaço e reconhecimento por parte do Estado para continuar a produzir, gerar emprego e renda, dando ao trabalhador condições dignas de reprodução econômica e social, e estimula a reflexão sobre os pré-requisitos de viabilidade de "outras formas de agricultura", que se contrapõem ao modelo latifúndio/grande empresa agrícola, e que ofereça formas sustentáveis de produção agrícola.

O modelo de produção adotado pela agricultura familiar, apresenta-se com maior justiça social e traz consigo uma forma de produção que para o meio ambiental é mais saudável, rompendo com os paradigmas dominantes, essa nova/antiga forma de produção volta a cena e passa a ser reconstruída, com o apoio dos movimentos campesinos e agroecológicos. Apesar disso, sofre embargos e limitações impostos pelo modelo hegemônico de produção, adotado e fortalecido no Brasil, com grande incentivo do Estado, essas outras formas de agricultura começam a ganhar força ao se ampliar o quadro de alternativas para o desenvolvimento rural e, mais especificamente, numa perspectiva sustentável de desenvolvimento territorial.

Várias experiências, nos mais diversos países, confirmam esta hipótese segundo a qual sua consolidação depende do estabelecimento de parcerias e alianças, da mobilização de outros setores sociais, do grau de autonomia das populações envolvidas e da valorização do papel dos sujeitos no processo, ou seja, dos próprios agricultores familiares, bem como o investimento do Estado com políticas públicas preocupadas com o desenvolvimento rural, que viabilizem uma produção não apenas preocupada com o modelo capitalista de desenvolvimento, mas com uma produção ambientalmente responsável.

Desde a década 1970, inúmeros profissionais e algumas organizações não governamentais, bem como os próprios agricultores, no Brasil e na América Latina, deram início a pequenos projetos dirigidos a criar uma proposta de agricultura que oferecesse uma alternativa ao modelo produtivista. Essas tecnologias, desenvolvidas empiricamente, sem estar diretamente ligadas à pesquisa oficial, produziram uma diversidade de práticas mistas de técnicas tradicionais e modernas que, melhorando a produtividade das lavouras, intensificaram a resistência sustentável e diminuíram os riscos de perdas.

Alguns segmentos de agricultores familiares, compartilhando informações e conhecimentos por meio de redes organizadas de trocas entre agricultores, gradualmente transformaram um conjunto de técnicas sustentáveis

de agricultura, dando início ao movimento agroecológico de produção, idealista de uma nova possibilidade na agricultura. A estratégia sustentável, se articulam com outros setores sociais, aspira transformar não somente os sistemas produtivos, mas também permitir a incorporação de uma ação social coletiva que possibilite projetar métodos sustentáveis de desenvolvimento.

Neste sentido, os movimentos sociais brasileiros ligados e articulados na Via Campesina têm buscado direitos sobre os conhecimentos sócios históricos de produção na biodiversidade do país e aponta os riscos ambientais que as práticas capitalistas de produção causam nos recursos naturais.

Afirmando este pensamento, e estabelecendo as ferramentas teóricas, Picolotto e Piccin (2008:15) destacam que:

> A discussão feita por esta organização camponesa internacional acerca da preservação da diversidade genética e do conhecimento camponês está intimamente relacionada com a construção da agroecologia. Inclusive alguns atores que tem influenciado fortemente a construção da agroecologia como temática de pesquisa das ciências sociais e de ação política a ela relacionada ligam a agroecologia com a discussão sobre o modo de produzir e viver do campesinato.

A discussão em torno da agricultura familiar tem sua difusão relativamente nova, sendo que é incorporado ao alvo de políticas públicas a partir dos anos de 1990, passa a ser encarada até então com nominações sociais como: agricultura de subsistência, pequeno produtor, camponês entre outras nominações, agricultura campesina.

A produção de alimentos que é a base da cesta básica dos brasileiros é quase em sua totalidade produzida pela agricultura familiar, sendo um setor da economia que deve ser valorizado, pois que traz consigo ainda outros benefícios como o fortalecimento da economia local, lançando ao mercado produtos com qualidade e com preços mais acessíveis a quem consome, ao passo que deve ser utilizada como estratégia para a superação das mazelas sociais que atacam a estrutura social do Brasil.

Segundo o INCRA (2005:2), a agricultura familiar representa 85,2% do total de estabelecimentos, ocupam 30,5% da área total e é responsável por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional, recebendo apenas 25,3% do financiamento destinado a agricultura.

Com estes dados tão relevantes que demostram a força e importância que a agricultura familiar tem contribuído no processo do desenvolvimento rural, espera-se que o Estado reconheça a necessidade de pensar politicas publicas fortes voltadas para o agrário, pois para o agrícola o Estado já o fez e vem fortalecendo cada vez mais, com planejamento de solo, recursos hídricos, bem estar social, bem como o desenvolvimento rural e econômico do setor.

3. A Agroecologia

O processo de desenvolvimento através do desenvolvimento tecnológico acelerado durante todo o último século, trouxe grandes progressos e conforto para a humanidade, mas em contra partida, os impactos ambientais produzidos pela "revolução verde" na agricultura, de sua contribuição para a destruição da camada de ozônio, o desmatamento das florestas tropicais, o derretimento da calota polar, e o efeito estufa, tornaram-se comuns nos discursos de políticos, empresários, ambientalistas, pesquisadores, e até do cidadão comum desde meados dos anos de 1980.

Estes acontecimentos puseram na humanidade uma reflexão: até que ponto os recursos naturais seriam realmente inesgotáveis? Até quando aguentariam o crescimento econômico ditado pelas grandes organizações? E, de que forma estas agressões ao meio ambiente refletiriam na sociedade?

A partir destas indagações, surgem algumas conceituações de desenvolvimento sustentável, que tem segundo o Relatório de Brundtland, que diz ser o desenvolvimento sustentável: "aquele que atende as necessidades presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades", mas surge nesta perspectiva um novo questionamento, seria possível um modelo de desenvolvimento que se diga

sustentável, aplicado à uma lógica nefasta e destruidora, oriunda do sistema capitalista?
A concepção de sustentabilidade, segundo Jacobi (1999:4), "implica uma necessária inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento com capacidade de suporte", onde desenvolvimento sustentável não é apenas um problema limitado de adequações ecológicas e ambientais, mas uma estratégia para a sociedade, que deve visualizar tanto a viabilidade econômica como a ecológica e as relações sociedade humana/natureza devem se modificar.
Nesta perspectiva os atores sociais são os principais agentes tanto do processo de degradação quanto do processo de transformação de um ambiente defasado pela ação antrópica, é necessário ressaltar que é o próprio ser humano que deve elaborar estratégia que permitam produzir com menor custo ambiental possível, destacando ainda a importância da cooperação mutua de cientistas, movimentos sociais, poder público, ONGs e o indivíduo em sua particularidade para que as iniciativas alcancem efetividade.
A sustentabilidade surge como um caminho possível, ou ainda um meio necessário para a transformação do ambiente em um espaço possível e não apenas como um fim, o que deve ser pensado do global para o local, trazendo a participação social como um fator que potencialize a eficiência da sustentabilidade e ao seguir esta lógica, temos em Becker uma definição que corroboro a reflexão a cima:

> Sustentabilidade deve ser compreendida como as múltiplas alternativas que cada localidade, região ou nação têm, pelas suas diferenças culturais, ambientais e valores (éticos e morais) de se inserir no processo geral de desenvolvimento. Em outras palavras, sustentabilidade deve ser entendida como a capacidade de uma região em constituir seu padrão de desenvolvimento, num padrão de desenvolvimento diferenciado. (BECKER, 2002:77)

Desta forma tem-se que levar em consideração as inúmeras particularidades de cada região, de cada local, buscando na antropologia do saber a compreensão cultural de cada povo, para junto deste construir alternativas possíveis de serem implementadas, com tecnologias que se supram as necessidades da comunidade, conforme destaca Finatto e Salamoni (2008:206) ao afirmar que o "desenvolvimento sustentável refere-se também à valorização das potencialidades locais, sejam elas relacionadas ao meio físico, daí propor aproveitamento dos recursos paisagísticos (turismo rural, por exemplo) ou, ao patrimônio cultural, por meio da valorização da herança cultural", de cada povo.
O resgate da identidade dos seres humanos com o contexto histórico-social e histórico-cultural, para fomentar um desenvolvimento econômico que se dê pelo respeito humano ao meio ambiente balizado pelas experiências do homem primitivo e suas diferentes sociedade e modos de produção agrícola, desenvolviam técnicas que promoviam os recursos naturais, sabendo que eram deles que provinham todos os mantimentos da comunidade, estabelecendo um parâmetro de bem-estar humanos x natureza.
Segundo Assis (2006:81) "a medida em que as populações mais pobres, ao mesmo tempo que são as mais atingidas pela degradação ambiental, em razão do desprovimento de recursos e da falta de informação, são também agentes da degradação", isso reafirma que a necessidade de informação técnica para a produção sustentável de território, tendo o diálogo com os saberes tradicionais, sendo está associação fundamental para o destino da agroecologia, bem como de seu desenvolvimento produtivo.
Partindo para a noção de desenvolvimento rural sustentável, surge como ponto de partida fundamental o reconhecimento da "insustentabilidade" ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas (SCHMITT, 1995), ao reconhecer que o modelo vigente é incompatível com preservação do meio ambiente, e que ao contrário, tem sido responsável pelas maiores mazelas produzidas, a agroecologia ganha espaço no debate público, e se apresenta como alternativa possível.
Veiga (2003) relata que a expressão "agricultura sustentável" revela a crescente insatisfação com a dita "agricultura moderna". Os dilemas teóricos e práticos que envolvem a "agricultura sustentável" fazem com que aumentem as tentativas de conceituá-la, porém, todas transmitem um padrão produtivo que garanta: o mínimo de impacto ao meio ambiente, a manutenção dos recursos naturais e da produtividade agropecuária em longo prazo, retornos adequados aos produtores, produção com um mínimo de insumos externos, satisfação das

necessidades humanas de alimentos e renda, e atendimentos das demandas sociais das famílias e comunidades rurais.

É por isso que a agricultura necessita de uma transformação no seu modo de cultivo, principalmente nas questões ocupacionais e de manejos agrícolas com inserção de fertilizantes químicos, defensivos, maquinários que vão se modernizando no decorrer do tempo, alterar este processo é urgente e necessário, para que a paisagem não sofra os danos oriundos do modelo conservador, bem como as relações e significados sociais no espaço agrário.

A escolha pelo modo de produção sustentável, baseado na agroecologia por parte dos trabalhadores tem origem na preocupação com a saúde, nas vantagens econômicas que a categoria oferece, convicções ideológicas que vem dos movimentos sociais que apresentam uma nova orientação principalmente no que tange à consciência ecológica, reafirmando isso Brandenburg (2002:14) diz que, "é possível afirmar que de modo geral os fatores que explicam as motivações individuais para expansão da agricultura alternativa e ecológica são de ordem econômica, ética e social".

A agroecologia sendo uma ramificação da agricultura familiar tem destaque na cena política como estratégia minimização das desigualdades, no enfrentamento da pobreza rural e urbana, uma vez que é impossível dissociar esta dicotomia no contexto social e econômico, pois reduzindo a pobreza no meio rural, inibi a migração aos grandes centros urbanos e reduz diretamente as mazelas sociais encontradas nas cidades, levando ao "Estado papel importante como agente condutor do desenvolvimento social e regional e indutor do crescimento econômico, orientado por um projeto de desenvolvimento e claras políticas setoriais, para além dos necessários programas de emergências" (BONNAL, MALUF, 2007:7).

Para reverter o processo de despovoamento das regiões degradadas é necessário que políticas sociais não seja apenas de caráter compensatório, mas que efetivem os direitos dos trabalhadores, para elevar a atividade como categoria promotora econômica, social e ambiental, das populações que residem nas áreas susceptíveis a desertificação, que se apresenta com fenômeno de risco ambiental.

Para contribuir com a argumentação, cabe ressalta que a Manzatto et al (2002:94), salienta que o desmatamento, sobre pastoreio, mineração, cultivo excessivo, irrigação inadequada dos latifúndios, tem transformado a paisagem em processos de desertificação, com arenização do solo e as erosões em regiões do Nordeste, Sul e Norte do Brasil, sendo que pesquisas e estudos desenvolvidos por universidades e institutos de pesquisa apontam como responsáveis pela degradação do solo o homem, que mediante manuseio errado do solo potencializa para que os condicionantes físicos cause este desastre ambiental.

A Convenção do Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente, trata a desertificação como um processo que causa "a degradação da terra nas zonas áridas, semiáridas e subsumidas secas, resultante de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas", sendo que este documento tem sido balizador de inúmeras pesquisas, além de ser um marco teórica para o estudo do processo de degradação dos solos no Brasil.

Podemos então destacar que se entende e se debate concernente ao combate à desertificação as atividades que fazem parte do aproveitamento integrado da terra com vistas ao menor impacto possível ao meio ambiente, e que tem por objetivo: da prevenção e/ou redução da degradação das terras; a reabilitação de terras parcialmente degradadas; e a recuperação de terras degradadas. Estas definições introduz o conceito de produção sustentável e com ele tem sido colocado o problema de redução reversível e irreversível de produção, como chama a atenção Sampaio, *et. all*. (2007:93).

É importante destacar que o combate à desertificação ainda conta com outros pontos de análise como é o caso dos reforços nos estudos sobre as degradações de terras num sentido que ultrapassa somente a variável ambiental, mas leva em consideração os aspectos físicos, químicos, sociais, econômicos, entre outros pontos que afetam as comunidades atingidas, e leva a introdução da ideia de desenvolvimento e aproveitamento integral, através de uma transição do convencional para o agroecológico.

Se amplia a preocupação nas ações que visam combater a desertificação desligando do pensamento restrito à prevenção e redução da degradação das terras e à reabilitação e recuperação de terras degradadas, e passa a visualizar todos os impactos sobre o território, considerando a vida humana e a estabilidade das comunidades que estão envolvidas em um determinado espaço.

Nesta perspectiva a preocupação central do estudo sobre a desertificação são os impactos adversos, é o caso

do empobrecimento do solo, que inviabiliza a produção vegetal e animal, o que gera ainda mais pobreza em regiões que já sofrem historicamente com a exclusão e despreocupação das autoridades, é o que nos motiva a investigar e na medida do possível, contribuir para que este processo seja enfrentado, mitigados e prevenidos para que as gerações futuras não venham a sofrer ainda mais com os do processo de desertificação.
O reconhecimento da situação crítica do solo nos chamar a atenção para a pesquisa nesta área de conhecimento para que se previna e combata as causas da desertificação, com políticas públicas eficientes e responsivas, cabendo a nós o dever de desenvolver as ferramentas de medida e aplicá-las ao caso concreto da região do semiárido nordestino.
Leff (2009:44) destaca que "associado com os processos de erosão, vêm se 'desertificando' áreas cada vez maiores das zonas áridas e semiáridas, se bem que alguns cientistas hesitam em qualificar este fenômeno como processos de desertificação propriamente ditos", embora haja discordâncias conceituais no processo de degradação, é certo que o processo de degradação ambiental tem causado imensos danos tanto nos âmbitos sociais e econômicos, quanto no processo de devastação dos ecossistemas, eliminando fauna e flora tropicais, expondo o solo ao sol causticante e o deixando sujeito a chuvas torrenciais.
O reconhecimento da gravidade da situação é importante para efetivar um despertar aos olhares de cientistas mais preocupados com o meio ambiente que com o uso capitalista das terras, sem serem taxados como alarmistas. A conscientização da gravidade da degradação, por parte dos moradores destas áreas, do Estado e de institutos de pesquisa que tomem frente para a prevenção e reversão, para que a situação não atinja a irreversibilidade e torne improdutivas grandes porções de terras do país.

Considerações Finais

O objetivo deste artigo não era estabelecer conclusões pontuais, mas para além disso, estabelecer um debate possível, e alavancar a investigação cientifica.
O que podemos pontuar é que a agroecologia tem demonstrado potencial no que diz respeito a preservação ambiental, destacando o efeito de minimizar os impactos dos seres humanos no ecossistema por ele ocupado, pois se utiliza de métodos naturais, muitos oriundos dos saberes populares que visão o convívio harmonioso dos seres humanos com a natureza que o cerca.
A questão da desertificação no contexto deste trabalho, percebemos que a agroecologia somada com o interesse público pode sim, recuperar áreas degradadas e em estado de arenização, fazendo com que este solo volte a ser produtivo ao longo do tempo.
No que se refere ao caráter econômico, a atividade tem na diversificação da produção seu viés mais significativo, uma vez que rompe com o modelo hegemônico proposto pelo agronegócio e pelo mercado de capitais, tendo estes, a monocultura como base de produção. A diversificação da produção dá maior potencial competitivo para os trabalhadores e trabalhadoras da agroecologia, que comercializam seus produtos *in natura* no mercado local, podem ainda serem processados e transformados em compotas e outros produtos.
O caráter social da agroecologia esta em destaque na fixação dos trabalhadores a terra, o que inibi o êxodo rural, e desta forma minimiza mazelas sociais presentes nas cidades, além de promover a cidadania, a inclusão desta famílias e proporciona dignidade humanas.
No que tange as políticas públicas, pensamos que há muito o que se fazer, e o primeiro passo é romper com o interesse particular e passar a ver a atividade com a importância que ela tem, promovendo sua expansão e fortalecendo o que já está estabelecido.

Referências

ALTIERI, Miguel. (2012), *Agroecologia:* Bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. Ed. Revista e ampliada. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular AS-PTA.

ASSIS, Renato Linhares de. (2006), Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil: Perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. In.: *Economia Aplicada, 10***.** São Paulo, jan-mar.

BECKER, Dinizar Fermiano (org.). (2002), *Desenvolvimento Sustentável*: Necessidade e/ou possibilidade? Santa Cruz do Sul: UDENISC. 134p.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. (2004), Perspectivas para uma nova extensão rural agroecológica. In: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v.1, n.1.

FINATTO, Roberto Antônio. SALAMONI, Giancarla. Agricultura familiar e agroecologia: Perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas – RS.(2008), In.: *Sociedade e Natureza 20*. Uberlândia, dez. 2008.

IBGE. Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil (2004), Rio de Janeiro, IBGE. 393p.

JACOBI, Pedro. (1999), O complexo desafio da sustentabilidade. *Revista CEPAM & Correios,* São Paulo.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. (1992), *Metodologia do Trabalho Cientifico:* Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfico, projetos e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4 ed. São Paulo: Atlas, p. 110.

LEFF, Enrique. (2009), *Ecologia, Capital e Cultura:* a territorialização da racionalidade ambiental. Tradução: Jorge E. Silva. Petrópolis - RJ: Editora Vozes.

MARCATTO, Celso. (2003) *Agricultura Sustentável: alguns conceitos e princípios.* Texto dado em aula na disciplina de Sociedade e Natureza, notas de aula.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. (2003), *Fundamentos de Metodologia científica.* 5. Ed. São Paulo, Atlas.

MANZATTO, C. V.; FREITAS JUNIOR, E.; PERES, J. R. R. (2002), *Uso Agrícola dos Solos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 174 p.

MMA. *Convenção das Nações Unidas de combate à desertificação nos países afetados por seca grave e/ou desertificação, particularmente na África. Brasília*, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. 89p. s/d 1.

MOREIRA, Roberto José. (2000), *Críticas Ambientalistas à Revolução Verde*. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, XXXVII Brazilian Congress of Rural Economic and Sociology – Sober.

PAULI, Gunter. (1996), *Emissão zero: a busca de novos paradigmas: o que os negócios podem oferecer a sociedade.* Porto Alegre: EDIPUCRS.

PICOLOTTO, E. Lazzaretti. PICCIN, M. Botton,. (2008),. *Movimentos camponeses e questões ambientais: positivação da agricultura camponesa?* In. Revista Extensão Rural - UFSM. Jul-Dez.

SACHS, Ignacy. (2008), *Desenvolvimento:* Includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond.

SACHS, Ignacy. (2009), *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Org.: STROH, Paula Yone. Rio de Janeiro, Garamon.

SAMPAIO, E. V. S. B.; ARAÚJO, M. do S. B.; SAMPAIO, Y. S. B. (2007), Impactos Ambientais da Agricultura no Processo de Desertificação no Nordeste do Brasil. In. *XXX Congresso Brasileiro de Ciência do Solo.* Gramado – RS.

SCHMITT, Claudia J. (1995), *Sociedade, natureza e desenvolvimento sustentável: uma abordagem preliminar.* Porto Alegre: PPGS/UFRGS, março.

VEIGA, José Eli da. (2003), *Meio ambiente - agricultura*. Rio de Janeiro: Editora Sextante (GMT Editores Ltda).

VEIGA, José Eli da. (2010), *Desenvolvimento Sustentável:* o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond,.

Endereço eletrônico Relatrio Brundtland disponível em:
http://ambiente.wordpress.com/2011/03/22/relatrio-brundtland-a-verso-original
(Consulta em 22/04/2013).

INCRA.Intitutuo Nacional de Reforma Agrária. *Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil Redescoberto.* Disponível em: <www.incra.gov.br/sade/doc/agrifam.htm>. Acessado em 02 de jun de 2005.

O estudo do meio na educação ambiental formal: contribuições da ciência geográfica

Luna Letícia de Mattos Lambert
anullambert@gmail.com

Maria Lídia Bueno Fernandes
mlidia@unb.br

O artigo avalia a relação entre Educação Geográfica e Educação Ambiental (EA), respaldadas pelo pensamento crítico. Toma o procedimento de ensino Estudo do Meio como abordagem pedagógica capaz de promover essa aproximação. Assume-se a temática da sustentabilidade na construção das propostas para EA observando os aspectos teóricos e a formulação das políticas brasileiras. Ancora-se sobre a Geografia Crítica, de Milton Santos, e sua vertente pedagógica com Callai. Em EA crítica, pensamentos de Leff e Layrargues norteiam a pesquisa. Fernandes e Pontuschka apresentam as práticas pedagógicas dos Estudos do Meio. Trata-se de pesquisa qualitativa e projetos de EA de escolas da Secretaria da Educação do Distrito Federal, apresentados na IV Conferência Nacional InfantoJuvenil para o Meio Ambiente, em 2013, constituem o referencial. Avalia-se a relação entre as áreas estudadas, das proposições governamentais até a prática assumida nas escolas. Identificou-se que a prática não se alinha às propostas.

Palavras-Chave: Emancipação social; Relação homem/meio; Espacialidade; Pedagogia Construtivista

1. Introdução

O contraditório desenvolvimento capitalista, ao passo que promoveu significativos avanços científico-tecnológicos e aprimorou a qualidade de vida da sociedade humana em diversas áreas, também criou um contexto de degradação e subjugação de todas as formas vivas. O modelo de ocupação humana pautado na lógica da acumulação mostrou-se incompatível com a sobrevivência dos ecossistemas e com a repartição justa de recursos vitais.

Tanto ecossistemas naturais quanto vidas humanas vêm sendo explorados, reprimidos e desperdiçados. Já existem estudos[1] que demonstram que a velocidade de degradação dos ecossistemas está maior que sua habilidade de restauração e que os níveis de pobreza se mantém apesar dos avanços tecnológicos[2]. Das evidências do colapso socioambiental no qual se encontra a sociedade do séc. XXI desponta a necessidade de mudanças significativas, especialmente nos princípios e valores que regem a relação da sociedade com seu meio.

A consciência da necessidade desta mudança urge na atualidade e vem sendo construída pela sociedade há décadas. Diversos atores sociais desenvolveram teorias e práticas voltadas a aprimorar a qualidade da relação do ser humano com seu espaço de vivência, visando reduzir os "efeitos colaterais" dos avanços capitalistas.

Neste contexto surge a Educação Ambiental (EA) como proposta de reconstruir a relação do homem com

---

1 Segundo o Relatório de Avaliação Ecossistêmica do Milênio (2005)15 dos 24 serviços ecossistêmicos analisados estão sendo degradados a uma velocidade maior que sua capacidade de regeneração. Segundo este, a modificação dos ecossistemas causada pela ação humana é decorrente da necessidade de suprir a crescente demanda por água, alimentos e bens de consumo. No entanto, acarretou em uma perda de biodiversidade substancial e irreversível, além de ter agravado a pobreza de alguns grupos da sociedade.

2 A Organização das Nações Unidas (ONU) aponta no relatório Estado da Insegurança Alimentar no Mundo (2012) que aproximadamente, 870 milhões de pessoas são subnutridas e 783 milhões não têm acesso à água potável.

seu meio de vivência. Dentre as diferentes correntes da Educação Ambiental, adota-se aqui a pautada no pensamento crítico, que utiliza da teoria de Paulo Freire para defender a ideia de formação de sujeitos sociais emancipados. Para os defensores desta concepção, a educação deve ser imersa na vida, na história e nas questões de nosso tempo, contribuindo para a intervenção sobre os conflitos ambientais a partir da compreensão da relação sociedade-meio.

Considera-se que, quando ancoradas no pensamento crítico, Educação Ambiental e Ciência Geográfica, apresentam significativas complementariedades na condução do ensino escolar. Trabalha-se com a asserção de que a abordagem pedagógica do Estudo do Meio, uma prática de ensino desencadeada a partir da espacialidade, baseada na perspectiva construtivista da Educação, potencializa o caráter de transformação social da prática de Educação Ambiental.

Tem-se, portanto, enquanto objetivo geral, verificar o uso de procedimentos equivalentes aos Estudos do Meio, que envolvam leitura da espacialidade local, pensamento sistêmico e desenvolvimento de atitudes e procedimentos de pesquisa, tal qual desenvolvida nos Estudos do Meio, em projetos de Educação Ambiental apresentados na IV Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (IV CNIJMA), em 2013.

Para atingir este fim, adotam-se enquanto objetivos específicos: demonstrar a complementariedade entre ensino de Geografia e Educação Ambiental a partir de revisão bibliográfica; apresentar os procedimentos e a abordagem pedagógica desenvolvidos nos Estudos do Meio; analisar em que medida esse procedimento de ensino – o Estudo do Meio – atende às orientações governamentais para a EA formal; e, por fim, avaliar nove projetos apresentados na IV CNIJMA a fim de identificar se suas propostas apresentam os elementos contemplados por tal procedimento de ensino.

Adota-se enquanto procedimentos metodológicos revisão bibliográfica com respaldo nos seguintes autores, conforme suas áreas: Enrique Leff, Philippe Layrargues e Isabel Carvalho na Educação Ambiental. Milton Santos e Helena Callai na teoria e ensino de Geografia, respectivamente. Em Maria Lídia Fernandes e Nídia Pontuschka nos levantamentos acerca dos Estudos do Meio e em César Coll e Izabel Solé na teoria construtivista da Educação. A revisão documental se faz sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e a publicação do Ministério da Educação (MEC), *Vamos cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis: educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais* (2012).

Na análise do referencial empírico trabalhou-se com a avaliação de nove projetos apresentados na IV CNIJMA, 2013. Os projetos são todos de escolas de Ensino Fundamental (6° a 9° anos) da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal e foram escritos conforme as orientações formais para a participação na Conferência, que teve como documento norteador a publicação do MEC acima referenciada. Os procedimentos utilizados para tal análise serão detalhados na última seção do presente artigo.

Esta pesquisa se justifica por contribuir para ampliar os conhecimentos sobre a prática pedagógica da Educação Ambiental que, conforme autores do tema (Leff, 2012a, 2012b; Layrargues, 2009), integrada aos currículos escolares, permanece limitada aos temas de meio ambiente e acaba por não cumprir plenamente sua função social e ideológica.

Desta maneira, considera-se que a adoção da prática pedagógica desencadeada a partir da espacialidade, com uso de procedimentos como os Estudos do Meio, representa uma alternativa para ampliar a compreensão crítica das contradições da sociedade nos conflitos ambientais e fortalecer o conhecimento buscado pela Educação Ambiental com cunho de transformação, sob o enfoque da sustentabilidade.

O conceito de sustentabilidade assumido na presente pesquisa é pautado na definição de Layrargues (2009), que considera que a sustentabilidade engloba todas as dimensões da vida humana organizada socialmente. Em consonância com outros autores, como Lipietz (2002) e Jacobi (2003), a sustentabilidade somente é possível se apresenta a ideia de duração dos recursos naturais vinculada à distribuição equitativa e à justiça social.

A organização do presente artigo se dá em quatro seções. Primeiramente são apresentados os elementos fundantes da proposta da Educação Ambiental Crítica, contemplada pelas políticas brasileiras da área, vinculados ao método de análise da Geografia Crítica, que tem em Milton Santos um grande expoente, e às propostas pedagógicas desta ciência. Na segunda seção, o Estudo do Meio, ancorado nas propostas da pedagogia construtivista espanhola, é apresentado enquanto procedimento de ensino que possibilita a prática pedagógica da Educação Ambiental formal com a utilização do método geográfico de análise espacial. Na

seção subsequente, são avaliados nove projetos apresentados na IV CNIJMA, em 2013, para identificar o uso de procedimentos similares aos Estudos do Meio em suas propostas. Por fim, apresentam-se as conclusões desenvolvidas ao longo da reflexão sobre a temática.

2. Diálogos entre Educação Ambiental e Ciência Geográfica críticas

Como será detalhado nesta seção, a Educação Ambiental (EA) crítica propõe uma nova relação da sociedade com seu meio, a partir da superação da visão utilitarista da natureza, que considera a existência dos recursos naturais vinculados apenas à satisfação das necessidades e desejos humanos. Nesse sentido, repensar a relação da sociedade com seu meio de vivência implica o desenvolvimento de um olhar crítico sobre as contradições da sociedade capitalista para, paulatinamente, se reverterem os valores que orientam a ação do homem, em todos os âmbitos, seja no contexto político, econômico, cultural, social e/ou natural. Dessa forma, acredita-se ser possível atingir o objetivo de formar sociedades mais sustentáveis, que estabeleçam relações mais harmoniosas entre si e compatíveis com os ciclos da natureza.

A Educação Ambiental constitui um saber interdisciplinar, que perpassa todas as áreas do conhecimento. Sua vinculação com a Geografia se dá no âmbito da espacialidade, que se mostra relevante na prática pedagógica da Educação Ambiental que assuma um caráter de transformação.

A Geografia estuda o Espaço Geográfico enquanto uma instância social. Isso quer dizer que o Espaço é inerente ao ser humano e, consequentemente, formado a partir das relações sociais estabelecidas historicamente. Não existe sociedade a-histórica nem a-espacializada porque, ao produzir todo seu contexto de vivência, o homem produz espaço.

Sendo assim, por intermédio da espacialidade é possível compreender as forças, às quais determinado lugar está submetido, desde o âmbito local até o global. Esta interpretação da realidade pode trazer clareza sobre a organização social e suas contradições, possibilita o questionamento quanto às ações globais e suas repercussões locais e evidencia que parte da ação social cotidiana está submetida às premissas de uma ideologia dominante que impõe padrões de produção e consumo.

Dessa forma, o trabalho na perspectiva de desvelamento das ações cotidianas em determinado espaço contribui para a reflexão crítica sobre os hábitos, considerados "normais", da sociedade urbano-industrial. Acredita-se que a consciência sobre estes aspectos pode representar fator significativo na transformação individual, especialmente se estiver vinculada a processos pedagógicos que estimulem o pensamento autônomo, valores e princípios.

Conforme os idealizadores da EA crítica, esta nasce dentro do contexto de crise socioambiental, quando as consequências do modo de vida pautado no acúmulo de bens materiais e no circuito de produção e consumo desenfreado se tornaram mais evidentes. As promessas de bem estar e melhoria dos padrões sociais advindas do desenvolvimento técnico-científico-industrial se mostram claramente restritas a grupos sociais específicos e atrelados a um alto custo ambiental.

A Educação Ambiental surgiu dentro do pensamento naturalista, como forma de proteger as áreas naturais da predação humana. Quando se vincula ao pensamento crítico, as questões abordadas na Educação Ambiental ultrapassam as naturais, ou seja, aquelas vinculadas somente aos aspectos da natureza. Seus autores enfatizam a necessidade daquela abarcar as questões sociais, visto que é a partir delas que surgem as naturais.

Sua base educacional é a teoria de Paulo Freire, que considera que a prática pedagógica deve ser imersa na vida dos educandos, na história e nas questões de nosso tempo. Carvalho (2004) aponta que a EA adota como visão de Educação o processo de formação do sujeito humano enquanto um ser social e historicamente situado. A autora ressalta que a formação do indivíduo só faz sentido quando o coloca em relação com o mundo no qual ele vive e pelo qual é responsável. Ainda, acrescenta ao pensamento de Freire, uma especificidade da EA, que é "compreender as relações entre sociedade e natureza e intervir nos problemas e conflitos ambientais" (2004, p. 156).

A autora define o projeto político-pedagógico da Educação Ambiental crítica como o de contribuir para a construção de *sujeitos ecológicos,* ou seja, indivíduos cujas ações rotineiras são voltadas para o meio ambiente

e, simultaneamente, que vivenciam uma utopia societária que os faz atuar de forma ética e humana. A formação destes envolve desde a modificação de valores à adoção de atitudes mais proativas e autônomas. O processo educativo, portanto, precisa focar em tais qualidades.

Autores desta linha de pensamento apontam para a necessidade de uma reforma paradigmática da sociedade, que requer a mudança da forma de pensar. A própria concepção de conhecimento precisa mudar para que os grupos sociais, principalmente os marginalizados, possam ter seus saberes locais valorizados e reconstruir as bases do processo produtivo, sob novas e múltiplas óticas.

Neste sentido, Leff (2012a) desenvolve o conceito de *saber ambiental*. O autor considera que este engloba valores de respeito, ética e justiça social, a partir de um pensamento complexo sobre a realidade. Aponta-o como sustentável por envolver uma racionalidade ambiental, e não capitalista. Esta se baseia em uma racionalidade científica e tecnológica que garanta a certeza, a previsão e o controle sobre a realidade. O conhecimento é fragmentado e há valorização na acumulação de bens e riquezas. A racionalidade ambiental, ao contrário, engloba valores de respeito, ética e justiça social, valoriza o pensamento interdisciplinar, o vínculo entre teoria e prática e a utilização dos diferentes saberes culturais.

Alinhando seu pensamento ao de Carvalho (2004), percebe-se que a formação do sujeito ecológico se dá pela racionalidade ambiental, já que requer a construção – individual e coletiva - de valores éticos e humanos e novas formas de relação com o meio. O saber ambiental, mais que conhecimento sobre ecossistemas, busca justiça social, repartição justa dos recursos e supressão das "externalidades do desenvolvimento" (LEFF, 2012*,* p. 19), como degradação ambiental, marginalização social e concentração dos custos ecológicos entre os "desprivilegiados da sociedade" (*idem, ibidem*).

A perspectiva da transformação social, implícita nos autores citados anteriormente, ganha em Layrargues (2009) expressão mais contundente. O autor considera que há um compromisso social de combate à desigualdade, que se apresenta como uma das principais causas da insustentabilidade vivenciada no presente momento. Para ele a EA está submetida a uma dupla função: "a clássica função moral de socialização humana com a natureza, e também a pouco compreendida função ideológica de reprodução das condições sociais" (2009, p. 11).

Ele aponta que a dificuldade em se perceber o vínculo entre a questão ambiental e a questão social decorre do entendimento equivocado sobre o adjetivo "ambiental". Este, desde que foi cunhado o termo Educação Ambiental, foi predominantemente compreendido enquanto sinônimo de Natureza. No entanto, Educação Ambiental vai muito além do aprendizado sobre o funcionamento dos sistemas naturais, pois abrange também a compreensão sobre a estrutura e funcionamento dos sistemas sociais.

O autor ressalta que toda forma de educação pode ter como cunho ideológico a manutenção do *status quo,* ou a perspectiva de transformação das relações sociais. Por isso, defende que a Educação Ambiental assuma seu compromisso de transformação social, incorporando ao entendimento das questões ambientais a questão da justiça distributiva, tanto de recursos naturais, quanto das "externalidades do desenvolvimento".

Esta justiça distributiva abordada pelo autor decorre da percepção sobre os "conflitos distributivos". Estes são explicados por Leff (2012a) como a desigualdade de direito de uso dos elementos naturais, englobando todos os "serviços ambientais". O autor chama a atenção para as formas dominantes de dominação da natureza, que impõem determinado modo de produção, privam os grupos sociais dominados das "condições ecológicas de sobrevivência" e destinam o usufruto das diversas qualidades ambientais a grupos sociais específicos. Por isso, a Educação Ambiental está envolta num contexto de disputa de poder, pela construção de modos alternativos de produção e existência humana.

A separação entre sistemas ecológicos e sistemas sociais decorre da racionalidade capitalista, que vê os elementos separados conforme o paradigma cartesiano. No entanto, Layrargues (2009) ressalta que as questões sociais e ambientais são indissociáveis e, por isso, ao invés de se falar em problema ambiental, deve-se tratar de conflitos socioambientais, o que traz a disputa social para o centro da análise.

A Educação Ambiental com compromisso social, nas palavras do autor:

> É aquela que articula a discussão da relação entre o ser humano e a natureza inserida no contexto das relações sociais. É aquela que propicia o desenvolvimento de uma consciência ecológica no educando, mas que contextualiza seu projeto político-pedagógico de modo a enfrentar também a padronização cultural, exclusão social,

> concentração de renda, apatia política, além da degradação da natureza. É aquela que enfrenta o desafio da complexidade, incorporando na reflexão categorias de análise, como trabalho, mercadoria e alienação. É aquela que expõe as contradições das sociedades assimétricas e desiguais (2009, p. 28).

Ele e outros autores da linha crítica defendem que os problemas ambientais somente poderão ser sanados quando as populações em situações vulneráveis forem emancipadas e a sociedade como um todo atingir maior igualdade social. Não se pode falar em sustentabilidade sem, evidentemente, dar conta de sua dimensão ecológica e ambiental, mas também é fundamental atingir a sustentabilidade econômica, política, cultural, social e territorial. Por isso, conforme ele "o contexto (político, cultural, socioeconômico) desponta como elemento estruturante para ressignificar o atributo ambiental e não ficar reduzido à sua dimensão natural" (LAYRARGUES, 2009, p. 23).

Carvalho (2004) levanta a mesma questão. Para a autora, a prática pedagógica da EA comumente fica restrita às explicações biológicas. Por isso, na EA crítica desenvolveu-se a noção de sociobiodiversidade como uma tentativa de apreender as complexas interações entre sociedade e natureza, ligando a diversidade biológica natural com a diversidade social formada pelos múltiplos grupos culturais. Ao defender o processo de aprendizagem enquanto um ato dialógico, de Paulo Freire, destaca que este requer a "compreensão das múltiplas relações entre a natureza e o mundo humano" (2004, p. 82), ou seja, a contextualização dos conflitos socioambientais.

Os autores propõem que a Educação Ambiental forme para a emancipação social, a partir do fortalecimento dos grupos sociais locais frente às imposições da ideologia hegemônica. Em relação ao processo pedagógico, há ênfase na necessidade de vincular a produção do conhecimento ao saber cotidiano dos educandos. Leff (2012a), como exemplo, defende que para a Educação Ambiental ensinar a apreender a realidade por intermédio de suas múltiplas e complexas cadeias inter-relacionais, precisa desenvolver processos pedagógicos de confrontação com a realidade e dialogicidade com o meio. O autor (*idem*, p. 243) aponta que a pedagogia ambiental se expressa no contato dos educandos com seu entorno natural e social.

Layrargues (2009, p. 28), por sua vez, ressalta que para a EA ter caráter de emancipação social, precisa expor as contradições da sociedade assimétrica e desigual e motivar os sujeitos a participar, por meio da politização do debate ambiental, a instrumentalizar-se na defesa de seus direitos e mobilizar-se enquanto sujeitos políticos na participação pública.

A partir do objetivo de formar *sujeitos ecológicos* a EA pretende modificar a forma de ação cotidiana dos indivíduos a partir da compreensão do educando enquanto sujeito ativo de seu lugar de vivência. É importante, portanto, que os sujeitos compreendam o funcionamento da sociedade no mundo e seu próprio papel enquanto sujeito ativo na sociedade.

Dadas às circunstâncias nas quais a Educação Ambiental deve ser focada conforme os teóricos da linha crítica e o respaldo dos documentos oficias, que serão demonstrados mais à frente, somos convidados a refletir sobre a construção de saberes substantivos que dialoguem com a complexidade da relação sociedade e meio sob o viés da emancipação social e da sustentabilidade. Neste sentido, a teoria da ciência Geográfica de cunho crítico apresenta importantes contribuições para a prática pedagógica da Educação Ambiental.

Pensando na relação da sociedade com seu meio de vivência aproximamo-nos da teoria desenvolvida pelo importante geógrafo, Milton Santos, que assumiu o método dialético para a análise do objeto da Geografia, o espaço geográfico. O autor destaca que este é subordinado à ação da sociedade, que o molda conforme seu modo de produção, mas é também, em uma relação dialética, subordinante, visto que gera necessidades, impõe limitações e apresenta possibilidades. Ele não é palco de ação da sociedade, mas compõe com essa a própria realidade, sendo sociedade e meio um conjunto indissociável.

O autor o assume como um "híbrido", "uno e múltiplo" resultado da inseparabilidade entre "sistemas de objetos" e "sistemas de ações" (2012, p. 61), o que nos permite transitar entre passado e futuro a partir do que se apresenta no presente. Esta leitura nos permite compreender fatores históricos e sociais a partir da configuração espacial, ou espacialidade.

Esta, nada mais é que a realidade em sua integridade, já que os objetos vistos pela geografia são tudo o que existe na superfície da Terra, tanto o que foi naturalmente formado quanto o que foi objetivado a partir da

ação humana. Além dos objetos físicos, materiais, a análise geográfica considera igualmente as ações. Estas, conforme Santos (2012), se relacionam a um ato projetado, ou seja, um comportamento orientado para atingir fins ou objetivos, em suma, a uma ideologia.

Este pensamento se alinha às premissas apontadas pelos autores da EA supracitados e o método de análise espacial oferece instrumentos para a leitura dessa realidade. A abordagem geográfica nos dá a oportunidade de refletir sobre o espaço social enquanto uma materialização das relações sociais historicamente estabelecidas, o que permite o desvelamento das contradições sociais, das assimetrias de poder e de todo o processo social que desencadeia os conflitos distributivos.

Em uma analogia, apontamos a espacialidade como um livro escrito em uma língua diferente, mas que deve ser utilizado na prática pedagógica da Educação Ambiental, que precisa ensinar ao educando como lê-lo. Se esta pretende estabelecer processos pedagógicos de dialogicidade com o meio para construir novos modos de raciocinar sobre o cotidiano e de se relacionar com o ambiente, entendido em seu sentido mais amplo, deve se apropriar do conhecimento geográfico para a leitura da realidade.

Santos (2008) nos apresenta um método de análise espacial que atende às premissas indicadas pelos teóricos da Educação Ambiental crítica, como a necessidade de apreensão das complexas cadeias relacionais a partir do pensamento sistêmico. O autor sugere como ferramenta analítica da espacialidade, a separação em "elementos do espaço" (2008, p.15). Estes "são dotados de uma estrutura interna, pela qual participam da vida do todo de que são parte e que lhes atribui um comportamento diferente (para cada qual), como reação ao próprio jogo das forças que os atingem" (*Idem, Ibidem*).

O espaço é visto como um sistema abrangente que contém e é contido por outros sistemas, estando todos interligados, por isso os elementos geográficos devem ser percebidos de forma sistemática, visto que a atribuição de suas qualidades depende do contexto no qual estão inseridos. Esta relação nos evidencia um pensamento sistêmico, portanto, neste aspecto, condizente com a teoria da EA crítica.

Para exemplificar, os elementos do espaço são as instituições, a sociedade, as firmas, o meio ecológico e as infraestruturas. Como regras fundamentais de método o autor levanta que estes são intercambiáveis, redutíveis uns aos outros e dependem das especificidades do lugar no qual se encontram. Quer dizer que existe segregação de elementos, no entanto, essa segregação envolve um pensamento complexo, visto que cada realidade, em cada lugar, é específica e os elementos assumem características próprias conforme as interrelações que estabelecem com os outros elementos. Com isto, destacamos mais um ponto de coerência com as propostas da EA.

Santos (2008) também aponta que os elementos do espaço estão ligados entre si por uma organização, que pode ser puramente local, mas que também pode funcionar em diferentes escalas. Essa organização pode ser definida como o conjunto de normas que regem as relações das variáveis com as demais, dentro e fora de uma área. Em especial na era globalizada, essa organização se traduz em normas e se impõe ao funcionamento das variáveis, se tornando rígida e, por isso, dificultando a transformação das funções das variáveis conforme as necessidades locais.

Um exemplo dado pelo autor é de que mesmo o lugar mais distante e pequeno tem, hoje em dia, relações diretas ou indiretas com outros lugares de onde vêm matéria-prima, capital e recursos de diversas ordens. Desta forma, há uma centralização das normas sobre centros de decisão distantes e estranhos às finalidades da sociedade local. Logo, a rigidez da organização conforme padrões produtivos globalizados reduz o papel regulador das funções locais pela própria sociedade que ali vive.

Este processo descrito por Santos se enquadra exatamente nos alertas apresentados por teóricos da Educação Ambiental crítica. Para estes, o cerne dos problemas ambientais vivenciados na atualidade advém da ideologia hegemônica de produção. Englobam as questões ambientais, vinculadas à perda de biodiversidade e contaminação de ecossistemas, mas também estão igualmente relacionados à injustiça social. Estes processos se espacializam e, por sua configuração, geram os conflitos distributivos que, novamente, tornam a se espacializar.

O entendimento geográfico da realidade apresenta, portanto, fortes contribuições para a prática pedagógica da Educação Ambiental. A prática dos aprendizes é socioespacial, eles criam e recriam espacialidades todo o tempo. A leitura crítica sobre esta realidade pode contribuir para a formação do pensamento autônomo, o desvelamento das contradições sociais e, consequentemente, motivar a atribuição de novos valores aos elementos do espaço e, até mesmo, de novos elementos formados a partir de valores éticos e humanos.

Entende-se que isto se apresenta enquanto elemento fundante para a emancipação social prevista pelas relações de poder com as quais a EA dialoga. Para que os grupos sociais estabeleçam formas próprias de agir e, melhor, de produzir seu espaço, primeiro precisam compreendê-lo em sua amplitude. A ênfase sobre o agir local se torna muito relevante no sentido que reverte a ordem ideológica de dominação, na qual as ordens provindas dos centros de decisão começam a enfraquecer conforme as sociedades locais se conscientizam dos processos aos quais estão subjugadas, compreendem as necessidades locais e podem, conscientemente, adotar as atitudes necessárias para suprí-las e transformá-las (Cf. SANTOS, 2012).

3. A prática pedagógica dos Estudos do Meio

Quanto ao mérito pedagógico da questão, identificou-se no procedimento de ensino Estudos do Meio, ancorado na pedagogia construtivista e no método dialético, a potencialidade de, não somente desencadear a aprendizagem a partir da espacialidade, como também de estimular o desenvolvimento de atitudes e comportamentos compatíveis com os propósitos da EA.

Antes de adentrar na definição de Estudo do Meio, contudo, faz-se necessário explanar sobre a abordagem construtivista da Educação. Os referenciais teóricos desta perspectiva reconhecem, justamente, o protagonismo dos sujeitos do ensino e aprendizagem, assim como as questões sociais e culturais aos quais ambos necessariamente estão inseridos. Considera-se, portanto, que o processo educativo está vinculado a uma dupla dimensão, a social e a individual. Para integrar essas duas, os autores falam na importância de se considerar, dentre outros aspectos, os conteúdos de aprendizagem como produtos sociais.

Os conteúdos de aprendizagem são divididos em três por Zabala (2010, p. 161): aquilo que os alunos devem *saber,* chamados de conteúdos conceituais; o que eles devem *saber fazer,* que são os conteúdos procedimentais; e o que eles devem *ser*, chamados de conteúdos atitudinais. Fernandes (2012), em outras palavras, explica que os conteúdos conceituais correspondem à aprendizagem de conceitos ou princípios. Os procedimentais às regras, técnicas, métodos, habilidades e estratégias, ou seja, o conjunto de ações direcionadas a atingir um fim determinado. E, por fim, os atitudinais referem-se às atitudes, incluindo valores e normas que as orientam, como solidariedade, responsabilidade, respeito e liberdade.

Por essa concepção o professor tem o papel de orientar o educando em seu próprio processo de aprendizagem, colaborando com o processo do conhecimento social. No caso, ele seria responsável por estimular a busca do conhecimento, apontar caminhos, confrontar ideias. Fernandes (2012) destaca que sua atuação deve transcender o processo de aprendizagem de certo conteúdo e possibilitar que os educandos "aprendam a aprender e aprendam que são capazes de aprender" (*ibid.* p. 50).

Já o educando aprende por uma busca individual pela apreensão de determinado objeto e sua aprendizagem é, mais que um fim, um processo. A natureza do aprendizado é ativa e se dá porque o conhecimento "é construído mediante um processo de elaboração pessoal" (Mauri, 2009, p. 88).

Em suma, a aprendizagem do sujeito é construída por uma aproximação dele com o objeto de seu interesse. Ele é quem seleciona, organiza e identifica os dados relevantes à construção de seu próprio entendimento, baseando-se em seus conhecimentos prévios, ou seja, aquilo que ele já sabia. Quando ele elabora um significado pessoal sobre seu objeto de estudo, considera-se que ocorreu uma aprendizagem significativa, como nos explica Coll (2009), Solé (2009) e Fernandes (2012).

Os estudos do meio, sob esta perspectiva, assumem diversas estratégias de confrontação com a realidade para que o educando possa construir seu conhecimento a partir do desvelamento crítico da realidade. Lopes e Pontuschka (2009) definem esse procedimento de ensino como uma ferramenta metodológica interdisciplinar "que visa proporcionar para alunos e professores o contato direto com determinada realidade (...). Esta atividade pedagógica se concretiza pela imersão orientada na *complexidade* de um determinado *espaço geográfico"* (LOPES e PONTUSCHKA, 2009, p. 173, *grifos da autora*).

Fernandes (2012) salienta que os Estudos do Meio conduzem os estudantes a olhar o espaço como um objeto investigativo por intermédio do trabalho de campo. Assim, conduz-se um processo de descoberta sobre algum meio, que pode ser a cidade, a floresta, o campo, uma instituição pública ou outros. Levam-se os estudantes

a investiga-lo a partir de procedimentos científicos, com formulação de hipóteses e objetivos, elaboração de questões a partir da observação e registro e também de pesquisas documentais, realização de entrevistas e diversas outras metodologias científicas. Nas palavras da autora:

> Um Estudo do Meio não é uma mera visita para se observar o que já se sabe, mas prevê um trabalho de investigação apurado, cuidadoso, com muitas leituras prévias, com levantamento de questões e preparação para uma atitude investigativa durante toda a atividade (2009, p. 59).

Segundo a autora, a importância de um Estudo do Meio, além da formação de um espírito investigativo, é transpor o processo de aprendizado de um conteúdo estático, visto dentro da sala de aula, para os fenômenos da vida dos estudantes. Ao dialogarem com o espaço, podem perceber que nele se encontram intervenções sociais, políticas, econômicas, culturais e naturais de diferentes momentos históricos.

O trabalho de campo, para isso, deve assumir como abordagem o que Suertegaray (2005, p. 3) chama de "pesquisa de campo como compreensão hermenêutica". Trata-se da superação da relação sujeito *versus* objeto pelo entendimento de que o espaço de vida humano está repleto de signos que precisam ser desvendados. O pesquisador, que olha o mundo como uma totalidade dialética e complexa, se torna objeto enquanto o campo se torna sujeito, um fazendo parte do outro de forma que a transformação do meio ocorre quando o próprio pesquisador se transforma.

Neste processo é possível que os aprendizes se relacionem com os diferentes elementos do espaço, como apresentados anteriormente. Estes se apresentam para eles enquanto reais. Sua própria vida passa, portanto, a ser objeto de sua reflexão, e o aprendizado sobre como investigar-se em seu próprio mundo pode o levar a assumir uma postura social mais reflexiva, crítica e propositiva.

A transformação do indivíduo em sua prática cotidiana e as possibilidades de construção de formas autônomas de ler e viver a realidade encontra eco no levantamento de Fernandes (2012). A autora entende que os Estudos do Meio são significativamente importantes para a construção de uma sociedade democrática por potencializarem a capacidade de observação, interação, interpretação e a habilidade em relacioná-las entre si e com o contexto do estudante, para que ele possa construir sua própria aprendizagem a partir de sua leitura de mundo.

Esta transformação individual, portanto, não pode ser desencadeada apenas com o desenvolvimento de conteúdos conceituais. Para que o sujeito transforme sua ação e, consequentemente, possa transformar seu espaço, os processos educativos devem contemplar o processo da ação e da produção do conhecimento. E é neste outro aspecto que o Estudo do Meio se torna ainda mais relevante, pois utiliza de recursos que viabilizam o desenvolvimento dos três conteúdos de aprendizagem, conceituais, atitudinais e procedimentais de forma equilibrada. Além disso, assume um enfoque que propicia a organização dos conteúdos por disciplinas, mas englobam o entrelaçamento entre estas de forma a fornecer "subsídios para interpretar a realidade a partir de uma abordagem sistêmica" (Fernandes, 2012, p. 56).

Com estas colocações sobre os Estudos do Meio, identifica-se um entrelaçamento significativo com a Educação Ambiental crítica. Pontuam-se, a seguir, os principais elementos visados pela EA que podem ser obtidos a partir de um trabalho pedagógico envolvendo Estudos do Meio. (1) percepção crítica da realidade a partir da espacialidade; (2) enfoque sistêmico ou interdisciplinar; (3) transformação de valores e atitudes individuais, com repercussão social.

A Educação Ambiental crítica acredita que esta dupla dimensão, a social e a individual, deve ser construída a partir de uma relação dialógica com o meio. Isto, desde que pautado num pensamento sistêmico, pode elucidar a complexidade da realidade socioambiental e motivar a mudança de atitude individual. O que se alinha significativamente ao fato de que os Estudos do Meio, mais que passar conteúdos, adotam uma metodologia que possibilita o desenvolvimento de habilidades investigativas, trabalhando diretamente no aprendizado de atitudes e comportamentos.

Por outro lado, salienta-se também a proximidade e relevância que o conhecimento geográfico apresenta nessa relação. A Geografia pressupõe que os estudantes analisem a espacialidade e compreendam as contradições da relação sociedade-natureza, desenvolvendo um olhar crítico e o entendimento de si enquanto sujeito ativo e transformador do espaço.

Ressalta-se, sem a pretensão de valorizar a Geografia em detrimento das outras ciências, que todos os fenômenos estudados pelas disciplinas escolares de Ciências, História, Matemática, Português, Artes, Sociologia e outras,

ocorrem no espaço geográfico. Toda sociedade é espacializada e, por essa razão, qualquer ação pedagógica que vise atuar na relação da sociedade com seu meio de vivência, encontra grande suporte teórico na ciência geográfica. Ressalta-se também, que em um mundo com tal complexidade a interdisciplinaridade deve ser a premissa que rege o trabalho pedagógico, nesse sentido, destacamos aqui as contribuições de Fernandes quanto ao caráter coletivo do âmbito educativo.

No contexto de globalização, difusão de informações, desenvolvimento técnico-científico e consequências socioambientais severas, julga-se ser fundamental que as escolas estejam direcionadas a preparar os jovens para lidar com a diversidade de informações, muitas vezes contraditórias, assimilá-las por um ponto de vista crítico e serem aptos a contribuir com a sociedade e seus desafios de forma a melhorá-la. Isto é contemplado pelas proposições governamentais para a Educação Formal, especialmente no contexto da Educação Ambiental, como será demonstrado a seguir.

A Educação Ambiental na legislação brasileira apresenta diversos elementos que se alinham às propostas da corrente crítica. A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei 9.795/99, apresenta como princípios básicos da EA, dentre outros: (1) o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; (2) a concepção de meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob enfoque da sustentabilidade; (3) o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; e (4) a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais.

Além destes princípios, apresenta também objetivos como "o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos" e "o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social" (BRASIL, 1999, p. 2).

Vê-se que o principal documento governamental voltado à implementação da Educação Ambiental no Brasil é coerente com o entendimento de ambiente destacado pelos teóricos da corrente crítica da EA. Além disso, há um direcionamento para a necessidade de fortalecimento da cidadania, tendo na defesa da qualidade ambiental um fundamento indispensável.

O Ministério da Educação (MEC), como parte do processo de implementação de tal política, propõe o conceito de Escolas Sustentáveis (BRASIL, 2013). Estas são definidas no mesmo documento como:

> aquelas que mantêm relação equilibrada com o meio ambiente e compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de modo a garantir qualidade de vida à presente e futuras gerações. Esses espaços tem a intencionalidade de educar pelo exemplo e irradiar sua influência para as comunidades nas quais se situam.

Para atingir tal fim, sugere a Educação Ambiental escolar vinculada a três dimensões inter-relacionadas: o Espaço Físico, a Gestão e o Currículo. O primeiro deve ser adaptado à realidade local, ter conforto térmico e acústico, favorecer o convívio da comunidade, garantir acessibilidade, gestão eficiente da água e da energia e respeitar as culturas e ecossistemas locais. A Gestão deve ser compartilhada, visando aprofundar o contato entre a comunidade escolar e seu entorno. E, por fim, o Currículo deve incluir conhecimentos, saberes e práticas sustentáveis a partir de uma abordagem contextualizada na realidade local, mas vinculada com a sociedade global.

A partir desta apresentação, entende-se que os Estudos do Meio constituem em um procedimento pedagógico potencialmente capaz de desencadear o processo de constituição de Escolas Sustentáveis, tal qual proposto pelo MEC.

Além dos elementos visados pela EA que podem ser potencializados pelo procedimento de ensino Estudo do Meio, já apresentados, esta metodologia também possibilita aos professores e à escola a participação na construção do currículo, pois evidencia elementos úteis a serem incorporados no dia-a-dia escolar, revelando conteúdos que tenham vínculo direto com a realidade na qual a escola se encontra inserida, como apontam Lopes e Pontuschka (2009).

Acredita-se, em consonância com os autores acima referenciados que, a partir deste levantamento, a escola se fortalece para questionar eventuais situações sociais ou ambientais que se colocam para aquela comunidade

escolar específica e assim amplia suas possibilidades de desenvolver projetos de Educação Ambiental que envolvam a comunidade escolar em uma abordagem interdisciplinar e crítica.

4. Os projetos apresentados na IV CNIJMA, em 2013, Brasília – DF.

Os documentos do MEC aqui apresentados foram formulados para apoiar a realização da IV Conferência Nacional Infanto-Juvenil para o Meio Ambiente (IV CNIJMA), em 2013. O processo das Conferências se iniciou no ano de 2009, quando jovens manifestaram o interesse em também participar das Conferências de Meio Ambiente promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para debater questões referentes às Mudanças Climáticas globais.

Em 2013, já na IV edição das Conferências, as escolas nacionais foram convidadas a elaborarem projetos de Educação Ambiental, em conferências realizadas internamente para, em seguida, serem apresentados nas etapas estaduais ou distrital, e por fim, irem para a Conferência Nacional. A delegação do Distrito Federal inscreveu um total de 39 projetos.

Tendo como objetivo identificar projetos de Educação Ambiental que contemplem as potencialidades educativas dos Estudos do Meio, elencamos enquanto categorias analíticas: (1) pensamento sistêmico; (2) foco sobre a espacialidade local; (3) equilíbrio entre os conteúdos de aprendizagem.

Na primeira, buscaram-se elementos que demonstrassem interrelações entre os diferentes aspectos da realidade, com reflexões acerca de questões políticas, econômicas, ecológicas, culturais e sociais. Na segunda procuraram-se referências ao contexto da comunidade na qual a escola está inserida e proposições que envolvessem diretamente elementos desse contexto. O último constituiu maior desafio, devido ao fato dos projetos raramente mencionarem os procedimentos pedagógicos utilizados em sua elaboração. Por isso, procuraram-se evidências, ao menos parciais, sobre o protagonismo discente na elaboração da proposta.

Os temas abordados nos projetos podem ser divididos em Lixo, Água, Plantios (reflorestamento e hortas) e Escola Sustentável. Os últimos, mais amplos, apresentaram propostas direcionadas ao desenvolvimento de várias ações integradas. Estas foram as que mais se aproximaram das propostas trazidas no presente artigo. No entanto, julgou-se que a eficácia da avaliação de tais processos somente poderiam ser comprovadas com observação não-participante, o que não foi possível realizar no curto tempo da pesquisa.

Portanto, conforme os critérios de análise, considerou-se que o tema Lixo apresenta possibilidades mais explícitas de envolver os três critérios tomados na pesquisa. Isto de deve ao fato do tema Lixo envolver significativamente um aspecto mais ecológico, dada à contaminação ambiental e tempo de decomposição dos materiais, e outro social, devido aos brasileiros que exercem a atualmente reconhecida profissão de Catadores de Resíduos Sólidos.

Recentemente foi aprovada no Brasil a Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Esta engloba significativas mudanças na destinação dos resíduos em cada Município do país. Institui a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos, desde os grandes fabricantes até o cidadão. Ainda, inclui catadores e catadoras de resíduos sólidos no processo de triagem e destinação adequada dos resíduos, com reconhecimento da atividade enquanto uma profissão formalizada.

Além disso, o Lixo, ou melhor, resíduos sólidos, envolvem a todos. Dificilmente as escolas não enfrentam problemas relacionados aos resíduos sólidos em seus cotidianos. O aprendizado adequado sobre formas próprias de proceder em relação aos resíduos podem envolver amplo debate. Pode-se avaliar o padrão de consumo imposto pela sociedade capitalista, envolvendo economia, até o tratamento desta questão por parte do governo, envolvendo política, as questões químicas e biológicas relativas aos impactos na natureza, os aspectos sociais relacionados à desigualdade, enfim, múltiplas possibilidades.

Considerou-se, portanto, apenas os projetos relacionados aos resíduos sólidos a fim de identificar as características acima citadas. Foram identificados nove projetos que se enquadravam em nossa análise. Os projetos e seus objetivos podem ser vistos no quadro abaixo:

1 – Projetos apresentados na IV CNIJMA com tema Resíduos Sólidos.

Projetos	Objetivos
1- ECOLIXO	Iniciar a transformação de toda a comunidade escolar para que esta mantenha como missão reciclar o lixo que produz.
2- LIXO NÃO POLUI, VOCÊ É QUE POLUI!	Aumento da reciclagem dos materiais rejeitados pela comunidade.
3- ÁGUA NA ESCOLA SUSTENTÁVEL	Retirar lixo de córrego próximo à escola e limpar bueiros para evitar alagamento das ruas do bairro.
4- ESCOLA BELA	Transformar o ambiente escolar em um espaço agradável e favorável ao aprendizado.
5- SEM NOME (CEF 03 BRAZ)	Conscientizar os alunos sobre a importância da reciclagem de materiais reutilizáveis.
6- COISA IMPRESTÁVEL?	Conscientizar a comunidade escolar sobre a necessidade de se produzir menos lixo, reaproveitar e reciclar.
7- LIXEIRA DE PNEU	Construir lixeiras de pneus.
8- LIXO: NOSSO NOVO MODO DE CONVIVER	Fazer oficinas para construção de lixeiras de papelão para a separação dos materiais.
9- TRANSFORMANDO O SOLO	Deixar a escola mais limpa e agradável, colocar novas lixeiras para a coleta seletiva e fazer reciclagem de papel para trabalhos de artes.

Fonte: Projetos apresentados na IV CNIJMAS. Elaboração da autora feita a partir de seleção e resumo dos projetos apresentados.

As propostas demonstram, muitas das vezes, contradições entre o texto discorrido como introdução e objetivos gerais e específicos com os procedimentos para atingir os fins visados. Portanto, buscou-se desenvolver um olhar global sobre as propostas, considerando essas diferenças entre os textos e a proposta da prática em si.

Tendo como nosso primeiro critério o foco sobre a espacialidade local, identificou-se que três projetos apresentam elementos que demonstram alguma relação. Os demais sequer citam o contexto da comunidade e suas especificidades. Dos três (projetos n° 2, 3 e 6), apenas um, o n° 2, foi elaborado a partir da necessidade da comunidade local, que reconheceu que Resíduos Sólidos eram um grande problema no bairro, porque entupia o esgoto, que vazava com frequência. O n° 3 apresentou características do bairro e, dentre outras ações, propôs a limpeza dos bueiros entupidos para evitar o alagamento das ruas. O n° 6 limitou-se ao contexto da escola, apenas citando que um hábito comum na comunidade é jogar lixo no chão.

Em relação aos conteúdos de aprendizagem, houve dificuldade em identificar características que pudessem indicar seu desenvolvimento, visto que a maioria dos projetos não especificou a abordagem pedagógica. Procurou-se avaliar os procedimentos previstos nos projetos e julgou-se que o n° 4, 5, 8 e 9, por envolverem a realização de oficinas, em sua maioria para a construção de lixeiras com resíduos reutilizáveis, apresentam algum nível de aprendizado procedimental. Mas isso não se aproxima do aprendizado referente ao desenvolvimento de pesquisa, tal qual previsto nos Estudos do Meio. Todos visam, em algum nível, atingir a mudança de atitudes, mas nem sempre explicitam exatamente como essa se daria. Avaliar a eficácia do projeto neste sentido transcende os limites da presente pesquisa.

Apenas o n° 2 e o n° 6 indicaram de forma mais evidente a possibilidade de haver maior equilíbrio nos conteúdos de aprendizagem. No entanto, o n° 6, que enfatiza a busca pela transformação de hábitos e atitudes, o procedimento para atingi-la parece um tanto impositiva. Declara-se que os professores ficarão responsáveis por controlar a sujeira da sala e "os membros da coordenação e da direção darão as broncas mais profundas se algo não sair como o combinado". Além disso, prevê-se enquanto metodologia a realização de gincana, na qual a sala que se mantivesse mais limpa seria premiada. Questiona-se se desta forma os alunos deixariam de jogar lixo nas ruas, quando não serão premiados por não fazê-lo.

Já o projeto n° 2 explica que foram apresentadas questões que envolviam os problemas ambientais da comunidade para as turmas e que "foram feitas atividades de problematização e também de proposição para que os estudantes pudessem refletir e ampliar seus conhecimentos relativos à temática". Este elemento é o que mais pode se aproximar da perspectiva aqui buscada.

Por último, nas questões referentes ao Pensamento Sistêmico, procurou-se identificar inter-relações entre diferentes elementos do espaço, como a relação das questões ambientais com as sociais. Apenas um dos projetos, o n° 2, englobou questões ambientais e sociais de forma interligada.

A maioria das propostas foi direcionada às questões puramente relacionadas ao ambiente natural. Algumas frases como "contribuir para um planeta ecologicamente melhor" e "impactos que o excesso de lixo produzido causam na terra, no ar e nas águas de nosso ecossistema", identificadas no projeto n° 1, demonstram pouca vinculação aos aspectos sociais. Em suma, as propostas visam estabelecer um sistema de coleta seletiva na escola, mas não vinculam esta ação às questões cotidianas e muito menos às questões sociais.

No projeto n° 6, chega-se a afirmar que "Para muitas pessoas, lixo é fonte de renda", contudo, não faz menção à destinação dos resíduos coletados na escola a partir do projeto. Este fato, inclusive, é identificado em praticamente todos. No caso, evidenciam a necessidade de separar os resíduos na escola, mas não citam de que maneira fariam para que estes resíduos permanecessem separados ao sair da escola. Isto faz toda a diferença em um contexto no qual a coleta de resíduos pública não se dá de forma seletiva.

O projeto n° 2, que prevê a criação de um Ponto de Entrega Voluntária (PEV) na escola, é o único que aborda as questões sociais e demonstra relação entre os processos envolvidos na coleta seletiva do lixo. Dentre as atividades do projeto, foi proposto contatar uma cooperativa de Catadores para recolher os resíduos depositados na escola, já que assim acredita-se que "a escola está destinando os resíduos sólidos da comunidade de maneira adequada, tanto ambiental quanto socialmente". Além disso, afirma que tem como um dos objetivos específicos "a geração de renda e apoio à melhoria das condições de trabalho dos catadores de resíduos sólidos".

Em suma, o único projeto que apresentou elementos que pudessem indicar o atendimento aos três elementos aqui buscados, que são desejados pelas propostas teóricas e governamentais da EA, foi o n° 2. Do restante, seis não apresentam nenhum dos elementos e dois os apresentam parcialmente, deixando dúvidas devido a contradições identificadas entre o texto e a proposta prática.

5. Conclusões

Após discorridas as reflexões acerca da temática, julga-se que o conhecimento geográfico em relação à espacialidade, apresenta ferramenta teórica relevante para a Educação Ambiental. Entende-se que o procedimento de ensino Estudo do Meio constitui uma importante ferramenta pedagógica a ser utilizada na prática da Educação Ambiental formal. Aquele apresenta importantes elementos para atingir aos objetivos preconizados pela Educação Ambiental crítica. Esta, por sua vez, é contemplada pelas propostas governamentais que apresentam formas de atingir uma prática potencialmente transformadora, a partir da formação de um pensamento crítico e autônomo.

Na atualidade torna-se cada vez mais urgente que os jovens sejam formados a partir do pensamento crítico e autônomo. O período científico-tecnológico-informacional representa um momento em que informação não pode ser confundida com conhecimento. As escolas não podem se limitar a passar informações aos alunos, visto que essas já circulam das mais diversas formas pelo espaço. É fundamental que os processos pedagógicos envolvam significativamente a capacidade de reflexão e criticidade, para que os sujeitos tenham instrumentais metodológicos e cognitivos para perseguir, selecionar e construir conhecimentos mais relevantes às suas vidas individuais.

Este processo deve, contudo, envolver as complexas cadeias que compõe a realidade. As escolas não podem limitar sua atuação ao desenvolvimento de conhecimentos lineares e segregados do todo que fazem parte. Os tempos atuais necessitam de sujeitos que compreendam profundamente as causas e consequências de suas ações e sejam orientados por valores e princípios que o façam interagir com a sociedade e com o meio de maneira mais ética e respeitosa.

É justamente neste sentido que a Educação Ambiental se mostra pertinente. No entanto, apesar do imenso avanço identificado no movimento ambientalista e nas consequentes propostas, tanto teóricas quanto nas propostas governamentais, a prática desta dentro de instituições escolares, salvo exceções, permanece restrita aos aspectos naturais. Esta limitação da prática pedagógica contribui para a manutenção do *status quo* e não apresenta elementos que possam gerar a transformação necessária.

Por isso se aponta que o foco na espacialidade, especialmente vinculada à prática interdisciplinar e investigativa dos Estudos do Meio, potencializa o caráter transformador da Educação Ambiental. Esta associação apresenta suporte teórico e subsídios práticos para o desenvolvimento de uma pedagogia voltada à formação do pensamento autônomo e construção de valores éticos.

No entanto, apesar dos elementos substanciais das propostas da EA crítica encontrarem espaço nos documentos oficiais para a área, ainda não se identifica grande repercussão na prática das escolas públicas do Distrito Federal.

No processo de realização da Conferência, que envolveu apresentações norteadoras para os professores, pouco se foi aplicado na prática de formulação dos projetos nas escolas. Identificou-se que os projetos permanecem reproduzindo uma Educação Ambiental mais naturalista, restrita aos aspectos puramente naturais.

Além disso, os projetos abordam pouco a perspectiva da protagonização discente, do processo investigativo em si e a formação do pensamento autônomo, tão importantes para atingir uma gestão escolar democrática e, consequentemente, para o fortalecimento da prática cidadã em prol de uma harmonização socioambiental.

Conclui-se, portanto, que há grande necessidade de se divulgar mais a prática dos Estudos do Meio e suas potencialidades pedagógicas nos processos que envolvem a formação de professores para atuar com a Educação Ambiental formal.

6. Referências Bibliográficas

BRASIL, República Federativa, Política Nacional de Educação Ambiental, lei 9.795 de 28 de abril de 1999.

BRASIL, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *Vamos cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis:* educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais globais. Ministério da Educação, MEC, 2012.

CARVALHO, I.C.M. (2004) *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez.

CALLAI, H. C. (2001) "A Geografia e a escola: muda a geografia? Muda o ensino?" *Terra Livre* (16) pp. 133-152.

COLL, César [et. al]. (2009) *O construtivismo em sala de aula*. São Paulo: Ática.

FERNANDES, M.L. (2012) *A prática educativa e o Estudo do Meio: o conceito de sustentabilidade em questão*. São Paulo: Annablume.

JACOBI, P. R. (2003) "Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade". *Cadernos de Pesquisa* (118) pp. 189-205. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf, [consultado 05-12-2014].

LAYRARGUES, P.P. (2009) "Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades". In LOUREIRO, C. F., LAYRARGUES, P. P. & CASTRO, R. S. (orgs.). *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico*. São Paulo: Cortez.

LEFF, E. (2012) *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. Rio de Janeiro: Vozes.

LIPIETZ, A. (2002) "A ecologia política, solução para a crise da instância política?" In ALIMONDA, H. (Compilador). *Ecologia política, natureza y utopia.* Buenos Aires: CLACSO.

LOPES, C.S. & PONTUSCHKA, N.N. (2009) "Estudo do Meio: Teoria e Prática". *Geografia* (Londrina), (18).

MAURI, T. (2009) "O que faz com que o aluno e a aluna aprendam os conteúdos escolares?" In COLL, Cesar [et al.]. *O construtivismo na sala de aula.* Ática: São Paulo.

SANTOS, M. (2008) *Espaço e Método.* Edusp, São Paulo.

SANTOS, M. (2012) *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.* São Paulo: EDUSP.

SOLE, I. (2009) "Disponibilidade para a aprendizagem e sentido de aprendizagem". In COLL, César [et. al]. *O construtivismo em sala de aula.* São Paulo: Ática.

ZABALA, A. (2009). "Os enfoques didáticos". In COLL, Cesar [et al.]. *O construtivismo na sala de aula.* São Paulo: Ática.

Diretrizes para projetos sustentáveis em novas centralidades: breve revisão de conceitos

Luz, A. P. F., Colchete Filho, A. F., Maya-Monteiro, P. M.

Resumo: Este trabalho busca compreender como os atributos e pressupostos relacionados à noção de desenvolvimento sustentável vêm se traduzindo em diretrizes de projeto para a configuração de novas áreas urbanas. Considerando os critérios de equidade social, qualidade ambiental e viabilidade econômica relacionados à sustentabilidade, analisamos três projetos emblemáticos de novos bairros: GWL, em Amsterdam, Holanda; Vauban, em Freiburg, Alemanha e Pedra Branca, na Grande Florianópolis, Brasil. Portanto, estes projetos foram realizados em países de realidades sociais, culturais e econômicas diversas, nos quais a compreensão do conceito de sustentabilidade é variável. Verificamos então que as propostas produzem espaços bem distintos, embora partam de premissas semelhantes. Além disto, a pesquisa efetuada nos fez relativizar alguns ganhos deste tipo de empreendimento. Por fim, concluímos que a sustentabilidade de uma proposta urbana não pode prescindir dos aspectos sócio-políticos existentes no lugar, com vistas a motivar a apropriação dos seus espaços urbanos e o incremento da resiliência ambiental, social e política da cidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Resiliência urbana. Qualidade ambiental.

Abstract: This paper aims to understand how the attributes and assumptions which relate to the idea of sustainable development have been turned into project guidelines to configure new urban areas. Considering the criteria of social equality, environmental quality and economic viability, this work analyzes three emblematic projects of new neighborhoods: GWL, in Amsterdam, Holland; Vauban, in Freiburg, Germany and Pedra Branca, in Florianópolis, Brazil. Therefore, these projects were carried out in countries with distinct social, cultural and economic realities, where the comprehension of the sustainability concept is diverse. We verify then that these proposals have produced very distinct spaces, although they depart from very similar premises. Besides, the research has leaded us to minimize some of the gains of this type of real estate development. Finally, we have concluded that the sustainability of an urban proposal cannot dismiss the social and cultural aspects of the place, so that it motivates the appropriation of its urban spaces by the people, and the increase of the environmental, social and political resilience.

Keywords: Sustainable Development. Urban Resilience. Environmental Quality.

1. Introdução

O trabalho em questão visa contribuir para o desenvolvimento de diretrizes para projetos sustentáveis em áreas urbanas das cidades que se constituam como novas centralidades. Para tanto, observamos três estudos de caso que demonstram o valor de iniciativas que buscam a melhoria do habitat urbano, criando espaços mais apropriados para viver e morar. Conceitos como o equilibrio da densidade urbana, a diversidade de usos e de mesclas sociais e culturais, a gestão participativa, a oferta de infraestrutura e mobilidade urbana adequadas e a eficiência energética são fatores cruciais para o desenvolvimento de um núcleo urbano de maior resiliência que ajude a promover a tão almejada qualidade de vida urbana.

Para a cidade, a inserção de unidades-modelo eficientes pode vir a favorecer a organização da cidade como um todo, diminuindo necessidades de deslocamentos e propiciando todo o tipo necessário de serviços, lazer, cultura. Um bairro que conte com equipamentos básicos - como escola, posto para atendimento básico de saúde, farmácia, supermercados, áreas de esporte e lazer, ciclovia, etc. - e que privilegie os pedestres reduzindo o uso de veículos individuais, pode tornar-se um ambiente mais seguro para todos e que minimize os impactos ambientais da ocupação urbana.

A partir dos estudos de caso foi possível perceber a extrema necessidade da aplicação da sustentabilidade no projeto urbano, ou o que chamamos de desenvolvimento urbano sustentável. Todas as medidas implantadas, as diretrizes projetuais e a concepção urbanística levaram em conta os três vértices da sustentabilidade: o ambiental, o econômico e o social. O vértice ambiental leva em conta a preocupação de se viver em um local arborizado, livre do trânsito e da poluição dos carros, onde se procura reciclar e reutilizar materiais, práticas e técnicas ecologicamente corretas, e principalmente cuidar do local em que vivemos da melhor maneira possível. Este vértice engloba, portanto, não apenas o conforto ambiental, mas também uma busca pela redução dos impactos da ocupação humana. O vértice econômico aponta para a necessária viabilidade dos *inputs* e *outputs* ao sistema urbano, recursos e rejeitos, com estratégias como a redução do consumo de água e energia, reutilização de resíduos e, consequentemente, proporcionando redução dos gastos financeiros. E por fim, o vértice social aponta para a necessidade de integração de pessoas de diferentes classes sociais, com o compartilhamento de interesses comuns, como ocorre no caso de uma associação de moradores onde todos podem opinar e decidir em conjunto soluções locais, retomando o conceito de vizinhança. Portanto, esse vértice sugere que o espaço urbano seja adaptado de modo a se adequar às dinâmicas sociais presentes.

Diante dos desafios do novo século, o planejamento urbano sustentável e resiliente possui urgência em ser pensado para a maior parte das cidades brasileiras, em especial as metrópoles. Os centros urbanos devem ser capazes de se adaptarem, resistirem às mudanças climáticas e enfrentarem suas vulnerabilidades de forma decisiva. Cidades planejadas em benefício de seus habitantes são responsáveis por proporcionarem mais bem estar e mais qualidade de vida à população.

Consideramos que os exemplos recentes aqui destacados podem nos dizer sobre algumas estratégias que já estão em curso, pelo menos na escala de novas áreas e bairros e/ou de áreas urbanas requalificadas.

2. (In) sustentabilidade urbana

A urbanização acelerada tem gerado diversos problemas em cidades ao redor do mundo, com consequências na vida de toda a população. O crescimento descontrolado das cidades representa um esgotamento dos recursos energéticos e hídricos e das infraestruturas existentes. Isto gera impactos diversos, como o aumento da poluição do ar, os problemas relacionados à saúde pública, além do aumento no volume do descarte de resíduos e do tratamento de resíduos sólidos e líquidos (LEITE; AWAD, 2012).

Os impactos ambientais são intensificados pelo espalhamento urbano – *urban sprawl*- ou seja, a extensão demasiada, a ocupação dispersa e a extensão das áreas urbanas sobre largas porções do território. De diversos modos, esta expansão multiplica fatores predatórios do meio ambiente e aumenta a desigualdade entre parcelas da sociedade, tanto pela inserção formal ou informal de moradias mal localizadas quanto pelas dificuldades técnicas e econômicas aumentadas na inserção de novas infraestruturas.

Além disto, as atividades urbanas em si produzem emissão de poluentes atmosféricos gerando produção de calor e consequente aumento de temperatura. Essa situação é ainda agravada quando ocorre ausência de vegetação. Os bolsões térmicos sobre as áreas urbanas, devido à concentração de poluentes, são chamados de ilhas de calor, que podem proporcionar uma diferença de temperatura entre periferia e centro da cidade com variação da ordem de 10ºC. Outros efeitos como a Inversão Térmica e o efeito estufa também ocorrem em decorrência de elementos gerados pela queima dos combustíveis fósseis.

Outro ponto de reflexão, o desempenho térmico dos espaços urbanos também depende de uma combinação de fatores determinantes como exposição ao sol e ao vento, e presença de vegetação, que proporcionam uma ambiência mais ou menos favorável em relação ao clima local, salientando-se o quanto é essencial que se aumente os índices de permeabilidade do solo e de presença de vegetação para termos desempenhos melhores nas nossas cidades (MASCARÓ, 2002).

Além disto, a valorização do solo urbano e a verticalização cada vez mais ascendente das edificações também gera efeitos ambientais negativos nas cidades, pela alteração de fatores como visibilidade, chegada de radiação solar e alteração da umidade do ar, com a formação de "corredores urbanos de ventos" cuja circulação foi modificada devido a estas barreiras.

Portanto, a persistência dos modos de urbanização atuais é insustentável, social, econômica e ambientalmente.

3. PROJETO E SUSTENTABILIDADE

A arquitetura e, obviamente o urbanismo, podem e devem ser completamente influentes na forma de desenvolver as cidades e, conseqüentemente, desenvolver uma melhor qualidade de vida para as pessoas que nelas habitam, embora saibamos que além das dificuldades de articulação entre esses campos afins, faz-se urgente a formação de uma população participativa nas decisões sobre o espaço urbano (MARICATO, 2000).

Para identificarmos aspectos relevantes para uma compreensão e posterior atuação projetual sobre o meio ambiente urbano, Edwards (2009) aponta algumas das principais interrrelações da cidade sustentável, conforme gráfico abaixo, onde a meta principal é a contínua busca e promoção de um equilíbrio entre as atividades diárias dos habitantes dessas cidades. Dessa forma, o desafio é estabelecer um urbanismo atraente, sustentável e seguro.

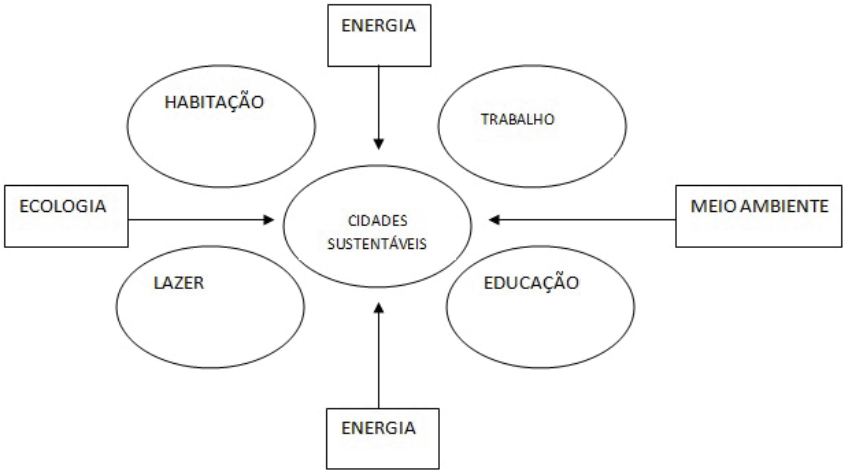

Figura 01. Gráfico de inter-relações da cidade sustentável. Fonte: Edwards, 2009, p.222.

Promover o bem-estar dos habitantes urbanos significa integrar a questão da sustentabilidade nas cidades, de forma a proteger e defender sempre uma melhor qualidade para a população, integrando os vértices ambiental e social (DEMANTOVA; RUTKOWSKI, 2007).

Sob diversos aspectos, os projetos urbanos, arquitetônicos e paisagísticos hoje têm tratado desta questão. Dentre estes, um aspecto crucial é o do espaço público. Gehl (2012) ressalta a importância do contato dos habitantes com a rua e o convívio com o outro na vivência do espaço urbano. Ele defende que se se privilegie o pedestre, já que a utilização de veículos motorizados individuais, além de causar poluição e congestionamentos, pode fazer com que o espaço público perca sua conotação existencial como local de encontro, se tornando apenas um local de passagem.

Para tanto, diversos estudos e práticas de projeto e gestão têm proposto a inserção de esquemas hierarquizados de tráfego e transporte público. Considerando a escala do bairro, a valorização dos espaços de pedestres resultou, no contexto dos arquitetos, urbanistas e planejadores dos Estados Unidos na ideia de um crescimento inteligente, ou o chamado *Smart Growth*. Nesta ideia, o espalhamento da cidade é combatido a partir de uma hierarquia urbana em que alguns trechos urbanos são tornados compactos e caminháveis. Nestas unidades urbanas, que não exatamente correspondem à escala de um bairro, a ideia de comunidade é valorizada.

Campos Filho (2010) defende a criação de "Ilhas de tranquilidade" como forma de fomentar a qualidade de vida, retratando unidades de moradia residenciais com ruas internas de tráfego apenas local, tendo pouco ou nenhum tráfego de passagem. Ele considera que assim, nessas áreas predominantemente residenciais, seria evitado o fluxo mais intenso de veículos, um fator principal da poluição do ar e que também degrada os espacos públicos.

Além da baixa intensidade do tráfego de veículos, a criação dessas ilhas de tranquilidade também depende de mudanças na legislação e no zoneamento que permitam o adensamento e a diversificação de usos. Além disto, há necessidade de uma inserção de sistemas de transporte público intermodal nos bairros, inclusive para que haja uma gradação dos níveis de tranquilidade no espaço do bairro. Portanto, estas unidades ambientais de

moradia proposta visam também sanar as necessidades básicas dos moradores, com a inserção de equipamentos públicos em distâncias ao alcance dos pedestres, assim contribuindo para uma redução do tráfego excessivo de veículos.

Outro aspecto relacionado a estas estratégias urbanas se refere à "cidade compacta", criada a partir de um adensamento equilibrado. Esta visa proporcionar uma maior convivência dos moradores; reduzir as necessidades de deslocamentos por automóveis e assim minimizar a poluição dos congestionamentos e o consumo de energia, melhorando a qualidade do ar. Além disto, com a redução de distâncias, os habitantes são estimulados a se locomoverem a pé ou de bicicleta.

Richard Rogers (Cidades para um pequeno planeta, p. 38) aponta que:

> "A questão é como pensar e planejar cidades, onde as comunidades prosperem e a mobilidade aumente, como buscar a mobilidade do cidadão sem permitir a destruição da vida comunitária pelo automóvel, além de como intensificar o uso de sistemas eficientes de transporte e reequilibrar o uso de nossas ruas em favor do pedestre e da comunidade. A Cidade Compacta abrange todas essas questões. Ela cresce em volta dos centros de atividades sociais e comerciais localizadas junto aos pontos nodais de transporte público, pontos focais, em volta dos quais, as vizinhanças se desenvolvem. A Cidade Compacta é uma rede destas vizinhanças, cada uma delas com seus parques e espaços públicos, acomodando uma diversidade de atividades públicas e privadas sobrepostas".

Portanto, a qualidade da vida urbana depende de uma série de fatores, que se fundam nos vértices ambiental, econômico e social da sustentabilidade (ver fig. 2). De maneira geral, o presente trabalho objetiva compreender como se dá um planejamento urbano sustentavelmente eficiente a partir da escala de um bairro ou parcela deste. A partir disto, foram observados projetos emblemáticos executados, que podem contribuir para a formulação de diretrizes norteadoras para a criação e desenvolvimento de espaços urbanos sustentáveis e resilientes.

Figura 2. Conceituação esquemática. Fonte: Luz, A. P (2013).

4. Estudos de caso

Os três exemplos emblemáticos foram essenciais para melhor entender o funcionamento dos bairros sustentáveis em diferentes locais do mundo, de maneira a compreender como eles são organizados, como se dá seu funcionamento, como são seus planos urbanos e suas peculiaridades. Através desses estudos é possível perceber o quanto o campo avançou no quesito "bairros sustentáveis", principalmente no que se refere às novas áreas urbanas. Destaque-se também o que ainda é possível adequar nas pré-existências, tendo em vista o exemplo de diversos bairros europeus de cidades tradicionais onde se obteve bons resultados com intervenções de planos de gestão integrados com projetos urbanos.

4.1. Bairro gwl, amsterdam, holanda

Figura 02. Bairro GWL. Fonte: http://www.architetturaecosostenibile.it/architettura/in-europa/quartiere-gwl-amsterdam-christiaanse-car-free.html

O GWL é um exemplo notável de bairro resiliente. Localizado em um terreno de 6 hectares na cidade de Amsterdam, Holanda, e com capacidade para aproximadamente 1.400 habitantes, o empreendimento conjuga atividades comerciais e de serviços com habitações de vários tipos. Trata-se de uma revitalização sustentável de antiga área industrial do século XIX (GAUZIN-MÜLLER, 2010).

O objetivo principal do empreendimento, segundo Beatley (2010), seria a construção de ao menos 600 moradias no terreno, em um distrito urbano planejado para desencorajar a posse e o uso do carro, garantindo bom transporte público, atenção ideal para os ciclistas e seleção direta dos habitantes. Um importante alvo era reduzir o consumo de água e energia. Além disso, os materiais de construção ambientalmente conscientes seriam utilizados, o lixo seria separado e um centro ambiental seria criado para os habitantes (este último elemento nunca foi realizado). Também ficou decidido o público-alvo e o preço das habitações. Em julho de 1993, tudo isso foi previsto em uma "Tabela de Requisitos para o Planejamento Urbano".

Para implementação do projeto, de acordo com o site do bairro (2013), dois escritórios de arquitetura foram contratados em 1993 para fazer um esboço da ideia para o terreno da empresa de água, com base no cronograma existente na tabela de requisitos já citada. Em agosto do mesmo ano, o plano feito por Kees Christiaanse e pelo paisagista Adriaan Geuze foi escolhido pelo grupo de consulta que incluiu vários habitantes ao lado de representantes do distrito urbano. Christiaanse, então, transformou seu esboço em um plano urbanístico, que foi finalizado em novembro de 1993. O escritório Ambiental Bureau BOOM prestou assessoria e manteve os requisitos indispensáveis. Juntamente com esses aspectos, foi feita uma tentativa de envolver futuros habitantes no plano urbanístico. O espaço livre foi dividido da seguinte forma: espaços onde parte das habitações teria seu próprio jardim e espacos comuns onde as habitações dos andares mais altos teriam um mini-quintal. O objetivo era tornar o espaço público uma área em que todos se sentissem responsáveis. Ao mesmo tempo, o Grupo de Trabalho que foi montado investigou os interesses e opiniões dos habitantes da vizinhança local através de um questionário. Essa pesquisa de mercado reuniu quatro mil interessados, metade das quais demonstraram interesse em viver na localidade.

Cinco escritórios de arquitetura se encarregaram dos projetos das construções e para acompanhar o projeto e o respeito aos princípios ecológicos envolvidos, foi criada uma estrutura de apoio à gestão, com representantes

dos moradores, dos empreendedores e do departamento municipal responsável por monumentos históricos, além da presença de um administrador do bairro. Cada equipe teve que elaborar um plano de demandas no prazo de seis meses, usando esboços e desenhos preliminares para chegar a um projeto final. Em junho de 1994 os planos de construção foram concluídos.

Entre as características urbanas do bairro encontra-se um grande edifício com altura entre quatro e nove andares que reúne 60% das habitações no coração do bairro. A velocidade de tráfego foi reduzida e as calçadas ampliadas. O ponto final de uma linha de Tramway existente foi reconstruído e ampliado. O empreendimento também contém um café, restaurante, estúdio de TV, creche e habitações adaptadas às pessoas portadoras de necessidades especiais, ateliês de artistas, apartamentos para idosos, escritórios e um centro comunitário (GAUZIN-MÜLLER, 2010).

O tratamento dos espaços intermediários compreende uma malha rica e complexa de espaços públicos que interligam os blocos residenciais. A circulação é fluida entre espaços públicos e jardins particulares, muitas vezes ligados diretamente às habitações. Uma rede de canaletas permite que a água escoe para o canal local, que funciona como tanque de retenção das águas pluviais. Vários estacionamentos para bicicletas foram construídos. Em suma, é um bairro onde os automóveis são secundários, e isso confere forte identidade residencial ao bairro.

Apesar de impedir o acesso motorizado no interior do bairro, o encorajamento a áreas livres de carro - "carfree" - é administrativo. Não é restritivo possuir um carro, os moradores apenas precisam estcacionar em um local diferente. Segundo dados de uma pesquisa sobre a Holanda (SCHEURER, 2001), a cada 1000 habitantes, 172 possuíam carros, enquanto 1346 já possuíam bicicletas. Isso mostra o quanto bairros como o GWL vem crescendo e se localizando em áreas estratégias para tornar o acesso a seus moradores conveniente e integrado.

O bairro conta ainda com serviços de compartilhamento de carros (car-sharing services) através de uma empresa privada que disponibiliza 4 carros no local, trazendo maior quantidade quando necessário e levando comodidade aos moradores (BEATLEY, 2000).

O projeto dos edifícios residenciais contou com extrema qualidade arquitetônica e ecológica, sem a presença de corredores estreitos, com incorporação de plantas flexíveis, boa insolação e acesso direto a um jardim, o uso de materiais ecológicos, terraço ajardinado na cobertura, aproveitamentos dos aportes solares, isolamento reforçado das construções e aproveitamento das águas pluviais nas bacias sanitárias também são técnicas presentes no bairro.

4.2. Bairro vauban, freiburg, alemanha

Figura 03. Bairro Vauban. Fonte: http://www.badische-seiten.de/bilder/freiburg-vauban/

Vauban encontra-se na cidade de Freiburg, ao sudoeste da Alemanha. Trata-se também de um exemplo de resiliência urbana em uma antiga área de quartéis com 34 hectares que tinha a previsão de promover duas mil habitações para cerca de cinco mil pessoas, além de 600 postos de trabalho.

O contexto histórico do local remete aos fundamentos de uma antiga base militar francesa, retirada após a queda da cortina de ferro, em 1989. Já naquela época, o grupo SUSI (Iniciativa de Vizinhança Independente Auto-organizada) começou a fazer planos para voltar a usar os 12 quartéis abandonados no local. Este grupo planejava criar moradia para estudantes e trabalhadores. Sua iniciativa foi motivada pela grande escassez de habitação na região.

A cidade de Freiburg comprou a área das autoridades federais e como proprietária, se tornou responsável por seu planejamento e desenvolvimento. O princípio "Aprender enquanto Planejar" adotado pela cidade permitiu flexibilidade ao reagir a novos desenvolvimentos. Isto proporcionou uma participação cidadã estendida que foi muito além das exigências legais e permitiu aos habitantes a possibilidade de participar até mesmo no processo de planejamento. A associação dos cidadãos do bairro funcionou para coordenar o processo de participação e foi reconhecido como o seu corpo legal pela cidade em 1995. Desde o início, o Fórum Vauban não se limitou à mera organização, mas também acolheu sugestões próprias para o planejamento e a construção do distrito. Dessa forma, o projeto foi criado e implementado em conjunto com a cidade de Freiburg e vários outros parceiros (MOURA, 2010).

O principal objetivo do empreendimento era implementar um distrito na cidade de forma participativa, que atendesse aos requisitos ecológicos, sociais, econômicos e culturais. Entre os requisitos, encontra-se o equilíbrio entre áreas de trabalho e moradia; o equilíbrio e diversidade dos grupos sociais; a divisão da terra em pequenos lotes e alocação preferencial para os construtores privados e projetos de construção de cooperativas; a integração dos futuros proprietários do edifício; e a prioridade aos pedestres, ciclistas e transportes coletivos. Além disso, todos os edifícios são construídos com padrão de baixo consumo de energia (65 kWh/m²), com preferência aos proprietários de edifícios que atinjam padrão Casa Passiva (12 kWh/m²), além de orientação norte-sul e livres da projeção de sombras; uso extensivo de material de construção ecológica e da energia solar; infiltração de água da chuva para o solo e sistemas sanitários ecológicos. O centro do distrito conta com lojas para atender as necessidades diárias dos habitantes, além de escola primária e jardins de infância, espaços verdes públicos, projetado em conjunto com os moradores locais; proteção de áreas naturais e coberturas com vegetação; entre outros (GAUZIN-MÜLLER,2010).

Entre os conceitos aplicados no bairro, o Fórum Vauban revela-se um dos mais interessantes. Trata-se de uma associação que permite a participação da população no desenvolvimento do bairro. Entre seus compromissos constam: informar cidadãos sobre arquitetura ecológica, orientar práticas sobre economia de energia e incentivar alternativas de transporte que não seja o automóvel particular e o financiamento por taxas de inscrição, doação e subsídios públicos. Outro conceito importante é o estímulo à diversidade social, através da existência de alguns critérios que refletem e determinam a diversidade desejada para os futuros moradores, como situação de família, número de filhos, profissão, idade, local de residência anterior, local de trabalho, se é compra ou locação, etc. Interessados na compra do imóvel são entrevistados e o perfil dos habitantes demonstra eficácia do modelo adotado. O bairro conta com os seguintes habitantes: 60% proprietários e 40% locatários; 25% operários, empregados e funcionários, 55% executivos, 20% profissionais liberais; 10% vivendo sozinhos, 65% com famílias com filhos, 25% com famílias sem filhos; 75% habitantes antigos de Freiburg, 25% pessoas vindas de outro local, aspectos que colaboram para a dinâmica da população.

Outro fator conceitual de Vauban é o uso racional da energia. Segundo Gauzin-Müller, há no bairro 42 unidades de casas passivas, com consumo menor que 15 kWh/m² ao ano, mesmo com calefação. Elas não necessitam de sistemas de aquecimento convencionais, pois os requisitos de calor são quase totalmente cobertos pelos chamados ganhos internos, como um sistema de recuperação de calor tecnicamente simples. As casas passivas, que na média produzem mais energia do que o necessário, foram construídos em dezembro de 2000 por um investidor. Além dessa tipologia, ocorre no bairro o uso ativo de energia solar, em que mais de 450m² de coletores solares e cerca de 1200m² de placas fotovoltáicas foram construídas na primeira etapa do empreendimento. Por essas e outras, Vauban é estimada como um dos maiores distritos solares na Europa.

O conceito dos transportes e tráfego também é muito presente no desenvolvimento do bairro. A redução do uso do automóvel no distrito da cidade representou um notável aumento da qualidade de vida, para o benefício de todos. Utilização dos conceitos "Parking-free" e "Car-free", que se resumem à falta de garagem à porta de casa, funcionam pelo limite da entrada de carros particulares na entrada do empreendimento, ao ficarem parados no estacionamento comunitário localizado na periferia da área residencial. Os carros só estão autorizados a entrar na área residencial para busca e entrega. O limite de velocidade na rua principal do distrito fica a 30 km/h e na área residencial não se deve conduzir a mais de 5km/h (velocidade de caminhada).

Há também um suporte ao modo de vida "car-free": Famílias sem carro (cerca de 40% delas concordaram em viver sem um carro próprio) economizam um custo substancial de um espaço no estacionamento, ao serem subsidiados pelas famílias com automóvel. O "aluguel" do estacionamento é repassado às pessoas sem automóvel, como um incentivo. Para reforçar a ideia, o distrito foi planejado para distâncias curtas. Uma escola, jardins de infância, o mercado de um fazendeiro, empresas, um centro comercial, uma cooperativa de alimentos, áreas de recreação, e cerca de 600 postos de trabalho estão todos disponíveis a uma curta caminhada ou através do ciclismo. Além disso, o transporte público funciona com duas linhas de ônibus que se conectam com o centro da cidade e a principal estação ferroviária. A linha de bonde e uma linha de trem suburbano também foram incorporados em 2006. Uma outra ideia interessante foi o "Sharing Car". Como um primeiro passo para a partilha de carro, uma empresa ofereceu cinco carros e uma van especialmente para pessoas que vivem em Vauban. Eles estão estacionados no parque de estacionamento da comunidade. Para os moradores que aderiram à organização da partilha de carro, eles ainda recebem um passe livre de um ano para todos os transportes públicos dentro de Freiburg, bem como uma redução anual de 50% em cada bilhete de trem.

O plano de desenvolvimento de edificação incluiu alguns regulamentos para a construção ecológica, como os telhados verdes, conservação e plantio de árvores, infiltração de águas pluviais, etc., além de normas progressivas que foram implementadas por muitas das cooperativas (Genova e SUSI) com projetos de construção (por exemplo, o uso de materiais ecológicos, como madeira, argila e outros produzidos localmente). Como infraestrutura, o empreendimento também desenvolveu um sistema de infiltração da água da chuva no solo, que abrange 80% da área residencial. Já o novo sistema de esgotamento se inseriu dentro de um projeto-piloto, que funciona através de tubos de vácuo, onde as fezes são transportadas para uma unidade de biogás. Lá são fermentadas anaerobicamente juntamente com o lixo doméstico orgânico, gerando biogás, que é utilizado para cozinhar. O remanescente de águas residuais (as chamadas águas cinzas) é tratado através de plantas de biofilme e retornam para o ciclo da água (GAUZIN-MÜLLER, 2010).

Em suma, o Fórum Vauban estabelece novos padrões de comunicação urbana e de interação e integração sociais. Uma participação de longo alcance e do trabalho social organizado pelo Fórum deu voz às necessidades da população e apoio às iniciativas e inventos com conceitos ecológicos e sociais inovadores, o que estimula uma estrutura de participação, incluindo reuniões, workshops, uma revista de notícias do distrito trimestral, publicações sobre temas especiais e apresentações na Internet, promovendo uma comunidade mais estável e com maior qualidade de vida.

4.3. Pedra Branca, Florianópolis, Brasil

Figura 04. Loteamentos Bairro Pedra Branca. Fonte: http://www.cidadepedrabranca.com.br/empreendimento/lotes-residenciais-e-comerciais.html

Cidade Pedra Branca é o exemplo brasileiro mais notório por ter sido construído para ser um bairro sustentável, e também por ter sido projetado dentro dos preceitos do New Urbanism (RIBEIRO, 2009). Trata-se de um empreendimento situado em Palhoça, um pequeno município da Grande Florianópolis, distante de cerca de 13 quilômetros do centro da capital. Segundo o *site* do conjunto, o contexto histórico do bairro se deu através da construção da Cidade Universitária Pedra Branca, que começou a ser desenvolvida no ano de 1997 onde, até então, fazia parte de uma fazenda destinada à agropecuária. Nesta área foi implantado um projeto de urbanização nos mais de 250 hectares disponíveis, com uma parceria entre bairro e uma universidade privada. Sendo assim, a Unisul ganhou um terreno para implantar seu "Campus Pedra Branca" e o bairro encontrou a âncora que precisava para o seu lançamento imobiliário. O conjunto do empreendimento conta, além deste campus, com espaços livres coletivos, com um condomínio fechado, com um pólo industrial e tecnológico e com um centro urbano propriamente.

Pedra Branca seria uma cidade-conceito, modelo para o mercado brasileiro, de um bairro denso, sustentável e voltado para o pedestre, feito de acordo com um plano e projeto que envolvem princípios a serem aplicados para que se pudesse atingir os objetivos de morar, trabalhar, estudar e se divertir em um mesmo lugar.

Neste intento, a contrataçao do escritório DPZ, norte-americano, do arquiteto fundador do movimento New Urbanism, Andrés Duany, foi crucial. Afinada com as idéias diversas que despontam sobre a sustentabilidade, a DPZ elaborou o Masterplan do Centro Urbano para o empreendimento que seria desenvolvido posteriormente por projetos de edifícios e espaços públicos elaborados por arquitetos brasileiros, dentre eles Jamie Lerner. A proposta do Centro Urbano integra uma série de edificos mistos, com uma quadra central aberta, constituindo duas vizinhanças que podem abrigar um total de 30 mil moradores e 2 milhões de m^2 de áreas comerciais.

O projeto defendeu o conceito de Urbanismo Sustentável integrando alguns preceitos básicos: (1) a densidade urbana e diversidade de usos, (2) a inserção de soluções urbanas e edilícias tecnológica e construtivamente sustentáveis; (3) uma preocupação com os pedestres e ciclovias, e (4) a abertura e qualidade dos espaços livres públicos.

Dentre estes preceitos, a densidade urbana se refere em Pedra Branca, antes de tudo, a uma cacterística interna do bairro, uma densidade construída e de usos significativa. A concentração de usos e de pessoas é importante

para a sustentabilidade, minimizando a ocupação do território, proporcionando um melhor desempenho energético e otimizando as infrastruturas.
Complementando esse ideal, há diversidade de usos em Pedra Branca. Os edifícios do Centro Urbano são de uso misto, combinando e configurando quadras e prédios agrupados numa mistura saudável de funções (moradia, comércio, escritórios, lazer, educação, etc) que se complementam. A diversidade de moradores e ususários dos espaços urbanos, com o convívio de pessoas de diferentes origens e gerações, além do acesso público aos espaços urbanos centrais de Pedra Branca, pode trazer uma surpreendente riqueza cultural, além de promover o senso de comunidade.
A alta performance do ambiente construído também foi destacada. Edificações foram projetadas e construídas buscando melhor orientação solar e ventilação, utilizando materiais e técnicas de baixo impacto ambiental, de baixo consumo de energia, e com baixa geração de gases do efeito estufa. Priorizou-se o uso intenso de iluminação e ventilação naturais, aquecimento solar, água de chuva e outros itens dentro das recomendações do sistema LEED, mantendo sempre respeito à paisagem natural, águas superficiais e subterrâneas, e a vida silvestre. Além disto, uma infra-estrutura de alta performance foi desenvolvida para as áreas de tecnologia e saúde. As redes elétrica e lógica subterrâneas foram aplicadas, além de iluminação pública eficiente com uso de lâmpadas de *led*, reuso da água, e diferenciação de tipologias, com flexibilidade nas plantas dos apartamentos.
Internamente, o bairro estimula a locomoção a pé, com menor uso do automóvel, fugindo-se do sedentarismo e dos ambientes fechados. Ruas seguras, arborizadas, com calçadas amplas, dotadas de mobiliário urbano confortável, iluminação e sinalização adequadas, além de total acessibilidade, faziam parte do planejamento do bairro. Todas as necessidades básicas deveriam estar ao alcance de uma caminhada de até dez minutos.
Por fim, a proposta buscou que os espaços públicos fossem atraentes e seguros, mas principalmente que se mantivessem abertos, e contendo equilíbrio entre áreas verdes e áreas construídas.

4.4. Comparativo dos estudos

Na análise dos exemplos apresentados, alguns tópicos para discussão se impõem. Os mais evidentes são as possibilidades construtivas e tecnógicas que buscam a sustentabilidade, as tentativas de diminuição de uso de veiculo individual e priorização de pedestres e cilcovias, e a busca de uma configuração urbana que incremente a densidade e a diversidade social formal. Para este processo, é sabidamente crucial a criação de um sistema de espaços públicos diversos, com hierarquias dimensionais, funcionais e de acesso, porém, com ênfase na abertura da área urbana à cidade como um todo.
Outro aspecto relevante para a sustentabilidade de novas centralidades é compreender que estas estratégias projetuais, na escala das cidades, estão diretamente conectadas a necessidade de compacidade e a um combate à dispersão urbana e espalhamento urbano - o *urban sprawl*.
Teoricamente, uma grande parte das discussões sobre o tema tem sido conduzida nos Estados Unidos, até porque as piores situaçoes urbanas em termos de baixas densidades e extensão de cidades ali se encontram, também devido a uma ênfase no crescimento das cidades no século 20 a partir do transporte rodoviário e do uso do automóvel e também da inserção dos subúrbios de casas unifamiliares de classe média e, mais recentemente, com a inserção de condomínios horizontalizados.
É neste aspecto, da inserçao urbana, que julgamos relevante observar os exemplos apresentados. O reforço à centralidade seja de áreas urbanas degradadas, com a requalificação – *retrofit* - de edifícios em desuso e a inserção de novos usos; seja de novas áreas urbanas; deve ser buscada, sem dúvida. E um sistema de deslocamentos a pé dentro de um bairro ou trecho urbano no contexto de uma cidade maior, depende de conexões intermodais aos sistemas de transporte público e de massa.
Há diversas diferenças na escala e inserção dos exemplos apresentados. A maior diferença é que nos exemplos europeus apresentados, as cidades têm planos e gestão que facilitaram um maior controle sobre as pressões do mercado imobiliario, e assim o espalhamento urbano e parte dos deficits nos sistemas de transporte público foram minimizados.
Os exemplos europeus aqui descritos fazem parte de um contexto onde há, inclusive, similares que vêm a reforçar critérios mais sustentáveis para a cidade. O pequeno bairro de GWL, no contexto holandês, é um

exemplo que não destoa de algumas partes mesmo da cidade em que se insere. Em Vauban, na Alemanha, a importância da diversidade para a vida humana pode ser vista nos espaços diversos que são ocupados cotidianamente. Isto pode ser visto no ambiente urbano, onde as casas foram construídas por diferentes grupos que oferecem diferentes tipologias de habitações. Mas este dois exemplos fazem parte da cidade. Portanto, em vez de tomar suas formas e técnicas como modelares, há que se considerar que se inserem em contextos urbanos bem diversos do brasileiro.

Pedra Branca, por sua vez, apesar de atender a critérios de sustentabilidade e diversidade, carece de uma estrutura física e social que a sustente.

Note-se que o *New Urbanism*, corrente da qual fazem parte os seus planejadores, nasceu como um movimento fundado sobre as críticas ao espalhamento das áreas urbanas sobre o território. E seus princípios incorporam a ideia de sustentabilidade urbana. Porém, cabe aqui lembrar que, embora uma das propostas do movimento seja a reconfiguração de áreas existentes das cidades e o seu reaproveitamento como área ociosa, seus autores têm sido chamados a desenhar novas áreas da cidade também. Talvez por conta de semelhanças de estilo e da localização afastada do centro, o *New Urbanism* seja pejorativamente chamado de *New Suburbanism*.

Lembrando que "nas áreas mais centrais dos projetos do NU, onde a mistura de usos é maior, a introdução de áreas mais densamente edificadas e notadamente 'urbanas' é parte da estratégia de conformar uma cidade" (MAYA-MONTEIRO, 2009). Em Pedra Branca, isto se dá pela centralidade de interesse da quadra aberta de edifícios com usos mistos. Porém, a localização relativamente afastada do centro, em uma estrutura metropolitana em que o transporte público e as largas distâncias dificultam o acesso, faz com que a experiência não tenha alcançado o sucesso almejado. Sem isto, a centralidade efetivada por Pedra Branca é em verdade insustentável, já que o espalhamento urbano é um dos fatores para o aumento do consumo de combustíevis fosséis, e desafio central a ser vencido pelas cidades no século 21.

5. Considerações finais

A possibilidade de um desenvolvimento urbano sustentável se baseia em uma variedade de elementos dos quais fazem parte a criação e o planejamento de um modelo de bairro. Para tanto, são relevantes as questões como qualidade de vida, conceito de vizinhança e senso de comunidade, densidade equilibrada, uso misto, gestão participativa e interação social, mobilidade urbana eficiente, segurança, construção sustentável e infraestrutura, tratamento de esgoto e reaproveitamento de água, reciclagem de resíduos, espaço público e áreas verdes, além de equidade e diversidade sociais.

No entanto, vimos que a efetivação destas estratégias depende de uma gestão que promova a compacidade urbana e os aspectos que decorrem desta, como a preservação do territorio natural, a integraçao espacial, o direito ä cidade e a justiça social.

É um enorme desafio resgatar as cidades do grau de insustentabilidade social e ambiental em que se encontram, mas é urgente promover e criar uma estrutura urbana mais eficiente, atraente, sustentável e segura. Assim, as questões sociais, ambientais e econômicas devem ser levadas em consideração conjuntamente.

É sempre necessário haver novas oportunidades para que se promova maior justica e integração social. Para tanto, é crucial que seja formulada uma gestão participativa em diversas instâncias dos núcleos urbanos. Inclusive porque cada bairro ou região da cidade tem questões, forma e conteúdo social diversos. Uma participação pública e comunitária em cada etapa da construção da cidade e em sua gestão cotidiana torna-se crucial para a resiliência da cidade.

Acreditamos que as proprias dinâmicas urbanas contemporâneas potencializem as transformações que podem contribuir para que a cidade se torne resiliente. Como resume Libeskind (2010, p.436):

> "Acho extremamente importante que possamos viver, em pleno século XXI, não em uma espécie de utopia fajuta, mas em um mundo contemporâneo, com todos os problemas que vemos todos os dias na televisão, mas também com todas as esperanças e todos os potenciais".

Referências

BEATLEY, Timothy (2000). Green Urbanism: Learning from European Cities. Washington: Island Press, 2000.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta (2003); **Reinvente seu bairro**: Caminhos para você participar do planejamento de sua cidade. São Paulo: Editora 34, 2003.

DEMANTOVA, Graziella. (2012); **Sustentabilidade e o futuro das cidades: A arquitetura como indutora de transformações sociais e ambientais**. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.150/4574>. Acesso em: 23 março 2013.

DEMANTOVA, Graziella; RUTKOWSKI, Emília Wanda (2012); **A sustentabilidade urbana: Simbiose necessária entre a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social**. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.088/210>. Acesso em: 23 março 2013.

EDWARDS, Brian (2009), **O guia básico para a sustentabilidade**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2009.

GAUZIN-MÜLLER, Dominique (2010), **Arquitetura ecológica**. São Paulo: Editora Senac, 2010.

GEHL, Jan (2010), **Cities for people**. Washington: Island Press, 2010

GWL Terrein (2013), **An urban eco area**. Disponível em: <www.gwl-terrein.nl/?english>. Acesso em: 09 março 2013.

GWL Terrein (2013), **Case Study**. Disponível em: <http://www.itdp.org/documents/092211_ITDP_NED_GWL.pdf/>. Acesso em: 06 agosto 2013.

KOOIJ, Pieter Van Der, (2008), **Introducing the Quartier Vauban and its ecological measures**. Disponível em: <http://ar0080.wordpress.com/02_assignment-1/>. Acesso em: 08 março 2013.

LEITE, Carlos; AWAD, Juliana di Cesare Marques (2012); **Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes**: Desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Porto Alegre: Bookman, 2012.

LEMOS, M. F. (2010); **Adaptação de cidades para mudança climática**: uma metodologia de análise para os planos diretores municipais. 2010. 284f. Tese (Urbanismo) - PROURB/ FAU, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LIBESKIND, Daniel (2010); Breaking ground - pedra fundamental. In: AXT, Gunter; SCHÜLER, Fernando (2010); **Fronteiras do pensamento: ensaios sobre cultura e estética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 423-446.

MARICATO, Ermínia (2001); **Brasil, Cidades**. Petrópolis, RJ: Vozes , 2001, p. 15-45.

MARICATO, Ermínia (2000). **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. In: ARANTES, O., VAINER, C. & MARICATO, E. (orgs.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p.121-192.

MASCARÓ, Juan Luis (2010). **Sustentabilidade em Urbanizações de Pequeno Porte**. Porto Alegre, RS: Masquatro editora, 2010.

MASCARÓ, Lucia; MASCARÓ, Juan (2002). **Vegetação urbana**. Porto Alegre: UFRGS FINEP, 2002.

MAYA-MONTEIRO, Patricia M (2009); Tipologias urbanas e representações do espaço público: New Urbanism. In: PINHEIRO-MACHADO, Denise. (Org.).**Tipologias e Projetos Urbanos na Cidade Contemporânea.** 1a ed. Porto Alegre: Marcavisual, 2009, v. II, p. 71-98.

MOURA, Ricardo Lima Saraiva da Maia. **Estudo do eco-bairro de Vauban, em Freiburg, Alemanha**. Contributos para a definição de um modelo participativo com vista à disseminação de eco-bairros em Portugal. Lisboa: FA, 2010, Tese de Mestrado. Disponível em: < http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/3453>. Acesso em: 06 dezembro 2014.

PEDRA BRANCA (s.d.), **Site do empreendimento cidade Pedra Branca**. Site do empreendimento. Disponível em: <http://www.cidadepedrabranca.com.br/>. Acesso em: 09 maio 2013.

PESCH, Franz. **Amsterdam - GWL Terrein.** Städtebau-Institut, 2005. Disponível em: <http://www.uni-stuttgart.de/si/grundstudium/beispiele/pp_gwl.pdf >. Acesso em: 06 dezembro 2014.

RIBEIRO, Fernando Pinto. **Do discurso da diversidade urbana à cidade-mercadoria**: um estudo sobre as ideias do new urbanism e sua transferência para o empreendimento Pedra Branca em Palhoça/SC. UFSC, 2009, Tese de Mestrado. Disponível em: < http://www.augm-cadr.org.ar/archivos/7mo-coloquio/mesa_1/20080371.pdf>. Acesso em: 06 dezembro 2014.

ROGERS, Richard; GUMUCHDJIAN, Philip. **Cidades para um pequeno planeta**. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2001.

SCHEURER, Jan. GWL-Terrein, Amsterdam: Carfree Public Housing. In: Urban Ecology, Innovations in Housing Policy and the Future of Cities: Towards Sustainability in Neighbourhood Communities. Murdoch University, 2001.

VAUBAN (s.d.), **Site do distrito de Vauban**. Disponível em: <http://www.vauban.de/info/abstract.html>. Acesso em: 09 maio 2013.

Regularização das hortas urbanas na cidade de lisboa - as hortas sociais do Vale de Chelas

Ana Luísa de Oliveira Moreira da Luz[1]

Iva Miranda Pires[2]

Resumo: Tem-se assistido nos últimos anos em Portugal à multiplicação de iniciativas envolvendo a agricultura urbana. Recentemente a autarquia da cidade de Lisboa iniciou um processo de regularização das hortas já existentes, a sua maioria não autorizadas. Com frequência na sua génese encontra-se uma fatia da população que enfrenta diariamente a precariedade associada a baixos rendimentos familiares, ao desemprego e a pensões reduzidas e que pretende, através do cultivo, contribuir para a sua subsistência.
Este trabalho, desenvolvido no Parque Hortícola do Vale de Chelas, que foi alvo de um processo de regularização, pretende avaliar recorrendo a entrevistas aos agricultores, a forma como esse processo decorreu e qual a perceção dos ganhos face à situação anterior de hortas espontâneas.
Embora o projecto da autarquia seja percecionado como tendo algumas falhas, a iniciativa é vista na sua generalidade como positiva e relevante. Contudo certas escolhas e procedimentos assumidos na sua implementação poderão comprometer alguns dos objectivos propostos, nomeadamente contribuir para um acréscimo do bem -estar físico, económico e social da população.

Palavras-chave: **agricultura, cidade, regularização de hortas, gentrificação, Lisboa, Plano Verde**

1. Introdução (Agricultura urbana – o conceito)

Uma população urbana em crescimento representa um desafio para a governação das cidades, realçando a importância de uma gestão sustentada dos seus recursos. Neste contexto a agricultura urbana poderá vir a ter um papel fundamental. Ao passo que esta é uma prática crucial para a sobrevivência das populações residentes em muitas cidades pobres do mundo, nos países mais ricos apenas recentemente se verifica um interesse pela agricultura urbana e os seus potenciai benefícios. De facto nestes ambientes actividades que prometem maior retorno financeiro, como a habitação, o comércio ou a indústria, ganham prioridade na competição pelo uso do solo face à produção de alimentos (Matos & Batista, 2013).

---

1 Lic. Engenharia Florestal (ISA-UTL, 2004)
PostGrad. Ecologia Humana (FCSH-UNL, 2008).
MsC. Engenharia Florestal e dos Recursos Florestais (ISA-UTL, 2011).
Trabalhou em investigação na área da engenheira florestal até 2013. Na área das ciências sociais e humanas tem trabalhado em questões que envolvem a relação humana com os recursos naturais. Interessa-se pelo encontro entre a realidade de zonas rurais com as ideias distantes de conservação dos recursos naturais. Actualmente desenvolve um projecto de doutoramento que foca a gestão dos baldios no norte de Portugal, envolvendo questões como a gestão dos recursos comuns, direitos de propriedade e desenvolvimento local.

2 Professora Associada do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL).
É coordenadora do Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos e do Doutoramento em Ecologia Humana (http://ecologiahumanafcsh.weebly.com/).
É investigadora do Centro de Estudos Geográficos, da Universidade de Lisboa, desde 1985 e do CesNova, da Universidade Nova de Lisboa, desde 2008. As áreas de investigação em que trabalha são a Ecologia Humana, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Desperdício alimentar, Geografia Económica e Social e Estudos de Fronteira; tem várias publicações sobre estas temáticas.

Contudo, recentemente a agricultura urbana, entendida como "*an industry located within (intraurban) or on the fringe (periurban) of a town, a city or a metropolis, which grows or raises, processes and distributes a diversity of food and non-food products, (re-)using largely*
human and material resources, products and services found in and around that urban area, and in turn supplying human and material resources, products and services largely to that urban area." (Mougeot, 2000: pag. 10) tem vindo a despertar crescente interesse também nas cidades dos países mais desenvolvidos.
Parece ser consensual que a agricultura urbana tem um retorno social, cultural, económico e institucional que contribui para a sustentabilidade das comunidades que a praticam (Kingsley & Townsend, 2006; Barthel, et al., 2010; Firth, et al., 2011; Ramos, 2011; Bendt, et al., 2013; Milbourne, 2012; Barthel & Isendahl, 2013). Do ponto vista *económico* a agricultura urbana continua a ter um papel relevante como abastecedora de alimentos, contribuindo para a segurança alimentar, e geradora de rendimentos para os agricultores. Ao fomentar as economias locais a agricultura urbana cria postos de trabalho, não só ao nível do processo produtivo mas também através da dinamização da economia ao nível local (Mougeot, 2000; Martins, 2012; Matos & Batista, 2013; Ramos, 2011). Por outro lado, o facto de encurtar a distância entre o local de produção e de consumo, de manter áreas que permitem a continuidade dos ciclos naturais (da água, através da manutenção de zonas permeáveis, de matéria, através da reutilização de material urbano e do retorno dos seus produtos a esse meio urbano), de contribuir para a manutenção e conservação da biodiversidade, e de criar um ambiente adequado para a experimentação e partilha de conhecimento entre as várias gerações, tornam a agricultura uma actividade ecologicamente relevante em meio urbano. Os benefícios *sociais e culturais* reflectem-se a vários níveis e resultam quase todos da oportunidade criada por estas práticas a que se desenvolvam processos interactivos no seio daquelas comunidades, tornando-se espaços onde as classes menos privilegiadas se sentem valorizadas, autossuficientes e inseridas socialmente, encontrando também ali uma oportunidade de manter contacto com a natureza e uma ligação ao meio rural. Por fim, Ramos (2011) destaca os benefícios *institucionais*, sublinhando o papel preponderante que algumas organizações criadas em torno da agricultura urbana assumem ao estabelecerem a ponte entre as entidades governativas e os agricultores (Ramos, 2011).

2. A Agricultura Urbana na cidade de Lisboa

A agricultura sempre esteve presente na estrutura da cidade de Lisboa (Henriques, 2009; Matos & Batista, 2013; Bernardo, 2013) mas as características de ruralidade foram-se perdendo ao longo do tempo como aconteceu em todas as cidades em processo de desenvolvimento.
Nas décadas de 50 e de 60 o parque habitacional da cidade de Lisboa e a construção de infraestruturas registaram uma enorme expansão de modo a acolher as populações das zonas rurais atraídas pelas oportunidades de trabalho associadas ao desenvolvimento industrial e à expansão do sector dos serviços, destruindo o espaço produtivo do sector primário que, de qualquer forma, entrara em perda acelerada de mão-de-obra (Matos & Batista, 2013; Madaleno, 2003; Martins, 2012). Como resultado, atualmente a terra cultivável da Área Metropolitana de Lisboa (AML) encontra-se dispersa em pequenas bolsas que permeiam as zonas urbanizadas, algumas constituindo extensões de áreas de lazer, parte delas sob a forma de parques urbanos (Madaleno & Armijo, 2004; Lima, 2012; Martins, 2012).
Após o 25 de Abril deu-se uma segunda onda migratória com a chegada de centenas de milhares de retornados vindos das ex-colónias. Muitos deles instalaram-se na região de Lisboa, por vezes de modo informal, encontrando-se ainda hoje bairros de génese ilegal, nos quais frequentemente a agricultura é praticada para subsistência (Martins, 2012; Matos & Batista, 2013).

2.1. Hortas na cidade de Lisboa

Em Lisboa as hortas urbanas distribuem-se maioritariamente num arco de cerca de sete quilómetros - desde a Quinta da Granja em Benfica, passando por Carnide, Telheiras, Lumiar, Chelas e Marvila - e em menor expressão dispersas por outras zonas da cidade (Bernardo, 2013), enquadrando-se em três grandes grupos

que evidenciam a sua diferente natureza: hortas privadas, institucionais e não autorizadas (Martins, 2012). As hortas não autorizadas, focadas neste trabalho, correspondem a iniciativas populares e estão geralmente localizadas sem autorização - embora, na maior parte dos casos, com o assentimento dos proprietários - em terrenos expectantes, camarários ou privados. Na AML a maioria das hortas localiza-se em terrenos da Câmara Municipal de Lisboa (CML)[3] com a sua aceitação tácita, não sendo reguladas nem possuindo estatuto legal (Madaleno, 2003; Cabannes & Raposo, 2013; Henriques, 2009; Bernardo, 2013). Estas hortas são maioritariamente cultivadas por famílias com baixos rendimentos, na sua maioria imigrantes ou migrantes de outras zonas de Portugal (Cabannes & Raposo, 2013). A ausência de regulamento específico sobre estas hortas leva a que o seu cultivo não seja abrangido por direitos de uso, não conferindo aos agricultores quaisquer garantias. Porém esta realidade não tem afectado a convicção com que estas pessoas se vêm dedicando ao cultivo da terra (Cabannes & Raposo, 2013).

O ano de 2010 marcou um ponto de viragem na realidade das hortas urbanas em Lisboa com a CML a reclamar as terras camarárias cultivadas de forma não regulada com o intuito de as regular (Cabannes & Raposo, 2013; Cabral, et al., s.d.).

2.2. Estratégia da autarquia para as hortas urbanas

Em Lisboa, para além de algumas iniciativas residuais no final dos anos 1990's[4], apenas nos últimos anos se verificou alguma acção por parte da autarquia neste sentido (Henriques, 2009).

Estrutura ecológica municipal e o Plano Verde

A legislação que regulamenta o planeamento urbano em Portugal requer que a estrutura ecológica seja elaborada ao nível do município, atendendo às particularidades do território abrangido. Em Outubro de 2007 a Assembleia Municipal de Lisboa outorgou que o Plano Verde de Lisboa (PVL) fosse integrado no Plano Director Municipal (PDM), passando a constituir a estrutura ecológica do município de Lisboa. Esta iniciativa abriu as portas ao desenvolvimento da agricultura urbana na cidade, uma vez que o PVL[5] define uma estratégia que pressupõe continuidade entre vários usos ao longo de toda a cidade através da criação de "corredores verdes", que atravessarão os espaços verdes, o ambiente construído e as hortas já existentes, prevendo-se igualmente a sua expansão.

Após a aprovação do PVL foi definida uma Estratégia para a Agricultura Urbana. Esta estratégia prevê que as hortas urbanas sejam preferencialmente incluídas em Parques Hortícolas (PH)[6] que consistem em estruturas urbanas usadas pelos agricultores mas que estarão igualmente abertas ao público mantendo-se actividades diversas de lazer e onde se criarão vias de passagem pedestre e para bicicletas, aproximando as actividades agrícolas da restante população (Henriques, 2009). As hortas aqui incluídas são sujeitas a regulação proposta pela autarquia, que estabelece os direitos e os deveres dos seus utilizadores bem como da autarquia (Martins, 2012). Com esta iniciativa a CML pretende legalizar e ordenar as hortas existentes e possibilitar o acesso regulado a

---

3 De facto, a sua utilização é uma mais-valia económica para a CML, uma vez que diminui os custos de manutenção destas áreas que se encontravam inutilizadas. Por outro lado, é colmatado um problema social, que seria normalmente uma preocupação das autoridades autárquicas, e que se relaciona com os baixos orçamentos familiares e a injustiça social a que se encontram sujeitos muitos dos utilizadores destas terras.

4 Estas iniciativas manifestaram-se sobretudo pela criação da Quinta Pedagógica dos Olivais em 1996, com o fim de promover a educação ambiental nos moldes da educação não formal, integrando as componentes pedagógica e lúdico-recreativa. A Quinta Pedagógica é um equipamento público gerido pelo município de Lisboa através do seu Departamento de Educação, Direcção Municipal de Educação, Juventude e Desporto, Pelouro da Educação (http://quintapedagogica.cm-lisboa.pt/).

5 O PVL é da autoria de Gonçalo Ribeiro Telles, reconhecido arquitecto paisagista, e foi aprovado em 1993 pela CML, tendo sido actualizado em 2006 pelo próprio autor e integrado no PDM pela CML.

6 O mapa que representa a localização dos parques hortícolas existentes, em obra ou em estudo encontra-se acessível online:
http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Ambiente/Hortas_Urbanas/ParqueHorticolaLisboa.JPG

uma maior fatia da população, atraindo representantes das mais variadas situações sociais. O principal critério de selecção dos futuros hortelãos reside na proximidade da área de residência ao local das hortas (Henriques, 2009; Martins, 2012).
No âmbito desta estratégia foram inaugurados, em 2011, os dois primeiros PH: o da Quinta da Granja, com 56 talhões de 150m2 e o dos Jardins de Campolide, com 22 talhões, entre os 50 e os 100 m2. Para além da disponibilização dos talhões, o Município fornece as vedações, os abrigos para armazenamento das alfaias, a água para rega, formação e acompanhamento técnico (CML). Em 2013, foram lançados mais quatro concursos, para atribuição de talhões nos novos PH, entre os quais o do Vale de Chelas. Até ao fim de 2014 prevê-se a abertura de seis novos PH na cidade, executados segundo o mesmo modelo.

2.3. Tipologia de hortas urbanas adoptada pela autarquia

As hortas reguladas, incluídas no PDM de Lisboa, podem dividir-se em três tipos (ver Anexo I), consoante o seu principal objectivo: *sociais, pedagógicas*[7] ou *de recreio*. As *hortas sociais* são hortas institucionais que surgem como um projecto de apoio social, pretendendo contribuir para a diminuição da injustiça social e da pobreza urbana, constituindo uma ferramenta para garantir a segurança alimentar. A taxa anual[8] estabelecida pela CML para a utilização destes espaços é inferior àquela praticada nas *hortas de recreio* nas quais a ênfase é dada à promoção da saúde pública, tanto física como psicológica. Outra distinção entre os dois tipos de hortas é a dimensão dos talhões que é de 100 m2 no caso das hortas sociais e de 50 m2 nas de recreio, –-, e ainda o facto de ser permitida a venda dos excedentes nas hortas sociais, sublinhando o carácter de subsistência que lhes está associado.
No que diz respeito à obrigatoriedade da agricultura biológica nas hortas sociais a informação disponibilizada pela CML é pouco esclarecedora uma vez que se obtém informação diferente em diferentes documentos: obrigatoriedade mediante prévia formação dos agricultores em técnicas de produção biológica; e não obrigatoriedade.

3. Importância do estudo – a questão da gentrificação

Os PH da Quinta da Granja e do Vale de Chelas compreendem as hortas sociais existentes até à data[9] tendo sido alvo de um processo recente de regularização por parte da CML. A construção dos PH em zonas onde já existiam hortas não reguladas incluiu a integração destes agricultores no projecto. Contudo, a implementação destes projectos cria as condições necessárias para atrair outros estratos da população - sendo aliás este um dos objectivos da CML -, disponibilizando espaços agradáveis, com infraestruturas, acesso à água, e inseridos em PH e de lazer. De acordo com vários autores a apropriação por membros da classe média de práticas ou espaços habitualmente ocupados pelas classes mais baixas, pode levar a um processo de afastamento dos ocupantes anteriormente estabelecid[10] (Phillips, 1993; Hall, 2011; Sutherland, 2012; Tornaghi, 2014; Dooling, 2009). A este processo

---

7 Veja-se rodapé (2) sobre a Quinta Pedagógica dos Olivais.

8 Tanto para as hortas de recreio como para as hortas sociais o valor a pagar por metro quadrado é de €1,55. Nas hortas de recreio os utilizadores terão um desconto de 20% enquanto nas hortas sociais o desconto será de 80%. Em ambos os casos o valor apurado não pode ser inferior a € 58,60. A estes montantes "acresce o pagamento do montante estimado de vinte euros, a título de comparticipação pelos custos suportados pela CML com o funcionamento e manutenção das partes comuns dos Parques Hortícolas" (CML).

9 Segundo informação da CML, foram inauguradas em 2014 no Baluarte de Santa Apolónia novas hortas sociais.

10 Estas alterações poderão resultar de um investimento inicial por parte dos governantes ou de outros interessados (vendedores, fornecedores de serviços, especuladores imobiliários, etc.) no sentido de criar um polo de atracção de elementos de classes mais altas em zonas até aí habitadas por pessoas com baixos rendimentos (Phillips, 1993; Tornaghi, 2014). As consequências que daí derivam irão afectar directamente a população que já ali habita, através do aumento dos preços dos terrenos e das casas e da generalidade de produtos e serviços disponibilizados localmente, associado ao aumento da procura e da capacidade de compra da comunidade com a entrada desses novos elementos.

chama-se gentrificação. Trata-se de um processo que supõe a entrada de capitais (económicos, sociais e culturais) numa comunidade geralmente caracterizada por baixo rendimento e reduzida capacidade de compra, e que tem frequentemente como resultado o afastamento dos anteriores residentes por falta de capacidade de resposta às alterações introduzidas (Phillips, 1993; Dooling, 2009; Sutherland, 2012). As hortas urbanas podem igualmente gerar processos de gentrificação ou servir como ferramenta de atracção nos procedimentos acima referidos (Hall, 2011; Tornaghi, 2014). A entrada de membros de classes privilegiadas em hortas criadas localmente para subsistência dos moradores dos bairros limítrofes, ao despertar a atenção dos governantes e dos donos para os terrenos anteriormente desvalorizados e ocupados informalmente de forma consentida, pode levar a processos de gentrificação (Crouch, 2012; Markham, 2014). Por outro lado encontram-se igualmente registados casos em que a existência de hortas urbanas é usada pelos agentes imobiliários com o fim de atrair membros da classe média para bairros anteriormente habitados pelas classes mais baixas (Crouch, 2012; Markham, 2014): "It's a life style that buyers buy into,". "The life style of growing food. Which they may or may not do, but they're buying into that food culture" (Markham, 2014)[11]. Segundo Markham, citando Tiny Gray Garcia, activista e jornalista americano, "Many community gardens are started with the intention of supporting lower-income communities". "But once they are built the real-estate companies come in and start to reassess the land and use the property value to displace poor people of color. The community-gardening people may be well meaning, but they don't always understand that they're pawns in the game" (Markham, 2014).
Igualmente em Lisboa poderá incorrer-se num processo de gentrificação, ainda que não seja esse o objectivo da autarquia. Embora tenha sido dada prioridade na distribuição das terras aos hortelãos que já cultivavam, a maioria dos talhões serão entregues a pessoas que ali vão cultivar pela primeira vez, pelas mais variadas razões. Além disso, os antigos agricultores terão agora de pagar uma renda anual pelos talhões e pelo acesso à água, o que não acontecia antes do processo de regularização.
O crescente número de projectos envolvendo agricultura urbana a nível nacional cria a necessidade de acompanhamento da forma como tem sido instituída e desenvolvida esta prática, dado o risco de essas iniciativas poderem vir a ter o efeito contrário àquele que se pretende, nomeadamente no que toca à justiça sócio-ambiental e à segurança alimentar. Urge assim questionar até que ponto estas iniciativas estão a contribuir para a segurança alimentar das comunidades mais carenciadas. Como refere Tornaghi (2014), muitos são os projectos que promovem a produção de alimentos contudo poucos são aqueles de que sabemos quanto dos seus objectivos foram efectivamente atingidos. Estudos que foquem a componente social das hortas urbanas são ainda residuais. Existem alguns trabalhos académicos recentes (Ramos, 2011; Gonçalves, 2014) e trabalhos de alguns investigadores que têm vindo a acompanhar consistentemente a questão da agricultura urbana (Henriques, 2009; Madaleno, 2001; Madaleno, 2005; Bernardo, 2013; Matos & Batista, 2013). Contudo, até à data não foram feitos estudos que foquem o impacto social e humano da regularização das hortas urbanas, estudo que ganha especial relevância num contexto de crise económica.
O objectivo da nossa investigação é precisamente avaliar como foi feita a integração dos antigos agricultores nos PH estabelecidos. Neste artigo iremos apenas tratar a informação recolhidas nas 18 entrevistas realizadas no Vale de Chelas.

3.1. O parque hortícola do Vale de Chelas

O parque hortícola do Vale de Chelas (PHVC) é o maior do país, abrangendo cerca de 15 hectares, dos quais 6.5 são usados para hortas urbanas. Foi criado com o objectivo de organizar a agricultura existente naquela área da cidade, visando também promover a interacção social e a consciência comunitária e inclui cerca de 400 talhões, cada um com 150 m2 de área, com uma parte atribuída directamente às cerca de 100 pessoas que já ocupavam o local, ficando os restantes reservados para concurso público, efectuado em 2013[12] (CONFAGRI, 2009; Rodrigues, 2011).

---

11 http://www.newyorker.com/currency-tag/gentrification-and-the-urban-garden

12 E não 2011, como divulgado na altura em que o parque se encontrava ainda em construção

4. Objectivos / questões da investigação

Com este estudo pretende-se aprofundar a forma como decorreu o processo de regularização das hortas urbanas e de integração dos agricultores que já se encontravam no local e avaliar até que ponto os objectivos inicialmente propostos pela CML estão a ser atingidos. Procura-se assim responder às seguintes questões:
- Os agricultores já estabelecidos nos locais intervencionados (doravante denominados "velhos" agricultores) mantiveram-se no local? Porquê?
– Que medidas foram tomadas pela CML para a inclusão e integração no novo PH?
- Existe convivência e interacção entre os novos e os antigos hortelões?
- Existem conflitos ou descontentamento no seio da comunidade de agricultores agora alargada?
- Tem havido acompanhamento da CML, nomeadamente no que diz respeito às questões da sua competência (manutenção do material e dos caminhos, fiscalização das práticas, formação, acabamentos dos PH, …)?

5. Métodos usados

Ao longo dos meses de Março e Outubro de 2014 efectuaram-se entrevistas semi-directivas aos agricultores do PHVC. As entrevistas tiveram uma duração média de 30 minutos. Ao longo das entrevistas pretendeu-se obter uma breve caracterização do entrevistado e da sua horta; recolher as percepções dos agricultores face à implementação e desenvolvimento do projecto da CML; perceber como foi feita a integração dos "velhos" agricultores e quais as consequências da iniciativa da CML sobre essa população e, por fim, questionar as motivações que levaram os "novos" agricultores" a aproximarem-se agora da actividade agrícola.

6. Resultados e discussão

6.1. Agricultores e hortas

No grupo de 17 agricultores entrevistados no PHVC (18 se considerarmos que numa das hortas foi entrevistado o casal responsável) - 13 homens e 5 mulheres -, verificou-se existirem representantes de 4 países: Portugal (11); Angola (1); Cabo-Verde (5) e Índia (1). Na altura das entrevistas, quatro dos entrevistados estavam empregados, cinco desempregados e nove encontravam-se reformados.

Dentre os agricultores abordados, treze tinham já usado aqueles terrenos para cultivo ou outra actividade[13], sendo que onze mantinham essa actividade aquando do arranque da iniciativa da CML. Doze dos entrevistados mantêm-se nas "hortas sociais", tendo um dos agricultores desistido após a intervenção da CML. Os restantes entrevistados (cinco) são "novos" agricultores que chegaram através do concurso da CML.

Dentro do grupo dos "velhos" agricultores, o período de exploração da horta varia entre mais de 30 anos e 3 a 4 anos. Os "novos" agricultores chegaram entre Dezembro de 2013 e Fevereiro de 2014[14], na última fase de distribuição das hortas através de concurso (a 1ª destinou-se à integração dos "velhos" agricultores).

O tipo de produtos cultivados varia de caso para caso, contribuindo para essa diversidade o leque de nacionalidades. Não obstante, culturas como batata, cenoura, cebola, alho, alfaces, tomates, favas, feijão e couves são uma constante nas várias hortas. A experimentação tem lugar em todas elas, em busca de formas ou de espécies inovadoras nos ambientes e nas condições de trabalho existentes. Espécies nativas dos países de origem, designadamente da Índia, Cabo-Verde e Angola, no intuito de vir a vender a restaurantes em Lisboa, ou informalmente a clientes locais interessados nos alimentos das suas terras, são testadas no ambiente e no solo do Vale de Chelas. Plantações de flores, com fins ornamentais são outro caso na variedade de situações encontradas. Assim como hortícolas plantadas repetidamente no intuito de as levar à Feira do Relógio ou de as submeter a troca ou venda informal a conhecidos e clientes regulares. A variedade de situações acompanha a precariedade da condição económica do agricultor sendo que uma produção mais focada na quantidade é as-

13 Um dos entrevistados chegou a ter uma barraca onde criava e mantinha os seus cães de caça.

14 Embora os resultados tenham saído em Dezembro, alguns talhões encontravam-se ainda em obras, o que retardou a entrada de alguns agricultores até Fevereiro.

sociada a agricultores que pretendem complementar ali o seu orçamento familiar através da produção e venda de produtos. Já um cultivo orientado para a diversidade parece estar associado ao gosto pelo trabalho da terra e/ou à experimentação de novas plantas para posterior selecção das que virão a ser exploradas.
Apenas sete agricultores (seis "velhos" e um "novo") referiram a contribuição para o orçamento familiar como razão principal da sua actividade na horta e apenas quatro entre estes referem vender informalmente parte da sua produção e um afirmou pretender vir a fazê-lo assim que o nível de produção o permita. De facto estas sete pessoas são as que identificámos como gerindo o seu espaço num intuito sobretudo produtivo como complemento do rendimento familiar. São quase todos eles imigrantes de classes menos favorecidas (à excepção de um, proveniente do norte rural de Portugal), três estão reformados e outro, mais novo, está desempregado. Todos têm vontade de continuar a cultivar, e, podendo, continuarão a pagar para manter o seu espaço de cultivo com acesso à água que lhes permite cultivar o ano inteiro.
Existem também desempregados que aparentam usar a horta de forma mais descontraída, produzindo um pouco de vários produtos. "(…) [tem a horta] *para me divertir um bocadinho e ao mesmo tempo também para ir colhendo as coisas com uma saúde diferente…"* Estes são agricultores que vão fazendo uns biscates dentro da sua área profissional, não tendo contudo um trabalho contínuo e usam as horas livres para trabalhar na horta..
Em seguida separa-se a análise dos resultados em dois grupos, designadamente: "velhos" e "novos" agricultores já que determinados pontos podem apenas ser avaliados por aqueles que conheceram as condições antes e depois da intervenção da CML. Por exemplo, se para os "novos" agricultores a existência de água é um dado adquirido, para os "velhos" representa uma grande melhoria. Das entrevistas sobressaíram alguns aspectos relativamente à iniciativa da CML, designadamente: acesso à água, renda, caminhos, qualidade da terra, acções de formação, presença da CML e agricultura biológica, que serão utilizados para estruturar a exposição e análise dos resultados.

6.2. Acesso à água

O acesso à água parece ser a principal razão que justifica a satisfação dos "velhos agricultores". Anteriormente as hortas produziam sobretudo culturas de inverno. A água, quando necessária, era recolhida em esgotos, em pequeníssimas nascentes com caudal insuficiente para as necessidades, ou por acumulação da água da chuva. Para a maioria destes agricultores a disponibilidade de água só por si já justifica a renda. Para cada 4 talhões existe uma boca de água, que é recolhida com mangueiras que os agricultores adquiriram à sua conta. Muitos destes agricultores têm hortas não reguladas noutros locais perto do PH[15] Contudo, também algumas dessas zonas se encontram em processo de regularização. Assim, porque cada agricultor pode apenas usufruir de um talhão, a CML tem vindo a pressionar os agricultores para deixarem uma das hortas. No grupo que foi entrevistado optaram por manter os talhões do PH "aqui ao menos temos água!". Contudo alguns dos agricultores que desistiram das hortas como consequência da intervenção da CML, alegadamente passaram (ou mantiveram-se, nos casos em que o cultivo era feito em mais do que um local) a trabalhar em terrenos (ainda) não regulamentados pelo proprietário, que pode ou não ser a CML[16], nos quais não têm acesso à água, mas em compensação não têm de pagar para cultivar nem têm imposição de limites de área. Assim, se para os agricultores que ficaram a água é um factor relevante, para outros foi mais importante a gratuidade do cultivo.

---

15 Segundo dados recolhidos informalmente a CML terá começado a cobrar também nesses espaços ainda não regulados uma renda com valor superior. Ouve-se falar de um projecto de construção de ciclovias para aquele local e, segundo alguns agricultores, o facto de a CML cobrar ali um valor superior, tendo feito um menor investimento, justifica-se pela vontade da autarquia de libertar aquelas zonas, atraindo as pessoas para os novos talhões do Parque Hortícola (onde por rendas mais baixas têm melhores condições) que, por sua vez, apresentam ainda vários talhões não trabalhados. Outra questão é a dos produtos que se encontram nessas terras. A CML deu até Maio para as pessoas saírem do local. Contudo, segundo os agricultores, até Maio não haverá tempo para que se complete o desenvolvimento dos produtos, o que significa que os alimentos e o trabalho daquelas pessoas perecerão enterrados sob as futuras ciclovias. Em Outubro, quando voltámos ao Vale de Chelas, verificámos que a encosta onde se localizavam estas hortas, se encontrava coberta por mato, mantendo-se devoluta, embora já sem as hortas que foram entretanto eliminadas.

16 Existem hortas nas redondezas em terrenos privados que ainda se mantêm não reguladas.

À semelhança dos velhos agricultores para os "novos agricultores" a acessibilidade à água é extremamente valorizada: "É um bom preço por causa da água, tenho água quanta quiser, por isso essa é *a maior vantagem, isso não há dúvida, (...)"*.

6.3. Renda

"*A renda não é cara, quase 80 euros por ano não é caro. O único problema é o terreno que é fraco, uma pessoa tem que gastar com ele, senão…"*. De uma forma generalizada os "velhos agricultores" não consideram o valor pedido pela CML elevado. "*Vamos lá a ver, a câmara também investiu, também gastou dinheiro, a rede, os paus, as casas…*". Apenas dois referiram que o valor é exagerado, o que resultou na desistência de um e na promessa de desistência do outro caso a renda aumente no ano que vem. Citando o agricultor que desistiu da horta: "*Eu não gasto 80 e tal euros de hortaliça por ano pois não??"*. Este agricultor entretanto estabeleceu outra zona de cultivo numa área próxima não regulada. Diz que por ali ficará até o mandarem embora: "*Eu fui lá para aquela encosta porque aborrece-me estar em casa e para conversar vou para lá e entretive-me lá um bocadinho. Ainda hoje vou lá, agora tenho lá umas batatinhas…"*. A CML contactou-o novamente propondo que pagasse a prestações mas o senhor recusou: "*oh menina, o dinheiro ia lá ter na mesma não era*?".
Face à ideia de um aumento da renda a maioria dos agricultores reage negativamente, mesmo aqueles para quem a horta significa uma boa parte da sua subsistência: "*Aaah, não! Se aumentarem a renda que cavem eles*!". Inclusivamente, um agricultor referiu como ele e os seus companheiros combinaram que, caso a CML avance com o aumento da renda, desistem "*isto não pode ser assim… a Câmara ao início disse um valor, não pode alterar assim*".
Para os "novos agricultores" a renda tem um valor justo face às condições disponibilizadas, entre as quais a água é de novo realçada: "*Ninguém pode dizer que é muito caro, só por causa da água (...)*".

6.4. Qualidade da terra

Enquanto a água constitui o ponto mais positivo da intervenção da CML, a qualidade da terra constitui o mais fraco, na perspectiva dos "velhos agricultores" que afirmam que antes das obras que levaram à regularização do terreno a terra era diferente. Todos os agricultores entrevistados referiram a terra como o maior problema. A terra usada para aplanar os terrenos segundo alguns entrevistados era terra de entulho. Os agricultores queixam-se que a terra é muito fina, assemelha-se a argila, fica muito dura no tempo seco e empapa no tempo de chuva, o que dificulta o trabalho. "*Porque o terreno tem muita lama, não dá, neste tempo era para estarmos a semear mas não se pode porque a terra está mole não dá para semear…"*. É generalizada a ideia de que para cultivar nesta terra tem de haver bastante investimento em estrume e alguma força de braços. Um dos agricultores referiu como uma senhora, já idosa, que ali se encontra há muitos anos a cultivar, não consegue amanhar esta terra, o que põe em causa a sua permanência nas hortas.
A qualidade da terra, ou a falta dela, foi também referida pelos n*ovos agricultores*, embora de uma forma menos crítica e mais como uma constatação, sendo assumida a necessidade de se fazer um investimento inicial substancial para enriquecer a terra com estrume orgânico[17].
Inclusivamente um dos agricultores associou a referida melhor qualidade da terra antes da intervenção da CML ao facto de os "velhos" agricultores já a trabalharem lá há muito tempo.
A dificuldade de trabalhar a terra é avançada como possível justificação para algumas das desistências que, atendendo aos talhões vazios, parecem estar a ocorrer.

17 Verificou-se uma interessante parceria entre uma empresa de jardinagem a trabalhar na zona que se desloca às hortas para oferecer os restos de vegetação (relva, ervas, …) para serem usados no fabrico de composto orgânico, a utilizar na terra como fertilizante.

6.5. Caminhos e espaços comuns

A construção de caminhos é vista com bons olhos por todos os "velhos agricultores". … "*Por exemplo, se alguém se aleijar já podem vir aqui os primeiros socorros, já está mais acessível, porque antes não havia nada disto*". A mobilidade, agora mais fácil e segura, foi apontada como uma mais-valia do trabalho da CML. Contudo há uma percepção generalizada de que a responsabilidade da manutenção dos caminhos é da CML, o que tem levantado algumas questões ao nível dos agricultores. Por que razão a CML não vem limpar os caminhos? Na época da chuva os caminhos estragam-se e fica tudo enlameado. Os agricultores questionam-se quando é que a autarquia irá intervir. De facto, em informações da CML pode ler-se: *Ao preço referido no número anterior acresce o pagamento de um montante a título de comparticipação pelos custos suportados pela CML com o funcionamento e manutenção das partes comuns do Parque Hortícola* (ver Anexo II). Contudo não se pode ler em nenhuma parte do documento o que se considera ser "espaço comum", embora nos pareça razoável que os caminhos aos quais qualquer pessoa pode aceder sejam considerados espaços comuns. O abrigo é outra questão idêntica, em que não é certo que esteja incluído nos ditos "espaços comuns". Estando ou não, os agricultores têm a percepção de que a sua manutenção é responsabilidade da CML. No regulamento lê-se ser "*um dever do agricultor fazer um uso prudente e manter em boas condições o abrigo instalado pela CML* (…)". Os agricultores contam como os telhados de alguns destes abrigos "voaram" com o vento e de como foi difícil que a CML viesse finalmente intervir. "*Esse vento levantou a maior parte das chapas das barracas, e eles é que têm a obrigação de cá vir compor. Vieram compor alguma vez, mas já levantou outra vez. E este carreiro que está aqui, lá em baixo está todo estragado, se a água entrar aqui e arrastar tudo eles vêm compor, mas tarde e a más horas (...)*".
Os caminhos não arranjados e a sua falta de manutenção são altamente criticados entre os "novos agricultores". Alguns referem como em outros Parques se encontram condições de acesso bastante mais dignas, avançando que este foi construído sem o mesmo cuidado que os restantes. A falta de casas de banho e a impossibilidade de aceder com o carro às hortas, são também apontados como pontos negativos.

6.6. Agricultura biológica *e acções de formação*

Embora num documento da CML se possa ler que nas "hortas sociais" a utilização da agricultura biológica não é obrigatória, num outro lê-se, que, pelo contrário, que é obrigatória, mediante formação prévia dos agricultores, da responsabilidade da CML. Não obstante, todos os "velhos agricultores" entrevistados têm a percepção de que são obrigados a usar técnicas de agricultura biológica. Em vários momentos foi referida a proibição do uso de adubos e fertilizantes não orgânicos; o aconselhamento para produzir composto orgânico, com os restos vegetais (embora nestas hortas não tenham sido entregues compostores, como estava previsto no projecto da CML) e usá-lo como fertilizante; e a utilização de produtos orgânicos no combate às pragas. Este último aspecto contribuiu para que pelo menos um dos velhos agricultores falasse em desistir. Segundo ele com a renda e os gastos em produtos orgânicos, bastante mais caros do que os sintéticos, a actividade agrícola já não rende, está-se a pagar para trabalhar, o investimento inicial é demasiado grande. Para este agricultor, as únicas mais-valias da situação actual são a garantia da qualidade do que se come e o acesso à água. Para muitos destes agricultores existem diferenças entre adubos e produtos para as pragas, no que toca ao impacto "ecológico". Se é consensual o impacto negativo dos fertilizantes/adubos químicos no solo, o combate às pragas, como a lagarta, é visto como algo necessário e com impacto apenas em quem consome o produto e que, à partida, serão os próprios. "*Quando há lagarta uso, então? Isso não tem nada a ver com os adubos para o que está cultivado. Não tem nada a ver… isso tem de ser combatido!*". Há quem diga que quando são poucas matam-se à mão, mas quando são muitas "*como é que é? Andamos a engordar lagartas*!? Ademais "*toda a gente sabe que depois*[de usar o produto] *tem de se esperar 8 dias para comer*".
De uma forma geral as acções de formação não parecem ter grande impacto nos "velhos agricultores". Quando questionados sobre esse ponto muitos nem associam o termo "acção de formação" ao que receberam: "*Nós ao princípio tivemos umas aulas, mas pouca coisa… a dizer como é que era, o que se havia de arranjar para por na horta, que é esses restos de hortaliças e essas coisas assim… isso demos, mas pouca coisa.*". Outro

agricultor refere: *"Ah, não, isso só fizeram na altura* [da entrega das terras], *a dizer mais ou menos como é que era… mas não…"*. Alguns inclusivamente dizem não ter tido conhecimento dessas acções de formação e aqueles que tiveram demonstram não ter grande interesse em frequentar "*Para quê? Para perder tempo? Eles sabem menos que eu*!".
A presença da CML nas hortas parece ser exclusivamente associada à presença do fiscal, que se passeia dentro de uma viatura pela área do PH, parando para tirar fotografias/registar detalhes dos usos dos terrenos e/ou mandar tirar os carros que ousaram entrar nas imediações das hortas.
Também entre os "novos agricultores" a agricultura biológica é assumida com naturalidade, embora por vezes se denote alguma resignação no não uso de determinadas técnicas que iriam facilitar o trabalho da terra: "... *mas isto* [a terra] *tem de ser trabalhada também não é? Mas como não se pode ter aqueles motocultivadorzinhos… não se deve ter… eles dizem que não. E torna-se mais difícil, trabalhar a terra."*.
Ao contrário dos "velhos", os "novos agricultores" referem as acções de formação como sendo regulares: "*Sim, houve uma há 15 dias (…) Agora deve haver uma já daqui por uma semana ou assim*". A diferença de percepção poderá estar relacionada com o facto de estes hortelãos se encontrarem no local há poucos meses, encontrando-se ainda numa fase de implementação da horta que poderá justificar um maior interesse nas acções de formação, por necessidade de maior direccionamento no trabalho agrícola ou por simples vontade de aprender e interagir. O fiscal é igualmente referido como sendo uma presença frequente nas hortas de Chelas.

6.7. Percepções de "velhos" e "novos" agricultores

Com base nas entrevistas efectuadas pode afirmar-se que o que motiva os "velhos agricultores" a permanecer no PH é a disponibilidade de água. De uma forma geral os agricultores que planeiam ficar nas hortas "*até o corpo deixar*" não consideram a renda muito alta para os benefícios que lhes trouxe. Para além da água é de considerar a segurança que a situação actual lhes confere, garantindo que, pelo menos durante um ano, terão ali espaço para cultivar sem estarem constantemente sujeitos a um possível despejo. Para a maioria destes agricultores a produção de alimentos tem um papel importante no rendimento familiar, existindo também os que têm uma visão menos orientada para a produção valorizando a possibilidade de interacção social que a horta lhes traz: "*F: (…) isto nesta idade, a gente em vez de andar por aí, eu venho aqui…; P: eu jogar às cartas não sei…; F: eu também não; P: nem dominós…; F: a gente aproveita de estar a conversar e tal…"* (conversa com dois agricultores). É igualmente referido o trabalho na horta como atenuante de preocupações: desemprego, doenças de familiares e outras questões são ali sublimadas enquanto se trabalha a terra e se conversa com o vizinho. O gosto pelo trabalho da terra é evidente em todos estes agricultores.
Os "novos agricultores" igualmente pretendem manter-se nas hortas, o que não é de surpreender, já que chegaram apenas há uns meses. Estes agricultores apreciam sobretudo, e para além da disponibilidade de água, a forma ordenada como a zona se apresenta agora. Essa foi aliás uma das razões apresentadas para não terem iniciado actividade antes. As sebes conferem-lhes uma sensação de segurança e ordem que antes não existia: "*Para já não havia condições nenhumas, era tudo aberto. Qualquer pessoa que chega aqui entrava… nem é por roubar, é poder estragar. Isto é muito bonito a gente cultivar e depois estamos a cultivar para outros virem comer não? Como se costuma dizer não é? A gente cultiva, os outros colhem! Nesse aspecto agora está mais resguardado, pronto."* O tempo disponível é para alguns também justificação para não terem vindo cultivar mais cedo, principalmente entre os agora desempregados: *"(…) sempre trabalhei muito e depois tenho uma carga familiar pesada, não tenho tempo … agora é mesmo já para me desanuviar a cabeça e porque os filhos já estão mais crescidinhos,(…)"*. Por outro lado, a descrição do trabalho hercúleo que foi necessário para instalar inicialmente as hortas "espontâneas" naquele Vale *" Eu nem me quero lembrar disto! Arrancámos cana aqui…!!"* (arrancar canas, mover a terra, construir barracas e sebes, e tanto mais) leva-nos a pensar que só o fez quem de facto quis muito e/ou precisou de pôr a terra a produzir em seu benefício: *"As pessoas também não queriam estar a ter trabalho a cortar as canas, aquilo dá muito trabalho!! Você nem imagina!! Ui, o meu marido teve aí muito trabalhinho!"*.
O ambiente entre vizinhos é reportado como sendo pacífico. Muitos destes agricultores escolheram os "colegas de talhão" o que facilita. Foram registados casos de troca de sementes entre vizinhos mais distantes que

se cruzaram só nas hortas, de partilha de conhecimento e de favores mútuos (regas, empréstimos, partilha de material, etc.). Roubos e vandalismo não são, até à data, motivo de preocupação para estes agricultores.
Pelo que pudemos perceber através de conversas informais com os agricultores, as hortas entregues na 1ª fase aos "velhos agricultores" encontram-se num núcleo. Por outro lado as hortas entregues na 2ª fase por concurso público estão localizadas em outras partes do Parque, algo que não promove o contacto entre "velhos" e "novos" agricultores. Contudo, quando questionados, os agricultores referem não ter existido essa "regra" na distribuição das hortas, pelo contrário, as pessoas puderam escolher onde queriam ficar. O facto de nem todas as hortas terem ficado disponíveis ao mesmo tempo poderá justificar esta distribuição.
Alguns agricultores percebem a construção do PHVC como tendo sido efectuada sem o cuidado e pormenor usados em Parques como o dos Olivais, Telheiras ou Quinta da Granja. Um dos agricultores refere mesmo que este, como outros tantos projectos da autarquia, foi "*feito em cima do joelho*". Outro refere que, por ter sido um dos últimos a ser construído, o PHVC tem várias lacunas se comparado com os já referidos. Os caminhos são a grande diferença "*Nas outras hortas há pavimento de cimento e tudo e aqui, como deixaram para o fim…*", Adicionalmente, segundo um agricultor, a forma como foram divididos os talhões foi feita sem qualquer esmero no Vale de Chelas: existem diferenças de áreas, limites tortos, terreno desnivelado. Por outro lado considera inadmissível que a CML responsabilize os utilizadores pela divisão das hortas dentro do talhão, gerando potenciais conflitos desnecessários. As hortas dos Olivais são referidas como tendo sido entregues devidamente medidas e delimitadas. Fala-se também da existência de candeeiros instalados há meses que nunca foram ligados: "*Já disse à minha mulher, os candeeiros só acendem quando for o Rock in Rio*". Quando voltámos em Outubro, os candeeiros continuavam apagados e os cabos tinham sido roubados dias antes. *"Nunca acenderam isto! Nunca! Acenderam uma vez para experimentar e depois nunca mais ligaram… agora parece que os gatunos foram lá e limparam o cabo todo … é o cobre. Se eles tivessem a luz ligada eles teriam medo de ir lá meter as mãos…*".
Tanto o Parque de Telheiras como o Parque dos Olivais são constituídos por hortas de recreio. Este facto pode justificar o primor com que foram feitos os acabamentos, deixados para segundo plano no Vale de Chelas. As hortas de recreio têm rendas mais elevadas e áreas menores, colocando-se a tónica no lazer e o nível de produção em segundo plano. Já as hortas do Parque da Quinta da Granja, próximo do C.C. Colombo, são hortas sociais como as de Chelas. Contudo o facto de ser uma zona da cidade muito frequentada por grande parte da população de Lisboa, ao contrário do Vale de Chelas, poderá estar relacionado com os cuidados tidos nos acabamentos.
A proibição de entrada de veículos é um facto pouco aceite pela maioria, por dificultar o transporte de material pesado necessário à lide da horta, ou pessoas com mobilidade reduzida, como referiu uma das entrevistadas "*Eles dizem que não podem… mas não há duvida nenhuma que eu um dia vou trazê-lo* [ao pai], *e vou trazer o carro. Vai ter de ser! É que não faz sentido… para já ele viveu sempre no campo… e a minha mãe então ficava felicíssima"*. O acesso destas pessoas é ainda mais dificultado quando chove e os caminhos se desintegram em corredores de lama.
Ao caminhar-se entre talhões verifica-se existirem muitos que não estão trabalhados, embora a segunda fase de entrega dos talhões tenha terminado em Dezembro (2013). Há quem diga que foram entregues a pessoas que entretanto desistiram ou perderam o interesse e que a CML deveria monitorar essa situação e entregar as terras a outros interessados. O eventual desentusiasmo poderá estar associado à intensidade e duração da chuva tão referida pelos agricultores que dificultou o trabalho da terra. Segundo informação da CML, os talhões deverão ser cultivados até 20 dias após a conclusão do processo de atribuição. Um dos agricultores referiu ter sido informado pela CML que após esse período a CML dá mais 3 meses para que os candidatos iniciem actividade. Se assim for (não se encontrou qualquer referência oficial à extensão do período de 20 dias) está então justificado o ar de abandono que caracteriza uma quantidade considerável de talhões.
A par do desinteresse de uns, outros demonstram uma dinâmica que ultrapassa a área do lote e desejam poder ampliar a sua área de trabalho. Este é o caso de um agricultor desempregado que pretende vir a vender os seus produtos a restaurantes. Mais uma vez a atitude perante a horta traduz até certo ponto a situação económica em que se encontra o agricultor.
Denota-se um desconhecimento generalizado ou confusão quanto aos direitos e deveres dos agricultores e da CML. As pessoas sabem que existe uma regra para "aquele" assunto, mas por vezes a regra que registaram não

corresponde à do regulamento, verificando-se que, ou por ausência de aprofundamento por parte dos agricultores e/ou por inadvertência da CML, as questões relativas à relação jurídica entre as duas partes parecem não estar claras, contribuindo para a inconsistência com que os agricultores entendem os seus direitos e os deveres de ambas as partes.

Gentrificação?

As entrevistas efectuadas não permitem afirmar que está a decorrer um processo de gentrificação no PHVC. Em todo o caso, o tempo decorrido desde a implementação das hortas é ainda reduzido.

Ainda assim, certos aspectos do processo de regularização das hortas e posterior criação do PH poderão a vir a contribuir para a segregação de grupos, designadamente dos "velhos" e dos "novos" agricultores. A distribuição das hortas, ao separar, ainda que inadvertidamente, os "velhos" dos "novos" agricultores é um exemplo disso mesmo. Embora não haja propriamente uma barreira física, o facto é que a interacção entre estes dois grupos não se encontra facilitada ou promovida. Contudo, este efeito é atenuado pela dinâmica constante de distribuição dos lotes derivada das desistências e entradas de novos agricultores.

Verifica-se também que, na amostra de agricultores entrevistados, os únicos que desistiram ou pretendem fazê-lo são pessoas que não se encontram em situações limite do ponto de vista económico. Pelo contrário, um tem uma reforma bastante generosa para os tempos que correm, vive sozinho e com os filhos independentes. O outro é funcionário público no activo. As razões avançadas para a desistência estão associadas sobretudo a convicções pessoais muito fortes e não à incapacidade de pagar a renda. Poderiam ficar ou poderiam desistir. Verifica-se portanto, salvaguardado o tamanho reduzido da amostra, que as desistências estão relacionadas com agricultores cuja subsistência ou equilíbrio pessoal não dependem de nenhuma forma daquela actividade[18].

Em contrapartida, quem quer continuar a cultivar, por necessidade ou simplesmente por gosto, sujeita-se às mudanças enquanto lhe for possível. Como disse um dos agricultores mais aguerridos no trabalho *"Eu estava contente era se não pagasse nada… (RISOS). Não, tenho de pagar, até quando eu puder pagar eu pago, por ano não tem problema. Eu quero é que o terreno enxote para poder trabalhar…*".

Contudo é de realçar o facto de alegadamente[19] várias pessoas terem desistido de cultivar no Vale de Chelas depois da intervenção da CML. Embora tenha sido avançada a mudança para terrenos não regulados como destino possível de muitos destes, e ainda que assim seja para a grande maioria destes "desistentes", essa é uma mudança que não lhes trará benefícios, uma vez que se encontram novamente expostos a uma situação de incerteza, não obstante o trabalho que venham a ter na instalação da nova horta. Relembra-se que a existência das hortas não reguladas permite manter os terrenos camarários expectantes a salvo da erosão ou do crescimento de mato sujeito a arder perto de habitações, constituindo de certa forma um serviço à autarquia.

A renda e a idade avançada, pouco dada a grandes mudanças, são as razões avançadas para as desistências. Em que situação se encontram estas pessoas agora? Por que razão cultivavam e porque deixaram de cultivar ali? Ao promover uma iniciativa que leva ao afastamento das classes de rendimentos mais baixos e à entrada das mais favorecidas a CML poderá estar a pôr em causa o seu objectivo de contribuir para um acréscimo do bem-estar físico, económico e social da população.

Embora a grande maioria dos agricultores do Vale de Chelas habite naquela zona, é também verdade que mesmo no seio do "bairro" existem diferenças económicas entre as centenas ou milhares de famílias que ali habitam. Importa, portanto, aprofundar esta questão, contactando directamente as famílias desistentes.

Uma das "boas práticas" aconselhadas aos planeadores do território por especialistas passa pela criação de projectos locais que sejam desenvolvidos não para a população mas com a população (Mougeot, 2000). Nesse sentido o contacto com essa população, principalmente numa fase inicial de delineamento do projecto, re-

---

18 Salvo nos casos em que a previsão de aumento de renda leva a que a maioria dos agricultores não conceba outra alternativa senão desistir.

19 Esta informação não resulta de dados registados formalmente ou que tenham sido obtidos através do estudo, mas sim de informação oral de agricultores que não desistiram das hortas mas que se referem aos que desistiram. O contacto com estas pessoas que se diz terem abandonado as hortas devido à intervenção da CML não foi ainda realizado pelo que não é possível saber quantas terão sido ou as razões que as levaram a não tirar partido da oferta dos novos talhões.

vela-se da maior importância para a percepção e entendimento da comunidade com que se irá trabalhar, nas suas dimensões cultural, social, económica, e mesmo institucional e para reduzir possíveis efeitos perversos e inesperados (Hall, 2011). Como funciona a comunidade? Porquê? Quem é quem na estrutura social? Que instituições existem já no seu seio? Que anseios e que obstáculos enfrentam?
Quando a CML abordou a população do Vale de Chelas as decisões já estavam tomadas. A autarquia limitou-se a dar a conhecer às pessoas que deveriam deixar o local em breve para se dar início a obras de "melhoramento" da zona com construção de um parque hortícola, ao mesmo tempo que recolheu os contactos das pessoas interessadas em continuar a cultivar no Vale de Chelas (contra o pagamento de uma renda) uma vez terminados os trabalhos. Foi uma abordagem informativa, não participativa. Como referido, com os dados actuais não podemos afirmar que esteja a decorrer um processo de gentrificação. Contudo é crucial que ao longo do tempo a situação seja auscultada com regularidade, com o fim de evitar que condições de vida já por si delicadas e precárias, como são as de muitos destes "velhos" agricultores, não venham a aprofundar-se como efeitos colaterais da "renovação" urbana (Hall, 2011).

7. Considerações finais

Este estudo revelou algumas falhas de implementação do projecto, nomeadamente ao nível da integração dos agricultores e algum desleixo na finalização das infraestruturas de acessibilidade. Ainda assim, tendo em conta os relatos de 18 agricultores, não parecem existir sinais que apontem para um processo de gentrificação no PHVC. Por um lado, é ainda reduzido o tempo decorrido desde a sua abertura, por outro lado, para dar resposta a essa questão é necessário incluir na pesquisa agricultores que tenham desistido e perceber quais as razões da sua desistência, quantos terão desistido e que impacto teve a cessão da actividade na sua capacidade de subsistência.
A investigação irá assim prosseguir não só no PHVC mas também na Quinta da Granja, seguindo uma metodologia semelhante, o que permitirá fazer um estudo comparativo.

Bibliography

BARTHEL, S., FOLKE, C. & COLDING, J. (2010). "Social–ecological memory in urban gardens—Retaining the capacity for management of ecosystem services". *Global Environmental Change*, 20, pp. 255-265.

BARTHEL, S. & ISENDAHL, C. (2013). "Urban gardens, agriculture, and water management: Sources of resilience for long-term food security in cities". *Ecological Economics*, 86, pp. 224-234.

BENDT, P., BARTHEL, S. & COLDING, J. (2013). "Civic greening and environmental learning in public-access community gardens in Berlin". *Landscape and Urban Planning*, 109, pp. 18-30.

BERNARDO, J. M. (2013). "O campo na cidade: as hortas e os hortelões de Lisboa". In: *Paisagem e Património - Aproximações Multidisciplinares.* s.l.:Equações de Arquitectura Dafne Editora, pp. 195-218.

CABANNES, Y. & RAPOSO, I. (2013). "PeriUrban Agriculture, social inclusion of migrant population and Right to the City - Practices in Lisbon and London". *City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action*, 17, pp. 235-250.

CABRAL, I., WILBERG, K. d. Q. & WEILAND, U., s.d. "Urban Gardening in Leipzig, Lisbon and Curitiba: a Comparative Study".

CONFAGRI (2009). *CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal.* [Online] Available at: http://www.confagri.pt/Noticias/Pages/noticia32649.aspx [Acedido em Julho 2014].

CROUCH, P. (2012). Evolution or gentrification: Do urban farms lead to higher rents?. *GRIST: A beacon in the smog (online),* 23 Outubro.pp. http://grist.org/food/evolution-or-gentrification-do-urban-farms-lead-to-higher-rents/.

DOOLING, S. (2009). "Ecological Gentrification: A Research Agenda Exploring Justice in the City". *International Journal of Urban and Regional Research*, 33(3), pp. 621-639.

FIRTH, C., MAYDE, D. & PEARSON, D. (2011). "Developing "community" in community gardens". *Local Environment*, 16 (6), pp. 555-568.

GONÇALVES, R. (2014). *Hortas Urbanas - Estudo do caso de Lisboa,* Dissertação de Mestrado, Lisboa: ISA - UL.

HALL, B. (2011). "The Garden is Always Greener". *Catalyst: A Social Justice Forum*, 1, pp. 87-113.

HENRIQUES, J. C. (2009). "Agricultura urbana e resiliência em Lisboa: o papel do governo municipal". *Urban Agriculture Magazine*, 22 July, Issue Building Resilient Cities, pp. 82-90.

KINGSLEY, J. & TOWNSEND, M. (2006). "Dig In' to Social Capital: Community Gardens as Mechanisms for Growing Urban Social Connectedness". *Urban Policy and Research*, 24, pp. 525-537.

LIMA, F. (2012). Depopulation and Public Spaces: The case study of Lisbon.

MADALENO, I. (2001). "Urban Agriculture Supportive Policies from Two Distant Cities." *UA-Magazine*, pp. 38-39.

MADALENO, I. (2003). "Farming and other land uses in Lisbon metropolis*,* Portugal". Leusden, s.n.

MADALENO, I. M. (2005). "Políticas de apoio à agricultura urbana em Lisboa e Presidente Prudente". *Revista de Agricultura Urbana - RUAF*, 4.

MADALENO, I. M. & ARMIJO, G. (2004). "Agricultura urbana en metrópolis iberoamericanas: estudio de casos en Santiago de Chile y Lisboa, Portugal". *Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía, UNAM*, 54, pp. 36-54.

MARKHAM, L. (2014). "Gentrification and the Urban Garden". *The New Yorker (online),* 21 Maio.pp. http://www.newyorker.com/currency-tag/gentrification-and-the-urban-garden.

MARTINS, D. (2012). "Urban and Peri-Urban Agriculture in Lisbon Metropolitan Area - Contributions to Food Sovereignity"*,* London: Development Planning Unit - University College London.

MATOS, R. & BATISTA, D. (2013). Urban Agriculture: The Allotment Gardens. In: *Advances in Landscape Architecture.* s.l.:INTECH - open science / open minds, pp. 457-512.

MILBOURNE, P. (2012). "Everyday (in)justices and ordinary environmentalisms: community gardening in disadvantaged urban neighbourhoods". *Local Environment*, 17 (9), pp. 943-957.

MOUGEOT, L. J. A. (2000). "Urban Agriculture: Definition,Presence, Potentials and Risks,and Policy Challenges"*,* Ottawa, Canada: International Development Research Centre.

PHILLIPS, M. (1993). "Rural Gentrification and the Processes of Class Colonization". *Journal of Rural Studies*, Volume 9 (2), pp. 123-140.

RAMOS, A. R. (2011). *A Integração de Espaços de Cultivo Agrícola em Contextos Urbanos. Proposta de Intervenção para a Requalificação Urbana do Vale de Chelas,* Lisboa. Dissertação de Mestrado, Lisboa: Instituto Superior Técnico - Universidade de Lisboa.

RODRIGUES, F. (2011). 495 Candidatos às Hortas Urbanas de Lisboa. *PÚBLICO,* 21 Outubro.

SUTHERLAND, L.-A. (2012). "Return of the gentleman farmer?: Conceptualising gentrification in UK agriculture". *Journal of Rural Studies*, 28, pp. 568-576.

TORNAGHI, C., 2014. "Critical geography of urban agriculture". *Progress in Human Geography*, pp. 1-17.

ANEXO I – *Tipologia das hortas urbanas adoptada pela CML*

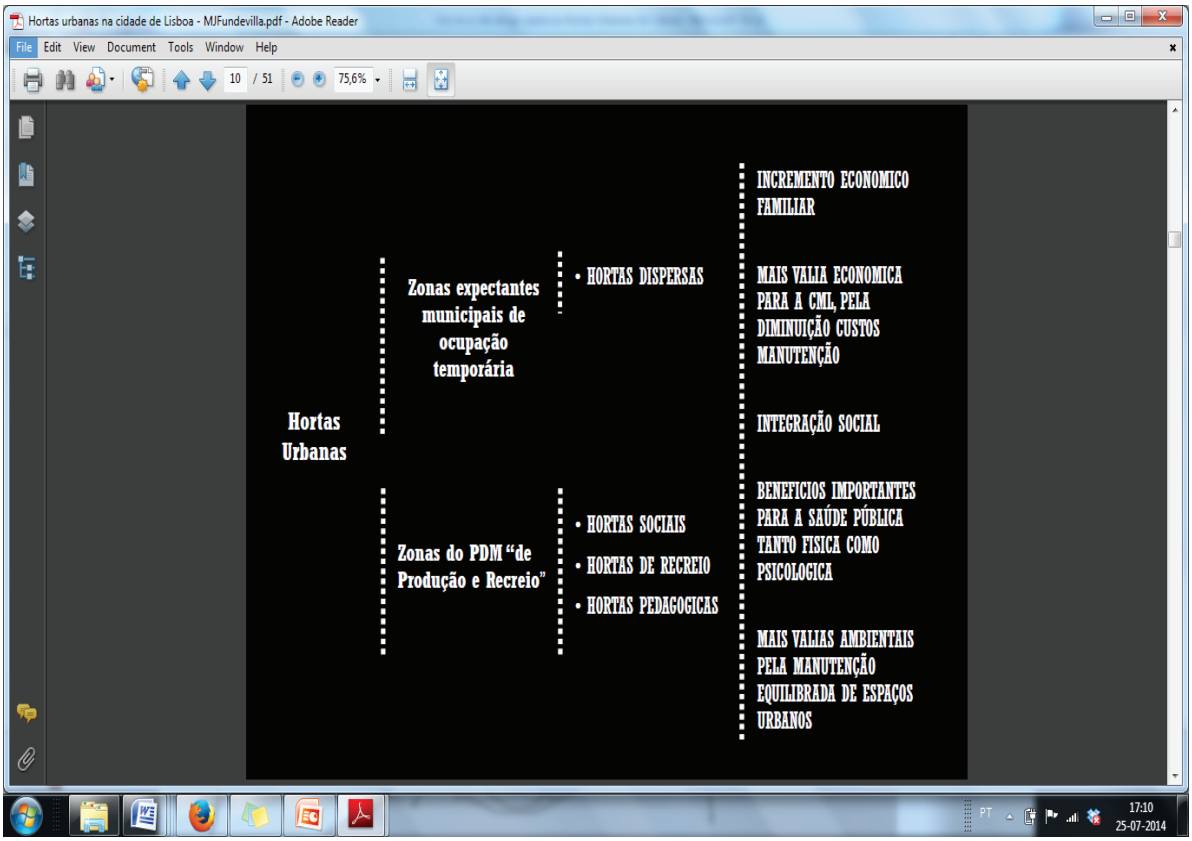

ANEXO II - Características dos Parques Hortícolas com Hortas Sociais

II.I – O Parque Hortícola localiza-se em terrenos do domínio privado municipal, definidos no Regulamento do PDM de Lisboa (RPDM de Lisboa) como Áreas Verdes de Produção e Áreas Verdes de Recreio.
II.II – O Parque Hortícola, resultante da reconversão de áreas de ocupação agrícola já existentes, é composto exclusivamente por **Hortas Sociais**.
III – Processo de Candidatura e Atribuição das Hortas que integram o Parque Hortícola:
III.I – A CML procederá à abertura de um processo de candidaturas para a atribuição das Hortas que integram o Parque Hortícola, que publicitará, dando conhecimento das características do Parque Hortícola e das Hortas que o compõem, bem como das regras aplicáveis à sua utilização e à respectiva candidatura.
III.II – Poderá candidatar-se a Utilizador qualquer pessoa individual, mediante o preenchimento da respectiva ficha de candidatura e da entrega dos documentos comprovativos dos elementos identificativos e do preenchimento dos requisitos estabelecidos para o efeito, bem como de outros solicitados pela CML e JFPF.
III.III – Não poderá candidatar-se a Utilizador quem já seja titular de qualquer talhão de cultivo na área territorial do município de Lisboa, seja em terreno de natureza municipal ou privada. Este impedimento estende-se ao candidato que integre agregado familiar em que algum membro seja titular de qualquer talhão de cultivo, considerado este através do critério da residência comum.
Neste sentido, o candidato deverá emitir, na ficha de candidatura, declaração escrita, sob compromisso de honra, em como não se encontra em qualquer das situações anteriores.
III.IV - A atribuição das Hortas que compõem o Parque Hortícola iniciar-se-á pelos hortelãos que, de acordo com o levantamento previamente realizado pela CML, já ocupavam o espaço com actividade agrícola. Após o encerramento deste processo, a CML iniciará o processo de candidatura para atribuição das Hortas remanescentes nos termos dos números seguintes.
III.V – Em qualquer dos casos previstos no número anterior, a selecção dos candidatos será realizada atenden-

do ao critério da proximidade da área de residência relativamente ao Parque
Hortícola e, em caso de candidaturas em número superior ao de Hortas disponíveis, à ordem de inscrição.
III.VI – A atribuição das Hortas tem como limite uma Horta por cada agregado familiar, considerado este através do critério da residência comum.
III.VII – Concluído o processo de candidatura e atribuição das Hortas, os candidatos seleccionados deverão obrigatoriamente subscrever a respectiva Declaração de Precariedade, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data de notificação da atribuição da Horta, apenas deste modo e com o pagamento do preço devido, assumindo a qualidade de Utilizador.
O presente documento faz parte integrante da Declaração de Precariedade, para todos os efeitos.
III.VIII - O início da actividade deve ter lugar num prazo máximo de 20 dias após a conclusão do processo de atribuição e ou fim da recepção provisoria da obra.
IV – Direitos do Utilizador:
Constituem direitos do Utilizador:
a) Aceder a uma tomada de água, colectiva, instalada pela CML, a utilizar nos termos estabelecidos na al. f) do ponto V;
b) Utilizar o abrigo, de uso colectivo, instalado pela CML, exclusivamente para aprovisionamento de alfaias e materiais de apoio ao cultivo, nos termos estabelecidos na al. g) do ponto V;
c) Ter acesso a informação e acompanhamento técnico disponibilizado pela CML, no sentido da promoção da agricultura biológica e das boas práticas de cultivo;
d) Ter acesso e informação relativamente à utilização de um compostor, quando disponibilizado pela CML, caso em que é obrigatória a sua utilização no encaminhamento dos resíduos vegetais produzidos.
V - Deveres do Utilizador:
Constituem deveres do Utilizador:
a) Cultivar a horta que lhe foi atribuída, com plantas hortícolas, aromáticas, medicinais e ornamentais;
b) Iniciar o cultivo da horta que lhe foi atribuída, no prazo máximo de 20 dias após a
conclusão do processo de atribuição.
c) Cultivar, obrigatoriamente e de forma ininterrupta, a Horta que lhe foi atribuída. Constituem motivos válidos para justificação da interrupção do cultivo, a situação de doença, devidamente comprovada pelo Utilizador junto da CML, no prazo de 5 dias úteis
após a cessação da situação de doença, também devidamente comprovada;
d) Frequentar todas as acções de formação consideradas obrigatórias pela CML;
e) Efectuar o pagamento atempado das contrapartidas anuais inerentes à utilização da
Horta que lhe foi atribuída;
f) Garantir a limpeza, segurança, salubridade e bom uso da Horta, bem como dos acessos e áreas e/ou equipamentos comuns do Parque Hortícola e respeitar as regras de uma sã convivência social;
g) Não descaracterizar a Horta sob qualquer forma nem praticar no interior do Parque quaisquer actividades que possam danificar o espaço;
h) Fazer um uso prudente e racional da água, usando a técnica de rega mais adequada a cada Horta e cultura, evitando desperdícios ou perdas por distracção ou mau planeamento da operação, não sendo permitida, em qualquer situação a construção ou utilização de sistemas de rega automática;
i) Assegurar a manutenção das sebes de bordadura plantadas pela CML junto às vedações que delimitam as hortas, sob pena de reposição das mesmas a expensas suas ou, na falta de cumprimento desta, de pagamento das despesas resultantes da sua realização pela CML e do direito deste de dar por finda a ocupação, em caso de incumprimento reiterado;
j) Fazer um uso prudente e manter em boas condições o abrigo instalado pela CML, que será partilhado por grupos de 4 Utilizadores, de forma equitativa e exclusivamente para os fins previstos no presente documento;
k) Utilizar os resíduos vegetais produzidos na Horta como fertilizante do solo, depois de devidamente compostados;
l) Colocar os resíduos sólidos produzidos na Horta, nos contentores à disposição para o
efeito ou, caso estes não existam, assegurar o seu encaminhamento para local adequado fora da área do Parque Hortícola;

m) Respeitar o parcelamento definido pela CML;
n) Garantir que as suas culturas não interferem com as parcelas vizinhas e com os caminhos;
o) Garantir o cumprimento das boas práticas agrícolas de acordo com as regras da arte;
p) Respeitar as directrizes definidas pelos técnicos de apoio da CML, relativamente aos materiais a utilizar nas hortas, tais como estacaria, alfaias, espantalhos e compostores; **q)** Avisar de imediato a CML de qualquer irregularidade detectada no Parque Hortícola;
r) Não levantar qualquer dificuldade ou obstáculo à execução do dever/direito de fiscalização da CML relativamente ao Parque Hortícola nem à Horta que lhe foi atribuída.

VI - Proibições:

Em qualquer local do Parque Hortícola é expressamente proibido ao Utilizador:
a) Efectuar qualquer tipo de instalação ou construção, incluindo vedações, sem prévia e expressa autorização da CML, bem como ocupar a parcela, total ou parcialmente, com abrigos móveis, estufas, "roullottes" ou atrelados. Excluem-se da presente proibição a instalação de estacaria necessária ao cultivo, a construir exclusivamente com recurso a canas;
b) Construir quaisquer instalações para animais domésticos, nomeadamente canis, galinheiros, coelheiras, ou outros, bem como manter ou consentir a permanência na parcela de quaisquer animais, seja a que título for;
c) Utilizar herbicidas e pesticidas químicos, uma vez que os mesmos são susceptíveis de provocar danos, quer a nível ambiental e da saúde pública, quer da qualidade dos alimentos produzidos;
d) Cultivar plantas consideradas infestantes ou das quais se possam extrair substâncias consideradas como psicotrópicas nos termos da lei em vigor;
e) Utilizar variedades geneticamente modificadas (OGM), vulgo transgénicas;
f) Fazer charcos ou lagos para retenção de água.
g) Introduzir e/ou manter e/ou guardar no interior do Parque Hortícola quaisquer objectos de utilização não agrícola.
h) Utilizar qualquer tipo de alfaia motorizada na actividade a desenvolver na Horta (motocultivadores, moto -enchadas, pequenos tractores, etc.);
i) Circular no interior do Parque Hortícola com qualquer veículo motorizado;
j) Praticar, no interior do parque Hortícola, qualquer actividade que produza fogo e/ou que ponha em causa a segurança de pessoas ou bens;
k) Ceder, sob qualquer forma ou título, a Horta que lhe foi atribuída;
l) Praticar quaisquer actos contrários à lei e à Ordem Pública.

VI – Contrapartidas anuais:

VI.I - A atribuição da Horta constitui o Utilizador no dever de efectuar o pagamento do respectivo preço anual, nos termos fixados na Tabela de Preços e Outras Taxas Municipais e sujeito às alterações ou actualizações de que esta seja objecto, de € 1,60 por m2 sobre o qual recai um desconto de 80%, não podendo, todavia, o valor apurado ser inferior a € 58,60.
VI.II - Ao preço referido no número anterior acresce o pagamento do montante estimado de € 20,00 (vinte euros), a título de comparticipação pelos custos suportados ela CML com o funcionamento e manutenção das partes comuns do Parque Hortícola.
VI.III - O pagamento do montante total apurado nos termos dos números anteriores será efectuado pelo Utilizador num só acto, a realizar no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data de notificação da atribuição da Horta.
VI.IV - O montante fixado no ponto VI.II será objecto de acerto no final de cada ano de ocupação, em função dos custos efectivamente suportados pela CML a título de funcionamento e manutenção das partes comuns do Parque Hortícola. A diferença de valor apurada a título de acerto será comunicada pela CML ao Utilizador, devendo o respectivo pagamento ser efectuado no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da notificação para o efeito.

VII – Fiscalização e consequências do incumprimento:

VII.I – A Fiscalização do cumprimento das regras aplicáveis ao acesso e utilização das Hortas Urbanas, bem como a execução das consequências previstas para o seu incumprimento, cabem à CML.

VII.II - O incumprimento, pelo Utilizador, de qualquer das regras estabelecidas no presente documento, bem como na Declaração Anexa ou a prestação de quaisquer falsas informações/declarações no âmbito do processo de candidatura, confere à CML o direito a dar por finda a ocupação, sem direito a qualquer indemnização, a executar coercivamente nos termos do art. 21º do Decreto-Lei nº 280/2007, de 7 de Agosto e de acordo com o regime estabelecido nos arts. 149.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.
VII.III – No caso previsto no número anterior, o Utilizador deverá deixar o terreno e o abrigo disponibilizado pela CML (na parte cuja utilização lhe foi cedida), livres e desocupados, no prazo de 60 dias úteis, a contar da notificação para o efeito. O Utilizador fica obrigado a entregar a parcela e o abrigo disponibilizado pela CML (na parte cuja utilização lhe foi cedida), nas condições em que a mesma lhe foi entregue, sob pena de a CML lhe imputar as despesas resultantes da reconstituição da parcela à situação inicial.
VII.IV – Se não sair no prazo referido no número anterior, a CML poderá proceder a essa desocupação, não se responsabilizando por qualquer dano que possa causar aos bens que lá se encontrem. Neste caso não assiste ao Utilizador direito a qualquer indemnização ou compensação por eventuais danos ou descaminho de bens, mas fica obrigado a indemnizar a CML pelas despesas provocadas.
VII.V – Em caso de despejo administrativo, o Utilizador fica obrigado ao pagamento das contrapartidas anuais devidas pela ocupação e proporcionalmente calculadas, até à data de desocupação efectiva do local.
VII.VI - Quer a prestação de falsas declarações no processo de candidatura, quer o incumprimento de qualquer das regras estabelecidas no presente documento ou na Declaração de Precariedade, constitui ainda impedimento para o Utilizador e para qualquer membro do seu agregado familiar (considerado este através do critério da residência comum), de apresentar nova candidatura à atribuição de Hortas Urbanas em qualquer Parque Hortícola criado em terreno do domínio municipal da CML, pelo período mínimo de 3 anos, a contar de notificação da CML para o efeito.
VIII – Transmissão:
VIII.I - Nas situações de falecimento do titular da Horta Urbana, assiste a um dos membros do respectivo agregado familiar, considerado este através do critério da residência comum, o direito de solicitar à CML que seja transmitida a seu favor a cedência anterior, nos mesmos termos e condições, assumindo os respectivos direitos e deveres.
VIII.II - Fora das situações previstas no número anterior, em caso algum a CML autoriza a cedência a terceiros, por qualquer forma ou título, da Horta atribuída.
IX - Regras, dúvidas e lacunas:
IX.I – A assunção e manutenção da qualidade de Utilizador e, por conseguinte, a atribuição e manutenção da Horta Urbana, implicam a aceitação das regras definidas no presente documento, bem como as constantes da Declaração de Precariedade.
IX.II – Quaisquer dúvidas e/ou lacunas suscitadas com a interpretação e/ou aplicação do presente documento ou da Declaração de Precariedade serão resolvidas por decisão da CML.

Lixo se transformando em luxo: alternativas para redução dos resíduos têxteis em divinópolis-mg

Maria de Lourdes Couto Nogueira
bucouto@gmail.com

Luciano dos Santos Diniz
lucianodiniz@dcsa.cefetmg.br

Resumo: As cidades sempre se constituíram no *locus* adequado para o desenvolvimento das constantes, inúmeras e complexas relações individuais e coletivas das quais resultam a vida urbana. Apesar de local propício para o crescimento e desenvolvimento humano, elas também apresentam fatores que alteram e prejudicam o meio ambiente como os problemas causados pela poluição ambiental e o excesso de lixo produzido, especialmente os resíduos gerados e descartados de forma inadequada por indivíduos e empresas. Esses fatores são incompatíveis com a proposta de sustentabilidade, com base na responsabilidade com o meio ambiente e com a sociedade. A proposta desse artigo é apresentar iniciativas que poderão ser utilizadas como alternativas de redução dos resíduos **têxteis** na cidade de Divinópolis-MG-Brasil, polo nacional confeccionista, considerando a geração e o descarte adequados dos resíduos têxteis, que eventualmente se transformariam em lixo.

Palavras chave: Alternativas. Cidade. Lixo. Resíduos têxteis. Sustentabilidade.

Introdução

A questão ambiental, tema amplamente discutido na atualidade, tornou-se uma realidade em todas as esferas de discussões, visto sua importância para a manutenção da vida com qualidade, em todas as suas formas, para as presentes e futuras gerações.

Questão de responsabilidade com o meio ambiente e com a sociedade, a sustentabilidade tem como pilares básicos o desenvolvimento econômico, a preservação do meio ambiente, a melhor distribuição de renda e acesso aos recursos disponíveis e a proteção do patrimônio cultural.

Para que as gerações presentes e futuras tenham vida com segurança e qualidade, é necessário que haja um equilíbrio entre esses quatro pilares do desenvolvimento sustentável: social, ambiental, econômico e cultural.

Esses fundamentos interagem e se complementam formando um todo necessário à manutenção do sistema ecológico mundial que deve ser equilibrado para que a vida se mantenha e permaneça de forma saudável.

As cidades, vistas como local propício para o crescimento e desenvolvimento humano, também apresentam fatores que alteram e prejudicam o meio ambiente como os problemas causados pela poluição ambiental e o excesso de lixo produzido, especialmente os resíduos gerados e descartados de forma inadequada por indivíduos e empresas.

No que se refere à poluição ambiental, importância deve ser dada à questão dos resíduos sólidos provenientes das indústrias de confecção quando esses têm destinação ambientalmente inadequada, causando poluição e degradação do meio ambiente, muitas vezes em proporções desconhecidas.

Nessa perspectiva, a cidade de Divinópolis, localizada no centro oeste do estado de Minas Gerais, Brasil, com população estimada de 213 mil habitantes é considerada polo econômico regional, destacando-se principalmente nos segmentos das indústrias de siderurgia, metalurgia e de confecções.

Em relação ao segmento de confecções Divinópolis é considerada o maior polo do interior de Minas

Gerais, tendo em sua cadeia produtiva fiação, tecelagens, lavanderias, estamparias, confecções, facções, dentre outros.
Dentre os diversos desafios enfrentados atualmente pela cidade, destaca-se a questão relacionada ao gerenciamento dos resíduos sólidos têxteis provenientes das indústrias de confecção.
Divinópolis enfrenta o problema do elevado volume de lixo produzido, cerca de 120 toneladas/dia. Desse total, parte significativa é constituída de resíduos sólidos têxteis que descartados de forma indevida são dispostos nas calçadas das ruas da cidade, juntamente com o lixo doméstico, recolhidos e direcionados ao aterro controlado municipal.
O problema maior consiste no fato de que os resíduos dessa tipologia são constituídos em grande parte de fibras sintéticas, de difícil decomposição na natureza, além do que podem estar contaminados com substâncias tóxicas como, por exemplo, óleo de máquinas. A disposição de tais resíduos juntamente com o lixo doméstico tem capacidade de poluir e degradar o meio ambiente.
A proposta deste artigo é apresentar alternativas que poderão ser utilizadas para melhorar a gestão integrada de resíduos sólidos, bem como a destinação final ambientalmente adequada desses resíduos, que eventualmente se transformariam em lixo e poderiam causar danos ao meio ambiente.

1 – A cidade: *locus* de complexas relações

As cidades sempre se constituíram no *locus* adequado para o desenvolvimento das constantes, inúmeras e complexas relações individuais e coletivas das quais resultam a vida urbana.
Para Véras (2000: 9):

> A cidade é algo enigmático, ainda indecifrável em todos os seus projetos. Apesar de constituir-se como habitat no mundo da modernidade, reveste-se de muitos significados, condensa diferentes facetas ligadas ao mundo econômico, à vida social, à cultura, atingindo os modos de vida, as subjetividades, a comunicação, a questão do território e da alteridade.

Nesse contexto, os indivíduos que ali residem, trabalham, estudam e desenvolvem suas atividades esperam que as cidades propiciem condições de progresso humano dentro de um ambiente sustentável.
Castells et al (1996: 157) afirmam que a cidade deve ser:

> (...) entendida não somente como território que concentra um importante grupo humano e uma grande diversidade de atividades, mas também como um espaço simbiótico (poder político-sociedade civil) e simbólico (que integra culturalmente, dá identidade coletiva a seus habitantes e tem um valor de marca e de dinâmica com relação ao exterior), converte-se num âmbito de respostas possíveis aos propósitos econômicos, políticos e culturais de nossa época. Citemos três. A necessidade de dar respostas integradas e não setoriais aos problemas de emprego, educação, cultura, moradia, transportes etc.; o estabelecimento de compromissos públicos e privados a partir das demandas do crescimento econômico e do meio ambiente; a configuração de novos espaços e mecanismos que estimulem a participação política, facilitem a relação entre administrações e administrados e promovam a organização dos grupos sociais.

E continuam

> Em todas as cidades o projeto de transformação urbana é a somatória de três fatores:

> a) a sensação de crise aguda pela conscientização da globalização da economia;
> b) a negociação entre os atores urbanos, públicos e privados, e a geração de liderança local (política e cívica);
> c) a vontade conjunta e o consenso público para que a cidade dê um salto adiante, tanto do ponto de vista físico como econômico, social e cultural (Castells et al. 1996: 156).

Complementando o raciocínio dos autores, acrescenta-se, ainda a questão relacionada ao meio ambiente equilibrado, tão em voga em todas as esferas de discussões e imprescindível à manutenção da saúde e da vida em todas as suas formas.
As cidades enfrentam, atualmente, alguns desafios relevantes, dentre eles, o desemprego; as desigualdades sociais e econômicas; a criminalidade; os padrões insustentáveis de consumo de recursos naturais; a descontrolada expansão urbana; as comunidades sem infraestrutura de água, esgoto, moradia; a proliferação de insetos e roedores e, consequentemente, de doenças; os sistemas de mobilidade precários e a questão do lixo urbano.
Segundo Véras (2010: 35), as cidades se constituem como mercadorias,

> Cada vez mais os problemas de segurança, violência, congestionamentos de trânsito surgem em nossas cidades. Sendo a cidade da mercadoria, pois ela mesma constitui-se uma mercadoria. Nossas cidades são cada vez mais voltadas à circulação de mercadorias (entre elas a força de trabalho): assim, o privilégio ao transporte, ao automóvel (individual), ao ônibus (solução rodoviária de massa), à velocidade, aos viadutos, elevados, aos semáforos rápidos em detrimento de pedestres, de boas calçadas, de praças e jardins. Nossas cidades são *viadutópolis*. Não são cidades voltadas à fruição, à memória, e sim à velocidade, a lugares de contingência.

Nessa perspectiva, as cidades contemporâneas se desenvolvem social, política e economicamente em função do capital, do trabalho, das mercadorias, enfim, das relações de trocas que as permeiam e, assim, abandonam as questões voltadas para a saúde e o bem-estar social, gerando dura realidade de competição e sofrimento para todos que nela residem.
Por outro lado, a cidade é o lugar onde se desenvolvem as atividades individuais ou coletivas que visam à concretização das perspectivas e objetivos traçados. É nela, contemporaneamente, que as pessoas depositam seus sonhos e força de trabalho no intuito de construírem uma vida melhor, com saúde, estudo, emprego, renda, enfim, satisfação pessoal.
Para melhor desenvolvimento, as cidades necessitam também de apoio político e econômico, como afirma Castells et al. (1996: 157),

> A insegurança pública, o tempo consumido na mobilização cotidiana e a degradação dos espaços públicos e, em geral, do meio ambiente urbano têm, também, custos econômicos. Uma cidade competitiva deve ter capacidade de integração sociocultural da grande maioria da sua população. Atualmente, as grandes ações de caráter social-urbano aparecem como necessárias e urgentes e, portanto, suscetíveis de encontrar o apoio político e econômico ausente há poucos anos.

Dessa forma, apesar das cidades serem dotadas de estruturas política, econômica e social adequadas ao desenvolvimento humano, em virtude da concentração de renda e da dificuldade de acesso aos recursos disponíveis, causada muitas vezes pela ausência ou omissão do Estado, nelas também se verificam aspectos sociais negativos. Nesse contexto afirma Borin (2004: 68) que:

> A cidade é hoje a grande protagonista e o palco das transformações econômicas, tecnológicas e das relações sociais, nacionais e internacionais, e ao mesmo tempo é o l*ocus* onde a degradação das condições de vida se acentua, com muita visibilidade, especialmente entre os segmentos sociais mais pobres.

A cidade pode ser comparada a um quebra cabeça gigantesco, feito de peças diferenciadas, onde cada indivíduo, ocupa, conhece e identifica o seu lugar e se sente deslocado nos demais lugares dela.
Ilustrativamente, as cidades reservam regiões específicas para trabalhadores e patrões, pobres e ricos, separando de forma cruel as classes sociais pela posição econômica e papel social que ocupam na sociedade local.
É o caso das comunidades onde, via de regra, vivem e residem trabalhadores com baixa escolaridade e remuneração e o Estado é menos atuante. Faltam infraestrutura viária, de água e esgoto, energia, postos de saúde, transportes e sobram violência, criminalidade, poluição ambiental e doenças originadas inclusive por depósitos inadequados de lixo nas calçadas e vias urbanas.
Nesse contexto, a segregação espacial é o movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano que faz a distinção em classes, raças, faixa etária e até mesmo em relação ao local de trabalho e de moradia.
A segregação também se faz a partir da desigualdade de tratamento por parte do poder público. O recolhimento do lixo é um ótimo exemplo, visto que, existem bairros nobres das cidades onde o lixo é recolhido todos os dias, já em outros, três vezes na semana e em alguns, somente uma vez por semana. Parece, nesse aspecto, que a atuação estatal se faz em função da capacidade econômica, social e cultural das pessoas que moram em determinada região, bairro ou distrito.
Apesar das nefastas segregações humanas de origens diversas, é nas cidades que se percebe o local ideal para o desenvolvimento das potencialidades humanas, visto que, são dotadas de infraestrutura viária, de produção, comércio, saúde, educação e gestão pública.
A cidade precisa ser vista como parte integrante da natureza, da mesma forma que esta, deve ser respeitada e conservada. Não deve ser tratada pela superficialidade de suas paisagens ou pela racionalidade do sistema capitalista, que lhe atribui valores materiais de compra e venda.
A cidade pode ser comparada a um "organismo vivo", pois como ele, depende de todos os seus órgãos em pleno funcionamento, de forma harmônica e equilibrada.
Nessa perspectiva, o homem e o ambiente urbano, com suas respectivas interações sociais, culturais, econômicas e políticas, constituem-se nos protagonistas dessa relação de interdependência que tem na cidade seu eixo central.
Entretanto, o homem, tomado de forma isolada ou conjuntamente em suas constantes interações com outros grupos sociais no ambiente da cidade depende também dos recursos naturais para o seu desenvolvimento, saúde e manutenção de suas necessidades e sua própria vida.
Acrescente-se a isso o fato de que o contato com o meio ambiente conduz o indivíduo a utilizar seus cinco sentidos juntamente com seu mecanismo cognitivo, fazendo com que ele perceba tudo que acontece ao seu redor, reaja e responda individualmente e diferentemente às ações que ocorrem nesse meio.
Torna-se necessário, portanto, que a percepção ambiental esteja sempre atenta e centrada nos valores dos indivíduos que constroem a cidade, para que estes possam ter consciência do espaço em que vivem, visto que influenciam diretamente na conservação do meio ambiente.
Deseja-se, portanto, que o crescimento e desenvolvimento das cidades se faça acompanhar do desenvolvimento dos indivíduos e grupos sociais que a compõem, de forma organizada, equilibrada e, sobretudo sustentável. Assim:

> Muitos urbanistas têm-se dedicado a planejar o desenvolvimento das cidades tendo em vista torná-las sustentáveis, ou seja, com crescimento ordenado, minimizando riscos ambientais, econômicos, sociais, resgatando a qualidade de vida e melhorando o relacionamento entre o homem e a cidade (Véras, 2010: 43).

1.1. Contextualizando a cidade de Divinópolis

Fundada em 1767, Divinópolis situa-se na região centro oeste do estado de Minas Gerais, a aproximadamente 120 quilômetros da capital Belo Horizonte, possuindo uma excelente malha rodoviária que a aproxima dos principais centros urbanos do país.
Tem como área de abrangência 40 municípios mineiros, com uma população aproximada de 213.016[1] habitantes e com a densidade demográfica de 300,82hab/km². Possui, ainda, uma área total de 716 km², o equivalente a 0,12% da área do estado de Minas Gerais e tem sua área urbana com 192 km² de extensão territorial.
Em relação ao contexto histórico, Divinópolis foi considerada, em seus primórdios, uma cidade passagem-pousada-paragem. Mesmo não tendo semelhanças físicas entre o antigo arraial e a cidade de hoje, sua história de desenvolvimento e crescimento sempre esteve atrelada aos transportes, a terra, aos caminhos da água, ao ferro e ao asfalto.
O desenvolvimento do sistema ferroviário favoreceu as perspectivas de crescimento socioeconômico da cidade através das oportunidades de instalação de indústrias siderúrgicas, de metalurgia e aciaria, colaborando assim para um nível de emprego e qualidade de vida razoável, elevando o índice de desenvolvimento social.
No final da década de 1970, a indústria siderúrgica vivenciou uma grave crise econômica, momento em que era considerada a principal fonte de renda da cidade e região, acarretando a demissão e o fechamento de várias empresas do setor. Essas dificuldades favoreceram o surgimento da indústria de confecção do vestuário, dirigidas em sua maioria, pelas esposas destes siderúrgicos desempregados.
Consequentemente ao crescimento do setor confeccionista houve:

> (...) o incremento da construção civil e dos transportes rodoviários e uma moderada redução dos problemas sociais. Hoje, cerca de 14 mil pessoas, estão diretamente empregadas nesse setor, mantendo aceitável o nível de desemprego. Divinópolis é a cidade-polo do Alto São Francisco, conhecida pelas qualidades de suas confecções, mas destacada também pela prestação de serviços profissionais liberais, pelos serviços da administração pública (dos três níveis), pelo comércio diversificado e pela qualidade de suas escolas de ensino regular e de graduação superior em mais de 15 áreas.[2]

Assim, a cidade essencialmente industrial, se tornou referência nas áreas de indústrias siderúrgicas, metalúrgicas e de confecções, abrindo oportunidades de emprego a diversos segmentos da sociedade.
Atualmente, a cidade é considerada polo econômico da região Centro-Oeste de Minas Gerais e está entre os 10 melhores municípios do estado. Considerada, ainda, a 5ª cidade com melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado.[3]
Dados do relatório anual divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) mostram que a cidade de Divinópolis é o principal polo confeccionista no estado, ficando a frente da capital, Belo Horizonte, que ocupa o segundo lugar e a cidade de Juiz de Fora, que ocupa a terceira posição. Ressalta-se, ainda, que o setor confeccionista emprega aproximadamente 10% da população.
Apesar de se destacar como um polo industrial confeccionista, a cidade expandiu-se desordenadamente por não ter tido um planejamento estratégico. Seu crescimento urbano, acelerado nos últimos anos e os loteamentos aprovados indevidamente no passado, são fatores que dificultaram ainda mais as obras de infraestrutura básica.

---

1 Dados retirados do Censo 2010, no site: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codigo=312230&idtema= [consultado em 17-06-2013]

2 Informações retiradas do site da Câmara Municipal de Divinópolis: http://www.camaradiv.mg.gov.br/index.php/sobre-divinopolis/economia [consultado em 17-06-2013]

3 Dados obtidos no Anuário Estatístico de Divinópolis – 2009.

1.2. O surgimento da indústria da confecção em Divinópolis

O ofício da costura sempre foi passado através das gerações quando as avós ensinavam às filhas, que por sua vez, ensinavam às netas e assim se perpetuava a arte de costurar.
Em Divinópolis a história não foi diferente. As primeiras costureiras, além de fazer as roupas para toda a família, passaram a fazer também para os vizinhos, recebendo mantimentos como moeda de troca pelas roupas confeccionadas.
As primeiras escolas de corte e costura da cidade surgiram na década de 1950, quando as costureiras passaram a cobrar em dinheiro pelo seu trabalho. As melhores costureiras eram contratadas pelas famílias para costurar nas casas, por um período determinado.
A história da indústria da confecção em Divinópolis teve seu início a partir da segunda metade da década de 1960, de forma artesanal e utilizando tecidos populares como o brim, a lona e a chita.
Uma das vertentes para a origem das confecções na cidade aponta para o fato de que, com as demissões dos maridos trabalhadores, ocorridas em função da crise econômica da indústria siderúrgica, as mulheres iniciaram as atividades de costura em suas casas movidas pela necessidade de sustento da família, pela manutenção do casamento e até mesmo, objetivando um rendimento próprio para sua participação como consumidora.
Entretanto, entre os estudos desenvolvidos sobre a origem da indústria da confecção de Divinópolis existem controvérsias. Alguns pesquisadores afirmam que seu desenvolvimento ocorreu em virtude da queda do setor siderúrgico, outros, como Pedrosa (2005), justificam que não existe comprovação de que estes empresários foram originados do setor metalúrgico.
A autora comprova seus argumentos através de sua pesquisa e afirma que

> (...) a atividade anteriormente exercida pelos empresários entrevistados do setor que aparece com maior incidência é a de comerciário, ou seja, pessoas que atuavam como vendedores, provavelmente no comércio de confecções, resolveram abrir seu próprio negócio. A segunda atividade com maior incidência é a de empresário de outro ramo e em terceiro lugar destacam-se os vendedores-viajantes. As costureiras faccionistas aparecem em quarto lugar, as sacoleiras[4] em quinto e os desempregados e as domésticas aparecem nos últimos lugares. Ou seja, com exceção dos empresários de outros ramos, 64,5% das atividades exercidas anteriormente pelos empresários do segmento de confecção relacionam-se com o próprio setor (Pedrosa, 2005: 96).

Se a origem das confecções em Divinópolis ocorreu ou não a partir da crise do setor siderúrgico, o que nos interessa saber é que:

> (...) o processo de desenvolvimento da indústria da confecção em Divinópolis, mesmo que tenha surgido de forma espontânea e desprovido de orientação estratégica, foi suficientemente forte para legitimá-la como um segmento relevante da economia do município a fim de dotá-lo de potencialidades para a inclusão em esferas mais amplas da economia local (Ferreira, 2006: 62).

O setor crescia e se firmava a cada década, como afirma Nogueira (2010: 15) "a década de 1970 marcou o setor do vestuário de Divinópolis através da chamada 'Era do Jeans', quando as principais confecções, como a Savage, Mac Look, Badson, Toniel, Dobus e Jullier, utilizavam praticamente somente o jeans em suas produções".
As décadas seguintes foram consideradas um marco para as confecções em função do aumento sig-

4 Sacoleiras são comerciantes que vão até as residências vendendo produtos, principalmente roupas.

nificativo da produção, oriundo do processo de modernização das oficinas de costura e do aprimoramento das atividades.

> Esta fase foi marcada por grandes feiras que contavam com a participação de compradores de todo o país que vinham em ônibus fretados especialmente para este fim. Em 1990, a cidade recebia uma média de 20 ônibus/dia, a maioria deles com mulheres interessadas em compras para revendas. Estas "consumidoras" foram denominadas "sacoleiras". O setor imobiliário percebe este crescimento e passa a investir em shoppings atacadistas e lojas, construídos em pontos estratégicos, próximos às áreas da rodoviária e de acesso fácil à capital do estado (Nogueira, 2010: 15).

De todo o exposto percebe-se que a indústria da confecção em Divinópolis galgou ao longo do tempo várias e importantes etapas, desenvolvendo e aprimorando técnicas e processos produtivos que a colocaram em posição de destaque no cenário nacional da confecção.

1.3. O polo confeccionista de Divinópolis na atualidade

O polo têxtil de Divinópolis tem em sua cadeia produtiva, lavanderias, estamparias, confecções, dentre outros. A cidade possui mais de 500 lojas e seis centros comerciais com estrutura para receber compradores de várias cidades de Minas Gerais e de outros estados do Brasil.

Atualmente o município possui 786 empresas registradas no setor confeccionista[5], que são responsáveis por 21,4% de toda a produção do estado. Quando avaliado apenas o vestuário, a participação sobe para 24,9%. A cidade também é responsável por 17,7% dos postos de trabalho, com 26.501 funcionários.

Na indústria da confecção de Divinópolis existem confecções tradicionais e facções. As confecções tradicionais são aquelas que fazem todo o processo produtivo da peça, ou seja, compram a matéria -prima, criam, cortam, costuram e comercializam os modelos produzidos. Possuem marcas próprias e suas peças são comercializadas por lojas ou representantes. Os funcionários geralmente possuem registro em carteira de trabalho. Não é possível obter um registro preciso do número de confecções e facções existentes, pois, muitas ainda funcionam na informalidade.

Algumas confecções não fazem todo o processo de produção, pois terceirizam algumas etapas do processo produtivo às facções que, geralmente desenvolvem a montagem das peças cortadas. Esse procedimento favorece principalmente aquelas confecções que, por algum motivo, apresentam dificuldades de investimento em maquinários especializados.

Ainda em relação às facções, a falta de registro regular da atividade, bem como, de registro em carteira dos empregados, provavelmente ocorre pela característica de invisibilidade desse tipo de atividade. O trabalho nas facções geralmente é realizado por mulheres de idades variadas e membros da família, pessoas próximas e vizinhas que executam as atividades manuais em seus domicílios ou em locais próximos alugados. Normalmente por não atuarem em conformidade com os requisitos legais, seus proprietários não costumam registrar seus funcionários.[6]

Atualmente a terceirização é uma realidade no setor confeccionista de Divinópolis que pode ser constatada a partir das informações do sindicato dos empregados (SOAC) que tem feito cerca de 1.500 rescisões de contrato por ano[7], número alto se comparado às demandas do setor. O sindicato patronal também concorda que a terceirização do serviço é uma tendência do setor, pois cerca de 30% da pro-

---

5Reportagem G1 Centro Oeste MG

6 Segundo as informações obtidas no Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras, Trabalhadores na Indústria de Confecção de Roupas, Estamparias, Cama, Mesa e Banho de Divinópolis (SOAC) estão cadastradas 638 facções.

7Reportagem G1 Centro Oeste MG.

dução das empresas é feita de forma interna e 70% é terceirizada.
A terceirização das atividades ocorre fundamentalmente com o objetivo de reduzir custos, eliminar riscos de produção e transferir o pagamento de mão de obra às facções. Assim as confecções se livram dos encargos sociais e trabalhistas, da manutenção e da aquisição de equipamentos, das despesas com aluguel, água, energia, telefone, entre outros.
Os avanços tecnológicos, a mão de obra especializada e o desenvolvimento organizacional e gerencial são importantes para o ramo têxtil de confecções da região ao passo que propiciam produtos de melhor qualidade e uma maior competitividade no mercado.
Sabe-se que o setor é formado em sua maioria por médias e pequenas empresas que, mesmo atingindo o mercado de exportação, não possuem um processo mais acentuado de modernização, que envolva a automação de seu processo têxtil, o que poderia contribuir para a consolidação e diversificação de suas atividades, além de assegurar a ampliação de novos mercados.
Percebe-se a importância do mercado de emprego do setor confeccionista, visto que, é dinâmico e diversificado, formado, por exemplo, por estilistas, modelistas, cortadeiras, costureiras, chefes de produção, gerentes, vendedores, dentre outros cargos e funções, gerando empregos e renda para as mais variadas camadas sociais.
Sabe-se que quanto mais a sociedade se desenvolve, com maior rapidez se diversificam as funções e ocupações, além da exigência de versatilidade e adaptabilidade cada vez maior por parte das pessoas. O mesmo ocorre com as exigências de mão de obra do setor confeccionista, pois, é um mercado altamente diversificado e que deve atender às demandas dos consumidores ditadas pelas tendências da moda.
Diante do exposto, constata-se que as cidades constituem-se de abrigo adequado e fértil para as dinâmicas e constantes interações sociais, econômicas, culturais, políticas e religiosas, que permeiam a vida das pessoas que ali residem e desenvolvem suas atividades.
Dentre as atividades desenvolvidas nas cidades, aquelas relacionadas às indústrias de confecção se destacam, quer sejam, pela necessidade e utilidade dos bens produzidos para o mercado consumidor, quer sejam, pela geração de empregos e renda para os funcionários e lucros para os empresários do setor.
Pode-se dizer, ainda, que o segmento das indústrias de confecção em Divinópolis, mobiliza o turismo de compras, fomentando a economia local e, a partir do seu desenvolvimento, permite que outras indústrias se instalem e o comércio se adapte para acompanhar e melhor estruturar o desenvolvimento econômico, social e cultural da cidade.
Como ocorre com grande parte das cidades, as atividades humanas que nela acontecem trazem benefícios para a sociedade, e, concomitantemente, podem trazer também problemas.
Um dos maiores problemas existentes nas cidades, causado pelo desenvolvimento descontrolado e desorganizado das atividades humanas, está relacionado à questão da geração de resíduos e o potencial dano que podem provocar à saúde das pessoas e ao equilíbrio do meio ambiente quando não tratados adequadamente.
Nesse contexto, as atividades humanas relacionadas à produção de confecções geram resíduos sólidos e líquidos que necessitam de gerenciamento ambientalmente adequado para que não tragam risco à saúde das pessoas e danos ao meio ambiente equilibrado.
Em relação ao setor confeccionista em Divinópolis, percebe-se a geração de resíduos têxteis sólidos e líquidos, que, na maioria das vezes não recebem a destinação ou a disposição final adequadas, provavelmente por falta de conhecimento das questões relativas à proteção e preservação do meio ambiente, utilização de máquinas e equipamentos obsoletos, falta de mão de obra especializada, falta de capital para investimentos, dentre outros fatores, traduzindo-se em risco concreto para a saúde das pessoas e danos generalizados ao meio ambiente local.

2. A questão ambiental e os resíduos sólidos têxteis produzidos

Muito se comenta sobre os diversos fatores que prejudicam o meio ambiente, dentre eles os resíduos descartados de maneira inadequada e o excesso de lixo produzido.
A sustentabilidade é uma questão de responsabilidade com o meio ambiente e com a sociedade, pois ao ser contextualizada no ambiente onde se insere o homem contemporâneo, envolve diversos tipos de questões como a inclusão social, a educação, a capacitação, a informação, a economia criativa, bem como a preservação da natureza.
No contexto histórico, a Revolução Industrial trouxe grandes transformações sociais e econômicas, como por exemplo, a substituição do trabalho manual por máquinas, favorecendo a produção em larga escala. Até então, os produtos manufaturados eram, em sua maioria, de origem natural o que favorecia a decomposição dos resíduos e diminuíam o impacto ambiental. Tanto a demanda quanto a produção eram reduzidas e totalmente consumidas, sofrendo uma degradação natural.
Para Dias (2009: 7)

> (...) os processos de industrialização aumentaram de forma espetacular, mas tendo como resultado, grandes problemas ambientais que afetam todo planeta nos dias atuais. Um dos problemas causados pela industrialização é a destinação dos resíduos do processo produtivo, afetando o meio natural e a saúde humana.

Nogueira et al. (2013: 3) alertam,

> O necessário questionamento que se faz é: como conciliar a demanda, a produção, o consumo e o descarte com a manutenção do sistema de forma equilibrada, visto que quanto maior a população, maior é o consumo e, consequentemente, maior o descarte dos resíduos, favorecendo o enorme volume de lixo e uma poluição indesejável.
> O que se pode perceber, a primeira vista, é uma relação de incompatibilidade entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental. Enquanto o desenvolvimento econômico está essencialmente em busca da geração e acumulação de riquezas, a preservação ambiental prima-se pela manutenção, proteção e equilíbrio da fauna, flora, dos recursos naturais e da preservação da vida no e do planeta. A junção simultânea destas ações na busca por um desenvolvimento sustentável precisa ser a meta principal.

A questão ambiental também se tornou uma realidade para o setor confeccionista que busca o respeito ao meio ambiente através de alternativas sustentáveis: não basta somente produzir e atender à demanda, mas produzir de forma sustentável, buscando a preservação das condições ambientais necessárias ao bom desenvolvimento da vida com qualidade.
Um dos aspectos relacionados à cadeia produtiva confeccionista que afeta negativamente o meio ambiente é a geração dos resíduos têxteis que se traduzirão posteriormente em lixo.
A produção excessiva de lixo é um problema que atinge também Divinópolis, que mesmo possuindo um aterro controlado, ainda necessita de melhorias em sua infraestrutura e da criação de um centro de tratamento de resíduos.
As empresas de confecção são responsáveis por grande parte do descarte de lixo seco através de seus resíduos sólidos têxteis. Esses resíduos, muitas vezes sem destino certo, ficam amontoados nas calçadas até serem transportados para o aterro ou recolhidos por catadores.
Atualmente, um dos grandes problemas dos resíduos sólidos têxteis gerados pelas indústrias de confecção em Divinópolis consiste na disposição final desses resíduos nas calçadas juntamente com o

lixo doméstico que, posteriormente, vão para o aterro controlado municipal e provocam a poluição e degradação ambiental.
Divinópolis enfrenta o problema do exagerado volume de lixo produzido, cerca de 120 toneladas/dia. Por se tratar de um polo confeccionista, grande parte do volume de resíduos têxteis descartados pelas indústrias é direcionada junto com o lixo domiciliar. Esse fato gera um maior custo para a sociedade decorrente da necessidade de separação dos resíduos industriais dos residenciais, além do que possibilita uma maior degradação do meio ambiente.
A situação do lixo em Divinópolis tornou-se um desafio para toda a comunidade, pois, ao caminhar pelas ruas da cidade, é comum encontrarmos nas calçadas sacos cheios de retalhos de tecidos, bem como os demais resíduos das confecções.
Para Barros (2012: 16):

> A gestão sustentável e integrada dos RS[8] municipais é imprescindível para obter e manter uma boa qualidade de vida de uma comunidade, principalmente nas áreas urbanas, onde a concentração populacional segue aumentando. A problemática dos RS tem que ser analisada de maneira mais abrangente que a mera solução tecnológica (e fundamentalmente operacional), de modo geral concentrada na etapa da disposição final: é preciso também ver o montante da produção crescente de RS, questionando os mecanismos que levam a ela e as consequências daí advindas. Esta abordagem integrada considera as interfaces com aspectos culturais, socioeconômicos, ambientais, administrativos, políticos e mesmo éticos: não é possível constatar que há ainda dezenas de milhares de pessoas catando informalmente nas ruas e nos lixões do Brasil, sem se imaginar o que os empurra para esses locais. Não se pode mais desconsiderar os altos custos e os graves impactos ambientais, de curto e médio e longo prazos, derivados da aceleração do consumo – do inelutável aumento da produção de RS –, e a inexorável necessidade de lhes dar uma destinação ambientalmente correta.

Em relação ao lixo das cidades, Barros afirma que

> O que define o que de fato é lixo é esta possibilidade de escolher o que guardar – e usar – ou jogar fora, uma escolha sempre renovada e que está implícita em cada gesto de cada pessoa. Não é uma noção estática: varia no tempo e no espaço, segundo contextos socioeconômicos e comportamentos específicos. Muitos dos objetos comprados e consumidos se transformam em lixo antes de terem se tornados impróprios para o uso ou de terem esgotado todas as possibilidades de seus préstimos: os artigos de moda são o exemplo clássico disto, segundo uma obsolescência programada. Como corolário do processo de consumo, um detentor de um bem decide dele se desfazer, segundo critérios variados, e aí gera RS: os consumidores somos os geradores de lixo (Barros, 2012: 36).

Para Barros a educação ambiental funda-se nos seguintes princípios básicos da gestão ambiental dos Resíduos Sólidos (RS):

> - Reduzir (minimizar) – consiste em diminuir a quantidade de lixo produzido, combatendo o supérfluo, o desperdício, o consumismo e custos. A grande dificuldade é que esta redução esbarra na necessidade de alteração de padrões de

8 RS: Resíduos Sólidos

> comportamento, hoje identificados com o consumismo vigente;
> - Reutilizar – consiste na introdução de um material recuperado num outro ciclo de produção diferente daquele de onde provém;
> - Reempregar – consiste em dar um novo emprego, no estado em que se encontra, a um produto ou material recuperado para um uso análogo a seu primeiro emprego;
> - Reciclar – por definição, é toda operação de gestão dos RS tendo por finalidade recuperar energia ou matérias-primas secundárias, ou a utilização de resíduos e de dejetos bem como a introdução de matérias já utilizadas nos ciclos econômicos de produção (Barros, 2012: 254).

Paralelamente a essa questão, surge, em 2010, um marco da gestão dos resíduos sólidos no Brasil, a Lei nº 12.305/10 que visa uma gestão integrada com responsabilidade compartilhada entre os entes federados e a coletividade.
Para Nogueira et al. (2013: 6)

> A Política Nacional de Resíduos Sólidos foi concebida de tal forma a priorizar a não geração de resíduos, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos[9], com ênfase na conscientização do consumidor e na punição às práticas inadequadas de gestão dos resíduos sólidos. Dentre os instrumentos previstos na Lei nº 12.305/10, destacam-se: (i) a coleta seletiva; (ii) a incorporação do sistema de logística reversa, pelo qual, após o consumo, promove-se a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos; (iii) o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, reconhecendo o caráter econômico e de valor social do resíduo sólido, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania; (iv) a oferta de incentivos fiscais e financeiros aos Municípios que promovam o gerenciamento adequado de resíduos, mediante aprovação dos planos de gestão integrada de resíduos sólidos; (v) o incentivo à adoção de consórcios ou de outras formas de cooperação entre os entes federados, com vistas à elevação das escalas de aproveitamento e à redução dos custos envolvidos, seja na implementação da coleta seletiva ou de aterros sanitários.

O artigo 7º, inciso II, da referida lei, mostra que os objetivos da política nacional de resíduos sólidos devem ser buscados na ordem em que são apresentados, seguindo a hierarquia nele disposta: "não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos".
Esse percurso é exatamente o que se pode esperar de um processo produtivo ambientalmente adequado, em que a primeira opção que deve ser buscada é a da não geração do resíduo.
Se utilizados todos os recursos disponíveis e realizados todos os esforços necessários, mesmo assim o resíduo for gerado, vem a necessidade de redução dos resíduos produzidos, essa segunda opção é denominada de redução dos resíduos gerados.
Posteriormente a essa opção, ou seja, na impossibilidade de se minimizar os resíduos gerados, mostram-se necessárias as fases de reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

---

9 Embora o art. 54 da Lei nº 12.305/2010 estabeleça que a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deveria ter sido implantada, pelos Municípios, até o mês de agosto de 2014, parte considerável dos Municípios não cumpriu com esta determinação legal.

A fase da reutilização é aquela em que os resíduos gerados voltam-se para o próprio processo produtivo que os gerou ou para outros processos produtivos sem alterar suas características físicas, químicas ou biológicas.
Ilustrativamente é o caso dos resíduos sólidos têxteis que podem ser utilizados na própria indústria que os gerou como panos de limpeza (estopas) ou ainda, serem enviados para outra empresa que poderá utilizá-los na confecção de tapetes.
Na fase de reciclagem os resíduos como indica o próprio nome passam por um novo ciclo e se transformam em algo diferente. Nesta fase, ocorre a transformação física, química ou biológica do resíduo. É o caso, por exemplo, dos pneus que quando não servem mais, podem ser triturados e misturados ao asfalto, vindo a servir como manta asfáltica na pavimentação de estradas.
Posteriormente a essa fase, vem o tratamento adequado dos resíduos que consiste no manejo apropriado via separação dos resíduos por tipo e composição e depois seu tratamento mecânico (aumento ou diminuição de tamanho, trituração, dentre outros), bioquímico (biodigestão ou compostagem) ou térmico (secagem, pirólise, gaseificação, incineração e plasma).
Finamente a disposição final ambientalmente adequada que é a deposição dos resíduos nos chamados aterros sanitários, onde haverá a escolha prévia do local utilizando-se de critérios técnicos adequados, com a preparação e proteção do solo e o tratamento do chorume para evitar a contaminação do solo, subsolo, cursos d'água.
O *Diagnóstico Ambiental do Setor Confeccionista de Divinópolis* (2009) mostra "que 34% dos insumos têxteis são doados a terceiros, 31% são colocados na rua para coleta urbana, 16% doados à instituições e programas sociais, outros 16% são vendidos, enquanto que 3% têm destino desconhecido."
Percebe-se assim que, em relação ao volume gerado, a quantidade de material reciclado é muito pequena. Torna-se, pois, necessário, estimular a consciência dos empresários para que ações de gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos e controle do impacto ambiental sejam desenvolvidas.
Assim, torna-se premente buscar alternativas para a redução dos resíduos têxteis nas indústrias de confecção, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do setor de vestuário, valorizando o trabalho, gerando emprego e renda para a população e minimizando o volume de resíduos gerados.

3. Alternativas para redução dos resíduos têxteis em Divinópolis

Se o momento atual nos exige um posicionamento frente ao meio ambiente e as gerações futuras, torna-se premente uma reflexão sobre o que consumir e o que vestir. O vestir é considerado a segunda necessidade primordial do ser humano, ficando atrás apenas da alimentação.
A moda pode ser vista hoje como uma expressão do ser humano. Ela é capaz de expressar valores, necessidades, anseios e desejos de quem a consome. Pode ainda ser vista como uma questão de identidade, quando, por exemplo, o indivíduo ao vestir torna-se parte do grupo ao qual pertence, facilitando sua aceitação, diferenciando-se dos demais, porém com sua própria identidade.

> Unir o termo moda ao termo sustentabilidade pode parecer contraditório, e em parte é. O consumo exagerado de roupas e acessórios, bem como a lógica da *fast fashion* fazem com que a data de validade desses produtos seja curta e nossas relações com eles superficiais (Berlim, 2012: 13).

A indústria têxtil pode ser considerada hoje como uma das maiores geradoras de resíduos sólidos, especialmente nos setores da tecelagem e do corte dos tecidos.

> Pouco a pouco as empresas começam a entender que nível de resíduos nada mais é do que o resultado de um sistema de produção ineficiente e de padrões

> de consumo insustentáveis. Essa conscientização as está levando a pensar no desenvolvimento de sistemas de gestão de resíduos e a buscar soluções ao fim da cadeia (*end of the tube*), bem como a considerar os conceitos de prevenção e reutilização (Salcedo, 2014: 105).

Algumas ações podem e devem ser avaliadas e se possível implantadas objetivando, em primeiro plano, a não geração dos resíduos têxteis, e, caso não seja possível à concretização desse objetivo, adotar um gerenciamento ambientalmente adequado como solução para os resíduos que por ventura possam ser gerados.

O art. 9ª da Lei nº 12.305/2010, estabelece a prioridade em relação à gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos, nos seguintes termos "Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos".

Há que se ressaltar, inicialmente, a necessidade da execução de um Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos, previsto no artigo 19, inciso I, da referida lei, que disponha dentre outros conteúdos mínimos, de um "diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas".

Nesse contexto, é necessário que seja feito, primeiramente um diagnóstico das indústrias de confecção de Divinópolis, visando conhecer a realidade do setor, para assim direcionar ações que possam corrigir as distorções ambientais encontradas, como por exemplo, a colocação do lixo industrial advindo das confecções, junto ao lixo doméstico.

No que se refere a não geração de resíduos sólidos têxteis provenientes das indústrias de confecção de Divinópolis, podem-se destacar as seguintes ações:

- A conscientização dos atores envolvidos (importadores, fabricantes, distribuidores, comerciantes, consumidores, poder público, dentre outros) em relação à preservação do meio ambiente.
- Adoção de práticas de produção limpa, que são estratégias e técnicas produtivas que visam a não geração e redução dos resíduos gerados e consequentemente dos recursos naturais e energia, utilizados nos processos produtivos, como, por exemplo, a água e a energia elétrica.
- Motivar a elaboração de propostas de políticas públicas integradas que favoreçam o desenvolvimento sustentável do setor confeccionista e que considerem as peculiaridades locais.
- Aquisição de maquinários, equipamentos, técnicas e processos ambientalmente adequados, treinamento e qualificação dos profissionais que trabalham nas indústrias de confecção no sentido da não geração dos resíduos sólidos.

Ocorrendo a geração dos resíduos sólidos têxteis após todas as medidas preventivas para a não geração, deve-se efetuar a gestão e o gerenciamento ambientalmente adequados desses resíduos.

Na gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos têxteis serão posteriormente utilizadas as técnicas e práticas de redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos e disposição final ambientalmente adequadas. Dentre elas, podem-se citar:

- Proposição de planos, programas e ações integrados que colaborem para a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos têxteis das indústrias de confecção, com a conscientização e participação das empresas, comunidade local e dos poderes públicos.
- Participação das empresas em programas relacionados ao aproveitamento de resíduos industriais de forma a minimizar sua geração. Esses programas reúnem empresas de vários setores industriais e estabelecem negócios a partir de recursos subutilizados que estejam disponíveis e que possam ser reutilizados, como é o caso do Programa Bolsa de Resíduos, da FIEMG.
- Mudança do paradigma empresarial do setor confeccionista no sentido de demonstrar a possibilidade concreta de que o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos têxteis poderá conduzir a uma situação economicamente favorável.
- Inclusão da educação ambiental nos currículos escolares de forma interdisciplinar, ajustando às si-

tuações reais a cada área de conhecimento e trazendo uma visão ambiental sistêmica para a solução de problemas.
- Propor programas ou projetos de Educação Ambiental que prezem pela não geração, redução, reutilização, reaproveitamento e a reciclagem, priorizando o ensino de disciplinas relacionadas ao tema em todos os níveis escolares.
- Criar cartilhas, folhetos, cartazes e vídeos, dentre outros, para orientar os consumidores a: reduzir o consumo; adquirir produtos têxteis mais duráveis; evitar artigos de vestuário sintéticos – que demoram mais tempo para se decompor na natureza e efetuar o descarte ambientalmente correto.
- Considerar as peculiaridades econômicas locais, como as que ocorrem nas cidades polo, para a elaboração de arranjos produtivos locais, com normas e regras específicas visando maior proteção ambiental.
- A atenção do designer ao criar produtos que busquem a preservação ambiental, com a utilização de materiais constituídos de fibras naturais e que tenham em seu processo produtivo a preocupação com a sustentabilidade.
No que se refere às práticas utilizadas no gerenciamento dos resíduos sólidos têxteis algumas prováveis soluções para que esses não causem danos à saúde pública e ao meio ambiente equilibrado, destacam-se:
- A utilização de retalhos como enchimento nos mais diversos artigos, como por exemplo, nos esportivos, o saco de pancadas; na confecção de tapetes, panos de prato, panos de limpeza, estopas, patchworks[10], dentre outros.
- A otimização do corte: redução das sobras de retalhos no momento do planejamento do risco/mapa e consequentemente minimiza as perdas.
- A separação de retalhos por tipo de fibra utilizada no tecido ou por cor, o que evita um novo tingimento e minimiza os impactos ambientais.
- Transformação de retalhos e sobras de tecidos em novos fios, sem o uso de corantes, sem consumo de recursos naturais, utilizando menos energia e com valor social agregado.
- Criação e utilização de tecidos ambientalmente corretos, que minimizem ou anulem os danos correlatos e contribuam, assim, para a preservação e proteção do meio ambiente.
- Aplicação da logística reversa que consiste em um mecanismo adequado para a defesa e proteção do meio ambiente formado por ações, práticas, modelos no qual os resíduos industriais gerados retornam para o setor empresarial, onde podem ser reciclados, reaproveitados, reutilizados ou dada a disposição final ambientalmente correta.
- Criação de oficinas de capacitação na área da moda para a sociedade em geral reaproveitando os resíduos têxteis descartados pelas indústrias de confecção.
- Customização de peças de roupas, ou seja, modificar ou criar algo em uma peça de roupa conforme o gosto, preferência ou especificação pessoal. As peças que estão em desuso se transformam em peças criativas e podem ter características com tendências atuais.
- Maior utilização dos brechós: antes vistos como alvo de preconceitos, atualmente são locais que vendem peças de roupas de segunda mão, com valores agregados especialmente por terem uma história pessoal.
- Criar condições ambientais adequadas ao exercício da atividade empresarial que garantam aos empregados a dignidade do trabalho, a segurança e a salubridade, bem como, salários compatíveis com o cargo, as funções e o mercado de trabalho.
- Comercialização de peças do vestuário através da utilização da internet, difundindo o conceito do reuso.
- Criação de postos específicos para a coleta de peças de roupas, como já ocorre com demais materiais recicláveis como vidro, plástico e papel, com o intuito de reaproveitar essas peças usadas em atendimento, principalmente às pessoas carentes.

---

10 Confecção de peças com uso e aplicação de retalhos e aparas.

Considerações finais

É no cenário das cidades, que a vida humana se desenvolve em toda sua plenitude, consubstanciada em múltiplas e complexas relações sociais, econômicas, políticas, culturais e religiosas, que permitem a proteção, a segurança, o bem-estar e o desenvolvimento humanos necessários à manutenção da vida com qualidade.

Entretanto, as cidades são também espaços de desigualdades sociais e econômicas que apresentam desafios a serem enfrentados de forma conjunta pela sociedade e pelo poder público, no sentido de fazer desse espaço urbano o local ideal para viver e desenvolver as potencialidades humanas.

Embora seja espaço propício para o crescimento e desenvolvimento humanos, as cidades apresentam também fatores que alteram e prejudicam a saúde das pessoas e o equilíbrio do meio ambiente. Dentre eles, o relacionado à poluição ambiental, em função do número elevado de indústrias e de veículos em circulação nas ruas e, especialmente, o excesso de lixo gerado e descartado de forma inadequada por indivíduos e empresas. Estes fatores são incompatíveis com a proposta de sustentabilidade, que é uma questão de responsabilidade com o meio ambiente e com a sociedade.

Torna-se fundamental a conscientização da sociedade no que se refere à compatibilização da produção, para atendimento da demanda, com a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos.

Em relação à sustentabilidade pode-se afirmar que é um tema que precisa ser visto como processo de melhoria contínua e permanente. Isso porque envolve de forma sistêmica a sociedade local, as empresas e o poder público, assim, as melhorias que ocorrerem se traduzirão no bem-estar dos indivíduos e da coletividade.

Com o objetivo de conciliar o desenvolvimento produtivo com a preservação do meio ambiente, as indústrias de confecção se viram diante de um novo cenário de exigências tanto por parte dos consumidores que anseiam por produtos e serviços sustentáveis, tanto para o atendimento das exigências legais.

No cenário legal, importante destacar a lei nº 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e que determina a elaboração dos Planos de Resíduos Sólidos nacional, estaduais e municipais, além dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos pelos geradores de resíduos industriais.

As indústrias de confecção de Divinópolis devem se adequar às exigências dessa lei e elaborar o plano de gerenciamento dos resíduos sólidos que contenha no mínimo o diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, bem como o município deve elaborar seu plano de gestão de resíduos que considere a totalidade das atividades industriais desenvolvidas e dos resíduos gerados.

Ainda há previsão legal da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos que se traduz nas atribuições individualizadas e encadeadas de que todos que participam da cadeia de vida do produto para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados.

Fundamental destacar também que deve ser observada uma hierarquia na gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos, como dispõe o artigo 9º da lei nº 12.305/2010, assim disposta: “não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos”.

Os resíduos sólidos podem ser vistos ora como lixo, ora como luxo, dependendo da percepção que as pessoas têm a respeito deles e de como os tratam no sentido de promover a saúde das pessoas, manter o equilíbrio ambiental e garantir a vida em todas as suas formas. Podem ser considerados como luxo os resíduos sólidos que, em um primeiro momento seriam descartados em aterros ou lixões, e que a partir de uma percepção diferenciada da sociedade – indivíduos ou coletividade - os reconhecem como sendo passíveis de transformações que possibilitem uma nova utilidade ou função.

Por outro lado, os resíduos sólidos são considerados lixo também a partir da percepção da sociedade, quando reconhecem o seu desuso ou a sua inutilidade. Assim, significa dizer que determinado resíduo sólido que seja considerado lixo por determinado indivíduo ou grupo social, pode não o ser para outros.

Espera-se de todos os segmentos da sociedade uma maior conscientização e integração, traduzidas em ações concretas que possibilitem o desenvolvimento do setor têxtil de forma equilibrada, conciliando produção, consumo, desenvolvimento econômico, proteção ambiental e bem-estar social.

Embora a geração e o descarte dos resíduos sólidos têxteis sejam uma questão em discussão considerada ainda incipiente, este texto não tem a pretensão de esgotar o assunto e sim contribuir para uma reflexão necessária sobre o desenvolvimento sustentável.
Espera-se ainda, que outras pesquisas possam abordar diferentes aspectos que venham agregar conhecimento e trazer novas propostas de discussões e soluções aos problemas relacionados a esta temática.

Referências

BARROS, R. T. V. (2012), *Elementos de Gestão de Resíduos S*ólidos*,* Belo Horizonte: Tessitura.

BERLIM, L. (2012), *Moda e Sustentabilidade, Uma Reflexão Necessária,* São Paulo: Estação das Letras e Cores.

BORIN, M. E. S. (2004), "Moradores de rua em São Paulo: um estudo em construção nas Ciências Sociais". *Revista Margem*, 20.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei n º 12.305 de 02 de agosto de 2010.* Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 03-08-2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10523.htm, [consultado em: 04-05-2014].

CAMPOS, A. G. & NOGUEIRA, M. L. C. & FONSECA, L. P. G. (2009), "Diagnóstico ambiental do setor confeccionista de Divinópolis". XXIII Congresso Nacional de Técnicos Têxteis.

CASTELLS, M. & BORJA, J. (1996),"As cidades como atores políticos". *Revista Novos Estudos,* 45, pp. 152-166.

DIAS, R. (2009), *Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade,* São Paulo: Atlas.

DIVINÓPOLIS (Prefeitura) (2009), "Anuário estatístico de Divinópolis", Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão. Divinópolis, MG.

DIVINÓPOLIS. "Câmara municipal de Divinópolis", Disponível em http://www.camaradiv.mg.gov.br/index.php/sobre-divinopolis/economia, [consultado em: 12-12-2014].

FERREIRA, M. F. G, (2006), *A Formação de um Cluster, Uma Perspectiva para o Pólo Confeccionista de Divinópolis-MG.* Dissertação de Mestrado, Pedro Leopoldo: Curso de Mestrado Profissional em Administração, UNIPEL.

G1 Centro Oeste MG (2014), "Terceirização se torna tendência no setor confeccionista em Divinópolis", Disponível em file:///C:/Users/PC-16/Desktop/TESE/G1%20-%20Terceiriza%C3%A7%C3%A3o%20se%20torna%20tend%C3%AAncia%20no%20setor%20confeccionista%20em%20Divin%C3%B3polis%20-%20not%C3%ADcias%20em%20Centro-Oeste.html. [consultado em: 12-12-2014].

NOGUEIRA, M. L. C. (2010*), Formação Profissional e Emprego, O Caso das Egressas do Curso Técnico em Vestuário do CEFET-MG, Campus Divinópolis.* Dissertação de Mestrado, São Paulo: Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

NOGUEIRA, M. L. C.; DINIZ, L. S. (2013), "Desenvolvimento sustentável e a questão urbano ambiental da indústria da confecção em Divinópolis-MG". *II CONINTER -Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades,* Disponível em http://www.2coninter.com.br/trabalhos?gt=gt12-conflitos-territoriais-e-socioambientais [consultado em: 10-05-2014].

PEDROSA, C. M. (2005), *Limites e Potencialidades do Desenvolvimento Local, A Indústria da Confecção de Divinópolis.* Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte: Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

SALCEDO, E. (2014), *Moda* Ética para um Futuro Sustentável, São Paulo: Editora G. Gili.

VÉRAS, M. P. B. (2010), "Cidade, vulnerabilidade e território". *Revista Ponto e Vírgula,* 7, pp.32-48.

VÉRAS, M. P. B. (2000), *Trocando Olhares: Uma Introdução à Construção Sociológica da Cidade*, São Paulo: Studio Nobel EDUC.

A ironia de ser pobre e morar na praia: conflitos fundiários e socioambientais no caso da 'Prainha'

Rose-France de Farias Panet[1]

Resumo: O trabalho tem por objetivo principal apresentar uma proposta de solução ambiental e de moradia à comunidade conhecida por 'Prainha', localizada na cidade de São Luís, do Maranhão, Brasil, comunidade que há um ano foi revelada em situação fundiária e ambiental irregular e que se encontra sob ameaça de relocação. Instalada em área de proteção permanente (APP), de acordo com os critérios e definições do art. 4º, VI, da Lei 12.651/2012, a área, situada à beira mar, é arenosa com vegetação de restinga. Casas muito precárias compõem o cenário. A comunidade da Prainha vive há mais de 30 anos no local, e é vulnerável social, economica e ambientalmente. A vulnerabilidade da comunidade face aos riscos ecológicos, econômicos e sociais traduz-se na falta de capacidades suficientes que os fazem cair na pobreza e procurar alternativas precárias de moradia. A proposta de solução do problema apresenta-se com um projeto de ECOVILA traduzindo-se neste contexto pela necessidade de permanência dos moradores no local, concomitante à preservação ambiental. Tal preocupação contempla inclusive o texto fundador do desenvolvimento sustentável, que desenvolve três perspectivas primordiais: a econômica, a ecológica e a social. Posteriormente, o projeto propõe um programa de Educação Ambiental aos moradores, posteriormente discutido. Visa ainda colocar em pauta a noção de racismo ambiental, ajustado ao exemplo citado.

Palavras chave: Área de Proteção Permanente, Direito à moradia, Racismo ambiental, Ecovila

1. Morar na praia

A vida social e as práticas humanas associadas à beira mar, e consideradas salutares, foram sendo difundidas à partir do século XVIII pelo imaginário ocidental, transmitidas principalmente pelo capitalismo e pelo turismo. A aversão ao mar desaparece, dando espaço à ideia propagada pelos médicos dos benefícios do banho de mar e do ar que se respira à beira mar na saúde humana. Inicia-se na Europa, diferentemente em cada região um novo estilo de vida que, rapidamente é difundido nos Estados Unidos da América. Nasce a arquitetura do mar, a casa de praia reservada para férias de veraneio e lazer e consequentemente, a urbanização da orla (Soares Junior, 2013).

Com esta, a valorização e especulação do espaço a beira-mar. Surge um novo padrão de morar e uma nova ideia do conceito de qualidade de vida: a orla como espaço urbano consolidado e o culto à praia, ao corpo sarado e bronzeado, à moda à beira mar e às práticas esportivas.

Tal estilo de vida, e o deslumbre da praia pela sociedade, é reproduzido no Brasil e no restante da América do Sul de maneira diferenciada. Se antes, por volta do século XVI, estes espaços se prestam à navegação, ao descarregamento e carregamento de mercadorias, a ideia de lugares insalubres e quase que exclusivamente mal frequentados, verifica-se, no final século XIX a mudança de mentalidade na valoração relacionada à praia. No entanto, algumas cidades brasileiras tardam a reconhecer e a mudar a perspectiva relacionada à beira mar. As classes mais altas da cidade de Fortaleza, por exemplo, até o começo do século XX mantinha um desinteresse pela praia, pois o local era frequentado pelos trabalhadores das atividades pesqueiras e ocupado por favelas. O mesmo aconteceu em Salvador onde as zonas de praia eram utilizadas para atividades portuárias e pesqueiras, sendo ocupadas pelas classes sociais mais baixas. Relacionado ao assunto, comenta Barbosa (2012) que:

---

1 Doutora em Antropologia e Políticas Públicas pela École Pratique des Hautes Études, Paris/Fr. e pela Universidade Federal do Maranhão (2010). Professora da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco e da Faculdade São Luís. Consultora em Antropologia da Fundação Darcy Ribeiro.

> A ocupação e expansão urbana na zona costeira no Brasil originaram-se primeiramente no litoral com a colonização e formação do país. Vale ressaltar que em linha de tempo, essa ocupação ocorreu pontualmente nas regiões do Recôncavo baiano, tendo por epicentro Salvador, o nordeste oriental, com as cidades de Olinda e Recife, em menor grau no litoral paulista, nas cidades de Santos e São Vicente e na porção carioca com destaque para a cidade do Rio de Janeiro (Barbosa, 2012 p.38).

Além do que, o imaginário, relacionado ao desconhecimento dos movimentos das marés e da vida marinha, causava medo e desconfiança nas classes mais abastadas. Como ressalta Soares Junior (2013),

> Até os anos de 1850, estar próximo ao mar, para as elites aristocráticas, ainda era motivo de pavor por conta das ondas, mesmo com o advento das grandes navegações e cruzadas para além do continente europeu, visto que as terras em torno das praias eram inabitadas ou estavam ocupadas por vilas de pescadores. (Soares Junior, 2013, p.2)

Observa-se que é de maneira gradual que as cidades brasileiras vão se convertendo aos deleites da orla. A casa de praia ganha destaque nos desejos de consumo, sendo referência de status social. A municipalidade percebe a potencialidade da área e direciona investimentos de infraestrutura como iluminação, saneamento e construção de calçadões para o passeio público. As zonas de praia passam a ser vistas com um novo olhar e a casa de veraneio deixa de ser uma prerrogativa da orla de alguns países europeus e passa a ser disseminada ao longo do litoral brasileiro. O Rio de Janeiro destaca-se como difusora de novos usos dos espaços praiais.

> A cidade do Rio de Janeiro foi precursora na produção dos espaços praiais, e a moda rapidamente espalhou-se por todo território nacional. Hoje grande parte da população disputa regiões litorâneas e nutre geração após geração o gosto pelas praias'(Ramos, 2009, p.16).

Se a cidade é uma mercadoria (Vainer, 2000), o suprassumo da qualidade deste 'objeto de consumo', encontra-se no 'morar na praia'. No entanto, a lógica do capital imobiliário e turístico transformam as praias em palco de uma predatória forma de uso e ocupação, fato que, causa ao litoral impactos de diversas naturezas (sociais, culturais e ambientais).

> Nesse cenário se observa que no processo de ocupação da zona costeira do Brasil, em toda sua extensão territorial, predomina a lógica de mercado de propriedade de terra, submetidos geralmente à especulação imobiliária do solo urbano. A valorização dos espaços urbanos, a contribuição dos investimentos na economia, principalmente no setor da construção civil, e ações de planejamento estatal, contribuiu para o surgimento de aglomerações cada vez mais urbanas e densas em algumas regiões litorâneas.(Barbosa, 2012, p.39)

Verifica-se, portanto, que os espaços praiais são hierarquizados. Dependendo da qualidade dos serviços fornecidos, uma praia pode servir para muitos e outras, apenas para quem pode pagar caro por eles. Como cita Ramos (2009, p. 18), 'o poder econômico invariavelmente determina onde cabem muitos e onde cabem poucos'. Logo, algumas praias nos servem de tristes exemplos do uso seletivo e hierarquizado do espaço.

No concernente à dinâmica de serviços na orla, observa-se que distintas classes sociais atuam na produção dos espaços praiais. Existem classes que não residem no espaço praial, mas têm suas ligações com a praia através de outras vivências e referências, como o lazer e o trabalho (Ramos, 2009 p.19). Outras têm o privilégio de viver na praia, apesar de socialmente, serem condenadas por isto, pelo simples fato de serem pobres. Situações que hoje, não combinam: ser pobre e morar na praia. É o caso da comunidade da Prainha.

2. Histórico da ocupação costeira de São Luís

A ocupação da zona costeira, na cidade de São Luís, deu-se por conta do crescimento populacional e consequente necessidade de ocupação de novas áreas urbanas. Projetos de urbanização da orla foram pensados visando entre outros, a valorização e especulação imobiliária.

A Avenida Marechal Castelo Branco foi construída em 1967 com o objetivo de dar fluxo ao trânsito possibilitado posteriormente pela construção da ponte Governador José Sarney, inaugurada em 1970. Esta ponte viabilizou com mais facilidade e rapidez o acesso aos bairros São Francisco, Ponta D'areia, Renascença, Calhau e Olho d´Água e o crescimento urbano em direção as áreas costeiras, possibilitando o desenvolvimento da orla norte do município, fato que tornou atrativo ao crescimento do tecido urbano e à especulação imobiliária destas novas áreas urbanas (BARBOSA, 2012, p.44).

Mais tarde, em 1980, o governo do estado desenvolveu um projeto urbanístico para a orla do município de São Luís, que consistia na construção de uma avenida costeira, batizada pelo nome de 'Governador Edson Lobão', que ficou conhecida por "Avenida Litorânea" (Barbosa, 2012, p.45).

Marcada pelo núcleo central inicial de expressão portuguesa, que dá à São Luís o título de Patrimônio Mundial da Humanidade, com a construção da ponte, e consequente pavimentação da Avenida Litorânea, a cidade alterou suas particularidades de cidade de arquitetura colonial para transformar-se em cidade moderna.

Com a construção da Ponte José Sarney, concretiza-se a ocupação do litoral, emergindo uma nova configuração urbana em São Luís. O litoral passa a mostrar potencialidades de ocupação e especulação imobiliária. A cidade, que antes parecia dar as costas para o mar rebela-se e parte para a corrida pela ocupação dos espaços da orla, hoje marcados pela presença de hotéis, de restaurantes, prédios residenciais de luxo, e altos edifícios, que têm o mar como principal atrativo. A ocupação da orla pontua a chegada da elite ludovicense e do marketing turístico que altera a paisagem natural e o uso do local. De acordo com Barbosa (2012)

> A transformação da paisagem da zona costeira norte da cidade de São Luís evidencia grandes alterações da morfologia do terreno para a construção da "Avenida Litorânea", construída para facilitar o acesso da população aos recursos ambientais e paisagísticos e seu consumo sob a forma de contemplação e lazer. Secundariamente, esta via deveria fazer face ao tráfego decorrente do crescimento urbano, facilitando o fluxo de veículos entre as praias e as demais zonas da cidade. Em decorrência da mobilidade urbana diversificada para o local, cuja frequência e magnitude assumiram grandes proporções, notadamente ao longo dos últimos cinco anos, a área da "Avenida Litorânea" se tornou atrativa para muitos empreendimentos, notadamente os relacionados aos serviços de esporte e lazer (BARBOSA, 2012, p.17).

Como consequência da pavimentação de uma avenida que margeava a orla,

> A zona balneária, rapidamente se valorizou gerando a implantação de empreendimentos imobiliários perfazendo assim a parte moderna da cidade. A estratégia do Plano de Expansão da Cidade trouxe discussões e reação populacional, promovendo debates sobre a situação urbana de São Luís, no sentido de permanecermos com o traçado urbano oriundo da colonização e história da cidade ou se houvesse um replanejamento do que fora feito além do planejamento urbano em áreas não ocupadas pela população. (Barbosa, 2012, p.51.)

Esta mudança de perspectiva, não foi, no entanto, sem impactos. As intervenções feitas ao longo de 20 anos tiveram grandes consequências socioambientais.

> Sob esta visão percebe-se, de fato, a imagem urbana da cidade e pode-se questionar como fica o ambiente com as intervenções que foram feitas ao longo dos últimos 20 anos. O entorno nas encostas, deveria ser preservada e garantida a proteção pelo

> poder público, mas às vezes é ignorado em face da grande expansão imobiliária próxima, que impacta negativamente a paisagem local. (Barbosa, 2012, p.32)

A construção da Avenida Litorânea repercutiu em impactos ambientais sufocados pelo interesse capitalista representado pela especulação imobiliária. É fato que, como lembra Barbora (2012), a vegetação da área representada por áreas de influência marinha como dunas e restingas e áreas de influência estuarina como os manguezais e ecossistemas associados como apicuns e marismas é de grande fragilidade. Nas dunas que se encontram ao longo da avenida, predomina a vegetação rasteira, domínio de salsa da praia (*Ipomoea pés-caprae*), feijão da praia (*Cavalia rósea*), murici (*Byrsonima sericea*), gramíneas (*Panicum racemosum*), etc. As restingas costituem uma área de proteção contra ação erosiva do mar.(Barbosa, 2012, p.44)

3. A Comunidade Prainha

A cidade de São Luís encontra-se entre as 100 maiores cidades do país, ocupando o 42º lugar entre as cidades brasileiras. Seu crescimento está diretamente relacionado ao desenvolvimento do mercado imobiliário. A este crescimento, associa-se a violência urbana, a precariedade da moradia, aos problemas socioambientais, da mobilidade urbana, problemas nos transportes públicos que lança um amplo número de carros que circulam na cidade e dá origem a trechos de grande lentidão, especialmente nos horários de pico, entre outros problemas.
Em 2011, alegando esta situação problemática, a Prefeitura Municipal de São Luís-MA, anunciou e executou o projeto de prolongamento da Avenida Governador Edson Lobão, mais conhecida por Av. Litorânea, como parte integrante do desenvolvimento da capital, tendo como finalidade a ampliação da estrutura viária da cidade referente à alternativa de tráfego. Esta área, que serviu de ampliação para a avenida, está situada na Mesorregião Norte Maranhense, integrando a Microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís, na parte central do Golfão Maranhense, e corresponde, segundo Araújo e al (2009):

> a um segmento da zona costeira emersa ao norte da cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão, que faz parte da região Nordeste do Brasil, na área denominada Nordeste Ocidental, constituindo uma estreita faixa de terras localizada entre as coordenadas de geográficas: 02 24’10” e 02◦46’ 37” de latitude de Sul e 44◦22’39” e 44◦22’39” de longitude Oeste, com área total de aproximadamente 831,7 Km2 (ARAÚJO et al, 2009 p. XX).

O projeto de prolongamento da Avenida Litorânea, serviu de assunto de promessas eleitoreiras de vários candidatos à prefeitos do Município. Ao prolongamento estava atrelado projeto de ciclovias, mais espaços para estacionamento, serviços de lazer entre outros. A obra de prolongamento da avenida foi executada pela Secretaria de Urbanismo e Habitação da cidade de São Luís/MA (SEMURH), e licenciada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAM). De acordo com Lima e Silva (2013):

> A Avenida Litorânea foi construída com o intuito de interligar grandes pontos de expansão urbana no norte do município de São Luís. Por consequência do crescente processo de urbanização e da falta de malha viária para dar novos acessos aos motoristas, foi projetada a ampliação da avenida litorânea que busca uma melhor desobstrução do trânsito e um contínuo desenvolvimento da cidade (LIMA e SILVA, 2009 p.2).

Para que uma obra desta envergadura seja licenciada, necessário se faz o estudo prévio de impacto ambiental (EPIA). Dentre os projetos sujeitos a elaboração de eia-rima estão o de Estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento. No Brasil, a lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6938/81) instituiu tal Estudo como um de seus instrumentos. O Decreto 88.351/83 determinou que o EPIA deveria ser realizado segundo critérios básicos, estabelecidos pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente, o CONAMA, o que viria a, ocorrer em 1986, através da sua Resolução 001/86001/86. Pelo Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA), seria feito, segundo Lima e Silva, a (2013):

> Implantação do Prolongamento da Avenida Litorânea, interligando a praia do Calhau com a praia do Olho D'Água em São Luís (MA), numa extensão aproximada de 1,14 km, conforme carta-convite nº 121/03, nos termos da lei n.º 8.666/93 e sua alteração posterior pela Lei 8.883/94; (LIMA e SILVA, 2009 p.2)

Posteriormente, com o prolongamento da avenida, a comunidade conhecida por 'Prainha', que há mais de trinta anos vivia relativamente isolada, foi revelada, e tornou-se alvo de preocupações diversas. O visível contraste entre as casas, hotéis, restaurantes e bares de classe média alta, que ali, na mesma área se encontram, com a crua pobreza e miséria da comunidade, despontou incômodos sociais legitimamente traduzidos pela fragilidade da área ambiental. A este respeito, comenta Galeno (2014),

> As cautelas que cercam o procedimento autorizativo de uso da área em comento advêm da sua especificidade, posto tratar-se de Área de Preservação Permanente, constituindo-se bem de uso comum do povo, e mais, por ser imprescindível à manutenção do equilíbrio ecológico, infere-se a sua essencialidade, podendo-se concluir pela sua caracterização como legítimo bem jurídico ambiental (Galeno, 2014, p.44).

Sabemos que, as áreas de preservação permanente são protegidas em virtude de sua localização e características ambientais, e que, a regra de intangibilidade das áreas de preservação permanente (APPs), é a razão da salvaguarda destes ambientes. De acordo com a Resolução de nº. 369/2006, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), considera-se:

> (...) a singularidade e o valor estratégico das áreas de preservação permanente que, conforme indica sua denominação, são caracterizadas, como regra geral, pela intocabilidade e vedação de uso econômico direto;
> (...) que as áreas de preservação permanente e outros espaços territoriais especialmente protegidos, como instrumentos de relevante interesse ambiental, integram o desenvolvimento sustentável, objetivo das presentes e futuras gerações;
> (...) a função socioambiental da propriedade prevista nos arts. 5º, inciso XXIII, 170, inciso VI, 182, § 2º, 186, inciso II e 225 da Constituição e os princípios da prevenção, da precaução e do poluidor-pagador;

O ponto de discórdia, entretanto, ampara-se na ideia de que, para uns a legislação ambiental se faz presente. Para outros que dispõem de um capital particular, a legislação parece não inferir.
A situação agravou-se quando, do prolongamento da avenida, a comunidade foi intimada a deixar o local. Imediatamente reagiram pichando as fachadas das próprias casas com dizeres de autodefesa que atestavam a ancianidade no local e o direito à moradia: *'30 anos não são 30 dias'; Não somos invasores!!! Queremos igualdade!!!' 'Não somos invasores!!Somos Trabalhadores!!' 'Tenho o direito dessa moradia! 28 anos não são 28 dias!' 'Minha vida está aqui, tenho direito dessa moradia!' 'Minha casa é aqui, esta é a minha vida!' 'Somos humildes, mas somos humanos!' 'Se Deus é por nós, quem será contra nós?' 'São 38 anos!' 'Queremos viver aqui!'*
A localização socialmente privilegiada em que se encontravam (de frente para o mar), face a condição de pobreza e miséria, além da condição de 'ocupantes' sem título de propriedade, os fizeram não habilitados a estarem ali. A questão ultrapassou visivelmente o interesse de salvaguarda ambiental e cedeu aos interesses especulativos do capital imobiliário, revelando por aí mesmo, um racismo ambiental que chamo de invertido, no sentido de que: 'ser pobre não lhes dá o direito de morar em área privilegiada, na praia'. Aos pobres resta morar em barracos nas áreas insalubres e pouco ou nada atrativas da cidade. A reação dos moradores em pichar as próprias casas, chamou a atenção da imprensa, da sociedade civil e de pessoas sensíveis às problemáticas sociais, ambientais e humanas que se dividiram entre a defesa e a condenação da comunidade. Os que a defen-

diam, como eu mesma, alegavam a temporalidade da ocupação no local, e o racismo ambiental. Este último constituiu meu principal argumento, compartilhado com os advogados que na época os defendiam.
A justiça ambiental, ou racismo ambiental estimula a estratificação das pessoas por cor e condição socioeconômica, o lugar de habitação (as áreas desprezadas pelo mercado imobiliário, áreas ambientalmente frágeis como: encostas de morros, beira de córregos, áreas de mangue, áreas de proteção ambiental) e de trabalho (subemprego, trabalho escravo ou mal remunerado).
A comunidade Prainha é vulnerável social e economicamente. Esta vulnerabilidade face aos riscos ecológicos, econômicos e sociais traduz-se na falta de capacidades suficientes para manter-se com dignidade, o que os fazem cair na pobreza e procurar alternativas precárias de trabalho e moradia.
Em pesquisa de campo verifiquei que a comunidade vive ali há muito tempo. Seu Claudionor, o morador mais antigo, chegou há 39 anos, tendo como documento comprobatório apenas algumas fotografias antigas. Conta que escolheu o local para construir sua casa por que o local era tranquilo e bom de morar. Depois que chegou, a comunidade foi crescendo com a vinda de outros integrantes da família, e posteriormente com o desenvolvimento das famílias que lá vivem. Vinte e duas famílias vivem em condições precárias, e muitos tiram da área o sustento para sobreviver. A moradora mais idosa, Dona Alexandrina, tem 82 anos. É a matriarca da comunidade sob a qual se desenha uma ascendência comum.
De acordo com relatório de cadastro socioeconômico elaborado pela SEMURH e coletado por Galeno (2014) sobre os moradores da Prainha, o número de moradores na comunidade soma 112 pessoas. Destas, 31,25% da população é composta por crianças e adolescentes; 18,75% de jovens de 18 a 30 anos, e 8,92% é composta por indivíduos acima de 51 anos. Quanto ao nível de escolaridade, ressalta o relatório que não se obteve os dados de 41 moradores e que de um total de 55 pessoas, 26 afirmaram não ter concluído o ensino básico. Ainda sobre a escolaridade, registrou o relatório que um percentual de 7,2% dos entrevistados declararam-se analfabetos. Este baixo nível de escolaridade, que se reproduz na baixa renda, os condena à vida de miséria e precariedade, obrigando-os à recorrerem à autoconstrução como garantia de moradia.
No que se diz respeito à renda domiciliar per capita mensal, a mesma fonte registrou que: "A renda da região da Prainha está semelhante a renda domiciliar média do Estado do Maranhão, a pior do país que é de R$ 348,72 (trezentos e quarenta e oito reais e setenta e dois centavos)"(Galeno, 2014, p.48)
Das residências da comunidade, 9 (nove) tem duplo uso: residencial e comercial, nos serviços de bares, venda de coco, serviços de manicure e pedicure entre outros, atividades que constituem a principal ou única fonte de renda de algumas famílias.
Mais de trinta anos se passaram desde a chegada do primeiro morador da comunidade Prainha. A Ponte José Sarney foi construída, levando para o outro lado da ilha urbanização e desenvolvimento. Com o tempo, a área foi se valorizando, e hoje tem o metro quadrado mais caro da cidade. Parte desta área, no entanto, é área de Proteção Ambiental Permanente, mas, como já mencionamos, muitas casas, hotéis, restaurantes e bares encontram-se nas mesmas condições a qual se encontra a comunidade Prainha: em área de proteção permanente (APP), com a diferença importante da titularidade da propriedade, o que nos leva a crer que a especulação capitalista predatória está na origem da crise global ambiental e da pobreza.

4. Definições jurídicas de Áreas de Proteção Ambiental (APPs)

A área onde se encontra a Comunidade Prainha, e muitos estabelecimentos comerciais e privados (restaurantes, bares, hotéis, casas) da orla da cidade de São Luís, é considerada área de proteção ambiental. Conforme o artigo 28 do Plano Diretor da cidade:

> Art. 28. Áreas de Proteção Integral são áreas definidas pela legislação federal como Áreas de Preservação Permanente ou como Unidades de Proteção Integral.
> § 1º O objetivo das Áreas de Proteção Integral é preservar a natureza e os recursos hídricos permitindo apenas os usos voltados à pesquisa, ao eco turismo e à educação ambiental, quando previstos em lei específica.

> § 2º Compõem a Área de Proteção Integral:
> I. Áreas de Proteção Permanente – APPs definidas nos termos da legislação federal e que incluem as dunas, mananciais e fundos de vales, incluindo as matas ciliares, e áreas de mangue;

O Plano Diretor de São Luís, editado em 1992 e sua Lei complementar de 2006, referem-se às práticas constantes da construção civil na áreas de proteção ambiental como é o caso das dunas e vegetação nativa. Como já é lúcido, a referida avenida e sua ampliação, foi edificada em área ambiental sensível, em conformidade com a lei orgânica do município. Em reforço legal, segundo a Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano de 1992, Lei 3.252, Zona de Proteção Ambiental 1 – ZPA 1, é esclarecida, em seus artigos 74, 75 e 77 como (Barbosa, 2012 p.54):

> Art. 74: A ZPA 1 situa-se na área de interesse paisagístico ao longo das praias e compreende os logradouros e edificações existentes em seu interior.
> Art. 75: Devem ser submetidas a apreciação conjunta da Secretaria de Urbanismo e dos órgãos estaduais e federais afins com assuntos de proteção ambiental todos os projetos referentes a quaisquer obras (reformas e / ou construções) desta área, assim como a ocupação dos lotes livres;
> Art. 77: As futuras ocupações em lotes livres atualmente devem respeitar o meio ambiente local, especialmente as dunas que devem ser preservadas.

Dando continuidade, e reforçando o significado jurídico de interesse deste estudo, tem-se o dispositivo estadual que igualmente se afere à definição de áreas de proteção permanente com o intuito de facilitar o entendimento e a clareza acerca do conceito em pauta. Trata-se da Lei nº. 5405, que dispõe sobre o Código de Proteção do Meio Ambiente editado em 1992 pelo Estado do Maranhão, cujo texto abarca a definição já consolidada das Áreas de Preservação Permanente:

> Art. 57 - Consideram-se, ainda, de preservação permanente, a vegetação e as áreas destinadas a:
> a) atenuar a erosão das terras;
> b) fixar as dunas;

Como lembra Galeno (2014), necessário se faz que tais dispositivos legais municipais, sejam vislumbrados em concordância com a legislação federal, no que tange à definição e uso das Áreas de Preservação Permanente. Desta forma, faz-se necessário trazer aqui artigo do Código Florestal (Lei nº. 12.651/2012), que assevera o seguinte sobre a mesma problemática:

> Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:
> II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;
> [...]
> Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:
> [...]
> VI - as restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

O Código Florestal estabelece ainda que:

> Art. 4º A supressão de vegetação em área de preservação permanente somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública ou de interesse social, devidamente caracterizado e motivado em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto.

Outro dispositivo legal, de esfera federal que também trata de APPs é a Resolução do CONAMA 303/2002, segundo o qual, em seu art. 3º:

> Art. 3º Constitui Área de Preservação Permanente a área situada:
> [...]
> XI - em duna;

Importante ainda citar a Lei Municipal nº. 3253/1992, que, conforme coloca Galeno, (2014), dispõe sobre zoneamento da cidade de São Luís. Tal dispositivo estabelece importante regramento que envolve a questão ambiental da Comunidade Prainha. Conforme seu art. 77: "As futuras ocupações em lotes livres atualmente devem respeitar o meio ambiente local, especialmente as dunas, que devem ser preservadas".

Quanto à intervenção municipal das violações de APPs, de acordo com os preceitos da Lei Orgânica do Município de São Luís, em seus artigos 181 e 182:

> **Artigo 181 -** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e saudável, patrimônio do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se a todos, em especial ao Poder Público Municipal, o dever de defendê-lo e zelar por sua preservação e recuperação em benefício das gerações presentes e futuras.
> [...]
> § 2º - O Município na defesa da preservação da natureza e do ecossistema não permitirá:
> [...]
> V - a destruição de paisagens notáveis;
> VI - a ocupação de áreas definidas como de proteção do meio ambiente;
> VII - a realização de qualquer obra sobre dunas, restingas e manguezais, ou em áreas adjacentes que lhes impeça ou dificulte o livre e franco acesso, bem como às praias e ao mar, seja qual for a direção ou sentido.
> **Artigo 182 -** O Município assegurará:
> I - preservação, de acordo com a legislação federal, dos córregos, rios e igarapés nas áreas de seu território;
> II - preservação de dunas na orla marítima;

Ao arcabouço normativo concernente às área de proteção permanente, junta-se a Constituição do Estado do Maranhão, segundo a qual:

> Art. 241 - Na defesa do meio ambiente, o Estado e os Municípios levarão em conta as condições dos aspectos locais e regionais, e assegurarão:
> [...]
> IV - a proteção das seguintes áreas de preservação permanente:
> [...]
> e) as paisagens notáveis;
> f) as dunas;

O exposto acima, referente à legislação ambiental, deixa claro que a comunidade Prainha, dentre outros estabelecimentos na área, encontram-se em situação de irregularidade jurídica. Como assevera Galeno (2014):

> Por certo, não há que se falar em propriedade, sequer em posse, por parte dos moradores, à vista da precariedade da situação jurídica em que se encontram. A função socioambiental legitimadora destes institutos jurídicos não se coaduna com a progressiva interferência humana de forma insustentável em detrimento do bem ambiental (Galeno, 2014, p.46).

Neste contexto, o Ministério Público Federal, ingressa com Ação Cautelar Inominada (Proc. nº. 128-56.2013.4.01.3700), com o intuito de garantir a estabilização da problemática em questão, qual seja: ocupação fundiária irregular de área de proteção permanente, evitando a periclitação do ecossistema costeiro, com o objetivo de 'impedir novas intervenções tendentes a causar maiores prejuízos à área'(Galeno, 2014, p.46).
De fato, não há como se garantir o direito de propriedade no espaço territorial da Prainha, se considerarmos a área ambiental na sua fragilidade e enquanto bem de uso comum do povo.

5. O direito à moradia e o projeto de ECOVILA

Um dos constituintes do desenvolvimento sustentável é a satisfação de necessidades que incluem bens e serviços, bens primários e direitos como a participação nas decisões políticas. Evidencia-se que o conceito de Desenvolvimento Sustentável, possui uma importante dimensão social, cultural e política. Esta perspectiva do conceito contribui para a inclusão social, a luta contra a pobreza, defesa das minorias, comércio equitativo e finanças solidárias. Deve-se incluir também, o direito à moradia, consubstanciado no art.6 da Constituição da República Federativa Brasileira, de 1988, segundo o qual:

> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010)

No entanto, não obstante este direito esteja inserido na Carta Magna, ele é violado e fornecido de maneira precária à população. É fato que, as cidades brasileiras estão na rota da urbanização acelerada. Sobretudo as capitais, mas não apenas estas, vivem momentos críticos de acelerada urbanização. Morin em 'A via para o futuro da humanidade'(2013), comenta que entre 1950 e 2000, a população urbana do mundo, inclusive nos países em desenvolvimento, mais do que triplicou, passando de 750 milhões para 2,0 bilhões de pessoas. Atualmente a população urbana do mundo aumenta em 1 milhão de pessoas por semana e esse ritmo deverá se acelerar segundo as Nações Unidas, que prevê uma população mundial de 8 bilhões de indivíduos em 2030 (Morin, 2013, p.242). Tais problemas da urbanização acelerada refletem-se nos gigantescos déficits de moradia e aumento da pobreza.
A particularidade da urbanização de grande parte dos países do Sul, comparada à dos países do Norte, é a velocidade e a amplitude do processo, é o crescimento acelerado da pobreza e o rápido desenvolvimento das periferias empobrecidas. Esse crescimento urbano é marcado, essencialmente, pelo afluxo das populações pobres oriundas das migrações rurais para a cidade. Verifica-se, que uma população cada vez mais numerosa é atraída pela cidade em busca da solução para a sua miséria.(MORIN, 2013, p. 243)
Mike Davis (2006) lembra que a terra urbanizou-se ainda mais depressa do que previa o Clube de Roma em seu relatório de 1972 – limites do crescimento de caráter declaradamente malthusiano. (DAVIS, 2006 p.13).
Para Davis (2006), as favelas são a paisagem que define o séc. XXI. Davis preleciona na mesma direção de Maricato, que acredita que, ao invés das cidades de ferro e vidro, sonhadas pelos arquitetos, o mundo está se afogando em favelas (Maricato,2006) .
Davis (2006) aponta a urbanização acelerada como principal responsável pelos problemas de moradia e de elevados índices de pobreza. Segundo ele:

> '... o crescimento urbano rápido no contexto do ajuste estrutural, da desvalorização da moeda e da redução do Estado foi a receita inevitável da produção em massa de favelas. Um pesquisador da OIT estimou que o mercado habitacional formal do terceiro Mundo raramente oferece mais de 20% do estoque de residências e assim, por necessidade, as pessoas recorrem a barracos construídos por elas mesmas, a locações informais, a loteamentos clandestinos ou à calçadas. – desde 1970, o crescimento das favelas em todo o hemisfério sul ultrapassou a urbanização propriamente dita. (DAVIS 2006 p.27).

Moradia de qualidade é também a moradia situada em uma cidade mais inclusiva. Morin (2013) coloca que, para que isto seja possível, é necessário que a política possa colocar no centro de suas prioridades maiores o projeto de uma política de desenvolvimento econômico com a inserção social das populações de baixa renda. Verifica-se que em alguns casos, a predominância do direito à moradia, sobrepõe-se às questões ambientais. Além do que, vale a pena lembrar que, a Legislação Ambiental brasileira, incluindo nossa Carta Magna, segue princípios do antropocentrismo protecionista, de forma que, o homem deve estar no centro das preocupações ambientais. É o caso que pelo instante, acredito dever orientar-se a questão da comunidade Prainha.
Conforme peça vestibular da ação movida pelo Ministério Público Federal contra o Município de São Luís, em consórcio passivo a um dos moradores da região aventada, (coletada por Galeno, 2014, p.48):

> (...) não se trata apenas de uma questão estritamente ambiental a ser resolvida, como se a proteção aos ecossistemas não envolvesse também a salvaguarda dos homens que neles habitam. Mais que isso, deve-se cuidar aqui da adoção de providências adequadas para proteção do direito a um lar adequado e seguro.
> Diante dessa situação, deve-se dar o tratamento digno ao ora requerido e sua família, sendo certo que não pretende o MPF simplesmente vê-los despejados. De forma alguma.

É nesta conjuntura, que, o projeto de ECOVILA se insurge como uma possível solução. A ecovila fundamenta o direito à moradia. Inspiradas nas comunidades alternativas dos anos 60, as ecovilas vêm ganhando espaço no mundo pela característica de serem habitações sustentáveis. Milhares de ecovilas existem pelo mundo. O projeto de ECOVILA traduz-se pela necessidade de inserção socioeconômica, dando acessibilidade e inclusão aos moradores. Tal preocupação contempla inclusive o texto fundador do desenvolvimento sustentável, que desenvolve três perspectivas: a econômica, a ecológica e a social: Econômica: crescimento sustentável (equilíbrio da balança, equilíbrio da inflação) que otimizam o crescimento evitando o endividamento que repercutirá nas gerações futuras. Ecológica: Luta contra a poluição, a preservação dos recursos não renováveis, economia de energia e transmissão do capital natural para as gerações futuras, e social, abordada através da luta contra a pobreza e exclusão.
No Brasil, reza o art. 23 da Constituição Federal que, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, têm competência comum na promoção de programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.
Sabemos que, como a Prainha se encontra em área de proteção permanente, juridicamente, o instituto da propriedade está restringido. Como observa Galeno, se não fosse o caso de estar assentada em APP, o instituto do usucapião faria valer-se, considerando-se 'o lapso temporal em que lá vivem os moradores sem qualquer intervenção obstativa', no entanto.

> atribui-se-lhes precariamente a mera detenção do espaço territorialmente ocupado, ainda que por notável período, pois se dessume a incompatibilidade dos poderes inerentes ao exercício de propriedade quando se tratar de bem ambiental juridicamente tutelado (Galeno, 2014, p.52).

Desta feita, preocupada com a situação da Comunidade Prainha, desenvolvi, junto ao Instituto dos Arquitetos e Urbanistas (IAB), do Maranhão, sediado em São Luís, edital para concurso de projeto de ECOVILA, a ser implantado na área da Prainha. O concurso visava estimular a participação de estudantes, coordenados por arquite-

tos já formados. As equipes poderiam ser compostas por até 10 estudantes, tendo um arquiteto como coordenador. Segundo Oliveira e Pasqualeto[2] (sem data).

> O conceito de ecovila foi difundido internacionalmente pela primeira vez, em 1991, por Robert e Diane Gilman, através de um relatório, encomendado pela organização dinamarquesa *Gaia Trust*, intitulado "Ecovilas e Comunidades Sustentáveis" (Oliveira e Pasqualetto, p.4).

No mesmo estudo os autores colocam que, as ecovilas são assentamentos humanos funcionalmente completos, que integram as atividades e necessidades humanas com a preservação ambiental. Comentam que, infelizmente, o termo ainda causa estranheza, sendo associado à moradias precárias, ocupadas por hippies.
A ideia de construção de uma ECOVILA, em substituição às ocupações precárias da Prainha, fundamenta-se no conceito sistêmico de desenvolvimento sustentável, uma vez que, há a contemplação do direito à moradia com a necessidade de adoção de práticas aliadas à preservação ambiental. Exemplos do que se mencionou acima, podem ser visualizados nos conceitos que acompanham a ideia de ECOVILA. Refiro-me a permacultura, prática desenvolvida na década de 70 pelos australianos Bill Mollison e Davis Holmgren (Oliveira e Pasqualetto p.5) e a biocunstrução, ou bioarquitetura. Estes últimos referem-se a um modelo de arquitetura sensível ao meio ambiente, que tem como princípio básico a alteração mínima do ecossistema natural.
Baseando-se em princípios da bioarquitetura e da permacultura, o concurso iria escolher a melhor proposta, que seria premiada com um simbólico valor em dinheiro e, se possível, ter o projeto implantado de fato, para usufruto dos moradores. Uma ecovila em terreno arenoso, limita a contemplação das qualidades de uma ecovila, que inclui hortas comunitárias. Um programa de Educação Ambiental seria posteriormente posto em prática, com o intuito de informar os moradores sobre o uso de uma ECOVILA, associado à vida em harmonia com a natureza e a convivência fraterna e solidária.
Deste modo, procura-se utilizar recursos naturais em iluminação, ventilação e vegetação, reduzir o consumo de água e energia (utilização de banheiros secos), redução de resíduos, aproveitamento da água da chuva e utilizando-se, durante a construção, de materiais ecologicamente corretos.
A fragilidade do meio, e a delicadeza da situação, reclama que haja a conciliação entre os interesses da comunidade ao interesse social em manter o meio ambiente equilibrado. Na proposta do concurso, havia a determinação em apresentar os projetos concorrentes à sociedade, para valer-se do princípio da participação democrática no que se refere às questões ambientais. A apresentação destes projetos seria feita em banners com os croquis, as especificações das propostas e o nome dos candidatos. A escolha seria realizada por uma comissão composta por um representante da comunidade, um representante da prefeitura, um antropólogo, um advogado, um arquiteto, além dos votos dos cidadãos da sociedade civil presentes no evento. O evento foi divulgado com o título: 'Salve a Prainha'. Uma página no facebook foi aberta para divulgação, mas, por problemas além das minhas competências, a ideia não foi levada adiante, e postergamos a campanha para data incerta.

Considerações Finais

Compreendemos a polêmica existente nas linhas expostas acima. Por regra e normativa jurídica, nada deveria ser assentado em área de proteção ambiental permanente, e a regra deveria ser para todos. No entanto, na questão apresentada, vimos que o poder econômico é capaz de burlar qualquer proibição. A legislação ambiental, e suas restrições quanto aos espaços construídos em áreas protegidas, se insurge, entretanto, quando da sua exigência verifica-se a fraqueza no outro lado da balança. É um cenário sobre o qual se observa a lógica de mercado e a especulação imobiliária do solo urbano. Sob este princípio ergueu-se todo o processo de ocupação e urbanização da zona costeira do Brasil.

---

2 Mayara Cruvinel de Oliveira e Antônio Pasqualetto. Ecovila Santa Branca: alternativa sustentável de moradia. Universidade Católica de Goiás. Departamento de Engenharia. Engenharia Ambiental.

Na solução deste caso específico, necessário considerar a temporalidade em que a comunidade Prainha está no local e os laços e relações construídas com o espaço. Necessário também ponderar e valorizar as questões sociais envolvidas. É certo que, a questão ambiental não pode ser posta de lado, e que, como lembra Galeno (2014), ela consiste na grande causa e finalidade da movimentação jurisdicional com base na Ação Civil Pública proposta. Necessário também lembrar que o desenvolvimento sustentável deve ser fundamentado em condutas socialmente justas. Já dizia Barbieri (1997) que, a agenda 21, agora Programa 21, aprovado na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente em 92, no Rio de Janeiro, é um programa de ação para se implementar o desenvolvimento sustentável, uma espécie de receituário abrangente para guiar a humanidade em direção a um desenvolvimento que seja ao mesmo tempo socialmente justo e ambientalmente sustentável. Imperativo ainda, como lembra Kempf (2010), a revitalização da democracia, tornando novamente legítima a preocupação com o bem público, reacendendo a ideia do destino coletivo. Isso passa pelo atrelamento entre o social e o ecológico, pela articulação entre o imperativo da solidariedade, a diminuição do consumo e pelo engajamento de engenheiros e arquitetos com a eficiência energética e diminuição de perdas de recursos naturais.
Até a presente data, os moradores da Prainha continuam sendo ameaçados a deixarem suas moradias. São com frequência agredidos (verbalmente) por pessoas que passam pelo local e se incomodam com a aparência miserável das casas e são ameaçados pelo poder público. Entre as incertezas que envolvem o arremate deste problema, repercute, como a evidência de apropriação de um bem que a todos pertence.
Este conflito tornou-se explícito quando, em fevereiro de 2006, o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA – aprovou em reunião Extraordinária (46ª), o texto de uma Resolução que defendia a regularização fundiária sustentável de assentamentos informais em áreas de preservação Permanente ocupadas por populações de baixa renda (Santos, 2009)
No contexto aqui apresentado, a ideia de uma ecovila mostra-se uma tentativa de solução aos problemas de déficit habitacional. Os números que apontam este déficit no Brasil são alarmantes. No conceito de déficit de moradia, inclui-se a irregularidade fundiária, o adensamento excessivo e a ausência de serviços básicos como água e esgoto nas residências precárias. A proposta sugere uma reurbanização, uma manutenção das casas que contemple ao mesmo tempo a questão ambiental com o direito à moradia. Em outras palavras, uma alternativa à remoção, medida esta que leva à destruição ou fragmentação de laços sociais. A ecovila para a Prainha prevê a permanência dos moradores na área e a introdução de melhorias e adaptações na infraestrutura física destas residências instaladas em local ambientalmente frágil.

Referências Bibliográficas

BARBIERI, Carlos. (1997) *Desenvolvimento e Meio Ambiente. As estratégias de mudanças da agenda 21.* Petrópoles, RG. Vozes.

BARBOSA, Antônio Carlos Leite. (2012) *Espaço urbano e percepção do ambiente na "Avenida Litorânea" em São Luís do Maranhão***.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do titulo de Mestre em Cultura e Sociedade. Orientador: Prof. Dr. Antônio Cordeiro Feitosa, São Luís.

DAVIS, Mike (2006). *Planeta Favela*. São Paulo, Boitempo.

GALENO, Nichele. (2014). *A Função socioambiental da Propriedade Urbana no ordenamento Jurídico Brasileiro: um estudo de caso da Comunidade Prainha*. Monografia apresentada ao Curso de Direito da Faculdade Estácio São Luís para obtenção do grau de bacharel em Direito. Orientada pela Profa. Dra. Rose-France de Farias Panet.

KEMPF, Hervé. (2010) *Como os ricos destroem o planeta*. São Paulo, Globo.

LIMA, Cristiane dos Santos, SILVA, Jessyca Ferreira da. (2013) *A Expansão Urbana em São Luís-MA, a partir da ampliação da avenida litorânea e seus impactos ambientais*. IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Salvador/BA.

MARICATO, Ermínia (2006). *Posfácio de Planta Favela*, de Davis, Mike. São Paulo, Boitempo.

MORIN, Edgar. (2013). *A Via para o Futuro da Humanidade*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

OLIVEIRA, Mayara Cruvinel de, PASQUALETTO Antônio. (Data não identificada) *Ecovila santa branca: alternativa sustentável de moradia* Universidade Católica de Goiás – Departamento de Engenharia – Engenharia Ambiental Av. Universitária, nº 1440 – Setor Universitário – Fone (62) 3946-1351CEP 74.605-010 – Goiânia – GO)

RAMOS, Daniel da Rocha (2009). *A Invenção da Praia e a Produção do Espaço: dinâmicas de uso e ocupação do litoral do Espírito Santo*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração Processos Urbanos e Gestão da Cidade: Teoria e História.

SANTOS, Raphael Bischof dos (2009). O Território da Dicotomia Urbanístico-Ambiental: a Favela. In: Anais do V Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico – Manaus, 2008: O Direito Urbanístico nos 20 anos da Constituição Brasileira de 1988 – Balanço e Perspectivas / [Organizado por] Nelson Saule Júnior et al. – Porto Alegre: Magister.

SOARES JUNIOR Antonio Tadeu Pinto (2013). O Bem morar na praia: um estudo de caso sobre as residências secundárias no litoral de Fortaleza – CE. XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. UERJ. Rio de Janeiro.

VAINER, Carlos B. (2000), Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos/Otília Arantes, Carlos Vainer, Ermínia Maricato, Petrópolis, RJ: Vozes.

Mosaico com imagens da Comunidade Prainha, São Luís, Maranhão, Brasil.

Literacia da paisagem e do risco: educação e participação local na reinvenção de uma democracia *glocal*[1]

Ana Salgueiro Rodrigues[2]
anamarsal1973@gmail.com

Sara Bonati[3]
sara.bonati@gmail.com

> 'Participation' [...] this implies a transfer of power from 'uppers' – people, institutions and disciplines which have been dominant, to 'lowers' – people, institutions and disciplines which have benne subordinated
> (Chambers, 1994:1)

1. *Plano de Conjunto*. Enquadramento

A 20 de Fevereiro de 2010, a Madeira experienciava um dos mais graves desastres naturais registados na sua história.[4] Chuvas intensas, num território com relevo acidentado e zonas densamente povoadas, cujo solo se encontrava saturado pela precipitação verificada nos meses anteriores, fizeram engrossar os caudais dos cursos de água que correm pelas suas vertentes. Em pouco tempo, os leitos desses canais, desrespeitando a insistência humana em lhes redefinir os cursos, transbordaram e arrastaram todo o tipo de seres vivos, objetos, edificações e terrenos agrícolas que se interpunham no seu percurso, alterando catastroficamente a paisagem da ilha. Avaliadas as consequências do desastre, contabilizava-se um total de 42 mortos, 8 desaparecidos, cerca de 120 feridos, mais de 200 desalojados, 800 habitações com danos assinaláveis e um prejuízo avaliado em 1,4 biliões de euros (Baioni, 2011:.3039 e Sepúlveda, 2011: 97).[5]

---

1 O texto aqui apresentado resulta de trabalho de investigação desenvolvido pelas duas autoras. A primeira secção coube sobretudo a Ana Salgueiro; a segunda a Sara Bonati. Agradecimento a Martinho P. Mendes pela autorização para uso dos dados recolhidos no PPP.

2 **Ana Salgueiro Rodrigues:** doutoranda em Estudos de Cultura na Universidade Católica Portuguesa. É mestre em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e licenciada em LLM-Estudos Portugueses, ambos os graus conferidos pela Universidade de Lisboa. Áreas científicas de interesse: estudos insulares (literários e de cultura, em ilhas lusófonas); estudos de memória; estudos de desastre. É investigadora do CECC-UCP e do CIERL-UMa, onde coordena os projetos DMDM (2012-2014) e *Tratuário. Percursos para a história da cultura madeirense* (2014-2020).

3 **Sara Bonati**: doutorada em Geografia na Universidade de Pádua, Itália (DISSGeA) e mestre em Relações Internacionais e Direitos Humanos (Universidade de Turim). Também mestre em Geografia (Universidade de Bolonha), é licenciada em Estudos Internacionais (Universidade de Turim). É investigadora do CIERL-Uma e foi investigadora-visitante na universidade de Lisboa (CEG) entre 2012-2014. Colabora atualmente quer com a universidade de Brescia (Itália), quer com o projeto DMDM, associado ao CECC-UCP e ao CIERL-Uma. Áreas de interesse: vulnerabilidade e resiliência a desastres; educação e paisagem; sistemas de ajuda humanitária; insularidade, turismo e mudanças climáticas; desastres, *media* e artes.

4 Adotamos conceito de desastre proposto pelo projeto DISASTER - "any flood or landslide that, independently of the number of affected people, caused casualties, injuries or missing, evacuated or homeless people" - que também ditingue "DISASTER case and DISASTER event […]. A DISASTER case is a unique hydro-geomorphologic occurrence […] and is related to a unique space location and a specific period of time[...]. A DISASTER event is a set of DISASTER cases sharing the same trigger which can have a widespread spatial extension and a certain magnitude". Cf. Zêzere et al, 2014: 4.

5 Dados fornecidos pelos dois estudos não coincidem.

Longe de constituir um evento singular na história do arquipélago (Baioni, 2011; Quintal, 1999; Rodrigues, 2013; Sousa, 2013), o desastre de 20 de fevereiro de 2010 só terá sido ultrapassado, em intensidade destrutiva, pela grande aluvião de 9 de outubro de 1803, em que morreram cerca de 1000 pessoas. Na verdade, a Madeira é um território potencialmente perigoso para os seres humanos, dadas as dinâmicas climáticas e geofísicas predominantes no seu território e o modo como os agentes sociais se relacionam com este. Para além das cheias rápidas, dos desabamentos e dos deslizamentos de terra, destacam-se outros perigos no sistema eco-sociocultural da ilha: as tempestades e os derrames de hidrocarbonetos no mar, assim como os incêndios florestais, sem esquecer o risco vulcânico, hoje pouco premente, mas que a qualquer momento poderá ser reativado (Prada e Serralheiro, 2000).

Trata-se de uma perigosidade potencial que de facto existiu e continua a existir no arquipélago, à revelia de dois fatores circunstanciais que terão eventualmente contribuído para a perceção e imaginação da ilha enquanto espaço não-perigoso. Referimo-nos, por um lado, ao rótulo de *Ilha-jardim* ou Pérola do Atlântico, tantas vezes acompanhado e legitimado ora pela imagem do marketing turístico internacional, ora por grande parte de relatos de viagem nacionais e estrangeiros, ora por inúmeras representações visuais da ilha. Circulando em diversos sistemas culturais (na Madeira e fora desta), esses fenómenos artísticos (ou para-artísticos, como será o caso do marketing) terão contribuído quer para a crescente afirmação do setor do turismo na economia do arquipélago, quer para a cristalização de um imaginário da ilha, enquanto *espaço-paraíso* de lazer e beleza, supostamente isento de riscos. Por outro lado, essa perigosidade existiu e existe também, pese embora a ausência de uma base de dados consistente ou de um estudo rigoroso que tivesse dado visibilidade crítica à longa história de desastres experienciados na Madeira.

É certo que o grau de risco de desastres naturais não decorre em absoluto do nível de perceção desses fenómenos ou até da construção e disponibilização de um sistema de informações históricas e geográficas junto da comunidade que com eles convive e neles está implicada. Contudo, esse sistema de informações, como bem notou Quarantelli em outro contexto e como recentemente demonstrou o projeto *DISASTER* a nível continental (Zêzere et al., 2014), poderia efetivamente ter contribuído (ou poderá vir ainda a contribuir) quer para a inscrição, na memória cultural dessa comunidade, de uma outra imagem mais heterogénea e complexa da ilha, não alheia à representação dos perigos nela existentes e que seria fundamental para a construção de uma outra perceção dos seus territórios; quer, nesta medida, "for the implementation of effective disaster mitigation measure" (Quarantelli, 2005:373-377). Isto, não apenas no sentido *top-down*, mas também no sentido inverso, *bottom-up*, o último dos quais se apresenta, na atualidade, como paradigma de investigação e ação, cada vez mais apoiado pela comunidade académica e por diversas instituições envolvidas na problemática dos desastres naturais (Hove, 2000).

O projeto educativo aqui tomado como objeto de análise e divulgação – o *Projeto Pensar Paisagem* (PPP), implementado no Museu de Arte Sacra do Funchal, no âmbito de um projeto de investigação multidisciplinar centrado no estudo da memória de desastres na Madeira[6] – procura adotar, justamente, esse paradigma. Entendendo os desastres naturais como fenómenos complexos, sujeitos a modalizações não totalmente previsíveis, em que fatores naturais se cruzam necessariamente com outros de ordem socioeconómica, política e cultural, numa rede que coloca em interação os sistemas ecológicos com os sistemas económicos e socioculturais, o modelo *bottom-up*, que, segundo autores como Hove, poderá ser concretizável em "participatory approaches", apresenta-se como um modelo de investigação e ação adequado e provavelmente mais eficaz nas sociedades do risco e num tempo pós-colonial e globalizado (supostamente orientado pelos valores da Democracia), como é o de hoje.

No entender de Hove, a investigação e a ação orientadas pelo princípio democrático da *participação*, desenvolvem-se a partir de "different settings where various actors are brougth together to participate more or less formally, in the decision-making process" (Hove, 2000: 458). Acrescentando depois, esta autora:

---

6 De autoria conjunta de Martinho P. Mendes e Sara Bonati (esta última com o apoio do CEG-Universidade de Lisboa e da Secção de Geografia da Università degli Studi di Padova), PPP inscreveu-se na linha de ação "DMDM3- Intervir na escola e formar cidadania", do projeto multidisciplinar DMDM – (Des)Memória de desastre? Cultura e perigos naturais. Madeira, um caso de estudo, associado ao CEC-UCP e ao CIERL-UMa - http://dmdm.uma.pt/.

> looking for extended participation is the most obvious way of involving actors in the process. It can potentially guarantee a higher degree of legitimacy to the decisions taken since a wider range of social forces will have been allowed to influence the process instead of simply being imposed 'from above' […]. Actors can join the process as issues evolve and as the interests they represent become affected. Moreover […] [it] can allow for a direct feedback on the evolution of the situation which combined with the flow of new information, will improve the adjustment phase, hence going in the direction of more flexible and adjustable answers./A participatory process can also be an answer to the problem of information and knowledge, which goes hand in hand with many environmental issues. (Hove, 2000: 463-464)

De facto, *a Pérola do Atlântico* (expressão recorrente para designar a Madeira) é um território de origem vulcânica, dotado de um clima fortemente influenciada pelo Anticiclone Subtropical dos Açores, pela sua localização atlântica, pelo relevo acidentado e pela sua orientação territorial. Apresenta altos cumes de montanha, com ravinas íngremes e vales profundos, os quais acompanham o sentido do centro da ilha para a costa (Prada e Serralheiro, 2000; Prada et al, 2005). Possui um litoral com falésias interrompidas por deltas fluviais, praias de calhau e um anfiteatro aberto para sul, na zona do Funchal, uma das mais densamente povoadas (Prada, 2009). E é ainda constituída por um sistema hidrográfico jovem e caracterizado por vales estreitos e profundos com um perfil transversal tipicamente em "U" (Mata, 1996; Prada, 2005).

Assim, as ribeiras da ilha assumem um caráter torrencial com alta capacidade de vasão, sobretudo na costa Norte, onde são perenes, e no Sul, durante a estação das chuvas. Esta sua última característica geográfica fica a dever-se à geologia e à orografia da ilha, mas também ao clima e ao abastecimento das ribeiras, ribeiros e *levadas* por abundantes águas subterrâneas.

Este sistema ecológico, embora perigoso para algumas das comunidades insulares mais expostas, potencia a manutenção de uma vegetação luxuriante, nomeadamente a Norte, onde se encontra a floresta húmida da Laurissilva que, em 1999, seria reconhecida pela UNESCO como Património Mundial.[7] Não espanta, pois, que a grandiosidade orográfica, a exuberância vegetativa e a variedade climática da Madeira confiram à sua paisagem um caráter espetacular, cuja perceção e reconstrução, muitas vezes acriticamente informadas e manipuladas pela mediação de narrativas idealizadoras do espaço ilhéu, facilmente rasuram da memória cultural das comunidades a perigosidade que nessa paisagem também se encontra.

De facto, a orografia e o clima da ilha criam condições favoráveis para a ocorrência/intensificação de chuvas orográficas,[8] as quais explicam a diferença paisagística existente entre a húmida costa norte, situada a barlavento, e a bem mais árida costa sul, situada a sotavento (Prada et al., 2009). Ao longo da história da Madeira, este tipo de precipitação funcionou, bastas vezes e à semelhança do que ocorre em outras regiões de montanha, como fator desencadeador de múltiplos desastres de origem hidrogeomorfológica, como aluviões, derrocadas e/ou deslizamentos de terras (Roe, 2005; Couto, 2012). Contudo, vários foram também os trabalhos que demonstraram como esse risco tem sido potenciado pela degradação das coberturas florestais em algumas bacias hidrográficas da ilha (Quintal, 2000; Rodrigues, 2013; Trigo de Sousa, 2013). Por exemplo, nos primeiros séculos da colonização, verificou-se esse processo pela exploração da atividade madeireira; com o *boom* turístico da segunda metade do séc. XX, pelo arroteamento de terras para a construção civil; e nos últimos anos, pelos incêndios florestais, sobretudo decorrentes do abandono da agricultura e da negligência na limpeza e vigilância dos terrenos.

Daqui se infere que, embora desencadeados por fenómenos geofísicos, estes não são os único responsáveis pelos desastres naturais em causa. Antes pelo contrário, como acima apontámos e lembra Quarantelli, de forma clara:

---

7 *Levadas*: sistema de canais abertos com mais de 200 anos e com uma extensão superior a 1,000 km. Esculpidos na rocha, por mão humana, e conduzem água das zonas húmidas para as zonas secas. Cf. Floresta Laurissilva, Património Mundial pela UNESCO: http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/ mundial/portugal/ 118/.

8 Condensação do ar húmido, quando este é forçado a subir uma encosta de montanha.

> a disaster is not a physical happening […] it is a social occasion […]. Thus, it is a misnomer to talk about "natural" disasters as if they could exist outside of the actions and decisions of human beings and their societies […] –"natural" disaster agents have social consequences *only* because of the activities of involved communities, before, during and after the impact of a disaster. Allowing high-density population concentrations in flood plains, having poor or unenforced earthquake building codes for structures, permitting housing on volcanic slopes, providing inadequate information or warnings about tsunamis, for example, are far more important than the disaster agent itself in creating the casualties, property and economic losses, psychological stresses, and disruptions of everyday routines that are the essence of disasters. (Quarantelli, 2005: 343)

Quarantelli acrescentará ainda que estas suas considerações resultam de uma mudança de paradigma na área dos Estudos de Desastres, especialmente promovida a partir da década de 1990, em que se assistiu a uma "shift in much of the literature from a primary focus on hazards to one on vulnerability" (Quarantelli, 2005: 344). Ora, pensar a(s) vulnerabilidade(s) de uma comunidade implica analisar a sua exposição a perigos naturais, sem contudo esquecer outros fatores de ordem psicológica e temperamental, marcantes nos indivíduos que a constituem. Implica, de igual forma, ter em linha de conta fatores de ordem social, política, económica e cultural, que dão forma ao corpo biopolítico dessa mesma comunidade e estruturam a relação desta com o seu território e com (o território de) os outros. E neste quadro, pensar a(s) vulnerabilidade(s) de uma comunidade exige também pensar a nação e hoje, cada vez mais, pensar a relação da nação com outras nações, equacionando-o a uma escala global[9]. Isto é, exige pensar o modo como os seus sujeitos, no passado e no presente, construíram e (re)constroem a sua narrativa identitária, a relação com os seus territórios geográfico, político e sociocultural, e ainda a relação destes territórios com os de outros sujeitos, adoptando um paradigma de abordagem à problemática dos desastres naturais que, pelo menos no caso Madeira, tem sido grandemente negligenciado, e o qual, sem esquecer o contributo das ciências da natureza, recorrerá, sobretudo, aos contributos das Ciências Sociais, das Artes e da Humanidades.[10]

Como notara já Aristóteles na sua *Política* e como, em contexto bem diferente, foi praticado pelos criadores do estado-nação, a governação da *polis*, mas também a própria (re)construção da nação, do seu perfil e das suas fronteiras foram muitas vezes desenhados e manipulados pela escola e por modelos educativos nela (ou para ela) promovidos, os quais, simultaneamente, eram *legitimados por* e *legitimadores de* os poderes vigorantes.[11] Através dos processos complementares de seleção, exclusão e hierarquização de repertórios que se dão ou querem/podem dar a conhecer, assim como (*et pour cause*) dos valores nestes implicados, a escola, à semelhança de outros *dispositivos de saber-poder* como, p. ex., os museus ou os arquivos, definem o que deve ser lembrado (e esquecido), servindo de mediadores e reguladores entre as instâncias de poder, a narrativa/representação da nação e a vida social propriamente dita.[12] Sendo geridos por instâncias mais ou menos democráticas (governos, academias, elites, grupos económicos e/ou sociais, entidades religiosas, etc.), empenhadas, não raras vezes, em garantir que a hierarquia de valores se mantem estável, de forma a assegurar a coesão do grupo, evitar o

---

9Distinguimos *nação* de Estado-Nação, entendendo *nação* no sentido político-identitário de comunidade de sujeitos, que partilham um território e/ou valores culturais a ele associados. Esses valores serão fundamentais para orientar do *estar* e *agir* desses sujeitos no Mundo. Sobre o conceito *world risk society* cf. Beck, 2007.

10 Seguimos aqui a perspetiva construtivista de Goodman. Este demonstrou como os discursos culturais (artísticos, científicos, políticos, económicos…) não só representam o Mundo, como constroem versões de Mundo que condicionam o ser-estar-agir (Nünning et al., 2010). Geertz definiu cultura em sentido lato, enquanto *tessitura* de *redes de significação*, que esses próprios sujeitos tecem e reconstroem historicamente. Essas redes estruturam as suas ações e valores no seio da sua comunidade (Geertz, 1973).

11 Ver *estado da arte* relativa a esta questão em Silvestre, 2006. Entenda-se *manipular* em sentido etimológico e desprovido de orientação ética fixa: *manipulāre* e *manus*- conduzir pela mão, de forma a orientar o percurso e/ou transformar o que é manipulado.

12 Acerca dos dispositivos de saber/poder, ver Foucault, 2007.

risco da dissolução comunitária pelo caos e, em muito casos, prorrogar o *satu quo* que conduziu ao poder, os sujeitos e grupos sociais que as lideram, a escola, com os seus projetos educativos mais ou menos formais, é, de facto, uma das instituições responsáveis pela gestão da memória cultural. Enquanto *dispositivo de saber-poder*, a escola, sendo um espaço de educação e formação, *manipula* essa memória da comunidade, modelando a perceção do Mundo construída pelos sujeitos que a constituem, procurando determinar e fixar *o que é*, *como é* e *como deve ser vista* a sua nação.[13]

Contudo, autores como U. Beck (2007) ou Z. Bauman (2000), nomeadamente com as suas reflexões ora sobre os processos de globalização, sobre a liquidez e reflexividade da modernidade tardia, ora sobre a sociedade do risco (posteriormente modalizada em *world risk society*), têm demonstrado quão falaciosa, desatualizada e questionável é hoje essa imaginação de estabilidade e segurança, sublinhando a necessidade de dar visibilidade a discursos alternativos. Se, como notou O. Silvestre, com a falência do paradigma do estado-nação e os complexos processos globalizadores, "as fronteiras da nação, que […] [correspondem] em larga medida [à]s da escola, são hoje tão instáveis", e, acrescentamos nós, se, com a crise epistemológica decorrente do colapso do paradigma iluminista, a ciência racional e tecnológica, apesar de situada no Antropoceno, perdeu a aura de saber absoluto e infalível, capaz de, pelo domínio da natureza, criar um mundo seguro, então, será urgente rever a hierarquia disciplinar dentro da academia e será oportuno promover, de forma mais democrática, a abertura da escola e de outras instituições que tutelam o mapeamento dos territórios geográficos e culturais, à participação plural das vozes disciplinares e socioculturais que as constituem.

Julgamos ser neste sentido que Bauman sublinha a necessidade de *reinventar* o conceito e a prática da democracia, num mundo onde processos de individualização/privatização e, paradoxalmente, outros processos de globalização contribuíram para o colapso do estado-nação, para o desestruturar das comunidades e para a subversão das relações entre poder/política/*polis*.[14] Consciente quer da irreversibilidade das interdependências existentes no mundo globalizado em rede, quer dos riscos que o assombram, Bauman insiste na necessidade de *(re)criar* instituições que possam assegurar um funcionamento mais democrático das sociedades, no cenário planetário marcado pelos limites da sustentabilidade e pela visibilidade do risco.

Pelo que acima ficou dito, a escola, a academia e os museus serão algumas das instituições a *recriar*, no sentido de uma maior abertura democrática à *participação* dos sujeitos, na construção da memória cultural das suas comunidades, do seu saber e do seu saber-fazer.[15] Uma abertura que, no entanto, não se poderá manifestar apenas ao nível das intenções/objetivos gerais e conteúdos programáticos definidos num sentido *top-down* pelos decisores políticos. Mudanças a este nível já hoje se registam nos programas educativos tutelados pelos governos central nacional e regional madeirense, com alguns resultados positivos, embora isso não signifique que o problema atrás enunciado se encontra totalmente ultrapassado[16]. Este tipo de abertura do sistema educativo português à participação comunitária, como bem salientou Chambers, exige revisão e avaliação rigorosa, de modo a assegurar que não se trata apenas de uma "cosmetic label", mas antes de um verdadeiro "empowering process which enables local people to do their own analysis, to take command, to gain confidence, and to make their own decisions" (Chambers,1994: 5).

A participação comunitária na reconstrução da memória cultural madeirense (e em particular na memória de desastres) deve igualmente estender-se, em inverso sentido *bottom-up*, às metodologias adotadas e a uma efetiva implicação democrática dos diversos agentes sociais e culturais que integram a comunidade (seus saberes, suas inquietudes, seus valores, desejos e interesses), nesses *dispositivos de saber-poder*. Isto porque, em última análise, são estes últimos que definem (por vezes, em moldes excessivamente hegemónicos e cientificamente

---

13 Cf considerações acerca da função remediadora da escola, na era do Antropoceno, em Crutzen e Schägerl, 2011.

14 Cf. Bauman em sessão do Fronteiras do Pensamento aqui: https://www.youtube.com/watch?v=POZcBNo-D4A

15 Cf. proposta de uma *grassroots research imagination* por Appadurai (2000), junto da academia, um paradigma igualmente *bottom-up*.

16 Ver, na Madeira, o processo de *glocalização* ou *regionalização* (os conceitos não são equivalentes) do *corpus* literário a trabalhar nas disciplinas de Português e Língua Portuguesa dos vários níveis de ensino. Importaria analisar em que medida o alargamento desse repertório a autores do sistema literário insular terá contribuido ou não para a reconstrução atualizada da memória cultural da Madeira, num tempo de globalização.

desinformados) o que são e como são ou têm de ser as comunidades de pertença identitária. De acordo com Hove, em citação já antes por nós tomada de empréstimo e quase que respondendo ao apelo de Bauman, só assim esses *dispositivos de saber-poder* "can potentially guarantee a higher degree of legitimacy to the decisions taken since a wider range of social forces will have been allowed to influence the process instead of simply being imposed 'from above'" (Hove, 2000: 463).

É neste sentido que o projeto PPP adota um perfil *bottom-up*, orientado para a *participação* e empoderamento das comunidades insulares, acolhendo na sua programação um público heterogéneo (crianças, jovens, adultos e séniores), onde ecoe a pluralidade de vozes da ilha. De igual modo, procura quer a colaboração com diversas instituições locais e regionais, num processo sinergético que pretende ativar e dar a ver de forma crítica os seus acervos culturais, quer (por essa via) a (re)criação de novas narrativas, mais autocríticas e significativas para os sujeitos nelas representados.[17] Deste modo, o PPP acompanha o desafio lançado aos museus pelo ICOM, aquando da preparação das atividades para a celebração do Dia Internacional dos Museus, que em 2014 se subordinou à temática "Museus: as coleções criam conexões".[18] Fá-lo, procurando contribuir para a atualização da memória cultural da Madeira e para a revisão e remediação quer da sua narrativa identitária, quer do modo como os seus agentes sociais e culturais (indivíduos e instituições) se relacionaram e relacionam hoje com o seu território e com o risco de desastres naturais. Reside aqui a sua *glocalidade,* na medida em que a atenção dada aos problemas, culturas e comunidades locais ou regionais não significará um exclusivo centramento autotélico, nem um alheamento da partilha e discussão em rede internacional, de conhecimentos e experiências por parte dos sujeitos que nele intervêm. Em tempos de globalização do conhecimento, que se quer não-hegemónica, e na era do Antropoceno, com aceleradas mudanças climáticas, pensar os desastres naturais experienciados na ilha implicará sempre pensá-los em relação quer com outros investigadores e instituições nacionais e estrangeiras, quer com os riscos e desastres experienciados em outras localidades ou regiões.

Já antes referimos que o desastre de 20 de fevereiro não foi um evento pontual na história da Madeira. Contudo, apesar da recorrência de fenómenos extremos deste tipo, isso não significa que, em 2010, a memória cultural da ilha tivesse muito presente a imagem dos desastres que, ao longo dos séculos, aí foram ocorrendo. Nem mesmo a memória da catastrófica aluvião de 1803.

Esta amnésia ou *memoricídio*, como a ela se referiu Seligmann-Silva, num texto em que reflete sobre os fenómenos da memória, do trauma e do testemunho (do Holocausto), poderá encontrar explicação em fatores de ordem fisiológica e psicológica dos indivíduos, mas também em outros de ordem político-cultural. Por um lado, ainda segundo este autor,

> a experiência traumática é [...] aquela que não pode ser totalmente assimilada enquanto ocorre […] a história de um trauma é a história de um choque violento, mas também de um *desencontro* com o real […]. Ao pensarmos […] [as catástrofes], fica claro que mais do que nunca a questão não está na existência ou não da "realidade" [desses fenómenos], mas na nossa capacidade de percebê-la e de simbolizá-la […]; daí a resistência à transposição (tradução) do inimaginável para o registo das palavras; daí também a perversidade do negacionismo que como que 'coloca o dedo na ferida' (trauma) do drama da irrepresentabilidade do vivido pelo sobrevivente. Este vive a culpa devido à cisão entre a imagem (da cena traumática) e a sua ação, entre a percepção e o conhecimento, à disjunção entre significante e significado. (Selligmann-Silva, 2006: 50-54)

Mas por outro lado, entendendo a memória (à semelhança da perceção) enquanto fenómeno simultaneamente

---

17 O PPP dirige-se a públicos diversificados: o escolar, desde o 1º ciclo do ensino básico até ao ensino secundário, a que se juntam outros públicos adultos, provenientes de diversas localidades do arquipélago, e sem esquecer os turistas que, embora de passagem pela Madeira, também integram e constroem a paisagem da ilha. O PPP tem procurado colaboração com diversas instituições: museus; escolas regionais; a Universidade da Madeira; universidades séniores; Casas do Povo...

18 "Planear e programar museus: Criar conexões, envolver a sociedade, construir uma visão cultural para o desenvolvimento" foi o tema das XI Jornadas da Primavera do ICOM PT (março 2014-Gulbenkian): http://www.icom-portugal. org/iniciativas_jornadas,132,416, detalhe.aspx.

fisiológico-neural e cultural, em permanente reconstrução, Seligmann-Silva nota que a amnésia (tal como a memória), enquanto fenómeno sujeito a diversos processos de remediação, pode também decorrer de manipulações políticas e culturais, nomeadamente quando se trata de experiências traumáticas que puseram/põem em causa a sobrevivência da comunidade tal qual os sujeitos a imaginaram e reconhecem.
Reportando-se ao Holocausto, mas podendo nós, com as devidas reservas, transpor a sua tese para a experiência de outras catástrofes, Selligmann-Silva assume que o *memoricídio*, por vezes, é também uma "guerra contra a memória", uma "falsificação da realidade", deliberadas por diversas instâncias de poder. Caberá aos "sobreviventes" e às "gerações posteriores defronta[rem-se com a] […] tarefa árdua e ambígua" de "confronto com a catástrofe, com a ferida aberta pelo trauma", mas também com a tarefa ética e difícil de "resistência" e "superação da negação" (Selligmann-Silva, 2006: 50-52). Uma tarefa, acrescentamos nós, que será tanto mais necessária quanto nos situamos na modernidade reflexiva e na sociedade do risco, ou, por outro lado, quanto se entende que a reconstrução possível no pós-catástrofe depende da auto-análise e da *re-significação* das ruínas/memórias deixadas pelo desastre. Isto é, implica sempre o recriar de sentidos para as imagens traumáticas que se retêm do passado, tornando-as, assim, *imagináveis* (e não impossíveis) no presente e no futuro, por forma a estimular a resiliência dos sujeitos e comunidades que experienciaram o trauma. Depende também, como têm vindo a demonstrar os Estudos de Desastre, quer da perceção crítica dos riscos desencadeadores desses fenómenos complexos, quer da tomada de consciência da implicação *participativa* dos sujeitos e instituições comunitários, na reconstrução da *polis*, mas também na criação de maiores ou menores vulnerabilidades aos perigos existentes no seu espaço político-geográfico e sócio-cultural (Wachinger e Renn, 2010; Hove, 2000).

2. *Zoom.* PPP- Educar para os riscos naturais através de uma *literacia* da paisagem

Sublinhando a complexidade do conceito de paisagem, pela pluralidade significativa que a palavra comporta, consoante o campo disciplinar, o contexto linguístico e cultural ou o tempo em que ela ocorre, e lembrando também que "landscape has its own individuality, never becoming a synonym for environment, space or region", Castiglioni (2009: 11), acompanhando outros geógrafos (Raffestin, 2005; Cosgrove, 1988), destaca que a paisagem tanto é a representação, como o que é reapresentado. Compreende-se, assim, que pensar a paisagem implica analisar diversas componentes: *ver* e *observar* são condicionados por fatores subjetivos e objetivos, interiores e exteriores ao sujeito visualizador, fatores esses que funcionam como filtros manipuladores do olhar, no processo de interpretação da paisagem. Raffestin (2005: 45), refletindo sobre o que é a perceção, destaca que *olhar* não se confunde com *ver*. Mais complexo do que o mero processo de *olhar*, *ver* corresponde a um processo intepretativo, mediado por categorias e valores variáveis ao longo do tempo, de acordo com a geo-história do lugar. *Ver* é, sobretudo, *compreende*r: podendo visualizar/olhar o mesmo objeto, cada sujeito de um grupo adotará medidas culturais diversas para ler e interpretar esse objeto. De acordo com Yi-Fu Tuan (2011: 10), *ver* constitui um processo seletivo e criativo (nós diríamos *re-criativo*), decorrente de estímulos que o sujeito percetivo recebe da realidade observada e os quais são processados como sinais dotados de significação.
Deste modo, autores como Yi-Fu Tuan, C. Raffestin e D. Cosgrove reenviam a problemática da perceção para a questão hermenêutica, também colocada por Cassierer e retomada por Capeloa Gil no seu estudo sobre literacia visual: "aquilo que o sujeito vê é a representação do objecto, o artefacto transformado em sistema semiótico, em signo, que o sujeito lê [...]. Aquilo que lemos é afinal o que podemos ali interpretar [...] vemos o que queremos e sabemos ver" (Capeloa Gil, 2011: 13-14). Assim, se as imagens (mentais e empíricas) assumem o estatuto de sistema discursivo, a interpretar "na sua ancoragem histórico-social e na especificidade do modelo de mediação" que adotam, então é legítimo atribuirmos a designação *literacia* da paisagem ao processo semiótico de interação interpretativa dos sujeitos com o espaço, para concluirmos com Capeloa Gil (2011: 11-12) e com D'Angelo (2012: 341) que *ver/sentir* a paisagem é muito mais complexo do que o fenómeno fisiológico de olhar.
Contudo, se o olhar pode ser reconhecido como o principal sentido para interpretar a paisagem, também os outros sentidos participam na construção do significado de um lugar. No âmbito da perceção do risco, audição e olfato são reconhecidos enquanto sentidos mais sensíveis para a ativação da memória dos eventos. Os

cheiros dão caráter aos objetos e aos lugares e ajudam-nos a distinguí-los e a identificá-los. Por seu lado, a audição é particularmente importante para a evocação e o estímulo de emoções, sendo fator relevante para a orientação do sujeito no espaço. E de acordo com Tuan (1990), olfato e audição constroem uma memória mais persistente ao longo do tempo. Neste sentido, *ver* e *sentir* a paisagem, decorrendo de fenómenos fisiológicos, constituem-se como processos complementares complexos e que, sendo culturalmente manipuláveis, poderão/deverão ser tidos em consideração no processo educativo dos sujeitos de uma comunidade, para que, dessa forma, estes possam interpretar/conhecer de forma mais consciente e profunda o território em que se localizam.

É neste quadro conceptual que a Convenção Europeia da Paisagem, em 2000, propôs uma estratégia promotora do desenvolvimento sustentável que apostou na formação e sobretudo na educação para/em/com a paisagem (*education on landscape*), em contextos pedagógicos formais e informais que, no entanto, na Madeira não tem sido explorada, quanto poderia. No seu 1.º artigo, a convenção assume que "Landscape means an area, as perceived by people, whose character is the result of the action and interaction of natural and/or human factors", razão pela qual não pode ser apenas *apre(e)ndida* "from an ecological point of view, but it involves human (historical, cultural, economic, social, etc.) aspects as well as non-material characteristics arising from perception" (Castiglioni, 2009: 5). Desta aprendizagem, acrescenta, podem decorrer não apenas um "individual and social well-being", mas também um "sustainable development based on a balanced and harmonious relationship between social needs, economic activity and the environment", dado que *com* e *através* dela se desenvolve "a general upbringing process, through which [...] [people] increase their knowledge, awareness and responsiveness" (Castiglioni, 2009: 6).

Será em resposta a este desafio europeu, mas tendo em consideração as circunstâncias vividas na Madeira, que nasce o projeto educativo PPP, ancorado em três linhas orientadoras: (1) pensar a paisagem é hoje fundamental para prevenir riscos naturais; (2) enquanto construção cultural decorrente da interação do sujeito com o espaço, a paisagem pode e deve ser *apre(e)endida*; (3) *apre(e)nder* a paisagem e educar para os riscos exigem um modelo educativo holístico e participativo com forte pendor hermenêutico.

O projeto PPP (Bonati e P. Mendes, 2015) inscreve-se no projeto coletivo e multidisciplinar (*Des)Memória de desastre? Cultura e perigos naturais. Madeira um caso de estudo* (DMDM), desenvolvido entre 2012 e 2014 e associado a dois centros de investigação: o CECC-Centro de Estudos de Comunicação e Cultura da Univ. Católica Portuguesa, um centro FCT, localizado em Lisboa; e o CIERL-Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais da Universidade da Madeira, um centro praticamente inativo até 2012 e localizado numa região ultraperiférica insular, mas que, com o DMDM, veio a ganhar um maior dinamismo académico, quer na sua relação com as comunidades locais, quer com parceiros nacionais e internacionais.[19]

Ora, o projeto PPP nasce justamente dessa articulação multidisciplinar, resultante do encontro de experiências locais e internacionais. Em outubro de 2013, o DMDM promove na Madeira o *I Colóquio Internacional (Des)Memória de desastre*, encontro que procurou fomentar o debate multidisciplinar e internacional acerca do papel da memória (individual e cultural) na (des)construção do risco. Neste colóquio, participaram os dois autores do PPP: a geógrafa italiana Sara Bonati, com uma comunicação sobre a percepção do risco e a leitura de paisagens vulneráveis, problemática de que então se ocupava no âmbito do seu projeto de doutoramento (Bonati, 2014); e o artista visual madeirense, Martinho P. Mendes, também responsável pelo serviço educativo no Museu de Arte Sacra do Funchal, com uma comunicação em que deu conta do projeto educativo por ele promovido em 2012/2013, nesse museu e intitulado *Sentir a paisagem: do meio natural à representação visual*.

Seguindo na esteira deste anterior projeto, em parte orientado pelo modelo educativo em circuito aberto proposto por Martinho P. Mendes na sua tese de mestrado (2013) e que agora seria reorientado numa linha interdisciplinar (Arte/Geografia/Educação), com as propostas dos estudos geográficos avançados por Sara Bonati, o PPP centrar-se-ia no estudo das memórias histórica, geográfica e sensorial das paisagens da ilha de Madeira.

Reconhecendo a relevância da análise histórica da paisagem para a compreensão das dinâmicas do risco, o PPP definia esta linha de trabalho como a primeira a seguir na sua estruturação, enquanto projeto que, sendo académico, queria também contribuir para a construção da sustentabilidade no território insular. Na verdade, o papel da história é central na análise da vulnerabilidade, já que esta é, de facto, um produto de experiências

19 Cf.: http://dmdm.uma.pt/ e http://cecc.fch.lisboa.ucp.pt/pt/o-cecc.html.

passadas. No entanto, a leitura temporal é frequentemente ignorada no estudo da vulnerabilidade (Oliver-Smith, 1986; Lees e Bares, 1984 in Bankhoff et al., 2004). Quando se verifica, raras vezes ultrapassa a mera listagem dos eventos ocorridos no passado, processo que, sendo relevante, exige um trabalho posterior bem mais complexo de análise histórica e compreensão das dinâmicas sociais, políticas, económicas e culturais, diretamente implicadas na produção e na intensidade dos riscos. Neste contexto, o projeto educativo PPP orientou-se para a comprensão geo-histórica dos fenómenos naturais e socio-culturais registados na Madeira, entendendo-os como fatores determinantes quer para o permanente *redesenhar* das paisagens insulares, quer para a *reconstrução* de práticas sociais e/ou de imaginários culturais capazes de promover uma maior consciência cívica do impacto humano na sustentabilidade ecológica local e global e do papel determinante que sujeitos e comunidades têm na construção do seu próprio futuro.

O PPP definia, assim, os seus objetivos específicos: (1) promover uma *literacia* da paisagem, ensinando a ler em profundidade signos e sinais nela inscritos, potenciando a função hermenêutica no contexto educacional, conforme proposta de Zanato Orlandini (2007); (2) construir/estimular a participação comunitária, *apre(e)ndendo* a paisagem (no sentido da *Education on landscape*) e entendendo este processo como estratégia fundamental para a leitura do Mundo, para a mitigação de vulnerabilidades e para a promoção da resiliência ao risco; (3) (re)construir uma memória sensorial da paisagem, capaz de ser ativada em exercícios de leitura quer de representações de espaços, quer do próprio território e seus riscos, reconhecendo o papel da memória na construção da resiliência; (4) entender o caráter dinâmico e histórico dos territórios, a implicação de sujeitos e comunidades na construção de riscos e resiliências e o papel da arte e da memória cultural enquanto mediadoras nesse processo construtivo.

Relacionando a arte com a geografia, pretendeu-se refletir sobre uma possível influência pictural, no modo como os sujeitos observam o seu território, esquecendo muitas vezes que a paisagem, enquanto "realidade em transição" (Berleant, 2012: 348), se inscreve, como afirma Besse (2013: 34), na "ordem da participação no mundo, antes de ser da representação do mundo ou da acção sobre o mundo".

Neste sentido, promoveram-se diversas modalidades de leitura de paisagens, desenvolvidas através de estratégias e materiais diversos, capazes de estimular a reflexão dos visitantes do museu. O propósito foi o de preparar estes sujeitos para uma leitura integrada do território insular, ao mesmo tempo que se familiarizavam com a génese do conceito de pintura de paisagem e com a observação e caraterização estética dos planos de fundo da pintura flamenga, presença artística relevante nas coleções do MASF.

O modelo metodológico aqui adotado foi o proposto por Castiglioni (2012: 234 e 2009: 14-15), desdobrando-se em exercícios de: (1) leitura denotativa, estratégia que ensina a reconhecer os diferentes elementos das paisagens e as relações que estabelecem entre si, permitindo caraterizar e reconhecer a particularidade de cada paisagem; (2) leitura conotativa, estratégia que reconhece o papel das paisagens no estímulo de sensações e emoções, sensibilizando os visitantes para a importância da memória e da perceção multisensorial e afetiva para a interpretação da paisagem; (4) leitura interpretativa, estratégia que procura as explicações para a formação de características específicas das paisagens, entendendo-as como resultado da ação de dinâmicas que vão agindo sobre os diferentes territórios; (5) leitura temporal, que permite compreender as transformações efetuadas na paisagem ao longo do tempo:

MODALIDADES DE LEITURA	PERGUNTAS ORIENTADORAS DAS ATIVIDADES	ATIVIDADES
Observação da dimensão horizontal: leitura denotativa	- Como se caracteriza a paisagem? - Identifica os elementos, as relações entre si e os seus valores (culturais, afetivos,...)	Discussão e trabalho de grupo; análise e comparação de imagens de diversos tipos e mapas; realizaçãõ de desenhos e montagem de puzzles.
Observação da dimensão vertical: leitura conotativa	- Que valor tem para o indivíduo determinado elemento? - Que emoção experimenta o indivíduo ao observar determinada paisagem? - Parece uma paisagem harmoniosa? Se não, porquê?	Discussão e trabalho do grupo; realização de inquéritos; desenhos e análises de grupos de imagens, desde a fotografia e outros registos da cultura visual, à arte antiga e contemporânea.
Observação da dimensão vertical: leitura interpretativa	- Que razões explicam a existência desta paisagem? - Por que motivo(s) existe(m) determinado(s) elemento(s) na paisagem?	Entrevistas aos especialistas na área transdisciplinar da paisagem...
Observação da dimensão temporal: leitura temporal	- Encontras diferenças entre as várias paisagens lidas? Quais?	Análise de fotografias, mapas do passado, descrições do passado, entrevistas; discussões de grupo; fotomontagens; criação de postais, ...

Tab. 1 – adaptado de Castiglioni (2012: 6)

As paisagens são construções humanas de significados e valores, tendo um papel importante no processo de construção da identidade local. *Apre(e)nder* as paisagens pode revelar-se uma estratégia fundamental para a preservação da cultura e dos saberes tradicionais locais, adquiridos ancestralmente, através da experiência direta das comunidades com o território e suas dinâmicas ecosistémicas, valores esses que, hoje, se encontram em risco, pela vertigem da globalização hegemónica. Por outro lado, promover novas formas (mais *compreensivas*) de observar o mundo pode conduzir ora a uma leitura mais sustentável dos territórios, ora a uma mais consciente perceção da necessidade de mudança na gestão das relações de sujeitos e comunidades com o ambiente natural.

Em resposta ao atual contexto moderno, o PPP definiu-se como projeto educativo que visa a promoção da sustentabilidade. Da arte ao território geográfico, dos sujeitos e comunidades ao museu, sempre em dinâmica circular e interativa, o PPP reconhece e procura demonstrar como *participação* e *literacia da paisagem* podem ser processos relevantes na prevenção de riscos naturais e na gestão do território, fundamentais para a construção de paisagens resilientes que serão decisivas para a futura construção de paisagens sustentáveis (Bonati, 2014). Indo ao encontro do modelo educativo em circuito aberto implementado no MASF e desenhado metaforicamente a partir da imagem da torre avista-navios do edifício deste museu, o PPP foi sendo dinamizado nos diversos espaços físicos da instituição, desde o rés-do-chão à sua torre.[20] Os visitantes do MASF envolvidos nas atividades do PPP desde janeiro de 2014, na sua maioria oriundos de escolas básicas e secundárias da Madeira, algumas delas situadas em áreas afetadas por desastres naturais nos últimos anos, foram, assim, convidados a observar e reconhecer os elementos que constituem as paisagens da ilha e a refletir quer sobre as relações entre eles existentes, quer sobre potenciais riscos que dessas relações decorrem.

20A torre-avista-navios é uma componente da arquitetura funchalense do século XVIII, associada às casas mais abastadas. A torre do MASF passou a integrar a abertura de janelas em outras orientações cardinais, e não apenas a orientada para o mar, convertendo-se num miradouro para a contemplação panorâmica da paisagem (cf. Mendes, 2013).

Fig. 1 – Atividade 1. Fotografias de autoria de Martinho P. Mendes

De entre as diversas atividades promovidas desde janeiro de 2014, selecionámos para análise no presente artigo, o trabalho desenvolvido no MASF, envolvendo 60 alunos da Escola Secundária de Santa Cruz, com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos. Localizada na costa sudoeste da ilha da Madeira, a cidade de Santa Cruz tem um significativo registo histórico de eventos aluvionais, facto que não invalidou que parte considerável da zona residencial e de implementação de edifícios públicos se tenha vindo a edificar junto ao leito da ribeira da cidade. A própria Escola Secundária de Santa Cruz é disso exemplo, situando-se na zona de risco e tendo sido gravemente afetada no desastre de 20 de fevereiro de 2010, a que já antes nos referimos. Este contexto geo-histórico foi, portanto, decisivo na seleção dessa comunidade educativa como objeto de estudo e como grupo integrante e participativo no PPP.

Intitulada "Construtores de paisagens: o puzzle enquanto metáfora da paisagem", a atividade em análise procurou introduzir os alunos a uma leitura histórica e evolutiva das diferentes paisagens da ilha. Iniciando-se com uma tarefa de leitura denotativa, promotora da observação da dimensão horizontal do território insular (cf. tabela 1), com recurso a puzzles onde surgiam representações de diversas áreas desse território e com o apoio especializado de dois geógrafos conhecedores da geomorfologia da ilha da Madeira que aceitaram colaborar no PPP,[21] procurou-se ativar as memórias geográficas dos alunos, cruzando esse conhecimento individual com informações prestadas pelos geógrafos envolvidos na atividade. O geógrafo Raimundo Quintal, dando conta do trabalho de voluntariado promovido pela *Associação dos Amigos do Parque Ecológico do Funchal*, explicou a relevância assumida pela vegetação (sobretudo a endémica) no processo de estabilização das vertentes, sublinhando o papel que cada sujeito comunitário poderá desenvolver quer na preservação do património natural da Madeira, quer, por essa via, na prevenção do risco. Ilídio Sousa direcionou a sua intervenção, sobretudo, para a compreensão ora da morfologia específica de cada paisagem observada pelos alunos, ora dos riscos potenciais existentes nessas áreas territoriais.

A atividade estruturou-se em três momentos, organizados num sentido *bottom-up*, ancorado nos saberes prévios dos alunos:

21 Raimundo Quintal: PhD e investigador do IGOT-UL; Ilidio Sousa, Ma Gestão do Território. Os autores do PPP agradecem a ambos a disponibilidade colaborativa no projeto.

1. Introdução ao conceito de paisagem, diálogo com os alunos e discussão;
2. Exercício de reconstrução de puzzles: os alunos construiram puzzles e, simultaneamente, foram respondendo a um questionário orientado pelos autores do PPP;
3. Intervenção dos especialistas convidados. De sublinhar, na intervenção de Raimundo Quintal, a interação dos alunos com plantas endémicas e naturalizadas da Madeira.

Da análise dos resultados obtidos, verificou-se o seguinte:

a) Os alunos têm um bom conhecimento das paisagens locais, embora não reconheçam sempre as dinâmicas geo-históricas de formação destas paisagens.

b) Associando quase sempre a paisagem à criação artística, os alunos ficaram surpreendidos com as modalizações multidisciplinares que esse conceito pode assumir. Foi particularmente significativo que muitos deles nunca antes tivessem pensado na paisagem enquanto realidade viva, mutável com o tempo e diretamente implicada nas suas vidas.

c) Estimulados a observar de forma crítica e informada os diferentes elementos constituintes das paisagens insulares, os alunos não só os passaram a saber identificar, distinguindo elementos naturais e antrópicos, como também compreenderam a complexa implicação da atividade humana nos fenómenos naturais. De salientar, a este respeito, o conhecimento construído pelos alunos relativamente à flora da ilha. O diálogo estabelecido com Raimundo Quintal, a propósito da montagem dos puzzles e acompanhado de uma interação direta com plantas locais, permitiu quer o reconhecimento destas enquanto património coletivo da Madeira e do mundo, na sua dupla categoria de endémicas e naturalizadas; quer a desconstrução do conceito de paisagem natural enquanto fenómeno a-histórico e meramente natural (muitas plantas existentes na ilha foram introduzidas pelo humano); quer ainda a implicação das mutações na vegetação da Madeira, ao longo do tempo, nas dinâmicas do risco ambiental.

d) Destacando, nos puzzels, elementos fundamentais como o céu, o mar ou a água, as rochas, a vegetação e as intervenções antrópicas, os alunos compreenderam o papel importante que a natureza assume na ilha, reconhecendo esses elementos como constituintes fudamentais da paisagem tradicional da Madeira, um património natural e cultural a preservar e a conhecer criticamente, não só por razões de sustentabilidade ecológica e preocupações com a redução do risco de desastre natural no arquipélago, mas também por razões identitárias e culturais ou até económicas, numa ilha que, em grande parte, depende do setor turístico e da comercialização do produto "paisagem".

e) Partindo da identificação desses elementos fundamentais das paisagens locais e do saber intuitivo dos alunos, estes associaram aqueles às dinâmicas do risco natural na Madeira: o céu associou-se à chuva que pode desencadear aluviões ou derrocadas; o mar, às inundações nas costas; as florestas e a vegetação, ao risco de incêndios. Notaram, depois, que esses elementos interagem na produção dos diferentes perigos e que o homen tem um papel central no trabalho de prevenção e mitigação, pela relevância dos elementos antrópicos na construção da paisagem. Assim, ao cruzarem o seu saber experiencial com os esclarecimentos científicos a que tiveram acesso durante a atividade, os alunos compreenderam que a mitigação do risco de desastre na ilha depende sobretudo de um maior e melhor conhecimento da paisagem e de um trabalho de recriação da relação dos sujeitos comunitários com a natureza.

f) Convidados a refletir sobre as emoções desencadeadas por diversas paisagens visuais e sonoras, os alunos reconheceram a existência de uma ligação sensorial, mnemónica e emocional dos sujeitos com as paisagens, designável como *topofilia*, podendo esta ter um papel importante quer no desenvolvimento da participação cívica no processo de *apre(e)nder* e conservar a paisagem madeirense, quer, por essa via, na construção de uma relação de maior resiliência humana aos perigos naturais. Em sentido contrário, a *topofobia* e a desinformação (cívica e política) relativamente às dinâmicas da construção da paisagem e do risco contribuirão, certamente, para o surgimento de maiores índices de vulnerabilidade.

A descrição aqui apresentada do projeto PPP é manifestamente insuficiente para um conhecimento rigoroso e para uma avaliação exaustiva do que foi (e pretende continuar a ser) este projeto educativo, desde os seus objetivos e enquandramento teórico-conceptual até à sua execução no contexto museal do MASF. O nosso propósito foi sobretudo dar a conhecer esta experiência educativa e interdisciplinar, promovida fora da instituição-Escola e distanciando-se do paradigma do ensino formal ministrado na Escola portuguesa. Apresentando-se como proposta alternativa e complementar a este último, o PPP procurou, desde o primeiro momento, adoptar um paradigma de investigação-ação, promotor quer do cruzamento das ciências da natureza com as artes e as ciência humanas e sociais, quer de uma aproximação participativa entre trabalho científico internacional e experiência/saber dos sujeitos e comunidades locais. A adopção deste paradigma procurou, assim, responder aos desafios e riscos que a globalização hegemónica hoje coloca às sociedades da modernidade tardia e, simultaneamente, contribuir para a reinvenção de uma democracia glocal e participativa que, não esquecendo os valores e saberes locais, os entenda como partes integrantes e não-excluíveis dos sistemas ecológicos e político-culturais internacionais.
O contributo do nosso trabalho para o debate que o CONLAB 2015 pretendeu promover orientou-se, sobretudo, para esse fim: apresentar, para discussão *inter pares*, um modelo de projeto de investigação-ação multidisciplinar, glocal e participativo, que revelou pontencialidades interessantes, mas que ainda se assume como um *work in progress*.

Bibligrafia

APPADURAI, A. (2000), "Grassroots Globalization and the Research Imagination". *Public Culture*, 1 (12, Winter), pp. 1-19

BAIONI, D. (2011), "Human activity and damaging landslides and floods on Madeira Island". *Natural Hazards and Earth System Sciences*,11, pp. 3035-3046.

BANKHOFF, G. (2004), "Time is of the essence: disasters, vulnerability and history". *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*, 22(3), pp. 23–42.

BECK, U. (2007), *World Risk Society*, Cambridge/Malden: Polity Press.

BERLEANT, A. (2012), "O Significado Mutável Da Paisagem". In A. V. Serrão (coord.), *Filosofia e Arquitetura da Paisagem: Um Manual*, Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, pp.347-356.

BESSE, J.-M. (2013), "Estar na paisagem, habitar, caminhar". In I. L. Cardoso (coord.), *Paisagem Património*, Universidade de Évora: Dafne Editora.

BONATI, S. (2014) *Paisagens vulneráveis entre percepção e resiliência. A ilha da madeira e Cinque Terre como casos de estudo*. Tese de doutoramento, Pádua: Departamento de DISSGeA, Universidade de Pádua.

BONATI, S. e MENDES, M. P. (2015), "Building participation to reduce vulnerability: how can local educational strategies promote global resilience? A case study in Funchal – Madeira Island". In *Procedia Economics and Finance* (no prelo).

CAPELOA GIL, I. (2011), "O que é a literacia visual ou o estranho caso do coelho-pato". In I. C. Gil, *Literacia Visual. Estudos sobre a inquietude das imagens*, Lisboa: Ed. 70, pp. 11-30.

CASTELLS, M. (2006), "The networked city: réseaux, espace, societé". Disponível em http://www.igbp.net/download/18.1081640C135C7C04EB480001182/NL78-for_web.pdf , [consultado em 05-03-2014].

CASTIGLIONI, B. (2009), *Education on landscape for children. Secretariat document, Cultural Heritage, Landscape and Spatial Planning Division*, Strasbourg: Council of Europe.

CASTIGLIONI, B. (2012), *Landscape facets. Reflections and proposals for the implementation of the European Landscape Convention*, Strasburg: Coucil of Europe, p. 29.

CHAMBERS, R. (1994),"Paradigm shifts and the practice of participatory research and development", Working Paper 2, Institute of Development Studies, pp. 1-20.

COSGROVE, D., DANIELS, S., (1988), *The iconography of landscape: essays on the symbolic representation, design and use of past environments", Cambridge studies in historical geography,*Cambridge: Cambridge University Press

COUTO, F.T.; SALGADO, R.; COSTA M.J. (2012), "Analysis of intense rainfall events on Madeira island during the 2009/2010 winter". *Natural Hazards Earth Syst. Sci.*, 12, pp. 2225-2240.

CRUTZEN, P. J. e SCHÄGERL, C. (2011) "Living in the Antropocene: toward a new global ethos". *Yale Environment 360*. Disponível em http://e360.yale.edu/feature/living_in_the_anthropocene_toward_ a_ new_global_ethos/2363/, [consultado em 05-03-2014].

D'ANGELO, Paolo (2012), "Repensar a Paisagem". In SERRÃO, A. V. (coord.), *Filosofia e Arquitetura da Paisagem: um Manual*, Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, pp. 333-346.

ERLL, A. e NÜNNING, A. (eds.) (2010), *A companion to cultural memory studies*, Berlin/New York: De Gruyter.

FOUCAULT, M. (2007), *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Graal.

GEERTZ, C. (1973), *The interpretation of cultures*, s.l.: Basic Books.

HOVE, S. (2000), "Participatory approaches to environmental policy-making: the European Commission Climate Policy Process as a case study". *Ecological Economics*, Saint Quentin en Yvelines: Elsevier Science B.V., 33, pp. 457–472.

LEWIS, J., KELMAN, I. (2012), "The good, the bad and the ugly: Disaster Risk Reduction (DRR) versus Disaster Risk Creation (DRC)". *PLoS Curr.*, 4, pp.1-25.

MATA, J. (1996), "*Petrologia e Geoquímica das lavas da Ilha da Madeira: implicações para os modelos de evolução mantíelica*. Tese de doutoramento, Lisboa: Universidade de Lisboa.

MENDES, M. P. (2013), *Diálogos entre arte antiga e arte contemporânea no Museu de Arte Sacra do Funchal*. Dissertação de mestrado, Lisboa: Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa.

NGUYEN, H.T. *et al*. (2010), "Landslide hazard and cascading effects following the extreme rainfall event on Madeira island (February 2010)". *Natural Hazards*, 65, pp. 635-652.

NÜNNING, V., NÜNNING, A. e NEUMANN, B. (2010), *Cultural ways of worldmaking. Media and narratives*, Berlin/New York: Walter de Gruyter.

PRADA, S. N., OLIVEIRA DA SILVA, M., CRUZ, V. G. (2005), "Groundwater behaviour in Madeira, volcanic island (Portugal)". *Hydrogeology Journal*, 13, pp. 800-812.

PRADA, S., MENEZES DE SEQUEIRA, M., FIGUEIRA, C., OLIVEIRA DA SILVA, M. (2009), "Fog precipitation and rainfall interception in the natural forests of Madeira island (Portugal)". *Agricultural and forest meteorology*, 149, pp. 1179-1187.

PRADA, S., SERRALHEIRO, A. (2000), "Stratigraphy and evolutionary model of Madeira island". *Bocagiana 200*, Funchal: Museu Municipal Funchal, p. 13.

PRADA, S. N., OLIVEIRA DA SILVA, M. (2001), "Fog precipitation on the island of Madeira (Portugal)". *Environmental geology*, 41, pp. 384-389.

QUARANTELLI, E. L. (2005), "20: A Social Science Research Agenda for the Disasters of the 21st Century: Theoretical, Methodological and Empirical Issues and their Professional Implementation". PERRY, R. W. e QUARANTELLI, E. L. (eds.), *What is a disaster? New answers to old questions*, s.l.: International Research Committee on Disasters, pp.325-396.

QUINTAL, R. (1999), "Aluviões na Madeira. Séculos XIX e XX". *Territorium. Revista de Geografia Física Aplicada no Ordenamento do Território e Gestão de Riscos Naturais*, 6, pp.31-48.

QUINTAL, R. (2000), "O Parque Ecológico do Funchal e a prevenção de cheias e incêndios florestais". *Territorium. Revista de Geografia Física Aplicada no Ordenamento do Território e Gestão de Riscos Naturais*,7, pp.31-48.

ROE, G. H. (2005), "Orographic Precipitation". *Annu. Rev. Earth Pl. Sc.*, 33, pp. 645–671.

RAFFESTIN, C. (2005), *Dalla nostalgia del territorio al desiderio di paesaggio. Elementi per una teoria del paesaggio*, Firenze: Alinea Editrice.

SELIGMANN-SILVA, M. (2006), *História, memória, literatura. O testemunho na era das catástrofes*, Campinas/SP: Editora Unicamp.

SEPÚLVEDA, S. M. F. (2011), *Avaliação da precipitação extrema na ilha da Madeira*. Dissertação para obtenção do grau de mestre em Engenharia do Ambiente, Lisboa: IST-UTL.

SILVESTRE, O. M. A. P. (2006), *Revisão e Nação. Os limites territoriais do cânone*, Tese de Doutoramento em Letras, na área de Línguas e Literaturas Modernas, especialidade de Teoria da Literatura, Cpimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

SOUSA, I. (2013), *A Comunicação do Risco na Minimização de Desastres Naturais na Região Autónoma da Madeira*, Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

TUAN, Yi-Fu (1990), *Topophilia: a study of environmental perception, attitudes and values*, New York: Columbia Univ. Press..

WACHINGER, G. e RENN, O. (2010), *Risk peception and natural hazards. CapHaz-Net WP3 Report*, Stuttgart: DIALOGIK Non-Profit Institute for Communication and Cooperative Research.

ZANATO ORLANDINI, O. (2007),"Lo sguardo sul paesaggio da una prospettiva pedagogico-ambientale". In CASTIGLIONI, B., CELI, M., GAMBERONI, E., *Il paesaggio vicino a noi. Educazione, consapevolezza, responsabilità*, Montebelluna: Museo Civico di Storia Naturale e Archeologia, pp.39-50

ZÊZERE, J. L., PEREIRA, S., TAVARES, A.O., BATEIRA, C. TRIGO, R.M., QUARESMA, I.; SANTOS, P.P., SANTOS, M., VERDE, J. (2014), "DISASTER: a GIS database on hydro-geomorphological disasters in Portugal". *Natural Hazards*. Disponível em http://link.springer.com/ article/10.1007%2Fs11069-013-1018-y [consultado em 25-02-2014].

GT 64
O impacto das migrações rurais nos contextos de origem: experiências luso-afro-brasileiras

O Ordenamento do Território: Uma abordagem interpretativa das políticas públicas brasileiras

Edir Vilmar Henig[1]

Resumo: A relevância do ordenamento territorial para o desenvolvimento de uma nação é percebido quando analisamos os diversos casos de países que se utilizaram destas políticas públicas para minimizar suas desigualdades regionais. Ao buscarmos as referências e os debates brasileiros sobre o assunto, percebemos que muito pouco tem sido feito concretamente no âmbito do ordenamento do território embora existem estudiosos debruçados em estudar e propor balizadores que permitam os avanços necessários. O Estado em contrapartida demonstra que as preocupações estão direcionadas para solucionar problemas emergências, espalhados por diversas instancias e instituições de poder. Para este artigo foi utilizado como metodologia as pesquisas bibliográfica e documentas que pudessem nos deixar a par das discussões que ressalvam o ordenamento do território, tendo por objetivo propor um debate que nos direcionem para soluções possíveis, como é o caso das regionalizações que viabilizariam um modelo de desenvolvimento regional que contemplasse todos as regiões do país.

Palavras Chaves: Ordenamento do Território. Política Pública. Estado.

Abstract: The relevance of spatial planning for the development of a nation is perceived when we analyze several cases of countries that have used these policies to minimize their regional inequalities. As we seek references and Brazilian debates on the subject, we realize that very little has been done specifically in the field of spatial planning although there are scholars bent on studying and proposing hallmarks that enable the necessary advances. The state in turn demonstrates that the concerns are directed to solve emergency problems, spread over several instances and institutions of power. For this article was used as methodology and literature Documentas that could leave us abreast of the discussions which reserve land management, aiming to propose a debate that drive us to research possible solutions, as in the case of regionalization that viabilizariam a model regional development which embraced all over the country.

Word Keys: Spatial Planning. Public Policy. State.

Introdução

O território tem importância para o desenvolvimento do país, e como a ocupação deste espaço pode interferir neste desenvolvimento social, econômico e ambiental, mas para isso é necessário o conhecimento prévio de suas potencialidades ou vocações naturais, ou seja, os motivos da ocupação daquele espaço, bem como acerca das vulnerabilidades que podem restringir à ocupação, são estas demandas que se fazem com que o planejamento e a gestão publicas referente ao território se tornam essenciais.

É com base em um tipo matriz, relativamente complexa, que deverá ser levado em consideração inúmeras

---

1 Doutorando em Território Risco e Políticas Públicas da Universidade de Coimbra, bolsista CAPES pelo Programa Ciências sem Fronteira.

variáveis envolvidas que podem trazer a análise potencialidades e vulnerabilidades aos territórios, que se possibilita a elaboração de um plano detalhado para a ocupação racional de qualquer território. No Brasil existem diversas ferramentas que tornam possível o ordenamento territorial, que são amparadas por legislação específica e denominadas por zoneamentos, com diversas adjetivações, mas que se encontrar estagnadas politicamente, por falta de interesses políticos.

O trabalho em questão se dispõe a articular proposições referentes e ao ordenamento territorial no cenário brasileiro, enquanto legislação e possibilidades das políticas econômicas, sociais e ecológicas. O referencial teórico está o cerne da discussão ao reforçar a relação entre o Estado com os grupos econômicos, tendo em vista que ambos estão intimamente correlacionados à vertente política e econômica de relações arbitrárias e desiguais ao ordenamento do território, ressaltando o contexto regional e a regionalização do território.

O objetivo do presente trabalho é fomentar o debate sobre o ordenamento territorial no Brasil a partir da legislação vigente, ou que se tem dela, fazendo sempre a relações entre as leituras de Território, Estado e Poder dos grupos econômicos atuantes com o poder público na condição gestores do território, tentando relacionar as diferentes políticas de ordenamento de Ministérios e Secretárias ligadas a União.

O Estado e o Ordenamento do Território

O Brasil possui uma extensão de terras de padrões continentais, governar e distribuir os recursos de forma equitativas e iguais é um dos desafios para o Estado, e muitas vezes injustiças ocorrem pelo fato das políticas de ordenamento de território estarem obsoletas ou não existirem.

E teve sua formação de forma peculiar, pois durante os quatro séculos posteriores ao início da colonização foram rompidas fronteiras, como é o caso do Tratado de Tordesilhas, e a presença humana foi expandida até a Amazônia, e um a remodelação da Bacia do Prata, e a incorporação do estado do Acre aos domínios brasileiro, tendo durante o século XX uma estagnação quanto a expansão de fronteiras.

> [...] As condições naturais eram quase diretamente solicitadas a fornecer respostas a uma ação humana que buscava refletir demandas locais e forâneas, utilizando-se das facilidades oferecidas pela própria natureza (relevo, vegetação, hidrografia, solos, etc.) e criando, como função do tipo de produção reclamado, áreas de densidade ou de rarefação. Essa densidade humana, variável segundo os lugares, constituía, pois, o primeiro contraponto aos condicionamentos naturais (SANTOS e SILVEIRA, 2012: 250).

Neste sentido, a formação do território brasileiro é determinante por condições naturais que influenciaram a dominação do espaço, bem como as determinantes minerais que fomentaram a economia das regiões através da extração de metais e pedras preciosas, além da extração da madeira, e outros recursos, se favorecendo das condições do meio físico do ambiente, como a hidrografia para o transporte, e o relevo para a habitação.

Desde o estabelecimento do Brasil como território, mesmo antes da independência, a utilização do mesmo como forma de dominação de seres humanos sobre outros seres humanos, usando da força e da violência para a expropriação da mão de obra, da ocupação da terra, e expansão e concentração fundiária, tendo o Estado, como principal apoiador deste processo de usurpação.

Os primeiros planos de ordenamento do território no Brasil, no sentido de organizar e gerir o território, surgem na década de 1920 com o início da industrialização e a integração do país no mercado internacional, tendo posteriormente na reforma do Estado uma queda considerável nos investimentos e de interesse do governo neste sentido, pois a nova gestão tem outra perspectiva e modelos de governança.

> O papel ativo do Estado na formulação, implementação, e financiamento do ordenamento do território refletiu-se no grande número de instrumentos disponíveis. Na fase do Estado reformado, na qual a ação governamental sobre o território encontra

> limites estruturais, também há instrumentos institucionais e de operacionalização, ambos em números bem mais reduzido do que na fase anterior (BRASIL, 2006:34)

Para que as políticas se efetivem e ganhem o caráter público é necessário que se leve em conta a construção histórica da sociedade brasileira, que desde de sua colonização está calcada de desigualdades regionais e políticas, amparadas por interesses particulares que transitam pelo Estado e pela sociedade civil organizada, que desprestigia determinadas regiões pelos interesses particulares que há em outras.

> A colonização é, antes de tudo, uma relação sociedade-espaço. A relação de uma sociedade que se expande e os lugares onde se realiza tal expansão, num contexto no qual os "naturais" do lugar são concebidos como atributos do espaço, uma sorte de recurso natural local. (MORAES, 2005:68).

Embora superado o regime colonial, as desigualdades e a promoção da logica parasitária que suga os recursos de uma determinada região em detrimento ao benefício de outra, também muito presente no contexto da Política Café com Leite, que após a Proclamação da República do Brasil, estabeleceu um poder político do país em torno dos interesses do cafeicultores paulistas e os fazendeiros de leite mineiros, dominando por anos o cenário político brasileiro e subjugando os demais estados da federação as migalhas que lhes sobravam.

> A modernização do país, já iniciada sob o regime de Getúlio Vargas, facilitara, a concentração econômica e espacial. A rápida expansão da indústria no 'centro' passava a exigir mais mercados, não apenas fora mas também dentro do país (SANTOS e SILVEIRA, 2012:44)

Com este exemplo histórico do que se passou no Brasil no contexto das políticas regionalizadas é preciso, antes de dar prosseguimento ao debate da construção desigual da regionalização brasileira é importante estabelecer alguns conceitos que vão endossar e dar fundamento à discussão, e o primeiro deles é o de território. Neste sentido, buscamos alguns autores que nos possam dar alicerce a construção do conhecimento sobre o assunto. Para Godelier o conceito de território está intimamente ligado a natureza e ao espaço que a mesma ocupa, tendo uma tendência de o tornar uma fonte de recursos, quando diz que:

> Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, de espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar. (GODELIER, 1984: 112)

Esta percepção de território ressaltada por Godelier, está relacionada com o senso de pertencimento das comunidades tradicionais que acaba por ser influenciada pela experiência do território e ainda pela fonte de sustento da população através dos recursos naturais, e da terra, ou seja, fauna e flora.
Este conceito muito embora superado pelo nível de desenvolvimento da sociedade ainda serve de base para discussões de nível antropológico e social, de populações que se encontra ainda num processo de civilidade arcaico ou pouco desenvolvido, caso dos índios, quilombolas, ribeirinhos e outros povos tradicionais existentes no Brasil.

> "O território compõe de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais, no sentido de que as relações sociais são espaciais ou geograficamente medidas. Podemos dizer que esta é a noção mais ampla do território, passível assim de ser estendida a qualquer tipo de sociedade, em qualquer momento histórico, e podendo igualmente ser confundida com a noção de espaço geográfico." (HAESBAERT, 2007:54)

Nesta perspectiva, temos o território divido em frações de espaços estabelecidas através de uma relação de poder entre diversos sujeitos que buscam a hegemonia em determinado cenário. Mas, para além disso, também estabelece as relações sociais e culturais na qual determinada sociedade está inserida, sendo uma relação entre seres humanos x natureza, e seres humanos x seres humanos, em uma constate transformação do território.

> [...] o território emerge como nova unidade de referência para a atuação do Estado e a regulação das políticas públicas. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de resposta do Estado, tendo em vista a ineficácia e a ineficiência de suas ações, seu alto custo para a capacidade e a permanência das mazelas sociais mais graves como a pobreza, o desemprego, a violência, etc. (MATTEO, *et. al.* 2013:53)

Sendo assim, o conceito de território que agora temos nada tem relacionado com o contexto geopolítico do território nacional, que outrora lhe era imputado, antes está ligado as dinâmicas socioespaciais construídas e marcada pelas relações sociais, e pela noção de pertencimento, ainda pode ser uma referência para a ação do Estado com regulamentação de políticas públicas específicas, o que se objetiva a sanar mazelas sociais como o caso da pobreza, desigualdade, saúde, educação, desemprego, violência, etc.
O Estado neste sentido, assume ou não este papel de regulador ou de mediador dos conflitos, e neste sentido Marx destaca que o Estado na condição de mediador, incorpora o interesse do capital, ou dos interesses capitalistas, daqueles que governam, submetendo o restante da sociedade as condições de pauperismo, Santos reforça este pensamento, quando destaca que:

> "A presença das empresas globais no território é um fator de desorganização, de degradação, já que elas impõem cegamente uma multidão de nexos que são do interesse próprio, e quanto ao resto do ambiente nexos que refletem as suas necessidades individualistas, particularistas. Por isso, o território brasileiro se tornou ingovernável. E como o território é o lugar de todos os homens, de todas as empresas e de todas as instituições, o país também se tornou ingovernável como nação, como estado e como município." (SANTOS, 2007:20)

A mundialização dos recursos e a internacionalização do capital são fatores que contribuem com a desordem que se encontra o Estado Nação brasileiro, onde os investimentos são concentrados em determinadas áreas, favorecendo o despovoamento de outras, contribuindo diretamente com a alta taxa de migração para as grandes metrópoles, aumentando os dorsos de morros e favelas, o que afeta diretamente ao desenvolvimento sustentável das cidades, e agravando ainda mais as mazelas sociais, já existentes nas cidades.

O Ordenamento do Território e o Marco Legal

Ao discutir o território sempre passamos pelas questões de sua gestão, ordem e controle sendo de grande importância pensar o espaço não apenas como responsabilidade do Estado, mas incorporando aos contextos as grandes empresas, sejam elas empresariais, comerciais, serviços ou financeiras, além da sociedade civil organizada que contribui com o ordenamento do território, sempre levando em consideração as diferentes dimensões sociais.

> Ao nível nacional a gestão se refere à definição de critérios de seleção, regulação e estímulo de atividades e espaços, segundo a filosofia e a estratégia de desenvolvimento definidas pelo conjunto da sociedade nacional. Ao nível regional e local, é prioritária para a gestão a participação da população e do saber local na formulação e na execução de estratégias, táticas e técnicas a serem utilizadas. (BECKER, 1991:179)

Na perspectiva apresentada por Becker, a gestão territorial deve ser colocada em prática através de projetos e propostas de desenvolvimento pactuadas mutuamente entre as diversas escalas, contemplando todas as classes econômicas e sociais envolvidas no espaço, e promovendo o desenvolvimento de áreas esquecidas ou abandonadas pelo poder público.
Entretanto, entender o ordenamento do território ainda é uma tarefa complexa, uma vez que o conceito claro e definido encontrando-se em construção, pois depende dos diferentes interesses e motivações que objetivam o contexto de sua elaboração para os diferentes países, ou bloco econômicos.
A definição da Carta Européia de Ordenamento do Território (CEOT/CEMAT, 1983), estabelece que:

> [...] a expressão espacial da harmonização de políticas econômicas, sociais, culturais e ambiental, micro e macrorregionais, ora ciência, ora técnica administrativa, ora política pública concebidas com enfoque interdisciplinares e global, cujo objetivo é o desenvolvimento equilibrado das regiões e a organização física do espaço, segundo uma diretriz.

É perceptível a amplitude conceitual que desvela o interesse de sua proposição, ou seja, integrar a União Europeia envolvendo as organizações, levando em conta os diferentes espaços que constituem os países e regiões do bloco.

> Ordenamento territorial é a regulação das tendências de distribuição das atividades produtivas e equipamentos no território nacional ou supranacional decorrente das ações de múltiplos atores, segundo uma visão estratégica e mediante articulação institucional e negociação, de modo a alcançar os objetivos desejados. (BRASIL, 2006:17)

O reconhecimento do ordenamento do território passar por conceitos interdisciplinares, uma vez que seus significados são diversos, muito embora a ideia principal é a organização e a ocupação, uso e transformação do espaço para sanar as demandas sociais, econômicas, políticas e ambientais, o que torna imprescindível a formulação de políticas públicas setoriais, sendo esta também um dos objetivos do ordenamento pois facilita a elaboração de políticas que sejam especificas para cada região.
Nesta perspectiva o ordenamento do território vincula-se a políticas públicas concentradas em ações de equilíbrio desenvolvimentista regional e a organização do espaço criando oportunidades e fomentando a competitividade equitativa das regiões, com este objetivo o governo federal precisa criar estratégias e potencializar forças que moldem o desenvolvimento, minimizando obstáculos e desigualdades, e maximizando as oportunidades e possibilidades, e tendo assim a legislação como principal fator contributivo.
Amparado pela Constituição Federal de 1988 (CF-88) que tem em como um de seus elementos fundadores a "redução das desigualdades sociais e regionais" (BRASIL, 1988, Artigo 3º, Inciso III), é preciso salientar que as regiões têm princípios de semelhanças no que se refere ao desenvolvimento de ordem econômica e financeira. Neste sentido, a CF-88 contempla as necessidades de planos regionais e define regiões como instrumentos para a execução de políticas públicas que garantam a coesão e o desenvolvimento nacional.
Ainda o Artigo 23, parágrafo único da CF-88 reza que, "Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional", deixa claro a possibilidade de se tratar do território com particularidades que ao longo do tempo venham surgir, bem como a possibilidade de fazer políticas nas necessidades regionais.
Referente ao ordenamento do território a Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 21, inciso IX, traz a obrigatoriedade da União em "elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social", e deve se levar em consideração que no momento da redação e aprovação da CF-88, o Brasil vivia um processo de redemocratização, e tinha o objetivo de democratizar também os recursos e políticas contemplando todas as regiões de igual maneira.

A nova Constituição delegou o ordenamento do território brasileiro aos municípios, muito embora as elaborações das políticas públicas ficassem a cabo da União com planos nacionais e regionais, conforme o artigo 30, inciso VIII da Constituição Federal de 1988, ressalta que "promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano."
Ao adentrar os anos de 1990 o ordenamento do território passa a ser de responsabilidade da Secretária de Assuntos Estratégicos (SAE), e que criou um departamento exclusivo para tratar do ordenamento, conforme determinava a Constituição. Alguns anos depois da criação do SAE, o mesmo foi extinto, mas pôde ser percebido que a antiga secretária serviu apenas para elaborar o plano de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), que foi atribuído ao Ministério do Meio Ambiente (MMA).
Apenas em 2003 que o ordenamento do território voltou a agenda pública, com a elaboração da Lei nº 10.683 que estabeleceu e delimitou as atribuições e ações, além de direcionar os assuntos do ordenamento para o Ministério da Integração Nacional.

> Em 2003, o MI recebeu a incumbência e a responsabilidade pela *ordenação do território",* significando em tese a elaboração de uma política integradora e/ou organizadora, segundo princípios e diretrizes definidos, visando ao desenvolvimento e à minimização das desigualdades sociais e regionais." (BALDIM e CONTEL, 2013:27)

Nesta perspectiva é clara a incapacidade do Ministério da Integração Nacional em elaborar e executar o ordenamento do território, tendo ainda a situação agravada pelo conflito de interesses entres os demais organismos institucionais e que algumas oportunidades, e não raras, possuem políticas mais fortes do que as do MI, sendo exemplo disso o Ministério das Cidades (MCidades), que dialoga diretamente com os municípios.
Ainda nesta lógica de desencontros institucionais, o Ministério do Meio Ambiente (MAA) coordena os ZEE, que abrange vasta porção territorial, que elabora ações que dizem respeito as questões ambientais do território, em outra instância o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), se responsabiliza em trabalhar com regiões agrícolas e de questões voltadas as políticas fundiárias, agrárias de zonas rurais.
Podemos elencar também o caso do Ministério do Planejamento e da Casa Civil que também executam projetos que visam o desenvolvimento econômico e social das diversas regiões do país, como exemplo o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que tem executado diversos projetos de hidrelétricas, estradas, portos e aeroportos; e por último o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que elabora e executa ações que fortaleça a distribuição de renda e a permanência da população em suas áreas originais.
É importante reafirmar que o conceitual de ordenamento do território diz respeito a múltiplos entendimentos dos objetivos das políticas do Estado, técnicas e enquanto disciplinas, ao que deve ser levado em consideração a necessidade para a nação de um plano de ordenamento que balize e modele as ações do governo, em conjunto com todos os órgãos que estejam diretamente envolvidos, e que embora esteja positivado na Constituição Federal, pouco se tem feito de fato pelo ordenamento do território.

Considerações Finais

Embora consensual a necessidade de um planejamento territorial no Brasil, devido sua extensão geográfica, ainda carece de políticas públicas que integralizem as diversas regiões, promovendo o desenvolvimento social, econômico e ambiental, ainda que esta não tem sido a realidade encontrada na agenda política do Estado, que apesar de saber da importância destas ações, ignora a urgência de ações efetiva, protelando intervenções concretas e objetivas.
Uma das alternativas viáveis para o território brasileiro seria a regionalização, que Grigg (1974, p. 53) define como sendo, "um meio para atingir um fim, não um fim em si mesmo. O sistema de regiões só é estabelecido como primeiro passo para a pesquisa geográfica", e nesta perspectiva, é o primeiro passo também para a ação do Estado, uma vez que reconhece a necessidade especifica de cada região, e das populações que inserem-se em realidades sociais e econômicas diferenciadas.

Com a ascensão do neoliberalismo na década de 1990 no Brasil, as privatizações e a abertura do mercado retiram do Estado de regulador e de atribuições outrora de sua responsabilidade, facilitando a flexibilização do capital, e sua livre circulação, transferência e mobilidade, fez com que algumas regiões se fragilizassem ainda mais, pois não possuíam força econômica e política para a manutenção e reprodução, o que deixou a mercê do mercado, as relações competitiva e promovendo a desigualdade regional.

Segundo Matteo *et al.* (2013, pg. 52) "nos últimos anos, com a retomada do crescimento e o fortalecimento de políticas públicas voltadas à inclusão social e ao mercado de consumo de massas, emergiram ações e movimentos que deram forma ao conjunto de políticas socioterritoriais que hoje povoam o espaço da ação pública no país." Estas políticas embora fragmentadas e setorizada contribuíram de alguma forma para a elevação da competitividade das regiões, uma vez que promoveu a igualdade entre as regiões.

A ausência de um órgão que se responsabilize de fato pelas questões do ordenamento territorial no Brasil impedem que avanços mais concisos sejam efetivados, sendo que as políticas existentes de outros instituições do Estado, objetivam fins que nada tem a ver com o ordenamento, muita embora de forma indireta contribuam para as questões da territorialidade, por isso é importante que as *staffs* que controlam o ordenamento tenham diálogo com diverso Ministérios e Secretária que promovem políticas referidas.

Estas respostas ou políticas setorizadas do Estado, nada mais são do que uma tentativa de suprir a ineficácia, ineficiência e inexistência em muitos casos de suas ações, resultando em custos elevados para a sociedade, e o que leva a protelar das mazelas sociais graves como a violência, desemprego, miséria e fome, mas que de forma independentes não passam por uma discussão profunda com o ordenamento do território e ganham apenas caráter emergencial de assuntos agravados.

Portanto, o debate em torno do desenvolvimento brasileiro deve passar por questões do ordenamento do território, a exemplo do que já é feito pelas universidades, institutos de pesquisas, e por países desenvolvidos, o que deixa explicito a necessidade e a importância que há para o cenário nacional, a fim de minimizar as desigualdades regionais presente no território brasileiro, e colocar o país em um novo patamar de desenvolvimento, que atinja toda a população, independentemente de onde se encontre.

Referencias

BALDIM, R.; CONTEL, F. B. (2013) Região e Regionalização: subsídios teóricos para o ordenamento territorial e o desenvolvimento brasileiro. In.: BAUERI, R.; COSTA, M. A. **Brasil em desenvolvimento 2013:** estado, planejamento e políticas públicas/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: IPEA, Volume I.

BRASIL. **Ministério da Integração Nacional.** (2006) Subsídios para a definição da política nacional de ordenamento do território – PNOT. Brasília.

BRASIL. (1998) **Constituição Federal do Brasil.** Brasília, 1998.

CEOT/CEMAT. (1983) **A Regional/Spatial Charter for Europe.** Estranburgo: Conselho de França.

GODELIER, Maurice. (1984) **L' idéel et le matériel: pensée, économies, sociétés**. Paris: Fayard.

GRIGG, D. B. (1974) **The agricultural systems of the world:** na evolutionary approach. London: Cambridge University.

HAESBAERT, Rogério. (2007) Concepções de território para entender a desterritorialização. In.: SANTOS, Milton. **Território, Territórios:** Ensaios sobre o ordenamento territorial. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. Lâmpada.

MATTEO, M.; VASCONCELOS, R.; MATTEO, K. de.; FREIRE, N. (1993) O Brasil na perspectiva territorial: regionalidade como uma estratégia do desenvolvimento emergente. In.: BAUERI, R.; COSTA, M. A. **Brasil em desenvolvimento 2013:** estado, planejamento e políticas públicas/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: IPEA. Volume I.

MORAES, Antonio Carlos Robert. (2005) **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. (2006) **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 16 ed. Rio de Janeiro: Record.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In.: SANTOS, Milton. (2007) **Território, Territórios:** Ensaios sobre o ordenamento territorial. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. Lâmpada.

A produção dos espaços rurais no Alto Médio Canindé piauiense: migração e trabalho volante no Brasil contemporâneo

Lidiane Maciel[1]

Resumo: O artigo apresentado representa uma parte das reflexões surgidas no âmbito da pesquisa de doutoramento. Trata-se do estudo de processos migratórios entre o Alto e Médio Canindé no Estado do Piauí no nordeste brasileiro para a Região Central do Estado de São Paulo, localizada no sudeste. O artigo não se centra exatamente nos processos de trabalho, mas nos processos desencadeados pela renda obtida através dele, e consequentemente as transformações espaciais dela derivada. Já em meados do século XX nas zonas rurais do Estado de São Paulo o trabalho volante foi desencadeado pelo fim do sistema de colonato. Nessa época a força de trabalho era composta por trabalhadores majoritariamente pertencentes das famílias de colonos expulsos da terra com o fim do ciclo do café (Mello, 1975; Stolcke, 1985; Silva, 1999). Na década de 1990, no meio rural o trabalho dito volante, temporário, ou safrista passa articular a população das periferia pobres urbanas (Silva; 1999; Maciel; 2013) e a população de espaços longínquos, como é o caso dos trabalhadores da colheita da laranja do município de Matão, em São Paulo, "migrantes permanentemente temporários" (Silva, 2008) do nordeste brasileiro, especialmente do município de Jaicós no Alto médio Canindé.

Palavras-chave: Espaço, Trabalhadores rurais, Migração, Nordeste Brasileiro.

Notas iniciais

No trabalho que realizamos a dimensão espacial é sem dúvidas central e as influências culturais adquiridas nos percursos migratórios recriam, produzem e materializam relações capitalistas da sociedade do consumo outrora distante a realidade de algumas comunidades rurais estudadas no Estado do Piauí. Um dos elementos interessantes desse processo é o distanciamento entre os municípios de origem e destino da população migrante, Matão e Jaicós se distanciam por 2.800 quilômetros. Esses espaços geograficamente apartados pela distância dita física apresentam-se socialmente unidos. Assim, as mudanças sociais apresentadas nessas comunidades também são frutos dos processos migratórios vivenciado pela população local, cujas as idas e vindas estabelecem trocas materiais e simbólicas importantes para manutenção das relações sociais desenvolvidas, e é desse ponto de vista, sociológico, que o processo nos interessa.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa vão de encontro com as propostas definidas pela história oral e análise de dados quantitativos tanto da Região Central do Estado de São Paulo, quanto do Alto médio Canindé no Estado do Piauí. Os municípios de Matão/SP e Jaicós/PI foram selecionados para a pesquisa aprofundada das relações que unem espaços pela migração. A pesquisa de campo realizada entre os anos 2012 e 2014 apontou que somente a partir da descrição dos espaços de vida – no lá, origem, e no cá, destino – era possível compreender a complexidade das trajetórias migratórias e de construção de identidade sociais no processo, o que envolve, necessariamente, aproximações e recusas de estar ou não nos espaços sociais de vida ligados pelo mundo do trabalho e redes de relacionamentos.

O campo foi realizado em várias etapas, tanto no município de Matão/SP quanto em Jaicós/PI. A escolha dos participantes foi feita a partir da rede de relacionamento formada ao longo da pesquisa de campo, na qual um entrevistado nos indicava outros, porém também tentamos diversificar essa rede para que pudéssemos ter distância entre um relato e outro. Entre os anos de 2012-2014 participaram da pesquisa mais de 90 pessoas, e com elas foram realizadas entrevistas gravadas e conversas informais.

---

1 Doutoranda em sociologia pelo IFCH – Unicamp Brasil, com estágio no Laboratório SOPHIAPOL, Université Paris X – La Défense Nanterre, França.
E-mail lidiani.maciel@gmail.com

1. Espaço produzido e vivido nas migrações

A discussão sobre o conceito de espaço rendeu no âmbito da ciências sociais, filosofia e geografia longos debates durante o século XX, sua definição não é algo simples nem acabada. Acompanhando a formação da sociologia e demografia Halbawchs (1941), representante direto da escola funcionalista de inspiração Durkheimiana, em seu clássico estudo sobre morfologia social já demostrava a importância do substrato físico nos fenômenos de população. Para o autor a morfologia social é determinada por representações coletivas. O espaço é entendido como a representação de um tipo específico de sociedade e é fabricado pela memória coletiva.

Já, Lefebvre (1976), desvencilhando-se de uma tradição funcionalista, interpretou o espaço enquanto produto das relações sociais materializado por meio de uma práxis. Assim o autor considerou que o espaço seria produzido por meio da seguinte tríade: "prática social", "representação do espaço" e por meio do "espaço de representação", essa tríade refere-se ao espaço como é "percebido", "concebido" e "vivido". Para Schmid (2012), estamos diante de uma abordagem dupla do espaço, primeiro fenomenológica e depois linguística ou semiótica. O espaço percebido seria aquele cujo aspecto central situa-se na percepção, que pode ser apreendido pelos sentidos, em toda sua materialidade, já o espaço concebido parte da premissa que o espaço não pode ser percebido sem anteriormente ter sido concebido, ou seja, sem ser pensado, e por fim o espaço vivido situa-se através da experiência obtidas ao longo de uma trajetória.

Essas dimensões apresentadas Lefebvre (1976) podem ser utilizadas no entendimento das questões micro que os processos migratórios apresentam, visto que os migrantes partilham, constrói e reconstrói os espaços por onde circulam. Para o autor, não nos situamos "no" espaço, mas somos produtores dele. Durham (1973), afirmava que a migração do campo para a cidade em São Paulo nos anos 1960 e 1970 não constituía um mero deslocamento de população, mas sim uma movimentação no universo sócio cultural, o que por sua vez, favorecia a criação de novas espacialidades articulando o plano simbólico e material.

Soma-se a esse debate a necessidade da discussão da ordem dos estabelecidos em determinadas espacialidades, e os processos de estigmatização dos de "fora" (Elias e Scotson, 2000). Nesse processo a experiência migratória passa operar rupturas e descontinuidades identitárias e as trajetórias familiares e individuais podem ser alteradas dada a modificações nos sistemas de representação. Para Bourdieu (2003), reconhecendo a existência de um espaço físico conclui que ele é uma espécie de simbolização espontânea do espaço social constituído através do acionamento de diversos capitais, a partir desse princípio é desencadeado uma série de luta entorno da apropriação dos espaços.

Para os migrantes os "espaços de vida" (Courgeau, 1988) compostos por suas redes sociais podem ser considerados como um tipo de referencial identitários ou espaço social de pertencimento; fundado através dos quadros de memória. Porém, nas migrações "permanentemente temporárias" (Silva, 2008), como as que estamos nos atentando nesse trabalho, os múltiplos deslocamentos oferece-nos uma abordagem da percepção do espaço-tempo através de processo baseados em hibridismo e pluralidade, em que a negociação das identidades sociais torna-se uma prática necessária a vida cotidiana.

A dinâmica das identidades é um quesito fundamental na produção dos espaços, na origem e no destino migratório. A produção das comunidade rurais no Alto médio Canindé piauiense é tamanha que para os migrantes ditos "permanente" – ou seja aqueles que há anos deixaram as comunidades rumo a outras cidades, mas que uma vez ou outra retornam para visitar familiares – os espaços um dia deixados não são mais os mesmos. Assim, a casa, os espaços rurais, os espaços públicos e de sociabilidade são produzidos pelos valores também apreendidos no deslocamento para o Estado de São Paulo. As experiências de outros espaços vividos modificam a percepção de mundo dos migrantes, para muitos impõe a supremacia das vivências urbanas sobre as rurais, levando a produção de outros espaços questionando a velha dicotomia rural-urbano (Wanderley, 2000).

Em Jaicós, no Alto e médio Canindé, as motivações que desencadeiam os processos migratórios giram entorno das influencias da própria cultura migratória representada pela máxima "melhorar de vida", essa noção é utilizada diversas vezes pelos migrantes na produção dos espaços que são articulados e referenciados a outros. A positividade atribuída as práticas do meio urbano frente as do mundo rural (especialmente as da agricultura familiar), modifica a perspectiva de produção dos espaços pela população das comunidades rurais.

A noção geral de "melhorar de vida" até os anos 1990 ela foi tratada na literatura especializada por uma perspectiva estritamente material e positiva fundada no mercado de trabalho e na ideia de pirâmide social. Nesse

contexto "Melhorar de vida" era considerado como ascensão social (Durham, 1973). Porém, nos fluxos migratórios rurais-urbanos e urbanos-urbanos, urbanos-internacionais das últimas décadas a dimensão espacial também se torna expressão para os migrantes da noção de melhorar de vida (Maciel, 2013) nessa perspectiva, "ir para o mundo" reposiciona os indivíduos nos espaços sociais, os migrantes pós diversas idas e vindas são considerados como detentores de um novo saber: o "Saber Circular", da qual nos fala Tarrius (2000); essa condição possibilita aos migrantes entradas e saídas em diversos espaços de sociabilidade. Assim, a aprendizagem de novos gostos e maneiras de ser, para os migrantes ditos "temporários" modifica também seus espaços habituais. Assim, entendemos que a circulação em diversas ordens, materiais e simbólicas, entre o Piauí e diversas cidades do estado de São Paulo produziu nos últimos anos novos espaços de sociabilidade nas comunidades rurais estudadas.

2. Adentrando no estado do Piauí – Brasil 2

A divisão geográfica que hoje utilizamos para localizar o Piauí, em meio ao Nordeste brasileiro data-se de 1968 e foi realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Segundo Andrade (2011), haveria uma tentativa por parte dos geógrafos de agrupar os Estados segundo suas características socioeconômicas e geográficas. Porém, ao inserir o Piauí na Região Nordeste, devemos lembrar que suas características, econômicas, culturais, sociais, são diversas de outros Estados Nordestinos. A história social do espaço estudado nos indica uma relação fundada nas atividades de agropecuária e na policultura, marcadas pelas condições climáticas ligadas a seca.

O Estado do Piauí, segundo dados do censo demográfico brasileiro de 2010, possui uma população de 3.118.360 habitantes, suas maiores cidades do Estado são: Teresina com 814.230 habitantes, no Centro Norte; Parnaíba; ao Norte com 145.705 habitantes, e Picos com 73.414 ha, no sudeste do Estado, respectivamente. Também segundo as definições estabelecidas pelo IBGE, o Estado é dividido por mesorregiões que inclui o Norte Piauiense, Centro-Norte Piauiense, Sudoeste Piauiense e por fim, o Sudeste Piauiense.

As primeiras incursões sobre o território que hoje conhecemos como Piauí ocorreram no século XVII. As bandeiras eram oriundas das regiões litorâneas da Bahia, São Vicente, Maranhão e Pernambuco, nesse período registra-se pelos os historiadores o extermínio das populações nativas e abertura de campos para a criação de gado e agricultura de subsistência. (Costa, 1974). A prática da pecuária afetou toda história econômica e social da região (Prado Jr 2000).

Bacellar e Lima (1990) chegam a caracterizam a pecuária como sustentáculo da economia rural do Piauí, o interesse por ela está entre os médios e grandes proprietários rurais. A pecuária é gerida de maneira extensiva, utilizando-se de uma quantidade mínima de mão de obra, e sendo alternada com a policultura para subsistência. Para os autores, ainda a atividade, diferentemente da agricultura, recebeu maiores incentivos governamentais, oferecendo mais segurança ao investidor, muitas vezes urbano.

Nesse contexto, no Piauí, nas áreas utilizadas para pecuária há uma pressão exercida pelos grandes e médios pecuaristas contra os pequenos proprietários, intensificando o processo de empobrecimento e expulsão dos mesmos. Para Bacellar e Lima (1990) este processo é materializado na forma da cerca de arame.

Entre os anos 1970 e 1990 o avanço dos cercamento das terras representou também a formalização do processo de concentração fundiária e esfacelamento da agricultura familiar. A pecuária avançou em direção a incorporação de novas áreas. Bacellar e Lima (1990) contestam que haveria no Estado do Piauí, majoritariamente, uma tendência à polarização entre o latifúndio e minifúndio, entre eles existe, segundo os autores uma massa de trabalhadores sem-terra e assalariados, e em menor proporção médios proprietários. Como a tabela 1 mostra, segundo a condição do produtor, o número de "ocupantes" das terras de 1970 a 1985 era demasiadamente alto.

---

2 Este tópico também faz parte do artigo "Trajetórias sociais de trabalhadores rurais migrantes do Alto Médio Canindé, Piauí, Brasil" apresentado no Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia Rural – ALASRU, em 2014.

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários com declaração de área, conforme condição do produtor. Piauí, 1970 a 2006.

Ano						
Condição do Produtor	1970	1975	1980	1985	1990/95	2006
Proprietário	73.668	79.206	82.191	91.764	94.029	132.861
Arrendatário	49.691	54.290	48.160	37.381	19.105	17.434
Parceiro	43.515	37.216	52.982	61.456	31.633	14.673
Ocupante	49.823	45.922	65.633	79.661	62.231	56.332
Total	216.697	216.634	248.966	270.262	206.998	221.300

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários, apud: Hoffmann e Gomes (2010)

Segundo Bacellar e Lima (1990):

> A condição sócio-econômica dos pequenos proprietários é tão assemelhada à dos trabalhadores sem terra, que os mesmo chegam a participar das duas categorias, isto é, a de proprietários, quando trabalham na sua pequena propriedade, e a de força de trabalho quando no período de entressafra trabalham como assalariados nas grandes propriedades, por questão de sobrevivência. (p.61)

Os autores ainda argumentam que é comum o regime de parceria entre os agricultores, porém "diante de uma agricultura que se utiliza de métodos arcaicos de trabalho, solo pobre ainda sujeito a fatores climáticos adversos, esse tipo de relação envolve expectativas de rico", o que leva os agricultores preferirem o sistema de arrendamento em que há a eliminação dos riscos "ao garantir, mediante um ajuste prévio, a sua cota-parte, em produto ou, geralmente em dinheiro" (p.62).

Na porção do Estado de nosso interesse, sudoeste do Piauí, Bacellar e Lima (1990) apontam a grande predominância de trabalhadores rurais sem terra que atuam como posseiros ou simplesmente ocupantes. Eles adentram principalmente naquelas terras de fronteira agrícola em que ainda não estão devidamente regulamentadas ou de proprietários absenteístas. Esses trabalhadores rurais sem-terra estão na maior parte das vezes desprovidos de crédito para tocar a produção, o que muitas vezes os forçam a realizarem migrações sazonais ou definitivas.

3 A região do Alto Médio Canindé Piauiense

A Região do Alto Médio Canindé, se localiza na porção sudeste do Piauí, agrupa 39 municípios, com uma população estimada de mais de 200 mil habitantes. A principal atividade da região é a agropecuária, com destaque para a produção do caju, mel de abelha, e criação de cabras e bovinos. A pequena agricultura familiar também é outra característica da região, na qual podemos destacar as produções de feijão e mandioca. É predominante a pequena propriedade, cujo produtor ainda utiliza-se de métodos tradicionais.

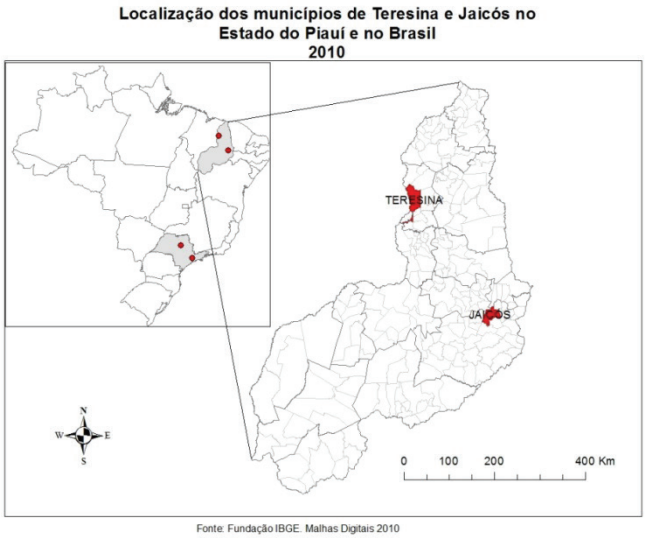

Desta região, tomamos como laboratório de pesquisa a cidade e Jaicós, considerando que a pesquisa de campo realizada na Região Central do Estado em São Paulo em 2012, indicava a forte presença de população desse município em Matão.

O município de Jaicós localizado acerca de 350 quilometro de Teresina, capital do Piauí, suas características mais marcante nos últimos anos tem sido as secas cada vez mais duradouras, e a perda de população das áreas rurais para as "pontas de rua" (Sigaud, 1979), ou bairros recém-formados, e fundamentalmente para outros municípios brasileiros, segundo dados do Censo Demográfico, a população de Jaicós em 1991 era de 28.731 habitantes, em 2010 de apenas 18.008, registando ao longo de vinte anos, a perda de mais de 10 mil habitantes. A condição social do município também institui entre seus moradores a migração "permanentemente temporária" (Silva, 2008) para cidades paulistas. Em Jaicós é nos permitido pensar que a condição de permanência, ou seja, da compra de propriedades rurais a utensílios domésticos, pressupõe a migração temporária, ela aparece como condição essencial para "estar lá". Os deslocamentos ao longo da vida representa também, na fala de muitos migrantes, a saída da condição da sujeição ao emprego público precário e da pobreza.

4. Processos migratórios no Estado do Piauí 1970 – 2010

Entre as décadas de 1970 e 1990, segundo Bacellar e Lima (1990), os principais motivos que pressionava a população do Piauí rumo as rotas migratórias seriam: 1) Trabalho e renda – havia no estado uma escassez ou insuficiência dos recursos, em segundo as questões fundiárias e os meios de produção estavam concentrados nas mãos de poucos, e por fim, as condições climáticas aparecem como causas dos processos migratórios, 2) o segundo fator seria o acesso aos serviços de saúde, 3) acesso à educação visto que é muito comum a precariedade do ensino nas regiões, principalmente no meio rural; 4) e por fim, a recomposição familiar: o chefe de família ao migrar conduz consigo toda a família. A mulher e filhos assumiriam o papel de acompanhar o chefe quando possível.

Bacellar e Lima (1990) já atestavam que havia um pacto de sobrevivência e uma perspectiva de ajuda mútua entre os membros da família "enquanto um membro da família não consegue emprego (renda), beneficia-se da renda familiar, após conseguir emprego passa a reforçar a renda familiar. O fato de a família permanecer unida assegura o aproveitamento coletivo dos escassos recursos financeiros e patrimoniais" (p.131)

Bacellar e Lima (1990), ainda apontam que haveria inicialmente um direcionamento interno dos fluxos migratórios, principalmente rumo a capital Teresina, e a outras cidades cujo desenvolvimento era maior. Para esses espaços a migração era demasiadamente feminina, no caso além de acompanharem a família, podemos considerar a partir de nossa pesquisa de campo no Piauí, que muitas adolescentes eram também levadas por famílias teresinenses para trabalhos domésticos, o que explicaria a "preferencia" das mulheres do que fala os

autores pela migração interna ao Estado. Assim, as motivações não estaria apenas ligadas aos laços familiares, que segundo os autores seriam mais forte entre as mulheres. Para os homens, os espaços migratórios que mais se destacam depois dos anos 1970 foram: a Microrregião Norte e Centro-Oeste e o Estado de São Paulo, depois Rio de Janeiro, seguido por Belo Horizonte.

Já entre os Estados que contribuíram para formação populacional do Piauí, ou seja, que enviou/perdeu população para o Piauí, foram o Ceará e o Maranhão, e em terceiro lugar São Paulo entre nas décadas de 1970-1990. A presença de São Paulo nessa lista deriva-se da condição de idas e vinda que fazem esses trabalhadores e os filhos nascidos durante o processo de deslocamento.

Outro dado interessante apontado por Bacellar e Lima (1990) é que a taxa de retorno registrado na pesquisa que era alta, o que nos indica uma tendência da migração temporária que acomete a população do Estado, desde década de 1960. Ainda, segundo os autores, os migrantes piauienses não permaneciam longo tempo fora de sua cidade de origem.

No que toca o retorno migratórios dos piauienses, Bacellar e Lima (1990), mostram que os dados da amostra indicavam que os migrantes na faixa dos 30-60 anos retornavam para as zonas rurais para fixar residência e montar um pequeno negócio, enquanto os migrantes mais jovens na faixa dos 20-29 anos de idade tinham maior resistência à readaptação nos quadros rurais após a vivencia urbana.

Outro aspecto relevante apontado por Bacellar e Lima (1990), é que se por um lado não haveria uma seletividade migratória ligada à escolaridade, haveria sim uma seletividade ligada ao sexo e idade, visto que as mulheres migravam mais jovens e dentro do Estado, já os homens migravam entre 20-39 anos e para São Paulo, efetuando uma migração de longa distância, mas para eles também haveria outras etapas intermediárias e anteriores a migração de longa distância.

Porém, mesmo dentro desse cenário, o Estado do Piauí ainda apresenta um crescimento populacional contínuo impulsionado por suas taxas de fecundidade, segundo dados do IBGE, o número de filhos por mulheres, em 2010 era de 3,85 filhos. A população passou de 2,8 milhões em 2000 para 3,1 milhões em 2010.

Tabela 2: Evolução da população no Piauí, Nordeste, Brasil – 1872 – 2010.

Ano	Piauí	Nordeste	Brasil
1872 (1)	202.222	4.638.560	9.930.478
1890 (1)	267.609	6.002.047	14.333.915
1900 (1)	334.328	6.746.507	17.438.434
1920 (1)	609.003	11.245.921	30.635.605
1940 (1)	817.601	14.434.080	41.236.315
1950 (1)	1.045.696	17.973.413	51.944.397
1960 (2)	1.242.136	22.181.880	70.070.457
1970 (2)	1.680.573	28.111.927	93.139.037
1980 (2)	2.139.021	34.812.356	119.002.706
1991 (2)	2.582.137	42.497.540	146.825.472
2000 (2)	2.843.278	47.741.711	169.799.170
2010 (2)	3.119.015	53.078.137	190.732.694

Fonte: IBGE, Censos Demográficos – 1960/2000/2010, apud: CEPRO, 2010.

Nota (1) População presente

Nota (2) População residente

No que diz respeito aos processos migratórios também devemos considerar que a saída população do Piauí para outros Estados também se constitui de maneira temporária, o que significa que não são contabilizados

pelos Censos Demográficos, assim em determinados períodos do ano é possível encontramos comunidades "de casas fechadas" em que toda população está fora.
Nos últimos anos, novos espaços migratórios atraíram população do Piauí para o Estado de São Paulo, é necessário darmos destaque a atuação de piauienses no corte de cana-de-açúcar (Silva, 2008; Novais e Alves, 2007; Moraes, 2007) e colheita da laranja no interior de São Paulo (Maciel e Pereira, 2013). Muitos destes trabalhadores rurais como a pesquisa qualitativa têm nos mostrado são migrantes "permanentemente temporários" (Silva, 2008) que dificilmente permaneceram nas regiões onde são força de trabalho; muitos deles já realizaram outras etapas migratórias que incluí cidades paulistas e nordestinas. Nos últimos anos, o interior de São Paulo tem se destacado entre regiões de atração de trabalhadores, são inúmeras as idas e vinda de população do sudoeste piauiense e o interior de São Paulo. (Maciel e Pereira, 2013).
Dentro desse contextos destacamos a cidade de Matão localizado na Região Central do Estado de São Paulo. Esse município foi dinamizado nas última décadas pela produção de cítricos, especialmente a laranja, sua colheita gera anualmente centenas de postos de trabalho, ocupados por população migrante (Maciel, 2013). Essa mão de obra precária movimenta o setor de cítricos brasileiros mundialmente reconhecido por sua dinâmica e alta taxas de produtividade. Neves, (2010) mostra que no plano internacional o Estado de São Paulo aparece como principal espaço produtivo de suco concentrado.

5. As "idas e vindas" dos trabalhadores rurais de Jaicós no Alto médio Canindé- PI e a possibilidade da produção de um outro rural[3]

O fluxo migratórios entre Matão e Jaicós é relativamente recente, data-se dos anos 2000, porém, a pesquisa de campo nos leva a afirmar que as ligações entre os dois municípios são anteriores ao desencadeamento do processo migratório. Inúmeras vezes durante as entrevistas os trabalhadores rurais citaram a circulação de produtos industriais e agrícolas entre os dois municípios. Matão, em São Paulo, também se destaca na produção de máquinas agrícolas.
Entre os migrantes que iam para a cidade de São Paulo trabalhar especialmente na construção civil havia alguns que já se deslocavam para as safras de cana-de-açúcar e laranja no interior de São Paulo na década de 1980. O trabalho na construção civil dificilmente gerava vínculo trabalhista, possibilitando aos trabalhadores se aventurarem em outros campos de atividade durante a estada em São Paulo.
São várias as hipóteses que podem ser levantadas para a explicação do motivo do redirecionamento do fluxo da capital para o interior, no entanto seguindo as pesquisa qualitativa as respostas mais citadas pelos trabalhadores vão encontro a situação de violência, periferização e precariedade das condições de vida vivenciadas na cidade de São Paulo, da pouca possibilidade que tinham de levar a família, e do trabalho não formal e consequentemente sem direitos trabalhistas. O trabalho em São Paulo – capital, também é caracterizado como aquele trabalho que só garante a sobrevivência, pois dado custo de vida na cidade, a renda ganha não possibilitava poupança, e qualquer investimento na terra no Piauí.
A partir dos anos 2000 dois elementos passaram a consolidar a rede migratória entre as cidade de Matão e Jaicós, o primeiro deles referencia-se nas condições precárias de vida no município que ofereciam poucas perspectivas de "melhora das condições de vida", e o segundo elemento funda-se na especulação constante de agenciadores de viagem e trabalho na região. Os trabalhadores se agarram as promessas de renda fácil e segura, e a possibilidade de relação de trabalho formalizada, o que em suas carreiras profissionais nunca foi possível.
Outra situação importante a ser considerada é a segurança transmitida pela safra visto que ela se desenvolve todos os anos, havendo ainda a possibilidade de permanência por curta ou longa temporada, então o ano passou a ser dividido entre dois momentos: o da safra e da entressafra. O último é o período de trabalhar na terra deixada, período de exercer as práticas tradicionais de cultivo ou simplesmente descansar.

---

3 Agradeço imensamente todos os moradores das comunidade rurais de Jaicós (Piauí, Brasil), que gentilmente abriram as portas de suas casas e me ofereceram suas histórias de migração, e também agradeço a todos que me cederam o direito de uso de suas imagens para meus relatórios de pesquisa e artigos acadêmicos.

Assim, estar em Matão, ou em São Paulo, passou também a exercer várias influencias no modo de vida das comunidade rurais no Piauí, é sobre esses aspectos que tentaremos nos concentrar nos próximos itens. O objetivo maior é demonstrar a partir do campo de estudo a produção de espacialidades influenciada pelas idas e vindas dos trabalhadores rurais marcados pelas disposições culturais das cidades e estados pelas quais circulam.

5.1 Entre o mugido do boi e o ronco dos motores

A primeira observação pode ser feita é em relação as novas rotas criadas nas comunidades rurais para beneficiar a circulação de carros e motocicletas. Esse aspecto alterou demasiadamente as estradas urbanas e rurais do município de Jaicós. Há, por exemplo, a construção de novas cercas nas propriedades rurais para proteção dos animais que sofrem o risco de serem atropelados, como nos contou um dos moradores em entrevista em 2013, e mesmo a fixação de placas com avisos que pedem para o motorista a redução da velocidade.

Foto 1 - Lidiane Maciel - Comunidade rural Jaicos

A motocicleta alterou demasiadamente a relação que a população passa ter com o espaço. Em muitas comunidades rurais do nordeste brasileiro podemos destacar, por exemplo, abandono de animais outrora utilizados como meio de transporte. O jegue e o cavalo são muitas vezes substituídos pelas motocicletas. Elas também alteram a maneira como os moradores começaram a ver os espaços e suas distancias, dada a rapidez com que os condutores podem chegar as áreas urbanas e as outras comunidades rurais que foram então aproximadas. O espaço parece ter sido comprimido dado ao tempo que hoje montado numa motocicleta o morador gasta para chegar a áreas distantes de seu município.

A motocicleta é utilizada também para o trabalho na propriedade rural, servindo para transportar alimentos, utensílios, ferramentas etc., e em áreas de pecuária também é usada para "tocar o boi", bem como serve de meio de transporte para toda família, facilitando o deslocamento para fazer compras, levar as crianças na escola, ir à igreja, prefeitura, e para visitar a casa dos parentes e amigos.

Porém, mesmo considerados todos os benefícios apontados pela população em relação a entrada das motocicletas em suas comunidades, podemos também destacar o reverso da medalha traduzido através dos inúmeros

acidentes ocasionados por seu mal uso ou falta de instrução em seu manejo, são inúmeros os casos de mortes e invalidez nas comunidade rurais de Jaicós causados por acidente envolvendo motocicletas. Equipamentos de segurança, como capacetes e luvas não são utilizados, fazendo com que o condutor corra um risco constante de morte. Porém o gosto pela velocidade é altamente valorizado e expresso pelos moradores como um vício que desvia a atenção do condutor em relação as consequências do mal uso das motocicletas.
Para além dessas questões de cunho prático, as motocicletas também são tida como um bem simbólico, ao dar aos moradores a capacidade de uma movimentação mais ágil entre diferentes localidades e a vinculação delas a imagens culturalmente impostas de poder: elas positivam a imagens de quem as manejam. Nas comunidades rurais estudadas os jovens ao se apresentarem socialmente em suas motocicletas, expressam também um novo poder aquisitivo. Nas palavras de muitos moradores elas são sinônimos de que o trabalho na safra foi rentável e que migrar ainda "vale a pena".

Foto 2- Lidiane Maciel - Casa comunidade rural Jaicos

5.2 "Minha casa está lá como se eu estivesse lá: limpa e bem conservada"

A formação de uma sociedade de casa fechadas também é outro aspecto levantado na pesquisa. A safra de laranja ocorrida no Estado de São Paulo entre os meses de junho-janeiro de cada ano é caracterizada pelo envolvimento da família[4], nesse contexto, os trabalhadores rurais são levados a fecharem suas casas nas comunidades rurais, ou deixarem elas sobre a responsabilidade de algum familiar e partirem muitas vezes com a família completa, incluído os filhos pequenos. Esse aspecto impacta diretamente na produção e reprodução social da comunidade rural, alguns morados se questionam sobre como manter a vida associativa e religiosa ativa com a população parcialmente presente. Em entrevista ao padre da cidade, ele nos contou, que as missas e festas santas ficam esvaziadas em época da safra, essa situação é também intensificada pela concorrências de igrejas pentecostais que abre portas nessas comunidades rurais, uma influência do contato mantido com outras regiões, especialmente com o Estado de São Paulo e Rio de Janeiro, onde essas igrejas são comuns.

Foto 3 -Lidiane Maciel - Casa migrante Jaicos

As casas fechadas são as referências "materiais e simbólicas" dos moradores, elas são apontadas pela população que ainda permanece como o maior símbolo da "melhora de vida" dos trabalhadores migrantes, mesmo

4 Diferentemente dos trabalhos relacionados ao corte de cana que dificilmente absorvia a mão de obra feminina caracterizando assim o fluxo migratório como masculino (Menezes, 2002), a colheita da laranja inclui toda família.

esses só habitando-as de três a cinco meses por ano. As casas dos migrantes se diferenciam das demais por serem completamente reformadas, ou recém construídas junto aos escombros da antiga casa de barro. As casas são em sua maioria de alvenaria e construída seguindo o "padrão paulista", como alguns entrevistados citaram nas entrevistas, isso é, são feitas de cimento e tijolos, algumas chegam a possuírem muro e portão, aspectos jamais contido nas casas das comunidade rurais estudadas. Além, dos moradores serem influenciados evidentemente pelas estadas curtas na cidade de Matão, muitos dos trabalhadores rurais, migraram anteriormente para os trabalhos na construção civil, na cidade de São Paulo ou Rio de Janeiro, e hoje aplicam esses conhecimentos de construção outrora apreendidos.

As casas nas comunidades rurais são lugares que os migrantes desejam manter, mesmo que passassem a vida inteira na "roda da migração" (Teixeira, 1999; Nobrega, 2014) nesse ambiente de intensa mobilidade elas são pontos de fixação dessa população aos lugares que chamam de "minha terra", "terrinha" ou "casa", e que nós, sociólogos, chamamos de origem migratória. É para comunidade rural que os migrantes retornam ao fim da safra, e é essa mesma comunidade que nos olhos dos moradores que ficam tomam um novo colorido e sons, seja das músicas que eles trazem de São Paulo, seja do ronco dos motores de suas motocicletas.

Foto 4 - Lidiane Maciel - Casa de barro Jaicos

5.3 "A Terra é para plantar ou terra para descansar"?

Outro aspecto relevante a ser levantado no que toca a construção do espaço rural após a intensificação dos fluxos migratórios, é certa dicotomia que os trabalhadores rurais passam a tratar a terra. Outrora objeto para a produção agrícola familiar, na nova configuração apresentada a terra também é tratada como espaço de lazer-repouso, visto que dada a intensificação da expropriação e falta de políticas públicas direcionada a permanência no semiárido, cada vez mais a terra é ressignificada, apresentando-se como espaço lúdico e de morada. Em Jaicós, a terra perde parcialmente sua dimensão da reprodução via trabalho, as múltiplas tentativas fracassadas de produção intensificaram ao longo dos anos a noção de que o trabalho está fora dela, porém, os trabalhadores migrantes ainda aparecem ligados a terra por relações hereditariedade e identidade, suas memórias foram construídas entorno desses espaços e é nele que os migrantes querem fixar-se, mesmo que temporalmente. Porém, são inúmeros os trabalhadores rurais migrantes que também destinam parte da renda obtida na safra ao beneficiamento do roçado e que insistem em mantê-lo mesmo que seco, assim é sempre citado a compra de maquinários, adubos, sementes, perfuração de poços e ainda a compra de novas propriedades ou "pedaços de terra". Há nesse sentido a concorrência entre as duas perspectiva de uso da terra que são citadas dependendo no período ou ciclo de vida do trabalhador rural. A partir do momento em que ele consegue um benefício, como a aposentadoria, a terra apresenta-se como lugar para descansar, mesmo quando se produz algum tipo de cultura. Já para os jovens, recém casados, a terra aparece como segurança aos tempos difíceis, e a falta de trabalho, pois ela apresenta-se como um lugar onde ainda pode-se tirar *"o de comer"* ou o mínimo do mínimo para a sobrevivência.

5.4 A pinga e pipa do Matão: a circulação de produtos e práticas sociais

Durante a pesquisa de campo no ano de 2013 foi possível verificar uma série de elementos que nos leva a pontuar algumas mudanças no plano dos hábitos que se desenvolveram na comunidade rural pós-migração para o município de Matão, através de uma série de produtos que circulam entre as duas regiões podemos observar o jogo das identidades que hoje marcam os espaços estudados. Se no município de Matão em São Paulo, a cachaça *"Pitu"* era considerada com símbolos da vida outrora deixada no nordeste, em 2013 na feira de Jaicós, a cachaça "Veio Barreiro" era demasiadamente apreciada como símbolo dos hábitos desenvolvidos no "Matão". Os comerciantes nos relataram que os produtos vindos de São Paulo possuem boa saída em Jaicós, que eles remontam a um espaço de vida que os trabalhadores rurais também desejam pertencer.

É interessante o jogo simbólico realizado pelos trabalhadores rurais migrantes, ele se resume na seguinte condição: quando as famílias estão em Matão, durante o período da safra, elas desejam recriar Jaicós através da circulação de produtos trazidos no bagageiro dos ônibus que fazem o trajeto Jaicós-Matão. A farinha de mandioca, o feijão de corda, e o doce de buriti são os produtos mais apreciados e remetem a vida em Jaicós. No período de entressafra, quando os trabalhadores retornam a Jaicós eles também desejam recriar a cidade de Matão, através dos hábitos alimentares e formas de comportamento. O exemplo da cachaça "veio Barreiro" relatado acima é bastante expressivo dessa recriação da qual falamos.

As festas e manifestações culturais também são ambiente propícios para a expressão da identidade migrante, em 2013 elas eram animadas por versões de canções paulistas, e a música reconhecida como da comunidade, o "brega", era atualizada. No entanto, não é possível afirmar que há uma depreciação desse estilo, mas principalmente os jovens fazem um jogo entre "arcaico" e "moderno" aos falarem de suas preferências, entre a música local e a música de fora.

Nesse cenário de idas e vindas são inúmeras as crianças que também nascem em Matão, e são reconhecidos pelos comunidade rural em Jaicós como "*Matonensinhos"*, outras passam a acompanharem os pais durante as safras, e passam a aprenderem um série de brincadeira típicas de bairros paulistas que são adaptadas as condições locais, nos períodos de retorno. A brincadeira de empinar pipa, como mostrada na foto, passou a fazer parte das brincadeiras mais apreciadas pelas crianças em Jaicós, após a estada em Matão. Ela é desenvolvida no meio da estrada de terra, e as crianças imitam os modos aprendidos em São Paulo.

As crianças ao acompanharem os pais são matriculadas nas escolas da cidade de Matão e estão sujeitas a sofrem preconceito, são geralmente chamadas de "Piauí", então, elas tentam se adaptarem rapidamente ao modo

de vida paulista para que a identidade de "Piauí" não seja um entrave nas relações de amizade que possam desenvolver com as crianças do local (Matão-SP). Podemos ressaltar dois espaços importantes de socialização: a escola e a rua.

A escola é considerada com um espaço importante de aprendizagem, é citada pelos migrantes como mais "forte" quando comparada com as escolas da cidade de Jaicós, assim o período da safra também é considerado como momento de alfabetização das crianças. As brincadeiras de rua como o futebol, o empinar pipa, e os jogos eletrônicos de vídeo game, são momentos importante na socialização das crianças que acompanham os pais durante a safra, havendo possibilidade de integração a vida local.

Assim, a circulação de produtos, músicas e brincadeiras entre os espaços rurais e urbanos das cidades de Jaicós e Matão favorece a aprendizagem de novos costumes e práticas sociais que são acionados pelos trabalhadores rurais migrantes dependo do contexto social ou situação social (Gluckman, 1940) apresentada. Tal aprendizagem também favorece a produção não só de espaços sociais de vida, mas também um novo jogo importante das identidades sociais na contemporaneidade sujeitas a processos de mobilidade.

****

Este texto atentou para os processos sociais de mudança social desencadeado pelas as migrações "permanentemente temporárias" laborais, desenvolvidas entre o interior Estado de São Paulo e interior do Estado do Piauí no Brasil. O que nos chamou a atenção no estudo foi que diferentemente da interpretação bastante conhecida da "reprodução das condições de vida" via os ganhos obtidos pela migração (Garcia, 1988; Menezes, 2002) nas comunidades rurais estudadas no sudoeste do Piauí o que foi possível observar a partir de um extenso trabalho foi que para além da reprodução, essas comunidades passam por um processo intenso de *produção* de novas espacialidades e modos de vida. A migração apresenta-se como um elemento que altera definitivamente as condições de vida e percepções de mundo dos trabalhadores rurais e de suas famílias em diversas esferas da vida social.

Bibliografias

ANDRADE, M.C. (2011), *A Terra e o Homem no Nordeste*. 6.ed. Recife: UFPE.

BOURDIEU, P. (2003), *A miséria do mundo***.** São Paulo, Vozes.

BACELLAR, O. & LIMA, G. (1990), *Causas e tendências do processo migratório piauiense***.** Teresina, Fundação CEPRO.

COSTA. P. A. F. da. (1974), *Cronologia Histórica do Estado do Piauí***.** Rio de Janeiro. Ed.Arte nova.

COURGEAU, D.(1988), *Méthodes de mesure de la mobilité spatiale. Migration internes, Mobilité temporaire,navette***.** Paris. Éditions de l'institutnational d'études démografhiques.

DURHAM, E. (1973)*, A caminho da cidade.* São Paulo, Ed. Perspectiva.

ELIAS, N.; e SCOTSON, J. L. (2000), *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*; Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

HALBAWACHS, M. (1941), *Morfologia social*. Tradução: Fernando de Miranda. São Paulo Saraiva Editores.

LEFEBVRE, H. (1986), *La production de l ´espace***.** Paris: Antropos.

GARCIA, A. (1990), *O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social.* São Paulo. Editora Marco Zero.

GLUCKMAN, M. (1940), *Analyse d'une situation sociale dans le Zoulouland moderne* Tradução Tholoniat Y. et De L'Estoile. In. Genèses 2008/3, N° 72, p. 119-155.

MENEZES, M. A (2002), *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de Famílias de camponeses-migrantes*. Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDUFPB.

MELLO, D. M. C. (1976), *O bóia fria acumulação e miséria*. Petrópolis, vozes. 1976.

MACIEL, L. (2013), *O sentido de melhorar de vida: Arranjos familiares na migração rural urbana para o interior de São Paulo*. Jundiaí. Paco Editorial.

_____; PEREIRA. G. (2013), Do "interior" para os laranjais, dos "laranjais" para o "interior": a migração de piauienses para a Região Central de São Paulo. In*: Anais do Seminário Nacional de migrações* (ABEP) – Belo Horizonte/MG. Brasil. 2013.

MORAIS, M.; FRAZÃO. F; JÚNIOR, T. R. (2007), Andando pelo mundo. Significados da migração temporária do Piauí para a agroindústria canavieira paulista. In. NOVAES, J. R. P; ALVES, F. J. C (Orgs.). *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro*). São Carlos: EdUFSCAR.

NOVAES, J. R. P; ALVES, F. J. C (Orgs.) (2007), *Migrantes: trabalho e trabalhadores no*

Complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São

Carlos: EdUFSCAR, 2007.

NEVES, M. F. (2012), *O Retrato da Citricultura Brasileira*. Ribeirão Preto. Ed. Citrusbr.

OLIVEIRA, F. (1977), *Elegia de uma re(li)gião. SUDENE, nordeste, planejamento e conflitos de classe***.** São Paulo: Paz e Terra.

PRADO JR. C. (2000), *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense.

SILVA, M. A. de M. (1999), *Errantes do fim do século***.** São Paulo: Editora da UNESP.

SILVA, M. A. DE M. (2008), Expropriação da terra, violência e migração: camponeses do nordeste do Brasil nos canaviais paulistas. In. Anais do *V Seminário Memória, Ciência e Arte: razão e sensibilidade na produção do conhecimento*. PREAC, Centro de Memória da Unicamp, Centro de Memória em Educação – FE.

SCHMID, C. (2012), A Teoria da produção do Espaço de Henri Lefebvre: Em direção a uma dialética tridimensional. In. *GEOUSP. Espaço e tempo*, São Paulo, n.32 pp.89-109.

SIGAUD, L. (1979), *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo, Duas Cidades.

STOLCKE, V. (1986), *Cafeicultura: homens, mulheres e capital*. Ed. Brasiliense.

TARRIUS, A. (2000), Leer, describir, interpretar las circulaciones migratórias, conveniência de la noción de territorio circulatório. Los nuevos hábitos de la identidade. In. *Relaciones*, verano, vol. XXI.

TEIXEIRA, Carlos C. (1999), *Visões da Natureza: Seringueiros e Colonos em Rondônia.* São Paulo: Educ/ Fapesp.

WANDERLEY, M. N. B. (2000), A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In. *Una Nueva ruralidade em America Latina?* México. 2000.

O papel das migrações na reconfiguração do espaço social em Monsanto: O "caso da antena"

André Filipe Lopes Maratins
andrelopesmart@gmail.com GT64

Dayana Martins Silveira
dayana_daya@hotmail.com GT 64

Gilmar Ribeiro Dos Santos
gilrds@uol.com.br

Resumo: Esse trabalho reflete sobre os recentes fluxos migratórios urbanos para a aldeia histórica de Monsanto em Portugal, bem como sobre os seus efeitos nas formas de apropriação simbólica do espaço e nas relações de poder estabelecidas no território monsantino. O primeiro momento contempla um breve resgate sobre a história da aldeia. Em um segundo momento, discutimos o processo de esvaziamento da aldeia, como consequência do forte êxodo rural a partir de 1950, seguido de um novo ciclo no inicio século XXI, com a chegada de novos migrantes oriundos de zonas urbanas. Por fim, descrevemos e analisaremos o "caso da antena" que se refere à construção de uma antena de telecomunicações com dezenas de metros erguida nas proximidades e campo visual do castelo, principal monumento histórico da aldeia, como elemento que explicita um conflito na disputa física e simbólica do espaço e território entre "novos chegantes" e "estabelecidos," bem como confere visibilidade ao campo de tensões aberto no embate de visões de mundo diferentes.

Palavras-chave: Migrações internas; disputa simbólica; Aldeia Histórica de Monsanto

Introdução

O presente artigo busca analisar o processo de desenvolvimento de um campo de tensões entre os "estabelecidos[1]"- moradores nascidos e criados na Aldeia histórica de Monsanto- e os "diabo de fora," maneira como os nativos de Monsanto chamam a alguém que seja de fora. O campo de tensões nesta Aldeia vêm-se explicitando nas formas de apropriação simbólica e física do espaço monsantino. Para o presente artigo descrevemos e analisamos o conflito que envolve a antena localizada no Castelo, principal monumento histórico de Monsanto.
É evidente a divisão social entre os habitantes residentes, já "estabelecidos"à várias gerações e os novos migrantes, ou "Diabo de fora[2]", portadores de uma visão de mundo e capital social diferente e até antagônica àquela dos estabelecidos.
Entre os vários conflitos estabelecidos escolhemos analisar o conflito da antena. Este conflito, a nosso ver poderá ser encarado como um "espaço" onde se evidenciam diferenças marcantes entre visões de mundo de ambos os agentes em disputa.

---

1 Para nos referir aos nativos utilizaremos "estabelecido", termo firmado por Norbert Elias no seu livro: Estabelecidos e Outsiders para falar do sujeito do lugar ou natural desse lugar.

2Para nos referir ao migrante utilizaremos ao longo do texto a expressão do nativo "Diabo de Fora" como um dado importante para o nosso trabalho. Entendemos que a forma de denominar o chegante utilizada pelo nativo explicita o campo de tensão e o desenvolvimento de conflitos na a visão desse sujeito na construção do migrante. Diabo na formação cristãé a materialização do mal diante do bem. Em outros momentos também utilizamos o termo "migrante" ou " chegante" para nos referirmos a esse grupo que vêm da cidade e estabelece morada em Monsanto.

Para tal objetivo recorremos à pesquisa bibliográfica, documental, e análise de redes sociais, onde observamos que parte do conflito foi travado. Destacamos como referências teóricas que nos auxiliaram na análise do conflito Pierre Bourdieu e Norbert Elias. De forma a fortalecer, fundamentar, reformular e aprimorar as nossas reflexões recorremos a várias entrevistas. Foram entrevistadas pessoas migraram nas décadas de 50 e 70 (período em que mais se fez sentir o êxodo rural), entrevistamos também estabelecidos e chegantes. Foram também fundamentais as observações e trabalho de campo que embora com longas interrupções que vinha sendo feito desde 2012.

Para questões de estrutura, o presente artigo encontra-se organizado com uma introdução, seguida de um capítulo que contextualiza em breves pinceladas o contexto histórico e cultural de Monsanto, seguindo-se dois capítulos que tratam as diferentes fases de Monsanto, a primeira do esvaziamento por conta do êxodo rural e a segunda que trata da "redescoberta" da aldeia por novos migrantes. O quarto capítulo contempla um aprofundamento e descrição do conflito da antena. Por fim apresentam-se as reflexões finais à nossa proposta.

1. O contexto histórico-cultural de Monsanto

A vila de Monsanto, que hoje integra e é sede da União das Freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha é parte integrante do concelho de Idanha-a-Nova, este localiza-se no distrito de Castelo Branco, Beira Baixa em Portugal. O concelho integra a região de fronteira com a Espanha a Sul e a Leste. De Monsanto faz parte a Vila, mas também outros povoados vizinhos. Para o presente artigo interessa-nos olhar com especial atenção o contexto da Vila, uma vez que é ali que se localiza o castelo, e onde foi construída a antena que se revela como o epicentro de um conflito entre *chegantes* e *estabelecidos*.

Os vestígios de civilizações passadas confundem-se com a história de Monsanto. A aldeia foi alvo de vários estudos arqueológicos e antropológicos ao longo do séc. XX que se prolongam à atualidade. Existem registos segundo Vaz (2013) de que a presença humana na região remota ao PeríodoNeolítico. Á semelhança das outras regiões da Península Ibérica, os vestígios e o legado da ocupação romana estão ainda muito presentes na estética da Vila de Monsanto, sendo que existem ainda obras desse período a cumprir uma dada função social, como é o caso da calçada romana de S. Pedroque liga a Vila ao povoado do Carroqueiro. Esta calçada granítica apresenta-se ainda hoje como uma via de comunicação entre a Vila e os arrabaldes,cujo bom estado de conservação é notório.

A chegada dos Suevos e Visigodos vem pôr fim ao período de domínio romano, até que no século XIII dá-se a tomada da região pelos mouros, que entre inúmeras contribuições cientificas e culturais, deixaram um importante instrumento musical de percussão, o adufe *(adduffe)* que ainda hoje é um dos principais patrimónios e cartões de visita de Monsanto[3]. A povoação, reconquistada aos mouros por D. Afonso Henriques é administrada pela Ordem Templária e depois à Ordem de Santiago que a deveriam povoar, manter e defender a região contra investidas inimigas. Monsanto tem-se servido nos últimos anos do nome de "Vila Templária" para atrair visitantes e contrariar o isolamento e o "esquecimento" a que vem sendo sujeita. Várias entidades vêm-se articulando no sentido reconfigurar a tradicional e centenária festa da Divina Santa Cruz em uma festa medieval. À cerimónia tradicional têm-se juntado recriações históricas, mercados medievais e espetáculos temáticos que se enquadram na moldura humana, física e histórica da Vila.

Vaz (2013: 99) indica que dada importância estratégica de baluarte fronteiriço, Monsanto vinha assumindo também destaque no cenário nacional. A partir de 1460 o concelho de Monsanto passou ser representado por D.Álvaro de Castro nas cortes reais. Este nobre seria o primeiro dos dez condes da família Castro que representaram Monsanto durante os 285 seguintes até 1745 nas cortes reais. O mesmo autor destaca ainda ao longo da sua obra as constantes escaramuças fronteiriças e a instabilidade social e política que os monsantinos viviam derivado à sua função defensiva e posição fronteiriça. Salienta-se ainda que durante o domínio Filipino da União Ibérica (1580 -1640) muitos nobres monsantinos tomaram o partido de Castela, e que constantemente

3A tese de licenciatura de Etnomusicologia de Marta Canella*L'Adufenelloscenariodi Monsanto* aprofunda que o adufe representa para a cultura de Monsanto

mudavam de lado, demonstrando plasticidade ao jogo de interesses que permeava as relações sociais da época. (Vaz, 2013)

Deixando para trás um longo período de tensão e instabilidade característica das praças fronteiriças, a Vila de Monsanto é hoje considerada um recanto único e extremamente preservado à passagem dos séculos. A rude geografia acidentada e a localização da Vila a 758 metros de altitude conspiram para criar uma atmosfera de fantasia, magia e tradição. Por entre ruelas estreitas abruptamente invadidas por enormes formações graníticas encontram-se dezenas de casas, também graníticas queforam sendo adaptadas à rebeldia morfológica da montanha.

Monsanto é consagrada com o "Galo de Prata"em 1938,e é hoje ainda considerada a "Aldeia Mais Portuguesa de Portugal."Na sequência de um importante concurso promovido pelo Secretariado da Propaganda Nacional, cujo objetivo segundo Vaz (2013: 321) se prendia com o compromisso de "desenvolver nos portugueses o culto pela tradição, estimulando o regionalismo nacional." O "Galo de Prata" seria o troféu atribuído à aldeia que segundo o ponto I do Regulamento demonstrasse:

> maior resistência oferecida à decomposições e influências estranhas e o estado de conservação no mais elevado grau de pureza «das características seguintes: 1º- Habitação; 2º- Mobiliário e alfaia doméstica; 3º- Trajo; 4º- Artes e indústrias populares; 5º- Formas de comércio; 6º- Meios de transporte (terrestres marítimos e fluviais); 7º- Poesias, contos, superstições, jogos, canto, música coreografia, teatro, festas e outras usanças; 8º- Fisionomia topográfica e panorâmica».

O "Galo de Prata", cuja réplica se encontra colocada no topo da Torre de Lucano (um dos principais cartões de visita da aldeia), seria atribuído de dois em dois anos conforme estava planeada a periodicidade do concurso. Uma vez que este não passou da primeira edição, o "Galo de Prata" encontra-se até hoje na posse do povo de Monsanto, bem como o titulo de "Aldeia mais Portuguesa de Portugal." Este título hoje serve de slogan de propaganda turística e de orgulho aos monsantinos. É de salientar a presença do "Galo de Prata" nas festas e manifestações de cultura e folclore monsnatino. Após observação da Festa da Divina Santa Cruz (Festa do Castelo) em Maio de 2012 e 2013, bem como da Festa da Nossa Senhora da Azenha em Setembro de 2012, ficou claro para nós a centralidade que a peça ocupa nas apresentações do Rancho Folclórico de Monsanto, bem como o valor simbólico que confere às apresentações, como que conferindo devida certificação e originalidade histórica àquelas manifestações culturais e musicais.

Não obstante o êxodo rural das últimas décadas do sec. XX, aspetos relacionados com o folclore, tradição e *grau de pureza* ainda são facilmente constatáveis hoje em Monsanto. Está ainda acessível ao visitante mais desatento um riquíssimo património possível de ser sentido e vivido. Falamos de patrimónios de natureza material, imaterial e *sensitivo.* Do patrimônio material podemos destacar o Castelo, Torre de Lucano, Igrejas ou os adufes. De património imaterial destacamos os cantares, os contos, as tradições, a oralidade, as danças ou as visões de mundo. Por *património sensitivo* entendemos o cheiro a lenha que sai das chaminés, o cheiro a campo, o cheiro a granito e *o cheiro a história e fantasia.* A simbiose destes aspetos confere a Monsanto um lugar muito especial no património histórico português e vem ganhando cada vez mais destaque para os curiosos ou apaixonados pelo mundo rural, pela história ou pelas tradições.

Recentemente têm-se assistido à chegada de novos migrantes à Vila de Monsanto, estes chegam atraídos pela sua beleza, atmosfera e natureza única. A chegada desses migrantes vem trazer para o campo das relações sociais perspectivas diferentes e muitas vezes antagônicas quanto ao significado e valor do espaço e do património. Esses antagonismos tornam-se evidentes no conflito da antena, o qual se configura como uma disputa e um conflito simbólico de visões de mundo, expectativas e capitais sociais diferentes, que emerge do campo de tensõesgestado entre os "Diabos de Fora" e os "estabelecidos".(Elias et al. 2000)

2. O êxodo rural e o esvaziamento da "Aldeia mais Portuguesa de Portugal"

É significativo o declínio demográfico que o interior de Portugal vivenciou a partir da década de 1950. Monsanto é mais um exemplo desse fluxo de migração ocorrido nesse período.

O estudo histórico de Vaz (2011: 341) traz-nos dados censitários que refletem essas correntes migratórias sucessivas (direcionadas principalmente às grandes cidades e ao estrangeiro). Em 2011 a Vila de Monsanto contava apenas com 97 habitantes, umespaço que outrora concentrava um grande número de famílias. Nos anos 1960 o povoado contava com 628 habitantes, ou seja, de 1960 a 2011 a Vila de Monsanto teve um decréscimo de 84,6 % dos seus habitantes.

A tabela abaixo apresenta o declínio da população desde os anos 1960 até 2011 dos quatro principais aglomerados populacionais da então Freguesia de Monsanto.

Tabela 1: Decréscimo populacional nas principais povoações da Freguesia de Monsanto

Povoação	**1960**	**1970**	**1981**	**1991**	**2001**	**2011**
Monsanto (Vila)	628	431	305	225	128	97
Carroqueiro	422	319	240	169	114	90
Eugénia	205	193	130	121	125	103
Relva	494	390	272	258	239	191

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados compilados por Vaz (2013)

Segundo depoimento da Entrevistada 2 de 86 anos, natural de Monsanto que migrou em direção à capital do país nos anos 1950,descreve a aldeia que deixou para trás da seguinte forma

> Aquela aldeia tinha muita vida...de noite e de dia! (...) eu a Maria Rata andávamos sempre de baile em baile, as ruas estavam sempre cheias de malta, naquela altura as pessoas eram muito *advertidas* [divertidas] (...) aos Domingos juntava-se a rapaziada nova toda a comer tremoços e a tocar adufe no penedo do pé calvo depois da missa. Era tanta gente que às vezes nem havia lugar para as pessoas se sentarem. A gente antes *adivertia-se*muito! Agora é que aquilo tá um deserto, até dá pena a gente pensar o que era e o que é agora a Vila, só portas fechadas (...) já não se vê por '*li ma alma'* (Entrevistada Realizada dia 18-11-2014)

O escritor Antunes de Paiva (1944) pinta-nos um quadro bem elucidativo daquilo que Monsanto se lhe apresentava aos olhos na década de 1940

> (...) entramos finalmente em Monsanto que nos recebe de braços abertos. E, Deus (!) a sensação foi tal que as palavras jamais serão capazes de dizer o que nessa hora sentimos. Vozes, muitas vozes..., sons de adufe, de harmônio, de pífaro, deram-nos por instantes a impressão duma festa em honra de Baco, porque tudo andava bêbado de alegria (...) Monsanto apresentou-se como um pequeno mundo de arte natural – um mundo de aquarelas e exuberâncias, de místico e de glória. (pag. 17 e 18)

A atribuição do "Galo de Prata" foi sem dúvida uma contribuição importantíssima para a preservação de determinados traços quer materiais quanto imateriais da comunidade, que lhe perspectivam nos dias de hoje possibilidades diferenciadas de dinamização e de fazer face à onda de desertificação e decadência que a veio assolar não só a Vila de Monsanto, como quase todas as regiões do interior do país.

Na sua edição online de dia 12-09-2012 o jornal "Diário Digital Castelo Branco"[4] traz uma análise da desertificação no interior do pais com base no depoimento da socióloga Maria Filomena Mendes que destacava o seguinte

> É quase como se o nosso interior avançasse para o litoral (...) nos concelhos fronteiriços de Alcoutim, Mértola ou Idanha-a-Nova há uma média de sete habitantes por cada quilometro quadrado. Na Amadora, em Lisboa ou no Porto a taxa ultrapassa as 5.000 pessoas.

Fica claro a partir do contraste entre litoral e interior e do levantamento de dados elencados na Tabela 1 que o

---

4http://www.diariodigitalcastelobranco.pt/detalhe.php?id=8135 - Desertificação avança em Idanha-a-Nova, "hà sete habitantes por cada quilómetro quadrado", alerta demógrafa

êxodo rural foi um processo de veio diminuindo progressivamente a população daquela área. Conta-nos a Entrevistada 1 de 68 anos, natural de Monsanto, que saiu de Monsanto nos anos 70 rumo a Lisboa, que tal como ela "as pessoas saiam porque pensavam que iam ter uma vida melhor (...) falava-se tanto na cidade e que lá é que era bom e que a vida não era tão dura" (Entrevista realizada em 20-11-2014 a senhora 68 anos).
Já os motivos que levaram a Entrevistada 2, também natural de Monsanto a sair rumo a Lisboa na década de 1950, esta conta-nos

> Eu vim porque o meu marido arranjou cá trabalho na Câmara [de Lisboa] e ele mandou-me ir com o nosso filho. (...) lá em Monsanto, aquilo era uma parvalheira, havia pouco trabalho, o que havia pagavam uma *meséria* [miséria] e ainda tínhamos que trabalhar feitos camelos de sol a sol para não conseguir amealhar nada. (...) aqui graças a Deus nunca me faltou trabalho." (Entrevista Realizada a 18-11-2014 a senhora de 86 anos).

As contribuições acima expostas levam-nos à já debatida tese de que as pessoas saiam da zona rural em direção à zona urbana principalmente em busca de trabalho e de melhores condições de vida.
Achamos interessante o termo "parvalheira" acima utilizado pela Entrevistada 2 para caracterizar o sentimento desta monsantina em relação à sua própria terra e que a levou a migrar. Será que o titulo tão saudado e apregoado ainda nos dias de hoje de "Aldeia mais Portuguesa de Portugal" não serviu, para além de fortalecer uma identidade monsantina e um orgulho regional, também criou sentimento de inferioridade e um estigma social nos próprios monsatinos da Vila de serem "mais atrasados", que os fez debandar nos anos seguintes em muito maior número do que os dos restantes povoados mais populosos da Freguesia?
Qual será a explicação para a Vila de Monsanto, a maior povoação da Freguesia, aquela que ocupava uma posição de maior importância simbólica e administrativa (que centralizava os serviços a que recorriam os habitantes dos outros povoados), a única a nível nacional a receber o prémio de forte repercussão na imprensa Nacional de "Aldeia mais Portuguesa de Portugal" ser mais afetada pelo êxodo rural? Enteressar-nos-á eventualmente responder a essa curiosa questão num outro trabalho.
Para alémda migração ligada ao êxodo rural, Monsanto vem enfrentando ainda outros desafios seriíssimos à sua conservação. Como nos indica Vaz (2013: 343) a reduzida natalidade, e o progressivo envelhecimento da população são problemas que vêm assombrando as expectativas que se criam no sentido da sobrevivência da comunidade.
Temos lembrança, embora sem o suporte da fonte que a justifique, que por volta de 2010 ou 2011 fomos surpreendidos com reportagens de televisão que cobriam o nascimento de uma criança na Vila de Monsanto, tal acontecimento demonstra bem a importância, a invulgaridade e a relevância do acontecimento para os dias de hoje. Desde essas reportagens contamos até hoje o nascimento de mais duas crianças. Estas três crianças são todas filhos dos migrantes, que se vêm fixando em Monsanto à relativamente poucos anos.
Sensivelmente a partir de 2010 a Vila de Monsanto vem-se configurando como um pólo de atração de *novos rurais*, que se vêem fixando na aldeia contrariando o êxodo rural das décadas anteriores e que penetram numa estrutura social rígida, envelhecida e com forte sentido comunitário.

3. A reconfiguração da "Aldeia mais Portuguesa de Portugal" com a migração do "Diabo de Fora"

Podemos contar hoje, sensivelmente desde os últimos cinco anos, cerca de uma dezena[5] de migrantes de ambos os sexos e em idade ativa à Vila de Monsanto. Conta-se entre eles: filhos da terra, estrangeiros e portugueses oriundos de outras regiões. Podemos considerar que a grande maioria destes migrantes carrega consigo um capital social e cultural diferente daquele dos habitantes da Vila.
A maioria destes "chegantes" possui formação superior, e vê no Monsanto rural e na "Aldeia Mais Portuguesa de Portugal" potenciais melhoras na qualidade de vida, uma oportunidade de escape da vida metropolitana,

5Estimativas feitas pelos autores com base na observação e entrevistas.

bem como oportunidades de trabalho em áreas de lazer e serviços associados ao turismo rural que vêm contando com cada vez mais procura e popularidade.
Desde as reportagens televisivas citadas no tópico anterior, contamos até hoje o nascimento de mais duas crianças. Estas três crianças são todas filhos de *chegantes,* ou seja, filhos de novos migrantes que se vêm fixando em Monsanto à relativamente poucos anos.
A recente vaga de valorização não agrícola e assédio que o mundo rural tem vindo a assistir é socialmente construída a partir da idéia de património. Ferrão (2000 :48) aponta que a partir dos anos 80 começam a notar-se 3 tendências:

> 1- Movimento de *renaturalização*, centrado na proteção da natureza, aspetos agora hipervalorizados no âmbito do debate sobre processos de desenvolvimento sustentável. 2- A procura da*autenticidade*que leva a encarar a conservação e a proteção dos patrimônios históricos e culturais como vias privilegiadas para valorizar memórias e identidades capazes de enfrentar as tendências uniformizadoras desencadeadas pelos processos de mundialização. 3 - A *mercantilização das paisagens,* como resposta às novas práticas de consumo decorrentes do aumento dos tempos livres, da melhoria do nível de vida de importantes segmentos da população, e como consequência, da valorização das atividades de turismo e lazer.

Estas tendências evidenciadas por Ferrão, estão como veremos adiantena origem dos movimentos migratórios mais recentes em direção à Vila de Monsanto. A Figura 1 apresenta um dos novos empreendimentos construído por *chegantes* voltado para a valorização dos aspetos históricos e culturais da região.

Figura 1: Empreendimento na Vila de Monsanto de um *chegante*

Fonte: Pagina doFacebook da Taverna Lusitana[6]

Indubitavelmente as características de aldeia medieval, com inúmeros vestígios arqueológicos que revelam a passagem de vários povos, desde o período pré-histórico, o património conservado e ainda os slogans simbólicos de "Aldeia Mais Portuguesa de Portugal" ou de "Vila Templária" fazem da Vila de Monsanto um local privilegiado para a "mercantilização" de determinados aspetos e peculiaridades. Destaca-se as potencialidades (que têm vindo a ser aproveitadas pelos *chegantes*) da gastronomia regional, artesanato, tradição e do turismo rural. É neste contexto que surge uma tendência de revalorizar o património histórico por estes *novos chegantes*, uma vez que é muito em consequência da existência desse património que se dão estas migrações.
Questionado sobre o que o levou a mudar-se para Monsanto, o Entrevistado 4 de 61 anos, reformado, ex educador, e um dos primeiros *novos chegantes,* (muda-se para Monsanto no final dos anos 90) forte critico e articulador do movimento contra as antenas, diz-nos que se mudou para Monsanto

6https://www.facebook.com/taverna.lusitana?ref=ts&fref=ts

> Para abrir a loja [loja de artesanato] (...) tínhamos um velho amor por Monsanto (...) pelo encanto inadjétivavél do sitio e do fluxo de visitantes que recebia.

Quando questionado sobre quais as diferenças mais evidentes da visão que os *chegantes* e *estabelecidos* tinham sobre o património histórico, o entrevistado 4 diz-nos o seguinte

> (...)as pessoas banalizam o que têm, (...) tive com um senhor de uns 80 anos que me disse que raras vezes foi ao Castelo (...) muitas vezes me perguntam [os estabelecidos] porque ando a tirar fotos as casas velhas" e sustenta que " as pessoas têm muito orgulho no titulo do galo e não sei que, mas nunca ninguém lhes explicou o valor daquilo, nunca ninguém lhes forneceu um acompanhamento técnico para gerir o impacto das agressões no património. (...) Tem orgulho no que têm, mas não o sabem gerir" (entrevista realizada em 10-11-2014).

Consideramos que esta "onda de migrantes" pode trazer consigo uma nova perspectiva mais *racionalizante* e pragmática sobre as potencialidades do património histórico e cultural, sendo para eles um imperativo a conservação de tal património. Esta leitura entrará em choque com o olhar dos nativos sobre esse mesmo património.

Quanto ao Entrevistado 5, também migrante, mas filho de estabelecidos, que se coloca a favor das antenas e que já viu dois filhos nascerem na aldeia desde a sua mudança recente diz-nos:

> No meu caso decidir viver em Monsanto foi uma decisão partilhada e familiar. Esta terra tem muita beleza natural, tem história e tem um entorno muito rico que potencia a felicidade. (...)Quando estive longe de Monsanto tive saudades da terra, das pessoas, das ruas e das pedras. (...) agora posso viver aqui e escolher os ritmos para o tempo que tenho. Não me faz nenhuma confusão ter tempo de sobra e acho que as coisas que se podem fazer em Monsanto e nesta zona da Beira Baixa satisfazem e possibilitam um enorme bem estar. Em Monsanto, é mais fácil ser livre e ser feliz do que em muitos sítios do mundo." (Entrevista realizada a 9-10-2013)

Destacamos também aqui os seguintes excertos

> Noto alguma falta de capacidade de certas pessoas que chegam a Monsanto para conseguirem viver melhor e sem preocupações. (...) reconheço que para quem venha de uma cidade, em que os ritmos do dia a dia são diferentes, não seja fácil de adequar a maneira de viver ao novo ritmo do tempo em Monsanto. Quando os sinais da inadaptação se manifestam sem serem compreendidos tornam-se auto-destrutivos.

Podemos considerar que pelo fato de ser "filho da terra" o Entrevistado 5 demonstra no seu discurso traços de sensibilidade em relação ao "ritmo de Monsanto", que segundo a nossa análise revela um posicionamento diferente da do Entrevistado 4 e em relação aos outros chegantes. Essas diferenças de posicionamento tornam-separa nós mais explicitas quando traçada a configuração do conflito da antena, porém outros tipos de abordagem poderiam dar conta de observar esta diferença de posições em outras situações.

Resgatamos aqui um comentário de Paiva (1944: 20) sobre o Castelo da Vila, espaço no qual se localiza da antena para de alguma forma tentar entender o olhar do chegante. "A cidadela é um verdadeiro museu de arte antiga. Nada ali falta. A natureza ajudou o Homem e o esforço do Homem completou a obra". E o que vê hojeum *chegante* na Vila? Uma comunidade com valores práticas e rituais que perpassam gerações, que oferecem resistência à mudança e que cumprem uma função social de coesão e identidade, ou um potencial museu de arte antiga ao ar livre?

Soares da Silva et al.(2014) refletem no no trabalho*"To live or not to live in the Rural, that is the question? What is driving Portuguese urban people to want to live in the country side?*" que as motivações de migrar para o mundo rural estão relacionadas com representações do rural idílico (tranquilidade, simplicidade e mais saudável que a cidade), e que é maioritariamente a população entre ativa (entre 25 e 64 anos) e educada que expressa essa vontade.

É a partir desta perspectiva que o novo migrante traz que se vai começando a abrir um campo de tensões, onde se desenha uma disputa simbólica do espaço da comunidade, nomeadamente através do choque de visões de mundo e capitais sociais bem diversificados. Este choque vai levar à abertura um conflito com dimensões anor-

mais para a comunidade. Este conflito encontra o seu epicentro no "caso da antena" que iremos descrever em seguida no próximo ponto. Elias et al. (106: 2000) aponta que os nativos

> solidamente estabelecidos em todos os postos principais da organização comunitária e desfrutando da intimidade de sua vida associativa, procuravam excluir os estranhos que não partilhavam de seu credo comunitário e que, sob muitos aspectos, ofendiam seu senso de valores.

A visão de mundo e perspectivas dos migrantes vem desta forma colocar um desafio à coesão social dos "estabelecidos", tentando instigar nos habitantes uma posição critica e de oposição em relação à antena de telecomunicações de entre 60 e 40[7] metros colocada em zona do Castelo.

4. "O Caso da Antena"

O Castelo de Monsanto foi construído pela Ordem Templária, entre 1165 e 1171,e doado posteriormente à Ordem de Santiago por D. Afonso Henriques. A partir de 1460 o Castelo de Monsanto passa a pertencer aos Condes de Monsanto. (Vaz, 2013) Com fama de *inexpugnável* o Castelo de Monsanto assumiu ao longo da história de Portugal um papel muito ativo nas diversas movimentações potilico-militares que o país conheceu, muito devido à sua condição geográfica e fronteiriça.

Anota-se o constante assédio do qual o Castelo de Monsanto era alvo. Foram várias nas incursões castelhanas ao longo dos séculos seguintes à formação do condado. Vaz (2013: 141) aponta que já durante a Guerra da Sucessão de Espanha (1701-1714) na qual Portugal se colocou do lado Grande Aliança, a8 de Maio de 1704 o castelo teria sido cercadopor soldados franceses que o tomaram a 18 de Maio.

O Inexpugnável Castelo de Monsanto foi assim conquistado e retomado a 14 de Junho do mesmo ano. (Vaz 2013) Destacamos aqui neste episódio da retomada a seguinte passagem: "Foi depois recuperar Monsanto, onde os habitantes degolaram os franceses da guarnição" (p.145) a bárbara carnificina é demonstrativa de sentimentos de raiva e vingança – alheios a quaisquer princípios de ética militar – e justificam bem o conhecido ditado popular "de Espanha nem bom vento, nem bom casamento", preconceito que hoje parece estar ultrapassado."

Cabe-nos referir e evidenciar que o ditado popular acima referido (de Espanha nem bom vento nem bom casamento) ainda está presente na memória dos monsantinos.

A Entrevistada 2 de confirma-nos que este adágio era ainda válido no tempo em que habitava Monsanto. "Sempre ouvi a minha mãe e às outras pessoas esse ditado". (Entrevista Realizada a 18-11-2014) Colocamosa questão de que se a memória em relação a episódios passados pode ter deixado na comunidade resquícios de intolerância e desconfiança em relação ao *outro*.

O Castelo, hoje em Ruínas, veio perdendo a importância estratégica e a função de defesa ao longo do século XX, até que em 1950 é declarado Monumento Nacional através do Decreto nº 37 077, DG, 1.ª série, n.º 228 de 29 setembro 1948 / ZEP, Portaria, DG, 2.ª Série, n.º 265 de 14 de Novembro de 1950.

Mais uma vez recorreremos a Paiva(1944: 21) para nos elucidar sobre a imponência e grandiosidadedo castelo de Monsanto:

> Só sentindo como o visitam de sente, a magnanimidade deste penhascoso baluarte poderá compreender a razão que levou os espanhóisa exclamarem ante as suas muralhas:Monsanto/Orejas Del mullo/El que te gañar/Gañar puede el mundo

É já na presente importância enquanto património histórico que a colocação de uma antena de telecomunicações (Figuras 2 e 3) vem configurar um conflito entre *chegantes*e *estabelecidos.*

7Não nos foi possivel confirmar a rigor a altura da antena. O lado contrário alega que a antena mede 60 metros,já a RCM informa que a altura da antena são 40 metros

Figura 2: Antena de telecomunicações vista do Castelo
Fonte: Página do Facebook Encontros de má hora[8]

Figura 3: Antena de Telecomunicações
Fonte: Página do Facebook - Encontros de má hora[9]

As fotografias acima apresentadas (e muitas mais do mesmo gênero) estão disponíveis na página do Facebook denominada de *"Encontros de má hora."*[10] Nesta página pública podemos acompanhar (até Abril de 2014) o desenrolar da trama e o conflitoem torno da antena localizada no Castelo a partir daóptica dos *chegantes.*
Para dar visibilidade à questão foi inclusive aberta uma petição publica[11]encabeçada pelos *chegantes* e apelidada de *"Petição em defesa do Monumento Nacional, Castelo e Muralhas de Monsanto da Beira, A Aldeia Mais Portuguesa, que está a ser mutilado com a construção ilegal de enormes antenas"*distribuídas e vendidas *t-shirts* repudiando a instalação das antenas.

8https://www.facebook.com/pages/Encontros-da-M%C3%A1-Hora/450602968352779?fref=ts

9https://www.facebook.com/pages/Encontros-da-M%C3%A1-Hora/450602968352779?fref=ts

10https://www.facebook.com/pages/Encontros-da-M%C3%A1-Hora/450602968352779?fref=ts

11Petição em defesa do Monumento Nacional, Castelo e Muralhas de Monsanto da Beira, A Aldeia Mais Portuguesa, que está a ser mutilado com a construção ilegal de enormes antenas. http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=P2013N38305

Os críticos da antena alegam, por estes meios, a ilegalidade da obra, o impacto paisagístico e consequente prejuízo para o património histórico da "Aldeia mais Portuguesa de Portugal."
A partir da consulta do site[12] de domínio do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, encontramos a seguinte catalogação do monumento: quanto ao grau o monumento é descrito como "imóvel ou conjunto com valor excepcional, cujas características deverão ser integralmente preservadas." Já quanto ao enquadramento

> destacando-se Idanha e respectiva barragem. Integra intramuros a Capela de Santa Maria do Castelo e, extramuros, as ruínas da Capela de São João e da Igreja de São Miguel, vestígios do antigo povoado, e antenas de telecomunicações. Observam-se, na envolvente, sepulturas e covinhas cavadas na rocha (...)

É destacada na descrição do enquadramento geográfico e arqueológico do monumento a presença das "antenas de telecomunicações"na fonte do Ministério supracitado.
Como já referimos, são essencialmente *os* "Diabos de Fora"que posicionam contra as antenas. Já a argumentação a favor das antenas é encabeçada pela Rádio Clube de Monsanto (RCM) e conta com o apoio da maioria dos "estabelecidos".
A emissora regional foi fundada em 1985 e que vem cumprindo um papel social de enorme relevância na Vila. A RCM, disponível ao mundo inteiro através da internet, tem sido um importante e respeitado veiculo de comunicação que vem ajudando a combater o isolamento, a perda de centralidade da região, bem como divulgando a cultura e a tradição de Monsanto pelos quatro cantos do mundo. Cabe afirmar que é unânime entre os monsantinos o orgulho e respeito que tem pela RCM.
Devido ao relevante papel que a emissora ocupa no quotidiano de Monsanto, e ao contributo que tem prestado à comunidade, a RCM apresenta-se como um poder simbólico para moradores, eque desempenha um importante papel como formadora de opinião.
Para Bourdieu (2007: 9)

> os «sistemas simbólicos» como instrumentos de conhecimento e comunicação, só podem oferecer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico,* quer dizer , " uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do numero, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências"

Consideramos que a RCM pode exercer na comunidade a função de sistema simbólico, uma vez que para além da importância da rádio para a comunidade, do papel de formação de opinião, a rádio é patrimônio de um casal da região, que resistiu em Monsanto às vagas migratórias e consolidou património e admiração entre as gentes da aldeia e da região. É inegável a o "poder de construção da realidade" que uma instituição destas características pode ter numa aldeia envelhecida de menos de 100 habitantes.
A antena colocada no Castelo em Abril de 2013 (substituindo outras duas antenas menores que já lá existiam) vem cumprindo a função de melhorar os serviços de emissão da RCM bem como segundo informações da própria rádio nas redes sociais a antena "Foi implantada pela TMN (...). Serve, também de apoio à VODAFONE, RCM, Junta de Freguesia e ao SIRESP[13].[14]
Segundo Noticia do site da RCM do dia 2-3-2013[15] a obra para colocação da antena teria sido licenciada e aprovada junto da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova a por outras entidades regionais e nacionais.
Ao longo do ano de 2013 e 2014 vão sendo evidentes as trocas de argumentos no domínio virtual entre os dois

---

12http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3930

13(Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança em Portuga

14 Postagem de 6 de Dezembro de 2013 no Facebook oficial da Radio Clube de Monsanto: https://www.facebook.com/radiomonsanto?fref=ts

15http://radiomonsanto.pt/detalhe-noticia.php?id=842

lados da contenda em relação às antenas. Os argumentos em favor da antena seriam veiculados preferencialmente através dos meios oficiais da RCM. Quanto aos partidários contrários à antena usavam de preferencialmentepáginas de redes sociais. É flagrante muitas vezes nessa disputa de argumentos a tentativa de expor o lado contrário ao ridículo, bem como os seus argumentos.

Podemos observar que a Figura 4 ironiza o "ambiente templário" da festa do Divino Espírito Santo, onde no cume da Vila se destaca como elemento central da Vila Templária uma colossal antena vermelha. A Figura 5 pretende apresentar a contradição e aberração que seria um local certificado como Património da UNESCO com uma antena idêntica à de Monsanto. (Existem projetos de uma candidatura da Vila de Monsantoa patrimônio da UNESCO por parte do Município de Idanha-a-Nova).

Figura 4: Cartaz da festa em Monsanto com antena em destaque

Fonte: Página do Facebook Encontros de má hora[16]

Figura 5: Património da UNESCO com antena

Fonte: Página do Facebook Encontros de má hora17

16https://www.facebook.com/pages/Encontros-da-M%C3%A1-Hora/450602968352779?fref=ts

17https://www.facebook.com/pages/Encontros-da-M%C3%A1-Hora/450602968352779?fref=ts

Do lado dos partidários da antena apresentava-se monumentos históricos ou locais urbanosonde figuram antenas, não como "inimigos" do homem ou do património mas sim como um elemento indissociável da modernidade e do desenvolvimento.
Em um artigo de 4 de Abril de 2013, o Jornal Reconquista (p.19) sobre a matéria das antenas, salientava-se que a própria autarquia [de Idanha-a-Nova], teria recusado já a construção de eólicas por prejuízos para a paisagem. O movimento contra as antenas, articulado na sua maioria por migrantes apontava que já haveria pessoas a serem ameaçadas e pressionadas a não assinar a petição.
Dia 11 de Abril 2013 (p.30) seriao Jornal do Fundão a publicar um artigo sobre o caso, afirmando que a população estaria dividida quanto à antena. Segundo uma habitante entrevistada pelo referido jornal "é só mais uma antena (...) já lá estavam outras e não aconteceu nada de mal. Não perdemos nada, portanto não sei qual é que é o problema." Esta opinião vai muito no sentido da maioria das opiniões de habitantes que nos foi permitido entender.
A Entrevistada 3, mulher reformada, de 75 anos analfabeta com forte sentido comunitário, conservando até hoje em seu estilo de vida quotidiana traços da ruralidade ancestral da comunidade, mantém a rotina de cultivar nos arrabaldes, servindo-se da calçada romana como via de comunicação e utilizando o burro como meio de transporte diz-nos sobre o assunto: " Eu cá não me chateio nem me importa nada das antenas, se eles as lá põem é porque são lá precisas. Então não é a antena que dá o sinal do telefone e da rádio?" (entrevista realizada a 15-12-2013) Achamos o depoimento desta senhora pode ser visto como o "consenso" dos monsantinos mais antigos.
As impressões que recolhemos à data da entrevista na comunidade apontavam praticamente todos nessa direção. Recusamos assim a tese do Jornal do Fundão de que a aldeia estaria "dividida." Está implícita a nesta fala a concordância com a antena e da sua utilidade. Para esta mesma senhora o Castelo "pode ter algum valor sim, masé um monte de penedos e ruínas que *prá'li* está (...) a antena faz-nos *mai* falta do que o Castelo." Seguindo com o depoimento da Entrevistada 3

> "A antena ali como é um sitio alto apanha sinal pó país todo, os que estavam contra eram parvos, queriam-na por lá pa trás, lá *pa* trás não dava jeito nenhum. (...) a maioria quer a antena lá onde está. (...) a antena é *pa* todos, não é só *prá* rádio (...) esses dois ou três é que andam ai a moer com a antena, aquilo faz lá algum mal? Aquilo não faz lá mal nenhum (...) Eles nem são de cá. Os de cá é que sabem (...) a gente não estava a gostar muito deles porque se estavam a meter onde não eram chamados."

Tomando como base o depoimento da Entrevistada 3 podemos arriscar dizer que os *chegantes* estão em relativo isolamento na posição de oporem às antenas e que o capital cultural e poder simbólico da RCM funcionou como um mecanismo de coesão e união contra uma ameaça à estabilidade tradicionalmente instituída.
Entrevistada 3 regista ainda agressões físicas e verbais entre sujeitos diretamente envolvidos na contenda. O que revela que se por um lado seria de saudar a chegada de novos habitantes e dinamizadores à Vila de Monsanto, por outro a integração não se têm vindo a dar da melhor forma.
A Entrevistada 1, que embora a morar em Lisboa continua com uma ligação muito atenta à vida social e aos desafios da comunidade *estabelecida* de Monsanto. Em entrevista ela diz-nos "Aquele terreno onde está a antena é do da rádio [RCM], por isso é que lhe interessa que ela lá esteja, quem a lá pôs está-lhes a pagar uma renda boa"
Não nos cabe apurar a veracidade deste fato, o que nos interessa é refletir como que o caso da antena explicita um conflito aberto no campo de tensões entre chegantes e estabelecidos, e como os dois grupos se apropriam do espaço simbólico e físico de Monsanto de maneiras diferentes e conflitivas.

Considerações Finais

A condição de "Aldeia mais Portuguesa de Portugal" não diferenciou a realidade de Monsanto, diante de outras muitas aldeias portuguesas a partir da década de 50, e nem muito menos deu as condições para os portugueses mais portugueses de Portugal permanecerem no seu lugar de origem. Monsanto também sofreu nesse período um processo de esvaziamento, devido às correntes migratórias em direção aos centros urbanos.

Os atrativos que a cidade oferecia e ainda oferece, tais como: empregos com melhores salários, estrutura urbana, acesso a saúde, educação e aos mercados, são os grandes motivadores desse processo social que a migração representa.

Atualmente outro fenômeno chama-nos atenção,um tipo de migração inversa aos moldes clássicos: a migração do urbano para o rural. Essa nova migração, como verificamos atualmente em Monsanto, está relacionada com outras motivações, entre elas: a busca por uma vida em oposição à vida urbana ofertada nos grandes centros, ou seja, a busca por uma vida tranqüila e com um ritmo diferente no interior da renaturalização e da autenticidade. Neste sentindo, a "*Vila Mais Portuguesa de Portugal*" passa a ser um destino visado por essas pessoas que buscam esse novo estilo de vida.

No entanto esta migração causa algumas mudanças na dinâmica social local, como verificamos no caso monsantino. Entendemos o caso da antena como uma janela para olharmos os processos de apropriação simbólica e física entre os nativos e os chegantes. É interessante ressaltar que os processos de apropriação simbólica e física têm ocorrido de forma conflitiva entre esses dois grupos.

Cada grupo resignifica o espaço a partir da sua visão de mundo. Para os *"Diabos de Fora"* o Castelo representa um património cultural e um ponto turístico importante, por isso a antena desconfigura esse patrimônio histórico. Já para osestabelecidos,aquilo é um monte de pedra e o fato da antena estar lá não causa nenhum constrangimento.

Para Bourdieu (2007) tanto o espaço físico como o espaço simbólico são espaços onde os se travam processos dedisputas e é onde os conflitos se configuram-se e se explicitam.

A disputa passa também pela forma de denominar as coisas: no caso de Monsanto, o Castelo, a partir das entrevistas realizadas, aparece denominado como "monte de pedra" por um estabelecido, já para os *chegantes* ele apresenta-se como "monumento nacional".

Para Bordieu (2007), as disputa são travadas inicialmente no campo simbólico, ou seja, no campo nas significações, para depois partir para o espaço das práticas. Portanto, as significações produzidas nos espaços simbólicos tem resultados práticos no espaços físicos, e são elas que legitimam as ações e os processo de mudança desse espaço físico. Podemos concluir que a antena permaneceu no castelosem causar nenhum constrangimento até a chegada de um novo agente: "O Diabo de Fora," que passa a partir da sua visão de mundo, resignificar o espaço monsantino.

Essa ressignificação não é travada de forma pacífica, mas sim de maneira conflitiva, pois quando duas visões de mundo diferentesse encontram tendem a surgir campos de tensão, e dentro destes passam a ser travados processos de disputas no campo simbólico e no campofísico.

O presente artigo não pretende esvaziar a discussão em torno da reconfiguração do espaço monsantino a partir da entrada do chegante e da abertura do campo de tensão, visa sim trazer algumas reflexões sobre o processo de disputa simbólica que essa aldeia vem apresentado a partir de um conflito especifico, o da antena.

Por fim, o caso da antena é só mais uma janela para olhar essa nova configuração que a vida social de Monsanto e de muitas aldeias tradicionais que vem sendo atrativo para essa nova forma de migração social, do urbano para o rural, que vem mudando resignificando e repovoando esses espaços tradicionais.

Referências

BOURDIEU, P (2007) *O poder simbólico.* Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.

CANELLA, M (2011) *L'Adufenelloscenariodi Monsanto.* Tese de licenciatura Bolonha:Univérsità de Bologna

ELIAS, N & SCOTSON, J. L (2000) *Os estabelecidos e os outsiders:sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade s.* Rio de janeiro. Jorge Zahar

FERRÃO, J (2000) Relações entre o mundo rural e o mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pista para o futuro. EURE (Santiago) v. 26 n. 78 pp. 45-54

PAIVA, A (1944) *Monsanto terra de sonho.*,Lisboa:Parceria António Maria Pereira

SOARES DA SILVA D, &FIGUEIREDO, E. (2014). To live or not to live in the Rural, that is the question? What is driving Portuguese urban people to want to live in the countryside? I International mini-conference *Southern and Mediterranean Europe: Social Change, Challenges and Opportunities in a Time of Crisis*, 11-12 de Dezembro de 2014, Universidade de Évora, Évora, Portugal. Apresentação Oral

VAZ, E. M. (2013) *Monsanto nas fragas do tempo: de baluarte concelhio a aldeia histórica:* Idanha-a-Nova:Camara Municipal de Idanha-a-Nova

Mulheres quilombolas pescadoras: expropriação, migração e sustentabilidade das famílias em Brejão dos Negros, Sergipe, Brasil.

Ana Lídia Nauar
nauar_4@hotmail.com

Resumo: Este estudo faz uma reflexão sobre as estratégias e lutas de mulheres quilombolas da comunidade Brejão dos Negros, para manterem a sustentabilidade das famílias e defesa do território etnicamente reivindicado no âmbito da política de regularização fundiária fundamentada no Decreto 4887/2003. Em face do violento processo de expropriação, atualmente as famílias quilombolas encontram na pesca, formas únicas de sobrevivência, as quais, vêm sofrendo ameaças de extinção, pois, os mangues e ilhas estão sendo invadidas pelos fazendeiros. Este processo de expropriação tem resultado na migração de muitas famílias da comunidade, sendo vivenciado de perto pelas mulheres, pois, são elas quem mais cotidianamente sofrem com seu enfrentamento.

Palavras-chave: mulheres quilombolas, expropriação, migração.

1. Introdução

Pautado em um olhar antropológico, este estudo objetiva refletir sobre as transformações ocorridas no cotidiano e na vida dos moradores da comunidade tradicional quilombola denominada Brejão dos Negros, após sucessivas ocupações de fazendeiros que submeteram as famílias a um processo de expropriação das áreas rurais onde historicamente viveram. Intenta-se refletir também, sobre as estratégias e lutas das mulheres para manterem a sustentabilidade das famílias e a defesa do território etnicamente reivindicado no âmbito da política de regularização fundiária fundamentada no Decreto 4887/2003.

Em face do violento processo de expropriação, hoje as famílias quilombolas encontram na pesca e catação de caranguejo, formas quase exclusivas de sobrevivência, as quais, do mesmo modo vêm sofrendo sérias ameaças de extinção, pois, os mangues e ilhas estão sendo invadidas por fazendeiros para construção de criatórios de camarões. Este processo tem resultado na migração de muitas famílias da comunidade, é vivenciado de perto pelas mulheres, pois, são elas quem mais cotidianamente sofrem com seu enfrentamento.

A construção e definição de um território étnico em comunidades quilombolas tem se dado por meio de narrativas que colocam em evidencia as formas históricas de ocupação territorial. Essa construção, demandada a partir da emergência de direitos territoriais recentes no Brasil, tem exigido dos grupos em questão, um esforço de construção de uma identidade étnica que se atualiza na coletividade e de acordo com padrões de relações tradicionais mantidas através do uso do território (NAUAR, A. L., 2013). Na comunidade de Brejão dos Negros, estado de Sergipe, essa construção tem se dado por meio de narrativas de expropriação, com consequente migração das famílias para outras áreas, dentro ou fora do território, cujas vozes femininas assumem grande destaque.

De maneira geral, no Brasil os estudos sobre comunidades pesqueiras tendem a privilegiar os atores sociais masculinos e o ponto de vista do homem (Woortmann, 1992 p. 31, Motta-Maués, 1992). Tradicionalmente, as mulheres e sua importante participação no mundo da pesca tem sido invisibilizada pela literatura que trata do tema. Por outro lado conforme destaca Maneschy (2000),

> (...) os riscos e ameaças vividas pelas comunidades de pescadores artesanais tem consequências graves nas famílias, podendo-se dizer que, em grande medida, a capacidade de resistência dessas comunidades repousa nas estratégias de sobrevivência implementadas pelas mulheres.

São essas estratégias atualizadas pelas mulheres de Brejão dos Negros que aqui pretendemos trazer enquanto sujeitos fundamentais na luta pela sustentabilidade das suas famílias e manutenção de seu território.

2. *LOCUS* DA PESQUISA

A área que compreende o território identificado como Brejão dos Negros está situada na zona de Mata Atlântica Nordestina, região norte de Sergipe, na região do Baixo São Francisco, ou Foz do Rio São Francisco, região conhecida pela sua beleza, do encontro das águas do rio com o mar, que propicia o turismo, a pesca, o comércio e a agricultura, com destaque ao cultivo do arroz, cana de açúcar e coco.

O território pesquisado possui uma dimensão estimada em torno de 8.125,5558 hectares, e está localizado nos municípios de Brejo Grande e Pacatuba e recebeu a denominação de Brejão dos Negros em razão das características físicas que apresenta– áreas de brejo[1] – do lugar onde está situada a comunidade que deu origem ao território.

Imagem 1, 2 e 3: Áreas de acesso ao território Brejão dos Negros

Foto: NAUAR, Ana Lídia

Fazem parte da área quilombola representada pela Associação Quilombola Santa Cruz de Brejão dos Negros, as comunidades: Brejão dos Negros, Resina, Carapitanga, Guaratuba e Saramém (ou Novo Cabeço). Toda essa área pertence aos municípios de Brejo Grande e Pacatuba, que fica há 138 quilômetros de Aracaju, a capital do estado.

No passado, nessa região que abrange os municípios, predominaram muitos engenhos de cana de açúcar, o que confirma a existência de um grande número de escravos que trabalhava nesses engenhos, tendo havido, inclusive, em 1889, um levante de "pardos" no município, provavelmente, homens e mulheres livres, egressos da escravidão.

3. Organização social

A população da comunidade Brejão dos Negros, somada a das demais comunidades que integram o território (Carapitanga, Guaratuba, Novo Cabeço ou Saramém e Resina) hoje é de mais ou menos 800 famílias e cerca de três mil pessoas moram na comunidade, que têm, pela sua densidade demográfica, características de pequenos povoados. A maior delas é Brejão dos Negros, a primeira a se formar, tendo as demais desta se originado. São comunidades que sobrevivem da pesca artesanal, pois, a agricultura já não é possível de ser praticada por todas as famílias em decorrência do processo de expropriação sofrido ao longo de várias décadas.

De uma imensa maioria identificada socialmente como negra, a população tem sua memória marcada pela experiência da escravidão nos antigos plantéis de cana e posteriormente nas plantações de arroz nas lagoas de brejo, atravessando um longo processo de expropriação sofrido no decorrer de várias décadas. Esses pontos são realçados nas narrativas dos moradores que afirmam nunca terem conseguido se livrar do cativeiro.

De acordo com os relatos dos mais antigos moradores, ali teria sido o local para onde os negros que trabalhavam nos engenhos, teriam ido morar ou se refugiar, com o consentimento (ou "negociação") de seu Senhor, antes mesmo da abolição da escravidão enquanto instituição acontecer – contexto em que coexistiram o trabalho escravo e o trabalho livre. Consta dos relatos, que os negros sempre viveram de plantio de roças (milho,

---

1 Brejo, alagado, alagadiço, charco, banhado, pântano, tremedal, paul e pantanal são designações utilizadas para um tipo especial de ecossistema de águas rasas e semi-paradas coberto com ervas de diversos tipos e tamanhos. O nome oficial adotado pelo IBGE para estes ecossistemas é "comunidades aluviais". Internacionalmente, são conhecidos como "*wetlands*" (terras úmidas ou terras alagadiças).

mandioca, abóbora, arroz) naquelas terras (com o "consentimento" do senhor de engenho) e que na área onde atualmente se encontram as famílias de Brejão, da Rodovia principal para baixo, indo até à margem do São Francisco, onde está localizada a comunidade de Resina, não havia cercas e nem cancelas que impedissem o transito e o livre acesso dos moradores. Era uma área de uso comum na qual transitavam livremente, cultivavam suas roças, pescavam nas lagoas e tiravam os caranguejos nos manguezais e nas ilhas.

Com a ocupação dos fazendeiros, estas áreas foram sendo cercadas, transformadas em áreas particulares. Atualmente, com pouca ou quase nenhuma área de terra para plantar, a agricultura é pouco praticada pelos moradores que buscam na pesca artesanal de peixes e mariscos, na catação de caranguejo nos manguezais, na produção de mel e no artesanato, outras (senão únicas) alternativas de sobrevivência.

A maioria dessas famílias atualmente sobrevive da pesca. A pesca (de peixe e mariscos) é praticada por quase todos os moradores da comunidade, sendo esta a principal fonte de renda e de sobrevivência dos moradores. A localização privilegiada da comunidade – foz do Rio São Francisco – com seu entorno formado por pequenas ilhas, riachos e lagoas, favoreceu, desde sempre, a prática da pesca artesanal pelas famílias.

A pesca, em face de suas limitações, é diversificada assim como os meios e as formas de praticá-la. Pesca-se peixe, camarão, siri nas águas do Rio São Francisco, riachos e lagoas. A cata do caranguejo é realizada nas regiões de mangue, também no entorno do Rio São Francisco e ilhas existentes na região. Nesta atividade, as mulheres assumem destaque, e não raro, suas histórias de vida e sobrevivência se encontram marcadas por essa prática, apreendida por elas desde tenra idade.

Na memória, as mulheres quilombolas de Brejão trazem a lembrança das experiências duras e de sofrimento durante décadas de suas vidas. Há pelo menos três gerações, desde a atual, em que esta narrativa sobressai, possibilitando assim, uma compreensão do processo histórico de exploração, expropriação, migração e dificuldades de sobrevivência das mesmas e suas famílias.

4. A ocupação atual das famílias, expropriação das terras e migração para outras áreas: as zonas de trabalho de pesca.

Mostra-se evidente a profunda e drástica transformação ocorrida no território e na vida das pessoas que moram na comunidade após sucessivas ocupações de fazendeiros e empresários que submeteram os moradores de Brejão dos Negros, Resina, Guaratuba, Carapitanga e Novo Cabeço (Saramén) a um processo de expropriação das áreas em que historicamente viveram. Atualmente as famílias quilombolas buscam na pesca e cata de caranguejo formas de sobrevivência quase exclusiva, mas que, no entanto, do mesmo modo, vem sofrendo sérias ameaças de extinção, uma vez que os mangues e as ilhas estão sendo invadidas pelos fazendeiros para construção de viveiros de criação de camarões em grande escala.

Esse processo mais recente foi ressaltado na fala da maioria das mulheres com as quais conversamos nas comunidades, pois, são elas e suas famílias, que cotidianamente sofrem com essas experiências, assim expressaram:

> ...no mangue, nestas ilhas, aqui é considerado dentro da fazenda Capivara. Eles [os fazendeiros] consideram que é deles esse manguezal.
> [**Pesquisadora:** Quantas famílias tiram caranguejo nessa área?]
> Acho que a metade das famílias d'aqui. Porque é a única renda que as famílias têm agora é o mangue: é a pesca e a cata do caranguejo. Também nesse rio aqui (Parapuca); as pessoas que pescam marisco vão nessa área aqui: camarão, ostra, sururu, unha-de-velho, tudo é nessa área aqui. Tem também a área desse riacho, que é o rio Paraúna. Também as pessoas têm acesso a ele.
> Outra zona é o riacho do Brejão que vem do rio Praúna, que é uma perna do rio São Francisco. Tem uma perna que vai para Brejo Grande e outra que vem para o Brejão. Aqui nesta área também pesca.
> Na zona da Carapitanga tem roças e é feita a cata de caranguejo, que se estende pelas Ilhas da Cacimba, Ilha da Faísca. Tudo isto aqui o pessoal daqui tem acesso de pesca. E por todo este rio do Parapuca, por todas as suas pernas, até a foz, eles usam. Os

> coqueirais ficam nas fazendas. Na ilha do Arambipe a única atividade é a plantio de coco. No antigo Cabeço tem um pessoal que ainda mora lá. Tem ainda uma igreja. A maioria foi para o Saramem. Na fazenda Arambipe tem uma área de mangue, mas o dono não quer que o pessoal entre. Inclusive teve pessoas do Cabeço que tinha barracas de pesca na beira do mar e foram queimadas.
> A fazenda Resina fica na beirada do rio São Francisco, ao norte do Saramem. O pessoal de lá também tira caranguejo do mangue da área do Arambipe (e onde diz fazenda Regina).
> Tem a lagoa antes do riacho, tem um espaço onde a gente atravessa para ir para o outro lado, onde também tem as lagoas. Esta parte aqui é a Ilha do Algodão. Porque tudo isto aqui era Lagoa. Vinha gente de Brejo Grande trabalhar junto aqui com a gente. Tem também a Ilha da Palmeira. Na Ilha do Algodão agora só tem pesca, no riacho.
> Outras zonas exploradas pelas pessoas do Brejão são o Pau da Gamela e uma ilha próxima do mangue chamada Maria Rosa. Tem também, pertinho, a Terra da Lua, beirando o riacho.
> Todos usam a estrada do Pau da Gamela.
> Mais para abaixo. Este pedaço aqui deve ser da área da Pendanga. Aí tem as roças e vai seguindo para frente.

Com a ocupação das terras pelos fazendeiros, poucas são as famílias que possuem roças nas mesmas áreas, com a permissão do fazendeiro que se diz proprietário. Assim, os riachos, as ilhas e os mangues, passam a ser os locais onde as famílias buscam sua sobrevivência. Entretanto, se observa que estas também estão sendo ocupadas de forma agressiva pelos fazendeiros da região.
A pesca que antes era realizada nos rios, com o processo de expropriação, migrou para os pequenos riachos. Mas estes também estão sendo invadidos pelos mesmos fazendeiros para a prática de carcinocultura. No riacho denominado Parapuca, localizado entre a ilha da Mangabeira e a ilha do Arambipe (as maiores e principais), referências na memória coletiva da comunidade, se encontram vários viveiros de criação de camarão. Na comunidade Carapitanga é possível observar o desmatamento dos mangues para o desenvolvimento da carcinocultura, uma prática extremamente agressiva ao meio ambiente e à população tradicional que vive da pesca e cata de caranguejo nas mesmas áreas, pois, nas despescas é usado veneno nas aguas represadas dos viveiros que posteriormente são lançadas nos rios matando muitas espécies de peixes e caranguejos.
De fato, constatamos que as ilhas são consideradas áreas particulares, inclusive estão sendo comercializadas para o desenvolvimento da carcinocultura, conforme registramos nas imagens abaixo:

Imagem 4 e 5: Placas de vendas de ilhas em Brejão dos Negros

Foto: NAUAR, Ana Lídia

Nas ilhas Criminosa, Arambipe, Gato Preto, Faisca, Terra da Lua, Ilha do Sono, Funil, Ilha do sal, Ilha do Algodão, Crioulo dentre outras, a população das comunidades é impedida de atracar as suas embarcações e sofrem ameaças com armas de fogo, pois foram transformadas em áreas particulares pelos fazendeiros. Todas essas ilhas são Áreas de Proteção Permanentes (APPs), contudo, apesar das inúmeras denúncias que os moradores tem feito aos órgãos ambientais responsáveis, nada foi feito para coibir esse tipo de prática.
No meio da conversa com as mulheres, ressurge a lembrança do tempo das roças e, de novo, a dolorosa memória da expropriação sofrida. Nossa entrevistada lembra que a última roça de sua mãe "era na margem direita do acesso ao Brejão". Mas o "dono" colocou o gado para dentro e ela não plantou mais. Hoje é outra pessoa que está plantando na área. Ressaltou que ainda há poucos dias da data da nossa conversa, havia "passado por lá" e observou que havia outra pessoa plantando no local. Lembrou ainda de outro morador que também tinha roça lá "era seu Silso" nessa mesma época. Ele e dona Clemilda, ainda moram lá. Reitera, no entanto, que, a permanência de Seu Silso no local é devido ao fato de ele "não ser quilombola", ou seja, não se autodefinir enquanto tal, pois de acordo ainda com nossas entrevistadas, "para ficar na roça não pode ser quilombola", expressando com isso a indignação diante da manipulação das pessoas, pelo fazendeiro que se diz "dono" das terras, exercendo dominação e poder em cima daquelas que se submetem por necessidade a esses mandos,

> Tem (tinha) também o seu João, ele teve que se afastar, porque ele é quilombola. Para ele ser quilombola teve que sair da roça, que é nessa área aí, junto com a minha mãe. Seu João e Dona Ilsa.
> Tem o seu Zé Martins, mas ele não é quilombola. (Não é da família Martins), ele então continua ai.

Essas dificuldades de sobrevivência e reprodução tem causado historicamente a migração de muitas das famílias ou de parte delas também para outras cidades e estados. Um exemplo dessa natureza é a mãe de uma das entrevistadas que tem cinco filhos. A única que mora hoje em Brejão é ela (a entrevistada), os outros moram na cidade de Itabaiana, em Sergipe e outros moram em outros estados e cidades do Brasil, São Paulo, Santos e Guarulhos. Foram embora porque não tinha trabalho. Ela própria, também foi embora para São Paulo por um período, mas voltou para cuidar dos pais que ficaram na esperança de um dia poderem ter "um pedacinho de terra para plantar".

5. Tecendo redes e segurando as pontas: as mulheres em cena...

Prosseguindo a conversa com nossas entrevistadas sobre os lugares por onde as famílias costumam fazer suas andanças diárias, enfrentando o risco e a sorte para garantirem o sustento de suas famílias, praticando a pesca e a cata de caranguejo, mesmo por entre as fazendas, por onde se mostra visível os antigos "caminhos" que, outrora encurtavam e facilitavam o acesso às áreas de mangue, ilhas, lagoas e riachos, elas nos disseram que,

> O mangue pega desde atrás do Saramem. O Parapuca vai até Carapitanga, Ponta dos Mangues.
> Cata de caranguejo é feita no Pau da Gamela, vai para a Costinha, tem no Gato Preto. É a mesma fazenda, mas é de outro dono. Tem outra fazenda dentro da mesma fazenda, que é o Crioulo, que já vendeu para outro dono. O Dono era o finado Lindolfo que vendeu para esse homem que morava em Piaçabuçu. Tinha uma parte que é do doce e a parte que é do mangue mesmo. Tem o rio que vai para Carapitanga, que já é aquela parte que é o Crioulo. Crioulo é depois da Terra da Lua. O Crioulo: tem a Maria Rosa e vai subindo, passando para cima. (Entrevistadas 1, 2 e 3).
> Tem o Pau da Gamela. Não tem esse riacho? O Crioulo vai subindo. Tem a Terra da Lua e vai subindo. Mangabeira e Gato Preto fica perto do Arambipe. Só que Gato Preto fica do lado de cá, perto da foz, e Arambipe do lado de lá. A Mangabeira. No Gato Preto tem gente que vai tirar coco. Plantava arroz, mas não planta mais não, por causa da água salgada. Quando a água estava doce, todo mundo plantava arroz. A

> gente plantava arroz tanto no doce quanto no salgado, no mangue. Antigamente tinha a época da água doce no mangue. Era no verão. No carnaval a gente estava plantando arroz. Quando era no mês de São João, a gente já tinha acabado de cortar o arroz e já era para começar no doce. Depois a água salgou e pronto, só ficou no doce. Agora nem no mangue, nem no doce. (Entrevistadas 1 e 2).
>
> Acabou junco [de fazer as esteiras], acabou tudo. Tinha no salgado e no doce. Não tem mais. A água matou. Água salgada mesmo, que matou; na Faisca (ilha) que tinha muito, não era? A gente comprava junco lá perto das Cacimbas. Tinha a Costinha desse lado e tinha uma Ilha no meio... Tinha o tanto de junco que cada uma pessoa comprava um pedaço de junco. Era aquela animação. Mas a água quando veio, matou! matou tanto que agora só tá a lama. O bichinho começo amarelando, amarelando e vai morrendo, vai morrendo. Até os coqueiros eles sentem a água salgada. Olha os coquinhos, deste tamanho! O coco vai ficando pequeno e seca. Quando a maré seca, na terra chega a ficar branco de sal. No Funil também, não era, Maria?
>
> [**Pesquisadora:** O pessoal tira sal?]
>
> ...para tirar tem que fazer a salina. Só que não tem salina aqui mais. Acabou a salina. Salina era lá no Lindu, né? Salina tinha no seu Dedé, na Carapitanga. No mangue também tinha salina. Na ilha do Dedé, era Faisca? Na Ilha do Sal. Mas os donos deixou, não se incomodou mais. Aí o mangue tomou conta e fizeram foi viveiro de camarão. Acharam que o sal não dava dinheiro. O camarão dava mais. (Entrevistadas 1, 2, e 3; idades: 36, 65 e 68 anos, respectivamente)

Através destes longos trechos de relatos extraídos das conversas realizadas com as mulheres (e que aqui são transcritos na íntegra), é possível traçarmos uma geografia da pesca e da cata de caranguejo e assim identificarmos, junto com as mulheres entrevistadas, os traços de uma territorialidade específica, aqui marcada pela forma histórica, particular, juntamente com a necessidade de uso de áreas de ilhas, mangues, riachos, que são fundamentais à sobrevivência e reprodução das famílias.

Imagem 6 e 7: Mulheres quilombolas pescadoras de Brejão dos Negros

Foto: NAUAR, Ana Lídia

As mulheres de Brejão não somente pescam, mas, também são elas mesmas quem fabricam artesanalmente, os seus instrumentos de pesca como as redes de pescar camarão nas lagoas, o puçá para pegar camarão nos riachos, siris e peixes pequenos nas lagoas.

Imagem 8 e 9: Dona Maria de Lourdes fazendo o puçá de pesca e pescadoras no Rio São Francisco

FOTO: NAUAR, Ana Lídia

Outro instrumento de pesca muito utilizado pelos moradores é o covo que é usado na captura de camarões, peixes pequenos e siris. O processo de fabricação do instrumento é descrito no relato abaixo:

> ...pega umas talas do agreste, que são talas de taboca, corta e lavra elas direitinho. Tira os imbés, faz as esteirinhas bem feitas, faz as zangas para depois botar umas rodazinhas de cipó. E faz a zangazinha que é pro camarão entrar. Tem duas zangas. Tem uma no meio, aqui faz o lado que o camarão fica, o siri, tudo peixe. E aqui tem uma zanga que aqui passa essa e passa essa. Aí ele está preso. Não sai mais, só se o cara tirar para fora. (ZT, entrevistado)

Imagem 10, 11 e 12: Covo nos seus vários ângulos.

Foto: NAUAR, Ana Lídia

A cata de caranguejo é feita com as mãos e também com laços de fita de plástico que são preparados como armadilhas para capturá-los na entrada dos buracos nos mangues. A captura realizada diretamente com as mãos é mais comum e o procedimento é considerado por elas o mais fácil, pois enfiam as mãos nos buracos, trazendo o caranguejo para a superfície.

A começar pelos nomes – Pau de Gamela, Maria Rosa, Ponta dos Mangues, só para citar alguns entre os muitos referidos pelas mulheres – os locais são emblemáticos e reveladores da identidade que as famílias de Brejão dos Negros construíram e mantém historicamente com esses lugares.

Imagem 13 e 14: Lagoa do Brejinho e Pau de gamela, locais privilegiados de pesca pelas mulheres quilombolas de Brejão dos Negros.

Foto: NAUAR, Ana Lídia

Um local bastante familiar aos moradores, conhecido como Pau de Gamela é, dentre os de uso comum, o mais citado como lugar onde todos pescam e catam caranguejo. Visitamos o local e encontramos vestígios de material de construção que, segundo as informações dos moradores, destinam-se à construção de viveiros de camarão pelos que atualmente exploram as áreas de mangue com tal finalidade.

Para as mulheres, sair compulsoriamente do território onde construíram uma identidade histórica é bastante doloroso, pois, configura também ameaça de perda de uma identidade que é histórica com o local. Para a maioria delas, a restrição ao acesso às áreas de pesca representa o risco de extinção da comunidade, pois, é esta a principal fonte de sobrevivência das famílias no mesmo local após sucessivos deslocamentos expropriatórios no território ocupado historicamente.

Referências

MANESCHY, M. Cristina. (2000), "Da Casa ao Mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável". Revista Proposta, Nº 84/85. 2000.

MOTTA-MAUÉS, M. Angelica. (1999), "Pesca de homem/peixe de mulher(?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil". Revista Etnografia, V. III (2).

NAUAR, Ana Lídia. (2013), Relatório Antropológico – Território Remanescente de Quilombo Brejão dos Negros. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA/SR23, Sergipe, Brasil.

WOORTMANN, Ellen, F. (1992), "Da complementaridade a Dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades pesqueiras". Revista Brasileira de Ciências Sociais, 18, 41-61.

A chegada do arame: migração e memória em uma comunidade rural da Bahia/Brasil[1]

Diana Anunciação Santos
nunciacao.diana@gmail.com

Tal pesquisa[2] propõe-se a pensar a relação entre migração e memória, na comunidade rural Curralinho, localizada no município de Mata de São João, na região do Litoral Norte do estado da Bahia / Brasil. Buscar-se-á compreender, por meio da memória, as mudanças socioeconômicas empreendidas pelas políticas de Estado gestadas na região, a partir da década de 1970, como a construção da rodovia estadual BA-099, a formação do Distrito Florestal do Litoral Norte com o plantio de eucaliptos e pinus e da instalação de grandes empreendimentos turísticos como *resorts* e hotéis que culminaram em novas rotas migratórias tanto para a população local, quanto para pessoas externas ao grupo. Tentar-se-á verificar se as novas estratégias socioculturais e econômicas funcionam como formas de resistência e manutenção do *modus vivendi* e do sentimento de pertença social, os quais dividem o grupo entre *moradores nativos*, *novos moradores, veranistas* e *população flutuante*. Metodologicamente, propõe-se uma pesquisa qualitativa, tendo por instrumentos fundamentais entrevistas abertas e a observação participante. Em suma, buscar-se-á entender como a permanência de um passado comum na memória coletiva de Curralinho constitui-se elemento de (re)significação do pertencimento e permanência, marcados pelo fenômeno da migração que intensificam as diferenças sociais dos atores envolvidos neste processo.

Palavras-chave: Migração, Memória, Campesinato, Litoral Norte Bahia.

Introdução

Este trabalho propõe-se a analisar a comunidade rural Curralinho, localizada no município de Mata de São João – Litoral Norte do estado da Bahia-Brasil, situada entre as duas localidades de maior atração turística da região - Imbassaí e Praia do Forte, conforme mapa 01 abaixo. O objetivo fundamental é compreender a principal relação estabelecida entre os diversos percursos da mobilidade espacial e a memória coletiva, enfocando as principais mudanças ocorridas nos interesses, projetos e motivações dos sujeitos, sobretudo das estratégias familiares e de grupo direcionadas aos percursos migratórios.

---

1 Artigo apresentado no XII CONLAB – Congresso Luso-Afro-Brasileiro, de 01 a 05 de fevereiro de 2015, na FCSH-UNL – Lisboa/Portugal.

2 Este trabalho é proveniente do conjunto de dados analisados para a tese de doutoramento *"Esse mundo era todo nosso": migração e memória na comunidade rural Curralinho, Mata de São João/Bahia*, a qual encontra-se em fase de conclusão. Financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), por meio de bolsa doutorado (DR) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através do financiamento da bolsa de doutorado sanduíche realizada pela autora na *Université de Strasbourg/France* entre os anos de 2013 e 2014.

MAPA 01: Município de Mata de São João em destaque no mapa da Bahia e do Brasil

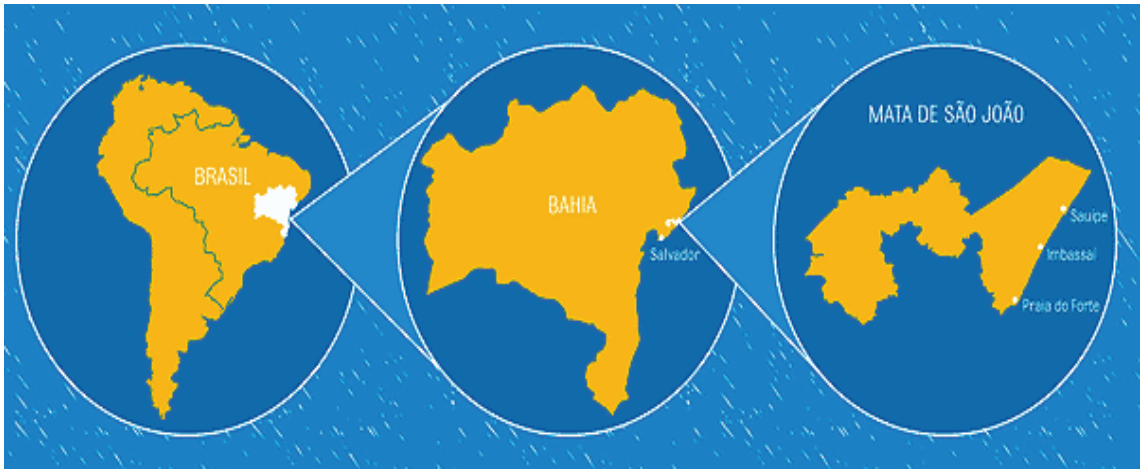

Fonte: http://www.matadesaojoao.ba.gov.br/o-municipio/perfil-da-cidade-e-distritos.php

A pretensão é identificar, por meio da memória coletiva, se para os moradores da comunidade Curralinho houve mudanças nas motivações dos indivíduos migrantes e de suas famílias e os seus significados para o grupo social em perspectiva, bem como a relação entre a mobilidade espacial desses indivíduos e as transformações sociais, econômicas, culturais, ambientais e políticas impulsionadas na região do Litoral Norte do estado da Bahia, a partir da década de 1970.

Tal perspectiva prioriza o processo das motivações da migração e seu impacto para o grupo ora analisado e não necessariamente a perspectiva e percepção individual da inserção no novo espaço social. Nesse sentido, a abordagem da memória coletiva torna-se fundamental, na perspectiva de se compreender as estratégias familiares e de grupo direcionadas pelo contexto histórico local anteriores à década de 1970 e as posteriores.

Curralinho tem o seu território socioeconômico repartido ao meio com a construção da rodovia estadual BA-099 (Estrada do Coco/Linha Verde), além da perda de grandes áreas de uso e trabalho, sobretudo, por meio da implantação do Distrito Florestal do Litoral Norte com o plantio das "florestas homogêneas" (pinus e eucalipto). Por outro lado, a chegada de grandes empreendimentos turísticos – como *resorts*, pousadas, hotéis e restaurantes - reduziram as áreas de extração, pesca artesanal, roçado e moradia de famílias de diversas comunidades locais, acarretando em sua expulsão destas áreas.

Migração x memória

A memória coletiva para Maurice Halbwachs (2006) é aquela responsável por armazenar os fatos, eventos e situações que tiveram espaço interno no grupo, isto é, vivenciado em comum por seus membros ou por parte deles e ao ser rememorado traz em si o ponto de vista e o sentido dado pelo grupo a tal acontecimento. Esta institui uma reconstrução do passado, reelaborada pelo sentido dado no presente e pelas tradições do grupo. Representa, portanto, a própria temporalidade de existência deste, constituindo-se um dos principais elementos de coesão na medida em que propicia o fortalecimento do sentimento de pertença.

É na junção das lembranças de uma ou mais pessoas que se pode reconstruir a sequência dos fatos. É baseada nas relações sociais estabelecidas dentro e fora do grupo que a memória coletiva traduz a lembrança em uma linguagem que faça sentido aos que dele fazem parte. É nesta sequência de fatos que se dá a reconstrução das motivações, sentidos e interesses da mobilidade para os membros de Curralinho no período anterior e posterior às mudanças sociais ocorridas no Litoral Norte da Bahia, a partir da década de 1970, que impactam profundamente as comunidades rurais locais (*Idem*).

A mobilidade espacial expõe o indivíduo migrante a duas maneiras desiguais de manutenção e recordação da lembrança na memória individual, comuns às formas de sociabilidade e, até mesmo, das tradições dos dois

grupos nos quais está inserido. A rememoração do passado, isto é, das lembranças, está sedimentada sobre a percepção e o sentido dado pelas experiências vivenciadas nestes dois grupos. As lembranças dos sujeitos migrantes são também aquelas de suas famílias e a junção das lembranças dessas famílias é a memória coletiva do grupo (BOSI, 2009). Trata-se, portanto, das formas de sociabilidade, das relações sociais e econômicas estabelecidas *dentro* e *fora* dele. Assim se desenvolve a mobilidade na memória coletiva, pois, mesmo que na maioria das vezes seja um ato vivenciado por uma única pessoa, tem suas motivações também calcadas na esfera social. Os momentos de ausência do sujeito em mobilidade constituem fatos marcados na lembrança do grupo, assim como a decisão que o levou a tal ato, a ocasião da partida, das visitas, das cartas trocadas, telefonemas, objetos e dinheiro enviados, os novos arranjos estruturais no âmbito da unidade doméstica de produção[3] e, sobretudo, do momento de retorno.

No caso específico do campesinato brasileiro, a mobilidade espacial possui interesses próprios que a direcionam, os quais tacitamente correspondem também a uma estratégia das trajetórias de reprodução das famílias camponesas, sobretudo aquelas localizadas na região Nordeste do país (MARTINS, 2009). A mobilidade, portanto, é aqui abordada com mais profundidade em seu sentido coletivo, ou seja, pautada nas motivações e nas consequências para o grupo familiar e comunitário, buscando-se entender qual a função social desta para o *modus vivendi* das famílias da comunidade Curralinho.

As primeiras análises das mudanças sociais ocorridas nesta comunidade – a partir da entrada de grandes empreendimentos do complexo turístico (como *resorts*, hotéis, pousadas e restaurantes), da construção da rodovia estadual BA-099, da expansão das florestas homogêneas (pinus e eucalipto) e da indústria de celulose com a implantação do Distrito Florestal do Litoral Norte da Bahia pelo governo estadual da Bahia – demonstram que estes fatores têm favorecido a ocorrência de novos direcionamentos à mobilidade espacial no Curralinho e fortalecimento do sentimento de pertença e da coesão de grupo.

Os diversos tipos de mobilidade espacial que vem se estruturando na região, tem acarretado uma ressignificação do pertencimento social dos moradores desta comunidade, na medida em que se identifica o que venho a categorizar como 1) *mobilidade das estratégias familiares* – realizada pelos nativos em direção às grandes cidades do país, compreende as estratégias das trajetórias de reprodução das famílias; 2) *mobilidade às avessas* – abarca as trajetórias das pessoas externas ao grupo para dentro dos espaços territoriais deste e o retorno dos nativos que se encontram em mobilidade e 3) *mobilidade de permanência* – refere-se as estratégias de resistência pautada nas trajetórias de famílias de outras comunidades locais com laços de vizinhança, parentesco e compadrio em relação ao grupo ora analisado.

O desenvolvimento local engendrou uma consequente valorização das terras, sobretudo, daquelas próximas à faixa litorânea. A especulação imobiliária - embora apresente fatores positivos, inclusive, para os moradores locais, através da melhoria dos serviços públicos (como transporte, saúde, e educação), geração de emprego e renda - tem fomentado também um processo de desestruturação social e desenraizamento cultural em diversas comunidades locais, pois muitas famílias perderam as suas terras de trabalho e moradia, sendo obrigadas a mudar de espaço e de estilo de vida.

Este fato gesta a conformação de uma nova mobilidade interna – a *mobilidade de permanência* - realizada pelas famílias e grupos que perderam ou venderam suas terras, em alguns casos, forçados pela expansão turística e econômica da região. O Curralinho atraiu muitas destas famílias para o seu território, principalmente, pelo valor mais baixo das terras e das relações de parentesco, compadrio e vizinhança estabelecida a *priori* entre estes grupos. A ida para esta comunidade, embora seja marcada pela ruptura do uso centenário dos seus espaços sociais, simboliza uma permanência do modo de vida e trabalho, dos conhecimentos locais e da manutenção do sentimento de pertença territorial, pois ainda permanecem na própria localidade, tentando manter a realização

---

3 Alexander Chayanov (1974) observa que no mundo agrícola não a individualização do trabalho e nem a separação entre o trabalhador, os meios e os instrumentos. Há uma coletivização da realização do trabalho na lavoura, seja por uma única família ou também na ajuda mútua entre as famílias vizinhas. Há, portanto, uma relação recíproca e harmoniosa entre a tríade terra-trabalho-família. Sendo assim, a *unidade doméstica de produção* está baseada na manutenção do consumo familiar, pois tem como principal objetivo suprir as necessidades básicas, ou seja, o mínimo vital e promover a reprodução da mesma.

das suas práticas de trabalho tradicionais.
A rodovia estadual BA-099 também foi um dos fatores de expulsão de algumas famílias dos seus espaços de moradia e trabalho, pois instituiu uma divisão nas áreas locais e do território espacial de algumas comunidades. A região, portanto, torna-se um grande polo de atração para a construção de grandes empreendimentos promovendo o desmembramento, cercamento, loteamento e especulação imobiliária das terras que a compõe. A partir deste fato, as terras do Curralinho também foram loteadas e comercializadas. Uma grande parte dos espaços de roçado e extração foi absorvida pelas indústrias de celulose, tornando-se área de plantação do pinus e eucalipto. A outra parte passa a ser ocupada por pessoas interessadas em investir nas terras, alugar ou comprar casas para veraneio.
O desenvolvimento econômico local favorece a emergência da *mobilidade àsavessas* . Diversas pessoas e famílias externas aos grupos locais se dirigem à região, a maioria em busca de trabalho nas grandes empresas do complexo turístico. Os moradores locais em processo de mobilidade também iniciam um retorno às suas áreas de origem, atraídos pelas ofertas de emprego dos grandes hotéis e *resorts*.
Os sujeitos externos advindos deste tipo de migração se inserem num processo que acarreta uma invasão de outro espaço territorial do Curralinho, dando surgimento a uma espécie de novo bairro externo, denominado de *Novo Curralinho*. Este grupo vivencia então um aumento da sua população fixa e também flutuante. A chegada desse *outsiders* fortalece o sentimento de pertença e a coesão dos *estabelecidos* (ELIAS, 2000). Passa-se, portanto, a ser gestada uma nova *fronteira étnica* manifestada na relação *nós* com o *outro* (BARTH, 1998). É a partir desta relação que passam a ser estabelecidos e fortalecidos os critérios de pertencimento, definindo quem é *de dentro* e quem é *de fora*.

As estratégias de permanência e usos territorias

A população fixa e flutuante deste grupo, atualmente, pode ser classificada em quatro categorias as quais foram definidas a partir da análise dos seus próprios critérios de pertencimento, pautados na espacialidade e temporalidade, nas relações de sociabilidade e parentesco, e no modo de vida e trabalho: 1. *moradores* "*nativos*" - "filhos" da região, ou seja, nascidos na própria comunidade e, portanto, descendentes dos primeiros moradores ou também nascidos nas outras comunidades vizinhas, as quais mantêm relações de vizinhança, parentesco e compadrio entre si; estes se encontram na *mobilidade das estratégias familiares* e *mobilidade de permanência*[4]; 2. *novos moradores* – são pessoas externas ao grupo que estão em processo de *mobilidade às avessas*, ocupam os espaços do *Novo Curralinho* e não possuem a *priori* nenhuma relação de consanguinidade ou parentesco espiritual com os nativos; 3. *moradores veranistas* – também em processo de *mobilidade às avessas* , estes compram lotes e constroem suas casas nas áreas do Curralinho, aparecendo nos feriados, finais de semana e férias e 4. *População flutuante* – é composta por pessoas que passam rapidamente pela localidade, como os turistas que procuram o turismo mais econômico e alternativo, hospedando-se na comunidade e os trabalhadores da região que procuram serviços mais econômicos, também se enquadram na mobilidade às avessas.
Este movimento gestou uma divisão nos espaços sociais de moradia, acirrando a distinção de pertencimento, direitos, deveres e as relações de poder. Atualmente, os *moradores nativos*, sobretudo, os mais antigos da região, residem na área principal, que está dividida por eles entre: a) *centro*, também conhecido historicamente por *Tabuleiro*; b) *extensão da estrada vicinal de acesso*, chamado historicamente de *Curralinho de Baixo*; e c) *área próxima à estrada de acesso* ao município de Itanagra, também conhecida historicamente por *Curralinho de cima* (vide mapa 02 abaixo).
Os *novos moradores* habitam a área localizada ao sul, mais acima dos espaços de moradia tradicionalmente ocupados pela comunidade, conhecido por *Novo Curralinho*, mas denominada pelos "*nativos*" de "*área da*

4 Muitos destes mudaram para o Curralinho no período em que receberam indenizações de suas terras, que foram desapropriadas para a construção dos grandes empreendimentos públicos e privados instalados na região. Cabe salientar que *moradores nativos* trata-se de uma categoria êmica, ou seja, do próprio grupo em análise. Os moradores mais antigos se diferenciam dos novos habitantes por meio da categoria *nativo*.

invasão". Segundo os moradores locais, esta área, que correspondia aos antigos espaços de roçado das famílias mais antigas, foi "invadida", ou seja, ocupada pelos *novos moradores*. Os relatos dos informantes apontam que não houve negociação de compra e venda das terras e que esses iniciaram o processo de instalação entre os anos de 2005 e 2008. No entanto, muitas famílias já não utilizavam todo o potencial das terras para o roçado, sobretudo, por falta de mão-de-obra familiar, já que a maioria dos jovens estava em processo de *mobilidade das estratégias familiares* para estudar e/ou, principalmente, para trabalhar.

Já os *veranistas*, tem ocupado a área denominada de *loteamento* no próprio centro da comunidade, porém localizada atrás da Rua Direta do Curralinho. Estes, de fato, têm negociado a compra das terras e quase sempre esses lotes sofrem constantes mudanças de proprietários que os adquirem com o objetivo maior da especulação imobiliária. Lotear estas áreas, anteriormente, espaço destinado aos quintais das famílias, também se constituiu numa estratégia para permanência dos nativos, haja vista a perda da maior parte das áreas destinadas aos roçados implicar a redução da principal atividade econômica de manutenção deste grupo.

MAPA 03: Croqui do território atual da comunidade rural Curralinho.

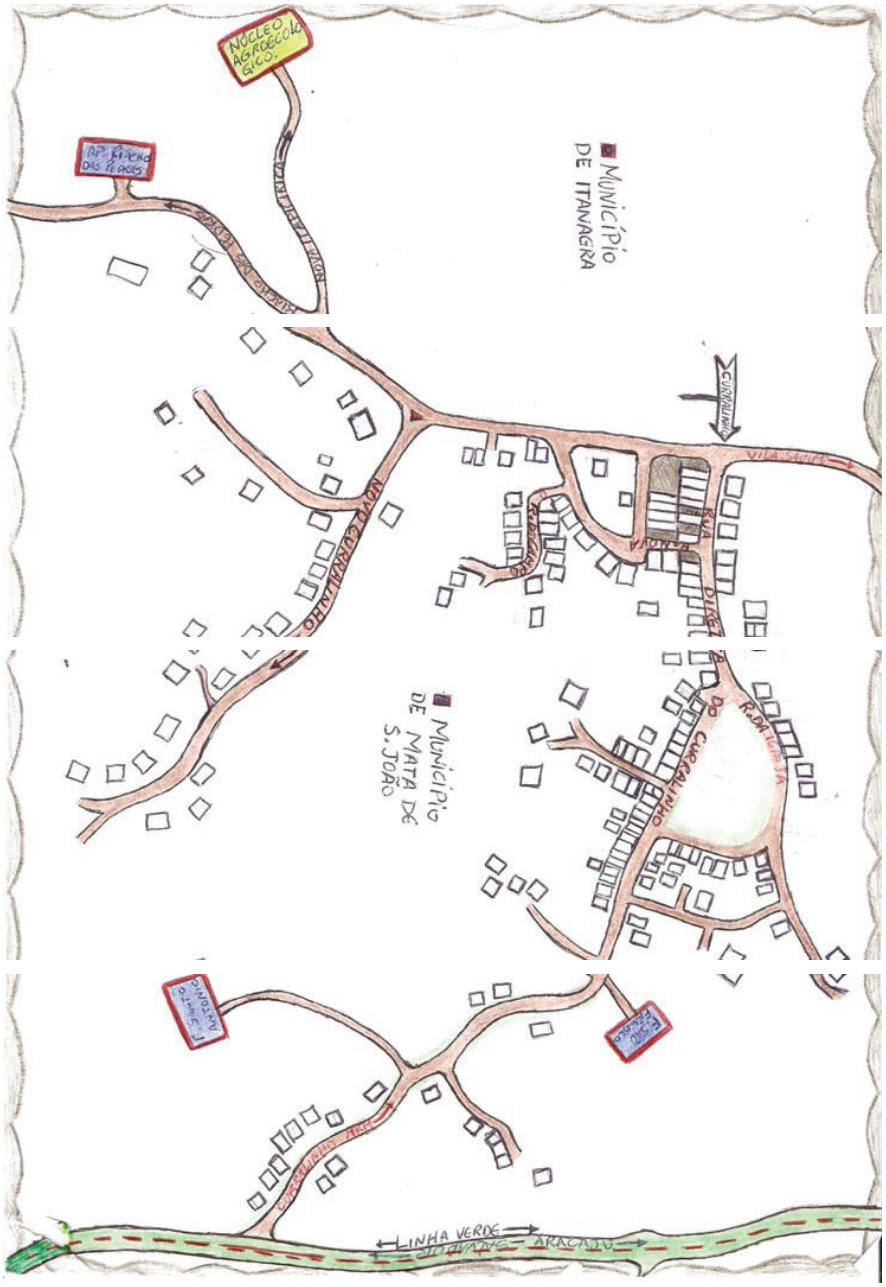

Fonte: LIMA, J. S. 2009, p 17.

A *população flutuante* também traz algumas modificações na sociabilidade do grupo. Primeiramente, o Curralinho passou a ser denominado de *Povoado da situação* devido ao grande número de pessoas externas que por lá passam todos os dias. Este fato tem propiciado uma nova forma de obter renda por parte das famílias locais, na medida em que esta população aluga os quartos ou as casas dos moradores locais, fazem as suas refeições e lanches nos restaurantes e bares, consumem outros produtos e bebidas alcoólicas nos bares e mercadinhos, utilizam o transporte de moto-táxi etc.. Todavia, a presença constante deste *outro,* que pode ser um turista ou trabalhador da região, constrange, em determinados contextos, os moradores nativos. Os relatos apontam que houve um aumento na incidência da violência local interferindo na convivência harmoniosa do grupo. Por isso, estes são denominados de os *estranhos*, ou seja, aqueles que não possuem nenhum tipo de referências familiares locais.

Este novo contexto social é moldado a partir do cercamento das terras, o qual acarretou a perda dos espaços de trabalho – as áreas de roçado, pesca artesanal, extrativismo e criação - transformando o arame no grande vilão dos moradores nativos: *"O arame é a desgraça de tudo por aqui. Cercou e acabou com tudo. Antes, esse mundo era todo nosso"* (fala de informante de 80 anos, moradora nativa do Curralinho). Este *evento*[5] da chegada do arame e cercamento de parte considerável das terras de trabalho gestou a redução da importância da lavoura, impulsionando o grupo a procurar outras estratégias e trajetórias de manutenção da *unidade doméstica de produção*. Assim, construir quartos e casas nas antigas áreas destinadas aos quintais objetivando alugá-las, constituiu-se uma das saídas para suprir as necessidades básicas.

Atualmente, a principal atividade econômica trata-se da produção de artesanato e tranças feitas a partir da palha da piaçava. Todo o processo de produção, desde a extração da palha até a confecção do produto final, é realizado pela população local e exclusivamente pelos *moradores nativos,* marcando também a diferença entre estes e os novos moradores, que possuem como atividade econômica fundamental o trabalho agrícola. Para os nativos, morar na área invadida significa não ter história de utilização de um território de uso comum, não pertencer ao grupo centenário.

Essas novas estratégias e arranjos de manutenção das famílias gestam novas motivações individuais e familiares em torno da importância da mobilidade espacial para este grupo. Na memória coletiva dos nativos do Curralinho, a mobilidade espacial, realizada antes da década de 1970, tratava-se das estratégias das trajetórias de manutenção dos grupos familiares, ou seja, *a mobilidade das estratégias familiares*. Esta era percebida, principalmente, como a oportunidade de facilitar o aumento da renda e manutenção familiar, adquirindo com os recursos enviados pelo migrante os produtos que a produção agrícola não dava conta de suprir, bem como a possibilidade de impedir a fragmentação extrema da terra a ser partilhada entre os filhos que permaneciam.

Por outro lado, a mobilidade também promovia a ruptura do liame familiar, externalizada por toda a miséria vivenciada pelo grupo doméstico que via em tal ato uma perspectiva de amenizar a impossibilidade que o pequeno lote agrícola tem de suprir as necessidades básicas, a exposição violenta à exploração do trabalho e de liminaridade social às quais se submete o indivíduo em processo de mobilidade etc. Novos arranjos sociais dentro do contexto das práticas de trabalho das unidades domésticas de produção são traçados com a saída de qualquer membro.

O percurso principal da mobilidade espacial era o de saída, ou seja, os nativos do Curralinho migravam para os centros urbanos do país, sobretudo a metrópole de Salvador e a megalópole de São Paulo, em busca de trabalho que possibilitasse melhores condições de manutenção das suas próprias famílias no campo. Esta compreendia mais o sentido coletivo, ou seja, a importância do ato para o grupo familiar.

Após o processo de desenvolvimento turístico e econômico da região, o percurso principal da mobilidade para os nativos passa a ser o de retorno. As motivações correspondem mais especificamente ao projeto pessoal do indivíduo, ao crescimento pessoal e profissional, como finalizar os estudos e fazer cursos profissionalizantes,

---

5 Conforme aponta Marshall Sahlins (1990), o conceito de *"evento"* está pautado no imaginário que permanece nos indivíduos após a sua passagem, que dá origem a intensas mudanças estruturais. Os eventos históricos se conjugam aleatoriamente, podendo então transformar, reificar ou finalizar uma época. Estes não são vistos como um fenômeno linear, mas pela multiplicidade histórica dos acontecimentos, favorecendo o advento de novas situações sociais totais transformando as relações internas e externas de determinado grupo social.

sobretudo, com a perspectiva de ocupar as vagas de trabalho nos empreendimentos turísticos e indústrias da região (a exemplo dos *resorts* Costa do Sauípe, Iberostar e Grand Palladium Hotel e do pólo petroquímico de Camaçari). Mas, cabe salientar que por trás do projeto pessoal esta mobilidade também favorece a manutenção das famílias no campo, já que a roça perde importância e a produção de artesanato não consegue suprir as necessidades básicas de alguns grupos familiares. Os nativos, sobretudo, os mais jovens, atualmente, moram no Curralinho e trabalham nos hotéis e *resorts* da região, garantindo a manutenção de suas famílias.

Esse inverso na importância das motivações pessoais e familiares, já que ambas coexistem, é proporcionado pela valorização local empreendida, sobretudo, pelo setor turístico, a qual tem possibilitado uma nova rota para as trajetórias espaciais. Porém, este aspecto que também pode ser vislumbrado como um elemento positivo não camufla todo o desenraizamento e desestruturação que os grandes empreendimentos públicos e privados instauraram na região a partir de suas instalações e expansões. A *mobilidade às avessas*, constituída neste processo, portanto, promove o retorno dos nativos que saíram em *mobilidade das estratégias familiares*, a chegada de novas famílias e indivíduos externos ao grupo, mas também a saída dos nativos que tem a perspectiva de se qualificar para ocupar as vagas de trabalho das empresas locais.

Considerações finais

Este novo movimento espacial tem estabelecido um fortalecimento do sentimento de pertencimento social dos nativos, gestado na espacialidade e temporalidade das *fronteiras étnicas* (Barth 1998). A coesão de grupo e o sentimento de pertencimento estão firmados na memória coletiva de uma temporalidade de vivência em comum no território social, estabelecidos nas relações de parentesco, compadrio e vizinhança. A memória, portanto, constitui o significado de ser o *de dentro* e a definição daqueles que são *de fora*.

Em suma, as novas formas de migração têm realizado não apenas mudanças estruturais, mas, sobretudo, mudanças simbólicas e de pertencimento social, bem como uma reconfiguração do território de uso. A mobilidade dos nativos ainda se processa, mas há uma reconfiguração das motivações individuais e familiares e de suas trajetórias. Ademais, a chegada desses *novos moradores* na localidade, que não possuem laços de pertencimento e usos territoriais, tem fomentado uma nova dinâmica nas relações de ocupação, uso e poder dos espaços sociais, fortalecendo a coesão interna e definindo as atividades econômicas fundamentais e os espaços de morada e trabalho entre estes.

Referências

BARTH, Fredrik. (1998), Grupos étnicos e suas fronteiras. IN: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. 2. ed. São Paulo: UNESP, p. 9-184.

BOSI, Ecléa. (2009), *Memória e sociedade:* lembranças de velhos. 15 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 484 p.il.

CHAYANOV Alexander V. (1974), *La organización de la unidade econômica campesina.* Tradução de: Rosa María Rússovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 343 p. (Colección Teoría e Insvestigación em Ciencias Sociales).

ELIAS, Norbert; e SCOTSON, John. L. (2000), *Os estabelecidos e os outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 224 p.

HALBWACHS, Maurice. (2006), *A memória coletiva.* Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 222 p. (Título original: *La mémoire collective*).

MARTINS, José de Souza. (2009), Migrações temporárias, problema para quem? In___, *Exclusão social e a nova desigualdade*. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2009, p. 39-47. (Coleção: Temas de Atualidade).

SAHLINS, Marshall. (1990), *Ilhas de história.* Tradução de Bárbara Sette. Rio de Janeiro: Zahar, 209 p.

Bens imateriais e estratégias locais de sustentabilidade: o impacto do turismo em pequenas propriedades rurais no extremo-sul do Brasil

Verenice Zanchi[1]

Virginia Elisabeta Etges[2]

Resumo: A presente pesquisa analisa a implementação de roteiros de turismo rural, como fator dinamizador da atividade turística na Região dos Vales do Rio Pardo e Taquari-Rio Grande do Sul, a partir da implementação de roteiros de turismo rural. A escolha pelo turismo, como opção de diversificação da propriedade rural, se mostra presente no contexto da agricultura familiar e das políticas públicas que visam o desenvolvimento regional. O estudo aborda o potencial econômico da atividade e o papel da imigração europeia no processo de diversificação de atividades. De caráter qualitativo, apoiou-se na abordagem dialética, visando compreender a função do território na formação dos roteiros de turismo rural e na manutenção das comunidades locais. Com base na análise dos dados coletados, constatou-se aumento da renda das famílias que apropriam-se do turismo como estratégia de sustentabilidade.
Palavras chave: Diversificação, turismo rural, sustentabilidade, êxodo rural

Introdução

Esse artigo discute a contribuição da atividade turística como alternativa de aumento da renda e, por conseguinte, possibilidade de permanência da família no meio rural, na região dos Vales do Rio Pardo e Taquari, no Rio Grande do Sul. Região que é formada, principalmente, por pequenas propriedades rurais, que foram impactadas pelos avanços e retrocessos ocorridos durante o desenvolvimento rural. Tais oscilações deixaram grande parte dos agricultores familiares à mercê dos interesses do capital mundial. Posteriormente, a globalização trouxe consigo outros efeitos negativos, tais como, o abandono e a marginalização, decorrentes da concentração de recursos direcionados, principalmente, aos grandes produtores rurais.

Nesse contexto, o turismo se insere no meio rural, como uma opção para diversificar as atividades da propriedade e consequentemente, para essas famílias, uma fonte geradora de renda, qualidade de vida e bem-estar. Assim, a partir da implantação do turismo em áreas rurais percebe-se a reativação do sentimento de pertencimento e a permanência das famílias no campo.

O turismo tem, cada vez mais, recebido destaque nos debates sobre as novas abordagens de desenvolvimento devido a sua contribuição econômica e social. Nesse sentido Brose (2001: 11) ressalta que "quando falamos de desenvolvimento, não estamos falando do conceito de desenvolvimento econômico, como era utilizado nos anos 60 e 70, hoje mais adequadamente denominado de crescimento econômico". Mas sim "entendido como melhoria da qualidade de vida", ou seja, um desenvolvimento que vai além do mero crescimento econômico.

---

1 Mestre e Doutoranda em Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Crus do Sul – UNISC/RS. verenice.zanchi@gmail.com.
Com formação em Administração de Empresas – Habilitação Comércio Exterior (2002) – UNIVATES/RS e mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Atua como Coordenadora Administrativa e Financeira da RBS TV Santa Cruz Ltda.

2 Doutora em Geografia, Professora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – UNISC. etges@unisc.br.
Com formação em Geografia, possui mestrado em Geografia Humana (1990) - USP/SP, doutorado em Geografia Humana (1997) - USP/SP e Pós-Doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Técnica de Berlim. Atua como docente no Curso de Geografia e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado, da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Sua atividade de pesquisa está voltada a temas de ordenamento do território e desenvolvimento regional.

Os avanços do turismo rural ao longo das últimas duas décadas têm sido inspirados, sobretudo, nas experiências europeias. No Rio Grande do Sul, pode-se dizer que a atividade turística está em expansão, uma vez que pesquisas recentes do Ministério do Turismo revelam que o fluxo de turistas cresceu em média 9% entre os nos de 2000 e 2010 (FGV, 2012). Atrelada a esse crescimento está a demanda por regiões com forte apelo paisagístico, histórico e cultural, encontradas, principalmente, em áreas rurais, nas quais o visitante busca recompor-se, redescobrir valores, costumes e a interação com as famílias (Alves, 2002).

A escolha da região dos Vales do Taquari e Rio Pardo para a realização da pesquisa justifica-se em razão das similitudes históricas, sociais e culturais, que remontam à época da colonização, bem como a contiguidade territorial entre os Vales.

O recorte territorial referencia-se no estudo sobre Desenvolvimento Regional e Logística de Transporte – RUMOS 2015, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no qual o estado foi dividido em nove Regiões Funcionais de Planejamento, sendo o objeto de estudo a região funcional dois – RF 2 –, conforme pode ser identificado na figura 1. A região que abrange os Vales do Rio Pardo e Taquari localiza-se na parte centro-oriental do Estado do Rio Grande do Sul, extremo sul do Brasil.

Cabe destacar que a implantação do turismo na região em estudo é relativamente recente, haja vista, o roteiro mais antigo, a Rota Germânica do Rio Pardinho, ter sido inaugurado em 1998, ou seja, há apenas 16 anos. Outro fator relevante é o de que a atividade turística, inicialmente, não substitui a agrícola, mas surge como alternativa de renda complementar e ocorre de forma integrada com outra(s) atividade(s).

Figura 1 – Regiões Funcionais de Planejamento

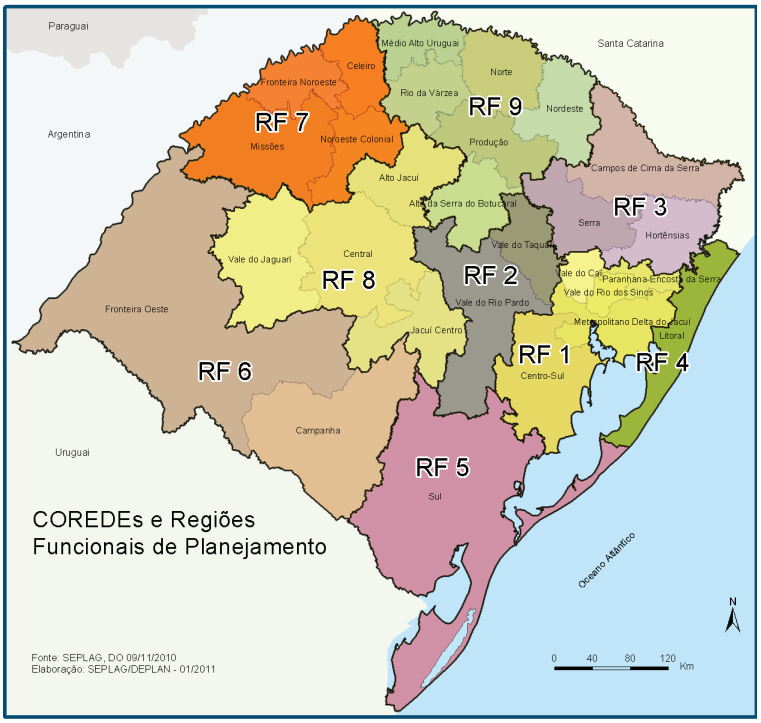

Fonte: FEE, 2014.

É oportuno acrescentar que a atividade turística nessa região tem características peculiares, ligadas à agricultura familiar e ao saber-fazer transmitido de geração a geração. Essa herança cultural é proveniente, principalmente, dos imigrantes alemães e italianos que colonizaram os vales no século XIX. É oportuno destacar que seus descendentes mantêm preservados os traços culturais que se refletem nos costumes, na arquitetura, na gastronomia e no artesanato. Assim, criou-se um patrimônio imaterial, que reforça o potencial turístico, uma vez que a região também é geograficamente peculiar, ou seja, recortada por vales e rios. Tais características colocam o turismo rural na esfera das atividades com potencial de promover o desenvolvimento regional.

Com vistas a investigar o fenômeno foi aplicada a pesquisa qualitativa, com o uso das seguintes técnicas:

entrevista semiestruturada, combinando perguntas fechadas e abertas e entrevista em profundidade, na qual o entrevistado foi convidado a falar livremente. Foram utilizados dados secundários dos bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e da Fundação de Economia e Estatística – FEE. As fontes bibliográficas, especialmente livros, artigos científicos, teses e dissertações serviram de base para aprofundar as reflexões sobre o tema.

Para alcançar a compreensão do impacto do turismo nas pequenas propriedades que o adotam como estratégia de permanência no campo, buscou-se entender o papel dos imigrantes europeus na formação da região dos vales, o processo de diversificação na propriedade e a opção pelo turismo como estratégia inovadora de sustentabilidade, ou seja, como atividade geradora de renda.

O papel da imigração europeia no processo de diversificação de atividades

Parte-se do pressuposto de que cada região compreende uma determinada porção do espaço com características naturais específicas, moldadas a partir de seu processo de formação histórico-cultural, do qual deriva sua identidade social, econômica e política. Assim, a compreensão das condições naturais se torna importante uma vez que é sobre elas que o homem se estabelece e impõe modificações.

Portanto, torna-se primordial entender o processo de formação da região que engloba os Vales do Rio Pardo e Taquari, na qual chegaram imigrantes alemães e italianos a partir da segunda metade do século XIX. O que ocorreu por meio da política de colonização, sendo que seus descendentes ainda são predominantes nela. Esses imigrantes receberam terras, cujo tamanho dos lotes concedidos pela administração, a partir de 1889, não passavam de 25 hectares, principalmente, para desenvolver atividades agrícolas, em especial o trigo, que abastecia a Colônia (Roche, 1969). Essa forma de ocupação originou as "pequenas propriedades rurais", e também foi a origem de inúmeros núcleos urbanos nesses locais (FEE, 2014).

De acordo com Lando e Barros (1992: 30), até 1854 as terras eram doadas e, após a promulgação da lei Provincial 304, passou-se a vender as terras aos colonos, proporcionando um aumento considerável no fluxo de imigrantes. Os autores também destacam que "desta forma, criavam-se as bases da pequena propriedade rural", nas quais predominam a agricultura familiar.

A história da região dos Vales do Rio Pardo e Taquari relaciona-se, diretamente, com as condições hidrográficas, geográficas e fisiológicas, o que significa "considerar a forma do espaço natural como uma das variáveis na formação do espaço humano, [...]", todavia, sem desconsiderar as demais (Collischonn, 2001: 20). A região conserva, ainda, fortes traços da influência da imigração europeia na arquitetura, língua, culinária, usos e costumes. Época, na qual, a produção diversificada das pequenas propriedades criou uma distribuição de renda menos concentrada, resultando em uma rede urbana formada por pequenos núcleos próximos entre si. Esses núcleos, mais tarde, foram crescendo e se emancipando em busca de autonomia, isso porque, muitas vezes, distantes da sede do município se percebiam excluídos da distribuição dos recursos (FEE, 2014).

A região do Vale do Taquari apresenta uma economia baseada na atividade primária de cunho familiar, bem como elevado desenvolvimento industrial e comercial, muito devido à sua colonização (Schierholt, 2000). O autor chama a atenção para a evolução e intensificação das migrações internas, ou seja, o êxodo rural entre os anos de 1955 e 1975, que causou, por um lado, prejuízo na produção e, por outro, a implantação de novas escolas e cursos universitários. Propiciou, ainda, o crescimento vertiginoso da indústria e do comércio, especialmente de alimentação, calçadista, vestuário e material de construção.

No Vale do Rio Pardo, a organização cultural no entorno de cooperativas está diretamente relacionada ao profundo sentimento associativo que os colonos alemães desenvolveram, por não terem sido assistidos em termos de escolas e religião. Pode-se dizer que o "[...] quadrinômio – cooperativa, comunidade, escola e sociedade identifica o colono alemão no RS" (Radünz, 2001: 148).

A produção agrícola continua sendo a alavanca da economia dos vales, com destaque para o fumo e o milho. A floricultura e os hortigranjeiros despontam, mas a principal atividade econômica ainda é a produção de tabaco (FEE, 2014). O fumo manufaturado predomina na matriz produtiva regional, com 54% e está fortemente interligado à produção agrícola. O setor fumageiro responde por 57% da produção agrícola no Vale do Rio Pardo e 24% no Vale do Taquari (SEPLAG, 2012).

Segundo Etges (1998: 190) essa região,

> [...] a partir da metade do século passado, têm sua economia voltada para a produção e beneficiamento do tabaco, constituindo-se da principal região produtora do mesmo no país. Esta atividade, realizada em regime de trabalho familiar, em pequenas propriedades rurais (média 18 ha), vem passando por sucessivas crises, o que tem contribuído ainda mais para aumentar a pobreza e acelerar o êxodo rural.

Assim, a região dos vales é permeada por uma diversidade histórica e cultural decorrente da presença indígena e da colonização europeia a partir da chegada, no século XIX, de grupos lusos, ítalos e teutos. Um mosaico identitário que se forma sobre forte influência de uma economia baseada na produção familiar.
O estudo Rumos 2015[3] aponta que 95% das propriedades agrícolas da região são constituídas por pequenos produtores. Destaca ainda que tais características pouco mudaram com o passar do tempo e reconhece que as potencialidades industriais e agropecuárias estão apoiadas nos mesmos.
Os dados demográficos dos Vales do Rio Pardo e Taquari indicam que, em conjunto, estes possuem 7% da população estadual (Rio Pardo 3,9% - Taquari 3,1%), ocupam 6,4% do espaço geográfico (Rio Pardo 4,7% - Taquari 1,7%) e respondem por aproximadamente 7% do PIB estadual (Rio Pardo 4% - Taquari 3%) (FEE, 2014). Cabe destacar que, pela região passam importantes corredores de transportes multimodais do Mercosul, sendo: ferrovias, hidrovias e as rodovias federais – BR386 e BR290.
Com base nos indicadores de população rural e urbana do estado, verifica-se que os dois vales detêm juntos aproximadamente 15% da população rural do estado. O Vale do Rio Pardo se destaca com uma população rural que representa 37% de sua população total (FEE, 2014).
Cabe apontar que o estudo Rumos 2015 definiu três estratégias de desenvolvimento para o estado: (a) potencializar o processo de atração industrial da Região Metropolitana; (b) promover o surgimento agroindustrial da Região Metropolitana; e (c) criar uma identidade regional em segmentos agrícolas emergentes. Dentre as estratégias, a terceira merece destaque neste estudo, uma vez que "objetiva disponibilizar um maior suporte para os empreendimentos nos setores alimentício, **turístico** e de pedras, além de estimular os pequenos produtores rurais" (SEPLAG, 2012).
Na região dos Vales do Rio Pardo e Taquari, fica evidenciado que a atual organização familiar em pequenas propriedades rurais diversificadas advém da colonização. Assim, a criação de uma identidade regional, com particular destaque para o turismo como atividade geradora de renda, pode oportunizar a permanência dessas famílias no campo, evitando, principalmente o êxodo rural.

A diversificação da propriedade rural

Cabe entender como o processo de diversificação se articula dentro da pequena propriedade agrícola, isso antes de adentrar no turismo como opção de atividade diversificadora. De modo igual, compreender a relação de ambos com o desenvolvimento da região.
Assim, parte-se de que a diversificação observada nas pequenas propriedades nos Vales do Rio Pardo e Taquari é decorrente da formação dessa região. Tem-se conforme apontado por Silva (1999), que o meio rural modificou-se devido à modernização agrícola, a qual trouxe consigo novas técnicas e métodos de plantio e colheita, inovações genéticas e melhorias na mecanização. Portanto, o espaço rural passou a ser não só agrícola, mas cenário para o desenvolvimento de novas atividades.
Nesse contexto, no qual novas perspectivas como a diversificação das atividades internas e externas na propriedade são fundamentais para a apropriação dos ganhos, o turismo aparece no rol das novas atividades, e

---

3 Estudo feito pela Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, do estado do Rio Grande do Sul, intitulado Estatuto do Desenvolvimento Regional e Logístico do RS – RUMOS 2015, que teve como base, critérios de homogeneidade econômica, ambiental e social.

> [...] hoje já vem sendo reconhecido como uma importante alternativa para a manutenção das famílias no campo. Esta atividade vem crescendo continuamente e se destacando na discussão sobre as novas estratégias de desenvolvimento e desenvolvimento rural (Souza e Elesbão, 2008: 4).

Segundo Cristóvão (2002: 81), o desenvolvimento rural está ligado à diversificação, sendo que [...] a ideia de diversificação da economia rural decorre, cada vez mais, do reconhecimento de que o espaço rural é bem mais do que um simples fornecedor de matérias primas. É, no fundo, um espaço multifuncional.

Perceber o espaço rural e sua comunidade como um lugar multifuncional implica em valorizar seus recursos e reconhecer seu potencial endógeno (Cristóvão, 2002). Também Blos (2000) aponta para o desenvolvimento dos recursos endógenos, ou seja, do turismo rural, como alternativa para gerar melhoria da qualidade de vida, produção econômica e serviços.

Nesse sentido, para Joaquim (1999) o desenvolvimento rural passa pela diversificação das atividades do meio rural, trabalhando com o triângulo agricultura, ambiente e turismo. Cristóvão (2002), Cavaco (1995) e Paiva (1995) asseveram o mesmo, ou seja, apostam no turismo, aliado à valorização das potencialidades locais (natureza, arquitetura, história, cultura, entre outros), como caminho na questão da diversificação.

Segundo Ellis (2000), a diversificação dos meios de vida pode contribuir de várias formas, para além da renda, chegando ao meio ambiente, pela redução da necessidade dos agricultores menos capitalizados explorarem de forma intensiva o solo. Diversificação dos meios de vida entendida aqui como "[...] processo pelo qual o grupo doméstico rural constrói uma crescente diversificação do *portfólio* de atividades e ativos para sobreviver e melhorar seu padrão de vida" (Ellis, 2000: 15).

Autores como Almeida e Riedl (1998), Sen (2000), Brose (2001), Cristóvão (2002), Schneider (2003a; 2003b) apontam para o mesmo caminho. Ou seja, para eles a diversificação da propriedade pode auxiliar: no aumento e redistribuição da renda dentro da família; com a produtividade; com a segurança alimentar da família; e com o meio ambiente, pela redução das práticas extrativas e com maior segurança aos efeitos macroeconômicos. Isso porque a diversificação pode reduzir seus efeitos imediatos que poderiam ocorrer caso fossem dependentes de apenas uma estratégia de renda. Sen (2000) considera que a diversificação contribui com a redução da dependência das famílias de uma única cultura e melhora a renda.

Nesse cenário,

> a diversificação não implica apenas em ampliação das possibilidades de obtenção de ingressos, especialmente rendas (agrícolas, não-agrícolas, outras), mas representa, sobretudo, uma situação em que a reprodução social, econômica e cultural é garantida mediante a combinação de um repertório variado de ações, iniciativas, escolhas, enfim, estratégias (Schneider, 2003a: 1).

Segundo Teles (2006: 64), no final do século XX, foi possível observar que áreas agrícolas cederam lugar para o turismo "gerando fluxo e renda e disseminando conhecimento, além de promover a preservação da memória e das estruturas [...], gerando uma nova forma de organização do espaço".

Nesse contexto, o turismo rural possibilita que a familiar mantenha sua atividade-fim. Sendo ainda, uma opção à agropecuária tradicional, que não consegue manter o nível necessário de empregos no meio rural, Schneider e Fialho (2000) e Silva (1999).

Além do potencial econômico, o turismo caracteriza-se pela facilidade de criar postos de trabalho devido à diversidade de atividades ligadas a ele no meio rural. Dentre elas estão os restaurantes de comidas típicas, a industrialização de alimentos caseiros (tais como: pães, bolos, cucas, roscas, entre outros), o artesanato, os passeios, as trilhas para caminhadas ecológicas (Schneider e Fialho, 2000).

Para Almeida e Riedl (1998), o turismo rural, enquanto atividade de diversificação da propriedade impõe-se contra os alicerces tradicionais da agricultura, que subjugam a produção que está exposta ao risco, às incertezas e à exaustão.

Schneider e Fialho (2000) apontam que o turismo beneficia a comunidade local, com a realização de obras de melhoria da infraestrutura, a criação de mercado para produtos agrícolas e a valorização das características naturais e culturais. Ressalta, ainda, que a atividade turística em algumas localidades pode ser considerada dinamizadora – econômica, social, cultural e ambientalmente. Segundo Silva (1999) a atividade turística se insere no meio rural como um marco para a conservação da natureza e a preservação dos valores culturais.
Beni (2002: 72) aponta que o turismo "[...] gera emprego e proporciona rendas e, em determinadas ocasiões, pode ser o setor propulsor da economia". Ainda para o autor, o campo de análise do turismo vai além do enfoque econômico, chegando à satisfação das pessoas envolvidas com o produto turístico, tanto de quem o produz quanto de quem o consome.
De acordo com Molina (1997: 13), o sistema turístico apresenta alguns objetivos que devem ser considerados, sendo eles: a) contribuir para a evolução dos indivíduos e dos grupos humanos; b) promover o crescimento e o desenvolvimento econômico e social; c) proporcionar descanso e diversão.
Isso porque,

> o turismo rural possibilita a valorização da produção primária original, gera empregos, valoriza o trabalho do homem do campo, agrega valor à cultura e à identidade do homem rural, revitaliza o patrimônio arquitetônico e cultural, gera alternativas de desenvolvimento psico-social de mulheres, jovens e idosos, resgata as raízes rurais, insere mulheres e jovens no mercado de trabalho, socializa as mulheres rurais, etc. (Lunardi e Souza, 2010: 6).

Nesse contexto, o desenvolvimento das famílias rurais passa a depender não apenas do dinamismo do setor agrícola, mas também da capacidade de atrair outras atividades econômicas. O conhecimento local é, dessa forma, um dos principais recursos utilizados na formatação do produto turístico rural.
Assim, quando uma pequena propriedade rural participa de um roteiro de turismo rural pode-se considerar que ela está diversificando suas atividades. O que possibilita novas fontes de renda e melhorias em termos de qualidade de vida e bem estar, consequentemente, a permanência dessas famílias no meio em que vivem.

Metodologia

Após a exposição dos pressupostos teóricos, cabe apresentar a metodologia e a sistematização dos dados coletados na pesquisa de campo.
Considerando que pesquisar é a atividade científica por meio da qual se busca compreender a realidade, torna-se evidente que essa realidade não se desvenda na superfície, ou seja, não é o que aparenta à primeira vista. "É um fenômeno de aproximações sucessivas e nunca esgotado" (Demo, 1985: 23).
Portanto, para compreender os conflitos e contradições que permeiam o campo científico, apropriou-se do método de abordagem dialética, posto que pesquisar significa procurar respostas para as indagações propostas. Por esse ângulo, chegou-se à compreensão de que cada sociedade existente se constrói num determinado espaço e se organiza de forma particular. Da mesma forma, vive o presente fortemente marcado pelo seu passado e, com as mesmas determinações, constrói seu futuro, em uma dialética constante entre o que está dado e seu protagonismo (Minayo, 2010).
Assim, a metodologia empregada nesta pesquisa consiste, de forma mais contundente, de técnicas de caráter qualitativo. A escolha de ferramentas de investigação deste viés tem como objetivo entender a relação provisória, dinâmica e repleta de especificidades entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. Neste sentido, o material primordial desta investida qualitativa é a palavra dos envolvidos nas práticas investigadas. Com isso, buscou-se captar o sentido, o significado e as representações que os sujeitos sociais têm em relação a elas.
Nesse sentido, utilizaram-se quatro técnicas de pesquisa, três delas de caráter qualitativo e uma quarta, de viés quantitativo. A saber: (a) revisão da literatura cientifica em fontes primárias e secundárias, acerca do turismo

rural e seus impactos no desenvolvimento regional e da diversificação na região estudada; (b) entrevistas em profundidade com integrantes das famílias (que adotam ou não a estratégia). A seleção e definição do número de entrevistados se deram pela estratégia de saturação; (c) análise documental de atas de associações dos roteiros, material publicitário de roteiros e empreendimentos e registros públicos; (d) análise de dados e microdados que permitam captar dimensões socioeconômicas da atividade, disponibilizados pela FEE.
Para tanto, o recorte espacial da pesquisa é decorrente da semelhança e da proximidade geográfica entre os Vales do Rio Pardo e Taquari, conforme pode ser observado no mapa 1. Assim como a proximidade entre os 20 municípios da região que implementaram roteiros de turismo rural.

Mapa 1 – Região Funcional 2, divisão por COREDEs e municípios com roteiro

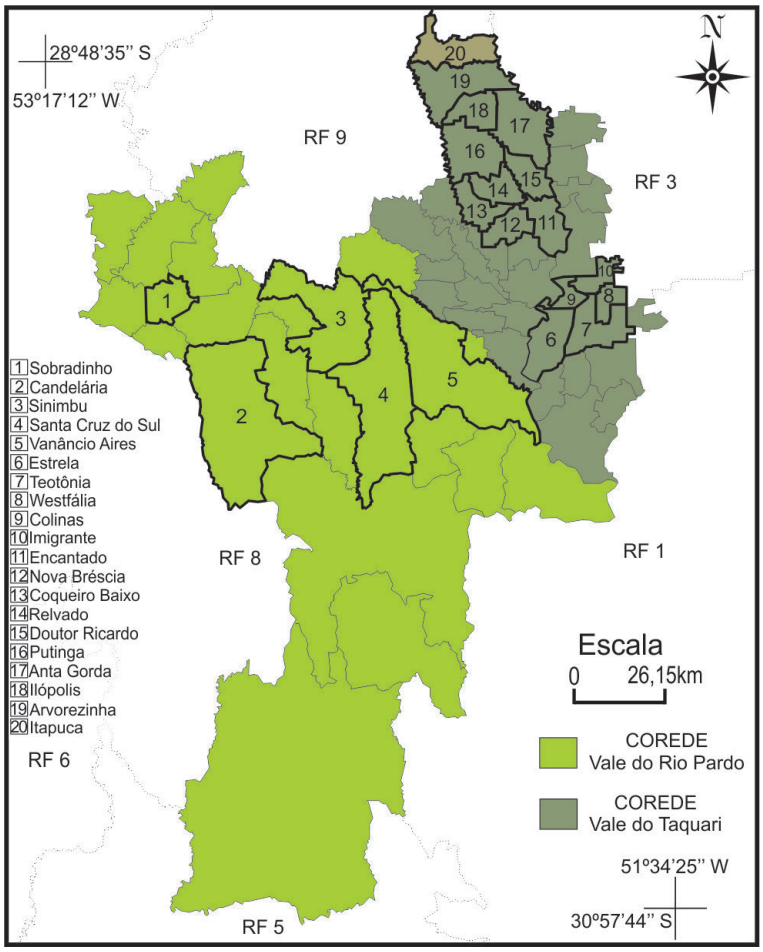

Fonte: SEPLAG, adaptado por Oliveira e Zanchi, 2012.

A partir do recorte procedeu-se a pesquisa documental junto à Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul – SETUR/RS e das Associações de turismo de ambas as regiões, quais sejam: Associação de Turismo da Região do Vale do Rio Pardo – ATURVARP e Associação dos Municípios de Turismo da Região dos Vales – AMTURVALES, com vistas a identificar os atrativos turísticos. Assim, chegou-se ao total de atrativos e empreendimentos de cada roteiro.
Na sequência, foram selecionados os empreendedores entrevistados, o que ocorreu com a ajuda de informantes qualificados (integrantes das associações). O critério de seleção dos entrevistados, teve como base identificar quais indivíduos tinham vínculos mais significativos com o problema a ser investigado. Com os dados bibliográficos e os levantamentos de campo, procurou-se analisar a contribuição do turismo rural para com o aumento das rendas das famílias e o desenvolvimento regional.

O turismo rural como estratégia local de sustentabilidade

A inovação do turismo no meio rural tem sido fomentada na região, tanto por instituições não governamentais como a EMATER/ASCAR, quanto por órgãos governamentais.
De acordo com Balderramas (2000: 7),

> o turismo rural é conhecido como atividade turística que ocorre na zona rural, integrando a atividade agrícola pecuária à atividade turística, surge como alternativa para proprietários rurais na atual crise financeira fundiária, atrelada a falta de incentivos ao homem do campo.

Roque e Alencar (2002: 22) apontam que

> [...] entre todas as possíveis atividades não agrícolas no mundo rural, podem-se evidenciar aquelas voltadas para o turismo e lazer, que surgiram paralelamente a um movimento mundial de utilização de novos espaços para o consumo turístico, com propostas voltadas para a valorização do turismo interno, competente e sustentável.

Delineando a sustentabilidade a partir de dois arranjos conceituais, apontados por Junior, et al. (2012). Tem-se no primeiro a sustentabilidade como manutenção do capital natural, sendo aqui a base fundamental "a noção de complexidade sistêmica, na qual eventos humanos e não humanos interagem por meio de fluxos materiais e equalizam-se como diferentes "capitais", instâncias nas quais seus dinamismos produzem "renda" ou "produtividade" apropriável". Ainda d acordo com Junior, et al. (2012: 52), no segundo,

> *a construção político-econômica de sustentabilidade*, o conceito de capital natural perde espaço para a construção de *cenários de sustentabilidade*. A noção de complexidade sistêmica mantém-se como configuração ontológica fundamental, mas a preocupação com a contabilidade dos fluxos é substituída por estratégias de planejamento territorial politicamente costurado entre agentes econômicos e políticos.

Tem-se ainda que a preservação do meio ambiente passe, necessariamente, pela manutenção das pequenas unidades agrícolas, as quais o conservam de maneira sustentável.
E é nesse meio que o turismo se encaixa como atividade diretamente relacionada com aspectos ambientais e especificidades inerentes a cada local, ou seja, como estratégia local de sustentabilidade e como possibilidade de incremento da renda familiar, contribuindo com a proteção do meio ambiente e com a conservação do patrimônio natural, histórico e cultural (Campanhola e Silva, 2000).
Assim, segundo Barretto (2001: 71), "o turismo é uma atividade que tem uma relação dialética com a sociedade". Isso porque, por um lado, trata-se de uma atividade que gera riqueza e, por outro, proporciona interação social. Não obstante estratégia de sustentabilidade das famílias rurais.
Molina (1997: 30) acrescenta ao conceito de turismo elementos imateriais. Para o autor, "[...] o *turismo contribui com o resgate conservação dos usos e costumes locais, das manifestações folclóricas e artesanais", "recupera e conserva valores e feitos de caráter histórico*". Os bens imateriais, por seu nível de atratividade, excentricidade ou singularidade, são considerados pelos turistas quando da escolha do destino. Nesse sentido, ao abrir a porteira da propriedade, o agricultor passa por um processo de troca cultural. Essa integração é percebida por ele e reforça o pertencimento ao local em que vive. O indivíduo se sente parte da sociedade, inserido e valorizado pela comunidade. Nesse momento é possível observar os bens imateriais que a atividade turística proporciona.
Portanto, "o turismo é um fenômeno social complexo e diversificado" e, como tal, apresenta-se em diversos setores que "[...] podem ser classificados por diferentes critérios" (Barretto, 2001: 17). Para uma maior compreensão das diversas possibilidades de subdivisão e classificação englobadas pelo turismo, apresentamos

alguns tipos de turismo: a) por sua natureza (turismo emissivo ou receptivo); b) conforme a nacionalidade do turista (nacional ou estrangeiro); c) de acordo com o volume (de minoria ou de massa); d) quanto à composição social (de classe privilegiada, média ou popular); e) de acordo com a autonomia (livre ou dirigido); f) dependendo da duração (excursionista, de fim de semana, de férias ou de tempo indeterminado); g) quanto à frequência (regular – anual, mensal, de férias, e feriados etc. – ou esporádico); h) conforme o alojamento (hoteleiro ou extra hoteleiro); i) quanto ao objetivo/motivação (descanso, lazer, cura, desportivo, gastronômico, religioso, profissional ou de evento), cultural (aquele que tem como objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem); j) pelo modo de viajar (coletivo ou particular); k) conforme o meio de transporte: rodoviário, aéreo, ferroviário ou aquático, ou as combinações possíveis; l) pelo âmbito geográfico: de litoral, rural, de montanha, urbano, ou suas combinações.

Assim, nos Vales do Rio Pardo e Taquari, as famílias rurais tem encontrado no turismo uma opção de diversificação da propriedade, a qual contribui com o aumento da renda por meio da apropriação e ressignificação de bens imateriais (arquitetura, gastronomia, artesanato, natureza, costumes e saber-fazer), usados como estratégias de sustentabilidade.

Os Vales do Rio Pardo e Taquari reúnem 59 municípios, em uma área de 18.076,8 km², na qual vivem 753.188 habitantes (FEE, 2014). Sendo que a região do Vale do Taquari conta com 36 municípios e a região do Vale do Rio Pardo, com 23 municípios. Incluiu-se ainda, por participar da Rota da Erva Mate, o município de Itapuca, pertencente a RF 9.

Doravante, o objeto de estudo abrange 60 municípios, dos quais destacam-se 20, que integram os roteiros de turismo rural da região: Anta Gorda, Arvorezinha, Candelária, Colinas, Coqueiro Baixo, Doutor Ricardo, Encantado, Estrela, Ilópolis, Imigrante, Itapuca, Nova Bréscia, Putinga, Relvado, Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Sobradinho, Teutônia, Venâncio Aires e Westfália. Diante disso, verifica-se que 33% dos municípios da presente pesquisa estão envolvidos com o turismo da região.

Sendo os roteiros de turismo rural da região analisados: a Rota Germânica do Rio Pardinho, o Roteiro Caminhos da Imigração, a Rota do Chimarrão, a Rota Germânica de Teutônia e Westfália, a Rota dos Casarões, o Roteiro Delícias da Colônia, a Rota Caminho dos Tropeiros e a Rota da Erva Mate. Com base nas datas de lançamento dos mesmos observou-se dois períodos distintos de implementação, um inicial entre os anos de 1998 e 2002, com a inauguração dos seis primeiros respectivamente e um posterior, entre 2008 e 2010, que engloba os outros dois pela ordem.

No decorrer da coleta de dados quanto ao processo de implantação dos roteiros, destacaram-se as características rurais que todos têm em comum, da mesma forma, os objetivos que giram em torno da preservação da tradição histórica e cultural, arquitetura, gastronomia, artesanato e do meio ambiente.

Para identificar e caracterizar as possíveis contribuições, foi imprescindível mapear o processo de implantação e caracterização dos roteiros, buscando verificar o seu potencial de geração de renda e de promoção de qualidade de vida no meio rural da região.

Das entrevistas surgiram importantes constatações, a primeira diz respeito a um período de estagnação enfrentado pelos seis roteiros mais antigos. Uma segunda que relacionada à influência do poder público, que reestrutura, altera o nome, lança e (re)lança os roteiros, sem consultar os participantes. Destaca-se um, que teve seu nome alterado seis vezes. A terceira aponta que a grande maioria dos entrevistados considera como positivas as mudanças advindas da implementação do turismo em suas propriedades, percebem mais seu desenvolvimento social, do que o retorno financeiro e entendem este demora mais para aparecer. Já a quarta, revela a falta de investimento público como o maior obstáculo para o desenvolvimento do turismo na região, e que dele derivam outros entraves.

Os dados econômicos das propriedades revelam que 100% das famílias alia o turismo a outra atividade para compor a renda. Em termos de representatividade o turismo representa 18% da renda total das propriedades quando comparado com as demais atividades desenvolvidas. Portanto, pode-se dizer que o turismo tem impactos positivos nas propriedades rurais que o adotam como estratégia de sustentabilidade.

Diante desse contexto, ao analisarmos do ponto de vista econômico, o turismo amplia a renda da família rural e, ao olharmos com enfoque social, veremos que essa renda possibilita outras melhorias na vida, as quais podem gerar o resgate do sentimento de pertencimento destas famílias. O turismo promove, ainda, o encontro de

diferentes culturas devido às interações de pessoas com diferentes culturas e hábitos. Assim, de acordo com os autores, Barretto (2001), Beni (2002), Beni (2006) e Molina (1997), o turismo apresenta benefícios materiais e imateriais à comunidade na qual está inserido.

Cabe destacar que, para a manutenção desses empreendimentos, tem corroborado o fato de a população local, de modo geral, manter vivas suas tradições, preservando costumes originais de sua colonização por meio da arquitetura de suas casas, da gastronomia, do artesanato e de festas típicas. Em outras palavras, o turismo nesta região tem características ligadas ao saber-fazer e a cultura locais, sendo estes, patrimônios imateriais. De forma complementar, alia-se a isso, a paisagem formada por rios, vales, cascatas, riachos e balneários para formar cenário ideal para o turismo rural.

Percebe-se que as famílias resgatam e conservam usos e costumes de seus antepassados e preservam manifestações folclóricas e artesanais – bens imateriais – a fim de oferecê-los como produto turístico diferenciado. A análise cartográfica, a partir dos mapas 2 e 3, os quais apresentam o território e identificam os roteiros sobre ele, demonstra a proximidade dos mesmos.

Mapa 2 – COREDE Vale do Rio Pardo e roteiros da região

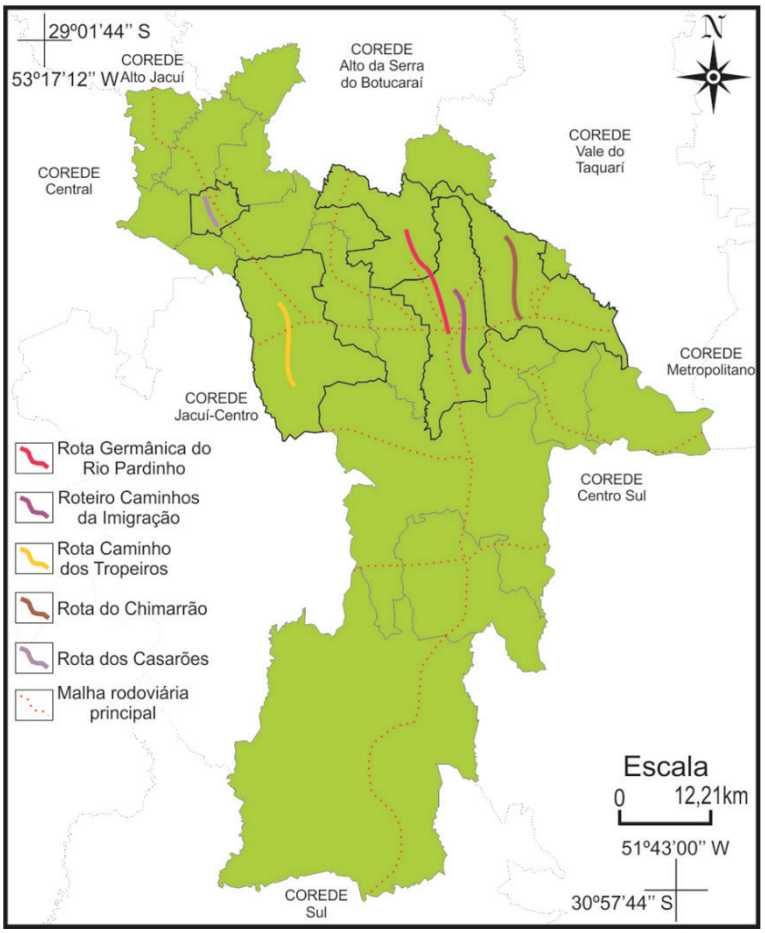

Fonte: SEPLAG, adaptado por OLIVEIRA E ZANCHI, 2012.

Outro ponto relevante exposto nos mapas é a malha rodoviária, que permite ao turista deslocamento rápido e fácil acesso, ou seja, torna possível a visita a um ou mais atrativos durante uma viagem de negócios ou uma visita a familiares e/ou amigos.

Quando comparada a população rural e a urbana, identifica-se que, na região dos Vales do Rio Pardo e Taquari, 60% dos municípios são mais rurais que urbanos, ou seja, dos 60 municípios apenas 24 possuem população urbana superior à rural. Nesse contexto, se destacam as características históricas e culturais que forjaram esses vales, as quais, ainda estão presentes nas pequenas propriedades rurais.

Mapa 3 – COREDE Vale do Taquari e roteiros da região

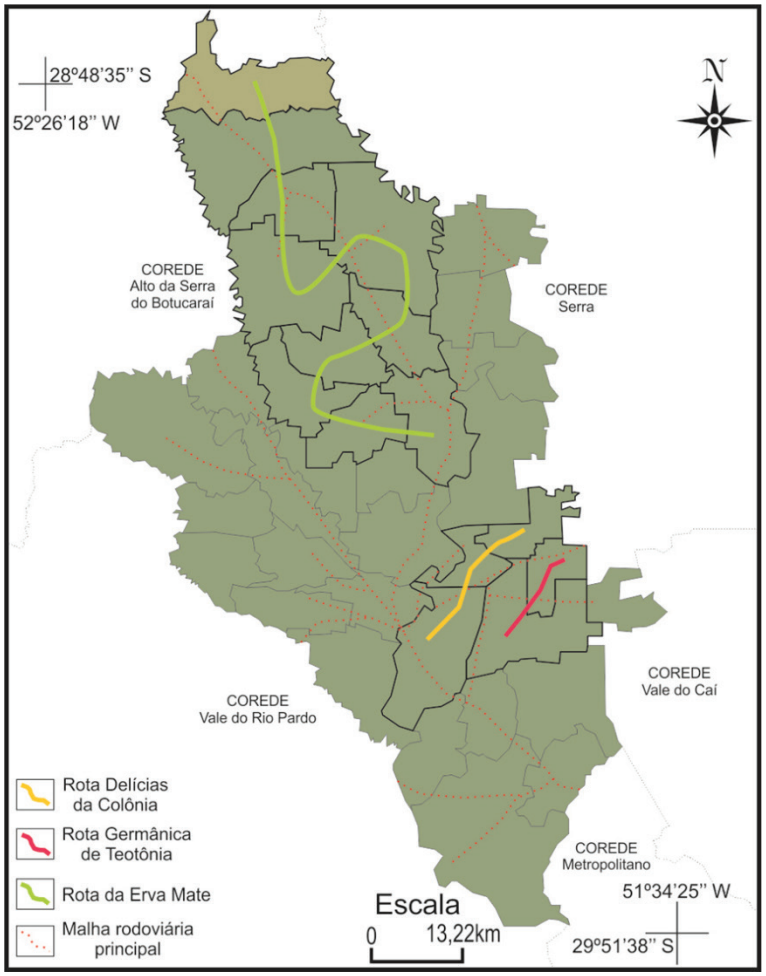

Fonte: SEPLAG, adaptado por OLIVEIRA E ZANCHI, 2012.

Esses dados evidenciam a importância do meio rural para essa região. Pela base econômica da região, que gira em torno de cooperativas, de indústrias alimentícias e de beneficiamento do tabaco, do comércio de eletrodomésticos, vestuário e material de construção, percebe-se uma forte ligação entre o rural e o urbano.

Considerações finais

A pesquisa comprova a apropriação dos bens imateriais, quais sejam: a arquitetura, a gastronomia, o artesanato, a natureza, os costumes e o saber-fazer. Bem como a transformação destes em produtos turísticos, usados como estratégias locais de sustentabilidade e de enfrentamento das adversidades impostas ao meio rural.
Assim, apesar das dificuldades dessa nova atividade, como a demora do retorno financeiro, os empreendedores acreditam no potencial de renda dos roteiros de turismo rural.
No decorrer da pesquisa de campo, além das similitudes, foram observados contrastes e informações não imaginadas antes. Entre os aspectos percebidos está um período de estagnação, que ocorreu em quatro dos seis roteiros com mais de dez anos de existência, os quais ainda foram relançados e passaram por um processo prévio de reestruturação.
Na realização do estudo buscou-se caracterizar o processo de constituição dos roteiros, tendo em vista as características históricas, socioeconômicas e culturais do estado e da região dos Vales. Constatou-se que estes, em sua maioria (75%) têm mais de dez anos e que os demais (25%) têm menos de cinco anos de implementação. Esses oito roteiros contam com 142 atrativos e movimentam 20 dos 60 municípios abrangidos pela pesquisa, ou seja, 33% dos municípios da região.

Uma evidência importante diz respeito a influência do perfil público das prefeituras sobre os roteiros, que varia de acordo com cada gestor público. Fato que foi destacado pelo entrevistado 18 – "o interesse da prefeitura flutua muito". O que afeta os roteiros, uma vez que contam com verbas públicas para melhorias na infraestrutura de acesso aos empreendimentos, divulgação, sinalização, entre outros.

No que tange a investigar a potencialidade de geração de renda a partir da atividade turística entre os participantes dos roteiros, e considerando que foi possível mensurar a fonte de renda em 92,86% dos casos, conclui-se que o turismo é rentável para a grande maioria (89%). O que comprova a relação direta positiva entre o turismo rural e o aumento da renda dos empreendedores e o coloca no rol das estratégias locais de sustentabilidade das famílias rurais da região.

O turismo representa, em média, 18% da renda total dos empreendedores participantes dos roteiros, isso porque a renda dos empreendedores advém de uma combinação de duas ou mais atividades. Nesse contexto, o turismo tem sido usado como estratégia de diversificação de atividades na propriedade rural e incremento de renda entre os empreendedores participantes dos roteiros na região dos Vales, o qual tem apresentado retorno a médio e longo prazo. Para além da renda, a atividade turística promove oportunidades de trocas culturais e sociais advindas do contato com os turistas.

Nesse sentido, a diversificação é aqui entendida, também, como estratégia de Desenvolvimento Regional. Estratégia que é utilizada nas pequenas propriedades rurais dos Vales do Rio Pardo e Taquari, sendo que estas famílias, à medida que diversificam suas possibilidades de renda, elevam seus ganhos e adquirem maior estabilidade econômica, viabilizam uma melhor qualidade de vida.

No entanto, os empreendedores apontam que existem entraves, dentre eles um se destacou no discurso da maioria, o qual abala o sentimento das famílias, qual seja: a **falta de valorização da comunidade local**. Corroborando com a questão evidenciada pela pesquisa, Boisier (1998) ressalta que o desenvolvimento apresenta um sério entrave, a falta de integração interna.

A fala dos empreendedores evidencia que o turismo rural pode se desenvolver como uma atividade de transformação social e melhoria da qualidade de vida, haja vista, que 100% consideram positivas as mudanças advindas a partir da adoção da atividade. Segundo os empreendedores, "Os turistas motivam" (empreendedor 6), "O turismo trouxe a questão de abrir a mente" (empreendedor 7), "Melhora a auto estima" (empreendedor 15) e "Uniu a família" (empreendedor 19).

Pode-se dizer que a partir da implementação dos roteiros de turismo na região houve maior investimento na manutenção das estruturas locais – tradições, costumes, artesanato, arquitetura, entre outros. O que, por um lado, decorre das verbas públicas destinadas às restaurações. E por outro, dos próprios empreendedores, que preservarem suas o meio ambiente, as moradias e os métodos de produção de seus antepassados. Cabe destacar que a atividade turística tornou-se, para alguns, o principal meio de se manter na propriedade depois da aposentadoria.

Um fato que preocupa é a falta de organização e controle financeiro, verificada no gerenciamento de alguns empreendimentos e que aparece nos discursos desses entrevistados. A saber: "a gente não faz contabilidade" (empreendedor 15), "nós não fazemos esta conta" (empreendedor 18).

Alguns empreendedores percebem que algumas deficiências em termos de agências receptivas, infraestrutura (estrada, acesso às propriedades) e falta de sinalização impactam negativamente. A falta conhecimento a respeito do que é turismo rural, tanto entre os empreendedores quanto nos órgãos governamentais, também é destacada como prejudicial, haja vista que, três dos oito roteiros de turismo rural investigados não estão assim classificados no site da SETUR/RS, apenas nas entidades regionais – ATURVARP e AMTURVALES.

Cabe ressaltar que, das entrevistas realizadas, 65% foram respondidas por mulheres, o que expressa a importância da participação das mulheres nessa atividade.

Ao examinar a literatura relacionada ao objeto do estudo, percebe-se um consenso em torno do fato de que o turismo apresenta vantagens tais como: preservação de patrimônio histórico, cultural, natural e social. Tais características foram encontradas nos roteiros de turismo rural analisados, e ainda, a preservação da identidade local.

Pode-se inferir que esse nova atividade, que desponta no meio rural estudado, tem modificado a paisagem e estabelecido novas relações e significações sociais nesse espaço.

Por fim, o turismo tem se desenvolvido no território pesquisado como fonte importante de renda e de reorganização social. A atividade turística, mesmo sendo considerada pelos empreendedores desafiadora, revelou-se altamente gratificante.

Referências

Almeida, J. A.; Riedl, M. (1998), "Apresentação". In Almeida, J. A.; Froehlich, J. M.; Riedl, M. (eds.), *Turismo Rural e desenvolvimento sustentável*, Santa Maria, UFSM, CCR, pp. 5-10.

Alves, H. F. I. (2002), "Turismo, identidade e valorização da produção local". In *Anais do III Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, pp. 76-82.

Balderramas, H. de A. (2000), "Apresentação". In Almeida, J. A.; Riedl, M. (eds.), *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*, Bauru – SP, EDUSC, pp. 7-8.

Barretto, M. (ed.) (2001), *Manual de iniciação ao estudo do turismo*, Campinas, SP, Papirus.

Becker, D. F. e Wittmann, M. L. (eds.) (2003), *Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc.

Beni, M. C. (ed.) (2006), *Política e planejamento de turismo no Brasil*, São Paulo, Aleph.

Beni, M. C. (ed.) (2002), *Análise estrutural do turismo,* São Paulo, Editora SENAC São Paulo.

Blos, W. (2000), "O turismo rural na transição para um outro modelo de desenvolvimento rural". In Alemira, J. A. Riedl, M. (eds.), *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento,* Bauru – SP, EDUSC, pp. 199-222.

BOISIER, S. (1998), "Em busca do esquivo Desenvolvimento Regional: entre a caixa-preta e o projeto político". *Planejamento e Políticas Públicas Online*, 13, Disponível em http://189.21.130.9/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/135/137, [consultado em 20-6-2012].

Boullón, R. C. (2002), *Planejamento do Espaço Turístico,* Bauru: Edusc.

Boullón, R. C. (1990), *Los municípios turísticos,* México: Trilhas.

Brose, M.(2001), "Desenvolvimento rural: Potencialidades em questão". In: Etges, V. E. *Desenvolvimento rural: Potencialidades em questão*, Santa Cruz do Sul, EDUNISC.

Campanhola, C., Silva, J. G. (2000), "O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro". In Alemeida, J. A., Riedl, M. (eds.), *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento,* Bauru, SP, EDUSC, pp. 145-179.

Cavaco, C. (1995), "Turismo Rural e Desenvolvimento Local". In Cavaco, C. (ed.) *As Regiões de Fronteira, Inovação e Desenvolvimento na Perspectiva do Mercado Único Europeu*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, pp. 351-401.

Collischonn, E. (2001), "O espaço natural na região do Vale do Rio Pardo – algumas considerações". In Vogt, O. P., Silveira, R. L. L. (eds), *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, pp. 19-46.

Cristóvão, A. (2002), "Mundo rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais)". In Riedl, M., Alemida, J. A., Viana, A. L. B. (eds.), *Turismo rural: tendências e sustentabilidade*, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, pp. 81-116.

Cruz, R. C. A. (2003), *Introdução à Geografia do Turismo*, São Paulo, Roca.

Demo, P. (1985), *Introdução à metodologia da ciência*, São Paulo, Atlas.

ELLIS, F. (2000), *Rural livelihoods and diversity in developing countries*, Oxford, Oxford University Press.

Etges, V. E. (1998), "Turismo rural: uma alternativa de desenvolvimento para as comunidades locais". In Lima, L. C. (ed.*), Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico*, Fortaleza, UECE.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. "Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul" *Online,* Disponível em http://www.scp.rs.gov.br, [consultado em 04-11-2014].

FGV – Fundação Getúlio Vargas. (2012), "Plano de desenvolvimento do turismo do rio Grande do Sul: 2012-2015". Rio de Janeiro, FGV Projetos.

Joaquim, G. (1999), "Turismo e Mundo Rural: Que Sustentabilidade?". In Cavaco, C. (ed.), *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 305-312.

Junior, R. D. S., Ferreira, L. C., Lewinsohn, T. M. (2014), "Sustentabilidade entre interdisciplinaridade e propositividade: um olhar para os artigos científicos em ecologia, economia, sociologia e antropologia". *Sociologias,* 37(16), pp.42-70.

Lando, A. M. e Barros, E. C. (1992), "Capitalismo e colonização – os alemães no Rio Grande do Sul". In Dacanal, J. H. (ed.), *RS: Imigração & colonização,* Porto Alegre, Mercado Aberto, pp. 9-46.

Lunardi, R., Souza, M. (2010), "Diversificação do espaço rural no Estado do Rio Grande do Sul (Brasil) a partir da inovação sócio-produtiva do turismo rural: reflexos e ações dos atores locais". In IV Congresso de Estudos Rurais, Aveiro, Portugal.

Minayo, M. C. S. (2010), "O desafio da pesquisa social". In Minayo, M. C. S. (ed.), *Pesquisa Social: Teoria, método e Criatividade*, Petrópolis, RJ, Vozes, pp. 9-29.

Molina, S. (1997), *Turismo: metodologia para su planificación*, México, Trilhas, Universidad Anáhuac.

Paiva, M. G. V. (1995), *Sociologia do Turismo*, Campinas, Papiros.

Radünz, R. (2001), "A organização cultural dos alemães no Vale do Rio Pardo". In Vogt, O. P., Silveira, R. L. L. (eds.). *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, pp. 147-164.

Roque, A. M., Alencar, E. (2002), "Turismo nos espaço rural: um estudo multicaso nas regiões sul e sudeste de Minas Gerais". In Anais do III Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, pp. 21-26.

Santos, M. (2000), "O Papel ativo da Geografia – um manifesto". In XXI Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis – Julho de 2000. Disponível em http://www.revistaterritório.com.br/pdf/09_7_santos.pdf, [consultado em 17-3-2011].

Schierholt, J. A. (2000), "Razões de ser do I Simpósio Raízes do Vale do Taquari". In Anais do I e II Simpósios "Raízes do Vale" 1997 – 1998. *O resgate de raízes históricas e culturais dos municípios do Vale do Taquari*, Lajeado, pp. 8-12.

Schneider, S. (2003a), "Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso". In Seminário de Desenvolvimento Rural: tendências e desafios contemporâneos, UFSM, Santa Maria.

Schneider, S. (2003b), "Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade". Revista Brasileira de Ciências Sociais, 51(18), pp. 99-122.

Schneider, S., Fialho, M. A. V. (2000), "Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul". In Almeida, J. A., Riedl, M. (eds.), *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*, Bauru, SP, EDUSC, pp. 15-50.

Sen, A. K. (2000), *Desenvolvimento como liberdade*, São Paulo, Companhia das Letras.

SEPLAG - Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. Disponível em http://www.seplag.rs.gov.br, [consultado em 01-7-2012].

Silva J. G., Campanhola, C. O. (2000), *Novo Rural Brasileiro: Uma Análise Nacional e Regional*, Campinas, EMBRAPA/UNICAMP.

Silva, J. G. (1999) *Tecnologia & agricultura familiar*, Porto Alegre, UFRGS.

Souza, M., Elesbão, I. (2008), "A Introdução de uma Inovação Social entre Agricultores familiares: o turismo rural em dois roteiros do estado do Rio Grande do Sul, Brasil". In VII Colóquio Ibérico de Estudos Rurais: Cultura, Inovação e Territórios, Coimbra, Portugal, pp. 1-13.

Teles, R. M. S. (2006), "A importância do território na prática do planejamento turístico: reflexões acerca do Brasil". In Ruschmann, D. V. M., Solha, K. T. (eds.), *Planejamento turístico*, Barueri, SP, Manole, pp. 45-65.

Zanchi, V. (2013), *Roteiros de turismo rural na região dos Vales do Rio Pardo e Taquari - RS.* Dissertação de mestrado, Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul.

GT 65
Água para todos: a governança participada como experimentação coletiva

Participação comunitária como alternativa de enfrentamento dos limitantes ao acesso à água

Sílvia Swain Canôas[1]

Juliana Lemes da Cruz[2]

Resumo: A agricultura familiar enfrenta dificuldades resultantes dos entraves de acesso à água para produção; além disso, as famílias de agricultores sofrem também com limitações de consumo, para regadio das plantas e higiene pessoal. Na zona rural, comumente são empregados recursos paliativos como o caso dos «'caminhões-pipa'» e o incentivo à captação de água de chuva em cisternas de vinil. Nessa perspectiva, os conselhos municipais são instrumentos importantes para inserção dos sujeitos da comunidade como participantes ativos dos processos decisórios. O estímulo à governança participativa vem demonstrando avanços na consolidação de iniciativas populares em municípios do Vale do Mucuri. Sobretudo, procura romper com o «'ranço'» coronelista no qual a população do nordeste de Minas Gerais enfrenta por décadas, com reflexos às novas gerações em consonância com as relações de poder.
Palavras-chave: Agricultura, escassez de água, participação e poder.

1. Introdução

Esta comunicação pretende discutir a partir de um levantamento acadêmico-científico os principais desafios impostos à dada população rural devido comporem região suscetível à desertificação no Vale do Mucuri, especificamente abordando as possibilidades de enfrentamento das condições de acesso à agua e os agravos à saúde provocados pela deficiência hídrica. Serão realizados apontamentos acerca da participação comunitária como alternativa para construção coletiva de estratégias que possibilitem o melhoramento da qualidade de vida da população, como a população rural percebe as iniciativas de participação e como o « 'ranço coronelista'» arraigado a esta região ainda exerce poder simbólico sobre as pessoas que por aqui vivem, especialmente

---

1 Bacharel em Matemática pela UNESP, mestrado em Ensino da Matemática pela PUC e doutorado em Educação Matemática pela UNESP (Rio Claro/SP). Atualmente é professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) - Campus do Mucuri/MG. Tem experiência na área de Matemática, atuando como pesquisadora do grupo JEQUI principalmente nos temas: formação de conselheiros municipais de educação e métodos quantitativos. Desde 2011, é professora do Mestrado Profissional em Saúde, Sociedade e Ambiente (SasA), na linha de pesquisa Tecnologia e Vigilância em Saúde. Atualmente é diretora de Extensão, Cultura, Assuntos Comunitários e Assistência Estudantil do Campus do Mucuri.

2 Bacharel em Serviço social pela UFVJM, mestranda pesquisadora dos impactos da escassez de água sobre aspectos socioambientais e a segurança alimentar de agricultores familiares em comunidades rurais localizadas em áreas susceptíveis à desertificação no município de Itambacuri/MG/Brasil; há quatro anos trabalha como soldado da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, onde ministra curso direcionado as crianças e aos adolescentes do ensino fundamental; é membro do Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar (GEPAF/UFVJM); participa da coordenadoria municipal de Defesa Civil de Itambacuri, do conselho de segurança pública e do conselho municipal de políticas sobre drogas.

os moradores da zona rural. O processo de desertificação, que discutiremos, modifica gradativamente a paisagem e o modo de viver das pessoas, representando um fator limitante à melhoria da qualidade de vida da população. Como alternativa ao enfrentamento desta questão as iniciativas comunitárias representam importância fundamental. Ao logo do processo de ocupação e da formação das comunidades nos meios urbano e rural, concomitantemente, foram singularmente, construídas, distintas percepções acerca das condições de vida de ambas as realidades. As oportunidades de desenvolvimento do indivíduo oriundo do campo são de fato, inferiores à do indivíduo urbano. Nesse sentido, criou-se no imaginário do homem rural o entendimento de que a cidade representaria o avanço e melhores condições de vida, fazendo com que aqueles, reproduzissem uma imagem da vida na cidade tão irreal quanto à imagem romantizada da vida no campo, afirma Rebouças (2001:327).

2. Relações de poder simbólico, um condicionante à participação comunitária

Quando tratamos da temática da violência parece-nos que estudaremos algo bastante debatido pelos diversos segmentos da sociedade, de forma bastante singular, exposta como questão banalizada e naturalizada. A tendência expressiva das diferentes manifestações de violência nos convence infelizmente a compreendermos esta questão como parte integrante do cotidiano, uma expressão latente nas sociedades.

A maior preocupação, no entanto, é o fato de que a incorporação da violência ao cotidiano como parte possibilite influenciar a mudança nas relações sociais, tendo como impulso o medo imposto por situações violentas e até mesmo pela sensação de insegurança demonstrada principalmente por meio dos instrumentos de comunicação.

Historicamente, os moldes da sociedade foram definidos conforme o padrão burguês de dominação. Neste processo consolidaram-se estruturas de poder, os quais tinham como responsabilidade a garantia da manutenção dos interesses das elites. Dentre os instrumentos, destacam-se perversas formas de violência, capazes de produzirem e reproduzirem no seio da sociedade episódios catastróficos, e também manifestados em alguns casos de modo implícito.

A violência deflagrada como uma expressão do poder intensifica o desgaste dos sujeitos, atribuindo à vida social limitações significativas e não menos violentas.

O processo de globalização do capitalismo surge como fator determinante, proporcionando a abertura de inúmeras possibilidades do desenvolvimento das expressões da questão social. Momento em que a sociedade admite como realidade brasileira, a submissão ao medo, ao poder do dominador e ao sentimento de incapacidade. O fosso entre a classe pauperizada e a classe dominante, está explicitamente representado pelas desigualdades sociais, pobreza, miséria, precárias condições econômicas das famílias e em especial pela tolerância e conformismo diante de fatos intoleráveis em zonas urbanas e rurais.

O processo de dominação gera uma relação desigual, em que uma força sobrepuja outra, caracterizada por uma relação de influências, que confere ao dominador vantagens em detrimento da usurpação do direito do outro.

Para Foucault (1979), o poder não se concentra especificamente na figura do Estado, mas, através das múltiplas relações. Atinge diretamente os sujeitos e está presente em nossas práticas cotidianas. A compreensão do poder perpassa inegavelmente a compreensão de um conjunto de forças materiais determinantes que irradia de acordo com o conjunto de relações, aparecendo com maior visibilidade no centro da sociedade direcionando-se para a periferia onde se possibilita o acolhimento dos bons súditos e a exclusão dos não submissos (Foucault, 1979).

O poder é caracterizado por Foucault como independente do Estado, representado inicialmente mediante o próprio corpo do indivíduo, manifestado em suas relações cotidianas em sociedade.

Há, contudo, o entendimento de que o sistema capitalista apesar dos procedimentos opressores, repressivos e controladores da sociedade, não se sustentaria baseado exclusivamente na repressão. Conforme a compreensão de Foucault, o poder é luta, é livre de amarras, compõe as distintas relações em sociedade, portanto não é manifestado unicamente por uma forma de poder e toma como um de seus pilares a percepção pautada na inibição política dos sujeitos. Por uma concepção repressora evidencia-se juridicamente a manifestação do poder como uma lei que diz não. Foucault (1979: 8) salienta que «'[...] o que faz com que poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pensa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso'».

Acima de todas as justificativas, o «'poder'» é considerado uma relação de força, condizente às afirmativas de que «'[...] *não se troca nem se retorna, mas se exerce, só existe em ação»' (*Foucalt, 1979:175)

É fundamental levarmos em consideração as relações existentes na sociedade que de certo modo dizem respeito à manutenção e reprodução das relações políticas e econômicas ditados pelo poder como protagonista. Protagonista de ações repressivas, que atingem sistematicamente a natureza, os indivíduos, as classes e as relações sociais.

Uma das características inerentes ao poder como um «'causa-efeito'» das manifestações de violência é a capacidade de silenciar os sujeitos de tal modo que, se mostram bloqueados e tímidos para esboçarem quaisquer reações adversas aos interesses hegemônicos. Em torno desta capacidade do poder de «'silenciar'», determinamos outro ponto de elucidação concernente à questão. Refere-se ao poder enquanto símbolo, denominado também de poder simbólico. Neste sentido, Bourdieu (1989: 5) afirma que é:

> [...] um estado do campo em que se vê o poder por toda a parte como em outros termos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que – sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de círculo cujo centro está em toda a parte e em parte alguma – é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.

O «'simbolismo'» nos diversos aspectos da vida social representa um fator importante, principalmente quando se trata das discussões acerca do poder simbólico, permeando manifestações que corroboram para a construção de dada realidade. A reprodução da ordem social depende da fundamental contribuição dos símbolos, de representatividades subjetivas, responsáveis ademais pela integração social, à medida que são também instrumentos de conhecimento e comunicação.

De acordo com Bourdieu (1989), na sua análise em torno da cultura dominante, temos a demonstração de que a relação simbólica entre classes determina a vida dos sujeitos, produzindo a caracterização da cultura que domina e da cultura que é dominada, bem como, da cultura que une e da cultura que separa.

3. Limitantes às atividades da agricultura familiar

O Brasil, em relação à disponibilidade de recursos hídricos, está em condição confortável, porém, apresentam, em muitas regiões, disparidades quanto a este fator, especialmente na região Nordeste do país onde há continuamente prolongada estiagem, o que se caracteriza hoje, segundo definição do Ministério do Meio Ambiente (2010), áreas susceptíveis à desertificação.

Especificamente no estado de Minas Gerais, os impactos são perceptíveis, nas regiões Norte e Nordeste, que enfrentam situações preocupantes relacionadas à água, demandando o empenho da população no combate aos efeitos do possível processo de desertificação percebido, principalmente, em decorrência da cultura da degradação dos recursos naturais.

O território do Vale do Mucuri, no Nordeste de Minas Gerais, é formado por 27 municípios, subdivididos em cinco microrregiões, com área aproximada de 23,2 mil km². O território está localizado na macrorregião do Jequitinhonha e Mucuri e tem como limítrofes o Vale do Rio Doce e o estado do Espírito Santo ao sul, o Médio Jequitinhonha ao norte, o Sul da Bahia e o Norte do Espírito Santo a leste, e o Alto Jequitinhonha a oeste. Integra as bacias hidrográficas dos rios Doce, São Mateus, Itanhém, Jequitinhonha, Peruípe, Itaúnas e Mucuri, sendo esta a bacia de maior importância, pois abrange aproximadamente 60% dos municípios (GEPAF,2010, p.20).

Conforme pode-se verificar na figura 1, dentre os municípios do Vale do Mucuri, foram identificadas as cidades de Ataléia (nº132), Franciscópolis (nº 130), Itambacuri (nº 131), Malacacheta (nº 129) e Setubinha (nº128), enquanto as únicas localizadas em Áreas Susceptíveis à Desertificação. Diferentemente das demais regiões, esta região, especificamente, tem temperatura média anual entre 22ºC e 24ºC, com precipitação anual entre 950 e 1500mm.

Nesse sentido, Nóbrega (2003, p.95) ressalta que

> [...] desertificação é um termo que especifica processos de degradação não só do solo, como muitos ainda pensam, mas também dos recursos hídricos, da vegetação e da qualidade de vida das populações afetadas.

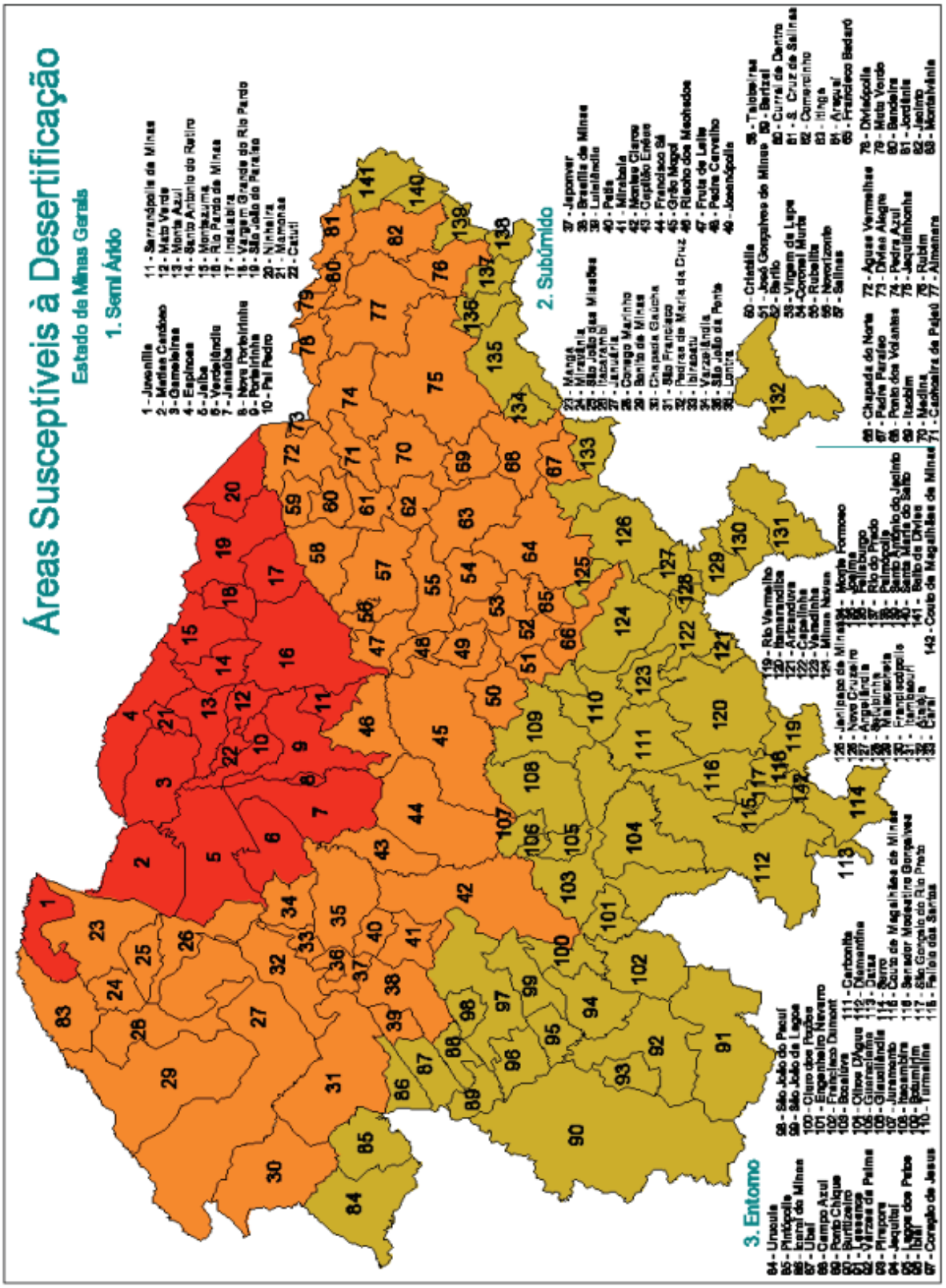

FIGURA 1. Municípios mineiros das Áreas Susceptíveis à Desertificação no Estado de Minas Gerais. Fonte: Santana (2007).

A respeito da zona rural do Vale do Mucuri, no ano de 2011, foi registrado grande período de estiagem, o que demandou dos municípios, intervenções paliativas referentes ao abastecimento de água para consumo humano. Em decorrência de muitos fatores ambientais, dentre eles o processo de desertificação e aumento das temperaturas médias, os conflitos associados ao uso da água superficial são acirrados. Em observância à legislação, para captação de águas, há previsão de autorização, chamada de outorga, a ser emitida pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). Sendo que, nas cidades e distritos a outorga é fornecida a uma concessionária que distribui a água para população e na zona rural, a captação da água «'para consumo humano é de uso insignificante, não necessitando de outorga, mas apenas do cadastramento do usuário'». Quanto às principais características de cada sub grupo, destaca-se que nas regiões semi áridas existem cursos d'água que secam completamente em períodos de estiagem, necessitando do recurso de construção de barramentos e poços tubulares; nas regiões subúmidas os cursos d'água também secam em períodos de estiagem.

> O espaço rural brasileiro congrega tanto a pequena gestão comunitária quanto os grandes consumidores; nele, a regulação comunitária e o grande empreendimento consumidor começam a se confrontar num embate pela água. Ocorre que boa parte das nascentes d'água localizam-se m terras acidentadas e pouco férteis, onde também se concentram agricultores familiares. Por isso são estes segmentos da população os principais gestores de nascentes e alvos de programas educativos e repressivos de conservação das águas. (Ribeiro & Galizoni, 2002:129)

Especialmente, no Brasil, a percepção de que os recursos naturais ora disponíveis eram finitos, começou a tomar visibilidade quando eram latentes os conflitos e crises atinentes às atividades agrícolas, a saber: a escassez de chuvas, erosão e infertilidade do solo, embates pelo uso da água, perda da produção, queda de produtividade, migração das pessoas que habitavam o interior de comunidades rurais para locais mais povoados, dentre outros. Mediante este contexto foi que a água passou a ter maior atenção da população e governantes.

As implicações relativas à escassez hídrica são tensionadas quando atribuímos à problemática as consequências que decorrem dos diversos ângulos possíveis de visualização do objeto. No âmbito da saúde a preocupação, volta-se para a tendência de agravamento das condições desfavoráveis a saúde da população, especialmente quando é afetada diretamente no que se refere a qualidade da alimentação consumida, a higienização dos alimentos, bem como, a falta de tratamento da água, ora, disponível para o consumo. Pontua-se também, que as comunidades rurais atingidas pela escassez ou falta de água não dispõem de saneamento básico, recorrem à captação da água das chuvas em épocas remotas, por meio da disponibilização das cisternas de vinil pelo poder público, porém, em decorrência das precárias condições da organização familiar e destinação do esgoto doméstico e dos dejetos, o reservatório acaba exposto à contaminação por estar instalado no solo próximo à habitação. Geralmente, perante a indisponibilidade de outros meios, a coleta do recurso hídrico é feita diretamente das nascentes que restaram em alguns pontos das localidades, geralmente pouco preservadas; em açudes, córregos, cisternas artesanais ou poços artesianos providenciados pelo poder público. Em decorrência da ausência de destinação dos resíduos sólidos produzidos e do despejamento do esgoto doméstico diretamente nos parcos veios d'água e córregos, tornou-se questionável a qualidade da água que é consumida, até mesmo da água proveniente do lençol freático, que, pode estar, de semelhante modo, contaminada.

Os apontamentos dos populares das comunidades rurais do citado município alertam quanto aos níveis de esquistossomose presentes nas águas locais, assim como, para o risco de contágio de outras doenças. Dadas condições do recurso hídrico a que estão sujeitas as populações rurais, por disporem apenas das alternativas acima descritas, o regadio da horta e a criação dos animais domésticos estão comprometidos, também abrindo precedente para a manifestação de zoonoses.

Conforme exposto, a escassez de água impõe restrições quanto à produção de alimentos viabilizada pela inconstância do regadio, representando para os agricultores familiares prejuízos econômicos consideráveis, tendo em vista que parte da renda se deve à venda dos produtos; além da baixa qualidade produtiva e a redução da capacidade de subsistência no campo. Aliado a estes fatores, há a queda da diversidade de alimentos consumidos pelas famílias, provocando assim, a insegurança alimentar e nutricional que traz consigo o aumento da demanda pelos serviços de saúde e inclusão das famílias em programas governamentais de transferência de

renda. Ademais, a ausência de equipamentos sanitários e da presença de fossa negra complexifica e agrava a situação de vulnerabilidade das populações às doenças infecciosas.
Desse modo, as reflexões foram estimuladas e a água tornou-se objeto de atenção. Com os reflexos no sistema econômico por conta da queda da produção dos produtores em grande escala e das dificuldades de manutenção da rotina dos agricultores familiares é que os conflitos iniciaram-se – discretamente percebidos. Reprimidos pelas intervenções em cursos d'água efetivadas pelos fazendeiros, as populações com pequenas propriedades esforçam-se para se manterem no campo. Movidos por uma opressão simbólica advinda dos fazendeiros que são quem tem o poder do mando nessas comunidades, as populações assistem inertes ao desvio e represamento dos córregos para favorecimento do gado e da derrubada indiscriminada da flora para ampliação de pastagens para a pecuária extensiva. Por outro lado, muitos sujeitos que compõem a categoria de agricultor familiar, contribuem de certa maneira com a deterioração dos recursos naturais, ao queimarem o lixo produzido, efetivarem a derrubada da mata ciliar, o despojamento de esgoto dentro dos córregos e ao fazerem uso de agrotóxicos e outros contaminantes ambientais. Pressionados pelas condições a que são submetidos e ajudaram a produzir, alguns agricultores são motivados a deixar o campo e tentar a vida na cidade. Tal decisão além de ter motivação atrelada a necessidade de sobrevivência, evidencia outras deficiências de gestão pública, a saber, nos campos da educação, assistência social, habitação, incentivo à produção e assistência técnica.
Gradativamente, os aspectos da vida das pessoas são afetados em decorrência da escassez hídrica, que parte, das manifestações ocorridas no ambiente, em aspectos da saúde da população – expostos aos conflitos nela e por ela instaurados – , e a «'fuga'» dessas pessoas para as cidades, onde, aparentemente ainda não estão evidenciados no dia a dia, os impactos das mudanças climáticas aliadas à ação antrópica, sobre o abastecimento de água. Não obstante, é possível afirmar que as iniciativas para controle dos agravos à saúde da população rural ainda não demonstraram enfoque pontual na causa dos problemas emergentes, gerando uma demanda cíclica pelos serviços de saúde. O poder público local parece interpretar como incógnita o clamor das populações afetadas pela falta da água. Em resposta, a medida paliativa de introdução do caminhão «'pipa'» nas ocasiões de maior gravidade, refutando o planejamento para o enfrentamento da questão prevista. Mediante as questões apresentadas, há limitação no fornecimento dos alimentos em atendimento ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que torna-se insuficiente em certos períodos. O que compromete também a alimentação dos estudantes das escolas na zona urbana.

4. Possibilidade de enfrentamento da realidade

Com o intuito de conhecer melhor a realidade de algumas comunidades rurais que passavam por dificuldades de manutenção da vida no campo, foi incentivado pelo Ministério Público Estadual que era responsável pelo setor de meio ambiente, na ocasião, um estudo que caracterizasse a realidade das famílias daquelas localidades, que culminou no Relatório do Diagnóstico Socioecológico das comunidades rurais de Itambacuri produzido pelo Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar – GEPAF. O município em questão, pertence ao Vale do Mucuri, porém, está localizado na bacia do Rio Doce, microrregião de Governador Valadares, bioma da Mata Atlântica, com uma área geográfica 1.415 hectares. Situado às margens da rodovia BR 116, representa, juntamente com os municípios de Ataléia, Franciscópolis, Malacacheta e Setubinha, localidade constante da área de entorno de susceptibilidade à desertificação. Segundo IBGE (2010) possui uma população de 22.970 habitantes, sendo que, destes, 7.682 habitam a zona rural e 15.115 habitam a zona urbana. O IDH-M (PNUD, 2001) é de 0,667 o que o coloca em 688º lugar no ranking mineiro. Ao referirmos ao ambiente, levamos em consideração o processo degradante de ocupação do território do Vale do Mucuri, particularmente com referência ao município de Itambacuri que teve parte significativa da cobertura vegetal (mata atlântica) da sua área territorial, desmatada, inicialmente com fulcro na expulsão dos índios e mais tarde pela intervenção de latifundiários.
O município possui baixo poder de arrecadação financeira, o que expõe a dependência dos repasses da União e do Estado, remetendo, portanto, a uma situação de baixo poder de investimento com recursos próprios em áreas como o meio ambiente.

A situação ambiental é de um alto nível de complexidade e sugere necessidade de intervenção urgente, apresentando áreas desmatadas, escassez de água em diversas comunidades rurais, assoreamento dos corpos d'água, ausência de tratamento de esgoto e resíduos sólidos depositados em lixão.

A problemática da escassez de água para consumo humano no município de Itambacuri não é recente, porém, apenas à partir da lei municipal nº 177 de 1998 que criou a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil foi que a questão começou a ganhar visibilidade, sendo que sua regulamentação ocorreu através de decreto municipal no ano de 2002.

Mais recentemente, em 2011, quando o problema passou a ser percebido pelo poder público local, a situação observada em muitas das comunidades rurais do município era considerada pela coordenação de Defesa Civil, bastante grave. Cerca de 300 famílias apresentaram a falta de alternativa para o abastecimento de água potável e para supressão das necessidades básicas, da criação dos animais domésticos e do regadio das plantas. Em alguns casos, inexistia reserva de água para beber, tampouco para o preparo de alimentos. A busca por água acontecia diariamente e dependia da solidariedade dos vizinhos que ainda dispunham de um pouco do recurso. Nesse cenário, a higiene do corpo e dos alimentos transfigura-se de menor necessidade, bem como o regadio de plantas e a criação dos animais.

Conforme relatório agroclimático da Emater local, muitas dessas pessoas sofreram em 2011 com a baixa umidade relativa do ar devido precipitação pluviométrica insuficiente para o período que testemunhou uma grande estiagem. Na ocasião, as doenças respiratórias e outros problemas de saúde foram observados. Nesse contexto, muitos dos córregos significativos para o abastecimento, secaram, gerando impactos em 15 comunidades rurais que precisaram racionar a água e outras 13 que ficaram sem água. Num total de 1348 pessoas afetadas (EMATER, 2011).

As alternativas de mudança da realidade e de emancipação das pessoas parece-nos distante, porém, passaram a se mostrarem mais evidentes recentemente um conjunto de propostas advindas de iniciativas da sociedade civil que surgem como um instrumento fortalecedor para a população.

Em meio a este contexto, precisamos considerar que dois modelos de governo vigoram atualmente, e que, exercem significativa influência sobre qualquer mecanismo que possibilite a «'liberdade'» das pessoas.

> A crise do Estado brasileiro que começou a manifestar-se nos anos 70, agudizou-se na segunda metade dos anos 80 e materializou-se na crise fiscal, no esgotamento da estratégia econômica de substituição de importações e na deterioração do aparelho do Estado. É, por isso, que se impõe uma reforma do Estado brasileiro. Uma reforma do Estado admite, pelo menos, dois modelos alternativos. Um, que propõe um Estado mínimo com privatização acelerada e incentivo a mecanismos de regulação mercadológica, o modelo neoliberal; outro, o modelo de reconstrução do Estado, que enfrenta o desafio do déficit público, implementa reformas econômicas orientadas para o mercado, muda as políticas sociais para melhorar sua qualidade e moderniza o aparelho de Estado para aumentar sua capacidade de implementar as políticas públicas. (Mendes, 1996:51)

No Brasil, infelizmente, o direito de cidadania é percebido por muitas pessoas como um privilégio de alguns e uma concessão do Estado. As relações, que discutimos anteriormente são a expressão do poder de um opressor sobre um oprimido, representa entre os segmentos populares e o Estado uma «'pseudocidadania'», engessada, onde o direito é entendido como benesse regida pela burocracia que sinaliza quem deve ou não exercer de fato os direitos.

O Estado assume visivelmente o controle de um ordenamento hierárquico capaz de guiar os interesses para setores e grupos que mais lhe parece conveniente. Acontece que, quando tratamos de controle social discutimos alternativas de representação de grupos distintos, em consonância à dinâmica de transferência de atribuições do Estado para fragmentos da sociedade que decidam assumir postura fiscalizadora e que se coloquem como parte dos processos decisórios. No Brasil, este tipo de debate parece muito recente, a redemocratização do país que culminou na promulgação da Carta Magna de 1988 foi um marco para que novas iniciativas tomassem corpo e forma.

Considerações finais

Decerto há a necessidade da expansão das reflexões que abordem as políticas públicas para o combate da escassez hídrica, direcionando apontamentos que ofereçam um suporte ao entendimento do conceito de desertificação, desenvolvendo enfoques que possibilitem a argumentação acerca das questões inerentes às mudanças climáticas globais e da interferência antrópica no processo de degradação ambiental.

Faz-se necessário enfatizar que enquanto percebermos a ausência das políticas públicas que priorizem a linguagem da sociedade como parte de um todo e a continuidade do ranço «'coronelista'» arraigado há séculos no modo de viver dos brasileiros, ainda assistiremos o estrangulamento da qualidade de vida da população, fomentando a expulsão do homem do campo em direção às cidades. Ademais, grupos participantes da «'política de bastidores'» empenham intervenções fictícias que favorecem aos seus próprios interesses em detrimento dos interesses da coletividade.

Neste contexto, parece-nos bastante pertinente que seja cada vez mais incentivado a formação de grupos que fomentem a participação nos processos decisórios, garantindo assim, paulatinamente, o direito dos indivíduos à cidadania.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, que através do Programa de Apoio à Participação em Eventos Técnico-Científicos (PROAPP) da Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação oportunizou que pudéssemos expor esta comunicação a fim de potencializar os debates acerca da realidade da região do Vale do Mucuri, especialmente mediante troca de experiências com pesquisadores de contextos diversos.

Referências

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente (2010), "Plano Estadual de combate à Desertificação e mitigação dos efeitos da seca", Relatório Final, Programa de ação nacional de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca Pan – Brasil, Disponível em http://www.iicadesertification.org.br/attachments/category/18/pae_mg_doc_consolidado.pdf [consultado em 17-12-2-13].

CAPRA, Fritjof. (1982). *O Ponto de Mutação: A Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente*, São Paulo: Cultrix.

CARVALHO, S.M.S. (2009), "*Mito e conhecimento mítico. A busca da relação invisibilidade visibilidade nas relações sociais das sociedades ditas primitivas*", In:

CONFALONIERI, U. E. C. (2007),"Mudança climática global e saúde'. Disponível em: http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=22&id=248. [consultado em 23-02-2014].

MORALES, C.E. (2004) *Pobreza, desertificación y degradación de los recursos naturales*. Brasília: CEPAL.

PÁDUA, J.A. (2009), *Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente*, São Paulo: UFMG; pp.118-150.

PINHEIRO, L.O.; CORREIA, L.R. (2012), "Diagnóstico Socio-ecológico das comunidades rurais do município de Itambacuri – MG", Relatório Técnico, Teófilo Otoni, UFVJM.

RIBEIRO,E.M; GALIZONI,F.M. (2002), "Água, população rural e políticas de gestão: o caso do vale do Jequitinhonha, Minas Gerais", Revista Ambiente & Sociedade, pp.129-146.

ROSSEAU, Jean-Jacques. (1989), *O contrato social*. São Paulo: Martins Fontes.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (1995) *Um discurso sobre as ciências.* Porto: Afrontamento.

REBOUÇAS, A.C. (2001) "Água e desenvolvimento rural", Revista Estudos Avançados, pp 327-344.

A Governança Participativa na Gestão de Recursos Hídricos no Brasil

Élvia Fadul
elvia@ufba.br

Lucas Cerqueira
lucas.cerqueira@pro.unifacs.br

Fabrício Vitória
fabricio.vitoria@pro.unifacs.br

Resumo: Este artigo objetiva discutir o processo participativo na gestão de recursos hídricos por comitês de bacias hidrográficas, analisando comitês brasileiros. A Lei nº 9.433/97 definiu a gestão desses recursos baseada na integração, descentralização e participação. Pesquisas têm mostrado fragilidades no funcionamento da maior parte desses comitês, sobretudo aqueles localizados na região nordeste do país. O foco deste trabalho é avaliar criticamente os mecanismos do processo participativo no âmbito desses organismos. Para as análises foram utilizados dados das atas de reunião, baseando a discussão na proposta de Arnstein (1969, 2002) que cria uma tipologia com oito níveis de participação. Os resultados indicam que apesar das mudanças positivas trazidas pela Lei os comitês ainda apresentam dificuldades operacionais e de exercício da governança participativa. Esta participação tem sido limitada pelo governo central, podendo o envolvimento dos participantes chega, no máximo, ao degrau da pacificação.

Palavras-chave: Recursos Hídricos, Governança Participativa, Participação, Comitês de Bacia Hidrográficas.

1. Introdução

O envolvimento de cidadãos e organizações da sociedade na formulação de políticas públicas e na gestão pública transformou-se, no Brasil, após o período de abertura democrática, seguido do processo de reforma do Estado, em um quase modelo de administração pública. Este fenômeno político e social de envolvimento não é novo, mas implica em um processo de transformação das relações entre Estado e sociedade, de redefinição de espaços, de papéis e de funções, e do deslocamento de poder em processos decisórios.

Essa onda, ou tendência, que se amplia em vários setores e em vários países, tem suas origens tanto em iniciativas do próprio Estado, tais como a criação de canais formais de participação, como da própria sociedade, na busca de mecanismos que lhe permita assumir a condução de seus interesses coletivos para a satisfação de suas necessidades fundamentais. A razão para a institucionalização dessas práticas, estabelecendo novos padrões de articulação entre os interesses organizados da sociedade e o Estado em governos democráticos, é a necessidade de ganho de legitimidade, a fim de sustentar o estabelecimento de novas condições de governança e governabilidade. No que se refere à sociedade, o que tem motivado essa onda de participação é, principalmente, a ausência e/ou ineficiência do Estado na provisão e prestação de serviços públicos, o que resulta na ampliação das demandas não atendidas da população e, consequentemente, na busca por serviços de melhor qualidade.

Há ainda, em algumas sociedades, em geral nas mais avançadas, o sentimento de empoderamento, de construção da cidadania e de promoção do protagonismo da sociedade como fator mobilização para a participação. Em países desenvolvidos esta ampliação em processos participativos requerida pela sociedade surge, também, como uma reação à dominação e excessiva centralização que o Estado imprime sobre a vida dos cidadãos, referindo-se, neste caso, ao peso excessivo das formas de Estado do Bem-Estar Social instituídas nesses países.

A discussão sobre a participação social no contexto brasileiro tem, assim, alcançado centralidade nos últimos 20 anos, não apenas nos meios políticos, mas também acadêmicos. Ainda que muitos autores apresentem e discutam a participação como forma de ampliação dos direitos dos cidadãos e de fortalecimento da democra-

cia (COUTO, 2004; JELIN E HERSHBERG, 2006; NOGUEIRA, 2004; HAGUETTE, 1994; JACOBI, 2002; PUTNAM; 2000, entre outros), há os que consideram, também, a abertura desse novo espaço de participação direta na gestão pública – discutindo o procedimento emblemático de participação que é o orçamento participativo – como um processo que concede legitimidade ao executivo para prescindir do legislativo, aprofundando as tensões já existentes entre os dois poderes (FADUL e MUNIZ, 2000). Ainda que nos últimos anos assista-se a uma crise da democracia representativa em diversos países, esses autores destacam que, em uma democracia nos padrões contemporâneos, o poder legislativo ainda é o *locus* no qual a vontade popular deve ser legitimamente forjada e defendida.

Nesse sentido, é possível vislumbrar, nos processos participativos atuais, tanto naqueles que tratam da formulação de políticas públicas, quanto nos que atuam diretamente na gestão pública, uma nova forma de exercício do poder do povo através da cooperação, verificando se há, assim, a possibilidade de se alcançar um novo modelo regulatório das relações entre Estado, mercado e sociedade, conforme sugerem Kissler e Heidemann (2006) quando tratam da governança pública na Alemanha.

Na gestão dos recursos hídricos no Brasil, objeto empírico deste estudo, ocorreram mudanças profundas quando o governo brasileiro adotou um modelo de gestão baseado nos pilares da integração, descentralização e participação. Analisando este modelo como desenho organizacional para a gestão de um bem público puro, é possível afirmar que essas estruturas constituem uma inovação no cenário político e institucional brasileiro, tanto no que se refere à sua arquitetura organizacional, quanto aos seus procedimentos de funcionamento. No entanto, salvo algumas exceções, pesquisas têm mostrado as fragilidades, dificuldades e a incipiência da maior parte desses comitês, sobretudos aqueles localizados na região nordeste (HAASE, 2005; SANTOS E SAITO, 2006; MORAES, 2012; BERRETA, 2013, FADUL et al, 2011; FADUL et al, 2013; MORAIS e FADUL, 2013; FADUL e NUNES, 2014).

Essas estruturas são órgãos colegiados, naturalmente participativos, e criados em formato descentralizado, não estando subordinados nem à instância federal, nem às estaduais, porém altamente dependentes dos Poderes Executivos de ambas as esferas, federal e estadual, por força dos mecanismos de integração da gestão estabelecidos pela mesma lei. É o que este artigo discute, focando no setor de recursos hídricos e utilizando como objeto de estudo os comitês de bacias hidrográficas institucionalizados pela legislação federal em 1997.

O foco deste trabalho é avaliar criticamente os mecanismos do processo participativo no âmbito desses organismos, já que são organizações formais criadas no bojo da efervescência da descentralização e dos processos participativos da sociedade na condução da coisa pública. Debruçando-se sobre o setor de recursos hídricos busca-se estender os debates sobre a participação em direção à análise da efetivação de tal princípio na tomada de decisão acerca do uso e do gerenciamento das águas no país, utilizando como objeto de estudo os comitês de bacias hidrográficas do Estado da Bahia institucionalizados pela Lei das Águas de 1997.

O trabalho tem por objetivo fazer uma discussão dessa temática por entender que a consolidação de mecanismos e de espaços de debates públicos com o envolvimento do cidadão fortalece a democracia, visa dar maior eficiência às políticas públicas e aproximar Estado e sociedade. Na gestão dos recursos hídricos o arcabouço legal é válido, moderno e avançado ao estabelecer os comitês de bacias como espaços para dirimir conflitos, preservar a bacia hidrográfica e gerenciar os recursos que serão arrecadados com a instituição da cobrança do uso da água. Contudo, não só os mecanismos de participação devem ser assegurados pela Lei, mas deve ser observada, também, a sua efetiva aplicação.

Além desta introdução o artigo traz algumas notas acerca dos processos participativos de modo geral e especificamente na gestão das águas no país. Em seguida, caracteriza de que forma ocorre o processo de participação e o controle social no interior desses comitês identificando tipos e formas de participação. Apresenta a metodologia do estudo, para, por fim, discutir em que resulta esse processo participativo de gestão das águas instituído no país há quase 20 anos e apresentar as conclusões.

2. Participação Social

A Constituição Federal de 1988 é considerada como um marco para o processo de formulação e acompanhamento das políticas públicas através da participação e do controle social, exercidos pela sociedade civil organizada. Evidenciam-se formas de manifestação social tais como o movimento popular urbano, reivindicatório e de massa; as experiências coletivas com a proposição de políticas públicas e na integração de conselhos; bem como as iniciativas de controle dos recursos públicos e elaboração de orçamentos públicos (AUGUSTO FRANCO, 1994).

Na visão de Caetano, Souza e Enders (2006), na Constituição Federal de 1988 foi posto, pela primeira vez na agenda brasileira, o debate nacional a cerca da possibilidade do controle, pela sociedade civil, da aplicação dos recursos através das políticas públicas. Reforçando essa prerrogativa constitucional, sob o ponto de vista da modernidade e contemporaneidade, Silva e Luiz (2012) apregoam no contexto atual uma gama de possibilidades e limites na relação entre Estado e sociedade e que tutelam os contornos da esfera democrática. Esse fenômeno foi ocorrendo, no entendimento de Teixeira (1997), em função da crise do Estado e da sua incapacidade de atender e dar respostas aos anseios da sociedade, sobretudo os mais necessitados, ou, na visão de Arnstein (2002), os *sem nada*, reforçando o surgimento de movimentos sociais e populares que passam a exigir participação dos cidadãos em decisões do Estado.

Na visão de Arnstein (2002), participação social corresponde, então, ao cidadão no poder, entendendo que o cidadão ao qual se refere são os indivíduos que a autora chama de *sem nada*, ou seja, grupos excluídos pela sociedade, como negros, índios e outros que não têm espaço ou direito em participar das decisões de Estado. Com esta perspectiva, Arnstein (1969) propôs uma modelo de classificação, o qual chamou de escada da participação cidadã, apresentada no Quadro 01, a seguir, comportando oito degraus. Cada degrau representa a medida de poder que os cidadãos têm de influenciar no resultado final do processo de planejamento. Para a autora esta escala não consiste apenas em uma nomenclatura, mas representa as condições que caracterizam um crescente grau de participação real do cidadão no processo decisório e de planejamento.

Assim, o nível de participação do cidadão aumenta na medida em o mesmo alcança o degrau superior na escada. Para a autora, não existe participação nos dois primeiros degraus, quais sejam, manipulação e terapia, sendo os mesmos considerados "níveis de não-participação". Os três níveis seguintes (informação, consulta e pacificação) apresentam uma "política do menor esforço", sendo, por isso, considerados como "níveis de concessão mínima de poder". A partir do sexto degrau (parceria), o cidadão começa ser capaz de influenciar efetivamente nos resultados, passado, assim, para os "níveis de poder cidadão" (ARNSTEIN, 1969, p.2).

Quadro 01 – Escada de Participação

Escala	Conceito	Nível de Participação
8. Controle pelo cidadão	Cidadãos responsáveis pelo planejamento, pela política, assumindo a gestão em sua totalidade, sem intermediários.	Níveis de Poder Cidadão
7. Delegação de poder	Cidadãos ocupando a maioria dos assentos nos comitês, com poder delegado para tomar decisões. Nesse caso o público tem poder para assegurar as contas do programa para si.	Níveis de Poder Cidadão
6. Parceria	Poder distribuído por uma negociação entre cidadãos e detentores do poder. O planejamento e as decisões são divididos pelos comitês.	Níveis de Poder Cidadão
5. Pacificação	O cidadão começa a ter certo grau de influência nas decisões, podendo participar dos processos de tomada de decisão, entretanto, não existe a obrigação dos tomadores de decisão de levar em conta o que ouviram.	Níveis de Concessão mínima de poder
4. Consulta	Caracterizado por pesquisas de participação, reuniões de vizinhança etc. Segundo os autores, serve somente como fachada, não possui muita implicação prática.	Níveis de Concessão mínima de poder
3. Informação	Informar as pessoas sobre seus direitos, responsabilidades e opções. Entretanto, trata-se de um fluxo de informação somente de cima para baixo.	Níveis de Concessão mínima de poder
2. Terapia	Os técnicos de órgãos públicos se escondem atrás de conselhos e comitês participativos para não assumir erros cometidos por eles e diluir a responsabilidade.	Não-participação
1. Manipulação	Tem como objetivo permitir que os atores sociais que conduzem o processo possam educar as pessoas. Manifesta-se em conselhos onde os conselheiros não dispõem de informações, conhecimento e assessoria técnica independente, necessários para tomar decisões por conta própria.	Não-participação

Fonte: Arnstein (2002, p.2)

3. Participação social na gestão dos recursos hídricos

O contexto internacional e ambiental também impõe uma pressão tanto quanto à necessidade da descentralização, participação e regulação, quanto à cobrança feita pelo uso da água. O debate quanto à disposição de mecanismos capazes de promover a democratização do acesso e diminuir a possibilidade da escassez da água torna o tema iminente e emergencial, visto que os recursos financeiros arrecadados a partir de um modelo de gerenciamento participativo e descentralizado poderiam ser utilizados em beneficio do próprio sistema.
Essas proposições foram defendidas em algumas conferências nacionais e internacionais tais como a Agenda 21, a Conferência de Dublin de 1992 e a Assembleia Geral da Rede Internacional de Organismos de Bacia (RIOB), em 1998, a qual, dentre outras proposições, definiu e defendeu formulações importantes para o setor, quais sejam:

- o iminente processo de escassez da água, do ponto de vista de condições de consumo;
- a necessidade crescente de atribuir um valor de mercado a esse bem, em função dessa escassez e da importância desse recurso;
- o entendimento de que as políticas públicas e soluções a cerca dessa questão devem ter caráter de longo prazo e não ser apenas pontuais e localmente circunscritas;
- a defesa pela implementação de um gestão global dos recursos hídricos a fim de promover a proteção

dos recursos naturais e a satisfação das necessidades dos diversos usuários;

- a defesa pela diminuição da poluição de qualquer grau e espécie e promoção da proteção e a restauração dos ecossistemas e espaços aquáticos;
- a defesa da participação na tomada de decisão pelos agentes territoriais juntos as entidades governamentais a fim de garantir as necessidades de todas as categorias de usuários e a implementação de um programa de financiamento apropriado (SANTOS, 2002).

Corroborando ainda com a proposição da participação social nesse processo, Marco (1998), cultua o usuário como protagonista do processo decisório de gestão das águas. No contexto internacional ainda é possível citar a Conferência Internacional sobre as Águas ocorridas em março de 2000, em Haia, na Holanda, na qual alguns representantes de diversos países defenderam a necessidade da descentralização, da participação e da instituição da cobrança pelo uso da água, como sendo uma das formas mais eficazes de equacionamento da questão da escassez (SANTOS, 2002).

Ainda nessa conferência, discutiu-se a necessidade de findar o monopólio estatal que prevalecia na maioria dos países e procurar redefinir as formas de relações entre o setor público e privado (SANTOS, 2002). Há que se considerar que o contexto era favorável a esse tipo de proposição, tendo em vista a efervescência dos princípios da política neoliberal amplamente propagada no mundo ocidental, que estimulava a participação da iniciativa privada como prestador dos serviços e o Estado assumindo o papel de regulador. De acordo com Bezerra e Silva (2005) do ponto de vista da participação e controle social, a política das águas no Brasil instituiu instrumentos e processos de decisão participativa que a conceitua com uma das mais avançadas na gestão descentralizada no mundo.

A experiência brasileira com os comitês de bacias pode ser considerada ainda recente e começou com a implementação do Comitê do rio São Francisco, que contou com o suporte da Agência Nacional de Águas (ANA) (FADUL, et al. 2011) o que reforça a ideia da necessidade de haver um apoio institucional a fim de garantir o amadurecimento da implementação de um comitê de bacia. Essa experiência permite colher resultados quanto à cobrança pelo uso da água, mas quanto aos processos de descentralização e a participação não pode ser considerada efetiva, visto que o projeto de transposição do Rio São Francisco foi conduzido no âmbito da esfera federal, sem a participação do comitê. Há, também, as experiências paulistas e de outras localidades no sul e sudeste que podem ser destacadas como experiências de sucesso na adoção desse modelo de gestão e na instituição da cobrança pelo uso da água. Cabe indagar que fatores favoreceram esse êxito.

Nesse questionamento quanto à efetividade da política de recursos hídricos a partir dos conceitos de descentralização, participação e controle social é necessário discutir, também, de que forma essa autonomia ou participação ocorre de maneira, considerando que a administração pública brasileira acaba centralizando as políticas de recursos hídricos de cada região. O questionamento encontra respaldo na observação de Santos (2002) de que descentralização e a participação não estão imbricadas. Ou seja, nem toda a descentralização leva a um maior grau de participação.

> Há de se considerar inclusive a relação inversamente proporcional entre necessidade e possibilidade reais de participação, as possibilidades de assimetria e a fragmentação do tecido social (GRAU, 1996 apud SANTOS, 2002). Assim, a implementação de um modelo de gestão descentralizado, por bacia hidrográfica, pode se constituir em um avanço, mas pode também resultar tão somente na instrumentalização das relações entre Estado e sociedade civil, na extensão das relações mercantis no âmbito da sociedade, ou seja, na radicalização de processos que tem como marca fundamental a instrumentalização e a mercantilização das relações entre sociedade e natureza [...] (SANTOS, 2002, p.11).

Ainda para a autora a descentralização pode ter um resultado avesso. Pode se constituir em práticas de clientelismo, ineficiência e inoperância, e pode contribuir para a despolitização o movimento social. Considera-se, ainda, que a descentralização pode ser uma determinação do Estado, que se envolveria na escolha dos sujeitos, privilegiando cliente e usuários, já que a participação envolve consciência política, organização e amadurecimento.

Abers e Jorge (2005) corroboram com Santos (2002) ao discorrerem que na gestão dos recursos hídricos a descentralização e a participação se alicerçam em três fundamentos principais: em primeiro lugar, esse processo de descentralização deve ocorrer nos níveis nacional e estadual, com a criação de organismos de bacias nas duas esferas, ou seja, tanto para águas federais quanto para águas estaduais; segundo, que a descentralização não deveria ocorrer com a transferência de poder para instâncias mais locais como os municípios, mas a partir da criação de uma nova esfera territorial, no caso a bacia hidrográfica e, por fim, o terceiro aspecto a ser levado em conta é o caráter semivoluntário dessa descentralização, que obriga os comitês a serem criados para todas as bacias.

Na visão de Teixeira (2001) a efetiva participação depende de mecanismos existentes; institucionais ou não. Sendo eles institucionais há risco da participação ser às avessas, pois poderá está submetida à lógica do poder dominante ou da racionalidade técnico-burocrática. Nesse sentido, emerge como fundamental a existência de uma sociedade civil organizada e com autonomia com relação ao Estado e ao mercado, para que a participação seja efetiva, o que requer a necessidade da constituição de espaços públicos livres para que os organismos sociais possam se organizar em busca de informações, formação de opinião e na capacidade de se mobilizar para questionar as decisões políticas do estado (TEIXEIRA, 2001).

Na visão desse autor, um dos ditames da participação é o papel na decisão. Cita Dahl (1992) e Habermas (1992) para caracterizar o processo decisório e a participação cidadã em cinco pontos chaves: a) inclusão de todos os afetados, b) igual distribuição de oportunidades de participar no processo político; c) igual direito a votar nas decisões; d) igual direito de escolher tópicos e controlar a agenda e, e) situação que permita a todos os participantes desenvolverem uma articulada compreensão dos assuntos necessários a regulação de interesses contestados.

Conforme se observa no Quadro 02, a seguir, apenas a inclusão dos afetados, por compartilhar o poder sobre a política e o igual direito de votar no comitê de Bacia podem ser destacados na Lei das Águas.

Quadro 02 -Participação Social na Lei das águas

Mecanismos na Lei	Poder Público	Compartilhado
I - os Planos de Recursos Hídricos;		Conforme a Lei das Águas em seu artigo. 8º *Os Planos de Recursos Hídricos serão elaborados por bacia hidrográfica, por Estado e para o País*. Nesse caso, os comitês de Bacias são os responsáveis pela elaboração desses planos de Recursos Hídricos. A maioria desses comitês não possui recursos para a elaboração desses planos, o que requereria recursos do estado para elaboração. Pode-se observar que a depender de quais interesses o Estado seja subserviente, os recursos podem não serem destinados e os planos não serem elaborados e impedirem a implementação da cobrança do uso da água conforme rege a Lei das águas.
II - o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água;	Esse enquadramento é feito poder público mediante a definição da Lei Ambiental. *Art. 10. As classes de corpos de água serão estabelecidas pela legislação ambiental*.	

Mecanismos na Lei	Poder Público	Compartilhado
III - a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos;	Esse poder é concedido ao Estado que é responsável pela implementação da Política Estadual dos Recursos Hídricos. No caso da Bahia, essa responsabilidade é do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA). *Art. 14. A outorga efetivar-se-á por ato da autoridade competente do Poder Executivo Federal, dos Estados ou do Distrito Federal.* No artigo 29, inciso II, dessa mesma lei, ratifica esse poder e ainda indica como de sua competência a fiscalização: *II - outorgar os direitos de uso de recursos hídricos, e regulamentar e fiscalizar os usos, na sua esfera de competência;*	A outorga pode ser feita mediante a indicação do Comitê de Bacia, desde que classificada como captações e lançamentos de pouca expressão, conforme previsto no inciso V do artigo que versa sobre as competências dos comitês de Bacias. *V - propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes.* Além disso, a outorga deve estar condicionada as prioridades de uso e à classificação do corpo de água, bem como aos critérios de usos múltiplos. *Art. 13. Toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos* Cabendo ao comitê a aprovação de tal plano, conforme inciso III do artigo 37: *Art. 37. Os Comitês de Bacia Hidrográfica terão como área de atuação: III - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia*;
IV - a cobrança pelo uso de recursos hídricos;		Caberá ao comitê de bacias Hidrográficas a instituição dos mecanismos de cobrança pelo uso da água. Esse comitê é composto por representes do poder público, da sociedade civil e dos usuários da água. A gestão dos recursos provenientes da instituição da cobrança pelo uso da água é feita na Agência das águas, que estará subordinada ao comitê.
VI - o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.	Cabe ao poder Público: *III - implantar e gerir o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos, em âmbito estadual e do Distrito Federal.* Mesmo sendo um mecanismo implementado pelo Poder Público o objetivo desse Sistema é fornecer informações e subsidiar a elaboração dos planos dos recursos hídricos. Fornecer informações a todos integrantes do sistema é uma característica de acesso à informação e não descentralizadora conforme previsto na Lei.	
Conselho Nacional dos Recursos Hídricos		É composto por representantes do poder público, usuários e representantes da sociedade civil. Tem como competência, dentre outras, arbitrar sobre os conflitos do uso das águas em última instância.
Comitê de Bacias Hidrográficas		É composto por representantes do poder público, usuários e representantes da sociedade civil. Tem como competência arbitrar sobre os conflitos do uso das águas em primeira instância, outorga do uso da água de pouca expressão, acompanhar a cobrança e gestão dos recursos provenientes através da Agência das Águas.

Fonte: elaboração própria com base na Lei nº9433/97.

4. Metodologia

O trabalho consiste em um estudo exploratório e descritivo de cunho teórico-empírico visto que faz uma análise dos mecanismos de participação social dispostos na Lei das Águas e uma análise da sua efetividade na gestão dos comitês de bacias do Estado da Bahia, a partir da análise das atas de reunião divulgadas no site do INEMA.

O estudo foi dividido em três etapas distintas. Primeiramente, foram revisitados os pressupostos teóricos da participação e controle social, bem como as metodologias que buscam verificar níveis de participação social. Na segunda etapa do trabalho foram analisados os mecanismos de participação dispostos na Lei das Águas e, por último, como terceira etapa apresentam-se as conclusões acerca da efetividade da participação social na gestão dos recursos hídricos.

5. Análise dos resultados

A gestão das águas no Brasil mudou sensivelmente a partir da promulgação da Lei nº 9.433/97, a Lei das Águas. Tal lei promoveu um conjunto considerável de mudanças no setor por meio da descentralização das decisões de gestão ao estabelecer a bacia hidrográfica como base de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, através da instituição dos comitês de bacia hidrográfica. Dessa forma, a lei estabelece também uma série de instrumentos novos para a gestão do setor, apoiados em diretrizes inovadoras, que buscam integrar a gestão das águas, do solo e ambiental.

Tendo o modelo brasileiro sido inspirado na experiência francesa de gestão de recursos hídricos e de saneamento, tem como base a participação dos usuários de água e, como um dos instrumentos, a cobrança pelo uso do recurso, delegando aos comitês a responsabilidade pela arrecadação e pela destinação dos recursos. Dessa forma, o atual modelo de gestão dos recursos hídricos está baseado nos pilares da integração, descentralização e participação – sendo a integração percebida verticalmente pela necessidade de articulação entre as esferas federal, estadual e municipal e horizontalmente pela articulação da gestão dos recursos hídricos com a gestão do solo e do meio-ambiente, expressamente determinada pela Lei das Águas, bem como na articulação dos diversos setores da sociedade; a descentralização percebida pela determinação dos comitês de bacia, que atuam localmente, como unidades básicas de gestão; e a participação verificada pela composição dos comitês, obrigatoriamente contendo membros representantes do governo, dos usuários e da sociedade.

A implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), fruto da inovação institucional proposta por esta Lei, ocorreu por conta do ajustamento às demandas por participação e descentralização da sociedade. Tal descentralização se revela por meio da criação de organismos de tomada de decisão ao nível nacional, estadual e de bacia (conselhos e comitês). Esses organismos passaram a incorporar representantes de novos atores (municípios, usuários e organizações civis) ao processo de gestão. Ocorre a descentralização em razão da transferência da responsabilidade de execução das decisões das estruturas centrais para as locais, no caso bacia hidrográfica (BERRETA, 2013).

Dessa forma, como assevera Berreta (2013), tendo os comitês sido idealizados como um fórum de decisões políticas, os mesmos se constituem como "parlamentos das águas da bacia". Pois são constituídos legalmente e, por tanto, obrigatoriamente, pelos os representantes dos usuários das águas, do poder público (União, Estado e Municípios, dependendo do domínio da bacia) e da sociedade civil organizada, além dos demais níveis de governo, num processo de negociação no âmbito da bacia hidrográfica. Vale ressaltar que a participação nos comitês pelo cidadão, só acontece por meio de representação de entidades civis, não sendo possível a participação individual.

O Quadro 04 mostra o nível de participação dos diversos membros dos comitês no estado da Bahia, considerando a participação dos mesmos nas deliberações desses órgãos. Tal índice está baseado nas interferências realizadas durante a discussão e votação das pautas apresentadas. São apresentados os três grupos de participantes, e o percentual de membros de cada categoria (primeira coluna de cada categoria de membros) em relação ao total, com o intuito de avaliar a adequação dos quantitativos ao previsto em lei, não foram identificados casos de irregularidade nesse quesito. Além disso, se apresenta o percentual de assiduidade dos membros (segunda coluna de cada categoria), e, por fim, o percentual das interferências realizadas nas reuniões nas quais os membros estiveram presentes (terceira coluna de cada categoria).

Quadro 04 – Nível de participação dos integrantes dos CBH

Membro	Poder Público			Usuários			Sociedade Civil		
Comitê	Percentual	Assiduidade	Participação	Percentual	Assiduidade	Participação	Percentual	Assiduidade	Participação
CBH Contas	58	87	100	11	68	83	32	74	64
CBH Corrente	54	93	100	23	62	87	23	85	75
CBH Frades, Buranhém e Santo Antônio	38	95	100	29	66	88	33	83	73
CBH Grande	47	83	100	27	64	79	26	79	69
CBH Itapicuru	52	87	100	17	72	86	31	81	71
CBH Leste	53	84	100	17	65	79	30	78	68
CBH Paraguaçu	47	95	100	21	73	79	32	91	91
CBH Paramirim e Santo Onofre	39	93	100	29	72	76	32	84	74
CBH Peruipe, Itanhém e Jucuruçu	53	94	100	10	69	76	37	90	70
CBH Recôncavo Norte e Inhambupe	48	98	100	25	78	100	27	97	100
CBH Recôncavo Sul	54	98	100	23	75	76	23	89	79
CBH Salitre	49	84	100	12	65	77	39	85	75
CBH Sobradinho	58	98	100	17	78	100	25	96	100
CBH Verde-Jacaré	52	83	100	14	62	79	34	74	64

Fonte: Elaboração própria com base nas atas disponíveis no site do INEMA (2014).

Existem diversos problemas no processo de participação e representação, bem como na própria formação dos comitês: a) Falta de recursos dos representantes da sociedade para o deslocamento até os locais das reuniões; b) Predominância do grupo de áreas onde se encontram a maior concentração dos usuários; c) Baixa participação de todos os segmentos, principalmente da sociedade civil, por causa da pouca divulgação; d) Vários municípios não participam; e) Falta do entendimento do que é o comitê de bacia hidrográfica, por parte da população; g) Falta de interesse; h) Mobilização ineficiente.

Dois fatores contribuem diretamente como o baixo nível de participação da sociedade civil em alguns dos comitês: primeiro, o distanciamento entre os locais de conflito, em torno dos usos dos recursos hídricos, e alguns representantes com assento no comitê, que buscavam soluções, sem conhecimento da realidade local. O segundo é a contratação dos mobilizadores regionais sem o perfil adequado para atuarem com os atores sociais, o que possibilita perceber que a escolha desses é feita através de indicações, sem muitos critérios.

A participação nos comitês tem o objetivo primário de neutralizar e inibir tomadas de decisão apoiadas em lógicas individualistas ou estritamente economicistas. A intenção do modelo é garantir uma interação mais clara e transparente entre as três esferas de interesse envolvidas, por meio da diversidade de suas origens e interesses. A finalidade, assim é limitar a ocorrência de abuso do poder legal ou econômico nas decisões. Isso, entretanto não diminui ou impede o risco de captura associados ao modelo. Assim, fica evidente que tais mudanças propostas pela Lei das Águas tornam a gestão dos recursos hídricos um processo bastante politizado, reforçando a ideia de um modelo no qual a política ambiental é abrangente, envolvendo a sociedade civil por meio de um processo de consulta e envolvimento na tomada de decisão na gestão das águas (SOUZA JÚNIOR, 2004). Para Santos e Saito (2013, p. 7), esse modelo gestão dos recursos hídricos gerou o surgimento de um mito da participação social: "Em meio à ampla divulgação e exaltação da defesa do princípio participativo da atual Política Nacional de Recursos Hídricos, cabe destacar que a discussão sobre participação aparece de forma mitificada". Dessa forma os autores apontam três aspectos que fundamentam tal ideia.

O primeiro aspecto se refere à origem da participação. Isso porque, para a sociedade brasileira a participação social tem sido encarada, ou mesmo apresentada, sob dois prismas distintos. Em alguns momentos como uma dádiva, ou quase um favor do Estado, em outros, como uma estratégia para minimizar os conflitos originados da gestão de uma determinada política pública. Em ambos os casos a fonte aparente da participação é o poder público ou os setores dominantes da sociedade, sendo vista como uma espécie de concessão daquele e não como uma conquista histórica dos setores populares da sociedade. Dessa maneira, os espaços de participação passam a ser regulados pelas formas de concessão, e os terrenos para o diálogo são previamente preparados para favorecer os interesses dos setores que definiram a concessão. Essa tem sido uma prática adotada em tempos de crise (política, social, ambiental), como maneira adotar, com o aparente apoio popular, medidas que, muitas vezes, representam muito mais o interesse dos setores dominantes (SANTOS e SAITO, 2013).

Outro aspecto desse processo de mitificação se refere à noção de igualdade entre os segmentos participantes do processo. Aqui se chama a atenção para o fator de mitificação através do qual se apresenta a crença de que os grupos que participam das negociações e tomada de decisões no comitê de bacia hidrográfica têm as mesmas condições de participar e contribuir em tal processo. Nesse caso, a mitificação da participação se dá por ignorar a assimetria de poder econômico, de conhecimento técnico-científico, de eloquência na fala e de poder de argumentação, existentes entre os diversos segmentos sociais envolvidos (SANTOS e SAITO, 2013).

Por fim, o terceiro aspecto diz respeito ao caráter do resultado obtido pelos processos de participação, isto é, a solidificação da cultura de consumo e da acumulação de capital, ambos diretamente correlacionados ao primeiro aspecto da mitificação. Particularmente na gestão dos recursos hídricos, esse aspecto da mitificação, se evidência na medida em que os "processos participativos em curso são direcionados para a qualificação da água como um bem privado, desqualificando as lutas históricas de acesso à água e sua caracterização como bem público" (SANTOS e SAITO, 2013, p. 15).

Os mecanismos determinados na Lei das Águas, que remetem à participação e controle social, por mais que pareçam legítimos, sejam assegurados legal e institucionalmente pela lei, e se constituam em um avanço no processo democrático descentralização no poder central do Estado, na prática se configuram como um instrumento do Estado para manipular o processo de participação e alienar a sociedade civil para convergir com as decisões tomadas pelo poder central. Isso coaduna com a ideia de Teixeira (2001) que ensina que muitas vezes esses mecanismos são criados para camuflar as contradições da ideologia dominante.

Analogamente pode-se associar a esse pensamento o fato de o Estado determinar a política das águas como descentralizada e determinar a limitação desse poder na própria lei. Ou seja, quem regula o nível de participação é o próprio estado ao delimitar o poder e os espaços que esses mecanismos atuarão.

O que se ressalta, aqui, não é a ideia de que o Estado não acompanhe ou regule essas ações, mas o fato de o mesmo determinar até em que nível pode haver a participação, e o alcance das decisões limita os cidadãos em buscar alternativas que abarquem os anseios locais e assegurem que as suas necessidades sejam alcançadas. Com esse poder limitante como prevenir que governos estabeleçam acordos como grupos econômicos para garantir os seus interesses em detrimento do interesse coletivo? Há indícios dessa ocorrência, por exemplo, com as outorgas do direito de uso das águas que estão sendo concedidas pelo governo do estado da Bahia sem que sejam discutidas nos Comitês de Bacias Hidrográficas.

5.1 A Participação nos Comitês de Bacia e a Escada de Participação

A escada de Arnstein (2002) pressupõe uma elevação do grau de participação a partir do envolvimento dos sem nada, aquele grupo que geralmente reivindica participação pela negação do Estado e da sociedade, absorvendo maior conhecimento, o que lhe permite crescer e buscar mais espaço e poder. Esta participação pode ser limitada pelo poder central enquanto o mesmo tiver condições de alienar os participantes, conduzindo-os a seguir a política pré-estabelecida e guiando-os para a aceitação do que for por ele determinado. Assim o grupo social tem a ilusão de que estão participando do processo decisório e da formulação das políticas públicas, quando estão apenas validando ou referendando as determinações do poder central. Essas condições são aludidas na Escada de Arnstein (2002) nos primeiros degraus.

A partir das categorias elencadas nessa escada de participação, é possível inferir que no contexto da gestão

dos recursos hídricos no Brasil não há uma evolução de participação social visto que a Lei das Águas, de certa forma, limita esse poder de participação com os mecanismos que nela estão propostos. Ou seja, esse poder está limitado na forma da Lei e o degrau de envolvimento ao qual os agentes podem chegar ao debate sobre os recursos hídricos no espaço determinado pelo comitê de Bacia é o degrau da pacificação.

Na visão de Arnstein (2002), nessa etapa os participantes começam a ter certo grau de influência, ainda que limitado. No caso dos comitês de bacias hidrográficas na Bahia ainda é o Estado que determina a política hídrica e os comitês não são envolvidos em etapa alguma, nem mesmo para que sejam discutidos os ditames desta política. Não foi possível observar que o comitê seja atuante enquanto arena de poder compartilhado, visto que não constam em atas discussões sobre aspectos e competências dos comitês de bacias, apenas mediações sobre processos administrativos internos.

Por mais que os poderes dos comitês sejam limitados pela lei das Águas, a escolha dos membros para compor esses conselhos na qualidade de representantes da sociedade civil e dos usuários da água é feita de forma aleatória ou política. Esses participantes não são efetivamente insurgentes de movimentos populares e militantes na área ambiental, ou, ainda, os "sem nada" conforme conceituado por Arnstein (2002). Geralmente a escolha do representante é política.

Essas pessoas são escolhidas de forma tão aleatória que o próprio comitê fornece um curso de capacitação aos novos integrantes para entenderem a Política Nacional de Recursos Hídricos e as competências dos comitês de bacias. A depender do usuário de água que ministre esse curso, a forma de alienação pode começar nessa etapa. As informações repassadas podem ser escolhidas superficialmente para alienar o novo participante de forma que ele adira ideologicamente à lógica desse comitê, não lhe permitindo o debate e os questionamentos acerca das deliberações que são da competência do comitê. Um exemplo desta situação são os argumentos por vezes utilizados no intuito de dificultar a implementação do Plano de Recursos Hídricos e cobrança pelo uso da água, evitando, assim, dificultar interesses econômicos de usuários de água de determinada bacia.

Outro indicativo de que a política de recursos hídricos ainda é ditada pelo governo do estado e que os representantes da sociedade civil permanecem na inércia, reside no fato de que desde 2009 não foi criado outro comitê de bacia hidrográfica na Bahia, mesmo com o estado tendo 26 Regiões de Planejamento e Gestão das Águas (RPGA) (INEMA, 2014). Dentre os 14 comitês criados, apenas três iniciaram os projetos de implementação dos planos de recursos hídricos e ainda estão distantes da implementação da cobrança pelo uso da água.

Quadro 03 - Panorama da Bahia

Comitês	Ano	Plano de recursos Hídricos	Cobrança do uso da Água	Agências da Água
Itapicuru, Leste, Paraguaçu, Recôncavo Norte e Inhambupe, Verde/Jacaré, Salitre,	2006	Em andamento os Planos de recursos hídricos no Comitê do Leste, Recôncavo Norte Inhambupe e da Bacia do Paraguaçu.	Não foi implementado	Não foi implementado
Contas, Corrente, Grande, Sobradinho,	2008	Não foi implementado	Não foi implementado	Não foi implementado
Frades, Buranhém e Santo Antônio, Peruípe, Itanhém e Jucuruçu, Recôncavo Sul, Parimirim e Santo Onofre	2009	Não foi implementado	Não foi implementado	Não foi implementado

Fonte: Elaboração própria com base no site do INEMA (2014).

6. Conclusão

A Lei nº 9.433/97 imprimiu mudanças consideráveis no setor de recursos hídricos brasileiro ao definir um modelo descentralizado e a participação nas decisões instituindo comitês de bacia hidrográfica como responsáveis por esta gestão. Este modelo inspirado na experiência francesa de gestão de recursos hídricos e de saneamento parece funcionar bem na França e em vários outros países que o adoraram, mas tem fragilidades e dificuldades no contexto brasileiro. Essas dificuldades encontram-se tanto no plano operacional, de funcionamento dos

comitês, quanto no plano social e politico, no exercício real do processo participativo. No plano operacional pode ser apontada como problema a própria formação dos comitês:

No que tange ao processo de participação e de representação, dois fatores contribuem para que esta participação da sociedade, em alguns dos comitês, seja incipiente: o distanciamento entre os locais de conflito, em torno dos usos dos recursos hídricos e a indicação dos mobilizadores regionais sem o perfil adequado para atuarem nos comitês. Essa segunda dificuldade abre espaço para a alienação desses participantes e a consequente manipulação dos mesmos nas tomadas de decisão.

O que se percebe como grau de participação da sociedade nesses comitês, a partir da escada estabelecida por Arnstein (2002) é que esta participação tem sido limitada pelo poder central ficando circunscrita aos primeiros degraus da escada, podendo o envolvimento dos participantes chegar, no máximo, ao degrau da pacificação, com certo grau de influência, mas ainda limitado. Enfim, a política de recursos hídricos é ditada pelo governo do estado e os representantes da sociedade civil não conseguiram, ainda, criar o seu espaço de participação efetiva. Esses comitês existem, apenas, em um nível institucional formalizado, mas sem a força necessária para possibilitar uma descentralização da gestão dos recursos hídricos e uma maior aderência da sociedade civil.

Referências

ABERS, Rebecca & JORGE Karina Dino(2005). Descentralização da gestão da água: Por que os comitês de bacia estão sendo criados? Ambiente & Sociedade, pp. 1-26.

ANA. http://www.ana.gov.br/GestaoRecHidricos/articulacaoInstitucional/16/04/2011

ARNSTEIN, Sherry R (1969). A Ladder of Citizen Participation. Journal of the American. Institute of Planners. pp: 216-224.

ARNSTEIN, Sherry R (2002). Uma escada da participação cidadã. Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul. Disponível em: http://geocities.yahoo.com.br/eridiane

BAHIA. Lei nº 10.432, de 20 de dezembro de 2006. Disponível em: http://www.semarh.ba.gov.br/Legislacao/Leis%20Estaduais/Lei10432.pdf. Acessado em 29.09.2011.

BARRAQUÉ Bernard (1996). As Políticas da Água na Europa. Instituto Piaget: Portugal.

BERRETA, Márcia dos Santos Ramos (2013). Gestão democrática das águas: os desafios à participação dos agricultores da bacia hidrográfica do Arroio Ribeiro, RS. 2013. 256 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/77989>. Acesso em: 03 ago. 2014.

BEZERRA e SILVA, Francisco Carlos (org.) (2005). Fórum Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica. Reflexões e Dicas: para acompanhar a implementação dos sistemas de gestão de recursos hídricos no Brasil. Brasília: WWF – Brasil/FNBCH.

CBH (COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS) http://www.cbh.gov.br

COUTO, B. R (2004). O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível? São Paulo: Cortez.

FADUL, E. M. C & SILVA, L. P. & CERQUEIRA, L. S (2011). Reflexões sobre o modelo de gerenciamento de recursos hídricos de por comitês de bacias hidrográficas. In: XXXV Encontro da ANPAD, 2011, Rio de Janeiro. XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro : Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração.

FADUL, Elvia M. C. & MUNIZ, Reynaldo Maia (2000). Contradicciones em um proceso democrático: la práctica del presupuesto participativo em las ciudades brasileñas. Revista del CLAD Reforma y Democracia. pp. 1-13.

FADUL, Élvia & NUNES, E. A (2014). Recursos Hídricos e Participação: os Comitês de Bacias Hidrográficas constituem uma nova forma de exercício do poder pelo cidadão?. In: XXXVIII EnANPAD - Encontro Científico de Administração, 2014, Rio de Janeiro. Anais do XXXVIII EnANPAD. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD.

FADUL, Élvia & SILVA, Lindomar Pinto da & CERQUEIRA, Lucas Santos (2013). Políticas e gestão de recursos hídricos por comitês de bacias hidrográficas: uma análise do Comitê de Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe. Bahia Analise & Dados, pp. 409-423.

GOHN, Maria da Glória (2004). Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Saúde e Sociedade.

HAASE, Janine (2005). O Encontro Estado e Sociedade na Política Gaúcha das Águas. Tese de Doutorado, Departamento de Ecologia, UFRGS. Porto Alegre, RS.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota (1994). O Cidadão e o Estado: A Construção da Cidadania Brasileira, 1940-1992. Fortaleza: Edições UFC.

INGÁ. http://www.inga.ba.gov.br/modules/pico/index.php?content_id=30. Acessado em 14.04.2011

JACOBI, Pedro (2002). Políticas Sociais e a Ampliação da Cidadania. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV.

JELIN, E (2006). Cidadania revisitada: Solidariedade, Responsabilidade e Direitos. In: JELIN, E.;HERSHBERG, E. (Orgs.). Construindo a democracia: direitos humanos, cidadania e Sociedade na América Latina. São Paulo: Edusp.

KISSLER, Leo & HEIDEMANN, Francisco G (2006). Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? RAP Rio de Janeiro pp.479-99.

MARCO, Thomás A (1998). Sancho, Aspectos financieros de La Gestión del Agua: El caso de lacuencadel Ebro, in III Assembléia Geral da Rede Internacional de Organismos de Bacia (RIOB), Salvador.

MILANI, Carlos (2008). O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. RAP, Rio de Janeir, pp.551-79.

MORAIS, José L. M. (2012). Gestão de recursos hídricos por comitês de bacias hidrográficas: limites e desafios na implementação do modelo nos estados do Nordeste. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Administração. Mestrado em Administração. Universidade Salvador, Salvador.

MORAIS, José Luciano Mendonça & FADUL, Élvia (2013). Limites E Desafios Na Gestão De Recursos Hídricos Por Comitês De Bacias Hidrográficas: Um Estudo Nos Estados Do Nordeste Do Brasil. In: Iberoamerican Academy of Management, 2013, São Paulo. Proceedings of the Iberoamerican Academy of Management. São Paulo: FGV.

NOGUEIRA, M. A (2004). Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, p. 130 - 133.

PNRH. Lei nº 9.433. Política Nacional de Recursos Hídricos. Brasília: Secretaria dos Recursos Hídricos, Ministério do Meio Ambiente, dos recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1997.

PUTNAM, R (2000). Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. 2ª edição. Rio de Janeiro, FGV.

SANTOS, Irenilda Ângela dos & SAITO, Carlos Hiro (2006). A mitificação da participação social na política nacional de recursos hídricos: gênese, motivação e inclusão social. Geosul, Porto Alegre. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/ article/download/12810/11993>. Acesso em: 02 ago. 2014.

SANTOS, M. E. P. (2002). As Águas como Direito e como Commodity - Uma Contradição em Termos? RDE. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, Bahia, pp. 60-70.

SILVA, S. C. (2011). Sociedade civil e poder local: participação nos conselhos municipais gestores de políticas públicas para a ampliação do debate do desenvolvimento local. In: Conferência Nacional do Desenvolvimento, 2011, Brasília. Anais do 1º Circuito de Debates Acadêmicos.

SOUZA JUNIOR, Wilson C (2004). Gestão das Águas no Brasil: Reflexões, Diagnósticos e Desafios. São Paulo: Petrópolis.

TEIXEIRA, E. Celso (2001). O local e global: limites e desafios da participação cidadã. 2ª ed. São Paulo: Cortez: Recife: EQUIP; Salvador: UFBA.

Índice de Transparência na Gestão da Água em Portugal (Intrag)

Ferreira, José Gomes
jose.ferreira@ics.ulisboa.pt

Schmidt, Luísa
schmidt@ics.ulisboa.pt

Guerra, João
joao.guerra@ics.ulisboa.pt

Resumo: A disponibilização de informação credível e acessível, bem como a prestação de contas são alguns pressupostos essenciais para garantir o envolvimento cidadão e a aquiescência pública necessária para garantir o sucesso de programas e políticas que, em tempos de crise, podem ser de difícil aplicação. Com recurso a uma bateria de 80 indicadores agrupados em 6 dimensões, o Índice de Transparência na Gestão da Água colige dados sobre informação disponível, procurando avaliar a acessibilidade e a transparência da informação disponibilizada pelos organismos de gestão da água, pressupondo a sua gestão por bacia ou região hidrográfica. A aplicação desta ferramenta, já utilizada em Espanha e no Brasil, acontece em Portugal num momento particularmente sensível relativamente à gestão dos recursos hídricos, uma vez que, com o ciclo político iniciado em 2011, as políticas da água entraram em regressão com o desmantelamento de instituições regionais de gestão e planeamento dos recursos hídricos.

Palavras-chave: bacias hidrográficas, disponibilização de informação, gestão da água, políticas públicas, transparência

1. Introdução

O Índice de Transparência na Gestão da Água (INTRAG) é uma ferramenta para avaliar o acesso à informação disponibilizada pelos organismos de gestão da água, considerando a sua gestão por bacia ou por região hidrográfica. Para além de possibilitar maior transparência, a sua implementação procura estimular a qualidade e quantidade de informação que as instituições públicas responsáveis pela gestão da água disponibilizam aos cidadãos, incentivando a incorporação nos respetivos sítios-web, de informação diversificada respeitante a um leque variado de indicadores, alguns dos quais ainda não disponibilizados. Pretende-se, afinal, i) fomentar a cultura informativa interna dos próprios organismos, ii) levar mais informação ao cidadão e iii) estimular a participação pública num assunto tão importante como o da gestão da água.
À semelhança de iniciativas congéneres que nos inspiraram (i.e., Espanha e Brasil), procura-se fortalecer a relação entre os organismos que gerem os recursos hídricos e a sociedade civil, aumentando a visibilidade e informação disponível sobre estas instituições, designadamente sobre como se organizam e as atividades que desenvolvem. Para garantir alguma comparabilidade e, sobretudo, para preservar e fomentar a existência de informação regionalizada que permita responder a necessidades e fatores mais localizados, ou mais abrangentes, o INTRAG procurou não esquecer informação respeitante a cada região hidrográfica, mesmo que atualmente apenas esteja disponível num único portal. Apesar disso, uma vez que as antigas ARH (Administrações de Região Hidrográfica) criadas em 2008, se encontram desativadas desde 2011, os dados recolhidos revelaram-se praticamente semelhantes nas cinco regiões do continente, pelo que se optou por comparar Portugal Continental com as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

2. Contexto e desafios do INTRAG

A aplicação do Índice de Transparência na Gestão dos Recursos Hídricos em Portugal acontece num momento particularmente sensível no que respeita à gestão dos recursos hídricos. De facto, com a mudança de ciclo político em 2011 e respetiva reconfiguração dos serviços de gestão dos recursos hídricos, verificou-se o desmantelamento das importantes estruturas regionais – as ARH – que haviam sido criadas em 2008 e vinham sendo defendidas pelos especialistas desde há quatro décadas (Cunha *et al.*, 1984). Assistimos, assim, à integração das recém-formadas, mas já dinâmicas, Administrações de Região Hidrográfica e do Instituto da Água na Agência Portuguesa do Ambiente (APA) num único organismo centralizado (a APA), pondo fim a um esforço de décadas de descentralização da gestão dos recursos hídricos, com impacto negativo na gestão e na autonomia financeira, mas também no planeamento e nos processos de participação pública.

Ficou, afinal, interrompida a reforma institucional (assente num consenso técnico-político) que levara mais de 40 anos a alcançar e que, seguindo as diretrizes da própria Diretiva-Quadro da Água (DQA), promovia a gestão descentralizada dos recursos hídricos e estimulava a participação das comunidades envolvidas, em particular nos processos de planeamento. De um modelo de gestão dos recursos hídricos descentralizado, regrediu-se para um cenário centralizado que empobreceu a dinâmica de gestão participada e a própria produção e disponibilização de informação sobre os recursos hídricos em Portugal: redução da monitorização das massas de água, menor clareza na cobrança de taxas, degradação da relação de proximidade aos cidadãos. Em suma, aumentou-se a desconfiança e a falta de dados sistematizados.

O Índice é composto por 80 indicadores que estão organizados em 6 dimensões e 12 subdimensões e procura uma abordagem pluridimensional e abrangente que engloba uma panóplia de temáticas e matérias, incluindo uma informação mais centrada nos organismos de gestão dos recursos hídricos (e.g. informação institucional básica, legislação e regulamentação dos organismos), as relações com o público e partes interessadas (e.g. disponibilização de informação e atendimento ao público, participação pública); transparência nos processos de planeamento (e.g. disponibilização de informação facilitadora de participação pública); transparência na gestão dos recursos hídricos e usos da água (e.g. gestão de recursos, informação sobre usos da água, cumprimento da legislação existente); transparência económica e financeira (e.g. informação contabilística e orçamental, transparência das receitas e despesas); transparência nos contratos e licitações (e.g., procedimentos de contratação de serviços e acesso a informação sobre concursos públicos, relações e transações com fornecedores e empreiteiros, acompanhamento e controle da execução das obras).

Em termos de procedimentos estatísticos, após a recolha de dados, procedeu-se ao cálculo do índice segundo a equação INTRAGi = 100 x ni / nT, em que "nT" é o número total de indicadores considerados (80) e "ni" é a quantidade de indicadores cuja informação (total ou parcial) foi encontrada no(s) respectivo(s) sítio(s)-web. No caso português optou-se por avaliar os indicadores com base numa escala de 0 a 100, em que 100 corresponde ao valor máximo de transparência.

Relativamente às fontes, nesta primeira edição da aplicação do INTRAG em Portugal procedeu-se sobretudo à recolha de informação no sítio-web da Agência Portuguesa do Ambiente – o organismo responsável pela gestão dos recursos hídricos em Portugal – e onde, em princípio e decorrendo da sua integração na APA, se deveria encontrar a informação respeitante às diversas regiões hidrográficas. No entanto, muita desta informação regionalizada parece ter-se perdido neste processo de mudança da orgânica administrativa. Assim, para obter dados sobre temas mais específicos, consultámos os sítios-web do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH), do também extinto Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais (INSAAR) e do portal de informação geográfica InterSIG. Foram ainda analisados os sítios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, através das respetivas secretarias regionais e organismos que tutelam o sector dos recursos hídricos.

3. Participação pública, informação e transparência

Mais de duas décadas passadas sobre a Cimeira da Terra e da Agenda 21 (CNUAD, 1992) e quase três desde a publicação do relatório Brundtland (CMAD, 1987), a sustentabilidade e as condições basilares para a alcançar – participação e envolvimento público, segundo os dois documentos matriciais referidos – estão longe de ter sido globalmente conquistadas, apesar de alguns progressos pontuais.

É verdade que, nesta segunda década do Século XXI, poucos se declaram adversários do desenvolvimento sustentável (DS), mas talvez uma das suas maiores fragilidades seja precisamente a ubiquidade, superficialidade e colateralidade alcançadas na utilização deste conceito que lhe roubam rigor e focalização. O consenso superficial, que caracterizou boa parte do debate inicial e ainda perdura, deu lugar a uma série de aplicações e discursos paralelos – por vezes contraditórios – que permitem um sem número de abordagens nem sempre adequadas a uma eficaz implementação de um desenvolvimento efetivamente mais sustentável (Redclift, 2005). Esta multiplicação de definições e aplicações do DS, como sublinha Neil Carter, não decorre tanto da sua inequívoca aceitação, que a acontecer é muitas vezes tácita, mas sobretudo das falhas ou da contestação parcial que muitos ainda lhe reservam (2007: 212), residindo aí um dos maiores fatores da sua inoperância e descredibilização. Ficamo-nos, frequentemente, pelo *wishful thinking* (Dryzek, 2006), sem a necessária mobilização de recursos e intervenientes, e com poucos resultados práticos.

Tanto no relatório Brundtland, como na Agenda 21, exortavam-se as autoridades a avançarem para formas inovadoras de governança participativa. Pressupunha-se, nestes documentos, que plataformas de diálogo como as Agendas 21 locais, regionais e nacionais (ou outros instrumentos de governança participativa similares) garantiriam o sucesso de políticas de maior proximidade e estratégias de desenvolvimento geradoras de maior interação entre governantes e governados. Em consequência, esperava-se maior adesão pública à necessária mudança social que a escassez ecológica não permite evitar. Ora, em Portugal, onde a emergência da sociedade civil e o ambiente enquanto valor social só ganharam algum significado depois de Abril de 1974 (Schmidt & Guerra, 2010), a distância entre os discursos proclamados (inclusivamente em textos de lei) e a realidade prática é por vezes exponenciada. Sobretudo se comparada a realidade portuguesa com a realidade de países onde as práticas participativas entraram há muito no regular funcionamento da governança democrática.

A interpretação que hoje fazemos da sociedade, da natureza, e do espaço de interação entre ambas, está ainda condicionada por um passado pesadamente marcado por um Estado autocrático, e duplamente fechado e burocratizado. Se, em geral, os discursos da sustentabilidade surgem revestidos de uma linguagem mobilizadora (i.e., natureza e valores ecológicos, deliberação, cidadania, direitos humanos e de espécies não humanas…), na prática, parecem estar a ficar na sombra dos factores estruturais que impedem a sua implementação: desigualdades, injustiças sociais e distintas capacidades de poder de intervenção e influência (Redclift, 2005). Os reais sinais de cidadania participativa presentes na sociedade portuguesa, como, aliás, da própria democracia representativa, não podem, por isso, dissociar-se das novas condições socioeconómicas que decorreram da revolução de 1974 (institucionalização do Estado de direito democrático, integração na Comunidade Europeia, inserção na vida político-económica internacional…), mas os quase cinquenta anos de autoritarismo não deixam de se fazer sentir em contextos institucionais tradicionalmente avessos à participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão.

Apesar das inegáveis transformações ocorridas, prevalece ainda na sociedade portuguesa um défice de participação cívica (e do exercício dos mecanismos democráticos), a que se juntam níveis de desconfiança e insatisfação crescentes face ao desempenho da democracia (Cabral, 2000; Freire, 2003; Magalhães, 2005; Costa Pinto *et al.*, 2011). Aliás, como sublinhava António Barreto, os mecanismos e as formas de intervenção na coisa pública reservados à sociedade civil e às populações em geral têm "pouca frequência, desempenham funções simbólicas e é mesmo muitas vezes difícil encontrar quem queira ocupar os cargos disponíveis" (Barreto, 2002: 59).

Um dos factores apontados para que esta lógica de (relativa) derrapagem no envolvimento das populações na coisa pública, inclusivamente nos instrumentos de participação regulada, se tenha mantido, é o facto de permanecerem na sociedade portuguesa aparelhos administrativos (centrais e locais) pouco abertos à interação com os cidadãos, pouco habituados a ouvir nos momentos próprios e que, não raras vezes, tendem a menosprezar ou

mesmo ignorar os contributos dos seus concidadãos para a tomada de decisão. Daí o fosso entre i) os discursos políticos invariavelmente harmónicos com os impulsos europeus e internacionais, ii) o que está previsto no enquadramento legislativo e iii) aquilo que de facto é aplicado no terreno.

Com efeito, por força de compromissos internacionais assumidos pelos sucessivos governos e pela transposição de diretivas europeias (*e.g.*, Convenção de Aarhus, Diretiva-Quadro da Água, etc.), não faltará, como veremos adiante, legislação que promova a participação e o acesso à informação, potenciadora de democratização e transparência. Relativamente à situação portuguesa, no entanto, um estudo internacional coordenado pelo *World Resources Institute* alertava para "o descurar de processos de reflexão e responsabilização perante situações que podem colocar em risco a qualidade de vida dos cidadãos, ao mesmo tempo que se verificou um reduzido investimento na divulgação de informação para públicos diferenciados" (Vasconcelos *et al.*, 2006: 123).

Neste contexto de descredibilização acumulada e com informação disponível insuficiente ou inadequada — destinada a uma população que, além do mais, apresenta níveis de iliteracia muito aquém do desejável (Benavente *et al*., 1996; OECD, 2013) — não serão de estranhar, por um lado, os fracos índices de mobilização e de envolvimento da população portuguesa na coisa pública e, por outro lado, as episódicas reações populares que, quando ocorrem, se prendem sobretudo com sentimentos de desconfiança e receios fundados numa prática administrativa pouco clara e pouco transparente que, não raras vezes, emerge aos olhos dos cidadãos como falaciosa.

Não se atingiram, pois, muitas condições necessárias para o normal funcionamento dos processos participativos que exigem a inclusão e o tratamento justo e equitativo de todas partes interessadas, a liberdade e facilidade de interação entre elas, a ausência de restrições aos temas a tratar e às contribuições a apresentar e, sobretudo, a possibilidade real de influenciar o processo de tomada de decisão (Habermas, 1992). A abertura da administração à sociedade civil e a disponibilização de informação relevante fazem parte de um esforço alargado de mudança e abertura, de forma a tornar as atividades governamentais mais transparentes e a administração/serviços administrativos mais próxima dos cidadãos. Torna-se cada vez mais consensual que, nos processos de implementação do desenvolvimento sustentável e na defesa de bens públicos essenciais como é o caso da água, "estabelecer um regime regulatório e institucional apropriado para o acesso à informação é um ingrediente essencial do governo democrático, da estabilidade social e do desenvolvimento económico" (Moriconi & Bernardo, 2012: 2).

A transparência dos processos de tomada de decisão e a divulgação das ações da administração pública não só fortalecem a sua intervenção, promovendo a confiança entre governantes e governados, como possibilitam e reforçam a "boa governança" que depende da participação dos cidadãos. Trata-se de um processo que implica em simultâneo: i) disponibilização contínua de informação e ii) reconhecimento e envolvimento de atores e *stakeholders*, num ciclo de confiança que se auto regenera, mas que – pelo que foi exposto – pode ser facilmente perturbável.

Acresce que, na atualidade, as mudanças profundas ocorridas a nível global (de que a crise económico-financeira desencadeada em 2008 é apenas mais um sinal) implicam uma pressão acrescida sobre as sociedades que se repercute muito para além dos contextos com défice de tradição cívica. Estudos internacionais têm vindo a mostrar que as actuais crises repercutem-se negativamente nos ciclos de confiança/desconfiança, com particular acuidade nos contextos com fraca tradição cívica (e.g., International Social Survey Programme, European Values Survey, European Social Survey…). No caso português, a insatisfação dos cidadãos com a qualidade da democracia tem sido notória e crescente, e decorre, nomeadamente, da crescente falta de confiança nos políticos; na avaliação negativa da governação que, em geral, se considera pouco eficaz; na evidência da corrupção e nas desigualdades sociais que, pelo menos aos olhos dos cidadãos, têm vindo a aumentar (Moriconi & Bernardo, 2012: 23).

A transparência na gestão da coisa pública bem como o acesso à informação surgem, assim, como componentes fundamentais para fomentar a necessária confiança nos processos de decisão. Pressupõe-se, contudo, que tal abertura e clareza de procedimentos estejam presentes em todas as fases do processo: desde a publicitação de atos e atividades à disponibilização e divulgação de informação inteligível e acessível para o cidadão comum, à integração dos *inputs* da participação na decisão final, passando por um envolvimento ativo e equitativo dos vários *stakeholders* e demais interessados (Stefano, 2012).

Ora, na União Europeia e consequentemente em Portugal, há muito que se desenha uma estratégia concertada para fazer coincidir a implementação do desenvolvimento sustentável com a disseminação de formas mais abertas, transparentes e envolventes de governança. Desde logo é de referir o Livro Branco sobre Governança proposto pela Comissão Europeia em 25 de Julho de 2001, que reforçava a necessidade da participação e do melhor acesso e divulgação da informação como vias essenciais para alcançar uma "governança responsável" (CE, 2001).

Na área mais específica da sustentabilidade ambiental interessa referir outras iniciativas legislativas europeias das quais, em larga medida, decorre a legislação nacional. Desde logo, precedendo e preparando o terreno para a futura retificação da Convenção de Aarhus, duas directivas enquadram as questões da participação e da cidadania ambiental no espaço comunitário: 1) a Directiva 2003/4/EC, de 2003, que substitui a Directiva 90/313/EEC de 1990, e que define que qualquer pessoa tem o direito ao acesso a informação variada, como dados sobre emissões, o seu impacte na saúde pública e os resultados dos estudos de impacte ambiental. 2) a Directiva 2003/35/CE que altera as Directivas 85/337/CEE e 96/61/CE (de 1985 e 1996), estabelecendo condições efectivas para a participação do público na elaboração de certos planos e programas relativos ao ambiente.

Antecede-se, assim, a retificação da Convenção de Aarhus, já assinada em 1998 pela União Europeia e por mais 36 países, incluindo Portugal. Recolhendo uma experiência internacional que inclui legislação diversificada com origem, nomeadamente, nos Estados Unidos (US Freedom of Information Act – FOIA) e na União Europeia (Directiva Europeia sobre Liberdade de Informação em Matéria de Ambiente – 90/313 CE, de 7 de Junho de 1990), a Convenção de Aarhus foi desenvolvida e implementada no âmbito da UNECE (United Nations Economic Commission for Europe) em 1998 e entrou em vigor em 2001, tendo sido aprovado na UE em 17 de Fevereiro de 2005, na sequência da Decisão 2005/370/CE do Conselho e, posteriormente, transposta para o direito português através da Lei n.º 19/2006, de 12 de Junho.

A convenção confirma a necessidade de promover as parcerias e a participação das populações em confluência com o reforço dos mecanismos de acesso à informação, aos processos de decisão e à justiça em matéria ambiental (UNECE, 1998). Reafirma também caminhos já antes delineados para a proteção ambiental, destacando-se o princípio 10 da Declaração do Rio onde se afirma que "as questões ambientais serão melhor tratadas com a participação ao nível apropriado de todos os cidadãos implicados" e faz depender a sua operacionalização do "acesso adequado à informação relativa ao ambiente", conferindo aos Estados os deveres de incentivar a "consciencialização e a participação do público, disponibilizando amplamente a informação" e de garantir "um acesso efetivo aos processos judiciais e administrativos" (CNUAD, 1992).

Decorrendo, em grande medida, da influência do contexto europeu, em Portugal, portanto, regista-se um esforço assinalável na adaptação e criação de legislação potenciadora de envolvimento público nos processos de tomada de decisão e, particularmente, em matéria ambiental (Schmidt & Guerra, 2010). Em vários domínios, esse esforço legislativo foi acompanhado por um esforço acrescido de modernização dos serviços da Administração Pública que, gradualmente, passaram a trabalhar em suporte digital e, através de portais próprios, disponibilizaram informação de interesse público, outrora de difícil acesso. Neste domínio, a área ambiental foi pioneira, destacando-se portais sobre a evolução da qualidade da água e do ar: o Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH) e o QualAR.

Nem sempre, no entanto, estas iniciativas tiveram continuidade e cumpriram os objetivos a que se propuseram pelas lacunas de divulgação de dados e descontinuidade de séries informativas que entretanto se verificaram. Para o cidadão português, a União Europeia transformou-se, aliás, nestas últimas décadas, numa referência fulcral para a legislação e políticas de ambiente e para aferir a qualidade de muitas decisões nacionais. Contudo, frequentemente sublinham-se os desajustes entre as leis e as práticas, além dos efeitos perversos quando se trata de descontinuidades e regressões como aconteceu com o caso da água após a "fusão" das 5 ARH num só organismo (APA). Em termos de cidadania pior que não dar, é dar e 'depois retirar' quando os cidadãos se habituaram a aceder a dados e informações, pois gera insatisfação e exponencia o descrédito e a desconfiança. O acesso à informação, e a forma como esta é disponibilizada e comunicada, são factores-chave para uma participação consistente (Schmidt, 2008; Schmidt & Guerra, 2010).

4. Transparência na gestão dos recursos hídricos em Portugal

O Índice de Transparência na Gestão dos Recursos Hídricos procura cruzar temas de grande atualidade e relevância. A escassez de água e a sua repartição desigual é um facto que tenderá a repercutir-se crescentemente na qualidade de vida das populações. Os impactos futuros tenderão a aprofundar-se ainda mais, pelo que urgem medidas que possibilitem inverter esta tendência. A associação da escassez de água (decorrente do excesso de uso e consumo) com os impactos já sentidos das alterações climáticas faz com que o tema ganhe uma importância redobrada. Impõe-se, por isso, um esforço acrescido no envolvimento e participação das populações que, com os contributos do conhecimento técnico e científico, permitam encontrar soluções viáveis e eficazes. A complexidade e a extensão dos problemas, bem como as dificuldades antes referidas nos processos de implementação da sustentabilidade (onde a questão dos recursos hídricos é crucial), têm adiado uma ação concertada envolvente e mobilizadora. Isto à revelia da importância atribuída pelos cidadãos que, em vários inquéritos internacionais e em vários pontos do globo, elegem o tema da água como principal preocupação ambiental (Ferreira & Valente, 2014; Schmidt, Valente & Truninger, 2004). Em boa parte potenciado por esta realidade, nunca foi tão intenso e alargado o debate sobre a necessidade de envolvimento das comunidades e dos cidadãos na procura de soluções, em particular para o sector da água, onde os níveis de *accountability* são baixos e os monopólios frequentes. O sector é, por isso, um dos mais vulneráveis à discricionariedade, à desconfiança e à corrupção (O'Leary, 2009).

A Diretiva-Quadro da Água (DQA) surge como resposta a esta necessidade e procura, desde 2000, promover o envolvimento simultâneo de um número alargado de *stakeholders* (i.e., cientistas, usuários económicos da água e representantes da sociedade civil; representantes dos governos locais, administração central…). A DQA propõe uma visão integrada dos recursos hídricos a partir da sua gestão por bacias hidrográficas e aposta na descentralização das políticas e na uniformização de critérios e objetivos. O que está em causa é, afinal, a promoção de uma 'nova cultura da água', assente numa estreita cooperação entre instituições públicas, empresas e sociedade civil, sustentada i) na disponibilização de conhecimento e informação, ii) na promoção de consultas públicas e iii) na implementação de mecanismos de participação cívica ativa e responsável. Trata-se de um documento que procura incentivar um processo de governança da água integrado e interdisciplinar, em que a comunidade científica assume um papel determinante na definição de mecanismos de gestão e monitorização, sem prescindir de métodos participativos que permitam resgatar do alheamento cívico uma população que, apesar de desconfiada e distante das instituições e do poder, está cada vez mais preparada para participar nos processos de decisão (Schmidt, Nave & Guerra, 2011).

Para atingir o "bom estado das águas" europeias sublinha-se a relevância de uma forte componente cívica que promova a governança da água em todas as fases do processo de gestão das bacias e em todas as dimensões da sua aplicação (Mostert, 2003). Esta dimensão cívica é muito importante na DQA, nomeadamente no que concerne ao incentivo à mobilização pública, fazendo depender o êxito da Diretiva da "informação, consulta e participação do público, incluindo os utilizadores" (Preâmbulo, ponto 14). Para que o seu êxito se concretize, estão ainda subjacentes os princípios da precaução, subsidiariedade e transparência (Stefano, 2010; Rault & Jeffrey, 2008).

A DQA foi transposta para a legislação nacional através da Lei da Água (Lei 58/2005, de 29 de Dezembro de 2005). Um dos aspetos a que daremos relevo no INTRAG diz respeito ao facto da nova Lei da Água estabelecer o "princípio da região hidrográfica como unidade principal de planeamento e gestão das águas, tendo por base a bacia hidrográfica como estrutura territorial" (DL 58/2005), sendo que, para o efeito, em 2008, foram criadas no continente cinco Administrações de Região Hidrográfica (ARH) – Norte, Centro, Tejo, Alentejo e Algarve. Durante a sua curta existência (até 2011), as ARH tiveram autonomia funcional e fundos próprios obtidos através das taxas de recursos hídricos, conseguindo uma maior e progressiva aproximação às populações residentes nas bacias hidrográficas. Estas foram envolvidas pela primeira vez durante o processo de elaboração dos Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas (2009-2012).

Contudo, o processo foi interrompido em 2011 com a mudança de ciclo político, que implicou a reorganização dos serviços de água e saneamento. Como primeira consequência, as ARH perderam autonomia e ficaram praticamente sem atribuições, assegurando apenas o apoio técnico-administrativo às populações. A nova 'ordem política' inverteu o espírito da Diretiva-Quadro da Água, integrando as Administrações de Região Hidrográfica

e o Instituto da Água na Agência Portuguesa do Ambiente. Veio interromper-se, assim, um percurso recente e inovador, e já bem-sucedido na gestão dos recursos hídricos. Com o fim destas instituições foram também desactivadas as respectivas plataformas de informação até então desenvolvidas, as quais forneciam dados importantes e consistentes para um maior e melhor apoio à decisão (Schmidt & Ferreira, 2013; Schmidt & Ferreira 2014; Ferreira & Schmidt, 2014).

Segundo diversos autores, apesar do risco de, em determinados contextos, as elites regionais e locais assumirem a liderança dos processos (Shordt, Stravato & Dietvorst, 2006: 9), a descentralização da gestão da água constitui um importante impulso no sentido do aumento dos níveis de transparência (O'Leary, 2009). A tendência é para se consolidarem, caso sejam criados e mantidos organismos abertos à sociedade civil, como os Comités de Bacia, os quais "facilitam a transparência e a permeabilidade nas relações entre os atores, incorporando-os ao processo e criando um canal formal de participação" (Jacobi & Barbi, 2007: 526).

ALTERAÇÕES INSTITUCIONAIS	DESCONTINUIDADE DAS ACÇÕES DE MONITORIZAÇÃO
• Recentralização da gestão dos recursos hídricos. • Perda de autonomia das Administrações de Região Hidrográfica (ARH). • Integração das ARH e do Instituto da Água (INAG) na Agência Portuguesa do Ambiente. • Desativação dos sítios-web regionais. • Concentração da informação num único sítio-web, cujo impulso inicial não foi concretizado = sítio sem informação regional atualizada.	• Desativação de estações de monitorização da qualidade da água dos rios nacionais. • Interrupção de séries de dados sobre o sector. • INSAAR interrompido. Existe o RASARP (Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal) no âmbito da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos) mas com informação sobre serviços de água (abastecimento e saneamento) por sistema de gestão e não por concelho/população. • Descontinuidade na divulgação de informação a especialistas e ao público. • Perda de confiança na informação.

Tabela 1. Principais alterações na gestão e monitorização dos recursos hídricos desde 2011

No caso português a centralização de competências em matéria de recursos hídricos na Agência Portuguesa do Ambiente conduziu à desativação dos sítios-web regionais e à concentração da informação num único sítio, que rapidamente se mostrou incapaz de manter a informação sistematizada em função das diferentes regiões. Acresce que a informação disponibilizada tornou-se entretanto mais escassa, estando boa parte dela desatualizada. A centralização da gestão dos recursos hídricos afastou os agentes da administração pública do terreno, deixando até um vazio na própria identificação dos protagonistas institucionais, o que gera incerteza e desconfiança junto dos cidadãos.

A mudança de ciclo político não se repercutiu apenas no retrocesso do modelo de gestão dos recursos hídricos; fez também regredir um conjunto de iniciativas fundamentais para o conhecimento dos nossos recursos hídricos e sua posterior divulgação de informação. Em causa está, por exemplo, a interrupção de séries de dados estatísticos, a sua recolha, tratamento e disponibilização aos especialistas e ao público em geral, obstando ao conhecimento simultaneamente evolutivo e actualizado do estado das massas de água. Veja-se os casos do citado SNIRH, cuja falta de manutenção das estações da rede monitorização tem consequências nefastas no controlo da qualidade da água, interrompendo igualmente um ciclo de confiança, até porque, estranhamente, foram encerradas algumas estações cuja qualidade da água foi classificada nas campanhas anteriores como sendo de muito má qualidade. Por outro lado, pouco ou nada se sabe sobre o INSAAR, perdendo-se um cabal conhecimento do sector dos serviços de água e águas residuais e uma forma de pressionar os municípios a fazerem mais.

5. Discussão dos resultados

O resultado global da aplicação do INTRAG em Portugal foi bastante insatisfatório, não ultrapassando os 28,7%. Há, no entanto, diferenças assinaláveis entre os vários indicadores incluídos e entre os diferentes contextos geográficos, como se constata na Figura 1.

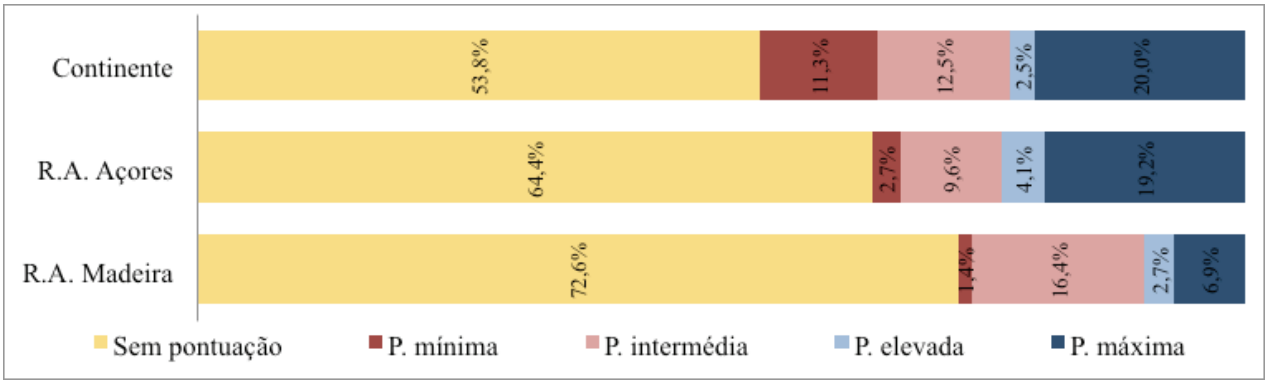

Figura 1. Resultados por indicador (Portugal Continental e Regiões Autónomas)

Com efeito, quase 54% dos indicadores analisados para Portugal Continental não exibiam qualquer informação que se pudesse valorizar; 11,3% apresentavam os requisitos mínimos; 12,5% registavam uma situação um pouco melhor, mas ainda pouco satisfatória e apenas 22,5% dos indicadores alcançaram uma pontuação elevada ou máxima. Nas Regiões Autónomas a situação tende a piorar, sobretudo, na Madeira onde 72,6% dos 73 indicadores com aplicação regional não alcançaram pontuação e apenas 6,9% atingiu a pontuação máxima. Os Açores assumem uma posição intermédia, registando uma taxa um pouco mais alta de indicadores sem pontuação (64,4%) mas apresentando-se relativamente bem nos indicadores com avaliação positiva.

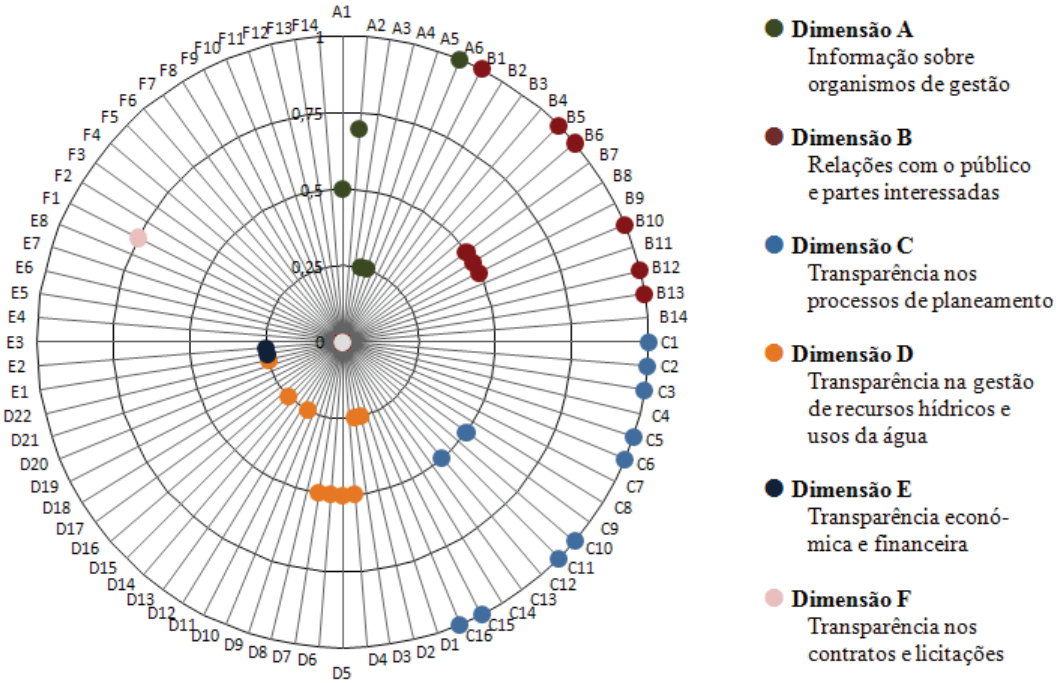

Figura 2. Resultados globais em Portugal continental (indicadores e dimensões)

Em Portugal Continental o panorama é, sobretudo, preocupante nas dimensões D, E e F – *Transparência na Gestão de Recursos H*ídricos e *Usos da Água*; *Transparência Económica e Financeira*, e *Transparência nos Contratos e Licitações* – mas, em qualquer das restantes dimensões, como se depreende dos dados expostos na Figura 2, também não se alcança uma situação de clara transparência. Na Dimensão A (*Informação sobre Organismos de Gestão*), apenas um indicador analisado obteve a pontuação máxima; na Dimensão B (*Relações com o P*úblico e *Partes Interessadas*), menos de metade (6 em 14) obteve a pontuação máxima, enquanto na Dimensão C (*Transparência nos Processos de Planeamento*), foram 9 (em 16) os indicadores a consegui-la. Nas restantes dimensões a pontuação máxima nunca foi alcançada.

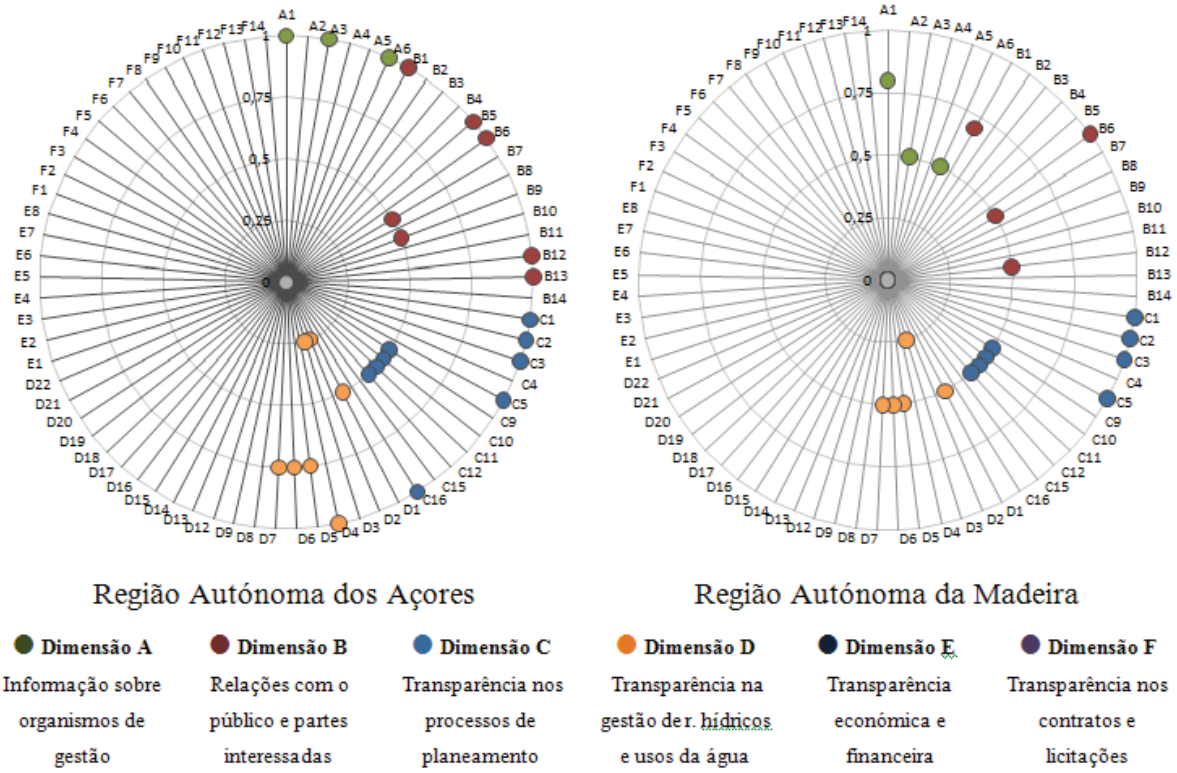

Figura 3. Resultados globais em Portugal continental (indicadores e dimensões)

De acordo com a Figura 3, nas Regiões Autónomas a situação parece diferente entre Açores e Madeira. Com efeito, enquanto na Madeira as pontuações alcançadas parecem ficar invariavelmente aquém do Continente, nos Açores há indicadores e dimensões onde se alcançam melhores resultados. É o caso da Dimensão A (onde 3 indicadores obtêm a pontuação máxima) e da Dimensão D que alcança uma pontuação máxima e três pontuações elevadas. No entanto, e tal como já tínhamos verificado com os dados da Figura 1, a situação tende a apresentar, em ambas as regiões, uma posição menos transparente do que o Continente.

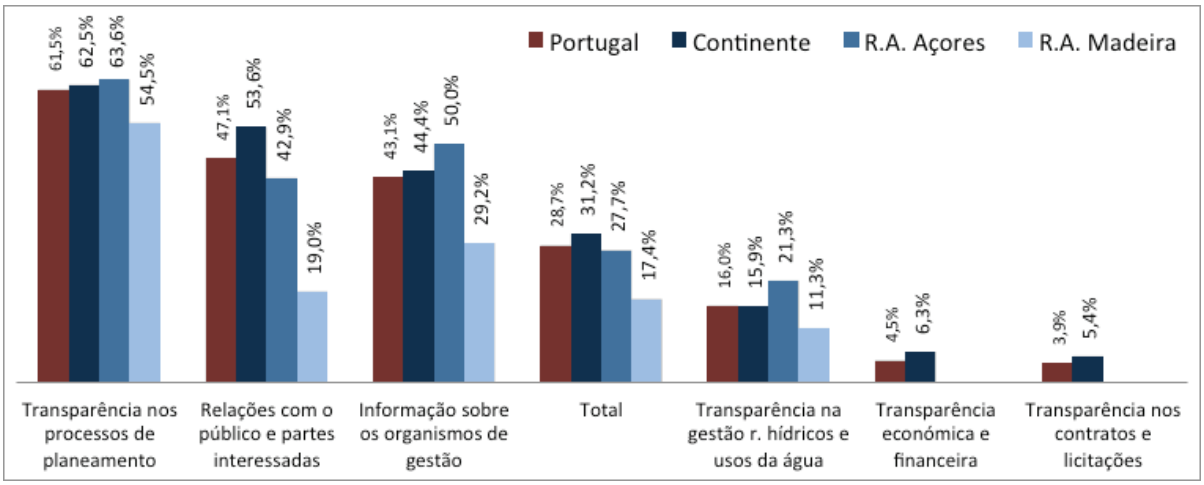

Figura 4. Resultados nacionais por áreas de transparência

Quanto às Dimensões de Transparência no contexto de Portugal (continente e ilhas), de acordo com a Figura 4, as melhor classificadas foram a **transparência nos processos de planeamento** (61,5%), as **relações com o público e partes interessadas** (47,1%), a **informação sobre os organismos de gestão** (43,1%). Com valores muito pouco expressivos surge a **transparência na gestão dos recursos hídricos e usos da água** (16%). Mas as dimensões com menor transparência dizem respeito à **transparência nos contratos e licitações** (3,9%) e à **transparência económica e financeira** (4,5%). Foram, aliás, os resultados nestas duas dimensões da transparência que contribuíram para a baixa média nacional do índice INTRAG sendo que, a maior parte da informação requerida nos indicadores aqui incluídos não se encontrava disponível ou, nos casos em existia, estava alojada e era divulgada noutros sítios da administração pública que não os da água. Designadamente nos serviços da tutela do Ministério das Finanças.

5.1. Dimensões e subdimensões de transparência por região

Sendo o objectivo proposto deste projecto a análise da transparência de informação ao nível das regiões hidrográficas, as alterações ocorridas recentemente na administração dos recursos hídricos no Continente português, ao 'fundir' as ARH na APA, limitaram, pelo menos nesta primeira edição do INTRAG, a análise de apenas três regiões: Portugal continental (onde estão incluídas as suas cinco regiões hidrográficas), a Região Autónoma dos Açores e a Região Autónoma dos Açores.

No caso de Portugal continental, as dimensões de transparência com melhor classificação foram as da *Transparência nos Processos de Planeamento* (62,5%) e das *Relações com o Público e Partes Interessadas* (53,6%), as únicas com valor acima dos 50%. Na ordem inversa, à semelhança do que sucede no país, duas das seis áreas avaliadas registaram uma pontuação inferior a 10% – são elas a *Transparência Económica e Financeira* (6,3%) e a *Transparência nos Contratos e Licitações* (5,4%).

No que diz respeito às duas regiões autónomas, o resultado da aplicação do índice INTRAG foi de 27,7% para os Açores e de 17,4% para a Madeira, valores em ambos os casos inferiores ao calculado para Portugal Continental (31,1%). No entanto, no caso açoriano há duas áreas de transparência que se distinguiram com a melhor classificação nacional: *Transparência nos Processos de Planeamento* (63,6%) e *Informação sobre os Organismos de Gestão* (50%). Por outro lado, nas duas regiões autónomas e ao contrário do continente, duas das seis dimensões principais – *Transparência Económica e Financeira* e *Transparência nos Contratos e Licitações* – revelaram uma classificação de 0% (equivalente a nenhuma informação disponibilizada nessas áreas). A Região Autónoma da Madeira exibiu ainda o pior valor em matéria de gestão de recursos hídricos.

As subdimensões das áreas de transparência explicam com maior minúcia os resultados alcançados e, desde logo, percebe-se algum desequilíbrio entre as várias subdimensões.

No que diz respeito à Dimensão A – *Informação sobre os Organismos de Gestão*, a Subdimensão A1 – *Informação Institucional Básica* surge mais universalmente trabalhada pela administração, alcançando no entanto

uma pontuação baixa nas três regiões. Em nenhuma das regiões, por exemplo, estão disponíveis os respectivos relatórios de contas e de actividades do último ano de exercício. É, no entanto, a Subdimensão A2 – *Legislação e Regulamentação dos Organismos* que consegue melhores resultados no Continente e nos Açores, ambos com a pontuação máxima.

No caso da Dimensão B – *Relações com o P*úblico e *Partes Interessadas*, o Continente é a única região a obter uma pontuação positiva, ainda que mínima (50%), na Subdimensão B1 – *Informação e Atendimento ao Público,* enquanto os Açores e a Madeira alcançam, respectivamente, 36,4% e 19,7%. Se por um lado nas três regiões se encontram disponíveis, por exemplo, documentos/dossiês em fase de consulta pública, em nenhuma das três é disponibilizada informação sobre as queixas e denúncias recebidas (efetuadas pelo público) relativas ao funcionamento e gestão do organismo, e as respectivas respostas ou acções empreendidas, ou é especificado o procedimento a seguir pelo cidadão em caso de ausência de respostas por parte da administração ou da recusa de fornecimento de informação de carácter ambiental solicitada.

Na outra subdimensão (Subdimensão B2 – *Participação Pública*), o Continente e os Açores partilham uma pontuação claramente positiva (ambas com 66,7%), destacando-se, no entanto, pela negativa, a Madeira com uma pontuação muito baixa (16,7%). Neste caso, ao contrário do Continente e dos Açores, no sítio-web da Madeira não estão disponíveis as repostas às sugestões, propostas e reclamações apresentadas nas diferentes actividades de participação relacionadas com os Planos de Gestão de Região Hidrográfica.

A Dimensão C – *Transparência nos Processos de Planeamento* é a única que não se encontra organizada por subdimensões, e é também a única que apresenta uma avaliação positiva para as três regiões (partilhando uma pontuação semelhante), onde se inclui uma série de indicadores relacionados com informações dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica.

Quanto à Dimensão D – *Transparência na Gestão dos Recursos H*ídricos e *Usos da* Água, com valores muito baixos nas três regiões, apresenta resultados desiguais quer em termos geográficos, quer em termos de subdimensões. É a Subdimensão D1 – *Gestão de Recursos* que obtém melhores resultados (embora negativos) e é, aliás, a única pontuada nas três regiões. As outras duas (D2 – *Informação Sobre os Usos da Água* e D3 – *Cumprimento da Legislação Existente*) alcançam uma pontuação nula (0%) nos Açores e na Madeira, e valores ínfimos no Continente, não atingindo sequer os 10% em qualquer uma destas subdimensões (8,3% e 5%, respectivamente). No caso da *Informação Sobre os Usos da Água,* não há para os Açores e a Madeira qualquer informação sobre registos de captações de águas, respectivas concessões, localizações e períodos de vigência, e no Continente, a informação existente encontra-se desactualizada em mais de três anos. Quanto ao *Cumprimento da Legislação Existente,* há um vazio de informação generalizado sobre incidências de contaminação pontual significativa das águas, mortandade de peixes e outros efeitos sobre o meio hídrico; processos de sanção e sua resolução, e as receitas dos regimes sancionatórios; como também não é publicada em nenhuma região qualquer informação sobre o grau de cumprimento das directivas comunitárias relativas à água (Directiva Nitratos - 91/676/CEE, Directiva de Tratamento de Águas Residuais Urbanas - 91/271/CEE, ou a Directiva das Águas Balneares - 76/160/CEE).

Finalmente, as restantes duas dimensões (E – *Transparência Económica e Financeira* e F – *Transparência nos Contratos e Licitações*) surgem apenas pontuadas no Continente (nas ilhas não conseguimos encontrar informação pontuável) e apenas com uma subdimensão valorizada em cada dimensão, ambas com valores ínfimos: E1 – *Informação Contabilística e Orçamental* e F1 – *Procedimento de Contratação de Serviços*. Há ainda três subdimensões que não obtêm qualquer pontuação em cada uma das três regiões: E2 – *Transparência das Receitas e Despesas*, F2 – *Relações e Transacções com Fornecedores e Empreiteiros* e F3 – *Acompanhamento e Controle da Execução das Obras*.

Ou seja, num conjunto total de 22 indicadores abrangidos por estas duas dimensões (e respectivas subdimensões), nenhum é pontuado no caso dos Açores e da Madeira, e apenas três recebem pontuação no continente, sem atingirem no entanto o valor máximo. Em nenhuma região são por exemplo publicados os montantes das receitas recebidos e a receber (taxas e tarifas) no final do ano, discriminados por beneficiários; os destinos de aplicação (discriminados) dos montantes cobrados em cada taxa ou tarifa; as composições dos júris dos concursos públicos/comissões de adjudicação; as atas dos júris dos concursos públicos/comissões de adjudicação, e as decisões finais com as pontuações obtidas pelas diversas entidades participantes; um quadro com o resumo

anual das principais vendas, operações e contratações de serviços com os principais fornecedores e empreiteiros dos organismos públicos de gestão da água; dados estatísticos sobre a percentagem dos orçamentos destinados a contratos adjudicados, através de cada um dos procedimentos previstos na legislação dos contratos do sector público; a relação dos acordos assinados com referências às partes signatárias, o seu propósito e, quando aplicável, as obrigações financeiras acordadas; os "fechos de contas" após a conclusão das obras; as alterações aos projectos e contratos; informações precisas sobre cada uma das obras mais importantes de infra-estruturas em curso (objectivos, dono da obra, responsáveis pela contratação, valor orçamentado, data concreta de início e fim de execução); um resumo (anual) das informações sobre as obras de infra-estruturas realizadas, aprovadas e/ou com execução pendente (relatórios, comunicados de imprensa, possíveis derrapagens orçamentais, etc.).
Em suma, nem as dimensões, nem as subdimensões parecem garantir uma adesão e atenção equitativa da administração na forma como é disponibilizada a informação. Globalmente, e esperando que este exercício possa vir a impulsionar mudanças que permitam melhorar o grau de transparência exibido na governança dos recursos hídricos em Portugal, é inegável o fraco desempenho da administração portuguesa, sobretudo, em áreas como a transparência económica e financeira e nos contratos e licitações.

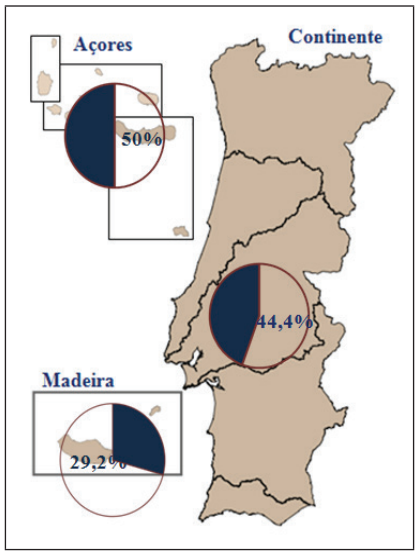

Figura 5. Informação sobre os organismos de gestão

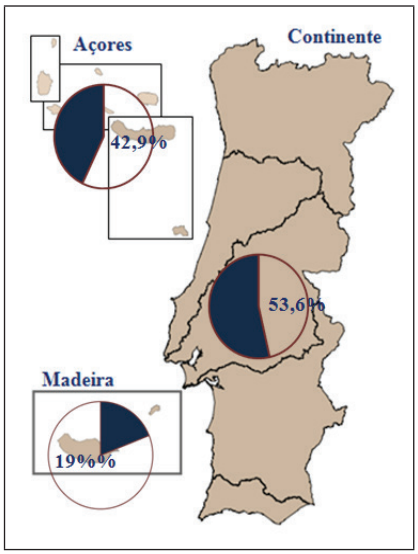

Figura 6. Relações com o público e as partes interessadas

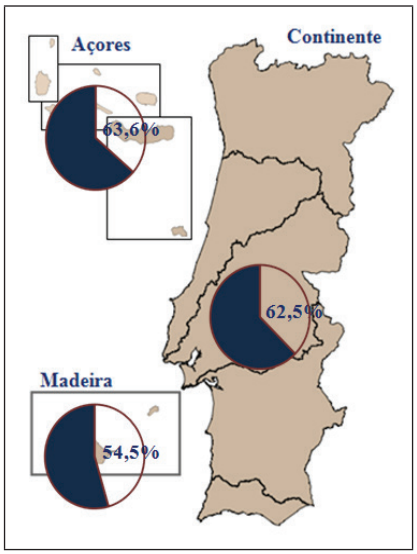

Figura 7. Transparência nos processos de planeamento

A leitura das áreas de transparência por região permite concluir ser muito baixa a transparência relativa à **informação sobre os organismos de gestão** na Região Autónoma da Madeira, não superando 29,2%. A percentagem mais elevada foi obtida nos Açores, com 50%, seguindo-se o Continente com 44,4% (Figura 5). Embora com uma percentagem mais elevada (19%), a Madeira ocupa igualmente a última posição relativamente às **relações com o público e as partes interessadas**, seguindo-se, neste caso, Portugal Continental com 53,6% e depois os Açores com 42,9% (Figura 6). A dimensão que obteve percentagens globais mais elevadas – a **transparência nos processos de planeamento** – regista os maiores valores na Região Autónoma dos Açores com 63,6%, seguida pelo Continente com 62,5%, ficando-se a Região Autónoma da Madeira em último lugar com 54,5% (Figura 7).

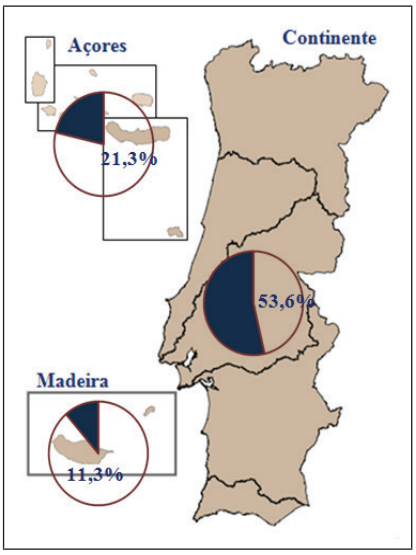

Figura 8. Transparência na gestão dos RH e usos da água

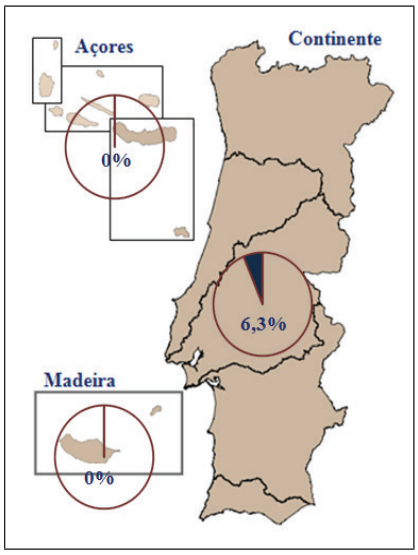

Figura 9. Transparência económica e financeira

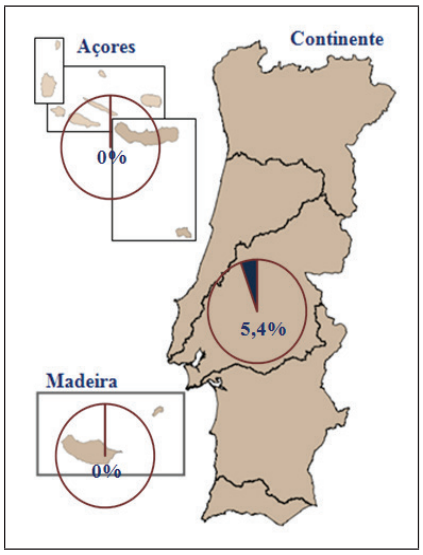

Figura 10. Transparência nos contratos e licitações

Por seu turno, a **transparência na gestão dos recursos hídricos e usos da água** apresenta grandes discrepâncias, registando-se o maior valor no Continente (53,6%), seguido dos Açores com 21,3% e da Madeira com 11,3% (Figura 8). Por último, a **transparência económica e financeira** e a **transparência nos contratos e licitações** obtêm as percentagens mais baixas. Nas regiões autónomas não foi encontrada informação pontuável e no Continente apenas se alcançou 6,3% para a Transparência económica e financeira (Figura 9) e 5,4% para a Transparência nos contratos e licitações (Figura 10).

Os resultados obtidos não espelham apenas o momento actual, reflectindo sobretudo o impacto das medidas que conduziram à extinção da autonomia e dinâmica das Administrações de Região Hidrográfica, relativamente às quais a expectativa é que sejam retomados os processos interrompidos. O Governo anunciou em Junho passado uma candidatura a Fundos Europeus que permitirá colocar em funcionamento as estações de monitorização do SNIRH. Resta saber quanto tempo irá demorar esse processo.

De qualquer modo, será irrecuperável a informação não recolhida das estações de monitorização desde 2008, interrompendo-se séries de dados estatísticos cruciais para o conhecimento da evolução das massas de água nacionais, assim como para o cumprimento da legislação nacional e comunitária. Por outro lado, está em dúvida o papel das ARH no ciclo de planeamento atual já que os Planos de Região Hidrográfica em curso podem (ou não) vir a implicar o relançamento de um processo de planeamento inclusivo e participativo que conte com os cidadãos das diferentes regiões hidrográficas. Tudo dependerá de uma efetiva reintrodução da gestão descentralizada dos recursos hídricos (e consequente resgate das ARH ou estruturas semelhantes) que garantam a recolha, discriminação e disponibilização de dados e registos regionais, desta feita, preferencialmente, num modelo de governança participativa que permita envolver as populações.

Os resultados mostram igualmente que a administração pública não instalou ainda rotinas que promovam a transparência dos processos, sem a qual nem a informação é sempre recolhida e divulgada, nem se estimula o interesse dos cidadãos em saber mais sobre um recurso que lhes é vital.

6. Conclusões

A informação menos divulgada em Portugal, através dos sítios oficiais em matéria de gestão dos recursos hídricos, diz respeito à *Transparência Económica e Financeira* e à *Transparência nos Contratos e Licitações*. Em ambos os casos revelou-se, aliás, quase inexistente, no conjunto das suas subdimensões (*Informação Contabilística e Orçamental; Transparência das Receitas e Despesas; Procedimento de Contratação de Serviços; Relações e Transações com Fornecedores e Empreiteiros; Acompanhamento e Controle da Execução das Obras*). Segue-se igualmente com resultados negativos a *Transparência na Gestão dos Recursos H*ídricos e *Usos da Água*, sobretudo nas subdimensões da *Informação Sobre os Usos da Água* e do *Cumprimento da Legislação Existente.*

As percentagens medianas registadas nas áreas da *Informação sobre os Organismos de Gestão* (incluindo a *Informação Institucional Básica* e a *Legislação e Regulamentação dos Organismos*), das *Relações com o Público e Partes Interessadas* (com as subdimensões da *Informação e Atendimento ao Público* e da *Participação Pública*) e da *Transparência dos Processos de Planeamento* têm, ainda assim, uma margem de melhoria a percorrer.

O trabalho de preparação e envolvimento de várias entidades e pessoas mostra que este tipo de avaliações fazem sentido, por um lado, por gerarem conhecimento sobre um sector crucial como é a gestão dos recursos hídricos, e por fazerem a ponte entre o trabalho científico, o envolvimento cívico e a articulação dessas dimensões com as instituições públicas. Por outro lado, pelo facto de constituírem um estímulo para que as autoridades públicas aperfeiçoem os seus sistemas de divulgação de informação *online*, ampliando, deste modo, o conhecimento público sobre os diversos domínios abrangidos pela gestão de recursos hídricos e, por conseguinte, proporcionando uma melhor qualidade da participação pública nesta matéria. A transparência na gestão da água e dos recursos hídricos contará, a partir de agora, com um modelo organizado e inovador de divulgação de informação até agora inexistente e que procurará assumir-se como um instrumento potenciador de princípios democráticos, participativos e de transparência.

A primeira edição do INTRAG faz, assim, parte de um processo de aprendizagem coletiva que procura estimular a administração a abrir-se à sociedade civil e a sociedade civil a envolver-se mais nas decisões que lhe dizem respeito. Constatamos que, no seu conjunto, a administração pública responsável pela gestão dos recursos hídricos revelou um fraco nível de transparência na divulgação *online* de informação, facto que é relativizado pela reorganização dos serviços que acabaram com a autonomia das ARH, ressentindo-se disso. Mas, ainda assim, os resultados negativos registados não devem desencorajar as entidades públicas. Pelo contrário, devem ter em conta o enorme potencial de progressão que a evolução da sociedade portuguesa – que apresenta níveis de escolarização nunca antes experimentados e, consequentemente, uma população mais capaz de agir em defesa do bem-comum – exige e espera de uma administração pública democrática e aberta à comunidade.

Se é um facto que os resultados foram marcados pelo atual contexto de crise e sobretudo pelas mudanças institucionais referidas, não será menos verdade que estamos hoje perante uma geração mais capaz e mais interventiva que acumula também uma maior sensibilização face às questões ambientais, em que a água e os recursos hídricos se incluem. Espera-se, por isso, que estes dados permitam apontar caminhos para a mudança e incentivem a necessária abertura de procedimentos, mostrando as áreas a merecer mais atenção a curto prazo.

8. Referências bibliográficas

BARREIRA, A. (2003). "The participatory regime of water governance in the Iberian Peninsula". *Water International*. Vol. 28. N.º 3: 350-357.

BARRETO, A. (2002), "A participação cívica e política e a evolução da sociedade portuguesa". In AAVV, *Actas dos VIII Cursos Internacionais de Verão de Cascais* (2 a 7 de Julho de 2001). Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1: 45-60.

BENAVENTE, A. *et al.* (1996), *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica.* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional de Educação.

CABRAL, M. V. (2000), "O exercício da cidadania política em Portugal". In Manuel Villaverde Cabral, Jorge Vala e João Freire (org.), *Atitudes Sociais dos Portugueses – Trabalho e Cidadania*. Lisboa, ICS/ISSP: 123-162.

CARTER, N. (2007), *The Politics of the Environment (2nd Edition)*, Cambridge University Press.

CMAD (1987), *O Nosso Futuro Comum – Relatório da Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento*. Lisboa, Meribérica.

CNADS (2005), "Comentários do CNADS sobre o 1º. Relatório Nacional sobre a Convenção de Aarhus". Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável. Disponível online a 8 de Agosto de 2014 em http://www.cnads.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=50&Itemid=84

CNUAD (1992), *Agenda 21 – Documento da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento (versão portuguesa)*. Lisboa, IPAMB.

COSGROVE, W. J. (2009). "Public participation to promote water ethics and transparency". *Water Ethics*. Marcelino Botín Water Forum 2007. M. Ramón Llamas, Luis Martínez-Cortina e Aditi Mukherji. Leiden, CRC Press/Balkema: 295-311.

DRYZEK, J. S. (2006), *Deliberative Global Politics – Discourse and Democracy in a Divided World*. Cambridge, Polity Press.

ERSAR (2014). *Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP). Sumário Executivo*. Lisboa, Entidade Reguladora dos Serviços de Água e dos Resíduos.

EUROPEAN COMISSION (2014). "Communication from the Commission on the European Citizens' Initiative 'Water and sanitation are a human right! Water is a Public Good, Not a Commodity!'". Brussels, COM (2014): 177.

FERREIRA, J. G. (2012). "Saneamento básico. Factores sociais no insucesso de uma política adiada. O caso do Lis". Tese de doutoramento, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

FERREIRA, J. G. e SCHMIDT, L. (2014). "Crise económica e (in)cumprimento da directiva quadro da Água". Actas do VIII Congresso Português de Sociologia. 40 Anos de Democracia(s). Progressos, Contradições e Prospectivas. 14 a 16 de Abril. Universidade de Évora.

FERREIRA, J. G. e VALENTE, S (2013). "A água e os resíduos: duas questões-chave". In *Ambiente, Alterações Climáticas, Alimentação e Energia. Portugal no Contexto Europeu,* org. Schmidt, Luísa e Delicado, Ana. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais: 75-112.

FERREIRA, J. G., SCHMIDT, L., JACOBI, P. R. e ARTEIRO DA PAZ, M. G. (2014). "Água: Perceções, valores e preocupações em perspetiva comparada". Recursos Hídricos, Vol. 35, Nº 2, pp. 99-106.

FREIRE, A. (2003), "Desempenho da democracia e reformas políticas: o caso português em perspectiva comparada", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 42: 133-160.

HABERMAS, J. (1999 [1996]), *The Inclusion of the Other: Studies in Political Theory*. Cambridge, Polity Press.

HERING, D. *et al.* (2010). "The european water framework directive at the Age of 10: a critical review of the achievements with recommendations for the Future", *Science of the Total Environment* 408 (19): 4007-4019.

JACOBI, P. R. e BARBI, F. (2007). "Governança dos recursos hídricos e participação da sociedade civil", Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. 25 a 27 de Abril de 2007, UFSC. Florianópolis, Brasil Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais: 518-533.

MAGALHÃES, P. C. (2005). "Disaffected Democrats: Political Attitudes and Political Action in Portugal", *West European Politics,* 28 (5): 973-991.

MODY, J. (2004). "Achieving accountability through decentralization: lessons for integrated river basin management", World Bank Policy Research. Working Paper 3346, June 2004.

MOSS, B. (2008). "The water framework directive: total environment or political compromise?", *Science of the Total Environment* 400: 32-41.

MOSTERT, E. (2003). "The european water framework directive and water management research", *Physics and Chemistry of the Earth*, 28: 523–527.

O'LEARY, D. (2009). "Corruption and transparency in the water sector". Water Ethics. Marcelino Botín Water Forum 2007. M. Ramón Llamas, Luis Martínez-Cortina e Aditi Mukherji. Leiden, CRC Press/Balkema: 273-294.

OECD (2013). *OECD Skills Outlook 2013: First Results from the Survey of Adult Skills*. OECD Publishing. Disponível online a 6 de Novembro em http://dx.doi.org/10.1787/9789264204256-en.

PATO, J. H. (2011). *História das Políticas Públicas de Abastecimento e Saneamento de Águas em Portugal*. Lisboa, Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

PATO, J. H. (2013). "Políticas públicas da água em Portugal: do paradigma hidráulico à modernidade tardia", *Análise Social* XLVIII (1.º trimestre): 56-79.

PINTO, A. C. *et al.* (2011), *A Qualidade da Democracia em Portugal: A Perspectiva dos Cidadãos (relatório)*. Lisboa, Barômetro da Qualidade da Democracia-ICS-ULisboa.

RAULT, P. A. K. e JEFFREY, P. J. (2008). "Deconstructing public participation in the Water Framework Directive: implementation and compliance with the letter or with the spirit of the law?", *Water and Environment Journal* 22 (4): 241-249.

REDCLIFT, M. (2005), "Sustainable development (1987-2005): an oxymoron comes of age", *Sustainable Development*, 13 (4): 212-227.

SCHMIDT, L. (2003). *Ambiente no Ecrã – Emissões e Demissões no Serviço Público Televisivo*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

SCHMIDT, L. (2007). *País (In)Sustentável - Ambiente e Qualidade de Vida em Portugal*. Lisboa, Esfera do Caos.

SCHMIDT, L. (2008) "Ambiente e política ambiental: escalas e desajustes", in Cabral, Manuel Villaverde, Karin Wall, Sofia Aboim, Filipe Carreira da Silva (org.), *Itinerários – A Investigação nos 25 anos do ICS*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais: 285-314.

SCHMIDT, L. e FERREIRA, J. G. (2014). "Avanços e desafios da governança da água na Europa no contexto da aplicação da directiva quadro da água". Actas do 12º Congresso da Água/16.º ENASB/XVI SILUBESA, Lisboa. 5 a 8 de Março de 2014. Organização da APRH/APESB/ABES (Edição de José Saldanha Matos, Rodrigo Proença de Oliveira e António Jorge Monteiro).

SCHMIDT, L. e GUERRA, J. (2010), "Da governança global à sustentabilidade local – Portugal e o Brasil em Perspetiva Comparada", *Revista de Ciências Sociais*, 41 (2): 106-124.

SCHMIDT, L. e PRISTA, P. (2010). "Água, o líquido social", in CCDRC (eds.) À Beira da Água. Coimbra: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro: 6-39

SCHMIDT, L., NAVE, J. G. e GUERRA, J. (2010), *Educação Ambiental – Balanço e Perspectivas para uma Agenda mais Sustentável*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

SCHMIDT, L., SARAIVA, T. e PATO, J. (2012). "In search of (hidden) portuguese urban water conflicts: the Lisbon Water Story (1856-2006)", in Barraque, B. (eds.) *Urban Water Conflicts*, UNESCO-IHP: 70-91.

SCHMIDT, L., TRUNINGER, M. e VALENTE, S. (2004). *Os Portugueses e o Ambiente*, Oeiras, Celta Editora.

SHORDT, K., STRAVATO, L. e DIETVORST, C. (2006). "About corruption and transparency in the water and sanitation sector". IRC International Water and Sanitation Centre. Thematic Overview Paper 16.

STEFANO, L. de (2010). "Facing the water frame work directive challenges: A baseline of Stakeholder Participation in the European Union", *Journal of environmental management* 91 (6): 1332-1340.

STEFANO, L. de e HERNÁNDEZ-MORA, N. (2012). "Water planning and management after the EU Water Framework Directive". Lucia De Stefano e M. Ramon Llamas (ed.). Water, Agriculture and the Environment in Spain Can We Square the Circle? Leiden, CRC Press: 35–44.

STEFANO, L. de *et al*. (2012). "Public participation and transparency in water management". Lucia de Stefano e M. Ramon Llamas (ed.). Water, Agriculture and the Environment in Spain can we square the circle? Leiden, CRC Press: 217–225

TRANSPARENCY INTERNATIONAL (2008). *Global Corruption Report 2008: Corruption in the Water Sector*. New York, Cambridge University Press.

TRIBUNAL DE CONTAS (2014). *Regulação das Parcerias Público-Privadas no Sector das Águas (Sistemas em Baixa)*. Lisboa, Tribunal de Contas.

UNECE (1998), *Convention on Access to Information, Public Participation in Decision-Making and Access to Justice in Environmental Matters*. Aarhus, United Nations Economic Commission for Europe – Committee on Environmental Policy.

VASCONCELOS, L. *et al.* (org.) (2006), *TAIDIS – Cidadania Ambiental, Informação e Participação no Contexto da Convenção de Aarhus*. Lisboa, FLAD.

WATER IS A HUMAN RIGHT (2014). "Water and sanitation are a human right!". Disponível online a 8 de Agosto em http://www.right2water.eu//results?lang

"*Água que não soa não é boa*" o papel da participação pública na gestão da água em Portugal: os casos dos Conselhos de Região Hidrográfica do Tejo, Alentejo e Algarve

Miguel N. Rodrigues
Oriana R. BrÁs
Maria Adriana F. M. Ribeiro
Marta P. Varanda
Márcia M. R. Ribeiro

1. INTRODUÇÃO

A política nacional da água, bem como a progressiva abertura dos processos de decisão e da administração pública à participação da sociedade, iniciou-se no período pós-25 de Abril de 1974, tendo sido criados, em 1994, os Conselhos de Bacia Hidrográfica, órgãos consultivos de planeamento regional, compostos por representantes de diversos ministérios, representantes dos utilizadores da água e de organizações não- governamentais do ambiente. No entanto, foi apenas com a transposição da Diretiva Quadro da Água (2000/60/CE), para a legislação nacional, em 2005, que se formalizou e aprofundou a participação pública na orientação estratégica da conceção e implementação desta política pública. Esta lei descentralizou a administração da água, criando Administrações de Região Hidrográfica, e Conselhos de Região Hidrográfica, órgãos consultivos das mesmas que, do ponto de vista jurídico-institucional, assumiram um papel proeminente no processo de participação.
Os Conselhos de Região Hidrográfica correspondem idealmente a um tipo de participação "de cima para baixo", isto é, promovido por instituições públicas, que implica processos e resultados diferentes da participação que é promovida pelos próprios cidadãos. A eficácia do primeiro tipo depende do compromisso assumido pela autoridade competente com o seu papel de envolvimento da sociedade na gestão dos recursos hídricos (Espluga e Subirats, 2010). Este compromisso está atualmente posto em causa, uma vez que a revisão da lei da água re-centralizou a gestão da água na Agência do Ambiente, retirando autonomia às Administrações de Região Hidrográfica (Decreto-Lei 130/2012), e revogando o 12º artigo relativo às competências dos Conselhos de Região Hidrográfica. Não existe informação de que estes conselhos tenham retomado o seu funcionamento desde 2012.
Na Europa, sobretudo no espaço da União Europeia, os processos participativos são sobretudo pontuais e a capacidade de vinculação dos decisores políticos às deliberações daqueles é fraca (Nunes, 2007). Além disso, órgãos com funções consultivas como os Conselhos de Região Hidrográfica situam-se entre aqueles que menos contemplam o poder dos cidadãos, segundo a tipologia de Arnstein (1969) da escada da participação, ao contrário das iniciativas de parceria, delegação de poder e controlo por parte dos cidadãos. Por esse motivo também tipologias mais recentes colocam os processos consultivos um pouco abaixo da participação no que se refere ao envolvimento do público nos processos políticos da água (Deltares, 2012).
Os Conselhos de Região Hidrográfica foram compostos por representantes da administração central e local, do setor técnico-científico, de diversos utilizadores da água e da sociedade civil representada por organizações não-governamentais ambientais. Estes órgãos funcionaram entre 2009 e 2012. Apesar da inovação e riqueza dos processos gerados a partir dos Conselhos de Região Hidrográfica e outras formas de participação, são muito escassos os momentos de avaliação do seu funcionamento e papel político (Participation.net, 2014). Neste sentido, este estudo pretende compreender qual o papel dos Conselhos de Região Hidrográfica na política da água e, mais especificamente, saber se e como os mecanismos participativos produziram mudanças na forma como a discussão foi promovida na política pública da água e em que medida estes conselhos promoveram mudanças nos processos de decisão e implementação dessa política. Para tal, começamos por interrogar quais os atores que intervêm nos Conselhos de Região Hidrográfica, para depois caracterizar o funcionamento destes órgãos para compreender que formas de participação favoreceram no seu seio. Identificar as mediações políticas entre os processos de participação e os processos de decisão política, é um passo difícil mas essencial na compreensão das políticas públicas (Silva, 2011). Um das formas de compreensão passa pela caracterização

dos canais de comunicação e da dinâmica existentes entre este órgão e outras instâncias políticas, levando então ao entendimento das possibilidades de participação na definição das políticas da água.

2. METODOLOGIA

O presente estudo tem por base a informação recolhida através das atas das reuniões dos Conselhos de Região Hidrográfica do Tejo, Alentejo e Algarve, durante o seu funcionamento entre 2009 e 2012. Relativamente a cada Conselho, identificámos os seus membros segundo as categorias[1]: administração central, administração local, setor técnico-científico, representantes de atividades económicas e sociedade civil. A partir das atas das reuniões, identificámos todas as intervenções feitas, criando as seguintes categorias de intervenção: apresentações, propostas, pedidos de informação, respostas/esclarecimentos, comentários e/ou votações, e protocolares. Identificámos ainda os temas tratados nas reuniões, utilizando para tal uma tipologia de temas adaptada dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica: Gestão do risco e valorização dos recursos hídricos; Monitorização, investigação e conhecimento; Participação, comunicação e governação; Processos organizativos do Conselho de Região Hidrográfica; Quadro económico e financeiro; Quadro institucional e normativo; Qualidade da água; Quantidade da água.
Uma reflexão sobre o funcionamento dos Conselhos de Região Hidrográfica baseada nas suas atas apresenta limitações dada a natureza dos materiais de análise utilizados. As atas são elaboradas após as reuniões, sendo apenas um sumário do que ocorreu. São uma fonte secundária de informação sujeita a erros e lacunas, tanto não intencionais quanto intencionais. Finalmente, resta dizer que este trabalho se encontra ainda em curso e as limitações referidas poderão ser ultrapassadas com o cruzamento de outras técnicas de recolha tais como as entrevistas e os questionários com membros dos Conselhos de Região Hidrográfica e outros atores de relevo nas políticas de gestão da água e respetivos processos de participação.

3. CARACTERIZAÇÃO DOS CONSELHOS DE REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO, ALENTEJO E ALGARVE

3.1 Competências dos Conselhos de Região Hidrográfica

Segundo a Lei da Água (58/2005) os Conselhos de Região Hidrográfica são órgãos consultivos das respetivas Administrações de Região Hidrográfica, cujas competências são as seguintes:

a) Apreciar e acompanhar a elaboração do plano de gestão da bacia hidrográfica e os planos específicos de gestão das águas, devendo emitir parecer antes da respetiva aprovação;
b) Formular ou apreciar a proposta de objetivos de qualidade da água para a bacia hidrográfica;
c) Dar parecer sobre a proposta de taxa de recursos hídricos;
d) Pronunciar-se sobre questões relativas à repartição das águas;
e) Apreciar as medidas a tomar contra a poluição;
f) Formular propostas de interesse geral para uma ou mais bacias da região hidrográfica;
g) Dar parecer sobre o plano de atividades e o relatório e contas da Administração de Região Hidrográfica;
h) Dar parecer sobre o plano de investimentos públicos a realizar no âmbito da respetiva região hidrográfica;
i) Dar parecer sobre outros programas e medidas que o diretor da Administração de Região Hidrográfica submeta à sua apreciação.

---

1 Administração central: todos os organismos estatais de nível nacional; Administração local: todos os organismos estatais de nível regional e local; Setor técnico-científico: todos os representantes de instituições de ensino e/ou investigação, bem como associações profissionais; Representantes de atividades económicas: empresas ou associações representantes de interesses económicos; Sociedade civil: organizações não governamentais ambientalistas ou associações sem atividade económica ligada à água.

3.2 Composição e funcionamento dos Conselhos de Região Hidrográfica

As reuniões do Conselho de Região Hidrográfica do Tejo realizaram-se em diferentes localidades da região hidrográfica, entre 2009 e 2012, totalizando 9 reuniões. Estas reuniões não foram realizadas de forma regular tendo a sua duração variado (uma manhã, uma tarde, um dia). Os seus membros distribuíram-se na proporção seguinte: administração local 25%, administração central 25%, representantes das atividades económicas 23%, setor técnico-científico 21%, e sociedade civil 6%.
No Conselho de Região Hidrográfica do Alentejo, as reuniões realizaram-se na sua maioria no Auditório da CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo), na cidade de Évora. O Conselho de Região Hidrográfica do Alentejo funcionou entre 2009 e 2012, totalizando 10 reuniões. As reuniões decorreram de 4 em 4 meses aproximadamente. Tiveram uma duração média de 4h. Os seus membros distribuíram-se na seguinte proporção: administração local 39%, administração central 19%, representantes de atividades económicas 23%, setor técnico-científico 16% e sociedade civil 4%.
As reuniões do Conselho de Região Hidrográfica do Algarve decorreram no auditório da Universidade do Algarve. Este conselho funcionou entre 2009 e 2012, totalizando 10 reuniões, com regularidade aproximadamente trimestral. As reuniões tiveram a duração de uma manhã. Os membros que compõem o Conselho de Região Hidrográfica distribuíram-se na seguinte proporção: administração local 27%, administração central 22%, representantes de atividades económicas 33%, setor técnico-científico 15% e sociedade civil 4%.
No Conselho de Região Hidrográfica do Tejo, o número de conselheiros presentes apresentou variações constantes, não sendo claro nenhum tipo de padrão. No caso do Alentejo as presenças foram mais ou menos constantes, com uma exceção na sétima reunião que contou com o dobro das presenças. Já no caso do Algarve a tendência foi para a diminuição do número de participantes presentes ao longo do funcionamento do CRH.

3.2.1 Intervenções em reunião

No Conselho de Região Hidrográfica do Tejo a administração local foi o membro que mais interveio nas reuniões do conselho (56% das intervenções), seguida do setor técnico-científico (17%), atividades económicas (15%), administração central (7%), e por último a sociedade civil (4%).
No Conselho de Região Hidrográfica do Alentejo a administração local foi também o membro que mais interveio nas sessões do conselho (50% das intervenções), seguida do setor técnico-científico (18%), atividades económicas (13%), sociedade civil (12 %) e administração central (7 %).
Quanto ao Conselho de Região Hidrográfica do Algarve, a administração local foi igualmente o membro que mais interveio nas sessões do conselho (51% das intervenções), seguida do setor técnico-científico (21%), da administração central (14%) e atividades económicas (14%), sendo de notar que a sociedade civil não fez nenhuma intervenção.
No que respeita o tipo de intervenção que cada categoria de membros fez, apresentamos os dados nos quadros seguintes.

Quadro 1. Tipo de intervenção por categoria de membros do Conselho de Região Hidrográfica do Tejo

Tipo de intervenção/ categorias de membros	Protocolar	Apresentações	Pedido informação	Proposta	Resposta	Comentários/ Votações
Administração Central	0	5	12	24	4	0
Administração Local	84	66	17	6	76	71
Setor Técnico-Científico	8	8	31	38	13	17
Atividades Económicas	8	21	24	18	7	13
Sociedade Civil	0	0	17	15	0	0
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Autoria própria

Quadro 2. Tipo de intervenção por categoria de membros do Conselho de Região Hidrográfica do Alentejo

Tipo de intervenção/ categorias de membros	Protocolar	Apresentações	Pedido informação	Proposta	Resposta	Comentários/ Votações
Administração Central	0	0	16	29	2	7
Administração Local	100	75	20	14	80	15
Setor Técnico-Científico	0	23	22	7	16	23
Atividades Económicas	0	0	16	29	1	32
Sociedade Civil	0	3	24	21	1	23
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Autoria própria

Quadro 3. Tipo de intervenção por categoria de membros do Conselho de Região Hidrográfica do Algarve

Tipo de intervenção/ categorias de membros	Protocolar	Apresentações	Pedido informação	Proposta	Resposta	Comentários/ Votações
Administração Central	0	28	20	30	3	18
Administração Local	96	51	18	27	69	19
Setor Técnico-Científico	3	14	35	30	22	32
Atividades Económicas	1	7	27	13	7	31
Sociedade Civil	0	0	0	0	0	0
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Autoria própria

As intervenções protocolares revelam os atores encarregues de conduzir a reunião. O facto de a/o presidente de cada Conselho de Região Hidrográfica ser a/o presidente da respetiva Administração de Região Hidrográfica determinou a predominância da administração local. Nos 3 casos os Conselhos de Região Hidrográfica tiveram como secretários professores universitários, que conduziram as reuniões, sendo substituídos pelas/os presidentes do Conselho de Região Hidrográfica quando estes estiveram ausentes. Apesar da sua pertença à categoria setor técnico científico não exerceram as funções de secretária/o enquanto representantes dessa categoria, e na medida em que respeitaram e fizeram cumprir as agendas que predominantemente as Administrações de Região Hidrográfica determinaram, considerámo-los administração local.

As apresentações feitas em reunião couberam sobretudo à administração local, nomeadamente às Administrações de Região Hidrográfica, seguida do setor técnico-científico, no que respeita os Conselhos de Região Hidrográfica do Alentejo e do Algarve, e seguida das atividades económicas no Conselho de Região Hidrográfica do Tejo.

Os pedidos de informação foram bastante equilibrados entre todas as categorias de membros no Conselho de Região Hidrográfica do Alentejo, com predomínio da sociedade civil. No caso do Conselho de Região Hidrográfica do Tejo os pedidos de informação surgiram sobretudo do setor técnico científico e dos representantes das atividades económicas. Já no Conselho de Região Hidrográfica Algarve foram também estas duas categorias as que fizeram mais pedidos de informação. As proporções de pedidos de informação da administração central e local no Algarve foram maiores do que nos outros Conselhos de Região Hidrográfica, sendo de destacar ainda a participação nula da sociedade civil.
O setor técnico científico fez mais propostas no Conselho de Região Hidrográfica Tejo, bastante distanciado da categoria seguinte, a administração central. No Alentejo os membros que apresentaram mais propostas foram a administração central e os representantes das atividades económicas, seguidos da sociedade civil. Já no Algarve a administração central e o setor técnico científico equipararam-se na apresentação de propostas, logo seguidos da administração local.
As respostas vieram maioritariamente da administração local, seguida do setor técnico-científico embora este com muito menor percentagem para os três casos.
Quanto aos comentários/votações concentraram-se na administração local no Conselho de Região Hidrográfica Tejo, nos representantes de atividades económicas, setor técnico científico e sociedade civil no Conselho de Região Hidrográfica do Alentejo, e estiveram bastante distribuídos no caso do Algarve, salvo a exceção permanente da sociedade civil que nunca se pronunciou.

3.2.2 Os temas mais discutidos

Nos quadros seguintes apresentamos os temas mais discutidos em cada Conselho de Região Hidrográfica segundo a tipologia que adaptámos dos Planos de gestão de região hidrográfica.

Quadro 4. Temas das intervenções nas reuniões do Conselho de Região Hidrográfica do Tejo

Temas das intervenções	Percentagens
Quadro institucional e normativo	44%
Monitorização, investigação e conhecimento	16%
Processos organizativos do CRH	11%
Participação, comunicação e governança	10%
Quadro económico e financeiro	9%
Outros	5 %
Gestão de riscos e valorização dos recursos hídricos	3%
Quantidade de água	2%
Qualidade da água	0%

Fonte: Autoria própria

Quadro 5. Temas das intervenções nas reuniões do Conselho de Região Hidrográfica do Alentejo

Temas das intervenções	Percentagens
Quadro institucional e normativo	37%
Processos organizativos do CRH	17%
Qualidade da água	16%
Quadro económico e financeiro	14%
Quantidade da água	6%
Gestão de riscos e valorização do domínio hídrico	4%
Monitorização, investigação e conhecimento	4%
Participação, Comunicação e Governança	2%

Fonte: Autoria própria

Quadro 6. Temas das intervenções nas reuniões do Conselho de Região Hidrográfica do Algarve

Temas das intervenções	Percentagens
Quantidade de água	18%
Qualidade da água	16%
Monitorização, investigação, conhecimento	15%
Quadro institucional normativo	14%
Quadro económico e financeiro	13%
Processos Organizativos do CRH	9%
Participação Comunicação e Governança	9%
Gestão riscos, valorização do domínio hídrico	6%

Fonte: Autoria própria

A maior presença do tema "Quadro institucional e normativo" nos Conselhos de Região Hidrográfica do Tejo e do Alentejo, corresponde às apresentações e discussões do Plano de Gestão de Região Hidrográfica, sendo certo que a sua presença no Conselho de Região Hidrográfica Algarve também foi relevante. Os Planos ocuparam uma parte considerável das reuniões, com apresentação das várias componentes do Plano por parte dos técnicos das Administrações de Região Hidrográfica e das empresas contratadas para a elaboração do mesmo, e discussão com os membros do conselho.
A distribuição dos restantes temas exige uma interpretação contextualizada na respetiva região hidrográfica e suas problemáticas específicas, e também na dinâmica de cada Conselho de Região Hidrográfica, que não será possível expor aqui.

4. DISCUSSÃO: O PAPEL DOS CONSELHOS DE REGIÃO HIDROGRÁFICA NA POLÍTICA DA ÁGUA

Como pudemos concluir pela análise das atas dos três Conselho de Região Hidrográfica, o seu funcionamento ficou aquém do exercício de todas as suas competências. De facto, as Administrações de Região Hidrográfica prestaram contas aos Conselhos de Região Hidrográfica, a quem apresentaram os relatórios de atividades e contas. No entanto, a participação dos Conselhos de Região Hidrográfica noutras áreas e momentos da política da água foi muito limitada. Se considerarmos duas competências dos conselhos, a emissão de parecer sobre a Taxa de Recursos Hídricos (TRH) e a emissão de parecer sobre os Planos de gestão de região hidrográfica, pela sua importância e objetividade, vemos que também aqui o seu papel foi limitado. Esta limitação decorre de vários fatores relativos à composição e funcionamento dos Conselhos de Região Hidrográfica, mas sobretudo do seu caráter consultivo.
No caso da TRH, os Conselhos de Região Hidrográfica situaram-se fora do ciclo político de produção e implementação de políticas – um ponto que é crucial quando avaliamos a participação pública (Silva, 2011). De facto, apesar de terem a competência legal de participar na sua elaboração os conselhos iniciaram funções um ano depois de a Taxa ser criada e posta em vigor. Neste caso os Conselhos de Região Hidrográfica não só foram postos à margem do ciclo temporal da Taxa como também foram colocados à sua margem no que toca ao seu âmbito espacial, uma vez que o governo a criou como instrumento nacional e os conselhos são órgãos de âmbito regional. Após a criação da Taxa continuaram fechadas as possibilidades de participação dos Conselhos de Região Hidrográfica em alterações à mesma. Uma das formas de participar seria a possibilidade dos conselhos se pronunciarem sobre a aplicação das receitas da taxa, junto das Administrações de Região Hidrográfica e do Fundo de Recursos Hídricos, ambos beneficiários das receitas, mas isto não sucedeu sobretudo no que respeita ao Fundo. Como não sucedeu uma prestação de contas satisfatória da parte do Fundo, do qual existe apenas um relatório disponível relativo ao ano de 2010[2], para que os conselhos pudessem avaliar o uso das receitas.

2 Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos, 2010.

Os Conselhos de Região Hidrográfica dedicaram uma grande parte da sua atividade à discussão dos Planos de gestão de região hidrográfica e é sua função emitir um parecer sobre o respetivo Plano antes de ele ser aprovado. No entanto, nas atas das reuniões, só o Conselho de Região Hidrográfica do Algarve relata ter aprovado e emitido um parecer sobre o respetivo Plano. Neste conselho, por sugestão da sua presidência, formaram-se grupos de trabalho para analisar diferentes aspetos do Plano. O resultado do seu trabalho foi apresentado e discutido na última reunião e o conselho aprovou estes pareceres como os seus pareceres sobre o Plano. No Conselho de Região Hidrográfica do Tejo até à última reunião (da qual não temos a ata por não ter sido aprovada), não foi emitido nenhum parecer sobre o Plano. No caso do Alentejo também não temos relato de um parecer sobre o Plano. Neste caso, no entanto, sabemos que houve várias instituições com assento no Conselho de Região Hidrográfica do Alentejo que apresentaram pareceres autonomamente durante a consulta pública do Plano.

5. CONCLUSÃO

Retomemos as nossas questões de partida: saber se e como os mecanismos participativos produziram mudanças na forma como a discussão foi promovida na política pública da água; e em que medida os Conselhos de Região Hidrográfica promoveram mudanças nos processos de decisão e implementação dessa política.

Seria expectável que os Conselhos de Região Hidrográfica permitissem processos de discussão da política da água, no sentido de um aprofundamento da participação. Da análise efetuada, torna-se evidente que existiu um desequilíbrio na presença do setor estatal, representando, na prática, mais de metade dos membros dos Conselho de Região Hidrográfica e definindo maioritariamente a agenda das reuniões. Além disso, a proporção de intervenções oriundas da administração, nomeadamente a administração local, é bastante mais elevada do que a das outras categorias. Se atentarmos no tipo de intervenções onde a administração predominou verificamos que se trata das protocolares, das apresentações e das respostas. Isto revela que, além de predominar na condução das reuniões, a administração local esteve mais na situação da fala do que da escuta. Concluímos preliminarmente que os Conselhos de Região Hidrográfica foram em grande medida espaços de prestação de informação da administração para os outros setores da sociedade ali representados. No entanto, seria abusivo concluir que apenas esse traço define estes órgãos, uma vez que a participação de setores como o setor técnico-científico e das atividades económicas foi considerável. Em contraste, a participação das organizações não-governamentais ambientais foi muito reduzida.

As reuniões decorreram num formato extremamente formal, como concluímos pela organização interna das mesmas, mas também pela sua própria localização, como no caso do Alentejo e do Algarve em auditórios, onde o espaço demarca claramente o sentido da comunicação e prefigura uma definição clássica de papéis onde representantes de setores menos dominantes terão menor oportunidade de intervir. A duração das reuniões com o escasso tempo para agendas bastante cheias e complexas também não garantiu a possibilidade de participação. Por essas razões, e também pelo facto de os Conselhos de Região Hidrográfica serem apenas órgãos consultivos, limitou as possibilidades de diálogo, e sobretudo de co-construção dos problemas e das políticas da água.

Relativamente a aspetos que aprofundaram a comunicação entre os atores envolvidos e potenciaram a sua participação, podemos afirmar os CRH foram um espaço para a administração informar o público das suas atividades e propósitos, espaço esse que teve também momentos relevantes de apresentações da parte do setor técnico e científico e dos representantes de atividades económicas, e mesmo, em menor grau, da sociedade civil. Os CRH geraram processos de aprendizagem e comunicação entre os presentes e as organizações envolvidas que, de outra forma, não se comunicariam.

Na sua tipologia de envolvimento do público e interessados/afetados (stakeholders) na política da água, o Instituto Deltares (2012, p. 9) coloca considera a seguinte tipologia, do menor envolvimento para o maior: 1. Ignorância; 2. Consciência; 3. Informação (unidirecional de cima para baixo); 4. Consulta (unidirecional de baixo para cima); 5. Participação (bidirecional); 6. Apropriação; 7. Empoderamento. No âmbito dos CRH constámos que ocorreram, sem qualquer dúvida, momentos de informação, que foram sobretudo unidirecionais mas não exclusivamente. Em muito menor grau também houve momentos em que o CRH exerceu a sua função consultiva. Outras formas de maior envolvimento do público não ocorreram no contexto dos CRH.

Recentemente, investigadores de uma imensa gama interdisciplinar ligada à água em Portugal diagnosticaram, entre outros aspetos a melhorar na gestão da água entre Estado e sociedade, a necessidade de aprofundar a participação pública na política da água, nomeadamente através de processos deliberativos e não apenas consultivos, e do reforço das relações de comunicação e confiança entre Estado e sociedade (Participation.net, 2014). Apesar dos avanços que representaram os Conselhos de Região Hidrográfica neste sentido, estes continuam a ser enormes desafios no que concerne a política da água em Portugal.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa pelo apoio financeiro. À Agência Portuguesa do Ambiente APA – regiões hidrográficas do Tejo, Alentejo e Algarve, pela disponibilização das atas e outros documentos que serviram de base a este artigo.
A terceira autora agradece a bolsa de doutorado sanduíche ao CNPq (Programa Ciência sem Fronteiras – Brasil) e ao ICS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMSTEIN, S. (1969). "A ladder of citizen participation", *AIP Journal*, July, 216-224.

DELTARES (2012). *Integrated water resources management – issues, concepts and trends*. http://www.deltares.nl/en/expertise/101129/integrated-water-resources-management/2477424?highlight=integrated%20water%20resources%20management (acedido a 9 de Fevereiro de 2014).

ESPLUGA, J.; SUBIRATS, J. (2010). *Reflexiones sobre los procesos de participación en curso*. VI Congreso Ibérico sobre Gestión y Planificación del Agua. Vitoria.

Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos (2010). *Relatório de Actividades Anuais de 2010*. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

NUNES, J. A. (2007). *Governação, Conhecimentos e Participação Pública*, relatório apresentado para provas públicas de agregação em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra.

Participation.net (2014). *Relatório Síntese - Workshop governação da água: uma parceria Estado -Sociedade*. Org. M. Varanda e E. Teixeira. Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa. Lisboa.

SILVA, M.K. (2011). "Dos casos aos tipos: notas para uma apreensão das variações qualitativas na avaliação das instituições participativas", in *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação.* Org. Pires, R. R. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 233-246.

Conflitos dos usos da água – Cova do Vapor – Almada - Portugal

Vanice Santiago Fragoso Selva[1]

Sueli Ventura[2]

Lia Vasconcelos[3]

Resumo: A pesca artesanal e o turismo representam importantes atividades que mantem, do ponto de vista econômico, comunidades litorâneas em diferentes países do mundo tendo como recurso ambiental a água. Historicamente, o uso da água nas áreas litorâneas esteve relacionado à navegação com a instalação de portos e da pesca de modo geral, práticas que fizeram com que comunidades se organizassem em função das formas de apropriação do recurso água. Essas formas veem sendo ampliadas e têm mudado através dos tempos resultantes de outros interesses econômicos, a exemplo do turismo, resultando em conflitos socioambientais pondo em confronto os interesses dos pescadores artesanais e dos turistas ou empreendedores turísticos. É esse contexto de conflitos de uso da água do mar que se traz à discussão nesta comunicação, debatendo como se estabelecem os conflitos de usos da água do mar e como os atores sociais envolvidos participam para a solução dos conflitos. Para tal utilizam-se a pesquisa bibliográfica, entrevistas e a observação direta. Tem-se como referencia a comunidade da Cova do Vapor, situada no município de Almada, Área Metropolitana de Lisboa, Portugal. Nesse contexto trazem-se à discussão algumas reflexões que podem contribuir para o debate da sustentabilidade ambiental das formas de usos das águas litorâneas e do potencial do desenvolvimento de formas de governância.

Palavras-chave: gestão de águas litorâneas; pesca artesanal; turismo; conflito ambiental.

Abstract: Artisanal fisheries and tourism are important economic activities that keeps the point of view of economics, coastal communities in different countries of the world with water as an environmental resource . Historically , the use of water in coastal areas was related to the practice of navigation with the installation of

---

1 Professora no Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco, Brasil, tem centrado a sua investigação em processos de gestão do território de ambientes construídos. Nos projetos tem desenvolvido e aplicado metodologias para mobilizar e envolver comunidades e stakeholders em processos colaborativos visando novas formas de governância em políticas públicas no âmbito do turismo e/ou da educação para a gestão dos ambientes. Atualmente, coordena o projeto Educação ambiental e Mobilização social na Ilha de Fernando de Noronha: estratégias para a sustentabilidade e desenvolvimento local e o projeto Políticas públicas ambientais e de turismo em ambientes insulares: uma análise comparativa da (re) produção do espaço turístico em Fernando de Noronha (Brasil) e Açores (Portugal).

2 Graduada em Engenharia de Agrimensura pela Universidade Federal de Viçosa (Brasil) com especialização em Extensão Rural (UFV – Brasil); em Saúde Pública (Universidade de Ribeirão Preto) e Cidades Sustentáveis (FCT da Universidade Nova de Lisboa). Atualmente é estudante do Programa de PhD em Ambiente e Sustentabilidade da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. É voluntária da ONG Lida para Proteção da FCT/UNL). Tem experiência em consultoria e auditoria urbana atuando como observadora e relatora na área de Governância e Participação Pública relacionada a processos na área do mar.

3 Professora no Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Universidade Nova de Lisboa. tem centrado a sua investigação em processos de decisão, desenvolvendo metodologias para mobilizar e envolver stakeholders em processos colaborativos visando novas formas de governância em políticas públicas. Coordenou o Projecto MARGov que visou o desenvolvimento de um modelo colaborativo de governância para áreas marinhas protegidas. Coordena, na FCT , a componente participativa do projeto MARLISCO - MARine Litter in Europe Seas: Social AwarenesS and CO-Responsibility (www.marliscoportugal.org, www.marlisco.eu) financiado pela EU (FP7) que visa a Consciencialização social e corresponsabilidade da sociedade face ao lixo marinho.

ports and fisheries in general, practices that caused communities to organize themselves according to the forms of appropriation of water resources . These forms sees being expanded and have changed over time resulting from other economic interests , such as tourism , resulting in environmental conflicts confronting putting the interests of artisanal fishermen and tourists or tourism entrepreneurs . It is in this context of conflict established by the use of sea water that is brought into the discussion as they settle conflicts of uses seawater and how the social actors involved in the solution of conflicts using the literature review , interviews and observation direct . Has as reference Cova do Vapor, in the municipality of Almada , Lisbon Metropolitan Area , Portugal community. It is in this context that aims to bring to the discussion some thoughts that may contribute to the discussion of the need for environmental sustainability forms of uses of coastal waters and the possibilities of governance.Keywords: management of coastal waters, artisanal fisheries, tourism, environmental conflict

1. Introdução

As zonas costeiras constituem para qualquer país um valor acrescido. No entanto a sua gestão é essencial para que o recurso que atraiu os vários usos não seja destruído comprometendo o seu futuro inclusive nas populações locais.

Nesta comunicação analisa-se a importância da pesca artesanal e turismo, bem como os conflitos ambientais derivados da multiplicidade de usos da água.

A pesca artesanal e o turismo representam importantes atividades econômicas que mantem, do ponto de vista econômico, comunidades litorâneas em diferentes países do mundo tendo como recurso ambiental a água. Historicamente, o uso da água nas áreas litorâneas esteve relacionado à prática da navegação com a instalação de portos e da pesca de modo geral, práticas que fizeram com que comunidades se organizassem em função das formas de apropriação do recurso água. As formas de apropriação veem sendo ampliadas e têm mudado através dos tempos resultantes de outros interesses econômicos, a exemplo do turismo, configurando-se em conflitos socioambientais pondo em confronto os interesses dos pescadores artesanais e dos turistas ou empreendedores turísticos. É nesse contexto de conflitos estabelecido pelo uso da água do mar que se propõe este artigo trazendo à discussão como se estabelecem os conflitos de usos da água do mar tendo como referencia a comunidade Cova do Vapor, situada no município de Almada, Área Metropolitana de Lisboa, Portugal.

2. Enquadramento

Historicamente, o uso da água nas áreas litorâneas esteve relacionado à navegação com a instalação de portos e à formação de comunidades de pesca. Essas práticas resultaram na construção de grandes estruturas portuárias produzindo importantes espaços econômicos como cidades e a organização de comunidades piscatórias com uma dinâmica econômica local que passaram a se articular com as economias regionais e nacionais. A complexificação da sociedade a partir do Século XX, resultante da ampliação dos modos de produção, mudanças nas relações de trabalho, valorização de espaços (Harvey, 2006), aumento do consumo de recursos naturais, culturais e de paisagens vai afetar o uso da água. Formas de apropriação do recurso água das áreas litorâneas passaram a assumir outras práticas, configurando-se novos espaços turísticos e de lazer.

As diferentes formas de apropriação das águas litorâneas veem sendo ampliadas e têm mudado através dos tempos resultantes de outros interesses econômicos gerando conflitos socioambientais pondo em confronto os interesses de pescadores artesanais, moradores locais, turistas e empreendedores turísticos, sem que os interesses dos atores/produtores dos novos espaços sejam discutidos e legitimados pela coletividade. Vale a pena ressaltar, que embora os interesses específicos de diferentes atores locais sejam legítimos, eles podem não coincidir com os interesses da coletividade, causando assim, o surgimento de conflitos socioambientais (Quintas, 2006).

É nesse contexto de conflitos estabelecido pelo uso da água do mar que se propõe este artigo trazendo à reflexão a necessidade da participação das comunidades envolvidas na discussão acerca de usos da água do

mar para a gestão costeira tendo como referencia a comunidade Cova do Vapor, situada no município de Almada, Área Metropolitana de Lisboa, Portugal. Questiona-se: como se estabelecem os conflitos ambientais? De que forma a aplicação de políticas, coordenação e cooperação entre atores sociais envolvidos direcionam para a participação para a minimização dos conflitos?
A realização de entrevistas com os atores locais envolvidos, como pescadores, representação social, comerciantes locais e moradores completaram este enquadramento conceptual. A observação direta foi utilizada para compreender a estruturação espacial local assim como acompanhar discussões sobre problemas enfrentados pela comunidade em reuniões da associação de moradores, no contexto da discussão da governância do uso da área litorânea.
Para a Comissão sobre Governança Global (1996:2), "governança é a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns".

De acordo com Melo *apud* Diniz (1995:400), "a discussão atual em torno do conceito de *governance* ultrapassaria os aspectos estritamente ligados ao *modus operandis* das políticas, vindo a englobar questões mais amplas relativas a padrões de coordenação e de cooperação entre atores sociais e políticos".

Metodologia

A discussão da proposta de reflexão apoiou-se na revisão bibliográfica buscando o referencial teórico que explicasse como acontece a pesca artesanal, o turismo, conflitos ambientais e governância a partir do uso da água do mar e na realização de entrevistas com representantes do poder público municipal local, com pescadores, turistas e comerciantes vinculados a atividade turística, além da observação das discussões em reuniões da associação de moradores.

Questões
Questiona-se: como se estabelecem os conflitos ambientais? Quais as maneiras que os pescadores, empreendedores de turismo e turistas administram seus problemas comuns? De que forma a aplicação de políticas, coordenação e de cooperação entre atores sociais envolvidos direcionam para a minimização dos conflitos?

3. Usos, compatibilidades e complementaridade

3. a Águas costeiras marinhas

Os processos de utilização das águas costeiras marinhas tem promovido um processo de artificialização de ambientes naturais na medida em o homem se apropria dos recursos ambientais e transforma o espaço de acordo com as suas necessidades, disponibilidade de recursos e de seus interesses. Esse processo tem sido condicionado pela matriz sócio – cultural, pela capacidade tecnológica e pelo poder político e econômico da sociedade moderna resultando em novos espaços que são continuamente construídos e reconstruídos para atender as necessidades e os interesses socioeconômicos.
Cada vez mais tem se observado a valorização de ambientes costeiros e a apropriação destes locais pelo turismo, o que tem favorecido a intensificação da ocupação do litoral (Selva, 2012 a). Nestas áreas onde se concentram grandes cidades e importantes destinos turísticos, o turismo enquanto atividade econômica vem redesenhando a sua configuração espacial a partir da construção de grandes *resorts,* casas de veraneio e de segunda residência, complexos hoteleiros, marinas, parques temáticos, etc. atraindo um grande fluxo de turistas. Em áreas de comunidades costeiras e de pequenas vilas onde a pesca representa uma das principais atividades locais tem sido observado que moradores locais enfrentam problemas e situações conflitantes de uso do solo, de acessos, de superpopulação no período da alta estação, inadequação de comportamento da população flutuante, aspectos que se constituem como problemas.

Atividades primárias a exemplo da pesca não tem sido compatível com a atividade turística tendo em vista que nem sempre o produto derivado da pesca é incorporado à atividade turística do local pela ausência de um planejamento integrado ou por ingerência do território pela incapacidade técnica e de manejo do poder público municipal de se utilizar de instrumentos de controle, capazes de prevenir consequências negativas da expansão da função turística e de maximizar os esperados resultados positivos (Selva, 2012b). No tocante a pesca artesanal, a cadeia de produção dos pescadores nem sempre atendem as demandas e ou necessidades destes.
A proximidade da produção em relação aos mercados de consumo não é um fator que possa ser controlado pelos pescadores visto que a primeira venda do pescado é feita na lota. O Decreto-Lei n.º 81/2005, de 10 de Abril, define lota como:
«a infraestrutura em terra implantada na área de um porto de pesca ou em zona ribeirinha na sua influência, devidamente aprovada e licenciada para a realização das operações de receção, leilão e entrega de pescado e outras operações que lhe são inerentes ou complementares, compreendendo a descarga, manipulação, conservação ou armazenagem;» (Diário da República – I Série-A, nº 77-20 de abril de 2005, 3121-3125).
Como consequência é o comprador que determina o destino seguinte do produto podendo ser local ou não.
Em relação ao poder dos compradores *vs* poder dos vendedores no caso específico da pesca artesanal portuguesa novamente devemos considerar que a primeira venda obrigatória feita em lota adiciona poder aos compradores.
A relação direta e a interdependência entre o bem-estar humano e a conservação dos recursos naturais num sentido mais amplo é atualmente reconhecida internacionalmente e resguardada a nível político pela Convenção sobre Diversidade Biológica (posta a assinatura em 5 de junho de 1992 na conferência Rio-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro em junho de 1992 - http://www.cbd.int/history) e pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio que estão contidos na Declaração do Milénio das Nações Unidas emitida em 8 de setembro de 2000 e assinada por 189 dos estados membros.

3. b Pesca artesanal e turismo

A pesca artesanal e o turismo representam importantes atividades econômicas que mantem, do ponto de vista econômico, comunidades litorâneas em diferentes países do mundo tendo como recurso ambiental a água. Estas atividades nas áreas litorâneas tem se desenvolvido de forma isolada e em algumas áreas se apresentam de forma conflituosa quando deveriam ser complementares em espaços vividos.
O espaço vivido configura-se como a expressão mais concreta do espaço social e vice e versa, quando entendido pela soberania do ser humano sobre o objeto, através de sua apropriação pela corporeidade. É nesse espaço de representação (no dia-a-dia) onde indivíduos e comunidades que tiveram seus direitos socioambientais ameaçados, resistem e exercem sua cidadania, lutando pela garantia e ampliação desses direitos, mediante diversas formas de participação social (Silva, 2007).
O problema ambiental resulta frequentemente de um conflito social entre interesses privados e bens coletivos que se desenrolam na tensão entre os múltiplos usos dos recursos naturais num dado território ou espaço. Mesmo que os elementos que constituem o meio ambiente não são passiveis de apropriação privada, como é o caso do ar e a água, indivíduos mediados por relações territorializadas de poder podem alterar a qualidade desses recursos naturais pelo uso impróprio, por vezes privando o acesso de grupos humanos de usufruírem desses bens com qualidade gerando assim conflitos socioambientais (Acselrad, 1992).
Moradores locais enfrentam problemas e situações conflitantes de uso do solo, de acessos, de superpopulação no período da alta estação, inadequação de comportamento da população flutuante. São problemas que não são passíveis de solução a termo tendo em vista a ausência de espaços para a participação e tomada de decisão. Para Cernea (1991) a participação local refere-se à possibilidade de pessoas participarem efetivamente das atividades com condições para que habitantes mobilizem seu potencial e se transformem em agentes sociais. Acredita-se que dessa forma é possível envolvimento e capacidade de entendimento das diferentes dimensões de um do problema e a busca coletiva para a solução. Destaca ainda o referido autor que a participação no contexto geral constitui fator essencial para a gestão de uma localidade e o consequente diálogo para a solução de problemas e conflitos, afirmando a necessidade de que haja incentivo ao envolvimento dos moradores de uma

localidade no planejamento e execução de atividades que afetam seu cotidiano.
No âmbito das comunidades litorâneas é comum a formação em função da pesca artesanal a qual estruturou pequenas sociedades e uma economia de auto-sustento a qual se vê ameaçada de desestruturação em consequência da expansão da função turística. Cada vez mais tem se observado a valorização de espaços litorâneos e a apropriação destes locais pelo turismo, o que tem favorecido a intensificação da ocupação destes espaços resultando em conflitos socioambientais que emergem a partir dos antagônicos interesses dos diferentes atores envolvidos (setor público, *trade* turístico, pescadores e turistas) no uso da água do mar.

4. Uma visão dos conflitos de uso do mar na cova do vapor

À margem esquerda do Rio Tejo no seu encontro com o Oceano Atlântico situa-se a localidade Cova do Vapor (Figura 1), área pertencente a Freguesia de Trafaria, do Concelho de Almada, com 5,83 km² de área e 174030 residentes (INE, 2011) e uma densidade demográfica de 977 hab/km². A localidade configurou-se como um espaço de ocupação desordenada, um exemplo de arquitectura popular situada entre a Praia de São João e a Trafaria.
A ocupação da área da Trafaria se deu no Século XVI com a construção de pequenas fortificações e XVII com um Lazareto destinado às quarentenas. No Século XIX o processo de ocupação se amplia com o estabelecimento de uma fábrica de dinamite e no ano de 1901, a rainha D. Amélia (esposa do rei D. Carlos I) inaugura na Trafaria a primeira colónia balnear que existiu em Portugal.
Figura 1 - Vista aérea da Cova do Vapor – Almada, Portugal

www.cafeportugal.pt/pages/dossier_artigo.aspx?id=5026

Apesar de organizados em associação de moradores (Figura 2), a qual mantém um pequeno mercado - mercearia e uma peixaria para atender a comunidade local, a população não tem a prática da participação nas discussões e interesses da comunidade e não é ouvida nas ações e políticas de gestão para a área.
A comunidade apresenta ruas estreitas, um pequeno comércio, sede de associação para discussões e decisões, um pequeno porto para a ancoragem das embarcações (Figura 2), mas não decidem nem colaboram com as formas de uso da área para os usos de turismo e recreação. Apesar da área não ter um apelo turístico como acontece na Costa da Caparica, área litorânea contígua a Cova do Vapor, há uma outra forma de turismo não convencional voltado para veraneio de baixo custo e investimento assim como um turismo de praia e sol voltado para a prática de *surf*.

Fotos: Vanice Selva e Sueli Ventura, dezembro, 2013 e fevereiro, 2014

Moradores que **são pescadores tem como porto** o mesmo espaço das embarcações de lazer. É uma área de pequeno comércio e serviços locais. As áreas do mar utilizadas por surfistas, banhistas em geral, ha sete anos não é partilhada pelos pescadores o que tem gerado conflitos socioambientais.

Na Cova do vapor, as práticas turísticas e lazer se constituem substancialmente no turismo de sol e mar, com destaque para o veraneio e o *surf*.

Durante entrevistas realizadas com moradores, os principais problemas apontados derivados do turismo são a concentração de pessoas no verão principalmente, atraídos pelo *surf*. Nesse período, há casas que são alugadas e pessoas vindas de Lisboa e municípios próximos ocupam as praias para banho de sol e mar. As pessoas que frequentam a praia se instalam sem condições adequadas de higiene, pois, também não há qualquer tipo de estrutura adequada para recebe-las. Há intensa circulação de automóveis e de pessoas, barulho que altera a tranquilidade dos moradores locais. Destacam-se também conflitos de diferentes ordens entre moradores e turistas e veranistas que usam os espaços públicos desconsiderando as práticas dos pescadores.

Embora não seja um acordo direto entre as diferentes partes interessadas na Cova do Vapor foi aprovado em março de 2014 o Edital Nº 05/2014 do Ministério da Defesa Nacional – Autoridade Marítima Nacional – Capitania do Porto de Lisboa produto de um trabalho de escolas de surf (Lufi Surfschool e Samadi Surf School), associação de pescadores (Pesquisucesso) e do Comandante do Porto de Lisboa sobre o edital para a arte-xavega e surf da cidade de Almada, extinguindo a proibição total de pesca na frente urbana na Costa de Caparica que esteve em vigor por 7 anos.

Tal fato permite visualizar que a interação entre as partes permite que os conflitos possam ser expostos, discutidos e resolvidos na medida do possível atendendo as leis e os diferentes interesses.

5. Considerações finais

Assumindo a zona costeira uma importância estratégica em termos ambientais, económicos e sociais, a resolução dos seus problemas assume essa mesma importância estratégica no âmbito de uma política de desenvolvimento sustentável, pressupondo que essa estratégia deve ser enquadrada numa gestão integrada e coordenada destas áreas.

Os conflitos socioambientais derivados do turismo são questões que emergem a partir dos antagônicos interesses dos diferentes atores envolvidos (setor público, *trade* turístico, comunidade local e turistas) no uso dos recursos ambientais, nas práticas de circulação de serviços e nas construções e funcionamento de empreendimentos turísticos para o desenvolvimento da atividade.

Aponta-se a necessidade da participação ativa dos atores envolvidos nos interesses das áreas litorâneas como ação estratégica para a resolução de conflitos, para a gestão integrada e coordenada destas áreas como forma de minimizar conflitos socioambientais e contribuir para a sustentabilidade ecológica, econômica e social.

Vale ressaltar, que embora os interesses específicos de determinados atores locais sejam legítimos, eles podem não coincidir com os interesses da coletividade, causando assim, o surgimento dos conflitos socioambientais. É nesse contexto que se o artigo destacou algumas reflexões que podem contribuir para o debate da necessidade da sustentabilidade ambiental das formas de usos das águas litorâneas, das discussões entre grupos de interesses e das possibilidades de governância.

É essencial procurar fazer com as que as populações locais se envolvam de forma equitativa nas questões diretamente relacionadas a elas para poderem ter voz ativa nas decisões que afetam as suas vidas criando uma cultura de solidariedade. É necessário promover a participação de todos os *stakeholders* para possibilitar a constituição de um sistema eficaz na prevenção e na mitigação dos riscos coletivos a que se encontram expostos contribuindo assim para o aumento da eficácia no exercício da cidadania e estabelecer laços de articulação, colaboração e decisão. Este *empowerment* é baseado na transmissão e partilha de conhecimentos. (Ventura *et al*, 2013)

Bibliografia

ACSERALD, H. (2004) Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ___. et al. (Org.) *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará,.

ACSELRAD, Henri (1992). Cidadania e meio ambiente. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Meio ambiente e cidadania.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), pp. 18-31.

CERNEA, M. (1991). *Putting People First:* Sociological Variables in Rural Development. 2. ed. New York: Oxford University Press.

CEREJO, J. A. (2002). UMA RELÍQUIA CHAMADA COVA DO VAPOR, PÚBLICO.

COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. (1996). *Nossa Comunidade Global.*O Relatório da Comissão sobre Governança Global. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Diário da República, 1.ª Série, n.º 19, Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro (Reorganização administrativa do território das freguesias). Acedido a 2 de fevereiro de 2014..

DINIZ, Eli. (1995) Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. *Dados – Revista de Ciências, Sócias*, v. 38, (3), 385.

GOMES, Fernando Veloso (coordenador) (2006). Bases para a Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional. Projecto Relatório Grupo Trabalho "Bases para a Gestão Integrada da Zona Costeira". Versão para discussão pública.

HARVEY, David (2006). **Spaces of global capitalism**: towards a theory of uneven geographical development. London. New York: Versos.

Instituto Nacional de Estatística. Sensos 2011. http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011_apresentacao. (Site acessado em 05 de janeiro de 2014).

QUINTAS, José Silva (2006). Introdução à gestão ambiental pública. 2 ed. Brasília : Ibama (Coleção Meio Ambiente. Série Educação ambiental, 5)

SANTOS, Milton. (1997) A Natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**.** 2 ed. São Paulo: Hucitec.

SANTOS, Milton. (1979) **Espaço e Sociedade**. Petrópolis , Vozes.

SELVA, V. S. F. (2012a). Litoral da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guadalupe: de ambiente natural a espaço do turismo. **Revista Nordestina de Ecoturismo**, Aquidabã, v.5, n.1, nov, dez 2011, jan, fev, mar, abr.

SELVA, V. S. F. (2012b). Uma abordagem acerca de políticas públicas e gestão municipal do turismo. *In:* CASTILHO, C.J.M.; SELVA, V. S. F. **Turismo, políticas públicas e gestão dos ambientes construídos. Recife: Editora UFPE** (p. 35 a 52).

SILVA, Laurileide Barbosa da. (2007) **Conflitos socioambientais na praia de Gaibu:** a influência do turismo na apropriação do espaço e seus efeitos na luta pela efetivação dos direitos sociais. Tese de mestrado, Recife: Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social.

Souto, H. (1998). Comunidades de pesca artesanal na costa portuguesa. Estudo geográfico. Tese (doutoramento). Universidade Nova de Lisboa. 269 p.

VASCONCELOS, Lia T. (2009) **(Coord.) Governância e participação na gestão do territorial. Série Políticas de Cidades. DGOTDU. Lisboa: Europress, Editores e Distribuidores de Publicações, Ltda.** www.cafeportugal.pt/pages/dossier_artigo.aspx?id=5026

VENTURA, S.; VASCONCELOS, L. (2013) Governância, participação pública e consumo sustentável – comercialização da pesca artesanal. Anais do ESADR 2013 Alimentar Mentalidades vencer a crise global, 15-19 outubro 2013, Évora, Portugal.

Disputas e hierarquias na governança das águas no Brasil

Rodrigo Constante Martins[1]

Resumo: As políticas de gestão das águas no Brasil estão fundamentadas em uma estratégia de governança que pretende promover o pluralismo político, envolvendo várias categorias de atores e instituições que trazem para arenas descentralizadas seus interesses específicos e deliberam sobre a gestão do recurso. Este trabalho analisa o perfil da representação dos segmentos Estado e sociedade civil nestas arenas de governança, denominadas Comitês de Bacias Hidrográficas . O trabalho tem como base o estudo de caso de um importante Comitê de Bacia do estado de São Paulo – a saber, o Comitê Tietê-Jacaré. São analisados os perfis dos grupos que atuantes em termos da composição do respectivo capital cultural. Discute-se como as hierarquias sociais produzidas no interior do Comitê não se sustentam apenas pela condição econômica dos setores nele representados, mas também por meio de dimensões simbólicas que levam a uma diferenciação em termos de linguagem e informação.

Palavras-chave: governança da água; sociedade e meio ambiente; conflitos socioambientais

1. Introdução

As políticas de governança da água implantadas no Brasil na década de 1990 tratam de uma estratégia de governança pública que pretende promover o pluralismo político, envolvendo várias categorias de atores e instituições que trazem para uma arena descentralizada seus interesses específicos e deliberam sobre a gestão do recurso. Esta arena, denominada Comitê de Bacia Hidrográfica, funcionaria como uma modalidade de "parlamento das águas". Contudo, a homogeneidade do perfil dos participantes de um espaço de poder criado justamente para agrupar diferentes atores interessados numa mesma temática torna a governança pouco efetiva, quando na verdade, as novas legislações criadas no Brasil na década de 1990 representam uma possibilidade de desmonopolização do aspecto técnico da gestão da água para uma forma mais politizada.

Visando contribuir com esta discussão, este artigo analisa o perfil da representação dos segmentos Estado e sociedade civil em Comitês de Bacias Hidrográficas. Para tanto, toma como base de investigação um estudo de caso sobre a história de um importante Comitê de Bacia Hidrográfica do estado de São Paulo (Brasil) – a saber, o Comitê Tietê-Jacaré, situado na região central do estado. Serão analisados os perfis dos grupos que atuam nesta instância de governança em termos da composição do respectivo capital cultural. Deste modo, pretende-se discutir como as hierarquias sociais produzidas no interior do Comitê não se sustentam apenas pela condição econômica estrutural dos setores nele representados, mas também por meio de dimensões simbólicas que levam a uma diferenciação em termos de linguagem e informação.

Para o estudo de caso, foram adotados procedimentos exploratórios de pesquisa qualitativa. Foi realizado um levantamento documental do conjunto das atas de assembléias e das listas de presença do Comitê desde sua criação, em 1995. Também pesquisou-se os documentos de gestão produzidos ao longo do período, tais como os relatórios de gestão e os planos de bacia. A partir destes procedimentos pôde-se recuperar todas as discussões realizadas nas assembléias e identificar os membros que têm ou que tiveram representação dentro do Comitê, bem como seus perfis de formação escolar e técnica e sua participação efetiva nos temas debatidos neste espaço.

Do ponto de vista teórico, o trabalho parte da sociologia de Pierre Bourdieu para discutir a construção dos discursos no Comitê de Bacia. De acordo com este autor, a posição de classe de um indivíduo não se revela

1 Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Doutorado em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (Brasil).
rmartins@ufscar.br

apenas através de aspectos econômicos, mas também através de dimensões simbólicas que levam a uma diferenciação em termos de linguagem e informação. Isto significa que a linguagem também constitui-se em um modo de dominação em que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante o reconhecimento das formas legítimas, "oficiais" de visão e divisão do mundo social, sendo estas incorporadas naturalmente por aqueles que não tem poder para contestá-las, caracterizando a relação de violência simbólica (Bourdieu, 1982). Sem embargo, os discursos técnicos nos comitês de bacia – combinados com o discurso democrático de governança – são produzidos por agentes que possuem uma formação escolar distinta, não acessível a todos, pois se deve considerar a posição que os agentes ocupam na estrutura social (objetiva). Os ritos de instituição - ritos que consagram e legitimam os agentes sociais, criando uma linha arbitrária de distinção entre aqueles que passaram por ele os que não passaram – naturalizam as diferenças, que são incorporadas sob a forma de *habitus*.

O artigo encontra-se dividido em cinco tópicos. No primeiro tópico são apresentadas breves considerações sobre a descentralização da gestão das águas no Brasil e no estado de São Paulo. No segundo é apresentada a constituição do Comitê Tietê-Jacaré, foco do estudo e no terceiro tópico é analisado o perfil profissional dos integrantes do Comitê. No quarto tópico são indicados alguns elementos que permitem pensar o recorte profissional da participação da sociedade civil no comitê, bem como as relações entre posição social e redes profissionais no recrutamento dos representantes. No quinto é discutida a influência deste perfil de representação na elaboração dos diagnósticos de gestão da bacia e na definição das atividades gestoras. Por fim, nas considerações finais são apontadas possíveis contribuições do estudo para o debate sobre a relação sociedade e recursos hídricos na contemporaneidade.

2. A gestão por bacias no estado de São Paulo

A participação social na gestão pública visa trazer para a cena política uma nova lógica de produção de decisões e concertações. Os chamados *stakeholders*, ao participarem efetivamente de um espaço de discussão ou de deliberação fariam com que os interesses da sociedade fossem representados frente ao Estado, aumentando assim a democratização da gestão pública e ampliando sua eficiência (Abers e Keck, 2004).

Nas políticas voltadas ao meio ambiente no Brasil, a participação social foi fortalecida na década de 1990 com a criação de vários conselhos consultivos e deliberativos em todos os níveis governamentais, com a participação regulamentada da sociedade civil organizada. Os Conselhos de Meio Ambiente, os Comitês de Bacias Hidrográficas e aos conselhos gestores de Áreas de Proteção Ambiental (APAs) prevêem a participação de segmentos da sociedade como ONGs e movimentos sociais no seu funcionamento (Jacobi, 2009). Como bem aponta a literatura, tal forma de organização destas instâncias representa uma politização da gestão ambiental como forma de resolução de problemas e conflitos entre grupos e setores envolvidos (Guivant e Jacobi, 2003).

No caso da gestão das águas, o estado de São Paulo foi pioneiro na elaboração de uma estrutura de perfil descentralizado e participativo, chegando a influenciar a legislação federal posterior. Influenciada pelo modelo francês de gestão do recurso, a legislação paulista de 1991 definiu o gerenciamento como sendo participativo, integrado e descentralizado em nível de unidades de bacias hidrográficas. A gestão das bacias seria feita nos comitês de bacias hidrográficas, com estrutura tripartite e representação paritária entre os segmentos estado, municípios e sociedade civil. No geral, os representantes do segmento estado integram secretarias e órgãos estaduais mais diretamente ligados à questão do meio ambiente e recursos hídricos; os representantes dos municípios na plenária dos comitês são os próprios prefeitos municipais, e; os representantes da sociedade civil representam entidades que atuam na região correspondente a bacia e integram universidades, entidades de pesquisa, usuários das águas (representados por entidades associativas), associações especializadas em recursos hídricos, entidades de classe, associações comunitárias, além de outras associações não-governamentais, em geral ambientalistas.

O estado de São Paulo é dividido atualmente em 21 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRH), cada uma sendo administrada por um Comitê de Bacia. A estas instâncias compete o planejamento e a gestão do uso da água. Neste arranjo normativo, os Comitês de Bacia formam, portanto, a substância do processo

de descentralização, pois neles são promovidos os debates das questões relacionadas aos recursos hídricos da respectiva bacia, bem como a articulação das intervenientes e a resolução, em instância local, dos conflitos potenciais e/ou efetivos.

3. O Comitê de Bacia Tietê-Jacaré (CBH-TJ)

Como recorte fisiográfico, a bacia Tietê-Jacaré é composta pelo trecho do rio Tietê delimitado entre as Usinas Hidrelétricas de Barra Bonita e de Ibitinga, pelo rio Jacaré e seus contribuintes (os rios Bauru, Jacaré-Guaçu, Jacaré-Pepira, Jaú e Lençóis, com seus respectivos afluentes menores) e pelos reservatórios localizados nestes corpos d'água (Bariri, Ibitinga, Lobo e Promissão).
A bacia hidrográfica compreende uma área de 15.808 km^2 e integra trinta e quatro municípios, sendo que dezesseis estão inseridos totalmente na UGRHI e dezoito possuem parte das áreas em UGRHI´s vizinhas. Em 2007, a bacia possuía população estimada de 1 436 710 habitantes (3.6% do total do estado) sendo os municípios de Bauru, São Carlos, Araraquara e Jaú os mais populosos, correspondendo a 61.37% da população total da bacia (CBH-TJ, 2008).

Figura 1

Localização da UGRH Tietê-Jacaré no estado de São Paulo

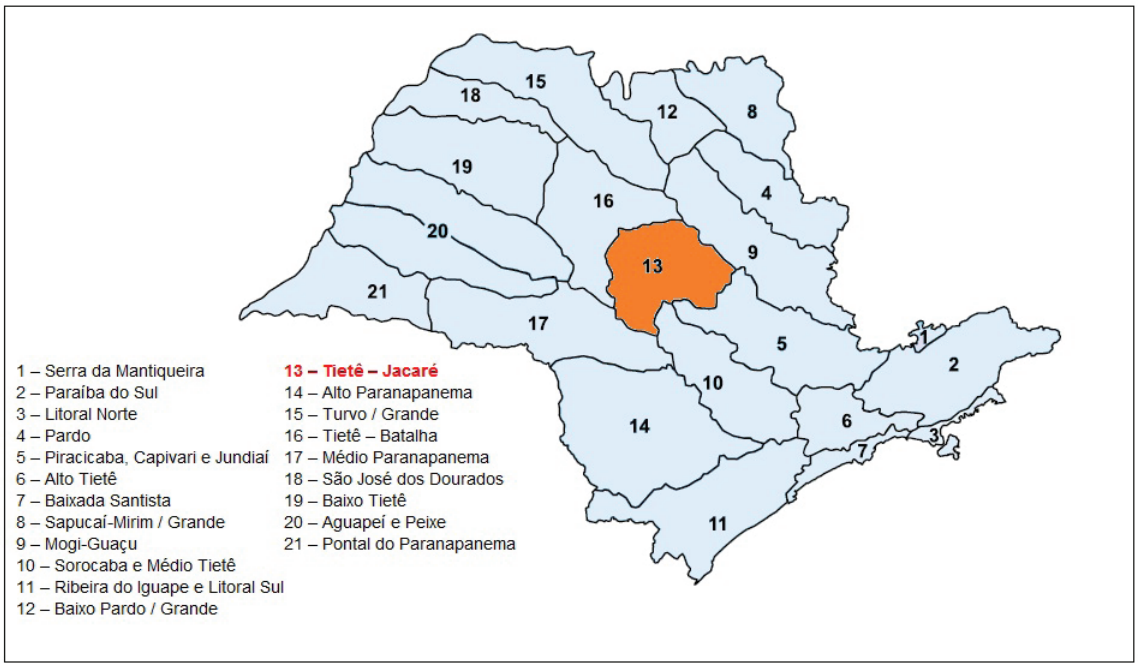

Fonte: Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

A região possui uma economia diversificada, sendo a agropecuária a principal atividade, com destaque para a citricultura e o complexo agroindustrial sucroalcooleiro – este último com contribuição decisiva para a produção nacional de etanol. Cerca de 34% da área agrícola da bacia é atualmente ocupada pelo cultivo de cana-de-açúcar. A demanda de água distribui-se em cerca de 50% para irrigação, 33% para o uso industrial e 17,5% para o uso doméstico-urbano (CBH-TJ, 2008).
O Comitê Tietê-Jacaré foi criado nos termos da legislação estadual de 1991 e instalado em 10/11/1995. Constitui-se em um órgão colegiado, de caráter consultivo e deliberativo do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, com atuação definida pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos. Seu plenário é composto por 36 membros, com paridade de representação entre três segmentos – a saber, Estado, municípios e sociedade

civil. O Comitê reúne-se ao menos três vezes por ano em assembléias públicas organizadas pelos membros da mesa diretora, composta pelos cargos de presidente, vice-presidente e secretário-executivo. Desde a fundação do Comitê, em seis das oito gestões a mesa diretora foi ocupada por um representante do segmento municípios (presidência), um representante do segmento sociedade civil (vice-presidência) e um representante do segmento Estado (secretaria executiva) [2].

Embora seja comumente apresentado como um "parlamento das águas", no geral, os Comitês de Bacia são constituídos menos por representantes egressos de pleitos amplamente organizados e divulgados do que pelo recrutamento de agentes e entidades inscritas nas redes profissionais e de poder próximas às práticas gestoras. Os próprios estatutos dos comitês desenham os perfis dos representantes que podem concorrer aos assentos desta instância de governança. No caso do Comitê Tietê-Jacaré, a distribuição dos setores representados respeita a classificação apresentada no quadro 1.

Quadro 1

Setores representados, por segmentos, no Comitê de Bacia Hidrográfica Tietê-Jacaré

SEGMENTO	REPRESENTANTES
Estado*	01 do DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica 01 da CETESB – Campanha Ambiental do Estado de São Paulo 01 da CBRN – Coordenação de Biodiversidade e Recursos Naturais 01 da SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo 01 da Secretaria de Saneamento e Energia 01 da CODASP - Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo; 01 da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento; 01 da Secretaria de Estado da Saúde; 01 do Departamento Hidroviário; 01 do Escritório Regional de Planejamento; 01 da Fundação Florestal ou do Instituto Florestal; 01 da Polícia Ambiental do Estado de São Paulo
Municípios	12 prefeitos dos municípios situados na Bacia do Tietê-Jacaré
Sociedade Civil	01 representante dos Usuários urbanos de águas; 01 representante dos Usuários rurais de águas; 01 representante dos Usuários industriais de águas; 03 representantes das Universidades; 01 representante dos Institutos de Pesquisas; 01 representante das Entidades Ambientalistas; 01 representante das Entidades de Recuperação Florestal; 01 representante das Associações de Classes e Sindicatos; 01 representante das Associações Técnicas; 01 representante das Associações de Esportes, Turismo, Lazer e Navegação;

Fonte: Estatuto do Comitê de Bacia Hidrográfica do Tietê-Jacaré

2 Na segunda e na terceira gestões do Comitê, a presidência esteve a cargo do segmento Sociedade Civil e a vice-presidência com os municípios.

4. Convergências entre formação e participação

Conforme visto, os representantes dos segmentos Estado e Sociedade Civil devem se enquadrar em categorias definidas estatutariamente. No caso da Sociedade Civil, são três representantes de segmentos usuários e nove de entidades representativas de corporações profissionais e representantes de universidades e institutos de pesquisa. No caso do segmento Estado, os representantes são funcionários de diversos órgãos estaduais com representação dentro da região da bacia e são nomeados pelos próprios órgãos ou secretarias.

Pela análise das listas de presença nas reuniões plenárias do CBH-TJ, pôde-se verificar que os segmentos que mais participam dos trabalhos do Comitê são Estado e sociedade civil. Já o segmento municípios – cujos representantes na plenária são os próprios prefeitos – tem participação menos assídua e se concentra nos encontros em que se elegem os representantes e naqueles em que são deliberados repasses de recursos financeiros.

Nas tabelas 1 e 2, abaixo, são apresentados os dados de freqüência dos representantes dos segmentos estado e sociedade civil nas reuniões plenárias do Comitê nas sete gestões compreendidas entre os anos de 1995 e 2008.

No caso do segmento Estado, observa-se que os representantes com maior assiduidade são os da Secretaria de Saneamento e Energia, representada também pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) – instituições burocráticas historicamente envolvidas na gestão técnica e centralizada das águas no estado. Os 100% de participação dos representantes do DAEE, em particular, explica-se pela posição da instituição como secretaria executiva da instância gestora.

Destaca-se ainda, na tabela 1, a assiduidade da CETESB (Companhia de Saneamento Básico do Estado) e da Secretaria de Agricultura nas reuniões plenárias. Com exceção de um dos representantes do DAEE, formado em geologia, todos os demais representantes destas instituições tinham formação nas áreas de engenharia.

Tabela 1

Percentagem de participação dos órgãos e secretarias estaduais por gestão (1995-2008)

Órgão/ secretaria estadual	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	Média
DAEE	100	100	100	100	100	100	100	100,0
Secretaria de Energia e Saneamento	20	0	100	100	100	100	100	74,2
CETESB	100	100	80	33	50	60	28	64,4
Secretaria de Agricultura	100	83	40	66	50	40	57	62,2
DEPRN	100	100	20	33	83	20	28	54,8
Secretaria dos Transportes	20	16	20	50	83	100	86	53,5
Polícia Florestal	80	33	60	50	33	60	28	49,1
Secretaria de Saúde	80	0	60	33	83	40	14	44,2
SABESP	60	16	20	66	66	0	71	42,7
Secretaria de Economia e Planejamento	40	50	60	16	66	20	43	42,1
CODASP	40	16	20	33	33	60	0	28,8
Secretaria de Esporte e Turismo/ Fund. Florestal [2]	0	16	0	0	0	0	43	8,4

Fonte: Listas de presença das assembléias (ordinárias e extraordinárias) do Comitê de Bacia Hidrográfica Tietê-Jacaré.

[1] A Fundação Florestal ocupa a vaga da Secretaria de Esporte e Turismo a partir da sétima gestão do Comitê.

Tabela 2
Percentagem de participação das categorias da Sociedade Civil por gestão (1995-2008)

Categorias	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	Média
Entidades de recuperação florestal	100	83	100	83	100	100	43	87,0
Institutos de Pesquisas	60	33	100	83	83	83	100	77,4
Usuários urbanos de água	80	50	60	100	66	66	86	72,5
Universidades – UNESP	80	100	60	33	83	83	86	75,0
Usuários rurais de água	20	66	40	83	83	83	100	67,8
Associações técnicas	80	83	60	33	50	50	71	61,0
Universidades – UFSCar	100	50	40	66	50	50	43	57,0
Entidades ambientalistas	40	100	80	66	16	16	71	55,5
Associações de classes e sindicatos	40	50	20	50	50	50	86	49,4
Associações de esporte, turismo e lazer	80	0	0	33	50	50	86	42,7
Usuários industriais de água	60	16	0	83	33	33	71	42,2
Universidades – USP	80	0	0	0	33	33	86	33,1

Fonte: Listas de presença das assembléias (ordinárias e extraordinárias) do Comitê de Bacia Hidrográfica Tietê-Jacaré.

A tabela 2 revela que, no caso do segmento Sociedade Civil, a maior média de participação compreende aos representantes das entidades de recuperação florestal, dos institutos de pesquisas, das universidades e dos usuários urbanos de água, este último sempre representado pelas associações de serviços de saneamento. Neste conjunto, os representantes têm formações nas áreas de engenharia. Somente com a quinta média de freqüência estão os usuários rurais de água, representados por engenheiros e, excepcionalmente, por advogados dos sindicatos e associações patronais. Observa-se ainda que entre segmentos cujos representantes poderiam portar formações diferentes do universo de conhecimento das áreas de engenharias – tais como as entidades ambientalistas e as associações de classes e sindicatos – a baixa freqüência nas reuniões plenárias indica a impossibilidade de participação no núcleo das articulações políticas do Comitê.

Conclui-se, portanto, que tanto os membros representantes do Estado, quanto os da sociedade civil mais ativos nas discussões são em grande maioria técnicos com formação e experiência na gestão de recursos hídricos. Esta situação entra potencialmente em conflito com o próprio princípio de gestão descentralizada, que supõe participação aberta de membros da sociedade envolvidos no uso das águas. Isto não é uma característica exclusiva do Comitê Tietê-Jacaré, mas sim uma ambigüidade colocada pela própria legislação federal, que privilegia a participação de membros da sociedade civil que compartilhem de informações técnicas e conhecimento científico sobre a questão dos recursos hídricos. Isto é, ao mesmo tempo em que pretende ser inclusiva, garantindo a participação de todos interessados, a legislação define antecipadamente estes interessados.

Tal importância dada ao saber técnico-científico, presente já no recrutamento dos partícipes do Comitê, pode ser interpretada como fenômeno da confiança que é conferida aos "sistemas peritos" (Giddens, 1991) – sistemas de competências técnicas e profissionais que aparentemente retiram as relações sociais do contexto em que se instalam para transformá-las em abstrações que se objetivam através dos critérios de mensuração e previsibilidade.

Os gráficos 1 e 2, abaixo, mostram a distribuição dos representantes do Estado no CBH-TJ segundo o perfil profissional desde sua fundação. Este segmento possui um grupo de técnicos formados na sua maioria por engenheiros, geólogos e biólogos. Na primeira gestão há um economista e na terceira um arquiteto. Os demais representantes com outras formações são militares (da Polícia Ambiental), administrador e assistente social. Os dados não divulgados são observáveis em algumas gestões em que não foi possível obter a profissão do representante, pois estes na maioria dos casos não registraram presença nos encontros do Comitê. Além

disso, em várias gestões não foram nomeados representantes de alguns assentos – casos da Secretaria de Agricultura e a Secretaria de Esporte e Turismo. Isto deixa ainda mais evidente que o interesse pela gestão de águas nesta bacia, ao menos em determinados da consolidação do novo sistema gestor, se concentrou entre os técnicos especializados em conhecimentos sobre águas, com experiência nas áreas de saneamento e engenharia hidráulica.

Gráfico 1

Perfil profissional dos representantes do segmento Estado no CBH-TJ (1995-2010)

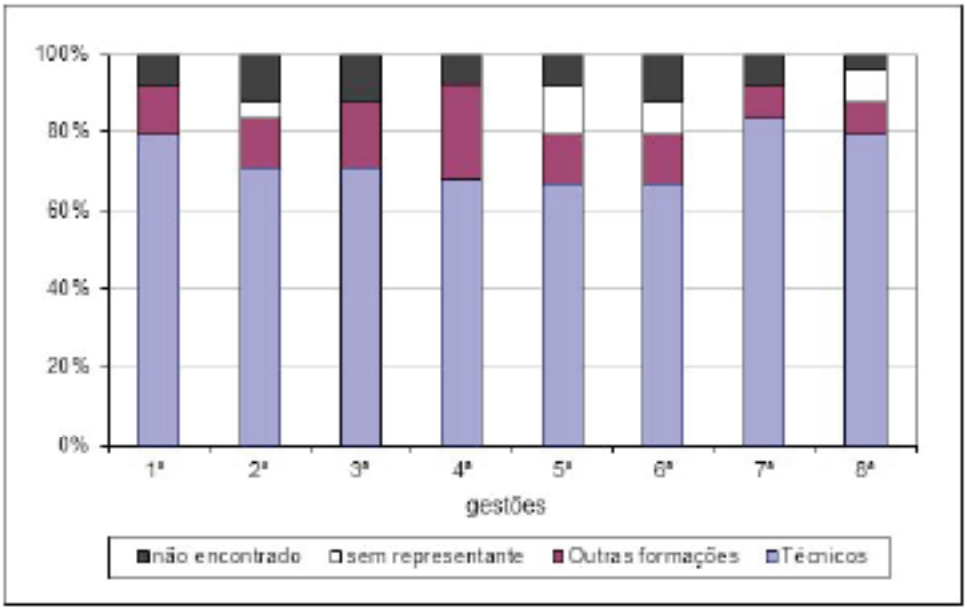

Fonte: Base de dados do projeto *A distinção social na governança da água e do desenvolvimento rural* (FAPESP/UFSCar)

Gráfico 2

Perfil de formação do grupo de técnicos do segmento Estado no CBH-TJ (1995-2010)

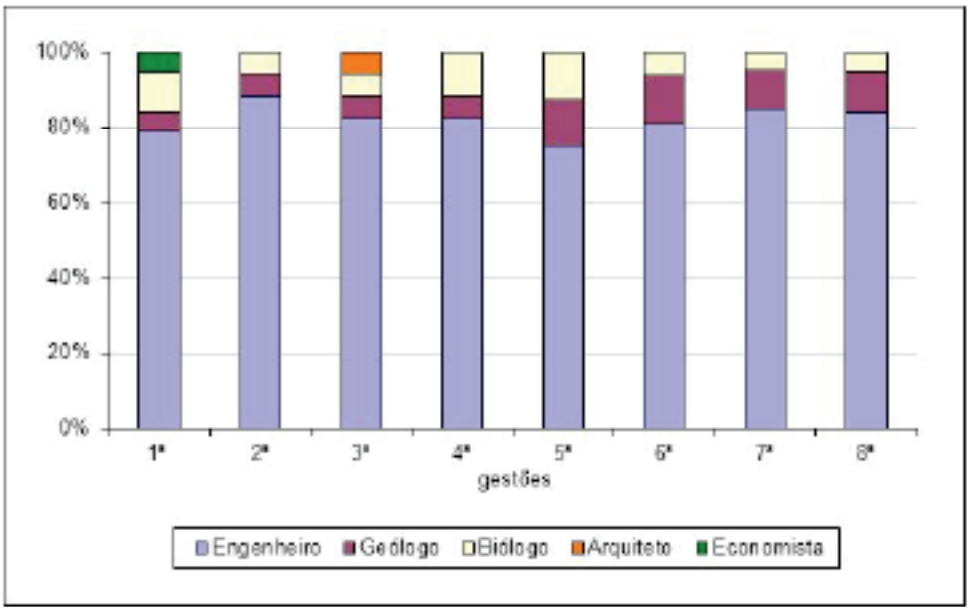

Fonte: Base de dados do projeto *A distinção social na governança da água e do desenvolvimento rural* (FAPESP/UFSCar)

Os gráfico 3 e 4, abaixo, mostram que a representação da sociedade civil no Comitê, por sua vez, não é tão heterogênea como poderia se supor. No mesmo perfil do segmento Estado, os representantes da sociedade civil são em sua grande maioria técnicos, também com formação em engenharia civil voltada às áreas de hidráulica e saneamento. A diferença é que, neste segmento, o grupo de técnicos assume uma pluralidade maior, com a presença de agrônomos, geólogos, físicos, biólogos, químicos e farmacêuticos.
As outras formações dos representantes da sociedade civil se referem à advocacia, em sua maioria. Também registrou-se a presença de membros com formação em geografia, turismo, relações públicas, fonoaudiologia e sociologia, uma única vez para cada um deles. Estas outras formações pertencem a representantes ocupantes de assentos reservados à sociedade civil em que se enquadram as organizações não-governamentais ambientalistas, as organizações profissionais não ligadas às engenharias e a classe de usuários industriais. Todas as outras categorias definidas da sociedade civil se referem a organizações técnicas e a universidades e centros de pesquisas. Cumpre ainda salientar que, na análise das atas das plenárias do Comitê, todos os membros da sociedade civil com formação técnica fora dos campos das engenharias não tiveram participação significativa nas discussões registradas.

Gráfico 3

Perfil Profissional dos representantes da sociedade civil no CBH-TJ (1995 – 2010)

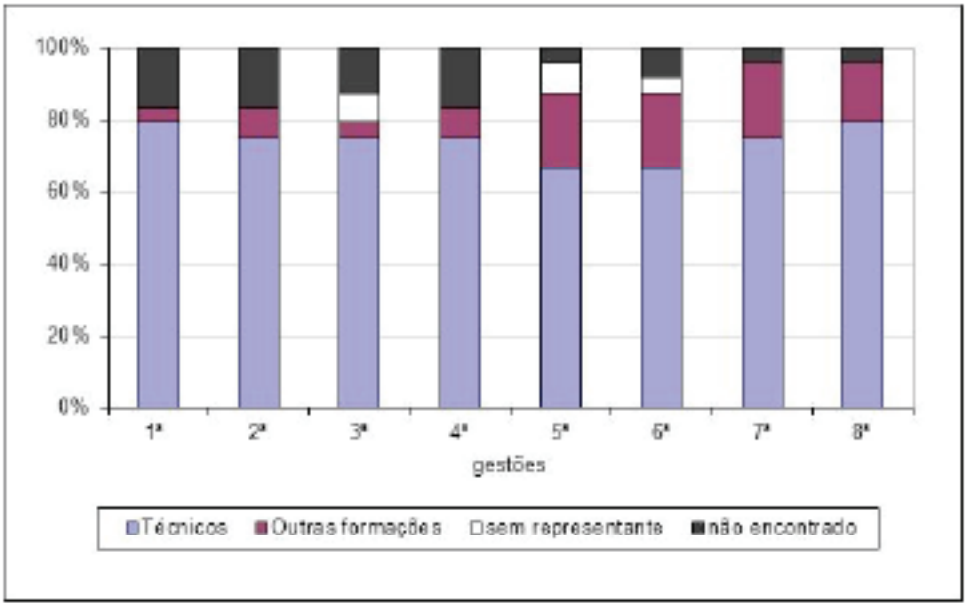

Fonte: Base de dados do projeto *A distinção social na governança da água e do desenvolvimento rural* (FAPESP/UFSCar)

Gráfico 4

Perfil de formação do grupo de técnicos do segmento Sociedade Civil no CBH-TJ (1995-2010)

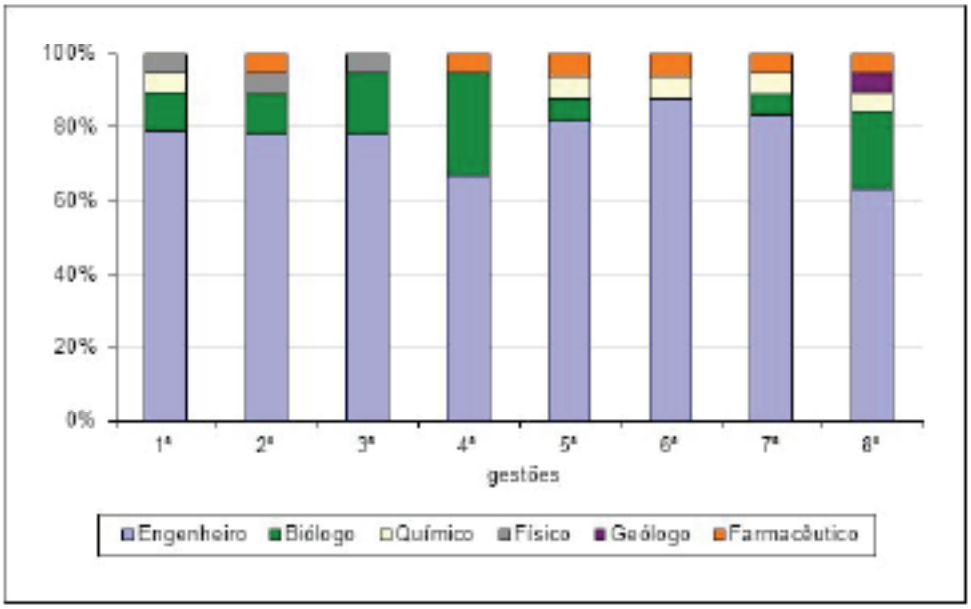

Fonte: Base de dados do projeto *A distinção social na governança da água e do desenvolvimento rural* (FAPESP/UFSCar)

Com efeito, esta preferência por um perfil profissional técnico reverbera sobre a possibilidade de participação de outros setores da sociedade civil que também poderiam manifestar interesse na formulação de políticas de gestão hídrica. A justificativa aceita amplamente sobre o domínio do saber técnico dentro deste espaço se refere à suposta neutralidade que a ciência e a técnica exerceriam sobre decisões que envolvem uma coletividade com interesses variados. A tecnociência é lançada, nesta ordem discursiva, como instrumento imparcial e capaz de se impor sobre interesses políticos e econômicos particulares, que não contribuiriam para os interesses gerais (ou para o bem comum) da sociedade como um todo. Tal visão não deixa de se confrontar com o princípio de que a governança das águas, ao envolver necessariamente interesses variados, deve supor que a imposição do discurso codificado pode afetar o espaço democrático e parlamentar que os Comitês de Bacia se supõem. Isso implica considerar que a ordem do discurso disciplinar não pode ser despolitizada, sob pena de naturalizar as desigualdades dela decorrentes.

A tecnocracia que busca a gênese de seus discursos nos instrumentos da geologia, da hidrologia, da bioquímica e da hidráulica, não deixa de recorrer, neste movimento de cientifização da gestão, a uma modalidade de legitimação de seu discurso ante àqueles que não dominam os códigos destes saberes disciplinares. Isso não significa que os que não dominam estes saberes estejam excluídos da prática gestora. Ao contrário disso, a participação destes não peritos e, principalmente, sua aceitação das descrições e prescrições desta perícia, são fundamentais na legitimidade da posição da tecnocracia na instância de governança. Recorrendo à terminologia habermasiana, a razão técnica aplicada às questões sociais não abandona seu conteúdo político. Na medida em que a ciência e a técnica se apresentam como eficazes, estas legitimam seus monopólios em detrimento de uma esfera pública de discussão política (como poderia se supor em algum momento dos trabalhos dos Comitês), e assumem um caráter ideológico, em que a política tem que se valer da técnica e da ciência racionalizando as relações sociais e retirando do jogo as questões práticas que englobam as interações sociais. Esta "cientificação da política", segundo Habermas (1973), não somente torna a ação política refém da lógica do progresso da ciência e da técnica, mas acaba despolitizando as dimensões do cotidiano que escapam da ordem do discurso científico.

Cumpre destacar que esta predominância da leitura técnica da gestão das águas já havia sido identificada por Martins (2008) na formulação do atual sistema francês de gestão – base inclusive dos aparatos federal e paulista de governança do recurso no Brasil. Como enfatizou o autor, os formuladores do arcabouço jurídico

do sistema francês acentuam seu caráter técnico e frio, a despeito da ação dos grupos politécnicos das grandes escolas de engenharia daquele país na coordenação das atividades de formulação das normas e dos princípios de funcionamento dos Comitês e das Agências de bacia. Na França, o próprio recorte das bacias hidrográficas respeitou, em última instância, os interesses dos grupos profissionais das áreas de engenharia de minas, engenharia de pontes e engenharia agrícola no contexto da formulação da legislação nacional de 1964.[3]

Em sentido lato, a forma como a gestão é tratada nas legislações e nos textos de organismos internacionais deixa claro o tratamento excessivamente técnico dado a governança das águas. Castro (2007), por exemplo, observa que a água é abordada somente do ponto de vista técnico e econômico, considerada como "recurso", sendo que não são levadas em conta as outras dimensões que a temática abarca, como as representações que os diferentes usuários têm sobre os rios, sobre o cálculo econômico e sobre questões estéticas. Na prática, só são levadas em conta as escolhas técnicas, pretensamente universais, objetivas e neutras, mas que acaba incorporando valores sociais nas suas decisões.

5. Uma sociedade civil profissionalizada?

Uma peculiaridade importante da composição histórica dos partícipes do CBH-TJ diz respeito ao perfil dos representantes do segmento sociedade civil. Diferentemente do que revelam estudos sobre outros comitês de bacia no Brasil, a relação entre sociedade civil e movimentos ambientalistas é historicamente frágil no CBH-TJ[4]. Entre as entidades que mais participaram do comitê ao longo destas primeiras oito gestões, é marcante a presença de associações profissionais e de instituições de ensino superior e pesquisa da região, além da esperada atuação das entidades empresariais.

Dentre as entidades representantes da sociedade civil com maior tempo de atuação do CBH-TJ (participando de pelos menos quatro gestões), estão três organizações não-governamentais ambientalistas, três entidades de classe representando usuários econômicos, três institutos de ensino e pesquisa na área de engenharia, três associações de serviços de saneamento (com representantes engenheiros) e duas associações profissionais (todas da área de engenharia). Há ainda estratégias políticas de mobilização de diferentes entidades de representação para viabilizar a ampliação da participação dos profissionais de engenharia no Comitê. Três casos exemplificam bem estas estratégias.

O primeiro refere-se à participação da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES) nas quatro primeiras gestões do Comitê. Os representantes da Associação nestas gestões eram também professores da Universidade Federal de São Carlos – instituição de ensino e pesquisa que também mantinha no período representantes de seus departamentos de engenharia no Comitê. O entrelaçamento do capital intelectual com o capital social, bem como suas redes de poder, revela-se ainda neste caso através do fato dos representantes da Associação pertencerem ao mesmo departamento de um dos representantes da Universidade. A evidência final da relevância política desta rede está no fato deste representante da ABES ter sido eleito, para a gestão 2005-2006, representante da própria Universidade no Comitê.

O segundo exemplo das estratégias de ampliação da participação do grupo profissional no Comitê foi a conquista de assento por parte da Associação de Ex-alunos de cursos de engenharia da Universidade de São Paulo para a gestão 2001-2002. Na medida em que esta Universidade já possuía dois assentos no Comitê, este assento da Associação de Ex-alunos possibilitou a ampliação da esfera de atuação política desta instituição de ensino no parlamento gestor das águas.

---

3 Uma questão particularmente interessante para ser retomada e discutida em oportunidade futura é a posição deste modelo francês no mercado internacional de circulação de idéias e de *professional expertis*. Um caminho para esta discussão pode ser o perseguido por Dezalay e Garth (2000) na análise da circulação internacional de agentes e capitais concorrentes nas transformações na administração pública do Estado, com a passagem dos "políticos bacharéis" aos 'técnicos-políticos".

4 Notadamente, os estudos de Novaes e Jacobi (2009) sobre o caso do comitê Paraíba do Sul e de Neder (2002) e Fracalanca, Campos e Jacobi (2009) sobre o Alto Tietê.

Por fim, o terceiro exemplo deste entrecruzamento dos capitais intelectual e social na composição da hegemonia tecnocrática no CBH-TJ verifica-se através das representações da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). No caso da primeira, nas gestões dos anos de 2001-2002, 2003-2004 e 2005-2006, a representação da entidade esteve a cargo de um engenheiro que também era professor da Universidade de São Paulo. A EMBRAPA, por sua vez, foi representada nas gestões 1995-1996 e 1997-1998 por um físico, também professor de um dos programas de doutorado em engenharia da mesma Universidade.

Para este estudo, as especificidades destes casos são relevantes em razão do que as redes de relações revelam e de seu vínculo com o capital intelectual de seus integrantes. A mobilização de relações pessoais, redes profissionais e instituições colocam em foco um olhar sobre o parlamento das águas que escapa à simples sobredeterminação que poderia se supor do capital cultural ou intelectual diante das outras modalidades de valoração dos atributos sociais de grupos e agentes. Quando aqui se evidência o capital intelectual, busca-se uma inflexão analítica próxima às operações matemáticas de fatoração. Isto é, não se quer sobrepor uma dimensão do processo ante outras determinações, mas tão somente operá-la como fator comum em momentos importantes do próprio processo. No caso do debate sobre os Comitês de Bacia, esta iniciativa torna-se relevante justamente para complementar os esforços que bem mostram a importância da articulação de grupos e agentes da sociedade civil para a construção deste espaço de governança. Se, em alguns casos, as demandas históricas do ambientalismo pautaram – e segue pautando – esforços de setores da sociedade civil para a consolidação destas esferas de concertação política, no caso no CBH-TJ, o interesse por tal consolidação tem amparo mais significativo nos interesses de profissão e carreira que marcam a história regional.

Com efeito, a presença de instituições de prestígio no cenário do ensino superior nacional- como a Universidade Federal de São Carlos e a Universidade de São Paulo –, com atividades de ensino, pesquisa e extensão ligadas, dentre outros, às chamadas tecnologias ambientais; a rede de agentes constituída em torno destas instituições, com interesses potencializados pela abertura de um novo campo de atuação – a saber, a gestão ambiental – ainda sem demarcação profissional específica no país e promissora tanto em termos de demanda de trabalho quanto em termos de influência sobre o campo da administração pública; o vácuo aberto pela estruturação de um sistema descentralizado de gestão das águas, que desarticulou muito dos interesses até então hegemônicos na condução estatal das políticas de gerenciamento (com supremacia absoluta do setor de geração de energia hidroelétrica), e; a contabilidade econômica própria da territorialização do capital agroindustrial, grande demandante de água e, principalmente, de espaço territorial para duas das principais culturas agrícolas do país, quais sejam, a cana-de-açúcar e a citricultura, contribuíram decisivamente para que o capital cultural se constituísse em variável chave não apenas para a estruturação do CBH-TJ, mas também para o estabelecimento de redes e de modalidades de distinção social dos que tem pleitos e falas legítimas para a gestão regional das águas[5].

A hegemonia técnica no Comitê Tietê-Jacaré propicia a reprodução desta ordem de dominação simbólica em um sistema gestor que recorre aos valores da democracia para se sustentar socialmente. Tal hegemonia interfere tanto no diagnóstico dos problemas da bacia quanto nos projetos de gestão – situação que pode ser interpretada através da elaboração do documento-diagnóstico inicial para as atividades de gestão da bacia.

6. Política e capital intelectual no Comitê de Bacia

O início das atividades de gestão do Comitê Tietê-Jacaré se deu através da elaboração do relatório sobre a situação dos recursos hídricos na bacia. Também chamado de Relatório Zero, a elaboração deste documento entrou definitivamente na pauta do Comitê em sua terceira reunião plenária (em novembro de 1996) e

5 Convém destacar elementos da leitura disciplinar da questão hídrica também foram observados em estudos sobre a consolidação do modelo francês de governança das águas. A este respeito, Haghe (2010) ressalta que desde o final do século XIX a França acompanhava a formação de um discurso tecnocientífico que viria a se objetivar, através da lei das águas da década de 60, em verdadeiro sistema abstrato de controle sobre o recurso, amparado no suposto domínio técnico das variáveis que conformam uma bacia hidrográfica.

permaneceu como foco de discussão ao longo das três primeiras gestões do Comitê, sendo finalizado em maio de 2000.

Para a realização deste documento-diagnóstico, o Comitê contratou o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), que se baseou para a confecção do documento nas diretrizes gerais estabelecidas pelo Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CORHI) do estado. As diretrizes propostas pelo CORHI eram: a) elaboração da base cartográfica digital da UGRHI; b) compilação de dados do meio físico, biológico e sócio-econômico dos municípios componentes da UGRHI; c) tratamento e apresentação dos dados, envolvendo a elaboração de mapas temáticos (geologia, geomorfologia, declividade, pedologia, processos erosivos etc.), e; d) análise dos dados e diagnóstico da situação da Bacia.

Em novembro de 1999 o IPT apresentou ao Comitê a primeira versão do diagnóstico. A apresentação foi feita em reunião plenária e os questionamentos levantados foram identificados e apresentados pelos engenheiros integrantes do Comitê. Como revela a ata da reunião, estes questionamentos se relacionaram com aspectos técnicos da bacia – tais como posicionamento cartográfico dos rios e córregos, a rede pluviográfica e os diagnósticos de vegetação e de erosão – cuja perícia disciplinar era condição *sine qua non* para sua efetiva compreensão. Diante dos questionamentos, a plenária designou um grupo de trabalho formado por três engenheiros para o acompanhamento das alterações necessários no relatório juntamente com a equipe de técnicos do IPT.

Não há dúvidas de que a elaboração de um documento técnico como o Relatório Zero seja fundamental para as atividades de gestão de um Comitê de Bacia. Também é evidente, contudo, que por servir como principal referência para a elaboração de todo o plano de ações do Comitê, a elaboração do documento e, principalmente, a interpretação de suas minúcias técnicas constitui-se em um importante ato de poder, visto que se inscreve no espaço das lutas cognitivas pelas formas de classificação das experiências no (e sobre o) mundo social. Diagnosticar também significa nominar a experiência, implicando neste ato necessariamente valores que escapam à abstração técnica. E no caso do Relatório Zero, por constituir-se em diagnóstico base para a construção do Plano de Bacia pelo Comitê [6], a descrição viria a servir inevitavelmente como prescrição para própria gestão, posto que direcionaria as atenções do Comitê para os problemas eleitos da bacia.

Este tratamento dado à gestão dos recursos hídricos faz uso de uma linguagem técnica que limita a participação dos grupos locais (e mesmo profissionais) que não dominam certos códigos simbólicos. Os agentes que compartilham do discurso técnico empregado neste espaço fazem uso de um *habitus* lingüístico, adquirido de acordo com uma formação escolar distinta, não acessível a todos, pois deve se considerar a posição que tais agentes ocupam na estrutura social. Observa-se então uma relação de dominação simbólica, em que somente aqueles sujeitos portadores de um capital simbólico específico – no caso do Comitê, os técnicos formados majoritariamente nas áreas de engenharia – podem fazer uso de um discurso que é aceito por todos.

Neste contexto, deve-se considerar que os engenheiros portam, pela especificidade de formação e do reconhecimento social da mesma, um capital cultural e social que lhes permite criar um espaço de diálogo político marcado por um modo peculiar de ver e classificar as experiências do mundo. Neste espaço, seu capital cultural e suas relações sociais inscrevem na gestão ambiental um novo padrão de hierarquização das posições sociais. Seu conhecimento, revestido da dimensão técnica, evidencia-se como forma de dominação social. Tal como sugere Barbosa a propósito do papel dos engenheiros da burocracia de Estado como fração de classe dirigente, trata-se do estímulo à gestão da sociedade "*regida pelos princípios da modernidade, que se traduziria no racional, científico e também urbano e industrial"* (Barbosa, 1993, p. 64).

O que se quer dizer é que o capital cultural necessário para o domínio destes códigos técnicos confere ao seu portador posição de destaque no processo de "cientifização da política", agora tomada como efeito da suposta neutralidade do conhecimento científico sobre a bacia. A verdade/diagnóstico da situação da bacia (descrição) e o planejamento de sua gestão (prescrição) tornam-se, assim, expressões do gerenciamento

---

6 Previsto na legislação do estado de São Paulo desde 1991, o Plano de Bacia deve ser um instrumento de planejamento dinâmico de cada Comitê de Bacia, definindo ações de curto, médio e longo prazos. O Plano deve ser elaborado coletivamente, e deve também permitir a gestão compartilhada do uso integrado dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos da bacia. Sua elaboração é quadrienal.

racional do ambiente e de relações complexas de distinção social entre os agentes partícipes da arena gestora, retroalimentando práticas específicas de dominação simbólica.

Nestes termos, o perfil dos integrantes do Comitê Tietê-Jacaré reitera uma das contradições do sistema gestor apontada por Jacobi (2009). Segundo o autor, em razão da complexidade de se consolidar um parâmetro de cidadania ambiental, ocorre uma abertura de espaço nos Comitês de Bacia para uma forte prevalência do componente técnico como referencial de controle do processo gestor – fato que limita o envolvimento das comunidades locais nas atividades dos Comitês. Sobre esta contradição, o autor sugere que:

> Um dos grandes desafios para fortalecer o ethos democrático de um comitê é ampliar o acesso à informação sobre os temas que compõem a agenda, na medida em que o conteúdo técnico não pode se transformar num fator de promoção de assimetria entre os diferentes atores, e, portanto, de maiores recursos de argumentação de alguns entre os diversos segmentos (Jacobi, 2009, p. 52).

Em perspectiva similar, Lemos et al. (2010) também destacam as ambivalências entre os princípios da gestão participativa e o uso da informação técnica em diferentes comitês de bacia do país. Argumentam que:

> embora a emergência de um novo paradigma de gestão das águas no Brasil tenha permitido uma participação mais ampla da sociedade no processo de gestão de águas, essa participação somente será efetiva e significativa se o conhecimento técnico-científico for utilizado de forma transparente e democrática (Lemos et al., 2010, p. 194).

A rigor, no Comitê Tietê-Jacaré, a lógica de recrutamento dos representantes (garantida por normas estatutárias) e a promoção do discurso perito parecem caminhar exatamente para a reprodução das assimetrias amparadas nos volumes de capital cultural dos agentes gestores.

Se a noção weberiana de dominação legítima implica na possibilidade de que certas práticas sejam aceitas sem o exercício da força física pelos que encontram-se submetidos na trama social, o reconhecimento da leitura dos diagnósticos como verdades e critérios unívocos para classificação da dinâmica sócio-ambiental da bacia revela parte da luta cognitiva sobre os propósitos da relação sociedade-natureza. O que também equivale a afirmar que, se a distinção corresponde a uma estratégia de diferenciação que está no centro da vida social, operando como modo de distanciação das classes e grupos, o recurso à suposta neutralidade técnica para a gestão ambiental reitera certos conhecimentos práticos da realidade local que interagem com as disposições cristalizadas na história social, como àquelas ligadas aos fenômenos da moderna confiança e do saber perito.

7. Considerações finais

O modelo de gestão de recursos hídricos representa um avanço no que diz respeito à participação da sociedade nas decisões relativas ao uso destes recursos. No entanto, verifica-se que esta participação é limitada a certos agentes que possuem um perfil definido de formação. O Comitê do Tietê-Jacaré apresenta uma estrutura estatutária em que técnicos peritos têm assento garantido, o que representa uma situação de reprodução deste perfil profissional hegemônico dentro deste espaço de governança ambiental.

Considerando o Comitê de Bacia como um espaço social onde há inevitavelmente lutas constantes pela imposição de princípios de visão e divisão do mundo social, pode-se encontrar relações de poder e dominação exercidas por um grupo de agentes sobre os demais. Este poder simbólico é legitimado pela quantidade de capital específico que atua neste espaço – no caso, o conhecimento técnico e científico que é expresso através do *habitus* linguístico.

O que se sugere em relação à interpretação destas arenas de gestão ambiental é que, para que se possa ultrapassar os aspectos puramente técnicos da governança, é essencial introduzir o conceito de poder para compreender que não se está apenas diante de um novo modo de organizar as práticas gestoras, mas sim de uma modalidade específica de ordenar a realidade social e suas relações no que tangem ao uso e acesso aos recursos naturais.

Ou seja, trata-se de apenas de mais uma das dimensões da luta constante dos grupos e agentes pela imposição de suas próprias representações do mundo social.
No caso das águas, os Comitês representam uma tentativa importante de democratizar as decisões relativas ao uso da água em nível regional. E certamente o saber técnico é importante na tomada de decisões das práticas gestoras. Contudo, como pôde-se verificar no caso do Comitê Tietê-Jacaré no estado de São Paulo, o conjunto de partícipes da arena gestora não representa a diversidade social que a questão hídrica necessariamente envolve. Disto decorre que os arranjos institucionais democratizantes não necessariamente colocam todos os atores em condições de igualdade. Ao se propor como "parlamento das águas", o Comitê trás para si a expectativa de representar um espaço social em que uma pluralidade de agentes, interesses e visões de mundo pode contribuir para o alcance de acordos e metas que necessariamente são políticas. Neste sentido, o amplo domínio do discurso técnico na arena gestora, amparado pela própria estratégia de recrutamento dos partícipes, trás questões importantes para a reflexão acerca da participação e da política nas práticas de gestão de águas.

Referências bibliográficas

ABERS, R; KECK, M. (2004). "Comitês de Bacia no Brasil – Uma abordagem política no estudo da participação social". *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, vol. 6, n. 1, maio.

BARBOSA, M.L.O. (1993). *Reconstruindo as minas e planejando as gerais*: *os engenheiros e a constituição dos grupos sociais. 1993*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BOURDIEU, P. (1982). *Ce que parler veut dire: l'economie des échanges linguistiques.* Fayard: Paris.

CASTRO, J.E. (2007) Water governance in the twentieth-first century. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, vol. 10, n. 2, p. 97-118.

CBH-TJ - Comitê de Bacia Hidrográfica do Tietê-Jacaré. (2008). *Revisão do Plano de Bacia*. IPT/CPTI.

DEZALAY, Y; GARTH, B. (2000). "A dolarização do conhecimento técnico profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol.15, n. 43, p. 163-176.

FRACALANZA, A.P; CAMPOS, V.N.O; JACOBI, P.R. (2009). "Governança das águas da região metropolitana de São Paulo (Brasil) - o caso do Comitê da bacia Hidrográfica do Alto Tietê". In: JACOBI, P; SINISGALLI, P.A. (Orgs) *Dimensões político-institucionais da governança da água na América Latina e Europa*. São Paulo: Annablume, p. 57-81.

GIDDENS, A. (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp.

GUIVANT, J.S; JACOBI, P.R. (2003). "Da hidrotécnica a hidropolítica: novos rumos para a regulação e gestão dos recursos ambientais no Brasil". *Caderno de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, n.43, p. 1-26.

HABERMAS, J. (1973) *La technique et la science comme idéologie.* Paris : Gallimard.

HAGHE, J.P. (2010). « Penser l'eau: contribution à une généalogie des idées à travers l'exemple français ». In : SCHNEIER-MADANES, Graciela, *L'eau mondialisée : la gouvernance en question*. Paris : La Découverte, pp.47-60.

JACOBI, P.R. (2009). "Governança da água no Brasil". In: RIBEIRO, W.C. (Org.) *Governança da água no Brasil: uma visão interdisciplinar*. São Paulo: Annablume.

LEMOS, M.C; JOHNSSON, R.M.F; NELSON, D.R; ENGLE, N.L. (2010). "Informação técnica e gestão participativa de bacias hidrográficas no Brasil". In: ABERS, Rebecca (Org), *Água e política: atores, instituições e poder nos organismos colegiados de bacia hidrográfica no Brasil*. São Paulo: Annablume, p. 191-211.

MARTINS, R.C. (2008). "Sociologia da governança francesa das águas". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 23, n. 67, p. 83-100.

NEDER, R.T. (2002). *Crise socioambiental: Estado e sociedade civil no Brasil (1982-1998)*. São Paulo: Annablume.

NOVAES, R; JACOBI, P.R. (2009). "A construção da gestão integrada dos recursos hídricos no Brasil: avanços limites e aprendizados. O caso da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul". In: JACOBI, P; SINISGALLI, P.A. (Orgs) *Dimensões político-institucionais da governança da água na América Latina e Europa*. São Paulo: Annablume, p.37-56.

Efetividade do Papel da Agência Nacional de Águas no Fomento Gestão das Águas no Nordeste Brasileiro

Fabrício Vitória[1]

ÉlviaFadul[2]

Lucas Cerqueira[3]

Resumo: O modelo de gestão dos recursos hídrico no Brasil está centrado na integração, na participação e na descentralização. Esses dois últimos pilares estão intrinsecamente ligados por meio da implementação dos Comitês da Bacia Hidrográfica. A criação de tais entidades é de responsabilidade dos estados e da união, de acordo com a esfera territorial da bacia. Entretanto, uma das atribuições da Agencia Nacional de Águas é fomentar a criação e fortalecimento desses fóruns de participação. O presente trabalho busca apresentar a percepção dos integrantes dos comitês a respeito da atuação da ANA junto aos mesmos, que, de acordo com os dados levantados ainda é modesta e incipiente.

1. Introdução

Desde 1997, com a publicação da Lei Federal 9.433 (Lei das Águas), o Brasil adota um modelo descentralizado na gestão de recursos hídricos. Tal modelo se baseia em três pilares: integração, descentralização e participação. A integração se baseia nas dimensões de integração vertical, pela qual, as três esferas do poder público (federal, estadual e municipal) devem agir de forma coordenada na gestão dos recursos, e a dimensão horizontal, através da qual, os agentes devem integrar a gestão das águas, do solo e do meio-ambiente. A descentralização, por sua vez, está baseada na eleição das bacias hidrográficas como unidade básica da gestão das águas. Ou seja, o processo de gerenciamento se dá localmente no território da bacia, por meio da interação entre os atores envolvidos nos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH). E por fim, a participação que determina a composição dos Comitês, exigindo a participação do Poder Público, dos Usuários dos recursos e das comunidades presentes no território da bacia.

A partir desse tripé, as estruturas deliberativas e técnicas-administrativas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) são estabelecidas pela Lei das Águas. Compõe o Sistema, o Concelho Nacional de Recursos Hídrico (CNRH), responsável pela elaboração e aprovação da Politica Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). Os Conselhos Estaduais, responsáveis pela elaboração dos planos no âmbito estadual, a Agência Nacional de Águas (ANA), responsável pela regulação do sistema, os Órgãos Executivos estaduais, realizam a outorga e fiscalizaçãodo uso de recursos hídricos de domínio do Estado, os Comitês de Bacia, que elaboram os planos de gestão em sua área de competência, e as Agências de Águas, que executam os planos elaborados pelo CBH.

Sendo os a Bacia Hidrográfica a unidade básica de gestão dos recursos hídricos, e o Comitê de Bacia, o órgão competente para realizar essa gestão, percebe-se que o sucesso na adoção do modelo pleno só será alcançado

---

1 Univesidade Salvador, fabricio.vitoria@pro.unifacs.br
Mestre em Administração pela Universidade Salvador

2 Universidade Salvador / Universidade Federal da Bahia, elvia@ufba.br
Doutora em Urbanismo pela UPEC - Université Paris-Est Créteil Val de Marne (ex-Université Paris 12) Institut d'Urbanisme de Paris

3 Universidade Salvador, lucas.cerqueira@pro.unifacs.br
Mestre em Administração pela Universidade Salvador, Aluno de Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador.

por meio da implantação de comitês, de modo a integrar a totalidade das bacias no país. Nesse contexto, este artigo tem como objetivo avaliar a efetividade da ANA no fomento à participação por meio do estímulo e apoio à criação de Comitês de Bacias Hidrográficas no Nordeste brasileiro.
Para isso, esse artigo apresenta um panorama geral do SINGREH, indicando os pontos de maior relevância para esse trabalho, além de apresentar uma breve descrição da atual situação dos comitês de bacias nos estados no Nordeste do Brasil, foco deste trabalho. Em seguida são apresentados os dados levantados a respeito da percepção dos integrantes dos comitês a respeito da efetividade do funcionamento dos comitês, e de suas relações como a ANA. Por fim, são apresentadas as considerações dos autores a respeito da participação da Agência Nacional no processo de consolidação do SINGREH na região.

2. Metodologia

O presente trabalho trata de um estudo exploratório, tendo os procedimentos metodológicos sido divididos em três etapas: Na primeira etapa foi realizada uma revisão da literatura com o objetivo de analisar a legislação de recursos hídricos, atualmente vigente no Brasil e compreender mais adequadamente a os mecanismos de participação e o papel da ANA, nesse contexto. A segunda etapa consistiu no levantamento dos dados mediante entrevistas semi-estruturadas com responsáveis pela implementação da política de recursos hídricos, em todos os estados do nordeste, bem como com os integrantes dos comitês de bacia. A seleção dos entrevistados nesse segundo grupo deu-se por conveniência, baseada no acesso e disponibilidade dos entrevistados, assim foram entrevistados nove representantes dos órgãos executivos estaduais e 68 membros de comitês, dos quais 15 representam o poder público, 10 os usuários e 36 a sociedade, foi ouvido, pelo menos um representante de cada categoria por estado. A terceira etapa constou da análise dos dados, da confrontação das informações obtidas na pesquisa com o referencial teórico.

3. O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

A Política Nacional de Reursos Hídricos no Brasil foi estabelecida pela chamada Lei das Águas, elaborada para atender ao postulado pela Constituição de 1988. Essa lei inovou ao incorporar em seus fundamentos, o entendimento de que a água é um recurso público limitado, por tanto, possui valor econômico. Outra inovação foi a instituição da gestão participativa – do Estado, dos usuários e da sociedade civil – e descentralizada desses recursos. O PNRH ainda avança ao fortalecer o caráter da água como bem essencial para a vida, priorizando seu uso para o consumo humano e para a dessedentação dos animais. Além disso, estabelece ainda, como fundamento da PNRH, o uso múltiplo da água, que consiste na utilização de um corpo de água para mais de uma finalidade.
Para garantir a operacionalização desse novo modelo, foi composto o SINGREH, que tem como objetivos coordenar a gestão integrada das águas nos níveis verticais e horizontais, arbitrar sobre os conflitos que estejam relacionados com o uso e conservação dos recursos hídricos; implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos; planejar, regular e controlar o uso, a preservação e a recuperação dos recursos hídricos; e promover a cobrança pelo uso de recursos hídricos.
O SINGREH é constituído de diversos órgãos e atores que se agrupam entre os formuladores das políticas públicas – divididos entre os órgãos colegiados e de administração direta, tanto em nível nacional como estadual – e os implementadores dos instrumentos de política – distintos entre os outorgantes e as entidades de bacia.
Nesse contexto, o CNRH é o órgão superior do SINGREH, sendo colegiado, é formado por representantes do Ministério do Meio Ambiente, representantes dos Conselhos Estaduais, representantes das organizações civis com atuação na área de Recursos Hídricos. A Lei das águas estabelece como objetivos do Conselho além da articulação de todos os esforços e planejamento da gestão dos recursos hídricos em todos os seus níveis, a arbitragem dos conflitos apresentados, ou arbitrados em segunda instância pelos Conselhos Estaduais. Por suas vezes, os Conselhos Estaduais têm importante função deliberativa sobre os critérios e as normas das diretrizes

das Políticas Estaduais de Recursos Hídricos a serem observadas pelos planos estaduais correspondentes e pelos planos de bacia hidrográfica, bem como sobre os critérios e as normas relativos à outorga e cobrança pelo uso dos recursos hídricos e demais instrumentos de gestão.

Além disso, o SINGREH é ainda composto pelos comitês de bacia, que são órgãos colegiados locais cujas atribuições devem ser exercidas na bacia hidrográfica a qual está ligada, cabendo a eles promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes, bem como arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos, aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia, acompanhar sua execução e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas, bem como estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e ainda estabelecer critérios de rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.

No que se refere às entidades executivas, para auxiliar o comitê de bacias na gestão dos recursos hídricos, são instituídas as Agências de Água com atribuições de caráter técnico-operacional no âmbito do SINGREH, estabelecidas pela Lei das Águas. As agências são entidades criadas para dar suporte administrativo, técnico e financeiro aos comitês de bacia, sendo requisitos essenciais para a sua instituição a prévia existência do comitê e sua viabilidade financeira, assegurada pela cobrança do uso de recursos hídricos.

Além disso, os conselhos estaduais, as unidades da federação ainda possuem entidades executivas, responsáveis por operacionalizar as determinações dos respectivos conselhos. Na Bahia, o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) é o órgão executor da Política Estadual de Recursos Hídricos. O estado é dividido em 25 regiões das quais 15 já possuem comitês, sendo 14 estaduais e um federal. Os comitês estaduais ainda não têm planos de bacia construídos. A previsão é que até o final de 2014 já se tenha aprovado pelo menos 10 planos de bacia, podendo chegar aos 14 existentes.

Em Sergipe, a Superintendência de Recursos Hídricos, vinculada a Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos é o órgão executor da Política Estadual de Recursos Hídricos. No estado, quatro dos seis Comitês já foram instalados, entretanto nenhum deles possui plano de bacia.

Em Alagoas, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos tem a finalidade de implantar e coordenar as políticas de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos do, além de executar diretamente as ações de gestão dos Recursos Hídricos, exercendo sua fiscalização, articulando e integrando estas políticas com as respectivas políticas de âmbito regional e nacional. O território alagoano é agrupado em 16 (dezesseis) Regiões Hidrográficas, dos quais cinco já possuem comitês de bacias, porém destes, dois estão parados. Os planos de bacia são elaborados antes da criação dos comitês, o que vai de encontro ao estabelecido na lei. Outro ponto destacado é que existem comitês com vagas em aberto, existindo uma carência de pessoas que queiram participar dos mesmos.

Em Pernambuco, a Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC) é o órgão executor da Política Estadual de Recursos Hídricos. O estado está dividido em 29 Unidades de Planejamento, das quais apenas seis possuem comitês instalados, desses apenas dois possuem planos de bacia. Destaca-se também o pouco envolvimento dos membros dos comitês.

Na Paraíba, a Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba é o órgão executor da Política Estadual de Recursos Hídricos. O território estadual está dividido em 11 bacias hidrográficas. Quatro comitês fora criados, sendo responsáveis por sete das bacias existentes. Apenas dois planos de bacia foram elaborados, entretanto todos os comitês já aprovaram resoluções para a cobrança pelo uso da água. Aponta-se também a pouca aderência dos membros do comitê às atividades dos mesmos.

No Rio Grande do Norte, o IGARN – Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte é o órgão estadual responsável pela gestão técnica e operacional dos recursos hídricos em todo o território. O estado do Rio Grande do Norte possui 16 bacias hidrográficas, existido quatro comitês. Os planos de bacia dos comitês criados estão em fase final de elaboração.

No Ceará, o Sistema Estadual dos Recursos Hídricos, tem a Secretaria dos Recursos Hídricos como órgão responsável pelo desenvolvimento das políticas públicas do setor, auxiliada pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos e a Superintendência de Obras Hidráulicas como instituições responsáveis pelas ações operacionais. O estado está divido em onze bacias hidrográficas, todos com comitês criados. Apesar de já realizar a cobrança pelo uso da água a mesma não é realizada pelos comitês, através das agências, conforme preconiza a Lei das Águas, não tendo também acesso direto aos recursos originados por tal cobrança.

No Piauí, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí, órgão da administração direta do Governo do Estado do Piauí, tem a finalidade de implantar e coordenar implementado as políticas de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos do Estado, além de executar diretamente as ações de gestão dos Recursos Hídricos, exercendo sua fiscalização, articulando e integrando estas políticas com as respectivas políticas de âmbito regional e nacional. O estado está dividido em doze bacias hidrográficas. Sendo que apenas um comitê está

Como salientado anteriormente, apesar de possuir uma divisão hidrográfica estabelecida o Estado do Maranhão não implantou nenhum comitê em suas doze bacias. A Secretária do Meio Ambiente do Estado tem elaborado propostas para criação dos mesmos, entretanto o processo tem apresentado severa morosidade.

Por fim, a ANA, criada pela Lei nº 9.984/2000, tem por finalidade principal implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os órgãos públicos e privados integrantes do SINGREH, estando, entre suas diversas atribuições, expressas na mesma lei, a supervisão, o controle e a avaliação das ações e das atividades decorrentes do cumprimento da legislação federal sobre as águas, bem como a outorga e a fiscalização dos usos de recursos hídricos de domínio da União, implementando, em articulação com os comitês de bacia hidrográfica, a cobrança pelo uso desses recursos.

Por outro lado, também faz parte de suas atribuições fomentar iniciativas voltadas à criação e fortalecimento de agentes do SINGREH, e a implantação e operacionalização da gestão integrada de recursos hídricos. A ANA também trabalha na capacitação dos atores do Sistema e na promoção e execução de projetos e programas educativos voltados para a sociedade brasileira no que se refere à participação na gestão de recursos hídricos e à adoção de práticas de uso racional e conservação da água. (AGÊNCIA ..., 2014).

4. Apresentação dos Dados

No que se refere ao processo de participação da gestão de recursos hídricos por comitês de bacias hidrográficas, as questões se dividiram em três. Primeira, questões que buscam avaliar a intensidade da participação dos membros do comitê por segmento que este representa (Poder Público, Usuários e Sociedade Civil), os dados informados pelos representantes dos órgãos executivos demonstram que os membros dos comitês têm uma participação equilibrada nos diversos segmentos, com um leve predomínio dos representantes da sociedade civil e do poder público sobre os representantes dos usuários, o que condiz com as premissas estabelecidas em Lei.

Segunda, as questões que buscam avaliar a motivação dos membros do comitê por segmento que representam demonstram que, de uma maneira geral, os membros dos comitês estão motivados a participarem dos mesmos, destacando-se os representantes do poder público, dos quais todos indicaram ter um nível muito elevado de motivação, os maiores dentre os três segmentos. Apesar disso, na opinião de alguns entrevistados dos órgãos estaduais responsáveis pela implementação desta política, como é o caso do gerente de apoio a comitês de bacias da SEMARH-AL, existe muita carência de pessoas que queiram participar dos comitês, o que foi percebido também diverge pelos pesquisadores ao longo da construção desta pesquisa.

Terceira, as questões que tratam da capacitação técnica dos integrantes dos comitês apontam que não existem políticas de capacitação efetiva, nem por parte dos órgãos executivos estaduais nem por parte a Agência Nacional de Águas, para a maioria dos comitês analisados, fato esse também comprovado em quase todas as entrevistas realizadas, com os representantes dos órgãos estaduais responsáveis pela implantação desta política nos estados do nordeste. Porém, por razões distintas, que vão desde a escassez de recursos financeiros até a falta de demanda por parte do comitê e inexistência de diretrizes nacionais, essa capacitação não tem sido realizada, como foi relatado pelo gerente de Apoio a Comitês de Bacias da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do estado de Alagoas.

No aspectos financeiros que influenciam o processo de implementação da gestão de recursos hídricos por comitês de bacias hidrográficas, quase a totalidade dos comitês analisados não tem sustentabilidade financeira. A única exceção está no estado do Ceará que já iniciou o processo de cobrança pelo uso da água, apesar de que os comitês deste estado não participam no planejamento da utilização deste recurso. Na realidade a grande maioria dos comitês ainda não iniciou a cobrança pelo uso da água, não dispõe de agência de água, não faz captação

de recursos através de outras fontes, sendo seu funcionamento garantido, com muitas restrições (57% sem os respectivos planos de bacias, 64% sem estrutura física satisfatória para o seu funcionamento, entre outras), pelos governos estaduais através dos órgãos responsáveis pela implantação da política de recursos hídricos.

Sobre os aspectos que influenciam o processo de implementação da gestão de recursos hídricos por comitês de bacias hidrográficas, no que se refere a atuação dos participantes nos processo de discussão dentro dos comitês, as entrevistas indicam que de uma maneira geral não há atores dominantes, sempre prevalece um equilíbrio na participação dos representantes dos três segmentos, apesar de também sugerir certa tendência para uma dominação por parte dos representantes do poder público e dos usuários em detrimento dos representantes da sociedade civil. Outro ponto importante que os dados demonstram é que a grande maioria acredita que as decisões do comitê não sofrem interferência externa, nem política, nem econômica.

Em relação ao apoio do poder público às decisões dos comitês demonstram que, na percepção da maioria dos pesquisados, o governo não apóia as decisões dos comitês, 71% concordam na questão que afirma que o governo não apóia e 50% dos respondentes concordam que o governo ignora as decisões tomadas pelo comitê. Porém, nas falas dos entrevistados, representantes dos órgãos ambientais estaduais responsáveis pela implementação desta política, destaca-se que o governo na maioria dos estados realmente apóia as decisões do comitê, mas que existem algumas situações em que o mesmo às ignora. Situação esta encontrada, por exemplo, no estado da Paraíba, onde o governo ainda não implementou a cobrança pelo uso da água aprovada pelos comitês e pelo conselho estadual há muitos anos, como também a situação relatada por representantes de vários comitês da Bahia, que acusam o governo do estado da Bahia de ignorar o pleito dos comitês de terem direito a assento no conselho estadual.

As se abordar o envolvimento da sociedade neste modelo de gestão evidencia-se que a maior parte da população residente nos municípios componentes da bacia se preocupa pouco com questões ligadas a água, apesar do percentual de pesquisados que tem esta percepção não seja tão expressivo, apenas 64% destes. Por outro lado, quando 79% dos pesquisados acreditam que não existe um reconhecimento por parte da população do papel do comitê, reforça-se que esta população ainda não tomou pleno conhecimento do funcionamento da gestão de recursos hídricos por comitês de bacias hidrográficas e nem sequer conhece os seus principais atores, ou seja, o envolvimento da sociedade no processo de implementação deste modelo ainda está numa fase muito incipiente. Já em relação à renovação dos membros dos comitês parece haver um consenso entre os pesquisados de que essa renovação periódica ocorre. Ressalte-se, no entanto, que nas observações realizadas constatou-se em que em diversos comitês não houve renovação desde a sua criação.

Avaliando a implementação da gestão de recursos hídricos por comitês de bacias hidrográficas percebe-se que todos os entrevistados entendem que o modelo descentralizado e participativo é um fator essencial na implementação da gestão dos recursos hídricos por comitês de bacias. A grande maioria acredita que a lei que criou o modelo é clara, no entanto nas observações realizadas durante esta pesquisa, foi possível constatar o desconhecimento por parte dos comitês de bacias, e de seus membros, do conteúdo integral desta lei e do que ela preconiza. Fato este comprovado, quando um membro de um comitê da Bahia, durante a realização de uma reunião ordinária questionou se eles teriam acesso ao Plano de Bacia que estava sendo construído por uma empresa contratada pelo governo do estado, mostrando o seu desconhecimento da legislação, haja vista que compete ao comitê a aprovação do plano de bacia. A grande maioria acredita que o comitê de bacia é o fórum no qual se dirimem todos os conflitos relativos ao uso dos recursos hídricos. Já em relação a se o papel do comitê de bacia na gestão de recursos hídricos vem sendo cumprido conforme a lei que o criou, pouco mais da metade (64%) afirmam que sim. Neste ponto vale ressaltar que os planos de bacias de 67% dos comitês pesquisados ainda não estão construídos.

No que se refere à relação com outros segmentos que compõem o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos demonstram que de uma maneira geral os comitês não mantêm uma efetiva relação com os outros segmentos que compõem o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, a exceção dos órgãos executivos estaduais, com os quais todos os entrevistados mantêm relação. Entre os representantes do poder público, todos apontaram ter conhecimento da estrutura do SINGREH, entretanto, todos afirmam não ter conhecimento das estruturas de funcionamento dos órgãos e também afirmam não ter contato com todos eles, 85% dos entrevistados afirma que não tem contato com a ANA, e com a Secretaria de Executiva, porém esse contato

não é regular. Dos usuários e dos representantes da sociedade menos de 40% alegam ter conhecimento de toda a estrutura, e nenhum deles indicou ter contato além do órgão executivo estadual.
Em relação à efetiva participação da ANA na execução dos trabalhos do comitê, a grande maioria acredita não existir essa participação (94%). Mesmo considerando que todos os respondentes são membros de comitês estaduais, que não tem um vínculo direto com a ANA como acontece com os comitês federais, esse dado chama a atenção sobre se a ANA está realmente cumprindo o seu papel institucional, haja vista a sua missão. De igual modo, dos entrevistados, apenas quatro afirmam conhecer as atribuições da ANA, porém, quando questionados de modo mais acurado a respeito de tais atribuições, percebe-se que esse conhecimento é bastante superficial.
Por outro lado, não houve respostas positivas a respeito da realização, por parte da Agência, junto aos comitês, de ações para fortalecimento, aperfeiçoamento, capacitação, orientação, ou mesmo ações informativas a respeito de seu papel.

Conclusões

As questões que a respeito da participação na gestão dos recursos hídricos no Brasil, está diretamente ligada ao surgimento e fortalecimento dos comitês de bacia hidrográficos, bem como à efetividade de seu funcionamento. Apesar de haver a direta responsabilidade dos órgãos estaduais sobre a implementação dos comitês a Agência Nacional deve atuar diretamente no sentido de tornar o SINGREH pleno e eficiente.
Apesar de a presente pesquisa ser exploratória, e bastante preliminar, percebe-se que o modelo adotado no País, está longe de atingir plenamente sua implementação, e mesmo nos comitês existentes o modelo não se mostra, ou ainda não se tornou, efetivo. No caso do Nordeste esse indicador é ainda mais evidente, ao considerar-se que grande parte dos comitês não foram criados, e mais da metade não possui o plano de gestão.
Nesse ponto, se questiona o posicionamento da Agência Nacional na supervisão do processo de implementação do modelo, e na garantia da participação, e, sobretudo na garantia da consecução das decisões dos comitês.
Como salientado, a pesar de estar diretamente relacionada aos comitês de bacia federais, a Agência, tem como atribuição a realização de ações que promovam a criação dos comitês, considera-se que se existisse uma ação mais efetiva da ANA no processo de implantação dos comitês estaduais, no sentido de estimular, orientar e apoiar, estes poderiam estar num estágio de implementação muito mais avançado.
A ANA aponta que tais ações são efetuadas por meio da realização de convênios de cooperação com os órgãos estaduais, porém não apresenta de que modo essas convênios são operacionalizados. O que fica evidente, entretanto que tais ações não são percebidas pelos membros dos comitês.

Referências

ABERS, Rebecca; JORGE Karina Dino. Descentralização da gestão da água: Por que os comitês de bacia estão sendo criados? Ambiente & Sociedade – Vol. VIII nº. 2 jul./dez. 2005, p. 1-26.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA. Apoio à gestão de recursos hídricos. Disponível em: < http://www2.ana.gov.br/Paginas/institucional/SobreAna/gestaoderecursoshidricos.aspx>. Acesso em: 14/06/2014.

BRASIL. Lei nº 9.433**,** de 08 de janeiro de 1997. Brasília, 1997

FADUL, E. M. C. ; SILVA, L. P. ; CERQUEIRA, L. S. . Políticas e gestão de recursos hídricos por comitês de bacias hidrográficas: uma análise do Comitê de Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe. Bahia Analise & Dados, v. 2, p. 409-424, 2013.

VITÓRIA, Fabrício. **Agência Nacional de Águas:** uma análise de sua natureza e de seu papel no Sistema Nacional de gerenciamento de Recursos Hídricos. 2013. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Administração, PPGA, Universidade Salvador, Salvador, 2013.

GT 66
Impactos Sócio-ambientais e Conflitos decorrentes de Grande Projetos

O cerrado mineiro diante de políticas públicas antagônicas – uma pesquisa etnográfica

Lucimarta Guedes Vieira de Barros
E-mail: lucimarta@yahoo.com.b

Vera Ribeiro de Almeida dos Santos Faria
veraribeiroalmeida@oi.com.br

Resumo: No Cerrado brasileiro convivem duas forças políticas que direcionam os rumos de sua sobrevivência e são fortemente tensionadas entre si. De um lado, a necessidade da exploração do agronegócio e, de outro, a proteção desse bioma. Em ambos, a lei constitui mecanismo de justificação dos seus respectivos objetivos, proporcionando uma tensão entre o Novo Código Florestal Brasileiro, cuja redação aparentemente agrava a desproteção do bioma, e a Constituição da República de 1988, que definiu o meio ambiente como um bem de interesse de toda a sociedade brasileira, o que presume sua integral proteção. Este é o contexto da pesquisa de inspiração etnográfica desenvolvida no cerrado do norte de Minas Gerais, onde são levantados os impactos socioeconômicos dessas políticas, em especial, nos conhecimentos das populações tradicionais e na tensão entre os limites cultural, social e espacial da propriedade particular e a atividade estatal inserida nas duas políticas.

Palavras-Chave: pesquisa etnográfica; populações tradicionais; cerrado brasileiro.

Abstract: At the Brazilian Cerrado live together two political forces which direct the paths of their survival and are strongly pressured between themselves. At one side, the need to exploit the agribusiness, and at another the protection of this biome. Regarding both, the Law is used to defend their goals, creating tension between the Novo Código Florestal Brasileiro, whose writing apparently aggravates the lack of protection of this biome, and the Constituição da República from 1988, that defined environment as an asset to the entire Brazilian society, which presumes its whole protection. This is the context of the research of ethnographic inspiration developed at the Cerrado in the north of Minas Gerais, where are risen the socioeconomic impacts of these politics, specially at the knowledge of traditional population and tension between the cultural, social and spacial limits of the private property and the State activity inserted on both politics.

Keywords: Ethnographic research; traditional population; Brazilian Cerrado.

1. Introdução

Este artigo integra uma pesquisa mais ampla, iniciada em 2009 e ainda em desenvolvimento e resulta do contato direto e pessoal das pesquisadoras com o ambiente savânico do cerrado do norte de Minas Gerais. Esta análise vem contribuir para o debate sobre as alterações, ao longo das últimas décadas, das paisagens naturais e das atividades socioeconômicas dos nativos dessa região, levando em consideração o confronto entre duas políticas públicas antagônicas que podem determinar o desaparecimento do cerrado mineiro.

A inexistência de uma política clara para o Brasil agrava a sobrevivência desse bioma, já que não há atuação coordenada entre os órgãos que promovem o controle das atividades agroextrativistas e o de proteção ambiental.

Além disso, de um lado, o Ministério do Meio Ambiente admite uma política de aumento do percentual de áreas protegidas do cerrado (hoje representam apenas 2,2% da área original) e, do outro, o Ministério da Agricultura estipula a utilização de aproximadamente 100 (cem) milhões de hectares adicionais para a expansão da agricultura. Entre essas duas políticas situam-se os povos do cerrado mineiro, conhecidos como *geraizeiros*, que vivem do extrativismo vegetal e do comércio bastante rudimentar dos produtos retirados desse bioma.
Esta dicotomia é muito peculiar no contexto brasileiro, já que a Constituição Federal da República de 1988 estabelece em seu artigo 225, que o meio ambiente ecologicamente equilibrado constitui-se um direito universal, assim como seu uso comum pelo povo, sendo essencial à sadia qualidade de vida e cabendo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras. Todavia, a nível infraconstitucional, foi a provado o Código Brasileiro Ambiental (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012), que dentro dessa atmosfera de antagonismo compreendendo os interesses ambientais e os de exploração econômica dos biomas brasileiros, recebeu inúmeras críticas, mesmo após sua edição, já que os novos dispositivos reduziram os índices de proteção ambiental, fazendo-se supor certa tendência em prol do agronegócio.
O pano de fundo dos conflitos sociais decorrentes da permanência das populações tradicionais, como os *geraizeiros,* e da expansão do agronegócio na região do cerrado mineiro vem se concentrando no debate sobre a propriedade privada e o papel do Estado e, em muitas ocasiões, a justificativa que realça a proteção do bem coletivo em detrimento do particular tem prevalecido, não significando, na prática, a defesa de um ou de outro interesse. A restrição de áreas em defesa de um interesse privado e o abandono de áreas de convívio social e cultural e mesmo econômico extrativo ou produtivo tem sido comum nos discursos e ações políticas desta região.
Diante dessas circunstâncias, buscou-se verificar como as práticas econômicas informais dos *geraizeiros* se desenvolvem e se perpetuam e em que medida elas são reconhecidas como contributivas da proteção ambiental? Trata-se, portanto, de análise sobre as relações dos geraizeiros com o Cerrado do norte de Minas Gerais, visando ampliar o debate sobre como conciliar, dois direitos constitucionais que parecem estar em rota de colisão: de um lado, a proteção ambiental que representa um direito universal e, portanto, comum a todos os brasileiros e, de outro, a proteção da dignidade humana[1], traduzida nos aspectos relacionados às condições de vida e sobrevivência da população que explora os produtos do Cerrado.
Para tanto, a pesquisa foi desenvolvida conjugando-se os discursos legais sobre a proteção ambiental e seu confronto com os dados obtidos a partir do emprego de métodos das ciências sociais, especialmente a etnografia, a entrevista aberta e a observação participante, fugindo-se assim, do paradigma das abordagens de caráter exclusivamente dogmático, muito comum no meio jurídico, além de ampliar o diálogo com outras áreas do conhecimento.

2. A (des) proteção política e legal do cerrado brasileiro

De maneira geral, a expressão "Cerrado" é empregada para designar o conjunto de vegetação que ocupa a região central do Brasil, correspondendo à vegetação savânica formada predominantemente por árvores baixas (de até seis metros de altura), com troncos retorcidos e que ocupam área de solo pobre em nutrientes, presentes em uma região climática dividida em duas estações bem definidas: uma seca e outra chuvosa (conforme Ribeiro *et al,* 1981).
Para esta pesquisa, optou-se pelo emprego da definição que leva em conta as diversidades observadas na abrangência geográfica do Cerrado e formulada por Coutinho (2006), segundo o qual o Cerrado constitui um "complexo de biomas distribuídos em mosaico".
Sob o aspecto legal, a Constituição da República de 1988, em seu artigo 225, destaca que o meio ambiente ecologicamente equilibrado constitui-se um direito universal, assim como seu uso comum pelo povo, sendo

1 Ao menos no plano legal esses direitos estão confirmados. Enquanto o direito universal ao meio ambiente está previsto no artigo 225, da Constituição da República de 1988, a dignidade humana é concebida pelo texto constitucional como um dos fundamentos da nossa República. De acordo com o Art. 1º, da Carta, "A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político".

essencial à sadia qualidade de vida, daí porque o Poder Público e a coletividade têm o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. De acordo com esta norma, merecem tal proteção biomas como a floresta amazônica brasileira, a mata atlântica, o pantanal mato-grossense e a zona costeira, sendo considerados "patrimônios nacionais" [2].

De acordo com este dispositivo constitucional, o Cerrado não constitui "patrimônio nacional" e essa lacuna aparenta ausência de proteção legal, muito embora o bioma esteja inserido no conceito mais amplo de meio ambiente. A preocupação com essa exclusão levou alguns legisladores da Frente Parlamentar Ambientalista[3] a defender a edição de uma lei específica para a ocupação do Cerrado, a exemplo da Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/06). Além disso, essa Frente também se mobilizou pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição que torna o Cerrado e a Caatinga patrimônios nacionais (PEC nº 504/2010), de autoria do senador Demóstenes Torres. O curioso é que há quase vinte anos tramita na Câmara dos Deputados uma proposta com o mesmo teor (PEC nº 115/95) e que está pronta para ser apreciada e ingressar na pauta do Plenário da Casa, desde 2006, por esbarrar na resistência da bancada da agropecuária[4].

No nível infraconstitucional, até recentemente, a lei que protegia o meio ambiente datava de 1965 (Lei nº 4.771, de 15/9/1965). Em 25 de maio de 2012, no entanto, foi editada a Lei no 12.651, conhecida como "Novo Código Florestal", cuja redação final foi dada pela Medida Provisória nº 571, sancionada em 17 de outubro do mesmo ano. Esta lei foi duramente criticada, antes mesmo de sua edição, chegando alguns integrantes da Frente Ambientalista a afirmar que houve uma depreciação da proteção ambiental em prol da produção agropecuária[5].

Este código inovou com a definição do termo *Reserva Legal*, constituindo um mecanismo legal criado para garantir uma área mínima obrigatória de preservação da mata nativa em propriedades rurais, que deve ser registrada e identificável a qualquer tempo, possibilitando controle mais efetivo do seu desmatamento pelos órgãos responsáveis. Por outro lado, esta lei estabeleceu a obrigatória recomposição da mata nativa nas áreas denominadas de reserva legal para 35% da vegetação do Cerrado localizada na Amazônia Legal[6] e meros 20% nas demais áreas (conforme artigo 12, da referida Lei). E mais, este Novo Código Florestal desobrigou os proprietários rurais com propriedades de até quatro hectares e que tinham áreas desmatadas acima da quantidade permitida pela legislação anterior a recompô-las. Por fim, a nova norma também estabelece que, mesmo no caso de recomposição, metade da área pode ser recomposta por mata que não seja nativa, ou que estas sejam intercaladas com espécies exóticas, como, por exemplo, por eucaliptos.

---

2 Constituição Federal de 1988 - Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
(...)§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais. § 5º - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais (BRASIL, 2012).

3 A Frente Parlamentar é uma associação suprapartidária destinada a aprimorar a legislação referente a um tema específico. As frentes podem utilizar o espaço físico da Câmara, desde que suas atividades não interfiram no andamento dos outros trabalhos da Casa, não impliquem contratação de pessoal, nem fornecimento de passagens aéreas. Para fins de registro, deverão ser integradas por, no mínimo, um terço de membros do Poder Legislativo Federal.

4 Conforme noticiado em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=483817, acesso em 14/04/2014.

5 Neste sentido, ver Pichonelli (2011).

6 A Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44ºW), perfazendo 5,0 milhões de km². Nela residem 56% da população indígena brasileira. O conceito de Amazônia Legal foi instituído em 1953 e seus limites territoriais decorrem da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região e, por isso, não se resumem ao ecossistema de selva úmida, que ocupa 49% do território nacional e se estende também pelo território de oito países vizinhos. Os limites da Amazônia Legal foram alterados várias vezes em consequência de mudanças na divisão política do país (conforme divulgado em <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2154:catid=28&It emid=23>, acesso em 12/04/2014).

É um tanto curiosa essa desídia legal com o Cerrado brasileiro, já que ele se estende por mais de dois milhões de quilômetros quadrados, alcançando os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Inclui ainda a parte sul de Mato Grosso, o oeste da Bahia, oeste e norte de Minas Gerais, o sul do Maranhão, grande parte do Piauí e prolonga-se, em forma de corredor, até Rondônia e, de forma disjunta, em certas áreas do Nordeste brasileiro e em parte de São Paulo.

Segundo a organização *World Wildlife Fund* - WWF, o Cerrado é uma área de reprodução de 759 espécies de aves e abriga 180 de répteis e 195 de mamíferos. Por situar-se em uma posição central no território brasileiro, oferecendo uma espécie de ponte entre a Amazônia, o Pantanal, a Caatinga e a Mata Atlântica, o Cerrado compartilha animais e plantas com todos esses biomas, sem deixar de abrigar exemplares únicos da biodiversidade brasileira. Somente no Distrito Federal encontram-se 90 espécies de cupins, mil de borboletas e 500 de abelhas e vespas (BRASIL, 2012).

Bensusan (2008, p. 274) afirma que 4.400 espécies de plantas e 117 de vertebrados seriam endêmicas neste bioma, englobando, respectivamente, 1,5% e 0,4% das espécies conhecidas no mundo. O Cerrado ocupa o segundo lugar em extensão e variedade de espécies vegetais, sendo superado apenas pela Amazônia, já que ele se entende por 21% (vinte e um por cento) do território nacional, como também afirmou Borlaug (2002). Além disso, estatísticas formuladas por órgãos de proteção ambiental afirmam que a proteção do Cerrado representa também o amparo aos demais biomas brasileiros (BRASIL, 1999 e BRASIL, 2012).

No entanto, além do descaso legal já referido, o Brasil se depara com o dilema entre o convívio não predatório com a natureza e o convívio empresarial capitalista, na maioria das vezes optando por este último caminho. No campo político, o país convive com duas políticas públicas antagônicas. De um lado, o Ministério do Meio Ambiente admite uma política de aumento do percentual de áreas protegidas do cerrado (hoje representam apenas 2,2% da área original) e, do outro, o Ministério da Agricultura estipula a utilização de aproximadamente 100 (cem) milhões de hectares adicionais para a expansão da agricultura (conforme Machado *et al*, 2004)[7].

Apesar de sua considerável importância, dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE confirmam a devastação deste bioma. Apenas 51% (cinquenta e um por cento) da área total do Cerrado brasileiro mantêm-se protegida (BRASIL, 2012a). Considerando-se que este percentual representa, hoje, aproximadamente 205 (duzentos e cinco) milhões de hectares e que anualmente há uma perda de cerca de um milhão de hectares, seu futuro está seriamente ameaçado (conforme Machado *et al.*, 2004).

A presença de mecanismos legais de preservação do bioma, aliada às políticas de proibição de sua devastação poderiam alterar essa previsão, mas essas iniciativas não têm se mostrado suficientes para impedir a devastação do Cerrado. Como a pesquisa se interessa pela relação das populações tradicionais com o bioma, a alteração dessa paisagem determina o abandono das práticas de extração vegetal e dos conhecimentos sobre a biodiversidade acumulados por inúmeras famílias que, em busca de alternativas financeiras de sobrevivência, se inserem até mesmo nas empresas que ingressam no Cerrado com novas formas de culturas ou explorações. Com essa mudança são abandonados um patrimônio intelectual e formas de produção familiar extraordinários e irrecuperáveis. Esse grupo de agricultores tem sido empurrado para uma existência à margem de um meio ambiente saudável e de uma vida digna (Alier, 2007).

Aliás, como lembra Lopes (2006, p. 31), vivemos em um contexto de "inquietação das forças ambientalistas com os paradoxos do crescimento das tendências aos grandes empreendimentos unilateralmente produtivistas, aos agronegócios e aos setores industriais social e ambientalmente predatórios", dentro de um governo historicamente relacionado aos movimentos sociais dos últimos 25 anos.

Nesse contexto, a experiência da participação política da população, embora embrionária e que tem em sua história de mobilização as formas comunitárias originárias de igrejas, de associações de bairro, de participação sindical, pode representar uma saída para o dilema em que o país se encontra. Quem sabe assim consigamos

---

7 As políticas públicas de ocupação do Cerrado também merecem destaque. Segundo Santos *et al* (2006), a partir de 1970, com a intervenção do governo federal através da política denominada de Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), iniciou-se uma grande ocupação humana, através da expansão da fronteira agrícola, "que inseriu o Cerrado dentro do cenário nacional de produção agropecuária com alto grau de mecanização". E mais, no final de 2014, antes de tomar posse no cargo para o seu segundo mandato, a presidente Dilma Roussef nomeou para o Ministério da Agricultura a senadora Katia Abreu, apontada pela mídia como o principal símbolo do agronegócio, conforme Magalhães (2014).

realizar o projeto que David Harvey (2004) denomina de "interesse da espécie", ou seja, um projeto de proteção ambiental que transcenda os interesses particulares, com uma concepção de alternativa universal sobre compromissos pessoais e projetos políticos.

3. Interesses políticos antagônicos *x* população tradicional do norte de minas gerais

Além da devastação do cerrado mineiro pela ação reiterada de queimadas e introdução de eucaliptos (*Eucalyptus)* e pinus (*Pinus elliottii)* nesse bioma, um fato específico chamou a atenção das pesquisadoras, determinando o interesse por este estudo: no período de 2000 a 2011, diversos moradores da cidade de Engenheiro Navarro, localizada no norte de Minas Gerais, extraíam com frequência a vegetação do Cerrado para ser empregada no preparo de sua alimentação como lenha, já que os fogões domésticos da maioria das residências dessa região utilizava (e utiliza até hoje) esse recurso natural[8], representando uma alternativa mais econômica em relação ao uso de botijões de gás ou dos fogões elétricos.

Essa extração poderia ser considerada regular se não consistisse em uma tática populista e manipuladora de um líder político responsável pela administração local, que a incentivou durante todo o período em que se manteve no cargo. Isso porque a extração da vegetação que seria utilizada como lenha era realizada logo nas primeiras horas do amanhecer, justamente para evitar a fiscalização dos órgãos de proteção ambiental da região. Nessa empreitada, o político valia-se de veículos da própria prefeitura local para transportar os moradores, realizando verdadeiro mutirão com a população transportada nas carrocerias de caminhões da prefeitura. E mais, além de incentivar tal prática, este administrador se unia à população naquela tarefa, com o fim de aparentar que ele também era pessoa humilde, do povo, e que se sensibilizava quanto às necessidades de sua comunidade. Essa prática recebia um incentivo adicional pela realização de sorteios de cestas básicas (com gêneros alimentícios, material de limpeza) e outros artigos de primeira necessidade para os participantes do mutirão. Tais estratégias, disfarçadas de política pública afirmativa, favoreceram a permanência do prefeito por dois mandatos consecutivos, bem como o de seu grupo político (secretários municipais, assessores etc.) durante cinco mandatos. Esta situação só não se estendeu por um período ainda maior graças à ação de um político adversário que denunciou o oportunismo à autoridade policial local, que adotou a corresponde medida investigativa, que impediu a continuidade de tais práticas.

Estas atividades foram praticadas ao longo de mais de uma década, sem nenhuma intervenção de qualquer instituição de fiscalização ambiental ou de defesa dos direitos dos cidadãos. E mais, além de demonstrar a ausência de uma política de controle do extrativismo devastador, confirma que a atividade extrativista sempre é colocada à margem do foco das políticas brasileiras. O que se percebeu nessa experiência foi que o direito à vida digna estabelecido na Constituição do país dificilmente se aplica às populações desassistidas. Ao mesmo tempo, estes fatos indicam também que os conflitos ambientais são resolvidos com a interferência do órgão policial que atua, quando muito, no sentido de proibir a conduta ilícita praticada, inexistindo qualquer política pública de conscientização dos cidadãos quanto à preservação de suas tradições.

A partir desse evento, as autoras intensificaram as visitas à região norte de Minas Gerais, onde estão localizados os municípios de Engenheiro Navarro e Corinto[9], cuja composição socioeconômica é semelhante ao sertão nordestino, sendo por isso denominada de "Área Mineira do Nordeste". Essa região destoa da central, do triângulo e do sul, por serem mais desenvolvidas economicamente. As entrevistas à população local foram abertas e realizadas durante essas visitas, no período de 2010 a 2013 e foram realizadas de maneira informal e de acordo com a conveniência e oportunidade dos entrevistados. Além disso, as pesquisadoras visitaram os espaços territoriais em que vivem essa população, acompanharam as atividades ali desenvolvidas e estabeleceram contato com os principais representantes de instituições que incentivam a mobilização

---

8 De acordo com Tinôco & Paula (2001), até 1980, na zona rural de Minas Gerais, 96% dos fogões domésticos eram a lenha, por apresentarem várias vantagens: a facilidade de obtenção da lenha, a produção de aquecimento de toda a casa, favorecendo a reunião da família nas noites mais frias e a atribuição de um paladar peculiar à refeição realizada nesses fogões.

9 Enquanto o município de Engenheiro Navarro possui uma extensão de mais de 600.000 Km2 e cerca de 7.000 habitantes, Corinto possui área de 2.524,503 km² e mais de 23.000 habitantes, conforme o censo do (BRASIL, 2012a).

popular, ligadas à questão ambiental local. Dessa experiência resultaram algumas das reflexões registradas nesse artigo.

A economia da região pesquisada é baseada na agropecuária e no extrativismo. A vegetação nativa é fonte de recursos para o consumo dos agricultores da região, sendo o excedente comercializado. O extrativismo de plantas típicas da região é expressivo, contribuindo para a obtenção de alimentos e remédio, além da geração de renda através da comercialização dos produtos originais ou manufaturados excedentes.

Os agricultores dessa região são conhecidos como gerazeiros. Essa denominação é, segundo os próprios indigitados, originária da expressão "gerais", que designa a região composta por planaltos, encostas e vales. Os gerais constituem um local em que todos têm livre acesso; uma área comum, como um grande quintal, espaço de todos e onde é possível a colheita de frutos nativos. São pessoas humildes, com baixa escolaridade e muitos sequer possuem títulos das propriedades em que vivem. Nesses locais os "gerais" residem com suas famílias, compostas por cinco a doze pessoas, em casas de alvenaria, muitas delas construídas sob a forma de mutirão entre os vizinhos. Tais residências possuem número reduzido de cômodos, tendo a maioria uma cozinha, um banheiro e um quarto, que não ultrapassam a 70m² de área construída.

Os geraizeiros possuem uma forma bastante peculiar de apropriação da natureza, conduzida por um sistema igualmente peculiar de representações, códigos e mitos. Os cultivos "guardam uma rica diversidade de espécies e variedades e os Cerrados com suas transições (Caatinga/Carrasco) fazem parte da estratégia produtiva fornecendo, de forma extrativista, alimentação para o gado, caça madeira, lenha, frutos, folhas, mel e medicamentos" (conforme Correia, 2005, p. 02). Eles adotam um sistema de produção bastante peculiar, combinando usos particulares e coletivos dos recursos naturais de diversas paisagens, onde há exploração coletiva com criação de animais à solta; coletas de frutos; madeiras e ervas medicinais; coleta de madeiras para construções; cultivo de café sombreado, criação de pequenos animais; cultivo de mandioca, milho, feijão, arroz, guandu, etc.

Estes atores detêm um conhecimento extremamente específico e acumulado sobre as aplicações e utilidades dos produtos derivados do Cerrado. Também merece relevo o fato de os geraizeiros reconhecerem a importância do bioma não só para as suas próprias vidas e de suas gerações presentes e futuras, como também para a totalidade dos cidadãos brasileiros.

A identificação das variadas espécies de ervas medicinais e alimentícias constitui um cabedal de conhecimento produzido e reproduzido ao longo de muitas décadas e que também se transforma em um valor que agrega importância e autoridade para o geraizeiro que o detém. É comum entre as famílias da região observada a preferência ou indicação de um "mateiro"[10], para ser consultado sobre a utilização medicamentosa de determinada espécie vegetal ou suas propriedades medicinais. Vale ressaltar que este papel de consultor acaba sendo ampliado para outras funções, como, por exemplo, a de mediador dos conflitos sociais decorrentes da própria atividade dos geraizeiros locais, pois em algumas ocasiões são chamados a intervir, inclusive, nas disputas de áreas de extração vegetal. Esta função é visivelmente acentuada quando determinado produto do Cerrado ganha visibilidade ou importância econômica, acarretando o interesse comum em sua extração.

Dentre as espécies vegetais que se destacam neste bioma por sua variada e inúmeras aplicações, o pequizeiro (*Caryocar brasiliense*) merece destaque. Para os geraizeiros do norte de Minas Gerais, a extração e o comércio do pequi e seus derivados constituem atividades que chegam a representar mais da metade da sua renda anual[11]. Em um dia de trabalho, uma família pode coletar até 60 kg de caroços. Quando processados para extração do óleo da polpa, esta quantidade de frutas rende cerca de seis litros, que são extremamente empregados na culinária local[12]. O quilo da polpa do pequi é vendido nesta região, em média, por R$ 15,00 (quinze reais).

---

10 Expressão empregada pelos entrevistados para designar o explorador das matas e conhecedor da vegetação do Cerrado.

11 Dentre outros empregos, o pequi também é utilizado para alimentar víveres como patos, galinhas e outras aves criadas pelas famílias dos gerazeiros, especialmente quando a safra do milho é prejudicada pela seca. Informação esta obtida em conversa com um desses nativos, por ocasião de uma de minhas visitas à região.

12 O óleo extraído da fruta do pequi tem ação cicatrizante comprovada em laboratório, conforme Batista *et al.* (2010). Além disso, segundo Petillo (2004), há também pesquisa da Universidade de São Paulo para verificar a possibilidade do uso do óleo de pequi como biodiesel. Segundo esta pesquisa, o óleo de pequi chega a ser 4% mais econômico no consumo

Os geraizeiros que comercializam o pequi, habitualmente ocupam barracas improvisadas espalhadas em uma extensão de cerca de 200 (duzentos) metros ao longo da rodovia MG-135 (altura de Bias Fortes-Minas Gerais), próximo a Paraopeba. Estas barracas (construídas com pedaços de madeira e palha de coco) podem ser vistas nessa região durante todo o ano. Nelas são vendidos, principalmente, as frutas do pequi e seus derivados, mas na entressafra desse fruto também são comercializados outros frutos como cocos, araticuns e cagaitas; condimentos como a pimenta; corantes; doces em compotas, entre outros produtos.

A importância do pequi para a região e para a comunidade local pode ser traduzida na edição de normas no sentido preservá-lo. Em 1992 foi editada a Lei nº 10.883, que classificou o pequizeiro como árvore de preservação permanente, sendo vedado o seu corte. Esta lei foi recentemente alterada pela de nº 20.308, de 27 de julho de 2012, que apesar de manter a mesma classificação para esta espécie, passou a permitir a derrubada do pequizeiro, quando localizado em área urbana ou Distrito Industrial, mediante autorização prévia de órgão ambiental. De acordo com esta lei, a empresa que derrubasse a árvore, também deveria plantar de 5 (cinco) a 10 (dez) mudas por cada planta extraída (artigo 2º, § 1º).

Durante os meses de duração da safra do pequi, ele constitui um reforço alimentar, indispensável na mesa dos habitantes do norte de Minas Gerais, por seu valor altamente nutritivo, fonte de minerais – manganês, magnésio e cobre – e vitamina C, em teor superior à encontrada em frutas de consumo tradicional, como laranja, limão, banana e maçã, como afirmado por Afonso (2012). Somente no período de março de 2006 a abril de 2007, foram entregues 9.509kg de polpas de frutos nativos para merenda escolar daquela região, tendo o pequi liderado essa lista.

Todavia, o avanço das grandes empresas do agronegócio, especialmente aquelas que favorecem a monocultura do pinus ou do eucalipto representam uma ameaça para o bioma e para as populações tradicionais do Cerrado Mineiro. Durante esta pesquisa vários relatos indicaram uma antiga luta dessas populações pela garantia do direito de permanecerem em suas terras, preservando suas tradições. De acordo com esses relatos, diversas comunidades rurais foram expropriadas de suas terras e encurraladas pela monocultura do eucalipto realizada no município. No entanto, não é somente a monocultura o principal vilão dessa desproteção. Um conflito que atingiu a cidade de Engenheiro Navarro, especialmente, remete à construção da barragem *Bico da Pedra*, no vale do Gorutuba, em fins da década de 70, sendo responsável pelo empreendimento a Companhia Nacional de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), vinculada ao Ministério da Integração Nacional (MIN). Os moradores da localidade foram retirados com pouca ou nenhuma indenização, sendo que em alguns casos foi requisitado o uso de força policial. A barragem, que originariamente combateria a seca e atenderia aos pequenos produtores locais, foi arrendada a grandes produtores de uva e banana, que mais tarde decretaram falência e usaram a área para pagamento de dívida junto à CODEVASF. No final dos anos 80, esta empresa loteou o local e vendeu para os próprios colonos que haviam sido expulsos de lá uma década antes e estes ainda tiveram que pagar pela água recebida e pelo custeio de antigas obras (conforme BRASIL, 2014).

Contudo, as denúncias mais recorrentes levantadas na pesquisa foram contra a monocultura de eucaliptos. Segundo relatos dos entrevistados, tem constituído prática habitual das empresas responsáveis pelo reflorestamento local, a compra de área do Cerrado onde há grande concentração de árvores de pequi (pequizeiro). Estas árvores, apesar da proteção dada pela lei estadual acima citada, são cortadas no início da noite - pois nesse período a fiscalização dos órgãos ambientais é reduzida - para, em seguida, serem enterradas com o emprego de tratores, a fim de que esta prática ilegal não seja descoberta. Em seu lugar, são plantadas mudas de eucalipto, que vêm transformando a paisagem do cerrado e, consequentemente, a sua biodiversidade original.

Com a chegada das empresas produtoras de eucalipto, todo o sistema de produção desenvolvido pelos geraizeiros há muitas gerações está sendo rapidamente desestruturado. Em idêntica análise sobre a população tradicional do cerrado em Rio Pardo, também localizado em Minas Gerais, Correia *et al*. (2005) declararam que "o retorno social de suas atividades foi reduzido, inviabilizando o uso coletivo das áreas de chapada e comprometendo ambientes de baixada, especialmente através do assoreamento dos cursos d'água e rebaixamento do lençol freático."

Enquanto isso, iniciativas ainda incipientes de promoção da participação da população em programas de promoção das culturas tradicionais podem estão sendo articuladas sutilmente. Um exemplo desse esforço é o

---

e 30% menos poluente. Cada hectare de plantação pode produzir até 3.200 litros de óleo (a soja, que também está sendo testada como mistura do biodiesel, rende 400 litros por hectare).

Encontro dos Povos do Cerrado, que vem sendo promovido por lideranças vindas de vários estados onde há Cerrado no Brasil (DF, Goiás, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso, Piauí, São Paulo e Bahia), desde 2001.

Esse Encontro vem contando com a participação de especialistas e gestores públicos, bem como de representantes de organizações da sociedade civil, da academia e institutos de pesquisa. A proposta é que ele se transforme em local de promoção do diálogo sobre os principais problemas enfrentados pelas populações tradicionais do Cerrado e que culmine com a indicação de diretrizes de uma agenda consistente, que garanta o fortalecimento da conservação e uso sustentável do Cerrado. Aos poucos esse espaço vai se consolidando como um ambiente para troca de experiências que resultem na conservação do Cerrado e na promoção de meios de vida sustentáveis; a valorização das tradições culturais dos povos do Cerrado; a discussão e formulação de posições políticas conjuntas; e divulgação pública dos problemas socioambientais que afetam o bioma, como também das alternativas existentes para o uso sustentável de sua biodiversidade. Em junho de 2014 o Encontro foi realizado na capital do país (Distrito Federal) e dentre as ações promovidas, estabeleceu inúmeras diretrizes para uma agenda com vistas ao fortalecimento da conservação e uso sustentável do Cerrado.

Outro exemplo neste sentido é a organização sem fins lucrativos, Central do Cerrado, que reúne cerca de 35 organizações comunitárias que desenvolvem atividades produtivas a partir do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado[13]. Todavia, como Lopes (2006) afirma, a prática da participação popular nas discussões e iniciativas políticas não é uma prática comum no contexto da sociedade brasileira.

No que se refere à ofensa ao meio ambiente, a insustentabilidade das plantações de eucalipto já fora objeto de crítica de pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade de São Paulo, em investigação realizada no Médio Jequitinhonha. Segundo eles,

> "A despeito das consequências danosas ao meio ambiente, ocasionado pelas florestas de eucaliptos e pinus, quando implantadas às custas da remoção da vegetação nativa, elas são particularmente maiores quando a vegetação nativa substituída é a do cerrado, ocasionando uma perda importante na parcela da recarga, devido à maior demanda evapotranspirativa daquelas espécies em relação às nativas do cerrado" (conforme Duarte *et al.,* 2001, p. 9).

De acordo com esta pesquisa, o reflorestamento com eucalipto e pinus ocasiona a diminuição da recarga de água subterrânea, além de impor condições de trabalho e remuneração degradantes aos trabalhadores locais (Duarte *et al*, 2001, p. 10). E mais, sobre as alterações climáticas da região, alguns geraizeiros entrevistados afirmaram que, no passado, o período das chuvas, que denominam de "inverno" e que ia do mês de novembro a janeiro, tinha precipitação durante quase o dia todo, deixando o solo encharcado e permitindo o trabalho nas lavouras, a ponto de alguns moradores praticarem "simpatias"[14] para que o Sol aparecesse em algum momento desse período. Atualmente, mesmo nesta época, as chuvas concentram-se em grandes quantidades no período intermitente de poucos dias, sendo insuficiente para irrigar o solo[15].

---

13 A Organização abriga 10 instituições mineiras. São elas: a Associação de Pequenos Trabalhadores Rurais de Riacho D'anta e Adjacências de Montes Claros; a Cooperativa Agroextrativista Grande Sertão com sede também em Montes Claros; o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), de Turmalina; a Cooperativa dos Apicultores do Vale do Jequitinhonha (COAPIVAJE), situada na Região do Médio Jequitinhonha – Turmalina; a Associação Artesãs de Turmalina ASTUR), em Turmalina; a Cooperativa do Produtores Rurais e Catadores de Pequi de Japonvar 9 COOPERJAP); a Chico Fulo, de Buritizeiro; a Cooperativa Sertão Veredas, da Chapada Gaucha; a COPABASE, de Arinos e a Central de Artesanato do Vale do Urucuia Arinos.

14 As simpatias são práticas criadas pelo povo, baseadas em superstições ou crendices, sem nenhuma base científica, normalmente de origem campesina. Uma das práticas indicadas por um dos entrevistados consistia na colocação de um pedaço de sabão sem uso em algum lugar alto, sob a chuva, para que Santa Clara mandasse o Sol para lavar e secar as roupas da família requisitante. Santa Clara é uma figura santificada, cultuada pelos católicos.

15 É ao menos curioso, que em 2014, a região sudeste do Brasil, onde estão localizados os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, sofreu com os efeitos de uma seca sem precedentes na história brasileira, acarretando graves problemas de abastecimento de água para a população, em especial a residente nos dois primeiros Estados, conforme Jornal Folha de São Paulo (2014).

Em que pese não existir qualquer pesquisa relacionando a alteração climática à produção dessa monocultura, o certo é que nenhum dos entrevistados fez essa associação. Todavia, é possível afirmar que a invisibilidade dos prejuízos para o Cerrado causados por essa monocultura está vinculada à falsa percepção dos benefícios de tal atividade extrativista. Vale também ressaltar que um dos entrevistados narrou com indisfarçável orgulho o fato de seus dois filhos trabalharem para uma grande empresa de reflorestamento. De acordo com ele, um dos filhos obtinha uma renda mensal de cerca de R$6.000,00 (seis mil reais), enquanto a outra filha, por ser graduada em Direito, chegava a receber R$12.000,00 (doze mil reais) mensais, desempenhando o cargo de chefe de um departamento. Além disso, a empresa fornecia "tickets" de alimentação no valor de R$700,00 (setecentos reais) por mês, para cada um deles. Assim, percebe-se como a monocultura de Eucaliptos passa a ser interessante para alguns grupos da população local, visto que não há políticas públicas de educação ambiental ou mecanismos de proteção e incentivo às culturas tradicionais eficientes.

Talvez a crítica mais enfática neste sentido seja a de Lashefski *et al.* (2005, pp. 11-24). De acordo com estes autores,

> "Moradores locais são confrontados por um 'campo' dominante, composto por ONGs, empresas e instituições governamentais que, em defesa dos seus interesses políticos e econômicos, tendem a deslegitimar observações e experiências vividas pelos moradores locais. Com um discurso aparentemente técnico-científico elas se utilizam de determinados fatos e dados para construir a opinião hegemônica, em defesa de um modelo de desenvolvimento ultrapassado e não sustentável. Em decorrência dessa atitude, as propostas concretas da população local para a reconversão agroextrativista das plantações de eucalipto, que se inserem de forma mais sustentável na realidade social e ambiental do cerrado brasileiro, não são sequer consideradas."

E mais, recentemente foi instituído o "Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde", através da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que foi regulamentada pelo Decreto nº 7.572, de 28 de setembro de 201, como parte do Programa "Brasil sem miséria". O Bolsa Verde concede, a cada trimestre, um benefício de R$ 300,00 (trezentos reais) às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas consideradas prioritárias para conservação ambiental. Portanto, é destinado àqueles que desenvolvem atividades de uso sustentável dos recursos naturais em Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais, Reservas de Desenvolvimento Sustentável federais e Assentamentos Ambientalmente Diferenciados da Reforma Agrária, além de territórios ocupados por ribeirinhos, extrativistas, populações indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais. A previsão era de que o benefício fosse concedido por dois anos, podendo ser renovado por igual período. Como 47% das 16,2 milhões de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza estão na área rural, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2012a), a proposta era aliar o aumento na renda dessa população à conservação dos ecossistemas e ao uso sustentável dos recursos naturais.

Além do Programa não ter atingido parte considerável da população em situação de extrema pobreza, a que conseguiu ser beneficiada pelo Programa não compreende que a finalidade deste é valorizar e conservar as culturas e comunidades tradicionais. Isso foi percebido durante a entrevista a um gerazeiro, que informou ser o único beneficiado na região. Segundo ele, as propriedades são monitoradas por satélite e helicópteros, não podendo ser cortada uma árvore sequer sem que a fiscalização saiba. E mais, e este entrevistado afirmou que realizou um pequeno investimento em monocultura de eucaliptos, referindo-se constantemente a esta silvicultura como "ouro verde". Disse ainda que, para tanto, seguia "à risca" a legislação ambiental, e que a plantação era "a coisa mais linda do mundo". Ao ser perguntado, porém, se havia animais vivendo na área da plantação, ele informou que realmente não tinha. Disse que alguns pássaros até iam lá, mas não definiu quais espécies. Durante a entrevista o geraizeiro não soube informar se o benefício recebido era federal ou o estadual, refletindo o desconhecimento sobre a natureza do benefício e sua destinação.

Outro exemplo foi o de um casal de geraizeiros que recebeu em sua residência uma pessoa, sem saberem informar a qual órgão esta pertencia e que teria solicitado a documentação da propriedade, com o intuito de inscrevê-los no Programa. Todavia, isto já "tinha muito tempo" e eles não haviam recebido mais nenhuma notícia até a data da entrevista, no início do primeiro semestre de 2014. Este exemplo também ilustra como a população dos gerais não se apropria das políticas protetivas, seja pela falta de esclarecimentos pontuais sobre seus alcances, seja pela

ausência de mecanismos eficazes para a sua implantação. Políticas como a do "Bolsa Verde" estão longe de atingir o propósito de garantir os direitos dos geraizeiros de permanecerem em suas terras, preservando suas tradições.
A descrição desses dados é importante porque a crise ambiental contemporânea é considerada reflexo da crise de valores e modelos que transformaram as relações e os ambientes. Essa crise se manifesta através de uma destruição simultânea de ecossistemas e culturas tradicionais e não modernas, em especial em países da periferia do capitalismo (Mignolo, 2003). Ocorre que a inserção de novas culturas extrativistas capazes de destruir o bioma do Cerrado, tal como a plantação de eucaliptos ou pinus, acarreta também o desprezo pelo saber dos geraizeiros, correspondendo a uma forma bastante sutil de legitimar a sua exclusão social.

4. Conclusão

Ainda em fase embrionária, a pesquisa já destaca os conflitos socioambientais e prejuízos às populações tradicionais que vivem da extração dos produtos do Cerrado, não só em vista do seu desamparo jurídico, como também em função da ausência de controle sobre a extração das atividades florestais e a desintegração entre as políticas públicas locais e nacionais.
O Cerrado vem sendo atingido por um projeto de desenvolvimento que contaminou os discursos cientistas e políticos nas últimas décadas, sendo a região onde mais se promove o agronegócio. Em vista dos autores consultados, há uma franca indicação de que as opções estratégicas adotadas pelo governo federal, o agronegócio ainda permanecerá ocupando as áreas do Cerrado e modificando seus ecossistemas em nome da modernidade, da eficiência, da balança comercial, do setor ruralista e das corporações transnacionais (conforme Silva, 2006).
Parte da crise que atinge o Cerrado decorre da manutenção de políticas públicas antagônicas, que de um lado favorecem o crescimento do extrativismo vegetal e a exploração pecuária, enquanto de outro, a proteção (minimamente significativa) do bioma, o que constitui um paradoxo, já que ambas estão vinculadas ao desenvolvimento do país. A estas políticas também se acrescem os interesses particulares de empresários e políticos gananciosos que veem na exploração do bioma uma fonte inesgotável de recursos financeiros, sem responsabilização quanto às consequências dessa atividade realizada indiscriminada.
Dentre as espécies vegetais que se destacam neste bioma por sua variada aplicação, o pequizeiro (*Caryocar brasiliense*) tem sido alvo da exploração extrativista depredatória e, junto com ele, os agricultores que retiram desta espécie sua própria subsistência e de sua família. Os dados obtidos nesta fase inicial da pesquisa já indicam a existência de vínculos entre os geraizeiros e a exploração extrativa do Cerrado, vínculos esses que são responsáveis pela construção e manutenção de um sistema de sociabilidade comunitária, de reciprocidade e autonomia, dentro do qual são produzidas múltiplas e variadas culturas que igualmente merecem proteção.
Desta forma é possível afirmar que a depredação do Cerrado não se refere apenas a uma questão de violação do meio ambiente, mas também representa a impossibilidade de concretização de uma vida digna para diversas comunidades, especialmente os geraizeiros.
Paralelamente aos projetos (tanto os oficiais, quanto os pessoalizados) de exploração dos recursos deste bioma, os geraizeiros seguem sem a implantação de mecanismos de participação popular com vistas à defesa do direito de permanecerem em suas terras, preservando suas tradições, em que pese tal garantia estar prevista constitucionalmente. Ouvi-los e compreender suas práticas e expectativas pode contribuir para a constituição de uma concepção de sustentabilidade ecológica, que acolha e incentive as variadas formas culturais e sociais democráticas e includentes.
Afinal, como já disse María Carman (2011, p.259), "*parte de nuestra responsabilidad es trabajar en el fortalecimento del bienestar común en pos de una economía política de la dignidad. Aquí y ahora, en la ciudad que todos compartimos*."

Referências Bibliográficas

AFONSO, Sandra Regina, (2012), A política pública de incentivo à estruturação da cadeia produtiva do pequi (Caryocar brasiliense*). Tese de doutorado aprovada junto à Universidade de Brasília, Faculdade de Tecnologia, Departamento de Engenharia Florestal.*

AFONSO, Sandra Regina; OLIVEIRA, Cibele Cristina Bueno de & ANGELO, Humberto. *Organização comunitária como estratégia para o desenvolvimento rural sustentável no Cerrado brasileiro.* Artigo apresentado ao GT Dispositivos colectivos de los agricultores para producción e manejo de bienes comunes o públicos y nuevas perspectivas de extensión rural, do VIII Congreso Latinoamericano de Sociologia Rural, realizado em Porto das Galinhas, 2010. Disponível no site: http://ebookbrowse.com/gt8-sandraregina-afonso-pdf-d229760055, [acesso em 10/01/2013].

ALIER, Joan Martinez, (2007), *Ecologismo dos pobres: Conflitos Ambientais e Linguagens de Valoração.* Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto. Correntes do ecologismo; Ecologia política: estudo dos efeitos ecológicos distributivos, pp. 21-39, 89-118.

BATISTA, J. S. Et al (2010), *Avaliação da atividade cicatrizante do óleo de pequi (CARYOCARCORIACEUM WITTM) em feridas cutâneas produzidas experimentalmente em ratos.* Arq.Inst. Biol., São Paulo, v.77, n.3, p.441-447, jul./set., 2010. Disponível em: http://www.biologico.sp.gov.br/docs/arq/v77_3/batista.pdf, [acesso em 28/11/2012].

BENSUSAN, Nurit (organizador), (2008), *Seria melhor mandar ladrilhar?: Biodiversidade – como,para que e por quê* / IEB – 2. ed. - São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília.

BORLAUG, N.E (2002), *Feeding a world of 10 billion people: the miracle ahead.* In: R. Bailey (ed.). Global warming and other eco-myths. pp. 29-60. EUA: Competitive Enterprise Institute, Roseville,

BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS, (2010), Proposição de projeto de emenda constitucional. PEC 115- A/1995 e PEC 504/2010. Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14403, [acesso em 28/11/2012].

BRASIL, Código Florestal Brasileiro, Lei nº 12651, de 25 de maio de 2012. Medida provisória N. 571 de 2012 convertida na Lei nº 12.727/2012 altera a Lei nº 12651/2012, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm, [acesso em 17/02/2014].

BRASIL, FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ – FIOCRUZ, (2014), Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiças Ambientais e Saúde no Brasil disponível em http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/, [acesso em 17/02/2014].

BRASIL, FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA, CONSERVATION INTERNATIONAL DO BRASIL, Fundação Biodiversitas & Universidade de Brasília (1999). Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade do Cerrado e Pantanal. Brasília: Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Brasília.

BRASIL, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012a), Indicadores de desenvolvimento Sustentáveis, disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2012.shtm>, [acesso em 5/12/2012].

BRASIL, Presidência da República – Casa Civil. *Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965,* disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4771.htm, [acesso em 22/10/2012].

BRASIL, World Wide Funds for Nature, (2012), *Cerrado.* S. l.: s. n. disponível em http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/biomas/bioma_cerrado/, acesso em 11/11/2014.

_____. *Cerrado, bioma, ecossistemas,* disponível em <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/cerrado/bioma/ecossistemas/>, [acesso em 11/11/2014].

CARMAM, MARÍA, (2011), *Las trampas de la naturaliza. Medio ambiente y segregación en Buenos Aires.* 1a ed. - Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

CORREIA, João R, (2005), *Pedologia e Conhecimento Local: proposta metodológica de interlocução entre saberes construídos por pedólogos e agricultores em área de cerrado em Rio Pardo de Minas Gerais.* Tese de doutorado, Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Agronomia.

COUTINHO, L.M, (2006), O conceito de bioma. Acta Bot. Bras. 20(1):1-11, apud Marco Antônio Batalha, *In: O Cerrado não é um Bioma* - Departamento de Botânica, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Publicado em 31/01/2011. Disponível em http://www.biotaneotropica.org.br/v11n1/pt/fullpaper?bn00111012011+pt. p. 23, [acesso 10/09/2012].

DUARTE, Uriel; MENEGASSE, Leila N. & OLIVEIRA, Fernando R, (2002), *Impacto Ambiental do Eucalipto na Recarga de Água Subterrânea, em Área do Cerrado, no Médio Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais.* São Paulo: Revista Águas Subterrâneas.

HARVEY, David, (2004), *Espaços de Esperança.* Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves São Paulo: Edições Loyola.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO *Online*, (2014), *Crise da água, Escassez de chuva forma cinturão da seca nos estados de SP e Mina*s, Caderno Cotidiano, publicado em 21/10/2014. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/10/1535644-excassez-de-chuva-forma-cinturao-da-seca-nos-estados-de-sp-e-minas.shtml, [acesso em 21/10/2014].

LASCHEFSKI, Klemes; PEREIRA, Doralice & ZHOURI, Andréa, (2005), Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais. *In*: ZHOURI, Andréa; LASCCHEFSKI, Klemens & PEREIRA, Doralice (orgs.). *A insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.

LOPES, Sérgio Leite, (2006), *Sobre processos de "Ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação.* Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun.

MACHADO, R.B., M.B. Ramos Neto, P.G.P. Pereira, E.F. Caldas, D.A. Gonçalves, N.S. Santos, K.Tabor & M. Steininger, (2004), *Estimativas de perda da área do Cerrado brasileiro*. Relatório técnico não publicado. Conservação Internacional, Brasília, DF.

MAGALHÃES, Vera (2014), Kátia Abreu será a nova ministra da Agricultura. In: Jornal Folha de São Paulo *Online,* Poder, publicado em 21/11/2014. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1551453-katia-abreu-sera-a-nova-ministra-da-agricultura.shtml, [acesso em 21/11/2014].

MIGNOLO, Walter, (2003), *Histórias Locais/Projetos Globais: colonidades, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Ed. Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

PICHONELLI, Matheus (2001), *Câmara aprova novo Código Florestal.* Revista Carta Capital, seção Política, São Paulo, publicado em 25/05/2001.

RIBEIRO, José Felipe. *A importância econômica do pequi*. 1979. Disponível em http://www.ibama.gov.br/sophia/index.php?codigo_sophia=4201. [acesso em 10/12/2012].

RIBEIRO, J.F.; SANO, S. M. & SILVA, J.A, da (1981), *Chave preliminar de identificação dos tipos fisionômicos da vegetação do Cerrado. In:* XXXII CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA. 1981, Teresina. Anais… Teresina: SBB, pp.124-133.

SANTOS, Eduardo Vieira dos; FERREIRA, Leginalva Aparecida Borges; LAMBERT, Denise; SOUZA, Cláudia Luis de; MENDES, Estevane de Aula Pontes & FERREIRA, Idelvone Mendes Ferreira, (2006) *A ocupação do bioma cerrado: da expansão da fronteira agrícola aos dias atuais.* In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA: CLIO E SEUS ARTIFÍCIOS, Catalão. *Anais...* Catalão: Departamento de História da Universidade Federal de Goiás, 2006, pp. 1-14. Disponível em: http://www.catalao.ufg.br/historia/arquivosSimposios/historia/VIISIMPOSIO/comunicacoes/ Eduardo%20Vieira/eduardo_vieira.pdf>. [acesso em 05/12/2012].

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto, (2006), *Os cerrados e a sustentabilidade: territorialidades em tensão*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense – UFF/ Programa de Pós-graduação em Ordenamento Territorial e Ambiental.

TINÔCO, Ilda de Fátima Ferreira & PAULA, Marcos Oliveira, (2001), *Projeto de Extensão - Fogão a lenha sem fumaça*. Minas Gerais: Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Engenharia Agrícola

Relações de poder em áreas ambientalmente protegidas: (RE) Territorialização no Parque Nacional da Serra Itabaiana e refúgio de vida silvestre mata do junco-se.

Carla Taciane Figueiredo[1]
Izaclaudia Santana da Cruz[2]
Emílio de Britto Negreiros[3]
Antônio Vital Menezes de Souza[4]

Resumo: A partir da década de 70, a questão socioambiental e cultual surge como centro de interesse em diversos campos de conhecimento. Nesse contexto, a valorização da experiência direta dos atores sociais com elementos históricos, sociológicos e com os recursos naturais faz-se pertinente para a compreensão da dinâmica societária e caracterização da proteção a fauna e flora. A institucionalização de Unidades de Conservação, enquanto política de preservação dos recursos naturais tem suscitado discussões a respeito da forma como essas áreas são demarcadas. A partir desta questão ambiental, esse artigo objetivou refletir sobre as transformações na realidade das unidades produtivas de olarias e cerâmicas e das agroindústrias canavieiras em decorrência da implantação de duas Unidades de Conservação de Proteção Integral no Estado de Sergipe o Parque Nacional da Serra de Itabaiana e o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco. O estudo foi desenvolvido com base em métodos quantitativos e qualitativos que permitiram obter as informações necessárias para resolver o problema de pesquisa e responder aos objetivos propostos. Nesse aspecto, percebendo a interconexão entre os temas "relações de poder" e "devastação ambiental", a pesquisa contribuiu com os estudos sociais e políticos numa perspectiva transdisciplinar de produção de conhecimento. Como resultado explicitou-se que a institucionalização de Unidades de Conservação produz novos territórios, recria relações de poder e tende a reproduzir as relações de subordinação e dominação. Os atores sociais se encontram em condições de desigualdade econômica, política e cultural, e não detém conhecimento prévio da importância de preservação da biodiversidade, processo este, que implica no surgimento de conflitos socioambientais.

Palavras- Chave: Territorialidades. Conflitos socioambientais. Biodiversidade.

Abstract: From the 70s, the environmental and cultic question arises as a center of interest in various fields of knowledge. In this context, the appreciation of the direct experience of social actors with historical elements, sociological and natural resources is made relevant to the understanding of corporate dynamics and characterization of protecting the flora and fauna. The institutionalization of protected areas, while natural resource conservation policy has sparked discussions about how these areas are marked. From this environmental issue, this article aimed to reflect on the changes in the reality of productive units of brick and ceramic and sugarcane agribusiness due to the implementation of two Full Protection Conservation Units in the State of Sergipe the National Park of Serra de Itabaiana and the Wildlife Refuge Mata Junco. The study

---

1 Professora Assistente da UFAL, Doutoranda e Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) Universidade Federal de Sergipe (UFS)- Membro do SEMINALIS – Grupo de Pesquisa em Tecnologias Intelectuais, Mídias e Educação Contemporânea (CNPq/UFS).E-mail: carlatacyane@hotmail.com

2 Doutoranda e Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, pelo- PRODEMA.(UFS), Tecnóloga em Saneamento Ambiental (IFS-SE). E-mail: izaclaudiasantana@yahoo.com

3 Professor Adjunto II do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, e do PRODEMA/UFS. Coordenador do Grupo de Estudos Mares, Ambientes e Ruralidades - GEMARES. E-mail: ebnegreiros@gmail.com

4 Professor Adjunto da Universidade Federal de Sergipe (Departamento de Educação e PRODEMA/UFS). Líder do SEMINALIS - (CNPq/UFS). E-mail: a.vmsouza@yahoo.com

was developed based on quantitative and qualitative methods, which provided the necessary information to solve the search problem and respond to the proposed objectives. In this respect, realizing the interconnection between the themes "power relations" and "environmental devastation," the research helped with the social and political studies in a transdisciplinary perspective of knowledge production. As a result was made explicit that the Conservation Units of institutionalization produces new territories, recreates power relations and tends to reproduce relations of subordination and domination. The social actors in a position of economic inequality, political and cultural, and does not have prior knowledge of the importance of biodiversity conservation, this process, which results in the appearance of environmental conflicts.

Keywords: Territorialities. Environmental conflicts. Biodiversity.

A problemática ambiental e a institucionalização de áreas ambientalmente protegidas necessita de estudos sobre as concepções de território e territorialidades e o processo de (re) desterritorialização dos atores sociais presentes no entorno das Unidades de Conservações. Esse artigo discutiu a problemática decorrente da criação das UC's do Parque Nacional da Serra de Itabaiana e Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco no Estado de Sergipe e o desencadeamento de conflitos com atividades produtivas realizadas no entorno, as olarias e cerâmicas e agroindústria canavieira, respectivamente. É perceptível a lacuna teórico conceitual de estudos sobre conflitos socioambientais e Unidades de Conservação no Estado de Sergipe, justificando as inquietações referentes a essa temática e pertinência social e cientifica desse estudo.

A institucionalização dessas Unidades de Proteção Integral propiciou um processo de (re) territorialização nas relações de produção e de poder, e das práticas produtivas dessas atividades produtivas. O estudo desenvolveu-se utilizando método qualitativo, imprescindível na coleta de informações, no cumprimento dos objetivos propostos, e na resposta aos questionamentos e inquietações de pesquisa. A revisão bibliográfica fundamentou a discussão teórica e subsidiou o debate dialógico realizado a partir da realidade empírica em análise.

Desse modo, identificar e compreender as relações sociais e de poder que envolveram os atores sociais presentes no entorno das Unidades de Conservação, verificar como a criação do PARNASI e do Refúgio de Vida Silvestre (RVS) Mata do Junco contribuiu para a produção de novos territórios foram os princípios norteadores dessa pesquisa.

A implantação do Parque Nacional da Serra de Itabaiana (PARNASI), tendo como principio a proteção dos recursos naturais, inseriu o povoado e os atores sociais ali presentes em uma nova dinâmica social e política orientada pela legislação ambiental. Essa nova dinâmica atingiu de modos diferentes os atores sociais envolvidos, que tanto antes como depois da institucionalização do PARNASI e do RVS- Mata do Junco apresentam volumes desiguais de poder e desse modo estabelecem relações desiguais de apropriação do espaço e de controle das relações sociais de produção. Os ceramistas por deter capital cumprem a legislação ambiental, enquanto os oleiros criam estratégias de sobrevivência para cumprir os ditames do IBAMA e da legislação trabalhista e ambiental.

Neste sentido, o Parque Nacional Serra de Itabaiana (PARNASI), localiza-se numa importante região para o Estado de Sergipe - sob o aspecto da biodiversidade, e manutenção dos recursos naturais, configura-se a realidade empírica estudada –situado na região agreste de Sergipe. O PARNASI é um local de características singulares, ora pela sua importância natural, através da presença de espécies endêmicas, ora pela presença de nascentes de rios importantes, dentre eles as principais nascentes da sub-bacia do Rio Poxim, em especial o Rio Poxim-Açú. Assim como a região de Capela onde está localizado o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, caracterizada nas próximas sessões de escrita.

O presente trabalho está dividido em três partes. No primeiro, refletimos sobre o conceito de territorialidade como expressão de poder. Procuramos destacar a diferença entre espaço e território demonstrando que o primeiro é base na qual se processa as relações sociais e de poder que constituem o território. Na segunda parte, apresentamos nosso recorte empírico de modo a reconstruir a trajetória das olarias e cerâmicas no povoado Mundês e a reorganização das atividades produtivas da agroindústria canavieira localizada no entorno do

REVS – Mata do Junco em Capela - SE. Por último, na terceira parte, discutiram-se aspectos do processo de (re) territorialização vivenciada por cerâmicas e olarias no povoado em estudo a partir da implantação do PARNASI, complementada pela caracterização da agroindústria canavieira usina Junco Novo na região de Capela- SE, localizada nos limites do RVS-Mata do Junco.

1. Introdução

Fundamentando-se no arcabouço teórico sobre as concepções de território, discutimos como a institucionalização de Unidade de Conservação influencia no processo de territorialização e (re) territorilização do seu entorno. Este estudo específico tem o propósito de analisar duas atividades econômicas: as olarias e cerâmicas no entorno do Parque Nacional da Serra de Itabaiana (Itabaiana/SE) e a agroindústria canavieira no entorno do Refúgio de Vida Silvestre da Mata do Junco (Capela/SE).

Destaca-se que a institucionalização do Refúgio de Vida Silvestre da Mata do Junco (Capela/SE), teve como principal justificativa a proteção do macaco gigó. A institucionalização de Unidades de Conservação, enquanto política de preservação dos recursos naturais tem suscitado discursões a respeito da forma como essas áreas são demarcadas, desconsiderando as dimensões sociais, econômicas e culturais preexistentes naquele espaço. Esse processo implica no surgimento de conflitos socioambientais decorrentes da sobreposição destas territorialidades.

A partir desta questão ambiental, esse artigo refletiu sobre as transformações na realidade das unidades produtivas de olarias e cerâmicas e agroindústria canavieira em decorrência da implantação de duas Unidades de Conservação de Proteção Integral supracitadas. Uma localizada no município de Capela e outra que abrange os municípios de Itabaiana, Laranjeiras, Itaporanga D'ajuda e Campo do Brito. Propõe-se verificar como a institucionalização dessas UC's contribuiu para a produção de novos territórios e para a sobreposição de territorialidades.

O estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa. Utilizou-se como instrumentos de coletas de dados, a pesquisa bibliográfica e documental, que permitiram obter as informações necessárias para atingir os objetivos propostos, respondendo as inquietações e problematização explícita na realidade empírica estudada.

Compreendendo as acepções sobre território e territorialidade apresentadas na fundamentação teórica desse estudo, torna-se imprescindível associar esses conceitos aos objetos empíricos analisados. Tendo em vista contribuir para o preenchimento das lacunas no conhecimento voltado para as temáticas de Unidades de Conservação no Estado de Sergipe e os impactos oriundos de política ambiental que invisibiliza os atores sociais envolvidos no entorno das áreas ambientalmente protegidas.

2. As implicações do processo de territorialização e desterritorializçção nas atividades econômicas do entorno de Unidades de Conservação

2.1 Unidades de conservação

As áreas protegidas são espaços territorialmente demarcados cuja principal função é a conservação e/ou a preservação de recursos, naturais e/ou culturais, a elas associados (MEDEIROS, 2006).

No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi institucionalizado pela Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Segundo Medeiros (2006) o SNUC foi um instrumento que não apenas incorporou de uma única vez, parte das áreas protegidas previstas pela legislação brasileira até então, como abriu espaço para que novas categorias fossem criadas ou incorporadas a partir de experiências originais desenvolvidas no país. Além disto, define e regulamenta as categorias de unidades de conservação nas instâncias Federal, Estadual e Municipal (RYLANDYS; BRANDON, 2005).

No seu Art. 7º o SNUC especifica que as unidades de conservação integrantes dividem-se em dois grupos, com características específicas:
Unidades de Proteção Integral que inclui Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas, Monumentos Naturais e Refúgios de Vida Silvestre.
Unidades de Uso Sustentável que permitem diferentes tipos e intensidades de interferência humana, com a conservação da biodiversidade como um objetivo secundário que são: Floresta Nacional, Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante interesse ecológico, Reservas Extrativistas, Reservas de Fauna, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Particulares do Patrimônio Nacional.
Dar-se-á ênfase neste trabalho as Unidades de Conservação de Proteção Integral especificamente à categoria de Parque Nacional e Refúgio de Vida Silvestre, devido aos objetos de estudos propostos na pesquisa. Estas categorias estão a seguir conceituadas de acordo com o SNUC:

> Art. 13. O Refúgio de Vida Silvestre tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. Ele ainda pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários (BRASIL, 2000, p. 6).

> Art. 11. O Parque Nacional que tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas cientificas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Ele é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com que dispõe a lei (BRASIL, 2000, p. 5).

É perceptível que as unidades de proteção integral quando instituídas normalmente ocasionam áreas de conflitos socioambientais, esse fato decorre da falta de diagnósticos participativos envolvendo as comunidades do entorno. Nessa perspectiva pode se afirmar que medidas preservacionistas impactam na reorganização territorial das relações societais em diversas dimensões: econômica, política, cultural das comunidades tradicionais e/ou que convivem no entorno.
Referindo-se ao RVS - Mata do Junco, os conflitos acontecem tanto com a comunidade do assentamento que ocupa as proximidades como com agroindústria canavieira. No território do Parque Nacional da Serra de Itabaiana os oleiros e ceramistas são os principais atores sociais envolvidos nos conflitos socioambientais oriundos a partir da institucionalização do parque.

2.1.1. Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco

O Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, localiza-se na cidade de Capela/SE, foi institucionalizado sob o Decreto Estadual 24.944 de 26 de dezembro de 2007, possui uma área de 894,76 ha. Dentre os objetivos que levaram a criação desta UC destacam-se a proteção de Mananciais que abastecem a cidade de Capela; proteção de Remanescente de Mata Atlântica e a proteção da população local do Macaco-Guigó (*Callicebus coimbrai)*. O seu plano de manejo encontra-se em construção.
Constituído de fragmentos de mata atlântica (Figura 01), parte de sua área pertencia a uma fazenda do grupo Santa Clara, onde funcionava a antiga usina canavieira Junco Velho. A antiga Fazenda passou 10 anos sem manutenção quando foi ocupada pelo Movimento sem Terra (MST). Os atores envolvidos no RVS da Mata do Junco são a Prefeitura de Capela (Secretarias de Meio Ambiente e Educação); Assentamento José Emídio dos Santos; SAAE – Capela; Usina Junco Novo; Universidade Federal de Sergipe (UFS); Terceiro Setor; Associação de Trabalhadores Rurais; entre outros.

Dos atores envolvidos nessa UC destacou-se a Usina Junco Novo que desempenha atividades de beneficiamento da cana-de-açúcar. Essa usina localiza-se no povoado Boa Vista, Capela/SE. Possui uma produção de 110.000 toneladas de cana moída ao ano e gera aproximadamente 400 empregos diretos.
O mapa (Figura 01) a seguir representa a área que compreende o RVS da Mata do Junco, constituído por fragmentos de mata atlântica, sendo parte dele a Reserva Legal da Usina Junco Novo.

Figura 01 – Mapa do RVS destacando a caracterização da área com mata fragmentada.

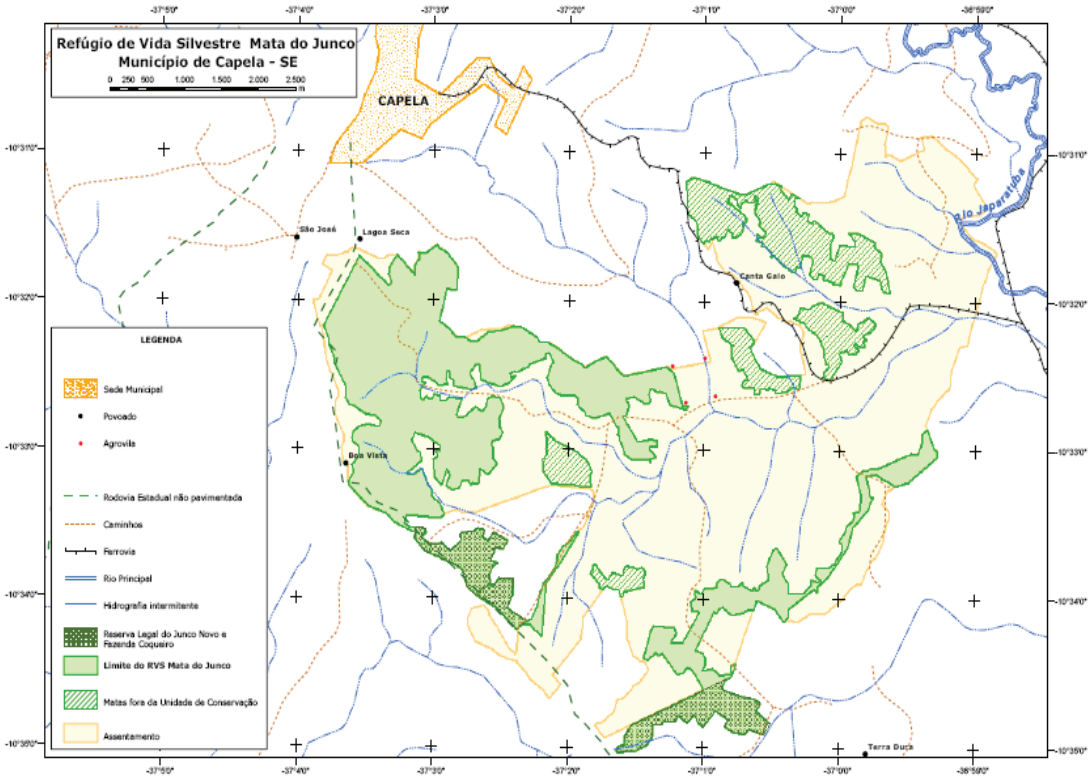

Fonte: SEPLAN (2010)

Visivelmente a Reserva legal da Usina Junco Novo encontra-se nos limites da Unidade de Conservação, esse contexto promove uma sobreposição territorial. A hierarquização de poder caracteriza-se pela dualidade existente entre poder econômico e política publica governamental de proteção ambiental. O Sistema Nacional de Unidade de Conservação estabelece regulamentações especificas para categoria de proteção integral, especificamente o Refugio de Vida Silvestre "pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários (BRASIL, 2000, p. 6)".
Entretanto, o questionamento que surge é: os objetivos de uma agroindústria canavieira convergem com uma Unidade de Conservação? É perceptível o desencontro finalistico, ou seja, a finalidade de uma UC difere substancialmente de uma usina. Analisando o principio da reserva legal, é notório a imposição político econômica, que acaba inquirindo as grandes empresas na contemporaneidade exploração da questão ambiental em prol do desenvolvimento econômico favorecendo os detentores de capital, sob lógica das premissas do desenvolvimento sustentável.

2.1.2. Parque Nacional da Serra de Itabaiana

O Parque Nacional da Serra de Itabaiana (PARNASI), institucionalizado por meio da Portaria nº 84.017 em junho de 2005 compreende uma área de aproximadamente 7.966 ha composta pela Serra de Itabaiana, Serra Comprida e Serra do Cajueiro. Conglomera uma extensa área de zona de transição entre os biomas Mata Atlântica e Caatinga.

O parque estende-se entre os Municípios de Areia Branca, Campo do Brito, Itabaiana, Itaporanga D'Ajuda e Laranjeiras, no estado de Sergipe. Em seu entorno encontra-se aproximadamente 24 povoados situados na região agreste do Estado. Neste estudo serão destacados apenas os povoados Gandu I e Gandu II, Lagoa dos Fornos, Chico Gomes, Rio das Pedras e Mundês, porque desenvolvem atividades de olarias e cerâmicas.

O PARNASI destaca-se pela particularidade dos seus *habitats*, pela presença de espécies endêmicas e pelo seu valor econômico e cultural dado pelas comunidades locais (VICENTE *et* al., 2005 *apud* LIMA, 2010). Destaca-se que os limites[5] do parque impõe juridicamente a extensão territorial da área e normalmente implica em conflitos, por se tratar de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral. Dentre os atores envolvidos nesta UC, esse trabalho dará relevâncias as práticas dos oleiros e ceramistas, devido aos impactos ambientais próprios dessa atividade econômica.

Segundo estudos já realizados, a instalação das primeiras olarias remonta às décadas de 1950/1960, esteve relacionada principalmente à presença de minérios e argila de boa qualidade encontrados na localidade e extraídos artesanalmente às margens dos riachos que desciam da serra de Itabaiana, ou ainda em áreas localizadas próximas a encosta da serra.

Foi nesse período que teve inicio o processo de territorialização das olarias e posteriormente das cerâmicas nos povoados. A Figura 2 é a representação territorial da delimitação do PARNASI e alguns povoados localizados no seu entorno.

A delimitação do Parque Nacional da Serra de Itabaiana implicou numa reorganização das atividades produtivas praticadas em seus limites, tendo em vista a proximidade das olarias e cerâmicas e os recursos naturais utilizados nestas, oriundos da Serra de Itabaiana. Com a Legislação Ambiental a atividade produtiva normalmente é mais fiscalizada pelos órgãos vinculados as políticas ambientais (IBAMA, SEMA, Ministério Público). Consequentemente as atividades sofrem um processo de (re) territorialização das práticas produtivas, inicialmente por que os recursos extraídos da área do parque são legalmente proibidos e posteriormente pela imposição econômica e político tecnológica das cerâmicas.

2.2. Territórios, territorialidades: olarias, cerâmicas e agroindústria canavieira *versus* Unidades de Conservação.

De acordo com o pensamento de Heidrich (2009), a delimitação de territórios é um instrumento legal que garante um controle eficaz e limita o acesso e uso dos recursos naturais das áreas protegidas, visando à preservação da natureza. No ano 2000, a política ambiental brasileira instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação que passou a regulamentar de modo integrado diversos tipos de áreas protegidas, denominadas de Unidades de Conservação.

O processo de institucionalização de Unidades de Conservação de Proteção Integral insere os diversos territórios já existentes daquela localidade e os seus atores em uma nova dinâmica social, política e econômica, norteada pelas premissas SNUC (2000). Essa dinamicidade atinge de modos diferentes os atores sociais envolvidos explicitando e potencializando desigualdades de poder pré-existentes.

---

5 Conforme Sarita Albagli, 2004, Limite expressa uma interface biossocial, que evolui ao longo da história. Limites podem ser estabelecidos de modo tanto individual como coletivo, inclusive por meio da propriedade privada.

A definição de áreas para a preservação ambiental põe em relação, muitas vezes de modo conflitante, uma demanda geral da sociedade pela conservação dos recursos naturais e paisagens e os usos estabelecidos do lugar, muitos destes tradicionais. Em relação às áreas protegidas, o espaço objeto de controle explicita-se pela demarcação e pelo estabelecimento de limitação ou impedimento de usos da terra. (HEIDRICH, 2009, p.271).

Complementando a ideia de Heidrich, Robert Sack (1986) define tais unidades como territórios, nos quais se tem o objetivo de manter o controle sobre os recursos, as pessoas e suas ações. Já em outra concepção, a ocupação e o uso já realizados nessas áreas também se constitui em expressão de território, assim como os vínculos de identificação de lugar.
Considerando que a delimitação de UC constitui-se como território, assim como as atividades já desenvolvidas pelas populações locais também se caracterizam como territórios tendo em vistas as relações de poder exercidas. Pode-se afirmar então, que ocorre o fenômeno de sobreposição de territórios. Neste contexto, entende-se o conceito de território como:

> O território [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz de um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo [...] mas o verdadeiro *Leitmotiv* é o seguinte: *quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?* Este *Leitmotiv* traz imbutida, ao menos um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais. A seguinte questão inseparável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço e como? (SOUZA, 1995, pp.79-9).

Referindo-se ao o conceito de território apresentado anteriormente, Souza ainda afirma que:

> Sem dúvida, sempre que houver homens em interação com o espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-à também diante de um território, e não só de um espaço econômico: é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém. Assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda a espacialidade social- *ao menos enquanto o homem também estiver presente.*(SOUZA,1995 p.96*)*

Fundamentado nos conceitos supracitados, a sobreposição de território acontece quando um território (delimitação de UC) se impõe política e juridicamente sobre outro território tradicionalmente já existente.
A implantação das Unidades de Conservação PARNASI e RVS da Mata do Junco coloca em relação distinta as lógicas existentes do lugar as atividades de olarias/cerâmicas e a agroindústria canavieira. Promovendo territorialidades conflitantes, já que as práticas destas atividades econômicas configuram o território como recurso[6], contrapondo-se o ideal preservacionista das UC's de Proteção Integral.
Essas atividades econômicas presentes no entorno das UC's utilizavam tradicionalmente os recursos disponíveis nas atuais áreas de preservação, como matéria-prima para as olarias e cerâmicas (argila e lenha). Ou através

6 Conforme Santos (2000), o território é considerado como recurso quando os atores hegemônicos garantem o seu uso para atender seus interesses particulares.

da ocupação de áreas para o cultivo de cana, matéria-prima da indústria sucroalcooleira. Esses sistemas de produção conflitam com a preservação ambiental. A disparidade de interesses, consequentemente, estabelece relações desiguais de apropriação do espaço e de controle das relações sociais de produção, configurando territorialidades distintas.

> O conceito de territorialidade humana envolve "o controle sobre uma área ou espaço que deve ser concebido e comunicado", mas ela é "melhor entendida como uma estratégia espacial para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas, pelo controle de uma área e, como estratégia, a territorialidade pode ser ativada e desativada (HAESBAERT, 2004, p. 105).

De forma mais contundente, Haesbaert (2004, p. 105) define territorialidade como "a tentativa, por um individuo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica", ou seja, o território.

Para Heidrich (2009), essas territorialidades, adjetivadas por ele como conflitantes, podem referir-se ao mesmo objeto, ao uso ou expectativa de uso, não é exatamente por áreas delimitadas, por espaços[7] representados, vividos e seus usos. Desta forma, não é unicamente certa área em poder de alguém o fator da territorialidade. A relação que cria nem sempre necessita do sinal da demarcação. Esse fenômeno é o que se verifica nas implicações decorrentes da implantação das UC's PARNASI e RVS da Mata do Junco.

As atividades econômicas desenvolvidas no entorno das Unidades caracterizam-se como territorialidades, devido apropriação do espaço que antecede a institucionalização das unidades. A partir disso, ocorre o processo de desterritorialização das olarias/cerâmicas e das usinas canavieiras, uma vez que suas práticas não estão adequadas à legislação ambiental que regulamenta as áreas ambientalmente protegidas.

É importante frisar que essa desterritorialização acontece de acordo com as peculiaridades de cada território e o poder que essas unidades produtivas exercem na localidade. No caso específico deste estudo é notória a diferença de domínio territorial existentes entre as olarias comparadas com as cerâmicas e as usinas de cana. Enquanto as olarias são descapitalizadas economicamente, as cerâmicas e usinas exercem forte influencia econômica e política na localidade. Condicionamentos estes, que dificultam gestão das Unidades de Conservação e consequentemente, o cumprimento da legislação por ela imposta.

O território, portanto, não é constituído apenas de chão, fronteiras, relevo, base material, ele se faz antes pelas relações sociais que por sua vez são carregadas de relações de poder, intencionalidades e conflitos.

3. Considerações Finais

A complexidade das relações de poder e de produção na atualidade se ramificaram de múltiplas formas, compondo assim territórios cada vez mais múltiplos e dinâmicos. Desse modo, o território constitui-se em um dos conceitos-chave para o estudo das questões ambientais, para pensar e compreender as tensões produzidas pelas disputas entre os grupos sociais pela apropriação do espaço, em especial em áreas de unidades de conservação ambiental.

O processo de territorialização que envolve as UC's PARNASI e RVS da Mata do Junco e as atividades econômicas de olarias/cerâmicas e agroindústria da cana expressam relações de poder e de conflitos uma vez que reproblematizam a presença dessas unidades de produção seja pelo seu impacto ambiental, seja pelas relações de trabalho e produção.

O estudo demonstrou que a questão ambiental ao produzir novos territórios recria relações de poder e tende a reproduzir as relações de subordinação e dominação. Isto porque os atores sociais envolvidos se encontram em

---

7 Espaço, segundo Correia (2001), pode ser concebido como *locus* da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade.

condições de desigualdade econômica, política e cultural.
Explicitou a dissidência de conflitos socioambientais no entorno das Unidades de Conservação. A proliferação de áreas ambientalmente protegidas no Estado de Sergipe configura-se como uma política governamental de justificação pública e invisibiliza os atores sociais que vivem no entorno das UC's. Normalmente não são realizados diagnósticos participativos, além de uma sobreposição hierarquizada de poder político econômico e sócio cultural.
Referindo-se a política ambiental implementada no Estado de Sergipe, especificamente as Unidades de Conservação de Proteção Integral na prática acabam caracterizando "parques de papel", ou "refúgios" de "ficção", instituídos legalmente e praticamente constituídos como áreas ambientalmente protegidas permeadas por conflitos socioambientais.

Referências

ALBAGLI, S. (2004). Território e territorialidades. *In*: LAGES, Vinicius; BRAGA, Christiano; Morelli (orgs). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Rio de Janeiro, RJ: Dumará/Brasília, DF: SEBRAE,. pp. 24-69.

BRASIL. 2000. Lei 9985/00 que Institui o *Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza.*

HAESBAERT, R. (2004). Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia. pp. 87-119.

HEIDRICH, Á. L. (2009). Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.) *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia. Pp. 271-290.

LIMA, Juliano Silva. (2010). *Uso e Conservação de Recursos Botânicos por Comunidades Rurais do Entorno ao Parque Nacional Serra de Itabaiana: Uma abordagem Etnobiológica.* 224p Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe.

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de Áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade** – Vol. IX nº. 1 jan./jun. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/asoc/v9n1/a03v9n1.pdf. Consultado em 25 de Nov. 2014.

RYLANDS, Anthony B.; BRANDON, Katrina. *Unidades de Conservação Brasileiras MEGADIVERSIDADE*, volume 1, Nº 1, julho 2005. Disponível Em**:** http://www.conservacao.org/publicacoes/files/06_rylands_brandon.pdf. Consultado em 16 de Nov. 2014.

SOUZA, M. L. de. (1995). *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.* In: Castro, Iná Elias de *et al.* (orgs.): *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

O Olhar e a Semente: evolução de um conceito.

Larissa Malty
larissa.malty@gmail.com

Resumo: Este ensaio diz respeito à evolução do conceito de Ecologia Humana ao longo dos tempos e sua relação com a percepção da paisagem a parir de aspectos sócio-culturais e bióticos como reflexo do interesse transdisciplinar a respeito da compreensão da interação do ser humano com seu ambiente. Reflexões a cerca do olhar que é alterado pela paisagem e que também a altera promove a constante adaptação da espécie humana ao ambiente local e global. Este ensaio traz ainda conceitos relacionados à territorialidade e pertencimento, em especial em ambientes ribeirinhos, destacando a necessidade humana de promoção da reflexão e análise a respeito de sua condição de integração com o ambiente. A complexidade cultural dos territórios pela perspectiva das redes também são lembrados como possibilidade de difusão do conhecimento e promoção de aplicabilidades de pesquisas realizadas em diferentes espaços que se encontram no território da rede. Desta forma, as especificidades culturais e biológicas encontram-se em um processo dinâmico de integração e adaptação, e a preservação dessas diversidades torna-se fundamental para assegurar o conhecimento, a reflexão e a multiplicidade óptica a respeito da própria Ecologia Humana. Para além das mudanças naturais de um território, as dinâmicas ambientais também se dão a partir das mudanças do pensamento, do olhar e da ação humana. A transformação dos paradigmas científicos tradicionais e a produção de novos conhecimentos, inerente à reflexão humana, promovem a reinterpretação da paisagem e, consequentemente sua alteração. Utilizando a arte, em especial a fotografia, foi produzida uma série de fotografias do cotidiano urbano de cidades europeias e brasileiras e textos relacionados a estas imagens que buscam sensibilizar o olhar para a compreensão do conceito de Ecologia Humana. As fotografias fazem parte da exposição *Imagens de Imaginar*, concebida em especial para o público de invisuais com transcrição dos textos para o sistema braile de comunicação.

Palavras-chave: Ecologia Humana, Conceito, Olhar, Paisagem, Fotografia.

Sumário:

Introdução 3
Complexidade Cultura l6
Complexidade Territoria l9
Dinâmicas Ambientais 12
Referências Bibliográficas 15

O Olhar e a Semente: Evolução de um Conceito.
Não basta abrir a janela. Para ver os campos e o rio. Não é bastante não ser cego. Para ver as árvores e as flores. É preciso também não ter filosofia nenhuma. Com filosofia não há árvores: há ideias apenas. Há só cada um de nós, como uma cave. Há só uma janela fechada, e todo o mundo lá fora; um sonho do que se poderia ver se a janela se abrisse, Que nunca é o que se vê quando se abre a janela.
Alberto Caeiro. (1993)

1. Introdução

Um conceito pode nascer da necessidade de esclarecimento de um caminho. Como um fio de luz que risca o espaço tornando possível o vislumbrar. A partir dele surgem novas reflexões: espelhadas, contrapostas, polarizadas ou dispersas, como feixes de partículas, sensibilizando olhares.
No caso do conceito de Ecologia Humana é possível compará-lo à uma semente que segue em busca de luz, um conceito em formação, transdisciplinar, complexo. Ao longo das últimas décadas tem germinado, ramificado,

se esticado em brotos à procura de luz. Vez por outra o reparo subindo pelos muros das cidades, se espalhando como um cipó, de textura semi-herbácea, a avançar para dentro das casas, a decorar ambientes internos, cultivado em sótãos e pensamentos. Apresenta crescimento contínuo e se adapta a diferentes climas, colore a paisagem em constante floração. (Fig. 1. Antigo monastério de 900 anos da zona rural de Schweinheim. Fotografia da exposição *Imagens de Imaginar.*)

Fig 1. Schweinheim- Alemanha. 2014

Imagino que a cada manhã ampliava-se o sótão, onde as idéias tinham morada.

Bernard Campbell parte do conceito de Ecologia para alcançar uma definição para Ecologia Humana, evocando diversas ciências complementares para o estudo dessa área transversal do conhecimento científico.
Enquanto conceitua a Ecologia como sendo "o estudo da relação entre determinada espécie e seu meio natural" Bernard Campbell (1988), esboça a necessidade de estabelecer e contextualizar o meio natural da espécie em questão, seja ela qual for, trazendo à tona a reflexão sobre a relação intrínseca entre uma espécie e seu ambiente. A partir daí, o termo Ecologia Humana nasce para o autor, como nascem os indivíduos, a fazer parte do meio que parece também os habitar. Campbell (1988), conceitua a Ecologia Humana como sendo "o estudo de todas as relações entre as pessoas e seus respectivos ambientes", e acrescenta que a troca de energia entre as espécies que compartilham o mesmo ambiente faz parte deste mesmo campo de estudo. Num desdobramento complexo, o conceito ganha cor agregando as relações interpessoais que ocorrem entre os indivíduos na mesma comunidade e, consequentemente a transformação coletiva a partir da reflexão e análise.

> In a global scenario marked by citizenship and sustainability commitments, human ecology is an instrumental and ethical device based on its multidisciplinary origins and studies on the relations of mutual dependence between human communities and their biophysical environments
> Iva M. Pires e João L. Craveiro, (2010:41).

Em alguns anos de modernidade reflexiva, o conceito de Ecologia Humana se amplia e ganha nuances com contribuições de J. Manuel Nazareth, (Introdução à Demografia. 1996:83) que compreende a Moderna Ecologia Humana como a diferença entre o Sistema-Homem e o Sistema-Natural, e a interação entre esses sistemas.

A complementar o pensamento de Bernard Campbell, Nazareth ressalta as alterações e as reações que surgem a partir da dinâmica entre os referidos sistemas, de forma que o ambiente com alterações antrópicas torna-se o natural da espécie humana.
A definição do termo incluiria, em pouco tempo, aspectos sociais, psicológicos e econômicos promotores do estabelecimento dessa relação entre sistemas e por sua vez também decorrentes destes de forma a conectando as especificidades do conhecimento científico tal qual aquelas espécies de trepadeiras ornamentais que se emaranham a ponto de dificultar a identificação de onde iniciam e onde terminam suas ramas, raízes e enquadramentos.
Transversalidade e especificidade são marcas do tempo atual e estão a influenciar a geração do conhecimento e a percepção do espaço. Paralelamente, cumplicidade e individualidade tem contribuído para a novas formas de interação do ser humano com seu semelhante e com seu meio. (fig 2 Casal na praça . Fotografia da exposição *Imagens de Imaginar*)

Fig 2. Amsterdam – Holanda. 2014.
Imagino que todos os dias, no horário marcado, sentavam juntos para um desencontro.

> ... a ecologia humana não é necessariamente vista como uma das ramificações da ecologia. Para muitos, estudar a "relação do homem com o ambiente" inclui tantos outros fatores (como econômicos, sociais, psicológicos) que a ecologia humana transcende a ecologia.
> Alpina Begossi (1993: 121-132)

Compreender de forma aprofundada as questões abordadas durante uma investigação de Ecologia Humana envolve perceber que a própria reflexão sobre o processo interfere de forma direta na reformulação dos principais paradigmas que cercam os conceitos e a epistemologia deste campo transdisciplinar do conhecimento humano. O estudo sobre as relações humanas com seu ambiente tem ganhado cada vez mais atenção nas ciências sociais e tem provocado grandes discussão sobre a adequação e aplicabilidade prática das pesquisas realizadas e suas abordagens teóricas visto as especificidade locais. Por outro lado, cabe ressaltar que os resultados de investigações aplicadas promove a formulação de novos conceitos e percepções.

> With this realization, social scientists tended to turn from studying human interactions with the environment, preferring instead to focus on the seemingly more profitable

> study of the internal structure and functioning of cultural and social systems. Following the French sociologist Emile Durkheim's injunction that "social facts" could be explained only in terms of other social facts, cultural development was explained by the concept of diffusionism historical spread of traits from one culture to others, without reference being made to possible environmental influences on the process. It was not until the 1950s that social scientists, acting under the influences of Julian Steward's concept of cultural ecology, again turned serious attention to the study of human interactions with the environment.
> Rambo, Terry. (1983:5-6).

2. Complexidade Cultural

A partir da complexidade do estudo da espécie humana e suas relações com o meio ambiente, alguns estudiosos da Ecologia Humana, como por exemplo Julian Steward, Bernard Campbell, Terry Rambo, especificam a Ecologia Social e Ecologia Cultural como aspectos da complexa relação do ser humano com seu meio natural, transplantando para diferentes solos tais conceitos que associam a cultura de um grupo humano, bem como sua estrutura social, ao resultado da relação entre o indivíduo e seu ambiente.

> A Ecologia Cultural é o estudo da maneira como a cultura de um grupo humano se adapta aos recursos naturais do meio ambiente e à existência de outros grupos humanos. A Ecologia Social trata dos motivos que conduzem a estrutura social de um grupo humano a ser o resultado do meio ambiente global do grupo.
> Bernard Campbell.(1988).

Desta forma, conceituar Ecologia Humana em seu sentido sociocultural é tarefa dinâmica, visto a ininterrupta e cada vez mais veloz troca de saberes entre a espécie humana e o universo que o cerca e o inclui.
Entre tais saberes inclui-se a produção científica e o conjunto de crenças que se aprimoram a respeito da inteligência e de determinadas espécies em constante diálogo com a espécie humana. Entre tais saberes está a própria percepção humana a respeito da capacidade de sobrevivência das demais espécies e sua relação com o *habitat*. Por outro lado, este aprimoramento de saberes incluem o próprio desenvolvimento humano a partir da necessidade de adaptação ao meio e da promoção, sistematização e difusão desse conhecimento.
Enrique Leff (2002), autor da obra Epistemologia Ambiental, discorre sobre a articulação das ciências na relação natureza-sociedade, ressaltando diferentes formas de articulação científica e a necessária compreensão da complexidade do pensamento humano e suas consequências nas ações antrópicas.

> O problema da articulação científica não concerne à constituição de uma ciência a partir das formações ideológicas que a precedem, ou seja, de noções provenientes de outros campos do conhecimento antes da fundação dos conceitos próprios de uma ciência.
> Enrique Leff. (2002)

Para que se possa compreender de forma ampla a dinâmica do estudo da Ecologia Humana, cabe uma referência sobre o termo "natureza". Assim como a Ecologia aborda a relação entre a biologia e a geologia, observando a dinâmica dessa interação, a Ecologia Humana permite o aprofundamento na investigação da própria natureza humana, seus aspectos psicológicos, sociais e culturais.
Com intuito de refletir sobre a própria natureza humana torna-se necessário salientar sua intrínseca necessidade de investigar, imaginar e compreender o espaço e o tempo em que se encontra. É possível que se perca, mas esta busca é própria do ser humano e segue florescendo para dentro e para fora da espécie, entre a comprovação iluminada e o mistério criativo. Quais são esses limites entre o absolutamente

natural e as criações humanas, que, em última instância também fazem parte de sua natureza? Imaginações originam imagens ou, ao inverso, as imagens provocam imaginações? (Fig. 3. Criança no jardim. Fotografia da exposição *Imagens de Imaginar).*

Fig 3. Berlin – Alemanha. 2014.
Imagino que gostava tanto da Terra que por cuidado não a pisava, estava sempre a voar.

A própria concepção de natureza surge a partir da reflexão humana. O desenvolvimento tecnológico com suas especificidades e complexidades, a reflexão e análise sobre a própria condição no planeta, a tentativa de domínio do ser humano sobre a natureza e ainda a tentativa de escuta e observação dos fenômenos naturais, fazem parte da história civilizatória do homem.

> A forma como descrevemos o universo está, em última análise, limitada pelo poder da nossa imaginação. Dado que fazemos parte das produções do universo, não parece provável que pudéssemos ser mais imaginativos do que o universo que tentamos descrever. O que quer que pensemos que o universo é deverá estar sempre no limite da nossa capacidade para imaginar o que ele poderia ser.
> Christopher Potter. (2010).

A ramificação evolui de forma não linear e pontua-se diferentemente nos espaços ocupados pelo ser humano em diferentes estratos da sociedade, a variar no espaço e no tempo.
Assim, o estudo do comportamento humano em sociedade, sua ocupação territorial ao longo dos tempos e em distintas paisagens faz do ser humano um sujeito ativo em sua própria história sobre o planeta, bem como sobre a vida de outros seres que coabitam a Terra.

3. Complexidade Territorial

A complexidade cultural tem se estendido de forma exponencial ao longo dos tempos e atualmente instala-se nos mais distantes e distintos ambientes, estabelecendo uma rede de conhecimento e intercâmbio cultural capaz de associar diferentes territórios, incluindo o próprio território virtual. Floresce em pontos de encontro reais e virtuais, reformulando a reflexão a partir da diversidade cultural num processo de aprendizado coletivo.

> Uma transformação tecnológica de dimensões históricas está acontecendo, ou seja, a integração de vários modos de comunicação em uma rede interativa. Ou, em outras palavras, a formação de um hipertexto e uma metalinguagem que, pela primeira vez na história, integra no mesmo sistema as modalidades escrita, oral e audiovisual da comunicação humana.
> Manuel Castells, (2008:414).

Ao mesmo tempo que a "abordagem territorial pela perspectiva das redes" conforme esclarece Antônio Covas & Maria das Mercês (2014:141), parece conter os nutrientes necessários para a germinação e desenvolvimento de idéias e ações coletivas aplicadas local e globalmente, os territórios-rede podem conter condicionalidades. É possível observar que o modo como determinada questão é assimilada (a partir dos aspectos bióticos e sócio-culturais) irá interferir na forma como a informação é repassada quando retorna ao território-rede e volta a inspirar a geração do conhecimento.

Por sua vez, a diversidade cultural inspira-se também na biodiversidade local e nas peculiaridades paisagísticas no território e novamente na forma como o ser humano assimila as informações e sensações que o território lhe oferta. Desta forma se configura um território, formado e conformado pelo conjunto de diferentes sistemas: o sistema natural, que caracteriza um dado país ou região, acrescido do sistema sócio-cultural que foi imposto pelos seres humanos, conforme difundido por Milton Santos (1996:51) "A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima".

Se o território é beira de água poderia ser chamado *aquatório*, e permitiria assim uma investigação ainda mais aprofundada no que diz respeito à territorialidade, afinal um território de água flui, traz e leva pertencimentos, vive a estabelecer uma forma de produção cultural que o permeia, estabelecendo uma identidade comum ao longo de um lugar que perpassa lugares. O *aquatório de beira de rio* é o território que flui, navega e dança, levando pertences a jusante, trazendo memórias da montante, mareando olhos distantes, como se fossem filhos de um mesmo olho d'água. O *aquatório de beira de mar* reúne olhos que não se vêem, mas refletem o mesmo lugar.

Desta forma, as especificidades culturais e biológicas encontram-se em um processo dinâmico de integração e adaptação, e a preservação dessas diversidades torna-se fundamental para assegurar o conhecimento, a reflexão e a multiplicidade óptica a respeito da própria Ecologia Humana.

> Manter a diversidade cultural e os diferentes olhares a partir dela sobre a biodiversidade é uma das formas de preservar a intrínseca relação entre ser humano e natureza, para inúmeras espécies, olhares, identificações, variadas formas de integração entre a complexidade humana e a biodiversidade que o acolhe.
> Malty, Larissa. (2010:60).

É possível perseber ao longo da história da arte a relação de sua produção com o tempo e o espaço , sendo ela, muita vezes o agente que impulsiona a trasformação do meio e concomitantemente a expressão humana a partir do que econtra a sua volta. A paisagem somente existe a partir do olhar. O olhar altera a paisagem e é, concomitantemente alterado por ela.

O próprio conceito de Paisagem, da Europa no final do séc XVI, está associado às artes plásticas, em especial à pintura e já inclui o olhar e as qualidades estéticas como elemento fundamental e complentar na formação da imagem global a partir de um território. Este conceito se aprimora e divulga-se no sentido de incluir as dimenções históricas e temporais, incluindo referências à morfologia e a vegetação do território mas também às relações multiplas e recíprocas entre a percepção e o lugar.

A percerpção humana do ambiente relaciona-se com seus aspectos físico-sensoriais e seus aspectos socio-culurais, que Alfredo Mela, Maria Carmem Belloni e Luca Davico (2001:135) distingue considerando o patrimônio orgânico e os processos sociais que incluem suas dinâmicas culturais.

Tais aspectos que contribuem para a percepção humana acerca de seu ambiente se articulam e se aprimoram enquanto as impressões são captadas e a medida que estas são expressas, promovendo um ciclo de rupturas e reestabelecimentos de interrelação entre o que se vê e a paisagem.

> Graças a uma articulação em órgãos e aparelhos especializados, a percepção humana estrutura-se, como é sabido, com base numa série de sistemas sensoriais, como a visão, o ouvido, o olfato, o gosto e o tato; este último ainda se distingue em várias funções especificas, ligadas a uma sensibilidade não apenas tátil em sentido estrito, mas também a capacidade de perceber pressões, vibrações, temperaturas. Os elementos físico-ambientais captados pelo indivíduo são constantemente mediados, relidos, interpretados à luz daqueles particulares filtros seletivos constituídos pelos seus horizontes culturais e sociais de referência.
> Alfredo Mela, Maria Carmem Belloi e Luca Davico. (2001:135)

Assim, espaço e tempo se conformam na paisagem, incluindo a capacidade de apreensão do observador bem como sua expressão no contexto temporal e espacial, ou seja o aspécto cultural daquele território ao longo do tempo. Este território possúi sua própria dinâmica natural e é alterado constantemente pela combinação das condições físicas e do sistemas sensoriais do ser humano. As diferentes possibilidades de exercício dos sentidos traduzem-se em diferentes possibilidades de expressão das habilidades humanas. Ver com olhos fechados é um exercicio de guardar a paisagem. (Fig 4 – Cantora de Praça. Foto da exposição Imagens de Imaginar).

> The real value of human ecology lies in helping humans to see previously unrecognized relationships between what people do and the environment in which they do it. Many important insights have already been provided, changing in profound ways how people think about the world and their place within it. Systematic research on human ecology has only really just begun, however, and areas of ignorance far exceed areas of understanding.
> Rambo, Terry. (1983:30).

Fig 4. Fotografia Fernando Tatagiba. Bonn – Alemanha. 2014.

Era uma menina que gostava tanto de se ouvir cantar que fechava os olhos e se escondia em plena praça.

4. Complexidade Ambiental

Tal como foi demostrado, para além das mudanças naturais de um território, as dinâmicas ambientais também se dão a partir das mudanças do pensamento, do olhar e da ação humana. A transformação dos paradigmas científicos tradicionais e a produção de novos conhecimentos, inerente à reflexão humana, promovem a reinterpretação da paisagem e, consequentemente sua alteração. Entretanto o planeta Terra é um sistema dinâmico interna e externamente, portanto os fenômenos naturais trazem mudanças constantes na paisagem.
Nesse sentido o conceito de Ecologia Humana brota nas investigações relacionadas aos riscos intrínsecos de habitar o planeta. Investigações aprofundadas de riscos e catástrofes, sejam elas naturais ou decorrentes de ações antrópicas, ganham espaço na agenda de ecólogos humanos bem como a epistemologia desta área transversal do conhecimento surge em investigações científicas resultantes do interesse em diagnosticar potencialidades de desastres e medidas de prevenção de tragédias locais e globais.

> A crise ambiental constitui um chamado à reconstrução social do mundo: a apreender a complexidade ambientel. ... A Complexidade ambiental implica não só o aprendizado de fatos novos (de maior complexidade); além disso, inaugura um saber que desconstrói os princípios epistemológicos da ciência moderna e funda uma nova pedagogia, por meio de uma nova racionalidade que significa a reapropriação do conhecimento a partir do ser do mundo e do ser no mundo; a partir do saber e da identidade que se forjam e se incorporam ao ser de cada indivíduo e de cada cultura. Leff, Enrique. (2002).

Assim, a complexidade ambiental, para além do processo de alteração demográfica, social e cultural inerente ao ser humano através dos tempos, amplia-se a partir do surgimento de novas práticas socioculturais que acarretam alterações ambientais de origem antrópica com efeitos a nível global ainda que tenham se originado simultaneamente em distintas localidades. Por outro lado surgem dessas novas práticas possibilidades de minimizar ou mesmo prevenir acontecimentos degradadores do ambiente ou da vida humana.
A integração de diferentes modos de comunicação a partir de múltiplos olhares contribui para que acontecimentos locais afetem de forma cada vez mais rápida e efetiva as situações globais. Como aquelas espécies de palmeiras de solo encharcado que parecem rebrotar em diferentes lugares estando invisivelmente interligadas por meio de suas raízes.

A apropriação cognitiva do real por meio da reflexão conceitual da Ecologia Humana torna-se vital para aproximar a prática científica do próprio viver. Trata-se, portanto de uma tentativa de apreender a reflexão hermenêutica, enquanto prática social de conhecimento, como um instrumento capaz de conformar o diálogo entre o sujeito e seu objeto de estudo, estando ambos em dinâmica transformação, em pronunciada evolução. Mundo gira, tempo voa, navegantes internautas descobrem novos saberes. Situações diversas em praças distantes parecem siamesas, filhas de um mesmo tempo-espaço, habitam um só imaginário que engloba pertencimentos íntimos e universais. Habitamos uma fina camada ressecada de terra que dança em movimentos tectônicos sobre um mar de fogo. Numa conjectura exata de posições interplanetárias vive o ser humano entre eclipses: hora mistério, hora claridade. Ecologia Humana é conceito que se espalha, entre imagens de territórios habitados por gentes e povos habitados por rios imaginários. É fundamento de existência.
Nesse tempo-instante de um espaço sem dimensões brota uma possibilidade de compartilhar as especificidades locais e permitir o aprendizado coletivo que atua sobre o intelecto e a vontade, a partir da difusão de experiências, onde a diversidade cultural seja capaz de enunciar formas distintas de observação e interação com o meio. Já é hora, foi-se o tempo e o espaço virtual englobou o globo. Somos uma experiência única de nós mesmos, como a semente que contém o todo. (fig.5 Criança índia lendo na praça. Foto da exposição Imagens de Imaginar).

Fig 5. Fotografia Fernando Tatagiba. Rio de Janeiro – Brasil. 2012.
Aguardava sua vez de ser, aprendia enquanto esperava, sabia que o saber tinha tempo de nascer. Imagino que se chamava Esperança.

Referência Bibliográfica:

NAZARETH, J. M. (1996). *Introdução à Demografia*, Lisboa. Ed. Presença.

MALTY, L. (2010) "*Diversidade Cultural e Biodiversidade*." In Teixeira, J.G. L & Viana, L.C.R. *As Artes Populares no Planalto Central*. Brasília. Verbis Ed. UnB. pp. 54-68.

PIRES, I.M & CRAVEIRO, J L. (2010).*Studies In Human Ecology. Human Ecology: Past, Present and Future*. Lisboa. Há Noi.

POTTER, C.(2010) .*Você Está Aqui*. Casa das Letras.

LEFF, E. (2002). *Epistemologia Ambiental*, São Paulo. Cortez Editora,.

RAMBO, T. (1983). *Conceptual Approaches to Human Ecology*.

CAMPBELL, B. (1988). *Ecologia Humana*. Lisboa. Lisboa Edições

CASTELLS, M. (2008). *A Sociedade em Rede*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra,.

CASTELLS, Ml. (2013). *Redes de Indignação e Esperança*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

ALPINA, B. (1993). *Ecologia Humana: Um enfoque das relações Homem-Ambiente*. Interciência. URL: Disponível em *http://www.interciencia.org.ve*.

MELO, Alfredo, BELLONI, Maria Carmem e DAVICO, Luca. (2001). *A Sociologia do Ambiente*. Lisboa. Ed. Estampa.

COVAS, A. & COVAS, M. M. (2014). *Os Territórios Rede: a inteligência territorial da segunda ruralidade*. Lisboa. Edições Colibri.

SANTOS, M. *A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção*. (1996). São Paulo: Hucitec.

PESSOA. F. Poemas Inconjuntos. In Poemas de Alberto Caeiro. (10 ed. 1993) Lisboa. Ática.

Comunidades tradicionais do norte de minas: expropriações, resistência e luta por direitos

Dayana Martins Silveira
dayana_daya@hotmail.com

André Lopes Martins,
andrelopesmart@gmail.com

Ludiana Martins Silveira
ludiana-martins@hotmail.com

Resumo: A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, criada em 2007, define estes grupos enquanto sujeitos de direitos, sem, no entanto, garantir os mecanismos de efetivação desses direitos. Diante disso, no presente projeto busca-se analisar as engenharias sociais que vêm sendo construídas pelas comunidades que se reivindicam como tradicionais na região Norte de Minas diante das possibilidades da Política Nacional e Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais. Nesse sentido, indaga-se em que medida e como essa política tem sido um estímulo à construção de variadas estratégias de luta e à efervescência de novos movimentos sociais de luta territorial.

Palavras-chave: Comunidades Tradicionais, Território, Conflitos

1. Introdução

No presente artigo busca-se refletir as engenharias sociais que vêm sendo construídas pelas comunidades que se reivindicam como tradicionais[1] na região do Norte de Minas diante das possibilidades da Política Nacional e Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais. Nesse sentido, indaga-se em que medida a Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais estimula a construção de estratégias de luta e a efervescência de novos movimentos sociais de luta territorial. Dessa forma, procura-se entender como essa política contribui para a criatividade social na construção de novas estratégias para os grupos que se reivindicam enquanto comunidades tradicionais com vistas à manutenção dos seus modos de vida, permanência e acesso aos territórios.

---

1 Ao longo deste artigo iremos utilizar o conceito de comunidades tradicionais construído por Brandão (2010), a partir de suas pesquisas na região do Norte de Minas Gerais. Para ele as comunidades tradicionais caracterizam-se por: a) Dinâmicas territoriais de vinculação a um espaço físico que se torna território coletivo pela transformação da natureza por meio do trabalho de seus fundadores que nele se instalaram; b)Um saber peculiar, resultante das múltiplas formas de relações integradas à natureza, constituído por conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição ou pela interface com as dinâmicas da sociedade envolvente; c)Uma relativa autonomia para a reprodução de seus membros e da coletividade como uma totalidade social articulada com o "mundo de fora", ainda que quase invisíveis; d)I reconhecimento de si como uma comunidade presente herdeira de nomes, tradições, lugares socializados, direito de posses e proveito de um território ancestral; e)A atualidade pela memória da historicidade de lutas e de resistência no passado e no presente para permanecerem no território ancestral; f)A experiência de vida em um território cercado e/ou ameaçado; g)Estratégias atuais de acesso a direitos, a mercados de bens menos periféricos e à conservação ambiental. (BRANDÃO, 2010, p.360-361).

Nos últimos anos têm surgido na região do Norte de Minas Gerais vários movimentos que têm como foco principal a luta para manutenção ou acesso territorial, as identidades acionadas são de índios, quilombolas, vazanteiros, geraizeiros, pescadores artesanais, caatingueiros, veredeiros e apanhadeiras de flores, conforme estudos realizados na região Norte-mineira, tais como: Brandão (2010), Costa (1999), Costa Filho (2009),Oliveira (2004) Oliveira (2005), Araujo (2009), Anaya (2006), Thé (2010), Brito (2006), Dayrell (1998), Pozo (2002), Monteiro (2011), Martins (2011).

Esses grupos segundo Brandão (2010) caracterizam-se, entre outros, pelos seguintes aspectos: dinâmicas territoriais vinculadas a um espaço físico que se torna coletivo por meio da transformação da natureza ou pelo trabalho; um saber peculiar resultado da relação com a natureza e transmitido pela tradição ao longo de gerações; uma relativa autonomia para reprodução coletiva em relação ao mundo de fora; reconhecimento enquanto comunidade herdeira de tradições e de um território ancestral; Uma memória de lutas e de resistência no passado e no presente para permanecerem no território ancestral; A experiência de vida em um território cercado e/ou ameaçado; Estratégias atuais de acesso a direitos, a mercados de bens menos periféricos e à conservação ambiental.

Para Brandão (2010) um aspecto em comum desses grupos é a memória de lutas e resistências tanto no passado quanto no presente. Essas memórias de luta e resistência referem-se a três diferentes tempos, são eles: "tempo das medições/agrimensor/divisão/cercamentos", "tempo da Ruralminas" e "Tempo dos Parques". Esses tempos incidiram com maior ou menor intensidade sobre esses grupos, são recorrentemente lembrados como tempos de angustias, perdas, sofrimentos e violência, na medida em que resultaram em processos de expulsão, expropriação, desterritorização e/ou no encurralamento dessas comunidades rurais.

2. Os três tempos de expropriação rural

A Lei de Terras de 1850 conforme Martins (1979), Medeiros (2002) e Silva (1996) provocou uma nova configuração do espaço agrário brasileiro, na medida em que estimulou a criação de um mercado de terras e excluiu uma parcela significativa da sociedade brasileira do acesso à terra, como imigrantes e ex-escravos. Segundo Costa Filho (2009) essa Lei também estimulou o afazendamento e os cercamentos de terras, implicando no avanço das fazendas sobre as terras de uso comum dos grupos tradicionais. No Norte de Minas, os efeitos da lei, ou seja, os processos de medições para regularização das posses, foram expressivos durante os anos de 1920, esse tempo é conhecido pela história oral como o "tempo da medição/cercamentos/ agrimensor/ divisão",e têm duas fases significativas, a primeira a partir dos anos de 1920, com a chegada de estudantes de engenharia da escola de Ouro Preto, e uma segunda a partir dos anos 1930, até por volta 1960. As medições tinham como objetivo separar os limites das posses, transformando-as em propriedades privadas individuais.

Esses processos de medição e regulamentação das posses incidiram sobre os territórios de alguns grupos tradicionais, como os Grupos de Quilombolas do Brejo dos Criolos e Gurutuba, conforme estudos de Costa (1999) e Costa Filho (2009). Nesse período foram muito comuns as denúncias contra engenheiros agrimensores que regularizavam terras de domínio dessas comunidades em nome de pessoas de outras regiões.

Os processos de expulsão e encurralamentos desses grupos intensificaram-se quando o Norte de Minas é inserido no processo de modernização do campo a partir da década de 1970. Para Delgado (2005) essa modernização objetivava o desenvolvimento de uma agricultura a partir da integração com a economia industrial e urbana e com o setor externo, sob fortes investimentos financeiros do Estado. Nesse sentido, esse autor afirma que a modernização estava assentada na mecanização do campo, no pacote de agroquímicos e fertilizantes. Ainda para Delgado (1985) esse período é denominado como modernização conservadora, uma vez que as ações no campo foram direcionadas pelo discurso do progresso sem vistas à questão social latente nesse período. Assim o autor conclui que processo de modernização do campo se configurou em um pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador, que em simultâneo à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial (DELGADO, 2005, p. 61).

A Ruralminas[2] era a instituição responsável por implementar esse modelo de modernização do campo na região e era financiado, por sua vez, com recursos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE. Segundo Rodrigues (2000) a Ruralminas tinha a função de regulamentar e organizar as terras públicas e privadas, além disso, possuía poderes para comprar, subdividir, desenvolver e administrar propriedades agrícolas, passando desse modo, a administrar as terras devolutas. Esse período é recorrentemente citado pelas comunidades afetadas como o "tempo da Ruralminas". Segundo Dayrell (1998) e Barbosa (2006) esse período implicou em um dos maiores processos de esvaziamento de comunidades rurais do campo. Comunidades que de alguma forma resistiram aos processos de expropriação anteriores e passaram a ser alvo da expansão da fronteira da fruticultura irrigada, da criação extensiva de gado e da plantação de eucalipto na região do Norte de Minas. A velha conhecida expropriação fundiária retornou **à região disfarçada** de desenvolvimento e legitimada pelo discurso do progresso.

A partir do ano de 1989, quando é implementada a primeira Unidade de Proteção Integral na região Norte-mineira, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, inaugura-se mais um processo de expulsão e encurralamento das comunidades tradicionais. Segundo Anaya (2006) as comunidades atingidas pelas Unidades de Conservação referem-se a esse período como o "tempo dos parques". A criação dos Parques na região é resultado do processo intenso de destruição dos biomas, Cerrado, Caatinga e Mata Seca, causados pelo avanço da fronteira agrícola, pecuária e reflorestamento a partir da década de 1970. Nota-se que o tempo dos avanços das fazendas é substituído pelo avanço dos parques sobre os territórios tradicionalmente ocupados por comunidades rurais. Da mesma forma que os fazendeiros expulsavam os posseiros e/ou agregados quando não precisavam mais de seus serviços, o ambientalismo o faz atualmente com as comunidades rurais. Se os sistemas culturais, sociais e econômicos já estavam fragilizados por processos anteriores, as proibições derivadas das Unidades de Conservação vêm compor um cenário muito maior de restrições, encurralamentos, expropriações e desterritorização das populações rurais, conforme demonstram os estudos sobre os processos causados pelas Unidades de Conservação na região do Norte de Minas de Anaya (2006), Monteiro (2011), Araújo (2009) e Martins (2011).

Pode-se concluir que instalação dos parques na região do Norte de Minas se configura como um novo fator de expropriação rural. A Unidade de Conservação do tipo proteção integral não permite que as populações locais permaneçam dentro dos seus limites. Dessa forma, podemos considerar que a criação das UCs agravaram as desigualdades sociais causadas pelos outros processos de expropriação vividos ao longo dos tempos.

De maneira geral, o que tem justificado as desterritorializações e encurralamentos dessas comunidades ao longo dos anos é a maneira que o Estado e os demais agentes vêm enxergando esses povos. Esses grupos têm sido vistos como entrave ao progresso e desenvolvimento econômico, isso se deve ao modo e ritmo de vida dessas comunidades distantes dos moldes de produção e desenvolvimento hegemônicos na sociedade contemporânea. Nesse sentido, os lugares ocupados por essas comunidades são considerados como espaços vazios, desocupados, desabitados, ou povoados por povos autóctones passíveis de serem expropriados. São lugares para onde as fronteiras minerais, o agronegócio, as Unidades de Conservações e os empreendimentos do turismo pretendem avançar, levando sempre o discurso de "civilização" e de "integração ao desenvolvimento". É diante desse cenário de expropriação das condições de garantia e dos modos de vida tradicional que os Povos e Comunidade Tradicionais da região do Norte de Minas vêm resistindo e lutando para se colocarem na ordem do dia enquanto sujeitos de direitos. Na região encontramos diversos movimentos, tais como: o movimento dos

---

2 A Ruralminas é uma fundação pública criada em 21 de novembro de 1966 pela Lei Estadual nº 4278, com o objetivo de realizar "a colonização e o desenvolvimento rural no Estado de Minas Gerais". Tinha como responsabilidade executar e incentivar diferentes programas do Estado e particulares em terras públicas ou privadas. Nesse sentido, esse órgão recebeu do governo Estadual a incumbência de promover a política de utilização de águas para sistema de irrigação da agricultura. Dessa maneira, a Ruralminas implementou o Distrito Agro-industrial do Jaíba, em convenio com a CODEVASF e o projeto de irrigação do Vale do Gorutuba. Além disso, participou da instalação do Programa de aproveitamento de Várzea (PROVARZEAS) e incentivou o reflorestamento na região do norte de Minas e Vale do Jequintinhonha com eucalipto através de uma série de dispositivos legais e um conjunto de incentivos fiscais.

geraizeiros que visa a retomada de seus territórios, sobrepostos pelas monoculturas de eucalipto; o movimento de veredeiros cujo objetivo é retornar as sua veredas tomadas pela soja e o Parque Grande Sertão Veredas; o movimentos dos apanhadores de Flores que pretendem manter seu modo de vida nas serras transformadas em Parque Nacional das Sempre Vivas; o movimentos dos grupos quilombolas de Brejo dos Criolos, Gurutuba, Lapinha, Pau Preto, Bom Jardim da Prata, dentre outros, que têm o objetivo de se reapropriarem dos seus espaços tradicionais transformados em fazendas de gado, fruticultura irrigada e Parques, e o movimentos dos pescadores artesanais e vazanteiros da beira do Rio São Francisco que buscam o direito aos seus territórios, com o uso do rio e de suas vazantes.

Dessa maneira, esses grupos acionam e são acionados por ONGs, universidades, pastorais sociais, Ministério Público e políticos locais na construção de estratégias para permanecerem, resistirem e acessarem seus territórios. Tais grupos sociais vêm construindo as mais diversas estratégias diante de diversos mecanismos legais para garantia de produção e reprodução dos seus modos de vida. Nesse sentido, notamos que as estratégias recorrentemente acionadas, na região norte-mineira, encontram-se nos campos da legislação agrária (princípio da função social da terra), ambiental (Sistema Nacional de Unidades de Conservação -SNUC) e da ação da Secretaria Nacional da União-SPU, com a arrecadação de terras da União e concessão de uso.

3. Comunidades tradicionais em movimento

No campo da legislação agrária verificamos os casos já consolidados dos assentamentos agroextrativistas Americana no município de Grão Mogol e o de Tapera no município de Riacho dos Machados. No campo da Legislação Ambiental observamos as lutas da comunidade de Vereda Funda da Região do Alto Rio Pardo, ora para Reserva Extrativista- RSEX, ora para Reserva de Desenvolvimento Sustentável-RDS para acessar seu território já tomado em grande parte por empresas de reflorestamento. Outro caso é da comunidade quilombola de Pau Preto que também articula a possibilidade de uma Reserva Extrativista- RESEX onde se compreende seu território. Temos também nos municípios de Porteirinha e Riacho do Machados em andamento a implementação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável-RDS do Vale do Guará. Na região do Parque da Sempre viva verificamos as estratégias dos apanhadores de flores para a instalação de uma RESEX. Na beira do Rio São Francisco observamos o caso da comunidade de Caraíbas de Pedra de Maria da Cruz que conseguiu da SPU o Termo de Autorização de Uso- TAUs, para permanecerem na área de vazante, ameaçados por fazendeiros da região.

Um caso singular da região é o da comunidade geraizeira do Sobrado. Essa comunidade localiza-se no Município de Rio Pardo de Minas e utiliza historicamente áreas de chapadas para extrativismo vegetal, solta do gado e captação de água. Essa comunidade vem perdendo seus espaços desde a década de 1970, com a chegada das grandes empresas de reflorestamento à região do Alto Rio Pardo, frutos dos incentivos da SUDENE. No ano de 2001, o Sobrado começa a vivenciar outra investida nas suas áreas de uso coletivo, a chegada de um posseiro que ocupou as áreas de nascentes que abastecem à comunidade, um total de 300 famílias. O conflito com o posseiro durou 10 anos, durante esses dez anos a comunidade do Sobrado mobilizou-se de várias formas para solucionar o conflito, nesse sentido, tiveram vários momentos de tensões, ameaças, boletins de ocorrência, denuncia ao ministério público, à prefeitura e ao Instituto Floresta-IEF. Em 2010, o posseiro, foi chamado à prefeitura para assinar um acordo entre a comunidade e o prefeito. No acordo ficou estabelecido que o senhor Walmir deixaria a área da fazenda Caiçara e Nogueira, onde se encontravam as nascentes, em troca de uma outra terra localizada no município. A área que foi transferida ao senhor Walmir pertencia ao município e foi doada pelo governo do Estado de Minas Gerais no ano 2008, ao município de Rio Pardo para a construção e implantação de um centro de formação e educação ambiental. Ainda conforme o acordo, a comunidade do Sobrado ficaria com a área anteriormente ocupada pelo posseiro e a prefeitura se comprometeria a negociar com Estado de Minas a implantação de uma Unidade de Conservação Ambiental Municipal, tudo isso em um prazo de 60 dias. A Fazenda Caiçara e Nogueira está registrada como terra pública do Estado de Minas Gerais e desde 2010 a comunidade aguarda a solução

definitiva da área, a prefeitura não cumpriu o acordo de buscar junto ao Estado a regularização dessas fazendas enquanto reserva de proteção ambiental municipal. Atualmente o Sobrado tem a posse dessas fazendas, e desde o segundo semestre de 2013, a comunidade vem mobilizando o Sindicato Rural de Rio Pardo de Minas, o Centro de Agricultura Alternativa e a Universidade Estadual de Montes Claros para a construção de alternativas definitivas que garantam a legalização das áreas de nascente como parte do território da comunidade e em nome da associação. Nesse sentido, a estratégia escolhida pela comunidade e assessorada pelos as demais instituições envolvidas foi à construção de um projeto de Lei municipal de iniciativa popular. Assim, a comunidade renui-se em novembro de 2013, com o intuito de fazer a declaração de auto-reconhecimento, enquanto comunidade Tradicional geraizeira[3]. Essa auto-declaração é aparada pelo princípio legal de autoatribuição. Após a realização de grupos de trabalho com os membros da associação e de cinco assembleias gerais, onde se discutiu intensamente o conteúdo e os objetivos do projeto, foi aprovado em assembleia geral em fevereiro de 2014 o texto final do projeto de Lei de iniciativa popular. Atualmente o projeto encontra-se em tramitação na câmara dos vereados do município de Rio Pardo de Minas.

É fundamental destacar-se que existe um rito legal que define como os grupos indígenas e quilombolas devem proceder para acessar e regulamentar os seus territórios, no entanto, para as denominadas comunidades tradicionais existe a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) que foi instituída, em 2007, por meio do Decreto nº 6.040. Essa política definiu as comunidades tradicionais enquanto sujeitos de direito, mas não estabeleceu os instrumentos de efetivação do acesso aos territórios. O artigo 4º, do Decreto 6.040/2007, limitou-se a atribuir os seguintes "instrumentos de implementação": I - os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; II - a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto de 13 de julho de 2006; III - os fóruns regionais e locais; e IV - o Plano Plurianual. Nota-se que tais instrumentos configuram-se em espaços de discussão e mobilização, como a Comissão Nacional, e de planejamento de ações. Porém, não estabelece os ritos e procedimentos de arrecadação dos territórios reivindicados pelas comunidades tradicionais.

Dessa forma, é sabido que os primeiros movimentos de luta por território são bem anteriores que a PNPCT, mas a questão que se pretende colocar para o presente projeto é de que maneira a PNPCT pode fermentar a Luta por território no campo? De que forma a PNPCT pode estimular a criatividade social desses grupos na busca por estratégias que garantam a manutenção de seus modos de vida e o acesso aos seus territórios? A legislação tanto Federal quanto Estadual definem os Povos e Comunidades Tradicionais como sujeitos de direitos, mas como tem sido na prática o acesso aos territórios? É através da Política Nacional e a Estadual que se vem efetivado os direitos no campo? O que as experiências da região norte-mineira têm demonstrado? As possibilidades de reconversão territorial ocorrem em que âmbito? A política Nacional e Estadual cria os instrumentos de efetividade desses direitos às mesmas estabelecem?

---

3 Termo de Auto Declaração: "Os Geraizeiros e Geraizeiras da comunidade Sobrado, reunidos em Assembléia, no dia 15 de dezembro de 2013, no sede do Conselho Comunitário da Fazenda Sobrado, afirmamos quem somos e como vivemos, neste Ato de Autoreconhecimento. Temos consciência da nossa história neste lugar e de nossa forma própria de viver, presente na nossa memória, aprendida de nossos antepassados e com os mais velhos da comunidade. Manifestamos o desejo de permanecer e criar nossos filhos neste território. Nosso sentimento de pertencimento aos lugares que compõem nossa memória resiste e se manifesta no presente, nas histórias contadas, nas nossas reuniões e nas nossas práticas, apesar dos processos de expropriação das chapadas pelas grandes empresas que tomaram as áreas de solta nos encurralaram nas baixas e veredas. Tomamos o conhecimento que o conjunto de nossos saberes e práticas é parte do patrimônio cultural brasileiro que deve ser protegido pelo Estado, nos termos dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal, do Decreto 6.040/2007 e da Convenção 169 da OIT. Sabendo que cabe a nós dizer quem somos, conforme o princípio de autoatribuição, nos afirmamos como Geraizeiros e estamos em movimento pelo reconhecimento das nossas diferenças e pelo direito de expressar nosso modo de vida e reivindicamos o direito de ter o domínio sobre as terras que tradicionalmente ocupamos conforme nosso modo de criar, fazer e viver".

4. Considerações finais

As experiências norte-mineiras têm explicitado as lacunas da Política Nacional e Estadual. Isso ocorre quando os grupos tentam construir estratégias para permanecer em seus territórios no âmbito de outras legislações ou mesmo propondo a criação de outros instrumentos legais, tal como Leis municipais de iniciativa popular. Observa-se que o acesso territorial tem-se dado no âmbito da legislação agrária, ambiental e nas concessões da Secretaria do Patrimônio da União-SPU na região norte-mineira. Além disso, percebe-se a construção de outras estratégias como a Lei de iniciativa popular da comunidade do Sobrado. Esse é mais um caso da criatividade social na construção de estratégias que façam resistir, permanecer e acessar os territórios tradicionais reivindicados. Essas engenhosidades derivam da vacância da norma que diz respeita aos instrumentos de arrecadação de promoção efetiva dos direitos previstos na Política Nacional para os Povos e Comunidades Tradicionais.

Referências

ANAYA, Felisa; BARBOSA, Rômulo S; SAMPAIO, Cristina. **Sociedade e Biodiversidade naMata Seca Mineira**. Unimontes Cientifica Revista da Universidade Estadual de Montes Claros / Universidade Estadual de Montes Claros. – v 8, n. 1, (jan/jun. 2006) – Montes Claros: Unimontes, 2006.

ARAÚJO, E. C. *Nas margens do São Francisco*: sócio-dinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos Vazanteiros do Pau de Légua. (Dissertação de Mestrado, 252 folhas), Montes Claros, 2009.

BARBOSA, Rômulo Soares; FEITOSA, Antônio Maurílio. A dinâmica de luta pela terra no norte de Minas Gerais. In: FEITOSA, A. M. A. et al (org.). Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

Bourdieu, P. Sobre o poder simbólico. *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil 2001

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A Comunidade Tradicional. IN. Cerrado, Gerais, Sertão: Comunidades Tradicionais nos Sertões Roseanos, Montes Claros: 2010 (relatório de Pesquisa).

BRITTO, Isabel Cristina Barbosa de. *Comunidade, Território e Complexo Florestal Industrial*: o caso de Vereda Funda. Norte de Minas Gerais. (Dissertação de Mestrado, 157 fls.) Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, 2006.

COSTA, J.B.de A. Do Tempo da Fartura dos Criolos ao Tempo de Penúria dos Morenos: Identidade através de rito em Brejo dos Crioulos (MG). Brasília: UnB/ Departamento de antropologia, 1999. Dissertação de Mestrado.

COSTA, J.B.A.A (Des) Invisibilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais: a produção da identidade, do pertencimento e do modo de vida como estratégia para efetivação de direito coletivo. Povos e Comunidades tradicionais no Brasil/ organizadores, Dieter Gowora, Maria Helena Souza Ide, Rômulo Soares Barbosa. – Montes Claros: Unimontes, 2011.

COSTA, J.B.de A. Agreste e brejo dos crio ulos: situações desiguais no território negro da jahyba. Artigo apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia entre os dias 01 e 04 de junho de 2008 em Porto Seguro/Bahia. Disponível em: *www.abant.org.br/.../joao%20batista%20de%20almeida%20costa.pdf*. Acessado em 20/05/2014.

COSTA FILHO, A. C. *Os Gurutubanos*: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro. (Tese de doutorado, 293 fls), Universidade de Brasília. Brasília, 2009

DAYRELL, Carlos Alberto. Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: la contribuición de la agroecología e de la etnoecología en los estudios de los agroecossistemas. Espanha: Universidad Internacional de Andalúcia, 1998.

DELGADO, Guilherme Costa. Capital Financeiro e Agricultura. São Paulo, Campinas: Ícone/Unicamp, 1985.

DELGADO,, Guilherme C. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003, in Questões Sociais e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. Brasília: IPEA, 2005

FONSECA, G.P.F. Senhora da Saúde Jacaré Grande: Romaria, Tensões e Conflitos no Campo Religioso Local. Montes Claros: Unimontes/DPCS, 2006. Monografia de Bacharelado.

GUEDES, André Dumans. Lutas por terras e lutas por território nas Ciências Sociais Brasileiras: fronteiras, conflitos e movimentos. In: **Cartografia Social Terra Território**. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013. (Coleção Território, ambiente e conflitos sociais; n.3)

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: Simpósio Natureza e Sociedade: desafios epistemológicos e metodológicos para a antropologia. XXIII REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, Gramado, jun. 2002.

MARTINS, José de Souza. Reforma Agrária: o impossível diálogo. 1.ed. 1.reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MARTINS, José de Souza. A Militarização Da Questão Agrária no Brasil. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1984

MARTINS, José de Souza. O cativeiro da terra. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Reforma agrária no Brasil: historia e atualidade da luta pela terra/ Leonilde Servolo de Medeiros- São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MEDEIROS Leonilde Servolo de, Movimentos Sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil.- Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002

MONTEIRO, Fernanda. AS TRAMAS DA DES(RE)TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA**:** a reinvenção do território veredeiro no entorno do Parque Nacional Grande Sertão-Veredas, Norte de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado apresentada ao IGC- UFMG, 2011.

NUNES, Victor Leal. Coronelismo, Enxada e Voto, 2ª edição, Editora Alfa Ómega, São Paulo, 1975.

OLIVEIRA, Alessandro Roberto. *A luta política é uma coisa, a indígena é a história do*

povo: identidade e fronteiras entre os índios Xakriabá e a sociedade regional. Montes

Claros: Unimontes/DPCS, 2004. Monografia de Bacharelado.

OLIVEIRA, Cláudia Luz. Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado. UFMG, 2005.

POZO, Osmar Vicente Chéves Pozo. Regime De Propriedade E Recursos Naturais: A Tragédia Da Privatização Dos Recursos Comuns No Norte De Minas. Rio de Janeiro: ICHSCPDA /UFRRJ, Tese de Doutorado, 2002.

RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. RODRIGUES, Luciene (Org.). Formaçãoeconômica e social do Norte de Minas. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

SANTOS NETO, José dos. Causos e coisas: o sertão e sua gente. [Projeto Gráfico de Dário Teixeira Cotrim José Rodrigues F. Júnor]- Montes Claros-Gráfica Editora Millennium Ltda. 2010, 292p.

SILVA, Lígia Osório. Terras devolutas e latifúndio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

SIGAUD, Lygia. Direito e gestão de injustiças. In Antropologia Social comunicações PPGSA, n.4. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1994.

THÉ, Ana Paula Glinfskoi. "Saudades da Vazante geral: um estudo etnoecológico sobre as mudanças socioambientais na pesca artesanal no alto-médio São Francisco, Minas Gerais". In: Cerrados, Gerais, Sertão: Comunidades tradicionais nos sertões roseanos. Editora Cidade, 2010.

ZHOURI, Andréa & OLIVEIRA, Raquel. Quando o Lugar resiste ao Espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 439-462.

ZHOURI Andréa; BARBOSA, Rômulo; ANAYA Felisa; ARAÚJO Elisa; SANTOS,

Fábio; SAMPAIO Cristina. Processos Socioambientais nas Matas Secas do Norte de Minas Gerais: políticas de conservação e os povos do lugar. In: *MG Biota*: Boletim Técnico Científico da Diretoria da Biodiversidade do IEF – MG, v.1, n. 2, 2008, p.14-27.

Disputas e hierarquias na construção da questão ambiental em assentamentos de reforma agrária

Alexsandro Elias Arbarotti
arbarotti@hotmail.com

Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins
rmartins@ufscar.br

Resumo: O presente artigo traz os elementos históricos-teóricos de uma pesquisa em curso, sobre as disputas e hierarquias estabelecidas no cotidiano dos assentamentos de reforma agrária em torno da questão ambiental. Essa pesquisa se desenvolve como um estudo de caso no maior assentamento do estado de São Paulo. Os elementos de disputas e hierarquias são tomados a partir do acesso ou não dos sujeitos dentro de seus lotes aos recursos naturais disponíveis no assentamento (reservatório de água da usina hidrelétrica do município de Promissão e reserva ambiental dentro do assentamento). Utilizando como instrumento metodológico privilegiado a história oral, busca-se perceber as práticas cotidianas de utilização dos recursos naturais pelas famílias assentadas. Essas práticas serão contrapostas as regulações estatais, comitês de gestão participativa e recomendações dos movimentos sociais, para se pensar as possíveis assimetrias.

Palavras chave: Assentamentos rurais, questão ambiental, disputas e hierarquias, questão agrária.

1. Introdução

O presente artigo traz os elementos históricos-teóricos de uma pesquisa em curso, sobre as disputas e hierarquias estabelecidas no cotidiano dos assentamentos de reforma agrária em torno da questão ambiental, por meio de um estudo de caso no maior assentamento do estado de São Paulo - Brasil, chamado de Reunidas, no município de Promissão. Essa retomada histórica, sobre a questão dos conflitos socioambientais no processo de constituição fundiária brasileira, articulada com elementos teóricos é imprescindível para se compreender de forma mais profunda as tensões tecidas no cotidiano[1] do assentamento. Com isso, tomou-se como ponto de partida a formulação de Marx (1964, 1983) quando da sua afirmação sobre as formas de interação entre sociedade e natureza nas sociedades pré-capitalistas[2]. Essa interação de homens e mulheres, para o autor, se daria a partir das experiências e valores socioculturais construídos por meio do *trabalho*[3], em uma continua e teleológica transformação da natureza. Todavia, com o advento da sociedade capitalista ocorre a alienação dos homens e das mulheres de sua condição de *ser genérico* e a relação com a terra como corpo inorgânico, ou seja, a terra como prolongamento do próprio corpo e formuladora de suas identidades é transformada e tida como algo estranho, externo e distante.

---

1 Como os elementos que versam sobre a prática cotidiana e as tensões decorrentes das disputas e hierarquias ainda não permitem uma elaboração aprofundada o artigo se restringirá a discussão histórica-teórica.

2 O autor não quer dizer que essas sociedades pré-capitalistas são frutos do passado remoto, mas seguindo seu raciocínio é possível afirmar que existem localidades em que o sistema capitalista ainda não se consolidou e a interação com a natureza se dá como extensão do corpo.

3 Nas sociedades pré-capitalistas esse trabalho não é visto como uma finalidade em si mesmo e orientado em direção a um fim econômico, mas sim orientado à função social que faz parte dos deveres tradicionais e a ligação ritual de submissão e homenagem à natureza (BOURDIEU, 1979; MARX, 1964; WEBER, 2004).

Seguindo o mesmo víeis Bourdieu (1979) afirma que o desencantamento do mundo nas sociedades rurais se dá justamente a partir da aplicação de categorias estranhas à experiência do camponês, levando a desaparecer os encantos e prestígios que os levavam a atitudes de submissão e homenagem a natureza e fazendo surgir à distinção entre o aspecto técnico e o aspecto ritual da atividade agrícola. E esse processo de desencantamento e apartamento começa pela expropriação das terras desses sujeitos, depois pela retirada de seus instrumentos de trabalho e, por fim, toca em sua estrutura de sentimentos ferindo sua subjetividade e identidade. Nesse sentido o uso social dos recursos naturais e sua consequência aos ecossistemas devem ser compreendidos como parte desse processo no que tange as relações de propriedade da terra, formas de produção agropecuária e industrial, modos de gestão e regulação e usos e necessidades sociais de consumo. Isto é, os conflitos, disputas e hierarquias surgem justamente pelo fato do apartamento do homem em relação a natureza (MARX, 1964, 1983).

Também Taussig (2010) observou esses elementos ao analisar o impacto da introdução da racionalidade produtivista da economia capitalista em comunidades rurais da Colômbia e da Bolívia que conservavam lógicas tradicionais de sociabilidade inseridas em uma economia pré-capitalista de subsistência onde se preservava o valor de uso da terra: "Apesar de a função de troca de qualquer artigo poder ser feita de maneira legítima em uma economia doméstica ou de subsistência, foi dessa função de troca que o ganho de dinheiro ou o capitalismo surgiu em detrimento da economia doméstica natural" (p.187 – 188).

Nesse sentido é possível afirmar que o processo de mudança para a economia capitalista, baseada no valor de troca, tem sua base justamente na economia "doméstica natural" onde as trocas eram realizadas por meio de produtos e alimentos que cada um produzia. O que muda, no entanto, com a entrada da economia capitalista é que essas trocas passam a serem mediadas não mais por mercadorias, mas pelo dinheiro, como também foi observado por Bourdieu (1979) ao dizer que na sociedade camponesa, ligada muito mais aos ciclos agrários,

> (...) os produtos da agricultura, da criação de gado e do artesanato familiar permitem satisfazer pelo menos uma parte das necessidades sem ter que recorrer ao mercado. No mundo urbano, ao contrário, a universalização das trocas monetárias, correlativa do desaparecimento dos outros recursos, torna a obtenção de uma renda em dinheiro numa necessidade absoluta e universal (p.54).

Os reflexos dessas proposições histórico-teóricas podem ser percebidas na questão fundiária e ambiental brasileira, pois ela traz em seu histórico a expansão e a "conquista" de uma sociedade (europeus) sobre outra (nativos da América Latina) e os processos de colonização internos subsequentes que foram marcados por violência, expropriações e perda de uma ligação mística e ritual com natureza. No ponto que segue será demonstrado como esse processo se deu no Brasil, partindo do histórico da região Noroeste do estado de São Paulo, local onde se encontra o assentamento que se desenvolve a pesquisa empírica.

2. Região Noroeste do estado de São Paulo: traços locais da formação agrária brasileira

A partir de 1886 o governo da então província de São Paulo começou organizar expedições como o objetivo de explorar os rios Feio e Aguapeí para abrir caminho para a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, expandir a fronteira agrícola e levar a "modernização" e a "civilização" para essas áreas. Segundo Martins (1975), essa é a fase de desenvolvimento do capitalismo no Brasil que tem como característica a interiorização das funções metropolitanas, isto é, está marcada pelo colonialismo interno. No mesmo sentido Foladori (1997) vai afirmar que a tendência e estratégia de expansão do capital para o aumento do lucro é exatamente o avanço sobre territórios e elementos da natureza ainda não mercantilizados. Essa frente de expansão segue a lógica histórica de expansão do sistema capitalista repetido em todo Brasil e América Latina de destruição e aniquilamento das estruturas sociais não capitalistas, genocídio de nativos, uso indiscriminado dos recursos naturais e exploração e expropriação de trabalhadores migrantes e imigrantes. Elementos que aparecem sobremaneira nos estudos de Bourdieu (1979) e Taussig (2010) e que podem ser sintetizados com a

afirmação de Luxemburg (1970), quando afirma que a violência, a apropriação de importantes fontes produtivas como a terra (transformada em propriedade privada individual) e a transformação de camponeses em operários constitui o cerne do método permanente da acumulação de capital no processo histórico, desde sua origem até os nossos dias (MARTINS, 1975). E no caso da latino américa esses elementos foram traduzidos por Galeano (1983) da seguinte forma: "Convertido em assalariado, o camponês que antes cultivava sua pequena parcela não melhorou com a nova situação, pois não ganha o suficiente para comprar os alimentos que antes produzia. Como de costume, a expansão expandiu a fome" (GALEANO, 1983: 77).

Esse movimento levou para região noroeste do estado de São Paulo os chamados "agentes da civilização", que eram grandes fazendeiros em busca de expansão de seus cafezais, pequenos e médios proprietários em busca de oportunidades de também ampliar suas propriedades e especuladores. No Brasil como um todo esse processo se consolidava, principalmente, por meio da lei de Terras de 1850 que transformou a terra em mercadoria, ou seja, em renda capitalizada, possibilitando a proliferação de companhias de terras, negócios imobiliários e, principalmente, a limitação de acesso a terra (MARTINS, 1973, 1986; MOREIRA, 2002).

Entretanto, com a crise do café dos anos de 1930 os fazendeiros em todo Brasil passaram a vender pequenas parcelas de suas propriedades, que eram impróprias para a produção de café, e com esse recurso replantavam seus cafezais. Nesse contexto os imigrantes exerceram papel fundamental no desenvolvimento da região noroeste do estado de São Paulo, pois muitos conseguiram, a base de muita economia, acessar pequenos lotes e produzirem culturas alternativas como algodão e cereais. No município de Promissão- SP, local onde se encontra o assentamento atualmente, a configuração fundiária dos anos 1930 é revelada pelos dados de 1935 com a predominância de grande quantidade de pequenas propriedades. Das 3.025 propriedades 2.953 não possuíam mais de 50 alqueires; destas 1.975 era de até 10 alqueires (SIMONETTI, 1999; SANTOS, 2007).

Entretanto, outro processo, iniciado pós-golpe de estado em 1964 e que ganhou força a partir da década de 1970, buscava a modernização da agricultura e contribuiu para o fim destas pequenas propriedades e as diversas relações de trabalho que havia até então no campo. Para a implementação desse projeto, por um lado, o governo federal concedia credito rural, subsídios, isenção de impostos e incentivos aos grandes proprietários e empresários e, por outro, o capital industrial dirigiu suas ações para a maximização do controle dos processos naturais, superando as restrições ambientais, e transformando o processo de produção agrícola, bem aos moldes mostrados por Goodman et al (1990) com o conceito de *apropriacionismo*. O conceito de *apropriacionismo*, segundo os autores, é o processo de busca, por parte da indústria, de se apropriar de frações do processo de produção agrícola com objetivo de superar as restrições ambientais de descontinuidade da ação do trabalho humano e a espera do processo biológico para a produção da mercadoria agrícola. Os avanços nesse sentido podem ser representados principalmente pela mecanização, utilização de insumos químicos e pelo uso de biotecnologias na manipulação genética de espécies que produzem mais em menor tempo. Entretanto, os autores afirmam que esse não é o único movimento, pois existe também o *substitucionismo,* que sinaliza para o processo gradativo de substituição do produto agrícola por produtos industriais que podem ser facilmente observados com o crescimento das indústrias alimentícias. E com o desenvolvimento da biotecnologia existe, cada vez mais, a possibilidade de distanciamento e dependência da indústria alimentícia frente à agricultura convencional (GOODMAN et al 1990; MARTINS, R.C. 2006).

Nestes termos é possível observar que todo esse fluxo traz como mote a busca de superação da dependência da espera da transformação da matéria prima em mercadoria aguardando a ação da natureza e de seus ritmos biológicos. Muitos avanços foram adquiridos, mas "(...) os processos biológicos subjacentes à produção rural continuaram a ser determinados fundamentalmente por condições ambientais com base na terra" (GOODMAN et al, 1990: 8). Ou seja, os ritmos biológicos da produção agrícola e as descontinuidades entre tempo de trabalho e tempo de produção ainda permanecem como "barreiras" insuperáveis (GOODMAN et al, 1990).

Desta forma é possível afirmar que o processo de modernização do campo seguiu esse movimento caracterizado por Goodmam et al (1990) de utilização massiva de insumos modernos como adubos, agroquímicos, máquinas, implementos e outros, sem esboçar a menor preocupação referente ao meio ambiente. Para Jollivet (1997) esse processo está no bojo da chamada *Revolução Verde* de modelo euro-americano de modernização da agricultura, caracterizado pela adoção do chamado "novo pacote tecnológico" que vinculava o uso massivo de agroquímicos e implementos modernos a uma agricultura especulativa e com altos índices de rentabilidade.

Essas características corroboraram para as transformações técnicas e fundiárias aumentando a concentração fundiária, levando a proletarização dos camponeses, consolidando a monocultura e provocando a dependência da agricultura dos insumos industriais e aos interesses dos mercados de capitais nacionais e internacionais (MARTINS, 2004).

Esse modelo de adoção de agroquímicos em larga escala, como resposta tecnológica ao esgotamento do solo e as constantes infestações de pragas geradas pelas monoculturas, provocou grandes impactos nos processos ecológicos. A capitalização da agricultura, sob estímulo Estatal, levou, e ainda leva, a degradação em grande escala do ambiente rural e os danos em algumas áreas podem ser irreversíveis, no caso da contaminação de aquíferos, ou reversíveis, mas com grandes danos a saúde da população e da sobrevivência da fauna e da flora, no caso de eutrofização de rios e lagos e à acidificação dos solos (SILVA, MARTINS, 2010; LAMBERT, 1990).

Nestes termos é possível afirmar que a formação agrária da região Noroeste está intimamente ligada com os elementos históricos da formação agrária de todo território brasileiro e latino americano, que tem como característica a expropriação, a formação de latifúndios e danos ao meio ambiente. Esse avanço do capital atingiu diretamente os trabalhadores do campo, que por sua vez, "a duras penas" e seguindo estratégias das mais variadas, explorando as inconsistências do sistema, buscaram formular formas de lutas e resistências. É sobre isso que trata o próximo tópico.

3. A formação do assentamento: resistência ao avanço do capital

É fato que o impacto do avanço do capital não atingiu somente os recursos naturais, mas também os trabalhadores do campo. O primeiro ponto a ser destacado é a lei promulgada em dois de março de 1963, chamada de Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), que tinha como objetivo regular as relações de trabalho no campo que até então se encontravam a margem das leis trabalhistas. Essa lei, entretanto, provocou violenta reação dos fazendeiros, que diante dos encargos estabelecidos pela legislação, de 27,1% sobre a remuneração dos trabalhadores permanentes, correspondentes aos gastos sociais, optaram por expulsar os trabalhadores que residiam em suas terras. No estado de São Paulo entre 1960-1980 foram expulsos cerca de 2,5 milhões de colonos, meeiros e empreiteiros, que tinham a informalidade e a abrangência familiar como um de seus mais sólidos pilares de sustentação. O colonato e outras relações de trabalho desempenhadas até então deixaram de ter uma relação viável, pois os trabalhadores permanentes se tronaram muito onerosos. Este é o ponto central dessa questão, como coloca Silva (1999), uma vez que diante disso os fazendeiros despediam os trabalhadores permanentes para em seguida contratá-los como volantes ou "bóias frias". Esses fatores, de modernização conservadora do campo e o ETR, contribuiu sobremaneira para o processo de acumulação nas áreas rurais, expansão dos níveis de pobreza e desigualdade social. A usurpação das terras desses sujeitos provocou um imenso vazio no campo e obrigou que se refugiassem nas bordas das cidades tendo somente sua força de trabalho para garantirem sua sobrevivência. Essa lei deixou clara a relação da burguesia agrária com o Estado, pois o ETR permitiu a polarização das lutas sociais que ocorriam em todo país e garantiu os interesses políticos e econômicos da oligarquia fundiária em detrimento das reinvindicações dos trabalhadores rurais (SILVA, 1999).

É o que também coloca Oliveira (2007) sobre as primeiras propostas efetivas de lei sobre reforma agrária que surgiram após a Constituição Federal de 1946, mas que não obteve sucesso diante da configuração conservadora e atrelada aos latifundiários do parlamento. Desde modo as políticas agrárias historicamente seguiram a tendência de não tocar a fundo na questão fundiária e se firmaram como políticas pontuais até os dias atuais.

As primeiras políticas foram o estabelecimento de núcleos coloniais que tinha como objetivo apaziguar conflitos no campo ou, eventualmente, para ocupação de áreas de fronteiras rurais. Já no final de década de 1950 surge o termo *assentamentos* nas políticas públicas de reforma agrária no Brasil (BERGAMASCO & NORDER, 1996). As políticas de assentamentos, por sua vez, não tiveram uma configuração diferente da dos núcleos coloniais e continuaram a serem políticas de resposta às pressões dos movimentos sociais e conflitos agrários que se formavam em todo país. No primeiro momento, por meio das demandas das chamadas Ligas Camponesas entre o período de 1955 até 1964, e posteriormente em resposta à violência no campo e as ações

dos movimentos sociais de reforma agrária que começaram a se formar a partir do início da década de 1980. Esses movimentos sociais transfiguraram os embates de cunho verdadeiramente popular e quase espontâneo em movimentos políticos com bandeiras, estratégias e cronogramas de luta. Nesse cenário destaca-se a formação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e da CPT (Comissão Pastoral da Terra), ambos responsáveis por protagonizar a reinserção do debate sobre reforma agrária na agenda política do Brasil nos anos 1990 (NORDER, 2004; MARTINS, 1986).

A formação do assentamento Reunidas, que é o local do estudo de caso da pesquisa em curso apresentada, se insere nesse contexto e contou com trajetórias variadas dos sujeitos envolvidos. O primeiro passo de luta pelas terras no município de Promissão foi dado a partir de um problema de gestão por parte do estado paulista dos recursos ambientais ao construir a barragem da Usina Sérgio Motta, no Município de Rosana, SP, pela Companhia Energética de São Paulo,[4] (CESP). A enchente da barragem da usina em 1982 atingiu várias famílias ribeirinhas que não haviam sido avisadas e que acabaram por perder todos seus bens e suas terras. O reassentamento dessas famílias só foi ocorrer em 1983 no município de Promissão, depois da ocupação da sede da CESP pelos ribeirinhos. Como as terras oferecidas eram insuficientes para as famílias houve a articulação com trabalhadores da região de Promissão, sob orientação da CPT e sindicatos, para a continuidade da luta. Com a chegada de um grupo de Campinas, SP, que era organizado pelo MST e Comunidades Eclesiais de Base a reinvindicação tomou força e o primeiro passo para a formação do assentamento se deu em 30 de junho de 1986, onde foram desapropriados, por interesse social, 17.138,26 hectares da Fazenda Reunidas, com base no I Plano Nacional de Reforma Agrária. A consolidação do assentamento Reunidas veio com a emissão de posse em 30 de outubro de 1987 (SANTOS, 2007; NORDER, 2004).

Este assentamento, como vários outros, foi instituído na década de 1980 e muitos estudos demonstraram o impacto causado nos municípios e nas regiões com o estabelecimento dessa política pública no que tange a dinâmica agrária, demográfica, econômica, social e cultural. No caso do assentamento Reunidas, o elemento da redistribuição agrária é sintomático, pois com a emissão de posse em 1987, a localidade apresentou grandes transformações. Os 17.138,26 hectares pertencentes a uma única família, e que representava 20% do município de Promissão, recebeu 629 famílias, divididas em 10 agrovilas, que receberam em média 18 hectares cada. Isso representou o aumento em mais de 35% da população rural que foi de 4.345 em 1980, para 5.888 em 1991 (Importante pontuar que nesse período a tendência brasileira era de esvaziamento do campo com o grande aumento da população urbana em detrimento da rural). Esse fato representou um aumento de cerca de 30% da população rural e grande diversificação na produção agrícola (Portal da Fundação SEADE, 2013; SIMONETTI, 2011).

Os dados da primeira safra registrada oficialmente no assentamento, 1992/1993 mostram já uma variedade de produção com destaque para o milho, algodão, arroz, feijão, pecuária leiteira. Os dados da Caderneta de Campo da Fundação Itesp, referente à safra 2010/2011, mostram que essa dinâmica na produção no assentamento confirma-se até a atualidade com grande diversidade produtiva[5]. A produção abarcou as seguintes áreas: vegetal, leiteira, animal, florestal e derivados. O valor de comercialização desses produtos, nesse período, ultrapassou a barreira dos 24 milhões de reais, representando a média de 4,38 salários por família[6]. No que tange a produção de leite, a referente safra bateu a marca de 8 mil litros. A produção vegetal é a que mais representou diversidade, e a que mais contribuiu no valor de comercialização superando 10 milhões de reais.

---

4 A Companhia Energética de São Paulo foi criada, em dezembro de 1966, a partir da fusão de 11 empresas energéticas que atuavam isoladamente no estado de São Paulo, afim de centralizar e planejar os usos dos recursos. (Fonte: www.cesp.com.br/).

5 Os dados que serão colocados a seguir não representa somente o Assentamento Reunidas, pois o mesmo não é o único no município de Promissão. Os dados do Itesp estão organizados por cidades, por isso os números apresentados levam em conta os Assentamentos Antônio Conselheiro II, Nossa Senhora Aparecida, Palmares, Promissãozinha, Reunidas, Santa Rita, São Francisco II e São José 1. Dois motivos permitem afirmar que esses dados revelam a realidade do Assentamento Reunidas: primeiro por fazerem parte de uma mesma logica econômica, social e geografia e segundo por ser o Assentamento Reunidas o maior entre eles.

6 Salário correspondente ao ano de 2011 de R$ 600,00.

Os principais produtos por área plantada são: na fruticultura o limão, a laranja e a manga; na horticultura o quiabo, a abobrinha, o milho, a soja e o milho para silagem. A destinação dos produtos da produção vegetal estão divididos entre os intermediários, 44%, e o Programa de Aquisição de Alimentos (CONAB), 34%.
Com esses dados é possível perceber que o Assentamento realmente proporcionou uma reconfiguração da localidade, no que tange a questões demográficas e econômicas, mas não só, pois a partir desse reordenamento a cultura e a sociabilidade se tornaram pujantes. Entretanto, outros elementos podem serem pensados partindo desse novo ordenamento, um deles é a questão ambiental. E é sobre os desdobramentos de se pensar a questão ambiental que se trata o próximo tópico.

4. Proposta teórica de compreensão da questão ambiental nos assentamentos de reforma agrária

Primeiramente é importante destacar que os estudos sobre assentamentos no Brasil estão voltados em sua grande maioria para as dinâmicas ligadas às mudanças demográficas, agrícolas, sociais e culturais que representam essas localidades. E quando buscam articular essas localidades com a questão ambiental, são comumente encontrados estudos voltados para as experiências de produção agroecológica e sustentabilidade ambiental muito baseados nas diretrizes do MST[7], como a coletânea organizada por Brandenburg (2007) e o artigo de Barcellos (2011) para citar alguns exemplos. Nestes termos, é possível identificar que há uma lacuna entre estes estudos no que tange as disputas e hierarquias internas estabelecidas na relação da questão ambiental e o arranjo fundiário interno aos assentamentos. Voltar o olhar para essa problemática significa ir a fundo nos elementos que também amparam a experiência de produção agroecológica e/ou sustentável, podendo ainda, evidenciar disputas e hierarquias que estão envolvidas na produção agrícola e na gestão dos recursos naturais no interior do assentamento, bem como eventuais assimetrias face as recomendações institucionais dos órgãos de gestão ambiental, do movimento social e as práticas cotidianas.
Essa questão está inserida no debate que vem crescendo nas últimas décadas dentro da sociologia rural, como foi observado por Jollivet (1997; 1998), das preocupações relacionadas entre sociedade e meios de produção, com meio ambiente e recursos naturais renováveis, principalmente água, solos e florestas. Já na visão de Leff (1986) essas questões tomaram corpo, principalmente, devido a complexidade dos processos econômicos e ao aumento da acumulação e expansão do capital que consome, cada vez mais, desenfreadamente os recursos naturais e degrada o meio ambiente. Nesse sentido, o referido autor afirma que é necessário guiar as criticas ao modo de produção capitalista (que converte a natureza em objetos de trabalho e mercadorias em um processo de produção de valor e mais valor), e ao modelo cientifico moderno[8], (muito baseado em Descartes, que fundamentou essas ações ao separar homem/mulher e natureza[9]). No mesmo sentido Williams (2011), ao tratar das *ideias sobre a natureza,* vai afirmar que essas ideias tratam-se fundamentalmente de projeções das ideias dos homens, ou seja, historicamente os homens produzem ideias sobre a natureza e se relacionam com ela a partir desses pressupostos e, por isso, para se pensar a separação homem/mulher e natureza é imprescindível pensar para além do processo urbano-industrial modernizador e levar em consideração muitos outros tipos de elementos tais como os tipos de trabalho organizado (incluindo o rural), e as distintas formas históricas de

7 Essas diretrizes podem ser acessadas no site do movimento *http://www.mst.org.br/*

8 Segundo Leff (1986) a ciência moderna é caracterizada pelo momento em que os objetos deixam de serem percebidos em um marco comparativo de diferença e similitude e a palavra deixa de designar e denominar a coisa e o real aparece mediante um processo de produção conceitual sobre os princípios estruturais da matéria inerte, da vida orgânica e dos processos históricos e simbólicos.

9 Descartes (1596 – 1650) foi um filosofo e matemático francês e é tido como o pai do racionalismo e fundador da ciência moderna. Sobre suas propostas de separação do homem e da natureza consultar: DESCARTES, R. O Discurso do método. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 25-71 e DESCARTES, R. Meditação Segunda, In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 92-98.

compreensão do que é natureza, pois em grande medida a ideia de natureza contém, de forma significativa, a história humana. É justamente por isso que Leff (1986) irá afirmar que a produção de conhecimento e de mercadorias não constituem processos independentes um do outro, mas estão intimamente interligados.
Nestes termos, para Leff (1986), ao se elaborar essas críticas, é importante propor a construção de outro modelo, baseado em uma racionalidade ambiental, que leve em consideração as dependências e as diferentes formas de indeterminação na relação sociedade (homem/mulher) e natureza. Essa proposta aponta para um conceito de socialismo e racionalidade ambiental que se funde na "apropiación social y en la gestión democrática y participativa del ambiente, concebido éste como un sistema de recursos, de medios de producción, de potenciales productivos y de condiciones de existencia" (LEFF, 1986: 126).
Essa proposta está em consonância com o que foi observado por Martins (2006) e Jollivet (1997) sobre o surgimento de uma sensibilidade ecológica que comporta todo um movimento de reflexão acerca do desenvolvimento e regulação ambiental dos territórios rurais, no sentido da articulação dos atores sociais locais para criarem redes de cooperação como estratégias de gestão territorial participativa. Essa governança dos territórios rurais busca abarcar desde as atividades não-agrícolas até as complexas composições das atividades de produção de valores excedentes, mas sempre tendo como baliza as relações entre cultura, economia e natureza com o objetivo de vincular geração de renda e uso sustentável dos recursos naturais (MARTINS, 2006). Na visão de Williams (2011) essas iniciativas são necessárias, pois nós somos produtos de nossas atividades, ou seja, é imperativo percebemos que a poluição industrial não está somente na água e no ar, mas também nas favelas e engarrafamentos. Nesse sentido a proposta de gestão territorial tem como objetivo a dinamização das economias locais, mas sempre levando em consideração as relações entre todos os produtos das atividades humanas, bons e ruins, e a articulação de propostas que possibilitem conciliar os interesses agrícolas com a de outros setores tendo como preocupação os recursos naturais e as culturas locais (MARTINS, 2006; WILLIAMS, 2011). Sinteticamente esse debate traz a tona questões como diversificação regional, novas institucionalidades para áreas rurais, localidade de vida e reestruturação do capitalismo contemporâneo (MARTINS, 2007; JOLLIVET, 1998; ABROMOVAY, 2003; VEIGA, 2001).

5. As disputas e hierarquias

É justamente a partir desses pressupostos que se busca contribuir para o debate sobre assentamentos e questão ambiental através do estudo sobre as disputas e hierarquias nos territórios rurais. Em particular, esta construção é problematizada no contexto de um assentamento para reforma agrária, com seus arranjos fundiários próprios e suas interações cotidianas com as instituições de gestão ambiental. Assim, seguindo a proposta de Martins (2006), as construções locais de estratégias de gestão (tanto institucionais quanto empíricas[10]) são tomadas como refletoras da conjuntura sociopolítica da *localidade*, tomando como base a ideia de *espaço social* em Bourdieu (2007). Para este autor, o espaço social é definido pela exclusão mutua e pela distinção a partir dos aspectos estruturais e posições que o constituem. Por ser local de distinção e disputas o espaço social tente a se retraduzir, de modo relativamente deformado, no espaço físico sob a forma de determinados arranjos de agentes e propriedades. Isso ocorre, pois os capitais acumulados pelos agentes (simbólicos, sociais e econômicos) informam suas posições no espaço social que se "exprimem real e simbolicamente no espaço físico apropriado como espaço social reificado" (BOURDIEU, 2007, p.164), ou seja, um campo. E esse campo é definido por meio do espaço social onde é possível perceber um jogo de representações, motivações, disputas e hierarquias dos agentes em torno de interesses específicos.
Seguindo esse viés, os elementos naturais serão compreendidos como fator de disputas e hierarquias no que tange as formas de gestão (institucionais e empíricas), a forma de regulação, ao acesso e aos modos de produção. Esses fatores são imprescindíveis para problematização da relação sociedade-natureza a partir das

10 Formas de gestão institucionais são tidas aqui como os espaços institucionais de debate acerca dos recursos como, por exemplo, os comitês de bacias. As formas de gestão empíricas compreendem as formas elaboradas dentro de cada lote.

disputas que marcam os elementos de distinção social caracterizado pelos condicionantes naturais de restrição ou uso da renda diferencial (LEFF, 2003; MARTINS, 2006; MARX, 1983).
Assim, o recorte para se fazer essa investigação empírica e pensar esses elementos é o assentamento Reunidas, especificamente duas agrovilas, "A agrovila Birigui", por possui a maioria de seus lotes com uma das divisas com o reservatório de água da Usina hidrelétrica de Promissão e "Agrovila Campinas", por possui grande parte de seus lotes com uma das divisas com a reserva ambiental (o assentamento como um todo conta com 5,072,02 hectares de área de preservação ambiental).
Partindo desses elementos busca-se contrapor as propostas teóricas de novas formas de relação/integração homem/mulher e natureza para a viabilização de uma nova forma de organização social com a realidade social do assentamento. Com isso o objetivo é discutir, com base na subjetividade dos sujeitos, se nos lotes as práticas cotidianas de gestão da produção e dos recursos ambientais são menos ligadas aos modernos instrumentos de regulação institucionais e à calculabilidade monetária do que ao sistema das práticas e ao conhecimento empírico por meio das relações sociais, históricas e da *experiência* (THOMPSON, 1978; BOURDIEU, 1979). Desta monta a hipótese é que as práticas estejam mais voltadas às relações sociais, históricas e da experiência, justamente por conta da experimentação social dos sujeitos com a localidade e seu contexto de interação socioambiental. Outrossim, supõe-se que o assentamento proporciona a estes sujeitos a recorrência, em novos patamares, da ligação com a terra, nos termos descritos por Bourdieu (1979) como *ordem social camponesa*, vinculada aos rituais de submissão e homenagem à natureza, de união do trabalho (visto como dever social) com seu produto, da tradicional prudência que garante a previsibilidade e a segurança existencial e da rede das relações sociais. Assim, o assentamento é pensado como local que possibilita a vivencia de variados modos de vida e engendrador de novas identidades culturais, possibilitando a reinterpretação de diferentes modos de vivenciar as potencialidades ecológicas no que tange as diferentes temporalidades, diferentes formas de conciliação entre tradicional e moderno e, principalmente, os distintos modos de apropriação e uso dos recursos naturais (LEFF, 2003; MARTINS 2006).

6. Considerações finais

O artigo hora apresentado evidenciou os caminhos históricos-teóricos que norteiam a pesquisa que estamos desenvolvendo sobre as disputas e hierarquias que ocorrem a partir do arranjo fundiário no interior dos assentamentos rurais de reforma agrária. Para tanto, buscamos elencar os elementos históricos que versam sobre a questão fundiária da região Noroeste do estado de São Paulo, onde se encontra o assentamento que se realiza o estudo de caso.
Esse caminho foi necessário para se compreender, por meio da discussão da formação fundiária da região e os debates teóricos sobre esse tema, o contexto da formação do assentamento, seu estabelecimento e o impacto cultural, econômico e social na região. Esses elementos elencados foram demonstrados como sendo de grande preocupação nos estudos que buscam compreender as localidades dos assentamentos rurais, entretanto, outros são importantes de serem questionados, como a questão ambiental.
As pesquisas sobre as questões ambientais em assentamentos, por sua vez, aparecem muito comumente voltada à estudos de experiências de produção agroecológica e sustentabilidade ambiental. Porém, a proposta aqui apresentada é justamente pensar outros elementos que envolvem a questão ambiental nos assentamentos, qual seja, as disputas e hierarquias internas estabelecidas na relação da questão ambiental e o arranjo fundiário interno aos assentamentos.
O intento com essa proposta é voltar o olhar para essa problemática e ir a fundo nos elementos que também amparam a experiência de produção agroecológica e/ou sustentável, evidenciando as disputas e hierarquias que estão envolvidas na produção agrícola e na gestão dos recursos naturais no interior do assentamento, bem como eventuais assimetrias face as recomendações institucionais dos órgãos de gestão ambiental, do movimento social e as práticas cotidianas.
Para as analises das disputas e hierarquias internas ao assentamento apresentamos um aporte teórico que permite analisar esses elementos no interior do assentamento e na relação com os movimentos sociais e órgãos

de gestão ambiental partindo, principalmente, da noção de *espaço social* definido por Bourdieu (2007) como local de exclusão mutua e de distinção a partir dos aspectos estruturais e as posições que o constituem. Ou seja, os elementos naturais que compõe o espaço social são elementos de distinção e disputa entre os sujeitos. Os aportes trazidos para pensar os elementos da questão ambiental buscam articular o que já fora observado por Martins (2006) e Jollivet (1997) sobre o surgimento de uma sensibilidade ecológica que comporta todo um movimento de reflexão acerca do desenvolvimento e regulação ambiental dos territórios rurais, no sentido da articulação dos atores sociais locais para criarem redes de cooperação como estratégias de gestão territorial participativa. Essa governança dos territórios rurais busca abarcar desde as atividades não-agrícolas até as complexas composições das atividades de produção de valores excedentes, mas sempre tendo como baliza as relações entre cultura, economia e natureza com o objetivo de vincular geração de renda e uso sustentável dos recursos naturais (MARTINS, 2006). Esses fatores são importantes de serem pensados pois é imperativo percebemos que a poluição industrial não está somente na água e no ar, mas também nas favelas e engarrafamentos (WILLIAMS, 2011).

Por fim, os elementos teóricos-históricos apresentados contribuem para pensar criticamente e expandir os fatores que compõem a questão ambiental nos assentamentos e em outros territórios rurais e urbanos. Assim, a proposta de pesquisa vai se desenrolar com o objetivo de mostrar os entrecruzamentos dos territórios, as distintas formas de produção e gestão do territórios agrícolas e os limites do modelo hegemônico de produção capitalista do agronegócio.

Bibliografia

ABRAMOVAY, R. (2003), *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Ed. UFRGS.

BARCELLOS, S. B. (2011), *As iniciativas e experiências em agroecologia como estratégia de desenvolvimento local em um assentamento de reforma agrária.* SciELO.

BERGAMASCO, S. M. NODER, L. A. C. (1996), *O que são assentamentos rurais.* São Paulo: Brasiliense.

BRANDENBURG, A. FERREIRA, A. D. D. (2007), *Ruralidades e questões ambientais:* estudo sobre estratégias, projetos e políticas. Brasília: MDA.

BOURDIEU, P. (1979), *O desencantamento do mundo.* São Paulo: Perspectiva.

_____, (2007), *Meditações pascalianas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

FOLADORI, G. (1997), *Marxismo e meio ambiente.* Expressão, nº 16, p. 35 46.

GALEANO, E. (1983), *As veias abertas da América Latina.* 16ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GOODMAN, D. et al. (1990), *Da lavoura às biotecnologias*: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus.

JOLLIVET, M. (1998), *A "vocação atual" da sociologia rural*. Estudos Sociedade e Agricultura, n.11, 1998. pp. 05 – 25.

_____, (1997), *Des campagnes paysannes au rural « vert » :* naissence d'une ruralité postintustrielle. In : JOLLIVET, M. A. (org), *Vers un rural postindustriel.* Paris : L'Hamarttan, pp. 77 – 125.

LAMBERT, M. (1990), *Agricultura e meio ambiente.* São Paulo: Scipione.

LEFF, E. (1986), *A Geopolítica da Biodiversidade e o Desenvolvimento Sustentável:* economização do mundo, racionalidade ambiental e reapropriação social da natureza. In MARTINS, R. C.; _____, (1986), *Ecología y capital:* racionalidad ambiental, democracia participative y desarrollo sustentable. México: Siglo Veintiuno Editores.

LUXEMBURG, R. (1970), *A acumulação do capital:* estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar.

MARX. K. (1964), *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1983), *O capital:* critica da economia politica (livro III). São Paulo: Abril Cultural, pp. 123 – 172; 219 – 235.

MARTINS, J. S. (1973), *A imigração e a crise do Brasil agrário.* São Paulo: Pioneira.

_____. (1975), *Capitalismo e tradicionalismo*: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira.

_____. (1986), *Não há terra para plantar neste verão:* o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Petrópolis: Vozes.

MARTINS, R. C. (2004), *A construção social do valor econômico da água:* estudo sociológico sobre agricultura, ruralidade e valoração ambiental no estado de São Paulo. Tese de doutorado apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo.

_____. (2006) *Representações sociais, instituições e conflitos na gestão de águas em territórios rurais.* Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 15, jan/jun. pp. 288-325.

_____. (2007) *Ruralidade e governança ambiental no estado de São Paulo.* Rev. Estudo Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, vol. 15, nº 2, 2007. pp. 233 – 267.

_____. (2004), *(Novas)Ruralidades e teoria social:* um olhar weberiano sobre a noção de território. 34º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, MG.

NORDER, L. A. C. (2004), *Políticas de Assentamento e localidade:* os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil.

OLIVEIRA, A. U. de. *A longa marcha do campesinato brasileiro:* movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. São Paulo: Rev. Estudos Avançados. Vol. 15, Nº 43.

SANTOS, S. Ap. dos. (2007), *A trajetória do assentamento Reunidas:* o que mudou? Dissertação de mestrado apresentada ao instituto de Economia da UNICAMP.

SIMONETTI, M. C. L.(org.) (2011). *Assentamentos rurais e cidadania*: a construção de novos espaços de Vida. São Paulo: Cultura Acadêmica.

_____. (1999), *A longa caminhada*: a (re) construção do território camponês em Promissão. Tese de Doutorado apresentada ao curso de pós graduação em geografia humana do departamento de geografia FFLCH. USP.

SILVA, M. Ap. M. (1999), *Errantes do fim do século*. São Paulo: UNESP.

SILVA, M. Ap. M.; MARTINS, R. C. (2010), *A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista*. *Sociologias* (UFRGS), v. 12, p. 196 – 240.

TAUSSIG, M. (2010), *O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul.* São Paulo: Edunesp.

THOMPSON, E. P. (1978), *A miséria da teoria*: ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

WILLIAMS, R.(2011), *Cultura e materialismo.* São Paulo: Unesp.

VEIGA, J.E. (2001), *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Série

Textos para Discussão nº1. Brasília-DF: NEAD.

Portais acessados

Portal da Companhia Energética de São Paulo: acessado em agosto de 2013: www.cesp.com.br

Portal da Comissão Pastoral Da Terra, acessado em outubro de 2013. http://www.cptnacional.org.br/

Portal Datapreve, acessado em maio de 2013. http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1963/4214.htm.

Portal da Fundação SEADE, acessado em maio de 2013. http://www.seade.gov.br/

O Lugar do movimento ocupe estelita, Recife, Brasil

Edneida Cavalcanti[1]
edneidarabelo@gmail.com

Edinéa Alcântara[2]
edinealcantara@gmail.com

Suely Leal[3]
suelyleal@terra.com.br

Fátima Furtado[4]
gfurtado@hotmail.com

Resumo:A cidade do Recife é emblemática no que diz respeito aos estrangulamentos estruturais decorrentes do modelo de crescimento econômico em curso. Uma marca inconteste desse processo é o acúmulo de passivos socioambientais, do privatismo, associado a interesses particulares na condução das atividades do Estado e, do empobrecimento da vida social. Nessa perspectiva, o Movimento Ocupe Estelita, que nasce da contestação ao Projeto Novo Recife, de responsabilidade do Consórcio Novo Recife, constituído pelas construtoras Queiroz Galvão, Moura Dubeux, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos, transcende desde o seu início, em 2012, esse lugar delineado espacialmente. O seu papel passa a ser o de sinalizar, em tons vibrantes, novos paradigmas de pensar a cidade, de expressar as relações de poder desiguais que sustentam as decisões sobre empreendimentos dessa natureza; de acolher ideias, questionamentos, estudos, vivências e expressões culturais que coloquem em evidência as contradições do poder público em sua articulação com a iniciativa privada, que mostram o fracasso de empreendimentos como esse e exercitam possibilidades de construir a paisagem com referências mais sustentáveis também na dimensão social e ambiental.

---

1 Edneida Cavalcanti, brasileira, pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). Graduada em geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestre em geografia e doutoranda em Engenharia Civil, área de concentração em Recursos Hídricos e Tecnologia Ambiental, também pela UFPE. Tem experiência no setor governamental e no terceiro setor, particularmente na temática da gestão e da educação ambiental. É vice presidente da Associação Águas do Nordeste (ANE) e integra a Sociedade Latino Americana e Caribenha de História Ambiental (SOLCHA).

2 Edinéa Alcântara, brasileira, professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, campus Garanhuns. Graduada em Engenheira Civil, é mestre em Gestão e Políticas Ambientais, doutora em Desenvolvimento Urbano com pós-doutorado em resiliência de cidades e de comunidades. Tem experiência no setor público municipal e no terceiro setor, em projetos habitacionais, de desenvolvimento urbano e gestão ambiental. Coordenou o Plano de Revitalização da Bacia da Lagoa Olho d'Água, Jaboatão dos Guararapes (PE) reconhecido como uma das 100 "Best Practices" para o Habitat II, em 1996, Istambul. É ativista do Direitos Urbanos | Recife e do Movimento Ocupe Estelita.

3 Suely Leal, brasileira, professora titular do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFRJ, mestre em Planejamento Urbano e Regional pela UFPE e Doutora em Economia pela UNICAMP. Desde 1996 coordena o Núcleo de Gestão Urbana e Políticas Públicas (NUGEPP).

4 Fátima Furtado, brasileira, professora associada do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UFPE. Graduada em Arquitetura e Urbanismo, mestre em Planejamento Urbano e Regional pela mesma instituição e PhD em Planejamento Ambiental Urbano pela University College London (UCL), UK. Pós-doutorado no ICROM, Roma, em resiliência urbana associada à conservação integrada.. É sócia fundadora do Centro de Estudos Avançados em Conservação Urbana e Territorial (CECI), em Recife. Desde 2004 coordena o Laboratório de Estudos Periurbanos da UFPE.

1. Introdução

O processo de urbanização brasileiro acontece a partir de uma transição demográfica precoce, da reestruturação produtiva e de redução de investimentos em estrutura pública, o que repercute diretamente no território e na qualidade do crescimento urbano, levando a um patamar de graves problemas ligados a falta de saneamento, drenagem, e a um planejamento urbano precário na maioria das grandes cidades.

O crescimento urbano da cidade do Recife não foge à regra no tocante a forte vinculação com o capital imobiliário e seu braço especulativo que se realiza através da produção e comercialização. Ao estocar solos de alto valor fundiário e produzir imóveis caracterizados por inovações no produto o processo especulativo se realiza na forma da mercadoria habitação, exemplo característico do Projeto Novo Recife, megaempreendimento imobiliário, com 15 torres de cerca de 40 pavimentos, localizado no Cais José Estelita, no bairro de São José, que abriga grande quantidade de imóveis tombados e onde caracterizou-se o início da cidade, com quase 500 anos de existência.

O foco no atendimento dos interesses privados é um dos principais motores das crises que afetam as grandes cidades brasileiras e do mundo e envolve as grandes empresas de construção civil, que no Brasil foram criadas no período anterior à ditadura militar.

Essa lógica deixa totalmente de lado a abordagem da cidade enquanto um sistema complexo, os desafios colocados por mudanças na dinâmica climática e a perspectiva de construção de cidades sustentáveis, questões que se aproximam das discussões sobre a crise do capital.

O presente artigo situa o Movimento Ocupe Estelita na abordagem sobre o direito à cidade e discute o seu lugar para além do recorte geográfico ou de crítica a um projeto puramente. A proposta é trazer o Movimento à luz de uma trajetória mundial e questiona o aprisionamento da gestão urbana no contexto do capital especulativo e desse com o capital imobiliário.

O texto apresenta ainda as peculiaridades do Movimento, principalmente no que diz respeito ao forte apoio de segmentos culturais, ao uso qualificado das mídias sociais, ao suporte jurídico e decodificação dos seus elementos constitutivos e a articulação com processos ágeis de comunicação.

2. O modelo de crescimento econômico das cidades brasileiras

Em 2008, o mundo alcançou um marco significativo: pela primeira vez na história, mais da metade da população humana, 3,3 bilhões de pessoas, passou a viver em áreas urbanas. Até 2030, esse número deverá chegar a quase 5 bilhões (UNFPA, 2007).

O Brasil apresenta uma transição urbana precoce, se comparado aos demais países em desenvolvimento. O processo pode ser percebido com mais evidência a partir de 1950 e coincide também com o início da transição demográfica. Para Ojima, Marandola Júnior (2013, p. 17), "esse período, simultâneo aos grandes fluxos migratórios rural-urbano, marcou fortemente o 'inchaço das cidades', 'o caos urbano', enfim, a percepção de que a própria urbanização seria o fator causador de pobreza, desigualdades sociais, conflitos e problemas ambientais".

Nessa perspectiva, o processo de urbanização brasileiro acontece também a partir da repercussão, no território, da reestruturação produtiva e de redução de investimentos em estrutura pública, o que afeta diretamente a qualidade do crescimento urbano, levando a um patamar de graves problemas ligados a falta de saneamento, drenagem, e a um planejamento urbano precário na maioria das grandes cidades.

A população total saltou de aproximadamente 71 milhões para 121 milhões de habitantes entre 1960 e 1980 e a população urbana, de 32 milhões para 82 milhões no mesmo período. Em 2010, a população chegou a mais de 190 milhões, sendo quase 161 milhões no meio urbano, ou seja, em trinta anos nossas cidades duplicaram de população (BUENO, 2013, p. 36).

Este crescimento demográfico acelerado, particularmente nas grandes metrópoles transformou a urbanização no principal motor da acumulação urbana capitalista e no centro dos conflitos sociais econômicos e políticos. Para Leal; Lacerda (2010, p. 45), "[...] Nos próximos anos, o espaço urbano e semi-urbano continuará mais do que nunca a ser o ponto de convergência de tensões econômicas, sociais e políticas muito fortes, em razão da crise econômica, porém, também pelo fato da questão ecológica".

Os centros urbanos mundiais tornaram-se, a partir do final da década de 1990, nos principais atrativos à especulação financeira, na medida em que investimentos na produção de espaços urbanos visaram proporcionar lucros elevados ao capital, além da liquidez e desregulamentação, exigindo uma complexa imbricação com outros setores e atividades econômicos.

Para Sassen (1998) as cidades que ocupam o topo no processo de acumulação, tornaram-se lugares chave para os serviços avançados e para as telecomunicações, necessários à implantação e ao gerenciamento das operações econômicas globais. Esse papel estratégico das cidades se deve à necessidade da dispersão geográfica desigual do capital, por meio das atividades econômicas e financeiras e da integração dos sistemas mundiais (Harvey, 2004).

É sob a forma de capital imobiliário que o processo especulativo se realiza através da produção e comercialização. Ao estocar solos de alto valor fundiário e produzir imóveis caracterizados por inovações no produto que o processo especulativo se realiza na forma da mercadoria habitação, exemplo característico do Projeto Novo Recife.

A oferta do produto imobiliário demanda uma gama de serviços. As inovações na construção de alguns desses produtos de "grife" se reflete diretamente no imaginário social e confere sofisticação, requinte e elegância aos hábitos de morar, dando feição a um novo regime de acumulação urbana.

Esse protagonismo do mercado imobiliário nas cidades provoca a competição entre as redes de cidades levando as gestões urbanas a procurar atrair investimentos privados e potencializar os negócios imobiliários. Parte da dinâmica de acumulação urbana nas últimas décadas funda-se em posturas especulativas, por meio da manipulação de 'convenções urbanas' e da associação com o Estado. Originam novas relações com o Estado e com o próprio mercado, que se materializam em novos papéis e em novas formas de ação desses atores.

Os impactos desse processo no espaço urbano são a valorização, reconfiguração e surgimento de novas áreas de interesse do mercado da construção civil, geração de alternativas tecnológicas no processo de produção, apelo à verticalização e ao *marketing*- e o surgimento de megaempreendimentos**.**

Esse novo tipo de estrutura especulativa é moldada em megaprojetos e no protagonismo das cidades, objetivando abrir espaço para uma maior articulação Estado/Mercado**.**

2.1 O privatismo e a repercussão no crescimento das cidades

As raízes da crise nas cidades residem na sua gestão para atender interesses privados. Marcio Porchmann, ex-presidente do IPEA, aponta que existem três forças políticas que governam as cidades brasileiras: o capital da especulação imobiliária, o capital das empresas operadoras do transporte público e o capital das operadoras dos serviços de coleta e destinação do lixo. Para ele, se não houver alteração nessa correlação de forças, não haverá mudanças significativas nas metrópoles. Defende que o século XXI será "o século das cidades" e argumenta que as metrópoles devem se reinventar para oferecer qualidade de vida e direitos sociais, principalmente tendo em vista o novo perfil demográfico que o Brasil terá nas próximas décadas com o crescimento da população idosa e a diminuição do número de pessoas por família (Oliveira, 2013).

De acordo com Campos (2012), as principais empresas do ramo da construção civil foram formadas em período anterior à ditadura militar no Brasil, entre as décadas de 1930 e 1950, com destaque para o período de construção da capital federal, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Porém tiveram no período da ditadura (1964-1988) um crescimento sem precedentes, em virtude de políticas estatais favoráveis às atividades do setor e um robusto programa de obras públicas, que gerava uma demanda constante para essas empreiteiras. Os empreendimentos realizados durante o regime foram de grande porte, fortalecendo as maiores empresas do setor: Itaipu e outras hidrelétricas de grande porte; a Transamazônica e outras rodovias em diversas regiões do país; a Ferrovia do Aço e projetos no setor ferroviário; os metrôs do Rio e de São Paulo e iniciativas na área de transportes de massa; as usinas termonucleares de Angra dos Reis; a ponte Rio-Niterói, citando alguns exemplos.

Nessa perspectiva, foi sendo gestado um capital de novo porte, monopolista, em alguns setores da economia, dentre os quais se destaca a construção pesada, no qual alguns poucos grupos chegaram a um patamar diferente,

extremamente vigoroso, detendo amplo poder econômico e político (Campos, 2012). A garantia de expansão desse capital esteve diretamente associada ao processo de urbanização.

Para Harvey (2014, p. 30), "desde que passaram a existir, as cidades surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção [...] O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente da produção que nunca deixa de existir". Dessa forma, e ainda segundo o autor, as curvas logísticas que evidenciam o aumento da produção capitalista são muito parecidas com as da urbanização da população mundial.

O modelo de desenvolvimento e de urbanização é feito para atender preponderantemente os interesses do capital, conduzido a partir da aliança entre prefeituras e governos estaduais e o capital imobiliário para a definição do uso e da ocupação do solo. Tal aliança tem como base o apoio financeiro para as campanhas políticas.

No Recife não é diferente. Em agosto do ano passado foi criado o Decreto Nº 27.305 de 23 de agosto de 2013, que revoga o Decreto Municipal Nº 17.324, de 03 de maio de 1996 que regulamenta a Comissão de Controle Urbanístico (CCU), e vincula esta comissão à Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano (SEMOC). A CCU tem entre suas atribuições emitir parecer sobre projetos de impacto na cidade. O artifício de desvinculá-la da Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento Urbano, facilitando, portanto, a aprovação dos projetos de impacto, uma vez que a SEMOC é uma secretaria com o perfil mais executivo, que tem dado sinais de alinhamento com os interesses das construtoras. No dia 28 de agosto de 2013, ocorreu a aprovação do PL 23 que trata da reformulação do Conselho de Desenvolvimento Urbano do Recife (CDU), com a mudança também de sua vinculação da Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento Urbano para a SEMOC[5].

E o que isso significa? Um descolamento do planejamento do desenvolvimento da cidade da sua execução. Os discursos do planejamento de longo prazo e do planejamento democrático são desconstruídos ao pensar a cidade de maneira fragmentada, para viabilizar megaempreendimentos.

É preciso, no entanto, ir mais fundo sobre as razões que levam os instrumentos de planejamento, como planos diretores e canais participativos, a exemplo dos conselhos e conferências, a perderem sua efetividade no caso do município do Recife.

Esse fato corresponde, sobretudo, aos formatos das engenharias dos governos municipais sempre atrelados às oscilações políticas e partidárias e às posturas adotadas com respeito aos arranjos institucionais que configuram os sistemas de gestão e governança do próprio governo. A ótica do empresariamento das cidades brasileiras, adotada pela maior parte dos gestores, não tem sido apenas induzida por razões de natureza exógena, a exemplo da Copa 2014, mas é parte das propostas de planejamento e gestão dos próprios governos locais visando atrair investimentos para as ações de caráter estruturador.

Neste sentido, as intervenções de grande impacto sobre as metrópoles, na prática, conduzidas por articulações de governança do tipo corporativo, passaram a ser assim bem vindas ao receituário empreendedor dos governos, apesar das resistências demonstradas pela sociedade civil à presença desses megaempreendimentos.

À revelia do papel de coibição exercido pelos instrumentos de regulação urbanística em vigor sobre projetos de impacto para a cidade, sua ação não tem sido suficientemente forte para impedir que a força do mercado supere a fragilidade do planejamento das cidades (Leal, 2014).

2.2 Passivos socioambientais nas cidades brasileiras

As cidades são compreendidas como sistemas complexos, concentradores de tensões e problemas na relação população-ambiente, assim como demandam insumos que, em grande parte, pressionam o uso dos recursos naturais para além de seu domínio geográfico, e que concetram, no caso dos grantes centros, emissões significativas de Gases de Efeito Estufa (GEE).

---

5 O secretário João Braga declarou nesse período que pretendia "destravar" a aprovação dos projetos de impacto da cidade e passou a se reunir sistematicamente com a ADEMI e SINDUSCON. Nessa época, no 1º ano da atual gestão e mudanças no CDU para resolver as ilegalidades de sua composição, havia 28 projetos de impacto à espera de aprovação. Era esse o sentido de "destravar" que o secretário tornou público.

Tal constatação coloca em destaque a importância das áreas nas quais ainda se pode pensar em ocupações que busquem respeitar padrões sustentáveis, prevendo claramente a questão de drenagem, de arquitetura ambientalmente amigável, manutenção de espaços públicos verdes, mas que também evite ampliar a segregação social já existente. A área conflituosa envolvendo o Projeto Novo Recife e a contestação por parte do Movimento Ocupe Estelita e toda a representação de movimentos sociais, marca também essa grave questão ambiental urbana.

Como o Brasil apresenta um extenso território, as cidades ocupam apenas pequena área. Mas isso não diminui em nada a importância de estudos focados nessas realidades. Para Bueno (2013), as populações urbanas dependem de diversos insumos externos ao espaço urbano, desde água e energia até espaços para destinação de resíduos sólidos; além de insumos para o setor industrial e de produção de alimentos para população – o que acaba repercutindo em espaços territoriais mais amplos. Dessa forma, "os assentamentos urbanos sobrevivem de recursos e serviços apropriados dos fluxos naturais do entorno, ou adquiridos por meio de comércio com todas as partes do planeta, produzindo um déficit ecológico" (Andrade, 2005, apud Bueno, 2013, p. 33).

Tal lógica de demanda por recursos é insustentável, pois parte da premissa de que os mesmos são infinitos. Nem a terra, nem o petróleo o são. É nessa finitude dos recursos naturais que pode haver algum limite ou freio a tal modelo de crescimento, baseado na exploração exaustiva dos recursos naturais, traço da nossa colonização que se perpetua até hoje, entre distintos grupos sociais.

Nesse sentido, Hogan (2009 apud Martins; Ferreira, 2011, p. 627) ressalta que as cidades brasileiras não estão preparadas hoje para a mudança climática, dados o acúmulo de problemas socioambientais e o atraso na criação de infraestrutura urbana adequada por conta de um crescimento excludente e desigual. Se o padrão das construções nos bairros de classe alta e média privilegiaram os aspectos econômicos e sacrificaram o enfoque ambiental, nos bairros de baixa renda, foram as questões sociais, de falta de renda e de moradia, que lideraram o modelo de ocupação dos assentamentos, também em detrimento dos recursos naturais.

Essa questão adiciona novos contornos à importância do planejamento urbano, ao aprofundamento das discussões com participação pública e ao olhar mais acurado no uso e ocupação do solo, efetivamente absorvendo os cenários de acirramento de eventos extremos de chuva, que para uma cidade como o Recife trás repercussões graves, ampliando o risco de inundações nas partes mais baixas e de deslizamentos de morros, no contorno de elevações de formam um anfiteatro em torno da planície.

Portanto, o grande desafio para a sustentabilidade das cidades brasileiras para produzir um desenvolvimento urbano de baixo carbono é o de buscar coerência entre as políticas ambientais e as políticas de desenvolvimento urbano ou de crescimento econômico. Elas estão caminhando em sentidos opostos. E isso ocorre no nível nacional, no incentivo ao consumo interno e na redução do IPI dos automóveis ou nos próprios programas governamentais, como o PAC ou o Minha Casa Minha Vida, como as bases para o crescimento do país.

3. O crescimento da urbanização e seus impactos no Recife

O crescimento da urbanização das cidades tem atingido preponderantemente os países em desenvolvimento. A América Latina e o Caribe são as regiões mais urbanizadas do mundo, com quase 80% da população vivendo em cidades. Apesar da desaceleração prevista, as projeções indicam que sua população urbana ficará próxima a 90% até 2050 (ONU-HABITAT, 2012).

No Brasil, o último censo apontou 84,36% (IBGE, 2010) da população vivendo em áreas urbanas. Essa concentração populacional nas cidades não veio acompanhada da provisão da infraestrutura urbana necessária, nem com sustentabilidade socioambiental.

O modelo de desenvolvimento, principalmente no que se refere ao crescimento da construção civil, no âmbito privado ou por meio dos programas governamentais, e da indústria automotiva, para suprir a política de transporte que priorizou o automóvel em relação ao transporte público, vem trazendo fortes impactos na cidade. Um exemplo concreto e de bastante desgaste para os moradores da cidade é o tempo gasto em deslocamentos.

Em matéria da Veja em 2012[6], Recife é apontada como a cidade do país onde mais se demora a ir de um lugar a outro. Segundo a matéria o tempo gasto em cada deslocamento é, em média, de 55,6 minutos. Por dia, os moradores precisam dispor de quase duas horas (uma para ir e outra para voltar) presos em congestionamentos. Alguém que durma oito horas por noite passará 12,5% do tempo acordado parado no trânsito. Na comparação mundial, Recife ocupa o décimo lugar, logo atrás de Istambul, na Turquia.
Os problemas de drenagem na cidade do Recife são enormes, ao ponto da cidade não suportar uma chuva torrencial de poucas horas (Figura 1). Os transtornos e consequências são muitos e repercutem na dinâmica da vida das pessoas e também na mobilidade.

Figura 1 - O Recife depois de chuva torrencial em 17/05/2013.

Foto: https://www.google.com.br/search?q=alagamentos+em+recife

De maneira geral, entre os principais impactos ressalta-se: a desigualdade social; a privatização do espaço político (baixa participação da sociedade civil, ausência de governança); o colapso da cidade como infraestrutura (pouca mobilidade, diminuição drástica da drenagem); o prejuízo ambiental e físico; a destruição do passado (a cidade construída sem elo com sua história), do patrimônio cultural e natural (empobrecimento da paisagem), da rua como espaço vivido, onde as pessoas andam, onde se cruzam os olhares; a destruição da experiência da cidade como espaço agradável de convivência.

3.1 O empobrecimento da vida social

O urbanismo segregador praticado no Recife tem priorizado o esgotamento do potencial construtivo, levando à proliferação de enclaves fortificados (Caldeira, 2000), torres e condomínios verticais cercados por altos muros. Tal modelo supostamente pretende garantir segurança aos moradores, mas, ao contrário, leva ao esvaziamento das ruas e à sensação de insegurança, que somado à carência de espaços públicos impacta na qualidade de vida urbana. Tudo isso contribui cada vez mais para a morte das cidades, como preconizou Jane Jacobs nos anos sessenta (Jacobs, 1993).
Tal fato, associado à insuficiência de espaços públicos, tem empobrecido a vida social e os encontros, gerando um passivo que pode ser constatado pela grande adesão que iniciativas recentes da sociedade demonstraram, como os eventos do Som Na Rural (Figura 2), da Praia do Capibaribe (Figura 3) e os próprios Ocupe Estelita (Figuras 4 e 5), que reuniram grande número de pessoas. Assim como as iniciativas da prefeitura com as ciclofaixas dos domingos e feriados (Figuras 6), e a movimentação no Recife antigo aos domingos (Figura 7), com o fechamento da Av. Rio Branco para veículos e a desaceleração para 30 km de vias próximas, como sinais dessa carência.

6 Disponível em *http://veja.abril.com.br/blog/cidades-sem-fronteiras/2014/12/12/tempo-transito/?utm_source=redesabril_veja&utm_medium=facebook&utm_campaign=redesabril_veja*, [consultado em 13-1-2014].

Figura 2 – Som na Rural, projeto itinerante de Roger de Renor, que em 2014 ocupou a rua da Aurora, as margens do rio Capibaribe, centro da cidade.

Foto: *http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/02/prefeitura-proibe-edicao-do-som-na-rural-na-rua-da-aurora-no-recife.html*

Figura 3 – Projeto Praias do Capibaribe. Iniciado com a máxima "Eu quero nadar no Capibaribe", o projeto busca aproximar a população do rio, convidando à pratica da ecocidadania.

Foto: *http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/cienciamambiente/noticia/2014/02/12/projeto-praias-do-capibaribe-aproxima-recifenses-da-natureza-117424.php*

Figuras 4 e 5 – Chamadas para eventos do Ocupe Estelita.

Foto: *www.ocupeestelita.com.br*

Figura 6 – Ciclofaixa, inaugurada em março de 2013.

Foto: *http://noticias.r7.com/cidades/recife-inaugura-ciclofaixa-neste-domingo-24032013*

Figura 7 – Passeio Rio Branco. Rua para pedestre no Recife antigo

Foto: *http://www.folhape.com.br/cms/opencms/folhape/pt/cotidiano/noticias/arqs/2014/03/0321.html*

Apesar dos aspectos positivos dessas iniciativas, elas refletem a carência de opções permanentes de espaços públicos seguros e agradáveis onde a população possa se encontrar.

A verticalização, por exemplo, trouxe impactos significativos e que já são irreversíveis na orla de Boa Viagem, principal praia da cidade, sem incidência solar já no início da tarde, com consequências para o turismo, para a economia local e para a qualidade de vida na cidade (Figura 8). Isso sem falar em questões como comprometimento da mobilidade urbana e no microclima, afetado pelos paredões de prédios que tomam toda a orla.

O Recife ocupa o 21º lugar no ranking mundial de cidades com edifícios de grande porte e no Brasil é a terceira cidade mais verticalizada, atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro (Diário de Pernambuco, 2011), porém sem a provisão da infraestrutura urbana necessária para comportar tal verticalização, o que vem a sobrecarregar os sistemas existentes: viário, de drenagem, de esgoto, entre outros.

Figura 8 – Orla da Praia de Boa Viagem no final da tarde.

Fonte: http://www.clubedasombra.com.br/artigos_full.php?id=166

O impacto se faz sentir diretamente na diminuição de áreas verdes e consequente impermeabilização do solo, tendo como consequência problemas de drenagem pelo volume de água não absorvido, além do aumento da temperatura local. Índices de área verde levantados pelo Instituto Pelópidas Silveira (2011), em Boa Viagem, apontam percentuais da ordem de 12,5%, metade do que os 25% preconizados pela Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS). A Figura 9 mostra as ilhas de calor, com variações de temperaturas de até 7º C devido à ausência de vegetação e preponderância de construções. Moreira; Galvíncio (2009) demonstraram que as Ilhas de Calor da área urbana do Recife já produzem impactos quantitativos, com um incremento de 8ºC nos últimos 24 anos e são menos intensas nas áreas onde predomina vegetação e corpos hídricos, como amenidades. O que demonstra que as áreas verdes podem ser usadas para o equilíbrio climático em áreas urbanas, pois contribuem para estabilizar as temperaturas e proporcionam áreas mais agradáveis para os moradores das áreas adjacentes. Tal modelo de desenvolvimento ao invés de buscar a sustentabilidade em uma cidade como o Recife aumenta ainda mais as vulnerabilidades fisiográfica e socioambiental, configurando um quadro que tende a se agravar, diante da pressão por mais verticalização da cidade e dos efeitos das mudanças climáticas.

Figura 9 – Verde urbano e ilhas de Calor. Praia de Boa Viagem, 2º Jardim.

Fonte: Instituto Pelópidas Silveira

O processo de urbanização, sem planejamento e sem previsão dos impactos que tais medidas podem produzir para as cidades, está sendo conduzido a partir da aliança entre o poder público local e o capital imobiliário para a definição do uso e da ocupação do solo. Aliança essa que tem como base o apoio financeiro para as campanhas políticas. Essas questões são globais, contudo, a conjugação com os aspectos físicos, socioeconômicos e políticos locais podem e vêm potencializando os efeitos negativos causados por esse tipo de urbanização.

As instituições da sociedade civil e os conselhos, criados para serem instrumentos de democratização, estão servindo apenas para legitimar tais decisões. Além do mero papel de órgãos legitimadores, alguns passam a funcionar de forma ilegal, sem minimamente garantir a paridade entre participação da sociedade civil e poder público, como funcionou por certo tempo o Conselho de Desenvolvimento Urbano do Recife.

Como consequência, a disputa pelo poder na cidade está passando pela privatização de espaços estratégicos do Recife, pela saturação no uso e ocupação do solo para atender interesses privados, com a anuência da prefeitura, sob a premissa de desenvolvimento, de geração de empregos e de progresso.

David Harvey, em entrevista ao Canal Ibase[7], argumenta que o capital gosta de construir cidades, o que é bem diferente da cidade que as pessoas podem viver bem, e salienta o abismo entre as duas propostas, onde cresce a tendência de dominação do capital sobre o poder político. No Recife os empreendimentos propostos não levam

7 Disponível em <*http://envolverde.com.br/economia/urbanizacao-incompleta-e-estrategia-capital/*>, [consultado em 30-1-2014].

em conta a história, a memória, o patrimônio, o acesso às frentes d'água, nem tão pouco o acesso à informação, a exigência de audiências públicas para os empreendimentos de impacto, estudos de impacto ambiental, estudos de impacto de vizinhança. No Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), a representação da sociedade civil e movimentos populares é bem inferior à representação do poder público e do setor privado, o que reduz o CDU a um canal de legitimação dos interesses privados com a anuência do poder público local.

4. Desenvolvimento e a luta pelo poder na cidade do Recife

Tal modelo é insustentável, pois parte da premissa de que os recursos para sua sustentação são infinitos. É nessa finitude dos recursos naturais que pode haver algum limite ou freio a tal modelo de crescimento, baseado na exploração exaustiva dos recursos naturais, traço da nossa colonização que se perpetua até hoje, entre distintos grupos sociais.

Se o padrão das construções nos bairros de classe alta e média privilegiaram os aspectos econômicos e sacrificaram o enfoque ambiental, nos bairros de baixa renda, foram as questões sociais, de falta de renda e de moradia, que lideraram o modelo de ocupação dos assentamentos, também em detrimento dos recursos naturais.

A disputa pela terra esteve presente na história da cidade, desde muito tempo. Expulsa dos alagados e das áreas planas, a população de baixa renda começou a ocupar os morros a partir do final dos anos 30 e início dos anos 40, durante a campanha de higienização deflagrada, à época, pelo interventor federal Agamenon Magalhães, o que deu início à formação do bairro de Casa Amarela. Em 1960, o número de mocambos chegou a 90.000, o que representava 60% das habitações da cidade. Entre 1978 e 1983, mais de 80 invasões coletivas e organizadas, envolvendo cerca de 150.000 pessoas, incorporaram-se ao cotidiano da cidade. Os autores ainda reiteram que "[...] as ocupações ilegais dos mangues e dos morros fazem parte da própria história do Grande Recife" (Falcão Neto; Souza, 1985, p. 77).

Mas essas ocupações ocorreram sob muita luta com os possíveis donos das terras. No presente não é diferente. A intenção de construção da sede da OAB, vizinho à comunidade do Coque e a expulsão das famílias da Vila Oliveira, no bairro do Pina, após a construção do Shopping Rio Mar, mesmo com títulos de posse da terra, são evidências de que a disputa pela terra é atual e tenderá a se acirrar.

A valorização dos terrenos das regiões centrais está conduzindo a expulsão de comunidades de baixa renda dos locais centrais ondem habitam. Esse processo de gentrificação tem-se materializado por meio da compra, como vem ocorrendo em Brasília Teimosa, reintegração de posse, desapropriação, remoção e expulsão nos assentamentos de baixa renda que ocupam lugares valorizados da cidade[8].

Esse padrão pode ser visto no Recife, em São Paulo e em outras cidades do Brasil. Famílias são expulsas, favelas são incendiadas, como ocorreu em Pinheirinho, em São José dos Campos, no bairro da Luz, em São Paulo, para citar alguns exemplos mais conhecidos, fazendo-nos presenciar estarrecidos como a Justiça e o Estado se negam a fazer cumprir a Constituição, no que se refere à função social da propriedade.

---

8 Na Carta Aberta ao Povo do Recife, de 24/10/2012, do Ponto de Cultura Espaço Livre do Coque, são mostrados alguns dados, que apontam expulsões desde 1965:

1965 – desvio do Rio Capibaribe, remoção dos moradores da Pitangueira para o Janga e UR 10, no Ibura;

1978 – construção do Viaduto Capitão Temudo, remoção dos moradores da Vila do Papel;

1982 – construção do metrô, remoção dos moradores da Beira da Linha;

1998 – construção do Fórum e AACD, remoção dos moradores da Vila Jesus;

2002 – construção das Alças do Viaduto Capitão Temudo, remoção dos moradores da Vila Pantanal e Vila do Papel;

2012 – construção do Terminal Integrado de Passageiros, remoção dos moradores do Sítio Histórico do Cajueiro do Coque, e derrubada de árvores centenárias, um crime ambiental;

2012 – construção da Sede da AOB-PE, remoção dos Moradores Feirantes;

2013 – o projeto consorciado Joana Bezerra também removerá moradores da Rua Cabo Eutrópio.

Essa disputa assume outros contornos no que se refere ao uso e ocupação do solo que o capital imobiliário vem impondo à cidade, com a anuência do poder municipal. A aliança entre capital imobiliário e poder público nunca esteve tão forte. Por pressão do capital imobiliário, foram ampliados os gabaritos de construção e índices de uso e ocupação do solo previstos na LUOS, o que oferece o respaldo legal para uma vertiginosa verticalização. Isso ocorreu em alguns bairros mais privilegiados da cidade, no bairro de São José, no bairro de Santo Amaro, em Boa Viagem, entre outros, marcando um retrocesso em relação à Lei dos 12 Bairros.

Seguindo tendência identificada nas grandes cidades dos países em desenvolvimento, o fenômeno de construção de torres tem tomado importância particular na cidade, com as aprovações de arranha-céus de cerca de 40 andares nos bairros de maior retorno para o setor imobiliário. As duas torres, apelidadas de Torres Gêmeas (Figura 10), construídas em um dos locais de melhor vista da cidade, no bairro do Recife, pela Construtora Moura Dubeux, são exemplos emblemáticos dessa tendência, sem avaliação dos impactos de vizinhança e na infraestrutura urbana existente. A ocorrida na base de liminares judiciais são evidências da disputa pelo território na cidade.

Como continuidade desse padrão de ocupação, vem sendo alvo de atenção na imprensa e de mobilização da sociedade e do Ministério Público, o Projeto Novo Recife (PNR) (Figura 11), um complexo de doze torres, a ser construído no Cais José Estelita, próximo às Torres Gêmeas, para uso habitacional, hoteleiro, empresarial, cultural e de lazer, que formará uma barreira de edifícios, com cerca de 40 pavimentos.

Figura 10 – Imagem das "Torres Gêmeas", vista do bairro de Brasília teimosa.

Fonte: *http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1304613*

Figura 11 – Projeto Novo Recife, Cais José Estelita. Simulação da construção das 13 torres de 40 andares

Fonte: *http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/urbanismo/agendada-nova-audiencia-publica-para-apresentacao-do-redesenho-do-projeto-331507-1.aspx*

A implantação do referido projeto comprometerá a ventilação das áreas por trás do empreendimento, além de privatizar a contemplação de uma das mais bonitas visadas da cidade, trará grande impacto na infraestrutura e na mobilidade urbanas e descaracterizará a paisagem do lugar. Entendendo a paisagem como a identidade de um povo e da relação que o ser humano estabeleceu com a natureza para se consolidar e construir o seu território. Ao destruí-la, perde-se parte dessa identidade, da memória e dos valores a ela associados. Sem falar que a paisagem é um direito de todos, portanto não sendo passível de privatização.

No entanto, seu alto valor de mercado induz no capital imobiliário a tendência de utilização máxima do potencial construtivo permitido por lei. Os argumentos de quem defende esse ponto de vista é de que a verticalização libera maior área verde. No entanto, não há estudos que comprovem se a infraestrutura instalada suporta tamanha concentração urbana, nem tão pouco contempla os impactos na paisagem. O gabarito de construção que determina a lei não prevê os impactos associados à construção de vários empreendimentos desse porte, uns em relação aos outros.

O processo de "aprovação" do Projeto Novo Recife no Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), eivado de ilegalidades, com seis ações (três ações civis públicas e três ações populares) na justiça, impetradas pela sociedade e pelo Ministério Público de Pernambuco, é um exemplo da luta pelo poder da cidade, onde de um lado encontra-se a prefeitura e o capital imobiliário e do outro lado a sociedade civil, representada por cidadãos e instituições da sociedade e pelo Ministério Público que buscam maior participação, transparência e legalidade.

A prefeitura realizou, no dia 17 de julho, uma audiência pública na qual a prefeitura apresentou as diretrizes para ouvir sugestões para o redesenho do projeto. Um mês depois foi mostrado à imprensa, e não à sociedade e instituições que pressionaram tais mudanças, as diretrizes que pouco mudam a concepção original do projeto, continuando praticamente com o mesmo gabarito e uma concepção segregadora de urbanismo (Figura 12).

Figura 12 – Vista do Cais José Estelita, Projeto Novo Recife e proposta da Prefeitura da Cidade do Recife.

Fonte: https://www.facebook.com/groups/599963470093480

No dia 14 de novembro foi marcada uma audiência pública sem o prazo regulamentar previsto para publicização. Uma audiência pública tem o objetivo de tornar público e acessível um projeto para quem quer contribuir. Para isso, tem que cumprir o prazo legal e tem que mostrar o projeto com antecedência mínima para qualificar essa contribuição. Nem uma das duas coisas foi feita, levando à suspensão da sua realização por liminar judicial movida por militantes. No dia 27 de novembro haverá uma outra audiência pública, mas que incorre no mesmo erro de tentar tolher ou limitar a participação, pois limita o acesso aos pouco mais de 500 inscritos, em apenas dois dias.

Esse projeto, assim como os demais projetos de impacto precisam avançar muito no que se refere a transparência e publicização das informações para facilitar a participação da população. Nos dois momentos para divulgação das diretrizes para o redesenho, tanto a prefeitura, quanto o consórcio empreendedor, preferiram convocar a imprensa, quando o principal interlocutor deveria ser o movimento, que teve seu acesso impedido, mesmo sendo o principal protagonista desse processo.

Os preceitos de democracia participativa assegurados pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Cidade e pelo Plano Diretor do Recife ainda não são cumpridos ou o são por ordem judicial. A prefeitura e o consórcio parecem temer expor seus pontos de vista, parecem não estar preparados para as críticas, talvez acostumados com tanto tempo de práticas definidas em gabinete, onde uma meia dúzia de iluminados decidiam sobre os destinos de uma cidade de mais de um milhão e meio de pessoas.

Os receios de se expor estão associados aos ganhos insignificantes ocorridos na redução da altura. É inadmissível que continue a altura proposta das torres escondendo o bairro histórico de São José, uma área de valor histórico, arquitetônico, urbanístico e paisagístico do Recife, que abriga grande quantidade de imóveis tombados e onde começou uma cidade com quase 500 anos de existência. A média de gabarito do bairro é de seis vírgula sete andares. Não se poderia admitir nada além de sete pavimentos. Mas o padrão praticado de construções é de utilizar o coeficiente máximo permitido pela legislação, esquecendo as preexistências.

Por trás disso esconde-se uma prática antiga das construtoras de protocolarem projetos sem os estudos necessários, ás vésperas da aprovação de alguma legislação que possa restringir o potencial construtivo local. Isso também aconteceu com esse projeto, que foi protocolado antes da aprovação do atual plano diretor que restringia a praticamente um terço o potencial construtivo da área. Pois a legislação anterior foi generosa para permitir o desenvolvimento da cidade em um momento de estagnação econômica. Situação completamente distinta da atual, onde há necessidade de frear o potencial construtivo de determinadas áreas, devido aos enormes problemas de congestionamento que a cidade enfrenta. Só o Projeto Novo Recife vai impactar com mais de cinco carros no Cais Estelita.

5. O Movimento Ocupe Estelita e o Grupo Direitos Urbanos[9]

Nessa arena de disputa, surge, em 2012, uma força no seio da sociedade civil, o Grupo Direitos Urbanos | Recife (DU) [10], grupo de ciberativistas, que já aglutina quase 30.000 membros, entre instituições da sociedade, técnicos e moradores que discutem um projeto de cidade mais sustentável, que coloca o cidadão no centro da política de planejamento, com articulações *online* e rebatimentos *offline*, a exemplo dos movimentos "*Occupy*".

A composição dos membros envolve um amplo leque de áreas do conhecimento (arquitetura, planejamento, artes, comunicação e mídia, ciências sociais, cultura, direito, engenharia, filosofia) que junta o saber técnico com preocupações éticas e sociais. Tal *background* se complementa e motiva as pessoas a expressarem seus talentos para qualificar o nível da discussão.

Nos debates no Grupo Direitos Urbanos, a discussão sobre possibilidades de se ter uma visão mais sustentável da cidade, pensando a cidade como um todo, abrangeu vários temas de discussão: projetos de impacto; uso e ocupação do solo, particularmente a crescente verticalização; memória urbana; mecanismos de fortalecimento de participação e democracia; controle e denúncias de irregularidades e práticas que contrariam o interesse público; mobilidade, ciclofaixas, condição de ruas e calçadas, carros e infrações pelos motoristas; melhoria da qualidade do transporte público; planejamento de projetos; educação, conscientização, comunicação e mídia; mobilização para eventos *offline* (audiências públicas, ocupes, etc).

São identificados nos espaços de discussão características de uma ágora virtual, em que se debate a cidade, e que produz impacto no mundo real, mas, principalmente, que está entrando na disputa para participar da construção de um projeto de cidade mais justa e sustentável.

O Movimento Ocupe Estelita[11] nasce da contestação ao Projeto Novo Recife, mas transcende desde o seu início, em 2012, esse lugar delineado espacialmente. A mobilização contra esse projeto se ampliou e ganhou visibilidade nacional e internacional quando, no dia 21 de maio de 2014, ativistas e militantes acamparam no terreno destinado ao projeto para protestar após a destruição de galpões históricos no Cais José Estelita.

---

9 Esse tópico foi adaptado de Alcântara et. al. (2014).

10 Mais detalhes em *http://direitosurbanos.wordpress.com/, https://www.facebook.com/groups/direitosurbanos/* e *https://www.facebook.com/DireitosUrbanos.* [consultado em 125-11-2014]. .

11 Mais detalhes em <*https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita*>, [consultado em 25-11-2014].

O nome Movimento#OcupeEstelita passou a firmar a identidade do Movimento, que envolve o Direitos Urbanos e outros grupos e coletivos. No dia 17 de junho, foram expulsos violentamente, pela Polícia Militar de Pernambuco, em uma ação ilegal de reintegração de posse.
Durante o período que estiveram dentro do terreno, ocorreram atividades culturais nos finais de semana, que atraíram milhares de pessoas, chegando a contar com cerca de 10.000 pessoas em um dos dias.
O movimento cresce e ganha aliados, pois apesar de ser uma luta local, reflete uma problemática global – a luta pelo direito à cidade, para participar na definição de seus rumos. Seu fortalecimento se expressou com a adesão de atores, cantores[12], escritores[13], figuras públicas, instituições locais, nacionais[14] e internacionais[15], bem como por captar a atenção da mídia nacional e internacional, principalmente devido à ação truculenta da polícia, com gás lacrimogêneo, spray de pimenta e balas de efeito moral, objeto de várias notas e postagens de repúdio.
O Ocupe mais recente, realizado em 16 de novembro de 2014[16], contou com a presença de David Harvey[17], que falou ao movimento: "Eu escrevo sobre o Direito à Cidade, vocês fazem o Direito à Cidade" (Figuras 13 e 14).

Figura 13 – Harvey no Ocupe Estelita de 26 de novembro de 2014.

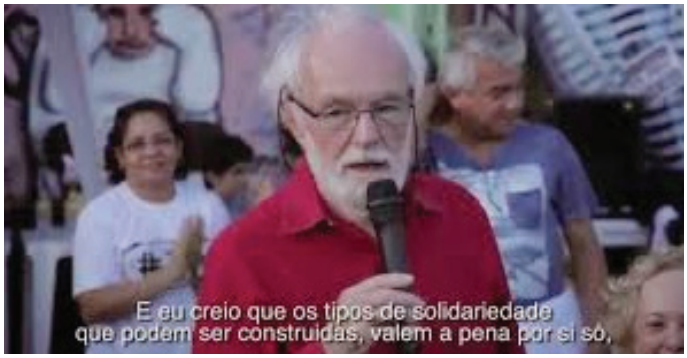

Foto: *http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/temos-que-nos-tornar-anti-capitalistas-diz-david-harvey-no-ocupe-estelita-9906.html*

---

12 Criolo Ocupa Estelita – Sangue no Cais, disponível em: *https://www.youtube.com/watch?v=GQ8xl_BGSWQ. Acesso em: 17.10.2014; Karina Buhr no Ocupe Estelita – Som na Rural, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wUCPNqVs6d4*. . Lirinha no Ocupe Estelita - Som na Rural (música: Memória), disponível em: *https://www.youtube.com/watch?v=mNm6ZLSDXOw*. Arquitetura de Vertigem – China, disponível em: *https://www.youtube.com/watch?v=T_DEREQNgnk*. [consultados em 17-10-2014].

13 Biógrafo de Clarice Lispector vai doar renda de novo livro para Movimento Ocupe Estelita. Disponível em: *http://oglobo.globo.com/cultura/livros/biografo-de-clarice-lispector-vai-doar-renda-de-novo-livro-para-movimento-ocupe-estelita-14634954*, [consultado em 25-11-2014]**.**

14 Caso Estelita: Sabe quem vai ganhar as eleições? Empreiteiras, como sempre. Por Leonardo Sakamoto: *http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2014/06/21/caso-estelita-sabe-quem-vai-ganhar-as-eleicoes-empreiteiras-como-sempre/*, *http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/06/anistia-internacional-condena-desocupacao-do-cais-jose-estelita#.U6DVoCNYVPw.facebook*, *http://oglobo.globo.com/brasil/reintegracao-de-posse-acaba-em-confusao-em-recife-12895696*,[consultado em 17-10-2014].

15 Brazilian police criticised over raid on protest camp. Disponível em: <*http://www.theguardian.com/world/2014/jun/18/brazil-police-raid-protest-camp-recife*>, *http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/06/140617_ocupa_estelita _acao_policial_rs.shtml, http://stream.aljazeera.com/story/201406182057-0023853, http://www.liberamottola.it/component/content/article/2-non-categorizzato/227-cais-estelita-la-demolizione-dei-diritti.html*, *https://www.oximity.com/article/Les-occupants-du-mouvement-Ocupe-Estel-1*,. [consultado em 17-10-2014].

16 A Batalha pelo Cais José Estelita. Disponível em *http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-batalha-pelo-cais-jose-estelita-8652.html?utm_content=buffer95d51&utm_medium=social&utm_source=twitter.com&utm_campaign=buffer*, [consultado em 23-11-2014].

17 David Harvey participa de evento no Ocupe Estelita. Disponível em *http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/11/david-harvey-participa-de-evento-ocupe-estelita/*, [consultado em 23-11-2014].

Figura 14 – Harvey no abraço simbólico ao Ocupe Estelita de 26 de novembro de 2014.

Foto: http://www.ocupeestelita.com.br/seis-mil-pessoas-comparecem-ao-cais-jose-estelita/

O movimento defende uma total mudança nos rumos do projeto e o cancelamento do protocolo e/ou do leilão. Tendo lançado no Ocupe de 16 de novembro o vídeo Recife, cidade roubada, que já conta com mais de 50.000 visualizações[18].

O contexto político no nível nacional, com a recente prisão de vários presidentes de grandes construtoras no país parece contribuir com a adesão e receptividade ao movimento.

6. Qual efetivamente o lugar do Movimento Ocupe Estelita?

O seu lugar passa a ser o de sinalizar, em tons vibrantes, novos paradigmas de pensar a cidade, de expressar as relações de poder desiguais que sustentam as decisões sobre megaempreendimentos como o projeto Novo Recife; de acolher ideias, questionamentos, estudos, vivências e expressões culturais que coloquem em evidência as contradições do poder público em sua articulação com a iniciativa privada, que mostram o fracasso de empreendimentos como esse e exercitam possibilidades de construir a paisagem com referências mais sustentáveis também na dimensão social e ambiental.

Explicita e exemplifica o quanto os grandes dilemas sociais passam, de forma direta ou indireta, pela construção do espaço, e, nele, por meio das relações de poder, do território. As diversas formas de controle, dominação e apropriação do espaço pela sociedade, que expressa relações complexas e desiguais entre indivíduos, classes sociais e distintos grupos de interesse, constroem socialmente o território.

Coloca claramente a discussão sobre o direito à cidade, "muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade, mas de acordo com nossos mais profundos desejos" (Harvey, 2014, p. 28), exercendo a crítica qualificada e sistemática aos inúmeros descontentamentos presentes no cenário urbano de rápidas transformações. Tal direito requer que muitas e diferentes vozes se façam ouvir, que coloque outros tons no que atualmente é uma melodia dominada pela elite política e econômica.

O lugar do Movimento é também o lugar do encontro, de união de corpos no espaço (Harvey, 2012). Esse espaço público negado à sociedade, tanto pela insegurança pública como pela ausência de infraestrutura, e substituído pelos shoppings, é cobrado ao poder público pelos jovens. A ocupação física reacende o sentido de cidadania, de chamamento à ação coletiva, de exercício de diferentes pontos de vista e sua possível materialização no território. Entre os armazéns abandonados e a proposta do projeto NR há um vazio repleto de possibilidades.

O lugar político do Movimento Ocupe Estelita é o de resistir à associação entre empreiteiras e poder público (prefeitura e estado) para decidir os rumos da cidade. É de explicitar que a sociedade quer e precisa participar dessa decisão. Nesse sentido de associa a iniciativas que se constroem por todo o mundo, tornando verdadeiro o *slogan*: "a resistência é local, mas a luta é global".

---

18 Recife, cidade roubada. Disponível em, *https://www.youtube.com/watch?v=dJY1XE2S9Pk&feature=youtu.be*, [consultado em 23-11-2014].

7. Considerações finais

O crescimento econômico, lógica que guia as diversas facetas da gestão pública, marcou fortes estrangulamentos estruturais e a cidade evidencia muitos dos fracassos desse percurso, seja nos problemas concretos de excesso de carros, deficiência nos transportes públicos, defasagem no saneamento, dentre outras, seja ainda na submissão das instituições públicas ao capital.

> A cidade tradicional foi morta pelo desenvolvimento capitalista descontrolado, vitimada por sua interminável necessidade de dispor de acumulação desenfreada de capital capaz de financiar a expansão interminável e desordenada do crescimento urbano, sejam quais forem suas consequências sociais, ambientais ou políticas. Nossa tarefa, sugere Lefebvre, consiste em imaginar e reconstituir um tipo totalmente novo de cidade a partir do repulsivo caos de um desenfreado capital globalizante e urbanizador. Contudo, isso não pode ocorrer sem a criação de um vigoroso movimento anticapitalista cujo objetivo central seja a transformação da vida urbana do nosso cotidiano (Harvey, 2014, p. 20).

O Projeto Novo Recife e o Movimento Ocupe Estelita são expressões dos antagonismos e relações de poder que estão subjacentes ao modelo de planejamento urbano em curso. O Movimento trouxe à superfície a trama de inconsistências que o processo todo possui, desde questões legais, até as de ordem ética.
Manter o Movimento em movimento, ou seja, reinventá-lo, adaptá-lo à própria dinâmica social e política é, sem dúvida, um dos grandes desafios. Pressupõe uma permanente construção de argumentos, de comunicação e de ação concreta em diversos planos: jurídico, de mídia, de articulação política, dentre outros.
Por outro lado, alçar iniciativas como essa para além de estarem temporal e espacialmente circunscritas também requer transcender diversos entraves. Um deles é o de entender o que o próprio coletivo, diverso e muitas vezes difuso no entendimento das questões que emergem, compreende o seu próprio papel, ou seja, até que ponto articula sua história a uma luta anticapitalista que soma diversos territórios em todo mundo ou se enxerga enquanto uma demanda apenas por um redesenho de cidade, sem necessariamente um caráter de rompimento com o modelo de crescimento que fomenta toda essa problemática de ausência de direitos à cidade?

> Somente quando a política se concentrar na produção e reprodução da vida urbana como processo de trabalho essencial que dê origem a impulsos revolucionários será possível concretizar lutas anticapitalistas capazes de transformar radicalmente a vida cotidiana. Somente quando se entender que os que constroem e mantém a vida urbana têm uma exigência fundamental de criar uma cidade mais em conformidade com seus verdadeiros desejos, chegaremos a uma política do urbano que venha fazer sentido. 'A cidade pode estar morta', Lefebvre parece dizer, mas 'longa vida à cidade!' (Harvey, 2014, p. 21).

Referências

ALCÂNTARA, E., BARBOSA, R., FURTADO, F. et. al. (2014). *Redes sociais e resiliência na luta pelo direito à cidade: o Movimento Ocupe Estelita, Recife, Brasil.* Resumo selecionado para o XII CONLAB. XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro Imaginar e Repensar o Social: desafio às ciências sociais em língua portuguesa, 25 anos, fevereiro de 2014. Lisboa: Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, 2014. Não publicado.

CALDEIRA, T. (2000), *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP.

CAMPOS, P. H. P. (2012), *A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção civil, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*, Tese de doutorado em História Social, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

BUENO, L. M. de M. (2013), *A adaptação da cidade às mudanças climáticas: uma agenda de pesquisa e uma agenda política*. In: OJIMA, R.; MARANDOLA JÚNIOR, E. (Orgs.), Mudanças climáticas e as cidades: novos e antigos debates na busca da sustentabilidade urbana e social, São Paulo: Blucher.

HARVEY, D. (2014), *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana,* São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2012), *Os rebeldes na rua: o Partido Wall Street encontra sua nêmesis*. In: HARVEY, D et al., Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas, São Paulo: Boitempo, Carta Maior.

_____. (2011), *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

_____. (2006), *Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development*. London; New York: Verso [“notes toward a theory of uneven geographical development”, p. 69-116].

_____. (2005), *A produção capitalista do espaço*. Tradução de Carlos Szlak. 1ª Edição. ed. São Paulo: Annablume.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. Censo demográfico 2010. Disponível em *http://www.ibge.gov.br*, [consultado em 25-5-2012].

JACOBS, J. The Death and Life of Great American Cities. Nova York: Tne Moderna Library Edition, 1993.

LEAL, S. R.. (2011), “Papel dos Agentes Econômicos na Governança das Metrópoles Brasileiras: Inovações e Impactos Territoriais dos Grandes Empreendimentos Imobiliários”. XIV Encontro Nacional da ANPUR. Sessão Temática Produção da cidade: agentes econômicos e atores políticos. Rio de Janeiro 23 a 27 de maio.

LEAL, S. M. R., LACERDA, N. (2010), *Novos Padrões de Acumulação Urbana na Produção do Habitat: Olhares Cruzados Brasil – França.* Recife: Editora Universitária da UFPE.

MARTINS, R. D’Almeida; FERREIRA, L. da C. (2011), *Uma revisão crítica sobre cidades e mudança climática: vinho velho em garrafa nova ou um novo paradigma de ação para a governança local?* Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 611-41, maio/jun.

OJIMA, R.; MARANDOLA JÚNIOR, E. (Orgs.) (2013), *Mudanças climáticas e as cidades: novos e antigos debates na busca da sustentabilidade urbana e social*. São Paulo: Blucher.

OLIVEIRA, S. (2013), “Especulação imobiliária, transporte e lixo governam cidades”. Rede Brasil Atual, Disponível em *<http://www.redebrasilatual.com.br/cidades/construtoras-empresas-de-transporte-e-de-coleta-de-lixo-governam-cidades-diz-pochmann-8065.html>* [consultado em 25-8-2013].

Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos, ONU-Habitat. (2012), *Estado de las Ciudades de América Latina y el 2012, Rumbo a una nueva transición urbana*. Nairobi: ONU-Habitat.

SASSEN, S. (1998), *Globalization and its discontents: essays on the new mobility of people and money.* New York: New Press.

SPINA, R. E. M., “As cidades estão entregues ao caos”, Disponível em *<http://www.viomundo.com.br/denuncias/erminia-maricato-as-cidades-estao-entregues-ao-caos.html>*, [consultado em 11-8-2013].

UNFPA – UNITED NATIONS POPULATION FUND. *State of World Population 2007*: Unleashing the potential of urban growth. New York: UNFPA, 2007

"Vozes da seca": estratégias camponesas e programas públicos na convivência com o semiárido no Jequitinhonha mineiro[1]

Flávia Maria Galizoni[2]
flaviagalizoni@yahoo.com.br

Vico Mendes Pereira Lima[3]
vicomendes@hotmail.com

Natalino Martins Gomes[4]
natalagricola78@yahoo.com.br

Eduardo Magalhães Ribeiro[5]
eduardomr@pq.cnpq.br

Resumo: O objetivo deste artigo foi analisar no Médio Jequitinhonha mineiro, Brasil, iniciativas, principalmente, dos poderes públicos, mas também da sociedade civil, para abastecimento de comunidades rurais em período de seca e ou convívio com o semiárido e a articulação dessas iniciativas com estratégias produtivas e reprodutivas de agricultores familiares.

Palavras-chaves: Agricultura Familiar, Água, Semiárido, Programas Públicos.

1. Introdução, tema e objetivo

Em 2013 o Médio Jequitinhonha, a nordeste de Minas Gerais, enfrentou, como boa parte do semiárido brasileiro, um período crítico de estiagem que sintetizou a escassez de dois anos de intermitência: pouca chuva e ou chuvas concentradas em curtos períodos. Apesar de ser uma região que convive historicamente com a irregularidade de precipitação, neste período a situação tomou dimensões agudas.

Agricultores familiares desta região destacaram a gravidade e características que marcaram esta seca com relação aos períodos anuais de estiagem: duração (mais longa), pouquíssima chuva (entre novembro de 2012 e agosto de 2013 a precipitação não chegou a 400 milímetros em municípios como Chapada do Norte e Virgem da Lapa), uma redução ou secamento de fontes de água mais de forma intensa.

Entretanto, apesar da dimensão ambiental e climática da seca, percebeu-se que a maneira como ela incidiu sobre a população rural teve filtros sociais poderosos. E parte destes filtros tem uma vinculação forte com a gestão pública da água.

---

1 Pesquisa financiada pelo CNPq e Fapemig.

2 antropóloga, professora Adjunto da UFMG/ICA, coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Apoia à Agricultura Familiar/ NPPJ,

3 engenheiro agrícola, professor do IFNMG/Almenara, pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Apoia à Agricultura Familiar/ NPPJ,

4 engenheiro agrícola, professor do IFNMG/Almenara, pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Apoia à Agricultura Familiar/ NPPJ

5 professor associado da UFMG/ICA, pesquisador CNPq e Fapemig, coordenador do Núcleo de Pesquisa e Apoia à Agricultura Familiar/NPPJ

Neste sentido, é importante ponderar que os processos de privatização da água que estão sendo implantados na sociedade brasileira tendem a desvalorizar o público e a superestimar a gestão empresarial do recurso. Esta costuma ser considerada sinônimo de eficiência, lucratividade e inovação. É neste ponto que a norma de gestão pode ser contraditória com a prática social. Particularmente, nas sociedades rurais do semiárido, interesses empresariais têm se apropriado dos recursos hídricos, mas ao custo elevado que representa a emergência de duas fortes questões: uma, a continuidade da despesa estatal com o provimento das populações rurais não abastecidas por água no semiárido; outra, a relação conflitosa da regulação instituída com os costumes camponeses locais.

A primeira questão implicou na criação de uma série de programas públicos relacionados à escassez da água, em sua maioria com caráter marcadamente compensatório, como os programas de bolsas estiagem, cestas-básicas e o abastecimento por caminhões-pipas; neste caso, o ônus da privatização da água foi objetivamente estatizado, transformando-se em custos econômicos às vezes vultosos. A segunda questão é mais complexa: precisa ser compreendida à luz da cultura local e do seu encontro com a norma nacional. Exige que se perceba a prática social costumeira como uma técnica de gestão camponesa que pode apresentar admiráveis interfaces com os programas de conservação dos recursos ou de desenvolvimento.

Assim, se estruturou uma pesquisa cujo objetivo geral foi analisar iniciativas principalmente dos poderes públicos, mas também da sociedade civil, para abastecimento de comunidades rurais em período de seca e ou convívio com o semiárido e a articulação dessas iniciativas com estratégias produtivas e reprodutivas de agricultores familiares. Mais detalhadamente visou:

i) analisar as estratégias familiares e comunitárias de grupos camponeses e sua articulação com políticas públicas relacionadas às águas;

ii) investigar instrumentos locais de gestão da água – públicos, comunitários e privados – sua articulação interna, sua consistência técnica e sua efetividade em termos de propiciar regularidade do abastecimento doméstico e produtivo para agricultores familiares.

2. Metodologia

Para analisar estratégias de comunidades de agricultores familiares e iniciativas públicas (mas também da sociedade civil) para abastecimento em período de seca, organizou-se entrevistas em quatro municípios: Araçuaí, Chapada do Norte, Virgem da Lapa e Cachoeira do Pajeú.

Nas quatro localidades conversou-se com secretários da agricultura, presidente dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Copanor (Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A) e entrevistou-se famílias em comunidades rurais afetadas pela seca. A pesquisa foi realizada em setembro e outubro de 2013.

Foram pesquisados três segmentos sociais:

> Famílias de agricultores de comunidades e povoados rurais localizados nas bacias hidrográficas do Jequitinhonha e Alto-Médio São Francisco. A escolha de comunidades rurais como espaço de pesquisa baseia-se na literatura corrente, principalmente nos estudos de Cândido (1975), Queiroz (1973), e Woortmann (1990) e nas experiências práticas que mostram que boa parte das fontes d'água são geridas no âmbito das comunidades (Galizoni, 2013; Ribeiro e outros, 2003). No semiárido mineiro, comunidade rural é a principal demarcação territorial e de relações sociais realizada pelos próprios lavradores(as); e foco de atuação de organizações sociais, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e do poder público (Ribeiro, 2013; Galizoni, 2013).
>
> técnicos e gestores públicos de órgãos e governos municipais com ações sobre recursos hídricos, entrevistas com o setor público buscaram mapear e analisar os diversos programas públicos com relação à conservação, abastecimento e distribuição de água, dimensionando processos decisórios, suas parcerias, alcances e resultados para a população local.

representantes da sociedade civil organizada: membros dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e associações comunitárias, objetivou-se fazer um levantamento de projetos relacionados a água realizados ou reivindicados pela sociedade civil, captar as parcerias construídas e uma avaliação sobre os programas públicos desenvolvidos;

Quadro 1: Principais técnicas de pesquisa utilizadas

Sujeito da pesquisa	Técnica de Pesquisa
– Famílias rurais	– Entrevista com grupos focais; – observação participante; – caminhada transversal;
– Técnicos e gestores públicos de órgãos e governos municipais, estaduais e federais	– entrevista; – acompanhamento das atividades e ações;
– Representantes da sociedade civil organizada	– entrevista; – acompanhamento das atividades e ações;

Fonte: Galizoni, 2014.

3. Estratégias camponesas e a gestão das águas como costume e prática local: abordagens teóricas

A partir dos anos 1970 os limites ambientais começaram a se impor para atividades humanas por meio do desequilíbrio: secas, inundações, perdas da produção agrícola, escassez de água e desertificação (Tucci et. al, 2003). Nessa época, também, a denominada "revolução verde" no terceiro mundo unificou os procedimentos técnicos da agricultura, vinculando definitivamente o agro à indústria. A "revolução verde" intensificou o uso homogêneo do espaço, a privatização da terra e trouxe sérias consequências para o solo, biodiversidade, estoques de água doce disponível, além de resultados deletérios para comunidades humanas. Acarretou, por fim, problemas sociais, ao desestruturar formas tradicionais de acesso à terra e recursos naturais e excluir parcelas da população rural do acesso a mecanismos decisórios sobre os usos da natureza.[6]

Escassez de recursos e privatização da natureza trouxeram uma nova complexidade para a gestão de recursos naturais e em especial a água. Pois quando são privatizados os recursos naturais ou parte deles, quando a matriz de demanda é a base da reprodução de uma sociedade, como deve ser o processo de gestão?

A gerência empresarial não responde satisfatoriamente aos problemas colocados: diversos autores (Rebouças, 1997) revelam como os conflitos por recursos se multiplicam nessa situação. Ação estatal nem sempre tem sido a melhor resposta (Tucker e Ostrom, 2009). E as alternativas de gestão concertadas, como os Comitês de Bacia Hidrográfica, quando excludentes, repõem o problema com igual ou maior intensidade (Ribeiro e Galizoni, 2003).

No caso da água, particularmente, essa questão se agudiza em função de dois dos seus atributos: a renovabilidade e o caráter de fluxo. Água – como mar, rios, ar, cardumes de peixes – é um recurso móvel que não pode ser completamente controlado. Como os outros recursos em fluxo é submetida a uma variabilidade tanto natural quanto derivada da ação humana (Ostrom, 1990, Galizoni, 2013). Por isso há grande dificuldade na gestão desses recursos naturais.

6 Sobre revolução verde e modernização da agricultura brasileira ver Graziano da Silva (1981) e Ribeiro e Galizoni (2007).

OSTROM (2003) argumentou ser essencial que a regulação de sistemas biológicos – que abrangem muitos elementos e partes – deva ser compatível em complexidade de ações com aquela complexidade que existe nos sistemas a gerir. Assim, propõe mecanismos de regulação e governança igualmente complexos, policêntricos e estratificados, regras particulares que levem em conta os atributos específicos dos sistemas naturais. As distintas visões culturais e as diversas relações econômicas e políticas que existem em cada região ganham relevância nessa abordagem.

Mas sistemas de gestão de recursos naturais são, de acordo com Diegues (1995), Posey (1987), Cunha (2009), baseados em regras consuetudinárias, ancorados em reciprocidades sociais e conhecimentos ambientais, quase sempre com o objetivo de manter um uso sustentado desses recursos naturais no correr do tempo. O conhecimento ambientalizado que rege boa parte da gestão desses recursos pode ser considerado como fator que auxilie a superar o dilema entre a conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável da humanidade. Moreira (2000) afirma que, frente a esse dilema, é necessário pensar uma "*gestão prospectiva e adaptativa*", que valoriza os cuidados com recursos naturais como patrimônio.

Essa gestão dos recursos naturais, de acordo com Gómez-Pompa e Kauss (2000), deve necessariamente incorporar saberes locais, pois as populações territorializadas construíram manejos adaptados, eficientes para lidar com as imprevisibilidades ambientais e com os atributos de fluxo dos recursos naturais, nesse sentido, ganha renovado relevo os saberes de grupos camponeses.

Ploeg (2009) anotou que alguns traços peculiares para a compreensão de sociedades camponesas são: o processo de trabalho e o uso da força de trabalho da família na unidade produtiva; a *coprodução* (*processo de produção agrícola*) com a natureza, e a formação de uma *base de recursos autogerida* que fundamenta a luta por autonomia e independência de fatores externos nos modos de fazer agricultura pelos camponeses. A base de recursos autogerida combina, para este autor, tanto elementos de recursos da natureza mantidos, produzidos e conservados, quanto elementos de cunho políticos e sociais como organizações comunitárias e programas públicos.

Estudos de longa duração no Jequitinhonha tem demonstrado essa capacidade camponesa de lidar com a diversidade, conviver com as intempéries e crescer com as situações favoráveis. Ribeiro (2007) demonstrou que os mercados locais, em específico as feiras livres, apropriadas pelas famílias agricultoras como espaço importante de comercialização, geração de renda, abastecimento urbano e soberania alimentar. Galizoni (2007 e 2013) indicou que o amálgama entre família, terra e ambiente nesta região, criou um regime agrário próprio, base para gestão e partilha dos recursos naturais e para a formação de patrimônio. A produção de alimentos na lavoura é um momento de síntese para as famílias agricultoras do Jequitinhonha: criam e recriam sua autonomia alimentar e sua identidade de lavradores. Mas em situações de escassez hídrica, quais são os arranjos produtivos e alimentares que as famílias de lavradores construíram? E, principalmente, quais foram as articulações de estratégias camponesas com programas e políticas públicas?

4. O Médio Jequitinhonha e as águas

O médio Jequitinhonha, no Médio Jequitinhonha é marcado pela fertilidade natural dos terrenos, por vegetação de transição entre cerrado, mata atlântica e a caatinga. Parte do médio Jequitinhonha foi marcada também pela concentração da posse da terra em fazendas. Estas eram organizadas em sistema de produção de mantimentos e gado, mas também como fonte de mando e prestígio, que se exercia tanto internamente, quanto externamente na política.[7]

Mas isso não significou que na região as pequenas explorações familiares estivessem ausentes. Ao contrário, as famílias de lavradores constituíram comunidades rurais que se consolidaram e construíram seus próprios destinos com base em relações de parentesco, compadrio e vizinhança.

Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) são os principais interlocutores dos lavradores e lavradoras

7 Sobre o mandonismo e poder pessoal na sociedade brasileira ver Queiroz (1957) e Carvalho Franco (1974); sobre a sociedade fazendeira no Jequitinhonha ver Ribeiro (2013).

dos municípios no Médio Jequitinhonha. Frutos de organização e luta intensa dos lavradores(as) e comunidades, os STRs tem base participativa, possui trajetória e caminhada própria. São compostos por agricultores familiares, posseiros, agregados e assentados. Atuam em diversas áreas temáticas: jovens, crianças, mulheres, luta pela terra, educação e desenvolvimento; e possuem vários grupos internos organizados em comissões que desenvolvem as atividades com as comunidades. Organizam seus trabalho por meio de setores, que são um conjunto de comunidades de uma mesma região que atuam juntas; e por meio de delegados de base, lavradores e lavradoras que são interlocutores do STRs nas comunidades e vice-versa.

As comunidades rurais são as formas de organização primeira das famílias de lavradores nesta região do semiárido brasileiro, são pautadas por relações de parentesco, compadrio e vizinhança. As comunidades são organizadas, animadas e participativas, procuram crias soluções próprias para seus problemas. Parte delas tem origem em organizações de CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), outras foram animadas a partir dos próprios STRs e da luta pela terra. Quase todas têm forte ligação e participação no STRs.

No Médio Jequitinhonha existem diferentes formas de acesso à terra – o que é uma especificidade regional, e estes diferentes acessos à terra criam sujeitos e categorias de lavradores que conformam a base do STRs e estão "escondidas" sob o conceito de agricultores familiares. São eles :

- Herdeiros: lavradores com seu pedaço de terra próprio recebido por herança.
- Posseiros: lavradores que, por meio de seu trabalho, posseou uma gleba de terra.
- Agregados: lavradores que possuem produção autônoma mas um acesso frágil à terra. Inseridos dentro das fazendas não tem uma relação trabalhista com os fazendeiros e sim de reciprocidade – de troca quase sempre desigual, mas de troca – que tem sua origem na fertilidade da terra e no uso dos recursos naturais. A agregação era antes de tudo uma combinação entre dois indivíduos ou duas famílias e era uma combinação que tinha força de criar um direto [8].

Os agricultores afirmam que a terra nesta região possui vários "*veios",* ou seja há vários tipos de terra. O grau de fertilidade é conhecido por meio da vegetação, dos arvoredos, a variação desta indica a fertilidade e a qualidade das terras. As terras que contém *jurema, jurema branca, canela, aroeira, ingá, juazeiro, marinheiro, moreira, timbó, pau de fazer colher, angico, carne de vaca, quitoco, lambu, assa-peixe, malva, embaúba, cai-cai, mata-pasto* e *neve* são terras boas para a lavoura, «*a pessoa pode plantar sem susto*". Já os terrenos que possuem *andréquicé* (é um cipó) e *quina de vara* são terrenos altos e ruins para fazer lavoura.

Conhecendo os tipos de terra os lavradores estabelecem os seus usos. Revelam que a terra para feijão é uma, para mandioca e outra e para abacaxi é outra ainda. Não plantam mandioca em terreno de baixada, porque a mandioca tem ciclo longo, assim se plantá-la não se pode plantar, por um tempo, o milho e feijão no terreno ocupado por ela. Nas baixadas plantam milho e feijão que são plantas de ciclo rápidos. Plantam primeiro o milho, antes deste colocar a boneca, plantam o feijão de corda, senão o milho não segura o peso do feijão. Plantam vários tipos de feijão: de corda, catador e o comercial. E fazem pelo menos dois plantio de feijão no ano: o feijão das águas plantado no tempo das chuvas (out./nov.) e o feijão da neblina plantado no período de fevereiro e março, no tempo das neblinas. O feijão da seca é plantado no brejo. Algumas comunidades plantam o milho, o feijão e a mandioca junto: primeiro vem o feijão, depois o milho e a mandioca.

A lavoura de mandioca é a mais importante para o sustento da família, porque possui uma diversidade de uso muito grande, serve para: alimentar galinha, gado, porco, fazer farinha, goma, aproveitar a rama etc. Quase todas as famílias possuem um quintal em volta da casa com muita diversidade de plantas, frutas e remédios, com muita fartura.

As famílias de agricultores do Médio Jequitinhonha construíram uma etnoclassificação refinada das terras, que está relacionado com o sistema de lavoura e classificação das águas.

---

8 De acordo com Ribeiro (2013): "O agregado é um sujeito social contraditório, pois é definido por duas referências que a história tornou opostas: não tem terra e tem produção autônoma".

5. Dimensões da gestão de água na escassez

A água é base da vida dos animais, das plantas e das pessoas. Para as atividades humanas a água é um recurso natural crucial, em especial para a população rural que possui um dependência profunda dela para produzir alimentos e cuidar dos animais. Por se localizarem quase sempre próximos de nascentes, córregos e rios, são as famílias de lavradores os primeiros a sentirem os efeitos da diminuição e os mais sensíveis à escassez das águas. Em quase todas as comunidades, as famílias relatam que as águas estão diminuindo muito ou secando, principalmente nos últimos vinte anos.

O estudo sobre iniciativas públicas e água no Médio Jequitinhonha indicou que, nos períodos de estiagem o acesso à água para parte das famílias rurais, apesar de ser temática recorrente como as secas periódicas no semiárido mineiro, passa por uma gestão precária da emergência. Revelou também a importância do espaço municipal para se pensar o abastecimento e acesso à água. E este se revelou um aspecto extremamente importante, pois, apesar dos principais programas de abastecimento não serem municipais, são, principalmente, federais mas também estaduais, é no âmbito do local, da gestão pública municipal que se revela os aspectos mais dramáticos da escassez da água e da gestão da privação.

Se observarmos a literatura sobre políticas públicas e acesso à água houve forte crítica sobre o processo de poder pessoal que se estabeleceu sobre a partir da mediação pessoal de acesso à fontes de água e ou a recursos públicos para abastecimento hídrico, denominada "indústria da seca". Era o espaço municipal, o espaço por excelência desta prática política "carrancista" que tratava o direito de acesso a água da população rural como monopólio de poder de poucos, favorecendo as elites regionais, transformando a seca em possibilidade de concentração de água, recursos e poder. Assim, boa parte das iniciativas de acesso à água para a população rural no semiárido brasileiro, buscou livrar-se desse vínculo pessoal em sua execução. Isto ocorreu, pioneiramente, no "Programa Um Milhão de Cisternas Rurais" gerido, no município, por meio de comissões paritárias entre organizações da sociedade civil e representantes da prefeitura. Procurou-se dessa forma cercear a construção de poder político e ou pessoal na mediação de acesso à água. E este foi um grande avanço em programas públicos para agricultores familiares do semiárido.

Entretanto, observou-se por outro lado que, em situações críticas de secas, nos pequenos municípios do semiárido mineiro, são as prefeituras os primeiros locais a ser acionados nas emergências hídricas: são elas as primeiras a serem demandadas para atender as famílias rurais em situações de extrema vulnerabilidade hídricas, seja abastecendo por meio de caminhões pipas, seja por meio de ações de emergência. Mas se o tema água, é tema que deveria ser obrigatoriamente transversal à toda gestão pública, não é percebido como tal: a água urbana é de obrigação da Companhia Estadual de Abastecimento, a prefeitura pouco ou quase nada pode opinar; o abastecimento de população rural é uma "terra sem lei" na divisões dos poderes municipais, estaduais e federal, recaindo mais sobre a esfera federal. Em situações de emergência esta descoordenação na gestão pública se revela catastrófica e com graves consequências para a população rural.

6. Estratégias comunitárias

Neste estudo foram pesquisadas cinco comunidades rurais, distribuída por 4 municípios do Médio Jequitinhonha: Águada Boa (município de Araçuaí); Córrego do Rocha (município de Chapada do Norte); Tamanduá e Almas (município de Virgem da Lapa) e Córrego do Ouro (município de Cachoeira de Pageú), somente esta última era uma localidade que não enfrentava forte restrição de acesso à água.

Em todas as comunidades rurais estudadas a escassez de água tinha uma relação direta com o secamento de mananciais, grande parte das nascentes e pequenos córregos que eram as principais fontes de abastecimento no rural secaram, reduzindo as fontes naturais de água, assim ocorre movimento nas comunidades para captar, junto aos poderes públicos, "fontes construídas" ou seja formas de reservatórios de água. Em todas as localidades, as principais causas do secamento das fontes se relacionam à tomadas de terras comuns e a implantação da monocultura de eucalipto (Ribeiro e Galizoni, 2007).

Parte das chapadas usadas em comum por famílias e comunidades foi alvo de plantio em larga escala de eucalipto. Iniciado em meados dos anos 1970 como um projeto de desenvolvimento para a região, o plantio do eucalipto por empresas foi fomentado por programas públicos, por meio de créditos e benefícios fiscais. Assim, foi dizimada grande parte da vegetação nativa para a implantação da monocultura de uma planta exótica, o eucalipto O plantio empresarial implicou em expropriação de terras comuns e grandes impactos ambientais. A monocultura do eucalipto originou duas principais consequências: a intensificação do uso da terra nas grotas e o desmatamento da vegetação nativa nos mananciais e em suas áreas de recarga.

No ano de 2013 a Secretaria de Agricultura de Chapada do Norte fez um levantamento e mapeou rios e córregos do município: eram 74, destes só 3 rios grandes que estavam correndo na seca: o rio Setúbal, o rio Fanado e o rio Araçuaí. O rio Capivarí que passa ao largo da cidade e a abastece, estava torado; o secretario de agricultura associava o secamento deste rio com as práticas agrícolas de empresa de eucalipto na cabeceira: estavam drenando a nascente para plantar eucalipto. A secretaria municipal de agricultura fotografou, registrou e depois denunciou para o órgão responsável pelo meio ambiente, passaram-se uns 8 dias e o órgão ambiental enviou um oficio para a secretaria afirmando que a empresa estava totalmente legal, tinha outorga para a retirada da água, aí a prefeitura não teve o que fazer. A cidade de Chapada do Norte, na longa estiagem de 2013, estava sendo abastecida por caminhão pipa.

Apesar das restrições impostas pela privatização de chapadas, as famílias de agricultores reorganizaram internamente seu sistema de produção, ampliaram alternativa como a migração sazonal, intensificaram o uso familiar das terras nas grotas e recriaram o sistema de uso comum nas chapadas remanescentes.[9]

Em todas as comunidades a reutilização da água por parte das famílias de agricultores é forma corrente de economizar o recurso, por exemplo: a água usada para lavar louças ou no banho são reaproveitadas para molhar as plantas do terreiro.

Quando a água está escassa a rotina diária fica mais difícil para mulheres, porque são elas que mais lidam mais diretamente com água: são elas que administram a prioridade de água no uso doméstico. De acordo com uma agricultora entrevistada, a prioridade é ter água pra beber:

"- *Por exemplo, aqui nós temos uma reserva de três caixas d'água de 1.000 litros. Na realidade eu gasto menos água pra beber, eu gasto mais água pra lidar em casa: roupa para lavar, cozinhar essas coisas; para lavar vasilha eu tenho dois tachos, eu ponho 8 litro em um e 8 litros no outro, eu lavo em um e enxáguo no outro, que aí e a água rende mais. Você fica como se fosse uma torneira para limpar a casa eu uso dois... faço um 'milagre', porque tem que ser pouca água. Nós temos que ver se conseguimos levar esses 3 mil litros até a próxima vez que chega um caminhão pipa aqui na comunidade"*.

Mas, no auge da escassez hídrica a compra de água pelas famílias se revelou muito corrente em todas as localidades pesquisadas. Essa compra era realizada adquirindo água de *pipeiros* (donos de caminhão-pipa), transformando a escassez da água em situações de muita precisão em um comércio. A compra de água, na época, tinha um crivo financeiro muito forte nas áreas rurais, eram principalmente famílias de aposentados ou migrantes que compravam água. O preço do caminhão de água em 2013 também variava um pouco entre as localidades: em Araçuaí a água conduzida por um caminhão pipa (cerca de 9.000 litros) custava R$ 160,00 reais para as famílias (as famílias informaram que o "*pipeiro"* pagava R$ 63,62 para a Copasa para encher o caminhão com água tratada). Em Chapada do Norte o custo de comprar água de um caminhão-pipa para se abastecer era R$ 200,00 (pelos mesmos 9.000 litros); em Virgem da Lapa as famílias que compraram água do caminhão pipa gastaram cerca de R$150,00 pelo mesmo volume se fosse água tratada da Copasa ou R$ 100,00 se fosse água coletada direta no rio Jequitinhonha, sem tratamento.

Para as famílias lavradoras, anualmente, o período crítico da seca é entre os meses de agosto e setembro; entretanto no período pesquisadoa comunidade de Tamanduá (município de Virgem da Lapa) era abastecida por caminhão pipa a cerca de 14 meses. A estação chuvosa no período de 2012/2013 não havia sido suficiente para regularizar as fontes de água na localidade.

Além da escassez de água, a estiagem prolongada rebatia também na possibilidade produtiva das famílias. De acordo com um lavrador da comunidade de Almas (Virgem da Lapa):

---

9 A implantação das empresas reflorestadoras nas chapadas e suas consequências foram analisadas por Graziano, (1986).

*"- Já tem muito tempo que a gente planta o feijão das águas [plantado no início da seca], a gente planta; mas já tem dois ano que nós não fazemos o feijoal, ai vem só comprando... Passou muito o tempo da chuva e as nascentes encurtaram. Acontece é o seguinte: os pais da gente falavam que tinha a época do feijão das água, mas não plantava, plantava era o feijão de feijoal (da seca), roçava a terra e ai trabalhava aquela terra lambuzada de lama, pra plantar ali, mas por que chovia. Já chegou chover 40 dias e 40 noites sem parar. Para passar numa estrada dessa, ai! carro não passava e animal tinha que passar berrando para n*ão atolar. Eu tenho 67 anos, e *minha família nunca deixou de plantar feijão de feijoal, e agora já tem dois anos que nós não plantamos...*".

A questão de acesso e abastecimento de água para famílias rurais no Médio Jequitinhonha não era gerido, como um «problema público» sistemático por todas as instâncias governamentais. Ao contrário, era percebidos como um problema a ser resolvido em última instância pelas próprias famílias e comunidades, grupos de famílias resolviam por si. Por parte da gestão pública, nas várias esferas, a gestão do abastecimento hídrico é tanto separada de ações e programas de conservação das fontes quanto da população. Assim a questão da água passa a ser individualizada a cada localidade e não tratada como uma questão de competência de políticas e programas públicos.

Por parte das comunidades e famílias rurais há um busca incessante da "água definitiva", de segurança no abastecimento hídrico, no dizer do senhor Antônio Figueiredo Murta, lavrador da comunidade de Almas: "Água, é um terror aqui na comunidade". Mas enquanto, as comunidades não conseguiam acessar a "água definitiva" elas desenvolveram estratégias para lidar com a "mobilidade da fonte", isto é, articular diferentes estratégias de abastecimento no correr do ano e das estações. Assim, em todas as comunidades pesquisadas organização de agricultores tentavam combinavam diversas formas de abastecimento para lidar com a insegurança hídrica: formas comunitárias como os poços tubulares ou artesianos, reservatório comunitário, e formas familiares como a cisterna de coleta de água de chuva, as barraginhas[10] e os tanques (barragens). Em uma comunidade pesquisada as famílias se organizavam para organizar seu abastecimento combinando a água de uma pequena mina (abastece somente poucas famílias), poço artesiano (abastece a dois terços das famílias da comunidade, mas a vazão é baixa, e as famílias fazem rodízio de abastecimento a cada 3 dias), cisternas coletoras de água de chuva (do Programa Um Milhão de Cisterna) e tentavam se inserir no programa de construção de barraginhas para conseguir ampliar seus reservatórios e fortalecer os mananciais.

A combinação de diferentes fontes de água para manutenção do abastecimento regular das casas indica que as famílias precisaram se organizar politicamente para captação de programas e projetos voltados para o acesso à água, e isto tem sido um aprendizado para as comunidades que geriam costumeiramente as fontes naturais de água e passaram a ter que lidar com as "*fontes"* socialmente e politicamente construídas para se abastecer com água.

7. Programas de abastecimento de água e Secretarias Municipais de Agricultura

No setor público, optou-se por entrevistar nas prefeituras municipais os Secretários Municipais de Agricultura, esta escolha se deu porque são as Secretarias Municipais de Agricultura a principal interligação ente as prefeituras e população rural, são as secretarias o primeiro setor da prefeitura procurados pelas comunidades e famílias de agricultores quando há falta de água.

Para as Secretarias Municipais de Agricultura dos quatro municípios pesquisados o sentimento frente à situação da estiagem é de impotência de decisão e de recursos frente ao grande afluxo de famílias nas Secretarias requerendo cotidianamente abastecimento de água para o consumo doméstico. A agenda das secretarias municipais de agricultura com relação o acesso à água, no período da estiagem, era extremamente extensa e dispersa pelo território: haviam demandas extremamente diversificadas e cotidiana solicitando água que implicavam também em logísticas complexas.

---

10 Técnica que visa construir pequenos barramentos com o propósito de reter água para alimentar o lençol freático e proteger nascentes de assoreamentos.

A capacidade de armazenamento introduzida pelo P1MC (Programa Um Milhão de Cisternas Rurais[11]) - um reservatório familiar de 16.000 litros representado pela cisterna de placa para coletar água de chuva -, aumentou a solicitação por água das famílias para as prefeituras, pois as famílias passam a ter possibilidade maior de estocar água. Apesar de ser estritamente definido neste programa que as cisternas de placas somente deveriam ser abastecidas com água de chuva, no período de escassez prolongada não foi o que se observou: como as cisternas de placas eram os principais reservatórios de água para uso de famílias rurais, estas, assim que as cisternas iam se esvaziando completavam seu volume com outra água, principalmente as transportadas por caminhão pipa. A possibilidade de estocar água, aliada com a insegurança de não ser atendida a tempo (as famílias não tinham nenhuma certeza que iriam ser atendidas!), fez com que as famílias demandassem constantemente dos poderes públicos o abastecimento destes reservatórios com águas fluviais.

Assim, na emergência, uma restrição federal é ignorada no âmbito municipal e o uso dado no local é divergente das diretrizes do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais. Entretanto a avaliação dos secretários de agricultura com relação à este programa é extremamente positiva: as famílias enchem o reservatório com a água de chuva e, com os reservatórios cheios, as famílias tem pelo menos reservas iniciais de água para o período de seca. Avaliam, de forma unânime que, se não fosse essas caixas de coleta de chuva que na escassez se transformam em um reservatório precioso, a situação das famílias rurais no período da seca seria bem pior, e consequentemente a pressão sobre as prefeituras também. A cobertura geográfica do P1MC nas localidades pesquisadas e no período estudado era impressionante: atingiam cerca de 90% das famílias.

Os(as) secretários municipais de agricultura entrevistados afirmaram que, nas prefeituras, não haviam planos municipais de convivência com a seca - fenômeno climático que ocorre regularmente na região - e também não haviam orçamentos municipais específicos para lidar com acesso à água para a população rural. Desta forma as secretarias tem que gerenciar a emergência sem ter nem planejamento e nem recursos previstos.

A política pública emergencial mais difundida e corriqueira encontrada em todo o Jequitinhonha foi o abastecimento de famílias e comunidades com o caminhão-pipa, localmente designado de pipa. É prática extremamente usual nos períodos de seca. Mas, apesar de aparentemente ser uma prática mais "fácil" - um caminhão que leva água para as famílias necessitadas do líquido -, é a prática que mais recebe críticas da população. São críticas com relação à insuficiência de quantidade, de qualidade, irregularidade na distribuição, criando disputas entre as famílias para abastecimento, e principalmente gerando relação clientelista com as prefeituras. Mas recebe também criticas do próprio poder público, pois é um serviço oneroso, caro, cuja logística quase sempre é complexa – muitas vezes um caminhão tem que fazer muitas viagens para abastecer precariamente as famílias de uma única comunidade.

No caso do município de Araçuaí, por exemplo, a principal ação de abastecimento para as comunidades rurais era por meio de caminhões pipas. Em 2013 existiam 67 comunidades rurais neste município, destas, 37 eram atendidas com caminhão pipa na estiagem. Eram cerca de 9.000 litros a cada 2 meses por família, que é o volume que um caminhão em média carrega, e este volume era independente do número de membros das famílias. Esta água era depositada na cisterna de colher água de chuva. Do ponto de vista de gestão e logística, para esta prefeitura era preferível depositar uma quantidade maior de água, e assim estabelecer um tempo mais longo de retorno a cada localidade. Em Araçuaí, na seca de 2013, foram usados 6 caminhões pipas; desses caminhões 1 era do município, 1 foi cedido pelo DER para a prefeitura (há cerca de 21 anos atrás), 2 eram por conta da Defesa Civil e 2 a prefeitura alugava. Cada caminhão alugado representa um gasto de 13.000,00 por mês ao município, totalizando um gasto mensal de R$ 23.000,00. As rotas dos caminhões pipa eram coordenadas pela prefeitura, tendo como base o levantamentos das famílias a serem atendidas realizados pelas associações comunitárias. É importante ressaltar que a associação faz o levantamento, mas o pedido por água era individual de cada família.

Como mencionado acima, percebeu-se que a água captada no período da chuva pela cisterna de placa não era suficiente para as famílias passarem um período prolongado da seca. Foram suscitadas algumas explicações:

---

11 "Programa de formação e mobilização social para a convivência com o semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC)", iniciativa combinada de organizações da sociedade civil e governos, que propõe construir cisternas de placa para coletar água de chuva para viabilizar o acesso à água para a população rural do semiárido brasileiro.

como as demais fontes secaram ou não deram conta de atenderem ao consumo familiar, a água de chuva teve seu uso ampliado e por isso se esgotou antes que se iniciasse um novo período chuvoso. De toda forma, houve uma demanda ampliada no município por abastecimento das cisternas por meio da água conduzida pelos caminhões pipa.

Este aspecto indicou outra pista relevante: a dependência das famílias de uma única fonte de água na seca. A água coletada da chuva que originalmente era para consumo doméstico passa a ser utilizada para todos os usos durante a estiagem, apontando para uma forte diminuição das fontes naturais, nascentes, córregos e rios e, principalmente para um horizonte de escassez.

Com relação às ações dos órgão públicos e prefeituras não se encontrou políticas de conservação de mananciais nem contrapartidas ambientais em nenhuma política de abastecimento. As prefeituras lidavam com as questões de abastecimento de água para comunidades rurais a partir de demandas puramente emergenciais. Assim, havia pouco planejamento e investimentos em obras estruturantes, e principalmente, havia ausência de cuidado com conservação ambiental e com as fontes de água. Deve-se entender como conservação ambiental, também os cuidados comunitários na gestão, manejo e incentivo e apoio em ações que cuidem dos mananciais.

Boa parte dos municípios afetados pela estiagem no Médio Jequitinhonha prolongada decretaram situação de emergência. Esse processo está vinculado ao reconhecimento da situação de emergência pelo Ministério de Integração Nacional que, mediante levantamento de dados ambientais, sociais e econômicos relacionados a seca, baixa uma portaria reconhecendo o estado de emergência do município. A partir daí, os municípios podem ser atendidos tanto pelo exército quanto pela defesa civil, e podem acessar alguns programas de ações emergenciais cujos recursos são coordenados pelo governo estadual. Assim o governo federal faz o reconhecimento estadual e o governo do estado atende à emergência, o que às vezes também geram dissonâncias.

Em Araçuaí foi a Defesa Civil que assumiu as ações emergenciais: parte dos caminhões pipa para distribuir água; bolsa estiagem (no valor de R$ 280,00 em 2013) que a secretaria municipal afirmou não conhecer os critérios e não saber que recebe. Por exemplo, em 2013 a Defesa Civil liberou 100 cestas básicas por mês por município em situação de emergência na região, mas a prefeitura de Araçuaí deixou acumular dois meses pois não compensava pagar um frete de R$1.000,00 para buscar só um lote.

Já no município de Chapada do Norte, quem assumiu a questão do abastecimento emergencial foi o exército brasileiro que coordena a logística de distribuição de água. Em Chapada do Norte tanto a cidade como as comunidades rurais precisavam ser atendidas com caminhões pipa, a população do munícipio se divide em cerca de 3.000 habitantes na cidade e 10.400 habitantes na área rural. O abastecimento da cidade era realizado pela Copanor (Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A) por meio de 4 caminhões pipas; a prefeitura desconhecia o planejamento e as rotas urbanas desses caminhões. A prefeitura contava com 1 caminhão pipa para atender a população rural. Como o município tinha a situação de emergência reconhecida pelo Ministério de Integração Nacional, o exército atendia a população rural estimando 20 litros de água tratada por pessoa (membro da família), por exemplo, se uma casa tinha 5 moradores seriam um total de 100 litros para aquela casa, assim o exército colocava 700 litros referente a uma semana e tornaria a volta daí 7 dias para colocar água novamente. Entretanto no período pesquisa, o abastecimento pelo exército estava suspenso. Desde março de 2013 o município enviou uma planilha com dados de famílias em 42 comunidades rurais que estavam sem nenhum acesso à água; em setembro a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil solicitou à Secretaria de Agricultura que marcasse com GPS os pontos nas comunidades rurais onde se localizavam as famílias que estavam sem água. Ou seja cinco meses depois, o abastecimento dessas famílias ainda não havia sido regularizado. A demanda sobrante era atendida por caminhões pipas particulares: as famílias rurais ou urbanas compram água desses caminhões. Em média, porque dependia da quilometragem rodada, em 2013 um caminhão pipa (volume de cerca de 9.000 litros) ficava em R$ 200,00 por família.

Encontrou-se em execução em alguns municípios mais dois programas vinculados à água: o programa Uma terra, duas águas (P1+2)" articulado ao P1MC, que visava fornecimento de água por meio de tecnologias sociais para a produção. E o programa "Água para todos" vinculado ao governo estadual e que tinha por base o abastecimento humano através da perfuração de poços tubulares e ou artesianos. Entretanto este programa de expansão dos poços artesianos como a principal fonte de água para as populações rurais enfrentavam fortes

resistência tanto das prefeituras, quanto dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e das próprias comunidades rurais. Muitos poços tinham vazões baixas e não representavam uma «água definitiva», ou apresentavam água salobra não disponibilizando uma água de qualidade. Parte dos poços tubulares eram perfurados na beira do rio, longe das famílias, e aí o argumento do governo estadual era que o custo de outras formas de abastecimento eram muito elevados.

O caso do município de Chapada do Norte era emblemático: para enfrentar as situações de acesso à água para a população rural, o município optou por poços tubulares ou artesianos. Do total de 82 comunidades rurais, 62 era abastecidas com água bombeada de poços tubulares ou artesianos e 8 com água bombeadas de rios. Fizeram uma parceria com a Copasa para perfurar poços. De acordo com o secretário municipal de agricultura, o município ficaria melhor atendido se fizessem barragens comunitárias ao invés de poços. Mas o projeto foi feito de "*cima para baixo*", programa de governo estadual: furam o poço e entrega a água na torneira, e se retiram. Foram um total de 62 poços perfurados pela parceria prefeitura e Copasa. Mas a manutenção de todos eles é por conta da prefeitura, a Copasa só perfura e entrega funcionando; e a manutenção é uma parte pesada de gasto, principalmente no que diz respeito às bombas para extrair as águas dos poços. Em média, em 2013, a instalação e perfuração de um poço tubular ficava em R$ 14.000,00, a manutenção das bombas ficava a cada conserto por volta de R$ 1.000,00 reais, mas ao longo do tempo o custo da manutenção vai ficando mais amiúde. Os poços também envolvem um custo elevado em energia elétrica. O sistema desenvolvido pela Secretaria de Agricultura para a gestão dos poços é de parceria com a comunidade: a prefeitura fura o poço, instala e faz a rede, coloca água nas casas e a comunidade paga a conta de luz. Em 2013 havia um arranjo sólido com as comunidades neste sentido: a secretaria de agricultura furava o poço, como contrapartida convida a comunidades e elas se prontificavam a ir ajudar a abrir as valas, ajudar a instalar os canos para abastecimento das casas, cada comunidade se reúne e escolhe uma pessoa da localidade para cuidar da manutenção do poço, as nossas comunidades pagam uma contribuição pequena para esta pessoa. Esta contribuição ficava por volta de R$ 5,00 a R$ 3,00 por família por mês, o valor depende do tamanho da comunidade e aquele morador cuida do serviço da água, por exemplo, liga e desliga a bomba do poço, se der qualquer problema, quebrar um cano ele comunica a secretaria para realizar o concerto. Um grande problema é quando queima a bomba pois demora muito o concerto, aí creche, escola, consumos domésticos de parte das comunidades ficam comprometidos.
A maciça opção do poder público por perfurar poços artesianos como solução para o abastecimento de água nas comunidades rurais implicou em alterações nas formas de gestão comunitárias de acesso à água. Representou horizonte novo de regulação da água, que as famílias estavam aprendendo e ainda negociando entre si, mas que no período pesquisado, com algumas exceções, estava se resolvendo por meio de uma distribuição desigual e concentrada da água. A água extraída do poço artesiano era considerada mais "*fácil*" pelos lavradores, chegava à casa de quase todas as famílias, reduzindo a penosidade do trabalho, mas não em quantidade suficiente para todas e, por ser uma água mediada pela prefeitura, não tinha – pelo menos no período pesquisado – seu consumo completamente disciplinado pelas normas comunitárias, sendo objeto de conflitos. As normas comunitárias de regulação das águas não foram transferidas automaticamente das nascentes e cisternas para os poços. Ao contrário, a gestão dos poços artesianos instaurou um diferencial gigantesco com as nascentes, cacimbas e cisternas: a mediação política externa. Poucas das comunidades pesquisadas conseguiram se apropriar com autonomia da gestão dos poços. A administração desse sistema da captação de água passava por uma formalização quase sempre cristalizada numa associação que é uma forma estranha às formas convencionais de organização das comunidades. Os trâmites da regulação comunitária tradicional estavam assentados em relações de parentesco, os sujeitos eram coletivos: famílias, que estabeleciam relações de trocas recíprocas; na associação há uma certa inversão desses pactos, as relações se individualizam, as decisões se personalizam no presidente e as intermediações do poder político local são uma constante na gestão e manutenção do sistema.
Nos municípios, havia uma vontade das secretarias de agricultura de fazer barragens e barraginhas como uma política pública de abastecimento. Os secretários de agricultura afirmaram que, quando as famílias sabem de ações de construções de barraginhas ou barragens elas procuram entusiasmadas as secretarias. Havia uma demanda enorme na secretaria de agricultura, mas esta era mais uma "ideia-piloto" do que programa propriamente dito.

Num balanço sobre as ações e atividades ligadas à água, os secretários municipais de agricultura avaliaram que tem equipe pequena (em média 3,5 pessoas) para, além de ter lidar com temas da agricultura, agricultura familiar e ambiente, lidar com uma questão tão complexa como é o abastecimento de água. As secretarias municipais de agricultura não tinham orçamento próprio, ou seja, precisavam disputar anualmente no orçamento global da prefeitura recursos para desenvolver suas atividades, mas estes eram sempre incertos.

De forma geral as secretarias de Agricultura trabalhavam muito isoladas: pois para cada ação da prefeitura havia uma secretaria e elas não se comunicavam, havia assim pouco trabalho conjunto com outros setores. Apesar de ter parcerias com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, com as Escolas Famílias Agrícolas, Universidade, Embrapa, com o Idene, observou-se que as prefeituras eram acionada, principalmente, em situações de emergência. Neste sentido, havia também pouca comunicação entre os diversos poderes públicos e também entre eles e as organizações da sociedade civil, não eram criadas convergências e sinergias entre programas e ações. Também, havia enormes dificuldades quando ocorria na troca da gestão municipal: equipamentos eram sucateados e ações interrompidas.

Secretários municipais de agricultura ponderaram ainda que era importante aumentar o número de tecnologias sociais vinculadas disponíveis para os municípios, principalmente: cisternas terreirão, bacias de contenção e barragens subterrâneas, de tal modo que eles pudessem lidar com a demanda por água com respostas mais estruturantes e autônomas.

De forma geral, o contanto entre as prefeituras e as outras instâncias governamentais é muito complexo: o secretário de agricultura de Chapada do Norte narrou que, em 2013, procurado por famílias para fechar nascentes entrou em contato com o Instituto Estadual de Floresta (IEF) para uma ação coordenada com relação ao fechamento de mananciais, entretanto a resposta que obteve foi que era necessário fazer um cadastro, se inserir no programa e talvez no próximo ano IEF disponibilizasse o material; o secretário afirmou com espanto: "- *Nós querendo fechar a mina essa semana e o IEF pedindo pra esperar até ano que vem!*".

Os Secretários de Agriculturas afirmaram que programas para lidar com acesso água estavam passando praticamente "*por cima do telhado das prefeituras*", e as prefeituras não tinha dinheiro para atender a demanda por abastecimento que cotidianamente chegava à Secretaria.

A Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais) transferiu o abastecimento em municípios com menos de 100 mil habitantes para a Copanor. Entretanto as administrações municipais são muito críticas com relação à essa transferência: avaliam que a Copanor não tem estrutura para atender a demanda a população, instalam poços em povoados e não apoiam a manutenção e nem o controle da qualidade da água, que acaba sendo responsabilidade da prefeitura.

Questionados sobro os custos da água para prefeitura (custos nos diversos sentidos o custo político, financeiro...) os secretários ponderam que não dá para fazer uma análise de custo porque é uma coisa que a prefeitura gasta toda hora: não tem como fazer um planejamento. Nas prefeituras as Secretarias da Agricultura não tem recurso próprio. Então se a prefeitura vai bem a agricultura vai bem, se faltar dinheiro para a prefeitura automaticamente falta na agricultura também, porque não tem uma dotação de recursos próprios pra agricultura. Assim a demanda por água chega no setor de Agricultura e os secretários precisam disputar no orçamento municipal recursos para atender essas demandas.

Em todas as as prefeituras não há instrumentos técnicos de gestão da escassez da água para comunidades rurais: são sempre arranjos precários e tênues. Existem programas federais, estaduais e ações visando o acesso à água para comunidades rurais, entretanto não criam soluções estruturantes, são sobrepostos, não se comunicam, criam pouquíssimas sinergias e havia muitos recursos desperdiçados.

8. Agricultura familiar, programas públicos e a questão da água

Encontrou-se grande diversidade de programas e políticas públicas para o abastecimento de água comunidades rurais do Médio Jequitinhonha: não se encontrou comunidade sem ao menos um programa vinculado à água. Essa diversidade, por um lado, mostra a intricada composição que famílias e comunidades rurais estabelecem para garantir o consumo d'água e permitir desenvolver as variadas atividades familiares. Mas por outro lado,

nos casos pesquisados, indicou sobreposição de programas e políticas públicas, isto porque, atuando na mesma localidade, programas e políticas públicas municipais, estaduais e federais estabelecem poucos pontos de contatos entre si e com iniciativas da sociedade civil, muitas vezes agindo separadamente, sem estabelecerem diálogo e planejamento combinado para potencializar as ações, e sobrepondo recursos. Um grande problema é que a questão da água, que deveria ser pensada como transversal em programas públicos é fatiada e se transforma em ações parciais e com poucas porosidades.

Para pensar políticas públicas efetivas para abastecimento de água para comunidades rurais no Médio Jequitinhonha é necessário atentar para alguns aspectos.

Primeiro, que o problema água não afeta a todos os segmentos da sociedade do semiárido da mesma forma. Ao contrário, os impactos de escassez hídrica incidem de formas diversas e desiguais sobre as diferentes parcelas da população, sendo que as camadas com menos recursos econômicos estão mais expostas (Ribeiro, 2000). Assim, é preciso moldar instrumentos de políticas públicas para acesso e abastecimento de água que abarquem as especificidades regionais e da agricultura familiar.

Segundo, as políticas governamentais que procuraram sanar as dificuldades hídricas por que passava a população rural do semiárido foram historicamente capitaneadas por uma elite e serviram para aumentar seu poder. Dessa forma é importante reduzir ou requalificar as mediações políticas existente no semiárido entre populações rurais e água. Mas para conseguir isto, faz-se necessário elaborar projetos ajustados às perspectivas e necessidades locais. Um ponto inovador é transformar iniciativas da sociedade civil organizada em políticas públicas, descentralizar soluções e reduzir os espaços da mediação clientelística que são marcas de boa parte dos projetos governamentais de desenvolvimento para essas regiões. Neste sentido, valorizar soluções construídas a partir de conhecimentos e regulações territorializadas é um bom começo, entretanto é necessário transpor um grande obstáculo que é transformar soluções locais em princípios de programas públicos, para tanto é preciso pensar em políticas públicas flexíveis para atender, no caso da água, as nuanças e especificidades do local.

Percebeu-se que nas comunidades de agricultores familiares os fatores que geram maiores disputas estão relacionados à gestão de programas de abastecimento de água. Os conflitos identificados estão pautados pela distribuição irregular de água fornecida por programas públicos. O principal problema identificado é que as normas de uso não garantem a distribuição regular e igualitária da água nas comunidades. Há principalmente conflitos de interesses, que são mediados por questões de representação política, visto serem, essencialmente problemas de gestão de programas públicos de abastecimento. Neste sentido, percebe-se a escassez na região pesquisada não ocorre somente por falta absoluta de água recurso e sim por normas desiguais de administrar o abastecimento comunitário de água.

Bibliografia

CÂNDIDO, A. (1975), Os parceiros do Rio Bonito. Livraria Duas Cidades.

CUNHA M. C. da (2009), Cultura entre aspas. São Paulo, Companhia das Letras.

CARVALHO FRANCO M. S. (1974), Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo, Ática.

DIEGUES, A.C. (1995), Povos e mares. São Paulo, NUPAUB/USP.

GALIZONI, F.M. (2013), Lavradores, água e lavouras – estudos sobre a gestão camponesa da água no Alto Jequitinhonha. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

GALIZONI, F.M. (2007), A terra construída. Fortaleza: Editora do BNB.

GRAZIANO, E. (1986), A arte de viver na terra - as condições de reprodução camponesa no vale do Jequitinhonha. Dissertação (mestrado) - CPDA/ UFRRJ, Itaguaí.

GRAZIANO DA SILVA, J. (1981), A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MOREIRA, A. DE C. C. "Biodescentralização: manejando a biodiversidade em Mandira". In Diegues, A.C. e Viana, V. M. (orgs.). Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da mata atlântica. São Paulo, Nupaub/ Lastrop, 2000.

OSTROM, E. (1990), Governing the commons**.** New York, Cambridge University Press.

OSTROM, E. "Disenõs complejos para manejos complejos". Disponível em www.eumed.net/cursecon/textos/Ostrom-complejos.html , [consultado em 25/06/2003].

POSEY, D. A. (1987), "Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayap*ó*)". In Ribeiro, B. Suma Etnológica Brasileira, v.1 Etnobiologia. Petrólolis, Vozes/Finep.

QUEIRÓZ, M.I.P. de. (1957), "O mandonismo local na vida política brasileira". In Estudos de Sociologia e História. SP, Anhembi.

REBOUÇAS, A. da C. (2002), "*Água doce no mundo e no Brasil*". In Rebouças, A. da C., Braga, B. e Tundisi, J. Galiza (Orgs.). **Águas doces no Brasil – capital ecológico, uso e conservação**. São Paulo, Escrituras.

RIBEIRO, E. M. (2013) Estradas da vida - terra e trabalho nas fronteiras agrícola do Jequitinonha e Mucuri. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

RIBEIRO, E. M., GALIZONI, F. M. (2007), "Quatro histórias de terra perdidas – modernização agrária e privatização de campos comuns em Minas Gerais". Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V. 9, N. 2; nov.

RIBEIRO, E. M. RIBEIRO, E. M. E GALIZONI, F. M. (2003), "Água, população rural e políticas de gestão: o caso do vale do Jequitinhonha, Minas Gerais". In: Ambiente e Sociedade, Volume V e VI, números 1 e 2. Campinas, jan./jul.

TUCCI, C. E. M.; HESPANHOL, I; NETTO, O. M. C. (2003), "Cenários da gestão da água no Brasil: uma contribuição para a Visão Mundial da Água". In Bahia Análise & Dados Salvador, v. 13, n. ESPECIAL, p. 357-370.

PLOEG, J. D. (2009) "Sete teses sobre a agricultura camponesa". In PETERSON, P. Agricultura familiar na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA.

WOORTMANN, K. (1990), "Com parente não se neguceia - O campesinato como ordem moral". In Anuário Antropológico/87. Editora Universitária de Brasília/ Tempo Brasileiro.

Arborização de acompanhamento viário no estado de Mato Grosso do Sul: os espaços livres como PALCO da vida social

Douglas Luciano Lopes Gallo[1]
Eliane Guaraldo[2]

Resumo: O estudo buscou estudar a inserção da arborização urbana nas cidades de Aquidauana, Três Lagoas, Dourados e Ponta Porã. Levantando o estado atual da arborização urbana, identificando seu desenho, repertório e sugerindo potencialidades no campo do planejamento e projeto. Foram coletados dados com auxilio de registro fotográfico e medições. A variável principal do estudo foi a abundância de árvores, representada pela quantidade de árvores por quilômetro de calçada. A quantidade de árvores por quilômetro de calçada variou em cada cidade, Aquidauana (77,64), Três Lagoas (61,51), Dourados (79,84) e Ponta Porã (70,57). As espécies mais abundantes em cada cidade foram: 63,15% Oiti (*Moquilea tomentosa*) em Aquidauana; 78,64% Oiti (*Moquilea tomentosa*) em Três Lagoas; 38,45% Sibipiruna (*Caesalpinia peltophoroides*) em Dourados; e 19,97% Sibipiruna (*Caesalpinia peltophoroides*) em Ponta Porã. A arborização de acompanhamento viário nas cidades estudadas ainda é deficiente, e que se concentra em algumas espécies, sendo necessária uma maior diversificação arbórea.

Palavras-chave: Arborização Urbana, Potencial de Arborização, Espaços Livres, Paisagem Urbana, Sociologia Urbana

1. Introdução

São inegáveis os benefícios de um planejamento da área urbana que priorizem a presença e a distribuição adequada dos espaços livres, seja pelas qualidades ambientais que propiciam, seja pelo acesso da população de forma equitativa.

Com a atualidade das discussões sobre aquecimento global e a constatação de dias cada vez mais quentes, aumenta o enfoque e interesse pela arborização urbana, especialmente em relação ao conforto térmico, sem considerar, muitas vezes, os microclimas das cidades. As vantagens da arborização urbana são destacadas pelos benefícios psicológicos, efeito estético, sombreamento, proteção e direcionamento dos ventos, amortecimento do som, diminuição da poluição sonora, redução do impacto das chuvas e preservação da fauna (Oliveira et al, 2009).

A arborização urbana é defendida e preconizada nos ambientes urbanos, ao mesmo tempo em que a dinâmica do desenvolvimento urbano promove a retirada progressiva da vegetação nativa, provocando mudanças nos microclimas, topoclimas e mesoclimas, constituindo desta forma um clima urbano, diverso do entorno rural (Costa et al, 2009) e desligado de sua identidade florística local.

Em função das atividades fisiológicas desempenhadas pela vegetação, ela é capaz de promover significativas melhorias no ambiente urbano, principalmente no que se refere à redução da poluição atmosférica, à minimização das temperaturas, ao conforto lúmnico e acústico, além de promover bem-estar físico e psíquico ao ser humano, atuando, conseqüentemente, na sua qualidade de vida (Costa et al, 2009). Portanto, a arborização urbana deve ser planejada com objetivos estéticos, sociais, de identidade local, e de amenização ambiental (Huther et al, 2008).

A presença ou ausência de vegetação, a função desenvolvida, porte e localização dessa vegetação podem fornecer indicadores importantes sobre o papel e a função desempenhada pelo espaço público no ambiente urbano.

1 Arquiteto e Urbanista formado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Mestre em Saúde Coletiva, Docente do Instituto Federal de Mato Grosso, Departamento de Área do Construção Civil – douglas.gallo@cba.ifmt.edu.br

2 Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade de São Paulo, Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Docente Adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Departamento de Estruturas e Construção Cívil, Líder do Grupo de Pesquisa ARBOREA – arq.artes@gmail.com

No caso do Mato Grosso do Sul, por ser estado de urbanização recente, há escassez de estudos para além dos aspectos históricos e econômicos. O ambiente urbano e seus espaços livres têm sido produzidos de formas específicas, incorporando temas de inclusão recente no repertório legal que rege a formação e gestão de cidades e a criação das formas urbanas, porém com resultados ainda não documentados de forma sistemática, portanto, sequer discutidos. De acordo com Costa et al (2009) pode-se inferir que a arborização não se limita ao plantio de árvores em ruas, praças e jardins, ela deve atingir objetivos como ornamentação, melhoria de microclima e diminuição da poluição.

O presente trabalho tem por objetivos analisar as configurações dos espaços públicos e o papel da arborização na paisagem urbana; identificar a floresta urbana em diferentes cidades de Mato Grosso do Sul (representativas dos biomas: cerrado, pantanal e mata atlântica); conhecer o estado atual e as condições da arborização urbana existente; levantar o potencial de arborização urbana em logradouros públicos; reunir um conjunto de informações que possam subsidiar a análise da qualidade dos espaços públicos e o projeto de arborização urbana; analisar os atributos paisagísticos e interação social nos espaços públicos.

2. Material e Métodos

O estudo foi realizado nas cidades de Aquidauana, Dourados, Ponta Porã e Três Lagoas, distribuídas pelo Estado de Mato Grosso do Sul. O município de Aquidauana localiza-se na serra da Piraputanga, com população de aproximadamente 45 mil habitantes de acordo com o censo de 2010, representa o bioma do pantanal. Dourados está localizada na região sudoeste do estado, sua população é de aproximadamente 195 mil habitantes e sua vegetação é composta por campos limpos, com grandes partes de cerrado e manchas de mata atlântica. Ponta Porã está localizada na região sul do estado, com população em torno de 78 mil habitantes tem uma topografia plana recoberta por campos limpos. Já Três Lagoas localiza-se na região leste do estado, possui um pouco mais de 100 mil habitantes, e o bioma dominante é o cerrado, com faixas de mata atlântica as margens do Rio Paraná.

Característica do Estudo

De acordo com Milano (1994) a arborização urbana é fundamentalmente dependente do planejamento urbano, especialmente das características do sistema viário, definindo suas características quanti-qualitativas. Para o autor, os inventários totais (censo) em geral são inviáveis, dado o tempo e recursos necessários para sua realização, sendo adotado geralmente o inventário por amostragem.

O sistema de amostragem aleatório foi apontado por Milano (1994) como o mais comum, devido às características gerais da arborização das cidades. Meneghetti (2003) utilizou o método de amostragem sistemática por ser considerado mais exato, garantindo a distribuição mais uniforme das unidades pela área.

Em revisão de literatura observou-se que grande parte dos estudos utilizou o inventário por amostragem para avaliar a arborização urbana, como nas cidades de Pombal – PB (Rodolfo Júnior et al, 2008), Campina Grande – PB (Araújo et al, 2009), Assis – SP (Rossato et al, 2008), Morrinhos, Goiatuba e Caldas Novas – GO (Serpa et al, 2009), Piracicaba – SP (Volpe-Filik et al, 2007 e Silva Filho et al, 2008) e Patos – PB (Melo et al, 2007). Enquanto outros estudos utilizaram o censo total para essa análise, em Maringá – PR (Sampaio et al, 2008), Lavras da Mangabeira – CE (Calixto Júnior et al, 2009), Nova Iguaçu – RJ (Rocha et al, 2004) e Várzea Grande – MT (Moura et al, 2009).

O processo de amostragem do presente estudo baseou-se no trabalho de Meneghetti (2003), utilizando-se de amostragem sistemática, tendo o quarteirão como unidade amostral, denominado "quadra" e buscando uma intensidade amostral de 10%. Inicialmente foram escolhidas dez cidades do estado de Mato Grosso do Sul (Corumbá, Dourados, Ponta Porã, Três Lagoas, Coxim, Aquidauana, Paranaíba, Naviraí e Bonito) representativos de todos os biomas do estado. Porém, o universo de estudo foi diminuído por dificuldades de locomoção a grandes distâncias, tempo e compatibilização de agendas para a coleta de dados. Os quarteirões da região central das cidades escolhidas e de um bairro mais recente foram então numerados e em seguida foi realizado o sorteio do primeiro quarteirão analisado, e os demais componentes da amostragem foram determinados sistematicamente de acordo com o intervalo determinado, a cada dez quadras uma era selecionada, sendo excluídos os quarteirões ocupados por áreas verdes.

3. Variável Principal

De acordo com Meneghetti (2003) a abundância de árvores pode ser expressa pelo número de árvores por quilômetro de calçadas, senda esta uma variável considerada muito viável para fins de inventários de arborização urbana, sendo também uma variável de manejo simples e rápido. Desta forma, optou-se neste estudo pela utilização desta variável, sendo definida pela razão entre o número de árvores amostradas em toda a área e a somatória de todos os comprimentos de calçadas dos quarteirões que compõe a amostra.

4. Variáveis qualitativas

As variáveis qualitativas usadas neste estudo foram adaptadas dos estudos de Meneghetti (2003) e Romero (2001).
Variáveis relacionadas à quadra:

- Número do quarteirão ao qual pertence;
- Nome da rua correspondente;
- Largura da rua, em metros, medida com trena metálica (quando houver canteiro central, considerar apenas uma via);
- Tipo de ocupação da quadra (residencial, comercial, mista);
- Largura da calçada, em metros, medida com trena metálica;
- Variáveis relacionadas ao indivíduo:
- Numero da árvore, conforme numeração seqüencial de cada árvore amostrada;
- Nome popular e da espécie botânica;
- Variáveis relacionadas ao tamanho dos indivíduos:
- Porte da planta, medida em três classes:
  - "A", para alturas até a rede telefônica – 0 a 4,5 metros;
  - "B", para alturas até a rede secundário – de 4,5 a 6,7 metros;
  - "C", para alturas acima da rede secundária – superiores a 6,7 metros;

Compatibilidade da árvore com relação ao local de plantio:

- Quanto à espécie escolhida:
  - "A" – adequada;
  - "B" – pequena para o espaço disponível;
  - "C" – parcialmente compatível, devido a presença de fiação (árvores de crescimento monopodial e árvores submetidas a podas drásticas);
  - "D" – parcialmente compatível, devido a outros motivos (frutos grandes, palmeiras, arbustos...);
  - "E" – inadequada devido ao sistema radicular;
  - "F" – grande para o espaço disponível (observação in loco);

- Quanto à condição da calçada:
  - "A" – danos severos ao calçamento, levantando sensivelmente o nível do piso, a canalização de drenagem, deslocando o meio fio ou provocando rachaduras nos muros;
  - "B" – danos leves, com algumas rachaduras e alguns levantamentos de piso;
  - "C" – calçada em bom estado ou apresentando rachaduras do piso.

- Quanto ao seu posicionamento no passeio:
  - "A" – junto ao muro;
  - "B" – no meio do passeio;
  - "C" – rente à via;

A ficha de coleta de dados foi elaborada pelos pesquisadores numa planilha Excel®.

5. Resultados e discussão

Ao todo foram estudados 133 quarteirões, nas quatro cidades da amostragem. A análise dos dados de cento e trinta e três quarteirões, que compuseram a amostra do estudo, apresentou como resultado a presença de 3.819 árvores plantadas em 53.200 m lineares de acompanhamento viário, ou seja, aproximadamente 53 quilômetros, o que representa a média aproximada de 1 árvore a cada 14 metros de calçadas, ou pouco mais de 70 árvores por quilômetro de calçada (72,39). Esta quantidade está um pouco abaixo do considerado ideal pela Sociedade Brasileira de Arborização Urbana (SBAU), que admite como recomendável uma quantidade de pelo menos 100 indivíduos por quilômetro de calçada (Paiva, 2009). A distribuição das árvores por cidade estudada se encontra na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição das árvores por cidade estudada, metragem das quadras e abundância de árvores.

Cidade	Quantidade de quadras	Dimensão das calçadas	Quantidade de árvores	Distância entre árvores	Árvores por km e calçada
Aquidauana	36	14.400	1.118	12,88	77,64
Três Lagoas	43	17.200	1.058	16,26	61,51
Dourados	32	12.800	1.022	12,52	79,84
Ponta Porã	22	8.800	621	14,17	70,57
Total	**133**	**53.200**	**3.819**	**13,96**	**72,39**

A cidade de Dourados apresentou a melhor média, quase oitenta indivíduos por quilômetro de calçada, enquanto que a cidade de Três Lagoas teve a pior média, pouco mais de sessenta indivíduos por unidade considerada de calçamento de acompanhamento viário.

A maioria das árvores pôde ser identificada *in locu*, e cada cidade apresentou características particulares de arborização urbana, portanto são apresentadas separadamente.

Em Aquidauana (Tabela 2) prevaleceu a espécie Oiti (*Moquilea tomentosa*) representando 63,15% das espécies. É uma espécie exótica, introduzida na arborização por características estéticas, como a possibilidade formal dada pela poda em topiaria. A segunda espécie mais prevalente foi o Ficus (*Ficus benjamina*), representando 6,08%. Esta espécie também é muito decorativa, porém apresenta um sistema radicular muito agressivo. Nota-se que ambas as espécies não possuem atrativos florísticos, uma vez que suas florações são inexpressivas.

Tabela 2 – Distribuição das espécies e sua freqüência na cidade de Aquidauana - MS.

Nome Popular	Nome Científico	Quantidade	Frequência (*)
Oiti	*Moquilea tomentosa*	706	63,15
Ficus	*Ficus benjamina*	68	6,08
Munguba	*Pachira aquatica*	58	*5,19*
Murta	*Murraya exotica*	41	3,67
Ipê	*Tabebuia sp*	29	*2,59*
Goiaba	*Psidium guajava*	15	*1,34*
Pata de vaca	*Bauhinia fortikata*	14	*1,25*
Sete Copas	*Terminalia catappa*	11	0,98
Bocaiuva	*Acrocomia aculeata*	10	0,89
Outras	————	71	6,35
Não identificada		95	*8,51*
Total		**1.118**	**100,00**

Em Três Lagoas (Tabela 3) o Oiti (*Moquilea tomentosa*) novamente teve uma maior prevalência, sendo ainda mais acentuada, representando 78,64% do total. Seguida pelo Resedá (*Lagerstroemia indica*) de pequeno porte, sendo considera uma tipologia arbustiva e não arbórea. O Resedá representou 2,46% do total de indivíduos

observados. Uma arborização composta por espécies arbustivas de pequeno porte não garantem sombra nem muitos benefícios para o espaço livre público.

Tabela 3 – Distribuição das espécies e sua freqüência na cidade de Três Lagoas - MS.

Nome Popular	Nome Científico	Quantidade	Frequência (*)
Oiti	*Moquilea tomentosa*	832	78,64
Resedá	*Lagerstroemia indica*	26	*2,46*
Munguba	*Pachira aquatica*	19	*1,80*
Ipê	*Tabebuia sp*	18	*1,70*
Sete Copas	*Terminalia catappa*	16	1,51
Ficus	*Ficus benjamina*	13	1,23
Pata de vaca	*Bauhinia fortikata*	8	*0,76*
Chorão	*Salix babylonica*	7	*0,66*
Sibipiruna	*Caesalpinia peltophoroides*	6	0,57
Outras	————	49	4,63
Não identificada		64	*6,04*
Total		**1.058**	**100,00**

Já em Dourados (Tabela 4) a e em Ponta Porã (Tabela 5) espécie mais prevalente foi a Sibipiruna (*Caesalpinia peltophoroides*), com 38,45% e 19,98% respectivamente. Diferentemente das duas cidades anteriormente citadas, cuja predominância de uma espécie é fortemente observada, nestas duas cidades observou-se um equilíbrio maior quando consideramos os percentuais da espécies que ficam em segundo lugar na prevalência. Em dourados o Oiti (*Moquilea tomentosa*) com 21,23% dos indivíduos e em Ponta Porã o Ficus (*Ficus benjamina*) com 16,59%. O estudo não conseguiu explicar essas diferenças, devido a limitações metodológicas, mas observa-se tem uma maior proximidade entre si e sua vegetação natural é composta por campos limpos. A distribuição das demais espécies pode ser observada nas Tabelas 2 a 5.

Tabela 4 – Distribuição das espécies e sua freqüência na cidade de Dourados - MS.

Nome Popular	Nome Científico	Quantidade	Frequência (*)
Sibipiruna	*Caesalpinia peltophoroides*	393	*38,45*
Oiti	*Moquilea tomentosa*	217	*21,23*
Manga	*Mangifera indica*	46	*4,50*
Munguba	*Pachira aquatica*	39	*3,82*
Ipê	*Tabebuia sp*	37	*3,63*
Chorão	*Salix babylonica*	26	*2,54*
Resedá	*Lagerstroemia indica*	23	*2,25*
Ficus	*Ficus benjamina*	17	*1,66*
Palmeira imperial	*Roystonea oleracea*	13	*1,27*
Espatódea	*Spathodea campanulata*	12	*1,17*
Outras	————	99	*9,70*
Não identificada		100	*9,78*
Total		**1.022**	**100,00**

Tabela 5 – Distribuição das espécies e sua freqüência na cidade de Ponta Porã - MS.

Nome Popular	Nome Científico	Quantidade	Frequência (*)
Sibipiruna	*Caesalpinia peltophoroides*	124	*19,97*
Ficus	*Ficus benjamina*	103	*16,59*
Manga	*Mangifera indica*	28	*4,51*
Chorão	*Salix babylonica*	21	*3,38*
Palmeira imperial	*Roystonea oleracea*	20	*3,22*
Cipreste	*Cupressus sp*	15	*2,42*
Limão	*Citrus sp*	14	*2,25*
Pitanga	*Eugenia uniflora*	12	*1,93*
Areca Bambu	*Dypsis lutescens*	11	*1,77*
Murta	*Murraya exotica*	8	*1,29*
Outras	————	98	*15,78*
Não identificada		167	*26,89*
Total		**621**	**100,00**

A alta concentração de poucas espécies é evidente também em outros estudos, Araújo et al, 2009 e Rodolfo Junior et al, 2008 encontraram a prevalência da espécie Ficus (*Ficus benjamina*) em seus estudos, nas cidades estudadas o Ficus (Figura 1) também se apresenta entre as espécies mais comuns, embora longe de ser a mais prevalente. É importante ressaltar que existe um grande predomínio de poucas espécies na silvicultura em Mato Grosso do Sul. A maioria dos autores admite que uma espécie não deveria ultrapassar 15% de toda a população arbórea (Melo et al, 2007; Rodolfo Júnior et al, 2008).

Figura 1 – Exemplares de Ficus *(Ficus benjamina)* com topiaria, Ponta Porã, MS

Quanto ao porte das árvores observadas tem-se que a apenas em Dourados (Tabela 8) a maioria das árvores é de grande porte (48,24%), nas demais cidades observa-se um certo equilíbrio, com predomínio de arvores de pequeno e médio porte, em Aquidauana (Tabela 6), pequeno porte (44,63%); Três Lagoas (Tabela 7), pequena porte (68,71%) e Ponta Porã (Tabela 9), predomina também o pequeno porte em 57,81% dos indivíduos.

Tabela 6 – Porte das árvores tendo como referência a rede de energia, Aquidauana - MS.

Porte	Frequência	Porcentagem (%)
A – altura até a rede telefônica	499	44,63
B – altura até a rede secundária	487	43,56
C – altura acima da rede secundária	132	11,81
Total	**1.118**	**100,00**

Tabela 7 – Porte das árvores tendo como referência a rede de energia, Três Lagoas - MS.

Porte	Frequência	Porcentagem (%)
A – altura até a rede telefônica	727	68,71
B – altura até a rede secundária	289	27,32
C – altura acima da rede secundária	42	3,97
Total	**1.058**	**100,00**

Tabela 8 – Porte das árvores tendo como referência a rede de energia, Dourados - MS.

Porte	Frequência	Porcentagem (%)
A – altura até a rede telefônica	269	26,32
B – altura até a rede secundária	260	25,44
C – altura acima da rede secundária	493	48,24
Total	**1.022**	**100,00**

Tabela 9 - Porte das árvores tendo como referência a rede de energia, Ponta Porã - MS.

Porte	Frequência	Porcentagem (%)
A – altura até a rede telefônica	359	57,81
B – altura até a rede secundária	119	19,16
C – altura acima da rede secundária	143	23,03
Total	**621**	**100,00**

Em muitos casos as árvores mesmo adultas tem um porte baixo devido a podas, às vezes puramente estéticas, como nos casos de topiaria (Figura 2), especialmente nas espécies Oiti (*Moquilea tomentosa*)e Ficus (*Ficus benjamina*). Os dados diferem do encontrado na cidade de Santos - SP por Meneghetti (2003), onde a maior parte dos indivíduos arbóreos ultrapassava a rede secundária de energia. Pode-se inferir também que a arborização urbana da cidade de Dourados, MS está mais consolidada, sendo nas demais cidades uma preocupação mais recente.

Figura 2 - Conjunto de Oitis (*Moquilea tomentosa*) de pequeno porte devido a podas em topiaria, Três Lagoas, MS.

Já em relação à compatibilidade da espécie com o local, em todas as cidades as árvores estão adequadas, girando em torno de 70% de compatibilidade, exceto em Ponta Porã (Tabela 13), onde apenas 29,63% está compatível, seguido de perto pelas árvores parcialmente compatíveis (palmeiras, arbustos, etc) com de 24,15% de freqüência. No estudo de Meneghetti (2003) a maior freqüência de árvores eram inadequadas devido ao sistema radicular, seguido das plantas adequadas.
As demais freqüências podem ser observadas nas Tabelas 10 a 13.

Tabela 10 – Compatibilidade da arborização urbana com relação à espécie utilizada, Aquidauana, MS.

Compatibilidade	Frequência	Porcentagem (%)
A – adequada	736	65,83
B – pequena para o espaço disponível	196	17,53
C – parcialmente compatível, devido presença de fiação	39	3,49
D – parcialmente compatível, devido a outros motivos	67	5,99
E – inadequada devido ao sistema radicular	68	6,08
F – grande para o espaço disponível	12	1,08
Total	**1.118**	**100,00**

Tabela 11 – Compatibilidade da arborização urbana com relação à espécie utilizada, Três Lagoas, MS.

Compatibilidade	Frequência	Porcentagem (%)
A – adequada	742	70,13
B – pequena para o espaço disponível	220	20,79
C – parcialmente compatível, devido presença de fiação	11	1,04
D – parcialmente compatível, devido a outros motivos	70	6,62
E – inadequada devido ao sistema radicular	13	1,23
F – grande para o espaço disponível	2	0,19
Total	**1.058**	**100,00**

Tabela 12 - Compatibilidade da arborização urbana com relação à espécie utilizada, Dourados, MS.

Compatibilidade	Frequência	Porcentagem (%)
A – adequada	743	72,70
B – pequena para o espaço disponível	105	10,27
C – parcialmente compatível, devido presença de fiação	77	7,53
D – parcialmente compatível, devido a outros motivos	73	7,14
E – inadequada devido ao sistema radicular	21	2,05
F – grande para o espaço disponível	3	0,31
Total	**1.022**	**100,00**

Tabela 13 – Compatibilidade da arborização urbana com relação à espécie utilizada, Ponta Porã, MS.

Compatibilidade	Frequência	Porcentagem (%)
A – adequada	184	29,63
B – pequena para o espaço disponível	69	11,11
C – parcialmente compatível, devido presença de fiação	107	17,23
D – parcialmente compatível, devido a outros motivos	150	24,15
E – inadequada devido ao sistema radicular	103	16,59
F – grande para o espaço disponível	8	1,29
Total	**621**	**100,00**

A análise da compatibilidade das espécies com o calçamento indicou que em todas as cidades estudas a calçada estava em bom estado (Tabelas 14 a 17). Novamente percebe-se uma diferença menos acentuada em Ponta Porã (Tabela 17), porém nesta cidade encontrou-se um número alto de vias sem pavimentação e/ou passeios sem calçamento (30,27%), o que dificultou a análise desta variável.

Tabela 14 – Compatibilidade das espécies utilizadas na arborização com o calçamento, Aquidauana, MS.

Qualidade das calçadas	Frequência	Porcentagem (%)
A – danos severos ao calçamento	16	1,43
B – danos leves ao calçamento	127	11,36
C – calçada em bom estado	974	87,12
Sem calçamento	1	0,09
Total	**1.118**	**100,00**

Tabela 15 – Compatibilidade das espécies utilizadas na arborização com o calçamento, Três Lagoas, MS.

Qualidade das calçadas	Frequência	Porcentagem (%)
A – danos severos ao calçamento	1	0,09
B – danos leves ao calçamento	64	6,05
C – calçada em bom estado	993	93,86
Sem calçamento	0	0
Total	**1.058**	**100,00**

Tabela 16 – Compatibilidade das espécies utilizadas na arborização com o calçamento, Dourados, MS.

Qualidade das calçadas	Frequência	Porcentagem (%)
A – danos severos ao calçamento	6	0,59
B – danos leves ao calçamento	89	8,71
C – calçada em bom estado	927	90,70
Sem calçamento	0	0
Total	**1.022**	**100,00**

Tabela 17 – Compatibilidade das espécies utilizadas na arborização com o calçamento, Ponta Porã, MS.

Qualidade das calçadas	Freqeência	Porcentagem (%)
A – danos severos ao calçamento	55	8,86
B – danos leves ao calçamento	44	7,09
C – calçada em bom estado	334	53,78
Sem calçamento	188	30,27
Total	**621**	**100,00**

Em relação à posição de plantio no passeio, nas cidades de Aquidauana (Tabela 18), e Ponta Porã (Tabela 21) o plantio centralizado na calçada predominou com 47,41% e 41,06% respectivamente. Já em Três Lagoas (Tabela 19) e Dourados (Tabela 20) a maioria das árvores foram plantadas rentes a via, 57,47% e 68,50%.

Tabela 18 – Posicionamento do plantio das espécies no passeio público, Aquidauana, MS.

Posição	Frequência	Porcentagem (%)
A – junto ao muro	162	14,49
B – no meio do passeio	530	47,41
C – rente à via	426	38,10
Total	**1.118**	**100,00**

Tabela 19 – Posicionamento do plantio das espécies no passeio público, Três Lagoas, MS.

Posição	Frequência	Porcentagem (%)
A – junto ao muro	60	5,67
B – no meio do passeio	390	36,86
C – rente à via	608	57,47
Total	**1.058**	**100,00**

Tabela 20 – Posicionamento do plantio das espécies no passeio público, Dourados, MS.

Posição	Frequência	Porcentagem (%)
A – junto ao muro	115	11,25
B – no meio do passeio	207	20,25
C – rente à via	700	68,50
Total	**1.022**	**100,00**

Tabela 21 – Posicionamento do plantio das espécies no passeio público, Ponta Porã, MS.

Posição	Frequência	Porcentagem (%)
A – junto ao muro	197	31,72
B – no meio do passeio	255	41,06
C – rente à via	169	27,22
Total	**621**	**100,00**

A análise da dos espaços públicos e da interação social foi realizado observando as qualidades paisagísticas das ruas e calçadas, espaços públicos por excelência. No Estado do Mato Grosso do Sul existe o hábito da roda de Tereré (Bebida à base de erva Mate, tomada em cuias com água gelada), espaços de fluxos simbólicos que ocorrem predominantemente nas calçada e logradouros públicos, onde as pessoas se encontram para uma conversa descontraída, estreitamente de relações sociais e fluxos simbólicos. O clima regional é quente, então as pessoas costumam procurar as sombras das árvores ao final do dia para esses encontros.
O conceito de espaços sociais cunhado por Bauman (1997: 168) diz que:

> (...) o espaço cognitivo é construído intelectualmente, por aquisição e distribuição de conhecimento, o espaço estético é demarcado afetivamente, pela atenção guiada pela curiosidade e pela busca de intensidade experiencial, ao passo que o espaço moral é "construído" por desigual distribuição de responsabilidade sentida/assumida.

Para o autor o espaço social é governado por regras, onde podemos encontrar como atores sociais os próximos e os estranhos, onde quanto mais estranho for o estranho, quanto menos for conhecido, tanto menos confiança tem-se nele. Desta maneira, o espaço social inicia-se na fronteira de vizinhança, que se perde a familiaridade. A multidão urbana não deve ser entendida como uma coleção de indivíduos, seria mais um agregado indiscriminado e sem forma que se dissolve na individualidade, tanto a multidão como os indivíduos perdem o rosto, são substituíveis e disponíveis. A cidade é o lugar do mau-encontro e seu espeço físico se organiza de tal forma que estes encontros, quando indesejáveis possam ser evitados. Exemplo disso são as vastas áreas de espaço vazio, feitas para se passar por ela e não estar nelas, usá-las e as vias de circulação, predominantemente ruas, configuradas como espaços de passagem, rápida, de preferencia em veículos automotores. Bauman (1997) ainda faz uma análise, onde caso fosse possível se traçar uma cartografia do espaço cognitivo sobre o mapa da cidade encontrar-se-ia uma figura de arquipélago, e não uma imagem compacta e coesa.
O espaço estético não interfere no distanciamento social, a cidade é tradicionalmente palco para encontros, e o passeador citadino pode construir imagens mentais, baseadas nas aparências um ao outro. A aparência torna-se o objeto da forma de avaliação, produzida pelo olhar, avaliação estética segundo critérios da subjetividade. Estes espaços destinados a oferecer aos visitantes o prazer do olhar sempre existiram nas cidades, e o mercado se apropriou deles para atrair fregueses para consumir. Porém nem todas as ruas são adequadas ao prazer estético do olhar, para tanto precisam de alguns atributos, tais como: amplidão física, precisa-se de espaço para olhar ao redor; interesse nas ruas e nas edificações que as flanqueiam, devem ser capaz de atrair os que têm tempo e impeli-los a olhar ao redor. Infelizmente a rua está "*escondida da trilha batida (agora sinônimo de vias de passagem, rodovias de muitas pistas e vias expressas) onde está a ação de hoje*" (BAUMAN, 1997: 200) que é a ação de passar de um lugar a outro, sem paradas, preferencialmente sem olhar ao redor.
Aqueles que ainda se encontram na rua são gente perigosa, pura e simplesmente, vagabundo, mendigos, sem lar, drogados, ladrões, suspeitos e vadios. Para os inocentes que precisas deixar a segurança sobre rodas dos carros, o autor compara as ruas a florestas, não mais palco, lugar carregado de riscos e não mais oportunidades. A rua, a selva que está lá distantes, é o lugar onde a pessoa não deseja ir, escondendo-se em casa ou no carro. O espaço público tem sido não mais a rua, que é vista pelos planejadores urbanos como suporte ao tráfego, conexão. Se os espaços públicos cada vez mais deixam de ser o lá fora, como são aqui dentro? Quem consegue "entrar" neles?

Para Canclini (2013) cada vez menos as identidades coletivas encontram na cidade seu palco constitutivo, a esfera público é ocupada por agentes que calculam tecnicamente suas decisões e organizam o atendimento às demandas segundo critérios de rentabilidade e eficiência, numa subjetividade capitalística como proposto por Guattari e Rolnik (2000). O mercado reorganiza o mundo público como palco do consumo, as ruas saturam-se de carros, pessoas apressadas para cumprir compromissos profissionais ou consumir uma diversão programada.

5. Considerações finais

Observou-se que não há uma relação entre a escolha das espécies utilizadas para a arborização de acompanhamento viário e o bioma predominante das cidades. Seria importante do ponto de vista biológico e representativo que as espécies escolhidas para a arborização fossem espécies nativas, melhor adaptadas ao local. Também existe um predomínio muito forte de algumas espécies, com pouca variabilidade nas áreas amostradas para o estudo, o que representa um desafio para o projeto de paisagem das cidades e para a biodiversidade local. O índice de árvores por quilometro de calçadas é ainda muito aquém do que se espera, embora em Aquidauana e Dourados estejam mais próximas do considerado ideal. Muitos fatores influenciam nesta defasagem na abundância de árvores, inclusive questões culturais e políticas. Um programa de plantio para as cidades estudadas deveria orientar à introdução principalmente de novas espécies arbóreas, particularmente nativas, para proporcionar uma valorização de referências ecológicas e paisagísticas que promovam maior biodiversidade e possam contribuir para a qualidade ambiental da paisagem urbana. O estudo se propôs a analisar apenas a arborização de acompanhamento viário, até mesmo pela sua importância como espaço público de convívio social. O estado de Mato Grosso do Sul tem um clima quente na maior parte do ano e culturalmente os moradores se encontram nas calçadas para as rodas de "tereré", bebida gelada a base de mate, típica da região. A arborização de acompanhamento viária também é protegido por legislação, sendo um índice mais permanente da floresta urbana. As áreas verdes nos espaços de propriedade privada (intra-lote) estão mais sujeitas a interesses individuais, podendo inclusive diminuir ou desaparecer com o processo de urbanização e adensamento dos índices urbanísticos. Os parques e reservas, também não foram objeto desta pesquisa, e juntamente com as áreas verdes particulares podem ser objeto de estudos complementares, entendendo assim toda cobertura vegetal das cidades.

Referências

OLIVEIRA, F. A. C. et al. Inventário da Arborização do campus Pato Branco da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. **REVSBAU.** Piracicaba – SP, v.4, n.1, p. 93-106, 2009

COSTA, R. G. S.; FERREIRA, C. C. M. Análise do índice de áreas verdes (IAV) na área central da cidade de Juiz de Fora, MG. **REVSBAU.** Piracicaba – SP, v.4, n.1, p. 39-57, 2009.

HUTHER, M. C.; MASCARÓ, J. J. Análise qualitativa da arborização urbana em bairros de diferentes classes sociais. **Malha Urbana, Revista Lusófona de Urbanismo.** Lisboa – PT, v.4, n.6, 2008.

MILANO, M. S. . Métodos de amostragem para avaliação da arborização de ruas. In: II **CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA**, 1994, São Luis. Anais, 1994. v. 1. p. 163-168.

MENEGHETTI, Gabriela Ignarra Pedreira. **Estudo de dois métodos de amostragem para inventário da arborização de ruas dos bairros da orla marítma do município de Santos, SP**. Dissertação Mestrado em Recursos Florestais. Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, 2003.

RODOLFO JÚNIOR, Francisco; et al. Análise da Arborização Urbana em bairros da cidade de Pombal no Estado da Paraíba. **REVSBAU**, Piracicaba – SP, v.3, n.4, p.3-19, 2008.

ARAÚJO, Afrânio César de ; et al. Análise quali-quantitativa da arborização no bairro presidente Médici, Campina Grande – PB. **REVSBAU**, Piracicaba – SP, v.4, n.1, p.133-144, 2009.

ROSSATO, Davi Rodrigo; et al. Arborização urbana na cidade de Assis-SP: uma abordagem quantitativa. REVSBAU, Piracicaba – SP, v.3, n.3, p.1-16, 2008.

SERPA, Daiane Siqueira; et al. Arborização urbana em três municípios do sul do estado de Goiás: Morrinhos, Goiatuba e Caldas Novas. **REVSBAU**, Piracicaba – SP, v.4, n.3, p.98-112, 2009.

VOLPE-FILIK, Andrea; SILVA, Luzia Ferreira da; LIMA, Ana Maria Liner Pereira. Avaliação da arborização de ruas do bairro São Dimas na Cidade de Piracicaba/SP através de parâmetros qualitativos. **REVSBAU**, Piracicaba – SP, v.2, n.1, 2007.

MELO, Rafael Rodolfo de; LIRA FILHO, José Augusto de; RODOLFO JÚNIOR, Francisco. Diagnóstico qualitativo e quantitativo da arborização urbana no bairro Bivar Olinto, Patos, Paraíba. **REVSBAU**, Piracicaba – SP, v.2, n.1, 2007.

SILVA FILHO, Demóstenes Ferreira; et al. Levantamento do potencial de arborização e proposta para três bairros no município de Piracicaba/SP, Brasil. **REVSBAU**, Piracicaba – SP, v.3, n.4, p.20-39, 2008.

SAMPAIO, André Cesar Furlaneto e DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. Inventário e análise da arborização de vias públicas de Maringá-PR. **REVSBAU**, Piracicaba – SP, v.3, n.1, p.37-57, 2008.

CALIXTO JÚNIOR, João Tavares; SANTANA, Gregório Mateus; LIRA FILHO, José Augusto. Análise quantitativa da arborização urbana de Lavras da Mangabeira, CE, nordeste do Brasil. **REVSBAU**, Piracicaba – SP, v.4, n.3, p.99-109, 2009.

ROCHA, Rodrigo Tavares da; LELES, Paulo Sérgio dos Santos; OLIVEIRA NETO, Sílvio Nolasco de. Arborização de vias públicas em Nova Iguaçu, RJ: o caso dos bairros Rancho Novo e Centro. **R.** Árvore, Viçosa-MG, n.28, n.4, p.599-607, 2004.

MOURA, Thalita de Almeida; SANTOS, Vera Lúcia Lopes Vieira. Levantamento quali-quantitativo de espécies arbóreas e arbustivas na arborização viária nos bairros Centro e Centro Norte, Várzea Grande, Mato Grosso, Brasil. **REVSBAU**, Piracicaba – SP, v.1, n.1, p.97-117, 2009.

MASCARÓ, Lucia; MASCARÓ, Juan. **Vegetação Urbana**. Porto Alegre: Mais Quatro Editora, 2.ed.: 2005.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. **A arquitetura bioclimática do espaço público**. Brasília: Editora UnB, 2001.

PAIVA, Ary Vieira de. Aspectos da arborização urbana do centro de Cosmópolis-SP. **REVSBAU**, Piracicaba – SP, v.4, n.4, p.17-31, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. Ética pós-moderna. São Paulo: Paulus, 1997.

CANCLINI, García Néstor. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

Óticas e Práticas Diferentes de Combate ao Desperdício Alimentar: do Criticismo à Institucionalização – o caso extremo do Freeganismo em Portugal[1]

Solange Aparecida Martinho

As tentativas de combate ao desperdício alimentar têm passado por estratégias, algumas vezes invulgares, por parte de vários grupos sociais na contemporaneidade, e suscitadas análises por parte da comunidade científica. É neste contexto que o freeganismo surge como uma destas tentativas, porém relativamente marginalizado pela forma extrema com que é praticado. O comportamento alimentar dos freegans expõe também uma atividade passível de críticas por parte da sociedade portuguesa em duas importantes vertentes: a da coleta e consumo do que é desperdiçado no lixo e a da distribuição solidária do que é coletado. A importância da inclusão deste tema é mais uma contribuição para a compreensão da diferenciação do que é aceite pela sociedade, por ser entendido como "normal" (dentro do paradigma do comportamento alimentar humano comum e ocidental), e do que é considerado como comportamento desviante à luz desse paradigma. O freeganismo constitui, deste modo, um desafio aos modos tradicionais de produção e consumo alimentares em determinadas culturas.

Palavras-Chave: Freeganismo, Desperdício Alimentar, Problema Social e Ecologia Humana.

1. Introdução

Em maior ou menor escala, existem hoje, um pouco por todo o mundo, vários exemplos de grupos de cidadãos empenhados em colaborar com a sustentabilidade social e ambiental do planeta, por meio de diferentes ações. No que refere à questão alimentar e do reaproveitamento daquilo que é descartado pelas sociedades, visam algumas vezes a diminuição do problema da fome, através de discursos com base em números sobre o desperdício alimentar, divulgados por organizações como a *Food and Agriculture Organization* (FAO), a Organização das Nações Unidas (ONU), dentre outras.

As últimas edições da Revista National Geographic (2014), traz uma série de problemáticas sobre alguns cenários preocupantes quanto ao desafio de alimentar 9.000 milhões de pessoas e animais até 2050. Os cientistas que assinam as investigações e que elaboraram esses cenários, sugerem algumas medidas que possam atenuar algumas destas preocupações, propondo algumas medidas, que envolvem todos os seres humanos. Uma destas medidas – a quinta – segundo a investigação, é a redução do desperdício de alimentos.

Ainda nesta série, a investigação podemos também encontrar as ações realizadas pela organização *Feeding the 5000* (2013), a qual é representada por um grupo de pessoas, denominadas, "freegans". Esta organização já é reconhecida mundialmente pelas ações que realizam no âmbito de angariar e distribuir os alimentos que a sociedade descarta, algumas vezes por não ter mais, o valor comercial aprovado nas legislações vigentes nas culturas onde se inserem.

Em Portugal, também podemos encontrar ações como estas, através de grupos de atores sociais que tomam iniciativa no combate ao desperdício, como o Refood (2014) e o Zero Desperdício (2014), onde ambos, não só são reconhecidos pela sociedade, como também aceites por ela, talvez pela forma como suas práticas se diferenciam das dos freegans.

---

1 Esta comunicação é parte integrante da Investigação apresentada na dissertação de mestrado no âmbito da Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa – sob o título de "Estilo de Vida e Comportamento Alimentar Freegan: a Saúde em Risco ou Risco para a Saúde?

Grupos de adeptos do freeganismo, entretanto, embora se proponham também as práticas de combate ao desperdício alimentar, o fazem com graus diferenciados de críticas ao estabelecerem contatos formais ou informais com a sociedade. E, uma destas críticas refere-se ao "constrangimento" que causam na sociedade, um pouco por conta da forma radical com que as pratica, como é o caso do "respigo ou mergulho no lixo", segundo orientações encontradas no endereço eletrónico do grupo WIKIHOW (2013), sobre as técnicas de como mergulhar no lixo.

2. Freeganismo: conceito e ideologia

O termo freeganismo é identificado por conceitos e teorias com características próprias e que se exprimem em preceitos, pressupostos e pretensões pautados pelos discursos dos seus adeptos, transformando-se, segundo eles, em ideologia, ao criarem estratégias invulgares na luta quotidiana para a obtenção de alimentos descartados pela sociedade. Por isso os seus adeptos consideram que as suas práticas são um contributo para a sustentabilidade social e ambiental, na ótica da Ecologia Humana.

O termo "Freegan" é derivado das palavras "free" (livre, grátis) e "vegan". "Vegans", são pessoas que não consomem produtos de origem animal ou testados em animais num esforço para evitar a sua exploração.

Já os "Freegans" levam isso mais adiante, reconhecendo que em uma economia industrial de produção em massa movida pelo lucro, assente na exploração de animais, de humanos e da terra, esta exploração acontece em todos os níveis de produção (desde a aquisição da matéria-prima à produção e ao transporte) e em praticamente quase todos os produtos que comprámos. Transformam assim, essa ideologia numa espécie de "ativismo social" em busca de atrair e mobilizar o maior número de adeptos possíveis, que possam de alguma forma contribuir ou também aderir às suas ideias que consideram úteis para a ecologia, seja ela Humana ou Profunda.

As práticas dos freegans podem ainda ser confundidas na contemporaneidade com a de outros atores sociais, que por força de uma conjuntura social e estrutural defrontam-se com fatores externos difíceis e às vezes impossíveis de controlarem em suas vidas (pobreza relativa, por exemplo), contrariando o paradigma de comensalidade da sociedade onde se inserem, e dando vazão a admissão de que as nossas sociedades já admitem que a "globalização", ainda que seja um termo muito discutido e contraditório quanto a sua aplicação, estimula, favorece e incentiva que "o conceito de modernidade de igual forma é defendida por trazerem por si só "estranhos" e "diferentes" modos de vida", segundo (Giddens, 1999: 34).

A figura 1 – Freeganismo e Ecologia: Pressupostos, representam a forma prática pelas quais os adeptos se orientam e executam tais ideias para dar sentido aos preceitos difundidos, bem como de uma forma geral as principais ideologias do movimento.

Figura 1: Freeganismo e Ecologia: Pressupostos

Fonte: Adaptado do *site* oficial do freeganismo www.freegans.info.com. Acedido em 30 de Setembro de 2012.

Os adeptos do freeganismo, acreditam que as suas práticas possam fazer a diferença na sustentabilidade, num discurso conexo aos da Ecologia Profunda que Aldo Leopold escreveu há mais de 40 anos, e que era fundamentada na preocupação com a necessidade de uma ética que abrangesse a Terra, os animais e as plantas numa articulação com os seres humanos que nela vivem, Smith (2011).
Os preceitos freeganistas passam também pela forma radical como transformam os seus modos de vida para adentrar num outro, configurando esses modos em "estilo de vida", segundo os estudos realizados por Linhares, que demonstram "serem influenciados por ideologias como o anarco-primitivismo, que prega o retorno ao natural e o fim do industrialismo. O reaproveitamento de alimentos e objetos descartados no lixo seria a curto prazo a melhor forma de combater o desperdício gerado pelos padrões de alta rotatividade de mercadorias da sociedade de consumo. No entanto, o modelo de subsistência prezado pelo movimento a longo prazo não é o de simples «coletor», mas o de «produtor» de seus próprios meios de sobrevivência", de acordo com (Linhares, 2009: 10).
Neste sentido, os freegans vivem do desperdício alimentar alheio, adotando um estilo de vida próprio e marginal onde na definição de Machado Pais (2009) "um estilo de vida marginal é um conjunto de práticas através das quais os atores sociais se esforçam por estilizar a sua vida, isto é, fazendo corresponder diferentes aspetos da sua alimentação, vestuário, habitação, etc., com modelos que não emanam necessariamente da cultura dominante ou da sua própria cultura" (Pais, cit. em Abonízio, 2009).
Grupos de interesse na ecologia humana, como os freegans, dinamizam as suas ações algumas vezes baseadas em modelos vigentes em outras culturas, adaptam à sua realidade e são portadores de novos valores, de novas práticas sociais, de novos estilos de vida, de maneiras diferentes das até então prevalecentes, segundo Costa (2003), sobre os modos de vida.
Podemos dizer que os freegans agem de acordo com a sociedade em que se inserem e dentro de sua estrutura encontram formas de adaptação aos princípios gerais desta ideologia, mas também podem agir nesta mesma sociedade com outras experiências adquiridas fora dela devido a "globalização".
É assim, que o freeganismo em Portugal, encontra semelhanças na sua prática com o freeganismo que é praticado em outros países, contudo, isto não significa que as suas práticas são aceites pela sociedade portuguesa, do mesmo modo, como são totalmente aceites em outras culturas.
Para obtermos indicações de como o freeganismo é representado em Portugal, numa primeira abordagem, a investigação supracitada, elaborou e divulgou *on-line* para a base de dados de todos os estabelecimentos de Ensino Superior Público e Privado no território Continental e Ilhas do país, um inquérito, intitulado: "Saberes Freeganos".

3. Informações obtidas no estudo: Combinação de Diversas Estratégias Metodológicas para Obtenção dos Dados

Devido as diversas implicações que o tema nos apresentava, desde a sensibilidade que o investigador deve ter na aproximação ao objeto de estudo, ao perceber que o tema envolve de certa forma, a "intimidade" dos inquiridos, não obstante a garantia ao anonimato, procurou-se compreender através do método semântico, uma validação por coerência interna na sua fundamentação, estando cientes dos riscos que corremos em alguns momentos, por respostas que não pudessem ser bem-sucedidas nas suas perguntas.
Para esta primeira abordagem, conjugamos os dois métodos mais utilizados nas ciências sociais, onde o Qualitativo foi empregue objetivamente e o Quantitativo subjetivamente, uma vez que o que nos importava saber não é exatamente quantos responderiam satisfatoriamente as questões colocadas, mas sim e sobretudo, como é que poderíamos considerar tais respostas. Isto nos levou à uma outra questão analítica: a de que era necessária uma análise personalizada e pormenorizada do conteúdo de cada uma das respostas, conseguida neste caso, através de uma das técnicas sugeridas por Bardin (2004), como a utilização de uma grelha semântica aplicada a cada resposta obtida.
Na figura 2 – Universo e Amostra para a aplicação do inquérito: Saberes Freeganos, representámos em primeiro lugar, como universo, todas as Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas do território Continental e Ilhas[2], para a aplicação do inquérito *on-line*, num período estipulado para recolha dos dados, de um mês.

2 O inquérito intitulado "Saberes Freeganos", foi autorizado e divulgado ao banco de dados das Instituições de Ensino Superior de Portugal, de acordo com a relação das Instituições disponibilizada pela Direção Geral de Ensino Superior (DGES).

Figura 2: Universo e Amostra para a aplicação do inquérito: Saberes Freeganos.

4. Serendipidades encontradas na investigação

A aplicação do questionário *on-line* às Instituições de Ensino Superior Público e Privado Português para recolha da representatividade das opiniões sobre o tema, ocorreu após verificarmos que ao contrário do que era expectado na investigação, ou seja, de que conseguiríamos adeptos dispostos a nos fornecerem entrevistas pessoais mediante o anonimato ter sido improdutiva.

Diante de tal fato, a motivação para a investigação sobre o freeganismo em Portugal foi fomentada pela originalidade que o estudo nos oferecia e por outro lado, uma vez que algumas constatações sobre o tema no meio académico estendia-se para **a)** o fato de que o GAIA (Grupo de Ação e Intervenção Ambiental) ter sido concebido por estudantes universitários portugueses com o intuito inicial de divulgarem os pressupostos do freeganismo entre outras atividades que o grupo promove, entretanto, nas respostas obtidas no questionário, este grupo não foi mencionado pelos adeptos, **b)** o trânsito entre estudantes Erasmus é geralmente, elevado em algumas universidades portuguesas, o que possibilita maior propagação e acesso às informações acerca do freeganismo (de Portugal e de outros países) e por isto, pelo tema ser considerado como estudo escasso ainda na sociedade portuguesa, vislumbrou-se a liberdade que os universitários têm para falar sobre ele e, **c)** o encontro de muitas identidades e o capital cultural dos inquiridos.

De acordo com a representação do grupo, simbolizada na figura 3 – O Grupo GAIA – um ponto de encontro dos freegans em Portugal, num Jantar Popular, verifica-se que há uma dinâmica sistemática realizada nos eventos que dos adeptos promovem, num esforço de divulgação e ampliação da ideologia. O "Jantar Popular", funciona como um ponto de encontro para a discussão sobre o "estado" do freeganismo global.

Figura 3 O Grupo GAIA – um ponto de encontro dos freegans em Portugal, num Jantar Popular

Fonte: Imagem extraída do site oficial do GAIA: *http://gaia.org.pt/node/16209*. Acedido em: 30/05/2013.

Jantar Popular 9 Fev: Freeganismo – Terça, 2012-02-07 17:46 – Cecília

"O jantar popular desta semana vai ser diferente: por entre vídeos e conversas, há a oportunidade de teres uma refeição em que todos os ingredientes vêm dos contentores. O lixo do luxo, ou o luxo do lixo. Juntas-te ao festim? O fabuloso e cintilante mundo dos supermercados e centros comerciais esconde um outro: o da exploração de trabalhadores, destruição da natureza, perigos para a saúde... a enumeração segue até querermos (…).

Pergunta: E se, simplesmente, deixarmos de participar? Bem no estômago da voracidade do consumo capitalista – as grandes cidades – pessoas organizam-se e encontram tudo aquilo de que precisam para viver, sem comprarem nada. No lugar de contribuir para um sistema absurdo, escolhe-se viver do seu desperdício absurdo.
Respigar ou reciclar, skipping ou dumpster diving, são muitos os nomes e são mais as formas.
O jantar popular desta semana vai ser diferente: por entre vídeos e conversas, há a oportunidade única de teres uma refeição em que todos os ingredientes vêm dos contentores.
O lixo do luxo, ou o luxo do lixo. Juntas-te ao festim?
O Jantar é servido às 20h, no RDA 69 (Rua Regueirão dos Anjos, nº 69). A conversa começa às 21h30.
A partir das 16h vamos estar a cozinhar, todas as mãos são bem-vindas! (…)

Estas informações, proporcionou-nos ainda uma nova linha de raciocínio para compreender como é que o freeganismo é percecionado por atores sociais no universo universitário português que não sejam considerados adeptos, o que corrobora uma das hipóteses deste estudo de que as informações acerca do freeganismo são escassas não só neste meio como também por uma boa parte da sociedade portuguesa, embora haja algumas notícias veiculadas sobre ele pelos media, como também se verifica no caso dos outros grupos, como o Refood (2014) e o Zero Desperdício (2014).
Por isso, consideramos que esta questão configurou para este estudo, como um caso de "Serendipidade", onde segundo (Costa, cit. em Merton, 1985):

> *"Por vezes, a pesquisa empírica em sociologia traz fatos inesperados que, pela sua importância e significado estratégico, são mesmo capazes de reorientar o sentido da investigação reformulação de hipóteses e teorias. A isto chamou de serendipidade» (serendipity). Num texto acerca da influência da pesquisa sociológica diz Merton que a «pesquisa empírica frutífera não somente comprova hipóteses teoricamente derivadas, como também dá origem a hipóteses novas. Isto pode ser chamado o elemento de 'serendipidade' da investigação, ou seja, a descoberta, por casualidade ou por sagacidade, de resultados válidos que não eram procurados». Especifica Merton que o padrão de serendipidade «se refere à experiência bastante comum da observação dum dado imprevisto, anómalo e estratégico, que se transforma em causa para o desenvolvimento de nova teoria ou para a ampliação de uma teoria já existe e traz surpresas. Origina uma pressão sobre o investigador «para que dê outro rumo à pesquisa, a fim de ampliar a teoria». Sendo este tipo de situação de pesquisa suficientemente importante para merecer uma designação própria".*

Por esta razão concordamos com Merton, pois o fato de nos termos surpreendido com o número de inquiridos que desconheciam o tema, fez-nos alterar o rumo da investigação quanto ao tratamento e a análise dos dados obtidos e verificar a necessidade de classificar as respostas dos inquiridos em categorias de análise.

4. Informações e interpretações importantes

Com o intuito de compreender a problemática do freeganismo na sociedade portuguesa, esta primeira abordagem procurou aproximar-se de alguns estudos já realizados em outros países sobre o mesmo tema. Procurámos compreender a forma como o freeganismo é concebido pelos adeptos e pela sociedade comparando num primeiro momento com a bibliografia que nos pareceu mais adequada e analisada na sua multidisciplinaridade e interdisciplinaridade.
Assim, percebemos que as informações que circulam no meio académico português são muito escassas acerca do freeganismo". Esta hipótese pode ser confirmada uma vez que apenas (18%) dos inquiridos no universo escolhido como amostra no meio académico disseram que conhecem "Alguns", dos pressupostos do freeganismo, o que supomos que alguns destes conhecimentos podem ter origem em outras vias de comunicação que não sejam as académicas (artigos, reportagens televisivas, jornais, revistas, Internet, etc. conforme algumas

indicações nas referências bibliográficas desta investigação, conforme o Gráfico 1 – Conhecimento sobre os pressupostos do freeganismo, correspondente à questão número 14 do questionário aplicado.

Gráfico 1. Conhecimento sobre os pressupostos do freeganismo.

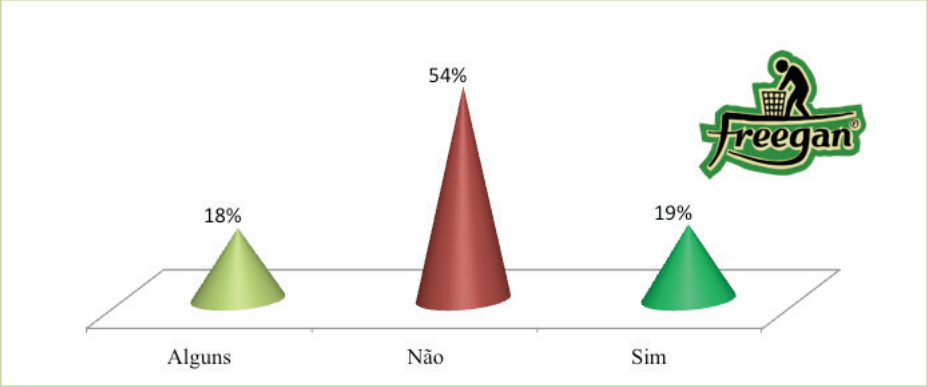

Na verificação das respostas dos inquiridos não adeptos do freeganismo, podemos verificar que (54%) dos inquiridos, nunca ouviram falar sobre o tema. Alguns inquiridos mencionam timidamente que já ouviram falar sobre o freeganismo nos meios de comunicação, entretanto, pelo que conseguimos analisar através dos seus discursos, os mesmos ainda associam o freeganismo com os atores sociais que se utilizam das mesmas práticas de recolha de alimentos para suprirem as suas necessidades de sobrevivência.

5. Caracterizações sociodemográficas dos adeptos do freeganismo em Portugal

Este conjunto de informações sociodemográficas, fazem parte da primeira dimensão de análise que caracteriza todos os respondentes do questionário, antes da seleção dos adeptos propriamente dita.
Assim, verificámos após uma primeira seleção, que referente à **"Nacionalidade dos inquiridos"**, (97%) são cidadãos portugueses e são predominantemente do **"Género Feminino"** (62%). Têm entre 20 e 24 anos de **"Idade"**, (35%).
Sobre a "Situação Académica" atual dos inquiridos, verifica-se que o maior índice, (67%), ainda frequenta a Instituição de Ensino e são Estudantes com grau académico corresponde ao Mestrado (34%), sendo que a maior frequência das respostas provém da Faculdade de Ciências e Tecnologias de Universidade Nova de Lisboa (FCT-UNL), (18%), e não são estudantes do Programa Erasmus.
O "**Contexto Profissional**" do inquirido configura-se num dos elementos mais importantes para o desenvolvimento das análises sobre as motivações que levam os inquiridos a aderirem ao freeganismo. Através das informações coletadas busca-se um entendimento no comportamento da prática do mergulho no lixo em busca de alimentos e outros bens materiais conjugados ou não com a ideologia pressuposta pelo freeganismo e não com as necessidades de ordem financeira.
Reflete também a motivação do adepto para a situação da regularidade na recolha. Compreender o contexto profissional do inquirido, percebendo o seu envolvimento com a causa, e conhecendo a sua situação familiar e a localização da habitação (uma vez que a revisão de literatura nos mostra que o freeganismo é um fenómeno com tendência urbana), são os principais objetivos deste conjunto de questões que representamos nesta dimensão.
Relativamente a **"Profissão dos Inquiridos"** observa-se que (34%) são Estudantes e (15%) são Professores. Os outros (21%) correspondem às diversas profissões. Com relação à "**Situação Profissional"** obtivemos um percentual de (48%) de inquiridos Empregados e (43%) de inquiridos Desempregados.
Sobre o **"Contexto Familiar"** apurou-se que os respondentes são sobretudo Solteiros (63%) e atualmente vivem com mais 3 pessoas (26%), as quais denominamos para este estudo de Agregados (familiares, amigos, etc.) e residem na zona de Lisboa (12%).

6. Freeganismo e sociedade

Motivação para a adesão ao freeganismo: observamos que os adeptos discursam sobre a sua adesão ao freeganismo pelas perguntas clássicas: "como, quando e porquê", por isto entendemos que as respostas deveriam ser do tipo abertas em substituição às entrevistas em profundidade, para podermos obter um melhor resultado na análise destas razões. Observámos também que o fato de colocarmos algumas informações nas perguntas causaram de certa forma uma maior abertura para as respostas dos inquiridos, estas informações foram conduzidas com a preocupação constante de evitar a subordinação aos inquéritos que caracterizam os métodos quantitativos e com a intenção de evocarmos através deste método a memória dos inquiridos nas respostas, conforme Kaufmann (2003). É interessante observar que as respostas sobre como os inquiridos se tornaram *freegans* divergem umas das outras, mas essencialmente alegam que o desperdício e a consciência ecológica estão nas suas bases de decisões. Observa-se também que a faixa etária dos 20 anos de idade está no maior número de respostas, o que nos leva a acreditar que coincide com a fase dos estudos académicos, que como já o dissemos acreditámos ser o período e universo de maior circulação de informações. E também pode estar no fato de que nesta faixa etária há uma maior autonomia de vida.

Avaliação de Si Próprio e pelos Outros: referente a perceção que os inquiridos adeptos do freeganismo tem sobre a avaliação que as pessoas não adeptas fazem da sua opção (pessoas conhecidas, alguns moradores da zona e até de amigos e familiares), variam de acordo com a importância relativa que cada um atribui a essas opiniões, assim, classificámos em dois tipos as respostas obtidas. Sendo uma "Positiva", ou seja, a noção de que alguns atores sociais os percebem positivamente no domínio de suas práticas freeganas e "Negativa", como alguns atores sociais os percebem pelo lado negativo da prática freegana.
Apresentámos na Figura 4 – Perceção dos adeptos quanto à forma de avaliação dos Não Adeptos, as representações de como os adeptos percebem que os atores sociais não adeptos os avaliam.

Figura 4: Perceção dos adeptos quanto à forma de avaliação dos Não Adeptos.

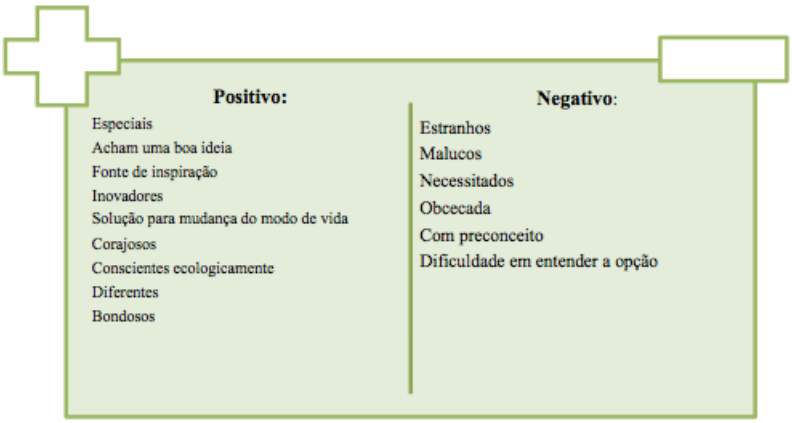

Fonte: retirado do Capítulo 5 - Saberes Freeganos da dissertação apresentada "Estilo de Vida e Comportamento Alimentar Freegans: a saúde em risco ou risco para a saúde? (2013).

Reconhecimento e Visibilidade: a) o alcance que o Reconhecimento e a Visibilidade do Freeganismo em Portugal atinge na contemporaneidade, conforme os estudos demonstraram, ainda é muito confundido com outros atores sociais que sobrevivem desta prática como já o dissemos. **b)** Os adeptos pretendem através das suas estratégias pouco comuns e até mesmo radicais, conscientizarem outros atores sobre o problema do desperdício alimentar que vem aumentando na sociedade, e que é um problema de todos, mas mesmo com algumas semelhanças do freeganismo praticado em outros países, em Portugal esta forma de captar as atenções ainda é muito limitada devido em parte à falta de informações corretas acerca do freeganismo e talvez seja esta uma das razões pelo qual ele ainda é pouco conhecido e aceite na sociedade portuguesa, em detrimento do fator cultural

Aceitabilidade e Cultura: relativamente à questão cultural que envolve o freeganismo em Portugal, vimos que pelos discursos dos respondentes espontâneos ou não adeptos, não há uma aprovação da ideologia, nem sequer uma tolerância com relação à prática do mergulho no lixo. Podemos perceber isto, através das leituras que realizamos para esta investigação. E, neste sentido, o freeganismo em Portugal diferencia-se dos outros países, por ser menos praticado, menos visível e menos tolerado pela sociedade, principalmente nas grandes cidades.

Política e Sociedade de Consumo: embora não tenha sido o objetivo desta investigação discutir sobre as ideias políticas que estão presentes em praticamente todos os estudos sobre o freeganismo ao qual tivemos acesso, não podemos nos furtar a elas, mesmo que muito palidamente. Assim, a nossa reflexão sobre estas ideias vai de encontro ao surgimento do Grupo GAIA (2013), que como já o dissemos foi criado por um grupo universitário a fim de se discutir as ideias sobre a sociedade de consumo e sua estrutura, que atinge cada dia mais de forma negativa toda a vida do planeta.
Contudo, ao que tudo indica a sua conceção não eclodiu de forma significativa no meio português ainda. Finalmente, mergulhar na lixeira em busca dos desperdícios gerados pela sociedade é muito vantajoso para os *freegans* e sem estes desperdícios o freeganismo provavelmente deixaria de existir, pois é deles que dependem os *freegans*.

> Toda reflexão teórico-prática que fizemos até aqui, incidiu objetivamente, sobre uma das muitas formas de observar um fato social inusitado para a sociedade portuguesa, sobre o tema do desperdício alimentar e consequentemente do seu reaproveitamento praticado pelos adeptos do freeganismo.
> Repensar as estratégias tradicionais de comensalidade nos fez refletir que existem outras práticas significativas, além da paradigmática na nossa sociedade. Investigar as diversas reações dos inquiridos, partindo do princípio que as informações acerca do freeganismo fazem parte do contexto extra e académico dão ao processo investigativo muito mais sentido.
> Outra questão que marcou muito as reflexões e discussões neste estudo, foi importância da comunicação correta que deve ser repassada para a sociedade sobre o freeganismo. Uma reflexão sobre um determinando fato social só é eficaz quando as pessoas tomam conhecimento e dialogam suficientemente para perceber que tipo de expectativas este fato vem criando na sociedade. Se não for assim, provavelmente as pessoas tirarão conclusões precipitadas e inadequadas acerca do que vêem nas suas vidas quotidiana acreditando que a realidade de outras pessoas é algo totalmente errado.

Bibliografia

ABONÍZIO, J. (2009), *Aparências ímpares: Um estudo sobre os modos de ser e aparecer dos usuários de modificações corporais extremas*. Tema apresentado no II Congresso Brasileiro de Educação Física do Centro Oeste-Cuiabá de14 a 19 de Junho de 2010. Disponível em

http://www.polemica.uerj.br/ojs/index.php/polemica/rt/printerFriendly/124/243, [Consultado em 20 de Dezembro de 2012].

BARDIN, L. (2004), *Análise de Conteúdo*. (3ª ed.) Lisboa: Edições 70.

COSTA, A. (1985), Espaços Urbanos e Espaços Rurais: um Xadrez em Dois Tabuleiros. *Revista Análise Social*, pp 735-756.

Disponível em

http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223478825H5hMF0jk9Em99KY7.pdf, [Consultado em 21 de Janeiro de 2013].

COSTA, A. (2003), *Sociologia*. (4ª ed.) Coimbra: Quimera.

DGES, (2013), *Direção Geral de Ensino Superior*.

Disponível em *http://www.dges.mctes.pt*. [Consultado em 1 de Julho de 2013].

FAO, (2013). *Food and Agriculture Organization*. Disponível em *http://www.fao.org/home/en/*, [Consultado em 20 de Maio de 2013].

FEEDING THE 5000, (2014), *Feeding the 5000*. Disponível em *http://feedbackglobal.org/*, [Consultado em 3 de maio de 2013].

FREEGANISMO, (2013). *Site Oficial da Organização Freegan*.

Disponível em www.freegans.info.com, [Consultado em 30 de Setembro de 2012].

GAIA, (2013). *Grupo de Ação e Intervenção Ambiental*. Disponível em *http://gaia.org.pt/node/16209*. [Consultado em 3 de Maio de 2013].

GIDDENS, A. (1999), *Para uma Terceira Via*. (1ª ed.) Lisboa: Editorial Presença.

KAUFMANN, J. (2003), *A Mulher só e o Príncipe Encantado*. Porto: Editorial Notícias.

LINHARES, T. (2009), *Do Ludismo ao Radicalismo: Micro-poderes e Novas Estratégias de Resistência à Sociedade de Consumo*. Tema apresentado ao Grupo de Trabalho na Divisão Temática de Comunicação, Espaço e Cidadania do Intercom Sudeste 2009. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Disponível em

http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0023-1.pdf, [Consultado em 3 de maio de 2013].

NATIONAL, G. (2014, Mai), *Como alimentar 9.000 milhões – O Próximo Desafio do Nosso Planeta. Cinco Propostas para Alimentar o Mundo*. pp. 1-31.

NATIONAL, G. (2014, Ago), *Porque Desperdiçamos Tanta Comida – O Preço do Desperdício da Comida.* pp. 26-37.

ONU. (2013), Organização para as Nações Unidas. Disponível em *http://www.un.org/en/*, [Consultado em 20 de Maio de 2013].

SMITH, M. J. (2001), *Manual de Ecologismo – Rumo à cidadania ecológica.* Lisboa: Perspectivas Ecológicas.

WIKIHOW, (2013). *Como Mergulhar no Lixo*.

Disponível em

http://pt.wikihow.com/Mergulhar-no-Lixo. [Consultado em 1 de Julho de 2013].

Outras fontes consultadas:

Zero Desperdício, (2014). Zero Desperdício – Portugal não se pode dar ao lixo. Disponível em *http://www.zerodesperdicio.pt/*, [Consultado em 15 de Abril de 2013].

Refood. (2014), Refood – Aproveitar para Alimentar. Disponível em *http://www.re-food.org/blog/*, [Consultado em 15 de Abril de 2013].

A hora da conta: consumo de recursos e ações mitigadoras no semiárido de Minas Gerais, Brasil[1]

Eduardo Magalhães Ribeiro
eduardomr@pq.cnpq.br

Camila da Silva Freitas
camilasfreitas8@gmail.com

Flávia Maria Galizoni
flaviagalizoni@yahoo.com.br

Cecília Fakhouri de Oliveira
cissafo@gmail.com

Ana Pimenta Ribeiro
anapimentaribeiro@yahoo.com.br

Resumo: *Gerais* é a denominação dada a uma parte do semiárido do estado de Minas Gerais, Brasil, onde por décadas agricultores produziram com reduzida dependência das chuvas. A modernização agrária nos anos 1970 provocou a tomada de suas terras por empresas agropecuárias, e a expansão das áreas protegidas nos anos 1990 criou restrições ao uso dos recursos naturais. Acossados nas margens dos pequenos cursos de água pelas empresas rurais, proibidos de explorá-las pelas agências ambientais, os agricultores da região buscaram, por meio de parcerias, financiamentos e projetos, alternativas para produzir conservando. Este artigo analisa a trajetória de uma associação camponesa, investigando os limites e conflitos impostos por empresas e agências públicas por um lado; por outro lado, sua busca por técnicas e mercados, no esforço para produzir, conservar e construir novos fundamentos para os sistemas de produção. Passados dez anos, com mobilização de grande conjunto de recursos técnicos e financeiros, as condições de produção não foram recompostas.
Palavras-chave: agricultura familiar, Semiárido, convivência com a seca, conservação de recursos naturais, rio São Francisco.

1. Introdução

Ao norte do estado de Minas Gerais, no sudeste do Brasil, existe uma vasta área de transição do bioma cerrado para o bioma caatinga, que os habitantes do lugar denominam como "gerais", de solos compostos de areia quartzosa, vegetação quase sempre arbustiva e topografia de suave ondulação, a "chapada", cortada por pequenos cursos de água que correm de oeste para leste no rumo do rio São Francisco. Embora chova pouco nos gerais – a média de precipitação anual nesta região fica em torno de 700 mm -, existem milhares de nascentes de pequenos cursos de água, conhecidos como "veredas", que abasteceram a área com regularidade, sustentaram o fluxo do rio São Francisco, e permitiram a formação de um complexo sistema regime agrário baseado no uso combinado de margens de veredas e chapadas para produção de alimentos e criação de gado bovino.

1 As pesquisas que deram origem a este artigo foram apoiadas pelo CNPq/MCT e Fapemig.

Desde fins do século XVII os gerais foram ocupados por levas de camponeses que criavam gado na solta das chapadas e, na estação seca, cultivavam terrenos embrejados e margens de veredas com sistemas de regadio. Desse modo, as chapadas eram usadas em comum, sem cercas, e na imensidão dos planaltos dos gerais os criadores definiam suas próprias áreas de solta onde era manejado o rebanho de uma mesma comunidade rural. No começo da estação seca o gado era conduzido para pastos formados, mais próximos das moradias, e aí permanecia por 3 ou 4 meses, até as chuvas. As áreas de regadio, menores e mais reservadas, eram partilhadas e exploradas por cada família com plantio de arroz, feijão e outros cultivos utilizados para alimentação. Desse modo, o povoamento se distribuía ao longo dos cursos de água, que forneciam as referências geográficas e produtivas para cada comunidade rural.

O movimento denominado como revolução verde, que na década de 1970 provocou uma profunda transformação da agropecuária brasileira, alterou radicalmente este sistema de produção. A região dos gerais, que até então fora ocupada por camponeses livres e pequenos fazendeiros, a partir dos anos 1970 recebeu uma série de estímulos oferecidos por agências públicas para expandir a escala e modificar a pauta de produção. Foram principalmente quatro os vetores para transformações produtivas nos gerais: i) a sistematização e drenagem de veredas e brejos para cultivos irrigados de grande escala; ii) o corte de cozimento da vegetação nativa para produção de carvão vegetal para abastecer siderúrgicas; iii) a introdução da pecuária bovina extensiva melhorada nas chapadas e nas áreas de mata; iv) o cultivo de eucaliptos em grande escala.

No começo da década de 1990 a intensificação produtiva dos gerais se esgotou, em parte por conta da crise fiscal que o Brasil enfrentou na época e limitou seriamente os financiamento públicos, em parte por problemas técnicos, produtivos e ambientais. Os brejos e veredas secaram, tornando inviável o plantio irrigado; os solos de gerais se revelaram, em geral, impróprios para produção de pastos melhorados e eucaliptos; cresceram as restrições legais para desmate de áreas de gerais.

Nos anos 1990 foi ficando claro o imenso passivo ambiental originário dos insucessos da exploração intensiva dos gerais, ao mesmo tempo em que a conservação das águas do rio São Francisco foi se tornando um imperativo. Este rio é uma das principais fontes de abastecimento de água para uso doméstico e produtivo do Semiárido brasileiro, além de produtor relevante de energia elétrica. O depauperamento do rio e a complexa rede de interesses ligada ao hidronegócio conduziram ao endurecimento dos programas de conservação dos gerais que, entre os anos 1990 e 2010, se transformou no maior mosaico de conservação ambiental do sudeste brasileiro.

A revolução verde e os programas de conservação, em sequência, foram duros golpes para os sistemas de produção dos camponeses geralistas. Perderam terras comuns nas chapadas, tomadas por empresas que migraram para a região atraídas pelos incentivos governamentais da revolução verde, perderam as águas das veredas e brejos drenadas para irrigação de grande escala ou assoreadas pelo manejo intensivo das chapadas, perderam condição de produzir alimentos no sistema de regadio para conservar águas, por imposição das agências de controle ambiental. Diante desse cenário, os camponeses tiveram que buscar alternativas para produzir dentro dos limites de uso da água, da terra e dos recursos naturais.

Este artigo analisa a trajetória de comunidades camponesas do rio dos Cochos, em Januária, Minas Gerais, que postas diante dessas dificuldades, optou por mudanças e adaptações nos sistemas que permitissem conservar recursos e, ao mesmo tempo, produzir. Assim, experimentaram um conjunto de adaptações, inovações e tecnologias sociais adaptadas ao semiárido. Além disso, negociaram apoios de organizações sociais e estatais que produziram um notável acúmulo de experiências de gestão de projetos. Como a situação enfrentada por esses camponeses é compartilhada por toda a população rural dos gerais e do semiárido brasileiro, sua experiência e os resultados alcançados são emblemáticos dessa relação que coloca no mesmo caldo de cultura mediadores e camponeses, agências estatais e da sociedade civil, empresas de grande porte e agricultores familiares, interesses econômicos imediatos e horizontes de reprodução da sociedade.

2. Metodologia

O estudo que originou este artigo foi feito em várias fases entre 2007 e 2014.

Na primeira fase, a pesquisa teve como objetivo conhecer o lugar. O município de Januária fica no sudeste brasileiro, na região Norte do estado de Minas Gerais, com uma área territorial de 6.661,66 km2, população de 65.463 habitantes, com 56% de população urbana e 44% de população rural (IBGE, 2014). A precipitação anual média é de 947 mm, com topografia plana e pequenas ondulações. As principais atividades do município estão no setor primário - com ênfase no agroextrativismo – e serviços. As cadeias produtivas mais importantes da agricultura são o extrativismo, bovinocultura, hortifrutigranjeiro e pesca artesanal. Januária tem a maior área de mata nativa de cerrado conservada do sudeste brasileiro, e esta se torna uma das bases de sustentação da agricultura familiar, por meio da coleta de frutos. O rio dos Cochos é formado por 13 nascentes, cortando os municípios de Januária e Cônego Marinho numa extensão de 56 km, com uma bacia que ocupa 159 km2 (Oliveira, 2014).

Figura 1 Localização do município de Januária em Minas Gerais

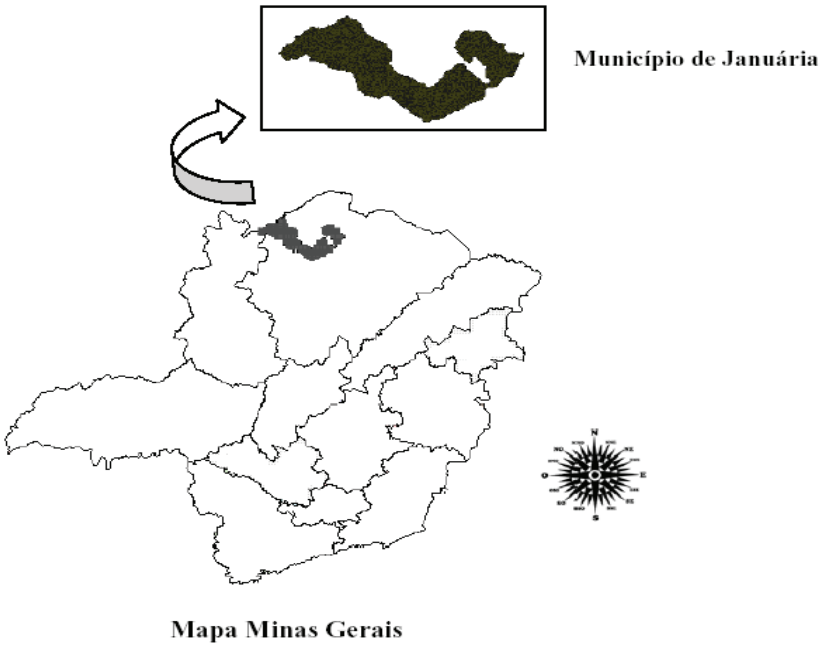

Fonte: Galizoni (2005).

A partir de 2007 a equipe de pesquisadores começou a investigar essa região, entrevistando organizações de agricultores e agências de mediação que atuam com eles: organizações de igreja, extensão rural e representação de agricultores familiares. Essas organizações, pela sua própria natureza, constroem, estimulam e apóiam buscas de alternativas produtivas e conservacionistas, e suas narrativas promovem o encontro entre a história agrária, as políticas públicas e as contradições das organizações da sociedade civil.

Numa segunda fase da pesquisa foram feitas entrevistas com a população do lugar, partindo de uma amostra de 15% das famílias rurais das 6 comunidades que ficam às margens do rio dos Cochos, totalizando 50 famílias, distribuídas proporcionalmente ao adensamento da população. Esta amostra foi escolhida em reuniões com a associação de moradores e os mediadores, selecionando famílias de acordo com critérios que combinaram acesso à água, tamanho da terra disponível, sistema de cultivo, dedicação à criação de animais e participação em atividades comunitárias.

Essa fase combinou métodos de levantamento quantitativo e qualitativo. No levantamento quantitativo inicial foi usado um questionário fechado buscando informações sobre tamanho e composição do núcleo domiciliar, área produtiva, diversidade e quantidade da produção, canais e destinos da produção comercializada, agroextrativismo e programas públicos.

Concluída esta etapa, tabulados os roteiros que forneceram um painel do conjunto da situação e das singularidades de cada comunidade, começou a investigação qualitativa com estas mesmas famílias, desta vez usando duas técnicas. Primeiro, a entrevista com a família, orientada por roteiro, com o propósito de captar aspectos específicos dos sistemas de produção, das normas de gestão de recursos naturais, dos níveis de consumo de água e dos processos de beneficiamento e comercialização da produção. Segundo, fazendo entrevistas focalizadas com grupos maiores de pessoas de uma mesma comunidade, as entrevistas coletivas, que aconteciam em reuniões comunitárias onde eram usadas dinâmicas de trabalho em grupo e propostos alguns temas para debate: história da ocupação da terra, técnicas agrícolas, acesso a água e aos recursos comuns, consumo e restrições ao consumo de alimentos. Além disso, foram feitas caminhadas orientadas no espaço rural, desenhos de mapas dos territórios comunitários e visitas aos locais de produção, beneficiamento e comercialização. Essas técnicas visaram perceber organização e dinâmica do trabalho e da produção familiar; a presença, importância, sistemática e destinos dos recursos extraídos do meio; as técnicas, recursos e destino dos produtos da indústria doméstica rural; os usos e manejos das áreas comuns.[2]

Na terceira fase da pesquisa, para aprofundar os conhecimentos sobre história, ambiente, produção e recursos naturais, foi consultado um grupo específico de moradores das comunidades rurais. Nelas vivem pessoas que têm um conhecimento consistente de temas relacionados à história, aos recursos naturais e aos processos materiais e cotidianos – produção agrícola, saúde humana e animal, preparo de alimentos, coleta de recursos, manejo de pastagens, por exemplo, que a literatura antropológica denomina como *especialistas*. Na pesquisa inicial com a população rural, a fase dois descrita acima, foi pedida a indicação dos especialistas do lugar, pessoas que dispusessem de conhecimento sólido e reconhecido, com um "*repertório próprio de conhecimentos, cuja aparente rusticidade apenas esconde segredos e saberes de uma grande complexidade*" (Brandão, 1986:16). Foram entrevistados 24 especialistas em recursos da natureza para a saúde, recursos vegetais e história produtiva das comunidades.[3]

Numa quarta e última fase foram investigadas as relações entre a população e os recursos, e as alternativas de produção e conservação experimentadas por esses agricultores. Então, foram dados mais alguns passos:

> i. Levantamento do conjunto das iniciativas de conservação de recursos e produção conservacionistas na subbacia do rio dos Cochos, tendo por objetivos identificar as iniciativas que foram propostas desde o início das atividades de conservação do rio, compreendendo ações exclusivas de conservação, emprego de tecnologias produtivas de baixo impacto, manejo agroextrativista, técnicas solidárias de produção, associação conservação/produção. O inventário das iniciativas foi realizado por meio de entrevistas semi-estruturadas com 3 sujeitos:
> - organizações de mediação da ação coletiva, como Emater/MG, Cáritas Diocesana, Instituto Estadual de Florestas, Secretaria Municipal de Agricultura e outras agências assemelhadas, visando captar ao mesmo tempo os tipos de iniciativas, as parcerias construídas, as fontes e os montantes de recursos utilizados, a articulação entre iniciativas e a avaliação dos resultados;
> - organizações locais atuantes exclusivamente na área do rio dos Cochos, compreendendo a associação da subbacia (Associação dos Usuários da Sub-Bacia do rio dos Cochos, Assusbac) e associações comunitárias operantes nas localidades rurais, levantando as características e resultados das iniciativas, conforme acima.
> - beneficiários e população diretamente atingida pelas iniciativas, compreendendo o mesmo elenco de questões indicadas acima, com a diferença de buscar o detalhamento

2 Sobre as técnicas empregadas no Diagnóstico Rápido Participativo ver Gomes e outros (2000).

3 Este conceito é tomado de empréstimo a Brandão (1986), que o descreve assim: "O *especialista exerce na comunidade um trabalho profissional e uma relação de docência, reconhecida como fazendo parte de um domínio comum de trabalho."* (Brandão, 1986:21-22); consultar também Posey (1987).

por iniciativa, seus impactos ambientais e produtivos na perspectiva do agricultor(a)/ sujeito da iniciativa, visando captar a avaliação microlocal e o detalhe do resultado produtivo, ambiental e educativo.

ii. O segundo passo na metodologia consistiu na análise das fontes de recursos, dos montantes investidos em recursos materiais, em habilidade técnica e em dispêndio de tempo e trabalho da população local, que sempre contribuiu nessas iniciativas com acompanhamento, contrapartidas e imersão na proposta. Desta maneira, ao final deste levantamento executado junto aos agentes financiadores, às organizações de mediação, às organizações locais e às famílias direta e indiretamente atingidas pelas iniciativas, foi possível montar um estimativa de custos por iniciativas.

A sistematização dessas informações permitiu construir uma primeira baliza sobre os custos de programas de extensão orientados para o semiárido, compreendendo as interações entre população, recursos hídricos, recursos naturais. A partir de então foi possível dimensionar o montante dos custos, mesmo que preliminares, da recuperação de cursos de água e do conjunto de iniciativas relacionadas à conservação na bacia do rio São Francisco. Esses dados permitem refletir sobre as possibilidade de disseminação, criação de ações de extensão rural, educação ambiental e educação rural, atingindo escalas consideráveis pois os agroambientes de toda a área dos gerais estão sintetizados na complexa rede de ambientes sintetizada no rio dos Cochos: gerais, transição e mata seca.

Concluindo, é necessário acrescentar que este estudo foi possível, sobretudo, pela relação parceira estabelecida com as organizações da região. A Cáritas Diocesana de Januária e a Associação de Usuários da Sub-bacia do Rio dos Cochos, Assusbac, definiram em conjunto com os pesquisadores as prioridades de pesquisa, articularam as campanhas de campo, forneceram a infra-estrutura necessária para as atividades de pesquisa, usaram seu conhecimento do lugar para abrir as portas das casas para os pesquisadores, orientaram as equipes em campo e debateram os resultados que, evidentemente, passaram a fazer parte de seu próprio acervo de informações. E como a pesquisa foi permanentemente negociada com as organizações parcerias, seus resultados foram transformados em produtos, devolvidos à população pesquisada sob a forma de cursos de capacitação, cartilhas, livro, eventos de sensibilização, cursos de formação e dados de pesquisa sistematizados que servem para orientar prioridades e subsidiar projetos. Essas organizações parceiras também mediaram o diálogo dos pesquisadores com outras agências que atuam na região, como a Emater/MG, o Instituto Estadual de Florestas e as agências municipais.

3. Semiárido

Nordeste

O Semiárido ocupa grande porção do Nordeste e parte do Sudeste brasileiro. Ao longo da história recente do Brasil este vasto clima ficou marcado pelo estigma da seca e da miséria. Esta imagem se deve, em grande parte, a um livro seminal publicado em 1902, “Os sertões”. Nele, Euclides da Cunha narrou de forma magistral o conflito messiânico ocorrido em Canudos, Bahia, protagonizado pelo beato Antônio Conselheiro, que durante dois anos enfrentou as forças armadas brasileiras com um exército composto por camponeses – jagunços. Vinculando o conflito social ao meio e ao clima, o livro de Euclides da Cunha conseguiu estabelecer uma associação duradoura entre o Semiárido brasileiro e a fome, as migrações forçadas e o mandonismo local. Este vínculo marcou a maneira como o Brasil passou a compreender o seu Nordeste, consolidando a imagem negativa do semiárido, que passaria então a carecer de ações especiais, mediadas pelo poder público.

Mais de três décadas depois de “Os sertões”, Gilberto Freyre, em “Nordeste” (1937), acrescentou informações essenciais para a revisão deste paradigma. Freyre insistia que aquela, antes de ser uma região problemática, era uma região específica: marcada por clima e solo próprios, dispunha também de cultura própria, e de

características únicas que poderiam ser potencializada nos aspectos materiais e culturais. Desse modo, o Nordeste poderia dar base a uma abordagem positiva e propositiva que permitiria construir um sentimento de pertencimento e valor que nortearia um conjunto novo de possibilidades econômicas.

Já nos anos 1960 o geógrafo Manuel Correia de Andrade, em "A terra e o homem no Nordeste" (1963), acrescentou novas e relevantes informações sobre o tema. Andrade observou que o vasto "Nordeste" na realidade era uma ficção: dada a diversidade de climas, culturas, ambientes e recursos, existiriam muitos nordestes brasileiros, cada qual com características próprias e singulares, em termos de estrutura e regimes agrários, em termos de capacidades produtivas e potencialidades econômicas. Assim, seria necessário singularizar o Semiárido brasileiro, pois parte dele era úmido, parte dele era muito produtivo e concebê-lo como unidade não contribuía muito para compreender a sua complexidade.

Apesar das abordagens de Freyre e Andrade contribuírem para uma revisão consistente das análises que até então eram feitas sobre o Nordeste, sua eficácia efetiva para promover uma revisão foi muito tímida. Nas artes, na imprensa, na política e, sobretudo no imaginário brasileiro persistiu o Nordeste sertanejo de Euclides da Cunha: um lugar paupérrimo e desalentado, onde a seca explicava a pobreza, e esta explicava a migração, o mandonismo e a violência. Foi com base nesses pressupostos que, ao longo do século XX, os diversos governos brasileiros formularam programas de combate à seca, de perímetros irrigados, de organização de frentes emergenciais de trabalho como forma de gerar ocupação nas muitas e freqüentes secas que assolavam a região.

Foi apenas a partir dos anos 1980, com o fim da ditadura militar e a afirmação dos movimentos sociais, que uma perspectiva nova de compreensão do semiárido brasileiro se tornou possível. Organizações de camponeses, principalmente, afirmaram seu direito àquela sua terra e a possibilidade de construir condições de vida naquele clima. Essa perspectiva crítica emergiu sobretudo pela afirmação da possibilidade de **conviver** com a seca em lugar de **combater** a seca, já que o clima é uma fatalidade que não pode ser remediada, se impõe. Assim, essas organizações passaram a pautar debates e a propor um conjunto de inovações na abordagem, nas relações políticas e nas técnicas produtivas que permitiriam construir condições satisfatórias de existência no semiárido, pois recursos escassos poderiam ser potencializados, viabilizando a reprodução camponesa. As condições de convívio, no entanto, não reproduziriam as condições de produção e vida do Sudeste, Sul ou Norte úmidos; antes, seriam adaptadas – junto com a técnica, a cultura e a sociedade – ao conjunto de valores e costumes que, historicamente, pautaram a vida no semiárido brasileiro. Foi a partir dessas novas bases que as organizações camponesas e movimentos sociais empreenderam esforços para criar bases produtivas adaptadas ao meio que valorizavam a cultura específica dos muitos territórios, culturas, histórias e ambientes que existem no Semiárido.

A partir de então essas organizações passaram a construir uma atitude nova em relação ao semiárido, que se expressa inicialmente na valorização do sentido de pertencimento e na identidade, e que desemboca no esforço de construção de condições matérias de existência. Isso implica em investimentos num arcabouço de procedimentos, programas e técnicas que permitam à população conviver com o semiárido. Não significa apenas criação de técnicas inovadoras, mas também revalorização de técnicas e processos que foram usados ao longo do história de povoamento do semiárido.

É neste contexto que se compreende a situação dos camponeses geralistas.

Gerais

Em começos dos anos 1970 a região dos cerrados do Brasil Central, que comprrende os gerais, passaram a ser objeto de programas de crédito, incremento tecnológico e *modernização rural*, como então se dizia. Explorar esta região se tornou excelente negócio: terras aptas para operações moto-mecanizadas em virtude da topografia plana, solos fertilizáveis pela química agrícola, clima e regime hídrico propícios para agricultura, localização privilegiada em relação às metrópoles e infra-estrutura viária relativamente bem montada (Ortega e outros, 1997; Shiki, 2000; Ribeiro e Galizoni, 2008).

Acreditava-se, na época, que a região deveria ser explorada com mecanização intensiva e ainda nos anos 1970 esse modelo transbordou do cerrado os gerais, que também foram ocupados com essa lógica de produção. A oferta de créditos, assistência técnica e, no caso desta área de Minas Gerais, os subsídios e incentivos

fiscais, conduziram grande número de empresas para se apropriarem da terra para implantar quatro novos sistemas de produção: a pecuária extensiva modernizada, que modificou o manejo, o pastejo e as matrizes genéticas; a agricultura irrigada, que ocupou as várzeas úmidas das veredas implantando produção de grãos; o reflorestamento de eucaliptos e pinus; o carvoejamento da mata nativa usado para *abrir* terras que seriam destinadas às novas atividades ou para abastecer as empresas siderúrgicas (Nabuco e Lemos, 1988; Luz e Dayrell, 2000; Coelho, 2005).

Essas atividades estimularam a tomada das terras de chapadas do Alto-Médio São Francisco, Minas Gerais, privatizadas por empresas de reflorestamento e carvoejamento, estimularam a sistematização das áreas úmidas das veredas e a conversão da mata seca em pastagens. Empresas adquiriam ou grilavam grandes áreas de gerais, terras comuns de populações tradicionais, se assenhorando das chapadas e veredas e *encantilando* - conforme o dizer local - os lavradores na faixa estreita entre as margens dos córregos e o começo das chapadas. As comunidades rurais da região perderam acesso às chapadas, ficaram restritas às culturas e vazantes, intensificaram seus sistemas de produção naquelas áreas, reduzindo a lavoura às áreas de vazantes e conservando o gado o ano inteiro nas poucas terras de culturas que passaram a ser plantadas como pastos (Dayrell, 1998; Coelho, 2005; Ribeiro e Galizoni, 2008; Ribeiro, 2010).

A modernização dos gerais trouxe conseqüências que apareceram com o tempo, como a eliminação da ocupação de pessoal com as atividades intensivas em capital, a concentração da terra e da renda na região. Mas o caso mais relevante para este estudo foram as conseqüências em termos de recursos naturais.

Depois de desmatadas ou desflorestadas as terras arenosas dos gerais se transformaram em carreadores de areia para as nascentes e veredas (Emater/MG, 1985). As veredas sofreram também o impacto da irrigação de grande escala. Depois de drenadas e plantadas por dois ou três anos, a fonte de água minguava, a exploração produtiva acabava, a área era empastada e se recorria a poços artesianos, que drenavam os lençóis superficiais e promoviam a liquidação definitiva da vereda. Eucaliptais, carvoejamento nas chapadas e estradas carreadoras abertas entre talhões conduziram em poucos anos milhões de toneladas de areia que entupiram cursos de água, e assim minguaram as águas dos rios Pandeiros, Pardo, Preto, Ipueiras, Peruaçu e Cochá, que abastecem o São Francisco e seus afluentes pela margem esquerda, desde o Urucuia até o Carinhanha. Por fim, a pressão combinada do plantio dos lavradores com a criação de gado contribuiu para que o desastre ambiental e social se consumasse também sobre as margens de veredas (Cáritas Diocesana de Januária, 2002; Galizoni, 2005).

Nos anos 1990 grande parte desses grandes empreendimentos nos gerais estavam falidos por problemas de gerência ou insuficiência de produção, pela inviabilidade ambiental ou por conseqüência da crise fiscal dos anos 1980. A maioria das empresas e empreendedores se retirou, e o imenso passivo ambiental e social passou gradativamente a ser assumido pelas políticas compensatórias e pelas agências ambientais do Estado, que instituíram na região três movimentos simultâneos: distribuindo recursos emergenciais; criando parques, áreas protegidas e reservas biológicas; normatizando com rigor o uso dos recursos naturais pela população tradicional (Ribeiro e Galizoni, 2008; Funatura, 2008).

O conservacionismo atingiu os agricultores tradicionais da região com a mesma força da modernização que o precedera, provocando deslocamentos forçados de população, promovendo revisão das normas costumeiras de usos e espaços rurais, criando constrangimentos sobre uso de processos produtivos tradicionais e propondo implantação de novos sistemas de produção. Parte dessa população foi deslocada com a criação dos parques, caso do Parque Nacional Grande Sertão e do Peruaçu. O acesso aos campos como área de pastejo tem sido restringido, o plantio nas veredas foi proibido, as áreas de culturas passaram a ser utilizadas com restrições, a abertura de rodovias, expansão de atividades e incorporação de inovações produtivas passaram a ser condicionadas pelos impactos sobre o meio. Estas restrições às práticas tradicionais atingem uma escala espacial considerável: na margem esquerda do rio São Francisco é limitada pelo rio Urucuia a oeste, São Francisco ao sul, Carinhanha a leste e norte; compreende 4 milhões de hectares, dos quais 30% já se converteram em áreas de conservação: 1,2 milhões de hectares (Funatura, 2008; Medeiros, 2011).

A população que permaneceu na terra na região dos gerais foi induzida a adotar novas práticas no manejo da terra e dos recursos. E, nesse cenário, as alternativas produtivas dos agricultores tradicionais da região passaram a ser delimitadas por dois parâmetros, dados por um lado pelo esgotamento de recursos resultante da modernização produtiva e pelas práticas determinadas pelos costumes, por outro lado pela expansão das áreas de conservação

e pela normatização de uso dos recursos determinadas pelas organizações conservacionistas. Assim os sistemas produtivos tradicionais deveriam passar por uma reconversão, incorporando o agroextrativismo sustentável (Funatura, 2008), os sistemas agroflorestais (Gliessman, 2009) e/ou alternativas de produção agroecológica, mercantilização solidárias e cooperativas (Ribeiro e Galizoni, 2009). Mas isso implica num processo complexo de mudança cultural, de criação de novos mercados e de introdução de inovações técnicas agroecológicas em ampla escala para promover essa transição. Implica, portanto, num gigantesco processo de conversão cultural e produtiva.

4. Resultados de pesquisa

Comunidades rurais dos gerais

Nos gerais o povoamento acompanha as águas. Conforme explicou um senhor que mora no lugar há muitos anos: *"-Onde tem água tem gente, e lugar sem água nunca teve dono"*. Como só haverá moradores onde existir água, tanto os altos campos dos gerais quanto as baixadas de mata seca são grandes espaços usados em comum e despovoados, conhecidos na região como *travessão* – uma *travessia* grande, uma estrada comprida sem morador por perto - já que não é possível viver e produzir sem água corrente, brejos, cisternas, poços tubulares ou artesianos.

É por isso que o povoamento segue o serpenteio dos rios, ribeirões e veredas, e se adensa nos brejos, onde as áreas úmidas são maiores. Nas áreas que ficam longe das águas – a maioria das terras, que são chapadas ou matas secas – as moradias são muito raras, e casas só aparecem em grande quantidade perto de algum curso de água, alternando então áreas muito adensadas com largos trechos despovoados.

O *sítio* familiar, porém, é apenas um fragmento da distribuição da terra. Na região de Januária as maiores unidades de referência fundiária são as *fazendas gerais*, grandes e antigas unidades de domínio de terra que incluem e compreendem os estabelecimentos atuais, mesmo depois de décadas de partilhas, fusões e desmembramentos. Assim, a fazenda geral é uma referência espacial para fins de domínio, unidade administrativa para localização de documentos em cartório, mas também um espaço, principalmente de soltas de gado nos gerais, que os produtores rurais incluídos naquela fazenda têm o direito costumeiro de compartilhar.

A disposição espacial dos sítios familiares, começando nas aguadas e acabando no indiviso das soltas comuns ou, na maior parte das vezes, nas grandes glebas de firmas, permite que as unidades de produção aproveitem a diversidade de recursos naturais. As aguadas abastecem famílias de água e alimentos - os terrenos úmidos de *cultura* e *meia-cultura* que ficam entre o chão pantanoso das veredas e o solo arenoso das chapadas são plantados com lavouras de sequeiro, mandioca e às vezes cana-de-açúcar. A chapada é o lugar dos pastos *soltos* e das coletas de frutos, lenha e plantas medicinais.

Esta descrição da disposição de usos de recursos no sítio é, no entanto, apenas ideal, e por dois motivos. Primeiro porque os recursos naturais estarão dispostos no espaço de forma diversa, de acordo com a característica predominante - mata, vereda/gerais, brejo, ou transição entre essas três formações. Em cada agroambiente será diferente a distribuição e os fluxos de recursos. Mesmo entre dois sítios vizinhos essa distribuição pode ser desigual, determinada por maiores ou menores áreas de aguadas, mais ou menos capões de mata no meio dos gerais ou áreas mais extensas de brejos. Assim, cada família terá possibilidades também diferentes para organizar seu sistema de produção, e embora grosso modo seja possível afirmar que em cada comunidade um sistema produtivo é ou tende a ser hegemônico, o vínculo da população com os recursos vai implicar em diferenças sutis de possibilidades que surgem do acesso a um *lotezinho* de cultura úmida, a um pequeno trecho de *gerais misto* onde se assenta um mandiocal ou a um desnível que torna possível *tirar* uma água – como se diz: uma *água-tirada* para irrigação. E o segundo motivo para considerar esta disposição como ideal é que nem sempre se encontra água suficiente nos rios.

Além disso, há o fator demográfico. As unidades familiares de produção nessas comunidades passaram por fragmentação acentuada, e isso estimulou uso mais intenso dos recursos naturais, que se tornaram relativamente mais escassos à medida que a terra foi partilhada e privatizada. E assim, ao longo dos cursos de água o

povoamento é denso e quase sempre ininterrupto, formado por sítios de *frente* muito estreita e muito extensos na diagonal das águas que, como dizem os moradores do lugar, *bebem* nas águas e se acabam nas chapadas. As partilhas de terras explicam em parte o formato alongado dos sítios: no sistema costumeiro de herança, mais que terra se partilha a diversidade de recursos. E para que os recursos sejam distribuídos de forma homogênea entre os herdeiros é necessário que a divisão do terreno na partilha seja idêntica desde a margem da água e das terras de cultura até os campos e capões das partes altas da paisagem. Por isso os terrenos têm frentes estreitas, de 30 ou 50 metros, e cobrem distâncias extensas nos fundos, que às vezes alcançam 2 ou mais quilômetros na diagonal das águas. Mas isso ocorre nas comunidades onde só existem gerais. Existindo mata, o sistema de partilha da terra se modifica, e a planta das unidades familiares obedece a outras disposições.

Nesta, como em tantas outras regiões de agricultura familiar, o acesso à terra acontece principalmente por meio da herança e as as oportunidades de compras se tornaram raras porque os herdeiros tendem a vender para seus próprios irmãos ou cunhados. Fica muito difícil adquirir terra fora das relações familiares, e isso é algo raro, demorado, necessita planejamento e também disposição para pagar preços relativamente elevados, e exigirá do comprador o cálculo rigoroso do uso dos recursos naturais que dispõe e grande senso de oportunidade para adquirir gleba próxima ou que se some àquela que possui ou herdou.[4]

Como a distribuição dos recursos naturais pelo espaço é desigual, em algumas áreas a condição de produção já quase está liquidada, em outras a agricultura e inclusive o regadio continuam persistindo, e noutras os recursos existem, mas as agências de conservação fazem um controle mais estrito do uso das terras e das águas – isso ocorre principalmente na cabeceira das veredas.

Iniciativas

Entre as comunidades rurais que enfrentam dificuldades nos gerais está a população do rio dos Cochos. No "os-Cochos", o "riacho", como falam os agricultores do lugar, existe uma rara iniciativa local de conservação de recursos hídricos e naturais. O riacho começou a secar nos finais da década de 1990. Quando não pôde mais ser usada a "água de regra" e se disseminou a abertura de poços tubulares por toda a região, um grupo de agricultores começou se movimentou para revitalizar o riacho, e como deveriam também continuar produzindo, acabaram por criar uma iniciativa impar de combinar produção de alimentos com conservação ambiental na bacia do rio São Francisco.

Esta tarefa não tem sido fácil, pois existem dificuldades internas, e as iniciativas de conservação esbarram nos costumes, nas técnicas materiais de produção, na dedicação à criação de gado, nos hábitos alimentares e por fim na própria identidade do agricultor. Mas também existem dificuldades externas, porque as tentativas para revitalizar o riacho encontram obstáculos nos órgãos ambientais, nas disputas e arestas que existem entre instituições, na falta de fé nas iniciativas locais.

O desafio posto para os agricultores do rio dos Cochos é produzir conservando recursos num quadro de escassez de água limitado pelos marcos estreitos da legislação ambiental de um lado, pela imaturidade dos mercados para produtos do agroextrativismo de outro, e pela rigidez das possibilidades de produção, ainda por outro. A maioria das técnicas costumeiras e/ou tradicionais exige a integração do produtor com o meio; isso às vezes implica no uso exagerado de recursos naturais.

Foi a partir dos anos 2000 que os rumos dessas experiências ficaram mais claros. Em 2001 a Cáritas Diocesana de Januária, agência da Igreja Católica, se tornou parceira das comunidades rurais do rio dos Cochos, e animou a população do lugar a buscar alternativas, principalmente aprendendo a conviver com a quantidade agora reduzida de recursos. A Cáritas foi aumentando o número e a diversidade de parceiros para fortalecer as iniciativas locais, e várias experiências foram tentadas: de cultivo mínimo, criação de pequenos animais, agroextrativismo, tecnologias sociais, apicultura e construções adaptadas. Algumas dessas experiências alcançaram sucesso, outras revelaram insucesso, e em mais de dez anos de atividade, criada a Associação dos Usuários do rio dos Cochos, Assusbac, esta se esforçou para revitalizar o riacho. Mas fez mais que isso: experimentou construir um modelo de conservação de recursos que articula costumes locais e demandas

4 Sobre herança e partilha de terras consultar Moura (1978) e Galizoni (2007).

ambientais, sociais e de mercado. Os costumes, neste caso funcionam como freios e estímulos, porque, sendo do lugar, a Associação não apóia rupturas e tem que construir seu caminho a partir de um leque dado de possibilidades. Assim, pode até não ter alcançado sucesso no esforço de buscar soluções, mas inventou um modo de mediar esforços de reconstruir os rios degradados.

As experiências de conservação de recursos naturais fazem investimentos na formação de equipes, e as organizações não governamentais ou agências públicas recrutam técnicos, que geralmente levam anos para compreender a lógica da população e dos recursos do lugar. Às vezes conseguem, mas até chegar a este ponto, geralmente conflitam com os costumes do lugar, e às vezes por anos carregam o peso das dificuldades iniciais de diálogo com a população. Isto costuma ser uma barreira para o sucesso de programas. Mas a Associação dos Usuários da Subbacia do rio dos Cochos inovou, incorporando extensionistas do próprio lugar, estabelecendo filtros temáticos mais rígidos para as alternativas experimentadas, de modo que a condução do processo obedeceu ao ritmo do lugar; as soluções propostas passam pela memória da experimentação, que se torna coletiva.

A associação buscou parceiros para auxiliar na captação de recursos para desenvolver projetos e ações, por meio de parcerias institucionais para desenvolvimento de projetos, além de se relacionar com diversos movimentos sociais, conselhos e comitês, a fim de manter o fluxo de troca de experiências e aumentar a visibilidade da associação em diversas dimensões. Foram identificadas quinze organizações que fizeram ações com a Assusbac. Para melhor compreensão da atuação, foram arranjadas em três grupos: entidades religiosas, sociedade civil e órgãos públicos.

As entidades religiosas são duas: a Cáritas Diocesana de Januária e a Misereor. Ambas são entidades da Igreja Católica, e destaca-se a influência dessas instituições no auxílio à promoção do desenvolvimento rural. Com relação ao aporte de recursos, Cáritas /Misereor, o total investido pela Misereor foi de R$1.230.145,75. De forma que a divisão se estabelece da seguinte maneira (em valores atualizados para os preços de 2014): de 2001 a 2003 (primeira versão do projeto de revitalização do rio) a Misereor desembolsou R$ 358.470,47. De 2005 a 2007, quando o projeto foi renovado, o investimento foi mais abundante, com o total de R$ 540.505,66. E, na terceira vez o aporte foi de R$ 331.169,62[5].

As organizações da sociedade civil estão situadas dentro do espectro de entidades que possuem como objetivo final trabalhar a favor da provisão de uma melhor qualidade de vida para a sociedade. No caso da ASSUSBAC, as organizações parceiras da sociedade civil ao longo de dez anos de existência foram: Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN), Centro de Agricultura Alternativa (CAA), Articulação do SemiÁrido (ASA), Cooperativa Grande Sertão (CGS); Articulação Popular de Defesa do São Francisco;Sindicato dos Produtores Rurais de Montes Claros / SENAR.

As ações desenvolvidas na sub-bacia do rio dos Cochos que envolveram os órgãos pertencentes ao Estado, tanto na dimensão federal, estadual ou municipal (universidades federais, EMATER-MG, IEF-MG e Ministério Público-MG) foram diversas. Ressalta-se que algumas ações foram feitas a partir de iniciativas de pessoas que trabalhavam no órgão e que se solidarizaram, dispostas a colaborar com as comunidades no processo de revitalização do rio dos Cochos. Outra observação é que, por se tratar de setor público, não foi possível identificar valores financeiros do investimento de alguns órgãos.

---

5 Todos os valores relacionados ao aporte de recursos financeiros que aparecem nesta pesquisa foram corrigidos de acordo com os efeitos da inflação, tendo como ano-base o ano de 2014 e o mês de junho. São valores estimados e calculados utilizando-se o índice IGPM (Índice Geral de Preço de Mercado), produzido pela FGV. O IGPM é um índice que mede a variação de preços do mercado.

Quadro 1. Tipo de instituição, agências, ações e investimentos relacionados à conservação do rio dos Cochos (2002/2014) em Januária, MG, Brasil.

Categoria	Órgão	Ação	Investimento (R$)	Observações
Instituição religiosa	Cáritas	– Assessoria, capacitação e sensibilização	—	Recursos de projetos relacionados
	Misereor	– Apoio à revitalização	1.230.145,75	Recursos Misereor
Sociedade civil	ISPN	– Alternativas produtivas	75.205,29	Recursos PNUD
	CAA/NM	– Abastecimento e conservação de água	130.240,00	Recursos Ministério Público
	ASA Brasil	– Abastecimento e conservação de água	180.000,00	Recursos do Governo Federal
	Sindicato Patronal / Senar	– Capacitações para produção adaptada	—	Recursos do Governo Federal
Órgãos públicos	Universidades	– Pesquisa e disseminação de sistemas produtivos adaptados	762.088,96	Recursos do Governo Federal e Estadual MG
	Ministério Público	– Abastecimento e conservação de água	118.239,92	Recursos do Ministério Público
Total			2.495.919,92	—

Fonte: adaptado de Oliveira (2014)

Percebe-se que o montante de recursos pode ser dividido em duas origens prinncipais: fundos de agência religiosa e fundos públicos.Cada um deles representa aproximadamente metade dos fundos investidos. Ao mesmo, é notável a continuidade e o prazo longo da agência religiosa Misereor, que em parceria com a Cáritas, sustentou o longo prazo dos investimentos e deu base para sustentar à iniciativa.

Ao mesmo tempo, observa-se que os investimentos se orientam para ações diversificadas, passando de abastecimento de água, uma demanda imediata, para a conservação da água, para a construção de alternativas econômicas adaptadas à realidade do semiárido, de forma a viabilizar a junção entre conservação de recursos e produção. E como essas iniciativas estão postas num contexto de novidades, formar pessoal para geri-las se torna essencial, e por isso se percebe que investimentos em pessoal são efetivamente importantes.

Analisando o longo prazo do projeto, nota-se que, embora revegetado em muitas partes, realizadas muitas atividades de conservação, os investimentos até 2014 não eram suficientes para revitalizar o rio. E assim, a conta pela morte de um rio atingindo o montante subestimado de R$ 200 mil por ano, foi insuficiente para que as águas voltem a correr. Este valor, multiplicado pelo grande número de rios mortos pelo semiárido afora, revela o quanto precisará ser investido para que essas águas voltem a correr.

Bibliografia citada

Andrade, M.C. (1986) Terra e homem no Nordeste. 6ª. Edição, Recife, Editora Universitária da UFPE.

Brandão, C.R. (1986) Saber de classe e educação popular. IN _____ O ardil da ordem. Campinas, Papirus.

Cáritas Diocesana de Januária, Relatório 2002

Chayanov, A.V. (1974) La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires, Nueva Visión.

Coelho, M.A.T. (2005) Os descaminhos do São Francisco. São Paulo, Paz & Terra.

Dayrell, C. A. (1998) Geraizeiro e biodiversidade. Dissertação de Mestrado, Universidade da Catalunha. Espanha.

Emater/MG (1985). Relatório de visita ao PADSA. Belo Horizonte, Emater.

Freyre, G. (1951) Nordeste. Rio de Janeiro, Livraria Editora José Olympio.

Funatura (2008). Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu; Plano de desenvolvimento territorial de base conservacionista. Brasília, Funatura.

Galizoni, F.M. (2007) A terra construída. Fortaleza, Etene/BNB.

Galizoni, F. M. (2005) Águas da vida – população rural, cultura e água em Minas Gerais. Tese de doutorado. IFCH/Unicamp. Campinas.

Gleissman, S.R. (2009) Agroecologia. Porto Alegre, Editora UFRGS.

Gomes, M.A.O; Souza, A.V.A e Carvalho, R.S. Diagnóstigo Rápido Participativo (DRP) como mitigador de impactos socio-econômicos em empreendimentos agropecuários. Informe Agropecuário, vol. 21, n° 202, jan/fev. 2000.

Laville, C. e Dionne, J. A. (1999) construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte, Editora UFMG.

Luz, C. & Dayrell, C. (2000) Cerrado e Desenvolvimento. Montes Claros, CAA.

Medeiros, C. (2011) O caminho de quem anda. Tese (doutorado), PPGAS/Museu Nacional/UFRJ.

Moura, M.M. (1978) Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural. SP. Hucitec.

Nabuco, M.R. e Lemos, M.B. (1988) A rota do capital agrícola em Minas Gerais. Belo Horizonte, Cedeplar.

Oliveira, C.F. (2014) Gestão de recursos naturais e ações para revitalização da bacia do rio dos Cochos no Alto/Médio do São Francisco – MG. Lavras, Dissertação (mestrado).

Ortega, A. C. et al (1997). Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro. Uberlândia, UFU.

Posey, D. A. (1987) Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados. In: RIBEIRO, D. (org.) Suma etnológica brasileira. 2 ed. Petrópolis: Vozes, V. 1,

Ribeiro, E.M. (org.) (2010) Histórias dos gerais. Belo Horizonte, Editora UFMG.

Ribeiro, E. M. e Galizoni, F. M. Quatro histórias de terras perdidas. Revista de Estudos Urbanos e Regionais. Número 9, IX, 2008.

Ribeiro, E. M. e Galizoni, F. M. Notas sobre mercados e empreendimentos das populações rurais tradicionais em Minas Gerais. Anais do XLVIIo. Congresso da Sober, Porto Alegre, 2009.

Shiki, S. (2000) O futuro do cerrado: degradação versus sustentabilidade e controle social. Rio de Janeiro. FASE, Série Cadernos Temáticos, número 2.

Wolf, E. R. (1976) Sociedades camponesas. Segunda edição.Ed. Zahar. Rio de Janeiro.

Socioambientais:
a realidade do conflito serra do Cipó – MG / Brasil

Tathiane Paraíso da Silva
tatymoc@hotmail.com

Maria da Soledade Arruda de Lima
solealima@uol.com.br

André Ramos Carloni
andreramoscarloni@hotmail.com

Geusiani Pereira Silva
geusisocial@hotmail.com

Resumo: Este trabalho se insere a partir de estudos e observações oriundos dos conflitos ambientais, em sua dinâmica global e especificamente os inseridos no contexto mineiro, e sua indivisibilidade com as questões sociais. Pretende-se obter melhor compreensão da dimensão política e social que abrange o ambiental observando as consequências socioambientais entre empreendimentos, que se apropriam dos recursos naturais com vista ao lucro, e as comunidades rurais e tradicionais que utilizam esse espaço como meio de reprodução social, cultural e econômica exemplificado pelo processo de implementação do PARNA Serra do Cipó-MG (1975) a partir da versão dos sujeitos expropriados que habitavam esse espaço social. A integralidade entre os elementos sociais e ambientais compõem o primeiro momento do trabalhopara, enfim, relacioná-la ao conflito instaurado na comunidade do Retiro após a criação do Parque Nacional Serra do Cipó-MG. Observa-se a prevalência da corrente hegemônica preservacionista da criação dos parques

Palavras-chave: Direitos Humanos, Relações Sociais, Questão Ambiental

1. Introdução

Este trabalho se insere a partir de estudos e observações oriundos dos conflitos ambientais, inseridos no contexto mineiro, os quais sofrem rebatimentos do sistema capitalista que possui uma dinâmica global, mostrando sua indivisibilidade com a questão social. Pretende-se obter melhor compreensão da dimensão política e social que abrange a questão ambiental observando as consequências socioambientais entre empreendimentos que se apropriam dos recursos naturais com vista ao lucro, e as comunidades rurais e tradicionais que utilizam esse espaço como meio de reprodução social, cultural e econômica exemplificado pelo processo de implementação do Parque Nacional (PARNA)[1] Serra do Cipó - MG, partindo da versão dos sujeitos expropriados que habitavam esse espaço social.

Para tanto, a integralidade entre os elementos socioambientais com os direitos humanos compõem o primeiro momento do trabalho para, enfim, relacioná-la ao conflito instaurado na comunidade do Retiro após a criação do Parque Nacional Serra do Cipó-MG, também é conhecido como PARNA Serra do Cipó. Observa-se a prevalência da corrente hegemônica preservacionista da criação dos parques

Sabe-se que um dos maiores problemas existentes no século XXI é a situação de destruição pela qual os

1 PARNA – Parque Nacional

ecossistemas têm sofrido. Entretanto, este não é um processo recente. Para Santos (2008) as ameaças a natureza são identificadas a partir do momento em que o capital assinala esse espaço como fonte dos meios necessários à efetivação de suas estratégias lucrativas. Destaca-se que tais processos geram consequências para toda a classe trabalhadora, principalmente para os trabalhadores rurais, pois uma vez sem os recursos naturais disponíveis os meios de produção também ficam comprometidos.

Devido a trajetória de estudos e debates acerca da escassez e abuso no que diz respeito aos recursos naturais, faz-se necessário analisar os processos de apropriação desigual desses recursos, que se constituem em uma das expressões da questão social com base nos projetos desenvolvimentistas, tanto governamentais como de particulares, uma vez que, "pensar a sustentabilidade sem pensar a justiça social, seria, no mínimo, inadequado" (REIGOTA, 2007, p.08). Assim, em função da complexidade das relações engendradas nestes processos, considera-se a espoliação de diversos direitos das populações rurais atingidas por empreendimentos desenvolvimentistas.

Dessa forma, o Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA) , vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), tem realizado inúmeras pesquisas relacionadas aos conflitos socioambientais em Minas Gerais buscando refletir sobre os processos hegemônicos de apropriação e uso dos territórios, dentre elas o conflito gerado pela implementação do PARNA Serra do Cipó localizada no município de Santana do Riacho, distrito de Serra do Cipó, especificamente na comunidade do Retiro.

Ao se constituir um importante ponto turístico da região metropolitana de Belo Horizonte e referência nacional quanto a beleza e exuberância dos recursos naturais existentes na região, acoberta-se inúmeros transtornos causados às famílias que habitavam e habitam o local,compostas por processos abusivos de desapropriação, degradação ambiental de grandes áreas e o esfacelamento das famílias e seus modos de reprodução social.

No entanto, a pesquisa realizada pelo grupo de pesquisadores do NIISA/UNIMONTES consubstanciou análises para a elaboração de laudos sociais, cartas de apoio às comunidades atingidas e um processo de mobilização para dar visibilidade a esse caso, com parcerias de outras Instituições como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) , Comissão Pastoral da Terra (CPT) entre outras. Pode-se, portanto contribuir com o levantamento de informações sobre os moradores da região do Retiro que ainda permanecem em áreas no interior do parque, além de colaborar com os debates acerca das Unidades de Conservação Integral que não consideram a dimensão humana como parte da natureza.

Para esse trabalho utilizou-se de bibliografia especifica sobre esse tema além de relatórios técnicos, planos de manejos do Parque Nacional da Serra do Cipó, os laudos sociais elaborados e análises das entrevistas aplicadas no ano de 2014 com os moradores da região do Retiro.

Os gargalos das transformações provocadas sobre esse espaço são enormes e as mudanças estabelecem um alto grau de insatisfação no que diz respeito principalmente ao bem estar social dessa comunidade.

2. A integralidade entre os direitos humanos e a questão ambiental.

A questão da Serra do Cipó traz uma discussão que envereda principalmente sobre a relação dos Direitos Humanos. Sabe-se que são numerosas as discussões que envolvem esse tema ,assim como não é fácil comentar sobre os diversos aspectos que os circundam.Entretanto, é importante tê-las presentes e ter consciência das mesmas, a fim de que, no momento próprio, os problemas possam ser discutidos sob a luz do sócio-jurídico e superados. Destaca-se que as pessoas trabalhem conscientes de que, em época que tudo se questiona, o tema da fundamentação dos direitos humanos assume papel central.

Ao tomar conhecimento dos descasos do poder público com a população de maneira geral, verifica-se uma ruptura dos princípios dos Direitos Humanos que são aqueles inerentes a todo e qualquer ser humano; direitos legítimos, que nascem com todo homem. Entretanto, será que realmente todos realmente usufruírem desses direitos ou apenas são direcionados e estendidos a alguns "privilegiados" ?

A regra aponta que todos, pelo simples fato de sua humanidade, já possuem o direito a ser igualmente respeitados e esta é ideia central do movimento em prol dos direitos humanos.

Ao buscar conceituar direitos humanos pode-se defini-lo tanto sob o aspecto da análise dos fundamentos, que é tema de grande relevância para a filosofia, sociologia e ciência política contemporânea; como o segundo aspecto é a "abordagem jurídica[2] dessa categoria de direitos que se relacionam diretamente com o conjunto de tratados, convenções e legislações cujo objeto é a definição e regulação dos mecanismos, internacionais e nacionais, garantidores dos direitos fundamentais da pessoa humana"(PINHEIRO,2008,s/p.).
Originalmente ele surge no século XVIII e evolui em três gerações de direitos do homem. A primeira geração de direitos do homem foi um conjunto de princípios que visavam assegurar a segurança jurídica do indivíduo e garantir a igualdade perante a lei. No entanto, nesse momento os direitos humanos não eram privilégio das crianças, dos insanos, dos prisioneiros , dos estrangeiros, das mulheres, dos negros livres , de algumas minorias religiosas e daqueles que não possuíam nenhuma propriedade. Na verdade os tão ansiados direitos a liberdade, igualdade e dignidade desde seu nascimento era prerrogativa de poucos.
A segunda geração de direitos do homem, é aquela em que passa a abranger os direitos econômicos, sociais e culturais (direito à saúde, direito à educação, direito ao trabalho, direito à segurança, direito a um nível de vida decente). Observa-se que ,enquanto a primeira geração procurava proteger do Estado os direitos individuais, esta segunda geração procura solicitar ao Estado a sua intervenção para obtenção de direitos de cariz social - é a criação de um Estado Providência. Contudo aqui temos a figura do imigrante que não participavam dos direitos por não serem naturais.
Hunt (2009.p.19),aponta que:

> Os direitos humanos só se tornam significativas quando ganham conteúdo político. Não são os direitos de humanos num estado de natureza: são os direitos de humanos em sociedade. Não são apenas direitos humanos em oposição aos direitos divinos, ou direitos humanos em oposição aos direitos animais: são os direitos de humanos vis-à-vis uns aos outros.São portanto, direitos garantidos no mundo político secular (...),são direitos que requerem uma participação ativa daqueles que o detém.

Finalmente, a terceira geração é a dos Direitos do Homem constituída por um conjunto de declarações e protocolos que se foram adicionando e sucedendo ao longo do tempo. Passando a incluir um conjunto de direitos mais vagos, tais como o direito à paz, direitos ambientais, direito ao desenvolvimento e liberdade cultural, entre outros.
Conforme diz Bobbio (2004, p.35-36) "os direitos humanos são coisas desejáveis, (...) fins que merecem ser perseguidos, e de que, apesar de sua desejabilidade, não foram ainda todos eles reconhecidos (...)". Ou seja, os direitos se tornam fundamentais de acordo com as demandas da época e estão sujeitos a modificações constates de acordo com os momentos históricos.
Os direitos, portanto, nascem quando novos desafios são colocados para os homens e o mundo contemporâneo coloca o desafio da criação de uma cidadania que possa fazer frente às novas formas de poder e de dominação, concretizando, ao menos em parte, as promessas de igualdade social colocadas desde a emergência da modernidade. É através das lutas empreendidas pelos movimentos sociais que os direitos declarados são transformados em direitos reais.
Assim, entre direitos de cidadania e Estado, existiria uma tensão interna nos diversos direitos que compõem o conceito liberdade versus igualdade. Enquanto os direitos civis e políticos exigiam à sua plena realização em um Estado mínimo, os direitos sociais para serem realizados exigiriam uma presença mais forte do Estado. No entanto, percebe-se que alguns direitos conquistados não são totalmente efetivados pelo Estado, por este não assumir seu real papel na garantia da aplicação das leis. Aqui podemos citar os direitos adquiridos pelos idosos que, além de não serem respeitados na sua totalidade pelo Estado, pela sociedade e pela família, as penalidades previstas ainda ficam a desejar quanto a sua aplicabilidade, deixando uma lacuna na sua real existência enquanto

---

2 Crer-se ser uma abordagem também de cunho jurídico por tratar-se da expulsão de grupos de 25 moradores da Serra do Cipó que ali viviam com seus familiares usando da terra para sua subsistência, por ordem dos Militares, durante o Governo ditatorial na década de 1970. Eram 30 colonos, apenas 6ainda resistem e permanecem no interior do parque.

direitos. Desta forma, as políticas sociais definidas para este segmento populacional tendem a ser excludentes, beneficiando apenas uma parte dessa população.

> Quando os direitos do homem eram considerados unicamente como direitos naturais, a única defesa possível contra a sua violação pelo estado era um direito igualmente natural, o chamado direito de resistência. Mais tarde (...) o direito natural de resistência transformou-se no direito positivo de promover uma ação judicial contra os próprios órgãos do Estado. Mas o que podem fazer os cidadãos de um Estado que não tenha reconhecido os direitos do homem como direitos dignos de proteção? (BOBBIO.2004.p.51).

Na segunda metade do século XX, no período em que o Brasil e demais países da Américas do Sul e Central vivenciavam o regime político ditatorial militar, os homens viram seus direitos de pensar, agir, falar, sonhar e viver altamente fragmentados e muitos deles tiveram uma perda total de todos seus direitos porque perderam também o direito de viver, corroborando com o que diz Bobbio (2004.p.51) que "(...) os direitos do homem são direitos históricos, que emergem gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação e das transformações das condições de vida que essas lutas produzem."

No Brasil, o período que perdurou o golpe militar (1964 – 1983) teve-se momentos de oscilação entre o de maior ao de menor controle social, principalmente no que diz respeito à segunda metade dos anos 70 quando ocorreram intensos movimentos sociais em confronto com o governo militar. Distintos grupos despontaram resistindo às violências cometidas e lutando contra a impunidade que assolava no país, como meio de construir a política dos direitos humanos através desses novos movimentos sociais, dessas novas práticas, outras maneiras.

A intensa extensão geográfica não explorada do país, principalmente nas áreas de fronteira inter-estadual e internacional, tornou o uso da terra ocioso torna-se questionável e proibitivo àqueles que não têm recursos próprios para cultivá-la. Provavelmente, o temos gerado pelo surgimento das guerrilhas nos países vizinhos e de fronteira, levou os ditadores militares brasileiros a tomarem medidas totalmente drásticas e radicais de expulsarem diversos grupos de colonos-posseiros que já se encontravam em suas terras há diversas décadas, retirando da terra sua subsistência e levando para o mercado local o produto de seu trabalho coletivo, obtido através do sistema da agricultura familiar, como foi o caso da Serra do Cipó.

Percebe-se que a concepção humana está diretamente ligada à ambiental, pois não tem sentido trabalhar a dimensão social ou ambiental sem integrá-la a garantia dos direitos fundamentais inerentes a pessoa humana. Portanto "para que haja efetividade de qualquer dos direitos em individualidade, deve-se considerar todos em conjunto, como indivisíveis" (BALIM, 2012, p.1). Essa indivisibilidade foi rompida por inúmeras vezes devido as ações humanas se distanciarem das práticas saudáveis ao meio ambiente. Quando esse deixou de utilizá-la para atender somente suas necessidades básicas e passou a explorá-la para sustentar o modelo de reprodução capitalista pautada pelo lucro e acumulação, houve um rompimento entre a relação homem e natureza de modo que as fragilidades da natureza estão expostas e o ser humano começa a constatar a esgotabilidade dos recursos, consequentemente reconhece mudanças nos modos de vida instituídos.

Ao atingir o ser humano torna-se impositivo a preocupação com a questão ambiental e a ampliação dos debates a cerca do tema sem dissocia-los. Segundo Balim (2012) a interpretação do homem e natureza começou a ser considerada em conjunto, para que a proteção a ambas pudesse ser efetiva.

Por isso, é necessário que se inclua a dimensão humana no ecológico e o ecológico na humana para que a cidadania das populações seja efetivada no contexto de conflitos socioambientais em todos os lugares do mundo.

3. O Conflito Serra do Cipó - Expropriação de Territórios

Por Territórios, entende-se que surge como determinada porção da superfície terrestre que é apropriada e ocupada por um grupo humano, como um espaço concreto em si, ou seja, "o poder referenciado ao controle e à gestão do espaço" (RAIMUNDO e GEHLEN, 2011, p.27).

O cenário turístico no Brasil ao longo dos anos tem sido um dos principais motivos de transformações e incertezas para diversas comunidades localizadas em espaços com possibilidades voltadas para preservação. As mudanças ocorrem principalmente quando territórios antes explorados economicamente para reprodução material se potencializam como espaços reservados para o descanso e lazer explorados pelo setor turístico.
As Unidades de Conservação de proteção integral tem como foco principal a manutenção dos ecossistemas sem interferência humana, ou seja, o intuito principal é a preservação ambiental. Dessa forma, os Parques Nacionais, uma das categorias de Unidades de Conservação, ao preservar importantes recursos naturais com relevância beleza ecológica, propicia uma rica experiência turística através do contato com a natureza.
Para tanto, existe o Programa de Turismo nos Parques, criado e desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Chico Mendes de
Conservação da Biodiversidade e o Ministério do Turismo e a EMBRATUR, que visa estruturar e promover o turismo nos Parques inseridos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação –SNUC (SNUC, art.11, 2000, p.14). Sendo necessário um grande investimento de estrutura básica que atendam as necessidades dos turistas e programas voltados para a promoção do turismo nos parques.
Com essa politica de incentivo e promoção do turismo ecológico, além da visão conservacionista do meio ambiente, cria-se em contrapartida uma série de barreiras e entraves para os habitantes que antes ocupavam esses espaços. São várias as comunidades expropriadas por essa razão e as influências desse novo modelo econômico implantado no lugar modificam hábitos e costumes diferenciados dos que estavam acostumados a vivenciar.
O Parque Nacional da Serra do Cipó, localizada no Distrito Serra do Cipó, município de Santana do Riacho-MG reflete essa dimensão turística devido as riquezas naturais reconhecidas mundialmente.

> Durante muito tempo, convencionou-se chamar de Serra do Cipó uma pequena área, mais movimentada, então cortada por uma estrada de terra no antigo Distrito de Cardeal Mota, pertencente ao município de Santana do Riacho. Em menos de 15 anos, a paisagem e o cotidiano se modificaram. Nas imediações foi aberto o Parque Nacional da Serra do Cipó e, com ele, chegaram novas pousadas e restaurantes. A estrada de chão virou asfalto. A região ganhou um novo nome, Distrito da Serra do Cipó (FERREIRA, 2010, p.32).

É portanto uma região com intensa movimentação turística, potencializada por sua proximidade com a capital mineira, mas que traduz interfaces diferenciadas entre a questão social e ambiental. Se por um lado preza-se pela preservação do meio ambiente, por outro oblitera direitos de populações que dependem diretamente daqueles recursos para sua reprodução social, material e cultural.
Vários são os questionamentos postos à administração do parque, criado na década de 1975 como Parque Estadual e posteriormente transformado em Parque Federal através do Dec nº 90.223 de 25 de setembro de 1984/ Dec nº 94.984 de 30 de setembro de 1987 (Plano de Manejo do Parque Serra do Cipó, 2007), justificadas pelos motivos descritos a seguir[3]:

1. A proteção da fauna e da flora, devido ao alto grau de endemismo de suas espécies (há muitas espécies que só existem na Serra do Cipó);
2. A proteção da bacia de captação do rio Cipó, importante pelas suas cachoeiras e águas límpidas e com bom índice de balneabilidade, cujas nascentes estão dentro do parque;
3. A preservação das belezas cênicas da região que são procuradas pelos visitantes, motivados pela presença de rios, córregos, cachoeiras, cânions, vegetações exuberantes, paredões para a prática de escalada, cavernas e trilhas para caminhadas.

3 Fonte: http://www.serradocipo.com/, acesso em outrubro/2014)

Nesse momento, em meio à ditadura militar, inúmeras famílias foram expulsas de suas terras, sem direito a indenização[4] ou qualquer forma de apoio por parte dos órgãos ambientais. Relatos marcam as atrocidades cometidas por parte dos fiscais que não deram nem ao menos o direito de um prazo para que essas pudessem se reestabelecer em outro lugar. Abandonando suas plantações, casas e todo o histórico de vida, aqueles sujeitos passaram a depender de favores em outras localidades da região sem qualquer tipo de ajuda e/ou posicionamento do poder público local.

Tamanha era a invisibilidade para com esse caso, que em entrevistas pudemos colher informações de dois irmãos que foram totalmente abandonados em um posto policial, sem qualquer estrutura adequada de moradia, permanecendo ali por 3 anos, sem água, sem trabalho, sobrevivendo de doações. Essa é apenas uma exemplificação dos relatos colhidos durante a pesquisa que reflete o descaso não só para com essa família, mas para todos que a mais de 20 anos não receberam qualquer tipo de recompensa.

O Parque Nacional Serra do Cipó é enquadrado dentro de uma Unidade de Conservação de uso Integral, logo, este tipo de unidade não permite a intervenção do homem, ao passo que as famílias que residem ainda dentro do Parque estão em um processo de luta pela terra. São seis as famílias que residem no interior do parque, localizadas na região do Retiro, mas a todo tempo são pressionadas para abandonarem suas terras, através de comunicados de desocupação e uso da força caso resistam a ordem.

A fragilidade desses moradores, considerando ser idosos e pessoas que sofrem transtornos mentais, demonstram a necessidade de intervenção de autoridades locais e instituições que possam articular com o judiciário pela permanência no local. Enquanto isso, os próprios moradores utilizam de estratégias próprias para "afastarem" aqueles que querem expulsa-los, através de pedras e resistência a conversas com qualquer pessoa estranha que se aproxime[5].

As condições de vida são precárias, pois não se pode mais plantar e colher os produtos oferecidos pela natureza, que eram comercializados em outras localidades. De acordo com o relato histórico familiar, percebe-se que todos os moradores sobreviviam da agricultura familiar, com a plantação de produtos como arroz, feijão, cana de açúcar, mandioca, banana, batata, alho e coco macaúba. Do coco era extraído também o óleo e era utilizado na fabricação do sabão e carvão. Além do consumo, tais produtos complementavam a renda dessas famílias, pois o excedente era vendido nas cidades vizinhas.

Atualmente sobrevivem de doações e de alguns trabalhos esporádicos em fazendas vizinhas. De acordo com a pesquisa nenhum morador é beneficiário de qualquer programa da assistência social, somente dois recebem o BPC- Benefício de Prestação Continuada.

Nesse sentido faz-se urgente a necessidade de intervenção e estratégias de negociação para que não só aja a permanência dessas famílias no local, mas também que seus modos de vida sejam preservados lhes dando condições de sustento.

Destaca-se que esses sempre tiveram uma relação harmoniosa com o meio que se vive, portanto não justifica a necessidade de retirá-los de sua localidade para que seja feito um trabalho de preservação. Esses são partes integrantes desse processo que mantem em seu estilo de vida hábitos tradicionais de respeito e proteção aos recursos que lhes sustentam.

Desde 2007 toda a área do parque (33.800 hectares) é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), sendo que a partir de então o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) ficou, dentre outras, com as atribuições de licenciamento, controle e fiscalização ambientais. Considerando que

---

4 Alguns receberam apenas um valor insignificante

5 Esse é especificamente um caso de uma senhora que mora com o filho que possui transtorno mental (ambos idosos) e que não tem hábitos sociáveis. A mesma sempre ataca com pedras quem tenta se aproximar de sua casa, sua casa não possui nem ao menos energia elétrica pois não permitiu que os profissionais adentrasse em sua residência.

> unidade de conservação é o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Lei 9985/00 – SNUC).

Dessa forma, inúmerasdenúncias foram feitas quanto ao descumprimento de medidas essenciais que ignoram as relações humanas existentes no lugar bem como os processos de implementação de obras estruturais que desrespeitam a lógica preservacionista.

As obras diz respeito a ampliação da capacidade de administração do parque e do próprio turismo, com criação de largas avenidas e uma área gigantesca desmatada para concessão de um estacionamento. Assim, observa-se que as Unidades de Conservação tem criado estratégias para os visitantes enquanto os moradores locais são privados até mesmo de trabalharem. Mantem-se então o espetáculo para os visitantes sobre o esfacelamento dos moradores locais.

Os tensionamentos entre administração do parque e moradores tem causado transtornos de ordem material, social e referentes a saúde, pois muitos tem adoecido devido às pressões causadas pelo processo de desterritorialização e não valorização das relações sociais instaurados.

Entende-se que o território, como algo construído pelas relações e ações desenvolvidas por grupos ao longo dos tempos, é o principal espaço de conflito, pois tanto o parque quanto os moradores lutam pelo direito de apropriação de acordo com cada concepção de uso. Mais que garantir o direito territorial aos moradores da comunidade, é necessário o respeito a cultura e as diferentes formas de apropriação e manejo dos recursos naturais.

Foi relatado que a implementação do parque trouxe impactos não só individualmente, mas atingiram toda a família, pois muitos filhos, irmãos e pais, tiveram que se separar devido a falta de condições de sobrevivência através da agricultura no local de origem. Os conflitos são gerados devidos os interesses contraditórios entre a administração do parque e o uso da terra pelos moradores que através de fiscalização os coíbem de plantarem, chegando até a pagar multa quem desobedecer.

É visto que com a implantação do Parque Nacional da Serra do Cipó, surgiram diversos problemas na vida cotidiana dessas famílias. As dificuldades são inúmeras e tem acirrado a cada instante, observada pela sistemática violação de direitos dessa comunidade.

O poder local encontra-se ausente diante desse processo e não tem disponibilizado um aparato de técnicos responsáveis para um melhor conhecimento da realidade dos moradores do Distrito Serra do Cipó e para um melhor atendimento, uma vez que para intervir de forma satisfatória é preciso que se conheça a realidade do objeto a ser trabalhado.

4. Considerações Finais

Devido a condição dessas famílias de utilização do seu território como reprodução cultural, social e econômica, propõe-se reconhece-los como parte de um grupo diferenciado com práticas tradicionais, tendo em vista sua relação com o meio natural. Dessa forma e tendo em vista a semelhança do seu modo de vida com demais comunidades tradicionais, considera-se a importância da garantia dos mesmos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais dessa população expressamente promovida pela Politica Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT em seu art. 2º.

Considera-se desfavorável sua situação frente às imposições da administração do Parque Nacional da Serra do Cipó, tendo em vista os desrespeitos acometidos aos moradores da região do Retiro e quanto aos seus direitos serem resguardados de forma justa e sustentável com total apoio e subsidio da administração do parque e dos poderes públicos.

Os mecanismos de ação humana, consideradas pelos organismos ambientais diferenciadas da preservação ambiental, experimentam novos reordenamentos que se adaptam às novas imposições do local. Muitas

famílias têm conseguido empregos nos setores de serviço ligados aos pousadeiros e restaurantes, ou seja, de trabalhadores autônomos, esses se encontram atualmente atrelados ao mundo do trabalho formal, com regras e imposições a serem seguidas em troca de baixa remuneração.

Pior estão ainda os que permanecem nas áreas do parque. Na tentativa de resistir e garantir seu território e seu modo de vida tem encontrado barreiras que ultrapassam as questões trabalhistas dos demais expropriados, esses enfrentam dificuldades de toda ordem e se manifestam em decorrência dasimposições feitas pela Unidade de Conservação.

As famílias identificadas no estudo, tem sofrido coerções que afetam diretamente sua sobrevivência, pois são proibidas de produzirem em seus territórios e de manterem práticas culturais e produtivas tradicionalmente construídas, pois são diversas as imposições dos órgãos responsáveis pela administração do Parque Nacional da Serra do Cipó.

Do ponto de vista histórico, a comunidade do Retiro tenta manter seus costumes pautados pela tradição rural ao mesmo tempo que não tem mais esse espaço rural para condicionar. Tal paradigma desconstrói sua identidade e reformula o aspecto regional entre o tradicional e o moderno.

Assim, é nítido a necessidade que seja garantido, conforme disposição dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal, a manutenção dos modos de criar, fazer e viver dessa comunidade.

Contudo, fomenta-se a importância da resistência e luta desses moradores por um fortalecimento da comunidade do Retiro, uma vez que a permanência desses não ocasionará nenhum dano ao Parque, e sim poderão propiciar uma construção e continuidade de saberes e viveres tradicionais.

Diante desse cenário, entende-se que é indispensável os esforços de articulação entre o Ministério Público, órgãos ambientais, Comissões de direitos humanos e a própria administração do parque para minimizarem os danos provocados pela criação dessa Unidade de Conservação, não só para os moradores que ainda resistem ali, mas para todos que ali viviam e já foram expropriadas. O mais importante para esse diálogo, é considerar a dimensão humana na ambiental, reconhecendo o homem como elemento da natureza, distinguindo populações que prezam pela conservação dos recursos naturais dos que apenas os tem como um meio a ser explorado.

Para além dessas dimensões, estão imbricados valores e saberes diversos que devem ser respeitados e protegidos de acordo com a legislação vigente. Os processos em curso ainda continuam renegando os diversos estudos que demonstram a harmoniosa ação das populações tradicionais com a natureza, e dos diversos atores que dependem desse meio para sua sobrevivência. Considera-se que o compromisso do Estado deve ser efetivado através de ações que beneficiem todos os segmentos da sociedade, e não somente como o explicitado nesse caso, com o setor industrial e turístico.

Referencias Bibliográficas

BALIM, A.P.C.(2012), *Indivisibilidade socioambiental: por uma visão integracionista entre os direitos sociais e a proteção ao meio ambiente,* Santa Maria: REDESG – Revista de direitos emergentes na sociedade global.

BOBBIO, N. (2004), *A Era dos Direitos,* Rio de Janeiro: Elsevier.

BRASIL (2006), *Plano de Ação para Estruturação e Promoção do Turismo nos Parques Nacionais,* Brasília: Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial formado pelo Ministério do Meio Ambiente/ ICMBio e Ministério do Turismo/EMBRATUR.

___ (2000). *Sistema Nacional de Unidades de Conservação- SNUC*. Brasilia: Lei 9985.

FERREIRA, R.A. (2010), *A Serra do Cipó e seus vetores de penetração turística – um olhar sobre as transformações socioambientais,* Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG.

HUNT, L. (2009), *A INVENÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS,* São Paulo: Companhia das Letras.

NIISA-UNIMONTES (2013 a 2014). Projeto de pesquisa: Ecologia e conservação das Matas Secas do norte de Minas Gerais, Subprojeto 8: *Etnografia dos Conflitos Socioambientais em Matas Secas: caracterização socioeconômica, cultural e cartografia territorial dos povos tradicionais em conflito com unidades de conservação.* Montes Claros: UNIMONTES.

PINHEIRO, F.C. (2008), *A evolução dos direitos fundamentais e os documentos internacionais para sua proteção,* Dissertação de Mestrado, São Paulo: Departamento de Direito Constitucional, Pontifícia Universidade Católica.

RAIMUNDO, V.J. & GEHLEN, V. (2011), Tecendo a Trama do Território: Terra, Trabalho e questão socioambiental. Recife: Universitária da UFPE.

REIGOTA, M. (2007), *Serviço Social e Meio Ambiente,* São Paulo: Cortez, pp.34-54.

SANTOS, M. (2008), *A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: USP.

GT 67
Trabalho Ciência, Tecnologia e Sociedade no Mundo de Língua Portuguesa

Regulamentação de material biológico e informacional humano em pesquisa: o estudo do caso brasileiro.

Autora: Rosanita Ferreira e Baptista[1]
rosanitabaptista@yahoo.com.br

Resumo: Por que a regulamentação dos biobancos no Brasil, ou das coleções de amostras de material biológico humano e informações a elas associadas para fins de pesquisa, se tornou – ao menos para alguns atores – uma tarefa urgente e necessária? O que nela ganhou esse caráter? Propõe-se neste trabalho entender o caráter controvertido e inquietante das entidades biológicas e informacionais humanas, formatadas e colecionadas em biobancos, e as redes no Brasil para regulamentá-las e estabilizá-las nos coletivos. Sob o referencial teórico-metodológico da Teoria Ator-Rede, este trabalho explora o evento de construção do Marco Normativo Nacional, sob condução do Ministério da Saúde e Comissão Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, a partir de dois objetivos: mapear as controvérsias que envolvem a temática do armazenamento e uso de informações e material biológico humano em pesquisas e apreender a tessitura híbrida que conformaram normas e padrões para estas práticas tecnocientíficas — da gênese controversa à estabilização em um mundo comum.

Palavras-chaves: biobancos, entidades biológicas e informacionais humanas, regulamentações, teoria ator-rede.

1. Introdução

Biobancos são designações recentes para as práticas de colocar em forma e dispor em coleções, para usos em pesquisas, partes do corpo humano: tecidos, sangue, células, órgãos, DNA, RNA e, de modo associado, informações morfológicas, clínicas, genealógicas, comportamentais, ambientais. Consideradas essenciais ao desenvolvimento de pesquisas no campo da genética, genômica e da biologia molecular, tanto suscitam expectativas e esperanças sobre as suas aplicações na saúde e medicina, como levantam incertezas e dilemas sobre os seus efeitos e riscos. São desenvolvimentos científicos e tecnológicos que fazem alargar os coletivos[2] e trazem a questão de tornar aceitáveis as suas associações heterogêneas (Latour, 2004).
A partir de 2009, a demanda por normas e leis para regulamentar essas práticas técno-científicas e as entidades que produzem começaram a ganhar repercussão no Brasil. Dos contextos específicos das ciências e da saúde, as entidades biológicas e informacionais humanas ganharam o mundo da discussão, quando passaram a mobilizar

1 Doutora pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental na Secretaria de Saúde do Estado da Bahia.

2 O conceito de coletivo é desenvolvida por Latour (2004), principalmente, para problematizar as dicotomias modernas, tais como natureza x cultura, sujeito x objeto. O conceito de coletivo sublinha que os seres do mundo se definem por associações, sempre provisórias nas suas estabilizações, e consideram a ação dos não humanos no curso dos acontecimentos.

novos e diversificados porta-vozes que as traduziram em problemas éticos sociais e de interesse público. De entidades supostamente neutras e pacíficas, passaram a suscitar questões bioéticas, legais e políticas. Sob a condução do Ministério da Saúde (MS) e da Comissão Nacional de Ética em Pesquisas (CONEP), o processo de normatização foi oficialmente desencadeado em 2010, e contemplou um longo percurso de discussão e negociação. Em 2011, foram publicadas as *Diretrizes para Análise Ética de Projetos de Pesquisas que Envolvam Armazenamento de Material Biológico Humano ou Uso de Material Armazenado em Pesquisas (Resolução CNS Nº 441, de 12 de Maio de 2011*) e as *Diretrizes Nacionais para Biorrepositórios e Biobancos com Finalidade de Pesquisa (Portaria nº 2.201/MS, de 14 de Setembro de 2011)*.

Este trabalho explora o processo de construção dessas regulamentações com base nos debates que aconteceram de forma ampliada. Através das consultas públicas foi possível mapear as principais questões controversas que envolvem o tema, mas estas não foram suficientes para dar conta de toda a trajetória de construção das Normas. Assim, para tecer o relato que aqui se apresenta, dar sentido aos agenciamentos, atores e mediadores que entraram em cena, adotou-se outros procedimentos metodológicos e fontes: entrevistas com informantes chaves, pesquisas documentais e bibliográficas, comparação das diversas versões do documento, disponibilizadas em fontes públicas.

Cabe destacar a especificidade deste objeto — se os estudos sociais da ciência e da técnica têm privilegiado nas suas escolhas empíricas os lócus de prática considerados "tipicamente científicos e tecnológicos" (os laboratórios e centros de pesquisa), neste trabalho a ênfase está nos momentos de fabricação das regulamentações, normas e padrões técnicos e éticos.

2 Controvérsias sobre a propriedade do material biológico: implicações de armazenar e utilizar em pesquisas.

De acordo com Latour (1992:77), um objeto torna-se candidato a existência quando agrega habilidades de reunir, em torno de si, um conjunto de atores e interesse diversos. Este foi o caso das regulamentações brasileiras para biobancos e biorrepositórios que mobilizou porta-vozes preocupados com o tratamento do câncer e de outras doenças, com o progresso das biociências, com meios de viabilizar as pesquisas genéticas e moleculares, com manter as amostras preservadas e padronizadas para pesquisas cooperativas, com a proteção do humano na sua dignidade, com meios de fortalecer, politicamente, as instâncias de regulamentação e de bioética, com meios de evitar contaminações do ambiente e "maus usos".

Mas, se a elaboração das regulamentações para o armazenamento do material biológico e informacional humano foi desencadeada por um relativo consenso entre atores e porta-vozes diversos, traduzida numa questão de interesse público, o processo mesmo de construção dos seus conteúdos normativos, suscitaram inúmeras controvérsias.

A especificidade das coleções próprias aos biobancos, todo o processo de sucessivas mediações e de transformações por que passam o material humano e as informações a ele associadas, suscita ambiguidades e incertezas. As entidades biológicas e informacionais humanas, decorrente dos processos sócio-técnicos, são ontologicamente incertas, desconcertantemente híbridas – imbróglios científicos de risco sanitário e ético, como diria Latour (2004). Engajadas nas atividades próprias aos biobancos, que envolve o armazenamento, conservação e associação de um grande número de dados e informações, tanto de ordem genética, como pessoal e ambiental, as entidades materiais humanas, aí postas em forma, abrem-se para atuação em áreas diversas de investigação das biociências, como: genética, terapia celular, pesquisa translacional[3], pesquisas clínicas e epidemiológicas (Gottweis e Patersen: 2008). São áreas fronteiriças do conhecimento e que geram

3 "Pesquisa translacional" significa fazer pesquisa básica com o objetivo de descobrir novas informações que possam levar ao desenvolvimento de novas drogas, tratamentos e métodos de diagnóstico. Por exemplo, uma pesquisa pode identificar se um tumor produz uma substância que não é produzida em nenhum outro lugar do corpo humano. Esta substância ou molécula (também chamada alvo terapêutico) pode um dia vir a ser utilizada como alvo de um remédio para o tratamento deste tumor.

expectativas e incertezas sobre seus resultados e aplicações. Muitas das investigações aí relacionadas trazem possibilidades de previsão e de prognóstico de processos biológicos e patológicos e geram conflitos quanto ao destino e uso dos dados e informações obtidos com as investigações.

Rabinow (1999), por exemplo, quando analisa o projeto de mapeamento do genoma humano, levanta suposições sobre possíveis consequências do uso indiscriminado das informações e dados genéticos colecionados, tais como: novas formas de eugenia, baseadas no "discurso biológico"; novos modos de sociabilidade que podem surgir das práticas de relacionar características genéticas e comportamentais com determinadas doenças ou patologias. Há ainda a preocupação com a estigmatização de pessoas e de grupos populacionais inteiros, já que são pesquisas que não apenas falam sobre características genéticas individuais, mas de ascendência, descendência e utilizam amplamente os chamados "dados associados" sobre comportamentos e hábitos.

Tendo em vista o escopo deste trabalho, não seria possível apresentar o mapeamento de todas as controvérsias que envolveram o evento de construção das regulamentações para biobancos e armazenamento de material biológico e informacional humano para uso em pesquisa. É possível, entretanto, identificar alguns eixos de tensão, sobre os quais as opiniões dos atores envolvidos divergiram e/ou se concentraram e que resumo aqui da seguinte forma: aqueles que contrapõem a autonomia dos "sujeitos da pesquisa" e a autonomia das ciências. A autonomia da ciência aparece, em grande medida, vinculada à ideia de progresso do conhecimento, as promessas de grandes "descobertas biomédicas", à neutralidade dos métodos e descobertas, como princípios a serem resguardados. A autonomia dos sujeitos, que é a tônica da bioética, busca assegurar a autonomia dos humanos, em contextos em que o seu corpo é "objeto" de intervenções científicas e tecnológicas. È "performar" a dignidade humana — é torná-lo distinto dos "objetos da ciência" já que, no caso em questão, a sua participação se dá mediante o seu consentimento e a sua auto-determinação e com direitos que lhes devem ser assegurados, bem como a partes do seu corpo.

A versão das Diretrizes, tecidas sob o viés da bioética, buscou, exatamente, reforçar a humanidade das entidades biológicas e informacionais e assegurar celeridade e previsibilidade às práticas aí envolvidas. Uma estratégia importante, no conteúdo proposto, foi o de reforçar a autonomia do humano cedente, através de direitos que lhes devem ser assegurados e de restrições a determinados usos e destinos das coleções, tais como: a obrigatoriedade do consentimento livre e esclarecido (TCLE) para a obtenção e armazenamento da amostra, o anonimato dos doadores, a gratuidade dos procedimentos, a confidencialidade dos dados, a não discriminação, a não comercialização do corpo humano e o retorno aos "doadores" e a sociedade, através da possiblidade de acesso às informações obtidas, ao aconselhamento genético, e de pesquisas que sejam voltadas para o desenvolvimento da biomedicina e para a saúde humana (Brasil, 2009, 2010).

São mediações bioéticas e jurídicas mobilizadas no sentido de reforçar a condição diferenciada dos materiais humanos utilizados em pesquisas e experimentações. A busca é por estabelecer meios de dissociá-los da condição de meros objetos de pesquisa e de algo comercializável.

Das problemáticas, delineadas no processo de construção das regulamentações dos biobancos e biorrepositórios, o regime de propriedade sobre o material biológico humano foi o que, principalmente, mobilizou os participantes e dividiu os diversos atores e grupos de interesse. O ponto mais polêmico da discussão foi quanto a forma em que se traduz o pertencimento e propriedade desse material que, uma vez extraído do seu doador, é transformado, reduzido, ampliado, manipulado, mas mantém seus vínculos, por meios diversos, com as suas "origens" — no caso, o ser humano, portador de material biológico, DNA, RNA e de direitos. Definir sobre: a quem pertence o material colecionado, se ele deve ser cedido, doado, herdado e as implicações destas decisões sobre as práticas científicas, racionalidade econômica e conquistas legais, jurídicas e éticas, constituíram importantes passagens de dissenso e de impasse em relação aos dispositivos da normativa, na consulta pública.

A versão oficial da Minuta das Diretrizes posicionou-se, claramente, a favor da legislação brasileira e, de forma mais ampla, do direito internacional pertinente ao tema[4], de que é do "sujeito-cedente" a propriedade sobre o seu material biológico, mesmo quando a existência deste material se dá de modo apartado do organismo

4 Mais especificamente em adesão a Declaração da UNESCO sobre o Genoma Humano. Cabe ressaltar também que a própria resolução do CNS também define material biológico como próprio ao sujeito da pesquisa.

humano (Brasil, 2010). Classificado, portanto, pelo menos na sua dimensão "tangível", enquanto parte do corpo humano, o material biológico vincula-se à categoria jurídica da "pessoa"[5] e estaria implicado, por isso, em uma série de direitos de proteção (CORRÊA, 2009). Pesquisadores da bioética argumentaram que com os avanços no campo da genética e da genômica essas proteções se ampliam e se tornam mais complexas, isto porque as amostras biológicas humanas usadas em pesquisas, mesmo destacadas do corpo humano, poderiam revelar questões intimas de humanos singulares, interferir em aspectos da vida dele, lesar sua autonomia, entre outros riscos que são mobilizados quando a temática está em pauta (Freire de Sá e Moureira, 2012: 22).
A propriedade sobre o material humano colecionado é explicitada na minuta da Norma, em alguns dispositivos que se complementam, a saber:

> [...] a propriedade do material biológico humano é do sujeito da pesquisa, cabendo à instituição sua guarda e seu gerenciamento[...].
> [...] a permissão para utilização de material biológico humano em biobancos necessitará de TCLE para uso de amostra biológica humana com finalidade de pesquisa [...] (Brasil, 2010:3)

Dois eixos principais de argumentação rivalizaram sobre qual deve ser o regime de propriedade do material biológico humano armazenado: o primeiro referenda a posição oficial e enfatiza o discurso da bioética de assegurar autonomia ao "sujeito da pesquisa" para decidir e consentir sobre o destino das suas células, tecidos, e dos demais fragmentos de seu corpo, inclusive o de vetar o seu uso e de pleiteá-los de volta para si ou para seus sucessores. O outro enfatiza a liberdade da ciência, a premência do acúmulo do conhecimento científico sobre as células, os DNA e RNA e as possíveis dificuldades legais e técnicas de viabilizar os protocolos e métodos da pesquisa sem que as instituições depositárias e de pesquisa detenham a posse destes "recursos" (Brasil, 2010).
É importante que se distinga, dentre os porta-vozes da ciência, alguns posicionamentos e interesses distintos. Alguns pesquisadores, principalmente os gestores de biobancos, posicionaram-se de modo alinhado com a versão oficial das Normas. Para estes, definir a propriedade do material biológico e informacional como do humano cedente, em uma normativa específica, seria um aliado importante, no intento de ampliar o controle das amostras pela instituição. Para outros pesquisadores que, de certa forma, já tinham um modo de coletar e atuar as amostras biológicas em suas bancadas, vinculadas aos seus projetos de pesquisa (ou nos seus biorrepositórios)[6], esse regime de propriedade do material humano para pesquisas foi considerado uma afronta a autonomia da ciência.

---

5 De acordo com alguns teóricos, o direito se divide, exclusivamente, entre "coisas" e "pessoas", ou seja, entre sujeitos e objetos do direito. O material biológico seria, portanto, parte do corpo humano e como tal protegida pelos direitos de pessoalidade. Para as pesquisadoras Freire de Sá e Moureira (2012: 22) a Constituição Brasileira resguarda a integridade da vida e da pessoa humana, entretanto, observam que existe na jurisprudência nacional certa dificuldade de compreensão de que "[...] as partes desgarradas do corpo humano (amostras biológicas) ainda pode ser a este atreladas de modo indissociável, reclamando, pois, a mesma tutela devida ao corpo na sua integralidade [...]".

6 Nas entrevistas realizadas durante o trabalho de campo, muitos dos informantes designam esse apego dos pesquisadores às amostras que coletam como "my síndrome". A "my síndrome seria, segundo depoimentos coletados, a prática e ideia de alguns pesquisadores de que as amostras que coletaram são para uso exclusivo das suas pesquisas, uma espécie de coleção particular.

> No regime de propriedade sobre o material biológico humano, posto nas versões oficiais, aquele que estabelece a propriedade como um direito passível de transmissão aos herdeiros e sucessores causaram muitos embates:
> Não fica claro a finalidade deste parágrafo. O cedente, uma vez que doa o material, tem o direito de deixá-lo aos seus sucessores? E que direitos terão estes sucessores? Poderão reclamar o material e querê-lo de volta? Acho este trecho pode gerar um número imprevisível de problemas e não se aplica, uma vez que se entende que o indivíduo doou o material ao banco. (Brasil, 2010, p.8).

Outro ponto bastante polêmico, presente em uma das Normativas, foi a questão da retirada das amostras:

> "[...] a retirada do consentimento pode ser feita, formalmente, pelo "sujeito" da pesquisa ou seu representante legal, **cabendo-lhe a devolução das amostras existentes**[7] [...]" (Brasil, 2011:4).

Na linha de defesa dos interesses da pesquisa versus direitos dos humanos cedentes das amostras (transmissão de posse das amostras biológicas a sucessores, conservação e integridade do seu material, e retirada do seu consentimento a qualquer tempo) alguns participantes, porta-vozes da ciência, argumentam sobre as contingências que permeiam as redes de práticas das ciências, nos quais os espécimes biológicos humanos, o sangue, o plasma, os tecidos, os fluido humanos, estão imersos e em atuação. Nesse momento, os recursos técnicos e tecnológicos para preservação e tratamento das coleções, tão alardeado na literatura, tornam-se mais probabilidades do que certezas, são mais recomendações e procedimentos a serem adotados do que imperativos. A recalcitrância dos não-humanos é considerada (Latour, 2005), de modo que as argumentações apontam para o paradoxo das situações em que não haja materialidades para assegurar os direitos implicados nas ambíguas concepções de propriedade e sucessão, bem como o de assegurar e integridade das amostras e devolução das mesmas.

Também o conteúdo que interdita a utilização comercial do material e o patenteamento do material biológico humano e das informações associadas, mesmo que tenha vindo reforçado pelo estabelecido — a "legislação vigente" —, suscitou a divisão de posicionamentos sobre o conteúdo das normas. Os contrapontos apresentados mobilizaram variados atores e recursos argumentativos, desde as possíveis descobertas de novas entidades e essências, por exemplo, proteínas causadoras de doenças, passando pelo interesse da indústria farmacêutica e soberania nacional, até a melhoria da qualidade de vida dos pacientes.

Por outro lado, alguns dos interlocutores adotaram uma estratégia forte para encerrar a controvérsia, recorrendo, não a natureza, mas ao direito. Alegaram que estas questões já estão amplamente previstas na legislação brasileira, em especial no Código Civil, Lei de Propriedade Intelectual, lei de Transplante de Órgãos e lei de Biossegurança". E sugeriram a supressão do artigo.

Essas são algumas das principais temáticas que ilustram um pouco o processo de construção das normativas e o quanto ele foi controversos, mas devo acrescentar que muitos outros pontos foram disputados e negociados, inclusive os próprios conceitos de biobancos, biorrepositórios, amostras e alíquotas. O que se apreende das controvérsias em torno dos "pontos centrais" postos na Norma, inclusive os conceitos e fundamentos, é que estes não se apresentaram como um estoque de "categorias estabilizadas" que são simplesmente mobilizados e impostos no transcorrer das negociações e debates, mas elas em si também entram em negociação, assim como seus atributos e critérios definidores.

A elaboração da regulamentação configurou-se, nesse sentido, como um evento de formação de acordos e não como uma mera classificação de essências, baseada em parâmetros científicos, técnicos ou éticos, bem definidos — mas por uma negociação bem disputada entre as diversas partes envolvidas.

---

7 Grifo meu.

3. Sobre o fechamento das controvérsias: conclusões

Conforme observa Latour (2004) nenhum artefato sócio-técnico chega a se instituir efetivamente, a tornar-se uma "caixa-preta" se não for capaz de mobilizar um coletivo que lhe dê sustentação e, para o caso em questão, a adesão dos cientistas, das instituições de pesquisa, dos biobancos, dos humanos dispostos a cederem seu material biológico, dos pacientes, dos médicos, dos cirurgiões, das amostras biológicas, das peças jurídicas são fundamentais para a efetivação das Normas.

É importante atentar, aqui, para os atributos e propriedades que as normativas lograram reunir, em si, ao longo do seu percurso de construção, de modo a congregar os diversos atores em favor de algo mais estável, e que possibilitaram que elas fossem publicadas e, hoje, consideradas como o Marco Normativo para biobancos e biorrepositórios. Conforme observa Dudgale (1999), esse "mais estável", pode estar, inclusive, na multiplicidade e não na unidade ou convergência, pode estar na costura dos compromissos e interesses. O entendimento é de que, mesmo que determinados agenciamentos tenham sido preponderantes, o que levou ao fechamento dos documentos normativos publicados não foi um argumento forte, definitivo, nem um consenso final capaz de "fazer calar os coletivos" (Latour, 2004:174), mas sim boas articulações e vínculos que conferiram, mesmo que provisoriamente, solidez e força aos objetos sócio-técnicos normativos, em pauta (Latour, 2004). Há vários pontos que podem ser mencionados neste sentido.

O que se observa, nas versões publicadas, é que as Normativas foram tecidas, em grande medida, sob o viés da bioética – da dignidade e autonomia do humano – com vistas ao ordenamento e hierarquização das novas entidades e controle dos seus efeitos no mundo. Muitos dos seus conteúdos não só prescrevem e proscrevem sobre as atuações das entidades em tela (biobancos e entidades biológicas e informacionais humanas), como lhes conferem "institucionalização", obrigações e direitos. Afirmar a acepção moderna de humano foi o inegociável no processo de normatização − o instituído − com o qual as definições das novas entidades e práticas tiveram que se compatibilizar. Na opinião dos atores participantes, são conteúdos que dotaram as regulamentações de características para atuar em defesa da "humanidade moderna", alinhada com normas, diretrizes, orientações, tanto de organismos nacionais, como internacionais, da regulamentação, da bioética e do direito.

A Norma traz uma proposta de definição de biobancos e biorrepositórios[8], bem como a diferenciação entre eles. Essa reivindicação, que parece surgir dos redutos técnico-científicos das instituições colecionadoras, alcançou ressonância e arregimentou aliados importantes. Hoje, tanto os porta-vozes da ciência, dos biobancos, como da bioética, do direito, das agências regulamentadoras, das instituições governamentais, ressaltam a importância dos biobancos, conforme definido nas Normas, para a institucionalização e controle das amostras biológicas e de informações humanas coletadas para pesquisas, de modo a assegurar a qualidade das pesquisas e garantir os direitos do humano que cedeu seu material. Aí, misturam-se argumentos científicos e bioéticos e já não se sabe quem fala em nome de quem. Considerou-se que a institucionalização dos biobancos possibilitaria a socialização desses raros e disputados recursos que são as amostras biológicas humanas, cobiçadas pelos cientistas e consideradas essenciais ao desenvolvimento da biologia moderna. Estabilizar as amostras, regulamentar a participação dos humanos cedentes de material, dos patologistas, do cirurgião, dos centros cirúrgicos, dos freezers, dos técnicos de laboratório, dos enfermeiros, dos sistemas informatizados, dos cientistas em disputa pelas amostras, requerem instrumentos, padrões, protocolos, rotinas, normas, prescrições que cooperam para fazer as coisas funcionarem em uma certa lógica e para lidar com as contingências das ações coletivas que reúnem tantos atores heterogêneos. Temos aí um importante deslocamento — as regras, procedimentos e padrões operacionais, muitos dos quais específicos aos contextos locais das práticas técnico-científicas — ganham o estatuto de preceitos bioéticos e normativos, em âmbito nacional. Assim, de acordo com Marodin *et al* (2013: 2), com as novas regulamentações, os biobancos devem operar de acordo com diretrizes nacionais,

---

8 Biobancos e biorrepositórios foram definidos, concomitantemente, ao processo de construção das normativas, assim não são conceitos prontos, nem estabilizados, mas, em grande medida, negociados no contexto de atuação da normatização e em meio a muitas controvérsias. Ai foi negociado definições diferenciadas para um e outro: biobancos são instituições que armazenam e colecionam para uso futuro e os biorrepositórios são coleções provisórias, vinculadas a projetos específicos de pesquisa.

não apenas observando os padrões éticos, mas também técnicos e operacionais, sob gestão e responsabilidade das instituições que os abrigam, e argumentam a importância disso para a própria existência dos biobancos, das amostras, e em defesa dos interesses públicos.

Percebe-se que certas tensões instaladas com o enrijecimento em torno de algumas questões, especialmente no que se refere ao regime de propriedade do material biológico humano, e dos direitos de retorno de informações e resultados aos "sujeitos da pesquisa", foram, pelo menos provisoriamente, apaziguadas pela introdução de alguns conteúdos que atendem às reivindicações científicas de oficializar a padronização das amostras e as condições de sua socialização, e outros que conferem mais autonomia aos contextos de atuação das ciências, à exemplo das modificações operadas no Termo de Consentimento Livre-Esclarecido – que trazem a possibilidade de que os participantes concedam, de forma ampla, no momento da obtenção do material biológico, o uso futuro das amostras. Associa-se a isso uma alteração significativa em relação ao marco normativo anterior (Resolução 347/05 do CNS) – o tempo de armazenamento das amostras biológicas humanas em ambientes artificiais que era de 5 anos (renováveis por mais 5) passa a ser indeterminado.

O TCLE foi um importante mediador em todo esse processo que envolveu a tessitura das Normas e onde, aparentemente, muitos dos conflitos parecem se resolver. Composto de "dever" e de "poder" ele reúne em si atributos que lhes dotam da capacidade de atuar de formas diversas em prol do fechamento de compromissos, descentrados no tempo e no espaço: de mediar os acordos entre o humano que vai ceder seu material, as amostras biológicas e informacionais, os pesquisadores e as instituições de pesquisa; de "empoderar" os sujeitos da pesquisa com informações que, em tese, lhe "tornam um conhecedor" apto para a tomada de decisão sobre os destinos das suas amostras (Dudgale, 1999, p.134); de possibilitar aos sujeitos da pesquisa decidir sobre os direitos que lhes são devidos (ser informado ou não, indicar sucessores e representantes legais ou não); de negociar os direitos das amostras e especificar como elas serão cuidadas.

Essas foram as principais presenças nos conteúdos normativos analisados que, ao associar mediações científicas, políticas e bioéticas, levaram a adesão de um coletivo significativo. O viés da bioética e do direito orientaram, em grande medida, os conteúdos que a compõem, mas há também a incorporação de padrões e regras que traduzem os valores e demandas científicas e tecnológicas, num deslocamento interessante "do laboratório" (do contexto das práticas científicas e tecnológicas) ao "laboratório das regras" (ao contexto das práticas de regulamentação), para, então, retornarem aos coletivos interessados revestidas da força de uma regulamentação oficial. Essa mudança de escala coopera para associar valor científico e ético às práticas aí envolvidas e tornarem os biobancos e as entidades biológicas e informacionais humanas mais aptas e aceitáveis para integrarem-se aos coletivos em expansão.

Para concluir, pode-se afirmar, portanto, que o apoio normativo é fundamental e intrínseco às finalidades dos biobancos que armazenam para uso futuro. Pôr em forma as amostras os materiais colhidos in natura para uso em pesquisas é aquele mesmo de lhes conferir qualidades e propriedades, por sequências de ações mediadas, que envolvem necessariamente a atuação de padrões, normas e valores, tanto de dentro como de fora dos laboratórios. A regulamentação é o que torna mais aceitável a circulação das entidades biológicas e informacionais humanas, a sua articulação com as esferas da ciência, da assistência, do paciente/humano-cedente, das instâncias de regulamentação bioética e sanitária, ou seja, sua inserção nos coletivos. Em que pese as restrições e os mecanismos protetivos para o uso das amostras de origem humana, o empreendimento da moralização, posto nas Normas, é aquele que dobra o da sua socialização (Milanovic, 2008: 100).

Bibliografia

BRASIL (2009). Diretrizes Nacionais para biorrepositórios e biobancos de materiais humanos em pesquisa. **Revista Saúde Pública**, 5(43), disponível em *http://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/32697/35126*, [consultado em 20-02-2010].

BRASIL (2010). Ministério da Saúde. Consulta pública do Sistema Único de Saúde: Diretrizes Nacionais para biorrepositórios e biobancos de materiais humanos com finalidades de pesquisa, 2010. Disponível em: *http://200.214.130.94/consultapublica/* display/dsp_print_completo.php?d=2148, [consultado em 14-05-2010].

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (2011). Resolução CNS nº 441, de 12 de maio de 2011. Diretrizes para análise ética de projetos de pesquisas que envolvam armazenamento de material biológico humano ou uso de material armazenado em pesquisas anteriores. Brasília: Diário Oficial da União.

CORRÊA, M (2002). Admirável Projeto Genoma. PHYSYS: Rev. Saúde Coletiva [online], Rio de Janeiro, 2 (12), p. 277-299. Disponível em: *http:// www.scielo.br* /pdf/ physis/ v12n2/a06v12n2.pdf, [consultado em: 16 de out. de 2011].

DUGDALE, A. Materiality; juggling sameness and difference (1999). In J. Law, J. Hassard (eds), Actor Network Theory and after, Boston: Blackwell Publishers**,** p.p 113-135.

FREIRE DE SÁ, F. MOUREIRA, S. (2012). Bancos de Amostras Biológicas Humanas: biobancos e a realidade normativa brasileira, Belo Horizonte: Xerocop.

GOTTWEIS, H., PETERSEN, A. (2008). Biobanks: governance in comparative perspective, New York: Routledge.

LATOUR, B. (1992). Aramis ou l'amour des techniques, Paris: Éditons La Découvert.

LATOUR, B. (2004). Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia, Bauru: EDUSC.

LATOUR, B. (2005). Reassembling the Social: an introduction to actor –network-theory, New York: Oxford University Press.

MARODIN, G. *ET AL* (2013). Diretrizes nacionais para biorrepositório e biobanco de material biológico humano. **Revista da Associação Médica Brasileira**, 1 (59), 72-77, Disponível em: www.ramb.org.br, [consultado em 30-04-2013].

MILANOVIC, F (2008). La socialization des tumeurs cancéreuse: une enquête sociologique des tumorothèques française: relatório final, Tolouse: Intitut National du Cancer.

RABINOW, P. (1999). Antropologia da Razão: ensaios. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará.

A divisão do trabalho científico no interior de um laboratório de genética humana

Mariana Toledo Ferreira[1*]

Resumo: O artigo discute a divisão do trabalho científico entre pesquisadores sêniores e juniores em um laboratório brasileiro de genética humana e médica. Partindo da discussão contemporânea sobre o progressivo embricamento entre ciência e tecnologia – com progressiva fusão entre ambas, que evoca noções como a de tecnociência – é possível verificar, na subárea específica, velocidades crescentes na produção de dados, que pressionam pesquisadores de maneiras distintas: pelo crescente custo das inovações tecnológicas, e pela necessidade de métodos mais complexos para a análise. É nesse contexto que analisa-se as questões relativas à especialização do trabalho científico, à separação entre concepção e execução, e às correlatas transformações na formação de novos pesquisadores. Parte-se do pressuposto teórico-metodológico de que a atividade científica não pode ser tratada de forma homogênea, existindo configurações distintas de acordo com o espaço disciplinar, organização institucional e a tradição científica local, entendida enquanto empreendimento historicamente enraizado e social e culturalmente contingente.

Palavras chave: divisão do trabalho científico; estudos de laboratório; genética humana; tecnociência.

1. Introdução

O objetivo deste artigo é discutir a divisão do trabalho científico entre pesquisadores sêniores e juniores em um laboratório brasileiro de genética humana e médica, em um contexto de velocidade crescente na produção de dados, que pressionam pesquisadores de maneiras distintas: pelo crescente custo das inovações tecnológicas, e pela necessidade de métodos mais complexos para a análise.

Os resultados apresentados fazem parte de pesquisa de mestrado (Ferreira, 2013), cujo objetivo era analisar a maneira pela qual se dá a organização social da produção de conhecimento e da produção de produtores de conhecimento em uma área específica de pesquisa – a genética humana e médica – em um país periférico, ainda que relativamente moderno, no que diz respeito às tradições centrais que dominam o desenvolvimento da ciência moderna. A genética humana, enquanto disciplina, foi o objeto da minha pesquisa e, dentro dela, escolheu-se um centro de pesquisa em genética humana, localizado na Universidade de São Paulo (USP). Sua importância como estudo de caso se dá não só por ser um centro reconhecido e legitimado em sua área de atuação, conjugando verbas de três das principais agências de fomento à pesquisa brasileiras (Fapesp, CNPq e Finep), mas sobretudo por ser percebido como modelo a ser seguido por outras instituições.

A partir desse estudo empírico foram observados indícios de mudanças significativas na subárea da genética humana e médica a partir dos anos 1970 e, de forma mais acentuada, a partir dos anos 1990 no que diz respeito à presença da tecnologia definindo a atividade científica local e contribuindo para o aumento na velocidade das transformações da pesquisa, a partir do constante aprimoramento de instrumentos e técnicas. Essas mudanças de predomínio tecnológico, encontradas no Centro, são correlatas aos desdobramentos que a pesquisa teve no cenário internacional.

Uma questão correlata ao predomínio tecnológico é a velocidade cada vez maior da produção de dados, devido ao aprimoramento das técnicas de sequenciamento, que pressiona os pesquisadores de duas maneiras diferentes: pelo crescente custo dessas inovações tecnológicas – o que dificulta seu acompanhamento – e também pela necessidade de métodos de análise mais complexos e refinados, incluindo conhecimentos avançados de

1*Mestre em sociologia, é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. Bolsista do CNPq. Endereço eletrônico: mariana.toledo.ferreira@usp.br

estatística e computação, menos imprescindíveis em momentos anteriores. Essas transformações têm impacto significativo na divisão do trabalho no interior do laboratório, como se procurará mostrar.

O recorte em uma área específica do conhecimento e em uma instituição particular está baseado no pressuposto, largamente partilhado por uma vertente contemporânea da sociologia da ciência (Shinn & Ragouet, 2008; Bourdieu, 2001; Kreimer, 2010), de que a atividade científica não pode ser tratada de maneira uniforme, existindo configurações distintas de acordo com a área de conhecimento, o espaço disciplinar, a organização institucional e a tradição científica à qual se filia, esta última entendida não como estática, mas como empreendimento historicamente enraizado e social e culturalmente contingente.

O eixo central consistiu na realização de detalhada pesquisa de campo, atenta à descrição de elementos pertinentes à atividade científica, suas instituições e práticas, em consonância com a recomendação de que, antes de fazer diagnósticos gerais sobre as transformações da ciência contemporânea, é necessário realizar estudos empíricos aprofundados para saber o que está, de fato, acontecendo nos diferentes espaços disciplinares (Elzinga, 2002).

Essa premissa teórico-metodológica torna-se ainda mais importante quando se leva em conta que as principais teorias sobre as transformações da ciência contemporânea que conseguem universalizar-se são elaboradas nos países centrais, e geralmente a partir dos centros de pesquisa mais avançados. A título de exemplo, tem-se diagnósticos como o da emergência de uma "cultura pós-acadêmica" (Ziman, 1990), de um futuro sem disciplinas científicas (Gibbons *et. al*., 1994), de "sistemas nacionais de inovação" (Nelson, 1993; Freeman, 1995), entre outros.

No entanto, a compreensão do processo de transformação da atividade científica pressupõe a realização de pesquisas que privilegiem os contextos nacionais e a diversidade de instituições. Noutras palavras, trata-se de investigar os modos pelos quais as tendências globalizantes na produção científica e tecnológica geram heterogeneidade de resultados passíveis de serem observados empiricamente. Considera-se que no processo de contextualização local das tendências globalizantes, elementos de diferentes níveis podem ligar-se de modos muito variados à tradição local de pesquisa, podendo tanto refrear como reforçar aspectos dessas tendências (Garcia & Carlotto, 2012).

O artigo estrutura-se em quatro partes. A primeira seção apresenta a pesquisa de campo e fornece as características principais do centro estudado. A segunda visa contextualizar a discussão sobre a divisão do trabalho no debate contemporâneo sobre a tecnociência, devido principalmente à percepção de uma progressiva imbricação, na genética, entre ciência e tecnologia, com progressivo predomínio da segunda, que evoca as discussões mais recentes relativas à noção de tecnociência. Na terceira parte busca-se descrever com mais detalhes a transformação da pesquisa em genética humana e médica e como o centro estudado lidou com elas, a partir do contexto específico em que está inserido. Por fim, analisa-se com maior detalhe a divisão do trabalho no interior do centro de pesquisa, apontando, na conclusão, para os principais achados e questões que precisam de posterior aprofundamento.

2. Sobre o estudo de caso

O centro de pesquisa estudado foi criado em 2000, a partir da justaposição de laboratórios de genética humana e médica previamente existentes na USP, desenvolve pesquisa básica e aplicada, e atividades ligadas à educação e à transferência de tecnologia. Ele é um dos onze Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepid) da Fapesp, programa inspirado no modelo norte-americano adotado em 20 Centros de Ciência e Tecnologia da *National Science Foundation* e tem como objetivo, segundo Fernando Perez, diretor científico da Fapesp quando do lançamento do programa:

> estabelecer um novo paradigma para a pesquisa científica. O maior desafio da política científica e tecnológica, que é o desafio dos Centros, é propor uma visão integrada da atividade de pesquisa com a transferência de conhecimento para o setor público e privado e a educação (Fapesp, 2000: 12).

> Nesse sentido, o objetivo do programa era selecionar grupos que realizam pesquisa de ponta, de caráter multidisciplinar, que pudessem subsidiar políticas públicas ou contribuir para a criação de novas tecnologias. É possível afirmar que o Cepid segue os modelos organizacionais norte-americanos, inspirados nos diagnósticos gerais sobre a organização da ciência.

O Centro recebe financiamento também do Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, do CNPq, que tem como objetivo estimular o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica, associada a aplicações, para promover a inovação em áreas prioritárias para o desenvolvimento regional e nacional. Por fim, recebe verbas da Finep, a partir do edital de criação de Centros de Terapia Celular, que tem como objetivo desenvolver técnicas de cultivo de células-tronco humanas, qualificar equipes para a Rede Nacional de Terapia Celular (RNTC)[2] e para a indústria, e fornecer células-tronco cultivadas em condições de boas práticas de manufatura para os ensaios clínicos da RNTC.

Dessa breve descrição é possível notar que esse centro é reconhecido e legitimado em sua área de atuação, conjugando verbas de três agências brasileiras de fomento à pesquisa – Fapesp, CNPq e Finep. Esta é uma das razões que fazem dele um "caso exemplar", percebido pela comunidade científica como um modelo a ser seguido por outras instituições.

Procedimento de escolha semelhante é feito por Shinn e Marcovich (2009), que estudaram os ganhadores do Prêmio Feynman de Nanotecnologia para poder identificar e discutir o que é considerado, entre os praticantes da pesquisa em nanoescala, como pesquisa de ponta e investigação promissora, ou seja, o que é visto como excelente, modelar, digno de recompensa. Nesse sentido, o suporte ao laboratório por três agências de financiamento aparece nesta pesquisa como indicador de legitimidade semelhante a uma premiação, que reconhece o valor do que foi realizado pela pesquisa anterior e a um estímulo para novas realizações.

As duas principais linhas de pesquisas do centro são: 1) definir os fatores genéticos responsáveis por doenças em humanos – incluindo a identificação de genes responsáveis por doenças genéticas, estudos cromossômicos, estudo das doenças complexas e a variação genética da população; 2) desenvolver abordagens terapêuticas para doenças genéticas, incluindo o estudo do potencial regenerativo das células-tronco de diferentes origens e abordagens farmacológicas.

Além da pesquisa, o centro presta diversos serviços, seguindo os moldes propostos pelo programa Cepid, destacando-se entre eles os testes e aconselhamento genéticos. Para além desses serviços de extensão no sentido mais clássico, de aplicação de conhecimento para a prestação de serviços especializados à população externa ao laboratório e à universidade, o Centro realiza também serviço de sequenciamento de DNA para outros pesquisadores que não tenham acesso a essa tecnologia.

Para tanto, conta com uma equipe de aproximadamente 90 pessoas, entre professores, pesquisadores, pós-doutorandos, médicos e técnicos especializados, além de estudantes de graduação e pós-graduação. Oficialmente são doze os pesquisadores seniores vinculados ao Centro, sendo sete as pesquisadoras mais atuantes, cada uma delas com laboratório próprio. O Centro é, em grande medida, uma espécie de conglomerado dos sete laboratórios, que existiam antes de 2000, e se juntaram em busca de maior financiamento e melhor estrutura para pesquisa.

Foram contactadas para esta pesquisa as sete coordenadoras dos laboratórios bem como jovens pesquisadores de cada grupo, totalizando 28 entrevistas. Inspirando-se no trabalho de Terry Shinn (1988), os entrevistados foram divididos nas categorias de pesquisadores seniores e pesquisadores juniores, devido às características partilhadas. Tem-se como seniores as sete pesquisadoras que coordenam os laboratórios e como juniores aqueles que realizam sua formação em um desses laboratórios, geralmente no nível de doutorado ou pós-doutorado.

2A RNTC é formada por oito Centros de Tecnologia Celular localizados em cinco estados brasileiros e por 52 laboratórios selecionados pelo CNPq e pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde.

Para encerrar, é importante destacar que o Centro não foi tomado nesta pesquisa nem como caso exemplar – que poderia ser usado, por exemplo, para subsidiar políticas públicas para a ciência – nem como caso representativo médio – passível de generalizações apressadas –, mas sim como um caso que permite a análise pormenorizada das questões apresentadas. O estudo situado dessa maneira permite contribuir para a teoria sociológica pondo em prova generalizações anteriores, estabelecendo novos desafios interpretativos, e sugerindo novas questões de pesquisa.

3. Ciência, tecnologia e tecnociência

Na literatura sobre ciência, no âmbito da sociologia, da filosofia e dos estudos sociais da ciência, há um debate sobre as mudanças recentes na relação entre ciência e tecnologia e a emergência da tecnociência. Há pouco consenso entre os pesquisadores sobre o que seria a tecnociência e muitos dos usos desse termo carecem de fundamentação teórico-metodológica.

Bensaude-Vincent, por exemplo, explora a tese de que a tecnociência representa uma mudança radical no projeto epistemológico da ciência moderna: "É inegável que a tecnociência transforma nossa visão da natureza e nossa forma de lidar com ela. Mesmo quando os objetivos da pesquisa são cognitivos e não tecnológicos (…) as questões endereçadas à natureza se modificaram. Ao invés de perguntar "por quê?", pergunta-se "como funciona" (2009: 117). Para a autora, a tecnociência envolve a ênfase nos usos dos objetos do conhecimento para fins práticos ou instrumentais, salientando o controle das condições para a intervenção humana com e nesses objetos, estando intrinsecamente ligada ao projeto de dominação da natureza.

A partir do estudo sobre o desenvolvimento da química, Bensaude-Vincent rejeita a separação entre uma época "pura" da ciência, que se desenvolve sem a intervenção da tecnologia e de interesses e valores, e uma época em que a ciência é "corrompida" pelos interesses da guerra e da indústria e se mescla completamente aos desenvolvimentos tecnológicos.

Para Nordmann (2012), não se trata de opor "ciência" e "tecnociência", mas considerá-las como conceitos ideal típicos que podem aparecer como mais puros ou mais relacionados. O que seria distintivo na tecnociência é a constituição e o tratamento tecnológico dos objetos de pesquisa, mais do que o interesse na aplicação e utilidade. A tecnociência não envolve a criação de leis mais gerais, mas um conhecimento do detalhe, das variáveis, do contexto.

Nordmann enfatiza cinco características do conhecimento tecnocientífico: 1) ele é considerado objetivo e público quando exibido e documentado; 2) não é sinônimo de tecnologia, que é geral e, portanto, disponível também aos leigos; ao contrário, ele pressupõe um contexto tecnológico e cultural específico; 3) é comunicável, ainda que a habilidade propriamente não seja; 4) pressupõe conhecimento das relações causais; 5) sedimenta-se enquanto hábito de ação.

Já Pablo Mariconda (2012) destaca que o financiamento da pesquisa e a ideia de ciência aplicada são indispensáveis para a compreensão da tecnociência, além de enfatizar como centrais as questões de controle e dominação. As atividades tecnocientíficas seriam novas formas de organização institucional, que exploram oportunidades na produção e nos serviços, oportunidades tornadas possíveis pela atual infraestrutura tecnológica.

Para Marcovich e Shinn (2012), tecnociência não existiria enquanto atividade de pesquisa distinta e específica, atividade essa em que as fronteiras entre as disciplinas não seriam respeitadas. Ao contrário, existiriam regimes de produção científicos e tecnológicos, altamente diferenciados e especializados. Propõem uma visão pluralista de ciência e tecnologia que incorpora múltiplos regimes historicamente estabelecidos de produção e difusão de conhecimentos. Essa concepção pluralista permite especificar seus numerosos desenvolvimentos históricos, modos de produção, mercados de difusão, sem ser necessário fazer uso do conceito de tecnociência. Para os autores, o nascimento do modelo da tecnociência, que obteve considerável sucesso recentemente, pode ter derivado, em parte, de uma má interpretação de experiências históricas e atuais em ciência e tecnologia, onde não foram devidamente levados em conta estruturas, como disciplinas, e dinâmicas, como a circulação.

Hugh Lacey (2012) considera "tecnociência" um termo descritivo, não muito teórico, nem muito preciso. Ainda assim, defende sua utilização, em um contexto em que forças sociais, econômicas e políticas enfatizam o valor da tecnociência, em detrimento de outras formas de produção de conhecimentos. O autor mostra que essas forças levam a tecnociência a deslocar outras formas de ciência, de modo que a ciência – enquanto fenômeno social – torna-se efetivamente identificada com a tecnociência, e a metodologia científica torna-se identificada com aquela usada na tecnociência.

O autor define a tecnociência como um tipo de atividade científica caracterizada pela pesquisa a partir de estratégias descontextualizadas (principalmente no laboratório), e pelo uso de tecnologia avançada para a produção de instrumentos, objetos experimentais, novos materiais e estruturas. Nesse sentido, a tecnociência pode fazer parte da ciência cujo objetivo é obter conhecimento em novas áreas, especialmente a compreensão de novas possibilidades para o desenvolvimento de produtos, como aqueles ligados à química e à industria farmacêutica. Ou seja, conhecimento que leva à inovação, guiado por valores de mercado, como crescimento econômico e desenvolvimento de vantagens competitivas.

Não está reduzindo a ciência à tecnociência, nem negando que exista um deslocamento na interação dinâmica entre ambas, mas destaca a onipresença da tecnologia em todos os aspectos de certas pesquisas científicas, onipresença tamanha que muitas vezes parece arbitrário tentar distinguir o que é ciência do que é tecnologia.

Baseando-se nas ideias de Lacey e Shinn, e seguindo a premissa apresentada na introdução – da necessidade de realização de pesquisas em contextos locais e institucionais específicos –, defende-se neste artigo que uma ruptura epistemológica ocasionada pela tecnociência deve ser tratada como hipótese que necessita de maior investigação e não como um dado da realidade. Simultaneamente, partindo dessas breves considerações sobre ciência, tecnologia e tecnociência, aparece como inegável a presença constante da tecnologia nas pesquisas científicas, algo que foi constatado neste estudo em um centro de pesquisa em genética humana, que com o desenvolvimento da automação e instrumentação em ritmo cada vez mais acelerado, teve que lidar com novas dinâmicas de divisão do trabalho e de produção de conhecimento.

4. Mudanças na pesquisa em genética humana e médica

Nessa seção discute-se brevemente as principais transformações na pesquisa em genética humana e médica e como elas foram incorporadas no centro de pesquisa aqui analisado. Procura-se mostrar a progressiva modificação não apenas das questões de pesquisa, como das técnicas, instrumentos e demais práticas de pesquisa, principalmente a partir da crescente incorporação da biologia molecular no estudo do humano e a passagem da genética clássica para a "nova genética"[3] ou genômica.

De maneira bastante esquemática é possível definir a genética clássica e a genômica da seguinte maneira: 1) a genética mendeliana ou clássica é aquela que estuda a correlação entre um único gene e um traço (cor dos olhos, por exemplo) ou uma doença (monogênica). Entre humanos, esse conhecimento segue a análise do padrão familiar de repetição. 2) A genômica, por sua vez, é o estudo direto de genes, de suas funções e interações simultâneas (Correa, 2002). Além das doenças monogenéticas, ela tem como objeto traços e doenças poligênicas, que envolvem a interação entre diferentes genes e destes com fatores ambientais. O marco mais emblemático dessa «nova genética» é, sem dúvida, o Projeto Genoma Humano (PGH).

As pesquisas em ciências humanas sobre o PGH têm explorado o desenvolvimento de técnicas laboratoriais cruciais para o PGH, como o desenvolvimento do PCR (Rabinow, 1996), o desenvolvimento de técnicas de mapeamento, computação e automação dos processos (Mackenzie, 2003), as modificações na prática clínica (Lock, 2008), além das implicações éticas de tal empreendimento (Dreguer, 2000). De forma resumida, é possível afirmar que o PGH foi um mega projeto que associou desenvolvimentos da pesquisa em genética,

---

3A expressão "nova genética" foi cunhada em 1980 por David Comings, editor da revista *American Journal of Human Genetics*, ao comentar as novas técnicas para análise do DNA (Wilkie, 1994).

biologia molecular, biofísica, teoria da informação e computação (Sloan, 2000), marcando a conversão da pesquisa biológica a um modelo predominantemente molecular.

A biologia molecular, que promoveu o desenvolvimento de projetos genomas, desenvolveu-se ao longo do século XX e apresenta três marcos relevantes: o descobrimento da estrutura de DNA (1953), das técnicas de RNA recombinante (1970) e de novas técnicas e equipamentos que automatizaram o processo de sequenciamento (1995). Durante muito tempo, a biologia molecular se concentrou no estudo de micróbios, vírus, bactérias e outros organismos mais simples e, a partir deles, desenvolveu uma série de técnicas moleculares que puderam ser, posteriormente, utilizadas na genética humana (Rheinberger, 2000).

Foi a partir de 1970 que o desenvolvimento de técnicas permitiu de forma mais consistente a migração das bactérias para os humanos, com destaque para o desenvolvimento da cariotipia, da eletroforese em gel, e da hibridização in situ (Wilkie, 1994). Outro marco fundamental para o desenvolvimento da nova genética humana deu-se em 1977, quando Fred Sanger na Inglaterra e Walter Gilbert e Alan Maxam, nos EUA, desenvolveram independentemente métodos para a leitura rápida da sequência de pares de bases em qualquer trecho do DNA. Em meados da década de 1980 tornou-se disponível uma nova técnica que permitiu produzir bilhões de cópias de um único fragmento de DNA, a reação em cadeia da polimerase (PCR) (Rabinow, 1996).

Um dos primeiros triunfos da introdução das técnicas da biologia molecular em genética humana ocorreu em 1986, com a descoberta do defeito genético responsável pela distrofia muscular Duchenne. Três anos depois do isolamento desse gene, a "nova genética" registrou mais um êxito, dessa vez com relação ao defeito monogênico mais comum entre os europeus do norte: a fibrose cística (Wilkie, 1994).

A noção de uma ciência em nível molecular varia consideravelmente conforme os agentes que a empregam, sendo considerada por alguns como uma disciplina científica com status cognitivo autônomo (Abir-Am, 1982; Kay, 1993), e por outros como um grande e potente conjunto de técnicas para a compreensão de fenômenos complexos em toda sorte de organismos (Sloan, 2000). Seja como for, essa forma de prática científica passou a dominar institucional e conceitualmente os departamentos de biologia tradicionais em grande parte do mundo ocidental após os anos 1960 e passou a ser estendida, a partir da década de 1970, para a genética humana com base no PGH.

No final da década de 1990, o sequenciamento em larga escala do genoma teve considerável impulso devido ao aperfeiçoamento contínuo, à automação do processo e, também, pelo avanço da tecnologia computacional de análise de sequências de DNA (Baltimore, 2001). É nesse sentido que alguns autores afirmam que o desenvolvimento da pesquisa em genética molecular é marcado pelo uso intensivo de aparatos tecnológicos e informacionais, com uma transformação contínua de suas bases tecnológicas[4] (Silva & Costa, 2012). Essa transformação contínua e sua relação com a produção do conhecimento científico – em um momento em que as fronteiras entre ciência básica e tecnologia aplicada tornam-se difíceis de serem definidas – são fundamentais para a compreensão da divisão do trabalho no interior dos laboratórios.

Internacionalmente, o campo da genômica ganha destaque a partir dos anos 1970, sobretudo pelos avanços dos projetos de sequenciamento genético de uma diversidade de organismos. Essa nova forma de fazer pesquisa reconfigurou os rumos da comunidade científica em relação às áreas prioritárias para a formulação de programas e para o destino de recursos financeiros para pesquisa (Silva & Costa, 2012). No Brasil, a partir da década de 1990 há um aumento considerável no financiamento da pesquisa em genética, na esteira dos desdobramentos da biologia molecular e da genômica nos grandes centros de pesquisa internacionais.

A Fapesp tornou um de seus objetivos institucionais a criação dessa nova subárea de pesquisa no Brasil, para permitir que a produção científica nacional participasse da comunidade genômica internacional (Dal Poz, 2002). Para tal, foi formulado o primeiro Projeto Genoma Brasileiro[5], possuindo três metas: formar um grande número de pesquisadores, participar internacionalmente como protagonista das pesquisas genômicas,

---

4Outra mudança correlata são os custos crescentes da pesquisa em nível molecular que, por muito tempo, ficou restrita a poucos países do globo (Garland, 1983).

5O primeiro projeto foi o sequenciamento da bactéria Xylella Fastidiosa, causadora da praga do amarelinho nas plantações de laranja, afetando, assim, um importante produto do agronegócio brasileiro.

e estimular a criação e incorporação da biotecnologia no setor produtivo (Henriques, 2010). A partir desse primeiro projeto, constituiu-se uma orientação de política de C&T no Estado de São Paulo (e depois no resto do país), preocupada com o desenvolvimento de uma infraestrutura científica e tecnológica que estimulasse a pesquisa de fronteira em genômica, principalmente aplicada à medicina.

Do ponto de vista do centro analisado, é possível verificar essas transformações a partir da pesquisa em distrofias musculares, uma das doenças estudadas de forma mais duradoura, desde os estudos de pós-graduação da coordenadora da instituição, em meados da década de 1970. A localização do gene da distrofia muscular de Duchenne só se tornou possível a partir de 1981; até então, a identificação de portadores era feita com base na dosagem da enzima creatino-quinase (Zatz *et al*., 1976).

> Enquanto estava terminando meu doutorado em um tema, vamos dizer, um pouco antigo, de estudos de enzimas no músculo, foi descoberto o gene da Distrofia de Duchenne, que foi um marco na pesquisa. Então mudou radicalmente toda a maneira de se fazer pesquisa […]. De repente, PUM!, mudou tudo. Porque passamos para ferramentas moleculares, você vai direto no gene, vê se acha a alteração no gene, se acha a alteração você vai direto na mãe do paciente para ver se ela é portadora (pesquisadora sênior 3).

> Então do começo do meu doutorado em diante eu tive que fazer uma transição dos cromossomos para a molécula do DNA, e aprender a lidar com um monte de técnicas relativamente novas no Brasil, e tentar aplicá-las na resolução de problemas das doenças humanas (pesquisadora sênior 4).

Nesse sentido, os artigos publicados até o final da década de 1980 analisavam o paciente sob um ponto de vista de suas condições físicas, por sexo ou etnia, dos sintomas das doenças, e das estatísticas da doença na população. A partir da década de 1990 a análise pela biologia molecular tornou-se preponderante, e de 2000 em diante, as pesquisas com células-tronco, combinadas com as ferramentas da biologia molecular, passaram a ocupar espaço hegemônico na agenda de pesquisa do Centro. É possível vislumbrar três fases da pesquisa em distrofias musculares: genética clássica, entre 1970 e 1990; biologia molecular/genômica, a partir de 1990 e células-tronco, a partir de 2005. Em cada período percebe-se que os problemas de pesquisa elaborados pelas pesquisadoras relacionam-se às ferramentas de análise disponíveis.

Tabela 1 – Produção do conhecimento nos laboratórios de distrofia muscular, 1970-2011.

<table>
<tr><th rowspan="2"></th><th rowspan="2">Genética clássica</th><th colspan="3">Biologia Molecular</th></tr>
<tr><th>Pré-Projeto Genoma Fapesp</th><th>Projeto Genoma Fapesp</th><th>Células-tronco</th></tr>
<tr><td>Período</td><td>1971-1989</td><td>1990-2000</td><td>2001-2004</td><td>2005-2011</td></tr>
<tr><td>Número de artigos por período</td><td>42</td><td>143</td><td>88</td><td>99</td></tr>
<tr><td>Produção de artigos por ano, em números absolutos</td><td>2,3</td><td>14,3</td><td>29,3</td><td>16,5</td></tr>
<tr><td>Número aproximado de pesquisadores</td><td>16</td><td>25</td><td>30</td><td>30</td></tr>
<tr><td rowspan="8">Principais temas de pesquisa publicados em artigos</td><td>Quadro clínico geral sobre a distrofia muscular (MD) 57%</td><td>Pesquisas utilizando técnicas da biologia molecular; proteínas e estudos sobre trechos de DNAs 53%</td><td rowspan="2">Pesquisas utilizando técnicas da biologia molecular, estudos sobre trechos de DNA 65%</td><td>Biologia molecular, novos genes, estudos de trechos de DNA, doenças genéticas 40%</td></tr>
<tr><td>Enzimas 23%</td><td>Enzimas 5 %</td><td>Novas doenças e novos genes 8%</td></tr>
<tr><td>Aconselhamento genético 9%</td><td>Aconselhamento genético 15%</td><td rowspan="2">Novas doenças e novos genes 15%</td><td>Discussão de novas tecnologias na genética 8%</td></tr>
<tr><td>Pesquisas relacionando etnia 12%</td><td>Quadro clínico geral da doença 10%</td><td rowspan="4">Terapias com células-tronco 40%</td></tr>
<tr><td>Pesquisas relacionando sexo 18%</td><td>Pesquisas relacionando sexo 7%</td><td rowspan="2">Estudos sobre Alzheimer, obesidade, distúrbio bipolar, esquizofrenia 15%</td></tr>
<tr><td>Terapia: inibição do hormônio do crescimento 19 %</td><td>Terapia: esteroides 3%</td></tr>
<tr><td>Outros 3%</td><td>Outros 7 %</td><td>Outros 5%</td><td>Outros 4 %</td></tr>
<tr><td>Total</td><td>100%</td><td>100%</td><td>100%</td><td>100%</td></tr>
</table>

Fonte: Osada, 2012.

A transição para a análise molecular dependeu, em grande medida, da capacitação dos pesquisadores em laboratórios na Europa e EUA. Essa transição teve início com a ida de uma pesquisadora à Inglaterra, quando de seu pós-doutorado, em 1988. As mudanças na pesquisa ocorreram relativamente rápido, sendo que um laboratório de biologia molecular foi montado quando do retorno da pesquisadora:

> Acho que a gente deu realmente um grande passo fazendo isso, porque a defasagem entre Brasil e exterior era enorme […]. E acho que isso realmente causou uma pequena revolução tecnológica aqui, porque isso permitiu começar a responder um monte de novas perguntas, que antes a gente não conseguia (pesquisadora sênior 1).

A partir de entrevistas com pesquisadoras do Centro, é possível detectar três tipos de idas a outros centros de pesquisa: 1) para o aprendizado de técnicas ainda não disponíveis no laboratório; 2) para realizar com maior rapidez procedimentos que já existem, mas ainda não foram bem estabelecidos no laboratório; e 3) para entrar em contato com a pesquisa em outros centros e estabelecer colaborações científicas. A ida para o aprendizado de uma nova técnica é talvez a experiência mais comum entre os pesquisadores entrevistados, tanto juniores quanto seniores, no início de suas carreiras científicas: "fui para o Canadá, fiquei lá um mês, para aprender técnica de *western blot*, que ainda não se conseguia fazer direito aqui e eu trouxe essa metodologia" (pesquisadora sênior 1). A questão da velocidade também foi considerada importante para as duas gerações de pesquisadores, destacando-se, por exemplo, a economia de cerca de metade do tempo: "eu passei um mês e meio na Universidade de Iowa. Fui para ficar três meses, mas as coisas lá funcionavam muito bem, então acabei voltando antes" (pesquisadora júnior). Ou ainda: "nas visitas à Universidade de Leiden tinha técnicas que eu queria aprender, especificamente. As duas vezes que fui lá foi um pouco para isso. Às vezes tinha coisas que demoram muito para fazer aqui aí eu fazia lá e fazia rápido" (pesquisadora sênior 1).

Apesar de ser de mais curta duração e geralmente mais especializada, a ida ao exterior continua sendo fundamental para a atualização das pesquisas no Centro, principalmente em um contexto em que a pesquisa em genética e, principalmente, as técnicas de pesquisa, mudam com muita velocidade, incentivadas tanto pelo andamento das pesquisas científicas quanto pelo estabelecimento de empresas que realizam pesquisa e empresas voltadas exclusivamente para o desenvolvimento de modernos equipamentos e reagentes. O surgimento de empresas de biotecnologia (Garcia & Martins, 2009) voltadas ao desenvolvimento de produtos e serviços como medicamentos e exames diagnósticos, como a Celera e a 23andMe, e de empresas de pesquisa clínica, associadas à indústria farmacêutica, marcam a pesquisa em genômica, principalmente nos EUA (Osada, 2012). Essas mudanças na pesquisa não ocorrem a partir do Brasil e sim dos grandes centros dos EUA e Europa, o que faz com que a corrida para se manter atualizado nunca se encerre. Com a grande rapidez da mudança nos instrumentos, os grupos de pesquisa no país, ainda que possam ter recursos financeiros razoáveis, acabam não conseguindo competir com os grupos estrangeiros, por não acompanharem com a mesma velocidade todas as mudanças tecnológicas, tendo que correr atrás delas, a partir de suas dificuldades, que passam pelo financiamento e pela importação dos equipamentos e seus trâmites burocráticos.

O estágio atual das pesquisas em genética humana se caracteriza pela elevação dos custos de organização e manutenção da infraestrutura de pesquisa, à qual o grupo de cientistas estudado tenta fazer frente mediante a articulação de recursos provenientes de diversas fontes. Além do aumento dos custos, houve um aumento considerável da complexidade e das exigências – não só em termos de habilidades de gestão – com o desenvolvimento da subárea de genética humana: um aumento na complexidade do estilo de pesquisa, da manipulação de equipamentos e incorporação de novas técnicas e também de novos modos de financiamento. É possível verificar, então, que a produção do conhecimento científico foi impactada a partir da introdução de técnicas da biologia molecular[6] e do treinamento de novos pesquisadores, dos esforços de pesquisadores em adaptar seus laboratórios a essa nova maneira de fazer pesquisa, e dos vultuosos investimentos em projetos genoma por parte das agências estaduais e federais de fomento à pesquisa científica.

---

6 Entre o começo da década de 1980 e o início do Projeto Genoma Fapesp, a maioria dos pesquisadores brasileiros que aplicavam técnicas de sequenciamento de DNA em seus laboratórios havia sido treinada em estágios de pesquisa na Europa ou nos EUA.

De toda forma, é importante destacar que uma característica comum de todos os laboratórios que compõem hoje o Centro analisado é que a atualização nas novas técnicas e instrumentos foi realizada pelos pesquisadores mais novos, durante o doutorado e/ou o pós-doutorado, e não pelos pesquisadores seniores. Esse padrão é seguido também atualmente: as pesquisadoras juniores dos anos 1980 e início dos anos 1990, que são agora coordenadoras de seus próprios laboratórios, deixam a cargo dos estudantes a busca de novas técnicas e a manipulação de novos instrumentos. Essa constatação é fundamental para compreender, em maiores detalhes, a divisão do trabalho no interior do laboratório, como será visto a seguir.

5. Divisão do trabalho científico no interior do Centro de pesquisa

O Centro tem uma equipe composta por aproximadamente 90 pessoas, entre professores, pesquisadores, médicos e técnicos especializados, além de estudantes de graduação e pós-graduação. São sete os laboratórios que o compõem, coordenados por um pesquisador sênior. Cada laboratório funciona como um grupo relativamente autônomo, com determinados temas de pesquisa e métodos e técnicas de pesquisa relativamente comuns. Nesse sentido, há pouca divisão do trabalho, colaboração – e mesmo competição – entre os grupos, cada um realizando suas atividades de forma independente, ainda que próximos temática e fisicamente.

Mais marcante é a divisão do trabalho no interior dos sete subgrupos, entre pesquisadores seniores e juniores, que pode ser compreendida à luz de alguns elementos como a crescente complexidade técnica da pesquisa em genética humana e a correlata crescente especialização do trabalho, além de questões de âmbito institucional, tal como as restrições nas modalidades de contratação de pesquisadores e pessoal técnico e seu impacto na escolha dos temas de investigação e na formação dos jovens pesquisadores.

O Centro, por ser um grupo de pesquisa vinculado à universidade, tem características institucionais bem definidas, sendo uma delas o fato de seus participantes serem professores concursados da USP, funcionários concursados da USP e bolsistas de diferentes instituições de fomento. A dificuldade de contratação de pesquisadores com outro vínculo que não via concurso público – realizado quando há disponibilidade de vaga e orçamento – é um dos fatores que contribuem para que os projetos dos jovens pesquisadores bolsistas sejam construídos de maneira a suprir determinada lacuna no grupo, fazendo com que poucos jovens pesquisadores de fato escolham seu tema de pesquisa, inserindo-se, geralmente, no projeto de que a orientadora tem necessidade no momento. Ainda que a pós-graduação seja um momento de formação para os estudantes, ela também possibilita, ainda que de modo às vezes precário, a constituição de grupos de pesquisa nas universidades brasileiras. Nesse sentido, quando um novo aluno quer se juntar à equipe, ele depende, ainda que não formalmente, de a professora em questão ter necessidade de um novo membro, espaço no laboratório e vagas na pós-graduação a oferecer. Se essas três condições forem satisfeitas, a professora lhe apresenta as linhas de pesquisa e indica onde tem mais necessidade de alocá-lo.

Verifica-se, nos sete laboratórios, uma divisão de trabalho marcada, que deixa a cargo dos jovens pesquisadores o domínio do método experimental, o aprendizado das técnicas de pesquisa, mudando em ritmo acelerado. É, então, uma tarefa fundamental manter os grupos atualizados, através de estágios no exterior ou em outros laboratórios do Brasil, e padronizar as técnicas após seu retorno, para estarem disponíveis como competência local de seu grupo de pesquisa. Para os novos entrantes, a aprendizagem das técnicas experimentais dá-se, na maioria das vezes, com os colegas com mais tempo de trabalho, e com os funcionários de cada laboratório. Como destaca uma das pesquisadoras juniores, esse processo de treinamento é feito geralmente "na oralidade":

> É engraçado isso, o cientista é tão protocolar, né? Você acha que chega e é tudo muito asséptico, que você pega um protocolo, segue ele à risca e as condições de temperatura e pressão... Não, é tudo muito na oralidade. O começo da biologia molecular, as coisas básicas como PCR, a gente aprendeu com colegas, um ensina o outro, que ensina o outro, que ensina o outro (jovem pesquisadora).

Esse aprendizado informal, oral, prático, cria uma dinâmica própria no laboratório, com pós-doutorandos ensinando doutorandos recém-chegados, mestrandos ensinando alunos da graduação, em uma estrutura fluida,

mas considerada por todos como bastante funcional. Essa dinâmica fluída de colaboração parece ser mais comum entre os jovens pesquisadores do que entre as pesquisadoras seniores, e costuma ser baseada em laços de amizade, entre pessoas que estudaram juntas no Instituto de Biociências – USP.
Um dos problemas desse tipo de organização do trabalho, baseado na competência adquirida pelos estudantes, é que se outros estudantes não se interessarem em utilizar a técnica aprendida e padronizada, esse conhecimento se perde quando o primeiro estudante encerra sua participação no laboratório. Caso um estudante deseje fazer uso dessa técnica alguns anos depois, ela precisará ser novamente aprendida.

> Eu sempre tinha essa sensação, "estou sempre aqui inventando a roda, né?". Tudo que aprendia nesses laboratórios eu tinha que voltar aqui e estabelecer […]. Então foi um doutorado um pouco desbravador nesse sentido, porque foi penoso aprender as novas técnicas. E é uma coisa louca, supermutante, então a gente se esfalfava para estabelecer uma coisa e o projeto dos alunos não usava mais a tal técnica e ela se perdia (jovem pesquisadora).

Os estudantes destacam que é muito difícil o orientador acompanhar em primeira mão todos esses desdobramentos e que a ajuda nas questões técnicas de pesquisa fica a cargo dos colegas. A contribuição de seus orientadores estaria no auxílio em "questões mais amplas":

> O orientador acaba ficando um pouco ausente disso [dos avanços da pesquisa em genética], porque ele não está mais na bancada, né? Então ela tem o conhecimento de leitura, mas acaba não tendo o nosso conhecimento que é a prática, né? Já não tem mais o mesmo jogo de cintura de bancada, então tem detalhes de bancada que a gente sabe que é mais fácil discutir entre a gente, ou com algum pós-doc mais velho que já tem experiência. Mas de ideias de projetos, perguntar para ela se está bom ou não, o que ela acha de determinado artigo, para isso certamente é bom conversar (jovem pesquisadora).

É importante destacar que esse tipo de organização – pesquisadores seniores dedicados às "questões mais amplas", à determinação de objetivos e à análise refinada dos dados, e jovens pesquisadores dedicados ao trabalho "prático" - não é uma característica apenas desse laboratório, e segue o padrão dos centros de pesquisa visitados no exterior pelos estudantes. O relato mais comum nas entrevistas com os estudantes – e também com as pesquisadoras seniores – destaca que o aprendizado era feito com algum pós-doutorando ou funcionário técnico do laboratório estrangeiro em questão. A proximidade com o coordenador – tanto nos centros visitados quanto nos laboratórios do Centro – não parece ser, de fato, o mais comum. Os estudantes destacam como contribuição de seus orientadores o auxílio no que eles designam como "questões científicas", geralmente ligadas à análise dos dados, o desenvolvimento da "questão científica" ou a inserção dos dados em uma perspectiva mais ampla da genética humana:

> O que diferencia um pesquisador do início, o que torna o indivíduo um pesquisador é a capacidade que ele tem, que ele desenvolve, de interpretar aquilo que ele está vendo. Se você der para mim um resultado e der para a minha orientadora, ela vai conseguir enxergar muito mais do que eu. Porque, na verdade, em biologia molecular, em genética, quando você obtém um resultado no laboratório, ele nunca vai ser ruim, porque tudo é novo. Agora, a sua capacidade de associar aquilo ao sistema é que é uma coisa que vem com a vivência e é exatamente isso que o aluno vai aprendendo ao longo do tempo (jovem pesquisadora).

Alguns estudantes enfatizaram também como produtivo o questionamento de seus orientadores frente às técnicas aplicadas, obrigando-os a explicá-las e defendê-las como a melhor maneira de responder à questão proposta. Nesse sentido, as citações onde os pesquisadores juniores afirmam que suas orientadoras perderam as habilidades para trabalhar na bancada devem ser compreendidas à luz da noção de divisão do trabalho dentro dos grupos de investigação. É possível verificar nesses subgrupos uma divisão bem marcada, em que

pesquisadores seniores e juniores realizam atividades distintas na pesquisa. Diferentes tipos de atividades constroem identidades específicas, como é possível ver nas falas acima, valorizando o domínio da prática experimental. Essa identidade é definida justamente a partir dessa divisão do trabalho (e dessa oposição) em que os experimentos ficam a cargo dos jovens pesquisadores.

É importante destacar, no entanto, que a prática experimental não é exatamente rotineira, não é uma simples questão de aplicar ou reproduzir um experimento: ela exige dos jovens pesquisadores um domínio dos instrumentos, reagentes e outros materiais disponíveis, e justamente esse domínio definirá o sucesso do experimento. O domínio da prática experimental pressupõe um conhecimento dos jovens pesquisadores em estado prático que só pode ser incorporado durante um longo período de formação (Bourdieu, 2001). Dominar a prática experimental é dominar quais questões podem ou não ser feitas na utilização de determinada técnica ou instrumento. De maneira geral, os estudantes se reconhecem nesse trabalho, valorizam esse trabalho e, assim, diferenciam-se de seus orientadores, criando uma identidade própria.

Mas a contrapartida desse conhecimento muito especializado pode ser justamente um menor tempo dedicado à leitura e à análise dos dados[7] e, principalmente, à habilidade de vincular os dados a questões mais gerais da genética humana e médica. Para esse trabalho, os estudantes contam com o auxílio de suas orientadoras e reconhecem nelas essa competência específica, diferente da deles: "não necessariamente um aluno sai do doutorado sabendo fazer isso, sabendo interpretar um resultado, tendo essa maturidade, mas a partir do momento que ele se dispõe a ter a carreira, aí ele passa a perceber a diferença de um chefe, quando ele pega um resultado e interpreta, em relação ao aluno" (jovem pesquisadora). Ou seja, os estudantes reconhecem que é necessário tempo e maturidade para atingir o tipo de conhecimento que as pesquisadoras seniores detêm e que são também fundamentais para a produção de resultados relevantes.

É um fenômeno bastante discutido na sociologia da ciência a emergência de "quase firmas" na universidade (Etzkowitz, 1992), para fazer referência aos casos em que o orientador transforma-se em gerente, separa-se do exercício direto da pesquisa para concentrar-se nas tarefas de gerenciamento do próprio grupo, como se esse fosse uma pequena empresa. A maior parte de seu tempo passa a ser dedicado à elaboração de propostas para obter financiamentos, escrever artigos com os resultados de pesquisa da equipe, efetuar a seleção de novos integrantes, resolver problemas internos e realizar tarefas administrativas da universidade[8].

Em resumo, é comum os jovens pesquisadores se envolverem no estabelecimento de novas técnicas de pesquisa no laboratório, ficando a cargo deles o estudo e a viabilização dos procedimentos. Para essa necessidade, o treinamento nas técnicas já estabelecidas no laboratório não é suficiente, sendo necessário recorrer à literatura especializada e a colegas de outros grupos que tenham domínio da técnica almejada. Para aquelas cujo uso é mais raro ou ainda inicial, é necessário fazer colaborações formais com laboratórios de outros departamentos ou instituições ou, o mais comum, com instituições no exterior.

No entanto, os estudantes destacam principalmente o trabalho independente na busca de soluções como o fundamental no aprendizado de novas técnicas, trabalho que envolve a busca e a tentativa de reprodução de experimentos descritos em artigos científicos. Nesse sentido, a autonomia para buscar soluções parece uma característica fundamental para a realização da pesquisa na área que escolheram. Um dos jovens pesquisadores descreve esse processo da seguinte:

> Olha, a parte de biologia molecular eu aprendi na graduação. Novos métodos eu aprendi aqui no laboratório. Métodos de análise eu estou aprendendo *on-demand*. É difícil, eu estou estudando estatística constantemente. Neuroanatomia, por exemplo, é algo que a gente viu como parte de uma disciplina da graduação, então estou aprendendo praticamente sozinho, consulto algumas pessoas, faço cursos, *online*,

7 Embora a quantidade de estudantes entrevistados não permita generalizações, destaca-se que a média de tempo de trabalho que os estudantes afirmaram passar na "bancada" é de 70%.

8 Todas as pesquisadoras líderes dos subgrupos ocupam ou ocuparam cargos administrativos, seja no próprio Centro, seja na USP., além de exercer atividade docente tanto na graduação quanto na pós-graduação. Participam, também, do serviço de aconselhamento genético no Centro.

> presencial, enfim. Então é meio que um *walk alone*, você vai vai pegando o que você consegue, na medida em que você precisa (jovem pesquisador).

O caminho solitário do aprendizado de novas técnicas contrasta com o aprendizado coletivo daquelas que já são de uso comum no laboratório. É claro que esse processo varia conforme o tipo de pesquisa que o aluno decide fazer, existindo aqueles que optaram por linhas de pesquisa mais tradicionais, já bem estabelecidas no seu laboratório. No entanto, devido ao processo de constante mudança nas técnicas e instrumentos, a opção por linhas de investigação mais estabelecidas parece ser cada vez mais rara.

Foram criadas uma série de estratégias no interior dos grupos para dar conta das novas demandas da pesquisa em genética humana e médica em um contexto de crescentes custos de pesquisa, crescente complexificação técnica e especialização, em um cenário institucional com limitações de ordem orçamentária e com pouca flexibilidade (sempre falando em termos relativos) para se adequar às transformações. Inserir alunos de pós-graduação em linhas de pesquisa de acordo com as necessidades mais abrangentes é uma estratégia importante, face à dificuldade de contratar pessoal especializado para a realização de determinada tarefa.

Quando um jovem realiza sua pós-graduação em um dos subgrupos, ele está, de alguma maneira, vinculado ao padrão do trabalho intelectual autônomo. Então, ainda que muitas vezes não possa de fato escolher seu tema de pesquisa, tem flexibilidade para escolher a literatura com a qual trabalhará e as técnicas que elegerá. Mas sua experiência no subgrupo evidencia as dificuldades para realizar um trabalho que seja articulado com o dos colegas e capaz de gerar resultados que tenham aplicação, no modelo do pesquisador autônomo. Ao identificar as dificuldades, alguns defendem um outro modelo de organização, em que as coordenadoras do subgrupo exerçam de forma mais ativa a figura de "chefes" e o controle e a definição da pesquisa seja feito de modo a desenhar um trabalho mais articulado que possa produzir resultados padronizados e comparáveis. Nenhum desses dois modelos de pesquisa se realiza completamente, havendo adaptações, oscilações e mistura entre eles. De forma esquemática pode-se caracterizar dois modelos, de um lado aquele do pesquisador individual, autônomo e independente, da universidade, com liberdade de pesquisa, de outro, o modelo contemporâneo das grandes equipes de pesquisa, especializadas e hierarquizadas, onde o pesquisador teria menos liberdade para escolher seus temas e abordagens.

6. Considerações finais

O artigo discutiu a divisão do trabalho científico entre pesquisadores sêniores e juniores em um laboratório brasileiro de genética humana e médica em contexto de desenvolvimento acelerado da instrumentação e de crescentes custos da pesquisa. Foi realizado um breve panorama das transformações da área disciplinar em questão, centrando-se sobre como pesquisadores em um contexto específico, com características institucionais definidas e limitações de ordem orçamentária e organizacional, lidaram com essas transformações.

Debateu-se mudanças e consequências da instrumentação, mas continua difícil falar em tecnociência, considerando o forte componente disciplinar do Centro, o fato de a maior parte das pesquisas ser realizada no modelo clássico da tese de doutoramento, numa disciplina específica, ainda que contribuições de outras disciplinas, como a estatística e a bioquímica, sejam cada vez mais importantes para o bom andamento das pesquisas. Além disso, as questões de pesquisa, ainda que usem elementos de outras disciplinas, estão profundamente ancoradas na matriz disciplinar, inserida no centro da agenda de pesquisa da genética humana e médica. Ao mesmo tempo, é inegável a importância da tecnologia na pesquisa científica, de matriz disciplinar, permitindo falar numa nova disciplinaridade (Shinn & Marcovich, 2012).

Mostrou-se como a transição para novas modalidades de produção e análise de dados dependeu, em grande medida, da capacitação dos pesquisadores em centros de pesquisa na Europa e EUA, e que essa atualização foi sempre realizada pelos jovens pesquisadores da instituição. Esse processo atualiza uma divisão de trabalho marcada, que deixa aos jovens pesquisadores o domínio do método experimental e aos pesquisadores seniores a definição da agenda de pesquisa, auxilio na análise, busca de financiamento e obrigações de ordem burocrática. Essa dinâmica remete, em certa medida, a uma separação entre concepção e execução, mas seria necessário

realizar uma pesquisa mais detalhada sobre esse tema, para compreender pormenorizadamente os meandros dessa separação.

Simultaneamente, pesquisadores seniores e juniores têm de lidar com outra consequência das transformações da pesquisa, decorrente da ampliação do espectro de instrumentos métodos e técnicas, e a pressão por maior especialização no interior dos grupos de investigação. Foram criadas uma série de estratégias, em um cenário institucional com limitações de ordem orçamentária e pouca flexibilidade (em termos relativos), como incluir alunos de pós-graduação como membros mais ativos do grupo de pesquisa. Mas, paralelamente às pressões e estímulos para a configuração de grupos de pesquisa no sentido forte do termo (ou de quase firmas, para falar com Etzkowitz, 1992), com divisão do trabalho em que cada um faz partes de uma mesma pesquisa, tem-se, também, o modelo do padrão do trabalho intelectual autônomo, com cada pesquisador responsável por viabilizar uma pesquisa mais ou menos individual.

Nenhum dos modelos se realiza completamente, sendo um achado desta pesquisa que há formas práticas de justaposição, compatibilização e mesmo complementaridade de características identificadas aos dois modelos. Fazer pesquisa em uma disciplina e contexto bem delimitados é, de certo modo, discutir como modelos gerais sobre o funcionamento da ciência – geralmente elaborados nos países centrais a partir dos centros de pesquisa mais avançados e das áreas de ponta – são incorporados em um processo de contextualização local das tendências globalizantes.

Referências bibliográficas

ABIR-AM, P. G. (1982), "The discourse of physical power and biological knowledge in the 1930s: a reappraisal of the Rockefeller Foundation's 'policy' in Molecular Biology", *Social Studies of Science*, 12 (3), pp. 341-82.

BALTIMORE, G. (2001), "Our genome unveilled", *Nature*, 409, pp. 814-6.

BENSAUDE-VINCENT, B. (2009), *Les vertiges de la technoscience*: façonner le monde atome par atome, Paris: La Découverte.

BOURDIEU, P. (2001), *Science de la science et réflexivité,* Paris: Raisons d'Agir.

CORREA, M. V. (2002), "O admirável Projeto Genoma Humano", *Physis*, 12 (2), pp. 277-99.

DAL POZ, M. (2002), *Da dupla à tripla hélice*: o projeto Genoma Xylella, Dissertação de mestrado, Campinas: Instituto de Geociências, Unicamp.

ELZINGA, A. (2002), "The new production of particularism in models relating to research policy. A critique of Mode 2 and Triple Helix", paper prepared for the Nobel Symposium Science and Industry in the 20 Century, Stockholm, 21-23 Nov.

ETZKOWITZ, H. (1992), "Individual investigators and their research groups", *Minerva*, 3, pp. 28-50.

DREGER, A. D. (2000), "Metaphors of morality in the Human Genome Project". In. SLOAN, P. R. (Org.), *Controlling our destinies*: historical, philosophical, ethical, and theological perspectives on the Human Genome Project, Indiana: University of Notre Dame Press, pp. 155-84.

FAPESP (2000), "Um novo paradigma para a organização da pesquisa: centros de pesquisa, inovação e difusão terão a missão de aproximar a ciência da sociedade", *Pesquisa FAPESP*, São Paulo, n. 57.

FERREIRA, M. T. (2013), *A institucionalização da pesquisa em genética no Brasil e seus pesquisadores*: um estudo de caso do Centro de Estudos do Genoma Humano da USP. Dissertação de Mestrado em sociologia, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FREEMAN, C. (1995), "The 'National System of Innovation' in historical perspective", *Cambridge Journal of Economics*, 19, pp. 5-24.

GARCIA, S. G.; CARLOTTO, M. C. (2012), "Institutional specificity and organizational change: A case of university social engagement in Brazil". In: PINHEIRO, R.; BENNEWORTH, P.; JONES, G. (Orgs.). *Universities and regional development*: a critical assessment of tensions and contradictions, New York: Routledge, pp. 124-40.

GARCIA, J. L.; MARTINS, H. (2009), "O ethos da ciência e suas transformações contemporâneas, com especial atenção à biotecnologia", *Scientiae Studia*, 7 (1), pp. 83-104.

GARLAND, A. (1983), *Life sciences in the Twentieth Century,* New York: Wiley.

GIBBONS, M. et al. (1994), *The new production of knowledge*: the dynamics of science and research in contemporary societies, London: Sage.

HAMBURGUER, A. I. (2004), *Fapesp 40 anos*: abrindo fronteiras, São Paulo: EDUSP.

HENRIQUES, F. (2010), *Idéias, redes e dinâmica política*: a construção da agenda da inovação na FAPESP. Dissertação de Mestrado em Sociologia, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

KAY, L. E. (1993), *The molecular vision of life*: Caltech, the Rockefeller Foundation and the new Biology, New York: Oxford University Press.

KREIMER, P. (2010), *Ciencia y periferia*: nacimiento, muerte y resurrección de la biología molecular en la Argentina, Buenos Aires: Eudeba.

LACEY, H. (2012) "Reflections on science and technoscience", *Scientiae studia*, 10, n. spe, pp. 103-28.

LOCK, M. (2008), "Biomedical technologies, cultural horizons and contested boundaries". In. HACKETT, E. J. et al. (Orgs), *The handbook of science and technology studies,* Third Edition, Cambridge: MIT Press, pp. 875-900.

MACKENZIE, A (2003), "Bringing sequencies to life: how bioinformatics corporealizaes sequences data", *New Genetics and Society*, 22 (3), pp. 315-32.

MARCOVICH, A.; SHINN, T. (2009), "Padrões sociointelectuais da pesquisa em nanoescala: laureados com o Prêmio Feynman de Nanotecnologia, 1993-2007", *Scientia Studiae*, 7 (1), pp. 11-39.

_____; _____. (2012) "Regimes of science production and diffusion: towards a transverse organization of knowledge", *Scientae Studia*, 10, n. spe, pp. 33-64.

MARICONDA, P. R.. (2012), "Get ready for technoscience: the constant burden of evaluation and domination", *Scientiae studia*, 10, n. spe, pp. 151-62.

NELSON, R. (1993), *National innovation systems*: a comparative analysis, Oxford: Oxford University Press.

NORDMANN, Alfred (2012), "Object lessons: towards an epistemology of technoscience", *Scientiae studia*, 10, n. spe, pp. 11-31.

OSADA, N. M. (2012), *O processo de biomedicalização no Brasil*: estudo da prática científica em pesquisas sobre doenças genéticas. Tese de doutoramento, Campinas: Instituto de Geociências, Unicamp.

RABINOW, P. (1996), *Making PCR*: a story of biotechnology, Chicago: University of Chicago Press.

RHEINBERGER, H-G. (2000), "Beyond nature and culture: modes of reasoning in the age of molecular biology and medicine". In: LOCK, M. et. al. (Orgs.), *Living and working with the new medical technologies,* Cambridge: Cambridge University Press, pp. 19-30.

SHINN, T. (1988), "Hiérarchies des chercheurs et formes des recherches", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales,* 74, pp. 2-22.

_____.; RAGOUET, P. (2008), *Controvérsias sobre a ciência*: por uma sociologia transversalista da atividade científica, São Paulo: Editora 34.

SLOAN, P. R. (2000), "Completing the tree of Descartes". In. SLOAN, P. R. (Org.), *Controlling our destinies*: historical, philosophical, ethical, and theological perspectives on the Human Genome Project, Indiana: University of Notre Dame Press, pp. 1-26.

SILVA, R. G. L. da; CONCEIÇÃO, M. C. (2012), "Instrumentos de política de ciência e tecnologia em genômica do Estado de São Paulo", *Revista de Políticas Públicas*, 16 (2), pp. 493-501.

WILKIE, T. (1994), *Projeto Genoma Humano*: um conhecimento perigoso, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ZATZ, M.; FROTA-PESSOA, O.; LEVY, J.; PERES, C. (1976) "Creatine-phosphokinase (CPK) activity in relatives of patients with X-linked muscular dystrophies: a Brazilian study", *Journal of Human Genetics*, 24 (2), pp. 153-68.

ZIMAN, J. M. (1990), "What is happening to science?", In: COZZENS, S. et al. (Orgs.), *The research system in transition,* Dordrecht: Kluwer Academic, pp. 23-33.

ZUCKERMAN, H. (1977), *Scientific elites:* Nobel laureates in the United States, New York: The Free Press.

Ciência Pós-acadêmica no Brasil: O Projeto "Andar de Novo"

Renato Rodrigues Kinouchi [1]
renato.kinouchi@ufabc.edu.br

Resumo: Esta comunicação tem por objetivo examinar um exemplo daquilo que se denomina "ciência pós-acadêmica" situado no contexto brasileiro. Para tanto, mobilizarei o referencial teórico fornecido por físico e filósofo John Ziman, segundo o qual a ciência contemporânea envolve um modelo híbrido de normas sociais. Após detalhar o que Ziman entende por "ciência pós-acadêmica", procurarei mostrar que o projeto "Andar de Novo" pode ser visto como um caso típico de tal hibridismo normativo. Pretendo discutir, ademais, certos aspectos próprios da atividade científica que foram pouco considerados pela intensa cobertura jornalística sobre o exoesqueleto que possibilitou a um paraplégico dar o chute inicial simbólico da abertura da Copa do Mundo de futebol em 2014. Mas, com efeito, além de discutir o *que* foi demonstrado – a saber, a viabilidade de interfaces cérebro-máquina para o comando de próteses robotizadas – desejo esclarecer *como* esse resultado foi apresentado ao público. Em síntese, pretendo mostrar que o projeto "Andar de Novo" foi concebido e executado segundo as normas zimanianas PLACE, mas foi apresentado ao público como se observasse as normas mertonianas CUDOS.

Palavras-chaves: Ciência pós-acadêmica. Normas sociais da ciência. John Ziman. Exoesqueleto. Projeto Andar de Novo.

1. Introdução

Há razoável consenso entre os especialistas a respeito da afirmação de que o modo de produção da ciência contemporânea é bem diferente daquele que se observava anteriormente. É também usual se afirmar que essa transformação começou a ficar mais evidente a partir da segunda guerra mundial, em decorrência do esforço das nações do hemisfério norte no sentido de estimular e incorporar, de maneira muito mais intensa, as aplicações da investigação científica nos domínios da saúde, da economia e, obviamente, no terreno militar (ver, por exemplo, Bush, 1945). Foi principalmente em torno dos anos 1970-80, entretanto, que esse processo agudizou-se. Embora haja concordância com relação a esse diagnóstico geral, a caracterização dessa transformação difere entre os autores que se dedicaram ao tema. A título de ilustração, o novo modo de produção da ciência é chamado de «ciência finalizada» por Schäfer (1983), «ciência pós-normal» por Funtowicz e Ravetz (1993), «modo 2» por Gibbons et al. (1994), «ciência pós-acadêmica» por Ziman (1996; 2000), «capitalismo acadêmico» por Slaughter e Leslie (1997), «sistemas de inovação» por Smits e Kuhlmann (2004) e de «tripla hélice» por Etzkowitz e Leydesdorff (1998). Não obstante suas diferenças, os autores acima mencionados, pertencentes ao que se convenciona chamar de área dos *science studies*, apresentam alguns pontos em comum. Para os propósitos desta comunicação, faz-se necessário sublinhar dois desses pontos: por um lado, a recusa da rígida separação entre o contexto da descoberta e o contexto da justificação oriunda do positivismo lógico e, por outro lado, a constatação do declínio do *ethos* da ciência descrito pela sociologia da ciência funcionalista. A dicotomia entre o contexto da descoberta e o contexto da justificação foi um dos assuntos estruturantes da filosofia da ciência de inclinação positivista (cf. Feigl, 2004). Ao reivindicar para si a tarefa de justificar o conhecimento científico, sem a necessidade de considerar os fatores psicológicos, sociológicos e econômicos, a filosofia da ciência demarcou seu próprio campo de atuação. Por outro lado, o contexto da descoberta pôde ser recoberto por outras disciplinas especializadas, tais como a sociologia da ciência funcionalista, representada principalmente por Robert K. Merton, que adequava-se bem àquela dicotomia. Reconhecendo que seu próprio

1 O autor agradece a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) o auxílio concedido para participação no presente evento.

campo trata prioritariamente dos fatores sociológicos das práticas científicas, sem a necessidade de examinar os conteúdos epistêmicos e metodológicos propriamente ditos das teorias, Merton (2013) deixava claro o que considerava ser um verdadeiro estudo de sociologia da ciência:

> De modo preliminar, estamos preocupados aqui com a estrutura cultural da ciência, ou seja, com um aspecto limitado da ciência enquanto instituição. Portanto, consideraremos não os métodos da ciência, mas os costumes com os quais eles são delimitados (...) Este é um ensaio de sociologia da ciência e não uma excursão de metodologia. Similarmente, não trataremos dos resultados substantivos das ciências (hipóteses, uniformidades, leis), exceto quando sejam pertinentes para os sentimentos sociais padronizados acerca da ciência. Esta não é uma aventura de erudição (Merton, 2013: 183).

Em linhas gerais, Merton defendia que a organização social da ciência orienta-se por um conjunto de normas que dão sustentação a um de grande sistema de recompensa (*reward system*). Para o sociólogo, o valor atribuído à prioridade de descobertas científicas e a prática designar conceitos científicos por meio de nomes que fazem menção aos cientistas envolvidos nas descobertas (eponímias) são exemplos, entre outros, do funcionamento de tal sistema. Com efeito, esse tipo de organização social envolve «um complexo afetivamente modulado de valores e normas que se considera serem obrigatórios para o homem de ciência» (Merton, 2003: 183). Para designar o conjunto de normas que regeriam a organização social da ciência, Merton cunhou o acrônimo (em inglês) CUDOS, que reúne as letras iniciais das normas *Comunalism, Universalism, Desinterestedness, Organized Skepticism*. O comunalismo consiste na norma de que o conhecimento científico deve ser livremente compartilhado pela comunidade; o universalismo significa que qualquer cientista pode contribuir para a ciência independentemente de raça, nacionalidade, cultura ou gênero; o desinteresse significa que o cientista deve buscar o conhecimento científico motivado pelo próprio desenvolvimento da ciência; e finalmente o ceticismo organizado envolve a disposição para a crítica e revisão do conhecimento científico. Cumpre assinalar que o vocábulo "kudos", de origem grega, é utilizado também na língua inglesa como sinônimo de "louvor" ou "honraria". No entender de Merton, o que mobiliza os cientistas, do ponto de vista das relações sociais, seria o reconhecimento e as honras advindas das descobertas científicas.

2. A ciência pós-acadêmica

A emergência da área conhecida como *science studies* em larga medida reflete o esvanecimento da dicotomia entre o contexto da descoberta e o contexto da justificação. No próprio campo da filosofia da ciência, os filósofos-historiadores rebatiam a visão positivista sobre o papel da história, pois que «a filosofia ciência sem a história da ciência é vazia, a história da ciência sem a filosofia da ciência é cega» (Lakatos, 1978: 107). Por outro lado, a sociologia da ciência funcionalista também recebia fortes críticas devido sua negligencia com os conteúdos substantivos da ciência (cf. Shin e Ragouet, 2008). Nesse ínterim, começa a aumentar a demanda por um diálogo mais intenso entre a filosofia da ciência, a história da ciência e a sociologia da ciência.

É dentro desse quadro que devemos considerar os trabalhos de John Ziman. Oriundo da física teórica, Ziman também nutria um grande interesse pela organização social da ciência. Para ele, uma das transformações mais centrais da ciência contemporânea consiste em seu processo de coletivização. Assim, a imagem tradicional do cientista, trabalhando em seu laboratório, de maneira relativamente autônoma e individualizada, guarda quase nenhuma semelhança com o que é feito nos grandes laboratórios privados de hoje em dia. Com efeito, Ziman chama a esse segundo modo de organização social de "ciência pós-industrial". No entanto, um detalhe essencial do modelo zimaniano é que ele não estabelece uma dicotomia entre a ciência tradicional e a ciência pós-industrial. Ziman defende a existência de uma espécie de interpenetração daqueles dois modos de produção, o que dá origem ao que ele denomina ciência "pós-acadêmica". Em síntese, a ciência pós-acadêmica é um híbrido

da ciência tradicional e da ciência pós-industrial. No que diz respeito às normas e valores que estruturariam a organização social da ciência pós-acadêmica, Reis e Videira (2013) destacam que:

> Para ele [Ziman], o éthos, definido pelo sociólogo Robert Merton como sendo o "complexo de valores e normas 'afetivamente tonalizados'" (Merton, 1973a: 268) que se consideram obrigatórios para o homem de ciência ou o conjunto de normas sociais não escritas – representado pelas normas sociais do Universalismo, Comunalismo (ou comunismo), Desinteresse e Ceticismo (Scepticism) Organizado – foi substituído por um outro, cujo princípio é Proprietário, Local, Autoritário, Encomendado (Commissioned) e Especializado (Ziman, 2000: 78). Na literatura os nomes dados às normas do éthos ficaram conhecidos pelo acrônimo CUDOS, significando aplauso ou prestígio, ou seja, o reconhecimento social que os cientistas obtinham na ciência acadêmica através dos resultados de suas pesquisas (cf. Kalleberg, 2007: 137); e, para Ziman, na ciência pós-acadêmica, os cientistas lutam por um lugar bem remunerado na hierarquia da administração, representado pelo acrônimo PLACE (Reis e Videira, 2013: 602).

Neste ínterim, cumpre detalhar rapidamente as normas do ethos PLACE, pois elas serão retomadas quando analisarmos o projeto "Andar de novo" nas próximas seções desta comunicação. Pela designação "proprietário", entende-se que o conhecimento científico deixou de ser considerado um bem público, cujo acesso deveria ser livre e não mercantilizado. Por "local", entende-se que a investigação se concentra em problemas técnicos bem circunscritos. Por "autoritário", entende-se que a organização do trabalho é fortemente hierarquizada seguindo métodos gerenciais típicos do modo de produção industrial. Por "encomendado" (*commissioned*), entende-se que os projetos visam a consecução de um resultado esperado (um produto, uma nova técnica) e não necessariamente a ampliação do conhecimento em geral. E, finalmente, por "especializado" entende-se que os pesquisadores são contratados exclusivamente em virtude de sua expertise técnica. No geral, o *ethos* PLACE significa que o importante para o cientista é encontrar uma boa posição dentro do sistema, ao passo que o objetivo do cientista, segundo o *ethos* CUDOS, era a busca por reconhecimento e prestígio. Todavia, é necessário enfatizar novamente que, para Ziman, a ciência pós-acadêmica consiste em uma espécie de hibridismo normativo, onde as normas CUDOS e PLACE convivem de maneira ambígua. Como notado por Garcia e Martins:

> A situação contemporânea é, portanto, de uma ambiguidade considerável: ao mesmo tempo que se reconhece o CUDOS como gozando de uma autoridade moral superior, na prática é o PLACE, o conjunto de contranormas mertonianas, que prevalece cada vez mais, no mundo da ciência "pós-acadêmica" (cf. Ziman, 2000). As contranormas mertonianas usufruem de todos os incentivos (talvez seja mais ajustado dizer exigências diárias) dos poderes públicos nas democracias ocidentais que se tornaram um agente crucial da transformação economizante e capitalizante do modo de produção do conhecimento científico, em nome das necessidades econômicas de um mundo globalizado. A concorrência entre investigadores e coletivos de investigadores, nessas condições, passa também pela mídia, em que a publicidade, e os golpes de publicidade, parecem contar cada vez mais nos anúncios de descobertas científicas (Garcia e Martins, 2009: 100-101).

Tendo em mente o quadro teórico até aqui apresentado, pretendo examinar o que se poderia chamar de um *case* da ciência pós-acadêmica ocorrido no Brasil por ocasião da copa do mundo de futebol. Trata-se do projeto "Andar de novo" coordenado pelo renomado neurocientista brasileiro Miguel Nicolelis. O projeto em questão tinha como objetivo permitir que um paraplégico fosse responsável pelo chute inicial do campeonato por meio de um exoesqueleto robótico. Para tanto, além de discutir o *que* foi demonstrado – a saber, a viabilidade de

interfaces cérebro-máquina para o comando de próteses robotizadas – desejo esclarecer como o resultado foi apresentado ao grande público. Em síntese, defenderei que o projeto foi desenvolvido segundo as normas de tipo PLACE, mas foi apresentado ao público como se fosse de tipo CUDOS, recaindo na ambiguidade acima descrita.

3. O projeto "Andar de Novo"

Poucas semanas antes da cerimônia de abertura da copa do mundo em São Paulo, a imprensa brasileira noticiava frequentemente a apresentação do exoesqueleto BRA-Santos Dumont, um aparato robótico controlado por interface homem-máquina que possibilitaria um paraplégico dar o chute inicial do evento. As manchetes eram muito positivas, e o coordenador do projeto, Miguel Nicolelis, mostrava-se confiante e entusiasmado. Um ano antes, em entrevista à revista Carta Capital, Nicolelis dizia que: «Por onde eu passo no mundo, brasileiros e não brasileiros estão ansiosos com a possibilidade de ligar a televisão e ver algo que, para mim, vai ser como pousar na Lua mesmo» (Pontes, 2013).[2]

O grande feito científico esperado era o seguinte: «Se tudo acontecer como planejado, durante a cerimônia de abertura, uma jovem pessoa paralisada irá adentrar o gramado usando um exoesqueleto robótico operado por eletrodos implantados em seu cérebro, caminhar cerca de 20 passos e chutar uma bola de futebol» (Miller, 2013). No entanto, o que os telespectadores assistiram foi um tanto frustrante: apenas 3 ou 4 segundos de imagens, ligeiramente perdidas em meio às demais atrações da cerimônia. Fotos do evento mostravam que o exoesqueleto chegou ao gramado com a ajuda de um pequeno guindaste, e o paraplégico não se levantou, nem caminhou até o centro do gramado e, além disso, teve que ser amparado pelos técnicos para dar um chute, digamos, bastante artificial.

O ocorrido disparou uma enorme quantidade de comentários na imprensa e também nas redes sociais da internet, em particular no Twitter, que é frequentemente utilizado pelo próprio Miguel Nicolelis. De fato, a grande maioria dos comentários, tanto os a favor como os contra, pouco tinham a ver com o conteúdo científico propriamente dito do experimento. O neurocientista reclamava principalmente sobre o pouco tempo de exibição na TV. Entretanto, Nicolelis alegava que, do ponto de vista da ciência, o experimento tinha sido um sucesso – no Twitter ele postou a frase "We did it!!!" – mas infelizmente a demonstração ficou prejudicada por uma cobertura televisiva insuficiente e pelo desinteresse da FIFA.

Todavia, se analisarmos o experimento do ponto de vista metodológico, razões bem objetivas dão conta de explicar a frustração provocada pelo experimento. A principal delas reside no equipamento usado para a captação dos sinais cerebrais eletroencefalográficos (EEG) que controlava o exoesqueleto. Tais sinais, captados no couro cabeludo, de maneira não invasiva, são muito difusos e inespecíficos, precisando ser filtrados e amplificados para só então comandar o aparato robótico. A principal questão consiste em saber quanto do sinal original contribuiu efetivamente para o chute, e qual o grau de efetivo controle do robô pelo cérebro do sujeito. Em outras palavras, o chute foi realmente um comando do sujeito experimental? E qual o grau de precisão desse comando? Em resumo, tratou-se verdadeiramente de um chute, ou de uma espécie de espasmo que tocou a bola acidentalmente? Esse tipo de questionamento já vinha sendo feito por pesquisadores da área há algum tempo. Brendan Allison, da Universidade da Califórnia, que investiga interfaces homem-máquina, disse em entrevista à revista *Wired*:

2 Nesta seção as fontes utilizadas são reportagens e trechos de entrevistas publicadas em magazines e jornais diários, todos disponíveis eletronicamente na Internet. Em razão disso, não há como fornecer a paginação específica de cada citação. Não obstante, nas referências bibliográficas informamos os links dos materiais consultados, de maneira que o leitor pode conferir todas as informações aqui apresentadas.

Conseguir um sinal do cérebro para fazer uma tarefa é mais fácil do que as pessoas pensam. Eu poderia colocar uma touca com eletrodos em cima da sua cabeça, em um espaço público com muito ruído eletromagnético, e em 10 minutos, você seria capaz de mandar um sinal com um único pensamento. Se o sinal do cérebro for usado para dar um único comando – ande, e chute – é menos do que um salto tecnológico (Miller, 2013).

No Brasil, Edward Tehovnik, pesquisador do Instituto do Cérebro da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, dois meses antes do evento, seguia o mesmo raciocínio: «Minha análise, baseada nos dados publicados, sugere que menos de 1% do sinal virá do cérebro da criança (sic). Os outros 99% virão do robô. Será mesmo a criança paralisada que vai chutar a bola?» (Moraes, 2014).
Um detalhe importante desse debate é que o próprio Miguel Nicolelis era bastante crítico do uso de captação externa de EEG para interfaces homem-máquina, exatamente em virtude das limitações acima mencionadas. De fato, os trabalhos que renderam fama ao neurocientista resultavam da utilização de técnicas de captação de sinais intracranianos, através da implantação de eletrodos diretamente dentro do cérebro de macacos. Foi com essa técnica, mais sofisticada, entretanto, mais arriscada, que Nicolelis e sua equipe conseguiu que macacos fossem capazes de controlar braços robóticos com uma precisão notável (cf. Wessberg *et al*, 2000). Segundo Nicolelis, em humanos a técnica permitiria uma fluidez de movimento jamais vista: «Eu poderia fazê-los chutar no estilo brasileiro. Não inglês, brasileiro» (Miller, 2013).
Apesar da perda em precisão do sinal, a técnica mais antiquada possui uma inegável vantagem. Por não ser invasiva, não requer procedimentos cirúrgicos e o risco ao paciente é praticamente desprezível. Essa vantagem impactava diretamente a questão do "prazo de entrega" da demonstração, marcado para o dia 12 de junho de 2014. Por sua vez, a existência de um prazo para execução do experimento leva-nos diretamente a um dos pontos que foi discutido nas primeiras seções desta comunicação, e fornece a pista para compreendermos que o Projeto Andar de Novo, do ponto de vista da organização social da pesquisa científica, desenvolveu-se sob normas de tipo PLACE. Sendo breve, o projeto foi "Encomendado" (*Commissioned*) para fazer parte da cerimônia de abertura. Foi em razão do prazo imposto que o neurocientista optou pela técnica que ele mesmo criticava anteriormente. Com efeito, na opinião de Márcio Dutra Morares, pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais: "A mudança certamente se deu pela impossibilidade de resolver de forma satisfatória e ética o projeto inicial dentro do limite de tempo imposto pela Copa" (Moraes, 2014).De fato, Miguel Nicolelis, em matéria publicada na seção Ciência do portal UOL, relata que:

> Em 2009, depois que soubemos que o Brasil sediaria a Copa do Mundo, eles [governo brasileiro] me pediram ideias para mostrar o Brasil de uma forma diferente daquela que o mundo costuma vê-lo. Foi quando eu sugeri fazer uma demonstração científica para mostrar às pessoas que o Brasil está investindo e tem potencial humano para fazer coisas além do futebol (Sulleiro, 2014).

O financiamento do projeto, com valores em torno de R$ 33 milhões, ou aproximadamente EU$ 10 milhões, foi levantado junto à Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP), uma empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. No que diz respeito ao pessoal técnico envolvido, o projeto contou com parcerias privadas, tais como o Instituto Internacional de Neurociências de Natal Edmond e Lily Safra (IINN-ELS) e a Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), e com equipes de pesquisas da Universidade Duke, dos Estados Unidos, da Universidade Técnica de Munique, Alemanha, da Escola Politécnica Federal de Lausanne, na Suíça, entre outros (ver Ministério do Esporte, 2014).
Um segundo ponto a indicar que "Andar de Novo" desenvolveu-se segundo o modelo de ciência pós-acadêmica é sua, digamos assim, modularização especializada. Cada uma das instituições acima mencionadas respondeu por diferentes segmentos do projeto, cabendo ao neurocientista brasileiro coordenar as ações de centenas de especialistas ao redor do mundo. O exoesqueleto robótico propriamente dito foi montado na França, e depois enviado ao Brasil. O conjunto previa ainda uma "pele artificial" com sensores tácteis, a cargo da equipe de Gordon Cheng, de Munique. No Brasil, a equipe do IINN-ELS de Natal ficou responsável pelas simulações do processo de controle do exoesqueleto por sinais de EEG – vale relembrar que, a técnica de captação de

sinais antes pretendida, desenvolvida por Nicolelis na Universidade de Duke, foi descartada. Finalmente, a integração dos diversos componentes e o treinamento dos sujeitos experimentais ocorreu em um laboratório cedido pela AACD em São Paulo. Tal nível de *especialização*, indispensável em um projeto dessa natureza, é outra norma descrita por Ziman como uma das assinaturas do novo *etho*s de uma ciência altamente coletivizada. Dentre as normas PLACE, merece atenção a relativa ao gerenciamento *Autoritário* dos projetos científicos. Na verdade, uma das transformações mais marcantes consiste na adoção de um modelo de gerenciamento industrial da investigação, o que significa a existência de uma hierarquia bem definida, com mecanismos de comando e controle rígidos, cumprimento de metas de produtividade, etc. Averiguar a existência desse tipo de gerenciamento autoritário não é fácil, pois envolve acesso ao cotidiano da pesquisa. No caso do projeto "Andar de Novo", entretanto, isso é possível em virtude de um rumoroso desentendimento entre Nicolelis e membros de sua equipe, que foi bastante divulgado pela imprensa brasileira em 2011. Para ilustrar o ponto, transcrevemos abaixo parte de uma reportagem da Revista Piauí:

> No cotidiano do Instituto [IINN-ELS], no entanto, [os pesquisadores] se viram às voltas com normas que lhes pareceram inflexíveis e pouco razoáveis, e com um modelo de gestão centralizador e arbitrário. Os relatos do grupo pintam um quadro de burocracia, controle e restrição de suas atividades e do acesso a instalações. Nesses relatos, a figura do Miguel Nicolelis sonhador e visionário dá lugar a um administrador intolerante e suscetível a acessos de exaltação. Nenhuma decisão importante seria tomada sem passar por ele (...) Um foco de atrito foi um simpósio internacional que os professores tentaram organizar no auditório do Instituto. Nicolelis não quis ver o nome do centro associado ao evento, que teve de ser realizado nas dependências da universidade. Outro episódio desgastante foi a demora na instalação de um microscópio adquirido com recursos públicos, mas em nome da entidade civil presidida por Nicolelis. Ele foi deixado por meses dentro de caixas nos corredores do Instituto (...) Onde o grupo dissidente enxerga intransigência e irracionalidade, Nicolelis vê apenas a inadequação dos professores da UFRN a um ambiente gerido por regras estritas, comuns em outros centros de pesquisa privados. "Nesse projeto se cumpre a lei, e eu sou filho de juiz", defendeu-se. "Norma que tem que ser cumprida é cumprida. A gente reclama, torce o nariz, mas faz." Ele taxou as atitudes do grupo de "comportamento infantil" e avaliou que eles não souberam se acomodar a um ambiente ao qual não estavam acostumados. "Em vez de sentar e fazer ciência, queriam gerir um instituto de pesquisa do modo que acham que tem que ser feito", disse. "É gente que acabou de sair do pós-doutorado, não tem experiência de gerir um laboratório. Eles não têm tarimba de gestão, não têm experiência de arrecadação de fundos, não têm experiência do que é o Brasil" (Esteves, 2011).

Esse estilo autoritário de gestão (referente ao "A" das normas PLACE) gerou uma cisão no grupo de pesquisa e diversos questionamentos sobre a destinação dos recursos públicos que financiavam o projeto. Os dissidentes, vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), deixaram de colaborar com o IINN-ELS e transferiram parte dos equipamentos para a UFRN, alegando que essa medida era garantia do livre acesso dos pesquisadores aos equipamentos comprados com financiamento público. Sidarta Ribeiro, antigo orientado de Nicolelis e seu principal colaborador no Brasil, resumia seu ponto de vista sobre a questão da seguinte maneira: «O que existe é um problema que envolve uma parceria público-privada, que precisa ser resolvido e vai ser resolvido (...) Não podemos deixar que um problema de gestão acabe com tudo isso» (Angelo & Lopes, 2011). A questão acerca da destinação de equipamentos comprados com financiamento público da FINEP nos leva à discussão de outra das normas examinadas por Ziman, a saber, o conhecimento científico como *Propriedade* dos pesquisadores e das instituições de pesquisa. No entender de Nicolelis, restrições de acesso aos equipamentos e às instalações do IINN-ELS justificam-se pelo fato de que «somos uma empresa privada. Temos questões de segurança, segredos profissionais, propriedade intelectual, equipamentos e uma série de

normas a serem seguidas» (Guibu & Righetti, 2011). Os questionamentos levantados pelos críticos referem-se tanto à divulgação dos dados do experimento para a comunidade científica como um todo, quanto à destinação futura das tecnologias desenvolvidas com financiamento público. De acordo com matéria da revista Piauí:

> Nicolelis diz que acompanhará para o resto da vida o menino que chutar a bola na abertura da Copa. Mas dificilmente o estágio de desenvolvimento da tecnologia permitirá que ele usufrua no dia a dia da mobilidade que o cientista quer mostrar ao mundo. Afinal, o que se terá em 2014, se tudo der certo, será uma veste robótica experimental, algo distante de um artefato produzido em escala e que a criança possa levar para casa e vestir de novo na manhã seguinte" (Esteves, 2011).

Além disso, até o momento o neurocientista não publicou, em revistas especializadas, nada específico sobre a demonstração, de modo que os pares não tem como avaliar o real avanço, ou não, da interface homem-máquina desenvolvida no Brasil. A julgar pelo teor da declaração sobre a natureza privada do IINN-ELS, não seria surpreendente que Nicolelis não divulgue os dados, em virtude de questões relativas à propriedade intelectual. Em razão disso, podemos afirmar que o neurocientista não adere a norma mertoniana do Comunalismo, mas, outrossim, adere a norma de que o conhecimento científico deve ser tratado como propriedade de quem o desenvolve (norma "P" do acrônimo PLACE de Ziman).

Finalmente, com relação à *Localidade* dos projetos, norma que completa o quadro referencial de Ziman, deve-se considerar que o projeto "Andar de Novo" envolve um problema de natureza geral – a viabilidade do controle de aparatos robóticos através de interface homem-máquina – não sendo portanto um projeto de escopo localizado. Ou seja, o projeto não adere a norma da *Localidade*. Não obstante, vale relembrar que podemos atribuir ao "Andar de Novo" as outras quatro normas de tipo PLACE. Em resumo, tratou-se de um projeto encomendado (*Commissioned*), altamente especializado (*Especialized*), gerido de maneira autoritária (*Authoritary*) e envolve questões concernentes à propriedade intelectual dos resultados (*Proprietary*) apesar da origem pública do financiamento.

4. Considerações finais: as ambiguidades da ciência pós-acadêmica

Uma das características mais importantes do conceito de ciência pós-acadêmica de Ziman consiste no fato de sua descrição não ser de natureza estritamente dicotômica, o que sugeriria a substituição completa de um modo produção da ciência por outro. É o que acontece, por exemplo, no trabalho Gibbons et al. (1994), ao propor que o chamado "modo 1" de produção seja substituído por um "modo 2", este último considerado mais apropriado às condições sociais contemporâneas. Segundo Reis & Videira (2013):

> Ziman defendeu mais diretamente, em seu último livro, *Science in civil society* (2007), que a ciência pós-acadêmica é, na realidade, uma espécie de somatório do que Gibbons et al. (1994) denominaram por "modo 1" (o que para Ziman é ciência acadêmica) com o "modo 2" (que, para Ziman, é ciência pós-industrial). Sendo assim, a ciência pós-acadêmica não é sinônimo de "modo 2", mas sim um somatório do "modo 1" com "modo 2" de produção (Ziman, 2007: 116-146). Segundo Ziman, se fôssemos seguir a terminologia utilizada por Gibbons et al. (1994), haveria a necessidade de uma investigação mais aprofundada, no sentido de criar-se uma nova categoria "modo 3", como sinônimo de ciência pós-acadêmica (Reis & Videira, 2013: 585).

Com efeito, para Ziman as normas CUDOS não foram de todo abandonadas, outrossim convivem com a ascensão das normas PLACE; e, na realidade, é o somatório das normas CUDOS e PLACE que por fim definem o *ethos* da ciência pós-acadêmica. Trata-se, portanto, de um modo de produção híbrido do ponto de vista das normas sociais.

Isso gera aquela ambiguidade salientada por Garcia e Martins (2009) – a qual foi referida no final da seção 1 deste presente artigo. Recordemos o que lá foi discutido. As normas CUDOS ainda desfrutam de uma autoridade moral – representam, por assim dizer, o ideal tradicional da busca do conhecimento pelo conhecimento. Não obstante, uma parcela crescente da ciência hoje produzida acontece sob normas PLACE, e estas dispõem de grandes incentivos, tanto governamentais quanto vindos da iniciativa privada. Neste ambiente complexo, questões de propaganda, de marketing da ciência, ganham novos contornos.

Para encerrar, desejo examinar um aspecto do projeto "Andar de novo" que reflete a ambiguidade acima descrita, e que tem um papel "publicitário" importante na divulgação dos trabalhos de Miguel Nicolelis. Tenho em mente a insistência do neurocientista em associar sua trajetória com a do inventor Alberto Santos Dumont, considerado o "pai da aviação" brasileiro. De fato, em diversas entrevistas Nicolelis diz inspirar-se em Santos Dumont, pois, para o neurocientista, o aviador foi o maior exemplo da criatividade brasileira na superação de desafios científicos e tecnológicos.

Dentre as várias demonstrações dessa autoproclamada filiação intelectual, aqui destacaremos apenas três. Primeiro, o nome da associação mantenedora do IINN-ELS, ou seja, a pessoa jurídica responsável pela gestão do Instituto, é "Associação Alberto Santos Dumont de Apoio à Pesquisa". Por sinal, é através dessa associação privada que Miguel Nicolelis capta os recursos de financiamento de suas pesquisas no Brasil. Segundo, o exoesqueleto foi batizado como "BRA – Santos Dumont 1", em evidente referência ao aviador. Finalmente, foi também anunciado na imprensa, com algum estardalhaço, que o paciente da demonstração iria carregar no bolso um lenço do aviador, gentilmente doado pela família do mesmo.

No imaginário brasileiro Santos Dumont é visto como nosso maior inventor, e como uma pessoa dotada de uma abnegação e sensibilidade moral raras vezes vistas. Sua morte por suicídio, em virtude do desgosto provocado pelas notícias sobre o uso de aeronaves na primeira guerra mundial, é sempre mencionada com gravidade pelos livros de história e pelas biografias.[3] Outro ponto que muito lembrado nos relatos é o fato de Santos Dumont haver disponibilizado a patente de seu aeroplano com melhor desempenho, o *Demoiselle*. É famosa a entrevista na qual o inventor anuncia que:

> Se quer prestar-me um grande obséquio, declare, pelo seu jornal, que, desejoso de propagar a locomoção aérea, eu ponho à disposição do público as patentes de invenção do meu aeroplano. Toda gente tem o direito de construí-lo e, para isso, podem vir pedir-me os planos. O aparelho não custa caro. Mesmo o motor, não chega a cinco mil francos (Barros, 2003: 94).

Duas coisas devem ser destacadas. O declarado direito de todos em compartilhar ao usufruto da maravilhosa invenção, e a irrelevância das vantagens econômicas para Dumont. Em nosso entender, é manifesta aqui a observância de duas das normas CUDOS de Merton, a saber, a norma do comunalismo e a norma do desinteresse. Tal gesto de colocar à disposição do público as patentes é sempre lembrado como uma atitude altamente louvável. Cumpre recordar que é esse tipo de busca de louvor e reconhecimento o que mais caracteriza o *ethos* tradicional da ciência.

Outro ponto que costuma ser sublinhado, e que faz parte da justificação de Dumont como "verdadeiro" pai da aviação, relativamente à disputa com os estadunidenses irmãos Wright, foi que o voo do 14 Bis consistiu em uma demonstração com vistas a ganhar um concurso da *Fédération Aéronautique International*. Portanto, havia regras definidas, parâmetros técnicos, juízes e testemunhas de que o aparelho, mais pesado do que o ar, realmente alçara um verdadeiro voo autopropulsionado. Neste ínterim, vemos operar a norma do ceticismo organizado: não bastava apenas a apresentação de fotos e alguns testemunhos, como no caso dos irmãos Wrigh. Em suma, o voo de Dumont envolvia um júri orientado por parâmetros técnicos.

---

3 Para um exame minucioso das obras a respeito da vida de Santos Dumont, consultar "*As biografias históricas de Santos Dumont*" (Ramalho, 2013).

Segundo nossa interpretação, exposta na seção anterior, o projeto "Andar de Novo" foi desenvolvido sob outro registro normativo. Não desejamos aqui fazer uma recriminação superficial das normas PLACE, acompanhada por uma apologia romântica das normas CUDOS; mas sim sublinhar que é próprio da ciência acadêmica pós-acadêmica essa mistura, sobreposição ou, melhor dizendo, hibridização das normas. É a isso que se referem Garcia e Martins (2009) ao assinalarem que ambiguidade normativa é constitutiva da ciência pós-acadêmica.
De fato, o que mais chama atenção, atualmente, na figura de Nicolelis é sua posição na superestrutura organizacional da ciência brasileira: ele foi o escolhido (aliás, sem qualquer coisa semelhante a um processo licitatório que garantisse a existência de concorrência) para apresentar a ciência brasileira ao mundo. Para tanto recebeu vultoso financiamento público, os quais foram empregados na organização de uma notável rede de especialistas mediante técnicas gerenciais típicas do setor privado. Não obstante, o neurocientista insiste em ligar-se a Santos Dumont. Sejamos francos, o "chute" dado pelo exoesqueleto, que não contou com qualquer análise técnica feita pelos pares – nem antes, nem durante e nem sequer após a demonstração dita pública – guarda muita pouca semelhança com o feito do voo do 14 Bis. Enfim, essa ambiguidade reforça nossa avaliação de que o projeto "Andar de Novo" é um dos mais nítidos exemplos da ciência pós-acadêmica no Brasil.

Referências Bibliográficas

ANGELO, C., LOPES, R. J. (2011), ""Conflito com Nicolelis não é pessoal", diz dissidente da UFRN". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 de julho de 2011, Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/950903-conflito-com-nicolelis-nao-e-pessoal-diz-dissidente-da-ufrn.shtml, [consultado em 22-10-2014].

BARROS, H. L. (2003), *Santos Dumont e a invenção do voo*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.

BUSH, V. (1945). *Science: The Endless Frontier. A Report to the President by Vannevar Bush, Director of the Office of Scientific Research and Development*, Washington, D. C.: United States Government Printing Office, Disponível em: https://www.nsf.gov/od/lpa/nsf50/vbush1945.htm, [consultado em 05-12-2014]

ESTEVES, B. (2011), "O chute". *Revista Piauí*, 63, Disponível em: http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-63/questoes-neuroludopedicas/o-chute, [consultado em 21-10-2014].

ETZKOWITZ, H., LEYDESDORFF, L. (1998), "The endless transition: A "triple helix" of university – industry – government relations", *Research Policy*, 29 (2), pp. 109-123.

FUNTOWICZ, S., RAVETZ, J. (1993), "Science for the post-normal age", *Futures*, 25, pp. 735-755.

GARCIA, J. L., MARTINS, H. (2009), "O ethos da ciência e suas transformações contemporâneas, com especial atenção à biotecnologia". *Scientiae Studia*, 7 (1), pp. 83-104.

GIBBONS, M., LIMOGES, C., NOWOTNY, H., SCHWARTZMAN, S., SCOTT, P., TROW, M. (1994), *The New Production of Knowledge*. London: Sage Publications.

LAKATOS, I. (1978), "History of Science and Its Rational Reconstruction". In J. Worrall, G. Currie (eds.), *The Methodology of Scientific Research Programmes*,

Cambridge: Cambridge University Press, pp. 102-138.

MERTON, R. (2013), *Ensaios de sociologia da ciência*, São Paulo: Editora 34.

MILLER, G. (2013), "The Wildly Ambitious Quest to Build a Mind-Controlled Exoskeleton by 2014". *Wired*, 27, Disponível em: http://www.wired.com/2013/02/robotic-exoskeleton/all/, [consultado em: 22-10-2014].

PONTES, N. (2013), "É como por um homem na Lua". *Carta Capital*, 15 de outubro 2013, Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/tecnologia/e-como-por-um-homem-na-lua-diz-chefe-do-projeto-walk-again-2046.html, [consultado em: 19-10-2014].

MINISTÉRIO DO ESPORTE (2014), "Pontapé inicial da Copa: Projeto Andar de Novo entra na fase de testes com pacientes brasileiros", *Portal da Copa*, Brasília, 15 de janeiro de 2014. Disponível em: http://www.esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/46241-pontape-inicial-da-copa-projeto-andar-de-novo-entra-na-fase-de-testes-com-pacientes-brasileiros, [consultado em 20-10-2014].

MORAES, F. T. (2014), "Esqueleto-robô usará técnica já criticada por criador". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 de março de 2014. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2014/03/1432840-esqueleto-robo-da-copa-usara-tecnica-ja-criticada-por-criador.shtml, [consultado em 19-10-2014].

RAMALHO, V. (2013), "As biografias históricas de Santos Dumont". *Scientiae Studia*, 11 (3), pp. 687-705.

REIS, V. M. S., VIDEIRA, A. P. (2013), "John Ziman e a ciência pós-acadêmica: consensibilidade, consensualidade e confiabilidade". *Scientiae Studia*, 11 (3), pp. 582-611.

SCHÄFER, W. (ed.) (1983), *Finalization in science: the social orientation of scientific progress*, New York: Reidel/Dordrecht. (Boston Studies in the Philosophy of Science, 77)

SHINN, T., RAGOUET, P. (2008), *Controvérsias sobre a ciência: por uma sociologia transversalista da atividade científica*, São Paulo: Editora 34.

SLAUGHTER, S., LESLIE, L. L. (1997), *Academic capitalism: politics, policies, and the enterpreneurial university*, Baltimore: The John Hopkins University Press.

SMITS, R., KUHLMAN, S. (2004), "The rise of systematic instruments in innovation policy". *International Journal of Foresight and Innovation Policy*, 1 (1-2), pp. 4-32.

WESSBERG, J., STAMBAUGH, C. R., KRALIK, J. D., BECK, P. D., LAUBACH, M., CHAPIN, J. K., KIM, J., BIGGS, S. J., SRINIVASAN, M. A., NICOLELIS, M. A. (2000), "Real-time prediction of hand trajectory by ensembles of cortical neurons in primates". *Nature*, 408, pp. 361-365.

ZIMAN, J. (1996), "Post-academic science: constructing knowledge with networks and norms". *Science Studies*, 9 (1), pp. 67-80.

ZIMAN, J. (2000), *Real science: what it is and what it means*. Cambridge: Cambridge University Press.

ZIMAN, J. (2007), *Science in civil society*, Exeter: Imprint-Academic.

A medicina entre técnica, ciência e valor

Rodolfo Franco Puttini[1]
puttini@fmb.unesp.br

Resumo: O ensaio objetiva levantar questões fundamentais para a definição alternativa de campo da saúde partindo das relações intrínsecas entre medicina, ciência, tecnologia e sociedade. Primeiramente argumentarei sobre a medicina enquanto técnica de cura, remetendo-a clínica médica, cujo objeto mantém em foco o indivíduo enfermo. A homeopatia serve de exemplo de crítica social à medicina moderna, dada o modelo de técnica terapêutica orientada pelo princípio *similia similibus curantur*, mais do que a racionalidade gerada pela ciência médica experimental, cujas evidências são empregadas pelos efeitos de remédios no organismo humano contrários à doença em causa. Em segundo lugar argumentarei sobre a prática experimental com seres humanos, embora regulamentada por código de procedimentos éticos de pesquisa, estrutura um ambiente de legitimações no campo científico, não sem interesses capitalistas industriais (principalmente o das indústrias farmacêuticas), situação valorativa que remete ao terceiro argumento: valores sociais e institucionais enquadram seres humanos na causa de melhoramento da vida e saúde populações; no entanto, a exemplo histórico do eugenismo enquanto um valor ideológico, não podemos deixar de salientar – diante do apelo à responsabilidade social dos cientistas - uma tendência neutral da medicina para se transformar em um modelo valorativo, por excelência, de ciência e tecnológica.

Palavras chave: campo da saúde; medicina; ciência; tecnologia; valor

1 Introdução

Campo da saúde, um conceito de significado histórico que está fundamentado pela principal referência em saúde pública, o modelo explicativo história natural da doença (Leavell e Clark, 1977), do qual sobressai dois papéis para a medicina (e para o profissional médico): 1) a medicina como técnica diagnóstica-terapêutica da clínica médica dirigida ao individuo portador de doenças conhecidas e catalogadas pela comunidade científica mundial; 2) a extensão da medicina para uma técnica de saúde pública aplicada à coletividade de indivíduos, cujo controle e domínio coletivo concorre o conhecimento no tempo e no espaço da epidemiologia das doenças e também a planificação preventiva.

Originalmente identificada por Lalonde (1976), as dificuldades para a compreensão do conceito de *campo da saúde* surgem tanto no âmbito da gestão pública de saúde, quanto na educação médica em função do sentido reducionista ao próprio conceito de saúde. Marc Lalonde identificara uma via alternativa de entendimento para o conceito *campo de saúde*, sugerindo um quatro elementos de analise: biologia humana*,* meio ambiente*,* estilo de vida e organização da atenção a saúde. O contexto intelectual de Marc Lalonde esta explicitado no comentário desse artigo datado:

> El concepto del campo de salud fue desarrollado em Canadá como un esquema para el análisis de los problemas de salud y como método de ajuste de lãs políticas al logro de la salud para todos en el año 2000. Este artículo fue seleccionado por representar uno de los enfoques modernos y polémicos de la utilización de la epidemiología en la solución de los problemas de salud y porque La divulgación de esos enfoques constituye uno de los objetivos centrales del *Boletín Epidemiológico* de la OPS.

---

1 Departamento de Saúde Pública, Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP).

O objetivo neste ensaio será de levantar argumentos para a definição alternativa de *campo da saúde* fundamentada na concepção ampliada de saúde, atualizada pelo debate que relaciona as noções técnica, ciência e tecnologia.

Para nosso entendimento, o que serve de fundamento para uma alternativa conceitual de campo de saúde está dado inicialmente pela noção de vida. De modo geral a ideia de vida é avaliada por instância epistemológica que interessa regularmente às ciências biológicas. Quando transposta para os interesses da prática médica, o domínio do conhecimento científico circunscreve-se às ciências da saúde. No interior das ciências da saúde, a noção de saúde vem atrelada aos interesses do progresso científico das biociências que sustentam o conhecimento interdisciplinar da biomedicina com base na racionalidade médica (Luz, 2004), que classifica e cataloga doenças humanas, estruturando assim diretrizes tanto para a educação médica, quanto para a pesquisa da clínica médica com seres humanos. Tal estrutura esta construída socialmente pela comunidade mundial através da identificação de consensos clínicos.

1.1 A homeopatia como prática médica favorável a noção alternativa de campo da saúde

O primeiro argumento favorável à construção alternativa de campo da saúde está ligado à questão da medicina enquanto técnica terapêutica de diagnosticar e curar. Geralmente a técnica terapêutica remete-se à biomedicina e aos avanços biotecnológicos, torna-se hegemônico diante do valor principal da experimentação empírica, associado no campo científico como única via epistemológica estruturada para a educação, prática e pesquisa médicas. Tradicionalmente, a base epistemológica da racionalidade médica se constitui do fato científico biomédico, que advém sempre da experimentação com seres humanos. Assim, o sentido de campo da saúde carrega tradicionalmente o momento da descoberta biotecnológica, momento em que o conhecimento médico tende a reduzir o ser humano ao objeto das biociências, colocando-o fora do contexto social (família, trabalho, por exemplo), consequentemente tende a diminuir o valor do sentido psicológico e cultural.
Entretanto, a homeopatia - uma técnica terapêutica alternativa cuja racionalidade médica é atualmente reconhecida pelo Conselho Federal de Medicina no Brasil -, transforma-se também em exemplo de crítica social ao campo científico da medicina, uma vez que a base epistemológica da racionalidade médica homeopática não advém unicamente do conhecimento biomédico, incluindo a possibilidade subjetiva de vida e os aspectos psicológico, social e cultural do paciente. Ainda mais, no modelo de racionalidade médico-homeopático a base da técnica diagnóstico-terapêutica está orientada pelo princípio *similia similibus curantur*, cuja estrutura constrói conhecimento por outra forma de evidência, que serve para a definição alternativa de campo da saúde, uma vez que influi tanto sobre a forma alternativa da clínica médica, da gestão participativa na relação médico-paciente, quanto na forma alternativa de investigação com os seres humanos (Rebollo, 2008).
Se, as evidências de maior valor científico para a clínica médica tradicional são constatadas com eficácia pelos artefatos medicamentosos - que, através do princípio de causalidade buscam o conhecimento pelo efeito do remédio no organismo animal e humano com a finalidade de coibir a doença em causa -, na prática médica homeopática o sujeito paciente transforma-se no próprio objeto da experimentação humana, muitas vezes acompanhado do conhecimento adquirido no processo de vivenciar situações (sobre tais medicamentos e seus efeitos) em que o próprio médico interpreta de modo contextualizado, utilizando seu próprio corpo, experiências singulares, para orientação dos pacientes.

2 O experimento humano com seres humanos como maior valor no campo científico

A doença mental tem sido um exemplo notável na história da medicina mundial em que o consenso médico modifica sua nosologia vinculada a valores políticos e sociais eugênicos, higienista e alienista (Foucault, 1978; Foucault, 1987; Martins, 2012,pp.357-402; Stepan, 2005). Também exemplo marcante é a intervenção da

racionalidade científica médica na ordem social e política, principalmente verificado no fato social circunscrito no período entre Guerras, justamente na formação do ambiente científico desprovido de escrúpulos a favor da investigação biomédica empírica com seres humanos, sem um escrutínio ético que propiciou testes "científicos" com métodos absurdos, conduzidos para o intento de descobertas das doenças e seu controle, também em vista dos interesses de consolidação das especialidades médicas (Martins, 2012, pp. 211-255).

Poderíamos admitir, na atualidade, instâncias que propiciam os consensos médicos para classificações de patologias humanas por duas vias: 1) na razão do progresso científico em biomedicina o uso concomitante de biotecnologias também para o progresso científico das biociências, 2) a função dos valores sociais e políticos no âmbito da comunidade científica (estudos sociais de biotecnologia).

Nessa perspectiva, a Bioética surge ambígua, como um conceito alternativo de controle às barbaridades humanas no campo científico e matéria disciplinar crítica em vista de limitar a racionalidade científica médica na relação de poder e saber com o próprio ser humano. Mas não discute os limites da humanidade. Também, embora a prática experimental com seres humanos tenha alcançado regulamentações fundamentadas por diretrizes e elaboração de códigos de procedimentos éticos de pesquisa (International Ethical Guidelines..,2002) admitimos a bioética social (Puttini, 2009), uma forma de inserir a questão primordial dos direitos humanos (Declaração Universal..., 2005), em razão de não ignorarmos a tendência biopolítica das populações (Caponi, 2004), que estrutura o controle estruturado das experimentações com seres humanos no campo científico da biomedicina em vista de legitimações estruturantes; o que indicam brechas abertas para ameaça ao eugenismo (Garcia, 2006b); e, historicamente a ciência e tecnologia entremeados de valores não científicos (Lacey, 2008), a exemplo dos interesses das indústrias farmacêuticas na produção de novos fármacos para uma escala industrial, transforma os artefatos biotecnológicos em bem (simbólico) no campo da saúde.

3 Ciência e valores institucionais e sociais: o campo de saúde ampliado para a vida social

Nessa interpretação valorativa da ciência experimental com seres humanos, o conceito de saúde, atrelado ao de ausência de doenças, é reformulado constantemente fora do contexto social da vida das pessoas. Afirmo sobre a convergência entre a preocupação em definir de modo alternativo o conceito *campo da saúde* e a preocupação em delinear o campo de legitimações da medicina e da saúde pública no campo científico (Almeida Filho, 2000; Almeida Filho, 2011; Puttini, 2008), cujo resultado, a assimilação de valores e ideologias específicos da neutralidade científica (Lacey, 2008), transforma-se no elemento fundante da prática médica atuante no mercado de bens de saúde (Garcia, 2006a).

George Canguilhem (2002) propôs uma crítica histórica-filosófica para as ciências da vida, que poderia servir de parâmetro ético para a construção de uma alternativa conceitual de campo da saúde: há um dilema ético entre normatividade vital e normatividade social equacionado segundo os parâmetros da atividade médica (Safatle, 2011). Assim como nos consensos médicos os parâmetros biológicos em referência às patologias adéquam a vida orgânica às normas vitais, há um conjunto complexo de fatores sociais que tendem a determinar formas de vida e saúde na sociedade (tem sido referido pelo conceito de medicalização). A prática hegemônica da biomedicina - os interesses por bens de saúde, o compromisso com as indústrias farmacêuticas e o progresso científico atrelado ao progresso tecnológico – gera uma instância de poder que influi de modo decisivo na sociedade política, sob a égide de normas sociais que garantem interesses biopolíticos (Garcia,2006a).

Uma referência sociológica do campo científico (Bourdieu,1996) remete ao terceiro argumento, favorável à definição ampliada (e alternativa) de campo da saúde, que inclui a questão controvérsia sobre a ideologia conceitual promoção da saúde e prevenção das doenças no modelo da história natural das doenças do modelo de Leavell e Clark (Czeresnia, 2003; Arouca, 2003). A teoria sociológica do campo simbólico (Bourdieu, 2000) permite relacionar a noção de tecnologia à saúde a um alto valor social alcançado como artefatos biotecnológicos incorporados na sociedade: as biotecnologias dos medicamentos, as vacinas, os transplantes, os procedimentos médicos de alta complexidade - e porque não incluir as tecnologias sociais e orientações da história natural das doenças a pessoas leigas - são construções simbólicas que tendem, sem críticas, a um único sentido: o de melhoramento da vida e da saúde das populações (Rabinow e Rose, 2006).

Eis, portanto, alguns elementos que levanto para pensar as ambiguidades no campo científico e tecnológico da medicina: a discussão sobre a pós-humanidade, a forte tendência ao eugenismo positivo e negativo, a construção do alto valor da neutralidade em medicina, a técnica terapêutica da clinica médica transformada em pesquisa básica e aplicada, a manufatura de artefatos biotecnológicos com base no mercado humano -, a que sugiro associar a medicina a um modelo de ciência e tecnologia, por excelência.
Pois, complementando as preocupações reducionistas do conceito de saúde e a proposta de levantar argumentos alternativos para a definição de campo da saúde desde o pensamento de Lalonde (1976), certamente no âmbito da educação médica, e especialmente no âmbito da pesquisa biomédica, a sugestão da medicina como modelo de ciência e tecnologia apela, uma demanda também proveniente do campo simbólico, para o entendimento da responsabilidade social de médicos e cientistas, a quem invocamos o uso do princípio da precaução (Lacey, 2006) diante da predisposição ao controle da natureza humana e seu destino.

Referências

ALMEIDA FILHO, N. (2000), *A ciência da saúde*, São Paulo: Hucitec.

ALMEIDA FILHO, N. (2011), *O que é saúde?*, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

AROUCA, S. (2003), *O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva*, São Paulo/Rio de Janeiro: UNESP/FIOCRUZ.

BOURDIEU, P (1996), *Razões práticas: sobre a teoria da ação*, Campinas, SP: Papirus.

BOURDIEU, P. (2000), *O poder simbólico,* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CANGUILHEM, G. (1977), *Ideologia e racionalidade nas ciências da vida*, Lisboa: Edições 70.

CANGUILHEM, G. (2002), *O normal e o patológico.* Rio de Janeiro: Forense Universitária.

CAPONI, S. (2004). "A biopolítica da população e a experimentação com seres humanos", *Ciência & Saúde Coletiva*, 9(2):445-455.

CZERESNIA, Dina. "O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção". In: Dina Czeresnia (ed.) (2003), *Promoção da saúde: conceitos, reflexões e tendências*. Rio de Janewiro: Editora Fiocruz.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE BIOÉTICA E DIREITOS HUMANOS (2005), Disponível em *http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001461/146180POR.pdf*, [consultado em 01 de outubro de 2014].

FOUCAULT, M. (1978), *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Editora Perspectiva.

FOUCAULT, M. (1987), *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

GARCIA, José Luís (2006a), "Biotecnologia e biocapitalismo global", *Análise Social*, vol. XLI, 181: 981-1009, 2006a.

GARCIA, José Luís. (2006b), "As tecnociências da vida e as ameaças do eugenismo e da pós-humanidade", *in* A. P. Pita, J. L. Garcia, L.A. Costa Dias e P. Granjo, *Quatro Olhares sobre a Cultura*, Barreiro, Cooperativa Cultural Popular Barreirense.

INTERNATIONAL ETHICAL GUIDELINES FOR BIOMEDICAL RESEARCH INVOLVING HUMAN SUBJECTS (2002), Council for International Organizations of Medical Sciences (CIOMS).

LACEY, H. (2006), "O princípio de precaução e a autonomia da ciência". *Sci. stud.*, 4 (3), pp. 373-392.

LACEY, H. (2008), *Valores e atividade científica 1*, São Paulo: Associação Filosófica 'Scientiae Studia'/ Editora 34.

LALONDE, M. (1976) "A New Perspective on the Health of Canadians: A Working Document." Ottawa, Information Canada.

LEAVELL, H. CLARK, E.G. (1977), *Medicina Preventiva*, São Paulo: McGraw-Hill.

LUZ, M. (2004), *Natural, racional, social: razão médica e racionalidade científica moderna*, 2ª edição. São Paulo: Editora Hucitec.

MARTINS, H. (2012), *Experimentum Humanum - Civilização Tecnológica e Condição Humana*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora.

PUTTINI,R.F.; BARROS,G.A.M.; LEMONICA,L. (2009), "Social bioethics and transdiciplinary healthcare: an alternative proposal for palliative care". *RBB. Revista Brasileira de Bioética*, 5, pp. 24-33.

PUTTINI, R.F. (2008). "Curandeirismo e o campo da saúde no Brasil": *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 12 (24), pp.87-106.

RABINOW, P; ROSE, N. (2006), "O conceito de biopoder hoje", *Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais*, 24, pp.27-57.

REBOLLO, R.A. (2008), *Ciência e metafísica na homeopatia de Samuel Hahnemann*. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia.

SAFATLE, V. (2011), "O que é uma normatividade vital? Saúde e doença a partir de Georges Canguilhem". *Scientiae Studiae*, 9 (1), pp. 11-27.

STEPAN, N.L. (2005), *A Hora da Eugenia: Raça, Gênero e Nação na América Latina*, Rio de Janeiro: Fiocruz.

A Metafísica e o Problema do Valor nas Ciências[1]

Samuel Simon[2]
Departamento de Filosofia
Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil
samuell@unb.br

Resumo: No capítulo de conclusão de seu livro *Valores e Atividade Científica 2,* Hugh Lacey e Pablo Mariconda afirmam que sempre poderemos identificar valores nas ciências. Lacey e Mariconda analisam, nessa conclusão, o caso de Galileu Galilei com a Igreja, mas em capítulos anteriores (e em seu livro anterior *Valores e Atividade Científica 1*) Lacey já havia adiantado essa tese. A conclusão dos autores decorre do fato de classificarem a metafísica como um valor e é cuidadosamente examinada, sobretudo, por Lacey, mas julgamos que essa tese possa ser aprofundada e modificada. Os objetivos desse trabalho são, portanto, os seguintes: 1- mostrar que Lacey e Mariconda estão utilizando *valor* no sentido estritamente kuhniano e 2- contrapor *metafísica*, nos termos apresentados pelos autores, à *estratégia metodológica*. Tendo em vista esses dois aspectos, consideramos que, se é possível falar de *valor* social sem ambiguidades, o mesmo não parece ocorrer com *valor cognitivo*, conforme adotado pelos autores para defender sua tese. Substituir *metafísica* por *estratégia metodológica* pode significar uma diferenciação importante para uma análise da *neutralidade* científica, negada por Lacey. Julgamos, no entanto, que a partir da presente diferenciação, é possível defender a neutralidade em ciências.

Palavras-chave: Método Científico, Realismo Científico, Neutralidade Científica.

1- Introdução

No capítulo 12 do livro *Valores e Atividade Científica 2,* Hugh Lacey e Pablo Mariconda afirmam que a ciência não está isenta de valores, mesmo considerando valores que não sejam sociais. Os dois autores analisam o caso de Galileu Galilei e concluem que

> (...) o argumento dos 'dois livros' equivale a uma defesa da autonomia da ciência em relação à religião, mas não com relação às restrições metafísicas. Sem um argumento convincente pela metafísica, este não é um argumento adequado em favor da liberdade da ciência com relação a todas as interferências de fora (externas) – mesmo que a restrição metafísica seja auto imposta pelos próprios cientistas e não imposta por poderes externos. (Lacey & Mariconda, 2010: 329)

Também em um artigo publicado posteriormente a esse livro (Lacey & Mariconda, 2012) os autores retomam essa tese e insistem sobre as dificuldades para se defender a autonomia em ciência. Para os autores, os argumentos de Galileu dependem do pressuposto (**L**) que « a linguagem da ciência é 'técnica': matemática, exata abstrata-isenta de teleologia, antropomorfismo e relações com os interesses humanos

---

1 Trabalho parcialmente financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq-Brasil, sendo parte de um projeto de Bolsa de Pesquisa.

2 Doutorado e DEA em Epistemologia pela Universidade de Paris VII-Denis Diderot, Mestrado em Física pela Universidade de São Paulo e graduação em Física pela Universidade de Brasília. Professor Associado do Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília. Especialista na área de Filosofia da Ciência, trabalhando, atualmente, nos seguintes temas: Concepções de Teorias Científicas; Descoberta, Justificação e Mudança Científicas; Realismo Científico; Explicação e Causalidade; Filosofia da Física. Realizou ainda um estágio de pós-doutorado na Universidade de Paris VII/CNRS, no período de 2008-2009. Professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Brasília, DF. samuell@unb.br

» (*ibid*, p. 127). E Galileu não conseguiu ater-se a esse pressuposto (**L**), afirmam os autores, pois o seu método científico incorpora elementos metafísicos (*ibid*., p. 128), embora os autores admitam, como « uma tese lógica » que as teorias científicas possam ser cognitivamente neutras (*ibid*. 127). Lacey e Mariconda insistem, sobretudo, que se ainda podemos admitir esse tipo de neutralidade, o mesmo não ocorre quando se trata das aplicações. Em uma obra anterior, Lacey (2008), de certa maneira, já havia adiantado essa tese. Para ele,

[a] *neutralidade* [científica] parece-me ser simplesmente falsa (...). Não concebo como a neutralidade poderia, mesmo em princípio, aproximar-se de um ideal. As descobertas científicas de novos fenômenos (...) tendem a favorecer certos interesses especiais; não podem ser caracteristicamente aplicadas a todas as estruturas de valores (Lacey, 2008: 105. Sublinhado pelo autor.)

Identificamos aqui duas dificuldades. Primeiramente, observaríamos que a história da ciência apresenta inúmeros casos onde as aplicações oriundas das teorias não podem ser imediatamente identificadas. Voltaremos a esse aspecto ao final do presente trabalho (ver item 6). Em segundo lugar, Lacey identifica metafísica com valores, particularmente aquela empregada por Galileu. As conclusões de Lacey parecem, em parte, decorrer da noção de valor adotada por Thomas Kuhn em seu livro a *Estrutura das Revoluções Científicas*, particularmente no posfácio de 1969, que se seguiu ao texto de 1962. Lacey faz uma clara exposição do lugar dos valores na ciência e destaca dois tipos como os mais importantes: valores cognitivos e valores sociais. Mesmo que o autor aponte uma diferença importante entre dois tipos de valores, essa diferenciação não altera suas conclusões em relação à neutralidade da ciência, embora repercuta na noção de imparcialidade, a qual ele defende como possível (Lacey, 2008: 43). Julgamos, no entanto, que é possível substituir o que Lacey (e Mariconda) chama de *teses metafísicas*, nos termos apresentados por Galileu, por teses, ou melhor, *estratégias metodológicas*. Tendo em vista que teses metafísicas, segundo os dois autores, seriam tipos de valores, isso conduz às conclusões apresentadas acima, particularmente em relação à noção de neutralidade científica.

Defendemos, assim, que uma estratégia metafísica, como a adotada por Galileu, poderia ser classificada como metodológica, o que significa que a ciência, em pelo menos um sentido, possa estar isenta de valores e, portanto, admitir a neutralidade científica. Essa conclusão é importante para o debate em filosofia da ciência e, talvez, para políticas científicas. Isso porque, se algum domínio da ciência está isenta de valores, conclusões indevidas podem ser evitadas[3], embora reconheçamos as dificuldades de ser aceita em certos meios, tendo em vista a oposição em relação não somente à tese da imparcialidade científica, mas, sobretudo, à tese da neutralidade como aponta o próprio Lacey (2008: 42)[4]. Como nos parece que Lacey adota valor no sentido empregado por Kuhn, como dissemos acima, recordaremos brevemente essa noção nesse autor.

2. Valores Kuhnianos

Thomas Kuhn considera o valor um dos elementos centrais na *matriz disciplinar*[5], noção aprimorada por ele no posfácio da *Estrutura das Revoluções Científicas* de 1969. Os valores, segundo esse autor, são determinados por uma comunidade científica. Embora Kuhn estabeleça a solução de problemas como um critério geral para

3 Como veremos logo a seguir, o próprio Lacey obtém uma conclusão não autorizada a partir da premissa da existência de valores, mesmo que sejam apenas cognitivos.

4 « A crítica pós-moderna falha em dois aspectos: 1- reduz os valores cognitivos a apenas um, a adequação empírica, e não considera que o uso dos outros valores cognitivos resolva, num grau considerável, os problemas levantados pelas três teses (subdeterminação, invulnerabilidade e incomensurabilidade); 2- não reconhece a distinção de níveis: o nível das estratégias e o nível da escolha concreta de teorias » (Lacey, 2008: 42).

5 Em grande medida, a noção de matriz disciplinar substitui a noção de paradigma, embora este esteja contido na matriz disciplinar, como veremos logo a seguir.

definir a escolha dos valores[6], mesmo as soluções de problemas seriam definidas pela comunidade. Ainda no posfácio, Kuhn apresenta uma lista (não definitiva) de valores estabelecidos pela comunidade. Seriam eles: predição, objetividade, coerência (Kuhn, 1970: 184-6), além de exatidão, simplicidade, fecundidade « e outros semelhantes » (Kuhn, 1970: 199). Além dos valores, como é bem conhecido, um dos elementos importantes que compõem a matriz disciplinar são os paradigmas. Mas o próprio Kuhn nos alerta, o termo paradigma assumiu vários significados – e o autor reconhece que algumas das dificuldades devem-se aos vários sentidos dados a essa noção (Kuhn, 1970: 174)[7] – mas, particularmente um deles nos interessa, pois estimamos que seja o adotado por Lacey, quando esse autor discorre sobre o materialismo científico. Kuhn o denomina como « a parte metafísica do paradigma ». Pressupostos adotados por uma comunidade, como « o calor é a energia cinética das partes constituintes dos corpos; todos os fenômenos perceptivos são devidos à interação de átomos qualitativamente neutros » (Kuhn, 1970: 184) são exemplos desse componente da matriz disciplinar. Claramente podemos classificar o materialismo científico, conforme adotado por Lacey, como um desses componentes, pois, segundo esse autor,

> [p]ara ela [a filosofia do materialismo científico], primeiro, o objetivo da teoria científica é representar o mundo tal como realmente *é* e, segundo, o *modo como o mundo é* independentemente da percepção, dos valores e dos interesses humanos. O mundo, a totalidade espaço-temporal, *é* constituído simplesmente de objetos, caracterizados completamente por um conjunto de quantidades interagindo com outros objetos, do mesmo tipo geral, de acordo com leis (Lacey, 2008: 26. Sublinhado pelo autor.)

Dessa maneira, pressupostos sobre a constituição do mundo seriam da mesma natureza que os pressupostos de como a ontologia do mundo, ou seja, seriam as partes metafísicas do paradigma. Lacey está, também aqui, adotando a terminologia kuhniana. Isso fica claro pela lista (bastante completa) dos valores cognitivos enumerados pelo autor. Seriam os seguintes, todos eles admitindo subdivisões[8]: 1-adequação empírica, 2-consistência, 3- simplicidade, 4- fecundidade (fertilidade), 5- poder explicativo, 6- verdade; certeza. Como vimos acima, a estratégia metafísica estaria no que consideramos "partes metafísicas do paradigma" e, nesse sentido, pertenceria aos itens 1, 5 e 6 (subitens 1a, 5a e 5d, 6a-6c). Em nossa concepção, a adoção da tese que o mundo é (aproximadamente) como descrevem certas teorias, decorre do poder preditivo e, portanto, pertenceria ao item 1 (subitem a) e 4 (todos os subitens) , conforme constam no Anexo.

3- Galileu, o *materialismo científico* e a Igreja

Examinemos, inicialmente, o materialismo científico em seu sentido mais estrito. Autores como Francis Bacon, Descartes e Galileu irão colocar o materialismo em novas bases, mesmo se parece ser possível afirmar que essa concepção filosófica tenha raízes no período pré-socrático[9]. Bacon, numa perspectiva experimental, derivada

---

6 A solução de problemas, ou quebra-cabeças, termo muitas vezes preferido por Thomas Kuhn, também é importante para esse autor defender o progresso na ciência: « That is not a relativist's position, and it display the sense in which I am a convinced believer in scientific progress » (Kuhn, 1970: 206). Não entraremos aqui no complexo problema da diferenciação entre fato e valor. Se adotamos uma separação nítida entre eles, um valor, para ser reconhecido como tal, deve ser objeto de uma avaliação objetiva. Mas, nesse caso, ele se transformaria num fato, pela própria definição tomada inicialmente. Logo, não existiriam valores! O oposto seria mais intrincado e corresponde, nos parece, às estratégias pós-modernas: os próprios fatos são valores e objetos linguísticos. Mas a dificuldade dessa tese é enorme, pois, se tudo é subjetivo, a própria tese pós-moderna é objeto de dúvida e pode não corresponder a nada e não existir a concordância de nenhum grupo, mesmo que bastante diminuto! Esse problema será objeto de um próximo trabalho, já em preparação. Para nossos propósitos, admitiremos que Lacey considere o valor como um interesse de algum grupo (consideremos ser essa, basicamente, o sentido de valor em Thomas Kuhn, com quem Lacey parece concordar integralmente, no que se refere ao conhecimento científico).

7 Como é bem conhecido, Margaret Masterman encontrou 21 sentidos do termo paradigma na obra de Kuhn (Masterman, 1970: 61).

8 No Anexo, apresentamos as subdivisões, conforme a lista elaborada por Lacey.

9 « C'est ce qu'on pourrait appeler um matérialisme avant la lettre » (Dumont, 1993 : 6).

dos medievais aristotélicos (Losee, 2001: 28), fará a defesa de um materialismo fundado num movimento de partículas que compõem os corpos (*Ibid*: 60); Descartes, como também é muito bem conhecido, estabelecerá a extensão como o atributo principal da matéria (Descartes, 1996a [1637]: 36) e Galileu fundará seu materialismo nas famosas qualidades primárias (Galileu, 1964: 780-81), entendendo materialismo científico nos termos definidos por Lacey[10].

A estratégia de Galileu é objeto de inúmeros estudos em história da ciência e Mariconda (2011a e 2011b) faz uma detalhada análise das teses galileanas sobre esse aspecto. Como bem ressalta esse autor, « Galileu afirma não precisar da experiência para ter certeza de que as coisas se passam efetivamente tal como afirmado » (Mariconda, 2011b: 552). De toda maneira, a conhecida tese de Galileu que a natureza está escrita em linguagem matemática (Galilei, 1964b [1623]: 631-32) implica que, se chegamos a dominar essa linguagem, conseguiremos construir enunciados científicos. Se a natureza é escrita dessa maneira, não há porque pensar em alterações e esses enunciados « de fato »[11] exprimem o mundo. Mas o que permite Galileu a defender a tese da estrutura matemática da natureza? Certamente a previsão, particularmente no sentido de fecundidade, da descoberta de novos fenômenos. Dessa maneira, Galileu antecipa o debate do realismo científico, pois, para ele, assim como para Descartes[12], previsões como a determinação da posição dos corpos em queda livre, as luas de Júpiter, o princípio de inércia, etc., só seriam possíveis por que a matemática exprimiria a estrutura profunda do que era conseguido a partir da observação. Qual outra razão explicaria determinações tão precisas e descobertas tão admiráveis, senão que a natureza estaria sendo revelada pela nova física?

Embora esses autores utilizassem uma fundamentação metafísica para justificar as previsões e descobertas, pode-se dizer que a os primeiros elementos definidores do método científico surgia com e no século XVII. A experimentação, as generalizações simbólicas – para usar a expressão de Thomas Kuhn – a previsão acurada estavam definindo não somente o método, mas a própria ciência. É nesse contexto que Galileu se opõe à Igreja: se a ciência tem a última palavra (ou a primeira palavra, depende do ponto de partida da argumentação) sobre como é natureza, se a Terra « de fato » se move[13], as Escrituras devem ser interpretadas à luz da Física e da Astronomia que surgiam como novos domínios científicos, agora matematizados e realizando previsões acuradas.

4. Neutralidade Científica e Método Científico

Para Lacey, a adoção da tese do materialismo científico implicaria na neutralidade da ciência, pois, segundo essa tese, a teoria estaria « representando o mundo tal como ele realmente é » (Lacey, 2008: 27). Lacey aponta dificuldades em relação a essa tese, sendo a principal decorrente de que « somos nós que produzimos as representações do mundo » (*Ibid*.). As representações, escreve o autor, « são produtos humanos, construções históricas de práticas científicas que empregam métodos também provenientes de nossa própria construção. (...) [S]abemos que as teorias representam o mundo do modo como ele aparece na perspectiva das práticas científicas » (*Ibid*.: 28). Com esses pressupostos, Lacey obtém sua primeira conclusão importante: « não podemos fundamentar a neutralidade na metafísica materialista » (*Ibid*.: 29). Lacey conclui então que devemos substituir

10 Ver definição acima dada pelo próprio autor.

11 Termo recorrente nos textos de Galileu.

12 Nos *Principes de la philosophie* (III 43 e IV 205), Descartes (1996b [1644]: 123 e 323) antecipa a tese realista, nos termos aqui discutidos. Para um estudo detalhado do argumento realista cartesiano, ver Chibeni, 2006: 225-236.

13 Particularmente nas chamadas *cartas copernicanas* (do período 1613-1615), Galileu sustenta que a ciência revela a estrutura matemática mais profunda da natureza. Ver especialmente as cartas ao padre Benedetto Casteli (Galilei, 1964a: 525-33) e a grã-duquesa Cristina de Lorena (Ibid.: 551-593). Trata-se, certamente, da defesa mais enfática da primazia da ciência sobre as Escrituras, especialmente no que se refere à verdade do sistema copernicano. Para uma breve análise da segunda carta de Galileu, ver Nascimento, 2000. Para uma análise detalhada do processo de Galileu, a partir de sua defesa do sistema copernicano, ver Mariconda, 2000.

o objetivo de representar o mundo como ele é pelo objetivo de obter teorias de acordo com a imparcialidade. Caso tenhamos sucesso, poderíamos então derivar a neutralidade da imparcialidade. No entanto, existem fortes críticas também à imparcialidade. As principais delas são oriundas das correntes pós-modernas. Lacey destaca os argumentos mais fortes dessa crítica, dividindo-os em três teses: a subdeterminação, a invulnerabilidade e a incomensurabilidade[14]. O autor destaca que os argumentos das três teses são importantes e devem ser considerados, mas ressalta que os autores pós-modernos relevam um aspecto importante: o sucesso da ciência, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento da tecnologia moderna (*Ibid*.: 37).

Tendo constatado o sucesso tecnológico, poderíamos ser tentados a recuar à tese do materialismo científico – as teorias representam o mundo tal como ele é. Lacey nega essa possibilidade e sua conclusão – parcialmente kantiana - será bastante importante para esse trabalho: « nenhuma metafísica 'profunda' do sucesso da tecnologia é necessária, apenas que o mundo tem se mostrado receptivo às formas de apreensão conduzidas pela estratégia materialista » (*Ibid*.: 40). A tese é parcialmente kantiana por que Lacey não a assume completamente, pois as estratégias materialistas seriam um « critério » (*Ibid*.: 91). Mas seria o critério um valor cognitivo ou um valor social? O próprio Lacey responde a questão positivamente, e seria um valor cognitivo, mas logo a seguir faz suas ressalvas. Ele admite que a ciência possa ter valores cognitivos que impliquem na imparcialidade da ciência, mas não na neutralidade.

A argumentação de Lacey é a seguinte: a estratégia materialista poderia representar um valor cognitivo. No entanto, ele apresenta uma formulação que considera como objetivo da ciência « as possibilidades franqueadas a um objeto que somente pode ser descrito quando não o abstraímos de seus contextos humanos, social e ecológico » (*Ibid*.: 95). No entanto, defenderemos aqui que parte da atividade científica está isenta dos « contextos humanos », no sentido de apontar para a neutralidade científica. Isso por que, consideramos que as estratégias materialistas podem ser identificadas com estratégias metodológicas, as quais, por sua vez, definem a própria ciência como uma atividade isenta de valores sociais (e de valores em geral). Além disso, julgamos que os chamados valores cognitivos também podem ser identificados com os elementos que compõem o método científico[15].

Em toda a argumentação de Lacey, três pressupostos são centrais: a noção de prática científica, a tese do domínio do materialismo científico e o sucesso fundado na técnica. No que se refere ao primeiro aspecto, Lacey não deixa suficientemente claro o que entende por prática científica. Dessa maneira, para examinar a consistência das teses de Lacey, vamos incluir as práticas científicas entre os valores cognitivos[16], pois, como vimos, estes são bastante amplos. Como Lacey considera que esses valores sejam, no melhor dos casos, imparciais, vamos admitir a possibilidade de sua inclusão. Ou seja, adotando uma tese mais forte, nossa argumentação pode ser mantida.

No que se refere ao segundo aspecto, efetivamente, o materialismo tem sido uma corrente importante, desde o primórdio da filosofia, e ganhou força na ciência moderna, a partir do século XVII, particularmente na física. Como vimos anteriormente, autores como Francis Bacon, René Descartes e Galileu Galilei defendem teses materialistas, embora a diferença entre esses autores seja importante. Ainda em relação ao segundo aspecto, Lacey recusa que o materialismo científico possa implicar na neutralidade científica. A argumentação do autor nos parece frágil. Inicialmente, ele afirma que se esse tipo de materialismo conduz a uma autonomia da pesquisa fundamental, sendo esta direcionada ao "estabelecimento de mais e melhores proposições acerca das

---

14 Lacey apresenta, de maneira detalhada, as três teses. Cf. Lacey, 2008: 30-37. Em relação ao problema da subdeterminação, Lacey segue, parcialmente, as análises de Bas van Fraassen, particuramente, de seu trabalho *The Scientific Image*, de 1980. Consideremos que a *fecundidade* das teorias científicas coloca sérios problemas para teses empiristas, como as de Van Fraassen. Examinamos esse aspecto em Simon, 2008. No que concerne à incomensurabilidade, certamente ele segue Thomas Kuhn.

15 Nesse sentido, a lista dos valores cognitivos que constam no Anexo, ao final do presente trabalho, conforme apresentado de maneira brilhante por Lacey, definiriam o que hoje poderia ser considerado os elementos do método científico.

16 Talvez, as práticas científicas possam ser identificadas com alguns dos subitens que compõem os valores cognitivos. Ver Anexo.

estruturas, leis e processos subjacentes". Nesse caso, a autonomia manter-se-ia « dentro de limites toleráveis ». No entanto, Lacey considera que mesmo na busca da descoberta de novos fenômenos, « uma grande parte da pesquisa contemporânea consiste na busca por novos fenômenos de interesse para instituições não-científicas », como por exemplo, empresas agrícolas e industrias farmacêuticas. A partir dessa premissa, Lacey conclui que « a *neutralidade* parece-me ser simplesmente falsa » (2010: 105)[17]. Evidentemente, o autor comete aqui um erro lógico ao tomar a parte pelo todo. Se, como ele próprio escreve, « uma parte da pesquisa » pode ter compromissos não científicos, dever-se-ia analisar a parte possivelmente sem compromissos. É exatamente o que estimamos que aconteça com o que consideramos sendo a ciência que chamaríamos de *pura*, ou seja, isenta de valores e fundada exclusivamente no método científico.

5. Realismo Científico, Ciência *Pura* e Ciência Aplicada

Como vimos acima, consideramos que Hugh Lacey (e Pablo Mariconda) está utilizando o termo valor no sentido kuhniano. Estimamos ainda que o termo o valor cognitivo (e também metafísica, conforme apresentado pelos dois autores) seria mais bem utilizado no debate sobre a neutralidade e imparcialidade científica se utilizamos o termo *estratégia metodológica*.

O caso de Galileu, escolhido por Lacey e Mariconda, pode ser útil para essa diferenciação. Embora esses autores concluam pelo compromisso metafísico de Galileu nos argumentos contra Igreja, com o que concordamos inteiramente, julgamos que a metafísica de Galileu não deve ser considerada como um valor, pelo menos nos termos como têm sido apresentados, sobretudo, por Lacey. Galileu surge como um dos primeiros realistas científicos (do período moderno), sustentando seu realismo em bases pitagóricas, como bem expresso por sua famosa metáfora do livro do mundo. Mas Galileu e outros autores do século XVII, como Descartes, foram os primeiros a antecipar um critério caro ao realismo científico aproximado, aceito ainda hoje: as teorias científicas possibilitam previsões de *fatos novos*, no sentido apresentado por Zahar (1973: 100-105). Trata-se de uma vertente do *argumento da coincidência cósmica* desenvolvido por Hilary Putnam. Ou seja, nossas relações com a natureza possibilitam formular teorias que conduzem a descobertas científicas[18]. Nesse sentido, a previsão de fatos novos configurar-se-ia com um critério metodológico – e não como um valor, mesmo cognitivo- e permitiria defender a neutralidade científica. Embora reconheçamos que somos nós que elaboramos as teorias científicas, como bem observa Lacey, certo tipo de relação estável como os fenômenos nos permite descobrir o que poderíamos chamar de « a tessitura escondida dos fenômenos » (Losee, 2001: 16). Portanto, se essa abordagem do realismo científico é aceitável, parece ser possível apresentá-lo como um aspecto do método científico, caro às ciências da natureza, e não como um valor cognitivo, especialmente metafísico.

Dessa maneira, um domínio que certamente possui uma inevitável a presença de valores, a tecnociência, contrapõe-se aos enunciados vinculados às teorias científicas que chamamos puras, ou seja, aquelas às quais não se consegue determinar uma aplicação prática imediata. A história da ciência é plena de exemplos desse tipo – esse tema será objeto de análise de outro artigo já em elaboração – e lembremo-nos da Mecânica Newtoniana, do trabalho pioneiro de Mendel, do enunciado $E = mc^2$, que decorre teoricamente da Teoria da Relatividade Restrita[19], dentre outros inúmeros exemplos.

Essa diferenciação pode ser útil, pois a aplicação de uma teoria científica (pura), no sentido estrito, não é determinada imediatamente após a sua formulação. O uso prático (social) ocorre apenas após a contextualização técnica e, nesse momento, não há como eximir-se dos valores. Assim, as recomendações de Lacey são úteis:

> Estou de fato interessado em que os produtos teóricos da ciência tenham credenciais cognitivas corretas. Compartilho esse interesse com a concepção tradicional. Mas não desejo manter os valores (não cognitivos) fora da ciência. Os valores já se

17 Grifo do autor.

18 Examinamos esse aspecto em Simon, 2008.

19 Esse caso será examinado no próximo item.

> encontram na ciência. Minhas recomendações apontam no sentido de uma reforma. Quero incluir mais valores – no lugar apropriado, e com isso atenuar a influência dos valores que já se encontram na ciência (Lacey, 2010: 303. Sublinhado pelo autor.).

No entanto, julgamos que elas devam se limitar à tecnociência, sendo inadequadas à ciência pura. Finalmente, essa diferenciação entre valor e método pode ser útil, pois se consideramos que parte da ciência possa ser isenta de valores nos traz de volta a defesa da neutralidade científica, diferentemente do que defende Hugh Lacey, como vimos acima. Essa defesa pode ser importante para a liberdade de pesquisa, quando se está no domínio das teorias científicas que chamaríamos de puras, ou seja, quando ainda não se sabe suas possíveis aplicações futuras. Consideramos que somente após a compreensão de suas possibilidades de aplicação é que as discussões (democráticas e qualificadas) sobre os seus usos podem ser estabelecidas. A seguir, apresentamos um caso que nos parece exemplar para mostrar que nem sempre é possível determinar as aplicações futuras que podem resultar de uma teoria científica.

6. Ciência Pura e o Problema das Aplicações Técnicas

Um caso que nos parece exemplar na história da ciência, no que se refere à impossibilidade de se determinar imediatamente seu domínio de aplicabilidade, é o da famosa equação $E=mc^2$, usada, muitos anos depois de formulada, para fins nucleares. Como é bem conhecido, em seu artigo de 1905, « Sobre a Eletrodinâmica dos Corpos em Movimento » (Einstein, 1989a [1905], 140-171), publicado no *Annalen der Physik,* Albert Einstein altera profundamente as concepções de espaço e de tempo clássicas, além de mostrar que a noção de éter não somente era desnecessária, mas até contraditória. A gênese e história desse trabalho têm sido amplamente estudadas e não é o objeto do presente estudo[20]. Nosso propósito aqui é mostrar que uma teoria, dedicada a resolver problemas estritamente teóricos – o que estamos chamando de puras – conduz a resultados que podem ter aplicações, mas que nem sempre podem ser percebidas no momento de sua elaboração.

Rigorosamente, Einstein enuncia a mais famosa equação da ciência em um artigo de 1907, mas no artigo de 1905, o físico alemão conclui pela equivalência entre massa e energia. Na verdade, no artigo fundador da teoria da relatividade Einstein conclui que « a energia e a frequência de um complexo luminoso variam com o estado do movimento do observador » (*Ibid*., p. 163). No artigo em que enuncia a primeira versão de sua equação, ele parte desse resultado e conclui pela dependência do valor da energia de um sistema de ondas luminosas planas, se esse sistema se desloca com certa velocidade em relação a um sistema de referência (Einstein, 1989b [1905], 172). Após um breve desenvolvimento, Einstein escreve sua equação de maneira ainda não tão concisa como fará dois anos mais tarde:

$$Ko - K = \frac{L}{V^2}\frac{v^2}{2}$$

Nessa equação, Ko e K referem-se, respectivamente, à energia cinética de um corpo em um referencial considerado em repouso e outro em movimento; v é a velocidade desse referencial e V é a velocidade da luz no vácuo (Einstein ainda não utiliza o símbolo *c*, usado posteriormente).

Será no artigo de 1907 que o autor enuncia a famosa equação[21]. Mais o que mais nos interessa no presente trabalho é sua conclusão no artigo de 1910. Nas últimas linhas desse trabalho, Einstein conclui, por um lado, pela enorme quantidade de energia associada a uma dada massa, mas, por outro, pela impossibilidade experimental

---

20 Dentre os inúmeros trabalhos dedicados ao estudo da gênese da Teoria da Relatividade, bem como das consequências e discussões filosóficas dela advindas, destacaríamos, em língua francesa, o livro de Michel Paty (1993) e o clássico trabalho, em língua inglesa, de Abraham Pais (2005).

21 Na verdade, Einstein escreve: $m = E_o/V^2$ (Einstein, 1989c [1907], p. 250). Posteriormente, essa equação assumiu a forma atual, onde m = m e $V^2 = c^2$.

de detecção de aumento de massa, de acordo com o que é dado pela equação. Ou seja, ele não conclui pela aplicação derivada dessa equação, mas, ao contrário, aponta para as dificuldades de tais aplicações[22]!
Esse parece ser um caso exemplar, pois um trabalho teórico, que se situa num contexto científico bem definido, qual seja, a busca de leis da natureza que satisfaçam o princípio de relatividade – trabalho iniciado no Renascimento e que inicia um longo processo de consolidação, particularmente no período moderno - atinge seu apogeu com a teoria da relatividade, inicialmente na formulação restrita e finalmente com a formulação generalizada[23]. A teoria da relatividade certamente é um caso entre muitos outros em que a neutralidade científica se manifestaria. No exemplo aqui examinado, Einstein não percebe aplicações imediatas ao seu trabalho, particularmente em relação à famosa equação, embora menos de cinquenta anos depois ela tenha sido usada para confecções de bombas nucleares. Vale lembrar, no entanto, que o processo de radiação nuclear, cujas bases encontram-se nesse trabalho pioneiro de Einstein, também tem sido importante para salvar vidas. Dessa maneira, as aplicações científicas certamente envolvem valores sociais, na medida em que seu uso é uma decisão da sociedade. No entanto, alguns tipos de trabalho científico, que estamos chamando de ciência pura, não conseguem delimitar esses usos. Portanto, é fundamental que uma sociedade seja esclarecida sobre o trabalho científico e sobre os seus usos práticos, mas tendo a clareza da existência da neutralidade científica, no sentido que estamos examinando no presente trabalho. Ou seja, teorias que se situam numa tradição de resolver problemas abstratos e gerais, numa tentativa de compreender o mundo empírico e de encontrar relações causais efetivas.

7. Conclusão

Defendemos, nesse trabalho, que o método científico define e constitui a ciência. E a previsão, nos termos de fecundidade, para usar os termos de Lacey, parece ser um dos principais elementos que constituem o método. Na medida em que os enunciados científicos permitem a previsão de fatos novos, de descobertas científicas robustas, a previsão é parte integrante da ciência, e, portanto, do método científico. Parece, assim, ser possível dizer que, na medida em que o método define a ciência, não se trata de uma escolha, mas se trata da constituição do próprio objeto que está em questão. O termo valor tem a conotação de escolha humana, dependente de vários elementos que definem uma sociedade. É verdade que não há como negar que a ciência, em todos os seus domínios, seja uma atividade humana. No entanto, tendo em vista a estrutura do desenvolvimento científico, não parece adequado usar o termo valor para algo que não possa se dar de outra maneira, mesmo se acrescentamos o termo « cognitivo ». O trabalho científico, particularmente no que se refere à presença da previsão como uma exigência metodológica, nos termos apontados acima, parece configurar-se como uma atividade histórica, mas que responde por um processo bem definido que deve satisfazer a exigência impostas pelo próprio trabalho científico em sua tentativa de compreender os fenômenos. Nesse sentido, da maneira que entendemos o método científico, talvez se configure como um processo inevitável[24].

---

22 « Thus, the principle of the conservation of mass assumed in Newtonian mechanics is valid only for a system whose energy remains constant. Mass and energy become equivalent quantities like heat and mechanical work, for example, and its takes only one additional step to consider mass as an enormous concentration of energy. Unfortunately, the change of mass W/c^2 is so slight that one cannot hope for its detection by experiment for the time being ». (Einstein, 1993 [1910], p. 142.)

23 Cf. Simon, 2013. Nesse trabalho, mostramos que o princípio de relatividade possui uma longa história que busca resolver o intricado problema do movimento relativo, inclusive com relação à Astronomia do período clássico. Iniciando com as indagações de Aristóteles, Hiparco, Ptlolomeu, passando pelo período medieval com pensadores como Oresme, os calculadores do Merton College, chegando ao período moderno, com Bruno, Galileu e culminando com o trabalho de Newton. Einstein, na verdade, insere-se na discussão do século XX sobre esse princípio, sendo, nesse sentido, precedido por Poincaré e Lorentz, entre outros.

24 O próprio Lacey lembra que Ellis defende a tese que o processo científico pode ser resultado de um longo processo de seleção natural (Ellis, 1990, *apud*. Lacey, 2008: 92).

Anexo

Apresentaremos na íntegra, tendo em vista sua completude e sua importância, a lista dos valores cognitivos, conforme utilizado por Lacey (2008: 84-86). Trata-se, provavelmente, da lista mais completa elaborada por um pesquisador!

1- Adequação empírica

a) aceitação subjetiva dos dados;
b) primazia dos dados experimentais e quantitativos;
c) importância dos dados que refletem a riqueza, a complexidade e a diversidade da experiência ordinária;
d) na coleta de dados, considerou-se (i) sua representatividade em relação aos dados potencialmente acessíveis, (ii) sua relevância para o falseamento potencial da teoria, (iii) sua relevância para a submissão da teoria à competição crítica com outras teorias alternativas e (iv) sua relevância para definir os limites de aplicação da teoria?;
e) exatidão dos dados; precisão;
f) a teoria está de acordo com o conteúdo não refutado das teorias anteriores?.

2- Consistência

a) no interior da própria teoria;
b) com outras teorias aceitas; "consonância";
c) om as concepções dominantes sobre a natureza em geral dos objetos de investigação (paradigmas, programas de pesquisa e tradições de pesquisa);

3- Simplicidade

a) harmonia, elegância, parcimônia e economia;
b) clareza conceitual; clareza e distinção (Descartes); capacidade de ser formalizada; inteligibilidade;
c) ausência de aspectos *ad hoc*; coerência;
d) eficiência no uso;

4- Fecundidade

a) dá origem a novas questões;
b) desencadeia novos programas de pesquisa;
c) ocasiona a descoberta de novos fenômenos; predição;
d) soluciona quebra-cabeças; permite extensões que facilitam a solução dos problemas;
e) antecipa novas possibilidades;
f) utilidade, prática e tecnológica; controle

5- Poder explicativo

a) fornece explicações para os fenômenos numa ampla extensão de domínios; profundidade
b) unifica uma classe diversificada de fenômenos e uma classe diversificada de outras teorias;
c) fornece acesso às leis, processos e estruturas subjacentes aos fenômenos;
d) explica todos os aspectos e dimensões, todas as causas e efeitos dos fenômenos;
e) possibilita a construção de uma narrativa que ofereça uma explicação do que é infundado e do que não é nas teorias predecessoras;

6- Verdade; certeza

a) verdade conhecida acerca dos princípios fundamentais;
b) necessidade, auto-evidência, indiscutibilidade, caráter *a priori*;
c) estrutura dedutiva da teoria;
e) verissimilitude.

Bibliografia

CHIBENI, S. (2006), "Afirmando o Consequente: uma defesa do realismo científico (?!)". *Scientia Studia*, 4, pp. 221-49.

DESCARTES, R. (1996a [1637]), *Discours de la méthode pour bien conduire la raison, & chercher la verité dans les sciences*. In AT-ADAM, C. & TANNERY, P., *Œuvres de Descartes*, vol. VI, Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, pp. I-78.

DESCARTES, R. (1996b [1644]), *Les Principes de la Philosophie de René Descartes*. In AT-ADAM, C. & TANNERY, P., *Œuvres de Descartes*, vol. IX, Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, pp. 1-362.

DUMONT, J.-P. (1993), *Éléments d'histoire de la philosophie antique*, Paris: Nathan.

EINSTEIN, A. (1989a [1905]), "On the Electrodynamics of Moving Bodies". *Annalen der Physik*, 17, pp. 891-921. In *The Collected Paper of Albert Einstein: The Swiss Years Writings, 1900-1909*, English Translation A. Beck, Princeton: Princeton University Press, vol. 2, pp. 141-171.

_____ (1989b [1905]), "Does the Inertia of a Body Depend upon its Energy Content?", *Annalen der Physik*, 18, pp. 639-641. In *The Collected Paper of Albert Einstein: The Swiss Years Writings, 1900-1909*, English Translation A. Beck, Princeton: Princeton University Press, vol. 2, pp. 171-175.

_____ (1989c [1907]), "On the Inertia of Energu Requerided by the Relativity Principle". *Annalen der Physik*, 23, pp. 238-250, in *The Collected Paper of Albert Einstein: The Swiss Years Writings, 1900-1909*, English Translation A. Beck, Princeton: Princeton University Press, vol. 2, pp. 171-175.

_____ (1993 [1910]), "The Principle of Relativity and Its Consequences in Modern Physics". *Archives des sciences physiques et naturelles*, 29, pp. 5-28; pp. 125-144, in *The Collected Paper of Albert Einstein: The Swiss Years Writings, 1900-1909*, English Translation A. Beck, Princeton: Princeton University Press, vol. 3, pp. 117-142.

ELLIS, B.D. (1990), *Truth and Objectivity*, Oxford: Basil Blackwell.

GALILEI, G. (1964a [1613]), *Lettere Copernicane. A Don Benedetto Castelli*. In *Opere*, vol. 1, Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, pp.525-533.

_____. (1964b [1623]), *Il Sagiatore*. In *Opere*, vol. 1, Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, pp. 595-807.

KUHN, T. (1970), *The Structure of Scientific Revolutions* (second edition, enlarged), Chicago: The University of Chicago Press.

LACEY. H. (2008), *Valores de Atividade Científica 1*, São Paulo: Editora 34.

_____. (2010), *Valores de Atividade Científica 2*, São Paulo: Editora 34.

LACEY,H. & MARICONDA,P. (2010), "A Águia e os Estorninhos: Galileu e a autonomia da ciência", in LACEY, H. (2010), *Valores de Atividade Científica 2*, São Paulo: Editora 34, pp. 305-329.

_____. (2012), "The Eagle and the Starlings: Galileo's argument for the autonomy of science – how pertinent is it today?", *Studies in History and Philosophy of Science*, 43, pp. 122-131.

LOSEE, J. (2001), *A Historical Introduction to the Philosophy of Science*, Oxford: Oxford University Press.

MARICONDA, P. (2000), "O Diálogo de Galileu e a Condenação". *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, 10, pp. 77-160.

_____. (2011a), "Introdução: o Diálogo e a condenação", in GALILEI, G., *Diálogo sobre os Dois Máximos Sistemas do Mundo Ptolomaico e Copernicano*, tradução, introdução e notas de P. Mariconda, São Paulo, Editora 34.

_____. (2011b), "Notas ao Diálogo sobre os Dois Máximos Sistemas do Mundo Ptolomaico e Copernicano". In G. Galilei, *Diálogo sobre os Dois Máximos Sistemas do Mundo Ptolomaico e Copernicano*, tradução, introdução e notas de P. Mariconda, São Paulo: Editora 34.

MASTERMAN, M. (1970), "A Nature of a Paradigm". In I. Lakatos and A. Musgrave (eds.), *Criticism and the Growth of Knowledge*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 59-89.

NASCIMENTO, C.A.R. (2000), "A Carta de Galileu à Grã-Duquesa Cristina de Lorena", *Discurso*, 31, pp. 323-8.

PAIS, A. (2005). *'Subtle is the Lord...'. The Science and the Life of Albert Einstein*, Oxford, Oxford University Press.

PATY, M. (1993). *Einstein Philosophe*. Paris, Press Universitaire de France.

SIMON, S. (2008), "Empirical Adequacy and Scientific Discovery", *Principia*, 12, pp. 35-47.

_____. (2013), "Objetividade e Realismo Científico: o legado do princípio de relatividade e da teoria da relatividade", in PESSOA Jr., O e DUTRA, L.H (org.), *Racionalidade e Objetividade*. Florianópolis, NEL-UFSC, pp. 95-123.

VAN FRAASSEN, B.C. (1980), *The Scientific Image*, Oxford, Clarendon Press.

ZAHAR, E. (1973). "Why did Einstein´s Programme Supersede Lorentz´s", *British Journal for the Philosophy of Science*, 24, pp. 95-123.

Brasília, dezembro de 2014.

Ciência e Ideologia – apontamentos

Daniel Maurício Viana de Souza[1]
danielmvsouza@gmail.com

Resumo: Pretende-se aqui refletir acerca da intrínseca relação entre ciência e ideologia, tomando como pressuposto elementar que ações sistemáticas de produção de conhecimento e tecnologia – bem como, qualquer outra atividade no escopo de uma coletividade humana – não estão livres dos condicionamentos exercidos pelos diferentes interesses e nexos de poder que constituem o que, genericamente, denomina-se sociedade. Assim considerando, inicia-se com uma breve explanação histórica e filosófica acerca da ciência, para em seguida, contextualizá-la no debate sociológico, trazendo-se a baila a perspectiva de diferentes autores em enquadramentos epistemológicos diversos. Posteriormente, expõe-se o controverso e díssono horizonte teórico que pretende dar conta do conceito de ideologia, apresentando-se, portanto, uma síntese concisa da trajetória histórica desta noção, até suas apropriações em múltiplas correntes do pensamento social. Por fim, procura-se coadunar os apontamentos feitos ao longo do texto, no sentido de consolidar a evidência da relação fundamental, ora mencionada.

Palavras-chave: Ciência; Ideologia; Conhecimento; Sociedade; Teoria sociológica.

1. A Ciência e Seu Estabelecimento do Ocidente Moderno

Produto do embrionamento das sociedades ocidentais modernas, a ciência se mostrará fundamental na produção e desenvolvimento material e simbólico da modernidade. A chamada "revolução galileana" ocorrida no século XVII – inserida em um contexto histórico de gênese do capitalismo, avanço das técnicas empregadas nas diversas atividades humanas, expedições marítimas, Reforma e Contra Reforma, dentre outros aspectos – contribuiu na construção de novas perspectivas acerca da relação homem/natureza que vão se delineando com o surgimento da ciência moderna (Japiassu, 1982). Neste horizonte, vai se estabelecendo uma quebra entre as dimensões do físico e do metafísico, no sentido de uma objetivação dos fenômenos da natureza que existiriam independentemente do sujeito, podendo então serem observados, compreendidos e explicados "objetivamente", ou seja, sem sofrerem o risco de incursões valorativas e imprecisões causadas pela subjetividade da observação. A natureza passa a ser compreendido, desde então, como um complexo de mecanismos regidos por leis ordenadoras, passíveis de apreensão a partir de descrições matemáticas, deixando de ser, neste sentido algo "deificado", dirigido por princípios e forças imanentes. A perspectiva mecanicista, segundo Rossi (2001: 184), como uma "verdadeira e própria filosofia", propunha uma "imagem da ciência" ao designar o que ela era e o que devia ser, baseada em parâmetros técnicos e metodológicos, objetivamente estabelecidos.

Impulsionada pelo mercantilismo europeu, quando eram buscados meios para estimular o comércio e a agricultura, a ciência a partir da segunda metade do século XVII, inserindo-se neste horizonte de interesses, encontra um ambiente bastante favorável para o seu desenvolvimento e expansão. Outras questões, referentes às grandes navegações e descobertas, apresentavam-se como campos de inserção para uma atividade científica de cunho instrumental, pautada em princípios de racionalidade capazes de encontrar soluções adequadas e objetivas para as demandas específicas de determinados contextos. O próprio advento das Sociedades Científicas – surgidas num primeiro momento na Inglaterra e em seguida em várias outras regiões da Europa – além de representar a institucionalização da ciência moderna, significa também, a oficialização do saber científico

---

1 Docente da Universidade Federal de Pelotas; doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; pesquisador convidado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; bolsista CAPES – Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior.
Graduado em Museologia, Mestre em Ciência da Informação. Dedica-se a estudos vinculados a museus, ciência, divulgação científica, coleções científicas, memória e patrimônio.

enquanto instância de representação propícia ao exercício das práticas política e econômica da burguesia – segmento social em ascensão ao poder (Japiassu, 1982).

Francis Bacon e René Descartes já haviam anteriormente concebido a ciência como instrumento capaz de oferecer ao homem a possibilidade de conhecimento e, consequentemente, dominação deste "sistema fundado na razão" que seria a natureza. Considerando que "a ciência floresceu conjuntamente com o desenvolvimento do capitalismo" (ibid.: 111), seu avanço durante o século XVIII e a concomitante construção de uma nova *techné* voltada à precisão na experimentação – da qual vai surgir a tecnologia moderna – desempenharam papel fundamental para a expansão quantitativa da produção industrial, além de demonstrar o forte vinculo existente entre saber e poder. Estes aspectos permitem referenciar a clara e mútua relação entre a ciência e o universo da burguesia.

A necessidade de resolver objetivamente determinados problemas técnicos advindos das práticas industriais/produtivas amplamente desenvolvidas nos séculos subsequentes, revela a essência de uma racionalidade herdeira do Iluminismo em que o desejo de dominação inerente à ciência moderna se objetifica quando da própria objetificação do "real" como elemento racionalmente estruturado – nas palavras de Descartes (1980): "o real é o racional". Tais premissas cultivarão o solo para um cientificismo que se sustentaria na missão postulada de "organização científica da humanidade".

Na medida em que vai se estabelecendo o "direito" de apreensão e reformulação da sociedade sob a égide da razão, a ciência cada vez mais se embrenha no imaginário coletivo como "único modo válido de representação e saber" (Chrétien, 1994: 18). No plano do conhecimento de inspiração cientificista, as atividades revestem-se de uma imagem de neutralidade e autonomia baseando-se em metodologias e princípios construídos a partir de critérios objetivos propiciados pela experiência empírica da pesquisa pautada na lógica racional.

Contudo, é preciso reconhecer, tal como afirma Baumgarten (2008: 55), que durante a trajetória histórica, não só da ciência mas do próprio ser humano enquanto espécie, a produção de saberes e conhecimento sempre esteve condicionada pela realidade ideológico-cultural de cada sociedade. De maneira que, conhecer não significa apenas decifrar a natureza, mas se trata de um processo no qual se inter-relacionam múltiplos elementos de diferentes qualificações físicas e/ou simbólicas, que tornam discutíveis a concepção distintiva, e por vezes, até mesmo contrastiva entre ciência e sociedade, baseada nas dicotomias fundamentais da "constituição moderna" (Latour, 1994), tais como, natureza/cultura, sujeito/objeto e humanos/não-humanos, dentre outras.

Tais perspectivas implicariam em contradizer o imaginário neutral da ciência moderna como atividade que se volta apenas à produção de bens materiais e simbólicos com vistas ao progresso da humanidade, e assim, isenta dos malefícios advindos das múltiplas possibilidades de destinação e usos de seus conhecimentos, técnicas e tecnologias. Ao contrário, sobretudo a partir da segunda metade do século XX os compromissos e as implicações da ciência com determinados aspectos da trama social começam a deixar claro que o "saber objetivo" e "neutro" não parecem indicar uma perspectiva tão "pura" quanto a que pretendia o discurso científico. Correntes teóricas como as da Escola de Frankfurt, por exemplo – sobretudo nas figuras de Marcuse, Horkheimer, Adorno, Benjamin, e mais recentemente, Habermas – vem demonstrando como o sentido messiânico emancipatório da ciência vem dando lugar a conotações bem mais seculares e sociais, tendo em vistas suas possibilidades instrumentais.

Examinando até mesmo pelo aspecto da institucionalização da ciência, é possível também perceber seus múltiplos relacionamentos e compromissos com perspectivas sócio-ideológicas, diretamente ligadas a interesses de ordem econômica e política, além de outros mais. A integração entre ciência, indústria, produção, sua inserção no âmbito universitário, a tutela do Estado por meio de suas políticas públicas de fomento e incentivo, e as diferentes iniciativas voltadas à ampla disseminação do conhecimento e tecnologias, dentre outras relações, são exemplos claros a partir dos quais se pode avaliar o condicionamento recíproco entre ciência e sociedade. Do ponto de vista teórico, também são numerosos os conceitos e noções, formulados a partir de diferentes correntes de pensamento que intentam a leitura e interpretação de tais relações e seus desdobramentos na sociedade.

2. A Interpretação Sociológica para a Ciência

De acordo com Baumgarten (2008: 40), é possível abarcar em dois modelos fundamentais as diferentes análises sociológicas acerca das condições de produção do conhecimento científico. O primeiro é o 'internalismo', concentrado nas práticas internas do ambiente científico, sobretudo nas relações entre cientistas, aonde se destacam as discussões microssociologias sobre a postulada "comunidade científica". Tendo se originado da filosofia positiva de Auguste Comte, os estudos enquadrados sob este modelo se desenvolveram em especial a partir dos trabalhos de Koyré, Popper, Merton, Polanyi, dentre outros, e de maneira geral, compartilham da premissa de que haveria uma verdade independente de qualquer condicionamento sócio-histórico, e que a ciência é o meio adequado para se chegar a ela. Por outro lado, o modelo 'externalista' admite como inerente à atividade científica a influência do social. Dentre os principais pensadores que se situam nesta linha estão Marx, Kuhn, Fleck, Bourdieu, Habermas, só para citar alguns.

Na sequência de sua proposta de sistematização das abordagens sociológicas acerca da ciência, Baumgarten (ibid.: 41) destaca que no interior das perspectivas de tipo internalista dois conceitos mutuamente afiliados são importantes, o de 'comunidade científica' e de 'autonomia da ciência'. Com base no próprio conceito sociológico de 'comunidade' – enraizado, sobretudo, no pensamento de Durkheim e Weber – a noção de comunidade científica encontrou amplo terreno para propagação no escopo do funcionalismo da primeira metade do século XX. Definida por Kuhn, e amplamente defendida por Polanyi, como um agrupamento relativamente autônomo e homogêneo, que representaria a mítica imagem da "república da ciência", se articula, segundo a autora (ibid.: 42), com a ideologia do liberalismo da década de 1930, defendendo a autonomia da ciência ao desvinculá-la de qualquer influência externa a sua esfera de produção.

A concepção de autonomia da atividade científica é consistentemente apregoada no escopo formal da sociologia da ciência já nos estudos de Merton acerca das ideias de comunidade e ethos científico. Sobretudo no que se refere a esta última noção, enquanto verdadeiro micromodelo do próprio ethos da democracia liberal, o autor (1973) a definia como "complexo afetivamente matizado e harmonizado de valores e normas que se consideram obrigatórios para o homem da ciência". Os referidos valores são a objetividade, o comprometimento com a busca do conhecimento da forma mais completa e adequada possível, e a originalidade. E as normas que regeriam o trabalho do cientista orientado por tais valores são, universalismo, comunalismo, desinteresse e ceticismo organizado.

Considerada uma das primeiras tentativas no sentido de evidenciar a mútua inter-relação entre ciência e sociedade, a contribuição de Thomas Kuhn (1975) ao propor as noções de 'crise' e 'revolução científica', foi fundamental para expor, segundo Baumgarten (2008: 44), a existência de desentendimentos e disputas de diversas ordens no interior das comunidades científicas. Com efeito, seu pensamento incide também numa crítica, ainda que não diretamente endereçada, porém certeira, à ideia de *ethos* científico mertoniano, considerando que as idiossincrasias percebidas nestas organizações sociais de cientistas são frutos da própria atividade científica e dos conflitos de interesses que ela é passível de gerar.

É possível destacar ainda o avanço de Kuhn no que diz respeito à perspectiva da acumulação de conhecimento de cunho positivista, ao sugerir o princípio da incerteza no lugar da ideia de verdade absoluta (id.). De qualquer forma, afirma a mesma autora (id.), tal relativização levada a cabo por Kuhn ainda é preliminar e parcial, levando em conta que, ao assumir que as "verdades" proferidas pela ciência são sempre resultados de consensos produzidos no âmbito de uma comunidade científica, ele não está resguardando lugar neste processo para o interesse e, em última instância, para o desacordo. O desenvolvimento intelectual, dessa forma, "continua se auto-explicando" (id.).

Desde Kuhn diversas foram e continuam sendo as propostas que avançam em direção à superação desta lógica neutra e objetiva de uma ciência que se fundamenta apenas na busca progressiva da evolução do ser humano, na qual se inscrevem as análises de cunho internalista. Neste sentido, é possível observar perspectivas que vão desde uma linha teórica mais crítica – de diversos tipos, política, ecológica, econômica, etc. – até correntes mais descritivas. Contudo é fundamental assinalar que em todas elas a preocupação é compreender a ciência "enquanto prática social de conhecimento, uma tarefa que se vai cumprindo em diálogo com o mundo e que é afinal fundada nas vicissitudes, nas opressões e nas lutas que a compõem e a nós, acomodados ou revoltados" (Santos, 1989: 13).

Da mesma maneira, são várias as possibilidades de sistematização desta miríade de teorizações que postulam a análise não só dos aspectos formais e estruturais da atividade científica, mas também, suas implicações sociais – em outras palavras, considerando seu duplo condicionamento com a sociedade. Sendo assim, propomos um enquadramento que agrupa, de maneira genérica, algumas das principais perspectivas que procuram dar conta da intrincada relação entre ciência e sociedade . Por um lado, portanto, mencionaremos o pensamento de autores que se inserem no modelo construtivista, incluindo os assim denominados estudos sociais da ciência e tecnologia (ESCT). Em contrapartida, exporemos algumas concepções que localizaremos no arcabouço abrangente das perspectivas críticas de modelo econômico – ainda que em escalas diferenciados, de inspiração marxista.

Dentro do que se pode classificar como tradição construtivista, as diferentes abordagens apesar de apresentarem características específicas próprias, compartilham um grande objetivo comum, a proposta de *border-crossing*, ou seja, o questionamento profundo das grandes divisões artificialmente constituídas. Intentam a operacionalização de uma 'simetria', a partir da qual, se tornaria possível a problematização de hierarquizações e desequilíbrios criados e reforçados a partir do conhecimento científico. Nesta perspectiva, alguns conceitos e teorias servem para nos situar no debate atual acerca da relação entre ciência e sociedade. Dentre estas acentuamos ideias como as de 'saberes localizados', de Donna Haraway, postulando que o conhecimento é sempre parcializado, podendo sua produção apoiar-se, em última instância, em uma objetividade que seja 'compromissada', 'situada' e nunca universal; a de 'co-produção' da ciência, de Sheila Jasanoff, refletindo desejos políticos, ou mesmo, visões de mundo que se deseja difundir; e a de 'arenas transepistêmicas', de Karin Knorr-Cetina, propondo que o trabalho do cientista no contexto específicos dos laboratórios num espaço que vai além do puramente epistêmico, envolvendo assim, atores "não-científicos" de diferentes ordens.

Ocupa, ainda, posição de destaque neste horizonte, teorias e conceitos como a do 'ator-rede', que tem Bruno Latour como seu principal expoente, propondo uma análise da ciência pautada no contexto sociocultural, considerando-o como uma rede de relações, interesses e agências diversas, em que se sustenta a produção científica; além ainda a de 'coletivo de pensamento' de Ludwik Fleck, uma via valorosa no que tange à possibilidade de superação de uma das mais presentes cisões do imaginário moderno, entre objetividade e subjetividade, dentre outras. Consideramos pertinente referenciar de forma um pouco mais detida, na sequência, as concepções de Latour e Fleck, procurando colocá-las em diálogo.

Atualmente os ESCT enfatizam o quanto é impróprio pensar em fatos naturais como instâncias independentes da vontade e interferência humana/social, atribuindo um caráter neutral às abordagens que a eles se dedicam. Tal cenário é representativo daquilo que Latour (1994) vai identificar como o próprio alicerce da ideia de modernidade, a saber, a distinção entre dois conjuntos de práticas, 'purificação': criação de zonas ontológicas diferenciadas, resultando, dentre outras, na grande cisão do mundo entre humanos e não-humanos; e 'hibridização': combinação de seres, elementos ou fenômenos, que em última instância, são de matrizes diferenciadas. Segundo esta perspectiva, o grupo de ações voltado à purificação corresponderia ao repertório analítico das ciências modernas, ao passo que, o rol de práticas ligadas à hibridização diria respeito às elaborações teórico-metodológicas alicerçadas no conceito de 'rede'.

Latour (ibid.: 30) argumenta que a produção de conhecimento científico está fundada em práticas localizadas, "do lado de dentro do recipiente transparente da bomba de ar, no interior do espaço privado da comunidade experimental, etc.". Contudo, questiona-se sobre como é capaz de se tornar de tal forma ampla e abrangente, de modo a se representar através de "leis universais". Como resposta o autor afirma que, em última análise, a ciência não se torna universal, mas, sua rede se expande e se estabiliza – uma estabilidade frágil, no sentido de que, serão as associações localizadas que garantirão, por um determinado período e num certo contexto, a "geografia" de uma rede. Seja como for, decreta Latour (id.), "nenhuma ciência pode sair da rede de sua prática, o peso do ar certamente continua ser um universal, mas um universal em rede".

Ainda que guardadas as devidas ressalvas, compartilhando de alguns destes mesmos pressupostos podemos citar Ludwik Fleck. Mesmo sendo um autor que precede formalmente os ESCT, ele nos traz argumentos sobre a relação ciência-sociedade, adequados à empreitada contemporânea referente ao estabelecimento de uma perspectiva simétrica. Uma característica fundamental do pensamento de Fleck é a rejeição ao pressuposto empirista, que considera um fato científico como representativo de uma verdade universal. O conceito de

'estilo de pensamento' vai na contramão desta tradição de modelo herdado, considerando a grosso modo que, um conteúdo científico é sempre condicionado, histórica e contextualmente. Assim como Kuhn, Fleck é um dos pioneiros na tentativa de evidenciar as interações sociais da ciência, mas diferente do físico americano, ele rejeita a ideia de "fato revolucionário" presente no conceito de 'paradigma', ao entender que o desenvolvimento da ciência e sua produção se dão, não através de quebras bruscas com o set epistemológico vigente, mas por meio de sucessões gradativas, em outras palavras, uma construção.

Fleck (2010: 82) propôs o conceito de 'coletivo de pensamento', uma "comunidade de pessoas que trocam pensamentos ou se encontram numa situação de influência recíproca de pensamentos", que cumpre um papel de mediação na relação sujeito-objeto. É importante reforçar que, de acordo como autor, estes elementos que compõe tal processo de cognição, estão inseparavelmente conectados, além de não sustentarem status autônomo ou privilegiado no interior das relações possíveis entre eles. Com efeito, o sentido e o valor de uma determinada verdade, fruto de uma descoberta científica, seriam resultado de construções operadas no âmbito da comunicabilidade de um coletivo de pensamento, e da eficácia desta comunicação – seja intra-pares, ('círculo esotérico'), ou englobando os que não pertençam estritamente a tal grupo, ('círculo exotérico') – depende a própria manutenção de um determinado 'estilo de pensamento'.

As dicotomias mais exemplares da teoria do conhecimento acabam por serem desfeitas na proposta de Fleck, uma vez que se considera o coletivo de pensamento, não como uma instância autônoma, isolada, mas em vez disso, essencialmente passível de interações externas, refletindo de maneira eficaz a complexidade das relações entre ciência e sociedade. Para o autor, a ciência é, simultaneamente, uma construção social, produto das intenções presentes na agência humana ('acoplamentos ativos'); e resultado de manifestações naturais inevitáveis que limitam a vontade da ação humana ('acoplamentos passivos'). O pressuposto desta argumentação é o que viabiliza o movimento característico dos coletivos de pensamento, e que em última instância, define o que seria "verdade", "realidade", "objetividade", a saber, "uma rede em flutuação constante" (ibid.: 127).

Assim, ao sistema binário, sujeito-objeto, Fleck contrapõe uma relação triádica interativa, na qual protagonizam o indivíduo, o coletivo e a realidade objetiva, e qualquer tentativa de tomar tais elementos como separados ou distintos, acaba por se deparar com os acoplamentos passivos e ativos implicados. Esta postura fleckiana pode muito bem ser considerada como um exemplo de princípio de simetria aplicada à ciência. Similar, por exemplo, ao que propõe Latour (1994) quando afirma que a ciência seria ela própria um híbrido, considerando que se situaria no meio entre objeto e sujeito, no sentido de que, não se posicionaria nem totalmente do lado das coisas em si – uma vez que os fatos são fabricações subjetivas – e nem do lado dos sujeitos em seus aspectos mais humanos – já que certas propriedades "universais" independem da vontade criativa do homem.

A partir de um enquadramento epistemológico essencialmente distinto, os estudos de Lévy-Leblond contribuem para o empreendimento da perspectiva crítica sobre a ciência, claramente de cunho marxista. O autor (1973) expressa uma relação direta entre a forma que se estrutura a atividade científica e os critérios organizacionais da produção industrial, e em última instância, à própria lógica da divisão do trabalho no capitalismo. Neste sentido, a metáfora é a dos cientistas como trabalhadores e a ciência como empresa, o que implica na compreensão de que as regras do capital são as que determinam a produção de conhecimento científico. Nesta lógica da "proletarização da ciência", fica evidente a intervenção de fatores sociais externos, de maneira que, para que se obtenha uma atmosfera favorável à produção de conhecimento, é necessário ao cientista, dentre outros fatores, uma rede de relações, acesso aos organismos de decisão, aceitação da luta pelo poder e relações de competição (ibid.: 37).

Outro autor que se situa nesta linha crítica de tipo economista é Pierre Bourdieu. Sua visão mercantil acerca da produção científica é descrita fundamentalmente a partir da noção de 'campo científico' – que por sua vez, se situa na sua teoria dos campos, como estruturas dentro das quais se processam as ações. Em clara recusa à noção kuhniana de comunidade, Bourdieu (1983) define o campo científico como uma instância autônoma da sociedade, porém, relativamente, tendo em vista que, em certa medida, sofre um condicionamento da macroestrutura social e suas diversas relações, interferindo assim, nas próprias formas de estruturação internas do campo.

Assim como Lévy-Leblond, Bourdieu lança mão de uma série de terminologias próprias da esfera econômica, mas de acordo com Hochman (1994: 209), ao usá-las ele vai além da proposição de meras analogias, afirmando

o campo científico como um verdadeiro mercado próprio no escopo da economia capitalista. Neste mercado o crédito científico é um capital simbólico, e através de sua acumulação que se compete com maior poder ao monopólio da autoridade científica, que passa, segundo Bourdieu (op. cit.: 19), pelo reconhecimento social que permite "um agente falar e agir legitimamente em assuntos científicos". Importante ressaltar que tais disputas se dão no interior do campo, e entre agentes do campo, ou seja, cientistas, de maneira que, toda lógica de relações de produção e consumo característica do mercado de bens científicos, portanto, segue apenas as regras, internas ao campo. Este é justamente um dos pontos mais questionados da concepção bourdiana sobre a atividade científica, pois a fecha num tipo de lógica endógena, quase internalista, que exclui os demais setores da sociedade.

Seja como for, a contribuição deste autor é importante especialmente ao expor que a dinâmica científica está longe de ser neutra, objetiva, desinteressada e universalista, conforme apregoam as concepções de vulto internalista, representadas aqui nas menções a Merton e Kuhn, por exemplo. Mesmo que descrita a partir de interesses individuais, a crítica de Bourdieu à representação neutral da ciência acena para a necessidade de se desvelar o que está oculto por trás destas formulações de tipo conciliatórias e desinteressadas de uma ciência sempre e unicamente voltada ao progressivo desenvolvimento da sociedade.

3. Ideologia – um conceito polifônico

O termo ideologia possui múltiplas e contraditórias significações. Sua profunda polissemia lhe permitiu apropriações diversificadas ao longo do tempo, fazendo com que assumisse contornos e funções difusas e dispersas, sempre de acordo com as demandas específicas de cada contexto em que é empregado. É possível localizar o gérmen do pensamento ideológico já na Antiguidade grega, quando Aristóteles propõe elaborar uma espécie de teoria geral que explicaria a realidade e suas transformações. Tal fato representaria, segundo Chauí (1980: 5), uma tentativa de "tomar as ideias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais ideias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as ideias elaboradas".

De lá pra cá, a noção de ideologia vem figurando de diferentes formas e em situações diversas. Pode-se encontrar exemplos desde o Renascimento, com Bacon (1982) alertando para a necessidade de livrar os homens das "noções falsas" que permeavam a alma dos seres através de "ídolos" – formas de "pseudoverdades" legitimadas pelo poder das tradições; passando pelos séculos XVIII e XIX, quando, ao ser remetida, no terreno do pensamento racional iluminista, a uma legítima "ciência das ideias", entusiasmou pensadores e políticos pelo mundo; permeando as reflexões de filósofos idealistas clássicos, como Kant e Hegel, acerca da categoria 'sujeito', que foram fundamentais para inseri-la no horizonte das abordagens críticas; até se consagrar como categoria medular no pensamento marxiano e nos seus subsequentes desdobramentos durante o século XX.

De sua utilização primeira às apropriações na atualidade, à ideologia, de acordo com Eagleton (1997: 15-16), foi proposto um sem número de definições e conceituações: produção de significados, signos e valores sociais; corpo de ideias de um determinado grupo social; ideias legitimadoras de um poder político dominante; ideias falsas, que legitimam poderes políticos; comunicação simultaneamente distorcida; formas de pensamento motivadas por interesses sociais específicos; pensamento de identidade; ilusão socialmente necessária; conjuntura de discurso e poder; confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal; processo de conversão da vida social em realidade natural; conjunto de crenças com vistas à ação; oclusão semiótica e muitos outros.

Neste quadro proposto por Eagleton destaca-se a inexistência de uma coerência conceitual, de maneira que incompatibilidades e mesmo contradições são comuns no que tange às tentativas de definição do que possa vir a ser ideologia. O termo por vezes fará menção a referências ilusórias e distorcidas de uma dada realidade ou fenômeno; em contrapartida, o encontraremos referindo-se a modos, ideias e visões racionais de uma determinada parcela, segmento ou fração social.

Dentre os que consideram a ideologia sob seu "significado forte", encontram-se os pensadores que seguem as correntes da tradição marxista, na qual este conceito estaria de modo geral vinculado às condições materiais

de produção na sociedade capitalista, inserida na dinâmica das relações humanas. Em "A Ideologia Alemã", Marx e Engels propõem uma revisão da filosofia hegeliana, no sentido de tornar evidentes os pressupostos do que viria a se constituir o "materialismo histórico" em oposição à perspectiva "idealista" dos "ideólogos alemães". Na obra de Marx a questão da ideologia encontra-se vinculada à categoria 'alienação' em termos de um não reconhecimento, por parte do trabalhador explorado, da totalidade de sua produção – diferentemente da obra de Hegel, na qual relaciona-se ao "Espírito" . Em referência à postura de Marx, Eagleton (ibid.: 78) argumenta que a própria produção das condições materiais e espirituais, inserida no contexto da alienação, seria pressuposto para a existência da humanidade – o que subjugaria a própria consciência, pois seria ela mesma, elaborada sob a égide das relações sociais de produção.

A partir deste ponto de vista, seria possível argumentar que a consciência individual se torna secundária frente a uma espécie de "consciência social" que, na percepção de Mészáros (2004: 65), é a expressão própria da ideologia na prática de construção e validação de critérios que suprimem a realidade conflituosa da sociedade de classes perpetuando a ordem já estabelecida. O alcance das implicações práticas de tal forma de "consciência social" seria possível pela disposição de mecanismos econômicos, culturais, políticos variados, além ainda da importância das teorias e práticas científicas, assim como as "diversas filosofias e autorreflexões da ciência referentes à sua função reguladora no complexo total das atividades humanas".

Na análise de Eagleton (1997: 78), Marx, ao vincular a questão da ideologia, enquanto elemento superestrutural, às ideias dominantes representando "formas ilusórias", tal como é feito em um primeiro momento de sua obra, cometeria uma contradição, uma vez que essas "formas codificam lutas reais". Assim sendo, pergunta o autor: "em que sentido seriam ilusórias?" Mais adiante, Marx – sobretudo em "O Capital" – não faz qualquer referência à ideologia enquanto "formas ilusórias", abandonando o caráter irreal ou fantasioso da superestrutura. Dessa maneira, há uma ampliação da definição de ideologia abrangendo "todos os homens, não só a classe dominante" (ibid.: 79). Anteriormente a ideologia em Marx era proposta como especulação idealista reduzida ao horizonte da "falsa consciência", agora ela se ancora de maneira consistente em representações materiais das práticas sociais burguesas.

Mesmo na obra de Marx, como é possível notar, existe uma grande polissemia – por vezes compreendida mesmo como indefinição – quanto ao que se estaria referindo exatamente com o emprego do termo ideologia. Este aspecto caracteriza, segundo Eagleton, um ponto central de fragilidade na teoria da ideologia marxista, deixando lacunas onde seriam estabelecidas possibilidades de leituras das mais diversas e até mesmo pouco claras, refletindo conflitos entre os significados epistemológicos e políticos do termo.

4. As Múltiplas Faces do Fenômeno Ideológico

Não é incomum encontrarmos, por exemplo, na literatura marxista, leituras que podem ser consideradas um tanto diferentes das concepções do próprio Marx, configurando-se assim, muitas vezes em adulterações do pensamento deste autor. No que se refere à questão da ideologia, especificamente, o quadro não é diferente. É possível listar uma série de interpretações acerca deste conceito, no decorrer do século XX, que são em diversas ocasiões bastante diversas da perspectiva marxiana, chegado a ser às vezes, até mesmo contraditórias. A seguir, descreveremos de forma concisa, como na ótica de alguns dos principais autores de extração marxista se apresenta o conceito de ideologia, procurando, sempre que possível, atrelar a análise com a relação desta noção com a de ciência. Salientamos que, mais adiante, no final desta seção, trataremos também algumas das perspectivas que, por assim dizer, se enquadrariam dentre as não-marxistas sobre a ideologia.

O líder comunista e um dos principais responsáveis pela Revolução Russa de 1917, Vladimir Lenin, cabe ser lembrado aqui por ser um dos primeiros a observar de maneira arguta que o debate sobre a questão da ideologia estava sendo conduzido por diferentes caminhos, sendo que muitos deles, quase que na contramão do que propunha Marx. Embora não estivesse preocupado com o conceito de ideologia em si, Lenin (2007) contribui nesta discussão quando afirma que existem duas ideologias que se contrapunham no capitalismo, a proletária e a burguesa, e é fundamental deter-se na análise acerca do confronto entre estas duas ideologias. É importante notar que, após tal proposição leninista, o termo ideologia passa a ser colocado como referência a

qualquer posicionamento de classe, afastando-se assim, da conotação necessariamente pejorativa que tinha no pensamento marxiano.

Posteriormente, os escritos de Georg Lukács sobre a noção de 'reificação', representaram uma grande contribuição para o debate sobre a questão da ideologia. Segundo o autor, a fonte de distorção ideológica na sociedade burguesa é a percepção empírica que os trabalhadores têm da realidade em que vivem e trabalham. Tal distorção deve ser superada por uma "consciência possível", capaz de propiciar à classe operária o processo de totalização (Lukács, 1989: 313). A superação da ideologia burguesa comprometida com a coisificação, portanto, deveria se dar através do reconhecimento de que os objetos sociais não são coisas, mas relações entre homens. Devemos notar que da década de 1930 em diante, Lukács abandona alguns aspectos da concepção de ideologia adotada até então, passando a considerar – assim como já havia feito Lenin – as divergências bipolares desta noção.

Profundamente influenciada pelas concepções lukacsinas, a noção de ideologia em Karl Mannheim está intimamente ligada à questão da ciência, no bojo de sua empreitada de construção de uma sociologia do conhecimento. Em sua clássica obra "Ideologia e Utopia", de 1929, a argumentação acerca do conceito de ideologia leva em conta a necessidade de um reconhecimento mais efetivo da fecundidade da diversidade de ângulos para se alcançar uma visão mais abrangente da realidade. As ideologias são, de acordo com o autor (1986: 66), sempre conservadoras, expressando o interesse da classe dominante na estabilização da ordem. Importante ressaltar que, de acordo com a perspectiva de Mannheim, "está implícito na palavra ideologia a noção de que, em certas situações, o inconsciente coletivo de certos grupos obscurece a condição real da sociedade". Ainda que, por outro lado, a "utopia" seja o contraponto da ideologia conservadora, ambas tendem a uma certa unilateralidade, que deriva do fato de que o pensamento de todos os grupos emerge de suas condições de vida e se liga às circunstâncias daqueles que estão pensando.

Passemos agora a interpretação de alguns dos principais expoentes da Escola de Frankfurt sobre a ideologia, notadamente diferenciada em comparação a perspectiva de Mannheim. Max Horkheimer, por exemplo, argumentava que nas sociedades capitalistas os sujeitos, quaisquer que fossem suas posições de classe, não podiam se apoiar numa razão "transparente a si mesma", toda camada social pode apresentar uma consciência ideologicamente distorcida e corrompida (1983: 133). "Dialética do Esclarecimento", produzido em coautoria com Theodor Adorno, parte de uma crítica aprofundada do Iluminismo e ao seu corolário "espírito esclarecedor" que se manifesta no séc. XVIII, mas também vivamente na atualidade. A pretensão do pensamento "esclarecido" de identificar e fazer prevalecer a verdade sobre os mitos e os preconceitos, é segundo os autores (2006: 18) abusiva. De forma que em nome dessa "verdade" erigiu-se novos preconceitos e forjou-se novos mitos, que seriam signos da contradição, camuflados pela "ilusão de harmonia", por sua vez, caracterizando a forma dominante de ideologia na vida cultual, a "indústria cultural". Em obra posterior, Adorno (2001: 27) adverte ao fato de a falsidade da ideologia ser mais perigosa, na medida em que ela alimenta a pretensão de corresponder à realidade. Pretensão que se fortalece ao máximo quando o sujeito é induzido a crer que alcançou uma visão global satisfatória.

Herbert Marcuse partilhava a crítica de Adorno e Horkheimer ao totalitarismo e ao liberalismo, observando que a única "igualdade" que a sociedade oferecia aos indivíduos atomizados pela concorrência generalizada, era uma igualdade abstrata, que se realizava como desigualdade concreta (1982: 66). Assim se constituía sua noção de ideologia, que era acima de tudo "individualista", representada em uma conduta e um pensamento 'unidimensional' (ibid.: 32).

Assim como Marcuse, outro representante da Escola de Frankfurt, Walter Benjamin, procurou voltar sua produção teórica para intervir de maneira prática, nos movimentos políticos – embora, em grande medida, suas concepções se sustentassem em temas que apresentavam alto grau de abstração. De acordo com o autor (2008), a ação corruptora da ideologia sobre nossa consciência se dá por meio de uma história contínua, construída pela lógica do "sempre igual". As pessoas são, assim, induzidas a adotar critérios que implicam conveniência com uma certa percepção do tempo como algo linear, mecânico, homogêneo, anulador da subjetividade. Benjamin descreve, portanto, um verdadeiro sacrifício da "dimensão histórica" pela distorção ideológica do chamado "historicismo", em que as pessoas olham para o passado e são obrigadas a se identificarem com os vencedores. Afiliado de uma geração mais recente de pensadores frankfurtianos – e também, vale dizer, mais distanciadas

das concepções marxistas – Jürgen Habermas afirma, que a ideologia não precisaria mais se impor de cima pra baixo, pois funciona como se estivesse implícita na consciência da população despolitizada, não sendo assim, mais possível aplicar duas características fundamentais da teoria marxista, o conceito de luta de classes, e o próprio conceito de ideologia – ao menos não como em Marx ou no marxismo. Tal realidade, segundo o autor (1975: 45), se deve ao fato de que "a evolução do sistema social parece ser determinada pela lógica do progresso científico e técnico".

Profundamente marcado pela Revolução Russa, Mikhail Bakhtin afirmava que tudo que é ideológico é um signo, comportando sempre a seguinte ambivalência: reflete (fidelidade) ou refrata (distorção) a realidade. Sua questão frente à ideologia consiste, assim, em saber "como o signo reflete e refrata a realidade em transformação" (2004: 41). De acordo com o autor, há signos em diferentes domínios e representações, dentre as quais a próprias formulações científicas. Na condição de signos (ideológicos), constituem-se como sistema a partir de alguma forma de organização social, considerando que, o social precede o individual, e a complexidade do mundo interior de cada sujeito depende da complexidade da organização social. Dessa maneira, a consciência individual é formada a partir da superestrutura social. Produzindo no escopo dos estudos sobre a linguagem, Bakhtin sustentava que o caminho para a investigação da ideologia avançaria através do estudo de todas as formas de fala. Segundo ele, é no que os sujeitos falam, ou nos silêncios desta fala, que se processa a criação ininterrupta da ideologia (ibid.: 41).

Um último autor que consideramos importante referir é Louis Althusser. Claramente reassumindo o marxismo-leninismo, afirma que o que os homens representam para si mesmos na ideologia, nunca é o mundo tal como ele efetivamente existe, e sim, a marca nele da intervenção humana (1983: 81). Dessa forma, o homem representa a sua relação com as suas condições reais de existência, e é essa relação que está no centro de toda representação ideológica. Nas sociedades capitalistas, argumenta Althusser, as condições materiais de produção precisam ser reproduzidas, adequando-se a critérios destinados à promoção da aceitação da ideologia dominante. Tuas práticas são necessariamente operadas por um aparelho (repressor) de Estado, os 'aparelhos ideológicos de Estado'.

Existem, por outro lado, tendências das mais diversas áreas do conhecimento inclinadas a não tratar a ideologia como um insumo exclusivamente pronto a atender os interesses dos grupos sociais dominantes – sendo no interior das correntes marxistas ou não. Magalhães (2002: 7) aponta para o perigo de se tomar as ideias dominantes como as únicas possíveis, de maneira que a homogeneidade proposta por elas tornar-se-iam realidade. Esta perspectiva seria contrária ao postulado do materialismo histórico, uma vez que as ideias modelariam o real.

Entre os que costumam pensar a questão da ideologia de acordo com os parâmetros do que anteriormente foi aqui apresentado como seu "significado fraco", é comum considerá-la parte do todo social, onde o homem constrói e reconstrói significados para suas ações extrapolando, dessa maneira, a esfera de interesses de um único segmento da sociedade. Eagleton (1997: 19-20) rejeita a ideia de que toda ideologia seja opressora e legitimadora, acentuando a importância de que embora a ideologia seja recoberta por impulsos identificadores e homogeneizadores, ela é "marcada e desarticulada por seu caráter 'relacional', pelos interesses conflitantes entre os quais deve manobrar incessantemente" (ibid.: 194).

O mesmo autor adverte que compreender a ideologia tão somente como elemento de legitimação de um determinado poder político, resultaria em um recorte conceitual problemático. Considerando o poder tal como Foucault (2004), algo que não se restringe aos mecanismos oficiais/estatais, mas que é difuso, tecido como uma rede de forças penetrante e invisível, podendo ser encontrado em todo e qualquer tipo de relação humana, não haveria como reduzir o significado do termo ideologia às esferas de interesses políticos dominantes. Seria então, para Eagleton, perfeitamente possível atribuir à ideologia sentido no interior de disputas de poder difusas e que "estão em toda parte" – como sugere Foucault – reconhecendo, todavia, que tais querelas não possuem as mesmas influências e implicações nas esferas de maior pertinência estratégica, seja no âmbito econômico, político, cultural, dentre outros.

Alguns autores que adotam a ideia de "pós-modernidade" – citados a seguir – propõem um esvaziamento da acepção radical do pensamento ideológico, no sentido de que, nesta perspectiva, diversas premissas tradicionalmente ligadas ao marxismo são sistematicamente deixadas de lado. Sob esta ótica, Lyotard (1988), procura trabalhar as relações entre ideologia e produção de conhecimento científico, considerando

a reestruturação do campo intelectual ocorrida durante o atual momento histórico de enfraquecimento das possibilidades de ação das "grandes narrativas". Este quadro implicaria principalmente na diminuição da ideologização do saber institucionalizado.

Para Baudrillard (1995), a esfera cultural, ao tornar-se autônoma de toda e qualquer representação normativa de classe pertencente ao terreno do capitalismo, influencia e determina com seus signos toda a produção material da "pós-modernidade" – o que, no marxismo clássico, fica a cargo da ideologia. Há ainda teóricos como Jameson (1996), que delegam à cultura o elemento central na regulação da sociedade "pós-moderna". Tudo nesta sociedade, segundo Jameson, seria mediado pela cultura, de forma que mesmo as esferas políticas e ideológicas estariam primeiramente prefiguradas por pressupostos e interesses meramente culturais.

Tantas mais são as possibilidades de enquadramento teórico da ideologia. A seguir procuraremos apresentar algumas formulações teóricas que contribuem para uma percepção consistente da ação social prática da ciência, em seu vínculo íntimo com o fenômeno ideológico.

5. Ciência e Ideologia – considerações gerais

Conforme é possível perceber com base no que foi dito até aqui, seja a partir de qual for a corrente teórica ou linha epistemológica, é possível se apropriar, interpretar e trabalhar a relação entre ciência e ideologia de inúmeras maneiras. E mesmo no interior de uma tradição de pensamento pautada na obra de um mesmo autor, como é o caso do marxismo, por exemplo, não é possível encontrar homogeneidade no trato desta questão. Todavia, a extensa e diversificada literatura disponível sobre o assunto, na grande maioria das vezes ao longo da história, não tem negligenciado a profunda associação entre estas duas noções, de maneira que, não faria nem mesmo sentido pensar a prática científica e seus produtos apartados da ideologia. Neste itinerário, Benjamin (2008) argumenta que a própria noção de "progresso" e também de "desenvolvimento", corolários da ciência moderna, são em última análise, ideológicas, pois na realidade, a história longe de ser linear e homogênea, se baseia no incompleto e no inacabado.

À crítica benjaminiana ora referida não estaria distante, assim, da percepção de seu colega frankfurtiano Habermas (1975: 45) quando afirma que, "a evolução do sistema social parece ser determinada pela lógica do progresso científico e técnico". Legitimada por essa premissa ideológica, a ciência passa, por consequência, a não se dispor mais à reflexão crítica sobre si mesma, nem tampouco, está sujeita á crítica advinda de setores externos à sua própria esfera de atuação.

Antonio Gramsci é mais um que aponta para a impossibilidade de contraposição entre ideologia e ciência, também determinada e localizada historicamente e sendo assim, não podendo pretender-se acima das marcas que o fluxo da história imprime. A ciência, considerada pelo pensador como parte da "superestrutura", realiza seus avanços e conquistas inserida no que ele chama de campo das "ideologias historicamente orgânicas", aonde são construídos os critérios de objetividade que a permite criar representações da realidade reconhecidas por todos, independente de qualquer ponto de vista e particularidades de classes ou frações de classes. (2001: 1456-1457).

As perspectivas elencadas até aqui dão conta, em última análise, de um enquadramento inevitavelmente valorativo da ação científica, que pode pender para diferentes direções e se referir a distintos interesses na trama do social, de abrangência particular, coletiva, institucional, dentre outras. É neste sentido que a postura de Mannheim acerca do debate sobre a relação ideologia-ciência pode contribuir para uma percepção mais clara quanto aos seus entrelaçamentos e consequentes desdobramentos. Mannheim (1986: 104) chama atenção para a necessidade de reconhecer a inevitável presença de "valores" na perspectiva científica – um reconhecimento crítico, a saber. Propõe-se nestes termos, um novo tipo de objetividade científica, não mais sustentada na exclusão de valorizações, mas na percepção e no controle crítico destas[2].

---

2 É preciso advertir, contudo, que num primeiro momento do pensamento do sociólogo húngaro, ideologia e ciência eram essencialmente antagônicos, de forma que, atribuía-se o fenômeno da ideologia aos que se "equivocaram" em contrapor-se ao conhecimento científico, portanto, verdadeiro. Já num momento posterior, há o reconhecimento de que as distorções ideológicas derivavam das condições sociais e atingiam a toda sociedade.

A questão da objetividade e da neutralidade continua a ser ainda hoje de extrema relevância no que tange ao entendimento das possibilidades de efeitos práticos na sociedade da presença da ideologia, não como mera formulação teórica, mas como vetor condicionante do processo científico. Para corroborar esta constatação, basta recordarmos Merton ao ressaltar que, embora o *ethos* da ciência se tratasse de uma idealização quase nunca verificável concretamente em todas as suas premissas, não impossibilitaria apropriações ideológicas que buscam reforçar a imagem neutral da atividade científica, tal como é possível verificar até os dias atuais. Se levarmos em conta, por exemplo, o interesse no estabelecimento ou manutenção de uma determinada conjuntura de relações de poder, diretamente interdependente do que se produz no âmbito científico, é razoável supor que tais asserções de autonomia e desvinculação se põem como efetivos mecanismos ideológicos.

Partindo de enunciações similares, outras concepções teóricas e correntes de pensamento sustentam que esta representação universalista da ciência cumpre funções ideológicas específicas, como por exemplo, de uma superestrutura alienante que está a serviço do capital. Este é um dos fundamentos elementares da perspectiva situacionista – só pra citar um exemplo – que vê o "conhecimento espetacularmente concentrado nas mãos do poder" (Rothe, 1979: 81).

É preciso ressaltar, enfim, que tanto a literatura acadêmica quanto as possibilidades de exemplificação prática que abarcam a relação ciência-ideologia, são extremamente vastas. Contudo, as referências apresentadas aqui, longe de pretenderem esgotar a complexidade e multiplicidade desta intrínseca associação, objetivam essencialmente sustentar o argumento fundamental de que a análise e a reflexão crítica acerca dos componentes deste binômio não devem dissociá-los, sob pena de estar reproduzindo formulações assimétricas/valorativas, inerentes aos próprios pressupostos ideológicos implicados.

Bibliografia

ADORNO, T. (2001), *Prismas*, São Paulo, Ática.

ALTHUSSER, L. (1983), *Aparelhos Ideológicos de Estado*, Rio de Janeiro, Graal.

BACON, F. (1982), *"Novum organum"*, São Paulo, Nova Cultural.

BAKHTIN, M. (2004), *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*, São Paulo, Hucitec.

BAUDRILLARD, J. (1995), *A Sociedade de Consumo*, Lisboa, Edições 70.

BAUMGARTEN, M. (2008), *Conhecimento e Sustentabilidade. Políticas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil Contemporâneo*, Porto Alegre, Editora da UFRGS/Editora Sulina.

BENJAMIN, W. (2008), *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*, Brasília, Ed. Brasiliense.

BOURDIEU, P. (1983), "O Campo Científico". In R. Ortiz (org.), *Pierre Bourdieu: Sociologia*, São Paulo, Ática.

CARROL, N. (1997), *The Philosophy of Mass Art*, Oxford, Clarendon Press.

CHAUÍ, M. (1980), *O que é ideologia?* São Paulo, Ed. Brasiliense.

CHRÉTIEN, C. (1994), *A Ciência em Ação: mitos e limites*, Campinas, Papirus.

DESCARTES, R. (1980). *Discurso do Método*, Lisboa, Sá da Costa Editora.

EAGLETON, T. (1997), *Ideologia. Uma Introdução*, São Paulo, UNESP/Boitempo.

FLECK, L. (2010), *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*, Belo Horizonte, Fabrefactum.

FOUCAULT, M. (2004), *Vigiar e punir*, Petrópolis, Vozes.

HABERMAS, J. (1975), "Técnica e ciência enquanto ideologia". In Os Pensadores XLVIII, *Escola de Frankfurt*, São Paulo, Abril Cultural.

HOCHMAN, G. (1994), "A ciência entre a comunidade e o mercado: leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina". In G. Hochman, V. Portocarrero (eds.), *Filosofia, história e sociologia das ciências: abordagens contemporâneas*, Rio de Janeiro, Fiocruz, pp. 199-232.

HORKHEIMER, M. (1983), "Teoria Tradicional e Teoria Crítica". In Coleção Os Pensadores, Vo. XLVIII, *Textos escolhidos*, São Paulo, Abril Cultural.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. (2006), *A Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

JAMESON, F. (1996), *Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio*, São Paulo, Ática.

JAPIASSU, H. (1982), *Nascimento e morte das ciências humanas*, Rio de Janeiro, Francisco Alves.

KUHN, T. (1975), *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, São Paulo, Brasiliense.

LATOUR, B. (1994), *Jamais Fomos Modernos*, São Paulo, Editora 34.

LENIN, V. (2007), *O Imperialismo. Fase superior do capitalismo*, Brasília, Nova Palavra.

LÉVY-LEBLOND, J. (1973), *La ideologia de en la fisica contemporanea y otros ensayos críticos*, Anagrama.

LUKÁCS, G. (1989), *História e Consciência de Classe*, Rio de Janeiro, Elfos.

LYOTARD, J. (1988), *O Pós-moderno*, Rio de Janeiro, José Olympio.

MAGALHÃES, L. (2002), "O Conceito de Ideologia". Disponível em http://www.fanorpi.com.br/web/atividades/artigos/Ideologia.doc, [consultado em 08-08- 2014].

MANNHEIM, K. (1986), *Ideologia e Utopia*, Rio de Janeiro, Guanabara.

MARCUSE, H. (1982), *A ideologia da sociedade industrial*, Rio de Janeiro, Zahar.

MERTON, R. (1973), *The Sociology of Science: theoretical and empirical investigations*, Chicago, University Press.

MÉSZÁROS, I. (2004), *O Poder da Ideologia*, São Paulo, Boitempo Editorial.

ROSSI, P. (2001), *O nascimento da ciência moderna na Europa*, Bauru, EDUSC.

SANTOS, B. (1989), *Introdução a uma ciência pós-moderna*, Rio de Janeiro, Graal.

THOMPSON, J. (1995), *Ideologia e cultura moderna – Teoria crítica na era dos meios de comunicação de massa*, São Paulo, Vozes.

Importância da pesquisa pública no Brasil: um estudo de caso sobre biotecnologia

Drª Sara Gonçalves Antunes de Souza [1] (Antunes-Souza)
saraunimontes@gmail.com

Resumo: Este estudo sobre biotecnologia, destaca o papel da pesquisa pública que ocorre nas universidades brasileiras. Para tanto, pesquisou-se sobre a relação Universidade-Empresa(U-E) no Brasil visando desenvolver uma comparação com outros estudos que destacam a importância da pesquisa pública para empresas de biotecnologia. Essas empresas são relevantes para o desenvolvimento brasileiro, por serem capazes de gerar produtos de maior valor agregado. Através dos dados do Diretório de Grupos de Pesquisa-CNPq, identificou-se os grupos que interagem com empresas visando identificar como tem ocorrido a transferência de conhecimento público e a interação com as empresas. Conclui-se que as empresas têm na universidade pública(foco desse estudo) uma forma de complementar o desenvolvimento do seu P&D.

Palavras-chave: Pesquisa Pública, Universidade-Empresa, Biotecnologia, inovação

Abstract: This study on biotechnology, emphasizes the University-Enterprise (U-E) relationship in Brazil. We sought to develop a comparison with other studies that highlight the importance of public research to biotech companies. These companies are relevant to the development of Brazil, because its able to produce products with higher added value. Using data from the Directory of Research Groups-CNPq, identified the groups that interact with companies to identify how the transfer has been public knowledge and interaction with businesses. It follows that companies have university a way to supplement the development of their R & D.

Keywords: Pubic Research, University-Enterprise, Biotechnology, Innovation,

1. Introdução

O presente artigo apresenta um estudo sobre biotecnologia enfatizando a relação Universidade-Empresa (U-E). A motivação para este trabalho está na comparação com outros estudos que destacam a importância da pesquisa pública para as indústrias em países desenvolvidos (Jaffé,1989; Cohen, Nelson e Walsh, 2002), em países em desenvolvimento (Eun; Lee; Wu, 2006; Póvoa, 2008; Rapini et al. 2009)) e também, especificamente, para a indústria de biotecnologia (Mazzoleni e Nelson, 2007; Mowery e Sampat, 2005).
As universidades contribuem para disseminar conhecimento. Contudo, em áreas intrinsecamente ligadas à ciência, como é o caso da biotecnologia, sua participação faz-se ainda mais relevante, o que justifica estudos como este. Outros trabalhos (Souza, 2001, 2012) consideram que a biotecnologia pode contribuir para o processo de desenvolvimento do sistema de inovação[2] brasileiro (muito vinculado a produtos de baixa intensidade tecnológica), por contar com 'massa crítica', pesquisas relevantes no país (inclusive com reconhecimento mundial); e a possibilidade da indústria gerar uma gama de produtos que atenda da saúde humana à agricultura, ampliando assim a chance de ganho econômico e social. A metodologia usada foi uma análise quantitativa das

---

1 Doutora em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ e Mestre em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

2 De acordo com Nelson (1993), o Sistema Nacional de Inovação (SNI), apresenta-se como um arranjo institucional que impulsiona a endogenização do progresso técnico pelos países. De acordo com Albuquerque (1997), o Brasil possui um sistema imaturo, ainda não consegui desenvolver uma capacidade científica que seja capaz de retroalimentar o desenvolvimento tecnológico.

relações entre universidade pública e as empresas, a partir de dados obtidos no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.
Diante das diversas aplicações e áreas que a biotecnologia pode atuar, optou-se pelas linhas de pesquisa sobre a 'biotecnologia moderna' e a 'biotecnologia aplicada ao desenvolvimento de biocombustíveis'. Tal escolha foi definida com base em estudos que destacam a relevância destas para a economia brasileira e também pelos incentivos do governo federal para o desenvolvimento de ambas (SOUZA,2012).
Dentre as considerações finais, deve-se destacar que relação U-E em países como o Brasil (uma economia em desenvolvimento) apresenta um caráter ainda mais amplo do que observado nas pesquisas em países desenvolvidos. De fato, para as empresas mais que fornecer profissionais qualificados, as universidades são fonte de informação para as atividades inovativas. Neste aspecto, como o foco do estudo é a biotecnologia, os dados obtidos na pesquisa realizada, coincidem com o que foi apresentado na literatura. A empresa de fato tem na universidade uma forma de complementar o desenvolvimento do seu P&D. Além desta introdução e das considerações finais este artigo foi organizado em três seções: a primeira trata do suporte teórico e apresenta o foco do estudo - a biotecnologia; em seguida; destaca-se a metodologia utilizada e por fim, e a análise dos dados.

2. Relação universidade-empresa: Suporte teórico

Os contatos e a interação entre ciência e indústria não são recentes, já eram importantes na revolução industrial. Porém, de acordo com Freeman e Soete (1997), eram espasmódicos, indiretos e não sistemáticos. Paulatinamente, o 'conhecimento' que antes estava nas 'oficinas' foi transferido para os 'laboratórios de P&D[3]'. Mas, com o tempo essa relação foi se tornando cada vez mais intrínseca e complexa, afetando diretamente as empresas e seus produtos. Para a Teoria Evolucionária, as firmas estão envoltas em um processo dinâmico de crescimento e de mudança tecnológica. Nesse processo, a inovação assume papel crucial ao desencadear mudanças e afetar a trajetória ou o paradigma[4]. Assim, aqueles que dominam uma tecnologia, de acordo com os neo-schumpeterianos, têm mais condições de desenvolver aperfeiçoamentos e se manter como produtor diferenciado. Isto ocorre não apenas no âmbito das firmas, mas também em relação aos países. As possibilidades e formas de transferência do conhecimento gerado nas universidades para as empresas e sociedade, de modo geral, têm cada vez mais se tornado um tema presente na literatura.
A partir da observação dos artigos citados em patentes da indústria dos EUA, Narin; Hamilton; Olivastro (1997), destacam a relevância da pesquisa pública, detectando que 73% dos artigos citados eram ligados a essas pesquisas. McMillan; Narin; Deeds (2000), visando identificar a relação entre indústria e a produção de ciência pública, especificamente, em relação à indústria da biotecnologia, também encontraram uma relação estreita entre ambas. Contudo, concluíram que tais empresas dependem da pesquisa pública de forma *ainda mais intensa* que as demais. Assim, afirmam que investimentos na pesquisa pública voltada para a biotecnologia são estratégicos, porque há potencial de aplicação em distintas áreas.
Analisando as pesquisas feitas considerando países em desenvolvimento, em relação à América Latina são encontrados mais desafios. De fato, segundo Brisolla et al. (1997), na década de 1990, houve no Brasil a redução da atuação das principais parceiras das universidades, as empresas públicas[5], em função do processo de privatização. Dados do Relatório da Unesco sobre Ciência (2010), indicam que 63% dos pesquisadores no Brasil estão atuando na academia. Esta concentração de profissionais nas academias também é detectada

3 Pesquisa & Desenvolvimento

4 Para Nelson e Winter (1982) trata-se de uma "trajetória natural"; enquanto Dosi (1982) denomina "paradigma tecnológico" ou "paradigma tecno-econômico", segundo Freeman e Perez (1986).

5 "Nos países onde a base industrial é fraca o principal mecanismo de conversão das demandas mais sofisticadas em direção às capacidades científicas e técnicas foi realizado através da demanda do setor público". (Sutz, 2000 Apud Rapini, 2004,55)

para a biotecnologia, como observado com mais profundidade, em pesquisa realizada em 2005 com egressos de cursos de doutorado e mestrado de universidades federais em Minas Gerais (formados em áreas afins à biotecnologia), 45% estavam empregados no setor público enquanto apenas 18% no setor privado. (SOUZA e MENDES, 2005)

Arocena e Sutz (2005) afirmam que em relação à América Latina, as universidades são *socialmente solitárias*. Ficam isoladas com seus conhecimentos, pois há fraca relação universidade-empresa (U-E). Por esta última ser pouco inovadora, a demanda por conhecimento desenvolvido pela primeira é baixa tanto na quantidade, quanto na qualidade. Situação oposta é observada pelos autores nas economias desenvolvidas, onde há alta intensidade nas relações U-E (para os autores esta é a '*universidade empresarial e conectada'*). Quando existe relação U-E, no caso das economias periféricas, as empresas raramente demandam resultados das pesquisas científicas das universidades, ao contrário, buscam insumos acadêmicos menos complexos, como forma de se adaptar ou decodificar tecnologias já existentes, ou seja, são mais procuradas como 'aplicadoras' do conhecimento anteriormente adquirido do que geradora deste. Assim, segundo esses autores, o perfil das universidades nas economias periféricas é de '*universidade isolada e consultora'*.

Sobre o Brasil especificamente, Albuquerque; Silva; Póvoa (2005) afirmam que há "conexões parciais" entre a infraestrutura científica e as atividades tecnológicas, mapeando dados sobre atividade inovativa (P&D - interno e externo às firmas) e a importância de universidades e institutos de pesquisa como fonte de informação para as empresas. Sugerem que as empresas ao realizarem investimentos em P&D, aumentam sua capacidade de absorção de conhecimento e, desta forma, valorizam mais as universidades como fonte de informação (ALBUQUERQUE; SILVA; PÓVOA, 2005, p. 6). Concluem que tais organizações desempenham um 'duplo papel', o que é corroborado por outros autores como Póvoa (2008) e Rapini et al.(2009). Estes últimos concluem que o papel das universidades e institutos de pesquisa é bem mais amplo em países em desenvolvimento do que sugerem outros estudos. Além de contribuírem para a capacidade de absorção de tecnologia, as pesquisas desenvolvidas no meio acadêmico atuam como um 'instrumento de focalização'. As universidades e os institutos de pesquisa atuam tanto *complementando* o P&D das empresas, quanto *substituindo* o mesmo. Estes dados evidenciam novas posturas assumidas pelas universidades, perante um ambiente de baixa capacidade inovativa, por parte das empresas, as universidades públicas acabam assumindo também este papel.

2.1 Biotecnologia e a relação U-E

O Brasil, cujo sistema de inovação ainda não é desenvolvido, deve estar atento às áreas inovativas, visando uma aproximação da fronteira tecnológica, ou pelo menos, acompanhar o que os países centrais têm desenvolvido. A biotecnologia está intrinsecamente ligada à ciência. Logo, a relação entre U-E é frequente em seu desenvolvimento e, em grande parte dos casos, no surgimento das pequenas empresas de base tecnológica. A escolha da biotecnologia como foco deste estudo ocorreu, principalmente, em função da competência e estrutura que foram construídas, em longa trajetória no Brasil, por diversos atores como as universidades, institutos públicos de pesquisa, empresas de base tecnológica, o governo, entre outros. Apesar da relação quase 'congênita', entre empresas de biotecnologia e as universidades, em um contexto periférico essa é ainda mais relevante. No caso do Brasil, merece destaque a atuação das universidades públicas, inclusive porque a primeira empresa brasileira de biotecnologia surgiu de um *spin-off* na UFMG, que foi a Biobrás (SOUZA, 2001).

Além de sua crescente importância no contexto internacional, no Brasil, a biotecnologia integra a base produtiva de diversos setores da economia e o mercado de produtos biotecnológicos atinge a ordem de 2,8 por cento do PIB, de acordo com Assad e Aucélio (2004). Dados mostram que sua participação também tem crescido em número de empresas, grupos de pesquisa e patentes. Vários trabalhos (Souza, 2001, 2012; Silveira et al. 2002 , Assad e Aucélio, 2004; Fonseca, 2009, Biominas, 2009, entre outros), têm afirmado que há potencial para o Brasil em relação à biotecnologia. Diante das diversas aplicações e áreas que a biotecnologia pode atuar, optou-se nesse artigo por compreender o papel das universidades que possuem linhas de pesquisa sobre a 'biotecnologia moderna' e a 'biotecnologia aplicada ao desenvolvimento de biocombustíveis'. Esta escolha foi definida com base em estudos que destacam a relevância destas para a economia brasileira e

também pelos incentivos do governo federal para o desenvolvimento de ambas (ver Souza, 2012). Considera-se relevante o foco nestas linhas, pois a biotecnologia moderna pode gerar vários produtos e/ou processos, com uma ampla atuação; por outro lado, as pesquisas que utilizam biotecnologia para desenvolver produtos e processos voltados para biocombustíveis, podem criar novas possibilidades de combustíveis, melhorar os que existem, mas principalmente, auxiliar na substituição dos recursos não renováveis e influenciar na questão ambiental tão em voga. Assim, ao estudar a relação U-E em biotecnologia, pode-se compreender melhor os seus gargalos e destacar as oportunidades. Afinal, é importante e necessário, para o país, investir em áreas inovativas, como forma de tentar romper com o ciclo de dependência da importação de produtos e processos de maior conteúdo tecnológico. Depois de discutir sobre as bases teóricas e a linha desse estudo, apresenta-se a seguir a metodologia utilizada.

3 Metodologia

Além do levantamento bibliográfico, que norteou as questões discutidas anteriormente, obteve-se dados quantitativos a partir da Plataforma Lattes, especificamente, do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq (DPG-CNPq)[6], visando destacar as interações que ocorrem entre os grupos de pesquisa das universidades públicas e as empresas. A princípio os grupos foram selecionados no *Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq* com base em uma lista com termos técnicos tanto para 'biotecnologia moderna', quanto para a biotecnologia voltada para 'biocombustíveis'.

Contudo, antes de iniciar a pesquisa nos bancos de dados, a primeira ação tomada foi a elaboração de uma lista com termos biotecnológicos que abordassem as linhas escolhidas neste estudo ("biocombustíveis" e a "moderna biotecnologia"), como discutido anteriormente. Este procedimento auxilia a pesquisa de artigos, linhas de pesquisa, patentes, pois são termos referentes a processos e métodos que podem ser utilizados na biotecnologia (Pode-se encontrar em esta metodologia em outros estudos como Pereira Neto, 2010 e Oliveira et al. 2010). A lista norteou a pesquisa e foi elaborada a partir de um levantamento inicial destes termos em outros trabalhos (Borém e Santos, 2008; Fonseca, 2009; Judice e Vedovello, 2008; Saviotti, 2009; OCDE, 2009) e também via consulta ao 'Glossário de Biotecnologia' (Borém; Vieira; Colli, 2009). Em seguida, contou-se com a colaboração de dois doutores[7], especialistas em biotecnologia, que elencaram outros termos relativos às linhas escolhidas e verificaram os já selecionados, resultando na lista de termos final que foi utilizada, como pode ser vista em Anexo 1.

A pesquisa foi realizada no próprio *site* do CNPq[8], através de consultas *on line*, a partir do CENSO[9] 2010. A procura por estes dados foi feita via 'Busca Textual', através das linhas de pesquisa, com o uso dos termos da lista previamente organizada para este estudo. Utilizou-se a 'Busca Orientada' e o uso do filtro para 'árvore do conhecimento', especificando "setor" como "Produtos e Processos Biotecnológicos" para chegar aos grupos de pesquisa foco deste estudo. O uso deste filtro é muito relevante. Esta escolha visa detectar os grupos que estejam atuando de maneira mais específica com biotecnologia. Quando a busca é feita apenas com o termo para determinada linha de pesquisa, como por exemplo, 'biocombustíveis', o número de grupos selecionados

---

6 Trata-se de uma base de dados sobre os grupos de pesquisa em atividade no país, que também mantêm uma base corrente, cujos dados são continuamente atualizados. Este banco é 'alimentado' através da participação de um conjunto de atores: os líderes dos grupos, os representantes das instituições de pesquisa, os pesquisadores e estudantes que participam destes grupos. Estas e outras informações podem ser obtidas na página do CNPq. http://dgp.cnpq.br/diretorioc/html/infogeral/index.html.

7 São eles especialistas em biotecnologia, os professores doutores Dario Alves de Oliveira e Leonardo Monteiro Ribeiro, a quem agradeço a grande colaboração.

8 www.cnpq.br

9 São as bases censitárias do CNPq. Extraídas periodicamente (bianualmente), são como 'fotografias' que retratam a pesquisa no Brasil. (www.cnpq.br/gpesq/aprsentacao.htm).

é de 127 (considerando o censo 2010), mas quando a mesma busca é feita utilizando o filtro, este montante cai para 30 grupos. Desta forma, justifica-se a utilização do filtro porque a diferença é muito expressiva, o que pode indicar que os grupos selecionados com o uso do filtro sejam mais dedicados ao estudo da biotecnologia (quer seja através de suas pesquisas de forma isolada, ou com relação às interações com outros atores, como empresas e institutos de pesquisa). Deve-se lembrar que não se trata de uma classificação efetuada pelo CNPq, como exposto anteriormente, todas as informações são inseridas voluntariamente, pelos líderes e pesquisadores[10].

Através dos Censos, pode-se observar uma série de informações sobre recursos humanos do grupo (pesquisadores, estudantes, técnicos), o grau de especialização destes (doutorado, mestrado e graduação), sobre as linhas de pesquisa e a produção científica (artigos nacionais e internacionais, livros entre outros), produção técnica (patentes, processo ou técnica, trabalhos técnicos entre outros), além da orientação de teses, dissertações e monografias. Como os dados utilizados se referem ao Censo 2010, todas as informações obtidas para a construção do banco de dados da pesquisa são relativas ao período, entre 2007 e 2010. Após a seleção com base no Censo 2010, foram excluídos deste banco de dados os grupos referentes a instituições de pesquisa e universidades privadas, que não fazem parte do foco deste estudo. Em seguida, os grupos referentes as universidades públicas foram lançados na Base Corrente[11] (também no DPG-CNPq) para identificar quais possuíam algum tipo de relação com o setor produtivo. A pesquisa foi feita entre os meses de maio a julho de 2011. Assim, os grupos foram separados entre os que possuem algum tipo de relação com setor produtivo, ou seja, 'interagem' com empresas, dos grupos que não possuem tal relação ('não interagem'). A pesquisa de campo foi feita por meio de questionário.. O objetivo era pesquisar somente os grupos que possuíssem algum tipo de relação com empresas, solicitando que os líderes respondessem.

4. Análise dos dados sobre a relação U-E

A pesquisa feita através do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq- DPG-CNPq demonstrou que os grupos de pesquisa sobre biotecnologia têm expandido ao longo desta década 2000. Para este estudo a seleção dos grupos ocorreu a partir de duas linhas: 'Biotecnologia Moderna' e 'Biocombustíveis'. Inicialmente, foram observados 229 grupos para ''Biocombustíveis'. Mas ao conferir na Base Corrente[12], identificou-se que havia dupla contagem (um grupo pode utilizar mais de um termo em suas linhas de pesquisa) e grupos de universidades privadas, restando ao final 126 grupos de universidades públicas. Destes 36% possuíam relação com o setor produtivo. A seleção para 'Biotecnologia Moderna' procedeu da mesma forma. A primeira busca resultou em 320 grupos, após retirar os excessos feito o mesmo procedimento citado acima, identificou-se 181 grupos de 'biotecnologia moderna', destes 41% informavam que havia interação com o setor produtivo.

---

10 Exatamente por serem de responsabilidade dos pesquisadores, pode-se pensar que haja grupos que destacam atuarem em determinadas linhas visando auferir algum tipo de vantagem, quer seja para obter bolsas ou recursos do governo, por exemplo. Mas, mesmo que esta atitude esteja presente na amostra desta pesquisa, acredita-se que ela não seja tão expressiva, uma vez que há mecanismos de controle institucionais aos quais os grupos são submetidos. Eles estão vinculados às instituições de ensino e pesquisa, que são avaliadas por uma série de critérios como produção científica. Logo, espera-se que seja feito um acompanhamento da produção e desempenho do grupo internamente, em seu departamento ou centro. Também externamente podem ser inquiridos, no contato com empresas, sendo preciso demonstrar conhecimento do tema ou ao obter recursos do governo, sendo obrigados ao final da pesquisa entregar relatórios ou publicações. Desta forma, optou-se neste estudo por considerar que as informações fornecidas pelos grupos refletem se não de forma perfeita, mas mais próxima o possível, a realidade vivida por eles, bem como, suas linhas de atuação.

11 Diferentemente do Censo, que é como uma 'fotografia' dos dados, a Base Corrente apresenta os dados atuais sobre os grupos de pesquisa e é atualizada diariamente.

12 Deve-se destacar que como a Base Corrente pode ser alterada a qualquer momento, as interações podem não ser mais as mesmas que as encontradas entre junho e setembro de 2011, período da pesquisa no site.

4.1 Grupos que interagem com o setor produtivo – Biocombustíveis

Os dados sobre a relação grupos de 'biocombustíveis' com o setor produtivo indicam que havia 103 empresas[13] interagindo com 45 grupos de pesquisa, vinculados a 29 universidades públicas. A maioria dos grupos de pesquisa está relacionada à região sudeste (40%), como pode ser analisado na Tab 1. Dessa região, São Paulo apresenta o maior número dos grupos que interagem com empresas (16%).

Tabela 1

Grupos de biocombustíveis que Interagem com empresas por região -Censo 2010

Biocombustíveis - Grupos por região	%
Sudeste	40
Nordeste	31
Sul	18
Centro-Oeste	7
Norte	4
Total	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos no site do CNPq (www.cnpq.br).

Contudo, quando são observadas as relações por universidade, a UFRJ foi a que apresentou maior número de grupos de pesquisa (9%), seguida pelas UFC e UFPE (ambas com 7%). A maioria das universidades (58%) apresenta entre um e dois grupos que interagem com o setor produtivo, sendo que grande parte destas cita apenas um grupo (38%). Conclui-se que apesar de São Paulo participar com mais universidades, seus grupos não estão concentrados em apenas uma instituição (Ver Tab 2). Por outro lado, o maior número de empresas por universidade foi encontrado na UFPE e a UFPR (10% cada uma). A UFMG e a UFC (com 7% cada uma) e a UFRN (6%) também são destaque. Em grande parte das universidades pesquisadas consta apenas uma cooperação com setor produtivo (28%).

13 Estão sendo consideradas 103 empresas, mas pode haver interação entre a mesma empresa e mais de um grupo. Também são poucos casos. Logo, podem ser menos empresas, mas há 103 interações com as 29 universidades e seus respectivos grupos. Somente para facilitar o texto, continuará sendo destacado como 'empresas'.

Tabela 2

Grupos de biocombustíveis por UF, Quantidade de Grupos e Nº de Empresas por Universidade- Censo 2010

UF	Grupos por UF	%	Univer.	Qtde Grupos por Univ.	%	Universidades	Nº Emp por Univ.	%
SP	7	15,56	UFRJ	4	8,88	**UFPR**	**10**	**22,22**
RJ	6	13,33	UFC	3	6,66	**UFPE**	**10**	**22,22**
MG	5	11,11	UFPE	3	6,66	**UFMG**	**7**	**15,56**
PR	5	11,11	UENF	2	4,44	**UFC**	**7**	**15,56**
PE	4	8,88	UFMG	2	4,44	**UFRN**	**6**	**13,33**
CE	3	6,67	UFPB	2	4,44	**UNB**	**5**	**11,11**
RS	3	6,67	UFPR	2	4,44	**UFRJ**	**5**	**11,11**
PB	2	4,44	UFRGS	2	4,44	**UENF**	**5**	**11,11**
RN	2	4,44	UFRN	2	4,44	**FURG**	**5**	**11,11**
BA	1	2,22	UFSCAR	2	4,44	**UTFPR**	**4**	**8,88**
DF	1	2,22	UNESP	2	4,44	**UFV**	**4**	**8,88**
GO	1	2,22	UTFPR	2	4,44	**UFGD**	**4**	**8,88**
MA	1	2,22	FURG	1	2,22	**UEL**	**4**	**8,88**
MS	1	2,22	IFSP	1	2,22	**UFSCAR**	**3**	**6,66**
PB	1	2,22	UEL	1	2,22	**UFRGS**	**3**	**6,66**
RR	1	2,22	UFBA	1	2,22	**UFPB**	**3**	**6,66**
SE	1	2,22	UFCG	1	2,22	**UNICAMP**	**2**	**4,44**
Total	45	100	UFG	1	2,22	**UNESP**	**2**	**4,44**
			UFGD	1	2,22	**UFLA**	**2**	**4,44**
			UFJF	1	2,22	**UFG**	**2**	**4,44**
			UFLA	1	2,22	**IFSP**	**2**	**4,44**
			UFMA	1	2,22	**USP**	**1**	**2,22**
			UFRPE	1	2,22	**UFS**	**1**	**2,22**
			UFRR	1	2,22	**UFRR**	**1**	**2,22**
			UFS	1	2,22	**UFRPE**	**1**	**2,22**
			UFV	1	2,22	**UFMA**	**1**	**2,22**
			UNB	1	2,22	**UFJF**	**1**	**2,22**
			UNICAMP	1	2,22	**UFCG**	**1**	**2,22**
			USP	1	2,22	**UFBA**	**1**	**2,22**
			Total	45	100	**Total**		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos no site do CNPq (www.cnpq.br).

Observou-se que a maioria das relações ocorre entre universidades e empresas que estão localizadas na mesma unidade federativa. Porém, em 40% há interação destes grupos com empresas sediadas em outros estados, como destacado na Tab 3, sendo a UNB, UFPE e UFRJ as que mantêm vínculos com empresas sediadas em mais de três Estados, fora as cooperações com empresas do mesmo Estado onde estão as próprias universidades.

Tabela 3

Relação U-E: Localização das Empresas por UF Grupos de biocombustíveis- Censo 2010

Região da Universidade	UF das Empresas/ Qtde	%
Sudeste	**9**	**21,95**
UFJF UFLA UFMG UFRJ UFSCAR UNICAMP	RJ(1) RS(1) RJ(1) MG (2), SP(1), ES(1) PR(1) RJ(1)	
Nordeste	**11**	**26,83**
UFC UFCG UFPB UFPE UFS	BA(1), RJ(1) DF(1) PE(1) PB (3), BA(1), PR(1), SP (1) CE(1)	
Norte	**1**	2,43
UFRR	DF(1)	
Sul	**11**	26,83
FURG UFRGS UEL UFPR	BA(1), SP(1) SC(1) SP(1), DF(1) SP(5), MG(1)	
Centro Oeste	**9**	21,95
UFG UFGD UNB	PE(1) SP (4) SP (2), MG(1), PR(1)	
Total Coop. c/ empresa fora da UF Univer.	**41**	**100**
Total de todas as interações dentro e fora UF das Universidades	**103**	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos no site do CNPq (www.cnpq.br).

Analisando os dados sobre as empresas que fazem parte destas relações, observou-se que a maioria atua no segmento terciário (40%). Em relação à natureza jurídica, conforme Tab 4, 'Sociedade Empresária Limitada'(39%) e 'Sociedade Anônima Fechada'(21%) foram as mais encontradas. Com relação aos setores de atividade econômica foram encontrados acima de 90 tipos com mais de 130 citações. Há mais denominações de segmento que número de empresas, porque podem ser citados, no banco de dados do DGP- CNPq, até três atividades econômicas por empresa[14]. '*Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e*

14 Não se encontra no DGP-CNPq uma forma de identificar qual dos setores de atividade citados seja o mais relevante.

naturais' foi o mais observado com 9%, seguido de '*Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente'*, 3%. Também se observa '*Fabricação de Biocombustíveis',* com 2%, '*Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais',* com 1,5% e '*Fabricação de álcool'*, com 0,74%.

Tabela 4

Segmento Econômico e Natureza Jurídica Grupos de biocombustíveis Censo 2010

Segmento Econômico	Qtde Empresas	%	Natureza Jurídica	Qtde Emp	%
Primário	30	29,13	Sociedade Empresária Limitada	40	38,83
Secundário	18	17,48	Sociedade Anônima Fechada	22	21,36
Terciário	41	39,81	Sociedade Anônima Aberta	9	8,73
Não Informado	14	13,59	Demais tipos de natureza jur.	32	31,07
Total	103	100	**Total**	103	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos no site do CNPq (www.cnpq.br).

Sobre o tipo de relação predominante entre U-E (como apresentado na Tab 5), da mesma forma que as atividades econômicas, pode haver mais de uma observação por grupo. Foram encontradas acima de 170 informações. Os tipos de relacionamentos entre U-E descritos pelo CNPq, dentre os provenientes dos grupos para as empresas o mais citado foi '*Pesquisa científica com considerações de uso imediato dos resultados*' (35%), as universidades mais presentes nestas relações são UFPE (15%) e a UFMG (11%). Em seguida '*Transferência de tecnologia desenvolvida pelo grupo para o parceiro*', (19%) com a participação das universidades UFPR (18%), UFPE e UFRN (ambas com 12%). Em terceiro lugar, *'Pesquisa científica sem considerações de uso imediato dos resultados'* (12|%), estando em evidência a UENF (14%), seguida por UFPR, UFRGS e UNICAMP, com o mesmo percentual de participação (10%)[15].

Este resultado reflete o que foi discutido no suporte teórico, ou seja, a universidade está complementando o papel das empresas, a medida que desenvolve pesquisas e transfere seu conhecimento para as empresas. Observa-se que as '*Atividades de consultoria técnica não englobadas em qualquer das categorias anteriores*' são citadas, mas com um percentual bem abaixo dos encontrados nos tipos anteriores (6%), tendo as universidades UEL e UFPR como as mais citadas (20% cada)[16]. Isto condiz com o que foi encontrado no estudo MG *Survey* (Rapini et al.,2009) que conclui que a universidade desempenha um papel mais amplo em economias periféricas, para além da ideia de 'consultora', pois tem atuado complementando e substituindo o papel das empresas.

15 Informações sobre a participação das universidades em cada tipo de relacionamento, ver Anexo 6.

16 Ver em Anexo 6 os dados por universidade

Tabela 5

Tipos Relações Predominantes Grupos de biocombustíveis - Censo 2010

Tipos Relações Predominantes	**Qtde**	**%**
Pesquisa científica com considerações de uso imediato dos resultados.	61	35,06
Transferência de tecnologia desenvolvida pelo grupo para o parceiro.	33	18,97
Pesquisa científica sem considerações de uso imediato dos resultados.	21	12,06
Fornecimento, pelo parceiro, de insumos materiais para as atividades de pesquisa do grupo sem vinculação a um projeto específico de interesse mútuo.	16	9,19
Atividades de consultoria técnica não englobadas em qualquer das categorias anteriores.	10	5,74
Transferência de tecnologia desenvolvida pelo parceiro para o grupo.	8	4,59
Treinamento de pessoal do parceiro pelo grupo, incluindo cursos e treinamento "em serviço".	7	4,02
Outros tipos predominantes de relacionamento que não se enquadrem em nenhum dos anteriores.	6	3,45
Atividades de engenharia não-rotineira inclusive o desenvolvimento de protótipo, cabeça de série ou planta-piloto para o parceiro.	5	2,87
Atividades de engenharia não rotineira inclusive o desenvolvimento/fabricação de equipamentos para o grupo.	3	1,72
Fornecimento, pelo grupo, de insumos materiais para as atividades do parceiro sem vinculação a um projeto específico de interesse mútuo.	3	1,72
Desenvolvimento de software não-rotineiro para o grupo pelo parceiro.	1	0,57
	174	100
Tipos Relações Predominantes	Qtde	%
Pesquisa científica com considerações de uso imediato dos resultados.	61	35,06
Transferência de tecnologia desenvolvida pelo grupo para o parceiro.	33	18,97
Pesquisa científica sem considerações de uso imediato dos resultados.	21	12,06
Fornecimento, pelo parceiro, de insumos materiais para as atividades de pesquisa do grupo sem vinculação a um projeto específico de interesse mútuo.	16	9,19
Atividades de consultoria técnica não englobadas em qualquer das categorias anteriores.	10	5,74
Transferência de tecnologia desenvolvida pelo parceiro para o grupo.	8	4,59
Treinamento de pessoal do parceiro pelo grupo, incluindo cursos e treinamento "em serviço".	7	4,02
Outros tipos predominantes de relacionamento que não se enquadrem em nenhum dos anteriores.	6	3,45
Atividades de engenharia não-rotineira inclusive o desenvolvimento de protótipo, cabeça de série ou planta-piloto para o parceiro.	5	2,87
Atividades de engenharia não rotineira inclusive o desenvolvimento/fabricação de equipamentos para o grupo.	3	1,72
Fornecimento, pelo grupo, de insumos materiais para as atividades do parceiro sem vinculação a um projeto específico de interesse mútuo.	3	1,72
Desenvolvimento de software não-rotineiro para o grupo pelo parceiro.	1	0,57
	174	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos no site do CNPq (www.cnpq.br).

Já a atividade de 'consultoria' não obteve tanto destaque, sendo a quarta atividade mais citada no MG Survey (como também nesta pesquisa). Além disso, destacam que para a biotecnologia o principal canal entre U-E são pesquisas com cooperação. Tais resultados também destacam que isto se reflete nos grupos de 'biocombustíveis' que interagem com empresas. Ainda sobre os dados do DGP-CNPq, são encontradas as formas de remuneração entre grupos e empresas, no Anexo 7[17]. As mais citadas foram '*Transferência de recursos financeiros do parceiro para o grupo*' (27%), com a maior participação da UFPE (22%); '*Transferência de insumos materiais para as atividades de pesquisa do grupo'* (18%), destaque para a UEL, UFMG e UFPR (com a mesma participação, 15%); *'Fornecimento de bolsas para o grupo pelo parceiro'* (14%), sendo a UFC (24%) a universidade mais presente, e '*Parceria sem a transferência de recursos de qualquer espécie, envolvendo exclusivamente relacionamento de risco'* (o mesmo percentual da anterior, 14%) destaque para a UENF (24%)[18]. Como pode ser analisado na Tab 6.

Tabela 6

Tipos de Remuneração Grupos de biocombustíveis Censo 2010

Tipo de Remuneração	Qtde	%
Transferência de recursos financeiros do parceiro para o grupo	41	26,97
Transferência de insumos materiais para as atividades de pesquisa do grupo	27	17,76
Fornecimento de bolsas para o grupo pelo parceiro	21	13,82
Parceria sem a transferência de recursos de qualquer espécie, envolvendo exclusivamente relacionamento de risco	21	13,81
Outras formas de remuneração que não se enquadrem em nenhuma das anteriores.	18	11,84
Parceria com transferência de recursos de qualquer espécie nos dois sentidos	8	5,26
Transferência física temporária de recursos humanos do parceiro para as atividades de pesquisa do grupo	6	3,94
Transferência de insumos materiais para as atividades do parceiro	3	1,97
Transferência física temporária de recursos humanos do grupo para as atividades do parceiro.	2	1,31
Parceria sem transferência de recursos de qualquer espécie nos dois sentidos	1	0,65
Transferência de insumos materiais para as atividades de pesquisa do grupo	1	0,65
Transferência de insumos materiais para as atividades do parceiro	1	0,65
Transferência de recursos financeiros do grupo para o parceiro.	1	0,65
Transferência física temporária de recursos humanos do parceiro para as atividades de pesquisa do grupo	1	0,65
	152	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados obtidos no site do CNPq (www.cnpq.br).

17 Estas também podem obter mais de uma resposta por empresa, já que no DGP-CNPq há até três opções de respostas para os tipos de remuneração, sem contudo haver forma de estabelecer grau de importância.

18 Dados sobre Universidades ver no Anexo 8.

Estas formas de remuneração indicam que há interesse por parte das empresas em financiar tais projetos de pesquisa, quer seja diretamente através de recursos financeiros ou através de bolsas, reforçando com isso o 'uso' da universidade como uma extensão ou o próprio P&D da empresa. O fornecimento de bolsas também tem um retorno para as empresas, pois são muito relevantes para a formação e qualificação da mão de obra que, posteriormente, as mesmas poderão absorver. Mesmo nas parcerias que não envolvem recursos este uso da universidade se faz presente, pois podem se referir a projetos de grande monta que as empresas não poderiam financiar, mas que ela poderia contribuir com algum outro tipo de participação (como laboratórios, conhecimento da área, pessoal especializado, por exemplo). Assim, o risco é compartilhado entre ambas, universidade e empresa, visando ganhos futuros como licenciamento, patentes e royalties, caso o projeto de pesquisa obtenha sucesso. Do contrário, mesmo que alguns desses projetos não resultem em produtos, há a importância do desenvolvimento de pesquisa e de conhecimento. Logo, estas parcerias podem render, de uma maneira ou de outra, algum tipo de 'fruto' para o desenvolvimento da biotecnologia.

4.2 Grupos que interagem com o setor produtivo - Biotecnologia Moderna

As relações entre grupos de 'biotecnologia moderna' com o setor produtivo também foram detectadas, 132 empresas[19] se relacionando com 74 grupos de pesquisa, vinculados a 35 universidades públicas. Da mesma forma que para os de biocombustíveis, a maioria dos grupos que cooperam com o setor produtivo está situada na região sudeste (55%) e também mais concentrada no Estado de São Paulo (26%), conforme Tab 7.

Tabela 7

Distribuição dos Grupos de Biotecnologia Moderna por Região -Censo 2010

Biotecnologia Moderna Grupos por região	%
Sudeste	55,41
Nordeste	21,62
Sul	14,86
Centro-Oeste	8,10
Norte	-
Total	100

Fonte: Elaborado a partir dos dados do DGP- CNPq (Censo 2010)

Observando os mesmos dados, mas por universidade, destaca-se que a USP foi a que mais apresentou grupos de pesquisa interagindo com empresas (9,45%), seguida pela UFRJ (6,75%), como visto na Tab 8. Interessante observar que em 'biocombustíveis', a UFRJ ocupava o primeiro lugar. Além destas universidades também se destacam UFG, UFRGS, UFPE, UNESP e UFV (todas com 5% cada uma). O percentual de universidades que possuem entre um e dois grupos de pesquisa chega a 35%, inferior ao encontrado na análise anterior em relação à mesma quantidade de grupos, ou seja, há mais grupos por universidade em 'biotecnologia moderna'. Com relação ao número de empresas, a UFG é a universidade que apresenta o maior número de empresas interagindo com seus grupos de pesquisa (17%), em seguida aparece a UFPE (8%) e a USP (7%).
Observou-se que para 29% das universidades havia apenas uma cooperação com o setor produtivo. 46% das universidades que interagem o fazem com empresas localizadas no mesmo Estado em que elas estão, ou seja, estão interagindo somente com o empresariado estadual/local. Por outro lado, em 27% das relações houve

19 Como destacado anteriormente, são consideradas como empresas, mas pode haver interação entre a mesma empresa e mais de um grupo. Logo, podem ser menos empresas, mas há 132 interações com as 35 universidades e seus respectivos grupos. Somente para facilitar o texto, continuará sendo destacada como 'empresas'.

contato com empresas sediadas em outros estados (é um percentual menor que o encontrado em 'biocombustíveis'). A UFV, UFPE, UNB, UFRGS e UFG são universidades que mantêm vínculos com empresas sediadas em três Estados, fora as cooperações com empresas do mesmo Estado onde estão as próprias universidades. Estes dados são encontrados na Tab 9. Há interações deste tipo que a proximidade geográfica pode explicar como, por exemplo, a UFJF cooperar com uma empresa no Rio de Janeiro. Contudo, chama a atenção cooperações de universidades e empresas de regiões bem distantes, como: a UFSM, situada na região sul, interagindo com empresa localizada no estado Amazonas, ou a URCA, sediada na região nordeste, interagindo com empresa no Paraná.

Tabela 8

Grupos de Biotecnologia Moderna por UF, Quantidade de Grupos e Nº de Empresas por Universidade

Censo 2010

UF	Grupos / UF	%	Universidades	Grupos/ Univ.	%	Universidades	Nº Emp por Univ.	%
SP	19	25,68	USP	7	9,45	**UFG**	**22**	**16,67**
MG	12	16,22	UFRJ	5	6,75	**UFPE**	**11**	**8,33**
RJ	8	10,81	UNIFESP	4	5,40	**USP**	**9**	**6,81**
RS	8	10,81	UFV	4	5,40	**UFSC**	**7**	**5,30**
PE	6	8,10	UFG	4	5,40	**UFRGS**	**6**	**4,54**
GO	4	5,40	UFPE	4	5,40	**UFV**	**6**	**4,54**
BA	4	5,40	UFRGS	4	5,40	**UNICAMP**	**6**	**4,54**
ES	2	2,70	UFSCAR	3	4,05	**UFRJ**	**5**	**3,78**
CE	2	2,70	UNICAMP	3	4,05	**UFSCAR**	**5**	**3,78**
SC	2	2,70	UENF	2	2,70	**UNB**	**5**	**3,78**
DF	1	1,35	UNESP	2	2,70	**UNIFESP**	**5**	**3,78**
PB	1	1,35	UFLA	2	2,70	**UFRPE**	**4**	**3,03**
PR	1	1,35	UFMG	2	2,70	**UFU**	**4**	**3,03**
MS	1	1,35	UFU	2	2,70	**UENF**	**3**	**2,27**
PB	1	1,35	UFES	2	2,70	**UFLA**	**3**	**2,27**
RN	1	1,35	UFPI	2	2,70	**UNESP**	**3**	**2,27**
PI	1	1,35	UFPEL	2	2,70	**UESC**	**2**	**1,51**
Total	74	100	UFSM	2	2,70	**UFES**	**2**	**1,51**
			UFSC	2	2,70	**UFMG**	**2**	**1,51**
			UFPR	1	1,35	**UFPEL**	**2**	**1,51**
			UNB	1	1,35	**UFPI**	**2**	**1,51**
			UFMS	1	1,35	**UFRB**	**2**	**1,51**
			UNIFAL	1	1,35	**UFRN**	**2**	**1,51**
			UFJF	1	1,35	**UFSM**	**2**	**1,51**
			UNIRIO	1	1,35	**URCA**	**2**	**1,51**
			UEFS	1	1,35	**UECE**	**1**	**1,51**
			UECE	1	1,35	**UEFS**	**1**	**0,75**
			URCA	1	1,35	**UFBA**	**1**	**0,75**
			UFBA	1	1,35	**UFJF**	**1**	**0,75**
			UNIVASF	1	1,35	**UFMS**	**1**	**0,75**
			UFRPE	1	1,35	**UFPB**	**1**	**0,75**
			UFPB	1	1,35	**UFPR**	**1**	**0,75**
			UESC	1	1,35	**UNIFAL**	**1**	**0,75**
			UFRB	1	1,35	**UNIRIO**	**1**	**0,75**
			UFRN	1	1,35	**UNIVASF**	1	**0,75**
			Total	**74**	**100**	**Total**	**132**	**100**

Fonte: Elaborado a partir dos dados do DGP- CNPq (Censo 2010)

Tabela 9

Relação U-E: Localização das Empresas por UF

Grupos de Biotecnologia Moderna Censo 2010

Região /Universidade	UF das Empresas/ Qtde	%
Sudeste	**10**	27,77
UFJF	RJ (1)	
UFLA	PA(1)	
UFV	BA(1), DF(1), SP(1)	
USP	RS(1)	
UNIFESP	RJ(1)	
UFSCAR	PR(1)	
UNICAMP	RS(1), BA(1)	
Nordeste	**12**	33,33
URCA	PR(1), MG(1)	
UFRN	DF(1)	
UFRB	RJ(1)	
UFPE	PB (5), PR(1), SP(1)	
UFPI	SP(1)	
UFRR	DF(1)	
Sul	**5**	**13,89**
UFSC	SP(1)	
UFRGS	SC(1), SP(1), DF(1)	
UFPEL	PR(1)	
Centro Oeste	**9**	25
UFG	SP (2), MG(1), TO(1)	
UFMS	SP (1)	
UNB	SP (2), MG(1), PR(1)	
Total Coop. c/ empresa fora da UF Univer.	**36**	**100**
Total de todas as interações dentro e fora UF das Universidades	**132**	**–**

Fonte: Elaborado a partir dos dados do DGP- CNPq (Censo 2010)

Os dados sobre as empresas podem auxiliar na compreensão das relações U-E. No grupo de 'biotecnologia moderna', grande parte dos dados sobre segmento da empresa não foram encontrados (65%). Assim, este resultado pode apresentar um viés. Contudo, o montante de respostas chega a 35% da amostra, por isto será utilizado[20]. Dentre as respostas encontradas sobre segmento econômico, identifica-se que 17% das empresas atuam no segmento terciário. Quanto à natureza jurídica, pode ser analisada pela Tab 10. As mais encontradas foram 'Sociedade Empresária Limitada' (42%) e 'Sociedade Anônima Fechada'(30%), como também ocorreu nos dados sobre 'biocombustíveis'.

Tabela 10

Segmento Econômico e Natureza Jurídica

Grupos de Biotecnologia Moderna

Censo 2010

Segmento Econômico	Qtde Empresas	%	Natureza Jurídica	Qtde Empresas	%
Primário	21	15,91	Sociedade Empresária Limitada	55	41,66
Secundário	3	2,27	Sociedade Anônima Fechada	39	29,54
Terciário	22	16,66	Fundação Privada	7	5,30
Não Informado	86	65,15	Demais tipos de natureza jurídica	31	23,48
Total	132	100	Total	132	100

Fonte: Elaborado a partir dos dados do DGP- CNPq (Censo 2010)

Sobre as atividades econômicas das empresas que cooperam com os grupos de 'biotecnologia moderna', identificou-se mais de 110 tipos de setores com quase 200 observações. As atividades econômicas[21] mais frequentes nestes grupos foram '*Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais*' com 12%, seguida de '*Fabricação de álcool'*, 7%. '*Fabricação de açúcar em bruto'* 4%.

Tanto nestes grupos, quanto na análise dos grupos de 'biocombustíveis' a atividade econômica mais citada foi a mesma. De acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE esta classe agrupa atividades de pesquisa e desenvolvimento realizadas no âmbito das ciências da vida, tais como: medicina, biologia, bioquímica, farmácia, agronomia e conexas. Isto reafirma que a amostra selecionada no DGP-CNPq converge para o objetivo da pesquisa da tese que é identificar grupos que atuam com biotecnologia (nas duas linhas destacadas). Assim, as empresas que possuem esta classe como referência estão dedicadas ao desenvolvimento de pesquisas biológicas, bioquímicas e biogenéticas, por exemplo.

Outro ponto de convergência entre os grupos de 'biocombustíveis' e 'biotecnologia moderna' são os tipos mais citados de relacionamentos entre U-E (no caso grupos e empresas), que podem ser observados na Tab 11. Eles diferem apenas na ordem. Para os grupos de 'biotecnologia moderna' foram encontrados mais de 190 observações para os tipos de relações predominantes citadas. Em primeiro lugar está '*Pesquisa científica com considerações de uso imediato dos resultados*' (37%), sendo a universidade UFG a que apresenta maior participação neste tipo de relacionamento, 28%. Em seguida *'Pesquisa científica sem considerações de uso imediato dos resultados'*, (28%), que tem na UNICAMP a universidade que mais esteve presente neste tipo de relacionamento, 22%, e, em terceiro lugar, '*Transferência de tecnologia desenvolvida pelo grupo para o parceiro*', (12%), com a UFSC representando 22%[22].

20 As respostas estão acima de 25%, como destacado anteriormente, é um limite considerado viável para análise.

21 Mais uma vez, destaca-se que o banco de dados do DGP-CNPq permite haver mais de uma resposta sem apresentar uma forma de identificar qual dos setores de atividade citados seja o mais relevante.

22 Ver Anexo 10.

Da mesma forma que nos grupos de 'biocombustíveis', 'Consultoria' não atinge nem 3%, ou seja, também não é considerado um relacionamento relevante para grupos de 'biotecnologia moderna'. Estes resultados reforçam o que foi discutido anteriormente sobre as especificidades da biotecnologia (como a importância de desenvolver projetos de pesquisa em cooperação com empresas) e o papel dual da universidade.

Tabela 11

Tipos Relações Predominantes

Grupos de Biotecnologia Moderna - Censo 2010

Tipos Relações Predominantes	Qtde	%
Pesquisa científica com considerações de uso imediato dos resultados.	71	36,6
Pesquisa científica sem considerações de uso imediato dos resultados.	54	27,83
Transferência de tecnologia desenvolvida pelo grupo para o parceiro.	23	11,85
Fornecimento, pelo parceiro, de insumos materiais para as atividades de pesquisa do grupo sem vinculação a um projeto específico de interesse mútuo.	16	8,24
Transferência de tecnologia desenvolvida pelo parceiro para o grupo.	6	3,09
Outros tipos predominantes de relacionamento que não se enquadrem em nenhum dos anteriores.	6	3,09
Atividades de consultoria técnica não englobadas em qualquer das categorias anteriores.	5	2,57
Treinamento de pessoal do parceiro pelo grupo, incluindo cursos e treinamento "em serviço".	5	2,57
Atividades de engenharia não-rotineira inclusive o desenvolvimento de protótipo, cabeça de série ou planta-piloto para o parceiro.	5	2,57
Atividades de engenharia não rotineira inclusive o desenvolvimento/fabricação de equipamentos para o grupo.	2	1,03
Fornecimento, pelo grupo, de insumos materiais para as atividades do parceiro sem vinculação a um projeto específico de interesse mútuo.	1	0,51
	194	100

Fonte: Elaborado a partir dos dados do DGP- CNPq (Censo 2010)

Analisando os dados com foco nas universidades, são comparados os tipos de remuneração nestas relações U-E, como apresentados na Tab 12. No caso dos grupos de 'biotecnologia moderna', os mais presentes foram idênticos aos encontrados na análise dos grupos anteriores. Sendo observado um percentual de 36% das remunerações como '*Transferência de recursos financeiros do parceiro para o grupo*', com maior participação da universidade UFG (30%); 18% das relacionadas ao tipo '*Transferência de insumos materiais para as atividades de pesquisa do grupo'*, com a UFV sendo a mais citada neste tipo de remuneração (13%) e, a terceira, com 13% é a remuneração através do *'Fornecimento de bolsas para o grupo pelo parceiro'*, com destaque para a participação da UFPE (13%).

Tabela 12

Tipos de Remuneração Grupos de Biotecnologia Moderna Censo 2010

Tipo de Remuneração	Qtde	%
Transferência de recursos financeiros do parceiro para o grupo;	64	36,16
Transferência de insumos materiais para as atividades de pesquisa do grupo	32	18,08
Fornecimento de bolsas para o grupo pelo parceiro	23	12,99
Parceria sem a transferência de recursos de qualquer espécie, envolvendo exclusivamente relacionamento de risco	23	12,99
Outras formas de remuneração que não se enquadrem em nenhuma das anteriores.	11	6,21
Parceria com transferência de recursos de qualquer espécie nos dois sentidos	9	5,08
Transferência física temporária de recursos humanos do parceiro para as atividades de pesquisa do grupo	8	4,51
Transferência de recursos financeiros do grupo para o parceiro.	4	2,25
Transferência de insumos materiais para as atividades do parceiro	2	1,12
Parceria sem transferência de recursos de qualquer espécie nos dois sentidos	1	0,56
	177	100

Fonte: Elaborado a partir dos dados do DGP- CNPq (Censo 2010)

Na análise de ambos os grupos de 'biocombustíveis' e 'biotecnologia moderna,' observa-se que estas cooperações são relevantes para que a biotecnologia possa evoluir e se consolidar cada vez mais no país. Diante dos hiatos e entraves que as áreas baseadas em ciência enfrentam em uma realidade periférica, a cooperação se torna um instrumento ainda mais importante. Os dados reforçam o papel dual da universidade e sua relevante atuação para o desenvolvimento da biotecnologia.

5. Considerações finais

Procurou-se neste artigo destacar a importância da relação U-E e sua contribuição para o desenvolvimento da biotecnologia. Dentro de um sistema de inovação vários atores podem contribuir para o avanço dessa área baseada em ciência. Contudo, o foco nas universidades públicas, justifica-se para a comparação com estudos efetuados em outros países. Os dados indicaram que houve crescimento de 44% dos grupos de pesquisa sobre biotecnologia no Brasil, entre 2000 e 2010. Em ambas as linhas pesquisadas ('biotecnologia moderna' e 'biocombustíveis') o percentual de grupos que cooperam com empresas ficou em torno de 40%.

Ao analisar as relações U-E, notou-se que, nas duas linhas pesquisadas, grande parte das empresas que interagem com os grupos estão sediadas na mesma unidade federativa desses. Observou-se que em 'biocombustíveis', 40% dos grupos mantém pelo menos uma relação com universidades de outros estados, enquanto para 'biotecnologia moderna' o percentual não atinge 30%. Talvez a estrutura produtiva ligada a biocombustíveis seja mais presente no país como um todo, um exemplo são as usinas de açúcar, que aparecem nas relações com os grupos da pesquisa e são encontradas em diferentes estados do país. Contudo, o fato de grande parte interagir somente dentro do mesmo estado pode indicar que a proximidade geográfica seja um facilitador nesta relação.

Também houve convergência dos resultados dos grupos sobre os tipos de relacionamento entre as U-E. Tanto os grupos de 'biocombustíveis' quanto os de 'biotecnologia moderna' citaram como mais relevantes 'pesquisas científicas com ou sem resultados imediatos' e a 'transferência de tecnologia do grupo para o parceiro'. As

universidades mais citadas variam de um grupo para o outro, mas o importante deste resultado é destacar que as universidades têm apresentado um papel que extrapola os tradicionais, ligados à pesquisa e ao ensino. As relações apontadas como mais relevantes sugerem que as universidades têm complementado e também substituindo o papel das empresas, ou seja, desenvolvendo pesquisas para novos produtos e/ou melhorias de outros, também através de transferência de tecnologia. Por outro lado, 'consultoria' não foi considerado um relacionamento relevante. Estes resultados se aproximam do que foi encontrado em outros estudos, ou seja, a universidade tem um papel mais amplo, que vai além de ser uma 'consultora', tem um papel dual nas economias menos desenvolvidas. Assim, reafirma-se o papel das universidades de complementar a pesquisa das empresas ou ainda substituir a mesma.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, E. M. (Coord.) (2009) *Perspectivas do investimento nas indústrias baseadas em ciência.* Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, 2008/2009. Relatório integrante da pesquisa "Perspectivas do Investimento no Brasil", em parceria com o Instituto de Economia da UNICAMP, financiada pelo BNDES. Disponível em: http://www.projetopib.org. Acessado em 10 jan. 2010.

_____(2001) *Sistema Estadual de Inovação de Minas Gerais.* Relatório para Fapemig. Cedeplar – UFMG. Belo Horizonte.

_____(1997) Notas sobre os determinantes tecnológicos do catching up: uma introdução à discussão sobre o papel dos sistemas nacionais de inovação periférica. *Estudos Econômicos*,v.27, n.2, 1997, p.221-253

ALBUQUERQUE, E.M. SILVA L.A.; PÓVOA, L. (2005) Diferenciação intersetorial na interação entre empresas e universidades no Brasil. *São Paulo Perspectiva*. vol.19 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2005

AROCENA, R.; SUTZ, J. (2005) Conhecimento, inovação e aprendizado: sistemas e políticas no Norte e no Sul. LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J.E.; ARROIO, A. (Org.) (2005) *Conhecimento, Sistemas de Inovação e Desenvolvimento.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ-Contraponto

ASSAD, Ana Lucia; AUCÉLIO, José Gilberto. Biotecnologia no Brasil: recentes esforços. In. SILVEIRA, J.M. DAL POZ, M.E.; ASSAD,A L. Biotecnologia e Recursos genéticos: desafios e oportunidades para o Brasil. Campinas: Instituto de Economia/Finep, 2004.

BIOMINAS (2009) *Estudo das Empresas de Biociências*. Brasil. BIOMINAS, 2009.

BORÉM, A.; VIEIRA, M.L.C; COLLI, W. (2009) *Glossário de biotecnologia.* Minas Gerais: Ed.Universidade de Viçosa

BORÉM, A.; SANTOS, F.R. (2008) *Entendendo a Biotecnologia.* Minas Gerais: Ed. Universidade Federal de Viçosa

BRISOLLA, S.; CORDER, S.; GOMES, E.; MELLO, D. (1997) As relações universidade-empresa-governo: um estudo sobre a Universidade Estadual de Campinas. *Educação & Sociedade*, ano XVIII, n. 61, p. 187-209, dezembro 1997.

COHEN, W.; NELSON, R.; WALSH, J. (2002) Links and impacts: the influence of public research on industrial R&D. *Management Science*, v. 48, n. 1, p. 1-23, Jan. 2002.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO- CNPq. <www.cnpq.br >Vários acessos.

EUN, J-H.; LEE, K.; WU, G. (2006) Explaining the "university-run enterprises" in China: a theoretical framework for university-industry relationship in developing countries and its application to China. *Research Policy*, v.35, n. 9, p. 1329-1346, Nov. 2006.

FONSECA, Mª.G.D (Coord.) (2009) *Documento Setorial: Biotecnologia*. Bloco: Economia do Conhecimento; Sistema Produtivo: Baseados em Ciência. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, Setembro, 2009. Relatório integrante da pesquisa "Perspectivas do Investimento no Brasil", em parceria com o Instituto de Economia da UNICAMP, financiada pelo BNDES. Disponível em: http://www.projetopib.org. Acessado em dezembro de 2009.

_____; DAL POZ, Mª E.; SILVEIRA, J.Mª. F.J.(2004) Biotecnologia Vegetal e Produtos afins: Sementes, mudas e inoculantes. In: SILVEIRA, J.M.; DAL POZ, Mª E.; ASSAD, A.L. (2004) *Biotecnologia e Recursos Genéticos*. Instituto de Economia- Unicamp e FINEP.

FREEMAN, C.; SOETE,L. (1997) *The economics of industrial innovation*. London: Printer.

HASENCLEVER, L. (Coord.) (1994) *A Emergência dos Mercados em Biotecnologia no Brasil.* Relatório Final de Pesquisa. Rio de Janeiro: FEA/UFRJ PADCT/FINEP.

JAFFE, A. B. (1989) Real effects of academic research. *American Economic Review*, v. 79, n. 5, p. 957-970, Dec. 1989.

JUDICE, V.Mª. M.; VEDOVELLO, C. (2008) 'Biotechnology innovation system in Brazil: an exploratory study', *Research Paper* 13/07, the BRICS Project. IE/UFRJ and Globelics

MAZZOLENI, R.; NELSON, R.(2007) Public research institutions and economic catch-up. *Research Policy*, v. 36, n. 10, p. 1512-1528, Dec. 2007.

MCMILLAN, G.S.; NARIN,F.; DEEDS, D.L. (2000) An analysis of the critical role of public science in innovation: the case of biotechnology. *Research Policy.* n. 29, p.1-8, 2000.

MOWERY, D.; SAMPAT, B. (2005) Universities in national innovation systems. In: FARGERBERG, J; MOWERY, D.; NELSON, R. (Eds.) *The Oxford handbook of innovation*. Oxford: Oxford University, 2005. p. 209-239.

NARIN, F.; HAMILTON, K.S.; OLIVASTRO, D. (1997) The increasing linkage between US. technology and public science. *Research Policy*, v. 26, n. 3, p. 317-330, Oct. 1997

NELSON, R.; ROSENBERG, N. (1993) Technical innovation and national systems. In: NELSON, R. (Ed.). N*ational innovation systems*: a comparative analysis. New York: Oxford University, 1993.

OECD (2009) *Biotechnology Statistics 2009.* VAN BEUZEKOM, B. & ARUNDEL, A. (Coord). OECD, Paris, 2009.

PÓVOA, L.M.C. (2008) *Patentes de universidades e institutos públicos de pesquisa e a transferência de tecnologia para empresas no Brasil*. Belo Horizonte: CEDEPLAR- UFMG, 2008. (Tese de Doutorado)

RAPINI, M.; ALBUQUERQUE, E.; CHAVES, C.; SILVA, L.; SOUZA, S.; RIGHI, H.; CRUZ, W.(2009) University – industry interactions in an immature system of innovation: evidence from Minas Gerais, Brazil. *Science and Public Policy*, v. 36, n. 5, p. 373-386, 2009.

RAPINI, M.S; CHAVES, C.V.; ALBUQUERQUE, E.M.; CARVALHO, S.S.M.. "A Interação entre Empresas Industriais e Universidades em Minas Gerais: investigando uma dimensão estratégica do sistema estadual de inovação,"Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia. ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pósgraduação em Economia, 2008.

SILVERIA, J.Mª.F.J. (2008). *Relatório Setorial Final* – Rede DPP – Biotecnologia. FINEP

_____;BORGES, I. C. (2004) Um Panorama da Biotecnologia Moderna. In: SILVEIRA, J.M.; DAL POZ & ASSAD (2004) *Biotecnologia e Recursos Genéticos*. Instituto de Economia- Unicamp e FINEP.

_____; FONSECA, Mª G. D.; DAL POZ, Mª E. (2004) Biotecnologia e comercio exterior do Brasil. In: SILVEIRA, J.M.; DAL POZ, Mª E. & ASSAD, A.L. (2004) *Biotecnologia e Recursos Genéticos*. Instituto de Economia- Unicamp e FINEP.

_____;FUTINO, A.Mª; OLALDE, A.R. (2002). Biotecnologia: corporações, financiamento da inovação e novas formas organizacionais *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 129-164, jan./jun. 2002.

SOUZA, S.G.A O papel das universidades em um sistema de inovação periferico - UFRJ. Março,2012

_____(2008) The Influence of Institutions in a Peripheral Innovation System. *Schumpeter Congress*. Rio de Janeiro July, 2008.

_____ (2001) Potencialidades da Biotecnologia em Minas Gerais: Estudos sobre Empresas e suas Relações com Universidades. Dissertação (Mestrado em Economia). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2001.

SOUZA, S.G.A; MENDES, C. S. (2005) *Arranjos Institucionais para o Desenvolvimento da Pesquisa e da Inovação no Norte de Minas Gerais: O Caso da Biotecnologia.* Relatório de Pesquisa FAPEMIG. Unimontes. Montes Claros, Outubro, 2005. 115p.

ANEXO 1: Lista de Termos para Pesquisa – Bicombustíveis e Biotecnologia Moderna

GRUPO 1 – BIOFUEL
Acidity of oil
Agroenergy
Alcohol sugarcane
Algae / Algal
Biodiesel
Bioenergy
Bioethanol
Biofuel
Brazilian Alchohol
Catalytic
Cellulolytic fungi
Cellulose and lignocellulose
Cracking
Ethanol
Ethanol derived form cellulose
Ethanol from lignocellulosic biomass
Fatty acids
Fuel alcohol
Glycerin
Laccase isoenzymes
Ligninolytic Fungus
Lignocellulose
Lignocellulosic biomass
Lignolytic cultures
Microalgae / Microalgal
Microbial cellulose utilization
Oil quality
Oilseed plants
Second generation biofuel
Second-generation ethanol
Sugarcane
Transesterification

GRUPO 2 – MODERN BIOTECHNOLOGY
applications in drug delivery
Cell culture
Cellular fusion
DNA amplification
DNA sequencing
DNA synthesis
Embryo manipulation.
Engineering of proteins and peptides
gene expression profiling
gene probes
Gene therapy
Gene vectors
genetic engineering
Genomics
Identification of cell receptors.
Improved delivery methods for large molecule drugs
pharmacogenomics
Protein isolation and purification
Proteomics
RNA amplification
RNA sequencing
RNA synthesis
RNA vectors
Sequencing of proteins and peptides
Stem cell
Synthesis of proteins and peptides
Tissue culture
Tissue engineering
tools and processes of microfabrication
tools and processes of nanobiotechnology
use of antisense technology
Viral vectors

O enquadramento do pré-sal brasileiro enquanto riscos e incertezas: uma análise da *expertise* científica na mídia impressa

José Eduardo Viglio
eduviglio@hotmail.com

Lúcia da Costa Ferreira
luciacf@unicamp.br

Gabriela Marques Di Giulio
ggiulio@usp.br

Marko Monteiro
markosy@uol.com.br

Resumo: A exploração petrolífera na camada do pré-sal pode ser entendida como um sistema tecnológico complexo gerador de riscos e incertezas, inserido num contexto em que os vínculos entre ciência, tecnologia, mercado e Estado se dão de forma bastante estreita. Este trabalho propõe discutir e analisar como tais perigos ambientais e tecnológicos são definidos e enfrentados num contexto em que a indústria petrolífera possui ampla legitimidade social e política no Brasil. O recorte analítico aqui proposto analisou o papel da *expertise* científica no debate público sobre o pré-sal tomando como referência a cobertura da mídia, a partir de dois dos mais importantes jornais brasileiros, Folha de São Paulo e O Globo. Estes jornais estão entre os de maior tiragem e circulação do país e apresentam tanto versão impressa como *online*. Os resultados apontam que se uma parte da *expertise* científica que se expressou nestes jornais alertou para os perigos e ameaças na exploração do pre-sal, a tônica predominante entre estes acadêmicos é de verem estas ameaças, mais enquanto riscos passíveis de racionalização e controle, do que enquanto incertezas com impactos imprevisíveis, acumulativos e irreversíveis.

Palavras-chave: sociologia ambiental - riscos e incertezas- ciência, tecnologia e sociedade.

1. Introdução

O desenvolvimento do setor energético tem se constituído nas últimas décadas enquanto lócus de intensas controvérsias sociais e políticas. O tema da energia tem ganhado cada vez mais destaque nos debates sobre questões ambientais e naqueles voltados para ciência, tecnologia e sociedade. Os diferentes tópicos da questão energética se constituem em interessantes recortes analíticos no âmbito destes diferentes debates contemporâneos.

No Brasil a questão energética tem se tornado um dos eixos de maior controvérsia nos debates e decisões em torno das políticas de desenvolvimento (Bursztyn, 2000, Viglio, 2012, Goldemberg e Lucon, 2007, Zhouri e Oliveira, 2007, Vainer, 2007). As três maiores fontes de energia no Brasil- petróleo e gás natural, biocombustíveis e energia hidroelétrica- apresentam um conjunto restrições em relação às questões ambientais. O setor de petróleo traz uma gama de ameaças e perigos nas etapas de perfuração, produção e combustão. A produção de energia hidroelétrica, devido ao represamento de rios geram impactos sobre comunidades biológicas e humanas. A produção de biocombustíveis ao demandar extensas áreas, consome grande quantidade de água e está relacionado com maiores taxas de desmatamento de ecossistemas tropicais. A exploração destas diferentes fontes por sua vez, trazem riscos e incertezas em maior ou menor grau.

Hochstetler (2011) avalia que as escolhas energéticas são resultados de disputas políticas entre uma coalização de apoio (*enabling coalitions*) que destaca os benefícios de uma opção energética particular e uma coalização de bloqueio (*blocking coalitions*) que alerta para os perigos e ameaças, identificando prováveis perdedores[1]. Neste contexto, a ciência e tecnologia, por meio de cientistas e experts, podem desempenhar um papel chave nestas arenas se constituindo ao mesmo tempo como atores interessados ou como um recurso de poder mobilizados pelos demais atores sociais envolvidos (Viglio, 2012).

As decisões sobre a exploração das reservas petrolíferas da camada do pré-sal no Brasil teve e têm o potencial de gerar um quadro de disputas e controvérsias em torno das questões ambientais pelos riscos e incertezas associadas a esta atividade. O pré-sal brasileiro se configura num eixo emblemático no debate "ambiente e desenvolvimento". Se por um lado, sua exploração acena com possibilidades de geração de riqueza não imaginadas para o país (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2011), por outro, a atividade petrolífera em águas ultra-profundas traz consigo o potencial de riscos e desastres ambientais de grande magnitude, dadas as características destas novas reservas recém-descobertas (COPPE- UFRJ, 2010). Especialistas do setor de petróleo e gás assumem que tais características exigem novas tecnologias exploratórias, incluindo material mais resistentes à corrosão, altas temperaturas e pressão, como citado abaixo:

> Pode-se dizer que há duas vertentes de desafios tecnológicos para explorar o petróleo e o gás contidos no pré-sal. A primeira é de natureza vertical: perfurar o poço até o reservatório, atravessando as camadas de água, de sedimentos e de sal, cada uma com um tipo de comportamento, em temperaturas que variam de 80oC a 150oC e sob altas pressões e gases corrosivos. É necessário considerar ainda o caminho de volta até a superfície, transportando o petróleo e o gás extraídos dos poços, sem entupir os dutos e sem causar vazamentos que provoquem acidentes ambientais. A outra vertente é a dos desafios horizontais: transportar o petróleo e o gás da área de produção até a costa, a 300 quilômetros de distância, por meio de navios e gasodutos, e carregar pessoal, equipamentos e suprimentos para as plataformas (...) *É, em resumo, um conjunto de problemas que começa com a grande profundidade da água, passa pela colocação de revestimentos nas perfurações em sedimentos moles, não consolidados, continua na difícil travessia da espessa camada de sal, até chegar a um ambiente de altíssima pressão e temperatura, saturado de gases corrosivos* (Coppe- Ufrj, p. 08, 2010).

Estas jazidas estão localizadas entre os litorais dos estados de Santa Catarina e Espírito Santo, de dimensões aproximadas de 800 por 200 km, sendo que a maior parte das reservas se localiza em profundidades de cinco a sete mil metros (Congresso Nacional, p. 21 – 22, 2009). Convencionou-se chamar de pré-sal porque estas reservas se localizam num intervalo de rochas que se estende por baixo de uma extensa camada de sal que, em certas áreas da costa, atinge espessuras de até 2.000m. A profundidade total dessas rochas, que é a distância entre a superfície do mar e os reservatórios de petróleo abaixo da camada de sal, pode chegar a mais de 7 mil metros. (Coppe- Ufrj, p 06, 2010).

A exploração destas reservas recolocou ainda na agenda ambiental brasileira a problemática da intensificação da exploração de combustíveis fósseis num cenário de mudanças climática (IPCC, 1990, 1995, 2001, 2007; Viola, 2012), com o agravante de que o teor de carbono nos campos do pré-sal, como o de Tupi, é de 8% a 12%, ao passo que a média nacional é de 4% (Coppe-Ufrj, 2010).

No entanto, alguns trabalhos têm apontando que diferentemente dos projetos energéticos relacionados à construção de grandes hidroelétricas não há no Brasil a consolidação de uma coalização de boqueio no setor petrolífero (Hochstetler, 2011). Alguns fatores aqui trazidos se não corroboram a tese da ausência desta coalização lançam alguma explicação para a força e legitimidade social e política do setor petrolífero no país.

---

1 Tais coalizões podem apresentar clivagens internas, atravessam as fronteiras do estado e da sociedade e estão orientadas para apoiar ou bloquear resultados políticos particulares (Hochstetler, 2011).

Sob a ótica nacional, o setor de petróleo e gás: a) consiste em um dos economicamente mais importantes, estratégicos, tecnologicamente avançado, e propulsor de mudanças na estrutura populacional, no emprego, na malha urbana, no quadro político e na cultura local (Viglio, 2012; Piquet, 2012; Piquet & Serra, 2007; Eagler 1996); b) dispõe de legitimidade política e social, na medida em que a garantia da propriedade das jazidas petrolíferas pela União, com a presença da Petrobras, e o domínio da tecnologia de exploração marítima sempre foram vistos como poderosos e estratégicos instrumentos ao serviço do desenvolvimento nacional (Piquet, 2012); c) é o setor energético que receberá mais investimentos públicos e privados na próxima década segundo o Plano Decenal de Energia. Entre 2013 e 2022 serão investidos 1,15 trilhões de reais no setor energético e, deste total, 72,5% vão para o setor de petróleo e gás (Ministério de Minas e Energia, 2013); d) A Petrobras, além de seu peso econômico, pode ser considerada como um ator relevante na produção científica nacional, já que investe direta e indiretamente em pesquisa e inovação nas principais universidades e centros de pesquisa no país. Se, por um lado, essa sinergia entre universidade e empresa tem contribuído para a Petrobras se constituir como referência internacional no setor de petróleo e gás, por outro, essa aproximação com as principais universidades do país coloca uma série de desafios e dificuldades para a arena ambiental brasileira. (Viglio, 2012). Em primeiro lugar, estas parcerias têm fortalecido uma agenda de pesquisa em torno de uma matriz energética baseada, principalmente, em combustíveis fósseis, contribuindo assim para o fortalecimento "das estruturas materiais e institucionais da economia baseada nestes combustíveis" (Abramovay, 2012, p. 2). Neste sentido o pré-sal pode ser entendido como um sistema tecnológico complexo gerador de riscos e incertezas- inserido num contexto em que os vínculos entre ciência, tecnologia, mercado e Estado se dão de forma bastante estreita. Este trabalho propõe discutir e analisar como tais perigos ambientais e tecnológicos são definidos e enfrentados em contextos sociopolíticos como o aqui descrito. Como recorte analítico analisa-se o papel da expertise científica no debate público sobre o pré-sal tomando como referência a cobertura da mídia, a partir de dois dos mais importantes jornais brasileiros, Folha de São Paulo e O Globo. Estes jornais estão entre os de maior tiragem e circulação do país e apresentam tanto versão impressa como online. Os jornais Folha de São Paulo e O Globo, além de serem os de maior tiragem e circulação no país, suas sedes estão localizadas em dois estados da federação com maior potencial de impactos ambientais e econômicos diretos da exploração do pré-sal, São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente.

2. Referencial teórico metodológico

A possibilidade das ciências sociais tornar o debate público campo legítimo de investigação reside no resgate da argumentação como característica essencial de seu objeto de estudo. Neste escopo, a vida social e política podem ser vista como uma arena argumentativa em que os atores governamentais e não governamentais participam de um permanente processo de debate. Neste processo, a dinâmica reivindicatória e argumentativa dos atores sociais em torno da definição de problemas sociais e ambientais configura-se como fenômeno de grande relevância para o entendimento e posterior enfrentamento destes temas e questões coletivas (Fuks, 1998).

Todo esse processo é sediado no sistema de arenas públicas que estão interligadas e atuam umas sobre as outras e onde estão em curso as atividades reivindicatórias de grupos, o trabalho da mídia, a criação de novas leis, a divulgação de descobertas científicas, os litígios e a definição de políticas públicas. Esse sistema de arenas públicas constitui-se, simultaneamente, em espaço de ação e de debate. Na dinâmica que envolve a complementaridade dessas duas dimensões, ocorre o processo de definição dos problemas sociais e dos temas emergentes e salientes (Fuks, 1998).

Baseado nas leituras de (Renn, 1992; Hannigan 1995, Ferreira, 2012) o conceito de arena social ainda pode ser entendido como representação simbólica e ao mesmo tempo como sistema concreto das interações que influenciam as decisões coletivas. Conforme Hannigan 1995 e Renn (1992), como representação simbólica, as arenas não se constituem nem em entidades geográficas nem em sistemas organizacionais; são entendidas como estabelecimento político no qual os atores dirigem as suas exigências àqueles que são responsáveis pela tomada de decisão, na esperança de influenciar o processo político.

Embora alguns elementos da construção social do risco possam ter lugar no domínio público para além dos seus parâmetros, a ação mais importante tem lugar em arenas que são povoadas por comunidades de especialistas: cientistas, engenheiros, advogados, médicos, funcionários do governo, gerentes associados, políticos. Tais peritos seriam os principais construtores do risco, estabelecendo uma agenda que inclui, muitas vezes, o input direto do público apenas durante as últimas fases de consideração (Hannigan, 1995).

Considerando que o debate e decisões sobre o pré-sal e seus aspectos ambientais se dão em variadas arenas sociais, incluindo aquelas do legislativo, executivo, judiciário, ciência, movimentos sociais e da mídia de massa; e ao mesmo tempo reconhecendo que estas diversas arenas se inter-relacionam e compartilham atores sociais, é possível apreender que editores, jornalistas e demais atores sociais que se manifestam nos jornais visam atrair a atenção pública e influenciar o processo político mobilizando recursos sociais[2], sobretudo, capital cultural (saberes e conhecimentos reconhecido por diplomas e títulos) e simbólico (prestígio ou honra) (Bourdieu, 1989; Renn 1992).

Como nos lembra a teoria do agenda-setting (McCombs, 2009; McCombs e Shaw, 2000), os meios de comunicação têm a capacidade de agendar os temas que são objeto de debate público em cada momento; quanto maior é a ênfase dada pelos meios de comunicação sobre um tema e quanto mais contínua é essa abordagem, maior a chance destas questões serem tratadas no âmbito das políticas públicas.

Para analisar como as ameaças do pré-sal foram tratadas em termos de risco e/ou incerteza pelos atores sociais no palco do jornal impresso no Brasil foi fundamental recuperar a distinção conceitual entre esses dois termos. Conforme Jerónimo (2010), embora o conceito risco nas ciências sociais tenha o mérito de analisar as especificidades das ameaças atuais, considerando-as, sobretudo, como produto das ações e decisões humanas (Beck 1992), a difusão do conceito de risco em termos macro sociológicos ofuscou a delimitação analítica entre aquele conceito e outras noções próximas, tais como incerteza, ignorância, perigo e ameaça[3].

Autores como Martins (2012); Jerónimo (2006, 2010); Renn (2008); Knight (1921); Keynes (1921) reconhecem diferenças conceituais entre risco e incerteza. De um modo genérico, risco designaria uma situação em que as possibilidades do futuro são conhecidas, enquanto que a incerteza é entendida como uma situação em que não se conhece tais possibilidades. Sob incerteza, as decisões individuais ou coletivas se dariam num contexto caracterizado pela falta de conhecimento sobre a probabilidade e/ou consequência de um evento perigoso (Renn, 2008).

As incertezas, segundo Ganoulis (1995), poderiam ser classificadas em dois grandes grupos: incertezas aleatórias (ou naturais) e incertezas epistêmicas. As incertezas aleatórias seriam inerentes aos mundos social e natural e não poderiam ser reduzidas com a utilização de modelos mais sofisticados ou coleta de informações adicionais. Já as incertezas epistêmicas proveriam de erros sistemáticos na modelagem ou mesmo de modelos restritos quanto às variáveis e parâmetros (Renn, 2008; Martins, 2012).

Aqueles eventos que apresentam incertezas absolutas ou severas como designada por Martins (2012) envolveriam ignorância e falta de conhecimento sobre suas probabilidades e seus impactos que, nestes casos, seriam definidos como: imprevisíveis, acumulativos, profundos, duradouros, invisíveis, latentes e irreversíveis (Martins, 2012).

---

2 Renn (1992) descreve os cinco recursos sociais mais importantes em seu modelo de arena de risco: dinheiro, poder, influência social, valores evidência. Bourdieu (1989) na sua concepção da estrutura social como um sistema hierarquizado de poder e privilégio, apresenta quatro tipos de capitais, entendidos como recursos ou poderes: capital econômico, capital social, capital cultural e capital simbólico.

3 Embora seja relevante destacar que os autores desse artigo compartilham de perspectivas téoricas das Ciências Sociais e Humanas, em particular abordagens da Sociologia Ambiental, que entendem que a definição do que é tido como risco é extremamente contextual e construída socialmente, já que as dimensões simbólicas e normativas daquilo que é considerado como risco são filtradas através da interação das estruturas existentes, das redes sociais e da mídia, por exemplo. Como nos lembra Boholm (2003), o que é ou não considerado um risco depende de diversos fatores, como as relações sociais, relações de poderes e hierarquia, crenças culturais, confiança nas instituições, conhecimento científico, experiências, emoções, discursos, práticas e memórias coletivas.

Ao apontarem a prevalência do conceito de risco em detrimento do conceito de incerteza nas arenas políticas contemporâneas, autores como Leach, Scoones e Wynne (2005) e Jerónimo (2010, 2006) defendem que a referência ao risco probabilístico reforça e é reforçada por uma cultura institucional que recusa a imprevisibilidade e a falta de controle. O caráter probabilístico daria a imagem de supremacia do controle científico sobre o aleatório, as contingências, os acidentes e o acaso (Jerónimo, 2010).

Esse caráter probabilístico usualmente é adotado em abordagens científicas de estimativas de risco, como avaliação de risco e análise de custo e benefício. Tais perspectivas tendem a priorizar em suas estimativas e análises aquilo que é conhecido. Ao não inserirem em seus modelos características desconhecidas e aleatórias, tais estimativas tendem a sugerir integridade e exatidão nas previsões realizadas (Jasanoff, 2003; Wynne, 1992; Di Giulio, 2012),

Conforme Jerónimo (2010) ao reconhecer tais limitações, vários autores têm buscado recuperar a distinção conceitual entre risco e incerteza a partir de outras noções, como ignorância, indeterminação, catástrofes e acidentes (Perrow 1984; Funtowicz e Ravetz 1990; Wynne 1992; Dupuy 2002,).

Para Jerónimo (2006) uma abordagem dos perigos e ameaças ancorada no conceito de risco poderá conduzir a um processo/medidas de mitigação, negociação e aceitação dos riscos, enquanto que, uma abordagem que destaca a incerteza, em seu sentido de ignorância e indeterminação, poderá promover uma orientação de prudência, bem como a recusa de certas decisões e ações técnicas e econômicas.

3. Procedimentos metodológicos

Para a realização da pesquisa foram selecionados dois dos jornais impressos que estão entre os cinco de maior circulação do país[4]. O período delimitado para levantamento dos dados foi de Janeiro de 2007 a Maio de 2014, período que engloba desde o anúncio das descobertas do pré-sal até a etapa em que essas reservas já começaram a ser exploradas.

Para a consulta nos acervos impresso e online destes jornais foram utilizadas as seguintes palavras chaves: pré-sal - riscos ambientais; pré-sal- impactos ambientais; pré-sal - meio ambiente; Pré-sal – incertezas; Pré-sal – mudanças climáticas; Pré-sal – acidentes; Pré-sal – vazamentos.

Apesar de apenas 6% dos brasileiros afirmarem ler jornais diariamente (SECOM, 2014) a Pesquisa Brasileira de Mídia 2014 encomendada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom- PR) revelou que o jornal impresso é o veículo apontado como de maior credibilidade: 53% das pessoas consultadas responderam que confiam sempre, ou muitas vezes, nos jornais. Além disso, do total de pessoas que acessam notícias na internet no Brasil, 57% delas o fazem por meio dos jornais.

Após a obtenção dos textos a partir das palavras chaves foi realizada uma leitura flutuante (Bardin, 2009) que consistiu em tomar contato exaustivo com o material para conhecer seu conteúdo.

4. Resultados e discussão

As duas principais entidades representativas da ciência brasileira- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e Academia Brasileira da Ciência (ABC)- vêm se manifestando publicamente nos debates e processos decisórios recentes sobre questões energéticas no Brasil.

---

4 O ranking dos jornais nas cinco primeiras posições em 2013 segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC, 2013) são: Super Notícia (jornal popular no formato de tabloide de Minas Gerais) na primeira posição, com média de 302.472 exemplares diários em 2013; seguido por Folha de S.Paulo (294.811); O Globo (RJ, 267.541); O Estado de S. Paulo (232.385); e Extra (RJ, 228.099).

No entanto, se estas entidades manifestaram preocupações em relação às ameaças ambientais da exploração do gás de xisto no país[5], por meio de uma carta a presidenta da República em Agosto de 2013, no caso da exploração pré-sal, os presidentes de ambas as entidades utilizaram unicamente os espaços nos jornais analisados para defenderem que parte dos recursos de *royalties* desta exploração fosse destinada à ciência, tecnologia e inovação.

O pré-sal na perspectiva das lideranças duas destas entidades foi visto e enquadrado, mais como oportunidade para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do país, do que propriamente enquanto perigos e ameaças como se observa nos trechos abaixo extraídos do artigo da presidente da SBPC no Jornal Folha de São Paulo[6]:

> A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência SBPC), assim como as 105 sociedades científicas que representa, é totalmente favorável à destinação dos royalties do petróleo para a educação. No entanto, temos defendido a necessidade imperativa e a oportunidade única de utilizarmos esses recursos, que pertencem à nação brasileira, no que a ela podem melhor trazer benefícios. Hoje, a associação equilibrada entre educação, ciência, tecnologia e inovação constitui-se no caminho certeiro para a construção de um crescimento sustentável e para a redução da pobreza" (...) "Especialistas afirmam que a demanda de profissionais necessários para aos projetos do pré-sal é elevada e exigirá a importação de mão de obra estrangeira. A formação de profissionais nas engenharias e o desenvolvimento de tecnologias para exploração do petróleo avançou no Brasil nas últimas décadas, mas ainda está muito aquém do que precisaremos para atender ao pré-sal (Fala da presidente da SBPC no Jornal Folha de São Paulo, 2012, Opinião. Domingo, 02 de setembro de 2012).

Os perigos e ameaças do pré-sal quando tratados por ambos os jornais foi principalmente no sentido de enquadrá-los enquanto riscos passíveis de racionalização e controle, ora apontando um conjunto de lacunas e necessidade de mudanças, aperfeiçoamento dos atores e dos instrumentos e mecanismos de controle e governança[7], ora sugerindo a necessidade de maior incremento científico e tecnológico voltados especificamente para a prevenção e contenção dos impactos decorrentes destas atividades *offshore*. Os trechos abaixo, retirados de dois editoriais, um do jornal o Globo e outro da Folha de São Paulo resumem bem as medidas políticas, organizacionais e institucionais propostas nestes jornais para se lidar com os as ameaças e perigos na exploração do Pré-sal:

> O vazamento, ou acidente, não pode ser usado como pretexto para se paralisar a atividade da indústria petrolífera(...). Há uma possibilidade de se passar a limpo normas e procedimentos, antes de o país avançar na exploração do pré-sal, em que as águas são bem mais profundas, o petróleo está muito mais distante da superfície e os riscos bem maiores (...) Melhor aproveitar o vazamento para preparar uma retaguarda para o pre-sal (Editorial: Vazamento requer investigação séria opinião- Jornal O Globo- 22/11/2011)

---

5 i) SBPC e ABC pedem mais pesquisas sobre eventuais danos ambientais da exploração de gás de xisto In: *http://www.sbpcnet.org.br/site/noticias/materias/detalhe.php?id=1902*. Acesso Novembro de 2014; ii) Impactos da exploração de petróleo e gás de xisto no AC são debatidos na SBPC. In: Jornal O Globo: *http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2014/07/impactos-da-exploracao-de-petroleo-e-gas-de-xisto-no-ac-sao-debatidos-na-sbpc.html*. Acesso: Novembro de 2014.

6 O discurso sobre o uso dos royalties. In: Jornal Folha de São Paulo. Opinião. Domingo, 02 de setembro de 2012. *http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/64085-o-discurso-sobre-o-uso-dos-royalties.shtml*. Acesso: Nov de 2014.

7 Dentre as diversas questões levantadas neste âmbito um eixo crítico se deu em torno da inexistência no Brasil de um Plano Nacional de Contingência para lidar com catástrofes e incidentes de grande proporções, semelhantes ao ocorrido no Golfo do México. Mesmo após a presidenta Dilma Rousseff ter aprovado o decreto que institui o Plano Nacional de Contingência em Outubro de 2013, pelo fato, por exemplo de não ter havido uma destinação clara de recursos para a execução do mesmo, conforme pode ser visto na matéria do Jornal o Globo de 23/10/2013 -Decreto cria Plano Nacional de Contingência com monitoramento em tempo real.

> Extrair óleo do pré-sal, a grandes profundidades, é tarefa complexa. É natural que o caso da BP provoque apreensões quanto à segurança do empreendimento brasileiro. O país precisa saber quais são os planos de emergência e as salvaguardas ambientais providenciadas pela Petrobras e pelas instâncias responsáveis (Editorial segurança no pré-sal- Folha de São Paulo- 18/07/2010).
> Agora que o Brasil adota os primeiros passos no caminho para a exploração do petróleo na camada pré-sal, torna-se o momento de se avaliar, definir e aplicar normas mais rígidas aplicadas à segurança na indústria do petróleo, semelhantes às adotadas na indústria nuclear. (Jornal O Globo, opinião 24/05/2010, pg 7 *Paulo Figueiredo e Mauri Saddys)*

Pode se afirmar que a exploração do pré-sal se configurou para parte da *expertise* cientifica ouvida pelos jornais analisados, como uma janela de oportunidades para demandarem e justificarem maiores investimentos públicos e privados em pesquisas científicas e tecnológicas voltadas exclusivamente para a prevenção de incidentes e desastres na exploração de petróleo *offshore*[8]. Para tais acadêmicos, tanto o governo quanto as empresas têm dado ênfase na pesquisa de prospecção de petróleo em detrimento do desenvolvimento de tecnologia preventiva. Além de apontar a necessidade de mais pesquisas sobre controle e minimização de riscos na exploração *offshore*, o diretor de inovação do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia-COPPE, o maior centro de ensino e pesquisa em engenharia da América Latina, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, sugeriu numa entrevista ao Jornal Folha de São Paulo[9] um papel mais ativo da *expertise* científica e das universidades, além da produção científica e tecnológica, no processo de fiscalização e monitoramento das atividades petrolíferas no Brasil como exemplificado no trecho abaixo extraído desta entrevista:

> Estamos buscando com a ANP (Agência Nacional de Petróleo) fazer um convênio para que possamos apoiar a fiscalização de forma independente das empresas de petróleo. Temos trabalhos sobre a confiabilidade de equipamentos, como minimizar a probabilidade de falhas, a detecção por satélite dos vazamentos. Queremos fazer uma ponte entre esses estudos e a ANP (Entrevista do Diretor de Inovação da Coppe-Ufrj no Jornal Folha de São Paulo, Caderno Mercado, 18 de Março, 2012).

Apesar do predomínio desta perspectiva "do risco controlável através de mais pesquisa e inovação" entre os cientistas ouvidos por ambos os jornais, houve em menor parte posicionamentos de acadêmicos que ao apontarem os perigos e ameaças da exploração do pré-sal numa perspectiva de incertezas, sugeriram que o país não estaria preparado para explorar tais reservas ou que os custos ambientais desta exploração seria muito elevado e problemático. Um desses cientistas que destaca o alto grau de incertezas das atividades no pré-sal pertence ao Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo (IEE-USP) e foi secretário da Ciência e Tecnologia da Presidência da República e ministro da Educação (1990-1994) e secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (2002-2006).
No trecho abaixo extraído do Jornal Folha de São Paulo[10] o professor da IEE-USP procura problematizar os argumentos apresentados por outros atores sociais sobre a segurança e o baixo risco da exploração das reservas do pré-sal no País:

---

8 i- Prevenção antivazamento é frágil no país: Além disso, é reduzido o investimento em pesquisas para obter novas tecnologias de prevenção de acidentes, Caderno Mercado, Folha de São Paulo; ii) País não está preparado para acidentes ambientais: Investimento em tecnologia preventiva é ínfimo, dizem especialistas, Caderno Economia, O Globo, 19/11/2011.

9 Brasil precisa tomar cuidados na exploração do pré-sal. In: Jornal Folha de São Paulo, Caderno Mercado, 18 de Março, 2012. Disponível em: *http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/31915-brasil-precisa-tomar-cuidados-na-exploracao-do-pre-sal.shtml*. Acesso: Nov de 2014.

10 O Brasil está pronto para lidar com a exploração do pré-sal? Debate entre José Goldemberg (não) e Edmar de Almeida (sim) publicado na Coluna Tendências & Debates da Folha de S. Paulo de 26/11/2011.

> Tem sido argumentado, por exemplo, que os poços de pré-sal estão a cerca de 300 quilômetros da costa e que, se houver derramamento de petróleo, ele se dispersará antes de atingir a costa - o que não significa que a vida marinha deverá deixar de ser seriamente afetada. Outro argumento usado por técnicos da Petrobras é o de que a "melhor tecnologia disponível" está sendo usada na exploração, o que pode até ser verdade. Contudo não existe experiência para retirar petróleo de reservatório situado abaixo da camada de sal de mais de três quilômetros, o que não foi feito ainda em outros países. Estamos realmente entrando numa área nova, em que problemas inesperados podem ocorrer. Podemos liderar essa área ou comprometer seriamente seu futuro (entrevista com o professor e pesquisador do IEE-USP na coluna Tendências & Debates do Jornal Folha de São Paulo, 26/11/2011).

5. Considerações finais

Se tomarmos a distinção conceitual de Hochstetler (2011) entre uma coalização de apoio (*enabling coalitions*) e uma coalização de bloqueio (*blocking coalitions*) no debate de decisões sobre questões energéticas no Brasil pode-se afirmar que a *expertise* científica brasileira, se constitui muito mais enquanto fortes pilares de apoio do que de bloqueio em relação à exploração petrolífera na camada do pré-sal no Brasil como observado neste trabalho. Pelos jornais analisados, foi possível constatar que os acadêmicos brasileiros bem como as duas maiores representações científicas do país- SBPC e ABC- viram na exploração destas reservas a possibilidade de maiores investimento em pesquisa e inovação, incluindo aí aquelas voltadas para a prevenção e minimização dos possíveis perigos e ameaças ambientais desta exploração. Se, contudo, uma parte desta *expertise* científica alertou para os perigos e ameaças, a tônica predominante entre eles é de verem estas ameaças, mais enquanto riscos passíveis de racionalização e controle, do que enquanto incertezas com impactos imprevisíveis, acumulativos e irreversíveis.

6. Agradecimentos

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo- FAPESP, pelo apoio financeiro por meio de uma bolsa de pós-doutorado- Processo: 2013/05930-6.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. As ameaças da nova geopolítica do petróleo. *Jornal Folha de São Paulo online*. 20/07/2012. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/colunas/1122840-as-ameacas-da-nova-geopolitica-do-petroleo.shtml. Acesso: Julho de 2012.

BARDIN, L. (2009) *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA.

BECK, U. (1992) Risk Society. Towards a New Modernity. London: SAGE Publications.

BOHOLM, A. (2003) *A Natureza Cultural do Risco: É Possível Haver um Antropólogo da Incerteza?* Ethnos.

BOURDIEU, P.(1989) O poder simbólico, Lisboa: Difel.

BURSZTYN, M.(2000) (ed) A difícil sustentabilidade- política energéticas e conflitos ambientais. Garamond.

CONGRESSO NACIONAL (2009), Os desafios do pré-sal. Cadernos de Altos Estudos, Brasília, n. 5.

COPPE-UFRJ, (2010), Corrida para o mar : Os desafios tecnológicos e ambientais do pré-sal. Disponível para download em: http://www.coppe.ufrj.br/coppe/publicacoes.html. Acesso: Janeiro de 2013.

DI GIULIO, G.M. (2012), *Risco, ambiente e saúde*: um debate sobre comunicação e governança do risco em áreas contaminadas. 1/1. São Paulo: Annablume.

DUPUY, J. P. (2002) *Pour un Catastrophisme Éclairé*: Quand l'Impossible est Certain, Paris: Seuil.

EGLER, C.A .G. (1996) Risco Ambiental como Critério de Gestão do Território. *Revista Território*.

FERREIRA, L. A. (2012), Equação Dinâmica entre Conflitos Sociais, Recursos Naturais e Desastres Ambientais: O Estado da Arte e uma Proposta Teórica. *VI Encontro Nacional da Anppas*. 18 a 21 de setembro de 2012 Belém - PA – Brasil.

FUKS, M.(1998), Arenas de Ação e Debate Públicos: Conflitos Ambientais e a Emergência do Meio Ambiente enquanto Problema Social no Rio de Janeiro. *Dados*. vol. 41 no. 1 Rio de Janeiro.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2011. Exploração e produção de petróleo em águas ultraprofundas: nova fronteira para o pós-crise. Disponível em: http://fgvprojetos.fgv.br/publicacoes/exploracao-e-producao-de-petroleo-em-aguas ultraprofundas. Consultado em Janeiro de 2013.

FUNTOWICZ, S., RAVETZ, J. (1990), Uncertainty and Quality in Science for Policy, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.

GOLDEMBERG, J. LUCON, O. (2007), Energia e meio ambiente no Brasil. *Estudos Avançados*. 21 (59).

HANNIGAN. J. (1995), *Environmental Sociology*: a social constructionist perspective. London and New York: Routledge.

HOCHSTETLER, K. (2011), The Politics of Environmental Licensing: Energy Projects of the Past and Future in Brazil. *Studies in Comparative International Development* 46(4): 349-371.

IPCC – PAINEL INTERGOVERNAMENTAL DE MUDANÇA DO CLIMA. (2001) Revised Good Practice Guidance and Uncertainty Management in National Greenhouse Gas Inventories. Good Practice Guidance 2000. Geneva: IPCC.

_____. Definitions and Methodological Options to Inventory Emissions from Direct Human- induced Degradation of Forests and Devegetation of Other Vegetation Types. IGES for the IPCC. s. d.

_____. (2007a). Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change IPCC. Geneva: WMO/Unep, 2007a.

_____.(2007b), Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories (2006 Guidelines) v.2 – Energy; v.3 – Industrial Processes; v.4 – AFOLU. IGES for the IPCC. Tóquio.

JASANOFF, S. (2003) Technologies of humility: citizen participation in governing science. *Minerva*, v. 41, p. 223-244.

JERÓNIMO, H.M. (2006), A peritagem científica perante o risco e as incertezas. *Análise Social*: Revista de ciências sociais da Universidade de Lisboa. Vol. XLI (4.º). (n.º 181), pp. 1143-1165.

JERÓNIMO, H.M.(2010), *Queimar a Incerteza*: Poder e Ambiente no Conflito da Co-Incineração de Resíduos Industriais Perigosos, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.

KEYNES, J. M.(1921), A Treatise on Probability, London: Macmillan.

KNIGHT, F. H.(1921), *Risk, Uncertainty and Profit*, Boston: Houghton Mifflin.

LEACH, M., SCOONES, I., WHYNNE, B. (2005). Introduction: science, citizenship and globalization. in Melissa Leach, Ian Scoones e Brian Wynne (eds.), Science and Citizens: Globalization and the Challenge of Engagement, London and New York: Zed Books, pp. 3-14.

MARTINS, H. (2012) *Experimentum Humanum*: Civilização tecnológica e condição humana. Belo Horizonte: Fino Traço Editora.

McCOMBS e SHAW. (2000). "A Função do Agendamento dos Media". In: TRAQUINA, Nelson. O Poder do Jornalismo: Análise e Textos da Teoria do Agendamento. Coimbra,Minerva.

MCCOMBS, M. A. (2009), *Teoria da Agenda*: a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. (1994) Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético. Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2022. Disponível em: *http://www.epe.gov.br/PDEE/20140124_1.pdf* New York, NY.

PERROW, C.(1984), *Normal Accidents*: Living with High-Risk Technologies, New York: Basic Books.

PIQUET, R. (2012), Os Efeitos Multiplicadores da Indústria Brasileira de Petróleo. Revista Paranaense Desenv. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Curitiba, PR, Brasil, ISSN 2236-5567 (online) e ISSN 0556-6916 (impresso).

PIQUET, R., SERRA, R. (org.) (2007). Petróleo e região no Brasil: o desafio da abundância, Rio de janeiro, Garamond.

RENN, O. (2008). *Risk Governance*. Coping with Uncertainty in a Complex World. London: Earthscan.

RENN, O. (1992), The social arena concept of risk debates. In: KRIMSKY, S. (ed.). *Social theories of risk*. p. 179-196. Westport, Conn.

SECRETARIA DE COMUNIÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA-SECOM. Pesquisa Brasileira de Mídia 2014. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/download/PesquisaBrasileiradeMidia2014.pdf. Acesso Nov de 2014.

VAINER, C. B. (2007), Recursos Hidráulicos: questões sociais e ambientais. *Estudos Avançados*, (21).

VIGLIO, J.E. (2012), *Usos sociais e políticos da ciência na definição de riscos e impactos ambientais no setor de petróleo e gás*. Tese de Doutorado defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

VIOLA, E. (1992), Climate governance in an international system under conservative hegemony: the role of major powers, Rev. bras. polít. int. vol.55 no.spe Brasília 2012.

WYNNE, B., Uncertainty and environmental learning: reconceiving science and policy in the preventive paradigm, Global Environmental Change: Human and Policy Dimensions 2, no. 2, June, pp. 111-127.

ZHOURI, A. e OLIVEIRA, R. (2007), Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. In: Ambiente e Sociedade, V. X, N. 2, p. 119-136.

Perspectivas Filosóficas sobre a questão da longevidade humana: desdobramentos para a sociedade brasileira atual

Dra. Luciana Zaterka[1]
luciana.zaterka@ufabc.edu.br

Resumo: Desde sempre, o homem foi perseguido pelo desejo de imortalidade. Encontramos nas mais diferentes tradições reflexões sobre a possibilidade da longevidade humana. Do ponto de vista filosófico localizamos na obra de Francis Bacon a primeira sistematização sobre o tema. O pensador inglês acredita que, diferentemente dos antigos, teria descoberto um método "para introduzir espíritos jovens num corpo velho" e hipotetizou na sua importante *História da vida e da morte* istoria dcenários para a regeneração física do homem. E introduziu a possibilidade do homem exercer o domínio sobre si próprio. Gradualmente a modernidade abriu as portas para técnicas de "melhoramento" dos indivíduos. A pergunta que surge é 'devemos prolongar a vida humana'? Quais os "custos" desse prolongamento? Quantidade não significa qualidade de vida. E dentre inúmeros desdobramentos dessa problemática existe um que toca o Brasil de perto: o aumento crescente de doenças, antes minoritárias, como o Alzheimer e o mal de Parkinson.

Palavras-chave: Francis Bacon, Alzheimer, imortalidade, longevidade, sociedade brasileira

1. Introdução:

Talvez nenhum outro filósofo clássico nos faça questionar mais sobre os fundamentos da nossa sociedade atual do que Francis Bacon (1561-1626). De fato, é impossível passar pelas linhas do *Novum Organum* (1620) ou da *New Atlantis* (1624) sem pensar nas (terríveis) consequências do homem ter assumido o domínio sobre a natureza e, nesse sentido, refletir nas relações intrínsecas entre ciência, técnica e poder. Desastres ambientais, problemas ecológicos, consumo exacerbado, desigualdades sociais, fim dos bens naturais, questões de bioética. E o interessante é que apesar das evidentes melhorias que podemos observar graças ao desenvolvimento científico e tecnológico dos últimos dois séculos, tais como aumento da expectativa de vida, melhoria da saúde, diminuição do analfabetismo, etc., o "mal-estar da civilização" permanece.

Neste sentido, entre os vários questionamentos que a nossa sociedade contemporânea vivencia, existe um que foi objeto de estudo privilegiado por parte de Bacon, a questão do prolongamento da vida: temos condições materiais e técnicas para prolongar a vida humana? Devemos prolongar a vida humana? É sabido que, a partir da filosofia baconiana, o homem restabelece, reinstaura a plena autorização, contida no texto bíblico, para exercer o domínio sobre a natureza, império esse não só praticado sobre a natureza externa (o mundo natural), mas também sobre si próprio, no limite, sobre o seu próprio corpo. É dentro desde contexto que objetivamos localizar, num primeiro momento, a gênese histórico-conceitual dessa questão, para então refletirmos sobre alguns desdobramentos desta problemática para a nossa sociedade atual. Neste sentido, essa pesquisa pretende apontar para algumas questões que permeiam a nossa contemporaneidade, afinal "se adicionamos anos à nossa vida isso não quer dizer que adicionamos vida aos nossos anos". De fato, ao olharmos para os meios de comunicação, observamos uma preocupação constante com essa problemática. Assim, por exemplo,

---

1 Bacharel e licenciada em química pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Obteve o mestrado em química orgânica pelo Instituto de Química da USP. Possui graduação, mestrado e doutorado em filosofia pela FFLCH-USP. Obteve o pós-doutoramento em história da ciência pela PUC-SP. Atualmente é professora de filosofia da UFABC. Membro da Associação filosófica *Scientiae Studia* e da Associação de Filosofia e História da Ciência do Cone Sul (AFHIC).

recentemente um artigo publicado na internet intitulado "'Blitz de saúde' pode retardar envelhecimento das células"[2], discute a preocupação que desde sempre acompanha os humanos: o processo que conduz à morte é inevitável ou pode ser interrompido, ou mesmo revertido? Nesse mesmo sentido, podemos notar o aumento exacerbado nos últimos anos na quantidade de agências governamentais, hospitais, dietas miraculosas, suplementos alimentares, academias de ginástica, pesquisadores e médicos especialistas no cuidado com o 'fitness of the body'. E, por fim, sabemos que a expectativa de vida nas nações europeias e americanas aumentou consideravelmente no último século de 32 para 77 anos. No caso do Brasil, os censos demográficos demonstram que em 1950 a vida média das pessoas era de 43.3 anos. Em 2000, passou para 74 anos e em 2010, encontrava-se em 77.4 anos. Algumas análises ainda mostram que no caso de mulheres brasileiras que vivem em áreas urbanas desenvolvidas encontramos uma vida média de 80 anos[3]. Porém em muitos casos o aumento na quantidade de anos não significa um aumento na qualidade de vida. Talvez por isso a questão do prolongamento da vida – se possível e se desejável – ganhou um lugar de destaque na nossa sociedade:

Nunca antes na história da humanidade os métodos mais ou menos científicos de prolongar a vida foram discutidos de maneira tão incessante em toda a sociedade como em nossos dias. O sonho do elixir da vida e da fonte da juventude é muito antigo, mas só assumiu uma forma científica – ou pseudocientífica – em nossos dias. A constatação de que a morte é inevitável está encoberta pelo empenho em adiá-la mais e mais com ajuda da medicina e da previdência, e pela esperança de que isso talvez funcione (Elias, 1982:56).

Por esta razão nos propomos a refletir sobre alguns desdobramentos desta problemática para o Brasil atual. Pois, sabemos, por exemplo, que doenças antes minoritárias, tais como o Alzheimer e o mal de Parkinson cresceram de maneira exponencial nos últimos anos.

2. Gênese-histórico conceitual da longevidade humana: Francis Bacon

Uma primeira questão que devemos responder diz respeito à razão de localizarmos a gênese histórico-conceitual dessa problemática no universo seiscentista inglês, especialmente na obra de F. Bacon, pois desde a Antiguidade nomes importantes como Hipócrates, Galeno ou Aristóteles já se preocupavam com a questão da vida e da morte. Analisemos, então, rapidamente a posição dos antigos para entendermos o porquê de localizarmos a origem dessa questão na obra de Lorde Verulâmio.

Existe uma opinião que perpassa hoje o senso comum, mas que foi constituída historicamente, que afirma a direta relação entre idade avançada e perda de vigor. Essa ideia possui uma razão de ser precisa. Se deixarmos de lado, por ora, as importantes diferenças entre as teorias médicas de Hipócrates e Galeno, por exemplo, notaremos entre os antigos uma premissa comum, qual seja, juventude significa vigor, senescência significa a perda dessa força. Esse vigor, essa potência, essa força pode ser entendido como um "calor inato" ou um "fogo natural" intrínseco a cada ser vivo. Assim, por exemplo, no texto hipocrático Sobre a natureza do homem, lemos: "*um homem é mais quente no primeiro dia de sua existência e mais frio no último*" (Jackson, 2012:46). Neste mesmo sentido, durante muito tempo médicos, escritores e filósofos operavam, mesmo que criticamente, com a metáfora da vida como um fogo e a senilidade, então, seria a extinção dessa chama. Galeno, por exemplo, acredita na existência de um calor inato, nuclear tanto para se compreender todas as alterações que ocorrem no corpo humano - nascimento, crescimento e declínio –, como para auxiliar na 'absorção' da comida, na formação de canais que fornecem refrigeração necessária, nutrientes e no descarte de resíduos. Mas o médico antigo esclarece que a analogia com a chama possui um claro limite: o fogo comum opera no âmbito da destruição, já o nosso calor inato é positivo, no sentido que é visto como a principal fonte de todo crescimento e metabolismo.

---

2 http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/09/130917_vida_saudavel_envelhecimento_celulas_lgb.shtml (acessado em 01/06/2014).

3 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Serviço Nacional de Recenseamento. Brasil: censo demográfico. Rio de Janeiro, 1956 (Série Nacional, v.1); Censo demográfico, 2000. Brasília, DF, 2001 e Censo demográfico, 2010, Brasília, DF, 2013.

Sabemos que Aristóteles também utiliza a metáfora da vida como fogo. Em De *inventute et senectute*, ele salienta a importância do equilíbrio do calor inato para a vida (Aristóteles, 1957: 423). O objetivo é evitar, tanto quanto possível, a extinção ou o esgotamento dessa chama originária, para tanto o corpo necessita de refrigeração constante e alimento. Nesse mesmo sentido, Galeno afirma que o corpo possui duas fontes de degeneração: uma intrínseca e espontânea e outra extrínseca e acidental. A primeira é consequência do decaimento natural da nossa umidade vital, o segundo refere-se às doenças que podem surgir pelo embate com os fatores externos. É por isso que a velhice, nesse sentido, seria, antes de tudo, uma condição de secura. Todas as criaturas vivas estão destinadas ao ressecamento. É por isso que Galeno, em alguns textos, irá propor então, o humedecimento de suas partes como o principal remédio para o prolongamento da vida. E aqui chegamos num ponto importante da nossa discussão.

Quando os antigos falam em prolongamento da vida eles não acreditam na possibilidade da arte humana ter condições de interromper ou mesmo retardar a tendência natural de todos os corpos vivos que é a morte. Em outras palavras, para os antigos seria impossível escaparmos do caminho natural que conduz do nascimento ao perecimento. Portanto a possibilidade da longevidade, nesse contexto, diz respeito somente a uma "longevidade natural" mediada por meio da moderação de regimes, tais como o controle da alimentação, do sexo, das emoções e dos hábitos. Neste sentido, há uma diferença importante entre adiar a morte ao combater as doenças, ou preservar a saúde e um prolongamento efetivo da vida por meio da arte e da técnica humanas[4].

Assim, existe uma distinção importante entre adicionar tempo para além da determinação imposta pela natureza ou por Deus, ou seja, um prolongamento efetivo da vida, e curar uma doença pela arte no sentido de simplesmente adiar a morte. Nesse segundo caso, adicionamos tempo contra uma determinada doença que de outra forma teria encurtado a vida, mas não houve um alongamento quantitativo daquilo que já estava inscrito na ordem natural. Encontramos essa perspectiva também na tradição teológica cristã: "*Naqueles dias adoeceu Ezequias mortalmente (...) Ouvi a tua oração, e vi as tuas lágrimas; eis que eu te sararei; ao terceiro dia subirás à casa do Senhor. E acrescentarei aos teus dias quinze anos (...)* (2, Reis, 20)".

Até a modernidade, em linhas gerais, observamos a permanência dessa dicotomia. Em outras palavras, há um claro limite à possibilidade da arte prolongar a vida humana. Todos os seres, até então, têm um prazo finito determinado que foi designado pela Providência. É por isso que ao longo da vida "o calor natural", "a umidade inata", "o sopro", "o archeu"[5] de cada criatura diminui gradualmente, resultando na secura, no ressecamento, enfim na morte. Ora, neste contexto, foi Deus ou a natureza quem fixou os nossos desígnios e, portanto, a única maneira possível de prolongar a vida seria por meio da vontade e da graça divinas, isto é, pelo âmbito da religião e não por meio das obras humanas. Vejamos, então, o lugar nuclear que F. Bacon terá para a virada de perspectiva com relação a essa premissa.

---

4 Essa distinção permanece ao longo do Medievo. Avicena, por exemplo, afirma que a senilidade é natural e inevitável. Assim, embora possa variar de pessoa para pessoa, ela é um dado da natureza e, portanto, do âmbito do necessário. Avicena, neste sentido, não acredita no uso de medicamentos para tentar a cura ou mesmo o retardamento da senescência. Prolongar a vida para além do que a natureza prescreve não é objeto da medicina, simplesmente porque tal objetivo é impossível. No limite, os fármacos só podem auxiliar a curar doenças que poderiam acelerar a morte, mas nunca seriam capazes de atuar para além dos limites da vida prescrito pela própria natureza para um determinado paciente: "*A arte de manter a saúde não é a arte de evitar a morte ou evitar ferimentos estranhos do corpo ou de assegurar o máximo de longevidade possível ao ser humano. Ela preocupa-se com duas outras coisas: 1. a prevenção do colapso putrefato, e 2. a preservação da umidade inata a partir da sua veloz dissipação e mantê-la em tal grau de força que o tipo original de constituição peculiar para a pessoa não deve mudar até mesmo no último momento de sua vida*" (Jackson, 2012: p. 83). Lembremos ainda que médicos renascentistas dividiam a parte prática da sua arte em dois ramos: o âmbito terapêutico que dizia respeito à cura das doenças e a higiene que cuidava da preservação da saúde (Mikkeli,1999: pp. 32-40). Na citação acima vemos que a tarefa proposta por Avicena encontra-se claramente no âmbito da higiene.

5 Lembremos que nomes como Roger Bacon, Paracelso e Marsilio Ficino, diferentemente da tradição que estamos analisando, irão fundamentar os seus respectivos princípios geradores da vida numa fonte divina ou cósmica.

Guido Giglioni, num artigo sobre essa temática, escreve:
Se os antigos tinham preferido limitar-se a uma melhoria funcional do tempo de vida naturalmente atribuído a cada indivíduo, os modernos alimentaram o sonho audacioso de libertar-se das limitações impostas em suas vidas pela natureza. Enquanto os antigos tinham mantido a gradual não substituição da umidade radical e a imperfeição inevitável da nutrição, Bacon não exclui a possibilidade de transformar o processo cíclico, ainda que processo de vida inevitavelmente regressivo, numa auto-renovação perpétua do "fogo vestal". Antecipando as ideias que levariam alguns dos membros da Royal Society a testar experimentos de transfusões de sangue, Bacon hipotetizou cenários possíveis de regeneração física. "Se fosse possível para os espíritos jovens serem colocados num corpo velho", sugeriu ele, "é provável que essa grande roda pudesse colocar as rodas menores em movimento, e voltar o curso da natureza". *Afinal, Bacon escreveu na Historia vitae et mortis que a idade é apenas uma "medida de tempo" convencional, que depende da inter-relação de fatores internos e externos. A fé de Bacon nas perspectivas ilimitadas de implementações médicas e tecnológicas implicou uma redefinição radical do significado da ordem natural da vida.* Uma nova compreensão da natureza progressivamente dissolveu o próprio conceito de condicionamento natural. O envelhecimento em si foi um desses condicionamentos naturais (Giglioni, 2005: 141, grifo nosso).

Portanto, a grande virada imposta pela modernidade diz respeito à possibilidade, inimaginada até então, não só do homem ser capaz de acelerar o curso da natureza, como na arte alquímica, por exemplo, mas o homem de agora em diante ser capaz de produzir novas naturezas. Naturezas artificias essas ontologicamente semelhantes às naturezas originais. Para tanto, Bacon reformulou a concepção predominante de ciência, que era fundamentalmente contemplativa. Isso não significa que a ciência não realizasse observações empíricas nem deixasse de fazer experimentos, porém, de fato, a observação e a experimentação efetuadas, por exemplo, por Hipócrates e Galeno, não tinham como objetivo a transformação da natureza, e sim ajudá-la com a arte a realizar o que ela sozinha não teria forças para fazê-lo. A técnica era a continuação da natureza e um auxílio a ela. Ao lado disso, não podemos esquecer que o aspecto contemplativo da ciência não poderia apoiar-se em ações, mas apoiava-se em escritos: os livros das autoridades, Aristóteles, Platão, Plínio, Dioscórides, eram o fio condutor da Escolástica. Bacon propõe algo inovador trocar os livros pelos fatos, a biblioteca pelo laboratório e reunir o mundo teórico com o universo prático, julgando que o homem deva desvencilhar-se da metafísica escolástica e se voltar para a natureza. Acreditando que o homem perdeu o seu estado de inocência após o pecado original e, nesse sentido, perdeu a plena capacidade de conhecer e refletir o universo, Bacon propõe uma restauração do estado original por meio desta nova concepção de ciência operativa. Assim, é por meio das obras humanas, das ciências, enfim de um conhecimento voltado, acima de tudo, para o bem-estar dos homens que poderemos reconquistar o domínio perdido sobre a natureza. Isso significa que Bacon acredita que Deus criou os homens sem imperfeições e assim a doença, o envelhecimento e, no limite, a morte foram adquiridos depois que Adão comeu o fruto proibido.
Assim, notamos claramente que a filosofia natural baconiana tem um fundamento metafísico-teológico. É por isso talvez que a questão da longevidade humana torna-se central nesse empreendimento filosófico. Tanto é assim que Robert Leslie Ellis, autor do prefácio desse livro na edição do *The Works of Francis Bacon*, afirma:
Certo de que viveu numa época ordenada pela Providência para o avanço do conhecimento, ele acreditou que a filosofia deveria melhorar as condições materiais da raça humana, e então, em parte restabelecer a felicidades prelapsária. Ele assinalou o prolongamento da vida como o primeiro e mais alto objetivo da nova filosofia. A realização daquele sonho antigo iria cumprir um programa que propõe uma soteriologia material para este mundo (Bacon, 1857: XII, xlvi).

Qual é então a proposta baconiana para se retardar o processo da senescência?
Diferentemente da tradição, que operava, como vimos, com qualidades vitais irredutíveis à matéria, tais como *archeu*, calor inato, humidade natural, etc., Bacon enfatiza o lugar das *propriedades materiais* da vida. Assim, compreender como funciona o mecanismo da vida e da morte, significa, antes de tudo, conhecer a teoria da matéria proposta pelo filósofo inglês. Logo no início da obra, ele salienta a sua insatisfação com o estado do conhecimento médico e químico sobre a questão da longevidade, afinal para ele a senescência não está ligada

à perda gradual de um calor inato, nem de um sopro vital, mas origina-se fundamentalmente num processo degenerativo que afeta toda a matéria, não somente os corpos vivos; notemos, assim, que Bacon remove qualquer resíduo de uma substância vital:
"ao invés de enfatizar as propriedades inexplicáveis das propriedades vitais, anuncia um novo caminho para prolongar o curso da vida humana fundado numa nova metafísica da matéria viva. A matéria é viva, afirma Bacon, porque regulada, estruturada e mantida por apetites primários. Os apetites não explicam somente todas as ações manifestas e reações da matéria, mas também a sua tendência latente à auto-preservação e persistência por tempo indeterminado" (Giglioni, 2005: 130).
De fato, Bacon em inúmeras obras afirma que a matéria é composta por matéria tangível e por espíritos. "Devemos investigar – ele afirma no *Novum Organum* – o quanto de espírito e o quanto de essência tangível há em todo corpo" (Bacon, 1857: IV, 125).
Até meados de 1950, Bacon descrevia um único tipo de espírito presente em todos os corpos materiais. Porém a partir dessa década, talvez por se interessar pelo aprofundamento de questões ligadas à matéria viva, ele introduz um segundo tipo de espírito. Assim, acreditamos que o estudo da questão da *longevitates* está intimamente relacionado tanto à análise do mecanismo de funcionamento de tais espíritos, quanto à ligação entre tais espíritos e os fatores externos. Neste sentido, Bacon propõe uma metodologia inovadora, pois parece que ele acredita que o estudo das questões relativas à regeneração e ao prolongamento da vida deve ser feito pela perspectiva dos corpos inanimados. Contudo, lembremos que todos os corpos, portanto também os inanimados, possuem espíritos: "Em todos os seres vivos existem dois tipos de espíritos: os não vivos (*spiritus mortuales*) do tipo encontrado nas substâncias inanimadas, e os espíritos vitais (*spiritus vitales*)" (Bacon, 1996: XII, 351).
Qual o lugar e o estatuto desses espíritos na teoria da matéria baconiana? Escutemos o pensador seiscentista: "Ora, este espírito de que falo não é nem alguma virtude ou energia nem uma enteléquia ou algo sem valor, mas é claramente um corpo fino e invisível, alguma coisa com lugar e extensão" (Bacon, 1996, XII, 346-349).
Assim, os espíritos, antes de mais nada, são materiais; eles são sutis e sem peso, possuem apetites e impulsos, portanto são os constituintes ativos da matéria, produzindo, assim, a maioria dos processos observáveis na natureza. Em contrapartida, a matéria tangível é passiva, fria e inerte e, então, resistente às mudanças.
O interessante do nosso ponto de vista é que a causa da senescência, como entendida por Bacon, é um processo que ocorre tanto nos corpos animados, como nos inanimados. Como ele mesmo afirma na *Historia vitae et mortis*, a idade não é nada em si mesma, somente uma medida de tempo. Mas o processo que conduz à morte tem como causa os espíritos inatos dos corpos, os quais, por um lado, absorvem a umidade do corpo e escapam dele, e, por outro, o ar ambiente que propicia a multiplicação desses espíritos inatos. Ora, esse espírito que Bacon descreve aqui é o mortual, presente, como sabemos, em todos os corpos. Neste sentido, a dessecação que é parte constitutiva do envelhecimento é um processo latente que merece portanto observações metódicas em todos os corpos existentes na natureza. Ora, conhecendo o mecanismo de tal funcionamento, Bacon conclui, teremos a capacidade de introduzir nos corpos, por exemplo, substâncias de natureza duráveis – duras ou oleosas – que terão a capacidade de deter os espíritos e, então, retardar o processo de senescência.

3. O prolongamento da vida e o século XXI

Para nós interessa salientar que Bacon aponta para uma nova perspectiva de alteração e manipulação do vivo, mediante técnicas e conhecimentos interventivos no âmbito da materialidade do humano, que abriu caminho para uma nova postura frente à questão da longevidade. O valor, a finalidade que estava inscrito na Natureza passa para o âmbito do humano.
Porém, devemos esclarecer um aspecto fundamental: o projeto baconiano ao restaurar a plena autorização do homem exercer o domínio sobre a natureza e também sobre si próprio não o faz retirando do ser humano a sua dignidade de criatura privilegiada, pois esta própria investigação sobre a longevidade humana se associa a sua função de ministro e intérprete da natureza, isto é, colabora com a providência divina no sentido de construir artes e técnicas humanas para o bem-estar da população. Noutros termos, seu programa propicia subsídios para o desenvolvimento de uma ética de cunho social e de implementação de exigências e critérios de apreciação

da investigação científica no âmbito econômico e político. Essas reflexões de cunho epistemológico e ético nos propiciam a pensar nos desdobramento e consequências que podemos extrair dessa discussão para a nossa sociedade atual. Na gênese histórico-conceitual desta problemática observamos a diferença fundamental entre longevidade e saúde, quantidade e qualidade de vida, isto é, entre o adiamento da morte por meio de regimes e drogas e um prolongamento efetivo da vida. Hoje em dia possuímos meios técnicos suficientes para prolongar a vida humana, mas a pergunta que deveríamos formular é outra: devemos prolongar a vida humana? Por quê? Quais as consequências concretas (éticas, epistêmicas, socioeconômicas, políticas) tanto no âmbito individual como no coletivo dessa 'nova velhice' humana? Na gênese da modernidade os homens vivenciaram a utopia de uma nova era, pela primeira vez foi possível criar novas naturezas e operar técnicas de maneira antes impensável sobre os fenômenos da natureza, por meio da arte humana: novos fármacos, novas rotas, aumento de alimentos por meio da fabricação de fertilizantes potentes, construções inéditas, a imprensa, a bússola, a pólvora. Porém, agora em pleno século XXI, apesar de todos os avanços da ciência e da tecnologia o "mal-estar da civilização" permanece mais vivo do que nunca. Ao invés da utopia, a distopia. Devemos prolongar a vida humana? Se a resposta for afirmativa que se leve em consideração tanto as consequências individuais, como, por exemplo, o princípio da dignidade da pessoa humana, como as coletivas, tais como, o acesso público à saúde para todos.

É inegável que tratamentos antes inimagináveis tornaram-se uma realidade, criando uma grande possibilidade de cura de doenças, de realização de exames sofisticados, invenção de vacinas e remédios para as mais diversas doenças. Implantes, transplantes, enxertos, próteses. Seres portadores de órgãos "artificiais". Seres geneticamente modificados. Anabolizantes, vacinas, psicofármacos. Estados "artificialmente" induzidos. Superatletas. Supermodelos. Clones. Seres "artificias" que superam, localizada e parcialmente, as limitadas qualidades e as evidentes fragilidades dos humanos. Tudo isso melhorou a vida dos seres humanos, mas também é inegável que trouxe consequências, às vezes, não tão boas, como a possibilidade de tornar um doente refém de tratamentos inúteis para seu caso. O problema maior da vida prolongada por aparelhos e recursos farmacológicos é o entendimento sobre o que é obrigatório, opcional ou indevido proporcionar a esses indivíduos. E aqui voltamos para a dicotomia existente antes da época moderna. Suspender tratamentos não frutíferos não significa encurtar o tempo de vida, mas deixar de alongá-la artificial e inutilmente, muitas vezes maltratando o doente, sem lhe gerar benefício.

Com efeito, a questão do prolongamento da vida, e no limite a obtenção de um tipo de imortalidade por meios tecnológicos, é um assunto frequentemente debatido na atualidade, por exemplo, pelos adeptos do transhumanismo. Muito embora a maioria desses debates soem como fantasiosos, eles são signos da esperança no advento de uma utopia técnica que liberte o homem do envelhecimento, adoecimento e morte. Ao recuperar essas questões na obra de Francis Bacon, o presente trabalho pretende lançar luz sobre a gênese desse processo, fornecendo elementos para um quadro referencial mais amplo sobre o tema (Fressoz, 2012). Não obstante, cumpre mencionar que, nos dias de hoje, a gama de problemas suscitados pelo avanço tecnológico sequer poderia ser imaginada no nascimento da modernidade. A título de ilustração, muito se fala sobre o melhoramento genético de nossa espécie, mas isso levanta a questão de se tal melhoramento se estenderá a todas pessoas ou apenas à parcela mais privilegiada economicamente. Caso se efetive a segunda alternativa (diga-se de passagem, a mais provável), isso levaria a partição da espécie humana em duas, os "gene-rich" e os "gene-poor", ou seja, entre aqueles que podem ter acesso e aqueles que não podem ter acesso às aplicações da genômica. Nesse caso, a visão utópica de uma humanidade livre de doenças genéticas transformar-se-ia em uma distopia na qual a desigualdade social se inscreveria nos próprios corpos dos indivíduos. Uma crítica construtiva do pensamento utópico, com efeito, não pode prescindir de uma análise pormenorizada das *unanticipated consequences* da tecnologia. Analisemos, por fim, um estudo de caso que pode elucidar nossas preocupações e que interessa de perto a população brasileira: a doença de Alzheimer.

O envelhecimento da população tornou-se um fenômeno universal em todo o mundo. Vários centros de pesquisa, tais como o Programa de Envelhecimento das Nações Unidas e os Centros dos EUA para Controle e Prevenção de Doenças, mostram que o número de pessoas idosas no mundo, isto é, com mais de 65 anos de idade, aumentou de 420 milhões em 2000 para quase 1 bilhão em 2013, ou seja, tivemos um aumento de 7% para 12%. É importante notarmos que os países em desenvolvimento terão, nas próximas décadas, o maior

aumento em número absoluto de idosos. A estimativa é que a participação desses países no envelhecimento da população mundial vai aumentar de 59% para 71%. Como a ocorrência da doença de Alzheimer está fortemente associada com o aumento de idade, prevê-se que este transtorno demencial irá representar enormes desafios para os sistemas públicos de saúde e de cuidado com idosos em todos os países do mundo (Xu et al, 2013: 112). A doença de Alzheimer (DA), descrita pela primeira vez em 1906 pelo doutor Alois Alzheimer, caracteriza-se pela perda de funções cognitivas (memória, orientação, atenção e linguagem), causada pela morte das células cerebrais.

Figura 1 - Tomografia por emissão de pósitrons (PET)[6]

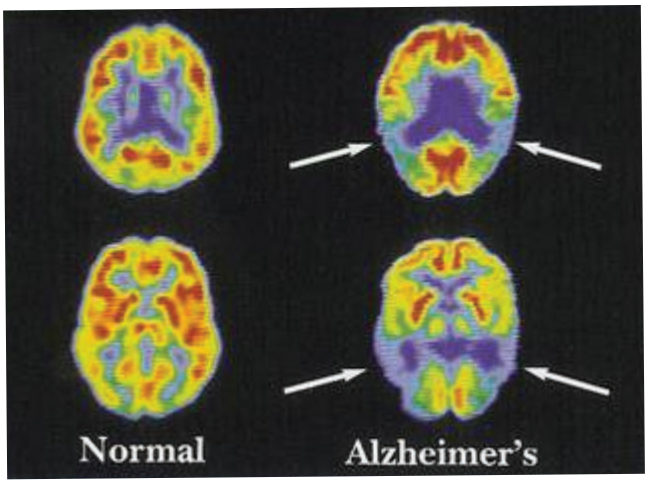

De acordo com a *Alzheimer´s Disease International* (ADI), o crescimento da incidência da doença na população idosa praticamente dobra a cada vinte anos. Atualmente, 58% da população com Alzheimer encontra-se nos países desenvolvidos; percentual que atingirá os 72% em 2050. Aqui já possamos notar a relação direta entre o aumento da expectativa de vida, mais viável em países desenvolvidos, e o rápido crescimento de tais doenças. De fato se observarmos os dados atuais de base populacional da Europa em pessoas com mais de 65 anos de idade, encontraremos 6,4% com demência e 4,4% com AD. Já nos EUA, observaremos uma prevalência de 9,7% da população com AD. No âmbito mundial, a prevalência da demência foi estimada em 3,9% nos idosos, com as seguintes prevalências regionais: 1,6% na África, 4,0 % na China e regiões do Pacífico Ocidental, 4,6% na América Latina, 5,4% na Europa Ocidental e 6,4% no Norte da América. Nos países desenvolvidos um em cada dez idosos está afetado por algum grau de demência (Xu et al, 2013: 112).

Nos últimos anos as pesquisas epidemiológicas de demência em geral e Alzheimer em particular não se restringem mais aos chamados países desenvolvidos; e, assim, englobam, também os países que possuem renda baixa e média. Tais trabalhos mostram que a prevalência total de AD nos países em desenvolvimento é de 3,4%. Tal valor é consideravelmente mais baixo que nos países desenvolvidos, que possuem uma taxa de longevidade maior. Devemos ainda observar que as taxas de prevalência de demência, por exemplo, na Índia e na América Latina rural são de aproximadamente um quarto das taxas dos países europeus. No entanto, a prevalência de AD em idosos nas áreas urbanas da China é de 3,5%. Semelhantes taxas de demência foram também relatadas a partir da análise dos dados obtidos nas populações urbanas dos países latino-americanos, como Havana, em Cuba (6,4%) e São Paulo, no Brasil (5,1%). ,

6 *http://www.alzheimermed.com.br/diagnostico/avaliacao-morfofuncional* (acessado em 01/11/2014).

Figura 2 – Prevalência de demências por idade em diferentes países (XU et al, 2013: 114)

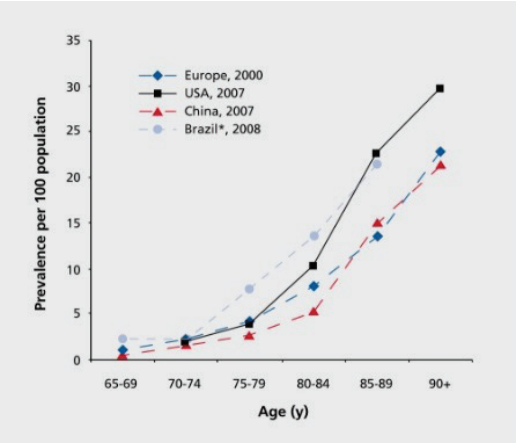

Estudos recentes têm confirmado que a incidência de DA nos países em desenvolvimento é geralmente mais baixa do que na América do Norte e na Europa. Por exemplo, a taxa de incidência de DA em pessoas idosas é de 7,7 por 1000 pessoas-ano no Brasil e 3,2 por 1000 pessoas-ano na Índia. O crescente aumento no número de doentes com AD irá resultar, sem dúvida, em enormes consequências para a nossa sociedade e para a nossa economia. Em 2006 o número total de pacientes com DA no mundo era de 26,6 milhões e em 2050 esse número irá quadriplicar. Tais pacientes, sabemos, requerem um alto nível de cuidado. Para tanto serão necessários enormes recursos para atingir tais finalidades, algo estimado em US 315 bilhões.

Ora talvez não precisemos ir para os estudos ligados ao transhumanismo para refletir sobre a futura 'partição' da espécie humana em duas, os "gene-rich" e os "gene-poor", entre aqueles que podem ou não ter acesso às aplicações da genômica. De fato existe uma outra dicotomia já presente em nossa sociedade mundial, e especialmente na brasileira: os que tem e/ou terão a médio prazo (ou não) acesso aos sistemas de ensino e saúde. Se, por um lado, a longevidade da população mundial é um acontecimento - que desde sempre nos acompanha - e, portanto muito esperado e desejado, é porque sempre acreditou-se que este envelhecimento refletiria, sobretudo, num aumento na qualidade de vida dos indivíduos; mas, por outro, vemos claramente o desmoronamento dessa utopia. O Brasil encontra-se entre os dez países com a maior população de idosos (OMS-ONU). Com o envelhecimento da população há maiores possibilidades destes indivíduos, cada vez mais, desenvolverem doenças crônicas, tais como as doenças degenerativas cerebrais mencionadas. De um lado, observamos uma primeira divisão na sociedade mundial entre os que vivem em países desenvolvidos ou em desenvolvimento que assim vivenciam, de certa maneira, as técnicas ligadas ao ideal da imortalidade humana. Nestas nações observamos o crescimento da longevidade e com ele doenças antes inimagináveis nestas proporções.

Mas, em segundo lugar, assistimos o aparecimento de uma outra divisão. Análises atuais mostram, com dados estatísticos significantes, que a demência acomete em maior número analfabetos do que indivíduos com escolaridade acima ou igual a oito anos. De fato, pesquisadores acreditam que o indivíduo que é mais estimulado intelectualmente, desde a infância, terá uma maior rede de conexões interneuronais que, assim, promoverá um tipo de "poupança" que irá retardar, no futuro, o aparecimento da sintomatologia (neuroplasticidade). Em outras palavras, quanto maior o número de anos de educação formal que uma pessoa tem, menor é a chance dela desenvolver a doença se atingir a senilidade. Ora, hoje no Brasil, aproximadamente 12% da população não é alfabetizada, isso quer dizer que cerca de 22 milhões de pessoas não sabem ler, escrever e nem dominar cálculos.

Essas questões são fundamentais, pois como a Doença de Alzheimer ainda não têm cura, ela pode e deve ser tratada o mais precocemente possível. É por isso que um dos aspectos mais enfatizados nos estudos atuais diz respeito aos "fatores de proteção" da patologia. O primeiro está ligado à alimentação. Dietas ricas em peixe, frutas e vegetais são importantes, pois são ricos em antioxidantes e poliinsaturados (ácidos graxos). Além disso, indivíduos que têm uma alta ingestão de vitaminas E e C (ambos antioxidantes) estão menos propensos

a apresentar declínio cognitivo e, então, possuem riscos menores de adquirir a patologia. O segundo relaciona-se à prática constante de atividades físicas. Tais atividades podem promover, segundo especialistas, a saúde do cérebro, aumentanto, por exemplo, o fluxo sanguineo cerebral, a extração de oxigênio e a utilização de glicose; pode ainda ativar fatores de crescimento que promovem alterações estruturais do cérebro, tais como o aumento da densidade capilar. Por fim, tais estudos sugerem que a atividade física propicia a diminuição da formação de placas de amilóide. Estima-se que tais atividades físicas podem diminuir o risco da demência senil em até 40%[7]. O terceiro aspecto refere-se às atividades intelectuais. Pessoas idosas com níveis mais elevados de educação tiveram uma menor incidência de demência do que os indivíduos sem educação. De fato, pessoas tanto jovens como idosas que se engajam nas mais diversas atividades cognitivamente estimulantes, tais como aprender, ler, jogar cartas, utilização da memória, etc. estão menos propensas a desenvolver a Doença de Alzheimer (Reitz, 2011: 7-8).

4. Considerações Finais

A morte é uma das maiores inquietudes da condição humana, tendo demarcado esforços para o seu equacionamento ao longo da história do pensamento ocidental. Ainda antes do "nascimento" da filosofia notamos matizes relativos à finitude, por exemplo, nas obras de Homero. Do ponto de vista filosófico, inúmeros pensadores trataram da questão. Platão para quem a filosofia é exatamente uma longa meditação sobre a morte. Cícero e Montaigne para quem filosofar é, acima de tudo, aprender a morrer. Heidegger que viu na mortalidade humana a condição existencial por excelência; Hegel que em sua importante *Fenomenologia do espírito*, articula um discurso com vistas à superação da morte. Epicuro, Espinosa e Nietzsche, que por diferentes razões, acreditam que a morte é uma meditação sobre a vida.

Ora, para lidar com o nosso desejo de imortalidade, desenvolvemos ao longo dos últimos séculos técnicas gigantescas. Em outras palavras, a possibilidade humana de uma longevidade cada vez maior não é mais uma utopia. Desde a modernidade o sonho da imortalidade está cada vez mais perto. A criogenia é um fato. O problema não é mais a possibilidade ou não de aumentarmos exponencialmente a nossa quantidade de vida, mas vivermos uma vida qualitativamente boa e principalmente digna. Acreditamos que esse trabalho, que pretende reunir aspectos da filosofia, da história e da sociologia da ciência, possa trazer alguma luz para esses problemas que permeiam a sociedade contemporânea e principalmente a brasileira. Estamos entre os dez países com a maior população de idosos do mundo. Temos a obrigação de olhar para eles, com políticas econômicas, sociais e éticas igualitárias. Que possamos, antes que seja tarde, implodir a dicotomia entre os "gene-rich" e os "gene-poor".

---

7 "*Entre as circunstâncias que poderão permitir uma associação entre a atividade física, o envelhecimento e a proteção contra o desenvolvimento de demência destaca- se, portanto, o aumento da aptidão aeróbia e do fluxo sanguíneo cerebral, a redução dos processos inflamatórios crónicos silenciosos e o aumento da neuroplasticidade, com aumento de novas ligações sinápticas, ou de novos neurónios, especificamente no hipocampo, uma área do cérebro importante para a aprendizagem e a memória. Muitos fatores genéticos e epigenéticos extrínsecos e intrínsecos podem regular a produção de novas células neurais, sendo que um importante estímulo, para tal, parece ser a actividade física*" (Bertelli, 2011: 771-774).

Referências Bibliográficas:

ARISTÓTELES. (1957), *De inventute et senectute* (trad. W.S.Hett), Cambridge and London: Harvard University Press.

BACON, F. (1857-1874), *The Works of Francis Bacon,* 14 vols (trads. James Spedding, Robert Leslie e Douglas D. Heath), London: Longman & Co.

BACON, F. (1996-2007), *The Oxford Francis Bacon*, 12 vols (ed. Graham Rees), Oxford: Oxford University Press.

BERTELLI, R. et al. (2011), "Associação entre a actividade física, envelhecimento e demência". *Acta Médica Portuguesa*, 24 (5), pp. 771-774.

ELIAS, N. (1982), *A solidão dos moribundos*, Rio de Janeiro: Zahar.

FRESSOZ, J. B. (2012), *L'Apocalypse joyeuse. Une histoire du risque technologique*, Paris: Seuil.

GIGLIONI, G. (2005), "The Hidden Life of Matter: Techniques for Prolonging Life in the Writings of Francis Bacon". In J. R. Solomon, C. G. Martin (eds.), *Francis Bacon and the Refiguring of Early Modern Though*, England/USA: Ashgate.

JACKSON, M.R. (2012), *The prolongation of life in early modern English literature and culture, with enphasis on Francis Bacon*. Tese de doutoramento, Chapel Hill: Departamento de Literatura, University of North Carolina.

MIKKELI, H. (1999), *Hygiene in the Early Modern Medical Tradition*, Helsinki: Academia Scientarium Fennica.

REITZ, C.; et al. (2011), "Epidemiology of Alzheimer disease". *Natural Rev Neurological*; March; 7(3): 137-152.

Xu Weile, Ferrari Camilla, Wang X Hui (2013), "Epidemiology of Alzheimer´s disease: occurrence, determinants, and strategies toward intervention". In I. Zerr (ed.), *Understanding Alzheimer´s Disease*: In Tech, capítulo 13.

A tessitura cotidiana de um espaço educacional inclusivo por meio das tecnologias da informação e comunicação: uma pesquisa narrativa

Autores[1]:
Adriana Barroso de Azevedo
adriana.nead@gmail.com

Elizabete Cristina Costa-Render
elizabetecostarenders@gmail.com

Bruno Tonhetti Galasse
bruno.galasse@gmail.com

Resumo: Esta comunicação apresenta os resultados parciais de uma pesquisa sobre o movimento das diferenças promovido pela presença das pessoas com deficiência nos cursos de licenciatura, modalidade Educação a Distância (EAD), na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) no ano de 2014. A pesquisa partiu do reconhecimento de uma interface direta entre o paradigma da inclusão e a EAD, nos termos do encurtamento de distâncias, da universalização de acesso e da inovação no sistema educacional brasileiro. Buscou promover um duplo olhar sobre o processo inclusivo, perguntando, primeiro, pela percepção dos licenciandos sobre o potencial inclusivo da EAD, bem como das tecnologias da informação e comunicação, na sua formação docente. Segundo, deslocou o olhar dos licenciandos para o seu tempo de escolarização, perguntando pelas práticas pedagógicas que os mesmos indicam como necessárias e importantes para que efetivamente os estudantes com deficiência sejam incluídos na escola. A metodologia utilizada foi a pesquisa narrativa, a qual seguiu duas etapas: a coleta dos textos de campo (cartas escritas pelos licenciandos) e a construção dos textos de pesquisa (carta aberta aos professores da rede pública). Como uma pesquisa narrativa, trouxe como resultados a criação de um espaço virtual para compartilhamento das histórias vividas na escola, a constituição de um material documental sobre a relação Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) EAD e a organização de comunidades de conhecimento com professores e licenciandos.

Palavras-chave: inclusão, educação a distância, formação docente, tecnologias da informação e comunicação, pesquisa narrativa.

1. Introdução

Este texto apresenta os resultados de uma pesquisa de natureza qualitativa, na modalidade narrativa, que investigou o movimento das diferenças promovido pela presença das pessoas com deficiência no curso de Pedagogia[2], modalidade educação a distância[3], na Universidade Metodista de São Paulo[4] durante o ano de

---

1 Grupo de professores que desenvolvem desde 2013, na Universidade Metodista de São Paulo, o Projeto de Pesquisa Carta aberta aos educadores: a tessitura cotidiana de um espaço educacional inclusivo por meio das TIC. Os professores Adriana Azevedo e Bruno Galasse, além da docência, atuam no Núcleo de Educação a Distância da Instituição, coordenando os processos de revisão, elaboração e produção de materiais didáticos para os alunos EAD. A Profa. Elizabete Renders atuou até julho de 2014 como Coordenadora da área de inclusão da mesma instituição. A apresentação desse artigo no CONLAB se deu através do Processo n. 2014/20919-1, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

2 Dentre as 06 pessoas com deficiência matriculadas no curso Pedagogia EAD em 2014, apenas 04 aceitaram o convite em participar desta pesquisa. Destes 04, 03 permaneceram até o encontro final.

3 Doravante EAD.

4 Doravante UMESP.

2013 e 2014. Coloca em perspectiva, portanto, o paradigma da inclusão e a ecologia de novos saberes e reconhecimentos na educação por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação[5].

A EAD nas instituições de ensino brasileiras chega abrindo espaços para a construção de novas práticas acadêmicas e pedagógicas e passa a alterar significativamente o paradigma que conduzia, até então, a formação na educação superior. Através do desenvolvimento e disseminação das tecnologias digitais de informação e comunicação e suas ferramentas, passamos a viabilizar novas formas de contato com as mais variadas fontes do conhecimento e a interação entre os diferentes agentes do processo educativo. Isto garante um universo de possibilidades que qualificam o processo de ensino e aprendizagem em EAD, sem se desfazer daquelas metodologias que o sistema presencial de ensino já consolidou (Azevedo, 2012). As principais diferenças entre a graduação oferecida na modalidade presencial e aquela oferecida a distância que afetam os estudantes e docentes, estão nos recursos comunicativos e na estrutura pedagógica.

Na EAD não há um local de encontro único e obrigatório diário, os alunos estão dispersos geograficamente, são adultos que trabalham e dispõem de tempo parcial para os estudos. Estes carecem, portanto, de um processo de ensino aprendizagem que seja organizado de forma mais livre e autônoma. As atividades em EAD devem ser desenvolvidas com flexibilidade e eficiência e os currículos devem ter uma organização diferenciada para atender todas as demandas inerentes à própria modalidade. As tecnologias, que obrigatoriamente, mediam a educação a distância, fazem com que o processo de ensino e aprendizagem se dê fora do espaço da sala de aula, em comunicação direta, cara a cara e de forma síncrona. Os conhecimentos passam a ser apreendidos de forma mais individual, mesmo com o desenvolvimento de atividades colaborativas (Aretio, 2002), o que exige a autonomia discente.

Nesta pesquisa, todavia, enxergamos a EAD a partir de sua face inclusiva, acessivel e flexível, que permite, a partir de sua organização e funcionamento diferenciados e do uso das tecnologias digitais de informação e comunicação acessíveis, a inclusão de pessoas com deficiência em quantidade nunca antes tão expressiva nos cursos na graduação. No caso da UMESP, em 2007, havia apenas um estudante com deficiência matriculado na EAD, mas, em 2013, havia 61 estudantes com deficiência no seu corpo discente (Costa-Renders, 2012).

Uma questão importante no desenvolvimento dessa pesquisa foi a possibilidade de refletir, a partir das vozes dos licenciandos: como a escola, esse "lugar aprendente", se revelou àquelas pessoas que em algum momento da vida, ou desde o nascimento, adquiriram uma deficiência e trazem em si as especificidades inerentes à diferença. Nesse sentido, objetivamos contribuir para a reflexão sobre como a escola, um lugar - espaço onde a gente se constitui e aprende - pode vir a ser mais inclusiva, acolhedora e democrática para todas as pessoas.

Nestes termos, fizemos opção pela pesquisa narrativa autobiográfica porque esta possibilitaria a consideração da complexidade pertinente ao percurso desta investigação e propiciaria o processo de desenvolvimento profissional do licenciando de uma maneira humanística e participativa. Este percurso seguiu duas etapas para coleta dos textos de campo e para construção dos textos de pesquisa (Telles, 1999).

A primeira diz respeito à *constituição do material documentário* por meio da primeira conversa com os estudantes das licenciaturas EAD, do acolhimento dos anais (datas/eventos marcantes), da partilha das crônicas (versões mais elaboradas dos eventos) e, por fim, da escrita de cartas. Neste momento, cada licenciando deveria escrever uma carta para um de seus professores da educação básica, compartilhando suas experiências com a educação inclusiva e na EAD.

A segunda etapa se deu pelo *processo de criação de significados* em três passos: a leitura coletiva das cartas, a tematização destas cartas e redação do texto final de pesquisa.

Este artigo, portanto, se fundamenta nos pressupostos da pesquisa autobiográfica, que tem como fonte primeira a narrativa oral, procurando recuperar dos encontros, neste caso, virtuais, suas diferentes dimensões, por meio da compreensão cênica das três cenas. 1. A cena de enunciação, ou seja, o próprio encontro com os licenciandos, aqui narrado num dia com muitas estações. 2. A cena do cotidiano posta num tríplice momento presente, nos termos da narrativa que reúne passado, presente e futuro num momento só. 3. As cenas implícitas, ou seja, o *não-dito* que se fez presente nesta pesquisa narrativa no espaço virtual da EAD.

---

5 Doravante TIC.

A escolha dos cenários apresentados no presente artigo foi orientada pelas questões de pesquisa, a saber. 1. Considerando o olhar dos licenciandos sobre si mesmos, quais são os processos pedagógicos que os mesmos indicam como necessários para que as crianças com deficiência sejam incluídas na Educação Básica? 2. Qual a percepção que os licenciandos têm do potencial inclusivo dos seus saberes e das TIC na sua formação docente? O presente artigo, portanto, apresenta-se em três partes. No primeiro momento, *A crônica de um dia com muitas estações* desenha a complexidade deste percurso investigativo num ambiente virtual de EAD. A seguir, *O cenário da educação a distância numa universidade brasileira* nos remete ao processo de construção desta modalidade de ensino bem como da construção da educação inclusiva no Brasil. A partir desta cena, outras cenas do cotidiano apresentaram-se nesta pesquisa como que num tríplice presente que nos remete ao caminho de *As janelas que abrem horizontes: o percurso de uma carta* à compreensão cênica.

2. A crônica de um dia com muitas estações

Numa bela manhã de quarta-feira, lá estava a Elizabete na cidade de São Paulo nos estúdios da TV Cultura. Desde os primeiros momentos daquela manhã ensolarada, ela sentia que este seria um dia memorável. Sua rotina já havia sido rompida com a participação no debate sobre Educação Inclusiva no Programa Educação Brasileira. Foram 30 minutos de debate intenso sobre a inserção de um novo profissional em sala de aula – o cuidador. Tal medida, prevista pelo Projeto de Lei 8014/10, propunha-se a aperfeiçoar a inclusão de estudantes com deficiência na rede regular de ensino. As debatedoras do tema, a apresentadora Tatiana Bertoni e as professoras Maria Teresa e Elizabete indagariam: a inclusão exige um atendimento personalizado em sala de aula?

Entusiasmo com a possibilidade do debate inclusivo em rede nacional, expectativa com a imersão no mundo da TV, num estúdio tão bem equipado e amparado por uma equipe técnica... Abruptamente levadas pelo tempo televisivo, onde minutos correm como segundos num programa ao vivo... Enfim, muito nos afetou o que a vida nos reservara naquela manhã de quarta-feira.

Trinta minutos se passaram, a tarde daquela inédita quarta feira chegou e se foi no retorno à rotina de trabalho. Depois da intensa manhã, imaginávamos que nada mais de novo aconteceria neste dia. Todavia, nos enganamos tremendamente. Um final de tarde e início de noite surpreendentes nos aguardavam.

Havíamos, Adriana e Elizabete, agendado nosso primeiro encontro com os sujeitos da pesquisa narrativa em ambiente virtual. Éramos um grupo grande ocupando diferentes espaços, desde uma pequena sala, na sede da UMESP em São Bernardo do Campo (São Paulo), até outras quatro salas em diferentes polos de apoio presencial da EAD, a saber: polo Ceres em Goiás e os polos Perus, Santos e Itanhaém no estado de São Paulo. Grande era nossa expectativa em conhecer os estudantes e, a partir da diferença de cada um, ouvir suas histórias de vida e inclusão. Quais seriam os eventos inclusivos na vida destes jovens? Qual teria sido o impacto da atuação docente em sua escolarização?

Tudo estava preparado. Cada passo do diálogo planejado. Neste primeiro momento da constituição do material documentário, iniciaríamos com o acolhimento dos anais, ou seja colhendo as datas e eventos marcantes na trajetória escolar de cada um dos estudantes participantes da pesquisa. Somente depois, no segundo encontro promoveríamos a partilha das crônicas que são as versões mais elaboradas dos eventos inicialmente compartilhados. O passo final desta primeira etapa[6] seria a escrita das cartas aos professores que marcaram suas vidas no sentido da inclusão escolar. Enfim, tudo fora imaginado e preparado para um percurso sem imprevistos e rupturas. Afinal, o modelo pedagógico da educação a distância já estava consolidado numa rotina diária bastante satisfatória e bem avaliada tanto pelos estudantes como pelos professores.[7]

---

6 A segunda etapa se dará pelo *processo de criação de significados* em três passos: a leitura coletiva das cartas, a tematização destas cartas e a redação do texto de pesquisa na forma de uma *Carta Aberta aos Educadores* sobre a tessitura cotidiana de um espaço educacional inclusivo por meio das TIC.

7 A cada ano, esta instituição realiza um fórum de avaliação da modalidade EAD, e os resultados da avaliação institucional revelam a satisfação dos alunos com relação ao modelo EAD e as tecnologias utilizadas pela Metodista.

Toda esta tranquilidade e conforto advindo de um cuidadoso planejamento do percurso de pesquisa, de repente, fora quebrado em diferentes dimensões. Nosso primeiro encontro de pesquisa tornou-se um evento em nossas vidas. Abruptamente, às 18 horas do dia 19 de março de 2014, fomos afetados na estação em que estávamos. Não sei se é possível descrever em poucas palavras a crônica deste dia, mas nos arriscamos a fazê-lo e os convidamos a seguir nesta trilha investigativa conosco visitando as diferentes estações vividas numa tarde só. Um dia ensolarado, num instante, tornou-se nebuloso! Não conseguíamos ver o que fora visualizado com tanta propriedade e clareza há poucos instantes. Toda a equipe estava naquela sala amparada nos recursos tecnológicos e humanos necessários para a efetivação do primeiro diálogo com os estudantes em seus diferentes polos. Mas, de repente, não mais que de repente, não tínhamos sinal da internet. Recuperado este sinal, não tínhamos retorno de imagem em um dos três polos de apoio presencial. Recuperado o sinal de imagem, não tínhamos contato com uma das estudantes que, por motivo de enfermidade, iria acessar o *Collaborate*[8] em casa. Foram cerca de 30 minutos para conseguirmos o primeiro contato com três dos quatro estudantes, porém, lá se foram 30 minutos de um percurso planejado para durar 60 minutos. Primeira frustração, como que um dia de inverno chuvoso e frio que nos afeta mesmo numa estação de verão.

A estudante que acessaria o ambiente em casa, não conseguiu fazê-lo. Pra diminuir a frustração, iniciamos o diálogo com ela por telefone. O telefone fixo, aparelho dito ultrapassado nos dias de novas, complexas e eficientes tecnologias da informação e comunicação, tem sido, inclusive, importante ferramenta para efetiva comunicação entre professores e estudantes na modalidade EAD. Quando tudo nos abandona, a velha tecnologia nos socorre. Foi por telefone que Amanda teve a oportunidade de falar conosco, naquele inverno em tempos de verão, e narrar o que ansiosamente esperava por fazê-lo.

A falha de recursos nos afetou, especialmente, nos polos de apoio presencial. Ora não tínhamos retorno de imagem, ora não tínhamos retorno de som, ora não tínhamos ambos e comunicávamos por mensagem ou chat. Percebemos que isto acontecia, não pela falta do recurso tecnológico para tal, mas, sim, pelos problemas na usabilidade do mesmo. Além da inabilidade da equipe técnica que estava territorialmente distante de nós, havia a inabilidade de parte dos estudantes com deficiência no uso das TIC ou da tecnologia assistiva[9] relativa àquele processo comunicativo. Neste contexto, o João[10], um dos alunos participantes, logo foi se adiantando: "eu preciso me incluir nas tecnologias".

O tempo mudou naquele fim de tarde, a primavera chegou mesmo próxima à noite de inverno. Na medida em que todos nos conectamos e iniciamos nosso diálogo, as diferenças, com sua beleza e aroma próprios, encantaram aquele fim de tarde. Todas as pessoas que ali estavam, juntas, mesmo que territorialmente distantes, desejavam ali estar e aprender com os diferentes sujeitos. Isto era perceptível, por todos os nossos sentidos, no esforço comum de comunicar-se com a visão e sem a audição pelos caminhos da Libras, na intenção de fazer-se notar pelo outro que não nos enxergava ou vice-versa! Toda esta beleza nos afetou a cada história narrada.

2.1 Histórias subjacentes à narrativa de um dia com muitas estações

O João, um rapaz com 28 anos, nos contou dos seus dias na escola depois que adquiriu, aos 15 anos, a deficiência visual total. Toda a sua rotina escolar mudou. Primeiro, tudo se desfez diante da imprevista e abrupta perda da visão. Foram vários anos sem ir à escola. Todavia, mais tarde, seu retorno ao espaço escolar aconteceu condicionado à companhia da mãe que assumiu, diariamente, o papel de professora dentro e fora da escola. Atualmente, diante das barreiras, tanto de mobilidade urbana quanto de acessibilidade física e comunicacional, João optou por fazer uma licenciatura na modalidade EAD e reconhece, nesta modalidade de ensino, novas possibilidades de inclusão educacional por meio dos seus diferentes tempos e espaços para aprender. Especialmente, destaca a necessidade dele mesmo "incluir-se nas tecnologias".

---

8 O Blackboard Collaborate é uma plataforma de aprendizado abrangente destinada especificamente para o ensino.

9 Doravante TA.

10 Os sujeitos da pesquisa foram mantidos no anonimato, sendo mantido neste trabalho por nomes fictícios.

A Amanda, uma estudante com 43 anos, começou sua narrativa pela escrita no papel de pão. Não, ela não escreveu no papel de pão, a história é outra. Já nos seus primeiros anos escolares, como uma criança com baixa visão, Amanda precisou acessar o quadro negro bem de perto para poder enxergar e copiar a matéria. Todavia, este seu gesto foi entendido pela professora como um ato de indisciplina. Sua professora constantemente a castigava por não permanecer sentada na carteira. Como nunca fora tratada como "deficiente" pelos pais, Amanda não se percebia como deficiente. Para ela, todos que utilizassem óculos enxergavam da sua maneira. Certo dia, uma amiguinha, ao perceber todo seu sofrimento (não, em copiar perto do quadro, mas em enfrentar os castigos diários da professora), lhe entregou toda a matéria copiada, de forma ampliada, em papel de pão. Este ato se repetiu até que, numa tarde, ao ser levada em castigo para a sala do diretor, Amanda teve a chance de contar a sua versão da história vivida em sala de aula. Desde então, graças ao diretor e à amiga, iniciaram-se seus novos tempos no espaço escolar o que possibilitou a superação de diferentes barreiras sociais até chegar aos estudos na educação superior e à escrita do seu primeiro livro.

A Vivian, uma estudante com 33 anos, não viveu a experiência do "ser uma criança com deficiência" na escola. Ela adquiriu a deficiência auditiva há três anos e, portanto, nos contou da sua inclusão na educação superior. Em sua fala, na ausência dos professores, os amigos foram os sujeitos que promoveram as condições para sua inclusão neste espaço educacional. Por outro lado, ela enfrentou dificuldades na interface da TIC com a Tecnologia Assistiva (TA), ou seja, a aluna recebia ruídos no aparelho por causa do sistema de som tal lhe fora oferecido pelo ambiente de aprendizagem das teleaulas. Neste momento, os amigos e equipe técnica providenciam as necessárias adaptações para o seu acesso e conforto auditivo. Todavia, estes ruídos são recorrentes.

A Maria, outra estudante que iniciou este percurso conosco, nasceu com surdez profunda e não é oralizada. Ela utiliza a Língua Brasileira de Sinais, a Libras, para comunicar-se em todas as situações. Sua primeira memória da inclusão foi de quando, ainda criança, aprendeu Libras na escola com um surdo adulto. Mas este não era seu professor. Atualmente, com 28 anos, ela conta com duas intérpretes de Libras para suas atividades acadêmicas, uma para as atividades no polo de apoio presencial e outra numa janela em Libras durante a teleaula ao vivo. Maria nos contava de sua história na educação básica, quando, abruptamente, sua narrativa foi interrompida por um fato. Uma barreira, inimaginável por nós.

Em nosso primeiro encontro, a intérprete de Libras, que atua na teleaula com Maria, não reconheceu a estudante surda no ambiente virtual de pesquisa. Percebemos naquele instante que, pelo fato de não haver retorno de imagem no estúdio para a intérprete de Libras, esta profissional nunca havia acessado a imagem da estudante com a qual trabalhava. O desconforto foi imediato e impactou emocionalmente a todos nós! Como a intérprete não conhece a estudante para a qual traduz as aulas semanalmente?!

Nosso outono, antes cheio de beleza e diferentes aromas, imediatamente, foi tomado novamente pelas névoas de uma estação de inverno! Nossos olhos estavam turvos – era fato!

2.2 O cenário da educação a distância numa universidade brasileira

A crônica de um dia com muitas estações é a expressão da feição atual da educação a distância no Brasil, no momento em que narra um triplo desafio dos sujeitos nesta modalidade educacional, a saber: o desafio pedagógico, administrativo e social. A face pedagógica deste desafio coloca em questão nossa dependência epistemológica dos modelos tradicionais de ensino-e-aprendizagem, onde ainda persistem as monoculturas do saber, do tempo e do espaço de forma determinada e nada flexível. O desafio administrativo, por sua vez, aponta para a necessária religação das atribuições das equipes administrativas e pedagógicas nos termos da partilha de funções e do uso das tecnologias da informação e comunicação em toda a estrutura deste campo educacional, a começar pelo ambiente virtual de aprendizagem acessível a toas as pessoas. O universal não mais nos basta, a EAD exige a ecologia de novas temporalidades, espaços e reconhecimentos no campo educacional.

Já o desafio social representa a democratização tanto do acesso à educação superior quanto da produção do conhecimento acadêmico de forma que o mesmo transponha as fronteiras de alguns poucos centros urbanos do Brasil. Entendemos que a educação a distância neste país continental vem ao encontro do encurtamento de

distâncias e da eliminação de barreiras na educação superior. Falamos também da promoção do encontro entre pessoas com e sem deficiência nas diferentes modalidades de ensino.

A instituição por nós pesquisada, a UMESP, na década de 1990, carecia de uma base tecnológica mais robusta para avançar nesta nova modalidade de ensino. Um passo importante no sentido de suprir essa necessidade foi dado no final de 1998, com a apresentação e aprovação do Plano Emergencial Tecnológico, que permitiu um salto qualitativo no processo de modernização institucional. A criação do Centro de Educação Continuada e a Distância (CEAD[11]), em setembro do ano 2000, por sua vez, trouxe as condições para a capacitação dos professores e da equipe de profissionais na área da tecnologia da informação e comunicação e possibilitou os primeiros passos da EAD neste campo educacional.

Percebe-se que em seu Projeto Pedagógico Institucional, um novo conceito educacional passou a embasar a gestão desta universidade. Enfim,

> um novo espaço epistemológico está em fase de gestação, com as seguintes características: construção, capacitação, aprendizagem, desenvolvimento das competências e habilidades, respeito ao ritmo individual, formação de comunidades de aprendizagem e redes de convivência [...] e gestão do conhecimento (Barbosa, 2005: 51)

A instituição assume, portanto, uma ênfase no processo de construção de conhecimento nos termos da autonomia, coautoria e interação, onde a educação promove um pensamento em rede e não linear, bem como busca a promoção de um sujeito produtor de seu conhecimento, exigindo auto-organização e autodisciplina por parte de todos os estudantes, inclusive, das pessoas com deficiência.

Em 2005, esta mesma universidade cria a Assessoria Pedagógica para Inclusão das Pessoas com Deficiência por meio do projeto *Melhor é Nossa Causa,* o qual atualmente dá corpo ao núcleo de acessibilidade da mesma[12], bem como estabelece uma interface direta com o Projeto Pedagógico Institucional – onde fortalecer a cultura inclusiva faz parte da compreensão das tarefas desta universidade[13]. Tal iniciativa veio corroborar as ações de flexibilização de tempos e espaços de aprendizagem propostos pela educação a distância. Ou seja, pelo uso das diferentes linguagens midiáticas na construção do conhecimento em EAD, desenvolve-se uma educação "mais livre, menos rígida, com conexões mais abertas, que passam pelo sensorial, pelo emocional e pela organização do racional; uma organização provisória que se modifica com facilidade" (Moran, 2000:12).

A educação a distância, portanto, apresenta-se como uma *possibilidade flexível de acesso à formação*, eliminando barreiras de acessibilidade física e favorecendo a percepção e o uso dos diferentes tempos e espaços de aprendizagem por parte de estudantes e professores. Tais fatores são particularmente importantes em um país cheio de barreiras impostas às pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. Entendemos, portanto, que a educação a distância é um veículo importante para a socialização e democratização do saber em nosso país.

Quanto ao formato dos cursos de graduação a distância oferecidos por esta instituição, os mesmos utilizam-se dos recursos de transmissão de teleaulas via satélite para polos regionais, Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), Biblioteca Digital e materiais impressos. Cada teleaula tem de 100 minutos de duração, sendo ministrada pelo professor temático e acompanhada pelo monitor presencial no polo regional e pelos professores orientadores acadêmicos a distância, podendo ser precedida ou seguida por uma aula-atividade com a mesma duração já mencionada. Durante a teleaula, um chat fica aberto conectando a sede às respectivas salas de recepção nos polos. Pelo chat, podem ser encaminhadas as dúvidas, questionamentos, reflexões e respostas a exercícios solicitados pelo professor durante a teleaula. Tais participações são enviadas em tempo real a uma equipe formada por professores orientadores acadêmicos que auxiliam no repasse das questões

---

11 Atualmente NEAD, Núcleo de Educação a Distância.

12 Conforme o disposto pela Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. (MEC, 2008).

13 UMESP. Projeto Pedagógico Institucional 2008-2012.

ao docente, que responde ou comenta os questionamentos durante a teleaula. O planejamento das teleaulas contempla momentos de exposição do conteúdo pelo professor, dinâmicas de grupo, perguntas, espaço para esclarecimento de dúvidas e demais atividades organizadas pelo professor temático. O planejamento envolve a equipe de profissionais do Núcleo de Desenvolvimento de Materiais Didáticos e a Assessoria Pedagógica, a qual dialoga com a Assessoria Pedagógica para Inclusão quando da necessidade de atendimento educacional especializado por algum dos estudantes ou professores. Os recursos de atendimento educacional especializado são diversos e dependem da demanda posta pelo estudante com deficiência por meio de um formulário de solicitação de atendimento educacional especializado que lhe é disponibilizado desde a inscrição no processo seletivo até a matrícula no curso pretendido.

O AVA oferece o suporte para a interação entre alunos e orientadores acadêmicos a distância, servindo para o esclarecimento de dúvidas e espaço de reflexão coletiva sobre o conteúdo do curso. Pelas ferramentas de comunicação individual, o aluno pode esclarecer suas dúvidas com o orientador acadêmico designado para sua turma. Há um Guia de Estudos, em formato digital, que tem por objetivo orientar o educando a cada módulo, com detalhes específicos como planos de ensino, cronograma de atividades e textos introdutórios sobre os temas abordados.

2.3 Cenário subjacente à transição paradigmática narrada: a educação a distância e a inclusão de pessoas com deficiência num movimento só

Considerando que o uso de tecnologias de informação e comunicação pode contribuir para o desenvolvimento de sujeitos autônomos e capazes de dialogar com os demais sujeitos, tais novidades tecnológicas trazem um benefício ainda maior para pessoas com deficiência. Os novos sistemas de transmissão de informação e de interação oferecem as condições de acessibilidade, bem como oportunizam o uso da tecnologia assistiva também na educação superior. Para que isso ocorra, há uma necessidade que parte da equipe pedagógica e da desenvolvimento da tecnologia de uma busca constante pelas melhores formas de construção de um portal. Embora muitos portais se colocam como acessíveis, não é incomum verificarmos que algumas ferramentas dentro do portal ainda não são totalmente acessíveis.

O fato de, em 2013, 61 pessoas com deficiência estudarem na modalidade EAD na instituição pesquisada confirma que a EAD é um espaço importante para a eliminação de barreiras também para os estudantes com deficiência. Os balanços sociais desta instituição mostram que, em 2007 havia somente 01 estudante com deficiência matriculado na EAD, todavia, desde então, este número tem aumentado significativamente ano a ano, sendo que, em 2013, 22 novos estudantes com deficiência ingressaram nesta modalidade de ensino. Dentre estes, estão os estudantes que participaram desta pesquisa narrativa. Ou seja, é perceptível a relevância da EAD também para as pessoas com deficiência.

Especialmente, para as pessoas com deficiência, a EAD amplia possibilidades de estudos, considerando-se os grandes problemas de acessibilidade urbana. Na maior parte das cidades brasileiras, não há transporte acessível e nem vias urbanas acessíveis. Diante destas dificuldades de locomoção impostas pela sociedade, frequentar a sala de aula uma vez por semana e estudar em casa nos demais dias é uma oportunidade única para as pessoas com deficiência. A universidade cumpre o seu papel de levar conhecimento a locais mais distantes, em que a acessibilidade não está presente na maior parte da cidade, atuando como catalisadora de mudanças e promotora de uma atitude inclusiva, ao receber os alunos com e sem deficiência para que estes autonomamente e com acompanhamento, desenvolvam suas potencialidades e saberes.

As universidades brasileiras ao instituírem o seu núcleo de acessibilidade, através de assessoria pedagógica específica e de ações que primam pelos eixos de acessibilidade física, comunicacional e atitudinal, respeita a política nacional de educação inclusiva embasada em alguns dispositivos legais. A saber. A *Portaria 3284/2003* que, como instrumento legal de exigibilidade na educação superior, "dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições", bem como prevê o compromisso formal da instituição em garantir a acessibilidade. *A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (2008) que indica a educação especial

como um tema transversal desde a educação infantil até educação superior. *O Decreto 7611/2011* que dispõe sobre o atendimento educacional especializado e garante a educação especial como tema transversal em todos os níveis do sistema de ensino, viabilizando, no Art 5˚, a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.

No Brasil há também indicadores do Ministério da Educação (MEC) para avaliação das graduações, os quais destacam, como requisitos legais, o oferecimento da língua de sinais e das condições de acessibilidade. A avaliação das instituições adota as respectivas perguntas. 1. O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) prevê a inserção da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na estrutura curricular do curso, como disciplina obrigatória, quando se tratar de curso de licenciatura ou curso de fonoaudiologia? 2. O PPC prevê a inserção de Libras na estrutura curricular do curso, como disciplina optativa, quando se tratar dos demais cursos superiores? 3. A instituição apresenta condições adequadas de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida? (Ministério da Educação e Cultura (MEC), 2008: 18).

Retomando as ações desenvolvidas pela instituição pesquisada, bem como os relatórios da assessoria pedagógica para inclusão, ambos apontam alguns desafios, tais como:

1. A continuidade da tradução de duas teleaulas no curso de Pedagogia para alunas surdas na Língua Brasileira de Sinais por meio da janela em Libras.
2. A contratação de uma estagiária do curso de Letras para a produção de resumos detalhados das aulas para alunos com deficiência auditiva que são usuários da Língua Portuguesa;
3. Reuniões com os coordenadores dos cursos de Processos Gerenciais/EAD e Logística (EAD) onde há estudantes com deficiência matriculados;
4. Diálogo diário com Equipe Técnica do Núcleo de Educação a Distância (NEAD) referente às transcrições não literais;
5. Esclarecimento de dúvidas e apoio pedagógico às coordenações de polos de encontro presencial e a sua equipe técnica e pedagógica.
6. (UMESP, 2013)

Segundo os documentos pesquisados, desde o ano de 2010, a referida instituição tem discutido a inserção de legenda nas teleaulas, especialmente, as que são assistidas por alunos com deficiência auditiva que não são usuários da Libras. Todavia, grandes barreiras se colocaram neste processo desde as financeiras (esta é uma tecnologia de alto custo) até às pedagógicas, pois os softwares de tradução existentes não atendem com qualidade suficiente ao processo de tradução simultânea numa teleaula ao vivo. Aqui também encontramos barreiras tecnológicas que, à vista de um leigo, não existiriam, como o fato de alguma ferramenta trabalhar com determinada linguagem (ou mesmo o vídeo utilizar um formato para ser publicado e não outro), pode implicar na dificuldade de alguns softwares de acessibilidade na leitura dos materiais disponibilizados aos estudantes.

No ano de 2013, encontrou-se uma alternativa para suprir esta barreira, trata-se das transcrição não literal das teleaulas (UMESP, 2013). A transcrição não literal do conteúdo das teleaulas se dá por meio da produção de um resumo detalhado da aula do professor, o qual, após a conferência e validação do professor, é disponibilizado para acesso do estudante com deficiência auditiva, não proficiente em Librsa, no ambiente virtual de aprendizagem. Segundo o relatório, no ano de 2013, no período de agosto a novembro, foram transcritas 23 teleaulas, sendo 13 transcrições do curso de Processo Gerenciais e 10 do curso de Logística. O desafio, neste caso, tem sido o tempo de realização da tarefa. Uma vez que se trata de um trabalho realizado apenas por uma pessoa. Entretanto, o processo tem se mostrado eficiente por conta do aluno com deficiência receber o resumo transcrito no máximo dois dias após a publicação do vídeo na plataforma. Vale lembrar que as teleaulas transcritas se dão ao vivo e, portanto, não são possíveis de serem transcritas com maior antecedência.

Outro material didático pedagógico que a EAD da UMESP utiliza chama-se Leitura @tiva. Trata-se de um roteiro de aprendizagem. Disponibilizado em formato web, contém todas as atividades e leituras que o aluno deverá realizar a longo da semana de curso. Neste roteiro ficam estabelecidos os prazos, as horas de dedicação,

bem como a explicação de cada item colocado como vídeos e textos. Por tratar-se de uma ferramenta web (utiliza-se o Wordpress), sendo que os softwares de acessibilidade existentes conseguem fazer esta leitura sem problemas.

Vale ressaltar, no entanto, que há a necessidade de áudio descrição das imagens que são inseridas nesta ferramenta. Inicialmente, este recurso nãoera disponibilizado. Todavia, desde 2013, a equipe de produção de materiais didático pedagógicos, responsável pela postagem e disponibilização dos materiais e a Assessoria Pedagógica, responsável pela revisão do material, trabalham para que todas as imagens dos cursos que possuem alunos com deficiência visual recebam a áudio descrição. Algo que tem facilitado esta ação, em particular, é a experiência de uma das pessoas da equipe EAD no trabalho com pessoas com deficiência visual na área de áudio descrição.

Além, destas possibilidades tecnológicas, o material utilizado para nortear o curso e suscitar discussões ao longo da semana, intitulado Guia de Estudos, também sofre adaptações segundo a necessidade dos alunos deficientes. Embora disponibilizado virtualmente no ambiente do curso do aluno, a UMESP realiza, quando necessário, a impressão destes guias com adaptação da fonte e também em braile – este último em uma gráfica especializada.

A instituição pesquisada aponta que há necessidade, no entanto, que o aluno declare sua deficiência para que a equipe da UMESP possa realizar um trabalho mais especializado. Não é raro ocorrer de um aluno não declarar sua deficiência no ingresso do curso, fazendo-o meses depois. Quando isso ocorre, a equipe multidisciplinar trabalha para minimizar o impacto da falta da auto declaração da deficiência.

Importante ressaltar também neste processo comunicativo e de produção de conhecimento o papel do professor auxiliar[14]. Quando há a autodeclaração da deficiência pelo aluno, a equipe comunica o professor auxiliar e coordenador de curso, que ficam responsáveis pelo acompanhamento diferenciado deste aluno.

Feitas as comunicações, trabalha-se no sentido de acolher este aluno e possibilitar a melhor maneira dele fazer o seu curso, o que inclui a busca por adaptações e ferramentas locais, que se fizerem necessárias no polo de atendimento presencial, para que este aluno possa efetivamente ser incluído e sentir da mesma forma que os demais.

Trata-se de uma atuação institucional em vários níveis e pontos de contato com o aluno que exige trabalho em rede, para que o espaço e o tempo acadêmico sejam, para além de transformadores, nestes casos, acolhedores e promotores da autonomia para a produção do saber.

A inclusão de pessoas com deficiência na educação a distância enfrenta muitos dilemas nos termos do oferecimento das condições de acessibilidade física, comunicacional e atitudinal. As barreiras persistem desde os problemas de mobilidade urbana narrados pelo estudante João, passam pelos problemas na qualificação da equipe técnica nas questões da tecnologia assistiva, chegando até aos problemas de usabilidade da tecnológica assistiva por parte dos próprios estudantes (muitos têm acesso à tecnologia avançada mas não sabem como utilizá-la em seu cotidiano escolar.

3. As janelas que abrem horizontes: o percurso das cartas à compreensão cênica

A prática da escrita de si é entendida por Passeggi e Souza (2010) como uma nova epistemologia do processo formativo. O fundamental nesse processo de escrita é que o adulto seja ajudado a desenvolver uma reflexividade crítica face a saberes em evolução e, no caso dos participantes desta pesquisa, buscou-se com a escrita das narrativas promover nos participantes e nos atuais e futuros professores da educação básica uma sensibilidade para a inclusão das crianças que chegam à escola com diferentes deficiências e, portanto, diferentes necessidades de atendimento, de acompanhamento e de mediação.

---

14 Denominamos professor auxiliar aquele que acompanha o curso junto do aluno no decorrer do semestre. Compete a esse professor fazer todo o relacionamento, comunicação e correção das atividades dos alunos que lhe foram destinados no semestre.

Entendemos que "toda atividade humana individual é atividade sintética, totalização ativa de todo um contexto social (...) Toda vida humana se revela, até nos seus aspectos menos generalizáveis, como a síntese vertical de uma história social" (Ferrarotti, 2010, p. 46). Importa destacar que, ao defender essa ideia, Franco Ferrarotti atribui à subjetividade um valor de conhecimento. Portanto, assumimos em nossa pesquisa que as cartas aqui apresentadas representam histórias de vida e inclusão, que devem ser partilhadas e refletidas nos termos da subjetividade como valor de conhecimento.

Segundo Ricoeur (1986) a mediação da narrativa é constitutiva também da reflexividade. É na construção de um enredo para a história que se dá forma à experiência, que ela adquire sentido e é ressignificada. Nestes termos, entendemos que essa ressignificação se deu, nesse projeto, à medida em que as cartas foram sendo redigidas e compartilhadas entre e pelos participantes da pesquisa, sejam estes docentes, equipe técnica EAD ou estudantes.

Após o primeiro encontro virtual da pesquisa, realizamos, no processo de constituição do material documentário, outros três encontros. Na segunda reunião, os estudantes foram convidados a escrever uma carta para um professor de referência no período de sua escolarização. Já, os dois últimos encontros, foram as ocasiões para a partilha e tematização das cartas escritas.

O primeiro fato que nos surpreendeu foi a constatação de que, mesmo orientados a escrever para os professores, os sujeitos desta pesquisa narrativa remeteram suas cartas a outros profissionais: o João escreveu para o prefeito da cidade, a Amanda escreveu para o diretor da escola. Somente a Vivian escreveu para um professor. Maria, a estudante com surdez profunda, por sua vez, não escreveu a carta e decidimos respeitar sua posição, uma vez que ela poderia negar-se à escrita por problemas com a língua portuguesa.

No processo de tematização das cartas, foram notáveis temas comuns: descrição da deficiência com linguagem médica; indicação das barreiras enfrentadas para convívio social; preocupação com a orientação aos demais estudantes sobre a deficiência do colega; dedicação no oferecimento de dicas para a inclusão de crianças com deficiência aos professores da educação básica. A seguir, transcrevemos uma das cartas, convidando-os a identificar estes temas nesta carta ao professor.

> Caro professor,
>
> Venho aqui compartilhar com você a minha experiência como deficiente auditivo e estudante no ambiente de ensino. Com o intuito de poder ajuda-lo no relacionamento com outros deficientes auditivos, contarei um pouco da minha história e das minhas dificuldades nesse ambiente, e no meu dia a dia.
>
> Até meus 25 anos de idade fui uma pessoa de audição normal, mas a partir desta idade fui sentindo certa sensibilidade para sons muito agudos. Aos poucos, percebia uma dificuldade cada vez maior em entender o que as pessoas me diziam, percebi que estava lendo os lábios das pessoas para decifrar o que falavam. Engraçado como fazemos isso instintivamente, como o cérebro humano procura formas de se adaptar aos seus desequilíbrios.
>
> Depois de quase dois anos e dois médicos distintos me tratando, fui aconselhada a procurar um especialista no assunto. Esse médico confirmou o diagnóstico de Otosclerose , uma doença genética degenerativa dos ossos do ouvido; doença sem cura, mas com tratamento. E desde então controlo as perdas auditivas com um medicamento que é comumente receitado a pacientes que sofrem de osteoporose, o Alendronato de Sódio.
>
> Hoje possuo um grau de audição moderado/severa nos dois ouvidos, e a 8 anos venho aprendendo a conviver com a doença e as limitações que ela me traz. Sou usuária de prótese auricular, o que me concede uma audição quase normal, que me permite trabalhar no ramo de vendas; uma área complicada para uma pessoa como eu; e estudar.
>
> A maior dificuldade que enfrentei e ainda enfrento é a falta de paciência das pessoas;

> sinto isso particularmente no meu trabalho; pois as pessoas se irritam quando peço para que elas repitam o que falaram. Algumas não sabem moderar a voz; ou falam muito baixo, ou quando descobrem que sou surda começam a gritar, o que me constrange muito até hoje.
> Por isso gostaria que alunos como eu pudessem ter uma atenção e paciência maior de seus professores. Assim como foi difícil para mim me adaptar, mesmo depois de adulta, a essa nova condição; imagino como deverá ser difícil para uma criança em processo de aprendizagem, lidar com essas dificuldades.
> Então, quando estiver em sala de aula onde houver um deficiente auditivo procure falar em um tom claro e objetivo, (pergunte a ele se a altura da sua voz está boa para o seu entendimento) e sempre de frente para o seu aluno. Evite colocar as mãos na boca, e se virar enquanto fala. Pergunte em particular e amistosamente se ele tem compreendido bem as suas aulas, e estimule o aluno a se pronunciar sobre melhorias na comunicação entre vocês.
> E por fim, e talvez o mais importante, estimule a interação social do seu aluno. Pois por experiência própria se sentir acolhido e aceito é o mais importante para um aluno deficiente se sentir realmente incluído e estimulado a ir adiante. Faça com que os colegas de classe sigam essas mesmas orientações que você segue ao se comunicar com o aluno; faça com que eles conheçam a história do seu aluno, tomando o cuidado para não constrangê-lo. Converse com eles de uma forma a estimular a curiosidade sobre o outro, deixem que eles façam perguntas ao aluno deficiente. Acho que as barreiras do preconceito só são derrubadas conforme conhecemos o nosso semelhante, em suas dificuldades e singularidades de vida.
> Porque não basta simplesmente colocar um deficiente numa sala de alunos "normais", para que ele esteja realmente incluído; para esse sentimento de pertencimento existir mesmo é preciso que ele se sinta compreendido em suas necessidades e tratado como igual em direitos e deveres.
> Espero ter contribuído de forma satisfatória com a melhoria do ensino que daremos a esses alunos especiais, e espero eu mesma como futura Pedagoga contribuir para um ensino realmente inclusivo para todos os nossos alunos deficientes.
> Obrigado!

Apenas uma carta dentre três outras. E uma questão pode ser feita. A quantidade de participantes neste estudo não pode ser considerada pequena para uma parte considerável de pesquisadores das ciências sociais e humanas? Entendemos que pequenez não é um adjetivo que cabe ao sujeito no campo educacional, o que nos remete à discussão feita por Ferraroti (1988) sobre quantas biografias seriam necessárias para se chegar a uma verdade científica. Diante da premissa de que as narrativas autobiográficas relatam, a partir de um corte horizontal ou vertical, uma práxis humana, o autor afirma:

> Quantas biografias são precisas para uma "verdade" sociológica? Que material biográfico será mais representativo e nos proporcionará mais verdades gerais? [...] o nosso sistema social encontra-se integralmente em cada um dos nossos atos, em cada um dos nossos sonhos, delírios, obras, comportamentos. E a história da nossa vida individual. [...] Se nós somos, se todo indivíduo é, a reapropriação singular do universal e histórico que o rodeia, podemos conhecer o social a partir da especificidade irredutível de uma práxis individual. (Ferraroti, 1979: 30)

No caso das narrativas aqui trazidas, concordamos com o autor e defendemos que, principalmente, na área de inclusão de pessoas com deficiência, necessitamos refletir sobre o que essas narrativas nos dizem, como e em que medida elas nos tocam e principalmente, o que faremos a partir delas. O que faremos a partir de uma carta?

4. Considerações finais

Apresentamos os resultados parciais desta pesquisa narrativa autobiográfica, pois a finalização da mesma se dará na partilha de uma *Carta aberta aos educadores* por meio de um seminário de extensão com professores da rede pública de ensino da cidade de São Bernardo do Campo no estado de São Paulo, Brasil. Todavia, no percurso percorrido até o momento, já identificamos os temas a serem trabalhados na construção do texto final de pesquisa.

A presença das pessoas com deficiência na EAD se mostrou como reivindicação e apontou, por um lado, algumas dificuldades e, por outro afirmou avanços na construção de um espaço educacional inclusivo também nesta modalidade. Dentre as dificuldades podemos citar a usabilidade das TIC e tecnologia assistiva neste contexto (as pessoas com deficiência carecem de letramento digital); a mobilidade urbana (a EAD possibilita maior acesso educacional pois a presença no polo presencial se dá somente num dia) e qualificação da equipe de apoio técnico nos polos (o Brasil enfrenta problemas na qualificação profissional em tecnologia da informação) e a persistência do modelo assistencialista no espaço educacional (os estudantes com ainda dependem de monitor, mãe, colegas ou intérprete).

Quanto às afirmações, confirmou-se a notória contribuição das tecnologias da informação e comunicação para inclusão, quando no espaço educacional inclusivo se dá uma vinculação direta entre TIC e TA. Afirmou-se também a relevância da constituição de uma comunidade de conhecimento onde as histórias da inclusão possam ser narradas em suas diferentes estações desde a educação básica até a educação superior. Acreditamos que o sujeito pode ser mobilizado pelo próprio processo de narrar-se.

Referências Bibliográficas

ARETIO, L. G. (2002, *La educación a distancia.* 2ªed. Barcelona: Ariel.

AZEVEDO, A. (2014), *Educação a distância: desafios e contribuições para docentes e discentes.* International Studies on Law and Education 11, CEMOrOc-Feusp / IJI-Univ. do Porto 2012. Disponível em http://www.academia.edu/1567386/Educacao_a_distancia_Desafios_e_contribuicoes, [consultado em 10-09-2014].

BEHAR, P.A., PRIMO, A. F., LEITE, S.M. (2005) "ROODA/UFRG: uma articulação técnica, metodológica e epistemológica". In BARBOSA, R., *Ambientes virtuais de aprendizagem.* Porto Alegre: Artmed.

BRASIL/MEC (2008), Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação, p.18

CONNELLY, F.M. & CLANDININ, D.J (1990). Stories of experience and narrative inquiry. *Educational Researcher*. 19(5), pp. 2-14.

COSTA-RENDERS, E. C. (2012), *Invisibilidade e emergência da universidade inclusiva na tessitura de memórias.* Campinas, São Paulo, 2012.

FERRAROTTI, F. (2010) "Sobre a autonomia do método biográfico". In A. NÓVOA, M. FINGER, *O método (auto)biográfico e a formação*. Natal: EDUFRN.

SOUZA, C. (2011), "A *vida com as histórias de vida:* experiências, redes e apropriações". In M. BARBOSA, M. C. PASSEGGI, *Memorial acadêmico: gênero, injunção institucional, sedução auto biográfica.* Natal: EDUFRN.

MORAN, J.M. (2000) "Ensino e aprendizagem, inovações com tecnologias audiovisuais e telemáticas". In J. M. MORAN, M. T. MASETTO, M. A. BEHRENS, *Novas tecnologias e mediação pedagógica.* Campinas, SP: Papirus.

Interferência Quântica
Usos e abusos de expressões científicas fora de contexto

Alexey Dodsworth-Magnavita
alexey.dodsworth@gmail.com

Resumo: A grande maioria das publicações que se referem à física quântica em língua portuguesa no Brasil não versa efetivamente sobre uma teoria científica. Tais obras costumam oferecer uma "roupagem linguística" pós-moderna a tradições místicas antigas, com o fito de evocar maior respeitabilidade do público em geral. Se à primeira vista a proposta deste diálogo entre mística e ciência parece ser a transversalidade e a multidisciplinaridade, em muitos casos o que se revela é uma tentativa de marketing com o fito de vender serviços e produtos, aproveitando-se de uma ingenuidade geral a respeito do que vem a ser não apenas a física quântica, como o próprio papel da ciência.

Palavras chave: física quântica, ciência, marketing, embuste.

1. Um fenômeno editorial

As últimas décadas do século XX testemunharam um notável aumento na quantidade de publicações cujo tema principal é a física quântica. A despeito de o presente trabalho ter como objetivo um estudo deste fenômeno editorial em torno de publicações em língua portuguesa, a observação de como se deu este crescente em livros e revistas de língua inglesa pode ser bastante útil, levando em conta que a larga maioria das obras sobre este assunto em português consiste na tradução de originais em inglês. Verifiquemos, portanto, a incidência percentual de obras nas quais a expressão *quantum physics* aparece, de acordo com o gráfico fornecido pela ferramenta virtual *Google Ngram Viewer*[1]:

Imagem 1:
incidência percentual da expressão *quantum physics* em publicações de língua inglesa, de 1900 a 2008.

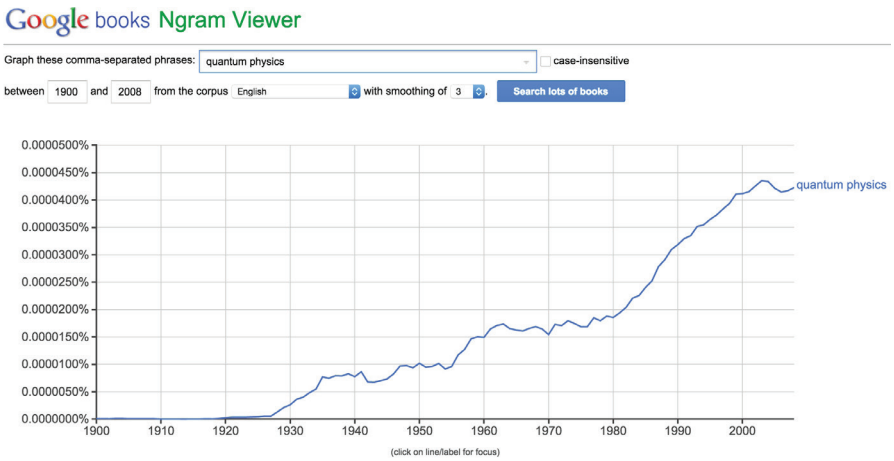

Fonte: *https://books.google.com/ngrams* , acessado em 01/12/2014.

1 Criada por Jon Orwant e Will Brockman para a empresa *Google Inc*, a ferramenta *Google Ngram Viewer* considera mais de 5,2 milhões de livros digitalizados até o ano 2012. As pesquisas podem ser realizadas considerando expressões em inglês, francês, espanhol, alemão, russo, hebreu e chinês.

Conforme é possível verificar no gráfico acima exposto, no início do século XXI havia em torno de cem vezes mais livros e revistas nos quais a expressão "física quântica" aparece, em relação a meados da década de 20 do século XX, quando esta teoria foi elaborada e a expressão "mecânica quântica" foi utilizada pela primeira vez[2]. Entretanto, a despeito de ter ocorrido um substancial aumento de publicações que versam sobre física quântica, nem todas verdadeiramente o são. Uma substancial quantidade das obras nada mais é do que misticismo *new age* e autoajuda com uma "roupagem quântica", isto é, livros e revistas que se valem de termos científicos para tentar conceder credibilidade a produtos e terapias ditas "alternativas". Não se trata, aqui, de uma crítica à transversalidade. Diálogos transversais podem ocorrer entre quaisquer saberes - Jung e Pauli tentaram fazer isso, a partir da Psicologia e da Física. O problema ao qual me refiro é de outra ordem completamente diversa, é uma crítica à falta de critério. Uma perigosa falta de critério que prejudica a própria transversalidade, fazendo com que ela seja vista como puro embuste. Não é porque alguém adjetiva algo de «quântico» ou faz alegorias a partir do que (mal) entendeu que se pode dizer que isso é «transversal».

Em geral, quando o termo "quântico" é evocado por supostas autoridades de áreas místicas, quase nunca o objetivo é a transversalidade, mas sim o comércio, o capital. Isso pode ser verificado em alguns casos mais evidentes onde apenas um pouco de investigação evidencia a fraude, mas nem sempre é tão claro para o leigo. Se nos dias atuais (ano: 2014) um leigo procurar se informar sobre física quântica e escrever esta expressão em português no sítio de buscas *Google*, eis as primeiras sugestões de pesquisa que lhe serão oferecidas:

Imagem 2:

principais sugestões fornecidas pelo sítio de busca *Google* em torno da expressão "física quântica".

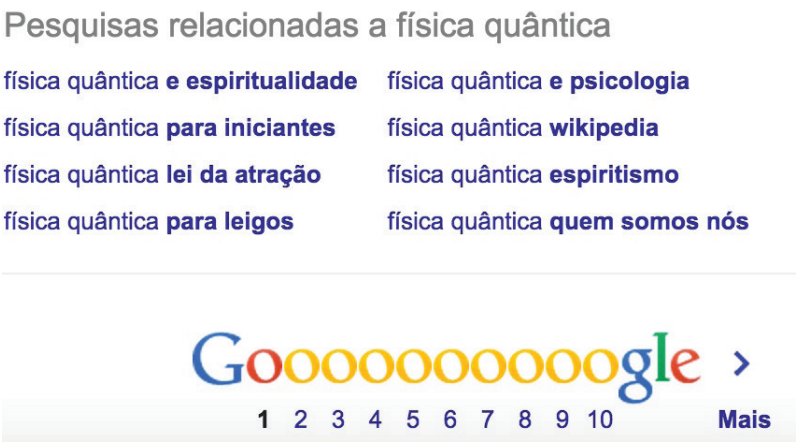

Fonte: *http://www.google.com.br* , acessado em 01/12/2014.

Conforme é possível verificar na imagem acima, dentre as oito sugestões fornecidas, quatro (50%) se referem ao misticismo, e não à ciência ("espiritualidade", "espiritismo", "lei da atração" e "quem somos nós"[3]). Uma sugestão se refere a textos que tentam fazer uma associação entre física e psicologia ("física quântica

2 A história da física quântica começa no século XIX, com a descoberta dos raios catódicos, por Michel Faraday (1791-1867), se aperfeiçoa com a hipótese quântica de Max Planck (1858-1947) em 1900, e passa por estudos experimentais realizados por Albert Einstein (1879-1955) em 1905. Em 1926, o físico Max Born (1882-1970) cunhou pela primeira vez a expressão "mecânica quântica" num artigo.

3 As duas últimas sugestões são uma referência ao filme norte-americano *What the Bleep do We Know?* (2004), traduzido no Brasil com o título "Quem Somos Nós?". O filme apresenta especialistas em espiritualidade, além de filósofos que tiveram seus depoimentos recortados. Um exemplo do "recorte desonesto" é o do professor de Filosofia da Ciência David Albert, da Universidade de Colúmbia, que declarou que o filme distorce completamente (a partir de recortes convenientes) a entrevista que ele concedeu aos produtores do filme. Fonte: *David Albert: What the Bleep is Wildly and Irresponsibly Wrong*. http://slog.thestranger.com/2006/02/david_albert_wh_1 , acessado em 13/12/2014.

e psicologia"). Apenas três das oito sugestões direcionam o pesquisador para *links* que versam efetivamente sobre física quântica ("para leigos", "para iniciantes" e "*wikipedia*").

2. Comércio "quântico", embuste e replicação ingênua

O termo "quântico" é profusamente utilizado tanto no Brasil quanto em Portugal, como uma forma de atribuir cientificidade a produtos e serviços. Podemos definir este tipo de procedimento em pelo menos duas categorias: 1. Embuste; 2. Replicação ingênua.

Os casos de **embuste** são caracterizados por falsa propaganda, histórias inventadas, utilização indevida de nomes de cientistas e universidades, e até mesmo criação ficcional de identidades de cientistas e universidades. Um dos mais famosos e atuais exemplos envolve a comercialização da "pulseira quântica", tornada famosa pelo fato de diversos atletas conhecidos a usarem[4]. Tal pulseira de borracha conta com uma imagem holográfica e foi amplamente comercializada no Brasil entre os anos de 2009 e 2010 por um preço médio de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), até sua propaganda ter sido proibida pela Anvisa em 03 de setembro de 2010[5]. Na Espanha, a empresa *Power Balance* foi multada em 15000 (quinze mil) euros por propaganda enganosa[6]. Ainda assim, a multa espanhola apenas mostra o quanto o crime compensa, uma vez que o valor da multa equivale ao preço de quatrocentas e vinte e oito pulseiras. A *Power Balance* vendeu cerca de trezentas mil "pulseiras quânticas" – só na Espanha - até o momento em que foi multada. E, mesmo com a proibição da publicidade do embuste pela Anvisa no Brasil, ainda hoje é possível encontrar publicidade enganosa em língua portuguesa. Tais propagandas não apenas se valem de expressões pseudocientíficas como forma de validar supostos efeitos terapêuticos, como utilizam também – de forma inapropriada – o nome da agência espacial norte-americana (NASA). Vejamos este exemplo de anúncio publicitário, extraído do sítio eletrônico de vendas "Mercado Livre":

Descrição do anúncio:

> **A Pulseira Bioquântica** é um novo produto que usa alta tecnologia. foi desenvolvida por um cientista da NASA. Ela consiste num holograma quântico feito a uma frequência que entra em contato com o campo energético do nosso corpo, aumentando eficiência dos sistemas eletrônicos, físicos e orgânicos do corpo.
> O efeito sutil da energia ajuda a realçar funções metabólicas celulares, a velocidade da circulação sanguínea e a melhorar a fonte vital de nutrição e de oxigênio aos órgãos críticos. Através de vários testes pode-se comprovar visivelmente o aumento instantâneo do equilíbrio, da flexibilidade, da força, da concentração e do bem-estar. Além de reduzir os efeitos do stress, aumentar a resistência e o sistema imunológico. Parece mentira? Pois é o que os cientistas estão falando, enquanto isso uma legião de atletas do surf, windsurf e de diversas modalidades de esportes, vem utilizando o holograma.
> Utiliza-se tecnologia holográfica embutida em produtos visando maximizar o desempenho e propiciar o bem-estar, aumentando o equilíbrio, a força e a flexibilidade. A tecnologia consiste em frequências altamente compatíveis com a dos seres humanos e com a dos animais e que realçam as funções celulares. Por funcionar instantaneamente quando colocado em proximidade com o campo eletromagnético

4 Como exemplo, cito Cristiano Ronaldo, jogador português de futebol; David Beckham, jogador inglês; Michel Schumacher, automobilista alemão.

5 "Proibida a propaganda de pulseira quântica". Fonte: *http://ictq.com.br/portal/noticias/proibida-a-propaganda-de-pulseira-quantica-1001*, acessado em 05/12/2014.

6 Jornal Folha de São Paulo. *http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2010/11/832713-empresa-que-fabrica-pulseira-quantica-e-multada-por-propaganda-enganosa-na-espanha.shtml*, acessado em 05/12/2014.

> do corpo, a comprovação dos ganhos no desempenho funcional é feita em tempo real.
> Como na acupuntura, nas técnicas de acupressão ou na massagem terapêutica profunda, nós acreditamos que ao se colocar os pontos energéticos da pulceira (sic) nos centros específicos de energia ou chakras, eles podem promover ou melhorar o fluxo de energia ao longo dos meridianos. Todos nós temos campos energéticos que nos rodeiam e interagem com nosso corpo físico. Estes campos respondem a todas as influencias, tanto internas quanto externas. Nossa energia irá se fortalecer quando interagir com algo que a alimente e se enfraquecerá quando exposta a influências negativas ou perturbadoras.
> O estado energético do campo afeta o estado de saúde de nosso corpo. Quando seu corpo está em harmonia, os músculos se relaxam, o fluxo sanguíneo aumenta e o relaxamento substitui a tensão. Muitas pessoas podem sentir os efeitos da pulceira (sic) através de testes no campo energético do nosso corpo. A Cinesiologia pode ser usada para determinar a imediata mudança na força muscular, no equilíbrio, na flexibilidade e na amplitude de movimentos. O teste muscular é a resposta a medição da energia através da força de um músculo no corpo.
> Resumindo, a pulceira é concebido (sic) para ressoar e sintonizar a ocorrência das frequências eletromagnéticas naturais do organismo, impactando a função e o desempenho. Não é um dispositivo médico, nem foi desenvolvido para diagnosticar, curar, tratar ou prevenir doenças.
>
> Preço: R$ 120,00 (cento e vinte reais).
> Visitas nesse anúncio: 3224 (três mil duzentas e vinte e quatro).[7]

Os casos de **embuste** apresentam diversos pontos em comum, como, por exemplo:

1. Alegações de experimentos científicos sem fonte ou referência;
2. Alegações de efeitos terapêuticos sem fonte ou referência;
3. Utilização enganosa de nomes de cientistas conhecidos e/ou de instituições conhecidas e respeitadas como fundamentação para o produto ou serviço oferecido – a exemplo da "pulseira quântica" que, de acordo com a publicidade, foi criada por "cientistas da NASA".
4. Criação ficcional de instituições e/ou nomes de cientistas como referência para o produto ou serviço oferecido.

A **replicação ingênua**, por sua vez, nasce como uma consequência da ação do embusteiro. Indivíduos bem intencionados, porém ingênuos, são capazes de replicar informações sem a devida verificação. Alguns se convertem em mais do que meros propagandistas. Incontáveis "terapeutas quânticos" surgem a cada ano, oriundos de cursos nos quais depositaram sua boa fé (e dinheiro) e dos quais receberam certificados e outros documentos que lhes concedem a sensação de validação e oficialidade. Vejamos, como exemplo ilustrativo, outra publicidade:

---

7 Fonte: *http://www.permutalivre.com.br/289532/a-pulseira-bioquantica-e-um-novo-produto-que-usa-alta-tecnologia-foi-desenvolvida-por-um-cientista-da-nasa-ela-consiste-num-holograma-quantico.html* , acessado em 05/12/2014.

Imagem 3: *box* publicitário sobre "terapia quântica".

> Curso Terapia Quântica Atlantis Nivel I
> Objetivo: Ensinar a técnica de Terapia Quântica Atlantis usando a Espada de Luz que utiliza comandos mentais extremamente elaborados e de fácil utilização, que atua em todos os níveis energéticos do ser.

Fonte: *http://www.terapiaquantica.com.br* , acessado em 05/12/2014.

O referido curso é anunciado como capaz de ensinar aos futuros terapeutas diversas técnicas de "transmutação mental", "evolução espiritual" e até mesmo de "cura física". O investimento é de R$ 50,00 (cinquenta reais) como taxa de inscrição e R$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais) pelo curso inteiro. A publicidade exibe textos de "psicólogos metafísicos" que, em seus depoimentos, ilustram como a "terapia quântica" lhes ofereceu novas perspectivas e os capacitou a ajudar as pessoas.
Ainda que indivíduos autonomeados "psicólogos metafísicos" não tenham formação em Psicologia, o Conselho Regional de Psicologia brasileiro alega que nada pode fazer contra eles, pois a ação do CRP se limita a atitudes realizadas por indivíduos formados em Psicologia. Vale destacar que, no Brasil, de acordo com o artigo 282 do Código Penal, o exercício ilegal de profissões só é tipificado como "crime" para três atividades: médico, dentista e farmacêutico. O artigo 205 do Código Penal pune criminalmente o verdadeiro profissional que se vale de técnicas não reconhecidas pelo seu respectivo Conselho. Ou seja: se psicólogos reais são punidos por se valerem de "terapias quânticas", um indivíduo sem formação real em Psicologia pode se dizer "psicólogo quântico" ou "psicólogo metafísico", sem sofrer sanções legais.

3. Publicações brasileiras

Uma simples busca por livros através da internet[8] remeterá o leigo a diversos livros que supostamente versam sobre a teoria quântica. Destaco os dez primeiros livros que surgem numa busca simples:

1. "Toque Quântico – o poder de curar", de Richard Gordon (Editora Madras);
2. "O Médico Quântico", de Amit Goswami (Editora Cultrix);
3. "Física Quântica – átomos, moléculas, sólidos, núcleos e partículas", de Eisberg e Resnick (Editora Campus);
4. "O Ativista Quântico", de Amit Goswami (Editora Aleph);
5. "O Ser Quântico", de Danah Zohar (Editora Best Seller);
6. "O Enigma Quântico", de Wolfgang Smith (Vide Editorial);
7. "Jesus e a Física Quântica", de Isidoro Mazzarolo (Editora Reflexão);
8. "Xamanismo Quântico", de Akaiê Sramana (Editora Aldeia de Shiva);
9. "O Caminho para a Física Quântica", de Nelson B. Maia (Editora Livraria da Física);
10. "O Tarô Quântico – transforme sua realidade", de Liliane Mattoso (Id Editora).

Dos dez livros acima elencados, apenas dois se referem à física quântica (os livros 3 e 9 da lista supracitada). Todos os outros se referem a misticismo e autoajuda. Entretanto, mesmo os livros de teor místico evocam para si um ar de cientificidade, como é possível verificar, por exemplo, na sinopse de "O Tarô Quântico":

> Desde o começo do século XX, a física newtoniana vem sendo questionada através da percepção de determinados resultados. Deste questionamento e estudo, chegamos hoje a física quântica, ciência que demonstra a necessidade de nossa consciência

8 As presentes buscas foram realizadas através do sítio eletrônico www.google.com.br , a partir das palavras-chave "livro" e "quântico". Acesso em 08/12/2014.

> particular para a criação de nossa realidade. Este conhecimento mostra que estamos determinando nossa realidade o tempo todo. Fazemos isto através da visão particular dos eventos e sentimentos. A todo instante, temos a frente uma gama de probabilidades que podem ser definidas como presente, ou seja, realidade. O que difere na sua concretização ou não são os padrões internos de cada individuo.[9]

Verifica-se, nesta sinopse, pelo menos dois mal entendidos cruciais: 1. A física newtoniana não foi "questionada". Ela continua perfeitamente funcional. A teoria quântica se refere à escala atômica, onde a física clássica não funciona a contento; 2. A teoria quântica jamais pregou que "estamos determinando nossa realidade o tempo todo". A ideia de que a realidade depende de nosso olhar, isto é, que não há realidade sem nosso olhar, deriva de uma distorção de experimentos quânticos, onde o instrumento (e não "o olhar humano") interfere no experimento.E o que difere o "tarô quântico" de outros tarôs? Aparentemente, nada além do termo "quântico" atrelado ao tradicional baralho oracular, além do uso de outras expressões oriundas da física e da matemática como forma de criar uma "diferenciação". Este procedimento não é diferente da "*gourmetização da vida*", atitude de dar nomes pomposos e uma apresentação sofisticada a alimentos banais como uma forma de evocar ares de alta classe para quaisquer produtos.Vejamos o seguinte artigo da revista Carta Capital:

> Em um pretensioso café nos Jardins, miolo rico de São Paulo, o pensativo consumidor desiste do menu e indaga ao garçom qual é, enfim, a diferença entre o brigadeiro rústico e o gourmet. "O primeiro tem chocolate em pedaços." E o outro? "É o normal, né." Mas se não há nada além da tradicional receita, por que seria gourmet? "Porque é bom? Moço, eu não sei." Ninguém mais sabe, ao que parece: nem o garçom, nem o público e muito menos o visionário gerente da pizzeria delivery no mesmo bairro, na qual todas as pizzas viraram gourmet, inclusive a de frango com catupiry. Na era da "gourmetização", um produto não carece de ingredientes sofisticados ou exóticos ou mesmo de origem e preparo ímpares. Com um toque mágico, o rótulo converte-se em poderoso adicional simbólico: escreve-se gourmet (ou premium, vip, top, chic, premier, *prime* e por aí vai, os termos, estrangeiros, abundam) e cobra-se o dobro. Assim engabela-se o crescente exército de incautos consumidores entregues ao modismo da vez. Da "onda da pizza gourmet", como anunciou um jornal, à "febre das cervejas premium", como decretou outro, o Brasil se vê em meio a uma confusa revolução conceitual, estampada em embalagens insidiosas e propalada pelo boca a boca nouveau riche. Mas o que explica tal fascinação por marcadores de diferença embutidos em palavrinhas como gourmet? Teria a ver com o sentimento de classe traduzido no anúncio do "festival gourmet de Alphaville", enclave da elite paulista, que se vende como "opção exclusiva de bons momentos", ou mesmo na moderníssima herança arcaica dos valets, agora transformados em valets vips, com motoristas de terno e gravata?
>
> Para a professora Daniela Khauaja, coordenadora da pós-graduação em Marketing da ESPM, a resposta é positiva e a explicação, histórica. "O Brasil era fechado até 1991. Tudo o que vinha de fora era considerado naturalmente melhor." Com a abertura, para a indústria nacional competir, foi preciso ganhar, se não em qualidade, ao menos em marketing. "O premium e o gourmet têm a ver com isso: o que é bom não basta, precisa ser exclusivo." Ao mesmo tempo, o consumo democratizou-se nos anos Lula, com o crescimento de uma nova classe média capaz de bancar experiências antes impossíveis. Por um lado, a ascensão dessa classe C sem tradição de consumir foi só financeira, não acompanhada de educação", diz Khauaja. "Esses termos vendem bem para esse público que não tinha acesso ao luxo." Por

9 Fonte: http://www.taroquantico.com.br/ , acesso em 10/12/2014.

> outro, com os novatos no encalço, a elite, desesperada, passou a tentar diferenciar-se. "Quando o rico se dá conta, a classe C está ao seu lado no cinema." Então, ele procura o cinema vip de salas premier. Enquanto o populacho se acotovela na sala superlotada para ver um block-buster, em um cinema vip de São Paulo é possível sentar-se em "poltronas reclináveis de couro italiano" e, sob a luz terna de um abajur, apontar no menu o que se quiser a um garçom a caráter. Camarões ao limão? Por que não, se acompanhados de um espumante e seguidos por uma pipoquinha gourmet com azeite trufado em cumbuca de cristal? Que o cheiro do crustáceo tome a sala durante o filme, qual uma boa e velha "farofa", parece ser um detalhe. E o filme, claro, é o mesmo. (VIEIRA, 2014)

Se a "*gourmetização da vida*" é uma forma de conceder a sensação de exclusividade a indivíduos provenientes de classes sociais mais abastadas, tal procedimento termina por sabotar a si mesmo, a partir do momento em que todo e qualquer comerciante pode evocar para seu produto o adjetivo "*gourmet*". Um mero passeio pelas principais avenidas da cidade de São Paulo nos revela uma profusão de produtos assim intitulados. Eis o paradoxo: se tudo é "*gourmet*", nada o é. Ironicamente, tal expressão termina por causar desconfiança e até mesmo sarcasmo. Não raro, consumidores postam fotos de produtos "*gourmet*" nas redes sociais e escrevem comentários sarcásticos sobre eles. Paulatinamente, tal expressão vai se tornando sinônimo de rótulo enganador (e encarecedor) de um produto banal.

A "quantização do misticismo" não é muito diferente da "gourmetização" e parece ter motivações similares. Se dizer que um doce é *gourmet* permite ao indivíduo de classe média a sensação de estar a consumir um produto antes acessível apenas aos ricos e abastados, batizar algo de "quântico" aproxima os místicos de um universo acadêmico de onde se sentem exilados. Numa sociedade como a brasileira, que valoriza sobremaneira a ciência (ainda que falte à maioria das pessoas uma educação científica), evocar adjetivos e termos em torno de ideias e serviços é uma maneira de criar para si um diferencial de *marketing*. Não há efetiva diferença entre um tarólogo e um "tarólogo quântico", ou entre um curso de meditação e um curso de "mentalização quântica", a não ser pela aura de cientificidade concedida por termos. Entretanto, para se fazer ciência não basta utilizar expressões científicas, sobretudo quando tais expressões são utilizadas fora de contexto. Tal procedimento não passa de *marketing* e, se é possível questionar a ética de tais publicidades, é notório que as propagandas funcionam e geram lucro, haja vista a venda de mais de trezentas mil "pulseiras quânticas" de trinta euros cada, apenas na Espanha.

A sedução de incautos a partir de terminologias científicas pomposas não é um fenômeno recente. O "escândalo Sokal" ocorreu na segunda metade dos anos 1990, quando o físico norte-americano Alan Sokal publicou numa renomada revista um artigo propositalmente embusteiro. "Transgredindo as fronteiras: em direção a uma hermenêutica transformativa da gravitação quântica"[10] argumentava, dentre diversos absurdos, que a matemática era "dominada pelo machismo" e que a gravidade quântica não passava de uma "construção social". Este artigo foi aceito e aclamado, até que o próprio Sokal anunciou que o texto inteiro não passava de pastiche. A vida imita a arte: na obra de ficção científica *The Number of the Beast*, de Robert Heinlein (1907-1988), um dos personagens obtém um doutorado a partir de uma tese propositalmente absurda. Seria possível elencar diversas teses – sobretudo da área de Humanidades – nas quais a física quântica é citada diretamente, mas de forma distorcida, a partir de fontes pouco criteriosas.

---

10 Sokal, Alan. *Transgressing the Boundaries: Towards a Transformative Hermeneutics of Quantum Gravity*. *Social Text #46/47* (1996) pp. 217-252 pp. Duke University Press.

4. Soluções possíveis

No Brasil, conforme expus, a via judicial como "solução" é bastante improvável. Dificilmente alguém será penalizado por se dizer "físico quântico" ou por proferir palestras místicas nas quais realiza malabarismos retóricos e evoca termos científicos pomposos fora de contexto. Além do que, pode-se argumentar que há traços de totalitarismo e infantilização de adultos quando queremos – por via da lei – "proteger as pessoas de charlatães". As pessoas podem acreditar no que quiserem. A judicialização, todavia, cabe quando há alegações médicas implicadas nos produtos ou mesmo o envolvimento indevido de pessoas e instituições (como no caso da "pulseira quântica" vendida como sendo criação de "cientistas da NASA").

Uma solução possível, a que ora defendo, é a educação científica, tarefa árdua e que demanda do divulgador da ciência uma adaptação da linguagem, muitas vezes excessivamente técnica e de difícil compreensão, de modo a permitir a acessibilidade do grande público ao conhecimento que se deseja transmitir. Daí a importância de disciplinas acadêmicas como as oferecidas pela Universidade de São Paulo: "Natureza, Cultura Científica e Educação", "Jornalismo Científico", "Filosofia da Ciência", dentre outras. Não se trata apenas de explicar teorias complexas, como a quântica, para leigos. Trata-se de abordar a própria natureza da ciência, retirando-a do papel de validadora divinizante para tudo.

O termo "ciência" não passa, muitas vezes, de um recurso retórico que tem por objetivo emprestar autoridade a alguma coisa. Quando alguém diz que "a reencarnação é um fato científico" ou que "está provado cientificamente que o tomate faz bem para a próstata", deveríamos nos perguntar: a quem serve este tipo de retórica? Para os descrentes na reencarnação, pode parecer um absurdo comparar a ideia de que as almas mudam de corpo com os estudos envolvendo os benefícios prostáticos desencadeados pelo tomate, mas o ponto sobre o qual desejo chamar a atenção não é definir se uma coisa é "mais científica" do que outra. O que me chama a atenção é o uso abusivo e distorcido de termos tais quais "fato científico" e "prova". Faz-se necessário esclarecer que a ciência não é apenas uma palavra da moda, ou um recurso de marketing. Mais do que apenas proteger a ciência, um mínimo de critério protege também as tradições culturais. Afinal, nem o pensamento místico e nem os oráculos precisam da física quântica para lhes conceder importância na vasta tessitura do mundo. Buscar na ciência uma validação não deixa de ser, mais do que mero marketing, uma lamentável forma de subserviência.

Bibliografia

BEZERRA, Daniel & ORSI, Carlos (2014), *Pura Picaretagem*, São Paulo: Leya.

MACHADO, Agapito (2014), "Exercício ilegal de profissões", *Jus Navigandi*, disponível em: *http://jus.com.br/artigos/26425*, [consultado em 13-12-2014].

PRACONTAL, Michel de (2009), *A Impostura Científica em Dez Lições*, São Paulo: UNESP.

SOKAL, Alan (1996), "Transgressing the Boundaries: Towards a Transformative Hermeneutics of Quantum Gravity". *Social Text*, 46/47, pp. 217-252.

VIEIRA, William (2014), "É o Rótulo, Estúpido!", *Carta Capital Online*, disponível em *http://www.cartacapital.com.br/revista/809/e-o-rotulo-estupido-5851.html*, [consultado em 11-12-2014].

Cinema e tecnologias assistivas: ferramentas de democratização cultural

Diego Normandi Maciel Dutra
diegonmd@gmail.com

Resumo: Em 2010, o IBGE contabilizou cerca de seis milhões de pessoas com deficiência visual vivendo no Brasil. Consideramos muitas as barreiras que esse público enfrenta no acesso a cultura, lazer e informação, pois iniciativas de inclusão em ambientes de convívio social ainda são limitadas. Para além da arte, o cinema é importante ferramenta de difusão de cultura, hábitos, costumes. Na "Era da informação", o poder se estabelece pelo conhecimento adquirido. Pessoas com deficiência visual, entretanto, apresentam dificuldades de interação com os principais veículos de informação estabelecidos pela sociedade, que elegeu a visão como sentido primordial. Assim, tecnologias e serviços assistivos se apresentam como ferramentas que vão além da inclusão social, se revelando como verdadeiros recursos de democratização cultural. Nessa pesquisa, pretendemos investigar algumas das tecnologias mais relevantes no tocante à inserção de pessoas com deficiência visual à linguagem audiovisual.

Palavras-chave: Deficiência Visual, Acessibilidade, Tecnologias Assistivas, Cinema, Democratização

1. Introdução

Esse artigo faz parte de uma pesquisa sobre acessibilidade de pessoas com deficiência visual em salas de cinema, sob o olhar do Design.

O último censo demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE revelou um grande número de cidadãos com necessidades especiais vivendo no Brasil. São aproximadamente 45,6 milhões pessoas com algum tipo de deficiência física. 18,8% de toda a população apresentam alguma deficiência visual. Constitucionalmente, esse público não deveria sofrer qualquer diferenciação no que diz respeito aos seus direitos. De acordo com o artigo 5º da Constituição Brasileira, somos "*Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...*". Entretanto, é notória a diferenciação de direitos relativos às pessoas com necessidades especiais. O artigo V do mesmo documento versa que "*é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;*". Os brasileiros com grave deficiência visual ainda não dispoem das mesmas condições (ou equivalentes) de acesso a cultura e educação, por exemplo.

Na atual "era da informação", na qual o acesso à informação é fundamental para a garantia de direitos e de ascensão social, àqueles que convivem com grave deficiência visual, sobretudo os mais pobres, estão ainda à margem de grande parte dos privilégios que o avanço das tecnologias digitais possibilitaram à boa parte da população brasileira, sejam esses benefícios voltados ao laser e entretenimento, à cultura, à educação ou à participação nas decisões políticas.

Este artigo trata da acessibilidade como um instrumento de garantia dos direitos e de inclusão social de pessoas com deficiência visual em uma sociedade constitucionalmente democrática como a brasileira.

2. Deficiência Visual

A deficiência visual é a condição, dentre os diversos tipos de necessidades especiais, mais comuns no Brasil (IBGE, 2010). Cerca de 35 milhões de brasileiros afirmam conviver com algum tipo de limitação visual. No entanto, dentro desse universo de indivíduos há aqueles que conseguem transpor sua deficiência pela simples utilização de lentes ou de óculos. Em muitos casos, procedimentos cirúrgicos são capazes de reverter o estado clínico. Este público, portanto, não está inserido dentro dos que esta pesquisa visa abraçar. Aqui, vamos nos ater apenas ao público que apresenta limitações de grande dificuldade de transposição, aqueles com baixa visão e os que são totalmente cegos.
Segundo a 10ª Revisão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, (CID-10) da OMS em 1993, pessoas com baixa visão são aquelas cuja acuidade visual, mesmo com correção óptica no seu melhor olho se encontrar entre 0,3 (20/70) e 0,05 (20/400), ou se seu campo visual for menor que 20° no melhor olho com a melhor correção óptica (categorias 1 e 2 da graduação de deficiência visual). No caso de uma pessoa que apresente esses valores menores ou iguais a 0,05 ou o campo visual for menor que 10° (categorias 3, 4 e 5), considera-se que ela é cega.
No Brasil, se atribui pelo Decreto nº 5.296 (BRASIL, 2004) que cego é aquele indivíduo cuja a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; já aqueles cuja acuidade visual se encontra entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica são considerados com baixa visão, bem como os casos em que a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60˚, ou aqueles em que há ocorrência simultânea das duas condições anteriores.

Já a Organização Mundial de Saúde - OMS considera que :

> 1. Baixa Visão é acuidade visual menor que 6/18 (0,33) e igual ou melhor que 3/60 (0,05) no melhor olho com a melhor correção.
>
> 2. Uma pessoa com baixa visão é aquela que apresenta comprometimento da função visual mesmo após tratamento e/ou correção refrativa padrão, e tem acuidade visual menor que 6/18 (0,33) até percepção luminosa, ou um campo visual menor que 10° a partir do ponto de fixação, mas que utiliza, ou é potencialmente apta a utilizar a visão para o planejamento e/ou execução de uma tarefa cuja visão seja essencial. --- Essa última definição foi considerada como um marco significativo a respeito de como lidar com a baixa visão, quando houve a sua publicação em documento da OMS em 1992.

Portanto, compreendemos que a pessoa com baixa visão é aquela que tem alguma acuidade visual mesmo com o uso de tecnologias assistivas[1] - TA, e que ainda assim, sua condição de visibilidade é baixa. Já as pessoas cegas não conseguem melhorar sua visão mesmo se utilizando desse tipo de tecnologia. Para os últimos, as informações visuais precisam ser traduzidas por meio de outros sentidos, como o tato e a audição.

---

11. Todo e qualquer item, equipamento, produto ou sistema que contribua com o desenvolvimento das potencialidades de indivíduos com limitações físicas, sensoriais, cognitivas, motoras, dentre outras restrições ou disfunções que caracterizam uma deficiência ou incapacidade de qualquer natureza. (MÍDIA E DEFICIÊNCIA, 2003).

3. Acessibilidade e acessibilidade no Brasil

3.1. Acessibilidade

Neste trabalho, consideramos o conceito de acessibilidade tal como disposto no artigo 8º da Lei de número 5.294/2004:

> "*condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida*". (BRASIL, 2000)

Os critérios de definição de acessibilidade, no entanto, são relativos. Afirmar que algo é acessível baseia-se em parâmetros de uso por determinado usuário, e em determinada situação. Assim, o que é acessível a um público específico, pode não ser para outro; ou pode se qualificar como acessível em determinada situação, e não em outra. Para Bins Ely (2004) *apud* Baptista (2011), a acessibilidade só pode ser alcançada caso os elementos que impedem a perceção, a cognição, a circulação por indivíduos – incluídos barreiras sociais e psicológicas – sejam identificados e contornados. Dentre as conclusões de Baptista encontram-se: [1] uma abordagem sistêmica é um caminho possível para a compreensão do indivíduo e avaliação da acessibilidade; [2] é possível oportunidades semelhantes mesmo a indivíduos com habilidades diferentes; [3] deve-se buscar independência e autonomia dos indivíduos, assumindo-se impossibilidades casuais. Ubierna (2011) defende acessibilidade como algo que deve ser buscado por meio de uma abordagem integral, tratando o tema como algo transdisciplinar. A Fundação Dorina Nowill[2] aponta seis dimensões às quais a acessibilidade deve ser implementada para que seja eficaz: [1] acessibilidade arquitetônica; [2] acessibilidade comunicacional; [3] acessibilidade metodológica; [4] acessibilidade instrumental; [5] acessibilidade programática; e [6] acessibilidade atitudinal. Nesse contexto, entendemos que a questão envolve fatores separados, mas dependentes entre si. Dessa forma, ao se desenvolver um projeto que vise à acessibilidade, todos os componentes que cercam o problema precisam ser questionados, estudados e integrados à solução. Do contrário, corre-se o risco de elaborar um projeto que mesmo que atenda à boa das necessidades, tenderá a ser frágil ou inútil.

3.2. Acessibilidade Legal no Brasil

O Brasil é um Estado definido como uma República Democrática, na qual todos os cidadãos possuem os mesmos direitos, independente de cor, sexo, classe social etc. No entanto, a garantia dos direitos aos brasileiros com limitações físicas ainda é uma questão que vai de encontro do que é estabelecido constitucionalmente. Não podemos, contudo, afirmar que as Leis brasileiras não buscam abraçar a causa da inclusão e da acessibilidade, pois existem uma série de artigos estabelecidos legalmente com esse propósito.
As leis brasileiras que versam sobre acessibilidade e o favorecimento da Pessoa com Deficiência já estavam presentes mesmo antes da Constituição de 1988, que ainda é vigente no País. [3]A Lei de número 4.169, de 1962, oficializou o uso obrigatório em todo o território nacional das convenções Braille, para uso na escrita e leitura de cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille aprovados pelo Congresso Brasileiro

---

2 Instituição sediada na cidade de São Paulo cuja missão é facilitar a inclusão social de pessoas com deficiência visual, respeitando as necessidades individuais e sociais, por meio de produtos e serviços especializados. (DORINA, 2014)

3 Mesmo antes de tornar-se República, o Império brasileiro já demonstrava preocupação na garantia dos direitos, da cidadania e da inclusão de pessoas com deficiência visual. Em setembro de 1854, o Imperador Dom Pedro II criou, por meio do Decreto de número 1.428, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, renomeado em 1891 como Instituto Benjamin Constant. O Instituto funciona até hoje, com o mesmo nome, no bairro da Urca, na cidade do Rio de Janeiro, ao lado de um dos maiores cartões postais do Brasil, o Bondinho que leva ao Pão de Açúcar.

Pró-Abreviatura Braille, realizado em dezembro de 1957. O documento é assinado por João Goulart, último presidente brasileiro antes do Golpe Militar de 1964[4].

Após o período ditatorial, outras leis inclusivas foram estabelecidas no Brasil, como a de número 7.853, de 1989, que busca assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE (BRASIL, 1989). No que se refere à integração daqueles cidadãos, eram consideradas importantes áreas de atuação, tais como educação, saúde, trabalho, recursos humanos, construção civil e edificações. No que concerne à educação, no entanto, a Lei parece destoar do que recomenda a Constituição brasileira no que se refere aos direitos iguais, já que defende a:

> "inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios".

O texto revela um caráter exclusivo de educação, e ao mesmo tempo desconsidera a inclusão daquele público em salas de aula de Ensino Superior.

Atualmente, entretanto, a questão da inclusão de pessoas com deficiência nas universidades vai sendo implantada. A Lei de número 5.296 (2004) já obriga que as construções públicas contem com acessibilidade para pessoas com deficiência, incluindo as instituições federais de ensino superior brasileiras. Além disso, após os recentes debates e aprovação das chamadas "políticas de cotas" que tem destinado vagas por critérios sociais e raciais em universidades brasileiras, vem crescendo uma corrente que defende que cotas também devem ser destinadas a pessoas com deficiência. O Mapa das Ações Afirmativas do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (2008) apresenta dezenove instituições públicas de ensino superior que contam com algum tipo de ação afirmativa para pessoas com deficiência. Sete delas são instituições Federais: UFAC, UFMA, UFPA, UFPB, UFPR, UFSM e Unipampa. (SOUZA, 2013).

Em Dezembro de 1999, foi assinado o Decreto de número 3.298, regulamentando a Lei nº.7.853 que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, buscando consolidar as normas de proteção e oferecendo outros benefícios às pessoas sobre quem versa. No mesmo ano foi criado o CONADE - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, por meio da Medida Provisória de número 1799-6/1999, inicialmente vinculado ao Ministério da Justiça, e que forma a estrutura básica, desde 2003, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, hoje em conjunto com o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, o Gabinete, a Secretaria-Executiva e o Departamento de Ouvidoria Nacional (BRASIL, 2010). A realização da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU, em 2008, resultou na mudança do nome do CONADE, que passou a se chamar Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A principal competência do órgão é acompanhar e avaliar o desenvolvimento de uma política nacional para inclusão da pessoa com deficiência e das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer e política urbana dirigidos a esse grupo social (CONADE, 2014).

Em dezembro de 2000, entrou em vigor a Lei de número 10.098, cujo Capítulo VII versa sobre acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização na seguinte condição:

> "O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com

---

4 Conjunto de eventos ocorridos em 31 de março de 1964 no Brasil, que culminaram, no dia seguinte, com um golpe de Estado que encerrou o governo do presidente democraticamente eleito João Goulart, também conhecido como Jango e estabeleceu o regime ditatorial militar.

> dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer." (BRASIL, 2000)

Percebe-se que o texto assume a importância das mídias digitais para o futuro da sociedade, revelando uma preocupação, por parte do Estado, em garantir o acesso à informação que, em breve, seria distribuída por meio de veículos de comunicação conectados via rede mundial de computadores – internet.

Quatro anos mais tarde, o Decreto 5.296, em seu artigo 47, estabeleceu mais um passo importante na garantia do acesso a informação nos meios digitais. Ele estabeleceu um prazo de até doze meses para que os portais e sítios eletrônicos da administração pública fossem acessíveis às pessoas com deficiência visual, buscando garanti-los pleno acesso às informações disponíveis. Dez anos mais tarde, contudo, nem todos os sítios de instituições públicas contam com acessibilidade àquele público. A Universidade Federal do Ceará, por exemplo, somente em 2013 conseguiu implantar um sistema em seu portal que oferecesse acesso às pessoas com grave deficiência visual. Ainda assim, grande parte dos sítios de cursos e faculdades da Instituição ainda não conta com os mesmos recursos (UFC, 2014).

Mais um importante avanço na legislação brasileira foi o Decreto Lei nº 5296/2004, que regulamenta Lei de número 10.048, de novembro de 2000. O Decreto garante prioridade de atendimento às pessoas que especifica e estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. O Decreto também considera a existência de barreiras que devem ser transpostas como garantia de acessibilidade àquele público. Elas são assim definidas pela legislação:

> "qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em: barreiras urbanísticas, barreiras nas edificações, barreiras nos transportes, barreiras nas comunicações e informações. (BRASIL, 2000)

Sobre a questão trabalhista, o artigo 93 da Lei de número 8.213, de 1991, obriga empresas com 100 ou mais funcionários a contratar percentual mínimo (2 a 5%) de funcionários com algum tipo de deficiência. Essa Lei beneficia atualmente cerca de 223 mil pessoas, de acordo com dados de 2012 da Agência Brasil e do Ministério do Trabalho e Emprego. No entanto, segundo a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, esse número seria bem maior, atingindo pelo menos 900 mil, caso todas as empresas brasileiras com esse perfil atendessem àquela legislação. Um dos argumentos que o empresariado brasileiro tem usado para justificar a não adesão total a Lei diz respeito ao baixo grau de instrução daquele público.

Outro projeto de grande relevância para essa pesquisa foi a aprovação da proposta que exige que cédulas e moedas brasileiras (Real) tenham tamanhos diferentes conforme os seus valores monetários - quanto maior o valor, maior a cédula. Esse é um procedimento que já vem ocorrendo na União Européia com o Euro. No Brasil, as cédulas precisam, também, ser identificadas com elementos de leitura tátil. A medida foi aprovada na forma do substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei Complementar 295/05 e apensados (371/06, 33/07, 271/08, 440/08 e 484/09). Hoje, as novas cédulas de Real distribuídas no Brasil já contam com essa distinção. Com isso, se altera a Lei 4.595/64 e legitima-se um grande passo para garantia da acessibilidade dos deficientes visuais à identificação do valor das cédulas e penetração no mercado de consumo.

Fig.1. Novas cédulas de Real e suas proporções diferenciadas

Fonte: http://designontherocks.blog.br

Mais recente, contudo, o Plano Nacional de Direitos das Pessoas com Deficiência - Plano Viver sem Limites, sob o Decreto nº 7.612, de novembro de 2011, propõe metas claras visando o pleno exercício da cidadania pelas pessoas com deficiência. As metas foram definidas com base na Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência (DEFICIÊNCIA, 2013). Outro benefício que esse público teve garantido pelo Governo Federal foi a Lei de número 12.933, popularmente conhecida como lei da meia entrada, que versa sobre o direito ao pagamento de meia-entrada pelas pessoas com deficiência, entre outros públicos, em espetáculos artístico-culturais e esportivos.

No Brasil, outras legislações estaduais e municipais, independentes do Governo Federal, oferecem direitos em diferentes estados. A cidade de São Paulo, por exemplo, conta com a Lei de número 11.424/93, regulamentada pelo Decreto 45.122/04, que busca garantir o acesso de pessoas com deficiência em salas de cinemas e teatros, casas de espetáculos e estádios de futebol. Já a Lei, de número 12.815/99 faz revisão do artigo 1º da Lei 11.424/93 dispondo que, além das exigências já garantidas, os estabelecimentos são obrigados a garantir assentos e locais reservados, devidamente identificados, para fácil e boa visualização do espetáculo pelas pessoas com deficiência.

Um retrocesso na garantia dos direitos das pessoas com deficiência visual, entretanto, ocorreu recentemente, em setembro de 2014, quando o Supremo Tribunal Federal derrubou a portaria do Ministério das Comunicações que obrigava às emissoras de televisão disponibilizar, em até 11 anos, programação com audiodescrição na sua grade diária. A proposta do Governo era de que houvesse um aumento gradativo da quantidade de programas com o recurso, de forma que em dez anos, as emissoras seriam obrigadas a disponibilizar o sistema para 20 horas semanais de programação. As emissoras brasileiras de TV foram contra, argumentando que atualmente se passa, no Brasil, pela transição do sistema analógico para o digital. Assim, seria despendido um gasto muito alto em uma tecnologia que em breve – até 2018 – seria obsoleta e necessitaria de nova atualização.

De fato, a legislação brasileira apresenta grandes progressos na acessibilidade de pessoas com deficiência visual. Em texto, as leis parecem impedir qualquer barreira à acessibilidade. No entanto, se percebe que, na prática, as ações públicas e privadas no Brasil não refletem o que versa nossa legislação. As barreiras atitudinais frente aquele público tem se revelado uma verdadeira batalha diária na vida de pessoas com deficiência. CV, deficiente visual com cegueira total, residente em Fortaleza, afirma que busca autonomia no seu dia a dia, mas não se arrisca a sair de casa para qualquer atividade que não seja de extrema necessidade ou para o trabalho. Segundo ele, a cidade não é preparada para oferecer as condições de que necessita, e tampouco as pessoas que nela vivem e transitam parecem importar-se com condição e não é comum lhe oferecerem ajuda.

4. Cinema e Cultura

> "[...] Ir ao cinema, gostar de determinadas cinematografias, desenvolver os recursos necessários para apreciar os mais diferentes tipos de filmes, longe de ser apenas uma escolha de caráter exclusivamente pessoal, constitui uma prática social importante que atua na formação geral dessas pessoas. (VILARONGA, 2010, p.13).

Compreendemos o cinema neste trabalho como um importante veículo de comunicação, arte, entretenimento, cultura, formulação de opinião, de hábitos e de costumes. Sendo, portanto, fundamental que se promova essa atividade com o máximo de acessibilidade possível. Muitas pessoas nunca foram ao Egito, à Europa ou a Nova Iorque, no entanto é capaz de descrever detalhes desses lugares porque os conheceram nas telas do cinema. A sétima arte é capaz de nos transportar a lugares distantes e nos apresentar culturas que, muitas vezes, jamais poderíamos acessar presencialmente.

Entendemos que a inserção de políticas de inclusão e acesso no circuito de cinema podem interferir positivamente na ampliação de medidas inclusivas em outros setores da sociedade, contribuindo assim com a minimização das barreiras atitudinais de acesso. Para Turner, "*O cinema é uma prática social que produz e reproduz significados culturais; suas narrativas e significados evidenciam como nossa cultura dá sentido a si própria*" (1988, p. 13 *apud* Vilaronga, 2010).

Quando falamos em cinema, podemos expandir o papel que o creditamos a outras formas de comunicação e expressão, tais como a TV (aberta ou fechada), a mídia impressa e, claro, a internet. Em comum, todos esses veículos compõem os principais instrumentos de conexão da atual Era da Informação. Além disso, possuem linguagem baseadas sobretudo na visualidade, explicitando assim a necessidade da utilização de recursos acessíveis para possibilitar a inclusão de pessoas com deficiência visual dentro das pautas sociais e de interesse público. Para Duarte: "*em sociedades audiovisuais como a nossa, o domínio dessa linguagem é um requisito para o bom trânsito pelas mais diferentes áreas do conhecimento."* (2002, p. 21).

No Brasil, as salas de cinema representam, no geral, interesses privados, mas são primordialmente ambientes para uso público e coletivo e precisam seguir recomendações da ABNT. Dentre elas, reservar lugares facilmente identificáveis para a ocupação de pessoas com mobilidade reduzida – bem como para seus acompanhantes, dispor de rampas de acesso ao ambiente de projeção, oferecer rota livre de obstáculos, dentre outras condições. Para o público com grave deficiência visual, entretanto, ainda não são bem conhecidos os recursos inclusivos que podem lhes ser oferecidos como forma de permiti-los aproveitar a experiência. Tal problema é verificado além das salas de cinema, em espetáculos esportivos, de teatro, de dança etc. Consideramos que o desenvolvimento de tecnologias assistivas, sejam elas produtos ou serviços assumem importância fundamental na inclusão daquele público nesse tipo de evento. Uma das ferramentas desenvolvidas com o objetivo de permitir a acesso de pessoas com deficiência visual à linguagem audiovisual é a audiodescrição – AD.

A ferramenta consiste em uma modalidade de tradução intersemiótica (JAKOBSON, 1995) que objetiva a apresentação, via faixa sonora, de signos visuais em qualquer apresentação que use a visão como forma de aquisição de informação. A AD possibilita autonomia para que o deficiente visual possa ter acesso a conteúdos audiovisuais, sejam eles filmes, videoclipes, propagandas e programas de televisão. A tecnologia, contudo, ainda não é de conhecimento de boa parte da população e sua eficácia não é unanimidade dentre o público a quem beneficia.

5. Democracia, Informação e Poder

Democracia vem do grego *demokratia* e é a mistura dos termos *demo* (povo) e *kratos* (governo). Em suma, significa o governo do povo. John Lock considera democracia como exercício do poder legislativo por representantes do povo (Bobbio, 1998, p.322 *apud* Canedo, 2008). Para Rousseau, esse exercício de poder deve ser regido e construído com a participação efetiva dos cidadãos, sem que haja alijamento da soberania do povo (Santos, 2005, p.239 *apud* Canedo, 2008).

Quando falamos em participação política pelo povo, no entanto, consideramos que para haver significado efetivo é necessária a atribuição de poder aos que almejam participar das decisões de um governo. Para Diogo Moreira (*apud* ESG, 1996), "O poder é um fenômeno social no qual uma vontade, individual ou coletiva, se manifesta com capacidade de estabelecer uma relação da qual resulta a produção de efeitos desejados, que de outra maneira não ocorreriam espontaneamente". Bobbio (*apud* ESG, 1996) classifica três formas de poder: o "econômico", cuja forma de efetivação é por meio dos bens econômicos; o poder "ideológico", efetivado pelo saber e conhecimento; e o poder "político", efetivado pela força. Desses, os poderes "ideológico" e "político" são os quais onde a participação social pode se dar efetivamente independente da classe social do indivíduo. No entanto, dependem da socialização de informação.

Para Servan-Schreiber (*apud* Silveira, 2000), o compartilhamento da informação constrói o alicerce da "boa inteligência"; para Rousseau (*apud* Silveira, 2000), a boa informação de um povo é diretamente proporcional ao benéfico para a sociedade. Dessa forma, se percebe que há uma interdependência dentre os princípios de democracia, de poder, de participação e de informação. Aproximando essa discussão à temática da acessibilidade, podemos afirmar que somente por meio da utilização de Tecnologias Assistivas as pessoas com deficiência podem ter garantidos seus direitos, bem como atuarem como cidadãos protagonistas de suas reais necessidades.

Na atual Era da Informação, na qual a transmissão de dados, conhecimentos, notícias atingiram velocidade nunca antes experimentada, as mídias digitais assumiram um papel fundamental na formação cultural da sociedade. Os programas de TV, o cinema, a internet e as redes sociais são grandes meios de aquisição de informação e conhecimento de toda importância e necessidade.

Se considera-se que está havendo uma democratização real por meio das mídias digitais como blogs, jornais virtuais, canais de compartilhamento de vídeos, redes sociais, fóruns de discussão, sistemas de ensino à distância, etc, podemos questionar se esse tipo de afirmação lembram de avaliar as condições de acesso das pessoas que, por exemplo, convivem com alguma deficiência visual grave.

As tecnologias são desenvolvidas, sobretudo, para facilitar a vida das pessoas, trazer benefícios, melhorias, reduzir as distâncias, o tempo etc. Para pessoas com deficiência, as tecnologias vão muito além, elas podem ser a única condição de acesso e inserção na sociedade.

6. Tecnologias Assistivas

Neste trabalho, definimos Tecnologias Assistivas - TA como todo e qualquer item, equipamento, produto ou sistema que contribua com o desenvolvimento das potencialidades de indivíduos com limitações físicas, sensoriais, cognitivas, motoras, dentre outras restrições ou disfunções que caracterizam uma deficiência ou incapacidade de qualquer natureza. (MÍDIA E DEFICIÊNCIA, 2003).

Podemos afirmar que, no geral, as tecnologias são desenvolvidas e utilizadas para a melhoria das condições de vida das pessoas, na solução de problemas percebidos e para a diminuição de distâncias e tempo. Para pessoas com deficiência física, no entanto, as TA podem ser bem mais que facilitadores na sua vida diária. Elas são, muitas vezes, a única forma de permitir sua integração ao convívio social. Um elevador, por exemplo, diminui o tempo de jornada e o esforço físico demandado por uma pessoa sem dificuldade de mobilidade ao precisar subir 20 andares de um prédio. Para um cadeirante, entretanto, aquela ferramenta é a forma de garantir a realização do mesmo percurso com autonomia e segurança. Eis, portanto, a importância das tecnologias assistivas no que se refere à garantia de acessibilidade para pessoas com alguma deficiência.

A seguir, um breve levantamento de TA que podem contribuir com a garantia dos direitos democráticos de pessoas com deficiência visual na utilização das famigeradas mídias sociais.

6.1 Lupa (Software)

Recomendado para pessoas com baixa visão, trata-se de aplicativo que permite a ampliação de partes da tela no computador. O manuseio da lente fica a cargo do controle via mouse. Geralmente, já vem instalado esse tipo de recurso em computadores com sistema operacionais previamente instalados.

Fig. 2. Software de lupa em funcionamento no Windows

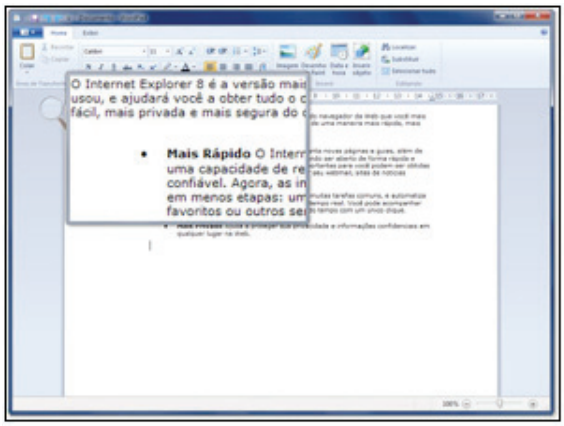

Fonte: http://meupalco.com.br

6.2 Impressora Braille

São equipamentos que prestam o mesmo serviço das impressoras comuns, e podem ser conectadas ao computador por meio das portas convencionais. O mercado já conta com grande variedade de impressoras com qualidades diversas, tais como tamanhos diferenciados, diversos tipos de impressão (só braille, braille e tinta, desenhos e impressão dos dois lados do papel - braille interponto).

Fig. 3. Modelo de impressora braille para uso doméstico

Fonte: http://capfcee.blogspot.com

6.3 Braille Falado

Sistema portátil de armazenamento e processamento de informação. O armazenamento de informação se dá por meio de um teclado em braille. A saída de informação, por sua vez, se dá por meio de sintetizador de voz. O dispositivo também conta com editor de texto, agenda, calendário, cronômetro e calculadora. É possível, também, enviar textos Por meio desse equipamento, é possível imprimir textos diretamente por uma impressora (SAPO apud SONZA, 2008).

Fig. 4. Aparelho Braille Falado - Braille'n Speak

Fonte: http://everybody.si.edu

6.4 Braille Lite

Tecnologia do início dos anos 2000, semelhante ao Palmtop. Funciona como um dispositivo com várias funções, tais como caderno, calendário e agenda. É capaz de armazenar os dados que nele são inseridos textualmente. Dispõe de teclas capazes de escrever textos em braille. Pode ser conectado a um computador, e assim, possibilitar a impressão de textos.

Fig. 5. Aparelho Braille Lite.

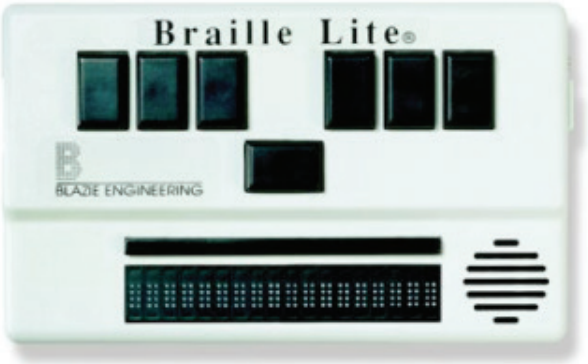

Fonte: http://nanopac.com

6.5 Audioguias

É um recurso sonoro que transmite, via fones auriculares, a descrição de ambientes e situações. Tem como objetivo ajudar seu usuário a percorrer um caminho. Trata-se de uma ferramenta que não foi desenvolvida com a finalidade de auxiliar pessoas com deficiência visual, mas para ser utilizada como recurso auxiliar em situações onde a visão é um sentido necessário. Se observa, por exemplo, o uso de audioguias em exposições de arte. Em 2014, no Museu da Imagem e do Som, em São Paulo, a exposição sobre o músico David Bowie utilizou-se dessa tecnologia para ilustrar (por meio de músicas) as diversas fases musicais que compuseram a vida do artista relacionado-as aos diferentes cenários apresentados. Outro exemplo de audioguia está presente nos variados sistemas de orientação, tais como GPS, que indicam rotas a serem seguidas por seus usuários. Esta técnica não foi desenvolvida para dar autonomia a pessoas com grave deficiência visual. No entanto, é um recurso que se orientado para esse tipo de objetivo, se revela como importante instrumento de inclusão. Um bom exemplo é a utilização de audioguias na Pinacoteca de São Paulo. Nesse caso, além de orientar o caminho percorrido pelo usuário, também são descrevem obras visuais, ou materiais.

Fig. 6. Escultura que conta com recurso de audioguia da Pinacoteca de São Paulo

Fonte: acervo do Autor

6.6 Áudio em celulares e Aparelhos para esse público

Hoje em dia é cada vez mais difícil encontrar aparelhos de telefonia móveis com teclas. Os smartphones atuais são aparelhos que não apresentam tecla alguma, salvo os botões que controlam o volume, liga e desliga, e que bloqueia e desbloqueia a tela.

Até pouco tempo, os aparelhos tinham um teclado alfa-numérico, além de outras direcionais e de seleção de menus. Eram aparelhos que facilitavam o uso tátil do serviço básico telefônico: fazer e receber chamadas. Com o avanço da tecnologia, os aparelhos telefônicos acumularam cada vez mais funções, de forma que as chamadas telefônicas passaram a ser operações deixadas a segundo plano. Mensagens, jogos, navegadores de internet, players de músicas e vídeos, a possibilidade de fazer fotografias e vídeos, tem se tornado, a cada dia, os maiores atrativos de quem utiliza um smartphone.

Não é difícil perceber que o avanço da tecnologia touchscreen se coloca como uma ameaça à acessibilidade de pessoas com deficiência visual, haja vista a exclusão de toda a linguagem tátil de sua usabilidade. Em entrevista semiestruturada realizada em outubro, na cidade de Fortaleza, para essa pesquisa, CV, estudante e jornalista com cegueira total, lamenta o pequeno leque de opções de aparelhos com botões no mercado e festeja ainda dispor de um que conta com teclas que lhe ajudam nas funções diárias. LD, professora com cegueira total, ao contrário, se utiliza de um smatphone com tecnologia touchscreen e diz-se satisfeita com o uso.

O que permite, hoje, que pessoas com deficiência visual se utilizem de dispositivos como smartphones com tecnologia touchscreen são aplicativos com leitura de tela. Tais aplicativos conduzem, via faixa de áudio, o usuário pela sua interface, indicando funções e ferramentas necessárias para a efetivação do consumo ou produção de informação. Esses aplicativos são disponibilizados via internet, muitos gratuitos, para sistemas operacionais iOS (da Apple) e Android.

Existem aparelhos com outros tipo de linguagem própria para pessoas com deficiência visual, tais como o da empresa britânica OwnFone (www.ownfone.com), que apresenta teclas em braille. No entanto, esse tipo de aparelho apresenta uso tão exclusivo que exclui o usuário com deficiência visual da interação com outros recursos que os smartphones oferecem a seus usuários, o caso de aplicativos como Whatscine e MovieReadin, que veremos à frente.

Fig.7. Usuário cego utiliza tecnologia de áudio para

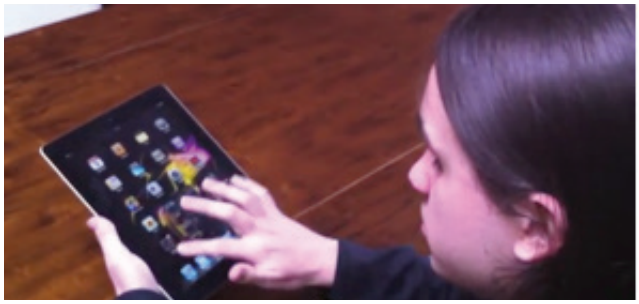

Fonte: Canal Ponto de Vista/Youtube

Fig. 8. Aparelho Ownphone com teclado em Braille manusear iPad. (

Fonte: http://macularhope.org

6.7 Dosvox

Trata-se de um sistema operacional para uso em computador que vem sendo desenvolvido desde 1993 pelo NCE - Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Permite ao usuário com grave deficiência visual ter acesso de operação a uma diversidade de softwares instalados no seu PC, por meio de sintetizador de voz e comandos via teclado convencional (QWERT). O sistema é todo em português, o que facilita a compreensão e utilização do dispositivo. Para instalação é necessário que o computador disponha do sistema Windows.

O sistema, no entanto, ainda demonstra limitações, como o acesso restrito à Internet, pelo fato de muitas páginas apresentarem figuras não etiquetadas, gráficos, tabelas e frames. Contudo, o sistema passa por constantes aperfeiçoamentos e deverá ter esse problema contornado (SONZA, 2008).

Por tratar-se de um sistema operacional, o Dosvox conta com uma série de softwares que acompanham a versão inicial, dentre eles estão agenda, editores de textos, calculadora, jogos, correio eletrônico, gerenciador de impressoras, editor de páginas HTML, reprodutor de músicas e áudio, editor de apresentações, navegador de internet, entre outros.

Fig. 9. Criança utilizando o sistema Dosvox.

Fonte: http://visaodemestre.blogspot.com

6.8 Linvox

Com o mesmo princípio do Dosvox, o Linvox é um sistema operacional que permite a instalação em Linux, que é uma plataforma livre e gratuita. Na verdade, se trata de uma adaptação daquele sistema operacional, que é pago (o Windows), para outro de acesso gratuito.

6.9 Leitores de tela

São softwares que interagem com o Sistema Operacional, e transmitem, via faixa sonora, as informações emitidas pelo computador. Por meio do som, os leitores de tela lêem para o usuário as todas as informações necessárias para a operação da máquina, sejam eles botões, textos, arquivos. Contudo, é necessário que os elementos presentes na tela tenham sido, anteriormente, codificados em uma linguagem que permita a leitura via esse tipo de sistema, tal como o código de padrão internacional Daisy – Digital Accessible Information System.

No Brasil, os leitores mais populares são o Virtual Vision e o Jaws (SONZA, 2008).

Fig. 10. Usuário operando computador por meio do Virtual Vision.

Fonte: http://lelefabiane.tripod.com

Agora, apontaremos algumas tecnologias desenvolvidas para garantir acessibilidade de pessoas com deficiência visual em salas de cinema.

6.10 Audiodescrição

Trata-se de uma modalidade de tradução intersemiótica (JAKOBSON, 1995) que objetiva a apresentação, via faixa sonora, de signos visuais em qualquer apresentação que use a visão como forma de aquisição de informação. Esse processo permite a percepção do que é apresentado através de estímulos audiovisuais.

Fig. 11. Exemplo de sessão com audiodescrição.

Fonte: http://deficienteciente.com.br

6.11 Whatscine

Criado pela Universidad Carlos III de Madrid, o Whatscine é um aplicativo destinado a tablets e smartphones capaz de transmitir descrição, via audio, de conteúdos audiovisuais, além de legendagem via texto, para pessoas com deficiência auditiva. O aplicativo é uma ferramenta que busca viabilizar a participação de pessoas com grave deficiência visual em sessões de cinema convencionais, tornando a prática inclusiva, na medida em que não há prejuízo na experiência de qualquer dos usuários, seja deficiente visual ou não.

O aplicativo está disponível gratuitamente nas lojas virtuais da Google - para sistemas Android - e da Apple - para sistemas iOS. Dessa forma, o usuário precisa instalar o aplicativo em seu dispositivo digital e levá-lo junto aos fones de ouvido, à sala de cinema. Neste local, os exibidores precisam disponibilizar a transmissão da audiodescrição (e/ou legendagem) por meio da rede wifi das salas de projeção digital.

Percebemos, assim, que a disponibilização do sistema que viabiliza o Whatscine não requer grandes mudanças investimentos por parte dos exibidores de cinema. Abaixo um esquema que ilustra a utilização do sistema.

Para além da acessibilidade, no entanto, os desenvolvedores do Whatscine acreditam que essa solução transformar-se-á na mais nova forma de entretenimento interativo nas salas de cinema digital.

Fig. 12. Esquema de instalação e utilização da ferramenta

Fonte: http://whatscine.es

6.12 MovieReading

Com o mesmo princípio do Whatscine, esse aplicativo, disponível para sistemas iOS e Android, foi desenvolvido na Itália e oferece audiodescrição para pessoas com deficiência, visual e legendagem para aqueles com deficiência auditiva grave. Uma diferença que existe na experiência com o MovieReading, em relação ao Whatscine, é que ele não depende de recursos oferecidos pelos exibidores de conteúdo audiovisual. Quem é responsável por acessar o conteúdo de audiodescrição ou legendagem é o próprio usuário do sistema. Por exemplo, caso o usuário tenha o interesse de assistir algum filme em uma sala de cinema com o auxílio do aplicativo, ele precisa de antemão fazer o download do conteúdo antes de adentrar a sala de cinema. Na sala de exibição, o aplicativo faz a leitura de som e sincroniza o áudio e as legendas com o som que está sendo exibido na sala.

Como exemplo dessa aplicação, durante a Mostra Internacional de Cinema, em outubro de 2014, na cidade de São Paulo, os usuários puderam experimentar o aplicativo para acompanhar o filme "A Despedida", exibido nos cinemas do Espaço Itaú De Cinema e Cinecaixa Belas Artes. Beneficiado com a iniciativa, Paulo Romeu, que é deficiente visual e também está à frente do "Blog da Audiodescrição", relata em sua página na internet a experiência que teve com o aplicativo. Segundo ele:

> "Gostei bastante da qualidade do áudio das descrições. Entendo muito pouco disso, mas segundo o Laercio, músico que tem ouvido absoluto, a qualidade era semelhante a de um MP3 gravado com taxa de compressão de 64 bits em mono. Segundo o pessoal da Iguale, representante do MovieReading no Brasil, que também estavam presentes na sessão, o aplicativo permite a gravação da trilha de audiodescrição com qualidade ainda maior, o único prejuízo seria maior tempo de download de um arquivo mais pesado." (BLOG DA AUDIODESCRIÇÃO, 2014).

7. Considerações Finais

Em 2014, foi realizado um evento pelo comitê da Deputada Federal Mara Gabrilli[5] voltado às pessoas com grave deficiência visual. Pessoas cegas e com baixa visão que compareceram ao encontro relataram experiências envolvendo facilidades e dificuldades por elas enfrentadas no dia a dia. Dentre elas, as barreiras atitudinais e de mobilidade urbana na cidade. A questão que fica é se as Leis substituem a educação inclusiva. Será que a sociedade deve incluir e garantir acesso às pessoas com deficiência devido às normas e punições judiciais e financeiras ou por princípios humanísticos e culturais? Devemos nos basear em manuais ou em nossos corações e princípios morais e éticos?

Nosso objetivo nesse trabalho foi o de apresentar uma abordagem sobre democracia e participação social a partir de um viés diferenciado, o das pessoas com deficiência visual. E a partindo dessa realidade, trazer questões de acessibilidade e de tecnologias assistivas como instrumentos indispensáveis para a ampliação e garantia da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Reconhecemos a importância de tudo o que já foi desenvolvido para possibilitar a inclusão de pessoas com deficiência visual, mas ratificamos que é necessária uma fusão de conhecimentos de diversas áreas para que obtenhamos soluções que dêem conta de toda a complexidade que envolve esta questão.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050 (2004): Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 97 p.

BAPTISTA, Arthur H. N (2011). Critérios para uma teoria da acessibilidade efetiva In: MONT'ALVÃO, Cláudia; VILAROUCO (Org.) Um novo olhar para o projeto. Teresópolis, RJ: 2AB, pp. 47-60.

BLOG DA AUDIODESCRIÇÃO (2014). Experimentando o MovieReading. Disponível em: <http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/2014/11/experimentando-o-moviereading.html>. Acesso em: 15 nov. 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília: Imprensa Oficial. Portaria nº 188.

_____. Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 20 nov. 2014.

_____. Decreto Nº 5.296, de 8 de novembro de 2000. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 20 nov. 2014.

_____. Decreto Nº 5.904, de 27 de junho de 2005. Dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95429/decreto-5904-06>. Acesso em: 20 nov. 2014.

5 Deputada Federal pelo Estado de São Paulo, filiada ao partido PSDB. A parlamentar é destaque na Câmara Federal pelo seu papel de luta e defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Antes de iniciar sua trajetória política, em 1994, Mara sofreu um grave acidente de carro que o deixou tetraplégica.

_____. Decreto Nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm>. Acesso em: 29 nov. 2014.

_____. Lei Nº 4.169, de 4 de dezembro de 1962. Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille.. Disponivel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4169.htm>. Acesso em: 29 nov. 2014.

_____. Lei Nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponivel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595.htm>. Acesso em: 29 nov. 2014.

_____. Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponivel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm>. Acesso em: 29 nov. 2014.

_____. Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponivel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em: 29 nov. 2014.

_____. Lei Nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponivel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm>. Acesso em: 29 nov. 2014.

_____. Lei Nº 11.126, de 27 de junho de 2005. Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. Disponivel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11126.htm>. Acesso em: 15 nov. 2014.

_____. Lei Nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013. Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória no 2.208, de 17 de agosto de 2001. Disponivel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12933.htm>. Acesso em: 29 nov. 2014.

_____. Medida Provisória Nº 1.799-1, de 21 de janeiro de 1999. Altera dispositivos da Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponivel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1799-1.htm>. Acesso em: 29 nov. 2014.

_____. Projeto de Lei Complementar 295/2005, de 14 de setembro de 2005. Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, estabelecendo a obrigatoriedade de diferenciação de tamanho de cédulas e moedas em função do respectivo valor, e dá outras providências. Disponivel em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=300262>. Acesso em: 29 nov. 2014.

CANEDO, Daniele Pereira (2008). *Cultura, democracia e participação social: um estudo da II Conferência Estadual da Cultura da Bahia.* Dissertação de Mestrado, Salvador: Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia.

DUARTE, Rosália (2002). Cinema & Educação. Rev. Educação e Realidade. Belo Horizonte, Autêntica.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA - ESG (1996). Subsídios para estudos dos fundamentos doutrinários. Rio de Janeiro.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em: http: http://www.censo2010.ibge.gov.br/. Acesso em: 12 de agosto de 2012.

JAKOBSON, R (1995). Linguística e comunicação. São Paulo: Cultrix.

SÃO PAULO. Decreto Nº 45.122, de 12 de agosto de 2004. Consolida a regulamentação das Leis Nº 11.345, de 14 de abril de 1993, nº 11.424, de 30 de setembro de 1993, nº 12.815, de 6 de abril de 1999, que dispõem sobre a adequação das edificações à acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Disponível em: <http://www.leispaulistanas.com.br/sites/default/files/DeficientesFisicos/DECRETO%20 45122.PDF>. Acesso em: 29 nov. 2014.

_____. Lei Nº 11.424, de 30 de setembro de 1993. Dispõe sobre o acesso de pessoas deficientes físicas a cinemas, teatros e casas de espetáculos. Disponível em: <http://www.leispaulistanas.com.br/deficientes-fisicos/lei-no-11424-de-30-de-setembro-de-1993>. Acesso em: 29 nov. 2014.

_____. Lei Nº 12.815, de 6 de abril de 1999. Dá nova redação ao artigo 1º da Lei Nº 11.424/93, de 30 de setembro de 1993, que dispõe sobre o acesso de pessoas portadoras de deficiência física a cinemas, teatros, casas de espetáculos e estabelecimentos bancários. Disponível em: <http://cm-sao-paulo.jusbrasil.com.br/legislacao/816110/lei-12815-99>. Acesso em: 29 nov. 2014.

SILVEIRA, Henrique Flávio Rodrigues da (2000). "Um estudo do poder na sociedade da informação". IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 29 (3) pp.79-90.

SONZA, Andréa Poletto (2003). *Ambientes virtuais acessíveis sob a perspectivas de usuários com limitação visual*. Tese de doutoramento, Porto Alegre: Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

VILARONGA, Iracema (2010). *O Potencial formativo do cinema e a audiodescrição: olhares cegos Iracema*. Dissertação de Mestrado, Salvador: Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia.

Vivarta, Veet (2003). Mídia e deficiência. Brasília: Andi; Fundação Banco do Brasil.

Controvérsias na climatologia: o IPCC, a afirmação do aquecimento global antropogênico e a agnotologia

José Correa Leite[1]
jcleite@dglnet.com.br

Resumo: Os problemas ambientais são o maior desafio já enfrentado pela humanidade e as mudanças climáticas é o mais urgente entre eles. A climatologia moderna, que nasceu, nos anos 1950, nos EUA, do encontro da modelagem numérica do clima por computadores com o estudo do ciclo do carbono, está no centro de um dos debates mais polarizados da atualidade, apresentado pela mídia como o confronto entre os defensores da existência de um aquecimento global causado pelas emissões de gases do efeito estufa pela atividade humana e aqueles que rejeitam a existência de um aquecimento ou o consideram resultado de um fenômeno natural. Mas este, que seria um debate científico, se mescla com o debate político sobre quais deveriam ser as respostas adequadas da sociedade ao aquecimento global. É, então, importante distinguir o que são posições e controvérsias científicas e qual é a comunidade científica que as arbitram, e o que são disputas políticas e ideológicas apresentadas como científicas mesmo sem respaldo dos cientistas da área, com a mobilização da pseudo-ciência para deslegitimar as conclusões das disciplinas envolvidas no tema. Proctor chama o estudo desta produção consciente da ignorância para legitimar ou deslegitimar determinadas posições e crenças de agnotologia – conceito hoje indispensável para compreender vários debates envolvendo a climatologia. Neste paper apresentamos os resultados iniciais da maneira como se organizam as controvérsias cientificas e políticas nas ciências do clima e o papel desempenhando pelo IPCC na sua formatação, distinguindo entre aquelas que se dão no interior do espaço epistemológico em que a comunidade científica se reconhece e as polêmicas exteriores, que confrontam seu paradigma e suas instituições.

Palavras-chave: Filosofia da ciência; climatologia; ciências do clima; ciências do Sistema Terra; aquecimento global; agnotologia.

1.Introdução

A climatologia está no centro de um dos debates mais polarizados da atualidade, apresentado pela mídia como o confronto entre os defensores da existência de um aquecimento global causado pelas emissões de gases do efeito estufa pela atividade humana e aqueles que rejeitam a existência de um aquecimento ou o consideram resultado de um fenômeno natural. Mas este, que seria um debate científico, frequentemente surge mesclado com o debate eminentemente político sobre quais deveriam ser as respostas adequadas da sociedade ao aquecimento global. É, então, importante distinguir o que são posições e controvérsias científicas e, portanto, qual é a comunidade científica que as arbitram, e o que são disputas políticas e ideológicas apresentadas como científicas mesmo sem respaldo dos cientistas da área, com a mobilização da pseudo-ciência para deslegitimar as conclusões das disciplinas envolvidas no tema. Robert Proctor chama o estudo desta produção consciente da ignorância para legitimar ou deslegitimar determinadas posições e crenças de agnotologia – conceito hoje indispensável para compreender vários debates envolvendo a climatologia (Proctor & Schiebinger, 2008).
Essas controvérsias giram também em torno de uma instituição, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, o IPCC (sua sigla em inglês), estabelecido em 1988 no sistema ONU. O IPCC é uma organização hibrida, simultaneamente científica e política, de caráter inédito. De um lado, ele envolve a contribuição

---

1 pesquisador do Programa de Pós-doutorado em Filosofia da Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e bolsista da Fapesp. Suas áreas de interesse são filosofia e história da ciência, filosofia política, filosofia da comunicação e ecologia. Atua em movimentos de ecologia urbana.

voluntária de milhares de cientistas de centenas de países (envolvendo também as instituições em que trabalham), que tem como tarefa sistematizar periodicamente o conhecimento científico produzido sobre o clima e as mudanças climáticas, já tendo sido lançado cinco relatórios (em 1990, 1995, 2001, 2007 e 2014).
O clima se tornou foco da atenção de múltiplos atores; empresas, movimentos ambientais, de consumidores ou de populações tradicionais demandam posicionamentos e recomendações de políticas públicas contraditórias. Da mesma forma o fazem países centrais, periféricos ou ainda organismos multilaterais. Assim, além de produzir conhecimento científico, a climatologia é também chamada a orientar a ação político-social, independente do grau de certeza que pode oferecer sobre suas formulações. A climatologia revela-se então um campo exemplar da inserção histórico-social do conhecimento científico e das tensões e trajetórias conflitivas no seu interior, dos dilemas éticos que coloca e das possibilidades universalistas do conhecimento científico na era da tecnociência.

2. A Guerra Fria e a gênese da moderna ciência do clima

A moderna climatologia é o resultado do encontro da previsão meteorológica do tempo por computadores com os estudos sobre o ciclo do carbono, que ocorreu na década de 1950. A Segunda Guerra Mundial deu um enorme impulso à meteorologia. Os EUA, onde existiam cerca de 400 meteorologistas profissionais na década de trinta, formaram entre 1940 e 1945, 8 mil meteorologistas e 20 mil observadores meteorológicos em cinco programas universitários de pesquisa e formação. Uma enorme rede de meteorologistas tinha agora condições de definir e lidar com a atmosfera em termos matemáticos. A Guerra também acelerou o desenvolvimento da tecnociência, mudando seu lugar na estrutura de poder da sociedade. O Projeto Manhattan simbolizou e deu credibilidade prática para este novo papel da ciência nos EUA, mas Reino Unido, União Soviética, Alemanha e Japão também realizaram nos seus âmbitos enormes mobilizações de cientistas para o esforço de guerra. Com o início da Guerra Fria, todas as potencias passam a ver na pesquisa tecnocientífica, financiado por gastos governamentais, uma dimensão estratégica da preparação para os conflitos militares futuros. Cientistas exerceram, entre os anos 1940 e 1990, um papel chave neste complexo militar, acadêmico e corporativo, ganhando prestigio, poder, boas remunerações e acesso a recursos para aquelas pesquisas que pudessem interessar aos militares (Agar, 2010; Finkbeiner, 2006; Wolfe, 2013).
Mas a Segunda Guerra Mundial alterou também a natureza da guerra, que passou a ser concebida como um conflito total travado com todas as armas de destruição em massa possíveis, visando inclusive exterminar parcelas da população dos países inimigos. A Guerra Fria prosseguiu nesta lógica de guerra total (Erickson et al. 2013). Grande parte dos fundos dedicados às pesquisas nas Ciências do Sistema Terra nos Estados Unidos visavam, depois de 1945, produzir conhecimentos que poderiam ser empregados nesta guerra total. Como lembra Jacob Hamblyn, quando um terremoto de magnitude 9,5 atingiu o Chile em maio de 1960, militares e cientistas ligados à OTAN imediatamente estudaram o ocorrido dentre daquilo que eles chamavam de "guerra ambiental", discutindo a possibilidade de bombas de hidrogênio bem colocadas em pontos de tensão e instabilidade da crosta terrestre produzirem efeitos equivalentes aos de terremotos. "Ao lado de terremotos, cientistas (...) trabalharam na contaminação radiológica, armas biológicas, controle do clima e vários outros projetos que unificaram o conhecimento científico do ambiente natural com o propósito estratégico de matar grande número de pessoas" (Hamblin, 2013: 3-4). Os exemplos são incontáveis.
Não é assim surpreendente que o desenvolvimento dos computadores e a operacionalização da previsão numérica do tempo também surgissem destas iniciativas. A guerra tinha aberto caminho para o desenvolvimento de grandes computadores eletrônicos e para a montagem de toda a infraestrutura de pesquisa cientifica que integrava os esforços entre instituições militares, acadêmicas e empresariais (Akera, 2007; Isaacson, 2014). Os computadores construídos antes e durante a guerra eram analógicos. Mas John von Neuman concebeu um computador com uma arquitetura diferente, uma máquina universal de processar informações, um equipamento (hardware) capaz de processar diferentes programas (softwares). Para viabilizar este projeto, ele apresenta à Marinha dos EUA, junto com Rossby, o "Projeto Meteorológico", a proposta do primeiro computador digital do mundo, que poderia não apenas prever o tempo, mas (sugeria) também vir a controla-lo de modo que o

clima pudesse vir a ser utilizado como uma arma de guerra contra os soviéticos (Edwards, 2010; Hamblin, 2013; Harper, 2008). Ademais, a ideia de modificar ou "consertar" o tempo já tinha uma longa tradição nos EUA, cuja origem remontava aos "fazedores de chuva" do século XIX; agora supunha-se que os cientistas forneceriam as ferramentas para realizar este antigo sonho (Fleming 2010).

Mas muito ainda tinha que ser avançado em termos da teoria física e matemática da circulação da atmosfera, em especial na resolução das equações não-lineares que definiam o movimento da atmosfera – que Lewis Richardson demonstrou ser possível resolver, mas que teriam que se tornar operações rotineiras (Lynch, 2006). O desenvolvimento matemático da modelização numérica do tempo foi feito pelo responsável pela parte meteorológica do Projeto, Jules Charney. Em 1954, a previsão numérica do tempo se torna regular nos Estados Unidos, com o Escritório Meteorológico, a Marinha, a Força Aérea, o Instituto de Estudos Avançados do MIT e a Universidade de Chicago formando a Unidade Conjunta de Previsão Numérica do Tempo. No ano seguinte eles começariam a divulgar, duas vezes por dia, suas previsões do tempo. Na década que se seguiu, diversos países dotaram-se de condições para prever o tempo com o auxílio de computadores.

Estes avanços na computação e na meteorologia criavam as condições para uma revolução na climatologia. Até então a climatologia era uma disciplina de arquivistas e estatísticos (ou dos "empiristas"). Para estes pesquisadores, a atmosfera era um sistema muito complexo, que deveria ser estudado por métodos estatísticos, buscando regularidades a partir da análise de séries históricas de observações – uma climatologia ligada principalmente à geografia. Como afirmou o meteorologista inglês C. S. Durst em l951, "a climatologia, como praticada no presente, é primariamente um estudo estatístico sem base na compreensão física que é essencial para o progresso" (citado por Edwards, 2010: 72). Mas isso muda com o encontro da modelagem atmosférica por computadores, desenvolvida a partir da meteorologia, com as novas pesquisas sobre o ciclo global do carbono.

A motivação para esse estudo devia-se, antes de tudo, à necessidade de se compreender as precipitações radioativas decorrentes dos testes nucleares. Os cientistas dispunham agora de computadores e equipamentos mais sensíveis do que os das gerações anteriores e podiam medir a absorção da radiação não só ao nível do mar mais também em altas altitudes. Além disso, o movimento do carbono podia agora ser traçado graças à uma nova ferramenta, o isótopo radioativo carbono 14. Gilbert Plass, Hans Suess, Roger Revelle e Charles Keeling puderam assim descrever, entre 1953 e 1960, a absorção de dióxido de carbono pela atmosfera e pelos oceanos. Graças à combinação do Ano Geofísico Internacional com uma disponibilidade de fundos de origem militar, Charles Keeling, trabalhando para o Instituto Scripps de Oceanografia, realizou medições precisas da concentração de dióxido de carbono no alto do cume do Mauna Loa, no Hawai, e na Antártica, constatando – entre 1958 e 1960 – que a presença do gás na atmosfera estava crescendo. Na década seguinte, Keeling foi capaz de montar uma estação no Mauna Loa, tornando permanente o monitoramento dos níveis de CO2 na atmosfera (Archer, 2010; Weart, 2003).

3. A climatologia em uma época de abertura

O desenvolvimento, pela meteorologia, da modelagem por computadores permitiu a fundação de uma nova climatologia, agora capaz de apreender a dinâmica planetária do clima a partir de seus fundamentos físicos. Estes climatologistas buscavam não mais as regularidades estatísticas no clima, mas simular o clima com modelos semelhantes aos utilizados na previsão numérica do tempo, incorporando nestes modelos as conclusões dos estudos físico-químicos da atmosfera – como as do ciclo do carbono. Tratava-se, também, diferente da meteorologia na primeira metade do século XX (cujo dinamismo esteve centrado na Escandinávia), de uma disciplina em grande medida modulada pela atuação de pesquisadores norte-americanos, associando-se, na segunda metade do século XX, a influencias específicas do contexto estadunidense, com projeções para áreas de cultura anglo-saxãs (Guerra Fria, programa espacial, desenvolvimento e disponibilidade de computadores, etc.).

A climatologia moveu-se na direção de replicar em máquinas a dinâmica global da atmosfera da Terra. Em 1955 foi criada, por sugestão de von Neuman, a Seção de Pesquisa da Circulação Geral, voltada para criar modelos tridimensionais da circulação geral da atmosfera, dirigida por Joseph Smagorinsky. A simulação do clima permitia agora experimentos nesta disciplina, nos quais podia-se modificar distintas variáveis consideradas importantes – o que antes ocorria muito ocasionalmente na natureza, por exemplo, com uma grande erupção vulcânica. A relação entre simulações, experimentos e dados abriu um debate metodológico importante para a discussão dos critérios de cientificidade que foge ao nosso propósito tratar aqui, mas para os quais remetemos a obras como as de Edwards (2010), Collins (2002) e Humphreys (2004). Os modelos de circulação atmosférica global ou geral (CGM da sigla em inglês) eram o último degrau do programa de pesquisa meteorológica de von Neuman, possibilitando o que ele chamava de previsão infinita. Foram estes modelos que permitiram reunificar as três dimensões da meteorologia separadas no final do século XIX – previsão do tempo, teoria física e climatologia empírico-estatística.

Os sucessivos e cada vez mais complexos modelos de circulação geral dependiam do acesso a computadores cada vez mais poderosos. Os modelos vão evoluir, incorporando mais variáveis e dimensões, avançando por anos e décadas de simulações, na medida em que crescia a capacidade de processamento dos computadores – que aumentava seguindo a Lei de Moore. A difusão de supercomputadores permitiu que centros de climatologia se formassem em diferentes países, cada um desenvolvendo seus próprios modelos de circulação atmosférica. Quando, na década de 1990, foi proposto um projeto de comparação entre esses modelos, 33 grupos compareceram com seus CGMs. A climatologia se tornou uma das grandes usuárias de supercomputadores do mundo, atrás apenas do desenvolvimento de armas nucleares e da física de partículas.

Paul Edwards vai destacar a relação intima entre a consolidação da climatologia como disciplina e o desenvolvimento das armas nucleares durante a Guerra Fria, tanto pelo lado da meteorologia numérica, como pelo da análise do ciclo do carbono. A conexão da meteorologia e da climatologia com as pesquisas militares seria reforçada com o lançamento do Sputnik 1, que deu início à corrida espacial entre norte-americanos e soviéticos, fazendo com que mais verbas fluíssem para a pesquisa nas geociências e nas nascentes ciências planetárias (Dickson, 2007). E o lançamento do satélite meteorológico TIROS 1 (Television Infrared Observation Satellites), em 1960, oferecia à meteorologia e à climatologia novas e poderosas ferramentas de sensoriamento remoto da Terra, capazes de visualizar todo o planeta; era agora possível observar a Terra do espaço .

A corrida espacial articulava-se com a Guerra Fria de uma maneira complexa, não apenas intensificando-a, mas também redefinindo-a. Os voos espaciais foram parcialmente metabolizados pelo imaginário dos anos 1960 como uma iniciativa do conjunto da humanidade, que dava seus primeiros passos fora do planeta, e pelos quais as superpotências disputavam prestígio e softpower nas relações internacionais (Cadbury, 2006). As imagens da Terra distante nas fotografias tiradas da orbita lunar foram apresentadas como indicativas da fragilidade da vida no solitário planeta azul ou a necessidade da solidariedade de todos os "tripulantes" da "espaçonave Terra". Em um momento em que as teorias dos sistemas se difundiam por muitas disciplinas, o planeta começava a se transformar no "Sistema Terra".

O tratamento da Terra como um sistema já tinha se iniciado antes, no Ano Geofísico Internacional (Belanger, 2006). Esse foi o momento de início da perfuração de núcleos de gelo, cujo desenvolvimento permitiria, ao longo das décadas seguintes, reconstituir o clima passado da Terra – em 1964, em Camp Century, na Groenlândia, já se havia alcançado 535 metros; em 1968, na Estação Bird, na Antártida, 2164 metros (Cox, 2005). O retrato cada vez mais preciso oferecido pela paleoclimatologia começava a desenhar uma dinâmica de dezenas de eras do gelo e de mudanças climáticas abruptas.

O Ano Geofísico Internacional também propiciou o fortalecimento da Organização Meteorológica Mundial (WMO, da sigla em inglês) – fundada em 1950 no lugar da Organização Meteorológica Internacional (estabelecida em 1873). A WMO seria internalizada pelo sistema ONU e apresentada como o protótipo de uma organização cujos frutos deveriam beneficiar toda a humanidade. A WMO alimentava o que Edwards (2010) chama de globalismo infra-estrutural, estimulando novos modos de pensar globalmente – em consonância com o pensamento ecológico, que se tornaria um movimento social cada vez mais importante depois que Raquel Carsons publicou, em 1962, *A primavera silenciosa*

Entrementes, uma descoberta feita em 1961 pelo matemático e meteorologista Edward Lorenz, iria modificar profundamente a lógica prevalente nas ciências atmosféricas e, depois, nas ciências do Sistema Terra, abalando muitas tensões prometeicas no seu interior. Rodando uma simulação da atmosfera em um computador, Lorenz teve que reduzir o número de casas decimais das variáveis com que trabalhava para reduzir o tempo de processamento de seu computador; descobriu, então, que modificações imperceptíveis nas condições iniciais evoluiriam para estados muito diferentes, impossibilitando a previsão a longo prazo. Em 1963, Lorenz publicou "Fluxo determinístico não-periódico", a primeira teorização do que é hoje conhecido como teoria do caos. Por outro lado, a modelagem por computadores permitia que eles passassem a ter um uso heurístico na produção de novos conhecimentos sobre a atmosfera e o clima (Dalmedico, 2001; Gleick, 1998; Lorenz, 2004).

A legitimidade e autoridade política dos cientistas e sua centralidade para a segurança nacional nos Estados Unidos não foram abaladas, na passagem dos anos 1950 para os anos 1960. Mas, em meados dessa década, lutas democráticas e por direitos civis, bem como movimentos de juventude, ecológicos e pacifistas – em especial contra a Guerra do Vietnã – emergiram por toda parte, modificando o cenário político-ideológico na sociedade civil. Protestos nas universidades estadunidenses começaram a questionar a ligação dos departamentos e laboratórios científicos com projetos militares. Os movimentos anti-militares ganharam apoio de massa. E um forte movimento ambientalista emergiu nos EUA e em outros países centrais. Um etos crítico à simbiose entre ciência, guerra e poder emerge ao lado daquele dominante no complexo industrial-militar-acadêmico que procurava manter sua coesão (Moore, 2008).

Na virada para a década de 1970, esta polarização atingiu seu auge, com um refluxo do etos militarista e tecnocrático na sequência da derrota norte-americana na Guerra do Vietnã, terminada em 1975 – Nixon tinha renunciado um ano antes em função do Escândalo Watergate. As consequências disso ecoariam, de forma desigual, em todos os campos da pesquisa científica e suas ondas de choque permanecem vibrando até hoje, confrontando-se agora também com as consequências da mercantilização da ciência (Frickel & Moore, 2006). Isso afeta profundamente as Ciências do Sistema Terra que vão ser palco de um choque entre dinâmicas conflitivas advindas do etos tecnocrático e militarista do período da Guerra Fria e do novo etos crítico em defesa de uma ciência aberta ao debate público. Considerando a estreita vinculação, nos projetos fundantes da moderna climatologia, entre a pesquisa científica e os interesses de segurança nacional, era previsível que tensões se acumulassem na medida em que os problemas tratados pela climatologia ganhavam destaque nos debates de sociedade e estas práticas se consolidavam nas novas gerações de pesquisadores. Nos anos 1970, a convivência ainda era possível, e a polarização ainda se manifestava como posições individuais. Temas como as chuvas ácidas (Mellamby, 1988), a poluição atmosférica, o programa de aviões supersônicos comerciais (Conway, 2005) e a dilapidação do ozônio estratosférico (Benedick, 1998) vão introduzir debates científicos de grande alcance social e político e direcionar parte da sua comunidade científica para práticas de transparência, disputa na mídia de posições contrárias a interesses econômicos e relação direta com uma emergente sociedade civil mobilizada por temas de interesse público (Hansen, 2013; Moore, 2008; Schneider, 2009).

Mas as tensões explodiriam de forma aberta com a guinada conservadora e militarista promovida, depois de 1980, pelo Governo Reagan – momento em que os republicanos se afastaram da defesa das questões ambientais. Como mostra a cuidadosa pesquisa de Oreskes e Conway (2010), posições políticas conservadoras que já vinham se articulando passaram a criticar abertamente as propostas ambientalistas de regulamentação governamental de qualquer atividade econômica, encontrando eco em alguns importantes físicos que foram falcões da Guerra Fria. Este debate repercutiu amplamente sobre toda a comunidade científica e sobre a opinião pública norte-americana e europeia com a exacerbada discussão em torno do programa Guerra nas Estrelas, que se radicalizou com as polêmicas em torno do tema do Inverno Nuclear – um debate que ecoava diretamente na climatologia e na estruturação da comunidade científica da área (Badash, 2009; Robock, 2010; Turco, 1993).

4. O IPCC, o paradigma do aquecimento antropogênico e a delimitação da comunidade científica

As evidencias de um aquecimento global antropogênico, que ganharam legitimidade científica na década de 1950, foram reforçadas nos anos 1960, consolidando-se ainda mais na década seguinte. As pesquisas da paleoclimatologia puderam comprovar a teoria de Milankovic das oscilações na orbita da Terra como desencadeadoras das eras do gelo. Wallace Broecker (1975) emprega pela primeira vez o termo aquecimento global. Ele é consagrado, quatro anos depois, pelo Relatório Charney sobre o dióxido de carbono e o clima, que afirma que "se o dióxido de carbono continuar a crescer, não temos razões nem para duvidar que mudanças climáticas ocorrerão nem para acreditar que estas mudanças serão negligenciáveis" (NAS, 1979: vii). Embora Reid Bryson ainda sustentasse que a emissão de aerossóis na atmosfera decorrentes das atividades humanas iriam resfriar o planeta, produzindo um "vulcão humano" (Bryson & Goodman, 1980), era já então um combate defensivo; ele foi o último cientista do clima de destaque a defender uma posição contrária ao aquecimento global antropogênico. E mesmo ele teve que reconhecer, no final da vida, ante o acúmulo de evidências, que o clima da Terra estava se aquecendo e não se resfriando. Spencer Weart (2004) vem desenvolvendo um enorme esforço de documentar de forma detalhada a "descoberta do aquecimento global", de forma que podemos remeter a seu livro e, principalmente, ao seu site, permanentemente atualizado.

Assim, o aquecimento global antropogênico se tornou, não em função de uma revolução científica, mas por um lento acumulo de evidências decorrentes de novos métodos, instrumentos e pesquisas desenvolvidos depois dos anos 1950, o paradigma hegemônico na comunidade dos cientistas do clima, a referência a partir do qual a ciência comum passava a ser feita. A produção de evidências que confirmavam isso era cada vez mais compartilhada por pesquisadores de distintos países. Laboratórios de modelagem climática foram estabelecidos em diferentes regiões, estimulando pesquisas e trocas e ganhando legitimidade no diálogo e confronto, seja com as políticas de energia (sob o impacto da crise do petróleo), seja com as de meio-ambiente (consolidadas depois da Conferência de Estocolmo, de 1972). Embora muitas questões ainda estivessem em aberto, o debate sobre os fundamentos da ciência do clima estava, na virada para os anos 1980, resolvido.

A Primeira Conferência Climática Mundial, em Genebra, em 1979, acelerou estes processos de trocas, sem ainda soar o alarme. Ela criou um Programa Climático Mundial e organizou uma série de encontros para aprofundar o debate. Três seminários ocorreram, em 1980, 1983 e 1985, em Villach, na Áustria, patrocinados pela WMO, pelo Programa das Nações Unidas para o Meio-ambiente (PNUMA) e pela União Internacional dos Conselhos Científicos (ICSU, da sigla em inglês), com os cientistas deles participando sem representarem seus governos. O encontro de 1985 foi particularmente importante, porque nele se consolidou o consenso entre os pesquisadores de que o aquecimento global era a tendência dominante, que era causado, ao menos em parte, pelas emissões de gases do efeito estufa e que iniciativas políticas deveriam confrontar o problema. Foi de Villach que saiu a vontade política, por parte dos setores da comunidade científica nela envolvidos, de que medidas fossem tomadas. Em julho de 1986 é formado, a partir da WMO, do PNUMA e da ICSU, um Comitê Consultivo sobre os Gases do Efeito Estufa (AGGG, da sigla em inglês). Ele organizou dois seminários interligados, em 1987, novamente em Villach e em Bellagio, expressando a vontade de que uma ação política agressiva fosse tomada, apesar das incertezas ainda existentes, no combate ao aquecimento global. Em paralelo, iniciativas na WMO e o consenso obtido entre agencias do governo dos EUA, preocupadas com o ativismo do AGGG, levam à Conferência de Toronto, em junho de 1988, de onde sairia a proposta de formação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), formalizado em novembro daquele ano em Genebra. A Assembleia Geral das Nações Unidas aprova, em 6 de dezembro de 1988, a Resolução 43-53 referendando a criação do IPCC. Este processo foi descrito e analisado em detalhe por Shardul Agrawala (1997) e suas conclusões podem ser confrontadas com inúmeros depoimentos – como os de Bert Bolin (2008) e John Houghton (2013) – de modo que não vamos nos deter nele.

Quatro processos formaram o pano de fundo destas discussões que percorreram os anos 1980, cruciais para que a climatologia ganhasse sua feição atual. Em primeiro lugar, o clima político particularmente polarizado nos EUA sob Reagan, em que os conservadores retomam a iniciativa política perdida com os movimentos sociais dos anos 1960, a derrota no Vietnam e a renúncia de Nixon. Em segundo lugar, o debate organizado a partir

da ONU para tratar do meio-ambiente e desenvolvimento, que produziria, em 1987, o Relatório Bundtland, intitulado *Nosso futuro comum*, popularizando a ideia de desenvolvimento sustentável. Em terceiro lugar, a demanda urgente colocada para as ciências atmosféricas pela descoberta do buraco na camada de ozônio sobre a Antártida. Paul Crutzen, Mario Molina e Sherwood Rowland demonstraram, ao longo da década de 1970, que o óxido de nitrogênio e, principalmente, os clorofluorcarbonos (CFCs) destruíam o ozônio da atmosfera, essencial para a proteção da vida dos efeitos deletérios da radiação solar. Em 1978 aerossóis baseados em CFCs começaram a ser banidos em vários países. Nos anos 1980 medições na Antártida mostravam um rápido declínio da camada de ozônio sobre o continente nos meses da primavera e sua correlação com a presença de CFC na atmosfera, inequívocas depois 1985. A resposta dos governos foi rápida: em 1987 foi firmado o Protocolo de Montreal, depois reforçado por uma série de emendas, reduzindo gradativamente a produção e uso dos CFCs e de outras substancias que destruíam a camada de ozônio (Benedick, 1998); a produção de CFCs terminou, em 2010, em todo o mundo. E, em quarto lugar, uma série de fenômenos climáticos extremos que pontuaram a década e, em particular, um elemento circunstancial, a onda de calor que afetou os EUA em 1987 e 1988

O IPCC foi estabelecido com uma natureza hibrida, um organismo científico e político, de caráter intergovernamental, patrocinado pela WMO e pelo PNUMA. Isso se deu, na avaliação da Agrawala (1997), exatamente porque os cientistas e o PNUMA tinham tido um protagonismo muito grande nas negociações do ozônio e agora os governos – em especial o dos EUA – queriam reter o máximo de controle da governança dos processos climáticos nas suas mãos. Seu caráter hibrido decorreu de uma tentativa dos governos de evitarem o descolamento dos cientistas em uma situação em que havia muito em jogo; na discussão sobre o aquecimento global e as emissões de carbono estava em discussão o futuro de ramos centrais da economia, como os da energia e da agricultura industrial. O desenho final do IPCC envolvia, portanto, oferecer relatórios abrangentes não apenas do estado da ciência das mudanças climáticas, mas também dos impactos e das respostas, organizando-se, para isso, três Grupos de Trabalho (designados no Quinto Relatório como bases da ciência física; impactos, adaptação e vulnerabilidade; e mitigação da mudança climática). Mas foram excluídos da arquitetura final dois outros grupos de trabalho propostos, aqueles que se dedicariam aos instrumentos legais e aos elementos de uma possível convenção. Posteriormente a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima seria um dos resultados da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, levando em 1997 ao Protocolo de Kyoto.

Uma vez estabelecido e tendo sido indicado como seu primeiro presidente o climatologista sueco Bert Bolin, o IPCC autonomizou-se da WMO e do PNUMA, foi empoderado, tornou-se palco das disputas de caráter estratégico e passou a receber considerável pressão externa através dos representantes de empresas e movimentos ambientais. A presidência de Bert Bolin mobilizou a comunidade cientifica para se envolver na preparação dos relatórios dos Grupos de Trabalho. Dada a visibilidade que o problema das mudanças climáticas adquiria e as tensões que ele concentrava era muito importante ampliar ao máximo a credibilidade científica do IPCC e ele logo adotou como método de trabalho a revisão pelos pares. Buscou, também, expandir a participação e envolver nos seus trabalhos cientistas dos países emergentes. Isso fez com que o IPCC, que apenas revê a literatura científica produzida e não encomenda, promove ou financia pesquisas, impulsionasse indiretamente a internacionalização das ciências do clima, até então concentradas nos países centrais e na União Soviética. A dinâmica política dos estados no IPCC, que deveriam aprovar linha por linha os sumários executivos para os governantes (mas não os relatórios científicos em que eles se baseavam), não afetou a pesquisa científica que seguiu autônoma, mas ao contrário, dotou seus relatórios de uma maior credibilidade, ao dar a eles (ao menos formalmente) a chancela dos estados que dele participam. A preparação dos relatórios dos três Grupos de Trabalho, atualmente entrando na sexta rodada, vem envolvendo um número cada vez maior de pesquisadores, sistematizando em seus cinco relatórios (1990, 1995, 2001, 2007 e 2024) o estado da arte do conhecimento das comunidades de cientistas que lidam com o clima e o aquecimento global.

Como o consenso científico em torno do aquecimento global antropogênico estabelecido na década de 1980 foi sendo gradativamente fortalecido com o trabalho do IPCC, os seus críticos tiverem que procurar atacá-lo de fora, levando a polêmica para a mídia, o que contribuiu, por sua vez, para dar mais destaque às pesquisas sobre as mudanças climáticas. O aumento da visibilidade da climatologia, ajudou a ampliar as pesquisas na

área, os recursos disponíveis, o prestigio e reconhecimento social dos cientistas envolvidos. O resultado foi um crescimento vertiginoso das pesquisas nas ciências do clima. Uma análise feita por Stanhill (2001), cobrindo o período do século XVIII até 1997, mostrou uma produção científica acumulada sobre temas ligados às mudanças climáticas de 6.734 publicações, 95% publicadas depois de 1972, com seu número nesse intervalo dobrando a cada quatro anos. Outra análise feita por Venkatesan et al. (2013), abarcando o período de 1999 a 2012, mostrou que o número anual de artigos publicados sobre mudanças climáticas passou de 2.376 em 1999 para 15.952 em 2012. Levando em conta que os dois estudos tomam distintas bases de dados e parâmetros, podemos considerá-los aqui apenas como indicadores indiretos da existência de uma explosão de estudos na área, correspondentes ao destaque que o aquecimento global adquiriu na agenda política mundial.

Os relatórios do IPCC contribuíram para ampliar e para delimitar mais claramente as fronteiras das ciências do clima. De um lado, o escopo definido pelos três Grupos de Trabalho concentrou os climatologistas principalmente no primeiro grupo, onde também participam pesquisadores de outras ciências naturais (geofísicos, oceanógrafos, glaciologistas, astrofísicos, estatísticos etc.), criando uma grande interação e diálogo com os pesquisadores das mais diversas áreas não só das ciências naturais como também com as ciências sociais (geógrafos, antropólogos, economistas, demógrafos, etc). 831 autores, selecionados entre mais de três mil indicações, participaram da redação dos três volumes do Quinto Relatório do IPCC e do relatório de síntese.

De outro lado, o IPCC – e em especial seu Grupo de Trabalho 1 – empreende um esforço de síntese tão sistemático que termina por formatar o trabalho da comunidade de cientistas do clima de conjunto. Assim, na quinta rodada deste Grupo de Trabalho foram analisados 9200 estudos submetidos à revisão por pares, compreendendo praticamente toda contribuição relevante ao avanço do conhecimento nos últimos anos. E o relatório oferece um mapa abrangente não apenas do acúmulo na área, mas também das lacunas ou necessidades de aprofundamento, terminando por direcionar parte substancial da produção científica posterior. Nada equivalente existe em qualquer outra área da ciência.

5. Uma comunidade científica na esfera pública global: o etos científico e a agnotologia

O IPCC traz para o holofote da política e da mídia mundiais a produção de uma comunidade científica, suas controvérsias e sua dinâmica interna, algo que não vemos em nenhuma outra parte e que termina por fortalecer seu trabalho. E delimita o paradigma em cima do qual a ciência é produzida – a constatação do aquecimento global devido a emissão humana de gases do efeito estufa – e redireciona-a para um propósito comum – trabalhar para convencer a sociedade a limitar estas emissões. Explicações alternativas foram longamente debatidas e descartadas como estruturantes da climatologia. A menos que evidências substancialmente novas sejam apresentadas, a ciência comum produzida na área aprofundará o caminho traçado pelo paradigma vigente. Isso parece ainda mais claro considerando que aqui não tivemos uma revolução científica, mas um trabalho cumulativo de aprimoramento de métodos e instrumentos e acúmulo de evidencias, reforçado pela dinâmica de reforço mútuo da modelagem e da paleoclimatologia, inclusive na constatação da possibilidade de mudanças climáticas abruptas, que seriam catastróficas para a humanidade.

O lento e meticuloso trabalho da ciência do clima todavia não responde nem às expectativas nem da política nem da mídia. Não responde às demandas dos políticos que frente aos interesses do mercado exigem verdades e certezas para agirem; o clima é um sistema notoriamente complexo e caótico e o que a ciência pode apresentar são tendências, cenários, médias. A mídia também demanda certezas, mas exige além disso dramas e conflitos para gerar espetáculos atrativos. Frente a elas temos a manutenção do etos científico tradicional – ceticismo organizado, universalismo, comunalismo e desinteresse, na formulação mertoniana – e a chamada dos políticos a que assumam a responsabilidade pelas decisões que terão que ser tomadas para evitar um aquecimento global de consequências catastróficas. Trata-se de um questionamento importante do *status quo* econômico e político. Como o que está em jogo é muito alto – os fundamentos "materiais" da civilização moderna, a preservação de grande parte da biodiversidade do planeta – é inevitável que o etos científico da comunidade de cientistas seja reforçado e vinculado a um propósito maior, tornando seu trabalho uma atividade carregada de sentido.

Isso parece essencial para explicar a radicalização política de uma parte dos cientistas do clima (Hansen, 2013; Klein, 2014; Schneider, 2009)

O IPCC empreende uma revisão periódica da produção científica sobre as mudanças climáticas, mas esta ciência está sendo mobilizada para produzir orientações políticas, sendo até mesmo constrangida a quantificar temerariamente graus de certeza de suas afirmações sobre processos de enorme complexidade. Ela é conduzida a propor uma orientação fundamental, a transição para uma economia de baixo carbono, seja pela substituição das termoelétrica movidas por combustíveis fósseis por fontes de energia renováveis, seja pela redução significativa do uso desses combustíveis para o transporte. Como destacou recentemente Naomi Klein (2014), o confronto com parte importante do poder corporativo e suas expressões políticas é inevitável, embora suas manifestações possam ser mais ou menos intensas.

Como a ciência fornece as bases para os discursos mais legítimos da sociedade industrial, aqueles que são questionados por ela tendem a reagir sustentando argumentos que também tem que se apresentar como científicos – ainda que não o sejam. Isso levou ao desenvolvimento, em quase todas as vezes em que, nas últimas décadas, interesses econômicos poderosos são confrontados, de um tipo de controvérsia pseudo-científica, cujo objetivo é "manter o debate vivo" para "atrasar" a aprovação daquilo que pode ferir estes interesses. A dinâmica da mídia, que busca estabelecer o contraditório para mobilizar audiência, reforça sistematicamente este tipo de prática contrária à ciência. Naomi Oreskes e Eric Conway (2010) denominaram este tipo de intervenção de "estratégia do tabaco", por ter sido primeiro adotada pela indústria do cigarro frente às acusações de que o tabagismo aumentava significativamente o risco de câncer no pulmão. Adiar a adoção de medidas restritivas significa manter as empresas lucrativas.

Apenas pontuando, a obra de Oreskes e Conway rastreou como um grupo de físicos conservadores estadunidenses, que no período da Guerra Fria participaram do programa nuclear dos EUA, agruparam-se nos anos 1980 no Instituto George C. Marshall, trabalhando ativamente contra qualquer iniciativa de regulação pública que ferisse os interesses de corporações econômicas. Atuando como estrategistas do tabaco, eles utilizaram sua legitimidade científica passada em defesa de causas tão variadas como a indústria do fumo, as empresas que lançavam gases que provocavam chuva ácida, as indústrias de armamentos no Programa Guerra nas Estrelas, a produção de CFC e a indústria dos combustíveis fósseis. A forma de organizar o atraso, lembra Oreskes, é mobilizar alguns cientistas contra a comunidade científica, produzindo pseudo-ciência e embaralhando o papel esclarecedor que a ciência poderia ter na elaboração de políticas públicas capazes de enfrentar os problemas.

Não estamos aqui frente ao ceticismo científico, à céticos, como frequentemente se apresentam aqueles que rejeitam o aquecimento global e a participação humana na sua gênese, mas frente a negacionistas, pessoas em estado de negação da realidade, que rejeitam a "preponderância da evidência" (Cook & Washington, 2011). Trata-se da produção consciente da ignorância para deslegitimar determinadas posições, um trabalho de agnotologia (Proctor & Schiebinger, 2008). Não faz sentido, contra o que Hansen (2013) chama de "estratégia de advogado" (que altera os seus argumentos conforme seja necessário para tentar convencer um júri), contrapor novas evidencias e argumentos, como reclama – perplexo – o próprio Hansen. O debate é político-ideológico e apenas mascarado de ciência porque ele tem que combater as conclusões da ciência (Oreskes & Conway, 2010).

A climatologia é hoje um caso exemplar de uma comunidade científica dinâmica, ampliando as ferramentas de que se utiliza, desenvolvendo experimentos de "big science", disputando recursos e interagindo com outras disciplinas. Há, no seu interior, uma dinâmica competitiva como em qualquer outra área estabelecida da ciência. Dúvidas, polêmicas e controvérsias se acumulam sobre temas (papel dos oceanos na absorção do carbono, gatilhos de mudanças climáticas abruptas, patamares de estabilidade climática, velocidade das mudanças etc.), sobre evidências (modelos, series, proxy etc.) e sobre a divisão de competências no seu interior (papel da paleoclimatologia frente a modelagem, relação entre ciências naturais e sociais etc.). Mas estas são controvérsias científicas reconhecidas como tais e trazidas para o interior do consenso da comunidade.

Uma pesquisa de Naomi Oreskes (2004) examinou os resumos de 928 artigos publicados entre 1993 e 2003 com a palavra-chave "mudança climática global" e não encontrou nenhum explicitamente contrário ao aquecimento global antropogênico. Mais recentemente, Cook et al (2013) refizeram este levantamento, examinando agora 11.944 resumos de trabalhos sobre "aquecimento global" ou "mudança climática global" submetidos a

revisão pelos pares e publicados entre 1991 e 2011. Entre os trabalhos que expressaram uma posição sobre o aquecimento global antropogênico, 97,1% endossaram o consenso científico sobre a responsabilidade humana e 1,9% o rejeitaram. A discussão sobre isso está, do ponto de vista dos climatologistas, encerrada.

As controvérsias que ecoaram na mídia não são, de fato, controvérsias científicas, mas iniciativas externas à comunidade de cientistas do clima, sempre produtos da "estratégia do tabaco", visando desqualificar o que os climatologistas consideram a ciência do clima e devem, na caracterização de Oreskes e Conway, ser remetidas à agnotologia. Três casos marcaram de forma traumática os cientistas do clima: o caso de Benjamin Santer (1995); o caso do taco de hóquei (2001); e a controvérsia dos e-mails do Climate Research Unity (o "climategate", de 2009).

Benjamin Santer foi responsável, em 1995, na segunda rodada de trabalhos do IPCC, por fechar um dos capítulos do Grupo de Trabalho 1. Frederick Seitz – um físico importante do período da Guerra Fria, presidente da Academia Nacional de Ciências entre 1962 e 1969 e fundador do Instituto George C. Marshalll – acusou Santer, no jornal *Wall Street*, de ter modificado arbitrariamente a redação final do capítulo para ressaltar a responsabilidade humana no aquecimento global. Seguiram-se muitos outros artigos acusatórios de Seitz e seus associados, sempre atacando Santer por fraude, principalmente em veículos empresariais. Ele, porém, apenas incorporou em seu texto final as contribuições que surgiram no processo de revisão por seus pares da versão anterior do capítulo, característica normal no processo de produção científica contemporâneo, fato bem conhecido por Seitz e outros críticos do IPCC, mas ignorado em seus ataques pelos jornais. Os principais responsáveis pelo IPCC, a Associação Meteorológica Americana e, por fim, um grupo de 40 climatologistas de destaque enviaram cartas ao jornal *Wall Street* em defesa de Santer, mas o jornal só publicou discretos extratos delas, enquanto dava destaque às acusações. Tratava-se não de uma controvérsia científica, mas de um ataque político às conclusões do IPCC, que se desdobrava em um ataque pessoal à reputação de Santer (Oreskes & Conway, 2010).

Taco de hóquei foi o nome dado ao gráfico, publicado em 1998 por Michael Mann, Raymond Bradley e Malcolm Hughes (Mann at al. 1998), que reconstruiu, através de vários indicadores, a evolução quantitativa da temperatura no hemisfério norte, inicialmente de 1400 em diante e depois do ano 1000 em diante. Seu nome se devia ao fato de mostrar uma longa fase relativamente plana até 1900 e um aumento pronunciado da temperatura na segunda metade do século XX. Uma versão do gráfico foi incorporada, junto com quatro outras reconstruções do clima que chegavam às mesmas conclusões, no Terceiro Relatório do IPCC, em 2001. Alguns artigos questionaram os métodos estatísticos utilizados por Mann et al., por vezes em uma típica polêmica científica interna à comunidade. Mas o fundamental é que gráfico se tornou o alvo daqueles que se opunham à ideia de que o aquecimento global recente seria excepcional. Novamente, como no caso de Santer, temos os físicos conservadores do Instituto Marshall polemizando contra a pesquisa que resultou no gráfico, junto com membros do Governo George Bush e do Congresso Norte-Americano, em uma polêmica de fora da climatologia, visando apresenta-la como uma ciência fraudulenta – uma polêmica que se prolongou em comissões de investigação por uma década. O Senador Republicano Joe Barton lançou uma investigação no estilo macarthista contra Mann, Bradley e Hughes, envolvendo inclusive informações pessoais. Como no caso Santer, o objetivo era desacreditar os cientistas e não apenas seu trabalho, com enorme desgaste daqueles visados. Ao final, uma comissão do Conselho Nacional de Pesquisa verificou que alguns erros estatísticos podiam ser encontrados no trabalho, mas isso tinha pouco impacto sobre seu resultado final. Posteriormente mais de duas dezenas de reconstruções, utilizando diferentes indicadores e métodos estatísticos, respaldaram o sentido geral do gráfico original, de 1998, de Mann, Bradley e Hughes. O quarto Relatório do IPCC, de 2007, incorporou novas 14 reconstruções. Os cientistas envolvidos ficaram subjudice por uma década, dispendendo tempo, energia e recursos para se defenderem! (ver Bradley, 2011; Mann, 2012).

A controvérsia dos e-mails do Climate Research Unity (o "climategate"). Em novembro de 2009, pouco antes da COP 15, em Copenhague, o servidor da Climatic Research Unit (CRU) na University of East Anglia, na Inglaterra, foi hackeado e milhares de e-mails e arquivos de computador difundidos pela internet pela blogosfera conservadora. Segundo estes críticos, os e-mails provavam que o aquecimento global era uma conspiração científica e que os cientistas manipulavam os dados climáticos e buscavam suprimiam seus críticos – o que obrigou as principais associações cientificas a reafirmaram a defesa do aquecimento global. Oito comissões

de investigação se detiveram sobre o caso, mas não encontraram evidencias de má conduta científica, embora tenham recomendado a adoção, pelos centros de pesquisa, de maior transparência na divulgação de dados e programas utilizados (Pearce, 2012).

Como consequência dos casos do taco de hóquei, do chamado "climagate" e de alguns pequenos erros factuais no Quarto Relatório do IPCC, o Secretário Geral da ONU e o Presidente do IPCC solicitaram que o InterAcademy Council (IAC), o Conselho das Academias Nacionais de Ciências, revisasse os procedimentos do IPCC e recomendasse as alterações cabíveis para a sua quinta rodada de trabalho. A comissão estabelecida recomendou melhorias em aspectos como a política de conflitos de interesse, o fortalecimento do processo de revisão, a clarificação da política de utilização da literatura que não submetida à revisão de pares e a estratégia de comunicação (Committee, 2010).

As três controvérsias e a revisão dos procedimentos do IPCC evidenciam, de um lado, a enorme pressão que é exercida sobre a climatologia e o IPCC por grupos de interesse conservadores nos Estados Unidos e Inglaterra e, de outro, a relativa solidez das pesquisas desenvolvidas na área e da estrutura institucional do IPCC, que é capaz de trazer a controvérsia para dentro do consenso e resistir a estes embates. De fato, esta pressão tem obrigado os cientistas e as instituições desta área a desenvolverem padrões de conduta, transparência e comunicação com o público muito acima de outras áreas científicas, em especial no mundo anglo-saxão. Esta diferenciação na sociedade e na política entre o mundo anglo-saxão e as demais culturas foi comprovada por uma pesquisa desenvolvida entre 2007 e 2009 pelo Instituto Reuters para o Estudo do Jornalismo da Universidade de Oxford (Painter, 2011), que acompanhou a cobertura das controvérsias sobre o aquecimento global em pelo menos dois jornais de seis países, EUA, Inglaterra, Brasil, França, Índia e China. Ela mostrou como o ceticismo e o negacionismo na questão do clima são fenômenos essencialmente anglo-saxões, onde ecoam grupos de pressão conservadores patrocinados por indústrias solidamente instaladas no poder, mas se irradiam pelos fluxos globalizados de poder, dinheiro e ideias.

A trajetória da climatologia é emblemática do novo papel que a ciência vem sendo chamada a desempenhar na esfera pública contemporânea. A prática atual da ciência alterou-se muito, nas duas décadas finais do século XX, em relação àquela da Guerra Fria (Agar, 2010; Frickel & Moore, 2006). O capitalismo neoliberal, globalizado e financeirizado, coloca os interesses empresariais diretamente no centro da dinâmica social e captura a esfera política, utilizando-a junto com a mídia para defender suas posições particulares. Na medida em que confronta estes interesses, a climatologia é jogada na disputa política na esfera pública.

Os cientistas do clima estão, assim, imersos hoje em disputas políticas e ideológicas que provavelmente vão se prolongar pelo século XXI. A intervenção de Oreskes e Conway no debate, rastreando a trajetória dos "mercadores da dúvida" e desqualificando-os como defensores de uma posição científica, parece ser paradigmática de um tipo de trabalho vital para a defesa da ciência no mundo atual – depois que ela perdeu sua aura nos anos 1960. Aqueles que então conduziram os questionamentos que desmistificaram a ciência, criticavam a fusão da tecnociência com complexo industrial-militar-acadêmico. Agora são justamente setores do mercado ligados aos interesses econômicos aqueles que se mostram mais refratários ao desenvolvimento autônomo da ciência. Isso pode ser observado não só na indústria da energia e dos transportes, mas também na indústria farmacêutica, do tabaco, da química e petroquímica, do nuclear, no agronegócio. A ciência corporativa escapa da esfera pública e pode se voltar contra a ciência pública.

7. Uma ciência para o bem comum e os cavalos de Troia da tecnociência

Problematizando a vinculação entre o etos científico-comercial e as metodologias descontextualizadas empregadas pela tecnociência, Hugh Lacey destaca a importância do conhecimento e do entendimento científico serem "articulados pelo uso de categorias intencionais e de valor que são comumente utilizadas no mundo dos valores e da experiência humana; [é] isso [que] torna possível lançar a luz necessária sobre o caráter, implicações e valor das atividades científicas. Quando tais atividades são apropriadamente localizadas no mundo dos valores e da experiência humana, elas se tornam racionalmente inteligíveis" (Lacey, 2009: 699).

Os caminhos que as ciências do clima trilharão não estão definidos. Há, em seu interior, tanto proposições que as articulam com a superação duradoura do uso dos combustíveis fósseis e o estabelecimento de uma sociedade ambientalmente sustentável, como proposições que a reconduzem para as trilhas da tecnociência, como a generalização do uso do nuclear para gerar energia (que encontra um eco importante nas Ciências do Sistema Terra) e mesmo como o recurso à geoengenharia. Os Cavalos de Troia da tecnociência estão solidamente estacionados fora dos muros da cidade à espera de serem trazidos para dentro. Nenhum dos caminhos está fechado e as disputas que decidirão a trilha a seguir não são somente epistemológicas nem se decidem no interior no interior da comunidade científica.

Mas as ciências do clima conseguiram uma façanha ao constituírem as condições para articular seu caráter moral. Elas se tornaram um problema ético, discutido na esfera propriamente axiológica e como tal articuladas com visões de mundo e projetos políticos. Um amplo debate já descortina suas implicações (ver: Gardiner et al. 2010; Jamieson, 2014; Northcott, 2007; Posner & Weisbach, 2010; Vanderheiden, 2008). Como trabalharemos, em praticamente qualquer cenário, com riscos diferenciados, a clarificação das premissas subjacentes às distintas proposições é essencial para permitir um debate democrático de sociedade. Poderá até mesmo permitir, quem sabe, que retiremos da quarentena em que ele foi colocado pelos interesses econômicos e políticos dominantes, o emprego sistemático do princípio da precaução em nossa sociedade.

Agradecimentos. O artigo aqui publicado faz parte da pesquisa viabilizada pela bolsa de pós-doutorado da Fapesp junto ao Projeto Temático 2011/51614-3, "Gênese e significado da tecnociência: Das relações entre ciência, tecnologia e sociedade".

Bibliografia

Agar, J. (2012), *Science in the 20th Century and Beyond,* Cambridge: Polity Press.

Agrawalla, S. (1997), "Explaining the Evolution of the IPCC Structure and

Process", *ENRP Discussion Paper* E-97-05, Kennedy School of Government, Harvard University.

Akera, A. (2007*), Calculating a Natural World. Scientist, engineers, and computers during the rise of US cold war research*, Cambridge (MA): The MIT Press.

Archer, D. (2010), *The Global Carbon Cycle*, Princeton: Princeton University Press.

Badash, L. (2009), *A Nuclear Winter's Tale: Science and Politics in the 1980s,* Cambridge (MA): The MIT Press.

Belanger, D. (2006), *Deep Freeze: The United States, The International Geophysical Year and the Origins of Antarctica's Age of Science*, Boulder (CO): University Press of Colorado.

Benedick, R. (1998), *Ozone Diplomacy. New Directions in Safeguard the Planet*, Cambridge (MA): Harvard University Press.

Bolin, B. (2007), *A History of the Science and the Politics of Climate Change. The Role of the Intergovernmental Panel on Climate Change*, Cambridge: Cambridge University Press.

Blaker, K. (2011), *How Fallout Became Dangerous. The Quantification of Quantum Catastrophe. An Epistemological Social History*, Ebook by the autor, Amazon.

Bradley, R. (2011), *Global Warming and Political Intimidation. How Politicians Cracked Down on Scientists as the Earth Heated Up*, Amherst & Boston: University of Massachusetts Press.

Broecker, W. (1975), "Climatic Change: Are We on the Brink of a Pronounced Global Warming?", *Science*, 189, p.460-463.

Bryson, R., Goodman, B. (1980), "Volcanic Activity and Climatic Changes", *Science* 207 (4435), p.1041–4.

Cadbury, D. (2006), *Space Race: The Battle to Rule the Heavens*, London: Harper Perennial.

Collins, H. (2002), "The experimenter's regress as philosophical sociology", *Studies in History and Philosophy of Science* 33, 149-156.

Committee to Review the Intergovernmental Panel on Climate Change (2010), *Climate change assessments Review of the processes and procedures of the IPCC*, InterAcademy Council.

Conway, E. (2005), *High-Speed Dreams: NASA and the Technopolitics of Supersonic Transportation 1945-1999*, Baltimore: Johns Hopkins University Press.

Cook, J. et al (2013), "Quantifying the Consensus on Anthropogenic Global Warming in the Scientific Literature", *Environmental Research Letters* 8. Disponivel em

http://iopscience.iop.org/1748-9326/8/2/024024/article [consultado em 14-12-2014].

Cox, J. (2005), *Climate Crash: Abrupt Climate Change and What It Means for Our Future*. Washinghton: Joseph Henry Press.

Dalmedico, A. (2001). "History and Epistemology of Models: Meteorology (1946–1963) as a Case Study", *Arch. Hist. Exact Sci.* 55: 395–422.

Dickson, P. (2007), *Sputnik: The Shock of the Century*, Gordonsville (VA): Bloomsbury.

Edwards, P. (2012), "Entangled histories: Climate science and nuclear weapons research", *Bulletin of the Atomic Scientists,* 68(4) 28–40.

_____ (2010), *A Vast Machine: Computer Models, Climate Data, and the Politics of Global Warming*, Cambridge (MA); London, The MIT Press.

Erickson, P. et al. (2013), *How Reason Almost Lost Its Mind: The Strange Career of Cold War Racionality*, Chicago: The University of Chicago Press.

Finkbeiner, A. (2006), *The Jasons: The Secret History of Science's Postwar Elite*, New York: Viking.

Fleming, J. (2010), *Fixing the Sky: The Checkered History of Weather and Climate Control*, New York: Columbia University Press.

Frickel, S., Moore, K. (eds). (2006), *The New Political Sociology of Science. Institutions, Networks, and Power,* Madison (WI): The University of Wisconsin Press.

Gardiner, S., Caney, S., Jamieson, D., Shue, H. (eds.) (2010), *Climate Ethics: Essential Readings*, Oxford: Oxford University Press.

Gleick, J. (1998), *Chaos. Making a New Science*, London: Vintage.

Hamblin, J. (2013), *Arming Mother Nature: The Birth of Catastrophic Environmentalism,* Oxford: Oxford University Press.

Hansen, J. (2013), *Tempestades de meus netos. Mudanças climáticas e as chances de salvar a humanidade*, São Paulo: Senac.

Harper, K. (2008), *Weather by the Numbers: The Genesis of Modern Meteorology,* Cambridge (MA); London: The MIT Press.

Houghton, J. (2013), *In the Eye of the Storm*, Oxford: Lion Hudson.

Humphreys, P. (2004), *Extending Ourselves: Computational Science, Empiricism, and Scientific Method*, Oxford: Oxford University Press.

Isaacson, W. *Os inovadores, Uma biografia da revolução digital*, São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Jamieson, D. (2014), *Reason in a Dark Time. Why the Struggle Against Climate Change Failed – and What it Means For Our Future*, Oxford: Oxford University Press.

Klein, N. (2014), *This Changes Everything. Capitalism vs. the Climate*, New York: Simon & Schuster.

Lacey, H. (2009), "O lugar dos valores no mundo dos valores e da experiência humana", *Scientiae Studia*, 7 (4), p.681-701.

Lorenz, E. (2004), *The Essence of Chaos,* London: University College London.

Lynch, P. (2006), *Richardson's Dream: The Emergence of Numerical Weather Prediction*, Cambridge: Cambridge University Press.

Mann, M. (2012), *The Hockey Stick and the Climate Wars,* New York: Columbia University Press.

Mann, M., Bradley, R., Hughes, M. (1998), "Global-scale temperature patterns and climate forcing over the past six centuries", *Nature*, 392, p.779-787.

Mellamby, K. (ed.) (1988), *Air Pollution, Acid Rain and the Environment,* The Watt Committee on Energy, Report 18, London; New York: Elsivier.

Moore, K. (2008), *Disrupting Science: Social Movements, American Scientists, and the Politics of the Military, 1945-1975,* Princeton, Princeton University Press.

National Academy of Science (NAS) (1979), *Carbon Dioxide and Climate*, Washington (DC).

Northcott, M. (2007), *A Moral Climate. The Ethics of Global Warming,* London: Darton, Longman and Todd Ltd.

Oreskes, N. (2004), "The scientific consensus on climate change", *Science* 306, p.1686.

_____ and Conway, E. (2010), *Merchants of Doubt. How a Handful of Scientists Obscured the Truth on Issues from Tobacco Smoke to Global Warming,* New York: Bloomsbury.

Painter, J. (2011), *Poles Apart: The International Reporting of Climate Skepticism,* Oxford: University of Oxford; Reuters Institute for the Study of Journalism.

Pearce, F. (2012), *The Climate Files: The Battle for the Truth about Global Warming,* London: Guardian Books.

Posner, E. & Weisbach, D, (2010) *Climate Change Justice*, Princeton: Princeton University Press.

Proctor, R., Schiebinger, L. (eds) (2008), *Agnotology: The making and unmaking of ignorance,* Palo Alto (CA): Stanford University Press.

Robock, A. (2010), "Nuclear Winter", *WIREs Climate Change*, 1, p.418-427.

Schneider, S (2009), *Science as Contact Sport: Inside the Battle to Save Earth's Climate,* Washington (DC): National Geographic.

Stanhil, G. (2001), "The Growth of Climate change Science: a Scientometric Study", *Climatic Change* 48, p.515–524.

Turco, R. et al. (1983), "Nuclear Winter: Global Consequences of Multiple Nuclear Explosions", *Science*. 222 (4630), p.1283-1292.

Vanderheiden, S. (2008), *Atmospheric Justice. A Political Theory of Climate Change*, Oxford: Oxford University Press.

Venkatesan, M. et al. (2013). Growth of Literature on Climate Change Research: A Scientometric Study. *Journal of Advances in Library and Information Science* 2 (4), p.236-242.

Washington, H., Cook, J. (2011). *Climate Change Denial: Heads in the Sand.* Abingdon: Earthscan.

Weart, S. (2004). *The Discovery of Global Warming*. Cambridge (MA), London, Harvard University Press.

Wolfe, A. (2013). *Competing with the Soviets. Science, Technology, and the State in Cold War America.* Baltimore: The John Hopkins University Press.

Cuidado com Animais no Biotério e suas Possibilidades Éticas[1]

Iara Maria de Almeida Souza
imas@ufba.br

Resumo: A utilização de modelo animal é uma prática consolidada nas pesquisas biomédicas. Entretanto a experimentação com animais tem sido alvo de contestação científica e ética. A legislação brasileira permite tal prática após julgamento da pesquisa por um comitê de ética. Contudo, a concepção de ética que fundamenta esta avaliação tende para um formalismo, que traduz princípios de cuidado em protocolos de manejo dos animais. Este artigo pretende explorar outro modo de conceber a ética que vá além do formal. Isto não será feito com a proposição de princípios abstratos, mas a partir de investigação etnográfica realizada com técnicos que atuam em um biotério de uma instituição de pesquisa biomédica brasileira. Este estudo mostra que os humanos que lidam com animais estabelecem com estes relações de afeto e cuidado, capazes de embasar uma ética mais empática, que não deixe de lado os protocolos, mas se estenda para além destes.

Palavras-chve: relação humanos e animais, modelo animal, ética

1. Cuidado com Animais no Biotério e suas Possibilidades Éticas

Um grupo de ativistas de defesa dos animais invadiu um instituto privado de pesquisas e resgatou cães da raça beagle usados como modelos experimentais e que, segundo argumentavam, sofriam maus tratos na canil da instituição. Este acontecimento se deu em 2013 na cidade de São Roque situada no estado de São Paulo. Os responsáveis pela instituição alegavam que os animais não eram maltratados e que o cuidado destinado a eles estava cumpria o estabelecido pela legislação. Tal fato e seus desdobramentos tiveram ampla cobertura na imprensa e chamou a atenção de um público usualmente pouco atento à questão do uso de animais em experimentos. É notável que apenas cães tenham sido "libertados" do "cativeiro" do instituto de pesquisa e os camundongos tenham permanecido intocados em suas caixas.

Este não é um caso excepcional. Desde os primórdios da luta em defesa do antivivisseccionismo, a preocupação com cães e animais domésticos sempre esteve na pauta de tais movimentos. Se considerava que os humanos deveriam tratar diferentemente estes animais que viviam conosco em consórcio íntimo. As relações estabelecidas com cães, principalmente, deveriam ser pautadas em afeto e altruísmo, portanto, a sua transformação em instrumento para experimentação científica era algo a ser recusado enfaticamente (Lederer 1992). Outros animais, como ratos e camundongos, não eram prioritários para o movimento ao menos até a década de 50 do século passado (Rader 2004; Lederer 1992). Para Rader (2004), aliás, foi crucial para a ampla difusão do uso de camundongos na ciência a pouca atenção concedida aos roedores por ativistas em prol dos direitos animais.

Graças ao ativismo dos muito humanos interessados na defesa dos animais, alguns animais mais que outros, na passagem do século XIX ao século XX, muitos países introduziram leis específicas visando regular o uso dos animais em pesquisa. Foi nesse contexto que a questão dos maus tratos infligidos aos animais de experimentação emergiu. A legislação envolvia um duplo reconhecimento, primeiro, de que os animais são sencientes, capazes de sentir prazer ou dor e, segundo, de que os experimentos são procedimentos que produzem sofrimento. A despeito disso, uso de animais na ciência e para benefício dos homens foi liberado desde que os animais fossem submetidos à dor apenas na medida em que isto era requerido para a realização de propósitos humanos superiores. Nenhuma dor poderia ser infligida aos animais que não fosse estritamente

1 Este trabalho é um resultado do projeto "Vidas experimentais: conhecendo o inexplorado mundo do biotério e seus habitantes", financiado pelo CNPQ, processo nº 482129/2011-5.

necessária à pesquisa. Este princípio, fundamentado em uma concepção utilitarista, que prevê a realização de um cálculo entre o custo e o benefício, assegurou a possibilidade de que os animais se convertessem em ferramentas para pesquisas científicas (Asdal, 2008). É ainda em grande medida esse princípio que prevalece nas legislações atualmente.

A lei vigente no Brasil é de 2008. De acordo com ela o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal regula tantos os aspectos éticos como técnicos do uso de animais em pesquisa. As regras estabelecem que é preciso demonstrar a relevância do experimento para a ciência e a inexistência de métodos alternativos a fim de que o uso de animais seja possível. Além disso, os Comitês de Ética no Uso de Animais atuam como instância reguladora da experimentação com animais, assegurando que o princípio dos três Rs seja seguido: redução do uso de animais ao necessário; refinamento das técnicas de criação e experimentação e substituição (replacement), quando possível, dos animais por outros métodos alternativos (Machado et al, 2010).

Todas as instâncias de regulação estabelecem que os animais, por serem hierarquicamente inferiores, podem ser tratados como meios para alcançar determinados fins superiores. É justamente a aceitação tão natural deste princípio que Haraway pretende desafiar. Diferente dos ativistas que condenam qualquer uso de animais em experimentação, alegando que estes são sencientes, ela não rejeita completamente a utilização de animais em pesquisa, mas sugere que não basta apenas uma justificativa legítima para nos garantir a boa consciência ao matar. Para Haraway, os vivos se envolvem em relações em que a morte de outro vivo está implicada e o uso e a instrumentalidade são intrínsecos ao ser e ao devir mortal terreno e corporalmente enredado. Portanto, não podemos afirmar de modo absoluto e sem qualquer relação com as diferentes situações o mandamento 'não matarás'. Para ela, seria melhor dizer 'não tornarás matável', ou seja, nós não podemos sentir pleno conforto moral frente à mortandade dos animais. A experimentação animal pode ser necessária, até mesmo boa, mas não pode nunca "legitimar" uma relação com o sofrimento de maneira puramente regulamentar, descomprometida e insensível. Para ela os cálculos de custo e benefício são necessários, mas são insuficientes. Tampouco basta seguir as melhores regras de bem-estar animal, embora isto seja imprescindível. A saída para o problema não reside em encontrar princípios éticos universais, mas em buscar práticas e políticas imaginativas que rearticulem as relações de mentes e corpos, nesse caso as criaturas e seu pessoal de laboratório e os aparatos científicos, de modo que suas vidas possam se tornar mais interessantes (Haraway, 2011).

Para contribuir com essa discussão apresento alguns elementos trazidos de uma pesquisa acerca das relações entre humanos e animais realizada em um biotério. Aqui me concentro no vínculo afetivo estabelecido entre técnicos, responsáveis pelos cuidados com animais, e seus camundongos, ratos e hamsters, justamente os animais tratados como mais padronizados e menos interessantes. Enfatizo esse tipo de relação envolvendo humanos e animais para tentar pensar a partir dele e das tensões que são inerentes a esse contexto algumas consequências para uma ética que vá além dos princípios gerais e formais.

O biotério é o local em que as relações das quais tratarei nesse artigo acontecem, por isso começarei com uma breve descrição do local. Este biotério faz parte de uma instituição pública de pesquisa na área biomédica que conta com vários laboratórios e pesquisadores, boa parte deles voltados para investigação de "doenças negligenciadas", como chagas, leishmaniose, etc. Ele se situa no piso inferior de um despojado prédio semelhante a outras construções encontradas no entorno.

A porta da entrada se abre para um galpão, em cujo centro está uma máquina. Saem dela largos tubos que se dirigem ao teto, semelhantes a chaminés. À primeira vista, o lugar lembra uma unidade manufatureira. Entretanto, aquele equipamento nada produz, é uma máquina para higienizar as caixas ou microisoladores nos quais vivem os roedores. Mas, de certo ponto de vista, embora o biotério não seja uma fábrica, é, sim, uma unidade de produção.

O que ele produz? O que faz um biotério de um centro de pesquisa? Não são teses, artigos, patentes, medicamentos, doutores, como os laboratórios e cursos de pós-graduação que integram a instituição. No entanto, ele é imprescindível para boa parte dessa produção, ao prover animais utilizados nos experimentos realizados pelos pesquisadores. Para isso nele são (re)produzidos camundongos, ratos e hamsters. Mas isso não é tudo: os animais que participam dos experimentos - alguns diabéticos, hipertensos, chagásicos, com leptospirose etc. - ficam sob os cuidados de seus técnicos durante quase todo o tempo de duração dos testes aos quais são submetidos. Quando os pesquisadores - em geral os que frequentam o local estão no início de suas carreiras,

são estudantes de iniciação científica, de pós-graduação - chegam ao biotério para observar os animais e colher o material para suas investigações, eles estão alimentados, sem sede, em microisoladores limpos e acoplados a uma estante. Cada pesquisador pode encontrar seus animais graças às etiquetas de identificação postas nas caixas. Se algum deles adoece ou morre, quando o pesquisador chega o animal já foi retirado do convívio com outros. Quem organizou todo o ambiente, reuniu vários elementos para o cuidado dos animais? Quem se encarregou da nutrir, limpar, identificar, cuidar deles? São personagens bem pouco mencionados nos estudos de ciência: os técnicos. A maior parte deles não é pesquisador, mas estão ali para permitir que a ciência seja feita. É tentador dizer que eles são, como os próprios animais de laboratório, imprescindíveis para a prática da ciência, mas presenças muito discretas nos relatos sobre a vida nos laboratórios. Eles são, assim como os animais, frequentemente tratados como meras ferramentas a serviço da atividade de pesquisa.

São as práticas nas quais se engajam esses personagens, que ficam tão frequentemente à sombra, e os animais, cujo trabalho para a produção científica é também amiúde obscurecido, objetos de nosso interesse aqui. Contudo, mais do que simplesmente descrever as rotinas que têm lugar nesse recinto, pretendo chamar a atenção para os afetos que permeiam as trocas entre os humanos e os animais. Certamente não sou a primeira a observar a existência de afetos e intersubjetividade entre humanos e animais em contextos de prática científica (Despret, 2008; Sá, 2010; Candea, 2010; Rees, 2007). Ocorre que usualmente os personagens humanos dos quais se fala nesses estudos são pesquisadores, quase sempre etologistas trabalhando em campo, nos locais em que seus animais habitam. Quando a literatura se volta para as entidades vivas que levam suas existências em biotérios e laboratórios, empregadas em experimentos, convertidas em ferramenta ou recurso para a pesquisa, a menção aos vínculos que as unem aos humanos é algo escassa. A despeito das exceções (Sá et al, 2011; Holmberg, 2011), o interesse maior gira em torno do tipo de conhecimento que se obtém com o uso de modelos animais do que propriamente do modo como eles respondem à situação e a suas relações com os humanos (Davies 2010; Fujimura 1996; Logan 2001; Birke 2003). Identificamos tal atitude mesmo no artigo seminal de cunho etnográfico, escrito por Lynch (1988), cujo interesse principal é mostrar como o animal vivo, "natural", é ritualmente transformado em animal "analítico" no laboratório. Lynch não deixa de reconhecer que o trabalho com ratos no laboratório requer certa habilidade para lidar com animais, combinada a uma orientação empática para com eles (Lynch, 1988: 282). Contudo, não é isso que interessa a Lynch explorar, e, em termos gerais, tal tema é pouco valorizado na literatura sobre animais no laboratório.

Ao fazer entrevistas com técnicos do biotério observei, entretanto, que a existência de certo tipo de sentimento ou afinidade envolvendo humano e animal não é apenas um aspecto incidental ou secundário das práticas que têm lugar neste recinto. Ao contrário, há uma grande convergência entre eles quando afirmam que é necessário possuir uma sensibilidade no trabalho de cuidado com animais e, mais ainda, sustentam que estes são capazes de sentir e responder ao modo como são tratados. Há uma concepção bastante difundida no local de que, para zelar bem dos animais, não basta seguir os protocolos que determinam como tratá-los, é preciso também ter um modo afetivo de vê-los e tocá-los. Mas, a afirmação da existência dessas relações afetivas, não significa que não exista alguma tensão entre o modo empático e o modo instrumental de tratar os animais, algo inevitável no biotério, posto que eles são criados neste local para ser ferramentas de trabalho dos cientistas. Estas tensões também serão tema deste artigo.

O biotério conta com dois setores principais. O de criação e o de experimentação. No primeiro são reproduzidos e cuidados os animais antes de ingressarem em qualquer experimentação. A experimentação, por sua vez, é o setor em que ficam os animais destinados a experimentos específicos. Entre os dois setores, situados em áreas opostas do prédio, está a "higienização", responsável pela limpeza de todo material usado no local, bem como por efetuar o trânsito dos animais da criação para a experimentação. A equipe de trabalhadores do biotério é formada por 19 membros, distribuídos entre os setores de limpeza, experimentação e higienização.

Nos setores de experimentação e criação, as habitações dos animais ficam em salas com portas com janelas envidraçadas, para que eles sejam vistos sem que necessariamente haja presença humana ao interior do aposento. Em cada cômodo há muitos microisoladores acoplados a uma estrutura metálica semelhante a uma estante. Esta armação é parte do sistema de ventilação que troca o ar das caixas a cada minuto, assim os animais não sentem o cheiro de seus excrementos, o que seria desconfortável para eles. A preferência dos animais também é o que determina a temperatura ambiente, 21 graus. Ademais, há uma norma rígida controlando a

iluminação. As salas são completamente isoladas do mundo exterior, as luzes ficam acessas durante doze horas e completamente apagadas na outra metade do dia. Cada caixa transparente contém entre dois e cinco animais, é forrada com cama de serragem, possui um bebedouro e um suporte para comida. Na divisão de tarefas do biotério, cada funcionário trabalhando diretamente com os animais, se encarrega de uma ou duas salas. O responsável pela sala deve estar atento a tudo que afeta o bem estar dos animais, deve também continuamente registrar por escrito e relatar ao coordenador, qualquer alteração observada, por exemplo, a ocorrência de brigas muito violentas entre os animais que resulte em ferimentos, mudança na temperatura das salas, doenças e mortes, enfim, qualquer coisa que pareça fugir do padrão. Durante o período em que o animal fica no recinto (período que pode chegar a um ano), uma única pessoa tem contato constante com ele, usualmente na ausência de qualquer outro humano. Entre os técnicos, independente do setor em que atue, é comum a sensação de que o tempo de trabalho despendido com os animais é mais prazeroso e menos estressante do que a lida com outros humanos, para eles no tempo que ficam sozinhos na sala com os animais há mais confiança e calma, ponto ao qual voltaremos mais adiante.

Para tratar do tema propriamente dito deste artigo, as relações afetivas entre humanos e animais no biotério, vou começar considerando o relato feito por de Deraldo, um dos cuidadores que atuam no local, porque ele expressa de modo mais enfático que os demais seu amor pelos animais. Deraldo é um homem de meia idade, sorridente e afável que trabalha como técnico no setor de criação do biotério. Antes de trabalhar nesta instituição, ele exerceu várias atividades para ganhar a vida: foi gráfico, professor de futebol em uma escolinha para crianças etc. Além do extenso currículo de trabalho em diversas profissões, ele diz que sempre teve um grande amor pelos animais:

> Desde pequeno que eu cheguei a criar lá em casa, na época, cachorro, preá, passarinho, inda tinha um cacheiro, o pessoal chama de ouriço, né. E acredite, eu consegui trazer aquele animal pra aqui, eu criava aquele animal em casa. E o pessoal "rapaz, isso solta espinho", nunca aconteceu um acidente. Eu gostava de trazer, trazia camaleão, tinha mico em casa, então, minha casa era meio que selva, minha mãe que reclamava muito. (...) No interior nós tínhamos um, um pequeno terreno lá, entendeu, e a gente criava muita coisa, tudo quanto é tipo de animal, criava.

Deraldo foi indicado por uma pessoa conhecida para trabalhar no biotério justamente por sua paixão pelos animais. Contudo, ao ser contratado, assim como vários outros, ele não iniciou o trabalho lidando diretamente com os animais. A higienização foi sua porta de entrada no biotério. Basicamente a pessoa encarregada dessa função recebe os microisoladores usados, retira os resíduos acumulados após uma semana, lava - na grande máquina que vemos na entrada do biotério - as caixas, os bebedouros e as grades em que é depositada a comida. Depois é preciso montar os microisoladores, colocar a cama de maravalha limpa e passar todo o material pela autoclave. Deraldo não ficou muito tempo nessa função, foi chamado a trabalhar no setor de criação e experimentação com hamsters – depois que seu modo de manusear os animais foi observado por Silvana, coordenadora da experimentação, quando ele cobria a ausência de outro funcionário.

Silvana é uma mulher enérgica e exigente, quase sempre é ela quem seleciona aqueles que, atuando na higienização, terão uma chance de promoção para algum dos outros setores. Segundo ela o critério para escolher entre os que prestam serviço temporário e os que permanecerão em seu setor é:

> Eu olho muito, eu presto muita atenção e dou muito valor, é assim... quando eu percebo que a pessoa tem um olhar diferenciado pro animal, entendeu? Não vê o animal como uma coisa ali que ele troca e pronto, acabou. Entendeu? Um olhar diferenciado, de amor mesmo, entendeu? De considerar que o animal tem dor, que o animal tem sede, que o animal, né... (...) [o animal] tem que comer a ração, mas não é só comer, não é só pra ele não ficar com fome, é... é tem de ter uma coisa que ele aprecie, de boa qualidade.

Silvana, embora possa parecer as vezes um tanto severa, mostra brandura na voz quando insiste em que é preciso amar os animais para trabalhar com eles. Neste aspecto ela e Deraldo parecem estar em sintonia. Com

efeito, ela deve ter captado essa afinidade quando o convidou para deixar a higienização e cuidar da sala dos hamsters. Segundo ele:

> Silvana percebeu isso [o amor pelos animais] em mim, uma vez, quando veio uns animais pra levar pro IBAMA, então eu pegava muito, brincava muito com os animais, e ela ficava observando isso. Acho que Silvana ela tem um pouquinho do que eu tenho também referente aos animais, né, ela tem um respeito grande.

O que chamou a atenção de Silvana, como dito acima, foi o modo como Deraldo se relacionava com os animais, tocando e brincando com eles. Esse é um critério importante, saber lidar com os animais, pois a maioria dos trabalhadores, ao entrar na instituição não possui treinamento formal para aquela tarefa. Quando são admitidos, os novos funcionários devem necessariamente seguir o curso introdutório de manipulação de animais, em que através de palestra e exibição de vídeos aprendem os protocolos e procedimentos básicos, que, aliás, não são poucos. O curso, obviamente, não é suficiente para que se adquira a habilidade requerida para o trabalho, assim, as rotinas e os modos de tocar o animal são aprendidos com aqueles que já estão há mais tempo no local. Para alguns dos que trabalham no biotério, o fato da pessoa ter contato com animais antes, ter cuidado de animais de estimação contribui para um aprendizado mais rápido.

> Aí treina, quando tá aqui treina direitinho, aí quando Xavier vê que você realmente pode ficar lá, aí ele te entrega a sala, é toda sua. (...) Eu fiquei na higienização, acho que menos de um mês, aí depois eu fui pra criação. Aí foi me treinando, treinou quase dois meses e hoje eu sou responsável por duas salas. (Tânia, técnica que trabalha na criação).
>
> A pessoa que você vê que tem amor, tem cuidado com animais de estimação, certamente reflete aquilo na lida com os animais. Então, assim, a gente tem também esse... na hora de selecionar as pessoas, a gente dá uma olhada no perfil da pessoa. E então a gente primeiro... não pega e coloca logo a pessoa direto, *não. A gente vai experimentando a pessoa e aí a gente vai vendo, vai conversando com a pessoa, aí que a gente vai* ver... porque tem determinadas pessoas que não tem condições. (Fala de Xavier, veterinário, coordenador do biotério).
>
> Desde pequeno eu sempre tive contato com animais. Meu pai, hoje ele está aposentado, mas meu pai era técnico do IBAMA. Aí sempre, quando ele apreendia animais que não podia retornar, a*í* ele sempre trazia pra mim, até hoje tem muitos animais lá. (...) Eu acredito que ter contato com animais desde pequeno é importante... tipo uma pessoa que não tem intimidade com o animal chegar e trabalhar diretamente com eles assim fica meio sem jeito, até pegar o costume mesmo... Se não teve, é mais difícil. Apesar que tem algumas pessoas que veio... que já passou por aí, que não tinha tido muita intimidade com eles e pegava, mas só que... demorava mais, né. (Fala de Damasceno, técnica que trabalho na experimentação).
>
> Aqui [em Salvador] eu tive hamster. Lá em Catu [cidade no interior] eu tenho uma cachorrinha. (...) A vida toda eu tive animal. Eu nem consigo me imaginar sem um bichinho dentro de casa. Eu gosto muito. (...) Eu acho que tem diferença para o trabalho, porque quando você tem o hábito de conviver com o animal, você tem um olhar diferente pra ele. Tem mais aquele cuidado, aquela coisa mais humanizada. E quando você não tem, às vezes tem pessoa que nem gosta, mas tem pessoas que, não *é* que não goste, mas olha pra eles simplesmente como um objeto de trabalho. Eu acho que é diferente. Eu acho que o animal sente. Mesmo esses camundongos, os ratos, eu acho que eles sentem a diferença do toque, do tratamento. (Tatiana, técnica que trabalha na experimentação).

Tânia no trecho citado anteriormente diz que uma vez que a pessoa seja avaliada como bem treinada, é encarregada de uma sala, que passa a ser "toda sua", ou seja, só ela cuida dos animais naquele espaço e quando

estiver neste cômodo, na maior parte das vezes, estará a sós com os animais. No caso dos hamsters, não apenas o tratador fica só com seus animais, como a convivência com outras pessoas do biotério é reduzida porque estes ficam em uma sala situada em outro prédio próximo.

Lá no contato estreito e estrito com os animais, Deraldo, que já mencionamos antes, fez várias descobertas sobre o que são capazes esses animais.

> – Ah, tenho saudade dos hamsters, eles são bastante dóceis também [como os camundongos] e mais inteligente até do que os camundongos. Hamsters são bem inteligentes e são mais sentimentais, eles são mais... são mais sentimentais. (...) O hamster é assim, no primeiro sinal de perigo, eles guardam a comida assim, que eles acham assim "aqui é fonte de minha sobrevivência" (...) Eles também pegavam a comida [que caia no final da ração], prendia na boca e ia guardar a comida debaixo da maravalha, pra você ver, então ele foi lá buscar, pra garantir... nessas coisas assim que a gente vê que eles são, né, a inteligência, eles tem a que eles comem, e tem as reservas deles. (...) Hamster também é um animal super dócil... É incrível. Só é triste também quando você desmama. Porque o camundongo ele não se pronuncia de tristeza. Já o hamster, sim. Os ratinhos gritam por causa da mãe. É complicado, né. [A mãe] reage também. Algumas vezes, outras preferem o silêncio. Elas ficam tristes essas 24h entendeu, por causa dos animais. É... Eu percebia isso.

O período de convivência com os hamster chegou ao fim quando Deraldo foi convocado por Xavier para trabalhar na criação com camundongos. Ele disse:

> Confesso que fiquei triste alguns instantes porque tinha uns animais lá que eu já dava um nome, né, pros hamster, né. Já tinha uns lá que eu já conhecia. Tinha uma coisa incrível também lá, uma femeazinha, ela era bem novinha, tinha uns seis meses, que ninguém conseguia pegar essa fêmea. Ela era muito arisca, mordia, vinha em cima das pessoas. E comigo não. Rapaz, eu botava ela dentro da minha mão.

É importante ressaltar que muitos dos que exercem atividade no biotério tem uma predileção pela companhia dos animais, em relação aos humanos com os quais convivem. Consideram que o momento de contato com os animais constitui a parte mais prazerosa do trabalho.

> Embora coordene o biotério, não perdi o contato com os animais, muito pelo contrário, prefiro mexer com os animais do que ficar com essa parte burocrática, eu fico mais feliz... volto mais feliz quando estou lá dentro, do que aqui fora mexendo com todas essas papeladas. (...) Porque lá, embora dê dor de cabeça e tudo, nem se compara aqui fora. (Fala de Xavier, coordenador do biotério)
>
> *É, porque, eu gosto do meu trabalho porque eu acho mais fácil lidar com os animais do que com gente. Eu tenho certeza que eu não teria dom nenhum pra trabalhar em comércio [seu emprego anterior], essas coisas.* (...) Esse é um trabalho tranquilo, exige bastante responsabilidade, eu lido com gente também, mas, graças a Deus, eu sou bem tranquila, me dou super bem com todos (...) Aqui *é tranquilo meu trabalho, eu gosto muito disso. É, é mais tranquilo, é mais fácil você lidar com os animais porque se você transmite tranquilidade, cuida bem, você tem aquilo de volta, eles estão mais tranquilos, não estão agressivos, você sabe exatamente o que você tem que fazer, os seus procedimentos, a* responsabilidade, então, você fazendo tudo certo, fica tudo ótimo. (Fala de Tatiana, técnica que trabalho na experimentação).
>
> A parte da troca é que eu gosto mais, porque, sabe... quando é você e os bichos, você gosta de tudo porque os bichos não falam, né. Então é só você e eles. Então eu gosto de tudo lá dentro, porque só tem eu e eles mesmo. (...). Ás vezes as pessoas reagem mal [quando ela fala que trabalha com ratos]. Mas eu acho que isso *é* uma bobagem, se eles soubessem que trabalhar com bicho é tão bom. Que, imagina só

> você e os bichos. Porque pra mim a pior coisa pra você lidar é o ser humano, né. Que são cabeças duras mesmo, agora o bicho, você não fez nada, ele está ali, agora o ser humano que é dose, né. É um querendo atropelar o outro. (Fala de Tânia, técnica que trabalha na criação).

O prazer da convivência com os animais do biotério se estende para casa, Tatiana, por exemplo, já teve um hamster como animal de estimação. Também Deraldo tem um camundongo, Boris, e Lena teve seu camundongo fêmea, chamada de Teodora. Mesmo Zacarias, que não aprova tal prática, afirmando que isso potencializa o risco de contaminação, pois patógenos típicos de roedores criados em ambientes não assépticos podem ser levados para o biotério, se afeiçoou a um coelho nascido com uma mutação no pelo (ao invés de liso, o pelo era frisado) no antigo biotério em que trabalhava e não permitiu que ele fosse descartado, tendo dado a ele um nome, Poodle, e cuidado dele durante um tempo e, mesmo depois de ter deixado o emprego, ainda volta lá eventualmente para visitá-lo. No caso dos animais nomeados, levados para casa, criados como bichos de estimação, vemos claramente um processo de individualização do animal, que é apartado do coletivo, para ganhar uma vida diferente em outro espaço. Entretanto, é possível observar, ainda que raramente, alguma diferenciação do animal que se torna peculiar e se distingue em um ambiente em que a ênfase na padronização parece homogeneizar todos os que pertencem a uma mesma espécie ou linhagem. Por exemplo, um rato se tornou conhecido por ter desenvolvido uma forte aversão por um dos funcionários, de modo que todas as vezes em que sua caixa era aberta para a troca (os animais precisam ser passados da caixa usada para uma limpa semanalmente), o rato se lançava ferozmente contra ele para mordê-lo.

Esse caso, mencionado por alguns interlocutores da pesquisa, representa um dos poucos exemplos notáveis de individualização do animal no biotério. Na maior parte das vezes, eles são tratados como parte de uma linhagem, uma espécie, enfim, de uma coletividade. Isso não significa, entretanto, que as diferenças sejam completamente apagadas e que as pessoas não observem peculiaridades ou que não formem suas preferências. Já vimos que Deraldo declarou sua paixão pelos hamsters, outros tratadores de animais não deixam de notar as particularidades de linhagens e espécies e apreciá-las.

> Quando o pessoal pega [os ratos] sem medo, quando a gente esquece a mão assim, eu acho que é devido ao cheiro da luva, aí que eles vão pegar na mão, na luva. Mas nunca aconteceu de eles pegarem e morder, eles ficam brincando com a luva. Na hora que você bota ele na caixa, que você vai meter a mão na caixa, eles já ficam, tem uns até que vem pra cima da sua mão, aí se a pessoa tiver com medo ali naquela hora não vai pegar nunca neles. Mas é a curiosidade, que os ratos são mais brincalhões do que os camundongos. Os camundongos ficam mais parados, mas os ratos, não. (Fala de Damasceno, técnico da experimentação).
>
> Ah, uma coisa que eu não esqueço é na... uns ratos que tinha aqui antigamente, que era nude. Eles são imunodeficientes e as fêmeas quando elas emprenhavam era muito difícil pra os filhos nascerem vivos, por causa da deficiência que eles tinham. Então eles exigiam muito cuidado da gente, e quando os bebês nasciam elas eram muito zelosas. Muito zelosas mesmo, elas eram muito carinhosa com os bichinhos. Todo mundo achava os bichinhos feios e eu já gostava deles. Eles, tanto que poeira, qualquer coisa no olho poderia fazer sangrar, aí a gente vinha, eu e Silvana, a gente ia com uma gazezinha, molhava na água, limpava... nos filhotinhos, na mãe, *aí isso marcou muito na minha mente, o cuidado especial com esses animais. Me marcou muito, me deixou muito surpresa também o tanto que elas é zelosa com os filhos, mais do que os ratos comum, os camundongos.* (...) Quando eu mexia, elas não ficavam agressivas, mas ficava tentando esconder os filhotes. Os bichos ficavam cheios de maravalha (...). Ficavam escondendo, eram bem cuidadosas.
>
> Logo [que cheguei] quando [Xavier] falou assim de rato, eu falei: poxa, aí eu imaginei... Mas meu *é só camundongos, já tem outros setores como a experimentação que tem ratos e camundongos. (...) Ainda bem que pra minha* sorte não foi ratos,

> porque aqueles ratos enormes com aqueles rabos assim... Aí no inicio eu fiquei meio assim, senti até medo deles porque eu nunca toquei neles. (...) Eles [os camundongos] são bem retadinhos. E tem duas linhagens mesmo que são bem retadinhas, é DBA 2 e o C 57 que são uns capetinhas, né. E se vacilar eles pulam mesmo querendo fugir. (...) Só o que eu fiquei assim besta, foi vendo... que o bicho tava querendo pular [para fora da caixa], ele queria porque queria sair, porque eu nunca vi, assim, a ponto de ele pular (...). Imagina, ele tá ali, você tá trocando e vendo pulando pra querer sair, um bicho pequenininho. Eu falei: poxa, muito interessante, então eu digo assim: é os bichos só não sabem falar, mas o resto... que eles são espertos. (Fala de Tânia, técnica da criação).
> Eu sou uma observadora de bicho. As coisas assim, rato... Rato é uma figura, rato é muito engraçado. Rato... às vezes fica deitado, assim, mó boa vida, é um boa vida, fica deitado de barriga pra cima e só comendo assim, de barriga pra cima, é... né, algumas cenas assim são engraçadas. Essas cenas assim de rato, rato é muito amigo, rato é legal, é aquele negocio vale mais um rato amigo do que um amigo rato [risos]. (Fala de Silvana, coordenadora da experimentação).

É importante observar que não são apenas os humanos distinguem os animais, estes também respondem ao que está em torno dele. Lembremos do rato mencionado acima e sua aversão ao tratador. Este caso não é o único de reciprocidade entre tratador e aqueles que estão sob seus cuidados.

> Com certeza eles conhecem quem cuida deles, é tanto que, eu tenho um colega que falava muito alto, e já teve vez de eu estar trocando a caixa e ele entrou conversando, e o bicho ficou todo, fica estressado, ficam... muito agitados na verdade, então porque ele tá falando alto, então aquela voz já não é conhecida pra eles, entendeu. (...) *Às vezes é que eu digo: pô, vocês hoje estão parecendo uns capetinhas... aí às vezes, que sempre tem aqueles dias que você inventa de cantar, né, aí, às vezes, do nada eu to cantando aí eu falo com o meu colega, digo: se esses bichos falassem viu, iam me xingar toda... ele ia dizer: Como cantora você vai passar fome... mas é muito legal... mas eles estranham mesmo quando uma outra pessoa entra. Eles ficam bastante agitados. (Fala de Tânia, técnica da criação).*
> Seu Romualdo que trabalhava aí, ele tinha um jeito meio rústico assim, ele pegava o bicho de qualquer jeito, quando ele ia fazer troca os bichos ficava (...), chega fechava o olhinho assim, porque ele pegava de qualquer jeito e tal. Silvana até se incomodava com isso. Pegava de qualquer jeito, já quando a gente pega com cuidado eles ficam... às vezes quando você encosta na caixa ele vem assim, te olhar. É diferente, ele não sente aquele medo de você, da pessoa chegando na caixa. (...) É... a pessoa tem que saber, porque no caso... se a pessoa encostar de junto do animal com medo, o animal acho que ele sente logo... o jeito de pegar, tudo ele vai sentir logo, então se a pessoa não tiver confiança no que tiver fazendo... (Damasceno, técnico da experimentação).
> Tinha uma pessoa que caiu de paraquedas lá [no setor de experimentação], eu não tinha como tirar ele. Essa pessoa... ele não podia mexer num rato. Se ele fosse trocar... o animal, o jeito que ele pegava , o bicho saia pra morder ele a 3 por 2.. entendeu? Então até o animal percebe quando o manipulador pega ele de qualquer jeito, né? O animal percebe. (...) Ele não podia pegar, o bicho já virava pra morder. Ele tomou mordida de rato. E rato é um animal super passivo. Rato é um amigo. (...) Damasceno, por exemplo, ele não pega pelo rabo, ele pega pelo corpo. O animal sente isso e ele gosta disso. Entendeu? A troca feita pelo corpo. Ele é outro, fica mansinho. (...) O rato conhece demais, como conhece o operador, demais... O camundongo conhece. (Silvana, coordenadora da experimentação).
> Tocar o animal não pode ser de qualquer forma. É, tem o cuidado também pra o

> bicho não morder, por que... e aquela questão também, se você estiver estressado, ele também fica. (...) Porque você se acostuma tanto, aí eles se acostumam com você também. (...) A não ser quando Xavier quer alguma coisa, ele vai lá dá uma olhada. Mas só eu que toco neles. (Tânia, técnica da criação).
> *Ás vezes, tô assim trocando, aí eu acho interessante os animais, eu digo "oh, rapaz, que negocinho bonitinho, esse aqui tá lindo", ás vezes fico, dou um tempo assim, coçando a cabeça dele. (...) Os animais gostam de carinho, quem é que não gosta de carinho? Todo o mundo gosta de carinho, né, quem é que não gosta de ser bem tratado? (...) Eu acho que os animais, eles sentem também o seguinte, eu acho que... se você tá muito agitado, eles ficam agitados também, você* acredita? Você tá triste, eu acho que eles sentem sua tristeza. (...) Eu percebo e acho que eles sentem. Acho que o fato do seguinte, devem no mínimo dizer, "deve ter alguma coisa diferente". (...) Converso o tempo todo com eles, né, por incrível que pareça, eu canto, eu bato papo, converso com eles, porque dentro do laboratório só é eu e eles, né. (Deraldo, técnico que trabalho na criação).

As pessoas acentuam o momento do toque como aquele em que as relações de reciprocidade e de afeto são mais claramente experimentadas. Mas o cuidado com os animais e a percepção dos comportamentos que são próprios deles naquele ambiente depende em grande medida da visão e audição. Por exemplo, várias pessoas mencionaram a existência de brigas entre os animais que vivem em um mesmo microisolador, nem sempre a constatação de que estas acontecem implica na necessidade de intervenção do cuidador, apenas nos casos em que há ferimentos mais graves ele deve tomar alguma providência. Muitas vezes a briga é notada pelo som:

> Eles briga bastante, às vezes um ou outro fica todo ferido, às vezes tem que sacrificar, às vezes morre mesmo. (...) Eles batem mesmo, tá tá tá tá tá tá... na caixa, né? (...) Aí, as vezes, quando tem um, que sempre tem um macho dominante, né, aquele que você vê inteirinho é o macho dominante. Aí, às vezes, a gente pega, separa, aí faz uma ficha idêntica, aí separa que é pra ver se os outros que estão todo feridos, sara e não perde aqueles animais.(Tatiana, técnica que trabalha na experimentação).
> Fora que eles brigam bastante, viu. [o casal de camundongos] Briga, aí você também vê na hora dos amores e na hora das brigas, né. Aí eu fico assim olhando, eles se cheirando, se beijando. Também quando o cacete pega por lá. É aquela briga da poxa. Aí um morde o rabo do outro, aí depois a caixa está toda suja de sangue. (...) *É muito interessante. Tem horas que eu fico assim observando. (Tânia, técnica que trabalho na criação).*
> Eles fecham o cacete na caixinha, parece que vai estourar a caixa, "Tum, pá, pá, pá, pá..." e eu fico preocupado porque quando começam a morder o rabo do outro, Xavier manda descartar. É uma tristeza, né, rapaz, eu digo "oh, rapaz, vocês são um bando de otário", desculpe o termo, "ficam brigando aí, vai sobrar pra todo o mundo, viu? Não vou poder aliviar a de ninguém, fica aí mordendo o rabo um do outro. Rebanho de besta". (Deraldo, técnico que trabalho na criação).

Nos casos de briga mencionados acima, quando há conflitos mais violentos em que animais ficam muito machucados, a consequência é a retirada e descarte do "brigão". Como saber qual deles é o mais feroz? É preciso procurar na caixa aquele que está menos ferido, provavelmente este é o "macho dominante" que está tentando subjugar os outros[2]. Segundo Xavier ele é uma ameaça para seus companheiros, por isso precisa deixar o microisolador, mas não pode ser transferido para uma caixa com outros animais porque lá não seria

2 Boa parte dos técnicos afirma haver em cada caixa um macho dominante, mas na prática cotidiana é irrelevante saber quem domina e quem e é dominado. Apenas quando há brigas violentas o macho dominante é separado e ele é reconhecido por ser o menos ferido nos conflitos.

aceito. A saída adotada é eutanasiá-lo. Justamente a morte do animal é um dos aspectos do trabalho que causa mais desconforto e tensão. Muitos sofrem intensamente com a exigência de praticar eutanásia - termo preferido pelos trabalhadores do biotério, ao invés de sacrifício - nos seus camundongos. Aqueles que trabalham na criação convivem menos com a necessidade de conduzir os animais à câmara de gás - é assim que normalmente os animais são mortos - pois em geral eles se despedem dos camundongos quando estes são encaminhados para a experimentação e é lá provavelmente que eles encontrarão seu fim, ainda assim por vezes eles têm que lidar com a morte em sua sala e não são apenas aquelas que resultam das brigas. Casais de reprodutores podem ser descartados quando não se reproduzem mais no ritmo inicial, com grandes ninhadas que se sucedem rapidamente. Deraldo, por exemplo, lamenta essas mortes porque os animais, em sua opinião, poderiam viver mais um pouco. Aí temos certa tensão entre o trabalho do cuidador, que zela pelo bem estar do animal e por mantê-lo vivo e a lógica da instituição, segundo a qual não há porque manter um animal se ele já não tem função. Aqui se vê claramente o modo instrumental de considerar o ente vivo. O descarte é uma prática que encontra resistência íntima de vários técnicos, ainda que isso não seja sempre visível. Silvana, por exemplo, trabalhou inicialmente no canil da instituição. Durante dois anos acompanhou cães que faziam parte de uma pesquisa de vacina para leishmaniose. Ela organizou o canil, deu nome aos animais que só tinham número, separou-os por afinidade, castrou os machos para tentar impedir as disputas e o estresse entre eles e também para evitar o nascimento de filhotes, arranjou doadores para os animaizinhos não contaminados nascidos no canil, estabeleceu uma relação amigável com todos. Mas ao final do experimento o destino era a morte dos animais. Ela diz:

> Assim pra mim foi sofrido no final que é, no final eu fiz questão de não... não participar, que era a hora da eutanásia. Porque o final do experimento é eutanásia. Não tinha como manter... eles tavam contaminados com leishmaniose, entendeu? *Aí eu tirei férias. Mas isso aí eu falei desde o início*, eu já tinha deixado claro... o estudante mesmo já sabia desde... até hoje ele fala muito "ela era a psicóloga dos meus cachorros.".

Também Damasceno tem dificuldade com a morte dos animais:

> Pra mim no caso, o mais difícil pra mim é na hora que tem que fazer a eutanásia. Principalmente dos ratos que a gente... a gente tá no dia-a-dia mexendo e aí às vezes o pessoal, o pesquisador liga: ah, a gente não vai usar mais, pode sacrificar. E a gente tá mexendo com eles todo dia... a gente tem que pegar e sacrificar eles. A parte mais difícil é essa daí. (...) Tem animal que chega a ano. E toda semana, você tá pegando neles ali... (...) Hoje mesmo chegou... chegou quatro caixas com os ratos, filhotinhos desse tamanhinho, aí quando forem usar eles é quando tiverem adultos, aí eu vou acompanhar todo crescimento deles. Aí depois... pra depois chegar e ter que sacrificar eles aí... E coisa é quando às vezes não chegam a usar. Teve uma vez que tinham muitos ratos aí, aí eles não iam usar mais e aí ligaram pra Silvana e falaram: ó Silvana a gente não vai mais usar esses ratos. Já tinha passado do prazo. Aí eu digo: pô, Silvana, vai sacrificar os bichinhos. Aí ela aí pra não sacrificar simplesmente e jogar fora, ela pegou e doou pro IBAMA. Digo: é menos mau, né.

Não é possível conseguir se livrar dessa tarefa desconfortável, mas há caminhos para, ao menos eventualmente, se desviar do mal estar. Silvana, no caso dos cães, tirou férias para não estar presente no momento do sacrifício dos animais, ele disse que teve que trabalhar muito psicologicamente para enfrentar esse tipo de situação, logo em seguida deixou o canil e foi para o biotério. Damasceno sugere o envio dos animais para doação ao IBAMA quando essa possibilidade está ao alcance, para ele, assim há mais sentido na morte dos ratos, servindo à vida de outros animais. Lena, assim como Deraldo, se puder passa a tarefa a outros.

> Ratos são dóceis demais, sabe o que é um animal super dócil é rato. (...) E aí o que aconteceu, rapaz, um dia o chefe chegou pra mim e disse: "Seu Dinho, eu falei com o pesquisador daqueles ratos [que estavam sob sua guarda na sala dos hamsters] e

> ele mandou para descarte". Rapaz, descartar é botar o bichinho na câmara de gás e... imagine a situação. Eu me apeguei aos bichinhos. Rapaz, o que é que eu faço? (...) Aí chegou o grande dia e eu tinha que dar um jeito. (...) E aí, olhando pros lados assim, ter que levar pra câmara de gás. (...) E aí eu não tinha coragem. Aí eu conversei com um ex-funcionário do biotério "oh, eu não tenho coragem de fazer isso, faz isso por mim, né, infelizmente eu tentei de tudo aí, mas eu particularmente, eu não tenho coragem". Ele levou pra mim, colocou na câmara de gás... depois terminou "mas eu não vou tirar viu?!" eu digo não, tudo bem. E acredite você, que senti quando os animais tão lá, mortos. (Deraldo, técnica do biotério)
> Hoje em dia, como assim... é... Eu não tô fazendo tão assim, mais, acho que o que me incomoda mais é ter que... sacrificar, algum animal, se tiver que fazer, eu faço, se tiver no protocolo, do experimento, da atividade, eu faço, mas se eu puder passar pra outra pessoa fazer, eu passo. (Lena, funcionária do biotério).

Quirino, também considera um dos aspectos mais difíceis de seu trabalho a tarefa de eutanasiar os animais. Por se incomodar com o sofrimento ele aprendeu a controlar o tempo da câmara de gás, de modo que a morte do animal seja feita de modo mais suave.

> Tem que sacrificar ele, essa não é uma hora muito boa, não. É chatinha. E, às vezes, é uma cena meio forte... Sacrificar o animal também assim, às vezes, é ruim. Que eles fica lá, vão, começa a ficar cambaleando assim, aí cai de vez, aí é a hora que tem que aumentar o CO^2 pra (...). Primeiro ele bota no fraquinho, depois no forte, primeiro tipo assim, é uma anestesia. Aí passa um tempinho assim de um minuto, eles vão, tipo que desmaia. Aí é a hora que tem que aumentar. Pra ele não sentir assim com muita força, aí começa pouco, pra não sofrer, pra ele não ter muito sofrimento. Aí nessa hora tem uma cena meio triste assim, mas tem que fazer.

Muitos afirmar que, além de se sentirem mais tranquilos trabalhando com os animais, também aprenderam muito com a convivência com eles ao prestar atenção ao modo como agem e se expressam. Lena sintetizou assim, seu aprendizado:

> É, eu acho que a oportunidade de trabalhar aqui, é... o dia a dia com os animais nos faz cidadãos melhores, porque você começa a pensar também no sentimento de quem não pode se expressar com palavras. Então você começa a tentar perceber nos mínimos detalhes o que aquilo .. Aquele ser quer passar pra você, né? Então assim, no dia a dia, a gente, é... pega o animal, tá lidando ali com a caixa do animal, aí daqui a pouco você olha, tá o animal ali no cantinho, por que? O que é que tá acontecendo, será que é frio? (...) E aí você vai procurar, né, maneiras, pra... saciar ali aquele animal. Então acho que essa visão, de você se preocupar, de você, é... ficar mais atento, aos detalhes, eu acho que isso, é um ganho.

O zelo a relação empática com os animais é algo que compõe a ética no trato com os animais. De acordo com o depoimento de muitos técnicos, os procedimentos adotados no biotério mostram uma preocupação com o bem-estar dos animais que se incorpora no próprio modo de organização das salas, com temperatura, luminosidade, odores controlados para que não haja desconforto. Lá também houve um investimento no enriquecimento ambiental, por exemplo, foi incorporado a cada microisolador um dispositivo, uma espécie de casinha de plástico em forma de um iglu, confeccionado com material vermelho translúcido que permite aos tratadores enxergarem o que se passa lá dentro, mas dá ao animal a sensação de que ele está em um local fechado e abrigado - eles usam o iglu para diferentes fins, para brincar, para se esconder, para acasalar e até mesmo como banheiro já foi usado. Outro material simples, uma folha de papel toalha, entretêm bastante os animais. Mas a afinidade e atenção não são componente formais, entretanto, estão presentes e contrabalançam a objetificação do animal.

2. Conclusão

Neste artigo falei de relações de afeto recíproco entre humanos e animais no biotério. Mas, ao contrário de muitos estudos de ciência que também apontam para o mesmo fenômeno, não estou tratando de etologistas e dos animais que são o objeto de seu interesse. Há relatos sobre etologia, principalmente sobre primatologia, acerca do modo como os animais se tornam mais interessantes quando o cientista dá a eles a chance de se mostrarem mais capazes, mais inteligentes, mais sensíveis a partir do estabelecimento de relações de intersubjetividade (Despret, 2208). Eu tratei aqui de técnicos que atuam em um biotério e de seus animais experimentais.

Poderia parecer à primeira vista, que no biotério não há nenhum esforço para tornar os animais mais interessantes, o inverso talvez fosse mais verdadeiro. Aí se realiza um esforço para tornar os animais mais padronizados, mais purificados, menos diferentes. No entanto, isso não significa que no biotério os protocolos sejam estreitos a ponto de impedir qualquer resposta por parte dos animais, restando a eles agir de maneira meramente mecânica. Justamente quem está lá com os olhos atentos às diferenças e às respostas são os técnicos que se deixam afetar pela resposta dos animais.

Os técnicos de laboratório com os quais conversei permitiram que os ratos, camundongos e hamsters aparecessem para nós como espertos, inteligentes, dóceis, briguentos, estressados, curiosos, zelosos com seus filhotes, amigos, “boas vidas”, como entes vivos e responsivos. Eles mesmos se mostraram sensíveis, cuidadosos, também responsivos e curiosos acerca de seus animais.

A via para que isto pudesse acontecer foram seus corpos, que se tocam, se veem, se ouvem. É só pelo contato prolongado e sensorial com os animais que os técnicos foram capazes de encontrar distinções entre eles, quer sejam diferenças que os individualizam - seja pelo aparecimento de uma mutação ou pelo comportamento mais agressivo - quer sejam as que marcam as variações coletivas de linhagens e espécies. É claro, que não há apenas esse tipo de prática no biotério, o cuidado não se resume a relações de afeto e empatia física com os animais. Há uma série de protocolos, rotinas, ordenamentos bem mais objetivos. É crucial para os tratadores conseguir equilibrar os dois repertórios de práticas e manejar as tensões entre elas. Candea (2010), ao tratar da relação entre pesquisadores e suricatos, argumenta que tanto engajamento quanto neutralidade são componentes necessários da relação com os animais. No contexto do biotério não poderia ser diferente. Por vezes, entretanto, a tentativa de combinar as duas atitudes produz resultados mais incertos e difíceis. Muitos relatam padecer quando precisam realizar a eutanásia, principalmente se ela for feita com um animal saudável que poderia viver mais. O senso de dano é menor quando os animais participam da experimentação, mesmo que a morte seja também seu destino final. Essa atitude parece próxima àquela dos fazendeiros estudados por Law e Mol (2008), que se sentiam vinculados afetivamente a seus rebanhos, objetos de seus cuidados e de uma convivência prolongada. O afeto, entretanto, não impedia que no momento apropriado os animais fossem enviados ao abate sem que eles demonstrassem sentimentalismo, mas quando a morte chegava para as ovelhas precipitadamente, em um momento julgado fora do tempo certo, eles eram tomados por um sentimento de que não cumpriram a sua missão e de terem falhado em seus cuidados. Talvez essas histórias nos dêem pistas para repensar a questão da ética na relação entre humano e animais. Em ambos os casos se trata de reconhecer a emergência de um vínculo e de sentimento que surge quando certos animais passam muito tempo juntos, em uma convivência mediada pelo corpo (GREENHOUGH e ROE, 2011). Essa compaixão envolve também uma sensibilidade ao contexto e atenção ao caráter responsivo dos animais. Talvez justamente aí se apresente um caminho para a construção de uma ética na experimentação que vá além do formal e envolva reconhecimento da responsividade dos animais e o cultivo de uma sensibilidade na relação com o animal experimental.

Referências

ASDAL, K. (2008). "Subjected to Parliament: The Laboratory of Experimental Medicine and the Animal Body". *Social Studies of Science*, 38 (6); 899 - 917.

BIRKE, L. (2003). "Who – or what – are the rats (and mice) n the laboratory", *Society and Animals*, 11 (3): 207-224.

CANDEA, M. (2010). "'I fell in love with Carlos the meerkat' Love Engagement and detachment in human–animal relations", *American Ethnologist,*37 (2): 241-258.

DAVIES, G. (2010). "Captivating behaviour: mouse models, experimental genetics and reductionist returns in the neurosciences", *The Sociological Review*, 58 (S1): 53-72.

DESPRET, V. (2008). "The becomings of subjectivity in animal worlds", *Subjectivity*, 23: 123-139.

GREENHOUGH, B.; ROE, E. (2011). "Ethics, space, and somatic sensibilities: comparing relationships between scientific researchers and their human and animal experimental subjects". *Environment and Planning D: Society and Space*, 29: 47-66.

HARAWAY, D. (2011). "A partilha do sofrimento", *Horizontes Antropológicos*, 35: 27-64.

HOLMBERG, T. (2011). "Mortal love: Care practices in animal experimentation", Feminist Theory, 12 (2): 147-163.

LOGAN, C. (2001). "[A]re Norway rats … things?": diversity versus generality in the use of albino rats in experiments on development and sexuality", *Journal of the History of Biology*, 34 (2): 287-314.

LAW, J.; MOL, A. (2008). "The Actor Enacted. Cumbria Sheep in 2001". *Material Agency. Towards a non-Antropocentric Approach*, editado por C. Knappet, L. Malafouris: 57-77, Heidelberg.

LYNCH, M. (1988). "Sacrifice and the transformation of the animal into a scientific object: laboratory culture and ritual practices in the neuroscience". *Social Studies of Science*, 18: 265-289.

MACHADO, C. J. S.; FILIPECKI, A. T.; TEIXEIRA, M.O.; KLEIN, H.E. (2010). "A regulação do uso de animais no Brasil do século xx e o processo de formação do atual regime aplicado à pesquisa biomedica". *Historia, Ciencias, Saude - Manguinhos*, volume 17, número 1: 87-105.

REES, A. (2007). "Reflections on the field: primatology, popular science and the politics of personhood", *Social Studies of Science*, 37 (6): 881-907.

SÁ, G. (2010). "'Abraços de mono': elos perdidos e encontros intersubjetivos em etnografia com primatólogos no Brasil", *Mana*, 16 (1): 179-211.

SÁ, G.; MEDEIROS, M. F.; SCHIRMANN, J. S. (2011) "Experiência e descarte: dores humanas e não humanas em um laboratório de neurotoxidade e psicofarmacologia", *Sociedade e Cultura*, 14 (2): 427-434.

GT 68
Informação, Comunicação e Saúde em Países Lusófonos: análises e experiências

Comunicação, Educação e Políticas de Saúde:análise crítica das Diretrizes para a Formação Médica no Brasil[1]

Adriana Cavalcanti de Aguiar[2]
adriana.aguiar@icict.fiocruz.br

Wilson Couto Borges[3]
wilson.borges@icict.fiocruz.br

Irene Rocha Kalil[4]
irenekalil@gmail.com

Pedro Henrique Freitas Martins da Motta[5]
pedro_freitas@id.uff.br

Guilherme Canedo Borges[6]
guilherme.borges@icict.fiocruz.br

1* Trabalho apresentado no GT 68-A - Informação, Comunicação e Saúde em Países Lusófonos: análises e experiências.

2 Médica (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Mestre em Saúde Pública (Fundação Oswaldo Cruz), Mestre e Doutora em Educação (Harvard University). Pesquisadora do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict) da Fiocruz e do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Professora Titular do Mestrado Profissional em Saúde da Família da Universidade Estácio de Sá e Professora Visitante do European Master of Public Health. Tem experiência nas áreas de Saúde Coletiva e Educação Superior, pesquisando temas como formação profissional para o Sistema Único de Saúde e comunicação e saúde.

3 Jornalista, Mestre em Ciência Política e Doutor em Comunicação (Universidade Federal Fluminense). Pesquisador em Comunicação e Saúde do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict) e chefe do Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde (Laces) da Fundação Oswaldo Cruz. Professor Assistente do Curso de Comunicação Social da Universidade Salgado de Oliveira. Tem experiência na área da Comunicação, com ênfase em Ciência Política, História, Psicanálise e Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: mídia, observatório, análise política, memória, análise de discurso e psicologia social.

4 Jornalista (Universidade Federal da Bahia), Especialista em Sociologia Urbana e Mestre em Educação (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz. Servidora da Fiocruz, atua no Núcleo de Comunicação Social do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, desenvolvendo atividades de informação e comunicação em saúde. Seu interesse de estudo concentra-se nos discursos sobre amamentação e desmame nos materiais oficiais de orientação ao aleitamento materno brasileiros.

5 Médico (Escola de Medicina da Fundação Técnico Educacional Souza Marques), Graduando em Sociologia (Universidade Federal Fluminense).

6 Químico industrial (Universidade Severino Sombra), graduando em Comunicação Social (Faculdades Integradas Hélio Alonso). Estagiário no Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde (Laces) do Instituto de Informação e Comunicação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict) da Fundação Oswaldo Cruz.

Resumo: No Brasil, a implantação do novo modelo de cuidados estabelecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) implica inovar na formação profissional, com valorização da cultura, linguagem, e análise das relações de poder nas práticas de saúde. A reflexão teórica sobre o conceito e a democratização das práticas de comunicação em serviços de saúde, para além do papel instrumental de informar tratamentos/ mudança de comportamentos, demanda reconhecimento da mediação exercida por profissionais de saúde. Universidades têm inovado no ensino da comunicação em Medicina a partir da homologação de Diretrizes Curriculares Nacionais pelo Ministério da Educação (2001).
O presente trabalho analisa tais diretrizes oficiais, revistas em 2014, incorporando referenciais teóricos sobre comunicação da literatura latinoamericana. Mediante Análise de Conteúdo desse corpus de documentos, inclui elementos de contexto (social e institucional) que iluminam suas condições de sua produção, identificando continuidades e rupturas, com consequências para o êxito de importantes políticas de saúde.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde; Ensino da Comunicação; Comunicação; Diretrizes Curriculares Nacionais; Políticas de Saúde.

1. Introdução

A Constituição Brasileira, promulgada em 1988, definiu a saúde como direito dos cidadãos e dever do Estado. Legislação subsequente estabeleceu as bases da implantação e desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS), para atender à população, atualmente com cerca de 200 milhões de pessoas. A implantação do novo modelo de cuidados preconizado no SUS baseia-se em princípios como a atenção integral à saúde, na qual as dimensões biológica e psicológica do processo saúde-doença são consideradas indissociáveis das relações sociais e das práticas institucionais.
A efetivação desse modelo implica rever as relações que se estabelecem na rede de serviços de saúde, além de ampliar a oferta de ações de prevenção e promoção. Sendo assim, é necessário inovar na formação de profissionais de saúde para promover o desenvolvimento de novas competências, revendo a relação teoria-prática e valorizando a importância do contexto para o ensino da medicina.
No Brasil, as escolas de medicina devem atender o que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), homologadas pelo Ministério da Educação, por determinação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996). Recentemente (junho de 2014), foi homologada a segunda versão das DCN, que substituem aquelas em vigor desde 2001. Ambas as edições das DCN adotam a noção de competência como orientador do perfil do egresso dos cursos de graduação, com muitas implicações para o currículo médico e processos de ensino-aprendizagem-avaliação. Ocorre que a utilidade prática do conteúdo do ensino é altamente dependente do contexto de trabalho. Embora utilizadas como sinônimos, inclusive nas DCN de 2001, a competência difere da habilidade, pois implica a capacidade de interpretar elementos de diferentes contextos e lançar mão de condutas matizadas por suas nuances da prática.
Uma concepção construtivista de competência valoriza o processo de construção da identidade profissional, e "incorpora formas e meios pelos quais o sujeito, ao se apropriar de sua profissão ou ocupação, contribui para reproduzir ou transformar esta mesma ocupação ou profissão. Contrapõe-se assim às visões que percebem a aprendizagem como adaptação dos indivíduos a uma ocupação constituída", sobre a qual pouco se reflete sobre os elementos de contexto (Aguiar & Ribeiro, 2010: 374).
As práticas comunicativas estabelecidas nos diversos contextos que se verificam em serviços de saúde no Brasil contribuem ou dificultam a desejada mudança no modelo de atenção à saúde e influenciam no êxito do cuidado. Apesar das evidências dos efeitos positivos da boa comunicação nos resultados do cuidado, muitos fatores de insatisfação são mencionados na literatura: médicos interrompendo precocemente os pacientes, sem permitir que expressem suas reais preocupações; desconsideração do significado atribuído pelo paciente aos elementos causais de seu estado de saúde-doença; abuso do jargão médico e pouca atenção à compreensão, pelos pacientes, das orientações dadas – o que chega a gerar ações judiciais; sem falar no sofrimento e frustração para pacientes e familiares (Simpson, Buckman, Stewart, Maguire, Lipkin, Novack & Till, 1991).

Como aponta Fairclough (2001: 182), na prática médica "padrão", os médicos manifestam um *ethos* científico, que se realiza "na forma como tocam e olham os pacientes ao examiná-los, na maneira como filtram as contribuições dos pacientes em termos de tópicos e na ausência de gentilezas de significado interpessoal, como a polidez". Esse *ethos* científico inclinaria ao tratamento dos pacientes não como pessoas, mas como "casos".
Em contraposição a essa prática tradicional, Araújo e Cardoso (2005: 114) destacaram que a compreensão da comunicação no âmbito da saúde precisa passar por uma ampliação de sentido, sendo o direito à comunicação entendido em suas duas faces. A primeira delas é, sem dúvida, a que já tem alcançando certo reconhecimento como essencial para possibilitar os cuidados com a saúde: o acesso democrático e ampliado às informações. A outra face, ainda pouco explorada, é, segundo as autoras, "ter a possibilidade de também se expressar e se fazer ouvir, e não apenas receber. Ou seja, ser considerado um 'interlocutor', alguém que tem algo a dizer, e não um mero receptor".
Buscando superar alguns desses problemas, no Brasil, a comunicação na saúde tem sido objeto de reflexão, sendo atualmente considerada componente do direito à saúde. Em seu Relatório Final, a 11ª Conferência Nacional de Saúde (Brasil, 2000: 30-1) destaca: "cada vez fica mais claro que a população não quer apenas informações, ela quer se comunicar", sendo que "a saúde demanda e deve orientar-se por uma política que incorpore o saber popular no seu processo de planejamento e gestão das atividades de informação e comunicação". O mesmo documento contextualiza o tema da comunicação na diversidade cultural brasileira: "a sociedade brasileira e suas representações em âmbito nacional, regional e local, com suas particularidades é, portanto, o ponto de partida dos processos de interlocução institucional (...) [o que] envolve o reconhecimento da pluralidade, do dissenso, dos conflitos, inerentes a democracia" (Brasil, 2000: 31-2).

2. Método

O presente trabalho objetiva descrever e analisar as bases normativas do ensino da Comunicação, entendida como competência, na formação médica no Brasil. Adota como premissa a necessidade de valorização da cultura, da linguagem, do contexto, e o estabelecimento de relações de poder menos assimétricas nas práticas de saúde. Situa-se, portanto, numa encruzilhada de saberes e práticas, nos campos da saúde, da educação e da comunicação, com a expectativa de aportar elementos teóricos dos estudos da comunicação, de modo a avançar a reflexão sobre a formação profissional em saúde.
Para analisar as Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Graduação em Medicina (DCN), homologadas em 2014, incorpora referenciais teóricos dos estudos da Comunicação. A análise do material documental baseia-se no referencial metodológico da análise de conteúdo, que tem como objetivo, além de descrever os conteúdos manifestos nos textos, desvelar, por meio da atividade interpretativa, as condições de sua produção, que fazem referência ao contexto social e institucional no qual as mensagens se inserem.
A técnica adotou a análise temática, que se caracteriza pela descoberta dos "'núcleos de sentido' que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição podem significar algo para o objetivo analítico escolhido" (Bardin, 1977: 105). A unidade de registro do tipo de análise adotada é o tema, uma regra de recorte do sentido de extensão variável, correspondente a uma afirmação ou várias, mesmo em um pequeno fragmento do texto. O tema é, para Bardin (1977: 105), "a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura".
A análise de conteúdo desse documento inclui elementos de contexto (teórico, social e institucional) que iluminam suas condições de sua produção, identificando continuidades e rupturas, com consequências para o êxito de importantes políticas de saúde.

3. Estudos do Currículo, Cultura e Comunicação

Situamos o tema do currículo médico no campo da educação e dos estudos do currículo que problematizam a seleção de conteúdos e métodos que informam o ensino. Atualmente, está em superação a noção que

interpretava o currículo como uma questão técnica na qual conhecimentos e habilidades reproduzidos pelo currículo eram pensados como elementos fundamentais à consolidação de uma cultura comum, supostamente universal (Tura, 1999). Essa acepção da natureza "universal" da cultura facilitou generalizações em relação à "humanidade", vista como conjunto humano homogêneo (Ortiz, 2007). O problema é que uma concepção acrítica de "humanidade" e "humano" autoriza uma concepção de educação na qual o currículo seria "neutro, fundado sobre as bases de uma cultura legítima, hierarquicamente acima das demais culturas existentes nas diferentes sociedades", com certos conteúdos "universais" que seriam "necessários à formação de qualquer aluno" (Kalil, 2008: 43).

Essa concepção pouco contextualizada do que seja válido de compor o currículo experimenta, a partir dos anos 60, uma crítica impulsionada por distintos movimentos sociais. "Movimentos de independência de antigas colônias européias; manifestações pelos direitos civis e contra a Guerra do Vietnã, nos Estados Unidos; protestos estudantis na França; no Brasil, a resistência contra a ditadura militar; e várias outras bandeiras importantes, como o feminismo, a contracultura e a luta pela liberação sexual" (Silva, 2005) concorreram para a crítica às teorias do currículo então vigentes, sendo exemplos a "Nova Sociologia da Educação", na Inglaterra, e os escritos dos franceses Bourdieu e Passeron, Althusser, entre outros (Silva, 2005).

No questionamento da suposta naturalidade da seleção dos conteúdos curriculares, destacam-se os Estudos Culturais, que, ao superar a noção de cultura como "elemento supérfluo ou menos importante da experiência humana, determinado por fatores de ordem econômica ou estrutural" (Kalil, 2008: 45), influenciaram também os estudos da Comunicação. Emerge a centralidade da cultura no âmbito da chamada "virada cultural", "uma mudança de paradigma nas ciências sociais e nas humanidades" (Hall, 1997: 27), interpretando a cultura como condição elementar do convívio em sociedade (Kalil, 2008).

Pioneiro nos Estudos Culturais, Stuart Hall argumenta que "concentradas na palavra 'cultura', existem questões diretamente propostas pelas grandes mudanças históricas que as modificações na indústria, na democracia e nas classes sociais representam de maneira própria e às quais a arte responde também, de forma semelhante" (Hall, 1997: 125). Sublinha a importância que Raymond Williams, em *Cultura e sociedade* (1969), atribui ao processo de comunicação, como sendo um processo de comunhão, de partilhamento de significados comuns. Aporta releituras de Gramsci, por exemplo sobre a hegemonia, e de Bakhtin, para quem o domínio da ideologia coincide com o domínio dos signos, isto é, todo discurso é ideológico, sendo o signo a arena onde se desenvolve a luta pelo direito de significar. Tal abordagem questiona o isolamento da cultura, do político, do econômico e do social na análise dos fenômenos da educação e da comunicação.

Nesta moldura analítica, cabe estabelecer conexões infrequentes nas perspectivas tradicionais, pois educação e comunicação são percebidas como constitutivas dos processos de transformação das formações sociais. Seu estudo demanda considerar o(s) contexto(s) histórico(s). Como as palavras, em certas formações sociais, ganham sentidos novos, a linguagem e o discurso são estudados, pois podem desvelar modificações de vida e de pensamento coletivo. Se as alterações da linguagem produzem transformações sociais, como aponta Bakhtin, ocorre uma disputa em torno do signo, e mais especificamente, em torno do poder de atribuir um significado para determinado significante.

A disputa pelo poder e legitimidade de nomear os fenômenos socioculturais é objeto de análise dos Estudos Culturais. Autointitulado um intelectual "diaspórico", Hall valoriza sua formação, que dialogou com hábitos, costumes, crença e valores tanto da Jamaica quanto da Inglaterra, sendo a observação das manifestações do colonialismo inglês determinante para o desenvolvimento de sua obra. A mesma perspectiva aproxima outros intelectuais que se tornaram referência na investigação da Cultura, como é o caso do indiano Homi Bhabha (que se qualifica como intelectual híbrido) e do colombiano (nascido na Espanha) Jesús Martín-Barbero, que se classifica como intelectual mestiço, para quem "desde a comunicação trabalham-se processos e dimensões que incorporam perguntas e saberes históricos, antropológicos, estéticos" (Silva, 2004: 218).

Muito conhecido a partir de seu livro *Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia* (1986), Martín-Barbero atribui aos estudos de comunicação da América Latina envergadura antropológica, ao abordarem transformações na cultura cotidiana das sociedades, "mudanças que trazem à superfície estratos profundos da memória coletiva ao mesmo tempo em que movimentam imaginários que fragmentam e des-historicizam" (Martín-Barbero, 2004: 204). Além de reconhecer a importância da Antropologia, Martín-Barbero

incorpora a contribuição da História, da Ciência Política e dos estudos de Psicanálise para analisar paradoxos e contradições da cena contemporânea, com a incorporação das massas nos processos de comunicação (com ênfase na chamada Indústria Cultural).

Reconhecendo a dimensão política da comunicação, Martín-Barbero argumenta que a *mediação* exercida pelas massas (embora tutelada) influi na produção da comunicação oferecida pelos meios. Essa abordagem influenciou outros autores latino-americanos, como Canclini (2004), para quem as massas não são apenas destinatárias, mas atores nesse processo. Trata-se de romper com um modelo de comunicação centrado na primazia da presença de um emissor (todo poderoso) a quem caberia o papel de esclarecer seu(s) receptor(es) utilizando-se dos meios mais eficientes para tal fim, na direção de uma compreensão que identifica um jogo tenso e contraditório, de interferências múltiplas, entre todos os atores que participam das trocas comunicacionais.

O deslocamento do foco dos meios para a análise de como as mediações interferem na produção da cultura aproxima esses autores latino-americanos dos Estudos Culturais: tanto aquele que ocupa a posição de hegemonia (colonizador) quanto os que se encontram no lugar do colonizado interferem no processo vivo de construção cultural. Em outros termos, não se trata de observar a comunicação apenas por seu acento de discurso ideológico, mas de compreender as várias negociações que se estabelecem em torno dos sentidos que são coletivamente construídos e amplamente compartilhados. Tal raciocínio aponta para os estudos da recepção, útil para analisar as relações entre médicos (e outros profissionais de saúde) e aqueles a quem atendem, conforme analisamos em seguida.

4. Comunicação, Práticas em Saúde e a Formação Médica

Donato e Gomes (2010) chamam a atenção para quão pequena é a "presença, nos estudos disciplinares da Saúde e da Educação, dos conhecimentos e práticas próprios do campo da Comunicação", observando que nos anos 1970 e 1980, no Brasil, predominou "um domínio conceitual fragmentado, por vezes reduzido à dimensão mecanicista ou instrumental do processo comunicativo" que prevalece até os dias de hoje. Como premissa, tal modelo entende como suficiente "o comparecimento de um emissor, de uma mensagem e de um receptor para que ocorresse a comunicação" (Donato & Gomes, 2010: 38).

Esse modelo secundariza a importância da cultura, os conflitos de classe e, ainda, a "motivação, repertório, representações sociais e mediações (…), evidenciando o caráter fragmentário dos conceitos e das práticas de comunicação" (Donato & Gomes, 2010: 38). Por exemplo, as "barreiras da comunicação" são vistas como mera inadequação vocabular: acredita-se que a simples substituição de uma palavra menos usual por outra de uso mais cotidiano resolveria problemas de comunicação.

Consideramos que a reflexão teórica sobre o conceito e a democratização das práticas de comunicação em serviços de saúde, para além do papel instrumental de informar tratamentos/mudança de comportamentos, implica em reconhecer a mediação exercida por profissionais de saúde, apontando necessárias mudanças na formação profissional. Na mesma direção, Pitta (1995: 258) critica o estatuto conferido à comunicação, no campo da saúde: para a autora, é preciso concebê-la não como *justaposta* a processos e práticas no âmbito da saúde, mas como elemento inerente aos processos da/na saúde, seja na determinação de doenças, na construção de modelos de atenção, nas relações dos serviços com a população ou com relação aos modos atuais de "construção de atores, identidades sociais, de organização de demandas ao campo governamental; aos processos de construção de conhecimentos e da própria realidade". Para Pitta, a comunicação permitiria que o SUS compreendesse, em profundidade, quem são e como se constituem, no dia a dia, seus sujeitos de práticas e discursos. Por enquanto, no entanto, numa concepção crítica, segundo Spagnuolo e Pereira (2007: 1608), a análise da comunicação na área da saúde permanece "fortemente impregnada do modelo unilinear, considerado o paradigma da 'moderna ciência' da comunicação".

Na literatura analisada, que se dedica ao ensino da comunicação na formação profissional em saúde, as concepções de comunicação podem ser classificadas em duas linhas gerais. "A primeira, baseada no modelo informacional, instrumental ou funcionalista, também conhecido como Comunicação & Desenvolvimento, "concebe a comunicação como moldagem de atitudes e comportamentos, que se efetivaria por meio de

informação suficiente e adequada" (Araújo, 2004: 166). Trata-se, para Araújo, do modelo hegemônico nas políticas públicas em saúde, que se caracteriza por um entendimento "bipolar, linear, unidirecional e vertical" da comunicação, supervalorizando o papel do emissor do discurso e apresentando o receptor como mero consumidor das mensagens. A segunda, bem menos prevalente, é a do modelo interacional ou dialógico, que entende a comunicação como processo de troca e "concebe emissor e receptor do discurso como interlocutores ou co-produtores de sentidos" (Araújo & Cardoso, 2007), cabendo atenção aos contextos e às culturas de seus participantes.

A reflexão teórica sobre o conceito e a democratização das práticas de comunicação em serviços de saúde, para além do papel instrumental de informar tratamentos, de mudar comportamentos, demanda reconhecimento da mediação exercida por profissionais de saúde e da "recepção" conforme exercida ativamente por usuários ("pacientes"), reconhecendo a importância das relações/negociações de poder. Esse novo olhar compreende que problemas de "adesão" dos "pacientes" aos tratamentos preconizados não decorrem, necessariamente, de desconhecimento ou desinformação, nem pela incompreensão da importância do saber médico. A falta de adesão pode ser manifestação de resistência, desejo (frustrado) de ser ouvido(a), de ver incorporada, nas ações de saúde, a diversidade de sentidos e de participar de sua construção compartilhada.

Nesses termos, as próprias relações de poder construídas historicamente necessitam ser repensadas. Retomamos a referência à obra de Martín-Barbero: o mesmo intelectual que muito contribuiu para os estudos do currículo e da própria instituição escolar também exerceu grande influência no campo da comunicação, sobretudo no âmbito dos chamados estudos de recepção.

Tais estudos se originaram no princípio do século XX buscando desvelar as relações entre o "receptor" e os meios de comunicação: inicialmente "a relação de predomínio do emissor sobre o receptor é a idéia [sic] que primeiro desponta, sugerindo uma relação básica de poder, em que a associação entre passividade e receptor é evidente" (Souza, 1995: 14). Essa vertente dos estudos de recepção baseava-se nas primeiras teorias da comunicação de massa, especialmente no modelo de Lasswell (1948), que postula que a descrição do ato de comunicação envolve a resposta a quatro perguntas: quem – diz o quê – através de que canal – com que efeito. Os estudos dos processos comunicativos concentravam-se, para Laswell, em uma dessas interrogações, cabendo às chamadas análises de audiência avaliar os efeitos de uma dada mensagem no público. Uma das premissas de Lasswell sobre os processos de comunicação de massas é a de que "esses processos são estritamente assimétricos, com um emissor ativo [sic] que produz o estímulo e uma massa passiva de destinatários que, ao ser 'atingida' pelo estímulo, reage" (Wolf, 1999: 10).

No entanto, a partir da década de 1980, vem sendo sistematizado um conhecimento da influência das dinâmicas sociais e da singularidade do indivíduo no processo da apropriação de mensagens no cotidiano. Tal moldura apresenta principalmente uma perspectiva latino-americana no campo dos estudos da recepção, influenciada pelos Estudos Culturais, que entende o "receptor" dos discursos como interlocutor ou coprodutor de sentidos. Objetiva "a busca dos condicionantes do sujeito, das mediações que ultrapassam a noção de um determinismo entre emissor e receptor, ou sujeito e objeto" (Souza, 1995: 26).

Assim, a análise do polo receptor passa a incorporar seu papel na produção de sentidos:

> Embora esse "quem" da comunicação, esse sujeito, teoricamente ainda não esteja configurado, sabe-se que ocupa um espaço contraditório, o da negociação, o da busca de significações e de produções incessantes de sentido na vida cotidiana. (...) resgata-se nele também um espaço de produção cultural; é um receptor em situações e condições, e por isso mesmo cada vez mais a comunicação busca na cultura as formas de compreendê-lo, empírica e teoricamente. (Souza, 1995: 26-27)

Nessa linha de interpretação, o receptor abandona sua posição de receptáculo passivo dos conteúdos a ele 'transmitidos', passando a ser compreendido como sujeito/interlocutor no processo de comunicação e de produção de sentidos: "a recepção não é somente uma etapa no interior do processo de comunicação, um momento separável, em termos de disciplina, de metodologia, mas uma espécie de um outro lugar, o de rever e repensar o processo inteiro da comunicação" (Martín-Barbero, 1995: 40). Escosteguy (2002: 3), ao abordar essa vertente mais contextualista, destaca que "os estudos de recepção, a partir do final dos anos 80, descobriram

e celebraram um sujeito-receptor que ressignificava as mensagens mediáticas, identificando suas negociações e resistências à lógica dos meios".
Embora nosso objeto, neste trabalho, não sejam as mensagens midiáticas, entendemos que esse outro olhar sobre o processo da comunicação como um todo ilumina a discussão sobre o lugar da comunicação na formação profissional em medicina, hegemônica por sua legitimidade oriunda do Modelo Biomédico[7], cujo questionamento vislumbra um panorama de reflexão e ação extremamente novo e desafiador.

5. A Comunicação nas Novas Diretrizes Curriculares para Cursos de Medicina

Nossa análise das DCN de 2014 está informada por variações do contexto político-institucional nacional e internacional intervenientes entre a homologação as duas versões das normativas que devem pautar o ensino da medicina. Alguns elementos considerados estão sumarizados na Tabela 1 e incluem: conceito de competência, desenvolvimento das políticas de saúde, concepção de desenvolvimento profissional (Educação Continuada e Educação Permanente), Multiprofissionalidade, Método de Produção das DCN, Modelo de Atenção à Saúde, Modelo de Comunicação.

Tabela 1: Elementos de contexto de interesse para análise das DCN 2001 e 2014

	2001	**2014**
Conceito de competência	Debate internacional na última década do século XX reflete no texto ambiguidades, por exemplo, na relação entre competência e habilidades. Não chega a definir o que entende por competência.	Conceito de Competência explicitado, superando o mero saber-fazer.[1]
Desenvolvimento das políticas de saúde	Lei 8080/90 instituiu o SUS: pouca problematização da questão dos Recursos Humanos antes da virada do século. Pouco avanço na "ordenação" da formação pelo SUS, estabelecida na Constituição de 1988 (art. 200).	Reforço do papel do Estado com avanço na questão da ordenação, enfrentando resistências corporativas, sofisticação do debate e iniciativas inovadoras de desenvolvimento de recursos humanos.
Concepção de desenvolvimento profissional - Educação Continuada (EC) e Educação Permanente (EP)	Desenvolvimento profissional pautado por iniciativas individuais ou mesmo institucionais, porém mais voltadas para "capacitação" (apreensão da EC com caráter técnico, de incorporação de novas tecnologias.	Em 2004 a Política Nacional de Educação Permanente estabelece um modelo de desenvolvimento profissional que enfatiza o trabalho em equipe e a problematização dos processos de trabalho.
Multiprofissionalidade	Avança na direção de estabelecer competências gerais interprofissionais (inclusive Comunicação).	Responde a política de suprimento de atenção médica e antecede (na melhor das hipóteses) o debate sobre competências das demais carreiras da saúde.

7 Em famoso artigo publicado na Science (1977), George Engel (psiquiatra que influenciou o ensino da comunicação na formação em saúde) apontou como características do Modelo Biomédico a fragmentação (referindo-se à prática de separação das partes para análise como orienta o método experimental que o informa) e a separação mente-corpo. Ambas características desqualificam a construção compartilhada de sentido, que atualmente muitos buscam resgatar no ensino e prática da medicina.

Método de produção das DCN	Mecanismo de consultas públicas envolveu distintos interessados, das diversas carreiras da saúde, que tiveram maior ou menor influência a depender do acúmulo pedagógico e político.	Legislação definiu prazo de elaboração que circunscreveu a oportunidade de debate (ouvidos alguns grupos de interesse, o Conselho Nacional de Educação teve apenas 180 dias para elaborar o texto).
Modelo de Atenção à Saúde	Nos primeiros 10 anos de vigência da Lei 8080/90 a ênfase foi na montagem da infraestrutura física e base normativa para implantação do SUS.	Amadurecimento do debate sobre integralidade no cuidado, mudanças no modelo assistencial pela implantação da Estratégia Saúde da Família (ESF): competências para Atenção Primária.
Modelo de Comunicação	Ainda pautada na transferência de conhecimento e troca de informação, apropriação mais técnica da comunicação como conjunto de habilidades.	Maior incorporação da compreensão da existência da diversidade cultural, ampliando a "escuta" e enfatizando a importância dos contextos e da construção de sentidos.

Fonte: Elaboração Própria

Nas DCN publicadas em 2001, a Comunicação tem caráter predominantemente instrumental. Aparece como uma das seis "competências ou habilidades gerais" que todo profissional de saúde deve ter (junto à atenção à saúde, tomada de decisões, liderança, administração e gerenciamento e educação permanente). Nesse contexto, ela foi descrita como a capacidade de os profissionais de saúde serem "acessíveis" e manterem a "confidencialidade das informações" a eles confiadas, seja nas relações com outros profissionais ou na relação com o público. A Comunicação envolveria tanto sua face verbal, quanto a não verbal, bem como "atividades de leitura e escrita", o "domínio de pelo menos uma língua estrangeira" e das "tecnologias de informação e comunicação" (TICs).

Sem chegar a problematizar a polissêmica noção de competência, as DCN de 2001 tangenciam questões relativas à comunicação entre colegas de trabalho, pacientes e seus familiares, à capacidade de realizar uma boa anamnese e uma construção da história clínica, mencionando de forma pouco especificada, entre inúmeros outros, a existência de "conteúdos essenciais" à compreensão dos "determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, nos níveis individual e coletivo, do processo saúde-doença".

Já o documento publicado em 2014, dedicado exclusivamente ao ensino da Medicina[8], foi produzido no contexto de mudanças normativas e legais que apontam para maior protagonismo do Estado brasileiro na ordenação da formação profissional (conforme determinado no texto constitucional em vigor), sendo mais extenso e detalhado. Nele, não aparece mais a lista de seis "habilidades ou competências gerais" na qual se inseria a rubrica Comunicação nas DCN anteriores.

Na nova edição, no entanto, a comunicação é complexificada, tanto no que se refere a sua face terapêutica (aquela estabelecida entre profissional e paciente), quanto no que concerne às relações entre o médico, os demais profissionais da equipe de saúde e a comunidade como um todo. Essa nova acepção da comunicação atinge o âmbito da própria gestão dos serviços de saúde, bem como a produção e avaliação dos conhecimentos a serem utilizados nos processos de trabalho.

Formuladas de acordo com um modelo diferente do anterior, as novas DCN entendem que a formação do

8 Por ocasião da elaboração do presente trabalho a expectativa é que os demais cursos da área da saúde tenham suas diretrizes curriculares revistas na sequência.

graduado em medicina compreende três grandes "áreas de competência": I – Atenção à Saúde; II – Gestão em Saúde; e III – Educação em Saúde. A comunicação perpassa todas as áreas, emergindo como elemento constitutivo de diferentes atividades previstas. Nesse caso, podemos identificar uma variedade de acepções da comunicação, desde a "linguagem verbal e não verbal, com usuários, familiares, comunidades e membros das equipes profissionais" e a incorporação, sempre que possível, das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) até a "escuta ativa e singular de cada pessoa". Aparecem, ainda, a necessidade do registro dos dados no prontuário do paciente, a "utilização de linguagem compreensível no processo terapêutico" e o esclarecimento, à pessoa sob cuidados e sua família, acerca de diagnósticos, prognósticos, procedimentos ou exames a serem realizados, sempre com base em seu entendimento e consentimento.

Observamos, neste novo documento, a entrada de termos e palavras que ratificam essa ampliação: "empatia, sensibilidade e interesse", "relação horizontal, compartilhada, respeitando-se as necessidades e desejos da pessoa sob cuidado, família e comunidade", "escuta ativa das pessoas, famílias, grupos e comunidades", "mediada pela interação, participação e diálogo", "favorecimento da construção de vínculo", "compartilhamento do processo terapêutico", "negociação do tratamento", "promoção do diálogo", "estabelecimento de pacto" e "implementação de ações pactuadas", "incluir a perspectiva dos usuários, família e comunidade", "trabalho colaborativo em equipes de saúde", "abertura para opiniões diferentes e respeito à diversidade de valores, de papéis e de responsabilidade no cuidado à saúde", "participação em conjunto com usuários, movimentos sociais, profissionais de saúde, gestores do setor sanitário e de outros setores", "participação em espaços formais de reflexão coletiva sobre o processo de trabalho em saúde", "formulação e recepção de críticas, de modo respeitosos, valorizando o esforço de cada um e favorecendo a construção de um ambiente solidário de trabalho", "estímulo à construção coletiva de conhecimento", "compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, nos níveis individual e coletivo, do processo saúde-doença".

Embora, na grande maioria dos trechos e expressões acima citados, não apareça explicitamente a palavra 'comunicação', percebe-se sua presença, não mais como um instrumento a ser utilizado somente em alguns momentos da prática médica, mas como evidência de uma nova atitude diante do próprio conhecimento e da relação do profissional médico com o "outro". A proposição de uma construção compartilhada do conhecimento e de decisões tomadas coletivamente, levando-se em consideração, além das melhores evidências científicas disponíveis, as necessidades, desejos e crenças do usuário, pode mudar radicalmente o cenário tradicional da formação e da prática médicas.

Acerca do tratamento dado à Cultura no documento mais recente, cabe destacar que, para além da "compreensão dos determinantes culturais", já presente nas DCN de 2001, observa-se a inserção da discussão das diferenças étnico-raciais como conteúdo curricular fundamental. O item VI do Artigo 23 trata, especificamente, da abordagem de "temas transversais", envolvendo "conhecimentos, vivências e reflexões sistematizadas" sobre questões como: direitos humanos e de pessoas portadoras de deficiência, ensino da Língua Brasileira de Sinais, educação ambiental e das relações étnico-raciais, bem como história da cultura afro-brasileira e indígena.

Também sobressai o tema da Escuta, que traz, em seu bojo, o reconhecimento de uma mudança necessária na atitude do profissional de saúde em relação ao paciente. Tradicionalmente, essa é uma relação bipolar na qual cabe ao profissional perguntar e ao paciente responder, buscando atender às demandas de informação do primeiro, visto como principal emissor na comunicação terapêutica. Nesse sentido, Spagnuolo e Pereira (2007: 1608) reconhecem a "necessidade de abandonar estratégias comunicacionais informativas e unilineares e, ao mesmo tempo, de adotar uma prática mais dialogada, das 'conversas'", sendo sensível às novas demandas emergentes no campo da saúde.

Sobre a temática do Contexto, a simples contagem das vezes em que aparece como palavra-chave é muito significativa: de uma menção em 2001, o Contexto está presente, na versão de 2014 das DCN, dez vezes, em situações como, por exemplo, para balizar a escuta e "identificação dos motivos ou queixas, evitando julgamentos, considerando o *contexto de vida e dos elementos biológicos, psicológicos, socioeconômicos* e a investigação de práticas culturais de cura em saúde, de matriz afro-indígena-brasileira e de outras relacionadas ao processo saúde-doença-trabalho em saúde" (grifo nosso). O uso de "dados secundários ou informações" também deve pautar-se por elementos "que incluam o contexto político, cultural, discriminações institucionais,

socioeconômico, ambiental e das relações, movimentos e valores de populações, em seu território, visando ampliar a explicação de causas, efeitos e baseado na determinação social no processo saúde-doença, assim como seu enfrentamento".

Acreditamos que o entendimento do processo da comunicação articulado às noções de contexto(s), escuta, cultura(s), compartilhamento, horizontalidade, interação, vínculo, negociação, participação e diálogo converge para o conceito de mobilização social proposto por Bernardo Toro, que, segundo Araújo (2003), parte da ideia de mobilidade dos indivíduos e de movimento dos sentidos, que se fazem circular de forma mais ampla na sociedade, rompendo as amarras dos sentidos dominantes (neste caso, aqueles vinculados ao discurso médico-científico). Para que a comunicação seja, de fato, democrática e caminhe no sentido da mobilização social idealizada pelo autor, é preciso, desse modo, distanciar-se da prática habitual de intervenção das instituições e organizações de saúde, que atua com o objetivo de que as pessoas obedeçam a regras e reproduzam comportamentos-padrão. Faz-se necessário, portanto, partir da "compreensão de que a prática social é polifônica, queiramos ou não, e não há nada que se possa fazer para impedir" (ARAÚJO, 2003: 53).

6. Considerações Finais

Ao se comprometer com uma definição de competência que supera o mero saber fazer e incorporar diversos elementos de contexto como balizas do ensino e do trabalho, as DCN de 2014 representam um avanço em relação às até então vigentes. A revalorização do componente prático do ensino aponta para a compreensão de que "a relevância dos conceitos teóricos decorre menos de sua validade intrínseca do que do intuito e habilidade dos profissionais para utilizá-los" (Aguiar & Ribeiro, 2010: 372). Compreender que o processo ensino-aprendizagem e o cuidado à saúde acontecem imersos em contextos – dos alunos, profissionais, professores, pacientes e seus familiares, serviços de saúde, comunidade, políticas de saúde e realidade social mais ampla – facilita a construção de um entendimento de comunicação mais dialógico.

Na edição de 2014, a presença da comunicação entre os três grandes âmbitos de competência do médico (atenção, gestão e educação) representa uma ampliação de sua sua compreensão como um processo social, plural. O modelo de comunicação hegemônico no ensino de ciências da saúde, bipolar e unidirecional, sai enfraquecido. Emerge uma perspectiva mais apta a lidar com a complexidade da dinâmica social, pois entre as atuais demandas por cuidado (universal, equânime), a escuta e reconhecimento do 'outro' fazem-se fundamentais. Cabe incorporar a comunicação na formação em saúde na *forma* – inserção no currículo, metodologias participativas de ensino-aprendizagem – e no *conteúdo*, problematizando que comunicação se pretende ensinar.

Os diversos cenários de formação e prática do SUS demandam uma comunicação "que entende que os saberes da saúde não se produzem apenas a partir do saber técnico-científico e por uma dimensão apenas cognitiva, e sim por meio da articulação de práticas, saberes, memórias, expectativas, emoções, lugares da fala, etc., constituídos pelas vozes que emanam das instituições e da população" (Araújo 2007: 116). O contexto demográfico, epidemiológico e sócio-cultural brasileiro atual, de diversidade, envelhecimento e cronicidade, também informa que a tarefa dos profissionais de saúde não se limita a "curar". A negociação de condutas e construção compartilhada dos sentidos está na agenda da formação e práticas, cabendo apoiar a capacidade dos cidadãos a ressignificar a própria vida, mesmo que a partir da doença e da perda (inexorável), mas também do prazer e dos recursos da comunidade. Tal tarefa exige, certamente, uma competência comunicacional complexa.

Na busca do fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), destacam-se esforços para reorientar o modelo de atenção e a relação entre os níveis assistenciais. No âmbito da Atenção Primária à Saúde, por exemplo, é muito importante a compreensão da cultura e da linguagem dos usuários, e as relações de poder muito assimétricas, habitualmente estabelecidas nos serviços de saúde, vêm sendo questionadas, inclusive por meio de novas práticas comunicacionais.

No entanto, a homologação das DCN não garante sua implementação. Segue mantido no Brasil um grau de tensão entre os setores de saúde e educação, na medida em que a Constituição de 1988 demanda que o SUS realize a ordenação da formação em saúde, mas, na prática, quem chancela e regula a oferta do ensino (inclusive

superior) é o Ministério da Educação (MEC). Ainda serão necessários vários movimentos de convergência entre os dois ministérios, cuja relação experimenta avanços e recuos.

A autorização, reconhecimento e avaliação de cursos precisa garantir que os princípios das DCN sejam atendidos. É o caso, por exemplo, de países como os Estados Unidos e Canadá, por exemplo, onde a acreditação de escolas de medicina pelo *Liason Comitee on Medical Education* incorpora, desde 2007, a inclusão da "competência cultural" como componente do processo educacional. Betancout e Green (2010: 583) conceituam a competência cultural como sendo "a habilidade de profissionais de saúde se comunicarem com pacientes e efetivamente oferecerem cuidado de qualidade para pacientes com *backgrounds* culturais distintos", levando em conta raça, etnia, gênero, orientação sexual, religião, entre outros.

É sabido que algumas instituições de ensino têm inovado no ensino da comunicação para estudantes da saúde, mas, por outro lado, ainda é necessário ampliar a sistematização e análise crítica dessas iniciativas mediante adoção de métodos de pesquisa que atendam às peculiaridades do estudo das interações que ocorrem ao longo do processo formativo. Métodos como os preconizados pela Nova Sociologia da Educação, que se propõem a desvelar o que acontece no cotidiano educacional, vêm sendo utilizados e devem ser incentivados, pois a literatura e a prática apontam que não basta criar disciplinas isoladas ou ater-se à mera inserção da comunicação como componente teórico descontextualizado.

Nesse sentido, do ponto de vista prático, a comunicação se constitui num potencial eixo transversal do currículo médico. Concluímos, reiterando o que observa Magalhães (2007: 649): "o desenvolvimento de atitudes, como uma postura ética e responsável, de habilidades, como a comunicação na relação profissional-paciente, e o pensamento crítico e criativo não se fazem no âmbito restrito de uma disciplina, mas dependem do desenvolvimento de todo um currículo e de vivências que os alunos experimentam durante seus cursos de formação".

Bibliografia

AGUIAR, A.C., RIBEIRO, E.C.O. (2010), "Conceito e Avaliação de Habilidades e Competência na Educação Médica: Percepções Atuais de Especialistas". Revista Brasileira de Educação Médica, 34, pp. 371-378.

AGUIAR, A.C., KALIL, I. R., MOTTA, P.H.F.M., MARTÍNEZ-SILVEIRA, M.S. (2014), "O ensino da comunicação na formação profissional em saúde no Brasil". XII Congresso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación. Disponível em http://congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/09/Adriana-Aguiar.pdf, [consultado em 12-12-2014].

ARAÚJO, I. S. (2003), "Razão polifônica: a negociação de sentidos na intervenção social". Perspectivas em Ciência da Informação, 8, pp. 46-57.

ARAÚJO, I. S. (2004), "Mercado simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas". Interface – Comunicação, Saúde, Educação, 8, pp.165-177.

ARAÚJO, I. S., CARDOSO, J. M.(2005), "Circulação polifônica: comunicação e integralidade na saúde". In R. Pinheiro, R. Mattos (orgs.), *Construção social da demanda: direito à saúde, trabalho em equipe, participação e espaços públicos*, Rio de Janeiro: IMS/UERJ/CEPESC/ABRASCO, pp. 239-251.

ARAÚJO, I. S., CARDOSO, J. M. (2007), "Comunicação e saúde". In C. M. Martins, A. B. Stauffer (orgs.), *Educação profissional e docência em saúde: a formação e o trabalho do agente comunitário de saúde,* Rio de Janeiro: EPSJV, pp. 101-124.

BARDIN, L. (1977), *Análise de conteúdo*, Lisboa: Edições 70.

BETANCOURT, J.R., GREEN, A.R. (2010), "Linking Cultural Competence Training to Improved Health Outcomes: Perspectives From the Field". Academic Medicine, 85, pp. 583–585.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. (2001), "Diretrizes Curriculares Nacionais Do Curso De Graduação Em Medicina". Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/Med.pdf, [consultado em 12- 12-2014].

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. (2014), "Diretrizes Curriculares Nacionais Do Curso De Graduação Em Medicina". Disponível em

http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/06/2014&jornal=1&pagina=8&totalArquivos=64, [consultado em 12- 12-2014].

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. (2000), "Relatório Final da XI Conferência Nacional de Saúde". Disponível em http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_11.pdf, [consultado em 12- 12-2014].

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em URL:http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf, [consultado em 12- 12-2014].

CANCLINI, N. G. (2004), *Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la*

Interculturalidade, Barcelona: Gedisa.

DONATO, A. F.,GOMES, A. L. Z. (2010), "O estudo da comunicação na formação dos profissionais de saúde: algumas questões e aproximações". Boletim do Instituto de Saúde, 12, pp. 37-43.

ENGEL, G. (1977), "The Need for a New Medical Model: A Challenge for Biomedicine". Science, 196 (4286), pp. 129-136.

ESCOSTEGUY, A. C. D. (2002), *Os estudos de recepção e as relações de gênero: algumas anotações provisórias*. Rio de Janeiro: Ciberlegenda - UFF, 7.

FAIRCLOUGH, N. (2001), *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 1 (5), pp. 175-210.

HALL, S. A. (1997), "Centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo". Educação e Realidade, pp. 15-46.

HERITAGE, J., MAYNARD, D. (2006), "Problems and prospects in the study of physician-patient interaction: 30 years of research". Annual Reviews Sociol, 32, pp. 351-374.

KALIL, I. R. (2008), *Quando a Cultura do Aluno entra na Escola: Notas sobre a Construção de um Currículo Intercultural*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

LASSWEL, H. (1948), The Structure and Function of Communication in Society. Em: Bryson, L. The Communication of Ideas. Nova York: Institute for Religious and Social Studies.

MAGALHÃES, C. R. (2007), "O jogo como pretexto educativo: educar e educar-se em curso de formação em saúde". Interface – Comunicação, Saúde, Educação, 11, pp. 647-654.

MARTÍN-BARBERO, J. (1986), *Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

MARTÍN-BARBERO, J. (1995), "América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social". In: M.W. SOUSA (org.), *Sujeito, o lado oculto do receptor*, São Paulo: Brasiliense, pp. 39-68.

MARTÍN-BARBERO, J. (2004), *Ofício de Cartógrafo*, São Paulo: Loyola.

ORTIZ, R. (2007), "Anotações sobre o universal e a diversidade". Revista Brasileira de Educação, 12 (34), pp. 7-16.

PITTA, A. M. R. (1995), "Interrogando os campos da saúde e da comunicação: notas para o debate". In: _____(org.), *Saúde e Comunicação*: *Visibilidades e silêncios*, São Paulo: Editora Hucitec-Abrasco, pp. 239-66.

SILVA, T. T. (2005), *Documentos de identidade; uma introdução às teorias do currículo*, Belo Horizonte: Autêntica, 2.

SIMPSON, M., BUCKMAN, R., STEWART, M., MAGUIRE, P., LIPKIN, M., NOVACK, D. E., TILL, J. (1991), "Doctorpatient communication: The Toronto consensus". British Medical Journal, 303, pp. 1385-1387.

SOUSA, M. W. (1995), "Recepção e comunicação: a busca do sujeito". In: M.W. Sousa (org.), *Sujeito, o lado oculto do receptor*, São Paulo: Brasiliense, pp. 13-38.

SPAGNUOLO, R. S.; PEREIRA, M. L. T. (2007), "Práticas de saúde em Enfermagem e Comunicação: um estudo de revisão da literatura". Ciência & Saúde Coletiva, 12 (6), pp. 1603-1610. Disponível em *http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232007000600021*, [consultado em 11-12-2013].

TURA, M. L. (1999), "Escola, homogeneidade e diversidade cultural". In: M.A.R. Gonçalves (org.), *Educação e Cultura: pensando em cidadania*, Rio de Janeiro: Quartet, pp. 87-112.

WOLF, M. (1999), *Teorias da Comunicação*, Lisboa: Presença. Disponível em: http://webdav.sistemas.pucminas.br:8080/webdav/sistemas/sga/20121/485465_Teorias%20da%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20%20Mauro%20Wolf.pdf, [consultado em 11-12-2013].

(Footnotes)

1 "Capítulo II - das áreas de competênciada prática médica – (...) Parágrafo único. Para os efeitos desta Resolução, competência é compreendida como a capacidade de mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes, com utilização dos recursos disponíveis, e exprimindo-se em iniciativas e ações que traduzem desempenhos capazes de solucionar, com pertinência, oportunidade e sucesso, os desafios que se apresentam à prática profissional, em diferentes contextos do trabalho em saúde, traduzindo a excelência da prática médica, prioritariamente nos cenários do Sistema Único de Saúde (SUS)" (Brasil, 2014).

Qualidade da promoção da saúde nos media em Portugal: o caso do Ébola

Inês Aroso
inaroso@utad.pt

Resumo: Nos últimos anos, os media tornaram-se numa das principais fontes de informação sobre saúde para o público em geral. Por isso mesmo, os media são, cada vez mais, elementos essenciais das estratégias de prevenção e promoção da saúde pública, desenvolvidas pelas mais diversas entidades. Nesta investigação, o principal objetivo é aferir a qualidade da promoção da saúde realizada nos media em Portugal, a partir da observação de um caso concreto de saúde pública internacional – o Ébola. Deste modo, o percurso metodológico passa pela análise da cobertura noticiosa do Ébola na imprensa portuguesa. Através deste diagnóstico, poder-se-á obter uma reflexão crítica sobre a promoção da saúde nos media portugueses e traçar linhas orientadoras para a sua otimização.

Palavras-chave: promoção da saúde; comunicação de risco; jornalismo de saúde; Ébola.

1. Os media como fonte de informação sobre saúde

O cidadão detém, na atualidade, várias fontes de informação às quais recorre para se inteirar sobre temáticas relacionadas com a saúde: os médicos e outros profissionais de saúde, os familiares e amigos, a Internet e os meios de comunicação social. Na verdade, são vários os meios que veiculam informação sobre saúde ao cidadão comum, podendo este assumir uma postura ativa ou passiva perante os mesmos.
As fontes de informação pessoais – médicos e profissionais de saúde, familiares, amigos – "foram suplantadas pela informação obtida através dos media. Isto tem incluído as notícias obtidas na imprensa (por exemplo, revistas e jornais), as notícias obtidas pelos media eletrónicos (por exemplo, rádio e televisão, além de vários livros de autoajuda na área da saúde" (THOMAS, 2006: 37). De facto, entre as várias fontes de informação existentes, múltiplas pesquisas têm mostrado que os media são uma importante fonte de informação sobre saúde para o público em geral (*Cf.* GLIK, 2004). Naturalmente, "as notícias/ informação sobre saúde transmitidas pelos media afetam o que o público em geral pensa sobre saúde em sentido lato e os serviços de saúde em particular (Brodie *et al.*, 2001; Turow, 2002)" (ESPANHA, 2009: 48).
Assim, a saúde assume um papel de destaque, tanto ao nível dos produtos jornalísticos, como em campanhas divulgação e até na ficção televisiva ou no cinema. No caso do jornalismo, é assinalável a presença das notícias sobre saúde nos mais diversos suportes e formatos. Por exemplo, na imprensa proliferam em: revistas especializadas em saúde para o público em geral, revistas de informação geral e política, revistas para pais e educadores, revistas masculinas, revistas femininas, jornais de referência e também jornais sensacionalistas. Na televisão, surgem reportagens, notícias, entrevistas, debates, espaços de consultório e programas específicos sobre saúde. Também na rádio os temas médicos são alvo de tratamento noticioso, bem como de programas interativos, sendo este último caso um dos múltiplos formatos que a internet oferece.

1.1 Media como promotores da saúde

Diversas entidades de saúde passaram a utilizar os media com objetivos de prevenção e promoção da saúde pública. Uma das premissas nas quais assenta este desígnio é relativa à tendência da medicina das últimas décadas em considerar que, mais do que ter uma função curativa, "o serviço de saúde deve ser preventivo" (GUERRA, 1961: 91). Existe até um conceito associado a esta ideia, o "apoio dos media", ou seja, uma utilização inovadora dos meios de comunicação numa estratégia para promover a saúde pública (*Cf.* WALLACK

et al., 1993: 2). Mais concretamente: "é o uso apropriado dos media, de forma agressiva e eficaz para apoiar o desenvolvimento de políticas de saúde pública" (WALLACK *et al.*, 1993: 25). É importante entender que "o objetivo deste apoio não é a cobertura mediática, mas sim a mudança de política. O apoio dos media é uma ferramenta maravilhosa, mas ainda assim, apenas uma ferramenta" (WALLACK *et al.*, 1993: 51).
Deste modo, a comunicação da saúde através dos media é aceite como uma ferramenta válida para a promoção da saúde pública. De acordo com Rita Espanha, os media podem desempenhar papéis específicos neste campo, tais como:

> melhorar o conhecimento e a consciência das questões de saúde (problemas ou soluções); influenciar as perceções, crenças, atitudes e normas sociais; incentivar para a ação; demonstrar ou ilustrar capacidades e possibilidades; mostrar os benefícios da mudança de comportamentos; incrementar a procura de serviços de saúde; reforçar conhecimentos, atitudes e comportamentos; refutar mitos e preconceitos; facilitar o relacionamento entre instituições; proteger ou salientar uma questão de saúde ou um grupo populacional (ESPANHA, 2009: 40).

Referindo-se, em particular, às problemáticas ligadas às doenças oncológicas, Maria do Rosário Dias declara: "os meios de comunicação social desempenham um papel decisivo na divulgação pedagógica da informação que circunda a doença oncológica, constituindo-se como verdadeiros agentes de promoção de saúde" (DIAS, 2005: 19).

1.2 Críticas à mediatização da saúde

Uma das críticas ao tratamento jornalístico das questões ligadas à saúde é a falta de rigor científico do mesmo. "A apresentação de descobertas científicas ou procedimentos em termos de cuidados de saúde ao público, pelos media, é 'atravessada' por todos os ruídos presentes na 'tradução' dos cientistas para os jornalistas", acusa Schwitzer (*Cit. in* ESPANHA, 2009: 51). O mesmo autor reprova também que, nas notícias sobre novos tratamentos, testes e produtos e procedimentos médicos, "a abordagem mais frequentemente realizada pelos jornalistas não considera nem discute aspetos muito relevantes tais como: custos, qualidade da evidência, existência ou não de opções alternativas, verdadeira magnitude das vantagens e desvantagens da notícia apresentada" (*Cit. in* ESPANHA, 2009: 51).
Outro comentário depreciativo frequente é respeitante ao sensacionalismo dos media nesta temática. Aliás, o sensacionalismo nas notícias de saúde, já há mais de três décadas, era realçado por Hillier Krieghbaum, reportando-se a "um grande número de informações dadas pelos jornais, especialmente quanto a novos medicamentos, propagando com grande estardalhaço as descobertas médicas como 'curas' de algumas doenças bem comuns" (KRIEGHBAUM, 1970: 182). "O sensacionalismo nas histórias sobre a ciência médica é um produto da colaboração cúmplice entre jornalistas e cientistas, uma vez que os jornalistas consideram ser mais fácil conquistar a atenção para as suas histórias, e os cientistas veem aqui o valor prático da atenção dos media para uma carreira científica de sucesso", acusa Schwitzer (*Cit. in* ESPANHA, 2009: 52). Há um exemplo caricato: "nada se iguala à aspirina, café e vinho tinto no que se refere à quantidade de pesquisas médicas com destaque nos media. Ora enfocando os aspetos positivos, ora negativos, essa é a tríade mais comentada na área da saúde" (FALCÃO, 2006: 91).
Além dos problemas já referidos, podem apontar-se outros perigos no tratamento jornalístico da saúde, tais como: a criação de expectativas ilusórias de cura de determinadas doenças nalguns pacientes e seus familiares; a estigmatização de algumas doenças; o tratamento da doença como um espetáculo, particularmente no caso de pessoas famosas; ser um alvo fácil de empresas com objetivos de marketing, sejam elas empresas farmacêuticas, instituições de saúde, estética ou outras.

1.3Comunicação de risco e com risco

Por vezes, cabe ao jornalismo na área da saúde fazer comunicação de risco, isto é "noticiar perigos – potenciais, eminentes ou existentes – que podem colocar em risco a saúde de alguns dos leitores ou espectadores" (WILLIS e OKUNADE, 1997: 1). A comunicação de risco pode envolver questões ligadas à saúde, ciência, crimes ou ambiente, mas na área da saúde, o número de casos parece ser infinito (*Cf.* WILLIS e OKUNADE, 1997: 5). O problema é que os jornalistas tanto podem ignorar ou minimizar riscos reais para a saúde como, num outro extremo, causar desnecessariamente o pânico no público, alertando-o para um perigo que é diminuto ou até inexistente (*Cf.* WILLIS e OKUNADE, 1997: 4-5). É melhor informar o público, apesar do possível pânico que vá causar, ou mantê-lo às escuras sobre o que pode ser uma ameaça real? Este é o dilema ético com que o jornalista se depara nos casos de potenciais riscos para a saúde (*Cf.* WILLIS e OKUNADE, 1997: 163) Para Willis e Okunade, a solução passará por não cair num extremo nem noutro, ou seja, encontrar uma situação intermédia, de modo a fazer uma notícia balanceada entre manter o público às escuras ou causar-lhe pânico (*Cf.* WILLIS e OKUNADE, 1997: 166).

Alguns autores têm investigado os possíveis efeitos nefastos dos media em matéria de saúde pública. Em 1965, Mário Cardia já afirmava que: "muitos dos artigos e notícias que a imprensa leiga publica podem considerar-se mal feitos, nefastos, mesmo, mas outros são indubitavelmente úteis e contribuem para a tão necessária educação sanitária das populações" (CARDIA, 1965: 28). Com uma visão mais radical, Francisco Mercado Martínez chama a atenção para a existência de estudos que "contradizem os efeitos positivos da imprensa em matéria de saúde, doença e atenção médica" (MARTÍNEZ, 2000: 40). Correia acusa mesmo que "os media foram, por diversas vezes, os responsáveis pela divulgação de erros que prejudicaram as campanhas de saúde pública" (CORREIA, 2006: 4).

Um outro problema é relativo ao facto de as pessoas presumirem que deter informação veiculada pelos media sobre saúde, bem como sobre outros assuntos, as torna especialistas nessa matéria. Esta ideia encontra eco nas palavras de Philippe Breton, quando este diz que "uma das perturbações provocadas hoje pelos media é o facto de o homem moderno julgar ter acesso ao sentido dos acontecimentos simplesmente porque está informado" (BRETON, 1994: 31). "Os próprios media, ao difundirem certas informações, aumentaram, apesar de tudo, a nossa ignorância do mundo real, pois a ignorância não tem melhor aliado do que a ilusão do saber" (BRETON, 1994: 132), conclui. "A imagem dos cuidados de saúde disseminado pelos media pode criar desinformação e, consequentemente, induzir a práticas desnecessárias, excessivas ou perigosas por parte dos cidadãos" (ESPANHA, 2009: 51). Rita Espanha dá o exemplo do exagero do culto do corpo jovem e perfeito, a negação do envelhecimento e da morte (*Cf.* ESPANHA, 2009: 51).

Os valores-notícia utilizados nesta área também são alvo de estudo, sendo que alguns deles são mesmo criticados. Susan Moeller verifica que as epidemias que receberam maior atenção mediática nem sempre foram as mais graves, sendo prevalentes valores-notícia como a proximidade, ou população demograficamente semelhante à audiência daqueles media (*Cit. in* PONTE, 2004: 13-14). Além disso, referindo-se à cobertura das epidemias pelos media norte-americanos, a investigadora constata que estes "cobrem as epidemias como cobrem outros tipos de crise: uma cobertura estereotipada, uma linguagem sensacionalista e referências ao país" (*Cit. in* PONTE, 2004: 14). Mais: quando ocorre uma epidemia "as histórias dos media assentam no medo do público" (PONTE, 2004: 14).

4. O Ébola nos media

A doença por vírus Ébola tem marcado, nos últimos meses, a agenda mediática dos órgãos de comunicação social de todo o mundo. Tal não será de estranhar, pois, como afirmava a 13 de outubro de 2014, Margaret Chan, diretora-geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), o Ébola é a "mais grave emergência dos tempos modernos". Aliás, a revista *Time* escolheu os combatentes do ébola como a "Pessoa do Ano para 2014", uma distinção feita anualmente pela publicação norte-americana, "pelos incansáveis atos de valentia e piedade, por fazerem o mundo ganhar tempo para que melhore as suas defesas, por arriscarem, por persistirem, por se sacrificarem e salvarem".

Num estudo do sistema de monitorização *Cision*[1], entre maio e outubro de 2014, foram detetadas mais de 1 milhão e meio de referências ao vírus Ébola em conteúdos noticiosos online, em 190 países. Dos 30 países que mais destacaram o vírus Ébola nos media online globais, 25 são africanos. A América é o segundo continente com maior destaque em termos editoriais ao ébola, seguindo-se a Europa, a Oceânia e a Ásia. Portugal é o 88º país que mais relevância editorial deu ao Ébola, aparecendo em 15º lugar no continente europeu, mas com uma percentagem acima da média europeia. Espanha, devido aos motivos amplamente divulgados nos media relativos à contaminação da enfermeira Teresa Romero, aparece em 3º lugar nos países com mais destaque editorial dado ao Ébola.

O tratamento mediático do Ébola não tem sido isento de algumas críticas, tais como: o exagero, o alarmismo e o choque. Fala-se mesmo nalguma "histeria mediática" causada pelos media nalguns países, inclusivamente nos Estados Unidos, levando ao ponto de a *Associated Press*, em outubro de 2014, aconselhar os editores a "não cobrirem casos suspeitos de Ébola" (*apud* LEETARU, 2014). Tal como constatam os especialistas mais críticos, sempre que alguém tem febre depois de ter estado em África, os media reportam-no, de imediato, e erradamente, como caso suspeito de Ébola (*Cf.* WALTON, 2014). Na mesma linha de pensamento, vários investigadores desta área defendem que, quando possíveis casos de Ébola são mencionados na imprensa, é crucial pô-los em contexto e sublinhar que o risco real é muito baixo.

Outra das críticas é relativa ao critérios de noticiabilidade do Ébola, que fazem com que maior ou menor cobertura noticiosa dependa da proveniência e localização das pessoas afetadas pelo vírus. Por exemplo, é dado muito mais destaque nos media a um doente americano ou europeu do que a centenas ou milhares de africanos com o vírus. Esta crítica à desigualdade no tratamento mediático dos casos de Ébola é ilustrada por um *cartoon* (Figura 1) que foi amplamente difundido a nível internacional, da autoria de André Carrilho, do *Diário de Notícias*.

Figura 1: *Cartoon* alusivo à cobertura mediática do Ébola, da autoria de André Carrilho.

Fonte: *Diário de Notícias*, 10-08-2014.

1 Disponível em: *http://www.cision.com/pt/2014/10/ebola-nos-media-o-panico-esta-a-espalhar-se-mais-depressa-do-que-o-virus-2/* [consultado em 30-10-2014].

Neste *cartoon*, mais do que retratar a violência do vírus, o autor sublinha a diferença com que os casos registados em África e no Ocidente são tratados pela comunicação social. André Carrilho explica:

> a atenção que se dá às epidemias nos media ocidentais não tem a ver com uma medida universal de sofrimento humano, mas com a maior ou menor possibilidade de nos atingirem. Os meios de comunicação social tendem a passar de alguma indiferença para a sobreexposição e pânico, sem nunca deixarem de tratar o assunto numa perspectiva que opõe 'eles' [África] a 'nós' [EUA e Europa][2].

De facto, as notícias sobre o Ébola aumentaram drasticamente quando este saiu de África para o Ocidente. Durante meses, o Ébola não era uma história dominante nos Estados Unidos, mesmo com a doença a ser devastadora em África, onde se encontra o foco da mesma, especialmente na Serra Leoa, Guiné e Libéria. Mas quando dois americanos contraíram a doença em julho, na Libéria, e regressaram aos Estados Unidos, os media dirigiram grande atenção sobre a doença.

Apesar de tudo, a ideia é consensual: a história do Ébola não será esquecida pelos media nos próximos tempos, sendo que apresenta um grande desafio e uma maior oportunidade para os media, embora possa trazer ao de cima os piores instintos jornalísticos (Cf. RIEDER, 2014). Por isso, Rieder afirma: "o Ébola é uma grande história internacional que exige uma cobertura intensa, mas não em demasia. O desafio é manter alguma perspetiva, informar sem colocar a população em pânico" (Cf. RIEDER, 2014). Muitas vozes se elevam contra esta política do medo transmitida pelos media: "our fear of Ebola has become many times worse than the problem" (WALTO, 2014).

4.1 O que é o Ébola?

O Ébola é a doença resultante da infeção pelo vírus Ébola e cuja taxa de mortalidade ronda atualmente os 70%. Encontra-se em alguns países africanos em reservatórios naturais, e foi descoberto pela primeira vez em 1976 no antigo Zaire (atual República Democrática do Congo) perto do rio Ébola ao qual se deve o seu nome[3].

A transmissão da doença por exposição primária acontece numa zona endémica do vírus Ébola e tudo indicia que os morcegos da fruta serão o reservatório natural do vírus. Pensa-se que os primatas podem ser infetados através da ingestão de frutos contaminados pelo vírus Ébola (contaminação através da saliva de morcegos). A partir de primatas e/ou de outras espécies de animais infetados, pode verificar-se transmissão ao ser humano. A doença pode ser contraída por contacto direto com sangue e outros fluidos corporais de animais selvagens infetados, mortos ou vivos, como macacos, antílopes e morcegos. Além disso, a doença é transmitida por contacto direto com o sangue ou outros fluidos corporais (como saliva, urina e vómito) de pessoas infetadas, mortas ou vivas. Pode ser transmitida por contacto sexual não protegido com doentes até três meses depois de estes terem recuperado da doença. Um método comum de transmissão na África Ocidental são os rituais fúnebres que envolvem contacto com o corpo de vítimas mortais através dos seus líquidos e fluidos corporais. Também especialmente expostos estão os prestadores de cuidados de saúde que manuseiam diretamente fluidos de doentes e materiais médicos contaminados.

Os sintomas após a exposição ao vírus, a doença podem manifestar-se subitamente, com febre, dores musculares, debilidade, dores de cabeça e dores de garganta. A fase seguinte da doença carateriza-se por vómitos, diarreia, manchas na pele e insuficiência hepática e renal. Alguns doentes apresentam igualmente hemorragias internas e externas abundantes e insuficiência de vários órgãos.

---

2 Em entrevista ao jornal *Público*, disponível em: http://www.publico.pt/sociedade/noticia/o-cartoon-de-andre-carrilho-1673140 [consultado a 20-10-2014].

3 Baseado nas informações fornecidas pela DGS, disponível em: http://www.ebola.dgs.pt/o-que-e-o-ebola.aspx [consultado em 20-11-2014].

De acordo com os dados da OMS, a epidemia de 2014 na África Ocidental é o surto mais devastador desde o aparecimento do vírus, em 1976. A sua gravidade está relacionada com as características do vírus e com as condições socioeconómicas e sanitárias dos países afetados. Esta epidemia terá começado na Guiné-Conacri em dezembro de 2013 e, depois, alastrou-se à Libéria, à Serra Leoa e à Nigéria. Até 6 de dezembro de 2014[4], contabilizaram-se 6.331 mortes entre os 17.800 casos de contágio detetados nos três países mais afetados da África Ocidental – Serra Leoa, Libéria e Guiné-Conacri. Existem alguns casos importados e secundários para os Estados Unidos e para a Europa que não formaram cadeias de transmissão. A Nigéria e o Senegal também foram afetados, mas atualmente são consideradas zonas livres de vírus Ébola.
Em agosto de 2014, a OMS decretou o estado de emergência de saúde pública internacional. Afirmou tratar-se de uma situação "extraordinária" e "um risco" para outros países. Alertou ainda para o agravamento da propagação, que pode ter sérias implicações. Para conter o risco, a OMS apelou a uma ação coordenada a nível global e apresentou várias recomendações, que passaram a ser seguidas em Portugal pela Direção-Geral da Saúde (DGS).

5. O Ébola na imprensa portuguesa

Sendo os media uma das principais fontes de informação sobre saúde para o público em geral, com potenciais benefícios, mas também alguns perigos, faz sentido acompanhar a cobertura jornalística de uma doença com o grande impacto que tem o Ébola. Na medida em que o a cobertura noticiosa do Ébola tem sido muito significativa a nível nacional e mundial, importa saber como é que esta está a ser feita e se, por exemplo, está a contribuir para acalmar as pessoas ou para aumentar o pânico. Além do mais, é um caso evidente de comunicação de risco, na área da saúde, e interessa analisar o papel desempenhado pelos media e pelo jornalismo nesta situação em concreto.

Neste sentido, a presente investigação tem como objetivo perceber qual o tratamento noticioso da doença por vírus Ébola nos media em Portugal. Interessa procurar responder a várias questões sobre este caso de comunicação de risco no âmbito da saúde:

1. Os media portugueses são utilizados para educar sobre a doença e promover a respetiva prevenção?
2. Quais as principais temáticas abordadas nas notícias relacionadas com o Ébola?
3. Qual o tom (positivo, negativo ou neutro) predominante nas peças jornalísticas?
4. Quais as principais fontes de informação utilizadas?
5. Quais os géneros jornalísticos destas peças?

5.1 Metodologia

Para atingir os objetivos desta investigação, foi necessário, perante o universo dos media portugueses, selecionar o foco da pesquisa, que recaiu numa amostragem por conveniência. Deste modo, procedeu-se à análise de conteúdo de jornais portugueses com edição online, entre os meses de setembro e outubro de 2014. Mais concretamente, as publicações estudadas foram os jornais diários *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias* e os semanários *Sol* e *Expresso*. Nestes meios, foram estudadas todas as peças jornalísticas sobre o Ébola publicadas nestes meios, durante o período em análise, perfazendo um total de 325 peças. Estas foram analisadas de acordo com as seguintes categorias: fontes de informação utilizadas, género jornalístico, tema central, função da peça jornalística (informativa ou formativa) e tom predominante da peça (positivo, negativo ou neutro).

4 Dados da OMS, disponível em http://www.who.int/csr/disease/ebola/en/ [consultado em 6-12-2014].

Esta análise foi ainda complementada com uma entrevista a Paulo Andrade, médico do Hospital de São João, no Porto, especialista em doenças infeciosas.

5.2 Resultados

5.2.1Análise dos media

Relativamente aos géneros jornalísticos utilizados por estes meios para noticiar o Ébola, é notória a preponderância das breves (51,2%) e das notícias (46%), consoante se pode observar no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Géneros jornalísticos

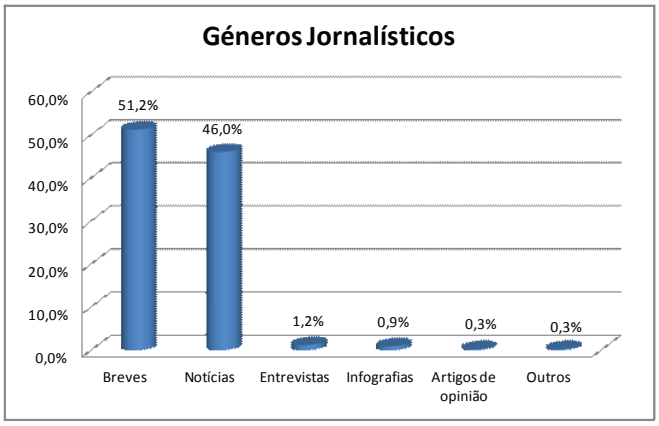

Fonte: própria

Quanto ao tom predominante nas notícias, 50% são de tom negativo, 26% assumem um tom positivo e 24% podem considerar-se neutras, como se verifica no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Tom noticioso

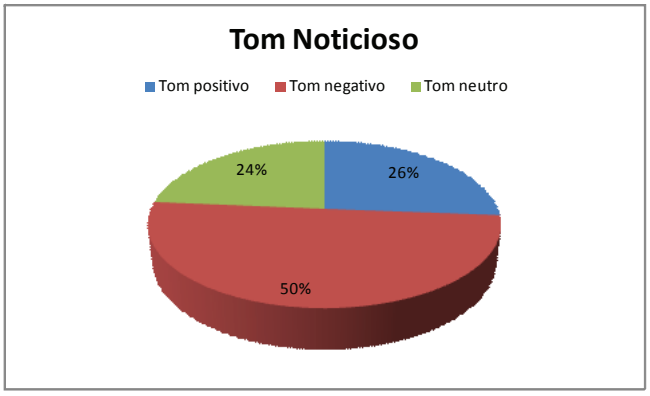

Fonte: própria

No que diz respeito à função desempenhada pelas peças jornalísticas, representada no Gráfico 3, verifica-se que estas têm quase sempre (90%) um objetivo de informar, sendo uma minoria (10%) as que têm por finalidade ensinar algo sobre o Ébola ou até auxiliar à prevenção da doença.

Gráfico 3 – Função noticiosa

Fonte: própria

Acerca das fontes de informação utilizadas nestas notícias, destacam-se claramente as instituições e autoridades internacionais (28%) a par das agências noticiosas nacionais (27%). Seguem-se as agências noticiosas internacionais (13%), a DGS e o Ministério da Saúde (11%), os órgãos de comunicação social internacionais (11%) e os médicos e instituições de saúde nacionais (6%). Existem ainda outras fontes de informação, mas com pouca relevância, como se pode confirmar no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Fontes de informação

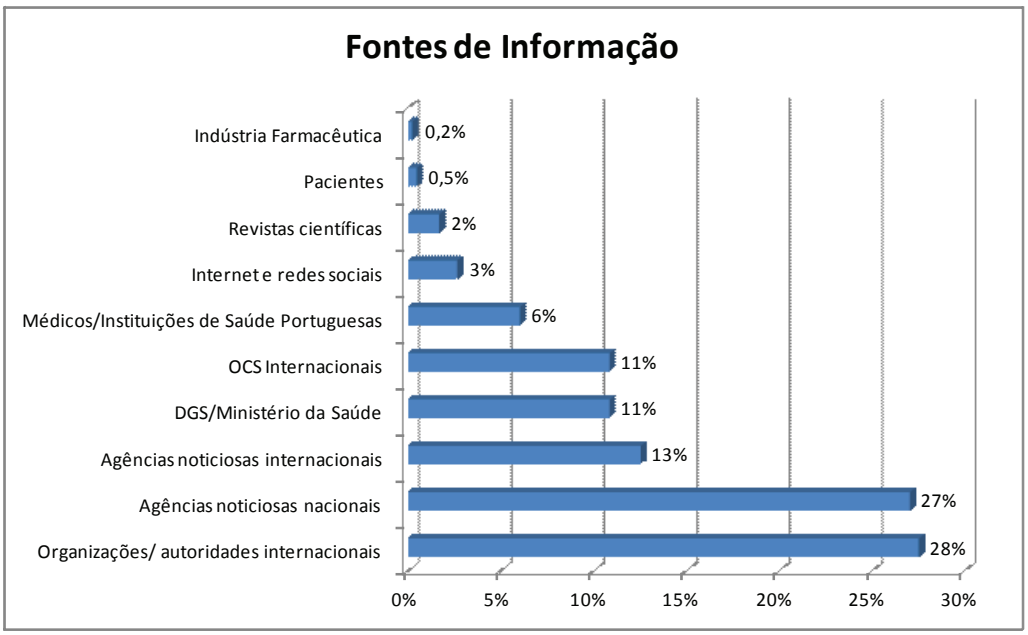

Fonte: própria

Em relação aos temas abordados nas notícias, o grande destaque vai para os casos de Ébola internacionais (38%), seguidos pelos acontecimentos diversos (políticos, económicos, sociais ou outros), relacionados com o Ébola a nível internacional (30%) e em Portugal (17%). As informações sobre a doença são o mote de 7% das notícias, sucedendo-se a investigação científica sobre a doença (6%), por vezes incidindo, em potenciais tratamentos para a mesma e, por fim, os casos suspeitos de Ébola em Portugal, em apenas 3% das peças.

Gráfico 5 - Temas

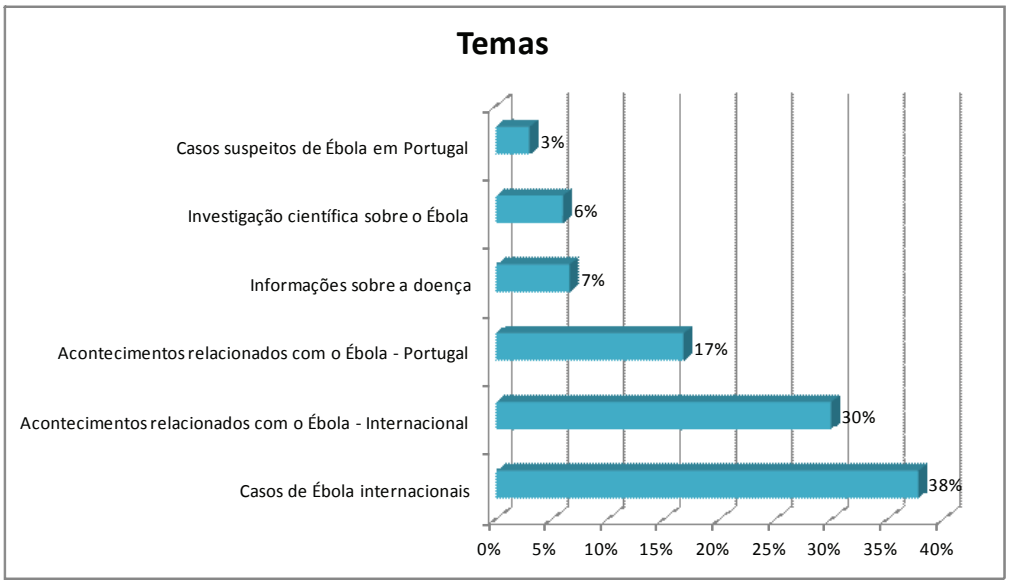

Fonte: própria

5.2.2Entrevista a especialista

Para o médico especialista em doenças infeciosas do Hospital de São João, no Porto, Paulo Andrade[5], "os media portugueses não estão a fazer uma cobertura adequada do Ébola, do ponto de vista clínico e de saúde pública". Questionado sobre a existência de demasiado sensacionalismo ou alarmismo em relação a esta doença, Paulo Andrade respondeu que "Sim e não. Embora as noticias referentes à situação na África Ocidental sejam até algo comedidas, no que toca à Europa e Estados Unidos da América tem existido alguma alarmismo".
Para o mesmo médico, "os media podem ter um papel fulcral na prevenção da doença, ao informarem adequadamente a população sobre quem se encontra efetivamente em risco de infeção por vírus Ébola e sobre o que fazer nessa situação". O infeciologista acrescentou que "as principais informações veiculadas pelos media deveriam incidir sobre o modo de transmissão do vírus (e sobre o modo como ele não se transmite), sobre que situações perfazem um caso suspeito de infeção por vírus Ébola e sobre quem contactar em caso de suspeita de infeção". Na atividade clínica, Paulo Andrade tem constatado que, devido aos media, "a maioria dos doentes está atenta e informada (mal ou bem) relativamente ao vírus Ébola" e, por vezes, referem mesmo "artigos que leram em jornais, noticias da rádio ou televisão".

6. Conclusões

Face a estes resultados, pode concluir-se que, em parte condicionado pelo facto da amostra ser composta apenas por publicações online, as breves e as notícias são os géneros jornalísticos predominantes na cobertura noticiosa do Ébola, ou seja, apresentam-se informações pouco aprofundadas. Porém, é importante salvaguardar, que existirá, noutro tipo de meios, não estudados, mais algum espaço para reportagens e entrevistas.
Quanto ao tom das notícias, pode observar-se que há um certo equilíbrio entre as notícias com um tom negativo e as outras, ou seja, neutras e positivas. Isto vai ao encontro de alguns estudos internacionais (*Cf.* LEETARU, 2014) que apontam para que a evolução da cobertura noticiosa do Ébola tem sido no sentido cada vez menos negativa, passando da descrição gráfica dos sintomas da doença para notícias sobre investigação, possíveis curas e histórias de sobrevivência, pelo que o tom geral desta cobertura noticiosa é cada vez mais positiva.

5 Em entrevista realizada por email, a 22-11-2014.

Relativamente às funções que cumprem as peças noticiosas, há uma clara preponderância das notícias informativas, propriamente ditas, em relação às peças jornalísticas destinadas a auxiliar a prevenção da doença e educar sobre a mesma. Existe, então, uma lacuna, neste papel mais pedagógico e de promoção de saúde que se defende que os media deveriam ter, nomeadamente numa situação de risco e de grande impacto na área da saúde, como é o caso.

A nível de fontes de informação utilizadas pelos media, o grande destaque vai para as fontes internacionais, sejam organizações de saúde, políticas ou outras, agências noticiosas e órgãos de comunicação social. Tal justifica-se, em parte, pelo facto dos principais acontecimentos relatados nas notícias acontecerem a nível internacional. As informações de agência e as fontes oficiais portuguesas (DGS e Ministério da Saúde) são também relevantes. Tudo isto indicia uma grande dependência da informação externa aos meios de comunicação e pouca investigação própria dos mesmos, o que se deverá, em parte, à complexidade do tema. A corroborar esta ideia, pode observar-se que todas estas fontes de informação ficam à frente dos médicos e instituições de saúde e investigação portuguesas, que são pouco ouvidos. Também não é de negligenciar que a Internet e as redes sociais, embora com menor valor, são também fontes utilizadas pelos media portugueses, suplantando as revistas científicas na área médica.

Por fim, quanto aos temas que dão origem às notícias analisadas, destacam-se os casos de Ébola ocorridos internacionalmente. São também bastante destacados os acontecimentos políticos, económicos e sociais relacionados com o Ébola que ocorrem, principalmente, a nível internacional, mas também em Portugal. As informações sobre a doença, embora não sejam muitas, surgem mais vezes do que dados sobre a investigação científica sobre o Ébola e potenciais tratamentos. Em último lugar, surge a alusão a casos suspeitos de Ébola em Portugal. Este último facto é, claramente uma questão temporal, noutro período em análise, poderia chegar-se a resultados diferentes, com maior destaque para estas situações suspeitas.

7. Considerações finais

Os media têm, hoje em dia, um papel fundamental na literacia em saúde das populações. Isto faz com que, apesar dos obstáculos e dificuldades que se colocam ao tratamento jornalístico das questões de saúde, os media sejam ferramentas cada vez mais utilizadas para a promoção da saúde, prevenção da doença e comunicação de risco, como é o caso de epidemias e doenças graves, como o Ébola.

> A presente investigação sobre o tratamento mediático do Ébola nos media portugueses, em termos metodológicos, cruzou a análise de publicações da imprensa portuguesa com a entrevista a um médico especialista na área. Isto permitiu chegar a algumas conclusões importantes:
>
> A cobertura jornalística do Ébola realizada pelos media portugueses incide mais em casos clínicos e acontecimentos diversos relacionados com este problema do que nas explicações e informações que contribuam para o conhecimento e prevenção da doença.
>
> O foco noticioso está muito direcionado para a realidade internacional, quer em termos de temas tratados nas notícias, quer em termos de fontes de informação utilizadas.
>
> As peças jornalísticas são pouco extensas e desenvolvidas e há um certo equilíbrio na forma como estão divididas as que apresentam um tom negativo e as outras – notícias positivas e neutras.

Numa situação de risco grave para a saúde, como o Ébola, a atuação dos media pode ser fundamental, pelo que é essencial que estes ajam em conformidade não só com as indicações das autoridades e entidades competentes, mas também que assumam o papel de agentes privilegiados na prevenção e luta contra a doença. No entanto, devem fazer isto sem caírem na tentação do sensacionalismo e do alarmismo, não alimentando uma espiral de medo e da desinformação, que podem ser mais perniciosos do que a própria doença.

Bibliografia

BRETON, Philippe (1994), *A Utopia da Comunicação*, Lisboa: Instituto Piaget.

CARDIA, Mário (1965), "Valor da Imprensa Médica na Medicina Contemporânea". Separata de *O Médico*, 702-706.

CORREIA, João Carlos (2006), "A representação jornalística da doença: mecanismo de controlo social e espaço de mediação entre a ciência e a vida quotidiana". *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação – BOCC*. Internet. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-representacao-jornalistica-da-doenca.pdf [consultado em 10-08-2010]

DIAS, Maria do Rosário (2005), *Serão os mass media estrategas de saúde?* Lisboa: Climepsi Editores.

ESPANHA, Rita (2009), *Saúde e Comunicação numa Sociedade em Rede – O Caso Português*, Lisboa: Monitor.

FALCÃO, Verónica (2006), "Dupla hélice. Aos jornalistas, auxílio; aos cientistas, preparo para lidar com a imprensa". In Sergio Vilas Boas (ed.), *Formação & Informação Científica. Jornalismo para iniciados e leigos.* São Paulo: Summus, pp. 89-104.

GLIK, Deborah (2004), "Health Communication in Popular Media Formats". *American Public Health Association 131st Annual Meeting*. Disponível em: http://www.medscape.com/viewarticle/466709?src=sidesearch [consultado em 19-11-2004].

GUERRA, Miller (1961), *Medicina e sociedade*. Lisboa: Livraria Morais Editora.

KRIEGHBAUM, Hillier (1970), *A Ciência e os meios de comunicação de massa*, Rio de Janeiro: Edições Correio da Manhã.

LEETARU, Kalev (2014), "Don´t blame CNN for the Ebola panic". *Foreign policy*. (24-10-2014). Disponível em: *http://foreignpolicy.com/2014/10/24/dont-blame-cnn-for-the-ebola-panic/* [consultado em 25-11-2014].

MARTÍNEZ, Francisco Mercado (2000), "Las enfermedades crónicas en la prensa mexicana. Estudio a partir de un boletín de información periodística". In *Comunicación y Sociedad*, 37, pp. 37-51.

PONTE, Cristina (2004), *Notícias e Silêncios – A cobertura da Sida no Diário de notícias e Correio da Manhã*, Porto: Porto Editora.

RIEDER, Rem (2104), "Can news media meet the Ebola challenge?" *USA TODAY*. (27-10-2014). Disponível em: http://www.usatoday.com/story/money/columnist/rieder/2014/10/27/the-news-media-and-ebola/18003831/ [consultado em 25/11/2014].

THOMAS, Richard K. (2006), *Health Communication*, New York: Springer.

WALLACK, Lawrence *et al*. (1993), *Media advocacy and public health: power for prevention*, Newbury Park: Sage.

WALTON, Alice (2014), "The problem with Ebola in the media". *Forbes* (10-11-2014). http://www.forbes.com/sites/alicegwalton/2014/10/11/the-problem-with-ebola-in-the-media/ [consultado em 25/11/2014].

WILLIS, James & OKUNADE, Albert Adelowo (1997), *Reporting on Risks – The practice and ethics of health and safety communication*, Westport, Connecticut, London: Praeger.

Museus de ciências e ações educativas: a exposição *o corpo na arte africana*

Carla Gruzman[1]
carlag@fiocruz.br

Maria Paula Bonatto[2]
bonatto@fiocruz.br

Hilda da Silva Gomes[3]
hilda@fiocruz.br

Resumo: As exposições dos museus de ciências têm se consolidado como espaços educacionais que apresentam como especificidade a articulação dos elementos lugar, objeto e tempo. A Exposição *O Corpo na Arte Africana* emerge no âmbito da cooperação da Fundação Oswaldo Cruz com países do continente africano. A exposição prioriza critérios étnicos e culturais, a fim de suscitar a reflexão sobre a expressão de povos tradicionais africanos da região Subsaariana, em sua estreita relação entre natureza e cultura e como esses elementos se expressam na representação do corpo. A realização da proposta educativa integrou um conjunto de ações: o desenvolvimento de estratégias para problematização do acervo; a produção de material educativo específico; e a elaboração de curso de formação de mediadores, que exercem papel fundamental na promoção da interação do público com os objetos culturais. Esse estudo visa compreender aspectos das práticas sociais que envolvem os processos de educação/comunicação na exposição.

Palavras- chave: Museu de Ciências; Educação em Ciências e Saúde; Exposições Itinerantes; Formação de Educadores. Materiais Educativos.

---

1 Carla Gruzman é doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, vinculada ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Não Formal e Divulgação em Ciências/GEENF/FEUSP. É tecnologista em saúde pública da Fundação Oswaldo Cruz e atua no Serviço de Educação em Ciências e Saúde do Museu da Vida da Casa de Oswaldo Cruz, realizando pesquisas, promovendo a formação continuada de estudantes e professores, e desenvolvendo propostas educativas para diferentes exposições organizadas pela instituição. Integra a Coordenação do Curso de Especialização em Divulgação da Ciência, da Tecnologia e da Saúde, onde participa como docente e organiza o Ciclo de Seminários.

2 Maria Paula Bonatto é servidora pública na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz, RJ) onde integra o Serviço de Educação em Ciências e Saúde do Museu da Vida. Atua como tecnologista no desenvolvimento de propostas educativas para exposições e como educadora em saúde. Participa da ação "Tecendo Redes por um Planeta Terra Saudável" com professores e estudantes do território onde está inserida a Fiocruz. É bióloga, mestre em educação e doutora pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fiocruz (2012), com pesquisa sobre o conceito de Centros Interativos de Ciência e Tecnologia. Participa do grupo de pesquisa "Coletivo de Políticas Educacionais".

3 Hilda da Silva Gomes é bióloga e mestre em educação pela Universidade Federal Fluminense (1999). Servidora pública na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz, RJ) no cargo de Tecnologista em Saúde Pública desde 2006, onde atuou no Serviço de Visitação e Atendimento ao Público como mediadora das exposições de longa duração do Museu da Vida. A partir de 2011 passa a integrar a equipe do Serviço de Educação em Ciências e Saúde e atualmente é coordenadora. Atua no campo da educação não formal em museus de ciências no desenvolvimento de ações educativas de popularização da ciência com foco na promoção da saúde.

1. Introdução

As transformações ocorridas ao longo do tempo na sociedade geraram mudanças nos papeis que os museus assumem como instituições de cultura, conformando suas ofertas sociais. As múltiplas faces assumidas trouxeram implicações também para a relação entre a instituição e suas exposições promovendo mudanças em torno do eixo que caracterizou os museus de ciência no século XIX. A centralidade do objeto das coleções deu lugar à ênfase nos processos envolvidos nos fenômenos culturais o que resultou na conformação do conceito moderno de museu, pautado na divisão do espaço em reservas técnicas, lugar acessível somente aos especialistas, e a galeria de exposições, área destinada ao público geral. Observa-se que é no decorrer do século XX que as ações de educação/comunicação tornaram-se foco de investimento cada vez maior, explicitando uma preocupação em fazer circular mensagens e conteúdos para o público (Macdonald, 1998; Van-Präet, 1996). Como consequência, a relação museu-sociedade tem se fortalecido ao criar oportunidades concretas de acesso à cultura, oferecendo, por meio de exposições, espaços de participação que buscam provocar reflexões sobre aspectos do conhecimento científico e da experiência humana em sua diversidade cultural e histórica.

Nesse contexto, a dimensão educacional dessas instituições ganhou força e se estabeleceu como resposta às demandas por sua democratização. A preocupação com os visitantes – quem são, qual a sua procedência ou expectativas, quais as suas características, como realizam a visita – tornou-se central para o conjunto de pessoas envolvidas nas práticas sociais realizadas nos museus e que buscam mobilizar os conhecimentos acumulados tornando-os acessíveis para os diversos públicos que visitam a instituição. Hoje, os museus de ciências investem tempo e esforços da equipe de profissionais, além do cuidado com a apresentação dos objetos, no desenvolvimento de linguagens interativas e materiais educativo-culturais, com a finalidade de potencializar a mediação entre os objetos expostos e os visitantes (Nascimento & Ventura, 2001; Marandino 2005; Gruzman & Siqueira, 2007). Para aprimorar a comunicação com os diversos públicos observa-se, ainda, a constituição de programas e atividades, organizados de maneira a integrar à missão institucional, os objetivos das exposições e os interesses dos visitantes.

Os museus passaram a contemplar em suas agendas questões que estão implicadas com o seu compromisso institucional como serviço público e educacional, de maneira a proporcionar aos indivíduos que os frequentam momentos de fruição e reflexão sobre variados temas e, como decorrência, contribuir para a análise crítica de sua realidade local e global. Muitas instituições se juntam a essa tendência com iniciativas que buscam promover: o engajamento dos visitantes na problematização dos temas apresentados nas exposições (Rodari & Mezagora, 2007; Bonatto, Mendes e Seibel, 2007); a aquisição de conhecimentos e a valorização das percepções durante a visita ao museu (Almeida, 2005), e a compreensão dos contextos culturais nos quais se encontram inseridos tanto os profissionais envolvidos na organização quanto os visitantes (Hooper-Greenhill, 1999).

Essas considerações assumem dimensões ampliadas quando se pensa que as iniciativas podem estar orientadas para públicos específicos, como famílias, jovens ou o público escolar. Nesse âmbito, entendemos com Davallon (2007) que a mediação como instância simbólica, cria interfaces entre a exposição e os diversos grupos sociais em visita, permitindo a aproximação de universos, à princípio estranhos um ao outro, e entre o que esses universos representam em termos de contextos culturais. Essas interfaces poderão ocorrer seja por meio de dispositivos interativos e materiais educativos elaborados para promover conexões com os temas apresentados, ou por meio de conversas motivadas por profissionais e estudantes que recebem o público, orientados por processos de formação específica — os mediadores de exposições.

Nesse trabalho, apresentamos os procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento da proposta educativa da exposição *O Corpo na Arte Africana*, inaugurada na cidade do Rio de Janeiro, seguindo uma itinerância por outras sete cidades brasileiras. Apontamos algumas diretrizes relacionadas às dimensões político-social e artístico-cultural que sustentam a proposta educativa e que se desdobram em estratégias para a problematização do acervo. Em seguida, realizamos uma breve descrição do material educativo produzido e das etapas do curso de formação de mediadores para a exposição. Ao final, analisamos alguns resultados com base nos dados quantitativos da itinerância e nos dados qualitativos dos relatórios de participantes dos cursos de mediação, a fim de compreender quais os sentidos que os mediadores atribuíram a essa experiência.

2. Especificidade da educação nos museus e processos de apropriação

O patrimônio cultural acumulado e constituído ao longo de gerações implica em saberes e competências, valores, simbologias, instrumentos e linguagens característicos, articula pessoas e instituições e é a expressão de uma comunidade humana particular no meio social. (Forquin, 1991). A educação não está descolada da realidade, ao contrário, ela emerge de um contexto sócio-histórico e assume também a responsabilidade de selecionar determinados conhecimentos e perspectivas para incluir os indivíduos no fluxo da cultura.

Observa-se que, na contemporaneidade, os processos educativos se estendem para diversos ambitos sociais, de maneira que é possível reconhecer que os vários espaços de educação, sejam eles formais (escola) e não formais (museu), possuem características específicas que determinam práticas particulares de conceber as ações propostas e também modos de aprender e se apropriar da cultura. Nesse contexto, as reflexões sobre as diferentes modalidades educacionais buscaram entender aspectos da pedagogia museal e a contribuição particular que esses locais podem oferecer para uma educação ao longo da vida (Gruzman & Siqueira, 2007).

Um aspecto relevante a ser destacado, como alvo de compreensão, refere-se à variada gama de visitantes que chega ao museu e como as instituições lidam com a possibilidade de acolher em suas atividades grupos distintos. As práticas educativas nos museus devem considerar essa característica, manejada com a elaboração de atividades para públicos específicos ou com a promoção de ações que possam alcançar a maior variedade possível de visitantes. Verifica-se, desse modo, que a centralidade do elemento "público" e suas características é referencial fundamental para a concepção das atividades educativas.

O potencial educativo dos museus, suas exposições e sua relação com a educação escolar fazem parte das reflexões de Van-Praët e Poucet (1989:21), que procuram reconhecer alguns fatores que diferenciam cada instituição, suas características e peculiaridades. Destacam que a *pedagogia particular do museu*, como denominam, é constituída por três elementos que conformam a sua lógica específica: *tempo*, *espaço* e *objeto*. Para os autores, o conjunto de elementos expostos possibilita uma construção de comunicação não linear e implica uma maior liberdade de interpretação do visitante no trajeto que vai realizar.

Nesse cotexto, outro aspecto que deve ser destacado com relação à especificidade da educação nos museus é a aprendizagem por livre escolha, que se refere aos espaços visitados e ao tempo dedicado pelos visitantes à interação com os objetos, textos e imagens disponíveis. Em consonância com estudos realizados com diversos grupos sociais, Falk e Storksdieck (2005) apontam ainda para um conjunto de fatores com forte efeito na aprendizagem do visitante, tais como: conhecimento prévio, motivação e expectativas, interação social no grupo, a presença de mediadores, a arquitetura e o planejamento da exposição. Além disso, nos museus a perspectiva de aprendizagem tende a ser divergente: uma coisa leva a outra, a outra e a outra mais, ampliando possibilidades de significações. Ao perceber algo novo ou que lhe chama a atenção, o visitante abre um leque de pensamentos e comparações entre objetos e ideias que podem estar relacionados, o que tende a gerar novas dúvidas e perguntas, mais do que respostas e certezas.

No âmbito dos museus de ciências, essa perspectiva está implicada também na articulação da instituição com a sociedade e na forma como estudantes e profissionais, que assumem o papel de mediadores, se apropriam dos enunciados presentes no discurso expositivo/educativo a fim de interagir com os visitantes. Para Bakhtin (1997), o conceito de apropriação refere-se à interpretação e transformação de ideias de outros em nossos dizeres e fazeres, tornando-os nossos por meio das associações que estabelecemos de forma ativa com conhecimentos e experiências anteriores. Nesse sentido, considera-se a mediação humana um importante elemento das práticas educativas nos museus, considerando que, por meio de movimentos de apropriação, estabelece relações com distintas instâncias e grupos sociais.

3. O Museu da Vida – museu de ciência, da tecnologia e da saúde

O Museu da Vida, museu interativo de ciências da Casa de Oswaldo Cruz, integra a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – instituição vinculada ao Ministério da Saúde do Brasil. Inaugurado em 1999, o museu propõe exposições de curta e longa duração, exposições itinerantes, além de produtos e atividades museológicas de

caráter científico, educativo e cultural, em que se procura despertar o interesse do público em geral pela saúde, ciência, tecnologia.
Sua missão é gerar e disseminar conhecimento científico e tecnológico de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população e para o pleno exercício da cidadania. Situado no campus da Fiocruz-Manguinhos, na zona norte do município do Rio de Janeiro, o Museu oferece, além de seu acervo, uma das poucas áreas verdes públicas em uma região rodeada por um dos maiores aglomerados de favelas do Rio de Janeiro. Sendo um dos raros aparelhos culturais disponíveis nessa região, o Museu da Vida cumpre um papel educativo relevante junto ao público que habita esse local. Por outro lado, as exibições itinerantes do Museu da Vida percorrem várias cidades do país, buscando promover o debate sobre variadas temáticas e contribuir para a ampliação da cultura científica da população brasileira, alvo da ação Fiocruz, como instituição estratégica de Estado.

4. O cenário empírico: a exposição e a proposta educativa "Tesouros da África"

A Exposição *O Corpo na Arte Africana* emerge como um novo projeto no âmbito da cooperação da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) com países do continente africano. O Brasil vem intensificando diversos programas de cooperação internacional em saúde em contextos regionais, particularmente com países do continente africano, seguindo política de Estado no sentido de compreender a saúde tanto como um direito de cidadania quanto uma frente de desenvolvimento e de inovação estratégica no atual cenário mundial. Observa-se uma mudança na percepção da saúde, reconhecida como direito fundamental e que, ao mesmo tempo, se constitui como campo de tensões e negociações que impactam as economias nacionais. A saúde passa a ser considerada como elemento chave na cooperação Sul-Sul[4] e, para lidar com esta nova dinâmica, o governo brasileiro, no mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, definiu o continente africano (e em particular os países africanos de língua portuguesa) como uma das regiões prioritárias para cooperação internacional (Buss & Ferreira, 2010).
Nesse contexto, a expansão internacional da Fiocruz tem destaque nas atividades em saúde no âmbito da Cooperação técnica entre Países em Desenvolvimento (CEPD) e suas ações estão orientadas pelos valores de solidariedade e compartilhamento do saber com outros órgãos públicos do país e do estrangeiro (Fiocruz, 2009).
Uma das áreas que tem tido significativo alcance neste campo é a de formação e qualificação de profissionais, promovida pela Vice-presidência de Ensino, Informação e Comunicação (VPEIC) via a realização de programas de pós-graduação internacional *stricto sensu* da Fiocruz em Angola (2007) e Moçambique (2008).
Como parte dessa política, o Congresso Nacional aprovou em 2012 a abertura do primeiro escritório internacional Fiocruz na África, em Maputo, Moçambique. Este, tem como finalidade:

> Articular, acompanhar e avaliar os programas de cooperação em saúde desenvolvidos pelas unidades da Fiocruz com os países africanos, incluindo o Programa de Cooperação Interinstitucional com o Ministério da Saúde da República de Moçambique. Esses programas de cooperação incluem: cursos de pós-graduação em diferentes áreas; capacitações em serviço; ensino à distância e formação politécnica; implantação e reformulação dos Institutos Nacionais de Saúde dos países da CPLP; transferência de tecnologia para a área de produção; e apoios diferenciados para o fortalecimento dos sistemas de saúde dos países da CPLP. Esses programas preveem também a vinda periódica de alunos e profissionais à Fiocruz, no Brasil, por períodos variados, para complementação de treinamentos, capacitações e formações acadêmicas e aperfeiçoamento técnico-profissional (Fiocruz, 2014).

---

4 De acordo com Buss e Ferreira, a cooperação Sul-Sul, ou cooperação horizontal, "é o processo de interação econômica, comercial, social ou de outra natureza que se estabelece (idealmente) com vantagens mútuas entre parceiros de países em desenvolvimento, geralmente localizados no hemisfério sul." (Buss e Ferreira, 2010, p. 106)

> Para integrar as celebrações desse acontecimento, a Fundação Oswaldo Cruz decidiu fazer, a partir de 2012, uma homenagem aos povos africanos por meio da exposição "O corpo na Arte Africana". Esta pode ser vista como uma exposição singular, concebida no âmbito de uma instituição de ciência e saúde, tendo como acervo objetos que foram adquiridos por pesquisadores brasileiros que participaram das missões da Fiocruz aos países como Moçambique e Angola: Wilson Savino, Wim Degrave e Paulo Sabroza (Fiocruz - Rio de Janeiro) e Rodrigo Corrêa (Fiocruz-Belo Horizonte, MG). Assim, como os pioneiros da instituição, os pesquisadores Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, que no início do século XX, em suas expedições cientificas no interior do Brasil, praticavam uma antropologia da saúde, os pesquisadores atuais buscaram conhecer aspectos culturais dos povos do continente onde desenvolvem seus trabalhos. Essas coleções simbolizam o reconhecimento de que as influencias entre culturas são mutuamente enriquecedoras, e que as ações de descobrir, prevenir as doenças e atuar eficazmente na saúde pública envolvem de forma indispensável conhecer a cultura e o modo de vida das populações.

O acervo, identificado no processo de curadoria com a colaboração da museóloga Gisele Catel, reúne obras diversas somando 140 peças, que configuram amuletos, utensílios, máscaras rituais, objetos sagrados e de uso diário, objetos individuais e coletivos. Importante destacar que esses objetos raramente estão expostos como arte em seus locais de origem, posto que a criação artística entre as culturas africanas não constitui uma ação em si, mas uma ação que permeia todas as criações e ações do dia a dia por meio da confecção de utensílios, objetos rituais, vestimentas e penteados. Nesse contexto, "toda e qualquer manifestação de arte é coletiva, feita para todos, com a participação de todos" (Catel & Savino, 2012, p.8).

Ao reunir essas obras, a curadoria da exposição optou pelo enfoque histórico/regional do continente priorizando critérios étnicos e culturais. Esta regionalização divide a África em dois grandes grupos, a África setentrional formada pelos oito países da África do norte, (incluindo a Mauritânia e o Saara Ocidental), e a África subsaariana formada pelos outros 44 países do continente. Ao adotar esta linha a curadoria buscou romper com a visão eurocêntrica que partilhou a África conforme interesses econômicos, gerando os países da atualidade. Esse enfoque também oportuniza sensibilizar a percepção do público para a superação de um senso comum relativo à África caracterizado por primitivismo, miséria, exotismo ou pobreza.

A grande variedade de grupos representados na exposição, marcada por diferenças culturais, religiosas e também pela diversidade de idiomas se traduz por uma rica produção cultural expressa nas vestimentas, adornos, pinturas corporais, rituais, festividades, penteados, hábitos alimentares, modos de trabalho, dialetos e objetos. Ao apresentar essa diversidade associada ao enfoque histórico busca-se mostrar a influencia dos povos africanos sobre diversas sociedades do planeta, considerando sua característica de povo originário de todos os demais que, por isso, experimentaram as primeiras organizações societárias e culturais. Essa visão reforça a ideia de rompimento com o senso comum (Catel & Savino, 2012).

A exposição traz como tema central o corpo humano, que é também um dos principais elementos de expressão artística das várias etnias apresentadas. Os artefatos e esculturas criados exibem a preocupação estética com objetos do cotidiano e trazem valores associados a eles – o corpo humano é ponto de convergência das concepções sobre a relação entre a natureza e cultura, a base em que se funda toda ação simbólica (Catel & Savino, 2012). A arte negro-africana vai além da representação fiel da natureza, procura significar a relação entre o material e o espiritual. A exposição está organizada em 5 módulos que comportam objetos variados e painéis de texto e ocupam uma área de cerca de 200 m² (Fig.1).

Para realizar a mediação entre o conteúdo expositivo e os diversos públicos, o Serviço de Educação em Ciências e Saúde do Museu da Vida construiu uma proposta educativa que conjuga as dimensões político-social, tratando questões de identidade/cidadania, e artístico-cultural, valorizando a diversidade entre os povos. O programa desenvolvido foi destinado prioritariamente à comunidade escolar, composta por professores e alunos das escolas da rede pública e privada, e que constitui a principal categoria de visitantes do Museu da Vida. Foi assumido ainda que as famílias com crianças e os grupos de jovens estariam contemplados na proposta. Para esses grupos de visitantes a proposta considerou as seguintes diretrizes: (i) o desenvolvimento de estratégias

para problematização do acervo; (ii) a produção de material educativo específico; (iii) e a elaboração de curso de formação de mediadores, que exercem papel fundamental na promoção da interação do público com os objetos culturais.

Do ponto de vista educativo os objetivos específicos levaram em consideração os referenciais teóricos discutidos na seção anterior, o contexto institucional que informa a concepção do discurso expositivo e o processo de diálogo mantido com os curadores da exposição. São eles: provocar reflexões sobre a África como um continente diversificado, que abrigou as primeiras culturas da humanidade, as quais tem repercussão na produção de conhecimentos do ocidente; despertar a curiosidade sobre os aspectos artístico-culturais, históricos e sociais representados na exposição abordando suas influências na cultura brasileira. Nesse sentido, observamos a importância de identificar a origem das obras de arte da exposição na cultura de povos tradicionais africanos, tecendo relações de identidades e distinções entre povos tradicionais e populações urbanas. Procuramos, assim, instigar a valorização das culturas de povos tradicionais considerando modos de vida integrados em ações sustentáveis sob a ótica socioambiental.

Mobilizamos também aspectos sobre a cultura dos povos tradicionais e seu modo de produção em contraposição ao modo de produção que predomina no mundo hoje com os processos de urbanização, buscando refletir sobre os debates centrais que permeiam esses conceitos: os processos de industrialização e consumo, bem como ameaças à vida e às culturas nos processos de urbanização. Identificamos as identidades entre povos tradicionais africanos e brasileiros em sua luta pela sobrevivência não apenas física, mas também sociocultural. Em síntese, nossa ação educativa esteve voltada para provocar debates sobre a relação entre o modo de produção capitalista que predomina hoje no mundo e algumas de suas consequências: a crescente desigualdade social, a destruição da natureza e das culturas de povos tradicionais. A perspectiva dessa discussão remete ao conceito ampliado de saúde determinada socialmente (DSS), uma diretriz dos processos educativos em saúde na Fiocruz.

Foram eleitos três eixos de trabalho para a mediação da exposição:

1. Eixo histórico-geográfico: aborda aspectos da história e localização do continente africano em relação ao sul-americano, destacando contribuições de povos tradicionais da África na construção dos conhecimentos da humanidade.
2. Eixo Linguagens: trata dos objetos apresentados na exposição bem como das informações privilegiadas pela curadoria na orientação do roteiro.
3. Eixo saúde-relações sociais: aborda o contexto da emergência da exposição na Fiocruz, situando o papel de transferência de conhecimentos e tecnologias para a promoção da saúde na cooperação internacional Brasil-Moçambique.

Exposição *O Corpo na Arte Africana*

Figura 1: Mediadoras estudam o material educativo – Fundação Nacional das Artes em Natal, RN

Foto: registro realizado em 2014).

Material Educativo

A elaboração da proposta educativa teve como foco o desenvolvimento de uma estratégia lúdica que busca explorar a simbologia expressa nos objetos de povos africanos. A fruição e a problematização do acervo são realizadas também por meio de material educativo específico, elaborado para instigar a curiosidade dos visitantes e aprofundar conhecimentos sobre os objetos. As atividades de observação/interpretação tiveram a intenção de criar um espaço de diálogo e negociação de saberes sobre a diversidade cultural, bem como a construção de identidades. Elaborado a partir de cartões com imagens que reproduzem os objetos da exposição e textos que visam instigar a discussão, o material produzido permite conhecer melhor aspectos da simbologia das culturas das diversas regiões do continente e que dão sentido às formas de pensar, agir e comunicar desses povos. Trata-se de um convite ao público para participar de uma investigação que contém pistas e descobertas sobre alguns "**Tesouros da África!"**.

A dinâmica de mediação para crianças e jovens envolve quatro passos. O primeiro, de acolhimento ao público e apresentação da exposição, é uma dinâmica de reconhecimento da origem das peças da exposição com o uso de um globo terrestre inflável gigante, auxiliando os visitantes a localizarem o Brasil e a África. Nesse momento chamamos a atenção para o fato de que a África não é um país, mas todo um continente com etnias diversas hoje espalhadas por muitos países. O segundo é a visita à exposição, quando os visitantes são convidados a observar livremente os objetos em exibição. No terceiro momento os visitantes são apresentados ao material educativo que se constitui de cinco caixas que se relacionam aos módulos da exposição: "Corpo individual & Corpos múltiplos"; "Sexualidade & Maternidade"; "A modificação e a decoração do corpo"; "O corpo na decoração dos objetos"; e "Máscaras como manifestação cultural". As caixas guardam os cartões que reproduzem objetos da exposição. Há também pistas para a observação de detalhes das peças e dos costumes dos povos representados pelos objetos. Os grupos podem voltar à exposição caso queiram observar novamente as peças. No quarto e último momento, os visitantes são chamados a se reunir em uma grande roda onde cada grupo é convidado a apresentar algumas ideias sobre o que descobriu. Estão disponíveis também dezenove pranchas com imagens que aludem às influências mútuas entre as culturas africanas e as culturas ocidentais, por meio das quais se problematiza aspectos histórico-político-culturais da proposta educativa.

Minicurso de formação de mediadores

A fim de promover uma maior participação dos visitantes e possibilitar a ampliação da experiência museal na *Exposição O Corpo na Arte Africana*, a mediação humana assume papel fundamental na condução da visita, para o desenvolvimento das práticas educativas com os diversos públicos. O Minicurso buscou apresentar uma visão geral sobre os museus como espaços de educação não formal e a exposição como meio de comunicação e extroversão da produção de conhecimentos para os visitantes.

O objetivo central da formação dos mediadores foi contribuir com ferramentas básicas para o desenvolvimento de habilidades na mobilização dos temas propostos, visando a interação com os diversos públicos. Para promover o compartilhamento de saberes e organizar as visitas algumas atividades foram elaboradas: (1) Apresentação do contexto da exposição e proposta educativa; (2) Debate sobre os estereótipos que cercam algumas ideias e imagens sobre o continente africano (perspectivas históricas, etnias e países, diversidade cultural; (3) Observação e reconhecimento do globo terrestre – localização dos continentes africano e sul americano; localização dos países de língua portuguesa; localização da África Subsaariana; (4) Leitura e análise do catálogo da exposição, compreendido como momento de apresentação do discurso expositivo e espaço de debate entre os participantes; (5) A visita à exposição como atividade de fruição e posterior análise das impressões sobre os objetos em exibição, mediante roteiro preparado previamente; (5) Realização de dinâmicas para refletir sobre a diversidade cultural e suas interfaces com a história, a arte, a ciência e a saúde; (6) Conversa sobre o papel do mediador – o olhar curioso; (7) Apresentação da atividade "Tesouros da África" – o material educativo elaborado; (8) Atividade final de síntese, com oportunidade de experimentação de realização da dinâmica da visita.

Elaborado para ser realizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ), onde está localizado o Museu da Vida, o Minicurso teve duração de aproximadamente 40horas presenciais e a participação de 4 educadores e um dos curadores da exposição. A mesma organização foi aplicada na cidade de Petrópolis (RJ), por sua relativa proximidade com a sede do Museu no campus da Fiocruz-Manguinhos. Nas demais cidades que fizeram parte da itinerância o minicurso teve uma duração média de 20 horas, distribuídas entre 5 turnos (manhã e/ou tarde) com encontros presenciais, e contou com a participação de duas educadoras que se revezaram na formação dos grupos. Para a produção do minicurso foram selecionados e organizados textos de referência, a fim de subsidiar as discussões e material específico para a realização das atividades. A cada processo de formação de mediadores buscou-se identificar dois participantes mais experientes para atuarem como *supervisores* da ação educativa, facilitando a formação continuada e concentrando as iniciativas para a superação de obstáculos que pudessem surgir no percurso da estadia da exposição.
A seguir apresentamos dados quantitativos que refletem parte dos resultados de nossas ações educativas, bem como uma análise preliminar dos dados qualitativos dos relatórios de mediadores que participaram dos Minicursos.

5. Itinerância da exposição e perfil dos mediadores

A exposição *O Corpo na Arte Africana* itinerou por oito cidades brasileiras: Rio de Janeiro (RJ), Petrópolis (RJ) e Quissamã (RJ), Recife (PE) João Pessoa (PB), Maceió (AL), Natal (RGN) e Goiânia (GO). As parcerias estabelecidas possibilitaram a organização de oito minicursos, conduzidos pelo Serviço de Educação em Ciências e Saúde do Museu da Vida com a formação de 103 mediadores que utilizaram o material educativo com os diversos públicos que visitaram a exposição. A exposição totalizou um período de cerca de dois anos e meio percorrendo diversas regiões do país, tendo sido visitada por cerca de vinte e oito mil (28.000) pessoas.
Quadro 1: Instituições que abrigaram a itinerância da Exposição *O Corpo na Arte Africana* e participantes do Minicurso:

Instituição/Cidade	Tipologia da Instituição	Participantes do Minicurso	Ano
Museu da Vida, Rio de Janeiro (RJ)	Museu de Ciência e Tecnologia	6	2012
Palácio Itaboraí, Petrópolis (RJ)	Espaço Cultural	11	2013
Museu Casa Quissamã, Quissamã (RJ)	Museu-Casa	4	2013
Sala Nordeste de Artes Visuais da Funarte, Recife (PE)	Espaço Cultural	10	2013
Estação Cabo Branco - Ciência, Cultura e Arte, João Pessoa (PB)	Museu de Ciência e Tecnologia	27	2013
Pinacoteca Universitária da Universidade Federal de Alagoas/UFAL, Maceió (AL)	Museu de Arte Contemporânea	8	2014
Fundação Cultural Capitania das Artes, na Galeria Newton Navarro, Natal (RN)	Espaço Cultural	7	2014
Pontifícia Universidade Católica de Goiás/ PUC, Goiânia (GO)	Espaço Cultural	30	2014

Considerando o total de 103 mediadores tivemos a maioria dos participantes entre pessoas do sexo feminino, ou 66%, e 34% do sexo masculino. Do total, a maior parte era formada por estudantes de graduação - 72 indivíduos -, sendo 19 participantes profissionais graduados. Os demais eram estudantes do ensino médio, sendo quatro participantes não estudantes.
A área de formação predominante entre eles foi a de ciências humanas e sociais - 62 indivíduos -, sendo 10 participantes das ciências exatas, 6 participantes da área da saúde, 6 das ciências biológicas e 7 das artes. A variedade de cursos de formação que demarca o perfil dos mediadores está detalhada a seguir (Quadro 2):

Quadro 2: Formação profissional dos mediadores da itinerância

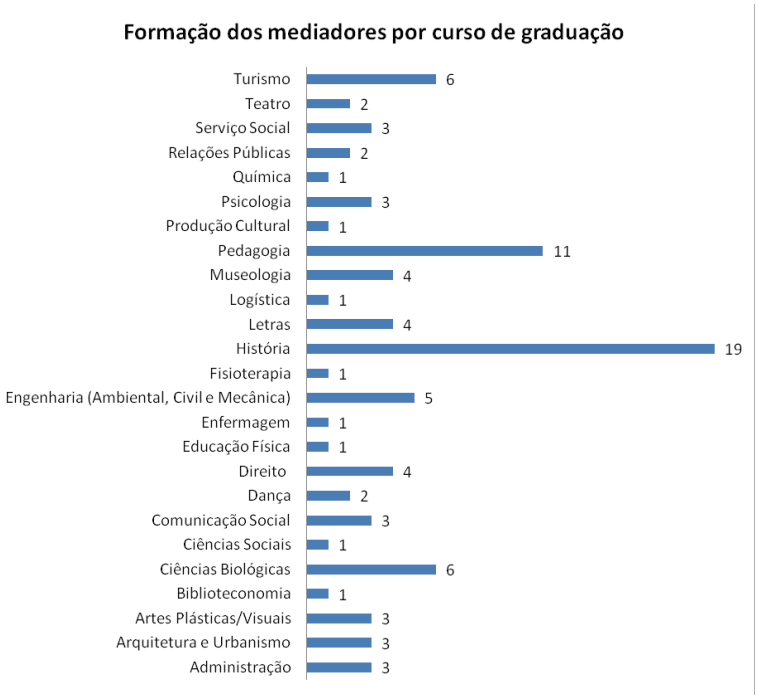

A variedade de formações profissionais que caracterizam nosso grupo de mediadores e o sucesso obtido pelos mais diversos perfis na atenção ao público aponta o Minicurso como ferramenta de aproximação de perfis profissionais distintos, colaborando para a construção de diálogos transdisciplinares, tendo como base a arte africana e as sociedades com ela imbricadas.
Como ferramenta para conhecer e analisar as percepções dos participantes sobre o Minicurso e os sentidos atribuídos à prática educativa no atendimento ao público, utilizamos os relatórios gerados ao final do processo de itinerância da exposição. A próxima seção se refere às análises realizadas de aspectos selecionados desses relatórios.

6. Práticas educativas e pr cessos de apropriação de conhecimentos: o que pensam os mediadores

Os depoimentos de relatórios dos participantes valorizaram o minicurso como uma forma de conversa prévia entre os futuros colegas de trabalho, onde houve a oportunidade de escuta mútua e de se reconhecer a história de vida e de formação dos mediadores, repercutindo nas características do trabalho que cada um construiria a partir daquele encontro.
Os participantes apontaram a importância da atuação das supervisoras (mediadores responsáveis pelo acompanhamento do grupo) que provocavam reflexões sobre as melhores formas de se conduzir o trabalho com o público enriquecendo o diálogo com informações, tanto a partir do material disponibilizado no Minicurso, como por meio de textos e reportagens que os próprios mediadores obtinham através de pesquisas. Essas

pesquisas tinham como objetivo o aprofundamento dos temas sugeridos pelos objetos da exposição e a busca em associar elementos da exposição com o cotidiano dos visitantes, destacando convergências entre as duas culturas – africana e brasileira – bem como valorizando suas histórias específicas.
Como caracterização do público visitante os mediadores citaram que compareceram, em sua maioria, estudantes da educação básica, mas que também foram recebidos grupos de universitários, grupos religiosos, grupos com necessidades especiais e turistas de diversos estados do Brasil, bem como estrangeiros. Esse público, que participou do processo educativo construído coletivamente a partir da exposição, também se configura como um dos elementos fundamentais da formação dos mediadores, segundo eles próprios.
Os mediadores ressaltaram que há um processo paulatino de apropriação da exposição, que acontece a partir da observação das obras (por vezes com grande estranhamento), da leitura das etiquetas, e nos processos de imersão oferecidos pelo material educativo. Segundo os participantes esse processo tende a levar a eles próprios e aos visitantes à compreender cada vez melhor sua história, despertando o interesse sobre as curiosidades que existem por traz de cada obra, associando seu significado e sua importância com a realidade histórica daquela cidade e de nosso país.
Entre os temas que mais sensibilizaram os participantes do Minicurso, foi apontada a própria concepção de arte para os africanos e sua relação com o corpo. A sexualidade e maternidade, bem como as modificações corporais, foram citadas como temas instigantes.
Entre as categorias de análise que se apresentaram a partir dos relatórios identificamos duas que nos chamaram a atenção por sua característica de mobilização social: a religiosidade e a politização das relações étnico-raciais. Essas categorias se expressaram de forma específica como processo de apropriação com relação às experiências de itinerância em duas cidades respectivamente: Recife e Goiânia. As análises que se seguem apontam para implicações históricas relativas ao legado das relações Brasil-África, bem como para a necessidade de elaboração dessas relações para a construção de um futuro possível de ser transformado levando em conta os aspectos apontados pelos mediadores.

A experiência da itinerância em Recife: reflexões sobre a religiosidade e a vivencia cultural como formação cidadã

> *A abertura foi encantadora, quando cheguei no início da rua do Bom Jesus dava para se ouvir o som dos tambores. Fomos recebidos por reis e rainhas [do Maracatu] que se apresentavam, dando início ao cerimonial de abertura da exposição!* (M3 – Relatório Recife).

A exposição *O Corpo na Arte Africana* permaneceu na cidade de Recife por quarenta dias, como uma colaboração com o Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães (Fiocruz- Recife, Pernambuco) e com a Fundação Nacional de Artes (Ministério da Cultura). A seleção dos mediadores foi feita por profissionais da unidade Fiocruz – Recife, mediante divulgação pública da temática da exposição e entrevistas com os principais interessados, incluindo estudantes de graduação e profissionais de diversas áreas. Quanto ao período da itinerância, embora curto, caracterizou-se por um encontro de grande intensidade entre educadores, mediadores e público, no sentido de que naquela cidade é palpável a influência da cultura africana sobre o Brasil, cultura que permanece no tempo, nas artes e nas manifestações de uma África viva explícita no dia a dia do povo de Recife.
Na experiência do Minicurso de Recife, ao primeiro contato com a exposição, os futuros mediadores manifestaram certa apreensão pela possibilidade de que as peças expostas remetessem ao enfoque religioso. Essa preocupação revelava um grupo que reconhecia naquele acervo sua dimensão mística, que comunicava de forma subjetiva todo um conteúdo que só fica explícito para alguns. Um pouco dessa dimensão é o que se traduz em uma das falas dos relatórios:

> Formamos uma comunidade divulgadora de sentimentos, nos vestimos da poética artística para nos apresentarmos a nossa ancestral mãe e ela, a África, como uma boa mãe nos cuidou, nos acolheu, nos revelou um caminho de cuidado com o trabalho, com as palavras, com as pessoas, com o que se faz (M1 – Relatório Recife).

A religiosidade que permeia os relatos dos mediadores de Recife também remete à uma forma de reverência aos valores sociais que a tradição africana, exposta por meio das obras faz emergir:

> O principal ponto desse trabalho foi poder ver, e até mesmo sentir, a importância das culturas africanas para a formação de nossa sociedade: seus valores, como o de respeito com os mais velhos, sua religiosidade, do respeito com a mulher, de sua forma de pensar, da tradição oral... foi algo fascinante com o qual eu me identifiquei muito, pude me encontrar diversas vezes, a cada momento que passeava pelo salão observando as peças (M5 – Relatório Recife).

Os participantes relataram terem recebido diversos visitantes religiosos do candomblé, destacando que estas visitas propiciaram informações às quais dificilmente teriam acesso. Ao valorizarem essas oportunidades atentaram para a importância de compartilhar essas informações com os demais mediadores e visitantes. Esse processo os fez identificar a mediação como uma oportunidade de diálogo legítimo, uma forma constante de trocar e enriquecer conhecimentos, de apropriação de vocábulos e de sensibilização para novos conceitos.
Os mediadores observaram que parte do público teve certa rejeição a alguns aspectos da exposição, acrescentando que em sua prática educativa em outros contextos, há muita dificuldade de se trabalhar a cultura africana com estudantes "por diversos motivos, porém, os mais latentes são sem dúvidas: a intolerância religiosa e o racismo". Um deles acrescentou:

> O maior desafio para mim realmente foi lidar todos os dias com o racismo e a intolerância religiosa das pessoas. Esses aspectos me irritam profundamente. E até isso eu consegui trabalhar e amenizar em mim (M6 – Relatório Recife).

Os jovens identificaram como valiosa "a oportunidade de, por alguns minutos, tentar romper com alguns estigmas da nossa sociedade, tendo como suporte a arte, vinda das mais diversas etnias africanas - foi sensacional para mim!", comemorou um dos mediadores em seu relatório. Os participantes atribuíram especial importância à oportunidade de conhecer pessoas que já foram à África, ao diálogo com colecionadores, com pessoas apaixonadas por arte africana, e, no movimento das contradições, também valorizaram o encontro com visitantes que expressaram preconceitos e que, segundo os mediadores, saíram da galeria com um olhar diferente.
Finalmente, considerando a experiência de Recife, vale ressaltar a expressão dos mediadores no que concerne à dívida que permanece em nossa sociedade relativa às contribuições das diversas etnias africanas, que integrando a sociedade brasileira em suas origens, ainda hoje tem sua inserção sujeita a discriminações:

> A iniciativa da Fiocruz é algo muito positivo no meu ponto de vista, mas sabemos que ainda não é tudo o que precisa o continente africano. [Esse continente] foi devastado por colonizadores desonestos e covardes, mas [a exposição] já é uma mínima parcela do Brasil em contribuição àqueles que trabalharam duro para a formação do que somos hoje (M2 – Relatório Recife).

Esse aspecto, que em Recife esteve presente em relatórios, configura a parte central de toda a discussão construída na itinerância na cidade de Goiânia, a partir da experiência do Minicurso ali realizado.

A experiência da Itinerância em Goiânia: reflexões sobre a cultura afro-brasileira e a mediação como ato político

> *A cerimônia de abertura foi um sucesso e tudo muito lindo, e para completar uma saudação aos orixás, feito pela cantora baiana Rita Braz, me fez voltar no tempo dos preparativos para a exposição: os problemas, a falta de recursos financeiros, os apoios, as parcerias que deram certo e... Enfim, estávamos ali, naquele momento com uma ação entre instituições para dar mais um passo contra a discriminação racial.* (M4 – Relatório Goiânia)

A parceria para a realização da exposição *O Corpo na Arte Africana* na cidade de Goiânia (GO) foi estabelecida por meio da Secretaria Municipal de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial de Goiânia (Seppir), Universidade Federal de Goiás (UFG) e Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás). Essa iniciativa propiciou uma ampliação do discurso expositivo/educativo incorporando perspectivas relevantes com relação às questões étnico-raciais, e em especial com relação às políticas afirmativas no contexto da educação para a diversidade cultural.

A seleção dos mediadores foi realizada no âmbito do Programa de Estudos e Extensão Afro-Brasileiro (Proafro), ligado à Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil (Proex) da PUC Goiás e buscou integrar estudantes e profissionais na participação do Minicurso. A roda de conversa, já no primeiro encontro, mostrou a diversidade do grupo: professores, alunos e integrantes de movimentos sociais, que se dedicaram a compreender e dialogar sobre o tema central da exposição – o corpo humano e a visão de mundo singular dos povos africanos–, mas também os sentidos de exclusão/inclusão social que emergem desse debate. Como apontam alguns relatos, muitos mediadores tiveram seu primeiro contato com a arte africana pela exposição e era necessário compartilhar conhecimentos:

> *O Minicurso foi essencial para realizar a mediação, as explicações, para o público da exposição, mas também foi um ganho de conhecimento pessoal: ver de forma descortinada o continente africano. Sinto que de forma pessoal expandiu meus horizontes, e, pelo que pude notar, os de meus colegas mediadores também.* (M8 – Relatório Goiânia)

Para outros participantes a atuação na exposição como mediador criou novas oportunidades de exercitar a práxis de educador em espaços educativos distinto daqueles que estava habituado a trabalhar:

> *A exposição e a mediação tem tudo a ver com a minha formação, e ainda como estudante intercambista vindo de Angola. Aproveitei para compartilhar alguns conhecimentos sobre a realidade do meu país e questões históricas africanas. Aprendi mais sobre a arte africana em sentido geral. Como se diz "o saber não ocupa espaço" e eu tenho esse ditado popular em mim.* (M3 – Relatório Goiânia)

Nesse contexto, a vinda da exposição possibilitou ampliar as ações educativas, já em curso, promovidas pelas instituições parceiras – particularmente Seppir (GO) e Proafro (PUC GO) –, no sentido de contribuir para as reflexões sobre as questões éticas, políticas e sociais relacionadas à diversidade cultural.

> *Apesar dos desafios acredito ser de suma importância uma exposição como esta, que traz à baila uma visão de mundo tão singular como as dos povos tradicionais da África. Um continente que contribuiu de forma significativa para nossa constituição enquanto nação, mas que é posto a margem por uma sociedade racista. A exposição consegue expressar como povos milenares concebem o universo e a sua própria essência. Ela revela como o corpo é um elemento fundamental para entender as culturas africanas.* (M7 – Relatório Goiânia)

O Brasil é um país com grande diversidade racial e existem lacunas nas referências históricas, culturais, geográficas, linguísticas e científicas que deem embasamento a uma abordagem crítica no estabelecimento de um diálogo que valorize e respeite as diferenças étnicas e culturais. Sabemos que existe um currículo manifesto que está presente no campo da educação, mas visceralmente articulado está o currículo oculto que representa um "corpus ideológico" que acaba fazendo parte do senso comum. Neste nível, ainda podem circular ideias que reforçam comportamentos e atitudes que implícita ou explicitamente podem interferir, afetar, influenciar e/ou prejudicar a construção de identidades (Oliveira & Gomes, 2009). Esse aspecto foi observado também pelos mediadores no acolhimento e diálogo com os visitantes:

> *Quase sempre a primeira reação dos nossos visitantes era de estranheza com relação às obras. Eles traziam dúvidas do tipo: porque os seios e a barriga são grandes? Se realmente eles usavam aquelas máscaras, e várias outras questões. Depois da conversa e das dinâmicas que trabalhavam as diferenças culturais e os diferentes padrões estéticos (os temas variavam dependendo de cada grupo) quase sempre eles deixavam para trás este sentimento de estranheza e de negação da arte e da beleza do outro, porém observamos que alguns visitantes que persistiram com a primeira impressão.* (M1 – Relatório Goiânia)

Em nosso país, uma conquista política importante foi a promulgação da Lei 10.639/2003 e o seu parecer CNE/CP que tornam obrigatórios e orientam Diretrizes Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana. Marcos fundamentais que trazem avanços políticos para a população brasileira, pois socializam existências, vivências, saberes e histórias que não eram consideradas ou qualificadas. Esta lei chamou a atenção para a falta de conteúdos escolares ligados a cultura afro-brasileira na construção da História e da identidade brasileira (Brasil. MEC, 2003). O silenciamento a respeito do continente africano, da diversidade étnico-cultural e sobre as diferentes questões que envolvem aspectos da identidade afro-brasileira passaram a ter um marco legal, político e pedagógico no enfrentamento das desigualdades sociais e práticas discriminatórias no país. Como decorrência, foi necessário criar políticas públicas orientadas a rever distorções e atualizar diretrizes educacionais e culturais. Embora a conjuntura de debates em torno da lei seja de pertinência nacional, a oportunidade da exposição veio a acrescentar um espaço de legitimidade para possibilidades de diálogo em torno das questões étnico-raciais priorizadas por estudantes e professores na cidade de Goiânia. Esse dado, associado às análises dos resultados da itinerância em Recife, suscita reflexões acerca da extrema pertinência da proposta educacional da exposição como ferramenta problematizadora da trajetória sócio-histórica brasileira no que concerne às relações Brasil- África.

7. Considerações finais

A partir dos relatos obtidos no processo de reflexão sobre a experiência educativa da exposição *O Corpo na Arte Africana,* identificamos a oportunidade de realização de um balanço acerca de nosso papel na formação de seus mediadores. Verificamos, mais uma vez, que os processos de trabalho de criação de materiais educativos para exposições, associados às práticas de formação de mediadores como rotina educativa no Museu da Vida, têm se mostrado especialmente ricos na produção de sentidos sociais, políticos e potencialmente transformadores de contextos culturais:

> *Nossa experiência mostra que espaços não formais de educação, entre estes os museus, são atores potenciais de políticas amplas a serem redesenhadas segundo as novas conjunturas sociais do mundo globalizado. Estas devem ser gerenciadas por novas parcerias entre as instituições e a sociedade civil organizada, prevendo espaços de negociações de conflitos sociais e de oportunidades alternativas de inclusão, contribuindo para a formação de jovens cidadãos* (SEIBEL, BONATTO E PEREIRA, 2007, p.334).

Nesse sentido, a partir de suas ações educativas, museus e exposições ampliam sua importância como espaços que fortalecem a dimensão da diversidade cultural e da cidadania na formação de profissionais. Esse aspecto nos remete ao desafio da concretização de propostas educativas comprometidas com princípios emancipatórios, tanto na possibilidade de sistematizar reflexões junto aos mediadores como pela participação destes na expressão da cultura artística e científica que estamos compartilhando socialmente. Temos verificado que esta contribuição se dá também no retorno que obtemos dos mediadores, como componentes da formação permanente dos profissionais da curadoria e dos educadores responsáveis pela articulação das propostas educativas.

Importante ressaltar que o eixo central das discussões apontadas pelos mediadores, no presente estudo, remete à assimilação autoritária de processos coloniais sobre as culturas Africanas com reflexos negativos que se prolongam por gerações. Essas observações apontam para o momento histórico atual da chamada cooperação internacional Brasil-África, no sentido de que essas iniciativas encontram na oportunidade da exposição *O Corpo na Arte Africana* um espaço de reflexão e de visibilidade sobre relevantes questões. Este ao representar, por meio da arte, as raízes culturais de povos africanos ancestrais sequestrados para nosso país, ainda hoje encontram demandas de seus descendentes que permanecem discriminados e oprimidos. As observações dos mediadores demarcam essa realidade de diversas formas, indicando a necessidade de revisão profunda acerca de como tem se dado e se reproduzido essas relações.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, A. M. (2005), "O contexto do visitante na experiência museal: semelhanças e diferenças entre museus de ciência e de arte". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, (12) (suplemento), pp. 31-53.

BAKHTIN, M. (1997) *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.

BONATTO, M. P. O; MENDES, I. A. SEIBEL, M. I. (2007), "Ação mediada em museus de ciências: o caso do Museu da Vida" In: MASSARANI, L; RODARI, P e MERZAGORA, M. (eds). *Diálogos & Ciência: Mediação em Museus de Ciência*. Rio de Janeiro: Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz,.

BRASIL. (2003), Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm, [consultado em 15-8-2014].

BUSS PM, FERREIRA JR. (2010), "Diplomacia da saúde e cooperação Sul-Sul: as experiências da Unasul saúde e do plano estratégico de cooperação em saúde da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CLPL)". *Rev Electron Comum Inf Inov Saúde*. 4(1):106-118. Disponível em: *http://www.reciis.cict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/350/516.htm*, [consultado em 10-5-2013].

CATEL, G. & SAVINO W. (2012), *O Corpo na Arte Africana*. Catálogo da Exposição. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz.

DAVALLON, J. (2007), "A mediação: a comunicação em processo?" *Prisma.com - Revista de Ciências da Informação e da Comunicação do CETAC*. Disponível em *http://prisma.cetac.up.pt/edicao_n4_junho_de_2007*, [consultado em 10-5-2012].

FALK, J. H. and STORKSDIECK, M. (2005), "Learning science from museums". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 12 (supplement), pp. 117-43.

FORQUIN, J.C. (1993) *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre/RS: Artes Médicas.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (2014). Disponível em: *http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/fiocruz-%C3%A1frica*. [consultado em 15-5-2014].

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. (2009), *Relatório de Atividades 2005-2008*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

GRUZMAN, C.; SIQUEIRA, V. H. F. (2007), "O papel educacional do Museu de Ciências: desafios e transformações conceituais". *Revista Eletrônica de Enseñanaza de las Ciencias*, 6 (2), pp.402-423.

HOOPER-GREENHILL, E. (1999), "Education, communications and interpretations: towards a critical pedagogy in museums". In HOOPER-GREENHILL, E (eds). *The Educational Role of the Museum*. Second edition. London: Routledge.

LOUREIRO, C. F. B. (2007), "Emancipação e complexidade: para o repensar das tendências em Educação Ambiental". *Cadernos de Educação* (Pelotas), 1, pp. 147-162.

MACDONALD, S. (1998) Exhibition of Power and Powers of Exhibition. In: MACDONALD, S. (eds). *The politics of display*. London: Routledge, pp. 1-24.

MARANDINO, M. (2005), "A pesquisa educacional e a produção de saberes nos museus de ciências". *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, 1 (1), pp. 161-181.

NASCIMENTO, S. S.; e VENTURA, P. C. S. (2001), "Mutações na construção dos museus de ciências". *Proposições*, l2 (1), pp.126-138.

OLIVEIRA, E. B.; GOMES, H.S.; (2009), "A questão racial no ensino de ciências. In: Augusto Cesar Gonçalves e Lima; Luiz Fernandes de Oliveira". In: Mônica Regina Ferreira Lins. (eds). Diálogos interculturais, currículo e educação. Rio de Janeiro: Quartet Editora & Comunicação Ltda, pp. 135-149.

RODARI, P; M. MERZAGORA, M. (2007), "Mediadores em museus e centros de ciência: Status, papéis e treinamento. Uma visão geral europeia". In: MASSARANI, L; RODARI, P e MERZAGORA, M. (eds). *Diálogos & Ciência: Mediação em Museus de Ciência*. Rio de Janeiro: Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, pp. 7-21.

SEIBEL, M. I.; BONATTO, P.; PEREIRA, M. R. N. (2007) "Museus e centros de ciências: um espaço de contribuição para a formação do jovem?" *Anais do Museu Histórico Nacional,* 39, pp.329-343.

VAN PRAËT, M. (1996), "Cultures scientifiques et musées d'histoire naturelle en France". *Hermès*, 20, pp. 143-149.

VAN PRAËT, M. & POUCET, B. (1992), "Les musées, lieux de contre-éducation et de partenariat avec l'école". *Éducation & Pédagogies*, 16, Centre International D'Études Pédagogiques.

A perceção da erradicação da poliomielite no Portugal Pós-Colonial

Inês Guerra[1]
iguerra@maieutica.ismai.pt

Juan Antonio Rodríguez-Sánchez[2]
jarshm@usal.es

Resumo: No ano de 1994 assistiu-se à obtenção do certificado de erradicação da Pólio na região das Américas. Aquela seria então a primeira região que a Organização Mundial de Saúde reconheceu como livre da doença. A região europeia, seria a terceira a conseguir tal certificado no ano de 2002. Assim, uma análise da imprensa portuguesa demonstra que, esgotada a esperança da erradicação global, as notícias sobre a poliomielite referem-se sobretudo à sua presença em países menos desenvolvidos, aludindo a um mundo distante e alheio, onde se desenvolvem campanhas para erradicação da pólio com auxílio internacional. Do ponto de vista de Portugal, da Europa e do resto do mundo, sobressaem na imprensa portuguesa, as galas benéficas e as informações sobre o desenvolvimento da doença naquelas paragens longínquas até porque, apesar dessa distância, a persistência da doença constitui uma ameaça global.
Compreende-se, por isso, que a luta contra a pólio naqueles países seja encarada como uma forma de proteção face a um possível regresso da poliomielite ao Ocidente.
Neste estudo pretende-se analisar a perceção da erradicação da Pólio no Portugal pós-colonial tendo como suporte a imprensa portuguesa entre 1995 e 2010.
Para tal, a pesquisa recaiu sobre a edição impressa digitalizada de dois periódicos de grande circulação em Portugal: *Jornal de Notícias* e *Público*.
Ao mesmo tempo, e com a intenção de demonstrar algumas particularidades do caso português, realizou-se uma análise comparativa com a imprensa espanhola (*El País* e *El Mundo*).
Realizaram-se cruzamentos e definiram-se operadores lógicos capazes de permitir a exaustividade. Metodologicamente, cruzaram-se procedimentos quantitativos e qualitativos com vista a analisar a referida imprensa.

Palavras-chave: Poliomielite, África, Angola, Portugal, Imprensa.

Agradecimientos: Esta investigación se ha realizado en el marco de los siguientes proyectos financiados: "Poliomielitis y Síndrome Post-Polio en Castilla y León: de la acción institucional al asociacionismo de los afectados" SA359A12-1; "Internacionalización y estrategias contra la enfermedad: profesionales, personas afectadas y activismo ante la erradicación de la polio y la aparición del SPP (1963-2010)" HAR2012-39655-C04-03

---

1 Insituto Universitário da Maia (ISMAI). Portugal
Docente de Ciências Socais e investigadora do Centro de Estudos em Língua, Comunicação e Cultura (CELCC), Centro integrado no Centro de Investigação em Artes e Comunicação (CIAC). Responsável pelo projecto "Memória, Comunicação e Cidadania" do referido Centro é também membro do Grupo de Investigação Hispano-Luso e da Rede Ibero americana em História da poliomielite e da síndrome pós-pólio.

2 Universidad de Salamanca. Espanha.
Professor da área da História da Ciência e investigador principal de diversos projetos regionais e nacionais sobre os movimentos sociais e as mudanças culturais promovidas pelas epidemias de poliomielite em Espanha e Portugal. Coordena o Grupo de Investigação Hispano-Luso e a rede Ibero americana em História da poliomielite e da síndrome pós-polio.

1. Introdução

Em 1988, a OMS aprovou e deu início a uma iniciativa que tinha como objetivo final a erradicação da Poliomielite no mundo. Nesta iniciativa participavam os governos dos países membros, a UNICEF, os centros americanos para prevenção e controle de doenças, o Rotary Internacional e a própria OMS. A estes participantes juntaram-se progressivamente outras organizações como a United Nations Foundation, o Banco mundial ou a Bill e Melinda Gates Foundation. Ao mesmo tempo, este projeto ambicioso contava com uma sólida base científica o que reforçava a sua credibilidade e a sua visibilidade em parte assentes no sucesso obtido na erradicação da varicela, certificada oficialmente em 1980. Os primeiros resultados obtiveram-se na Região das Américas, onde se conseguiu alcançar o certificado de erradicação em 1994 (Nascimento, Cueto, Maranhão, Sobti, 2010). A Região Europeia, seria a terceira ao conseguir o certificado de erradicação em 2002.

O otimismo inicial levou à definição de uma data para a erradicação mundial da poliomielite no ano 2000, projecto depois adiado para 2005 e posteriormente adiado sem data definida.

Em 2009, a situação não era propriamente animadora com casos de pólio em 23 países, alguns dos quais tendo já sido anteriormente considerados livres da doença.

Dado o perfil dos países em que persistiam casos de poliomielite esta converteu-se na imprensa, numa doença de países longínquos, pobres e incultos, objeto de necessários programas solidários de cooperação pois constituem uma ameaça para o Ocidente quer pela sua não adesão à vacinação quer pelos próprios movimentos migratórios.

Neste estudo pretende-se analisar a perceção da erradicação da Pólio no Portugal pós-colonial tendo como suporte a imprensa portuguesa entre 1995 e 2010.

Para tal, a pesquisa recaiu sobre a edição impressa digitalizada de dois periódicos de grande circulação em Portugal: *Jornal de Notícias* e *Público*.

Ao mesmo tempo, e com a intenção de demonstrar algumas particularidades do caso português, realizou-se uma análise comparativa com a imprensa espanhola (*El País* y *El Mundo*).

Realizaram-se cruzamentos e definiram-se operadores lógicos capazes de permitir a exaustividade. Metodologicamente, cruzaram-se procedimentos quantitativos e qualitativos com vista a analisar a referida imprensa.

2. Enquadramento teórico

A pesquisa em saúde, nos mais diversos campos científicos, tem vindo a desenvolver-se nos últimos anos em Portugal. A importância deste domínio de pesquisa é aliás, bem ilustrado no crescimento de publicações específicas e na incorporação das ciências sociais e das suas contribuições (Santos, 2006).

De um ponto de vista teórico, o presente estudo aplica as teorias da agenda e do enquadramento à análise de dois periódicos: Jornal de Notícias e Público no período compreendido entre a primeira declaração de erradicação da poliomielite, na região das Américas, e a assunção, através do reconhecimento pela Classificação internacional de doenças em 2010, de que as consequências da poliomielite sobre a saúde persistem também no Ocidente através do chamado Síndrome pós-polio.

Os resultados obtidos foram depois comparados com os que resultam da análise dos jornais espanhóis (El País e El Mundo).

O pressuposto básico da teoria do agendamento é o de que os assuntos destacados pelos meios de comunicação social condicionam o que o público pensa. Por outras palavras, o facto de os media serem seletivos relativamente aos temas que consideram mais ou menos importantes condiciona a importância que o público lhes atribui (Rogers & Dearing, 1988). No mesmo sentido Lippman (1922) considerava já, que os media ditam os "mapas cognitivos do mundo" dado que transferem e atribuem relevo/destaque a certas imagens ou mensagens sobre determinados temas (McCombs, 2009).

Por sua vez, a teoria do enquadramento (*framing*) os media não só definem sobre o que pensar como também determinam o conteúdo desse pensamento.

Assim, pode-se considerar a teoria do enquadramento como uma espécie de prolongamento da teoria da agenda ao passar do domínio da atenção e da focalização para o da interpretação, compreensão e interiorização.
Como refere (Gil, 2010) dentro do amplo universo da comunicação mediada, considera-se que a imprensa de informação geral é um dos principais focos de criação de opinião ao ponto de se poder considerar a existência de uma correlação positiva entre opinião pública e opinião publicada.
Importa referir que, em Portugal, no período analisado, a tiragem da imprensa escrita era três vezes inferior à da média europeia ainda que o mesmo não aconteça com a respetiva taxa de audiência (taxa de penetração da leitura).

3. Uma doença longínqua no tempo e no espaço

Para se compreender as razões que levam a considerar a poliomielite como uma doença longínqua (no tempo e no espaço) importa apresentar uma breve descrição histórica da realidade portuguesa.
Portugal declarou o último caso de poliomielite pelo poliovírus selvagem em 1987.
Em Portugal o Plano Nacional de Vacinação teve início em 1964, precisamente com a vacina contra a Poliomielite (também designada de paralisia infantil). As campanhas de vacinação oral massiva foram um grande êxito com reflexos evidentes nas estatísticas epidemiológicas.
Por sua vez, a vinculação em Portugal desta campanha com o início do Programa Nacional de Vacinação permitiu um maior controle.
Desde 1966 que as taxas de mobilidade em Portugal não ultrapassaram os 0,1 (com exceção de um pequeno surto em 1972) e desde 1974 foram ainda inferiores. 1977 foi o primeiro ano sem casos declarados em Portugal.
Desde 1979, em Portugal só se produziram dois casos de poliomielite, um em 1982 e, o último em 1987.
As reduzidas taxas de morbilidade e uma sucessão de anos livres da poliomielite conduziram a um rápido esquecimento da doença e das suas sequelas. Este esquecimento estendeu-se à própria imprensa de tal forma que, apesar do certificado de erradicação da poliomielite na Europa só tenha surgido em 2002, as agendas noticiosas deixaram, durante muito tempo, de levar em consideração este tópico.
Com a sua erradicação na Europa, a Poliomielite passou a ser considerada como uma doença longínqua, um problema de alguns países de África e da Ásia, países estes, que pelo seu baixo grau de desenvolvimento, precisam de ajuda e de solidariedade internacional.

4.- Metodologia

4.1 Objetivo

Com o presente estudo pretende-se apresentar a imagem que a imprensa portuguesa transmite acerca da Poliomielite em Angola. Parte-se do pressuposto de que os meios e comunicação exercem uma significativa influência sobre a perceção que os cidadãos fazem da realidade. Assim, a complexa relação Portugal/ex-colónias, serve de pano e fundo da presente análise. Para complementar o estudo inclui-se ainda, uma breve análise comparativa com a imprensa espanhola (*El País* y *El Mundo*).

4.2. O Método

De um ponto de vista metodológico, optou-se neste estudo pela realização de uma análise de conteúdo dos dados recolhidos.
Amado (2000:53) apresenta a análise de conteúdo como "uma técnica que procura arrumar num conjunto de categorias de significação o "conteúdo manifesto" de diversos tipos de comunicação. Em igual sentido, Bardin (2004) refere o facto da análise de conteúdo permitir descobrir o sentido manifesto das mensagens através da reorganização e categorização do conteúdo das comunicações, obter novos significados quer pela comparação

com a teoria (método dedutivo) ou pelos contributos do material em análise (método indutivo).
Ao analisar de forma quantitativa ou qualitativa as mensagens implícitas ou explícitas no corpus de análise, é possível compreender os fatores que intervêm no processo de comunicação especialmente o emissor, bem como, como refere Lobo (2010:14) a fenomenologia da informação, as componentes e características da mensagem e os seus efeitos sobre o público.
Vários autores (Bardin, 2004 ou Correia, 2011) referem a aplicabilidade da análise de conteúdo às comunicações em massa nomeadamente notícias impressas. Assim, está-se perante um desenho de investigação misto ao pressupor a conjugação de procedimentos quantitativos e qualitativos.
A propósito, Nogueira (2001) salienta as vantagens que decorrem deste tipo de combinação apesar de se tratar de uma estratégia relativamente recente no domínio das ciências sociais.
Para tal, construíram-se categorias e sub-categorias de análise para examinar as 17 referências e os 20 artigos que constituíram o corpus relativamente à imprensa portuguesa.
Como já referido, na parte final do estudo realizou-se uma breve análise comparativa com a imprensa espanhola (*El País* y *El Mundo*). Esta última, foi responsável pela inclusão de 5 artigos e 8 referências.

4.3 A constituição do corpus

A definição da amostra constituiu uma fase demorada e de grande exaustividade tendo-se levado em consideração um conjunto de elementos que passam nomeadamente por questões de alcance, difusão e audiência mas também de posicionamento ideológico.
O horizonte temporal estabelecido correspondeu ao período compreendido entre 1995 e 2010.
A unidade de análise foi a peça jornalística.
A pesquisa realizou-se sobre as edições impressas digitalizadas de ambos os diários (1995- 2009). Na busca, foram levadas em consideração todas as entradas com um ou mais dos operadores lógicos (inclusivamente quando usados de forma metafórica): Polio* África* Poliomielite* África*; Polio* Angola* Poliomielite* Angola*. Esta estratégia justifica que a pesquisa se tenha desenvolvido a partir das versões impressas digitalizadas dos jornais em estudo.
Levou-se em consideração a presença do termo *poliomielite* não só quando sob a forma de artigo mas também em qualquer alusão à mesma e aos contextos em que as diferentes entradas se produzem dado o impacto social da doença, (ao ponto de fazer parte de um imaginário coletivo repleto de associações e de usos metafóricos).
A seleção dos jornais está inserida numa ótica comparativa, ou seja, pretende-se compará-los no sentido de permitir a identificação de pontos de aproximação e de afastamento e deduzir que tipo de imagem é projetada sobre a Poliomielite em Angola pelos diários analisados.
A falta de digitalização da imprensa portuguesa no período em análise bem como o seu acesso difícil e dispendioso constituíram um problema efetivo. Este facto traduziu-se, no caso do Jornal *Público,* na impossibilidade de aceder a informação anterior ao ano de 2001, data da sua primeira remodelação gráfica. Os critérios para manter este jornal como objeto de estudo prende-se com um conjunto de considerações: o seu estilo periodístico, reflexivo, crítico e rigoroso e por se constatar que se trata de um jornal em que, pese embora a sua versão impressa não seja a mais lida, é o conta com mais subscrições na edição digital.
Metodologicamente, dado que os critérios de inclusão utilizados resultam de uma condição imposta por condicionantes externos, compreensíveis e razoáveis, consideraram-se válidos os resultados alcançados uma vez que que resultam de procedimentos objetivos e têm base em critérios de análise bem definidos.
A validade metodológica sai ainda reforçada pelo critério de exaustividade que presidiu à busca e posterior análise. Para a busca usaram-se operadores lógicos e cruzamentos partindo da interseção dos termos mais específicos com vista a incorporar buscas progressivamente mais amplas. Os resultados foram divididos em entradas ou itens que correspondem às peças informativas em que se faz referência à poliomielite em Angola e artigos em que esse é o tema central (figurando no título, subtítulo e/ou entrada, ou constitui uma abordagem central no artigo).

Os dados recolhidos foram cruzados com necessárias explicações quer sobre o contexto histórico das Relações Portugal Angola quer com a estratégia global de erradicação da poliomielite no mundo.
Para validar as conclusões procedeu-se ao estudo comparativo com jornais espanhóis (El País e El Mundo) com características de difusão, ideologia e perfil de leitores que podem permitir a sua equiparação e a obtenção de conclusões. Para a sua seleção foram utilizados os mesmos critérios usados para os jornais portugueses.

4.4 Perguntas de investigação:

1. Que presença tem a Poliomielite em Angola na imprensa portuguesa de referência?
2. Qual a imagem que se transmite acerca da persistência da doença naquela região?
3. Que elementos comuns sobressaem de ambas as publicações em análise?
4. Que importância relativa é dedicada ao tema?
5. Que peso tem a informação sobre Pólio em Angola relativamente à informação sobre Pólio na Imprensa portuguesa?
6. Que tipo de semântica se utiliza?
7. Que tipo de fontes se destacam?
8. Que tipo de notícias predominam?
9. Que diferenças sobressaem entre as imprensas portuguesa e espanhola?

5.Apresentação de Resultados

Tabela 1. Distribuição anual das peças selecionadas para análise

Ano	Jornal de Notícias	Público
1997	1	n.a
2000	1	n.a
2001	2	2
2002	3	2
2003	0	2
2004	3	1
2005	3	10
2006	2	1
2007	0	3
2008	1	0
2009	2	0
2010	1	3

Fonte: Elaboração própria

n.a (não se aplica)

Para facilitar a comparabilidade o gráfico que se segue apresenta-nos a distribuição de peças por diário no intervalo de tempo considerado.

Imagem 1: Número de peças por Jornal

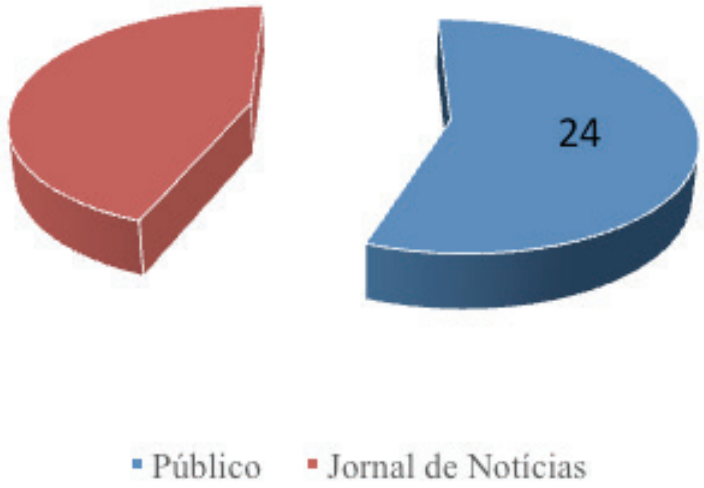

Da sua análise sobressai o facto de ter sido o Jornal Público a apresentar um maior nº de entradas relativamente ao tema em análise.

Tabela 2. Cronologia dos principais factos relatados pelo Jornal de Notícias no período em análise

Ano	Data	Título	Tópico principal
1997	17 de dezembro	O Princípio do fim da Poliomielite	Erradicação da doença mas ameaça de propagação do vírus
2000	9 de junho	Paralisia Infantil na República do Congo	Persistência da doença no Congo
2001	10 de abril	Vacinação em **Angola**	Vacinação
	28 de outubro	Cabo Verde – início campanha de vacinação	Vacinação
2002	9 de Fevereiro	Rotários ajudam a vacinar **angolanos**	Apoio ao combate à poliomielite em Angola ("a doença tem terreno fértil em países pobres")
	8 de agosto	Angola em paz há quatro meses	Tempo de esperança – a importância da mulher
	30 de setembro	Fim da poliomielite dentro de um ano	Necessidade de vigilância em **Angola**
2004	16 de janeiro	Seis países ainda afetados	A importância da vacinação em países como Afeganistão, Egito, Índia, Paquistão, Niger e Nigéria.
	16 de janeiro	Poliomielite será erradicada até ao final do ano	Erradicação da poliomielite
	10 de outubro	Casos detetados no Darfour. Sudão apresenta um alto risco de contágio.	Casos de Poliomielite em África.
2005	31 de janeiro	Saúde e lusofonia	Palop com diagnóstico pouco animador
	29 de junho	Detetado caso de Poliomielite	Caso detetado em **Angola** ("primeiro nos últimos quatro anos")
	30 de setembro	Vacinação em **Angola**	Campanha nacional contra a poliomielite

2006	21 de agosto	**Angola** pede ajuda internacional	Recolha de fundos para a 3ª fase da campanha nacional de vacinação contra a poliomielite (…) sete casos em abril. Ameaça de exportação do vírus.
	27 de agosto	Etiópia é palco de debate sobre doenças em África	Combate aos vírus da sida, malária e poliomielite.
2008	29 de novembro	Sinais Saúde HIV	Relação HIV com vacina contra a polio em África.
2009	4 de abril	Cabo verde vacinação para 100 mil crianças	Cabo Verde - campanha de vacinação: sarampo e paralisia infantil. OMS e UNICEF
	10 de abril		Sarampo e difteria eliminados
2010	4 de Abril	Poliomielite em **Angola**	Persistência da doença

Fonte: Elaboração própria

Tabela 3 Cronologia dos principais factos relatados pelo Público no período em análise

Ano	Data	Título	Tópico principal
2001	10 de julho	"Noruega lidera desenvolvimento humano"	Vacinação em África
	11 de agosto	"Realização de eleições no próximo ano só depende dos **angolanos**"	Vacinação em Angola
2002	30 de setembro	"Um ano para erradicar a poliomielite"	Erradicação da polio
	12 de dezembro	"**Luanda** viola direitos humanos em Cabinda e petrolíferas são cúmplices"	Assassinato de enfermeiro envolvido na campanha de vacinação.
2003	11 de abril	"Rotary Internacional quer erradicar poliomielite até 2005"	Erradicação da polio
	16 de maio	"Campanha mundial da poliomielite muda de alvos"	Concentração de esforços em 13 países
2004	23 de junho	"OMS alerta para surto de poliomielite em África"	Surto de poliomielite em África

2005	23 de janeiro	"Curiosidade"	Africanos usados como cobaias na década de 50
	26 de fevereiro	"Vacinação contra poliomielite começou em África"	Vacinação em África
	7 de abril	"Moçambique quer vacinar oito milhões de crianças contra o sarampo e a poliomielite"	Vacinação em Moçambique
	9 de abril	"Que vacinas são necessárias a quem já está dispensado?"	Vacinação em caso de destinos particulares (regiões tropicais ou com mau saneamento básico)
	13 de abril	"Poliomielite quase erradicada, vinte anos depois da vacina"	Erradicação da poliomielite
	4 de julho	"O Alerta – caso de poliomielite registado em **Angola**"	Alerta – caso de poliomielite em Angola
	13 de julho	"**Angola** regista segundo caso de poliomielite"	Segundo caso poliomielite em Angola
	1 de agosto	"Vacina contra a polio quer chegar a cinco milhões de crianças **angolanas**"	Vacinação contra a poliomielite em Angola (3 novos casos este mês)
	13 de agosto	"Moçambique lança campanha de vacinação"	Vacinação contra a poliomielite em Moçambique
	26 de setembro	"O regresso dos refugiados **angolanos**"	Vacinação em África
2006	1 de julho	"Viagem aos Dembos, em **Angola**. Catana pesada, cabeça erguida"	Poliomielite em África
2007	28 de abril	"O melhor tempo da vida de um jovem militar. Um sonho no Índico"	Joven militar, voluntátia em Moçambique (orfanatos)
	6 de junho	"Estado nigeriano de Kano processa Pfizer por ensaio de medicamento que vitimou crianças"	Processo Pfizer na Nigéria
	23 de outubro	"Contra a poliomielite Combates em nova frente de conflitos tribais no Sudão fazem 50 mortos e dezenas de feridos"	Vacinação Sudão
2010	27 de abril	"O nobel pode ser Marc Ona Essangui"	Marc Ona Essangui (Gabão)
	22 de julho	"Há um surto de poliomielite em **Angola** que ameaça alastrar"	Ameaça de propagação do vírus
	30 de julho	"A Direção geral de Saúde aconselha todos os viajantes para áreas endémicas a vacinação contra o virus da poliomielite"	Vacinação de turistas para **Angola**, Sudão, Afeganistão, Índia, Nigéria e Paquistão.

Fonte: Elaboração própria

Um dos principais indicadores da relevância atribuída a qualquer questão informativa prende-se com o espaço e a forma que lhe é atribuída. Na tabela que se segue apresenta-se a contabilização do número de referências e de artigos relativos ao tópico em análise durante o período considerado.

Assim, uma primeira comparação entre os dois diários faz sobressair o facto do Jornal de Notícias previlegiar a apresentação de artigos sobre a Poliomielite em Angola não apresentando qualquer referência ao tema que não assuma aquela forma. Por sua vez, no Jornal Público, o número de referências ao tópico em análise corresponde a cerca de 45,8% do total de entradas.

Tabela 4. Artigos e referências à poliomielite em África no período em análise (Jornal de Notícias)

Ano	Nº de referências	Nº de artigos
1997	1	0
2000	0	1
2001	0	2
2002	1	2
2003	0	0
2004	0	3
2005	1	2
2006	1	1
2007	0	0
2008	1	0
2009	1	1
2010	0	1
Total	6	13

Fonte: Elaboração própria

Tabela 5. Artigos e referências à poliomielite em Angola no período em análise (Jornal de Notícias)

Ano	Nº de referências	Nº de artigos
1997	0	0
2000	0	0
2001	0	1
2002	0	2
2003	0	0
2004	0	0
2005	0	2
2006	0	1
2007	0	0
2008	0	0
2009	0	0
2010	0	1
Total	0	7

Fonte: Elaboração própria

Tabela 6. Percentagem de referências e artigos sobre poliomielite em Angola no total de referências e artigos sobre poliomielite em África (Jornal de Notícias)

Período temporal	Percentagem de referências à poliomielite em Angola no total de referências à poliomielite em África	Percentagem de artigos sobre a poliomielite em Angola no total de artigos sobre a poliomielite em África
1997-2010	0	53,84%

Fonte: Elaboração própria

Tabela 7. Artigos e referências à poliomielite em África no período em análise (Público)

Ano	Nº de referências	Nº de artigos
2001	2	0
2002	1	1
2003	0	2
2004	0	1
2005	4	6
2006	1	0
2007	2	1
2008	0	0
2009	0	0
2010	1	2
Total	11	13

Fonte: Elaboração própria

Tabela 8. Artigos e referências à poliomielite em Angola no período em análise (Público)

Ano	Nº de referências	Nº de artigos
2001	1	0
2002	1	1
2003	0	1
2004	0	0
2005	1	3
2006	1	0
2007	0	0
2008	0	0
2009	0	0
2010	0	2
Total	4	7

Fonte: Elaboração própria

Tabela 9. Percentagem de referências e artigos sobre poliomielite em Angola no total de referências e artigos sobre poliomielite em África (Público)

Período temporal	Percentagem de referências à poliomielite em Angola no total de referências à poliomielite em África	Percentagem de artigos sobre a poliomielite em Angola no total de artigos sobre a poliomielite em África
2001-2010	36,36%	53,84%

Fonte: Elaboração própria

Tabela 10. Análise dos dados recolhidos (categorias e sub-categorias de análise)

Categorias	Sub-categorias
1. Erradicação da poliomielite	1.1 Erradicação global da poliomielite 1.2 Erradicação da poliomielite em Angola
2. Poliomielite em Àfrica	2.1 Condições favoráveis à persistência da doença 2.2 Dados quantitativos 2.3 Poliomielite em Angola
3. Vacinação e políticas de Saúde Pública	3.1 Campanhas de vacinação em África 3.2 Campanhas de vacinação em Angola 3.3 Políticas de Saúde Pública
4. Poliomielite em África como ameaça global	4.1 Ameaça de importação do vírus 4.2 Países endémicos
5. Investigação e Pesquisa científica	5.1 Vacina 5.2 Associação com outras doenças 5.3 Investigação e Desenvolvimento
6. Solidariedade internacional	6.1 de solidariedade 6.2 Papel das organizações Internacionais

Fonte: Elaboração própria

6. A Poliomielite nas ex-colónias portuguesas à luz da imprensa espanhola

6.1.- As referências no *El País*

A 12 de Maio de 1999, El País faz referência à apresentação em Genebra do relatório sobre saúde no Mundo, da responsabilidade da OMS. Ainda que Sida e Malária sejam os tópicos centrais, numa espécie de epílogo, encontra-se uma referência ao facto das epidemias serem outro dos problemas referindo-se nomeadamente à Poliomielite em Angola, responsável pela morte de 50 crianças.

Dois meses mais tarde, a 5 de julho de 1999, o mesmo jornal dedica duas colunas à situação em Angola, fazendo eco da petição de ajuda realizada pelo bispo de Malange, o espanhol Luis Marías Pérez de Onraíta. A entrada é dramática: "El hambre y la guerra han sumido a Angola en el caos, según el obispo de Malange" assím como na segunda parte do artigo pode-se ler: "Al borde de la catástrofe", referindo-se a "una reciente epidemia de poliomielitis" segundo María Flynn, porta-voz do Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas.

Perante isto, é necessário refletir sobre os motivos para tal visibilidade, pois, segundo se reconhece no próprio artigo, o conflito civil durava já há 30 anos, com milhares de mortos, mais de cem mil mutilados e cerca de dois milhões de deslocados. O artigo não se centra nem analisa o conflito limitando-se a informar acerca de uma força militar (a da União para a independência total de Angola, UNITA), a "guerrilla del general Savimbi" que controla 70% do país, mas nada diz acerca dos motivos. Refere apenas o receio do governo angolano face às tentativas de mediação do cardeal angolano Alexandre do Nascimento, que transmitiu à ONU a situação do país e a vontade da Igreja de contribuir para que se alcancem acordos para a pacificação.

Apenas umas semanas mais tarde (23-7-1999), com a motivação de apresentar o Relatório da Unicef *El progreso de las naciones*, o artigo que o aborda finaliza com uma declaração de Carol Bellamy, directora executiva da Agência, sobre a forma como os conflitos de Angola e do Zaire impediam estender a vacinação contra a pólio e atrasavam a concretização do objetivo de erradicação da doença.

Quando a 7 de Março de 2000 o periódico dedicou o seu primeiro artígo à Síndrome Pós-Pólio em Espanha, recordava os países onde, segundo a OMS, continuavam a existir casos de pólio incluindo Angola e Guiné-Bissau. A erradicação da pólio na região europeia, motivou escassos artigos mas propícios para recordar que a poliomielite continua a ser endémica em alguns países nomeadamente em Angola (El País, 22 de junho de 2002).
Muito mais indiretas são outras referências encontradas, como a que acontece num artigo intitulado "Contra las marcas", em que se refere que algumas multinacionais tentam melhorar a sua imagem: "la firma de diamantes De Beers buscó un lifting de su imagen donando a la Organización Mundial de la Salud 2,7 millones de dólares destinados a erradicar a poliomielite em Angola" (El País, 27 de maio de 2001). Uma informação que se repete, seis meses mais tarde, com escassas modificações no artigo: "La economía con buen corazón" (El País, 11 de noviembre de 2001).

6.2.- As referências no *El Mundo*

A situação sanitária em Moçambique é uma presença particularmente frequente em ambos os jornais, sobretudo pelos ensaios de fármacos contra a malária realizados pelo espanhol Pedro Alonso.
Uma referência concreta à poliomielite surge num artigo a 22 de dezembro de 2001 dedicado à malária. Aí se refere que um dos poucos serviços sanitários disponíveis em Moçambique é o da vacinação e que a rigorosa aplicação do programa de vacinação da OMS para o primeiro ano de vida "ha permitido erradicar del país enfermedades como la polio".
O suplemento de saúde de 21 de Fevereiro de 2004 foi dedicado à erradicação da poliomielite e iniciava com uma promessa esperançosa: "Se divisa el fin de la polio" graças às campanhas da OMS". A parte inicial do artigo apresentava uma moçambicana que andava de gatas devido às sequelas da pólio mas que se mostrava tranquila por saber que o seu bebé não iria sofrer da mesma doença graças à vacinação.
Quanto a Angola, as referências são várias. O relatório da UNICEF de 1996 permite que El Mundo de 12 de dezembro de 1996 exponha os níveis de imunização contra a poliomielite em Angola: apenas 20%.
Uma última referência aparece no Magazine de 1 de abril de 2001, em que se relata que "el pie de Jaipur" (prótese muito económica idealizada pelo doutor Sethi, da Índia) também se fabrica em países como Angola e Moçambique.

6.3. Os artigos

Os artigos dedicados à poliomielite em alguma das ex-colónias portuguesas são apenas dois (um em cada jornal) e traduzem os mesmos acontecimentos em Angola em 2005, informação originária da AFP (Genebra) e da Reuters.
O primeiro surge no El País, de 4 de julho de 2005: "La polio reaparece en Angola, donde se había logrado su erradicación". O alarme é considerável, uma vez que a pólio se considerava erradicada em Angola desde 2001 (dado que contradiz o que o mesmo jornal expunha num artigo de 2002, em que se assumia o carácter endémico da poliomielite naquele país). A OMS alertou para um caso em Luanda, com um vírus provavelmente chegado da Índia. A mesma fonte indicava que somente 45% das crianças angolanas estão vacinadas pelo que iria ter início uma campanha nacional de vacinação.
A 1 de Agosto desse mesmo ano de 2005, foi o El Mundo, num artigo, a dar conta do início da referida campanha de vacinação em Angola, com o título "Angola comienza la vacunación a cinco millones de niños de la polio". Ao mesmo tempo, o jornal salienta o reaparecimento da doença "tras cuatro años de control". O artigo apresenta um conjunto muito completo de informação. Referia-se que a origem do problema está na Índia e que já se haviam verificado três casos em Angola, um na província de Benguela e dois em Luanda, durante o mês de julho. Em Angola a imunização apenas alcançaria os 45%, sendo menor nas zonas rurais. A campanha de três dias tinha um pressuposto de três milhões de euros e estava a ser organizada pelo Ministério de Sanidade, Unicef e OMS. Uma vez mais se sublinha que "el diagnóstico, junto con el nuevo brote en Indonesia, suponen un serio revés para la OMS, que tenía como objetivo erradicar la enfermedad a nivel global a final de año".

Tabela 11. Artigos e referências à poliomielite nas ex-colonias portuguesas no período em análise nos jornais espanhóis

	El País	*El Mundo*
Artigos	1	1
Menção em artigos sobre pólio	2	1
Menção em referências sobre pólio	5	3
TOTAIS	8	5

Fonte: Elaboração própria

Tabela 12. Cronologia dos artigos e referências nos jornais espanhois

EL PAÍS	*EL MUNDO*
12-5-1999, 34	12-12-1996
5-7-1999, 10	1-4-2001, 209
23-7-1999, 23	22-12-2001, s6
7-3-2000, 48	21-2-2004, s1, 4-5
22-6-2002, 28	1-8-2005, 28
27-5-2001, 15	
11-11-2001, 15	
4-7-2005, 34	

Fonte: Elaboração própria

Nota: A preto: referências sobre a pólio em que se refere alguma ex-colónia portuguesa. Vermelho: artigos sobre a pólio em que se refere alguma ex-colónia portuguesa. Amarelo: artigos sobre a pólio em alguma ex-colónia portuguesa.

7. Interpretação de Resultados

Na imprensa, a poliomielite surge como uma doença de países longínquos (quer em termos geográficos quer económicos e culturais). É por isso, objeto de programas solidários, de cooperação, ao mesmo tempo que aqueles países são vistos como uma potencial ameaça para o Ocidente seja pelos movimentos anti vacinação quer pela atividade migratória.

É neste sentido, de ameaça vinda do exterior, que a poliomielite adquire importância pública ao ponto de figurar na agenda da imprensa portuguesa. Esta imagem está aliás, repleta de estereótipos[3].

---

3 Cabecinhas e Amâncio (2004: 7) a propósito de um estudo sobre estereótipos e assimetria simbólica em jovens portugueses e angolanos, referem que apesar de muitos dos traços apresentados pelos portugueses acerca dos jovens angolanos serem de natureza positiva () continuam a sobressair várias referências a traços de instrumentalidade negativa (*despreocupados*, *ignorantes*, *incultos*, etc.) assim como a traços de submissão (*passivos,acomodados*).

De destacar, ainda, as referências ao conflito e à luta (*conflituosos*, *corajosos*, *lutadores*) e à solidariedade grupal (*camaradagem*, *companheiros*, *unidos*). Estas referências remetem para a representação de um grupo dominado que, sentindo-se em posição desfavorável e ameaçado pelo exterior, reforça a solidariedade e coesão internas. A posição desfavorável deste grupo é reforçada pelas referências directas à precariedade da sua situação económica e social (*discriminados*, *pobres, sofredores*).

Assim, e ainda que a inclusão do Jornal Público, apenas a partir de 2001, possa não favorecer a comparabilidade (objetivo prioritário do estudo), o facto do critério de inclusão utilizado resultar de uma definição imposta por condicionantes externos, compreensíveis e razoáveis, faz com que se considerem válidos os resultados alcançados, uma vez que resultam de procedimentos objetivos e com base nos mesmos critérios de análise.
O quadro que se segue resume as principais evidências à luz das categorias e sub-categorias previamente definidas.

Tabela 13. Contabilização das entradas de acordo com as categorias estabelecidas

Categorias	Sub-categorias	Jornal de Notícias	Público
1	1.1 1.2	2 1	3 1
2	2.1 2.2 2.3	4 1 4	1 1 4
3	3.1 3.2 3.3	4 2 1	12 3 1
4	4.1 4.2	2 3	5 1
5	5.1 5.2 5.3	4 1 2	2 1 3
6	6.1 6.2	3 2	1 2

Fonte: Elaboração própria

Nota: O nº de entradas superior ao nº total referido anteriormente prende-se com o facto de as categorias não se excluírem mutuamente uma vez que uma mesma referência ou artigo corresponde, em vários casos, a mais do que uma das subcategorias definidas.

Assim, pode-se afirmar que, no caso do Jornal de Notícias os tópicos mais vezes incluídos nas entradas seleccionadas são: a vacina e as campanhas de vacinação (nomeadamente no caso angolano), a Poliomielite em Angola, os países onde o problema é ainda endémico e a Solidariedade internacional.
No que se refere ao Jornal Público as principais preocupações parecem recair sobre a vacinação em África, a importação do vírus, a erradicação global, a vacinação em Angola e questões de investigação associadas ao conhecimento e controle da doença.
Da comparação dos dois periódicos sobressai por um lado, a pouca cobertura do tema e por outro, a concentração da atenção nas campanhas de vacinação inicialmente como instrumento prioritário para a estratégia de erradicação global da doença e frustrada esta expetativa, como forma de controle de uma ameaça real resultante da persistência da doença em determinados países considerados menos desenvolvidos.
Por sua vez, quanto às questões de investigação apresentadas pode-se concluir que:

1. A Poliomielite em Angola parece ser uma preocupação secundária para a imprensa portuguesa. A maior atenção é dada em momentos de reaparecimento efetivo da doença.

2. A persistência da doença é associada às condições deficitárias em que vivem aquelas populações (do ponto de vista económico, social, cultural, de higiene e saneamento)
3. Ambas as publicações coincidem nos temas em análise: surtos de poliomielite, Programa de erradicação global, vacinação, risco de descontrole da doença e solidariedade internacional.
4. Se no caso do Jornal de Notícias se encontra uma diferença significativa entre o número de referências e de artigos sobre o tema (6 referências para 13 artigos) no caso do Público o nº de referências e de artigos é semelhante (11 referências para 13 artigos).
5. Apesar de ambos os jornais apresentarem a mesma percentagem de artigos sobre a Pólio em Angola relativamente ao de artigos sobre a Pólio em África (53, 84%) só o Público apresenta referências à Pólio em Angola (36,36% do total).
6. Do ponto de vista da semântica, é frequente a associação da Poliomielite, à pobreza, ao não desenvolvimento, à falta de cuidados e de políticas de saúde pública (comprometendo assim o propósito de erradicação global da doença) bem como a termos como medo, ameaça, perigo.
7. As principais fontes são organismos internacionais (OMS, Rotary) e agências noticiosas.
8. Predomina uma visão negativa acerca da persistência da Poliomielite e sobretudo dos países onde continuam a existir casos da doença.
9. Quanto às diferenças nas imprensas portuguesa e espanhola, estas não parecem particularmente significativas. As únicas diferenças que se podem apontar prendem-se com o número de entradas e com o facto de, em Portugal, não existirem quaisquer referências à situação política em Angola. Em contraposição, sobressaem semelhanças quer na importância secundária atribuída ao tema quer na sua associação a países subdesenvolvidos, pobres, incultos e a metáforas associadas ao medo pela ameaça que a persistência da doença naqueles países pode representar para o Ocidente.
10.

Além disso, importa referir que na imprensa portuguesa em análise alguns tópicos parecem ser recorrentes e podem ser apresentados da seguinte forma:

- Risco de surto de poliomielite a partir da importação do vírus (nomeadamente das ex-colónias),
- Risco de reaparecimento seja pela libertação acidental do vírus seja pela ameaça de manipulação do vírus e bioterrorismo,
- Riscos e benefícios da vacina,
- Erradicação (primeiro na Europa e depois a nível global),
- Conotação histórica da doença,
-

Ao mesmo tempo, a Poliomielite, enquanto problema alheio, converte-se numa questão que apela sobretudo à solidariedade.

Além disso, a consciencialização das consequências que poderiam advir da expansão do vírus e a sua (re) importação pelo Ocidente conduz, por um lado, à associação da doença a termos como ameaça ou perigo e, por outro, à necessidade de intervenção como forma de controlar e conter a progressão do vírus.

Os resultados evidenciaram também, que os temas ligados à saúde presentes na imprensa não se referem a doenças propriamente ditas mas sobretudo a Políticas de Saúde (no quadro nacional e internacional).

8. Considerações finais

O fracasso na tentativa de alcançar a almejada erradicação (2000-2005) é sujeito a múltiplas explicações na imprensa (nomeadamente por parte da OMS). O discurso assenta quer na fácil transmissão do vírus quer nas campanhas de vacinação como única forma de a impedir. O risco para países vizinhos converte-se numa ameaça global. Em 2004, o Jornal Público referia: "OMS alerta para surto de poliomielite em África" (Público, 23-6-2004). Por sua vez, o Jornal de Notícias apresentava o surto de Darfour (Sudão) como supondo um alto risco de contágio (Jornal de Notícias, 10-10-2004).

A preocupação com a importação do vírus constata-se claramente no caso português devido a esta relação às ex-colónias.

O Jornal de Notícias constrói este discurso desde cedo (o primeiro artigo identificado é de 17-12-1997) e de forma continuada (1998, 2000, 2003, 2004). Apesar da elevada cobertura vacinal na Europa, o imigrante começa a ser encarado como uma potencial ameaça ao ser visto como portador de um vírus que assombrou o passado do velho continente.

Compreende-se por isso que o objetivo da erradicação apareça na imprensa associado a um misto de solidariedade e de medo. É neste contexto que surgem as campanhas que apelam à contribuição económica para a vacinação em países pobres que, de forma mais ou menos explícita não deixam também de ser apresentados como obstáculo ao propósito global da erradicação.

No caso português importa salientar uma circunstância especial que resulta da proximidade temporal ao período colonial, o que justifica o interesse relativamente à Pólio em países como Moçambique, Cabo Verde ou Timor, e sobretudo Angola.

As relações Portugal Angola têm sido historicamente pautadas por avanços e recuos traduzindo o que se pode apresentar como uma relação amor/ódio. Este relacionamento, com importantes traços economicistas, ultrapassa largamente esse domínio refletindo-se a níveis não tão facilmente quantificáveis de relacionamento humano. Este facto pode aliás explicar a sua maior presença no *Jornal de Notícias*, dado o seu carácter mais popular.

Como refere Ferreira (1994), as relações económicas entre Portugal e as suas ex-colónias africanas (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) caraterizaram-se até 1974 por um tratamento preferencial. Com vista a promover a integração económica nacional, o Decreto-Lei n.º 44 016, de Novembro de 1961 viria mesmo a criar uma zona de comércio livre entre Portugal e aqueles territórios. Após a independência das ex-colónias portuguesas em África, aqueles vínculos preferenciais acabaram. No entanto, Portugal viria a manter importantes ligações àqueles territórios sobretudo com Angola (relações nem sempre libertas de problemas e contradições).

Pode-se ainda destacar que a análise da imprensa portuguesa enfatiza as diferenças entre dois universos longínquos (não só geograficamente mas também do ponto de vista cultural, social e económico).

Ao mesmo tempo, e no que se refere à relação Portugal/ ex-colónias, não deixa de transparecer uma certa lógica de submissão dos segundos tanto mais que se fazem várias referências à necessidade de ajuda externa para financiamento dos respectivos programas de combate à Poliomielite ("Angola pede ajuda internacional", *Jornal de Notícias*, 21 de Agosto de 2006; "Rotary Interncional quer erradicar poliomielite até 2005"; Público, 11 de Abril de 2003).

Outro aspeto importante é o que se refere a uma tentativa evidente de vincular a poliomielite em África ao baixo grau de desenvolvimento daqueles países. Aliás, algumas peças parecem impregnadas de estereótipos transmitindo uma visão ocidentalizada do tema.

Quanto à imprensa espanhola, sobressai o facto da poliomielite nas ex-colónias portuguesas ser um foco de baixa atratividade. A sua presença relaciona-se sobretudo com os surtos da doença no mundo e com as campanhas para a sua erradicação. O mesmo é dizer que o interesse recai particularmente sobre o carácter epidémico da doença e a sua potencialidade de expansão. Neste sentido, a Nigéria constitui o país mais vezes referido especialmente por El País em que se constrói a metáfora de ameaça da pólio como coincidente com a ameaça do radicalismo islâmico

Quanto às ex-colónias portuguesas, ainda que se faça alguma referência a Moçambique, Angola justifica as principais entradas.
Aqui sobressai o interesse pela presença espanhola desde uma perspetiva humanitária, algo comum aliás, à maior parte dos enfoques europeus sobre África (nomeadamente no caso português). A presença espanhola torna-se evidente seja pela sua mediação nos conflitos (o caso do bispo Pérez de Orantía), seja pela investigação *in loco* sobre prevenção e tratamento da malária (o caso de Pedro Alonso).
Esta visão de Moçambique ou de Angola como símbolos dos países africanos parece traduzir-se numa escassa preocupação pela exatidão da informação dando mesmo lugar a algumas contradições. Os dados sobre a imunização em Angola variam entre os 20% e os 45% e os da morbilidade também variam, ao ponto de se considerar ora que Angola é um país endémico ora que a poliomielite em Angola estava erradicada desde 2001.
A falta de interesse em contextualizar o que sucedia de um ponto de vista político (a guerrilha frente ao Governo e a mediação da Igreja) reconduz-nos à ideia de que se pretendia apenas associar a imagem de África ao subdesenvolvimento.
A pólio e a escassa imunização acabam, no entanto, relacionadas com o caos produzido pelos conflitos bélicos. É neste contexto que Angola se usa como exemplo de um país em que a doença persiste o que sobretudo, dificulta e atrasa a concretização do objetivo de erradicação global.
Por sua vez, o uso que ambos os jornais fazem das notícias para construir e desenvolver as suas próprias agendas torna-se particularmente evidente quando, por exemplo, *El País* volta a usar o artigo sobre poliomielite em Angola para falar da Nigéria e da sharía islâmica como ameaça.

Referências Bibliográficas

AMADO, J. (2000), "A Técnica da Análise de Conteúdo". *Referência* 5, pp. 53-63, disponível em *https://woc.uc.pt/fpce/person/ppinvestigador.do?idpessoa=10057* [consultado a 8-8-2014].

BARDIN, L. (2004). *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.

CABECINHAS, R., AMÂNCIO, L. (2004), "Estereótipos sociais e assimetria simbólica: tres estudos com jovens angolanos e portugueses". In *Atas do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, 16-18 Setembro.

CARDOSO, R. (2012), *Visibilidade da Enfermagem em Meios de Comunicação Social Portugueses de cariz Informativo da Internet*. Tese de Mestrado, Coimbra, Escola Superior de Enfermagem, Universidade de Coimbra.

CORREIA, J.C. (2011), *O admirável mundo das notícias*, LabCom Books.

ENTMAN, R.M. (1991), "Framing U.S. coverage of international news: Contrast in narratives of the KAL and Iran air incidents". *Journal of Communication*, 41(4), pp. 6-27.

FERREIRA, M.E. (1994), *A indústria em tempo de Guerra (Angola 1975-91)*, Lisboa, Cosmos.

FUNDACIÓN TRES CULTURAS DEL MEDITERRÁNEO (2010), *Imagen del mundo árabe y musulmán en la prensa española*, Disponível em *http://www.tresculturas.org/contenidoDetalles.asp?f3cc=-1735445753*, [consultado em 8-8-2014].

GIL, A.B.F. (2010), "Espaços discursivos online e democracia deliberativa: Promessas e limites". In Morgado, I. e Rosas, A., (org.*), Cidadania Digital*, Livros LabCom. *https://woc.uc.pt/fpce/person/ppinvestigador.do?idpessoa=10057*, [consultado em 8-8-2014].

LIPPMAN, W. (1922), *Public Opinion*, New York, Free Press.

LOBO, M. (2010), "Cobertura mediática de África na imprensa europeia no contexto da II cimeira UE-África", *Biblioteca on-line de Ciências da Comunição*, LabCom, Disponível em *http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-mafalda-cobertura-mediatica-de-africa-na-imprensa-europeia.pdf*, [consultado em 12-09-2014].

McCOMBS, M. (2009), *A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública*, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes.

NOGUEIRA, C. (2008), "Análise(s) do discurso: diferentes concepções na prática de pesquisa em psicologia social". *Psic.: Teor. e Pesq.* [online], 24(2), pp. 235-242. Disponível em *http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722008000200014*, [consultado em 12-9-2014].

ROGERS, E., DEARING, J. (1988), "Agenda Setting research: where has it been, where is it going?". In J. Anderson (ed.), *Communication yearbook II*, Newbury Park, CA Sage, pp.555-593

SANTOS, B.S. (2006), *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*, São Paulo, Cortez.

O comportamento organizacional: comunicação estratégica, cultural, relações sociais e económicas na inserção do capital humano no contexto hospitalar

Ilse Maria Tigre de Arruda Leitão[1]
ilsetigre@hotmail.com

Adriana Catarina de Souza Oliveira[2]
Ana Karoline Marques Duarte[3]
Priscylla Renata Fernandes Nogueira[4]
Roberta Meneses Oliveira[5]
Marcelo Gurgel Carlos da Silva[6]

Resumo: O Comportamento Organizacional é um campo de estudo que ajuda a prever, explicar e compreender os comportamentos nas organizações (QUADROS; TREVISAN, 2002). É fundamental conhecê-lo para saber como lidar com os diversos conflitos e eventuais problemas que podem surgir.Este estudo objetivou investigar as relações entre os aspectos do comportamento organizacional diante da adoção de novas tecnologias de comunicação no ambiente laboral de uma organização hospitalar. O estudo foi realizado em uma organização hospitalar do município de Fortaleza-CE-Brazil¸ Conceitos de cultura, valores, conhecimento, comportamento organizacional foram abordados. Para coleta de dados, utilizou-se um questionário relacionado a Avaliação do Contexto de Trabalho (EACT) elaborado por Mendes; Ferreira (2006), o qual permitiu conhecer o contexto de trabalho sob a óptica do trabalhador, aplicado com 74 profissionais de diversos níveis de assistenciais e operacionais da unidade de centro cirúrgico. A Escala de Avaliação do Contexto de Trabalho é do tipo *Likert*. A comunicação é apresentada pelos trabalhadores como um dos nós críticos para o desenvolvimento eficaz no contexto de trabalho. O fator Organização do trabalho foi o item que apresentou maior média (3,54), o que sugere deficiência no modo como as tarefas são organizadas. A contribuição da EACT na identificação do contexto de trabalho proporciona a possibilidade de diagnóstico a cerca organização do trabalho- OC, condições de Trabalho-CT e relações sócio profissionais-RS. A unidade apresentou resultado satisfatório. Entretanto se analisado separadamente cada fator (CT, OT e RS), percebe-se que há indicadores que merecem atenção e melhorias. O desafio do comportamento organizacional na unidade de centro cirúrgico encontra-se em gerar e manter canais de comunicação desobstruídos para que os trabalhadores interajam entre si numa verdadeira ação comunicativa, tendo como estratégia a interação e o compartilhamento de sentidos e de valores da equipe de trabalho, em prol de uma assistência de qualidade.

Palavras-chave: capital humano; comportamento organizacional; escala de medidas; contexto de trabalho; centro cirúrgico

---

1 Professora Curso de enfermagem, doutoranda Programa de Pós-graduação Saúde Coletiva – A Universidade Estadual do Ceará –UECE-BRAZIL

2 Professora doutora do Curso de Enfermagem da Universidade de Mursia-ESPANHA

3 alunas Curso de Graduação Enfermagem da Universidade Estadual do Ceará –UECE-BRAZIL

4 alunas Curso de Graduação Enfermagem da Universidade Estadual do Ceará –UECE-BRAZIL

5 Professora Curso de enfermagem, doutoranda Programa de Pós-graduação Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde Universidade Estadual do Ceará –UECE-BRAZIL

6 Professor Doutor Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva-A A UECE-BRAZIL

1. Introdução

Em todo o mundo, a expressão comportamento organizacional tem sido utilizado para denominar as habilidades humanas, incluindo motivações, comportamentos, comunicações intra e interpessoal, intra e intergrupal, desenvolvimento de atitudes, poder de liderança, estruturas e processos grupais, percepção, aprendizado, conflitos, mudança, planejamento e organização humana do trabalho (LEITE& LEITE& ALBUQUERQUE, 2012).

O comportamento organizacional, definido como o campo de conhecimento interessado no estudo sistemático do comportamento dos indivíduos e dos grupos nas organizações, bem como da estrutura e do comportamento destas, resulta da confluência de saberes de diferentes áreas disciplinares que compartilham um interesse em comum: o estudo das organizações (SOBRAL& JOÃO& MANSUR, 2013).

O Comportamento Organizacional está fundamentado no estudo sistemático do comportamento humano direcionando ações e atitudes dos indivíduos, e de grupos no ambiente organizacionais. Tendo como finalidade atingir produtividade, reduzir o absenteísmo e a rotatividade e promover a cidadania organizacional.

No atual mundo do trabalho, em quaisquer áreas, não é mais possível conceber a gestão do comportamento organizacional como o desejo de melhorar a produtividade e a satisfação no trabalho, sob pena de perpetuar uma concepção isolada do ser humano e continuar a desembocar em perspectivas simplistas, mecânicas, instrumentais, elitistas, utilitaristas e universalistas (LEITE&LEITE& ALBUQUERQUE, 2012).

Pesquisa demonstra que o campo de CO ainda representa uma pequena parcela das publicações em estudos organizacionais no Brasil. Entretanto, o campo possui uma temática bastante abrangente, fruto da multidisciplinaridade das suas influências, porém distinta dos estudos internacionais, mesclando estudos com foco predominantemente na organização (nível macro), mas também no indivíduo (nível micro) (SOBRAL& JOÃO& MANSUR, 2013).

Segundo o que se postula no relatório da OCDE (1998), a quantidade de investimento em capital humano pode facilmente ser medido através de dois recursos relacionados com a aprendizagem: tempo e dinheiro. Argumenta-se que tanto o investimento de tempo como de dinheiro por parte de indivíduos, empresas e governos em educação e formação são medidas indiretas da formação do capital humano, mas que estas medidas são insuficientes uma vez que não têm em conta a aprendizagem além do sistema formal onde os investimentos são menos visíveis

Já os métodos atuais de avaliação do capital humano na área da saúde são baseados em comparativos com padrões ideais e não levam em conta o estudo das percepções que os trabalhadores constroem acerca de diferentes aspectos do seu trabalho e que são responsáveis por guiá-los em linhas consistentes de efetivação de seu processo de trabalho.

Considerando o conjunto de métodos e técnicas adotados para o conhecimento do comportamento organizacional do capital humano, as escalas psicométricas são um dos instrumentos mais empregados atualmente para o estudo de tal atributo, devido ao seu rigor metodológico e por serem subsidiadas por procedimentos estatísticos que conferem grande poder de análise e inferência das informações prestadas.

No atual mundo do trabalho, em quaisquer áreas, não é mais possível conceber a gestão do comportamento organizacional como o desejo de melhorar a produtividade e a satisfação no trabalho, sob pena de perpetuar uma concepção isolada do ser humano e continuar a desembocar em perspectivas simplistas, mecânicas, instrumentais, elitistas, utilitaristas e universalistas.

Tendo em vista as modificações constantes no mundo do trabalho, é possível constatar a importância de novos estudos sobre os construtos satisfação no trabalho, envolvimento com o trabalho e clima organizacional. Nesse sentido, o presente trabalho propôs-se a verificar o quanto tais constructos são associados e ainda explorar suas implicações na qualidade da assistência de Enfermagem e na segurança do paciente.

Verifica-se, portanto, que o estudo do comportamento organizacional pode favorecer o entendimento da crise vivenciada na estrutura e no gerenciamento dos sistemas e serviços de saúde, que tem levado a uma precarização do trabalho do enfermeiro, gerando sobrecarga, estresse ocupacional, aumento dos índices de absenteísmo, rotatividade e pedidos de demissão, bem como inúmeras consequências indesejáveis.

Nas organizações de saúde, é premente a necessidade de aprimoramento das práticas de gestão de pessoas, pela compreensão dos processos que envolvem a gestão do seu comportamento, com vistas a suscitar novos espaços de diálogo e reflexão, tanto entre acadêmicos quanto entre profissionais, coordenadores e gestores, concernentes a comportamentos, atitudes e valores.

A administração do comportamento organizacional se concentra em desenvolver e aplicar o conhecimento e as competências do capital humano, fatores individuais (capacidade de aprendizado, personalidade, valores, estresse), interpessoais (liderança, comunicação, capacidade de tomada de decisão, relações grupais) e organizacionais (cultura, ambiente de trabalho e adaptabilidade), determinam o comportamento e o principal valor das pessoas no âmbito da organização. Os fatores ora apresentados interagem no sentido de produzir resultados relacionados a produtividade, satisfação profissional e sucesso da organização. Para compreender o comportamento organizacional faz-se necessário entender como os fatores individuais, interpessoais e organizacionais influenciam o comportamento e o valor das pessoas dentro de uma determinada organização.

Administrar pessoas também significa administrar comportamentos e administrar comportamentos humanos se faz necessário compreender que eles ocorrem em um determinado contexto, com características específicas, e se não adequadamente identificadas, podem dificultar ou inviabilizar a eficácia e a efetividades dos processos de trabalho e das relações socioprofissionais. É preciso ter clareza que situações em determinados contextos de trabalho influenciam comportamentos.

Analisar aspectos ambientais e organizacionais nos leva a compreender a organização como um sistema de relações inserido em um sistema maior com vários subsistemas. Partindo deste princípio, é preciso considerar que acontecimentos econômicos, sociais, culturais e políticos, podem alterar as condições de funcionamento de uma determinada organização.

No entanto, independente da estrutura da organização e da forma que ela é compreendida, deve-se considerar que a organização são estruturas constituídas por regimentos, normas, rotinas, politicas, procedimentos, metas, visões missões, que fazem parte do cotidiano de seus trabalhadores e que encontram-se socialmente construídas.

De acordo com Mendes & Ferreira (2008) um contexto de trabalho pode ser definido como um *locus* material, organizacional e social, onde se opera a atividade de trabalho e as estratégias individual e coletiva de mediação, utilizada pelos trabalhadores na interação com a realidade de trabalho. Este contexto articula uma multiplicidade e uma diversidade de variáveis compondo uma totalidade do espaço institucional.

O estudo do comportamento organizacional agrega valor às competências e ao conhecimento gerencial. Neste sentido, a avaliação torna-se um processo dinâmico, integrado ao processo decisório, devendo estar presente nas diferentes esferas de gestão. Deve ser um processo permanente e sistemático, articulado às ações implementadas, com vistas a subsidiar a definição de problemas, reorientar estratégias desenvolvidas, fornecer elementos para a transformação das práticas sanitárias, mensurar impactos das ações sobre a condição de vida de saúde das populações e sobre a organização dos serviços. Portanto, a avaliação torna-se etapa fundamental para gestão de serviços de saúde (ARANHA, 2009).

Os enfoques administrativos oriundos da modernidade estão, cada vez mais, se tornando obsoletos face às necessidades das organizações, sobretudo, daquelas prestadoras de serviços como é o caso das instituições de saúde, bem como de seu capital humano (SOUZA, 2005).

No centro cirúrgico a dinâmica de trabalho, aliada ao relacionamento entre os profissionais que atuam na referida unidade, deve acontecer de forma harmoniosa. Para tanto, torna-se indispensável um trabalho integrado, com profissionais capacitados e preparados, favorecendo o enfrentamento das exigências impostas pelo referido ambiente, visando segurança e bem-estar do paciente (SILVA, 2009).

O contexto e a organização do trabalho em centro cirúrgico são vistos, predominantemente, como fatores de risco, potencializando um conjunto de comportamentos organizacionais e emocionais inadequados que vão do absenteísmo, ausentismo, do estresse ao *burnout*, passando pela depressão, pelos problemas decorrentes de fatores ergonômicos e incluindo vários outros sintomas físicos e psicossomáticos. Os estudos e pesquisas em Psicologia do Trabalho têm sido pródigos em apontar os riscos associados as atividades laborais em centro cirúrgico: os poucos limites entre trabalho e tempo livre; a falta de valorização social do trabalho de alguns profissionais em relação a outros da mesma equipe de trabalho; sedentarismo, excesso de jornada, a forte

cobrança por resultados, alta demanda emocionais nas relações socioprofissionais, entre tantos outros
O objeto da pesquisa trata-se da análise do comportamento organizacional no processo de trabalho em unidade de centro cirúrgico, tendo como enfoque o constructo contexto de trabalho. Tendo como objetivos analisar os fatores condicionantes do contexto de trabalho em unidade de centro cirúrgico e identificar através da escala de avaliação EACT (Escala de Avaliação da Carga de Trabalho) a conjuntura do trabalho em unidade de centro cirúrgico, em relação comunicação estratégica, cultura, relações sociais e econômicas na inserção do capital humano no contexto.

2. Método

Trata-se de pesquisa do tipo descritiva com delineamento transversal, com abordagem quanti-qualitativa e de caráter analítico.
Os estudos descritivos visam descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, envolvendo o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, como entrevista estruturada e semi-estruturada, e assumindo, em geral, a forma de levantamento (GIL, 2008). Segundo Minayo et al (2010), em estudos quanti-qualitativos, pode-se optar pela Triangulação de Métodos, que envolve a combinação e o cruzamento de múltiplos pontos de vista, visão de vários informantes e emprego de uma variedade de técnicas de coleta de dados que acompanha o trabalho da investigação. Na prática, seu uso permite interação, crítica intersubjetiva e comparação.

3. Campo da pesquisa

O campo de pesquisa foi uma organização de saúde de nível terciário localizada em Fortaleza-CE, sendo esta, pública. Essa instituição em questão é considerada o maior hospital da rede pública do Ceará, servindo à população do Estado e, por sua referência e complexidade, também aos estados vizinhos, em diferentes áreas de saúde. É também um dos maiores centros de treinamento do País, certificado por portaria interministerial (Ministérios da Saúde e Educação) como hospital de ensino, atuando na formação de médicos em nada menos que 24 especialidades. Atualmente, o hospital realiza 1.150 cirurgias, 16 mil consultas e 100 mil exames laboratoriais por mês. Na área de exames especializados, o hospital é o único da rede pública estadual a realizar Ressonâncias Magnéticas e Eletroneuromiografias.
O centro cirúrgico desta unidade hospitalar ocupa todo o andar, possui 16 salas de cirurgia, sala de recuperação pós-anestésica (SRPA) com 24 leitos, central de material e esterilização (CME), vestiários, duas salas de estar médico, sala para recepção pré-operatória dos pacientes e duas salas de pré-anestésica.
A equipe interdisciplinar da unidade em estudo é formada por médicos cirurgiões, anestesiologistas, enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de serviços gerais, e auxiliares administrativos.

4. População e amostra

A população foi composta por profissionais que atuam na unidade do Centro Cirúrgico do referido hospital. A quantidade de pessoas envolvidas no estudo foi encontrada de acordo com as escalas de serviço e os critérios de inclusão e exclusão da pesquisa. Os critérios de inclusão elencados foram: trabalhar na unidade há mais de um ano, não se encontrar em período probatório. Já os de exclusão se encontrar afastado no período da coleta.

5. Instrumento de coleta de dados

Foi aplicado um questionário sócio demográfico e profissional abrange as seguintes variáveis: sexo, estado civil, idade, tempo de formação profissional, tempo de atividade no serviço, pós-graduação, quantidade de empregos, carga horária semanal de trabalho, setor de atuação e tipo de vínculo empregatício. Em continuação à coleta aplicou-se em conjunto a escala que avalia o contexto de trabalho- EACT proposto por Mendes & Ferreira (2008). Trata-se de um instrumento estruturado com perguntas de múltipla escolha envolvendo as dimensões do contexto de trabalho com o uso da escala *Likert*. É um questionário auto preenchido, com uma distribuição multidimensional (3 dimensões), contendo no total 31 itens.

A escala tem por objetivo captar as representações que os indivíduos têm de seu contexto de trabalho com bases em três dimensões analíticas interdependentes: (a) condições do trabalho; (b) organização do trabalho; e (c) as relações sócio profissionais de trabalho. Parte-se do pressuposto que as representações dos indivíduos sobre o contexto de trabalho são influenciadas, fundamentalmente, pelas três dimensões mencionadas. Tais dimensões, por sua vez, são compostas por diversos aspectos interdependentes (MENDES& FERREIRA, 2008).

As relações socioprofissionais consistem a segunda dimensão dessa escala e podem ser conceituadas como os modos de gestão do trabalho, comunicação e interação profissional. Possui 10 itens. Nesse sentido, Siqueira (2008) conceitua condição de trabalho como toda e qualquer variável presente no ambiente de trabalho capaz de alterar e/ou condicionar a capacidade produtiva do indivíduo, causando ou não agressão ou depreciações a saúde deste.

Essas variáveis presentes no ambiente de trabalho, são o conjunto das condições técnicas relativas ao ambiente, instalações, máquinas, equipamentos e ferramentas e, ainda, as relações interpessoais entre chefes e subordinados e entre colegas, no trabalho.

Carvalho et . al (2013) conceitua condição de trabalho como toda e qualquer variável presente no ambiente de trabalho capaz de alterar e/ou condicionar a capacidade produtiva do indivíduo, causando ou não agressão ou depreciações a saúde deste.

Análise dos resultados

Os resultados foram discutidos com base no referencial teórico da comportamento e cultura organizacional do trabalho considerando-se a inter-relação trabalho e saúde a partir da análise da dinâmica inerente a determinados contextos de trabalho que constam de forças, visíveis ou não, objetivas e subjetivas, psíquicas, sociais, políticas e econômicas que podem influenciar esse contexto de maneiras distintas, transformando-os em lugar de saúde e/ou de adoecimento.

O tratamento dos dados deu-se através de estatística descritiva com frequência, média e desvio padrão. Por ser uma escala do tipo *Likert*, de cinco pontos indo de nunca a sempre. De acordo com a orientação da autora do instrumento por ser constituída de itens negativos a escala deve ter sua análise feita por fator e com base em três níveis diferentes, considerando um desvio padrão em relação ao ponto médio. Como resultado para essa escala pode-se considerar: Acima de 3,7 = avaliação mais negativa, grave. Indica que o contexto de trabalho possibilita de forma grave o adoecimento do profissional. Entre 2,3 e 3,69 = avaliação mais moderada, crítico. Indica que o contexto de trabalho favorece moderadamente o adoecimento do profissional. Abaixo de 2,29 = avaliação mais positiva, satisfatório. Indica que o contexto de trabalho favorece a saúde do profissional.

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Ceará-UECE para apreciação, e aprovado com parecer do CEP nº 796.155.

6. Resultados

Foi analisado um total de 74 questionários, obtendo-se uma taxa de resposta de 95,6%.

O perfil sócio demográfico dos trabalhadores de saúde da unidade pesquisada está descrito na Tabela 1. Compõem os sujeitos da amostra 19 enfermeiros (ENF), 20 médicos (MED), 25 técnicos de enfermagem (TEn), 7 auxiliares de serviços gerais (ASG) e 3 auxiliares administrativos (AA).

Tabela 1. Características laborais dos trabalhadores de saúde entrevistados na unidade de centro cirúrgico. Fortaleza, Ceará, 2014.

Características	Trabalhadores%				
Tempo de trabalho no hospital	**ENF.**	**MÉD.**	**TEN**	**AA**	**A.S.G.**
Menos de 1 ano	–	–	–	–	–
De 1 a 5 anos	10	14	15	03	02
De 6 a 10 anos	09	06	10	00	05
Tempo de profissão					
Menos de 1 ano	–	–	–	–	–
De 1 a 5 anos	08	11	14	03	04
De 6 a 10 anos	11	09	11	–	03
Tempo de trabalho na unidade					
Menos de 1 ano	–	–	–	–	–
De 1 a 5 anos	10	13	13	03	03
De 6 a 10 anos	09	07	12	00	04
Vínculo empregatício					
Cooperado	16	15	23	01	–
Concurso	03	05	02	–	–
Terceirizado	–	–	–	02	07
Contrato	–	–	–	–	–
Professor universitário	–	–	–	–	–
TOTAL	**19**	**20**	**25**	**03**	**07**

Fonte: Dados da Pesquisa

A EACT possui alguns componentes que fazem parte do questionário, que são as definições, itens e índices de precisão, cada um dos fatores é mensurado de maneira distinta e independente (Quadro 01).

Quadro 1: média e desvio padrão dos fatores de avaliação e suas dimensões da escala contexto de trabalho

Fatores da EACT	Média	Desvio Padrão
A -Organização do Trabalho OT	3,54	1,43
B- Condições de Trabalho CT	1,64	0,76
C-Relações Socioprofissionais RS	1,60	0,84

Fonte: Pesquisa de campo. (setembro /2014)

Conforme demonstra a Quadro 1, o fator Organização do trabalho foi o item que apresentou maior média (3,54), o que sugere deficiência no modo como as tarefas são organizadas. Verificou-se sobre o fator OT, alguns itens com resultado negativo. O item "Falta tempo para realizar pausa de descanso no trabalho" teve maior valor negativo seguido do item "As tarefas são cumpridas com pressão temporal". A partir desse resultado pode-se aferir que a unidade de centro cirúrgico exige alto padrão de desempenho de seus profissionais e cobrança constante por resultados, demonstrando assim, que a forma de gestão da unidade possui forte influência dos princípios tayloristas.

Tabela 2: Áreas de avaliação satisfatória, áreas críticas e áreas graves e percentil de respostas dos entrevistados. Fortaleza, Ceará, 2014.

Assertivas de avaliação satisfatória	**%**
A1 As condições de trabalho oferecem riscos à segurança física das pessoas.	**4,3 %**
A7 O espaço físico para realizar o trabalho é inadequado	13,0%
B7Os resultados esperados não estão dentro da realidade	6,2%
B4 os instrumentos de trabalho não são suficientes para realizar as tarefas	8,4%
B6 O número de profissionais é insuficiente	86,4%
Assertivas de avaliação crítica	
A3 Existe muito barulho no ambiente de trabalho	81,9%
B9. Existe divisão entre quem planeja e que executa	40,9%
C6 Existem disputas profissionais no local de trabalho	45,4%
B2 As tarefas são cumpridas com pressão temporal	67,7%
Assertivas de avaliação grave	**83,3%**
A1. O ritmo de trabalho é acelerado	93,2%
A8. Falta tempo para realizar pausa de descanso.	90,9%
C8 A comunicação entre funcionários é insatisfatória.	68,9%

A organização de trabalho diz respeito a como o trabalho deve ser distribuído e de que maneira deverá ser executada, a organização de trabalho aborda como o trabalho é elaborado, levando em consideração a estruturação e a formalização, respeitando as pessoas e as tarefas que serão desenvolvidas. (KREISCHER, 2007).

Em relação ao fator Condições de Trabalho, o item "Existe muito barulho no ambiente de trabalho" apresentou sensível alteração negativa frente às demais questões. Devido ao quantitativo de cirurgias efetuadas, percebemos um grande número de pessoas circulando dentro do Centro Cirúrgico gerando assim ruídos para si e para os outros Os funcionários pesquisados percebem que os ruídos desconcentram, irritam, cansam e aumenta ao risco físico e também riscos oriundos dos fatores organizacionais.

Na unidade de centro cirúrgico, devido à necessidade de alta concentração para o desempenho de atividades, quer seja na arrumação das salas para cirurgias, quer seja durante o ato cirúrgico, no preparo do instrumental a ser utilizado, ou no controle e observação da comunicação das equipes que por ali atuam através de olhares, gestos e sussurros, a presença de ruídos compromete o sucesso das intervenções cirúrgicas. As rotinas do trabalho no centro cirúrgico ocorrem em uma sequência temporal em um espaço delimitado, requerendo competências específicas para todos os trabalhadores.

Conforme Pinho (2000, p. 12), "as características do trabalho nos centros cirúrgicos e sua especificidade requerem participação e integração de toda a equipe de saúde em prol do bem-estar do cliente e do ambiente em que esses profissionais atuam". Se ocorrer muito ruído, a equipe poderá comprometer o desempenho de suas atividades, devido ao fato de não estar afetada por uma determinada produção de ruído causador, por exemplo, de irritabilidade. Ressalta-se que os processos de trabalho são executados mediante expectativas, direitos e deveres prescritos na cultura organizacional

O número insuficiente de materiais de consumo foi apontada pelos profissionais como um fator que dificulta sua atuação no Centro Cirúrgico e que resulta, por vezes, em suspensão do ato cirúrgico quando não há material necessário e em quantidade suficiente para a realização de um determinado procedimento.

Uma questão para discussão sobre o trabalho em saúde está justamente entre o conceito de processo de trabalho, interpretado como uma esquematização de ações de acordo com seus meios e fins, e o de serviço, que não se resume à aplicação de regras gerais, mas sim pressupõe a utilização de conhecimentos numa forma de inter-relação participativa com toa a equipe de trabalho e o usuário.
Outra questão importante que afeta o trabalho no centro cirúrgico refere-se à distribuição do trabalho. Este processo ocorre todo dia no início de cada plantão previamente determinado pelo mapa cirúrgico. A distribuição é feita dentro da seguinte escala de prioridade: efetivo, efetivado e designado. Chama atenção, ainda sobre a organização do trabalho, a análise do item "O número de pessoas é suficiente para a realização das tarefas" apresentou um valor critico denotando a existência de uma complementaridade nas assertivas do instrumento, pois os trabalhadores de saúde percebem o ritmo de trabalho acelerado e volume de trabalho além de sua capacidade.
Salienta-se também neste estudo quando se relaciona os construtos da escala de contexto de trabalho os comportamentos de cidadania organizacional que é uma expressão utilizada para representar ações informais dos trabalhadores que beneficiam a organização é insignificante no cotidiano dos trabalhadores da unidade.
O estudo evidencia que em relação à dimensão relações socioprofissionais (RS) existe uma interface que sofre influência de crenças e valores dependentes do ambiente social, formação e a cultura do próprio individuo
O relacionamento entre os membros de uma equipe de saúde, quando deficiente, reflete-se direta e indiretamente, nos cuidados disponibilizados aos usuários, interferindo na qualidade da assistência
Em relação as dimensões avaliadas neste estudo aparecem os seguintes indicadores:

Quadro 2: relação da escala de EACT
com as dimensões comunicação estratégica, cultura, relações sociais e econômicas. Fortaleza, set/2014.

Fatores da escala **Dimensões**	**Organização do Trabalho OT**	**Condições de Trabalho CT**	**Relações Socioprofissionais RS**
Comunicação estratégica	Regimento interno manual de normas e rotinas	Existe muito barulho no ambiente de trabalho	Existem dificuldades na comunicação chefia- subordinado
Cultura	missão e valores da organização	As condições de trabalho oferecem riscos à seguran-ça das pessoas	As informações que preciso para executar minhas tarefas são de difícil acesso
Relações sociais	O posto de trabalho é inadequado para a realização de tarefas	Falta tempo para realizar pausa de descanso no trabalho	Interações entre as chefias e a equipe de trabalho; Relações coletivas e intra-grupais
Relações econômicas	Existe forte cobrança por resultados	Apoio institucional e práticas administrativas	Relações externas (com os usuários).

Fonte: PESQUISA-2014.

A comunicação na unidade de centro cirúrgico é grande responsável pelo estabelecimento da interação entre a diversidade de trabalhadores que além de absorverem os materiais simbólicos comunicados, interagem com estes, percebendo suas interpelações, reagindo e interpretando, compreendendo o caráter aberto, dinâmico e descentralizado da comunicação profissional. Frente ao exposto, observamos que estas estratégias interdisciplinares e de comunicação ainda precisam se efetivar no ambiente de trabalho. No estudo

a comunicação é apresentada pelos trabalhadores como um dos nós críticos para o desenvolvimento eficaz do trabalho, pois todas as dimensões analisadas tem por base a comunicação.
O desafio do comportamento organizacional na unidade de centro cirúrgico encontra-se em gerar e manter canais de comunicação desobstruídos para que os trabalhadores interajam entre si numa verdadeira ação comunicativa, tendo como estratégia a interação e o compartilhamento de sentidos e de valores da equipe de trabalho, em prol de uma assistência de qualidade.
Ao concluir este estudo, embora não fosse o objetivo inicial, sugere-se, que na medida do possível, que os demais gerentes e coordenadores da unidade de centro cirúrgico, analisem e reformulem seu modelo de gestão de capital humano, que busque melhorar sua comunicação interna e a ainda a colaboração e as boas relações entre os trabalhadores da saúde, o que pode resultar em maior satisfação no ambiente de trabalho e fortalecimento das relações socioprofissionais.

7. Considerações finais

A contribuição da EACT na identificação da EACT na identificação do contexto de trabalho envolvendo aos três fatores citados, o que contribui para um rápido diagnóstico sobre os indicadores satisfatórios, críticos e graves, e com base nesses dados estabelecer um plano de ação ou ainda, conforme o caso, buscar indicadores de que determinados aspectos precisam melhor esclarecidos e desse modo, ir mais a fundo no diagnóstico organizacional.
A comunicação na unidade de centro cirúrgico é grande responsável pelo estabelecimento de interação entre a diversidade de trabalhadores que além de absorverem os materiais simbólicos comunicados, interagem com estes, percebendo suas interpelações, reagindo e interpretando, compreendendo o caráter aberto, dinâmico e descentralizado da comunicação profissional. Frente ao exposto, observamos que estas estratégias interdisciplinares e de comunicação ainda precisam se efetivar no ambiente de trabalho. No estudo a comunicação é apresentada pelos trabalhadores como um dos nós críticos para o desenvolvimento eficaz do trabalho
Por fim, embora a unidade de centro cirúrgico apresente todas as dimensões da escala do contexto de trabalho, o que contribui para um rápido diagnóstico acerca de indicadores satisfatórios, críticos e graves, e com base nesses dados estabelecer um plano de ação ou ainda, conforme o caso, buscar indicadores de que determinados aspectos precisam melhor esclarecidos e desse modo, ir mais a fundo no diagnóstico organizacional.

Referências

ARANHA, R.O.M. (2010). Avaliação de desempenho de pessoas em bancos: uma análise de políticas, práticas e abordagens, *Fundação Getulio Vargas*, São Paulo.

CARVALHO, J.F. LUCIO, L. (2013).Qualidade de vida no trabalho e fatores motivacionais dos colaboradores nas organizações. *Educação em Foco*, Edição 07. pp 21-31.

FREISCHER, E.D. (2007), "A percepção dos enfermeiros sobre a organização do trabalho no centro cirúrgico de um hospital universitário", Rio de Janeiro:[s.n.].

FREITAS, L. G. (2006), *Saúde e Processo de adoecimento no trabalho dos professores em ambiente virtual.* Tese de Doutorado em Psicologia, Brasília: Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Universidade de Brasília.

GIL, A. C. (2010), *Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais, 4* ed, São Paulo: Atlas.

GUÉRIN, F. et al. (2001), *Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia*, São Paulo: Edgard Blücher. Fundação Vanzolini.

LEITE, N.P.; LEITE, F.P. & ALBUQUERQUE, L.G. (2012), "Gestão do comportamento organizacional e gestão de pessoas: um estudo observacional." *REGE*, São Paulo – SP, 19 (2) pp. 279-296.

LEONARD, M.; GRAHAM, S. & BONACUM, D. (2004), "The human factor: the critical importance of effective teamwork communication in providing safe care." *Quality & Safety Health Care,* 13, pp.85-90. Supplement 1. Disponível em: *http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1765783/pdf/v013p00i85.pdf.* Acesso em: 07 nov. 2014

MENDES, A.M. (2008), *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas.* São Paulo: Casa do Psicólogo.

MENDES, A.M. & FERREIRA, M.C. (2008), *Contexto de Trabalho***.** In. SIQUEIRA, M.M.M. (Org.). *Medidas do Comportamento Organizacional: Ferramentas de diagnóstico e gestão*. pp. 111-123. Porto Alegre: Artmed.

MINAYO, M. C. S. (2010), *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*, São Paulo: Hucitec; Abrasco.

O.C.D.E. (1998), *Human Capital Investment: An International Comparison*. Paris: OCDE - Centre for Educational Research and Innovation.

OLIVEIRA, D.P.R. (2009). *Teoria geral da Administração: edição compacta.* São Paulo: Atlas.

QUADROS, D.; TREVISAN, R. M.(2002). *Comportamento Organizacional*. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus.

SILVA, N. C.(2009). *Gestão de recursos humanos na saúde da família: fato ou ficção?* Belo Horizonte: Observatório de Recursos Humanos em Saúde. Nig.One/UFMG, pp.98-99 .

SIQUEIRA, M.M.M (2008), *Medidas de Comportamento Organizacional: ferramentas de diagn***ó***stico e de gestão*. Porto Alegre: Artmed.

SOBRAL, B.A.; JOÃO, F.; MANSUR, J.A.(2013) Produção científica brasileira em comportamento organizacional no período 2000-2010. RAE - *Revista de Administração de Empresas*, 53,(1), pp. 21-34.

SOUZA, Vera Lucia.(2005) *Gestão de Desempenho*. Rio de Janeiro: FGV.

A Informação como eixo estruturante na cooperação entre países lusófonos

Nísia Trindade Lima[1]
Paula Xavier dos Santos[2]
Ana Cristina da Matta Furniel
Ana Maranhão
Eloy Rodrigues
Paulo Cesar Vieira Guanaes
Rosane Mendes da Silva

Resumo: Este trabalho visa refletir sobre a estratégia de formação de redes de cooperação entre países lusófonos e aqueles do eixo sul-sul tendo como objeto a informação e a formação de recursos humanos para a promoção e o desenvolvimento da Saúde. O trabalho em rede visa fortalecer as infraestruturas locais e a inserção dos países da região nos fluxos globais de informação e formação de recursos humanos. A cooperação em rede visa estimular o intercâmbio de informação e conhecimento entre os países e sua tradução em diretrizes que subsidiem políticas e ações informadas. Experiências recentes, especialmente na promoção do Acesso Aberto e no uso de tecnologias educacionais, demonstraram que a estruturação em rede para a cooperação entre países no campo da informação e formação de recursos humanos apresentam avanços significativos. Por fim, são apontados alguns desafios e perspectivas para reflexão.

Palavras-Chave: Informação em Saúde; Acesso Aberto; Cooperação entre países lusófonos.

1. Introdução

Sociedade da informação e sociedade do conhecimento tornaram-se termos do senso comum, perdendo-se com frequência a capacidade de problematizá-los e mesmo reconhecer sua historicidade. Perde-se de vista, deste modo, que eles se originaram de estudos dedicados à análise das profundas transformações na sociabilidade humana resultantes da revolução tecnológica no campo da informação. Recuperar tal processo de construção

---

1 Mestre em Ciência Política e doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), é pesquisadora titular da Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, professora de Pós Graduação do Programa de História das Ciências e da Saúde, Vice Presidente de Ensino, Informação e Comunicação da Fiocruz e diretora da Editora Fiocruz. É também professora adjunta de sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Participa dos conselhos editoriais dos periódicos - Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência; História, Ciências, Saúde-Manguinhos; Caderno de História da Ciência-Instituto Butantan e Escritos da Fundação Casa de Rui Barbosa. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Pensamento Social Brasileiro, atuando principalmente nos seguintes temas: ciência e pensamento social no Brasil; história das ideias em saúde pública; sertão no pensamento brasileiro e processos de construção do Estado Nacional. Participa de programas e redes internacionais nas áreas de história da ciência e história da saúde. Foi agraciada, em 2009, com a bolsa prêmio Cientista do Nosso Estado, concedida pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Coordenou, em colaboração com Ângela Alonso, o Grupo de Trabalho Pensamento Social no Brasil, da ANPOCS, de 2011 a 2012.

2 Coordenadora de Informação e Comunicação da Fiocruz. É professora do Programa de Pós Graduação de Informação e Comunicação em Saúde do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica/Fiocruz. Possui Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação, pelo Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica (IBICT)/ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Desenvolve pesquisas com foco no papel da informação nas relações entre Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, especialmente no campo da Gestão da Informação e do Conhecimento.

teórica e prática não é tarefa simples, mas pode-se afirmar que se trata de uma necessidade imperiosa para se pensar a sociedade contemporânea. Em período mais recente as ações e políticas voltadas ao acesso aberto ao conhecimento trouxeram novos elementos para esta reflexão, especialmente no que se refere à iniquidade no acesso à informação científica com impacto em vários outros campos, tais como a pesquisa, o ensino e a definição e implementação de políticas públicas.

Com base em experiências recentes da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e de instituições que se projetaram no movimento em prol do acesso aberto ao conhecimento científico, com destaque para a Universidade do Minho, o objetivo deste trabalho é refletir sobre a formação de redes de cooperação entre países lusófonos, tendo como objeto a informação para a promoção da saúde. Trata-se de compartilhar experiências em curso e ainda não totalmente elaboradas e sistematizadas e explorar seu potencial para a cooperação entre o Brasil, Portugal e países africanos que tem o Português como língua oficial.

O movimento global de acesso aberto ao conhecimento veio fortalecer a perspectiva da informação como bem público e determinante social da saúde, contribuindo para que se definisse no âmbito de instituições públicas, como a Fiocruz e a Universidade do Minho, a criação de infraestruturas para a sistematização de sua produção científica, por meio dos Repositórios Institucionais, assim como a formulação de um conjunto de diretrizes na conformação de Políticas Institucionais que orientem este processo.

Procuramos demonstrar como o trabalho em rede fortalece as infraestruturas locais e a inserção dos países nos fluxos globais de informação. Argumentamos que esta forma de cooperação visa estimular o intercâmbio de informação e conhecimento e sua tradução em diretrizes que subsidiem políticas e ações informadas. Por fim, apresentam-se alguns desafios e perspectivas para o acesso ao conhecimento, com base em sua compreensão como direito de cidadania.

2. O Acesso Aberto em redes de cooperação entre países lusófonos: cenários no Brasil e em Portugal

Desde a era da Cibernética, que floresceu no período imediatamente anterior à Segunda Guerra Mundial e atingiu o ápice cerca de dez anos após o conflito, o campo da informação não produzia um avanço histórico tão drástico quanto o movimento pelo acesso aberto à literatura científica, associação entre uma antiga tradição – a disposição de cientistas e acadêmicos em disseminar amplamente o resultado de suas pesquisas, em nome da transparência e democratização do conhecimento – e uma nova tecnologia: a internet, a rede eletrônica mais conhecida.

Quando se fala de rede é muito comum o pensamento correr de imediato à internet, desenvolvida pela Agência de Projetos de Pesquisa Avançada (Arpa), do departamento de Defesa dos Estados Unidos, a partir do final da década de 1950. Foi concebida com o objetivo de alcançar a superioridade tecnológica militar sobre a União Soviética, em tempos de Guerra Fria. A ideia central era construir uma rede de computadores descentralizada para possibilitar a comunicação entre centros militares de inteligência, mesmo que uma ou mais partes do sistema fossem danificadas ou atingidas.

Alguns anos mais tarde, a tecnologia digital permitiu a transmissão não apenas de mensagens, mas também de som, imagem e dados, criando condições tecnológicas de constituição de uma rede de comunicação global horizontalizada, que em 1969 denominava-se Arpanet. Esta rede foi a espinha dorsal de diversas redes, passando a ser conhecida como a "rede das redes" e, mais tarde, internet. Em dezembro de 1990, mais um salto tecnológico mediante a concepção da *world wide web (www),* criação do programador inglês Tim Berners-Lee. A partir de 1996, a internet virou uma rede livre conectando pessoas em todo mundo com os mais diversos objetivos e interesses. Era o advento de uma nova ordem, para muitos o surgimento de nova sociedade que recriaria as relações econômicas e sociais, apontando para uma sociedade conectada em rede.

No Brasil, a introdução da internet foi feita pela Rede Nacional de Pesquisa, criada em 1989 pelo Ministério da Ciência e Tecnologia visando proporcionar a infraestrutura física para conexão de redes de computadores de universidades brasileiras. O potencial das redes eletrônicas para a área da saúde foi tema de discussão, entre outros fóruns, na 10ª Conferência Nacional de Saúde, em 1996, recomendando-se, no relatório final, que o

Ministério da Saúde criasse uma "Comissão Nacional de Informação, Educação e Comunicação em Saúde", a fim de formular uma política nacional para a área.

Neste mesmo ano, Manuel Castells (2003) propôs o conceito de sociedade em rede para caracterizar a estrutura social emergente na era da informação, em substituição gradual à sociedade da era industrial. Para o autor,

> A sociedade em rede é global, mas com características específicas para cada país, de acordo com sua história, sua cultura e suas instituições. Trata-se de uma estrutura em rede como forma predominante de organização de qualquer atividade. Ela não surge por causa da tecnologia, mas devido a imperativos de flexibilidade de negócios e de práticas sociais, mas sem as tecnologias informáticas de redes de comunicação ela não poderia existir. Nos últimos 20 anos, o conceito passou a caracterizar quase todas as práticas sociais, incluindo a sociabilidade, a mobilização sociopolítica, baseando-se na internet em plataformas móveis.

Segundo Castells (2003), a sociedade em rede, numa visão simplificada, "é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais de computadores. Essas redes geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado em nós dessas redes".

Ao discutir o conceito, Alice Branco (2006) ressalta que rede "refere-se a um espaço de compartilhamento de interesses, de interconexão entre diversos pontos antes isolados que, ao se comunicarem, estabelecem um novo formato de atuação embasado no intercâmbio de informações, ideias, práticas e experiências". As redes possuem uma lógica descentralizada e flexível, a fim de disseminar informação para o maior número possível de integrantes, daí Castells (2003) considerar que "quanto mais nós há na rede, maiores os benefícios da rede para cada nó individual".

Contudo, é importante diferenciar os conceitos de rede eletrônica e de rede. A primeira conecta indivíduos ou instituições dispersas geograficamente para favorecer intercâmbio de informação. A segunda se revela quando a conexão tem como fim o compartilhamento de interesses explicitados e delimitados por seus integrantes, podendo ou não estar apoiada por aparato tecnológico.

Um exemplo do segundo conceito de rede aqui explicitado é a Cooperação Sul-Sul, que ganhou projeção depois da Conferência de Bandung, na Indonésia (1955), que enfatizava maior articulação entre países do Sul para seu próprio desenvolvimento, mormente a cooperação entre os países da África e Ásia. Na década de 1970, o Movimento dos Não Alinhados apoiou a Nova Ordem Econômica Internacional, na qual os países em desenvolvimento lutavam por uma inserção mais igualitária na economia mundial, opondo-se à hegemonia de Estados Unidos e União Soviética. Em 1978, o movimento em favor da Cooperação Sul-Sul alcança o seu marco principal. Na cidade de Buenos Aires, a Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) realizou um encontro que envolveu 138 países, fortalecendo a cooperação Sul-Sul por meio do Plano de Ação de Buenos Aires, em que o termo "cooperação horizontal" aparece pela primeira vez, propondo a cooperação técnica entre países em desenvolvimento. O Brasil teve importante presença e promoveu uma expansão dessa atividade, que passou a fazer parte de sua política externa. China e Índia também ocuparam posição estratégica na articulação entre os países do Sul e surgiu então um novo modelo de cooperação estruturado a partir de princípios de horizontalidade e de não imposição de condicionalidades, orientados pelas demandas e necessidades do país parceiro.

A cooperação técnica brasileira atua em áreas como saúde, agricultura, educação profissional, recursos hídricos, administração pública e energia, dentre outras. A Fiocruz é uma das instituições que implementam a contribuição brasileira na Cooperação Sul-Sul no campo da informação e formação de recursos humanos em saúde. Atualmente, as atividades são desenvolvidas por meio do Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS), órgão que assessora a presidência da instituição, coordena o Grupo Técnico de Cooperação Internacional e foi designado Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde (OMS) para a cooperação Sul-Sul com o mandato de Saúde Global.

Uma das incumbências delegadas pela OMS ao CRIS é apoiar a rede ePORTUGUÊS, uma plataforma desenvolvida especificamente para oferecer aos oito países de língua portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde,

Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste) informação em saúde atualizada e relevante em seu próprio idioma, uma antiga demanda dos profissionais de saúde dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP).

Ao se analisar iniciativas recentes em prol do movimento pelo acesso aberto ao conhecimento, como os casos do Brasil e Portugal, mais especificamente as experiências lideradas pela Fiocruz e pela Universidade do Minho, verifica-se a relevância de se instituir cooperações entre países lusófonos e africanos de língua portuguesa como forma de potencializar o estabelecimento de infra-estruturas locais que superem desafios comuns referentes à iniquidade do acesso à informação científica e os impactos negativos que esta situação acarreta para as atividades de pesquisa, ensino e formação em saúde.

O movimento pelo acesso aberto à literatura científica resultou da convergência de dois fenômenos no final do século XX. Por um lado, o agravamento dos problemas e contradições no sistema de comunicação científica, com a chamada "crise dos periódicos" - aumento brutal do custo das assinaturas de revistas e consequentemente os cancelamentos de assinaturas por muitas bibliotecas e as limitações ao acesso à literatura científica. Por outro lado, a generalização da utilização da internet e da web, acompanhada por uma crescente compreensão das suas potencialidades e aplicações na publicação científica. Para além de promover a disseminação do conhecimento e o progresso das ciências, o movimento do acesso aberto foi também encarado como uma oportunidade para que a comunidade científica e as suas instituições (universidades e outros centros de pesquisa) reassumissem o controlo do sistema de comunicação científica, que tinha sido perdido em meados do século XX.

As iniciativas relacionadas com o acesso aberto têm se multiplicado por todo o mundo, nos últimos doze anos, embora com ritmos, formas e dimensões diferentes nas diversas regiões e países, conforme iremos observar ao analisar as experiências de Portugal e do Brasil, a partir da abordagem do trabalho cooperativo em rede como estratégia determinante para seu êxito.

Portugal, como tem sido reconhecido, destacou-se na adoção do acesso aberto, sobretudo através da criação de uma forte rede de repositórios institucionais, e do estabelecimento de políticas de acesso aberto. Tal como em diversos outros países, as primeiras iniciativas em Portugal partiram de universidades, em particular da Universidade do Minho. Pela conjugação de diversas circunstâncias, descritas em Rodrigues e Saraiva, a Universidade do Minho constituiu-se como uma das instituições pioneiras no domínio do acesso aberto e dos repositórios institucionais, com o estabelecimento do RepositóriUM em 2003, e da sua política institucional de autoarquivo, no final de 2004.

A criação do RepositóriUM – repositório institucional da Universidade do Minho, permitiram aos envolvidos nesse processo compreender melhor quer as suas vantagens e potencialidades, assim como os seus obstáculos e problemas. E conduziu também ao estabelecimento de uma estratégia de desenvolvimento que teve como dois dos principais pilares[3] a definição de uma política institucional de autoarquivamento e a participação ativa na comunidade internacional do acesso aberto e dos repositórios, bem como a dinamização ou apoio a iniciativas de acesso aberto em outras instituições portuguesas.

Quanto ao primeiro aspecto, a Universidade do Minho estabeleceu a sua política em novembro de 2004, através do despacho RT-56/2004 (*Política da Universidade do Minho sobre a sua Produção Intelectual*) que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2005. Em síntese, essa política definia que os docentes e investigadores da Universidade do Minho deviam depositar as suas publicações e documentos no RepositóriUM, e os autores de teses e dissertações aprovadas pela Universidade do Minho deveriam autorizar o depósito da sua tese e dissertação no RepositóriUM. Para estimular a prática do autoarquivo, foi estabelecido ainda que no ano de 2005 a Reitoria atribuísse um financiamento adicional às Escolas e Centros de Investigação, em função do nível de cumprimento da política.

O impacto da política de autoarquivo no desenvolvimento do RepositóriUM foi imediato, profundo e duradouro, contribuindo não apenas para a consolidação do repositório, como também para aumentar a

---

3 A estratégia se assentou em quatro pilares: 1) Plano de comunicação e promoção do RepositóriUM e do Acesso Aberto em geral; 2) Política institucional de autoarquivo; 3) Serviços de valor agregado para os autores das publicações depositadas; 4) Participação na comunidade internacional relacionada com o Acesso Aberto os repositórios institucionais e o software DSpace. Ver Rodrigues e Saraiva[20].

visibilidade, disseminação e impacto da produção científica e académica da universidade e para a projeção e reconhecimento da Universidade do Minho como uma referência no domínio do acesso aberto.

A evolução e afirmação do RepositóriUM nos primeiros anos da sua criação foram crescentemente acompanhados pela participação da Universidade do Minho em atividades e projetos relacionados com o acesso aberto em termos internacionais, e pelo apoio a diversas instituições portuguesas na criação dos seus repositórios. A experiência da Universidade do Minho foi também fundamental para a criação e desenvolvimento da iniciativa mais importante em Portugal: o projeto Repositório Científico de Acesso Aberto em Portugal (RCAAP).

O projeto RCAAP, cujas origens remontam às propostas do Grupo de Trabalho de Open Access do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (coordenado pela UMinho), iniciou-se em 2008, promovido pela UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, que encarregou a Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN) da sua concretização, com a participação da Universidade do Minho a quem competiria a coordenação das componentes científicas e técnicas do projeto. Foram definidos três grandes objetivos principais – Aumentar a visibilidade, acessibilidade e difusão dos resultados da atividade acadêmica e de investigação científica portuguesa; Facilitar o acesso à informação sobre a produção científica nacional; Integrar Portugal num conjunto de iniciativas internacionais – e estabeleceram-se dois serviços iniciais: um portal "meta-repositório" nacional (agregando dos repositórios existentes) e um serviço de alojamento de novos repositórios[4].

Em pouco tempo o projeto RCAAP alterou profundamente o panorama dos repositórios e do acesso aberto em Portugal, como se pode constatar através de diversos indicadores. Quanto ao número de repositórios, passou-se dos 7 repositórios institucionais que existiam antes do início do RCAAP, para 26 repositórios no final do ano (2009) seguinte (atualmente existem 41 repositórios em Portugal, dos quais 27 são mantidos no SARI - Serviço de Alojamento de Repositórios Institucionais, do projeto RCAAP).

Quanto ao número de documentos agregados no Portal RCAAP, passou-se dos pouco mais de 13.000, na data do seu lançamento em dezembro de 2008, para mais de 35.000 no ano seguinte, tendo sido atingidos os 100.000 documentos em Outubro de 2012. Em agosto de 2014 o Portal RCAAP agregava mais de 180.000 documentos portugueses em acesso aberto.

Finalmente, quanto às políticas de acesso aberto, o projeto RCAAP promoveu e apoiou o estabelecimento de políticas em muitas instituições portuguesas, tendo-se passado de duas políticas institucionais no momento do lançamento do RCAAP para as quinze que existem atualmente. Para além das políticas das instituições de pesquisa, a existência do RCAAP foi também fundamental para o estabelecimento da política de acesso aberto do principal financiador científico nacional, a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), que foi adotada em Maio de 2014.

Esta política estabelece que os pesquisadores financiados pela FCT disponibilizem as suas publicações científicas em um repositório da rede RCAAP, em acesso aberto tão cedo quanto possível, bem como o fato dos repositórios da rede RCAAP passarem a ser o instrumento consagrado na lei para dar cumprimento ao depósito legal das teses de doutorado e dissertações de mestrado, são demonstrativos do sucesso do RCAAP em Portugal.

As explicações para este sucesso são várias, desde os modelos de governança e funcionamento adotados, até a existência de uma estratégia e visão integrada e transversal, mas certamente o trabalho cooperativo, o estabelecimento de uma rede e, sobretudo, a criação e dinamização de uma verdadeira comunidade, foram decisivos para os bons resultados alcançados.

No Brasil, o projeto SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) é provavelmente a iniciativa mais representativa do movimento pelo acesso aberto. Lançado em 1997, é o resultado da cooperação entre a FAPESP – Fundação e Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, BIREME – Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, instituições nacionais e internacionais relacionadas à comunicação científica e editores científicos. Desde 2002 conta, também, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e apresenta-se como um modelo para a publicação eletrônica

4 Para uma história da criação e evolução do projeto RCAAP ver Carvalho, Moreira e Saraiva[21].

cooperativa de periódicos científicos na internet especialmente desenvolvido para responder às necessidades de comunicação científica nos países em desenvolvimento, proporcionando uma solução eficiente para assegurar visibilidade e acesso universal a essa literatura científica. Recentemente, foi lançado o SciELO Livros com a publicação online de coleções nacionais e temáticas de livros acadêmicos, parte em acesso aberto e parte comercializada.

O movimento pelo acesso aberto à informação científica no Brasil tem no Instituto Brasileiro de Informação e Ciência e Tecnologia (Ibict), vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, um grande impulsionador. Em 2003, o Ibict criou a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, que integra em um único portal de acesso aberto os sistemas de informações de teses e dissertações existentes no país. Nesse mesmo ano, traduziu, adaptou e distribuiu gratuitamente o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), software de gerenciamento e publicação de revistas eletrônicas desenvolvidas pelo Public Knowledge Project (PKP), da University of British Columbia. Em 2005, lançou o Manifesto de Apoio ao Movimento pelo Acesso Aberto, no qual constam recomendações para sua implantação no Brasil. Em 2009, liderou um projeto de implantação de repositórios institucionais de acesso aberto em trinta universidades públicas brasileiras em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Em termos de políticas públicas o acesso aberto foi objeto do projeto de lei nº 387/2011, do senador Rodrigo Rollemberg, que busca estabelecer uma política nacional para o autoarquivamento da produção técnico-científica financiada com recursos públicos em repositórios de instituições públicas, mas que ainda tramita pelo Congresso Nacional, passados 3 anos da sua apresentação.

No âmbito da Fiocruz, a experiência de instituição do acesso aberto está baseada no preceito de que a informação é um bem público e um dos determinantes sociais em saúde. A Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz tem por objetivo orientar as práticas de publicização da produção intelectual institucional. Esta política consolida também as diretrizes que dispõem sobre o processo de seu registro e disseminação, por meio do Repositório Institucional Arca.

A Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz está estruturada em oito princípios gerais, merecendo destaques os seguintes artigos: o Art. 6º, que determina o caráter mandatório, sendo obrigatório o depósito, no Repositório Institucional Arca, das dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-graduação da Fiocruz e dos artigos produzidos no âmbito da Fiocruz e publicados em periódicos científicos. O Art. 9º, que apresenta a estrutura de governança: Comitê da Regulação da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento; Comitê Gestor do Repositório Institucional Arca; e Núcleos de Acesso Aberto ao Conhecimento (NAACs). O Art. 16, que determina que a gestão operacional do Repositório Institucional Arca é responsabilidade do Icict, de forma compartilhada com todas as unidades. O Art. 23, que define que os artigos científicos publicados em periódicos com restrição de acesso deverão ser depositados no Repositório Institucional Arca e ficarão embargados pelo período de tempo definido em contrato pelo periódico. Após o período de embargo, os artigos científicos depositados no Arca serão disponibilizados em acesso aberto.

As iniciativas em prol do acesso aberto em Portugal e no Brasil revelam uma diferença fundamental na sua estratégia e modelo de implantação que merece destaque, uma vez que pode sugerir uma mudança da estratégia brasileira, assim como contribuir para que outros países superem os desafios encontrados. Este aspecto se refere à constituição de redes colaborativas que atuam tanto na dimensão política, quanto técnica-operacional, de forma integrada e complementar, dando suporte e sustentabilidade para o êxito do acesso aberto.

Considerando as características da dinâmica de produção da informação e do conhecimento nos dias atuais, o trabalho cooperativo em rede, estruturado pela cooperação técnica entre atores – países, instituições e indivíduos, por meio da padronização e interoperabilidade de métodos e técnicas, assim como na formulação de políticas, é um modelo orientador para a gestão da informação.

A estruturação de redes de informação e conhecimento é estratégica para que os países, especialmente aqueles fora do eixo dos mais ricos e desenvolvidos, criem condições para ingressarem nos fluxos globais de informação, garantindo o acesso à informação por públicos cada vez mais amplos e diversificados.

O trabalho cooperativo em rede de produção de fontes de informação por meio da cooperação sistemática entre instituições locais, nacionais e globais somado à descentralização dos mecanismos de gestão tem sido orientador de diferentes iniciativas no campo da saúde, tanto a nível nacional como internacional e parte da premissa de

que os processos de tomada de decisão na área da saúde são mais eficientes e eficazes quando subsidiados por fontes de informação de qualidade. A capacidade de ação dos atores envolvidos nestes processos, incluindo-se gestores, profissionais, pesquisadores, estudantes e cidadãos, aumenta de forma direta e proporcional ao nível de informação e conhecimento de qualidade disponível. O desafio é estabelecer laços entre a produção de conhecimento e o uso deste conhecimento, reforçando as relações entre ciência e sociedade[23].

Na América Latina e Caribe a situação da saúde se agrava devido às profundas desigualdades socioeconômicas, à extrema situação de pobreza e iniquidade no acesso aos serviços básicos de saúde. Utilizar a informação e o conhecimento a favor do desenvolvimento da saúde dos povos das Américas requer a adoção de abordagens que se renovem constantemente num processo dinâmico de inovação.

Tanto o panorama mais geral da Sociedade da Informação quanto as particularidades da região reforçam a relevância da adoção de mecanismos de compartilhamento de informação de qualidade para que os países possam intercambiar as experiências acumuladas e adaptá-las às circunstâncias e necessidades locais.

O trabalho cooperativo deve ser considerado como modelo para acesso aberto, seja na sua dimensão política e estratégica, seja na criação da infraestrutura técnica para sua operação. Portugal, por meio da experiência de constituição do Repositório Científico de Acesso Aberto em Portugal (RCAAP) demonstrou como o trabalho em rede foi determinante para o sucesso da iniciativa no país. Da mesma forma, o Brasil parte de iniciativas pregressas, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, e a Base de Teses e Dissertações da CAPES, e, especificamente, no campo da saúde, com a rede SciELO e a rede de Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

3. Desafios e perspectivas

A democratização e a universalização do acesso ao conhecimento nas ciências e humanidades é condição fundamental para o desenvolvimento igualitário e sustentável das nações. Os princípios de uma sociedade justa, equânime e solidária, visando à promoção da saúde e à qualidade de vida das populações estão alinhados ao movimento do acesso aberto ao conhecimento, não somente como forma de fortalecer os mecanismos de preservação e visibilidade da produção científica institucional e aumento do seu impacto, mas também de contribuir para o desenvolvimento da ciência por meio de uma nova forma de comunicação científica.

Nesse sentido, é fundamental o trabalho em redes que integram tecnologia, informação, comunicação e educação em saúde, com os processos de formação profissional, a aproximação dos cursos às ações de comunicação e divulgação científica em saúde. O papel do movimento pelo acesso aberto à literatura científica pode ser vital no emprego de redes na educação e formação para a saúde. Neste cenário, ganha espaço a ampliação da discussão para as possibilidades e obstáculos de uma ciência aberta e uma educação aberta. Em que medida a discussão sobre o modelo de ciência indica o tipo de desenvolvimento de um país? Para alguns autores, essa questão está colocada ao se discutir modelos de desenvolvimento, uma vez que os países pobres são certamente os mais afetados pelos sistemas de apropriação privada do conhecimento principalmente em áreas sensíveis como a de medicamentos, agricultura e alimentação.

Estamos diante de novas perspectivas para uma antiga questão, o direito ao conhecimento, entendido como direito do cidadão ao acesso à educação, ao saber. Pode-se afirmar que este é também um dos temas centrais para a construção das relações entre países, a cooperação internacional, e a defesa da democracia e da soberania nacional nas sociedades contemporâneas.

Referências

ALBAGLI, S. Ciência Aberta em questão. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CIÊNCIA ABERTA, QUESTÕES ABERTAS, Rio de Janeiro, 2014. Rio De Janeiro: Liinc, 2014. Disponível em: <http://www.cienciaaberta.net/encontro2014/>. Acesso em: 01 set. 2014.

BATISTA, Karina Barros Calife,; GONÇALVES, Otília Simões Janeiro. Formação dos Profissionais de Saúde para o SUS: significado e cuidado. Saúde Soc., São Paulo, v.20, n.4, p. 884-899, 2011.

BRANCO, M. A. F. Informação e Saúde: uma ciência e suas políticas em uma nova era. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

BUSS, P. M.; FERREIRA, J. R. Health diplomacy and South-South cooperation: the experiences of UNASUR Salud and CPLP´s Strategic Plan for Cooperation in Health. RECIIS: revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 99-110, mar. 2010.

CAPE TOWN OPEN DECLARATION: Unlocking the promise of open educational resources, 2008. Disponível em: <http://www.capetowndeclaration.org/>. Acesso em: 31 ago. 2014.

CARVALHO, J.; MOREIRA, J. M.; SARAIVA, R. O RCAAP e a evolução do acesso aberto em Portugal. In: RODRIGUES, E.; SWAN A.; BAPTISTA, A. A. (Ed.). Uma década de acesso aberto na UMinho e no mundo. Braga: Universidade do Minho Serviços de Documentação, 2013. p. 151-172. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/27919>. Acesso em: 31 ago. 2014.

CASTELLS, M. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003b.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2003a. v.1.

CASTELLS, M. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, M; CARDOSO, G. (Org.). A sociedade em rede: do conhecimento à acção política. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2006. p. 20.

CENTRO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE. Guia da BVS 2011. Disponível em: <http://bvsmodelo.bvsalud.org/download/bvs/Guia_da_BVS_2011_pt.pdf>. Acesso em: 05 set. 2014.

ePORTUGUÊSe. Organização Mundial da Saúde. Disponível em: <http://www.who.int/eportuguese/pt/>. Acesso em: 04 set. 2014.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Centro de Relações Internacionais em Saúde. Relatório de atividades 2012. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/Relatorio%20CRIS%202012%20b.pdf>. Acesso em: 01 set. 2014.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Congresso Interno: conhecimento e inovação para a saúde, desenvolvimento e cidadania: documento de referência. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014a.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Diretrizes para as atividades de ensino de pós-graduação na Fiocruz: documento para discussão. Vice-Presidência de Ensino e Informação e Comunicação, Fiocruz, 2014b.

FURNIEL, A. C.; FONSECA, V. S. Acesso livre aos recursos educacionais: o caso dos cursos da ENSP/Fiocruz. In: 2ª Conferência Luso-Brasileira de Acesso Aberto. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ, 2011.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Giving Knowlwdge for Free: the Emergence of Open Educational Resources. Paris: OECD, 2007. 147p. Disponível em: <http://www.oecd.org/edu/ceri/38654317.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

POTTS, C. H. Up and Away: Open Access in Portugal. Educause, 2013. Disponível em: <http://www.educause.edu/ero/article/and-away-open-access-portugal>. Acesso em: 31 ago. 2014.

RENZIO, P. de; GOMES, G. Z.; FONSECA, J. M. E. M. da; NIV, A. O Brasil e a Cooperação Sul-Sul: como responder aos desafios correntes. Rio de Janeiro: Centro de Estudos e Pesquisas BRICS, 2013. 14 p. (BPC Policy Brief, v. 3, n. 55). Disponível em: <http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/5992/doc/720152180.pdf>. Acesso em: 05 set. 2014.

RODRIGUES, E; SARAIVA, R. RepositóriUM: 10 anos de acesso aberto ao conhecimento. In: RODRIGUES, E.; SWAN, A; BAPTISTA, A. A. (Ed.). Uma Década de acesso aberto na UMinho e no mundo. Braga: Universidade do Minho Serviços de Documentação, 2013. p. 25-48. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/27502>. Acesso em: 31 ago. 2014.

SANTANA, J. P. Um olhar sobre a Cooperação Sul-Sul em Saúde. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 16, n. 6, p. 2993-3002, 2011.

SANTOS, Paula Xavier et al. Política de Acesso Aberto ao conhecimento: análise da experiência da Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz. Reciis, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 2, 2014.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. Forum on the Impact of Open Courseware for Higher Education in Developing Countries: final report. Paris: UNESCO. 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001285/128515e.pdf>. Acesso em: 10 de ago. 2014.

ZERO HORA. A rede torna mais difícil a opressão. Entrevista de Manuel Castells concedida a Carlos André Moreira. 09 jun. 2013. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/entretenimento/noticia/2013/06/a-rede-torna-mais-dificil-a-opressao-diz-manuel-castells-4164803.html>. Acesso em: 04 set. 2014.

Observatório saúde na mídia: o SUS na mídia impressa

Izamara Bastos Machado
izamara.bastos@icict.fiocruz.br

Resumo: O objetivo desta comunicação é analisar os sentidos construídos sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) em dois jornais de referência no Brasil: *Folha de S.Paulo* e *O Globo,* entre maio e agosto de 2014, período próximo à realização da Copa do Mundo no Brasil.
Esta comunicação se insere no âmbito de um projeto mais amplo, intitulado *Observatório Saúde na Mídia*, do Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde do ICICT/FIOCRUZ. O objetivo do *Observatório* é analisar como os meios de comunicação de massa produzem sentidos sobre a saúde. O *Observatório* surgiu a partir do reconhecimento do lugar central que os meios de comunicação de massa ocupam nas sociedades contemporâneas, constituindo-se espaços privilegiados na formação do olhar que a população lança sobre o mundo e as relações sociais.

Palavras-chave: Jornalismo; SUS; Mídia Impressa; *O Globo*; *Folha de S.Paulo*

Biografia: Jornalista, mestre em comunicação e cultura (UFRJ); pesquisadora do Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde (LACES) e coordenadora executiva do Observatório Saúde na Mídia, ambos do LACES/Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde/ Fundação Oswaldo Cruz.

1. Introdução

Vemos nos meios de comunicação de massa um lugar fundamental para a construção de valores acerca de temas que circulam por eles e, conseqüentemente, que colaboram para a construção do imaginário da população, conforme os agendamentos e enquadramentos feitos pela mídia.
olhar que a população lança sobre o mundo e suas relações sociais, acreditamos que estudar a mídia seja de suma importância para uma maior compreensão do mundo.
Considerando a importante sinalização de Bourdieu (1989) que a mídia detém hoje em nossa sociedade a maior parcela de poder simbólico[1] – *o poder de fazer ver e fazer crer*, acrescentamos a ela que entendemos os meios de comunicação como lugares de embate e de interesses divergentes. Daí que levamos em conta que não são eles meros reprodutores de uma pura e dada realidade. Não são espaços neutros e tampouco livres de interesses particulares. Temos a clareza que a mídia deve ser vista como espaço articulado e coerente de disputa do poder, cuja expressão dos interesses do capital, vinculados na grande maioria das vezes a grupos econômicos, não representam e nem defendem igualmente os interesses da sociedade[2].
Também cabe aqui articular a lógica que no jornalismo brasileiro não é possível encontrar um pluralismo

1 Para Pierre Bourdieu (1989), o poder simbólico é exercido pelos agentes sociais, na esfera de campos sociais, determinados e específicos, tidos como conceito e não espaço físico. A posição que um agente ocupa no campo social é determinada pela quantidade de capital acumulado, sobretudo capital econômico e cultural, mas também político, social, artístico etc. Os agentes sociais jogam para impor/legitimar processos, na forma de lutas simbólicas. Deste modo, o poder simbólico significa a capacidade que alguns agentes sociais têm de convencer os demais agentes do seu campo quanto à legitimidade dos processos que eles conduzem.

2 Algumas das reflexões aqui apresentadas foram iniciadas no III Colóquio Semiótica das Mídias, no Centro Internacional de Semiótica & Comunicação, em setembro de 2014, em Japaratinga/AL/Brasil. Maiores informações: *http://ciseco.org.br/anaisdocoloquio/index.php/edicao-atual*

de ideias. Ao contrário, o que se tem é o compartilhamento de uma ideologia hegemônica das famílias que dominam o mercado nacional de comunicação, extremamente concentrado e caracterizado por um modelo oligopolista (horizontal e cruzado), que se acentuou com a privatização dos serviços de telecomunicações a partir da década de 1990 (LIMA, 2001, p.28).

Coloca-se aí uma outra questão a ser observada: a dimensão crítica do jornalismo, cuja função seria controlar e denunciar as mazelas sociais, políticas e econômicas. Essa parece ser já, uma das dimensões de embate no próprio *locus* jornalístico. O que deveria ser interesse comum entre jornalistas, sociedade e empresas jornalísticas, parece caminhar para destinos, por vezes, distintos ou quem sabe, entrecruzados.

De um lado, os conglomerados midiáticos com seus interesses particulares e, não exatamente do outro lado, mas em algum dos lados, ou até mesmo no centro, os jornalistas - que têm como ofício noticiar e informar à população, de uma maneira supostamente neutra, os acontecimentos. Entre os interesses jornalísticos e os interesses das empresas jornalísticas, por vezes, no meio, a sociedade.

Questões como estas permeiam, com freqüência, as discussões entre jornalistas e profissionais da mídia de um modo geral, entre estudantes e pesquisadores da mídia e também entre os cidadãos – estes últimos, que cada vez mais colaboram nas produções midiáticas, vêem se afastando, aos poucos, da posição de meramente "receptores ou espectadores".

Diante desses posicionamentos, como então noticiar seguindo os tais preceitos de neutralidade jornalística, se os profissionais da mídia estão, muitas das vezes, dentro de empresas jornalísticas nada imparciais? Terão, todos os temas tratados pela mídia, o mesmo peso para a sociedade? Serão todos os assuntos tratados pela mídia realmente de interesse do público? Até que ponto pode se considerar um tema de interesse público ou privado? Como avaliar que determinado tema mereça mais ou menos espaço na agenda midiática? O que determina a relevância de um tema na mídia?

Muitos autores têm se debruçado sobre essas questões e para cada uma delas possíveis considerações já podem ser encontradas. No entanto, o que nos inquieta e nos motiva nesse instante é analisar, pontualmente, uma dada cobertura midiática com relação a um evento específico.

> Abordar as mídias para tentar analisar o discurso de informação não é uma tarefa fácil. É mesmo mais difícil do que abordar o discurso político. Isso porque, enquanto se admite no mundo político, de maneira geral, que o discurso aí manifestado está intimamente ligado ao poder e, por conseguinte, à manipulação, o mundo das mídias tem a pretensão de se definir contra o poder e contra a manipulação. Entretanto, as mídias são utilizadas pelos políticos como um meio de manipulação de opinião pública – ainda que o sejam para o bem-estar do cidadão; as mídias são criticadas por constituírem um quarto poder; entretanto, o cidadão aparece com frequência como refém delas, tanto pela maneira como é representado, quanto pelos efeitos passionais provocados, efeitos que se acham muito distantes de qualquer pretensão à informação. (Charaudeau, 2007: 17)

Somado a essas questões, temos observado nos últimos anos uma crescente presença dos temas relativos à saúde na mídia. Acreditamos que a saúde é um tema que vem ganhando cada vez mais espaço nas discussões da sociedade como um todo e na mídia inclusive. Seja porque cada indivíduo espera estar "bem de saúde", seja porque o cidadão também espera que os serviços e ações desse campo sejam eficientes[3]:

> A sociedade de um modo geral espera que o setor saúde cuide das pessoas e das populações, mediante ações individuais e coletivas. Na medida em que a saúde tem sido reconhecida como completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença, o propósito almejado é que as pessoas possam ter uma vida com qualidade. (PAIM, 2009:11)

---

3 Já apresentamos essa reflexão no texto "*Percepções sobre o SUS: o que a mídia mostra e o revelado em pesquisa"* (pág. 35) no livro Saúde e Jornalismo - Interfaces Contemporâneas (Editora Fiocruz, 2014)

Quando da proposição deste trabalho, consideramos que conceituar "saúde" seja muito complexo. Em variados momentos da história da humanidade, diversos autores buscaram essa definição. No entanto, sabemos que sentidos são construídos por diferentes contextos e diferentes atores. Admitimos então que o conceito de "saúde" esteja em constante transformação. Assim como a mídia, trata-se também de um campo de disputas, nos quais diferentes atores sociais possuem visões de mundo e práticas distintas.

Deste modo, o que nos coloca em estado de atenção, nesta ocasião, é o modo como os temas sobre "saúde" estão sendo tratados e levados ao público através da mídia. Que interesses podem estar sendo colocados em questão? Quem está sendo convocado para falar sobre a "saúde" na mídia? Em que contexto essas questões estão sendo debatidas? Como a "saúde" está sendo tratada na mídia? Que tipo de recursos são utilizados para enunciar a "saúde"? No caso do Brasil, que além de possuir um sistema público de saúde (também conhecido como Sistema Único de Saúde ou SUS), e que também conta com os serviços de saúde privada, como é feita a apresentação desses sistemas à população, pela mídia?

São questões como essas que nos deparamos freqüentemente no interior do *Observatório Saúde na Mídia* e que nos motivam a pesquisar a mídia.

2. Observatório Saúde na Mídia

O *Observatório Saúde na Mídia* é um projeto localizado no Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde (Laces), do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Sua sede está no Rio de Janeiro, mas também há parcerias e monitoramentos de jornais locais na Fiocruz Brasília e Fiocruz Pernambuco (CPqAM). O *Observatório* prevê o monitoramento diário de alguns periódicos impressos de grande circulação no país: no Rio de Janeiro: *O Globo, O Dia;* em São Paulo*: Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo;* em Brasília: *Correio Braziliense*; em Recife: *Jornal do Commercio* e *Folha de Pernambuco*. Esse monitoramento tem como meta proporcionar uma visão processual e extensiva que forneça subsídios para a realização de estudos qualitativos em recortes temáticos a serem periodicamente definidos.

Criado em 2008, o principal objetivo do *Observatório Saúde na Mídia* é realizar análises sobre os modos pelos quais os meios de comunicação de massa produzem sentidos sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) e os temas específicos da saúde, bem como contribuir para a luta pela democratização da comunicação na sociedade em geral e, na saúde, em particular.

Após a leitura dos jornais, acima citados, e seleção das páginas dos jornais que possuem matérias que tratem sobre o tema saúde, posteriormente é feita sua inclusão em um banco de dados efetuando uma classificação e indexação do material coletado. A etapa seguinte é a produção de análises sobre o material previamente selecionado.

O *Observatório* surgiu a partir do reconhecimento do lugar central que os meios de comunicação de massa ocupam nas sociedades contemporâneas, constituindo-se espaços privilegiados na formação do olhar que a população lança sobre o mundo e as relações sociais, bem como mediante à percepção da crescente importância da saúde como objeto de interesse midiático

Diante dessas informações, destacamos que o objetivo desta comunicação é analisar os sentidos construídos sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) em dois jornais de referência no Brasil: *Folha de S.Paulo* e *O Globo,* entre maio e agosto de 2014. A proposta é analisar quando e como o SUS aparece nos jornais no período em que um grande evento, como a Copa do Mundo acontece no Brasil e, naturalmente, ocupa grande parte da agenda midiática.

3. O Sistema Único de Saúde (SUS)

Com a promulgação da Constituição da República de 1988, a saúde no Brasil passou a ser reconhecida como um direito social, isto é, cabe ao poder público garanti-la a todo cidadão: "A saúde é direito de todos e dever

do Estado" (art. 196). Essa nova perspectiva se materializou com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), constituído fundamentalmente por três documentos que expressam os elementos básicos que estruturam e organizam o sistema de saúde brasileiro, a saber:
1) a Constituição Federal de 1988, que prevê que a saúde é um dos setores que estruturam a seguridade social, ao lado da previdência e da assistência social (Brasil, 1988);
2) a lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, também conhecida como a Lei Orgânica da Saúde, que dispõe principalmente sobre a organização e regulação das ações e serviços de saúde em todo o território nacional (Brasil, 1990a);
3) a Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que estabelece o formato da participação popular no SUS e dispõe sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde (Brasil, 1990b).[4]
O SUS foi resultado da luta pela Reforma Sanitária – especialmente segundo a agenda de reivindicações produzida com base nas conferências nacionais de saúde, com destaque para a VIII (1986), "a partir da emergência pública do discurso sobre direito à informação, educação e comunicação como inerentes ao direito à saúde" (Araújo & Cardoso, 2007: 26). Desde a sua criação, o SUS tem estado em meio a um campo de tensões que às vezes polariza defensores ferrenhos, de um lado, e críticos vorazes, de outro. Gestores, políticos, usuários, imprensa apresentam uma multiplicidade de perspectivas sobre o que é e o que deveria ser o sistema, catalisando por vezes debates inflamados.

> O SUS tem sido reconhecido como uma política construída pelos movimentos sociais que lutaram pela democracia, ocupando espaços na Constituição e nas leis, tendo os governos a obrigação de implementá-las. É um dos caminhos para a garantia do 'direito à saúde' dos cidadãos, como dever do Estado, constituindo o maior sistema público de saúde do mundo. (...) Entre os princípios que inspiram o SUS podem ser mencionados os seguintes: dignidade da pessoa humana; saúde como direito social – condição da cidadania; universalidade - para todos; igualdade - assistência sem preconceitos ou privilégios; equidade - atenção de acordo com as necessidades, ou seja, 'discriminação positiva', quando se priorizam os que têm mais necessidades; integralidade; preservação da autonomia das pessoas; direito à informação às pessoas assistidas, sobre a sua saúde. (Paim, J.S; 2008: 96; In: MATTA, G. C.,)

Sendo o SUS considerado o maior sistema público de saúde no mundo como seria a representação desse sistema na grande mídia brasileira? Será essa mesma imagem refletida nas páginas dos jornais? Qual é o SUS que a grande imprensa do Brasil apresenta aos seus leitores? Terá realmente o SUS avançado em suas propostas a ponto de refletir no espaço midiático esses avanços?

4. Escolhas e Desafios Metodológicos

Ao propormos essa comunicação, nossa inquietação inicial estava localizada num período específico da cobertura jornalística dos jornais impressos: Copa do Mundo 2014 no Brasil - de 12 de junho até 13 de julho de 2014.
Porém, para entendermos o movimento - as presenças e ausências do SUS na mídia, ampliamos o *corpus* para aproximadamente um mês antes do início da Copa (portanto, início de monitoramento da mídia em 11/05) até pouco mais de um mês após o término da Copa (logo, monitoramos até 16 de agosto).
Nossa hipótese inicial era de que durante os jogos da Copa questões diversas - entre elas, a "Saúde Pública" - tenderiam a sofrer uma diminuição de presença nas páginas dos jornais pois perderiam espaço para o tema Copa do Mundo. Entendendo que a concorrência discursiva na agenda midiática é um fato concreto, supomos inicialmente, que as recorrentes denúncias e estratégia de desqualificação do SUS na mídia fossem perder

4 Informações retiradas de Tatiana Wargas de Faria Baptista (2007).

força para as questões sobre o campeonato mundial de futebol. Por isso, optamos por ampliar o monitoramento para além dos dias dos jogos da Copa do Mundo.
A proposta então foi mapear as publicações feitas pelos jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo* que viessem, em alguma medida, tratar de questões que envolvessem o sistema público de saúde no Brasil, o SUS.
Cabe destacar que, para este trabalho em questão, optamos por descartar o material publicitário - tendo em vista que nosso foco era debruçarmos exclusivamente sobre o discurso jornalístico.
Como não se trata de um período curto (de 11/05/14 até 16/08/2014) - levando em consideração que os jornais são publicações diárias, totalizando para cada jornal um monitoramento de 98 edições, e sendo dois jornais aqui propostos - temos aí um volume de 196 edições monitoradas, ou seja, lidas na íntegra. Daí, diante desse elevado número de edições, optamos por fazer uma análise focada num recorte específico: analisamos a segunda semana de cada mês monitorado, sendo então:

1. Maio: 11 a 17 (Domingo a sábado) - 2ª semana (cheia) do mês
2. Junho: 08 a 14 (Domingo a sábado) - 2ª semana do mês
3. Julho: 06 a 12 (Domingo a sábado) - 2ª semana do mês
4. Agosto: 10 a 16 (Domingo a sábado) - 2ª semana (cheia) do mês

A opção pela segunda semana de cada mês se deu para acompanhar exatamente as semanas de início e término da Copa do Mundo (em junho e julho). Diante deste cenário trabalharíamos com 56 edições de jornais (levando em consideração 14 edições por semana - afinal são dois jornais semanalmente) e nos debruçaríamos para análise somente sobre as edições que trouxessem o SUS - fosse como tema, fosse como fonte.
Como dissemos na introdução dessa comunicação, por acreditarmos que os meios de comunicação interferem diretamente na construção e na transformação da realidade da população, além de influenciarem na percepção que cada indivíduo tem da realidade, nossos pressupostos e motivacionais para esse estudo são que os discursos midiáticos interferem na construção de uma imagem da "saúde pública brasileira" e dos discursos que a avaliam. No entanto, também reconhecemos que não se trata de um processo homogêneo: há distinções entre os veículos de comunicação, contradições internas, resistências etc.
Escolhemos analisar dois jornais impressos de expressiva circulação no território brasileiro: *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Primeiro por se tratarem de dois jornais já monitorados pelo *Observatório Saúde na Mídia*, e segundo por se tratarem de dois dos jornais de referência de maior circulação no país (dados da Associação Nacional de Jornais/ANJ[5]).
Cabe ainda ressaltar que são considerados dois jornais de grande relevância política e de capacidade de formação de opinião no Brasil.
A história da *Folha* começa em 1921, com a criação do jornal "Folha da Noite". Em julho de 1925, é criado o jornal "Folha da Manhã", edição matutina da "Folha da Noite". A "Folha da Tarde" é fundada após 24 anos. Em 1º de janeiro de 1960, os três títulos da empresa se fundem e surge o jornal *Folha de S.Paulo*. O jornal mantém sua sede em São Paulo.
Já o jornal *O Globo*, em 1911, o jornalista Irineu Marinho fundou o vespertino "A Noite". Mas, depois de vender o controle do jornal a um dos sócios, mediante o compromisso de recompra das ações, o acordo não foi cumprido. As ações não lhe foram revendidas e Irineu perdeu o título do jornal. Depois de uma viagem à Europa, Irineu Marinho entregou-se à criação de um novo jornal identificado com o Rio. Foi assim que surgiu *O Globo*. A primeira edição do então vespertino circulou no dia 29 de julho de 1925.

---

5 De acordo com a Associação Nacional de Jornais/ANJ, em 2013 o jornal *Folha de S. Paulo* ocupou a segunda posição no ranking (com uma média de circulação igual a: 294.811), dentre os maiores jornais do Brasil de circulação paga, por ano. Cabe destacar, que de acordo com a ANJ entre o ano de 2002 e 2009 a *Folha de S. Paulo* ocupou consecutivamente a primeira posição no ranking. Posição que se repetiu em 2012 também. Nos anos de 2010, 2011 e 2013, o jornal paulista perdeu a primeira posição para o jornal mineiro *Super Notícia*. No caso de O *Globo*, o mesmo ocupou em 2013 a segunda posição no ranking, logo atrás da *Folha* com uma média de circulação igual a: 267.542. Nos anos de 2012,2010 e 2009 ficou em terceiro lugar. Em 2008 e 2002 ocupou a quarta posição, e em 2005 ocupou a quinta posição. Dados extraídos do site: http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil . Acesso em 25/11/2014.

Do ponto de vista da análise do material, assim como no *Observatório Saúde na Mídia,* utilizamos nesta comunicação os pressupostos da Análise Social de Discursos (Pinto, 1999 e Araújo, 2000), que correlaciona os textos com suas condições de produção e circulação, entendendo estas como condições sociais, econômicas, políticas, institucionais e situacionais. Trata-se, então, de propor aqui uma análise não apenas das marcas textuais da notícia – o que aparece de fato no jornal – mas levando em conta também o(s) contexto(s) de produção da notícia.
Neste presente estudo procuramos identificar quais os dispositivos de enunciação utilizados pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* para falarem dos sistema público de saúde do Brasil e para, conseqüentemente falar da "saúde" do país. Procuramos mapear como o SUS é apresentado aos leitores dos respectivos periódicos.

5. O SUS nas páginas dos jornais

Ao longo do período monitorado, foram acompanhadas **196 edições** - levando em consideração os dois jornais no período **de 11/05/2014 até 16/08/2014**.
Nosso foco esteve voltado para selecionar apenas texto jornalísticos que tratavam de assuntos que abordavam o SUS - fosse mencionando a nomenclatura do SUS explicitamente nos textos, fosse tratando de questões que se relacionassem diretamente com ações, serviços, pacientes/gestores ou políticas do SUS e também das questões que envolvessem a saúde e a doença nos serviços de saúde pública do Brasil. Isso significa dizer que também selecionamos os textos que tinham - como fonte ou como tema - a ANVISA, o SAMU, o Ministério da Saúde, o Ministro da Saúde, as Secretarias de Saúde, Fiocruz; as instituições de tratamento como INTO, INCA, etc., programas como o Mais Médicos, Saúde da Família, Farmácia Popular; parcerias na saúde entre público e privado; campanhas de vacinação; propostas de candidatos às eleições 2014 envolvendo a saúde pública; tratamentos e pesquisas na rede pública; medicamentos; comparações entre a rede pública e a privada; atendimentos na rede pública; entre outros. Qualquer possível conexão direta ao SUS, ou até mesmo uma simples citação ao SUS, motivou a nossa coleta.
Também cabe mencionar que independente do tamanho e do gênero jornalístico em que fosse apresentado o texto - notícia, reportagem, artigo, carta de leitor, coluna assinada, nota, etc, - todos foram coletados.

5.1. Cenário mais geral - Mapeamento: No jornal *Folha de S.Paulo:*

No monitoramento realizado entre o dia 11 de **Maio** até o dia 31 de maio de 2014 foram identificados no jornal *Folha de S. Paulo* **21 textos** que dialogavam com questões do SUS. Isso significa dizer que em 21 dias de coleta encontramos uma média de 1 texto por dia - não que isso se reflita exatamente nas edições de maio - eventualmente pode ter sido publicado mais de um texto em um único dia e algum outro sem nenhuma publicação.
No mês de **Junho** - mês em que se iniciou a Copa do Mundo no Brasil - identificamos ao longo dos 30 dias do mês, um volume total de **26 textos.** Sendo que antes do início da Copa (a abertura da Copa do Mundo no Brasil se deu em 12/06/14) foram publicados **11 textos**, e após o início da Copa - entre 12/06 e 30/06 - identificamos **15 textos** que tratavam de questões que envolviam o Sistema Único de Saúde. Se investirmos num cálculo de média de publicação, teríamos antes do início da Copa: 1 texto por dia, e posterior ao início da Copa seria 0,78 texto/dia.
Em **Julho,** entre o dia 1º e o dia 31, um número bem mais expressivo de textos foram coletados: **87 textos.** Desses, identificamos entre o dia 1º e o dia 13 (data da partida da final da Copa) **33 textos** que tinham alguma conexão com a temática SUS. Isso nos fornece uma média de 2,53 texto por dia. Os demais **54 textos** foram publicados posteriormente ao término da Copa do Mundo - fornecendo uma média de 3 textos/dia ao longo dos 18 dias restantes no mês. Pode-se notar um aumento considerável em matérias que tinham alguma conexão com o SUS com o fim da Copa do Mundo

No mês de **Agosto**, entre o dia 1º e o dia 16, foram publicados **29 textos** na *Folha de S. Paulo* (uma média de 1,81 texto/dia).

No jornal O Globo:

Foram coletados entre o dia 11 de **Maio** até o dia 31 de maio de 2014 **32 textos** que dialogavam com questões do SUS. Ao longo de 21 dias temos uma média de 0,65 texto por dia.
Em **Junho** o jornal *O Globo* apresentou **40** textos que dialogavam com questões do SUS. Isso nos revela uma média de 1,33 textos por dia. Nos primeiros onze dias do mês foram **27 textos** (2,45 textos por dia) e entre o dia 12 (dia do início da Copa do Mundo) e o dia 30 de junho, foram publicados **13** textos (isto é, ao longo de 19 dias, temos uma média de 0,68 texto por dia). Um rápido olhar já nos permite notar que o volume de textos que faziam alguma remissão ao SUS foram publicados com bem mais freqüência antes do início da Copa do Mundo.
No período de 1º de **Julho** até 31 de julho foram identificados **57 textos** no jornal *O Globo***.** Sendo que entre o dia 1º e o dia 13 (data do término da Copa do Mundo) foram localizados **24 textos.** Logo, após o término da Copa foi possível identificar **33 textos** após o término dos jogos da Copa. A média de publicação sobre o SUS tanto durante, quanto posterior aos jogos da Copa, ficaram muito semelhantes: nos primeiro 13 dias, em torno de 1,83 por dia e nos demais dia do mês, uma média de 1,84 por dia.
Já no mês de **agosto,** entre o dia 1º e o dia 16, localizamos **25 textos.** O que nos dá uma média de 1,56 textos por dia no jornal *O Globo*.

5.1. 2. Visão Qualitativa:

MÊS/2014	Folha de S.Paulo	O Globo
Maio (Dia 11 até 31)	21	32
Junho (Dia 01 até 30)	26	40
Julho (Dia 01 até 31)	87	57
Agosto (Dia 01 até 16)	29	25
TOTAL	**163**	**154**

6. Análise do material

Reconhecendo que temos um grande volume de material coletado no período proposto, e também reconhecendo que a Análise de Discurso admite que há recorrência nos discursos, trabalharemos com a premissa que o fato de não nos debruçarmos sobre todas as 196 edições publicadas no período, que resultaram em **317 textos** (entendendo cada um como uma unidade textual[6]) coletados no mapeamento, não gerará nenhuma perda significativa de sentidos apresentados pela grande imprensa sobre o SUS.
Sendo assim, adotaremos uma análise em blocos, conforme mencionamos anteriormente, trabalharemos com semanas fechadas em períodos previamente recortados.

6 Estamos considerando unidade textual cada texto "jornalístico" - em seu mais variado formato possível de ser encontrado nas páginas dos jornais impresso, tais como: Editoriais, Notícias, Reportagens, Notas, Carta de leitores, Artigos e Entrevistas.

a) MAIO: 11 a 17 (Domingo a sábado) - 2ª Semana (cheia) do mês:

Neste período a Folha de S. Paulo teve 04 textos publicados, cujos títulos foram:
"Mais médicos tem déficit de supervisão em dez Estados" (notícia) (11/05); "Mobilidade Saudável" (notícia) (12/05); "Inibidores de apetite devem ser proibidos? Sim - Remédio Político", "Inibidores de apetite devem ser proibidos? Não - São mais que três quilinhos" (2 artigos) (17/05).
Dos quatro textos publicados na semana, dois tinham formato mais noticioso (dias 11 e 12) e os outros dois de características mais opinativos. O texto sobre o programa do governo "Mais Médicos" apresenta uma crítica à supervisão do trabalho dos médicos do programa, classificando essa supervisão como "insuficiente em ao menos dez Estados brasileiros". Cabe uma observação, no que diz respeito à concorrência discursiva. Na mesma página onde o texto sobre "Mais Médicos" está localizado, encontra-se, ocupando metade dessa mesma página do jornal, um anúncio de uma das grandes operadoras de plano de saúde, no Brasil, a Unimed - fazendo uma homenagem ao dia das mães. Bom, ao que nos cabe sinalizar, não se trata de uma ocupação ingênua na página do jornal. Uma notícia apresentando críticas a um dos programas em que o governo federal mais vem investindo - o "Mais Médicos" - e disputando a atenção do leitor, um anúncio de meia página com uma linda imagem de uma "mãe" e seu bebê muito saudáveis e felizes.
Os dois últimos textos, listados por nós, publicados em 17/05, ocupavam a editoria de Opinião do jornal disputando um espaço denominado Tendências/Debates. Um espaço conhecido no jornal por apresentar uma mesma temática e ser debatido por profissionais que seguem duas linhas de pensamentos distintos. No caso, o tema apresentando pelo jornal foi na verdade um questionamento sobre a proibição do uso de inibidores de apetite. Nos dois textos a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) é acionada pelos autores. Apesar de nenhum dos dois textos mencionam diretamente o Sistema Único de Saúde, explicitamente, ambos recorrem a ANVISA (órgão de fiscalização ligado diretamente ao Ministério da Saúde) como voz autorizada para embasar seus argumentos.
O Sistema Único de Saúde não foi nomeado explicitamente em nenhum dos 04 textos e, de um modo geral, a gestão da saúde no país recebeu críticas e questionamentos.

Neste mesmo período, no jornal O Globo foram localizados 08 textos com os respectivos títulos: "Hospital" (carta de leitor), "Diferença de classe" (artigo) (12/05); "O inaceitável apagão na distribuição de vacinas e soros" (editorial), "Medicina Eleitoral" (artigo) (14/05); "Fila de cirurgia" (nota em coluna assinada) (15/05); "Vacinas e soros" (carta de leitor), "Mais de 13 mil esperam por cirurgia na rede federal" (notícia) (16/05); "Cirurgias" (carta de leitor) (17/05).
Na semana analisada O Globo trouxe mais textos com características de textos opinativos, que noticiosos. As questões da saúde pública nesse período foram apresentadas com opiniões e pontos de vista bem explícitos. Textos menos noticiosos e mais posicionamentos em textos opinativos, foi possível observar. De um modo geral, críticas à gestão governamental apareceram nas vozes que ganharam espaço nos jornais. Interessante observar que questões levantadas no jornal em textos opinativos ou noticiosos, como "filas de espera por cirurgias em rede pública", "escassez de vacinas e soros" e "medicina eleitoral, desqualificando o programa "Mais Médicos" após publicados, motivaram posteriormente carta de leitores (publicadas na mesma semana) apoiando a linha adotada pelos textos - com críticas à administração pública e questionamentos ao governo sobre a gestão da saúde pública e a ineficiência do sistema público de saúde. Curiosamente, o artigo publicado em 12/05 em defesa do SUS (autoria de Ligia Bahia) não gerou nenhuma repercussão posterior, em cartas de leitores, por exemplo. Parece que cabe uma atenção a esse tipo de movimento na mídia.

O que percebemos nessa semana de um modo geral ...
A Copa do mundo ainda não parece ter tomado o imaginário popular a ponto de ocupar, especialmente as cartas de leitores, em correlações diretas às questões de saúde pública no Brasil. Os textos ainda não apresentam conexão direta com os jogos e investimentos na Copa do Mundo. E como já é comum notar nas edições diárias, as críticas e cobranças aos governos são latentes.

b) JUNHO: 08 a 14 (Domingo a sábado) - 2ª Semana do Mês

Neste período monitorado, a Folha de S.Paulo apresentou 03 textos que dialogavam de alguma forma com o SUS. Foram eles: "Falta de pessoal e estrutura pioram dengue em Campinas" (notícia) (09/06); "Na Saúde o PT não tem remédio" (artigo) (13/06); "Haddad aprova aumento a Mais Médicos" (notícia) (13/06).
Os dois primeiros textos seguem a linha de apresentar críticas à atual administração pública da saúde no País. O último, sobre o Mais Médicos, apesar de não fazer uma crítica explícita, traz informações sobre o programa do governo federal, relata que trata-se de um programa "vitrine" da campanha da presidente Dilma Rousseff e mostra-se durante a exposição das informações um tanto quanto imparcial.
Os textos apresentados não fazem qualquer conexão explícita a Copa do Mundo - mesmo estando exatamente na semana de abertura do evento. Também não citam explicitamente, em momento algum, o SUS, em suas linhas.

Neste mesmo período, no jornal O Globo foram localizados 06 textos, tendo sido eles: "Projetos Difíceis e idealizadores sinceros" (artigo) (09/06); "Crise na Saúde - Estado Grave" (reportagem), "Opinião - Dúvida" (nota), "No luto, a homenagem - o fotógrafo da natureza" (notícia), "Aborto legal no SUS é uma questão de coerência" (editorial) (10/06); "Hospital Federal do Andaraí é motivo de nova ação na justiça" (notícia) (13/06).
Neste mês, a morte, por infarto, de um fotógrafo (02/06) na porta de um hospital público de referência no Rio de Janeiro (Instituto Nacional de Cardiologia /INC) - onde o hospital alegou não ter atendimento de emergência e por isso não teria prestado assistência ao homem que passou mal dentro do ônibus e foi levado para o INC - desencadeou algumas pautas que debatiam sobre a ineficiência e qualidade dos serviços públicos de saúde. Nesta semana, com exceção do editorial "Aborto legal no SUS é uma questão de coerência" (10/06), todos os demais textos publicados trataram do tema da morte do fotógrafo e/ou questionaram a eficiência e a qualidade dos serviços públicos de saúde. Importante sinalizar, que o texto do editorial colocou em evidência, um assunto quem vinha sendo discutido, inclusive, como temática de campanha dos candidatos à Presidência da República.

O que percebemos nessa semana de um modo geral ...
É o que normalmente já notamos nos jornais: o jornal é um espaço de lutas políticas e ideológicas constantes. Não há uma publicação que ocupe as páginas dos jornais ingenuamente. Elas estão lá em diálogos com inúmeras posições e embates.
Apesar de ter sido a semana de início da Copa, em nenhum dos dois jornais houve - nos textos analisados - conexões diretas entre Copa do Mundo e SUS.

c) JULHO: 06 a 12 (Domingo a sábado) - 2ª Semana do Mês

Nesta semana, é possível notar um volume maior de textos que têm alguma relação com o SUS, ao todo foram identificados 14 textos na Folha de S. Paulo. Sendo seus respectivos títulos: "Grupo de médicos faz seu 2º hospital para atender o SUS"(notícia), "Sem remédio, clínica usa 'palavra de Deus' para tratar viciados" (notícia) (06/07); " Crescem no País processos contra planos por tratamento" (reportagem), "Ações melhoram planos, mas podem ampliar preço, diz juiz" (notícia) (07/07); "Planos na Justiça" (editorial) , "Inscrição para prêmio de oncologia da Icesp vão até dia 10" (notícia) (09/07); "Prevenir e remediar" (editorial), "Ministério desconhece promessa de Dilma" (notícia), "Inscrições para prêmio Icesp terminam hoje" (notícia) (10/07); "Juiz suspende contrato de gerir hospital na cracolândia" (notícia), "Casos confirmados de dengue têm nova alta em São Paulo" (nota) (11/07); "Ranking da insatisfação"(reportagem), "OMS recomenda a homens gays droga que previne HIV"(reportagem), "Copa do Mundo" (carta de leitor) (12/07).
Esta semana, dentre as quatro analisadas, foi a semana em que a *Folha* teve mais textos publicados que travaram algum diálogo com o SUS - mas isso não significou nomear regularmente o SUS nos textos. Foi um mês em que questões envolvendo planos de saúde convocaram explicitamente o SUS para construção discursiva. O

que mais foi discutido foi a questão da judicialização da saúde privada, mas estabelecer essas discussões, a saúde pública foi convocada com alguma freqüência.
Outro dado que merece destaque e que nos chamou a atenção, tem a ver com a conexão saúde pública e Copa do Mundo, que até então nas semanas anteriores, apareceu evidente. Na carta de leitor "Copa do Mundo" (12/07) leitor menciona que era "sorte" do jogador Neymar - que acabara de sofrer uma grave lesão durante um jogo da Copa do Mundo - não depender dos serviços de saúde pública do país. Afirma que se o jogador dependesse da rede pública poderia levar muito tempo aguardando atendimento:

Neste mesmo período, no jornal O Globo, identificamos 11 textos, sendo eles distribuídos da seguinte forma: "Eleições 2014 - O desafio da qualidade" (reportagem) (06/07); "Inversão" (carta de leitor), "Planos de Saúde" (carta de leitor) (07/07); "Febre chicungunha chega ao Estado e preocupa área de saúde"(notícia), "Tem mosquito demais no Recreio" (carta de leitor) (08/07); "Mamografia deve começar aos 40" (artigo) (09/07); "Secretário Municipal de Saúde deixa o cargo e vai para a Fiocruz" (notícia) (10/07); "Mamografia"(carta de leitor), "Mais um caso de febre chicungunha no Rio" (notícia), "Viúva de Amarildo reaparece no Rio" (notícia) (11/07); "Prevenção para todos os gays" (reportagem) (12/07).
Sobre os textos do jornal O Globo não diríamos que houve algum grande destaque, os temas aparecem pulverizados, mas uma preocupação com mosquitos e com a febre chicungunha ganhou mais relevância no material coletado. Uma discussão em torno da prevenção, através da realização da mamografia também esteve um pouco mais evidente.
O SUS e a Copa do Mundo não estabeleceram diálogos diretos nos textos publicados nesta semana.
O que percebemos nessa semana de um modo geral ...
A semana analisada de julho foi, sem dúvida, a semana em que a saúde pública esteve mais presente nas páginas dos dois jornais - em comparação com as outras três. Não afirmaríamos ter havido um grande tema em debate, mas alguns temas - como mencionado nas análises dos jornais - que apareceram mais de uma vez em debate na mesma semana. Esse movimento dos temas na mídia, representam certamente um movimento na própria sociedade. A diversidade encontrada e o volume maior encontrado possivelmente reforça o quanto a saúde é assunto recorrente na mídia.

d) AGOSTO: 10 a 16 (Domingo a sábado) - 2ª Semana (cheia) do mês

Em agosto, ou seja, após o término da Copa (que aconteceu há quase exatamente um mês) identificamos 11 textos na Folha de S.Paulo. Tendo sido eles: "Homem algemado em surto psicótico toma ambulância" (notícia), "Instituto do Câncer do Estado de São Paulo inaugura unidade em Osasco" (notícia) (11/08); "Regra Clara" (nota) (12/08); "Ebola Prevenção - Brasil avalia compra da nova droga" (reportagem) (13/08); "USP pode transferir hospitais para Estado" (notícia) (14/08); "Projeto anticrise acirra ânimos na USP" (reportagem) (15/08); "O Brasil está preparado para enfrentar o Ebola? Não - As incertezas da Epidemia" (artigo), "O Brasil está preparado para enfrentar o Ebola? Sim - Como o país se preparou"(artigo), "Crise na USP" (duas cartas dentro deste mesmo título), "Saúde - Anvisa proíbe venda de lote de água mineral Nestlé" (notícia)(16/08).
Na semana analisada de agosto, os textos da Folha estiverem concentrados numa discussão em torno da epidemia do "ebola" e uma crise na USP que afetaria diretamente o hospital universitário e seus atendimentos. Também deixemos registrado que esses temas não foram tão mais abordados, diríamos que eles discretamente estiveram mais presentes, porém sem nenhum grande destaque, concorrendo quase que igualmente com outros assuntos envolvendo a saúde pública brasileira.

No jornal O Globo localizamos 17 textos na semana analisada em agosto. A seguir apresentamos os títulos e as respectivas datas de publicação: "Eleições 2014 - Mal sem remédios" (reportagem), "Medicamento por voto levou à cassação, mas prefeito voltou" (notícia), "Eleições 2014 - Irregularidades em contratos de distribuição de remédios" (reportagem), "Saúde Justiça" (carta de leitor) (10/08); "Eleições 2014 - Gestão Debilitada" (reportagem) (11/08); "Eleições 2014 - Aécio e Saúde" (nota), "Eleições 2014 - Em 1 ano e meio, pacientes entraram com 24 mil ações em busca de remédio" (reportagem), "Falhas comprovam que o SUS padece de

má gestão" (editorial), "Ebola" (carta de leitor), "Ebola - Portos brasileiros em alerta" (12/08); "SUS" (carta de leitor), "Alimentos têm mais sódio do que meta prevista em acordo" (reportagem), "Lote de Toddynho foi contaminado por bactéria, confirma fabricante" (notícia), "É o fim do tabu" (artigo), "Brasil estuda comprar medicamento experimental para tratamento do ebola" (notícia) (13/08); "Doação de sangue"(carta de leitor) (15/08); "Ebola - Contágio também pelo medo"(reportagem) (16/08).
Duas questões nesta semana: uma é o assunto "ebola", que ganhou destaque na mídia mundial, outra foram as questões envolvendo denúncias e irregularidades envolvendo medicamentos - mas que fora tratado dentro da editoria "ELEIÇÕES 2014". Diversos textos discutindo uma má gestão em torno dos medicamentos foram discutidas num espaço que até então deveria ser prioritariamente questões de campanhas eleitorais.
Uma outra observação com relação ao mês de agosto e a cobertura de O Globo, diz respeito ao número de carta de leitores - o que consideramos um espaço importante e interessante do jornal.
Por fim, cabe destacar que o SUS nomeado também esteve de algum modo presente.

O que percebemos nessa semana de um modo geral ...

Essa semana, após um mês do término da Copa do Mundo, parece ter retomado às disputas políticas e as questões em torno das Eleições 2014. Naturalmente, como em todas as demais semanas, a saúde se fez presente e pode ser discutida por diversos ângulos e interesses.

6.1 Quantitativamente encontramos:

Semana (no Mês) analisada	Folha de S.Paulo	O Globo
Maio (11 a 17)	04	08
Junho (08 a 14)	03	06
Julho (06 a 12)	14	11
Agosto (10 a 16)	11	17
TOTAL	**32**	**42**

Do ponto de vista quantitativo, nas semanas analisadas, o jornal *O Globo* apresentou um número maior que a *Folha de S.Paulo.* No entanto, isso não significa dizer que o SUS fora mais discutido pelo *Globo*, não nos interessa uma métrica aqui. O que nos interessa é perceber como os jornais trataram a saúde pública em suas páginas. Os temas que mais foram apresentados e se mais de maneira opinativa ou informativa, isso sim nos interessou nesse estudo.
Como é possível observar, as duas primeiras semanas apresentaram um volume menor que as duas últimas. *Folha de S.Paulo* teve sua maior quantidade de textos em Julho, enquanto *O Globo* teve em Agosto o maior volume de publicações.

7. Algumas das possíveis considerações

A primeira consideração que fazemos é que o tema saúde, em especial a saúde pública brasileira, está constantemente em debate nas páginas dos grandes jornais do Brasil - falamos aqui, naturalmente, sobre os dois jornais que analisamos. Não há dúvidas que tratam-se de dois jornais de grande circulação em todo território nacional e que têm amplo de poder de disseminação de debates e agendamentos políticos.
Também reconhecemos que são jornais com públicos distintos, em sua maioria das vezes, público com amplo capital intelectual, cultural e financeiro e que, como todo e qualquer público leitor, faz suas leituras a partir de suas experiências no mundo. Carregam consigo todo um repertório cultural que permitem suas próprias interpretações e apropriações do que é apresentado pela mídia.

Também levamos em conta que muitos dos leitores da *Folha de S.Paulo* e do jornal *O Globo* são usuários de planos privados de saúde - estes que cada vez mais ocupam as listas de desejos de consumo da crescente classe média do país.

A partir disso, consideramos que ao longo de todo o período analisado diríamos que na maior parte das vezes o SUS não é problematizado e colocado ao público como uma conquista da população, como resultado de muitas lutas e conferências e como direito de todos. Na maior parte de vezes, o que conseguimos perceber é uma imprensa voraz e disposta a apresentar as "mazelas" do SUS. As ações positivas não ganham o mesmo espaço que as críticas ao sistema público de saúde brasileira ganham nas páginas dos jornais.

Com o término da Copa do Mundo um assunto que começa a ocupar as páginas dos jornais, já em julho de 2014, são as "Eleições 2014". Cabe lembrar quem em outubro de 2014 o Brasil viveu a experiência de eleição majoritária. Com isso, muitas pautas jornalísticas giraram em torno da cobertura sobre as campanhas eleitorais - o que reflete freqüentemente nas "promessas" dos candidatos sobre investimento na saúde pública do país e também em matérias (jornalísticas ou até mesmo em textos opinativos como editoriais, artigos ou cartas de leitores) cobrando dos governantes melhorias e maiores investimentos na saúde brasileira.

Avaliamos então, que menos a Copa do Mundo e mais as campanhas eleitorais de 2014, motivaram e, ao mesmo tempo, disputaram e dialogaram com o SUS nas páginas dos jornais.

A doença, nesse período analisado, não foi o grande destaque em nossa coleta e análise. A saúde, do ponto de vista da gestão, do financiamento, da administração, dos serviços e acessos - essas sim parecem ter sido as principais questões abordadas no período analisado.

Também destacamos que além da freqüente presença dos gestores - como vozes autorizadas (e recorrentemente os gestores público são convocados a darem explicações sobre a administração da saúde) - também percebemos uma expressiva presença de pacientes e usuários dos sistemas de saúde brasileiro (público e privado) como fontes essenciais na construção dos textos jornalísticos sobre a saúde.

Levando em consideração os critérios de noticiabilidade, já estudado e apresentado por diversos autores do jornalismo, entendemos que a saúde pública é um forte tema presente nas páginas dos jornais. Por si só saúde é um tema de interesse coletivo.

Por fim, ressaltamos que essas são apenas algumas das possibilidades de leituras sobre a presença do SUS na mídia. Com esse trabalho, esperamos iniciar novos diálogos e novas possibilidades de leituras com os atores interessados por essa temática.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, I. S. & CARDOSO, J. M. *Comunicação e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. (Col. Temas em Saúde)

BAHIA, J. *Jornal, História e Técnica: as técnicas do jornalismo*. São Paulo: Ática, 1990. v. 2.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8.ed.Trad.Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Estética da criação verbal*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAPTISTA, T. W. F. História das políticas de saúde no Brasil: a trajetória do direito à saúde. *In*: MATTA, G. C. & PONTES, A. L. M. (Orgs.). *Políticas de Saúde: a organização e a operacionalização do Sistema Único de Saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. v. 3. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Material&MNU=&Tipo=1&Num=25>. Acesso em: 1 janeiro 2014.

BRASIL. Relatório final da VIII Conferência Nacional de Saúde. *In*: Conferência Nacional de Saúde, VIII, 1986, Brasília. *Anais*... Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Cap.II - Da Seguridade Social - Seção II: Da Saúde (art. 196 a 200), 1988. Disponível em: <www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988>. Acesso em: 1 dez. 2009.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 set. 1990a.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 31 dez. 1990b.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.Lisboa: Difel, 1989.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Trad. Angela S. M. Corrêa. 1.ed., 1ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2007.

CRESTANI, Luciana Maria. *A Participação do leitor como co-enunciador em jornais impressos e on-line: abordagem à luz da enunciação. Vivências. Vol.6, N.9: p.35-43, Maio/2010, Disponível em http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_009/artigos/artigos_vivencias_09/n9_3.pdf [Consultado em 30/10/2014]*

DE LAVOR, A.; DOMINGUEZ, B.& MACHADO, K. O SUS que não se vê: Sistema faz parte do dia a dia de todos os brasileiros, mas não é reconhecido em suas diversas dimensões. *Radis*, 104: 9-17, abr. 2011. Disponível em: <www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/104/reportagens/alta-complexidade-financiamento-de-95-dos-transplantes-e-do-sus>.

LABORATÓRIO DE COMUNICAÇÃO E SAÚDE (LACES). Observatório Saúde na Mídia. Rio de Janeiro: Icict, Fiocruz, 2008.

LAGE, N. *Estrutura da Notícia*. Ática: São Paulo, 2003.

LERNER, K. & SACRAMENTO, I. (org). *Saúde e Jornalismo: Interfaces Contemporâneas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

LIMA, V.A. de. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MALINVERNI, Claudia. *Epidemia Midiática: um Estudo sobre a Construção de Sentidos na Cobertura da Folha de S.Paulo sobre a Febre Amarela, no Verão 2007-2008.* Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação EM Saúde Pública, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MATTA, G. C. & LIMA, J. C. F (orgs.). *Estado, sociedade e formação profissional em saúde: contradições e desafios em 20 anos de SUS*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2008.

MEDEIROS, Flavia Natércia da Silva; RAMALHO, Marina; MASSARANI, Luisa. *A ciência na primeira página: análise das capas de três jornais brasileiros*.História, Ciências, Saúde – Manguinhos , Rio de Janeiro, v.17, n.2, abr.-jun. 2010, p.439-454.

PAIM, J. S. *Reforma Sanitária Brasileira: avanços, limites e perspectivas*. *In:* MATTA, G. C. & LIMA, J. C. F (orgs.). *Estado, sociedade e formação profissional em saúde: contradições e desafios em 20 anos de SUS*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2008.

_____. *Reforma Sanitária Brasileira: contribuição para a compreensão e crítica*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Edufba, 2008.

_____. *O que é o SUS*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. (Temas em Saúde)

PINTO, M. J. *Comunicação e Discurso.* São Paulo: Hacker, 1999.

WOLF, M. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Presença, 1995.

A informação e a comunicação em saúde como estratégias rumo à efetivação do direito à saúde[1]

Rosane Aparecida de Sousa Martins[2]
drarosane.martins@gmail.com

Luís Saboga Nunes[3]
saboga@ensp.unl.pt

Cláudia Helena Julião[4]
claudiahj@servicosocial.uftm.edu.br

Marta Regina Farinelli[5]
martafarinelli@gmail.com

Resumo: Este trabalho aborda a informação e a comunicação em saúde como estratégias para a efetivação do direito à saúde no Brasil. Tal análise ocorreu a partir da realização do projeto de extensão em interface com a pesquisa intitulada "Comunicação, Educação e Mobilização Social na Área de Saúde no Município de Uberaba/MG", em 2014. Foram criados 90 programas de rádio, 10 vídeos, realizadas 02 oficinas com profissionais da saúde e rodas de conversas com os conselheiros de saúde. A partir do referido projeto pode-se identificar que a informação e a comunicação mobilizam e contribuem para que os usuários da política de saúde sejam protagonistas junto ao Sistema Único de Saúde. Tal projeto promove a veiculação de informações acerca do SUS, seus serviços e programas direcionados a toda a população. Além disso, as estratégias de informação e comunicação em saúde têm contribuído com o reconhecimento de que a saúde é direito de todos os cidadãos e dever do Estado.

Palavras chave: comunicação em saúde; políticas de saúde; informação; direito à saúde; protagonismo dos sujeitos.

---

1 Este artigo foi elaborado a partir da execução do projeto intitulado: "Comunicação, educação e mobilização social na área de saúde no município de Uberaba/MG: conhecendo os recursos, efetivando direitos", financiado pela FAPEMIG sob o nº APQ – 02786-12.

2 Departamento de Serviço Social – Curso de Serviço Social - Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Brasil
Pós doutoramento em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa, docente, coordenadora do Projeto de Extensão Interface com a Pesquisa: Comunicação, Educação e Mobilização Social na Área de Saúde no Município de Uberaba/MG: conhecendo os recursos, efetivando direitos; bolsista CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil.

3 Departamento de Estratégias em Saúde - Escola Nacional de Saúde Pública Universidade Nova de Lisboa.
Doutor e Coordenador do programa de extensão universitária: Tabagismo, sua Prevenção e Cessação.

4 Departamento de Serviço Social – Curso de serviço Social - Universidade Federal do Triângulo Mineiro- Brasil
Doutora em Serviço Social, docente, vice-coordenadora do Projeto de Extensão Interface com a Pesquisa: Comunicação, Educação e Mobilização Social na Área de Saúde no Município de Uberaba/MG: conhecendo os recursos, efetivando direitos;

5 Departamento de Serviço Social – Curso de serviço Social - Universidade Federal do Triângulo Mineiro- Brasil
Doutora em Serviço Social, membro-docente do Projeto de Extensão Interface com a Pesquisa: Comunicação, Educação e Mobilização Social na Área de Saúde no Município de Uberaba/MG: conhecendo os recursos, efetivando direitos.

1. Introdução

A política de saúde brasileira é resultante de um longo caminho, marcado por um processo de transformações desde o início da industrialização e a chegada dos imigrantes europeus até a atual configuração de política de saúde brasileira. É importante destacar os principais momentos dessa trajetória, marcada por avanços e retrocessos.

A filantropia e a prática liberal assinalaram a assistência à saúde no século XVIII, sendo que as primeiras iniciativas no campo da saúde pública surgiram no século XIX, em decorrência das transformações econômicas e políticas. No século XX a saúde emerge como questão social, sendo esta entendida como:

> [...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (CARVALHO e IAMAMOTO, 2014: 77)

Em virtude de tal reconhecimento e da necessidade de intervenção do Estado, através do surgimento das políticas sociais e da criação de novos aparelhos que contemplassem os assalariados urbanos, surgem na década de 1930 algumas iniciativas de organização da política de saúde, sendo esta estruturada por meio da saúde pública e da medicina previdenciária. As características desses dois focos pautavam-se na ênfase das campanhas sanitárias e a interiorização das ações para as áreas de endemias rurais.

No período 1945-1950, a Política Nacional de Saúde se consolida, contudo ainda não atendia as necessidades da população. Ocorre à ampliação das ações na área da saúde, o que exigiu a criação de uma estrutura administrativa própria e para atender tal necessidade foi criado em 1953 o Ministério da Saúde.

Após o golpe de 1964, se instala no país um regime militar ditatorial, no qual a força e a repressão são usadas pelo Estado para impor suas regras. Outra característica desse período é uma nova tendência de desenvolvimento econômico e social segundo a qual a saúde precisava assumir as características capitalistas e nesse sentido identifica-se um declínio da saúde pública, com a redução dos recursos financeiros a ela destinados e um crescimento da medicina previdenciária.

O modelo de saúde que prevalecia nesse período era o modelo de medicina curativa, o qual entendia a saúde como a ausência de doença. Nesse modelo não era viável e tampouco havia interesse político na busca de solução de problemas de saúde coletiva, inclusive a intervenção nas expressões da questão social, que se agravavam em virtude dos baixos salários da população, desemprego, aumento da marginalidade, moradias precárias, ausência de saneamento básico e mortalidade infantil.

Uma das forças de oposição ao regime militar no cenário brasileiro foi o movimento da Reforma Sanitária, iniciado na década de 1970 e que se fortaleceu na década seguinte, a qual foi marcado por um processo de democratização política e por uma grave crise econômica. Assim, na década de 1980, ocorre o fortalecimento das lutas coletivas inclusive na área de saúde, com destaque para o "Movimento Sanitarista", que contou com a participação de estudantes, professores universitários e profissionais de saúde. Esse movimento lutou por melhorias nas condições de saúde e de assistência à saúde da população, trazendo como principais propostas de discussão:

> [...] a universalização; a concepção de saúde como direito social e dever do Estado; a reestruturação do setor através da estratégia do Sistema Unificado de Saúde visando um profundo reordenamento setorial com um novo olhar sobre a saúde individual e coletiva; a descentralização do processo decisório para as esferas estadual e municipal, o financiamento efetivo e a democratização do poder local através de mecanismos de gestão – os Conselhos de Saúde. (BRAVO 2009: 9).

Com o fim do regime militar, em 1985, as lutas coletivas se fortalecem e no ano seguinte se inicia o processo constituinte com a tarefa de elaborar uma nova Constituição Federal. Inaugura-se então um novo Estado democrático, no qual direitos são assegurados e garantidos a todos, denotando uma nova e ampliada dimensão de direito expresso nos direitos humanos, regidos pelos princípios da dignidade humana, liberdade e igualdade (SIMÕES, 2011).

Desta forma, a Constituição Brasileira promulgada em 1988, representou um importante marco histórico e legislativo na redefinição das políticas sociais, uma vez que buscou consolidar a cidadania por meio da expansão e garantia dos direitos sociais anteriormente ignorados pelo Estado. No que diz respeito à saúde, o texto constitucional incorpora as propostas do Movimento Sanitarista, instituindo a saúde como parte integrante da Seguridade Social, juntamente com a Assistência e Previdência Social e declarando a saúde como um direito universal e dever do Estado, conforme o Artigo 196:

> A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

O texto constitucional de 1988 trouxe uma nova e ampliada perspectiva de saúde, com ênfase nas ações de atenção à promoção e proteção da saúde visando uma melhoria da qualidade de vida da população, superando desta forma, os modelos seletivos e excludentes pautados no ideário biomédico que contribuíam para o agravamento das desigualdades sociais e tinham como foco de suas ações a condição de doença, com assistência médica curativa.

Além disto, a Constituição Federal criou no campo da saúde pública um sistema unificado, integral e gratuito de saúde: o SUS- Sistema Único de Saúde, cuja implantação representou significativo avanço na história da saúde pública no país. Para tanto, foi sancionada a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8080/90) que traz os princípios, as diretrizes, a forma de gestão entre outros elementos significativos do referido sistema de saúde. Concomitantemente, aprovou-se também a Lei 8142/90 que propôs uma concepção participativa de gestão do SUS, segundo a qual os Conselhos e as Conferências de Saúde compreendem espaços importantes de controle social. Assim, tem-se uma proposta de sistema de saúde democrático e representativo.

A compreensão da perspectiva do Sistema Único de Saúde perpassa pela identificação da universalidade, a integralidade e a equidade como princípios democráticos nos quais se fundamentam a proposta de atenção à saúde no Brasil. Além disso, o SUS apresenta como diretrizes norteadoras a descentralização, a hierarquização, a regionalização, a resolutividade dos serviços de saúde pública e a complementaridade do setor privado com vista a uma gestão participativa e que atenda às demandas de todos os cidadãos brasileiros.

A criação do Sistema Único de Saúde foi um dos maiores movimento de inclusão social da realidade brasileira e representou do ponto de vista constitucional, uma afirmação política de compromisso do Estado brasileiro para com os direitos de seus cidadãos (BRASIL, 2007).

O SUS compreende um complexo sistema de redes de atenção à saúde, que envolve os setores de atendimento primários, secundários e terciários, nos quais deverão ser realizadas as ações e serviços de forma humanizada e integrada com vistas a atender às necessidades da população.

A atenção básica de saúde se constitui em importante modalidade para a efetivação das políticas de saúde, uma vez que corresponde a uma das "portas de entrada" no sistema de saúde público, capaz de resolver cerca de 80% dos problemas de saúde da população (STARFIELD, 2002). No Brasil, a concepção da atenção básica de saúde se desenvolveu a partir dos princípios do SUS, e é definida como:

> [...] um conjunto de ações de saúde no âmbito individual e coletivo que abrangem a promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde. É desenvolvida através do exercício de práticas gerenciais e sanitárias democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios bem delimitados, pelas quais assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinamicidade existente no território

> em que vivem essas populações. Utiliza tecnologias de elevada complexidade e baixa densidade, que devem resolver os problemas de saúde de maior freqüência e relevância em seu território. É o contato preferencial dos usuários com os sistemas de saúde. Orienta-se pelos princípios da universalidade, acessibilidade e coordenação do cuidado, vínculo e continuidade, integralidade, responsabilização, humanização, eqüidade, e participação social. (BRASIL, 2006: on line)

Para tanto, é necessário identificar e mesmo mensurar as dificuldades de saúde que se quer controlar no âmbito da atenção básica, bem como definir ações, equipes e qualificar os profissionais para atuar nela. Contudo, tais demandas nem sempre são atendidas, comprometendo a promoção à saúde e a prevenção de doenças.

Em um nível mais especializado, estão situados os hospitais, os ambulatórios e as unidades de diagnose e terapia capazes de realizar aqueles procedimentos menos frequentemente necessários para o reestabelecimento da saúde das pessoas.

Embora a rede de atenção à saúde deva ser constituída e implementada de forma a contemplar as necessidades de saúde da população brasileira, apresenta-se fragmentada e sendo reconstituída no cotidiano de trabalho dos vários setores de atendimento.

A complexidade do SUS, as dificuldades locais e regionais, fragilidade da intersetoralidade entre as políticas e programas de saúde, a qualificação da gestão e do controle social, a organização de uma rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, constituem-se em limites e desafios permanentes na materialização do SUS.

O avanço da ideologia neoliberal e seus impactos a partir dos anos 1990 e ainda presente na atualidade, reafirmam a redução da intervenção do Estado articulado com o modelo de assistência médica privatista numa perspectiva de redução de gastos públicos, sobretudo no âmbito da assistência ao cidadão.

Neste sentido, o Estado prioriza as políticas de ajuste econômico em detrimento das políticas sociais e a questão da saúde torna-se secundária. Seguindo a ótica neoliberal, as condições de trabalho na área da saúde estão cada vez mais precarizadas e há o fortalecimento da prestação de serviços terceirizados e a privatização no setor público por meio de parcerias público e privado.

Ao longo de sua existência, o SUS, apesar de representar uma proposta pública democrática de direito à saúde apontando para a justiça social, apresenta e impõem cotidianamente aos gestores, profissionais da saúde e usuários inúmeros desafios, entre os quais se destacam a efetivação de seus princípios (universalidade, equidade e integralidade). Existe uma grande diferença entre o SUS constitucional e o SUS real, no qual a proposta de um sistema público universal ainda não se efetivou de forma consolidada.

Nesta direção, a informação e comunicação em saúde vêm sendo apontadas como importantes estratégias que, utilizadas para orientação e divulgação, podem contribuir para a efetivação dos direitos dos usuários do sistema de saúde brasileiro, com vistas à promoção e ao acesso de qualidade aos serviços de saúde.

2.Informação e comnunicação em saúde como instrumentos para fomentar o direito à saúde

A partir das questões apresentadas anteriormente constata-se grandes avanços na área de saúde no Brasil, estruturados na forma de leis, com garantias para a população usuária. Mas a questão central é identificar até que ponto esta população tem conhecimentos destas legislações no contexto da saúde para exigir a efetivação dos seus direitos. Será que houve avanços no que diz respeito ao acesso à saúde após a promulgação da referida lei? Como se dá o acesso à informação sobre: a saúde, os programas e serviços disponibilizados por meio do SUS?

Neste contexto a informação em saúde e a comunicação e saúde podem contribuir para o acesso:

> Atualmente devido às constantes transformações em curso e aos sérios problemas de saúde pública, faz-se necessário a utilização de todos os espaços possíveis para a socialização de informações, visando à prevenção de doenças e a promoção da

> saúde, e a valorização do indivíduo enquanto agente capaz de ser sujeito do seu processo ensino/aprendizagem/cuidado. Assim, possibilita-se aos sujeitos condições de participar por completo e com total autonomia da vida social, em especial na área da educação. (OLIVEIRA & GUEDES, 2008: 128)

Na mesma direção, no campo da saúde a comunicação é identificada como espaço de desigual concorrência material e simbólica, que compreende não só a instância da produção discursiva, tão exacerbada nas instituições de saúde, mas também as suas condições sociais de circulação e apropriação. (ARAUJO & CARDOSO, 2007) Dessa forma, a informação e a comunicação e saúde têm o papel de promover o acesso às informações e conhecimentos acerca dos serviços de saúde. Neste sentido, a atuação profissional não se restringe ao simples repasse de informações, de maneira tecnicista e mecanizada, com a utilização de termos técnicos e jargões próprios da área da saúde.

> Observa-se, atualmente, que tem crescido a divulgação de informações e dados envolvendo doenças, pesquisas, diagnósticos, entre outros, pelos meios de comunicação, o que já caracteriza um grande avanço na disseminação da informação em saúde. O grande desafio para o setor é o de tornar essa informação acessível aos usuários do SUS de maneira universal. Ou seja, não basta divulgar os dados pura e simplesmente, é necessário apresentar a informação numa linguagem adequada, de forma a permitir que qualquer sujeito possa se apropriar do conhecimento. Em outras palavras, um dos maiores avanços da saúde pública brasileira será quando pudermos socializar dados, pesquisas e informações através dos diferentes meios de comunicação (internet, jornais, revistas, rádio, TV, etc.) para a população usuária do SUS, de forma ágil e clara. (SILVA et al, 2007:685)

Um dos instrumentos que tende a facilitar a consolidação dos princípios, diretrizes e ações propostas pelos SUS, bem como contribuir para que a população tenha acesso às informações sobre os serviços, projetos e direitos é pela via da informação e a comunicação em saúde, pratica que contribui com a reflexão das necessidades dos usuários dos serviços de saúde, bem como a apropriação dos direitos à saúde.
No Brasil, a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, trouxe um novo discurso em relação à comunicação em saúde, apontando o direito e o acesso à informação como indicador de democratização. E desde então tem sido foco de discussão coletiva, inclusive com a necessidade de elaboração e implementação de política transversal de comunicação, informação e informática para o SUS:

> A 12ª Conferência Nacional de Saúde discutiu e avaliou a necessidade de elaboração e implementação de uma política de informação, comunicação e informática para o Sistema Único de Saúde-SUS e, conseqüentemente, para o controle social. Essa política deve estar pautada nas diretrizes do SUS, na política de saúde vigente e, também, na garantia das ações e dos recursos que permitam a democratização do acesso à informação, comunicação e informática em saúde. Essa discussão trata da possibilidade da geração de novos processos, produtos e de mudanças nos modelos institucionais de gestão. (SILVA et al, 2007:684)

Percebe-se que o acesso à informação, comunicação contribuem para a construção de modelos institucionais de gestão, para o processo de formação profissional que atualmente, reflete nas ações cotidianas a relação com o modelo técnico assistencial biomédico em detrimento da visão contextualizada da vida do usuário, da realidade local e regional, o que compromete a inserção social das pessoas no processo de saúde.
Faz-se necessário apontar que a comunicação em saúde diz respeito ao estudo e à utilização de estratégias de comunicação para informar, para influenciar as decisões dos indivíduos e das comunidades no sentido de promoverem a sua saúde. (TEIXEIRA, 2014, on line)

Vale ressaltar que a comunicação em saúde se inscreve em um campo conflituoso e não pode ser tratada na mesma perspectiva que a comunicação comercial. A comunicação na saúde pública apresenta uma importante dimensão educativa, cujos interlocutores são cidadãos que devem ter seus direitos respeitados.
De acordo com Araújo (2007:113), "as estratégias de comunicação devem ter o objetivo de estabelecer um debate público sobre um tema, e de oferecer às pessoas informações suficientes para que elas possam tomar suas decisões e ampliar sua participação nas políticas públicas de saúde".
A autora ainda enfatiza que a saúde, encontra-se presa a uma economia da eficiência, ou seja, interligada ao bem estar, aos resultados esperados das campanhas informacionais de saúde que são realizadas "plasmada pelo avanço tecnológico que impede, dificulta ou distorce o papel ou a contribuição da comunicação dentro de uma perspectiva interdisciplinar e não de subordinação de um campo a outro". (2008:04).
A informação e a comunicação em saúde não pode se reduzir a uma atividade de profissionais da saúde, mas sim é algo dos atores sociais envolvidos no processo da produção da saúde. Esta deve ser algo em movimento, dinâmico que provoca a interação, com vistas a atender as demandas postas no cotidiano das pessoas com relação à saúde.

> A informação e a comunicação em saúde podem atender e promover avanços significativos nas novas relações propostas a partir da criação dos conselhos de saúde e do novo cenário nacional que se constituiu com a participação popular na tomada de decisão nas três esferas. Essas duas áreas devem priorizar suas definições e suas ações com iniciativas que atendam aos usuários do SUS na atenção básica, média e alta complexidade, de forma a contribuir com novos paradigmas e conceitos que possibilitem um avanço no sistema público de saúde brasileiro e respeitem os princípios fundamentais do SUS. (SILVA et al, 2007: 685)

Desta forma, não basta o repasse de informações, mas uma proposta de comunicação em saúde entendida de forma integralizada, que considere o sujeito em sua totalidade, suas dificuldades, seus anseios. A partir dessa comunicação, os sujeitos devem ser capazes de compreender a dinâmica do sistema de saúde, tornando-se protagonistas e usufruindo destas informações de forma a viabilizar o acesso e a efetivação dos seus direitos.
Neste sentido, a prática dos profissionais de saúde deve considerar uma proposta de intervenção na saúde de modo a respaldar o fortalecimento dos sujeitos por meio de acesso ao conhecimento e às informações necessárias para que eles conheçam a política de saúde, seus serviços e se reconheçam como cidadãos de direitos e co-partícipes no processo de efetivação dos princípios e diretrizes do SUS no Brasil.
Por meio da informação e comunicação em saúde podem ser construídas coletivamente propostas de ações que fomentem a participação social nas comunidades, o reconhecimento de que cada cidadão deve participar ativamente das decisões que envolvem e permeiam a saúde, como forma de promovê-la.
Nesta direção, poder-se-á avançar na oferta de serviços e projetos no âmbito da Promoção da Saúde tendo como foco a articulação estado-sociedade, público-privado, indivíduo-sujeitos coletivos comprometidos com a construção de uma nova perspectiva de atenção à saúde, rompendo com a fragmentação do atendimento ao usuário e no reducionismo do processo saúde/doença centrado apenas nas questões biomédicas e desconsiderando os determinantes sociais em saúde.
Desta forma, a informação e comunicação em saúde assumem importante papel no fortalecimento das propostas de promoção da saúde. Como conseqüência dos avanços nas ações de promoção da saúde poder-se-á alcançar melhoria da qualidade de vida da população, cultivar estilos de vida saudáveis e ampliar a consciência sócio-política do cidadão produzindo autonomia e co-responsabilidade.
A efetivação do acesso à saúde por todos os cidadãos brasileiros pressupõe reconhecer a saúde como um direito da população, ratificando que o motivo da existência do Sistema Único Saúde - SUS - está além da proteção e promoção da saúde e prevenção das doenças, ou seja, a razão de existir do SUS está no próprio cidadão e na sociedade civil.
Em busca de fortalecer a concepção de direito à saúde no âmbito deste Sistema propôs-se a implantação do projeto de extensão em interface com a pesquisa descrita a seguir.

3. A informação e comunicação em saúde: a experiência no munícipio de UBERABA/MG

Abordar a questão da informação e comunicação em saúde aponta para a necessidade de que a população tenha ciência destas ferramentas e de que forma o Estado fomenta o acesso dos cidadãos a tais conhecimentos numa perspectiva educativa. Segundo Freire (1979: 28)

> Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito, e somente enquanto sujeito, que o homem pode conhecer [...] Para isso, é necessário que, em situação educativa, educador e educando assumam o papel de sujeitos cognoscentes, mediatizados pelo objeto cognoscível que buscam conhecer.

Desenvolver ações no sentido de fortalecer o direito à saúde por meio de ações educativas e dialógicas exige mais do que aprovação de documentos, cartas e leis. O grande desafio é criar mecanismos para dar visibilidade a tais recursos e sensibilizar e incentivar a população a usufruir dos espaços de reivindicação e participação social para que suas demandas e prioridades possam ser incorporadas no planejamento dos programas, projetos e serviços a ser disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde.

Portanto, distingue-se no campo da saúde legislações, normativas e documentos que apontam para a questão do direito ao acesso à atenção a saúde desde os cuidados primários até os atendimentos de alta complexidade. Ao mesmo tempo, identifica-se a criação de órgãos e espaços consultivos que prevêem a participação do cidadão no âmbito do SUS. No entanto, a efetivação do direito à saúde na esfera do SUS perpassa pela valorização da informação e comunicação em saúde, bem como pelo fortalecimento de ferramentas de participação social. Este é mais um desafio posto para a sociedade brasileira que, vivenciando ainda os impactos da crise econômica e suas consequências sobre os direitos sociais conquistados pelos brasileiros, precisa fortalecer e ampliar os espaços de mobilização, comunicação e educação em saúde.

Com este intuito foi proposto o projeto "Comunicação, educação e mobilização social na área de saúde no município de Uberaba/MG: conhecendo os recursos, efetivando os direitos". Trata-se de um projeto de extensão em interface com a pesquisa desenvolvida por docentes e acadêmicos do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais- FAPEMIG.

O projeto teve o objetivo de conhecer a política de atenção básica em saúde em Uberaba- Minas Gerais-Brasil, fomentando as perspectivas de comunicação, educação popular e mobilização social. Propôs-se ainda a realizar uma análise crítica da política de saúde e de sua efetivação enquanto direito social, bem como estabelecer mecanismos de orientação aos usuários e servidores desta política por meio de ações de pesquisa, extensão e formação continuada.

A proposta de desenvolvimento do referido projeto partiu do fato de que se faz necessário que os profissionais que atuam na área de saúde se preocupem com a situação social do usuário, que além da sua doença ou do seu sintoma, reconheçam a relevância da realidade social e sua influência na relação saúde-doença de cada sujeito, afinal, as condições nas quais as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem, bem como as desigualdades que se manifestam neste contexto também interferem nas condições de saúde.

Reconhece-se ainda a importância que esses profissionais ouçam o usuário, descubram suas expectativas e necessidades, ou seja, que sua intervenção ocorra de forma a amenizar ou reduzir a ação dos indicadores sócio-econômicos e políticos na vida destes cidadãos atendidos. Tal contexto aponta os desafios cotidianos para se desenvolver uma prática transformadora e voltada para os direitos sociais e atendimento das necessidades básicas dos cidadãos no âmbito da Promoção da Saúde.

Neste sentido, a Política Nacional de Promoção de Saúde (BRASIL, 2006 a: 11) propõe que:

> [,,,] as intervenções em saúde ampliem seu escopo, tomando como objeto os problemas e as necessidades de saúde e seus determinantes e condicionantes, de modo que a organização da atenção e do cuidado envolva, ao mesmo tempo, as ações

> e os serviços que operem sobre os efeitos do adoecer e aqueles que visem ao espaço para além dos muros das unidades de saúde e do sistema de saúde, incidindo sobre as condições de vida e favorecendo a ampliação de escolhas saudáveis por parte dos sujeitos e das coletividades no território onde vivem e trabalham.

Mediante este quadro, propôs-se a realização deste projeto no âmbito da política de saúde, com recorte na atenção básica. Isto porque muitas vezes a atenção básica, porta de "entrada" da rede de saúde pública, é o espaço no qual o usuário busca um ponto de apoio, informações, orientações e encaminhamentos em busca de atendimento.

Na atenção básica em saúde há uma relação entre as necessidades dos usuários, através da compreensão e interpretação de sua realidade social e os bens e serviços oferecidos pelas instituições da área de saúde e a própria estratégia de ação profissional. É neste espaço contraditório que se deu a proposta deste projeto de extensão em interface com a pesquisa.

Acredita-se que tal projeto pode contribuir para o processo de repensar a política de saúde, com enfoque direto na proposta de atenção à saúde, com ênfase na promoção e prevenção de doenças. Mesmo porque, a política de saúde tem contribuído para práticas segmentadas, fragmentadas, na qual o usuário, algumas vezes, aparece como receptor de condutas e orientações, solução para problemas que a instituição não consegue resolver, mero objeto de ação do profissional.

Em face desta realidade, reafirma-se que o presente projeto teve como propósito suscitar reflexões e análises dos programas, projetos, recursos e serviços da área de saúde, identificar se há trabalho em rede e avaliar a efetividade desta política, verificando perspectivas de ação para fortalecer a saúde enquanto direito da população e dever do Estado.

As ações do projeto envolveram o planejamento das atividades, a aproximação com a realidade social, o desenvolvimento de atividades junto aos trabalhadores da saúde e a socialização de informações sobre o Sistema Único de Saúde-SUS, visando ampliar o acesso da população aos serviços de saúde disponíveis no município.

A primeira etapa compreendeu a realização de pesquisa bibliográfica e documental acerca do longo processo de transformações da política de saúde brasileira, no qual se destaca a aprovação da Constituição Federal (1988) e a regulamentação da Lei Orgânica da Saúde (Lei 8080/90). O estudo e o conhecimento dessas legislações foram complementados com a realização de cursos e oficinas para os acadêmicos extensionistas.

Dada à natureza do projeto foi realizada também a pesquisa de campo, cujo cenário foi a Secretaria Municipal de Saúde de Uberaba-MG, especialmente no Departamento de Atenção Básica. Assim, os serviços que compõem a atenção básica de saúde no município foram mapeados e visitados. Durante tais visitas, utilizou-se um formulário norteador para a realização de entrevistas semi-estruturadas com os gestores desses serviços, sendo 6 (seis) Unidades Saúde da Família, 3 (três) Unidades Matriciais de Saúde, 1 (uma) Unidade Regional de Saúde e 1(uma) Unidade Básica de Saúde.

Entre as informações obtidas por meio desses procedimentos destaca-se a divulgação dos serviços prestados à população, sendo o Agente Comunitário de Saúde - ACS identificado como o principal articulador das informações entre os serviços de saúde e a população. A ampliação da abrangência de alcance das informações e a forma de abordagem à população, para que resulte no fortalecimento da atenção primária e a efetivação dos direitos à saúde foi apontada como um dos desafios que se coloca às equipes. Identificou-se ainda que as atividades educativas ocupam um espaço importante na dinâmica cotidiana dos serviços visitados.

Verificou-se a partir dos resultados obtidos, que a rede de atenção básica no município de Uberaba - MG tem atendido parcialmente as exigências da oferta dos serviços que lhe compete.

As informações obtidas nessa primeira etapa do projeto, associadas aos estudos bibliográficos realizados permitiram a elaboração de 60 (sessenta) roteiros de programas de rádio, que estão sendo veiculados por meio da Rádio Universitária de Uberaba (FM 104.9) para o município e outros 27 municípios, que compõe a macroregião do Triângulo Sul. O objetivo de tais programas é socializar informações acerca de assuntos relacionados aos princípios, diretrizes e competências do SUS, Sistema Único de Saúde – SUS, à Política Nacional de Humanização e ao Pacto pela Saúde para ampliar o acesso da população à Política de Saúde.

Para a elaboração dos programas de rádio os acadêmicos/extensionistas dividiram-se em subgrupos, sob a orientação de docentes, e cada um dos subgrupos responsabilizou-se pela produção de programas referentes a uma determinada temática, bem como sobre a definição da linguagem, da forma, entre outros componentes de cada programa, com vistas a dialogar e dar impacto sobre a política na atenção à saúde da população. Em seguida, deu-se o processo de gravação dos programas, que foi realizado na Rádio Universitária.

Além disso, foram realizados, em dezembro de 2013 e novembro de 2014, Seminários com o objetivo de democratizar conhecimentos sobre Educação e Comunicação em Saúde, envolvendo acadêmicos, docentes e profissionais da saúde das 27 cidades da macroregião do Triângulo Sul, que debateram sobre a importância da comunicação em saúde, fomentando a discussão sobre os desafios na busca pela efetivação da saúde enquanto um direito social.

Ao término do I Seminário de Comunicação, Educação e Mobilização Social em Saúde, os presentes indicaram temáticas de interesse para posteriores aprimoramentos com destaque para humanização e o acolhimento nos serviços de saúde, comunicação em saúde, entre outras.

Assim, a partir das temáticas levantadas foram desenvolvidas ações junto aos trabalhadores da saúde, através da organização oficinas sobre Humanização em Saúde, tendo como público alvo os profissionais que compõem a "linha de frente" do atendimento, ou seja, os atendentes/recepcionistas, bem como gestores das Unidades Básicas de Saúde.

As oficinas contaram com a participação de aproximadamente 47 presentes e foi utilizada a metodologia participativa e dialógica, que proporcionou a aprendizagem por meio de troca de experiências, de interdependência entre os vários atores, crescimento mútuo tendo como foco a discussão sobre a política de saúde, a participação social e a humanização em saúde.

Durante o II Seminário de Comunicação, Educação e Mobilização Social em Saúde foram realizadas oficinas e apresentação de trabalhos desenvolvidos por acadêmicos em diversos espaços na área da saúde, bem como conferência e mesa redonda que tiveram como tema "O Trabalho Profissional em Saúde e os Desafios Contemporâneos" e "Gestão, Mobilização e Participação Social", respectivamente.

Sendo a comunicação uma estratégia para facilitar o acesso da população aos direitos relacionados à política de saúde, o projeto propõe ainda a elaboração de 10 vídeos educativos de curta duração, com o objetivo de socializar informações sobre os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como sobre os serviços de saúde no município de Uberaba, visando à ampliação do acesso ao direito à saúde, na perspectiva de atender às demandas da população usuária do SUS.

Para a produção dos vídeos, foram realizados estudos sobre a temática principal e posterior definição dos temas de cada vídeo. Foi também realizada uma oficina, visando preparar os alunos extensionistas para a utilização de ferramentas web 2.0 para a produção de vídeos, movimentos de câmera, representação, remix de áudio, filmagem e edição. Em seguida, foram elaborados os roteiros e feita à gravação dos vídeos, os quais foram protagonizados pelos integrantes do projeto. Após a edição, os vídeos deverão ser veiculados nos serviços públicos de saúde e outros espaços.

O referido Projeto encontra-se na sua última etapa, ou seja, a realização de roda de conversa com os Conselheiros de Saúde, sobre o papel destes no fortalecimento da participação democrática da população, na formulação e implementação de políticas públicas.

> O acesso à informação amplia a capacidade de argumentação dos sujeitos políticos coletivos nos processos decisórios, ou seja, na construção do Pacto pela Democratização e Qualidade da Comunicação e Informação em Saúde. Isso implica a possibilidade dos conselhos de saúde deliberar sobre a política de informação e comunicação em saúde e intervir na realidade hoje existente. De acordo com Moraes[11], a gestão da informação, inclusive da saúde, permanece nas mãos dos que entendem, dos que sabem, enfim dos técnicos. (SILVA et al, 2007: 686)

Neste sentido, as ações da equipe responsável pelo projeto se orientaram na premissa da luta pela garantia de acesso aos direitos sociais, à cidadania e ao fortalecimento da democracia, de forma que o mesmo contribua para a efetivação do acesso universal aos serviços de saúde.

4. Considerações finais

Os resultados obtidos, até o momento, são expressivos e permitiram: a caracterização, o levantamento dos projetos e programas existentes nos espaços de saúde, sobretudo, nas unidades de saúde, constituindo-se como tarefa essencial para o direcionamento da proposta, no que se refere à execução e ao acompanhamento de atividades a serem realizadas.

A aproximação à realidade da atenção primária em saúde possibilitou identificar que há desafios na estratégia de comunicação em saúde como a manutenção das chamadas "campanhistas" centradas unicamente na disseminação da informação ao doente, a fragilidade na veiculação de informações que considerem as questões locais e regionais; a linguagem especializada utilizada pela equipe de profissionais; o desconhecimento das necessidades dos usuários dos serviços de saúde pela própria equipe de saúde, e a falta de investimentos numa política voltada para a formação dos profissionais da saúde no contexto da informação e comunicação em saúde. Tais questões são decorrentes do fato de que o campo das políticas públicas ainda constitui-se permeado por relações de poderes e interesses contraditórios.

A realidade da política de saúde em Uberaba reproduz a realidade do Brasil, no qual o Estado neoliberal mantém a diminuição dos seus encargos com a redução de investimentos nas políticas públicas, o que desqualifica o processo de comunicação disposta à população. A comunicação em saúde constitui-se como estratégia que favorece a humanização do atendimento e consequentemente a qualidade em saúde e a efetivação do Sistema Único de Saúde. É, portanto, uma das ferramentas que proporciona o diálogo humanizado e articulado entre as políticas públicas e seus usuários, estes e equipe de trabalho, pois a qualidade e a forma como se processa a comunicação são determinantes para a materialização da política de saúde enquanto um direito social.

Pode-se afirmar que os resultados obtidos por meio da realização do projeto estão sendo satisfatórios. As metodologias implementadas durante o projeto como: levantamento de realidade local, estudos bibliográficos e científicos; criação de programas de rádio e vídeos; realização de oficinas, seminários para democratização de conhecimentos e construção de outros, possibilitaram contribuir com a formação profissional dos estudantes de Serviço Social, bem como o alcance de olhares plurais para o campo da saúde e para a necessidade de entendimento que saúde também se faz com a informação e a comunicação vista de forma dialógica, interativa e com a presença de vários atores: profissionais de saúde, usuários, academia/universidade.

Bibliografia

ARAÚJO, I.S. *Comunicação e Saúde*. In MARTINS, Carla Macedo (Org.) *Educação e saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV / Fiocruz, 2007, pp.110-116

ARAÚJO, I.S. & CARDOSO, J.M. (2007). *Comunicação e saúde***.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

BRASIL. (1988).*Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. (2006). *Portaria n. 648, de 28 de março de 2006*. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM648.htm, [consultado em 04-09-2014].

BRASIL (2006 a). *Política Nacional de promoção da saúde*. Brasília: Ministério da Saúde.

BRASIL.(2007). *Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Sistema Único de Saúde.* Brasília: Ministério da Saúde.

BRAVO, M.I et al (2009). *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*. São Paulo: Cortez.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M.V. (2014). *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma Interpretação Histórico-Metodológica*. São Paulo: Cortez.

FREIRE, P. (1979). *Extensão e Comunicação?*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

OLIVEIRA, D.A., GUEDES, H. H.S. (2008).*Quando a educação alia-se à saúde: o desenvolvimento da estratégia de educação em saúde nas ações do núcleo de atendimento especializado à criança* escolar – NEACE/LESTE 1. *Libertas*, 8(1) pp. 110 - 138

SILVA, A.X., CRUZ, E. A., MELO, V. (2007). "A Importância Estratégica da Informação em Saúde do Pará o Exercício do Controle Social." *Ciênc. Saúde Coletiva ,* 12(3). Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S1413-8123007000300018&1ng+en&nrm=iso. [consultado em 08-11-2014].

SIMÕES, C. (2007). Curso de Direito do Serviço Social. São Paulo: Cortez

STARFIELD, B. (2002). "Atenção Primária em Saúde". In STARFIELD, B. *Atenção Primária: Equilíbrio entre Necessidades, Serviços e Tecnologia.* Brasília: Unesco; Ministério da Saúde. pp.19-98

TEIXEIRA, J.A.C. "Comunicação em saúde". *Relação técnicos de saúde – utentes.* Disponível em http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v22n3/v22n3a21.pdf . [consultado em 09-10-2014].

Congresso Luso-Afro-Brasileiro (XII CONLAB)

Ciberativismo ambiental no Brasil e na Espanha: análise do discurso dos movimentos socioambientais no enfrentamento à instalação de refinarias de petróleo

SANTOS, Mariana Olívia Santana dos[1]
marianaxolivia@gmail.com

DOMINGUES, Renata Cordeiro[2]
renatinhadomingues@gmail.com

GURGEL, Aline do Monte[3]
alinemgurgel@hotmail.com

GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello[4]
isaltina@gmail.com

GURGEL, Idê Gomes Dantas[5]
ideg@cpqam.fiocruz.br

AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva[6]
lgiraldo@uol.com.br

---

1 Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2006), Especialista e mestra em Saúde Pública pelo Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães/Fiocruz-PE, onde atualmente está no segundo ano do doutorado em saúde pública. Desenvolve estudos com ênfase em comunicação e saúde, saúde ambiental e do trabalhador. Faz parte da equipe de pesquisa do Laboratório Saúde, Ambiente e Trabalho/Fiocruz-PE. Integra a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Rede Saúde e Cultura e o Fórum Suape Espaço Socioambiental PE.

2 Possui o grau de Bacharel em Enfermagem, concedido pela Universidade Federal de Pernambuco em 2011. Sanitarista, formada, no ano de 2014, pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva do Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães (CPqAM) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/PE). Atualmente, Mestranda em Saúde Pública (CPqAM)

3 Possui graduação em Biomedicina pela Universidade Federal de Pernambuco (2005), é especialista e mestre em Saúde Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: saúde ambiental, saúde do trabalhador, risco químico, agrotóxicos, refinaria de petróleo, coque verde de petróleo. É integrante da equipe de pesquisa do Laboratório Saúde, Ambiente e Trabalho do CPqAM onde participa dos projetos de pesquisa "Os Impactos do projeto de Integração do rio São Francisco" e da Cooperação Técnica Fiocruz/Funasa para formação em Gestão em Saúde Ambiental dos técnicos da Fundação Nacional de Saúde.

4 Mestre e Doutora em Linguística, pela UFPE. Professora Associada da UFPE, onde atua como docente no curso de Jornalismo e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE. . Membro do Comitê Assessor de Divulgação Científica do CNPq.Trabalha com questões relacionadas à linguagem nos meios de comunicação, mas tem interesse especial pela área de Divulgação Científica e Meio Ambiente.

5 Graduada em Medicina pela UFPB-CAMPUS 1(1989), Mestre (1998) e Doutora (2007) em Saúde Pública pelo CPqAM/FIOCRUZ, com Doutorado Sandwich na Escola de Ambiente e Desenvolvimento da Universidade de Manchester (UK). Chefe do Departamento de Saúde Coletiva/CPqAM/FIOCRUZ, onde atua como docente e pesquisadora. Tem desenvolvido estudos acerca relação Saúde, Ambiente, Trabalho e Vulnerabilidades Sociais; Análise de Política de Saúde e Uso do Conhecimento Científico na Política de Saúde

6 Graduação em Medicina, USP (1974), mestrado e Doutorado pela UNICAMP (1991 e 1995). Tem três especializações (Pediatria, pelo HC da FCMUSP; Saúde Pública, pela FSP da USP e Medicina do Trabalho, pela Fundacentro).

Resumo: Frente ao projeto neoliberal de crescimento econômico e acúmulo de capital em detrimento da preservação do ambiente surgem movimentos ambientais que se organizam, utilizando tecnologias e estratégias de comunicação com inclusão social e um intercâmbio, em tempo real, nos níveis local e global. A capacidade de produção e compartilhamento da informação tem possibilitado a identificação de conflitos socioambientais semelhantes em distintos contextos. Este trabalho teve como propósito analisar como os movimentos socioambientais atuam no ciberespaço para o enfrentamento aos problemas gerados frente à instalação de refinaria de petróleo. A análise desenvolveu-se a partir da análise dos sites da *Plataforma Ciudadana Refinería No* e o *Fórum Suape: espaço socioambiental*. Identificou-se que como os movimentos não conseguiam visibilidade na mídia tradicional o ciberespaço possibilitou uma comunicação horizontal mediante estratégias em rede.

Palavras-chave: Comunicação Ambiental; Comunicação e Saúde; Saúde Ambiental; Justiça Ambiental.

1. Introdução

O intenso crescimento econômico experimentado ao longo do século XX implicou um aumento da demanda energética. Embora declinante ao longo do tempo, o petróleo ainda representa cerca de 40% da energia consumida no planeta. Por ser uma fonte de energia não renovável, o aumento de sua exploração implica a consequente escassez do produto, resultando no aumento de seu valor comercial e a diminuição de seu uso, tornando o refinamento do petróleo economicamente inviável em um futuro próximo. Paradoxalmente, observa-se um alto investimento no setor no Brasil nos últimos anos (CAVALCANTI, 2008).

A instalação da crise no setor energético europeu tem como consequência o aumento na demanda das refinarias por petróleo bruto nos últimos anos em uma lógica inversamente proporcional à oferta internacional do produto. Desde 2008, quinze refinarias europeias deixaram de operar, deixando 8% da capacidade de processamento de combustíveis ociosa, e muitas outras reduziram a produção. Estima-se que a Europa deve perder 10 refinarias até ao final da década (KENT; WERBER, 2013).

No Brasil, com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, cujo maior aporte financeiro é destinado para petróleo e gás natural (R$ 179 bilhões), tem-se observado amplos investimentos na construção e modernização de complexos portuários e refinarias. Na segunda versão do programa, o PAC 2, dentre as dez maiores obras, cinco são relacionadas ao petróleo, destacando-se: Refinaria do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, Refinaria Premium I, no Maranhão, Premium II, a ser instalada no Ceará, e em Pernambuco a Refinaria Abreu e Lima (RNEST) (BRASIL, 2013).

A característica comum nesse tipo de investimento é que a questão ambiental é tradicionalmente relegada a planos secundários. São indicativos deste cenário a baixa qualidade dos Estudos de Impactos Ambiental (EIA) em empreendimentos com potencial poluidor e o pouco preparo dos gestores públicos na implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento territorial, alinhado com a preservação ambiental e com o cuidado com a saúde (RIGOTTO; AUGUSTO, 2007; SANTOS et al., 2013).

A forma como esses empreendimentos são instalados nos territórios tem ocasionado profundas transformações e gerado conflitos socioambientais. São observadas mudanças no perfil epidemiológico regional, alteração dos ecossistemas, crescimento desordenado de aglomerados urbanos, aumento de violência, emergência de novas doenças e reemergência de doenças erradicadas, além de processos de desterritorialização, desemprego (ao término das obras), poluição e favelização (RIGOTTO, 2007). As comunidades são excluídas do processo de discussão e decisão sobre a nova reconfiguração econômica e produtiva do território e, populações tradicionais como povos indígenas, comunidades quilombolas e pescadores artesanais são colocados em situação de vulnerabilidade, com potencial para sofrer danos, ou de vulneração, condição dos que já sofreram o dano (SCHRAMM, 2012; DOMINGUES et al., 2014).

Frente à decisão de instalar grandes empreendimentos industriais em um dado território, os movimentos sociais, representantes das minorias, particularmente os ambientalistas, buscam se organizar para o enfrentamento das transformações socioeconômicas que afetam o ambiente e a saúde da população. Em virtude dessa situação,

as pessoas buscam soluções para os seus problemas, organizando-se em grupos formais e informais, buscando estratégias e tecnologias produtoras de espaços democráticos que possibilitem a politização da informação, a luta pela cidadania para suprir as necessidades dos indivíduos e da sociedade e a garantia do direito humano à comunicação (PERUZZO, 2010).

O crescimento do campo da comunicação ambiental vem sendo marcado pelo surgimento de novas mídias especializadas na questão ambiental, pela emergência de uma diversidade de temas e abordagens, e pelo crescimento da consciência pública sobre a questão ambiental, apresentando um conteúdo crítico e abrangente, muitas vezes ausente na grande mídia, que acaba encobrindo a associação dos problemas socioambientais com ações humanas por razões políticas e/ou econômicas (COX, 2013).

Este trabalho teve como propósito compreender como os movimentos socioambientais atuam no ciberespaço para o enfrentamento aos problemas gerados pela perspectiva de instalação de refinarias de petróleo, fortalecendo a luta contra os impactos na saúde e ambiente dos territórios alvos de instalação e funcionamento das indústrias petrolíferas.

2. Metodologia

Este artigo evidencia o universo dos movimentos socioambientais e sua busca por espaço e legitimação institucional no ciberespaço (Internet). Foram eleitos dois movimentos em contextos sociocultural e econômico distintos: (1) a ***Plataforma Ciudadana "Refinería No"***, da região de Extremadura, Espanha, por ser um movimento que conseguiu impedir a construção de uma refinaria neste território; e (2) o ***Fórum Suape: espaço socioambiental***, em Pernambuco, Brasil, que se estruturou após o início da construção da refinaria RNEST, com a finalidade de buscar soluções às injustiças socioambientais presentes no território.

Dentre as limitações dessa escolha destaca-se a não realização de um levantamento de movimentos em outros contextos territoriais, ficando essa tarefa para um momento posterior. Priorizou-se analisar movimentos que tivessem atuação em prol de populações de territórios com perspectiva de projetos de refinarias de petróleo e que fazem uso do ciberespaço.

Foi realizada uma caracterização dos blogs para identificar sua estrutura, seções, possibilidades de interação e participação e em seguida foram identificadas formações ideológicas emergentes a partir do discurso representado pelos manifestos, texto norteador de cada movimento. A análise foi realizada sob o referencial teórico-conceitual do campo da saúde ambiental e da comunicação como direito humano, tomando como base metodológica a Análise Crítica do Discurso, que compreende o discurso como uma prática social constitutiva, possibilitando a definição das estruturas sociais ao mesmo tempo em que é constituído socialmente. Esse tipo de análise tem a qualidade emancipatória como principal característica, na medida em que procura desvendar as estruturas de dominação (FAIRCLOUGH, 2001).

3. O Ciberativismo socioambiental

Nas últimas duas décadas, é inquestionável a emergência das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), principalmente com o advento da internet e a incorporação dessa tecnologia nas atividades diárias tem levado a movimentos profundos de construção e reconstrução das relações sociais e políticas em níveis local e global. É notável o esboço de novas matizes, no âmbito da cidadania digital e redes sociais, capazes de conferirem dimensões ampliadas e inovadoras ao exercício da cidadania a partir da criação de plataformas de interação em tempo real entre utilizadores das TICs em todo o mundo (LÉVY, 2009; REGO, 2014).

Destaca-se o caráter distributivo e interativo dessas tecnologias configuradas em rede, que são capazes de oferecer abertura para a veiculação direta de informação e participação ativa de diferentes sujeitos na construção coletiva do conhecimento.

Dessa forma, todo elemento que se encontra inserido em rede acessa qualquer outro, configurando um sistema com possibilidades de comunicação generalizadas, diretas e de forma horizontal (SANTOS et al., 2014).

Além disso, no âmbito político, as tecnologias interativas se consolidam como elementos favoráveis à regulação popular de políticas públicas, implementadas mediante decisões tomadas pelos representantes políticos eleitos. Tal fato aproxima a sociedade civil das discussões gestoras e aumenta significativamente seu protagonismo no processo construção social participativa.

Atualmente, as tecnologias interativas, a exemplo de mídias sociais como *facebook*, se configuram como plataformas de construção política, onde reverberam vozes dissonantes, ganhando escala global, pois as mesmas não são mediadas pelos veículos tradicionais de comunicação (SAKAMOTO, 2013). Buscam-se estratégias em que a tecnologia possa contribuir para uma democracia direta, permitindo assim, que o cidadão possa cobrar, fiscalizar e propor soluções para a melhoria de suas condições de vida (CASTELLS, 2003).

O universo da web democracia ou democracia digital pode albergar outras possibilidades de intervenção ativista, tais como a blogosfera e a web participativa. O ativismo midiático, em seu caráter descentralizado, elege uma polifonia de subjetividades e sua luta é marcada pela multiplicação dos pontos de vista, fortalecendo dessa forma um movimento de contra cultura (CASELAS, 2014).

Por outro lado, o epidemiologista crítico Jaime Breilh (2014), afirmou em sua recente palestra que assim como os demais espaços sociais, o ciberespaço é um produto social. A partir dessa compreensão é possível manter-se sensível e atento ao poder fagocitário do capitalismo, que penetra e se expressa no ambiente digital. Sob essa perspectiva, o ciberespaço encontra-se também à serviço de estratégias de exploração econômica e por isso recebe fortes investimentos, que visam acabar com a neutralidade das redes e transformar-se em mais uma ferramenta de manipulação em massa. Intensos investimentos nas mais variadas formas de circulação instantânea de mensagens e mercadorias encontram-se cotidianamente em processo de consolidação nos espaço virtuais. Junto à isso, emerge situações de inequidades, inerentes a natureza do capitalismo, à exemplo da instalação, em países pobres, de galpões destinados à vigiar e aumentar a audiência de blogs, vídeos e websites, através da exploração da mão de obra de jovens trabalhadores. Neste contexto, Breilh (2014) ressalta que o ciberespaço é um campo importante para a determinação social da saúde, com hierarquias e formas de exclusão que precisam ser também considerados pelos epidemiologistas como território de investigação (BREILH, 2014).

A crítica realizada acima se configura enquanto realidade de relevância social inquestionável e fácil de ser evidenciada. Além disso, revela a natureza compartilhada entre o ciberespaço e os outros espaços sociais, quando observados sob a ótica comum da dialética que compreende esses espaços como produto e produtor do meio social.

Nesta perspectiva, surgem movimentos socioambientais que se organizam e utilizam a internet para ampliar as suas discussões, frente ao cenário de desenvolvimento desenfreado e crescimento econômico a qualquer custo. Esses possuem o intuito de conseguir a adesão e a participação de mais ativistas em níveis local e global, buscando uma legitimidade do movimento, uma maior agregação de sujeitos e o aumento da sua capacidade de agir sobre fontes de poder, apresentando suas necessidades e reinvindicações através de uma perspectiva coletiva.

Como por exemplo, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) que se dedica à luta pela superação de dinâmicas discriminatórias que oprimem grupos populacionais específicos em prol de um crescimento econômico industrial no Brasil, ou o Greenpeace que tem uma atuação internacional, dentre tantos outros movimentos seja em escala local ou global.

Os movimentos nascidos no campo da ecologia popular, motivados pela justiça social, encontram os elementos fundadores de sua ação política nas práticas de autogoverno e democracia participativa. Esse tipo de movimento parte da ideia de democracia da diversidade, que exclui formas de hegemonia e se organiza em rede, com mecanismos horizontais. Busca-se alcançar a justiça ambiental, enquanto um conjunto de princípios e práticas sociais que asseguram a proteção dos direitos frente às consequências negativas de ações de finalidade econômica, procurando assegurar o acesso justo e equitativo aos recursos ambientais e às informações ao conjunto da sociedade e grupos afetados (PORTO, 2007).

Em 2012, o Brasil presenciou a mobilização global de caráter popular e comunitário da Cúpula dos povos, espaço onde integrantes de movimentos sociais, ONGs e outros setores da sociedade civil buscaram discutir e denunciar as causas estruturais da crise ambiental e buscar soluções sob a perspectiva da organização política

popular. Outro exemplo significativo foram os protestos que aconteceram em diversas capitais brasileiras em junho de 2013, cujos manifestantes reivindicaram melhorias inicialmente no setor de transporte público, mas que foram ampliadas para outros setores prioritários como educação e saúde. As manifestações de 2013 tiveram sua maior mobilização pelas mídias sociais na internet, com destaque para grupos organizados como o Movimento do Passe Livre e Mídia Ninja. O movimento brasileiro se assemelhou a movimentos de protesto em outras partes do mundo, como a ocupação de Wall Street, nos Estados Unidos e a Primavera Árabe (ZIZEK, 2012).

A utilização da internet e do ciberespaço amplia as possibilidades de organização de práticas sociais participativas na construção de processos coletivos e efetiva a comunicação em rede de caráter direto e descentralizado, premissa que potencializa a garantia do direito humano à comunicação. O uso das tecnologias de comunicação e informação pode proporcionar caminhos alternativos, participativos, criativos e emancipatórios que conduzam à luta contra-hegemônica a favor de uma sociedade democrática mais justa e igualitária.

4. O ciberativismo através dos blogs

Movimento Plataforma Ciudadana Refineria No

A **Plataforma Ciudadana Refinería No (PCRN)** começou a se instituir como um movimento ambiental em 2005, por iniciativa dos moradores da região de Extremadura, Espanha, localizada na fronteira com Portugal, após conhecerem o projeto de instalação da refinaria de petróleo Balboa no seu território (PLATAFORMA CIUDADANA REFINERIA NO, 2013). O movimento foi se solidificando e popularizando diante da a) ausência de informação sobre os impactos que uma refinaria pode acarretar ao ambiente e à população, principalmente em uma região essencialmente agrícola; b) falta de debate sobre o tema na grande mídia; e c) ausência de diálogo com os representantes políticos, principalmente pela definição de sua implementação pelos promotores do projeto sem discussão democrática.

O grupo começou a se organizar por meio de diversas estratégias como passeatas, manifestações, fóruns temáticos, elaboração de relatórios e estudos com especialistas sobre o mundo do petróleo, meio ambiente, mudança climática, energias renováveis e saúde por especialistas de universidades e centros de pesquisa, tanto para obter o respaldo científico, como para compreender a amplitude dos problemas que uma refinaria pode causar e assim poder efetivar a troca de saberes com os demais moradores sobre o futuro do seu território (PLATAFORMA CIUDADANA REFINERIA NO, 2013).

Como o grupo não conseguia visibilidade na mídia tradicional, os envolvidos começaram a utilizar a internet para se comunicar diretamente com a população mediante a produção de vídeos, da criação de grupo em redes sociais da internet como o *facebook* e da criação de um blog para disponibilizar materiais em escala global como o manifesto do movimento, estudos sobre os impactos, documentos técnicos, vídeos, publicações, entre outros, além da edição de um livro reunindo todo material.

Após sete anos de intensa mobilização social, em julho de 2012, com amplo apoio popular o movimento conseguiu impedir a construção da refinaria Balboa. A Declaração de Impacto Ambiental, publicada pelo Ministério de Agricultura Alimentação e Meio Ambiente espanhol, reconheceu a inviabilidade da instalação da refinaria devido aos grandes impactos, que afetariam não somente o local do empreendimento mas todo a região do entorno. Esse talvez tenha sido o único movimento popular a conseguir tal êxito envolvendo a indústria do petróleo (PLATAFORMA CIUDADANA REFINERIA NO, 2013).

A consciência cidadã foi constituída pelo entendimento de que uma refinaria não iria melhorar a vida nem a economia da região, causando, ao contrário, efeitos negativos na qualidade de vida e no ambiente. Tudo isso se materializa no próprio nome do movimento: *Plataforma cidadã refinaria não*. A negação da possibilidade de uma refinaria, presente no nome, explicita que não teria argumento desenvolvimentista ou econômico que os fariam aceitar tal projeto, como proposição pelos empreendedores pela mudança do local de instalação, diminuição do seu porte ou a geração de emprego. Percebe-se que não se trata de uma instituição governamental ou não governamental, mas de um movimento formado por cidadãos comuns, de diversas profissões, idades, níveis de escolaridade. Para reunir os documentos e também para divulgar as ações e agendas criaram uma página virtual.

O blog é organizado por subdivisões temáticas e por seções subdivididas em temas diversos como saúde, legislação, mobilização social, energia e meio ambiente, com o título na parte central (Figura 1).

Figura 1. Página inicial do blog Plataforma Ciudadana Refinería No (PCRN, 2014).

Os recursos visuais também expressam formações ideológicas que reforçam o discurso presente no blog. O movimento espanhol utiliza como logomarca um desenho de uma criança sentada segurando uma bola e usando máscara de proteção respiratória e ao fundo do desenho tem uma fumaça preta sendo expelida (figura 1), denunciando a impossibilidade de se continuar respirando com a presença da refinaria. Na postagem do texto com a declaração pelo órgão governamental impossibilitando a implantação da refinaria, a figura é modificada: aparece a mesma criança, porém, sem máscara, sorrindo entre árvores com uma bola na mão (Figura 2).

Figura 2. Logomarca do movimento após parecer favorável a não instalação da refinaria Balboa (PCRN, 2014).

Nos diversos textos e documentos postados no blog emergem a ideologia do desenvolvimento sustentável. Defende-se que o modelo econômico proposto através da construção de uma refinaria é incompatível com a preservação da vida e do planeta, pois os impactos não operam de forma linear atingindo as pessoas de forma desigual e muitos danos podem ser irreversíveis. O manifesto norteador do movimento está localizado na seção *documentos* e apresenta 10 argumentos para impedir o projeto de construção da refinaria de petróleo em Extremadura. Foi embasado nestes argumentos que o grupo construiu seu discurso nas diversas ações de mobilização, conforme trecho abaixo:

> Estas industrias son extremadamente contaminantes, ya que SIEMPRE desprenden residuos que afectan muy negativamente a la salud, provocando enfermedades cancerígenas, bronquiales y dermatológicas, cebándose principalmente en la población infantil y en la tercera edad, amén del pésimo aspecto de suciedad que dan a nuestro entorno. Todos estos efectos se multiplican en el caso de las refinerías de interior, aun de última generación como ésta (PCRN, 2014).

Destaca-se a defesa dos produtos agropecuários produzidos em seu território, o alerta sobre os problemas de saúde, a defesa da economia estabelecida, como o turismo, e o desejo de um futuro com indústrias limpas e sustentáveis valorizando a cultura tradicional da região.

> El desarrollo turístico de Extremadura potenciado recientemente por la Vía de la Plata quedaría fulminantemente arrasado con una refinería a nuestros pies. […] consideramos un gravísimo error de gestión del territorio y una forma de violencia contra nuestro modo de vida la implantación de una refinería de petróleo por los efectos extremadamente perniciosos que tendrían en la calidad de nuestros productos agropecuarios (PCRN, 2014).

O último item do manifesto do movimento é crucial por demonstrar a consciência ecológica do movimento e a sua necessidade de ser ativo nos processos decisórios de forma democrática. A ideia de bem viver aparece associada ao pertencimento do território e a consciência do direito de se ter postos de trabalho que não causem adoecimento:

> Somos ciudadanos independientes y queremos, enfin, ser activos, protagonistas de nuestro presente y celosos de nuestro futuro. Queremos disponer de un buen medio natural y cultural, no por capricho, sino porque es fundamental para vivir bien y no terminar siendo unos ignorantes que vendieron su futuro bajo el señuelo de unos cuantos puestos de trabajo. Y pediremos cuentas a los responsables políticos y económicos que degraden, manipulen o hipotequen nuestro patrimonio natural y cultural (PCRN, 2014).

O movimento espanhol construiu seu discurso defendendo possibilidades de desenvolvimento sustentável em detrimento da construção de uma refinaria de petróleo, e teve a necessidade de criação de um espaço onde ele poderia ser materializado, já que a os grandes meios de comunicação da região não disponibilizaram tal possibilidade. Foi mediante a mobilização em rede, dentro e fora da internet, que o movimento conseguiu visibilidade e reconhecimento, rompendo os limites geográficos em prol das gerações futuras e conseguindo promover o sentimento de coletivização e de pertencimento dos envolvidos no processo.

Movimento Fórum Suape

O **Fórum Suape: espaço socioambiental** é uma organização da sociedade civil em um fórum permanente que tem como objetivo discutir questões que estão sendo vivenciadas pelos povos residentes no entorno do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) e seus reflexos para as gerações futuras. Suape está localizado no litoral sul do estado de Pernambuco, compreendendo os municípios do Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Escada, Ribeirão, Sirinhaém e Rio Formoso, na Região Metropolitana do Recife, capital do estado.

Além de ações de mobilização articuladas com lideranças comunitárias do território e em audiências do Ministério Público, o Fórum busca dar visibilidade aos conflitos que estão emergindo e oferecer ajuda política e jurídica para resolver alguns dos problemas de desterritorialização de comunidades locais e processos de injustiças ambientais. A injustiça ambiental se caracteriza "como um mecanismo para o qual sociedades desiguais destinam a maior carga de danos ambientais decorrentes do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, grupos étnicos tradicionais e populações vulneráveis" (PORTO, 2007).

Formado por diversas instituições (Associação Brasileira de Agroecologia, Action Aid, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Centro das Mulheres do Cabo, Fundação Oswaldo Cruz, Comissão Pastoral da Terra, Conselho Pastoral dos Pescadores NE II, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o Fórum também utiliza o ciberespaço como estratégia de articulação e divulgação. A sua página online foi estruturada em formato semelhante ao das mídias sociais, pois possibilita discussões e publicações entre os cadastrados (FÓRUM SUAPE, 2014).

O espaço surgiu a partir de inquietações populares frente ao processo de desenvolvimento acelerado em Suape, que, desde o momento de sua criação na década de 70 até os dias atuais, não promoveu a inclusão social nas instalações de fábricas, nem assegurou debates públicos, nos quais as populações direta e indiretamente afetadas poderiam expor suas opiniões, conforme preconiza a legislação ambiental atual.

O blog do Fórum Suape representa um resgate da luta da sociedade civil frente ao discurso desenvolvimentista, que apresenta os empreendimentos como benéficos à população e ao estado, e com posturas ditatoriais em plena democracia. No blog os internautas podem se cadastrar e participar das discussões, postando suas ideias mediante textos, fotos e vídeos.

Para construção do seu discurso o Fórum toma como documento fundante o manifesto que pesquisadores e ativistas ambientais lançaram no ano de 1975, disponibilizado no blog em seção exclusiva para o documento. O manifesto intitulado "**A propósito de Suape"** ressaltava suas preocupações quanto às intervenções em Suape propostas pelo Governo:

> Tem-se firmado como tradição do estilo recente de promover o desenvolvimento econômico – que se entende como aumento da renda per capita, o lançamento pelo governo de grandes projetos de sua iniciativa, que as autoridades presumem consultar o interesse público e julgam satisfazer as aspirações da população, sem que uma consulta à última seja efetivamente realizada. Esta é uma regra quase universalmente seguida, cuja validade não tem sido – a não ser em casos excepcionais – posta em dúvida. Isto não impede, todavia, que pessoas interessadas e grupos de indivíduos manifestem sua opinião a respeito de tais projetos e empreendimentos, reagindo contra a pretensão de transformar em verdade indiscutível a tradição autocrática de não fazer a confecção de grandes projetos ser precedida de consulta às aspirações da coletividade (FÓRUM SUAPE, 2014).

Assim como o PCRN, o Fórum Suape percebe a invisibilidade de sua luta na grande mídia. Dessa forma o grupo propõe como objetivo de atuação no seu manifesto:

> Realizar e interagir de forma propositiva com as iniciativas que estão sendo implementadas nas diferenças regiões do país, no que relaciona com a justiça socioambiental. Os impactos nas suas diferentes formas são evidentes, e queremos levar aos diferentes setores da sociedade que é possível outra forma de

> desenvolvimento que leve realmente em conta as necessidades básicas das pessoas e a preservação ambiental. Denunciaremos as mazelas que estão ocorrendo, em particular as pessoas pobres, desprovidas de meios midiáticos, invisíveis a sociedade. Mas também apontaremos as alternativas para construirmos uma nova sociedade mais justa, fraterna e solidária (FÓRUM SUAPE, 2014).

A página do Fórum Suape possui um acervo virtual que reúne textos, artigos, dissertações e teses de diversas naturezas que variam desde um caráter de denúncia, relacionada às situações de injustiça ambiental presentes no território em conflito, às discussões conceituais e paradigmáticas envolvendo questões como o desenvolvimento sustentável e justiça ambiental, considerada como uma das principais bandeiras de luta do movimento, priorizando as pessoas e o ambiente (FÓRUM SUAPE, 2014).

Segundo Porto (2007) a justiça ambiental objetiva garantir o acesso justo e equitativo aos recursos ambientais e o direito à comunicação e informação sobre os problemas, perigos e impactos socioambientais que atingem ou podem atingir os grupos vulneráveis e a sociedade como um todo em prol da promoção da saúde (PORTO, 2007).

O blog permite o acesso direto às informações, além do registro denunciativo das injustiças presentes e da omissão dos órgãos gestores. O espaço virtual ganha a força de um dispositivo regulador de fácil acesso, se configurando em um espaço de denúncias e mobilização de articulações populares. As informações e as denúncias encontram-se facilmente visualizadas na página inicial e são postadas pelos membros do Fórum, e que também contam com o envio de convites diretamente pra o *e-mail* das pessoas cadastradas.

A página disponibiliza um ambiente interativo, onde os interessados no combate das injustiças ambientais podem colaborar para a ampliação do debate, conhecendo os pontos críticos, divergentes e principais reinvindicações de populações que estão sofrendo com processos de desterritorialização, a exemplo da comunidade de pescadores da Ilha de Tatuoca (DOMINGUES et al., 2014). Existe também, espaço para a publicidade de eventos relacionados ao tema, como conferências, reuniões e encontros, já que recentemente ele vem se institucionalizando para poder se organizar de forma mais efetiva no território.

Com uma interface simples e de fácil acesso, permite a navegação mediante seções como manifesto, história de resistência, blogs, publicações, eventos, fotos, vídeos e membros, que proporcionam o conhecimento da estrutura do blog e também permitem ao usuário ver os conteúdos publicados. A logomarca do fórum está no centro do blog e contém várias figuras representativas de homens, mulheres e crianças, com as mãos dadas uns aos outros, demonstrando igualdade, união, convívio, solidariedade (Figura 3).

Figura 3 - Página inicial do blog Fórum Suape Espaço Socioambiental (FÓRUM SUAPE, 2014).

5. Considerações finais

Os blogs analisados apresentam diferenças em relação ao tempo de estruturação e divulgação e ao formato, porém suas formações discursivas se aproximam. No blog PCRN a mobilização ocorreu antes da instalação da refinaria, o que originou um site produzido comunitariamente para divulgação de ações e informes temáticos. O blog Fórum Suape teve sua criação após a intervenção do poder público no território. É importante salientar que em Extremadura havia um projeto para construção de uma única refinaria, enquanto que em Pernambuco o Complexo Industrial Portuário de Suape, já possui diversas indústrias instaladas, e seu projeto de ampliação prevê a construção de mais 120 empresas, acarretando em grandes impactos. Ainda em relação aos blogs, no caso do Fórum Suape é possível notar uma característica de comunidade aberta, em permanente construção e que possibilita interação dos participantes. O blog da PCRN se caracteriza mais como um registro, que disponibiliza diversos documentos e aponta experiências vivenciadas pelo movimento ao longo de sua atuação para todos que o acessem.

É importante ressaltar que ambos os movimentos tecem seu argumento apoiando-se em conceitos de justiça ambiental e de desenvolvimento sustentável preconizado em documentos universais, como o Relatório Brundtland e Agenda 21, ressaltando o pertencimento territorial e cultural de cada contexto e conseguindo, dessa forma, construir seu espaço na sociedade, tanto utilizando o ciberespaço como estratégias de mobilização no território, favorecendo a constituição de movimentos e sujeitos coletivos na construção de modelos alternativos e democráticos de desenvolvimento.

Esses movimentos sociais em rede manifestam propostas de novos paradigmas, que norteiam a resistência dos povos e as possibilidades para mudanças de caráter democrático e popular. Os movimentos socioambientais, diante da sua invisibilidade nos grandes meios de comunicação, e com o intuito de transformar valores e decisões institucionais, buscam alternativas diversas, como o ciberespaço, vislumbrando um futuro democrático e a construção de processos comunicacionais autônomos e em rede, principalmente pelo fato do espaço virtual possibilitar novas formas de se construir conhecimentos que contemplam a democratização da comunicação, novos estilos de aprendizagem e a emergência da inteligência coletiva.

A comunicação como direito humano, democrática, é uma estratégia indispensável para as estruturas sociais. Ela é capaz de mobilizar a sociedade para que ela lute pelos seus direitos de cidadania. Comunicar, então, é um direito que possibilita assegurar os demais direitos dos cidadãos. Participar é ter o poder de partilhar conhecimento e informação, porque esta última significa poder. E compartilhar o poder inclui as pessoas no processo democrático.

Nesse contexto, os movimentos sociais são importantes representantes das minorias e buscam nas novas possibilidades de comunicação maior visibilidade mediante estratégias de reconhecimento público para mobilizarem os cidadãos direta ou indiretamente envolvidos com o problema e que compartilham os mesmos objetivos, promovendo o sentimento de coletivização de forma dialógica, libertadora e educativa, em busca da preservação do direito humano à comunicação em situações de potenciais danos ao ambiente e à saúde.

Referências

BRASIL. 7º Balanço Programa Aceleração do Crescimento -Eixo Energia. ,2013. Brasília-DF. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/pac/7/05-PAC7_energia.pdf>. Acesso em: 30/8/2013.

BREILH, J. Crítica a la noción funcional tecnocrática de “sociedade del conocimiento.”Espírito Santo, 2014.

CASELAS, J. M. S. Redes e redefinição do espaço público. In: M. A. Cruz; T. Ventura; M. E. Cardim; N. Melim (Eds.); 1 ed ed., p.111–128, 2014. Lisboa-Portugal: Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa.

CASTELLS, M. A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de janeiro-RJ: Zahar, 2003.

CAVALCANTI, C. Desenvolvimento a todo custo e a dimensão ambiental: o conflito do complexo industrial-portuário de Suape, Pernambuco. 2008.

COX, R. Environmental communication and the public sphere. 3rd ed. California-EUA: Sage Publications, inc, 2013.

DOMINGUES, R. C.; SANTOS, M. O. S. DOS; GURGEL, I. G. D. A vulneração socioambiental advinda do complexo industrial portuário de Suape : a perspectiva dos moradores da Ilha de Tatuoca – Ipojuca / PE. Revista Tempus Acta de Saude Coletiva, v. 8, n. 2, p. 69–91, 2014.

FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. Brasília-DF: Universidade de Brasília, 2001.

FÓRUM SUAPE. FÓRUM SUAPE. Disponível em: <http://forumsuape.ning.com>. Acesso em: 12/1/2014.

KENT, S.; WERBER, C. Crise das refinarias ameaça a segurança energética da Europa. VALOR ECONOMICO, 2013. Disponível em: <http://www.udop.com.br/index.php?item=noticias&cod=1103012#nc>. Acesso em: 2/8/2013.

LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo-SP: Editora 34, 2009.

PCRN. Plataforma Ciudadana Refineria No. Disponível em: <http://www.plataformarefineriano.es/>. Acesso em: 5/2/2014.

PERUZZO, C. M. K. A Comunicação nos Movimentos Sociais: exercício de um direito. Diálogo de la comunicación, v. 82, n. V, p. 1–7, 2010.

PLATAFORMA CIUDADANA REFINERIA NO. El imperador estaba desnudo- crônica de la lucha ciudadana contra uma refinería de petróleo em Extremadura. 1 ed. ed. Villafranca de los Barros-España: Imprenta Raeygo, 2013.

PORTO, M. F. DE S. Uma Ecologia Política dos Riscos: princípios para integrarmos o local e o local na promoção da saúde e da justiça ambiental. 1 ed. ed. Rio de janeiro-RJ: Editora Fiocruz, 2007.

REGO, B. P. C. Cidadania Digital e Redes Sociais: A ampliação do horizonte cívico a novos mecanismos de participação política " referente ao tema Cidadania e Redes Sociais. In: M. A. Cruz; T. Ventura; M. E. CARDIM; N. Melim (Eds.); Cidadania na Sociedade do Conhecimento. Portugal. p.135–149, 2014. Lisboa-Portugal: Centro de filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa. Colecção Documenta.

RIGOTTO, R. M. " Caiu na rede , é peixe !": a industrialização tardia e suas implicações sobre o trabalho , o ambiente e a saúde no Estado do Ceará , Brasil. Cad. CRH, v. 23, n. Sup.4, p. 599–611, 2007.

RIGOTTO, R. M.; AUGUSTO, L. G. DA S. Saúde e ambiente no Brasil: desenvolvimento , território e iniquidade social. Cad. Saude Pública, v. sup. 4, n. 23, p. 475–485, 2007.

SAKAMOTO, L. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: E. Maricato (Ed.); Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1 ed ed., p.95–100, 2013. São Paulo-SP: Boitempo: Carta Maior.

SANTOS, M. O. S. DOS; GURGEL, A. D. M.; OLIVEIRA, G. H. DE; et al. Análise crítica do discurso da mídia impressa sobre a saúde e o ambiente no contexto da instalação da refinaria de petróleo em Suape, PE. Reciis, v. 6, n. 4, 2013. Disponível em: <http://www.reciis.cict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/724/1393>. Acesso em: 21/3/2014.

SANTOS, N. B. DOS; SANTOS, A. DOS; SANTOS, M. M.; CAMPOS, N. DE S. Um fantasma ronda o Brasil e o mundo: o fantasma das Redes Sociais. In: M. A. Cruz; T. Ventura; M. E. Cardim; N. Melim (Eds.); Cidadania na Sociedade do Conhecimento. 1 ed ed., p.250, 2014. Lisboa-Portugal: Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa.

SCHRAMM, F. R. Vulnerabilidade, vulneração, saúde pública e bioética da proteção: análise conceitual e aplicação. In: Rubio (Ed.); Ética e pesquisa com populações vulneráveis. 1ª ed., p.37–57, 2012. Rio de Janeiro.

ZIZEK, S. O ano em que sonhamos perigosamente. 1 ed. ed. São Paulo-SP: Boitempo, 2012.

Web rádio práticas educativas do enferimeiro com as juventudes escolares: atravessamentos do cuidado em saúde, informação e comunicação

Daniele Vasconcelos Fernandes Vieira
danyvfv@hotmail.com

Raimundo Augusto Martins Torres
augustomtorres70@gmail.com

Gislene Holanda de Freitas
gigihf@hotmail.com

Resumo: Recorte cartográfico que compõe uma pesquisa de dissertação. Objetiva -se compreender de que modos a realidade virtual, por meio do uso de uma web rádio, pode se constituir como uma possibilidade de realizar o cuidado do/a enfermeiro/a, tendo sua experimentação permeadas nas práticas educativas, a partir dos saberes/demandas que os/as jovens, de seus múltiplos territórios escolares, de diferentes municípios do estado do Ceará, apresentam. O recorte cartográfico dessa pesquisa tem como percurso a produção dos diálogos sobre temas relevantes para promoção da saúde, no ambiente virtual Web Rádio AJIR, pelo qual é veiculado o Programa de comunicação dialógica "Em Sintonia com a Saúde - S@S", atuando como "ponte" com as juventudes escolares. As perguntas dos/as jovens escolares se configuram, nessa perspectiva de comunicação, envoltas por uma corelação de discursos que enunciam as culturas, a formação escolar, familiar, a visão de mundo, espiritual e afetiva desses sujeitos.

Palavras-Chaves: Web Rádio. Comunicação em Saúde. Enfermagem. Cuidado. Juventudes.

1. Introdução

O cuidado de enfermagem é, na perspectiva desse estudo, cartografado nas rotas comunicacionais e nas atividades educativas, percorrendo das infovias aos territórios geográficos, onde as escolas se localizam, desdobrando-se nas criações e invenções de ambientes dialógicos para que as visões *"fabricadas"* (FOUCAULT, 2005) pelos (as) jovens e as visões que reverberam de seu lugar do *"fora"* (FOUCAULT, 2005) possam surgir, vir à tona e serem (re) pensadas, reelaboradas, com possibilidades de transformação de seus cotidianos, se, assim, sentirem-se tocados (as) pelo que foi dito, pelo que já sabem e pelo que, em potência, poderá ser inventado.
Na experiência de comunicação em saúde com as juventudes das Escolas Públicas do estado do Ceará, por meio de uma Web Rádio, qual seja Web Rádio AJIR, as linhas de fuga mostram outros olhares, por vezes escondidos, sobre a formação do profissional de saúde e, nessa grande área, reverberam e, de certa forma, incitam o pensar filosófico no ensino e prática de cuidado do (a) profissional do/a enfermeiro/a. São essas, as linhas de subversão, com a qual se pode inspirar o pensamento, ativar o imaginário e pôr em movimento a busca de territórios e encruzilhadas possíveis para assim compreendermos que são múltiplas as formas e os modos de afirmações da vida.
Os pensadores Deleuze & Guatarri (1996) quando discorrem sobras as fugas dizem que só são sentidas porque passam pelas organizações instituídas, pelas organizações "molares", que são estáticas, rígidas, binárias pela ótica dos sexos, de classes e de partidos, pois, assim, as fugas tem os movimentos de remanejar essas organizações sociais.
Percorrer o campo de saberes da filosofia seria, considerando esse ponto de vista, uma perspectiva que vise a tencionar os diálogos que vazem e escapem de um pensamento rígido e determinista, garimpando caminhos que se cruzem e se descruzem, provocando um caminhar para o fora. O *"fora"*, segundo Foucault (2005), é

a linha fronteiriça do pensamento dominante e não faz jogo de oposição a esse pensamento, mas sim, escapa dele, questiona os territórios, questiona a unidade, a inflexibilidade, andarilhando nas pluralidades. Esse lugar, das pluralidades, é onde se pode ver que é possível se fazer e desfazer, construir-se e desconstruir, significar e (re)significar.

Aplicando-se o termo *"lugar"* em Foucault (2005), quando nos remetemos ao (à) enfermeiro (a), na produção do cuidado e da clínica diferenciados, estabelece-se uma relação com a noção de saber para Foucault. O saber, na linha de pensamento desse filósofo, produz - se em um tempo e em um lugar que lhes são próprios, que marcam um ponto de origem, um ponto de onde surgem os discursos.

A operacionalização do cuidado e da clínica traz uma perspectiva teórica e implica os profissionais de enfermagem nela. Com essa asserção, a pesquisa se firma em uma prática de cuidado e de clínica que exprime uma afinidade, envolvimento e dedicação à criação de novas perspectivas de se contemplar a clínica, que se faz na bricolagem com o cuidado. Dessa forma, tornam-se mais proeminente os pontos - chave com os quais o enfermeiro terá sua atuação, antagonizando o reducionismo dos sujeitos ao problema, mas, sim, priorizando as demandas que emergem em um contexto mais amplo.

Há, entretanto, outros saberes que dialogam com a enfermagem. A prerrogativa do cuidado, torneado pela perspectiva do privilégio que lhe cabe nas construções teórico/filosóficas, seja pelo resultado da mobilização dos grupos, professores, estudantes, pesquisadores e trabalhadores da assistência, faz surgir o atravessamento de outros olhares sobre os modos como são praticados no meio social, principalmente, quando apropriados pela grande área do saber: a saúde.

Neste sentido, objetiva-se compreender como os saberes construídos na comunicação com os/as jovens escolares, visitados, mediados e produzidos, no ambiente virtual Web Rádio AJIR, nos possibilitam analisar, pela conversão de mídias digitais e transferência de tecnologias, os modos que suas dúvidas, inquietudes, anseios, refletem nas suas experiências de vida, de relações e práticas cotidianas referentes às questões que envolvem o cuidado em saúde, dialogados nos Programas online, "Em Sintonia com a Saúde - S@S", veiculados pela Web Rádio AJIR.

Os temas dialogados nos possibilitam, na experiência da pesquisa-extensão-formação vivenciada no ambiente virtual, uma pluralidade de recortes. São olhares para as sexualidades; relações de gênero; HIV/Aids/ Hepatites Virais; Dengue; Tuberculose; Hanseníase; Saúde Reprodutiva; HPV; Cultura de Paz; Câncer de Mama; Diabetes; Hipertensão; Tabagismo; Drogas de Abuso e Álcool, que atravessam as juventudes em seus múltiplos contextos de vida nas questões das linhas tênues entre o estar saudável e o adoecimento e que, por isso, precisam ser visitados, (re)pensados, reelaborados e discutidos, com vistas à prevenção e promoção da saúde.

2. Método

Recorte da cartografia de mestrado acadêmico, com o qual se apresenta as possibilidades do/a enfermeiro de intervir em suas práticas de cuidado com as juventudes nos micro territórios escolares, a partir da comunicação gerada em uma Web Rádio na experiência de extensão-formação-pesquisa, com olhares atravessados nos temas sexualidades; relações de gênero; HIV/Aids/Hepatites Virais; Dengue; Tuberculose; Hanseníase; Saúde Reprodutiva; HPV; Cultura de Paz; Câncer de Mama; Diabetes; Hipertensão; Tabagismo; Drogas de Abuso e Álcool.

Pesquisa qualitativa fundamentada nas perspectivas cartográficas foucaultiana. A ideia da cartografia como uma prática do conhecer é deleuziana. Deleuze se apropria de uma palavra do campo da Geografia para referir-se ao traçado de mapas processuais de um território existencial. Um território desse tipo é coletivo, porque é relacional; é político, porque envolve interações entre forças; tem a ver com uma ética, porque parte de um conjunto de critérios e referências para existir; e tem a ver com uma estética, porque é através dela como se dá forma a esse conjunto, constituindo um modo de expressão para as relações, uma maneira de dar forma ao próprio território existencial (FARINA, 2012).

A Web Rádio AJIR se caracteriza como um ambiente virtual de possibilidades e potências, hospedando experimentações de práticas de ensino-extensão-pesquisa. Esse ambiente é um lugar de encontros entre professores (as) universitários (as), educandos (as) da área da saúde, educação e das ciências exatas, educadores (as) escolares, onde há a produção de atividades online via internet, que visam aproximar, com a comunicação mediada pelo diálogo oral, visual, e escrito, a produção da informação qualificada em saúde com o protagonismo dos/das jovens nas escolas do Ceará.

O ambiente virtual, Web Rádio AJIR, é administrado pela coordenação do projeto, um professor coordenador e professores/as colaboradores/as, e educandos/as da graduação da área das Ciências da Saúde, Humanidades e Exatas, bem como pelos/as bolsistas do projeto discentes do mestrado acadêmico do Programa de Pós - Graduação Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde da UECE.

Esses/as facilitadores/as se situam em uma sala - estúdio na Universidade Estadual do Ceará, por onde são disparados os programas para os territórios nos quais as juventudes escolares participantes e interatuantes se encontram. A equipe da Web Rádio, por meio da produção dos programas sobre cuidado em saúde, entrelaça os caminhos entre a capital, Fortaleza, o distrito de Irajá e a serra de Pacoti, no recorte dessa pesquisa, haja vista existir outros territórios que fazem parte da história da Web Rádio AJIR.

Quanto à noção de interatividade nos ciberespaços, que permeia a cartografia dos saberes e práticas de cuidado com os/as jovens nas infovias, por meio da comunicação dialógica com usos das mídias digitais, nessa pesquisa, Lévy (1999) diz que é caracterizada pela possibilidade que é crescente com a evolução dos dispositivos técnicos, de transformar os sujeitos envolvidos na comunicação, ao mesmo tempo, em agentes emissores e receptores da mensagem (LÉVY, 1999).

Diante de parecer favorável do Comitê de Ética e Pesquisa para o qual foi submetido o projeto, realizou-se a pesquisa de campo, respeitando-se, primordialmente, os princípios éticos que regem as pesquisas científicas com seres humanos regulamentados pela Resolução 466/12, do CNS - CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE - COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA do Ministério da Saúde versão 2012. Esta pesquisa foi aprovada pelo CEPE/UECE com o parecer de No. 818.042, emitido em 2014.

3. Resultados e discussões

Estes territórios virtuais da Web Rádio AJIR se constituem como ciberespaços, já que há diversos símbolos e signos de comunicação e interação que permitem aos jovens e usuários da internet produzirem seus diálogos e suas "marcas estéticas", pensando no conceito de estética da existência de Foucault (1985) sobre estes campos de convivialidade social.

Para Farina (2012) estes territórios virtuais marcam um contexto da *"contemporaneidade que age sobre a estética da experiência subjetiva"*. Influencia e age sobre o que é inteligível, sobre o que é sensível, repercutindo na criação, na reprodução e na resistência dos processos de formação humana.

As dinâmicas do virtual são questões socialmente relevantes em termos da comunicação, das Leis, da política e, em contraponto, são pouco exploradas no campo da saúde e da enfermagem. Isso é um estímulo, ainda maior, de esmiuçar, garimpar e elaborar estudos, que abram leques para se discutir o virtual voltado para a comunicação que gera cuidado em saúde. Especificamente, no sentido da produção da informação qualificada nos ciberespaços no contexto das relações espaço-tempo, das novas dimensões éticas e dos canais comunicativos que se movem como fluido nas convivências sociais e culturais.

As experiências que vislumbrem jeitos e práticas diversas e transversais de ensinar e aprender vazam as regularidades que modelam o olhar e o discurso do cuidado no âmbito da formação do enfermeiro. O/a enfermeiro/a, nesses encontros e compartilhamentos de vida, em sua formação, pode contribuir para outros enfoques na discussão do cuidado, que não se torne obsoleto nas condutas programáticas e mantidas nos protocolos de saúde, diante de quadros inalterados, mas que, sim, sejam germinados na relação "saber-poder" com os sujeitos que utilizam os serviços e saúde.

O trabalho de formação do enfermeiro desenvolvido com o uso da Web Rádio UECE AJIR vem promovendo, destarte, um encurtamento na relação espaço-tempo com as juventudes escolares, ratificando a necessidade de

incluir nos debates da área da saúde as juventudes culturais e produtoras de cuidado. Por esse desdobramento de cuidado, os modelos de comunicação apresentados nas tradicionais mídias já não dão conta das necessidades e dos desejos que envolvem o cotidiano da extensão ensino e da pesquisa na saúde e educação com os sujeitos que recebem mas que também produzem seu cuidado.

Os territórios virtuais só são ativados porque existem os sujeitos para lhes dar vida. Assim, os (as) gestores da escola, ao apresentar o desejo de trabalhar esse tema, desdobrando-se nas infovias, com os (as) seus (as) alunos (as), confere proposições no planejamento político - pedagógico que visem a fortalecer a divulgação, à visibilidade, à pactuação por uma sociedade sustentável, solidária e corresponsável pelo que cria em seu meio e pelo que recebe.

As escolas cadastradas no projeto como microterritórios de extensão e de pesquisa se localizam em diferentes municípios e distritos do estado, são públicas e apresentam uma pluralidade de formas de se organizarem durante a construção dos programas. O desafio da equipe Web Rádio AJIR, que ocupa o "lugar" de facilitadora das práticas de educação em saúde, é imergir nesses territórios buscando conhecer e pautar os debates nas particularidades desse público, partindo de suas demandas.

Assim, na promoção dos debates, não há textos acadêmicos e saberes prontos. A comunicação tem suas capilaridades nos discursos que se expressam com a interatividade dos sujeitos nos programas "Em Sintonia com a Saúde". Toda a operacionalização dos programas é feita por esses (as) facilitadores (as), desde o contato com as mídias digitais *(Skype, Mural de Recados no web site, Twitter)*, passando pela locução, filmagem, edição de vídeos, alimentação do blog, até a participação como entrevistado (a).

Há também colaboradores (as) externos enfermeiros (as), médicos (as), fisioterapeutas, biólogos (as), sociólogos (as), psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, educadores (as) físico, pedagogos/as, os/as quais são especialistas nas temáticas debatidas no processo de produção de saberes. Esses especialistas são também os sujeitos, educadores e educadoras, que estão nas escolas participantes dos programas, sendo, os mesmos, convidados para ampliar a aproximação e interlocução no encurtamento do espaço-tempo entre universidade e escolas.

Os/as extensionistas-pesquisadores(as) do projeto realizam sua produção de pesquisas, tendo a web rádio como um dispositivo, a partir de recortes das séries temáticas, conforme as afinidades e desejos com as categorias de cuidado que os movem na sua experiência formativa. Essas categorias estão relacionadas aos temas dialogados nos programas S@S.

Faz-se, nessa esfera, expressivo mostrar como o cuidado de enfermagem pode alcançar esses ciberespaços e as potências das ferramentas digitais, sobremodo em ações que contemplem o ser humano integralmente. As práticas de Educação em Saúde mediada por Tecnologia Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), na formação e no cuidado do/a enfermeiro/a, no eixo das tecnologias e práticas inovadoras na saúde, visitam outros teóricos, das múltiplas áreas do conhecimento. Essa visita fomenta o pensar, com lentes mutantes no território da virtualização na realidade do mundo contemporâneo e a internet como lugar de convivência social, fortalecendo a ideia do virtual para além do que se estabelece socialmente ou na ficção científica como oposição ao real/material.

Para tornar as transmissões mais dinâmicas e interativas, destaca-se, na convergência das TDIC, o uso de uma Web TV apensada ao site da Web Rádio, que no momento dos programas ao vivo emite a imagem do locutor e debatedor convidado, assim como vídeos culturais e outras imagens agregadas aos temas debatidos nas séries de programas anuais. Além da Web TV, outros dispositivos de interação, reafirma-se o manejo de outros dispositivos para elaboração e trocas das perguntas e são eles o facebook da emissora; facebook da Escola e dos/as próprios/as jovens; o Twitter; o Skype; o mural de recados do site <www.ajir.com.br> e o whatsapp.

Com Lévy (1999) traçamos essas conversações teóricas e conceituais para discorrer sob que olhares o ambiente virtual pode ser uma possibilidade de comunicação com os sujeitos jovens escolares presentes na rede, compartilhado os saberes com as ferramentas disponibilizadas. Esses (as) jovens são andarilhos de vários territórios virtuais na internet, e na web rádio se encontram no facebook, no twitter, no whatsapp, descentralizando a comunicação e ampliando as possibilidades de acesso a convivência nestes espaços.

Por conseguinte, a comunicação e as interações têm modos e jeitos singulares de acontecer. No canal de comunicação e de cuidado em saúde, proposto pelo Programa: Em Sintonia com a Saúde - S@S, com as

juventudes das escolas públicas do Estado do Ceará, os/as facilitadores/as e ativadores/as dos debates, nas diversas áreas temáticas da saúde dispõe de roteiros previamente elaborados que, no entanto, durante a interação, desmontam-se e se resignificam, tomando outras conformações, o que confere a cada experiência vivenciada entre os/as educandos/as e enfermeiros/as com esses jovens, ou seja, um caráter inédito que, também, pode se repetir, uma vez que os saberes são "*molares"* (DELEUZE & GUATTARI, 1996) e, portanto, produzem-se e reproduzem-se, conforme os territórios onde são acessados.

A iniciativa de criar - se esta emissora online surgiu da articulação entre a Associação dos Jovens de Irajá (AJIR), no sertão do estado do Ceará, a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Estadual do Ceará (PROEX) e o Laboratório de Práticas Coletivas em Saúde (LAPRACS) do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Estadual do Ceará. Nesta emissora online se destaca o "Programa Em Sintonia com a Saúde - S@S" como âncora da programação, semanalmente sendo produzido, ao vivo, todas as quartas-feiras de 16h às 17h, conteúdos de Educação e Comunicação em Saúde voltados para as juventudes escolares.

Todos os programas são gravados e o sistema gera automaticamente arquivos em formato MP3, que são editados e, posteriormente, disponibilizados nas pastas do sistema de transmissão automática para rodar três vezes ao dia como programação de reprises. Destaca-se que as transmissões dos programas "Em Sintonia com a Saúde - S@S" são editadas e hospedadas no blog da emissora, onde os ouvintes têm acesso às filmagens e aos áudios (no formato MP3) que foram transmitidos em todos os programas ao vivo.

Os diálogos são estabelecidos na interação entre os/as convidados que dialogam a partir da experiência tanto do campo de práticas, como de suas formações com os/as jovens conectados/as nos computadores dos seus territórios escolares, que também falam dos lugares que estão inseridos, ou seja, do contexto cultural local deles/delas e de um saber que se apresenta aos/às ativadores/as dos debates, pela utilização das mídias digitais, ao elaborarem suas demandas, com perguntas, acerca do cuidado no âmbito das múltiplas questões de saúde que, nesses programas se configuram nas temáticas de sexualidades; relações de gênero; HIV/Aids/Hepatites Virais; Dengue; Tuberculose; Hanseníase; Saúde Reprodutiva; HPV; Cultura de Paz; Câncer de Mama; Diabetes; Hipertensão; Tabagismo; Drogas de Abuso e Álcool

Durante a transmissão dos programas pela equipe facilitadora na sala-estúdio, as pesquisadoras/pesquisadoras atuam juntamente aos/às bolsistas/as, mestrandos/as e acadêmicos/as, nas escolas, conforme os programas de interesse para seus recortes de pesquisa e de intervenção de cuidado, realizando monitoria com os/as jovens, observando, registrando e acompanhando a mobilização dos/as alunos/as e professores/as; a forma como se organizaram para acessar o ambiente virtual; como ocorre a comunicação entre os/as jovens e entre jovens e professores/as nos seus contextos; como as perguntas, os comentários e os discursos emitidos, por meio do ambiente virtual, para a equipe da sala-estúdio são elaborados; a existência de pontos de controle sobre o conteúdo que os/as jovens elaboram para postar no ambiente virtual; as formas de convergências e divergências entre o que enunciam nas redes sociais e o que apresentam em outros contextos de diálogos e atividades de cuidado com a equipe da Web Rádio AJIR, como, por exemplo, na realização de oficinas temáticas, posteriormente aos programas dialogados no ambiente virtual.

A cada ano, as perguntas desses/as jovens escolares participantes do Projeto S@S, que se repitam ou que se apresentem inéditas, são, para efeitos dessa pesquisa, modos criativos de (re)pensar o panorama das conjunturas política, cultural, educativa, jurídica, das pesquisas e de outras (os) produções/projetos científicas(os) e dos programas de saúde que se articulem com os temas de relevância no cuidado com as juventudes. O que os/as jovens dizem e não dizem na comunicação com o/a enfermeiro, expressa o seu entorno, a sua ética e sua existência no mundo, gerando, para a pesquisa, estratos e subsídios com fins à imersão nos seus espaços físicos e relacionais.

A análise da produção do cuidado que se dar na abordagem do "acontecimento", em Foucault, apresenta - se na proposta da informação e comunicação qualificada no ambiente virtual Web Rádio AJIR, como estratégia de cuidado em saúde onde os educandos/as e enfermeiros/as concebem que todo saber (um discurso científico ou não) só é possível em determinado momento histórico, porque há um espaço de ordem que o possibilita. Assim, com o projeto metodológico da arqueologia se quer descrever o solo positivo (FOUCAULT, 2005) que possibilita em determinada época surgir determinados saberes.

As abordagens do cuidado de enfermagem, elaborando intervenções, a partir das demandas dos/das jovens escolares, sobre os diversos temas de cuidado em saúde, destarte, são estratégias fundamentais para que os/as mesmos/as possam acolher a equipe da Web Rádio AJIR, nos micro territórios, movendo-se para diálogos reflexivos sobre como enfrentam, em seus cotidianos, as questões temáticas debatidas nos programas; como podem repensar suas práticas a partir da reconfiguração dos saberes ativados nos debates virtuais, de modo que possam fazer sentido para esses sujeitos, de modo que os toquem e de modo a refletir sobre como estão se vendo e se movendo no mundo; como percebem o outro, na fluidez das trocas seja nas dimensões familiares, escolares, no lazer, nos prazeres, desejos, necessidades.

4. Considerações finais

As potências da comunicação nas infovias, experimentadas como possibilidades para os olhares sobre o cuidado de enfermagem com as juventudes escolares têm acontecido, na web rádio, aliada às conjunturas das discussões sobre juventudes e protagonismo nas ações de educação e de saúde nas políticas públicas; nos movimentos e encontros acadêmicos e científicos da enfermagem que discutem inovações tecnológicas para o cuidado protagonizador.

Isto pode ser constatado pelo histórico de aceitação, apresentação e premiação de trabalhos resultantes da extensão e pesquisa produzidos a partir deste projeto Web Rádio AJIR, que discutem possibilidades de cuidar das juventudes escolares utilizando como ferramentas as mídias digitais, nos ciberespaços, com olhares atravessados pelos diversos saberes.

Trazemos, ainda, como frutos desse projeto, a apresentação, por esses/as enfermeiros/as em formação, 03 monografias nos anos de 2010 a 2013, outras estão sendo confeccionadas, uma vez que a formação é permanente e se estende ao término da graduação, com ramos na pós-graduação; estão em andamento 03 projetos de mestrado acadêmico, tendo 01 qualificado, bem como artigos em produção, com 1 publicação efetivada. Há, nessa experiência, conquista de prêmios de incentivo à visibilidade de tecnologias inovadoras na área da educação e da saúde, no âmbito nacional, contextualizadas com as políticas públicas nos blocos Ciência, Inovação e Tecnologias.

O Ambiente Virtual pode ser uma ferramenta social, educativa, inovadora e humanizada para se trabalhar a formação do profissional de saúde no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS) e para lidar com as demandas e complexidades dos sujeitos os quais são usuários desse sistema, nessa pesquisa representada pelos/as jovens escolares. O uso da web rádio, nesse âmbito, por enfermeiros/as, educandos/as de enfermagem e de outras ares de formação da Saúde, da Humanidades, das Ciências Exatas, vem se apresentando como uma tecnologia não tradicional de se promover e desenvolver a comunicação qualificada para o cuidado de enfermagem, uma vez que amplia os diálogos sobre prevenção e promoção de saúde para outras vias e territórios, como os ciberespaços.

Utilizando, para tanto, os recursos da internet e apostando nos desafios que se lançam a uma clínica ampliada, com atravessamento na comunicação em saúde, a rádio on-line é uma possibilidade no debate preventivo com as juventudes das escolas públicas do Estado do ceará, pensando esses sujeitos como participes ativos na proposição de intervenções no território que visem à constituição de práticas com pretensões à cultura do cuidado preventivo e articulado com os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa consideração se apresenta como relevante, porque o SUS é "lugar" de onde o Enfermeiro fala com autonomia, com vasto campo de atuação e como um comunicador.

Sempre haverá o que dizer e o que renovar nas lentes do cuidar. Nesta pesquisa, que a experimentação nos ciberespaços busca modos positivos de cuidar das juventudes, trabalhando com elas seus modos de se ocuparem de si, engendrando práticas de enfermagem contextualizadas com as demandas contemporâneas, levando os/as enfermeiros/as cada vez mais a desafiarem os limites e extensões que o cuidar como obra de arte pode transcender. Essa, portanto, é a forma "alquímica" que esta descoberta possibilita vazar, ou seja, às imposições das convenções e teorias pré-estabelecidas, as quais são passivas apenas, de serem implementadas, cerceando as atualizações que, sem elas, os saberes de ontem podem não fazer sentidos nos contextos atuais.

É fundamental, explicitar que também se aprende com esses/essas jovens, pois se faz o movimento da dupla - audição, onde se é possível aprender e ensinar olhando por outros modos pedagógicos em que o diálogo é uma estratégia de saber e poder. Em cada programa há uma (des)montagem que o torna único, pois as conformações das trocas dialógicas, dependem do dia e de como os/as jovens estão naquele momento dos diálogos e depende da internet com suas diminuições de velocidades e intensidades que afetam as comunicações; dependem do que os/as jovens viveram naquele mesmo dia ou em dias que se passaram e que se atualizam quando são rememorados nas perguntas feitas pelos/pelas os/as mesmas.

Referências

FARINA, C. (2012), O propriamente estético na prática pedagógica. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, XVI, 2012, Campinas. **Anais**... Campinas: UNICAMP.

FOUCAULT, M. (2005), **Arqueologia do Saber**. 7.ed. Tradução L. F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____. (1985), ***História da sexualidade* 3**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Edições Graal.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. (1996), **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34. v.3.

LÉVY, P. (1999), **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34.

1º Congresso da associação internacional de ciências sociais e humanas em língua portuguesa

Edney Mota Almeida[1]
edneymota@yahoo.com.br

A participação da rádio comunitária das ações de saúde: uma proposta de mediação entre agentes de saúde pública, rádio comunicadores e usuários do SUS.

Resumo: Este artigo se propõe a discutir o potencial do uso da rádio comunitária como ferramenta de apoio à democratização e ampliação do acesso aos serviços do SUS (Sistema Único de Saúde). É sabido que em várias partes do mundo a mídia comunitária desenvolve papel fundamental nas localidades em que atua. Desse modo, o veículo rádio por ser mais democrático, pois seus serviços de propagação de informação e notícia atingem os adultos analfabetos, pode desempenhar uma função estratégica nos países em desenvolvimento, como o Brasil. A discussão a respeito desse meio de comunicação é oportuna, em um momento histórico dominado pelas novas tecnologias da comunicação. A questão perpassa indagações do tipo: por que falar de rádio, um veículo tradicional, se o moderno em termos de comunicação é a internet? Sendo assim, apresenta-se também uma proposta mostrando a viabilidade de projeto a ser testado na prática por estudantes e pesquisadores, nas rádios comunitárias brasileiras. Ademais, vale ressaltar a capacidade da rádio comunitária de empoderar os moradores dos bairros periféricos.

Palavras-chaves: rádio comunitária, comunicação, saúde pública, empoderamento.

1. A importância da rádio comunitária em meio às novas tecnologias da comunicação

A realidade sócio-político-econômica das populações que vivem em situação de vulnerabilidade social não tem sido retratada e nem representada de forma correta ou adequada pela grande mídia, ou seja, os órgãos de comunicação empresarial. Estes, ao exercerem seu olhar externo e interpretativo dos fatos, muitas vezes distorcidos, propagam informações e imagens equivocadas sobre essas camadas da sociedade e não dão conta das especificidades, complexidades e peculiaridades de cada local ou região de um país continental, como o Brasil. O enfoque da grande empresa de comunicação nada ou quase nada contribui para a melhoria de vida, a valorização da autoestima, e a inclusão em ações relacionadas principalmente à saúde pública, aos serviços públicos de um modo geral, e, consequentemente, ao exercício da cidadania.

Com o intuito de discutir o potencial das mídias alternativas, bem como de ampliar a visão sobre as possibilidades de melhoria na qualidade do atendimento do SUS (Sistema Único de Saúde), no quesito comunicação, este trabalho se propõe a contribuir para a aproximação entre academia e sociedade, mostrando referenciais teóricos e práticos para uma comunicação em saúde pública. E desse modo, aproximar agentes de saúde pública, radiocomunicadores comunitários e usuários do SUS. O trabalho também visa a multiplicar o debate e a compreensão sobre o papel do radiojornalismo comunitário, destacando um esboço de projeto, mostrando a viabilidade do rádio como ferramenta e meio de comunicação eficaz e criativo, pois atinge todas as faixas etárias e todos os níveis de escolaridade, do mais letrado ao analfabeto. Portanto, um veículo acessível a todos.

Na era da internet, quando todo o mundo, ou quase todo ele, tem acesso à rede mundial de computadores, com avanço acelerado dessa tecnologia comunicacional, qual a importância hoje de se discutir e defender a

---

1 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.

implantação e ampliação de um sistema de comunicação comunitária, fortalecendo o jornalismo comunitário, com a ampliação de redes de rádio, um meio tradicional de comunicação? Por que se escolhe estudar sobre rádio comunitária e não internet, quando este último meio de comunicação está em voga como fenômeno que revolucionou a maneira das pessoas se comunicarem e agirem na sociedade moderna? Por que despender tempo refletindo e discutindo sobre a importância do rádio na sociedade atual, quando o que mais se ouve é que esses veículos tradicionais estão perdendo a audiência para a web?

São vários os motivos e as razões da escolha. Perpassam desde as questões relacionadas aos diferentes tipos de linguagens e de técnicas de abordagem de cada veículo, até indagações nas esferas cultural, social, econômica e política. No entanto, o problema principal que se impõe na contraposição à internet, e em favor e defesa da necessidade urgente de democratização e pluralidade dos meios tradicionais de comunicação, reside no fato de que a internet, assim como o jornal, o rádio e a tevê, não é nada. Ela é um espaço virtual e vazio, preenchido por conteúdos já pré-existentes. Ou seja, ela não apresenta nada de novo no que se refere ao conteúdo, ela é apenas mais uma congregadora de conteúdos que já existem. Ela, por si só, não possui força de criação e nem de informação, como Castells admite ao descrever as características dos processos simbólicos:

"Existe, contudo, uma característica comum a todos os processos de construção simbólica: eles dependem amplamente das mensagens e estruturas criadas, formatadas e difundidas nas redes de comunicação multimídia. Embora cada mente humana individual construa seu próprio significado interpretando em seus próprios termos as informações comunicadas, esse processamento mental é condicionado pelo ambiente da comunicação. Assim, a mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações de poder" (Castells, 2013, p. 11).

Do ponto de vista jornalístico, do poder ideológico, há de se multiplicar os diversos meios de comunicação, sobretudo e, primeiramente, os tradicionais. Pois a internet é insuficiente, e supervalorizá-la pode constituir um erro comunicacional estratégico. Ela deve servir como suporte, como já fazem uso as grandes empresas de mídia. Também não se desconsidera neste trabalho a possibilidade da internet vir a ser de fato um instrumento democrático e de livre acesso. Mas ela ainda não é um meio capaz de substituir ou prevalecer aos meios tradicionais. Parte-se do pressuposto, sem negar a importância e o papel relevante da internet e seu potencial de facilitadora, libertadora e ampliadora no aspecto da comunicação, que o seu conteúdo jornalístico é abastecido pelos meios tradicionais já existentes, como os grandes jornais, revistas, rádios e tevês. São os canais tradicionais de jornalismo, e os jornalistas que foram consagrados nesses meios que preenchem o espaço jornalístico na internet. Portanto, observando do ângulo jornalístico, político, ideológico, do poder, a internet se mostra limitada para atender as grandes demandas de políticas públicas sociais da sociedade brasileira na atualidade, pois são as indústrias de comunicação tradicional, com forças de longo alcance nacional, que abastecem o jornalismo na internet com seus conteúdos políticos e ideológicos, e por que não dizer de caráter extremamente conservador. Daí a necessidade de se fazer o que os países desenvolvidos já fizeram há muito tempo, multiplicaram por todos os cantos os diversos veículos de comunicação, como dissera Tocquevile:

"A imprensa possui força incrível de disseminação do poder, e ela mesma sendo ampliada não pode concentrar todo o poder: "é um axioma da ciência política nos Estados Unidos, que o único meio de neutralizar os efeitos dos jornais é multiplicar-lhes o número. Não consigo compreender porque uma verdade tão evidente não se tenha ainda tornado mais vulgar entre nós. Nos Estados Unidos, quase não há um povoado que não tenha o seu jornal. Concebe-se sem dificuldade que, entre tantos combatentes, não se possa estabelecer nem disciplina nem unidade de ação; ademais se vê cada um conduzir a sua bandeira. Não é que todos os jornais políticos da União se tenham enfileirado a favor ou contra a administração; mas atacam-na e a defendem por cem meios diferentes" (Tocqueville, 1987, p. 143-144).

Tomemos o exemplo dado por Tocqueville para se multiplicar jornais, tevês e rádios comunitários. À parte a internet ser somente mais uma plataforma facilitadora para as grandes empresas jornalísticas, ela não se constitui como democrática de fato, ela não é um canal livre e de independência no seu território. Basta pensar nos critérios dos provedores, quando determinados *sites* não abrem em um determinado tipo de programa. Isso envolve aspectos políticos, ideológicos e econômicos. Mesmo os buscadores na internet, que aparentemente são democráticos, dependem de critérios muitas vezes desconhecidos do grande público. O espaço na internet

é, portanto, amplamente controlado. Mas este trabalho não pretende se aprofundar nesse problema, pois aqui ele não é o foco principal. Também é possível se questionar e refletir por que não há jornal e nem rádio *Google, Facebook, Twiter, Microsoft*,...? Pode-se dizer que antes mesmo de funcionar como um mecanismo de democratização, como defendem os entusiastas das *TICs*, a internet é um instrumento poderoso de veiculação comercial e de propaganda. Ela é uma ferramenta de vendas, por isso, antes de tudo, ela precisa ser vendável. Daí seu caráter, tal como nos meios tradicionais, reprodutivista nos dizeres de Thompson:

> "[...] uma das características dos meios técnicos é o que lhes permite certo grau de reprodução. A reprodutibilidade das formas simbólicas é uma das características que estão na base da exploração comercial dos meios de comunicação. As formas simbólicas podem ser "mercantilizadas", isto é, transformadas em mercadorias para serem vendidas e compradas no mercado" (Thompson, 2001, p. 27).

O Brasil, como um país de desenvolvimento econômico tardio, está atrasado no processo de democratização da mídia. Centrar esforços na internet, sem considerar antes a questão do monopólio dos tradicionais veículos de comunicação, pode ser considerado um erro estratégico no desenvolvimento de políticas públicas sustentáveis. De acordo com Friedman:

> "O monopólio implica ausência de alternativas e inibe, portanto, a liberdade efetiva de troca. Na prática, o monopólio frequentemente, embora não geralmente, origina-se em apoio do governo ou acordos conspiratórios entre indivíduos. Com respeito a isto, a solução é evitar o favorecimento de monopólios pelo governo ou estimular a adoção de regras como as que fazem parte de nossas leis antitruste. [...]. Se o monopólio técnico diz respeito a um serviço ou comodidade considerada como essencial e se o poder do monopólio é considerável, mesmo os efeitos a curto prazo do monopólio privado não regulado pode ser intoleráveis – e tanto a regulação pública quanto o monopólio público passam a constituir um mal menor" (Friedman, 1977, p. 33-34-35).

Neste caso, inibe-se a troca de informação. Seria como pular ou perder uma etapa do processo de amadurecimento e crescimento democrático. Ou como sair da oitava série do ensino fundamental e saltar para a universidade. Sabe-se que democratizar a mídia, por ser uma ação política complexa, e porque há controvérsias e lutas por interesses de forças desiguais e antagônicas, requer políticas claras de comunicação. Democratizar, ou regular a mídia como se tem ouvido, em quais aspectos? Este é, portanto, o debate que a sociedade e o governo ainda precisam fazer para se saber os principais problemas e tentar resolvê-los.

2. Radiocomunicação comunitária em saúde pública

Segundo dados recentes do Ministério das Comunicações, o Brasil possui 4.555 emissoras de rádio comunitária, operando em caráter legal, ou seja, autorizadas, e mais 332 em caráter experimental. Desse total de rádios, muito poucas de fato se aproximam do Sistema Único de Saúde. E quando o fazem é para, em geral, oferecer ajuda na divulgação de campanhas de vacinação (Gallo, 2012). Há, no entanto, uma preocupação com a subutilização das emissoras de rádio comunitária. Emissoras ainda não outorgadas poderiam prestar serviços de informação de saúde à população e serem autorizadas, caso não sejam, a exercerem o direito de comunicação, especialmente relacionada à qualidade e melhoria da saúde pública.

Porque a comunicação, em especial na sua plataforma radiofônica, por razões técnicas e de acessibilidade, nesta segunda década do século 21, pode se constitui em fator indispensável no alcance de metas sociais, sobretudo às relacionadas à saúde. Além de contribuir para a elevação da autoestima e da consolidação do desenvolvimento sócio, político, econômico e cultural no Brasil (Pochmann & Melo, 2010). Um país soberano,

solidário e democrático significa incluir cada vez mais a sua população para que esta tenha acesso pleno aos serviços e sistemas públicos básicos de saúde e aos sistemas de difusão coletiva da informação. Em todos os seus aspectos: na produção, no controle, na fiscalização, na avaliação.

> A Constituição Brasileira de 1988, ao deslocar o capítulo "Da Saúde", art. 196 a 198, da área da previdência para a da seguridade social, apresentou um novo conceito de Assistência à Saúde e reconfigurou direitos, deveres e desafios da sociedade. Entre as repercussões da decisão constituinte, além da manutenção das ações estabelecidas de prevenção e reparação das doenças, há a integração do campo epistemológico da "Promoção da Saúde" e, neste, o envolvimento da comunidade no planejamento, gestão e avaliação do Sistema de Saúde (Fleury; Bahia; Amarante; 2007: in Gallo & Santo).

Dessa maneira, seja para o controle do sistema de saúde, o controle social, seja como corresponsável pela luta por condições de vida necessárias à sua saúde (Fleury; Bahia; Amarante; 2007: in Gallo & Santo), o Sistema Único de Saúde, no Brasil, aspira por ações que o enraízem à população ações que sejam capazes de lhes conferir legitimidade e possibilidades de efetivação.

3. Definição de rádio comunitária

O que é uma rádio comunitária, de acordo com a Cartilha para Rádios Comunitárias? "É uma emissora de rádio FM (Frequência Modulada), operada em baixa potência e cobertura restrita. Ela ajuda ao desenvolvimento local mediante a divulgação de eventos culturais e sociais, acontecimentos comunitários e de utilidade pública. É o cidadão exercendo a sua cidadania através do convívio comunitário. Trata-se de um canal de comunicação inteiramente dedicado aos interesses da comunidade. Permite a divulgação de ideias, manifestações culturais, artísticas e folclóricas, tradições e hábitos sociais, tanto nos centros urbanos quanto nas áreas rurais – Bairros, Vilas, Distritos e Povoados". Nesse contexto, pode-se pensar a saúde pública e o radiojornalismo comunitário como parceiros na prevenção e solução de problemas relacionados às doenças, epidemias, que ameaçam ou afetam a saúde individual e coletiva de diversas localidades. O rádio com o seu poder de aproximação e interlocução, e a saúde com o seu poder de aliviar a dor e o sofrimento, formam uma sinergia e um complexo fortificante, culminando em estratégias para uma transformação educacional e cultural.

4. Comunicação e educação

A melhor educação se traduz em melhor saúde, melhor trabalho, melhor renda, melhor moradia, melhor transporte, melhor meio ambiente, melhor vestimenta, etc. E mudança de cultura representa opinião pública de fato esclarecida, empoderada e emplementadora de questões pertinentes ao exercício da cidadania em saúde. Pari passu, uma transformação geradora de entendimento de que a comunicação não pode mais ser feita de forma isolada. A comunicação sozinha, por si só, não muda nada. As comunidades e suas populações precisam empreender seus meios de comunicação, e produzir seus conteúdos, evitando-se assim ficar a mercê dos grandes veículos da mídia e construir aos poucos redes e canais de diálogo entre os setores de saúde pública e a população local. Assim, os processos independentes de desenvolvimento cognitivo constituem-se em tarefa urgente nestes tempos de democracia. Entretanto, um desenvolvimento que seja coletivo e participativo, buscando melhoria educacional, cultural, política e social. O tema "comunicação e saúde pública", a exemplo da cultura, da arte e da educação, está na agenda nacional, como assunto estratégico para o aprimoramento da democracia e do pleno exercício da cidadania no Brasil. Não é à toa que o Governo Federal e o Ministério da Saúde têm se esforçado para melhorar o atendimento às populações mais vulneráveis e distantes dos grandes centros.

Comunicação e a saúde como liberdade de escolha, liberdade econômica, política, social, cultural, e liberdade democratizando, com o acesso e o controle de todos aos meios de prevenção e tratamento de doenças. Com

um olhar socioeconômico e um olhar tecnológico no presente e no futuro, um olhar na formação profissional e humana de crianças, adolescentes, jovens e adultos para uma nova realidade social.
Para se reduzir as desigualdades na saúde são necessáris medidas complexas e variadas de estímulo, incentivo e investimento, sobretudo, nas iniciativas locais de produção e preparação das rádios comunitárias, dos radiocomunicadores, dos agentes de saúde e da população local. Em curto, médio e longo prazo. Não se deve e não se pode perder essa oportunidade. A locomotiva que passa em alta velocidade. As comunidades das periferias têm muito para receber, dar, trocar, e dizer. Como tem sido discutido, o veículo rádio tem contribuído historicamente para a formação e letramento de gerações, em especial em países nos quais o hábito de leitura não é difundido, como o caso brasileiro (Fichtner, Clareto, Monteleone, 2001; in Gallo & Santo). Seja por motivo socioeconômico (PNUD, 2008), cultural (NEEJA, 2008) ou educacional (IBGE, 2008), o hábito de ler ainda não faz parte do cotidiano da população brasileira. Enfim, motivos como o seu baixo custo, grande alcance, boa audiência, alto grau de fidelização e credibilidade dos ouvintes, além das dificuldades de leitura da população, acendem os debates sobre a importância do rádio no contexto brasileiro (Costa, 2004). Sugundo Contreras (1995, p. 88), "em resposta a demanda de capacitação para a comunicação em saúde, existe uma certa tendência internacional para a oferta de programas de formação de pós-graduação. A iniciativa, no momento, parece ser liderada pelas escolas de comunicação, convidando especialistas em saúde a participar da docência. Apesar disso, tanto profissionais da comunicação como profissionais da saúde parecem sentir-se atraídos por esta opção profissional".
Portanto, este artigo busca também refletir sobre as ações que estimulam estudantes e profissionais a trilharem caminhos de mudanças sociais. Diante da clareza, do conhecimento, o radiocomunicador comunitário e o profissional da saúde podem mudar o enfoque da informação para a realidade da saúde pública na comunidade, ajudando na interlocução entre os agentes de saúde e os usuários do sistema. Segundo a Associação Americana de Saúde Pública, no que se diz respeito ao uso do rádio na área de saúde, particularmente na educação em saúde, países como a Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Guatemala, Equador, Haiti, e pelo menos outros vinte, incluindo os Estados Unidos da América, são citados em vários trabalhos.

5. O estudo da radiocomunicação comunitária em saúde pública

Como foi dito no início, este trabalho também busca mostrar a viabilidade de estudo e pesquisa na área de radiocomunicação comunitária em saúde pública. Como objetivo geral do estudo nessa área, pesquisar as potencialidades da radiocomunicação comunitária como uma ferramenta possível de ser utilizada para ajudar no controle social e gestão do Sistema Único de Saúde nas localidades. A rádio comunitária como iniciativa de estimular o estudante a ter contato com diferentes realidades e com populações que vivem em situação de vulnerabilidade social.
Partindo do pressuposto que, segundo as Leis Orgânicas do SUS – Lei 8080/90 e a Lei 8142/90, definem a mecânica do Controle Social (CS), formando as duas instâncias de fiscalização, monitoramento e controle da população nas ações da administração pública, instituídas na própria base do SUS, sendo elas os Conselhos de Saúde e as Conferências de Saúde, observar-se-á se a rádio comunitária pode como objetivos específicos:

a) Ampliar o conhecimento das rádios comunitárias sobre assuntos do sistema público de saúde, particularmente sobre os direitos à saúde;
b) Fomentar a participação, estimulando as pessoas a fazerem uso do seu direito de participar do controle social do sistema, chamando-as para o exercício ativo da sua cidadania;
c) Ser um instrumento para cobrar dos gestores e, dialogicamente da comunidade, prioridades que julguem necessárias, sejam elas de caráter preventivas – hospitalares, ou não, debatendo, avaliando, fiscalizando se ocorre a efetivação das diretrizes do SUS, e como as medidas tomadas são implementadas e de que forma.
d) Preparar alunos, principalmente da disciplina de Radiojornalismo, para realizarem entrevistas, reportagens, edição, nos bairros da cidade e fora do estúdio. As metas a serem atingidas podem incluir:

1. Entre outras coisas, agregar estudantes pesquisadores de diferentes áreas, como jornalismo; sociologia; antropologia; publicidade e propaganda; assistência social; saúde; direito, proporcionando um conhecimento multidisciplinar;
2. Mapear as rádios comunitárias existentes na localidade e região;
3. Auxiliar as rádios comunitárias e os comunicadores nas questões e informações de direito público relacionadas ao Sistema Único de Saúde;
4. Promover a aproximação dos agentes e gestores de Saúde Pública com as rádios comunitárias, mostrando este meio de comunicação como um parceiro para a melhoria da gestão na Saúde Pública;
5. Ampliar o conhecimento da população local sobre os direitos à Saúde e ao controle e fiscalização para o aprimoramento e bom funcionamento do Sistema Único de Saúde;
6. Atender especialmente idosos, mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade nas questões de saúde da mulher, pediatria, urologia e da medicina básica e preventiva.
7. Divulgar nas rádios comunitárias matérias sobre saúde realizadas pelos alunos.

Quanto à uma metodologia a ser utilizada, pode-se realizar um estudo exploratório de caráter descritivo, utilizando-se da abordagem qualitativa. O método já foi realizado em outros trabalhos, como no projeto de pesquisa do CNPq, edital 23/2006, Processo n. 409441/2006-6. Tendo em vista o grande interesse em questões de natureza subjetiva e que norteiam as ações educativas na área da Saúde Pública. Esse método pode ser multiplicado em outras localidades. A participação das rádios comunitárias nas ações locais de saúde pode escolher localidades e Poderão ser feitas gravações e entrevistas pelos estudantes, pesquisadores com diretores dos serviços de saúde, e com os responsáveis pelas rádios comunitárias.
Num primeiro momento poderão ser ouvidos os diretores dos serviços de saúde. Para tanto, um roteiro com questões semiestruturadas poderá ser preparado, após a assinatura de um termo de consentimento livre e de acordo com os participantes. O período reservado para a coleta e apresentação de dados pode ser de aproximadamente oito meses. Os resultados e a discussão apresentados poderão ser organizados em quatro eixos baseados nas respostas contidas no roteiro da entrevista com algumas perguntas sugeridas, tais como:

a) Conhecimento sobre a forma como é realizada a comunicação das informações na área da saúde no bairro e região?
b) As concepções de educação em saúde?
c) As percepções sobre a participação social no SUS?
d) Como a rádio comunitária pode contribuir para o controle social nas questões locais e regionais da área da saúde?

Em um segundo momento, ou concomitantemente, poderão ser gravadas as entrevistas com os responsáveis pelas rádios comunitárias. Estes poderão responder a um questionário com as seguintes perguntas:

a) Nome da Associação a que pertence?
b) Nome da Rádio?
c) Frequência da Rádio?
d) Quantos locutores têm na Rádio?
e) Cidade, bairro?
f) Telefone?
g) E-mail?
h) Quais assuntos de saúde gostariam de conhecer mais profundamente?
i) Descrever algumas dificuldades que tenha junto às autoridades do SUS.

O critério para escolha das perguntas segue uma necessidade do Ministério da Saúde (Convênio 4071/2005 MS-SEGEP/CEAP-FSP/USP) de encontrar espaço para as Rádios Comunitárias juntos aos gestores do SUS e equipes técnicas. Para ganhar visibilidade e maior projeção o projeto pode ser divulgado para a comunidade

acadêmica, por meio de avisos eletrônicos ou folhetos afixados nos murais dos departamentos; e para a comunidade, por meios dos órgãos de comunicação da universidade. Já os resultados da pesquisa poderão ser divulgados tanto nos congressos, simpósios, seminários e fóruns de saúde, como nos de comunicação.

O acompanhamento do projeto, bem como a sua avaliação poderão ser feitos por meio de encontros semanais, ou até como uma disciplina optativa ou atividade programada. A disciplina poderá ser ministrada por um ou mais professores de áreas distintas, como jornalismo, publicidade, saúde, sociologia, psicologia, direito, proporcionando um diálogo e uma troca de conhecimento multidisciplinar.
A avaliação de processo também poderá ser feita de forma quantitativa, mediante formulários com questionários para medir a satisfação dos envolvidos na pesquisa. A frequência nos encontros, assim como a participação em grupo e em apresentações também poderão constituir instrumentos de avaliação.
Com essa experiência prática, espera-se saber mais sobre questões de cidadania relacionada à saúde pública, e buscar novas propostas e alternativas para solução de problemas. Também se busca o desafio de trabalhar em conjunto no planejamento, na execução e na avaliação do processo participativo da comunidade na pesquisa. Assim, acredita-se, a democracia pode ser fortalecida.

Pode-se esperar de um projeto como este, entre outros resultados:

a) Ampliação da participação da comunidade no controle social do SUS, bem como fazê-la saber que a Constituição Federal garante o envolvimento contínuo da sociedade na gestão pública, e criar mecanismos efetivos para a formulação e também fiscalização das políticas públicas em saúde.
b) Envolvimento maior das rádios comunitárias, a médio e em longo prazo, com as questões de saúde púbica;
c) Desmistificação do controle social como algo policialesco e judicial.
d) O fortalecimento da parceria entre gestores e agentes de saúde com os responsáveis pelas rádios comunitárias;
e) Domínio e conhecimento maiores das questões técnicas, subjetiva e de direitos relacionados à Saúde Pública por parte de todos os envolvidos.
f) Maior produção de matérias, entrevistas e reportagens, sobre saúde pública, feitas por estudantes;
g) Produção de artigos científicos de alto impacto, escritos para publicação pelos estudantes pesquisadores.
h) Melhor atendimento, gerenciamento, uso dos recursos, na saúde pública.

Seria necessário ainda desenvolver um cronograma que abarcasse todas as atividades e o tempo disponível para a realização detalhada de cada etapa. Por fim, chega-se a conclusão que há demanda e possibilidades para a implantação e ampliação da Radiocomunicação Comunitária em Saúde Pública. O desafio da atualidade consiste, portanto, em organizar as comunidades e mobilizá-las para a ação efetiva, assim como pressionar o poder público para legalizar e autorizar o funcionamento e operação das rádios comunitárias, oferecendo as condições mínimas de sustentabilidade.

Referências

ALVAREZ, S. E. ; DAGNINO, E. ; ESCOBAR, A. (2000), *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos.* Belo Horizente: Editora da UFMG.

BRASIL. **Decreto n. 99.438.** (1990), "Dispõe sobre a composição dos Conselhos de Saúde". Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8142_281290.htm. [consultado em: 14 out. 2014].

_____. **Lei 8.142** "Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros e dá outras providências". Disponívelem: *http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/cidadania/gesau/legislacao/texto/lei_8142_90.pdf.* [consultado em: 14 out. 2014].

_____. "Ministério das Comunicações, Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, Rádio Comunitária". *Relação de rádios autorizadas.* Disponível em: *http://www.mc.gov.br/acoes-e-programas/radiodifusao/dados-gerais/25306-radiodifusao-comunitaria*. [consultado em: 14 out. 2014].

_____. "Ministério das Comunicações". *Cartilha com informações para montagem de rádios comunitárias.* Disponível em: *http://www.mc.gov.br/radio-comunitaria/cartilha*. [consultado em: 14 out. 2014.

CASTELLS, M. (2013), *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.* Rio de Janeiro: Zahar.

CAVALCANTE, E. ; SILVA, A. M. (2007), *Saúde da família, saúde da criança: a resposta de Sobral.* São Paulo: Hucitec, 2007.

CONTRERAS, A. (1995), "Proposta de um modelo de curriculum para Comunicação em Saúde". *Comunicação e Sociedade. Inter-relações*, 23, pp. 88.

COSTA, A. M e LIONÇO, T. (2006), "*Democracia e gestão participativa: uma estratégia para a equidade em saúde". Saúde e sociedade*, v.15, n.2, pp. 47-55.

COSTA, M.S.R. (2004), "*Rádios comunitárias como rádios educativas, explorando os potenciais educativos do rádio e das rádios comunitárias, na Baixada Fluminense".* Sociologia e Política, 22 pp. 59-79.

GALLO, P.R. e SANTO, S. K. A. M. (2006). *A percepção dos gestores de saúde sobre rádio comunitária como instância mediadora para o exercício do controle do SUS.* São Paulo: Conselho Nacional de Pesquisa, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

GALLO, P. R. (2001), "*Radiodifusão comunitária: um recurso a ser valorizado no âmbito da saúde". Saúde em debate*, 25, (59), pp. 59-66.

CASTRO, D. E MELO, J. M. (2010), *"Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil"* Brasília: Ipea, 3v.

THOMPSON, J. B. (2001), *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.* Petrópolis: Vozes.

TOCQUEVILLE, A. (1987), *A democracia na América.* São Paulo: Universidade de São Paulo.

UNICEF. (2008), *"Situação Mundial da Infância".* Brasília, DF. In: *Lições aprendidas: famílias trocam saberes em programa de rádio.* Caderno Brasil, pp.49-50.

Imprensa, estado e malária: uma análise da produção de sentidos no jornal *Commercio do Amazonas*, de 1898

Andréa Maria Pampolha Arruda[1]
andreaarruda@icloud.com

Inesita Soares de Araujo[2]
inesita.araujo@icict.fiocruz.br

Resumo: A malária, doença infecciosa, negligenciada, afeta gravemente a África, a Ásia e as Américas. Há mais de 100 anos despontou como grave problema de saúde pública no Norte do Brasil durante o ciclo de exploração de seringueiras nativas para produção de borracha. Desde então é a principal endemia da Amazônia brasileira, sendo que o estado do Amazonas sozinho registra quase cem mil adoecimentos anuais. Ao longo desse tempo, em diferentes contextos sociais, econômicos e ambientais, os sentidos sobre a malária foram produzidos por práticas e discursos sociais, dentre os quais o da Imprensa. Nesta pesquisa, onde privilegiamos o método da Análise Social de Discursos, buscamos, por meio de um fragmento do jornal *Commercio do Amazonas*, de 1898, evidenciar os sujeitos e as disputas envolvidas no processo de significação da malária, considerando a possibilidade de que os sentidos atribuídos à doença no século XIX continuem a ecoar nos dias atuais.

Palavras-chave: Comunicação e saúde - produção de sentidos - jornalismo - história - malária - Amazonas

1. Sobre uma tremenda hecatombe

No dia 9 de agosto de 1898, o jornal *Commercio do Amazonas* publicou, em sua primeira página, uma carta que se referia de maneira dramática à situação da malária no Estado, naquele ano: "Cartas de Manaus e os jornais dessa capital relatam quão horroroso campeia o flagelo que vem ceifando milhares de habitantes da formosa cidade (…)". A carta, assinada pelas iniciais M.L. e enviada do Rio de Janeiro, apontava um cenário devastador em consequência da doença que, entre outros termos, representava um flagelo pavoroso e terrível, uma tremenda hecatombe[3].

---

1 Mestranda do Programa de Pós Graduação em Informação e Comunicação em Saúde do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict)/Fiocruz e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (Fapeam)
Jornalista formada pela Universidade Federal do Amazonas, atua desde 1994 em comunicação de órgãos públicos da área de Saúde. É autora da pesquisa «Jornalismo e Ciência: um antiga fórmula de difundir conhecimento - Estudo do Jornalismo Científico na segunda metade do século XIX, em Manaus" e co-autora da pesquisa "Como nasce um matutino: Perfil do 'O Jornal' de Manaus». Pós-graduada em Teoria e Pesquisa da Comunicação, foi professora do curso de Jornalismo do Centro Universitário do Norte - Laureate International (Uninorte). É jornalista da Secretaria de Saúde de Manaus e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fiocruz.

2 Pesquisadora do Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde e docente do Programa de Pós Graduação em Informação e Comunicação em Saúde, ambos do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde Fiocruz. Coordenadora do GT Comunicación y Salud da ALAIC - Associación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación e Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação e Saúde, do Diretório de Pesquisa do CNPq. Mestre e Doutora em Comunicação e Cultura, pela UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

3 Jornal Commercio do Amazonas, Edição 253, de 9 de agosto de 1898, página 1, Coluna 1.

Na Mensagem Governamental, lida ao Congresso dos Representantes no dia 10 de julho do mesmo ano[4], o vice-governador do Amazonas, José Cardoso Ramalho Junior, já havia citado a malária como o maior problema sanitário do período. Seu pronunciamento sobre o estado sanitário havia sido aberto da seguinte maneira: "Uma calamidade nos assolou este ano o Estado, o aparecimento de febres de mau caráter, malignas, devidas à infecção palustre".

As duas referências são do período em que a malária começou a ocupar os jornais e os documentos públicos oficias com mais frequência, o que coincide com o crescimento de sua relevância epidemiológica durante a fase áurea do Ciclo da Borracha, que se inicia em 1894 e vai até o ano de1906[5]. Albuquerque e Mutis (1998) afirmam que é neste período que a malária passa a ser alvo de maiores referências como patologia de relevância para o estado do Amazonas. Antes disso, a doença estava presente na região amazônica, assim como em todo o território nacional, mas sem grandes surtos epidêmicos.

A exploração de seringueiras nativas para a produção de borracha destinada ao mercado mundial atraiu milhares de migrantes, especialmente nordestinos afetados pela seca. Essa gente, movida pela utopia de dias melhores e mais ricos, passou a trabalhar sob condições de vida precárias, numa floresta onde as elevadas temperaturas, a alta umidade e a fartura das águas favoreciam a transmissão da malária. Muitos morreram na selva sem jamais ter encontrado a vida próspera e a riqueza que procuravam. Seu trabalho, no entanto, ajudou a gerar divisas para o país, contribuiu para transformar a capital do Amazonas em uma cidade moderna e bela, idealizada como uma "Paris dos trópicos" e, finalmente, colaborou para a origem da primeira grande epidemia de malária na região[6].

Entre 1897 e 1906, de acordo com levantamento do médico Alfredo da Matta, 7,7 mil pessoas morreram com malária em Manaus. O número representa 42% do total de óbitos registrados nesses 10 anos[7].

Passados mais de cem anos da fase áurea do Ciclo da Borracha, a malária se mantém como principal endemia no Estado do Amazonas, presente como uma incômoda e desafiadora realidade, ou um "duende", como classificou Oswaldo Cruz, no início do século XX[8]. Em 2012, ocorreram no Amazonas 83 mil casos de malária, mas na última década as notificações variaram entre 60 mil e 200 mil casos, chegando a 216 mil em 2005[9].

Apesar da permanência da malária como grave problema de saúde pública, entre o Ciclo da Borracha e o momento atual inúmeras e significativas mudanças foram vividas pelo mundo e pelo país, com reflexos na vida cotidiana e no modo de entender e conviver com a doença na Amazônia. Em grande parte responsáveis pela construção simbólica da realidade, sendo ao mesmo tempo fruto de contextos sócio-históricos, os discursos assumem importância fundamental na compreensão dos sentidos produzidos sobre a doença ao longo do tempo, desvelando permanências e mudanças discursivas e relações de poder envolvidas na significação da malária e nas práticas sociais a ela relacionadas. A Imprensa é uma voz legitimada[10] pela sociedade, com poder privilegiado na disputa pela imposição de um modo de ver e compreender o mundo, condição que lhe confere grande poder simbólico, explicitado por Bourdieu (1989) como o poder de fazer ver de fazer crer.

Considerando o papel destacado na Imprensa na produção de sentidos e a manutenção de sua posição de poder tanto no século XIX quanto na atualidade, elegemos um fragmento do jornal *Commercio do Amazonas*, veiculado no ano de 1898, com o objetivo de evidenciar os sujeitos e as disputas empreendidas no processo de

---

4 Mensagem do Exmo. Sr. José Cardoso Ramalho Junior, vice-governador do Estado, lida perante o Congresso dos Representantes, por ocasião da abertura da 1a. sessão ordinária da 3a. legislatura, em 10 de julho de 1898. Manaus, Imprensa Official, 1898.

5 Loureiro, 2008

6 Camargo, 2003

7 Batista, 1946

8 Cruz, 1913

9 Dados do Sivep Malária Web/Sala de Situação, fornecidos pela Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas.

10 Conceito encontrado na obra de autores como Michel Foucault e Pierre Bourdieu, entre outros, que discutem o poder instituído legal ou simbolicamente de constituir a verdade sobre determinados temas.

significação da malária, considerando a possibilidade de que os sentidos atribuídos à doença naquele período continuem a ecoar nos dias atuais.
O fragmento de análise corresponde a dois trechos de uma carta publicada em partes sequenciais, durante várias edições do jornal *Commercio do Amazonas,* no período de 02 de junho a 15 de agosto de 1898. O autor, M.L., escrevia do Rio de Janeiro, de onde aborda va diversas questões políticas, econômicas e sociais relativas ao Brasil e ao Amazonas. Os trechos selecionados para análise foram os veiculados nas edições 253 e 254 (dias 9 e 10 de agosto de 1898), onde a malária é o tema central.
Classificamos o texto escolhido como uma "carta" em função de algumas características comuns a esse gênero: ausência de título, ainda que grande parte do conteúdo veiculado no século XIX não contasse com títulos; assinatura do mesmo autor ao final de cada trecho publicado; origem em outro Estado (coluna temporária "Do Rio"); indicação de unidade, explicitada pela palavra "continuação". O texto ocupou sempre a primeira coluna da primeira página do *Commercio*, lugar nobre, reservado aos editoriais, o que realça sua importância.
A carta está entre as primeiras referências à malária localizadas nas edições disponíveis do *Commercio do Amazonas*. A primeira delas, publicada em 9 de junho de 1898, está em um texto literário na seção Folhetim do Commercio ("O Judeu", de Henri Hurger, com tradução de Herculano Sarmento). A segunda referência encontrada, de 18 de julho de 1898, mostra a gravidade da malária naquele ano:
O estado sanitário tem melhorado sensivelmente nos últimos dias; entretanto continuamos a insistir com a Junta de Hygiene para que não se descuide com as medidas a tomar visto que com o abaixamento do Rio Negro há de necessariamente recrudescer a malária que nos visitou dizimando a população desta cidade. É nossa opinião que mais vale prevenir do que remediar (Jornal Commercio do Amazonas, 18/07/1898).

Para dirigir nosso olhar sobre a unidade textual selecionada elegemos a Análise Social de Discursos[11], método preferencial de análise da Semiologia Social[12], por meio da qual procuramos iluminar alguns dos aspectos envolvidos na produção de sentidos sobre a malária, notadamente os sujeitos e as relações de poder explícitas e implícitas no discurso.

2. Malária, discurso e sentidos

A malária é, como as demais doenças e tudo o que habita o universo humano, uma representação simbólica em permanente processo de elaboração. Suas muitas e sucessivas significações vêm sendo construídas através dos séculos, encontrando na discursividade um de seus mais importantes vetores. É por meio dos discursos que o mundo e suas partículas - incluindo a malária - é investido de sentidos. Ao mesmo tempo, são os sentidos circulantes em cada contexto sócio-histórico que ajudam a moldar discursivamente a infinidade de significantes que a realidade social oferece. Tomando emprestada a linguagem médico-biológica, podemos dizer que os discursos e os sentidos contaminam-se mutuamente, ambos na condição de vetor e repositório dos elementos simbólicos que dão sentido a tudo e a cada coisa.
Pelo poder simbólico de constituir realidades ou, em outros termos, pelo poder de fazer ver e fazer crer (Bourdieu, 1989), o discurso é "objeto de desejo", é "o poder pelo qual nos queremos apoderar" (Foucault, 2012:10). Poder e arma - por ele, luta-se com ele - o discurso não é simplesmente um conjunto de combinações linguísticas e lexicais, construídas mecanicamente com elementos significantes fixos, que transmitem mensagens para as quais há uma única possibilidade de significado. Nem é construído individualmente e independentemente dos

11 Em sua obra, Milton Pinto utiliza a denominação Análise de Discursos. Adotaremos aqui a proposta por Inesita Araujo, Análise Social de Discursos, que realça a natureza social do processo de produção de sentidos. Ambos referem-se ao método que busca descrever, explicar e avaliar de forma crítica os processos de produção, circulação e consumo de sentidos sociais, a partir de "textos", compreendidos como forma empírica do uso da linguagem verbal, oral ou escrita e/ou de outros processos semióticos, inseridos em práticas sociais contextualizadas histórica e socialmente.

12 Araujo, 2000.

contextos. Ao contrário, é uma formação complexa, que carrega múltiplas possibilidades de sentido. É um produto histórico, social e cultural. Está na palavra e além dela.

Fairclough (2001) dá ênfase à relação do discurso com a prática e a estrutura social, propondo que o uso da linguagem seja entendido como prática social e não como atividade realizada apenas no nível individual. Isso significa que o discurso é um modo de ação, ou a forma pela qual o sujeito pode agir sobre o mundo e sobre os outros e, mais que isso, representá-los, recriá-los. Significa também que a relação entre o discurso e a estrutura social é dialética: a estrutura social é condição e é efeito da prática social, da qual o discurso é parte integrante. Com isso, o discurso participa da construção e reprodução de identidades e relações sociais e dos sistemas de conhecimento e crença, podendo também contribuir para sua transformação.

Podemos dizer - jogando com a polivalência da expressões - que, para fazer sentido, os discursos dependem de uma série de variáveis que se encontram em todas as etapas de sua produção, circulação e consumo, ou seja, em cada função da sua cadeia produtiva, uma representação apropriada da economia, pela qual diferentes autores[13] consideram os fluxos e as etapas dos processos comunicativos. É no contexto desta cadeia que estão distribuídos os sujeitos, as condições, as intenções e as interações envolvidas na produção dos discursos e seus sentidos. Estes elementos compõem a dinâmica de um mercado simbólico, caracterizado como:

> Um espaço pré-construído, por um lado, pois as posições sociais estão previamente determinadas. Por outro, um espaço em construção, na medida em que através de suas práticas discursivas os agentes sociais definem sua posição, nomeiam, descrevem fazem ver e, deste modo, produzem a realidade social. Nesse espaço eminentemente relacional, o poder circula e é exercido por fluxos de interações simbólicas entre os agentes, que ocupam posições diferenciadas, ora centrais, ora periféricas, de acordo com seu âmbito de atuação, a conjuntura histórica e política, a vincularão institucional e a propriedade e composição das várias espécies de capital (ARAÚJO, 2000: 151).

Ao tratar da constituição dos discursos, a Semiologia aponta sua natureza polifônica (ou heterogênea) e dialógica. Bakhtin (2011), considera que o discurso (ou enunciado, como prefere), não é uma criação original e exclusiva do enunciador, mas ao contrário é pleno de palavras dos outros. Por esta razão, cada enunciado é um elo na cadeia comunicativa que "não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas" (Bakhtin, 2011: 300).

Além de se ligar aos discursos precedentes, os enunciados também se ligam, na comunicação discursiva, aos subsequentes, uma vez que sua produção visa o Outro. Bakhtin explica:

> Quando o enunciado é criado por um falante, tais elos ainda não existem. Desde o início, porém, o enunciado se constrói levando em conta as atitudes responsivas em prol das quais ele, em essência, é criado. O papel dos outros, para quem se constrói o enunciado é excepcionalmente grande (…). Desde o início o falante aguarda a resposta deles. (…) É como se todo o enunciado se construísse ao encontro dessa resposta (BAKHTIN, 2011: 301).

Os conceitos de polifonia e dialogismo estão nos princípios de sustentação de um dos principais postulados da Semiologia, a Heterogeneidade Enunciativa[14], que descarta a unicidade do sujeito como autor e reconhe, no interior do discurso, uma multiplicidade de vozes, algumas incluídas intencionalmente e outras de forma inconsciente. Embora haja intencionalidades, ou seja, ainda que o enunciador invista no discurso para que ele produza determinados sentidos junto ao Outro a quem se dirige, é influenciado, entre outras variáveis, por sua história, suas experiências, pelos contextos sociais que deixam marcas no texto.

---

13 Pinto, 1999, 1994; Verón, 2004; Araújo, 2000, 2002.

14 Pinto, 1999, Araújo, 2000.

Essas marcas[15] permitem identificar o contexto situacional imediato, o institucional e o sócio-cultural no qual se deu o evento comunicacional. E a contextualização possibilita aquilo que interessa à análise de discursos: identificar além do que o texto diz ou mostra, o "como" e "por que" mostra, ou seja, os "modos de dizer": modos de mostrar, modos de interagir e modos de seduzir do discurso (Pinto, 1999: 23).

Contextos interferem em todas as etapas da cadeia produtiva do sentido. Por isso, não há texto sem contexto[16]. Sozinhos, os conteúdos das matérias jornalísticas ou de qualquer outro texto, não produzem sentidos. Uma vez que os sentidos são construídos pela via do 'como' e não apenas pela via do 'que' dizem, é o modo pelo qual são produzidos, circulam e são recebidos, com toda a diversidade e complexidade dos contextos e relações, que permite ao discurso produzir uns ou outros sentidos.

Uma vez, então, que "todo objeto significante é produzido num dado contexto histórico, circula no meio social e é consumido, real e simbolicamente" (Pinto, 1994, p.16), qualquer estudo sobre a produção de sentidos deve levar em conta as condições de funcionamento do mercado simbólico[17] da comunicação, com a diversidade de atores, interesses e relações de poder que, entre outros, funcionam como mediação.

Quando, no Ciclo da Borracha amazônico, a malária se tornou tema recorrente nos discursos dos campos da saúde, da ciência e da política, as disputas pela construção dos sentidos se intensificou com a mediação da imprensa. Não é possível afirmar que os demais campos se anteciparam à imprensa na amplificação do tema. Nem que tenha ocorrido o inverso. Mas é certo que a partir do final do século XIX, num contexto epidêmico, os jornais não apenas repercutiram os acontecimentos, as preocupações e os sentidos circulantes, como agentes legitimados pela sociedade, mas também ajudaram a gerar novos sentidos sociais sobre a malária, que hoje possivelmente reverberam seus efeitos.

Os jornais integram o conjunto cada vez mais amplo de dispositivos de comunicação e servem, desde sempre, de espaço público para ações e uma variedade de discursos sociais, inclusive o discurso governamental, também legitimado e investido de grande poder simbólico.

Pinto (1999) lembra que como toda técnica, as rotinas e procedimentos profissionais - e aqui incluímos os da instância jornalística - em geral são considerados ideologicamente neutros por seus usuários. No entanto, é por meio deles que os participantes do processo de comunicação constroem suas identidades e relações mútuas e selecionam os conteúdos que estarão em jogo no evento comunicacional, o que significa produzir sentidos.

Pelo princípio da mediação que rege sua natureza, a mídia não tem o discurso apenas como uma entre outras de suas funções, mas como seu principal produto[18]. E se é pelo discurso que ocorrem as lutas pelo poder simbólico, então temos em parte, como explicar o que faz da comunicação uma das maiores instâncias de poder da sociedade contemporânea e justificar nosso interesse pelos discursos da Imprensa na produção histórica de sentidos sobre a malária.

3. O *Commercio* e a malária no Amazonas

O jornal *Commercio do Amazonas,* fundado em Manaus na segunda metade do século XIX, foi um dos mais de cem títulos publicados no Estado a partir 1851[19], mas ao contrário da grande maioria dos periódicos da época,

---

15 Pinto, 1999.

16 Pinto, 1999; Araújo, 2000.

17 Araujo, 2002.

18 Rodrigues, 1997.

19 Início da Imprensa amazonense, com a primeira edição do jornal *Cinco de Setembro* em 3 de maio de 1851. De acordo com Arthur Cézar Ferreira Reis (1989), o jornal foi lançado por iniciativa do primeiro presidente da recém-criada Província do Amazonas, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha que, para a iniciativa, convocou seu amigo, o artista gráfico Manoel da Silva Ramos. Em 7 de janeiro de 1852 o *Cinco de Setembro* passou a se chamar *Estrella do Amazonas,* permanecendo em circulação até 30 de junho de 1866.

teve vida longa[20]. Sobreviveu por mais de 40 anos, atravessando grandes momentos da história do Amazonas, incluindo o auge e a decadência da economia da borracha, com seu impacto extraordinário na vida econômica e sociocultural do Estado. A edição mais antiga da coleção histórica que integra o acervo da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional é a de 1o. de julho de 1870 e a última preservada é a de 28 de março de 1912. Durante os anos em que circulou, o jornal se consolidou como um dos mais importantes veículos de comunicação do Amazonas. A partir de 1900, passou a exibir, no cabeçalho da página 4 (contracapa) as frases: "Jornal Quotidiano da Manhã. A folha de maior circulação nesse Estado". Apesar dos resquícios da fase áulica da Imprensa[21], o *Commercio* representou a imprensa neutra amazonense, levando para suas páginas a discussão de questões consideradas da atualidade e admitindo na sua redação colaboradores de diversas afiliações filosóficas e partidárias[22]. Classificava-se como "Órgão Especial do Commercio" e adotava como slogan a frase *Vitam Impendere Vero,* do latim "consagrar a vida à verdade".

Era produzido em Manaus e distribuído para diversas localidades do Amazonas, o que se observa pelos diferentes valores de assinatura para a capital e para o interior, informados no expediente. Suas oficinas funcionavam à rua Henrique Martins, no centro de Manaus.

Seu fundador foi Gregorio José de Moraes. Em outubro de 1899 tornou-se propriedade de Joaquim Rocha dos Santos, que em 1898 já assinava a direção, juntamente com Alberto Moreira.

Pioeniro na imprensa diária, quando os títulos costumavam circular apenas três vezes por semana, e na vanguarda da utilização do serviço telegráfico e das ilustrações, o *Commercio* viveu no período em que à Amazônia foi dada a oportunidade de percorrer, a passos largos, os caminhos do desenvolvimento que a economia da borracha traçou de forma profícua e meteórica. Estava em circulação quando a região alcançou o patamar de principal produtora mundial de látex e quando grandes obras de arquitetura e engenharia, financiadas por essa economia, foram construídas para fazer de Manaus "a Paris dos Trópicos". As obras, projetas sob a inspiração europeia e erguidas com material importado de países europeus, incluíam soluções pioneiras de saneamento e transporte, como rede de esgotos pluviais, caixa d'água, linha de bondes, porto flutuante e o ainda hoje monumental Teatro Amazonas, inaugurado em 31 de dezembro de 1896.

Em 1898, ano em que foram publicados os trechos da carta aqui em análise, o jornal já contava com sete colunas e, entre os assuntos publicados estavam resumos de atas de sessões do Congresso, notícias de e sobre outros jornais locais e nacionais, informes sobre o interior, boletim de câmbio, cotação da borracha e notícias da Europa.

Graficamente, o *Commercio do Amazonas* era, como os demais jornais da época, pouco atraente. As primeiras edições tinham apenas duas colunas, que evoluíram para quatro e finalmente para as sete mantidas até o seu fim. A maior parte dos textos vinha sem título e a separação entre eles era feita por uma linha simples horizontal. O recurso dos clichês, viabilizados pela recente utilização da xilogravura em periódicos, era mais comum nos anúncios, sendo pouco utilizado para ilustrar o restante dos textos. Quem hoje abre as edições antigas, logo percebe o desequilíbrio entre as páginas "noticiosas" e as de classificados, que eram visualmente diversificadas, com dezenas de pequenos anúncios ilustrados e distribuídos irregularmente para a completa ocupação da página.

---

20 Conforme levantamento empreendido por Faria e Souza (1908), a maioria dos mais de cem títulos catalogados na segunda metade do século XIX foi fundada entre os anos de 1880 e 1890. Ao abordar a Imprensa na transição do Império para a República, Nelson Werneck Sodré (2011) assinala a multiplicação de jornais pequenos e de vida efêmera como um fenômeno do jornalismo da época, impulsionado por acontecimentos marcantes com os quais estes se associavam, desaparecendo a seguir. O fim deste movimento e a consequente redução no número de periódicos em circulação se deu com a profissionalização do jornalismo e o início da grande Imprensa , a partir do início do século XX, quando os processos de produção passaram a exigir grandes investimentos.

21 Sodré (2011) enquadra historicamente o jornalismo brasileiro em quatro fases distintas, sendo a primeira delas a da Imprensa áulica, caracterizada pela profunda vinculação dos jornais com o poder público e pela predominância de informações e fontes oficiais, observada especialmente nos primeiros anos da imprensa nacional, a partir do início do século XIX.

22 Faria e Souza, 1908.

Certamente era feito para uma elite de alfabetizados - políticos, intelectuais, artistas e homens das finanças - em um tempo em que o Amazonas era formado em grande parte por uma população de analfabetos. O censo de 1873 apontava para uma população de 53 mil habitantes em todo o Estado, com 44 mil analfabetos, situação que foi sendo modificada muito lentamente. Em 1890, a população chegava a 148 mil pessoas, com um crescimento de 350% em relação a 1856, década em que começaram a circular os primeiros jornais. E Manaus, que havia sido no final de 1856 um vilarejo com 1.200 moradores, já contava com quase 40 mil habitantes no início da década de 1890[23].

Apesar de circular desde 1870, de acordo com os exemplares disponíveis, o *Commercio do Amazonas* fez as primeiras referências à malária somente em 1898. O silêncio em relação à doença pode ser observado em outros títulos amazonenses da segunda metade do século XIX[24], o que sugere que a malária entrou para os jornais quando se tornou uma grande epidemia, no período que coincide com o de maior expressão do Ciclo da Borracha[25]. Antes disso, a malária estava em todo território nacional, mas a situação era estável, sem grandes surtos epidêmicos.[26]

Mal milenar

Presente em diversas partes do mundo há mais de 50 mil anos, a malária pode ter chegado ao Brasil pelos navios negreiros, no século XVI, mas sua introdução na região amazônica brasileira ainda não está bem determinada. Há escassez de registros sobre sua historicidade e hipóteses que vão de sua condição de doença endêmica e conhecida dos índios desde tempos imemoriais, até sua importação via escravos africanos e imigrantes europeus a partir de 1500.

Há consenso, no entanto, no entendimento de que a doença passou ser tratada como patologia de relevância a partir do ciclo da borracha[27]. A exploração de seringueiras na selva amazônica conduziu milhares quantidade de migrantes para viver - e morrer - em condições precárias e sob um regime de trabalho escravista:

> Num ambiente natural onde as condições climáticas com altas temperaturas e umidade, grande potencial de coleções hídricas, fatores importantes para a reprodução do vetor e do parasita, adentra uma população altamente suscetível, completando-se desta forma a cadeia de transmissão da malária com todo o seu potencial, sendo o grande desafio para a sobrevivência e fixação destes migrantes na região (Albuquerque e Mutis,1998).

Entre 1897 e 1906, dos 18 mil óbitos ocorridos em Manaus, mais de 40% se deveram à malária, conforme apontado pelo médico Alfredo da Matta e registrado por Djalma Batista (1946).

Quando começou a ser citada nos jornais do Amazonas, no final dos anos 1800, a malária era conhecida nos diversos continentes, mas ainda guardava aspectos desconhecidos, como os agentes causadores e as formas de transmissão, sendo comum à época a utilização de várias nomenclaturas para significar o conjunto se sinais e sintomas que caracterizavam a doença.

Em 1885, o médico Martins Costa escrevia:

> A infecçao miasmática, conhecida atualmente sob a denominação de malária (do italiano mala, f. de malo, mau, nocivo, e aria, ar), impaludismo ou paludismo (do latim palus, pântano), febres palustres ou paludosas, febres de accéssos, affecções limnhemicas (do grego, pântano e sangue), febres intermitentes, intoxicação tellurica (do latim, tellus, a terra), febres marémmaticas (do italiano, marémma,

---

23 Loureiro (2008).

24 Pesquisa exploratória em sete jornais que circularam no Amazonas, entre 1852 e 1898, mostrou que raras foram as referencias à malária nestes títulos.

25 Antônio Loureiro (2008) classifica o Ciclo da Borracha como o período compreendido entre a descoberta da utilização da borracha pelos índios omáguas, no século XVIII, até os dias atuais, e situa a fase áurea deste Ciclo entre os anos de 1894 e 1906. CAMARGO (2003) situa a primeira grande epidemia de malária na Amazônia no final do século XIX.

26 Carmago (2003)

27 Galvão (2003)

> terreno alagadiço à beira mar), febres perniciosas, febres de quina, febres endemo-epidemicas dos paizes quentes, sesões, maleitas etc, tem sido sempre um dos maiores flagellos do homem desde o seu apparecimento no planeta (Costa, 1885).

Era de se esperar que à época os jornais adotassem uma variedade de termos, como extensão natural do discurso médico, e que o uso de diversos nomes fosse mantido em período posterior, por força do hábito e pela falta de coerções da própria ciência.

A utilização das várias nomeações para designar a malária ocorria mesmo em um único texto, sendo *malária*, *paludismo* e *impaludismo* as mais freqüentemente encontradas no *Commercio do Amazonas*, o mesmo ocorrendo com jornais que circularam no Estado, em período histórico aproximado, como o *Correio do Norte* (1906 a 1912), *A Federação* (1895 a 1900) e *Quo Vadis?* (1902 a 1904).

Pesquisa exploratória às 545 edições disponíveis do *Commercio do Amazonas*, em busca dos termos *malária, paludismo, impaludismo, febre palustre, febre terçã, febre quartã, sezões e maleita*[28], mostrou 39 referências à malária, 125 à impaludismo, 23 a paludismo, 37 a febre palustre e 257 a sezões, não sendo encontrada nenhuma referência para maleita.

No período de publicação da carta "Do Rio", a malária ainda era associada aos miasmas, emanações decorrentes da decomposição orgânica que, até o início da era microbiana, eram considerados a causa de doenças como a malária. Em Manaus, de acordo com textos publicados pela Imprensa da época, os miasmas emanariam principalmente de poças e pântanos naturais e artificiais favorecidos pelas muitas escavações promovidas na área urbana para a realização de obras durante a fase áurea do Ciclo da Borracha.

Este entendimento está de acordo com o conhecimento científico da época, a partir do qual os miasmas dariam origem a doenças epidêmicas e de que a propagação dos *germes* causadores dessas doenças ocorria pelo ar, e também pela água e por alimentos contaminados.

Mesmo com a descoberta do agente etiológico da malária - o protozoário *Plasmodium* - durante a década de 1880[29], o discurso dos miasmas continuou a ser usado, uma vez que a transmissão vetorial da doença (pelo mosquito do gênero *Anopheles*) só foi reconhecida em 1900, dois anos após a publicação da carta em análise.

A escolha pela carta "Do Rio" para a análise aqui empreendida se deve ao fato de estar entre as primeiras referências à malária localizadas nas edições disponíveis do *Commercio do Amazonas*. A primeira delas, publicada em 9 de junho de 1898, está em um texto literário na seção Folhetim do Commercio ("O Judeu", de Henri Hurger, com tradução de Herculano Sarmento). A segunda referência encontrada, de 18 de julho de 1898, já mostrava a gravidade da malária naquele ano:

> O estado sanitário tem melhorado sensivelmente nos últimos dias; entretanto continuamos a insistir com a Junta de Hygiene para que não se descuide com as medidas a tomar visto que com o abaixamento do Rio Negro há de necessariamente recrudescer a m alária que nos visitou dizimando a população desta cidade. É nossa opinião que mais vale prevenir do que remediar; de resto no triste período por que a população acaba de passar, o governo não se furtou a auxiliar pecuniariamente o serviço de hygiene e é simplesmente contra quem o dirigiu que nos revoltamos, pois nem sempre as suas providências foram acertadas. Portanto, não adormeça o douto areópago sobre as tréguas que a epidemia está oferecendo. Previna-se e arme convenientemente para poder enfrentá-la com vantagem se por nossa desgraça ela reaparecer (Jornal Commercio do Amazonas, 18/07/1898).

---

28 Termos selecionados por serem os mais comumente encontrados em textos brasileiros desde o final do século XIX.

29 Em 1880 Charles Louis Alphonse Laveran, confirmou a hipótese levantada por Giovani Rasori em 1846 de que um parasita era o responsável pela malária. Em 1897, Ronald Ross (prêmio Nobel de Medicina em 1902 por seus trabalhos sobre a malária) demonstrou que a transmissão do parasita era feita por mosquitos, enquanto, no ano seguinte, Giovanni Battista Grassi, Amico Bignami e Guiseppe Bastianelli determinaram que os transmissores eram mosquitos do gênero Anopheles, além de descrever o desenvolvimento de duas das quatro espécies de parasita causadores da malária hoje conhecidas - o Plasmodium falciparum e o Plamodium vivax (França, Santos e Figueroa-Villar, 2008)

Depois das primeiras referências, em 1898, a malária com sua grande variedade de nomes, ocupa os jornais do Amazonas em várias seções e tipos de texto, até 1912, deixando aberto o caminho para inúmeras leituras, que podem desvelar aspectos ainda pouco conhecidos da história e dos sentidos da doença, construídos com a ajuda valiosa dos meios de comunicação.

4. Análise social de discursos: um modo de ver

A carta "Do Rio", publicada no jornal *Commercio do Amazonas* nos dias 8 e 9 de agosto de 1898, foi analisada pelo método de Análise Social de Discursos, cuja preocupação essencial é desvelar a maneira como os sentidos são produzidos em determinadas condições sociais, históricas e culturais.

Seguindo alguns procedimentos deste método, consideramos aspectos linguísticos e extralinguísticos do texto selecionado para verificar como esta unidade discursiva propôs sentidos para a malária, buscando identificar estratégias discursivas e relações de concorrência entre os campos da comunicação, das políticas públicas e da saúde. Em termos teórico-metodológicos, procuramos identificar o sujeito da enunciação (imagem discursiva de quem se responsabiliza pelo enunciado e quem convoca os demais sujeitos para polemizar ou para legitimar sua própria voz); os sujeitos do enunciado (de quem se fala); e os enunciadores (vozes arregimentadas, antagonistas ou aliadas).

Na dimensão intertextual da prática discursiva, buscamos identificar como esses sujeitos nomeiam e qualificam a malária, os doentes de malária e seus aliados e oponentes reais e discursivos, privilegiando para isso as palavras plenas (Maingueneau) e as metáforas (Fairclough), que apontam expressivamente para modos de significação do mundo e da sociedade e aquelas que, por carrregarem em si a história de disputas de sentido, são verdadeiros nós nas redes semióticas; e os pré-construídos e implícitos (Pinto, Orlandi), que tanto quanto as anteriores operam no sentido da naturalização dos sentidos sociais.

Do ponto de vista linguístico, a identificação dos vários sujeitos e vozes foi viabilizada pelo recurso às modalidades do dizer e do dito (Pinto), os dêiticos e as palavras instrumentais (Maingueneau, Orlandi). Estas últimas também foram aplicadas para o desvelamento das relações polêmicas nos discursos (Orlandi, Araujo), assim como a noção de lugar de interlocução e de centro e periferia discursivos (Araujo).

Considerando o circuito produtivo da comunicação (Verón), devemos dizer que nossa análise focalizou apenas a etapa de produção, não apresentando nenhuma pretensão de compreender os processos de circulação e apropriação (ou consumo), mesmo com a convicção de que a semiose social só se dá efetivamente no âmbito da apropriação, fortemente condicionada pela circulação.

5. Um flagelo e muitas vozes: resultados da análise

A carta assinada por M. L. foi, durante todo o seu período de veiculação (2 de junho a 15 de agosto de 1898), publicada entre a primeira e a segunda coluna da primeira página do *Commercio do Amazonas*, o mais nobre espaço do jornal, onde entravam os editoriais e, na falta destes, as notícias e comentários mais importantes da edição. A localização da carta na página é a primeira indicação de sua relevância.

O texto é escrita em tom coloquial e autoritário. É impositivo e pedagógico. Tem excesso de adjetivos, muitas metáforas e pré-construídos para caracterizar como grave a condição epidemiológica da malária em Manaus e cobrar a "pronta execução" dos planos que oferece.

À época em que a carta foi publicada, a região amazônica vivia a fase áurea do Ciclo da Borracha, cuja riqueza proporcionou o desenvolvimento das principais capitais - Manaus e Belém, favorecendo também uma explosão de casos de malária tanto na floresta, onde as condições ambientais eram altamente favoráveis à transmissão da doença, quanto nas áreas urbanas, onde ocorria um intenso processo de aterramento e modificações dos contornos naturais da cidade, em função de obras de embelezamento e infraestrutura.

A carta é endereçada a muitos: à população, a quem se dirige para criticar a falta de cuidados e ensinar medidas preventivas contra a malária; aos alto poderes do Estado e ao Governador do Estado, aos quais critica pela

inoperância e negligência, ao tempo em que fornece um receita de medidas de saneamento básico; à "higiene", compreendida como instituição, que o autor isenta de culpa; e ao "chefe do saneamento", Samuel Pereira, em quem a carta deposita suas mais pesadas críticas.

É um discurso claramente polifônico. M.L., que assina a carta, ocupa lugar de destaque na cena social e discursiva: é uma voz externa ao Amazonas e por isso está em condição de superioridade em relação ao isolamento e baixo desenvolvimento do Estado. O autor escreve do Rio de Janeiro, então capital da República. O uso de suas iniciais e não do nome completo na assinatura da carta sugere sua importância - esta era uma prática entre os renomados do século XIX. No entanto, não foi possível relacionar as iniciais com nenhum nome específico, nem encontrá-las em outros textos publicados pelo jornal.

No papel de sujeito da enunciação (o Eu do discurso), M.L. se constitui em parte por atributos alheios, que relata e reforça. Invoca Torquato Tapajós, amazonense, membro da Academia Nacional de Medicina e autor de obras como "Climatologia do Vale do Amazonas" e "Estudos de Higiene", e João Coelho de Miranda Leão, à época estudante de medicina no Rio de Janeiro, para ampliar e legitimar sua voz. Torquato, já falecido quando o texto foi escrito - nas palavras de M.L. "um dos mais notáveis higienistas", "ilustre amazonense de saudosa memória" e "de reconhecida competência científica" - foi quem apontou o que seria a "verdadeira" origem do problema da malária em Manaus; e João Coelho - "moço de talento", "distinto acadêmico" - seria o responsável pela organização das medidas de prevenção à doença apontadas no texto.

É principalmente no processo de constituição da sua imagem que o autor incorpora, com ou sem consciência, outras vozes à sua. A Justiça, a Ciência, a História e a Medicina também chegam para construir uma voz sólida e autorizada, que define o problema, julga os envolvidos, traz a solução e impõe cobranças urgentes. M.L. apresenta-se como uma "alma indignada" que clama por justiça; é capaz de sofrer com a epidemia e colaborar com "lealdade" e "dedicação". Coloca-se em posição de destaque na cena social. É uma fonte bem informada e atualizada para a qual convergem informações importantes, vindas da ciência, da política e de colaboradores que relatam diretamente a ele a situação do Estado: "Cartas de Manaus e jornais dessa capital relatam quão horroroso campeia o flagelo…". Essas qualidades, que traz para si, são as mesmas que faltariam às autoridades. M.L. apresenta-se como um exemplo não seguido. Se como ele "procedessem os mais competentes", a malária não estaria em marcha "progressiva e triunfal".

O confronto de atributos fortalece sua imagem pela desconstrução do Outro. A relação se dá em um jogo dialógico, onde outras vozes são apresentadas e contestadas por sua própria voz: "Levantar barracões, distribuir esmolas aos indigentes (…) são medidas, por sem dúvida, dignas de aplauso e revelam o altruísmo dos altos poderes do Estado". E em seguida: "Tais medidas minoram os sofrimentos, mas em nada removem as causas do mal". Ao citar algumas medidas recomendadas à época pela "ciência médica", demonstra o privilégio de deter um conhecimento atualizado: "Esses e outros meios, demonstram-no a experiência, são improfícuos, máxime, quando as febres se desenvolvem com caráter epidêmico".

A imagem criada para o governador do Estado é a de uma autoridade insensível, ausente, inoperante e inexperiente: "Acaso o jovem governador, que hoje viaja à Europa, não via, não sentia, não apalpava as consequências já manifestas de erro tão grave?"

Em condição semelhante é colocada a população: "A higiene um dia asseverou que o flagelo caminhava ao seu declínio, e para logo, governo e povo, olvidaram as precauções que se deviam tomar a fim de evitar que o mal ressurgisse de novo".

Samuel Pereira, "chefe do saneamento", é a mais evidente personificação da culpa pelo quadro da malária descrito na carta e a principal figura de confronto. É apontado como "o único causador da tremenda hecatombe da população". Sua desqualificação é a mais contundente, metafórica e a que concentra toda carga de ironia do texto. É classificado como o "coveiro da formosa Manaus", quem, "ao norte e ao sul da República", deixou seu "mais brilhante atestado" de "incompetência científica em matéria higienista" e sua "mediocridade em coisas de saneamento". É quem preparou "com tanto amor esses viveiros onde multiplicaram-se os micróbios da malária". É o "pai dos micróbios", a quem o governador deveria "decapitar".

Ao analisar cenários e apontar soluções, a carta adota o tom pedagógico, mantendo o modo impositivo e superior de dizer. Dirige-se diretamente ao leitor, e emite enunciados com o objetivo de obter seu compromisso. "Vejamos o meio prático e, por enquanto, mais racional, de evitar que os micróbios da malária invadam o

organismo"; "… dois planos devem desde já, quaisquer que sejam os sacrifícios, receber pronta execução". No último trecho da carta, apresenta um elenco de medidas profiláticas contra a malária, introduzindo ou comentando cada uma delas com termos como "não ignora o leitor", "note-se", "vejamos", "ferva-se", é fácil", "é o que se chama de…". No final, recomenda: "Aí fiquem esses apontamentos". E, sem encerrar o vínculo e a questão, escreve: "Com mais vagar e melhor dados voltaremos ao assunto".

M.L. constrói um texto ambivalente em alguns aspectos. Sobre o governador, a quem não é atribuído nome, cria duas imagens, uma negativa e uma positiva, que potencializa com o uso de operadores: aquele que ,"infelizmente", foi incapaz de conduzir o controle da malária e o "distinto amazonense" que "atualmente" dirige o Amazonas e que, "felizmente", "fez um paradeiro nas ambições de Samuel Pereira", encerrando os trabalhos da comissão por ele chefiada. Considerando a renúncia do governador do Amazonas, Fileto Pires, via carta enviada de Paris em 2 de junho e publicada pelo *Commercio* em 2 de agosto de 1898, é possível que as duas imagens sejam de dois sujeitos ocupando o lugar institucional de governador em momentos diferentes.

Também é ambivalente a imagem que M.L. constrói de si. Sua autoridade inicial ganha o contraponto de quem não se propõe a "desenvolver o assunto" da malária, apenas indicando-o "ao patriotismo do governo", uma vez que falta-lhe "competência científica" para tal." Metaforicamente, o autor diz caber a outros discutir o problema - "trazer à discussão os *blocks* com que levantaram-se as pirâmides egípcias" -, podendo ele apenas "atirar para a construção do edifício social um microscópico grão de quartzo".

Da mesma forma, há ambivalência no sentido produzido sobre o que é externo ao Estado. Ao mesmo tempo em que as vozes externas são valorizadas como vozes competentes, capazes de melhor fazer o diagnóstico dos problemas e recomendar soluções (como os citados médicos do Rio, médicos europeus, pesquisadores da Itália e da Alemanha), há a condenação de um *forasteirismo* oportunista, como o de Samuel Pereira, que tornou-se "coveiro" de Manaus "como já o fora de Belo Horizonte".

Os tempos verbais utilizados na carta situam o problema da malária em três tempos: o passado, e o presente e o futuro em sobreposição, reforçando o sentido de uma previsibilidade que foi ignorada: uma "tremenda enfermidade devasta a capital (…). Houvesse melhor orientação (…) o flagelo não se desdobraria tão pavoroso (….). Acaso o governador não via as consequências já manifestas de erro tão grave?"

Todos os atributos positivos que M. L. requer para si, faltariam aos responsáveis pelo controle da malária e todos os atributos condenáveis são referidos de maneira direta.

O tipo de linguagem usada, farta de classificações e adjetivações, elogios e ataques, representa um recurso comum aos jornais da época, quando a linguagem era livre, rebuscada e, por vezes, grotesca. Os periódicos, sempre ligados a grupos ou projetos políticos, serviam de plataforma para embates acalorados, e o *Commercio do Amazonas*, apesar de ter sido o mais neutro daquele período, não se furtava a participar desses embates.

Aqui, mais que um problema de saúde, a malária emerge como uma questão política. Embora a Ciência colabore e a população tenha sua cota de participação, é na política governamental que, de acordo com o texto, reside a solução.

A malária é construída ao longo do texto como a materialização de um flagelo evitável. Não há números explícitos da doença - nem de casos, nem de mortes - e também há silêncio quanto à identidade de quem adoece ou vive sob o risco de adoecer.

Na formação da rede semântica de qualificação da malária e seus sujeitos, "flagelo" é, mais que outra palavra do texto ("enfermidade", "mal", "febres", "febres palustres"), usada para definir malária. Sinônimo de castigo, tormento, calamidade, sofrimento, catástrofe, desgraça e cujo uso era corrente à época para designar enfermidades, "falgelo" tem o sentido reforçado pelo uso da palavra "hecatombe" (que significa chacina, matança, catástrofe gigantesca, calamidade), e pelo uso dos substantivos "dor, miséria e lágrimas" e dos adjetivos "pavoroso", "horroroso" e "terrível", dentre outros. Todas essas expressões apontam para o sentido de morte e devastação, despertando a memória de caos, abandono, desolação, irreversibilidade. Associada à causa do mal, a palavra "coveiro" (sempre uma representação negativa em histórias e fantasias), que aqui nomeia o chefe do saneamento, também traz o sentido de sombras, medo, morte, finitude, marca indelével, contradição entre vida e morte.

Há um pressuposto de que o leitor reconhece a malária como o principal problema de saúde pública local, e que percebe seus sinais e efeitos, ainda que o nome da doença não seja citado. A palavra "malária" só é citada

no oitavo e no último parágrafo da parte do texto publicada no dia 9 de agosto. Antes e depois disso, a doença só aparece com adjetivos e metáforas. Trata-se de um flagelo "pavoroso", "horroroso", "terrível", "que ceifa vidas" e "provoca efeitos assustadores", "uma tremenda enfermidade que devasta", "uma tremenda hecatombe da população", "o mal" que, no entanto, poderia ter sido evitado se "estrangulado ao nascedouro" e que ainda pode ser vencido por "novos caminhos e energia".

Os sentidos da malária também são construídos pela oposição que o texto promove entre a doença e o que é bom e belo. De acordo com M.L., o "flagelo" transforma a "formosa cidade", a "devasta". Sem as medidas de controle, estaria "a bela capital do Amazonas a braços com o terrível flagelo que a oprime". Além de ser adjetivada e metaforizada por expressões de sentidos muito negativos, a malária é referida como febre e febre palustre.

Discursos concorrentes quanto às causas da malária emergem como um implícito, quando o autor expõe que Torquato Tapajós, ao visitar Manaus pela última vez, apontou "a verdadeira origem do flagelo e as fontes que o alimentavam".

Também é uma condição implícita a maior gravidade da doença no interior do Amazonas: "as orientações de prevenção apresentadas na carta eram recomendadas "a quantos iam em busca de trabalho no interior do Estado". Da mesma forma, há um implícito sobre o menor mérito e credibilidade do que não é tratado pela Ciência: o método sugerido como prevenção (em resumo, ferver a água e os alimentos) já seria empregado pelos habitantes do município de Maués, havendo diferença apenas no processo: "este que vamos expor é mais científico", o que traz para o texto a referência a uma prática popular de prevenção à doença, ao mesmo tempo em que reforça as qualidades da ciência e o alinhamento do enunciador aos preceitos científicos mais avançados. O "mais científico" aponta para a valorização da Ciência que, no final do século XIX, consolidava um novo modo de entender, prevenir e tratar doenças, decorrente principalmente da teoria microbiana, que modificou radicalmente a maneira da sociedade se relacionar com suas enfermidades. Ao mesmo tempo, quando M. L. desacredita uma série de preventivos usados à época (ainda que recomendados pela "ciência médica"), realça a condição evolutiva do conhecimento e o momento em que passa a valer aquilo que é fruto de experiência científica. Na segunda parte do texto a Ciência é uma voz mais evidente na cadeia intertextual.

A carta de M.L. sugere sentidos complementares e contraditórios sobre a malária: sua existência como problema prevenível é, por um momento, a manifestação de uma "hecatombe", que em si já traz uma contradição por significar tanto eventos provocados pelo homem, quanto grandes catástrofes naturais. É provável que fosse, à época, uma palavra plena, já carregada de sentido. Encontramos em relatórios sobre as condições médico-sanitárias do Amazonas, produzidos por Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, a associação discursiva entre malária e hecatombe, mais de 10 anos após sua utilização na carta do *Commercio do Amazonas,* o que revela a força semântica da expressão.

Outros sentidos possíveis sobre a malária ainda podem ser apreendidos do texto. M.L. O autor evoca uma doença para a qual as causas são personificadas e cujo enfrentamento deve ser feito pela correta ação governamental e popular, uma doença para o qual estudos e soluções estão fora do Amazonas, uma doença relacionada às questões de higiene pública e saneamento e aos aspectos concretos da cidade, um flagelo evitável a castigar doentes sem identidade.

6. Transição

Considerando que uma das funções estratégicas dos discursos é a naturalização dos sentidos, a análise de textos sobre a malária em perspectiva histórica oferece a possibilidade de "desnaturalizar" o que parece sereno e natural nos dias atuais.

A presente análise demonstrou, entre outros aspectos relevantes, o embate entre sujeitos que ocupam lugares centrais no mercado simbólico como mecanismo de significação da malária: na arena representada por aquele discurso quem disputa o poder de produzir sentidos sobre a doença e seus aspectos relacionados são a Ciência, o poder público e, principalmente, M.L., sujeito de identidade social parcialmente relevada, mas a representação simbólica do conhecimento e do poder político, científico e social, dada a maneira pela qual julgou, orientou e cobrou os demais sujeitos convocados para o texto.

A rede semântica construída em torno da malária e seus representantes revela sentidos de devastação e morte que amplificam a qualificação da doença como um mal previsível que requer o enfrentamento oportuno e eficiente do poder público e a parceria da população.
Este trabalho integra uma pesquisa em nível de mestrado. A leitura que ora fazemos será confrontada com estudos de discursos sobre o tema na atualidade, a fim de apontar mudanças e permanências discursivas que derivam e influenciam as práticas sociais relacionadas à doença e seu controle e, dessa maneira, apontar novos entendimentos sobre a prática da comunicação e da saúde - e da "comunicação e saúde" enquanto novo campo de conhecimento e ação - capazes de promover mudanças discursivas e sociais.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Bernardino e MUTIS, Martha (1998). A Malária no Amazonas. In ROJAS, Luisa e TOLEDO, Luciano. Espaço & Doença: um olhar sobre o Amazonas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

ARAÚJO, Inesita Soares. (2000), A Reconversão do Olhar. São Leopoldo: Editora Unisinos.

_____ (2002), Mercado simbólico: interlocução, luta, poder. Um modelo de comunicação para políticas públicas. Tese. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ARAUJO, Inesita Soares e CARDOSO, Janine Miranda. (2007), Comunicação e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

BAKHTIN, Mikail. (1981) Marxismo e Filosofia da Linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 2a. Edição. São Paulo: Editora Hucitec.

BATISTA, Djalma. (1946), O paludismo na Amazônia. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

BOURDIEU, Pierre.(1989), O Poder Simbólico. Lisboa: Difel.

CAMARGO, Erney Plesmann. (2003), Malária, maleita, paludismo. Revista Ciência e Cultura, volume 55, n 1, p. 26 a 29.

CRUZ, Oswaldo Gonçalves. (1913), Relatório sobre as condições médico-sanitárias do Vale do Amazonas apresentado a S. Exa. o Snr. Dr. Pedro de Toledo, ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C.

COSTA, D.A.M. (1985), A malária e suas diversas modalidades clínicas. Rio de Janeiro: Lambaerts&Comp.

FARIA E SOUZA, João Batista de. (1908), Anais da Imprensa periódica brasileira: Estado do Amazonas, Jornais, revistas e outras publicações periódicas - 1851 a 1908. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Parte 2, volume 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

FAIRCLOUGH, Normam. (2001), Discurso e Mudança Social. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

FOUCAULT, Michel. (2012) A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22a. edição. São Paulo: Edições Loyola.

GALVÃO, Manoel Dias. (2003), História da Medicina em Manaus. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado do Amazonas/Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

LOUREIRO, Antônio. (2008), A grande crise. 2a. edição. Manaus: Editoria Valer.

PINTO, Milton José. (1999), Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos. São Paulo: Hacker Editores.

_____ (1994), As marcas linguísticas da enunciação: esboço de uma gramática enunciativa do português. Rio de Janeiro: Numen.

REIS, Arthur Cézar Ferreira.(1989), História do Amazonas. Superintendência Cultural do Amazonas, Manaus.

RODRIGUES, Adriano Duarte. (1997), Delimitações, natureza e funções do discurso midiático. In: MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell. O jornal, da forma ao sentido. Brasília: Editora Paralelo 15.

SODRÉ, Nelson Werneck.(2011), História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Intercom; Porto Algre: Edipucrgs.

VERÓN, Eliseo.(2004), Fragmentos de um tecido. Tradução de Vanise Dresch. São Leopoldo: Unisinos.

Comunicação e Saúde no Brasil:

Discursos dos meios de comunicação e constituição de sentidos de saúde pública/SUS[1]

Lorena Goretti Carvalho Barroso[2]
lorenagoretticb@gmail.com

Wedencley Alves Santana[3]
wedencley@gmail.com

Resumo: O presente artigo visa contribuir para as reflexões em torno do campo da Comunicação e Saúde no Brasil ao discutir a relação dos meios de comunicação na produção, manutenção e transformação dos sentidos de saúde pública brasileira. Além disso, discorre-se aqui sobre o papel da comunicação para as regularidades e mudanças na imagem do Sistema Único de Saúde (SUS), enquanto fórum de institucionalização da saúde pública no país, considerando-se que a questão engloba ao debate acadêmico componentes institucionais e políticos. A partir dos aportes teóricos da Análise de Discurso (Pêcheux-Orlandi), em diálogo com autores dos campos da Saúde, da Comunicação e da História, pretende-se investigar como se materializam os discursos institucionais e jornalísticos sobre saúde pública brasileira. O trabalho, que reúne revisão bibliográfica sobre as temáticas citadas e a proposta de análise, é resultado de pesquisa de mestrado, em desenvolvimento.

Palavras-chave: Comunicação e Saúde; Saúde Pública Brasileira; Discurso.

1. Introdução

Neste trabalho, trataremos a comunicação como espaço de disputa pelas formas de construção de sentidos de realidade, de mundo e das práticas sociais (Araújo, 2013) considerando-a como área das ciências sociais aplicadas que permite que diversos prismas teóricos dialoguem para formação de conceitos e idiossincrasias que dão contornos a novos subcampos do saber.

Considerando esta concepção, visa-se, com o presente artigo, contribuir para as reflexões sobre o campo da Comunicação e Saúde, discutindo-se o papel da comunicação para as regularidades e mudanças dos sentidos de saúde e de saúde pública/SUS no Brasil. O artigo é resultado de estudo de mestrado em desenvolvimento e se integra à pesquisa «O SUS Entre Aspas: Modos de textualização das vozes e dos sujeitos da saúde pública na imprensa (1995 – 2010)»[4], como revisão bibliográfica sobre as temáticas que levanta.

---

1 Artigo submetido para o Grupo de Trabalho 68: Informação, Comunicação e Saúde em Países Lusófonos, do 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa (CONLAB 2015).

2 Mestranda em Comunicação na UFJF, com ênfase em Comunicação e Saúde. Bacharel em Comunicação Social, habilitação jornalismo, pela mesma instituição, com período sanduíche na Universidade do Porto, Portugal. Integrante do grupo de pesquisa SENSUS (Comunicação e Discursos: Saúde, Sensibilidades e Violências), certificado pelo CNPq. Neste momento, pesquisa os discursos midiáticos e o Sistema Único de Saúde (SUS). Entre seus interesses estão, principalmente, questões relativas à mídia, saúde, discurso e poder..

3 É professor Adjunto (DE) da UFJF. Possui doutorado em Linguística (UNICAMP). É ainda mestre em Comunicação (UFF). Hoje as atenções estão voltadas para os Discursos na Mídia sobre o Bem e o Mal-Estar (com pesquisas sobre comunicação e saúde, comunicação e corporeidades e comunicação e violências). É professor do Mestrado em Comunicação da UFJF e coordena o grupo SENSUS. Participa desde 2007, do grupo EPOS (IMS-Uerj), com trabalhos sobre patologização e criminalização da juventude.

4 Pesquisa desenvolvida pelo grupo de estudos SENSUS (Comunicação e Discursos: Saúde, Sensibilidades e Violências), certificado pelo CNPq, do PPGCOM/UFJF.

Dessa forma, apresentamos como ponto de partida, na primeira seção, uma discussão sobre o campo nascente da Comunicação e Saúde, recorrendo-se às definições de campo cunhadas por Pierre Bourdieu e às pesquisadoras da Fundação Oswaldo Cruz, Inesita Araújo e Janine Cardoso, com olhar específico para o campo da Comunicação e Saúde. Em seguida, os textos de Michael Foucault, auxiliam nas discussões sobre o que há de naturalizado e essencializado no cotidiano e na busca por novas formas de pensar as relações de saber-poder que se dão na interface da Comunicação com a Saúde. Para discutir estas temáticas no âmbito nacional, Sérgio Arouca, a partir da crítica à Medicina Preventiva, aproxima-se da Medicina Social estudada por Foucault, que origina na contemporaneidade o campo da Saúde Coletiva. Na seção seguinte, abordamos a relação dos meios de comunicação na produção, manutenção e transformação dos sentidos sobre saúde e, por fim, os discursos de imprensa sobre SUS em contraponto com dados divulgadas por institutos de pesquisa.
Esse percurso é fundamental para se compreender a constituição da saúde pública brasileira e a sua institucionalização por meio da criação do Sistema Único de Saúde (SUS). É a partir deste cenário que a Comunicação e Saúde no país se fortalece enquanto campo e busca novos meios de se legitimar como área de pesquisa acadêmica, sobretudo como produtora de informação, conhecimento e sentidos de saúde.

2. O campo da Comunicação e Saúde

O campo nascente da Comunicação e Saúde concebe-se da articulação de dois campos, a comunicação e a saúde. Inesita Araújo (2013) nos chama a atenção para a importância da epistemologia do conectivo 'e' como produtor de sentido definidor para estabelecer a existência do campo em questão.
Este campo híbrido é tido como claro e compreensível por mecanismos de naturalização e essencialização dos sentidos sociais que existem em torno de cada um dos termos que o designa. A comunicação, neste âmbito, é tratada a partir de uma ótica reducionista que a limita a mera transmissão de informação. No caso da saúde, sendo ela um dos principais objetivos de cada indivíduo, no sentido de «ter saúde», tem cristalizada sobre si uma concepção elementar de «ausência de doença». Segundo a autora, isso acontece porque «seu sentido histórico [sobre Comunicação e Saúde] foi construído por uma visão instrumental, que atribui à comunicação a identidade de um conjunto de meios a serviço da saúde» (Araújo, 2013: 3).
A relação entre a comunicação e a saúde, no entanto é antiga, apesar de recente sua formação enquanto campo da Comunicação e Saúde. Com propriedades de ambos os campos articuladas, sobretudo a partir do final da década de 1980, a problematização e a renovação da Comunicação e Saúde aconteceu em um cenário de movimento de constituição no país de um novo sistema de saúde, o SUS. Este fato produziu, entre outros cenários científicos, acadêmicos e políticos, a abertura, pelos órgãos de fomento científico, de linhas de financiamento voltadas para o tema. (Araújo, 2009: 44). O ponto que deu origem a essa movimentação foi as críticas de profissionais dos serviços de saúde e instituições de ensino e pesquisa, a partir das quais têm sido desenvolvidos grupos de trabalho, cursos e oficinas, além da participação dos pesquisadores em congressos das áreas de saúde e da comunicação, bem como investimentos em pesquisas (Araújo e Cardoso, 2007: 25).
Percebe-se, portanto, que há nas últimas décadas no Brasil uma movimentação direcionada à constituição do campo da Comunicação e Saúde, preservando, no entanto, algumas características:

> Forte acento no indivíduo, como responsável por sua saúde; os determinantes sociais das doenças, assim como os econômicos, os políticos e os ambientais são ignorados; Privilegiamento das falas autorizadas, particularmente as institucionais que veiculam um saber médico-científico; Presença hegemônica dos discursos higienista e preventivista; Comunicação vista como transferência de informações de um pólo detentor de conhecimentos para um pólo receptor e desautorizado; Abordagem campanhista, focada em investimentos sazonais ou emergenciais (Araújo et al, 2009: 106).

Bourdieu (1997: 20) define que o conceito de campo pode ser entendido como o «universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência».

O sociólogo ressalta que uma das grandes questões que surgem em torno dos campos diz respeito ao espaço autônomo que os caracteriza, isto é, as leis próprias que regem cada um deles. A abrangência do campo, porém, não se limita a problemas semânticos e disciplinares, envolve dimensões políticas e disputa institucional por lugares de reconhecimento e visibilidade. Dessa forma, o campo, por referenciar um «espaço multidimensional, objetivo e estruturado de posições que, entre outras propriedades, define algumas importantes condições, de produção de sentidos sociais» (Araújo e Cardos, 2007: 19).

> Os objetos da comunicação, feitos basicamente de fluxos, relações, sistemas simbólicos, com fortes características de fluidez e transitoriedade, ao mesmo tempo marcando e marcados fortemente por relações de poder que operam em sólidas bases materiais e institucionais e tendo como condição de possibilidade suas estruturas de produção e circulação, pedem mais métodos e instrumentos. (Araújo et al, 2009: 106).

Por possuir elementos característicos do campo da comunicação e do campo da saúde - por si mesmos multidisciplinares, o campo compósito da Comunicação e Saúde, amplia a existência de discursos concorrentes nos dois campos, cuja constituição se desdobra em relações de saber e poder, indicando a necessidade de métodos capazes de permitir a sua melhor compreensão.

3. Relações de Saber-poder em Saúde

A sociedade está permeada por regimes de verdade que instituem identidades, determinam regras, legitimam ou desconsideram práticas. Sob essa perspectiva de Foucault, Beatriz Ojeda (2004: 54-55) reforça que a área da saúde configura-se e organiza-se a partir da história da Medicina Moderna, nascida nos últimos anos do século XVIII. Dotada de um presumido empirismo, ela toma indivíduo e o leito do doente como objeto de investigação sobre os quais se pronunciará um discurso científico. Além disso, a medicina moderna colocou o corpo humano como o espaço de origem e repartição da doença. (Foucault, 1977). Por essa razão, a medicina transformou-se na disciplina que detém o saber científico central, capaz de determinar as práticas atuais em saúde.
Ojeda destaca que Foucault analisa a história dos saberes como processos de rupturas e descontinuidades que provocam descolamentos e transformações. Para ele, o saber produz sujeitos do conhecimento:

> Nenhum saber se forma sem um sistema de comunicação, de registro, de acumulação, de deslocamento, que é em si mesmo uma forma de poder, e que está ligado em sua existência e em seu funcionamento, às outras formas de poder. Neste nível, não há o conhecimento de um lado, e a sociedade do outro, ou a ciência e o Estado, mas as formas fundamentais do 'poder-saber' (Foucault apud Ojeda, 2004: 36).

Para Foucault, estratégias políticas, científicas, econômicas e jurídicas são instituídas pelo poder para que este seja exercido e estabeleça normas e regras de constituição do saber. Para promovermos as discussões acerca das relações de saber-poder em saúde é importante apresentar o processo histórico em que se desenvolveram o pensamento e a preocupação com a saúde. O autor, por meio de ferramentas genealógicas e arqueológicas, aborda o nascimento da medicina social numa perspectiva histórica que contribui ao entendimento das relações de poder no âmbito da saúde.
Foucault demarca o surgimento da medicina social em três momentos: uma Medicina de Estado, centrada na melhoria do nível de vida da população, que se desenvolve na Alemanha no final do século XVIII; no mesmo período os franceses criam uma Medicina Urbana baseada em métodos de vigilância e hospitalização, com foco na higiene pública; e mais tarde, a Inglaterra institui um tipo de Medicina voltada para a força de trabalho, cujo objetivo era «essencialmente um controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas» (Foucault, 1979: 97).

A passagem da medicina coletiva, com alicerces em um modelo estrutural de poder para a medicina privada, sujeita ao mercado, não se deu com a emergência do capitalismo entre séculos XVIII e XIX, mas ao contrário, o capitalismo socializou o corpo enquanto força de produção voltada para o trabalho. Nessa concepção, o corpo torna-se objeto de controle da sociedade sobre o indivíduo. «Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica» (Foucault, 1979: 80). É também no século XVIII que a medicina «assume um lugar cada vez mais importante nas estruturas administrativas e nesta maquinaria de poder», postura que não para de se expandir e de se afirmar. O excesso de poder do qual se beneficia o médico, estando ele penetrado em diferentes instâncias de poder, comprova, desde então, a interpretação do que é político e médico na higiene. (Foucault, 1979: 202)

O esforço de contextualização histórica para a discussão sobre a saúde justifica-se para que se possa pensar as questões desse campo de maneira articulada a processos sociais, culturais e políticos «em que estão presentes estratégias, jogos de saberes e poderes que impõem, ou pelo menos, buscam impor e legitimar regimes de verdades e, desmontar outros» (Ojeda, 2004: 55). Isso porque, como sugere Foucault (1979: 196), o processo de surgimento da saúde e do bem-estar físico da população em geral tornou-se um dos objetivos essenciais do poder político: «vivemos em um regime em que uma das finalidades da intervenção estatal é o cuidado com o corpo, a saúde corporal, a relação entre as enfermidades e a saúde» (Foucault apud Ojeda, 2004: 59).

Diante desses interesses econômicos e políticos sobre a saúde enquanto saber científico, emergem práticas fragmentadas preponderantemente técnicas, sobre as quais desenvolvem-se diversas profissões na área da saúde reduzidas a fragmentos de um corpo biológico. Além disso, a «evolução do cuidado de si coloca o sujeito em permanente dependência do outro (os profissionais de saúde, sobretudo o médico) como uma exigência obrigatória e naturalizada». Essa relação é constantemente reafirmada pela mídia, no sentido de que uma boa saúde, entendida como ausência de doenças, depende de um acompanhamento constante, sistemático e vigilante do outro, o médico (Ojeda, 2004: 57).

Também com o olhar nas práticas em saúde, Sérgio Arouca (1975) discorre em sua tese, intitulada O Dilema Preventivista, sobre reflexões importantes acerca da medicina preventiva, sendo que esta emerge das noções de Higiene e dos custos e responsabilidades da atenção médica. Para este trabalho, a discussão dispõe-se ao entendimento de uma medicina que «não se define nem se esgota na simples não ocorrência de doenças» (Arouca, 1975: 9).

Arouca nos remete, então, a uma Medicina Preventiva que «representa um movimento ideológico que, partindo de uma crítica da prática médica, propõe uma mudança, baseada na transformação da atitude médica para com o paciente, sua família e a comunidade». Essa crítica se dá, principalmente, sobre a medicina curativa, cuja prática é voltada apenas para o diagnóstico e a terapêutica, privilegiando a doença e a morte contra a saúde e a vida, ao colocar em segundo plano a prevenção e a reabilitação (Arouca, 1975: 12-13).

A partir do questionamento da exclusividade do paradigma biomédico da saúde, e das reflexões acerca da Medicina Preventiva e da Medicina Social, nasce o campo da Saúde Coletiva:

> É um enfoque que coloca o sujeito no centro de sua atenção, levando em conta seus contextos e sua história. Assim, permite uma conversação mais amigável com a comunicação, favorecendo o desenvolvimento da Comunicação e Saúde. De fato, falar de Comunicação no âmbito da Saúde é falar de Saúde Coletiva (Araújo, 2013: 12).

Ao contrário do que se pode pensar, «as práticas médicas revelam importantes componentes políticos e ideológicos, estruturando-se com base nas relações de poder que justificam uma distribuição desigual das doenças e tratamentos» (Almeida Filho, 2011: 79). Nesse contexto, cabe considerar o papel da comunicação nas relações de saber-poder em saúde, partindo da concepção de que «a comunicação modela nosso olhar sobre a prática social» (Araújo, 2009: 44). E, além disso, como discutem Araújo e Cardoso (2007: 80), é crucial perceber, no âmbito da comunicação, a ideia de redes de produção de sentidos como espaços sociais de reprodução e transformação de relações de poder e, portanto, arena dos embates sociais e lutas políticas de articulação de campos.

4. Comunicação e Sentidos de Saúde

Adotaremos neste trabalho percepções de comunicação baseadas na interlocução e na negociação dos sentidos, considerando-se a existência de um «fluxo contínuo de informações e saberes entre pessoas e comunidades discursivas», desfazendo-se, conforme Araújo (2009: 44), «a polaridade produção-recepção característica dos modelos informacionais».

Oliveira afirma ainda a necessidade de se «compreender de que maneira uma percepção social mais ampla, presente na mídia, se articula e transforma outros processos comunicacionais vivenciados na arena social» (Oliveira, 2000: 74). Essa perspectiva contribui para o entendimento sobre os sentidos de saúde produzidos e transformados pelos discursos da comunicação. Inicialmente, os agentes de comunicação e saúde eram, basicamente, as instituições de saúde, a mídia e alguns poucos núcleos acadêmicos. Porém, com os movimentos sociais e o desenvolvimento e democratização das tecnologias, têm-se modificado os lugares de fala e de circulação de informações sobre saúde. A sociedade brasileira passa a encarar as questões de saúde como um de seus principais interesses e a mídia tem papel importante nesse processo, sendo talvez, a principal produtora de sentidos de saúde (Araújo, 2013: 07).

Mas, além da grande mídia, o espaço de circulação e produção de sentidos tem se mostrado fortemente presente na mídia comunitária e nos espaços virtuais. No primeiro caso, o tema da saúde tem sido privilegiado, sobretudo, num caráter de busca popular de autorização de vozes e sentidos próprios, diferente do segundo caso, em que articulações institucionais, sobretudo particulares, ganham espaço e reafirmam sua autoridade para falar da saúde.

Para ampliar essa reflexão, discute-se neste trabalho a definição e os sentidos de saúde. Como apresentado anteriormente, a Medicina, enquanto disciplina e as noções de cuidado, doença, clínica, tratamento, cura existem há séculos. Porém, é só após o fim da Segunda Guerra Mundial que a «saúde» passa a ter uma definição cunhada pela Organização Mundial da Saúde: «estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não meramente ausência de doença ou incapacidade» (Almeida Filho, 2011: 8). Apesar desta definição, considerada oficial, ser amplamente utilizada até os dias atuais, sua grande abrangência acaba por dificultar o claro entendimento do que realmente caracteriza um estado de saúde que não a partir da ausência de doença.

Com base nesta e em outras questões em torno dos conceitos e definição de saúde, Almeida Filho (2011: 48), destaca uma omissão da sociologia médica em construir uma teoria geral da saúde capaz de superar o modelo biomédico dominante. E é esse fator que, segundo ele, impossibilita uma conceituação coletiva da saúde que fuja da perspectiva reducionista de ser apenas o somatório de ausência de doenças:

> No nível individual, a saúde não constitui análogo oposto ou simétrico invertido de doença. Se, para cada doença, observa-se um modo prototípico de adoecer (cujo reconhecimento implica na semiologia clínica), há infinitos modos de vida com saúde, tanto quanto a infinidade de seres sadios que existiram, quem existem ou que virão a existir. (Almeida Filho, 2011: 56-57).

Sobre as várias dimensões de saúde, Almeida Filho (2011) desenvolve no texto «O que é Saúde» concepções amplificadas do conceito que são determinantes para a estrutura de entendimento deste trabalho e para a reflexão dos sentidos que perpassam o campo. O autor afirma que não é possível falar em saúde no singular, e sim de várias 'saúdes', que dependem de diferentes variáveis e para estudá-las, nessa perspectiva plural, relativa, mutante e não ontológica, devemos considerar o potencial heurístico acumulado nas interfaces entre as ciências sociais e as ciências da saúde. Ou seja, a saúde não pode ser definida e relacionada somente com questões biomédicas. Ela se constitui em diferentes espaços e é preciso, de modo articulado, questionar o sentido e o lugar das práticas pessoais, institucionais e sociais que perpassam sua existência e sua prática, enquanto campo de conhecimento. A comunicação, portanto, tem papel fundamental neste processo, tendo em vista a sua participação na produção, circulação e apropriação de bens simbólicos. Para Bourdieu (1989), o poder simbólico, que tem a mídia como importante vetor, «é o poder de fazer ver e fazer crer».

Os meios de comunicação apropriam-se de saberes e regimes de verdades que trazem significações e sentidos a determinadas práticas sociais caraterizadas enquanto campo, como é o caso da saúde. Desta forma, percebe-se o caráter determinante da comunicação na mediação, produção, manutenção e transformação dos sentidos de saúde, movimentando as relações semânticas do campo, constituídos singularmente de relações de poder.

5. Discursos de imprensa sobre saúde pública/SUS

Nas seções anteriores mencionou-se brevemente a definição de saúde cunhada pela OMS e outros sentidos que podem ser atribuídos a este conceito, bem como as movimentações populares que levaram à criação do SUS. Neste tópico, pretende-se explorar essas temáticas, relacionando-as ao campo da Comunicação e Saúde e a concepção e institucionalização da saúde pública brasileira.

Nesse sentido, vale considerar que, do ponto de vista histórico, como ressaltam Araújo e Cardoso (2007: 62), «a comunicação sempre foi prerrogativa das instituições de saúde, que dela se valeram para apoiar a implantação de suas políticas, descrevendo ações e prescrevendo comportamentos». As autoras destacam ainda que o lugar da população, neste processo, ficou restrito a 'receptores' da comunicação institucional, não lhes sendo facultados meios e canais de expressão.

No Brasil, desde o início do século XX, quando despontava a industrialização no país, a saúde passou a ser vista como questão social que exigia o envolvimento da sociedade e do poder público (Paim, 2009: 27). Ao longo do século, a preocupação com a saúde ganha mais espaço, bem como a ideia de uma prática política voltada para a mudança das relações sociais, tomando a saúde como referência, processo que resultou, em meados dos anos 1970, no movimento que ficou conhecido como Reforma Sanitária Brasileira (RBS). Inicialmente a RBS era comandada por um grupo restrito de intelectuais, médicos e autoridades políticas do setor da saúde, e posteriormente, incorporou entidades de Movimentos Sociais Urbanos, o que fortaleceu a RBS em plena ditadura militar (Paim, 2008).

Com a democracia restabelecida no país, em 1986, acontece o grande marco deste movimento, a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília, e presidida pelo intelectual e militante da saúde pública brasileira, Sérgio Arouca. As propostas da Conferência foram discutidas na Assembleia Nacional Constituinte e a nova Constituição da República, promulgada em 1988, estabeleceu que «a saúde é direito de todos e dever do estado», fazendo referência à garantia do «acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação». Com base nesses princípios, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), considerado a materialidade institucional da RSB (Paim, 2008) e integrado por um conjunto de ações e serviços públicos, organizados em rede, de forma regionalizada e hierarquizada. O direito à saúde no Brasil, não se limita a assistência médico curativa, ele se estende à prevenção de doenças, ao controle de riscos e à promoção da saúde (Paim, 2009).

A criação do SUS é também importante marco para a solidificação do campo da Comunicação e Saúde no Brasil. Afinal, o SUS revolucionou a relação do Estado com a população ao definir como princípios: a integralidade, assistência articulada e contínua das ações em serviços, em todos os casos e níveis de complexidade; a universalidade, direito e acessos aos serviços de saúde para todos, em qualquer nível de assistência; e a equidade, que se refere ao princípio da igualdade da assistência da saúde, sem preconceitos ou privilégios. Outro avanço democrático garantido pela legislação do SUS foi «direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde». (Paim, 2009). Além disso, o SUS tem a participação social como uma das principais diretrizes e estabelece, mesmo que não de maneira explícita, a centralidade da comunicação nesse projeto.

Para Araújo (2013: 06), «não é possível fazer cumprir esses princípios, que supõem a inclusão ativa de vários atores e suas vozes, historicamente excluídos, sem o concurso da comunicação». A autora destaca que, diante deste cenário, o campo da Comunicação e Saúde ganha forças não apenas ao refletir, mas ao instituir relações de poder, como características fundantes de um campo. Configura-se como um campo capaz de produzir e não somente disseminar conhecimento. Afinal, a comunicação pode e deve fazer parte de ações como a formulação de políticas públicas, de campanhas de conscientização, de ações conjugadas de conscientização e apoio ao poder público.

As redes de atendimento do SUS não são suficientemente reconhecidas pelos meios de comunicação e, consequentemente, pela sociedade, como pondera Janine Cardoso. Segundo ela, a mídia mostra-se desatenta e até mesmo despreparada para tratar das questões relativas à saúde. A pesquisadora atribui estes problemas à formação dos profissionais de ambas as áreas: «Na saúde, escolas e faculdades preparam profissionais para orientar e normatizar, não para dialogar. Falta saúde na formação dos comunicadores e comunicação na formação dos profissionais da saúde» (Rede Câncer, 2007: 17).

Nesta perspectiva, os estudiosos de Comunicação e Saúde atestam a existência de uma percepção coletiva da população sobre a saúde pública/SUS relacionada a problemas de acesso, assistência, atendimento e qualidade. Outro ponto, diz respeito à apreensão popular de qual é seu real papel como agente da mudança no sistema brasileiro de saúde, principalmente no campo político: «em boa medida, as formas de apreensão política do significado do SUS têm a ver com os processos comunicacionais desenvolvidos» (Oliveira, 2000: 72).

Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea, 2011) mostra que, em 2011, o SUS obteve aprovação como ótimo e bom por cerca de 30% dos entrevistados, obtendo conceito regular por mais de 40% entre aqueles que já recorreram aos seus serviços – melhor avaliação do que entre aqueles que não usam o sistema. Outros dados, trazidos por pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (CNI-Ibope, 2012)[5] realizada no ano seguinte (2012), mostram que mais da metade dos brasileiros dizem-se insatisfeitos com os serviços prestados pelo SUS, tendo-o como único ou principal fornecedor de serviços de saúde.

Ligada a essa insatisfação da população está uma questão política amplamente enfatizada pelos meios de comunicação. Ao SUS, são comumente associados mazelas e dificuldades do setor, quase sempre a partir de uma «suposta ineficiência do Estado, incompetência das autoridades ou dos profissionais da área, levando à construção de uma ordem simbólica pouco reflexiva sobre o campo da política de saúde representada pelo SUS» (Oliveira, 2000: 72).

O caso mais recente em que é possível perceber os embates discursivos entre o SUS e a mídia trata-se da última pesquisa divulgada em agosto de 2014 pelo instituto Datafolha[6]. Nela, 74% dos usuários avaliaram o SUS como satisfatório, com nota superior a 5 – sendo que um terço dos entrevistados deram nota entre 8 e 10, e 91,3% das pessoas que buscaram atendimento em postos de saúde receberam atendimento. No entanto, verificou-se o gesto de interpretação de alguns veículos da imprensa sobre esses mesmos resultados da pesquisa: «Pesquisa diz que 93% estão insatisfeitos com SUS e saúde privada» (Bem Estar, *G1*, 19/08/2014); «61% dos brasileiros dão nota menor que 5 à saúde, aponta pesquisa (...) Para 19% dos entrevistados o SUS merece nota zero. Outros 18% deram nota 5.» (*Folha de S. Paulo*, 19/08/2014). Após polêmica gerada com a divulgação dos dados, o Ministério da Saúde em conjunto com o Conselho Nacional de Secretários da Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) divulgaram um vídeo com esclarecimentos sobre o que chamaram de «interpretação tendenciosa e parcial dos dados» divulgados pelo Datafolha e forneceram o que seria a «interpretação correta»[7].

A partir de evidências como essa, parte-se do pressuposto de que a comunicação social participa, interfere e promove a configuração, a manutenção e a transformação dos sentidos de saúde e de saúde pública, e também age sobre a forma como esses sentidos se materializam na percepção popular das políticas públicas de saúde brasileiras, representadas pelo SUS. Neste sentido, a hipótese central é que a imagem pública construída a respeito da saúde pode estar em dissonância com relação aos avanços da saúde no país, atestados por dados aferidos pelos institutos de pesquisa.

5Segundo a pesquisa Ibope, realizada a pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e divulgada em janeiro de 2012, 61% dos brasileiros consideram o serviço público de saúde «péssimo» ou «ruim», sendo que 68% deles têm a rede pública como único ou principal fornecedor de serviços de saúde.

6 A pesquisa intitulada "A opinião dos brasileiros sobre o atendimento na área de saúde", encomendada pelo Conselho Federal de Medicina ao instituto Datafolha, ouviu 2.418 pessoas maiores de 16 anos, das classes A, B, C, D e E, entre os dias 3 e 10 de junho de 2014.

7 Disponível em: *https://www.youtube.com/watch?v=8GcyQxGdyfI*.

Acredita-se que o efeito das mediações promovidas pelos meios de comunicação, assim como as relações de saber-poder advindas do campo da saúde, interferem decisivamente na constituição da imagem pública do SUS e atuam, inclusive, na percepção social de saúde e na avaliação dos usuários a respeito da qualidade dos serviços oferecidos à população.

Nesta problemática insere-se a questão que move a pesquisa «O SUS Entre Aspas»: quais os efeitos da tessitura de discursos construída pelos meios de comunicação no que se refere à saúde pública e ao SUS a partir do jogo de autorização e desautorização dos sujeitos da saúde, da vocalização e do silenciamento de sentidos presentes na sociedade e mesmo constituídos no próprio ambiente midiático? Para esta investigação, escolhemos os veículos, considerados os maiores jornais de referência do país: Folha de S. Paulo e O Globo, que juntos totalizam cerca de 600 mil leitores diários[8]. O recorte temporal abrange fatos e acontecimentos relevantes da agenda jornalística sobre a saúde – campanhas nacionais de vacinação, epidemias de dengue e H1N1 e a realização das Conferências Nacionais de Saúde (CNS) – nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) e de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010).

A pesquisa encontra-se com a fase de levantamento de notícias concluída, oferencendo-nos um amplo material de consulta e análise, além de um importante acervo sobre jornalismo e saúde no Brasil. A proposta, a partir de agora, é analisar os textos encontrados, enquanto materialidade discursiva dos jornais, a partir do aporte teórico-metodológico da análise de discurso franco-brasileira (Pêcheux-Orlandi).

De acordo com Orlandi (2005:16), «os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionando no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da linguística». Neste âmbito, considera-se que os meios de comunicação são pensados enquanto espaço de constituição e transformação de sentidos sociais e, mais do que isso, de constituição e transformação de sujeitos do discurso, partindo-se da premissa teórica de que sujeito e sentido constituem-se mutuamente (Orlandi, 2007).

Essa leitura discursiva envolve sujeito, linguagem e história, afinal «a linguagem tem sua materialidade, tem seu funcionamento baseado na relação estrutura/acontecimento» (Orlandi, 2012: 151). O discurso midiático, portanto, constitui-se também como processos não midiáticos que permeiam a sociedade e modifica-se ao passo que são modificados os contextos históricos e culturais.

Desta forma, a aplicação de ferramentas oriundas da análise do discurso sobre a materialidade jornalísitica das coberturas a respeito de eventos de saúde pública vai permitir a emergência de formações discursivas capazes de sugerir categorizações e formas de captação das significações construídas acerca de percepções institucionalizadas pelas diversas instâncias produtoras de sentido presentes na sociedade.

6. Últimas Colocações

Os discursos mediados e produzidos pelos meios de comunicação de massa fazem emergir sentidos específicos do que é saúde, assim como quais e de que forma as práticas de saúde estão presentes no cotidiano social. Isso porque, a comunicação, diante de sua influência nas práticas sociais, pode e deve contribuir para a produção de informação e de conhecimento em saúde e também interferir nas formas de apreensão das políticas públicas e dos espaços de participação pela população.

No entanto, a multiplicidade de vozes e discursos por vezes acham-se em divergência no que tange a saúde. Há, ao mesmo tempo, disputas simbólicas pela manutenção do sentido único de saúde como ausência de doença e pela produção de sentidos que se articulam às instituições de saúde como templos do saber médico, lugar de cura e tratamento. A comunicação na sua interface com a saúde pretende, enquanto campo em processo de solidificação, delinear estratégias de amplificação das vozes tradicionalmente silenciadas em favor das vozes autorizadas da ciência e do saber biomédico. Por essa razão, a comunicação deve ser incluída como

8 Dado referente ao ano de 2013 divulgados pela Associação Nacional de Jornais. Disponível em: *http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil*.

ente participante e constituinte da concepção de saúde, por ser o caminho para a efetivação da participação popular desejada pelo ideário do SUS. Busca-se, desta forma, o estabelecimento e a consolidação do campo com o objetivo de adequar os discursos institucionais e midiáticos sobre saúde para promover a mobilização da sociedade à incorporação do seu sentido plural e, neste esteio, a discutir com amplitude acesso a condições de saúde.

O SUS em sua dimensão institucional e setorial de acesso a serviços de saúde é apenas um aspecto do direito à saúde garantida pela Constituição. Mesmo que o sistema consiga absorver e atender aos problemas biopsicossociais da população - na sua integralidade, universalidade e equidade –, não é atribuição desta política pública atenuar e/ou sanar questões de qualidade e modo de vida, de desigualdade social, pobreza e violência, mas atuar como coparticipante de um complexo integrado de medidas públicas estruturadas para a resolução destes problemas.

Acredita-se, portanto, que um dos principais desafios à eficácia e eficiência do SUS, seja justamente a efetividade de outras políticas públicas. Reside ai a pertinência e a importância da comunicação social como meio capaz de ampliar as bases sociais e políticas, no sentido de fazer valer a democracia e as lutas por mudanças nas políticas públicas brasileiras.

Referências bibliográficas

ALMEIDA FILHO, N. de. (2011). "*O Que é Saúde?"*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

ARAÚJO, I. S. (2009). "Contextos, mediações e produção de sentidos: uma abordagem conceitual e metodológica em comunicação e saúde". *RECIIS – Revista eletrônica de comunicação, informação & inovação em saúde,* 3 (1), pp. 42-52.

_____. (2013). "O Campo da Comunicação e Saúde: contornos, interfaces e tensões". *XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação,* Disponível em *http://bit.ly/1zUc58V* [consultado em 06-08-2014].

ARAÚJO, I. S.; CARDOSO, J. M. (2007) "*Comunicação e Saúde"*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

AROUCA, S. (2003). "*O dilema preventivista*: *contribuição para a compreensão e crítica da Medicina Preventiva*". Rio de Janeiro: Fiocruz.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS (ANJ). (2013) *Maiores jornais do Brasil*. Disponível em *http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil* [consultado em 07 dez 2014].

BRASIL. (1986). 8ª Conferência Nacional de Saúde. Relatório final.

_____. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado.

BOURDIEU, P. (1989). "*O poder simbólico"*. Lisboa: Difel.

_____. (1997) "*Os usos sociais da ciência*: *por uma sociologia clínica do campo científico"*. São Paulo: Editora UNESP.

CNI-IBOPE. (2012). "Retratos da sociedade brasileira: saúde pública", Disponível em *http://bit.ly/1ubBoSp* [consultado em 30-08-2014].

DATAFOLHA (Instituto de Pesquisa Datafolha). (2014). "A opinião dos brasileiros sobre o atendimento na área de saúde", Disponível em *http://portal.cfm.org.br/images/PDF/apresentacaoCFMdatafolha.pdf* [consultado em 14-12-2014].

IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas). (2011). *Sistema de Indicadores de Percepção Social*. São Paulo: o autor.

FOUCAULT, M. (1977) "*O Nascimento da clínica"*. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____. (1979). "*Microfísica do poder".* Organização e Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal

OLIVEIRA, V. C. (2000). "A Comunicação Midiática no Sistema Único de Saúde." *Interface. Comunicação, Saúde e Educação, Botucatu*, 7 (1), pp. 71-80. Disponível em *http://bit.ly/1B2yLpX* [consultado em:13-10-2013].

ORLANDI, E. (2005). *Análise de discurso: princípios e procedimentos.* 6. ed. Campinas: Pontes.

PAIM, S. J. (2008). *Reforma Sanitária Brasileira: contribuição para compreensão e crítica.* Salvador: EDUFBA/Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

_____. (2009). *O que é SUS*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

REDE CANCER. (2007). "O Desafio da Comunicação em Saúde". *INCA,* Disponível em *http://bvsms.saude.gov.br/bvs/periodicos/rede_cancer_2.pdf* [consultado em: 26-08-2014].

Comunicação e Educação em Saúde: a mediação no processo de formação para o SUS[1*]

Wilson Couto Borges[2]
Adriana Cavalcanti de Aguiar[3]

Resumo: No contexto de fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo a Comunicação se tornado uma das "Competências Gerais" estabelecidas pelo Ministério da Educação nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para as carreiras da área de saúde, buscamos desenvolver uma reflexão que tome o processo de comunicação, não através da simples difusão de informação, mas a partir da interação entre os atores sociais. Nosso ponto de partida é o de que todo conhecimento produzido necessita levar em conta histórias, percepções, experiências, práticas de todos aqueles envolvidos nos processos de troca. Assim, mais que "instrumentalizar" profissionais de saúde para transferência de saber, queremos sublinhar a saúde como um direito de cidadania, que se tornará efetivo quando levar em conta lugares de classe, repertórios, representações na construção da comunicação como parte do caminhar da democratização do Estado.

Palavras-chave: Mediação; Saúde; Sistema Único de Saúde; Diretrizes Curriculares Nacionais; Comunicação.

> *É a revanche contra uma ordem do mundo que os exclui e os humilha e contra a qual as pessoas do povo se confrontam, despolitizando o tecido simbólico que articula essa ordem. Desarticulação, confusão, falar depressa, falar mal: é a transformação da carência em argúcia, e da situação na oportunidade aproveitada para impor-se ou para parodiar a retórica daqueles que, de fato, falam bem* (*Dos meios às mediações*, Jésus Martin-Barbero).

Inicialmente, cumpre-nos destacar o argumento central que estará sendo desenvolvido ao longo dessas páginas. Não estamos realizando um estudo exaustivo sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) estabelecidas pelo Ministério da Educação. Tampouco, iremos inseri-las num debate em torno dos desafios que representam para a formação no campo da saúde em nosso país – implementação, tensão entre os setores da saúde e da educação, reconhecimento etc. Paralelamente, embora a comunicação seja um eixo estruturante do presente trabalho, não nos ateremos sobre as teorias que conformam o campo. O que buscamos é refletir sobre a relação entre os processos de comunicação – como elementos fundamentais de interação social –, o currículo médico e a mediação exercida por profissionais de saúde na atenção a usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo que esta seja reconhecida como um direito de cidadania.

Ao observarmos os avanços e as permanências contidas na Resolução nº 3, de 20 de junho de 2014, que trata das DCN do Curso de Graduação em Medicina, à luz daquilo que fora regulado pela Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 4, de 7 de novembro de 2001, é possível percebermos que a preocupação com o outro, sobretudo materializado na figura do usuário, acentuou-se. Entretanto, nos interrogamos: em que medida tal incorporação desse outro (de seu contexto, de elementos e práticas culturais) aponta para uma

---

1* Trabalho apresentado no GT 68-B - Informação, Comunicação e Saúde em Países Lusófonos: análises e desdobramentos.

2 Jornalista, mestre em Ciência Política e doutor em Comunicação. Pesquisador em Comunicação e Saúde do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT) e chefe do Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde (Laces), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Telefone: 3882-9183. E-mail: wilson.borges@icict.fiocruz.br

3 Médica, mestre em Saúde Pública, mestre e doutora em Educação. Pesquisadora em Saúde Pública do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT), do Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde (Laces), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Telefone: 3882-9183. E-mail: adriana.aguiar@icict.fiocruz.br

relação dialógica? Mais ainda: em que medida avança-se de uma visão onde a comunicação é enquadrada numa dimensão de "habilidades e competências", isto é, instrumental, na direção de se tornar um processo de trocas que incorpora repertórios, representações, na conformação de tornar a comunicação e a saúde como um direito de todos?

Não se pode negar que o conjunto de diretrizes presentes em 2014 dá um salto qualitativo na direção de compreender o *componente* da comunicação como elemento fundamental na formação médica – isso pode ser observado tanto quantitativa (em 2001, a palavra comunicação aparece 4 vezes, enquanto cultura, 3, e contexto, 1; em 2014, a primeira passa para 5, cultura [e suas variantes – cultural, culturais, sociocultural, multicultural] sobre para 15, enquanto contexto salta para 10) quanto qualitativamente (em 2001, ela é encarada como uma das competências e habilidades gerais para o exercício da medicina; enquanto em 2014 é apresentada como um dos eixos de articulação entre conhecimentos, habilidades e atitudes requeridas nas áreas da atenção à saúde, da gestão em saúde e da educação em saúde). Ou seja, no novo cenário, admite-se que a comunicação, a cultura e o contexto possam assumir caracteres distintos se for levado em conta a atenção, a gestão e a educação em saúde. Mas, o que tais mudanças podem significar? Em termos numéricos, que tanto comunicação como cultura e contexto passaram a merecer maior consideração, complexificando um pouco mais seus sentidos. No que diz respeito ao caráter qualitativo, queremos explorar um pouco mais essas mudanças.

1. O método – da Análise de Conteúdo ao Indiciarismo

Nosso ponto de partida foi a análise das Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Graduação em Medicina (DCN), homologadas em 2014, tendo no horizonte aquelas que entraram em vigor em 2001. Para tanto, como estávamos inicialmente interessados nos conteúdos manifestos no texto, buscamos através da Análise de Conteúdo interpretar as condições de produção daquele conjunto de orientações/normas. Assim, partimos de uma análise temática, revelada nos chamados "'núcleos de sentido' que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição podem significar algo para o objetivo analítico escolhido" (Bardin, 1977: 105). Do ponto de vista da conjuntura política, não se pode deixar de destacar o quanto as diretivas presentes nas Conferências Nacionais de Saúde parecem iluminar esse processo.

A partir desse primeiro recorte, buscando usar um critério comparativo, procuramos perceber como cada documento construiu sentidos em torno da comunicação como conhecimento, competência e/ou habilidade. Nessa direção, optamos por trabalhar com outro método, estabelecendo as conexões entre eles. Trata-se do método indiciário (Ginzburg, 1989), paradigma que se atém nas particularidades da investigação, sobretudo na forma que assumem os conteúdos e as estruturas das construções discursivas, buscando observar detalhes, desvios, pistas que se transformavam em dados reveladores. Nesses termos, o método indiciário emerge como a possibilidade concreta de uma investigação que dirige seu olhar para além da superficialidade, ou, para ser mais coerente, para além da padronização, do dito, do estabelecido. Tratam-se, antes, de valores. Valores esses por vezes transmitidos como se fossem naturais e não socialmente ou historicamente construídos.

O paradigma indiciário estar-se-ia fundado na observação da conjuntura histórica, além da busca do detalhe, do desvio, da pista que se transformaria em dados reveladores. Melhor dizendo, a partir do método indiciário poderíamos transpor a homogeneização da sociedade através da observação do detalhe, do desvio, da pista, do sintoma, e trazer a história para a reflexão. Todo esse processo de homogeneização se dá através da internalização do contexto social. Podemos ver na família, por exemplo, a representação da sociedade em grau reduzido. Se a família representa um microcosmo social, reproduzindo em menor escala as contradições sociais, e se o indivíduo internaliza a **cultura**, cremos que, tal como propõem Ginzburg, mas principalmente Barbero, os processos de mediação assumem uma espessura negligenciada pelo pensamento crítico. Mas, queremos trazê-la de volta nas próximas linhas.

2. A cultura é de todos

Iniciamos essa seção com a belíssima e reveladora expressão utilizada por Raymond Williams em Recursos de Esperança: Cultura, Democracia, Socialismo.[4] Admitir que a "cultura é de todos" é, antes de tudo, uma posição política que implica aceitar que toda e qualquer formação humana é produtora de cultura. A grande questão que parece nortear as reflexões do intelectual inglês é que sua criação, sua inserção familiar permitiu-lhe perceber que ali se manifestavam formas de pensar a partir do aprendizado de novas habilidades, mudanças de relacionamentos, surgimento de linguagens e ideias diferentes. Entretanto, para a formação de uma sociedade, é fundamental

> *a descoberta de significados e direções comuns, e seu desenvolvimento se dá no debate ativo e no seu aperfeiçoamento, sob a pressão da experiência, do contato e das invenções, inscrevendo-se na própria terra. A sociedade em desenvolvimento é um dado, e, no entanto, ela se constrói e reconstrói em cada modo de pensar individual. A formação desse modo individual é, a princípio, o lento aprendizado das formas, propósitos e significados de modo a possibilitar o trabalho, a observação e a comunicação. Depois, em segundo lugar, mas de igual importância, está a comprovação destes na* ***experiência****, a construção de novas observações, comparações e significados* (WILLIAMS, 1958:4).

A experiência é uma categoria central no pensamento de Williams. Embora admita que a cultura tenha dois grandes aspectos – os significados e direções conhecidos, em que seus membros são treinados; e as novas observações e significados, que são apresentados e testados – a forma como se aprende a cultura não é linear, mecânica ou unidirecional. O empenhamento, isto é, o comprometimento, a tenacidade em somar-se significados e direções conhecidos às novas observações e significados, é uma experiência individual, que contribui para a construção de uma ampla cultura comum. Esse, para o autor, se apresenta como o grande desafio para as sociedades contemporâneas, desde que um legado seja deixado de lado, o de que: "as massas não existem de fato, o que existem são modos de ver as pessoas como massas" (WILLIAMS, 1958:10). Poderíamos inicialmente inferir se, concretamente, aqueles que acessam o sistema público de saúde brasileiro são visto como portadores concretos de cultura ou apenas como massa: massa de pacientes, massa de usuários? A questão que parece se colocar diante da formulação das DCN em 2014 aparenta ser a de que a compreensão de que existem elementos culturais que conformam padrões de conduta dos usuários do SUS não é suficiente para que um processo de trocas, de intensa interação social possa ser colocado em marcha. Como já adiantamos, é inegável o movimento de ampliação da incorporação do outro – materializado na pessoa do paciente, do usuário – no novo currículo de medicina. Mas, o quão próximo está esse modelo de formação com uma perspectiva dialógica na relação médico-paciente pode significar um entrave, especialmente se o pressuposto for o de que as manifestações culturais da população são de baixa qualidade. Um dos antídotos para essa doença é oferecido pelo próprio Williams ao ver na educação o espaço para fazer o que identifica como mudanças necessárias: "Não aceito que a educação seja um treinamento para um emprego, para se formar cidadãos úteis (ou seja, que se adaptem a este sistema). A educação é a confirmação dos significados comuns de uma sociedade e das habilidades necessárias para corrigi-los" (WILLIAMS, 1958: 8).

O que nos parece ser outro dado fundamental para compreensão do processo que estamos descrevendo é a compreensão de que a organização de qualquer cultura é atravessada pela (estando entrelaçada com a) ordem capitalista. Isso significa dizer que não podemos tomar as DCN como se não espelhassem as disputas em torno de uma dada orientação econômica, tampouco como dos avanços e rupturas na construção do Sistema Único de Saúde. Há uma cultura sendo construída. Há um processo de civilização em marcha. De um lado, tradições, valores intelectuais e morais sendo consolidados numa determinada área de formação. De outro, uma tentativa de compreensão e/ou assimilação de práticas que se desconhecem. O resultado desse processo pode contribuir

4 No original, *Resources of Hope: Culture, Democracy, Socialism*. London: Verso, 1958.

não só para o florescer de uma nova cultura na saúde como para a democratização no (e do) campo. Mas, antes de tratarmos da questão da saúde como direito, queremos avançar um pouco mais no terreno da cultura. Mais especificamente no dos Estudos Culturais.

3. Comunicação, Cultura e relações de poder

A referência à Williams não foi ingênua. Ele, Richard Hoggart, Paul Thompson e Stuart Hall são identificados como fundadores dos estudos culturais britânicos, responsáveis pela virada que passou a associar os estudos da cultura às relações de poder e das estratégias de mudança social. Embora sublinhemos o pioneirismo desses investigadores, não vamos contemplar nesse espaço uma genealogia do *Cultural Studies*.[5] Interessa-nos inicialmente iluminar o destaque dado pelos autores às chamadas estruturas de sentimento:

> *Ao explorarmos o inconsciente cultural contido nos termos 'cultura', 'massas', 'multidões' e 'arte', fazemos com que a história das ideias se apoie sobre uma história do trabalho social de produção ideológica. As noções, as práticas e as formas culturais materializam visões e atitudes que exprimem regimes, sistemas de percepção e de sensibilidade* (structures of feeling) (MATTELART & NEVEU, 2006:26-27).

Ainda que o movimento inicial tenha sido o de valorizar o estudo da chamada cultura de massa, o que nos interessa sublinhar é que tal movimento também significou "uma arbitragem em termos de postos de trabalho, de orçamentos, de criação de ramos de ensino, numa concorrência com outras disciplinas e saberes" (MATTELART & NEVEU, 2006:75). A cultura, nesses termos, vai deixando de ser "uma componente extraordinária da vida social (ritos, obras prestigiosas) para penetrar profundamente no quotidiano" (MATTELART & NEVEU, 2006:76). Na América Latina, aos estudos da cultura incorporou-se o conceito de hegemonia de Gramsci. A chegada dos *Cultural Studies* ao outro lado do Atlântico permitiu, dentre outros ajustes, que os estudos de comunicação também sofressem seus impactos. Quando Jésus Martin-Barbero sentencia que o foco das investigações deveria ser deslocado da análise dos meios para as mediações, o que o filósofo colombiano faz é colocar a questão cultural no centro do debate. Nesse sentido, é central a passagem em que explicita esse deslocamento:

> *Está em primeiro lugar o conceito de* hegemonia *elaborado por Gramsci, possibilitando pensar o processo de dominação social já não como imposição a partir de um exterior e sem sujeitos, mas como um processo no qual uma classe hegemoniza, na medida em que representa interesses que também reconhecem de alguma maneira como seus as classes subalternas (...) uma reavaliação da espessura do cultural: campo estratégico na luta para ser espaço articulador dos conflitos* (MARTIN-BARBERO, 2001:116-117).

Não nos parece acidental que, na compreensão do processo de formação de cultura (ou mesmo de culturas), tanto Williams quanto Martin-Barbero tenham dado tanta atenção a cotidianidade dos atores sociais, à experiência desses partícipes. Nesse sentido, a família, a casa, o bairro são elementos fundamentais na conformação do modo de viver, agir e pensar. A plausibilidade dessa questão reside no fato de que tem sido muito difícil capturar, compreender, os movimentos da população, em geral, mas principalmente dos usuários do nosso sistema de saúde. Ao tomarmos as DCN aprovadas em 2014, nos vemos diante de um cenário em que essa percepção sobre o usuário começa a se complexificar, especialmente porque passou-se a incorporar – essa é

5 Para tanto, recomenda-se a leitura de *Introdução aos Cultural Studies*, realizada por Armand Mattelart e Érik Neveu (Porto; Porto Editora, 2006).

uma das hipóteses com as quais trabalhamos – que as pessoas que acessam o SUS também são portadoras de histórias, de experiências, de valores, de cultura. Parece claro que, através das novas diretrizes para a formação em medicina, a nova compreensão do processo indica que

> *nem toda assimilação do hegemônico pelo subalterno é signo de submissão, assim como a mera recusa não é de resistência, e que nem tudo que vem 'de cima' são valores da classe dominante, pois há coisas que vindo de lá respondem a outras lógicas que não são as da dominação* (MARTIN-BARBERO, 2001:119).

Há, entretanto, aspectos que não devem nos escapar. Quando, num processo de historicização da cultura, Martin-Barbero destaca que é apenas no século XVIII que a ela começa a significar algo em si mesma, um valor que se constrói e se carrega consigo, que só alguns têm, instaura-se, paralelamente, a distinção que a mesma pode agregar: "A operação de espiritualização vai de par com a de exclusão, pois a verdadeira cultura se confunde com educação, e a educação superior – artes e humanidade – ficará reservada aos homens superiores" (MARTIN-BARBERO, 2001:121). Ao tomarmos as DCN de 2014, onde detecta-se o avanço que houve na direção de se ampliar o olhar sobre a cultura, os contextos e a comunicação, não estamos ainda diante de um cenário em que a educação superior nesse campo negligencia o fato de que efetivamente a comunicação só se estabelecerá como um processo quanto concretamente as pessoas que acessam o sistema de saúde tiverem salvaguardados seu poder de fala, suas experiências, sua formação cultural não numa dimensão que a caracteriza pela falta, mas por sua singularidade enquanto ator social? O ensino da comunicação na medicina não guarda ainda uma aura de que àqueles homens superiores (nesses caso, os médicos) a instrumentalização através da comunicação pode tornar as ações terapêuticas mais eficazes?

Quando, já em meados do século XIX, a cultura ganha, por assim dizer, uma dimensão mais mundana, passando a designar o mundo da organização material e espiritual das diferentes sociedades, das ideologias e das classes sociais, abre-se o flanco para que, a partir desse movimento, entendamos que a cultura é comum, que a "cultura é de todos", como defendeu Williams. Na construção metodológica proposta pelo intelectual britânico, a cultura emerge da dialética entre o arcaico, o residual e o emergente. Trata-se de uma tipologia das formações culturais que apresenta três estratos: arcaico, residual e emergente, sendo o *arcaico* aquilo que sobrevive do passado, mas enquanto passado, objeto de estudo ou de rememoração (memória). O residual é o que, formado efetivamente no passado, acha-se hoje dentro do processo cultural, mas como elemento do presente, enquanto o emergente, que é o novo, como processo de inovação nas práticas e nos significados.

Mais uma vez, é oportuno destacarmos a importância que as práticas culturais adquirem na análise empreendida pelos estudos culturais. Outra influência poderosa é a de Pierre Bourdieu, particularmente a partir do conceito de campo social e das estruturas de poder presentes em cada campo. Entretanto, pelo menos na vertente dos estudos desenvolvidos na América Latina, o conceito *habitus* também encontrará um solo bastante fecundo para sua aplicação. Na "estruturação da vida cotidiana a partir do *habitus* é que se faz presente a eficácia da hegemonia 'programando' as expectativas e os gostos segundo as classes. E por aí passam também os limites objetivos-subjetivos que produzem as classes populares" (MARTIN-BARBERO: 2001:124). A referência ao *habitus* e à hegemonia não é acidental. Note-se que nas ações que todos nós estamos imersos diariamente estão consubstanciadas as mediações que orientam nossas práticas cotidianas. São felizes, tanto Bourdieu quanto Barbero, em evidenciar que o *habitus* reflete todas as experiências que nos afetam cotidianamente. Se a educação é uma dessas afetações, a religião, a família, o *quartier*, os meios massivos de comunicação também o são, tornando a cada um de nós seres muito complexos.

O que estamos aqui defendendo é que não basta apenas estar atento ao "relacionamento dos dados e das informações obtidas, articulando os aspectos biológicos, psicológicos, socioeconômicos e culturais relacionados ao adoecimento e à vulnerabilidade de grupos" (BRASIL, 2014, Art. 14) ou ainda ao "estabelecimento de diagnóstico de saúde e priorização de problemas, considerando sua magnitude, existência de recursos para seu enfrentamento e importância técnica, cultural e política do contexto" (IDEM). Com essa dinâmica, cultura aqui parece espelhar aquele movimento do século XVIII, refletindo um cabedal de conhecimentos adquiridos pelos operadores da saúde. Nesse sentido, novamente nos interrogamos: não estaríamos, mesmo em 2014, diante de um cenário em que "uma classe se afirma negando a outra sua existência na cultura, desvalorizando pura e

simplesmente qualquer outra estética, isto é, qualquer outra sensibilidade"? (MARTIN-BARBERO: 2001:125). É por isso que o foco do debate precisa ser deslocado para as mediações. Isto é, "para as articulações entre as práticas de comunicação e movimentos sociais, para diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais" (MARTIN-BARBERO, 2001:270), num modelo semelhante ao que se tem visto nas Conferências Nacionais de Saúde, e não a partir de um progressismo iluminista que continua a ver o povo, em sua natureza indolente e supersticiosa, o obstáculo fundamental para o desenvolvimento" (MARTIN-BARBERO, 2001:272). O que estamos apontando é que, apesar de as DCN de 2014 terem avançado, tanto quantitativa quanto qualitativamente, no que diz respeito a formação em medicina, enquanto os problemas de (e na) saúde forem vistos como entraves ao desenvolvimento continuaremos a atacar os efeitos e não as causas das iniquidades. Por isso defendemos que o foco da formação recaia sobre as mediações – "campo constituído pelos dispositivos através dos quais a hegemonia transforma por dentro o sentido do trabalho e da vida da comunidade" (MARTIN-BARBERO: 2001:274) – tanto que atravessam a formação de usuários, pacientes quanto dos próprios médicos.

Se a linha de formação for centrada única e exclusivamente no respeito ao outro (que também quer se comunicar, que tem sua cultura, que está imerso em determinados contextos), corre-se o risco de cair diante daquela operação que aproxima usuários do nosso sistema de saúde com o índio, sendo impelido a pensar ambos como ser

> *primitivo e, portanto, como um outro, fora da história. Diante do popular urbano, a concepção mais frequente é negar pura e simplesmente sua existência cultural. Trata-se de um mito tão forte que falar em popular automaticamente evoca o rural, o camponês. E seus traços de identificação: o natural e o simples, o que seria irremediavelmente perdido ou superado pela cidade, entendida como o lugar do artificial e do complexo* (MARTIN-BARBERO, 2001:277).

Recorramos a um exemplo para ilustrar tal processo. Diariamente, se lê, se ouve, se assiste a informações e propagandas que dão conta de que a saúde privada (com seus médicos – que em várias oportunidades atende tanto na rede pública quanto na privada – seus hospitais, sua celeridade no atendimento) é a melhor alternativa para a população. Não nos damos conta que a publicidade, nesse caso, vai aproximando produtos comerciais do dia a dia das pessoas, tornando-os próximos de suas realidades e fazendo com que assumam uma aura mítica. Paralelamente, os meios massivos de informação atribuem aos produtores desses bens um lugar igualmente especial, referendando a máxima de que, por um investimento relativamente baixo, tudo aquilo está à sua disposição. Quando a população acessa os serviços públicos de saúde esse é um dos horizontes que norteiam sua busca. Não se trata, nesse caso, de um desconhecimento das condições que tanto a classe quanto a atenção em saúde se encontram. Nessa direção, não se deve desvalorizar os saberes e práticas dos usuários do serviço público de saúde. Antes, compreender que valores, que crenças, que referências orientam aquele movimento.

É por isso que concordamos com Williams, Hoggart, Thompson, Hall, Canclini, Martin-Barbero, especialmente como este último ao afirmar que: "O estudo dos usos nos obriga, então, a deslocarmos o espaço de interesse dos meios para o lugar onde é produzido o seu sentido: para os movimentos sociais e de um modo especial para aqueles que *partem* do bairro" (MARTIN-BARBERO, 2001:281). A luta por uma atenção à saúde é, no limite, uma luta por identidade cultural, pelo reconhecimento de uma existência concreta; é uma luta por produzir sentido, sentido esse que não se esgota na captura da especificidade cultural de uma pessoa ou grupo, que não cabe num único contexto, que uma comunicação baseada na transferência de saberes não encapsula. As DCN de 2014 não eliminam as tensões da relação médico-paciente, "relações de poder que são (...) produto dos conflitos concretos, batalhas travadas no campo econômico e no terreno simbólico. Afinal, é nesse terreno que se articulam as interpelações a partir das quais os sujeitos e as identidades coletivas se constituem" (MARTIN-BARBERO, 2001:296).

4. As Conferências Nacionais de Saúde

Um importante espaço de exercício da participação política foram as Conferências Nacionais de Saúde (CNS). Instâncias de representação de vários segmentos sociais, as CNS têm a missão de interferir decisivamente na formulação de políticas públicas de saúde nas três esferas de governo. Suas deliberações visam orientar ações governamentais em ações prioritárias no campo da saúde. Das 14 conferências realizadas até 2014, queremos dar atenção especial àquelas que ocorreram entre 1986 (a 8ª, realizada pós-distensão militar e marco da Reforma Sanitária no Brasil) e 2003 (12ª). O motivo para tal recorte é que foi na 8ª CNS que se estabeleceu a saúde como um direito de cidadania. Paralelamente, ela foi o lugar da celebração do discurso sobre *direito à informação, educação e saúde como direitos inerentes à saúde*, posteriormente inscritos na constituição de 1988.

Já em 1992, com 9ª CNS, a comunicação, informação e educação foram discutidas com vistas à ampliação do processo de democratização do Estado. Com a 10ª CNS (1996), fixou-se prazos para elaboração de política nacional de Informação, Educação e Comunicação em Saúde, prevendo um sistema nacional que articulasse esses três componentes. No encontro seguinte, em 2000 (11ª), consolidou-se a fórmula IEC, incluindo, em seu relatório, recomendações para políticas coerentes com o SUS. Nessa plenária, defendeu-se o uso de diferentes meios comunicativos como fator de democratização; a produção, organização e uso das informações privilegiando a criação de instrumentos de fortalecimento do reconhecimento desses direitos à população. A 12ª (2003), ratificou as indicações da 11ª e incluiu a informação e comunicação como um dos 10 eixos temáticos. Das cinco conferências sublinhadas, a 11ª é um marco para o processo sobre o qual estamos aqui debruçados, especialmente por consolidar a fórmula IEC. Entretanto, embora já viesse sendo debatido desde a 10ª CNS, as diretrizes celebradas no encontro de 2000 não produziram o impacto desejado nas DCN de 2001, por exemplo. Revisitemos algumas das diretrizes aprovadas naquele momento:

> As Políticas de IEC devem *compreender o fortalecimento da cidadania e do Controle Social visando à melhoria da qualidade e humanização dos serviços e ações de Saúde*; *devem contribuir para o acesso das populações socialmente discriminadas aos insumos e serviços de diferentes níveis de complexidade*; devem garantir a apropriação, por parte dos usuários e população geral, de todas as informações necessárias para a caracterização da situação demográfica, epidemiológica e socioeconômica; estarem voltadas para a Promoção da Saúde, que abrange a prevenção de doenças, a educação para a saúde, a proteção da vida, a assistência curativa e a reabilitação sob responsabilidade das três esferas de governo, utilizando pedagogia crítica que leve o usuário a ter conhecimento também de seus direitos; dar visibilidade à oferta de serviços e ações do SUS; motivar os cidadãos a exercerem os seus direitos e cobrarem as responsabilidades dos gestores públicos e dos prestadores de serviços de Saúde;
>
> As políticas de IEC devem ***reafirmar a importância da democratização das informações***, ***como única possibilidade de evidenciar a desigualdade de acesso a dados de interesse público***, pois tal desigualdade vem permitindo a sustentação de governos descomprometidos com a transformação da situação de Saúde;
>
> Os meios de comunicação devem veicular campanhas de massa e dirigidas, além de materiais educativos que ***considerem as diversidades de raça/etnia, classe, gênero, aspectos regionais e culturais***. Devem ser elaboradas por recursos humanos capacitados, com participação das áreas técnicas governamentais e representantes do público-alvo, abordando os reais problemas de saúde da população como doação de órgãos, alcoolismo, drogas, obesidade, sedentarismo e outros.

Se as duas DCN podem ser tomadas como reflexos das contradições imersas na consolidação dos princípios e diretrizes do SUS, diríamos que a de 2001 apostou no uso da comunicação e da informação como elementos de difusão de conhecimento e convencimento da população na adesão a um determinado projeto de saúde,

haja vista a comunicação ser defendida como meio eficiente e eficaz na liderança do profissional (médico). Do ponto de vista da cultura, o objetivo parece-nos ser o de, antes de *considerar as diversidades de raça/ etnia, classe, gênero, aspectos regionais e culturais*, contribuir para o reforço, fomento e difusão das culturas nacionais e regionais. Dessa forma, o investimento na formação médica se apresenta distante daquilo que deveria representar uma ação voltada para a construção democrática e humanizada da saúde como um direito de cidadania.

5. A comunicação na saúde ou comunicação e saúde?

Por tudo que explicitamos até o momento, a interrogação acima se revela uma pergunta retórica. Isso porque não se pode pensar o processo de comunicar apartado de uma redistribuição do capital material e simbólico. Quando Araújo e Cardoso destacam que "Políticas públicas são decididas num processo de luta por hegemonia, no qual o poder simbólico é um dos elementos centrais" e que "o poder simbólico (...) é o 'poder de fazer ver e fazer crer' e tem na comunicação um importante vetor" (ARAÚJO & CARDOSO, 2007:23), julgamos que as conferências de saúde deveriam representar esse espaço de luta por hegemonia e que deveria igualmente pautar as políticas públicas no campo da saúde. Entretanto, como as próprias Diretrizes Curriculares Nacionais nos permitem observar – seja na versão de 2001, seja na de 2014 – as CNS não tem sido o único espaço de consolidação das ações de (e para) saúde, tampouco para a informação, a educação e a comunicação.
Embora comunicação e educação venham sendo compreendidas de forma amalgamada há quase um século, há distinções importantes que precisam ser feitas para que não gere prejuízo para ambas. Um dos eixos estruturantes desse processo é a prática educativa dialógica, que tem Paulo Freire como expoente. Com o método freireano, buscava-se estabelecer um diálogo entre as partes que entravam em contato no processo de formação. De um lado, os educadores, portadores de conhecimento, de práticas, de cultura. De outro, a população, igualmente portadora de experiências, de interesses, de cultura. Entretanto, com a incorporação do dialogismo bakhtiniano, sobretudo a partir forma como fora convocado nos estudos no campo da comunicação, há uma distinção entre as abordagens que está longe de representar uma sutileza. Nas palavras de Araújo e Cardoso,

> *O modo particular como as vozes são articuladas é chamado por Bakhtin de 'dialogismo'. Não devemos, porém, confundir o dialogismo freireano, que fala de acordos, de interação, com o bakhtiniano, que remete para a diferença de interesses e embates sociais, tal como estes ocorrem no plano da língua, entendida como uma força viva e constituinte dos sentidos e das relações sociais e de poder* (ARAÚJO & CARDOSO, 2007:57).

Quando empreendemos uma análise sobre a comunicação presente nas DCN de 2014, a vemos mais como um instrumento na direção de aumentar o *background* da formação médica frente ao paciente do que concebê-la, concretamente, como um direito indissociável do direito à saúde. Essa comunicação, defendem as autoras, "só pode ser assim chamada em sua plenitude quando concebida e aplicada como redistribuição do poder de as pessoas se expressarem e serem levadas em consideração; e para tal é imperativo que os princípios do SUS estejam na base de sua reconfiguração" (ARAÚJO & CARDOSO, 2007:60). Estamos longe de dizer que não se avançou nessa direção se olharmos os dois marcos. Entretanto, o movimento de "comunicar-se e desempenhar as ações de forma efetiva e eficaz" (BRASIL, 2014, Art. 6) nos parece um pouco distante do cenário desejado e aprovado nas Conferências.[6] Há, contido nas DCN, uma tentativa de interlocução ou um aumento do poder de persuasão? Estamos diante da incorporação do outro, com seus saberes, suas práticas, suas experiências, ou diante daquele movimento que Fairclough denominou como democratização simulada? Ou seja, daquele movimento de "redução de marcadores explícitos de hierarquia e assimetria de poder entre as pessoas com poder institucional desigual" (FAIRCLOUGH: 2001:129).

---

6 Um sintoma desse processo pode ser capturado através da realização da I Oficina de Comunicação preparatória para a 15ª CNS. Realizada entre os dias 10 e 12 de novembro de 2014, seu principal objetivo foi colocar em debate a comunicação como direito de todos e um dever do Estado.

Há outros dois pontos sobre os quais ainda desejamos tratar. O primeiro, já superado pelas DCN de 2014, embora conserve parte do seu espírito, diz respeito ao ato de nomear o paciente, especialmente pela advertência feita por Araújo e Cardoso:

> *Nomear o outro é atribuir-lhe arbitrariamente uma identidade, procurando assim definir os lugares de interlocução, tanto do que nomeia quanto do nomeado. Categorizar e nomear são uma forma de exercício do poder e sua naturalização é uma forma perversa de construção de hegemonia: sem perceber, pelo uso dessas categorias, reproduzimos relações discriminatórias que não refletem nossas convicções* (ARAÚJO & CARDOSO, 2007:97).

Não se pode negar a presença das mediações nesse processo. Ainda que não se nomeie mais em 2014, está ausente a configuração *idealizada* desse paciente na formação médica? Não são igualmente os estudantes de medicina atravessados por valores, por crenças, por experiências – em síntese, pela cultura – que orientam o lugar social que devem ocupar no sistema de saúde, seja ele público ou privado? Há como, concretamente, haver uma interlocução sem que esses papéis sejam relativizados? Não estamos defendendo que a formação médica prescinda de um conhecimento técnico, que tenha uma formação cultural diversa da de seus pacientes. Entretanto, essa assimetria já está dada pelo lugar de fala de cada um – médico e paciente. O que advogamos é que, numa comunicação e numa educação inscritas num contexto de reconhecimento de cidadania, o outro não é alguém que deve ser esclarecido, iluminado, desprezado em suas experiências. Concordando com Araújo e Cardoso,

> *Para que esses estudos representem realmente um avanço no conhecimento dos modos de apropriação e não sejam apenas mais uma forma de ouvirmos o eco da nossa própria voz, precisam evitar a repetição de um problema dos estudos focados na produção, que ocultam as determinações estruturais, as relações de poder, as tensões e contradições e, frequentemente, os contextos* (ARAÚJO & CARDOSO, 2007:122);

6. Considerações finais

Para um breve fechamento das ideias aqui expostas, recorro mais uma vez a uma inquietação de Raymond Williams no primeiro capítulo de *Resources of Hope: Culture, Democracy, Socialism*: "Quem então acredita na democracia? A resposta é bem simples: as milhares de pessoas na Inglaterra que ainda não tem acesso à democracia, onde trabalham e vivem" (WILLIAMS, 1958:10). Ao traçar um paralelo com a realidade em que vivemos, me permito transmutar a preocupação e formular: quem ainda acredita e defende o SUS? Diria: aqueles milhões de brasileiros que ainda não conseguiram acessá-lo (ou o acessam precariamente) onde trabalham e/ou vivem. Para além da reprodução do trecho de uma obra, o que está em jogo ao olharmos para as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de medicina é analisá-lo criticamente, destacando seus avanços, mas denunciando algumas permanências nelas contidas. Concretamente, é possível encararmos alterações na formação médica, mantendo a formulação de políticas que separem as massas da Cultura?

A cultura é lugar de mediação, assim como o são a família, a escola, a igreja, as Conferências Nacionais de Saúde, além do próprio Estado. Se o setor público continuar a ignorar (ou insistir em escutar pouco) os resultados alcançados pelas CNS, corre-se o risco de atuar "à moda paternalista em nome das verdadeiras necessidades das pessoas" (MARTIN-BARBERO, 2001:309). Diante de um cenário como esse, as DCN representam uma visão emancipadora ou tuteladora da relação médico-paciente inscritas num marco onde a informação, a educação e a comunicação são um direito de todos e um dever do estado? Mais ainda, as DCN representam um avanço em tomar a comunicação como um rico processo de interação cultural? A formação médica indica (ou deve indicar) a capacidade de relação direta com o usuário/cidadão. As pessoas procuram os serviços de saúde por vários motivos: para serem ouvidas e para solucionar conflitos familiares foram apenas dois dos quais pudemos assistir numa sala de atendimento. Nesses termos, a capacidade para mediar é refletida na competência para mediar.

Na conformação cultura da contemporaneidade – não só nela, mas parece ser o momento histórico em que isso se torna mais visível –, o massivo se revela numa nova forma de sociabilidade. Isso porque, concordando com Martin-Barbero, "são de massa o sistema educativo, as forma de representação e participação política, a organização das práticas religiosas, os modelos de consumo e os usos do espaço (...) novas condições de existência e luta, um novo modo de funcionamento da hegemonia" (MARTIN-BARBERO, 2001:322). Nessa direção, ainda que os elementos mais conservadores tenham sido suprimidos das DCN de 2001, as de 2014 ainda cometem o deslize de instrumentalizar os alunos de medicina na direção de prepará-la para atender ainda ao diferente, ao exótico, ao portador "de outra cultura", de "outro contexto".

A ignorância simbólica do outro implica num duplo desconhecimento: o da distinção entre realidade e representação e, por extensão, do sistema de representação com que as classes populares operam. Esse problema nos conduz a falsa percepção de que o sistema de representação da cultura dominante é uno e não admite outras construções. Se tomamos como parâmetro o mercado simbólico, nos termos defendidos por Bourdieu, há uma grande possibilidade de que uma visão obliqua se instaure não nos deixando ver que "o que ocorre no mercado simbólico não remete apenas ao que tem a ver com a lógica dos interesses da classe dominante, mas também com a dinâmica e a complexidade do universo dos dominados" (Martin-Barbero, 2001:323). Nesses termos, a mediação pode ser percebida num movimento que está além de contornos objetivos que um racionalismo ultrapassado insiste em ainda tentar encontrar. Sem buscar encontrar o residual que informa as identidades contemporâneas, nós, médicos e pacientes, continuaremos a identificar apenas os traços de um passado que já não existe mais na sua forma arcaica.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, A. C., KALIL, I. R., MOTTA, P. H. F. M., MARTÍNEZ-SILVEIRA, M. S. (2014), "O ensino da comunicação na formação profissional em saúde no Brasil". XII Congresso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación. Disponível em http://congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/09/Adriana-Aguiar.pdf, [consultado em 12-12-2014].

ANDRADE, R. (2003), *Personalidade e Cultura: construções do imaginário*. RJ: Revan.

ARAÚJO, I. S. & CARDOSO, J. M. (2007), *Comunicação e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Coleção Temas da Saúde.

BAKHTIN, M. (1983), *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec.

BARDIN, L. (1977), *Análise de conteúdo*, Lisboa: Edições 70.

BHABHA, H. K. (1998), *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

BORGES, W. (2010), "*Espaço Publidiático* e hegemonia ideológica: construção narrativa atravessada pelo imaginário". *Passagens – Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v.02. Rio de Janeiro.

BOURDIEU, P. (1989), *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. (2001), "Diretrizes Curriculares Nacionais Do Curso De Graduação Em Medicina". Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/Med.pdf, [consultado em 12- 12-2014].

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. (2014), "Diretrizes Curriculares Nacionais Do Curso De Graduação Em Medicina". Disponível em

http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/06/2014&jornal=1&pagina=8&totalArquivos=64, [consultado em 12- 12-2014].

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. (2000), "Relatório Final da XI Conferência Nacional de Saúde". Disponível em http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_11.pdf, [consultado em 12- 12-2014].

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em URL:*http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf,* [consultado em 12- 12-2014].

CANCLINI, N. G. (2004), *Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la*

Interculturalidade, Barcelona: Gedisa.

_____ (1999), *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

FREIRE, P. (1977), *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FAIRCLOUGH, N. (2001), *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora UnB.

GINZBURG, C. (1989), *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia. das Letras.

HALL, S. (2003), *Da Diáspora – identidades e mediações culturais*. Brasília: Editora UFMG.

_____ (2001), *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

_____ (1990), "Cultural identity and diaspora". In: RUTHERFORD, J. *Identity. Community. Culture. Difference*. London: Lawrence & Wishart.

_____ (1977), "A Centralidade da cultura. Notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo". In: *Revista Educação e Realidade*, 22(2):15-46, jul/dez.

KALIL, I. R. (2008), *Quando a cultura do aluno entra na escola – notas sobre a construção de um currículo intercultural*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

MARTÍN-BARBERO, J. (2004), *Ofício de cartógrafo*. São Paulo: edições Loyola.

_____. (2001), *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

MATTELART, A. & NEVU, E. (2006), *Introdução aos Cultural Studies*. Porto: Porto Editora.

PÊCHEUX, M. (1996), "O mecanismo do (des)conhecimento ideológico". In: ZIZEK, S. (Org.), *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.

SPINK, M. J. (2010), *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

WILLIAMS, R. (1979), *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

_____ (1969), *Cultura e Sociedade*. São Paulo: Editora Nacional.

_____ (1958), "Culture is Ordinary". In: *Resources of Hope: Culture, Democracy, Socialism*. London: Verso.

ZIZEK, S. (1996), *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Medicalização e obesidade: políticas de alimentação, mídia e subjetividade contemporânea

Camila Calado[1]

Resumo: Pesquisa, em estágio inicial, discute a construção discursiva da obesidade como problema de saúde pública e da ordem do conhecimento médico-científico. Aborda políticas de combate e prevenção à obesidade no Brasil e analisa o programa *Globo Repórter* de 11/10/2013, que tem como gancho a pesquisa do Ministério da Saúde: 51% dos brasileiros está acima do peso. Reflete sobre a estreita relação que se evidencia entre mídia e medicina na contemporaneidade e sobre as implicações de tais diálogos (medicina-governo-mídia) para os modos dos indivíduos pensarem sobre si, seu corpo e sua saúde. Para lidar com os valores de uma cultura hedonista (prazer agora e consequências futuras), reportagens atuam na legitimação do eterno cuidado de si, conferindo ao indivíduo grande responsabilidade pela sua saúde; estabelecem tipos físicos e psíquicos ideais e desviantes; propõem associação do prazer proveniente da alimentação excessiva com falta de autocontrole, desenvolvendo, em substituição, discursos da compensação pela saúde, bem-estar e felicidade.

Palavras-chave: medicalização; obesidade; mídia; subjetividade.

1 Doença e produção de subjetividade

O estudo das medicinas moderna e contemporânea, com foco nas diferenças históricas do cuidado de si – nos comportamentos considerados patológicos ou passíveis de contrair doenças –, permite estimar a mudança em nós mesmos, as diferenças na parte que precisa ser cuidada, no modo de cuidar, na razão do cuidar de si, no modo como o cuidado é realizado e no que se espera ser ao cuidar de si. Os valores sociais e a definição do que é verdade podem determinar como os indivíduos pensam o que são e o que podem ser, «estabelecendo, nessa distância entre presente e futuro, o que devem fazer consigo mesmo». (Vaz, 2002:123).

As medicinas moderna e contemporânea se diferenciam principalmente pela mudança na noção de causa das doenças. Na medicina moderna, a causa estava atrelada às doenças infectocontagiosas, no momento, causa do maior número de mortes. Somente a partir da exposição ao vírus ou bactéria e do aparecimento dos primeiros sintomas – da *experiência* da dor –, o indivíduo buscava o médico e aceitava intervenções médicas em seu cotidiano. A experiência do sofrimento e o aparecimento da enfermidade é que determinavam o cuidado com a saúde; antes disso, tinha-se apenas os cuidados básicos com a higiene. Uma vez recuperado o estado normal de ausência de enfermidade, o indivíduo retomava suas práticas cotidianas, sem as grandes preocupações com a sua saúde, comportamento próprio do estado de normalidade. Havia uma limitação temporal no cuidado com a saúde, o que reverberava na frequência de notícias sobre saúde na mídia, por sua vez, mais restritas aos momentos de surtos epidêmicos. (Vaz, 2006).

A prevenção às doenças infectocontagiosas se dava através da vacinação (intervenção médica) e das condições sociais que favoreciam a existência e a proliferação do agente patógeno externo (ação política). Não havia, portanto, qualquer responsabilização do indivíduo sobre a enfermidade contraída, pois não cabia a ele reduzir as desigualdades sociais e nem atuar em políticas de vacinação. A desigualdade demandava ação coletiva na forma de intervenção do Estado para solucionar os problemas de higiene e de renda. (Vaz, 2002; 2006).

Na modernidade, não havia moralidade associada às doenças orgânicas. De modo oposto, podiam ser pensadas as doenças mentais, objeto de estudo de Foucault. A psiquiatria atuava no controle social, na normalização e na homogeneização dos desvios para o bem viver na sociedade. Deste modo, a distribuição dos homens entre

1 Doutoranda em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre pela mesma instituição. E-mail: camilacalado.ufrj@gmail.com

normais e anormais produzia no interior do indivíduo um esforço por pertencer aos normais, por conformar-se aos valores sociais, por adequar-se à regularidade. A figura do anormal na sociedade implica a construção da crença de que cada indivíduo traz em si a potencialidade de se tornar um anormal. O temor da anormalidade se desdobra, assim, como «inquietação interna com o próprio desejo», com o que o indivíduo deseja fazer e com o que sua consciência diz que ele deve fazer. (Vaz, 2014:7).

Enquanto a disciplina inquietava-se com a forma dos atos e vinculava a identidade dos indivíduos às preferências por certos desvios, hoje, inquieta o jogo entre hábito e sua consequência, entre prazer e futuro (Vaz, 2002). O homem do confinamento deu lugar ao homem endividado da sociedade de controle. Nunca se termina nada – Quando eu vou parar de cuidar da saúde? – e a dívida nunca poderá ser paga: é a *moratória ilimitada*. (Deleuze, 2010). A «nova medicina 'sem médico nem doente', que resgata doentes potenciais e sujeitos a risco, que de modo algum demonstra um progresso em direção à individuação, como se diz, mas substitui o corpo individual ou numérico pela cifra de uma matéria 'dividual' a ser controlada» (Deleuze, 2010:229). Na medicina contemporânea, que lida com doenças crônico-degenerativas como principal causa de morte, o controle da matéria «dividual» se dá a partir da gestão dos riscos. Neste sentido, Vaz (2002) argumenta que a passagem da disciplina ao controle é também a passagem do anormal ao risco como conceito a partir do qual pode-se pensar a relação dos indivíduos consigo mesmo e com os outros.

Como consequência, verifica-se hoje um estreitamento dos limites entre normal e patológico, a generalização do estado de quase-doença e do cuidado crônico, com um eterno cuidado de si, associado ao desejo de ter uma vida prolongada e menores riscos de contrair doenças futuras. Há ainda a idealização do normal, pois, ao contrário da modernidade, pensada por Foucault (1979;1988;2010), em que o normal era majoritário – a apreensão se dava no desvio: o louco, o criminoso, o perverso sexual –, na contemporaneidade, a normalidade é cada vez mais difícil de ser alcançada, pois não seria apenas a ausência de doença, mas aquele que apresenta baixa probabilidade de adoecer, que não sofre e não vai morrer cedo.

2. Medicalização da obesidade e políticas de alimentação

A medicalização, nos termos de Conrad (1992), descreve um processo através do qual problemas, que até então não estavam sob o domínio da medicina, passam a ser definidos e tratados como problemas médicos, usualmente em termos de doença ou desordem. Construindo uma revisão teórica do termo, o autor aborda que o termo passou a ser utilizado na literatura científica na década de 1970. Embora com o significado literal *to make medical*, é frequentemente utilizado com viés crítico sobre a *overmedicalization*, ao invés da conotação neutra de um termo que descreveria a passagem de algo para o domínio da medicina.

Algumas definições sobre o termo diferem a respeito do envolvimento médico sobre o problema. A este respeito, Conrad (1992) argumenta que a medicalização consiste em definir um problema em termos médicos, usando linguagem médica para descrevê-lo, adotando um enquadramento médico para entendê-lo ou adotando uma intervenção médica para o tratamento. Seria um processo sociocultural que poderia ou não envolver a profissão médica, levar ao controle social, ao tratamento médico ou ser o resultado de uma expansão intencional pela profissão médica.

Pode ocorrer em pelo menos três níveis distintos: (I) conceitual – a linguagem médica é adotada para se referir ao problema, mas há necessidade de pouca participação médica e não há necessariamente a adoção de tratamentos médicos; (II) institucional – organizações especializadas podem adotar uma abordagem médica para lidar com o problema, podendo ter a participação de médicos como *gatekeepers,* mas sem a atuação dos mesmos no trabalho cotidiano do tratamento; e (III) interacional – medicalização neste nível ocorrer a partir da interação médico-paciente na medida em que o médico confere um diagnóstico ao problema do paciente, atribuindo um tratamento ao mesmo. (Conrad, 1992).

Na contemporaneidade, o processo de medicalização dá conta da crescente inclusão de mal estares e aspectos naturais da condição humana na esfera do conhecimento médico-científico, passando os mesmos a serem interpretados como doenças ou distúrbios, que necessitam de intervenção específica, na maioria das vezes, de um artificio tecnológico – uso de medicamentos, realização de procedimentos cirúrgicos ou outros. Neste

sentido, problemas que, antes eram percebidos como processos naturais da idade, como simples inconvenientes da vida, como por exemplo, a calvície e os problemas sexuais, são transformados em distúrbios merecedores de intervenções medicamentosas. Os *ups and dows* da vida cotidiana têm sido concebidos como doenças mentais, reclamações comuns são transformadas em condições assustadoras, e um número maior de indivíduos saudáveis passa a ser tratados como pacientes. Timidez passa a ser um sinal de transtorno de ansiedade social, tensão pré-menstrual torna-se uma doença mental, dificuldades sexuais tornam-se disfunções sexuais, as alterações naturais do corpo feminino tornam-se uma doença de deficiência hormonal definida como menopausa. (Moynihan; Cassels, 2005).

No campo da saúde mental, Conrad (2007) destaca o expressivo aumento no número de distúrbios mentais definidos no *Diagnostic and Statistical Manual* (DSM), passando de 106 desordens, na edição de 1952, para 300 no DSM IV, publicado em 1994. A última edição, publicada no ano passado, ultrapassou o número de 300 desordens, trazendo novas classificações como Distúrbio de Hoarding, Transtorno de Compulsão Alimentar Periódica e Transtorno Disruptivo de Desregulação do Humor (popularmente chamado de «birra infantil»).

O psiquiatra Allen Frances, coordenador do DSM IV e um dos maiores críticos do DSM V, em carta ao *New York Times* ressaltou que «as fronteiras da psiquiatria continuam se expandindo; a esfera do normal está encolhendo». Por sua atuação no DSM IV, assume parte da responsabilidade, mas também destaca grande influência da indústria farmacêutica em tal crescimento: «eles venderam a ideia de que problemas da vida cotidiana são realmente distúrbios mentais, causados por desequilíbrio químico e curados por uma pílula». Nas últimas duas décadas, na psiquiatria infantil, verifica-se a triplicação do Transtorno de Déficit de Atenção, o aumento em mais de 20 vezes do Autismo e em 40 vezes o Transtorno Bipolar.

O marketing dos grandes laboratórios farmacêuticos tem cada vez mais direcionado suas estratégias para *the healthy* e *the well*, na expectativa de ampliar o mercado de consumidores, *selling to everyone*. Moynihan e Cassels (2005) expõem várias estratégias implementadas pela indústria farmacêutica para *selling sickness*, sendo duas delas: *brand a medical condition* e *marketing of fear.* A primeira consistiria em não apenas pensar as estratégias de comunicação para venda de um medicamento, mas gerar condições que criem mercados para o consumo do mesmo. Em alguns casos, recupera-se a atenção sobre uma enfermidade pouco contemplada; em outros, uma antiga doença é renomeada e redefinida; e há ainda casos de criação de uma nova disfunção (Moynihan; Cassels, 2005).

O *marketing of fear*, por sua vez, consiste na promoção do medo de uma doença futura ou óbito que poderia ser evitado pelo consumo anterior de medicamentos. No caso do colesterol, a estratégia culminou no maior consumo de medicamentos para redução de colesterol, em relação à qualquer outra categoria, em nações de todo mundo. Os americanos e os canadenses aumentaram em 300% o consumo de tais fármacos, de 1990 a 2000. O colesterol foi construído como o grande inimigo e como uma condição médica, quando, de fato, se trata apenas de um fator de risco, bem como o tabagismo e outros, para ataques cardíacos e/ou outras patologias cardiovasculares. O foco exagerado no colesterol pode implicar no distanciamento da real prevenção (ataque cardíaco e não colesterol alto) e na percepção do colesterol alto como doença (Moynihan; Cassels, 2005). Toda esta atenção parece estar associada ao fato da dislipidemia poder ser contornada pela intervenção medicamentosa.

O *marketing of fear* pode ainda basear-se na produção do anseio de que seus corpos e/ou mentes sofreriam de algum distúrbio ou deficiência ainda não identificado, mas que, uma vez descoberto, deveria ser tratado. É o discurso da evolução do conhecimento científico, com o argumento de que antes haveria um subdiagnóstico e subtratamento, associado à consolidação de novas enfermidades e novos tratamentos que têm crescentemente transformado acontecimentos naturais ou inconvenientes da vida cotidiana em distúrbios que necessitam de intervenção medicamentosa. Trata-se da criação de novas ideias sobre estar/ser doente e sobre as condições desse estado, reforçando, com isso, a relação entres as sensações do indivíduo e o conhecimento médico-científico.

Os executivos do marketing farmacêutico não escrevem as regras de diagnóstico de uma doença, mas cada vez mais subscrevem aqueles que fazem. No caso do colesterol, por exemplo, a redução dos limites de referência do que antes era considerado normal, em quase 90% dos casos, está associada a conflitos de interesses entre a indústria farmacêutica e parte dos médicos responsáveis pela redefinição das diretrizes, seja por serem

funcionários, consultores, *paid speakers* ou pesquisadores financiados pela indústria (Choudhry et al. 2002). As decisões sobre os limites entre o saudável e o doente, complementam Moynihan e Cassels (2005), «estão nas folhas de pagamento das empresas buscando vender medicamentos». Os limites estão sendo construídos de modo cada vez mais amplo, abarcando um número maior de indivíduos/consumidores.
No caso da obesidade, o processo de medicalização se evidencia a partir de fatores diversos: a sua concepção como doença, como fator de risco para doenças coronarianas e a sua associação a transtornos psiquiátricos. Além disso, nas últimas décadas, tem sido verificada uma série de estudos epidemiológicos que revelam aumento da obesidade no mundo, um aumento no número de realização de cirurgias bariátricas, no consumo de medicamentos moderadores de apetites, proposição de tratamentos psiquiátricos e/ou psicológicos, uma série de estudos científicos sobre obesidade como fator de risco para doenças crônico-degenerativas, aumento no número de grupos de apoio e associações, políticas públicas relativas ao combate à obesidade e prevenção da mesma, por meio da promoção da saúde.
O processo de medicalização da obesidade abarca não apenas os profissionais de saúde, em especial os médicos, com poder de diagnóstico e prescrição, mas também o governo, a indústria farmacêutica, os grupos de apoio e a mídia. O presente artigo introduzirá algumas questões relativas à atuação do governo e da mídia.

2.1 Obesidade como doença e política pública

Conrad (2007) destaca que, nas últimas décadas, a obesidade, existente há séculos, passou a ser concebida como doença e não apenas como fator de risco para o desenvolvimento de outras doenças. Enquanto na década de 1970, cirurgiões bariátricos compunham uma exótica e, talvez, estigmatizada especialidade, hoje as cirurgias são cada vez mais comuns. Nos Estados Unidos, o número de bypass gástrico e cirurgias semelhantes aumentou de 20.000 em 1965, para 103.000 em 2003, e para mais de 140.000 em 2004. (Grady, 2004 apud Conrad, 2007). Muitas organizações de gestão da saúde norte-americana perceberam a cirurgia de bypass gástrico como um melhor investimento financeiro para os casos de obesidade mórbida, ao invés de pagar o extenso tratamento de potenciais riscos advindos: diabetes, acidente vascular cerebral, doenças cardiovasculares e problemas músculo-esqueléticos.
Além disso, Conrad (2007) aponta a mudança realizada pela Medicare, programa de seguro de saúde do governo dos Estados Unidos, no modo de conceber a obesidade como uma possibilidade de aumentar o número de pedidos médicos para a realização de procedimentos cirúrgicos. Em 2004, a Medicare revisou sua política de longa data e alterou o trecho que abordava a obesidade como não doença. Com isto, o Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA forneceu uma aprovação oficial à categoria de doença, abrindo portas para a Medicare conceber a obesidade como problema médico.
No Brasil, desde 1999, a cirurgia bariátrica está inserida na tabela de procedimentos do Sistema Único de Saúde – SUS, data em que foi instituída a rede de atendimento ao paciente portador de obesidade mórbida, com a criação de Centros Nacionais de Referência para Cirurgia Bariátrica/Gastroplastia. Em 2001, a cirurgia integrou a lista de procedimentos estratégicos, passando a ser custeado pelo Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC). De 1999 a 2002, houve um aumento de 267% no número de bariátricas realizadas no Brasil. Nos anos subsequentes, o crescimento seguiu evidente. Até 2003, eram realizadas 4 mil cirurgias bariátricas por ano no país; em 2007, o número cresceu consideravelmente para 20 a 25 mil procedimentos, sendo 20% realizado pelo SUS (Figueiredo, 2009). A autora destaca que esta é uma política pública de tratamento à obesidade em si, ao contrário das demais políticas de alimentação implementadas no país com foco na prevenção da obesidade.

2.2 Obesidade, risco e políticas de prevenção

A medicalização da obesidade compreende também a sua percepção como fator de risco para doenças cardiovasculares, diabete, dislipidemia, hipertensão, apneia do sono, síndrome metabólica e câncer. Diante

das pesquisas científicas que comprovam uma epidemia da obesidade, altos índices de mortalidade oriundos de doenças coronarianas, expressivos diagnósticos de hipertensão, diabetes e dislipidemia, bem como novas relações causais entre obesidade e diversos tipos de câncer, a saúde pública implementa políticas com o propósito de mudar tais percentuais.

No âmbito das políticas de alimentação no Brasil, encontram-se ações de prevenção e promoção da saúde, que abarcam a promoção da alimentação saudável, a prevenção e o controle de patologias nutricionais, o monitoramento de ações do marketing de alimento, de terapêuticas e profilaxias de problemas nutricionais, a vigilância de doenças crônicas, o monitoramento de fatores de risco, em suma, a promoção de um estilo de vida saudável. Figueiredo (2009) constrói um panorama de tais iniciativas públicas: Política Nacional de Alimentação e Nutrição (2003); Estratégia Global da Organização Mundial da Saúde para Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde (2004); Tabela de composição de alimentos (2003); Rotulagem de alimentos – publicação de novas resoluções (2003); Guia alimentar (2005); Política Nacional de Promoção da Saúde – PNPS; Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico - Vigitel (2006); e Regulamentação para controle de publicidade de alimentos.

Com a promoção de práticas alimentares saudáveis, verifica-se a lógica de um cuidado crônico, um cuidado com a saúde que precede a necessidade, a descoberta de sintomas e o diagnóstico médico. O risco de contrair uma doença estaria, neste sentido, sendo em si mesmo concebido como doença, na medida em que demandaria cuidado com a saúde, numa lógica distinta dos cuidados demandados na modernidade diante das doenças infectocontagiosas.

Para Lupton (1993), o discurso do risco na saúde pública pode ser divido em duas categorias, que demandaria mais ou menos reponsabilidade individual, a partir do tipo de perigo. A primeira concebe o risco como perigo para saúde de populações expostas a perigos ambientais. A ameaça, neste caso, seria externa e o indivíduo teria pouco controle sobre a mesma. A segunda abordagem trata o risco à saúde como consequência de escolhas de estilo de vida feitas pelo próprio indivíduo, enfatizando com isso a capacidade do controle individual sobre o risco. Neste sentido, indivíduos são estimulados por discursos oficiais da promoção da saúde a avaliarem o risco de contrair a doença para, a partir daí, efetuarem mudanças em seu comportamento. (Lupton, 1993).

A avaliação de risco relativo ao estilo de vida é realizada através de cálculos e programas de *screening* do risco à saúde. Os cálculos, imbuídos de racionalidade técnico-científica, são acionados para legitimar o discurso do risco à saúde em associação ao estilo de vida individual. As campanhas de educação de saúde na mídia visam advertir o indivíduo sobre os riscos à saúde, partindo do entendimento de que conhecimento e *awareness* sobre o perigo de determinados práticas resultaria na não adoção das mesmas (Lupton, 1993). A função moral da noção de fator de risco seria, assim, antecipar arrependimentos (Vaz, 2010). Agir agora para evitar arrependimentos futuros, em virtude das enfermidades que possa vir a ter.

O conceito de fator de risco transforma a experiência subjetiva da doença e a experiência do possível. «O passado age sobre o futuro através da restrição dos possíveis». (Vaz, 2002:144). Estabelece uma conexão entre práticas cotidianas e doenças futuras, colocando o «indivíduo como vítima de seus próprios atos». (Vaz, 2006:92). Neste sentido, Vaz (2006) argumenta que a noção de fator de risco recupera a crença «sofrimento é castigo», com a pressuposição de que toda falha moral recebeu ou receberá punição futura. Seguindo este entendimento do saber médico contemporâneo, o indivíduo que não cuida de sua saúde contrai uma *dívida*, que poderá ser cobrada adiante na forma de doença ou morte prematura. Por outro lado, uma vida saudável recebe o *crédito* com a recompensa futura de prazer duradouro e longevidade. (Vaz, 2006).

Ao contrário da modernidade, em que a busca pela medicina se dava mediante a experiência da enfermidade, hoje, a intervenção pode ocorrer mesmo sem a experiência de qualquer mal-estar. O indivíduo luta para alcançar a normalidade inserindo-se numa lógica de cuidado crônico, sem limites espaciais e temporais (como se tinha nas doenças infectocontagiosas), de alteração de estilo de vida e de privação de prazeres corporais momentâneos. A medicina preventiva antecipa as mais prováveis doenças e formas de morrer, a partir do mapeamento de riscos, indicando, com isso, as limitações que devem ser seguidas no presente com vistas a evitar doenças futuras e morte prematura. A relação causal produzida pela medicina, e evidenciada pela mídia, confere a um futuro provável o estatuto de quase-realidade na definição sobre os modos dos indivíduos agirem, pensarem sobre si, suas ações e seus desejos.

3. Mídia, medicina e governo em *Globo Repórter*

Na cultura contemporânea, experimenta-se a invasão do cotidiano pela ciência e tecnologia, a cientifização da vida e da morte e o estabelecimento de uma nova articulação entre mídia e medicina, de modo que a mídia, com o estatuto social de dizer a verdade, tem ocupado crescentemente o papel na sociedade daquele que adverte sobre os riscos e os meios de contorná-los (Vaz, 2002). A mídia referenda conhecimentos e verdades sobre a obesidade, através de processos discursivos que estabelecem quais são os comportamentos aceitáveis na alimentação, que identificam a obesidade como comportamento desviante e que fornecem instruções sobre os modos de corrigi-la, com base em configurações historicamente determinadas de saber, poder, verdade e subjetivação, contribuindo, com isso, para a conformação de «experiências individuais subjetivas e de conhecimentos pretensamente objetivos». (Freire filho, 2008:91).

Os produtos midiáticos exercem um papel central na construção de discursos que incentivam um comprometimento subjetivo e prazeroso com valores e modos de vida ligados aos padrões estéticos de beleza corporal, à sedução, à alimentação saudável, à busca por métodos para reverter o peso indesejado (dietas, tratamentos psiquiátricos, intervenções medicamentosas e cirúrgicas), aos riscos da alimentação incorreta e da busca do prazer momentâneo.

Parte do corpus da pesquisa do doutorado é composto por reportagens sobre alimentação do programa *Globo Repórter*. Para este texto, optou-se pela análise da edição de 11 de outubro de 2013, que contempla a temática da obesidade. O programa foi veiculado pouco tempo após a divulgação da pesquisa do Ministério da Saúde, Vigitel 2012. O estudo revelou que 51% da população brasileira com mais 18 anos estava acima do peso ideal e 17% classificavam-se como obesos.

A edição em análise é composta por seis reportagens: (1) Nutricionista coordena pesquisa para descobrir o que afasta estudantes da merenda, (2) Jovem perde 30 quilos e luta junto com o namorado contra a obesidade, (3) Lei muda cardápio de escolas e incentiva alimentação saudável em SC, (4) Pesquisa mostra que 51% dos brasileiros têm excesso de peso, (5) Conheça os oito mandamentos para quem busca o equilíbrio na alimentação, e (6) Aprenda a fazer um suco antioxidante e que acelera o metabolismo.

O *Globo Repórter* expõe padrões de comportamentos e estilo de vida que devem ser seguidos pelos brasileiros para o bem viver: alimentação saudável, cuidado com o corpo e com a saúde, educação alimentar e privação de prazeres momentâneos oriundos de uma alimentação fora dos padrões saudáveis. Um estilo de vida fundamentado na produção de verdade do conhecimento científico. Definem-se quais são as identidades desviantes e qual é o padrão de corpo ideal da cultura contemporânea: «Não é à toa que se fala em epidemia. Para onde você olha, pode ser num shopping durante o dia ou no ponto de ônibus na volta do trabalho, lá estão eles: os quilos a mais», destaca a repórter Graziela Azevedo.

A apresentação do gráfico do Ministério da Saúde demonstra que é principalmente na juventude que ocorre o aumento do peso, o qual segue crescendo até a idade adulta «para só voltar a cair, quando a experiência ensina a ter juízo», enfatiza a Azevedo. A experiência a que a repórter se refere é sinalizada no gráfico pelos termos «excesso de peso» e «obesidade». Juízo seria, assim, cuidar ao longo de toda a vida da alimentação e da saúde.

4. O governo está fazendo a parte dele! E você, está fazendo a sua?

Três reportagens do programa contemplam medidas implementadas em cidades brasileiras com vistas a melhorar os hábitos alimentares dos brasileiros. Na cidade de Colombo, região metropolitana de Curitiba, Márcia Stolarski, do departamento de alimentação da secretaria de Educação do Paraná, expõe que 25% dos alunos estão com sobrepeso ou obesidade. Tal fato, nas palavras da entrevistada, «mostrou pra Secretaria de Educação a necessidade de rever cardápios, rever posturas e fazer mais educação nutricional». As imagens do preparo da refeição, acompanhadas do *VO* da repórter Dulcinéia Novaes, demonstram o caráter saudável dos alimentos.

Apesar dos esforços empreendidos, quase metade dos alunos não consome a merenda da escola, fato que motivou a nutricionista Emanuele Valentim a realizar uma pesquisa sobre as razões dos alunos não consumirem

a merenda. «A maior suspeita recai sobre os hábitos alimentares fora da escola: lanches rápidos, sanduíches e muitas frituras». O formato da reportagem sugere que a secretaria de educação está fazendo a parte dela e que a responsabilidade pela má alimentação e excesso de peso estaria nos hábitos alimentarem individuais e no fato de os alunos insistirem em levar alimentos indevidos de casa para a escola:

> VO: Jhonysom Gomes, seis quilos acima do peso ideal traz a mochila recheada de guloseimas.
> Jhonysom apresenta suas guloseimas.
> VO: Mateus e Alex também estão gordinhos. Alex tem 90 quilos, mas deveria pesar no máximo 81.
> Entrevista Alex sobre seus hábitos alimentares.
> VO: A situação de Mateus é ainda mais grave. Tem 96 quilos, quando não poderia passar de 77.
> MATEUS: Falta força de vontade da minha parte também.

A fala de Mateus exemplifica bem a noção de responsabilização do indivíduo pela própria saúde, na medida em que ele assume uma presumida falha/descuido pessoal. O emprego do advérbio «também» desperta curiosidade sobre a fala imediatamente anterior de Mateus, sobre seu raciocínio completo. A edição das falas é um recurso relevante na construção dos sentidos, pois a postura do programa televisivo se torna evidente na seleção do dito e do não dito, da exposição e do apagamento.

De Florianópolis, o repórter Ricardo Von Dorff apresenta os avanços alcançados pela Lei Municipal das cantinas, «iniciativa pioneira no Brasil para tornar mais saudável a alimentação nas escolas», quais sejam: crianças satisfeitas se alimentando de maneira saudável e a qualificação do programa público de alimentação escolar. A implantação e a aceitação do cardápio saudável, entretanto, não foi tão simples. A nutricionista Clarisse Corbelini de Souza atribui a dificuldade aos hábitos alimentares anteriores: «quando a criança lá de pequenininha já experimentou muito sal e muito açúcar, é bem complicado depois a gente reeducar esse hábito alimentar. É bem difícil».

Ora, «se mudar é difícil», diz Von Dorff, «melhor é começar desde cedo no caminho certo»; «o que se planta aqui é educação alimentar; o que se espera colher são hábitos mais saudáveis à mesa pelo resto da vida». Expõe que a alimentação saudável contagiou as crianças das creches municipais que, desde cedo, têm contato com o cultivo de alimentos e com os cardápios saudáveis. Três anos atrás, Florianópolis lançou uma portaria que autoriza o recolhimento por parte dos professores de «guloseimas» levadas pelos alunos para as escolas. Afinal, completa o repórter, «os pratos coloridos, caprichados, nutritivos e saborosos são um direito das crianças e um dever do Estado». Para o real sucesso da educação alimentar, reforça ser necessária a parceria entre escola e família, como que a dizer: se o Estado está fazendo sua parte, depende agora apenas da família adotar o padrão de alimentação e vida propostos. É a proposição de um modo de viver e de educar as crianças.

No Posto de Atenção Primária Santa Marcelina, em São Paulo, a equipe de profissionais realiza exercícios com «a turma dos quilinhos a mais», ensina a fazer horta em casa para economizar nas despesas domésticas e fornece orientações para aqueles que desejam ou precisam emagrecer por recomendação médica. Aos pacientes, cabe seguir as recomendações dos profissionais de saúde.

5. O estatuto da verdade

Na primeira reportagem, após breve apresentação da pesquisa, a nutricionista expõe um de seus achados: a sugestão dos alunos de inserção de batata frita, pizza e refrigerante no cardápio escolar. A jornalista manifesta-se: «Tudo que não pode». A pesquisadora reforça: «Tudo que não pode». À pesquisadora é conferida autoridade e o estatuto de dizer a verdade. Os casos apresentados, logo em seguida, dos três alunos Jhonysom, Alex e Mateus, já descritos no tópico anterior, reforçam a afirmação da pesquisadora. O depoimento de Mateus é seguido de enquadramento fechado na tela do computador: quadro preto com um gráfico e seu título «Preferências

alimentares». Através da tela em foco, é possível visualizar o rosto da nutricionista – autoridade científica e voz especialista da matéria.
Nas demais reportagens, o conhecimento científico é repetidamente acionado para embasamento do padrão de comportamento defendido como ideal: pesquisadora da UFSC Cristine Garcia Gabriel, pesquisadora da USP Ana Clara Duran e várias nutricionistas são fontes das reportagens. A apresentação da pirâmide dos alimentos – «base para o calendário saudável» – e a aula da nutricionista sobre a receita do suco verde reforçam este aspecto.
Em reportagem, o comerciante José Nilton de Sousa disse que estava acostumado a vender salgadinho, batata-frita, doce, bala, chocolate, mas, há pouco mais de um ano, percebeu a demanda por frutas e verduras e passou a comercializar tais produtos. Comenta que a «rapaziada não liga muito pra isso, talvez depois de uma certa idade é que eles vão acabar vendo que é *verdade*, que tem que consumir mais frutas». A fala do comerciante é interessante pela naturalidade com que faz o emprego da palavra verdade. O discurso da alimentação saudável está internalizado e é recebido como verdade. A repórter evidencia o estatuto de verdade do discurso: «Tomara que a descoberta não demore demais».

6. Gestão das emoções na luta contra a obesidade

As reportagens constroem a obesidade como sofrimento de responsabilidade do indivíduo, colocando-a como consequência do prazer descuidado. Deste modo, confere ao indivíduo a responsabilidade de gerir suas emoções no cuidado com a sua saúde. Duas matérias contemplam histórias de mulheres que convivem lado a lado com as tentações dos cardápios calóricos da família e do marido.
A história de Diana Lemos começa a ser narrada enquanto ela faz exercícios de musculação na academia. Hoje, Diana «*luta* contra a balança à custa de muito suor». É preciso esforço, suor e força de vontade para alcançar o tão almejado sucesso. Tem 78kg, mas «já chegou a ter 92 quilos!» Sentada em um aparelho da academia, Diana Lemos narra sua história. Conta que quando tinha 15 anos, tentou vestir sua maior calça, mas «ela não entrava e, quando entrou ficou atarracada assim. Eu me desesperei. Comecei a chorar. Fiquei desesperada».
Diana parou de comer, exercitava-se até 5 horas diariamente na academia, chegando a perder 30kg em poucos meses. Duas fotos dela são mostradas: uma fazendo pose e outra com modelo de roupa que deixa a barriga exposta. A repórter conta que ela perdeu os quilos, mas também a sua saúde. Com a mesma rapidez que emagreceu, engordou tudo novamente. «O efeito sanfona foi, assim, meio drástico», comenta a estudante. Hoje, com acompanhamento médico, Diana segue emagrecendo de modo saudável. Mostra uma calça que usava, enquanto obesa, e compara com seu corpo atual. Tem-se aqui a legitimação do conhecimento científico: é preciso a procura de um profissional para indicar o tratamento necessário. Diana recuperou os quilos perdidos, porque não recebeu o tratamento necessário. Não mudou a sua relação com a comida. Agora, com orientação profissional, Diana realiza uma «dieta rigorosa» e se controla mesmo com «o inimigo dentro de casa».
Pai, mãe e irmão obesos preparam o «churrascão do domingo» com muita comida gordurosa. «Família e amigos reunidos para uma grande comilança, mas Diana resiste», narra a jornalista. Na cabeceira da mesa, Diana prepara seu prato com salada, arroz e legumes. Serve a sobremesa para a família, mas não come, mesmo diante das provocações do irmão – «dá uma cheirada» – e do pai, que leva a colher próximo a boca de Diana. Nas duas situações, ela é firme em sua resposta: «eu não quero». A repórter destaca: «É mesmo uma prova de fogo nessa família de peso». E avalia com rigor a família: «*acomodados*, nem um pouco preocupados com o que vai a mesa». Além do estatuto daquele que diz a verdade, a mídia adquire autoridade para *avaliar* padrões de comportamentos, apontando estilos de vida ideais e problemáticos, bem como os meios para contornar hábitos prejudiciais à saúde.
Seu «único aliado na luta contra a balança» é o namorado Tiago que «também teve que entrar na linha». O *VO* acompanha a imagem do casal comendo, juntos, uma fruta. Diana, que sorrir pouquíssimo ao longo da matéria, abre o sorriso nos minutos finais da reportagem ao dizer que não quer participar da história da família – «eu quero ser fininha» – e ao vibrar pelo sucesso de sua jornada: «Tô *vencendo*, graças a Deus! »

No decorrer da reportagem, observa-se o emprego de linguagem bélica – «luta contra os quilos a mais» e «vencer» – tanto por parte da repórter, quanto por parte da entrevistada, para se referir ao tratamento da obesidade. Isto pode estar atrelado aos juízos de valores imbuídos no diagnóstico da obesidade, à percepção da mesma como inimigo a ser combatido e à atribuição de responsabilidade ao indivíduo tanto pela enfermidade, quanto pelo tratamento.

A história da segunda estudante Marcélia também é narrada com o uso de metáfora de guerra: «venci a guerra contra a obesidade. Perdi quase 40 kg em um ano». Assim como Diana, sua história começa a ser narrada com imagens da estudante praticando exercícios físicos na academia. A repórter Zileide Silva ressalta: «com determinação, é possível mudar de vida e reverter um diagnóstico médico assustador». Após receber o diagnóstico médico de que não viverei nem mais 40 anos, Marcélia encarou o processo de reeducação alimentar. Enquanto prepara sua salada, cozinha a macarronada de seu marido; no supermercado, cada um preenche um carrinho de compras com seus produtos alimentícios. Zileide Silva expõe que conviver com o marido foi um «autoteste», foi importante conviver com a tentação ao lado. «Acho que a gente só consegue se reeducar se a gente conviver com a comida», reforça a estudante. As similaridades nas histórias de Diana e Zileide se revelam no reforço do autocontrole, diante das tentações.

A apresentação de testemunhos e relatos de casos visa estimular a mudança de comportamento, (a) por meio da sugestão de que a saúde do indivíduo seria afetada, caso opte pela inércia em relação à sua condição de obeso ou (b) por meio da provocação de temor e/ou angústia, no caso da estudante Marcélia. Incentiva-se a mudança de comportamento, para que, deste modo, conforme o discurso do programa, se viva melhor, alcançando não apenas saúde, mas também qualidade de vida, autoestima, aceitação e sucesso profissional.

Em contraponto à determinação mostrada pelas estudantes, a repórter Zileide Silva apresenta a realidade de mais da metade dos brasileiros fazendo referência à pesquisa do Ministério da Saúde. O título da reportagem é «Pesquisa mostra que 51% dos brasileiros têm excesso de peso». Inicia a reportagem com o texto «Umas gordurinhas aqui, outras ali. Barrigas um tanto assim avantajadas, exageradas. Preguiça. Cadê disposição pra exercício? Juntou tudo: engordamos. Não foi de repente não. Há anos, o Brasil está engordando, mas nunca tanto». Logo em seguida, Deborah Malta, do Ministério da Saúde expõe o dado da nova pesquisa. A repórter logo intervém e evidencia o resultado encontrado «quer dizer que um em cada dois brasileiros está com excesso de peso?».

A reportagem segue com a narração da história da família Silva, formada por avós, filho, esposa e neto obesos. Zileide Silva: «Diguinho come bem até demais, se diverte comendo, mas no parque, conversando, desabafa. Estar gordo não é fácil». O menino Diguinho de 9 anos comenta: «me xingam de baleia, um montão de coisas». A repórter dialoga com ele: «E tudo é chato né? Você fica magoado, você chora quando isso acontece?». Com lágrimas nos olhos, Diguinho esconde o rosto em sua camisa e enxuga as lágrimas. Do «bullying na escola», Zileide Silva aborda o «preconceito no mercado de trabalho», a partir da história do pai de Diguinho, que revela ter sofrido rejeições em entrevistas de emprego, por estar com excesso de peso. É o jogo do prazer presente e da consequência futura, prazer momentâneo *versus* longevidade e felicidade.

«O prazer instantâneo das coisas doces e gordurosas, a pressa e a falta de disposição para a cozinha – esses são alguns dos ingredientes por trás da mudança das silhuetas dos brasileiros». O fator «prazer instantâneo das coisas doces e gordurosas» aponta para a capacidade dos indivíduos lidarem com as suas emoções e seus desejos, propondo a primazia do autocontrole e do gerenciamento de suas emoções. Dependeria do indivíduo controlar-se e a não ingerir doces e comidas gordurosas. O texto coloca o problema de saúde ao alcance da ação do indivíduo, simplificando, com isso, sua causalidade e os modos de lidar com o mesmo.

O benefício da «luta contra a obesidade» é «saúde, qualidade de vida e autoestima», nas palavras da repórter. Constrói-se a ideia de que a vida do indivíduo seria afetada pelo emagrecimento e pela adoção de comportamentos saudáveis na alimentação. A ingestão patológica da comida proveria uma satisfação momentânea dos prazeres – talvez um alívio momentâneo da ansiedade e das instabilidades emocionais –, ao passo em que o controle sobre as práticas alimentares representaria o bem viver, a vida duradoura, mais prazeres futuros, o alívio de sofrimentos oriundos de enfermidades, a aceitação, o sucesso profissional e o alcance da felicidade.

Diante das incertezas da cultura contemporânea, o discurso do risco aparece como elemento central para ação racional, afetando corpos e processos psíquicos. Na dimensão racional do risco, o futuro seria calculável e

dependeria das ações individuais e do controle das mesmas, isto é, do controle da dimensão psíquica que incita o indivíduo a buscar o prazer imediato, mesmo que atrelado a comportamentos descuidados, que poderiam conduzir a uma enfermidade ou à morte prematura. Nas notícias de alimentação, o sofrimento e a morte aparecem como evitáveis, mediante a adoção de comportamentos saudáveis e moderados em relação ao prazer. A moderação se daria como recompensa futura advinda da multiplicação dos prazeres pela longevidade.

Referências

CONRAD, P. (1992), "Medicalization and social control". *Annu. Rev. Sociol*, 18, pp. 209-32

CONRAD, P. (2007), *The Medicalization of Society - On the Transformation of Human Conditions into Treatable Disorders,* Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

DELEUZE, G. (2010), *Conversações*, São Paulo: Ed. 34.

FIGUEIREDO, S. P. (2009). *Medicalização da obesidade: a epidemia em notícia.* Tese de doutoramento, Campinas: Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas.

FOUCAULT, M. (1979), *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Edições Graal.

FOUCAULT, M. (1988), *A história da sexualidade - A vontade de saber*, Rio de Janeiro: Edições Graal.

FOUCAULT, M. (2010), *Os anormais,* São Paulo: Editora WMFMartins Fontes.

FREIRE FILHO, J. (2008), "Mídia, subjetividade e poder: Construindo os Cidadãos-Consumidores do Novo Milênio". *Lugar Comum – estudos de mídia, cultura e democracia*, 25-26, pp. 89-103. Disponível em: *http://uninomade.net/wpcontent/files_mf/110810120915M%C3%ADdia%20Subjetividade%20e%20Poder%20-%20Jo%C3%A3o%20Freire%20Filho.pdf*, [consultado em 22-8-2013].

LUPTON, D. (1993), "Risk as moral danger: the social and political functions of risk discourse in public health". *International Journal of Health Services*, 23 (3), pp.425-435.

MOYNIHAN, R., CASSELS, A. (2005), *Selling Sickness: how drugs companies are turning us all into patients*, Australia: Allen&Unwin.

VAZ, P. (2002), "Um corpo com futuro". In: A. Pacheco, G. Cocco, P. Vaz (orgs.), *O trabalho da multidão*, Rio de Janeiro: Gryphus, pp. 121-146.

VAZ, P. (2006), "As narrativas midiáticas sobre cuidados com a saúde e a construção da subjetividade contemporânea". *LOGOS 25: corpo e contemporaneidade*, 13 (2).

VAZ, P. (2010), "A vida feliz das vítimas". In: J. Freire Filho (org.), *Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade*, Rio de Janeiro: Editora FGV.

VAZ, P. (2014). "Na distância do preconceituoso: narrativas de bullying por celebridades e a subjetividade contemporânea". *Anais do XXIII Encontro Anual da Compós,* pp. 1-16.

Discursos sobre o Sistema Único de Saúde do Brasil nas campanhas de mobilização à AIDS[1]

Stéphanie Lyanie de Melo e Costa
lyanie@gmail.com

Lorena Goretti Carvalho Barroso
lorenagoretticb@gmail.com

Resumo: As campanhas mais recentes de mobilização à aids (síndrome da imunodeficiência adquirida) realizadas pelo Ministério da Saúde do Brasil mencionam serviços gratuitos de testagem ao HIV (vírus da imunodeficiência humana) e de tratamento contra a aids, mas o Sistema Único de Saúde (SUS) – do qual esses serviços fazem parte – é geralmente mencionado apenas por meio do seu logotipo. No entanto, o SUS ganhou destaque na campanha de prevenção à aids do carnaval de 2012, com a adição do *slogan* «SUS também é prevenção». Este trabalho visa, através do aporte teórico-metodológico da análise de discurso franco-brasileira (Michel Pechêux e Eni Orlandi), identificar os sentidos sobre o SUS, presentes e silenciados, nessa campanha de 2012.

Palavras-chave: Campanhas de saúde; Aids; SUS; Análise de Discurso.

1. Introdução

No Brasil, a partir de fins da década de 1980 e início da década de 1990 o Estado passou a realizar mais recorrentemente campanhas públicas de mobilização social contra o HIV/AIDS[2] (vírus da imunodeficiência humana/síndrome da imunodeficiência adquirida). Nas campanhas mais recentes de autoria do Ministério da Saúde (MS), nota-se a menção a serviços gratuitos de testagem ao HIV, de distribuição de preservativos e de tratamento contra a aids, mas o SUS (Sistema Único de Saúde) – do qual esses serviços fazem parte – é geralmente mencionado apenas por meio do seu logotipo. No entanto, o SUS ganhou destaque na campanha de prevenção à aids do carnaval de 2012, com a adição do *slogan* «SUS também é prevenção».
Visamos neste artigo[3] identificar os sentidos sobre o SUS, presentes e silenciados, nesta campanha de 2012, através do aporte teórico-metodológico da análise de discurso franco-brasileira, que se constituiu a partir de derivações de Eni Orlandi (2005) sobre o trabalho do grupo de pesquisadores constituído nos anos 1970 por Michel Pêcheux (1997). Nossa primeira hipótese é de que esse *slogan* busca negociar com outros sentidos sobre o SUS, segundo os quais ele seria ineficiente, meramente curativo – muitas vezes propagados em coberturas jornalísticas e bastante circulantes entre a população brasileira. Nossa segunda hipótese é de que as campanhas de mobilização à aids anteriores, ao não destacarem o SUS, deixavam de correlacioná-lo aos serviços de saúde anunciados e, portanto, contribuíram para o silenciamento de sentidos mais positivos em relação a ele. Também verificamos que o *slogan* não foi utilizado em outras campanhas de saúde de foco preventivo – quais as possíveis causas disso? Ao investigar estas questões, visamos também entender quais relações de poder

---

1 Artigo submetido para o Grupo de Trabalho 68: Informação, Comunicação e Saúde em Países Lusófonos, do 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa e do XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro (CONLAB 2015).

2 Seguiremos o padrão de grafia para o termo «aids» adotado pelo Ministério da Saúde, deliberado em 1999 pela Comissão Nacional de Aids (seu órgão assessor para assuntos de aids e DSTs) (Guerriero, 2001: 10).

3 Este artigo reúne resultados inéditos de duas pesquisas de mestrado mais amplas – uma sobre as campanhas de prevenção à aids, já concluída, e outra sobre os sentidos acerca do SUS veiculados nos meios de comunicação, em andamento.

estão materializadas nas relações de sentido presentes na campanha, mostrando o papel ativo da comunicação na construção da realidade.

Este artigo estrutura-se da seguinte forma: na primeira seção, mostraremos brevemente a forte relação entre o combate à aids no Brasil e a constituição do SUS. Depois, abordaremos a economia de sentidos sobre o SUS circulante entre a população nacional – veiculados principalmente atráves do discurso jornalístico – com os quais a campanha busca dialogar. Em seguida, faremos uma análise discursiva do *slogan* da campanha, buscando responder às nossas hipóteses e questionamentos.

2. A constituição do SUS e o combate à aids no Brasil

Desde o início do século XX no Brasil, quando despontava a industrialização no país, a saúde passou a ser vista como questão social que exigia o envolvimento da sociedade e do poder público (Paim, 2009: 27). Ao longo do século, a preocupação com o tema ganhou mais espaço, bem como a ideia de uma prática política voltada para a mudança das relações sociais, tomando a saúde como referência – processo que resultou, em meados dos anos 1970, no movimento que ficou conhecido como Reforma Sanitária Brasileira (RSB). Inicialmente, a RSB era comandada por um grupo restrito de intelectuais, médicos e autoridades políticas do setor da saúde e posteriormente, incorporou entidades de movimentos sociais urbanos, o que a fortaleceu em plena ditadura militar (Paim, 2008).

A epidemia de HIV/AIDS foi um dos grandes acontecimentos de saúde que afetaram mundialmente nossa sociedade. Ela surgiu em um contexto político global caracterizado pela emergência de governos conservadores nos países hegemônicos (como Ronald Reagan, nos EUA, e Margareth Thatcher, no Reino Unido), os quais reagiram a ela «por meio de negação, protelação, e, em uma etapa posterior, debates ásperos, quando não conflitos explícitos» (Bastos, 2006: 46-47). No Brasil, ela emergiu em meados da década de 1980, em um contexto marcado por mazelas sociais – frutos da rápida urbanização e do modelo econômico baseado na dívida externa, adotado durante o regime militar – e pelo que, para alguns autores, foi uma extensa deterioração dos sistemas de saúde (Castro & Silva, 2005: 164-165). A conjuntura econômica do país não auxiliava a um melhor investimento em bem-estar. «No Brasil, a renegociação da dívida externa e um processo intenso de inflação e de instabilidade dos mercados constituíam empecilhos para a implementação de políticas sociais como educação e saúde» (Castro & Silva, 2005: 74).

Em 1983[4] foram reportados primeiros casos de aids no país, quando internacionalmente já se havia cunhado o termo «AIDS» e reconhecido o HIV como o seu agente etiológico – sem, todavia, existir tratamento à síndrome (Nascimento, 2005: 85). Por serem ainda poucos os casos, e principalmente entre HSH (homens que fazem sexo com homens) – público altamente discriminado, inclusive pelas políticas públicas –, não despertaram tão rapidamente uma resposta da parte do governo brasileiro[5].

Apenas em 1986, principalmente quando a aids passou a acometer heterossexuais, crianças e hemofílicos, o Brasil, encorajado pelo Programa Mundial de Aids da OMS (Organização Mundial da Saúde) e pela OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde), lançou oficialmente o Programa Nacional de DST e Aids[6]. Seus

---

4 Isso segundo anunciava a *Folha de S. Paulo*, em junho de 1983 (Nascimento, 2005: 87). Hoje, entretanto, sabe-se que o primeiro caso de Aids foi em 1980 (Galvão, 2002: 78).

5 Em 1985, Carlos Santana, então ministro da saúde, declarou à imprensa que, para o Governo federal, a aids, apesar de preocupante, não era prioritária no país (Nascimento, 2005: 123).

6 «Somente em 1985, em resposta a uma grande pressão internacional, o governo brasileiro aprovou a portaria que determinou a criação de um Programa Nacional de Combate à Aids, a ser elaborado por uma divisão nacional de controle de DST e Aids, dentro do Ministério da Saúde. E foi em 1986 que essa nova divisão começou a funcionar, de forma relativamente limitada, e a trabalhar no desenvolvimento de um plano inicial de cinco anos, visando orientar a resposta do Ministério da Saúde à epidemia até 1991» (Castro & Silva, 2005: 165).

idealizadores[7] nutriam-se daquele novo ideário de saúde coletiva e pública, fomentado desde os anos 1970 no âmbito da RSB. Esta almejava um modelo de saúde pública atrelado a um sistema de seguridade social; entendia a saúde como «direito de todos e dever do Estado», e fomentava a ideia da entrada da sociedade civil na gestão do sistema público de saúde, exercendo o controle social (Brito & Pedrosa, 2011: 35; Barbosa, 2011: 72).

Em 1986, com a democracia restabelecida no país, aconteceu o grande marco desse movimento de reforma sanitária: a 8ª Conferência Nacional de Saúde (Brasil, 1986), realizada em Brasília e presidida pelo intelectual e militante da saúde pública brasileira, Sérgio Arouca. Pela primeira vez na conferência, reuniram-se – ademais aos médicos, intelectuais e técnicos do setor – representantes da população usuária dos serviços, de entidades sindicais, associativas e religiosas, bem como se entendeu a saúde em sua definição afirmativa: não como a mera ausência de doenças, mas como um direito de cidadania, não mais adquirido apenas pela condição de trabalhador (Cardoso, 2001: 63-64).

> Saúde passou a ser definida quase como um direito-síntese, índice do acesso da população a tantos outros, como o direito ao emprego e salário digno, moradia, transporte, lazer, educação; o direito de estar informado e de expressar suas opiniões, de participar da vida política e da definição das políticas públicas – um dos muitos caminhos por onde é possível aproximar-se ou afastar-se de condições de vida mais saudáveis (Cardoso, 2001: 64).

As propostas da 8ª Conferência Nacional de Saúde foram discutidas na Assembleia Nacional Constituinte, e a nova Constituição da República, promulgada em 1988, estabeleceu que «a saúde é direito de todos e dever do estado» (Brasil, 1988), fazendo referência à garantia do «acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação». Com base nesses princípios, foi criado o SUS – considerado a materialidade institucional da RBS (Paim, 2008) –, integrado por um conjunto de ações e serviços públicos, organizados em rede, de forma regionalizada e hierarquizada. O direito à saúde no Brasil não se limita à assistência médico-curativa: ele se estende à prevenção de doenças, ao controle de riscos e à promoção da saúde (Paim, 2009).

Antes de o SUS existir, o sistema de saúde pública vigente, sob a responsabilidade do já extinto INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social), garantia atendimento apenas a trabalhadores com carteiras assinadas, ou a quem podia pagar por consultas com médicos particulares. O restante da população (a maioria) recorria ao atendimento gratuito, mas precário, das Santas Casas, postos de saúde ou mesmo hospitais universitários (Castro & Silva, 2005: 521).

A história do combate à aids no Brasil está fortemente atrelada à redemocratização e ao movimento da reforma sanitária que culminou na criação do SUS. Se hoje a resposta brasileira à epidemia é reconhecida internacionalmente como um exemplo de sucesso, isso se deve aos serviços conquistados dentro e pelo SUS. Igualmente, o atual cenário socioeconômico internacional (marcado pelo que alguns críticos da fase recente do capitalismo chamam de neoliberalismo) ameaça a sustentabilidade das ações de saúde pública nos países (inclusive nos ditos desenvolvidos) e exerce, consequentemente, influência direta nas ações de enfrentamento à aids. Hoje, talvez mais do que antes, cobra-se do Estado a gestão mais eficiente da (pouca) verba destinada à Saúde – ao mesmo tempo em que almeja-se a ampliação da cobertura de saúde pública para uma maior parcela da população nacional, crescente. É neste imbróglio que surgem discursos midiáticos críticos sobre a eficiência do SUS – os quais o MS busca refutar com a campanha de prevenção à aids de 2012.

---

7 Vamos denominar, ao longo deste artigo, de Programa Nacional (de Aids) o programa brasileiro de enfrentamento à aids no âmbito federal, uma vez que, desde sua criação, ele recebeu várias denominações, como: Programa Nacional da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, Programa Nacional de Controle e Prevenção da Aids, Programa Nacional de DST/AIDS, Divisão Nacional de DST/AIDS, Coordenação Nacional de DST e Aids, Departamento de DST, Aids e Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais.

3. Imprensa e discursos sobre o SUS

O poder simbólico, que tem a mídia como importante vetor, «é o poder de fazer ver e fazer crer» (Bourdieu, 1989). Os meios de comunicação apropriam-se de saberes e de regimes de verdades que trazem significações e sentidos a determinadas práticas sociais caraterizadas enquanto campo, como é o caso da saúde. Desta forma, percebe-se o caráter determinante da comunicação na mediação, produção, manutenção e transformação dos sentidos de saúde, movimentando as relações semânticas do campo, constituído singularmente de relações de poder.

Segundo Oliveira (2000: 74), há a necessidade de se «compreender de que maneira uma percepção social mais ampla, presente na mídia, se articula e transforma outros processos comunicacionais vivenciados na arena social». Essa perspectiva contribui para o entendimento sobre os sentidos de saúde e de SUS produzidos e transformados pelos discursos da comunicação. A sociedade brasileira passa a encarar as questões de saúde como um de seus principais interesses, e a mídia tem papel importante nesse processo – sendo, talvez, a principal produtora de sentidos de saúde (Araújo, 2013: 07) e de sentidos sobre o modelo brasileiro de saúde coletiva atual, o SUS.

As redes de atendimento do SUS não são suficientemente reconhecidas pelos meios de comunicação e, consequentemente, pela sociedade, como pondera a pesquisadora Janine Cardoso (Rede Câncer, 2007: 17). Segundo ela, a mídia mostra-se desatenta e até mesmo despreparada para tratar as questões relativas à saúde. A estudiosa atribui esses problemas à formação dos profissionais de ambas as áreas: «Na saúde, escolas e faculdades preparam profissionais para orientar e normatizar, não para dialogar. Falta saúde na formação dos comunicadores e comunicação na formação dos profissionais da saúde».

Assim, os estudiosos de Comunicação e Saúde atestam a existência de uma percepção coletiva da população sobre a saúde pública/SUS relacionada a problemas de acesso, assistência, atendimento e qualidade. Outro ponto diz respeito à apreensão popular de qual é seu real papel como agente da mudança no sistema brasileiro de saúde, principalmente no campo político: «em boa medida, as formas de apreensão política do significado do SUS têm a ver com os processos comunicacionais desenvolvidos» (Oliveira, 2000: 72).

Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea, 2011) mostra que, em 2011, o SUS obteve aprovação como ótimo e bom por cerca de 30% dos entrevistados, obtendo conceito regular por mais de 40% entre aqueles que já recorreram aos seus serviços – melhor avaliação do que entre aqueles que não usam o sistema. Outros dados, trazidos por pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (CNI-Ibope, 2012)[8] realizada no ano seguinte (2012), mostram que mais da metade dos brasileiros dizem-se insatisfeitos com os serviços prestados pelo SUS, tendo-o como único ou principal fornecedor de serviços de saúde.

Relacionada a essa insatisfação da população está uma questão política amplamente enfatizada pelos meios de comunicação. Ao SUS são comumente associadas mazelas e dificuldades do setor, quase sempre a partir de uma «suposta ineficiência do Estado, incompetência das autoridades ou dos profissionais da área, levando à construção de uma ordem simbólica pouco reflexiva sobre o campo da política de saúde representada pelo SUS» (Oliveira, 2000: 72).

Destarte, nossa hipótese central é de que a imagem pública construída a respeito da saúde, atestada pelos institutos de pesquisa, pode estar em dissonância com relação aos avanços da saúde no país. Acredita-se que o efeito das mediações promovidas pelos meios de comunicação, assim como as relações de saber-poder advindas do campo da saúde, interferem decisivamente na constituição da imagem pública do SUS e atuam, inclusive, na percepção social de saúde e na avaliação dos usuários a respeito da qualidade dos serviços oferecidos à população.

8Segundo esta pesquisa Ibope, realizada a pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e divulgada em janeiro de 2012, 61% dos brasileiros consideram o serviço público de saúde «péssimo» ou «ruim», sendo que 68% deles têm a rede pública como único ou principal fornecedor de serviços de saúde.

4. Análise discursiva do *slogan*

O *slogan* «SUS também é prevenção» foi veiculado nas peças da campanha de carnaval de 2012 do MS[9]. Curiosamente, foi a única vez em que foi veiculado, não se repetindo sequer na campanha de dia mundial de luta contra a aids daquele mesmo ano[10]. Nosso esforço, aqui, é buscar entender por que foi utilizado este *slogan*, e não outro; por que apenas na campanha contra a aids, e não em outras campanhas de prevenção feitas pelo SUS (como de vacinação, de incentivo ao pré-natal etc.); e por que apenas na campanha do carnaval. Ao desvendarmos estas questões, necessariamente estaremos perpassando o fio das relações de poder na sociedade que tecem esse discurso, pois, em Análise de Discurso (AD), a língua é concebida como espaço de acordos e conflitos, estruturante das relações de poder (Araújo, 2009: 44); ela é a materialidade específica do discurso que, por sua vez, é a materialidade específica da ideologia (Orlandi, 2005: 17).

Cartaz que compôs a campanha de prevenção ao HIV/AIDS do carnaval de 2012, elaborada pelo Ministério da Saúde do Brasil. Fonte: Ministério da Saúde, Brasil.

A AD busca compreender, a partir de uma materialidade dada (neste caso, o *slogan*), formações imaginárias (o jogo de antecipação dos interlocutores[11]), formações discursivas (ou relações de sentido) e formações ideológicas (ou relações de poder). E compreende que as relações de sentido são equívocas (ou seja, há a possibilidade de o sentido ser sempre outro[12]), móveis e sempre em processo histórico, embora esta «movência» procure ser contida pelas instituições.

---

9 Veja todas as peças da campanha de prevenção à aids feita pelo Ministério da Saúde para o carnaval de 2012 em: <*http://www.aids.gov.br/campanhas/2012/carnaval*>. Acesso em 11 ago 2014.

10 As campanhas de mobilização social à aids feitas pelo Ministério da Saúde são veiculadas em duas épocas do ano principais: carnaval e dia mundial de luta contra a aids (em 1º de dezembro).

11 Corresponde à pré-ideia que o enunciador tem de quem é o seu interlocutor.

12 Portanto, «equívoco», para a Análise de Discurso, não tem o mesmo significado negativo atribuído à palavra em seu uso habitual na língua portuguesa.

> Movimentos dos sentidos, errância dos sujeitos, lugares provisórios de conjunção e dispersão, de unidade e de diversidade, de indistinção, de incerteza, de trajetos, de ancoragem e de vestígios: isto é discurso, isto é o ritual da palavra. Mesmo o das que não se dizem. De um lado, é na movência, na provisoriedade que os sujeitos e os sentidos se estabelecem, de outro, eles se estabilizam, se cristalizam, permanecem. Paralelamente, se, de um lado, há imprevisibilidade na relação dos sujeitos com o sentido, da linguagem com o mundo, toda formação social, no entanto, tem formas de controle da interpretação, que são historicamente determinadas (Orlandi, 2005: 10).

Os debates que há 26 anos vêm se realizando sobre o SUS são um ótimo lugar de observação da movência dos discursos sobre a saúde pública brasileira. Não só porque apontam o lugar de interpretação de cada agente social envolvido no debate, como também mostram os deslocamentos constantes que um mesmo agente (por exemplo, o próprio MS) faz ao longo da história. Tanto instituições quanto indivíduos, ao ocuparem estas posições discursivas – provisórias, sujeitas aos processos históricos, marcadas por incompletude, deslocamentos e rupturas –, produzem, reproduzem e deslocam sentidos, igualmente.

Entretanto, a interpretação, embora equívoca, não é livre, pois há uma política do sentido, que deve ser considerada. A produção do discurso é desigualmente distribuída na formação social (Foucault, 1996), já que não é todo mundo que pode interpretar de acordo com sua vontade: «há especialistas, há um corpo social a quem se delegam poderes de interpretar (logo de 'atribuir' sentidos), tais como o juiz, o professor, o advogado, o padre, etc.» (Orlandi, 2005: 10) – e, acrescentamos, a mídia noticiosa e o próprio Ministério da Saúde. Há modos de se interpretar, sempre «administrados» na história, nunca soltos. As instituições midiáticas e de governo são influentes «administradoras» de sentidos para uma sociedade.

Assim, o discurso, enquanto prática social, é o espaço no qual se dá a luta pelo poder e pela univocidade da interpretação, própria a qualquer comunicador, a qualquer falante. Daí o conceito de regularidade discursiva (Foucault, 2009), que permite dar conta dos regimes de verdade e das relações poder/saber: um padrão de comunicação que se sustenta no tempo, no qual se expressa uma maneira especial de entender, representar e transmitir o sentido da realidade.

Portanto, quando entendemos o efeito da ideologia na linguagem, percebemos que a produção do discurso e suas múltiplas possibilidades de interpretação são necessariamente reguladas, por um conjunto de regras anônimas e historicamente determinadas que se impõe a todo sujeito. Um sentido é sempre aquilo que poderia ser dito, naquela conjuntura específica, por aquele sujeito (indivíduo ou instituição) em particular, instado ideologicamente a dizer uma coisa e não outra. No caso do *slogan*, fica-nos claro que ele foi construído para buscar refutar outros sentidos sobre o SUS (vistos na seção anterior), segundo os quais ele seria ineficiente, meramente curativo – muitas vezes propagados em coberturas jornalísticas e bastante circulantes entre a população brasileira. A partícula «também», escrita no *slogan*, busca dialogar com uma outra formação discursiva, bastante presente na imprensa brasileira, segundo a qual o SUS é ineficaz por, muitas vezes, negligenciar as ações preventivas e ter, como consequência, uma sobrecarga nos serviços curativos.

Discorrer sobre o SUS é discorrer também sobre sentidos de saúde. Tanto a Medicina, enquanto disciplina, quanto as noções de cuidado, doença, clínica, tratamento e cura existem há séculos. Porém, foi só após o fim da Segunda Guerra Mundial que a «saúde» passou a ter uma definição cunhada pela Organização Mundial da Saúde: «estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não meramente ausência de doença ou incapacidade» (Almeida Filho, 2011: 8). Apesar de esta definição ser considerada oficial e ser amplamente utilizada até os dias atuais, sua grande abrangência acaba por dificultar o claro entendimento do que realmente caracteriza um estado de saúde que não a partir da ausência de doença.

Baseado nesta e em outras questões em torno dos conceitos e da definição de saúde, Almeida Filho (2011: 48) destaca uma omissão da sociologia médica em construir uma teoria geral da saúde capaz de superar o modelo biomédico dominante. E é esse fator que, segundo ele, impossibilita uma conceituação coletiva da saúde que fuja da perspectiva reducionista de ser apenas o somatório de ausência de doenças.

A ideologia do movimento preventivista, no qual se baseiam as políticas de saúde pública atuais, iniciou-se pela caracterização de seu oponente – a medicina curativa: «[...] uma prática médica que se esgota no diagnóstico e

terapêutica, onde a prevenção e a reabilitação são secundárias, sendo, finalmente, a medicina que privilegia a doença e a morte contra a saúde e a vida» (Arouca, 1975: 13). Sob este prisma, portanto, a medicina curativa é uma prática ineficiente, visto que «centralizou-se na intervenção terapêutica, descuidando-se da prevenção da ocorrência, o que levou inevitavelmente ao encarecimento da atenção médica e à redução do seu rendimento. A medicina curativa, portanto, caracteriza-se pela ausência de racionalidade» (Arouca, 1975: 13). Ora, é esta ideologia preventivista e este conceito de saúde que subjaz as críticas da imprensa sobre o funcionamento do SUS – em coberturas que, geralmente, privilegiam apenas as notícias sobre o mau funcionamento das unidades curativas, olvidando-se dos outros serviços do SUS que buscam a prevenção das doenças e que, em muitos casos, funcionam bem (como a política nacional de combate à aids, ainda que criticada).

Estamos testemunhando, portanto, um embate pelas interpretações hegemônicas acerca do SUS, travado entre o MS e a mídia noticiosa brasileira, em geral. E, nessa disputa, as campanhas contra a aids são bastante úteis ao MS, pois elas figuram entre as de maior capitalização de audiência e de atenção da imprensa. Em primeiro lugar, elas marcam o Ministério da Saúde como instituição de grande poder de regulação dos sentidos para a população brasileira: segundo Cardoso (2001: 111), a presença do «sujeito da enunciação» «Ministério da Saúde», através da colocação de seu logotipo no final das peças televisivas das campanhas contra a aids, marca-o diferenciadamente como a voz de autoridade e «valoriza este final como um tempo/espaço nobre, como no final das fábulas, quando se resume a moral da história, a 'essência' que deve ser retida». Nas outras peças, esse papel fica a cargo do *slogan*.

Em segundo lugar, as campanhas de prevenção à aids, sobretudo as de carnaval, têm sido bastante utilizadas para pautar os veículos de comunicação, especialmente depois da criação da assessoria de imprensa do Programa Nacional de Aids (Spink et al. 2001) – a ponto de muitos ativistas reclamarem hoje que a aids só é notícia no Brasil quando do lançamento das campanhas. Portanto, mais do que qualquer outra campanha de saúde pública que o SUS atualmente oferta, as campanhas de *aids* representam ocasião especial para tentar pautar a imprensa sobre sentidos mais positivos acerca do SUS.

Por bastante tempo, esse potencial esteve subaproveitado: as campanhas de mobilização à aids anteriores, ao deixar de correlacionar o SUS aos serviços de saúde anunciados (como distribuição gratuita de preservativos, testes a DST/AIDS e remédios contra a aids), não o destacavam e, portanto, contribuíram para o silenciamento de sentidos mais positivos em relação a ele. Estamos assumindo, portanto, que não só a imprensa é contribuidora de uma formação discursiva crítica ao SUS, através dos seus dizeres: o próprio MS também o é, através do seu silenciamento, do não dito. Daí o seu esforço atual em correlacionar o SUS à política nacional de combate à aids, reconhecida internacionalmente por sua vanguarda e seu sucesso.

5. Últimas colocações

O SUS revolucionou a relação do Estado com a população ao definir como princípios: a integralidade, a assistência articulada e contínua das ações em serviços, em todos os casos e níveis de complexidade; a universalidade, o direito de acesso aos serviços de saúde para todos, em qualquer nível de assistência; e a equidade, que se refere ao princípio da igualdade da assistência da saúde, sem preconceitos ou privilégios. Outro avanço democrático garantido pela legislação do SUS foi «direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde» (Paim, 2009). Além disso, o SUS tem a participação social como uma das principais diretrizes e estabelece, mesmo que não de maneira explícita, a centralidade da comunicação nesse projeto.

Em sua dimensão institucional e setorial de acesso a serviços de saúde, o SUS é apenas um aspecto do direito à saúde garantido pela Constituição. Mesmo que o sistema consiga absorver e atender aos problemas biopsicossociais da população – na sua integralidade, universalidade e equidade –, não é atribuição desta política pública atenuar e/ou sanar questões de qualidade e de modo de vida, de desigualdade social, de pobreza e de violência, mas atuar como *coparticipante* de um complexo integrado de medidas públicas estruturadas para a resolução destes problemas. Acredita-se, portanto, que um dos principais desafios à eficácia e à eficiência do SUS seja justamente a efetividade de outras políticas públicas. Reside aí a pertinência e a importância da comunicação social como meio capaz de ampliar as bases sociais e políticas, no sentido de fazer valer a democracia e as lutas por mudanças nas políticas públicas brasileiras.

Os embates discursivos entre o SUS e a mídia continuam. O caso mais recente trata-se da última pesquisa divulgada em agosto de 2014 pelo instituto Datafolha[13]. Nela, 74% dos usuários avaliaram o SUS como satisfatório, com nota superior a 5 – sendo que um terço dos entrevistados deram nota entre 8 e 10 –, e 91,3% das pessoas que buscaram atendimento em postos de saúde receberam atendimento. No entanto, verificou-se outro gesto de interpretação de alguns veículos da imprensa sobre esses mesmos resultados da pesquisa: «Pesquisa diz que 93% estão insatisfeitos com SUS e saúde privada» (Bem Estar, *G1*, 19/08/2014); «61% dos brasileiros dão nota menor que 5 à saúde, aponta pesquisa (...) Para 19% dos entrevistados o SUS merece nota zero. Outros 18% deram nota 5.» (*Folha de S. Paulo*, 19/08/2014). Após polêmica gerada com a divulgação dos dados, o Ministério da Saúde em conjunto com o Conass (Conselho Nacional de Secretários da Saúde) e o Conasems (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde) divulgaram um vídeo com esclarecimentos sobre o que chamaram de «interpretação tendenciosa e parcial dos dados» divulgados pelo Datafolha e forneceram o que seria a «interpretação correta»[14].

Concordamos com Araújo (2013: 6) quando ela diz que «não é possível fazer cumprir os princípios do SUS, que supõem a inclusão ativa de vários atores e suas vozes, historicamente excluídos, sem o concurso da comunicação». Afinal, a comunicação pode e deve fazer parte de ações como a formulação de políticas públicas, de campanhas de conscientização, de ações conjugadas de conscientização e de apoio ao poder público. E a mídia pode ser grande aliada deste projeto de saúde pública nacional, a partir de coberturas que levantem as reais causas estruturantes dos problemas enfrentados, que comuniquem os seus sucessos e que divulguem os direitos e vias de participação do cidadão para o melhoramento do SUS.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, I. S. (2009). "Contextos, mediações e produção de sentidos: uma abordagem conceitual e metodológica em comunicação e saúde". *RECIIS – Revista eletrônica de comunicação, informação & inovação em saúde,* 3 (1), pp. 42-52.

_____. (2013). "O Campo da Comunicação e Saúde: contornos, interfaces e tensões". *XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação,* Disponível em http://bit.ly/1zUc58V [consultado em 06-08- 2014].

AROUCA, S. (2003). *O dilema preventivista* – contribuição para a compreensão e crítica da Medicina Preventiva. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.

BARBOSA, M.C.M. (2011). "Plano de Ações e Metas (PAM) e Conselhos de Saúde. Militância e Direitos Humanos no combate ao HIV/AIDS". In: F.R. Santos, J.R. Pereira, M.A.B. Leão (eds.). *Para uma nova forma de ativismo*: *Projeto Rede de Proteção Humana Brasil,* São Paulo: Cuore; 2011.

BASTOS, F. I. (2006). *Aids na terceira década.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

BOURDIEU, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.

BRASIL. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado.

_____.(1986). 8ª Conferência Nacional de Saúde. Relatório final.

13 A pesquisa intitulada "A opinião dos brasileiros sobre o atendimento na área de saúde", encomendada pelo Conselho Federal de Medicina ao instituto Datafolha, ouviu 2.418 pessoas maiores de 16 anos, das classes A, B, C, D e E, entre os dias 3 e 10 de junho de 2014.

14 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8GcyQxGdyfI. Acesso em: 12 dez. 2014.

BRITO, N. S.; PEDROSA, F. (2011). "Referencial teórico. Fortalecendo laços: a articulação de um projeto em rede em DST/HIV/AIDS – a experiência do PRPH-Brasil". In: F.R. Santos, J.R. Pereira, M.A.B. Leão (eds.). *Para uma nova forma de ativismo*: *Projeto Rede de Proteção Humana Brasil,* São Paulo: Cuore; 2011.

CARDOSO, J. M. (2001). *Comunicação, saúde e discurso preventivo:* reflexões a partir de uma leitura das campanhas nacionais de Aids veiculadas pela TV (1987 - 1999). Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CASTRO, M. G., SILVA, L. B. (2005). "Respostas aos desafios da AIDS no Brasil: Limites e possibilidades". *Unesco*, Disponível em: http://bit.ly/1bzV8sV [consultado em 18-04-2013].

CNI-IBOPE. (2012). "Retratos da sociedade brasileira: saúde pública", Disponível em http://bit.ly/1ubBoSp [consultado em 30-08-2014].

COSTA, S.L.M. (2014). *Comunicação, campanhas e bioidentidades:* discursos sobre o HIV entre governos, OSCs e soropositivos. Dissertação de mestrado, Juiz de Fora: Faculdade de Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em *http://bit.ly/1g2YIKW* [consultado em 26-03-2014].

FOUCAULT, M. (1996 [1970]). *A ordem do Discurso*: *Aula Inaugural no Collège de France* (trad. L. F. A. Sampaio). São Paulo: Edições Loyola.

_____. (2009 [1982]). *A Arqueologia do Saber* (trad. L. F. B. Neves). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

GALVÃO, J. (2002). "Aids na mídia: da 'cura' ao mercado". In: Comissão de Cidadania e Reprodução (eds.). *Olhar sobre a mídia,* Belo Horizonte: Mazza Ed.

GUERRIERO, I. (2001). *Gênero e vulnerabilidade ao HIV:* um estudo com homens na cidade de São Paulo. 2001. Dissertação de mestrado, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas). (2011). *Sistema de Indicadores de Percepção Social*. São Paulo: o autor.

NASCIMENTO, D. R.(2005). *As pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil - uma história comparada*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

OLIVEIRA, V. C. (2000). "A Comunicação Midiática no Sistema Único de Saúde." *Interface. Comunicação, Saúde e Educação, Botucatu*, 7 (1), pp. 71-80. Disponível em *http://bit.ly/1B2yLpX* [consultado em:13-10-2013].

ORLANDI, E. (2005). *Análise de discurso: princípios e procedimentos.* 6. ed. Campinas: Pontes.

PAIM, S. J. (2008). *Reforma Sanitária Brasileira: contribuição para compreensão e crítica.* Salvador: EDUFBA/Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

_____. (2009). *O que é SUS*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

PÊCHEUX, M. (1997). Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. Unicamp, pp. 293-307.

REDE CANCER. (2007). "O Desafio da Comunicação em Saúde". *INCA,* Disponível em *http://bvsms.saude.gov.br/bvs/periodicos/rede_cancer_2.pdf* [consultado em: 26-08-2014].

SPINK, M. J. P.; MEDRADO, B.; MENEGON, V. LYRA, J.; LIMA, H. (2001). "A construção da AIDS-notícia". *Caderno de Saúde Pública*, 17 (4), pp. 851-862. Disponível em http://bit.ly/1bIjzV6 [consultado em 13-02-2013].

Limites do Campo Científico e o Potencial da Linguagem Audiovisual para uma Comunicação Significativa na Saúde Coletiva

Marina Fasanello
marinafasanello@ufrj.br

Resumo: Este trabalho discute a potência do audiovisual como estratégia de superação dos limites da ciência clássica, cujo suposto rigor e objetividade é marcado pela argumentação lógica e logocêntrica, restrita e fragmentada por comunidades especializadas. O discurso científico exclui inúmeras possibilidades que expressam saberes, experiências, sentimentos e sentidos por parte das populações, as quais formam, segundo Sousa Santos, as epistemologias contra hegemônicas do Sul. Essas incluem múltiplas formas de oralidades e expressões visuais, que retratam de maneira ampla possibilidades de uma comunicação significativa que não separa os mundos do trabalho, natureza, cultura, conhecimento e vida. Na atualidade a linguagem audiovisual fornece possibilidades de expressão para uma comunicação significativa na direção de uma ecologia dos saberes. Discuto essa potência no campo da comunicação e saúde a partir de experiências com movimentos sociais do campo no Brasil.

Palavras-chave: Os usos sociais da ciência, Comunicação significativa; Saúde Coletiva; Mobilização social; Ecologia dos saberes.

1. Introdução: discorrendo sobre a proposta de doutorado

O objetivo deste ensaio é refletir sobre os fundamentos de minha tese de doutorado à luz das abordagens teórico-metodológicas para o entendimento do que é um campo científico, bem como dos desafios da pesquisa social interdisciplinar. Temas e autores, que contribuem para melhor delimitar o meu objeto de conhecimento e contextualizá-lo nas interfaces da informação e comunicação em saúde no interior da Saúde Coletiva.
Minha proposta de pesquisa para o doutorado parte das seguintes perguntas: como a produção audiovisual com base no conceito de ecologia dos saberes pode ser uma estratégia emancipatória em populações organizadas do campo no Brasil ameaçadas por problemas de saúde relacionados aos agrotóxicos e com alternativas de agroecologia? O que esses movimentos, campanhas engajadas e instituições acadêmicas estão criando como discurso e estratégias para enfrentar o modelo do agronegócio, explicitando a determinação social da saúde e evidenciando a comunicação como dimensão fundamental desta determinação? As respostas a essas perguntas buscam refletir de forma crítica os nós e dificuldades impostos à participação dos movimentos sociais do campo, especialmente na tomada de decisões em saúde, o que sugere uma luta pela visibilidade dos seus sentidos, por melhores condições de produzir e fazê-los circular, ou seja, de serem ouvidos e levados em consideração. Também demanda pensar de forma mais flexível os usos sociais da ciência adotada na contemporaneidade, dando especial destaque aos movimentos de resistência, de busca pelo novo e por um mundo mais justo, o que traz a dimensão política da luta pela predominância de um ponto de vista, ou ainda de aniquilar ou invisibilizar perspectivas e valores legítimos apresentados pelos movimentos sociais em questão. Esta abordagem diz respeito ao poder de constituir a realidade e fornece elementos para compreendermos as diferentes possibilidades da estrutura social na análise dos problemas de saúde. Portanto, pretendo discutir questões, tais como os processos sociais de transformação da sociedade em curso envolvendo as populações do campo no Brasil, as lutas para por posições de seus sujeitos e a própria produção da realidade social**.** Nosso interesse reside na interface de tais populações e seus movimentos sociais com o campo da Saúde Coletiva, mais especificamente as visões e propostas de promoção da saúde na construção da autonomia e emancipação de tais sujeitos (Pivetta e Porto, 2010).

Mas que movimentos sociais são estes? Segundo Gohn (2008), nas últimas três décadas ressurgem no Brasil movimentos sociais com pluriagendas e suas novas modalidades de lideranças, que trazem novas bandeiras e sujeitos políticos, com questões, dentre outras, das lutas pela reforma agrária por camponeses e agricultores familiares, além da busca de afirmação de identidades e territórios. Para reconhecer os problemas de saúde dessas populações, assim como suas propostas de modos de vida alternativos, Porto, Rocha e Finamore (2014) propõem práticas participativas que vão além das discussões sobre conselhos e conferências de saúde abertos com a Saúde Coletiva. Nelas enfrenta-se o desafio de produzir abordagens teórico-metodológicas que propiciem o desenvolvimento de pesquisas e intervenções colaborativas com essas comunidades e seus territórios para a compreensão da complexidade dos problemas e atendimento às necessidades individuais e coletivas, além de buscar de soluções compartilhadas de forma a haver sucesso no enfrentamento dos problemas em foco que transcendem as visões biomédicas de saúde ainda fortemente presentes. Essa busca abarca também novas narrativas e novas possibilidades discursivas por parte de alguns segmentos dessas comunidades, que reconhecem a necessidade de obter visibilidade social para legitimar-se diante da sociedade. Para tanto eles recorrem, entre outras, às estratégias discursivas de produção audiovisual como elemento de mobilização e de visibilidade (Mendonça, 2008)

2. Formação e limites do campo científico

Diante do desafio exposto de se produzir novas abordagens teórico-metodológicas, considero importante a compreensão da formação do campo científico. Esta discussão está presente na abordagem de Luz (1988), na qual revela como se estruturou a racionalidade moderna, vendo a ciência como caminho único para obtenção da verdade, legitimando, com seu discurso, a noção moderna de progresso. A autora considera a ciência moderna como uma forma de organização do mundo, que permitiu uma suposta ordenação não apenas da Natureza, mas também do interior do homem pela Razão, através da decifração e apropriação da natureza. Tal concepção refletiu-se sobre o projeto científico e industrial moderno, atribuindo ordens de sentidos "através da prática sistemática de um conjunto de operações a ser seguido na ordem lógica e na prática dos gestos, e que constituem o método" (Luz, 1988: 29). Neste regime de produção de enunciados de "verdades", suas regras de produção são mais importantes do que sua veracidade enquanto tal. E é esse movimento que permite a produção de novas verdades definindo a racionalidade moderna como racionalidade científica. Para a autora, é deste julgamento pragmático e a crítica ao saber constituído, bem como da construção artesanal de métodos na produção de novos saberes, que nasce o experimentalismo com seus instrumentos de observação empírica. A racionalidade moderna engendra, sendo assim, um modo de produção de verdades específicas, as disciplinas, que validam tais verdades pelo emprego do método de sua produção (LUZ, 1988).

Estes sistemas formados pela ciência moderna elaboraram um conjunto de dualidades que instituem cortes entre natureza-homem, qualidade-quantidade, sentido-razão, os quais se reproduziram nas suas teorias. Para Luz, o seu efeito histórico mais significativo foi a ruptura epistemológica, social e psicológica do próprio sujeito do conhecimento pela instauração das disciplinas. Até mesmo outras formas de expressão, *"*como as artes, a política, a moral, a filosofia, a religião, neste contexto, foram reordenadas social e epistemologicamente pela razão científica" (Luz, 1988: 36).

Aprofundando essa discussão, Kuhn (1987) forneceu elementos importantes para analisar esse sistema que caracteriza o mundo moderno científico e social. Para o autor, em seu conceito de ciência normal, a ciência moderna baseia-se fundamentalmente nas simplificações obtidas pelos seus cortes epistemológicos, separando e definindo seus objetos. Tais concepções se encontram na origem das disciplinas, formando seus paradigmas, frequentemente implícitos na aparente objetividade e neutralidade do discurso científico. A evolução da disciplinaridade restrita se tornou possível, na visão de Kuhn, pelo conjunto de princípios e recortes que permitem entender fenômenos dentro de certas fronteiras e visões de mundo. Os paradigmas perdem força e dão lugar a outros na medida em que surgem novas demandas históricas e novos referenciais teóricos que melhor explicam os problemas, redefinindo os fenômenos e suas formas de compreensão. Tal pensamento afetou fortemente à suposta objetividade científica, 'ao revelar como os objetos científicos existem somente em

relação, e que a ciência é a materialização de projetos sociais e políticos, sendo assim, uma construção humana, histórica e em permanente transformação' (Porto, 1997:5).
Dessa forma, a crença de uma ciência dissociada das dinâmicas e tensões sociais é colocada cada vez mais à prova pelos agentes imersos nesses contextos. Importantes autores das ciências sociais, como Bourdieu (1997), discutem o uso social da ciência, investigando a constituição do campo científico e como ele se relaciona com outros campos sociais, permitindo assim, que os próprios cientistas compreendam os mecanismos sociais que orientam sua prática. Para Bourdieu, o campo científico também é visto como um campo social com suas visões de mundo, desempenhando um papel estratégico na sociedade. Por exemplo, o discurso científico, muitas vezes, é socialmente empregado para justificar posições políticas e estratégias econômicas com o objetivo de obter sucesso nas disputas e apoio dos responsáveis pelas tomadas de decisão.
Enfim, essa interrelação entre a metodologia científica e o "sucesso" da ciência natural moderna, na qual a natureza poderia ser dominada e transformada em "útil" para o homem, passou a dominar as teorias das ciências naturais. Dessa forma, tal modo típico de organização de saberes, com uma visão mecanicista do mundo, se tornou um instrumento que permite acumular riqueza e poder através do controle e da tecnificação do mundo. Portanto, tal processo, que se intensifica e perdura até os dias de hoje, demanda aos pesquisadores contemporâneos uma profunda reflexão do problema filosófico, ético e político da produção de conhecimento na modernidade.
Alguns autores contemporâneos já vêm buscando a construção de novas estratégias de produção de conhecimentos, com um diálogo ético e político mais aberto e engajado entre as possibilidades de conhecimentos, os interesses da sociedade e os processos decisórios que definem como queremos prosseguir. Pois, uma abordagem disciplinar restrita, fortemente presente no campo da saúde, se apresenta inadequada por desconsiderar suas várias dimensões e analisá-las através de partes independentes como indica o paradigma científico clássico de base positivista. Dessa forma, tanto os problemas de saúde como os de comunicação, principalmente quando incorporam aspectos sociais em suas análises, são mais bem tralhados quando consideram e inter-relacionam suas diversas dimensões. Os dilemas éticos e interesses conflitantes exigem a superação de certas barreiras epistemológicas e metodológicas, buscando pontes possíveis entre alternativas de superação de seus limites através de novas práticas interdisciplinares (Gómez, 2006).

3. A construção do campo da Saúde Coletiva como alternativa

Vale ressaltar aqui que o campo da Saúde Coletiva coloca em xeque o modelo positivista e biomédico. No contexto brasileiro do período da ditadura militar dos anos 60 e 70, os princípios e as características do modelo de assistência médica era curativo individual, centrado no paciente, influenciado pelo complexo médico hospitalar e tecnicista. Uma saúde pública, limitada e ineficaz, voltada basicamente para as campanhas de irradicação e controle das doenças infecciosas, sem discussões sobre a prevenção e a promoção de saúde. O rompimento com esta visão vai se consolidando, ainda nesse período, a partir da proposta do movimento sanitarista organizado, articulado e com uma série de propostas para a constituinte, que depois, com a redemocratização do sistema político dos anos 80, alcança a implementação do Sistema Único de Saúde, SUS. A sua base teórica foi condensada a partir da discussão sobre como deveria ser um sistema de saúde alternativo ao vigente no Brasil. O movimento incorporou os encontros internacionais na medicina social latino americana, as teorias da determinação social na saúde - estudos de como os processos de saúde e doença se distribuíam em classes sociais em vários países da América Latina -, estudos sobre o complexo médico industrial, assim como, estudos sobre a evolução do capitalismo e as suas implicações no campo da Saúde no Brasil (Giovanella et al. 2012).
Em 1987, a plenária nacional de saúde apresentou uma proposta de ementa popular à plenária constituinte, lida por Sérgio Arouca, que teve como o principal marco de seu processo de formulação a VIII Conferência Nacional de Saúde (1986). Apesar de demostrar uma estreita base de sustentação política e social, o movimento sanitarista obteve uma expressiva eficácia política junto a constituinte, aprovando o princípio de que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Adotou-se então, o conceito ampliado de saúde, dando base para uma perspectiva

da promoção de saúde intersetorial, relacionada ao processo civilizatório, que, segundo Arouca, diz respeito a uma nova visão de sociedade, mais igualitária e participativa. Incorporou-se ali, visões estruturalistas de saúde e a teoria da determinação social da saúde. Ou seja, a saúde tem a ver com desigualdade social. Desigualdade esta, que permanece como o principal problema de saúde pública da América Latina, em especial do Brasil (Giovanella et al. 2012).

A partir dessa concepção de direito à saúde e o papel do Estado na garantia desse direito, houve um quadro de avanços e desafios. As arenas políticas da Saúde se tornaram bastante complexas, porém, a força do conjunto médico hospitalar, de uma visão individualista versus coletiva, ainda encontra entraves, tanto no âmbito da sociedade, como no âmbito da formulação de políticas públicas que há muito abandonaram os princípios da universalidade e da justiça.

À vista disso, considerando que os problemas de saúde abrangem uma contínua busca de compreensão das necessidades e possibilidades de transformação social, seja pelo enfrentamento das ameaças à saúde, seja pela reafirmação das alternativas de promoção da saúde, pretendo delimitar meu objeto a partir de uma problemática do campo da saúde, me aproximando pela via do campo da determinação social da saúde e da promoção da saúde com uma perspectiva emancipatória.

A intenção é rever o discurso reducionista biomédico apoiado em análises macrossociais sobre a determinação social da saúde. Para isto, me apoio em Nunes (2005), que identifica, a partir de uma concepção do campo da saúde coletiva como um campo científico consolidado, fundamentado na interdisciplinaridade, a possibilidade de um conhecimento ampliado de saúde, no qual os desafios de trabalhar com as dimensões qualitativas e quantitativas, objetivas e subjetivas se mantêm.

Para Minayo,

> [...] a visão do campo da Saúde Coletiva é que o progresso econômico deve estar a serviço da equidade, e a ciência e tecnologia relacionadas a um projeto de desenvolvimento ancorado no caráter dinâmico dos processos avaliativos de prioridades [...] vinculando esses avanços a seu sentido social, político e de direito universal (1997: 59-60).

Apesar desta concepção de que saúde, ciência e tecnologia são requisitos para o desenvolvimento econômico e social e não apenas consequências dele, as doenças continuam a afetar as populações mais vulneráveis economicamente. Isso resulta de diversos fatores, de aspectos fundamentais da determinação social dos processos de saúde-doença, como das condições de vida e trabalho precárias (Morel, 2003).

Nesse sentido, pretendo introduzir aqui a questão da determinação social, buscando tecer um diálogo com outros conceitos como da promoção da saúde, um dos pilares Saúde da Coletiva, definido por Campos, Barros e Castro (2004), no cenário nacional, como um campo teórico-prático-político que se constitui com os conceitos e as posições do Movimento da Reforma Sanitária, e que contribui para o surgimento de "outros modos de atenção e de gestão da saúde, de criação do viver e de outras realidades" (Campos, Barros e Castro, 2004:746). O que não significa "abrir mão de conhecimentos técnico, clínico e epidemiológico e, concomitantemente, não significa o aprisionamento da vida em mecanismos disciplinares e higienistas" (Campos, Barros e Castro 2004: 748). O autor enfatiza a intersetorialidade enquanto alternativa para uma relação ativa entre o campo da saúde e a sociedade para interferir nos setores que podem vir a causar e evitar processos de saúde doença, o que vai de encontro à ideia de determinação ou produção social de saúde nas populações. Portanto, nessa perspectiva, a promoção de saúde é indissociável do conceito de determinação social.

4. A pesquisa social interdisciplinar como alternativa

Ao considerarmos a determinação social da saúde, faz-se necessário entender como certas abordagens deixam de questionar os procedimentos de produção e reprodução das iniquidades como parte constitutiva do mundo, e com isso prejudicam a compreensão de processos sociais mais profundos e suas manifestações no campo da saúde (Breilh, 2011). Esta lacuna, segundo Quijano (2000), reforça a ideia de que os discursos em saúde

têm sido reduzidos nas abordagens dominantes, dificultando a transformação das desigualdades sociais em saúde. O trabalho do pesquisador de apreensão da realidade está além do visível, das diferentes camadas que interagem e tornam o social tão complexo. Para Minayo (1997), as ciências sociais subordinam-se às grandes questões de nossa época, e como os demais grupos sociais os pesquisadores são dialeticamente autores e frutos de seu tempo histórico.

Uma abordagem da pesquisa social interdisciplinar no campo da saúde representa não apenas diferentes tendências de interpretação, mas uma luta ideológica, que tem a ver com a luta política mais ampla na sociedade. Tal modelo conceitual de pesquisa, em que os membros da comunidade são participantes ativos em todas as etapas de seu processo, os problemas de saúde são abarcados por uma constante busca de compreensão das necessidades de transformação social em contextos de desigualdades e conflitos, seja enfrentando as ameaças à saúde, seja validando as possibilidades de promoção da saúde. Aposta-se na participação e mobilização de comunidades atingidas e movimentos sociais em articulação com pesquisadores engajados, tanto na elaboração e na implantação, como na avaliação de pesquisas na interface com a saúde (Martinez-Alier et al. 2009).

Por meio de uma abordagem interdisciplinar e de engajamento comunitário pode-se revelar de forma mais clara o processo de determinação social, que fragiliza a saúde de certas populações, e que mais dificilmente seria revelado sem o envolvimento das mesmas no processo de pesquisa (Martinez-Alier et al. 2009). Em meu projeto de tese busco aprofundar uma abordagem crítica dos processos de dominação, exclusão e exploração que se estruturam nos discursos vigentes no campo da saúde no Brasil, bem como pretendo problematizar a invisibilização de suas populações subalternas para discutir a dimensão das iniquidades na saúde, envolvendo as dimensões éticas e políticas da atuação sobre os determinantes sociais. Considero importante avançar em aspectos qualitativos que discutam a determinação social dos processos saúde-doença, as condições de vida e trabalho das populações a partir do que tais populações sentem e expressam como vida e saúde (Castellanos, 1988). Por exemplo, qual o significado de saúde para populações envolvidas em certas condições de vida, doenças ou causas de morte, e que se expressam tanto nas lutas políticas travadas pelos movimentos sociais como no cotidiano de tais populações?

Portanto, destaco, apoiada em Nunes (2005) e Mignolo (2010), a importância de inserir no âmbito dessa discussão propostas de pesquisa em saúde que tenham como princípio democratizar a produção de conhecimento a partir de uma perspectiva baseada não somente no conhecimento especializado, mas em uma produção compartilhada de conhecimento. Esse processo promove o engajamento sociedade civil ou movimentos sociais nas pesquisas, com o potencial de gerar uma ciência para cidadania (Pivetta e Porto, 2010). Nessa perspectiva, os problemas de saúde podem ser observados não somente pelo olhar do especialista, mas também por membros de diversos setores da sociedade envolvidos em problemas específicos de saúde. Isso possibilitaria uma melhor contextualização na elaboração de hipóteses, como também nas fases de formulação do estudo, construção e interpretação dos resultados, com a possibilidade de influenciar políticas públicas de outra forma. Processos mais participativos e diálogos dariam maior legitimidade às questões orientadas da pesquisa, pelo conhecimento situado daqueles que vivenciam no cotidiano um problema de saúde. Aposto na acessibilidade ao conhecimento produzido, assim como na sua utilização nos campos científico, político e por parte de movimentos sociais como uma estratégia para promover avanços à ciência. Pois, por meio desta abordagem é exposto o processo de determinação social, que fragiliza a saúde de certas populações, e que não seriam revelados, sem o envolvimento das mesmas no processo de pesquisa (Buss e Pellegrini Filho, 2007).

5. O projeto Vidas Paralelas (PVP): comunicação significativa para visibilidade e o potencial da linguagem audiovisual

Em minha tese de doutorado pretendo abordar as possibilidades e os limites dos audiovisuais produzidos pelos sujeitos do campo (agricultores, camponeses, movimentos sociais e campanhas engajadas) para a construção de outras formas de comunicação, de conhecimento e de sociedade, visibilizando suas lutas, demandas e propostas em torno do enfrentamento dos agrotóxicos e pela agroecologia. Pretendo discutir a produção audiovisual com base no conceito de ecologia dos saberes de Boaventura de Sousa Santos (2006)

enquanto estratégia de promoção da saúde emancipatória (Porto et al. 2013). Os audiovisuais selecionados são produzidos diretamente ou em parceria com as populações organizadas do campo no Brasil ameaçadas por problemas de saúde relacionados à expansão do agronegócio e do uso intensivo de agrotóxicos, e que defendem alternativas para a agricultura familiar baseada na agroecologia. Esta é assumida não somente como uma produção "limpa", sem agroquímicos, mas também enquanto concepção de mundo e sociedade, com valores baseados na sustentabilidade dos agroecossistemas, na sociobiodiversidade, na justiça social, na autonomia das populações camponesas e tradicionais dos campos e florestas, na construção de outras lógicas de mercado, dentre outros (Almeida, Petersen e Cordeiro, 2001).

Um entre outros exemplos de pesquisas com proposta engajada no campo da saúde e na qual estou envolvida é o Projeto Vidas Paralelas com Populações do Campo (PVP Campo), que atua em territórios rurais, tendo por referência a construção de conhecimentos que promovam a autonomia dos sujeitos. Ele está vinculado ao Departamento de Saúde Coletiva/Laboratório de Saúde do Trabalhador da Universidade de Brasília/UnB (www.facebook.com/ pvp.vidasparalelas). O projeto original busca dar visibilidade ao cotidiano de vida e trabalho a diferentes populações e trabalhadores, e se desenvolveu ampliando seu escopo para populações indígenas e, posteriormente, para as populações do campo envolvidas em conflitos ambientais. O projeto propõe a inclusão digital e a qualificação da produção audiovisual a partir do olhar dos sujeitos pertencentes a essas comunidades. Isso se dá por meio da apropriação da cultura digital e do compartilhamento das expressões culturais (fotos e vídeos) em uma rede social e em espaços socioculturais que favoreçam a reflexão e a participação social na elaboração de demandas sociais. Os 15 territórios selecionados são de várias regiões do país e foram definidos pelos pesquisadores junto com movimentos sociais, principalmente Via Campesina, MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores – e MST, os quais estão envolvidos na Campanha permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida (www.contraosagrotoxicos.org/). O projeto busca dar visibilidade ao cotidiano de vida e processos de saúde, às reivindicações das populações do campo envolvidas em conflitos territoriais ambientais e alternativas agroecológicas.

Dentre as metas estabelecidas para o projeto, o grupo que coordenei desenvolveu pesquisas bibliográficas sobre as características socioculturais dos territórios envolvidos, inclusive o resgate das histórias da tradição oral, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento do sentido de identidade dos sujeitos das comunidades, justificado pela necessidade de processos que promovam a sua afirmação como protagonistas de sua própria história. A produção audiovisual se daria também apoiada por cadernos de história chave dos territórios e outro sobre os conflitos ambientais produzidos numa perspectiva de uma construção compartilhada entre pesquisadores e dos sujeitos pertencentes a essas comunidades.

Este projeto serve, até o momento, como principal campo empírico de práticas e reflexões para meu projeto de doutorado. Busco refletir as vivências desenvolvidas com a perspectiva de enfrentamento a inequidade na saúde, e para tanto pretendo dialogar com certos autores focados nas questões processos de produção e circulação discursiva no campo da comunicação e saúde, articulando-os com outros que propõe uma promoção de saúde emancipatória (Pivetta e Porto, 2010). Este processo de produção, circulação e apropriação dos sentidos (Araújo e Cardoso, 2006) está articulado aos cotidianos, às reivindicações, ao se fazer ouvir dos sujeitos envolvidos em contextos e nas formas de organização dessas populações, concretizados por movimentos sociais que se organizam em torno de agendas políticas em articulação com aquela categoria, aquela comunidade.

A produção de relatos significativos e o audiovisual estão relacionados à dimensão da vida no cotidiano, sua construção e incorporação por organizações comunitárias e movimentos sociais, tratam-se de processos sociais multidimensionais. Portanto, ao longo do trabalho de pesquisa, levantei questões que nortearam minha proposta de doutorado. Até que ponto, de que maneira os relatos significativos e o audiovisual fortalecem esses sujeitos políticos e a organizações de suas comunidades, seus territórios em se fazer ouvir? De que maneira contribuem para construir a relação com a base das organizações, assim como possíveis diálogos com instituições políticas? É possível um diálogo mais horizontal para a formação de agendas de mobilização comunitária voltadas à análise crítica dos processos que ameaçam e promovem a vida? Os relatos significativos presentes nos audiovisuais produzem ciclos de comunicação que fortaleçam as identidades comunitárias e suas mobilizações?

Nos perguntamos se "fazer um filme" no âmbito movimentos sociais do campo pode dar forma à vibração dos sentidos dos atores sociais imersos nesses contextos. E, consequentemente, como o audiovisual é uma estratégia válida de visibilidade que possa afetar a formulação das políticas públicas. Do ponto de vista epistemológico, a expressão audiovisual pode ser concebida como um sistema de formas com a capacidade de se distanciar da reprodução do real e criar formas que lhe são próprias (Aumont e Marie, 2003). Essa dimensão da criação pode ser um aspecto fundamental para as reflexões criativas e críticas, enfatizando uma proposta que valoriza a experiência para além da gramática da linguagem textual e discursiva.

Para avançar numa perspectiva de produção audiovisual criativa, incorporamos referenciais das ciências sociais através do conceito de "experiência" de John Dewey. Filósofo e pedagogo norte-americano, Dewey é reconhecido como um dos fundadores da escola filosófica do pragmatismo. Apesar de acusado de elaborar uma filosofia de ação puramente, seus defensores alegam referir-se igualmente a uma filosofia do pensamento e do sentimento, "uma avaliação de meios e fins por suas condições e consequências na experiência" (Kaplan, 2012:.9).

Tais incorporações fornecem ideias acerca da importância da formação da sensibilidade estética, no sentido de que as pessoas possam ser capazes de olhar para a realidade a partir de uma visão não meramente utilitária. Este autor nos ajuda a perceber como diferentes temas que se discutem nas agendas dos movimentos sociais podem se tornar mais significativos para os envolvidos dependendo de como são abordados. Em outras palavras, como os temas que são vividos através de ações podem construir significados através da própria criação, em particular através da linguagem audiovisual, podendo promover uma expressão sensível singular ou significativa, não puramente intelectual. Para Dewey, "a experiência ocorre continuamente porque a interação do ser vivo com as condições ambientais está envolvida no próprio processo de viver" (Dewey, 2012: 109).

Segundo este autor, uma experiência significativa envolve uma experiência de percepção, há um ato de reconstrução daquilo que se sabe para incorporar o que agora se percebe. No contexto da expressão audiovisual, para perceber, tanto o criador como o espectador ou observador tem de criar sua experiência, envolvido inteiramente e norteado por um propósito. A experiência singular, segundo Dewey, é o agir de forma significativa, relacionado simultaneamente ao sentir e ao pensar. A arte aqui é concebida como fundamental na busca de sentido para a realidade individual e social dos seres humanos (Dewey, 2012), partindo do princípio de que a atividade artística pode ser "um registro de emoções, vivências e de pesquisas, propiciando interações com o ambiente que possibilite conhecê-lo, manuseá-lo, transformá-lo" (Anjos, 2010: 12).

Anita Leandro (2001) reforça tal posição ao discutir o papel do audiovisual como estratégico, desde que o consideremos para além do modelo narrativo hegemônico do circuito comercial. "[...] uma vez abordadas sob o ponto de vista da criação, as imagens são capazes de suscitar, da mesma forma que o texto escrito, um verdadeiro processo cognitivo" (p.31), na medida em que encorajam os espectadores a elaborarem seus próprios pensamentos.

A expressão audiovisual neste contexto pode estabelecer nexos entre certas formas de elaboração de políticas públicas e manipulação de informações no que tange ao imaginário social e à naturalização e despolitização sobre o tema da saúde. A grande mídia desse país muitas vezes se dedica a fazer uma cobertura tendenciosamente, valorizando as alternativas privadas sem questioná-las.

Paradoxalmente, a linguagem audiovisual, um dos grandes instrumentos hegemônico de dominação, pode ser usado na luta pela legitimação de políticas contra-hegemônicas. Embora seja inegável que o cinema e sua indústria geram grandes impactos na produção de sentidos sociais, criar um filme no espaço de luta dos movimentos sociais torna-se uma fonte de inspiração para reflexões críticas e engajadas, pois permite ampliar possibilidades de produção, circulação e apropriação de outros sentidos, valores e alternativas de sociedade.

Nessa perspectiva, busco resgatar minha experiência anterior no mestrado que buscou compreender o processo de criação audiovisual relacionado a processos de produção de sentidos sociais, a partir do meu referencial teórico do campo do Cinema e Educação e de uma aproximação, ainda que em estágio preliminar e por avançar, com o pensamento do cientista social português, Boaventura de Souza Santos. Tal análise revela, por um lado, como, apesar de seu engajamento crítico em tema de grande sensibilidade pública, essa linguagem também possui limites que revelam certas influências da mídia e do cinema hegemônico, um vetor ideológico que restringe e direciona possibilidades de leitura da realidade, invisibilizando outras possibilidades. Por exemplo,

uma proposta estética de um diretor de cinema pode não permitir ao espectador participar do processo criativo da sua obra justamente por sua completude das imagens, seus desfechos completos. Por outro lado, o inverso disto é um exercício da alteridade e do diálogo, que nos envolve sim nas tramas vividas pelos personagens dos filmes, mas também por sua incompletude que permite uma intervenção ativa da imaginação do espectador, do sujeito individual e coletivo, difundindo uma nova lógica de olhar, um olhar que renuncia à vontade do controle para um fluir de interações. Esse "cinema" também é espaço de criação de sentidos, mas estabelecido no diálogo permanente com e entre os envolvidos. Permite olhar para a realidade a partir de uma visão não meramente utilitária (Bergala, 2008).

Esses processos dialógicos me aproximam de uma proposta de globalização contra hegemônica discutida por Sousa Santos (2006), que se opõe às concepções de desenvolvimento mundial único, ao mesmo tempo em que propõe concepções alternativas centradas nas lutas contra a exclusão social e na manifestação de múltiplas e legítimas formas de saberes e práticas, o que ele chama de ecologia dos saberes. Para Souza Santos (2006), a inclusão se dá tanto por critérios de igualdade, como por critérios de diferença. "A busca pela igualdade se legitima quando a desigualdade inferioriza; e o exercício da diferença é fundamental quando a igualdade descaracteriza os sujeitos pela perda de referenciais identitários" (Sousa Santos, 2006 apud. Fasanello, 2013). Seu pensamento caminha em direção oposta à epistemologia moderna centrada na racionalidade científica restrita, também denominada por ele de epistemologia da cegueira, a qual "[...] exclui, ignora, silencia, elimina e condena à não existência epistêmica tudo o que não é susceptível de ser incluído nos limites de um conhecimento que tem como objectivo conhecer para dominar e prever" (Sousa Santos, 2006: 49). O que implica em desconsiderar as necessidades de vários atores sociais, consequentemente reforçando as iniquidades não só na saúde.

Nesta perspectiva, Sousa Santos, em sua busca por avançar na compreensão crítica das sociedades capitalistas contemporâneas, propõe o resgate e legitimação de epistemologias do "Sul", invisibilizadas pelo "Norte" com sua cosmovisão europeia colonizadora e instrumental. Tendo a concordar com este autor que, os processos dialógicos emancipatórios estão na base de uma globalização contra hegemônica com um conjunto de redes, movimentos sociais, políticas e culturas que se opõem à proposta de desenvolvimento mundial único. Também acredito que uma proposta contra hegemônica de novas epistemologias pressupõe um diálogo mais ativo entre o campo expressivo das ciências e das artes como estratégia de superação ao modelo positivista que expulsa valores e sentidos por métodos objetivos e externos aos sujeitos cujas realidades se quer transformar.

6. Diálogos inacabados

Neste trabalho busquei incorporar, a partir de uma breve introdução à minha proposta de tese, discussões presentes no curso e que se relacionam diretamente ao desenvolvimento da pesquisa e minha formação acadêmica. Discorri sobre a formação e os limites do campo científico e suas alternativas no âmbito da construção do campo da Saúde Coletiva e da pesquisa social interdisciplinar. No campo da Saúde Coletiva, destaquei a importância da determinação social da saúde e de uma promoção da saúde emancipatória como elementos conceituais e metodológicos importantes para trilhar alternativas de produção de conhecimentos e influenciar políticas públicas. A seguir apresentei um trabalho de pesquisa que participo, Projeto Vidas Paralelas /PVP, como possibilidade de uma comunicação significativa para fortalecer a luta de populações e movimentos sociais do campo e ampliar a visibilidade frente à sociedade através do potencial da linguagem audiovisual.

Já há entendimento sobre a importância da participação em saúde, envolvendo os cidadãos em diferentes momentos do processo de produção e implementação de políticas públicas. A sociedade brasileira debateu direitos fundamentais e opções de políticas no âmbito da elaboração da Constituição de 1988, que possibilitou, entre outros ganhos, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Com ela, apesar de todos os desafios que ainda permanecem, houve uma melhora em grande parte dos indicadores de saúde, apoiada também por políticas intersetoriais. Se invocarmos os princípios do SUS, pode-se verificar que efetivamente avançou-se em todas as áreas, inclusive o da participação e do controle social, um princípio importante do SUS e que se concretiza com os conselhos de saúde e as conferências.

Porém os avanços são contraditórios e em todas as áreas existem restrições. Uma delas é a dificuldade da implementação das políticas intersetoriais. Saúde é saneamento, moradia, emprego, a meu ver também o acesso a terra. O emprego, que é um elemento central, certamente melhorou. Entretanto, a política de saúde intersetorial, voltada a duas categorias importantes: as condições de trabalho e vida, essas políticas, me atrevo a afirmar, não conseguiram avançar expressivamente em termos das iniquidades e violação de direitos que continuam ou mesmo se agravam principalmente nas fronteiras do atual desenvolvimento econômico e a inserção brasileira no capitalismo global. Nos campos e florestas o agronegócio, a mineração, a construção de hidrelétricas e outras infraestruturas impactam povos tradicionais, camponeses e agricultores.

Isso vem ocorrendo tanto em função dos limites da sociedade, como pelas forças hegemônicas que constituem parte do governo federal nos pactos políticos e econômicos em torno do modelo de desenvolvimento e acordos eleitorais. Mesmo sendo o governo mais popular até agora existente desde o fim da ditadura militar, o governo do PT tem nuances e expressões populares as mais intensas, ao mesmo tempo em que permanece em um processo de alianças, de acordos e de forças políticas que não conseguem reverter tendências privatizantes.

Por exemplo, observamos nos territórios do campo as disputas pelo direito à terra, pela produção familiar/camponesa e pela agroecologia que se confronta com o modelo do agronegócio químico dependente. Ao mesmo tempo, observamos a instituição da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF) no âmbito do SUS como um instrumento norteador do reconhecimento das necessidades de saúde dessas populações. Logo, consideramos necessário continuar avançando em pesquisas e políticas públicas que respondam aos desafios de superar as iniquidades em saúde e gerar alternativas de sociedade que promovam a vida nos territórios em harmonia com a natureza e outros modos de relação social.

Numa abordagem da pesquisa social interdisciplinar como proponho trabalhar no doutorado, as narrativas e linguagens não podem se restringir àquelas exclusivamente textuais e acadêmicas: é necessário a produção de relatos significativos de problemas de saúde em sua conexão com as desigualdades sociais e violações de direitos enquanto estratégia de comunicação em saúde. Propomos contribuir na construção de uma promoção da saúde que integre ciência e cidadania, através da produção compartilhada de conhecimento e da constituição de comunidades de pesquisa-ação que articulem pesquisadores e moradores na discussão de problemas de saúde específicos do lugar e de políticas públicas. Delimitar tal discussão no âmbito dos movimentos sociais do campo é uma alternativa de produção acadêmica que caminha na direção emancipatório que busco trilhar.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Silvio Gomes de; PETERSEN, Paulo; CORDEIRO, Ângela. (2001), *Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: subsídios a formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola*. ASPTA: Rio de Janeiro.

Anjos, A. (2010), *Arte-Educação e Educação Ambiental. Uma reflexão sobre a colaboração.* Dissertação de Mestrado em Comunicações e Artes,Universidade de São Paulo.

ARAUJO, I. S. e CARDOSO, J. M. (2007), *Comunicação e saúde*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz.

AUMONT, J. e MARIE, M. (2003), *Dicionário teórico e crítico de cinema.* Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. Campinas, São Paulo, Papirus.

BERGALA, Alain. (2008) *A Hipótese-Cinema*: pequeno tratado de transmissão do cinema dentro e fora da escola. Rio de Janeiro, Booklink e CINEAD/UFRJ.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, 2013.

BREILH, J. (2011), "Una perspectiva emancipadora de la investigación e incidencia basada en la determinación social de la salud. Em: C. Eibenschutz, S. Tamez, R. González. ¿Determinación social o determinantes sociales de la salud'? *Memoria del Taller Latinoamericanos sobre Determinantes Sociales de la Salud*. Ciudad de México: Ed. U. Autónoma Metropolitana.

Buss, P.M.; Pellegrini Filho, A. (2007), "A saúde e seus determinantes sociais". Physis: *Revista de Saúde Coletiva,* 17(1), pp. 77-93.

Campos, G.W; Barros, R. B.; Castro, A. M. (2004), "Avaliação de política nacional de promoção da saúde". *Ciência & Saúde Coletiva*, 9 (3) Rio de Janeiro: July/Sept.

Castellanos, PL. (1988), "Sobre el concepto de Salud-enfermedad. Un punto de vista epidemiológico". *Revista Facultad Nacional de Salud Publica*; 11, pp.40-55.

DEWEY, J. (2012), *A arte como experiência*. São Paulo, Martins Fontes.

Fasanello, M. (2013), *Cinema, literatura oral e pedagogia da criação: reflexões a partir do projeto "A escola vai à cinemateca do MAM"*. Dissertação de Mestrado em Educação - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GOHN, M. G. (2008), "Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na américa latina". *Caderno CRH*, Salvador, 21 (54), pp. 439-455, Set./Dez.

KUHN, T. (1987), *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo, Perspectiva.

Leandro, A. (2001), "Da imagem pedagógica a pedagogia da imagem". *Comunicação & Educação,* São Paulo, 21, pp. 29 a 36, maio/ago.

LUZ, M. (1988) *Natural, racional, social* – razão médica e racionalidade científica moderna. Rio de Janeiro: Campus.

Martinez-Alier, J.; Anguelovski, I.; Bond, P.; Del Bene, D.; Demaria, F.; Gerber, J.F.; Greyl, L.; Haas, W.; Healy, H.; Burgos,V.M.; Ojo, G.; Porto, M.P.; Rijnhout, L.; Rodríguez-Labajos, B.; Spangenberg, J.; Temper, L.; Warlenius, R.; Yánez, I.; (2009), "Between activism and science: grassroots concepts for sustainability coined by Environmental Justice Organizations". *Journal of Political Ecology*; 21, pp. 19-60.

MOREL, C. (2003), "Neglected diseases: under-funded research and inadequate health interventions Can we change this reality"? *EMBO reports VOL 4* | special issue.

MENDONÇA, M. L. M de. (2008), "Produção audiovisual e expressão da cultura subalterna" GT "Cultura das Mídias", do *XVII Encontro da Compós*, na UNIP, São Paulo, SP, em junho.

MIGNOLO, W. (2010), *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad.* Buenos Aires, Ediciones del Signo..

Minayo, M. C. S. (1997), "Pós-Graduação em Saúde Coletiva: um projeto em construção". *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 2 (½), pp. 53-71.

NUNES, E. (2005), "Pós-graduação em Saúde Coletiva no Brasil: Histórico e Perspectivas". *Physis*, Rio de Janeiro, 15(1), pp. 13-38.

PIVETTA, F; PORTO, M F. (2010), "Por uma promoção da saúde emancipatória nos territórios urbanos: a proposta do laboratório territorial de Manguinhos". In: Czeresnia, D.; Freitas, C. M. (Orgs.). *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências.* Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.

Porto, M. F., Rocha, D., Finamore, R. (2014), "Saúde Coletiva, Território e Conflitos Ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico". *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro.

PORTO, M. F. (1997), "Interdisciplinaridade e Ciência Pós-Normal frente à Questão Ambiental". In: *Anais do II Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica*. São Paulo.

QUIJANO, A. (2000), "Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina". Em: E. Lander (Ed.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, Colección Sur-Sur. CLACSO.

SOUZA SANTOS, B. (2006) *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*, S. Paulo, Porto, Cortez Ed., Afrontamento.

Mediações e estratégias de comunicação nas políticas públicas de saúde para ciganos no Brasil e em Portugal

Aluízio de Azevedo Silva Júnior[1]
luiju25@gmail.com

Resumo: Este artigo debruça-se sobre uma pesquisa de tese que estuda as políticas públicas de saúde para a população cigana no Brasil e em Portugal, a partir do enfoque das estratégias de comunicação e mediações nos processos de elaboração, circulação e apropriação dessas políticas pelas pessoas ciganas. Especificamente, enfoca-se de forma comparada o mapeamento das políticas de saúde nos dois países, buscando identificar elementos que evidenciem ou potencializem práticas de informação e comunicação com a população em pauta. Contexto, cultura, lugar de interlocução, polifonia, dialogismo e equidade são eixos conceituais norteadores do trabalho analítico, assim como a preocupação em caracterizar o modelo de comunicação subjacente às políticas.

Palavras chave: Ciganos, saúde, políticas públicas, comunicação, Brasil, Portugal

1. Introdução

Esta comunicação se arvora entre vozes que ora se equilibram nesse texto entre a consciência e o devir, o saber e o poder, a ciência e o dever, aspectos enevoados de um objeto de estudo em construção, que ainda desabrocha em camadas e formas não completamente palpáveis, tangíveis ou definidas com exatidão. Como num quebra-cabeças, as peças do cenário ainda não estão inteiramente alinhadas, mas os eixos, atores e conceitos do jogo acadêmico, estão expressos numa pesquisa que busca um olhar inovador e ousado na análise crítica das políticas de saúde para ciganos.

As reflexões aqui esboçadas dizem respeito a resultados parciais, construídas ao longo de reflexões, estudos bibliográficos e discussões em 18 meses: desde a construção do projeto em junho de 2013 para apresentação no processo seletivo, até dezembro de 2014, com dois semestres cursados no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Informação, Comunicação e Saúde (PPGICS), da fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), onde desenvolvo uma pesquisa no âmbito das políticas públicas de saúde para ciganos no Brasil e em Portugal, que possui os seguintes objetivos:

2. Objetivo Geral:

"Analisar as práticas, processos e mediações das políticas públicas de saúde para a população cigana nos sistemas de saúde do Brasil e de Portugal, averiguando se as estratégias de comunicação na elaboração, divulgação e circulação respeitam e reconhecem a diversidade cultural cigana. O intuito principal é apreender principalmente o ponto de vista e as vozes dos grupos ciganos quanto às suas condições de vida e saúde. Saber dos usuários finais dos serviços de saúde da etnia se conhecem tais políticas de saúde, convertendo-as em saberes, práticas e ações".

---

1 Cigano do grupo Kalon, com Graduação em Comunicação Social - Jornalismo (Universidade Federal de Mato Grosso), Especialização em Cinema (Universidade de Cuiabá), Mestre em Educação (Universidade Federal de Mato Grosso) e Doutorando no curso de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS) do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro-RJ (Brasil). Atualmente é servidor público do Ministério da Saúde, prestando trabalho na Assessoria de Comunicação do órgão no Rio de Janeiro (Ascom/MS/RJ).

Além disso, três são os **Objetivos específicos:**

– Desenhar as comunidades discursivas que competem no mercado simbólico das políticas públicas de saúde para ciganos (quem são interlocutores) no Brasil e em Portugal, revelando de que modo pessoas ciganas e instituições públicas de saúde equilibram forças e disputam poder simbólico na prática social e na saúde. E neste contexto, revelar que vozes e sentidos estão sendo licenciados ou permanecem sem espaço de expressão e circulação.
– Identificar, descrever e analisar os contextos de circulação e apropriação pela população cigana da comunicação institucional dos Ministérios da Saúde do Brasil e Portugal. Para tanto, será preciso mapear e caracterizar os múltiplos fluxos e canais que a população cigana dispõe ou cria para fazer circular as informações de seu interesse. O objetivo é entender o modo pelo qual a população cigana reconfigura o lugar de interlocução que lhe é atribuído pelo discurso oficial.

E, por fim, 3) Traçar uma análise comparando as políticas públicas para ciganos adotadas no sistema público de saúde em Portugal e no SUS no Brasil, para observar os avanços, desafios e experiências nas estratégias de comunicação, divulgação e circulação dos serviços de saúde para a etnia e os profissionais de saúde em ambos os países.

Nesse artigo, em específico, enfoca-se, de forma comparada, o mapeamento das políticas públicas de saúde para ciganos nos dois países, buscando identificar elementos que evidenciem ou potencializem práticas de informação e comunicação com a população em pauta. Mas afinal, o que justifica uma pesquisa deste porte?

2. Porque estudar políticas de saúde para ciganos?

Os malles communicados / são sentidos por metade / mas aqueles reprimidos / Estragam sem piedade[2]

O verso acima faz parte do Cancioneiro popular cigano (Mello, 1981) e revela com destreza o quão importante é a comunicação para nós seres humanos, condicionados a passar por sofrimentos ao viver neste mundo. O entendimento da poesia cigana é de que os males reprimidos estragam sem piedade e os que são comunicados são sentidos pela metade.

Ou seja, quando os males são comunicados, eles são aliviados no peso, na tensão, nos estragos que possam causar na vida das pessoas. Esta visão não diz que a comunicação resolverá os males, mas alivia metade do sentimento negativo que eles podem causar. Por outro lado, reforça que o sufocamento, o silenciamento, a não expressão, a não comunicação desses males, pode causar estrago mortal, sem piedade.

Assim, quando busco escrever este trabalho, ou investigar em uma pesquisa científica as políticas públicas de saúde para ciganos no Brasil e em Portugal, o que me motiva é comunicar os males, os dramas e os sofrimentos que o meu povo sofre. Neste sentido, impossível seria estudar outro assunto que não algum aspecto sobre a vida das pessoas ciganas, uma vez que essa identidade está introjectada em mim desde o nascimento, já que fui criado nesse modo de ser e ver o mundo.

Por certo, que a trajetória como pesquisador dos povos ciganos começou no mestrado (2007-2009) quando defendi a dissertação "A Liberdade na Aprendizagem Ambiental Cigana dos Mitos e Ritos Kalon"), explorando a questão da educação não-formal (enfoque na educação ambiental) entre o meu grupo familiar (etnia Kalon), que é formado por cerca de 300 pessoas que vivem no Estado de Mato Grosso.

Com formação em jornalismo na graduação, prestei no ano de 2010 o concurso para técnico em Comunicação Social - Jornalismo do Ministério da Saúde e fui aprovado, sendo nomeado em 2012 para prestar serviços na Assessoria de Comunicação do gabinete do Ministro (ASCOM-GM/MS), onde acumulei os cargos de produtor, repórter-roteirista e subcoordenador da sucursal do Canal Saúde[3] no Distrito Federal.

---

2 MORAES FILHO, Melo. Os ciganos no Brasil e Cancioneiro dos ciganos. Belo Horizonte / São Paulo, Editora Itatiaia / Editora da Universidade de São Paulo, 1981. Reconquista do Brasil, 59.

3 Órgão da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), com sede no Rio de Janeiro (RJ)

Atuando na Ascom do Ministério da Saúde aprofundei vivências e conhecimentos sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), seus fundamentos e diretrizes, funcionamento, organicidade, formas de financiamentos, bem como perspectivas, avanços e desafios. Neste contexto, como cigano e pesquisador fiquei bastante instigado para saber mais acerca da saúde para a minha própria etnia no Brasil e em Portugal.
Pesquisando sobre cursos de doutorado na área da saúde e comunicação, tomei conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Informação, Comunicação e Saúde (PPGICS[4]), da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), ao qual concebi como um locus apropriado para desenvolver uma pesquisa que triangula ciganos, comunicação e saúde. Assim, construi um desenho de pesquisa enquadrando-o na proposta de investigação oferecida pela linha de pesquisa 2 "Informação, Comunicação e Mediações em Saúde".

2.1 Afinal, quem é cigano?

> Os ciganos, hordas sem culto, sem asylo e sem lar, rodeando todas as civilizações mas sempre fora dellas, chamados na Inglaterra Gypsies, na Alemanha Zingueuners, na Hespanha Gitanos, na Itália Zigari, na Turquia Chegersers, na França Bohemes, e no Brasil por elles mesmo Calons, têm em sua poesia alguma coisa que deslumbra como as labaredas reflectidas na tripude das sybillas, e de profundamente impressionável como uma dor eterna (Moraes Filho, 1981 p. 9).

Com cerca de 15 milhões de pessoas espalhadas por todos os continentes, a população cigana é formada por três grandes grupos: os Kalon, os Rom e os Sinti. Sem um histórico de origem claro, mas certamente vindos do Oriente, começaram a chegar a partir do século XI na Europa, onde historicamente sofrem preconceitos, perseguições e exclusão social. No Brasil estão presentes desde a chegada dos portugueses no século XVI (Silva Júnior, 2009). Porém, quando se aborda a cultura "cigana" alguns estereótipos vêm a mente: sedutores, sensuais[5], sequestradores de crianças, ladrões, sujos, maltrapilhos, entre outros. Somos vistos como uma cultura única e genérica. Mello e Berocan apontam, por exemplo, que os ciganos são a minoria étnica mais vulnerável à discriminação nos 27 Estados-membros da União Européia.

> Considerados "hóspedes indesejados" em diferentes países e continentes, os ciganos convivem secularmente com o preconceito, a estigmatização e a exclusão social, sobretudo por sua recalcitrante mobilidade e por seu modo de vida particular. Apesar dos "golpes da animosidade" e do "abraço forçado da assimilação", são cada vez mais expressivos os movimentos dos ciganos, tanto na Europa quanto no Brasil, de luta por reconhecimento. (Mello e Berocan, 2012, p. 1)

Os ciganos começaram a chegar em Portugal por volta do século XV e desde então o tratamento foi de exclusão, perseguição e violência por parte do Estado Lusitano. A menção à etnia aparece pela primeira vez na obra A Farsa das Ciganas, do literário Gil Vicente (Moonen, 2013). A literatura científica pesquisada acerca da dos ciganos na sociedade portuguesa é unânime em afirmar que esta é uma minoria étnica extremamente excluída e em condições sociais de vulnerabilidade, que afetam diretamente o acesso ao sistema de saúde (SNS) daquele país (Moonen 2013, Castro 2010, Silva et al 2010).
Segundo o Governo Português (Acidi, 2013), as comunidades ciganas em Portugal reúnem entre 40 e 60 mil pessoas. A maioria é privada de direitos básicos e não tem acesso básico e integral em saúde que respeite suas especificidades culturais (tradições, costumes e medicina tradicional). Esta realidade é admitida pelo próprio

---

4 Me inscrevi no processo seletivo, fui aprovado, mudei de cidade, de lotação (atualmente estou atuando como assessor de comunicação social do Núcleo do Ministério da Saúde no Rio de janeiro) e comecei a realizar o curso de doutorado e a pesquisa em março de 2014.

5 Vide personagem Capitu de Machado de Assis, que tinha "olhos de cigana, oblíqua e dissimulada".

governo Luso no Documento "Estratégia Nacional para Integração das Comunidades Ciganas: 2013-2020", publicado em 2013 pelo Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural (Acidi)[6].

> A União Europeia solicitou aos Estados-Membros a elaboração de estratégias nacionais para a integração das comunidades ciganas, que respondam a situações de exclusão que não são compatíveis com os valores sociais ou com o modelo económico europeu. O XIX Governo Constitucional, consciente da sensibilidade desta matéria na sociedade portuguesa, reconhece as graves dificuldades de integração e marginalização em que vivem estas comunidades de portugueses, que constituem uma minoria étnica em Portugal desde há 500 anos. É essencial dar a esta questão uma resposta sólida, coerente e transversal que permita o início de um caminho que se prevê lento, mas crucial para a coesão social. (ACIDI, 2013, p. 9)

Já a presença de um cigano do grupo Kalon no Brasil foi registrada pela primeira vez em 1.574[7], vindo exatamente de Portugal. Aliás, vários pesquisadores ciganos (Menini, 2014, Silva Júnior 2009, Moonen 2000 e 2013, etc) são unânimes em levantar o fato de que o degredo de ciganos de Portugal para o Brasil foi uma realidade constante em praticamente todo o período colonial.

Em 1.726 já se tinha "notícia de ciganos em São Paulo". E no Rio de Janeiro "desde o início do século XVIII". Aos poucos, foram se espalhando para outras capitanias. A partir da segunda metade do século XIX começaram a chegar outros dois grupos, os Rom e os Sinti, denominados como "ciganos", mas diferentes dos Kalon, e oriundos de países europeus como Itália, da Alemanha, Balcãs e da Europa Central. (Teixeira, 2000, p. 25).

Atualmente, há grupos ciganos em todos os Estados brasileiros. Entretanto, não existem dados concretos, mas sim estimativas, sobre a quantidade de pessoas que compõem a etnia. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não faz esse registro, uma realidade evidenciada pelo próprio governo Federal no documento "Brasil Cigano - Guia de Políticas Públicas para Povos Ciganos", publicado em maio de 2013 pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir, 2013), segundo o qual: "os dados oficiais sobre os povos ciganos ainda são muito incipientes".

A Seppir (2013, p. 6) destaca que de acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC/IBGE) em 2011 foram identificados 291 acampamentos ciganos em 21 estados, com maior concentração na Bahia (53), Minas Gerais (58) e Goiás (38). Dos municípios que declararam ter acampamentos ciganos em seu território, 40 deles afirmaram desenvolver políticas públicas para os povos ciganos. Já em relação à população cigana total, estima-se que há mais de meio milhão no Brasil.

Mesmo estando há tanto tempo no país, nos estudos bibliográficos que realizei para construir a dissertação de mestrado (Silva Júnior, 2009), observei que os grupos ciganos sempre foram marginalizados e excluídos pelo Estado brasileiro, situação que perdura até os dias de hoje, ainda que em menor grau. Por muitos anos nos recusamos a nos integrarmos aos sistemas de saúde, e outros como educação, direito a terra, cultura, etc, o que agrava a situação. Por termos uma identidade milenar e prismas diferentes das práticas medicinais institucionalizadas nos sistemas de saúde, por vezes ocorrem conflitos na relação na prática cotidiana com os profissionais de saúde.

Gestores e profissionais da saúde necessitam conhecer as especificidades culturais ciganas para que os serviços de saúde aconteçam da melhor maneira possível. Todavia, levanto a questão que até o momento os Ministérios da Saúde do Brasil e de Portugal, não têm conseguido fazer chegar as políticas que emite para ciganos até as pessoas da etnia, bem como os profissionais da saúde não entendem as especificidades dos distintos grupos.

---

6 Disponível em: http://www.acidi.gov.pt/_cfn/51d2a4fd86705/live/Estrat%C3%A9gia+Nacional+para+a+Integra%C3%A7%C3%A3o+das+Comunidades+Ciganas

7 "Em 1574 o cigano João Torres, sua mulher e filhos foram degredados para o Brasil." (Teixeira, 2.000, p. 2)

Compreender, por exemplo, que não constituímos uma única identidade homogênea é importante, pois estamos subdivididos em três grandes grupos: Rom, Sinti e kalon, que podem ter rituais, cosmologias e outros aspectos culturais diferentes uns dos outros (Silva Júnior, 2009). Porém, mais do que reconhecer essas diferenças, para desenvolver uma comunicação adequada em saúde específica para população cigana, é preciso entender a dinâmica, estilo, ou, ethos da vida cigana e sua relação com a saúde.
Para tanto, é necessário que as orientações e políticas ministeriais cheguem até os grupos ciganos e sejam apropriadas ou resignificadas em proveito da saúde das pessoas ciganas. Mas essa realidade só vai acontecer se os gestores e profissionais conheçam a situação sócio-cultural das comunidades ciganas, bem como aspectos culturais e ambientais relacionados a saúde destas comunidades. E mais que isso, convide as pessoas ciganas a construir, executar e apropriar-se das políticas públicas de saúde destinadas à população em pauta.

3. Alguns caminhos epistemológicos - Panorama conceitual

Considerando a complexidade do tema, que envolve múltiplos fatores e determinantes; com o intuito de desenvolver uma abordagem inovadora; e a partir de uma perspectiva de intervenção social, adoto um referencial híbrido que reúne elementos conceituais e metodológicos dos campos da informação, da comunicação e da saúde. A questão do hibridismo se faz presente no campo da comunicação, onde os cientistas se apoiam nas Ciências Sociais tradicionais considerando a pesquisa a partir de múltiplos níveis e dimensões (Lopes, 2005, p. 105 e 106).

> A comunicação que por natureza deve recorrer a vários níveis, não teria um só método privilegiado. Deveria fazer uso da multiplicidade de métodos disponíveis, sempre a partir da problemática específica que constitui seu objeto de estudo... Mais ainda, o privilégio de um método não pode favorecer ou dispor ao trabalho interdisciplinar que deve ser o ponto de partida de qualquer estudo no campo da comunicação. (Lopes, 2005, p. 109).

Compreendendo que esta pesquisa se enquadra numa perspectiva interdisciplinar, adoto o conceito de campo de Pierre Bourdieu (1989, p. 69) como central para o mapeamento das políticas públicas de saúde para ciganos e sua analise do ponto de vista das estratégias e mediações de comunicação. Importante observar que "os agentes que integram os campos seguem determinadas regras, valores e sistemas de classificação", isto é, "um modus operandi, que norteiam as suas posições dentro deste espaço" (Lerner & Araújo & Cardoso, 2013, p. 236).
A esse conjunto de normas Bourdieu (1989, p. 61) definiu como *"Habitus"*. Nas palavras do autor: *"O habitus...* é um conhecimento adquirido; e também um haver, um capital (...). Com base nesses dois conceitos (campo e *habitus*), podemos entender a ciência como um campo social, formado por outros campos, como a informação, a comunicação e a saúde, que ora convergem, ora são conflituosos, numa constante luta.
Isto é, "um espaço discursivo de natureza simbólica, permanentemente atualizado por contextos específicos, formado por teorias[8], modelos e metodologias" (Araújo & Cardoso, 2007, p. 19). Neste contexto conceitual, abordo a comunicação na sua articulação com a saúde como um campo: o da comunicação e saúde (C & S), que objetiva compreender e agir sobre os processos sociais de produção dos sentidos, que afetam o campo da saúde.
Importante esclarecer as diferenças entre comunicação e informação, que caminham juntas, em várias faces, mas não são sinônimos. Enquanto a informação seria da ordem do fechamento e da redução de incertezas, a comunicação da ordem da abertura à alteridade, portanto instabilidade. Na saúde, a informação normalmente está associada aos sistemas de informação, que processam, produzem e oferecem informações, indicadores, dados estatísticos, análises. (Araújo & Cardoso, 2007, p. 23)

---

8 Entendo como Araújo e Cardoso (2007, p. 36) o conceito de teoria é um modo de ver a realidade, isto é, um conjunto de instruções sobre como olhar o real.

Discutindo sobre as diferenças e interligações entre esses dois campos, Saracevic (1996, p. 8) classifica a informação como: "um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltada para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação". O fundamental, para o autor (idem, p. 53) estaria nas relações entre o fenômeno (informação) e o processo (comunicação).
Por outro lado, para Araújo & Cardoso (2007, p. 31), a informação aprofundou os fundamentos e métodos da produção dos dados e como eles se convergem em informação. Em outra dimensão, a comunicação deu mais atenção aos procedimentos pelos quais a informação pode ser tratada, ou seja, circulada, apropriada e transformada em saberes pelas pessoas e instituições.
Assim, opto por entender a comunicação como um processo, baseado na interlocução e negociação de sentidos, desenvolvida por um fluxo contínuo e multidirecional de saberes, informações, pessoas e comunidades, a partir de redes materiais e virtuais em contextos de naturezas diversas, onde desfaz-se a polaridade clássica emissor-receptor (Araújo, 2009). Nesta visão, a comunicação:

> Opera como um mercado, no qual comunidades discursivas negociam bens simbólicos – seu modo de perceber e classificar o mundo e a sociedade, em busca do poder simbólico (BOURDIEU, 1989), o poder de constituir a realidade. Este enfoque da comunicação como mercado simbólico baseia-se na articulação do modelo produtivo de Verón (1980) à teoria do poder simbólico de Bourdieu (1989), subsidiado pela perspectiva da língua como arena dos embates sociais (BAKHTIN, 1988) e pela microfísica do poder (FOUCAULT, 1982). (Araújo, 2009, p. 44).

Outros conceitos como contexto, lugar de interlocução, discurso, poder simbólico (Bourdieu), polifonia (Bakhtin), produção social dos sentidos e dialogismo têm papel destacado nesta investigação. Contexto e discurso, por exemplo, estão interligados e para entender um é necessário compreender o outro. "O discurso é espaço e agenda da reprodução do *status quo* e da luta política e transformação social (...) espaço primeiro, no qual se dão os embates sociais e se estabelecem as relações de poder" (Araújo, 2009, p. 45).
Para observar a contextualização do discurso, todavia, é necessário compreender que existe um mercado de discursos, discrepante, com fortes agentes e fatores de mediação, o que revela um jogo de forças expresso no que Araújo (2009) caracteriza como "comunidade discursiva". Nesta perspectiva, a realidade passa a ser vista como produto de vários contextos. Assim, para situar os contextos da pesquisa (social, econômico, histórico e cultural dos ciganos), uma das tarefas é analisar os discursos das comunidades envolvidas nas políticas de saúde para as populações ciganas.
Assim, para compreender discurso e sua ligação com o contexto, me aproprio ainda de outros dois conceitos trazidos por Mickhail Bakhtin (1981 e 1992): polifonia e dialogismo. No modelo clássico de comunicação da matriz informacional, a multiplicidade de vozes é tratada como um ruído que deve ser silenciado, uma vez que a centralidade da comunicação estava no emissor e não no receptor. Entretanto, para Bakhtin (1992) em cada fala, enunciado ou texto essas vozes se exprimem, na maioria das vezes sem que o locutor se aperceba. Elas correspondem a interesses e posições diferentes na estrutura social, o que faz com que a linguagem seja "uma arena de embates sociais, na qual são propostas, negociadas e ratificadas ou recusadas as relações de poder" (Araújo & Cardoso, 2007, p. 56 e 57).
Já dialogismo seria o modo como as vozes são articuladas e está "determinado por circunstâncias sempre específicas", com a conjugação de textos e contextos. É também "lugar de construção do real e indissociável da disputa do poder simbólico". Assumo a perspectiva de Bakhtin na pesquisa com os grupos ciganos para entender melhor as estratégias e mediações das políticas de saúde para essas etnias, no sentido de entender que vozes e discursos dominam este cenário.
Quanto ao poder simbólico, entendemos como Bourdieu (1989, p. 9) que "é um poder de construir a realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo". Isto é:

> " poder de constituir o dado pela enunciação de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo, e deste modo, a acção sobre o mundo, poder

> quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico da mobilização só se exerce se for reconhecido, quer dizer ignorado como arbitrário" (Bourdieu, 1989, p 14).

O poder simbólico ajuda a revelar as relações estabelecidas na construção, na circulação e na apropriação das políticas públicas de saúde para ciganos no Brasil e em Portugal. Mais que isso, ajuda a entender os discursos presentes ou vozes silenciadas nas políticas públicas de saúde para ciganos. Assim, a tarefa se concentra em descrever e analisar como essas políticas se refletem no dia a dia das pessoas ciganas, a partir da sua relação com os sistemas de saúde de ambos países.

3.1 Mapeando Políticas Públicas de saúde para ciganos

Vários também são os enfoques possíveis sobre o termo saúde, que pode indicar um campo de conhecimento, práticas de cura e medicinais dos serviços de saúde, um estado físico, emocional, psicológico de um ser humano, que muda de acordo com cultura para cultura, por isso, socialmente construído. Não quero me aprofundar na definição, porque não cabe neste espaço. Porém, adoto um conceito ampliado de saúde, que a concebe como inerente a vários aspectos da vida humana, como fatores físicos, psicológicos, econômico e socioculturais.
Entretanto, vale ressaltar que sistemas de saúde são complexos e atravessados por atores cujos interesses nem sempre coincidem ou convergem, o que configura este espaço como uma arena de lutas e debates. E portanto, não pretendo esgotar o assunto.

a) O Sistema Nacional de Saúde (SNS) em Portugal
e as políticas de saúde para a população Cigana entre 2013 e 2020
A Constituição Portuguesa de 1976, no seu artigo 64, traz o acesso à saúde como um direito social previsto a toda população do país, tendo por base os princípios da universalidade, generalidade e gratuidade. (Gomes, 2014, p. 4). Em seu estatuto,o SNS está definido como "um conjunto ordenado e hierarquizado de instituições e serviços oficiais prestadores de cuidados da saúde, funcionando sob a tutela do Ministério da Saúde" (Estatuto do SNS, 1993, in Ribeiro & Pires, 2002**,** p 10).
Entretanto, o desenho fundamental do Serviço Nacional de Saúde (SNS) Português levou cerca de 10 anos para ser implementado, refletindo muito claramente as contradições e as lutas internas, entre o Estado e o associativismo / corporativismo médico (Mozzicafredolo, 2000).
Autores e pesquisadores do campo da saúde de Portugal costumam separar a evolução do sistema saúde em Portugal por períodos distintos, porém, não vou chegar neste nível de detalhamento, já que este não é o foco nesta comunicação. Contudo, para entender como se processa a saúde dos ciganos portugueses é necessário entender o funcionamento e organização do Serviço Nacional de Saúde (SNS), responsável por coordenar e fiscalizar os serviços de saúde em todos os níveis e regiões de Portugal, que caracteriza-se por um sistema de saúde misto, com diferentes modelos de pagamento.
Antes da implementação do SNS o sistema era completamente fragmentado, marcado por uma ideologia corporativa de concepção médico-sanitarista que preconizava uma filosofia de não intervenção do Estado nos problemas de saúde. **(**Souza, 2009**)**.

> O SNS envolve todos os cuidados integrados de saúde, compreendendo a promoção e vigilância da saúde, a prevenção da doença, o diagnóstico e tratamento dos doentes e a reabilitação médica e social. Conforme promulgado pela Constituição Portuguesa de 1976 o SNS tem gestão descentralizada e participada, tem como objectivo a efetivação por parte do Estado da responsabilidade que lhe cabe na proteção da saúde individual e coletiva (Gomes, 2014, p. 16)

Isso não significa dizer que os gastos da saúde em Portugal advenham unicamente do financiamento público. Tampouco que o Sistema funciona sem falhas ou lacunas. Desde a implementação do SNS no ano de 1976, várias

reformas na área da saúde aconteceram até os dias atuais, com alterações e incrementos de novas instituições, serviços e normas. A exemplo do Decreto Lei N 254 de 29 de junho de 1982, que criou as administrações regionais de saúde.
Ou da Lei de Bases da Saúde (Lei 48) aprovada em 1990, o Estatuto do SNS, aprovado em 1993, importantes reformas no setor saúde de Portugal (Ribeiro & Pires, 2010, p. 4). A Lei de Bases define o serviço de saúde português como uma estrutura que visa a efetivação do direito à saúde, que atua com serviços próprios, acordos com entidades privadas para prestação de cuidados e apoia e fiscaliza a atividade pública.
Entretanto, para Ribeiro & Pires (2010, p. 9), o aumento da prestação e do co-financiamento por entidades privadas provocou cisões no acesso aos cuidados de saúde, levando ao questionamento do imperativo da equidade no acesso à saúde. Assim, apesar dos avanços observados na saúde desde a implantação do SNS em Portugal, muitos problemas ainda são enfrentados pelas pessoas ciganas daquele país para acessar aos serviços de saúde forma equitativa, respeitando suas especificidades culturais e sociais. Uma realidade demonstrada por pesquisadores que investigam o tema políticas públicas de saúde em Portugal.
De acordo com Maria Luisa Silva et al (2000) em Portugal e, de um modo geral, na Europa (de Ocidente e de Leste) as comunidades ciganas têm sido impedidas de se integrar à sociedade global, estigmatizadas pela marca do nomadismo que pretensamente dispensa uma política de territorialização e, em associação com esse tipo de vida errante, a marca de um estilo de vida pré-moderno em que o desejo de liberdade tornaria inviável qualquer tentativa de institucionalização escolar, profissional ou sanitária.
Esta realidade desfavorável dos grupos ciganos é admitida pelo governo português no documento Estratégia Nacional para Integração das Comunidades Ciganas 2013-2020. Trata-se de um plano que atende a uma recomendação da União Europeia em favor da integração das comunidades ciganas no Continente. Este documento será a principal política pública no âmbito da saúde que utilizo como suporte para identificar as políticas públicas de saúde para ciganos em Portugal.
A estratégia traz a questão da saúde como um dos eixos estratégicos: 1) lista ações que já vinham sendo realizadas em favor dos ciganos até o ano de 2013, reunindo-as num todo coerente; e 2) propõe novas metas, objetivos e estratégias de integração para os ciganos até o ano de 2020, com enfoque especial para a saúde.
Em seu eixo saúde (ACIDI, 2013, p. 61), o documento destaca a questão da equidade como um princípio geral do sistema de saúde, entendida como a garantia de que o acesso à prestação de cuidados de saúde se realize em condições de igualdade efetiva, portanto fator de efetivo destaque para a implementação de políticas específicas de saúde para a população cigana. Assim, estabelece quatro prioridades, as quais destaco abaixo:

Prioridade37 - Promover ações de formação/informação sobre educação para a saúde e serviços disponíveis. Segundo o documento, "pelas suas especificidades, as comunidades ciganas não se encontram entre os utentes regulares dos serviços de saúde, tornando-se necessário promover medidas adaptadas, nomeadamente com o recurso a unidades móveis e incentivando a inscrição nos Centros de Saúde enquanto estruturas de proximidade. Na prioridade, o documento ressalta (p. 61) a necessidade de "uma estratégia igualmente relevante será a aposta no desenvolvimento de canais de comunicação e estratégias de divulgação adaptadas a estas comunidades. Como meta geral para concretizar esta ação, ficou estabelecida: Promoção de 10 campanhas de informação adaptadas às especificidades das comunidades ciganas, cinco, até 2016, e cinco, até 2020.

Prioridade38 – Contribuir para ganhos em saúde das comunidades ciganas, apostando na prevenção. Essa prioridade, de acordo com o documento (p. 62) foi criada tendo como intuito promover a adoção de hábitos de higiene e de saúde saudáveis e que passam por questões como a vacinação infantil ou a realização de rastreios de forma regular. Assim, estabelece como meta geral a realização de cinco sessões/ano de informação/sensibilização sobre maternidade precoce, acompanhamento pediátrico das crianças, hábitos de alimentação saudáveis junto destas comunidades, com a colaboração das associações/serviços que trabalham com estas comunidades.

Prioridade39 – Sensibilizar e formar os profissionais de saúde para a diversidade cultural. Para justificar esta prioridade, o documento (p. 62) destaca que a ação tem importância "para melhor trabalhar com estas populações, desconstruindo mitos e combatendo preconceitos, torna-se necessário formar os profissionais de saúde para melhor conhecerem as especificidades destas populações, atendendo aos comportamentos e adequando respostas". Desta maneira, estabelece como meta geral a realização de cinco ações de formação em cada Agrupamento de Centros de Saúde (ACES), duas, até 2016, e três, até 2020.

Prioridade40 – Criar e/ou aprofundar as relações de proximidade entre os serviços de saúde e as comunidades ciganas, estabelecendo pontes e dinamizando parcerias. No entendimento do governo português (p. 63), a aproximação entre os serviços de saúde e as comunidades ciganas possibilita o estabelecimento de relações de confiança que, por sua vez, se traduzirão num maior acesso aos recursos por parte dessas comunidades. Esse acesso será facilitado pela realização, junto das comunidades ciganas, de sessões de educação para a saúde e sobre o funcionamento dos serviços, incluindo os procedimentos implementados nessa área. Duas metas são estabelecidas para o cumprimento desta prioridade: a) a realização, até 2020 de, pelo menos, uma sessão de sensibilização/ informação por ano sobre saúde e sobre o acesso aos recursos disponíveis para as comunidades ciganas, em cada agrupamento ou unidade de saúde de áreas onde estas populações sejam mais numerosas; e b) Integração, até 2020, de 20 mediadores ciganos em serviços de saúde. Todas as metas e ações são fiscalizadas e acompanhadas por um grupo consultivo denominado Grupo Consultivo para Integração das Comunidades Ciganas. O primeiro grupo foi implantado em 2013, com mandato de dois anos, vigorando até 2015. Este grupo é composto por pesquisadores ciganos, representantes do Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas, um órgão vinculado ao ACIDI e criado para gerir a estratégia para integração de tais comunidades, bem como de mediadores municipais da própria etnia cigana.

b) O Sistema Único de Saúde - SUS e as políticas de saúde para ciganos no Brasil

A Constituição Federal Brasileira de 1988 traz em seu parágrafo 196 "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços (...)".

No Brasil, este direito se materializou, segundo Santos & Pereira & Noronha (2011) com a constituição do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da publicação em 1990 da lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080), considerada por esses autores como "um marco da seguridade social brasileira", na medida que inscreve o direito à saúde como um preceito, que se estruturou a partir dos pilares de universalidade, equidade, integralidade, hierarquia e regionalização. Todavia, na prática a concretização deste direito confrontou-se com restrições fiscais e altos índices de pobreza da população brasileira. Apesar de haver uma melhora nos indicadores de saúde em geral, ainda existem condições precárias de saúde e de acesso, como no caso da maioria das pessoas ciganas, grupo étnico que sequer estão presentes nos sistemas de informação do SUS realidade apontada tanto por pesquisadores ciganos (Moonen, 2013, e Teixeira, 2007), quanto pelo próprio Governo Federal, no âmbito do documento Brasil Cigano, publicado pela Secretaria de Políticas da Igualdade Racial (Seppir, 2013).

Desta forma, parto do pressuposto que alcançar os princípios e diretrizes do SUS, que versam sobre um sistema universal, equitativo, igualitário e descentralizado, ainda não é um fato concreto para ciganos. Trata-se de um desafio, que para ser superado é preciso entender que o campo da comunicação está fortemente articulado às relações de poder e ao campo da saúde, aos movimentos sociais e às políticas públicas.

Neste contexto, observando as políticas públicas do Governo Federal, identifiquei as seguintes ações relacionadas aos ciganos e as quais tomo como ponto de partida no objeto de pesquisa empírico:

1) O Decreto de 25 de maio de 2006, que institui o Dia Nacional do Cigano, a ser comemorado no dia 24 de maio de cada ano;
2) O Decreto n° 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (ciganos na lista);
3) O Documento Brasil Cigano (Seppir, 2013, p. 7), que em seu eixo 2 "Políticas Sociais e de Infraestrutura" lista dois temas relacionados a saúde: "Direito à Saúde e Programa Saúde da Família – PSF"; e "Programa Saúde Bucal – PSB/Brasil Sorridente".

4) Criação de uma equipe que trata da saúde dos ciganos, inclusa no Departamento de Gestão Participativa da Secretaria de Gestão Estratégica e Participava do Ministério da Saúde (DAGEP/SEGEP/MS). Aqui seria possível estudar o histórico, quando foi criado, que ações desenvolve? E que programas, projetos e políticas aplicam?
5) Criação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa do SUS e suas diretrizes de inclusão dos grupos sociais na formulação de políticas públicas na área da saúde.
6) Portaria 940, de 28 de abril de 2011, que atende as especificidades de nômades, ciganos e populações em situação de rua. Observando o que diz o site do MS, o estado brasileiro compreendeu a necessidade de implementar políticas públicas específicas para ciganos. Um trecho no Portal do MS destaca que: "reconhecendo a especificidade da cultura cigana, o Ministério da Saúde fez constar na Portaria que regulamenta o cadastramento dos usuários do SUS - o Cartão SUS, uma cláusula que dispensa a população cigana de comprovação de endereço". A portaria determina que:
   Art. 19 - Durante o processo de cadastramento deverá ser solicitado o endereço do domicílio permanente do usuário, independentemente do município no qual esteja no momento do cadastramento ou do atendimento. § 1º Não estão incluídos nessa exigência os ciganos nômades e os moradores de rua."[9]
7) Três outras ações são listadas no site do MS como sendo específicas para os povos ciganos: a) "a realização de duas edições do Prêmio Culturas Ciganas, promovido pelo Ministério da Cultura"; b) o fato de que uma das propostas apresentadas no Grupo de Trabalho Interministerial Cigano – GTI/Cigano foi "ampliar o levantamento sobre as condições de saúde da população cigana iniciadas em 2010 com populações acampadas"; e c) "a formação de uma rede de apoio do Ministério da Saúde com as secretarias de saúde dos municípios e o PSF para que deem cobertura às necessidades específicas em saúde dos ciganos acampados ou em rotas".
8) O Plano Nacional de Saúde 2012-2015, que coloca textualmente as etnias ciganas, ao lado de outras populações como negros e quilombolas, em situação de rua, campo e floresta, e Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), como um dos segmentos prioritários de atuação do Sistema Único de Saúde.

Em sua diretriz 12, destaca a "Implementação de novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável". E estabelece como uma ação efetiva na área cigana a realização de "seis encontros nacionais envolvendo lideranças do campo e da floresta, do movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, da população em situação de rua, dos ciganos e dos gestores do SUS até 2015".

4. Perspectivas e desafios: o objeto empírico

Após o levantamento das políticas, neste tópico coloco os conceitos e teorias para dialogar com o objeto empírico. O intuito é reforçar aspectos teóricos dos três campos, introduzindo as definições iniciais e conceitos-chave, para subsidiar recortes a reconstrução do objeto empírico, a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Isto é, a partir de dois pontos de vistas: 1) O Olhar da informação & Saúde; e 2) O Olhar da Comunicação & Saúde. Essas lentes iluminam o caminho epistemológico, tanto do ponto de vista ético (ideológico), quanto do estético (formatos), do teórico (conceitos) e do metodológico (métodos e técnicas). Na interface com a saúde, ambas levam a caminhos conceituais que cooperam no esclarecimento do objeto empírico. A partir delas construo os elementos essenciais do desenho de pesquisa: a) o problema de pesquisa, b) os objetivos, e c) as premissas/hipóteses.

9 Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/legislacao/docs/portaria_940_cartaoSUS.pdf

4.1.O olhar da Informação na relação ciganos e saúde

No campo da saúde, a informação está tradicionalmente ligada aos indicadores, dados e à questão tecnológica. Nesta pesquisa, o olhar concentra-se na questão dos indicadores. Historicamente, os ciganos tem seus direitos negados e não é diferente na saúde. Não existem indicadores específicos sobre essa população. A falta de informações acerca dos ciganos no Brasil e no âmbito do SUS é que se justifica uma pesquisa com a comunidade cigana.

Ao fazer análise sobre as relações entre a globalização e o uso dos indicadores na saúde, Matta e Moreno (2014, p. 9) trazem reflexões numa perspectiva crítica (Boaventura de Souza Santos), que auxiliam no entendimento da invisibilidade dos ciganos nos indicadores de saúde e da população brasileira. Para esses autores (Idem), a disputa política e epistemológica nas relações entre globalização e saúde e o uso retórico de indicadores para construção de políticas para países pobres e em desenvolvimento enquanto estratégias, «visam influenciar sistemas nacionais de saúde, numa perspectiva transcultural e colonizadora, apagando os saberes, as tradições e os modos de subjetivações locais».

> Como consequência um epistemicídio maciço tem vindo a decorrer nos últimos cinco séculos e uma riqueza imensa de experiências cognitivas são desperdiçadas. Para recuperar algumas destas experiências, a ecologia de saberes recorre ao seu atributo pós-abissal mais característico, a tradução intercultural. Embebidas em diferentes culturas ocidentais e não-ocidentais, estas experiências não só usam linguagens diferentes, mas também distintas categorias, diferentes universos simbólicos e aspirações a uma vida melhor. (Santos, 2010, In Matta e Moreno, 2014, p. 21)

Considerando minha experiência como membro da etnia; e observando a reflexão dos autores, parto da hipótese que as tradições, saberes e modos de subjetivações dos ciganos, foram apagados na construção das políticas públicas, tanto de comunicação e saúde, quanto de informação e saúde.

Ciente de que os indicadores não são mera construção retórica e seu uso tem o objetivo de persuadir, mediar e intervir numa arena onde a disputa sobre a direcionalidade, o foco e o financiamento das políticas é intensa, questiono: onde estão os ciganos nos indicadores e dados dos sistemas de informação do SUS e do SNS? Os ciganos são invisíveis nas informações dos sistemas oficiais? Os ciganos aparecem nas histórias do Brasil e Portugal, de que maneira? Porque no Brasil não estão no censo que o IBGE contabiliza? Porque não existem indicadores específicos que trate sobre os grupos ciganos no Brasil e em Portugal? A invisibilidade dos ciganos começa com sua ausência dos sistemas de informação da saúde? Falta um método?

4.2 O Olhar da Comunicação & Saúde na relação ciganos e saúde

Para entender como a C&S evidencia o objeto empírico desta pesquisa é necessário compreender, como na concepção de Araújo & Cardoso (2007, p.32) que as políticas públicas só se constituem quando saem do papel (circulam, ganham visibilidade, são apropriadas pela população, convertidas em saberes e práticas); e que a comunicação é inseparável deste processo, pois também está envolvida na elaboração das políticas. Além do que, na saúde a comunicação não se dissocia da noção de direito e de cidadania, uma vez que as políticas lutam pela predominância de um ponto de vista (hegemonia); e o poder simbólico (fazer ver e fazer crer) é um dos elementos centrais.

Conforme Araújo & Cardoso (2007, p. 110 e 111), na saúde, a comunicação deve estar adequada aos princípios do SUS: 1) os doutrinários, que reúne universalidade, equidade e integralidade; e 2) os organizativos, que reúne descentralização, hierarquização e participação. E deve também considerar os seguintes aspectos: a) contextos; b) processos políticos de estabelecimento de prioridades, condições sociais, materiais, institucionais e subjetivas da produção de sentidos; c) as relações de poder determinam e são determinadas pelos processos e práticas comunicacionais. Neste contexto, a comunicação "precisa escutar e entender os silêncios, as ausências, amplificar as vozes historicamente abafadas, entender os sentidos clandestinizados por força das estruturas e práticas autoritárias".

Essas considerações me levam a adotar a perspectiva de que no Brasil é preciso pensar a comunicação a partir dos princípios do SUS, condição essencial também para que as estratégias de comunicação estejam adequadas na formulação, na circulação e na apropriação de políticas públicas de saúde para ciganos. Assim se questiona: a doutrina que orienta o SUS foi o eixo balizador das práticas comunicativas adotadas nas políticas públicas de saúde para ciganos nas redes públicas de saúde do Brasil? E ainda me fazem levantar duas questões acerca da problemática de pesquisa que servem para nortear a pesquisa também em Portugal: 1) qual comunicação os ciganos querem nas políticas públicas de saúde? 2) Como deve ser a luta para alcançarem tal comunicação?

Os princípios da universalidade e da equidade, por exemplo, estão previstos no SUS e no SNS e se aplicam segundo Araújo e Cardoso (2007) aos campos da comunicação e informação, no entendimento de que são também direitos de todos (acesso e participação). Para as autoras, historicamente, a comunicação foi prerrogativa das instituições de saúde no apoio a implantação de políticas e divulgação, prescrevendo comportamentos e outras normas à população, que sempre foi vista como "receptores", recebendo passivamente as informações sem questionamentos e sem direito à fala.

Aqui voltamos a duas questões chave relativas ao objeto de pesquisa: 1) No caso dos ciganos a prerrogativa do poder de fala nas políticas públicas esteve com as instituições governamentais ou tiveram acesso à comunicação sendo ouvidos? 2) Os ciganos conseguem acesso de fato nos serviços públicos de saúde e conhecem os direitos que possuem neste âmbito fazendo uso deles?

Quanto ao princípio da equidade, vincula-se diretamente à noção de contexto e à necessidade de tratar diferentemente os desiguais, portanto, entendo que também está profundamente ligado ao meu objeto de pesquisa, já que os ciganos são considerados uma minoria étnica (tradicional), tanto no Brasil, quanto em Portugal. Observando a Constituição Federal de 88 e na Constituição Portuguesa de 76, com base no princípio da equidade, para que o acesso de fato seja universal, é preciso que o sistema de saúde e suas políticas se adapte a todas as diversidades e contextos existentes nas condições determinantes das populações.

É preciso dar acesso aos serviços de saúde, com qualidade, sem qualquer preconceito ou discriminação por conta de raça, sexualidade, idade, classe social, religião, etc. Trata-se de oferecer condições de vida e saúde, como uma necessidade e possibilidade fundamental das pessoas e parte de uma premissa: a existência de sociedade desigual. Por isso, a necessidade de elaborar políticas e estratégias redistributivas, que considerem contextos e especificidades.

> "Falamos, então, de contextos, dentro do princípio da equidade que, sem abrir mão do direito universal à saúde, chama atenção para as diferenciações sociais com a decorrente exigência de práticas que atendam a essa diversidade. A noção de produção social dos sentidos põe em relevo a contextualização, como condição da possibilidade da comunicação... sem isso a comunicação é autista (Araújo & Cardoso, 2007, p. 65).

Assim, necessário questionar: em que contextos se produziram as políticas públicas para ciganos? Representantes da etnia participaram da sua elaboração? Orientaram suas demandas? E depois: se apropriaram das políticas? Tiveram seus direitos específicos respeitados?

Outro prisma da equidade elencado por Araújo e Cardoso (2007, p. 66 e 67) é a circulação, ou seja, a capacidade de fazer circular ideias e participar de modo mais equânime da rede de produção de sentidos. A questão central colocada por Araújo e Cardoso envolve os atores, ou: "quem, na saúde consegue fazer circular sua voz e ser ouvido?" É na circulação que as vozes são amplificadas ou silenciadas. Onde a desigualdade se manifesta mais fortemente. "A equidade apresenta a C&S o desafio de promover a redistribuição do poder de produzir e fazer circular suas ideias, ser ouvido e ser levado em consideração". Novamente questões: que lugar na rede das políticas públicas os ciganos estiveram? Em quais posições? Mais periféricas ou centrais? Quem estava nas posições centrais?

5. Perspectivas e desafios: problemática, premissas / hipóteses

Diante deste quadro exposto até o momento, identifico a problemática de pesquisa e algumas premissas/ hipóteses que poderão se confirmar após a pesquisa de campo, um passo que ainda será realizado nos próximos dois anos. Mas neste momento calham muito bem como considerações finais a serem publicadas nesta comunicação, uma vez que encerra o diálogo apresentando os desafios e perspectivas que ainda tenho pela frente. Dado o cenário e contexto das políticas públicas de saúde para ciganos, alguns pontos se tornam nevrálgicos e aguçam o olhar investigativo.

Do ponto de vista da informação, é necessário identificar de uma forma mais profunda quais são os dados disponíveis sobre a população cigana nos sistemas de saúde e quais indicadores os Ministérios da Saúde de Brasil e Portugal possuem para a população cigana. Isto é, quero saber como o SUS e o SNS podem entender, informar e atender as especificidades dos grupos ciganos? E ainda: Qual a visibilidade das necessidades de saúde da população cigana no Brasil e em Portugal?

Além disso, algumas outras questões emergem, tocando diretamente as políticas públicas de saúde para ciganos e o modo como são articuladas estrategicamente da comunicação para que sejam circuladas e apropriadas pelos grupos ciganos nos dois países. Uma delas é identificar em qual (is) modelo (s) comunicacional elas estão ancoradas. Neste percurso, o intuito é evidenciar o processo de construção estruturante dessas políticas, se foi dialógico, mostrando quais os atores sociais estiveram envolvidos e especialmente de qual lugar os ciganos estavam nestas construções. Noutro sentido, quero entender se houve polifonia dessas políticas Houve circulação dessas políticas? Os grupos ciganos se apropriaram?

Diante deste contexto problemático, encerro esta comunicação com quatro hipóteses norteadoras na busca para responder tal problemática:

1) Os grupos ciganos no Brasil e em Portugal vivem situações de vulnerabilidade e exclusão social, sofrem preconceitos e racismo e não tem os direitos humanos respeitados.
2) A escassez ou ausência de dados estatísticos gerais, populacionais e epidemiológicos dos sistemas de informação de saúde do Brasil e Portugal, evidencia um processo de invisibilidade social.
3) Muitos ciganos no Brasil e em Portugal enfrentam restrições de acesso ao sistema público de saúde e, na prática, não tem suas especificidades culturais, sociais e ambientais garantidas nos sistemas públicos de saúde de ambos os países.
4) As poucas iniciativas de políticas públicas de saúde para ciganos no Brasil e em Portugal precisam ser conhecidas e apropriadas pelas pessoas ciganas e profissionais de saúde. Neste contexto, cabe entender se os ciganos foram ouvidos para elaboração de tais políticas.

Bibliografia

ARAÚJO, I. S. (2009) "Contextos, mediações e produção de sentidos: uma abordagem conceitual e metodológica em comunicação e saúde". *RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde,* 3 (3), p.42-50.

ARAÚJO, I. S. (2004), "Mercado Simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas". *Interface - Comunica*ção, Saúde, Educação, 8 (14), p. 165-177.

ARAÚJO, I. S. & CARDOSO, J. M. (2007), *Comunicação e saúde,* Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.

BAKHTIN, M. (1992), *Marxismo e filosofia da linguagem,* São Paulo: Hucitec.

BAKHTIN, M.(1981), *Problemas da poética de Dostoiévski.* Rio de Janeiro: Forense Universitária.

BOURDIEU, P. (1989), *O poder simbólico*, Lisboa: Difel.

BRASIL. (2013), "Brasil Cigano: Guia de Políticas Públicas para povos ciganos", *SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial,* Disponível em *http://www.seppir.gov.br/.arquivos/guia-de-politicas-publicas-para-povos-ciganos*, [Consultado em 21.11.2013].

CASTRO, A. I. A. B. L. (2008), "Dos contextos locais à invisibilização política: Discussão em torno dos ciclos de exclusão habitacional dos ciganos em Portugal". *Associação Brasileira de Antropologia (ABRANT),* Disponível em http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/simposio_especial/trabalhos/SE%2008/alexandra%20isabel.pdf, [Consultado em 31.11.2014]

CHINA, J.B. O. (1936) *Os Ciganos do Brasil,* São Paulo: Separata da Revista do Museu Paulista.

FOUCAULT, M. (1979), *Microfísica do Poder,* Rio de Janeiro: Edições Graal.

GOMES, P. S. (2014), "Acesso à Saúde contemporâneo no Brasil e em Portugal", *Revista Vozes do Vale,* 6 (3), Disponível em http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar, [Consultado em 18.10.2014]

LOPES, M.I.V. (2005), *Pesquisa em comunicação*. São Paulo: Loyola.

MATTA, G.C. & MORENO A.B. (2014), "A Saúde global: uma análise sobre as relações entre os processos de globalização e o uso dos indicadores de saúde". *Interface,* 18 (48), Disponível em *http://www.scielo.br/pdf/icse/v18n48/1807-5762-icse-18-48-0009.pdf*, [Consultado em 13.05.2014], p. 9-22.

MORAES FILHO, Melo. (1981), *Os ciganos no Brasil e Cancioneiro dos ciganos,* Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo.

MINAYO, M.C.S. (2013), *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.

MOONEN, F. (2000), "Rom, Sinti e Calon, os Assim Chamados Ciganos". *Núcleo de Estudos Ciganos,* (1), 1, Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/ciganos03.html, [Consultado em 5.11. 2014].

MOONEN, Frans. (2013), "Políticas Ciganas no Brasil e Europa". *AMSK,* Disponível em *http://www.amsk.org.br/imagem/pdf/_FMO_2013_Pol%C3%ADticasCiganasBrasilEuropa.pdf*, [Consultado em 2.09. 2013]

NORONHA, J.C & SANTOS, I.S. & PEREIRA, T.R. (2011) "Relações entre o SUS e a saúde suplementar: problemas e alternativas para o futuro do sistema universal". In: SANTOS, N.R.; & AMARANTE, P.D.C. *Gestão pública e relação público privado na saúde*. Rio de Janeiro: Cebes. p.152-179.

PORTUGAL. (2013), "Estratégia Nacional para Integração das Comunidades Ciganas: 2013-2020", *Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural,* Disponível em http://www.acidi.gov.pt/_cfn/51d2a4fd86705/live/Estrat%C3%A9gia+Nacional+para+a+Integra%C3%A7%C3%A3o+das+Comunidades+Ciganas, [Consultado em 10.12.2014]

SANTOS, B.S. (2010) "Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes". In: Santos B.S & Meneses M.P. (org). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, p. 31-83.

SARACEVIC, T. (1996), "Ciência da informação: origem, evolução e relações", *Perspectivas em Ciência da Informação*, 1 (1), Disponível em http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22, [Consultado em 18.6.2014].

SILVA, L. F. (2000), "A Comunidade Cigana e o Etnocentrismo da Instituição Médica de Saúde Comunitária", *IV Congresso Português de Sociologia*, Disponível em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dc924ecdba_1.PDF, [Consultado em 10.12.2014]

SILVA JÚNIOR, A. A. (2009), *A liberdade na aprendizagem ambiental cigana dos mitos e ritos Kalon*. Dissertação de Mestrado, Cuiabá: Instituto de Educação (IE), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Disponível em *http://www.ie.ufmt.br/ppge/dissertacoes/index.php?autor_nome=Alu%EDzio+de+Azevedo+Silva+J%FAnior&ano_base=2009&palavra_chave=&orientador=*, [Consultado em 27.6.2014]

SOUZA, P. A. F. (2009), "O Sistema de Saúde em Portugal: realizações e Desafios", *Acta Paul Enferm,* (22, Especial 70 anos), Disponível em http://www.scielo.br/pdf/ape/v22nspe/09.pdf [Consultado em 1.11.2014].

RIBEIRO, J. S. & PIRES, S. (2002), "O Sector da Saúde em Portugal: funcionamento do sistema e caracterização sócio-profisisonal", *Centro de Estudos Sociais, Laboratório Associado Universidade de Coimbra,* Disponível em http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/index.php?id=2652 [Consultado em 10.11.2014]

TEIXEIRA, R. C. (2000), "História dos Ciganos no Brasil", *Núcleo de Estudos Ciganos*, Disponível em www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/ciganos02html, Consultado em 15.3.2014]

MELLO, M. A. S. & BEROCAN, F. V. (2012), "Os Ciganos e as Políticas de Reconhecimento: Desafios Contemporâneos". Associação Brasileira de Antropologia, Disponível em *http://www.abant.org.br/conteudo/000NOTICIAS/OutrasNoticias/ciganos.pdf*, [Consultado em 24.11.2014].

Influência do pronto sorriso como instrumento de comunicação e humor no cuidar.

Arlene de Sousa Barcelos Oliveira
arlenehc.barcelos@gmail.com

Fátima Maria Lindoso da Silva Lima
fatimalindoso@hotmail.com

Maria Luiza de Faria Paiva
paivamlf@hotmail.com.

Soraya Regina Coelho Meira
srcmhc@yahoo.com.br

Resumo: O Pronto Sorriso é uma disciplina de núcleo livre do curso de medicina da Universidade Federal de Goiás, que tem como missão atuar na formação holística dos acadêmicos permeando o lúdico e as artes cênicas proporcionando a criação do palhaço de hospital e atividades lúdicas. Objetivo: Analisar a influência do Pronto Sorriso como instrumento de comunicação na formação humanística do acadêmico de medicina no ambiente hospitalar. Métodos: Pesquisa qualitativa de cunho exploratório, transversal, com estudantes de graduação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás que participaram do Pronto Sorriso em 2012/2013. Os dados foram coletados por meio de entrevistas gravadas, usando como instrumento um questionário e um roteiro de entrevista semi-estruturada, que foi aplicado aos participantes da disciplina e aos profissionais de saúde do hospital escola, com conteúdo que buscava identificar a percepção da influencia do Pronto Sorriso na formação do acadêmico. A média da faixa etária dos acadêmicos foi de 19 anos, com predominância dos solteiros e do sexo feminino. Optou-se por analisar as entrevistas separadas em dois grupos: acadêmicos de medicina e profissionais de saúde atuantes na unidade pediátrica do hospital escola. Conclusão: Concluiu-se que o Pronto Sorriso é um instrumento do humor na formação humanística do acadêmico de medicina, bem como um facilitador na comunicação, propiciando conhecimentos e transformação do ambiente hospitalar, desenvolvendo habilidades referentes à atuação dos doutores palhaços.

Palavras chaves**:** Ensino. Graduação de Medicina. Humanização da Assistência. Criança. Palhaços de Hospital.

1. Introdução

As inovações no processo ensino-aprendizagem na área da saúde, observa-se que, em algumas instituições, há movimentos de valorização do humor como processo terapêutico e como auxílio na manutenção da qualidade de vida. Deste modo, a associação dos cuidados científicos e as atividades lúdicas valorizando o humor certamente proporcionarão uma mudança mais ética e humanista na formação dos profissionais da saúde (MASETTI, 1998).

A Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás é uma das instituições que vêm implantando mudanças curriculares com projetos que abrangem novas metodologias de ensino. Uma dessas mudanças é a disciplina de núcleo livre "Pronto Sorriso", inspirada no trabalho realizado pelos Doutores da Alegria na cidade de São Paulo. Essa disciplina tem por finalidade contribuir para a formação acadêmica do discente, buscando uma visão holística do cuidado e auxiliando na recuperação dos pacientes por meio da terapia do humor, desencadeada pelas ações dos doutores-palhaços no ambiente hospitalar indo ao encontro da Política

Nacional de Educação Permanente, do Ministério da Saúde, que propõe a problematização e melhoria do SUS local por meio de uma educação significativa entre os trabalhadores da saúde (BRASIL, 2009)
Segundo Lampert (2004), mudanças vêm ocorrendo ao longo da história do ensino médico no Brasil e no mundo e o modelo de ensinar tem evoluído. Na Antiguidade, o aprendiz, para dominar um ofício, acompanhava o mestre como assistente, passando, posteriormente, a exercer as atividades profissionais de forma supervisionada por algum tempo. Na atualidade, para o exercício de uma profissão, os profissionais devem atuar em um sistema descentralizado e terem formação orientada por competências expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) que possibilitam o aperfeiçoamento contínuo de seus conhecimentos, habilidades e atitudes (MARANHÃO; GOMES; BATISTA, 2012).
Portanto, considera-se relevante a investigação sobre as atividades lúdica realizadas pela disciplina de núcleo livre Pronto Sorriso, por meio de desenvolvimento de estudos exploratórios que possibilitem maior compreensão sobre esta prática e revelem as estratégias necessárias que permeiam estas atividades no ambiente hospitalar. Esta investigação pretende responder a seguinte indagação: o Pronto Sorriso é um instrumento relevante no processo de formação dos profissionais de saúde e do humor no cuidar?

2. Fundamentação teórica

2.1 Política nacional de humanização

É direito de todo cidadão receber um atendimento público de qualidade na área da saúde. O tema da desumanização-humanização dos serviços e práticas de saúde vem sendo elemento de vários trabalhos e pesquisas por autores do campo da saúde coletiva, especialmente a partir da década de 1990 (AYRES; BENEVIDES, 2005).
Benevides (2005) registra que, a partir de 2004, ocorre um aumento expressivo da influência de atuação da Política Nacional de Humanização (PNH), que parte do desenvolvimento de um intenso processo de discussões e pactuações envolvendo estados, municípios e serviços. Isso leva-nos a compreender a humanização do SUS como um processo de subjetivação que se concretiza com a alteração dos modelos de atenção e de gestão em saúde.
Atualmente, a humanização e o investimento no bem-estar do paciente vêm sendo objetos de intenso debate nacional e internacional, sendo a humanização dos serviços de saúde um dos programas prioritários do MS. Na PNH há participação de todos os sujeitos atuantes nos processos de saúde. Os conteúdos essenciais do curso de graduação em Medicina devem guardar estreita relação com as necessidades de saúde mais freqüentes referidas pela comunidade e identificadas pelo setor saúde, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina (BRASIL, 2004a).

2.2 Diretrizes Curriculares Nacionais 2014 e o curso de Medicina da UFG.

O SUS deve, além de oferecer ações e serviços de saúde, ser o ordenador da formação de recursos humanos em saúde. Porém isso vem sendo exercido de forma tímida até o início do século XXI, quando então o Ministério da Educação homologou a Resolução nº. 04 da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação instituindo, em 2001, as Diretrizes Nacionais para os Cursos de Medicina. Essas Diretrizes propõem a formação dos estudantes de maneira mais ampla, com desenvolvimento humanístico, ético e com responsabilidade social. Elas prevêem um perfil de egresso apropriado ao SUS de:
O Brasil somente obteve avanço em relação à humanização da assistência à criança após a publicação da Lei N° 8.069, em 1990, regulamentando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a qual declara *que os estabelecimentos de atendimento à saúde deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente (BRASIL, 2004 (b) Art. 12 - p.13).*

2.3 O Palhaço no Ambiente Hospitalar

Um dia sem risadas é um dia desperdiçado.
Charles Chaplin

Para entender a razão do sucesso da atividade de palhaços em hospitais é preciso conhecer sua origem, trajetória na história, seus significados e sua forma de agir. A figura do palhaço está presente em todas as culturas da humanidade. A palavra palhaço vem do italiano *paglia*, que significa palha. Isso porque a maioria das roupas dos palhaços era feita do mesmo tecido listrado que se faziam os colchões.

Em 1986, Michael Christensen, diretor do *Big Apple Circus,* de *Nova Iorque*, foi convidado a participar das comemorações do dia do Coração no *Columba Presbyteran* Babies Hospital, quando preferiu fazer uma satirização às rotinas médicas e hospitalares, utilizando o teatro *Clown.* Após outras visitas de Michael, o hospital decidiu investir na continuidade do trabalho, nascendo então, *Clown Care Unit* - unidade de cuidados do palhaço (MASETTI, 2010).

Atualmente existem inúmeros grupos de palhaços atuando em hospitais do mundo todo. No Brasil, o grupo que mais conhecido são os Doutores da Alegria, organização sem fins lucrativos fundada por Wellington Nogueira, ator brasileiro que morava em Nova Iorque e passou a integrar o grupo americano com o objetivo de adquirir conhecimentos e trazer a arte para o Brasil. Em 1991, retorna ao Brasil preparado para montar aqui um programa parecido com o *Clown Care Unit do Big Apple Circus.* Em setembro do mesmo ano, o Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (atual Hospital da Criança) em São Paulo, que acreditou no trabalho de Nogueira para a recuperação dos pacientes, iniciou então, o programa brasileiro, carinhosamente chamado de "Doutores da Alegria", o qual tem como principal objetivo usar o conhecimento, arte e sensibilidade para avaliar a necessidade da criança e colocar esses conhecimentos a seu dispor, utilizando-se do Teatro *Clown* (MASETTI, 2010).

2.4 O Nascimento do Pronto Sorriso e a formação acadêmica

Segundo Masetti (1998), a medicina assim como em outras profissões, também é uma arte. Á associação dos cuidados científicos e as atividades lúdicas valorizando o humor certamente proporcionarão uma mudança mais ética e humanista na formação destes profissionais.

Acreditando nesta transformação na formação humanista do acadêmico de medicina, a disciplina Pronto Sorriso foi criada em 1998 por docentes do Departamento de Pediatria e acadêmicos da Faculdade de Medicina, como um projeto de extensão da Universidade Federal de Goiás, sem fins lucrativos. Visando contemplar o lúdico na formação holística do acadêmico, em 2007 o projeto foi inserido como uma disciplina de Núcleo Livre.

Pessini (2004) declara que para ser e fazer o diferencial no cuidado humanizado dentro de um ambiente hospitalar, requer que o profissional da saúde, atue com humanidade, solidariedade, ter uma postura correta e digna de caráter. Para tanto, o bom humor deve também participar do compromisso profissional daqueles que cuidam das outras pessoas. O autor acredita que o humor deve também participar dos compromissos profissionais daqueles que cuidam das outras pessoas.

Segundo Lima (2008), a disciplina Pronto Sorriso é uma metodologia inovadora de ensino, referentes a valores, atitudes, relações e formação humana. E tem como missão: humanizar os acadêmicos e profissionais de saúde e outras áreas a fins, por meio de uma visão inter-relacional palhaço-paciente. Este projeto é de especial relevância para os estudantes, uma vez que atua trabalhando técnicas que articulam a arte com o cuidar, preparando não só o acadêmico para incorporar o personagem palhaço como também para as vivências futuras da vida profissional que surgem por meio de uma visão inter-relacional palhaço-paciente, ambiente e cuidador.

Diante da importância do humor nas atividades profissionais, a disciplina Pronto Sorriso expandiu para a pós-graduação da Faculdade de Medicina, dando origem a disciplina optativa denominada "humor no cuidar" oferecida aos pós-graduandos.

3. Método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva, transversal e de caráter exploratória, tendo como base os estudos desenvolvidos por Minayo (2010), que estabelece a importância da contextualização como princípio fundamental para uma análise qualitativa. Os estudos qualitativos para determinados objetos que envolvam questões processuais e a subjetividade humana são também adequados na área da saúde por captarem o ”significado e a intencionalidade” inerente aos atos, às relações e às estruturas sociais em um contexto.

O cenário a partir do qual se realizou esta investigação foi à unidade pediátrica de um hospital escola da UFG freqüentada por acadêmicos participantes do Pronto Sorriso que fazem visitas periódicas conforme orientações no decorrer da disciplina. A unidade pediátrica é composta por seis enfermarias, sendo uma de isolamento, totalizando vinte e sete leitos. A equipe de profissionais que atuam na clínica pediátrica reveza em escalas de plantão e totaliza seis enfermeiros e trinta e oito técnicos em enfermagem. A unidade ainda conta com médicos residentes e professores do Departamento de Pediatria.

O hospital é campo de ensino para os cursos de Medicina, Biomedicina, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Odontologia e Psicologia, além de oferecer residência médica e residência multiprofissional nas 09 áreas de saúde: Biomedicina, Enfermagem, Farmácia, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social, agrupadas em quatro áreas de concentração, a saber, Urgência e Emergência, Terapia Intensiva, Materno Infantil e Hematologia e Hemoterapia.

Foram participantes deste estudo os acadêmicos de Medicina participantes da disciplina Pronto Sorriso nos anos de 2012 e 2013, bem como profissionais de saúde atuantes na Unidade Pediátrica do Hospital das Clínicas.

Inicialmente procedeu-se a leitura flutuante das entrevistas, destacando temas e categorias relevantes ao foco do estudo. Após essa fase, passou-se para a categorização dos temas encontrados no material coletado. O processo de categorização é uma forma de apresentação didático-científica dos resultados e discussões obtidos com a análise dos dados.

Em seguida todas as entrevistas foram disponibilizadas na base de dados do *software* Atlas Ti, que realizou uma análise inicial, cruzamentos e relação de proximidades das categorias e unidades temáticas de acordo com as falas dos participantes da pesquisa.

Para mensurar a confiabilidade da análise dos dados, foi utilizada a técnica da análise de conteúdo proposta por Bardin (2013), de acordo com roteiro de desenvolvimento. Esse tipo de análise aparece como um conjunto de técnicas que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Assim, foram feitas leituras e releituras das entrevistas até chegar-se às categorias temáticas que expressavam a percepção do trabalho do Pronto Sorriso pelos informantes.

Em seguida, passou-se à fase de categorização dos temas encontrados no material coletado, processo em que são apresentados didático-cientificamente os resultados e as discussões obtidos com a análise dos dados. Mediante esse enfoque, procura-se dar certo ordenamento ao “caos” dos conteúdos dos depoimentos e tornar mais compreensível à apresentação do fenômeno estudado pelo pesquisador. A partir da análise dos conteúdos obtida das entrevistas, obtiveram-se categorias e os eixos foram selecionados a partir dos objetivos estabelecidos neste estudo, divididas em três categorias temáticas para acadêmicos e nove subcategorias. Procedeu-se a seguir o tratamento para os profissionais de saúde, no qual foram identificadas três categorias e sete subcategorias. Essas foram organizadas na forma de tópicos, os quais serão apresentados na discussão e resultados.

4. Resultados e discussões

Utilizando-se desses resultados obtidos por meio do Atlas ti, aprofundou-se a interpretação do significado das falas por meio da análise temática de Bardin e confrontou-se com o referencial teórico deste estudo. O tratamento dos resultados obtidos e a interpretação foi o último passo da Análise Temática de Conteúdo, no qual se aprofundou as interpretações do significado das falas por meio da análise temática de Bardin e confrontou-se com o referencial teórico deste estudo.

4.1 Caracterização sociodemográfica

Observou-se no perfil geral dos acadêmicos entrevistados, que 40% tinham idade média de 19 anos, com predominância dos solteiros (100%),. Prevalece maior participação do sexo feminino na disciplina (60%), o que confirma a tendência à maior participação das mulheres nos cursos de Medicina.
Quanto ao perfil geral dos profissionais de saúde entrevistados, revela-se que 70% estão entre 41 e 53 anos. No item Tempo de Atuação no HC/UFG, 50% dos profissionais trabalham a mais de dez anos na Instituição e 70% dos participantes fizeram pós-graduação, o que os torna mais bem preparados para sua atuação profissional. Dentre as categorias entrevistadas, os profissionais de enfermagem correspondem à metade, e esse percentual deve-se ao fato de que este grupo representa maior contingente no hospital.

4.2 Análises da entrevistas

Para problematizar os objetivos propostos na pesquisa em relação à influência do Pronto Sorriso como instrumento do humor na formação humanística do acadêmico de Medicina em um hospital escola de Goiânia. Foram analisadas as falas de 30 participantes da pesquisa. Objetivando maior compreensão e melhor didática optou-se por analisar as entrevistas separadas em dois grupos: análise das entrevistas dos acadêmicos de Medicina e análise das entrevistas dos profissionais de saúde atuantes na clínica pediátrica.

4.2.1 Análise das entrevistas dos acadêmicos de medicina

A partir da análise dos conteúdos obtidos das entrevistas dos acadêmicos (Tabela 1) resultaram em 63 unidades de análise temática (uats), ou seja, segmentos ou partes da entrevista com sentido completo afins a um campo temático. Foram construídas três categorias e nove subcategorias.

Tabela 1 – Distribuição percentual das categorias relacionadas aos acadêmicos e suas definições e justificativas (n= 63 uats)

Categoria/Subcategoria	Definiçao da categoria	%
1 Fatores que Contribuíram para a Busca do Pronto Sorriso 1.1 *Ampliar conhecimentos e crescimento pessoal* 1.2 *Carga horária de núcleo livre* 1.3 *Entrada precoce no Hospital das Clínicas*	Referem-se aos motivos que levaram os acadêmicos de Medicina a entrar no projeto Pronto Sorriso.	36,5
2 Dificuldades em Atuar como Palhaço de Hospital 2.1 *Fatores emocionais relacionados à atuação do palhaço* *2.2 Apoio na fase inicial das atividades no hospital*	Dizem respeito aos obstáculos encontrados pelos acadêmicos de Medicina na atuação como palhaço no hospital.	19,9
3 Fatores Influenciadores da Formação Humanística do Acadêmico de Medicina 3.1 *Ensino/aprendizagem* 3.2 *Influência do humor na formação holística e humana do acadêmico de medicina* 3.3 *Humanização da assistência* 3.4 *Relações interpessoais/comunicação*	São pretextos que levaram os alunos a encontrar no humor motivos para alegrar crianças.	43,6
TOTAL		100

Fonte: Elaborado pela autora

Categoria 1 – Fatores que Contribuíram para a Busca do Pronto Sorriso:

§ **Subcategoria 1.1 – *Ampliar conhecimentos e crescimento pessoal:*** refere-se como os acadêmicos percebem o Pronto Sorriso como instrumento para ampliação dos conhecimentos e crescimento pessoal.

> [...] muita gente falava desse projeto de núcleo livre, como sendo um núcleo livre assim, que te ensina a crescer... uma experiência enriquecedora (A5).

Conforme Saippa-Oliveira (2004), a formação de um profissional de saúde não se esgota no mero aprendizado de competências e habilidades de ordem técnica, mas inclui também o manejo de situações de ordem intersubjetiva, em que assume importância um conjunto de valores éticos e morais.

§ **Subcategoria 1.2 *Carga horária de núcleo livre:*** refere-se aos segmentos das entrevistas que fazem menção ao conjunto de horas formais de participação do acadêmico exigidas pelo núcleo livre do curso de Medicina. Os dois módulos de núcleo livre Pronto Sorriso I e II correspondiam a 143h, sendo este também um dos motivos de procura pelos acadêmicos.

> [...] eu vi nesse projeto como uma oportunidade pra conseguir horas extras na faculdade (A9).

§ **Subcategoria 1.3 – *Entrada precoce no Hospital das Clínicas*:** trata-se da manifestação dos acadêmicos de Medicina sobre o desejo de eles iniciarem quaisquer atividades no contexto institucional hospitalar.

A entrada precoce no ambiente hospitalar reflete o anseio dos acadêmicos de Medicina de estarem na unidade hospitalar e manterem contato com o doente. A disciplina de núcleo livre Pronto Sorriso permite ao graduando o contato inicial com o paciente. O Pronto Sorriso proporciona também o aprendizado

da relação médico-paciente e representa um marco na entrada do acadêmico no ambiente hospitalar no primórdio de sua formação, tal como exposto nos seguintes relatos:

> [...] foi uma oportunidade como sendo uma das melhores, entrar no hospital e ter contato com o paciente (A11).

> [...] como participei durante o segundo ano de faculdade, vi no projeto uma forma de iniciar o meu contato com o hospital (A12).

Categoria 2 – Dificuldades em Atuar como Palhaço de Hospital: nesta a análise, foram identificadas duas subcategorias: *Fatores emocionais relacionados à atuação do palhaço* e *Apoio na fase inicial das atividades no hospital.*

§ **Subcategoria 2.1 – *Fatores emocionais relacionados à atuação do palhaço*:** referem-se às emoções do acadêmico ao usar do personagem para manter o contato direto com o paciente de forma lúdica.

Quando questionados sobre as dificuldades em atuar pela primeira vez como palhaço no ambiente hospitalar, os acadêmicos relatam que emocionalmente se sentiam incomodados durante o momento de abordar o paciente, seja pela rejeição ou pela situação do doente, conforme as falas abaixo.

> [...] vê o paciente naquela tristeza, eu não me sentia bem de chegar, parecia que eu tava fingindo de chegar super alegre, eu senti muita dificuldade nisso... tentar fazer uma brincadeira pro paciente rir (A8).

Além da dificuldade de lidar com a expectativa e o medo de rejeição, os entrevistados também admitiram sentir dificuldades em lidar com a carga emocional que envolve a situação. Esses dois aspectos tornaram-se as duas dificuldades de dimensões emocionais mais destacadas quando trataram de falar sobre a atuação como palhaço hospitalar, como se pode notar nas falas abaixo.

> [...] a primeira vez que a gente foi na pediatria foi bem traumatizante,. Teve até uma criança que falou assim: Quando que vocês vão embora? Sai daqui . (sorriso) e ai a gente, nossa como assim? É eu esperava algo diferente., com o tempo a gente foi ganhando o espaço, confiança (A3).

Segundo Quintana (2008), o sentimento de insegurança e medo surge em decorrência da falta de preparo sentida pelo estudante no momento tão esperado do primeiro contato com o paciente.

Semelhantes dificuldades foram abordadas no estudo de Nogueira-Martins (2014), no qual os estudantes relatam sentimentos de medo, ansiedade e angústia durante o treinamento.

§ **Subcategoria 2.2 – *Apoio na fase inicial das atividades no hospital*:** trata-se da recepção dos acadêmicos na chegada ao hospital e nas unidades onde o palhaço atua. Os participantes do estudo relataram necessidade de maior apoio nos primeiros momentos ao adentrarem a unidade hospitalar e que sentiram dificuldades, o que se considera perfeitamente comum, tendo em vista que a maioria dos acadêmicos ainda está na adolescência e, portanto, sem qualquer experiência.

> [...] eu acho que se o professor fosse aos primeiros dias com algum grupo pra gente aprender como que o palhaço faz mesmo, talvez assim, ajudasse a deslanchar mais rápido (A4).

Embora descrevessem sentir a falta do professor, o qual não poderia estar presente em todas as visitas, percebeu-se que alguns acadêmicos sentiram, nos profissionais de saúde presentes na unidade hospitalar, cooperação e harmonia para com a atuação do Pronto Sorriso:

> [...] os profissionais ajudam bastante mesmo, em geral os profissionais aqui do HC já entendem o projeto e ajudam, é bem tranqüilo. Os acompanhantes sempre quer ajudar, eles davam uma noção do que você deveria falar com a criança. Com as crianças foi bem legal, qualquer coisa que você fizesse ou falassem, elas já começavam a rir (A7).

Percebeu-se na fala dos acadêmicos que a emoção era frequente durante a atuação como doutores palhaços do Pronto Sorriso.

Categoria 3 – Fatores Influenciadores da Formação Humanística do Acadêmico de Medicina: esta categoria originou quatro subcategorias: *Ensino-aprendizagem; Influência do humor na formação holística e humana do acadêmico de Medicina; Humanização da assistência e relações interpessoais.*

- **Subcategoria 3.1 – *Ensino-aprendizagem*:** refere-se aos indícios verbais apresentados pelos acadêmicos e aos processos de ensino-aprendizagem desenvolvidos pelo Pronto Sorriso.

  Segundo Vygotsky (1988), o processo de ensino-aprendizagem inclui sempre aquele que aprende, aquele que ensina e a relação entre essas pessoas. Assim, o conhecimento é construído em estreita relação com os contextos em que são utilizados, levando em conta os aspectos cognitivos, emocionais e sociais presentes.

  > [...] por mais que os professores da faculdade nos ensinou isso, antes a gente tinha uma visão muito cientifica assim, mecanicistas do paciente, e o Pronto Sorriso nos ensinou uma humanização mais concreta (A10).

Semelhante à nossa pesquisa, Nogueira-Martins *et al.* (2014) também observaram, em seu estudo quanto à percepção sobre as competências desenvolvidas pelos acadêmicos, que a estimulação da autoconsciência e o contato com seus próprios medos e virtudes foram válidos em sua aprendizagem.

- **Subcategoria 3.2 – *Influência do humor na formação holística e humana do acadêmico de Medicina*:** refere-se como o humor abordado durante a disciplina do Pronto Sorriso pode influenciar na formação holística, mais lúdica e humana do acadêmico.

  > [...] o Pronto Sorriso, me fez melhorar a visão holística do paciente, mas o que importa de verdade é o que você sente ao entrar na enfermaria e o que o paciente sente ao ver você entrar na enfermaria (A13).

Os acadêmicos entrevistados falaram sobre a contribuição que o Pronto Sorriso deu à sua formação profissional. Nesse sentido, os estudantes valorizaram a pessoalidade na relação médico/paciente:

> [...] o Pronto Sorriso traz essa proximidade de um contato mais próximo com o paciente, de uma maneira mais pessoal, a gente querer saber do paciente, trazer o riso pra ele. Pra mim foi bastante importante (A2).

Ainda na análise da formação humana, os acadêmicos referem-se a ganhos futuramente relacionados às atividades profissionais, como também na dinâmica dos seus estudos relacionados a outras disciplinas da faculdade por cursarem o Pronto Sorriso. Eles também afirmam que compreenderam que lidar com a vida humana requer um senso de responsabilidade e espírito solidário.

> [...] o Pronto Sorriso contribui para humanizar a formação dos profissionais da saúde. Dessa forma contribui para aperfeiçoar a futura relação médico -paciente (A14).

O que mais se destacou nesta subcategoria foi à valorização da relação entre médico e paciente observada nas falas abaixo:

> [...] parece até mágico, se eu não tivesse feito o Pronto Sorriso, eu não teria a visão que eu tenho hoje, eu acho que a proposta de humanização que o projeto traz é muito boa, a gente consegue realmente sentir, estar do outro lado, conseguir ter mais sensibilidade, olhar o paciente, a tenta perceber alguma coisa dele, antes do cuidar propriamente dito (A3).

> Essa dimensão mais humana da profissão foi bastante reconhecida e comentada pelos entrevistados quando trataram da subcategoria "relações interpessoais" estabelecidas pelos acadêmicos que participam do Pronto Sorriso.
> [...] eu achei muito interessante a gente ter tido esse contato mais humanizado que é a proposta do Pronto Sorriso... isso ajuda você mudar sua percepção (A7).

Conforme estudo observado por Nogueira-Martins *et al.* (2014), os estudantes relatam que o treinamento teve repercussões positivas em suas vidas diárias, afetou as relações interpessoais, pois despertou a autoconsciência, a paciência e a tolerância para com o outro.

- **Subcategoria 3.3 – *Humanização da assistência*:** trata-se da maneira como o acadêmico de Medicina percebe sua maneira de abordar o paciente de forma mais humana. Humanizar em saúde é resgatar o respeito à vida humana, levando-se em conta as circunstâncias sociais, éticas, educacionais e psíquicas presentes em todo relacionamento humano; é resgatar a importância dos aspectos emocionais indissociáveis dos aspectos físicos na intervenção em saúde (BRASIL, 2001).

Nessa subcategoria, os acadêmicos entrevistados mencionaram a importância do contato, inclusive físico, com o paciente como uma forma de amenizar o sofrimento experimentado pelo paciente:

> [...] o Pronto Sorriso afirma e reforça para a gente que participa a importância do cuidado integral do paciente, e multiprofissional (A15).

Nesse sentido, ao falarem da humanização da assistência, os acadêmicos mergulharam numa auto avaliação que indica a humanização do próprio profissional em formação, na medida em que pontuaram a própria mudança de postura com relação ao paciente, priorizando a relação entre pacientes e médicos.

> [...] o Pronto Sorriso auxilia na percepção de que o profissional da saúde deve dar atenção integral ao paciente, e não a doença (A12).

Conforme definição do MS, a humanização do atendimento é a responsabilização mútua entre os serviços de saúde e a comunidade e estreitamento do vínculo entre as equipes de profissionais e a população.

- **Subcategoria 3.4 – *Relações interpessoais/comunicação*:** refere-se à maneira como os alunos vêem suas relações com os pacientes e com os demais profissionais de saúde e o que isso pode contribuir para a sua formação acadêmica e facilitar a comunicação entre os pacientes- profissionais e profissionais-pacientes.

> [...] era uma relação muito boa, a gente chegava lá, é a primeira boa recepção era dos médicos, das enfermeiras, é dos técnicos, todo mundo achavam bom à gente chegar". Você chega fazendo palhaçada pra uma criança, é você se sente mais em liberdade, porque, o ridículo que você mostra, ela acha mais (riso) engraçado. A família sempre gosta (A5).

Esses achados referentes às relações interpessoais são similares aos resultados encontrados em uma pesquisa feita por Salles (2012). O crescimento do debate contemporâneo sobre as relações entre professor e aluno, médico e paciente, médico e comunidade, médico e equipe de saúde, no qual os temas de humanismo e ética recebem singular realce, confere relevância a esse aspecto apreendido e sinaliza que novos estudos poderão aprofundar e qualificar o que tem sido concebido como relacionamento saudável no curso de Medicina, tendo em vista a fala do profissional de saúde, ao referir que a relação com a criança foi boa e que as famílias são as que mais a motivam. Considerado pelo profissional como uma relação não profissional, e sim uma relação de amizade mesmo.

No processo de trabalho hospitalar, haverá sempre uma relação de interdependência entre os diferentes trabalhadores, permeada pelas expectativas de uns com os outros e com a subjetividade de cada trabalhador (BIANCHESSI; TITTONI, 2009).

Outro tema relevante encontrado foi a melhoria na forma de comunicar-se. A "comunicação" é uma das competências proposta pelas DCNs e está tendo uma crescente atenção nos estudos em educação e saúde pelo fato das relações interpessoais entre médico-paciente, médico e equipe de saúde ser bastante complexa por envolver interações bem distintas e emocionalmente diferentes.
A competência comunicação vai além do que preconiza as DCNs. Requer habilidades para as quais nem as Universidades, nem as unidades de saúde estão preparados. "Envolve conhecimentos multidisciplinares, intersetoriais e relações que vão além do diálogo formal"... (MACHADO, et al, 2012).
Rater & Hall, (2008), afirmam que "... falar é o principal ingrediente de assistência médica e é um instrumento fundamental para uma boa relação médico-paciente." Eles ainda definem três diferentes finalidades para a comunicação: criação de uma boa relação interpessoal entre pacientes e equipe troca de informações e a tomada de decisões relacionadas ao tratamento.

4.2.2 Análise das entrevistas dos Profissionais de Saúde

A análise dos conteúdos obtidos das entrevistas dos profissionais de saúde (Tabela 2) resultou em 56 uats. Foram encontradas três categorias e sete subcategorias temáticas.

Tabela 2 – Distribuição das categorias relacionadas aos profissionais de saúde, suas definições e justificativas (N=56 uats)

Categoria	Definição	%
1 Percepção do Trabalho do Pronto Sorriso e suas Interferências na Clínica Pediátrica 1.1 Melhoria da aceitação terapêutica 1.2 Mudança no ambiente hospitalar 1.3 Contribuições durante os procedimentos	Trata-se da percepção dos profissionais de saúde ao trabalho do Pronto Sorriso na clínica pediátrica do HC.	38,7
2 Compreensão da Relação do Pronto Sorriso com o Trabalho em Equipe 1.1 Aceitação do Pronto Sorriso pelo profissional da saúde 2.2 Parcerias no trabalho multiprofissional	Trata-se da percepção da atuação do Pronto Sorriso nas relações do trabalho em equipe.	29,1
3 Influência do Pronto Sorriso na Formação do Acadêmico de Medicina 3.1 Atendimento humanizado 3.2 Respeito ao trabalho do outro profissional.	Refere-se à percepção dos profissionais de saúde sobre a influência do Pronto Sorriso na formação do acadêmico de Medicina.	32,2
Total		100

Fonte: Elaborado pela autora

Categoria 1 – Percepção do Trabalho do Pronto Sorriso e suas Interferências na Clínica Pediátrica: foram identificadas três subcategorias, a saber: *Melhoria da aceitação terapêutica, Mudança no ambiente hospitalar* e *Contribuições durante os procedimentos.*

> **Subcategoria 1.1 – *Melhoria da aceitação terapêutica:*** refere-se como o profissional de saúde percebe como a criança aceita as intervenções do tratamento após a visita do Pronto Sorriso.

> Quando questionados sobre a importância das atividades realizadas pelos palhaços na unidade pediátrica, observam melhora da aceitação da criança em relação ao tratamento proposto, bem como do seu estado de humor.
>
> [...] nessa minha prática, nessa vivência na pediatria, muitas e muitas crianças melhoraram na qualidade, principalmente no humor que fica dependendo do grau, do momento do adoecimento, eles ficam com o humor rebaixado e com a entrada do Pronto Sorriso, isso vai se alterando, então com a integração, adesão ao tratamento, fica muito positivo (P3Psi).

Nossos resultados estão em concordância com as observações feitas em outros grupos de palhaços em hospital. Masetti (2010) constatou, em pesquisa realizada no Hospital das Clínicas de São Paulo, os profissionais acreditam que as crianças ficam mais ativas, motivadas, falantes e mais colaborativas com os profissionais da saúde. Essa pesquisa apresenta evidências clínicas de melhora do paciente, visto que eles se alimentam melhor e aceitam com mais abertura os exames e procedimentos médicos, após as visitas dos palhaços, Doutores da Alegria.

> **Subcategoria 1.2 – *Transformação no ambiente hospitalar*:** refere-se como o profissional de saúde percebe a influência das intervenções do Pronto Sorriso no ambiente hospitalar e como a crianças reagem a essas visitas. Nessa subcategoria, os profissionais relatam sua contribuição como significativamente positiva por proporcionarem às crianças bem-estar, descontração, diversão, bom humor, alívio dos sintomas e melhora do estado geral.
>
> [...] Bom. Na minha atividade especifica, eles interferem positivamente. Porque uma das ações que eu desenvolvo na pediatria, na medida que foi possível, varias vezes eu contei com a participação do Pronto Sorriso nessas atividades... é eu acho que aqui vem a grande contribuição deles, eu acho que a interferência que eu chamo aqui é de positiva (P8.Pgo).

A interferência mais assinalada pelos entrevistados está relacionada ao humor proporcionado pelos participantes do Pronto Sorriso por eles tornarem o ambiente mais alegre. Um dos entrevistados também esclareceu que isso ocorre por terem atividades previamente marcadas, ou seja, por já estar estabelecida a visita dos participantes do projeto:

> [...] Eles vem sempre num horário oportuno que, normalmente um horário que é estipulado. Não atrapalha nossa atividade em nada não. E assim, são, na hora que a gente tem que fazer uma medicação, alguma coisa, eles dão licença. É, não atrapalha em nada não (P5.Tec.Enf.).

Apesar disso, outro profissional ainda assinalou que houve casos em que foi necessário remanejar procedimentos por causa da presença do projeto, porém, segundo o relato, isso foi realizado sem problemas, posto que a atuação do Pronto Sorriso contribuiu positivamente para o desenvolvimento de outras atividades com as crianças:

> [...] Sim. Na medida em que eles entram no ambiente sem que tenhamos uma programação prévia, a rotina do ambiente muda. Como é algo bom para os pacientes, somos receptivos e colaboramos com a atividade permitindo que a mesma ocorra. Exemplo: às vezes era o momento de um procedimento, ou a hora em que iria-se realizar exame físico do paciente, ou conversar com a cuidadora. Tentamos remanejar a atividade para que o paciente participe da brincadeira com os atores (P4.Med.).

> Não houve reclamações sobre interferência negativa na rotina do hospital por causa do Pronto Sorriso. Corroborando com esse fato, Sena (2011) também destaca em seu estudo a receptividade dos profissionais aos Doutores da Alegria, conforme o depoimento de uma psicóloga, que relata perceber que as pessoas estão mais abertas para esta intervenção lúdica, fazem mais brincadeiras com os Doutores, e que os mesmos estão ganhando espaço dentro do hospital.
>
> **Subcategoria 1.3 – *Contribuições durante os procedimentos:*** refere-se às contribuições percebidas pelos profissionais de saúde antes ou durante os procedimentos na unidade pediátrica. Segundo Mitre & Gomes (2004), os profissionais de saúde concordam que o brincar favorece a diminuição do isolamento vivenciado pelo paciente, pois com essa ação eles interagem mais uns com os outros e com a equipe. Esse relato também foi observado nas falas dos profissionais entrevistados nesta pesquisa.
>
> [...] maior aceitação de tratamento como punção venosa. É a comunicação das crianças com a equipe de trabalho, com a equipe multiprofissional. A interação melhor, mais clara, mais objetiva, mais cotidiana (P2Enf.).

Nos estudos de Sena (2011) semelhantes ao nosso, os profissionais entrevistados também observaram que as atividades dos Doutores da Alegria ajudam na melhora do humor da criança, e consequentemente colabora nas intervenções dos profissionais de saúde.
Portanto, a percepção do Pronto Sorriso por parte dos profissionais pode ser resumida na capacidade que este projeto tem de mudar a rotina do ambiente hospitalar, uma ruptura que tem aspectos positivos para a melhoria do tratamento e da saúde dos pacientes, segundo os profissionais entrevistados. Uma percepção positiva é baseada na observação do bom humor dos pacientes, do ambiente e na melhoria da aceitação do tratamento.

Categoria 2 - Compreensão da Relação do Pronto Sorriso com o Trabalho em Equipe da Saúde: nessa categoria foram identificadas duas subcategorias – *Aceitação do Pronto Sorriso* e *Trabalho multiprofissional.*

> **Subcategoria 2.1 – *Aceitação do Pronto Sorriso*:** refere-se a como o Pronto Sorriso é aceito junto aos profissionais de saúde e quais são as reações destes diante das intervenções dos palhaços na unidade pediátrica. Nesse sentido, os profissionais expressaram sua aceitação no envolvimento nas próprias dinâmicas com a presença dos doutores palhaços da seguinte maneira:
>
> [...] Ah eu me envolvo, eu viro um palhaço também. Porque eu gosto, eu tenho afinidade. Eu fiz uma disciplina que orientou quanto a essa questão do Pronto Sorriso e eu me tornei um adepto à causa (P2Enf.).

Constatou-se que os palhaços também proporcionam a socialização, comunicação e interação entre os profissionais, o paciente e os acadêmicos, agindo como facilitadores contra o isolamento social provocado pela internação e a favor da recuperação da criança internada.

> [...] A principio, a tendência dos profissionais é rejeitar, mas a equipe que vem é sempre cativante acaba envolvendo os outros profissionais e eles brincam também junto com o Pronto Sorriso (P4Med).

Apenas um participante afirmou sentir-se incomodado com a presença do palhaço, afirmando ser uma dificuldade própria e que prefere manter-se afastado das atividades enquanto elas ocorrem.

> [...] Tenho medo de ser chamado pra participar das brincadeiras do pronto sorriso. Prefiro ficar à distância. Não me sinto à vontade. Prefiro que eles divirtam as crianças e seus acompanhantes e não interajam comigo pois fico aflito com essas situações. É uma limitação minha mesmo! Uma fobia, praticamente (PMed.4).

Nesta pesquisa, mesmo com as dificuldades provocadas pela timidez, esse profissional não deixou de elogiar o trabalho do Pronto Sorriso:

> [...] É algo bom para os pacientes, somos receptivos e colaboramos com a atividade permitindo que a mesma ocorra. Tentamos remanejar a atividade para que o paciente participe da brincadeira com os atores (P4Med).

Aspecto semelhante à nossa pesquisa foi identificado no estudo de Sena (2011), no qual foi evidenciado respeito aos sentimentos dos profissionais na presença dos palhaços. A esse respeito foram apontadas algumas características pessoais dos entrevistados que influenciam seu posicionamento em face dos "médicos besteirologistas", revelando timidez, recuo e isolamento, apesar de dizerem que acham boa essa atividade lúdica.

> **Subcategoria 2.2 – *Parcerias no trabalho multiprofissional*:** diz respeito à atuação dos doutores palhaços e como podem contribuir para o trabalho multiprofissional amenizando o sofrimento das crianças internadas. Descreve a interferência da atuação do Pronto Sorriso nas relações do trabalho em equipe.
>
> [...] os palhaços querem ajudar nossos pacientes e nós cooperamos para que eles façam as atividades lúdicas do projeto. Só acho que a interação com os profissionais da saúde deve ser do tipo 'consentimento'. No meu caso específico, como falei, tenho receio da interação e fujo deles (literalmente) (P4.Méd).

Pretendeu-se que a interferência da atuação do Pronto Sorriso nas relações do trabalho em equipe na unidade hospitalar em estudo. Nesse sentido, a relação foi caracterizada pelos profissionais entrevistados como boa harmoniosa e tranqüila. Destacaram-se para essa caracterização, sobretudo, o benefício que a atividade do Pronto Sorriso promove nas inter-relações com as crianças, com os profissionais de saúde, bem como o respeito entre eles demonstrado por meio da boa cooperação entre o Pronto Sorriso, a criança e os profissionais, uma verdadeira tríade em busca do bem-estar e harmonia nessas relações.

> [...] Acho que é uma relação harmoniosa, de respeito, de parceria, sempre pensando no bem estar do paciente, eles dirigem ao responsável da clínica para saber se podem entrar em todas as enfermarias, se tem alguma restrição com algum paciente...algumas vezes que eles chegaram na enfermaria e eu estava estimulando um paciente, eles sempre perguntavam se poderiam conversar, brincar com aquele paciente, se não iria atrapalhar (P9.Fono).

Semelhante ao nosso estudo, Oliveira-Oliveira (2008) constatou que foi possível estabelecer uma relação entre os palhaços e a equipe de enfermagem que propicia motivação e possibilidade de também participar das brincadeiras. Os depoimentos ilustram que o profissional relata que os doutores palhaços os chamam por um apelido carinhoso e que também se divertem quando estão presentes no ambiente hospitalar.

Categoria 3 – Influência do Pronto Sorriso na Formação do Acadêmico de Medicina: desta categoria surgiram duas subcategorias – *Atendimento humanizado* e *Respeito ao trabalho do outro profissional.*

Os profissionais entrevistados dividiram suas opiniões sobre a influência do Pronto Sorriso na formação do acadêmico de Medicina. Uma parte frisou a humanização no atendimento, indo de encontro com a percepção dos acadêmicos participantes deste estudo, destacando o desenvolvimento da capacidade de trabalhar interprofissionalmente a partir da experiência do Pronto Sorriso.

> **Subcategoria 3.1 – *Atendimento humanizado*:** diz respeito à maneira como os profissionais de saúde percebem as intervenções humanísticas dos acadêmicos junto ao paciente, descrevendo alterações no cotidiano do trabalho visando o atendimento humanizado.
> A proposta de humanização da assistência à saúde visa a melhoria da qualidade de atendimento ao usuário e das condições de trabalho para os profissionais, assim como o alinhamento com as políticas mundiais de saúde e a redução dos custos excessivos e desnecessários decorrentes da ignorância, do descaso e do despreparo que ainda permeiam as relações de saúde em todas as instâncias (BRASIL, 2005).
>
> [...] eles ajudam as crianças a esquecerem a doença momentaneamente, sorrirem, desviar o foco da doença, do tratamento. Ajudam a aliviar o estresse da internação e tornam este momento sofrido numa experiência mais tolerável (P4.Med).

A contribuição para o atendimento humanizado proporcionado pelo Pronto Sorriso, segundo a percepção dos profissionais do HC entrevistados, se dá pela sua capacidade de criar momentos lúdicos com função de aliviar a tensão experimentada por quem está sob tratamento e aos seus acompanhantes.
Masetti (2003) relata que, apesar de o trabalho dos Doutores da Alegria ser dirigido para a criança, promovem efeitos extensivos a pais, profissionais de saúde e funcionários do hospital. Esses resultados se traduzem pela diminuição do estresse no trabalho, melhora da auto-percepção profissional e da imagem do hospital, bem como melhora da comunicação entre os membros da equipe e destes com os familiares e pacientes.

> **Subcategoria 3.2 - *Respeito ao trabalho do outro profissional***: trata-se da relação de respeito entre os acadêmicos de Medicina e os profissionais de saúde durante atuação de ambos na unidade pediátrica. As particularidades da pediatria fazem que os profissionais que ali trabalham tenham um sentimento de impotência e sofrimentos em face das exigências de suas atividades laboram (SOUZA *et al.*, 2007).
> Os acadêmicos de Medicina por sua vez, durante sua atuação, respeitam os limites necessários para as intervenções dos profissionais, conforme falas abaixo:
>
> [...] quando você encontra o grupo que ele entra, que ele faz essa empatia com as crianças e com a própria equipe, eu acho que a gente se sente, é, mais confortável, mais tranqüila, entendendo que o quanto aquele movimento é importante pra criança da internação e pra eles também (P6AssSoc).

A capacidade de estabelecer um contato mais humano e colocar-se no lugar do outro parece ser a maior contribuição do Pronto Sorriso aos profissionais em formação.
Semelhante ao nosso estudo, Sena (2011) relata que a relação entre os Doutores da Alegria, pacientes e profissionais é positiva tanto para o profissional quanto para o paciente, pois dão um outro tom ao clima da pediatria com o momento de descontração. A criança consegue desvincular-se momentaneamente da dor que está sentindo, da situação de estar internada e se distrai um pouco.
Segundo Masetti (2003), o palhaço passa a enxergar o mundo com o olhar de uma criança, favorecendo o encontro de iguais. Isso ocorre porque o palhaço traz em si a curiosidade e ingenuidade infantis, aliadas às experiências do adulto. Sem medo de ser ridículo, ele cria oportunidades para brincar e se relacionar, sempre levando em conta que, independente do diagnóstico, a criança traz em si a essência que deseja brincar.

5. Conclusões

O presente estudo teve como foco a percepção da influência do Pronto Sorriso como instrumento de aprendizagem na formação dos acadêmicos de Medicina. Após análise dos resultados, constamos que:

- O Pronto Sorriso por meio do lúdico estabelece um processo de ensino-aprendizagem inovador, propiciando aos acadêmicos de Medicina um novo olhar da relação médico-paciente-cuidador, com novas técnicas do cuidar terapêutico voltado à transformação do ambiente hospitalar. Serve ainda como um instrumento para o cuidado baseado na ética e no respeito à singularidade humana gerando resultados surpreendentes na saúde biológica, mental e espiritual, contribuindo para a construção de sociedades menos desiguais. Trouxe, portanto, repercussões na vida pessoal do acadêmico e do futuro profissional em formação.
- A participação dos acadêmicos no curso de formação dos doutores palhaços propiciou conhecimentos e vivências, acrescentou valores e proporcionou o desenvolvimento de habilidades referentes ao palhaço de hospital, contribuindo para o aprimoramento das relações interpessoais ao favorecer a comunicação do trabalho em equipe, entre o palhaço, o paciente e o profissional.
- Os profissionais reforçam a melhoria do ambiente de trabalho, tornando-o mais leve, comunicativo e descontraído, bem como na interferência no próprio quadro clínico das crianças, que ficam mais alegres e cooperativas para com os procedimento terapêuticos diários, reduzindo, assim, o período de internação.
- Diante das observações obtidas neste estudo e a relevância da intervenção do palhaço no ambiente hospitalar junto a crianças hospitalizadas, pode-se afirmar que o Pronto Sorriso é um instrumento do humor na formação humanística do acadêmico de Medicina no ambiente hospitalar, bem como um elo de comunicação entre os profissionais de saúde e os pacientes.

6. Considerações finais

Considerando o contexto atual das políticas públicas para o ensino e a saúde, é necessário investir na formação dos profissionais de saúde. As Universidades têm um papel importante nesse cenário, pois são elas as responsáveis por conduzir e delinear os modelos existentes e apontar as mudanças necessárias buscando uma formação holística e humanizada. Para tal faz-se necessária a inclusão de disciplinas que propiciem aos acadêmicos de Medicina o desenvolvimento de competências e habilidades de acordo com o modelo sugerido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo como base as políticas de humanização.

O Pronto Sorriso propicia aos acadêmicos de Medicina por meio do lúdico uma visão mais humana da relação entre médico e paciente, atuando de modo interdisciplinar, ampliando os horizontes do conhecimento segundo uma concepção humanística, para que se torne um profissional diferenciado, crítico, reflexivo, sensível, comunicativo e com uma nova compreensão do cuidar, interferindo positivamente na formação do futuro profissional em construção.

Os acadêmicos do Pronto Sorriso mostraram que estando de roupa apropriado, da linguagem e do título de doutores palhaços, dentro de um hospital, eles têm o poder de fazer a diferença na relação medico-paciente-profissional e ambiente, na perspectiva do cuidar de forma holística e auxilia ainda a formação holística do acadêmico, tornando-o um profissional com maior habilidade e competência na assistência ao paciente.

Os profissionais da saúde do Hospital em estudo percebem de modo positivo o trabalho dos acadêmicos do Pronto Sorriso, enfatizando aspectos voltados para a dinâmica do trabalho lúdico no ambiente hospitalar, nas relações interpessoais, na formação holística do estudante, bem como aos relacionados à terapêutica dos pacientes internados na unidade pediátrica.

Referencial Bibliográfico

AYRES, J.R.C.M. (2005), **Hermenêutica e Humanização das práticas e saúde**. Ciência e Saúde Coletiva, 10 (3), Rio de Janeiro.

BARDIN, L. (2013), **Análise de conteúdo,** São Paulo: Lisboa/Portugal.

BENEVIDES, R., & PASSOS, E. (2005), **A humanização como dimensão pública das políticas de saúde.** Ciência e Saúde Coletiva, 10 (3), Rio de Janeiro.

BIANCHESSI, D.L.C.; TITTONI, J. (2009), **Trabalho, saúde e subjetividade sob o olhar dos trabalhadores administrativo-operacionais de um hospital geral, público e universitário**. Physis, 19 (4), Rio de Janeiro, pp. 969- 988.

BRASIL, Ministério da Educação. (2001), **Conselho Nacional de Educação Superior. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina.** Resolução CNE/CES 4/2001. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em portal.mec.gov.br/dmdocuments/ces1133.pdf, [consultado em 20 -1-2013].

BRASIL. Ministério da Saúde. (2004 a), **HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização**. Brasília, DF. Disponível em portal.mec.gov.br/dmdocuments/ces1133.pdf, [consultado em 10 -1-2013].

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** (2004 b), Ministério da Educação, Assessoria de Comunicação Social. – Brasília: MEC, ACS. Disponível em portal.mec.gov.br/dmdocuments/ces1133.pdf, [consultado em 11 -2-2013].

BRASIL, Ministério da Saúde**.** (2005), **Pró-Saúde: programa nacional de reorientação da formação profissional em saúde.** Brasília: Ministério da Saúde / Ministério da Educação. Disponível em portal.mec.gov.br/dmdocuments/ces1133.pdf, [consultado em 15 -1-2013].

BRASIL. Ministério da Saúde. (2009), Secretaria Executiva. **Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização**. Redes de Produção de Saúde. Brasília: Editora MS. Disponível em portal.mec.gov.br/dmdocuments/ces1133.pdf, [consultado em 10 -1-2013].

LAMPERT JB, Araújo JGC, organizadores. (2004), Educação médica em transformação: instrumentos para a construção de novas realidades. São Paulo: Hucitec; Associação Brasileira de Educação Médica.

LIMA, F.M.L.S. (2008), **Pronto-Sorriso: a alegria de plantão nos hospitais;** plano de curso. Goiânia: FM/UFG.

MACHADO, M.F.A.S. et al. (2012), **Integralidade, formação de saúde, educação em saúde e os propostos da SUS – uma revisão conceitual**. Ciência & Saúde Coletiva, 12(2), PP. 355-342.

MARANHÃO, Ê. A; GOMES, A. P.; & BATISTA, R. S. (2012), **O papel que mudou na educação médica a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais: sob os olhares do Jano de Duas Faces.** IN: 10 anos de Diretrizes Curriculares Nacionais/Derly Silva et al., Orgs. – Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação Médica, PP. 59-91.

MASETI, M.M.(1998), **Soluções de palhaços: Transformações na realidade hospitalar.** São Paulo: Palla Athena.

MASETTI, M. (2010), **Boas misturas: a ética da alegria no contexto hospitalar**. São Paulo: Palas Atenas.

MINAYO, M.C.S. (2010), **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde.** São Paulo: Hucitec.

MITRE, R. & Gomes, R. (2004)**. A promoção do brincar no contexto da hospitalização infantil como ação de saúde.** Ciência & Saúde Coletiva, 9, pp.147-154.

NOGUEIRA-MARTINS, MF et al. (2014). **Percepções de Saúde Graduação alunos sobre um Hospital de Treinamento do palhaço**. *Creative Education, 5,* 542-551. Disponível em http://dx.doi.org/10.4236/ce.2014.58064, [consultado em 18 -1-2014].

OLIVEIRA, I.C.S. & OLIVEIRA, R. R. (2008), **Os doutores da alegria na unidade de internação pediátrica: experiências da equipe de enfermagem**.Esc.Anna Nery Ver Enferm Junh;12 (2), pp.230 – 236.

PESSINI, Leo; BERTACHINI, Luciana. (2004), **Humanização e Cuidados Paliativos**. São Paulo: Edições Loyola.

QUINTANA, AM, Rodrigues AT, Arpini DM, Bassi LA, Cecim PS, Santos MS. (2008), **A angústia na formação do estudante de medicina**. Rev Bras Educ Med. 32 (1), pp.7-14. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000089&pid, [consultado em 18 4-2013].

RATER, DL, HALL, JA. (2008), **Doctors Talking to Patients/Patients Talking to Doctors: Improving Communication in Medical Visits.**Westport, CT: AuburnHouse.

SAIPPA-OLIVEIRA G, Koifman L.(2004), **Integralidade do currículo de medicina: inovar/transformar, um desafio para o processo de formação**. In: Marins JJN, Rego S, Lampert JB, Araújo JGC, organizadores. Educação médica em transformação: instrumentos para a construção de novas realidades. São Paulo: Hucitec; Associação Brasileira de Educação Médica, pp. 143-185.

SALLES, P.S. (2012), **Materiais escritos impressos de orientação em enfermagem: revisão integrativa** – Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo- SP.

SENA A.G.G. (2011), Doutores da Alegria E Profissionais de Saúde**: o palhaço de hospital na percepção de quem cuida.** Tese de doutorado, Belo Horizonte.

SOUZA, E.R. *et al*. (2007), **Sofrimento psíquico entre policiais civis: uma análise sob a ótica de gênero.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23 (1).

VYGOTSKY, Lev Semenovich. (1988), **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar**. In: VIGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** Tradução de Maria da Penha Villalobos, São Paulo: Ícone, pp. 103-117.

Crianças e adolescentes portadores de anemia falciforme e sua relação com profissionais de saúde

Eulange de Sousa
eulange@gmail.com

Marcelo Medeiros
marcelofen@gmail.com

Cibele de Guadalupe Sousa Araújo
guadalupe.sousa@gmail.com

Resumo
Objetivo: compreender os significados presentes nas relações estabelecidas entre as crianças e adolescentes portadores de anemia falciforme e os profissionais no âmbito dos serviços de saúde. **Métodos**: Pesquisa social estratégica qualitativa, tendo como local de estudo um hospital de ensino federal . Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas e fotografias tiradas pelos participantes, sendo aanálise realizada com a técnica de análise de conteúdo. **Resultados**: Foram realizadas 9 entrevistas com profissionais de saúde e 8 com crianças e adolescentes. O estudo indicou que é necessário envolver as crianças e adolescentes nas decisões relativas ao seu processo saúde e doença, que a formação de profissionais de saúde precisa incluir elementos que os instrumentalizem para considerar crianças e adolescentes como protagonistas e também para o atendimento às intercorrências da anemia falciforme.

Palavras-chave: Criança, adolescente, Profissionais de saúde, Anemia Falciforme

1 Introdução

A anemia falciforme é uma doença hereditária considerada um problema de saúde pública no Brasil. Estima-se que existam de 25.000 a 30.000 casos de anemia falciforme no país e que o número de novos casos seja de 3.500 por ano, sendo que para cada mil nascidos vivos exista um caso de anemia falciforme. O número de nascidos vivos com traço falciforme é estimado em 200 mil, anualmente (Cançado & Jesus, 2007; Brasil, 2012).

Segundo Viana (2010), esta patologia foi descrita cientificamente, no início do século XX, por James Herrik, que analisou amostra de sangue de um estudante negro e verificou que as células vermelhas estavam reduzidas à metade e que havia uma grande quantidade de corpúsculos finos, alongados e em forma de foice. Já a alteração da hemoglobina só foi identificada em 1949. Dias (2013) afirma que:

> A hipótese mais aceita sobre o surgimento da hemoglobina S é de que a mutação tenha ocorrido no continente africano há milhões de anos, sendo a doença conhecida mundialmente como relacionada à ancestralidade africana. (...) Dado o alto grau de miscigenação, apesar de sua origem no continente africano, a doença falciforme é também encontrada em pessoas fenotipicamente brancas no Brasil (...) mas [o alto grau de miscigenação] não interferiu a ponto de reverter a configuração da maior incidência da condição genética na população negra (Dias, 2013: 24-25).

> Os portadores de anemia falciforme podem apresentar: anemia, crises dolorosas agudas, síndrome torácica aguda, sequestro esplênico, acidente vascular cerebral, disfunção pulmonar e renal crônica, retardo de crescimento e maturação esquelética e sexual, levando a uma expectativa de vida reduzida (Simões *et al*, 2010; Veríssimo, 2007).

As crises de dor configuram-se como uma das consequências mais importantes na vida do portador de anemia falciforme, exercendo grande influência em seu cotidiano, especialmente em sua qualidade de vida. Estas crises podem ter como fatores desencadeantes infecções, alterações climáticas e fatores psicológicos (Roberti *et al*, 2010, Lobo, Marra & Silva, 2007, Dennis-Antwi, 2011). Para Zago & Pinto (2007):

> Dor no paciente falciforme pode ser um sintoma agudo ou crônico. (…) A topografia mais frequentemente relatada abrange membros inferiores e superiores. Em casos mais graves, a dor em região torácica acompanhada de febre, dispnéia e hipoxemia caracteriza a síndrome torácica aguda, complicação aguda com maior índice de mortalidade na doença falciforme.

Lobo, Marra & Silva (2007) indicam que as crises de dor podem ser tratadas nos domicílios dos portadores e, dependendo da intensidade, em hospitais. Recomendam também que para uma intervenção eficaz em relação à dor é necessária uma abordagem multidisciplinar, orientação e informação aos portadores e capacitação das equipes que lhes prestam assistência.

A anemia falciforme traz ainda consequências para todo o núcleo familiar do portador. Como atestam Silva, Bellato & Araújo (2013):

> A anemia falciforme provoca um grande impacto sobre a vida da família, especialmente quando se trata de crianças e adolescentes, uma vez que é uma condição crônica permanente, requerendo cuidados por toda a vida, via de regra, produzidos no âmbito da família (...) um cotidiano marcado por relações de cuidado que exigem dos pais o permanente estado de vigília, bem como põe 'em suspenso' diversas dimensões da vida familiar e prioriza a rotina do cuidar. No entanto, essa rotina busca dar um ordenamento, não a atos rotineiros, mas à necessidade de cuidados permanentes e continuados que se fizeram presentes com a instauração da anemia falciforme e preenchem o dia-a-dia familiar rearranjado conforme a instauração dessas necessidades (Silva; Bellato; Araújo, 2013: 445).

Xavier, Ferreira & Santos (2013) também relatam que a doença faz com que a família de portadores de anemia falciforme tenha que se organizar em função do cuidado para com seus familiares portadores da doença:

> O adoecimento gera crises e momentos de desestruturação para a pessoa e também para a família, como o primeiro grupo de relações. Na maioria das vezes, são os familiares as pessoas mais próximas das vivências dos pacientes. A família, então necessita se reorganizar e também se adaptar, pois a paciente pode precisar de cuidados especiais. Os papéis e funções devem ser repensados e distribuídos de forma que auxiliem a paciente a enfrentar a sua doença e suas implicações. É um momento bastante delicado, tanto para a paciente quanto para aqueles que fazem parte do seu cotidiano (Xavier, Ferreira & Santos, 2013: 57).

Ainda, o acesso ao tratamento, que na maioria dos estados é realizado nas capitais, obriga as famílias que residem no meio rural a se deslocarem para as regiões metropolitanas, o que resulta em uma mudança de atividade econômica dos responsáveis pela renda familiar, além da adaptação à organização urbana (Sousa, 2005).

A forma mais eficiente de identificação dos portadores é a triagem neonatal. No Brasil, no ano de 2001, o Ministério da Saúde implantou o Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da Portaria GM/MS n.º 822, de seis de junho de 2001. Tal Programa objetiva promover a detecção de doenças congênitas em todos os nascidos vivos. O Programa está previsto para ser implantado em todos os estados brasileiros, em fases, de acordo com a habilitação fornecida pelo Ministério da Saúde. (Brasil, 2002)

Para Jesus (2010:9):

> O diagnóstico precoce no PNTN, fundamentado em rede organizada, tem grande potencialidade de promover notável impacto nos indicadores da morbimortalidade; e causar na população brasileira significativa mudança na história natural da doença falciforme, onde a atual taxa de letalidade é de 80% entre as crianças com menos de 5 anos de idade sem os necessários cuidados de saúde e a expectativa média de vida dos portadores é inferior a 50 anos.

Lira & Queiroz (2013) propõem que o foco da atuação das organizações de pessoas com doença falciforme e seus familiares seja no cuidar da pessoa e não da doença e que eles sejam sujeitos de sua própria história e não objetos de cuidado. Para os autores:

> O controle social em doença falciforme requer um novo tipo de posicionamento de todos os atores envolvidos (…). É que neste momento estabelece-se uma relação 'DE – PARA' fundamental para compreensão da oferta do serviço a partir da realidade e da demanda de quem dele necessita e o utilizará. DE quem virá a ação, PARA quem servirá a ação. Esta equação em saúde, que é mais que uma simples estratégia, significa também um novo olhar para a pessoa com doença falciforme a partir do qual a dimensão do SUJEITO DE DIREITOS deve-se sobrepujar à visão passiva do SUJEITO OBJETO de uma ação em saúde para o qual o Estado se volta (Lira & Queiroz, 2013:136).

1.1 Crianças e Adolescentes e anemia falciforme

A criança tem papéis e imagens diferenciadas ao longo da história da humanidade. Conforme Heywood (2004:21), «a criança é um constructo social que se transforma com o passar do tempo e (…) varia entre grupos sociais e étnicos dentro de qualquer sociedade».

Santos (2006), ao situar historicamente o sentido de infância, afirma que não havia lugar para a infância no mundo antigo ou medieval e que isto significa que não há visibilidade política, social e histórica para essa situação de humanidade nestes períodos.

Para Ariés (1981), a categoria infância, como se conhece hoje, surge com a modernidade. Na Idade Média, a família cumpria a função de assegurar a transmissão da vida, dos bens e dos nomes, ou seja, da linhagem, e as crianças tão logo conseguiam sobreviver sem a ajuda das mães e das amas passavam a viver em companhia dos adultos, sem que houvesse distinção de papéis.

Segundo Santos (2006), no século XVIII, o conceito de infância apresenta uma dimensão histórica e social e tem como fundamento a preocupação dos adultos em relação ao que fazer com a infância. Isto porque o trabalho que antes era exercido no interior das residências passa para as fábricas, trazendo uma visibilidade para a infância a partir dos interesses dos adultos.

No século XX em um movimento mundial para inclusão de crianças e adolescentes surge a concepção de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e capazes de ações protagonistas. O que se propõe é que eles são capazes de participar das decisões relativas a seu cotidiano e que, além disso, demonstram autonomia em suas ações, isto é, ainda que sejam vistos como objeto das ações dos adultos, encontram formas de efetivarem suas vontades (Sarmento, 1997; Soares & Tomás, 2004).

Entretanto, esta não é uma postura majoritária na sociedade e, neste sentido, Soares &Tomás (2004: 37) afirmam que «os cotidianos infantis são caracterizados pela ausência de voz e ação da parte da criança e perfeitamente moldados pela ação do adulto e dependentes da leitura que esse mesmo adulto faz sobre o melhor interesse da criança» .

As crianças e adolescentes são, desta forma, sujeitos de direitos no panorama legal, mas ainda não conseguem exercer estes direitos de forma integral. Neste contexto, se situam as crianças e adolescentes portadores de anemia falciforme.

Neste sentido, no Brasil em 1988, é promulgada uma nova constituição, em que crianças e adolescentes têm diversos artigos a elas dedicados e que lhes dá o *status* de prioridade absoluta. Para regulamentar os artigos constitucionais, em 1990, é aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/90. O Estatuto da criança e do adolescente foi escrito a partir da contribuição de diversos segmentos organizados da população, inclusive das crianças e adolescentes. O artigo 4° desta lei estabelece que:

> É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 1990).

A concepção de criança e adolescente, presente em todo o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme o artigo 6°, é a de que eles são sujeitos de diretos «na condição peculiar de pessoas em desenvolvimento» (Brasil, 1990). Para isto, esta Lei estabelece direitos que asseguram o exercício de um protagonismo infanto-juvenil.

O ECA aponta como responsáveis pela promoção de condições adequadas ao desenvolvimento das crianças e adolescentes a família, a sociedade e o estado. Também passa a situar criança como sujeito de direitos, rompendo com a visão de objetos da ação e do desejo dos adultos (Muñoz, 2010). O que se postula é que as crianças e os adolescentes são sujeitos com capacidade para opinar, decidir e agir.

Até este momento, referimo-nos às crianças e adolescentes de forma geral, no entanto, entendemos que é necessário explicitar o período da adolescência. Moreira (2012: 88) defende que:

> a fase da adolescência é um período marcado por mudanças e transformações que condicionarão a vida dos jovens quando atingirem a fase adulta. Pode ser considerada como uma fase de transição ou, no sentido figurado, semelhante a um salto que se dá da infância para as responsabilidades do ser adulto. Os adolescentes possuem uma realidade social bastante singular, caracterizando-se como um grupo de pertença com diversas formas de pensar, agir, ser e fazer do mundo e da vida um imaginário bastante diversificado, dotado de particularidades inerentes aos seus desejos, anseios e sonhos, entendendo esses fenômenos também de uma forma singular.

Já para Muñoz (2012: 38), «a adolescência aparece como um período de grandes mudanças biológicas, físicas, psicológicas e sociais, em que o ser humano define sua identidade pessoal e social e se ajusta ao entorno».

Da perspectiva de Santos *et al* (2014:64), a adolescência:

> é uma etapa da vida humana entremeada de transformações, conflitos, desafios, crises e descobertas. Está articulada a várias dimensões e inter-relacionada ao nível individual e ao coletivo, o que amplia o entendimento do existir adolescente para além de um processo biológico de vivências orgânicas. (...) Um fenômeno único e diverso, pois as necessidades dos adolescentes dependem do meio social, cultural, econômico e psicológico em que vivem.

> Tanto Santos quanto os autores colaboradores são enfermeiros que "realizam oficinas lúdico-pedagógicas, balizadas na metodologia participativa, com grupos de adolescentes, em escolas públicas de ensino fundamental", e, a partir desta intervenção, afirmam que:
>
> Para atuar de maneira integral faz-se necessário entender e analisar os adolescentes numa perspectiva multidimensional e articulada ao nível individual e ao coletivo (...) desenvolver a orientação para o autocuidado, ampliar o acesso a atividades educativas e recreativas e estimular o protagonismo deles, por meio de ações coletivas.(...) O desenvolvimento de um vínculo de confiança entre o adolescente e o profissional é a base para qualquer trabalho educativo, possibilitando a discussão e reflexão de temáticas de interesse deles, por meio de uma linguagem simples (Santos *et al*, 2014: 66-67).

Em relação aos adolescentes com anemia falciforme, Xavier, Ferreira & Santos (2013: 51), a partir de estudo com mulheres adultas com diagnóstico tardio de anemia falciforme, destacam que:

> A ocorrência de atraso no crescimento e desenvolvimento em crianças com anemia falciforme tem sido relatada por diversos autores (...) e expõe a adolescente a sofrer comportamentos preconceituosos, isso, muitas vezes, resulta em uma pessoa estigmatizada, principalmente no ambiente da escola. Jovens com anemia falciforme se sentem infantilizadas, inferiores na sua maturação sexual em relação aos seus colegas e, muitas vezes, submetidas a apelidos que levam ao distúrbio da autoestima, pois as transformações no corpo destas crianças e jovens não ocorrem no mesmo ritmo que nos corpos de amigas da mesma idade

Por sua vez, Batista (2008: 90) ressalta que a anemia falciforme:

> compromete significativamente o cotidiano dos adolescentes, interferindo qualitativamente em seu desempenho escolar, nas suas atividades sociais, incluindo o lazer e a brincadeira, acarretando, ainda, alterações em seu desenvolvimento físico, mental e social. (…) para eles, a anemia falciforme constitui uma doença que pode, em alguns momentos, limitá-los, mas que não constitui um fator impeditivo no seu processo de adolescer, porque eles aprendem a contornar estes obstáculos criando estratégias de superação.

1.2 População afrodescendente e Anemia falciforme

A anemia falciforme teve origem no continente africano e espalhou-se por todos os continentes, devido, principalmente, à migração forçada de africanos causada pelo tráfico negreiro, sendo que, no Brasil, os primeiros africanos chegaram no século XVI. Para esta investigação é interessante apresentar a situação social deste contingente populacional brasileiro, uma vez que, como já mencionado, a maioria dos portadores de anemia falciforme é preta ou parda (Dias, 2013).

Estudos como os de Hasembalg (2005), Paixão (2003) e Jaccoud (2008) indicam que a população afrodescendente brasileira vivencia uma situação de desigualdade em relação à população branca. Em relação à composição da população brasileira, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no período de 1999 a 2009 mostram:

> um crescimento da proporção da população que se declara preta ou parda nos últimos dez anos: respectivamente, 5,4% e 40,0% em 1999; e 6,9% e 44,2% em 2009. Provavelmente, um dos fatores para esse crescimento é uma recuperação da identidade racial, já comentada por diversos estudiosos do tema. (…)a situação de

> desigualdade que sofrem os grupos historicamente desfavorecidos subsiste. Uma série de indicadores revelam essas diferenças, dentre os quais: analfabetismo; analfabetismo funcional; acesso à educação; aspectos relacionados aos rendimentos; posição na ocupação; e arranjos familiares com maior risco de vulnerabilidade (Brasil, 2010).

Segundo os dados da PNAD a população afrodescendente brasileira, representada por pretos e pardos, ocupa os piores lugares nesta sociedade. Esta situação é explicada pela presença do racismo nas relações sociais existentes em nosso país (Paixão, 2003; Hasenbalg, 2005; Jaccoud, 2008).

Para compreender este fenômeno Rosseto, Montovanelle e Paixão salientam que:

> O preconceito social, étnico e racial denota uma predisposição psicológica de um indivíduo contra o outro que não lhe é igual em termos econômicos (condições sociais distintas às suas), fenotípicos (cor da pele, tipos de cabelos, formas faciais e demais atributos visualmente identificáveis que denunciem, de alguma forma a origem familiar) ou culturais (língua falada, dialetos ou sotaques, modo de trajar, religião, forma de organização da família, identidade territorial e dimensões a estas assemelhadas). Embora nem sempre isso ocorra, estes planos econômicos, fenotípicos e culturais podem estar mesclados, se reforçando mutuamente. (…) A ideologia racista, portanto, atua no sentido de justificar moralmente o preconceito, a discriminação e as situações crônicas de desigualdade verificadas entre as pessoas fenotípica e culturalmente diferentes. Ou seja, a ideologia racista adestra os olhos e a mente de toda a sociedade para a aceitação acrítica da coincidência verificada entre as hierarquias de classe e as hierarquias étnicas e raciais (Rosseto, Montovanele & Paixão, 2010: 20,21)

A vivência destas desigualdades é verificada também em relação à situação de saúde deste contingente populacional.

Observa-se que, em todos os indicadores de mortalidade da população brasileira no ano de 2011 disponíveis no Ministério da Saúde, a soma de óbitos de pretos e pardos é maior do que a da população branca. Em relação aos óbitos de mulheres em idade fértil, as de cor preta e parda representam 54%, enquanto as brancas representam 46%. Nos óbitos maternos, 65% são de mulheres pretas ou pardas e 35% de brancas. Nos óbitos por causas externas, 58% foram de pretos e pardos e 42% de brancos. Em relação aos óbitos infantis, 54% foram de crianças pretas ou pardas e 46% de brancas. Quando observadas as mortes por causas evitáveis de 0 a 4 anos, a diferença aumenta consideravelmente sendo 83% de pretos e pardos e 17% de brancos.

Os indicadores de saúde são utilizados para o planejamento de ações de saúde e os que apresentamos demonstram que tais ações devem conter estratégias para diminuir as iniquidades em saúde. Entretanto, no contexto de racismo que é engendrado por diversos mecanismos na sociedade, observa-se entre eles o que se constitui em atos realizados no interior das instituições encarregadas da execução das políticas públicas, constituindo-se em racismo institucional (Lopes & Werneck, 2009). Isto é, a própria intervenção do setor saúde é entrecortada por racismo.

Da visada de Cordeiro, Ferreira & Silva (2013):

> Não é difícil constatar que o acesso aos serviços de saúde varia para os diferentes grupos que compõem a população, com maior desvantagem para os negros e que as disparidades que permeiam os diferentes níveis de reprodução da desigualdade social. Identificam-se inadequações tanto relacionadas ao modo de organização dos serviços de saúde, como na maneira como as práticas são desenvolvidas. (...) A presença de práticas discriminatórias na atenção à saúde resulta na diminuição do acesso aos serviços de saúde, na exclusão do atendimento adequado, influenciando a forma de nascer, viver e morrer das mulheres negras (Cordeiro, Ferreira & Silva, 2013: 42).

> O que se observa no Brasil é que uma pessoa de cor negra ou parda tem menos oportunidades de acesso a consultas, procedimentos e orientações em saúde. É neste contexto que estão inseridos as crianças e adolescentes portadores de anemia falciforme. Lira & Queiroz (2013), referindo-se à anemia falciforme, afirmam que:
> É doença com maior prevalência entre negros e seus descendentes, grupo historicamente não só discriminado, mas atingido diretamente pelos efeitos do racismo e do preconceito, vítima de exclusões históricas. (…) Devido à alta suscetibilidade às infecções que as pessoas com doença falciforme apresentam, as condições de moradia, higiene e nutrição tornam-se fatores preponderantes para a evolução do quadro clínico. Neste caso as más condições de vida (...) levam ao agravamento do quadro clínico, ocasionando um número maior de crises e internamentos e consequentemente levando a sequelas que podem vir a comprometer o desempenho da atividade social do sujeito em questão. Analisando o contexto acima descrito teremos um quadro profundamente preocupante para a maioria das pessoas com doenças falciformes e seus familiares, pois estas são duplamente afetadas: por ter uma doença crônica e por, em sua maioria, ser negra, carregado assim o peso do racismo que permeia a sociedade brasileira. (Lira & Queiroz, 2013: 39 e 141).

A aproximação teórica realizada traz elementos importantes para subsidiar a compreensão do fenômeno em foco, e, ao mesmo tempo, permite aclarar e definir alguns pressupostos que norteiam a pesquisa. Nesse sentido observa-se que as crianças e os adolescentes vivenciam situação de vulnerabilidade em relação aos adultos pela sua condição de pessoas em desenvolvimento, tornando-se objetos das ações dos mesmos, embora no plano legal e teórico existam propostas de que elas sejam sujeitos nas ações que fazem parte de seu cotidiano. Outro aspecto é que as crianças brasileiras portadoras de anemia falciforme fazem parte de um grupo populacional que vivencia uma situação de desigualdade social e esta desigualdade influencia nos indicadores de saúde deste grupo representado por pessoas pardas e pretas. Isto faz com que o seu cotidiano seja marcado pela vulnerabilidade individual, social e programática, tendo como um de seus componentes o racismo e, em especial, o racismo institucional.
Ao fundamentar-se nesses dois aspectos, acrescidos da característica hegemônica das relações estabelecidas entre os profissionais de saúde e as crianças e adolescentes portadores de anemia falciforme, esta situação de vulnerabilidade pode ser reforçada.

2 Objetivos

A pesquisa teve como objeto de estudo os significados das relações estabelecidas entre as crianças e adolescentes portadores de anemia falciforme e os profissionais de saúde e, ainda, das de ambos com a instituição, em que o atendimento é realizado.
Assim, com vistas a compreender este objeto e contribuir para a discussão do tema e para o estabelecimento de políticas de atendimento às crianças e adolescentes com anemia falciforme, definimos como objetivo geral deste estudo: compreender os significados presentes nas relações estabelecidas entre as crianças e adolescentes portadores de anemia falciforme e os profissionais no âmbito dos serviços de saúde. Já os objetivos específicos estabelecidos foram:

a) Analisar, na perspectiva das crianças e adolescentes portadores de anemia falciforme, qual o papel que a equipe de saúde estabelece para elas nos diversos momentos de seu processo saúde-doença;
b) Analisar, na perspectiva dos profissionais de saúde, qual o papel que estabelecem para crianças e adolescentes portadores de anemia falciforme nas diversas intervenções que realizam em seus processos saúde-doença.

3 Métodos

Esta pesquisa foi realizada tendo como opção metodológica a Pesquisa Social Estratégica classificada por Bulmer (1978, apud Minayo, 2010: 50) como «aquela que se baseia nas teorias das ciências sociais, mas orienta-se para problemas concretos, focais, que surgem na sociedade, ainda que não caibam, ao investigador, as soluções práticas para os problemas que aponta».

Além da opção por estudo qualitativo, entende-se ser importante explicitar que a análise terá como propósito explicitar as relações sociais expressas nos dados obtidos. Para Marx &Engels (2009: 30):

> a essência da concepção materialista da história é que a observação empírica tem de mostrar, (...) empiricamente e sem qualquer mistificação e especulação, a conexão da estrutura social e política com a produção. (...) A produção das ideias, das representações, da consciência está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real.

Na perspectiva dos autores, a atividade social apresenta três facetas que, desde os primórdios da existência humana, ocorrem simultaneamente. O primeiro pressuposto de toda existência humana reside no fato de que os homens necessitam de sobreviver para fazerem história, sendo o primeiro ato histórico a produção de meios para satisfazer suas necessidades. Desse primeiro ato decorre o surgimento de novas necessidades, e da relação entre os homens surge, como grupo social inicial humano, a família, sendo que uma nova faceta decorre das anteriores:

> A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, surge agora imediatamente com uma dupla relação: por um lado como relação natural, por outro como relação social – social no sentido em que aqui se entende a cooperação de vários indivíduos seja em que circunstâncias for e não importa de que modo e com que fim. (...) Revela-se, assim, logo de princípio, uma conexão materialista dos homens entre si, a qual é requerida pelas necessidades e pelo modo da produção e é tão velha como os próprios homens – uma conexão que assume sempre formas novas e que, por conseguinte, apresenta uma história (Marx & Engels, 2009: 43).

3.1 Campo de estudo

O estudo foi realizado nos serviços ambulatorial e de internação do Hospital das Clínicas, da Universidade Federal de Goiás, localizado em Goiânia, capital do estado de Goiás. Conforme informações disponíveis no sítio oficial da Instituição (www.hc.ufg.br), o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás é uma Instituição de ensino da área de saúde, que tem por objetivos: Assistência, Ensino, Pesquisa e Extensão. Fundado em 23 de janeiro de 1962, com 60 leitos, conta hoje com 316 leitos e atendimento ambulatorial em 35 especialidades. (Universidade Federal de Goiás, 2014).

Na especialidade Hematologia situa-se o atendimento a portadores de anemia falciforme, do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, que é referência em Goiás no atendimento a portadores de doenças falciformes, os quais recebem acompanhamento de uma equipe multiprofissional composta por médicos, enfermeiros, assistentes sociais, nutricionistas, psicólogos, farmacêuticos, biomédicos e técnicos de laboratório. A partir da primeira consulta, após triagem neonatal, em que foi constatada a ocorrência de doença falciforme, ou por encaminhamento da rede básica de assistência em saúde, os portadores são acompanhados durante toda a vida. Eles são atendidos no ambulatório de hemoglobinopatias, pelo banco de sangue, e, em internações, nas diversas Clínicas do Hospital, conforme a necessidade.

Segundo Moura & Sousa (2013), um estudo realizado a partir das entrevistas sociais no ambulatório de hemoglobinopatias no ano de 2012 indicou que: 56% das crianças e adolescentes têm renda familiar de 1 salário

mínimo; 32% de 2 salários mínimos; 10% de 3 salários mínimos; e 2% de 4 salários mínimos. Em relação à situação de moradia, 54,39% tem casa própria, 24,56% residem em moradia alugada, e 19,30% residem em moradia cedida.

3.2 Trabalho de campo

A inserção da pesquisadora no campo se deu a partir da atuação profissional no Hospital em que foi realizada a pesquisa. Durante dois meses, acompanhou-se o ambulatório para nos familiarizar com a rotina dos profissionais e pacientes e, a partir disto, convidou-se os sujeitos para participar da pesquisa.
Os sujeitos da pesquisa foram crianças e adolescentes portadores de anemia falciforme, atendidos no Hospital das Clinicas da UFG. Também participaram do estudo os profissionais das equipes de saúde do Hospital das Clínicas da UFG, que prestam atendimento, nos ambulatórios e clínicas do Hospital, às crianças e adolescentes portadores de anemia falciforme.
A coleta de dados foi realizada por meio de observações registradas em diário de campo, entrevistas semi-estruturadas e, de forma complementar, com fotografias. A opção por complementar a coleta de dados por meio de fotografias foi em função de que "as imagens dialogam com a realidade e com a representação dessa realidade – as imagens também são observações estéticas e documentais da realidade, carregando significados transparentes de emoção, afetividade e religiosidade" *(*Meleiro & Gualda, 2005: 192). Contudo, neste artigo não paresentaremos as fotografias produzidas pelos participantes pois ainda não foram trabalhadas nos moldes da análise de conteúdo.
Foram realizadas três entrevistas com crianças, cinco com adolescentes e nove com profissionais de saúde.
A opção adotada para a análise dos dados obtidos foi a análise de conteúdo, por ser esta técnica de análise capaz de possibilitar ao pesquisador o estabelecimento de triangulações entre o conteúdo das falas dos entrevistados, a realidade objetiva e as concepções teóricas que fornecem explicações acerca desta realidade. Para tanto, utilizamos como referencial a perspectiva de Bardin (2013: 44), para quem:

> A análise de Conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Foram observados todos os aspectos éticos previstos na Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, entre eles: o sigilo quanto à identidade dos participantes (para isso, os sujeitos de nossa pesquisa estão identificados da seguinte forma: crianças com indicativo C, adolescentes com o indicativo A e profissionais de saúde com o indicativo P, todos seguidos de números que diferenciam cada grupo); a espontaneidade para participar da pesquisa, sendo que, para tanto, os participantes da pesquisa, bem como seus responsáveis, assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; e a permissão para gravar as entrevistas. Vale salientar que a pesquisa foi iniciada após apreciação e aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa Médica Humana e Animal do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, sendo aprovado por meio do Parecer número 328408, de junho de 2013.

4 Resultados e discussão

4.1 Caracterização dos entrevistados

Participaram do estudo três crianças e cinco adolescentes com idades entre 8 e 17 anos, sendo 4 do sexo feminino e 4 do sexo masculino. Em relação à procedência 4 residiam em Goiânia 3 em cidades do interior do estado de Goiás e um em outro estado. Nem todos os participantes da pesquisa têm o mesmo desempenho escolar. Tendo em vista que, conforme a Lei 9.394/1996 (Brasil,1996), a criança deve ingressar aos 6 anos

no 1º ano do ensino fundamental e concluir a etapa aos 14 anos, e que, na faixa etária dos 15 aos 17 anos, o adolescente deve estar matriculado no ensino médio, em relação à escolaridade observamos que: quatro participantes estão com 1 ano de atraso em relação à serie que deveriam estar cursando; três participantes estão cursando a série prevista para a idade; e um participante apresenta distorção idade-série, pois a diferença entre sua idade e a idade prevista para a série é de três anos. A situação de escolaridade dos entrevistados confirma o que Sousa (2005) e Batista (2008) encontraram em seus estudos, segundo os quais a anemia falciforme interfere no desempenho escolar dos portadores.

Foram entrevistados nove profissionais de saúde, sendo 3 do sexo masculino e 6 do sexo feminino. Em relação à formação profissional os entrevistados foram 4 médicos, dois enfermeiros, um nutricionista, um técnico de laboratório e um atendente de consultório. Destes 3 atuavam no serviço ambulatorial e 5 nos serviços de internação e ambulatorial

4.2 As relações em função do cuidado

A partir das entrevistas com as crianças e adolescentes, emergiram as categorias "doença", "os profissionais" e o "atendimento em outros serviços". Das entrevistas com os profissionais, emergiram as categorias "criança", "adolescente", "mãe–família", "profissionais de outros serviços", "a doença" e "o que fazer".

Os resultados extraídos das entrevistas com as crianças, os adolescentes e os profissionais de saúde, de um modo geral, indicam alguns pontos que analisamos doravante. Diante dos temas e núcleos de sentido extraídos das entrevistas e fotografias, podemos afirmar que o atendimento que os portadores recebem no Hospital das Clínicas não oferece condições para que sejam atendidos com o conforto e a qualidade que a equipe de profissionais entende ser necessária e que as crianças e adolescentes gostariam de receber. A organização do serviço não permite que os profissionais tenham tempo para uma escuta qualificada que contemple estratégias comunicativas em que as crianças e adolescentes expressem seus desejos e necessidades e os profissionais construam com eles caminhos para a convivência com a doença.

A partir das entrevistas com os profissionais, percebemos que, nas relações com as crianças e adolescentes, os profissionais estabelecem uma diferença entre crianças e adolescentes, sendo as crianças tidas como incapazes, passivas, em relação às ações dos adultos, e os adolescentes como adultos que devem se responsabilizar por seu tratamento. Nas duas concepções, expressam-se conceitos que não os consideram como sujeitos e que não se coadunam com a literatura a respeito das características relativas a crianças e adolescentes.

O que se observou em relação às crianças e adolescentes portadores de anemia falciforme é que sua situação socioeconômica contribui para que sua existência seja marcada por um entrecruzamento de vulnerabilidades: individual, social e programática.

A vulnerabilidade individual deve-se a sua faixa etária (Neves, 2007), por serem pessoas em desenvolvimento e que por isto devem ser tuteladas, no sentido de proteção (Castellanos, 2011). Entretanto, as entrevistas mostraram que esta proteção muitas vezes anula sua participação em assuntos que lhe dizem respeito, como, por exemplo, nas manifestações de dor e desconforto.

A vulnerabilidade social (Castel, 2010) deve-se ao grupo populacional a que pertencem, em especial a seu contexto socioeconômico. As crianças e adolescentes portadores de anemia falciforme entrevistados enquadram-se naqueles que dependem exclusivamente do Sistema Único de Saúde para ter acesso à assistência em saúde, têm baixa renda e residem ou em bairros periféricos da capital, ou em outros municípios.

Tal fato comprova os indicadores oficiais, segundo os quais a população afrodescendente, majoritariamente formada por pretos e pardos, vivencia uma situação de desigualdade em relação ao grupo populacional formado pelos brancos.

Já a vulnerabilidade programática (Ayres *et al*, 2009) deve-se às condições oferecidas para a assistência em saúde que lhes é ofertada no Hospital em que são atendidos, no qual há condições ambientais para seu conforto, como salas de espera, sanitários e locais adequados para a realização de procedimentos. Em outros locais onde buscam assistência não têm acesso a equipes multiprofissionais e a profissionais com capacitação adequada para intervir nas intercorrências relacionadas à anemia falciforme, como, por exemplo, as crises de dor.

Os profissionais indicaram a diferença existente entre o atendimento pelo SUS e o de consultórios particulares e planos de saúde:

> São pacientes mais orientados, que tem acesso a outras coisas, os exames são mais fáceis, eles são atendidos com conforto maior, horário marcado, é totalmente diferente, geralmente não só os pacientes falciformes mais como tudo no sistema particular é muito diferente do paciente do público, até mesmo quem tem condição de pagar um convênio já tem um nível melhor de compreensão totalmente diferente, conforto e orientação e condição de se tratar. (P-1)

Dos temas e núcleos de sentido presentes nas entrevistas podemos inferir também que nas relações estabelecidas com as crianças e adolescentes está presente a visão da criança e adolescente como objeto das ações dos adultos, sejam os adultos seus familiares ou os próprios profissionais, confirmando o que Soares e Tomás (2007) afirmaram sobre os cotidianos infantis. O que se verificou foi que as relações entre os profissionais de saúde e as crianças e os adolescentes se dão de forma verticalizada, em que os profissionais estabelecem regras e comportamentos sem considerar a opinião das crianças e adolescentes, confirmando também o que Coyne *et al* (2006) e Brito *et al* (2007) encontraram em seu estudos, e ainda as considerações de Castellanos (2011).
As afirmações de Aguiar (2010), Melo (2007), Costa (2005) e Santos *et al* (2011) nos levaram a identificar a ocorrência da violência institucional, a partir das falas de nossos entrevistados. Nas entrevistas realizadas, embora não haja uma finalidade explícita de dominação, de exploração ou de opressão, percebe-se a ocorrência do que Chauí (1997) conceitua como violência, pois as crianças e os adolescentes têm sua autonomia, sua subjetividade e sua fala, tanto impedidas quanto anuladas:

> *Não.* (falou alguma coisa e profissionais de saúde não acreditaram)
> *Ah! A mulher lá estava apertando o meu braço, ela estava falando que num estava, ela disse que eu estava com frescura. Ela foi colocar a liguinha no meu braço, meu braço começou a dar choque e doer, ai eu estava falando pra ela que estava doendo, ela falou que não estava, e quando ela tirou estava roxão o meu braço. Hum hum*. (sim) (só tirou depois que correu a bolsa de sangue) *Hum hum*. (No HC)
> É meia chata (opinião sobre a profissional) (A-5)
> *Chegam bem passivos, eles já sabem o que é uma transfusão, não tem resistência, não tem muito choro.* (P-9)
> *A criança não sabe referir. (*P-1)

Esta postura dos profissionais causa sofrimento físico, como o fragmento de fala transcrito demonstrou. A fala de outros profissionais também aborda esta questão quando alertam para o fato de que muitas vezes as queixas das crianças são identificadas como "manha" por profissionais de outros serviços, tanto na rede do Sistema Único de Saúde como em outras clínicas do próprio Hospital onde se realizou a pesquisa.
Entrevistado P-8:

> às vezes tem profissionais que entendem (queixas de dor) *como uma manha mesmo da criança.* (…) às vezes querem que o paciente tome banho naquela hora e ele não está dando conta nem de levantar da cama. Foram cenas que eu já vi. (P-8)

A violência estrutural da sociedade brasileira, caracterizada por Chauí (1998) e Minayo (1997), concretiza-se no cotidiano das crianças e adolescentes portadores de anemia falciforme, por terem negado e negligenciado o acesso a atendimento, bem como no procedimento descrito por A-5, que lhe causou 4 horas de dor que poderia ser evitada caso a profissional considerasse a fala da adolescente.
Outra inferência que destacamos é a de que os profissionais entendem que a adesão das crianças e adolescentes portadores de anemia falciforme ao tratamento é importante. Eles compreendem que esta ação é difícil, pois o tratamento é marcado por limitações que afastam os portadores de seus pares, exigem auto-cuidado e monitoramento constante de sinais e sintomas de intercorrências próprias da doença.

Ainda, ressaltamos que a família é situada como elemento importante para que as crianças e adolescentes tenham uma melhor adesão ao tratamento, bem como adquiram conhecimentos adequados à compreensão da doença. Para as crianças e adolescentes, as famílias, e em especial as mães, aparecem como o elo entre elas e os profissionais de saúde.

Em relação à atuação de profissionais de saúde para o alívio da dor, tanto profissionais de saúde quanto crianças e adolescentes relataram que muitos profissionais negligenciam as queixas das crianças e adolescentes. Esta constatação se fez principalmente em relação a serviços de urgência e emergência, tanto do Hospital onde foi realizado o estudo quanto em outros locais. O que nos leva a inferir que tanto a formação dos profissionais quanto a organização dos serviços de urgência e emergência não contempla de forma abrangente as intervenções nas crises falcêmicas. Isto confirma o que Batista, Morais & Ferreira (2013) e Sousa (2005) concluíram em suas pesquisas.

A formação dos profissionais de saúde para intervenção junto à crianças e adolescentes portadores de anemia falciforme deve contemplar teoria e prática, o que se comprova pela fala de P-5, de que após vários anos de assistência aos portadores é possível compreender a intensidade da dor e efetivar medidas para aliviá-las. A teoria, a partir do conhecimento já existente e de pesquisas, também foi referida pelos entrevistados como essenciais para a qualidade da assistência aos portadores de anemia falciforme. Isto nos remete à necessidade de que as atividades práticas durante a formação de profissionais de saúde comtemplem de forma mais intensa estes dois aspectos: a atuação junto às crianças e adolescentes e as intervenções relacionadas à anemia falciforme.

As relações de assimetria presentes no cotidiano da assistência em saúde para as crianças e adolescentes nos remetem ao que Marx & Engels (2009) ressaltam em relação à necessidade de que, numa determinada sociedade, em todos os setores da vida cotidiana sejam inculcados os valores que dão sustentação às relações de produção desta mesma sociedade.

Observa-se que nas sociedades capitalistas a assimetria reflete a dominação de uma classe pela outra e é no primeiro grupo social em que as pessoas estão inseridas que ela se manifesta, em relação às crianças, às mulheres, aos idosos. Depois da família, em todos os grupos e lugares nos quais se insere esta assimetria é vivenciada. No caso das crianças e adolescentes portadores de anemia falciforme, desde que nascem são inseridas na relação com o sistema de saúde, no qual a tônica principal é o modelo tradicional, em que cabe ao profissional de saúde, e em especial aos médicos, o papel de determinar o que, como e quando as ações devem ser realizadas.

Este modelo tem uma transversalidade no sistema de saúde sendo que a fala do sujeito que recebe a assistência não deve ser considerada, pois a onipotência do profissional lhe permite predizer e determinar o sentimento do outro. Apesar de todo avanço das ciências da saúde, a concepção mágica continua presente nas ações daqueles que se propõe a intervir na saúde das pessoas.

Nas ações dos profissionais de saúde, concretizam-se valores construídos socialmente e que refletem múltiplas determinações advindas da totalidade social, sendo que a formação que estes profissionais recebem nas universidades encarrega-se de transmitir e legitimar tais valores (Garcia,1989).

As entrevistas demonstraram também que a atuação dos profissionais ainda se dá de forma atomizada, sem tempo e espaço de físico adequado para a construção de rotinas e fluxos compartilhados por diversas áreas profissionais.

5. Considerações finais

O estudo indicou que é necessário envolver as crianças e adolescentes nas decisões relativas ao seu cotidiano. Tanto as entrevistas quanto a literatura consultada nos indicam que as crianças e adolescentes devem ser parte ativa em seu tratamento. Suas opiniões devem ser consideradas, cabendo aos profissionais estabelecerem junto com eles um equilíbrio entre as necessidades por eles apresentadas e as ações para a manutenção de sua saúde. Compreendemos que as crianças e adolescentes necessitam de proteção. Contudo, esta proteção não deve implicar sua anulação enquanto seres humanos, com possibilidades, desejos e aspirações. Nas atividades de

assistência em saúde, devem ser consideradas sua autonomia, sua subjetividade e, em nosso caso específico, sua fala. A anulação desta fala pode conduzir a um sofrimento de horas ou dias, com dores e desconforto, constituindo uma violência institucional.

A abordagem deve ser multi- e interdisciplinar, com ações articuladas em constante busca de proporcionar às crianças e adolescentes portadores de anemia falciforme a possibilidade de vivenciar da melhor forma possível as atividades típicas de sua faixa etária em seu contexto social.

Outra questão que emergiu do estudo foi a necessidade da mudança na formação dos profissionais de saúde, com vistas a ampliar a horária para o aprendizado teórico e prático relacionado às crianças e adolescentes e em relação à anemia falciforme, com conhecimentos que os capacitem a fazer intervenções eficazes.

Finalmente apresentamos nosso entendimento de que as relações de assimetria entre adultos e crianças e adolescentes têm como fundamento dar sustentação à manutenção das desigualdades existentes em nossa sociedade e que a força do paradigma da desigualdade e da supremacia dos que têm mais poder deixa pouca margem para ações que objetivem o estabelecimento de relações horizontais entre os seres humanos, sejam eles diferentes em relação ao gênero, raça ou geração. No entanto, consideramos ser preciso buscar caminhos para mudar tal situação. Esta busca deve ser empreendida por todos, mas, em especial, por aqueles que, de alguma forma, estão envolvidos no planejamento, execução e gestão das ações das políticas públicas, principalmente de saúde e educação.

Referencias

AIRÉS, P. (1981),História Social da Criança e da Família. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos LTDA.

AGUIAR, J. M. (2010),*Violência institucional em maternidades públicas: hostilidade ao invés de acolhimento como uma questão de gênero*. Tese de doutoramento. São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo.

AYRES, J.R.M.C, CALAZANS G.J., SALETE FILHO, H.C, FRANÇA-JUNIOR, I.(2009) "Risco, vulnerabilidade e práticas de Prevenção e promoção da saúde". In: CAMPOS, Gastão Wagner (*et al*) *Tratado de Saúde Coletiva*. 2.ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, pp. 377-417.

BATISTA, T. F. (2008), *Con(vivendo) com a anemia falciforme: o olhar da Enfermagem para o cotidiano de adolescentes*. Dissertação de Mestrado, Salvador: Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia.

BATISTA, T. F., MORAIS, A. C., FERREIRA, C. L. C. (2013), "Con(vivendo) com a anemia falciforme: o olhar da enfermagem para o cotidiano de adolescentes". In: FERREIRA, L.S., CORDEIRO, R. C.(Org.). *Qualidade de vida e cuidados às pessoas com doença falciforme*. Salvador: EDUFBA, , p. 75-94.

BARDIN, L. (2013), *Análise de Conteúdo*. 4. ed. Lisboa: Edições 70.

BRASIL. Lei 8069 de 16.07.1990

BRASIL.Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. CoordenaçãoGeral de Atenção especializada. (2002), *Manual de Normas Técnicas e Rotinas Operacionais do programa Nacional de triagem neonatal.* Brasília: Ministério da Saúde.

BRASIL, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, Instituto Brasileiro de Geografi a e Estatística – IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. (2010) *Síntese de Indicadores Sociais Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2010*, série Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica número 27. IBGE,

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada.(2012) *Doença falciforme: condutas básicas para tratamento.*Brasília: Ministério da Saúde,.

BRASIL. Ministério da Saúde.(2012), *Indicadores e Dados Básicos - Brasil – 2012*. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/matriz.htm#mort. Acesso em 14.08.2014

BRITTO, M. T. *et al* (2007), "Specialists Understanding of the Health Care Preferences of Chronically Ill Adolescents". *Journal of Adolescent Health*, 40, pp. 334–341. Disponível em: www.elsevier.com/ijns. [consultado em 15-9- 2013].

CANÇADO, R. D., JESUS, J. A. (2007) "A doença falciforme no Brasil". *Revista Brasileira Hematologia e Hemoterapia*, 29(3), pp. 204-206

CASTEL, R.(2010), *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.

CASTELLANOS, M. (2011) *Adoecimento crônico infantil: um estudo das narrativas familiares*. São Paulo: Hucitec: São Paulo: Cesco.

CHAUI, M. (1998) "Ética e Violência". *Revista Teoria e Debate*. 39 disponível em: http://www.teoriaedebate.org.br/materias/sociedade/etica-e-violencia?page=full#sthash.fqcyDBCs.dpuf . [Consultada em 25-07- 2014].

CORDEIRO, R. C., FERREIRA, S. L., SILVA, L.S. (2013) "Mulheres Negras Vivendo com Anemia falciforme". In: FERREIRA, L.S., CORDEIRO, R. C.(eds.). *Qualidade de vida e cuidados às pessoas com doença falciforme.* Salvador: EDUFBA, pp. 29-45.

COSTA, A. L. R. C. (2005) *As múltiplas formas de violência no trabalho de Enfermagem: o cotidiano de trabalho no setor de emergência e urgência clínica em um hospital público* .Tese de doutoramento, Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

COYNE I., *et al*. (2006),*Giving Children a Voice: investigation of children's experiences of participation in consultation and decision-making in Irish hospitals*. Office of the Minister for Children, Dublin.

DENNIS-ANTWI, J. A. (2011) "I can die today, I can die tomorrow: lay perceptions of sickle cell disease in Kumasi, Ghana at a point of transition*". Ethnicity & Health*, 16(4-5), pp. 465-481. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1080/13557858.2010.531249. [Consultada em 29-08-2013]

DIAS, A. L. A. (2013), *A (re)construção do caminhar: itinerário terapêutico de pessoas com doença falciforme com histórico de úlcera de perna* . Dissertação de Mestrado. Salvador. Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia.

GARCIA, J. C. (1989), *Pensamento Social e Saúde na América Latina*. São Paulo: Cortez.

HASENBALG, C. (2005), *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.* Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de janeiro: IPUERJ.

HEYWOOD, C. (2004), *Uma História da Infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente.* Porto Alegre: Artmed.

JACCOUD, L. (2008) "O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial". In:Theodoro, M. (edg) *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição.* Brasília. Ipea.

JESUS, J. A.(2010) "Doença Falciforme no Brasil". *Gazeta Médica da Bahia*. Salvador. 80(3), pp. 8-9

LIRA, A; QUEIROZ, M. C. A. (2013), "O protagonismo das pessoas e seus familiares na implantação do Programa de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme". In: FERREIRA, S. L.; CORDEIRO, R. C.(eds.) *Qualidade de Vida e cuidados às pessoas com doença falciforme*. Salvador: EDUFBA, pp. 126 - 144

LOBO, C. MARRA, V. SILVA, R. M. G. (2007), "Crises dolorosas na doença falciforme" *Revista Brasileira Hematologia e Hemoterapia*, São José do Rio Preto, 29(3).

LOPES, F. WERNECK, J. (2009), " Saude da população negra: da conceitualização às políticas públicas de direito". In. Wernec J. (ed.) *Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Criola, pp. 5-23. Disponível em: http://www.criola.org.br/pdfs/publicacoes/livro_mulheresnegras. [Consultado em 09-03-2014].

MARX, K. ENGELS, F. (2009), *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Expressão Popular.

MELLEIRO, M. M., GUALDA, D. M. R.(2005), "Explorando a "fotovoz" em um estudo etnográfico: uma estratégia de coleta de dados". *Revista. Brasileira de Enfermagem*, Brasília, 58(2) pp. 191-193

MELO, C. O. M. (2007), *Violência Institucional no Âmbito da Saúde Reprodutiva: a percepção de mulheres usuárias do SUS, na cidade de Natal*. Dissertação de Mestrado. Natal: Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MINAYO, M. C. S. (2010), *O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo- Rio de Janeiro: Hucitec.

_____ ; SOUZA, E. R. (1998), "Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva". *História, Ciências, Saúde* – Manguinhos: 4(3), pp. 513-531.

MOREIRA, R. M. (2012), *Qualidade de Vida e Saúde de Adolescentes: Um Estudo de Representações Sociais*. Dissertação de Mestrado. Jequié: Departamento de Saúde Campus Jequié, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

MOURA, G.A., SOUSA, E. (2013) *Serviço Social e Portadores de Anemia falciforme: a entrevista social como ferramenta para intervenção no processo saúde-doença,* Salvador: Poster apresentado no VII Simpósio Brasileiro de Doença Falciforme ,.

MUÑOZ, M. A. D. (2010), " Protagonismo juvenil e cidadania: mapeamento de experiências com adolescentes na região metropolitana de BH". *Revista Tecer*, 3(5), pp. 174-178.

------. "O adolescente e seu mundo: uma oportunidade para a pa". *Formação@Docente*, 4(2), pp. 38-54.

PAIXÃO, M. J. P. (2003) *Desenvolvimento Humano e relações Raciais*. Rio de Janeiro: DP&A.

ROBERTI, M. R. F. *et al* . (2010) "Avaliação da qualidade de vida em portadores de doença falciforme do Hospital das Clínicas de Goiás, Brasil". *Revista Brasileira Hematologia e Hemoterapia,* 32(6), 449-454.

ROSSETO, I., MONTOVANELE, F., PAIXÃO, M. (2010),"Capítulo 1. Introdução". In: PAIXÃO, M., *et al*. *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, pp. 15-27.

SANTOS, A.K.A. (2006), *Infância e afrodescendente: epistemologia crítica no ensino fundamental* [online]. Salvador: EDUFBA, Disponível em: <http://books.scielo.org>. [Consultada em 20-07- 2014].

SANTOS, C. C. *et al.* (2014), "Vivenciando oficinas lúdico-pedagógicas: uma nova experiência de pensar e fazer a enfermagem com adolescentes". *Adolescência e Saúde*. 11(1), p. 63-67.

SARMENTO, M. J., PINTO, M. (1997), "As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo". In: ------. *As Crianças: Contextos e identidades*. Braga: Bezerra Editora.

SILVA ,A.H., BELLATO, R., ARAÚJO, L. F. S. (2013), "Cotidiano da família que experiência a condição crônica por anemia falciforme". *Revista Eletrônica de Enfermagem,* 15(2), pp. 437-444.

SIMÕES, B. P. *et al* .(2010) "Consenso brasileiro em transplante de células-tronco hematopoéticas: comitê de hemoglobinopatias". *Revista Brasileira Hematologia e Hemoterapia*, 32(1).

SOARES, N. F., TOMÁS, C.(2004) "Da Emergência da Participação à Necessidade de Consolidação da Cidadania da Infância... os intrincados trilhos da acção, da participação e do protagonismo social e político das crianças". In: SARMENTO, M. J., CERISARA, A. B. *Crianças e Miúdos: perspectivas sociopedagpógicas da infância e educação*. Porto: Asa Editores.

SOUSA, E. (2005), O processo Educacional e as Crianças e adolescentes portadores de Anemina Falciforme. Disertação de Mestrado, Goiânia: Universidade Católica de Goiás.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, HOSPITAL DAS CLINICAS. Conheça o HC. Disponivel em www.hc.ufg.br [Consultada em 20-01- 2014].

VERISSIMO, M.P. A.(2007), "Crescimento e desenvolvimento nas doenças falciformes". *Revista Brasileira Hematologia e Hemoterapia*, 29(3) pp. 271-274.

VIANA, P. R. L. (2010), *Anemia Falciforme: um contributo à medicina dentária*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade Fernando Pessoa.

XAVIER, A. S. G., FERREIRA, S. L., SANTOS, A.C. (2013), " Diagnóstico tardio de anemia falciforme e as implicações para a vida das mulheres". In: FERREIRA, S. L., CORDEIRO, R. C.(eds.) *Qualidade de Vida e cuidados às pessoas com doença falciforme***.** Salvador: EDUFBA, pp. 47-62

ZAGO, M. A., PINTO, A. C. S.(2007) Fisiopatologia das doenças falciformes: da mutação genética à insuficiência de múltiplos órgãos *Revista Brasileira Hematologia e Hemoterapia*, 29(3) pp. 207-214.

Análise da interatividade do cidadão brasileiro no Facebook do Ministério da Saúde: Uma releitura teórica do "Quinto Poder"

Eliana Marcolino[1]
elianamarcolino@yahoo.com.br

Mayara Ribeiro Gerônimo[2]

Patrícia Alves de Azevedo Ribas[3]

Resumo: Este estudo procurou analisar o discurso preponderante que circula na página do Facebook do Ministério da Saúde (MS) acerca do programa "Mais Médicos". Objetivos: analisar a participação do cidadão nas redes sociais, tendo como objeto de estudo a página do Facebook do Ministério da Saúde, para identificar a interação do usuário na perspectiva da participação popular e do controle social. Objetiva aprofundar e qualificar a discussão teórica sobre o conceito de "quinto poder". Métodos: foram adotados a Análise de Conteúdo e Análise do Discurso. Resultados: a pesquisa revelou que a maioria que fala sobre o assunto é composta por homens profissionais da saúde cujo discurso preponderante se revela contrário ao programa "Mais médicos", e grande parte é contra a chegada dos médicos cubanos. O maior questionamento dos internautas versa sobre a precariedade da infraestrutura das instituições de saúde e a segunda preocupação diz respeito aos direitos trabalhistas. A mídia é a instituição mais evocada pelos internautas, ressalta-se que não houve menções aos observatórios como instância de quinto poder.

Palavras-chave: Facebook. Mais Médicos. Ministério da Saúde. Quinto poder. Território simbólico.

1 Introdução

> "É necessário criar um "quinto poder". Um quinto poder que nos permita opor uma força cívica cidadã à nova coalizão dominante. Um quinto poder cuja função seria denunciar o superpoder dos meios de comunicação, dos grandes grupos midiáticos, cumplices e difusores da globalização liberal" (Ignácio Ramonet).

As relações humanas, cada vez mais, se darão em um ambiente multimídia, cujos impactos ainda estão por serem estudados. A afirmação é de Castells (1999). Cônscios de que as redes sociais se configuram como nova esfera pública de discussão, este estudo se propõe a uma análise sobre a participação do cidadão brasileiro na página do Facebook[4] do Ministério da Saúde, cujo objetivo é analisar o discurso preponderante que circula na página do Facebook do MS acerca do programa "Mais Médicos[5]". Quem fala? O que fala? Como fala?

---

1 Doutora em Comunicação Social, professora do curso de Mestrado em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE. Coordenadora da pesquisa.

2 Enfermeira e professora do curso de Enfermagem da Faculdade Pitágoras de Ipatinga. Mestranda do curso de Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce- UNIVALE. E-mail: mayara.enfermagem@yahoo.com.br

3 Psicopedagoga, professora da Secretaria Municipal de Educação de MG. Mestranda do curso de Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce- UNIVALE. E-mail: pati0704@bol.com.br

4 https://www.facebook.com/minsaude?

5 Mais Médicos é um programa lançado em 8 de julho de 2013 pelo Governo Dilma Rousseff (PT), cujo objetivo é suprir a carência de médicos nos municípios do interior e nas periferias das grandes cidades do Brasil. O programa pretende levar 15 mil médicos para as áreas onde faltam profissionais. Os profissionais brasileiros tiveram prioridade no preenchimento das vagas ofertadas. As vagas remanescentes foram oferecidas primeiramente aos brasileiros graduados no exterior e em seguida aos estrangeiros. O programa terá validade de três anos, sendo prorrogável por mais três (www.saude.gov.br).

Além disso, o estudo se propõe a aprofundar na discussão teórica acerca do conceito de "quinto poder" e a partir daí, ressignificar esse conceito, com base na participação do usuário nas redes sociais.
Esta pesquisa se justifica frente à necessidade de se realizar estudos acadêmicos sobre as novas tecnologias que surgem como desafios na sociedade contemporânea. Os resultados obtidos nesta investigação poderão servir de subsídio para o Ministério da Saúde reavaliar a sua prática comunicacional através das redes sociais.
O Facebook é um importante canal de comunicação, porém, se mal utilizado pode gerar descrédito por parte da população, principalmente quando se identifica que os questionamentos dos internautas não são respondidos adequadamente. Os resultados obtidos nesta pesquisa favorecem uma série de reflexões, tais como: a utilização do Facebook por parte do MS, a forma como o cidadão brasileiro tem se relacionado com esta nova ferramenta, o espaço simbólico das redes sociais como nova esfera pública de discussão, e também como uma nova instância de "quinto poder".

2. Metodologia

Segundo Krippendorff (1993), a análise de conteúdo é um procedimento de investigação sobre o significado simbólico das mensagens. Para Bardin (2009, p. 20), trata-se de "uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo, manifesto da comunicação".
A Análise do Discurso, de acordo com Manhães (2005, p.305) "É uma técnica utilizada para interpretar o sentido de uma mensagem. A mensagem é elaborada por um sujeito emissor que tenta mostrar o mundo para um interlocutor, numa determinada situação, a partir de seu ponto de vista, movido por uma intenção". Conforme Michel Foucault (2009), iremos analisar a construção discursiva de sujeitos sociais e do conhecimento e o funcionamento do discurso desses sujeitos nas redes sociais.

3. Procedimentos metodológicos

Considerando a dimensão e multiplicidade de informações que são postadas diariamente na página do Facebook do Ministério da Saúde, delimitou-se o tema no programa "Mais Médicos", assim como o recorte temporal foi restrito a seis meses de pesquisa, desde o dia do lançamento do programa, 08/07/2013 até completar um ano de existência 08/07/2014, optou-se por trabalhar com meses intercalados para delimitar o material a ser analisado. (08 de Julho de 2013, setembro de 2013, novembro de 2013, janeiro de 2014, março de 2014, maio de 2014, 08 julho de 2014).
Critérios de inclusão e de exclusão: foram excluídas do estudo todas as mensagens institucionais como: Organização Panamericana da Saúde - OPAS -Organização Mundial da Saúde - OMS - Conselho Regional de Medicina- CRM- Associação Brasileira de Enfermagem-ABEN- Ordem dos Advogados do Brasil-OAB, Direitos Humanos, etc., porque o objetivo é analisar o discurso do cidadão comum. Também foram desconsiderados os comentários que não versavam sobre o programa "Mais Médicos, esse tipo de conteúdo foi classificado como irrelevante para a pesquisa, além de textos de cunho exclusivamente pessoal, mensagens repetidas e ininteligíveis também foram excluídas.
Construiu-se um protocolo de análise, após leitura aprofundada das mensagens o formulário foi preenchido pelas três pesquisadoras, fez-se uma soma dos dados catalogados e calculou-se a média. Ex: quantos homens? P1[6].165, P2[7]132, P3[8] 164, M = 155. O protocolo foi preenchido por dia, ou seja, um protocolo para cada dia do mês. No item "gênero", homem/mulher apesar de a mesma pessoa postar várias mensagens, cada participante foi computado apenas uma vez.

---

6 Pesquisador 1

7 Pesquisador 2

8 Pesquisador 3

Considerando os preceitos éticos que balizam o desenvolvimento de pesquisas científicas, os nomes dos autores das mensagens foram excluídos e para manter a originalidade das falas, os comentários copiados e mantidos *ipsis litteris*.

4 Contexto contemporâneo das redes sociais

O advento das novas tecnologias traz em seu bojo mudanças significativas no contexto da contemporaneidade. Para explicar o mundo mediado pela comunicação, Manuel Castells (1999) afirma que a sociedade passa por uma transformação da sociedade de massa para a sociedade em rede. A Internet, os celulares e a tecnologia SMS permitem a constituição de um número cada vez maior de interligações entre todos os meios. Essas tecnologias foram socialmente apropriadas pelos cidadãos e moldaram as formas como a mídia interage com o nosso dia-a-dia. Nesse sentido, a convergência midiática trouxe a dinâmica da interatividade. A interatividade é um processo democrático no qual o indivíduo compartilha suas experiências através do uso das novas tecnologias, a dinâmica de interação se manifesta por meio do exercício efetivo de receber, transmitir e tomar parte no processo de recepção, produção e transmissão das mensagens. Isso se revela na constituição das redes sociais.
De acordo com Souza e Quandt (2008, p.02). "Redes sociais são estruturas dinâmicas e complexas formadas por pessoas com valores e/ou objetivos em comum, interligadas de forma horizontal e predominantemente descentralizada".
Um ponto convergente dentre os diversos tipos de redes sociais é o compartilhamento de informações, conhecimentos, interesses e esforços em busca de objetivos comuns.
De acordo com o site do Ministério da Saúde, "as redes sociais do MS atuam no diálogo e na aproximação do governo federal com a sociedade" (BRASIL, 2014).
A intensidade da formação das redes sociais reflete um processo de fortalecimento da sociedade civil, em um contexto de maior participação democrática e mobilização social.
É imperioso notar o quanto essas novas configurações tecnológicas se aperfeiçoam e modificam a cada dia. Matéria publicada no jornal O Estado de S.Paulo (CAMILO ROCHA, 2013), revela que, pesquisa realizada pelo IBOPE/YOUPIX mostra que em 2013 o Brasil se converteu em potência das redes sociais. Ganhando destaque nas mídias internacionais como o jornal *Wall Street* que chamou o país de 'Capital das mídias sociais do universo' e a Revista *Forbes*, que definiu o Brasil como 'Futuro das mídias sociais'. Ainda de acordo com Camilo Rocha (2013).

> Até setembro de 2013, mais de 80 milhões de brasileiros acessavam a Web. Desde 2010 houve um crescimento no uso de smartphones e tablets. O Facebook tem 76 milhões de usuários no Brasil [...]. A agência de comunicação Ampfy, e a consultoria de pesquisa The Listening Agency, preparou um estudo chamado Brasil com S de Social. A pesquisa é uma radiografia detalhada dos vários aspectos do fenômeno no Brasil. Para os autores, 'o brasileiro viciado em mídia social' já virou um novo símbolo nacional, 'identificado com as transformações recentes no país'. 'O brasileiro tem um número de amigos muito mais alto que a média global, o nível de engajamento também na plataforma é muito alto', acrescenta Leonardo Tristão, diretor-geral do Facebook no Brasil. 'A média de tempo que o brasileiro gasta se engajando é mais alta que a média global'.

Esses dados ilustram bem a apropriação das novas mídias pelo cidadão brasileiro. Nesse sentido, se pode afirmar que a comunicação é um direito fundamental para o exercício da cidadania e para a ampliação da democracia, e o exercício desse direito, na sociedade atual, passa pela apropriação das ferramentas das tecnologias de comunicação.
Cabe aqui salientar que as novas tecnologias também geram um novo processo de exclusão. Por isso se deve incentivar o avanço e tentar ampliar o acesso da população a essas ferramentas. Apesar de se reconhecer que existe

uma desigualdade entre os segmentos sociais, os benefícios que o ciberespaço pode propiciar são inegáveis; conforme adverte Pierre Lévi (2000). "Estamos vivendo a abertura de um novo espaço de comunicação, e cabe apenas a nós explorar as potencialidades mais positivas deste espaço nos planos econômico, político, cultural e humano".

A convergência tecnológica propiciou um ambiente inovador adaptado à experimentação e interação nas relações estado-sociedade, sociedade-sociedade, cidadão-cidadão. No que tange à relação estado-sociedade, destacam-se os sistemas de controle de desempenho e monitoramento dos gastos financeiros, recursos humanos e materiais, geridos pela administração pública com vistas a aumentar o papel da transparência e da *accountability*[9] governamental das instituições públicas, organizações privadas e parceiros da sociedade civil, notadamente as organizações não governamentais.

A relação sociedade-sociedade pode ser ilustrada com as ações dos grupos instituídos pela sociedade civil, tais como os observatórios que são instâncias que participam do processo de controle social. Um bom exemplo é a Agência de Notícia dos Direitos da Infância (ANDI), uma organização não governamental que se destaca devido à consolidação histórica das atividades que vem desenvolvendo, como: "A interação direta com as redações jornalísticas e com as fontes de informação na construção da pauta e na disseminação de notícias [...]. Monitoramento da mídia sobre a maneira com que o tema criança e adolescente é abordado" (ANDI-http://www.ai.org.br).

Já a relação cidadão-cidadão tem ganhado força com as redes sociais. A utilização das múltiplas mídias digitais como instrumento de construção e exercício da cidadania. Cada dia os grupos no Facebook no Brasil vão se fortalecendo através de simples iniciativas dos cidadãos comuns. Os mesmos participam e interagem, curtem os posts, comentam e compartilham temas de interesse. A utilização das câmeras tem permitido a produção de vídeos e compartilhamento de imagens.

Instâncias governamentais como o Ministério da Saúde têm adotado as redes sociais para uma aproximação com a sociedade, e em contrapartida a sociedade está se apropriando desses espaços virtuais para exporem suas queixas, denúncias, dúvidas e até sugestões relacionadas aos serviços que são ofertados pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

Este artigo situa-se nesse âmbito de questões e objetiva compreender e analisar as mensagens que são publicadas de forma espontânea pelo cidadão comum, essa espontaneidade é a questão central quando se propõe uma releitura sobre o conceito de "quinto poder". Para Ramonet (2003), trata-se do controle da sociedade sobre os meios de comunicação, que visa se contrapor ao "quarto poder", expressão que designa o controle da mídia aos clássicos três poderes dos regimes democráticos: executivo, legislativo e judiciário.

Os observatórios de mídia foram classificados por Ramonet (2003, p.3) como instâncias de "quinto poder", ou seja, propõe a instituição de mecanismos sociais para o controle da mídia, a esse mecanismo denomina de "quinto poder".

Estudo realizado sobre "As configurações dos Observatórios de Mídia e Observatórios de Saúde no Brasil" (MARCOLINO e LERNER, 2013) identificou que os observatórios estão majoritariamente vinculados ou são patrocinados por instituições governamentais. Essa ligação com o poder público pode descaracterizá-los como efetivos no controle social, ao contrário do cidadão comum que se manifesta voluntariamente nas redes sociais sem temer qualquer coação, ou censura, visto que, em sua maioria não estão diretamente ligados aos poderes dominantes. É nessa perspectiva que propomos uma releitura da constituição do "quinto poder" na sociedade contemporânea. Acredita-se que o "quinto poder" deve ter autonomia, autenticidade e liberdade de ação e de expressão para exercer o controle social[10].

---

9 Significa prestação de contas à sociedade.

10 O "Controle Social" é um termo que serve para designar os processos de influência do coletivo sobre o individual, mas que na idéia da reforma sanitária, foi alterado visando significar o processo e os mecanismos de influência da sociedade sobre o Estado, com base no pressuposto de que a sociedade representava o interesse geral e o Estado os interesses particulares, de acordo com o contexto político em que foi formulado, isto é, nas décadas de 70 e 80 (Carvalho *apud* Oliveira, 2006, p.29).

5 Ressignificando o "Quinto poder"

Comunga-se com a ideia de Ignácio Ramonet sobre a necessidade de se criar um "quinto poder", que seria o controle da sociedade sobre os meios de comunicação. O autor propõe a instituição de mecanismos sociais para o controle da mídia, para ele os Observatórios cumpririam esse papel. Porém, com o advento das novas tecnologias compreende-se que as redes sociais têm demonstrado potência e muito mais eficácia para exercer esta função de "quinto poder" se comparada com os Observatórios, conforme descreve Manuel Castells na sua mais recente obra *Redes de Indignação*: *Movimentos sociais na era da Internet* (2013). Para o teórico, as Redes Sociais são espaços de autonomia, que estão para além do controle de governos e empresas, que ao longo da história, monopolizaram os canais de comunicação como alicerces de seu poder.

Ao descrever as características dos movimentos sociais contemporâneos que se ancoram na internet e nas tecnologias móveis, Castells (2013) afirma que esses movimentos contemporâneos ignoram partidos políticos, desconfiam da mídia, desconhecem uma liderança e rechaçam toda forma de organização formal, apoiam-se na internet e em assembleias locais para o processo do debate coletivo e a tomada de decisões.

A crítica que se faz aos observatórios é que eles nasceram com as mesmas características das instituições clássicas, arraigados nas instâncias governamentais. Percebe-se que esse tipo de organização social não mais contempla as demandas da sociedade contemporânea. O movimento que se faz é outro, conforme preconiza Castells, seria o movimento da 'autoconsciência'.

> Os cidadãos na era da informação tornaram-se capazes de inventar novos programas para suas vidas com as matérias-primas de seu sofrimento, suas lágrimas, seus sonhos e esperanças. Elaboram seus projetos compartilhando sua experiência. Subvertem a prática da comunicação tal como usualmente se dá, ocupando o veículo e criando a mensagem. Superam a impotência de seu desespero solitário colocando em rede seu desejo. Lutam contra os poderes constituídos identificando as redes que os constituem (CASTELLS, 2013, p.11).

O espaço aberto das redes sociais permite que as pessoas entrem e saiam do território de debate sem grandes formalidades. A grande vantagem desse território é que as pessoas têm condições de estarem conectadas independentemente do espaço geográfico, as redes sociais formam territórios sem fronteiras, isso facilita a participação do cidadão.

> Ao longo da história, os movimentos sociais são produtores de novos valores e objetivos em torno dos quais as instituições da sociedade se transformaram a fim de representar esses valores criando novas normas para organizar a vida social. Os movimentos sociais exercem o contrapoder construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre de controle dos que detém o poder institucional. Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas de mídia, na sociedade em rede a autonomia de comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida (CASTELLS, 2013, p.11).

A maior vantagem das redes sociais é a autonomia que o usuário desfruta, ele entra na hora que quer, comenta o que lhe interessa, compartilha e exclui informações, critica o governo e os poderes constituídos: executivo, legislativo judiciário e questiona a mídia que é considerada o quarto poder. O internauta constrói as suas redes de relacionamentos e filtra os conteúdos que lhe interessa, é receptor e produtor de conteúdo, é um sujeito partícipe dos dramas sociais.

Então o que seria este outro quinto poder? As redes sociais são o "quinto poder" trata-se de um território simbólico autônomo, dinâmico e informal o qual exerce o contrapoder frente aos poderes constituídos: executivo, legislativo, judiciário e a mídia. As redes sociais possuem a potência para o exercício do verdadeiro controle social.

6. Território simbólico

As redes sociais surgem como um novo espaço de discussão, um novo território, porém um território simbólico. Se na Grécia Antiga, segundo o princípio da isegoria, qualquer cidadão tinha o direito de falar nos debates da assembleia, porém somente o faziam aqueles que possuíam habilidades de oratória. A Ágora digital também faz o seu filtro, só pode participar deste espaço aqueles que detêm o domínio da leitura, para o internauta compartilhar e curtir ele precisa ler o post; para fazer comentários obviamente precisa dominar a técnica da escrita. O debate sobre o "Mais Médicos" foi permeado por discursos coerentes e argumentações coesas, na sua maioria textos bem redigidos. As mensagens oriundas de pessoas que detinham pouco domínio da escrita são parcimoniosas, compostas por frases curtas, monossilábicas. Percebe-se uma autocensura por parte desses internautas, quem se arrisca a redigir mais de uma palavra incorre em erros gramaticais, conforme o exemplo a seguir: "Boa noite galera ate que em fim os governante tomaro vergonha na cara de colocar, mas medico para as pessoa carente, pois muita pessoa morreu por falta de negrigencia" (sic).

A imprecisão gramatical muitas vezes torna a mensagem ininteligível e dentro dos critérios de inclusão e de exclusão, as mensagens incompreensíveis são descartadas da pesquisa, já que o participante não se faz entender. Ou seja, muitos até tentam participar do debate, porém acabam por serem excluídos, porque a Ágora pertence aos letrados, aos mais hábeis na escrita.

Estamos inaugurando um espaço público com novas práticas e novas identidades, essa afirmação encontra eco no pensamento de Lévy (1997) o qual afirma que nestes novos espaços surgem novas solidariedades, novos excluídos e novos mecanismos de participação social.

Para Silva,

> Ao abordar a questão da geração de novos espaços públicos, novos espaços antropológicos surge a questão da territorialidade, na medida em que o território é o ponto de ancoragem fundamental na construção das identidades. Contudo, o território como ponto de ancoragem da identidade só existe através de um sistema de representações que serve para desenhar as fronteiras desse território, mas, sobretudo, povoa esse espaço de símbolos e de significações (sentido) que lhe dão a sua individualidade e especificidade em relação aos espaços vizinhos. O território é, pois, fruto da construção de sistemas de representação. Apesar de, normalmente, quando se fala de território lhe estar associada à ideia de fronteiras geográficas, dever-se-á cada vez mais sublinhar que são os elementos simbólicos representativos de um território que lhes dão identidade (SILVA 2004, p.5 e 6).

Comungamos da ideia de Silva (2004) que propõe uma tripla dimensão de pensar a territorialidade da Internet, a primeira seria a de vislumbrar a Internet como um território simbólico e abrangente em uma perspectiva global; a segunda pensa nas implicações da flexibilidade que a Internet proporciona sobre o território geográfico, e a terceira diz respeito à representação de territórios individuais na Internet.

Ainda de acordo com Silva (2004), a Internet é um território de espaços onde é possível a coexistência do público e do privado, do local e do global o que conduz à reorganização das sociabilidades tradicionais. Nesse contexto a geografia passa por um processo de reconfiguração, a sociedade contemporânea vivencia novas experiências nessas múltiplas dimensões espaciais.

7. Territorialidade, desterritorialização e território em rede

O conceito de território não se limita ao espaço geográfico ou delimitação física, no sentido material de lugar, ele possui dimensões simbólicas, muito além da materialidade. Segundo Bourdieu (1996) *apud* Vieira (2010, p.98), o território refere-se a uma apropriação simbólica de determinado espaço, que não necessariamente o espaço físico, como por exemplo, na construção das redes sociais no ciberespaço.

Para Hasbaert (2005), o território é uma construção histórica sob uma perspectiva social que envolve uma relação de poder de forma ampla com múltiplas formas de apropriação, rompendo as escalas espaços-temporais (VIEIRA, 2010).

A partir da perspectiva de território, a Internet veio para ampliar esse conceito, propondo mudanças estruturais embasadas pelos suportes tecnológicos, visando à facilidade de divulgar informações com a condução desse novo fluxo comunicacional de forma mais eficaz (OLIVEIRA, 2011).

Com esse aporte tecnológico quebram-se as barreiras de tempo-espaço, visto que o sujeito está geograficamente num lugar físico específico (a partir do qual produz e partilha informação e relações) e ao mesmo tempo imerso na pluralidade de lugares que a navegação em rede permite. Esse espaço virtual conduz uma nova forma de repensar as fronteiras geográficas e as próprias relações de territorialidade, devido à dimensão global dos fluxos de informações e comunicações que favorecem fazendo surgir novos espaços e motivos de encontro, como por exemplo, as redes sociais que compartilham informações diversas, e as pessoas ao se apropriarem desse território em rede e de suas potencialidades ampliam a capacidade de se comunicar e de criar.

As comunidades virtuais foram definidas como movimento onde um número significativo de pessoas promovem discussões públicas num período de tempo suficiente, com emoções, indagações e questionamentos para formar teias de relações pessoais no território em rede. Nesse contexto, as comunidades virtuais são um conjunto de relações sociais unidas por interesses comuns ou circunstâncias compartilhadas, agregam-se com objetivos próprios, independentes de fronteiras ou demarcações territoriais fixas (PERUZZO, 2001).

Embora essas comunidades virtuais sejam formadas para partilhar interesses próprios ou auxiliarem na formação de traços de identificação, elas são capazes de aproximar e conectar os indivíduos que talvez nunca tivessem oportunidade de encontrarem-se pessoalmente. O avanço da tecnologia impulsionou a criatividade humana, promovendo novas dimensões, bem como possibilitando a visibilidade e à disponibilidade de material que circula na rede. Assim, permite que a comunicação se intensifique, ou seja, o aparato tecnológico promove o convívio, o contato e uma maior aproximação entre as pessoas (CORREA, 2004).

Ao analisar esse novo processo de territorialização dos espaços em rede que os avanços tecnológicos nos permitem, pode-se afirmar que, para aqueles que têm o privilégio de usufrui-lo, o território inspira a identificação (a formação de grupos afetivos) e também a dominação desse novo espaço em expansão com a apropriação efetiva desse território, exemplificado pelo aumento da participação dos internautas nas redes sociais.

Quando se refere às relações formadas pelos internautas através das redes sociais observa-se que estas são reguladas e possuem princípios mínimos de organização, viabilizadas a partir de um moderador que coordena todas as discussões realizadas nesse determinado espaço. Afirmação ilustrada por Raffestin, ao citar que:

> O território, como todo, é qualquer espaço caracterizado pela presença de um poder, ou ainda, "um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder". E ainda, o poder "surge por ocasião da relação", e "toda relação é ponto de surgimento do poder". Quando coexistem em um mesmo espaço várias relações de poder dá-se o nome de 'territorialidades', de modo que uma área que abriga várias territorialidades pode ser considerada vários territórios (RAFFESTIN, 1993, p.54).

A territorialidade é resultado das relações políticas, econômicas e culturais, e assume diferentes configurações, criando diversidades espaciais e paisagísticas, é predominante nos indivíduos, pois remete aos valores tanto materiais quanto simbólico que transferem ao espaço em que vivem.

Com essa nova dinâmica do espaço virtual é possível notar diferentes territorialidades no tempo e espaço, como a desterritorialização e reterritorialização, que estão acontecendo ao mesmo tempo no processo de apropriação do ciberespaço (GONDIM, 2008).

Para Franchini (2010), os movimentos de territorialização e desterritorialização são um conjunto de processos que promovem a criação e destruição de ordem e desordem, envolvem mudanças referentes à apropriação do espaço tanto real quanto virtual. É notado que ao utilizar o espaço virtual como instrumento para pesquisas, discussões e questionamentos o indivíduo está se apropriando dessa rede de comunicação e com a facilidade e rapidez desse aporte tecnológico os outros meios de comunicação como rádio, jornal, e televisão passam a ser obsoletos. Assim Haesbaert (2007) *apud* Franchini (2010, p.4), afirma que "[...] a desterritorialização é

simplesmente a outra face, sempre ambivalente da construção de territórios que leva ao processo de reterritorialização, a reafirmação no território de um constante processo de reconstrução das identidades em busca da autonomia no espaço."
Toda sociedade se estrutura sobre territórios (território mundial, nacional, regional, local). Contudo, o desenvolvimento dos meios de comunicação tem provocado o aparecimento de uma nova modalidade territorial: o território virtual ou tecnoinformacional (BARICHELLO, 2009).
O funcionamento difere-se do território tradicional, uma vez que ele não está sujeito à proximidade física entre os seres que utilizam os ambientes, mas inúmeras ferramentas e modalidades comunicativas, proporcionando interatividade e são utilizadas por organizações, entidades coletivas individuais. (LÉVY, 2000), um dos maiores expoentes do debate atual sobre a teoria do virtual, busca explorar a cartografia semântica e apresentar categorias para utilização, 'o virtual é como o que está em potência no real'.

Proporciona uma união entre seus integrantes, com mesmos ideais, propiciando verdadeiras revoluções no espaço virtual em prol do mundo real e significativas transformações na dialética relação do sujeito com o mundo, revoluciona todas as dimensões da vida humana: relações pessoais e familiares, de trabalho, produção, instituições, práticas sociais, códigos culturais, espaços e processos formativos públicos e privados.
Empoderaram-se os usuários, e revelando-se a vulnerabilidade das organizações frente à participação, colaboração e interação - o quinto poder – nota-se que essa comunicação expõe as organizações e faz com que os processos e modelos vigentes sejam repensados, tais formatos e mudanças, em seu conjunto, produzem o que Lévy denomina de cibercultura: "o conjunto de técnicas materiais e intelectuais, de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço" (LÉVY, 1996, p. 7).
Esse assume certo papel na (re) produção cultural, na (con) formação de visões de mundo, habilidades, atitudes, valores, recurso terapêutico (frente às dificuldades da vida real). Passa-se a constituir um território simbólico, em um processo de inteligência coletiva que vai além do pensar individual, um processo fundamentalmente social.
O redesenho do espaço das interações humanas, emergem e revelam outras territorializações, as quais, segundo Haesbaert (2004), traduzem-se na redefinição dos espaços, que passam a incorporar dimensões materiais e ou simbólicas. Dessa dinâmica, elaboram territórios físicos, virtuais, políticos e culturais, construindo a vivência de multiterritorialidades, através da comunicação instantânea, intervindo sobre territórios distintos, sem a necessidade de mobilidade física, uma multiterritorialidade envolvida nos diferentes graus, denominado como sendo a conectividade e/ou vulnerabilidade informacional (ou virtual) dos territórios.
Portanto, esse espaço virtual integra-se pela celeridade das informações hipertextuais, dispostas em rede, as quais possibilitam leituras mais imediatistas pela associação da expressão verbal de interação, como no tratar dos fatos e fenômenos desta dinâmica territorialista.

8. Resultados e discussão

Qual é o discurso preponderante que circula na página do Facebook do Ministério da Saúde acerca do programa "Mais Médicos"? Quem fala? O que fala? Como fala?
Quem fala? Do número absoluto de participantes, que soma um total de 303 pessoas, a maioria é do gênero masculino, um total de 53% de homens é quem fala, enquanto que as mulheres somam 47%. Sobre o perfil dos internautas, a maioria foi identificada como profissional da saúde 47%, usuários somam 42% e 11% são estudantes.
O Ministério da Saúde fez 17 postagens durante esse período de estudo, sendo que nos meses de janeiro e julho de 2014 houve um silenciamento, não teve posts sobre o tema "Mais Médicos" muito menos comentários acerca do assunto. De um total de 551 mensagens, o MS respondeu a 74, isso significa que apenas 12% do total das mensagens obtiveram uma resposta, além disso, do somatório das mensagens respondidas, 44 foram repetidas, ou seja, 37% do conteúdo das respostas do MS foram repetitivos e os internautas reclamaram desta

conduta, como se pode ilustrar nas queixas dos participantes: "tinham me dado esta resposta"; "Parece resposta de telemarketing, sempre pronta e pouco objetiva! Só faltou falar: agradecemos por sua participação"...
Para responder à questão o que fala, foram construídas diferentes categorias analíticas, sendo elas: a) favorável ou contrária ao "Mais Médicos"? b) Apoia os médicos brasileiros ou apoia os médicos cubanos? Contra os médicos brasileiros ou contra os médicos cubanos ou contra Cuba? C) Questionamentos: questionam os direitos trabalhistas? Questionam a não exigência do REVALIDA aos médicos estrangeiros? Questionam a competência técnica dos médicos cubanos? d) questionam a infraestrutura dos serviços de saúde? e) questionam problemas no site para fazer a inscrição? f) questionam a falta de pagamento da bolsa?
A maioria das mensagens se revela contrária ao programa "Mais Médicos" 56%, enquanto que 44% declararam favoráveis. O maior número de participantes manifestou apoio aos médicos brasileiros (52%), conforme declaração abaixo:

> Precarização do trabalho! Não queremos bolsas, mas sim direitos trabalhistas! CONCURSO PÚBLICO, REGIME ESTATUTÁRIO, Plano de cargos e carreiras para todos do profissionais do SUS já! Caso o governo estivesse mesmo interessado na saúde pública baixava um PLANO DE CARGOS E CARREIRAS, com VÍNCULOS TRABALHISTAS decentes para TODOS os trabalhadores de saúde do SUS, aí, sim, conseguiria fixar trabalhadores em regiões remotas. Não existe conto de fadas e nenhum trabalhador estuda tanto para se formar em uma faculdade para no final fazer caridade e viver de bolsa, sem nenhum direito trabalhista garantido! Se algo lhe acontecer de ruim, ou até engravidar, sua bolsa poderá ser suspensa! Quem gostaria de trabalhar assim, nessa insegurança? Discordo em muitos pontos sobre a formação do médico brasileiro, mas em um ponto concordo com eles: é necessário garantir os direitos trabalhistas. O programa mais médicos deveria se chamar mais votos, pois depois de seis meses os bolsistas poderão sair do programa, ou seja, até lá as campanhas eleitorais de 2014 já se findaram.

Enquanto que 48% demonstraram apoio aos médicos cubanos.

> Faço parte dos 74% da população brasileira que apóia a vinda de médicos estrangeiros. Agora sim os usuários do SUS terão um atendimento humanizado e de alta qualidade, pois os médicos cubanos são reconhecidos no mundo inteiro pela sua eficência técnica, só aqui no Brasil alguns médicos chorões não querem admitir essa verdade.

Na categoria contrários, 56% manifestaram oposição aos médicos cubanos, e 36% teceram comentários desfavoráveis aos médicos brasileiros, além disso, 16% posicionaram contra Cuba, repúdio ao regime dos irmãos Castro (Fidel e Raul).
Quanto aos questionamentos, o mais expressivo foi sobre a falta de estrutura nas instituições de saúde, ou seja, 43% dos questionamentos versam sobre a ausência de equipamentos e a precariedade nas instalações físicas, do tipo:

> "ACORDA GOVERNO! DORMIU NO PONTO 11 ANOS E NEGLIGENCIOU A SAÚDE TOTALMENTE, SUCATEOU A SAÚDE AGORA VEM COM ESTA TERCEIRIZAÇÃO POPULISTA E IRRESPONSÁVEL??????????? Importar MÉDICOS para locais onde faltam leitos, hospitais, remédios, exames e etc... é como querer resolver o problema da FOME importando COZINHEIROS num lugar onde não há comida, nem panelas, nem fogão. O POVO ESTÁ MORRENDO NAS MACAS E CADEIRAS NOS CORREDORES DOS HOSPITAIS!".

Em segundo lugar ficou a luta pelos direitos trabalhistas com 20% dos questionamentos, em terceiro lugar 13% indagam sobre a competência técnica dos médicos cubanos. Enquanto que os números menos expressivos

nesta categoria são problemas no site na hora da inscrição, um total de 10%, críticas a não exigência do REVALIDA aos médicos cubanos, 8%. Os usuários, na maioria, reclamam da falta de humanização no tratamento e do descaso dos médicos brasileiros para com os pacientes, um total de 21%. Conforme se pode ilustrar com a seguinte mensagem:

> Os médicos brasileiros estão é com medo, visto que estão errando cada vez mais, são insensíveis, desatenciosos e preguiçosos! O Ministério da Saúde deve ignorar estas movimentações contrárias à vinda de médicos estrangeiros, que, como temos visto, gostam mesmo é de bater o cartão de ponto em hospitais públicos e ir embora logo em seguida para atender em seus consultórios particulares! Bando de imorais, calem-se!

Como fala?

O espaço virtual das redes sociais permite uma linguagem mais informal. No Facebook do MS, percebe-se que os internautas não sabem muito bem a quem se reportar, não existe consenso sobre quem é o seu interlocutor. Alguns se dirigem ao então ministro da saúde Alexandre Padilha, outros ao Ministério da Saúde, outros falam direto com a presidenta Dilma, tem aqueles que se reportam ao moderador do Facebook.

Apesar de grande parte usar um tom cordial, existe um grupo que se posiciona de forma mais ácida, com uso de vocábulos que denotam raiva, como se pode constatar nas frases a seguir: "Vcs do governo são todos uns lixos!" "Ditadores, irresponsáveis! Muitos vão morrer nas mãos dos cubanos pra vocês ganharem votos".

> Eu não consigo entender como esse **cara de pau** consegue falar tanta besteira ... será que só ele está certo e outros milhões de autoridades estão errados ... no mínimo é mais um **nazista** fantasiado de socialista que quer aparecer ... **coloca uma concha de melancia na cabeça e a outra metade pendurada no pescoço** ... **tem que internar esse cara ... está tendo um surto psicótico** ... (no mínimo) ... [destaque dos autores].

Percebe-se que a informalidade nas redes sociais oportuniza o internauta a falar o que bem entender, inclusive, esbraveja, reclama e insulta. O ponto de exclamação é usado com frequência, além disso, existem frases que são grafadas em caixa alta, as quais denotam uma linguagem imperativa.

É importante observar que embora o programa "Mais Médicos" tenha recebido médicos de outros países, 100% dos comentários referentes aos médicos estrangeiros são acerca dos cubanos, ninguém se referiu a médicos de outros países, como portugueses, argentinos e espanhóis. A não ser uma reportagem que fora publicada falando que o programa não entusiasmou os médicos portugueses, mas ninguém comentou. Houve um silêncio por parte dos internautas quanto à presença de médicos de outros países.

Sobre a fala do Ministério da Saúde, este responde pouco às questões que lhes são colocadas, as respostas na maioria são padronizadas, repetitivas, generalistas e vagas de informações, grande parte foge aos questionamentos que lhes são feitos, conforme critica um internauta: "Ministério da Saúde no FB tá pior que disco furado, BLÁ BLÁ BLÁ BLÁ BLÁ BLÁ., por gentileza, entre em contato com a Ouvidoria geral do SUS por meio do telefone 136 ou pelo link http://bit.ly/phNntbe".

O mês em que o ministério respondeu o maior número de mensagens foi em novembro de 2013, quando contestou 20 dos 84 comentários, sendo que nesse mês um grande número de participantes teciam palavras de elogios ao programa "Mais Médicos".

De acordo com o site do Ministério da Saúde, "as redes sociais do MS atuam no diálogo e na aproximação do governo federal com a sociedade". Esse estudo revela que o Facebook não está funcionando como plataforma de diálogo, muito menos de aproximação conforme afirma o MS, visto que a maioria dos comentários e questionamentos dos internautas fica à espera de uma resposta. Isso limita a possibilidade do debate, geralmente o internauta entra na página, posta a sua mensagem e ela, na maioria das vezes, fica isolada, sem respostas do MS, conforme se pode exemplificar: "Aguardo uma resposta, já vi que quem responde as questões do ''ministério da saúde'' no facebook respondeu a várias questões colocadas posteriormente a minha acima, mas não a que expus". No aguardo (sic).

Também ficou evidente que existe pouca interação entre os participantes, a sensação é de que paira certo receio em se comentar a fala alheia, esses momentos foram raros ao longo dos meses de análise.
Sobre as instituições a que evocam, a mídia foi a mais referenciada com um total de 48% das menções, isso reforça sua legitimidade como instância de 4° poder, é como uma caixa de ressonância da sociedade, conforme se pode exemplificar: "Ja fiz isso e eles nao respondem, e esse telefone 136 e o setor dos desinformados. E bom o responsável do facebook do MS ir avisando o q ta acontecendo aos seus chefes, pois essa bola de neve vai estourar na imprensa... fica a dica" (sic)...
"Em nome dos que não tem voz (mídia), e que não podem contar com a presença e atenção de um médico, sejam bem-vindos, senhores médicos, brasileiros ou estrangeiros!"
"E isto Ministro vamos enfrentar a mídia??"
Em segundo lugar está o Ministério Público, com 43%. A mensagem a seguir ilustra esse dado: "faça uma denúncia no ministério público pra vc se resguadar e poder anexar mesmo após o prazo, pois o erro é técnico e a culpa não é sua. Eu já havia anexado os documentos. Só depois que fiz isso consegui escolher as cidades". "Será que vamos ter que apelar para o MP investigar mais esta irregularidade" !!!
E em terceiro lugar a Polícia Federal - PF. Fizeram referências ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, Conselho Regional de Medicina - CRM, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB. Porém, ninguém fez menção aos observatórios como instâncias do "quinto poder".

9. Notas e reflexões finais

Este estudo tem duas bases que o fundamentam. A primeira se sustenta na teoria desenvolvida por Ignácio Ramonet, sobre a necessidade de um "quinto poder". A segunda está alicerçada na ideia de Manuel Castells sobre as redes sociais como espaço de excelência para o exercício do contrapoder. A partir de ambos os conceitos fez-se uma releitura sobre o "quinto poder", defende-se a relevância e a existência do mesmo, porém não como preconiza Ramonet através dos Observatórios, mas o "quinto poder" seria constituído pelas redes sociais. Essas tem se demonstrado como espaço profícuo para o exercício do controle social, já que as pessoas que dela fazem parte estão desprovidas de laços políticos e institucionais, a participação se dá de forma espontânea e livre. Ao contrário dos Observatórios de Mídia e Observatórios de Saúde que na maioria foram criados por instituições governamentais ou são financiados por empresas particulares as quais limitam a ação do controle social. Para que o controle seja eficiente deve provir de forças externas, como acontece com as redes sociais.
Os movimentos populares brasileiros passaram por um processo de institucionalização, isso acabou por gerar a cultura da profissionalização, são os conselheiros profissionais, os observatórios profissionais com estrutura e hierarquia constituídos. Sabe-se que, o governo tem duas formas de deslegitimar os movimentos sociais, o primeiro seria o enfrentamento arbitrário com a força do aparelho repressor, e a segunda seria com o apoio e patrocínios. O suporte governamental aos movimentos sociais acaba por cooptá-los extraindo suas forças de maneira sutil, nesse sentido o movimento deixa de ser espontâneo e passa a atender às demandas de convocações verticalizadas.
A sociedade brasileira presencia o enfraquecimento das conferências nacionais e municipais de saúde. A partir do momento que a participação passa a ter a conotação de um compromisso com o Estado, a população se apresenta menos interessada. Tal como se exemplifica em um determinado município no estado do Espírito Santo em 2010, o secretário de saúde queria criar os Conselhos Locais de Saúde, para tanto, precisava da participação dos profissionais. Houve uma rejeição por parte dos mesmos, os quais argumentavam que a palavra final sempre era do secretário. Questionavam para quê conselhos? Para fingir que são democráticos?

O estudo realizado na página do Facebook do Ministério da Saúde revela que apesar de a construção discursiva do governo versar sobre a defesa de um espaço de diálogo com o cidadão, esta prática dialógica está aquém da ideal, sendo monofônico o tom do discurso do Ministério. O povo, no entanto, não deixa de participar, não desiste de questionar, querem e exigem respostas. As redes sociais se fortalecem, vem surgindo uma nova revolução social provocada pelos meios de comunicação. A esse movimento pode-se denominar de "Revolução Intelectual" onde mãos completamente desarmadas, ou melhor, as armas trazidas nas mãos são os

celulares, smartphones, tablets e computadores, capazes de provocar mudanças na estrutura social, impulsionado pela potência das redes sociais, a isso pode-se denominar de "quinto poder".

Pode-se questionar se o "quinto poder" teria forças suficientes para enfrentar os demais poderes. Para responder a essa indagação tomamos emprestado as palavras de Castells (2013) o qual afirma que, os movimentos de deliberação que acontecem nas redes sociais podem não chegar a acordos concretos, porém o mais importante é o processo nessa forma de organização espontânea, importa é que estamos experimentando novas formas de democracia, o "quinto poder" pode não resolver os problemas de imediato, mas o fato de fazer refletir sobre os problemas, já é uma grande conquista da sociedade civil.

Colaboradores

Alunos do Mestrado em Gestão Integrada do território da UNIVALE: Ana Lídia Cristo Dias, Antônio Loures Sobrinho, Dângelo Salomão Augusto, Míria Núbia Simões Lourenço, Omar de Azevedo Ferreira. Colaboraram no processo de revisão crítica e discussão da versão final do artigo.

Referências

ANDI. Agência de Notícias dos Direitos da Infância. Disponível em: http://www.ai.org.br.[Consultado em 29-08-2014].

BARDIN, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70.

BARICHELLO, E. M. R. (2009). Apontamentos sobre as estratégias de comunicação mediadas por computador nas organizações contemporâneas. In: KUNSCH, M. M. K. *Comunicação organizacional*: histórico, fundamentos e processos. Vol.1. São Paulo: Saraiva.

BRASIL. Disponível em: http://portalsaude.saude.gov.br/. [Consultado em: 01-05- 2014].

_____.Disponível em: https://www.facebook.com/minsaude? . [Consultado em:01/10/2014].

CASTELLS, M. (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.

_____. (2013). *Redes de Indignação e Esperança*: Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar.

CORRÊA, C.H.W. (2004). *Comunidades Virtuais Gerando Identidades na Sociedade em Rede. Ciberlegenda* (UFF), Rio de Janeiro/RJ, Brasil, 13, pp.1-17.

FOUCAULT, M. (2009) *A ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola.

FRANCHINI, F. B.(2010). *O ensino de Geografia como ciberespaço: do espaço real ao espaço virtual*. In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, 2010, Porto Alegre. Anais do XVI Encontro de Geógrafos Brasileiros.

GONDIM.(2008). Grácia Maria de Miranda. et al. *O território da saúde: a organização do sistema de saúde e a territorialização*. In: BARCELLOS, C, et al (org.). Território, ambiente e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, pp. 237-255.

HAESBAERT, R. (2004). *O mito da desterritorialização:* do "fim dos territórios" à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. Des-caminhos e perspectivas do território. In RIBAS, A.D; SPOSITO,E.S . &

SAQUET, M.A. (Orgs). *Território e desenvolvimento*: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, pp.87-120, 2004.

_____. Des-territorialização e identidade: a rede 'gaúcha' no Nordeste:EdUFF,1997.

KRIPPENDORF, K. (1993). *Metodologia de análisis del contenido*: teoria y práctica. Barcelona: Paidós.

LEMOS, A & PALACIOS, M. (2004). *Janelas do ciberespaço*: comunicação e cibercultura. Porto Alegre: Editora Sulina.

LÉVY, P. (1996). *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34.

_____. (1997). *A Inteligência Colectiva* - para uma antropologia do ciberespaço, trad. Lisboa:Instituto Piaget.

_____. (2000) *Cibercultura* . São Paulo: Ed.34.

MANHÃES, E. (2005). Análise do Discurso. In DUARTE, J. & BARROS, A. (orgs). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, pp.305-315.

MARCOLINO.E.M & LERNER,K.(2013). *Estudo sobre as configurações dos observatórios de mídia e observatórios de saúde no Brasil*. RECIIS - Ver.Eletr.de Com.Inf.Inov.Saúde. Rio de Janeiro, 6 (4) - Suplemento, Fev.2013[www.reciis.icict.fiocruz.br] e-ISSN 1981-6278. [Consultado 01-05- 2014].

OLIVEIRA, L. J. L. S. (2011). *A internet: a geração de um novo espaço antropológico*. Universidade de Aveiro. Portugal. Disponível em *http://bocc.ubi.pt/*. [Consultado em 10 -09- 2014].

OLIVEIRA, V.C. *Desafios e contradições comunicacionais nos conselhos de saúde.* In: *Coletânea de Comunicação e Informação em Saúde para o exercício do controle social.* Brasília, 2006. pp. 29-43.

PERUZO, C.M.K. (2001). Comunidades em Tempo de Redes. In: IV ENDICOM-EMPECOM- *Encuentro de Docentes e Investigadores de la Comunicación del Mercosur.* Montevideo. CD-Rom de Ponencias -ENDICON 2001.Montevideo: Associación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación,2001. pp1-14.

RAMONET,I. Fiscalización ciudadana a los médios de comunicación: el quinto poder. In: *Le Monde Diplomatique*, Paris. Disponível em: http://www.geocities.com/lospobresdelatierra2/altermedia/ramonet151003.html.[Consultado em 15/02/2011].

ROCHA, C. (2013), Brasil vira potência das Redes Sociais. In: *Jornal O Estado de S.Paulo*. Disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,em-2013-brasil-vira-potencia-das-redes-socia. [Consultado em 01/05/2014].

RAFFESTIN,C. (1993). *Por uma outra geografia do poder*. (Trad. de Maria Cecília França). São Paulo: Ática.

SILVA, Lídia Oliveira. (2004). *A internet* – a geração de um novo espaço antropológico In: LEMOS, André; PALACIOS, Marcos. Janelas do ciberespaço: comunicação e cibercultura. Porto Alegre: Editora Sulina.

SOUZA, Queila R. & QUANDT, Carlos O. (2008). *Metodologia de Análise de Redes Sociais*. In: F. Duarte; C. Quandt; Q. Souza. (Org.). O Tempo das Redes. São Paulo: Perspectiva, p. 31-63.

VIEIRA, C. G. (2010). *Ciberespaço, arte e multiterritorialidade*. Artefactum (Rio de Janeiro), 5, pp. 98-112.

GT 69
Assistência, Estado e filantropia no Brasil e em Portugal (séc. XVIII-XX): assistência, saúde e educação

Saúde e educação na Escola Normal do Distrito Federal: o ensino de higiene pelo professore médico Edgard Roquette-Pinto

Teresa raquel Dalta de Carvalho[1*]

Maria Renilda Nery Barreto[2**]

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar a proximidade entre educação e saúde nos programas do ensino da Escola Normal do Distrito Federal, nas primeiras décadas do século XX, com ênfase na higiene escolar. Nesse contexto, focalizaremos os programas de higiene e disciplinas associadas, ensinadas pelo médico e professor Edgard Roquette-Pinto, admitido na referida instituição em 1916. Estabeleceremos comparação entre os programas ensinados anos antes e depois dessa data, analisando as mudanças implementadas. Problematizaremos a relação entre as modificações no ensino de higiene da Escola Normal e o movimento educacional escolanovista. A Escola Normal do Distrito Federal constituiu-se num ambiente de organização das ideias e de ação de um grupo de médicos e intelectuais que se articularam em torno de um projeto de reforma educacional e social. As fontes analisadas incluem os Programas de Ensino da Escola Normal do Distrito Federal de 1913 a 1916, 1924 e 1926, manuais de ensino e a revista *A Escola Primária*. As referidas fontes encontram-se no Centro de Memória da Educação Brasileira e Biblioteca do Instituto de Educação Superior do Estado do Rio de Janeiro, e na Biblioteca do Museu Nacional.

Palavras-chave: Roquette-Pinto; Educação sanitária; Higiene; Escola Normal do Distrito Federal; Escola Nova.

No início do século XX, saúde e educação estavam entre as principais medidas rumo à construção de uma identidade do povo brasileiro. Era necessário instruir e curar para ter uma nação civilizada e saudável[3]. Com isso, os médicos tiveram grande influência no campo educacional, em especial na área da educação sanitária. A higiene foi tema relevante em periódicos, compêndios escolares e programas de ensino[4].

Uma análise da atuação desses profissionais de saúde em instituições educacionais e, em particular, na Escola Normal do Distrito Federal, permite problematizar aspectos significativos da composição de um projeto de nação, que tinha no binômio saúde-educação a base para a cura das mazelas sociais que grassavam na sociedade brasileira. Essa escola destacava-se, entre outras instituições de ensino, por estar sediada na capital federal, *locus* irradiador do projeto de modernidade e progresso. Acrescente-se a isso a presença de médicos

---

1* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação do CEFET-RJ e professora da Rede Municipal do Rio de Janeiro.

2** Drª em História da Ciência e da Saúde, professora e pesquisadora do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ, Brasil).

3 A visão do Brasil como país doente levou à campanha de saneamento iniciada em 1916 e ampliada com a criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil em 1918, da qual Roquette-Pinto participou (Lima et al., 1996).

4 Além do próprio Roquette-Pinto, outros nomes se destacaram no ensino de higiene e em publicações sobre o tema, como José Fontenelle, Afrânio Peixoto, Belisário Penna e Renato Kehl, para mencionar apenas alguns.

sanitaristas em seu corpo docente, que percebiam a cura da nação pela educação como uma questão premente. Ao ingressar na Escola Normal, em 1916, Roquette-Pinto já desempenhava a função de professor no Museu Nacional e no Externato Aquino. Naquele mesmo ano, ele se aliou a um grupo de intelectuais, os quais estiveram ligados à fundação da Sociedade Brasileira de Ciências.[5] Sua atuação como professor na Escola Normal do Distrito Federal nos remete a questões que desenvolveremos ao longo do texto. São elas: A articulação entre Roquete-Pinto e uma rede de educadores-reformadores reflete-se na ação pedagógica desenvolvida na Escola Normal do Distrito Federal? Qual a importância dessa instituição como celeiro de ideias em prol de uma reorganização da educação nacional? Qual o papel do ensino de higiene?

1. Médicos-educadores e o projeto de higiene escolar

Afrânio Peixoto[6] descreveu a higiene como a "aplicação prática de quase todas as ciências", tamanha a amplitude de sua atuação (Peixoto, 1931: 7). Ocupava-se tanto de condições gerais de saúde – incluindo estudos sobre solo, água, ar, clima, alimentação, habitação e vestuário – quanto de condições especiais de saúde – área em que figura a higiene escolar, ao lado da higiene industrial, higiene urbana, exercício corporal, assistência e higiene hospitalar, e desenvolvimento corporal.

O ensino e o estudo oficial da higiene tiveram início em 1813, passando por ciclos diversos. Nas primeiras décadas do século XX, Afrânio Peixoto definiu a doença como um mal evitável, a ser combatido. Demarcou nitidamente as fronteiras entre a higiene e a medicina, defendendo a prevenção da doença através de campanhas de saneamento e educação. Elencou a microbiologia, a parasitologia, a imuno-química, a quimioterapia, a dietética e a eugenia como "filhas da Higiene", ciências que viam as doenças como males evitáveis (Peixoto, 1931).

Em virtude da abrangência da higiene e das campanhas de saneamento, muitos intelectuais ligados a questões sanitárias e eugênicas abraçaram as causas da educação e dedicaram-se ao ensino. Médicos-educadores como Roquette-Pinto, Afrânio Peixoto, Manoel Bomfim[7], José Fontenelle[8], Renato Kehl[9] e muitos outros, pensaram

---

5 Foram eles: Adalberto Menezes de Oliveira, Alberto Betim Paes Leme, Alberto Childe, Alfredo Lisboa, Alix Corrêa de Lemos, Allypio de Miranda Ribeiro, Allyrio Hugueney de Mattos, André Gustavo Paulo de Frontin, Ângelo Moreira da Costa Lima, Antônio Ennes de Souza, Arthur Alexandre Moses, Bruno Alvares da Silva Lobo, Carlos Ernesto Julius Lohmann, Daniel Henninger, Domingos Fernandes da Costa, Edgard Roquette-Pinto, Euzébio Paulo de Oliveira, Everardo Adolpho Backheuser, Francisco Xavier de Oliveira Menezes, Guilherme Florence, Henrique Beaurepaire Rohan Aragão, Henrique Charles Morize, Ignacio Manoel Azevedo do Amaral, João Alberto Constantino Löffgren, Joaquim Cândido da Costa Senna, John Casper Branner, Juliano Moreira, Júlio Cezar Diogo, Lélio Itapuambyra Gama, Licínio Athanásio Cardoso, Luiz de Carvalho e Mello, Luiz Gonzaga de Campos, Manoel Bonfim, Manuel Amoroso Costa, Mario Rodrigues de Souza, Oswaldo Gonçalves Cruz, Sebastião Sodré da Gama, e Theophilus Henry Lee (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Online. Disponível em http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br, [consultado em 23-11-2014].

6 Júlio Afrânio Peixoto foi um médico que ocupou importantes cargos na saúde e na educação. Em 1903, tornou-se inspetor sanitário do Distrito Federal. Ainda no Rio de Janeiro, em 1906 tornou-se professor substituto das cadeiras de higiene e medicina legal da Faculdade de Medicina. Dirigiu o Serviço Médico Legal da Polícia entre 1907 e 1911. Foi membro (1910) e presidente (1923) da Academia Brasileira de Letras. Assumiu a direção da Escola Normal em 1915 e, no ano seguinte, foi diretor da Instrução Pública do Distrito Federal. Como Roquette-Pinto, foi também membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e professor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

7 Manoel Bomfim foi médico, pedagogo, sociólogo e deputado. Em 1898 foi diretor da Escola Normal. Nessa instituição foi professor de pedagogia, história natural e higiene. Escreveu vários compêndios didáticos utilizados na Escola Normal, entre os quais *Noções de Psicologia*, *Lições de Pedagogia* e *Livro de leitura* (em coautoria com Olavo Bilac). Em 1905 foi diretor interino da Instrução Pública do Rio de Janeiro e, em 1906 foi nomeado Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal (Camara et al. 2011).

8 José Paranhos Fontenelle era médico, foi Inspetor Sanitário do Departamento Nacional da Saúde Pública, docente de Higiene da Escola Normal do Distrito Federal, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Higiene e primeiro Professor Chefe da Seção de Biologia Educacional e Hygiene do Instituto de Educação do Distrito Federal do Rio de Janeiro. Atuou como professor de Biologia Educacional, Higiene e Estatística Aplicada à Educação. Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_jose_paranhos_fontenelle.htm#_ftn1, [consultado em 11-12-2014].

9 Formado em medicina, Renato Ferraz Kehl (1889-1974) fundou a Sociedade Eugênica de São Paulo em 1918, com 140 médicos. Publicou bom número de livros e artigos de jornais sobre eugenia. Ocupou-se também da educação sanitária, tendo exercido os

a saúde e a educação da nação e, no Distrito Federal, deixaram suas marcas no ensino da Escola Normal, como docentes ou como autores de compêndios utilizados nas aulas ministradas.

Antes mesmo de lecionar na Escola Normal, o médico-antropólogo Roquette-Pinto imbuíra-se das questões da eugenia. Como homem de ação na ciência e na vida pública, em 1911, o jovem professor Roquette-Pinto já estava bastante envolvido no estudo das raças, a ponto de acompanhar João Baptista de Lacerda, então diretor do Museu Nacional, no Primeiro Congresso Universal das Raças, em Londres, como representante do governo brasileiro.

A forma de encarar as raças afetava diretamente a visão de doença e implicava na propagação de preceitos higiênicos. Por exemplo, em consonância com o pensamento de Roquette-Pinto, e divergindo de eugenistas que atribuíam o atraso da população a questões raciais, Afrânio Peixoto (1931: 9-10) escreveu:

> *Desaparecem os velhos preconceitos: já não há mais doenças de certas latitudes e raças, como se pensava outrora, que seriam fatais e inelutáveis. Existem doenças evitáveis, em todos os climas e em todos os povos: o que nos cumpre é conhecê-las e as evitar*.

Diversos estudos demonstram que Roquette-Pinto, mesmo não tendo rejeitado algumas suposições da eugenia racial, posicionou-se contra a tese da degenerescência dos mestiços. Ainda que compartilhasse, por um período, da crença no branqueamento da população nacional, apontava para a educação do povo, sem importar a raça, como fator precípuo num projeto de valorização do que chamava de "tipos brasilianos" (Ribas, 1990; Ramos, 2008, Seyferth, 2008; Keuller, 2011; Souza, 2012).

Não hesitou em discordar de Renato Kehl, médico e um dos principais divulgadores das concepções eugênicas no país, ainda que compusessem juntos parte de uma comissão organizada por Getúlio Vargas para, com Oliveira Vianna, tratar de etnologia e eugenia relacionadas à imigração.

Assim, nessa perspectiva, seguidos os preceitos da eugenia, a união de pessoas saudáveis poderia resultar num desenvolvimento feliz do feto se fossem observadas todas as diretrizes higiênicas pela gestante, a saber: repouso, exercícios moderados e boa nutrição. Após o nascimento, as regras de puericultura ditavam os cuidados de que a criança necessitava, bem antes de passar a frequentar a escola. Os programas de higiene escolar adotados na Escola Normal englobavam todas essas orientações, a fim de que a educação promovesse a higiene e, por conseguinte, a boa saúde; em contrapartida, para que indivíduos saudáveis pudessem ser bem educados.

Mostrando a indissociabilidade entre saúde e educação, Afrânio Peixoto (1930: 355) aludiu à escola como o meio de alcançar a civilização, destacando a importância da higiene: "A pedagogia ensina como se deve conseguir; a higiene intervém para proteger a saúde contra as imperfeições, os excessos e as eventualidades perigosas, capazes de perturbá-lo e até impedi-lo".

A higiene apostava no caráter profilático da medicina. Portanto, ao invés de curar doenças, essas deveriam ser evitadas. Dentre as inúmeras orientações para ambientes e ações saudáveis, vamos destacar os cuidados com o ambiente escolar. As disposições de higiene escolar traduziam detalhadamente orientações quanto à situação, orientação, construção e disposição do prédio, que deveria possuir distribuição regular de luz e calor, possibilitando conforto nos trabalhos de leitura e escrita.

No que chamou de primeiro compêndio didático de higiene publicado no Brasil, em 1913, Afrânio Peixoto descreveu e ilustrou detalhadamente o material escolar que traria comodidade às crianças, sem obrigá-las a posições forçadas (Figura 1). Dispôs sobre altura, largura e distância convenientes de mesas e bancos escolares, a fim de que se evitassem problemas de coluna e de visão.

---

cargos de inspetor sanitário rural do Departamento Nacional de Saúde Pública e, posteriormente, no Serviço de Propaganda e Educação Sanitária. Disponível em http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/renato-kehl, [consultado em 11-12-2014].

Figura 1: Mobília escolar segundo exigências higiênicas

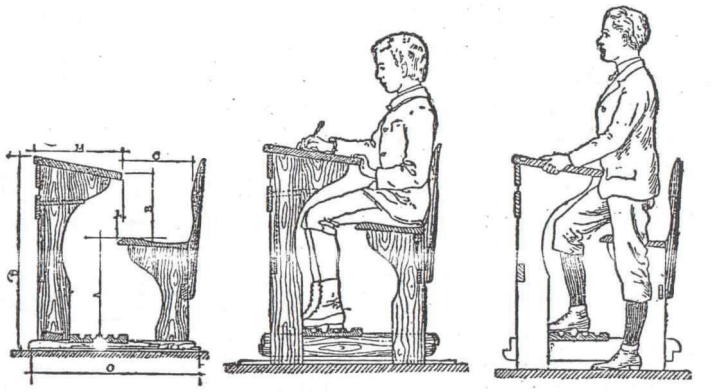

Fig. 69. — Carteira de Retig: A, altura do banco; B, differença; C, largura do banco; D, altura da mesa; L, distancia negativa; (I) aluno assentado e escrevendo; (II), aluno que entra ou sái do seu logar.

Fonte: Peixoto, 1930.

À Escola Normal do Distrito Federal cabia não somente o ensino de tais disposições mas, precipuamente, sua aplicação nos prédios em que funcionou e, posteriormente, em prédio próprio, inaugurado apenas na década de 1930. Pode-se inferir, portanto, que Roquette-Pinto lecionou na Escola num período bastante conturbado. A instituição, que dividira espaço na Praça da Aclamação com ministérios, diretorias e a estação ferroviária foi transferida, em 1914, para um local sem o prestígio social da sede anterior, para a Rua São Cristóvão, com morros, favelas e prostitutas ao seu redor, "cultura que diferia do que era o cerne dos ensinamentos privilegiados e elitistas do educandário" (Santos, 2013: 148).

2. O ensino de higiene na Escola Normal do Distrito Federal e a atuação de Roquette-Pinto

A higiene já era ensinada no Brasil por mais de um século, mas estava restrita às Escolas de Medicina. Em 1916, quando teve acesso a catedrático da cadeira de higiene, Afrânio Peixoto já atuava na Escola Normal do Distrito Federal – esteve no cargo de Diretor em 1915 e 1916 –, onde era professor de história da educação. Em seu discurso de posse na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, enalteceu a higiene:

> *(...) não só tenho a maior alegria de minha vida profissional em ser professor desta ilustre faculdade, como em ser, precisamente, o seu professor de Higiene.*
> *(...) não acredito na Medicina [...] como vítima que tenho sido dela, da sua incapacidade de tratar os males que não se curam de si mesmos, - creio, fervorosamente, na Higiene.*
> *A Medicina não sabe curar as doenças orgânicas, a Higiene as pode evitar* (Peixoto, 1931: 276-280).

Naquele mesmo ano, Roquette-Pinto foi designado para lecionar higiene na Escola Normal do Distrito Federal[10] e também para substituir o professor e médico Sebastião Tamborim Peixoto Guimarães. Ademais, recebeu designação para o ensino de história natural, ainda em 1916, estendendo-se a designação por mais dois anos. Em 1919, lecionou geografia, mas em 1923 voltou a ocupar a cadeira de história natural. Uma análise dos programas dessas disciplinas faz-nos perceber pontos de convergência entre elas e com a formação do antropólogo, médico e professor Roquette-Pinto.

No programa de história natural que vigorava em 1915 na Escola Normal, encontram-se lições relacionadas a dados antropométricos e raças humanas, assuntos de interesse do antropólogo. O programa previa aulas práticas e demonstrações com material do gabinete; associava estudos de geologia a estudos de higiene; indicava o compêndio *Elementos de História Natural*, de Manoel Bomfim, como base para a disciplina.

10 Essa designação foi assinada por Afrânio Peixoto. Cf. Livro de Designações da Escola do Distrito Federal, 1916 a 1920.

O programa de higiene e primeiros cuidados médicos estava dividido em vinte lições, baseadas em compêndio de Afrânio Peixoto e Graça Couto, intitulado *Elementos de Higiene*. As lições apareciam na seguinte sequência: considerações gerais sobre higiene, relações com outras ciências, histórico e evolução; estudo do solo sob o ponto de vista higiênico, contaminação e propagação de moléstias; estudo da atmosfera sob o ponto de vista higiênico, germens do ar e transmissão de moléstias; estudo da água sob o ponto de vista higiênico, requisitos de boa água potável, germens da água e transmissão de moléstias; estudo dos climas; asseio corporal e higiene do vestuário; noções de higiene alimentar, alterações dos alimentos e moléstias decorrentes, contaminação dos alimentos e alcoolismo; noções de higiene infantil, cuidados corporais, vestuário das crianças, alimentação e aleitamento; higiene doméstica, construção da casa, iluminação, abastecimento de água, asseio doméstico e remoção do lixo; noções sobre infecção, contágio, epidemias, profilaxia, imunidade e imunização; noções essenciais sobre etiologia e profilaxia das principais moléstias microbianas; noções essenciais sobre etiologia e profilaxia das principais parasitoses; importância da higiene escolar, inspeção médica escolar, papel do médico escolar, exame sanitário do aluno; higiene do edifício escolar, especialmente da sala de aula; moléstias escolares, desvios da coluna, mesa e banco escolares, higiene da leitura e da escrita; exercício, repouso e sono, fadiga e estafa, higiene da educação física; higiene da educação intelectual; primeiros cuidados médicos em caso de acidentes; cuidados médicos de urgência nos fatos mórbidos mais frequentes nas escolas; primeiros cuidados médicos nos casos mais frequentes de envenenamento por agentes químicos e picadas de animais peçonhentos.

História natural, higiene e pedagogia eram disciplinas ministradas no quarto ano na Escola Normal, tendo carga horária semanal de três, duas e quatro horas, respectivamente.

O programa de pedagogia também incluía educação física e higiene escolar[11], listadas imediatamente após imitação, hábito e automatismo, preceitos do ensino de higiene, que deveria transformar, pela imitação, o aprendizado em hábitos automáticos.

Uma comparação com os programas anteriores à gestão de Afrânio Peixoto, período em que Roquette-Pinto ingressou na Escola Normal, revela algumas particularidades: apesar de hábitos e costumes figurarem no programa de Pedagogia (psicologia) de 1913, estudado no terceiro ano, nenhuma alusão é feita à higiene; o programa de história natural continha apenas mineralogia, fitologia e geologia, sem nenhuma relação com a higiene e sem a indicação do compêndio de Manoel Bomfim; no programa de higiene, estudado no quarto ano, havia apenas quinze tópicos e uma descrição bem mais sucinta que o de 1915, sem menção a um estudo específico da água e aos primeiros socorros médicos, por exemplo; um programa de pedagogia e metodologia, estudado no quarto ano, mencionava a higiene escolar ao lado da educação física negativa e da pedagogia dos preceitos higiênicos, com base num compêndio estrangeiro, *Traité de pedagogie scolaire*.

Os programas de 1914 são bem parecidos com os do ano anterior. Contudo, o estudo de pedagogia deixa de se basear no compêndio estrangeiro *Psychologie*, como se deu em 1913. É possível que Bomfim já estivesse preparando seus compêndios *Lições de Pedagogia* (1915) e *Noções de Psicologia* (1916). No prefácio deste último, o autor afirma:

> *Foram compendiadas estas NOÇÕES DE PSICOLOGIA com o intuito de servirem de guia ao estudo elementar, mas sistemático, dessa disciplina, principalmente nas escolas normais* (Bomfim, 1917a:5).

No prefácio da primeira edição de *Lições de Pedagogia*, Bomfim revela a origem de seu conteúdo: "Estão nestas páginas os resumos das minhas lições no curso de pedagogia, da Escola Normal, de acordo com o respectivo programa, subordinado por sua vez ao Regulamento da mesma Escola" (Bomfim, 1917: 5). Ele atribui o uso dos dois compêndios à separação que foi feita, nos programas da Escola Normal, da pedagogia e da psicologia.

11 Sobre os limites da relação entre Pedagogia e Higiene, ver Paiva (2012).

O programa de higiene de 1914 era semelhante ao de 1913. Entretanto, a expansão do programa nos anos subsequentes pode estar relacionada à publicação, em 1918[12], do *Compêndio de Higiene*, de José Fontenelle, que preparou a obra ao se tornar professor da cadeira de higiene na Escola Normal do Distrito Federal[13].
Esse *Compêndio*, para o ensino nas escolas normais[14], foi prefaciado pelo Dr. Tamborim Guimarães, catedrático de higiene da Escola Normal do Distrito Federal, a quem Roquette-Pinto substituiu. No prefácio, o Dr. Guimarães admitiu estar o livro de higiene "feito de inteiro acordo com o programa dessa disciplina na Escola Normal". Ao mencionar "o cunho nacionalista que inteligentemente lhe foi dado pelo seu autor", o catedrático ressalta o valor da obra nacional, que viria a substituir compêndios estrangeiros adotados pelas Escolas Normais em anos anteriores. O próprio Fontenelle, em suas palavras introdutórias, revela o que levou em consideração ao preparar um livro para o estudo de higiene na Escola Normal do Distrito Federal:

> *1º, redigir um compêndio brasileiro, - pela língua, pelo ponto de vista e pelos exemplos; 2º, uniformizar etimologicamente o vocabulário dessa disciplina, quanto à semântica, à ortografia e à prosódia; 3º, finalmente, afastando as discussões doutrinárias, apresentar somente noções concretas, esteiadas na explicação mais lógica e mais geralmente aceita, para atender à natureza elementar deste ensino na Escola Normal, visando a racional educação higiênica dos professores primários, - indispensável seguindo o moderno critério* (Fontenelle, 1918).

O *Compêndio*, após breve introdução, divide-se em três partes: (1) parte preparatória, que trata de alterações da saúde por agentes mecânicos e físicos, químicos, vivos, infecção e doenças infecciosas; (2) parte geral, que engloba solo, água, ar, clima, cuidados corporais, vestuário, alimentos, habitação e profilaxia das doenças transmissíveis; (3) parte especial, que abrange higiene infantil e puericultura, regime de vida das crianças, edifício escolar, mobiliário escolar, a leitura e a escrita, desenvolvimento corporal e físico da criança, educação física, educação intelectual e moral, doenças escolares, débeis e anormais, e inspeção sanitária das escolas.
Em 1925, como Inspetor Sanitário do Departamento Nacional de Saúde Pública, docente efetivo de higiene da Escola Normal do Distrito Federal e Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Higiene, Fontenelle publicou a segunda edição do *Compêndio de Higiene*, dividido em seis partes: (1) A saúde e suas alterações; (2) Higiene do meio; (3) Higiene individual; (4) Doenças transmissíveis e vícios intoxicantes; (5) Eugenia e Puericultura; (6) Higiene escolar. Reconheceu que foram poucas as ilustrações incluídas, mas afirmou na apresentação da obra: "Conservo o intento de ilustrar abundantemente a próxima edição, que será feita de acordo com o plano definitivo" (Fontenelle, 1925).
A terceira edição desse *Compêndio* foi publicada em 1930, "suficientemente ilustrado, não obstante faltarem, ainda, muitas figuras essenciais", conforme prefaciado pelo autor (Fontenelle, 1930). A divisão em seis partes se manteve, conforme edição anterior. Entretanto, alguns nomes sofreram pequenas alterações em relação à edição de 1925: (2) O meio ou ambiente; (3) O indivíduo; (4) As doenças evitáveis. Essas alterações sugerem mudanças de perspectiva: o foco não está na higiene, mas no indivíduo e no ambiente em que vive. A terceira parte do livro, por exemplo, não mais começa com cuidados corporais, como na edição anterior, mas com a evolução do indivíduo, antropometria e biometria, desenvolvimento e crescimento, capacidade pulmonar, puberdade, desenvolvimento físico e tipos individuais[15]. Na quarta parte, as "doenças transmissíveis" dão lugar às "evitáveis", ressaltando o caráter profilático das orientações dadas aos futuros professores.

---

12 Em 1917, Fontenelle já havia publicado *Notas das aulas de Higiene professadas na Escola Normal*, com os tópicos da introdução de seu *Compêndio de Higiene*, publicado no ano seguinte, seguidos dos temas solo e água.

13 Sobre a prática docente da escrita de manuais para a formação de professores, ver Silva et al. (2012).

14 Para saber mais sobre o uso do *Compêndio* de Fontenelle e de outros livros de Higiene em instituições diversas, ver Barreto (2008).

15 Esses mesmos temas foram brevemente abordados, nove anos antes, pelo professor Roquette-Pinto (1921) em artigo sobre Higiene na revista *A Escola Primária*.

Assim, as mudanças no *Compêndio* deixam transparecer alterações nos programas da Escola e nas políticas de saúde e educação. Em 1916, ano em que Roquette-Pinto ingressou na Escola Normal do Distrito Federal, o Decreto Municipal 1059 reorganizou a escola, o corpo docente e os programas de ensino. Nesses últimos, observa-se a preocupação com a aplicação à vida prática, intensificada com a Escola Nova[16]. O programa de história natural, aplicado por Roquette-Pinto naquele ano, mostra-se bastante compatível com a formação e experiência do médico, antropólogo e diretor do Museu Nacional:

> *O estudo (...) do homem reunirá as noções essenciais de anatomia e fisiologia necessárias ao estudo da higiene, ou das condições de saúde. Demonstrações experimentais, lições de coisas, peças de herbário ou de museu, serão ilustrações deste ensino, além de excursões e visitas aos estabelecimentos científicos, a ele proveitosos* (Distrito Federal, 1916: 53).

No segundo ano, duas lições por semana incluíam o estudo do homem, das raças humanas, do desenvolvimento e proporções do corpo humano, temas familiares ao antropólogo. No programa do quarto ano, que englobava a metodologia das ciências naturais na aula primária, ficam evidentes alguns preceitos da Escola Nova:

> *Na aula primária a iniciação em ciências naturais deve ser divertida, curiosa, útil, pelas lições de coisas apresentadas, ou representadas, de jeito a estimular a curiosidade e o interesse para novas aquisições futuras. Este ensino deve ser objetivo, realizado com amostras ou peças frescas ou conservadas de museu, se não colhidas em excursões e visitas a jardins, coleções de animais, etc.* (Distrito Federal, 1916: 59).

O professor Roquette-Pinto estava, indubitavelmente, apto a ministrar as aulas de história natural em conformidade com o programa da Escola Normal e, além disso, pronto para usar o Museu como laboratório visitado pelas futuras professoras e como referência para a criação de museus escolares.

O programa de higiene escolar daquele ano também refletia ideais escolanovistas, pois deveria ser "comentado por exposições e exercícios práticos, para inteira utilidade deste ensino" (Distrito Federal, 1916: 67). Como o *Compêndio* de Fontenelle, começava por apresentar noções gerais de higiene relacionadas à água, solo, ar, clima, além de abranger vestuário, alimentação, habitação e profilaxia, todos no terceiro ano, em três lições semanais. No quarto ano, duas lições semanais tratariam de puericultura, higiene escolar e cuidados médicos a prestar em caso de necessidade de forma bem abrangente.

A partir do Decreto 1059, de 14 de fevereiro de 1916, o Diretor Geral de Instrução aprovava e mandava adotar os programas, com as alterações consideradas necessárias, na Escola Normal do Distrito Federal. Profissionais atuantes não apenas na educação, mas também na saúde, participavam dessa reorganização. À guisa de exemplo, o programa de 1924 passou por reformas, realizadas por uma comissão que incluía homens ligados ao ensino de higiene – fosse pela formação em medicina, pelos livros que escreveram para uso na Escola Normal ou pelas aulas que lá ministravam – como os Drs. Manoel Bonfim, Aramis de Mattos e José Fontenelle. A necessidade da reforma, inspirada por ideias da Escola Nova, é expressa em declarações como as que figuram nas palavras introdutórias do programa de 1924: "Hoje, escola alguma pode permanecer à margem da vida" ou "há, neste momento, por todo o mundo, uma empolgante renovação de métodos e de direção educativa" (Distrito Federal, 1924: 5).

---

16 A Escola Nova foi um "movimento pedagógico de renovação da educação, (...) que fundamentava a ação pedagógica na ação e na atividade da criança" (Cardoso, 2009: 122), inspirado por nomes como Freinet, na França; Montessori, na Itália; e Decroly, na Bélgica. Entre seus objetivos estavam: "laicidade, nacionalização do ensino, ampliação da educação básica urbana e rural, estruturação do ensino secundário, criação de universidades, instituição do ensino técnico e da pesquisa científica" (Barros, 2009: 198).

O extenso programa de higiene, reformado para o ano de 1924, deveria ser aplicado ao quarto ano. Seus 36 tópicos foram minuciosamente detalhados em cinco páginas, terminando com uma nota que indicava o período do ano em que os tópicos deveriam ser ministrados. Apesar de serem mantidos os assuntos abordados em anos anteriores, foi ampliado com pontos como classes ao ar livre, colônias de férias e cantinas escolares, refletindo características da Escola Nova, quais sejam: educação integral, ativa, prática, com obrigatoriedade de trabalhos manuais, atividades centradas no aluno, valorização de jogos e exercícios físicos, visando ao desenvolvimento da autonomia e da espontaneidade.

O programa de higiene aprovado em 1926 era ainda mais extenso e tinha uma particularidade notável: dividia-se em parte teórica e parte prática. A primeira era composta por 55 tópicos; na segunda, o tão desejado ensino prático já constava em 31 tópicos que incluíam demonstrações práticas e inspeção em escolas com redação de relatórios descritivos e críticos, contemplando preceitos higiênicos.

As comodidades escolares também mereceram atenção de educadores e higienistas: o vestiário deviria ser bem organizado para guardar roupas e chapéus; lavatórios, mictórios e latrinas deveriam oferecer conforto e rigoroso asseio; os recreios, ao ar livre e cobertos, deveriam prover abrigo contra sol e chuva nos momentos de intervalos das aulas e da prática de exercícios livres; nos liceus ou colégios para internato, refeitórios e dormitórios deveriam proporcionar conforto e bem-estar.

O regime escolar, considerado cansativo e severo, precisava ser compensado pela higiene: repouso adequado, alimentação abundante e recreio. Até os programas escolares e o uso de livros mereciam a atenção da higiene, por causarem fadiga já nas escolas primárias. Ostentavam abstrações de pouco proveito às crianças, produzindo memorização de informações inúteis e, consequentemente, estafa, posto que é bem restrito o tempo máximo que uma criança presta atenção ao professor.

> *Ai de nós, se guardássemos todas as inutilidades e absurdos que nos pretenderam ensinar...*
> *Contudo a solicitação exigente do mestre ou dedicação voluntária do aluno, para trabalhos intelectuais acima de suas forças, podem ser causa de fadiga, o que deve ser evitado higienicamente. O excesso de trabalho físico ou mental produz substâncias tóxicas que se disseminam pelo organismo; assim, além do órgão esgotado pelo esforço, sobre todo o corpo repercute a consequência desse cansaço: a fadiga mental influi deste modo sobre o físico do aluno* (Peixoto, 1930: 364).

A Escola Nova se opunha à escola tradicional, reconhecida por um ensino voltado para memorização e atitudes rígidas. Seus apoiadores pensavam uma escola mais realista, com métodos ativos de ensino, visando uma formação mais holística do aluno.

Como professor de higiene e Diretor da Escola Normal do Distrito Federal, o educador Afrânio Peixoto pôde não só fazer críticas "à estupidez dos programas, dos livros e, às vezes, dos mestres", mas também contribuir com a formação de professores e com a higiene que era ensinada aos aspirantes à carreira docente. Ao tratar dos meios de ensino, programas e livros, enalteceu a "nova medicina", ao escrever:

> *Apesar de ser o assunto da esfera da pedagogia, não será demais recordar aqui uns tantos conselhos que o bom mestre não deve esquecer no cuidado da higiene mental do seu aluno que se quer pela instrução, pela educação sobretudo bem desenvolvido mentalmente, e isto é mais higiene que pedagogia* (Peixoto, 1930: 365).

Ao professor cabia a responsabilidade pela educação higiênica, estando incumbido de corrigir más tendências e promover a formação de hábitos saudáveis. A inspeção médica das escolas – a vigilância sanitária do meio escolar, dos alunos individualmente e a prevenção das doenças transmissíveis –, por sua vez, era atribuição do médico escolar ou higienista. Isso explica a presença dos muitos médicos nas escolas, inclusive na Escola Normal do Distrito Federal, a exemplo de Roquette-Pinto. Ele esteve atuante nas questões de educação e saneamento da nação. Em 1920, ficou à disposição do Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, por quem foi comissionado a realizar estudos de Saneamento e Higiene Rural na zona marginal da Estrada de Ferro Central do Brasil, de onde foi transferido para o Departamento Nacional de Saúde Pública, como

Chefe da Seção de Microscopia do Laboratório Bromatológico, até abril daquele ano. Esse itinerário destaca seu envolvimento com as questões relativas à higiene, sua experiência para lecionar na Escola Normal e sua conexão com intelectuais que também atuavam nessas outras esferas.

A vigilância individual dos alunos incluía um exame antropológico, para observar o desenvolvimento físico e sua conformidade com a idade, um exame fisiológico, que investigava as condições visuais e auditivas, tão importantes nos trabalhos escolares, e um exame geral, clínico, que analisava o desenvolvimento ósseo e muscular. Os dados colhidos nesses exames comporiam a ficha sanitária do aluno. Não há dúvida de que o médico, antropólogo e professor Roquette-Pinto estava apto a aplicar e ensinar, junto a Afrânio Peixoto e tantos outros, a higiene escolar aos futuros professores que passavam pela Escola Normal.

A escola possuía um médico responsável por readmitir alunos doentes na escola, após exame, por prescrever o período de afastamento destes, o tratamento a ser dispensado aos pertences infectados, a fim de evitar a contaminação no ambiente escolar, fosse por sarampo, varicela, varíola, coqueluche ou outra.

O ensino de higiene na escola, por sua vez, deveria favorecer a criação de hábitos saudáveis através da repetição de "noções de decência e de proveito pessoal e social, regras de bem viver para vantagem própria e comum" (Peixoto, 1930: 354).

Quando Roquette-Pinto assumiu a cadeira de Fisiologia[17] na Universidade de Assunção, no Paraguai, em 1920, permaneceu, por um período, afastado da Escola Normal do Distrito Federal. A revista *A Escola Primária* referiu-se a ele como um dos mais ilustres professores chamados ao magistério normal, "professor do Museu Nacional, cujos altos dotes de conferencista admirável e professor de escola já se haviam afirmado no magistério". Desde 1916, Roquette lecionou continuadamente na Escola Normal, "encantando quantas turmas tinham a felicidade de recebê-lo por mestre". Para que os alunos da referida Escola não ficassem "inteiramente privados das lições de seu mestre dileto" (A Escola Primária, 1921: 124), a revista solicitou que o professor escrevesse na seção reservada àquela escola. Publicou-se no mesmo número o artigo *Higiene. Atitudes do escolar em classe*, em que o professor criticava a violência na escola – mencionando a antiga palmatória – e aludia aos "novos meios didáticos", afirmando: "ainda não se cuidou de tornar prático o ensino das coisas práticas, ciências e artes; descuida-se do ensino fundamental de desenho". Discorreu, principalmente, sobre a postura que os estudantes deviam assumir em sala de aula, "sentados, quase imóveis nas carteiras, arrumadinhos e tristes..." (Roquette-Pinto, 1921: 128). Mencionando as modificações feitas por Montessori[18] no mobiliário escolar, advogou o uso de mesa e cadeira individuais, em vez de carteira. Com a autoridade de médico-antropólogo, defendeu a inquietude das crianças em fase de crescimento, adaptando-se à puberdade, que "não é uma época passageira e curta", visto que, "em geral, 2 anos são necessários para a sua instalação". Concluiu: "Destarte, a ciência ensina aos mestres que 'o bicho carpinteiro' dos alunos é, na maioria dos casos, manifestação de uma defesa orgânica" (Roquette-Pinto, 1921: 129).

3. Considerações finais

As ações-reflexões do professor Edgard Roquette-Pinto, observadas através dos programas de curso da Escola Normal e de artigos publicados em revistas, permitem-nos estabelecer relação entre educação, saúde, mudanças de hábitos e atitudes, e formação profissional. As críticas tecidas por Roquette-Pinto aos procedimentos adotados pelas escolas tiveram, muitas vezes, a higiene como foco, e culminariam no Manifesto dos Pioneiros

---

17 Segundo Barreto (2008), a primeira indicação da Higiene entre as disciplinas a serem ministradas na Escola Normal estava associada à Fisiologia.

18 Maria Montessori foi médica, pedagoga e feminista italiana, que desenvolveu um método de aprendizagem segundo o qual as crianças teriam liberdade de escolher entre as atividades propostas e trabalhariam com materiais educacionais especializados. Seu método, ativo, insere-se nos preceitos da Escola Nova, em oposição aos métodos tradicionais e à fadiga escolar, tema tratado nos estudos de Higiene. O professor apenas dirige as atividades; as crianças cuidam da higiene, da organização do material utilizado e da limpeza das salas.

da Educação Nova, de 1932, assinado pelo próprio Roquette-Pinto e também por outros professores de higiene, como Afrânio Peixoto, Almeida Junior[19] e José Fontenelle[20].

Lopes (2009) associa a publicação do Manifesto à transformação da Escola Normal do Distrito Federal em Instituto de Educação, ambos a 19 de março de 1932. Enfatizando a importância desses acontecimentos, afirma:

> *Erigiram-se assim, não por acaso na mesma data, dois grandes documentos-monumentos da renovação educacional: o Manifesto dos Pioneiros, com repercussão nacional, e um dos principais instrumentos de sua materialização; o Instituto de Educação – lócus referencial da formação do magistério, instituição educacional criada para ser um cartão de visitas na cidade que se constituía como a* ***vitrine do Brasil*** (Lopes, 2009: 163).

Deveras, a criação do Instituto de Educação concretizava a ideia expressa no Manifesto de que a formação de professores devia se dar em cursos superiores, e o prédio inaugurado em 1930 para a nova Escola Normal – em 1932, Instituto de Educação – estava munido de laboratórios, salas destinadas à pesquisa, tendo a escola primária como campo de experiências pedagógicas para os futuros professores. Todo esse instrumental era bastante familiar ao então diretor do Museu Nacional, que fazia uso dele no Museu e, muito provavelmente, na Escola Normal, posteriormente Instituto de Educação. Ademais, essa instituição se constituiu em espaço social e profissional, tipificado por agentes que, organizados hierarquicamente e partilhando valores e regras comuns ao *status* dos seus membros, firmaram posição dentro dele[21].

O capital intelectual dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova foi construído através da formação e qualificação profissional dos seus membros, dos cargos e funções valorizadas, tais como professor, e diretor do Museu Nacional para o caso de Roquette-Pinto, das publicações em periódicos científicos e de divulgação, dentre outros. O fato de vários desses signatários estarem vinculados à Escola Normal do Distrito Federal aponta para a instituição como local de efervescência de ideias e de praticas educativas que indicavam a necessidade de mudança. De fato, essa rede de educadores-reformadores, da qual Roquette-Pinto fazia parte, transformou a ação pedagógica desenvolvida na Escola Normal do Distrito Federal, conforme atestam os programas analisados.

Nas palavras do então diretor-geral da Instrução Pública, Fernando de Azevedo, é notável a influência, não apenas dos preceitos escolanovistas, mas também higiênicos, no prédio que viria a sediar o Instituto de Educação:

> (...) O edifício será por si só uma forte, luminosa lição de higiene e de civismo. As suas linhas esculturais brasileiras ensinam o gosto das nossas coisas, a inteligência e o bem-querer do país, pelo cultivo de nossas tradições mais belas e significativas. As salas amplas, harmoniosas, lavadas de luz, incutem a par com a ideia de limpeza, a de alegria tropical e sadia força de nossa natureza (Azevedo *apud* Lopes, 2009:149).

---

19 Antonio de Almeida Junior foi professor de Biologia e Higiene na Escola Normal do Braz, em São Paulo. Em 1922, organizou o Departamento de Higiene Escolar. No mesmo ano, apresentou sua tese de doutoramento, *O saneamento pela educação*, à Faculdade de Medicina (Rocha, 2003).

20 Os outros signatários do Manifesto dos Pioneiros foram Fernando de Azevedo, A. de Sampaio Doria, Anisio Teixeira, Lourenço Filho, J. G. Frota Pessoa, Júlio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mario Casasanta, C. Delgado de Carvalho, Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Attilio Vivaqua, Francisco Venancio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meirelles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Alvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nobrega da Cunha, Paschoal Lemme e Raul Gomes.

21 Aqui estamos a dialogar com as noções de campo e de capital intelectual, pensados por Pierre Bourdieu (1983, 1989, 2004).

Assim, articulado a uma rede de intelectuais do movimento sanitarista, da Escola Nova e da vida pública, Roquette-Pinto pôde, com seus conhecimentos de antropologia, medicina e educação, disseminar os preceitos da higiene – ensinados para favorecer a criação de hábitos saudáveis e, com isso, a produção de uma nação civilizada –, participar do grande movimento de reforma da educação brasileira como signatário do Manifesto dos Pioneiros e lecionar no recém-criado Instituto de Educação, antiga Escola Normal do Distrito Federal, educandário que deveria irradiar progresso e modernidade através da formação de professores que propagariam saúde e educação à nação brasileira.

Referências

A ESCOLA PRIMÁRIA (1921). Rio de Janeiro, 5 (4).

BARRETO, A. L. P. (2008), "Pedagogia da Higiene na Paraíba: saberes que circulavam nos livros escolares". V Congresso Brasileiro de História da Educação.

BARROS, O. (2009), "O colégio Pedro II no Estado Novo". In M. W. Chaves, S. C. Lopes (eds.), *Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro*: um século de história (1850-1950), Rio de Janeiro, Mauad X, Faperj, pp. 189-216.

BOMFIM, M. (1917), *Lições de Pedagogia*. 2. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

BOMFIM, M. (1917a), *Noções de Psicologia*. 2. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

BOURDIEU, P. (1983), "O campo científico". In R. Ortiz, (ed.), *Bourdieu – Sociologia*, São Paulo, Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39, pp. 122-155.

BOURDIEU, P. (1989), *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.

BOURDIEU, P. (2004), *Os usos sociais das ciências: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP.

CAMARA, S., COCKELL, M. (2011), "O Intelectual Educador Manoel Bomfim e a Interpretação do Brasil e da América Latina". *Revista HISTEDBR On-line*, (44), pp. 293-307, Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/44/ art19_44.pdf, [consultado em 12-12-2014].

CARDOSO, T. F. L. (2009), "A trajetória da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz (1917-1937)". In M. W. Chaves, S. C. Lopes (eds.), *Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro*: um século de história (1850-1950), Rio de Janeiro, Mauad X, Faperj, pp. 121-145.

DISTRITO FEDERAL (1916), *Programas do ensino na Escola Normal do Distrito Federal*, Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio.

DISTRITO FEDERAL (1924), *Programas dos cursos da Escola Normal*, Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil.

FONTENELLE, J. P. (1918), *Compêndio de Higiene*. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro e Maurillo.

FONTENELLE, J. P. (1917), *Notas das aulas de Higiene professadas na Escola Normal*. Rio de Janeiro, Jachinto Ribeiro dos Santos.

KEULLER, A. T. A. M. (2011), *Os estudos físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: cientistas, objetos, ideias e instrumentos (1876-1939)*. Tese de Doutorado, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

LIMA, N. T.; HOCHMAN, G. (1996), "Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da primeira República". In, M. C. Maio, R. V. Santos (eds.), *Raça, Ciência e Sociedade*, Rio de Janeiro, Fiocruz, CCBB, pp. 23-40.

LOPES, T. F. L. (2009), "Instituto de Educação nos anos 1930: formação de professores segundo os princípios da Educação Nova". In M. W. Chaves, S. C. Lopes (eds.), *Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro*: um século de história (1850-1950), Rio de Janeiro, Mauad X, Faperj, pp. 147-168.

PAIVA, T. F. (2012), Pela educação hygienica do professorado: docência, pedagogia e discursos científicos na Primeira República. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil".

PEIXOTO, A. (1930), *Higiene*. Higiene Geral. v. 1. 5. ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves.

PEIXOTO, A. (1931), *Higiene*. Medicina Preventiva. v. 2. 5. ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves.

RAMOS, J. S. (2008), "Roquette-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil". In N. T. Lima, D. M. de Sá (eds.), *Antropologia brasiliana*: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto, Rio de Janeiro, Fiocruz, pp. 179-211.

RIBAS, J. B. C. (1990), *O Brasil é dos brasilianos: medicina, antropologia e educação na figura de Roquette-Pinto*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Unicamp.

ROCHA, H. H. P. (2003), "Educação escolar e higienização da infância". *Cad. Cedes*, Campinas, 23 (59), pp. 39-56.

ROQUETTE-PINTO, E (1921), "Higiene. Atitudes do escolar em classe". *A Escola Primária*, 5 (4), pp. 128-129.

SANTOS, H. H. M. (2013), "Escola Normal do Distrito Federal: por trás da modernidade civilizatória da cidade do Rio de Janeiro". *Revista Contemporânea de Educação*, 8 (15), pp. 133-153.

SEYFERTH, G. (2008), "Roquette-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil". In N. T. Lima, D. M. de Sá (eds.), *Antropologia brasiliana*: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto, Rio de Janeiro, Fiocruz, pp. 147-177.

SILVA, M. C.; PAIVA, T. F. (2012), "Noções de História da Educação: 'Modesta Flor' em coleção para professores". *Revista Teias*, 14 (28), pp. 135-151.

SOUZA, V. S. (2012), "Retratos da nação: os 'tipos antropológicos' do Brasil nos estudos de Edgard Roquette-Pinto, 1910-1920". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas. Belém, 7 (3), pp. 645-669.

Poder Político, Filantropia e Assistência aos Doentes de Lepra/ Hanseníase no Brasil-Goiás (1920-1950)[1]

Leicy Francisca da Silva
leicyf@hotmail.com

Resumo: Essa comunicação analisa as disputas e acordos construídos em torno das ações do Estado e da filantropia privada para a profilaxia de uma doença infectocontagiosa no estado de Goiás, no centro-oeste do Brasil, entre 1920 e 1950. Na década de 1920 se estabelecem nessa região um modelo de assistência e um discurso filantrópico de cunho religioso desenvolvido por missionários ligados à União Evangélica Sul-Americana (UESA), apoiada pela população e políticos locais. Nas décadas de 1930/40, em decorrência de políticas nacionais de profilaxia da doença (Campanha Nacional Contra a Lepra), o estado institucionaliza as ações de contenção da doença e inicia uma disputa discursiva com os representantes das entidades filantrópicas de cunho religioso: médicos, filantropos e políticos. Como compreender a importância dos discursos dessas instituições na construção da doença/doente e seu posterior desaparecimento? As respostas para esses problemas foram buscadas através da análise dos discursos divulgados pelas instituições e sujeitos envolvidos nesse processo. A hipótese defendida é que do centro das instituições assistenciais emerge uma crise relativa à incapacidade do Estado em arcar com os custos do programa de profilaxia da lepra empreendido no Brasil.

Palavras-Chave: Filantropia, Estado, Lepra/hanseníase, Brasil.

1.Introdução

A emergência do social no Brasil esteve envolta, sem dúvida, nas ações de cunho caritativo e religioso. Tal característica se mantem, mesmo quando o estado busca intervir na oferta de ações e instituições de caráter assistencial. Nesse momento, devido aos altos encargos que tais ações representavam, mantem-se o caráter híbrido de entrecruzamento do público e do privado, assim como o definido por Donzelot (1986).[2] A assistência, desde sua origem, alia elementos de caráter humanitário, político, administrativo e médico. Explica Laugier (2004) que é humanitária por dar respostas às necessidades dos outros; política, pois se caracteriza por ser pública e laica, embora sua origem religiosa; administrativa haja vista a definição de legislação e órgãos para gerenciá-la e também médica já que ordinariamente se relaciona ao bem estar, saúde física ou prevenção das doenças. [3]

No caso dos doentes de lepra e suas famílias no estado de Goiás (centro-oeste do Brasil), tal processo se estabelece a partir da construção de instituições de isolamento para separa-los da sociedade e para a profilaxia da doença. A partir de 1925, temos a construção de quatro instituições para tratamento em sistema de isolamento: o leprosário Macaúbas (na Ilha do Bananal), o leprosário Helena Bernard (em Catalão), o leprosário São Vicente de Paula (em Anápolis) e a inauguração da Colônia Santa Marta, em 1943, na capital do estado, a cidade de Goiânia. A organização, a partir da década de 1920, de espaços de isolamento e assistência aos doentes gera a demanda pela assistência aos seus familiares. Estabelecia-se um processo analisado por Jacques Donzelot, onde os doentes pobres eram levados por aquele modelo de economia política a abandonar os seus filhos e seus espaços de origem, e a sobrecarregar o Estado com encargos.

O setor social se caracteriza pela formação de instituições para assistência aos filhos dos enfermos pobres internados, os preventórios, mas também por associações de apoio às famílias dos internos dos leprosários e na

---

1 Agradeço à Universidade Estadual de Goiás – Pró-Eventos.

2 DONZELOT, J. (1986), *A polícia das famílias*.Rio de Janeiro: Edições Graal.

3 LAUGIER, A. (2004), "Assistance publique". In LECOURT, D. Dictionnaire de la Pensée Médicale.. QUADRIGE/ PUF, Paris.

organização de atividades de lazer, festividades, formação educacional, etc., para facilitar a convivência cotidiana nos espaços de isolamento. No caso dos filhos sadios de pais leprosos isolados, as Sociedades de Assistência aos Leprosos e de Defesa contra a Lepra se incumbiam de construir e manter instituições, normalmente cobrando o apoio financeiro particular e público. No entanto, a cobrança por suporte social e as dificuldades do estado em ofertá-lo podem estar na origem do processo de crise do sistema isolacionista, como tem sido observado em estudos para o Brasil e segundo Silva (2013), na realidade goiana.[4] A partir de certo momento, alguns grupos desfavorecidos passaram a cobrar a assistência como um direito.

Nesse texto busco observar como se estabelece em Goiás o processo de cobrança social por assistência e como a sociedade responde por meio da filantropia e, mais tarde, através do questionamento da intervenção estatal na proposição de políticas e verbas para tal fim.

2. A Sociedade de Assistência aos Lázaros em Goiás

A centralidade da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra na compreensão da história das ações filantrópicas com a assistência aos leprosos ocorre por conta do seu modelo de filantropia, diretamente ligado ao projeto de unidade nacional do governo Vargas. Com a implantação do Plano Nacional de Ataque à Lepra, a Sociedade vai especializar-se na assistência aos filhos dos doentes, internados em preventórios. Nos diversos estados, as instituições preventoriais foram construídas e mantidas pela Federação com o apoio de subsídios públicos em todas as esferas (federal, estadual e municipal) e com intensa participação da população. Como expressão dessas características, por exemplo, a exposição dos discursos médicos sobre a lepra em um evento de alcance nacional: a I Conferência de Assistência Social aos Leprosos promovida pela Federação.[5]

Nesse encontro, Eliel Martins de Almeida representou Goiás e seu programa de combate à lepra, divulgando as informações obtidas como resultado de sua experiência à frente do leprosário "Helena Bernard" em Catalão. Os principais pontos discutidos na Conferência foram: a assistência social aos enfermos; a assistência às suas famílias; a preservação da descendência sadia dos leprosos; a assistência aos egressos dos leprosários e a cooperação da Federação com a Saúde Pública na propaganda contra a doença.

A Federação se autodefinia como autônoma em relação ao Estado brasileiro[6], mas como explica Santos (2011), passa, a partir de 1937, a ser considerada como instituição de interesse público.[7] Tal ação reforçava seu caráter de auxiliar na política sanitária do governo federal que tornava público que a "cooperação prestada ao serviço público por essas sociedades privadas é deveras notável e demonstra, indubitavelmente, o interesse que o povo brasileiro dispensa ao combate ao mal de Hansen, reconhecendo que a lepra é característica dos países atrazados e de baixa civilização".[8]

A Federação apresentava, como resultado de sua atuação em 1939, sete preventórios e as obras de construção de vários outros no país, e expunha, por meio de sua propaganda e da divulgação dos seus feitos, o caráter essencial de seu trabalho de assistência na obra de combate à lepra. Pois, sem "o Preventório, o infeliz descendente do

---

4 SILVA, L. F. (2013), *Eternos órfãos da sáude : medicina, política e construção da lepra em Goiás (1830-1962)*. Manuscrito tese de doutorado. Universidade Federal de Goiás: Goiânia.

5 A Conferência (ocorrida no período de 12 a 19 de novembro de 1939, na cidade do Rio de Janeiro) foi promovida pela Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros, com a cooperação e o financiamento do governo federal por meio do Ministério da Saúde e Educação. A Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros conseguiu reunir, naquele ano, parte das oitenta e oito Sociedades filiadas, bem como vários leprólogos brasileiros para discutir temas ligados ao problema da doença e da assistência aos doentes.

6 MIRANDA, M. A. T. (1980), *Alice Tibiriçá*: lutas e ideais. Rio de Janeiro: PLG – Comunicação.

7 SANTOS, V. S. M. (2011), "Filantropia, poder público e combate à lepra (1920-1945)". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 18 (1), pp. 253-274.

8 CORREIO OFICIAL. (1939), *O Problema da Assistência aos Lázaros*, Arquivo Histórico do Estado de Goiás, Coleção 223. Goiânia, 29 out. 1939.

hanseniano ficaria no maior abandono, vivendo na mais negra miséria; seria sempre repudiado por todos pela suspeita de ser também provável portador de lepra. No Preventório, ele terá assistência médica, frequentará escola técnico-profissional e será educado".[9] Além da assistência aos filhos dos doentes, a sociedade atuava na organização de atividades de lazer nos leprosários, na construção de capelas e na assistência moral e espiritual aos isolados em nosocômios. A instituição filantrópica, em cooperação com o poder público federal, ofertava o "amparo moral e econômico à família de enfermos necessitados, levando, assim, essas associações beneméritas, tranquilidade àqueles que, por amor da sociedade sadia, foram obrigados a isolar-se".[10]

Em suma, a Confederação dos Lázaros compunha o conjunto necessário para a obra federal de benemerência, diferenciando-se da filantropia anteriormente apresentada, no estado de Goiás, por seu caráter de apêndice à política nacional varguista, bem como por meio de sua organização centralizadora e propagadora do espírito civilizacionista e de salvação da raça. Dados os elementos inerentes ao jogo discursivo travado em torno da lepra, temos a partir de 1937 o início da construção do leprosário-colônia, para onde deveriam ser encaminhados os doentes internados nas instituições anteriormente devotadas ao seu atendimento.

Nesses estudos, a Sociedade de Assistência aos Lázaros transforma-se no centro de todo esforço privado e filantrópico para a doença. Se bem observarmos, ela parece se subordinar ao plano político de combate à lepra do governo federal. Em suma, tal instituição agrega o sentido que se quer dar à história da saúde pública no Brasil nas décadas de 1930 e 1940, a de centralidade do poder do Estado e a de vitória de um projeto de política sanitária e de intervenção no cotidiano da população de forma organizada e planejada. Tal caraterística define em conjunto a história das instituições de atenção à saúde, de caráter público ou filantrópico e a história da lepra. Como nos indica Fonseca (2007), no próprio discurso médico e nas análises historiográficas surgidas de sua leitura, apoia-se a proposta de construção de um projeto nacional, cujas ideias e instituições foram cuidadosamente selecionadas, padronizadas e amparadas, de maneira que apresentassem um formato de acordo com o plano de centralização política e administrativa da saúde tão própria ao governo varguista.[11]

3. A Colônia Santa Marta e o problema da Assistência aos doentes e suas famílias

Em linhas gerais, Gomide mostra que os estudos sobre lepra têm exposto que o problema financeiro, ou a falência do Estado, teria levado ao questionamento da política antileprótica, juntamente com os avanços no campo do conhecimento científico relativos à doença, com uma terapêutica eficiente.[12] No entanto, essa crise financeira se expressa institucionalmente por meio das fugas dos internos da instituição, da ocultação de novos casos e das dificuldades na aceitação pela sociedade dos ex-doentes que passavam a ter direito à alta hospitalar (e exigiam um posicionamento médico contra o preconceito), o que na prática expressava o questionamento àquele modelo médico isolacionista. Para os doentes internados, a vida colonial respondia com tratamento, alimentação, vestuário e moradia, todo o mais eles precisavam adquirir por meio do trabalho na instituição ou do financiamento por seus próprios meios ou de seus familiares.

A assistência social se mostrava em relação à exigência de construção de creches e orfanatos nas colônias agrícolas de leprosos,[13] e ao cuidado aos filhos sadios, separados de seus pais doentes logo ao nascer, oferecido através da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a lepra, desde a década de 1920. Em 1958,

---

9 *Idem. Ibidem.*

10 *Idem. Ibidem.*

11 FONSECA, C. M. O. (2007), *Saúde no governo Vargas (1930-1945):* dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.

12 GOMIDE, L. R. S. (1993), "Discurso médico e ação profilática: a hanseníase em questão". *História e Perspectivas*, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Curso de História, (8), p. 45.

13 BRASIL. Regulamento sanitário federal de 1923, artigo 139, § 1º. Apud SOUZA-ARAÚJO, H. C. (1949), "Assistência médico-social aos filhos de leprosos. Homenagem à memória do Padre Damião, o criador do preventório antileproso". *Arquivos Mineiros de Leprologia*. IX (1), Belo Horizonte, p. 23.

Souza-Araújo insistia, ainda, que "a assistência médico-social aos filhos de leprosos só pode[ria] ser feita em estabelecimento especial, o Preventório Antileproso".[14] Normalmente, os altos números de fugitivos do espaço colonial são explicados pelas autoridades como sendo devidos à saudade da família.[15] Dentre eles, a maioria era de homens em idade produtiva, o que expõe a preocupação com a manutenção familiar - o Estado oferecia auxílio em pequena escala devido às suas dificuldades financeiras.[16] Embora a lei 610 já definisse por meio de seus dispositivos a assistência às famílias dos isolados, não explicava de onde viriam as verbas para o seu custeamento. A legislação estabelecia, desde 1949, que a assistência social se faria em relação aos não isolados por meio do seu reajustamento ocupacional para que se responsabilizassem por sua própria subsistência; para as crianças sadias, filhos de leprosos isolados, por meio de sua realocação em novos lares ou em preventórios; para os isolados, o Estado ofereceria apoio jurídico para resguardo dos interesses patrimoniais e familiares, e as associações particulares auxiliariam na criação de condições de vida dignas e confortáveis nos leprosários.[17] Em 1951, Ernani Agrícola afirmava sobre a situação brasileira que a assistência social dos isolados, das suas famílias e dos transferidos para dispensários era insignificante frente ao "vulto do problema".[18]

O leprosário enquanto cidade possuía cadeia e manicômio, e os alienados e sentenciados também cobravam uma assistência especial a seus entes e a si próprios.[19] Sobre essa questão, o médico Valério Rezende comentava:

> De um modo geral a grande maioria dos leprosos vem do interior dos nossos Estados, onde (...) o chefe da família é quem tudo resolve, é quem tudo sabe.
> Pois bem, imaginai uma casa pobre onde o chefe fique doente de lepra e seja levado para uma colônia; levai o vosso pensamento mais adiante e imaginai esse enfermo louco ou sentenciado; pesai bem agora, as consequências da retirada deste homem daquela casa pobre; a miséria que lá rondava de perto a casa, ali penetrará e fixará residência; quem dará o pão à mulher e aos filhos do pobre hanseniano? Quem lhe dará conselhos nas horas aflitas? É deshumano deixá-los assim abandonados à própria sorte.[20]

O Leprosário, no entanto, era por muitos compreendido como "nada mais que uma prisão, um campo de concentração"; para os atingidos pela doença, não era diferente, o que os "incentivava a fugir ou esconder-se".[21] Rúbia Meza (1996) afirma que, em Jataí nas décadas de 1940 à 1960, a população,

> apesar de não aceitar os leprosos, […] se mobilizava, garantindo a todos aqueles imigrantes adequadas condições de vida, em comparação com o que eles vinham tendo nos vários locais onde haviam se refugiado. Ali, mesmo fora do perímetro urbano, casavam-se, tinham filhos, recebiam muita esmola e contavam com um cerrado bem denso onde podiam se esconder caso chegasse a onça – patrulha da Colônia Santa Marta de Goiânia.[22]

A desconstrução do quadro familiar, o afastamento da vida social, a falta de assistência social às famílias e de

---

14 SOUZA-ARAÚJO, H. C. (1949), "Assistência médico-social aos filhos de leprosos. Homenagem à memória do Padre Damião, o criador do preventório antileproso". *Arquivos Mineiros de Leprologia*. IX (1), Belo Horizonte, p. 23.

15 BUENO, J. C. (1949), *Lei 306*, que estabelece uma Taxa de Combate à Lepra. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado de Goiás, ao iniciar-se a sessão ordinária de 1949, Arquivo Histórico do Estado de Goiás. Goiânia.

16 DINIZ, O. (1951), "Vulto da Endemia de Lepra no Brasil". *Revista Arquivos de Saúde Pública*. I (2), Goiânia, pp. 50-65.

17 BRASIL (1949). *Lei 610* – Fixa normas para a profilaxia da lepra – Serviço Nacional de Lepra.

18 AGRÍCOLA, E. (1951), Lepra no Brasil Central. *Revista Arquivos de Saúde Pública*. 1(2), Goiânia.

19 REZENDE, V T. (1941), "Assistência social à família dos hansenianos, alienados e sentenciados". *Arquivos Mineiros de Leprologia*. Belo Horizonte, (1), pp. 29-32.

20 *Idem. Ibidem*.

21 ARQUIVOS MINEIROS DE LEPROLOGIA (1957). *Ninguém tem o direito de ser feliz sozinho*, XVIII (1), Belo Horizonte, pp. 89-91.

segurança aos bens dos mais afortunados eram problemas que faziam parte do quadro de questionamentos do papel do Estado frente aos atingidos pela política antileprótica isolacionista. Esse questionamento já fazia parte da pauta de alguns médicos no final da década de 1940, pois o internamento do leproso colocava em situação de vexame e estigmatização toda a sua família. Afirmava Abrahão Salomão, em 1949, que

> internado o doente de lepra, inicia-se a tragédia de sua familia que se vê imediatamente repudiada pela sociedade, estigmatizada pela doença, não encontrando trabalho pelo horror injustificado que inspira a todos. Os filhos são muitas vezes expulsos das escolas e quando isso não acontece eles são objeto de repulsa e de incompreensão.[23]

Aconselhava o médico a criação de órgãos oficiais de assistência social aos leprosos, junto aos serviços de lepra nos estados e trabalhando em comunhão com as Sociedades de Proteção aos Lázaros.

É dessa situação de abandono dos internos em leprosários por parte das autoridades que notamos a cobrança do poder de polícia em Goiás ainda na década de 1940. A reclamação parte de um casal de leprosos que, internado na Colônia Santa Marta, teve seus bens apossados por um comerciante na antiga capital do estado. Nesse caso, por meio de correspondência, o médico Mário Purri cobra ações do prefeito local e do poder judiciário.

> remeto-vos, em anexo, cópia do ofício n. 010, deste serviço, remetido ao sr. Dr. Juiz de Direito dessa cidade solicitando-lhe providências para a proteção de bens de doentes internados na Colônia Santa Marta. Solicito-vos, igualmente, o auxílio dessa Prefeitura para o mesmo fim.[24]
>
> havendo chegado a conhecimento deste Serviço que o sr. R V, comerciante dessa praça, violou, depredou, fez apropriação indébita e vendeu bens pertencentes ao casal de leprosos internados na Colônia Santa Marta, sr. F D R e sra., solicito de V. Excia., determinar averiguações e, se confirmado, determinar enérgicas providências, pois como é do conhecimento de V. Excia., cabe responsabilidade ao Estado na proteção dos bens dos doentes internados compulsoriamente.[25]

O isolamento, enquanto exigência profilática, gerava internamente questões que precisavam ser respondidas. No entanto, esses problemas passavam ao largo do interesse das autoridades que mantinham a insistência no fechamento dos doentes; o prefeito de Goiás, por exemplo, retrucava à reclamação do médico afirmando a necessidade "[d]o transporte urgente das famílias infectadas de leprosos recolhidos" na cidade, sem se dar conta do problema social advindo dessa prática.[26] Ao Estado cabia proteger os doentes e seus bens, quando tinham, em caso contrário esses recorriam a particulares ou a autoridades em busca de auxílio financeiro,[27] expondo a insuficiência das ações advindas das associações e dos caixas beneficentes. No entanto, a questão de maior importância, a esse tema relacionada, é o início de cobrança por assistência social, considerando-a como um

---

23 SALOMÃO, A. (1949), "Serviços Oficiais de Assistência Social às famílias de Hansenianos Internados". *Arquivos Mineiros de Leprologia*. Ano IX (3), Belo horizonte, p. 185.

24 PURRI, M. *Ofício do Diretor do Serviço de Profilaxia da Lepra ao prefeito da cidade de Goiás Divino de Oliveira*. Diretoria Geral de Saúde. Serviço de Profilaxia da Lepra. Arquivo da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi. Goiânia, 11 de janeiro de 1945. (por questões éticas optamos por ocultar o nome do comerciante).

25 PURRI, M. *Ofício do Diretor do Serviço de Profilaxia da Lepra ao prefeito da cidade de Goiás Divino de Oliveira*. Diretoria Geral de Saúde. Serviço de Profilaxia da Lepra. Arquivo da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi. Goiânia, 11 de janeiro de 1945. (por questões éticas optamos por ocultar o nome do comerciante).

26 OLIVEIRA, D. *Nota manuscrita do prefeito da cidade de Goiás ao ofício do médico Mário Purri da Diretoria geral de saúde*. Serviço de profilaxia da lepra. Arquivo da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi. Goiás, 11 de janeiro de 1945.

27 A Câmara Municipal de Goiás, na década de 1960, recebia pedido de doação de dois internos da Colônia Santa Izabel. *Carta de dois internos da Colônia Santa Izabel (FFF e MJA e seus respectivos números de internação) para a Câmara Municipal de Goiás*. Arquivo da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi. Arquivado em 19 de novembro de 1969 (por questões éticas optamos por ocultar os nomes dos internos).

direito adquirido. Tal prática se mostra tanto nas reclamações assinadas por médicos diretamente ligados à política de profilaxia da lepra, quanto nas ações dos próprios doentes. Ilustra essa questão a situação de um ex-funcionário da prefeitura municipal de Goiás, isolado na colônia Santa Marta, que explica:

> [...] num período de 3 anos trabalhei como limpador de rua, nessa Prefeitura, serviço braçal, conforme V. Excia., poder-se-à verificar através dos arquivos nas Folhas de Pagamentos. Estou internado nesta Colônia desde de dezembro do ano de 1944, por ser acometido pelo mal de Hansen, sem possibilidade financeira, isto porque, Senhor Prefeito, até a presente data, nunca acreditei ser possível conseguir uma pequena gratificação, mesmo aureolado de Direito, graças aos meus serviços prestados, conforme acima foi enumerado. Atualmente, deparando diversos casos idênticos ao meu, aos quais foram concendidas remunerações dentro do ditâme da verba de 'assistência social', rogo-lhe veementemente, os meus inestimáveis prestimos no sentido de que me seja concedida uma pequena remuneração, dentro das possibilidades desse município, optando pela verba em consideração. [28]

O seu pedido, deixava claro, aludia à "caridade cristã", mas indicava acima de tudo o reconhecimento das "diretrizes do Direito".[29] No entanto, essas cobranças significavam mais um peso financeiro para o Estado que considerava que os gastos com a política de profilaxia da lepra estavam acima de suas condições: havia custado caro a construção de toda a aparelhagem antileprótica e a sua manutenção cobrava ainda mais investimentos. Quando das condições de alta, outro problema se mostrava: a aceitação no seio da família e da sociedade desses indivíduos desinstitucionalizados. Em 1957, o cardeal D. Jaime Câmara iniciava uma campanha

> para que os cardeais do Brasil, por meio de todos os párocos, criassem ambiente propício aos doentes de lepra, quer aconselhando-lhes o tratamento imediato, a fim de obterem cura, quer aceitando nos lares e na sociedade aqueles que a ciência médica especializada e conscienciosa declarar libertados da terrível enfermidade.[30]

Em 1956, a concessão de alta a setenta curados da Colônia Santa Marta mereceu as páginas do Jornal Cidade de Goiás,[31] demonstrando a preocupação coletiva com aquela novidade. O médico Abrahão Salomão havia proposto uma solução para dar fim ao problema da fuga, da assistência aos familiares de internos e da incapacidade do Estado de assumir os custos de uma assistência pecuniária direta às famílias.

> Pelo trabalho que poderão desenvolver junto das autoridades locais e das administrações públicas em geral no sentido de encontrar ocupação em organizações industriais, serviços públicos, empresas de transportes, etc., e ainda educar o povo, mostrando a falta de razão da fobia pelos descendentes do leproso.[32]

Com a legislação definindo altas e as instituições adaptando-se a ela, nasciam novos problemas que eram do âmbito da readaptação do ex-doente. As respostas eram reabilitação física (através de cirurgia reparadora e ortopédica), profissional e social, todos esses elementos sob a alcunha da assistência social.

---

28 *Ofício do interno da Colônia Santa Marta (JRF) à André Mundim, prefeito de Goiás*. Arquivo da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi. Goiânia, 14 de Setembro de 1953 (por questões éticas optamos por ocultar o nome do interno).

29 *Idem.*

30 CÂMARA, D. J. (1957), "Integração do ex-hanseniano na vida diária em sociedade". *Arquivos Mineiros de Leprologia*. Ano XVII (1), Belo Horizonte, p. 86.

31 JORNAL CIDADE DE GOIÁS. *Cura de Hansenianos em Goiás*. Arquivo Gabinete Literário de Goiás. (651), Goiás, 30 de dezembro de 1956.

32 SALOMÃO, A. (1949), "Serviços Oficiais de Assistência Social às famílias de Hansenianos Internados". *Arquivos Mineiros de Leprologia*. Ano IX (3), Belo horizonte, p. 185.

No entanto, a crise financeira do Estado e as fugas dos doentes fazem parte de um mesmo processo de questionamento à política antileprótica isolacionista e estão diretamente ligadas à impotente assistência aos internos e suas famílias. Os pontos fracos daquela política como a dificuldade de vigilância dos comunicantes, a ocultação dos novos casos, a fuga dos novos doentes identificados pelos dispensários itinerantes, e daqueles já isolados para dar assistência às famílias, a dificuldade de reajustamento social daqueles que recebiam alta, etc., estavam todos direta ou indiretamente ligados à incapacidade do Estado de estabelecer uma séria política de assistência social. Essas dificuldades continuariam assombrando os externos e os internos aos leprosários. Esse artigo expõe como o problema aparece e a quais elementos ele se alia, no entanto, ainda há muito a ser estudado.

4. Considerações finais:

A ação de assistência aos doentes e suas famílias em Goiás se expressa por meio dos discursos como sendo um elemento a mais a fortalecer o poder de intervenção do estado. O poder de intervenção mostrava-se pelo seu caráter "humanitário, moderno, científico e benfazejo". As instituições médicas e assistênciais são apresentadas como modelares e exemplos da modernização do serviço de assistência aos doentes de lepra no estado, como exemplo o Preventório Afrânio de Azevedo e a Colônia Santa Marta, ambos em Goiânia, capital do estado de Goiás.

Outro elemento mostra os aspectos de descontinuidade inerentes à representatividade da Colônia Santa Marta, além daqueles contidos na estrutura física e na perspectiva médico-técnica. Era mais precisamente um elemento de compreensão da prática assistencial como atividade de benemerência ou filantropia, embora centralizada pelos governos federal e estadual.[33] Se a compassividade era anteriormente, obra particular, o sentimento caritativo agora fluía do próprio Estado e do seu governo, que interferia nos aspectos de organização e definição das políticas de saúde e que indicava, por meio das instituições, o modelo de caridade aceito. Tal transformação não impedia, no entanto, a participação privada, o que se diferenciava era a centralidade do estado como organizador e administrador de tais ações e verbas.

O donativo privado era açambarcado por associações constituídas, sendo que a principal delas, a Legião Brasileira de Assistência, era um segmento assistencial diretamente ligado ao poder executivo. Não se pode desconsiderar que, discursivamente, o Estado se apropriava de obras inicialmente identificadas como filantrópicas e particulares, os leprosários goianos situados em Anápolis, Catalão e Ilha do Bananal, com a insistente afirmação do apoio financeiro.

Além de expressar sua benemerência na oferta do leprosário, o discurso das autoridades posiciona o governo como o benfeitor e construtor do Preventório Afrânio de Azevedo, dirigido pela Sociedade de Assistência ao Lázaro e Defesa Contra a Lepra. A constituição do sentido da obra estava intrínseca à indicação do trabalho pessoal do interventor, às suas realizações políticas e a sua relação de proximidade com o governo federal, integrando-se a região naquele projeto nacional.

5. Agradecimentos:

Esse artigo é fruto do trabalho de pesquisa intitulado "A assistência aos filhos de doentes de lepra em Goiás (1920-1976)", desenvolvida junto a Universidade Estadual de Goiás e financiada com a bolsa de incentivo a pesquisa (BIP/UEG).

A apresentação desse trabalho, nesse evento, foi possível graças ao apoio financeiro da Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

33 *Idem. Ibidem*.

Fontes:

ARQUIVOS MINEIROS DE LEPROLOGIA (1957). *Ninguém tem o direito de ser feliz sozinho*, XVIII (1), Belo Horizonte, pp. 89-91.

BRASIL (1949). *Lei 610* – Fixa normas para a profilaxia da lepra – Serviço Nacional de Lepra.

BRASIL. *Regulamento sanitário federal de 1923*, artigo 139, § 1º.

BUENO, J. C. (1949), *Lei 306*, que estabelece uma Taxa de Combate à Lepra. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado de Goiás, ao iniciar-se a sessão ordinária de 1949, Arquivo Histórico do Estado de Goiás. Goiânia.

CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÁS. *Carta de dois internos da Colônia Santa Izabel (FFF e MJA e seus respectivos números de internação) para a Câmara Municipal de Goiás*. Arquivo da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, documento sem data. Arquivado em 19 de novembro de 1969.

CORREIO OFICIAL. (1939), *O Problema da Assistência aos Lázaros*, Arquivo Histórico do Estado de Goiás, Coleção 223. Goiânia, 29 out. 1939.

JORNAL CIDADE DE GOIÁS. *Cura de Hansenianos em Goiás*. Arquivo Gabinete Literário de Goiás. (651) Goiás, 30 de dezembro de 1956.

Ofício do interno da Colônia Santa Marta (JRF) à André Mundim, prefeito de Goiás. Arquivo da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi. Goiânia, 14 de Setembro de 1953.

OLIVEIRA, D. *Nota manuscrita do prefeito da cidade de Goiás ao ofício do médico Mário Purri da Diretoria geral de saúde*. Serviço de profilaxia da lepra. Arquivo da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi. Goiás, 11 de janeiro de 1945.

PURRI, M. *Ofício do Diretor do Serviço de Profilaxia da Lepra ao prefeito da cidade de Goiás Divino de Oliveira*. Diretoria Geral de Saúde. Serviço de Profilaxia da Lepra. Arquivo da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi. Goiânia, 11 de janeiro de 1945. (por questões éticas optamos por ocultar o nome do comerciante).

Referências Bibliográficas

AGRÍCOLA, E. (1951), Lepra no Brasil Central. *Revista Arquivos de Saúde Pública*. 1(2), Goiânia.

CÂMARA, D. J. (1957), "Integração do ex-hanseniano na vida diária em sociedade". *Arquivos Mineiros de Leprologia*. Ano XVII (1), Belo Horizonte, p. 86.

DINIZ, O. (1951), "Vulto da Endemia de Lepra no Brasil". *Revista Arquivos de Saúde Pública*. I (2), Goiânia, pp. 50-65.

DONZELOT, J. (1986), *A polícia das famílias*.Rio de Janeiro: Edições Graal.

FONSECA, C. M. O. (2007), *Saúde no governo Vargas (1930-1945):* dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.

GOMIDE, L. R. S. (1993), "Discurso médico e ação profilática: a hanseníase em questão". *História e Perspectivas*, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Curso de História, (8), p. 45.

LAUGIER, A. (2004), "Assistance publique". In LECOURT, D. *Dictionnaire de la Pensée Médicale*. QUADRIGE/PUF, Paris.

MEZA, R. M. M. R. (1996), "A hanseníase na construção da história de um povo". *TECNIA: Revista de Educação Tecnológica da ETFG*, Goiânia: ETFG, 1 (1), p. 156.

MIRANDA, M. A. T. (1980), *Alice Tibiriçá*: lutas e ideais. Rio de Janeiro: PLG – Comunicação.

REZENDE, V T. (1941), "Assistência social à família dos hansenianos, alienados e sentenciados". *Arquivos Mineiros de Leprologia*. Belo Horizonte,(1), pp. 29-32.

SALOMÃO, A. (1949), "Serviços Oficiais de Assistência Social às famílias de Hansenianos Internados". *Arquivos Mineiros de Leprologia*. Ano IX (3), Belo horizonte, p. 185.

SANTOS, V. S. M. (2011), "Filantropia, poder público e combate à lepra (1920-1945)". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 18 (1), pp. 253-274.

SILVA, L. F. (2013), *Eternos órfãos da sáude : medicina, política e construção da lepra em Goiás (1830-1962)*. Tese de doutoramento, Goiânia: Departamento de História, Universidade Federal de Goiás.

SOUZA-ARAÚJO, H. C. (1949), "Assistência médico-social aos filhos de leprosos. Homenagem à memória do Padre Damião, o criador do preventório antileproso". *Arquivos Mineiros de Leprologia*. IX (1), Belo Horizonte, p. 23.

O hospital Ana Nery e a assistência à saúde do trabalhador no Brasil (1930-1950)

Christiane Maria Cruz de Souza[1]
chriscruzba@yahoo.com.br

Resumo: Através desta comunicação, pretende-se apresentar os resultados parciais da pesquisa intitulada "Hospital Ana Nery – 50 anos de história", financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa (FAPEX) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O Hospital Ana Nery (HAN) começou a ser edificado em 1947, por iniciativa do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados dos Transportes e Cargas – IAPETC. Sua história é representativa das transformações políticas, administrativas, sociais e econômicas, especialmente, as ocorridas no sistema previdenciário, na Bahia e no país. O recorte cronológico da investigação, anunciado desde o título do projeto de pesquisa – 50 anos –, toma como marcos o ano de inauguração do hospital – 1964 – e o ano de 2014. Para essa comunicação tais balizas serão ultrapassadas para enfocar o período anterior à colocação da pedra fundamental do edifício, considerando-se como marcos a década de 1930 e de 1950, período em que os direitos sociais, como o direito à assistência à saúde, são concedidos a categorias nacionais de trabalhadores.

Palavras-chave: saúde, assistência, previdência, HAN, IAPETC, Brasil

Na virada do século XIX para o XX, a população de Salvador capital do Estado da Bahia, Brasil, saltou de 174.412 habitantes, segundo o censo de 1890, para 205.813 habitantes. Dez anos depois, esse número subiu para 318.931 habitantes e, em 1912, o censo registrou que 348.130 pessoas habitavam a capital do estado. [2] Reputa-se esse aumento da população à migração de ex-escravos do campo para as cidades, em busca de melhores condições de vida e oportunidades de trabalho. A imigração espontânea de estrangeiros, que atuavam no setor financeiro, no agro-comércio de exportação ou no comércio grossista e varejista, contribuiu, igualmente, para o aumento da população na capital baiana. Digna de nota, também, foi a mudança de domicílio de muitos latifundiários, que deixaram as suas casas no campo para fixar residência na capital. Não se pode esquecer-se de mencionar, o grande contingente de pessoas fugidas da seca e da opressão dos grandes latifundiários.

Passado esse surto inicial, entretanto, a população de Salvador cresceu em ritmo mais lento e em menor grau do que outras capitais do Brasil, como Rio de Janeiro e São Paulo. Ainda que vegetativo, o crescimento populacional influenciou negativamente a qualidade de vida na capital baiana, contribuindo para agravar os problemas infra-estruturais urbanos, assim como as condições de moradia, trabalho e alimentação.

Ampliavam-se as necessidades de sobrevivência, em uma sociedade onde as oportunidades de emprego eram escassas e as condições de trabalho estavam muito longe das ideais. A cidade, que era centro econômico e administrativo do estado, tinha seu mercado de trabalho determinado pela conjuntura internacional, nacional e regional, pela ampliação ou retração do aparelho governamental e pelo próprio desenvolvimento urbano. (Santos, 2011)

Nas primeiras décadas do século XX, o setor industrial de Salvador ainda era incipiente e a capital da Bahia continuava sendo um centro eminentemente mercantil. Em 1920, por exemplo, existiam 578 indústrias contra

---

1 Professora do Instituto Federal da Bahia Doutora em História das Ciências pela Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ. Professora e pesquisadora do Instituto Federal da Bahia-IFBA. Coordenadora do projeto de pesquisa "Saúde, gênero e assistência na Bahia (séculos XIX e XX)" (IFBA) e do projeto "Hospital Ana Nery – 50 anos de história" (UFBA/FAPEX).

2 Em 1920, o censo registra uma queda para 283.422 habitantes. Recenseamento do Brazil. Realizado em 1 de Setembro de 1920. (4º censo geral da população e 1º da agricultura e das indústrias). Rio de Janeiro: Typ. da Estatística; 1926.

1623 casas de comércio em Salvador. Dentre as indústrias, destacavam-se a do ramo têxtil, por sua produção, estrutura física e número de operários empregados. Entre as casas comerciais, inclui-se aí desde as grandes firmas do ramo de importação e exportação e atacadista, até as do comércio varejista em franca expansão em princípios do século XX.[3]

O alto comércio de importação e exportação e o atacadista, como também comércio varejista, impulsionaram as obras de modernização da cidade e contribuíram para a diversificação das atividades produtivas, especialmente, as relacionadas a um centro urbano em expansão. Tinha-se, assim, um mercado formado pelas companhias distribuidoras de água, gás e eletricidade, pelas de transportes urbanos e pelas companhias relacionadas à comunicação, como a de correios e de telefonia.

Contudo, aqueles que se encontravam empregados nos setores públicos e privados tinham que se submeter a condições de trabalho extremamente desfavoráveis. Nesse período, o trabalhador se sujeitava a trabalhar em ambientes insalubres, em longas e penosas jornadas de trabalho; sofria perdas salariais e irregularidades no pagamento dos seus vencimentos; e vivia sob a ameaça constante de demissão.

Os operários da indústria têxtil, por exemplo, tinham seus salários defasados diante do custo de vida observado na época. Os empregadores usavam os prejuízos derivados da alta dos preços dos insumos, da paralisação nas vendas e da desvalorização dos seus produtos como justificativa para não oferecer nenhum reajuste nos salários dos trabalhadores. Esse argumento também era utilizado para explicar a paralisação total ou parcial da produção em algumas fábricas e a ampliação das horas de trabalho em outras, o que implicava em demissões ou maior exploração do trabalhador. (Castellucci, 2005:136-137)

A condição dos empregados em estabelecimentos comerciais não diferia muito da do operariado. O pagamento dos seus vencimentos tanto podia ser feito mediante uma quantia de dinheiro mensal, como o empregador poderia oferecer refeição e alojamento como parte da remuneração pelos serviços prestados. Contudo, nas duas situações o valor não era fixo e geralmente o caixeiro fazia retiradas mensais para prover minimamente sua subsistência, deixando o restante do salário sob a guarda do empregador. Havia um teto anual para tais retiradas e o patrão estimulava o empregado a sacar o mínimo possível, acenando-lhe com a possibilidade de um dia vir a galgar a posição de sócio no negócio. A realização dessa promessa era bastante remota e só se concretizava para uma minoria insignificante. A maioria dos caixeiros, principalmente aqueles empregados em casas comerciais de portugueses e espanhóis, morava precariamente no local de trabalho, onde além das funções habituais, acumulava os serviços de guarda-livros, faxineiro e vigilante do negócio do patrão. (Santos, 1990:56-57)

A situação do funcionalismo público não era melhor que a dos demais trabalhadores. A par da compressão salarial – não recebiam reajustes desde 1896 – e dos atrasos no pagamento dos seus vencimentos, essa categoria lidava com a questão da instabilidade no emprego. Como não era comum a realização de concursos públicos para o preenchimento das vagas, o candidato a funcionário dependia de indicação política. Nomeado, a sua condição de dependência aumentava – o valor dos seus vencimentos variava conforme o grau de proximidade com os altos escalões do poder, arriscando-se a ser rebaixado de função ou demitido durante as mudanças de governo.

Afora esses problemas, comuns à categoria, os professores primários municipais enfrentavam outras dificuldades para exercer sua atividade profissional. Nesse período, o aluguel dos imóveis, onde funcionavam as escolas, era de responsabilidade dos próprios professores, que, para tanto, contavam com um pequeno acréscimo em seus salários. Todavia, os atrasos constantes dos seus vencimentos transformavam o professor em devedor crônico ou o obrigava a arcar sozinho com essa despesa. (Castellucci, 2001:46-47; Santos, 1990:53-64)

Para Mário Augusto dos Santos (2001), o grande desafio do soteropolitano nessa época era conseguir se alimentar, em face à carestia dos gêneros alimentícios, às baixas remunerações, aos atrasos nos salários vencimentos, aos parcos rendimentos dos autônomos e, finalmente, ao desemprego que assombrava continuamente os que dependiam do trabalho remunerado para garantir a subsistência. Santos (2001:61) afirma que a luta pela subsistência «criou os momentos mais dramáticos de tensão social em Salvador naqueles anos da Primeira República ».

---

3 Para saber mais, consulte Antonio Alexandre Borges dos Reis (1919-1920: 278-282).

Essa realidade não era muito diferente da experimentada pela população de outras capitais da República, ainda que em centros como Rio de Janeiro e São Paulo, as reivindicações dos trabalhadores fossem além das relacionadas apenas à subsistência, como assinala Santos (2001), ao referir-se aos movimentos espontâneos de trabalhadores da Bahia nas duas primeiras décadas do século XX.

O fato é que o quadro de pobreza e de exploração dos trabalhadores nesse período colocou em pauta a questão social, demandando novas formas de intervenção, para minimizar os danos e eventuais conflitos e tensões próprios do processo de acumulação de capital. Em fase de construção da nação e de desenvolvimento capitalista, o pobre continuou a ser visto como fonte de contágio e como uma ameaça à ordem pública, ao tempo em que constituía uma reserva de braços para o trabalho e um potencial recruta, consumidor e partidário político. Assim, era necessário que as elites e os poderes públicos trabalhassem em prol da harmonia e também da saúde pública.

No Brasil da Primeira República, tornou-se crescente, entre os mais prósperos, a consciência da interdependência social. [4] A percepção, por parte dos mais abastados, de que os efeitos externos da pobreza e seus benefícios potenciais afetavam coletivamente a sociedade, ensejou a execução de políticas públicas que permitiriam a progressiva penetração do Estado no território nacional, corporificada nas estruturas administrativas que prestariam serviços à população e arrecadariam recursos pecuniários da sociedade para tal. (Hochman, 1994: 3)

Observa-se, nesse período, um movimento por parte das elites nacionais para promover o saneamento das áreas urbanas e rurais do Brasil. (Castro Santos; Faria, 2003; Hochman, 1998) A constituição e coletivização de bens públicos, entretanto, será um processo lento no Brasil, especialmente, na Bahia. Castro Santos (2003:141) denominou processo de «modernização conservadora», realizada «pelo alto», visto que foi «outorgada pelas elites que controlavam o aparelho de Estado». Segundo o autor, não se pode falar de lutas sociais pela saúde ou de movimentos de trabalhadores em defesa dos direitos de assistência à saúde, durante a Primeira República.

Todavia, para atender e apaziguar os trabalhadores de um setor estratégico da época – as ferrovias – foi promulgada, em 1923, a Lei Eloy Chaves, que regulamentou a criação da Caixa de Aposentadoria e Pensões – CAP – dos ferroviários. (Brasil. Lei nº 4.682/1923) A CAP tinha por objetivo prestar serviços assistenciais e previdenciários aos empregados das estradas de ferro, conforme previa o seu artigo nono: assistência médica ao segurado ou dependentes; medicamentos obtidos por preço especial determinado pelo Conselho de Administração; aposentadoria ordinária[5] ou por invalidez; auxílio funeral e pensão para os herdeiros desses trabalhadores em caso de morte.

De forma lenta, progressiva, mas contínua, a Lei Eloy Chaves foi alcançando outras categorias profissionais, inaugurando formas de proteção pública aos trabalhadores que permitiam o acesso a serviços assistenciais e previdenciários. O Regime da Lei Eloy Chaves era organizado por empresa e dependia da capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores. Possuía, portanto, um caráter civil e de seguro privado, com a constituição de um fundo de administração própria, mediante contribuições mensais do trabalhador e anuais da empresa.[6] Contudo, para Fonseca e Hochman (1999:77), mesmo que possuíssem uma configuração clássica de previdência privada, «como um contrato entre patrão e empregado sem a participação financeira do Estado», as Caixas de Aposentadoria e Pensões «significaram uma mudança de posição do Estado Brasileiro frente à questão social».

O regime de Caixas de Aposentadorias e Pensões pode ser considerado um marco da política previdenciária no Brasil. Todavia, a inviabilidade econômica das Caixas das empresas de pequeno porte, com reduzido número de empregados, resultou em críticas àquele modelo e na busca de outras soluções. Havia, também,

---

4 Com base na análise geral apresentada por Abraham De Swaan (1988), Giberto Hochman (1994) discute como essa conscientização se processa no Brasil nas primeiras décadas do século XX e como isso se reflete na formação de políticas públicas de saúde. Para a Bahia, temos os trabalhos de Luiz A. de Castro Santos (1998) e, com base nos autores citados, os de Christiane Mª. Cruz de Souza (2009; 2011).

5 Equivalente à aposentadoria por tempo de serviço.

6 O fundo era depositado em banco, exceto os valores que o Conselho de Administração dispensava às despesas e investimentos imediatos.

grandes diferenças na cesta de benefícios entre as CAPs, porque estas não eram regidas por regras comuns de funcionamento técnico e administrativo. Cada Caixa tinha suas próprias normas e a oferta de serviços de assistência e benefícios dependia da capacidade de receita disponível por meio das contribuições. (Mercadante, s/d:237) Ademais, os benefícios se extinguiam caso houvesse interrupção do pagamento ou se o empregado mudasse de empresa.

Surgiu, então, a necessidade de conferir maior eficiência aos serviços e atender os requisitos de ordem técnica, administrativa e econômica, assim, as CAPs deveriam passar por ampliações, aglutinações, incorporações e fusões. Dentre as propostas de incorporação e fusão, havia a de formar institutos com bases territoriais, sob a tutela de um instituto central. Contudo, devido à pressão dos sindicatos, prevaleceu a solução da constituição de vários institutos, organizados por categoria profissional. (Oliveira, 1999; Fonseca; Hochman, 1999:79)

O primeiro Instituto de Aposentadorias e Pensões foi o dos marítimos – IAPM – criado em 1933. Seguiu-se a este a formação dos institutos dos comerciários – IAPC – e dos bancários – IAPB, em 1934, e, em 1936, surgiu o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários – IAPI. (Brasil. Decreto-Lei n° 367, de 31 de dezembro de 1936) Dois anos depois, criou-se o instituto dos servidores do Estado – IAPSE. (Brasil. Decreto-Lei n° 288, de 23 de fevereiro de 1938) Nesse mesmo ano, a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiches e Armazéns foi reorganizada, tomando a forma do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas – IAPETC. (Brasil. Decreto-Lei nº 651/1938) Finalmente, em 1939, foi criado o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Operários Estivadores. (Brasil. Decreto-Lei n° 1.355/1939) Em 1945, houve a incorporação do Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas. (Brasil. Decreto-Lei nº 7.720/1945)

Estavam associados ao IAPETC os trabalhadores da estiva e os avulsos em carga e descarga; os empregados em trapiches, armazéns, frigoríficos e entrepostos; os conferentes, consertadores e separadores de carga; os empregados em serviços de mineração e perfuração de poços; os empregados de empresas de combustíveis, de garagens e cocheiras; os condutores profissionais de veículos terrestres de qualquer espécie, de tração mecânica ou animada. (Art. 2º do Decreto-Lei nº 651/1938)

A assistência à saúde era um dos benefícios previstos pelo regime de previdência social desde a promulgação da Lei Eloy Chaves. Ademais, o Artigo 5º, do Decreto nº 19. 770, de 19 de março de 1931, dispunha que os serviços de atendimento hospitalar, dentre outros serviços assistenciais, poderiam ser prestados pelos sindicatos. [7] A Carta Magna de 1934 também ratificava o direito dos trabalhadores à assistência médica e sanitária, inclusive à gestante, a qual seria garantido o direito de licença, «antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego». (Título IV, *Da ordem econômica e social*, art. 121) Todavia, conforme alusão anterior, as normas não eram as mesmas para todas as caixas e institutos; variavam de um para outro.

As disparidades na regulamentação e benefícios ofertados por cada IAP revelam os desníveis econômicos entre as categorias profissionais, bem como a capacidade de mobilização política de cada sindicato. Ademais, em determinados IAPs os serviços de saúde assumiam importância secundária e sofriam restrições, conforme a disponibilidade orçamentária. Por conta disso, a oferta de benefícios estava sujeita à revisão periódica, utilizando-se como justificativa o «resguardo da plena estabilidade do instituto». Em 1938, por exemplo, a norma possibilitava ao segurado do IAPETC o acesso à assistência médica, cirúrgica e hospitalar, ainda que, para tal, este devesse despender uma contribuição complementar. (Parágrafo Único do Art. 5º, do Decreto-Lei nº 651/1938) Já em 1946, além dos seguros por invalidez, doença, velhice e morte, estabelecidos em regulamentos anteriores, a legislação apresentava a possibilidade de assistência à maternidade. (Decreto-Lei nº 9.683/1946)

De qualquer forma, na década de 1930, o governo de Getúlio Vargas assumiu a responsabilidade de construir o Estado do Bem Estar, em reação ao modelo liberal da Primeira República. Nesse processo, a saúde passou a ser um direito do cidadão e a coletivização dos bens de saúde passou a ser uma atribuição do Estado. Conforme aludido anteriormente, a reforma administrativa levada a cabo na década de 1930 visava aumentar a capacidade reguladora da União sobre as unidades federadas no campo da saúde pública.

---

7 Pela lei de sindicalização de 1931, os sindicatos tinham o direito de fundar e administrar caixas beneficentes, agências de colocação, cooperativas, serviços hospitalares, escolas e outras instituições de assistência. (Brasil. Decreto nº 19.770/1931).

Havia, no entanto, diferenças significativas no processo de constituição do aparato destinado à assistência à saúde no Brasil. Para a análise comparativa desse processo, tomam-se como amostras os estados da Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Distrito Federal[8], sejam por suas posições econômicas ou pelo papel que representaram no cenário político e cultural da década de 1930. Ao se comparar os números dos equipamentos de saúde existentes nestas unidades federativas em 1934, percebe-se que a Bahia estava em desvantagem em relação às demais. Apesar do seu vasto território, do grande número de habitantes e de, juntamente com São Paulo, possuir a segunda maior bancada no Congresso[9], o Estado da Bahia possuía, em 1934, apenas 38 estabelecimentos de saúde, sendo que apenas três, dentre estes, eram custeados pela União. (Brasil. *Annuario estatistico do Brasil,* 1936)

Nessa altura, Salvador possuía mais de 300.000 habitantes e, segundo o depoimento de algumas das autoridades médicas da época, os leitos disponibilizados pelo Hospital Santa Izabel, hospital geral pertencente à Santa Casa da Misericórdia da Bahia, não eram suficientes para atender a população carente do estado. Além disso, a Santa Casa não dispunha de recursos financeiros para ampliar as suas instalações. (Guimarães, 1932: 3) Desde as décadas de 1910 e 1920, que médicos e filantropos da Bahia lutavam pra erguer hospitais que atendessem gratuitamente a população carente e, ao mesmo tempo, funcionassem como espaço de estudo e prática de suas especialidades médicas, sem muito sucesso. Os projetos caminhavam em passos muito lentos; muitos levavam décadas para se concretizarem. (Souza, 2011a)

Enquanto isso, o Distrito Federal, menor em tamanho e em população que o Estado da Bahia, possuía mais que o triplo de instituições de saúde – 133 –, e quase a metade destas estavam sob a responsabilidade do governo federal, ali sediado.[10] O Rio Grande do Sul, estado natal do então presidente Getúlio Vargas, tinha pouco mais que a metade dos habitantes da Bahia, mas possuía muito mais que o dobro de instituições, dentre as quais, 26 eram mantidas pelo governo federal. [11] Este número era superior, inclusive, ao de unidades de saúde custeadas pela União nos populosos estados de Minas Gerais e São Paulo: apenas oito, no caso de Minas, e dez, no caso de São Paulo.[12]

Estes dados evidenciam que outras variáveis interferiam na oferta e distribuição de bens de saúde no território nacional, dentre estas a posição simbólica[13] e econômica, como também a representatividade, a coesão ou a influência política de cada estado. Sabe-se que o período compreendido entre imediato à Revolução de 1930 e o fim do Estado Novo foi de grande instabilidade política e econômica na Bahia. Após a Revolução de 1930, acentua-se o desprestígio político das elites baianas, que, de espírito conservador e jurídico, não aderiam ao movimento que conduziu Getúlio Vargas ao poder. Ademais, em princípios da década de 1930, o estado ainda amargava as conseqüências funestas da crise econômica de 1929, que a deflagração da II Guerra Mundial (1939-1945) contribuiu para agravar. (Sampaio, 2005:23)

O cenário político local também foi tumultuado, com a rotatividade de interventores nomeados por Vargas para ocupar o governo da Bahia. O quadro mudou um pouco quando, em 19 de setembro de 1931, Juracy Montenegro de Magalhães foi designado para administrar o estado como interventor federal. Juracy Magalhães esteve à frente do governo estadual por pouco mais que seis anos – entre 1931 e 1935, como interventor, entre 1935 e 1937, como governador constitucional. O interventor enfrentou a oposição dos políticos baianos,

---

8 Na década de 1930, o Distrito Federal estava sediado no Rio de Janeiro.

9 Minas era o estado que tinha o maior número de representantes no Congresso: 37 deputados. Em seguida vinha São Paulo e Bahia, com 22 parlamentares, Rio de Janeiro, com 17 e Rio Grande do Sul, com 16. (Ferreira; Pinto, 2006)

10 A Bahia possuía 4.141.661 habitantes, enquanto que o Distrito Federal tinha 1.668.077. (Brasil. Annuario...,1936)

11 O Rio Grande do Sul possuía apenas 2.986.213 habitantes. (Brasil. Annuario...,1936)

12 Dentre os acima elencados, o estado mais populoso era Minas Gerais, com 7.462.094, e São Paulo, com 6.476.596 habitantes. (Brasil. Annuario...,1936)

13 Podemos evocar essa posição para o Rio de Janeiro, sede do poder republicano e que como Capital Federal era considerada uma espécie de vitrine do país.

remanescentes de antigas facções políticas da Bahia,[14] reunidos, em 1933, sob a égide da Liga de Ação Social e Política (LASP), bem como a de setores emergentes das classes altas e médias urbanas, a exemplo dos professores e estudantes da Faculdade de Medicina da Bahia. Político intuitivo e habilidoso, conseguiu neutralizar a oposição estabelecendo alianças com os chefes políticos do interior. (Tavares, 2008:389-414)

Além de sofrer a oposição de políticos e representantes das elites e camadas médias urbanas, o governo de Juracy Magalhães enfrentou a manifestação de movimentos populares espontâneos e greves, decorrentes da exploração da força de trabalho, das precárias condições de vida, da falta de empregos, da escassez de produtos de primeira necessidade, da carestia e do arrocho salarial. (Sampaio, 1982) Em plena vigência do Estado Novo, tais movimentos eram severamente reprimidos, ao tempo em que o governo varguista elaborava a legislação trabalhista e a política de assistência social.

Em consonância com a política implantada no Governo Vargas, Juracy Magalhães criou, através do Decreto n.º 8899, de 1934, a *Federação das Obras de Protecção e Assistencia Sociaes do Estado da Bahia* com a finalidade de dirigir e supervisionar as ações assistenciais voltadas para as classes menos favorecidas do estado. O artigo 8º desse decreto determina a construção do Hospital das Clínicas, anexo à Faculdade de Medicina. A pedra fundamental foi lançada em 1938, mas, apesar do empenho do governo estadual e dos subsídios da Caixa, a obra levou 10 anos para ser concluída. O projeto era ambicioso e exigia a mobilização de grande soma em dinheiro, sem falar nas injunções políticas. Assim, a construção do Hospital das Clínicas só seria concluída em 1948, depois que o baiano Clemente Mariani assumiu o Ministério da Educação e Saúde. (Souza, 2011b: 202-215)

O Hospital do Pronto-Socorro foi outra obra importante iniciada no governo de Juracy Magalhães. O edital de concorrência pública para a construção do edifício foi publicado em 1935. As obras foram iniciadas ainda no período de interventoria de Juracy Magalhães (1931-1935), mas o hospital só foi inaugurado em 1941, tomando o nome de Hospital Getúlio Vargas – HGV. (Ribeiro, 2011:129-131)

Apesar do cenário da saúde apresentar-se mais favorável no Distrito Federal e em São Paulo que na Bahia, os números revelam que a intervenção da União nas unidades federadas ainda era tímida e que, até a década de 1930, a oferta de serviços de saúde no Brasil estava em grande parte sob a dependência da iniciativa privada. Na Bahia, as unidades de saúde mantidas por particulares eram quase o dobro das mantidas pelos poderes públicos. A despeito do seu caráter privado, muitas das instituições de caráter filantrópico dependiam dos subsídios públicos. Em contrapartida, atendiam gratuitamente às camadas mais pobres da população, tornando-se permeável, assim, os limites entre o público e o privado.

Com foco no controle das doenças transmissíveis, doenças mentais e endemias rurais a União atuou nos estados através dos serviços nacionais, apoiou financeiramente algumas instituições filantrópicas e estabelecendo convênios com outras, alargando, progressivamente, o seu campo de atuação, conforme permitia o orçamento do MES. Havia, entretanto, uma estrutura montada para gerir o grande volume de recursos pecuniários movimentado pelos IAPs e CAPs. Essa condição do setor previdenciário, em contraste com a situação de penúria financeira do Ministério da Educação e Saúde, motivou o governo varguista a considerar a possibilidade de utilizar a estrutura e fundos da previdência para a prestação de serviços médicos e hospitalares. (Falcão, 1941:160)

A assistência médica previdenciária — individualizada, curativa, ambulatorial e hospitalar e urbana — desenvolvida no primeiro governo Vargas (1930-1945), foi assumida também por Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), presidente eleito após restauração do processo democrático no país. Para se eleger, Dutra havia estabelecido um acordo com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de que reconheceria e aperfeiçoaria as leis trabalhistas e de amparo social. (Araújo, 1996:34) Assim, procurou ampliar os benefícios ofertados pelos institutos privilegiando a assistência em período de inflação, arrocho salarial e controle ferrenho dos sindicatos. Em relatório apresentado ao Presidente Dutra em 1948, o Ministro do Trabalho, Morvan Dias de Figueiredo argumentava que era preferível desprender mais recursos para a conservação da saúde e/ou promoção do

---

14 Partidários de José Joaquim Seabra (seabristas), de Francisco Marque de Góes Calmon (calmonistas) e de Octavio Mangabeira (mangabeiristas).

bem-estar dos segurados do que «onerar-se com aposentadorias e pensões». (Figueiredo, 1948:29) Ampliava-se a percepção de que era mais econômico e lucrativo investir na qualidade de vida e de saúde do trabalhador do que onerar a previdência com seguros ou perder braços para o trabalho através de aposentadorias precoces. É importante lembrar, também, que as conquistas no campo da ciência e da tecnologia médicas alcançadas durante a Segunda Guerra Mundial geraram um clima geral de otimismo sanitário. (Hamilton; Fonseca, 2003) Os progressos na elaboração de vacinas e antibióticos, como a penicilina, o uso de inseticidas, que eliminavam vetores de determinadas doenças, bem como uma maior sofisticação e precisão dos equipamentos relativos aos diagnósticos e às intervenções curativas, contribuíram para difundir a crença na eficácia da medicina no pós-guerra. Tais inovações tecnológicas e farmacológicas, contudo, elevaram os custos da saúde, exigindo grandes investimentos. Nesse contexto, o consultório vai perder importância frente ao hospital, que ascende ao centro do sistema. (Ponte, 2010:120)

No Brasil, as demandas dos trabalhadores por mais atenção à saúde em contraste com restrições orçamentárias do Ministério da Saúde motivaram a oferta de serviços médicos hospitalares através do sistema previdenciário. Sob a coordenação do Ministério do Trabalho, projetou-se uma rede de assistência médico-hospitalar em âmbito nacional. Segundo o programa elaborado por comissão constituída pelo Ministro Morvan Dias de Figueiredo, cada IAP ficaria responsável pela construção de um hospital ou manutenção de um já existente em estados predeterminados. [15] Os hospitais estariam habilitados a atender os segurados de qualquer uma das instituições congêneres.

Coube ao IAPETC a construção de hospitais na Bahia, Pernambuco, Distrito Federal (Rio de Janeiro), São Paulo e Rio Grande do Sul; o IAPM foi responsabilizado pela manutenção e/ou construção de hospitais nos estados do Pará, Ceará, Bahia e Rio de Janeiro; o IAPI, pela construção e manutenção de hospitais nos estados do Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Espírito Santo; o IAPC pela construção e manutenção de hospitais nos estados da Paraíba, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso e na cidade paulista de Santos; o IAPSE deveria manter e/ou construir hospitais no Maranhão e no Piauí; e o IAPB se responsabilizaria pela construção de sanatórios para tuberculosos na Capital Federal, São Paulo, Recife e Belo Horizonte. (*A Noite*, 11/03/1947, p. 7)

Esse projeto deveria ser executado no prazo de seis a sete anos e, de acordo com Ribeiro (2011), o número de associados foi o critério utilizado para a eleição das cidades onde os hospitais estariam situados. Nas cidades onde o número de associados não justificava esse tipo de investimento, ofertava-se atendimento ambulatorial e assistência nos hospitais conveniados. Nomeado presidente do IAPETC pelo Governo Dutra, Hilton Santos assumiu ambicioso programa habitacional e o projeto de constituição de uma rede de hospitais, iniciada no Rio de Janeiro, Capital Federal, que se estenderia, inicialmente, aos estados de São Paulo, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul. (*A Noite*, 25/02/1946, p. 2; *A Noite*, 11/03/1947, p. 7)

No dia 2 de julho de 1947, como parte dos festejos cívicos da Independência da Bahia, foi realizada a cerimônia de lançamento da pedra inaugural do hospital do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas – IAPETC. (*A Tarde*, 03/07/1947, p.9) Estavam presentes à solenidade, o governador da Bahia, Otávio Mangabeira; o prefeito da cidade, Wanderley de Pinho; o Delegado Regional do Trabalho, Machado Vieira; o presidente do IAPETC, Hilton Santos; o Delegado Regional do IAPETC, Carlos Augusto Drumond; o chefe do serviço médico do instituto, Dr. Fernando Luz Filho; políticos, sindicalistas e o povo de Salvador. A construção do hospital era um projeto acalentado pela seção regional desde 1946, que, enfim, se materializaria.

Ao vir à Bahia, naquela oportunidade, o presidente do IAPETC pretendia inspecionar a Delegacia Regional; formar comissão para realizar o censo dos segurados na região, visando o conhecimento dos encargos do instituto e adoção de melhor plano de benefícios; retomar a construção da Vila Operária, suspensa por quatro anos, devido às dificuldades derivadas da Segunda Guerra; e lançar a pedra fundamental do edifício que abrigaria o Hospital do IAPETC. (*A Noite*, 17/07/1947, p.2) O investimento em saúde e habitação do trabalhador coadunava-se com a ideia de saúde como «um estado de completo bem estar físico, mental e social, e não apenas, a ausência de doença ou enfermidade». (*A Tarde*, 03/07/1947, p.9)

---

15 A comissão era constituída por um representante do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) e um de cada IAP.

O papel da medicina previdenciária consistia em preservar, recuperar e aumentar a capacidade de produzir do trabalhador. Através dos benefícios e dos seguros sociais, o Estado procurava amparar o trabalhador e sua família quando este perdia a capacidade de trabalho e ganho, buscando restituir sua saúde, para que pudesse retornar à vida produtiva. Esse ideário foi explicitado na reportagem de *A Tarde* (03/07/1947, p.9) que cobrira a cerimônia de assentamento da pedra fundamental, que assinalou também que a garantia de «braços fortes, corpo sadio» e «mente arejada» repercutiria positivamente sobre a qualidade dos serviços prestados pelo servidor à sociedade. «Estado organizado» – acrescentava ele – «servidor eficiente e sociedade equilibrada são valores similares e interdependentes». (*A Tarde*, 03/07/1947, p.9)

As precárias condições de vida do trabalhador baiano, bem como ameaça do comunismo difundida pelos meios de comunicação governistas em proveito próprio, provavelmente, levavam o mesmo jornalista a considerar que a assistência médico-hospitalar seria «uma providência, de ordem imperativa», para acalmar os ânimos em «momento de reivindicações sociais». Se postas em prática, essas ações seriam importante lenitivo para a Bahia, ferida pela carestia, pelo desemprego, pela fome, pela miséria e ao inchaço da capital, promovido pelos que fugiam do campo em busca, ilusoriamente, de melhores oportunidades de sobrevivência.

Naquele período, a Bahia era um estado pobre e atrasado, sem recursos para oferecer dignas condições de vida aos seus habitantes. O estado ainda amargava as consequências da «Revolução Madrasta» [16] que a II Guerra Mundial contribuíra para agravar. O atraso e a estagnação econômica da Bahia intrigaram Otávio Mangabeira, que ao assumir o governo do estado, em 10 de abril de 1947, se propôs enfrentar o que então denominou de «enigma baiano»: um estado que tinha o cacau como carro chefe das exportações, onde havia sido descoberto o petróleo, mas que continuava atrasado em relação a outros centros do Brasil, como o Rio de Janeiro, São Paulo e até mesmo Pernambuco, estado da mesma região que a Bahia.[17]

A Bahia fora prejudicada pelo controle do mercado e por uma política protecionista, cambial e de arrecadação de impostos, adotados a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas, para fazer frente aos efeitos nocivos da Grande Depressão e, posteriormente, às dificuldades decorrentes da II Guerra. Com o mesmo propósito, Vargas passou a investir em indústrias pesadas, favorecendo o desenvolvimento de algumas regiões do país, como São Paulo e Rio de Janeiro. Houve paulatina mudança no eixo econômico. Progressivamente o modelo agrário-exportador, que era o esteio da economia baiana, foi perdendo importância para a produção industrial, sem que houvesse grandes investimentos neste setor na Bahia. (Sampaio, 2005; 1982; Mariani, 2009)

Observou-se nesse período, crescente migração do campo para a capital do estado motivada, entre outros fatores, pelos períodos de seca, pela concentração de grandes extensões de terra na mão de poucos, como também pela estabilização da agricultura cacaueira, que resultavam na redução da oferta de trabalho na lavoura e em difíceis condições de subsistência do trabalhador rural. Muitos dos que migraram do meio rural para Salvador, foram atraídos pela esperança de maiores oportunidades de trabalho, como também pelos benefícios concedidos aos trabalhadores urbanos pela legislação trabalhista vigente, que não previa os mesmos benefícios para o trabalhador rural.

Todavia, os que se instalaram na cidade naquela altura tiveram que enfrentar o desemprego, fosse pela falta de qualificação para exercer as ocupações urbanas ou mesmo pela falta de postos de trabalho, decorrente da inércia da economia baiana. Não eram poucos os que tentavam sobreviver de biscates e os que conseguiam um posto formal de trabalho tinham limitadas possibilidades financeiras, dado ao congelamento dos salários desde 1943 e a elevação do custo de vida estimado a mais de 300% no período. (Diário da Assembléia, 17/04/1947, p. 39)

---

16 Denominação dada por Clemente Mariani à Revolução de 1930 em relação à Bahia. (Mariani, 2009) A Revolução de 1930 foi um movimento político-militar liderado pelos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba que determinou o fim da Primeira República (1889-1930) e culminou com um golpe de Estado. O golpe perpetrado por políticos e militares resultou na deposição do presidente Washington Luís, impediu a posse do presidente eleito, Júlio Prestes, transmitindo o poder a Getúlio Vargas.

17 Para enfrentar o problema Mangabeira encomendou ao economista Ignácio Tosta Filho a realização de estudos que resultaram na elaboração do Plano de Ação Econômica para o Estado da Bahia publicado em dezembro de 1948. (Tavares, 2008:463)

Concorriam para agravar a situação do trabalhador a crise de habitação e os altos preços dos aluguéis. Essa conjuntura motivou a ocupação de áreas periféricas da cidade, desencadeando conflitos fundiários como o instaurado num lugar denominado Corta Braço, atual Pero Vaz, situado nas proximidades de onde se ergueria o hospital do IAPETC. Segundo relato do Deputado do Partido Comunista, Giocondo Dias, no Corta Braço, «bairro operário, construído com o suor e o sacrifício de trabalhadores, viviam cerca 500 famílias, um número aproximado de 2 mil pessoas», que enfrentavam naquela ocasião a ordem de despejo e desocupação expedida pela justiça. (Diário da Assembléia, 17/04/1947, p. 39)

Essas e outras questões, como a carestia e a escassez de produtos destinados ao consumo diário, eram motivo de tensão, manifestações espontâneas ou greves organizadas por sindicatos e partidos políticos, que resultavam em pancadaria, prisões e mortes. Tal quadro, associado à ameaça do comunismo difundida pelos meios de comunicação ligados a setores conservadores da sociedade e ao governo Dutra, certamente, levaram um jornalista de *A Tarde* (03/07/1947, p.9) a declarar que a assistência médico-hospitalar seria «uma providência, de ordem imperativa», para acalmar os ânimos naquele «momento de reivindicações sociais».

Tais providências seriam tomadas naquele mesmo período, através de ações protagonizadas pelos poderes públicos, instituições mutualistas e privadas. À construção do hospital do IAPETC iria se somar outras ações de grande importância realizadas naquela região por iniciativa do Governo do Estado: a Escola-Parque e as quatro Escolas-Classe, que formavam o Centro Educacional Carneiro Ribeiro idealizado por Anísio Teixeira, como também o Parque Sanatorial Santa Teresinha, voltado para o controle da tuberculose, mal que flagelava a Bahia, alvo de campanhas do Ministério da Saúde e do Ministério do Trabalho. Além dos equipamentos de saúde e educacionais, construía-se naquelas imediações o Conjunto Residencial Salvador, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), que seria inaugurado em 1952.[18] A implantação de equipamentos de saúde, de educação e residenciais naquela área, contribuiu para transformá-la, posteriormente, de área periférica, quase rural, em área urbana densamente povoada. (Andrade Junior, 2011:126-127)

A área escolhida para a construção do prédio do hospital era ampla e quase desabitada. O edifício seria instalado no topo de uma das cumeadas do planalto onde a cidade do Salvador começava a se espraiar, o que permitiria a insolação e aeração do ambiente hospitalar, conforme preconizava a medicina higienista desde finais do século XVIII. A estrutura arquitetônica projetada era um hibrido do hospital higienista, com alas que favoreceriam a circulação do ar e a entrada da luz do sol, e do modelo monobloco vigente, que, como o nome já diz, possibilitava a distribuição dos espaços terapêuticos, dos setores técnicos e administrativos e demais instalações hospitalares em único bloco vertical.

Indícios apontam Moacyr Fraga como autor do projeto arquitetônico do hospital.[19] O arquiteto já havia planejado outros hospitais do IAPETC, a exemplo do atual Hospital Geral de Bonsucesso, no Rio de Janeiro, bem como a capela anexa a este. (*Correio da Manhã*, 27/08/1949, p. 5) São grandes as semelhanças de estilo entre o hospital de Salvador e o do Rio de Janeiro, o que sugere a mesma autoria: estilo Art Déco, inspirado no expressionismo alemão, com linhas agudas, grande altura o que lhe conferia certo caráter de monumentalidade. O Ministro do Trabalho, Morvan Dias de Figueiredo Andrade, recomendou que o hospital da Bahia seguisse o mesmo modelo do Hospital do IAPETC construído no Distrito Federal (Rio de Janeiro), inaugurado em 1948. Criava-se, assim, um padrão arquitetônico, que seria a marca da gestão. (Brasil. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1948, p. 42) O hospital de Salvador teria, entretanto, menores dimensões que o hospital da então Capital Federal. Enquanto este último tinha capacidade para 600 leitos, planejava-se edificar em Salvador um prédio de cinco andares, com capacidade para 350 leitos.[20] (*A Noite*, 17/07/1947, p. 2; Brasil. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1948, p. 42)

---

18 Mais tarde, seria erguido, na mesma região, o Loteamento Jardim Bela Vista, do Banco Hipotecário Lar Brasileiro a partir de 1953.

19 Nivaldo Andrade Júnior também atribue a autoria do projeto ao arquiteto Moacyr Fraga, devido às semelhanças com o Hospital do IAPETC erguido na Capital Federal, atual Hospital Geral de Bonsucesso, inaugurado em 1948. (Andrade Junior, 2011)

20 Nivaldo Andrade Junior afirma que seriam 11 pavimentos. (Andrade Junior, 2011, p. 126) Todavia, os projetos e plantas do hospital não foram encontrados durante esse estudo. Não se obteve acesso a qualquer documentação relativa ao assunto.

Em 1948, uma reportagem publicada em *A Tarde* (20/11/1948, p.15) sobre as realizações do IAPETC na Bahia, estampava fotografia da construção do hospital com os cinco pavimentos projetados já estruturados. Nesse mesmo ano, o presidente Eurico Gaspar Dutra em visita à Bahia para conhecer o campo petrolífero de Mataripe e inaugurar o Hospital das Clínicas, aproveitou para supervisionar o andamento das obras do hospital do IAPETC. (*A Tarde*, 22/11/1948, p.1**)**

Pretendia-se inaugurar o hospital no ano seguinte. Este seria o quarto a ser construído no Brasil; seguiria os do Distrito Federal (Rio de Janeiro), São Paulo e Recife, hospitais que se encontravam em fase de conclusão, e seria precedido pelo do Rio Grande do Sul, ainda em planejamento, no período. O governador Octávio Mangabeira estimava que a obra custasse 30 milhões de cruzeiros, porém, reportagem publicada em *A Tarde* vaticinava que o empreendimento estava fadado ao sucesso, já que se apoiava em «fundamentos basilares: o princípio de utilidade pública e a garantia segura de financiamento». (*A Tarde,* 13/04/1948, p.2; 03/07/1947, p.9)

Todavia, passaram-se os anos de 1949 e 1950 sem que as obras fossem concluídas. Em 1951, a imprensa anunciou a vinda de Hilton Santos para inaugurar o prédio do hospital e as novas instalações da delegacia do IAPETC. (*A Tarde*, 17/01/1951, p.3) Segundo a nota, o edifício em fase de conclusão era imponente, dividindo-se em dois blocos, onde poderiam funcionar todos os serviços médico-hospitalares do instituto, inclusive a maternidade. O repórter fazia questão de enfatizar que todos aqueles benefícios haviam sido proporcionados na gestão de Carlos Drumond, Delegado Regional do IAPETC. Tal ênfase sugere o desejo de marcar os feitos da gestão em período de transição de governo. Dutra deixaria a presidência em 31 de janeiro daquele ano (1951). Era de se esperar que houvesse mudanças na presidência e na delegacia regional do IAPETC. Urgia concluir e inaugurar as obras iniciadas naquela gestão, para que outros não viessem assumir a paternidade e roubar os louros pelo empreendimento. Ademais, obras como aquela eram prova concreta da ação dos poderes públicos e, assim, capitalizavam votos, geravam ganhos eleitorais, especialmente entre os trabalhadores filiados aos institutos.

A conjuntura nacional, entretanto, agitada pelas profundas transformações sociais, econômicas e políticas que ocorreram durante as décadas de 1950 e 1960, impediu a conclusão das obras e a inauguração do hospital naquele período. Ademais, as desigualdades entre os institutos, a sonegação das contribuições das empresas, a supressão dos repasses da União, a má gestão e o uso indevido dos recursos das autarquias, o clientelismo político, as correções dos benefícios em face aos reajustes salariais, a expansão das despesas dos institutos sem a devida fonte de custeio, eram fatores que contribuíam para fragilizar a previdência. Em face dessa realidade, o IAPETC só vai poder inaugurar o hospital, mesmo assim, parcialmente concluído, em 1964. (*A Tarde,* 27 de janeiro de 1964, p.3) Depois de anos funcionando de maneira precária, as obras serão totalmente concluídas e o hospital será reinaugurado em 1973.

Ao longo desses anos o HAN passou pela administração de diferentes instâncias: primeiro, o IAPETC, depois, o INPS (Instituto Nacional de Previdência Social). O tempo de construção e conclusão do hospital foi representativo das transformações sociais, econômicas e político-administrativas ocorridas no país e na Bahia, como também das fragilidades, tensões e conflitos internos do IAPETC e das transformações ocorridas no sistema previdenciário brasileiro. Portanto, o empenho em discorrer, mesmo que de forma breve, sobre o processo de construção desse hospital se justifica, porque a história do Hospital Ana Nery se constitui em importante capítulo da história da assistência à saúde na Bahia e no Brasil.

Bibliografia

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. Arquitetura moderna e instituições de saúde na Bahia nas décadas de 1930 a 1950. In: Christiane Maria Cruz de Souza; Maria Renilda Nery Barreto. (Org.). *História da Saúde na Bahia: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958).* São Paulo; Rio de Janeiro: Ed. Manole; Ed. Fiocruz, 2011, p. 101-145.

BAHIA. Annuario Estatistico, anno de 1924. Bahia: Directoria do Serviço de Estatística do Estado da Bahia; Imprensa Oficial, 1926. v.1- *Território e População*

ARAÚJO, Maria Celina Soares d'. *Sindicatos, carisma e poder:* o PTB de 1945-1965. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BRASIL. Annuario estatistico do Brasil 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936.

BRASIL. Anuário estatístico do Brasil 1939/1940. Rio de Janeiro: IBGE, v. 5, 1941.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em: *http://www12.senado.gov.br/orcamento/documentos/outros/linha-do-tempo/Constuicao_Republicana_de_1934.pdf* Acesso: 22/04/2014

BRASIL. Decreto nº 4.682 - de 24 de janeiro de 1923 - *DOU* de 28/01/1923 - Lei Eloy Chaves. Crea, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país, uma Caixa de Aposentadoria e Pensões para os respectivos empregados. Disponível em: *http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1923/4682.htm* Acesso: 22/04/2014

BRASIL. Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências. Disponível em: *http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html* Acesso: 22/04/2014

BRASIL. Decreto nº 20.465, de 1º de outubro de 1931 – *DOU* de 31/12/31. Reforma a legislação das Caixas de Aposentadoria e Pensões. Disponível em: *http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1931/20465.htm* Acesso: 22/04/2014

BRASIL. Decreto n. 24.274, de 22 de maio de 1934. Cria a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiches e Armazens de Café e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 21/6/1934, p.11980. Disponível em: *http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24274-22-maio-1934-515162-publicacaooriginal-1-pe.html* Acesso: 22/04/2014

BRASIL. Decreto-lei nº 627 - de 18 de agosto de 1938 - CLBR de 1938. Define os associados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, estende o regime dessas instituições a determinados empregados e da outras providências. Disponível em: *http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1938/627.htm* Acesso: 22/04/2014

BRASIL. Decreto-Lei nº 651, de 26 de agosto de 1938. Altera a organização da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiches e Armazens e dá outras providências. Disponível em: *http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0651.htm* Acesso: 22/04/2014

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.720, de 9 de julho de 1945. Determina a incorporação do Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas e dá outras providências. Disponível em: *http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7720-9-julho-1945-378581-publicacaooriginal-1-pe.html* Acesso: 22/04/2014

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.683 de 30 de Agosto de 1946. Dispõe sôbre segurados, contribuições e benefícios, relativamente ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, e dá outras providências. Disponível em: *http://presrepublica.jusbrasil.com.br/ legislacao/126432/decreto-lei-9683-46.htm* Acesso: 22/04/2014

BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. *Relatório referente ao ano de 1947*. Apresentado ao Exmo. Presidente da República pelo Ministro Morvan Dias de Figueiredo. Rio de Janeiro, 1948.

CASTELLUCCI, Aldrin A. Silva. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República.* 2008. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

_____. Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República. *Revista Brasileira de História,* v. 25, n. 50, p. 131-166, 2005.

CASTRO SANTOS, Luiz A. de. As origens da reforma sanitária e da modernização conservadora na Bahia durante a Primeira República. *Dados: Revista Ciências Sociais,* Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, 1998.

_____. O pensamento sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados. Revista de Ciências Sociais,* Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985.

CASTRO SANTOS, Luiz A. de; FARIA, Lina Rodrigues de. *A reforma sanitária no Brasil:* ecos da Primeira República. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

DE SWAAN, Abram. *In care of the state*. Cambridge: Polity Press, 1988, p. 01-142.

DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

DUTRA, Eurico G. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1949 pelo General Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República. Disponível em: *http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1327/contents.html* Acesso em: 25/04/2014

FALCÃO, Ministro Waldemar. *O Ministério do Trabalho no Estado Novo.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

FONSECA, Cristina M. O. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945):* dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

_____. *Política e Saúde:* diretrizes nacionais e assistência médica no Distrito Federal no pós-1930. In: Porto, Ângela, et al. (Eds.). *História da saúde no Rio de Janeiro:* instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008, p. 89-115.

GOMES, Ângela de Castro (Coord.). *Ministério do Trabalho:* uma história vivida e contada. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007.

_____. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 53-72.

HAMILTON, W.; FONSECA, C. .Política, atores e interesses no processo de mudança institucional: a criação do Ministério da Saúde em 1953. *História, Ciências, Saúde . Manguinhos*, vol. 10(3): 791-825, set.-dez. 2003.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política da saúde pública no Brasil.* São Paulo: Hucitec: ANPOCS, 1998.

_____. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde e a construção do Estado (1910-1930). *Estudos Históricos,* v. 6, n. 11, p. 40-61, 1994.

INAUGURADO parcialmente o hospital da IAPETC. *A Tarde,* 27/01/1964, p.3.

MALLOY, J. *A política de previdência social no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MARIANI, Clemente. "Análise do problema econômico baiano". In: *RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico*, Ano XI, Nº 20, Julho de 2009, Salvador, BA, p. 95-131 Disponível em: *www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/download/1065/843* Acesso em:28/04/2014.

NOTICIÁRIO. Aplausos pela entrega dos órgãos de previdência aos próprios segurados. *Diário Oficial* (Seção I), 09/05/1952, p. 7790.

NOTICIÁRIO. Com o chefe do govêrno o novo presidente do IAPETC. *Diário Oficial* (Seção I), 08/05/1952, p. 7710.

NOTICIÁRIO. Benefícios aos trabalhadores gaúchos. *Diário Oficial* (Seção I), 31 de janeiro de 1953, p. 1648.

OLIVEIRA, Ana Lúcia IAPB e sindicato: duas estruturas interligadas. *Revista de Sociologia e Política,* Curitiba, nº. 13, p. 141-151, nov. 1999.

O 11º ANIVERSÁRIO do Instituto de Transportes e Cargas. *Correio da Manhã,* 27/08/1949, p. 5.

PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

REALIZA o IAPETEC o programa social do presidente Getúlio Vargas. *A Noite*, 02/02/1953, p.6.

REALIZAÇÕES do IAPETEC na Bahia, Recife São Paulo e Rio. Ouvindo o presidente Hilton Santos. *A Noite*, 17/07/1947, p. 2.

RECENSEAMENTO do Brazil. Realizado em 1 de Setembro de 1920. (4º censo geral da população e 1º da agricultura e das indústrias). Rio de Janeiro: Typ. da Estatística; 1926.

RÊDE de hospitais. *A Noite*, 11/03/1947, p. 7

REIS, Antonio Alexandre Borges dos (Org). *Almanak indicador comercial e administrativo do estado da Bahia*. Bahia: Editores Reis & Comp., 1919-1920. v. 10.

RIBEIRO, Lidiane Monteiro. Hospital Getúlio Vargas (HGV). Verbete 19. In: Christiane Maria Cruz de Souza; Maria Renilda Nery Barreto. (Org.). *História da Saúde na Bahia: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958).* São Paulo; Rio de Janeiro: Ed. Manole; Ed. Fiocruz, 2011, p. 129-131.

SAMPAIO, Consuelo Novais. Movimentos sociais na Bahia de 1930: condições de vida do operariado. *Universitas*, (29): 95-108, jan./abr., 1982

_____. *1895-2005 – Memória da Fazenda da Bahia.* Salvador : Casa de Jorge Amado : Fundação Pedro Calmon, 2005.

SANTOS, Mário Augusto Silva. *A República do Povo:* sobrevivência e tensão – Salvador (1890 – 1930). Salvador: EDUFBA, 2001.

_____. Crescimento urbano e habitação em Salvador (1890-1940). *RUA: Revista de Arquitetura e Urbanismo*. 1990: 3 (4/5): 20-29.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. A constituição de uma rede de assistência à saúde na Bahia, Brasil, voltada para o combate das epidemias. Filantropía, asistencia y epidemias en Brasil. Dynamis (Granada), v. 31, p. 13-20, 2011a.

_____. A gripe espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia. Salvador/Rio de Janeiro: EDUFBA/FIOCRUZ, 2009.

_____. Hospital Universitário Professor Edgard Santos – HUPES. Verbete 30. In: Christiane Maria Cruz de Souza; Maria Renilda Nery Barreto. (Org.). *História da Saúde na Bahia: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958).* São Paulo; Rio de Janeiro: Ed. Manole; Ed. Fiocruz, 2011b, p. 202-215.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Ed. UNESP: Salvador:

EDUFBA, 2001.

TOMOU posse o novo presidente do I.A.P.T.E.C. Presentes ao ato o ministro Negrão de Lima e altos funcionários do Ministério do Trabalho – Como falou o Sr. Hilton Santos. *A Noite*, 25/02/1946, p. 2.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos,* Rio de Janeiro, v.18, supl.1, dez. 2011, p.179-197.

A terapêutica como forma de Assistência

Danielle Sanches de Almeida[1]
danielle.sanchesx@gmail.com

Resumo: O trabalho em questão aborda o comércio de remédios em Minas Gerais, a partir da segunda metade do século XVIII, e como o abastecimento desses Gêneros contribuiu para a terapêutica nas regiões das Gerais. Cabe ressaltar a importância que instituições da administração colonial como o Hospital Militar e a Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica e, principalmente, as Câmaras Municipais tiveram na provisão de medicamentos e de assistência aos enfermos. Dentre os doentes assistidos tem-se uma variedade de personagens como escravos, soldados, vadios, índios alem dos próprios colonos brancos que consumiam medicamentos dessas instituições.

Palavras Chaves: Hospital Militar – Santa Casa – Minas Gerais – Remédio – Medicina – Comércio

1.A terapêutica como forma de Assistência

1.1 Assistência nas Minas

O cerne da questão assistencial, durante a Época Moderna, passa pelo ideal de santificação que encontra raízes em práticas tardo-medievais. A objetivação da caridade era encarada uma forma de santificação cotidiana, como o corpo sem alma é morto, assim também a fé sem obras é morta. As doutrinas católicas foram responsáveis por inflar o valor imaginativo e de significado que as boas obras tinham no imaginário popular. De acordo com Benjamin (1984), pela caridade, a vida do fiel ganha valorização, luta contra o esvaziamento de um cotidiano marcado exclusivamente pela fé. O sentimento que subjaz a esta insípida vivência protestante seria a melancolia, porque eliminado o caráter meritório e expiatório das boas obras, o homem acreditaria estar sombriamente sujeito ao seu próprio destino (Benjamin, 1984: 161-165).

Os novos padrões de ascetismo leigo, a explosão da pobreza e as diferentes formas de lidar com o fenômeno foram fatores que, no início da Época Moderna, somados às condições específicas de cada localidade, impeliram à reforma das instituições assistenciais por toda a Europa. Observou-se verdadeiro movimento no intuito de racionalizar e secularizar os serviços assistenciais em grandes hospitais gerais (Santos, 2002).

A assistência institucionalizada, em Portugal, tem origem na Idade Média. Muitas localidades, antes das reformas dos séculos XV e XVI, já dispunham serviços e instituições estruturadas em torno dos concelhos (Sá, 1997: 25-27). Uma especificidade portuguesa incide no fato da maioria das instituições medievais de assistência ser de alçada dos leigos, diferentemente de grande parte da Europa. Desta forma, o processo modernizador vivido na Europa (Abreu, 2005: 23-50) que teria secularizado os inúmeros estabelecimentos caritativos, foi experimentado de forma diferenciada pelos portugueses (Sá, 1997: 25-52).

As reformulações assistenciais no território português seguiram uma espécie de terceira via, afeita ao cerne das orientações tridentinas, estruturalmente compósita e com capacidade de se auto-financiar. A uniformização e centralização promovidas pelas Misericórdias, bem como a popularidade e a rápida difusão pelos territórios lusitanos possibilitaram um sistema hospitalar sem maiores empenhos financeiros da Coroa, pois a grande parte dos custos era financiada por elites locais; em 1525, somente no Reino e na Ilha Terceira foram contabilizadas 61 Misericórdias.

---

1 Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em História pela Universidade de São Paulo (USP) e doutoranda em História das Ciências e da Saúde na Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz.

Entretanto a realidade da assistência na América portuguesa se deu pela instauração das Misericórdias e dos hospitais por parte do Estado metropolitano. Em relação a realidade mineira a assistência aos necessitados era realizada pelas câmaras e apenas no século XVIII com a proposta de normatização e tentativa de maior fiscalização das atividades ligadas a cura e cuidados com a população é que foi instaurada a primeira Misericórdia em Vila Rica e os primeiros hospitais.

Quanto à realidade das atividades médicas observamos que eram freqüentes as queixas relativas à escassez de medicamentos europeus nos lugares de menor expressão sócio-econômica, dos remédios que chegavam à colônia oriundos da Europa dizia os cirurgiões e físicos desta região que já desembarcavam em estado de deteriorização devido à longa permanência nos navios, ou então, mesmo chegando em perfeitas condições se estragavam devido ao tempo que permaneciam nas prateleiras das lojas de drogas.

De acordo com Luís Gomes Ferreira (2002:80-81), os remédios chegavam das «boticas de Portugal, passando a linha onde tudo degenera; depois às boticas dos povoados da América, e delas às destas Minas; onde em umas, e outras estarão anos, e anos ». Como já visto no Regimento do Comissário do Físico-mor, penas contra remédios estragados não eram impostas aos produtos importados, mas só contra os boticários, que segundo Ribeiro (1997:12), conservassem ingredientes da própria colônia. Além da escassez e da deteorização dos remédios importados os preços eram altos para a maioria da população, sendo o consumo de produtos coloniais inevitável.

Luís Gomes Ferreira (2002) declarou que estava apiedado de um homem pobre que procurou serviços médicos para curar um escravo doente. Segundo suas palavras, «causou-me tanta compaixão, vendo que além de perder o seu valor e serviços ‘ tinha de pagar os gastos nas boticas, que dizia eram sessenta e tantas oitavas de ouro » (Ferreira, 2002: 234). A respeito dos remédios importados se encontrarem corrompidos, Ferreira fala dos remédios que «vem de Portugal com sua virtude muito diminuída, quando cá chegam, fora do tempo, que cá estarão nas boticas » (Ferreira, 2002: 62).

As pesquisas sobre a história do medicamento na América portuguesa apontam para o fato de que embora alguns remédios realmente se corrompessem na longa viagem do reino ao ultramar nem todos se encontravam estragados, haja vista o grande volume de importação dos mesmos.

Pode se perceber que o autor de Erário Mineral assim como tantos outros autores contemporâneos a sua época questionara os cânones sagrados da medicina, como por exemplo a teoria Hipocrática. Ferreira percebera que o ambiente colonial era completamente diferente do português de modo que não se poderia curar a moda européia, já que sua concepção ainda era da medicina galena e os remédios químicos que lançava mão eram resgatados das receitas do físico João Curvo Semedo, este cirurgião entendia que o clima influenciava as doenças e sua profilaxia.

Luís Gomes Ferreira dizia que, « é tal este clima [da Minas] que se os cirurgiões e médicos não discorrerem por si em todas as doenças, que nele acontecem, farão muito poucas curas com acerto (...) porque é muita a variedade delas e conseqüentemente pedem vários modos de cura (...) por respeito ao clima, habitação e sustentos» (Ferreira, 2002: 12-13). Além das questões referidas acima, o autor mostrava a necessidade de uma adaptação dos métodos curativos à especificidade das Minas. Como opção de medicamentos, ele fala de «ervas, raízes, coisas minerais e de animais, que há pelas partes do Brasil e seus sertões ‘ e servirem de muito préstimo à saúde pública ‘ (Ferreira: 2002:40), e ‘ que há muitos remédios assim vegetais, como raízes, minerais e animais, a quem nosso Senhor deu virtudes excelentes ‘ para remédio de muitas enfermidades » (Ferreira, 2002: 80-81). Muitas vezes, ele dava fórmulas de remédios feitos com produtos naturais das Minas, dizendo serem estes mais fáceis de se fazer «em qualquer parte das Minas ou do Brasil». Como por exemplo, ele mandava substituir «maçãs de cipreste verde», por não serem encontradas no Brasil, por « jenipapos verdes e desta sorte se pode fazer este remédio nas Minas, porque nos currais perto delas há dessa fruta » (Ferreira, 2002: 365). Gomes Ferreira cultivava muitas ervas da terra numa horta, «regando-as para as ter prontas ‘ na ocasião da necessidade» (Ferreira, 2002: 16).

Havia grande raridade de médicos, cirurgiões e boticas, de modo que pessoas com noções mínimas do tratamento médico desempenhavam funções curativas. O vazio deixado pela medicina oficial acabava por ser preenchido por pessoas que praticavam a cura na informalidade, isto é, sem habilitação e licenças necessárias, pois o cirurgião e o boticário necessitavam de carta de exame aprovada pelas autoridades médicas do reino

para poderem exercitar seus ofícios. Aqueles que curavam na informalidade estavam na mira das autoridades legais, aliadas a médicos e cirurgiões diplomados, que sentiam-se ameaçados pela concorrência. Entretanto havia grande dificuldade de aplicação da legislação portuguesa no Brasil (Ribeiro, 1997: 24-27).
Luís Gomes Ferreira não cansava de criticar os tratamentos médicos realizados por pessoas não habilitadas para tais ofícios: os curandeiros (as). Em 1729, falava de uma «castelhana curandeira, ou para melhor dizer comedeira» (Ferreira, 2002: 88), que cobrava de um doente uma oitava de ouro por dia de tratamento, o qual durou dois meses e a moléstia só piorou. O mesmo cirurgião escrevia que, logo que chegou às Minas, por volta de 1710, os profissionais médicos eram quase inexistentes. Na época, ficou sabendo do caso de um doente que, para se curar, «mandou chamar um ignorante barbeiro, que em Portugal mal sabia fazer uma barba, pois destes pecados não faltam nas Minas a cada canto com títulos de cirurgiões » (Ferreira, 2002: 231). Também nesse caso, ele afirmava que a moléstia se agravou e o doente quase morreu.
É interessante apontar como a medicina nas Minas nos apresenta maneiras pelas quais o homem daquele momento histórico podia tratar a questão do tempo. O tempo médico podia corresponder ao tempo das orações já que assistência estava intimamente ligada às relações de solidariedade e ao sentimento de compaixão cristão. Por exemplo, uma determinada substância medicinal perdia o sabor amargoso se deixada na água pelo tempo de uma «Ave Maria». As dores provocadas por um outro remédio só duravam o tempo de «um Credo» (Ferreira, 2002: 168), ou ainda, no tratamento do «achaque do bicho», « meterá o dedo maior do meio da mão dentro do sêsso ‘ o deixará estar obra de uma Ave Maria » (Andrade, 1956: 45). Demonstração dessa íntima correlação entre o tempo cronológico, o espiritual e o ritmo das curas pode ser encontrado no pedido que os oficiais do Senado da Câmara de Vila Rica enviaram para o reino, para a construção de um relógio. Em 1747, na resposta que receberam, o pedido foi considerado justo, «porque sendo esta de tão grande povoação e capital destas Minas, grande falta é a de não haver nela um relógio público, não só para bom governo das gentes, no temporal, espiritual e medicinal » (APM, CMOP, caixa 20, doc.25).

1.2 O Comércio e Consumo de Medicamentos em Minas Gerais

Minas Gerais foi um local privilegiado no destino das frotas de medicamentos devido ao crescimento do número das licenças expedidas para boticários a partir da segunda metade do século XVIII, a construção do Hospital Militar, da compra de medicamentos através das câmaras que tomaram para si essa atribuição, além da construção de diversos presídios e destacamentos militares nos sertões da capitania (Franco, 2011; Souza, 2004: 111; Marques, 1999: 205-206).
A Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica era pouco atuante no que diz respeito a assistência aos enfermos e apenas nas últimas décadas do século XVIII e início do XIX percebemos a ocupação, por essa instituição, do lugar que ficou relegado a câmara vilarriquenha desde o início da colonização das Minas, mesmo assim com pouca escala de alcance haja vista a constatação de Saint-Hilaire sobre a Misericórdia, na segunda década do oitocentos

> Existe em Vila Rica um hospital civil mantido pela irmandade da Misericórdia; mas este estabelecimento atesta a mais deplorável das negligências. Não é para lamentar que na capital de uma região que se diz cristã, e onde tantas somas se despendem para construir igrejas inúteis não se tenha ainda pensado em oferecer um asilo conveniente à pobreza sofredora? E se os particulares são tão indiferentes ao cumprimento desse dever, não é para espantar que os governos não tenham tomado a menor disposição para suprir o seu pouco zelo? (SAINT-HILAIRE, 1975: 71-73)

Em Minas Gerais não era a Santa Casa a instituição primeira voltada para a assistência dos pobres e dos enfermos que proveu à população de medicamentos, mas sim as câmaras e os particulares: comerciantes, cirurgiões e boticários o que marcou o caráter civil desse comércio. As câmaras responsabilizaram-se por fornecer um médico à população pobre, contratar boticários e cirurgiões, garantir o bem comum intervindo

no preço dos medicamentos e provendo a população colonial de remédios. Exemplo disso foi o ofício de «Manoel Teixeira Sampaio, boticário, morador na Vila do Ribeirão do Carmo, solicitando provisão que o autorize a receber a quantia de 150 mil réis, para fornecer os medicamentos necessários aos presos e pobres da vila» (AHU, Minas Gerais, 1721. Projeto Resgate, Loc. A721, 12, 12 – Requerimento de Manoel Teixeira Sampaio...).

Os remédios encomendados para Minas eram transportados tais como as especiarias, ou seja, em: fardos, caixas e cestos, e empilhados no porão das embarcações. Quando aportavam na América portuguesa esperavam a liberação da alfândega, ficando acondicionados em armazéns onde caso não estragassem ou passassem livre pela ação dos órgãos fiscalizadores partiam em lombo de burro para Gerais (Boxer, 2001: 215) .

Os comerciantes dividiam a mercadoria que chegava nos portos em quantidades exatas dos remédios enviados, ou seja, os fármacos eram pesados em libras medicinais, onças e oitavas para depois serem embalados e encaixotados como fez Antônio Roiz de Carvalho em 13/01/1797 em uma remessa levada por Francisco José Correia Braga, separando sua mercadoria em «três caixas e um fardo» (ANRJ, Casa dos Contos, Docs Avulsos, Cx. 102).

As cargas partiam do Rio de Janeiro e percorriam o Caminho Novo que superou o Caminho do Sertão no momento em que a Coroa portuguesa proibiu a circulação de víveres nessa região temendo os constantes descaminhos do ouro, a evasão do fisco, das entradas, dos dízimos e do gado. O viajante que seguia pelo Caminho Novo chegava em Minas em torno de 16 dias, esse trajeto era chamado de variante da terra firme que seguia o vale do rio Santana contornando os baixos alagadiços da Baixada Fluminense o que encurtou o caminho em quatro dias (em relação ao Caminho Velho). Durante todo o percurso existiam roças para atender a passagem das tropas que seguiam em direção às Gerais (Ellis, 1958: 431-432 et Zemela, 1990: 119).

Entre os limites dos distritos existiam os Registros, que eram estabelecimentos fiscais que visavam arrecadar os direitos de entradas pertencentes a Coroa portuguesa. Esses postos fiscais eram guardados por destacamentos militares que controlavam o escoamento da produção aurífera e cobravam taxas, não fixas, sobre a entrada de pessoas, animais e gêneros. Por esses registros passaram as listas de remessas de remédios que deveriam ter sua carga declarada e taxada por conta de quem os tivessem encomendado (Ellis, 1958: 436).

Toda a carga de remédios era transportadas para Minas pelos condutores que levavam barris, vidros, caixas, caixotes e embrulhos dependendo do tamanho da carregação. As caixas e os caixotes eram cobertos «pregados e encerados» (ANRJ, Coleção Casa dos Contos, Avulsos. Cx. 32-160) para melhor conservação o que demonstra uma constante preocupação com a manutenção da qualidade dos mesmos.

Os remédios tinham como destino as boticas particulares, as dos destacamentos militares, as dos presídios, as da Santa Casa de Misericórdia e as do Hospital Militar para provê-los. Os medicamentos partiam do Rio de Janeiro com destino certo e o abastecimento era realizado para toda a capitania, em locais como: Sabará, São João Del Rei, Vila Rica, Tejuco, Barbacena, Caeté, Pitangui, Serro, Inficionado, Brumado, São José Del Rei, Mariana, entre outros, o que demonstra uma disseminação do consumo de fármacos importados no final do século XVIII (ANRJ, Coleção Casa dos Contos, Docs Avulsos. Cxs. 76 e 102).

Em relação as remédios mais enviados para os arraiais mineiros podemos observar, que o Maná foi periodicamente enviado, quase todos os anos consultados havia esse produto nas listas, seguido pela Salsaparrilha.

Com exceção do Sal Catártico todos os medicamentos com maior quantidade de remessa são símplices vegetais, pois em quantidades individuais as plantas dominaram o universo das cargas, mas no somatório geral e na diversidade de remédios foram os compostos que vigoraram nas carregações.

O Maná era um vegetal bastante conhecido indicado para purgar os humores trazendo o equilíbrio do corpo e revigorando a saúde, além de ser componente em diversas receitas aviadas nas boticas servido para quase todo tipo de doença, como relatou Luis Gomes Ferreira em 1735, quando descreveu o caso do alferes Gervásio Barbosa que «estando sufocado com um acidente de asma, sarou com dois vomitórios e uma purga de maná» além das diversas aplicações que indica para o medicamento relatando que «nas enfermidades do peito o maná é admirável remédio e tem o principiado, pelo menos nessas Minas, aonde tem provado maravilhosamente nessas doenças» (Furtado, 2002: 222).

Do tempo do tratado médico de Luís Gomes Ferreira (1735) aos envios de medicamentos dos droguistas do Rio de Janeiro para Minas Gerais tem-se uma passagem de pelo menos 42 anos e a persistência do maná como

um dos remédios mais enviados para as Gerais deve-se a fama costumeira que esse produto adquiriu nos arraiais do interior do Centro-Sul.

A Salsaparrilha foi um medicamento encontrado pelos espanhóis, no século XVI, e levado para a Europa a esse tempo. As propriedades medicinais deste produto se relacionava ao tratamento da sífilis e de afecções cutâneas, muitas vezes advindas da primeira, sendo utilizada como sudorífero e depurativo na forma de pílulas e pós para formar uma mistura consistente – chamada eletuário - que normalmente era misturado ao mel (Medeiros et al., 2007: 28).

Sabará foi a vila que mais recebeu remédios pelo fato da região do Rio das Velhas, ser a maior de Minas Gerais, o que a tornava um espaço (re) distribuidor desses gêneros entre a comarca. Também faziam parte da jurisdição do Rio das Velhas a vila de Pitangui, o arraial do Brumado, do Paraopeba e os julgados do Papaguaio, São Romão e Paracatu. Essas áreas estavam divididas entre as que possuíam lavras e roças férteis, como era o caso de Paraopeba e outras, como São Romão, que tinham sua localização encravada os sertões das Gerais, abrigando presídio para defender a região dos ataques de índios bravios.

Vila Rica aparece como a segunda maior receptora de remédios, no final do século XVIII, o que se explica pelo fato dessa vila contar com a presença botica da Fazenda Real que provia os destacamentos militares, presídios, hospitais militares e a Santa Casa de Misericórdia de medicamentos, além de boticas particulares, que vendiam os medicamentos para população que possuía recursos.

Os Hospitais Militares foram criados para o tratamento de soldados doentes. Junto ao hospital se localizava a Botica Real que teve como administrador, do final do século XVIII até a primeira década do século XIX, o boticário Antônio da Costa Coelho que comprava remédios do Rio de Janeiro para prover as boticas do referido hospital e dos presídios e destacamentos militares mineiros. A Botica Real pertencia à Fazenda Real e as cargas de remédios que saíam para o cuidado dos soldados eram listadas, assinadas e autorizadas pelo escrivão ou pelo inspetor da Junta da Real Fazenda (ANRJ, 1804-1809. Coleção Casa dos Contos, Avulsos, Cxs. 27-54).

A manutenção do Hospital Militar se dava através de descontos do soldo dos oficiais e dos soldados das tropas de dragões. Um cabo de esquadra recebia, em 1734, «de soldo inteiro quatrocentos e vinte e quatro réis por dia de que se lhe abatem trinta e cinco réis para a farda e treze réis e meio para o hospital » (APM, SC 33, folha 17). Em 1738, era descontado, para o Hospital Militar, do soldo recebido pelo capitão de companhia, 40 réis diários (APM, SC 62, folhas 51-51v).

A estada dos soldados no hospital era controlada pelas autoridades, de modo que o governador das Minas ordenava, em 1754, que o cirurgião ou médico não prolongasse a estada no hospital «quando entender em sua consciência ele não necessita pois deve sair do dito hospital, ainda que não esteja capaz do serviço, a convalescer no seu quartel » (APM, SC 69, folha 123). Também, que o comandante do destacamento «visite todos os dias os soldados que estiverem no hospital e examine se estes soldados por conveniência própria, os conserva o dito cirurgião ou médico nele » (APM, SC 23, fl. 148). O cirurgião que atendia aos soldados recebia uma quantia retirada «dos soldos de todos os soldados das duas tropas de dragões, o que é suave para os ditos soldados, muito conveniente por terem onde se curarem ». Entretanto, os custos com o hospital também eram cobertos pela Fazenda Real, conforme apontava o Rei D. João V dizendo que pela sua «real piedade ordenasse que o hospital se pagasse de minha real fazenda a maioria que fosse necessário tirando dos soldados o mesmo que até o momento se tira » (APM, SC 23, fls. 26-26v).

A Santa Casa de Misericórdia estava presente em Vila Rica desde o segundo terço do século XVIII. Essas instituições contavam uma farmácia subsidiária ao seu hospital que o abastecia de remédios. A Misericórdia de Vila Rica era abastecida pela botica da Fazenda Real que comprava medicamentos importados via Rio de Janeiro que repassava à instituição os produtos para o curativo dos colonos. Segundo o historiador Renato Franco (2011), a Misericórdia vilarriquenha, do ponto de vista assistencial, não exerceu função de grande envergadura, conforme mencionamos anteriormente, permanecendo a incumbência das Câmaras o pagamento de médicos, cirurgiões e boticários do partido para atender aos pobres, porém mesmo pouco atuante a Santa Casa de Vila Rica receitou e cuidou de diversos enfermos, inclusive escravos em finais do setecentos (Franco, 2011: 15).

Joaquim Coelho Pereira era boticário em Vila Rica e desde 1780 aparece nas listas de destinatários de remédios importados dos droguistas do Rio de Janeiro. A aquisição de drogas via Fazenda Real aquecia ainda mais o

mercado das drogas de botica em Minas que era favorecido, por si próprio, devido a corrida pelo ouro que gerou um considerável aumento populacional na região.

O Hospital Militar era abastecido, como foi abordado anteriormente, pela Botica Real que através «do boticário Administrador da Botica da Real Fazenda desta capitania Antonio da Costa Coelho, em todo o mês de Dezembro do Ano de 1807, com as Receitas aviadas para os enfermos do Hospital Militar, e da Santa Casa da Misericórdia, Receitas de particulares, e gêneros vendidos à vista» (APM, SC, Cx. 73, Doc. 12. fol. 7) mantinha conta aberta nessas instituições, ou seja dívida ativa, onde no ano de 1807

> importava a quantia de Cincoenta e três mil cento e setenta e oito reis. A saber as do Hospital Militar abatida a terça parte, 20 386; as do Hospital da Santa Casa abatida a terça parte, 14 640; e receitas de particulares abatida a terça parte, 14 852; e de gêneros vendidos à vista 3 300; que todas unidas fazem a quantia de Cincoenta, e três mil cento, e setenta, e oito reis, que parece se lhe deve levar em conta, e deliberar-se nas respectivas do Hospital da Santa Casa, e do Boticário com o rendimento a vista (APM, SC, Cx. 73, Doc. 12. fol. 7).

A elevada margem de lucro que vinha da venda dos medicamentos causou um hábito entre os boticários de abater a terça parte (um terço) no valor das receitas e dos remédios comprados pelos doentes ou por outras instituições como foi o caso das contas do Hospital Militar e da Santa Casa de Vila Rica, citados acima (Almeida, 2009: 122).

O consumo de medicamentos nos Hospitais Militares e, principalmente, na Santa Casa de Misericórdia se dava por colonos que pagavam pela medicalização e por escravos destes. Manoel, escravo de Jacinta, consumiu duas onças de ponta de veado e três onças de infusão de sene, em 1807, comprados na botica da Santa Casa de Vila Rica. O mesmo ocorreu com João, escravo do tenente João Raimundo que teve receitado «duas oitavas de cremor tártaro e nitro puro em pó a ser administrado em seis doses para combater dor nos ossos» (APM, SC, Cx. 76, Doc. 12. Folhas 5-6).

Os destinatários dos diversos arraiais mineiros, que receberam remédios do Rio de Janeiro, promoveram uma circulação ainda maior desses gêneros no interior da América portuguesa, fazendo existir uma ampla rede que conectava os receptores dos fármacos ao destino final dos mesmos. Boticas de particulares, boticas militares, lojas de ferragens, de secos e molhados proveram a população de Minas Gerais de remédios a partir da encomenda que esses homens realizaram além das instituições oficiais que recebiam medicamentos por meio da Fazenda Real como a Santa Casa, destacamentos militares, presídios e o Hospital Militar que embora não aparecesse nas listas como destinatários diretos dos droguistas no Rio de Janeiro, receberam em Minas Gerais, em finais do século XVIII e início do XIX, quantias consideráveis de medicamentos importados (APM, SC, Cx. 76, Doc. 12. 20 folhas).

Bibliografia Geral

ABREU, Eduardo. A physicatura mor e o cirurgião mor dos exércitos no reino de Portugal e estados do Brazil. In: Revista do IHGB, vol. 63, 1901.

ABREU, J. C. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. BH, Ed. Itatiaia, 1989.

ABREU, Laurinda (Org.). European Health and Social Welfare Policies. Proceedings of the seminar held in Évora, Portugal, 2002. Compostela Group of Universities, European Issues, No. 4, 2005.

ALMEIDA, Danielle Sanches de. Entre lojas e boticas: O comércio de remédios entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais (1750-1808). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2009.

ANDRADE, Gilberto Osório. Morão, Rosa e Pimenta: notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil. Pernambuco: APE, 1956.

ARAÚJO, Alceu M. Medicina Rústica. SP, Ed. Brasiliana, 1979.

BAKHTIN, M. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais. São Paulo; Brasília, ed. HUCITEC, 1999.

BENJAMIN, Walter. Origem do Drama Barroco Alemão. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BELTRAN, Maria Helena R. Imagens de magia e de ciência: entre o simbolismo e os diagramas da razão. SP, ed. Educ/ FAPESP, 2000.

BICALHO, F., FRAGOSO, J.R. e GOUVÊA, M.F. (Org.). O Antigo Regime nos Trópicos - a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 2001.

BICALHO, Maria Fernanda. A Cidade e o Império. O Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOXER, Charles R. O império colonial português, 1415-1825. São Paulo, ed. Edições 70, 1969.

CARNEIRO, H. Filtros, Mezinhas e Triagas – As drogas no mundo moderno. SP, ed. Xamã, 1994.

CHALHOUB, S., MARQUES, V. R. B., SAMPAIO, G. R. e SOBRINHO, C. R. G. (Ogs.). As artes médicas e ofícios de cura no Brasil. SP, ed. UNICAMP, 2003.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa, ed. Difel, 1991.

CHAVES, C. Perfeitos Negociantes: Mercadores das Minas Setecentistas. História. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1995.

DIAS, José Pedro Sousa. Um grupo sócio-profissional setecentista de grande importância na economia do medicamento: os droguistas. In: Farmácia Portuguesa, nov. - dez., no 54, 1988.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: Revista do IHGB. Vol. 278, 1968.

ELLIS, Mirian. Contribuição ao estudo do abastecimento das zonas mineradoras do Brasil no século XVIII. In: Revista de História, vol.17, nº 36, 1958.

FALCON, F. C. A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ática, 1982.

FERREIRA, Luís Gomes. Erário Mineral. In: FURTADO, Júnia F. (org.). Erário Mineral / Luís Gomes Ferreira. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. A arte de curar: Cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro, ed. Vício e Leitura, 2002.

FOUCAULT, M. A Microfísica do Poder. RJ, ed. Graal, 1981.

_____. O nascimento da clínica. RJ, ed. Forense – Universitária, 1987.

FRAGOSO, João L. Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830. Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 1998.

FRANCO, Renato. Pobreza e Caridade Leiga – as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2011.

FREYRE, G. Casa Grande & Senzala - formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro/ São Paulo, ed. Record, 2000.

_____. Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FURTADO, Júnia F. Homens de Negócio: A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentista. São Paulo, ed. HUCITEC, 1999.

_____. (Org.). O Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002. Vol. 1.

GINZBURG, Carlo. O Queijo e os Vermes. São Paulo, ed. Cia das Letras, 2000.

GROSSI, R. A arte da cura: uma contribuição para o estudo da medicina na capitania das Minas (1750-1808). In: Cronos: Revista de História, nº 8, 2005.

HERSON, Bella. Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira (1500-1850). SP, ed. Edusp, 1996.

HESPANHA, Antônio Manuel e XAVIER, Ângela Barreto. As redes clientelares. In: (Dir.) MATOSO, J. História de Portugal, O Antigo Regime, vol. 3, 1993.

HOLANDA, Sérgio B. de. Caminhos e Fronteiras. São Paulo, ed. Cia das Letras, 2001.

LE GOFF, Jacques. As doenças têm história. Lisboa, ed. Terramar, 1997.

KURY, Lorelai. Impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). IN: História, Ciência e Saúde – Manguinhos, vol. XI (suplemento), 109-29, 2004.

_____.Viajantes naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. IN: História, Ciência e Saúde - Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 863-80, 2001.

LEITE, Serafim. Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760). Lisboa, ed. Brotéria, 1953.

MARQUES, Vera R. B. Natureza em Boiões: Medicinas e boticários no Brasil setecentista. São Paulo, ed. UNICAMP, 1999.

MAXWELL, K. A Devassa da Devassa – A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808. SP, ed. Paz e Terra, 2001.

MEDEIROS, Maria Franco Trindade; SENNA-VALLE, Luci de; e, ANDREATA, Regina Helena Potsch. Histórico e o uso da Salsaparrilha (Similax spp) pelos boticários no Mosteiro de São Bento. In: Revista Brasileira de Biociências, vol. 5, supl. 1, Porto Alegre, 2007.

MENEZES, José Newton. O continente rústico: abastecimento alimentar na comarca do Serro Frio (1750-1810). Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, 1997.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Todo um mundo a reformar: intelectuais, cultura ilustrada e estabelecimentos científicos em Portugal e no Brasil, 1779-1808. In: Anais do Museu Histórico Nacional, 29 (1997): 87-108.

NOVAES, Fernando A. Portugal e o Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial. (1777-1808). São Paulo, ed. HUCITEC, 1979.

PIMENTA, T. S. O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828 a 1855). Tese de doutoramento, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2003.

_____. Entre Sangradores e doutores: Práticas e Formação Médica na primeira metade do século XIX. IN: Caderno Cedes, Campinas, v. 23, n. 59, abril de 2003. pp. 91-102

PITA, João R. Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836). Coimbra, ed. Minerva-história, 1996.

PRADO JR. Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo, ed. Brasiliense, 2004.

RIBEIRO, Lorival. Medicina no Brasil Colonial. Rio de Janeiro, s.e., 1971.

RIBEIRO, Márcia M. A Ciência dos Trópicos: A arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo, ed. HUCITEC, 1997.

_____. O Paradoxo das Luzes – Demonologia e exorcismos no universo luso-brasileiro século XVIII. Tese de doutoramento, São Paulo, FFLCH, USP, 2001.

ROCHE, Daniel. História das coisas banais – nascimento do consumo séc. XVII – XIX. RJ, ed. Rocco, 2000.

ROSEN, George. Uma história da saúde pública. SP, ed. Unesp/ Hucitec/ Abrasco, 1994.

SÁ, Isabel dos Guimarães. Quando o rico se faz pobre : misericórdias, caridade e poder no Império Português : 1500 – 1800". Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia: São Paulo: Edusp, 1975.

SAMPAIO, Gabriela dos R. Nas trincheiras da cura – As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial. SP, ed. UNICAMP, 2001.

SANTOS, G. S. dos. Ofício e Sangue – O papel da irmandade de São Jorge nas culturas de ofício da Lisboa moderna. SP: Tese de doutorado apresentada ao Curso de pós-graduação em História Social, da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP. 2002.

SANTOS FILHO, Lycurgo dos. História Geral da Medicina Brasileira. São Paulo, ed. HUCITEC/ Edusp, 1977.

SOUZA, Laura de M.e. Desclassificados do ouro – A pobreza mineira no século XVIII. RJ, ed. Graal, 2004.

_____. O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo, ed. Cia das Letras, 2000.

ZEMELLA, Mafalda P. O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII. São Paulo, ed. HUCITEC/ Edusp, 1990.

A trajetória da Política Nacional para a população em situação de rua no Brasil a partir de um estudo de caso

Natália Maximo e Melo
natmmelo@gmail.com

Resumo: No Brasil, a população de rua se torna objeto de políticas públicas a partir de 2009 com o decreto que institui a Política Nacional para a População em situação de rua. Este decreto define tal população como um grupo heterogêneo, que tenham vínculos famílias rompidos, sem moradia fixa e que utiliza da rua como espaço de moradia ou meio de sobrevivência. Diante desse contexto, o objetivo desta comunicação está em traçar um percurso histórico da constituição de tal Política Nacional relacionando-a a um estudo de caso no município de São Carlos, estado de São Paulo. Nesse estudo de caso, se analisa a implantação de um Centro municipal de atendimento à população de rua (Centro- Pop). A partir de coleta de documentos e entrevistas feitas a funcionários deste Centro, se verificou que este foi planejado concomitantemente com os debates que formularam a Política Nacional, havendo a participação de alguns funcionários em reuniões acerca da formulação da Política Nacional. Com isso, este trabalho pretende contribuir para reflexões acerca da implementação de políticas sociais.

Palavras-chave: Política social, Assistência Social, população de rua.

1. ntrodução

Este paper é parte da pesquisa de doutorado em Sociologia[1] que se atenta para a construção de políticas assistenciais para pessoas que vivem nas ruas tomando como estudo de caso uma instituição da cidade de São Carlos, interior do estado de São Paulo. Antes de apresentar informações a respeito do caso estudado, é importante abordar como a população de rua vem sendo apresentada pelos estudos acadêmicos no Brasil.

Nos anos 1970 surgem as duas primeiras publicações a respeito de pessoas morando na rua no Brasil: a pesquisa de Stoffels (1977) voltada para a compreensão da mendicância entre adultos e a de Ferreira (1979) sobre a delinquência de meninos de rua. O entendimento desses sujeitos se deu dentro de uma perspectiva teórica que visa contextualizar os sujeitos estudados dentro de uma dinâmica do capitalismo, da estrutura de classes, da ideologia, e também da ordem e do desvio. No que se refere às crianças e adolescentes, o papel do Estado é visibilizado por meio da disciplina e também da repressão às infrações e delinquência.

Na década de 1980 e 1990, os trabalhos tem nos adultos que vivem na rua ex-trabalhadores que perderam seu lugar do mercado de trabalho. As instituições têm funções de assistência e repressão à vadiagem e mendicância (Neves, 1983; Rosa, 1999; Vieira et al, 1992).

A década de 1990, também trouxe na categoria analítica *exclusão social* o mote para os estudos sobre pessoas vivendo nas ruas. Essa categoria também está presente no raciocínio que formula políticas sociais, especificamente a da Assistência Social. Exclusão, vulnerabilidade, desvínculo são vocabulários presentes tanto nos textos acadêmicos quanto nos documentos do governo. Amplia-se a visibilidade sobre o papel do Estado, minimizando então de respostas apenas econômicas para o problema do ex-trabalhador. O trabalho de Escorel (1999), especificamente, leva em conta as dimensões família e trabalho, ambas são as categorias que dão sustentação para a lógica da Política de Assistência Social atual.

Diante da crise do trabalho, o papel das políticas públicas faz produzir uma categoria nova: a "população de rua" (Vieira et al. 1992). A importância de se compreender as instituições assistenciais e religiosas aparece

1A pesquisa é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

como parte da própria vida na rua. Além disso, desempenham importante papel de organização de pessoas, e mobilização com movimentos sociais. O movimentos dos Catadores de Recicláveis da década de 1990 foi importante para o surgimento do Movimento Nacional da população de rua em 2004.
Nos anos 2000, maior número de pesquisas são realizadas multiplicando os temas abordados e perguntas de pesquisa. Como um fenômeno urbano, a vida na rua chama a investigação para a busca da relação das pessoas com o espaço urbano e também seu movimento nele (Frangella, 2004; Barros, 2004; DeLucca, 2007; Giorgetti, 2007; Ferro, 2011; Martinez, 2011; Oliveira, 2012; Pereira, 2013).
Mas poucos são os recortes de pesquisa que dão ênfase ao trabalho das instituições propriamente, sejam elas assistenciais, de saúde ou repressoras. Porém, desde a promulgação da Política Nacional de Assistência Social em 2004, as instituições públicas vem sendo criadas e ampliadas nos municípios brasileiros (130 até final de 2013). Desde 2009, com a Política Nacional para a População em situação de rua[2], também os centros de atendimentos para esse público vem sendo criados, os chamados Centros-Pop.
Centro-pop é o estabelecimento público responsável pela execução da política assistencial à população em situação de rua no município. Nele, serviços são ofertados para acolhimento das pessoas atendidas durante o período do dia. Há oferta de alimentação, condições para higiene pessoal e para a guarda de pertences. Também são ofertadas atividades educativas e/ou ocupacionais, como por exemplo, artesanato e atividades lúdicas. Dentre os serviços oferecidos pelos profissionais destacam-se principalmente os encaminhamentos para retirada de documentos pessoais; inclusão em Programas e Benefícios sociais, encaminhamentos para outros serviços públicos como os postos de saúde e para o albergue noturno.
Como objeto empírico partirei da observação do Centro-Pop de São Carlos, uma vez que há apenas 130 Centro-pops em todo o Brasil até 2013. São Carlos é uma das poucas cidades de menos de 300.000 habitantes que apresenta um Centro-pop já estruturado antes desta Política Nacional a qual foi promulgada pelo decreto que institui a Política Nacional para a população em situação de rua.
A fim de melhor compreender os processos de constituição de políticas públicas para a população de rua tanto no nível nacional quanto local é preciso ter conhecimento do pano de fundo histórico em que tais processos se tornam possíveis. Portanto, no próximo item será exposto brevemente a trajetória de constituição da política de assistência social no Brasil desde a década de 1930, consolidada com a Constituição Federal de 1988, nesta a Assistência Social é incluída pela primeira vez, como direito social.

2. A Política Assistencial no Brasil até a transição para a democracia

Até a década de 1930, pobreza não era uma questão social sobre a qual o Estado atuasse. Neste período, tem-se uma migração de trabalhadores rurais para a cidade, também é um período de aumento da industrialização e urbanização. Portanto, a pobreza urbana se avoluma e com ela as iniciativas de assistência empreendidas por entidades sociais e iniciativas particulares, por exemplo, igrejas e associações.
Entre 1937-1945, durante a ditadura de Getúlio Vargas, há criação das primeiras leis trabalhistas e também de regulação de entidades assistenciais. O Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), criado em 1938 no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, é o primeiro marco dessa regulação estatal sobre as atividades assistenciais no país.
Outra instituição importante foi a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Criada em 1942 como sociedade civil, sua origem está ligada à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e tinha por objetivo ajudar as famílias dos soldados enviados à guerra. Com o fim da guerra na Europa, a LBA continuou como instituição que visava dar assistência a famílias necessitadas em geral, sendo sempre presidido pelas primeiras-damas do país até 1995, quando foi extinta.

---

2 A «População em situação de rua» como público-alvo das políticas de assistência é definida como uma população heterogênea, extremamente pobre, tendo vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e inexistência de moradia regular, e que usa dos espaços públicos como moradia e sustento, assim como, as unidades de acolhimento como moradia provisória.

Por meio da LBA, o Estado incorpora o discurso da pobreza e miséria com um viés de patriotismo, já as entidades assistenciais privadas conveniadas à LBA serviam de instrumento de controle social e político. A LBA prestava serviço a Organizações Não Governamentais (ONGs) e a movimentos da igreja católica e também criou cursos de Serviço Social formando, portanto, os profissionais dessa área durante décadas.

A LBA era a maior agência de Serviço Social do país implementando ações de auxilio assistencial e compensatórios. Embora não se tenha muitos dados sobre o trabalho da LBA, os setores em que atuava se relacionava prioritariamente aos idosos, pessoas portadoras de deficiência, por exemplo, havia doação de cadeiras de rodas, muletas, aparelhos auditivos. A LBA também atendia crianças em creches, doava fraldas e alimentos a suas famílias.

Durante a ditadura militar (1964-1985), a LBA passa a fazer parte da estrutura do Estado e deixa de fazer parte dele apenas em 1995, quando é extinta. Isso já no período democrático. Em 1969, um decreto-lei a vinculou ao Ministério do Trabalho e Previdência Social; em 1977, ela passou ao então Ministério da Previdência e Assistência Social e; por fim, em 1990, ao Ministério da Ação Social. Quando a LBA é extinta em 1995, nenhuma outra instituição estatal foi criada para substituí-la. Isso porque, no início da década de 1990, há um desmonte da estrutura de proteção social vigente e o predomínio de políticas neoliberais que desresponsabilizavam o Estado da oferta desses serviços.

A constituição de 1988 trouxe uma nova concepção de Assistência Social que buscava se diferenciar das noções de pobreza e assistencialismo até então predominante. A Assistência Social é incorporada ao âmbito da Seguridade Social juntamente à Saúde[3] e Previdência Social. No entanto, o que a diferencia das demais políticas é o critério da «necessidade»: «A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social» (Art. 203 da Constituição Federal).

Os objetivos primordiais definidos em Constituição é atuar para a proteção à família, infância, adolescência e velhice, assim como para a integração ao mercado de trabalho, habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência. Portanto, a Assistência Social se define basicamente pela população que será atendida, e que não é definida simplesmente pela pobreza e vai além dela. Mas, percebe-se que os grupos prioritários para serem atendidos continuam sendo aqueles já selecionados pelas práticas assistenciais existentes: crianças, idosos, deficientes o que permite certa continuidade em relação às práticas assistenciais anteriores.

Porém, a população em situação de rua está ausente de todo esse processo de consolidação dos marcos institucionais e legais da Assistência Social no Brasil.

Quando, a partir de 2003, o governo do presidente Lula abre canais de comunicação com a sociedade civil (promovendo fóruns e grupos de trabalho intersetoriais, por exemplo) a questão da população em situação de rua passa a ganhar visibilidade política. O estopim para a busca por garantir direitos a essa população por meio da política de assistência social foi um fato violento, uma chacina que deixou 7 mortos nas ruas de São Paulo, além de outros feridos. Então, em 2005, a Política Nacional de Assistência Social inclui a população em situação de rua como público da Proteção Social Especial no Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Segundo Carolina Ferro (2011) foi a primeira vez no Brasil que a população de em situação de rua é reconhecida como público de atenção social em nível nacional. Carolina Ferro (2011) aponta que houve uma confluência de fatores a partir de 2004 que favorecem a visibilidade política dessa população. Dentre estes fatores estão: a formação do Movimento Nacional para a População de Rua (MNPR) e conjuntura política favorável às demandas sociais com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) na presidência e em muitos governos municipais. Com isso, houve maior incorporação de demandas sociais na agenda governamental e construção de novas políticas públicas.

Tendo em mente essa conjuntura, o objetivo do próximo item deste paper é traçar a confluência de dois processos concomitantes de constituição de políticas públicas para a população em situação de rua. Um primeiro processo se dá em âmbito nacional e que culmina com a promulgação da Política Nacional para a população de rua em 2009. O outro processo ocorre em nível municipal para a criação de uma política local de

---

3A Saúde é considerada direito universal, estendido a todos; já a Previdência é um sistema de seguridade social dependente da contribuição monetária e focada no trabalhador e seus dependentes, e a Assistência Social, por sua vez, não se destina unicamente aos que a ela contribui mas não é universal, portanto, necessita de critérios para definir quem a ela terá acesso.

atendimento à população em situação de rua no mesmo período em que se davam os processos de definição da Política Nacional para esse público-alvo.

3. Construindo uma política para a população em situação de rua no município: o caso de São Carlos

São Carlos, uma cidade de cerca de 236.000 habitantes, localizada no centro do estado de São Paulo é conhecida como «capital da tecnologia». Cidade onde se apresentam grandes indústrias e universidades atraindo pessoas vindas de vários locais e por vários motivos. Atrai inclusive um circuito de itinerantes, isto é, moradores de rua que passam de cidade em cidade na busca de oportunidades, moradia, vínculos com atividade ilícitas ou mesmo que têm nos percursos um estilo de vida próprios.

Diante disso, a cidade abarca uma instituição que surgiu destinada a esse público, o albergue noturno onde os itinerantes passam até 3 pernoites e depois conseguem passagem para outras localidades. Esta foi a primeira instituição na cidade destinada à população pobre, sem moradia e em trânsito na cidade. Desde a década de 1970, a política do município foi ofertar passagens para que essa população saísse da cidade.

Já a população de rua fixa e originária da cidade foi contada em cerca de 100 pessoas em 2011. Embora não seja tão numerosa em comparação a outras cidades maiores[4], a existência da população de rua ganhou visibilidade nas políticas municipais recentes.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 fez com que os municípios iniciassem uma reestruturação de serviços assistenciais, o que foi verificado em São Carlos a partir de pesquisa documental e entrevistas a funcionários antigos do Centro-Pop. A primeira assistente social, (aqui chamada Vanessa) responsável pelo atendimento à população de rua em São Carlos, relata como foi o processo de planejamento do Centro-Pop em São Carlos.

Vanessa começou a trabalhar em junho de 2006 na Prefeitura de São Carlos por meio de um concurso no qual contrataram uma equipe de 5 assistentes sociais. Neste momento, o município era governado pelo Partido dos Trabalhadores e estava aliado ao então governo Lula. A gestão municipal daquele momento realizou vários convênios com o governo federal a partir dos quais recursos financeiros eram destinados ao município. Em contrapartida, o município acompanhava rapidamente as normativas das políticas públicas conforme eram definidas no governo federal.

Eram estas assistentes sociais contratadas em 2006 foram as primeiras profissionais a atuarem no novo modelo da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e foram destinadas a preencher funções que estavam sendo criadas naquele momento. Neste novo modelo o atendimento social é territorializado nos Centro de referência da Assistência Social (CRAS), os quais visam a prevenção à violação de direitos. Já o atendimento destinado a pessoas cujos direitos já estão violados se dá pelas instituições de Proteção Especial, ou seja, os Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS).

Soma-se às diretrizes da PNAS, o fato de que no município, aconteceram mortes de pessoas que viviam nas ruas devido ao frio. A partir de então, houve uma sensibilização pública para que houvesse uma atuação do poder público. A assistente social Vanessa foi destinada então, ao atendimento à população em situação de rua. Inicialmente, Vanessa atendia na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), onde se concentravam todos os prontuários de todos os indivíduos cadastrados. Não havia uma forma de identificar pelos prontuários quais e quantas pessoas estavam em situação de rua na cidade e os atendimentos eram feitos mediante a procura das pessoas à sede da Secretaria. Com a reestruturação do trabalho assistencial no município, os prontuários foram sendo divididos conforme os territórios de atuação dos CRAS e levados para essas unidades. Na sede da secretaria de assistência social Vanessa permaneceu fazendo os atendimentos à população em situação de rua.

---

4 Em São Paulo, estima-se uma população em situação de rua de cerca de 20.000 pessoas.

Acompanhando os relatórios profissionais de Vanessa no primeiro ano de seu trabalho é possível perceber quais as atividades que desempenhava e as dificuldades encontradas. Entre suas atividades estavam encaminhamentos para documentação pessoal, encaminhamentos a outras instituições como o albergue noturno e a rede de saúde, doação de cestas básicas e passagens para viagem. Muito cedo ela começou a indicar nos relatórios a necessidade de haver um local específico para o atendimento destinado à população de rua pois não havia local adequado em que ele pudessem permanecer ao longo do dia.

Vanessa conta que a assistência às pessoas em situação de rua sempre esteve focada naqueles indivíduos que eram originários da própria cidade, pessoas que nasceram ou moravam na cidade antes de terem a vida na rua, ou que possuíssem familiares na cidade. Aos que não são originários de São Carlos ou itinerantes, havia a prática dos fornecimentos de passagem para irem a outras cidades. Essas práticas estavam consolidadas no município há muitas décadas.

Na década de 1940, existia em São Carlos um albergue noturno, entidade social, que fazia o atendimento a migrantes, ofertando alimentação, pernoite e passagens de trem. Desde os anos 1980, o município tem um outro albergue que atende a população de rua da mesma maneira.

Segundo Vanessa, em 2006 houve a decisão pela continuidade no atendimento àqueles que eram originários de São Carlos pelo governo do município uma vez que, por um lado, era preciso haver prioridades pois só havia uma profissional para atender toda demanda da população de rua, por outro lado, essa divisão entre itinerantes e os moradores da cidade se verificava entre as pessoas em situação de rua.

A ideia de se formar uma Casa de atendimento separado da Secretaria surgiu por motivos específicos do município. Segundo Vanessa, havia um incômodo em receber esse público na sede da Secretaria de Assistência Social. Por se apresentarem frequentemente alcoolizados e sujos, as pessoas que lá frequentavam e esperavam na fila para o atendimento reclamavam muito.

Para ela, a discussão dentro da gestão municipal acerca da população de rua foi impulsionada por alguns fatores, de um lado, «a pressão popular de quem não deseja ser importunado com essa população» e a sociedade civil organizada que via o «descaso», ou a «falta de política municipal de atendimento a esse publico».

Acrescento ainda, que o contexto político do município também era favorável a incorporação de algumas demandas sociais, com existência de orçamento participativo por exemplo. Mas para o caso da população em situação de rua, também é importante levar em conta que nesse período a secretária de Assistência Social era assistente social e que sua atuação vinha no sentido de fortalecer os profissionais e política de Assistência Social. Portanto, uma postura ligado ao profissionalismo. A partir de 2008, a secretária passa a ser uma pedagoga e que tem uma atuação mais ligada ao partido e a interesses políticos.

De 2006 a 2008, sendo um período de reestruturação de um novo modelo de Assistência Social, Vanessa e Antônia (também assistente social e estudante de pós-graduação e voluntária na Secretaria de Assistência Social) passaram a fazer pesquisa junto à população em situação de rua e outras entidades assistenciais. Elas passaram a buscar informações e levantar características das pessoas em situação de rua no município.

> Através desse trabalho podemos evidenciar que as pessoas residentes na rua até então eram munícipes são-carlenses, muitos nascidos em São Carlos ou com laços de parentesco no município. Portanto, a política de oferta de passagem para outras cidades não cabia para o maior número de pessoas que residiam na rua naquele momento da pesquisa. Havia a necessidade de atender adequadamente essas pessoas, um local de referência diurno, que propiciasse uma interlocução entre as políticas públicas municipais, de inicio principalmente com a saúde e a segurança alimentar. (Entrevista de Vanessa, 2010)

Em entrevista de 2010 em documento do Centro-Pop, Antônia relata o processo de trabalho para a criação do Centro -pop

> No ano de 2007 o trabalho de abordagem de rua possibilitou uma aproximação com as pessoas em situação de rua e um reconhecimento das características principais desta problemática no município de São Carlos. Foi um ano de mútuo reconhecimento, do serviço de atendimento com as pessoas da rua, como também, das pessoas atendidas

> com o serviço da secretaria de assistência, especificamente com a Assistente Social Vanessa e comigo. As pessoas começaram a frequentar a Secretaria, para pedidos de algum benefício, ou simplesmente para bater papo e permanecer acolhido no local, criando vínculos até com os próprios funcionários da instituição.
> ( )
> Ainda em 2007 foram realizados 3 encontros de pessoas em situação de rua na Piscina Municipal com o intuito de levantar as demandas desta população para dar encaminhamento à implementação de uma política pública que garanta os direitos básicos desta população, como higiene pessoal, alimentação, espaços educativos, recreativos, guarda-volume, entre outros serviços necessários. Houve também momentos de trabalho e discussão em pequenos grupos no espaço da Secretaria de Cidadania. Também aconteceram em 2007 os primeiros contatos com o Movimento Nacional de População de Rua (MNRP) em São Paulo, e reuniões e trabalhos compartilhados com organizações e instituições que trabalhavam com as pessoas em situação de rua no município de São Carlos.
>
> A partir do trabalho desenvolvido em 2006 e 2007 várias problemáticas da situação de rua foram levantadas pelo serviço de atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), como por exemplo, a maioria das pessoas em situação de rua não frequentavam o espaço do albergue noturno, a falta de orientações básicas para encaminhamentos de problemas de saúde, falta de local para higiene pessoal, falta de referência de um local para contato com as famílias, a necessidade de momentos de recreação, atendimentos interdisciplinares individuais e grupais, referência de um serviço específico para trabalho de articulação com a rede de serviços do município, entre outras demandas.
>
> Tendo como subsídio a Política Nacional de Assistência Social que prevê uma proteção social especial para a população em situação de rua, e considerando o contexto do município nesta problemática, em janeiro de 2007, Vanessa e eu elaboramos um projeto que contemplava a importância de um serviço público para o atendimento específico destas pessoas. Nesse momento o serviço da SMAS contava com um prontuário de 70 pessoas em situação de rua do município, sendo grande parte destes cidadãos oriundos da cidade de São Carlos.
>
> O objetivo principal de um centro de referência para pessoas em situação de rua era criar um espaço de convivência que possibilitasse um ambiente de socialização, que desenvolvesse ações educativas, ocupacionais, terapêuticas, resgatando e fortalecendo a identidade individual e coletiva, dando condições para uma melhor qualidade de vida. (Entrevista de Antônia, 2010)

Foi a partir do diagnóstico feito por essas duas assistentes sociais é que foi possível comprovarem para a Secretária da Assistência Social a necessidade de existir um serviço específico para esse público. A Secretária, por sua vez, encaminhou esse diagnóstico ao Secretário de Governo, o qual entrou em contato com o prefeito. Depois de um longo processo, houve a realocação de recursos para a secretaria de assistência social para o custeio de uma Casa de atendimento para a população de rua. O relato de Antônia demonstra o percurso em que se deu a criação da Casa-Dia.

> Foram várias as tentativas de implementação do Centro-pop para atendimento a pessoas em situação de rua. Uma vez que o projeto foi apresentado à Secretaria da SMAS, a secretária municipal levou um tempo para a sua aprovação. Pese a

> disposição e vontade política da Secretaria, vários entraves políticos aconteceram. Junto a um grupo de moradores de rua, participamos de reuniões do orçamento participativo para tentarmos a implementação do centro. Nosso objetivo sempre foi construir ou fortalecer processos autônomos de decisão política, de despertar em cada um deles o interesse e a motivação de exigir ao poder público aquilo que por direitos lhes corresponde. Além disso, tivemos sempre muito apoio do Movimento Nacional de População de Rua, participamos de encontros em São Paulo junto com moradores de rua do município.
>
> Uma vez aprovado, foi pouco o recurso destinado para a implementação deste serviço. Por outro lado, houve também algumas barreiras da própria sociedade civil em implantar o Centro de Referência perto de zona residencial. De fato, uma vez inaugurado na rua J, em 2008, houve várias reclamações de vizinhos, e abaixo-assinados para tirar o serviço dessa região.
>
> O Centro-pop foi implementado em 2008, e num primeiro momento houve muitas dificuldades, pelo pouco recurso destinado para este serviço. Não havia profissionais efetivos, não havia recursos para comprar equipamentos nem para a contratação de recursos humanos, não tinham sido destinados recursos para alimentação, não havia transporte especifico para realizar abordagens de rua, entre outras várias questões que foram sempre resolvidas pelo esforço, dedicação e insistência da assistente social Vanessa, única funcionaria efetiva naquele momento. (Antônia, 2010)

Antônia, antes voluntária, foi contratada em junho de 2007 para realizar projetos de assessoria durante 6 meses. Ela atuou ao longo de 3 projetos ao longo de 1 ano e meio de serviços prestados. Por meio de contratos temporários foi constituída uma primeira equipe profissional formada de um coordenador do albergue noturno, uma psicóloga e uma terapeuta ocupacional, além de Vanessa e Antônia, assistentes sociais.

As etapas de constituição do Centro-Pop podem ser identificadas pela sequência de projetos de assessoria realizados por Antônia. O primeiro deles se referia à pesquisa do perfil da população em situação de rua, o que reflete as necessidades de elaboração de um projeto a partir de um conhecimento da realidade dessa população. O segundo projeto visava estabelecer contato com instituições e fortalecer uma rede de parceiros pois se percebia a necessidade de constituição de uma rede de relações institucionais locais para que a Política se sustentasse. Etapa essa importante não só para implantação do Centro-Pop mas também para uma sequência contínua de atividades. E por fim, já com o Centro-Pop em funcionamento, Antônia era responsável pelas abordagens de rua.

Como se pode perceber período de planejamento e início de implantação do Centro-Pop foi, para as assistentes sociais, um momento de busca de informações e construção de parcerias. É importante ressaltar que esse contato com outras instituições estão desde aquelas vinculadas ao poder municipal como secretarias, rede de assistência social e saúde, também estavam entidades da sociedade civil, como grupos religiosos, universidade, voluntários. Além disso, entidades e movimento social em outras cidades como São Paulo e Araraquara. Vanessa e Antônia fizeram visitas ao município de Araraquara onde já havia um serviço diurno de atendimento, além do albergue noturno.

Esse processo de busca de informações e de estabelecimento de uma rede institucional tem como consequência para Vanessa e Antônia não só a formação de vínculos com a população de rua da cidade, mas também uma sequência de entrecruzamentos de trajetórias de experiência com outras instituições e indivíduos que se encontraram, se cruzaram e se afastam ao longo desse processo.

4. Indivíduos, instituições em tramas de experiências: a política para a população de rua desde o local ao nacional

Vínculos formais entre instituições estabelecem convênios, contratos, mas também houve parcerias informais a partir do compartilhar de experiências e uma causa em comum. Por exemplo, não se tem uma parceria formal com toda a rede de saúde, no entanto, há algumas unidades do município em que o atendimento à população de rua é mais frágil e ágil do que em outros. A parceria está no nível das relações entre os profissionais do Centro-Pop e os da unidade de Saúde. Outro exemplo é o contato informal com o grupo espírita, a partir do qual abriu-se a possibilidade de contatar estudantes universitários e, estes por sua vez, mobilizaram uma professora de sociologia a qual viabilizou um curso de extensão formalizado. Esta professora, estudantes e profissionais da Prefeitura participaram da organização de um Seminário Nacional a respeito do tema que ocorreu na Universidade Federal de São Carlos em 2008.

Para além do âmbito municipal, percebe-se também o entrecruzamento de algumas experiências. A partir da visita de Vanessa e Antônia feita na casa de acolhimento de Araraquara, elas conheceram o trabalho de Lineu, sociólogo que já tinha uma trajetória de trabalho com população de rua naquela cidade e, que, posteriormente, foi chamado a trabalhar no Centro-Pop em São Carlos para formar a equipe que atuou no processo de consolidação do Centro-pop no município.

Como diria De Lucca, as trajetórias das experiências desses atores se entrelaçam em tramas marcadas pelo tempo, em um lugar e devido a uma causa em comum: a constituição de uma política municipal para a população de rua em São Carlos.

Essas tramas traçadas a partir das experiências também estão presentes não apenas na constituição de uma política local, mas também propiciaram a participação de Vanessa, Lineu e dois representantes da população em situação de rua em alguns dos encontros em São Paulo que debatiam a elaboração da Política Nacional para a população em situação de rua no Brasil.

Visitas empreendidas em instituições de acolhimento em São Paulo, e principalmente, o contato de Vanessa, Antônia e Lineu com o Movimento Nacional da População de Rua os aproximou dos debates que ocorriam no período visando a elaboração de uma proposta para a Política Nacional para a população em situação de rua.

No Centro-Pop em São Carlos, esse debate também eram promovidos em reuniões com as pessoas em situação de rua. Os mesmos temas pautados nacionalmente eram motes para as reuniões locais. Tratava-se de temas como: Saúde, Educação, Trabalho, Moradia. Contudo, é importante ressaltar que não se pode dizer que essas reuniões visassem transpor o debate nacional para o nível local. Ao contrário, as propostas surgidas nessas reuniões eram importantes para o conhecimento dos profissionais sobre a situação de rua local, assim como para a formação do vínculo entre eles e as pessoas que frequentavam o Centro-pop.

As reuniões no Centro-pop de São Carlos ocorriam antes das reuniões em São Paulo e também eram importantes como forma de munir os representantes da população de rua locais que iriam acompanhar as reuniões em São Paulo. De fato, consta no relatório dos Encontros um anexo que expõe a contribuição dos representantes de São Carlos e Araraquara para a Política Nacional para a População em situação de rua. A proposta que foi incorporada à Política Nacional se referia à constituição de Centro-Pops como instituições da Proteção Social Especial como preconizada na PNAS.

Vanessa, Antônia, Lineu e outras duas pessoas em situação de rua participaram do Seminário sobre a Política Nacional para a Inclusão Social da População em situação de rua, ocorrida em São Paulo no mês de julho de 2008. No ano seguinte, Vanessa e Lineu e outros dois representantes das pessoas em situação de rua foram até Brasília para o II Encontro Nacional sobre população em situação de rua, cujo objetivo era validar a proposta para a Política Nacional que já vinha sendo debatida desde 2006.

Em dezembro de 2009, quando o presidente Lula vai a São Paulo para assinar o decreto-lei que institui a Política Nacional para a População em situação de rua, Lineu, uma assistente social de São Carlos e duas pessoas em situação de rua vão até São Paulo para participar desse ato.

5. Considerações finais

Em São Carlos, a política de assistência social está focada naquela população de rua que é originária da própria cidade, pessoas que nasceram ou moravam na cidade antes de terem a vida na rua, ou que possuem familiares na cidade, ou seja, aqueles que têm ou tiveram outros vínculos sociais na cidade antes de chegarem a viver na rua.A criação de um Centro-pop, antes mesmo da promulgação de uma Política Nacional para a população de rua só foi possível da conjunção de um contexto político municipal mas também nacional que envolvia a reestruturação da Política de Assistência Social após democratização do país. Também há de se registrar que este Centro-Pop é herdeiro de uma trajetória institucional local que distinguia entre a população em situação de rua aqueles que são itinerantes daqueles que são originários da cidade.

Percebe-se então, no processo de elaboração de uma política local a busca por informação junto à população em situação de rua e também a construção de uma rede de instituições públicas do município mas também ligadas à sociedade civil como a Universidade, igrejas e mesmo indivíduos voluntários. Para além do município, houve contato com instituições das cidades de Araraquara, São Paulo e Brasília.

Contatos institucionais e pessoais vão se cruzando ao longo desse processo. Vanessa, Antônia, Lineu e as pessoas em situação de rua de São Carlos se encontram e enredam suas trajetórias de experiências de vida e de trabalho. Vínculos profissionais na rede de serviços públicos do município também se entrecruzam com experiências de outros profissionais de outras cidades. Ideias surgidas de debates locais também se encontram, se confrontam e se somam a outros tantos empreendidos em São Paulo e Brasília.

Com tudo isso, ressalto, para finalizar, que não se pode dizer que a política municipal é resultado ou, ainda, está na dependência das definições da política nacional. Ou seja, entre o âmbito nacional e o local não há uma continuidade determinista e unilateral. O caso de São Carlos mostra isso. Portanto, em vez de buscar continuidades entre o âmbito municipal ao nacional, o que este trabalho pretende mostrar é que esses âmbitos da política se conecta muitas vezes por tramas de experiências entre indivíduos e instituições tanto formalmente quanto informalmente, constituindo ao fim uma malha por qual todas as experiências se conectam e se corporificam em práticas cotidianas.

Referências

BARROS, J. S. (2004), *Moradores de rua - trabalho e pobreza: interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira,* Dissertação de mestrado, Campinas-SP: UNICAMP.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (2009), *Política Nacional para a População em Situação de Rua*. (Decreto Presidencial n. 7053), Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm, [consultado em 10-02- 2013].

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (2004), *Política Nacional de Assistência Social.* Disponível em: http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf/view, [consultado em 28-12-2013].

DE LUCCA, D. (2007), *A rua em movimento. Experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua,* dissertação de mestrado, Campinas-SP: UNICAMP.

ESCOREL, S. (1999), *Vidas ao léu. Trajetória de exclusão social,* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

FERREIRA, Rosa Maria F. (1979), *Meninos da rua. Valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo,* São Paulo: Comissão Justiça e Paz.

FERRO, M. C. T. (2011), *Desafíos de la participación social: alcances y límites de la construcción de la política nacional para la población em situación de calle en Brasil,* Dissertação de Mestrado, Buenos Aires: Facultad latinoamericana de Ciencias Sociales.

FRANGELLA, S. M. (2004), *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo,* Tese de Doutorado, Campinas-SP: UNICAMP.

GIORGETTI, C. (2006), *Moradores de rua: uma questão social?,* São Paulo: FAPESP- Educ.

LONARDONI, E, GIMENES, J. G., SANTOS, M. L. (2006), "*O processo de afirmação da assistência social como política social", Serviço Social em Revista, 8 (2).* Disponível em http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_sonia.htm, [consultado em 29-03-2014].

MARTINEZ, M. M. (2011), *ANDANDO E PARANDO PELOS TRECHOS: uma etnografia das trajetórias de rua em São Carlos,* Dissertação de mestrado, São Carlos-SP: UFSCar.

MNPR (2012), *História do Movimento Nacional da População de Rua*. Disponível em: http://www.falarua.org/index.php?option=com_content&view=article&id=70&Itemid=88. [consultado em 02-08-2012].

NEVES, Delma P. (2010), "Habitantes de rua e vicissitudes do trabalho livre". *Revista Antropolítica,* 29, pp. 99-130, Disponível em http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica/article/view/40/pdf. [consultado em 17-11-2014].

PEREIRA, C. B.(2007), *Assistência Social em territórios estigmatizados. Um estudo da atuação Fundação Leão XIII em Vila Ipiranga, Niterói: PUC-RJ,* dissertação de mestrado, Disponível em: http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0510670_07_cap_03.pdf. [consultado em 29-03-2014].

OLIVEIRA, L. M. F. (2012), *Circulando pelo trecho: migrantes, itinerantes e moradores de rua no interior paulista*.. Disponível em http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais2011/14_433.pdf . [consultado em 22-05-2012].

PEREIRA, L. F. P. (2013), *No labirinto da gestão: notas sobre moradores de rua e trabalhadores da Assistência Social,* Dissertação de mestrado, São Carlos: UFSCar, 2013.

ROSA, Cleisa M. M. (1999), *Vidas de rua, destino de muitos,* dissertação de mestrado, Unesp.

SANTOS, José O. Dos (2001), "LBA – trajetória de uma instituição no contexto das políticas públicas". *Revista Debates Sociais, 59,* Rio de Janeiro: CBCISS, pp. 105 – 170.

SILVA, V. F, HERRERA, A. L.(2008), "Experiência de Gestão Municipal Atendimento a pessoas em situação de rua em São Carlos", *Anais do Seminário Nacional sobre a População em situação de rua,* Universidade Federal de São Carlos.

STOFFELS, Marie-ghislaine (1977), *Os mendigos na cidade de São Paulo: ensaio de interpretação sociológica,* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

VIERIA, M.A. C,BEZERRA, E.M.R, ROSA, C.M.M. (orgs) (2004), *População de rua. Quem é, como vive, como é vista,* São Paulo: Hucitec.

O 'familismo' e a caridade: a Sociedade São Vicente de Paulo na Zona da Mata mineira (1895-1939).

Ana Paula Magno Pinto
anapmagno@gmail.com

Resumo: Este texto pretende estudar algumas das estratégias adotadas pelas elites zonomatenses que possibilitaram a presença da Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP) em Minas Gerais, estado brasileiro, na Primeira República, especialmente na região da Zona da Mata e refletir sobre o papel da confraria na organização social local. O projeto de assistência à pobreza e à saúde da SSVP se materializou na França no período citado, se expandiu para outros países como Portugal que o levou ao Brasil e foi aplicado pelas elites à Zona da Mata mineira no período da Primeira República. O principal argumento é de que as elites locais teriam aderido ao projeto vicentino para assistir a pobreza e a doença para aquela região e mobilizado outros atores sociais para que suas ações fossem concretizadas utilizando-se do *familismo* local e da propagação da caridade, como um valor cristão a ser internalizado pela sociedade.

Palavras-chaves: Assistência; Saúde; Zona da Mata mineira; Brasil.

O período em que a confraria vicentina (Sociedade São Vicente de Paulo ou SSVP) se instalou na Zona da Mata mineira se caracterizou pela crise na cafeicultura, pela ausência de políticas pós-abolicionistas e pela presença de epidemias, um conjunto de fatores que agravaram as questões relacionadas à pobreza e suas consequências. Minas Gerais participava de um pacto político federal instável com o estado de São Paulo, na recém-proclamada República brasileira. O estado de Minas apresentava profundas diferenças socioeconômicas internas, em sua extensa área geográfica. Numa região grande e pobre, as elites políticas precisaram manter a união interna do estado para manter o pacto do 'café com leite' com o estado de São Paulo e garantir sua participação no governo republicano.

A região da Zona da Mata era pouco habitada até o início do século XIX, desenvolveu a economia cafeeira paralelamente à economia de subsistência e à pecuária leiteira, responsáveis por uma ocupação humana desordenada e intensa, o que gerou fragilidade nas questões sociais locais, como a pobreza e a exposição às epidemias. No final do século XIX houve uma diversificação das atividades econômicas, a chegada de imigrantes e a configuração de 'novas elites', que perceberam a urgência da situação da pobreza e da saúde no ordenamento urbano.

As novas elites eram compostas das antigas elites locais, proprietárias das terras, das elites vindas das antigas áreas mineradoras do Centro e de uma classe média enriquecida, que se dedicava a outras atividades econômicas, como a indústria de laticínios, mas guardavam profundas diferenças entre si. A representação política da Zona da Mata refletiu essas diferenças e dificultou sua participação mais efetiva no governo do estado e no pacto federal. Não se pode identificar um grupo hegemônico entre essas elites de origens diversas, mas os problemas de ordenamento urbano local e da saúde atingiram a todos e neste contexto o projeto vicentino de assistência à pobreza representou uma solução para a necessidade social local, capaz de unir as elites na confraria, responsável pela reconfiguração da identidade da categoria. Analisar as estratégias de mobilização desses atores para a adesão ao projeto de assistência vicentino na Zona da Mata é o objetivo geral desse trabalho.

Não se pretende construir a história da Zona da Mata mineira utilizando exclusivamente a trajetória das elites, mas o argumento aqui apresentado é de que tais famílias de elite desejavam a organização da sociedade local, especialmente das cidades de Ubá e Rio Pomba, mais populosas na ocasião e centros da economia cafeeira local, por isso direcionaram suas ações para atingir a esse objetivo através do projeto de assistência da SSVP.

Para atingir ao objetivo geral, o texto foi dividido em três partes. Procurei explicar na primeira parte a formação das elites da Zona da Mata, suas bases religiosas e princípios organizacionais, com o argumento principal

de que as elites possuíam características específicas que contribuíram para a consolidação da confraria na região. A seguir, na segunda parte, investiguei os motivos pelos quais as elites de Ubá e Rio Pomba, principais cidades analisadas da Zona da Mata, optaram por atuar sob o projeto vicentino de assistência, com o argumento principal de que houve influência da educação lazarista na formação destas elites, dos seus valores católicos como a caridade e das influências vicentinas, no sentido da defesa da ação católica para a assistência. Na uma última parte, apresentei a análise das fontes que evidenciaram a presença dos valores vicentinos na região, especialmente a caridade, com o argumento de que os vicentinos pretendiam conquistar colaboradores ou benfeitores em toda a sociedade ao exaltar esse valor, o que aumentou o patrimônio da confraria e as suas influências nas relações sociais clientelistas e estabeleceu uma identidade às novas elites locais. Por fim tracei algumas considerações acerca da pesquisa desenvolvida para a verificação dos argumentos das três partes anteriores, ao buscar as evidências da formação das elites zonomatenses que as aproximaram da SSVP e para analisar a opção pelo projeto vicentino nas condições das mudanças sociais e políticas na região, num processo de modernização e de crise.

1. A sociedade 'familista' na Zona da Mata e as elites no século XIX.

Identificar e compreender a origem 'familista' e o localismo como elementos constitutivos das elites da Zona da Mata e de sua identidade social é o objetivo desta primeira etapa de pesquisa. Centrei as análises na última década do século XIX e primeira do século XX, a fim de identificar as características sociais locais no período da transição da Monarquia para a República, período em que os valores culturais foram mantidos e transformados, num processo de 'continuidades' e 'rupturas', naturais nas sociedades em transformações políticas.

Não se propõe aqui tratar das elites da Zona da Mata de maneira distinta das elites das outras regiões mineiras nem mesmo dos outros estados da federação, mas a compreensão das motivações endógenas é necessária para a interpretação sobre a formação, o comportamento, o caráter provinciano e o ambiente socioeconômico e político para as ações das elites zonamatenses, uma região com poucos núcleos urbanos até o início do século XIX. Apesar das dificuldades de acesso a esses sertões, foram fundadas as primeiras freguesias (no caso estudado, a Freguesia de Rio Pomba) no final do século XVIII e estabelecidos os consequentes contatos entre as populações indígenas locais e os padres católicos enviados para a ocupação da terra ainda colonial e para a organização do aldeamento indígena[1].

Durante o século XVIII as dificuldades de acesso à região foram lentamente se transformando, mas deixaram marcas profundas no *ethos* destas elites, para quem o senso de lugar construído a partir das famílias, o isolacionismo e a ênfase nas origens católicas, na interpretação de Wirth (1982), conotam estabilidade e desejo de ordem, num ambiente em transformação.

> As análises de Wirth sobre a formação e o *ethos* das elites em Minas Gerais possuem como fontes os órgãos socializadores, em especial os jornais, as organizações voluntárias, a educação e a Igreja, mas também se utilizam de uma literatura de escritores de origem mineira. De acordo com essa literatura, nascer e crescer numa pequena cidade do interior de Minas seria uma espécie de 'dádiva'. Lá existiria um ambiente agradável, afetuoso, de humor e respeito. A relação descrita entre o indivíduo e a família e entre as famílias, já que todos se conheciam, é afetiva e incluiu os agregados. Essa relação não é exclusividade das cidades do interior mineiro, são observadas também em cidades do interior do país. A literatura aponta para o rígido controle da família exercido pelo pai.

1 Ver PAIVA, Adriano Toledo (2010 [1984]). Os indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas, Gerais (1767-1813); RESENDE, Maria Leônia Chaves de (2007). "Brasis coloniales": índios e mestiços nas Minas Gerais no século XVIII; VENÂNCIO, Renato Pinto (2007). Antes de Minas: fronteiras coloniais e populações indígenas.

> Botelho (2013) fez sua análise sobre a família mineira se iniciando pelas observações dos viajantes estrangeiros do século XIX, mas acrescentou a análise dos registros das moradias das famílias mineiras no século XIX (censos). Os viajantes estrangeiros atribuíram à família brasileira características como de preeminência masculina, que teria dado origem ao debate brasileiro sobre o patriarcalismo, o escravismo e a peculiar relação entre o público e o privado, registrado no clássico 'Casa Grande e Senzala', de Gilberto Freyre (2003[1933]). Porém, ao investigar tais características em relação à família mineira, Botelho identificou algumas peculiaridades. Ao citar as pesquisas sobre os domicílios mineiros na primeira metade do século XIX, encontrou cerca de 30% das famílias chefiadas por mulheres, as práticas do concubinato entre outras maneiras de formação familiar, mas destacou as tradições da família europeia, no caso, a portuguesa e sua moral católica, mantida rigidamente pelas famílias das elites mineiras como um diferenciador da hierarquia social local. Constatou, ao analisar a composição de domicílios na metade do século XIX, que a maioria registrava a moradia do núcleo familiar, a saber, o pai, a mãe e os filhos, afastando o estereótipo de que havia a predominância da 'família extensa' em Minas, aquelas em que várias gerações habitariam o mesmo teto sob a autoridade do homem mais velho, especialmente nas elites.

Quintaneiro explicou que o isolamento geográfico da província, sua economia apoiada no trabalho escravo, à falta de instrução, o pequeno número de livros, a dificuldade de acesso às artes, entre outras situações, foram responsáveis pelo estabelecimento de uma cultura com poucos contatos com os padrões da 'civilização' (2013:299). Registrou que os viajantes estrangeiros presentes na província, nas regiões mais isoladas como a Zona da Mata, distantes das luzes da Corte, despertavam a admiração das elites e a fobia dos mais humildes, que temiam se tratar de protestantes. Por sua vez, os viajantes observaram a sociedade local a partir de seus próprios valores culturais, atribuindo-lhes características como tradicionalismo, a imprevisão ou o desperdício de tempo, no século da 'cruzada modernizante', que atribuía virtude ao trabalho e à disciplina (Quintaneiro, 2013: 300). Atribuíram às elites características como a preguiça, o desalinho, a casa desconfortável, a falta de móveis, o ciúme doentio dos homens em relação às mulheres da família, entre outras.

Quintaneiro observou que as mulheres não 'falavam por si' e não deixaram registros históricos sobre si mesmas, estiveram expostas às análises masculinas que se direcionaram pelos códigos morais locais, o que permitia interpretações controversas, 'as vozes femininas eram guardadas nas paredes das casas', o que fez com que alguns narradores comparassem tal situação aos 'haréns orientais'. Quanto maior fosse a condição de elite da mulher, mais reclusa se tornava, submetida a um maior controle. O autor concluiu que o sistema de reclusão a que eram submetidas às mulheres das elites mineiras era tão distinto dos padrões europeus da época que alguns narradores buscaram comparação com as mulheres muçulmanas, considerando as influências árabe e islâmica na península ibérica, as quais também explicariam o considerado tradicionalismo endêmico português, que se diferenciava da Europa moderna (Quintaneiro, 2013: 302).

Com relação às famílias e seus convívios, Wirth observou que, como todos se conheciam, ricos e pobres, as desigualdades sociais foram descritas como uma interação possível e não conflituosa, já que acreditavam que os pobres 'não teriam ambições'. Wirth concluiu que essas descrições embaçam os contrastes socioeconômicos de uma sociedade fundamentalmente conservadora e hierárquica. A pobreza foi descrita como um fato rotineiro que legitimava a ordem social, mas manter simbolicamente a riqueza, o estilo de vida mais sofisticado, em que o status é revelado nas roupas, nas propriedades e no acesso à educação, não era tão simples no interior empobrecido.

A cultura local das pequenas cidades do interior marcou a sociedade mineira na relação entre a comunidade e a família, como no modelo ibérico, em que a sociedade apresentava uma hierarquia estável entre duas classes, os poucos ricos privilegiados, que assentaram suas posses na agricultura,

no comércio e na política, e os pobres, que buscaram conforto nas relações de compadrio, entre outras formas. Para explicar o compadrio, Brugger (2013) esclareceu que seria uma relação de troca: os padrinhos se beneficiariam dos trabalhos, préstimos e fidelidade de seus afilhados, que contavam com os cuidados, proteção e reconhecimento. A relação de apadrinhamento era chancelada na Igreja. Lapa (2008) discutiu a questão e relacionou a assistência aos pobres a essa relação de trocas entre os padrinhos e afilhados, gerando o sentimento de fidelidade, característico das relações clientelistas da época.

A Igreja era o centro de encontro social. A vida dos moradores continuou a ser controlada pelos sinos da Igreja e pelos sacramentos. As elites não eram fechadas à mobilidade social, o casamento foi um canal de mobilidade aceito, de acordo com os preceitos católicos do modelo português. Os sermões dominicais eram o principal assunto para as conversas da semana. As tradições católicas de Minas Gerais colonial foram mantidas no século XIX.

Os 'homens das letras', aqueles que eram alfabetizados, possuíam grande prestígio social entre as elites e na sociedade como um todo. Eram comuns nas elites mineiras as carreiras múltiplas, como por exemplo, um dono e administrador de fazenda que possuía fábricas e servia como deputado ou vereador.

Wirth concluiu que a construção da identidade familiar e local permitiu o estabelecimento de uma rede de informações privilegiadas, um acesso privado às instituições municipais ou mesmo estaduais e que, ao desempenharem carreiras múltiplas, reproduziam um traço comum das sociedades em processo de modernização. A Zona da Mata é a mesorregião mineira mais próxima do Rio de Janeiro. Segundo Wirth, foi vista pela capital como uma região conservadora, formada por elites cautelosas, autoritárias e 'pão-duras'. Essa visão foi transferida para Minas Gerais como um todo. O autor ressaltou que essas elites não eram reconhecidas pela riqueza, mas pelo trabalho árduo e pelo jeito para os negócios. Não se tratava de uma oligarquia patrimonial, como nos barões do açúcar no Nordeste, mas um grupo de origem heterogênea, que não compartilhava de uma situação econômica confortável e única, mas sim dos diversos meios de acesso aos serviços e bens materiais.

A imprensa foi um marco no regionalismo mineiro. No século XIX os jornais eram efêmeros e geralmente era de propriedade do chefe político local. Foi um período com muitas propagandas sobre a saúde, com foco no higienismo, em geral de medicamentos ou anúncios de serviços de profissionais de saúde, provavelmente porque foram atingidos por muitas epidemias no final do século XIX e início do século XX.

O caráter urbano floresceu nas cidades zonamatenses no século XIX. Sobre a estrutura das cidades investigadas, houve um incremento dos serviços oferecidos no final do século XIX. As cidades se tornaram o centro daquilo que as elites consideravam civilização: com escolas, clínicas, serviços burocráticos, a música, o teatro e as praças ajardinadas, que eram os requisitos para que se considerasse uma cidade civilizada. As elites se transferiram para as cidades, principalmente quando os filhos atingiam a idade escolar. O automóvel acelerou esse processo de urbanização. As autoridades locais promoveram os festivais: concertos de bandas para que todos mantivessem memória das tradições coloniais. As cidades atraíam as elites pelos serviços como tabeliães, correios, polícia, transações comerciais e bancárias, além das atividades culturais como o teatro, a literatura e os jornais locais. Em 1886 o imperador D. Pedro II inaugurou um dos trechos da Estrada de Ferro Leopoldina, um ramal que ligava Rio Pomba a Guarani, com objetivo de escoar o café que era produzido na região e as cidades usufruíram do telégrafo. Desenvolveu-se nas cidades a sensação de pertencimento local.

Portanto, o 'familismo' e o localismo teriam contribuído para o 'forte senso de ordem' observado nas novas elites que buscaram uma nova identidade nas soluções dos problemas urbanos relacionados à pobreza, na prática da assistência.

2. A educação lazarista na formação das elites da Zona da Mata.

Entender a educação e a influência lazarista como elementos formadores das elites da Zona da Mata no sentido da criação de atores sociais conscientes de seu papel nos valores cristãos é o objetivo desta etapa da pesquisa. As primeiras conferências da confraria vicentina na cidade de Ubá datam de 1895. Em seus registros alguns confrades justificam sua ausência naquela conferência porque precisaram viajar 'para o Caraça'. Tal justificativa aparece também nas primeiras atas das conferências vicentinas da cidade de Rio Pomba, em 1902. Alguns registros como: «O tesoureiro comunicou não pode comparecer por ter de viajar para o Caraça e incubiu o secretário de informar à conferência...» (Ata da Conferência da SSVP, 2 de setembro de 1901). Embora não exista qualquer referência nas atas sobre os motivos das constantes viagens dos confrades, a ligação desses homens com o Colégio do Caraça contribui para que se compreenda a vocação para a caridade católica desenvolvida neles e que teria estimulado as elites que ali estudaram para as práticas da filantropia voltadas à assistência aos pobres, ao se perceberem como atores sociais conscientes de seu papel. O ponto de partida foi buscar as informações sobre as ligações entre o Caraça e os vicentinos para identificar os confrades como possíveis ex-alunos do Colégio Caraça ou compreender se a educação caracense contribuiu, mesmo que de forma indireta, a ser estabelecida como uma etapa da formação da identidade social dos confrades.

Situado nas montanhas mineiras, o Colégio Caraça[2], muito mais que uma simples instituição de ensino secundário, representou um *modus operandi* lazarista de formação das elites dirigentes mineiras e brasileiras do período, de acordo com a pesquisa de Andrade (2000). As fontes utilizadas por Andrade foram livros de matrícula, livros de contas, regimentos do Colégio, depoimentos de ex-alunos, correspondências, livros de avisos gerais da Congregação da Missão, além dos periódicos da época, legislações, entrevistas, entre outros. Através da transcrição de diversos trechos de documentos antigos, a autora dá voz aos sujeitos da época ao investigar e entender quem eram os alunos do Caraça, qual a sua procedência e situação social. Esclareceu que o Colégio do Caraça se propunha a formar, a partir dos abastados adolescentes que a ele recorriam a elite mineira e brasileira, dentro de um espírito cristão e consciente de seu papel na definição dos destinos da nação. As relações entre a proposta educativa posta em prática no Colégio e as práticas sociais mais amplas, características dos Oitocentos e nos primeiros anos dos Novecentos, não se referem apenas à reprodução da sociedade, mas também incentivam a uma participação ativa na própria produção do social. Seria possível assim uma reflexão sobre os valores católicos difundidos pelos lazaristas após a Revolução Francesa e inseridos nas questões do desenvolvimento protestante, no crescimento da influência cientificista e das dificuldades econômicas dos trabalhadores operários. Faria Filho e Assis afirmaram que o estudo de Andrade nos permite identificar que a forma que o Colégio propôs para moldar o caráter, estruturar a personalidade, incutir a fé e os valores cristãos e transmitir os conhecimentos, dentre outros, produziu sujeitos com as competências e as sensibilidades necessárias à atuação na manutenção e reprodução da ordem social.

O Colégio do Caraça, lazarista, nasceu vicentino e português.

No início, a sesmaria do Caraça foi comprada pelo enigmático Irmão Lourenço de Nossa Senhora[3], que logo começou a construir um hospício, era uma hospedagem relacionada ao passado mineiro conhecido como 'febre do ouro e pedras preciosas' no século XVIII e as sucessivas crises na primeira década do século XIX.

---

2 O Santuário do Caraça pode ser considerado um marco na história da educação das Minas Gerais por ter sido um dos mais antigos representantes da tradição escolar de cunho humanista no Brasil do século XIX. Sua história é tradicionalmente é periodizada em quatro momentos de sua administração: o Caraça do Irmão Lourenço (1770-1819), o Caraça português (1820-1954), o Caraça francês (1854-1903) e o Caraça brasileiro (1903 a 1968), segundo Carrato, 1963.

3 A história do Irmão Lourenço é cerceada por lendas porque há pouca documentação sobre sua vida; sua trajetória é controversa, creditada pela tradição local, de origens duvidosas, mas o religioso ergueu um santuário de proporções exponenciais através das esmolas dos fiéis, de títulos e isenções fiscais da Coroa e designações papais, convergindo para a legitimação do local, segundo a historiografia. Para maior esclarecimento, consultar as obras de Carrato (1963) e Pe. Tobias Zico (1979), ambos privilegiaram a trajetória pessoal e missionária do fundador do Caraça.

A pedido do próprio rei Dom João VI os padres Leandro Rebelo Peixoto e Castro e Antônio Ferreira Viçoso[4] iniciaram a construção de um projeto educativo na 'serra inabitável', foi 'a primeira instituição privada das humanidades' nas Minas no país pré-independente, conforme observação de Andrade (2013). Os lazaristas chegaram ao Caraça num período em que o clero secular era considerado por muitos como 'insubordinado', e nas palavras de Dom Viçoso, um 'clero escandaloso' (Oliveira, 2010). A educação lazarista teria objetivo de formar as elites e um clero. As influências do Caraça não se fizeram apenas em seus alunos, mas na formação dos sacerdotes e na sociedade zonomatense em geral, através das 'Missões'[5].

Andrade explicou que o clima de fervor e as disputas de Minas do início do século XIX estimularam o clima de desconfiança em relação ao Colégio Imperial Casa do Caraça, considerado um dos frutos dos silêncios das decisões políticas e dos acordos fechados[6]. Assim, observou na documentação consultada em sua pesquisa o clima das controvérsias presente no 'ambiente citadino mineiro, propenso às gritas', segundo o autor, e o Caraça foi atacado e perseguido por ser um colégio isolado que abrigou o Colégio (1820-1912), o Seminário Maior de Mariana (1854-1882) e uma Escola Apostólica (1885-1895 e 1905-1968), para a formação lazarista.

A sociedade brasileira oitocentista mineira, ainda escravista, de práticas patrimonialistas e clientelistas, reservava a possibilidade de instrução a poucos. Apenas algumas famílias poderiam arcar com encargos destinados à educação dos filhos, compreendida como um bem simbólico socialmente necessário. O desenvolvimento das profissões liberais de acesso apenas a uma elite abastada exigia a passagem pelo colégio. A educação se tornou um elemento de distinção social e a garantia da permanência nos estratos sociais elevados, seriam os 'homens das letras'. Andrade observou que os colégios brasileiros «corporificaram a porta de entrada para àquele mundo, concebido para jovens que poderiam desfrutar de uma vida escolar prolongada, dos dez aos vinte e cinco anos, por serem desobrigados do trabalho» (2013: 167). Os colégios não eram apenas reprodutores de objetivos sociais, mas colaboravam com a construção de projetos políticos e sociais mais amplos, o que contribuía para sua implantação e coesão, por isso eram considerados objetos de controvérsias políticas e sociais. O Caraça pode ser considerado integrante do processo sociopolítico como responsável pela gestação da elite dirigente mineira dos oitocentos, com reflexos nas ações dessas elites na Primeira República.

Seus alunos eram filhos das elites de fazendeiros com atividades diversificadas, por até três gerações, segundo Andrade (2013) garantidas pelas atividades patrimonialistas dos clãs dirigentes das cidades e que ocupariam os

---

4 Antônio Ferreira Viçoso nasceu em 1787 na cidade de Peniche, em Portugal. Decidido a ingressar na vida religiosa, escolheu a Congregação da Missão, denominada Lazarista. Realizou seus votos em 1813, já com 26 anos de idade. No ano de 1818, Viçoso foi ordenado pelo bispo de Macau. Em 1819 foi designado para realizar missões no Brasil, juntamente com o Padre Castro. Em 1843, aos 56 anos, Padre Viçoso foi nomeado bispo da Diocese de Mariana pelo Imperador, cargo que exerceu até sua morte em 1875. Em 1854 Dom Viçoso viajou pelas cidades de sua diocese para as "Missões": em 1856, a 16 de setembro, esteve em Pomba, Taboleiro, Piau, João Gomes, Dores e Quilombo, cidades que compõem a atual microrregião Ubá.

5 As "Missões" faziam parte das práticas religiosas orientadas por Dom Viçoso, que pretendia construir uma reforma eclesiástica inspirada no ultramontanismo, capaz de criar um cotidiano específico local e não um movimento transplantado da Europa para o Brasil. As medidas adotadas por ele foram estudadas por Oliveira (2010), tais como a reestruturação do seminário, as "missões perpétuas", as visitas pastorais e as ações dos padres e freiras, fundamentais para o entendimento da nova cultura religiosa. Oliveira ressaltou que, diante de um clero que vivia "da maneira que lhe convinha", a Igreja havia flexibilizado algumas normas. O movimento ultramontano iniciado por D. Viçoso em Minas Gerais, através de ações reformadoras, teve que enfrentar a grande dimensão da diocese, juntamente com a insuficiência numérica dos padres.

6 Apesar do título de "Imperial", o Colégio não resistiu às perseguições que as instituições religiosas sofreram durante o Império pela imprensa, pelos políticos e pelo próprio governo contra os frades estrangeiros: as matrículas dos meninos diminuíram e as rendas da Irmandade se reduzem a cotas insignificantes. O seminário teve que encerrar suas atividades em 1834 e o colégio foi fechado em 1842. A situação era tão grave que o padre Viçoso e vários alunos fugiram para o triângulo mineiro. O Caraça foi reaberto em 1854, tendo à frente padres vicentinos franceses quando viveu seu auge como um dos mais importantes centros de formação e difusão da cultura e do pensamento humanista no Brasil do século XIX. Em 1968, um incêndio destruiu toda a ala dos alunos e a biblioteca. Após este acontecimento, o Caraça nunca mais retomou suas atividades de seminário ou colégio (Carrato, 1963).

cargos públicos na vida política local até 1930. Outros alunos, em menor número, pertenciam às outras elites, ligadas a outras atividades econômicas, como a zonamatense.

Sobre a estrutura pedagógica, Andrade ressalta os princípios do Enciclopedismo, na máxima de Plínio, *nom multa sed multum* (muito e não muitas coisas). Devo ressaltar aqui o valor da retórica, disciplina de caráter formativo, que garantia a posse da palavra e do discurso em condições semelhantes à posse de escravos, terras e bens como marcas de distinção social. A disciplina monacal pode ser explicada pelo isolamento, que garantia o afastamento das tentações do mundo. A vida escolar no Caraça se desenvolveu no ambiente fechado, de oração, silêncio e estudos. Para Andrade, se caracterizou pelo uso do tempo útil, cotidiano, sem dispersão ou desvio, numa disciplina submetida ao controle e vigilância, numa reelaboração da tradição do estilo europeu que preparava construir o homem das gerações das elites como o ser da razão, característico da educação da época, através do conhecimento dos clássicos, ao preparar o homem para atuar politicamente na sociedade. Para Andrade, para preparar as elites a educação caracence se reservava à missão de 'iluminar as solidões dos sertões'. Seria necessário saber mais do que o latim e a retórica, dentre os outros conteúdos ensinados no Caraça. Seria necessário o *savoir-vivre*, como ressaltou Andrade (na síntese francesa, as sutilezas apreendidas na educação). O homem educado deveria ser elegante, polido, sagaz, de ar côncio, ter sensibilidade para os 'engenhos do espírito' e o afastamento do vulgar.

Reaberto em 1856, o Colégio e o Seminário Maior de Mariana[7] no Caraça receberam os lazaristas, sobretudo franceses, que trouxeram consigo notícias sobre Ozanam e a SSVP. Os padres Miguel Sípolis e Bartolomeu Sípolis, superiores no Caraça, com o aval e incentivo de Dom Antônio Ferreira Viçoso, que era o então bispo de Mariana, promoveram a ampliação do prédio do Colégio entre 1863 e 1866, para abrigar o Seminário Interno e os padres que voltavam das Missões. A Congregação da Missão procurava difundir uma educação moral e religiosa calcada na manutenção dos 'bons costumes', representados em valores éticos e cristãos. A dimensão pedagógica não ficava restrita aos preceitos internos da Missão, estendendo-se aos valores para toda a sociedade. O discurso, presente nos sermões da Congregação se baseavam nas Cartas selecionadas de São Vicente de Paulo sobre vários assuntos 'para serem lidas durante o Retiro Espiritual' e que configuravam as feições do bom cristão, numa antecipação da sentença divina. Buscava-se, com esses exemplos, a formação do bom cristão e do bom súdito para o desenvolvimento de um determinado tipo de educação moral, almejada pelo Estado para toda a sociedade. A humildade e a paciência fariam parte de uma virtude por meio da qual se chegaria à verdadeira caridade (Arruda, 2010: 137), o objetivo máximo.

A ação caritativa pelos pobres identificadas nas confrarias da SSVP tinha como propósito a promoção espiritual e corporal dos confrades, que se reconheciam como 'homens morais', pois praticavam a caridade sustentada no amor divino, como uma ação física, prática, cujo objetivo maior seria o bem que seria proporcionado aos próprios confrades e aos outros 'na pessoa de Deus', voltando essa assistência ao homem do campo, ou aqueles que estavam fora de seus núcleos familiares, ou em dificuldades, considerados, segundo as concepções de São Vicente de Paulo, os mais desprotegidos e merecedores deste tipo de assistência. A razão, a necessidade do ordenamento social, a retórica e o uso útil do tempo por parte dos dirigentes, características da educação caracense, influenciaram as normas de seleção dos pobres que foram assistidos. Essas confrarias, destinadas inicialmente ao atendimento aos pobres em suas residências, alargaram a assistência, estendendo-a aos hospitais, prisões, escolas, ensino de ofícios, idosos, viúvas, feridos das guerras entre outros. A educação caracense contribuiu na remodelação da esfera social e política de Minas Gerais, ao produzir homens capazes de criarem instituições como jornais, sociedades musicais e dramáticas, colégios, entre outros projetos de expansão da civilização na Zona da Mata, e estimulou as associações caritativas leigas, ou confrarias, como a SSVP, que estabeleceu seu projeto de assistência em que a caridade seria o fator de maior relevância, capaz de transformar os homens em seres 'morais e civilizados', para as experiências de construção do social e de ocupação nos cargos dirigentes.

---

7 Segundo Carvalho (2013) a epidemia de varíola em 1854 levou Dom Viçoso a transferir o curso teológico de Mariana para o Caraça e as duas instituições se fundiram em 1882.

Os memorialistas Santiago (1991) e Ferreira (2010) registraram que no dia 5 de junho de 1885 chegaram a cidade Rio Pomba para a celebração 'das Santas Missões' os missionários lazaristas padre Miguel Maria Sípolis e os seus subordinados padres Máximo Belmore, Romão Calomet e Antônio Maria de Oliveira. O padre Sípolis havia sido superior do Caraça no período de 1854 a 1857, enquanto o Colégio esteve fechado, e depois em outro período, 1863 a 1870. Os padres em Rio Pomba não se detiveram às pregações religiosas, pois iniciaram uma construção de uma 'casa de caridade', segundo Santiago (1991:410-411):

> Esses missionários lazaristas, além das pregações religiosas, tomaram iniciativas de interesse coletivo de Rio Pomba, procedendo ao lançamento da pedra fundamental de uma casa de caridade que seria construída em terreno doado pelo Dr. Francisco Urbano Ferreira Alvim, na Rua Felemon Torres. Erigiram o Cruzeiro do Rosário, evento que se verificou a 5 de julho de 1885, na presença de milhares de católicos, à guisa de festa de despedida em chave de ouro das atividades missionárias daquele ano em Rio Pomba.
>
> Naquele dia, em púlpito armado ao ar livre no pitoresco Alto da Boa Vista, realizou o padre Sípolis notável e proveitosa pregação aos crentes, desenvolvendo o tema da Exaltação da Cruz. O Cruzeiro do Rosário tornou-se dali por diante um complemento da igreja a ele adjacente.

Ferreira (2010) assinalou que a casa de caridade seria mais tarde um local de práticas de caridade vicentina da SSVP, chamada de 'Casa de São Vicente de Paulo' e se transformou na primeira enfermaria da cidade. Foi nesta enfermaria que se desenvolveu o núcleo inicial do Hospital São Vicente de Paulo, mas o prédio que abrigaria o hospital foi construído mais tarde, em novo endereço, após algumas tentativas. Por ocasião da Missão dirigida pelo padre Sípolis, Ferreira (2010: 62) descreve:

> Iniciou-se o aplainamento do terreno e da pedreira, cujas pedras eram carregadas nas cabeças das famílias, numa procissão alegre, ao som de cânticos do povo, guiando as filas o padre Sípolis, que era sempre o primeiro... No lançamento da pedra fundamental o Coronel Antônio Furtado de Campos, no maior entusiasmo pelo padre Sípolis, ofereceu uma quantia de contos de réis. O padre Sípolis colocou ao pé da Cruz do Rosário uma caixa para recolher esmolas para a obra do hospital. Com a retirada do padre Sípolis, as pedras viraram calçamento e o hospital não saiu do chão.
>
> Os vicentinos [da SSVP], sob a liderança de José Cardoso da Silva, conseguiram comprar uma casa na Rua do Rosário para edificar o hospital. A obra não foi para frente, mas pelo menos os indigentes passaram a ter uma casa [Casa de São Vicente de Paulo]. Era a época das grandes obras: no Rio de Janeiro derruba-se o Morro do Castelo, com o Convento dos Barbadinhos, Igrejas, observatórios e tudo o mais, afim obter terreno para a edificação dos pavilhões da Exposição Internacional do centenário da nossa independência.

A preocupação do padre Sípolis, compartilhada pelos moradores 'ilustres' da cidade e também das demais famílias que «carregaram as pedras para a construção da casa de caridade em suas cabeças» era com a assistência aos necessitados. Brian Pullan (1999) analisou as reformas na assistência praticadas pela Igreja católica a partir da Contrarreforma, período de formação da Congregação da Missão. Diz que não foram criadas estratégias novas, já havia movimentos nesse sentido antes: forças missionárias se direcionaram contra as 'tentações' frequentes nas cidades: promiscuidade, ignorância e supertição e para divulgar princípios cristãos, em que as práticas de caridade foram poderosas armas voltadas aos ricos.

A nova caridade católica nas cidades mineiras se concentrou nas instituições financiadas por iniciativas filantrópicas, para lidar com o 'pecado e a ignorância' e impor a disciplina para o objetivo final: cuidar do corpo físico e do espírito para a salvação da alma. A educação lazarista proporcionou às elites, ao clero e à sociedade em geral, através das 'Missões', os valores necessários à prática da filantropia para a assistência à pobreza e à saúde nas cidades em ordenamento social.

A caridade como elemento de afirmação dos vicentinos da Zona da Mata.
O objetivo desta etapa é compreender a caridade como o valor católico responsável pela identidade das elites, que se direcionaram para as práticas da filantropia para a assistência à pobreza e à saúde exercidas nas instituições de acolhimento, como o hospital.

Cavallo (1989), Duprat (1996) e Horne (2004), destacaram que a assistência entre os diferentes atores no mundo moderno era praticada numa relação de troca, em que privilégios e status estariam em negociação em troca de proteção, fidelidade e auxílio material. Essa assistência foi responsável pelo estabelecimento de redes de relações sociais no período moderno, em que as elites estavam em reconfiguração, no contexto do iluminismo, em que o conhecimento foi contemplado, no sentido de se tornar um valor reconhecido para se tornar um dos critérios de ascensão social. Contudo, a relação de troca era desigual.
Harris (2007) analisou o caso da caridade moderna na Europa e citou o religioso George Herbert, para quem «o rico deve se sentir na obrigação de doar, mas o pobre não deve se sentir no direito de receber. A caridade deveria ser praticada com discrição para promover a ordem social, o direito a assistência deveria estar condicionado ao bom comportamento». Porter (1989) anunciou a caridade urbana no século XIX como uma atividade *fashion*, um ato encenado, regulatório, visível, que deveria ser exercida pelas pessoas de alto valor[8]. Esperava-se fundir esse sentimento com o raciocínio aplicado aos novos problemas dos novos tempos e o melhor exemplo prático seria a criação do hospital voluntário, local para a prática de assistência aos necessitados. A caridade como uma relação desigual era um dos pontos consensuais entre as diferentes religiões do século XIX. Weindling (1991) analisou as mudanças na assistência na Europa nas décadas de 1880 e 1890 e concluiu que a industrialização e os movimentos sociais estabeleceram uma correlação entre o crescimento urbano e os cuidados com a saúde. A modernização da caridade aos doentes e pobres separou os públicos em instituições como asilos e hospitais, num complexo processo nas esferas voluntária e pública, que refletiu tensões políticas e sociais da época. As concepções laicas e científicas não afastaram o voluntariado católico da área da saúde, em que um dos exemplos é a ação da Sociedade São Vicente de Paulo na França e sua expansão.
Os jornais da Zona da Mata foram utilizados nesta etapa como fontes principais para que se possa dimensionar a importância da caridade no exercício da cidadania entendida como ordenamento social e na convivência social dos vicentinos entre as elites da Zona da Mata, registraram as preocupações com a criação do hospital, uma vez que a Casa de São Vicente de Paulo não seria suficiente para o atendimento aos pobres e aos indigentes. A divulgação da caridade e de suas consequências nos jornais da região assinalou a preocupação dos atores em manter o valor presente nas reflexões diárias da sociedade, levando-se em conta que nem todos os moradores da cidade consumiam diariamente o jornal devido aos preços do produto e ao fato de que a leitura ainda era um bem restrito a poucos, mas que em algumas situações, a leitura era conjunta e mais pessoas teriam acesso aos valores divulgados. No caso investigado, os jornais estão delimitados à circulação na microrregião de Ubá, especificamente nas cidades de Ubá e Rio Pomba no período investigado.
A divulgação das ações vicentinas da SSVP era vetada pelo Manual da Confraria. Desde o volume publicado em Lisboa, em 1885, que chegou ao Brasil e se tornou o modelo para as compilações publicadas posteriormente no Rio de Janeiro, o Manual deixa claro os fins a que se propõe a Sociedade e seu caráter (Manual da SSVP, 1885: 1; 22-25; II; 89; 116-118; 129; 147; 207), que a principal finalidade da sociedade é «fazer o bem espiritual aos seus membros, exercitando-os na prática das obras de caridade» (Manual da SSVP, 1885: I; 16; 28; II; 113; 296). Fica claro que não é sua finalidade discorrer sobre as obras de caridade, mas sim praticá-las. A sociedade deve evitar a publicidade, «não deve chamar atenção do público sobre si, nem tecer elogios aos seus membros» (Manual da SSVP, 1885: I, 11-13; II; 85; 102; 147; 262). «Não trata, sobre qualquer pretexto da política e não colabora com a publicação de jornais que tratam da política» (Manual da SSVP, 1885: II; 79).
Na Zona da Mata, a estratégia utilizada pelos vicentinos para mobilizar as elites, o Estado entre outros atores

8 Porter (1989) citou Braudel, segundo o qual "quem doa, domina" e citou Thompson, quando este se refere à caridade como o "espetáculo urbano da riqueza". Ver em The gift relation: philanthropy and provincial hospital in eighteenth-century England. *In:* GRANSHAW and PORTER (1989). *The hospital in History*.

sociais para o envolvimento, participação social e econômica com suas obras de assistência foi a utilização dos periódicos para divulgar a caridade como o principal agente mobilizador para as transformações da sociedade em curso, sem descumprirem o Manual da sociedade. Seria a caridade o valor lazarista e vicentino central para a transformação dos homens para os preceitos civilizatórios. Sua prática proporcionaria aos atores a condição de *gentleman*[9], de cristão católico, de 'homem das letras', de espírito capaz de se sensibilizar pelas dificuldades da vida, aquilo que Andrade chamou de *savoir-vivre*. A transformação dos confrades em 'cristãos civilizados' pelas práticas espirituais em que a caridade era o sentimento capaz de produzir a beneficência, ou ações filantrópicas para assistência material à pobreza e seus efeitos era então o objeto da ação vicentina. Os vicentinos escreviam constantemente textos para as primeiras páginas dos jornais, sem assinar, ou usando pseudônimos, para exaltar a caridade e conclamar a prática da beneficência de toda a sociedade nas ações para as obras vicentinas, sem mencioná-las ou exaltá-las.

Pode-se observar que a caridade estava associada às práticas de assistência aos pobres, identificados na maior parte nos mendigos, mas nos textos divulgados são sinalizados os pobres selecionados pelos vicentinos para as práticas da caridade de seus confrades, como os presos, doentes, órfãos, entre outros. Denuncia-se assim a existência de pessoas nas cidades analisadas em situação de pobreza extrema, que causavam desconforto social e insegurança, situação que estimulou as elites a tomarem atitudes sociais e políticas de acordo com os valores cristãos que receberam em sua educação, que atendessem às suas expectativas: o fim da mendicância ao assistirem a pobreza dos necessitados em geral, para evitar que se chegasse a essa condição degradante, em que o pobre estaria absolutamente desprovido de bens materiais necessários para sua subsistência.

> A atividade católica era intensa nas cidades da Zona da Mata na Primeira República, pode ser conferida nos jornais que propagavam as quermesses, festas dedicada aos santos, os encontros familiares, entre outros. A preocupação com o catecismo revela o ensino da doutrina católica na Igreja, além do ensino religioso, católico, realizado nas escolas. Anexo abaixo uma parte dos diversos textos publicados sobre 'A caridade' nos jornais das cidades na época, este do O Imparcial de 3 de julho de 1921, não assinado, que nos esclarece como a caridade era reafirmada, o que ela representaria para os vicentinos, quem publicava nos jornais, e quem seriam os pobres a serem assistidos, segundo seus valores:
>
> A Caridade

A virtude é o único e inexgotável thesouro de todos os bens permanentes, de todas as verdadeiras riquezas, que constituem a suprema felicidade do homem. [...] Diversos sãos os meios de que a virtude lança mão para attingir o fim santo a que visa. [...] Alli, no meio dos lances mais críticos da vida ei-la a adejar com as suas niveas azas [...] então, como o rocio matutino sobre as flores que, para o receberem, abrem delicadamente as suas pétalas, ella cahe salutar e fecunda sobre estas almas atribuladas, dulcificando as suas amarguras. [...] Acolá, no misero albergue do indigente, no desconforto da inconsolável viúva, que chora sentidamente a perda do esposo amado ou na miséria do orphãosinho aconhegado de andrajos, eil-a ainda a exercer a missão mais nobre que o Eterno lhe confiou.

Quando o homem vê perdido o bordão, a que podia encostar-se e sente já o cansaço da lucta, que não pode continuar a sustentar, porque as forças se esvaem por completo, então a esperança é o único lenitivo, o seu refugio extremo.

Mas a caridade, esta filha do céu, é sem contestação a mais excelsa, a mais nobre e santa de todas as virtudes! [...]

A Caridade! Eis a virtude na qual se contem o hymno mais harmonioso que, com suas doces mellodias, cujo ecco se reproduz viva e suavemente nos corações afflictos, arrebata extaticamente o espirito d'aquelles que tem a ventura de o escutar. [...]

---

9 Ver. ELIAS, Norbert (1994). O processo civilizador: Uma história dos costumes.

> Com effeito, quando não é o obulo que o pobre, com o sorriso nos lábios, vê cahir na sua mão, talvez tão definhada porque tenha sido victima da selvática oppressão da fome, que ameaçava dilaceral-o com as suas adunccas e lethiferas garras é a consolação e o refrigério levados áquelles que permanecem prostrados pela enfermidade em toscos catres, talvez bem longe da sua pátria, da sua família, da sua mãe estremecida; quando não é a regeneração do mancebo que, trilhando o paludoso marnel do vicio e do crime, está prestes a subverter-se nos seus vorazes paues, é a proteção da creança orphã e desamparada, em cujo rosto lívido e definhado se notam já os nefastos vestígios da fome, quando não é, finalmente, uma alumnia que se perdoa, uma lagrima que se enxuga ou uma injuria que se esquece, é a inspiração de feitos generosos, são esses hospitaes, asylos e outros estabelecimentos de beneficência, onde desventurados encontram algum conforto.

Se o texto acima afirma que são nesses «hospitais, asylos, entre outras instituições que os necessitados encontram assistência», tais obras se tornam o espaço da prática beneficente, meio pelo qual o confrade 'se eleva' à condição de vicentino e conclama a toda a sociedade a participar de tão nobre prática enquanto exalta a identidade vicentina.

> Em outro texto do O Imparcial, de 9 de junho de 1925, com o título Caridade, e assinado por A. B. Coelho, pode-se perceber o apelo às doações regulares a toda a sociedade. Inicia-se pela definição de caridade do dicionário como 'amor ao próximo' ou 'benevolência'. Segue exaltando as belezas da definição e finalmente questiona o leitor se ele não desperdiça «cem réis por dia, que representam três mil réis por mês». Pede, então, que o leitor se lembre do «teu irmão, o pobre pária que não teve um pão para comer durante o dia e não terá uma esteira no chão para repousar o corpo à noite». Lembra o leitor que «a Fortuna, sempre caprichosa, pode fazer de ti o mendigo de amanhã». Diz que a caridade está ao seu alcance, conta que ouviu de uma 'pobre mãe preta' e sem recursos que os filhos não frequentavam a escola por falta de roupas e sugere a inscrição dos leitores como contribuintes do Hospital São Vicente de Paulo, que «introduzirá os serviços aos desherdados da sorte». Ao final do texto volta a se referir à 'pobre mãe preta' e o autor adverte o leitor: «Não as ouvistes, mas, eu dela me faço éco e não duvido da generosidade da tua alma. Deus te recompensará».

O vicentino atingiria a condição de elite por ser admirado e ouvido, por ser um verdadeiro cristão capaz de praticar a caridade. Desta forma demonstram a importância da condição material para que se realize a felicidade, assim, a caridade é um sentimento que implica na assistência material dos assistidos, na nobreza do ato prático dos confrades.

Considerações:

> A caridade vicentina pode ser interpretada a partir das ideias de Cavallo (1989), que afirmaram ser um sinal de progresso e racionalização o fato da caridade ser praticada por atores sociais diversos e em instituições sociais. Essa mudança nas práticas de caridade nas Minas da Zona da Mata pode ser vista como resultado da substituição de uma elite tradicional por novas elites, como afirmação de um novo grupo social que pretendeu participar das decisões políticas, influenciadas pelo 'familismo', pelo localismo e pela educação caracense. Neste caso, temos uma nova elite dividida internamente de maneira complexa, constituída de grupos distintos que não podem ser caracterizados por uma homogeneidade cultural ou por uma ocupação econômica, ou uma condição educacional, mas uma elite diversificada, em que novos atores com

> múltiplas tarefas e situações econômicas diferenciada reivindicaram uma identidade, neste caso, de confrades vicentinos. Essa nova identidade concentrou atores que aderiram ao projeto vicentino de assistência à pobreza, um meio para lhes oferecer a oportunidade de se transformarem em 'homens melhores', católicos e civilizados, de participarem dos processos decisórios e ascenderem socialmente ao conquistarem novos privilégios que eram compartilhados entre os confrades.

O papel da confraria, composta pelas elites, para a organização da sociedade da Zona da Mata no período de modernização foi o de promover a beneficência voluntária, de caráter leigo, uma confraria moderna com um projeto para a assistência à pobreza que apesar de ter revelado as disputas e tensões que ocorreram entre as antigas e novas elites conquistaram apoio de ambas, das autoridades municipais e da Igreja, mobilizou aqueles atores através das alianças familiares e da divulgação da caridade como um valor impulsionador da filantropia.

Fontes:

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. *Publicação comemorativa do 23º aniversário do IBGE.* 1959 (27). Acervo do Arquivo Público Mineiro – Belo Horizonte/MG.

MANUAL DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO. Lisboa, 1885.

SSVP, Sociedade São Vicente de Paulo. *Regra da Sociedade São Vicente de Paulo*. Rio de Janeiro, Conselho Superior do Brasil, 2007.

Acervo Jornal O Imparcial, Rio Pomba.

Referências:

ANDRADE, Mariza Guerra de (2000). *A educação exilada: Colégio do Caraça*. Belo Horizonte: Editora Autêntica (Coleção Historial).

_____ (2013). "Colégio do Caraça: a formação escolar e política das elites". *In:* RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos. *A Província de Minas.* Belo Horizonte, MG: Autêntica, Companhia do tempo, vol. 2, p. 161-180.

ASSIS, Raquel Martins (2006). "O papel da educação no percurso evolutivo do homem: contribuições do jornal *Selecta Catholica* (1846-1847)". *In: Congresso Luso-brasileiro de História da Educação* (6), Uberlândia. Anais. Uberlândia: UFU.

AZZI, Riolando (1974). "Padres da Missão e o movimento brasileiro de reforma católica no século XIX". *In:* Revista Convergência, Ano VII, (76), Dez.

BOTELHO, Tarcísio R. (2013). "A família mineira no século XIX". *In:* RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos. *A Província de Minas*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, Companhia do tempo, vol. 2, p. 283-296.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim (2013). "Compadrio e patriarcalismo: relações familiares e de poder (São João Del-Rey, 1750-1850)". *In:* RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos. *A Província de Minas*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, Companhia do tempo, vol. 2, p. 267-282.

CARRARA, Ângelo Alves (s/d). Estruturas Agrárias e Capitalismo: Contribuições para o estudo da ocupação do solo e da Transformação do trabalho na Zona da Mata mineira (séculos XVIII – XIX). *Núcleo de História Econômica e Demográfica*, UFOP, Série Estudos-2, Mariana.

CARRATO, José Ferreira (1963). *As Minas gerais e os primórdios do Caraça*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

CARVALHO, José Murilo de (2013). "A Escola de Minas de Ouro Preto". *In:* RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos. *A Província de Minas*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, Companhia do tempo, vol. 2, p. 181-198.

CAVALLO, Sandra (1989). *Charity, power, and patronage in eighteenth-centuryu Italian hospitals: the case of Turin*. In: GRANSHAW, Lindsay & PORTER, Roy**.** *The hospital in History.* Londres/New York: Routledge.

COSTA, Luís Antônio da (2007). *Dom Antônio Ferreira Viçoso e a Educação no Seminário Nossa Senhora da Boa Morte: o amparo aos órfãos e às crianças e jovens pobres no contexto da educação de Minas Gerais.* Monografia de Bacharelado, Ouro Preto, MG: UFOP.

DUPRAT, Catherine (1997). *Usage et pratiques de la philanthropie. Pauvreté, action sociale et lien social, à Paris, au cours du premier XIX e siècle.* Paris, *Comité d'histoire de la sécurité sociale,* vol. 2.

ELIAS, Norbert (1994). *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, v. I e II.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de & ASSIS, Raquel Martins de (2000). A educação exilada: Colégio do Caraça. Rev. Bras. Educ. [online], n.15, p. 182-184. ISSN 1413-2478. Disponível em *http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000300013&lng=en&nrm=iso* [acessado em 15 de agosto de 2014].

HORNE, Janet (2004). *Le MuséeSocial: auxorigines de l'État providence*. Paris: Belin.

LAPA, José Roberto do Amaral (2008). *Os excluídos – contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)*. São Paulo, Campinas: Editora da UNICAMP.

FREYRE, Gilberto (2003[1933]). *Casa Grande e Senzala.* São Paulo, Global.

MOREIRA, Luciano da Silva (2013). "Imprensa periódica e vida política". In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos. *A Província de Minas*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, Companhia do tempo, vol.2, p. 65-80.

OLIVEIRA, Gustavo de Souza (2010). *Entre o rígido e o flexível: D. Antônio Ferreira Viçoso e a reforma do clero mineiro (1844-1875)*. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: UNICAMP.

PAIVA, Clotilde Andrade e RODARTE, Marcos Sampaio (2013). "Dinâmica demográfica e econômica (1830-1870)". *In:* RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos. *A Província de Minas*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, Companhia do tempo, vol. 1, p. 271-294.

PORTER, Roy (1989). *The gift relation: philanthropy and provincial hospital in eighteenth-century England. In:* GRANSHAW, Lindsay & PORTER, Roy. *The hospital in History*. Londres/New York: Routledge, p. 149-178.

QUINTANEIRO, Tania (2013). "Entre vistas e imaginadas: as mulheres de Minas nos relatos de viajantes estrangeiros". *In:* RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos. *A Província de Minas.* Belo Horizonte, MG: Autêntica, Companhia do tempo, vol. 2, p. 267-282.

REBELLO HORTA, Cid (1956). Famílias governamentais de Minas Gerais. *In***:** *Segundo Seminário de Estudos Mineiros*, Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 45-91.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de (2007). "Brasis coloniales": índios e mestiços nas Minas Gerais no século XVIII. *In:* RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlos. *A Província de Minas.* Belo Horizonte, MG: Autêntica, Companhia do tempo, volume 1, p. 221-252.

SANTIAGO, Sinval Batista (1991). *História do Município de Rio Pomba.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial.

SANTUÁRIO DO CARAÇA. Disponível em <http://www.santuariodocaraca.com.br/o-colegio-e-seminario/> [acessado em 10 de outubro de 2014].

SENNA, Nélson de (1926). *A Terra Mineira.* Tomo Segundo. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres e FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (2011). "A saúde em Minas Gerais durante o século XIX". *In:* MARQUES, Rita de Cássia; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. História da Saúde em Minas Gerais: Instituições e Patrimônio Arquitetônico (1808-1958). Barueri, SP: Minha Editora.

TEIXEIRA, Flávio (2014). "O Processo de Reforma da Igreja Católica em Minas Gerais e a Irradiação do Modelo Educacional caracence no século XIX". Disponível em

http://www.researchgate.net/profile/Flavio_Teixeira2/publications [acessado em 18 de agosto de 2013].

VENÂNCIO, Renato Pinto (2007). "Antes de Minas: fronteiras coloniais e populações indígenas". *In:* RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos. *A Província de Minas.* Belo Horizonte, MG: Autêntica, Companhia do tempo, vol.1, p. 87-102.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro (2006). "Federalismo Oligárquico com sotaque mineiro". Revista do Arquivo Público Mineiro, v. XLII, p. 95-109.

WIRTH, John (1982). "Minas e a Nação. Um Estudo de Poder e Dependência Regional 1889-1937". *In:* FAUSTO, Boris (org). *História Geral da Civilização Brasileira.* Tomo III. O Brasil Republicano, vol. 1: Estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo: Difel.

WIRTH, John (1982). *O fiel da balança. Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ZICO, Tobias C. M. (1979). *Caraça, ex-alunos e visitantes.* Belo Horizonte: Editora São Vicente.

GT 70
Tecnologia aplicada à pesquisa em ciências sociais e humanas: uso de CAQDAS e análise de redes sociais

A influência das novas tecnologias na formação de professores para a educação das relações étnico-raciais

Nilvaci Leite de Magalhães Moreira[1]
nilvacimagalhaes@gmail.com

Álvaro de Oliveira Senra[2]
alvarosenra@gmail.com

Resumo: As transformações educacionais ocorridas no Brasil a partir da introdução de novas tecnológicas da Informação e da Comunicação são constantes, desta forma, o ensino na modalidade a distância vem se destacando na formação de professores para o enfrentamento de desafios apresentados cotidianamente pela sociedade brasileira, em especial, as relações étnico-raciais que vem sendo marcadas por tensões e conflitos nos espaços escolares, gerando na maioria das vezes desigualdades educacionais e exclusão social. Nesse sentido, este estudo buscou identificar sob o enfoque de uma pesquisa bibliográfica e análise qualitativa a compreensão acerca das interfaces das novas tecnologias na formação continuada de professores, a partir de cursos ofertados à distância pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação da Universidade Federal de Mato Grosso em 2011-2012. O estudo evidenciou que o universo tecnológico vem redefinindo uma nova dinâmica na perspectiva da formação de professores no Brasil, apontando o crescimento no interesse dos professores por cursos à distância mediados por ambiente virtual de aprendizagem. Constatou-se ainda, que as novas tecnologias vêm contribuindo no acesso dos professores ao conhecimento acerca da Lei 10.639/03 que versa sobre a obrigatoriedade do ensino da História da África e da cultura afro-brasileira nas escolas, direcionando-os para a mudança de postura e novos horizontes em seu fazer pedagógico.

Palavras-chave: Novas tecnologias. Formação de professores. Relações étnico-raciais.

Tendo em vista as mudanças educacionais ocorridas no Brasil a partir da introdução de novas tecnológicas da Informação e da Comunicação, a Educação na modalidade à distância vem se destacando na formação de professores para o enfrentamento de desafios apresentados cotidianamente pela sociedade brasileira. No entanto, é importante que os profissionais da educação tenham a possibilidade de se inteirar dos graves problemas sociais existentes no Brasil, em especial sobre as questões raciais que vem sendo marcadas por tensões e conflitos nos espaços escolares, gerando muitas vezes desigualdades educacionais.

---

1 Estudante de Graduação em História e mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso.

2 Doutor em Ciências Sociais (UERJ) e professor do Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET/RJ.

*Texto submetido ao **GT 70**: Tecnologia aplicada à pesquisa em ciências sociais e humanas: uso de CAQDA e análise de redes sociais.

Dessa forma, a questão de estudo parte das seguintes indagações: O modelo da Educação a Distância (EAD), por meio do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação tem suprido as necessidades da formação pedagógica dos professores para a Educação das relações Étnicorraciais, atendendo o que prevê a Lei nº 10.639/03?; Os cursos ofertados em EAD têm possibilitado aos professores a investigações científicas como forma de contribuir para novas pesquisas a cerca das questões raciais no espaço escolar?

O estudo buscou compreender acerca das interfaces das novas tecnologias na formação continuada de professores, a partir de cursos ofertados à distância pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação da Universidade Federal de Mato Grosso em 2012.

Considerar-se-á como hipótese que a formação continuada dos professores, ao abordar assuntos de forma crítica e transformadora sobre Educação para as relações étnico-raciais por meio da EAD, pode contribuir na qualidade do exercício profissional dos docentes, sensíveis e capazes de direcionar positivamente as relações entre pessoas de diferente pertencimento étnico- racial, no sentido do respeito e correção de posturas e atitudes preconceituosas na escola.

Nessa perspectiva, a pesquisa foi desenvolvida numa abordagem qualitativa, que para Minayo a pesquisa qualitativa se preocupa em trabalhar com o « universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, e que o universo da produção humana no mundo das relações, das representações e intencionalidade dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos » (Minayo, 2007:21).

Groulx (2010) destaca que a pesquisa qualitativa posiciona seu apoio à pesquisa social, na renovação do olhar lançado sobre os problemas sociais e sobre os mecanismos profissionais e institucionais de sua gestão, como também se esforça a produzir um novo discurso sobre o social.

A pesquisa no campo das novas tecnologias na formação de professores desenvolveu-se primeiramente num enfoque bibliográfico e posteriormente, empregado para a coleta de dados a pesquisa documental. Segundo Gil (1987) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, e « permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômeno muito mais ampla do que aquela que pesquisa diretamente ». (p. 71). Sobre a pesquisa documental, o autor informa que esta se vale de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (Gil, 1987:73).

As sociedades desde os tempos mais remotos são marcadas pela presença de tecnologias. É relevante entender que, o homem é constituidor da sociedade, que de acordo com as suas necessidades produz técnicas que o acompanham no seu desenvolvimento humano em todos os seus aspectos, e em todas as épocas. Certamente, com advento de novas técnicas tem impactado no desenvolvimento de novas relações de trabalho e de modo de produção, nas relações sociais e culturais estabelecidas, na economia e na política, e principalmente no campo educacional. Sendo assim podemos dizer que toda produção humana é tecnológica.

Ao pensar que vivemos numa era tecnológica em que a sociedade tem caminhado para a produção e acúmulo de conhecimento numa determinada velocidade, é importante refletirmos sobre a relação entre a dimensão tecnológica e sua relação com o contexto da educação. É bom ressaltar que o termo 'era tecnológica' é concebido por Xavier (2009:7) como « uma construção humana contínua, que se desdobra sobre si mesmo e que, à medida que o tempo passa, se mostra impossível de acompanhar, quantificar e avaliar ». Nesse sentido, a autora nos explica que a era tecnológica é a era do homem, que começa com seu surgimento e o acompanha no tempo e no espaço.

Refletir sobre estes aspectos, privilegiando uma visão interdisciplinar sobre o papel que a educação vem exercendo diante de novas tecnologias, nos permite dizer que o universo tecnológico está atrelado a educação e vice- versa, entrelaçando entre si, possibilitando novas relações entre o homem, a ciência e o conhecimento.

Nessa dinâmica social, a educação tecnológica, além de trazer novas possibilidades de formação profissional por meio de novas tecnologias, provoca em todos nós educadores postura pedagógica desafiadora no desenvolvimento de práticas que possibilitem as crianças e jovens a se relacionarem e produzirem novos conhecimentos por meio de redes de forma significativa, prazerosas, porém acompanhadas de responsabilidades.

Isto significa, portanto, que, pensar nessa nova tendência educacional é pensar na influência das novas tecnologias na formação de professores, como forma de vislumbrar a discussão de novas temáticas de relevância social na perspectiva de mudança do fazer pedagógico na formação das novas gerações. Diante deste cenário para melhor compreensão sobre as tecnologias, considero fundamental discutirmos sobre alguns de seus conceitos e definições.

Partindo dos referenciais para a formação continuada de professores preconizada pelo Ministério da Educação, pode-se conceber a formação dos professores como instrumento que busca o desenvolvimento profissional do educador, contribuindo para as discussões e reflexões sobre o papel da escola e do professor na perspectiva do desenvolvimento de uma prática que enseja mudança da ação pedagógica. Sendo assim, o documento considera importante a criação de espaços de aprendizagem coletiva, incentivando a prática de encontros para estudos e trocas de experiências. (BRASIL/MEC/SEF, 1999).

Alguns autores se dedicam anos revelar a grande relevância da formação dos professores na melhoria da interação com os alunos, organização do trabalho docente, na atuação enquanto mediador de conhecimentos, isto é, na qualidade do processo educativo. No contexto do processo de formação docente, Antônio Nóvoa (1995:22) acrescenta que:

> A formação pode estimular o desenvolvimento profissional dos professores no quadro de uma autonomia contextualizada da profissão docente. Importa valorizar paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assuma a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonista na implementação de políticas educativas.

Considerando essa questão, Tardif (2011:17) salienta que « o saber dos professores deve ser compreendido em íntima relação com o trabalho deles na escola e na sala de aula. [...] são reações mediadas pelo trabalho que lhe fornece princípios para enfrentar e solucionar situações cotidianas ». Para Alvarado-Prada et al (2010) formar-se é um processo de toda vida , pois de acordo com as relações que se estabelece nos diferentes espaços sociais e culturais, vai aprendendo, construindo e acumulando conhecimentos.

> A formação como um caminho de diversas possibilidades, permite as pessoas que o transitam desenvolver-se, construir as relações que as levam compreender continuidade seus próprios conhecimentos e os dos outros e associa tudo isso com suas trajetórias de experiências pessoais. (ALVARADO-PRADA et al, 2010: 370).

É com foco nessas intensas transformações ocorridas na sociedade por conta da globalização da economia e pelos avanços de tecnológicos, sobretudo na educação, que convidamos a refletir sobre as profundas mudanças que vem incidindo na formação continuada de professores na modalidade à distância mediada pelas novas tecnologias.

Vale ressaltar que o ensino a distância teve seu amparo legal no Brasil com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 em que estabelece em seu artigo 80, que "o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada". No Decreto 5.622 de 2005, em seu artigo 1º caracteriza a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem acontecem com o emprego de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Desta forma, podemos dizer que a educação a distância, inaugura uma nova passagem de uma educação predominada na informação para uma educação aberta, flexível, possibilitando a construção do conhecimento de forma colaborativa, interativa, dialógica, permitindo a troca de saberes, isto é, nasceu com uma função social que deve ser valorizada. Para Lobo Neto (2001:102) « a EAD surge como estratégia que amplia as possibilidades de acesso à educação, e, como tal, pode e deve aprofundar o compromisso do projeto pedagógico com o projeto histórico, político e social da nação ». Aponta ainda que a função social da educação é concreta, visível, e está ligada ao processo de conquista e exercício da cidadania plena por todos os elementos de uma sociedade que se quer democrática.

A sociedade brasileira é historicamente marcada por desigualdades, sobretudo, no campo educacional. Em um país cujo modelo de desenvolvimento é excludente, situado num contexto em que envolve o racismo, tais feitos pode provocar profundas e devastadoras marcas na vida de uma grande parcela da população negra**.** Para Hasenbalg e Silva (1990) as crianças negras em relação às crianças brancas são mais propensas a uma trajetória

de estudo mais vagarosa e sinuosa devido às sequelas da repetência, que resulta em fracasso escolar. « Estas diferenças na dinâmica da trajetória escolar resultam nas profundas desigualdades educacionais que separam brancos e não brancos na sociedade ». (p.12).

Considerando a função social da escola e o contexto da formação continuada de professores sobre as questões étnico-raciais, cabe salientar a importância dos professores estarem preparados para lidar com os conflitos raciais que ocorrem nas relações estabelecidas no cotidiano escolar e contribuir na redução dessas desigualdades. Portanto, quando não há uma intervenção precisa e eficiente do professor nessas ocasiões conflituosas, certamente muitas crianças negras são colocadas em situações constrangedoras e podem ser marcadas negativamente ao longo de suas vidas.

Corroborando com essa questão, Antônio Nova (1995) sintetiza que o professor deve estar preparado para operar em contextos de diversidades social e cultural, sendo que deste ponto, a formação do professor é o momento essencial da interação e da configuração profissional. Ainda sobre a relevância da formação de professores, Munanga (2008) contribui afirmando que alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles encucados, tem dificuldades em lançar mãos das situações flagrantes de descriminação no espaço escolar, propondo discussão acerca do assunto, conscientizando os alunos da importância da diversidade e da riqueza que ela representa a nossa cultura e a nossa identidade.

> Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito incutido na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. Isso explica o coeficiente de repetência e evasão escolar ao alunado branco, altamente elevado do alunado negro, comparativamente. (Munanga, 2008: 12).

Buscando contribuir na formação continuada de professores sobre as questões étnico-raciais em Mato Grosso, ao longo dos anos o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE) desde a sua fundação em 2001, vem procurando manter o compromisso de buscar responder às questões que se apresentam à sociedade brasileira. Desta forma, vem promovendo cursos de extensão, de aperfeiçoamento e de especialização, nas modalidades presenciais e a distância, sobre os conteúdos da lei 10.639/03. Tendo em vista o enfoque de este estudo estar direcionado para o uso das ferramentas tecnológicas no processo de formação de processos, serão priorizados aqui os cursos desenvolvidos na modalidade da Educação à Distância (EAD), aos quais apresentados a seguir abaixo:

Cursos de formação de professores desenvolvidos pelo NEPRE na modalidade EAD

Ano de realização	Curso / Carga Horária/ nº de Polos	Recursos Tecnológicas.	Alunos/cursistas M	C
2009	Curso de Aperfeiçoamento Relações Raciais e Educação na Sociedade Brasileira (186 h) – 6 polos	Plataforma Moodle.	132	71%
2011	Curso de Aperfeiçoamento Relações Raciais e Educação na Sociedade Brasileira (186 h) – 12 polos	Plataforma Moodle	880	64,5%
2012	Curso de especialização Relações Raciais e Educação na Sociedade Brasileira (420 h) – 17 polos	Plataforma Moodle	450	85%
2013	Curso de Aperfeiçoamento Educação das Relações Étnicorraciais no Contexto da educação de Jovens e Adultos (186 h)	Plataforma Moodle.	414	69,1%
2013	Curso de Aperfeiçoamento Educação de Jovens e Adultos na Diversidade (186 h) – 6 polos	Plataforma Moodle	210	*
2014	Curso de aperfeiçoamento sobre Produção de Material Didático sobre as Relações Raciais na Educação de Jovens e Adultos (186 h) – 4 polos	Plataforma Moodle	160	*

Quadro elaborado pelos autores.

M- Matriculado C- Concluído

* Em andamento

Ao observar o quadro, podemos perceber que mais de 50% dos participantes concluíram o curso com mais de 70% de aproveitamento. Verifica-se que nos anos de 2011-2012 dos 1.330 profissionais da educação que se matricularam nos cursos sobre relações raciais utilizando recursos tecnológicos, 74,2% finalizaram o curso. O curso de especialização teve como objetivo formar professores e gestores em educação da rede de educação básica brasileira, para atendimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, além de criar familiaridade com as ferramentas tecnológicas, habilidades de motivação e desenvolvimento de trabalho assíncrono, via chats, e desenvolvimento do trabalho do curso a distância. É interessante perceber que esse curso foi o que mais obteve alunos com aproveitamento (85%). Isso mostra que o curso à distância cada vez mais vem sendo procurado pelos profissionais da educação como de atender suas necessidades de formação e de ampliação de conhecimento.

Aproximadamente 17 polos foram atendidos em 2012, o que provavelmente corresponde a mais de 20 municípios de Mato Grosso em que professores e equipe gestora da Educação Básica tiveram acesso as informações a respeito da lei 10.639/03 e da importância de se discutir as questões raciais na escola. Portanto, um ponto que merece destaque é o poder de massificação da EAD, pois no momento somente ela consegue atingir esse expressivo número de pessoas com acesso a aquisição de conhecimentos de forma coletiva, colaborativa, agregando valor a sua prática dentro de um universo amplo de trocas, explorando as ferramentas tecnológicas de comunicação e informação.

Para Maria Lutgarda Mata (2001) as transformações operadas pelo mundo do trabalho pela revolução tecnológica demandam uma atualização constante em determinadas funções o que dificilmente poderá ser alcançado por meios convencionais. Portanto, « a EAD no contexto da revolução tecnológica se apresenta como uma alternativa de grandes potencialidades no sentido de possibilitar um maior acesso a uma melhor qualidade». (Mata, 2001:83).

Vale ressaltar que em todos os cursos apresentados são utilizados como recurso tecnológico o ambiente Moodle[3]. A opção por esse ambiente de aprendizagem levou em consideração os seguintes critérios: software livre, estabilidade do serviço, robustez, fácil instalação, documentação online atualizada, interface agradável, facilidade de uso, variedade de recursos e ferramentas disponível, dentre elas, mensagens individuais e coletivas, canais de diálogos síncronos e assíncronos, espaços de interação e acompanhamento dos alunos.

É relevante destacar que ao final do curso, os cursistas da especialização trazem uma compreensão da proposta do curso e revelam em seus trabalhos a realidade das escolas frente às questões raciais, principalmente as posturas de muitos educadores frente ao problema, e nas considerações finais se posicionam com um feedback da formação para a sua prática pedagógica. Os estudos apresentados em forma de monografia trazem uma análise do cotidiano das escolas, trazendo à tona as mazelas que ainda permeiam os espaços escolares e da importância da formação continuada de professores como forma de dar visibilidade ao teor ideológico racista que ainda domina e predomina em nossa sociedade e que precisa ser combatido.

É relevante destacar que, além das informações e debates propostos nos texto disponibilizados no ambiente virtual, os cursistas eram incentivados a aprofundar os temas do seu interesse por meio das leituras indicadas na bibliografia dos fascículos e em outras fontes disponíveis na internet, nas bibliotecas, instituições governamentais e organizações da sociedade civil. Essas leituras complementares e outros materiais de fundamentação certamente foram muito úteis na elaboração do projeto e na elaboração da monografia para a finalização do Curso.

Para conduzir a elaboração e construção destes estudos via plataforma, foram disponibilizados 16 professores/orientadores, distribuídos de acordo com a linha de pesquisa e ementa descrita pelo possível orientador/a. Cada aluno tinha autonomia de escolher seu orientador, cuja ementa atendia o seu campo de interesse de pesquisa. A orientação tinha inicio a partir do momento em que orientador/a e orientando/a davam seus primeiros passos de comunicação através do fórum de apresentação. As sugestões para leituras complementares eram disponibilizados pela plataforma via fórum de discussão.

O pré-projeto foi em formato de papers e postado na plataforma. Os cursistas foram orientados que o paper deveria conter a proposta de um tema a ser estudado, interesse, problema e objeto de pesquisa, apontando os objetivos, justificativas, procedimentos metodológicos a serem usados e a indicação de alguns autores que poderá contribuir com a temática a ser pesquisada.

As primeiras produções eram enviadas pelo link de envio de arquivo para apreciação e correção dos respectivos orientadores. O aluno que se propunha a fazer pesquisa de campo era solicitado pela plataforma uma carta de apresentação e esta era enviada pelo endereço eletrônico em formato PDF.

Os trabalhos desenvolvidos no curso foram apresentados em eventos científicos regionais e nacionais. Dentre os principais desafios encontrados durante a realização do curso foi que alguns cursistas por serem professores da rede municipal e estadual, tinham atividades em suas escolas aos sábados, dias estes que foram escolhidos para realização de sete encontros presenciais. Dessa maneira, o curso teve a estratégia de flexibilizar as formas de avaliar os cursistas nos encontros por conta dessa situação. Como podemos perceber, todo o processo de orientação foi feita de forma virtual. Embora o trabalho foi bastante árduo e complexo, possibilitou nos vivenciar, assimilar e reconstruir uma nova forma de lidar com as novas tecnologias no contexto educacional.

Para Prudêncio (2009) a combinação da Internet com as novas tecnologias está incidindo em novos desafios pedagógicos para a educação. Desse modo, «Torna-se indiscutível o impacto dessas tecnologias na educação que abre, portanto, possibilidades de exploração do espaço virtual e potencialização da aprendizagem, tendo a educação a distância um modelo pedagógico de grande relevância e crescimento». (p. 55).

Nessa perspectiva, podemos dizer que, as transformações sociais e os avanços tecnológicos trilham juntos. Homem e máquina se entrelaçam e interagem, produzindo novos conhecimentos de forma rápida e dinâmica.

Desta forma, reconhecer a necessidade de realizar profundas reflexões sobre as ações educativas e ressignificação da prática pedagógica dos docentes que permeia as questões étnico-raciais, torna-se evidente a necessidade da realização de cursos à distância. Nesse sentido, este estudo evidenciou que o universo tecnológico vem

3 Sistema de gerenciamento de aprendizagem –LMS – (Learning Management System) de código aberto, livre e gratuito.

redefinindo uma nova dinâmica na perspectiva da formação de professores no Brasil, apontando o crescimento no interesse dos professores por cursos à distância mediados por ambientes virtuais de aprendizagem. Constatou-se que as pesquisas fomentadas pelo uso das ferramentas tecnologias no curso à distância contribuíram na identificação da presença de manifestações preconceituosas e discriminatórias no espaço escolar, enfatizando a realidade no Estado de Mato Grosso.

A partir dos dados coletados, foi possível verificar que as novas tecnologias vêm colaborando no acesso dos professores ao conhecimento acerca da Lei 10.639/03 que versa sobre a obrigatoriedade do ensino da História da África e da cultura afro-brasileira nas escolas, direcionando-os para a mudança de postura e novos horizontes em seu fazer pedagógico.

Neste contexto, ficou evidente que a introdução de novas tecnologias na educação tem causado impactos benéficos na formação continuada de professores, principalmente oportunizando educadores de diversas áreas de conhecimento a terem acesso ao conhecimento e informações extremamente importantes, atualizando seus saberes com vista a atender as necessidades dos alunos. Sendo assim, consideramos que investir na formação de professores os ajuda a compreender e a descortinar as complexas relações que envolvem a escola e a educação no Brasil, e ainda, oportuniza lhes a superar julgamentos e paradigmas ultrapassados.

Referências Bibliográficas

ALVARADO-PRADA, L.E; FREITAS, T.C; FREITAS, C.A**.** (2010). **Formação Continuada de Professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas.** Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v.10, n. 30, p. 367-387, maio/agosto. Disponível em: *http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=3614&dd99=view&dd98=pb* Acesso em: 13 de jun. 2014.

BRASIL. MEC. SEEF. (1999). **Referenciais para a formação de professores.** Brasília, DF: MEC/SEF.

BRASIL (2004)**, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC.

BRASIL (2010). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2010). **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio** – Relatório Nacional de Acompanhamento – Brasília: IPEA, 184 p.

GIL, A. C. (1987). **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas.

GROULX, L. (2010). Contribuição da Pesquisa Qualitativa à Pesquisa Social. In: POUPART, Jean. **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis, Editora Vozes.

HASENBALG, C; SILVA, N. V. (1990)**. Raça e oportunidades educacionais no Brasil.** Cadernos de pesquisa, São Paulo.

LOBO NETO, F. J. S**.** (2001). **Educação a distância: referências e trajetórias.** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Tecnologia Educacional; Brasília: Plano Editora.

MATA, M. L. (2001). Revolução Tecnológica e Educação: Perspectiva da Educação a Distância. In: LOBO NETO, Francisco José da Silveira (org.). **Educação a distância: referências e trajetórias.** Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Tecnologia Educacional; Brasília: Plano Editora.

MINAYO, M. C.S. (2007). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes.

MUNANGA, K. (2008). **Superando o Racismo na escola.** 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

NÓVOA, A. (1995). Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (Coord.) **Os professores e a sua formação**. 2. Ed. Lisboa: Publicações D. Quixote. p. 13-33.

PRUDÊNCIO, E. A.; CARVALHO, J. ; FERREIRA, J. L. (2009). As novas tecnologias de informação e comunicação e o sistema de gerenciamento de cursos Moodle. In: COSTA, Maria Luísa F. (Org.). **Introdução à Educação a Distância**. Maringá-PR, Editora UEM, p. 53-65.

TARDIF, M. (2011). **Saberes docentes e formação profissional**. 12. Ed. Rio de Janeiro: Vozes.

XAVIER, A. C. (2009). **A era do Hipertexto: linguagem e tecnologia**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 227 p.

GT 71
Governação da tecnologia no espaço de língua portuguesa: novas formas de desenvolvimento responsável?

As tecnologias da informação-comunicação contribuem para conhecer as práticas e necessidades sociais em parques urbanos? O projeto COST-Action CyberParks-TU 1306

Carlos Smaniotto Costa[1]
Marluci Menezes[2]
Diogo Mateus[3]
Alfonso Bahillo Martínez[4]

Resumo: Propõe-se apresentar o projeto CyberParks, cujo principal objetivo é criar uma plataforma de intercâmbios e conhecimentos sobre Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), a produção e práticas de uso de espaços públicos urbanos e a sua relevância para o desenvolvimento urbano sustentável. Exploram-se as principais perspectivas teórico-metodológicas delineadas no âmbito da realização de estudos de caso em Lisboa. Com base nos avanços até aqui conseguidos, discute-se alguns dos desafios que se colocam no âmbito do gerir os riscos e as potencialidades no recurso as tecnologias da informação e comunicação (TIC), nomeadamente quando consideradas mediadoras ativas da relação entre a produção de conhecimento sobre o uso do espaço público urbano – investigação – e a definição de eixos orientadores de intervenção – planeamento.

Palavras-chave: tecnologias da informação e comunicação, planeamento, metodologia, espaço público

1. Introdução

Ao visitar qualquer parque em um dia ensolarado podemos observar pessoas relaxando, lendo e, cada vez mais usando *smart phones* e *tablets*. A era digital também tornou-se parte da nossa vida ao ar livre, e essa tendência crescente está a transformar-se num desafio para especialistas na área da informática, da comunicação, do paisagismo, do urbanismo e das ciências sociais. Mas existe também outra tendência que devemos considerar: o facto de muitos de nós preferirmos permanecer em casa.
Como podemos capitalizar o nosso recém-desenvolvido amor pela vida digital para encorajar mais pessoas a sair de casa, adotar um estilo de vida mais ativo e usar os espaços públicos (parques, jardins, praças, etc.)? Esta é uma das perguntas centrais que o Projeto CyberParks, financiado pela União Europeia através do Programa COST, visa responder nos próximos quatro anos. CyberParks - *Fostering knowledge about the relationship*

1 Arquiteto Paisagista, Universidade Lusófona - Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeiED), Lisboa, p900911@ulusofona.pt

2 Antropóloga, Investigadora do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), Lisboa, marluci@lnec.pt

3 Urbanista, Universidade Lusófona - Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeiED), Lisboa, p1710@ulusofona.pt

4 Engenheiro em telecomunicações, University of Deusto, Av. Universidades 24, 48007, Bilbao, alfonso.bahillo@deusto.es

between Information and Communication Technologies and Public Spaces supported by strategies to improve their use and attractiveness – é coordenado pelo Laboratório Experimental de Educação, Comunicação e Espaço Público do Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento da Universidade Lusófona, e conta atualmente com parceiros de 26 países europeus, abrangendo 70 pesquisadores e várias áreas de interesse (como: desenho e planeamento urbano, educação, comunicação, sociologia, antropologia, psicologia, saúde pública, direito urbanístico, informática, novas tecnologias e fomento económico).

CyberParks visa aprofundar e difundir conhecimento relativo à relação entre as tecnologias da informação e comunicação (TIC) e os espaços públicos, apoiado por estratégias para melhorar a sua utilização e atratividade. Assim, a investigação e a compartilha de experiências centram-se na forma como as TIC e os novos dispositivos digitais podem contribuir para:

- Atrair mais utilizadores para interagir em espaço público;
- Criar espaços públicos mais inclusivos, visando a melhoria da condição física e mental dos utilizadores e o bem-estar das pessoas, e
- Desenvolver novas metodologias de investigação que possam apoiar a produção e o uso dos espaços públicos.

Ao criar esta plataforma o CyberParks fomenta a cooperação no sentido de associar e incrementar o conhecimento disponível em diferentes áreas, e de explorar o entrelaçamento de diferentes perspetivas. Garantindo, assim, que não só as possíveis e necessárias interligações entre dispositivos TIC, espaços públicos urbanos, estilos de vida e as necessidades das pessoas sejam levados em consideração, mas também detetar práticas que sejam inovadoras. O CyberParks atua através de uma rede transdisciplinar de investigadores, especialistas em TIC, urbanistas, paisagistas, artistas, cientistas sociais (etc.), permitindo um olhar a longo prazo e a um panorama mais amplo sobre as implicações, oportunidades e desafios que a fusão e imersão dos mundos real e virtual representam. O projeto é composto por cinco grupos transdisciplinares de trabalho: (1) metodologias digitais, (2) etnografia urbana, (3) reflexão conceitual, (4) criação de um CyberParks, e (5) trabalho em rede e difusão dos conhecimentos. Mais informações sobre o projeto, participantes e resultados podem ser obtidos em http://www.cost.eu/domains_actions/tud/Actions/TU1306 e www.cyberparks-project.eu.

O programa científico do CyberParks está focado numa abordagem pragmática para criar e difundir uma nova compreensão das interações, oportunidades e possibilidades que as TICs oferecem para a produção de espaços públicos. A combinação de estudo de casos (em Lisboa, Amsterdão, Barcelona, Dublin, Ljubljana e Sofia) com o desenvolvimento e aplicação de diferentes métodos e abordagens, permitirá uma visão mais ampla sobre este tema emergente.

Neste trabalho, apresenta-se os resultados preliminares de uma primeira abordagem ao caso de estudo da cidade de Lisboa. Em específico, discute-se a perspectiva teórico-metodológica que sustentou o primeiro estudo realizado em Lisboa – sendo os resultados do estudo objeto de uma outra reflexão – e que, em específico, realizou-se no Jardim da Estrela e no Parque da Quinta das Conchas. Discute-se ainda a aplicabilidade das ferramentas tecnológicas utlizadas, compostas por um aplicativo de *smartphone* e GPS (originalmente GNSS – *Global Navigation Satellite Systems*), para rastrear e monitorar a forma como as pessoas usam essas ferramentas. O recurso a estas ferramentas no processo de investigação é uma tentativa de utilizar as TIC para melhor perceber como os espaços são usados, visando assim iniciar um caminho de pesquisa sobre um objetivo mais amplo: contribuir, através do planeamento, para a criação de espaços públicos urbanos mais inclusivos e seguros.

2. Prós e Contras do Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação na Produção de Espaços Públicos

A noção de espaço público urbano no contexto do CyberParks é, de maneira pragmática, concebida a partir dos termos aberto e coletivo e que, nos seus sentidos mais amplos, definem todo aquele espaço não construído inserido no tecido urbano. Isto é, o espaço em que se verifica o predomínio de áreas desprovidas de edificações, sendo estabelecido e mantido com um determinado fim. Trata-se, assim, de espaços qualificados para propiciar

a infraestrutura de circulação, oferecer um local de convivência e recreação, ou preservar áreas pelos seus recursos paisagísticos e ecológico-ambientais. Para Gehl (2006), o espaço público é aquele que fica entre os edifícios (estes como espaço privado). Mas é ainda onde decorre parte substancial da vida (pública) das áreas urbanas, onde as pessoas vêm para realizar atividades individuais ou em grupo (Smaniotto e Schmitz, 2013). Sendo de uso comum, da comunidade, é público, e geralmente mantido e gerido pelas autoridades locais, pelo poder público.

Por produção do espaço público urbano entende-se as múltiplas dimensões e a ampla gama de atividades (ex.: políticas, processos sociais, morfologia, desenho, planeamento, construção e gestão) que resultam na criação e na manutenção destes espaços. Esta produção do espaço é um ato que encerra pluralidade no uso e nas funções que desempenha, sendo de extrema importância que se adapte a essa multiplicidade de critérios à vida social das localidades.

O uso de novas tecnologias nestes contextos socio-espaciais pode ser entendido de duas formas: 1) como apoio ao estudo e desenvolvimento técnico (produção) do espaço; e 2) como ferramenta a utilizar pelos cidadãos para participar de forma mais ativa no espaço, nas proposições de planeamento e na promoção e intercâmbio de conhecimento sobre os contextos. Cada uma destas abordagens levanta por certo um conjunto de questões, umas apelativas ao uso destas Tecnologias de Informação e Comunicação, outras mais redutoras ao seu uso, mas sobre as quais é importante, de forma geral, refletir.

A propósito do uso de técnicas computacionais para o auxílio à tomada de decisão em urbanismo, em finais dos anos de 1960, em *Design of Cities*, Bacon afirmava que corremos o "*risco de perder um dos mais importantes conceitos da humanidade, que o futuro é o que dele fazemos*" (Bacon, 1969: 13), com isto devemos estar atentos para que, na busca de apoio nas novas tecnologias, não nos esqueçamos que o espaço público é de e para as pessoas.

As novas tecnologias fazem, cada vez mais, parte do dia-a-dia dos técnicos que se dedicam à planificação dos espaços públicos. Elas vieram acrescentar facilidade à análise do espaço, através de tecnologias de informação geográfica que espacializam dados alfanuméricos, ajudam no ato de desenhar o espaço, através do Desenho Assistido por Computador (CAD) ou de programas de realidade virtual (maquetização), potenciando a melhoria da atuação dos técnicos. De igual forma a facilidade com que atualmente, fruto do avanço tecnológico, acedemos a informação (quer escrita quer em imagens), a forma como rapidamente, através de uma visita cibernética, tomamos conhecimento de boas práticas e bons exemplos. Enfim, as TIC acrescentaram mais-valias.

Mas, retomando o alerta de Bacon, poderá convir estar-se atento à possibilidade de este avanço tecnológico afastar os técnicos do contato direto com o espaço e o usuário, i.e., distanciá-los do contacto com as comunidades, da perceção *in loco* da vida no espaço público e, com isso, planificar sem considerar o cidadão e os seus interesses, embora devamos admitir a propagação pela comunidade do uso de novas tecnologias, e a facilidade de comunicação em rede estabelecida, pode potenciar a participação pública na tomada de decisões, mesmo correndo o risco de quem coloca a questão e quem responde nunca terem realmente percecionado o espaço.

Assim, para quem tem a responsabilidade de planificar, o uso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação não pode substituir, de todo, o caminhar e sentir o espaço. Mas as TIC acrescentam mais-valias importantes para quem planifica, estuda e usa o espaço público, tais como por exemplo:

- Responder aos desafios que se colocam ao planeamento urbano contemporâneo, nomeadamente através de uma melhor compreensão sobre como as TIC têm alterado a relação entre as pessoas e entre as pessoas e a cidade, procurando assim identificar os futuros caminhos a seguir pelas políticas urbanas.
- Reconhecer e identificar o papel das TIC nos processos sociais de mobilização social – ex.: ao nível da reivindicação política e ao nível de reivindicação de novas funcionalidades para o próprio espaço público (programas de partilha de carros e bicicletas) – ou mesmo como resposta individual às necessidades que se colocam – ex.: o uso de sistemas de navegação (ex. Twitter, Facebook ou sites de avaliação, tais como Yelp) e de *software* para encontrar lugares recomendados e interessantes para visitar e fazer compras; o uso de telefones inteligentes para organizar reuniões espontâneas com amigos ou estranhos, falando-se através de telefones móveis ou através de redes sociais, muitas vezes, expondo ao domínio público assuntos, até então, tidos como de domínio privado.

- Constatar a relevância da relação entre as TIC e o espaço público no acesso *on-demand* sobre determinadas práticas sociais, assim viabilizando o envolvimento de usuários individuais, bem como grupos de pessoas para que *on line* compartilhem informações de interesse colectivo e, quem sabe, trazê-las para estar (encontrarem-se) ao ar livre.
- Reconhecer as potencialidades do E-planeamento (*E-planning*) que, eventualmente, poderá, por um lado, desempenhar um papel mais includente e democrático, incluindo mais pessoas que, de meras utilizadoras do espaço, possam, eventualmente, tornarem-se cidadãos mais participativos; por outro lado, através das TIC prover o processo de produção do espaço urbano – desde o desenho e as políticas à pesquisa urbana – com respostas mais ágeis e inovadoras.

No âmbito do projeto CyberParks interessa, então, refletir sobre o desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação (quais e como) que, 1) explorem iniciativas de participação pública, aumentem a informação disponível aos técnicos para que, de forma mais eficaz, célere e dedicada, dêem resposta às demandas das comunidades; 2) explorem novas tecnologias, melhorem a qualidade do espaço público, fornecendo serviços adequados às pretensões das comunidades, facilitando-lhes o desenvolvimento da cidadania e das atividades sociais; e 3) permitam aos gestores do espaço público o acesso a uma informação que, baseada na interação com os utilizadores, sendo dedicada, acessível e com baixo custo, potencie a tomada de decisão em prol da melhoria da qualidade do espaço urbano e, com isso, da qualidade de vida das populações.

3. CyberParks: [Potenciais] Contributos para o planeamento do espaço público através das Tecnologias de Informação e Comunicação

O desenvolvimento tecnológico, nomeadamente das redes de comunicação móvel e dos equipamentos colocados à disposição dos cidadãos, aumentou o espectro das redes de grupos sociais e aproximou virtualmente os cidadãos que com maior facilidade comunicam com o resto do mundo do que com os vizinhos. Este avanço tecnológico das redes, se por um lado isolou fisicamente o cidadão, potenciou a participação pública e a mobilização para a defesa de interesses comuns. Esse avanço repentino, associado a uma planificação territorial que não respeita os interesses dos cidadãos, servindo a rua de meio para chegar a algum lado, originou um aparente abandono do espaço público enquanto espaço de convivialidade e de comunicação.

O uso de tecnologia móvel, nomeadamente os *smartphones*, permitem ao cidadão estar fisicamente num lugar e virtualmente noutro, ou seja, em certo sentido permite ao indivíduo isolar-se do meio que efetivamente o rodeia. Ao caminhar na rua o indivíduo pode estar isolado dos sons que o rodeiam por estar a ouvir a 'sua música'; ao sentar-se num jardim público o indivíduo deixa de presenciar aquela ambiência por estar apaixonadamente a visitar uma galeria de arte de outro país. Em qualquer dos casos estes cidadãos continuam a usar o espaço público, de forma diferente é certo, mas utilizam-no. A evolução do uso do espaço público é um facto que acompanha a evolução da humanidade. O Ágora, o Fórum, a Praça, possuem a marca de tempos, usos e culturas distintas. O comércio que se fazia na rua passou, há muito, para espaços interiores, as manifestações artísticas ganharam palcos mais fechados. Durante os últimos anos o avanço tecnológico foi mais rápido que noutras Eras e isso reflete-se na mudança de usos e costumes de forma mais abrupta e disruptiva, porque a memória de 'outros tempos' é mais recente, mais ativa. Com isto pretendemos apenas referir que as novas tecnologias vieram alterar o uso do espaço público de forma mais rápida mas que, pensamos, essa alteração não pode ser considerada senão como uma evolução que deveremos acompanhar.

A diversidade é uma característica dos espaço urbanos. Pessoas de diferentes géneros, culturas, idades e interesses, cruzam-se e partilham o mesmo espaço físico (Thompson, 2002). O Espaço Público é então um palco multicultural e complexo, que acolhe diferentes vontades, partilha diferenças, assume rupturas (Katzer, 2011) e deve estar apto para isso. O uso de TIC pode facilitar a tarefa de adaptação a estas diferenças quer na percepção de interesses – e sua satisfação – quer na oferta de meios para o apoio a atividades específicas por parte desses diferentes atores. As TIC podem, assim, assumir-se como um contributo para a exploração comunitária, das várias 'comunidades', do espaço público. Sendo o espaço público o espaço físico comum, acessível a todos os cidadãos, é importante que a oferta tecnológica que nele venha existir seja acessível e que

esse acesso seja gratuito e inclusivo (Smaniotto, 2014). Essa poderá ser uma garantia de que o espaço é de todos e para todos, por isso comunitário.
O CyberParks, neste particular, pretende refletir sobre a forma como o cidadão utiliza o espaço público – considerando que se alterou – utilizando as novas tecnologias de informação, desenvolvendo processos em que a participação dos utilizadores é importante, gerando uma mais-valia para os técnicos e para os utilizadores, aproximando-os. Esta reflexão, através de casos de estudo concretos, permitirá também entender o que poderá ser feito para aumentar a atratividade do espaço público, tornando-o mais utilizado nas funções de estar, contemplar e explorar do que apenas as de simples passagem. Para este fim, o CyberParks pretende refletir sobre novas ferramentas ou 'ofertas tecnológicas' a utilizar – novas ou já existentes – que potenciem o uso do território, as relações de vizinhança, tornando (ou mantendo) o espaço público como palco da vida comum em áreas urbanas, capacitando-o para se adaptar às novas formas de comunicar e interagir.
O CyberParks visa contribuir, de forma eficaz, para um melhor espaço público, como espaço de partilha, de relações intersociais e culturais. Um espaço que seja mais do que um resíduo entre edifícios onde estão as estruturas de suporte à urbanidade, um espaço que seja mais do que um corredor que liga a casa ao trabalho, um espaço que seja público, porque é de todos, que não esquecendo as tecnologias ofereça às pessoas a oportunidade para conviverem, se relacionarem, desenvolverem as suas atividades, se mostrarem e verem, e encontrarem-se uns aos outros.

4. Do debate à investigação: perspectiva metodológica de um estudo realizado em parques urbanos de Lisboa

4.1. Âmbito, objetivos e metodologia de estudo

No âmbito dos objetivos delineados para o Projeto CyberParks, onde se prevê a realização de estudos de caso sobre o uso das TIC em espaços urbanos de distintas cidades europeias, realizou-se um pequeno estudo de aproximação a problemática de estudo, tendo como contexto dois parques urbanos da cidade de Lisboa – Jardim da Estrela e Parque da Quinta das Conchas.
Este primeiro estudo – de cunho aproximativo e que visou ser um pré-teste – teve por âmbito a realização de um inquérito sobre "Parques & Ferramentas", aplicado junto de um grupo heterogéneo de pessoas que integram a equipa do projeto CyberParks presente em Lisboa no âmbito do 1º Seminário de Projeto conforme realizado em junho de 2014. O objetivo deste inquérito foi o de recolher impressões gerais sobre os parques visitados e sobre a percepção da utilidade (vantagens e desvantagens) de determinadas ferramentas tecnológicas como recurso para o desenvolvimento da pesquisa.
Para o levantamento dos casos de estudo de Lisboa foram utilizadas duas abordagens e técnicas diferentes: (1) o uso de um questionário, e (2) o emprego do aplicativo (APP) WAY CyberParks e de dispositivos de GNSS (*Global Navigation Satellite Systems*) – ambos com o objetivo de detetar usuários e rastrear os seus padrões de movimentação nos espaços públicos.
O questionário foi aplicado em ambos os espaços verdes, enquanto do aplicativo WAY CyberParks foi utilizado no Parque da Quinta das Conchas, uma vez que neste parque há WiFi disponível. Os aparelhos de GPS foram usados no Jardim da Estrela.O APP-WAY CyberParks, ainda em desenvolvimento, resulta de um programa mais amplo de investigação desenvolvido pela DeustoTech-Mobility. Este programa denominado WAY (*Where Are You*?) propõe desenvolver aplicações móveis para apoiar de forma continua a localização e a orientação de pessoas, independentemente do entorno e visando responder a questões como: Onde estás? Onde está o que se busca? Como nos podemos conectar ao que buscamos? A ideia inovadora deste aplicativo é não estar dependente das tecnologias por satélite (GNSS), normalmente disponíveis em espaços abertos e com limites de calibração do tempo e do entorno. O potencial desta tecnologia para o CyberParks resulta por viabilizar uma continuidade na estimação da posição do utilizador em espaços abertos, incluindo o trânsito, possibilitando a oferta de variados serviços apenas com base na localização.
Em comparação com um dispositivo de GPS, ao fazer uso do GPS integrado ao *smartphone,* através do uso

de um único aparelho, o APP-WAY CyberParks capta mais parâmetros do que somente os mais corriqueiros (posição, tempo, velocidade, distância e altitude), o que facilita a sua utilização por parte dos visitantes do parque, sendo que com base na posição dos mesmos, pode-se oferecer múltiplos serviços. O APP mostra em um mapa, de modo fácil e intuitivo, a posição e a orientação do utilizador, permite criar zonas de alerta e de realidade aumentada, e ao associar vídeos e áudio com a posição, bem como exibir informações contextuais pode ainda enriquecer a visita com informações adicionais sobre o espaço e o seu contexto. Ao relatar a posição em tempo real a um servidor (ou plataforma de monitoramento), o APP é também uma ferramenta interativa no sentido de que, a partir do servidor, "ordens" podem ser enviadas em tempo real e imediatamente recebidas pelo *smartphone*. O uso do APP-WAY CyberParks em Lisboa foi um primeiro ensaio realizado no âmbito do projeto.

O dispositivo de GPS (GNSS) usado neste estudo permitiu a coleta dos parâmetros tempo, velocidade, distância percorrida, posição geográfica, altitude e direção de percurso. Estes dados permitiram visualizar os itinerários dos visitantes no Jardim da Estrela. Como dispúnhamos de seis dispositivos os participantes foram divididos em um número igual de grupos. Os grupos foram convidados a ligar o dispositivo de GPS no momento em que estavam prontos para iniciar o passeio pelo jardim e foram aconselhados a explorar o jardim como turistas e a "esquecer" que levavam consigo o dispositivo. Os dados coletados foram transferidos e sobrepostos em mapas do *Google Earth*. Codificados por cores, os dados coletados documentam o consenso dentro do grupo por seguir um determinado percurso e são uma representação gráfica com trilhas e pontos de permanência. Para cada um dos pontos foram registadas as coordenadas e o momento em que foram alcançados. Num segundo passo foi gerado um mapa que mostrava todas as trilhas seguidas juntas, o que permite tirar algumas conclusões. O trabalho de campo durou no total cerca de 1h15 min; o tempo permanecido em cada um dos pontos não é relevante para este estudo, já que os "visitantes" tinham de seguir o cronograma da reunião.

O questionário aplicado teve subjacente duas grandes dimensões de análise, designadamente: (1) conhecer a percepção dos respondentes relativamente a experiência nos parques urbanos em estudo para o caso de Lisboa; (2) identificar as impressões gerais dos respondentes relativamente ao uso das ferramentas tecnológicas a que se recorreu neste estudo – aplicativo para *smartphone* e GPS (GNSS).

O questionário integrou 15 questões, organizadas em quatro parâmetros específicos, designadamente: identificação dos respondentes, experiência do parque, rota no parque e uso da ferramenta. O parâmetro "identificação" integrou 5 itens, designadamente: idade, sexo, formação académica, cidade/país e uma última sobre a frequência semanal com que o respondente costuma utilizar parques urbanos na cidade onde reside. O parâmetro sobre a "experiência do parque" foi composto por 4 itens, a maioria com respostas abertas. Os itens são: cinco palavras-chave sobre o que caracteriza o parque; sobre gosto pelo parque – organizado em resposta fechada do tipo: sim, não e sem opinião; tendo sido solicitada uma justificação para a resposta; três a cinco elementos que, positivamente e negativamente, mais chamaram a atenção; três a cinco elementos que poderiam incrementar a dinâmica do parque. A "rota do parque" foi o terceiro parâmetro avaliado, contemplando 3 questões, nomeadamente: sobre o consenso no grupo acerca da rota a seguir no parque, sobre o porque da rota seguida, outros comentários.

O último parâmetro foi sobre o "uso das ferramentas" tecnológicas (APP e GPS/GNSS), sendo composto por 3 itens, designadamente, uma primeira questão fechada sobre a facilidade de uso da ferramenta (organizada nas seguintes hipóteses de resposta: fácil, complicada de manejar, muito complicada); uma segunda questão fechada sobre a utilidade da ferramenta para a pesquisa (organizada nas seguintes hipóteses de resposta: sim, não, parcialmente); e por fim, uma última questão aberta sobre como se pode incrementar o uso destas ferramentas.

A resposta ao questionário foi de auto-preenchimento. As questões abertas foram analisadas a partir de uma análise de conteúdo, tendo as respostas sido categorizadas e analisadas de modo a fornecer uma informação sintética sobre os resultados obtidos para cada um dos parques estudados e seguidamente para o conjunto dos dois parques.

4.2. Locais de estudo

Dois espaços verdes importantes em termos de tamanho e popularidade foram selecionados como casos de estudo: o Jardim da Estrela e o Parque Quinta das Conchas. Enquanto o Jardim da Estrela foi escolhido pelo seu caráter histórico e por ser uma atração turística, o Parque da Quinta das Conchas foi escolhido por ser um espaço verde de acesso público relativamente recente e estar localizado em um bairro em expansão.
O Jardim da Estrela, cujo nome oficial é Jardim Guerra Junqueiro, está situado fronteiro à Basílica da Estrela (1790), que é uma das referências do barroco português. A inauguração do jardim em Abril de 1852 é uma marca histórica, pois abre uma nova era na criação de espaços verdes, sendo ele o primeiro sob responsabilidade camarária a ser considerado público e de livre acesso (CML, 2009). Com uma área de 4,5 há, o Jardim da Estrela tornou-se um ícone verde da cidade. Construído ao estilo dos jardins ingleses, de inspiração romântica, a sua estrutura de caminhos de traçado orgânico e pontuado por recantos, clareiras e lagos, emoldurados por vegetação rica e diversa, conferem ao jardim uma atmosfera natural. Ele alberga além de uma ampla vegetação e lagos, vários equipamentos, como rica estatutária, parque infantil, aparelhos de ginástica, quiosque com esplanada, restaurante e coreto de ferro forjado.
A combinação de uma vizinhança residencial com a basílica, um agradável jardim público e o bairro histórico facilmente acessível pelos tradicionais elétricos, atrai muitos turistas. É o "parque mais *cool* da cidade inteira. Lugar perfeito para relaxar, ler um livro ou simplesmente estar com amigos, especialmente nos dias quentes de verão" (Tripadvisor). É um "parque encantador, um dos mais bonitos da cidade" (Lonely Planet) e um dos favoritos para famílias com crianças (Go Lisbon)[5].
Já o **Parque da Quinta das Conchas** corresponde a uma unidade recente na estrutura verde de Lisboa. Criado em 2005 a partir de uma antiga quinta, resulta da tentativa de salvaguardar a rica paisagem da periferia da cidade existente até o início do século XX. Essa paisagem era predominantemente agrícola e caracterizada pelas típicas quintas, com seus olivais, pomares, bosques, alamedas e extensas áreas para a cultura de hortaliças e grãos, que formavam uma extensa rede de espaços livres ao redor da cidade (Telles 1997). O Parque da Quinta das Conchas é um remanescente dessa paisagem em meio a uma urbanização extremamente rápida, com interesses económicos acentuados, característicos da zona norte de Lisboa, que viu e está vendo desaparecer essas antigas estruturas rurais (Smaniotto Costa, 2012).
No parque, com uma área de 24 ha, os remanescentes da estrutura rural e agrícola foram enriquecidos com novos elementos paisagísticos e equipamentos. O parque já conta desde a sua abertura com árvores suficientemente grandes para definir espaços diferentes, de servirem como pontos de referência, e ao mesmo tempo, terem impactos ecológicos significativos. Rico em equipamento e espaços distintos, o parque oferece uma variedade de usos e oportunidades, como relvados, bosque, parque infantil, áreas arborizadas, fontes e linhas de água, que estimulam o lazer e a descoberta.

5. Considerações Finais

Um primeiro aspecto a considerar é que, a partir de uma análise de conteúdo das respostas fornecidas ao questionário sobre "Parques & Ferrametas", foi possível agrupar as respostas em categorias de enquadramento, organizadas por relação a cada um dos parques e seguidamente reorganizadas de modo a agrupar o conjunto das respostas fornecidas para ambos os parques em discussão. Com base na análise de conteúdo efetuada e posterior categorização temática das respostas fornecidas, foi possível identificar 16 categorias, designadamente: ambiente natural, conforto ambiental, lugar de tranquilidade, adjetivações do ambiente, ambiente social, equipamento/infraestrutura, dinâmica do parque, historicidade e tradição, atividades, estilo, plano/projeto, manutenção, sentido urbano, multifuncionalidade, ambiente heterogéneo, segurança. Independentemente da

5 www.tripadvisor.com/Travel-g189158-c180466/Lisbon:Portugal:Jardim.Da.Estrela.html; www.lonelyplanet.com/portugal/lisbon/sights/parks-gardens/jardim-da-estrela; www.golisbon.com/sight-seeing/estrela-gardens.html. Consultados em 10/11/2014.

maior ou menor incidência de cada uma destas categorias em função dos diferentes itens do questionário e mesmo das respostas obtidas para cada um dos parques em estudo, uma primeira conclusão que se pode tirar é que as categorias temáticas identificadas podem futuramente estruturar dimensões de análise, bem como orientar os itens sobre os quais, eventualmente, para além de uma perspectiva de investigação, poderá interessar trabalhar no âmbito do aprofundar o conhecimento relativamente a pretendida relação entre as TIC e o planeamento do espaço público.

Uma outra conclusão que se retira do estudo desenvolvido em Lisboa é que, sendo as ferramentas tecnológicas uma mais-valia para a investigação e o planeamento, o recurso as mesmas não se deverá realizar de forma a negar-se as técnicas e metodologias de investigação e de planeamento mais tradicionais (Menezes, 2012). Aqui, o desafio está em encontrar complementaridades entre perspectivas teórico-metodológicas e técnicas tradicionais e mais inovadoras, de modo a se tirar o máximo de partido para incrementar o uso dos espaços públicos urbanos através de um planeamento inteligente e inclusivo.

O resultado do uso dos dispositivos de GPS (GNSS) confirmou uma tendência conhecida: onde há atrativos, o ambiente é agradável, convidativo e oferece diferentes possibilidades de atividades, as pessoas tendem a usar mais e com mais frequência e despender mais tempo no local. O que pode contribuir para uma maior convivência social com todas suas derivantes, tais como identificação, sentido de pertença, integração social, etc.

Os estudos realizados, ainda que incipientes, demonstram que o espaço público não se tornou supérfluo, nem tampouco o mundo virtual se tornou um substituto do real. Isto é, é possível constatar que os espaços – real e virtual – se complementam. E nada mais inteligente do que tirar proveito desta interação e melhorar a qualidade dos espaços reais, para que eles continuem como palco e âncora do mundo virtual.

6. Bibliografia

BACON, E., (1969). *Design of cities*. New York: Penguin Books.

CML - Câmara Municipal de Lisboa (2009). *Guia dos Parques, Jardins e Geomonumentos de Lisboa*. Pelouro de Ambiente, Espaços Verdes, Plano Verde, Higiene Urbana e Espaço Público

CML - Câmara Municipal de Lisboa. http://www.cm-lisboa.pt/visitar/lazer-entretenimento/espacos-verdes, [consultado em 11/11/2014].

GEHL, J. (2006). *Life Between Buildings. Using public space*. Copenhagen: The Danish Architectural Press.

KATZER, C. (2011). *Das Internet alls Tatort*: *Cyberbullying und sexuelle Gewalt- Wer sind die Täter, wer wird zu Opfern?* Hannover: Landesstelle Jugendschutz Niedersachsen (Eds).

MENEZES, M. (2012). "L'espace du social dans un monde de (multi)représentations socio-spatiales: meta-réflexion méthodologique à partir d'un regard géo-anthropologique". In C. Cerrti, I. Dumont, M. Tabusi (eds.), *Geografia Sociale e Democrazia – La Sfida della Communicazione.* Roma: Aracne Editrice, pp. 87-94.ISBN 978-88-548-4642-5

Smaniotto Costa, C. (2012). De quintas a parques. Visitando os Parques da Quinta das Conchas e da Quinta dos Lilases em Lisboa. *Arquitextos*, 1–11. Disponível em www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.146/4429, [consultado em 10-11-2014].

SMANIOTTO COSTA, C. (2014). "Can we change processes in our cities? Reflections on the role of urban mobility in strengthening sustainable green infrastructures". Journal of Traffic and Logistics Engineering, 2; pp. 141-155.

SMANIOTTO COSTA, C.; Schmitz, R. M. (2013). "As modernas Tecnologias de Informação e Comunicação e o espaço público, Explorando as fronteiras de uma nova relação". *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, 3, pp. 197-229.

TELLES, G. Ribeiro (1997). *Plano Verde de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri

THOMAS, S. (2013). *Technobiophilia: Nature and Cyberspace*. London: Bloomsbury.

THOMAS, S. (2014). *Cyberparks will be intelligent spaces embedded with sensors and computers*. Disponível em: http://theconversation.com/cyberparks-will-be-intelligent-spaces-embedded-with-sensors-and-computers-26837, [consultado em 11/11/2014].

THOMPSON, C. W. (2002). *Urban Open Space in the 21st Century*. Landscape and Urban Planning, 60 (2), pp. 59-72.

A aplicabilidade do princípio da precaução na decisão judicial de causas envolvendo o risco nanotecnológico

Mateus de Oliveira Fornasier
mateus.fornasier@gmail.com

Resumo: Este trabalho relaciona o risco nanotecnológico a um sentido autopoiético-sistêmico do princípio da precaução, a fim de se operacionalizarem decisões sobre a matéria. Metodologia: sistêmico-construtivista. Resultados: 1) princípios, na teoria dos sistemas autopoiéticos, não são fundamentos do Direito, mas sim, estratégias para a decisão; 2) o princípio da precaução, na dogmática jurídica brasileira, tem recebido diversas interpretações, destacando-se, em âmbito cível, como argumento para a inversão do ônus da prova em desfavor do empreendedor em atividades potencialmente degradantes, em atividades cujos riscos ainda são considerados totalmente conhecidos pela ciência; 3) numa cultura jurídica que valoriza os princípios, estratégias de relacionamento sintático entre princípios e regras possibilitam decidibilidade mais efetiva em matérias tão complexas quanto o risco nanotecnológico.

Palavras-chave: precaução; nanotecnologias; autopoiese; risco; decisão judicial.

Abstract: This work establishes a relation between nanotechnological risk and an autopoietic-systemic sense of the precautionary principle, in order to operationalize decisions on this matter. Methodology: systemic- constructivist . Results: 1) principles, in autopoietic systems theory, are not fundaments of Law, but rather, strategies for decision; 2) precautionary principle, in Brazilian legal doctrine, has received various interpretations, especially in civil proceedings, as an argument for reversing the burden of proof to the detriment of entrepreneurs in potentially degrading activities, in activities whose risks are not still considered fully understood by science; 3) in a legal culture that values principles, strategies of syntactic relationship between principles and rules enable more effective decidability in such complex matters as the nanotech risk.

Key words: precaution; nanotechnologies; autopoiesis; risk; judicial decision.

1 Introdução

Este artigo investiga as possibilidades de operacionalizar, na argumentação jurídica sobre risco nanotecnológico, decisões relacionadas ao princípio da precaução. Sua hipótese é que, apesar de não serem considerados, pela teoria dos sistemas autopoiéticos, fundamentos de um sistema jurídico, os princípios são importantes elementos de decidibilidade – desde que se estabeleçam critérios de identificação do seu sentido dentro de um programa sistêmico. Nesta senda, o princípio da precaução pode ser importante instrumento para a decisão concernente aos riscos nanotecnológicos.

Já é evidente, na teorização (e na práxis) jurídica acerca do risco, a consideração do princípio da precaução. Eis aí a justificativa de se argumentar nesta direção. Estudos relacionados, principalmente, aos ramos do Direito Ambiental, do Direito do Consumidor e da Responsabilidade Civil (sem a exclusão de outros), se dão com base em tal principiologia, que tem merecido grande destaque doutrinário e jurisprudencial.

Relacionar as temáticas *princípio da precaução* e *nanotecnologias* é de grande importância teórica e prática: teórica por ser necessário explorar temas já consolidados na tradição jurídica a assuntos mais atuais; prática, por se necessitar analisar como poderiam as instâncias decisórias servir-se da dogmática consolidada em seus processos no tocante a situações totalmente novas. Ora, as nanotecnologias representam um campo totalmente peculiar, quando analisadas sob a perspectiva do risco que ocasionariam.

A nanotecnociência traz consigo a possibilidade de realização de uma verdadeira revolução (Engelmann, 2011:

384). "Há pouco tempo, falava-se em descobertas microscópicas; hoje fala-se em descobertas geradas na escala nano" (Engelmann et al. 2010: 72) – o que certamente gera curiosidade e desafios, mostrando que a ciência ingressa em escalas cada vez menores a fim de extrair a maior quantidade de benefícios. A título ilustrativo, listem-se os dez principais usos revolucionários das nanotecnologias: armazenamento, produção e conversão de energia; incremento da produtividade da agricultura; tratamento de água e do ambiente poluídos; diagnóstico de doenças; sistemas de administração de medicamentos; processamento e armazenamento de alimentos; tratamento e remediação da poluição eólica; construção civil; monitoramento da saúde; detecção e controle de pragas e de seus vetores (Nanotechnologial, 2005).

Estes desenvolvimentos não estão apenas no campo das meras possibilidades futuras. No ano de 2008, entre 3 e 4 produtos envolvendo nanotecnologia já eram lançados no mercado por semana, sendo que, atualmente, há mais de 800 (oitocentos) produtos contendo nanotecnologia (New Nanotech Products, 2008). Aliás, desde o ano de 2000 já podem ser listadas três gerações de desenvolvimento das nanotecnologias concernentes a produtos já disponíveis no mercado de consumo (International Risk Governance Council, 2012: 15). A primeira geração (ano de 2000, aproximadamente) seria caracterizada por produtos contendo nanoestruturas passivas (aerossóis, coloides, polímeros, metais e cerâmica nanoestruturados). A segunda compreenderia (a partir do ano de 2005) produtos contendo nanoestruturas ativas (e.g. drogas depositadas por nanotecnologia e aparatos nanoeletrônicos). Já a terceira (a partir de 2010) seria composta por produtos contendo "nanossistemas" (e.g. nanorrobótica). Por fim, uma quarta geração (prevista para iniciar no ano de 2015) poderá conter nanossistemas moleculares (dispositivos projetados em nível molecular e atômico).

Mas, como face oposta das nanotecnologias, há vários efeitos ambientalmente nocivos causáveis pelo seu uso desregulado. As características das nanopartículas e as consequências do seu comportamento quando dispersas no ambiente fazem com que suas propriedades físicas e químicas sejam diversas daquelas das partículas das mesmas substâncias que se apresentam em maior escala (Maynard, 2005). Seu diminuto tamanho e a daí decorrente elevada energia superficial fariam com que, dispersas no ambiente, reagissem de modo ainda imprevisível. A contaminação do organismo humano por nanopartículas também poderia resultar em várias reações complexas e interações biológicas, físicas e químicas – que poderão desencadear processos de defesa celular desconhecidos, a depender do tipo e da natureza da nanopartícula, bem como das células ou dos tecidos atingidos e seus mecanismos de defesa (United States Environmental Protection Agency, 2012: 54).

O objetivo geral deste artigo é relacionar o risco nanotecnológico a um sentido sistêmico para o princípio da precaução, a fim de que condições de decidibilidade sobre a referida matéria sejam possíveis. Para que isto se dê, primeiramente se direcionará o trabalho no sentido de apresentar o significado do "princípio" na teoria dos sistemas autopoiéticos. Estabelecer-se-ão ligações teóricas entre o paradoxo (base da referida teoria) e as estratégias para a sua desparadoxalização – dentre as quais, a construção do que se pode denominar "princípio". Logo após, realizar-se-á um estudo acerca dos significados e usos do princípio da precaução na dogmática jurídica brasileira, bem como na jurisprudência dos tribunais superiores brasileiros. Serão, ainda, apresentadas considerações sobre o potencial de uso deste princípio para a disciplina jurídica do risco nanotecnológico na ordem jurídica brasileira.

Finalmente, discorrer-se-á sobre a importância do uso do referido princípio na argumentação jurídica de desparadoxalização do paradoxo que redunda na emergência do sistema do Direito. Apesar de se apresentar a ideia de que princípios não são sociologicamente fundamentos de um sistema (quando exposto à observação de segunda ordem), será considerado que, em uma cultura jurídica que confere grande importância aos princípios, é interessante o desenvolvimento de estratégias que estabeleçam uma relação sintática entre princípios e regras, a fim de se configurar condições de decidibilidade mais efetivas acerca de matérias tão complexas quanto o risco nanotecnológico. Buscar-se-ão parâmetros para o estabelecimento de uma semântica para a precaução, a fim de que esta não venha a ser um princípio que atravanque o desenvolvimento técnico, econômico e científico.

2 O princípio da precaução como desparadoxalização do paradoxo do sistema do Direito

A autorreferência e a recursividade são evitadas pela lógica tradicional, pois teriam como consequência a demonstração de contradições – as quais são consideradas, pela Teoria dos Sistemas Autopoiéticos, paradoxos, que revelam o modo pelo qual um sistema opera para construir assimetrias orientadoras da aplicação do código binário do sistema (o qual, no caso do Direito, é "direito/não direito") (Carvalho, 2006: 124). Em outras palavras, os paradoxos permitem inovações e/ou aceitação das decisões (Luhmann, 2002: 80). Uma compreensão mais acurada das possibilidades de superação dos postulados fundamentais do Direito atual carece da observação dos paradoxos que a autorreferência dos sistemas sociais funcionalmente diferenciados (Direito, Política, Economia, Educação, etc.) desencadeia.

A fragmentação da sociedade mundial em processos globais dinâmicos altamente especializados revela que a atualidade é indeterminada mais em razão da policontexturalidade (Günther, 2004: 3-4) do que da disseminação de riscos (de várias naturezas) – e, em momentos como este, destaca-se a importância do papel que os paradoxos exercem (Luhmann, 2002: 89). Para lidar com estes paradoxos o Direito cria assimetrias (programas de decisão) orientadoras da aplicação do código e da desparadoxização dos paradoxos da autorreferência – sendo que a observação de tais paradoxos é fundamental para a compreensão das racionalidades pelas quais os sistemas parciais operam, bem como da capacidade de suas estruturas.

Abordar os paradoxos suscitados pela ecologização do Direito (tendo-se em vista que a análise dos danos ambientais provocados pela liberação indiscriminada de nanopartículas integra esta categoria) e sua ocultação pela dogmática jurídica pode demonstrar a necessidade de reestruturação da Teoria do Direito a questões complexas (Carvalho, 2006: 125). Este tipo de abordagem também possibilita propor mudanças estruturais operáveis no sistema do Direito em resposta às irritações nele provocadas por comunicações provenientes de outros sistemas (Economia, Política, etc.). Neste sentido, os principais paradoxos decorrentes da ecologização do Direito são diretamente relacionados à abordagem tradicional do Direito ocidental (antropocêntrica e individualista, ao sabor do humanismo moderno) (Luhmann, 1985: 171-172), sendo que a autorreferência do Direito seria desparadoxalizada pela emergência de um ramo específico do Direito (*in casu*, o Ambiental). Este ramo seria concernente à prevenção de danos e à interação para com novos elementos (institucionalizados, no Brasil, principalmente, pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988) e as estruturas e decisões já vigentes, cujo escopo é reagir às demandas relacionadas ao meio ambiente que surgem na contemporaneidade.

A estrutura jurídica vigente (moderna) conforma a tutela e a regulação, de acordo com parâmetros técnicos (dentre eles, o surgimento de novos ramos do Direito). Estes parâmetros impossibilitam, contudo, no mesmo ínterim, maior proteção contra riscos, já que a configuração do sistema (sua estrutura, organização, seus processos, código, etc.) são limitadores da sua capacidade de decisão (Carvalho, 2006: 126-127) – limitação esta decorrente, principalmente, da configuração de diferenças entre sistema e ambiente.

Há ainda outro paradoxo relacionado ao sistema do Direito quando se verificam seus parâmetros reflexivos estabelecidos para as irritações oriundas das comunicações do seu entorno: a formação de conceitos, tais como o de "meio ambiente", a serem regulados e tutelados, formação esta que oculta paradoxos da autorreferência sistêmica (Carvalho, 2006: 127). Estes conceitos possibilitam o surgimento de novas temáticas comunicacionais dentro do sistema do Direito (*in casu*, comunicações ecológicas), servindo como símbolos comunicativos que permitem a reação do sistema às irritações provenientes da observação ecológica hodierna, dando-se condições de possibilidade para o Direito tratar de problemáticas que surgem da autorreferência da sociedade, a qual repercute no surgimento de comunicações sobre uma sociedade denominada "de risco".

Os paradoxos são de grande importância, assim, na observação de inovações tecnológicas mais avançadas pelo sistema, eis que estas ocasionam problemas sociais extremamente complexos: seu formato não é mais referente apenas à observação da coexistência "entrelaçada" de sistemas sociais, mas também às relações entre sistemas que operam com unidades reprodutivas diferentes. Assim, estabelecem-se relações entre sistemas de sentido (Direito) e vida (sistemas vivos) – sendo que estes últimos não existem no interior do sistema social mas nas relações entre o sistema social e o seu entorno (demais sistemas, que se reproduzem em unidades diferentes) (Luhmann, 1997: 142).

A desparadoxalização do paradoxo traz consigo o conceito de *fórmula de contingência*, que passa a ocupar o

lugar de muitos outros conceitos até então tidos como decisivos para a definição do que seja a justiça – virtude, princípio, ideia, valor, etc. Contudo, as referidas asserções não são dizimadas por tal substituição: apenas um observador externo, de segunda ordem (Corsi et al. 1996), poderá visualizar tal fenômeno, eis que o próprio sistema jurídico terá de formular, mediante princípios, valores e concepções próprias, o que seja a justiça: "no interior do sistema, a fórmula de contingência é assegurada como irrefutável; se 'canoniza' [...]" (Luhmann, 2005: 280).

A consideração da fórmula de contingência acaba com qualquer concepção jusnaturalista de justiça, não havendo mais qualquer possibilidade de se encontrar o "justo" ou o "natural" (símbolos de significado filosófico, mas não jurídico) interferindo diretamente no sistema. As fórmulas de contingência têm forma circular, referindo-se à diferença entre a indeterminabilidade e a determinabilidade. Têm como função ir até esse limite e a ele recorrer: tornam observável o inobservável pelo sistema, mediante a substituição de uma diferença pela ficção de uma unidade sistêmica descritível apenas como sendo paradoxal (Luhmann, 2005: 281-282). A totalidade de "princípios" se converte em algo que depende da decisão do próprio sistema – ou seja, em contingência (Luhmann, 2005: 547).

A paradoxalidade do Direito consiste, principalmente, na problemática da decisão: o sistema jurídico deve decidir (desparadoxalizar o paradoxo). E, por ser incapaz de decidir em si mesmo, "em virtude da impossibilidade da autolegitimação de seus valores cardinais e critérios, ele precisa entrar em ação mediante uma decisão que acaba com a falta de decisão" (Clam, 2006: 108). Reflexivamente, então, são delineadas, pelo sistema do Direito, estratégias para a desparadoxalização do paradoxo no momento da decisão – estratégias estas que consistirão em operações realizadas pelo sistema, as quais se darão conforme a estrutura e o programa preconcebidos do sistema. "O direito no sentido estrito [...] refere-se a um sistema particular e a uma diferenciação norteadora particular (entre o direito e o não-direito)" (Clam, 2006: 113).

Dito de outra forma: fórmulas de contingência (expressas sistemicamente como princípios) permitem ao sistema decidir sobre algo conforme seus próprios parâmetros – eis que, sendo autopoiéticos, são cognitivamente abertos, mas operativamente enclausurados (o que se denota em sua auto-observação autorreferente). Não se trata de refutar (ou relegar ao desuso) a possibilidade de uso dos princípios (como o da precaução): aqui se apresenta apenas um modo diferente de observá-los, como sendo artifícios que o próprio sistema elabora a fim de tornar possível decidir conforme seu código e programa.

A validade jurídica não se encontra em leis (provenientes do sistema da Política) e contratos (que expressam operações no sistema da Economia), ou qualquer outra comunicação observável pelo Direito como sendo proveniente de outro sistema: ela é conferida pela própria organização do sistema do Direito, que selecionará autorreferencialmente as fórmulas comunicadas por outros sistemas. E são os tribunais, centros do sistema do Direito, que decidem livremente acerca da relevância das leis e contratos, pois apenas a eles cabe manejar o paradoxo do sistema em prol da decisão de toda e qualquer demanda a eles apresentada (Luhmann, 2005: 382). Sobre eles, portanto, pesa tanto a obrigação de decidir e quanto o privilégio de eleger (e criar) critérios de decisão.

Os princípios, assim, são "artifícios" que satisfazem necessidades pragmáticas na procedimentalização peculiar à (pós)modernidade – a qual é caracterizada pela complexidade (Guerra Filho, 2000: 93-95). Assim, se consubstanciariam em imperativos para a busca de sentidos para a desparadoxalização do Direito. É notável que o ordenamento jurídico possa ser sistematicamente compreendido pela identificação (interpretativo-operacional) de princípios, que não apenas expressariam a lógica interna do sistema, mas que também seriam expressáveis em todo raciocínio a ser realizado a partir dele. Os princípios passam, assim, à composição do programa evolutivamente, sobre o qual o sistema do Direito passará a operar com seu código binário.

Qualquer que seja o princípio escolhido para uma decisão, a partir de uma observação de primeira ordem (ou seja, a partir do "interior" do sistema) se exclui qualquer outra alternativa (Luhmann, 2005: 577). Eleger um princípio é a própria expressão de sua contingência, decorrente da paradoxalidade do sistema: a auto-observação autorreferente (autodescrição) do sistema restringe à argumentação o modo de conferir validade a algo – e esta autodescrição é identificada com as condições aceitáveis quando se buscam soluções para problemas no próprio sistema, o qual restringe, por si próprio, os âmbitos a que deve recorrer e nos quais possui símbolos válidos (Luhmann, 2005: 579).

A construção (e a aplicação) de princípios, portanto, é um modo pelo qual o sistema do Direito lida, em sua

própria operabilidade, com a necessidade/possibilidade de decidir – e não um *fundamentum inconcussum* da sociedade. Apenas o que constrói e operacionaliza um princípio o valida, porque o faz mediante seus próprios recursos, referentes apenas às suas peculiares estruturas e operações. Qualquer "criação" de princípios embasará a decisão; mas qualquer princípio resultará desta operação. É impossível descobrir a "real" fundamentação de um sistema, pois tal fundamentação é ficção própria sua: ao criar sua própria unidade, o sistema cria seu próprio fundamento.

A argumentação permite a inovação acerca dos parâmetros aplicáveis na decisão pelo sistema (Luhmann, 2005: 431). Uma previsão "legal" ou "contratual" sobre algo (e.g. a responsabilização por danos) não será aplicada diretamente no sistema, tendo sempre de passar pela argumentação – a qual diferencia observação e operação. Há pretensão de decidir no passado o resultado futuro em toda a dogmática; mas o que se observa é a operação no *presente* surtindo efeitos no próprio presente e no futuro. Regras e valores sociais que ficticiamente conformam a unidade do sistema podem sofrer uma "mudança de valores sociais" que o estimulará poderosamente a construir novas normas a partir da mesma comunicação que, outrora, fundamentara decisões em sentidos diversos (Luhmann, 2005: 432).A evolução do Estado proliferou direitos subjetivos e interesses coletivos, evidenciando-se o surgimento do *paradoxo da liberdade* – cujo significado se expressa no estabelecimento de uma construção e superação de limites na relação entre subjetividade e Estado (De Giorgi, 1983: 105). Destarte, o conflito subjacente na relação entre liberdade individual (como direito subjetivo) e interesse coletivo (na figura de "interesses transindividuais") se torna paradoxo fundamental no tratamento jurídico das questões envolvendo perigos, riscos e danos ambientais – que dinamizam a evolução sistêmica num processo de relativização recíproca ocorrente entre interesses individuais e transindividuais – que têm como consequências, por exemplo, a reconfiguração do direito individual à propriedade em face de um princípio de *função social* (Carvalho, 2006: 128).

Ao internalizar uma noção de "bem comum", o sistema do Direito se demonstra paradoxal – o que faz surgir o paradoxo da liberdade (Luhmann, 2007: 142). A inclusão da significação dos interesses transindividuais no sistema do Direito acarreta uma tensão para com o direito subjetivo tradicionalmente definido, a qual é observada na prática e na programação jurídicas (normas orientadoras dos processos decisórios, dentre as quais se encontram os princípios). Para que seja possível a observação da tensão entre direitos subjetivos em acepção tradicional e as necessidades da sociedade contemporânea, pode-se partir da distinção moderna entre legislação/jurisprudência – aquisição evolutiva oitocentista importante para o Direito, quando sua complexidade estruturada interna se incrementa. Viabilizou-se, assim, a observação de operações sistêmicas nas quais a legislação, oriunda do sistema da Política, se localiza na periferia do sistema do Direito, enquanto os tribunais ocupam seu centro (Luhmann, 1990: 154).

Quando se analisa a proteção jurídica dos bens ambientais, vê-se uma legislação bastante desenvolvida (tutelando o ambiente natural e a sadia qualidade de vida). Porém, a operação jurídica hodiernamente realizada se localiza no centro do sistema – ou seja, na aplicação/interpretação da legislação pelos tribunais operantes num paradigma de Direito como solução de conflitos interindividuais (com sujeitos litigantes "presentes") (Carvalho, 2006: 128).

Ao ser analisado da perspectiva de uma observação de segunda ordem, o Direito Ambiental pode ser visualizado como resultado da autodescrição do sistema do Direito em relação à irritação pela sociedade – resultando no paradoxo da liberdade, caracterizado pela tensão entre concepções jurídicas modernas e necessidades transdisciplinares e transindividuais (e.g. prevenção e precaução, características da crise ecológica atual) (Luhmann, 2007: 130). A tentativa de superação do referido paradoxo resulta no estabelecimento de parâmetros sistêmicos para a decisão, sendo que, no que concerne à questão da inovação tecnológica, o princípio da precaução tem importante significado.

3 Nanotecnologias, dogmática (e práxis) jurídica e princípio da precaução

Trabalhos recentes tratando da regulação do risco nanotecnológico no Brasil têm destacado a importância do princípio da precaução (Engelmann et al. 2010: 123-135). Segundo alguns, originado do *Vorsorgeprinzip*, reconhecido no ordenamento jurídico da antiga Alemanha Ocidental para aquilo que concernisse à adoção

de medidas contra contaminações ambientais (Escalante, 2005: 134); segundo outros, de decisões judiciais estadunidenses em matéria de saúde, segurança e meio ambiente (Ashford, 2002: 128); para outros, ainda, inaugurado na Lei de Proteção Ambiental da sueca de 1969 (Sandin, 1999: 889); o princípio da precaução é considerado pela doutrina jurídica ambientalista como "princípio fundante e primário da proteção dos interesses das futuras gerações", que tornaria imperativa a adoção de "medidas preventivas e [que] justifica a aplicação de outros princípios, como o da responsabilização e da utilização das melhores tecnologias disponíveis" (Canotilho et al. 2008: 6-9). Um conceito sintético seu poderia ser o seguinte:

> Medida de política pública a ser aplicada quando existirem riscos potenciais sérios ou irreversíveis para a saúde ou para o meio ambiente, bem como antes que tais riscos se transformem em perigos comprovados. Esta política supõe, entre outras coisas, mecanismos de pesquisa e monitoramento, a fim de que os perigos possam ser detectados com antecedência. [...] Desta forma, o Princípio da Precaução inclui um fundamento científico (não há perigo) e um fundamento político e de sentido comum (certeza razoável) (Foladori et al. 2007: 5).

Tem-se indicado, na doutrina jurídica, que a precaução é voltada para os riscos ainda desconhecidos da ciência. Ao seu lado se encontra o princípio da prevenção, que concerniria ao cientificamente provável: enquanto "a prevenção visa riscos conhecidos", a precaução permeia a ação "em um mundo recheado de dúvidas, trazendo os saberes à prova, e, em um mundo precavido, há de se indagar sempre se existe relativo grau de perigo nas consequências da ação a ser iniciada" (Catalan, 2008: 65-66). O princípio da precaução surge relacionado, assim, a direitos fundamentais, "a partir do momento em que determinada pesquisa ou atividade gera riscos desconhecidos à manutenção da vida digna, segura e saudável do ser humano" (Engelmann et al. 2010: 130).
O referido princípio foi reconhecido internacionalmente a partir da irritação sistêmica causada pela comunicação política da Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, principalmente na sua disposição normativa denominada "Princípio nº 15":

> De modo a proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deve ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental (Organização das Nações Unidas, 2013).

Na ordem constitucional brasileira, encontra-se o princípio da precaução na interpretação dos sete incisos do parágrafo primeiro do artigo 225 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) – sendo visualizável, principalmente, no que concerne à previsão de imposição de controle de atividades que possam vir a pôr em risco o meio ambiente por serem de impacto ainda desconhecido para a ciência.
Interessante observar, na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça brasileiro, as ocorrências nas quais o princípio da precaução é utilizado como *ratio decidendi* em relação a empreendimentos (e questões assemelhadas). Ainda não se tem, em razão da novidade da matéria, julgados relacionados ao risco nanotecnológico em tal instância; diversas são as demais situações, contudo, em que o referido princípio fundamenta decisões relacionadas a dano e risco ambiental.
Destaca-se, primeiramente, o uso do referido princípio como argumento ensejador do efeito de inversão do ônus da prova em relação ao empreendedor – ou seja: quem deve comprovar que a atividade não será potencial causadora de danos, em argumentação conforme o referido princípio, é aquele que requer o licenciamento ambiental para seu empreendimento, ou que, no curso de um processo cível relacionado a dano ambiental, deve comprovar que sua atividade não fora a causadora de dano, conforme pode ser visualizado no julgamento dos Recursos Especiais de nº 1330027/SP (Brasil. Superior Tribunal de Justiça, 2011e), nº 883.656/RS (Brasil. Superior Tribunal de Justiça, 2012f), nº 1.060.753/SP (Brasil. Superior Tribunal de Justiça, 2009a), nº 972.902/RS (Brasil. Superior Tribunal de Justiça, 2009b), bem como do Agravo Regimental no Agravo em Recurso

Especial nº 206.748/SP (Brasil. Superior Tribunal de Justiça, 2013a), do Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1192569/RJ (Brasil. Superior Tribunal de Justiça, 2010a) e do Recurso Especial nº 883.656/RS (Brasil. Superior Tribunal de Justiça, 2009a).

É também vislumbrável nos julgados da instância superior que, ao pairarem dúvidas acerca da segurança para o meio ambiente, eventuais licenciamentos e permissões devem ser sustados até que estudos prévios de impacto ambiental sejam realizados. Revela-se aí, dessa forma, uma preocupação para com o conhecimento técnico-científico relacionado à atividade potencialmente danosa – o que é verificável nos julgamentos do Recurso Especial nº 1163939/RS (Brasil. Superior Tribunal de Justiça**,** 2011d), do Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 1320906/MG (Brasil. Superior Tribunal de Justiça, 2011c), e do Agravo Regimental na Suspensão de Liminar e Sentença nº 1.279/PR (Brasil. Superior Tribunal de Justiça, 2011a).

Ademais, o STJ tem entendido que o eventual desconhecimento científico relacionado aos impactos decorrentes da exploração do meio ambiente não pode ser argumento que justifique a não adoção de medidas eficazes de proteção ao meio ambiente. Este posicionamento pode ser observado nas decisões concernentes aos Recursos Especiais de nº 1285463/SP (Brasil. Superior Tribunal de Justiça, 2012e) e nº 965.078/SP (Brasil. Superior Tribunal de Justiça, 2011f). Isto revela que a importância da reflexividade entre Direito e Ciência é cada vez mais considerada pela práxis judicial superior brasileira.

Entende a referida Corte também que, ao ser avaliada a responsabilidade pelo risco da atividade empresarial, os princípios da prevenção, da precaução e da reparação do dano devem ser considerados em cada caso concreto – o que se nota da leitura das decisões dos Recursos Especiais de nº 1090968/SP (Brasil. Superior Tribunal de Justiça, 2010b) e nº 745.363/PR (Brasil. Superior Tribunal de Justiça, 2007a) – não sendo possível estabelecer uma maneira geral e abstrata (mediante legislação, por exemplo) daquilo que se possa entender por precaução em um "rol" de situações.

Ademais, é entendido que o Poder Público (Federal, Estadual/Distrital, Municipal, a depender do ente federado competente no caso concreto) tem o poder de proibir, por exemplo, o cultivo, a produção e a comercialização de produtos enquanto os estudos técnico-científicos necessários à comprovação da não nocividade ao meio ambiente não tenham sido concluídos, eis que haveria presunção de legitimidade do ato administrativo praticado pela autarquia (em especial, a federal) encarregada da proteção ambiental – o que pode ser concluído da leitura das decisões do Mandado de Segurança nº 16.074/DF (Brasil. Superior Tribunal de Justiça, 2012c), do Recurso Especial nº 975.397/RS (Brasil. Superior Tribunal de Justiça, 2009c) e do Agravo Regimental em Suspensão de Liminar e Sentença nº 1.302/PE (Brasil. Superior Tribunal de Justiça, 2011b).

Tem sido, também, considerado imperativo que realizadores de obras (principalmente aquelas de grande vulto) consultem o órgão ambiental público competente, bem como dirimam todas as dúvidas sobre a viabilidade ambiental do seu empreendimento, antes de iniciarem seus trabalhos – o que pode ser visto nas decisões referentes aos Agravos Regimentais na Suspensão de Liminar e Sentença de nº 1.564/MA (Brasil. Superior Tribunal de Justiça, 2012b) e 1.524/MA (Brasil. Superior Tribunal de Justiça, 2012a). Isto se deveria à razão de que, quando significativamente aventada a possibilidade de graves riscos ao meio ambiente, a continuidade do processo de construção não pode se dar – o que é observável no Agravo Regimental na Suspensão de Liminar e Sentença de nº 1.323/CE (Brasil. Superior Tribunal de Justiça, 2011c).

O Supremo Tribunal Federal apresentou, em pesquisa jurisprudencial, poucas ocorrências relacionadas ao princípio da precaução em matéria mais próxima das questões concernentes a dano ambiental. As poucas ocorrências se dão, todavia, no mesmo sentido apresentado pela jurisprudência do STJ, sendo reconhecida a importância constitucional do princípio no que tange à imperatividade da conduta precavida por parte do Estado ao fixar padrões de qualidade ambiental. Paradigmática, neste sentido, é a decisão da Suprema Corte na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 101, em que se reconheceu a "legitimidade e razoabilidade da atuação estatal preventiva, prudente e precavida, na adoção de políticas públicas que evitem causas do aumento de doenças graves ou contagiosas" (Brasil. Supremo Tribunal Federal**,** 2012).

Observa-se, assim, que, pelo menos até o atual momento, as Cortes em grau superior no Judiciário brasileiro têm considerado a importância do princípio da precaução de maneira a salientar:

> a) a necessidade de comprovação do dano no caso concreto – não sendo as regras que estabelecem padrões absolutas, quando é demonstrável que, no caso concreto, mesmo em situações de respeito

a tais regramentos, há dano ao ambiente;
b) a imperatividade da inversão do ônus probatório da não ocorrência de dano futuro por parte do empreendedor – ou seja, quem deve comprovar que, mesmo em situação de desconhecimento sobre a ocorrência futura de dano, o empreendedor deve comprovar que, pelo menos da forma que está a tratar do seu negócio potencialmente danoso, seus efeitos deletérios são controlados pelas suas práticas;
c) a importância dada à reflexividade Ciência/Direito quando se analisa o princípio da precaução – sendo um exemplo pragmático de possibilidade de observação mútua entre ambos os sistemas.

4 Princípio anticatástrofe e nanotecnociência

É observável, todavia, a grande possibilidade que se abre ao ser analisado o princípio da precaução como potencial ensejador de um "medo", atravancador do desenvolvimento técnico-científico e econômico. O medo é seletivo (Sunstein, 2005: 224): há quem tema voar, mas se aventura a dirigir em autoestradas; há pessoas que evitam possíveis riscos decorrentes da medicação, mas não temem os riscos da falta de medicação em alguns casos; há quem tema os resultados ecológicos (e à saúde humana) do uso de nanotecnologias, mas que não é capaz de vislumbrar seu potencial benéfico. Em outras palavras, os mais determinados a evitar riscos os aumentam mediante seus esforços em evitá-los. Analogamente, pode-se verificar este comportamento em sociedades inteiras, que clamam pela tomada de precauções para evitar riscos – e que, ao fazê-lo, acabam por aumentar a possibilidade de riscos.
Nesta senda, o princípio da precaução, quando apelativo à regulação agressiva de riscos, representa um incremento nos riscos – o que o relega à incoerência, simplesmente pelo fato de que a regulação exagerada criaria ainda mais riscos. As pessoas costumam, quando comunicadas sobre a possibilidade (muitas vezes, remota) de que um incidente particular possa vir a ocorrer (no sentido de ser vislumbrável prontamente em suas mentes), ficar mais preocupadas do que o necessário – o que as leva a tomar precauções desnecessárias.
Apesar disto, não pode o medo ser relegado à condição de fardo ou inutilidade: o medo pode ser considerado um mecanismo natural que aponta para a direção correta da decisão a ser tomada (Sunstein, 2005: 226). É em razão disto que se torna importante considerá-lo fator indicativo de necessidade de razoabilidade no agir. Agravando o problema da seletividade do medo está, portanto, o negligenciar da probabilidade real de risco – que levaria a dar importância a prioridades descabidas (Sunstein, 2005: 225). Mais grave ainda isto torna o problema a influência social, pois assim como discursos alarmantes sobre o medo a ele próprio agrava, alardes concernentes à temeridade (encarnada na atribuição de "fanatismo" ao comportamento daqueles que temem a ocorrência de determinados riscos) tornam as pessoas ainda menos preocupadas sobre o medo (ainda que este se reporte à possibilidade realmente significativa da ocorrência de danos).
Educação e informação acerca de práticas e potencialidade de riscos, bem como a análise de custos e benefícios (e.g. analisar se o alto custo de regulação ocasionará muitos ou poucos ganhos), podem ser apontadas como estratégias importantes, porém não decisivas. Ademais, quando o medo emitido nas comunicações sociais é exagerado, tende-se a suprimir outros direitos das pessoas – e.g., a própria liberdade. É interessante pensar no vocábulo "liberdade" como sendo um alargamento nas liberdades reais das pessoas (mormente naquilo que concerne à sua qualidade de vida) (Sen, 2000: 13-35), e não mero argumento moral embasado num pretenso contrato social.
Nesta linha de raciocínio, pode-se questionar: traria o desenvolvimento nanotecnocientífico maior qualidade de vida às pessoas? Acredita-se que sim (ao menos, potencialmente), eis que boa parte dos recursos relacionados à pesquisa de nanotecnologia têm sido direcionadas para o desenvolvimento de processos e produtos que buscam conferir qualidade de vida às pessoas (e.g. próteses, tratamentos e medicamentos mais eficientes) (The Royal Society et al. 2004: xii). Aliás, outras liberdades, tais como a possibilidade de energia mais segura e barata, por exemplo, também seriam afastadas. Excessivas precauções tomadas como decorrência de uma comunicação exagerada do medo, bem como medidas por demais frouxas, decorrentes de comunicações errôneas obliterando a real percepção dos potenciais riscos causados pelo trato inconsequente dos resíduos resultantes das nanotecnologias, são medidas que podem vir a tolher irresponsavelmente um cenário bem mais

benéfico proporcionado pelo trato responsável para com a tecnologia.

É nesta senda que se tem apontado para a necessidade de reprojetar (e adotar) o princípio da precaução como sendo um princípio anticatástrofe (Sunstein, 2005: 4-5) para as políticas regulatórias de assuntos de alta potencialidade de risco. Tendo como propósito circunstâncias especiais nas quais não seja possível especificar probabilidades em tais situações (de extrema incerteza e dano potencialmente severo), este princípio seria adotado de modo bem menos amplo do que aquele.

Seria um princípio que focaria muito mais atentamente o amplo espectro de riscos sociais, e não apenas a potencialidade de causa de danos ao meio ambiente tomada pontualmente. Far-se-ia necessário, na sua adoção, atentar para um sopesar muito maior de consequências – inclusive, consequências da própria regulação das medidas potencialmente causadoras de danos. Nesta acepção, seriam analisados os custos sociais da tomada de medidas e sua proporção em relação à expectativa de benefícios que tais medidas acarretariam em sua consecução (Sunstein, 2005: 114).

Sua adoção, ademais, deveria atentar apenas à ideia de custo e efetividade, a qual requer que a tomada de decisão de regulação por aqueles que sejam competentes para tal. Estas autoridades tomariam as decisões conforme métodos objetivando a redução de tais custos.

Não obstante, questões distributivas deveriam ser levadas em consideração: as decisões para o estabelecimento de padrões seriam tomadas de forma a não onerar, por demais, aqueles que estão (socioeconomicamente) menos aptos a arcarem com os custos da estratégia anticatástrofe. Nesta senda, poder-se-ia vislumbrar, no caso da regulação das nanotecnologias, a possibilidade de cálculo dos custos dos produtos e processos relacionados a estas formas de empreendimento: se melhorias na saúde dos consumidores são ocasionáveis, e não há comprovação de que o uso de nanopartículas (ou nanoprocessos) ocasionarão danos aos seus usuários, não haveria, assim, motivo para onerar demais o produtor com custos relacionados à permissão – custos estes que seriam repassados ao preço final do produto, obliterando o acesso que possíveis beneficiários de menor poder aquisitivo poderiam ter aos produtos nanoparticulares (ou nanoprocessados).

Por fim, deve-se conceber, no princípio anticatástrofe, que a extensão das precauções não podem ser separadas dos seus custos. Quando forem razoavelmente vislumbráveis cenários de danos irreversíveis e de grande extensão – e as suas probabilidades não possam ser identificadas mediante qualquer espécie de cálculo racional (e o risco proporcionável pelas nanotecnologias ao meio ambiente e à saúde humana integra o rol de tais situações, eis que ainda não foram realizadas pesquisas concludentes acerca do potencial risco ao meio ambiente do trato para com resíduos nanoparticulares, por exemplo) –, padrões de segurança mais rigorosos seriam exigíveis. Porém, apenas em tais casos.

Seja como for, o estabelecimento de um princípio de "contenção" da colocação incauta no mercado de consumo de nanopartículas ou produtos/serviços nanoprocessados (seja ele denominado "precaução", seja chamado "anticatástrofe") se configura como meio para desparadoxalização do paradoxo da autorreferência do sistema do Direito, como parâmetro de que o sistema faz uso para decidir. É (importante) integrante do programa do sistema, com auxilio do qual se aplica o código binário direito/não direito às situações (auto) observadas pelo sistema. Não se trata de um *fundamentum inconcussum* que represente o parâmetro normativo do sistema como um todo.

Por outro lado, não se pode negar a importância do referido princípio para decisões relacionadas à responsabilização civil daqueles que possam vir a causar danos ao meio ambiente e à coletividade. Aliás, numa perspectiva reflexiva realizável entre o Código Civil, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, a Constituição Federal de 1988 (no que tange ao princípio da precaução, principalmente) e o Código de Defesa do Consumidor, observa-se que uma resposta bastante plausível para a identificação da responsabilidade, mensuração dos parâmetros para a sanção e estabelecimento de condutas precavidas no trato para com o risco é bastante saliente, eis que:

> a) o Código Civil de 2002, em seu artigo 931, estabelece que "ressalvados outros casos previstos em lei especial, os empresários individuais e as empresas respondem independentemente de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação" (Brasil, 2002);
>
> b) a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente expressa no seu artigo 14 que "o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela

degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores", sem que haja "prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal" a vários tipos de sanção (multas, perda/restrição de incentivos e benefícios fiscais, perda/suspensão de participação em linhas de financiamento concedidas por estabelecimentos de crédito oficiais, ou ainda, suspensão das atividades da empresa danosa) – sendo a responsabilização também é considerada independente de culpa (Brasil, 1981);

c) o Código de defesa do Consumidor, em diversos artigos (principalmente aqueles do seu Capítulos I e IV) estabelece a responsabilização independente de culpa, a inversão do ônus da prova em favor do consumidor (hipossuficiente, ou que apresente verossimilhança em suas alegações) (Brasil, 1990).

Tal perspectiva reflexiva entre os sistemas da Ciência e do Direito – relacionada aos *sentidos normativos* emanados de cada uma das fontes normativas recém apresentadas exemplificadamente (e não da exegese, da mera aplicação literal) – pode se apresentar como detentora de um potencial regulatório muito mais próximo das necessidades da complexidade do que o mero estabelecimento de uma legislação pretensamente abarcadora de todas as necessidades regulatórias de matérias tão intrincadas quanto as nanotecnologias, por exemplo. Não se pode, contudo, deixar de considerar a possibilidade de se incorrer, mediante o raciocínio relacionado ao princípio da precaução, em dogmatismos lineares: apenas na situação concreta relacionada à ocorrência de dano (por via de verificação "científica") que se buscará o responsável.

A importância da consideração do princípio da precaução na tomada de decisões jurídicas concernentes ao uso das nanotecnologias se relaciona, principalmente, com a capacidade de aprendizado – aqui entendida como "capacidade dos sistemas sociais em se adaptar à temporalidade complexa e, nesse sentido, portanto, produzir formas evolutivas bem sucedidas" (Bora, 2012: 128) – que o referido princípio proporciona ao sistema do Direito. Sua aplicação nas decisões do Superior Tribunal de Justiça relacionadas há pouco denota a impossibilidade do estabelecimento anterior de padrões rigorosos, eis que o próprio sentido deste princípio denota o trato para com a incerteza.

Nota-se, assim, que os princípios (e, em especial para os fins que se está argumentando no momento, o princípio da precaução) são apenas estratégias, constructos que o sistema do Direito elabora a fim de desparadoxalizar seu paradoxo – ou, em outras palavras, de operar, decidir acerca de questões que lhe são apresentadas, mesmo sendo um sistema comunicativo que se fundamenta apenas em si próprio, pois é autorreferente.

> O movimento do paradoxo, isto é, a perplexação do pensar normativo e da postura normativa por si mesmos, põe em marcha o movimento de desparadoxalização do direito. Perplexação e desperplexação são movimentos imbricados de dobramento e desdobramento, que são adicionados na base do direito e transmutam em operação a imperfeição e incompletude do direito (Clam, 2006: 199-200).

Isto não significa, contudo, que os princípios tenham de ser relegados à desimportância na análise da operação do Direito: constam na cultura jurídica (tendo grande penetração, inclusive, na brasileira, como se comprova na análise jurisprudencial apresentada supra) e integram o programa sistêmico. Uma análise de primeira ordem deve ser feita para que uma teoria do funcionamento dos princípios e regras conforme a teoria dos sistemas autopoiéticos. A satisfação desta necessidade começa a ser cumprida por Marcelo Neves (2013: 132-133), ao se referir aos princípios como importantes por possuírem uma "capacidade de viabilizar uma reprodução complexamente adequada do sistema jurídico em relação à sociedade como um todo, ou melhor, ao ambiente social".

Observa-se no esforço teórico apresentado uma visualização do princípio, portanto, como aparato detentor de possibilidades argumentativas que bloqueariam tendências autistas (fechadas demais no formalismo das regras jurídicas). Mas sua operabilidade é dependente da consideração das regras: a fim de que não tornem a decisão aberta perigosamente demais (o que tornaria o Direito inconsistente), os princípios passam a ser visualizados não de modo hierárquico-linear em relação às regras, mas sim, de modo *circular*: "pode-se dizer, com o devido cuidado, que eles atuam como razão ou fundamento de regras [...] nas controvérsias jurídicas complexas. Mas

regras são condições de aplicação dos princípios na solução de casos" (Neves, 2013: 134).
Neste sentido, para que a operação jurídica, ao decidir sobre casos complexos, não se esfume na abertura principiológica, nem se cristalize de modo autista na exegese exageradamente textualizada da exclusividade das regras, um modelo em que um sirva de fundamento (de sentido e de aplicabilidade) para o outro deve ser elaborado. "A relação reflexiva circular entre princípios e regras implica uma fortificação recíproca das respectivas estruturas (normas) e processos (argumentos)" (Neves, 2013: 135).
No que tange ao princípio da precaução, portanto, observa-se ser valiosa a sua construção para que se forneça coerência às decisões jurídicas relacionadas à regulação das nanotecnologias. Sua presença nos textos legais observados para a construção de decisões deve ser levada em consideração como importante elemento, como fundamento de regras que sejam evocadas para decisões relacionadas ao risco nanotecnológico. Contudo, sua simples existência e evocação doutrinária e jurisprudencial não se apresentam como suficientes – sendo importante, para a construção de uma metodologia capaz de fornecer substrato para a regulação jurídica do problema do risco oferecido pelas nanotecnologias, ir para além da aplicabilidade da importante principiologia da precaução.

5 Considerações Finais

A complexidade decorrente da evolução da sociedade faz com que o sistema do Direito, paradoxal por se fundamentar, circularmente, apenas em seus próprios parâmetros (ou, melhor expondo, apenas em si mesmo), tenha de construir estratégias, instrumentos próprios, para desparadoxalizar o paradoxo que o caracteriza. Ou seja: como não há nenhum parâmetro externo ao próprio sistema que o fundamente, tanto a doutrina, *locus* de auto-observação identitária do sistema, quanto os tribunais, órgãos decisórios centrais do sistema, criam modos de legitimar suas decisões ao observarem seu entorno (mormente, no que concerne à tradição jurídica romano-germânica, ao entorno construído pelo sistema da Política, a legislação).
Em razão da complexificação social decorrente do desenvolvimento tecnológico, científico e econômico, surgem novos ramos específicos no interior do sistema do Direito – e, quando se observa especificamente esta seara, nota-se que, não obstante a importância de outros ramos, o Direito Ambiental e o Direito do Consumidor são especialmente imbricados na problemática dos riscos nanotecnológicos. Com isto, emerge como possibilidade instrumental de decisão o já consagrado princípio da precaução, o qual pode se ocupar pragmaticamente de diversas questões concernentes aos possíveis riscos decorrentes de atividades cujos resultados ainda não seriam totalmente conhecidos pelo sistema da Ciência.
Nota-se, na práxis julgadora dos tribunais superiores brasileiros (mormente, na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça), diversas situações em que o referido princípio é utilizado como balizador de decisões as mais diversas – mormente no que concerne a questões processuais, como a inversão do ônus da prova em desfavor do empreendedor que se utiliza de atividades potencialmente poluidoras. Ainda não há decisões desse tipo tangenciando a matéria do risco nanotecnológico no referido Tribunal, mas já se pode vislumbrar que instrumentalmente este princípio se torna interessante para a disciplina da referida matéria.
O princípio da precaução é observável em diversos diplomas normativos da ordem jurídica brasileira (Constituição Federal, Código Civil, Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, etc.), cabendo principalmente aos tribunais a fundamentação de suas decisões (operações) no referido princípio, eis que são os centros detentores do privilégio de manipular o código do sistema. Nesta tônica, não seria necessário, por exemplo, sancionar uma nova lei concernente à matéria do risco nanotecnológico, eis que: a) em primeiro lugar, não é a lei o fundamento do Direito, mas sim as próprias observações do sistema; b) sendo tão grande a importância atribuída à lei na tradição relativa à ordem jurídica brasileira, já se pode apontar, em diversos textos, a presença de parâmetros normativos (substratos dogmáticos, portanto) para a disciplina do risco nanotecnológico.
Deve-se atentar, todavia, para uma importante questão: o princípio da precaução não pode vir a ser entendido como um princípio obliterador de toda atividade produtiva relacionada às nanotecnologias. Riscos se fazem presentes em toda decisão, sobre qualquer ponto da vida (não apenas em questões mais complexas, como as nanotecnologias). Sendo assim, é importante salientar não apenas a possibilidade de sua utilização como

parâmetro jurídico decisório, mas também – e fundamentalmente – para sua invocação *quando* da necessidade de decisão pelo sistema, não podendo ser converter semanticamente na *proibição* do arriscado.
Indubitavelmente maiores questões relacionadas a princípios jurídicos relacionados às nanotecnologias devem ser respondidas – dentre elas, *que* outros princípios poderiam instrumentalizar a operação decisória pelo sistema. Mas já se observa, com o que se considera por fim, neste trabalho, uma grande possibilidade a partir do princípio da precaução, não sendo necessário criar nova legislação concernente à matéria.

6 Referências Bibliográficas

ASHFORD, N. A. (2002), "Implementing a Precautionary Approach in Decisions Affecting Health, Safety, and the Environment: Risk, Technology Alternatives, and Tradeoff-Analysis". In: FREYTAG, E. et al. (ed). *The Role of Precaution in Chemicals Policy*. Viena: Diplomatische Akademie, p. 128-140.

BORA, A. (2012), "Capacidade de lidar com o futuro e responsabilidade por inovações – para o trato social com a temporalidade complexa". In SCHWARTZ, G. (org.). *Juridicização das Esferas Sociais e Fragmentação do Direito na Sociedade Contemporânea*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, p. 127-146.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm, [consultado em 05-08-2013].

_____. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.* Institui o Código Civil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm, [consultado em 01-04- 2013].

_____. *Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm, [consultado em 01-08-2013].

_____. *Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.* Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm, [consultado em 27-03-2013].

_____. Superior Tribunal de Justiça (2011a). *Agravo Regimental na Suspensão de Liminar e Sentença nº 1.279/PR.* Agravante: Ponta Grossa Ambiental Ltda. Agravado: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Relator: Ministro Ari Pargendler. Brasília, DF, 06-05-2011.

_____. _____ (2011b). *Agravo Regimental na Suspensão de Liminar e Sentença nº 1.302/PE.* Agravante: Associação Noronha Terra de Desenvolvimento Agroecológico. Agravado: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). Relator: Ministro Ari Pargendler. Brasília, DF, 11-03-2011.

_____. _____ (2011c). *Agravo Regimental na Suspensão de Liminar e Sentença nº 1.323/CE.* Agravantes: Helder Ferreira Pereira Forte, Cameron Construtora Ltda. Agravado: Agravado: Superintendência Estadual Do Meio Ambiente (SEMACE). Relator: Ministro Ari Pargendler. Brasília, DF, 02-08-2011.

_____. _____ (2012a). *Agravo Regimental na Suspensão de Liminar e Sentença nº 1.524/MA.* Agravante: Município de São Luís. Agravado: Ministério Público do Estado do Maranhão. Relator: Ministro Ari Pargendler. Brasília, DF, 18-05-2012.

_____. _____ (2012b). *Agravo Regimental na Suspensão de Liminar e Sentença nº 1.564/MA.* Agravante: Estado do Maranhão. Agravado: Ministério Público Federal. Relator: Ministro Ari Pargendler. Brasília, DF, 06-06-2012.

_____. _____ (2011d). *Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 1320906/MG.* Agravante: Sistema de Gerenciamento de Resíduos (SGR) S/A. Agravado: Associação Ambientalista Naturae Vox (AANVOX). Relator: Ministro Herman Benjamin. Brasília, DF, 04-02-2011.

_____. _____ (2013a). *Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 206.748/SP*. Agravante: Vicente da Silva Rodrigues e outros. Agravado: Companhia Energética de São Paulo (CESP). Relator: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva. Brasília, DF, 27-02-2013.

_____. _____(2010a). *Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1192569/RJ.* Agravante: Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS). Agravado: Ministério Público Federal. Relator: Ministro Humberto Martins. Brasília, DF, 27-10-2010.

_____. _____(2012c). *Mandado de Segurança nº 16.074/DF.* Impetrante: BR Genética Ltda. Impetrado: Ministro de Estado da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Relator: Ministro Arnaldo Esteves Lima. Brasília, DF, 21-06-2012.

_____. _____ (2009a). *Recurso Especial nº 1.060.753/SP*. Recorrente: Rodrimar S/A Transportes e Equipamentos Industriais e Armazéns Gerais. Recorrido: Fazenda do Estado de São Paulo. Relatora: Ministra Eliana Calmon. Brasília/DF, 1º-12-2009.

_____. _____ (2010b). *Recurso Especial nº 1090968/SP.* Recorrente: Oswaldo Ribeiro de Mendonça Administração e Participações Ltda. Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo. Relator: Ministro Luiz Fux. Brasília, DF, 03-08-2010.

_____. _____ (2011d). *Recurso Especial nº 1163939/RS.* Recorrente: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Recorrido: Ministério Público Federal. Relator: Mauro Campbell Marques. Brasília, DF, 08-02-2011.

_____. _____ (2012e). *Recurso Especial nº 1285463/SP.* Recorrente: Ministério Público do Estado de São Paulo. Recorridos: Associação dos Plantadores de Cana da Região de Jaú, Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), Fazenda do Estado de São Paulo. Relator: Ministro Humberto Martins. Brasília, DF, 06-03-2012.

_____. _____ (2011e). *Recurso Especial nº 1330027/SP.* Recorrente: Adauto Aparecido Garcia e outros. Recorrido: Companhia Energética de São Paulo (CESP). Relator: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva. Brasília, DF, 09-11-2011.

_____. _____ (2007a). *Recurso Especial nº 745.363/PR.* Recorrente: Oswaldo Alfredo Cintra. Recorrido: ADEAM - Associação Brasileira de Defesa Ambiental. Relator: Ministro Luiz Fux. Brasília, DF, 18-10-2007.

_____. _____ (2012f). *Recurso Especial nº 883.656/RS.* Recorrente: Alberto Pasqualini REFAP S/A. Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Relator: Ministro Herman Benjamin. Brasília, DF, 28-02-2012.

_____. _____ (2011f). *Recurso Especial nº 965.078/SP.* Recorrente: Ministério Público do Estado de São Paulo. Recorrido: Neide Motta Ayusso. Relator: Ministro Herman Benjamin. Brasília, DF, 27-04-2011.

_____. _____ (2009b). *Recurso Especial nº 972.902/RS.* Recorrente: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Recorridos: Amapá do Sul S/A. Artefatos da Borracha. Relatora: Ministra Eliana Calmon. Brasília, DF, 14-09-2009.

_____. _____ (2009c). *Recurso Especial nº 975.397/RS.* Recorrentes: Aenda Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos, Dow Agrosciences Industrial Ltda. Recorridos: Ministério Público Federal, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Relatora: Ministra Denise Arruda. Brasília, DF, 1º-12-2009.

_____. Supremo Tribunal Federal (2012g). *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamenta nº 101*. Requerente: Presidente da República. Interessados: Presidente do Supremo Tribunal Federal e outros. Relatora: Ministra Cármen Lúcia. Brasília, DF, 04-06-2012.

CANOTILHO, J. J. G.; MORATO LEITE, J. R (2008a), *Direito Constitucional Ambiental Brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008a.

CARVALHO, D. W. (2006), *Dano ambiental futuro: da assimilação dos riscos ecológicos pelo Direito à formação de vínculos jurídicos intergeracionais*. Tese de doutoramento, São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

CATALAN, M. J. (2008), *Proteção constitucional do meio ambiente e seus mecanismos de tutela.* 1. ed. São Paulo: Método.

CLAM, J. (2006), "A paradoxalidade fundamental do direito e seu desdobramento". In CLAM, J. *Questões fundamentais de uma teoria da sociedade: contingência, paradoxo, só-efetuação* (trad. N. Schneider). São Leopoldo, Editora Unisinos, p. 99-141.

_____ (2006), "A referência do paradoxo. Em busca do paradoxal como perplexidade última na teoria sistêmica e na desconstrução" In CLAM, Jean. *Questões fundamentais de uma teoria da sociedade: contingência, paradoxo, só-efetuação* (trad. N. Schneider) São Leopoldo, Editora Unisinos, p. 191-222.

CORSI, G.; ESPOSITO, E.; BARALDI, C. (1996), *Glosario sobre la teoría social de Niklas Luhmann* (trad. M. R. Perez, C. Víllalobos). México, Universidade Iberoamericana; Guadalajara, Iteso; Barcelona, Anthropos.

DE GIORGI, R. (1983), *Direito, Democracia e Risco: vínculos com o futuro*. Porto Alegre: SAFE.

ENGELMANN, W. (2011), As nanotecnologias e os novos direitos: a (necessária) revisão da estrutura das fontes do Direito In *Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano: Año XVII*. Montedivéo, p.383-396.

ENGELMANN, W.; FLORES, A. S.; WEYERMÜLLER, A. R. (2010), *Nanotecnologias, Marcos Regulatórios e Direito Ambiental.* Curitibia: Editora Honoris Causa.

ENGELMANN, W.; FLORES, A. S. (2010), "As nanotecnologias e os marcos regulatórios", *Revista Visão Jurídica*, 44, pp. 72-75.

ESCALANTE, J. M. C. "Principio de precaución y medio ambiente", *Revista Española de Salud Pública*, 79(2), pp. 133-144.

FOLADORI, G.; INVERNIZZI, N. (2007), *Os trabalhadores da alimentação e da agricultura questionam as nanotecnologias.* Disponível em http://www.fundacentro.gov.br/dominios/NANO/anexos/Informativos/livreto_uita.pdf, [consultado em 06-03-2014].

GUERRA FILHO, W. S. (2000), *Teoria processual da constituição*. São Paulo, Celso Bastos Editor; Instituto Brasileiro de Direito Constitucional.

GÜNTHER, G. (2004), "Life as Poly-Contexturality", *Vorkender*, fevereiro, disponível em: http://www.vordenker.de/ggphilosophy/gg_life_as_polycontexturality.pdf, [consultado em 06-03-2014].

INTERNATIONAL RISK GOVERNANCE COUNCIL (2009), *Appropriate risk governance strategies for nanotechnology applications in food and cosmetics,* disponível em http://www.irgc.org/IMG/pdf/irgc_nanotechnologies_food_and_cosmetics_policy_brief.pdf, [consultado em 06-03-2014].

LUHMANN, N. (1990), "A posição dos tribunais no sistema do Direito", *Revista da AJURIS*, 49, ano XVII, pp. 149-168.

_____ (2005), *El derecho de la sociedad*, (trad. J. T. Nafarrate, B. Erker, S. Pappe e L. F. Segura). Cidade do México, Herder, Universidad Iberoamericana.

_____ (2007), *La sociedad de la sociedad* (trad. J. T. Nafarrate), Cidade do México, Herder, Universidad Iberoamericana, DAAD e Cátedra G.A. Humboldt.

_____ (1994), "O enfoque sociológico da teoria e prática do Direito", *Sequência,* 28, ano 15, pp. 15-29.

_____ (1997), *Observaciones de la Modernidad.* Barcelona, Paidós.

_____ (2002), "Paradox of Observing Systems" In LUHMANN, N. *Theories of Distinction: redescribing the descriptions of modernity,* Stanford, Stanford University Press, pp. 79-93.

_____ (1998), *Sociología del Riesgo* (trad. J. T. Nafarrate), Cidade do México, Universidad Iberoamericana; Triana.

_____ (1985), *Sociologia do Direito II* (trad. G. Bayer), Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro.

MAYNARD, A. (2005), *Nanotechnology and occupational health*, disponível em http://epa.gov/ncer/nano/lectures/maynard_06_13_05_presentation.pdf, [consultado em 06-03- 2014].

NANOTECHNOLOGIAL promise for global poor (2005), *BBC News*, disponível em http://news.bbc.co.uk/2/hi/science/nature/4421867.stm, [consultado em 06-03-2014].

NEVES, M. (2013), *Entre Hidra e Hércules: princípios e regras constitucionais como diferença paradoxal do sistema jurídico,* São Paulo, WMF Martins Fontes.

NEW NANOTECH PRODUCTS Hitting the Market at the Rate of 3-4 Per Week (2008), disponível em http://www.nanotechproject.org/news/archive/6697/, [consultado em 06-03-2014].

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (1992), *Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, disponível em http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf, [consultado em 06-03-2014].

SANDIN, P. (1999), "Dimensions of the precautionary principle", *Human and Ecological Risk Assessment: An International Journal*, 5(5), pp. 889-907.

SEN, A. (2000), *Development as freedom*, New York, Anchor.

SUNSTEIN, C. R. (2008), *Laws of fear: beyond the precautionary principle,* Cambridge, Cambridge University Press.

THE ROYAL SCIETY; THE ROYAL ACADEMY OF ENGINEERING (2004), *Nanoscience and nanotechnologies: opportunities and uncertainties*, disponível em http://www.nanotec.org.uk/report/Nano%20report%202004%20fin.pdf, [consultado em 06-03-2014].

UNITED STATES ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY (2007), *Nanotechnology white paper*, disponível em http://epa.gov/ncer/nano/publications/whitepaper12022005.pdf, [consultado em 06-03-2014].

Ações e mecanismos de governança que propiciam os processos interativos e inovativo nos polos de tecnologia da informação e comunicação

Pollyanna Rodrigues Gondin
email: pollygondin@gmail.com

Walter Tadahiro Shima
waltershima@ufpr.br

Resumo: Existem diversos elementos da literatura que compreendem a governança para a cooperação, interação e inovação em polos de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC). Assim sendo, o objetivo deste trabalho é investigar, na literatura, quais as principais ações e mecanismos de governança que atuam propiciando os processos interativos, cooperativos e inovativos nos polos de TIC, para que em seguida, por meio de pesquisa de campo, possa-se avaliar em que medida esses elementos estão presentes nos polos de TIC de Londrina e Maringá, no estado do Paraná. A metodologia utilizada consiste em uma pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias tratando-se do levantamento de bibliografia já publicada em forma de artigos sobre a temática, e, na sequencia, para a identificação dos principais mecanismos de governança nos polos tecnológicos de TIC, este estudo baseia-se na metodologia empírica pautada em pesquisa de campo com entrevistas e visita às empresas. Os resultados apontam que os principais mecanismos de governança que propiciam a interação, cooperação em inovação nos polos de TIC consistem em: atuação do Estado, redes, estratégias das empresas, Sistemas de Inovação, investimento direto externo, dentre outros.

Palavras-chave: Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), interação, cooperação, inovação.

Introdução

O objetivo deste artigo consiste em investigar na literatura os principais mecanismos de governança e ações que propiciam os processos interativos, cooperativos e inovativos nos polos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e por meio de pesquisa de campo avaliar em que medida esses elementos estão presentes nos polos tecnológicos de TIC de Londrina e Maringá no Estado do Paraná. Deste modo, propõe-se revisar os estudos recentes sobre redes, cooperação e inovação nesse setor, contrapondo as visões dos diversos autores no que tange essa temática. A relevância deste tema se dá tanto em âmbito acadêmico quanto em âmbito das políticas públicas, atraindo profissionais de diversos países que se preocupam com a dinâmica do desenvolvimento industrial e tecnológico, uma vez que as TICs são consideradas estratégicas no desenvolvimento das economias. Para a investigação dos principais mecanismos de governança que estimulam os processos interativos, cooperativos e inovativos nos polos de TIC, este trabalho pauta-se numa pesquisa bibliográfica de fontes secundárias. Na sequencia, para a identificação dos principais mecanismos de governança nos polos tecnológicos de TIC, este estudo baseia-se na metodologia empírica pautada em pesquisa de campo com entrevistas e visita às empresas pertencentes às aglomerações de Londrina e Maringá, no estado do Paraná.

Assim, visando cumprir o objetivo, este trabalho encontra-se dividido em seis seções. A primeira refere-se às redes e suas externalidades, mostrando a relevância destes para o desenvolvimento regional. A segunda abarca a visão atual de Sistemas de Inovação, *Cluster*, aprendizagem e cooperação, enfatizando como a proximidade regional e a cooperação entre empresas, universidades e entidades de apoio, beneficiam à inovação e a aprendizagem, principalmente quando o foco são as atividades com forte conhecimento tácito. A terceira seção tem como intuito mostrar as visões dos diferentes autores no que se refere ao papel do Estado como articulador e principal ator no desenvolvimento de atividades como as TICs. A quarta seção abarca o papel

do conhecimento nas estratégias de internacionalização adotadas pelas empresas. A quinta seção dedica-se ao estudo do investimento direto externo para a economia chinesa. Por sua vez, na sexta seção são apresentadas algumas considerações em relação às aglomerações estudadas. Por último, são feitas algumas considerações finais.

1 – redes e suas externalidades: importância para o desenvolvimento regional

Saarenketo *et al* (2008) afirmam que o desenvolvimento das comunicações e tecnologias de transporte, fez com que a abordagem da teoria de rede se tornasse relevante para o processo de internacionalização de pequenas e médias empresas, que se concentram em sistemas não hierárquicos em que as empresas investem na construção de redes internacionais. Assim posto, o ponto focal que antes era as grandes empresas mudou para as pequenas e médias empresas, muitas das vezes, baseadas em serviços e não mais em atividades manufatureiras como anteriormente. Nessa mesma perspectiva, Yu *et al* (2008) alegam que as indústrias surgem de redes de relações com diversas organizações interdependentes, sendo as relações de aliança consideradas essenciais na competição global, já que permitem a partilha de recursos complementares entre as organizações. Segundo os autores a incerteza inerente ao ambiente dos negócios, exige a formulação de alianças e processos de aprendizagem cooperativa, principalmente para a sobrevivência de pequenas e médias empresas.

Complementarmente, Navarra & Conford (2009) afirmam que desde a década de 1970, uma variedade de abordagens teóricas emergiu com o intuito de analisar as organizações como sistemas abertos, com estruturas e processos internos que são determinados principalmente por fatores ambientais. Assim sendo, os autores se dedicam a exploração de três abordagens de redes. Primeiro, a Teoria Ator Rede, que permite o estudo dos atores formais e informais e suas lutas e alianças para a manutenção e expansão do poder. Segundo, a Teoria dos Custos de Transação que toma a transação como uma unidade de análise e assim, ajuda a revelar as TIC como agentes de otimização em redes que atendem a eficiência em estruturas organizacionais e arranjos institucionais. Terceiro, a Teoria da Nova Gestão Pública que trabalha com uma perspectiva de reforma e baseia-se em modelos de negócios e de gestão.

Estes autores afirmam que essas três abordagens fornecem orientações com relação aos possíveis interesses dos diferentes atores institucionais que operam nos diversos contextos e níveis de governança dos programas globais de TIC. Ao mesmo tempo, concluem que estas teorias possuem limitações, mas se complementam, ajudando a explorar algumas características dos programas globais de TICs, como por exemplo, as instituições que compõem a formulação de políticas, sistemas operacionais, alianças, dentre outros. Na mesma linha de raciocínio, Wei, Liefner & Miao (2011) ao adotarem uma abordagem de rede "global-local" afirmam que a natureza desse tipo de rede está relacionada com as capacidades endógenas regionais e com as formas com que o capital global interage com as instituições locais. Desse modo, ressaltam a relevância das instituições regionais, dos arranjos produtivos locais e dos sistemas regionais de inovação.

Heinrich (2014), por sua vez, enfatiza a relevância das externalidades de redes para a introdução dos padrões tecnológicos seja no setor de TIC ou em outros setores. Para o autor, os padrões tecnológicos estão sujeitos a externalidades de redes que são induzidas por *path dependence*. Segundo o autor, existe duas maneiras, comumente, utilizadas para a construção de modelos analíticos de externalidade de redes. A primeira abordagem utiliza a Teoria dos Jogos, centrando-se na tomada de decisão por parte dos agentes racionais, prevendo o ponto em que a adoção de um determinado padrão por uma quantidade de agentes mudará a função utilidade desse padrão tecnológico, de modo que, assim, os demais agentes tenderão a adotar o padrão estabelecido. Por outro lado, a segunda abordagem concentra-se sobre o processo de *lock-in* admitindo que o mesmo assume uma função de probabilidade externa para a adoção de um determinado padrão por novos usuários. Essa abordagem é atualmente conhecida como abordagem dos "sistemas de urnas generalizadas".

As duas abordagens acima são úteis, porém, cada uma possui sua especificidade. Desse modo, a primeira abordagem refere-se a um modelo de teoria dos jogos que permite modelar os agentes diretamente como os tomadores de decisão, sendo uma abordagem bastante utilizada na modelagem de configurações em que a escolha dos agentes individuais têm forte efeito sobre o desenvolvimento do sistema. Nesse caso, essa

abordagem é preferível quando se pode supor que um determinado ator escolhe uma ferramenta estratégica para influenciar o desenvolvimento da indústria e as escolhas futuras de outros atores. No entanto, como Heinrich (2014) afirma, essa abordagem não é dinâmica, uma vez que, como os agentes devem ser racionais, tudo é previsível por qualquer participante e existirá tipicamente, uma solução *ex-ante* que dependerá, principalmente, das preferências do primeiro agente que adotará determinado padrão tecnológico. Já a segunda abordagem, não modela explicitamente a escolha individual, mas sim a utilidade individual generalizada para o desenvolvimento dinâmico das "fatias" de mercado.

No tocante às atividades de TICs, Navarra & Conford (2009) afirmam que o progresso tecnológico na área de processamento de informação, redes e comunicação são importantes para a mudança social e econômica que vem ocorrendo nas últimas décadas. Desse modo, as TICs tem facilitado o surgimento de uma sociedade em rede, com base nos fluxos de financiamento, informação e conhecimento. Assim, considera-se que, como afirma Castells (2000a), o mundo está se transformando de um "espaço de lugares" em um "espaço de fluxos", sendo que a natureza da relação dialética entre esses espaços e os novos fluxos leva a contornos cambiantes de governança por parte do Estado e de desenvolvimento regional. Os autores afirmam também que a difusão de atividades relacionadas à alta tecnologia, como é o caso das TICs, dependem de vários fatores, que facilitam a difusão de conhecimento tácito, como o estabelecimento de infraestrutura básica, investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) dos setores público e privado, desenvolvimento e sustentação de centros de excelência acadêmica, construção de capacidade industrial e organizacional local, criando "sistemas de inovação" sustentáveis.

2 – Uma visão atual de sistemas de inovação, *cluster*, aprendizagem e cooperação: a proximidade espacial

Zhang & Liang (2012) afirmam que a partir de 1990 as abordagens de sistemas de inovação ganharam destaque e passaram a ser adotadas pelas autoridades a nível regional, nacional e internacional em seus processos de decisão política. Segundo os referidos autores, o termo sistemas de inovação que teve origem com Lundvall (1985) é utilizado para explicar o fenômeno das inovações como resultado do processo de aprendizagem interativa entre os agentes sob determinada infraestrutura institucional particular. Essa terminologia foi utilizada para uma série de abordagens, cada qual com foco em diferentes objetos de análise, tais como a estrutura do sistema, a articulação e interação entre os agentes, aprendizado, falhas e funções dos sistemas.

Levando em consideração as fortes desigualdades regionais da China, e as suas múltiplas vias de desenvolvimento, Wei & Liefner (2012) afirmam que a recente reestruturação dos modelos de desenvolvimento desse país adicionou novos significados para a noção de distritos industriais, de modo que a pesquisa sobre *clusters* industriais têm enfatizado o papel do Estado e da globalização no desenvolvimento e na dinâmica dessas aglomerações industriais no país. Desse modo, os autores afirmam que os principais estudos sobre essa temática se desdobram nos exemplos dos principais parques de alta tecnologia, enfatizando como a cooperação e a proximidade regional podem beneficiar a inovação e a aprendizagem, principalmente em se tratando de atividades com forte conhecimento tácito, como é o caso de atividades relacionadas às TICs.

Por sua vez, Wei, Liefner & Miao (2011) ao analisarem o conceito de sistemas regionais de inovação destacam a natureza sistêmica do processo de inovação por meio da interação e cooperação entre os agentes, de tal modo que, para os autores, em um sistema de inovação, os agentes podem adquirir conhecimento dos seus parceiros, que podem ser desde universidades, outras empresas, organizações de pesquisa, governo e bancos. Entretanto, salientam que para que a cooperação ocorra, é necessário também valores sociais e instituições locais que facilitem a proliferação das ligações entre os agentes que podem resultar em inovações.

Desse modo, pode-se considerar que a confiança entre os agentes é fundamental, sendo que Campos *et al* (2004) defendem que o processo de aprendizagem no interior de um sistema local de inovação está relacionado com a interação que é facilitada pelos códigos comuns de comunicação e pelo compartilhamento de convenções entre os agentes, reforçando a confiança entre os mesmos. A troca de informações é ainda maior se considerarmos setores intensivos em tecnologia, como é o caso do setor de TIC, ou mais especificamente a indústria de

software. Assim, Reis & Amato (2011) afirmam que o processo de desenvolvimento de *software* é realizado através de um esforço coletivo de criação e seus resultados dependem de forma direta das pessoas, organizações envolvidas e procedimentos utilizados em sua construção.

Atividades com grande uso de tecnologia como o setor de TIC tendem a se concentrarem em polos, como por exemplo, o Vale do Silício, nos Estados Unidos, já que nesses polos as atividades se desenvolvem com o apoio instituições locais fortes e a interação com as demais atividades de alta tecnologia. A região do Vale do Silício emergiu como modelo de *cluster* do setor de tecnologia da informação, no final da década de 70, principalmente devido ao conhecimento tácito, dado pelo grande fluxo de profissionais altamente qualificados para as empresas da região. A aprendizagem por interação entre profissionais desse polo foi tão importante quanto o investimento realizado na região, o que acelerou o fluxo de inovações de gestão, de processos e de tecnologia (Ganzert & Martinelli, 2009).

Ainda em relação ao setor de TIC, Narula & Santangelo (2009) estudam a indústria de TIC europeia e argumentam que a proximidade espacial desempenha papel importante na determinação da propensão das empresas a participarem de alianças de P&D. Para tanto, avaliam o papel da localização na construção de alianças, tendo como base a teoria de redes sociais, a geografia econômica e os sistemas de inovação que sugerem que a localização influencia indiretamente a escolha de parceiros por causa do papel da colaboração das instituições informais. Afirma-se que a participação em uma mesma rede social reduz o comportamento oportunista e melhora a transferência de conhecimento, já que os parceiros tendem a ter maior consciência das regras, rotinas e procedimentos de cada um dos participantes. A ideia aqui é de que há "bens" que estão disponíveis apenas para aqueles que fazem parte de uma determinada aglomeração espacial, uma vez que os mesmos evoluíram sob as mesmas instituições informais. Além disso, deve-se levar em consideração também que a natureza tácita do conhecimento associada à atividade de inovação implica a proximidade física, uma vez que a mesma facilita a transmissão desse tipo de conhecimento.

Os referidos autores afirmam ainda que existem dois motivos que levam as empresas a se envolverem em alianças de P&D. O primeiro motivo afirma que as empresas se envolvem nesse tipo de aliança para monitorarem diretamente seus rivais tecnológicos e de mercado e para acessarem possíveis capacidades complementares, apontando para o papel das alianças como um mecanismo complementar para controlar a troca de conhecimentos. O segundo afirma que tais alianças de P&D têm uma motivação para o aprendizado, para o desenvolvimento conjunto de competências, que são difíceis de se obterem eficientemente de forma individual, sendo que essas situações podem surgir principalmente nas áreas tecnológicas que são marcadas por grande incerteza e rápida mudança técnica. Essas duas visões ajudam a confirmar a ideia de que a formação e o tipo de aglomerações de empresas serão sensíveis à natureza do setor em que as empresas atuam.

3 – Estado como articulador e principal ator no desenvolvimento de atividades como as TICS

Larson & Park (2014) afirmam que a revolução da informação inclui uma mudança de mídia de massa tradicional para um sistema de redes de comunicação horizontal, de tal modo que se tem o surgimento de uma sociedade em rede. Assim, a economia da era da internet torna possível o uso de conteúdo digital em uma vasta gama de setores, em que se vê a rápida disseminação das mídias sociais, a explosão da informação, a crescente importância e dependência de *softwares*. Com a globalização e a ascensão das redes digitais, dos fluxos globais de informação, de bens, de serviços e de tecnologia, vê se, segundo os autores, uma evolução do Estado tradicional para um Estado em rede, que engloba interações complexas entre instituições nacionais e supranacionais, governos locais e regionais. Desse modo, as redes permitem interação ponto-a-ponto que espalham o poder através de seus participantes, constituindo-se assim, a difusão do poder na era da informação.

No que diz respeito à atuação do Estado propriamente dita, Wei & Liefner (2012) destacam que o papel desse ator tem ganhado cada vez mais ênfase em trabalhos sobre o desenvolvimento de *clusters* industriais e em estudos sobre o processo de globalização de vários países em desenvolvimento, em especial à China. Nesse tocante podemos destacar o importante papel desempenhado pelo Estado como articulador e principal

ator no desenvolvimento dessas atividades, através de financiamento, desenvolvimento de políticas públicas específicas, parcerias entre o setor público e o privado, dentre outras.
Assim posto, de acordo com Yu *et al* (2008) a atuação do Estado chinês na indústria de TIC desse país está no controle centralizado do governo sobre as operadoras e consequentemente, o controle indireto sobre toda a indústria pelo Ministério da Indústria e Informação (MII). Os autores afirmam ainda que o controle centralizado do governo apresenta aspectos negativos, uma vez que poderia criar obstáculos para as atualizações tecnológicas, levando no longo prazo ao atraso da aplicação de novas tecnologias, como por exemplo o 3G, nessa economia. Em contrapartida, é possível perceber que essa lacuna possibilitou que a indústria chinesa desenvolvesse seu próprio 3G (TD-SCDMA), fornecendo ao regulador, melhor possibilidade para regular seus próprios mercados no futuro e reduzindo a dependência do país em relação à tecnologia estrangeira.
Larson & Park (2014) ao analisarem a liderança do governo e a reestruturação estratégica que nortearam o desenvolvimento da Coreia do Sul, liderado pelas TICs, a partir da década de 1980, afirmaram que durante o desenvolvimentismo coreano, que durou até o início da década de 1980, o Estado desempenhava um papel central, sendo o ator líder no setor das telecomunicações, ao qual cabia a formulação políticas públicas, sua implementação, financiamento de P&D e a decisão de quem deveria produzir e o quê deveria ser produzido. No entanto, com o advento das redes digitais na década de 1980, o papel do governo alterou-se em conjunto com o papel desempenhado pela indústria. Segundo os autores, umas das mudanças mais notáveis no setor de TIC da Coreia do Sul é a crescente influência dos grandes grupos *chaebols* da Samsung, LG e SK. O que se nota é uma parceria entre o Ministério das Comunicações e as grandes corporações que tornou o desenvolvimento das telecomunicações possível. Isto posto torna possível notar uma parceria entre o governo e a indústria deste país, sendo que o governo assumiu a dianteira da "torre de controle[1]".

4 – O conhecimento e as estratégias de internacionalização das empresas

Roper & Grimes (2005) enfatizam a importância dos movimentos globais baseados no conhecimento e afirmam que tanto a economia quanto a geografia tem estudado a importância das forças que levam a aglomeração espacial e a dispersão da atividade comercial e industrial. Assim, o desejo de evitar a concorrência local e a busca de menores custos de produção podem incentivar a dispersão geográfica, enquanto que as externalidades positivas marshallianas, custos de transporte reduzidos e vantagens informacionais podem incentivar a aglomeração espacial. Porém, os autores afirmam que os movimentos globais baseados no conhecimento, acompanhado pelo rápido desenvolvimento da conectividade e logística global, mudaram o equilíbrio histórico entre as forças que levam a dispersão e a aglomeração. O que temos então é que de um lado, devido a importância dos *spillovers* de conhecimento e que os mesmos tendem a ser espacialmente restritos, ressurge a relevância das regiões locais como uma fonte fundamental de vantagem comparativa. Por outro lado, a melhoria da conectividade e logística global tende a incentivar a dispersão da atividade comercial e industrial e assim, a separação geográfica dos elementos do processo de desenvolvimento e produção.
Saarenketo *et al* (2008) seguem explicando os movimentos globais analisando a dinâmica da estratégia de internacionalização baseada na teoria dos custos de transação, alargando a abordagem tradicional, especialmente no contexto da internacionalização, levando em consideração fatores explicativos associados ao conhecimento, tais como, apropriabilidade e a natureza dos ativos do conhecimento e as economias de escala e de escopo relacionadas com as mesmas. Esses autores adotam essa linha de análise para o artigo em que abordam a internacionalização das empresas de TIC da Finlândia, percebendo, após análise que existe uma vantagem competitiva das empresas que se baseia em substanciais economias de escopo e na alta "tacitividade" do conhecimento. Desse modo, pode-se verificar que os autores abarcam questões significativas

1 Torre de controle é uma metáfora semelhante ao governo como regente de uma orquestra. A torre de controle faz alusão à torre de controle dos aviões sugerindo um ponto de vista elevado que permite que a mesma comunique e oriente os aviões em seus pousos e decolagens. Se faz necessário salientar que apesar de existir esse controle, os aviões enxergam de forma diferente os objetos e pilotam de forma independente.

sobre o conhecimento, principalmente quando nos referimos à empresas de TICs, ressaltando a acuidade, que muitas vezes não se dá ao papel do conhecimento tácito, a apropriabilidade e ao grau de incerteza.

5 – Relevância do investimento direto externo (ide) para a economia chinesa

No que diz respeito ao investimento direto externo (IDE), Wei & Liefner (2012) afirmam que a China se ascendeu em uma era de globalização acelerada e que o crescimento e a mudança estrutural do país não seriam possíveis sem grandes investimentos diretos externos e sem o comércio mundial, uma vez que o país tornou-se a "fábrica do mundo" (Wei & Liefner, 2012, p. 103). Afirmam também que esse tipo de investimento tornou-se um grande instrumento de empresas multinacionais, podendo ser considerado agente-chave da globalização e da transformação espacial. Os autores destacam que os investimentos estrangeiros na China, se concentram em algumas regiões, sendo a política de Estado e as redes interpessoais muito importantes para que tal fato ocorresse e permitisse que a "política de porta aberta" fosse implementada, primeiramente, no sul desse país.
Em outro trabalho, Wei *et* al (2012) afirmam que o IDE é bastante relevante nas atividades de TIC chinesas. Desse modo, torna-se necessário unir uma literatura que foca a importância da aglomeração e do território como fontes do progresso tecnológico e do desenvolvimento regional, à literatura que destaca os agentes externos e as redes "global-local" no processo de desenvolvimento regional. Assim, unindo essas duas literaturas, torna-se possível interpretar a natureza das redes de IDE e seus efeitos sobre o desenvolvimento regional chinês, criando-se uma estrutura analítica subordinada a três fatores: contexto local, que está relacionado com as condições do mercado de trabalho, as redes de abastecimento, a capacidade de inovação local e as organizações espaciais; efeitos do país de origem no comportamento do IDE e na transferência de conhecimento, e; relacionamento entre país hospedeiro e as multinacionais.
Além disso, Wei *et* al (2012) alegam que os efeitos do país de origem no comportamento do IDE e na transferência de conhecimento, são relevantes já que as empresas multinacionais permanecem fortemente "enredadas" em seu país de origem haja vista que os países de origem do IDE tendem a ser tecnologicamente mais avançados e assim, suas vantagens tecnológicas e características estruturais são a base para que ocorra incompatibilidade tecnológica entre empresas nacionais e estrangeiras. Sendo assim, o contexto local; os efeitos do país de origem no comportamento do IDE e na transferência de conhecimento e; o relacionamento entre país hospedeiro e as multinacionais são fatores relevantes para interpretar a natureza das redes de IDE e seus efeitos sobre o desenvolvimento regional chinês. Desse modo, o Estado tem cada vez mais reconhecido a relevância de incorporar as empresas multinacionais e melhorar as capacidades de inovação endógena no desenvolvimento econômico.

6 – Dois exemplos de governança em polos de TIC nas cidades de Londrina e Maringá no Estado do Paraná

Desde a década de 1970, uma variedade de abordagens teóricas emergiu a fim de analisar as organizações como sistemas abertos, com estruturas e processos internos determinados, principalmente, por fatores ambientais (Navarra & Conford, 2009). Além disso, verificou-se uma mudança econômica e social baseada no processamento de informação, redes e comunicação, facilitando o surgimento de uma sociedade em rede. Em relação ao Brasil, as atividades de TIC passaram a ser fomentadas, mais recentemente, por várias iniciativas governamentais, como por exemplo, em 2003, quando a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) apontou o mercado de *software* como área estratégica para o crescimento econômico brasileiro (Marini & Silva, 2011).
Seguindo a tendência brasileira, foi nas últimas décadas que as atividades mais intensivas em tecnologia passaram a receber destaque no estado do Paraná. Mais precisamente, no fim da década de 1990, implantaram-se no referido estado empresas da indústria automobilística e eletroeletrônica, seguidas por muitos de seus fornecedores. Ademais, nesta mesma década, houve o surgimento do Centro Internacional de Tecnologia de

Software (CITS), empreendimento inerente à nova dinâmica tecnológica, tendo como referência a produção de *software* e de TIC no estado (Shima & Lorenzi, 2005).

As atividades de TIC, desenvolvidas no Paraná, vêm ganhando destaque, uma vez que têm o poder de gerar externalidades positivas relevantes para a economia deste estado, contribuindo para a aglomeração de empresas do setor. Em relação aos polos tecnológicos de TIC, o governo do Paraná, junto à algumas entidades - como por exemplo, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE PR) dentre outras - vem desenhando e colocando em prática políticas voltadas ao apoio destas aglomerações.

O setor de TIC no Paraná é formado em sua maioria por empresas de micro[2] e pequeno[3] porte, que se concentram em atividades como consultoria, suporte técnico e manutenção, e desenvolvimento de sotwares e sistemas. Dentro do desenvolvimento de softwares, destaca-se o crescimento do número de empresas que vem se dedicando ao desenvolvimento de aplicativos para celulares. Ademais, destaca-se também o desenvolvimento de tecnologias e sistemas preocupados em atender a demanda de diversos setores, tornando o setor de TIC transversal.

Em 2006, com vistas a mapear as aglomerações produtivas deste setor, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) desenvolveu um mapeamento identificando a caracterizando quatro aglomerações de TIC no estado: Curitiba, Londrina, Maringá e Pato Branco e Dois Vizinhos. Na presente seção serão abordados aspectos vistos na literatura nos casos específicos dos polos de TIC de Londrina e Maringá, em que busca-se destacar os principais mecanismos de governança que propiciam a interação e inovação nestes polos.

O polo tecnológico de TIC de Londrina abrange além desta cidade, as cidades de Apucarana, Arapongas, Rolândia, Ibiporã, Jataizinho, Cambé, Uraí e Cornélio Procópio. Esse polo se destaca no panorama nacional como importante produtor de bens e serviços de TIC, atraindo grandes operadoras de telecomunicações, como: GVT, Global Telecom e Sercomtel. O referido polo é formado em sua maioria por empresas de micro e pequeno porte, de modo que o SEBRAE é a instituição responsável pela governança do mesmo. Esta instituição, junto ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), conseguiu criar uma empatia com instituições de ensino locais, e ao mesmo tempo aumentar a credibilidade do empresariado na proposta da aglomeração. Assim, desde 2006, são realizadas reuniões entre os empresários e as instituições de apoio e governança. Atualmente, estas acontecem nas sextas-feiras e contam com a participação de 30 empresários, que atingem indiretamente cerca de 1700 empresas da região.

O polo tecnológico de TIC de Londrina conta com o apoio de universidades e instituições, que interagem e cooperam com as empresas propiciando a geração de conhecimento. A Universidade Estadual de Londrina, o SENAI, o SEBRAE, a prefeitura de Londrina, são exemplos de instituições que apoiam as empresas deste polo tecnológico. A interação entre os diversos atores nesta aglomeração permite a partilha de recursos complementares ao passo que possibilita o processo de aprendizagem cooperativa, contribuindo para a sobrevivência de pequenas e médias empresas frente às multinacionais (Yu *et al,* 2008). A seguir, destaca-se algumas das parcerias entre empresas do polo tecnológico de TIC e demais instituições participantes da governança nesta aglomeração.

Em relação às ações desenvolvidas em conjunto com o SENAI, tem-se o desenvolvimento de projetos em parceria visando à formação de menores aprendizes em TIC, além da criação do Instituto SENAI de tecnologia na cidade. Este por sua vez gera externalidades para toda região, inclusive para regiões que compreendem outros polos tecnológicos. Ademais, foi possível verificar a difusão da ideia de parcerias entre empresas, de tal modo que empresas independentes passaram a se unir em um mesmo espaço físico. Com esta ação, as empresas buscaram criar sinergias positivas desenvolvendo produtos e soluções comuns. Neste âmbito, ganha destaque a natureza sistêmica do processo de inovação por meio da interação e cooperação entre os agentes, que segundo Wei, Liefner & Miao (2011) propicia a aquisição de conhecimento dos parceiros. O que remete a inferir que a união de empresas em um mesmo espaço físico possibilita a transmissão do conhecimento tácito (Narula & Santangelo, 2009).

---

2 Até 19 funcionários.

3 De 20 a 49 funcionários.

A parceria com a Universidade Estadual de Londrina (UEL) também deve ser destacada, cuja interação e cooperação visa capacitar e formar mão de obra, além de desenvolver projetos com estagiários. Estes por sua vez são alunos da UEL, e recebem uma bolsa de R$1.200 do governo para atuarem nas empresas, desenvolvendo algum tipo de inovação de produto, o que ressalta a relevância da interação com as universidades e centros de pesquisa.

Neste âmbito, destaca-se também a parceria com a empresa automobilística Renault, na qual as empresas participantes do polo tecnológico de TIC de Londrina passaram a adquirir carros conjuntamente, o que possibilitou a redução de custos com a aquisição de automóveis. Ademais, destaque deve ser dado a interação que permitiu a troca de informações entre empresas. Nesta interação empresas que trabalham com soluções inovadoras em gestão empresarial, mas atendem diferentes nichos de mercado, passaram a trocar informações em relação à área de suporte técnico. Deste modo, foi possível que a empresa A melhorasse em 30% a eficiência em atendimento e resolução de problemas dos usuários que recorriam à área de suporte técnico da empresa.

No que diz respeito à atuação do Estado, deve-se ressaltar que o mesmo desempenha papel fundamental como articulador no desenvolvimento de políticas públicas específicas, visando a estimular a parceria público-privada (Wei & Liefner, 2012). O polo tecnológico de TIC de Londrina conta com o apoio da prefeitura da cidade, de modo que dentre as atividades desenvolvidas, destaca-se a criação de uma nova marca: Londrina Cidade Genial. O intuito é identificar Londrina como a capital da Tecnologia da Informação e Comunicação, fazendo referência ao polo que abrange 1,2 mil empresas e gera aproximadamente 14 mil empregos.

Apesar das ações voltadas para aglomeração de TIC de Londrina serem relativamente recentes, há uma natureza sistêmica que incentiva o processo inovativo por meio da interação e cooperação entre os agentes envolvidos, de tal modo que as empresas passaram a adquirir conhecimento através da interação com demais empresas, universidades, institutos de pesquisa, governo e bancos. A participação em eventos, reuniões, *workshops*, além das atividades já mencionadas, visam a propiciar a inovação através da interação e cooperação entre os atores. Esta, além de gerar benefícios para toda a rede, gera externalidades positivas para a região.

Deste modo, mecanismos de governança que propiciam processos interativos e inovativos - externalidades positivas, relevância da proximidade espacial e a participação do Estado no desenvolvimento de atividades de TIC - foram encontradas no polo tecnológico de TIC de Londrina. Em contrapartida, estratégias de internacionalização, investimento direto externo não foram identificados nesta aglomeração.

Por sua vez, o polo de tecnológico de TIC da cidade de Maringá abrange a região Noroeste do estado englobando os municípios de Maringá, Sarandi, Campo Mourão, Cianorte, Umuarama e Paranavaí. O referido polo se destaca no fornecimento de consultoria em *hardware e* no desenvolvimento e edição de *softwares* prontos para uso, sendo formado em sua maioria por empresas de micro e pequeno porte. A Software by Maringá é a instituição responsável pela governança da aglomeração. O polo de TIC de Maringá conta com o apoio de universidades da região, como a Universidade Estadual de Maringá, a Faculdade Cidade Verde e a UniCesumar; além do apoio de instituições como o SEBRAE; o sindicato SindTI; o Governo do Estado e o Governo Municipal, além de parcerias com o SENAI. Essas instituições, juntamente com a Software by Maringá, interagem e cooperam com as empresas pertencentes ao polo, propiciando a geração e difusão do conhecimento.

A interação entre essas instituições e as empresas é de grande relevância para a dinâmica inovativa desse polo, já que permite a partilha de recursos complementares e conhecimento tácito, além de possibilitar o processo de aprendizagem cooperativa. Levando com consideração a relevância da interação, a seguir, apresenta-se algumas das parcerias e ações entre as empresas do polo tecnológico de TIC de Maringá e as demais instituições que participam da governança neste arranjo.

Em relação às atividades realizadas pela Software by Maringá juntamente com as demais instituições e universidades que fazem parte da governança da aglomeração de TIC de Maringá, tem-se a realização de eventos como o TICNOVA, em agosto/14. Esse evento buscou promover a integração entre as empresas e os diversos profissionais da área de TIC, fomentando a troca de experiência, conhecimento e informação, contando com a participação de grandes empresas como a Nokia. Além do TICNOVA, deve-se ressaltar a criação do portal "Aqui tem Solução" que conta com a presença de 67 empresas e 251 soluções em *softwares* e serviços na área de TIC. Esse portal tem como objetivo a divulgação dos serviços realizados pelas empresas pertencentes ao APL.

Ademais ressalta-se também a criação do Tecnoparque em Maringá. O Tecnoparque é um espaço que está sendo construído em parceria com a prefeitura da cidade e tem como finalidade abrigar empresas como o Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), o SENAI, o Instituto Lactec, além de instituições de ensino como a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC) e a Unicesumar. Neste espaço, serão abrigadas empresas e instituições com pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental, engenharia de produto, além de desenvolvimento de protótipos, processos e sistemas de base tecnológica. Desse modo, destaque deve ser dado à atuação do governo no desenvolvimento e na dinâmica do polo tecnológico de TIC de Maringá, atuando no estímulo à inovação e aprendizagem, através da cooperação e proximidade regional.

No que diz respeito às ações e mecanismos de governança que atuam propiciando os processos interativos e inovativos no referido polo, deve-se ressaltar a estratégia de internacionalização das empresas e a troca de conhecimento com atores internacionais. A empresa Benner que atua na gestão de negócios integrados e pertence ao polo tecnológico de Maringá, estabeleceu uma parceria com a ALERT, empresa portuguesa que trabalha com sistemas de informação para a saúde. Essa parceria tem como finalidade a criação da maior oferta de sistemas informáticos para a saúde no Brasil. A esse respeito, Roper & Grimes (2005) enfatizam a relevância dos movimentos globais baseados no conhecimento, de modo que fatores explicativos associados ao conhecimento, como, a apropriabilidade e a natureza dos ativos do conhecimento e as economias de escala e de escopo, explicam as estratégias de movimentos globais (Saarenketo *et al*, 2008).

Além dessa parceria entre a empresa Benner e a ALERT que possibilita destacar a relevância das alianças de P&D para o acesso à capacidades complementares e o desenvolvimento conjunto de competências, ênfase deve ser dada à participação de empresas de TIC de Portugal em eventos, palestras e *workshops* realizados na aglomeração de TIC de Maringá. Segundo os entrevistados, essa participação objetiva o desenvolvimento futuro de alianças com empresas internacionais, ampliando as estratégias de internacionalização, tão relevantes em atividades com alta "tacitividade" do conhecimento (Saarenketo *et al*, 2008).

Assume-se, assim como para o polo de TIC de Londrina, que na aglomeração de TIC de Maringá existe uma natureza sistêmica que incentiva o processo inovativo. Essa natureza sistêmica e a conjunção de esforços para apoiar essa aglomeração são recentes e datam de 2007-2008. Entretanto, não se pode negar que há o desenvolvimento de ações que promovem a interação e a cooperação entre os agentes envolvidos. Universidades, empresas, sindicatos, governo estadual e municipal, instituições como SEBRAE, SENAI e a Software by Maringá, participam desse sistema que incentiva o processo inovativo por meio da interação e cooperação entre os agentes envolvidos. Deste modo, ações e mecanismos de governança que propiciam processos interativos e inovativos, como por exemplo, externalidades positivas, relevância da proximidade espacial, a participação do Estado no desenvolvimento de atividades de TIC e estratégias de internacionalização, foram encontrados na aglomeração de TIC de Maringá. Em contrapartida, investimento direto externo não foi identificado no referido polo. Assim, conclui-se que vários dos principais mecanismos de governança que propiciam os processos interativos, cooperativos e inovativos nos polos de TIC, foram encontrados nos polos tecnológicos de TIC de Londrina e Maringá.

7 – Considerações finais

Este artigo buscou levantar os elementos mais importantes constantes da bibliografia recente sobre as ações e mecanismos de governança que propiciam os processos interativos entre os agentes nos polos de TIC estudados em diversos locais do mundo. Conforme verificou-se, as experiências estudadas demonstram que os temas relevantes se referem às externalidades de redes, a proximidade espacial, a atuação do Estado como promotor do desenvolvimento, as estratégias de internacionalização das empresas, ao investimento direto externo e ao papel das TICs na ascendente economia verde.

Em relação às externalidades de redes, verificou-se a importância dessas para o desenvolvimento regional, uma vez que a incerteza é inerente ao ambiente de negócios e assim, a interação e a cooperação permitem a partilha de recursos complementares e a sobrevivência de empresas de menor porte. A proximidade espacial, por sua vez, facilita a cooperação e o processo de aprendizagem entre os diversos atores, sendo os valores sociais e as

instituições locais importantes para a proliferação das ligações entre os agentes. Ênfase deve ser dada, também, ao papel do Estado como promotor do desenvolvimento de polos tecnológicos, principalmente quando trata-se de países em desenvolvimento, como o Brasil. No que diz respeito as estratégias de internacionalização das empresas, deve-se ressaltar a relevância dos movimentos globais considerando fatores explicativos associados ao conhecimento, tais como, a apropriabilidade e a natureza dos ativos do conhecimento e as economias de escala e de escopo. O investimento direto externo, por sua vez, pode ser considerado um mecanismo de governança relevante no processo de globalização e transformação espacial.

Levando em consideração esses mecanismos foi feito uma pesquisa de campo nos polos de TIC no Paraná, mais especificamente nos polos de Londrina e Maringá. Conforme visto esses são dois polos de desenvolvimento recente e que têm trabalhado bastante na perspectiva de interação e cooperação, buscando, consequentemente, alcançar mais rapidamente melhores condições de desenvolvimento. Alguns elementos vistos na literatura e nos polos estudados que propiciam a interação e cooperação entre os diversos atores das aglomerações são: as externalidades positivas, a relevância da proximidade espacial, a participação do Estado e as estratégias de internacionalização. Por outro lado, o mecanismo de investimento direto externo não foi identificado em nenhum dos dois polos. Desse modo, apesar da natureza sistêmica e a conjunção de esforços para apoiar essas aglomerações serem recentes, pode-se considerar que vários dos principais mecanismos de governança que propiciam os processos interativos, cooperativos e inovativo nos polos de TICs, citados na bibliografia recente, foram encontrados nas aglomerações de TIC de Londrina e Maringá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, R.R. *et al*. (2004), Aprendizagem por interação: pequenas empresas em sistemas produtivos e inovativos locais. *In*: LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO,J.E.; MACIEL, M.L. Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. Relume Dumará Editora, pp. 51-65.

GANZERT, C.C.; MARTINELLI, D.P. (2009), "Transferência de Conhecimento em Sistemas de Inovação: a Perspectiva do Caso do Vale do Silício". Disponível em: http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/36025_4541.PDF, [Consultado em 30-08-2012].

HEINRICH, T. (2014), "Standard wars, tied standards, and network externality induced path dependence in the ICT sector". Elsevier. Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0040162513000917, [Consultado em 02-04-2014].

LARSON, J.F.; PARK, J. (2014), "From developmental to network state: Government restructuring and ICT-led innovation in Korea". Disponível em: http://ac.els-cdn.com/S0308596113001602/1-s2.0-S0308596113001602-main.pdf?_tid=90f98f50-bb6d-11e3-bafa-00000aab0f26&acdnat=1396556681_59353dd8018cf7ce5e13e742cd0b1653, [Consultado em 02-04-2014].

MARINI, J.M.; SILVA, C.L. (2011), "Arranjos Produtivos Locais: Uma Análise do APL de Software do Sudoeste do Paraná". Disponível em: http://www.esocite.org.br/eventos/tecsoc2011/cd-anais/arquivos/pdfs/artigos/gt024-arranjosprodutivos.pdf, [Consultado em 18-08-2012].

NARULAA, R.; SANTANGELO, G. D. (2009), "Location, collocation and R&D alliances in the European ICT industry. Elsevier". Disponível em: http://ac.els-cdn.com/S004873330800276X/1-s2.0-S004873330800276X-main.pdf?_tid=b0fadb74-bb68-11e3-ab79-00000aab0f01&acdnat=1396554587_1343b37d3f4d28b806688306b08cfe65, [Consultado em 02-04-2014].

NAVARRA, D.D; CORNFORD, T. (2009), "Globalization, networks, and governance: Researching global ICT programs". Elsevier. Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0740624X08001202, [Consultado em 02-04-2014].

REIS, A.P.; AMATO, J.N. (2011), "Aprendizagem por Cooperação em Rede: Práticas de Conhecimento Em Arranjos Produtivos Locais de *Software"*. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/prod/2012nahead/aop_t6_0001_0181.pdf, [Consultado em 28-08-2012].

ROPER, S.; GRIMES, S. (2005), "Wireless valley, silicon wadi and digital island—Helsinki, Tel Aviv and Dublin and the ICT global production network". Elsevier. Disponível em: http://ac.els-cdn.com/S0016718504000880/1-s2.0-S0016718504000880-main.pdf?_tid=813a0ae4-bb69-11e3-8c06-00000aab0f6b&acdnat=1396554936_e75e1795e27d409fee74cf211d29be7c, [Consultado em 02-04-2014].

SAARENKETO, S. *et al*. (2008), "Linking knowledge and internationalization in small and medium-sized enterprises in the ICT sector". Disponível em: Linking knowledge and internationalization in small and medium-sized

enterprises in the ICT sector, [Consultado em 02-04-2014].

SHIMA, W.T.; LORENZI, A.G.A. (2005), **"**O Papel do CITS na Política de Desenvolvimento Tecnológico no Paraná". Revista Produção, pp. 310-321. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/prod/v15n3/v15n3a02.pdf, [Consultado em 30-08-2012].

ZHANG, J.; LIANG, X.J. (2012), "Promoting green ICT in China: A framework based on innovation system approaches". Disponível em: http://ac.els-cdn.com/S0308596112001619/1-s2.0-S0308596112001619-main.pdf?_tid=0f39cdc8-bb6c-11e3-9f36-00000aacb35d&acdnat=1396556033_7cc638280bcd6888753ada0af3107056, [Consultado em 02-04-2014].

WEI, D.Y.H.; *et al*. (2012), "Production and R&D networks of foreign ventures in China: Implications for technological dynamism and regional development". Disponível em: https://www.deepdyve.com/lp/elsevier/production-and-r-d-networks-of-foreign-ventures-in-china-implications-V1VsS0DwmQ, [Consultado em 02-04-2014].

WEI, D.Y.H.; LIEFNER, I. (2012), "Globalization, industrial restructuring, and regional development in China". Disponível em: http://content.csbs.utah.edu/~weiy/PDF/Wei12AG1.pdf, [Consultado em 02-04-2014].

WEI, D.H.Y.; LIEFNER, I.; MIAO, C.H. (2011), **"**Network configurations and R&D activities of the ICT industry in Suzhou municipality, China". Elsevier. Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0016718511000418, [Consultado em 02-04-2014].

YU, L.; *et al*. (2008), "Chinese ICT industry from supply chain perspective—A case study of the major Chinese ICT players". Disponível em: http://ac.els-cdn.com/S0925527308001941/1-s2.0-S0925527308001941-main.pdf?_tid=3c784736-bb6e-11e3-8f1c-00000aacb35f&acdnat=1396556968_ed7ed865355be394b5c923489b1198ec, [Consultado em 02-04-2014].

Produção de Conhecimento e Variedades de Capitalismo: Diversidade Regional no Alvorecer da Turbulência Económica na Europa

Hugo Pinto[1]

Resumo: Com a crise de 2007/2008, vários países da União Europeia foram confrontados com um nível relevante de turbulência económica, em particular envolvendo a sua dívida soberana. As políticas implementadas focaram principalmente o controlo dos défices públicos com base em medidas de austeridade. Estas medidas tiveram impactos na desaceleração das economias e no crescimento do desemprego em várias regiões. Sendo o ambiente macroeconómico um domínio central na dinâmica socioeconómica é relevante compreender mudanças ocorridas nos sistemas de inovação. Neste artigo, para ilustrar alterações na Ciência, Tecnologia e Inovação são analisados inicialmente indicadores de patentes e de I&D nos estados-membros da UE comparando a situação antes e após a crise (2007 vs. 2013) e em termos de variedades de capitalismo: liberal, continental, social-democrata, mediterrânico e de leste. De seguida, partindo da abordagem regional aos sistemas de inovação é estimada uma função agregada de produção de conhecimento com base em informação prévia à crise (de 268 regiões de 27 estados-membros). A produção de conhecimento, medida pelo número de patentes, está significativamente associada ao nível do PIB, educação, despesas de I&D, capacidade dos clusters regionais e desemprego. Foi encontrada uma diversidade relevante de comportamentos na produção de conhecimento quando se agrupam as regiões por variedades de capitalismo. Existem evidências econométricas que a produção de conhecimento nas regiões do Mediterrâneo é mais sensível a choques externos no desempenho da economia e no mercado de trabalho. O artigo conclui com as implicações políticas para a resiliência regional dos sistemas de inovação.

Palavras-chave: crise, sistemas de inovação, resiliência regional, análise de regressão, variedades de capitalismo.

1 Introdução

O contexto deste estudo é a crise. A crise tem ameaçado muitos países sob diferentes perspetivas. A perspetiva que este artigo aborda é a económica e em particular o impacto que a crise financeira de 2007/08 teve nos países europeus. A turbulência económica recente tem influenciado as políticas públicas e as decisões dos atores na economia. A turbulência é marcada pela imprevisibilidade e pela incerteza na evolução do contexto económico e como devem os atores se comportar. Na União Europeia (UE) os estados-membros têm vindo a implementar medidas de austeridade, baseadas no controlo da despesa pública e na redução salarial, originando impactos diretos na contração do emprego e da produção. A capacidade de resposta dos territórios a choques externos, como às situações geradas pela crise económica e que estiveram na génese das políticas de austeridade e programas de assistência financeira, tem vindo a incrementar o interesse pelo conceito de resiliência regional. Alguns territórios foram mais afetados pela crise. A Figura 1 é reveladora de como algumas regiões na Europa foram atingidas de forma mais profunda pela crise enquanto outras conseguiram manter-se estáveis ou mesmo garantir trajetórias de crescimento.

---

1 Hugo Pinto é Economista, Mestre em Economia Regional e Doutor em Governação e Inovação. Desde 2003 foi gestor de projetos em várias entidades de I&D em Portugal. Em 2010, Hugo Pinto foi investigador visitante no CSIC (Espanha). Desenvolve com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, pós-doutoramento no CES sobre Resiliência dos Sistemas de Inovação face à Turbulência Económica. É atualmente Professor convidado na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve.
Área de especialização: Economia da Inovação / Estudos sobre Ciência & Tecnologia

Figura 1 Mudança no Desemprego e no PIB

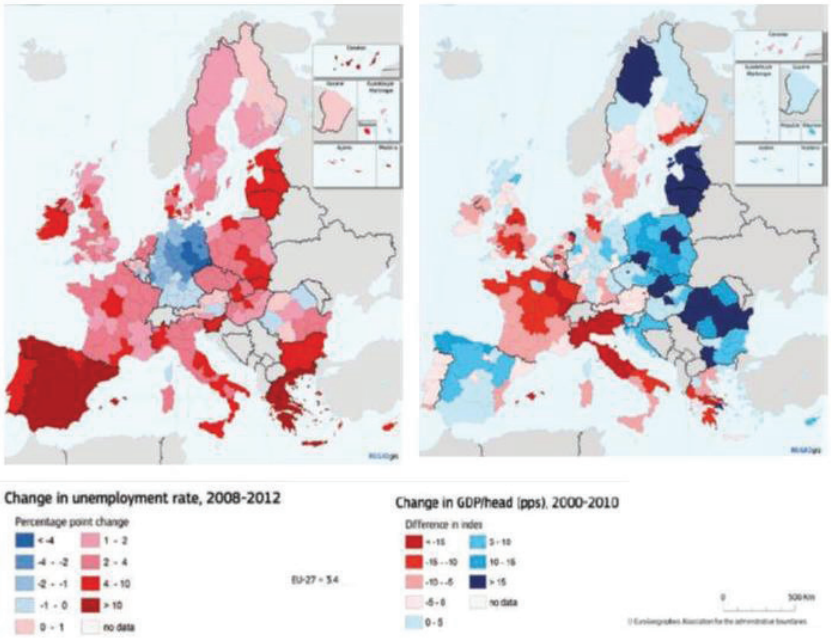

Fonte: European Commission (2013)

O caso das regiões mediterrânicas, onde o desemprego cresceu de forma intensa e o PIB teve contrações assinaláveis, é revelador de uma evidente fragilidade na capacidade de resposta à crise, uma resiliência regional limitada, em particular quando comparadas com outras áreas da UE. Os chamados PIGS foram particularmente afetada pela crise. Este grupo, considerado relativamente homogéneo na perspetiva de alguns, inclui normalmente Portugal, Itália, Grécia e Espanha. Esta é uma noção pejorativa mas não substancialmente diferente do ponto de vista do agrupamento de países das propostas apresentadas pelos estudos das variedades de capitalismo, por exemplo em Amable (2005), que sugerem a existência de uma variedade, a mediterrânica, que se distingue dos outros tipos de capitalismo na Europa devido a especificidades institucionais nos mercados laborais, no nível de educação, na dinâmica de produção e no sistema científico e tecnológico.

O presente artigo tem como objetivo compreender a capacidade de adaptação dos sistemas de inovação na União Europeia à turbulência económica. A saída da crise necessita da definição de novos caminhos, nos quais as empresas inovadoras e o sistema científico e tecnológico podem dar um contributo essencial. O ambiente macroeconómico é visto recorrentemente como uma dimensão institucional central na dinâmica inovadora. Face ao abrandamento económico e à contração na despesa pública em várias regiões os desempenhos dos sistemas de inovação têm vindo a ser afetados.

Com este contexto e objetivo, o texto apresenta inicialmente as noções de sistema de inovação e as principais implicações dos estudos das variedades de capitalismo para enquadrar a relação de diferentes domínios institucionais com as dinâmicas inovadoras. Uma segunda parte do artigo exemplifica as alterações na Ciência, Tecnologia e Inovação, apresentando indicadores de patentes e de I&D nos estados-membros da UE comparando a situação antes e após a crise (2007 vs. 2013) e em termos de variedades de capitalismo (liberal, continental, social-democrata, mediterrânico e de leste). A terceira parte utiliza uma abordagem regional aos sistemas de inovação para estimar a função agregada de produção de conhecimento com base em informação prévia à crise para 268 regiões de 27 estados-membros. O artigo conclui com as implicações para as políticas de inovação.

2 Sistemas de Inovação e Variedades de Capitalismo

A inovação tem vindo a ser compreendida como um processo complexo que envolve um leque alargado de atores incrustados num determinado contexto institucional e territorial (OECD, 1999). A avaliação das políticas de inovação, estimuladas por diferentes países mas também por organizações internacionais como a OCDE, tem sublinhado que a dinâmica inovadora é alavancada e restringida por um contexto externo que engloba várias dimensões institucionais. O sistema de inovação pode ser entendido como o conjunto de atores e de instituições que afetam a dinâmica inovadora (Edquist, 2005) (Figura 2).
A escala utilizada na análise dos sistemas de inovação foi inicialmente a nacional, considerando que é ao nível do estado-nação que as arquiteturas institucionais se configuram e adquirem especificidades próprias (Freeman, 1995). O contexto do sistema nacional de inovação (SNI) é caracterizado pelo sistema de Educação e formação profissional, pelas infraestruturas de comunicação e de transporte, pelas condições do mercado laboral, pelas características dos mercados de bens e serviços e também pelo enquadramento legislativo e macroeconómico.

Figura 2: Uma Visão Estilizada do Sistema Nacional de Inovação

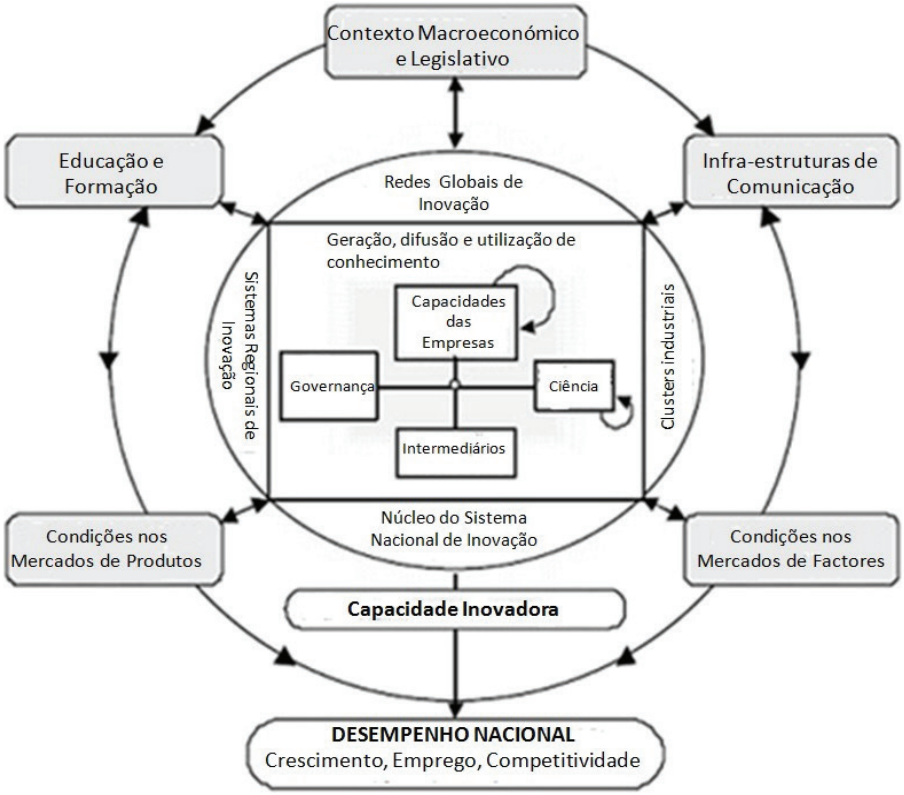

Fonte: Adaptado de OECD (1999)

Normalmente na perspetiva sistémica da inovação dá-se atenção central às interações das empresas com os atores públicos de ciência, como as universidades ou centros de investigação. Nestas interações é relevante quer a capacidade das empresas compreenderem e utilizarem novo conhecimento, a sua 'capacidade de absorção' (Cohen e Levinthal, 1990) quer a capacidade da ciência académica gerar resultados relevantes que possam ter impactos na sociedade e serem transferidos e valorizados para o mercado (Larsen, 2011). Para além destas interações, existem aspetos aos quais se tem vido a dar cada vez mais atenção como fulcrais ao desempenho do sistema: os intermediários de inovação (Nauwelares, 2011), as redes de inovação (Fisher, 2006), e os clusters industriais (Ebbekink e Lagendijk, 2012).
Atualmente tem vindo a ser discutida a necessidade de se desenvolver uma teoria mais robusta sobre os SNIs, alicerçada em tipologias que sejam capazes de explicar a diversidade de casos nacionais mas também semelhanças partilhadas entre diferentes contextos (Lorenz, 2013). Os primeiros trabalhos sobre os SNIs

davam grande enfase às interações entre as esferas pública e privada na geração de inovação. Um exemplo associa-se à própria génese do conceito de SNI com o estudo seminal de Nelson (1993). Outro dos instigadores deste conceito (ver contribuição de Lundvall, 1992), Lundvall tem vindo a sublinhar que a noção de SNI deve ser alargada, considerando elementos menos analisados como a existência de capital social e confiança entre os atores do sistema, em particular numa economia onde o conhecimento científico é tão relevante (Lundvall, 2007a, 2007b). Este alargamento da noção de sistema de inovação tem beneficiado de outras perspetivas que incluem aspetos menos tidos em conta nas análises "tradicionais", como o papel do Estado e a cooperação interempresarial, elementos centrais nas análises dos sistemas empresariais (Whitley, 2007).

A maior amplitude do conceito e das análises sobre SNIs coincide com alguns dos pressupostos que ressaltam dos estudos sobre as variedades de capitalismo. A tese central dos estudos sobre variedades do capitalismo é que os países não estão a convergir para um modelo único de governação devido a diferentes arquiteturas institucionais. As arquiteturas institucionais criam por vezes problemas e por vezes benefícios em determinadas atividades económicas. Quando uma determinada arquitetura institucional beneficia um domínio específico, por exemplo, a flexibilidade do mercado laboral com a facilidade de contratação permite a expansão de setores emergentes, diz-se que existe uma vantagem institucional comparativa. Hall e Soskice (2001) aprofundaram o estudo das variedades de capitalismo mostrando que existem dois tipos-ideais de formas de capitalismo. As economias liberais de mercado (ELM - cujo principal exemplo são os EUA) e as economias coordenadas de mercado (ECM - o exemplo é a Alemanha) contrastam na forma como se comportam os agentes nos mercados laborais, no papel do Estado, no tipo de Educação e formação dos recursos humanos, nas relações empresariais, nas ligações universidade-indústria, e na dinâmica inovadora. Um dos corolários das variedades do capitalismo é que as economias coordenadas de mercado têm maior potencial para a concretização de inovações incrementais enquanto as economias liberais de mercado geram inovações disruptivas (esta visão tem vindo a ser discutida, ver por exemplo, Pinto, 2012).

As contribuições da escola francesa da regulação e dos sistemas sociais de inovação e de produção (SSIP) vieram alargar o número de tipologias de variedades de capitalismo e explicitar as dimensões institucionais que estão na génese desta diversidade (Amable, Barré e Boyer, 1997). A análise dos SSIP revela o núcleo de um sistema de inovação, constituído pelo triângulo ciência, tecnologia e inovação e indústria, é interdependente de três dimensões distintas: a educação e formação, os recursos humanos e o sistema financeiro. Amable (2005) analisou cinco dimensões institucionais essenciais (a competição no mercado dos produtos, a negociação salarial e o mercado laboral, a intermediação financeira e a governação empresarial, a proteção social, e o setor da educação), identificando quatro modelos de SSIPs na União Europeia (economias liberais de mercado (ou modelo anglo-saxónico), economias sociais-democratas, capitalismo europeu continental e capitalismo do sul da Europa (mediterrânico)). Utilizando um conjunto alargado de dados estatísticos, incluindo variáveis relacionadas com a dinâmica interna dos SNIs, Pinto e Pereira (2013) encontraram evidências da existência desta variedade de perfis institucionais ao nível nacional em quinze países europeus.

Por outro lado, a visão sistémica da inovação tem vindo a ganhar uma perspetiva regionalizada. A regionalização dos sistemas de inovação tem sido mesmo um dos traços caracterizadores dos estudos de inovação. Tal traço está relacionado com a importância central que a proximidade geográfica tem na dinâmica inovadora, alicerçando as relações entre atores e facilitando a troca de conhecimento (Boschma, 2005). O conceito de sistema regional de inovação (SRI) começou a entrar em uso no início dos anos 1990, devido ao conjunto crescente de estudos sobre as regiões europeias e os seus desempenhos em termos industriais (Uyarra e Flannagan, 2012). Todas as regiões passaram a ser vistas como operando algum tipo de sistema regional de inovação apesar de não ser evidente que estes sistemas estejam de facto presentes em todas as regiões (Uyarra, 2009). Um SRI pode ser compreendido como um sistema de inovação geograficamente definido a uma escala sub-nacional, apoiado por entidades de governação específicas, com instituições, atores e redes próprias e interações regulares para o reforço dos resultados inovadores das empresas na região (Cooke e Schienstock, 2000).

Alguns estudos têm tentado cruzar ideias dos SRIs com as variedades de capitalismo. Tödtling e Trippl (2012) discutem a transformação interna dos SRIs, sugerindo que os principais catalisadores de mudança diferenciam-se pela arquitetura institucional existente. Deste modo, consideram que as variedades de capitalismo são o contexto no qual os SRIs evoluem e se desenvolvem. Em economias liberais de mercado, são normalmente as

empresas, como as *start-ups* académicas ou outras empresas jovens de rápido crescimento em novos setores, que marcam o desenvolvimento de um determinado SRI. O capital de risco e as grandes empresas têm também um papel relevante. As universidades têm uma atenção grande na valorização económica da investigação e por esse motivo são consideradas atores centrais na dinâmica produtiva. Esta situação também é refletida pelo papel importante que incubadoras e gabinetes de transferência de tecnologia assumem na dinâmica do SRI através da criação de *spin-offs* e licenciamento de propriedade industrial. As políticas públicas têm grande influência ao nível nacional através de apoio ao investimento em I&D enquanto a nível local através da provisão de infraestruturas. Em economias coordenadas de mercado, os atores da governação têm um maior protagonismo. A governação da inovação é complexa e multinível. Existe uma maior gama de instrumentos de estímulo à interação sistémica na inovação, quer ao nível nacional quer regional. Para além dos investimentos na 'ciência pública', há um incentivo direto através do apoio à criação de clusters, de estratégias de inovação, e de redes de inovação.

Asheim e Herstad (2005) defendem uma visão semelhante mas acrescentam que a perspetiva tradicional de SRI está mais ligada às economias coordenadas de mercado, devido ao seu enfoque em estruturas de longo prazo e relações cooperativas entre empresas. Outros exemplos de cruzamento dos SRIs com variedades de capitalismo são de caráter empírico. Gambarotto e Solari (2007) estudam a distribuição das variedades de capitalismo pelas regiões europeias (EU-15), encontrando evidência da existência de quatro variedades em termos regionais (análogas às identificadas por Amable (2005)). Carricazeaux e Gaschet (2012) utilizam informação regional, para encontrar tipologias de regiões seguindo o referencial dos sistemas sociais de produção e inovação sugeridos por Amable, Barré e Boyer (1997).

A parte empírica deste artigo procurará cruzar estas duas perspetivas nas próximas secções. Em primeiro lugar, o texto irá apresentar a mudança no desempenho inovador na UE ao nível nacional agregado por variedades de capitalismo. De seguida, o texto irá adicionar uma perspetiva regional aos sistemas de inovação para compreender a relevância do contexto institucional na sua capacidade de resposta à crise.

3 A Evolução da Ciência e Tecnologia nos Países Europeus

Esta secção explora a evolução recente de indicadores de inovação. Apresentam-se a alteração da percentagem do PIB afeta a diferentes tipos de I&D e a alteração do número de pedidos de patente, respetivamente, os principais indicadores de *input* e de *output* de inovação. Qualquer destes dois tipos de indicadores tem sido sujeito a um número elevado de críticas e alvo de debate nos estudos focados na quantificação da inovação. A despesa em I&D depende de numerosos fatores e o seu crescimento deriva do patamar de desenvolvimento de cada sistema de inovação. A I&D está associada a uma visão linear do processo de inovação, no qual a invenção é o estágio que precede a abordagem ao mercado. Sistemas em fases iniciais tendem a crescer rapidamente em dimensão apesar de ainda relativamente limitados em termos do seu desempenho global. Também as patentes verificam o mesmo tipo de fenómeno. As patentes são particularmente úteis para descrever alguns setores mas menos precisas a compreender a inovação noutros, por exemplo, nos serviços, o que sugere que a especialização produtiva do território influencia em alguma medida a capacidade das patentes serem utilizadas como indicador fiável de inovação. Atualmente, enquanto alguns países já tem relativamente amadurecidos os seus regimes de propriedade industrial, vários países europeus estão ainda a consolidar estes mecanismos. Apesar destes e de outros limites, quer a despesa em I&D quer os pedidos de patente permanecem os indicadores mais utilizados para descrever o processo de inovação.

A análise desta secção pretende somente dar uma visão geral da evolução recente. Considerou o nível agregado dos países e utilizam-se dados de 2007 e de 2013, ou o ano mais próximo disponível, utilizando os dados da OCDE através da plataforma *Innovation Policy* (https://www.innovationpolicyplatform.org).

Apesar de cada país seguir uma trajetória específica e individual assume-se neste artigo que existem arquiteturas institucionais que tornam os desempenhos dos países mais aproximados uns dos outros. A análise das estatísticas individuais para cada país permitem aceitar esta perspetiva. Deste modo, após se calcular a variação entre os anos de referência, agruparam-se os dados dos países por variedade de capitalismo e

calcularam-se os respetivos valores médios.
A organização dos países resultou largamente das propostas de Amable e Lung (2008), adotando a seguinte lógica sempre que existiu informação estatística. O Capitalismo Europeu Continental inclui a Áustria, Bélgica, Republica Checa, França, Alemanha, Luxemburgo e Holanda. As economias liberais de mercado (ELM) incluem o Reino Unido e a Irlanda. As economias sociais-democratas incluem a Dinamarca, Finlândia e Suécia. O Capitalismo Mediterrânico inclui a Grécia, Portugal, Itália e Espanha. O Capitalismo do Leste Europeu incluiu Bulgária, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Eslováquia, Eslovénia.
A Tabela 1 sublinha a evolução entre 2006 e 2013 na despesa de I&D em percentagem do PIB. Em geral podemos notar que não existiu uma quebra em termos agregados (GERD – *Gross Expenditure in R&D*) em nenhum grupo de países mas que o crescimento foi mais intenso apenas nos países de Capitalismo de Leste Europeu e nas ELMs. O investimento das empresas (BERD - *Business Expenditure in R&D*) seguiu a mesma lógica. O investimento das instituições de ensino superior em investigação (HERD – *Higher Education R&D*) esteve quase estagnado, em particular nos países social democratas e no capitalismo mediterrânico. De realçar, que neste particular os países do Capitalismo Continental superaram o aumento das ELMs.

Tabela 1 Variação da Despesa em I&D 2006-2013 por tipologia de I&D (em % do PIB) por Variedade de Capitalismo

Variedade de Capitalismo	GERD	BERD	HERD
Liberal de mercado	0,30	0,20	0,05
Social-democrata	0,20	0,03	0,00
Mediterrânico	0,20	0,08	0,00
Leste Europeu	0,47	0,38	0,25
Continental	0,12	0,00	0,12

Fonte: Elaboração própria com base em informação da OCDE

Relativamente aos pedidos de patente (Tabela 2) vale a pena destacar que os países parecem estar a sofrer efeitos associados quer com a crise quer com dinâmicas internas da maturidade dos seus regimes de propriedade industrial. Alguns países, aqueles com sistemas de inovação mais maduros, como as ELMs e os países de Capitalismo Continental experienciaram uma contração do número de pedidos de patente. Por outro lado, países como as economias de Leste e do Mediterrâneo estão ainda em fase de aumento de pedidos, em particular nas patentes PCT - *Patent Cooperation Treaty*. No caso das patentes triádicas, registadas simultaneamente nos três principais gabinetes de patentes, *European Patent Office* (EPO), *United States Patent and Trademark Office* (USPTO) e *Japan Patent Office* (JPO), a quebra é evidente, com todos os grupos de países a apresentarem reduções no número de pedidos de patente, excetuando os países das Economias de Leste que aumentarem igualmente neste tipo de patentes a sua atividade de proteção.

Tabela 2 Variação de Pedidos de Patente 2006-2013 (por milhão de habitantes) por Variedade de Capitalismo

Variedade de Capitalismo	PCT	Triádica
Liberal de mercado	-5,40%	-5,69%
Social-democrata	13,31%	-4,12%
Mediterrânico	7,76%	-4,89%
Leste	12,28%	31,14%
Continental	-20,49%	-2,39%

Fonte: Elaboração própria com base em informação da OCDE

A apresentação sintética destes números permite reter algumas ideias centrais. O investimento em I&D esteve durante a crise relativamente estagnado, não aumentou na maioria dos países, sendo os países do Leste Europeu uma exceção na UE, devido principalmente ao nível reduzido de partida que a I&D tinha nesses casos. Em termos de investimento em I&D das empresas, podemos destacar as ELMs, entre as variedades de capitalismo com sistemas de inovação mais consolidados, que viram maiores incrementos. Em termos de investimento da 'ciência académica', o Capitalismo Continental destacou-se pelo aumento de investimento em I&D nas instituições de Ensino Superior. O Capitalismo Mediterrânico mostrou uma quebra relativa na evolução do investimento em I&D. Considerando que estes países apresentavam à partida uma situação já deficitária, este crescimento inferior no investimento em I&D resulta na divergência face aos outros países mais desenvolvidos. Em termos de resultados de *output*, os números de patentes sugerem a quebra de pedidos (quer PCT quer Triádicas) nas ELMs e nos países de Capitalismo Continental. As patentes PCT cresceram nas economias escandinavas, no Mediterrâneo e de Leste, mas apenas estas últimas mantiveram a mesma dinâmica nas patentes triádicas, provavelmente devido ao nível muito baixo de utilização destes mecanismos que existia no início da crise.

Os números sugerem que a crise iniciada em 2007 teve, de facto, efeitos nas atividades inovadoras, com impactos quer nos *inputs* e quer nos *outputs* de inovação. Estes efeitos são consistentes se agregarmos esta evolução em termos de variedades de capitalismo. A próxima secção tenta aprofundar um pouco esta discussão. Partindo do momento pré-crise, o estudo aprofundará como determinadas variáveis influenciam a produção de conhecimento em sistemas regionais de inovação nas diferentes variedades de capitalismo.

4 Variedades de Capitalismo e Respostas das Regiões face à Crise

4.1 Resiliência Regional e a Função de Produção de Conhecimento

A operacionalização do estudo dos impactos da crise nos sistemas regionais de inovação pode beneficiar da inclusão de dois conceitos: resiliência regional e produção de conhecimento. Estes dois conceitos são relevantes para enquadrar por um lado a perspetiva da capacidade do sistema se adaptar a choques e por outro ao facilitarem uma avaliação desses mesmos impactos no desempenho do sistema.

A resiliência é uma noção importada de outros campos da ciência, nomeadamente a engenharia dos materiais e a ecologia, e remete para a capacidade de um determinado sistema recuperar a sua trajetória de longo prazo e o seu equilíbrio. A esta perspetiva eminentemente estática, a migração do conceito para as ciências sociais tem vindo a adicionar um caráter evolucionista e institucionalista. A resiliência regional passa assim a ser compreendida enquanto *"(...) 'adaptive ability' since it is the differential ability of a region's or locality's firms to adapt to changes and shocks in the competitive, market, technological, policy and related conditions that the evolutionary dynamics and trajectories of that regional or local economy over time"* (Simmie e Martin, 2010). A resiliência é a capacidade de uma economia regional de se adaptar no longo prazo, não só recuperando determinada trajetória de crescimento, mas também escolhendo novos caminhos alternativos.

A resiliência é um conceito de operacionalização complexa. A sua definição relativamente ampla permite que a utilização nos estudos regionais foque diferentes tipos de sistema. Uma das formas de compreender a resiliência de determinado sistema de inovação, pode ser a estimação de uma função de produção de conhecimento. A produção de conhecimento refere-se essencialmente ao processo que acontece num determinado território e que permite transformar determinados *inputs* em *outputs* de inovação. A capacidade dos sistemas de inovação não sofrerem impactos diretos de variáveis económicas pode ser vista como uma medida da sua resiliência face a choques externos de natureza económica.

A função de produção de conhecimento tenta compreender os impactos de determinadas variáveis, como o investimento em I&D, os recursos humanos científicos e tecnológicos, a estrutura produtiva, na capacidade de produzir conhecimento, medido normalmente pelos números de patentes. Esta abordagem tem vindo a ser aplicada em diferentes contextos regionais (Paci e Usai, 2009) desde que foi introduzido nos trabalhos de Griliches (1979). Atualmente um ponto de partida importante é que a estimação da função de produção

de conhecimento deve focar o nível sistémico adequado para explicar as principais relações entre atores. É por este motivo que na presente análise se utilizarão dados regionais para estimar a função de produção de conhecimento nos SRIs.

4.2 Aspetos Metodológicos: Variáveis e Estatística Descritiva

O estudo empírico desta secção parte da perspetiva teórica dos sistemas regionais de inovação para estimar a função de produção de conhecimento nos 27 estados-membros e 268 regiões (NUTS II) utilizando informação anterior à crise.
Os dados foram extraídos do EU *Regional Competitiveness Index* 2010 (Annoni e Kozovska, 2010) e complementada com informação do EUROSTAT para o ano 2007 ou ano mais próximo. Os modelos a estimar utilizam como variáveis explicadas o número de pedidos de patente por milhão de habitantes (PAT) e de publicações científicas por milhão de habitantes (PUBL). A estatística descritiva destas duas variáveis é apresentada na Tabela 3. Os pedidos de patentes são normalmente uma variável muito utilizada para compreender a dinâmica inovadora porque remetem para a proteção de tecnologia com potencial de valorização económica. As publicações científicas são particularmente úteis para compreender a capacidade de investigação na 'ciência académica'. A utilização destes dois indicadores permite contrastar as dinâmicas associadas à invenção face às dinâmicas associadas à inovação.

Tabela 3 Variáveis Explicadas

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
PUBL - publicações científicas por milhão de habitantes	0,70	4206,00	882,74	816,18
PAT - pedidos de patente por milhão de habitantes	0,00	673,10	90,43	114,05

Fonte: Elaboração própria

As variáveis explicativas estão listadas na Tabela 4. As variáveis procuram analisar diferentes elementos na dinâmica do sistema regional de inovação. Em primeiro lugar, o modelo tenta controlar os impactos de um conjunto de variáveis relacionadas de forma positiva com a dinâmica interna do sistema de inovação. São incluídos a despesa em I&D, normalmente apontado como catalisador das dinâmicas inovadoras (Griliches, 1979), o capital humano, enquanto qualificação dos recursos humanos e instigador da capacidade de absorção das empresas (Cohen e Levinthal), a presença da classe criativa, ligada às ocupações tecnológicas, científicas, culturais e artísticas e motor da dinâmica dos lugares (Florida, 2002), o investimento direto estrangeiro que têm efeitos normalmente efeitos positivos na região e nos setores existentes (Barba Navaretti e Venables, 2004) e o desempenho dos *clusters* regionais que favorece a dinâmica inovadora (Porter, 1998). Um segundo grupo de variáveis aponta para o contexto macroeconómico. As variáveis do PIB e da taxa de desemprego foram incluídas porque são normalmente utilizadas para medir a resiliência de determinado sistema socioeconómico (Davies, 2011). O valor do saldo orçamental público foi incluído porque tem sido um instrumento e um indicador central na aplicação das medidas de resposta à crise, uma vez que a argumentação das políticas de austeridade se baseou na premissa do descontrolo da dívida pública e de défices públicos excessivos.
A Tabela 4 apresenta a estatística descritiva das variáveis explicativas. Vale a pena sublinhar que as diferentes variáveis apresentam, em geral, níveis elevados de dispersão. Esta elevada dispersão justifica também o interesse em incluir agrupamentos de regiões. As regiões foram agrupadas na lógica anteriormente apresentada (cf. secção anterior), 38 regiões nas economias liberais de mercado, 96 no capitalismo continental europeu, 18 regiões em economias sociais-democratas, 62 regiões no capitalismo mediterrânico, e 54 nas economias do Leste Europeu. Foram criadas *dummies* para desagregar as regiões pertencentes a cada variedade específica.

Tabela 4 Variáveis Explicativas

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
RD – Despesa total em I&D em percentagem do PIB	0,10	6,80	1,40	1,17
HEDUC – População com 25-64 anos com educação superior	7,30	42,50	23,04	7,95
CC – Emprego na classe criativa (média 2006-2007)	2,50	15,00	7,15	2,33
FDI – Número de novas empresas estrangeiras por milhão de habitantes (2005-2007)	0,00	6813,00	173,39	493,33
CLU – Força dos clusters territoriais - *European Cluster Observatory* (2006)	2,00	52,00	14,48	8,49
GDP – Produto Interno Bruto em paridade de poder de compra, Índice EU27=100	25,60	275,20	95,61	34,14
UNEMP – Desemprego em percentagem da população ativa	1,90	24,80	7,01	3,74
GOV_DEF – Saldo orçamental público em percentagem do PIB (média 2006-2008)	-6,00	4,60	-1,62	2,22

Fonte: Elaboração própria

A matriz de correlação (Tabela 5) permite constatar algumas das ideias referidas sobre as variáveis explicativas da produção de conhecimento.

Tabela 5 Correlação

	GDP	HEDUC	PUBL	PAT	RD	CC	FDI	CLU	UNEMP	GOV _DEF
GDP	1	0,54**	0,58**	0,57**	0,49**	0,66**	0,10	0,32**	-0,34**	0,34**
HEDUC		1	0,59**	0,31**	0,48**	0,83**	0,13*	0,18**	-0,14*	0,37**
PUBL			1	0,40**	0,56**	0,68**	0,06	0,21**	-0,19**	0,23**
PAT				1	0,65**	0,47**	-0,03	0,41**	-0,31**	0,37**
RD					1	0,59**	0,03	0,24**	-0,19**	0,31**
CC						1	0,26**	0,27**	-0,33**	0,33**
FDI							1	0,05	-0,15*	-0,13*
CLU								1	-0,25**	0,29**
UNEMP									1	-0,11
GOV _DEF										1

**Correlação é significativa a 0.01; * Correlação é significativa a 0.05

Fonte: Elaboração própria com base em dados do EUROSTAT

As variáveis que caracterizam a dinâmica interna do sistema têm correlações positivas elevadas e estatisticamente significativas. É relevante sublinhar a relação positiva entre o nível de PIB e as variáveis de publicações e de patentes. O PIB é positivamente relacionado com todas as variáveis exceto com o FDI. O desemprego, por outro lado, apresenta uma relação negativa e significativa com todas as variáveis incluídas, exceto com o Défice Público. Os números de patentes e de publicações são associados de forma significativa com todas as variáveis exceto com o FDI.

4.3. Evidência Econométrica

Esta secção utiliza as variáveis apresentadas para estimar de forma exploratória a função de produção de conhecimento. A modelação utilizou o Estimador dos Mínimos Quadrados Ordinários (EMQO), considerado o melhor estimador linear não enviesado quando a natureza dos dados é adequada, como neste caso de variáveis contínuas (Wooldridge, 2006). Todos os modelos estimados são globalmente adequados (rejeitando a hipótese nula de variáveis independentes nulas no teste F - exceto no caso do modelo com a variável dependente PUBL para o agrupamento de países sociais-democratas - e com capacidades explicativas (R-quadrado) sempre superiores a 0,5. Resultados da estimação e testes à adequabilidade dos modelos são apresentados em anexo[2]. As tabelas seguintes sumariam a informação dos modelos, indicando claramente a significância estatística das relações e o sentido do impacto. Os dois primeiros modelos estimados da função de produção de conhecimento são modelos gerais, incluindo as diferentes variáveis explicativas e todas as regiões, explicando no primeiro caso a produção de conhecimento através das patentes e no segundo através das publicações científicas (Tabela 6). As variáveis mais relevantes para o número de patentes são a I&D (impacto positivo), a qualificação dos recursos humanos (impacto é negativo o que sugere que podem existir efeitos *crowding-out*), a força dos clusters (positivo), o PIB (positivo) e o desemprego (negativo). No caso das publicações, o I&D é também relevante e com coeficiente positivo. A classe criativa tem um impacto positivo nas publicações, assim como o nível do PIB e a taxa de desemprego. A presença de investimento direto estrangeiro e saldo orçamentais públicos menores têm efeitos negativos na produção de conhecimento. As *dummies* das variedades de capitalismo expressam diferentes pontos de partida na dinâmica da produção de conhecimento.

Tabela 6 Função de Produção de Conhecimento nas Regiões UE-27

	PAT	**PUBL**
(Constante)	+++	----
RD	++++	++++
HEDUC	----	+
CC	+	++++
FDI	-	---
CLU	++++	-
GDP	+++	++++
UNEMP	--	++++
GOV_DEF	+	--
Liberal de mercado	--	-
Social-democrata	--	+
Mediterrâneo	----	+
Europa de Leste	----	+

[Legenda: - coeficiente negativo não significativo; -- coeficiente negativo significativo a 0.1; --- coeficiente negativo significativo a 0.05; ---- coeficiente negativo significativo a 0.01; + coeficiente positivo não significativo; ++ coeficiente positivo significativo a 0.1; +++ coeficiente positivo significativo a 0.05; ++++ coeficiente positivo significativo a 0.01].

Fonte: Elaboração própria com base em dados do EUROSTAT

2 O *software* utilizado foi o IBM SPSS Statistics - versão 19.

Alguns destes resultados não têm uma explicação evidente. Uma explicação plausível para estes resultados contraditórios é a grande heterogeneidade de regiões incluídas. Esta variedade não permite traçar uma única função de produção de conhecimento comum para as várias regiões dos 27 estados-membros uma vez que apresentam maturidades e níveis de desenvolvimento dos seus sistemas regionais de inovação muito díspares. Nesse sentido o passo seguinte, foi elaborar uma análise análoga mas agrupando os casos por variedades de capitalismo.

Com base nos mesmos pressupostos econométricos foi estimada a função de produção de conhecimento para o conjunto de regiões de cada variedade de capitalismo. O objetivo foi conseguir obter relações entre as variáveis explicativas e a variável explicada que sejam mais precisas fazendo realçar os aspetos que distinguem a função de produção de conhecimento[3] nos SRIs europeus nas diferentes variedades de capitalismo. A Tabela 7 apresenta o sumário dos resultados desta estimação.

Tabela 7 Função de Produção de Conhecimento nas Regiões UE-27 por Variedades de Capitalismo

Produção de Conhecimento	**ELM**		**Continental**		**Sociodemocrata**		**Mediterrâneo**		**Europa de Leste**	
	PAT	PUBL	PAT	PUBL	PAT	PUBL	PAT	PUBL	PAT	PUBL
(Constante)	-	----	+	----	+	-	-	+	-	----
RD	++++	+	++++	+	++++	+	+++	+++	+	-
HEDUC	-	+	+	+	-	-	-	-	--	+
CC	++++	+	+	++++	+	+	-	++	+++	+
FDI	-	----	--	+	+	-	--	-	---	----
CLU	+	++	++++	-	-	+	++++	+	+	+
GDP	-	++++	+	+	-	+	++++	-	-	++++
UNEMP	-	+	--	+	--	+	----	-	-	-
GOV_DEF	+	----	-	--	+	-	+	+	+	-

Legenda: ver tabela anterior

Fonte: Elaboração própria com base em dados do EUROSTAT

O agrupamento por variedades de capitalismo permite sublinhar os resultados seguintes tendo em conta a dinâmica de patenteamento. Nas economias liberais de mercado a produção de conhecimento depende largamente do investimento em I&D e da intensidade do emprego em áreas avançadas e criativas. No capitalismo continental, a I&D continua a ser um catalisador central mas o desempenho dos clusters territoriais é também relevante. O número de empresas estrageiras e o nível de desemprego têm um impacto negativo na dinâmica dos sistemas. Nas economias sociais-democratas a I&D é o principal catalisador da produção de conhecimento, sendo que o desemprego tem impactos negativos estatisticamente significativos. Nas regiões mediterrânicas, a função de produção de conhecimento é influenciada pelo investimento em I&D, pelo nível do PIB, pela capacidade dos clusters, e negativamente pelo desemprego. Às regiões do capitalismo de Leste Europeu está associada uma função de produção de conhecimento bastante distinta. O I&D deixa de ser o principal determinante positivo passando essa relevância para a presença da classe criativa. O FDI e a Educação têm impactos negativos. Quer isto dizer que no Capitalismo de Leste Europeu muitas regiões com número menor de empresas estrangeiras e nível inferior qualificação dos recursos humanos apresentam desempenhos inovadores superiores, medidos pelo número de patentes.

Caso estejamos a considerar a dinâmica da produção de conhecimento na 'ciência pública' os resultados são distintos. Nas ELM a dinâmica dos *clusters* e o nível do PIB são fatores significativos com um impacto

3 A variável *proxy* utilizada foi a PAT. Em anexo apresentam-se os resultados para a variável PUBL.

positivo, enquanto o saldo orçamental e o FDI têm impactos negativos. No capitalismo continental, o principal determinante da produção de conhecimento da 'ciência académica' é a existência de emprego da classe criativa. O saldo orçamental público apresenta novamente um contributo negativo. Nas economias do Mediterrâneo os principais motores do número de publicações são a despesa em I&D e a presença da classe criativa. As economias de Leste revelam um impacto negativo do FDI e o contributo positivo do PIB na dinâmica de produção de conhecimento.

5 Conclusões

A crise tem sido associada a grande turbulência na economia em diversos estados-membros da União Europeia. A crise resultou em níveis crescentes de desemprego e em contrações relevantes do PIB. As políticas postas em marcha basearam-se em princípios de austeridade com o controlo da despesa pública e redução de défices considerados excessivos. Os impactos da crise na dinâmica inovadora nos estados-membros e nas suas regiões ainda carecem de estudo e análise aprofundada.

Este artigo procurou dar um contributo neste debate. A dinâmica inovadora pode ser melhor compreendida através de uma perspetiva sistémica da inovação. Os sistemas de inovação têm diferentes escalas e estão dependentes de condições macrocontextuais, que foram entendidas neste artigo como as variedades de capitalismo. O artigo analisou numa primeira parte, a evolução de indicadores de *input* e de *output* de inovação para evidenciar que se deu uma estagnação do ritmo de crescimento de I&D e uma redução nos pedidos de patente. Numa segunda parte, foram estimadas funções de produção de conhecimento ao nível regional, que sublinharam que o nível do PIB, a qualificação dos recursos humanos, a dinâmica de clusters e o desemprego influenciam fortemente a dinâmica inovadora. Foi encontrada uma relevante diversidade de comportamentos na produção de conhecimento quando agrupamos as regiões por variedade de capitalismo. Encontrámos evidência econométrica que a produção de conhecimento nas regiões mediterrânicas é mais sensível a choques no nível económico (medido pelo PIB) e na dinâmica do mercado laboral (medido pelo desemprego).

Os resultados econométricos têm um conjunto de implicações para as políticas públicas. Um primeiro aspeto a ter em consideração é a diversidade de falhas sistémicas. Alguns grupos de regiões encontram problemas específicos em transformar *inputs* em *outputs* de inovação evidenciando problemas nas ligações entre atores na produção de conhecimento. Nestas regiões o esforço essencial é ligar os atores da 'ciência académica' aos atores da esfera produtiva. Por outro lado, várias regiões são limitadas também por fatores económicos, como o desemprego ou o nível de PIB. Nestes casos para além da criação de ligações entre atores é muitas vezes necessário ultrapassar barreiras de caráter contextual.

Por exemplo, as regiões mediterrânicas apresentam uma dinâmica inovadora dependente das variações no emprego e no produto. Esta situação pode ser problemática para a resiliência dos seus SRIs, uma vez que são estas regiões mais suscetíveis de sofrerem impactos negativos na dinâmica inovadora que têm visto recentemente o emprego e o produto contraírem mais com a implementação de medidas de austeridade.

A inovação tem sido considerada uma das formas dos países saírem da crise mas a evidência empírica deste artigo sublinha que os resultados da crise têm afetado mais a dinâmica inovadora de determinados estados-membros do que de outros. Para além de efeitos assimétricos e geradores de divergência entre regiões e países, este processo pode o princípio de causalidades cumulativas onde consequências da crise, como o aumento do desemprego e a quebra no produto, irão restringir o potencial inovador restringindo tentativas de relançamento das economias com base na ciência, tecnologia e inovação. Esta diversidade regional é algo a que os fundos estruturais da União Europeia e também os seus programas de incentivo à investigação e ao desenvolvimento tecnológico, como o Programa Horizonte 2020, devem tomar em consideração na implementação de programas e projetos futuros.

Agradecimentos

Hugo Pinto agradece o apoio financeiro da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/84038/2012). O artigo beneficia das discussões com o Doutor Tiago Santos Pereira (CES, Universidade de Coimbra).

Anexo

Tabela A1 Modelo PAT – Geral

Coeficientes						
Modelo		Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constante)	71,516	31,386		2,279	,024
	RD	38,315	4,969	,393	7,711	,000
	HEDUC	-3,757	1,205	-,258	-3,117	,002
	CC	7,074	4,705	,142	1,504	,134
	FDI	-,013	,010	-,056	-1,319	,188
	CLU	2,173	,586	,160	3,709	,000
	GDP	,531	,226	,158	2,345	,020
	UNEMP	-3,591	1,765	-,093	-2,035	,043
	GOV_DEF	5,384	3,444	,104	1,564	,119
	Liberal de mercado	-45,162	18,398	-,139	-2,455	,015
	Social-democrata	-53,422	24,941	-,115	-2,142	,033
	Mediterrâneo	-75,120	13,848	-,273	-5,425	,000
	Europa de Leste	-83,426	16,544	-,295	-5,043	,000

Tabela A2 Modelo PUBL – Geral

Coeficientes						
Modelo		Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constante)	-1659,550	246,882		-6,722	,000
	RD	125,023	39,084	,181	3,199	,002
	HEDUC	7,391	9,481	,072	,780	,436
	CC	159,864	37,008	,453	4,320	,000
	FDI	-,165	,076	-,101	-2,157	,032
	CLU	-,067	4,608	-,001	-,015	,988
	GDP	7,337	1,781	,309	4,119	,000
	UNEMP	37,204	13,884	,135	2,680	,008
	GOV_DEF	-48,469	27,087	-,132	-1,789	,075
	Liberal de mercado	-44,148	144,717	-,019	-,305	,761
	Social-democrata	309,737	196,181	,094	1,579	,116
	Mediterrâneo	69,481	108,925	,036	,638	,524
	Europa de Leste	186,709	130,134	,093	1,435	,153

Tabela A3 Modelo PAT - Economias Liberais de Mercado

Coeficientes						
Modelo		Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constante)	-71,612	79,371		-,902	,374
	RD	12,842	4,109	,355	3,125	,004
	HEDUC	-1,867	1,949	-,176	-,958	,346
	CC	28,935	7,056	,923	4,101	,000
	FDI	-,009	,025	-,082	-,362	,720
	CLU	1,593	2,016	,138	,790	,436
	GDP	-,437	,544	-,237	-,803	,429
	UNEMP	-1,180	3,801	-,041	-,310	,758
	GOV_DEF	10,294	16,154	,108	,637	,529

Tabela A4 Modelo PUBL - Economias Liberais de Mercado

Coeficientes						
Modelo		Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constante)	-8139,907	2091,444		-3,892	,001
	RD	102,328	108,281	,148	,945	,352
	HEDUC	26,213	51,360	,129	,510	,614
	CC	-169,449	185,928	-,283	-,911	,370
	FDI	-1,463	,661	-,687	-2,212	,035
	CLU	94,410	53,114	,428	1,777	,086
	GDP	43,045	14,337	1,221	3,002	,005
	UNEMP	137,687	100,165	,251	1,375	,180
	GOV_DEF	-1238,851	425,649	-,680	-2,910	,007

Tabela A5 Modelo PAT - Capitalismo Europeu Continental

Coeficientes						
Modelo		Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constante)	6,185	74,073		,083	,934
	RD	49,914	10,935	,402	4,565	,000
	HEDUC	-4,806	3,487	-,199	-1,379	,172
	CC	1,553	12,297	,022	,126	,900
	FDI	-,197	,101	-,184	-1,956	,054
	CLU	5,518	1,653	,309	3,339	,001
	GDP	1,404	,523	,303	2,684	,009
	UNEMP	-8,193	4,156	-,180	-1,972	,052
	GOV_DEF	-,179	11,617	-,002	-,015	,988

Tabela A6 Modelo PUBL - Capitalismo Europeu Continental

Coeficientes						
Model		Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constante)	-2237,139	441,812		-5,064	,000
	RD	95,375	65,224	,126	1,462	,148
	HEDUC	22,258	20,796	,152	1,070	,288
	CC	240,151	73,348	,555	3,274	,002
	FDI	,221	,600	,034	,368	,714
	CLU	-8,279	9,856	-,076	-,840	,403
	GDP	4,890	3,120	,174	1,567	,121
	UNEMP	28,232	24,787	,102	1,139	,258
	GOV_DEF	-135,712	69,292	-,189	-1,959	,054

Tabela A7 Modelo PAT - Capitalismo Social-Democrata

Coeficientes						
Model		Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constante)	335,203	269,382		1,244	,249
	RD	45,407	10,108	,821	4,492	,002
	HEDUC	-2,251	13,286	-,103	-,169	,870
	CC	2,976	32,530	,058	,091	,929
	FDI	,422	,375	,426	1,123	,294
	CLU	-3,543	2,671	-,561	-1,326	,221
	GDP	-,779	1,551	-,162	-,502	,629
	UNEMP	-36,385	19,622	-,747	-1,854	,101
	GOV_DEF	22,727	42,859	,202	,530	,610

Tabela A8 Modelo PUBL - Capitalismo Social-Democrata

Coeficientes						
Model		Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constante)	-4991,866	4603,416		-1,084	,310
	RD	28,858	172,728	,050	,167	,871
	HEDUC	-6,860	227,038	-,030	-,030	,977
	CC	571,590	555,905	1,061	1,028	,334
	FDI	-4,406	6,414	-,426	-,687	,512
	CLU	55,802	45,645	,844	1,223	,256
	GDP	1,205	26,506	,024	,045	,965
	UNEMP	472,495	335,319	,927	1,409	,196
	GOV_DEF	-643,533	732,412	-,548	-,879	,405

Tabela A9 Modelo PAT - Capitalismo Mediterrânico

Coeficientes						
Model		Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constante)	-4,782	26,910		-,178	,860
	RD	17,644	7,872	,206	2,242	,030
	HEDUC	-1,424	,964	-,291	-1,477	,146
	CC	-1,972	4,274	-,075	-,461	,647
	FDI	-,275	,137	-,198	-2,002	,051
	CLU	1,528	,331	,398	4,615	,000
	GDP	,813	,202	,478	4,025	,000
	UNEMP	-2,920	1,047	-,254	-2,788	,008
	GOV_DEF	2,304	3,352	,102	,687	,495

Tabela A10 Modelo PUBL - Capitalismo Mediterrânico

Coeficientes						
Model		Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constante)	212,148	550,241		,386	,701
	RD	352,980	160,951	,374	2,193	,033
	HEDUC	-16,403	19,714	-,304	-,832	,409
	CC	152,969	87,386	,530	1,750	,086
	FDI	-1,355	2,808	-,088	-,482	,632
	CLU	3,442	6,770	,081	,508	,613
	GDP	-1,794	4,129	-,096	-,434	,666
	UNEMP	-9,385	21,415	-,074	-,438	,663
	GOV_DEF	67,274	68,530	,271	,982	,331

Tabela A11 Modelo PAT - Capitalismo do Leste Europeu

Coeficientes						
Model		Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constante)	-5,555	7,625		-,728	,470
	RD	3,154	3,243	,172	,973	,336
	HEDUC	-,860	,492	-,522	-1,748	,087
	CC	5,289	2,502	1,068	2,114	,040
	FDI	-,005	,002	-,453	-2,563	,014
	CLU	,095	,265	,044	,361	,720
	GDP	-,047	,106	-,128	-,439	,663
	UNEMP	-,200	,618	-,051	-,323	,748
	GOV_DEF	,499	,691	,098	,722	,474

Tabela A12 Modelo PUBL - Capitalismo do Leste Europeu

Coeficientes						
Modelo		Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constante)	-611,048	216,038		-2,828	,007
	RD	-83,772	91,869	-,088	-,912	,367
	HEDUC	4,040	13,940	,047	,290	,773
	CC	89,498	70,875	,349	1,263	,213
	FDI	-,175	,053	-,319	-3,306	,002
	CLU	-12,167	7,500	-,107	-1,622	,112
	GDP	12,235	3,012	,649	4,062	,000
	UNEMP	-10,764	17,511	-,053	-,615	,542
	GOV_DEF	-24,237	19,566	-,092	-1,239	,222

Referências

AMABLE, B. (2005) *Les cinq capitalismes: Diversité des systèmes économiques et sociaux dans la mondialisation*. Paris: Seuil.

AMABLE, B.; LUNG, Y. (2008) *The European Socio-Economic Models of a Knowledge-based Society. Main Findings and Conclusion*, Cahiers du GREThA 2008-26. Groupe de Recherche en Economie Théorique et Appliquée. Bordeaux.

AMABLE, B.; BARRÉ, R.; BOYER, R. (1997) *Les Systèmes d'Innovation à l'Ére de la Globalisation*. Paris: Economica.

ANNONI P.; KOZOVSKA, K. (2010) *EU Regional Competitiveness Index 2010, measures the competitiveness of European regions at the NUTS2 level by developing a series of indicators and a composite index*, JRC Scientific and Technical Report.

ASHEIM, B.T.; HERSTAD, S. (2005) "Regional innovation systems, varieties of capitalisms and non- local relations: Challenges from the globalising economy", In R.A. BOSCHMA; R.C. KLOOSTERMAN (Eds.), *Learning from Clusters: A critical Asessment for an Economic- Geographical Perspetive*, Dordrecth: Springer.

BARBA NAVARETTI, G.; VENABLES A.J., with BARRY, F.G., EKHOLM, K., FALZONI, A. M., HAALAND, J. I., MIDELFART, K. H. and A. TURRINI (2004). *Multinational firms in the world economy*. Princeton University Press.

BOSCHMA, R. (2005) "Proximity and Innovation: A Critical Assessment", *Regional Studies*, 39(1), pp. 61-74.

CARRINCAZEAUX, C.; GASCHET, F. (2012) "Knowledge and diversity of innovation systems: a comparative analysis of European regions", *Cahiers du GREThA*, CNRS, UMR 5113.

COHEN, W.; LEVINTHAL, D. (1990) "Absorptive Capacity: A New Perspetive on Learning and Innovation", *ASQ*, 35, pp. 128-152.

COOKE, P.; SCHIENSTOCK G. (2000) "Structural Competitiveness and Learning Regions". *Enterprise and Innovation Management Studies*, 1(3), pp. 265–280.

DAVIES, S. (2011) "Regional Resilience in the 2008-2010 downturn: comparative evidence from European countries", *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 4, pp. 369-382.

EBBEKINK, M.; LAGENDIJK, A. (2012) "What's Next in Researching Cluster Policy: Place-Based Governance for Effective Cluster Policy", *European Planning Studies*, 21(5), pp. 276–286.

EDQUIST, C. (2005). "Systems of Innovation: Perspetives and Challenges". In Fagerberg, Jan; Mowery, David; Nelson, Richard (Eds.), *Oxford Handbook of Innovation* (pp. 181-208). Oxford, UK: Oxford University Press.

EUROPEAN COMMISSION (2013) *The urban and regional dimension of the crisis – Eighth progress report on economic, social and territorial cohesion*, 48 pp., doi:10.2776/74866.

FISCHER, M. (Ed) (2006) "The New Economy and Networking". In FISCHER M (Ed) *Innovations networks and knowledge spillovers*. Springer, Viena. pp. 95-115.

FLORIDA, R. (2002) *The rise of the creative class: And how it's transforming work, leisure, community, and everyday life*. New York: Basic.

FREEMAN, C. (1995) "The 'National System of Innovation' in historical perspetive". *Cambridge Journal of Economics*, 19, pp. 5–24.

GRILICHES, Z. (1979) "Issues in Assessing the Contribution of R&D to Productivity Growth", *Bell Journal of Economics*, 10, pp. 92-116.

HALL, P.A. e SOSKICE, D. (2001) "An Introduction to Varieties of Capitalism". In HALL, P.A.; SOSKICE, D. (eds.), *Varieties of Capitalism: The institutional foundations of comparative advantage*. Oxford: Oxford University Press, pp. 1-68.

LARSEN, M.T. (2011) "The implications of academic enterprise for public science: An overview of the empirical evidence", *Research Policy*. 40(1), pp. 6-19.

LORENZ, E. (2013) "Innovation, Work Organization, and Systems of Social Protection". In Jan FAGERBERG, Ben R. MARTIN, Esben Sloth ANDERSEN (Eds.) *Innovation Studies: Evolution and Future Challenges*, Oxford: Oxford University Press.

LUNDVALL, B.A. (2007a) "Innovation System Research: Where it came from and where it might go", *Globelics Working Paper Series*, No. 2007-01.

LUNDVALL, B.A. (2007b) "National Innovation Systems – Analytical Concept and Development Tool", *Industry & Innovation*, 14, pp. 95-119.

LUNDVALL, B.A. (ed.) (1992) *National Systems of Innovation: Towards a Theory of Innovation and Interactive learning*. 1st Edition, London: Pinter Publishers.

NAUWELARES, C. (2011) "Intermediaries in Regional Innovation Systems: Role and Challenges for Policy", In COOKE, P., ASHEIM, B., BOSCHMA, R., MARTION, R., SCWARTZ, D., TÖDTLING, F. (eds.) *Handbook of Regional Innovation and Growth*, Edward Elgar, Cheltenham, pp. 467-481.

NELSON, R. R. (ed.) (1993) *National Systems of Innovation: a comparative studies*, Oxford: University Press.

OCDE (1999) *Managing National Systems of Innovation*. Paris: OECD Publications.

PACI, R.; USAI, S. (2009) "Knowledge flows across European regions", *The Annals of Regional Science*, 43(3), pp. 669-690.

PINTO, H.; PEREIRA, T.S. (2013) "Efficiency of Innovation Systems in Europe: An Institutional Approach to the Diversity of National Profiles", *European Planning Studies*, 31(6), pp. 755-779.

PINTO, H. (2012) "Dimensiones Institucionales de Innovación e Transferencia de Conocimientos: la Literatura de las Variedades de Capitalismos", *ARBOR. Revista de Ciencia, Pensamiento y Cultura*, CSIC "SOCIOLOGÍA DE LA INNOVACIÓN", Vol 188, No 753, http://arbor.revistas.csic.es/index.php/arbor/issue/current.

PORTER, M. (1998) "Clusters and the new economics of competition", *Harvard Business Review*, 76(6), pp. 77–90.

SIMMIE, J.; MARTIN, R. (2010) "The economic resilience of regions: towards an evolutionary approach". *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 3, pp. 27–43.

TÖDTLING, F.; TRIPPL, M. (2012) "Transformation of Regional Innovation Systems: From old legacies to new development paths". In Cooke, Phil (Ed.), *Reframing Regional Development*, Cheltenham: Edward Elgar Publishing.

UYARRA, E. (2009). "What is evolutionary about "regional systems of innovation"? Implications for regional policy". *Journal of Evolutionary Economics*, 20(1), pp. 115–137.

UYARRA, E.; FLANAGAN, K. (2012) "Reframing regional innovation systems: evolution, complexity and public policy". In Cooke, Phil (Ed.), *Reframing Regional Development*, (pp. 146–163), Cheltenham: Edward Elgar Publishing.

WHITLEY, R. (2007) *Business Systems and Organizational Capabilities – The Institutional Structuring of Competitive Competencies*. Oxford: Oxford University Press.

WOOLDRIDGE, J. (2006) *Introductory Econometrics. A Modern Approach*, Segunda edição 2009, MIT Press, Cambridge, Massachusetts..

Uma discussão sobre governança das políticas públicas voltadas para a inovação nas MPE no Brasil

Josélia e. teixeira
joseliat@hotmail.com

Walter T. Shima
waltershima@gmail.com

Resumo: O acirramento da competitividade tornou a implementação de atividades inovativas nas empresas estratégia competitiva fundamental. Portanto, a governança de políticas públicas busca mediar e captar as demandas de diferentes atores envolvidos no processo de inovação. Este trabalho tem por objetivo analisar a implementação de inovações nas MPE (Micro e Pequenas Empresas) do Brasil e a governança de políticas públicas direcionadas para a inovação para empresas deste porte. A pesquisa consiste em bibliográfica e exploratória, sendo utilizados os dados secundários da Pesquisa de Inovação-PINTEC (realizada pelo IBGE). Observou-se que os dispêndios em atividades inovativas são concentrados pelas grandes empresas, no Brasil. As micro e pequenas empresas são importantes agentes na economia brasileira sendo responsáveis por 20% do PIB e por gerar 60% da ocupação, entretanto, quando se trata de inovação, considera-se que o percentual de pequenas empresas que são inovadoras é baixo.

Palavras-chave: Micro e Pequenas Empresas; Inovação; PINTEC; Governança; Competitividade.

1 Introdução

O termo inovação neste artigo se pauta no conceito de Joseph A. Schumpeter e na abordagem da teoria evolucionária, dessa forma se buscará analisar o cenário representado pelos dados da PINTEC-Pesquisa de Inovação, realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Portanto, este trabalho tem por objetivo analisar a implementação de inovações nas Micro e Pequenas Empresas (MPE) do Brasil. A pesquisa será bibliográfica e se utilizará de dados secundários como a PINTEC (de 2008 comparativamente com o período de 2011, realizada pelo IBGE). O método de análise será exploratório e os dados foram agregados em micro e pequenas empresas (MPE), médias empresas (ME) e grandes empresas (GE). A análise por porte de empresas obedece à metodologia adotada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às micro e pequenas e empresas (SEBRAE) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que classificam o porte das empresas por número de empregados.

A reestruturação econômica e produtiva que o Brasil passou na década de 90 estimulou tanto a terceirização de muitos segmentos como a informalidade de empreendedores iniciantes. Neste contexto, há um sensível aumento do número de pequenos negócios que desencadeou a necessidade de formalização destes empreendimentos e na a reorganização institucional desta matéria. No âmbito de políticas públicas, surge a demanda de incentivar a inovação nas atividades empresariais. As inovações e as atividades inovativas, como se utiliza o IBGE, serão fontes estratégicas de vantagem competitiva.

O conceito de governança permite enquanto teoria sugerir novas perguntas e propor novas soluções. Já na prática a maior participação deliberativa de vários atores corrobora para um processo de formulação de políticas públicas e soluções de controvérsias em atendimento as diferentes demandas e formação de novos processos representativos e de exercício de cidadania (Cárdenas, 2010). A formulação de políticas públicas com o objetivo de fomentar os setores empresariais atende às demandas de desenvolvimento do país. Entretanto, a governança de políticas públicas perpassa pela compreensão das especificidades dos segmentos empresariais e, neste caso, o porte das empresas, também requer especial atenção na oferta de mecanismos que incentivem a implantação de inovações, pois as respostas são diferentes.

As micro e pequenas empresas no Brasil correspondem a 99% de todas as empresas formalizadas no Brasil, e juntas geram 60% dos empregos com carteira assinada (Portal Brasil, 2013). A contribuição econômica e social destes pequenos empreendimentos justifica a sua importância para a sociedade brasileira. Entretanto, observa-se que há demandas específicas deste empresas de empresas que deveriam ser contempladas pelas políticas públicas. Logo, um país que apresente uma governança de políticas voltadas para incentivar a competitividade deve oriente-las para o atendimento dessas especificidades. Por isso, pesquisas sobre inovação e a análise e interpretação constante desses dados, são fundamentais para o melhor suporte para aqueles que formularão essas políticas.

Para tanto, este trabalho está organizado em introdução, na segunda seção apresenta o conceito teórico de inovação e o qual fundamentará toda a análise, bem como caracteriza as micro e pequenas empresas, bem como descreve sucintamente o método de pesquisa. A terceira seção se remete aos resultados sobre a governança de políticas voltadas para a inovação e a discussão sobre os resultados de atividades inovativas em pequenos negócios no Brasil, e finaliza apresentando alguns apontamentos sobre a temática.

2 Revisão teórica e metodológica

2.1 Aspectos teóricos

2.1.1 Micro e pequenas empresas no Brasil

O contexto de crise marcado por hiperinflação e desemprego crescente no Brasil, na década de 80, acabou estimulando os indivíduos ao empreendedorismo e à informalidade também. Ainda, na década de 1990, o Brasil passou por uma forte reestruturação produtiva, desencadeada pelo processo de abertura comercial, que teve como consequências demissões em vários segmentos e maior exigência do setor produtivo por mão-obra mais qualificada. Além disso, a implantação do Plano Real, em 1994, resultou ao estímulo da produtividade, em que os empresários deveriam baixar seus custos para conseguir permanecer competitivos no mercado com uma margem de lucro sustentável. Nessa busca por menor custo de produção, em vários segmentos da indústria e varejo optou-se pela terceirização, sendo outra oportunidade para aqueles que estavam perdendo seus postos de trabalho formais ou estavam desempregados. Nesse sentido, algumas medidas governamentais foram adotadas para apoiar essas iniciativas privadas, especialmente visando à formalização desses pequenos negócios. O IBGE (2003: 15-17) destaca algumas medidas que são fundamentais para a valorização e estabelecimento de pequenos negócios no Brasil:

- a implantação do primeiro Estatuto da Microempresa (Lei n° 7.256 de 27 de novembro de 1984) e a inclusão das micro e pequenas empresas na Constituição Federal de 1988, que passou a garantir-lhes tratamento diferenciado (Artigo 179 do Capítulo da Ordem Econômica);
- a transformação em 1990 do Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa - CEBRAE -, criado em 1972, em Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE, com funções mais amplas;
- a criação de linhas especiais de crédito no BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil;
- a Lei n° 9.317 de 5 de dezembro de 1996, que instituiu o Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES;
- a Lei n° 9.841 de 5 de outubro de 1999, que instituiu o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; e
- o estabelecimento de um Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, demonstrando a dimensão e a importância das micro e pequenas empresas para o crescimento e desenvolvimento da economia nacional.

Sendo assim, se estabeleceu no Brasil um marco legal o qual determina o porte das empresas. De acordo com a Lei complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 (BRASIL, 2006), o Art. 3° regulamenta as microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, bem como determina que microempresa é aquela com

receita bruta igual ou inferior a R$360.000,00 e no caso empresa de pequeno porte se caracteriza por empresas que tem receita bruta igual superior a superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).
Entretanto, o SEBRAE adota um critério próprio, que analisa o número de empregados, de acordo com o Quadro 1, este critério serve para os estudos realizados pelo órgão:

Quadro1 – Classificação SEBRAE das empresas por número de empregados

	Microempresa	Pequena Empresa
Indústria e construção	19	20 - 99
Serviços e Comércio	9	10 - 49

Fonte: SEBRAE- GO (2013), elaboração própria.

Já a classificação do porte das empresas feita pelo BNDES difere das anteriores, conforme o Quadro 2, e se detém na receita bruta anual das empresas:

Quadro 2 – Porte de empresa para o BNDES

Classificação	**Receita bruta anual ***
Microempresa	Menor ou igual a R$ 2,4 milhões
Pequena Empresa	Maior que R$ 2,4 milhões e menor ou igual a R$16 milhões

Fonte: BNDES (2013) adaptado.
* Entende-se por receita operacional bruta anual a receita auferida no ano-calendário com: o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria; o preço dos serviços prestados; e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

Segundo a publicação do IBGE (2003), ainda caracteriza as micro e pequenas empresas com alta mortalidade em seus primeiros anos de vida, entretanto, há um aumento crescente do número de nascimentos desses empreendimentos. Há baixa intensidade de capital, com pouco investimento em inovação tecnológica (vale ressaltar que esta característica quase desaparece em pequenas empresas de base tecnológica). A mão de obra é contratada diretamente, e existe a presença dos membros da família como sócios ou mão de obra, bem como dificuldade em distinguir a contabilidade pessoal da contabilidade da empresa,bem como há dificuldade em conseguir acesso ao financiamento de capital de giro e também ocorre uma interação de complementaridade e subordinação com as empresas de grande porte. Entretanto, Fonseca e Kruglianskas (2002: 93) apontam algumas vantagens apresentadas pela literatura sobre as virtudes das micro e pequenas empresas:

> Respectivamente a estrutura menos burocrática (Scherer apud Àcs e Audretsch, 1991; Barber et al., op.cit., Souza, op cit) e a maior flexibilidade operacionall (Stroetmann, op cit.; Kruglianskas op.cit., Souza; Niederwemmer apud Sweenwy, 1987). A primeira assegura um estilo de gerenciamento mais ágil e contatos informais mais frequentes. A segunda possibilita uma maior rapidez no ajustamento às mudanças nas condições dos mercados e às novas demandas, fruto da agilidade no desenvolvimento de produtos e da maior proximidade com os clientes.

Para dimensionar a importância econômica e social para o Brasil das micro e pequenas, basta verificar alguns indicadores: 20% do PIB é gerado pelas MPE, o que totalizava, em 2012, R$700 bilhões. Sendo que 99% do total de empresas no país estão classificadas como micro e pequenas empresas, resultando em 5,7 milhões de estabelecimentos. O efeito social se verifica na geração de empregos e renda por todo o país, sendo as principais responsáveis pelo emprego da mão de obra, ou seja, 60% de 94 milhões de empregos. Outro aspecto importante, que as MPE absorvem mão de obra não especializada e trabalhadores acima de 40 anos (Portal Brasil, 2013).

Segundo o SEBRAE Nacional (2012), a participação das micro e pequenas empresas na exportação ainda é baixa, sendo que exportações das grandes empresas correspondem a 81%, em 2011, a participação das MPE especiais respondem por 7,8 do total.
O porte da empresa é importante tanto na análise de concessão de crédito e na formulação de políticas públicas que atendam as peculiaridades das empresas. Outro aspecto que vem sendo discutido na literatura é a relação de inovação e porte das empresas. A próxima seção introduz o tema de inovação e apresenta essa relação sobre empresas inovadoras de acordo com o porte.

2.1.2 A Inovação nas empresas

Considerando que "inovação" é o elemento central da competitividade e consequentemente é um dos focos centrais das políticas de CT&I (Ciência, Tecnologia e Inovação). Nesta seção será feito uma abordagem conceitual sobre inovação.
Joseph A. Schumpeter tornou-se pioneiro na abordagem sobre os aspectos e importância da inovação para os empreendimentos e para o próprio desenvolvimento econômico, será fundamental na abordagem sobre inovação. Schumpeter (1988) discute sobre o fluxo circular e olhar clássico sobre desenvolvimento econômico, especificamente como a teoria do consumidor analisa as respostas das firmas a partir das necessidades do consumidor, entretanto, embora seja uma análise não negado pelo autor, ele prefere compreender que é o produtor que começa o processo de mudança e o consumidor é educado pelo produtor, pois são ensinados a quererem novos produtos. Logo, Schumpeter dá ênfase para o que a mudança pode produzir no fluxo circular e como as inovações o alteram à medida que novas combinações aparecem descontinuamente e geram desenvolvimento. Inovação para Schumpeter (1988) envolve os cinco casos:
a) Introdução de um novo bem no mercado: este bem ainda não está incorporado nos hábitos de consumo dos indivíduos ou ainda modificar a qualidade do bem;
b) Introdução de um novo método de produção: pode ser um novo método de produção, que não tenha sido utilizado na indústria de transformação ou uma nova forma de conduzir comercialmente uma mercadoria;
c) Abertura de um novo mercado: este mercado pode já existir, mas a indústria ainda não ter conseguido inserir-se ou ainda não existir;
d) Conquista de uma nova fonte de oferta das matérias primas ou de bens semifaturados, independente de já existir ou não;
e) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria.
Schumpeter focou as vantagens da inovação de firmas de grande porte e não na estrutura de mercado *per se.* Essas vantagens de aptidões para inovações são resultantes de economias de escala em P&D, no gerenciamento da maior capacidade de repetir os riscos exigidos pelo processo de inovação e de obter financiamentos. Embora as firmas de grande porte rapidamente obtenham as benesses da utilização de uma inovação em grande escala, essa argumentação pode ser contestada pela própria análise de Schumpeter sobre as estruturas de controle burocrático das grandes firmas podem contrabalançar, parcial ou mesmo totalmente, essas vantagens explícitas (Nelson & Winter, 2005).
O Manual de Oslo incorporou a abordagem schumpeteriana de inovação, e é a principal fonte internacional de diretrizes para a coleta de dados sobre inovação pela indústria. O Manual de Oslo (2004) ressalta a economia que se encontra baseada no conhecimento e para tal a inovação torna-se fundamental tanto em níveis macroeconômicos, propiciando desenvolvimento econômico interno como em termos de dinâmica internacional. Bem como em nível microeconômico, pois P&D é visto como melhor forma de adequação do conhecimento e incorporação dentro da empresa.
De acordo com o Manual de Oslo (2004: 40), «o complexo sistema de fatores que conformam a inovação no nível da empresa é chamado 'dínamo da inovação'». Portanto, a capacidade da empresa de incorporar a inovação depende da capacidade de modificar seus ativos tecnológicos, capacidades e desempenho de produção e as opções disponíveis são: estratégicas, de P&D e de não P&D. Kon (1999), ainda, ressaltando os conceitos básicos para trabalhar com a questão da inovação destaca o uso prático que a inovação incorpora e o papel do inovador é o de estabelecer instalações para a nova produção e colocar um novo produto ou processo no

mercado, ainda que em algumas situações a inovação não necessariamente será levada ao mercado. Em alguns casos a imitação acaba sendo mais segura que a inovação, pois a imitação é a cópia da inovação e o imitador a copia após ser lançada no mercado e, muitas vezes, acaba tornando-se segura e rotineira.

Ainda, difere a inovação da invenção, a qual "é uma criação de uma nova ideia, através de um ato intelectual da percepção de uma nova imagem, de uma nova conexão entre velhas condições ou de uma nova área de ação" (Kon, 1999: 118). A figura 1 relaciona os mecanismos utilizados pelas firmas para incitar o processo de inovação, denominados pelos autores Fonseca e Kruglianskas (2002: 94) como "mecanismos de geração de inovação", que podem ser analisadas de forma quatro formas de possibilidades cruzadas:

Figura 1: Os mecanismos para a inovação

	Internos	Externos
Formais	P&D	Compra Licenciamento Aquisição de firma Transferência de tecnologia Relações Comerciais Contratação de pessoal
Informais	Invenção Conhecimento Acumulado	Imitação ou cópia Contatos externos Literatura especializada

Fonte: Fonseca & Kruglianskas (2002: 94).

Salienta-se que a existência desses diferentes mecanismos na maior parte das vezes não é excludente, mas complementar, principalmente ao que concerne à combinação de esforços externos e internos e qualquer que seja o mecanismo de geração de inovação utilizado prossegue por meio de um conjunto de atividades que podem ser caracterizadas como pontuais e descontínuas (Fonseca & Kruglianskas, 2002).

Cabe refletir que é possível que a empresa possa ter introduzido alguma inovação sem que tenha realizado qualquer tipo de atividade inovativa. De acordo com Arruda *et al.* (2006), apoiado no entendimento do IBGE sobre o que é inovação de produto, se caracteriza por produzir um produto completamente diferente de todos os produtos previamente fabricados pela empresa, entretanto, pode ser um produto já existente, mas que tenha sido modificado significativamente em suas características ou no uso de materiais, o que se aplica também às inovações de processo. Logo, é fundamental diferenciar inovação de P&D e outras atividades inovativas que conduzem à implementação de inovação de produto e/ou de processo.

As empresas orientadas para a inovação proporcionam uma vantagem competitiva, pois se vislumbra a oferta de um produto único no mercado. Isso deve, teoricamente, deve aumentar a parcela de mercado dessa empresa. Existe uma relação entre o número de novos produtos e aumento da parcela de mercado (Laforet, 2013). Segundo os estudos de Davenport (2005) realizados na Nova Zelândia, há alguns motivos que podem ser apontados para que PME (Pequenas e médias empresas) inovem, mas primeiramente analisa a capacidade de inovar pode ser estruturada por empresas desse porte. A autora identificou neste caso, que essas habilidades para inovar foram adquiridas através de várias formas. O recrutamento de trabalhadores altamente qualificados dentro e fora do país foi crucial para o fortalecimento da base de P&D. A qualificação desses trabalhadores, especialmente gerentes e engenheiros, em várias áreas também foi fator destacável. Outra maneira seria a fusão ou aquisição de outras empresas em mercados-chave.

2.1.3 O que é governança de políticas públicas?

Face às profundas transformações globais, o Estado perpassa velozmente entre o *welfare* e o liberalismo econômico, tal processo pulveriza o poder de decisão do Estado aumentando o campo de influência do vários atores que tomaram lugar no processo decisório e na formulação e implantação de políticas públicas. Nesta

perspectiva, ocorreu uma descentralização do poder estatal deslocando-se para a sociedade. Os pilares da soberania nacional se fragilizaram frente aos acordos comerciais e abertura econômica e financeira, e abriu espaço para a atuação de outros atores tais como grandes corporações transnacionais ou ainda entidades supranacionais como a União Europeia, ou órgãos internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) (Dryzek, 2010).

O termo governo indica hierarquia e está condicionado aos auspícios da autoridade soberana do Estado, tal autoridade é exercida no âmbito das instituições formais e nos limites da sua jurisdição. Enquanto que a governança tem um caráter interativo e seus produtos se desenvolvem dentro de uma rede. Basicamente, a rede caracteriza a governança (Dryzek, 2010).

Por outro lado, na década de 70, a abordagem de governabilidade se enquadra enquanto categoria sociológica, utilizada como ferramenta analítica de diagnóstico conservador que possuía três ideias principais: a de explosão de demandas, de saturação da agenda pública e de proliferação de coalizões distributivas. Entretanto, o que se propunha como resolução era o fortalecimento da autoridade política e na contenção de demandas (Melo,1995 apud Cavalheiro & Juchem, 2009). Neste sentido, a governança de políticas públicas atua na coordenação entre os atores públicos e privados e de seus interesses. Essa rede que se cria interage e cria decisões de cooperação mistas.

De acordo com Osborne (2010), a publicação de Christopher Hood denominada *New Public Management (NPM)* parecia ser algo sem precedente na área e se tornaria um paradigma dentro do comunidade científica anglo-americana. Entretanto, o que está há mais de cem anos posto no campo disciplinar e que prevalece é a hegemonia da Administração Pública, e na esfera pública aparentemente não absorveu esta mudança importante. Embora, o autor aponte que a Nova Gestão pública tenha sido um estágio evolutivo para a nova visão denominada de Nova Política Pública de Governança (NPG). Osborne discute criticamente se realmente a teoria NPG se enquadra como um novo paradigma na teoria e na prática.

É esse estágio ou processo que se busca compreender como se dão as conexões entre os atores e o seu funcionamento, já que na prática muitos dos elementos que caracterizam essas teorias se enraízam e se perpetuam coexistindo ao longo do tempo no campo da implementação de políticas públicas e exercício dos serviços públicos. Mesmo assim, cabe elucidar as principais características propostas por Osborne (2010), para aclarar o que diferencia essas teorias. O desenho desses três regimes vem sendo adotado na implementação das políticas públicas e execução da prestação de serviços públicos. O modelo de Administração Pública (PA) foi o que mais perdurou, sendo incorporado no final do século XIX até final de 1970 e início de 1980; a NPM entrou em vigor para início do século XXI; e uma terceira emergente seria a NPG, desde então. O tempo da NPM, portanto, tem sido de fato um período relativamente uma vida curta e explorar a natureza da governança pública e a NPG.

A NPM é marcada pela terceirização da oferta dos serviços públicos, subcontratação de serviços da iniciativa privada e gestão pública pautada na eficiência, avaliação de serviços públicos, bem como se pauta na escolha racional (visão neoclássica econômica). Já a nova governança pública se caracteriza por um estado plural e pluralista. Dessa forma, pode-se entender a governança em vários âmbitos derivando em: governança sociopolítica, governança de políticas públicas, governança administrativa, governança contratual e governança de rede (Osborne, 2010).

Governança pode ser considerada como a capacidade de ação estatal na implementação das políticas e na consecução das metas coletivas. Implica expandir e aperfeiçoar os meios de comunicação e de administração dos conflitos de interesses, fortalecendo os mecanismos que garantam a responsabilização pública dos governantes. Governança refere-se, à capacidade de inserção do Estado na sociedade, rompendo com a tradição de governo fechado e enclausurado na alta burocracia governamental (Cavalheiro & Juchem, 2009).

Por governança de políticas públicas Osborne (2010) concebe um modelo no qual as elites políticas e as redes interagem e guiam o processo de política pública. Neste sentido, Marchi e Ravetz (1999) entendem que o diálogo entre diferentes atores converge para a governança de políticas que envolvem a gestão de riscos à sociedade. A tomada de decisão, neste caso, não pode ficar centrada apenas nas mãos dos formuladores de políticas públicas governamentais, mas caminha na direção de vários atores envolvidos e ouvindo as sugestões e questionamentos de agentes públicos e privados, pois a governança neste caso, também envolve o estabelecimento da confiança entre as partes envolvidas.

2.2 Aspectos metodológicos

Este trabalho é resultado da pesquisa bibliográfica através da utilização de livros e periódicos científicos disponíveis sobre a temática, bem como o uso de fontes disponíveis via internet. Em um segundo momento, se incorpora a pesquisa exploratória sobre o tema.
Para a coleta de dados sobre as micro e pequenas empresas utilizou-se dados secundários, através da Pesquisa de Inovação (PINTEC) disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados selecionados priorizam o cenário no Brasil das micro e pequenas empresas. Esses dados foram agregados em micro e pequenas empresas (MPE), médias empresas (ME) e grandes empresas (GE). A análise por porte de empresas considera a metodologia adotada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às micro e pequenas e empresas (SEBRAE) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que classificam o porte das empresas por número de empregados.
A análise dos dados se dá através da organização das tabelas em planilhas em excell, selecionando os dados disponíveis da PINTEC, apenas das pequenas e micro empresas. Analisam-se os dados do período de 2006 a 2008 e 2009 a 2011, bem como busca-se contextualizar com a governança de políticas públicas destinadas ao fomento da inovação.

3 Resultados e discussão

3.1 O ambiente de governança das políticas públicas de inovação no Brasil

De acordo com o IBGE (2003), a participação das micro e pequenas empresas neste período da década de 90, em termos de geração de renda não se modificou extremamente, mas gerou novas ocupações e postos de trabalho.

> Este segmento que ocupava em 1985 cerca de 3,5 milhões de pessoas, o que representava cerca de 50,7% da mão-de-obra ocupada, nas empresas de comércio e serviços nesse ano, passou a ocupar em 2001 cerca de 7,3 milhões de pessoas, ou seja, mais que o dobro do número de pessoas ocupadas em 1985, representando 60,8% da mão de obra ocupada no segmento empresarial dessas atividades (IBGE, 2003: 22).

O processo de maior abertura comercial e inserção no mercado externo se tornaram irreversíveis. Após 1993, com a introdução do Plano Real, a inflação caiu drasticamente e as atividades produtivas foram incentivadas, favorecendo internamente uma cultura empreendedora. Embora, esses ajustes macroeconômicos foram realizados durante os anos seguintes da década de 90, os principais fundamentos macroeconômicos foram ajustados e a hiperinflação finalmente foi definitivamente debelada.
A primeira política industrial depois do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) foi em 2003, foi o lançamento da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que buscava incentivar a competitividade das empresas industriais com base na diferenciação e inovação de produtos, além de buscar incrementar a inserção externa e a modernização industrial. O eixo do diagnóstico que serviu de base para a PITCE foi o reconhecimento das lacunas institucionais para o desenvolvimento tecnológico e o reconhecimento da falta de estímulos para a inovação. Outro ponto relevante neste contexto, foi a implementação da Lei n. 10.973, denominada como lei da Inovação, que foi regulamentada em outubro de 2005, pelo Decreto n. 5563. A Lei da inovação foi estruturada visando consolidar um ambiente favorável às parcerias público-privadas, incentivar à participação de institutos de ciência e tecnologia no processo de inovação e também o estímulo para que as empresas sejam inovadoras diretamente (Arruda *et al.*, 2006).
A denominada "Lei do Bem" Lei 11.196/05 estabeleceu incentivos fiscais para as empresas realizarem pesquisa tecnológica e de desenvolvimento de inovação tecnológica. Os projetos de inovação que se enquadram nos conceitos estabelecidos pela legislação podem recebem benefícios que variam entre 20,4% ou 27,2% dos dispêndios nos projetos de P,D&I e podem chegar até 34% (SOGEDEV, 2014). Portanto, a competitividade

acirrada conduz aas empresas a formularem estratégias para garantir seu *market share* e entre essas estratégias estava a implementação de ações inovadoras.
Na tabela 1, observa-se que as empresas que implementaram inovações de produto e de processo, no Brasil, no período de 2006 a 2008, resultado da Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC, 2014). De 106.850 empresas 41.253 empresas privadas implementaram algum tipo de inovação em produto ou processo, isto corresponde a 38,6%, e das empresas estatais federais de 72 empresas 49 implementaram inovações, isto equivale a 68%, demonstrando surpreendentemente que, embora seja um número bem menor de estatais federais, as empresas públicas estão utilizando de medidas de inovação e, pode-se deduzir que a iniciativa privada tem muito que avançar seja em inovações em processos como em produtos.

Tabela 1: Empresas que implementaram inovações no Brasil (2006-2008)

Empresas	Total	**Empresas**							
		Que implementaram inovações							
		Total	De produto			De processo			
			total	**Novo** para a empresa	Novo p/ o mercado nacional	total	**Novo** Para a empresa	Novo p/ o mercado nacional	De produto e processo
PINTEC 2008 sem Empresas Estatais Federais	106 850	41 253	25 356	21 986	4 719	34 247	32 887	2 531	18 351
Empresas Estatais Federais	72	49	25	17	20	46	39	21	22

Fonte: PINTEC (2014) adaptada pelos autores.

Entretanto, sabe-se que a inovação é utilizada como uma ferramenta para dar maior competitividade às empresas, entretanto exige um montante de dispêndio expressivo para muitas empresas, inclusive alguns setores hoje concentram alto volume de dispêndio em P&D em suas empresas, no entanto, sabe-se também que muitas empresas multinacionais optam em concentrar as atividades de P&D na matriz, no exterior, e reproduzir o produto ou processo inovador na filial em larga escala.
Segundo os dados da Pintec de 2008 (PINTEC, 2014), a maior parte do dispêndio em P&D estão realizados pelas grandes empresas, que entre as 649 empresas com atividades inovativas gastaram em P&D R$13 250 000 000,00 enquanto as micro e pequenas empresas eram numericamente maiores, mas somados os dispêndios dessas empresas com 10 a 99 empregados totalizavam 3427 empresas com gastos de apenas R$798 056 000,00. A maior parte desses dispêndios totais em P&D era realizada por empresas industriais (extrativa e de transformação).

3.2 Inovações em micro e pequenas empresas brasileiras

A competitividade no mercado exige inclusive das pequenas empresas novas estratégias para permanecer no mercado. As micro e pequenas empresas prevalecem na economia brasileira, como foi abordado, mais de 60% das ocupações são geradas por estas empresas, e tem uma participação expressiva na geração de renda e emprego, o que as coloca também no alvo das preocupações, tanto para estimulá-las como torná-las mais competitivas para sobreviver no mercado.
De acordo com o SEBRAE (2007 apud Pereira *et al.*, 2009), o índice de mortalidade dos negócios brasileiros é muito alto, pois 22% das empresas em dois anos fecham suas atividades, já com quatro anos de existência este percentual subia para 59,9%. Embora este percentual tenha apresentado melhora comparativamente com anos anteriores. No Brasil em 2002 a taxa de sobrevivência era de 51%, já em 2005 a taxa subiu para 78%.

Esta melhoria no índice de sobrevivência das MPE pode estar relacionada com alguns aspectos, como por exemplo: dos empresários de micro e pequenas empresas 79% têm curso superior completo ou incompleto; destes empresários que tinham experiência na iniciativa privada passou de 31% para 51%; e o fator emocional de possuir seu próprio negócio aumentou de 38% para 60%. Estes percentuais aproximam a realidade das micro e pequenas empresas do desenvolvimento deste porte de empresas em outros países no mundo.

> As estatísticas mostram que no período de 2000 a 2002 um conjunto de países importantes, e em continentes distintos, passou a apresentar indicadores elevados das taxas de sobrevivência das micro e pequenas empresas locais, a saber: Austrália com 87,6%; Inglaterra com 81,9%; Cingapura com 75%; Estados Unidos com 74% (referente ao quarto ano); Portugal com 72,6%; Itália com 72,4%; Finlândia com 71,3%. Esses mesmos países registravam, na metade da década passada, percentuais entre 50% e 65%. Por exemplo, a Inglaterra registrava em 1995 a taxa de 65,6%, passando para 81,9%, em 2003, e Cingapura passou de 62%, em 1994, para 75%, em 2002 (Pereira *et al*., 2009: 59):

A inovação tornou-se objetivo de políticas públicas na tentativa de estimular que as empresas públicas e privadas alcancem um patamar competitivo mais elevado, e coadjuvante é a própria sobrevivência e permanência no mercado que está em jogo. Portanto, a PINTEC-Pesquisa de Inovação ilustra em números o cenário da inovação nas empresas no Brasil e é um primeiro passo para caminhar em direção a governança de políticas públicas voltadas para a inovação, com maior participação e interação dos atores e descortinando as reais demandas para a concretização mais efetiva das atividades inovativas e, por consequência, aumento da competitividade do setor produtivo.

A tabela 2, proporciona uma visão sobre as empresas que implementaram inovações no período de 2006 a 2008. Nota-se que as médias e grandes empresas são as que mais apresentaram inovações de produtos e/ou processos. De um total de 106862 empresas pesquisadas destas 41262 empresas inovaram no período de 2006 a 2008, que corresponde a 38,83% apenas do total de empresas. Desse total de empresas que inovaram 88,1% são MPE (de acordo com o pessoal ocupado entre 10-99) que revela que há uma incorporação das inovações pelas MPE brasileiras.

Tabela 2 - Variáveis selecionadas das empresas, segundo as faixas de pessoal ocupado nas atividades selecionadas da indústria e dos serviços - Brasil - período 2006-2008

Faixas de pessoal ocupado nas atividades selecionadas da indústria e dos serviços	Empresas 2006-2008			
	Total	Que implementaram (1)		
		Inovação de produto e/ou processo	Apenas projetos incompletos e/ou abandonados	Apenas inovações organizacionais e/ou de *marketing*
Total	**106 862**	**41 262**	**2 743**	**37 172**
De 10 a 29	69 049	25 842	1 686	23 077
De 30 a 49	16 312	5 821	567	6 206
De 50 a 99	11 681	4 692	243	4 547
De 100 a 249	6 014	2 624	166	2 261
De 250 a 499	2 002	988	41	730
Com 500 e mais	1 805	1 295	40	350

Fonte: PINTEC 2011 (2014) adaptado pelos autores.

No entanto, as MPE com inovações de produtos e/ou processos tinham uma taxa de inovação de 37,4%. Na sequência, de 30 a 49 empregados a taxa de inovação foi de 35,68%, de 50 a 99 a taxa de inovação foi de 40,16%. Agregando os dados para determinar médias empresas por número de empregados a taxa de

inovação em produtos e processos fica em 45%. Enquanto que as empresas com mais de 500 empregados, consideradas grandes empresas, a taxa de inovação foi de 71,74%. Entretanto, quando se trata de inovação em organização e/ou marketing as grandes empresas apresentaram um percentual muito baixo, apenas 19,4% das empresas inovaram. As MPE apresentaram percentual muito próximo de inovação em produtos e processo, ou seja, muito baixo, com aproximadamente 34,86% de empresas que apresentaram atividade inovativas em organização e/ou marketing. Enquanto que as médias empresas também apresentam um desempenho também medíocre com 37,30% (Tabela 2).

A discrepância de atividades inovadoras pelas micro e pequenas empresas comparativamente com as grandes empresas revela as dificuldades que as mesmas ainda enfrentam para implementar inovações, pois inovar também apresenta dispêndios. Efetivamente, a indústria de transformação e extrativa é líder em número de empresas com atividades inovadoras totalizando 38.299 empresas com produtos e processos inovadores, aproximadamente 38%, enquanto que o número de empresas de serviços com um número bem menor, mas com a taxa de inovação de 46,54% (PINTEC, 2014). Algumas medidas já são contempladas pelas políticas públicas como a Lei da Inovação 10.973, oportunizou que se compartilhasse:

> infraestrutura, equipamentos e recursos humanos das Instituições Públicas Científicas e Tecnológicas (ICT) com micro e pequenas empresas para atividades voltadas à incubação, além de permitir a utilização de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações dessas entidades por empresas nacionais e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa (ARRUDA, 2006: 87).

A tabela 3 apresenta um comparativo entre os períodos de 2006 a 2008 comparativamente com o período de 2009 a 2001, pesquisa de inovação realizada pelo IBGE. O que se pode observar que houve um retrocesso dos percentuais de inovação nos dois períodos demonstrados. Das empresas pesquisadas, que em 2006-2008 implantaram inovações de produto e/ou processo, consistiam em 38,8% enquanto no período de 2009 a 2001 caiu para 35,7%. Analisando comparativamente entre os períodos temporais a implantação de inovações por porte de empresas, as grandes empresas foram as que mais apresentaram redução na implantação de inovação de produto e/ou processos, de 71% para 56% e aumentou levemente a implantação de inovações organizacionais e/ou marketing, embora seja um percentual muito baixo, de 19,4% para 28,8%.

Tabela 3 – Comparativo do total de empresas pesquisadas pela PINTEC 2011 que implantaram inovações

2006-2008				2009-2011		
Implantaram inovações				Implantaram inovações		
N° Empresas		Inovação de produto e/ou processo	Inovações organizacionais e/ ou marketing	N° Empresas	Inovação de produto e/ou processo	Inovações organizacionais e/ ou marketing
Total	**106 862**	38,8%	34,8%	**128 699**	35,7%	34,9%
MPE	97041	37,6%	34,9%	117336	34,6%	35,1%
ME	8016	45%	37,3%	9134	45,2%	33,4%
GE	1805	71%	19,4%	2 230	56%	28,8%

Fonte: PINTEC (2014) Elaborado pelos autores.

As micro e pequenas empresas, embora apresentem componham o maior número de empreendimentos no Brasil, apresentavam um percentual de empresas inovadoras muito baixo. O que evidencia a dificuldade de se criar uma cultura de governança corporativa que tenha foco na inovação para as empresas MPE brasileiras.

O governo tem adotado incentivos fiscais às empresas, bem como o BNDES vem disponibilizando linhas de crédito com essa finalidade. O SEBRAE também está desenvolvendo programas com foco na difusão da inovação em MPE, como Agentes Locais de Inovação e o SEBRAETEC. Além de tudo, a interação entre universidade/institutos de pesquisas e empresa tem um papel importante e que essa aproximação, mas ainda é

muito insipiente. Portanto, há várias medidas que podem ser aprofundadas e efetivamente aplicadas para que se intensifique a implementação da inovação nas micro e pequenas empresas, pois há uma demanda insatisfeita.
Diante do exposto teoricamente sobre governança de políticas públicas e os resultados apresentados pela Pesquisa de Inovação do IBGE, questiona-se: Está ocorrendo uma convergência para se alcançar concretamente uma governança de políticas públicas, na qual os vários atores envolvidos dialogam, negociam e efetivamente, se realizem uma trajetória para que os empreendimentos privados se tornem inovadores? Embora algumas políticas públicas tenham sido disponibilizadas para fomentar a competitividade através de estratégias de inovação, porque não se manifestou nos números até o período demonstrado? Observa-se que há muitas incógnitas que essa relação de governança de políticas públicas está em um processo de construção.

4 Considerações finais

A temática inovação, como fonte de desenvolvimento econômico, trazido à luz por Joseph A. Schumpeter e incorporada à concepção pelo Manual de Oslo, coloca a inovação como uma estratégia para aumentar o poder competitivo das empresas.
No Brasil, a Pesquisa de Inovação - PINTEC, que analisou os dados coletados de 2006 a 2008, apresentou um cenário no qual de 106.850 empresas 41.253 empresas privadas implementaram algum tipo de inovação em produto ou processo, isto corresponde a 38,6%, e das empresas estatais federais de 72 empresas 49 implementaram inovações, isto equivale a 68%. O que demonstrou que as empresas inovadoras no Brasil eram em percentual muito baixo.
Já analisando por porte de empresa, destaca-se o volume de dispêndio em P&D pelas grandes empresas, e embora seja muito maior a quantidade de micro e pequenas empresas as atividades inovadoras em produtos e processos concentram-se em torno de 71,74% nas grandes empresas. A taxa de inovação das micro e pequenas empresas (consideradas no estudo entre 10 a 99 empregados) era de 37,4%. Se a importância das micro e pequenas empresas é crescente na economia quais políticas públicas implementá-las para estimular a maior participação das atividades inovadoras no universo dessas empresas, posto que as inovações são fontes de vantagem competitiva? Observou-se através da análise dos dados da PINTEC de 2011 que o percentual de empresas que praticaram algum tipo de atividade inovativa continuou decrescente.
Cabe, ainda, aprofundar o estudo em relação à governança de algumas políticas públicas voltadas para a inovação visando conhecer melhor as interações entre os atores partícipes desse processo, para melhor explorar e desvendar os efeitos e desdobramentos dessa temática. Portanto, conclui-se que ainda as micro e pequenas empresas brasileiras têm muitos desafios para incorporar as atividades inovativas e atenderem as demandas de mercado, bem como fortalecerem-se e principalmente permanecerem no mercado.

5 Referências

ARRUDA, M.; VERMULM, R.; HOLLANDA, S. (2006), ***Inovação tecnológica no Brasil: a indústria em busca da competitividade global*,** São Paulo, ANPEI.

BNDES (2013), "**Porte de empresa**"**,** Disponível: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/porte.html [consultado 08-11- 2013].

BRASIL. **LEI COMPLEMENTAR Nº 123**, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm [consultado em 05-11-2013].

CAVALHEIRO, M. E. & JUCHEM, D. M. (2009), "Políticas Públicas: uma análise mais apurada sobre governança e governabilidade", ***Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*,** Ano I, n. I, (7).

CÁRDENAS, A. V. (2010), **"El enfoque de la gobernanza en el estudio de la transformación de las políticas públicas: limitaciones, retos y oportunidades"**, Disponível em http://www.leyex.info/magazines/vol67n149210.pdf [consultado 20-11- 2014].

DAVENPORT, S. (2005), "Exploring the role of proximity in SME knowledge-acquisition", ***Research Policy***, V. 34, Issue 5, June 2005, pp. 683-701 Disponível http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0048733305000582 Acesso em: [consultado em 03-04-2014].

DE MARCHI, B & RAVETZ, J. (1999), "Risk management and governance: a post normal science approach", ***Futures*****,** 31(7), pp. 743–757.

DRYZEK, John S. (2010), Governance Networks**,** In ***Foundations and Frontiers of Deliverative Governance***, Oxford, Oxford University Press.

FONSECA, S. A.; KRUGLIANSKAS, I. (2002), Inovação em Microempresas de setores tradicionais: estudo de casos em incubadoras brasileiras. In: ***Tecnologia e Inovação: experiências de gestão na micro e pequena empresa***, São Paulo, PGT/USP.

IBGE (2003), **"As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil 2001",** Rio de Janeiro, *IBGE*. Disponível em http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/02/o-mapa-das-micro-e-pequenas-empresas [consultado em 09-11- 2013].

KON, A. (1999), ***Economia Industrial*****,** São Paulo, Nobel.

LAFORET, S. (2013). "Organizational innovation outcomes in SMEs: Effects of age, size, and sector". ***Journal of World Business***. V. 48, Issue 4, October 2013, pp. 490-502. Disponível em http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S109095161200106X A [consultado em 03-04-2014].

MANUAL DE OSLO: **proposta de diretrizes para a coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica (2004),** OCDE, FINEP.

NELSON, R. & WINTER, S. (2005), ***Uma teoria evolucionaria da mudança econômica*****.** Ed. Unicamp.

OSBORNE, Stephen (2010), ***The (New) Public Governance: a suitable case for treatment? In The New Public Governance? Emerging Perspectives on the theory and practice of public governance,*** New York, Rutledge.

PEREIRA, M. F.; GRAPEGGIA, M.; EMMENDOERFER, M. L.; TRES, D. L. (2009), "Fatores da inovação para a sobrevivência das micro e pequenas empresas no Brasil", ***Revista de Administração e Inovação*****,** São Paulo, v. 6, n. 1, pp. 50-65.

PINTEC- PESQUISA DE INOVAÇÃO (2014), IBGE, Disponível em www.pintec.ibge.gov.br [consultado em 19-11-2014]

PORTAL BRASIL (2013), **"Mapa das micro e pequenas empresas",** Disponível em http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/02/o-mapa-das-micro-e-pequenas-empresas [consultado em 26-11-2014].

SCHUMPETER, J. (1988), ***A teoria do desenvolvimento econômico*****,** 3° ed., São Paulo, Nova Cultural.

SEBRAE- GÓIAS (2013), **"Critérios e conceitos para classificação de empresas",** Disponível em http://www.sebrae.com.br/uf/goias/indicadores-das-mpe/classificacao-empresarial/criterios-e-conceitos-para-classificacao-de-empresas/criterios-e-conceitos-para-classificacao-de-empresas [consultado em 08-11-2013].

SEBRAE NACIONAL (2012), ***"As micro e pequenas empresas na exportação brasileira"***, Brasil: 1998-2011**,** Brasília, SEBRAE.

SOGEDEV (2014), ***"Incentivos fiscais: a Lei do Bem"***, Disponível em www.sogedev.com.br [consultado em 30-11-2014].

Os desafios da política industrial brasileira: uma análise dos governos FHC e Lula.

Juanito Alexandre Vieira[1]

Resumo: O trabalho tem como objetivo discutir o papel do Estado como agente organizador e financiador do processo de industrialização durante os governos Fernando Henrique e Lula (1994-2010). As fontes utilizadas são relatórios governamentais de política econômica e industrial que destacam o incentivo à inovação tecnológica.
Historicamente o processo de industrialização brasileiro esteve ligado à substituição de importação e a forte presença do Estado no estímulo a C&T. A associação da ideia de modernização via industrialização como condição de superação do atraso e da melhoria do padrão de vida foi o propulsor de políticas públicas de desenvolvimento. O fortalecimento de atores sociais como o empresariado, trabalhadores e uma classe média interessada na transformação econômica permitiu a criação de arranjos institucionais que operaram essas mudanças. Por isso, a análise do papel do Estado exige um olhar para as instituições responsáveis pela política de CT&I e os interesses dos atores sociais envolvidos.

Palavras chaves: Estado, Desenvolvimento, Industrialização e Inovação

Introdução

O presente artigo tem como objetivo discutir o papel do Estado como agente organizador e financiador do processo de industrialização brasileiro durante os governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva (1995-2010). Como parte de pesquisa em andamento de doutorado as afirmações aqui utilizadas ainda não são conclusivas, pois o processo de levantamento e análise das fontes primárias ainda está sendo desenvolvido.
Nesse sentido, as análises feitas nesse artigo incorporam, prioritariamente, um levantamento teórico sobre o papel do Estado no processo de industrialização e no desenvolvimentismo como instrumento de modernização dos Estados periféricos e, num segundo momento, discute de maneira preliminar os resultados obtidos até o momento das análises feitas de alguns relatórios governamentais da política industrial, com ênfase na inovação, de ambos os governos.
Na primeira parte do trabalho busca-se discutir o papel do Estado como problema, defendido pela escola liberal, ou como solução conforme defende os desenvolvimentistas. A partir da concepção de Estado como solução será abordado alguns desafios para industrialização no Brasil nas décadas atuais.
Na segunda parte, busca-se analisar a trajetória do processo de industrialização brasileiro e a partir do conceito de "dependência da trajetória" identificar aspectos desse processo que se constitui como barreiras a serem superadas para propiciar um ambiente favorável a inovação tecnológica nas indústrias.
De acordo com dados governamentais o índice de investimento em inovação, principalmente, no setor privado é baixo, o que representa uma deficiência no processo de produção, em particular, num momento que a inovação passa a desempenhar papel cada vez mais central na conquista de mercados em escala planetária. Além disso, o baixo investimento em tecnologia acarreta grande impacto na balança de pagamentos devido ao maior valor agregado desses produtos.
Contudo, é necessário destacar que o processo de industrialização no Brasil ocorre de maneira contraditória no que diz respeito à incorporação de tecnologia para inovação. Em setores de base, que foram criados a partir

1 Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora/Brasil e professor de História do CA João XXIII / UFJF.
juanitovieira@gmail.com / juanito.vieira@ufjf.edu.br

de uma intervenção direta do Estado, o desenvolvimento tecnológico foi propagado e propiciou experiências exitosas, que foram responsáveis pelo crescimento econômico e pela conquista de mercados, como por exemplo, a exploração de petróleo em águas profundas e a produção de aço.

1. O Estado como instrumento de desenvolvimento

Após a II Guerra Mundial a teoria do desenvolvimento propagava a ideia de que os aparelhos do Estado poderiam se constituir como instrumento de desenvolvimento econômico através do estimulo à industrialização. Essa concepção era questionada pela visão liberal, que entendia o crescimento econômico com um processo natural e, que apesar de registrar a centralidade do Estado acreditava que este deveria desempenhar um papel minimizado para garantir o pleno funcionamento do mercado.

Nas décadas de 1950 e 1960, o Estado passa a ser visto ideologicamente como agente central de transformação econômica e de estímulo à industrialização. Os exemplos são o Japão, a Coréia e Taiwan, que conseguiam taxas de crescimento econômico de destaque a partir da liderança do Estado.

Para Johnson (1999) o Japão se constituiu em uma grande nação contrariando os princípios da racionalidade liberal, que defendem a redução do papel do Estado como princípio para o crescimento do mercado. Para esse autor o chamado milagre japonês do pós-guerra só pode ser explicado a partir das políticas "conscious and consistente governamental policies dating from at least the 1920s" (JOHNSON, 1999, p.37).

O conceito de "State Developmental", criado pelo autor, não se consistiu como oposição ao mercado, mas é uma orientação político-econômica de intervenção do Estado no mercado a partir de políticas conscientes e consistentes que permitam o processo de desenvolvimento. Assim, o problema fundamental dessa concepção é a relação entre a burocracia estatal e as empresas privadas[2].

Vale destacar que o conceito de State Developmental apesar de se aproximar das concepções de Estado Desenvolvimentista defendidas, principalmente, pela CEPAL se difere, em pontos centrais, como por exemplo, na ideia de autonomia inserida[3] que garante as Agências de controle maior poder de intervenção na economia e nas ações de reciprocidade com as empresas escolhidas como prioritárias.

Apesar das diferenças o Estado Desenvolvimentista desempenhou papel preponderante no crescimento econômico de diversos países da América Latina no pós-guerra até, em alguns países o final dos anos de 1970. Mais especificamente sobre o Brasil a existência de políticas governamentais de estímulo industrial somado a criação de instituições promotoras do desenvolvimento foram responsáveis por taxas de crescimento bem superiores a média mundial e, apesar das limitações, houve sim uma maior distribuição de renda ao longo desse período o que confirma a tese de que essas experiências exitosas de crescimento podem ser consideradas um exemplo de State Led (CASTRO, 2012).

Contudo, a queda no comércio mundial nos anos de 1970 e as altas taxas de juros impostas pelo EUA, nesse mesmo período, fazem com que se mude a visão positiva que se tinha do Estado como agente econômico ativo. Para Evans (1993), esses dois períodos marcam a concepção do Estado como solução e problema.

Para os liberais o Estado como agente de destaque na economia cria problemas crônicos, em particular no que diz respeito à corrupção. Segundo os defensores dessa visão não é possível separar as ações do Estado dos interesses individuais daqueles que compõem a burocracia, pois de acordo com esse pensamento essa sempre busca aumentar a sua renda individual. Dessa forma, "a relação de troca entre os ocupantes de cargos e apoiadores é a essência da ação do Estado" (EVANS, 1993, p. 4), o que leva a um processo de degeneração do próprio Estado, que passa a ser visto como problema.

Contudo, a posição liberal contorna o problema, pois ao defender o Estado como agente sujeito aos interesses individuais passa a supor que as relações de mercado são isentas desses interesses também e, ao defender que

---

2 Para entender melhor a solução encontrada pelo Japão para esse problema destaca-se o trabalho de JOHNSON (1982) Miti and the Japonese Miracle: the Grouwth of Industrial Policy, 1925-1975, que afirma que o Japão desenvolveu três soluções complentares: primeiro, o auto monitoramento; segundo o monitoramento do Estado; terceiro, a cooperação.

3 Para ver mais sobre o conceito de autonomia inserida ver EVANS, 1993.

a regulação dos mercados ocorre de maneira natural cria uma perspectiva fictícia de que o mercado é eficiente e o Estado ineficiente.

A crítica a essa posição liberal exige uma análise sobre como se dão as relações econômicas nas sociedades ao longo do tempo. Para Polanyi (2000) todas as sociedades precisaram de uma economia, porém, até o século XIX nenhuma delas foi controlada pelo mercado. O que se chama de economia de mercado, a partir do século XIX, é na verdade uma economia dirigida pelos preços do mercado e nada mais do que isso. A base desta abordagem da história econômica considera, conforme já foi dito anteriormente, que a economia está submersa nas relações sociais, ou seja, as relações econômicas só podem ser compreendidas a partir da influência que estas sofrem de características sociais e culturais em cada sociedade e tempo histórico. Sendo assim, os mercados, como parte dessa economia, também estão envolvidos nessas estruturas sociais e é isso que garante o seu funcionamento.

Visto dessa maneira, o mercado não se regula de forma natural e "as tentativas neo-utilitaristas de 'liberar' o mercado do Estado podem terminar por destruir os apoios institucionais que possibilitem a troca" (EVANS, 1993, p.5). Entendido assim, o Estado desempenha uma função complementar nas trocas de mercado, pois a troca, também não pode ser entendida como uma atividade natural e, por isso, a existência de instituições eficientes são indispensáveis para o processo de industrialização.

Nesse sentido, a contribuição de Weber sobre a necessidade de uma burocracia meritocrática é essencial para o fortalecimento das instituições do Estado. A burocracia entendida como um corpo técnico capaz de agir coletivamente e de maneira racional é considerada a forma mais eficaz de romper com os interesses individuais. Para cumprir esse papel essa burocracia deve ser selecionada entre os indivíduos mais competentes da sociedade e estes devem ter remuneração que garanta a sua permanência no serviço público.

Porém, a simples existência de uma burocracia meritocrática não pode ser considerada sinônimo de eficiência do Esta do, pois numa sociedade mundializada[4] torna-se essencial a existência de uma estrutura de Estado, que seja capaz de superar obstáculos ao processo de industrialização. Para Prebisch,

> "Os critérios que norteiam a ação reguladora do Estado devem ser estabelecidas por meio do planejamento democrático. Planejamento significa racionalidade coletiva, e essa racionalidade exige que o excedente se destine a acumular e redistribuir, bem como a gastos e investimentos do Estado. A acumulação e a redistribuição estão estreitamente unidas, pois, ao ser absorvida com produtividade crescente a mão de obra das camadas inferiores, assim como a que o sistema emprega informalmente, haveria uma melhora progressiva da produtividade e da renda. Essa é uma redistribuição dinâmica, acompanhada de outras formas diretas de melhora social, em resposta a necessidades prementes" (PREBISCH, 2011, p.646).

Para os desenvolvimentistas o Estado como agente econômico deve garantir que o planejamento de suas ações sigam determinações técnicas, mas que a escolha dessas medidas estejam submetidas aos interesses de uma coletividade através de processos democráticos. Visto dessa maneira, as regras implementadas pela burocracia devem ser determinadas coletivamente e aplicadas sem priorizar interesses privados.

Ao afirmar que o Estado deve agir de forma planejada[5] os desenvolvimentistas acreditam que acumulação e redistribuição são inseparáveis, e na medida em que são implementadas geram aumento de produtividade e, consequentemente, desenvolvimento econômico. Porém,

> "tudo isso exige também transformações constitucionais nos mecanismos do Estado e novas regras do jogo que assegurem tanto a estabilidade no uso social do excedente quanto a flexibilidade para reagir a mudanças importantes na realidade" (PREBISCH, 2011, p. 646).

---

4 O termo mundialização utilizado leva em consideração a contribuição de François Chenais, no livro "A mundialização do Capital".

5 Planejamento entendido como racionalidade coletiva, ou seja determinada democraticamente .

Ao conceber o Estado conforme pensam os desenvolvimentistas este passa a ser visto como solução, ou mesmo como instrumento de modernização de uma sociedade; mas para isso ele deve desempenhar uma função mais ativa na economia, ou seja, está "muito mais inserido na sociedade que insulado" (EVANS, 1993, p. 7).

2. Uma breve analise do processo de industrialização

Ao analisar as políticas de industrialização nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva é necessário destacar algumas características históricas da economia brasileira, principalmente a partir dos anos de 1950. Nesse período, o Brasil apresenta altas taxas de crescimento econômico, fruto de uma política externa favorável e da existência de políticas governamentais que objetivavam o desenvolvimento.

Contudo, esse crescimento deve ser entendido dentro de um contexto extremamente contraditório, em particular porque a integração do Brasil à economia mundial se deu de maneira subordinada, processo denominado de "penetração segmentada", que permitiu inserir o país no quadro da economia capitalista mundial de maneira dependente das grandes corporações econômicas sediadas nos países centrais, gerando, assim, dificuldades para o desenvolvimento de uma indústria nacional com forte evolução tecnológica (FERNANDES, 1975).

Essa inserção do Brasil na economia capitalista mundial ocorreu, prioritariamente, devido a dois aspectos: o primeiro, diz respeito à **decisão externa** de transformar o Brasil numa economia monopolizada e dependente, que garantiu a alocação de recursos financeiros para transformar a estrutura econômica e deslocar setores empresariais internacionais para reestruturar o país. O segundo aspecto foi a **decisão interna** da classe dominante de garantir os meios necessários para que fosse implementada as transformações de caráter monopolista dependente pelo Estado brasileiro (FERNANDES, 1975).

Essa decisão externa do capital internacional não teve como objetivo constituir um parque industrial autônomo e amplo, que possibilitasse ao Brasil sair da periferia do regime.

> "A expansão capitalista brasileira foi, portanto apenas 'associada' do ponto de vista de complementaridade tecnológico-produtiva com o capital estrangeiro, cuja concentração notória se deu nas montadoras dos complexos metal-mecânico e elétrico e em alguns segmentos da agroindústria alimentar. A entrada de capital financeiro externo no período de 50/70 foi insignificante; o financiamento da produção fez-se pela via dos bancos nacionais, públicos e privados, e a expansão das filiais multinacionais deu-se, sobretudo, por reinvestimentos de lucros" (TAVARES, 1999, p. 515).

A decisão externa somada à vontade interna de estimular o novo padrão capitalista levou o Estado brasileiro, a partir dos anos 1970, a disponibilizar recursos financeiros, políticos e científicos, que permitiram a construção de bases científicas e indústrias de destaque em determinados seguimentos econômicos. A base desse desenvolvimento foi à substituição de importação[6], liderada pelo Estado e com forte participação de capital estrangeiro (multinacionais).

Para Cassiolato & Lastres, caberia ao Estado fornecer e garantir mercado interno (protegido) com insumos básicos e economias externas a baixo custo, contribuindo para que as multinacionais pudessem usufruir de tais vantagens para ampliar seus mercados internos e externos (CASSIOLATO & LASTRES, 2001).

Contudo, ao optar por esse caminho de crescimento industrial liderado pelo Estado e com forte participação do capital estrangeiro, o Brasil criou barreiras para o desenvolvimento de uma industrial nacional com forte capacidade inovativa. A exceção se deu em setores industriais controlados pelo Estado, como o de Energia, Telecomunicações e Siderurgia, que havia políticas de desenvolvimento de C&T. Já nos setores industriais

6 Vale destacar que a política de substituição de importação é desenvolvida em vários momentos da história brasileira.

controlados pelas multinacionais "os gastos locais em ciência e tecnologia por parte de investidores estrangeiros foram praticamente nulos" (AMSDEN, 2009, p.46)[7].

Vale ressaltar, que contemporaneamente a essas escolhas políticas e econômicas feitas pelos governos brasileiros há uma mudança no padrão de acumulação capitalista. A substituição de uma tecnologia rígida, predominante no fordismo, por uma tecnologia flexível representa uma mudança qualitativa na base técnica do processo produtivo. Esse novo cenário pós-fordista acelera um processo, já existente no capitalismo, de incorporação de capital morto e diminuição de capital vivo no processo produtivo. Essas mudanças na base técnica, mesmo ocorrendo em ritmos diferentes de país para país, são uma característica do sistema.

Esse novo modelo de acumulação capitalista pós-fordista tem como base as seguintes características: a) domínio das mudanças tecnológicas; b) grandes volumes de investimentos para a produção de conhecimento; c) organização de uma nova economia de escala, em que há uma rede de trocas de conhecimentos entre os setores envolvidos; d) necessidade de uma força de trabalho qualificada e com um nível educacional elevado (QUIROGA, 1996).

Com esse novo padrão técnico o conhecimento e, consequentemente, a inovação ganham ainda mais centralidade. Além disso, outro fator que deve ser levado em consideração para entender esse novo modelo de acumulação capitalista é o fato de que ele ocorre de maneira muito diferente entre os países, que acabam sendo divididos entre aqueles que produzem conhecimento em larga escala e aqueles que dependem da produção científica de outros países, como é o caso do Brasil[8].

Nessa perspectiva, as mudanças no padrão técnico exigiam dos países maiores investimentos em C&T e aumento da capacidade inovativa das empresas para se inserirem de maneira mais autônoma no comércio internacional. Porém, ao destacar os desafios não significa que os problemas estão resolvidos, pois é necessário levar em consideração as especificidades do processo de industrialização brasileira, as pressões do capital internacional e as políticas governamentais para entender a industrialização nas décadas seguintes.

Ao analisar a trajetória da política industrial brasileira destaca-se que a penetração segmentada no mercado mundial foi responsável pela criação de barreiras ao desenvolvimento industrial autônomo. A opção de acelerar o processo de industrialização a partir da aliança entre o Estado, com apoio da classe dominante, e o capital internacional, permitiu a instalação de diversas multinacionais no país que, num primeiro momento, foi responsável por um crescimento rápido, mas que dificultou o desenvolvimento de uma tecnologia própria e ampliou a dependência tecnológica com os países centrais.

Vale destacar, que nem todos países em desenvolvimento, optaram no pós guerra, por abrir o mercado nacional à entrada de multinacionais, países como o Japão[9] e até mesmo a Coreia, foram pelo caminho de estimular empresas "lideres nacionais", que sob forte controle de agências estatais tinham vantagens competitivas e, por isso, se desenvolveram tecnologicamente e são hoje importantes corporações industriais.

A opção adotada pelos governos brasileiros de favorecer a entrada de multinacionais em diversos setores da economia deve ser analisada a partir do conceito de dependência da trajetória[10], que ao analisar determinadas escolhas feitas em sequência ao longo do tempo, afirma que essas podem produzir resultados sociais difíceis de ser superados no futuro. Dessa forma, a opção de se apoiar em grandes empresas internacionais para estimular

---

7 De acordo com AMSDEN (2009) os países do "Resto" podem ser divididos entre os "integracionistas" e "independentes", os primeiros foram aqueles que buscaram se associar aos investidores estrangeiros com estratégia de crescimento nacional, e os segundos foram àqueles países que optaram em criar sistemas de inovação nacionais, que davam apoio a empresas consideradas "lideres nacionais", que desenvolveram maior capacidade inovativa.

8 Para entender esse processo de apropriação do conhecimento pelas grandes empresas dos países mais desenvolvidos a referência deste projeto foi o livro de CHESNAIS, 1996, que aborda a questão da mundialização do capital a partir das concentrações da produção tecnológica em torno dos grandes conglomerados econômicos, dificultando, assim, a transferência tecnológica para os países com baixo nível de produção científica e de inovação.

9 Para uma síntese sobre o desenvolvimento do Japão destaca-se o trabalho de JOHNSON, Chalmers "Miti and the Japenese Miracle: the growth of industrial policy, 1925-1975". Stanford: Stanford University Press, 1982.

10 Para o conceito de "dependência da trajetória" sugiro ver PIERSON, Paul. "Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis". New Jersey: Princeton University Press, 2004.

o desenvolvimento industrial, principalmente nos setores de bens de consumo, somado ao fato de que as empresas multinacionais não investem em pesquisa e desenvolvimento (P&D) fora dos grandes centros acabou se transformando em obstáculo a criação de um ambiente propicio às inovações.

3. A política industrial nos governos FHC e Lula

Com as modificações do padrão de acumulação do capital, iniciadas no final dos anos de 1970, a relação entre a Ciência, a Tecnologia e a atividade industrial tornou-se fator de competitividade entre as indústrias internacionais (CHESNAIS, 1996, p.142).

De acordo com dados da OCDE entre 1997-2007 os gastos em P&D (GERD, na sigla em inglês) cresceram a uma taxa média de 3,6%, já no biênio 2007-2008 houve uma queda e a taxa ficou em 3,1%. Contudo, a análise mais detalhada dos gastos em P&D entre os países membros demonstra uma heterogeneidade. Por exemplo, os EUA entre 1997-2007 teve crescimento dos investimentos à uma taxa média de 3,4%, mas em 2008 essa taxa foi para 4,5% o que aumento sua participação no conjunto da OCDE para 42,5, frente os 41,9% do ano anterior. O Japão no período de 1997-2007 teve uma taxa média de investimento de 3% e uma brusca redução em 2008 para 1,2% o que ocasionou uma queda na participação total em P&D dentro da OCDE, indo de 16,6% para 15,9%. A União Europeia teve um investimento médio de 3,4% praticamente sem alteração nos dois períodos o que possibilitou a manutenção da sua participação no total da OCDE em 29,6%[11].Os dados apresentados demonstram a tendência de monopolização da produção tecnológica entre poucos países, essa situação tende a si agravar nos momentos de crise econômica mundial, pois a capacidade de investimento das empresas em países em desenvolvimento é menor do que nos centrais. Além disso, destaca-se, também, essa concentração entre países acaba sendo entendida como uma concentração tecnológica em torno de um número cada vez mais reduzido de indústrias internacionais[12].

Na busca de aumentarem sua competitividade no mercado mundializado, os grandes conglomerados econômicos necessitam de investir enormes quantias de dinheiro em laboratórios de pesquisa dentro de suas próprias fábricas.

Devido aos grandes custos da produção tecnológica, é cada dia mais comum o estabelecimento de **acordos de cooperação e alianças estratégicas**[13] entre concorrentes. Essas associações não impedem a manutenção da concorrência, mas representam uma maneira de expandir novos saltos tecnológicos.

Os estabelecimentos de acordos de cooperação e alianças estratégicas são instrumentos que permitem empresas e estados minimizarem riscos e obterem recursos complementares e insumos tecnológicos necessários para o seu desenvolvimento.

O crescimento desses acordos de cooperação e de alianças tecnológicas tem como **objetivo possibilitar uma circulação de ideias e pessoas na busca de fortalecer uma cooperação horizontal entre os países desenvolvidos**.

Por outro lado, a realidade vivenciada pelos países em desenvolvimento é completamente diferenciada. Os baixos investimentos em P&D, a falta de estrutura física e de recursos humanas e, no caso brasileiro, o peso desempenhado pelas empresas multinacionais na produção industrial nacional são fatores estruturais que se constituem como obstáculos importantes para criação de um ambiente propício ao desenvolvimento tecnológico e capaz de gerar inovações.

---

11 Os dados citados aqui foram extraídos da carta IEDI nº 450 publicada em 14/01/2011, que analisa o relatório "Science, Tecnology and Industry Outlook" da OCDE de 2010. O documento original da OCDE está disponível no site: http://www.inova.unicamp.br/inovacao/report/news_OECD_Science-Technology-Industry110207.pdf

12 Para uma análise mais detalhada nessa perspectiva destaca-se o trabalho de François Chesnais "A Mundialização do Capital".

13 As Alianças Estratégicas são acordos relativos às trocas tecnológicas, estabelecidos entre os grandes grupos, dentro dos oligopólios. Já as Cooperações Tecnológicas são acordos que os grandes grupos industriais organizam, cada um por si, com companhias ou órgãos financeiramente menos poderosos, por iniciativa do laboratório central da matriz ou de uma de suas maiores filiais ou empresas associadas.

3.1 As bases da política industrial do governo de FHC

O governo Fernando Henrique buscou consolidar um processo de redefinição do papel do Estado na sociedade brasileira, a partir da ampliação do poder privado e da redução do poder público para priorizar questões consideradas essenciais.
De acordo com as diretrizes do Plano Plurianual (PPA), aprovado em maio de 1996,

> A retomada dos investimentos produtivos e a deflagração de uma nova fase sustentada de desenvolvimento são consequência da estabilidade e, ao mesmo tempo, condição para a sua consolidação.
> Três preocupações orientarão a ação do Governo no período 1996/99: a Construção de um Estado Moderno e Eficiente; a Redução dos Desequilíbrios Espaciais e Sociais do País; e a Modernização Produtiva da Economia Brasileira (BRASIL, 1996, p.3).

Já nas diretrizes do PPA destacam-se os pontos norteadores do governo FHC, a saber, primeiro, a ideia de que o desenvolvimento é consequência da estabilização da moeda e, segundo, a opinião de que a construção de um estado moderno esteja ligada a busca pela eficiência, tendo como referência para isso o setor privado, como fica claro na análise da primeira estratégia - Construção de um Estado Moderno e Eficiente – que defende como foco de ação a (o):

> **i)** consolidação do processo de saneamento das fianças públicas; **ii)** descentralização das políticas públicas para Estados e municípios, setor privado e organizações não governamentais; **iii)** aumento da eficiência do gasto público, com ênfase na redução dos desperdícios e no aumento da qualidade e da produtividade dos serviços públicos; **iv)** aprofundamento do programa de desestatização; **v)** modernização das Forças Armadas e de seus níveis operacionais; modernização da Justiça e dos sistemas de Segurança e Defesa Nacional; **vi)** reformulação e fortalecimento da ação reguladora do Estado, inclusive nos serviços públicos privatizados; **vii)** reformulação e fortalecimento dos organismos de fomento regional; viii) modernização dos Sistemas de Previdência Social (BRASIL, 1996, p.3).

Ao estabelecer um processo de aprofundamento do programa de desestatização (privatizações) e uma forte descentralização das políticas públicas o governo FHC acabou reduzindo a capacidade do Estado brasileiro em desenvolver ações mais fortes que pudessem servir como instrumento de desenvolvimento econômico.
De maneira geral as ações do governo FHC tiveram como foco a busca de um ambiente favorável ao livre mercado e ao aumento dos investimentos privados em substituição do público, que foi em diversas áreas privatizado. Dessa forma, pode-se concluir que, de certa forma, o governo foi até "refratário à própria ideia de política industrial" (DELGADO, 2008, p.6).
Durante o segundo governo Fernando Henrique, algumas ações foram pensadas para buscar constituir uma política de estímulo a produção de C,T&I que pudesse contribuir para o desenvolvimento industrial. Nesse sentido são elaborados alguns documentos que tem como objetivo organizarem a discussão, como o **Livro Verde: Ciência, Tecnologia e Inovação: Desafio para a sociedade brasileira**, em 2000, e do **Livro Branco: Ciência, Tecnologia e Inovação**, em 2001, que culminaram com apresentação, no Congresso Nacional, do **projeto de Lei de Inovação Tecnológica,** em 2002, que só foi aprovado durante o governo de Lula.
Nesses documentos, o governo constata a necessidade de estimular a inovação como forma de aumentar a competitividade através do aumento da qualificação do trabalho, do estímulo à interação universidade/empresa, criando diversos fundos públicos de investimentos (Fundos Setoriais) e propõe a aprovação de uma lei de inovação, que tem como ponto central a flexibilização do trabalho do pesquisador das universidades, permitindo, assim, a possibilidade desse funcionário público desenvolver pesquisa diretamente nas empresas.
Para o governo a constituição de uma política nacional de inovação precisa de uma intensa produção científica e do estabelecimento de relações entre essa e o setor produtivo. A difusão do conhecimento produzido e a sua transformação em fonte de desenvolvimento são fatores indispensáveis para o crescimento econômico. A **inovação é considerada como um instrumento de socialização do avanço do conhecimento**, na medida em que se materializa em bens e serviços (LIVRO BRANCO, p. 26).

Determinar que a inovação é um instrumento de socialização pode ser interpretado como uma socialização não da produção do conhecimento, mas da comercialização de bens e serviços. Essa posição está fundamentada numa necessidade de focar o desenvolvimento científico para a produção de mercadorias nas empresas. A justificativa para isto é que a inovação possibilita incorporar valor agregado ao produto aumentando a competitividade das empresas e, consequentemente, incentivando novas relações de Comércio Exterior.
Nessa perspectiva, a inovação ganha centralidade, pois é considerada o elemento essencial do desenvolvimento científico e tecnológico. Assim, desenvolver todos os meios necessários, para que as práticas de inovação consigam incorporar-se na vida cotidiana das empresas instaladas no Brasil é a base da proposta apresentada, que busca criar um ambiente favorável à inovação que permita "aproximar e intensificar as relações entre o setor produtivo nacional, as universidades e os institutos de pesquisa" (LIVRO BRANCO, p. 27-28).
Para o governo, essa aproximação só poderá acontecer com modificação nos marcos legal e institucional e com incentivos para a interação entre universidades/centros de pesquisas e empresas. A questão central passa a ser a definição de quais aparatos institucionais devem ser desenvolvidos para integrar a Ciência e a Tecnologia.
Procura-se, assim, criar mecanismos de participação e de coordenação que não são fáceis de estabelecer-se, devido às diferenças institucionais existentes entre os setores envolvidos.
A criação desses mecanismos está ligada a uma concepção de Estado que busca discutir como intervir e regular a economia, com objetivo de produzir sinergias entre os setores públicos e privados. A criação dessas sinergias passa necessariamente pelo estabelecimento de outras relações entre os atores envolvidos na produção do conhecimento: **as universidades, institutos de pesquisa e agencias de fomento** devem atuar no mercado de pesquisa; **as empresas** terão que estabelecer relações com organizações públicas de pesquisa; **novos requisitos de capacitação** e aprendizagem para gerência serão estabelecidos; criação de instrumentos que permita à **articulação e o aprendizado coletivo** entre as pessoas e instituições envolvidas. (LIVRO VERDE, p.233).
Para implementar as mudanças propostas anteriormente são indicadas, pelo MCT, quatro dimensões orientadoras da política de inovação tecnológica:

> **(i)** diversificação e ampliação de mecanismos de financiamento; **(ii)** definição de prioridades e oportunidades; **(iii)** promoção da articulação entre diferentes atores, consubstanciados arranjos institucionais coletivos; **(iv)** aprimoramento de serviços de apoio à inovação (LIVRO VERDE, p. 233).

Sobre a diversificação e ampliação de mecanismos de financiamento o Livro Branco apresenta a proposta de elevar os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) aumentando a participação da iniciativa privada. Até o final do século XX o Brasil investiu 0,9% do PIB em P&D, sendo que cerca de 2/3 dos recursos era proveniente do setor público e o restante da iniciativa privada, a meta de aumento estabelecida era de 2% os próximos dez anos, de forma que a iniciativa privada assuma a liderança na aplicação desses investimentos.
De acordo com o MCT, para alcançar esse objetivo o Estado deverá fortalecer o mercado de capitais, estimular o capital de risco, estabelecer políticas de incentivo fiscal e disponibilizar recursos públicos ao setor privado.
Na busca de promover essas orientações o governo criou os seguintes projetos: o Projeto Inovar da Finep; o Projeto Pesquisa Inovadora em Pequenas Empresas (PIPE); os Fundos Setoriais; o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do MCT.
A definição de prioridades e oportunidades dos investimentos científicos liga-se ao objetivo de desenvolver a capacidade inovativa das empresas instaladas no Brasil. Dessa forma, o estabelecimento de critérios condicionantes para o financiamento deve "privilegiar aqueles programas que tenham o potencial de atração de recursos privados e garantia de avaliação ex post, como forma de assegurar os resultados e justificar o investimento público" (LIVRO VERDE, p. 236).
Ao vincular as prioridades de investimento com os interesses do setor privado o governo compromete a sustentação de grupos de pesquisa de áreas que não estão diretamente ligadas a estes interesses. Essa visão mercadológica da pesquisa torna-se um obstáculo ao financiamento de projetos de interesses sociais como por exemplo nas áreas de humanas.
A definição de prioridades e oportunidades na concepção do MCT ganha um papel secundário na constituição de uma política nacional de inovação, pois ela está vinculada a possibilidade de atrair recursos privados.

Essa orientação inverte a lógica de constituição de uma política de inovação, pois antes de determinar quais os objetivos e as prioridades almejadas com a inovação são indicados os meios para captar os recursos para financiar a inovação. A própria ordem com que são indicadas as dimensões orientadoras é uma demonstração das prioridades do MCT.

O incentivo a **promoção da articulação entre diferentes atores, consubstanciados arranjos institucionais coletivos** são instrumentos que permitem estabelecer a ampliação do financiamento privado em CT&I, o estímulo à cooperação entre os agentes envolvidos, às trocas de conhecimentos entre os setores, a criação de Empresas de Bases Tecnológicas e a presença de pesquisadores no interior das empresas (LIVRO VERDE, p. 238).

O **aprimoramento de serviços de apoio à inovação** estabelece a criação de mecanismos facilitadores para a produção científica e a inovação. A finalidade é constituir um sistema de informações sobre questões que permita ao pequeno, médio e grande empresário acompanhar as descobertas científicas, a produção bibliográfica e até as informações sobre a aquisição de patentes e fontes de financiamento para pesquisas científicas.

Ao estabelecer esses quatros pontos norteadores das modificações engendradas pelo governo, pretende-se disponibilizar as organizações de CT&I mecanismos necessários para a rápida adaptação às demandas exigidas pelo atual processo de acumulação capitalista.

Nessa perspectiva, o estabelecimento de um novo arcabouço institucional deve ser constituído entre o Estado e as organizações envolvidas com a produção científica e tecnológica. A base desse novo arcabouço institucional deve "incluir a criação de novos arranjos entre os diferentes setores da vida nacional e alterar a natureza da relação entre o público e privado" (LIVRO BRANCO, p.28).

Essa alteração nas relações entre o público e o privado necessita da modificação da atual estrutura legal que regulamenta os institutos e centros de pesquisa e a própria universidade. A implementação de práticas de gerenciamento, usadas no setor privado, é determinada como parâmetro para o funcionamento das instituições públicas envolvidas com a produção científica.

O estabelecimento de mecanismos que permita a rápida adaptação, das organizações envolvidas com a CT&I, às exigências do novo padrão de acumulação capitalista estão ligadas a uma concepção de autonomia, que permita maior flexibilidade de ação. Essa maior flexibilidade é necessária para a execução de atividades como "comprar e vender produtos e serviços, adequar o quadro funcional, captar recursos no mercado, elaborar e implementar contratos" (LIVRO VERDE, p. 245).

As bases contratuais indicadas para o estabelecimento desse arcabouço institucional estão ligadas a três aspectos: "**(i)** avaliação dos resultados mais do que os procedimentos; **(ii)** revisão da gestão de recursos orçamentários e financeiros; **(iii)** revisão da gestão de recursos humanos" (LIVRO VERDE, p. 246).

Ao admitir uma **política de avaliação baseada mais nos resultados do que nos procedimentos** evidenciasse uma enorme adaptabilidade aos mecanismos impostos pelo modelo de acumulação flexível. Essa *euforia pela qualidade*, presente nas últimas décadas, está ligada a transformações profundas no contexto produtivo. A inserção num mercado internacional cada vez mais competitivo é o que determina essa adaptabilidade.

Conceber a avaliação dos institutos de pesquisa priorizando os resultados e, consequentemente, a sua adaptabilidade ao mercado é profundamente negativa, pois direciona a pesquisa científica aos interesses de grupos econômicos preocupados com a melhoria da competitividade de suas empresas o que nem sempre significa preocupação com as demandas sociais.

Ao propor a **revisão da gestão de recursos orçamentários e financeiros** estabelece-se uma concepção de autonomia que permita a liberdade para a execução do orçamento e, mais importante, a permissão para a busca de recursos financeiros no mercado.

Com a **revisão da gestão de recursos humanos** os pesquisadores, em sua grande maioria localizados em institutos públicos de pesquisa, terão maior flexibilidade para desenvolverem pesquisas em empresas privadas e até para criarem suas próprias Empresas de Bases Tecnológicas[14].

A implementação desse arcabouço institucional busca incentivar a constituição de instrumentos competitivos

---

14 O Projeto de Lei da Inovação Tecnológica incorpora as indicações levantadas pelo Livro Verde e faz as transformações legais para a sua implementação. No próximo item deste capitulo será discutido essa modificações.

nas empresas brasileiras. O foco central é a comercialização de produtos que tenham maior valor agregado.
Para a concretização desse objetivo o governo se apoia na existência de instrumentos legais que permitam maior flexibilidade para que os institutos de pesquisa estabeleçam relações diretas com a iniciativa privada, como por exemplo: as Organizações Sociais (OS); a criação da figura jurídica do Instituto de Pesquisa e a criação de centros de pesquisa por associações de produtores[15].
Como historicamente a produção científica brasileira esteve ligada, prioritariamente, aos institutos públicos de pesquisa e as universidades públicas é de se esperar que o governo busque estabelecer uma relação entre universidade e empresa na constituição de uma política de inovação**.**
Para o MCT, a "missão da empresa é produzir e gerar riquezas, ao passo que **cabe primordialmente à universidade formar pessoal qualificado**, por meio de uma intensa prática em atividades de pesquisa" (LIVRO VERDE, p. 250).
A universidade como um espaço de formação de pessoal está ligado ao atendimento das demandas exigidas pela empresa. Essa relação universidade-empresa, defendida como base para o desenvolvimento de uma política de CT&I busca "a criação de novos arranjos entre os diferentes setores da vida nacional e alterar a natureza da relação entre o público e privado" (LIVRO BRANCO, p.28).
A implementação da concepção do governo exige uma reformulação profunda das bases constitutivas da universidade brasileira. Segundo o MCT, "as instituições públicas de ensino superior devem se preparar para contribuir na construção desse sistema [de inovação], **definindo inclusive uma nova relação com o Estado**" (LIVRO VERDE, p.251).
Essa nova relação com Estado passa por uma modificação na concepção de autonomia e na implementação de um marco legal mais flexível, que permita a interação entre a universidade-empresa.
Assim, a autonomia perde o seu significado original passando a ser entendida como uma forma de gerenciamento de contas e de controle de gastos. Essa modificação no caráter da autonomia representa na verdade uma transformação da estrutura universitária que passa a ser concebida como uma **organização social** (CHAUÍ, 2001).
Numa lógica em que a estrutura básica da sociedade é a produção e troca de mercadorias, as instituições do mercado acabam tendo como prática administrativa a necessidade de criar várias normas e critérios que almejem o aumento da produtividade. A proposta de transformação das universidades em organizações sociais representa na verdade uma inevitável mudança na "prática administrativa" através da aceitação dos mesmos mecanismos do mercado.
Os livros Verde e Branco são instrumentos organizados, pelo governo, com intuito de apresentar diretrizes norteadoras para a elaboração de um Sistema Nacional de Inovação. A justificativa para essa iniciativa é a necessidade de criar mecanismo que beneficie o aumento da competitividade determinante para o aumento das exportações e o crescimento econômico do país.
Nesses documentos fica explícita a indicação de que é imprescindível modificações na atual estrutura institucional das organizações de CT&I. O restabelecimento de normas que estabeleçam maior flexibilidade das instituições públicas de pesquisa para permitir a transferência de conhecimento científico para que as empresas possam inovar.
Contudo, vale ressaltar, que, pelas leituras realizadas até o momento, o alcance dessas medidas foram pequenas e isoladas, em particular, porque a coordenação das ações, que deveria ser do Estado, praticamente inexistiu. Dois fatores podem ser utilizados para explicar essa situação: o primeiro, o predomínio, no interior do governo, da ideia de que a intervenção do Estado na propagação do desenvolvimento industrial e tecnológico deveria ser pequena; o segundo, a crise econômica asiática do início dos anos 2000 (DELGADO, ESTHER, CONDÉ, SALLES, 2008).

---

15 As **Organizações Sociais** (OS) foram estabelecidas durante a Reforma do aparelho do estado através da Lei 9.637 de 15/05/98. A criação da **figura jurídica "Institutos de Pesquisa"** é uma proposta que prevê a modificação do artigo 16 do Código Civil (Lei nº 3.071, de 01/01/1916) que possa incluí-los entre as pessoas jurídicas de direito privado.

3.2 As bases da política industrial no governo Lula

Com a eleição de Lula, em 2003, a política macroeconômica de controle da inflação do governo anterior é mantida, mas a concepção do Estado como principal propulsor do desenvolvimento econômico ganha destaque, bem como a criação de espaços de intermediação entre os atores sociais (Estado, empresários e trabalhadores) envolvidos com a política industrial.

No documento as **Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)** de 2003 o governo indica que a retomada do desenvolvimento deve se dar a partir de um crescimento sustentável, que garanta aumento do bem-estar e da distribuição de renda. A manutenção da política macroeconômica, como forma de manter o controle da inflação e de redução da dívida é defendida e são apresentadas propostas que busquem aumentar a taxa de investimento considerada essencial para elevar os índices de investimentos produtivos.

De modo geral pode-se afirmar que o governo busca criar um ambiente propício ao desenvolvimento, tendo como objetivo estratégico a indução do aumento do investimento privado e a ampliação das exportações brasileiras como forma de reduzir a pressão sobre as contas públicas. Para isso, são indicadas ações consideradas indispensáveis para desencadear esse processo, a saber:

> A primeira consiste em aprimorar os marcos regulatórios dos setores de infra-estrutura, de modo a garantir instituições e políticas estáveis, capazes de estimular o investimento privado. A segunda relaciona-se a medidas para a isonomia competitiva, como no caso da desoneração das exportações; medidas para redução do custo do crédito, como a nova Lei de Falências (...) e ações para a redução do custo do investimento, como a desoneração gradual dos bens de capital. A terceira condição é dispor de políticas e instrumentos voltados para aumentar o volume de comércio exterior – através, sobretudo, da ampliação da competitividade da estrutura produtiva do país – e para a redução da razão entre a divida externa e as exportações (BRASIL-MDICE, p.2, 2003).

Ao buscar o aumento dos investimentos privados na produção o governo garante políticas de desoneração, principalmente para os setores exportadores, como forma de estimular o comércio exterior, além de favorecer a ampliação da competitividade da estrutura produtiva, o que coloca a questão do desenvolvimento tecnológico e, portanto, da inovação como questão fundamental dessa política.

Sendo assim, a PITCE tem como foco central o "aumento da eficiência da estrutura produtiva, aumento da capacidade de inovação das empresas brasileiras e expansão das exportações" (BRASIL-MDICE, p.2, 2003), que são considerados como os pilares da política de desenvolvimento defendida pelo governo.

A proposta de articular eficiência produtiva, ao aumento do comércio exterior, à inovação e ao desenvolvimento tecnológico exige do governo a ampliação dos recursos públicos e privados para "Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), para a alta qualificação do trabalho e do trabalhador e para articulação de redes de conhecimento" (BRASIL-MDICE, p.4, 2003).

Nesse documento é reconhecido que uma política industrial, alicerçada no desenvolvimento tecnológico, demanda para o setor público, mas, principalmente, para o privado a necessidade de ampliação da capacidade de realizar P&D nas empresas, de estimular o registro de patentes e de introduzir inovações para produtos e serviços.

Apesar da constatação de que a ampliação dos investimentos em P&D é central para a PITCE, historicamente, o Brasil apresenta dificuldades de ampliar as taxas de investimento em inovação, em particular, no setor privado. Em vários momentos ao longo da PITCE o governo reconhece a necessidade de contar com grandes empresas nacionais capaz de liderar o crescimento brasileiro, mas ao mesmo tempo, o documento admite que as multinacionais instaladas no Brasil também desempenham papel nesse processo na medida em que elas "podem estabelecer bases para aumentar suas exportações a partir do Brasil, assim como desenvolver atividades de P&D no país" (BRASIL-MDICE, p.6, 2003).

Ao longo desse trabalho, utilizou-se a perspectiva de AMSDEN (2009), de que um dos fatores que contribuíram para essa situação foi a forte presença de multinacionais no processo de industrialização brasileira, pois segundo

essa autora há uma tendência de que essas empresas prefiram concentrar seus investimentos em P&D nas suas matrizes. Essa afirmação explicaria a dificuldade dos países em desenvolvimento, que optaram por acelerar o processo de industrialização através de multinacionais, em desenvolver inovação.
Com objetivo de favorecer um ambiente propicio ao aumento dos investimentos privados o governo indica a necessidade de selecionar setores econômicos que terão incentivos para ampliar sua produção, propiciando a elevação da competitividade brasileira no cenário internacional.
Os setores beneficiados com as ações do governo deverão apresentar contrapartidas a partir de metas prefixadas discutidas nos Fóruns de Competitividade, que tem são entendidos como:

> (...) "espaços de diálogo entre o setor produtivo (sob a forma de representações de empresários e trabalhadores), governo e o congresso Nacional, para, em primeiro lugar, promover a discussão e busca de consenso em relação aos gargalos, oportunidades e desafios de cada uma das cadeias produtivas que se entrelaçam na economia brasileira" (BRASIL-MDICE/SDP, p.1, 2002).

Vale registrar que as ações consensualizadas devem seguir os objetivos do programa, que são: i) a geração de emprego, ocupação e renda; ii) desenvolvimento regional; iii) capacitação tecnológica; iv) aumento das exportações; v) competição com as importações; vi) competição com serviços internacionais (BRASIL-MDICE/SDP, 2002).
Em 2008, no segundo governo Lula, é apresentada a **Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP),** que tem como desafio ampliar a capacidade de oferta frente à demanda de expansão econômica, ou seja, manter relação estável entre o consumo e a expansão da produção, preservar a robustez da Balança de Pagamentos e, por fim, elevar a capacidade de inovação das empresas brasileiras (BRASIL-ABDI, 2008).
De modo geral, pode-se afirmar que a política industrial do governo Lula tem como foco o aumento da estrutura produtiva, a ampliação da capacidade de inovação das empresas brasileiras e, principalmente, a expansão das exportações. Essas medidas estão ligadas à necessidade estratégica de garantir "crescimento sustentável, emprego e inclusão social e estão articuladas com os investimentos planejados para a infra-estrutura e com os projetos de promoção do desenvolvimento regional" (BRASIL-MDICE, 2004, p. 03).
De acordo com as fontes analisadas até o momento, é importante destacar a evolução das exportações brasileiras, que, em 2002, representava 0,95% das exportações mundiais (U$60,4 bilhões); em 2007, esse valor chega à 1,18% (U$160,6 bilhões) e, em 2008, 1,26% (U$197,9 bilhões), superando a meta para 2010 que era de 1,25%. Vale destacar que na pauta de exportações há predomínio e ampliação dos produtos primários e semimanufaturados no total das exportações (56% em 2007 para 67,2% em 2010); os produtos manufaturados, em 2010, foram responsáveis por 30,9% das exportações, o que representa uma queda de 25,5% frente aos níveis de 2007. Para justificar essa queda dos produtos manufaturados e o aumento dos primários e semimanufaturados, o governo põe a responsabilidade na alta mundial dos preços das commodities (BRASIL-ABDI, 2008).
Outro fator importante destacado nas leituras é a manutenção da dificuldade histórica de fazer com que a indústria brasileira invista em inovação. Conforme já demonstrado anteriormente, os investimentos privados em P&D, que, em 2008, eram de 0,54%, abaixo da média dos países em desenvolvimento, que é de 1%, são pequenos e, apesar de haver um crescimento do número de empresas que inovam (1998-2000 era de 31,5% e entre 2006-2008 passa para 38,1%), a capacidade de elevação da competitividade das empresas brasileiras tende a ser comprometida, devido aos baixos índices de inovação frente a outras economias mundiais (BRASIL-ABDI, 2008 p.32-33).
Nessa perspectiva, é necessário levantar algumas hipóteses que possam explicar as dificuldades das indústrias brasileiras em inovar: primeiro, a ausência de uma política coordenada pelo Estado, que articule diversos setores que, somados, possam contribuir para um ambiente propicio à inovação; segundo, a pouca interação entre a produção do conhecimento desenvolvido, em sua maioria, no ambiente das universidades, com as empresas; terceiro, a ausência de políticas de redução dos riscos empresariais nos investimentos inovativos; quarto, a necessidade de romper com a lógica industrial brasileira, que é ainda muito dependente da política

de substituição de importação[16]; quinto, a pequena qualificação da força de trabalho no processo produtivo que, com a introdução do novo padrão de acumulação flexível, torna-se ponto central de qualquer política industrial[17].

De modo geral, a introdução de uma política industrial voltada para o aumento da competitividade das empresas coloca a necessidade de o Estado assumir papel de destaque no processo de direção das políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento. Nesse sentido, o presente trabalho parte do pressuposto da necessidade de criação de um Sistema Nacional de Inovação que possa articular os diversos setores envolvidos no desenvolvimento industrial, sob a orientação do Estado, que possibilite a inserção soberana do país na economia mundial e garanta o aumento dos direitos sociais para a população brasileira.

Referencias Bibliográficas

AMSDEN, Alice Hoffenberg. "A Ascensão do "Resto": os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

BRASIL, Lei nº 9.276 de 09 de maio de 1996.

BRASIL- MCT/ABC. Ciência, Tecnologia e Inovação: Desafio para a sociedade brasileira – Livro Verde, Brasília, 2001.

BRASIL – MCT. Livro Branco: Ciência, Tecnologia e Inovação, Brasília, 2002. BRASIL-MDICE. Fórum de Competitividade: Diálogo para o Desenvolvimento, 2002.

BRASIL-MDICE. "Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior", 2003. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/download/Diretrizes_Oficial.pdf, acesso em 06/06/2012.

BRASIL-ABDI. Política de Desenvolvimento Produtivo: Inovar e Investir para sustentar o crescimento, 2008. Disponível em: http://www.pdp.gov.br/Documents/conheca_pdp/Livreto%20da%20PDP%20Original%20-%20Portugu%C3%AAs.pdf, acesso em 25/04/2012.

BRASIL-ABDI. "Política de Desenvolvimento Produtivo" Balanço de Atividades (2008/2010) - Volume 1: Macrometas, 2010. Disponível em http://www.pdp.gov.br/Relatrios/Macrometas%20_%20Balan%C3%A7o%20geral_vers%C3%A3o%20final.pdf , acesso em 25/04/2012.

CASSIOLATO, José E. LASTRES, Helena M. M. "Arranjos e Sistemas Produtivos Locais na Industria Brasileira". Economia Contemporânea. Revista do Instituto de Economia Industrial da UFRJ. – V. 5, edição especial: O futuro da Industrial. – Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2001.

CASTRO, Antonio Barros. "Brasil: O Desenvolvimiento Renegado". In.: CASTRO, Ana Célia, CASTRO, Lavinia Barros (orgs). Do Desenvolvimento Renegado ao Desafio Sinocêntrico. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2012.

CHESNAIS, François (1996) A Mundialização do Capital. 1º. ed. atual. ampl. São Paulo: Xamã.

---

16 Historicamente, a política industrial brasileira teve como base a substituição de importação. Ao mesmo tempo em que isso significou avanços, principalmente, até o final dos anos de 1970, também dificultou o processo de inovação (CASSIOLATO & LASTRES, 2001). Contudo, em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, a introdução de uma política voltada para o aumento da competitividade das empresas dificilmente apresentará sucessos sem a manutenção, pelo menos em determinados setores, da substituição de importações, ou seja, é necessária uma combinação entre substituição de importação e o aumento das exportações de manufaturas, que se dará com a inovação para aumentar a competitividade das empresas (ALEM, 2001; WADE, 2004, apud DELGADO, ESTHER, CONDÉ, SALLES, 2011).

17 Ver FRIGOTO, 1995; QUIROGA, 1996; DELGADO, ESTHER, CONDÉ, SALLES, 2011.

DELGADO, Ignácio J. Godinho; ESTHER, Angelo Brigato; CONDÉ, Eduardo Salomão; SALLES, Helena da Motta. Estudo Comparativo de Política Industrial: as Trajetórias do Brasil, Argentina, México, Coréia do Sul, EUA, Espanha e Alemanha. Volume 3 – Política Industrial: objetivos e instrumentos, 2008.

DELGADO, Ignácio J. Godinho; ESTHER, Angelo Brigato; CONDÉ, Eduardo Salomão; SALLES, Helena da Motta. Estudo Comparativo de Política Industrial: as Trajetórias do Brasil, Argentina, México, Coréia do Sul, EUA, Espanha e Alemanha. Volume 4 – Política Industrial Brasileira para Setores Selecionados e a Experiência Internacional, 2008b.

EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 28-29, abr./1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451993000100006&script=sci_arttex, acesso em: 10 ago. 2013.

FERNANDES, Florestan A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

JOHNSON, Chalmers. "The Developmental State: Odyssey of a Concept". In.: WOO-

PIERSON, Paul. "Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis". New Jersey: Princeton University Press, 2004.

POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PREBISCH, Raúl. A periferia latino-americano no sistema global do capitalismo. In.: GURRIERI, Adolfo. O manifesto latino-americano e outros ensaios: Raúl Prebisch. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado/ Contraponto, 2011.

QUIROGA, Carlos Villegas. El Programa de Ajuste Estructural. La Paz: CEDLA, 1992.

TAVARES, Maria da Conceição. "Império, Território e Dinheiro". In.: FIORI, José Luís (Org.) Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. Petrópolis: Vozes, 1999.

O legado da talidomida: o que o Brasil não aprendeu com ela?

Adriana Moro Wieczorkievicz[1]

Noela Invernizzi[2]

Resumo: As novas indicações médicas da talidomida se deram no Brasil sem que uma regulação suficiente tenha sido implantada e monitorada, o que fica evidenciado pelas três gerações de recém-nascidos com as más formações próprias da síndrome da talidomida, sendo o último caso identificado em 2010. Assim, este artigo propõe examinar as lacunas no processo de regulação desse medicamento no Brasil a partir de duas fontes de dados: Análise do conteúdo das falas dos atores envolvidos, as quais mostram que há diversas formas de enquadrar o problema, assim como, diversas percepções sobre a regulação; e a partir da análise das ferramentas de monitoramento de domínio público disponibilizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária brasileira e Hospital de Clínicas de Porto Alegre vinculado a Universidade Federal do Rio Grande do Sul que sedia o Instituto Nacional de Genética Médica Populacional. Outra fonte complementar avaliada foi o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) de nível Federal. As entrevistas foram realizadas nos meses de setembro e outubro de 2014. Os discursos dos atores, assim como a análise das ferramentas de monitoramento, apontam que a regulação da talidomida no Brasil já apresentou alguns avanços, todavia, há a necessidade de um melhor monitoramento dos riscos causados por efeitos de medicamentos que as mulheres possam ter contato durante a gestação.

Palavras chaves: talidomida; teratogenia; regulação; medicamentos, Brasil;

Introdução

Medicamentos são produtos farmacêuticos tecnicamente obtidos com finalidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas, sendo a tecnologia sanitária mais utilizada no cuidado de saúde (OTERO & DOMINGUEZ, 2000). Todavia, o impacto do seu uso na sociedade tem várias facetas, que vão da erradicação de doenças e benefícios sociais e econômicos; passando pelos efeitos sobre os custos da atenção à saúde, até os efeitos adversos de utilização inadequada, a ocorrência de reações adversas e até mesmo a morte por riscos não previstos (MARIN & OSORIO-DE-CASTRO, 2003). Estas últimas questões tornam necessário o gerenciamento dos riscos, sendo este o foco principal da Vigilância Sanitária, cujo objetivo é garantir a segurança sanitária de produtos e serviços oferecidos à população (LOPES & LOPES, 2008).

O termo regulação tem sido utilizado no debate sobre políticas públicas com diferentes concepções. A principal delas diz respeito à regulação realizada pelo Estado. O termo é polissêmico, mas na área da saúde, sua definição, segundo Costa (2013), diz respeito ao estabelecimento de regras; sujeitar à regra; dirigir, encaminhar conforme a lei; esclarecer e facilitar, por meio de disposições, a execução da lei; estabelecer ordem, ajustar, conter, moderar, reprimir. A regulação pode ser definida como controle, sustentado e especializado, feito pelo Estado ou em seu nome, que intervém nas atividades do mercado de medicamentos.

Embora os modernos conceitos de saúde pública e vigilância sanitária começaram a ser desenvolvidos no início do Século XIX nos Estados Unidos, a exigência de testes clínicos para liberação de medicamentos só

---

1 Enfermeira, especialista em Pediatria com Ênfase em Cuidados Intensivos Neonatais, Mestre em desenvolvimento regional e políticas públicas e doutoranda em Políticas Públicas pela UFPR. Professora da Universidade do Contestado Mafra-Santa Catarina/Brasil no curso de enfermagem e na pós-graduação em Gestão Pública em Saúde.

2 Antropóloga, mestre e doutora em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas-São Paulo/Brasil. Fez estágio de pós-doutorado no Center for Science, Policy and Outcomes, Universidade de Columbia, EUA. Professora associada do Setor de Educação e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPR-Curitiba/Brasil

ocorreu na década de 1960 em resposta ao desastre ocorrido em função do medicamento "talidomida", droga introduzida no mercado em 1954 que causou milhares de nascimentos com graves malformações congênitas. Partindo do conceito de mudança de modelo de governança de uma tecnologia medicamentosa em resposta a um desastre social ocasionado por ela, neste artigo abordamos o uso e a regulação da talidomida no Brasil. Argumentamos que as novas indicações médicas da talidomida se deram no Brasil sem que uma regulação suficiente tenha sido implantada e monitorada, o que fica evidenciado pelas três gerações de recém-nascidos com as más formações próprias da síndrome da talidomida.

Na primeira seção fazemos uma breve contextualização sobre o surgimento e problemas causados pela droga, assim como sua utilização com novas finalidades terapêuticas no Brasil. Em seguida, na segunda seção, examinamos as lacunas no processo da governança regulatória desse medicamento no Brasil a partir de duas fontes de informação. De um lado, consideramos as perspectivas de atores relevantes envolvidos no processo regulatório, utilizando informações provenientes de entrevistas. De outro lado, analisamos informações veiculadas pelas ferramentas de monitoramento disponíveis nos sites da agencia reguladora ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), do Sistema Federal de Informação sobre Mortalidade (SIM), assim como, links da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), associada ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre, sede do Instituto Nacional de Genética Médica Populacional (INAGEMP). A análise é agrupada em três temáticas: 2.1) interesses dos atores; 2.2) opiniões em relação à regulação atual e 2.3) lacunas na regulação vigente. Finalizamos o artigo com algumas conclusões.

1. A talidomida: a tragédia e os novos usos no Brasil

Sintetizada pela primeira vez no ano de 1954 na Alemanha Ocidental, a talidomida entrou no mercado farmacêutico em 1956 com nome fantasia de Contergan®. Foi amplamente consumida em todo o mundo, sendo que sua formulação apresentou mais de 40 nomes comerciais. O único país no qual a talidomida não foi liberada na época foi os Estados Unidos, onde a *Food and Drug Administration* (FDA) impediu a comercialização por falta de evidências e estudos confiáveis, já que os estudos com a substância foram feitos somente em camundongos (OLIVEIRA, 1998).

Inicialmente a talidomida foi utilizada como sedativo-hipnótico, e mais tarde no tratamento de resfriados, insônia, ansiedade e náuseas, principalmente em gestantes nos primeiros meses de gestação. Na ocasião, a comercialização foi realizada sem necessidade de prescrição médica (BRASIL, 2013).

Em 1959, após a ampla utilização da droga pela população em geral, principalmente por gestantes no primeiro trimestre da gravidez, surgiram os primeiros relatos de recém-nascidos com focomelia, má-formação congênita caracterizada pela ausência de braços e de antebraços e que apresenta, introduzidos ao longo do tronco, os pés e as mãos. Todavia, somente em 1961 as más formações foram associadas aos efeitos teratogênicos da substância talidomida. Na época, aproximadamente 10 a 15 mil crianças nasceram com tais malformações em 46 países, e 40% delas morreram no primeiro ano de vida. Este evento causou uma mobilização social em todo mundo, principalmente da imprensa, induzindo a retirada da talidomida do mercado mundial. O Brasil, no entanto, retirou a medicação de circulação somente quatro anos depois do advento da tragédia (DALLY, 1999).

Além dos defeitos físicos dos membros, a utilização da talidomida na gestação também foi associada com anormalidades em outros órgãos como: malformações e/ou perda de audição, alterações oculares, anormalidades neurológicas como surdez e paralisia facial, retardo mental em 6,6% dos indivíduos de afetados. Entre as anormalidades em órgãos internos, as principais estão na laringe, traqueia e pulmão, más formações cardíacas, incluindo defeitos do septo ventricular, coarctação da aorta e tetralogia de Fallot. Estes ocorrem com frequência considerável, e são a principal causa de morte. A estimativa da taxa de mortalidade entre as vítimas da talidomida varia entre 40% e 45% (VIANNA, 2008).

Na Alemanha, onde a droga era produzida, o evento teratogênico provocado pela talidomida estimulou discussões sobre agendas de pesquisa, regulação de produtos farmacêuticos, assim como, sobre aspectos relacionados às condições que o país proporcionava em relação ao acesso aos portadores de deficiências físicas, auxílio financeiro a essas vítimas, entre outros (BRASIL, 2013). No Brasil em um primeiro momento a

talidomida foi recolhida, todavia, a sua posterior distribuição não foi proibida, exceto para o uso na gestação. Assim, em decorrência da fragilidade da regulamentação da substância, entre as décadas de 1970 e 1990, foi identificada a segunda geração de crianças afetadas pelo uso da talidomida (OLIVEIRA, 1998). A talidomida continua a ser utilizada no Brasil, principalmente por sua atividade anti-inflamatória e na diminuição da dor de pacientes com eritema nodoso e neurites em pacientes com a forma reacional da hanseníase. Também é usada como tratamento coadjuvante em vasculites em caso de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, nas reações pós-enxerto, doenças auto-imunes como enterocolite ulcerativa e Lupus eritematoso sistêmico. Estes usos são feitos mesmo sem saber o exato mecanismo de ação da talidomida, que hipoteticamente inclui uma diminuição dos níveis do fator de necrose tumoral (TNF), a inibição da interleucina 12 e produção e coestimulação de linfócitos CD8 (NIGHTINGALE, 1998).

Atualmente, há um interesse no desenvolvimento de novos compostos baseados na substância talidomida, visando o melhoramento de suas propriedades farmacocinéticas e a redução de seus efeitos teratogênicos. Prevê-se a comercialização de novas moléculas de sua estrutura para o tratamento de câncer e doenças imunológicas, apesar de seus efeitos teratogênicos já conhecidos. Também, alguns análogos da talidomida, como por exemplo, a lenalidomide e o pomalidomide estão sendo estudados. Esses foram aprovados nos Estados Unidos em 2006 e 2013, tendo uma mudança sutil na porção da molécula da talidomida original com menos efeitos colaterais. Mesmo tendo sido aprovada nos EUA para utilização, os estudos que avaliam a teratogenicidade dos análogos são ainda muito limitados em animais, e nenhuma experiência humana foi registrada (BRASIL, 2013).

No Brasil, a talidomida é barata, sendo fabricada pela *Fundação Ezequiel Dias (Funed,* um braço farmacêutico do Governo). Já os seus análogos não tem um custo tão baixo, assim como, também não são tão eficientes. Por isso, até então não foram autorizados para uso no Brasil (VIANNA; SANSEVERINO & FACCINI, 2014).

Mesmo com uso proibido na gestação, uma terceira geração de vítimas da talidomida foi identificada por pesquisadores da UFRGS. Na pesquisa conduzida por esta universidade foram comparados a distribuição de pílulas de talidomida em cada estado brasileiro e os registros de nascimentos de crianças com defeitos de membros característicos dos efeitos teratogênicos da medicação entre os anos de 2005 a 2010, evidenciando cerca de cem casos similares no período, sendo confirmados três no ano de 2010 (VIANNA; SANSEVERINO & FACCINI, 2014).

Essas evidências apontam que a regulação da talidomida no Brasil é insuficiente e/ou demonstra problemas de monitoramento, principalmente no que diz respeito aos possíveis efeitos teratogênicos evidenciados em novos casos. Assim, baseando-se nas medidas adotadas em decorrência da catástrofe que essa tecnologia medicamentosa ocasionou no mundo, propõe-se neste artigo expor o que já se alcançou em termos de regulação desse medicamento no Brasil, e o que ainda é falho neste processo.

2. As fragilidades da regulação atual da talidomida

Esta seção se baseia em dois tipos de fontes de informação: de um lado, informação obtida mediante entrevistas semi-estruturadas com dois dos principais atores envolvidos no processo de regulação do medicamento em questão, a Associação dos Portadores da Síndrome da Talidomida (ABPST) e o Núcleo Brasileiro de Genética Medica Populacional da UFRGS. As entrevistas foram realizadas nos meses de setembro e outubro de 2014, gravadas e transcritas na íntegra e analisadas com base no método de análise de conteúdo e discutidas à luz da literatura sobre o tema, respeitando as orientações da resolução 196/1996 de pesquisa com seres humanos. As duas instituições em questão foram ouvidas individualmente e suas falas foram aprovadas pelos seus representantes após a transcrição. Para chegar às temáticas de discussão, expostas a continuação, o conteúdo das falas foi lido em duas etapas, a primeira de maneira superficial e a segunda aprofundada com o objetivo de achar a resposta para os questionamentos que o artigo pretendia responder.

De outro lado, foram coletadas informações das ferramentas de monitoramento relacionadas à regulação desse e de outros medicamentos disponíveis em links públicos nacionais citados como relevantes pelo Núcleo Brasileiro de Genética Populacional.

A Associação Brasileira dos Portadores da Síndrome da Talidomida (ABPST) foi fundada em maio 1991, com a veiculação de um anúncio em jornal que chamava outras vítimas da Talidomida para lutarem por seus direitos e fundada legalmente em outubro de 1992. A Associação subsiste exclusivamente de doações, não havendo remuneração de qualquer de seus diretores ou subsídio governamental. O objetivo da associação é resgatar os direitos e obter condições mínimas para a convivência do cidadão com deficiência na sociedade. A ABPST visa também promover a integração de pessoas vítimas da Talidomida, estabelecidas em diversos pontos do país; informar a população das dificuldades desse grupo; estimular a pesquisa no campo da medicina; alertar a fabricação e a aquisição de equipamentos destinados a aprimorar condições físicas e prevenir o comércio e o consumo indiscriminado de medicamentos. A ABPST está presente em 19 estados do país e conta com 800 vítimas da talidomida cadastradas.
Já o Instituto Nacional de Genética Médica Populacional (INAGEMP) está sediado no Hospital de Clínicas de Porto Alegre fazendo parte do Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), contando a parceria de diversas instituições associadas como a UFRGS, USP, UFRJ, FIOCRUZ, e UFPA, além de grupos colaboradores espalhados pelo país (Bahia, Ceará, Paraíba, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Rondônia). Participa também do Estudo Colaborativo Latino-Americano de Malformações Congênitas (ECLAMC), que tem como objetivo triar as malformações ocorridas em diversos países da América Latina. O instituto realiza pesquisas para prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças com fortes componentes genéticos. Iniciou suas atividades em 2009.
Nas seções seguintes, a partir das informações obtidas das falas dos entrevistados e das ferramentas de monitoramento, a análise do problema será exposta em torno a três temáticas: interesses dos atores; opiniões em relação à regulação atual e, lacunas na regulação vigente.

2.1 Interesses dos atores:

Analisando o conteúdo do discurso dos representantes das duas instituições em questão, pode-se inferir que o campo de interesses da ABPST está muito mais centrado nos direitos dos pacientes do que na regulação da medicação especificamente. No entanto, como veremos na seção seguinte, o grupo também se esforça por atuar nessa frente. Já o INAGEMP preocupa-se com a extinção dos casos de teratogenia causados pela droga em questão, e desenvolve pesquisas sobre os genes envolvidos na teratogenia, assim como, tenta identificar outras drogas com potencial teratogênico. Como instituição pública, assume o papel de contribuir com pesquisas e informações que ajudem à preservação da saúde pública mediante medicamentos seguros.
Neste sentido, enfatizamos que na atualidade, a pesquisa médica vem produzindo dezenas de novos tratamentos que são submetidos a ensaios clínicos, envolvendo quantiosos recursos financeiros. Como afirmam Coutinho & Soares (2000), diversos interesses e negociações se articulam em torno a tais pesquisas e acerca do objeto "doença". No entanto, segundo os autores, raramente as famílias ou grupos de pacientes interessados em incidir nas agendas de pesquisa têm uma capacidade organizacional real para fazê-lo. Assim, o apoio de instituição de ensino e pesquisa pode auxiliá-los neste sentido.
Quando questionados em relação ao interesse sobre a retirada da droga talidomida de circulação, a representante do INAGEMP considera-a utópica, visto que não há uma medicação mais efetiva do ponto de vista terapêutico conforme a fala da entrevistada:

> *[...] "...a partir do momento que existir uma medicação sem risco teratogênico e mais efetiva terapeuticamente, o grupo Talidomida da UFRGS apoiará a retirada da medicação...contudo, no momento a talidomida é a melhor indicação para muitas doenças e tem um custo extremamente baixo, R$0,80 por comprimido..."[...]* – INAGEMP

Já a entrevistada do grupo de pacientes da ABPST relata que seria desejável que a talidomida fosse retirada do mercado por todo seu histórico de maus usos e reações adversas e teratogênicas. Contudo, ciente das dificuldades para conseguir atingir esse objetivo, o grupo tem-se posicionado para impedir que novos medicamentos análogos da talidomida entrem no mercado sem que seja comprovado que não causam a mesma série de teratogenias em humanos.

Observamos que a tentativa do grupo de pacientes da ABPST e do INAGEMP de prevenir novos casos e diminuir a morbi-mortalidade pela substancia, pode estar indiretamente relacionada com uma demanda de alocação preferencial de verbas públicas, mas com algum grau de dificuldades, como argumentam Coutinho & Soares (2000) sobre o fato de que a incidência de doenças ou mortalidade por elas não mobiliza as agendas. Revelando a fragilidade de alguns grupos de pressão para incidir nas agendas.

2.2 Opiniões em relação a regulação atual

A entrevistada do grupo de pesquisa do INAGEMP considera que, no que diz respeito à mobilização em torno da discussão da regulação da talidomida, todos os atores envolvidos são ouvidos de maneira igualitária pela agência reguladora nacional ANVISA e reconhece que a maior parte dos avanços alcançados em relação à regulação da talidomida no Brasil foram frutos da participação do grupo da ABPST.
Segundo ela, a representação do grupo das vítimas (ABPST) teve importante papel na disposição da legislação atual, mas avançar a legislação de direitos dos pacientes acabou ganhando muito mais visibilidade na agenda de política pública.Relata que o Ministério da Saúde têm demonstrado preocupação em relação ao aparecimento de novos casos, consequentemente melhorando a legislação que regula a substância, passando da insipiente discussão de monitoramento de embalagens ao melhoramento da disposição de informações na bula do medicamento. Assim como, acrescentando à legislação dispositivos de criminalização por imperícia do uso indiscriminado, como por exemplo, a assinatura do profissional médico. E, que as decisões e o desenvolvimento da nova regulamentação foram fruto de encontros, nos quais os vários atores foram ouvidos.
Essa característica de ouvir grupos de maneira mais democrática faz parte de um novo enfoque de governança regulatória, tendência que começou a ser desenvolvida no Brasil desde a década de 1990, quando foram observadas mudanças significativas no modelo de Estado capitalista e suas organizações após a aprovação da constituição de 1988. O Estado assumiu um papel mais regulador e gerenciador de determinadas atividades, criando agências reguladoras (PAIM, 2011).
Todavia, ao contrário do que referiu a representante do INAGEMP em relação a participação igualitária dos grupos nas discussões da regulação da talidomida, a opinião da representante da ABPST é que a organização não é ouvida em igual parte. Principalmente no que diz respeito à garantia de direitos e à responsabilização pelo uso indiscriminado da droga por prescritores e leigos.
É possível observar que a regulação de medicamentos no Brasil, desde a década de 1960 apresentou importantes avanços. Em relação às leis e decretos que dizem respeito a talidomida, entre 1982 e 1997 o maior enfoque foi dado ao direito das vítimas da droga. Já nos anos de 2002 e 2003 houve maiores referências a regulação, registro, produção, fabricação, comercialização, exposição à venda, prescrição e a dispensação dos produtos com sua base (VIANNA, 2008; VIANNA; SANSEVERINO &FACCINI, 2014; COSTA, 2013; BRASIL, 2013).
Segundo a representante do INAGEMP, desde a década de 1990 a motivação do grupo pela questão da vigilância e a organização do mesmo para os estudos da talidomida trouxeram contribuições de maneira consultiva para o Ministério da Saúde, principalmente pela participação do instituto no Estudo Colaborativo Latino-Americano de Malformações Congênitas (ECLAMC). Esse tem como objetivo triar as malformações em diversos países da América Latina. Vários artigos foram publicados em conjunto com o ECLAMC segundo a representante do INAGEMP. Ela relata que sua dissertação realizada em 2006-2008 com o objetivo de estabelecer uma vigilância epidemiológica de embriopatia talidomidica em colaboração com o ECLAMC, teve como resultado uma ferramenta de vigilância epidemiológica com sensibilidade e especificidade para diagnosticar embriopatia talidomidica – SIAT (figura 01). A entrevistada elogia outras ferramentas que o Ministério da saúde têm utilizado para melhorar o monitoramento da regulação de medicamentos:

> *[...] "...a implantação dos sistemas SIM (Sistema de Informação de Mortalidade) e o SINASC (Sistema de Informação de Nascidos Vivos) foram muito importantes para os avanços em relação ao monitoramento de casos de por talidomida e outras drogas..."[...]* – INAGEMP

Figura 01: Ferramenta SIAT – Sistema Nacional de Informações sobre Agentes Teratogênicos – Página de acesso público.

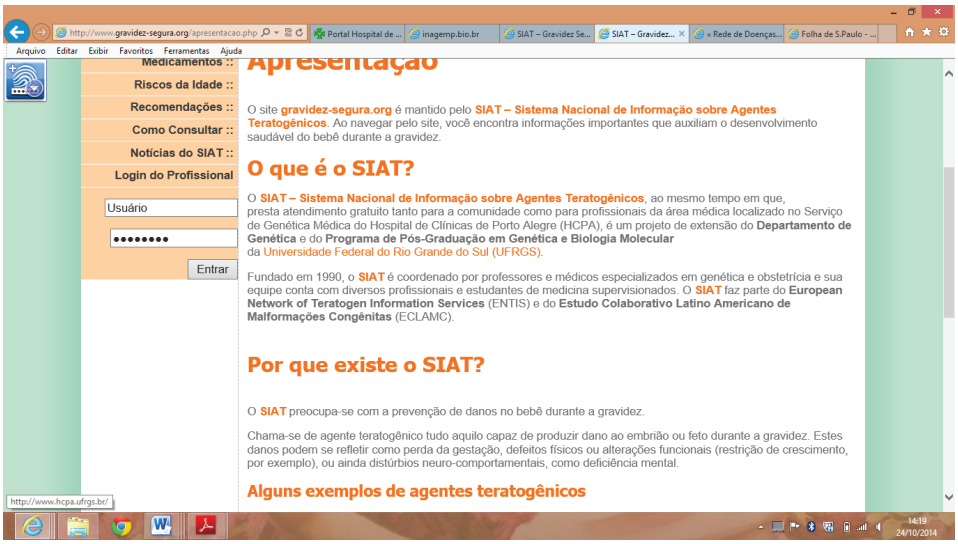

Fonte: www.gravidez-segura.org/ acesso em 24 de outubro de 2014.

Os avanços na regulação, assim como no monitoramento da mesma, impactaram na morbi-mortalidade pelo uso indiscriminado da droga. Os casos de morbidade se reduziram de 300 entre 1958 à 1965, para 27 entre 1969 à 1980; 9 entre 1990 à 2006 e 3 entre 2009 à 2011(VIANNA; SANSEVERINO & FACCINI, 2014). Assim como os sistemas de informação SIM e SINASC, que não são de domínio público, o INAGEMP cita também avanços em relação as mídias de iniciativa da agencia reguladora do Ministério da Saúde , – ANVISA, que são de domínio público (figuras 02, 03 e 04) demonstrando respetivamente algumas ferramentas de controle, registro de eventos adversos, consulta popular acerca de medicamentos e em especial a talidomida:

Figura 02: Ferramenta para notificação de incidentes e eventos adversos relacionados a medicações.

Fonte: www20.anvisa.gov.br/segurança do paciente/ acesso em 21 de outubro de 2014

Figura 03: Ferramenta da rede sentinela - o gerenciamento de riscos a saúde decorrentes do uso de produtos farmacêutico.

Fonte: www.portal.anvisa.gov.br acesso em 21 de outubro de 2014.

Figura 04: Ferramenta de apoio, informação e orientação sobre a talidomida.

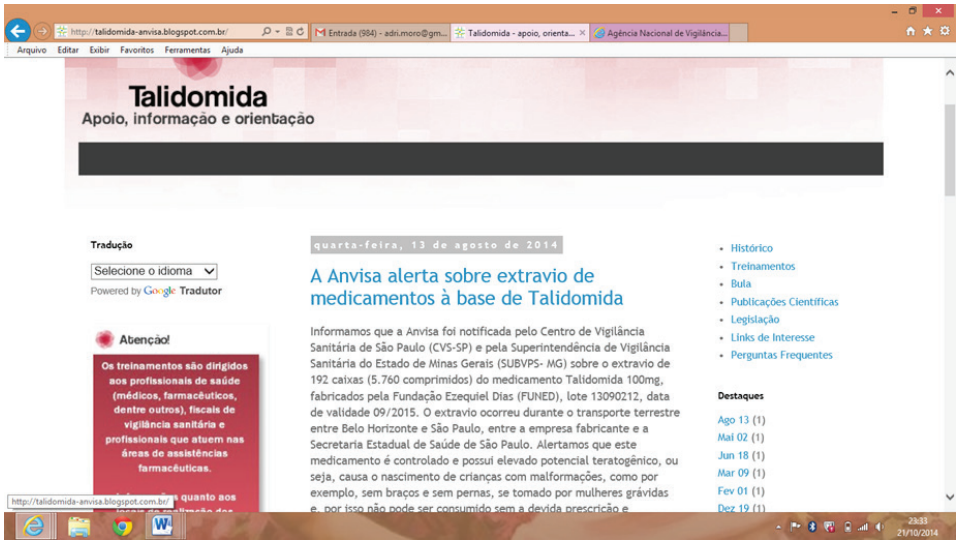

Fonte: talidomida-anvisa.blogspot.com.br/ acesso em 21 de outubro de 2014

2.3 As lacunas na regulação vigente

Os atores entrevistados destacam pontos comuns em relação às dificuldades e riscos que ainda estão presentes no processo de regulação da talidomida no Brasil. Um exemplo claro citado foi relacionado à extensão territorial brasileira, que dificulta as ações de controle e monitoramento do Sistema Nacional de Medicamentos, conforme fala da representante da ABPST:

> [...] *"... o mundo inteiro não deixa nascer mais nenhuma criança com má formação relacionada ao uso da talidomida... todavia, a resolução atual da Anvisa, apesar de ter melhorado muito....ainda tem uma justificativa geral para a distribuição da medicação para um mês de tratamento, fato inaceitável se considerada a extensão territorial do Brasil... o discurso que o cara que mora na Amazônia, demora para conseguir chegar e pegar a medicação, é querer nivelar o Brasil pelas diferenças..."* [...] - ABPST

A ABPST defende a ideia de que a regulamentação deveria ser diferenciada em relação a alguns públicos, como por exemplo, nas grandes cidades, onde os pacientes têm mais acesso aos serviços de saúde em termos de localização, deveria, ser adotadas práticas de controle já utilizadas em outras doenças, como por exemplo, no programa da tuberculose, em que as doses são supervisionadas pelos agentes comunitários de saúde.
Neste mesmo sentido, a representante do INAGEMP aponta outras questões referentes ao território como, por exemplo, a epidemiologia da hanseníase, à qual se relaciona a maior parte do uso atual da talidomida. Essa doença ocorre em populações com renda baixa e com baixo nível de instrução que vive em aglomerados, consideradas como um risco importante pelo hábito do uso coletivo de medicações sem prescrição médica, como ocorrido nos três últimos casos de vítimas da talidomida no ano de 2010. Nesses casos a imperícia e a negligência estavam presentes, sendo que a medicação foi utilizada, mesmo sem receita médica, para diversos fins. No caso de uma adolescente, a droga foi com usada com fins abortivos, tomando a medicação da mãe que fazia uso da talidomida para um tipo de câncer. Em outro caso foi utilizada para tratamento da hanseníase sem o conhecimento da ocorrência de gravidez. No último e mais grave, ainda em fase de investigação, por apresentar indícios de uso intencional, a droga parece ter sido consumida a fim de conseguir uma indenização, mesmo quando a legislação já prevê a criminalização desse tipo de uso (VIANNA; SANSEVERINO & FACCINI, 2014).
Apesar de inaceitável, ainda há o desconhecimento médico sobre a medicação, e a utilização de protocolos clínicos de forma indiscriminada, e/ou a utilização da talidomida antes de excluir a eficiência de outras drogas, situações relatadas pelo grupo:

> *[...] "....tem uma lacuna grande no Brasil, apesar de uma regulação hoje considerada suficiente, há vários problemas na sua vigilância de cumprimentos...seria necessário adotar programas de educação e vigilância de medicações potencialmente perigosas como no Estados Unidos da América..."[...]* - INAGEMP

> *[...] "...a hanseníase é uma doença ainda muito negligenciada em nosso país e a dispensação passa a ser um problema...este fato se torna um problema no Brasil, principalmente nos casos de doenças como esta, que tem alta incidência entre a população mais carente no país, onde a desigualdade social é presente. Há ainda falta de programas de saúde pública em áreas rurais e favelas, nas quais é perceptível uma rede de informações deficitárias acerca da medicação, ultrapassando a rede da regulação enfraquecida sobre a medicação...Lugares onde a hanseníase é mais comum, a talidomida continua a ser prescrita e o risco de bebês nascerem com defeitos físicos continua. Um problema característico do Brasil com seu extenso território que, apesar das ações voltadas ao ensino médico e conscientização sobre o uso perigoso da talidomida, em 2010 no Maranhão identificou o primeiro caso de uma possível terceira geração de afetados pelo uso da talidomida durante a gestação..." [...]* - INAGEMP

Para os pesquisadores do INAGEMP ainda há uma insuficiência de pesquisas relacionadas aos efeitos da talidomida nos genes. Relata que atualmente é consenso no meio acadêmico e se encontra firmado na legislação brasileira de que mesmo homens no uso da talidomida não devem manter relações sexuais com fins procriativos, pois informações acerca dos efeitos teratogênicos da droga, e também de seus análogos, no esperma ainda não são esclarecedoras. Esta questão revela falhas na regulação que podem não ter sido ainda identificadas pela insuficiência de pesquisas laboratoriais a nível mundial acerca da ação teratogênica em cromossomos sexuais.
Em relação ao SINASC, a representante do INAGEMP argumenta que, apesar de ser considerada uma ferramenta efetiva de identificação de casos de má formações para estudos genéticos posteriores e suas classificações - se advindo de teratogênia ou não -, existe uma inabilidade dos profissionais médicos na descrição do CID (Código Internacional de Doenças) referente à má formação do bebê, dificultando a digitação correta do mesmo no sistema, e consequentemente fazendo com que casos sejam muitas vezes identificados erroneamente ou subnotificados.
Apresentados os números de casos de vítimas da talidomida desde a década de 1960, a crítica maior em relação à regulação da medicação em questão está na lacuna existente na falha dos cômputos dos casos de óbitos fetais,

que não conseguem ser mensurados. Segundo a representante do INAGEMP ainda não é possível identificar abortos provocados pela utilização da talidomida. Também este é um problema para outros medicamentos e substâncias que podem provocar más formações/teratogenias intra-útero devido ao irregular sistema de informação sobre mortalidade, que apresenta falhas grosseiras relacionadas à diversificação regional brasileira, diferentes tipos de cálculos para regiões norte e nordeste, entre outras falhas de informação sobre óbitos por más formações.

Levando em consideração a crítica feita pela representante do INAGEMP em relação ao monitoramento dos óbitos fetais no Brasil, evidenciamos que apesar de um aumento no interesse e investimentos em saúde materna e infantil no país, os óbitos fetais ainda podem ser considerados invisíveis e um grave problema de saúde pública (MULLAN; HORTON, 2011). A problemática se inicia no momento em que a mortalidade fetal não faz parte dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e pouco se faz presente na agenda das políticas públicas de saúde.

Quando consultamos o Sistema de Informação de Mortalidade Federal de acesso privativo aos setores de vigilância epidemiológica dos municípios, esse evidencia uma fragilidade no monitoramento desses óbitos que são considerados potencialmente evitáveis. No entanto, segundo Bittencourt (2013) estes têm sido historicamente negligenciados pelos serviços de saúde, que ainda não incorporaram na sua rotina de trabalho a análise de sua ocorrência, tampouco destinam investimentos específicos para a sua redução.

Ainda em relação aos óbitos fetais e o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), outro problema para a negligência da possível teratogenia medicamentosa, é que a legislação brasileira determina obrigatoriedade de fornecimento de Declaração de óbito somente de fetos acima de 22 semanas de idade gestacional ou de 500 gramas (BRASIL, 2009, art.19, III). Assim, acompanhando a estimativa de que anualmente morrem dois milhões de fetos (acima de 28 semanas de gestação) no mundo, quantos desses podem ser decorrentes de más formações provocadas pelos efeitos teratogênicos do uso da talidomida ou outras medicações ou substâncias? Assim é possível apontar mais uma lacuna no monitoramento da regulação de medicamentos no país, fortalecido por argumentos trazidos ainda por Bittencourt (2013), que no Brasil a taxa de mortalidade fetal é de 5 a 14,9/ mil nascimentos e a tendência é permanecer sem quedas expressivas, já que o sistema de investigação de mortalidade fetal ainda não é capaz de identificar a relação causa efeito entre os diversos fatores aos quais as mulheres são expostas na gravidez.

Outros problemas evidentes nas investigações de mortalidades fetais é que, se forem identificadas graves malformações, a investigação é eletiva conforme a portaria GM/MS n.72/2010. Mas optando-se por investigar, mesmo havendo um campo na investigação sobre uso de medicamentos nas fichas hospitalares de óbitos fetal, não há como transferir a informação ao se fazer a digitação dos dados no Sistema de Informação de Mortalidade a nível Federal, não há o mesmo campo para colocar esta informação.

Em suma, os sistemas de registro não auxiliam na busca de novos casos de má formações após a utilização da talidomida ou outras substancias. Vale salientar que só há um campo na investigação de mortalidade fetal que contenha informações sobre exposição da mulher a substancias teratogênicas relacionados a sua atividade ocupacional na entrevista domiciliar da investigação de óbitos fetais, todavia, como no caso citado anteriormente, no Sistema Federal não há o campo para digitação desta informação.

Segundo Matthews & McCoy (2003) o número de abortamentos espontâneos em consequência do uso da talidomida não é conhecido e, provavelmente não será evidenciado com as ações atuais relacionadas a investigações de óbitos fetais. Pannikar (2003) escreveu que 40% das vítimas da talidomida morreram no primeiro ano de vida e que um grande número de bebês vítimas da medicação continua a nascer a cada ano, possivelmente em decorrência da regulação deficiente e seu uso permanece sendo difundido com supervisão inadequada.

Considerações finais

Os discursos de atores relevantes envolvidos no processo de regulação da talidomida no Brasil, assim como a análise de algumas ferramentas de monitoramento da regulação medicamentosa vigente apontam para importantes avanços, mas também põem de manifesto algumas brechas.

Em relação aos avanços salientamos a mudança na governança regulatória após a constituição brasileira de 1988, com destaque para a participação de grupos organizados na discussão das propostas que regulam a medicação. Houve também a ampliação do da regulação no decorrer do processo, indo do foco mais estreito no direito das vítimas, à preocupação com medidas mais amplas de prevenção e controle dos riscos medicamentosos.
Outro avanço considerável é a criação de espaços na internet, pela ANVISA em sua página com dispositivos que podem ser preenchidos por profissionais da área em relação a eventos adversos de medicamentos na Rede Sentinela; espaço dedicado ao assunto "segurança do paciente"; consulta pública em relação a medidas a serem tomadas na área de regulação sanitária e com informações e orientações especificamente sobre a talidomida. Também, a criação do Sistema Nacional de Informações sobre Agentes teratogênicos pelo Instituto Nacional de Genética Médica Populacional com sede no Hospital de Clínicas de Porto Alegre – RG, administrado em parceria com a UFRGS, o qual detêm informações recolhidas do Sistema de Informação de Nascidos Vivos a nível nacional para vinculação com possíveis má formações em decorrência do uso de medicamentos, em especial a talidomida e também informações sobre medicamentos, suas interações e possíveis eventos adversos para consulta popular de grupos interessados, como por exemplo, as gestantes.
Em se tratando de brechas na regulação, os discursos dos atores envolvidos e a análise de algumas ferramentas de monitoramento da regulação revelam uma dificuldade no cruzamento de dados dos sistemas de informações a nível nacional (SIM e SINASC) para identificação de novas situações de teratogenia por talidomida ou outra substancia utilizada e/ou contatada durante a gestação. Também, a discussão sobre a questão da investigação insuficiente ou não realizada relacionada a mortalidade fetal.
Pontuamos como situação grave de alerta a não investigação das más formações severas pautadas legalmente, assim como, a não realização de estudos laboratoriais ou de imagem para melhor identificação do perfil dos óbitos fetais, mesmo considerando que estas ações onerariam o processo.
Mesmo sendo consenso entre os atores ouvidos que a regulação atual é abrangente, a regionalização de ações pode ser tomada como relevante, para que se respeitem as características de cada área do Brasil quanto a distribuição e monitoramento da talidomida.
Ainda, a persistência de casos isolados de teratogenias aponta para a necessidade de formas de monitoramento e coibição de ações mal intencionadas como uso intencional a fim de receber pensões ou como forma de abortamento.
Alguns passos fundamentais na busca da melhoria da informação e regulação da talidomida podem ser apontados como: dar visibilidade ao problema; assim como subsidiar a implantação e/ou implementação de medidas que promovam a redução da morbi-mortalidade pela droga; e monitorar a qualidade da assistência de saúde, seu caráter educativo, propositivo, sigiloso e limites éticos. Verificar como é realizada a legislação da talidomida, a investigação e o monitoramento de mortalidade fetal em outros países para comparação também é desejável.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, S. D. de A(Org.) (2013) *Vigilância de Óbito Materno, Infantil e fetal e atuação em comitês de mortalidade*. Rio de Janeiro: EAD/Ensp.

BRASIL, M.S. (2013) *Talidomida:* orientação para o uso controlado. Brasília: Ministério da Saúde.

BRASIL. M da S. (2009) *Portaria SVS/MS 116*, de 11 de fevereiro de 2009. Regulamenta coleta de dados, sistema de informações sobre mortalidade, sistema de informações sobre nascidos vivos, sistema de informação em saúde(sis), Secretaria de Vigilância em Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de fev.

COSTA, E. A. (2013) Regulação e vigilância sanitária para a proteção da saúde. In: VIEIRA, F. P; REDIGUIERI, C. F. (Orgs). *A regulação de medicamentos nos Brasil*. Rio de Janeiro: Artemed.p.21-37.

COUTINHO, M.; SOARES, G.A.D. (2000) The disorganized Majority dados. *Rev .de Ciências Sociais.* (.43 -.2).

DALLY, A. (1998) Thalidomide: was the tragedy preventable? *Lancet* ; 351:1197-9. 2.

LOPES, C.D.; LOPES, F.F.P. (2008) *Do risco à qualidade:* a vigilância sanitária nos serviços de saúde. Brasília: Anvisa.

MARÍN, N. et. al. (Org.) (2003). *Assistência farmacêutica para gerentes municipais de saúde.* OPAS/OMS, Rio de Janeiro, p. 239-286.

MATTHEWS, S. J; McCOY, C. (2003) *Thalidomide:* a review of approved and investigation uses, Clinical Therapeutics, 25 (2): 342-395.

MULLAN, Z.; HORTON, R. (2011) Bringing stillbirths out of the shadows. *The Lancet*, London, 377, 9774, p.1291-1292.

NIGHTINGALE, S.L. (1998) From the food and drug administration. *J Am Med Inform Assoc*; 280:872.

OLIVEIRA, G. G. (1998) *Indústria Farmacêutica*: o controle internacional de medicamentos. Brasília: Gráfica do Senado, 1998.

OTERO, M.J; DOMINGUEZ, G. A. (2000) Acontecimientos adversos por medicamentos: uma patologia emergente. *Farm Hosp* ; 24(4): 258-266.

PAIM, J., TRAVASSOS, C.; ALMEIDA, C.; BAHIA, L.; MACINKO, J. (2011) The brazilian Health system: history, advances and challenges. *Lancet* .

PANINIKAR, V. (2003) *O retorno da talidomida*: novos usos e preocupações renovadas (CEBRIM/CFF).

VIANNA, F. S. L. (2008). *Uso atual de talidomida e defeitos congênitos no Brasil*. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Genética e Biologia Molecular da UFRGS. Porto Alegre.

VIANNA, F. S. L..; SANSEVERINO, M. T. V.; SCHULER-FACCINI, L. (2014). Thalidomide Analogs in Brazil: Concern About Teratogenesis. *Rev Visa em debate, sociedade, ciência e tecnologia;* 2(2): 2-8

GT 72
Cafés Científicos em rede

A concepção e o uso do campo semântico como ferramenta para comunicação entre Cafés Científicos em rede

Rodrigo Augusto da Silva Alves[1]

Paulo Henrique dos Santos[2]

Resumo: Este projeto tem como objetivo utilizar campos semânticos como meios de comunicação entre cafés científicos separados geograficamente. O trabalho visa discutir a importância da tradução destes campos entre as diversas realidades aplicadas aos cafés científicos, não considerando somente a língua, mas outros fatores sociais como regionalismos, faixa-etária e educação ou até mesmo a diferença das culturas de dois ou mais países. Além disso, pretende-se traçar os principais requisitos para a constituição de campos semânticos colaborativos a partir do estudo de casos anteriores. Como resultados, espera-se que o arcabouço gerado seja capaz de auxiliar no desenvolvimento de dispositivos tecnológicos que promova interação presencial e virtual e gere material de forma contínua para a pesquisa na área da comunicação pública da ciência.

1. Introdução

Os Cafés Científicos são espaços públicos que se configuram como um lugar de encontro da comunidade científica e da sociedade civil para discutirem sobre ciência. Inspirados nos Cafés Filosóficos parisienses, esses espaços de comunicação pública da ciência possuem suas origens relacionadas a iniciativas registradas em Lyon, França e Leeds, Reino Unido, no final dos anos de 1990.

Estes eventos acontecem em diversos países do mundo e são, em sua maioria, ligados a instituições de ensino e pesquisa. De acordo com o *site* do *British Council*, (BRITISH COUNCIL, 2014) em torno de 40 países são realizadas reuniões regulares para que o público possa escutar cientistas ou trabalhadores da ciência conversar sobre seu trabalho e discutir com uma audiência diversificada. Segundo as informações contidas no *site*, o *British Council*, além de dar suporte para que essas reuniões aconteçam, utiliza-se da tecnologia de videoconferências para unir os participantes ao redor do mundo, o que gera uma grande miscelânea de ideias culturais para a discussão. Os eventos não contam somente com a presença do palestrante, mas com a mediação de um facilitador cuja função é fazer a discussão fluir. A intenção é a de que os grupos tenham uma conversação inclusiva que não se limite a uma situação de perguntas e respostas entre a audiência e o palestrante. Independente da atuação do *British Council*, cerca de 180 países possuem atividades de comunicação pública da ciência no formato dos "Cafés".

---

1 Atualmente é professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas do CEFET-MG e coordenador da Divisão de Processamento de Dados da COPEVE do CEFET-MG. É membro da equipe do Café, Ciência e Cultura, projeto ligado à Diretoria de Extensão e Desenvolvimento Comunitário do CEFET-MG. Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Sistemas de Informação

2 Mestrando em Administração no Centro Universitário UNA - MG. Possui especialização em Automação Industrial - PUC Minas (2013) e graduação em Administração - Faculdades Promove (2008). Atualmente é professor do ensino básico, técnico e tecnológico do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

O CEFET-MG possui um projeto de café científico intitulado "Café, Ciência e Cultura". O projeto possui amplo apoio institucional e realiza, desde março de 2013, eventos de divulgação científica de temporalidade mensal sejam na instituição, sejam em outras instituições e contextos de acordo com as demandas. Até o presente momento foram realizadas 14 edições do projeto sendo duas delas externas.

Um dos maiores desafios desses eventos é a de aproximá-los do ambiente tecnológico que os cerca, com destaque para a computação ubíqua que vem ultrapassando em muito os limites dos microcomputadores e atingindo outros "gadgets" em geral e promover a participação de seus atores em diferentes contextos de forma interligada e integrada.

Neste contexto, surge a discussão de como estes eventos, separados geograficamente, poderiam acontecer simultaneamente, discutirem os mesmos assuntos e, ainda, interagirem entre si. Este trabalho propõe que esta prática pode ser propiciada através do uso de tecnologia e do conceito de campo semântico conforme especificado em (Pietro, 2013).

O presente trabalho discute a importância do desenvolvimento de um campo semântico de maneira adequada a esta realidade, nova no que tange aos cafés científicos, e propõe uma metodologia para elaboração dos campos para cafés científicos em rede.

Os cafés científicos em rede ainda são muito incipientes. O autor não conseguiu encontrar referências destes acontecimentos, nos moldes tratados neste trabalho.

2. O campo semântico

A esfera semântica, proposta por (Levy, 2011), foi um instrumento de interação e participação do público nas edições dos cafés científicos Barômetro (Pietro, 2013). No "Café, ciência e cultura" o conceito foi simplificado e criada uma estrutura em compatível em 2D.

Em ambos os casos, há necessidade de construção de um campo semântico sugestivo para fomentar as discussões de idéias. A cada evento, é selecionado dois conjuntos de palavras: um com palavras que pertencem ao campo da ciência e outro com palavras que pertencem ao campo semântico do tema escolhido para o evento (Pietro, 2013). A soma destes conjuntos de palavras dá-se o nome de campo semântico.

O objetivo principal é oferecer aos participantes a oportunidade de relacionamento entre ciência e outras áreas do conhecimento. Secundariamente, o estudo das ligações permite o fomento de pesquisas relacionadas à execução do debate, argumentação e construção do conhecimento.

Portanto, a construção do campo semântico permite a seguinte dinâmica: frases, comentários e perguntas devem ser elaborados pelo público por meio de tecnologia própria e enviados para a equipe produtora do Café. Uma parte desse banco de dados deve ser transmitida aos debatedores para ser discutido durante debate. Todo material deve ser armazenado para estudos futuros.

A seleção dos termos que irão compor o campo semântico deve ser realizada através buscas em artigos científicos e sites afins, normalmente disponíveis na rede mundial de computadores, e devem torná-lo o mais significativo possível. Para (Levy, 2011) existe para este caso um protocolo intelectual com a finalidade de expandir possibilidades através de diálogo interpretativo em torno da memória digital comum. Este diálogo tem por características, dentre outras, a translinguística, a transcultura, a transreligião, o transpartididariso, a transdisciplinaridade e transinstitucionalidade.

Esta abertura é necessária para que a sociedade civil, que muitas vezes não possui conhecimento de termos técnicos, seja capaz de questioná-los ao contrastarem com termos cotidianos. Em contrapartida, desafia os representantes do meio científico que devem participar de um ambiente com diferente termos, muitas vezes, pouco acadêmicos.

3. Processo de construção do campo semântico tradicional

A falta de modelos computacionais constituídos para construção do campo semântico impossibilita a construção do campo semântico de forma automática. Portanto a análise, o filtro, a síntese e a interconexão de termos são

feitos por meios subjetivos de forma sistematizada.
No "Café Ciência e Cultura", do CEFET-MG, o campo semântico por três etapas de construção. Inicialmente, a equipe desenvolvedora do evento define o tema que será tratado, ouvida a comunidade que será público do evento. Normalmente, o público alvo é a própria comunidade da instituição, composta por alunos, professores, servidores técnicos administrativos, terceiros e membros de suas famílias.
Posteriormente são selecionados os membros que farão a pesquisa na mídia científica e tradicional. Estes devem estar de acordo com o público alvo para que os termos estejam de acordo com o nível de conhecimento e com linguagem adequada ao espaço e público. A coordenação executora deve intervir o mínimo possível nesta etapa.
Finalmente, são selecionadas em torno de uma centena de palavras que compõe o campo semântico estendido. Reúnem-se, então, com os selecionadores, a equipe executora do café que, juntos, definem o campo semântico micro que é composto por cerca de cinqüenta por cento do campo semântico estendido. Na Tabela 1 pode-se ver, em ordem alfabética dois campos semânticos utilizados em eventos do ano de 2014:

Tema central: Câncer	Data: Abril / 2014	Tema central: Drogas	Data: Setembro / 2014
Campo Semântico: Agente Humanitário	Mágoa	Campo Semântico: Aceitação Social	Gênero
Células-Tronco	Medo	Alívio	Ilícito
Ciência	Metástase	Alucinógenas	Intoxicação
Culpabilização	Midiatização	Amigos	Isolamento
Cultura	Morte	Auto Controle	Lei 11343
Cura	Mutilação	Automedicação	Liberdade
Custos	Negação	Consciência	Limite
Depressão	Prevenção	Cultura	Logística
Diagnóstico	Qualidade De Vida	Curiosidade	Maturidade
Drogas	Quimioterapia	Depressoras	Motivações
Emocional	Radioterapia	Descriminalização	Padrões Estéticos
Equipe Oncológica	Religião	Diagnóstico	Perfis Socioeconômicos
Esperança	Relocação Familiar	Direito Individual	Pressão
Eutanásia	Renascimento	Doença	Prevenção
Família	Sobrevivente	Drogodependência	Principio Farmacológico
Fé	Stress	Escola	Qualidade De Vida
Futuro	Tabaco	Estimulantes	Reabilitação
Genética	Tabu	Evolução	Religião
Governo	Transplante	Experiência	Uso Pesado
Hábitos	Tratamentos	Família	Vítima
Impotência	Tumor	Frequência	

Tabela 1: Campos semânticos do Café, Ciência e Cultura dos meses de abril e setembro de 2014 – Fonte: Elaborada pelo autor

Ao analisar o campo semântico é possível perceber algumas características interessantes. Por exemplo, no evento com o tema sobre "drogas" encontra-se o termo "Religião", tema constantemente contrastante com o meio científico. Além disso, termos polêmicos e ainda indefinidos pela sociedade como "eutanásia", "evolução" e "padrões estéticos" podem ser identificados em termos em ambos os casos. Por fim, termos que possivelmente são desconhecidos pelo público, mas amplamente abordado pela mídia como "metástase" e "Lei 11.343", são propositalmente inseridos com o intuito que a sociedade civil questione o seu significado e a partir daí se familiarize com seu significado a partir de então.

4. Um estudo de caso: diálogo entre cafés

No mês de setembro de 2013, foi concebido um café científico em rede tendo como participantes o "Ciência, Café e Cultura", do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e o "E-Café", da Universidade do Estado de Minas Gerais. Nos moldes propostos, o autor não encontrou em pesquisas, evento semelhante realizado anteriormente. O campo semântico desenvolvido para este café pode ser visto na Tabela 2.

Tema central: Inovação, tecnologia e patentes		Data: Setembro / 2013	
Campo Semântico			
Autoria	Gambiarra	Metodologias científicas	Resultado
Competitividade	Ideia	Necessidade	Revolução
Consumidor	Impacto	NIT	Roda da Inovação
Criatividade	Iniciativa privada	Originalidade	Royalties
Dependência Tecnológica	INPI	Parcerias	Segredo Industrial
Direitos Autorais	Invenção	Pesquisa	Tecnologias Obsoletas
Eficácia	Lucro	Plágio	Titularidade
Empreendedorismo	MacGyver	Processo	Utilidade
Estimulo governamental	Marca Registrada	Professor Pardal	Valor agregado
Eureca!	Marketing	Propriedade Intelectual	
Futuro	Mercado	Reconhecimento	

Tabela 2: Campos semântico do Café, Ciência e Cultura e do E-Café (em rede) Novembro de 2013 – Fonte: Elaborado pelo autor

Utilizando-se do campo semântico, foram elaboradas sete perguntas pelo café da UEMG e vinte e duas perguntas pelo café do CEFET-MG. As perguntas estavam disponíveis para ambos os eventos, ou seja, se a produção do Café da UEMG considerasse relevante a discussão de uma pergunta do Café do CEFET-MG, a mesma poderia ser lida para os debatedores, e vice-versa.

Pode-se perceber que a concepção do campo semântico não foi a ideal, pois estava voltado para o público do CEFET-MG. Justifica-se esta afirmativa o fato de que algumas palavras não pertenciam ao vocabulário do público da UEMG. O termo NIT, por exemplo, sigla relacionada ao Núcleo de Inovação Tecnológica, presente no CEFET-MG, foi utilizado por duas vezes, nenhuma pelo E-Café. Cabe então a discussão se o termo deveria ser retirado ou se a participação do termo "NIT" deveria ser motivada no Café da UEMG e o esclarecimento de seu significado feito ao público.
Foram incentivados os públicos a selecionarem duas palavras realizando uma ligação entre elas para realização de perguntas relacionadas ao tema. Um fato interessante, a ser notado nesta experiência, está relacionado à utilização de termos semelhantes para formação de uma pergunta pelo público. As palavras "Futuro" e "Invenção" foram as únicas selecionadas por ambos os públicos, ao mesmo tempo. No café do CEFET estas palavras se referiam a seguinte pergunta: "O que temos de inovação na industria para o futuro próximo?". Já na UEMG os termos foram relacionados como: "As escolas utilizam essas invenções?". O público do primeiro café é composto por estudantes do ensino médio, professores, pesquisadores de uma instituição tecnológica. Já o público do segundo café, era, em sua maioria composto por estudantes do ensino fundamental. O diálogo entre estas duas perguntas são complementares e a discussão trocada poderia ser muito rica. A pesquisadores e professores do CEFET-MG, assim como a seus alunos, o questionamento sobre o papel das invenções na escola, elaborados pelos alunos do ensino fundamental, público da UEMG, seria de enorme valia. O contrário, colocar a indústria e os problemas da tecnologia, como questão a alunos mais jovens poderia levantar uma discussão prática e, por vezes, pouco discutida no ambiente desses alunos. A seguir, apresentamos mais perguntas que foram consideradas pelo autor pertinente a este paralelo proposto:

- UEMG: A pesquisa é um tipo de consumo? E a tecnologia só tende ao consumo? – Ligações do campo semântico: "processo" e "pesquisa"
- UEMG: Será que existirão ideias originais no futuro? – Ligações do campo semântico: "ideia" e "futuro"
- CEFET-MG: No caso de segredo industrial, conseqüentemente os direitos autorais são garantidos ? – Ligações do campo semântico: "direitos autorais" e "segredo industrial";
- CEFET-MG: Os produtos tecnológicos estão programados para tornarem-se obsoletos quando outro "melhor" for lançado, mas se altera pouca coisa, não é necessário gastarmos tanto por pouco, então por que o fazemos? – Ligações do campo semântico: "tecnologias obsoletas" e "necessidade";
- CEFET-MG: O Brasil depende de royalties tecnológicos para produção de seus produtos? – Ligações do campo semântico: "dependência tecnológica" e "royalties".

Além disso, a forma de exibição deste campo semântico e eventuais ligações podem revelar muito a respeito de como os cafés se relacionam. Uma estrutura em rede poderia facilmente mostrar as discussões que cada café está, se caminham juntas, ou cada uma delas seguem passos diferentes. Propõe-se então, a projeção das palavras em forma de nuvem onde as palavras ficam espalhadas em torno da tela e traços representam as perguntas elaboradas de acordo com o campo semântico. Deste modo, não só a produção, mas também o público teria acesso a como ambos os cafés estão trabalhando as questões, utilizando-se do campo semântico em conjunto, e por conseguinte exercendo comunicação mesmo separados geograficamente.

Até então, por não haver especificação anterior, a construção do campo semântico deste Café em rede foi feito em conjunto. A partir das análises feitas foi proposto um arcabouço para construção de campos em rede para futuras edições. Este arcabouço é tema restante do presente trabalho.

5. Campo semântico em rede

Entende-se por campo semântico em rede como um conjunto de campos semânticos simples onde cada elemento é destinado a um local geográfico. Para permitir a comunicação entre os diversos Cafés Científicos, os campos devem possuir o mesmo número de termos e cada termo deve relação unívoca com um termo dos outros possíveis campos simples.

Portanto, a construção o campo semântico em rede possui complexidades a mais para sua composição, dentre elas, a língua, o regionalismo, a linguagem e a semântica dos termos. Portanto, mesmo que tenhamos o mesmo idioma, ou mesmo dentro de um mesmo país, o campo semântico construído para Cafés em Rede, pode ter termos diferentes em um mesmo assunto.

6. Língua

Quando se fala em campo semântico, a primeira questão a ser levantada é a língua em que o mesmo deverá ser escrito. Ele deve estar coerente com a realidade do público alvo do evento e pode conter termos considerados estrangeirismos.

No entanto, cafés científicos em redes podem acontecer, simultaneamente, em países que tem, por padrão, línguas oficiais diferentes. Neste caso a simples tradução entre os campos semânticos pode não ser suficiente. Por exemplo, o termo "Jeitinho" tem significado próprio no Brasil. Segundo o dicionário informal (INFORMAL, 2014) o verbete jeitinho pode ser entendido como "a capacidade de resolver determinadas, tarefas, situações ou até mesmo problemas por criatividade ou ma fé". A tradução direta para a língua inglesa seria o termo "way", mas que não tem a mesma expressividade. Este tipo de ligação poderia perder a semântica do termo e assim torná-lo sem significado ou pouco expressivo.

O termo "Fixer" pode ser mais apropriado para a situação. Portanto a tradução do campo deve manter a semântica em qualquer língua que seja. A partir deste fato, surge uma nova complexidade: este tipo de tradução não é simples e muitas vezes pode ser necessário profissional especialista. Portanto a simplificação dos termos neste contexto pode ser necessário.

A dificuldade de tradução também é amplamente discutida no meio científico. Em (Gibbs et al. 1995), por exemplo, é tratada a perda do desenvolvimento científico mundial devido ao fato dos países em desenvolvimento, principalmente os de língua espanhola e portuguesa, possuírem termos de grande dificuldade de tradução para a língua inglesa e, portanto, de difícil semântica para comunidade científica mundial. Já (Carvalhosa, 2005), em um artigo na área de psicologia, em um trecho discute sobre a dificuldade de traduzir o termo "Bullying". Em sua opinião, provocação/vitimação não tem conteúdo semântico suficiente e, portanto o uso em língua inglesa possui maior semântica, mesmo no Brasil. Neste contexto surge a discussão se tal tradução seria aplicável em outros idiomas cuja a discussão sobre o tema seja incipiente. Observa-se, ademais, trabalhos científicos que discutem a tradução de termos científicos na área da medicina e o impacto do mal entendimento da população devido a má interpretação da semântica dos termos. São exemplos (Pedroso et al. 2004) e (Alvesa et al. 2004).

7. Regionalismo

Diferentes regiões de um mesmo país, ou países diferentes que tem o mesmo idioma oficial, apresentam termos regionais próprios. No caso do português, por exemplo, seria como se houvessem vários portugueses, cada qual de sua região.

Recentemente, foi lançado um novo acordo ortográfico entre os países de língua portuguesa. Apesar da ortografia ser importante na construção do cmapo, a principal característica a ser abordada no campo semântico é justamente a semântica, calcanhar de Aquiles do entendimento entre as regiões.

Por exemplo, o termo "Trem", no Brasil, tem o mesmo significado que "Comboio" em Portugal, ambos traduções do verbete "Train" da língua inglesa. No entanto, em Minas Gerais, estado brasileiro, a palavra "Trem" tem semântica adicional de difícil entendimento por outras regiões de língua portuguesa, assumindo o significado de "Coisa" ou "Objeto".

Além disso, alguns termos possuem mais de um verbete para sua designação. No Brasil, em diferentes regiões, consegue-se encontrar diferentes nomes para uma mesma raiz: "mandioca", "macaxeira" e "aipim". Ou para uma mesma fruta: "mexerica" e "bergamota". Em outros países de língua portuguesa, estes termos podem ser designados a outras palavras.

Portanto, a construção do campo semântico em rede deve legar em consideração as questões regionais do idioma. (Petri, 2009), por exemplo, propõe em seu trabalho uma extensão da linguagem da língua portuguesa presente na região sul do Brasil, a linguagem "gauchesca". Para o autor, nesta região, o regionalismo tem poder imperador, existindo termos próprios e distantes de outros estados brasileiros, mesmo os mais próximos.
Já em (Petri, 2012), o autor aborda as noções de gramatização e de instrumentos lingüísticos e apresenta reflexões acerca da constituição e do funcionamento do dicionário regionalista. A constituição de dicionários regionalistas está em acordo com a proposta deste trabalho no sentido da tradução semântica dos termos regionais em campos semânticos.

8. Vocabulário

Dentro de uma mesma região, diferentes grupos possuem vocabulário próprio, chegando a ser considerado quase linguagem própria. É muito comum pessoas na fase da adolescência utilizarem de neologismos e gírias próprias que são muito significativas para aquele grupo, mas quase estrangeiras para os demais. Este fato não acontecem como fase da formação do indivíduo. Em determinados "clãs" este efeito pode ser notado com facilidade.
O exemplo neste caso é o termo "Suave" que para alguns grupos tem o significado de "Tranquilo" ou "Simples". Segundo o dicionário informal (INFORMAL, 2014) define como "É aquela sensação que você tem quando nada está ruim, tá tudo bem". Já o significado tradicional, o verbete tem a seguinte semântica "De uma doçura agradável: perfume, carinho suave".
Gírias e neologismos são, por vezes, interessantes de ser adicionados ao campo semântico por aproximá-lo do público. No entanto, no caso dos cafés científicos em rede podem ser um fator complicador. Vocabulários específicos, por padrão, são de difícil entendimento e, por conseguinte, de tradução. Além disso, com o advento da internet, vale o destaque para o vocabulário próprio da rede mundial de computadores, alheio à maioria das regras das línguas de um modo geral.
Neste contexto é importante destacar trabalhos como o de (Preti, 2000), que trata do preconceito social em relação às gírias fato que, segundo o autor, é um fato social construído ao longo da história. Já em (Araújo, 2010), o foco é na suposição de que existe uma linguagem proibida, própria da internet, e os tabus a ela associados se dissolvem quando se inserem o ambiente digital dos chats. A presença de dicionários de gírias é outro fator preponderante que justifica levar em consideração a presença, ou não, de determinados termos nos campos semânticos dos cafés em redes.

9. Processo de construção do campo semântico em rede

Por se tratar de assunto novo, não foram encontrados, pelo autor, referências de ações alternativas para a proposta. A realização desta ferramenta apenas uma vez, também o coloca como fator limitador de análise. No entanto, a publicação tem por motivação o estímulo a outros Cafés a participarem da discussão e implementação de estratégias semelhantes.
Para a construção do campo semântico do café científico em rede propõe-se os seguintes passos:

Passo 1: Primeiramente define-se o tema que seria de interesse de todos os públicos de todos os cafés participantes. Não é interessante que o tema não seja voltado para um determinado público de um Café que não seja para os demais. Na definição do tema deve ser levada em consideração, além do interesse, a presença de termos relevantes nos diversos contextos para a construção do campo semântico que tenham tradução de fácil entendimento. Pelo menos, quinze a vinte termos devem analisados na discussão do tema, mesmo que estes não façam parte futuramente do campo semântico micro.

Passo 2: Após definido o tema, cada equipe se reúne separadamente e constrói o seu campo semântico estendido de maneira tradicional. A partir do campo estendido cria-se campo semântico intermediário, selecionado pela

equipe executora juntamente com os selecionadores de termos em reunião interna. Este campo semântico deve ser composto de aproximadamente de setenta e cinco termos. Neste momento cada equipe, em separado, deve procurar traduzir os termos escolhidos para seu campo semântico intermediário para os contextos dos outros cafés.

Passo 3: Posteriormente, devem-se reunir as equipes de cada Café participante para a elaboração de um campo semântico micro, considerando os itens anteriormente destacados: língua, regionalismo e vocabulário. O uso de dicionários regionais e de dicionários de gírias é altamente recomendado. Esta reunião deve ser feita preferencialmente de forma presencial, mas acaso não seja possível, por vídeo conferência. Nela devem ser discutida a importância de todos os termos, considerando cada especificidade. Termos em comum devem ser adicionados à uma lista em separado. Termos divergentes, devem ser analisados e concluído a possibilidade de tradução adicionados à lista anterior. Termos cuja tradução não possua boa semântica devem ser descartados.

Passo 5: A partir da lista elaborado no Passo 4, o campo semântico micro deve ser aprovado e a partir de então disponibilizado da mesma forma em todos os cafés científicos. É importante que os cafés tenham acesso às mesmas tecnologias e formato a fim de que possa ser possível eventuais pesquisas interelacionando os eventos nos diferentes contextos.

10. Trabalhos Futuros

Sugere-se como trabalhos futuros a aplicação sistemática do arcabouço proposto no presente trabalho e, posteriormente, enumerar possíveis modificações. A construção coletiva e consideração de outro contexto não abrangidos no presente trabalho são essenciais para a consolidação dos cafés científicos em rede.
Como pôde ser visto neste trabalho, a concepção de cafés científicos simultâneos se mostrou um instrumento promissor de pesquisa. As questões relacionadas a este tipo de evento, ainda incipientes, dependem da expansão desta metodologia.

11. Referências

ALVESA, M. G. et al. *Versão resumida da "job stress scale": adaptação para o português.* Rev Saúde Pública, v. 38, n. 2, p. 164-71, 2004.

ARAÚJO, J. C., C*hats na web: a linguagem proibida e a queda de tabus*. 2010. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/391 [Consultado em 26-11-2014]

BRITISH COUNCIL Disponível em ,http://www.britishcouncil.hk/en/programmes/education/science/cafe-scientifique , [Consultado em 10-11-2014]

CARVALHOSA, S. F. et al. , *Bullying: a provocação/vitimação entre pares no contexto escolar português.* Análise psicológica, v. 19, n. 4, p. 523-537, 2001.

GIBBS, W. W. , Lost *science in the third world.* Scientific American, v. 273, p. 92-99, 1995.

INFORMAL, Dicionário inFormal: Dicionário Online,Disponível em: <www.dicionarioinformal.com.br/> [Consultado em 12-11-2014]

LÉVY, P. *The semantic sphere*. Translated Phyllis Aronoff and Howard Scott. New York: Wiley, 2011. v. 1: Computation, cognition and the information economy. Disponível em: <http://www.ieml.org/text/TOME1/The%20Semantic%20Sphere%20 Vol1.pdf>. [Consultado em 23-06-2014]

PEDROSO, R. S. et al. *Tradução, equivalência semântica e adaptação cultural do Marijuana Expectancy Questionnaire (MEQ).* Psico USF, v. 9, n. 2, p. 129-36, 2004.

PETRI, V., *Reflexões acerca do funcionamento das noções de língua e de sujeito no Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul.* Revista Língua e Instrumentos Linguísticos, p. 25-35, 2009.

PETRI, V., *Gramatização das línguas e instrumentos linguísticos: a especificidade do dicionário regionalista.* Línguas e instrumentos linguísticos, Campinas, SP, n. 29, p. 23-37, 2012.

PRETI, Dino. *A gíria na língua falada e na escrita: uma longa história de preconceito social.* Fala e escrita em questão, v. 2, p. 241-257, 2000.

PRIETO, C. F., *Cafés científicos — interações entre a comunidade científica e a sociedade civil em um espaço público de comunicação da ciência / Cláudia França Prieto; Orientadora Profa. Dra. Silvania Sousa do Nascimento* ─ Tese de Doutorado, Belo Horizonte – MG - UFMG, 2013.

GT 73
Etnografia práticas pedagógicas e mediações culturais

Pedagogia intercultural: experiências e possibilidades de organização do trabalho pedagógico

Joelma Cristina Parente Monteiro Alencar

Resumo; Não é de hoje que a interculturalidade tem ocupado lugar em estudos no campo das ciências humanas e sociais. Os deslocamentos de perspectivas monoculturais para perspectivas multiculturais eclode no Canadá e posteriormente nos Estados Unidos, chegando nos países latinos a partir dos anos 1980. Na formação específica para professores indígenas no ensino superior, a interculturalidade, desde 1988, tem assumido, significativamente, lugar político e propositivo. Objetiva-se neste trabalho apresentar uma análise dos desafios e possibilidades da educação intercultural no âmbito dessa formação específica. Para tal, foram observados e analisados, qualitativamente, dados a partir do contexto de um Curso de Licenciatura Intercultural Indígena. A análise revela tanto a falta de formação inicial e desconhecimento teórico-metodológico do corpo docente sobre interculturalidade, como algumas práticas pedagógicas positivas, impulsionadas seja pelo interesse dos professores em superar suas limitações, seja devido a política de formação docente desenvolvida no Curso. Os resultados possibilitam pensar alguns aspectos estruturantes de uma pedagogia intercultural.

Palavras-chave: Interculturalidade. Organização do Trabalho Pedagógico. Educação Escolar Indígena. Formação.

1 Sobre a Pedagogia Intercultural

No entendimento de Morandi (2008) a situação pedagógica não ocorre previamente à materialidade do saber, à efetivação de uma aprendizagem. Ela é uma construção humana e de educação. Afinal, a pedagogia existe porque o homem é educável e sujeito da educação. Tal educabilidade, como formação do indivíduo e da sociedade em que vive, consolida a pedagogia como parte racional e sistematizada da organização da educação. Sendo assim, ao agregarmos à pedagogia o princípio de interculturalidade, reafirma-se a intenção pedagógica de que toda ação será dirigida para colocar pessoas e saberes em contato, considerando em sua efetividade as diferenças étnicas e socioculturais existentes entre elas.

Para Damázio (2008) os intercâmbios culturais ocorrem em diferentes espaços, desde o campo das informações até as migrações e lutas das minorias. No âmbito educacional, esses intercâmbios suscitam reflexões entre as diferenças que são reveladas no contato. Daí que surgem teorias que procuram discutir e pensar a cultura a partir da inclusão multicultural ou da transformação das culturas por processos de diálogo e interação, como é o caso das abordagens multicultural e intercultural.

O multiculturalismo surge no Canadá com o intuito de resolver os conflitos derivados das diferenças culturais. A significativa mudança na composição étnica da população canadense fez com que ele se torna-se o primeiro país do mundo a estabelecer, em 1971, uma política oficial para gestão do multiculturalismo, com princípios como o respeito às diferenças por meio da preservação e proteção à diversidade, oferecendo igualdade de oportunidades e acesso a integração social (Castro, 2012).

Conforme apontam Silva e Brandim (2008), de modo distinto, nos Estado Unidos, o multiculturalismo emerge tanto como orientador do movimento social em defesa das lutas dos grupos culturais negros e outras

"minorias", mas também, no âmbito escolar como abordagem curricular contrária a toda forma de preconceito e discriminação. Contudo, a consolidação das políticas públicas ocorre paulatinamente. Somente em 1970, ocorre um avanço considerável devido às pressões populares. Tanto que foram instituídas políticas públicas em todas as esferas do poder público, que visavam garantir igualdade de oportunidades educacionais, de integração e justiça social a grupos culturais diversos.

> Nos anos 80 e, especialmente, nos anos 90, são fortalecidos os estudos sobre o multiculturalismo em decorrência da ampliação da influência pós-moderna no discurso curricular, que valoriza a mistura e o hibridismo de culturas, a pluralidade e as diferenças culturais. A celebração da diferença se constitui uma de suas idéias básicas. É nessa época também que se acentuam os estudos relacionando cultura/ educação escolar nas sociedades contemporâneas (Silva e
> & Brandim, 2008:57-8).

Torna-se importante destacar o caráter polissêmico e político atribuído por Hall (2003), que distingue os termos multicultural e multiculturalismo. Para esse autor

> Multicultural é um termo qualificativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua 'identidade original'. Em contrapartida, o termo "multiculturalismo" é substantivo. Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais (Hall, 2003:52).

Para Diez (2004) se por um lado, a noção de intercultural surge em resposta à condição de multicultural, por outro lado, frente à multiculturalidade como categoria descritiva, a interculturalidade surge como categoria propositiva, em que o termo chave será o diálogo entre culturas. Em todo caso, e devido a complexidade que o debate exige, a perspectiva intercultural na educação não pode se limitar ao uso instrumental do conceito, ela deve considerar também, as múltiplas significações que adquire como projeto político, epistemológico, cultural e educativo.

Segundo Cruz (2002) as noções de interculturalidade e educação intercultural aparecem na educação pública indígena na maioria das nações latinoamericanas nas últimas décadas do século XX. Especificamente, formam parte da retórica inovadora dos projetos pioneiros experimentais da educação bilíngue e dos primeiros sistemas escolares para alunos indígenas no México.

Se a interculturalidade produz configurações advindas dos diálogos entre códigos culturais diferentes, pode-se também pensar que tal processo não ocorre de maneira linear e homogênea. Nesse sentido, a interculturalidade remete a processos e práticas situadas sociohistoricamente que figuram e se configuram em um campo de tensões e disputas, em que existem correlações de forças variáveis entre diversos sujeitos com diferentes, e consequentemente opostos, interesses.

Sobre as distinções entre multicultural e intercultural Canclini (2009:17) afirma que

> De um mundo *multicultural* – justaposição de etnias ou grupos em uma cidade ou nação – passamos a outro, *intercultural* e globalizado. Sob concepções multiculturais, admite-se a *diversidade* de culturas, sublinhando sua diferença e propondo políticas relativas de respeito, que frequentemente reforçam a segregação. Em contrapartida, a interculturalidade remete à confrontação e ao entrelaçamento, àquilo que sucede quando os grupos entram em relações de trocas. Ambos os termos implicam dois modos de produção do social: *multiculturalidade* supõe aceitação do heterogêneo; *interculturalidade* implica que os diferentes são o que são, em relações de negociação, conflito e empréstimo recíprocos.

Esse entendimento também remete ao que Canclini (2011) elaborou como hibridação. Em suas palavras

> [...] a hibridação não é sinônimo de fusão sem contradições, mas, sim, que pode

> ajudar a dar conta de formas particulares de conflito geradas na interculturalidade recente em meio à decadência de projetos nacionais de modernização na América Latina [...] (Canclini, 2011:VXIII).

O interessante nos estudos do autor supracitado é que possibilitam avançar na concepção de interculturalidade para além do diálogo entre culturas, quando argumenta que o importante nos processos interculturais, não é considerar a hibridez em si, mas compreender como ocorrem os processos de hibridação, articulados às estratégias de reconversão cultural.

Refletindo especificamente sobre a pedagogia intercultural Vieira (1995:143) defende que práticas interculturais implicam uma dialética em constante contradição, a saber, "assegurar a diferença e simultaneamente não a sustentar". Isto é, tratar as diferenças culturais dos alunos numa perspectiva dinâmica e relativizada de identidade. Por isso, defende que uma metodologia intercultural do ensino, remete a dois aspectos: a comparação e a contextualização.

> É que, sem comparar não se apreende, não se assimila, eventualmente memoriza-se e papagueia-se. É por isso que não há normas universais para ensinar nem uma única forma de aprender. É preciso conhecer culturalmente o destinatário para que o ensino produza de fato aprendizagem (Vieira, 1995:144).

Nessa proposta de educação destaca-se algumas questões que envolvem práticas interculturais, dentre elas estão a mudança de posicionamento do professor frente aos saberes e diversidade dos estudantes, reconfiguração das relações de poder no espaço escolar e formação de professores. As práticas interculturais deverão fortalecer a construção de novas relações identitárias e de cultura institucional.

Nessa perspectiva, a pedagogia intercultural é balizadora de práticas que possam compreender e dialogar com os processos híbridos surgidos em contextos multiculturais, e totalmente afastada da concepção meramente técnica dos processos de educação, que muitas vezes, são sustentadas por um repertório de saberes estáveis, codificados, consensuais e portadores de imputabilidade (Cunha, 2009).

Para tal, será necessário criar as condições básicas para confluir na realização de uma pedagogia intercultural, que na compreensão de Olveira et al (2005) deve partir da comunicação intercultural, composta por processos de interação verbais e não verbais, existentes entre os membros pertencentes a grupos culturais diferentes em situação de diversidade.

Assim, a comunicação intercultural, pautada nas bases sociais e antropológicas da educação intercultural, aponta cinco situações que são essenciais ao se pensar na elaboração das estratégias de intervenção pedagógica, são eles: a) A intercomunicação dos grupos humanos propiciada pela expansão de novos meios de comunicação; b) A fragilidade dos padrões de identificação grupal e de referência cultural como consequência dos movimentos interterritoriais; c) A inutilidade da transferência de modelos organizativos e estruturais dominantes; d) A inexorável relatividade dos padrões de comportamento entre os grupos para alcançar felicidade, coerência e concordância grupal; e) O papel da heterogeneidade cultural na identificação dos grupos sociais de referência (Olveira et al. 2005).

Por sua vez, segundo Olveira et al (2005), tais considerações reforçam a comunicação intercultural em três sentidos, a saber: A comunicação intercultural como proposta, como promotora de inovação e como fortalecimento da pessoa e do grupo.

A *comunicação intercultural como proposta* implica no reconhecimento de valores e de modos de vida. Exige o compromisso em uma determinada direção. Além de revalorizar as diferentes culturas, também permite compartilhar experiências, enriquecendo cultural e socialmente as partes envolvidas, haja vista promover a ideia de que a diversidade cultural é um elemento positivo para todos os cidadãos. Dessa maneira, as atividades propostas aos alunos devem ser orientadas por aspectos culturais de procedência diversa e plural, a partir de seu contexto, e que permitam instigar atitudes e destrezas intelectuais, sociais e emocionais que os situem e lhes permitam transitar em uma sociedade multicultural.

A *comunicação intercultural como promotora de inovação* reivindica uma reestruturação que demanda respostas políticas frente à igualdade de oportunidades, assim como a criação de um modelo de escola baseado numa

pedagogia que considere as diferenças, que afeta o desenvolvimento curricular, organizativo e profissional, flexível e adaptável às necessidades contextuais.

A *comunicação intercultural como fortalecimento da pessoa e do grupo* requer seguir uma estratégia orientada por três passos. O primeiro seria a descentralização que o professor terá que adotar. Ele deverá se distanciar de seus próprios conceitos, de forma a delimitar seus marcos de referência culturais e relativizar os códigos culturais dos contextos de atuação. O segundo passo envolve a penetração no sistema do outro, situar-se em seu lugar. Essa apropriação implica também em tolerar os diferentes aspectos culturais, descobrir os marcos de referência singulares e ser capaz de fazer observações do ponto de vista do aluno, de sua cultura e de sua realidade. O terceiro passo corresponde a negociação-mediação, que permite conciliar e reconciliar as partes, sendo o professor o responsável por mediar as negociações no ambiente escolar, considerando para isso o aluno, a escola e a família.

No Brasil, ainda nas primeiras décadas do século XX, apesar de ter contribuído para a ampliação dos debates e movimentos sobre os conflitos étnicos e culturais, o multiculturalismo não ficou alheio às críticas, principalmente na sua versão liberal (Damázio, 2008). Nesse contexto, considerado como um conceito eurocêntrico, que serviria à lógica cultural do capitalismo multinacional, mascarando novas formas de racismo e mantendo a hegemonia dos modelos dominantes, o multiculturalismo deixou lacunas que as propostas interculturais tentarão suprir.

2 A interculturalidade como princípio da Educação Escolar Indígena no Brasil

Do princípio de interculturalidade como intenção, ao método e ao cotidiano das escolas indígenas observa-se uma longa trajetória histórica que ainda não consolidou seu propósito de forma plena. A emergência de uma educação escolar intercultural bilíngue, diferenciada e específica orientou e ainda orienta no Brasil o surgimento das políticas de formação de professores indígenas, inicialmente, em nível de magistério e, posteriormente, em nível superior, com os cursos de licenciatura intercultural.

Para além da Constituição de 1988, em se tratando de diretrizes oficiais que orientam para a educação escolar indígena numa perspectiva intercultural, destacam-se dois documentos diretivos, advindos do Ministério da Educação-MEC, que reconheceram a interculturalidade como princípio a ser seguido tanto no processo pedagógico quanto na formação de professores indígenas, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas-RCNEI e o Referenciais para a Formação de Professores Indígenas.

O RCNEI, aponta a interculturalidade como uma das características da escola indígena. Assim, a escola intercultural:

> [...] deve reconhecer e manter a diversidade cultural e linguística; promover uma situação de comunicação entre experiências socioculturais, linguísticas e históricas diferentes, não considerando uma cultura superior à outra; estimular o atendimento e o respeito entre seres humanos de identidades étnicas diferentes, ainda que reconheça que tais relações vêm ocorrendo historicamente em contextos de desigualdade social e política (MEC/SEF, 2002:24).

E, no documento Referenciais para a Formação de Professores Indígenas, a interculturalidade pode ser identificada ao orientar que os professores "têm o complexo papel de compreender e transitar nas relações entre a sociedade majoritária e a sua sociedade" (MEC, 1998:21). E ainda, ao orientar sobre os conhecimentos culturais relativos aos saberes sobre a natureza e a sociedade no currículo escolar.

> [...]A inter-relação entre os saberes próprios relativos ao mundo social e natural e os saberes de outras culturas pode permitir a valorização e a ampliação de seu próprio universo cultural. [...] Tais dinâmicas de intercâmbio e diálogo, se realizadas a partir de uma matriz crítica e histórica, podem favorecer conexões entre conhecimentos

> indígenas e não indígenas e ajudar a relacionar o conhecimento escolar com a vida social e política mais ampla. Podem enfim ajudar no diagnóstico, compreensão e modificação dos aspectos e circunstâncias que se apresentem como problemáticos na própria realidade (MEC,1998:37-8).

Enquanto o RCNEI se ocupa de princípios e conteúdos de um currículo que os professores indígenas devem aplicar em sala de aula, os referenciais marcam caminhos inovadores para pensar quem são os professores indígenas, qual deve ser a sua formação, o que devem aprender em curto espaço de tempo, diretrizes inexistentes até alguns anos atrás, mas que atualmente são indispensáveis para contribuir na consolidação de um sistema de educação escolar indígena.

Entretanto, mesmo com alguns avanços nas propostas de educação escolar indígena, concorda-se com Cruz (2002) ao considerar que a maioria das políticas indigenistas dos países latinos promovem uma interculturalidade institucional, em que se normatizam as ações no sentido do reconhecimento das diferenças e da preparação para viver harmoniosamente em uma sociedade multiétnica, sem mudanças mais significativas nas relações de poder e nas desigualdades sociais.

Na posição do autor, os professores ainda não entenderam e nem mesmo se apropriaram do sentido profundamente emancipador de ensinar numa perspectiva intercultural democrática e emancipadora, que se contrapõe à interculturalidade de integração pautada no intercâmbio equivalente/intersubjetivo e refletida em práticas pedagógicas monoculturais e etnocêntricas.

Em seus estudos, Walsh (2009) distingue a interculturalidade funcional da interculturalidade crítica. Para ela, a interculturalidade funcional vai ao encontro dos interesses das instituições, centrando-se na diversidade cultural, sem considerar as desigualdades, haja vista a naturalização da diferença dentro da sociedade e do Estado nacionais.

De outro modo, a interculturalidade crítica constrói-se a partir do projeto político e social elaborado por pessoas ou grupos que historicamente encontram-se em situações sociais desiguais. A interculturalidade crítica como ferramenta pedagógica questiona continuamente a racialização, subalternização, inferiorização e seus padrões de poder (Walsh, 2009:25).

Para Candau (2012) a educação intercultural na perspectiva crítica e emancipatória aponta quatro ações fundamentais: desconstruir, articular, resgatar e promover. Para desconstruir é preciso penetrar no universo de preconceitos e discriminações presentes na sociedade brasileira. Ou seja, "Questionar o caráter monocultural e o etnocentrismo que, explícita ou implicitamente, estão presentes na escola e nas políticas educativas e impregnam os currículos escolares. Perguntar-nos pelos critérios utilizados para selecionar e justificar os conteúdos escolares" (Candau, 2012:48).

Uma segunda ação, seria articular igualdade e diferença "no nível das políticas educativas, assim como das práticas pedagógicas, o reconhecimento e valorização da diversidade cultural com as questões relativas à igualdade e ao direito à educação como direito de todos/as" (Candau, 2012:48). Essa ação poderá produzir mudanças aos sujeitos em relação, favorecendo a consciência dos códigos identitários de cada grupo, o que reforçaria a própria identidade. O que reivindicará outras estratégias nos processos de formação e de ensino.

Como terceira ação a autora propõe resgatar os processos de construção de nossas identidades culturais, da seguinte maneira:

> Tanto no nível pessoal como coletivo. Um elemento fundamental nesta perspectiva são as histórias de vida e da construção de diferentes comunidades socioculturais. Especial atenção deve ser dada aos aspectos relativos à hibridação cultural e à construção de novas identidades culturais. É importante que se opere com um conceito dinâmico e histórico de cultura, capaz de integrar as raízes históricas e as novas configurações, evitando-se uma visão de culturas como universos fechados e em busca do 'puro', do 'autentico' e do 'genuíno', como uma essência pré-estabelecida e um dado que não está em contínuo movimento (Candau, 2012: 48).

Promover experiências de interação sistemática com os 'outros' é vista como a quarta ação. Nessa ação é preciso relativizar o estar no mundo e atribuir-lhe sentido. Torna-se fundamental experiências interativas com diferentes modos de viver e expressar-se, com participação em projeto coletivos e do qual participem pessoas e/ou grupos diversos.

A quarta ação compreende em reconstruir a dinâmica educacional que, no caso da escola, envolve a seleção curricular, a organização escolar, as linguagens, as práticas didáticas, as atividades extraclasse, o papel do professor e a relação com a comunidade, entre outros aspectos.

Contudo, em contextos escolares indígenas acredita-se que tais ações dependem da formação dos sujeitos que irão desenvolve-las. Nesta direção, entende-se que apesar do Sistema Educacional Brasileiro reconhecer a interculturalidade como essencial nos programas educacionais propostos aos povos indígenas, as ações de qualificação técnica e metodológica do quadro docente das instituições formadoras nos cursos de formação para professores indígenas, ainda são incipientes.

Silva (2003) também acredita que a formação inicial e contínua seja talvez o problema decisivo, do qual depende a efetivação ou não da proposta intercultural. De acordo com ele, o essencial na formação é justamente a superação da perspectiva monocultural e etnocêntrica que contribuem na formação das barreiras impeditivas das práticas pedagógicas interculturais críticas. Sendo assim, as práticas permanecem homogeneizantes e reprodutivistas.

A constituição de diretrizes mais específicas sobre a educação intercultural em contextos escolares indígenas vai se consolidando a partir, e principalmente das produções de autores que de certa forma estão envolvidos em algum trabalho com povos indígenas. Seja pela necessidade de elaborar reflexões e estratégias pedagógicas no assessoramento durante a construção do projeto político e pedagógico para a escola indígena, seja pela necessidade de pensar tal abordagem educacional na formação de professores indígenas ou mesmo pelo desenvolvimento de pesquisas.

> Ao conquistarem o direito a uma escola específica e diferenciada, multicultural e comunitária os povos indígenas abrem um campo de estudos no qual, movimentam-se como protagonistas, no sentido de pensar o currículo a partir de uma outra lógica: a lógica do diálogo entre os seus saberes e os saberes legitimados historicamente pela cultura escolar. Mais especificamente o professor indígena, neste novo modelo, passa a ocupar um lugar central, levando em consideração as especificidades de cada povo, nos processos de repensar a realidade das comunidades indígenas na convivência nem sempre harmônica com a chamada 'sociedade nacional' (Urquiza & Nascimento, 2010:46).

De acordo com Urquiza & Nascimento (2010) apesar das primeiras iniciativas de formação inicial e continuada de professores indígenas dentro da nova concepção de escola intercultural, no Brasil, terem sido observadas ainda ao final da década de 1970. Foi somente a partir da década de 1980 que o processo de reflexão e sistematização teórica e acadêmica deu seus primeiros passos. Nessa direção, as idéias apresentadas no livro Educação Indígena e Alfabetização, de Bartolomeu Meliá, publicado em 1979, é considerado uma primeira iniciativa dessa natureza.

Mais recente, em 2012, no âmbito acadêmico o livro *Povos indígenas e escolarização* apresenta como debate principal a possibilidade de estabelecimento da interculturalidade em processos educativos que envolvem a relação entre conhecimentos ocidentais e conhecimentos indígenas. Já no âmbito da legislação brasileira, no mesmo ano, são reformuladas e instituídas a Resolução Nº 5, de 22 de junho de 2012, com as novas *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica*, que ratifica a interculturalidade como um dos fundamentos dessa modalidade de ensino.

A construção de uma escola indígena específica, intercultural e de qualidade, aponta como ação a troca dos modelos assimilacionistas pela implantação de programas de educação escolares que estejam na perspectiva do projeto de sociedade de cada povo indígena. Sendo a escola um espaço de fronteira, que segundo Tassinari (1992) pode ser entendida como um ambiente de trânsito, articulação e troca de conhecimentos, assim como espaço de incompreensões e de redefinição indentitárias dos grupos envolvidos no processo de educação. Na

efetivação desse modelo de educação escolarizada em contextos indígenas a garantia do espaço e do papel do professor indígena tornou-se imprescindível.

3 Práticas Interculturais na Formação de Professores Indígenas

As reflexões a partir do que foi observado no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade do Estado do Pará (UEPA), que objetiva a formação de professores indígenas, reforçam o importante lugar que a formação do corpo docente assume na consolidação de práticas pedagógicas interculturais no âmbito da oferta de um curso dessa natureza.

O Curso foi criado em 2011, com oferta das primeiras turmas em julho de 2012. São quatro anos de Curso, divididos em dois anos de Formação Geral e dois anos de Formação Específica em três áreas de formação: Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Natureza e Matemática, e Linguagens e Arte, em forma de oferta modular, nos meses de janeiro e julho. A partir do 5º semestre ocorrem etapas intermediárias com a oferta dos Estágios e da Prática como Componente Curricular.

Uma das preocupações colocadas pelos gestores na oferta desse curso dizia respeito à existência de um quadro docente qualificado para atuar com as turmas indígenas, haja vista que até aquele momento a Universidade não possuía "tradição" acadêmica em realizar este tipo de trabalho com povos indígenas. Existiam ações isoladas de alguns docentes-pesquisadores que desenvolveram suas pesquisas de mestrado e doutorado em temáticas relacionadas a este grupo social.

Diante desse quadro, uma das primeiras ações proposta pela coordenação do curso foi a criação de momentos formativos com o corpo docente designado para estar em sala de aula, inclusive como condição indispensável para a atuação junto às turmas. Tais momentos, proporcionaram aos professores um contato com as discussões sobre os índios no Brasil, e particularmente, sobre os povos indígenas Gavião, Surui Aikewara e Tembé participantes das primeiras turmas.

As formações ocorreram através de um processo de desconstrução de práticas naturalizadas e enraizadas no trabalho docente com grupos de alunos não-indígenas e, muitas vezes, construídas pela imagem romantizada e/ou exótica do índio brasileiro. Assim, a abordagem pedagógica utilizada a partir das características específicas de cada povo ao qual os acadêmicos de cada turma pertencia estimulou os professores na elaboração de novas estratégias de ensino que considerassem as histórias de vida desses acadêmicos/comunidade e de suas identidades culturais.

Nesse sentido, a didática intercultural assumia um novo paradigma orientador na atuação docente, muito bem demarcado na própria denominação do curso e dentre os princípios norteadores do projeto político e pedagógico dessa formação de professores. A didática intercultural exigia dos docentes do curso dinâmicas participativas, processos de diferenciação pedagógica, a utilização de múltiplas linguagens e o estímulo à construção coletiva (Candau, 2012).

Durante as formações realizadas ocorreram momentos de participação de professores das secretarias de educação que já atuavam nos cursos de magistério indígena, assim como, o relato de experiências de pesquisadores e especialistas que já haviam desenvolvido pesquisas com os povos atendidos pela Licenciatura. Isso contribuiu de forma significativa para que muitas dúvidas dos professores fossem esclarecidas, como as que diziam respeito ao trato linguístico durante as aulas, às manifestações culturais e a situação social frente ao contato com a sociedade não-indígena.

Torna-se importante destacar algumas situações gerais limitadoras, identificadas em um primeiro momento nas formações. São elas:

- Professores sem formação inicial e continuada com abordagem para a diversidade;
- Desconhecimento dos amparos legais e políticas educacionais da Educação Escolar Indígena;
- Dificuldades em elaborar metodologias de ensino específicas para a formação de professores indígenas;
- Desconhecimento da política indigenista no âmbito nacional e da própria UEPA;
- Dificuldades em elaborar material didático diferenciado para o curso.

A partir dos relatos dos professores após os períodos de aulas foi possível identificar como algumas das dificuldades apresentadas nos momentos das formações foram superadas. Os professores fizeram registros das atividades desenvolvidas com os alunos. Observa-se que a maioria dos professores partiu dos conhecimentos produzidos histórico e socialmente pela comunidade indígena, sendo os conhecimentos científicos tratados como mais uma possibilidade de se conhecer a realidade, nem mais ou menos importante de que os conhecimentos tradicionais indígenas.

Em geral, as aulas foram desenvolvidas através da problematização do contexto, com procedimentos de reflexão e investigação sobre a realidade. Essa abordagem faz lembrar Candau (2012) quando parte da ancoragem histórico-social dos diferentes saberes e conhecimentos e de seu caráter dinâmico.

> O que supõe analisar suas raízes históricas e o desenvolvimento que foram sofrendo, sempre em íntima relação com os contextos nos quais este processo se vai dando e os mecanismos de poder neles presentes (Candau, 2012:131).

As experiências relatadas pelos professores possibilitam a confirmação da efetiva utilização da pesquisa e da unidade teoria e prática, como princípios norteadores da prática pedagógica, como consta no projeto político e pedagógico do curso. Desse modo, o projeto prevê que o princípio da Pesquisa indique para o desenvolvimento do trabalho criativo no processo de ensino e aprendizagem, pelo qual os sujeitos envolvidos experimentam "novos" caminhos e questionamentos sobre os saberes sua estrutura e possibilidades de mudanças.

Lembrando os Referenciais Para a Formação de Professores Indígenas (2002), as ações de pesquisa são oportunidades de aprendizagem a partir de diferentes formas de registro da memória oral, que tem como fonte de estímulo alguns membros mais velhos da comunidade. Este documento aponta que os professores indígenas em formação, como membro de sua coletividade, devem desenvolver pesquisas sobre aspectos diversos do que consideram parte da cultura de seu povo, visando com isso o desenvolvimento do currículo de sua formação e de seus alunos sobre os conhecimentos étnicos.

Então, tornam-se importantes práticas pedagógicas que possibilitem ir a campo, observar, coletar dados e transformá-los em resultados de pesquisa por meio de análise cuidadosa. Assim, estimula-se uma cultura de investigação e produção do conhecimento no interior do ensino, que significa um investimento na construção de um pensamento mais crítico e criativo, fundamental para aqueles que querem ser professores na escola indígena.

No princípio da Unidade Teoria e Prática rompe-se com a prática pedagógica tradicional caracterizada por ações reducionistas, onde o conteúdo é instrumental, e os procedimentos didáticos desconsideram o cotidiano do aluno e a sua realidade social. A dimensão prática, no interior das áreas ou disciplinas, como um espaço de atuação coletiva e integrada dos formadores transcende o estágio e tem como finalidade promover a articulação das diferentes ações pedagógicas numa perspectiva interdisciplinar, destacando o método de observação e reflexão para entender e atuar em situações contextualizadas.

Além do mais, o princípio metodológico da prática como componente curricular não se resume na discussão de dimensão prioritária, entre teoria e prática, na formação do professor. Propõe pensar no processo de construção de sua autonomia intelectual: o professor além de saber e de saber fazer deve compreender o que fazer e aprender a refazer o que foi feito. Daí que na construção curricular não há oposição entre formação "teórica" e prática cotidiana indígena. Os saberes vão se constituindo a partir da reflexão na e sobre a prática, caracterizando-a como componente curricular.

As etapas de formação têm demonstrado que a interculturalidade como princípio pedagógico se desenvolve por meio de práticas de ensino orientadas pela compreensão integradora da totalidade, reconhecendo a legitimidade de diferentes fontes de saber e a percepção integradora do ser humano e da natureza. Vários professores reconhecem que organizaram previamente seus procedimentos metodológicos de aula dentro da lógica acadêmica tradicional, mas, que devido a lógica de organização de conhecimentos da comunidade indígena com a qual atuava alterou significativamente sua condução didática e a forma de tratar o conhecimento da disciplina.

Essa flexibilização da ação docente reafirma a perspectiva orgânica no processo de concepção, desenvolvimento e avaliação das vivências realizadas pelos docentes. Segundo Cunha (2009) o processo de ensinar e aprender exige coerência entre objetivos, desenvolvimento e avaliação que se tece "de maneira harmônica, sem entretanto, manter a rigidez dos processos previamente definidos, como propõe a racionalidade técnica. A coerência é uma busca processual, que exige, em muitos casos, mudanças de rumo e sensibilidade para o trato com o não previsto" (Cunha, 2009:226).

Tais ajustes, também conferiram uma perspectiva orgânica ao processo de ensino, já que permitiram um pacto entre professor e alunos e desses entre si, no que se refere às regras do trabalho pedagógico, incluindo sua avaliação. Um pacto que confere ao aluno indígena o protagonismo em todo o processo de aprendizagem, haja vista o reconhecimento por parte do professor em sua participação nas decisões pedagógicas, a valorização de sua produção pessoal e coletiva, original e criativa. Nesse caso, a produção do conhecimento não é algo que necessariamente assume a condição de inédito, mas torna-se novo, uma vez que estava lá no cotidiano da aldeia, e só foi descoberto pela condição experiencial proporcionada pelo professor.

Para uma melhor elucidação sobre essa forma de produção de conhecimento pode-se exemplificar uma experiência ocorrida na disciplina de Metodologia do Estudo e da Pesquisa na Escola Indígena, quando a professora solicitou aos alunos que se organizassem em grupos, e que cada grupo escolhesse um tema para ser trabalhado. Um dos grupos escolheu o tema "lixo na aldeia", que em um primeiro momento pareceu para os demais grupos com poucas possibilidades de investigação naquele contexto. Acontece que o grupo partiu da constatação de que os materiais biodegradáveis estão atingindo também as aldeias indígenas, inclusive aquela na qual o estudo seria realizado. Os resultados da pesquisa geraram inquietude na comunidade e ações que até então não haviam sido pensadas por seus membros.

O exemplo supracitado indica que o trato intercultural dos conteúdos não pode ocorrer de forma instrumental. De outro modo, devem ser tratados em sua dimensão social, com a finalidade de integração e aplicação teórica e praticamente no cotidiano dos educandos. Nesse entendimento, não deve-se apenas transpor os conhecimentos "estrangeiros" no contexto indígena, e nem mesmo escolarizar os conhecimentos indígenas tradicionais. Mais do que isso, requer que os conteúdos na perspectiva intercultural, sejam contextualizados sempre como produção histórica e em suas múltiplas faces dentro do todo social.

Um outro aspecto que se tem observado na prática dos professores na perspectiva intercultural foi a avaliação. Os procedimentos avaliativos seguiram a mesma lógica dialética dos procedimentos de ensino dos conteúdos já tratados anteriormente. Nas formações, os professores são orientados a adotar métodos de avaliação contínuos e que não se limite em um único momento para realização de provas ou testes. Recomenda-se também que o docente não privilegie a apropriação dos conhecimentos científicos em detrimento dos conhecimentos indígenas próprios.

Ressalta-se que a avaliação na pedagogia intercultural deve considerar que cada povo indígena possui sua forma própria de compreensão de mundo e de organização social. Junte-se a isso as formas e usos da língua indígena que regem as oralidades e escrita do povo. Estes aspectos manifestam-se incisivamente na produção de conhecimento apresentadas ao professor. Por isso, atenção e sensibilidade são importantes atitudes do mesmo na ação avaliativa.

As práticas avaliativas dos professores do curso têm ocorrido com características da avaliação emancipatória, ou seja, de forma processual e diagnóstica do estágio de aprendizagem do aluno. No entendimento de Luckesi (2000:35):

> A avaliação emancipatória visa promover os sujeitos, a libertação dos modelos classificatórios e de estagnação social, proporcionando seu crescimento. Deste modo, não pode ser o momento final da aprendizagem, mas, sim, parte deste processo, de modo que haja a percepção, a crítica e a prática dos agentes (aluno e professor).

No curso em questão, os professores acompanham as limitações e buscam estratégias para possibilitar os avanços no desempenho qualitativo dos alunos durante o processo de aprendizagem.

No geral, os instrumentos de avaliação utilizados pelos professores são aplicados durante o processo de ensino e de aprendizagem. Durante o processo de apropriação teórica dos conteúdos observa-se a ênfase

em instrumentos como verificações orais, debates, seminários, resumos, elaborações textuais. Relacionados às atividades "práticas", os instrumentos de avaliação observados foram a confecção de materiais didáticos bilíngues, dramatizações, elaboração e desenvolvimento de projetos, exposições, feiras e excursões.
Os critérios de avaliação são estabelecidos com os alunos no primeiro dia do módulo de aulas. Dentre esses critérios, estão a organização e clareza na apresentação dos resultados da aprendizagem, correção, articulação das partes, sequência lógica, rigor na argumentação e criatividade (Gasparin, 2005). A participação é um dos critérios que tem sido reivindicado pelos acadêmicos indígenas e atendidos no processo de avaliação.

Conclusão

No contexto das reflexões aqui apresentadas, acredita-se que os fundamentos para uma pedagogia intercultural crítica voltada à formação superior de professores indígenas, ainda encontra-se em construção. Haja vista, que a educação numa perspectiva intercultural exige a formação para metodologias de ensino dinâmicas, de intercâmbio e de superação das problemáticas indígenas, assim como atividades formativas voltadas à sensibilização para a alteridade e o acesso aos conhecimentos acumulados sobre os povos indígenas.
Talvez, os anseios, dúvidas e inseguranças dos professores universitários que se deparam com o desafio de formar professores indígenas estejam relacionados à falta de vivências na formação inicial que lhes forneçam a formação didática necessária para tal atuação, assim como, uma situação bastante recorrente nas universidades, de que devido aos anos de estudos em sua área específica, não necessitam de novas formações, consequentemente, quando se deparam com o processo de ensino e aprendizagem em contextos indígenas, emergem o despreparo e o desconhecimento sobre o trato com a pedagogia intercultural.
No caso do quadro docente em análise, que tem atuado no Curso de Licenciatura Intercultural da instituição pesquisada, observa-se que as dificuldades advindas tanto da formação inicial quanto da formação contínua e continuada, vem sendo superadas pelo interesse dos professores em se apropriar dos procedimentos teórico e metodológicos que a pedagogia intercultural exige e pela significativa receptividade no aprendizado construído durante a própria atuação e interação com as comunidades indígenas. Isso ratifica a relevância das ações formativas promovidas pela coordenação do curso.
Relevante, também se faz, que as universidades criem espaços de formação para a diversidade e para o subsídio de práticas interculturais, que possibilitem aos seus docentes a apropriação da educação escolar indígena em todas as dimensões a ela relacionadas. De modo que desenvolvam nos cursos de formação, um conjunto de competências que permitam aos professores indígenas, atuarem de forma responsável e crítica em suas escolas, em defesa de seu modelo próprio de educação escolarizada.

Referências

CANDAU, V. M. (2012), *Didática crítica intercultural*: aproximações. Petrópolis, RJ: Vozes.

CASTRO, D. B. de. (2012), *Multiculturalismo no Canadá: a biblioteca pública canadense frente a diversidade cultural*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, Porto Alegre: Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CRUZ, H. M. (2002), "Interculturalidad en educación, multiculturalismo en la sociedade: ¿Paralelos o convergente?". In: CRUZ, Héctor Moñoz. *Rumbo a la interculturalidade em educación*. México: UPN.

CUNHA, M. I. da. (2009), "Inovações pedagógicas: desafios de Reconfiguração de saberes na docência Universitária". In: PIMENTA, Selma Garrido. *Pedagogia Universitária*. São Paulo: USP.

DAMÁZIO, E. da S. P. (2008), "Multiculturalismo versus interculturalismo: por uma proposta intercultural do Direito". *Desenvolvimento em Questão*. Unijuí.

DIEZ, M. L. (2004), "Reflexiones em torno a la interculturalidade". *Cadernos de Antropologia Social*, pp. 191-213.

GASPARIN, João Luiz. (2005), *Uma didática para a pedagogia histórico-crítica*. Campinas, SP: Autores Associados.

HALL, Stuart. (2003), "A questão multicultural". In: _____. *Da diáspora*. Belo Horizonte: UFMG.

LUCKESI, Cipriano Carlos. (2000), *Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições*. São Paulo: Cortez.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (1998), *Referencial curricular nacional para as escolas indígenas*. Brasília: MEC/SEF.

_____. *Referenciais para a formação de professores indígenas*. (2002) Brasília: MEC/SEF.

MORANDI, F. (2008), *Introdução à pedagogia*. São Paulo: Àtica.

OLVEIRA, M. E. O. et al. (2005), "Modelos interculturales: cuestiones concptuales para el desarrollo de estrategias de intervención". *Revista de Investigación em Educación*.

WALSH, C. (2009), "Interculturalidade crítica e pedagógica decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver". In: CANDAU, V. M. *Educação Intercultural na américa Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

SILVA, G. F. da. (2003), "Multiculturalismo e educação intercultural: vertentes históricas e repercussões atuais na educação". In: FLEURI, R. M. *Educação intercultural: mediações necessárias*. Rio de Janeiro: DP&A.

SILVA, M. J. A. da; BRANDIM, M. R. L. (2008) "Multiculturalismo e educação: em defesa da diversidade cultural". *Diversa*. pp.51-66.

TASSINARI, A. M. I. (2001), "Escola Indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras da educação". In: SILVA, A. L.; FERREIRA, M. K. L. (Org.). *Antropologia história e educação: a questão indígena e a escola*. São Paulo: Global.

URQUIZA, A.; NASCIMENTO, A. C. (2010), "O desafio da interculturalidade na formação de professores indígenas". *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre. pp. 44-60.

VIEIRA, R. (1995), "Mentalidades, escola e pedagogia intercultural". *Educação, Sociedade e Culturas*. pp, 127-147.

As culturas afro-brasileira e indígena como patrimônio cultural significativo nas raízes da formação, costumes e tradições étnicas de Itaperuna-RJ

[1*]Juçara Gonçalves Lima Bedim

[2*]Leandro Garcia Pinho

[3*]Silvia Alicia Martinez

Resumo: A proposta se insere na perspectiva das práticas pedagógicas e mediações culturais e tem por o objetivo principal apresentação dos resultados de experiência de implementação de um Curso de Formação Continuada de professores da Escola Municipal Águas Claras, sediada no Município de Itaperuna-RJ. Sob uma prática pedagógica inter e transdisciplinar, o projeto contou com financiamento parcial da FAPERJ (no Programa Apoio à Melhoria do Ensino em Escolas da Rede Pública Sediadas no Estado do Rio de Janeiro). Voltado à formação dos professores, preocupou-se com a implementação dos preceitos da Lei nº11.645/08. Entre os resultados, percebe-se que o projeto foi capaz de qualificar uma equipe de professores que até então não possuía formação adequada para colocar em prática a demanda da lei supracitada e, assim, incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática da "História e Cultura Afro-brasileira e Indígena".

Palavras-chave: história e cultura afro-brasileira e indígena; prática pedagógica inter e multidisciplinar; formação de professores; aplicação da Lei nº11.645/08; patrimônio cultural.

Abstract: The proposal falls within the perspective of teaching practices and cultural mediations and is the main objective presentation of the experience of implementing results of a Continuing Education Course for teachers of the School Águas Claras, headquartered in the city of Itaperuna-RJ. Under an inter- and transdisciplinary teaching practice in the field of continuing education of teachers, the project was partially financed FAPERJ (the Program Support Education Improvement in Public Schools Network Headquartered in the state of Rio de Janeiro). Focused on the training of teachers, was concerned with the implementation of the provisions of Law nº11.645 / 08. Among the results, one can see that the project was able to qualify a team of teachers who hitherto did not have adequate training to put into practice the demand of the Corporate Law and thus included in the official curriculum of the school system the obligatory theme the "History and Afro-Brazilian and Indian."

Key-words: history and african-Brazilian and indigenous culture; inter and multidisciplinary pedagogical practice; teacher training; application of Law nº11.645 / 08; cultural heritage.

1* Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ-RJ); Docente do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Medicina da Universidade Iguaçu – Campus V – Itaperuna-RJ.

2* Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGPS-UENF) e Professor Associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF-RJ.

3* Doutora em Educação pela PUC-Rio. Coordenadora e Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGPS-UENF) e Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF-RJ.

1. Introdução

> Toda política pública, entretanto, fundamenta-se em um conjunto de concepções e mobiliza e desencadeia outras tantas que são postas em marcha na sua implementação e nas formas como a política é recebida e interpretada, num meio tão permeável a novas ideias como é o educacional, embora nem sempre isso se traduza em inovação da prática pedagógica (Alves, 2012, p.207).

O presente texto apresenta os resultados de projeto (financiado parcialmente pelo Edital FAPERJ Nº 31/2012 - Programa Apoio à Melhoria do Ensino em Escolas da Rede Pública Sediadas no Estado do Rio de Janeiro), sob título "As culturas afro-brasileira e indígena como patrimônio cultural significativo nas raízes da formação, dos costumes e tradições étnicas no município de Itaperuna-RJ: como aporte constituinte de uma prática pedagógica inter/transdisciplinar", que se desenvolveu sob a proposta de 2 (dois) professores pesquisadores da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e uma professora pesquisadora da Universidade Iguaçu – Campus V – Itaperuna-RJ e envolveu os professores e gestores da Escola Municipal Águas Claras, em Itaperuna, no Noroeste do Estado do Rio de Janeiro. A proposta partiu, sobremaneira, do pressuposto que fundamenta a pesquisa como princípio científico e educativo (Demo, 2005) em múltiplos horizontes. Assim, estes resultados que agora se explicitam aqui neste texto tentam dar conta de relatar a implementação do projeto em voga, preocupado com a ampliação e a (re)significação da prática pedagógica de escolas públicas (estaduais e municipais) no contexto do Noroeste fluminense.

De fato, é essencial o encaminhamento de uma educação para a inter e a multiculturalidade, ou seja, de uma educação que se preocupe em indagar em que medida os currículos estão trabalhando em favor da valorização e da pluralidade cultural e de desafios contra preconceitos, de forma que a identidade e o interesse de todos possam ser representados.

Nesse contexto, considerando-se a necessidade e a urgência de uma formação mais ética e solidária, nos preocupamos em refletir sobre o conhecimento de outras culturas e sua influência no cotidiano dos indivíduos, em especial, resgatando o lugar das culturas afro-brasileira e indígena, como patrimônio cultural importante e significativo na formação étnica de nosso país; promovendo, assim, o reconhecimento de práticas culturais diversas, na perspectiva de contribuir para um ensino mais democrático.

2. Pensando o referencial teórico

No encaminhamento desta discussão, sobressaiu-se como referencial teórico Boaventura de Sousa Santos (2003; 2005), pensador contemporâneo que atribui "às universidades uma participação activa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural". (Santos, 2006: p.76-78). Sublinhamos, nesse contexto, sua proposta da "ecologia de saberes" – uma visão multicultural, inter e transdisciplinar – que, como Santos afirma, implica uma revolução epistemológica da universidade, tratando-se de uma abertura de "fora para dentro" que favorece o diálogo com a multiplicidade de saberes produzidos na sociedade, os saberes leigos, populares, tradicionais.

> A ecologia de saberes é, por assim dizer, uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade. Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares tradicionais, urbanos, camponeses provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental etc.) que circulam na sociedade [...] Implica uma vasta gama de ações de valorização, tanto do conhecimento científico, como de outros conhecimentos práticos, considerados úteis, cuja partilha por pesquisadores, estudantes e grupos de cidadãos serve de base à criação de comunidades epistêmicas

> mais amplas que convertem a universidade em espaço público de interconhecimento onde os cidadãos e os grupos sociais podem intervir sem ser exclusivamente na posição de aprendizes (Santos, 2005: p.76-78).

É preciso desenvolver práticas que promovam uma nova convivência de saberes, pressupondo-se que todos eles, incluindo o conhecimento científico, podem se enriquecer nesse diálogo. Posto isso, Santos (2005: p. 77) denuncia:

> [...] o epistemicídio cometido contra os saberes locais, leigos, indígenas, populares em nome da ciência [...] No Brasil [...] a elite universitária se deixou facilmente iludir pela ideia auto-congratulatória do país novo, país sem história, como se no Brasil só houvesse descendentes de imigrantes europeus dos séculos XIX e XX e não, portanto, também de povos ancestrais, indígenas e descendentes de escravos.

Abreu e Chagas (2003; p.11-12) – estudiosos do patrimônio cultural – conclamam que é com atenção e vivo interesse que observam e acompanham "a retomada dessas discussões, agora com âncoras no terreno das práticas e com indicações nítidas de que diferentes grupos sociais estão se mobilizando e se organizando, em torno dessa nova agenda patrimonial".

> Essa preocupação antiga havia ecoado nos grupos de discussão da área cultural durante a Constituinte de 1988, tanto assim que os artigos 215 e 216 da Constituição Federal referem-se, de modo explícito, às responsabilidades do "poder público, com colaboração da comunidade", na promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro, compreendido como os "bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira". (Brasil, 2003 apud Abreu; Chagas, 2003: p.11).

Como afirma Sant'Anna (2003: p.48-49), a partir da Segunda Guerra Mundial, devido à expressiva expansão cronológica, tipológica e geográfica que perpassou o campo do patrimônio, é que processos e práticas culturais começaram, aos poucos, a ser considerados como bens patrimoniais em si, não requerendo a necessidade da mediação de objetos, ou seja, "sem que objetos fossem chamados a reificá-los ou representá-los". E, essa autora chama atenção para o fato de que:

> Essa nova percepção não surgiu, contudo, de uma reflexão europeia e ocidental, mas da prática de preservação oriunda de países asiáticos e do chamado Terceiro Mundo, cujo patrimônio, em grande parte, é constituído de criações populares anônimas, não tão importantes em si por sua materialidade, mas pelo fato de serem expressões de conhecimentos, práticas e processos culturais, bem como de um modo específico de relacionamento com o meio ambiente. (Sant'Anna, 2003: p. 49).

Na trilha dessas reflexões, Sodré (2002) sublinha a importância de se reconhecer democraticamente a riqueza da diversidade, aceitando esse outro tipo de saber, procurando o que é vital para o dia-a-dia das pessoas. Afirma esse estudioso que:

> Reconhecer a diversidade cultural implica relativizar um pouco o saber e a memória nacional preservada na forma de livro, na forma de obra de arte, de monumentos, de arquivo. Tudo isso é importante, mas tudo isso só ganha sentido [...] quando a gente recria esse saber, ou reapropria esse saber por um discurso, uma fala, uma ação vinculados a um projeto educacional, aberto ao enraizamento comunitário. (Sodré, 2002: p. 21).

No tocante à prática educativa, esta ainda é muito marcada pela visão positivista de currículo. Sabe-se que "há na escola uma homogeneidade cultural que se impõe sobre os outros discursos" (Mclaren apud Torres, 2001:

p. 23). Nesse sentido, é preciso, nos novos tempos, considerar a sociodiversidade cultural, o que demanda a busca por uma pedagogia diferenciada, em que a homogeneidade não seja o ideal, mas que seja uma prática que viabilize espaço para todos, de modo que a riqueza de diferentes possibilidades seja importante; pois, dessa forma, professores e estudantes ganhariam, trocando conhecimentos, convivendo com a diversidade de maneira participativa, compartilhando a construção de competências e habilidades diversas. Assim sendo, percebe-se que, para romper com o paradigma homogeneizante que vem permeando o *modus operandi* da escola, requer que os professores (re)constituam sua práxis a partir de um enfoque centrado na visão sociocultural crítica, que reconhece e valoriza a pluralidade de identidades que compõem a sociedade e a escola brasileira, sendo capazes de acolher e não de fragmentar ou calar, dentro das instituições de ensino, paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, raça e nacionalidade. (Hall, 1997; 1999).

Porquanto, no rumo da acepção e das reflexões acima elucidadas, este estudo constituiu-se uma proposta interdisciplinar, nos meandros da inter e multiculturalidade, tendo como referencial o Patrimônio Cultural intangível[4] que leva em conta a importância de desenvolver e construir uma prática pedagógica sensível ao reconhecimento das diferenças individuais e de grupo, focalizando, particularmente, o significado do legado das culturas indígena e afro-brasileira e suas influências na geração contemporânea do Noroeste fluminense, como testemunho de um processo histórico e cultural passado, cujas reminiscências preservadas se refletem no dia-a-dia dos sujeitos-atores do presente. E, nesse sentido, ressaltamos que o município de Itaperuna – localizado no Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, *locus* eleito como universo amostral/focal desta pesquisa –, é um município que tem como raízes de sua população influências indígenas, africanas e de colonizadores europeus (Diniz, 1985), criando um ambiente propício à observação de costumes e tradições étnicas.

Ainda, relevante se faz apontar que a perspectiva aqui tomada foi a de tornar a escola pública lugar inclusivo de construção do conhecimento alicerçando-se na práxis em tela, "porque aponta a complexa e fluida trama de relações sociais e de poder que configuram as relações culturais, hoje tematizada nos estudos e nas práticas sociais e educativas centradas na multiculturalidade e interculturalidade" (Fleuri, 2003: p. 10), como forma de intervenção na realidade constituída pela diversidade cultural brasileira. De fato, urge que a escola inclua orientações curriculares que contemplem a pluralidade dos grupos que frequentam a sala de aula, formando docentes críticos, reflexivos, capazes de valorizar a diversidade que permeia o contexto histórico-social contemporâneo, reconhecendo-se, nesse panorama, que é primordial valorizar e resgatar a cultura, as etnias, as tradições e as histórias locais.

Assim, retomando alguns pontos apresentados no início deste texto, o presente trabalho tem por objetivo principal apresentar, em linhas gerais, o percurso e os resultados referentes ao projeto que desenvolveu um Curso de Formação voltado aos professores e gestores da Escola Municipal Águas Claras[5], pertencente à rede de Ensino público municipal de Itaperuna-RJ, durante o ano de 2013. A partir de reflexões teóricas levantadas pela equipe proponente do projeto e autores do presente texto, o mesmo se desenvolveu tendo como norteamento o desenvolvimento um curso que se convencionou denominar de Curso de Formação Docente em "História e Cultura Afro-brasileira e Indígena" com carga horária total de 60 horas. O mesmo foi realizado nas dependências da própria instituição escolar, durante o ano letivo de 2013.

---

4 Recentemente, construiu-se uma nova qualificação para o patrimônio, isto é, "patrimônio imaterial" ou "intangível", cuja concepção visa a aspectos da vida social e cultural, que não são concebidos pelas visões mais tradicionais. "Nessa categoria estão lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas etc. Como sugere o próprio termo, a ênfase recai menos nos aspectos materiais e mais nos aspectos ideais e valorativos dessas formas de vida" (Gonçalves, 2003: p. 24).

5 Trata-se de projeto financiado através do Edital FAPERJ Nº 31/2012 - Programa Apoio à Melhoria do Ensino em Escolas da Rede Pública Sediadas no Estado do Rio de Janeiro – 2012, por meio do qual foram adquiridos equipamentos para a reestruturação do Laboratório de Informática da Escola, bem como foi realizada a atualização do pequeno acervo bibliográfico da Escola e que agora conta com títulos infanto-juvenis voltados às temáticas da história e cultura afro-brasileira e indígena.

3. Atividades desenvolvidas na Escola Municipal Águas Claras

Ao enfatizar a relevância deste esforço investigativo, que se efetivou através da implementação de um curso de formação para docentes do Ensino Fundamental da Escola Municipal Águas Claras, no município de Itaperuna, recorremos a Reis (2009, p.3), pesquisadora do etnoconhecimento para o etno(re)reconhecimento (PROETNO/UNIRIO)[6], que evidencia:

> Mergulhados que somos em uma perspectiva de educação transformadora e solidária, nos remete considerar as práticas educativas que trazem por eixo metodológico as diferenças étnico-culturais como aquelas capazes de promover o fortalecimento de identidades que foram por séculos subalternizadas e silenciadas em seus saberes, lutas e conquistas frente à liberdade subtraída e aos direitos humanos almejados.

Nesse sentido, igualmente, no clamor de Reis, mister se faz valorizar conhecimentos dessas populações e desses indivíduos singulares, apontando seus modos de viver, trabalhar, criar e educar seus filhos, assim como reconhecer seus saberes, sua (con)vivência com a comunidade e com as relações sociais com as populações no seu entorno.
Os passos que utilizamos para colocar em prática os diferentes objetivos propostos e atingidos pelo projeto em relevo podem ser assim sintetizados: 1) encontros, sob a forma de **grupo de estudos**, dos professores pesquisadores proponentes do projeto; 2) **encontros**, sob a forma de visitas de campo, com a equipe pedagógica da em questão; 3) definição das **temáticas, conteúdos e abordagens** que seriam colocadas em prática durante o **Curso de Formação Docente** que se desenvolveria na escola; 4) realização do Curso em tela nas dependências da Escola, envolvendo a equipe pedagógica e os docentes desta escola.

3.1 O grupo de estudos

Para o êxito da pesquisa, foi realizado inicialmente um levantamento bibliográfico através da seleção de autores que pudesse assegurar uma fundamentação teórica ao desenvolvimento do projeto, igualmente, alicerçando a escolha de técnicas/instrumentos metodológicos que garantam melhor compreensão dos dados. E, assim, para tornar claras as perspectivas que norteariam as proposta deste projeto, os professores proponentes se reuniram, nas dependências do Laboratório de Estudos de Educação e Linguagem - LEEL, do Centro de Ciências do Homem - CCH, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, para que, através de leituras e discussões de textos, projetos e atividades afim, pudessem colocar em prática os objetivos propostos inicialmente. Dentre esses objetivos, dois puderam ser claramente cumpridos: a) dando conta de pensarmos a articulação de conhecimentos vinculados à inter e multiculturalidade e refletir teoricamente sobre a importância dessa influência no cotidiano dos atores sociais, alicerçando-se no preceito da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, procurando desenvolver uma relação democrática e transformadora com a comunidade de Itaperuna (representada pela escola municipal polo Águas Claras), particularmente, considerando a pesquisa e a produção do conhecimento como atos que devem ser solidariamente compartilhados com a comunidade; e b) abordando e discutindo sobre a(s) influência(s) de práticas indígenas e afro-brasileiras na cultura brasileira, no intuito de se reconhecer a legitimidade dessas etnias, estudando sua realidade sócio-histórica e cultural, com vistas a verificar até que ponto a homogeneização da sociedade limita a importância da diversidade cultural – contribuindo para que as comunidades indígenas e quilombolas sejam tratadas de forma marginal.
Vale ressaltar que estes encontros sob a forma de grupos de estudos e pesquisa continuaram a ocorrer durante todo a realização do projeto. Assim, pudemos, enquanto equipe proponente, rever estratégias, atividades e retomarmos discussões teóricos pertinentes ao processo de desenvolvimento do projeto.

---

6 PROETNO (campo de pesquisa e extensão avançado do Programa do Etnoconhecimento para um EtnoREconhecimento: a importância de educação diferenciada na/para a escola pública com qualidade social", sediado na Escola de Educação/ UNIRIO – em parceria com a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação – FPCE, Universidade de Coimbra, e o Instituto Superior de Enfermagem de Coimbra – do qual os proponentes deste estudo participam como pesquisadores associados, desde 2006.

Outrossim, houve participação, por parte do coordenador deste projeto, nas reuniões mensais do NEABI UENF[7] e que está em pleno funcionamento no Centro de Ciências do Homem da UENF. Nestas reuniões, de caráter científico-acadêmico-cultural, reflexões, ideias, propostas e compartilhamento de conhecimentos, pudemos agregar novos conhecimentos que certamente contribuíram para a efetivação deste projeto.

3.2 Encontros, visitas de campo e definição das estratégias de implementação do projeto

No intuito de estruturar nas dependências da escola-polo uma sala de estudos e pesquisas, no formato de um Laboratório de estudos, pesquisa e aprendizagem que pudesse ser utilizada como modelo de estudos a ser implementado não só na escola sede do presente projeto, mas como modelo para outras escolas de Ensino Fundamental, fizemos visitas à escola, entre os meses de fevereiro e maio.
Atingindo outro objetivo proposto pelo projeto - o de investigar o conhecimento dos professores em relação às culturas indígena e afro-brasileira -, pudemos, nestes encontros com a equipe pedagógica da Escola, definir novas estratégias, estreitando os laços entre a equipe de professores pesquisadores proponentes do projeto com a equipe pedagógica da escola. Destas discussões, ficamos cientes da grande defasagem existente entre os professores e gestores da escola de domínio dos conteúdos necessários para que colocassem em prática as prerrogativas da Lei nº11.645/08. Assim, percebeu-se a necessidade de implementação de um Curso de Formação Docente que envolvesse a temática da Lei em voga e que pudesse contar com a participação dos professores e gestores desta escola de ensino fundamental.

3.3 Definindo temáticas, conteúdos e abordagens para o Curso de Formação Docente

Para delinear, nos moldes de uma pesquisa-ação, uma proposta de intervenção (por parte dos pesquisadores deste projeto, docentes e discentes) a ser desenvolvida junto à escola eleita como universo de análise, implantação e implementação de um currículo na atitude da sociodiversidade e do patrimônio cultural, estruturamos um Curso de Formação Docente que teria como tema central a "História e Cultura Afro-brasileira e Indígena".Os encontros que comporiam o curso se realizariam mensalmente na Escola, tendo ocorrer, eventualmente, mais de uma vez por mês. Entendemos que assim estaríamos realizando outro objetivo proposto: realizar com os professores ações e atividades educativas que articulem conteúdos, competências e habilidades no saber/fazer docente, fundamentados numa visão de orientação curricular multicultural e interdisciplinar, sob a perspectiva da formação continuada e do Patrimônio.

3.4 O Curso de Formação Docente em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena

Assim como o objetivo geral apresentado à FAPERJ, o Curso de Formação Docente que idealizamos e implementamos na Escola Municipal Águas Claras teve por mote/objetivo principal dinamizar/incentivar, através da implantação de um Laboratório de Estudos, Pesquisa e Aprendizagem sobre a cultura afro-brasileira e indígena, um piloto de pesquisa, ensino e aprendizagem voltado para uma prática pedagógica inter e transdisciplinar, no campo da formação continuada de professores e do Patrimônio Cultural.
Como forma de colocar em prática estas perspectivas, definimos algumas temáticas que nortearam os encontros voltados à formação dos professores no que convencionamos denominar Curso de Formação Docente:
1º Módulo: "Legislações sobre a história e cultura afro-brasileira e indígena no sistema educacional: implicações históricas".
2º Módulo: "História e cultura indígena no Norte e Noroeste fluminense".
3º Módulo: "História e Cultura afro-brasileira e indígena: trabalhando com história em quadrinhos, lendas e mídias digitais".
4º Módulo: "História, cultura e literatura: afro-brasileira e indígena".
5º e 6º Módulos: "Oficinas de História e Cultura afro-brasileira e indígena".

---

7 Este núcleo foi implementado através de financiamento de outro edital da FAPERJ.

4. Sujeitos da pesquisa, técnicas/instrumentos metodológicos de coleta de dados

Ao finalizarmos os encontros do Curso de Formação Docente acima referido, os pesquisadores sentiram a necessidade de apreenderem a percepção dos sujeitos envolvidos no projeto tiveram do encaminhamento do mesmo. O processo educativo foi pensado como capaz de se preocupar em indagar em que medida os currículos estão trabalhando em favor da valorização e da pluralidade cultural e de desafios contra preconceitos, de forma que a identidade e o interesse de todos possam ser representados. Assim, surgiu a necessidade de uma análise para investigar o "impacto" do curso que emanou do projeto em tela: História e cultura afro-brasileira e indígena como promotoras de cultura.

Para tanto, a técnica de coleta de dados utilizada foi um "depoimento pessoal" – *self report* – com os professores que participaram do referido curso, 43 ao todo, dentre os quais 10 se dispuseram à elaboração do mesmo. O *self-report* é uma técnica que, segundo Bachelor (1987), consiste em pedir aos sujeitos do universo pesquisado que expressem, por escrito, o que sentem/sentiram em relação a um certo fenômeno ou à situação de estudo. Neste tipo de procedimento, o pesquisador encaminha questões aos protagonistas de modo a pedir-lhes que descrevam em detalhe – isto é, que expressem sentimentos, atitudes, opiniões –, uma situação que vivenciaram. A pretensão, através do instrumento aplicado, foi colher informações, sugestões para a melhoria da continuidade de projetos desse teor, tendo como mote primordial a capacitação de educadores, contribuindo para a construção de sujeitos aptos a se inserirem neste mundo global e plural, de forma que o interesse de todos seja representado.

4.1 Análise dos dados: interpretando e desvelando resultados

Como dissemos, o projeto operacionalizou-se com a realização de um Curso de Formação Docente voltado à história e cultura afro-brasileira e indígena, sob a égide de uma educação inter e multicultural, alicerçada por referenciais teóricos, dentre os quais ressalta-se a "ecologia de saberes" – de Boaventura de Sousa Santos (2005), na defesa da diversidade cultural.

Posto isso, como já elucidado acima, tendo como técnica de coleta de dados o *self-report*, buscou-se respaldo no Método de Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin (1977), para a interpretação e análise do discurso que emanou do imaginário dos sujeitos-atores desta pesquisa, expressando suas opiniões, ideias e sentimentos com relação à prática instaurada.

Dentre os critérios de categorização apresentados pela teórica, recorreu-se ao "critério semântico de categorização", que "consiste em descobrir os 'núcleos de sentido' que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido" (Bardin, 1977: p. 105). Seguindo essas direções – encaminhando o levantamento de categorias de análise dentro do critério semântico –, as categorias emergiram a partir da incidência e/ou prevalência de dados coletados através da técnica metodológica utilizada. Assim sendo, procurou-se, seguindo as pegadas de Bardin (1977, p. 119-121), manter, no conjunto de categorias que emergiu, ter características, tais como: pertinência, objetividade, fidelidade, tentando, ao máximo, evitar as distorções da subjetividade. Nessa trilha investigativa, chegou-se à grade final que conduziu aos quadros compostos pelas categorias que pareceram, aos pesquisadores do presente estudo, adequadas.

As unidades significativas dos dados que emergiram das opiniões dos protagonistas resultaram em seis categorias: 1) Importância do curso para (re)significação da prática pedagógica; 2) Imaginário dos professores desvelado: em relação às culturas afro-brasileira e indígena; 3) Expansão do conhecimento; 4) Valorização da sociodiversidade cultural no universo escolar; 5) Promoção da Interdisciplinaridade; 6) Reflexões sobre a formação da cidadania. Vale lembrar que, como forma de identificar aqui que as falas emanam de diferentes professores que responderam ao *self-report*, utilizamos a seguinte identificação: P A, P B, P C e assim por diante.

4.1.1 Das Categorias

4.1.1.1 Importância do curso para (re)significação da prática pedagógica

Esta categoria enfatiza a necessidade premente de capacitação continuada e permanente no contexto da docência, como possibilidade de (trans)formação da práxis pedagógica. De fato, a referida prática ainda é muito marcada pela visão positivista de currículo; nos novos tempos, é preciso considerar a diversidade cultural e a multirreferencialidade de imaginários que permeiam e engendram o cotidiano escolar. Realidade essa que impõe aos profissionais da educação "traduzir, para o dia-a-dia da escola, orientações curriculares que incorporam conhecimentos prévios, universos linguísticos, enfim, a cultura dos grupos plurais diversos que frequentam a sala de aula." (Canen; Pereira, 2005: p. 14).
O discurso dos professores que participaram das atividades realizadas no projeto em tela aponta sua preocupação, conscientização e interesse na construção de uma prática inovadora, tendo como referencial a questão da diversidade cultural como aporte teórico-metodológico que sensibilize docentes e discentes para (re)tomar seu patrimônio cultural como reflexão importante e fundamental na construção de sujeitos aptos para atuar com dignidade, responsabilidade social e competência na práxis coletiva. Como no dizer de Paulo Freire (2003, p. 55), urge a instância de

> Correr o risco da aventura dialógica, o risco da problematização para não cair na prática depositante de um falso saber que anestesiando o espírito crítico, serve à "domesticação" dos homens e instrumentaliza a invasão cultural.

Na trilha dessas reflexões, vinculadas à essência da categoria em discussão, ressaltam-se algumas falas emanadas do discurso dos professores que participaram do estudo em foco:

> [...] esse curso nos trouxe uma bagagem diferente das ideias engessadas [...] (**P D**).
>
> [...] o curso trouxe à nossa prática educativa um novo olhar, uma nova forma de enxergar além dos livros didáticos, possibilitando se educar de maneira criativa e contextualizada. (**P E**).
>
> Participar deste projeto foi muito relevante [...] com o planejamento de aulas diversificadas e mais significativas para os discentes. (**P F**).
>
> Achei muito construtivo, importante e especial todos os nossos encontros. [...] Acredito que este tema é de suma relevância em um momento crucial da nossa sociedade. (**P H**).
>
> O curso foi muito interessante e significativo [...] , nos abrindo um 'leque' de possibilidades para transmitir esse conteúdo aos nossos educandos. (**P J**).

De fato, é gratificante desvelar, através desses depoimentos, que o corpo docente da escola – universo desta pesquisa – percebe a urgência de uma nova práxis, transformadora, que propicie aos indivíduos viver melhor neste mundo multifacetado, sobremaneira, considerando-se a Educação como um bem divisível.

4.1.1.2 Imaginário dos professores desvelado: em relação às culturas afro-brasileira e indígena

Os trechos e recortes de depoimentos a seguir apontam as opiniões dos professores, denunciando verdades instituídas, ou seja, referindo-se ao modo desprestigiado e racista como as culturas afro-brasileira e indígena são consideradas no contexto social do aparato histórico-cultural brasileiro:

> [...] infelizmente ainda traz vestígios de preconceitos fortemente arraigados. (**P A**).
>
> [...] nos leva a pensar que podemos e devemos agir. (**P C**).
>
> [...] esse curso nos trouxe uma bagagem diferente das ideias enganadoras e, até de certa forma, discriminatórias sobre essa cultura tão rica em nosso país. (**P D**).
>
> Hoje, nos falta oportunidade para estudar a 'História e cultura Afro-brasileira e Indígena como promotora de civilização', pois a educação não tem a atenção e recursos que precisam para capacitar os educadores e educandos. [...] As grades curriculares estão voltadas para o bruto e básico, dificultando o crescimento cultural em nosso país. (**P H**).
>
> O resgate do folclore como um todo e a cultura afro-indígena, em particular, deve ser uma preocupação constante por parte dos docentes. (**P I**).
>
> [...] nos fez olhar com novos olhos para a cultura brasileira. Muitas das vezes, para nós, educadores, falta formação sobre determinado conteúdo, como a cultura afro-brasileira e indígena, para que possamos desempenhar melhor nosso papel. (**P J**).

No pressuposto da discussão acima, Santos (2005, p. 77), em sua teoria da "ecologia de saberes", denuncia

> o epistemicídio cometido contra os saberes locais, leigos, indígenas, populares em nome da ciência. [...] No Brasil [...] a elite universitária se deixou facilmente iludir pela ideia auto-congratulatória do país novo, país sem história, como se no Brasil só houvesse descendentes de imigrantes europeus dos séculos XIX e XX e não, portanto, também povos ancestrais, indígenas e descendentes de escravos.

Verifica-se que o discurso do grupo de respondentes, nesta pesquisa, vai ao encontro da teoria de Santos; donde salienta-se que é fundamental evidenciar para os estudantes que o negro e o indígena são promotores de civilização, com suas tecnologias, formas de socialização, visão sobre o trabalho, entre outros aspectos peculiares. Posto isso, não se deve falar apenas em contribuição dessas etnias, mas, sim, considerá-las como participadoras em nossa civilização. Como assinalado nos depoimentos acima, mister se faz considerar que estamos diante do fato de que temos que "estudar", "ler", "conhecer" sobre tais culturas, desconstruindo uma série de verdades instituídas. Ademais, há de se considerar o viés político (inevitável), uma vez que se institui na Legislação brasileira, bem como nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

McLaren (apud Torres, 2001, p. 23) adverte que se sabe que "há na escola uma homogeneidade cultural que se impõe sobre os outros discursos, estabelecendo como universal [...] uma concepção de justiça e direitos e um regime de verdades". Nessa perspectiva, corrobora-se tal assertiva, lendo-se o documento oficial brasileiro – Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997), que postula que o atendimento às

> necessidades singulares [...] é estar atento à diversidade. Isso com vistas à integração no processo educativo, estabelecendo a igualdade como direito universal, e a equidade, como função particular de cada grupo, assegurando acesso a todos aos benefícios do conhecimento.

Por conseguinte, ressalta-se a premência de articular conhecimentos vinculados à inter e multiculturalidade, no campo do Patrimônio Cultual, sublinhando o significado do legado das culturas em pauta e sua influência na geração contemporânea, como testemunho de um processo histórico-cultural passado, cujas reminiscências preservadas se refletem no dia-a-dia dos indivíduos, particularmente, considerando a pesquisa e a produção do conhecimento como atos que devem ser solidariamente compartilhados com a comunidade.

4.1.1.3 Expansão do conhecimento

Quanto ao teor desta categoria, percebeu-se que a prática implantada através do curso promovido pelo presente projeto, atingiu a pretensão de estimular o enriquecimento do conhecimento no tocante às culturas afro-brasileira e indígena, tendo a interculturalidade como eixo transversal e componente pedagógico efetivo que propiciou, aos professores, vivenciar um processo de reflexão que oportunizou a articulação da teoria com a prática, como evidenciam os comentários abaixo:

> [...] os conhecimentos históricos tornaram-se mais íntimos e significativos sobre a cultura afro-brasileira [...] (**P A**).
>
> [...] Ter nos deixado mais capacitados, nos mostrou que existem pessoas capazes, comprometidas e eficazes com o ato de 'educar'. (**P E**).
>
> [...] a contribuição dos especialistas enriqueceu o aprendizado com embasamento teórico, experiências e diferentes metodologias de ensino."
> (**P F**).
>
> Aprendi muito, principalmente, sobre a questão indígena, pois o conteúdo foi colocado sob uma ótica totalmente diversa da que eu tinha até então.
> (**P G**).
>
> Tivemos dicas de como ajudar os educandos a se interessar pela leitura, criar projetos.
> (**P H**).
>
> [...] a metodologia adotada e a estratégia de trazer vários docentes com suas expertises contribuíram [...] (**P I**).
>
> Gostei muito de ter a oportunidade de conhecer um pouco melhor essas culturas [...]
> (**P J**).

Como sugere Mendes (2003, p. 8), mister é "considerar não somente aquilo que o professor deve saber, o domínio dos saberes disciplinares e pedagógicos [...], mas que possam favorecer processos coletivos de reflexões e intervenção na prática pedagógica". Nesse sentido, sublinha-se a importância de substanciar o processo pedagógico, levando à socialização de saberes e constituindo-nos como sujeitos do ato de ensinar/aprender.

4.1.1.4 Valorização da sociodiversidade cultural no universo escolar

Olhando criticamente os depoimentos dos professores pesquisados, chama-se atenção para o fato de que esses protagonistas imergiram, com consciência reflexiva, na importância de se valorizar a questão da sociodiversidade cultural como tema transversal que deve permear a matriz curricular, tal qual proclama o Professor A:

> [...] a importância da preservação patrimonial e sua inserção no contexto escolar [...] instiga no educando situações conflituosas que levam ao aprendizado sobre o processo histórico-cultural em que está inserido despertando o interesse em buscar e resolver questões pessoais e coletivas [...] propondo-nos uma reflexão sobre a cultura afro-brasileira e sua diversidade e como esta cultura se insere no contexto atual da sociedade [...] (**P A**).

E, ainda, outras opiniões contundentes como as reveladas abaixo:

> A cultura afro-brasileira e a indígena sempre esteve presente na história do Brasil influenciando constantemente nas tradições do país. [...] a lei de 2008 que obriga as escolas a incluir esses elementos no currículo escolar, torna necessário que o professor esteja preparado para trabalhar esse resgate de valores e conteúdos, tornando esse momento de grande importância para o ensino das diversidades culturais. (**P D**).
>
> Valorizar a história, a cultura local será sempre um ponto de partida significativo para [...] resultados verdadeiros e reais. (**P E**).
>
> [...] torna-se imperativo o debate da educação a serviço da cultura e da diversidade [...] (**P G**).

Nesse sentido, Sodré (2002) sublinha a importância de se reconhecer democraticamente a riqueza da diversidade, não apenas no contexto escolar, mas, igualmente, procurando o que é vital para o dia-a-dia dos indivíduos no seio da sociedade. Assim, afirma esse estudioso que

> Reconhecer a diversidade cultural implica relativizar um pouco o saber e a memória nacional preservada na forma de livro, na forma obra de arte, de monumentos, de arquivo. Tudo isso é importante, mas tudo isso só ganha sentido [...] quando a gente recria esse saber ou reapropria esse saber com um discurso, uma fala, uma ação vinculados a um projeto educacional, aberto ao enraizamento comunitário. (Sodré, 2002: p. 21).

Miguel Arroyo, ao prefaciar a obra "Múltiplos olhares sobre educação e cultura", organizado por Dayrell (2006, p. 8), conclama a necessidade de " estarmos atentos às relações estreitas entre educação, cultura, diversidade cultural e vincular politicamente a defesa da escola, com as dimensões públicas, cívicas, culturais, com os direitos", chamando atenção para o fato de que, no entanto, estas relações ainda estão fracas na nossa cultura.

4.1.1.5 Promoção da "interdisciplinaridade"

Quando falamos de interdisciplinaridade, estamos de algum modo nos referindo a uma espécie de integração entre as disciplinas ou áreas do saber. A interdisciplinaridade, como aponta Fazenda (2005), vem substituir a visão fragmentada do conhecimento – instalada pelo positivismo de Augusto Comte, cujas ideias valorizavam as ciências consideradas formas por excelência do conhecimento humano – para estabelecer uma integração das disciplinas, ou seja, todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros saberes, os quais podem ser de questionamento, de confirmação, de complementação, de negação ou de ampliação. E a estudiosa chama atenção para o fato de que a interdisciplinaridade supõe um eixo integrador que pode ser objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Esta relação entre as disciplinas tradicionais pode ir da simples comunicação das ideias até a integração mútua de conceitos epistemológicos.

> Numa sala de aula interdisciplinar, a autoridade é conquistada, enquanto na outra é simplesmente outorgada. [...] a obrigação é alternada pela satisfação; a arrogância pela humildade; a solidão, pela cooperação; a especialização, pela generalidade; o grupo homogêneo, pelo heterogêneo; a reprodução, pela produção do conhecimento. [...] todos se percebem e gradativamente se tornam parceiros [...] (Fazenda, 2005: p. 86-87).

No rumo dessas orientações, ressalta-se que, examinando reflexões dos professores participantes do projeto em descrição, a interdisciplinaridade constitui-se veículo que promove a interligação das diversas disciplinas à questão da inter, multiculturalidade; como, por exemplo:

> [...] possibilitando estabelecer conecções com todas as disciplinas do Currículo Escolar [...] voltado à cultura digital como auxiliadora na proposta de trabalharmos a história da cultura indígena com a utilização da tecnologia de forma lúdica e interessante." (**PA**).

> [...] na minha disciplina (matemática) [...] obtive algumas ideias para administrá-la nas minhas aulas, como por exemplo: discutir políticas públicas voltadas para a cultura afro-brasileira e indígena [...] analisando gráficos e tabelas, introduzindo assim estatística e até probabilidade, analisar a geometria e a simetria existente em pinturas e gravuras indígenas etc. (**P J**).

Esses depoimentos apontam que os professores que atuam no cenário do Ensino Fundamental estão cientes de que a interdisciplinaridade é substantiva na construção do conhecimento que, verdadeiramente, contribui para um processo ensino-aprendizagem contextualizado e, consequentemente, significativo. E, nesse contexto, como sugere Fazenda, mister se faz ressaltar que muitas são as possibilidades quando se trata de interdisciplinaridade, não havendo receitas a seguir e, como ela própria conclama, os caminhos na busca da interdisciplinaridade devem ser trilhados pela equipe docente.

4.1.1.6 Reflexões sobre a formação da cidadania

As reflexões instigadas e ensejadas pelos conteúdos de palestras ministradas, trouxeram à baila para os professores (sujeitos desta pesquisa) a relevância do referencial teórico-metodológico do multiculturalismo (sociodiversidade cultural) como eixo transversal, o qual se constitui um componente curricular efetivo que propicia a formação de cidadãos capazes de atuar com dignidade, competência e autonomia na sociedade contemporânea, como comenta o **Professor J**: "Vale ressaltar [...] a formação de alunos capazes de construir uma aprendizagem transformadora, podendo educar-se enquanto cidadãos atuantes na sociedade."
Nessa mesma abordagem, igualmente, clamam outros professores participantes do processo:

> [...] O encontro foi relevante uma vez que enfoca a resolução de problemas com ações reais, cujo objetivo é a cidadania. (**P A**).

> [...] crescer culturalmente e assim formarmos bons cidadãos. (**P H**).

Enfatiza-se, assim, no remate desta interpretação de dados, a necessidade de que os currículos sejam ampliados, modificados e ajustados de acordo com a real necessidade da comunidade escola. E, nesse rumo, emerge premente a importância da sociodiversidade cultural – da inter e da multiculuralidade – como premissa de que, dentro de uma visão pós-moderna, é essencial a preocupação em indagar em que medida os currículos estão trabalhando em prol da pluralidade cultural, sobremaneira, em se tratando de um país como o Brasil cujo povo é resultado do entrelaçamento de etnias diversas, múltiplas; bem como a desafios e preconceitos.

5. Considerações finais

Consideramos que os objetivos propostos pelo projeto foram realizados com êxito. A partir dos relatos dos professores e gestores que partilharam da experiência do Curso de Formação Docente, foi possível perceber a possibilidade de se fortalecer a ligação dos docentes e discentes locais com sua herança cultural local, principalmente no que tange a história e cultura afro-brasileira e indígena. Participaram do projeto em torno

de 40 profissionais da educação, entre gestores, professores e pesquisadores da UENF, da Escola Municipal Águas Claras e demais professores pesquisadores convidados ao longo do Curso de Formação Docente. Além deste grupo, no último módulo foram oferecidas atividades, sob a forma de Oficinas Pedagógicas, que tiveram a participação dos alunos do Ensino Fundamental - 1º ao 9º ano - da escola Municipal Águas Claras.

Pela própria natureza do projeto, elegemos a metodologia qualitativa (Triviños, 1987), que permitiu acompanhar de perto o fluxo de acontecimentos no transcorrer do processo e, nesse contexto, embarcar nos caminhos da "pesquisa-ação" (Thiollent, 2005). A principal característica da pesquisa-ação é evitar uma postura que leve a ações impositivas, que desconsidere o falar da sociedade. Daí sua compatibilidade com projetos de extensão compromissados e mobilizadores. Ao definir pesquisa-ação, Thiollent (2000, p.14) a descreve como

> um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problemas estão envolvidos de modo cooperativo e participativo.

No entendimento de Canen e Pereira (2005), como o nome indica, implica pesquisa, mas também ação, envolvendo um processo de reflexão sobre a prática, remetendo-a a processos de criação e planejamento. Sendo assim, essa metodologia nos possibilitou não apenas adentrar na práxis da pesquisa e transitar com maior liberdade pela realidade problema, mas também a intervenção propriamente dita com os protagonistas para que se possa, a partir de uma ação conjunta, buscar soluções, propor estratégias viáveis e possíveis para o objeto do estudo.

Dessa forma, pudemos vivenciar uma ação extensionista reflexiva que produziu (engendrada num ideal participativo e crítico), contribuindo para a inserção, no fluxo curricular da Escola Básica, de uma visão inter e multicultural – embasada no referencial teórico do Patrimônio Cultural (Scheiner, 2009, 2010) –, colaborando para a (re)significação da prática educativa, envolvendo a pesquisa, cuja perspectiva é articular conteúdos que suscitem a reflexão sobre a valorização das tradições e das histórias locais, sobressaindo, nesse contexto, a importância de saberes das sociedades indígenas e afro-brasileiro em nossa região.

Essa práxis, pensando como Nogueira (2005: p.51), nos ajudou a reformular concepções e práticas curriculares, no sentido de rever o conceito de "sala de aula" para além do espaço tradicional caracterizado pela interação recíproca entre professores, alunos e sociedade, dentro e fora dos muros da instituição escolar.

Quanto à operacionalização do projeto, é pertinente ressaltar que as atividades que foram desenvolvidas fizeram-se com o intuito de constituir um "laboratório" de ideias compartilhadas, através de uma ação conjunta – de professores, coordenadores, direção – em oficinas pedagógicas e de estudos, seminários, minicursos, palestras, mesas redondas, estudos de casos, entre outros.

Dito isso, conseguimos perceber que as metas propostas pelo projeto proposto foram, em sua maioria, implementadas. Equipamentos foram adquiridos e um pequeno acervo bibliográfico, veio incrementar a biblioteca, que agora conta com títulos infanto-juvenis voltados às temáticas da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Ressaltamos também que houve, conforme percebido ao longo das atividades descritas neste relatório e os relatos dos gestores e professores envolvidos, uma ampliação do conhecimento e (re)conhecimento por parte dos envolvidos no projeto acerca da pluralidade cultural da região de Itaperuna. Pelo uso do recurso de pesquisa do *self-report*, pudemos perceber o que os sujeitos envolvidos no projeto apontaram como relevantes, avaliando, de maneira geral, de forma bastante positiva as atividades realizadas conforme análise do *self-report*.

Valorizou-se, assim, a cultura local, tendo por foco as tradições e características afro-brasileiras e indígenas na maioria das vezes desconhecidas de docentes e discentes do Ensino Fundamental. Além disso, pensamos ter sido também profícua a possibilidade de fomentarmos, entre a equipe que se envolveu com o projeto, de integração ao currículo tradicional das propostas da Lei nº11.645/08, cuja prerrogativa é estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática da "História e Cultura Afro-brasileira e Indígena" no currículo da educação básica brasileira.

Ainda há muito o que se discutir e suscitar sobre o tema, mas consideramos extremamente profícua esta

empreitada. E, para que ampliemos as possibilidades de desdobramentos sobre o tema proposto, consideramos que podemos propor em momentos futuros outros projetos contemplando um campo que ainda tem muito a se fazer dentro da formação de professores e gestores e também da formação de alunos/cidadão do Ensino Fundamental público.

Findamos agradecendo o financiamento deste projeto à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. Financiamento este, mesmo que parcial, possibilitou a implementação desta proposto que julgamos ter sido muito significativa. Finalizado o presente projeto, os pesquisadores proponentes entendem que puderam contribuir, de maneira significativa, com uma proposta que, preconizando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, passa a contribuir com a prática pedagógica dos professores envolvidos no projeto que podem a partir da participação no mesmo efetivar os preceitos apresentados pela Lei nº11.645/08. Vale lembrar, então, que através desse projeto sensibilizou-se e qualificou-se uma equipe de professores que até então não possuíam formação adequada para colocar em prática a demanda da lei supracitada: incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática da "História e Cultura Afro-brasileira e Indígena". Acredita-se, desta forma, que com esta capacitação e as demais atividades acadêmico-científico-culturais desenvolvidas durante o ano letivo de 2013 na Escola Municipal Águas Claras, contribuiu-se para que esses professores e, consequentemente o currículo desta escola de Ensino Fundamental, possam a essas prerrogativas legais e esperamos que estes conhecimentos compartilhados neste projeto possam servir de experiência modelo para outras escolas do mesmo segmento.

Enfim, sublinha-se que a realização deste estudo possa instigar outros estudiosos a abraçarem a ideia de construir propostas de implementação curricular no cotidiano escolar, tendo como perspectiva uma formação aberta à pluralidade cultural – que desafie preconceitos, voltada para a cidadania plena, na qual primem a ética e as relações interpessoais: uma relação que rejeita as desigualdades sociais e culturais.

Referências

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.) (2003), *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.* Rio de Janeiro: DP&A.

ALVES, Claudia (2002), O educador e sua relação com o passado. In: *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 28, n. 03, p. 205-217.

BACHELOR, A.; JOSHI, P. (1996), *La méthodologique de recherché em Psychologic: guide pratique*. Quebec: les presses de L'université.

BARDIN, Laurence (1977), *Análise de Conteúdo.* Trad. Luís A. Neto, Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura (1997), *Secretaria de Ensino Fundamental. Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC.

BRASIL (2008), *Lei nº 11.645*, de 10 de março de 2008.

CANEN, Ana; PEREIRA, Maria Inês (2005), Traduções para o dia-a-dia da escola. In: *Formação continuada para coordenadores pedagógicos.* Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Educação.

DAYRELL, Juarez (Org.), (2006), *Múltiplos olhares: sobre educação e cultura.* Belo Horizonte: UFMG.

DEMO, Pedro (2005), *Pesquisa: princípio científico e educativo.* 11. ed. São Paulo: Cortez.

DINIZ, Dulce (1985), *O Desenvolver de um município – Itaperuna: do germinar à frutificação.* Itaperuna: Damadá.

FAZENDA, Ivani C. (2005), *A interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.* 4. ed. Campinas: Papirus.

FREIRE, Paulo (2003), *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.* 26. ed. São Paulo: Paz e Terra.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos (2003), O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio*: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, p. 21-29.

HALL, S. A. (1997), *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais em nosso tempo.* Educação e realidade, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez.

_____ (1999), *A identidade cultural na pós-modernidade.* Rio de Janeiro: DP&A.

MENDES, Sonia Regina (2003), Sobre a formação continuada de professores: algumas reflexões sobre o desafio de romper com os modelos padronizados. *Interagir: pensando a extensão*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 7-13, jan./jul.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (2005), *Políticas de extensão universitária brasileira*. Belo Horizonte: UFMG.

SANT'ANNA, Marcia (2003), A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.* Rio de Janeiro: DP&A, p. 46-55.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2005), *A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipadora da universidade.* 2. ed. São Paulo: Cortez.

SCHEINER, Tereza Cristina M. Museologia ou Patrimoniologia? Reflexões (2009), In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. (Orgs.). MAST Colloquia - *Museu e Museologia:* interfaces e perspectivas. Rio de Janeiro: MAST, v. 11, p. 43-59.

SODRÉ, Muniz. Cultura, diversidade cultural e educação (2002), In: TRINDADE, Azoilda L. de; SANTOS, Rafael dos. (Orgs.). *Multiculturalismo mil e uma faces da escola.* 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A.

THIOLLENT, Michel (2000), *Metodologia da pesquisa-ação*. 10. ed. São Paulo: Cortez.

TORRES, Rosa Maria (2001), *Educação para todos: a tarefa por fazer*. Porto Alegre: Artmed.

TRIVINÕS, Augusto N. S. (1987), *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.* São Paulo: Atlas.

Educação para além da escola: reflexões a partir das experiências dos movimentos sem terra de alagoas

Georgia Sobreira dos Santos Cêa[1]

Camila Ferreira da Silva[2]

Resumo: O presente artigo é fruto de uma investigação que visou mapear as principais características dos assentamentos rurais do estado de Alagoas (Brasil). A partir da pesquisa de terreno realizada em 147 assentamentos, os processos educativos observados no cotidiano dos movimentos Sem Terra alagoanos passaram a ganhar centralidade no desenvolvimento da pesquisa supracitada. Nosso objetivo consiste, pois, em discutir as experiências educacionais gestadas nos movimentos sociais em questão e, neste sentido, uma compreensão ampliada do termo "Educação" – que vai além da institucionalização no espaço escolar – serve de base para as análises aqui empreendidas. Os dados coletados indicam que as lutas diárias que os sujeitos do campo travam em torno de direitos sociais (tais como: moradia, saúde, educação, entre outros) constituem um dos principais lócus de socialização.

Palavras-chave: Assentamentos rurais; Alagoas; Sem Terra; Educação; Socialização.

Introdução

No Brasil, as lutas dos movimentos sociais ligados à terra[3] não resumem-se à reforma agrária desde a sua gênese; pode-se afirmar, inclusive, que as demandas em torno das quais estes sujeitos coletivos se organizam vêm ganhando complexidade ao longo do tempo. O direito à escola, ou seja, à educação institucionalizada, neste contexto, transformou-se em uma bandeira de luta e "[...] passou a fazer parte da organização social de massas de luta pela Reforma Agrária, em que se transformou o Movimento dos Sem Terra" (Benjamin & Caldart, 2000: 27).

A partir da década de 1990, a literatura nacional começou a contemplar esta luta por educação dos movimentos sociais em questão. O debate trazia à tona o modo como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) introduziu uma problemática central para esta reflexão: as especificidades de uma escola para os povos campesinos, para as crianças, jovens e adultos sem terra. Uma escola *do* campo passou a ser reivindicada em contraposição à mera transposição do modelo de instituição escolar urbana (Aroyo, 2007; Caldart, 2001; Molina & Freitas, 2011).

O objeto, no entanto, deste artigo não se reduz à educação do tipo institucional. Nosso objetivo consiste em discutir as experiências educacionais gestadas nos movimentos sociais sem terra no estado de Alagoas (Brasil). Partimos, pois, de uma compreensão ampliada da acepção do termo "Educação" para empreendermos as análises em torno de tais experiências, o que se deve ao exercício de enxergar o objeto de investigação a

---

1 Filiação: Universidade Federal de Alagoas. Contacto: gecea@uol.com.br. Doutora em Educação: História, Política e Sociedade (PUC-SP). Mestre em Educação (UFF). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Estado, Sociedade e Educação (GP-TESE).

2 Filiação: Universidade Nova de Lisboa/UNL. Contacto: ferreira.camilasilva@gmail.com. Atualmente é doutoranda em Ciências da Educação na UNL. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Licenciada em Pedagogia pela UFAL, com intercâmbio acadêmico internacional em Ciências da Educação na Universidade de Lisboa (UL). Licenciada em História pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR).

3 Para compreender a relação entre a gênese do movimento Sem Terra no Brasil e o contexto social e político mais amplo no qual ela se deu, ver Navarro (2002).

partir da percepção dos próprios sujeitos de pesquisa. Nesse sentido, seria inconcebível uma visão reducionista da educação expressa pela instituição escolar frente ao significado educativo que o cotidiano de lutas diversas possui para os referidos sujeitos sem terra.

No âmbito do percurso metodológico, destacamos: trata-se de um estudo de abordagem qualitativa[4]; de método compreensivo; que utilizou, na pesquisa de terreno, questionários de caracterização dos assentamentos, entrevistas e conversas informais com os sem terra e observação como estratégias de recolha de material.

O texto é marcado pelo seguinte movimento: iniciamos com uma breve apresentação das investigações responsáveis pelas reflexões acerca da educação nos movimentos sem terra de Alagoas; logo depois deter-nos-emos às experiências educativas destes movimentos sociais; e, por fim, traremos uma discussão, suscitada pelo campo de pesquisa, sobre o significado da educação forjado nessas experiências.

1 Contextualização das investigações

Duas pesquisas articuladas entre si são responsáveis pelas reflexões que sustentam o presente artigo. São elas: "Pesquisa e diagnóstico das potencialidades socioeconômicas dos assentamentos rurais do estado de Alagoas", coordenada pelo professor Dr. Ciro Bezerra e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL), que buscou conhecer, mapear e compreender a realidade dos assentamentos rurais de Alagoas, especialmente em seus aspectos sociais, econômicos e culturais; e "Pesquisa e diagnóstico de potencialidades socioeducativas nos assentamentos da reforma agrária no estado de Alagoas", coordenada pela professora Dra. Georgia Sobreira dos Santos Cêa e fomentada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que, por sua vez, procurou analisar a relação entre educação e desenvolvimento econômico nestes assentamentos.

Foram estas investigações, desenvolvidas entre 2009 e 2011, que possibilitaram um contato direto com os movimentos sociais sem terra do estado de Alagoas e, neste sentido, permitem-nos hoje compreender os significados que a educação assume para os sujeitos partícipes de tais movimentos.

O estado de Alagoas possui 153 assentamentos, registrados em 2011, segundo informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-AL[5]). A pesquisa de terreno realizada na primeira investigação supracitada envolveu visitas a 147 destes assentamentos rurais com o intuito de mapear, caracterizar e analisar as realidades encontradas em cada um destes sítios. Este escopo, no entanto, foi indicando campos férteis de investigação em áreas específicas, dentre as quais a educação, o que deu sentido à elaboração e execução da segunda investigação apresentada.

Dessa forma, o desenvolvimento destas duas investigações inseriu o exercício de compreender os processos educacionais que se dão no interior de cada assentamento na agenda de pesquisa dos grupos envolvidos. Cabe ressaltar que a importância que passou a ser atribuída à educação em sentido amplo nestas pesquisas deve-se a dois elementos principais: de um lado estavam os interesses analíticos de pesquisadores ligados ao curso de Pedagogia e a outros cursos de licenciatura (Ciências Sociais, Geografia e História); e, de outro, estava a forte marca educativa impressa em cada ação cotidiana de luta dos sujeitos de pesquisa em questão. É esta marca que ganhará relevo no próximo tópico deste artigo.

2 Movimentos Sem Terra de Alagoas e suas experiências educativas

Antes mesmo de iniciar uma breve caracterização da educação nos movimentos sem terra alagoanos, é de suma importância trazer à tona algumas questões mais gerais sobre este estado – em especial no que tange aos aspectos sociais que auxiliam a explicar a realidade dos seus povos campesinos. A alta concentração de

---

4 Faz-se importante ressaltar que a ênfase dada aqui à perspectiva qualitativa deve-se ao objetivo geral do texto e ao exercício implicado por ele, a saber: refletir acerca das experiências de investigação supracitadas.

5 Dado extraído de: http://www.incra.gov.br/.

terra, riqueza e poder nas mãos de poucas famílias proprietárias de extensas faixas de terras improdutivas em Alagoas é o ponto de partida para compreendermos a organização social, geoespacial e econômica que marca as relações sociais entre os sem terra, de um lado, e os grandes latifundiários, de outro (Souza, 2004). A luta por direitos sociais – que vão desde a própria reforma agrária até às condições de sobrevivência, no contexto do campesinato alagoano – é, pois, assinalada pela dominação dos latifundiários sobre os pequenos agricultores. Tal dominação pode ser expressa, no cotidiano do referido estado, pelos seguintes elementos: "[...] frágil organização popular, uso demagógico das mazelas sociais por boa parte dos representantes políticos e baixo nível de conhecimento da população" (Cêa, Silva & Silva, 2014: 623-624). E é exatamente neste estrangulamento entre a possibilidade de participação ativa da sociedade e as necessidades sociais básicas que os movimentos sem terra se colocam em Alagoas. Dados relativos a tais movimentos acabam por demonstrar o lugar que as lutas desses povos tomam na agenda política do estado: Alagoas possui, atualmente, 53 assentamentos espalhados em 41 de seus 102 municípios; além destes espaços de resistência, inúmeras terras permanecem em situação de "ocupação"[6], ou seja, ainda não foram desapropriadas; o governo do estado expulsa deliberadamente famílias inteiras do meio rural (Comissão Pastoral da Terra, 2010); os conflitos agrários têm se acirrado nos últimos anos e os grandes empreendimentos, descolados de caráter socioambiental, guardam espaço privilegiado na atuação do governo estadual (Comissão Pastoral da Terra, 2013).

Estas questões corroboram a luta por educação no seio dos movimentos sem terra deste estado. Didaticamente, tratemos, primeiramente, da questão da escolarização: as pesquisas realizadas *in lócu* revelam que

> Nas microrregiões Litoral Norte, Arapiraca, Palmeira dos Índios e Serrana dos Quilombos existem escolas entre 84% e 71% dos assentamentos ali localizados.
> Nas microrregiões Santana do Ipanema, Mata Alagoana, Sertão do São Francisco e São Miguel dos Campos, existem escolas entre 67% e 50% dos assentamentos.
> Até aqui, temos um conjunto de nove microrregiões com escolas em pelo menos metade dos assentamentos nelas existentes: Alagoana do Sertão do São Francisco, Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios, Arapiraca, São Miguel dos Campos, Serrana dos Quilombos, Mata Alagoana, Litoral Norte Alagoano e Maceió. Destaca-se o fato de que em nenhuma microrregião há escolas em todos os assentamentos rurais.
> A situação se torna ainda mais crítica nas microrregiões Serrana do Sertão Alagoano, Batalha e Traipu, nas quais há uma variação entre 37% e 20% de existência de escolas em assentamentos [...] Verifica-se, ainda, que, em 11 microrregiões do estado de Alagoas – excetuando-se Penedo e Maceió – os assentamentos possuem escolas nas proximidades. Nas microrregiões de Palmeira dos Índios, Litoral Norte Alagoano, Maceió e Mata Alagoana existem assentamentos sem escolas e sem escolas nas proximidades (Cêa, Silva & Silva, 2014: 627-628).

Este breve quadro da existência (ou não) de instituições escolares formais nos interiores dos assentamentos alagoanos ou mesmo em suas proximidades revela, de um lado, o espaço que tais instituições ganharam nas lutas dos movimentos sem terra em Alagoas e, de outro, a ainda incipiente abrangência destas escolas. Para além disso, a problemática do deslocamento até as escolas próximas aos assentamentos torna-se um dado relevante quando refletimos acerca do acesso à escolarização das crianças, jovens e adultos sem terra.

A luta desses movimentos pela educação formal pode ser entendida, ainda, pelo fato de que

> A população do campo na realidade alagoana representa um terço da população do estado, isso sem considerar que muitos municípios de pequeno porte tem seu

6 O termo "ocupação" refere-se: à principal forma de luta pela terra e mobilização em massa dos trabalhadores rurais (Caldart, 2001); ao espaço de luta e resistência, à fronteira entre o sonho (posse da terra) e a realidade (a luta, construída no enfrentamento cotidiano com os latifundiários e o Estado) (Fernandes, 1999).

> perímetro urbano definido sem levar em conta as atividades produtivas e culturais dos sujeitos que lá vivem, vinculadas à terra. Assim, a negação do direito a uma escola pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada no campo e do campo na realidade alagoana representa a negação à boa parte da população da efetivação de seu direito a educação (Alagoas, 2014: 24).

A luta histórica por construção de escolas efetivamente *do campo* ganha, pois, sentido frente a estes dados, os quais acabam por ratificar a fragilidade social do campo, no caso alagoano, no que tange às possibilidades reais de acesso à educação formal nos assentamentos rurais. Problemáticas já discutidas por outros pesquisadores emergem também para o panorama de Alagoas, tais como: infraestrutura das escolas, formação de professores, currículo específico, continuidade e elevação da escolaridade, entre outros.

Se, ao depararmo-nos com estas questões, levarmos em consideração o consenso estabelecido na literatura brasileira especializada acerca da relação diretamente proporcional entre a escolarização e a atuação técnica e política dos povos do campo em suas lutas diárias (Alano, 2008; Araújo, 2005; Ramos, 2008; Viana, 2003), far-se-á mais clara a importância da instituição escolar neste contexto.

As experiências de educação formal vividas pelos povos do campo, no entanto, representam apenas uma parcela daquilo que estamos a tratar neste artigo. Faz-se importante compreendê-las no conjunto mais amplo de processos educacionais vivenciados por estes sujeitos. Destacaremos, a partir de agora, como tais experiências são permeadas de outros tantos espaços formativos construídos pelo próprio cotidiano de lutas dos assentados pesquisados. Para isto, deter-nos-emos a três destes espaços, nomeadamente: formações políticas, formação dos Sem Terrinha e cotidiano de luta.

a) Formações políticas

Nas visitas realizadas aos 147 assentamentos pesquisados foi possível observar, em absolutamente todos eles, um espaço físico destinado à realização de discussões e formações políticas dos assentados. A observância de tais aparatos físicos (que variavam entre pátios, paióis[7], barracos de lona cobertos de palha, ou mesmo a casa de algum dos líderes dos assentamentos), na pesquisa de terreno, possibilitou-nos vislumbrar o caráter educativo – para além de evidentemente político – deste espaço e das vivências ali ensejadas. Segundo Caldart (2001), é exatamente esta intencionalidade política e pedagógica do movimento sem terra que garante o vínculo da luta imediata com o movimento da história.

Formar politicamente o sujeito sem terra é uma ação que passa, pois, a fazer parte do cotidiano dos assentamentos alagoanos com a instituição de espaços como esses. Pizetta (2007), ao analisar o percurso histórico do MST no Brasil, afirma que o movimento em questão realizou grandes avanços no sentido de sua autonomia no que se refere às promoções das formações políticas de seus militantes ao passo que compreendeu a importância do diálogo com outros sujeitos. Nesse sentido, observar as práticas de formação política nos assentamentos alagoanos requer um olhar para as articulações que têm sido realizadas para o incremento desse espaço. A partir das conversas informais e entrevistas realizadas com os assentados alagoanos, evidente tornou-se a apropriação que é feita desses espaços físicos e simbólicos: parcerias são estabelecidas com pessoal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com lideranças de outros tantos assentamentos, bem como com docentes de universidades engajados em investigações e/ou militância junto aos movimentos sem terra, para promover palestras, oficinas e debates acerca das questões políticas, econômicas, sociais e culturais que dizem respeito à vida dos assentados.

Esses espaços de diálogos e de formação política constituem-se, claramente, em ambientes educativos por excelência em função de seus objetivos pedagógicos. Porém, faz-se mister chamar atenção para o próprio processo que antecede as reuniões de formação política, uma vez que tais reuniões são produto de uma série de ideações dos sujeitos coletivos organizados no âmbito de seus próprios assentamentos. A intencionalidade pedagógica de formar politicamente os sem terra, expressa por este espaço de instrução que estamos chamando

7 Trata-se de uma espécie de celeiro.

atenção, não deve camuflar as ações também pedagógicas imbrincadas na construção do próprio espaço. Os modos espontâneos de educar dos sujeitos pesquisados passam, portanto, pelo desenvolvimento de momentos de significação social para a comunidade (como a formação política e muitos outros momentos) – o que significa afirmar que o caráter pedagógico das ações cotidianas ganha uma dimensão educacional natural sobre os sujeitos envolvidos nesse processo.

Formar politicamente os sem terra é, pois, uma tarefa que ultrapassa os seus escopos específicos, uma vez que relaciona-se diretamente, e mesmo inconscientemente, a processos educacionais mais amplos: ao envolver toda a comunidade de um assentamento em um empreendimento de formação política, por exemplo, estamos a observar momentos de tomadas de decisões, conflitos internos, construção coletiva, cooperação, participação, divisão de tarefas, etc., ou seja, estamos diante da sociabilidade desses sujeitos em seu cotidiano de luta e organização.

b) Formação dos Sem Terrinha

Os movimentos sem terra brasileiros, com destaque para o MST, explicitam uma construção histórica da categoria *crianças Sem Terra*,

> Sem Terrinha, que não distinguindo filhos e filhas de famílias acampadas ou assentadas, projeta não uma condição, mas um sujeito social, um nome próprio a ser herdado e honrado. Esta identidade fica mais forte à medida que se materializa em um modo de vida, ou seja, que se constitui como cultura, e que projeta transformações no jeito de ser da sociedade atual e nos valores (ou antivalores) que a sustentam (Caldart, 2001: 212).

Tal construção, que vai além da semântica, é reveladora do lugar que as crianças passaram a ocupar no seio dos movimentos sociais em questão, de um lado, e do desafio que a formação destas crianças constitui para o futuro dos próprios movimentos, de outro. Educar as crianças, portanto, acabou por constituir uma bandeira histórica fundamental dos sem terra no Brasil.

Como afirmado anteriormente neste artigo, a luta por escolas formais é um elemento já bastante reivindicado e investigado no âmbito dos movimentos sem terra. E, no intuito de ir além da questão da institucionalização da educação, tratemos aqui da dimensão mais ampla de formação dos Sem Terrinha. Naturalmente, o próprio pertencimento destas crianças aos mais diversos ambientes nos quais se dá a luta diária em torno das questões agrárias já as coloca em situações pedagógicas cotidianas relacionadas com esta luta. A questão que se coloca, portanto, é: o que se entende por formação das crianças no interior dos movimentos sem terra alagoanos? As visitas de terreno possibilitam-nos algumas breves reflexões para responder a esta indagação.

A inclusão das crianças nas atividades que marcam o cotidiano dos assentamentos visitados foi rapidamente observada pela equipe de pesquisadores. Desde a própria recepção da equipe de investigação até as rodas de conversas ou mesmo as entrevistas, as crianças estavam presentes e curiosas por ver, ouvir e falar. Geralmente eram porta-vozes de questões ligadas ao próprio universo infantil nos assentamentos (tais como: famílias, relação com as mães, escola, lazer), mas também punham-se a falar acerca de questões mais gerais sobre a comunidade e ainda sobre as lutas sociais travadas pelos seus pares.

Para além da participação das crianças no cenário de investigação, foi possível perceber a importância atribuída às crianças pelos militantes mais velhos, sendo vistas por estes como o futuro dos movimentos sociais sem terra. Nesse contexto, em muitas entrevistas foi exposta a preocupação com a formação dos Sem Terrinha, de um lado, e com a saída dos jovens do campo (geralmente em busca de melhores condições nos centros urbanos), de outro. A afirmação categórica de inserção das crianças e jovens no seio do movimento social foi componente recorrente nos discursos dos assentados adultos e, a partir do conjunto destes discursos, evidencia-se o sentido de formação dos Sem Terrinha: formar-se enquanto sujeito individual, ao passo que forma-se também enquanto sujeito coletivo.

Ainda nesse caminho, outro elemento merece atenção: os movimentos sem terra de Alagoas realizam, anualmente, um encontro de formação das crianças assentadas, coordenado pelo MST. O intuito de tais

encontros consiste em envolver as crianças em atividades pedagógicas de reflexão acerca da sua própria condição de criança assentada que faz parte de um movimento social de luta pela terra e por outros tantos direitos sociais (como: saúde, educação, transporte, esporte e lazer)[8]. Em diálogo com o grupo de educadores do MST, evidenciou-se o envolvimento de muitos militantes com a organização das práticas pedagógicas desenvolvidas com os Sem-Terrinha nesses encontros – fato que corrobora a relação entre os adultos militantes e as crianças e os jovens que estão em formação nesses espaços.
Este cenário e estas reflexões acabam por revelar a importância da afirmação da identidade dos integrantes do movimento em questão desde a infância, bem como da formação do sujeito social Sem-Terrinha, expressa no sentido pedagógico da luta e firmada para além da instituição escolar.

c) Cotidiano de luta

A dimensão educativa das práticas apontadas acima – na formação política e na formação dos Sem Terrinhas – já nos coloca diante de um patente caráter pedagógico presente no cotidiano dos assentamentos visitados em Alagoas. É exatamente sobre este cotidiano que lança-se aqui um olhar reflexivo no sentido de compreender as lutas diárias que marcam as vidas dos sujeitos investigados e, mais especificamente, as aprendizagens e os ensinamentos que emergem de tais contextos de lutas. Este ambiente que elegemos como mais um espaço educativo engloba, na verdade, a totalidade das práticas sociais dos assentados estudados, ou seja, o que se passa nas fronteiras tênues dos acampamentos e assentamentos alagoanos.O estado ocupa o terceiro lugar no Brasil em casos de violência cometida contra trabalhadores rurais durante ocupações e processos de despejos; além disso, em 2005, Alagoas foi o estado brasileiro que mais contabilizou prisões de integrantes do MST; e ainda apresenta um índice muito elevado de famílias em acampamentos, dando continuidade à luta diária pela legalização da posse das terras (Cêa, Silva, Gusmão & Silva, 2009). Conhecer esta realidade de perto, por meio das investigações realizadas, permitiu-nos identificar e compreender os desafios ordinários enfrentados nos diversos assentamentos rurais de Alagoas – desafios estes que vão desde a falta de infraestrutura dos assentamentos até a permanência da juventude no campo, passando por questões de necessidades básicas. Não obstante, são exatamente estes desafios, vistos a olhos nus, que evidenciam a dimensão da luta cotidiana a que os assentados em questão estão submetidos. Faz-se salutar ratificar que

> Quem visita um assentamento, ou mesmo um acampamento de Sem Terra, sai com a impressão, e talvez a reflexão, de que há outras possibilidades de como viver, e que há questões, saberes, afetos e relações de outra ordem, acontecendo não muito longe de um tipo de vida que consideravam como único possível (Caldart, 2001: 216).

Todos os elementos de uma existência frágil, sob um teto de lona ou de palha, falam muito acerca da organização, das reivindicações, das lutas e, sobretudo, das formas de "combate" adotadas por estes sujeitos coletivos. A educação é, portanto, uma dessas formas de combater as adversidades cotidianas, um dos mecanismos utilizados para a construção de uma possível e diferente realidade. Este sentido transformador atribuído à educação não pode ser visualizado, no entanto, de forma externa às demais lutas que os movimentos sociais sem terra travam (pela reforma agrária, meio ambiente, saúde, divisão de riqueza, entre outras), uma vez que é o conjunto dessas lutas que dá sentido ao movimento histórico promovido por tais movimentos no Brasil.

3 A Educação para além da escola: reflexões a partir do campo de investigação

O que estes espaços supracitados comungam, afinal? Entendemos que, a partir das experiências educativas aqui discutidas, é possível enfrentar essa questão com vistas à educação como um princípio de luta – um princípio (re) construído no cotidiano dos povos do campo: os assentados alagoanos educam-se, no seu cotidiano, com

8 Sobre o acompanhamento de um destes encontros no estado de Alagoas, ver: Cêa, Silva, Gusmão & Silva (2009).

a finalidade de continuar lutando para garantir direitos sociais (dentre os quais a educação formal constitui-se em valor importante). Isso significa que, ao lutar, esses sujeitos promovem processos pedagógicos de formação social e política nos próprios agentes que participam dos movimentos sociais sem terra (das crianças aos idosos); ao construírem espaços de formação política, ou de formação dos Sem Terrinha ou ainda de quaisquer lutas, eles estão em ação educativa.

Ao organizar-se cotidianamente, os sujeitos pesquisados revelam um sentido educativo em sua práxis, e isso fica ainda mais evidente quando atentamos para o fato de estes mesmos sujeitos colocarem-se a tarefa de refletir sobre as suas ações por meio de seus diversos espaços de formação. O modo próprio de educar, desenvolvido no cotidiano dos assentamentos rurais alagoanos, permite-nos trazer à discussão o tema da filosofia da práxis (Gramsci, 1981), uma filosofia que somente pode manifestar-se sob uma atitude polêmica e crítica, com capacidade de superar o pensamento vigente precedente, tornando crítica uma atividade já existente. A educação, nesse sentido, se estende para além da instituição escolar formal: de um lado, a própria crítica que os movimentos sociais sem terra elaboraram à escola urbana se efetiva na luta por escolas específicas para o campo; e, de outro, o princípio educativo de suas práticas cotidianas constitui-se também um mecanismo de crítica ao modelo educacional moderno, o qual tem a escola como instituição única de educação.

Segundo Cardart (2002), a denominada educação do campo tem sua gênese na crítica à realidade da educação brasileira, porém, há que se compreender o que a autora está a pontuar como "educação":

> Esta crítica nunca foi à educação em si mesma porque seu objeto é a realidade dos trabalhadores do campo, o que necessariamente a remete ao trabalho e ao embate entre projetos de campo que têm conseqüências sobre a realidade educacional e o projeto de país. Ou seja, precisamos considerar na análise que há uma perspectiva de totalidade na constituição originária da Educação do Campo (Caldart, 2002: 19).

A educação institucionalizada, portanto, levada à crítica por estes movimentos sociais, não é somente um fim em si mesma, ela é expressão de uma forma de sociabilidade específica para homens e mulheres, independente de suas necessidades humanas. Pensar, pois, uma educação para além da escola, por meio da luta diária que estes movimentos têm travado pela sobrevivência, sobretudo, significa promover uma crítica projetiva de transformações (Caldart, 2002).

Os espaços e mecanismos educativos legitimados nos assentamentos alagoanos pesquisados – mesmo apresentando dificuldades e desafios próprios, os quais se relacionam com a história social dos movimentos sociais sem terra em Alagoas – demonstram construções importantes no sentido de ratificação de um sentido amplo de educação no seio desses movimentos. É verdade que uma aparente contradição se instala nesse contexto: critica-se a instituição escolar formal ao passo que se luta por escolas do campo. Contudo, há que se destacar o processo de diferenciação (teórico e prático) que tais movimentos sociais, Brasil a fora, têm procurado demarcar no que se refere às experiências educacionais gestadas nos incontáveis acampamentos e assentamentos de trabalhadores rurais sem terra.

A pluralidade de práticas não permite-nos homogeneizar o sentido educativo dos movimentos sem terra em todo o país, mas, o caráter crítico de tais experiências é um sinal importante para a nossa discussão, pois é revelador não somente da ruptura com o modelo predominante de escolarização, mas também denota uma concepção de formação "[...] como um processo em permanente construção, permeada de contradições e determinada por condições objetivas e subjetivas, em que os sujeitos sociais vão se constituindo" (Vendramini, 2007: 159). A formação experiencial revela-se, nesse sentido, como principal fonte de aprendizagem para a vida em decorrência da aquisição de conhecimento na ação e na aquisição de experiências individuais e coletivas (Canário, 2000).

Considerações finais

No Brasil, os anos de luta contra a ditadura e pela instauração de uma nova ordem social, o que remonta às décadas de 1970 e 1980, tiveram como principal desdobramento, do ponto de vista jurídico, a promulgação de uma nova Constituição Federal. Nela, em função das lutas populares nos centros urbanos e campesinos, restou a garantia – formal, adianta-se – dos seguintes direitos sociais:

> Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Brasil, 1988).

As experiências discutidas neste artigo indicam que as lutas diárias que os sujeitos do campo travam almejam os direitos sociais em seu conjunto, visto que ter onde morar significa, ao mesmo tempo, ter como produzir os elementos materiais e subjetivos que garantam a sobrevivência. Dessa forma, essas lutas, para os povos investigados, não ocupam apenas um espaço no tempo que têm para viver; ao contrário, a luta é uma condição intrínseca às relações entre os pares e com outros grupos sociais. A luta constitui-se, assim, no precípuo modo de sociabilidade, especialmente diante da realidade da vida no campo em Alagoas:

> Em todo o Estado de Alagoas, o campo tem-se tornado pequeno para o trabalhador rural que, por falta da posse da terra, trabalha "alugado", ou "de meia", ou como "arrendatário de uma safra", ou simplesmente diarista, o que não deixa de ser uma forma de subemprego e semi-escravidão, quase sempre ganhando um salário vil. Essa realidade fica evidente na falta de respeito aos direitos de cidadania, onde muitos trabalham sem carteira profissional assinada e, consequentemente, não têm direito a 13º, férias remuneradas, 1/3 de férias e outros direitos sociais. Ademais, vêm demonstrar o abandono às classes populares: as altas taxas de mortalidade infantil e de analfabetismo (nos quais somos campeões nacionais); as condições físicas de subnutrição crônica; a miséria endêmica e a ignorância institucionalizada que nos têm acompanhado por todos esses anos (Alagoas, 2014: 10-11).

A luta como forma de sociabilidade – principal revelação do estudo – orienta as demais dimensões evidenciadas pelo conhecimento dos territórios e pelo contato direto com os sujeitos sem terra. Estar nos assentamentos e acampamentos e dialogar com os sujeitos que ali vivem foram atividades que permitiram adentrar os movimentos sociais do campo que lhes dão sentido.

Essa forma de ser dos movimentos sem terra impede outra compreensão de educação que não a de ser uma prática social forjada nas relações entre os homens e por seus interesses determinada, que não se restringe à escolarização como sua expressão formal. Compreender a educação de forma assim tão larga decorre, fundamentalmente, das aprendizagens proporcionadas pela exploração do terreno definido na investigação.

O estudo revelou aos pesquisadores envolvidos um povo que se educa mesmo que não haja escolas no sentido tradicional do termo, visto que a grande "escola" é a vida em curso, é a vida de luta em curso; essa "escola" vai com cada um deles, onde quer que estejam e, assim, os sujeitos dos movimentos sem terra – dos infantes aos adultos – são "professores" de toda a sociedade, embora a maioria de suas lições seja desconsiderada.

Uma dessas lições, subliminarmente presente no decurso deste texto, é a compreensão de que a luta por escolarização não se esgota na garantia da existência de escolas – embora isto seja indispensável – e de provisão de pessoal, materiais e equipamentos que as façam funcionar. A escolarização deve fazer sentido para a vida dos que vivem da terra e nela produzem e se produzem.

Silva e Silva (2011), ao discutirem a situação da educação do campo em Alagoas, apresentam as dificuldades encontradas e indicam alguns avanços do ponto de vista legal e prático. Entretanto, asseveram que a educação escolar é promovida pelos entes públicos em Alagoas como se fosse um "favor", ocasionando

> [...] um duelo entre os movimentos sociais e o Estado, [visto que] este investe para que uma educação seja imposta de cima pra baixo com objetivo de preparar as pessoas para servirem ao sistema; ou seja, para servir aos canaviais (Silva & Silva, 2011: 5).

Compreender que a educação vai além da escola constitui, certamente, um significativo – quiçá determinante – passo para que a escola existente efetivamente defina seu papel social diante do "duelo" em curso, ele também conteúdo de uma socialização necessária.

Referências

ALAGOAS. (2014). *Resolução estadual de educação do campo em Alagoas.* Maceió - AL: Fórum estadual de educação do campo de Alagoas.

ALANO, E. R. C. (2008). *Espaço rural e suas possibilidades empreendedoras: o Assentamento Nhundiaquara no Litoral Paranaense.* Dissertação de Mestrado, Paraná: Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal do Paraná.

ARAÚJO, S. R. M. (2005). *Escola para o trabalho escola para a vida: o caso da Escola Família Agrícola de Angical - Bahia.* Dissertação de Mestrado, Salvador: Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado da Bahia (UEBA).

ARROYO, M. G. (2007). Políticas de formação de educadores (as) do campo. *Caderno CEDES*, 27 (72), 157-176.

BENJAMIN, C., CALDART, R. S. (2000). *Projeto popular e escolas do campo*, Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo.

BRASIL. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil.* Brasília: Presidência da República.

CALDART, R. S. (2001). O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados*, 15 (43), 207-224.

CALDART, R, S. (2002). Pedagogia da terra: Formação de identidade e identidade de formação. *Cadernos do ITERRA*, 6(2), 77-98.

CANÁRIO, R. (2000). *Formação profissional: problemas e perspectivas de futuro*. Porto: Fórum 27, Jan-Jun 2000, p: 125-139.

CÊA, G. S. S., SILVA, C. F., GUSMÃO, S. S. M., & SILVA, T. A. A atuação do pedagogo no MST: revelações de um estudo exploratório. *Eccos – Rev.. Cient*., 11 (1), 175-191.

CÊA, G. S. S., SILVA, C. F., & SILVA, E. J. (2014). Educação do campo e desenvolvimento econômico em Alagoas: problematizando a escassa pesquisa e mapeando a situação. *R. Educ. Públ.*, 23 (53), 615-636.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. (2010). CPT NE 2 faz balanço da reforma agrária em 2009. *Notícias da CPT NE 2.* Disponível em: <http://cpt.org.br/?system=news&action=read&id=540&eid=126>.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. (2013). CPT NE II divulga balanço da anti- Reforma Agrária em 2012. *Publicações da Comissão Pastoral da Terra Nordeste II.* Disponível em: <http://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/noticias/3637-balan%C3%A7o-da-anti-reforma-agr%C3%A1ria-em-2013.html>.

FERNANDES, B. M. (1999). *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro Formação e territorialização do movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra – MST (1979 –1999).* Tese de doutoramento, São Paulo: Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

GRAMSCI, A. (1981). *A Concepção Dialética de História.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

MOLINA, M. C., & FREITAS, H. C. A. (2011). Avanços e desafios na construção da educação do campo. *Em Aberto*, 24 (85), 17-34.

NAVARRO, Z. (2002). Mobilização em emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In B. S. Santos (Org.), *Produzir para viver.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp. 189-232.

PIZETTA, A. D. (2007). A formação política no MST: um processo em construção. *Osal*, 22 (8), 241-250.

RAMOS, P. B. (2008). *Reforma agrária: condições socioeconômicas do Assentamento Poço dos Negros no município de Altos – Piauí.* Dissertação de Mestrado, Ceará: Faculdade de Economia, Universidade Federal do Ceará, (UFCE).

SILVA, V. A., & SILVA, A. F. (2011). *Educação do campo em Alagoas: uma questão política, econômica e social*. Florianópolis: V Encontro de Educação e Marxismo.

SOUZA, D. R. (2004). *A difícil travessia: viabilidade dos assentamentos de reforma agrária em Alagoas.* Dissertação de Mestrado, Alagoas: Instituto de Geografia, Universidade Federal de Alagoas.

VENDRAMINI, C. R. (2007). Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. *Caderno CEDES*, 27 (72), 121-135.

VIANA, G. S. (2003). *O cooperativismo como alternativa para os assentamentos rurais coletivos dos municípios de Querência do Norte e Paranacity/PR.* Dissertação de Mestrado, Presidente Prudente: Faculdade de Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Experiências sociais no espaço escolar: os usos da escola por jovens das camadas populares no ensino médio

Mariza Conceição Grassano Lattari

Elisabeth Murilho da Silva

Resumo: O presente trabalho, realizado no período de 2009 a 2010, insere-se nos estudos da Sociologia da Educação e se propõe a investigar as formas e os sentidos de utilização do espaço e do tempo escolar, por meio das experiências vivenciadas por um grupo de jovens das camadas populares, do Ensino Médio de uma escola estadual noturna de Juiz de Fora (MG), com idades entre 15 e 19 anos. A visibilidade das construções e manifestações culturais, históricas e sociais desses jovens trouxe-nos a preocupação em investigar os significados atribuídos por eles a esses momentos. As questões que nortearam esta investigação foram: De que forma e qual o significado de os jovens utilizarem suas elaborações e vivências simbólicas que se manifestam, por exemplo, nos assuntos preferidos, nas roupas, danças, músicas, celulares, vídeos, internet (*Orkut*, *MSN*, *Twitter etc.*), no ambiente escolar, marcando suas posições? Como redesenham o espaço da escola, tornando-se sujeitos de suas ações e valores? Busco alguns argumentos centrais da Sociologia da Experiência e para tal me embasei nos conceitos teóricos de Dubet (1996, 2003, 2008), Durkheim (2003, 2004), Simmel (2006), Weber (2000), dentre outros. Proponho um diálogo teórico-metodológico com outros estudos, como os de Abramo (2005, 2007), Carrano (2003, 2008), Dayrell (2002, 2005, 2006, 2007), Portes (2000) e Portes *et al.*, (2010). O material empírico foi obtido através de observações e de grupos focais, em uma perspectiva etnográfica, sendo categorizado e analisado pelo ponto de vista dos jovens. Os dados mostraram que os sujeitos em suas "experiências sociais" desenvolvem um trabalho crítico e reflexivo (Dubet, 1996), mobilizando princípios integradores, estratégicos e subjetivos, dialogando seus pertencimentos em um social que agrega normas, valores e códigos culturais diversos.

Palavras-Chave: Sociologia da experiência. Juventude. Espaços-escolares.

1. A(s) Juventude(s): Termos que envolvem complexidade

Encontra-se, atualmente, nas discussões e nos estudos de teóricos (Abramo, 2007; Dayrell, 2007; Dubet, 1996, 2008; Martuccelli, 2000; Pais, 2006; Peralva, 1997, dentre outros) que cuidam do tema da juventude no Brasil, e em alguns países europeus, a importância de reflexões e entendimentos sobre os jovens, no que se refere a reconhecê-los como sujeitos capazes de dar sentido às suas ações. Apoiamo-nos nessa perspectiva de análise ao desenvolver este estudo, que objetiva conhecer as formas e os sentidos de apropriação e utilização do espaço e do tempo escolar por meio das ações e experiências vivenciadas por alguns[1] jovens do Ensino Médio de uma escola estadual noturna de Juiz de Fora (MG), sujeitos das camadas populares, com idades entre 15 e 19 anos. Nessa abordagem, consideramos as múltiplas e heterogêneas experiências sociais[2] realizadas pelo sujeito que, conforme (Dubet, 1996: 101):

> « [...] é testemunha da própria experiência, da necessidade de gerir várias lógicas, da percepção da ação como uma experiência e como um 'drama'; evidentemente, o sociólogo lerá nessa experiência 'coisas em jogo' e problemas sociais. »

1[1] Referimo-nos aos jovens participantes deste estudo, no caso, quatro rapazes e três moças do primeiro ano do Ensino Médio regular e noturno.

22 Essas experiências se referem à combinação das diversas lógicas de ação que ligam o ator às dimensões do sistema social. O ator é capaz de ter consciência e domínio, em certa medida, de sua relação com o mundo. Os termos que utilizamos encontram-se refletidos, com aprofundamento teórico, em Dubet (1996) e grifados ao me referir a eles a partir deste momento atendendo a questões terminológicas.

A visibilidade das construções e manifestações culturais e sociais destes jovens trouxe-nos a preocupação em investigar os significados atribuídos por eles a esses momentos e em analisar o que é compartilhado, construído, trazido e reconstruído pelos jovens por meio de suas formas e sentidos de estar no espaço escolar cotidianamente. Ao explicitar essa situação, que nos tem causado interesse de estudo, pretendemos investigar como esses jovens usam a escola, ou seja, como se dá a utilização do espaço escolar. O que faz com que esses sujeitos, que interagem nos vários espaços existentes na escola, por onde transitam diariamente, se utilizem deles de diferentes formas, manifestando suas formações e vivências culturais múltiplas nesses tempos e espaços escolares? De que forma os jovens utilizam suas elaborações e vivências simbólicas que se manifestam, por exemplo, nos assuntos preferidos, nas roupas, danças, músicas, celulares, vídeos, internet (*Orkut*, *MSN*, *Twitter etc.*), para marcarem suas posições diante deles mesmos e da sociedade? Qual o significado desses usos no ambiente escolar para os jovens? Como redesenham o espaço da escola, tornando-se sujeitos de suas ações e valores?

Como professora de Língua Portuguesa em uma escola de níveis de Ensinos Fundamental e Médio da rede pública estadual, na cidade de Juiz de Fora/Minas Gerais, nos anos de 2006, 2007 e 2008, passei a observar e a me interessar por alguns comportamentos evidenciados pelos jovens nessa escola. Observei que, geralmente, a maioria deles usava a escola de forma diferenciada daquela proposta pela instituição, mostrando uma utilização particular do tempo e do espaço escolares. Formavam vários grupos sociais, dentro da escola, onde partilhavam suas escolhas como: estilos musicais (principalmente *hip-hop*, *rap* e *funk*), danças (relacionadas, principalmente, aos estilos musicais citados), esportes (geralmente, capoeira, futebol e queimada) e uso dos *gadgets*[3] para conversar sobre eles, para assistirem aos vídeos e às músicas preferidas. Essas utilizações e momentos eram protagonizados pelos jovens sem que demonstrassem constrangimentos em realizá-los simultaneamente com as atividades propostas pelos docentes. As roupas e os bonés também fugiam às normas estabelecidas que determinavam o uso de um uniforme.

O cumprimento dessas determinações dos responsáveis pela escola se opunha às formas escolhidas de agir dos jovens que, constantemente, se surpreendiam e perguntavam o porquê de terem suas ações e preferências rejeitadas no ambiente escolar. Esses acontecimentos movimentados pelos jovens não se realizavam apenas nos momentos de entrada, intervalo, recreio e saída, mas também no decorrer das aulas, esses pareciam-me presentes no cotidiano escolar. Observei essas manifestações juvenis acontecendo ao mesmo tempo em que as atividades escolares eram propostas nos espaços de sala de aula, e também em outros espaços como na biblioteca, que também era usada como sala de vídeo, no laboratório de informática, no pátio e na quadra.

Ocorriam algumas situações de questionamentos e desacordos, de ambos os lados, decorrentes dessa movimentação juvenil diferenciada no ambiente escolar. Em minhas observações iniciais, enquanto professora, portanto antes desta investigação, presenciava e questionava quais seriam os sentidos de os jovens trazerem outros domínios, como as tecnologias disponíveis, as músicas e as danças, entre outros, para o diálogo com as diferentes situações e sujeitos na escola. Essas maneiras de lidar com o espaço escolar seriam formas de contraposição e resistência, utilizadas pelos jovens, como possíveis estratégias para obtenção de momentos mais significativos ou prazerosos? Assim, burlariam algumas normas, alternando, com suas construções individuais e coletivas, os tempos e os espaços na escola que, talvez, significasse para eles, em alguns momentos, como desinteressantes, distantes ou opressivos? Ou seriam momentos redesenhados pelos jovens que estariam trazendo suas produções e experiências simbólicas para a escola, articulando estratégias e habilidades para o desenvolvimento e a formação cotidiana de uma convivência mútua, em que as propostas juvenis poderiam, talvez, conviver e dialogar, com flexibilidade entre os sujeitos, nos espaços e nos tempos escolares?

Nesse sentido, buscamos as produções, as manifestações e os significados de algumas ações e experiências construídas pelos jovens deste estudo e vivenciadas nas diferentes maneiras de estar no espaço escolar. Essas serão investigadas por meio das expressões e das visões dos sujeitos em uma proposta de trabalho reflexivo dos envolvidos. Encontramos uma abordagem que trata da possibilidade do olhar desta pesquisa e que pode acrescentar justificativas à sua realização:

3[3] O termo é uma gíria tecnológica recente com referência a equipamentos de fundo prático utilizados no cotidiano, são os objetos portáteis de uso pessoal como PDAs (Personal digital assistants, ou seja, um computador de dimensões reduzidas), celulares e *smartphones*

> «É importante deslocar os modos de apreensão das problemáticas de pesquisa, privilegiando, também, a dimensão espacial na constituição da experiência juvenil, quer sob o ponto de vista dos territórios estigmatizados, quer das mobilidades e dos deslocamentos que reconfiguram relações e modos de apropriação do espaço, criam novos conflitos e assimetrias na cena urbana ou na área rural em regiões de intensa mutação » (Sposito, 2009: 32).

Consideramos, neste estudo, a autonomia nas escolhas dos jovens, porém sem desconsiderar um engajamento subjetivo e crítico mediado pelas demandas do social. Reconhecendo-os como sujeitos plurais, capazes de gerir diferenciadas "lógicas[4]" de ação, abre-se, nesse sentido, o diálogo e a relação com as demais categorias sociais, e com os momentos articulados na sociedade. Preocupamo-nos com essa perspectiva relacional ao cuidar do objeto deste estudo e observamos a existência de lacunas neste contexto.

Hoje, a sociedade brasileira volta sua atenção para o tema da juventude, sobretudo pelo reconhecimento da melhor adequação de políticas públicas voltadas para este segmento. O crescimento do interesse pelo tema, na academia, também se intensificou nos últimos anos. Os trabalhos mais recentes na área da Educação no Brasil, a partir de meados dos anos 1990, tendem a se perfilar mais fortemente no campo da sociologia, permanecendo também um conjunto importante de pesquisas sobre adolescência de inspiração psicológica. O mundo do trabalho, a escola, a mídia, a etnia, a participação política e a violência constituem focos temáticos que concentram nos últimos anos perspectivas discutidas nos estudos das culturas juvenis. Segundo (Sposito, 2000: 30), «os dois eixos teóricos estruturantes da produção discente sobre juventude – Sociologia e Psicologia – parecem acenar com novas possibilidades e certamente seriam enriquecidos se houvesse uma abertura para a perspectiva da história, [...]». Essa articulação sugerida pela autora em um primeiro estado da arte (1980-1998), organizado por ela e voltado para a análise dos estudos da juventude, abre a possibilidade do enriquecimento e diálogo com as demais áreas do conhecimento na pesquisa. Nessa proposta de realizar um inventário bibliográfico, há um segundo trabalho organizado também por (Sposito, 2009), que continua se ocupando das pesquisas entre 1999 e 2006, trazendo diferentes formas de abordagem e teorizações sobre os jovens nas ciências humanas.

Assim, a juventude é vista, neste estudo, como pertencente a um tempo capaz de abranger suas diversas e peculiares manifestações sociais e culturais. Vem se tornando referencial no Brasil a utilização da faixa etária que compreende de 15 a 24 anos na abordagem demográfica da juventude, conforme (Pochmann, 2008), fato que sofre variações por conceder aos jovens privilegiados da sociedade um tempo maior para estudar e, sem preocupações financeiras, poder ficar mais tempo na juventude. Situação contrária se reflete nos jovens das camadas populares, que deixam a infância cada vez mais cedo para entrar em um mercado de trabalho precário e desigual. O número de jovens entre 15 e 29 anos no país, em 2006, era de aproximadamente 51 milhões, trazendo a esse contingente um peso maior de problemas, que também são enfrentados por toda a sociedade, como o desemprego, a violência, a escolarização, o não acesso a bens culturais *etc.* Segundo pesquisa de (Abramovay, 2004: 3), observamos que o maior contingente juvenil encontra-se nas classes C e D, o que mostra que os problemas sociais citados por (Pochmann, 2008) ficam mais concentrados nesses segmentos.

Falar da categoria "juventude" traz ao debate a característica da diversidade, que é algo inerente ao grupo, não podendo reconhecer-lhe, na maioria das vezes, aspectos homogeneizantes. Para (Dayrell, 2006: 140),

> «trata-se de compreendê-los na sua diferença enquanto indivíduos que possuem uma historicidade, com visões de mundo, escalas de valores, sentimentos, emoções, desejos, projetos, com lógicas de comportamento e hábitos que lhe são próprios.»

A reflexão acima refere-se às particularidades e aos momentos específicos da vida dos indivíduos que,

---

4[4] As "lógicas" a que nos referimos são formadas pelas orientações subjetivas dos atores e pela natureza das relações sociais em que os sujeitos se envolvem cotidianamente. O conceito é refletido por Dubet (1996) e, por questões terminológicas, será considerado neste estudo pelas reflexões do autor e grifado ao tratarmos dele partir deste momento.

nessa lógica, se formam pelo conjunto de suas diferentes experiências sociais e culturais. Para a análise das construções e vivências juvenis, utilizamos o termo culturas juvenis, buscando um conceito de cultura que se aproxime da vida cotidiana dos indivíduos e de suas construções nas relações sociais; situações que fazem parte da experiência social dos sujeitos, em que a percepção e o uso de significados e valores não se limitam aos sistemas sociais e às instituições.

Na atualidade, alguns jovens questionam as realidades impostas e procuram definir e construir suas experiências com ações diferenciadas, nas quais possam ser sujeitos de suas escolhas. Quando utilizamos o termo experiência, este vai além de uma significação ambígua que, conforme (Dubet, 1996: 95), «num primeiro sentido, a experiência é uma maneira de sentir, de ser invadido por um estado emocional suficientemente forte para que o ator deixe de ser livre, descobrindo ao mesmo tempo uma subjetividade pessoal». Quando nos referimos à experiência social, utilizamos a abordagem que diz que

> «a experiência social não é nem uma esponja nem um fluxo de sentimentos e de emoções, ela não é uma expressão de um ser ou de um puro sujeito, pois que é socialmente construída. Na medida em que o que se conhece da experiência é aquilo que dela é dito pelos atores, [...]» (Dubet, 1996: 103).

Nesse sentido, a relação entre a educação e a juventude pode se abrir a outras abordagens, não ficando circunscrita ao âmbito da escola. Segundo (Catani & Gilioli, 2008: 16), «implica considerar que os jovens são capazes de produzir uma cultura autônoma, que não apenas imita o mundo adulto e as instituições tradicionais (...)». A autonomia se refere a não considerar apenas as imposições e manutenções tradicionais hierárquicas como as únicas formas de relações no espaço escolar, sem esquecer que valores culturais, normas sociais, maneiras de ser e de viver não fazem parte de livres construções individuais. Conforme (Sanchis, 2006: 35) «tudo não 'desmancha no ar', tudo não vira somente transformação e dinamismo [...]. [...] o quase permanente articula-se ao 'novo' e ao 'mutável' num transitório bivalente, lastreado de continuidades, mas em perpétua transformação».

As diferentes ações utilizadas pelos jovens, como as construídas nos grupos juvenis, dialogam com a sociedade e revelam uma das faces dessa juventude plural. Esse fenômeno nos faz pensar como é essa relação com o momento particular em que vivemos hoje. Um tempo[5] que se diferencia de uma época moderna anterior, no qual temos nossas experiências e ações caracterizadas por grande dinamicidade e velocidade baseadas, principalmente, na informação e no conhecimento. As tecnologias que produzem informação por meio da televisão, dos vídeos e da informática, por exemplo, trazem, à sociedade em geral, vivências múltiplas mediante informações e percepções que surgem e se modificam a cada instante, vistas por (Mota, 2006: 74), como «um sinal do tempo e do movimento do mundo – sinal de transformação da eterna criação e desaparecimento das formas, uma manifestação do presente, do acontecimento».

A família, a escola e o trabalho sofrem com essas mutações da sociedade, gerando modificações nos processos de socialização dos indivíduos. (Dayrell, 2007:1115) analisa esse momento como o

> «desmoronamento dos muros que garantiam autonomia das instituições, tornando difícil distinguir o dentro e o fora, com os contornos cada vez mais tênues. É a mídia que penetra e interfere em todos os espaços institucionais».

Um novo preenchimento passa a ser utilizado, as práticas e os modos de vida são elaborados, muitas vezes, nos espaços não-escolares e querem ser mantidos pelos jovens.

A maioria dos jovens, abordagem que varia de acordo com suas posições geográficas, de classe social, de gênero e de etnia, participa de múltiplos grupos sociais, com peculiaridades que marcam suas vidas. Constroem suas

---

55 O tempo se diferencia de épocas anteriores, porém entendemos que é também diferenciado na atualidade para os sujeitos de acordo com sua situação socioeconômica e pela área em que vivem (países diversos, áreas rurais e urbanas, por exemplo).

relações, muitas vezes, em momentos que se afastam de propostas e prescrições impositivas, não aceitando o que não traz significado a eles. (Dayrell, 2007:1110) chama essas construções de «mundo da cultura», que «aparece como um espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais, no qual os jovens buscam uma identidade juvenil». Colocação semelhante, observamos em (Pais, 2006: 18), em que

> «a procura de contato é também uma busca de si, uma vez que as identidades individuais se constituem como resultado de experiências individuais, embora surgidas de ritualizações próprias de identidades coletivas».

2. Os grupos focais: jogos de argumentações e o estar junto para pensar

Nesse contexto, direcionamos nossas observações e análises para as práticas dos jovens das camadas populares, que se fazem presentes e ganham significado ao se inserirem nos grupos culturais. A formação e participação nesses grupos, além de darem legitimidade a essas manifestações juvenis, são momentos nos quais as desigualdades sociais podem não ser tão evidentes. As práticas culturais nos grupos são heterogêneas e nem sempre são marcadas por harmonias e identificações. Essas observações podem ser vistas em Brenner, (Dayrell & Carrano, 2008: 177) ao mencionarem que,

> «nos espaços de lazer, os jovens podem encontrar as possibilidades de experimentação da sua individualidade e das múltiplas identidades necessárias ao convívio cidadão nas suas várias esferas de inserção social».

Neste estudo, consideramos a utilização do grupo focal que se identifica como uma das técnicas de coleta de dados, empregadas pelas pesquisas de natureza qualitativa. Essa técnica consiste na reunião de seis a doze pessoas que discutirão uma questão em foco, oportunizando, assim, uma visão diferenciada sobre o assunto a ser debatido. O grupo focal se caracteriza pela dinâmica da interação e pela troca de opiniões dos componentes do grupo. Atentamos para que seja direcionado de forma cuidadosa para que o foco não se perca, privilegiando o estar junto para pensar. A escolha se relaciona com as características e os objetivos desta pesquisa, que é investigar as diferentes visões e utilizações dos jovens pobres da escola pública ao vivenciarem o espaço escolar. A maneira como essa experiência pode ser evidenciada por eles e a forma como o grupo se posicionará frente a essa questão, considerada polêmica, pode abrir uma série de discussões relevantes a este trabalho. Os encontros do grupo focal poderão trazer riqueza ao tipo de trabalho proposto. Os jovens aqui priorizados têm experiências e vivências em comum que podem ser discutidas nos grupos focais.

O debate entre os sujeitos e o pesquisador é a parte central da sociologia da experiência, «considerando que 'os jogos de argumentação' entre ambos são os materiais reais da sociologia da experiência» (Dubet, 1996: 231), considerados no envolvimento com as significações que são pontuadas pelos atores, reconhecendo os limites de um método. A subjetividade dos atores e seu trabalho reflexivo não se reduzem a interpretações sociológicas, mas o trabalho «deve provir de um método suscetível de dar lugar à subjetividade dos indivíduos, capaz de a tratar o mais objetivamente possível» (Dubet, 1996: 229). O esforço é na tentativa de recomposição da experiência dos sujeitos pelas suas falas e suas condutas, formando uma análise coerente. A atenção e a objetividade se refletem nas formas de organização e construção do material de análise, e elas serão embasadas e construídas pelos relatos das experiências dos jovens, de suas reflexões e dos questionamentos do pesquisador nos debates.

Os três encontros com os jovens foram filmados, e realizamos anotações simultaneamente. Seguimos formas de organização semelhantes nos três encontros dos grupos focais: um roteiro flexível; explicações aos jovens sobre o andamento da pesquisa; lembretes quanto à ética e ao respeito nas interações e nas filmagens; além de uma confraternização com lanche e bate-papo ao final de cada encontro. Essa organização e preparação prévia tiveram o propósito de buscar comprometimento e rigor, e não caracterizaram monotonia ou repetição de comportamentos. Cada um dos encontros mostrou particularidades. O momento das transcrições e análises

dos três grupos focais requisitaram repetidas assistências aos vídeos pelas pesquisadoras. A atenção se voltava para observar e trazer para o diálogo, nesta pesquisa, alguns dos sentidos revelados nas brincadeiras, nas falas, nos gestos, nos olhares, nos risos e nos silêncios dos participantes dos grupos focais. Procuramos observar, nas interações entre os jovens nos grupos focais, aspectos que pudessem não estar tão evidenciados e fornecessem dados relevantes à temática da pesquisa.

3. O visual para estar na escola

Desde as primeiras observações em campo percebemos, em alguns jovens desta pesquisa, preocupação com a aparência. Alguns exemplos deste fato podem ser vistos nas bijuterias, nos cabelos (com penteados, tinturas e cortes diversos), nas roupas e nos perfumes, evidenciando que a moda fazia funcionar alguns aspectos na vida e nas relações sociais entre os jovens. O cuidado com o visual abre-se para uma diversidade de significados construídos nas interações. Alguns exemplos desses sentidos podem se evidenciar como objetos de escolhas particulares dos sujeitos ou podem envolver formas de aceitação, ou também "disputas" entre eles. Essas experiências serão apresentadas e tratadas através das falas dos jovens e das análises nesta categoria.

> «Pesquisadora- Poderíamos discutir um pouco mais isso? Piastra? LER[6]? Luzes nos cabelos? Perfumes? Então, poderia vir de qualquer jeito? Digo, sem esses cuidados que vocês falam?
> *Kely - Vir de qualquer jeito não!* [antes dessa fala a jovem para e observa as unhas]. *Roupa decotada não pode, muita gente exagera. Eles não deixam.* [eles refere-se às pessoas responsáveis pelas normas da escola]. *Kely - Bermuda do joelho pra baixo, pode ser pra cima não.*
> *Diego - Em fevereiro perguntei onde compra o uniforme* [sendo aluno novo, diz que não sabia que à noite não teria uniforme quando ingressou na escola].
> *Kely - Achava legal comprar o uniforme.*
> Entrevistadora- Como assim? Vocês falaram no nosso encontro anterior sobre a preocupação com a aparência e eu observei isso na escola. Por que vocês falam agora de usar uniforme?
> *Diego - Eu particularmente queria.*
> *Kely - Você também usa muita roupa pra vir. Fica pensando, uma blusa, outra blusa... Segunda-feira aquela, terça outra... O povo gosta de falar [refere-se a repetição das roupas].*
> *Samara - Nossa! Aquela menina com a mesma roupa. Começam a falar...* »

Na discussão acima vemos que os jovens apresentam outras reflexões em suas falas, como a possibilidade de uso do uniforme. A sugestão manifesta o questionamento das pesquisadoras. Estranhamos o fato por eles se mostrarem[7] preocupados em cuidar da aparência, manifestarem uma preparação diária quanto às roupas para estar bem na escola e sugerirem o uso do uniforme. Neste debate, as explicações dos jovens quanto à essa escolha se afastam, não quero dizer que não possam existir, de momentos onde «percebemos que alguns valores estiveram muito presentes nessas roupas tempos atrás, tais como a obediência, a disciplina, a hierarquia e a vinculação a um grupo social» (Schemes & Thon, 2010: 11). Conforme diálogo acima dos jovens, os sentidos tratados pelas autoras não surgem no debate entre eles e o uso do uniforme é considerado por outras reflexões naquele momento. Para alguns dos sujeitos, o uso do uniforme surge como possibilitador

---

6[6] A jovem refere-se à lesão por esforço repetitivo (LER), segundo a jovem pelo uso da piastra para alisar os cabelos.

7[7] Observamos em campo o cuidado com a aparência de alguns jovens no cotidiano escolar, além das preocupações quanto ao vestuário apresentadas por este grupo. Durante a pesquisa observamos o horário de entrada do período noturno de outras escolas de bairros próximos à escola pesquisada, e atestamos o mesmo fenômeno em alguns jovens dessas escolas.

de economia de dinheiro, roupas e tempo com as escolhas diárias de um vestuário que não poderia se repetir. O uniforme também evitaria a identificação dos jovens pelas roupas, caso fossem usadas repetidas vezes durante a semana, evitando possíveis discriminações e uma evidente identificação de pertencimento e posses sociais. O poder dado às roupas na identificação dos sujeitos, observado quando um deles diz que ela pode inclusive "falar" por eles, mostrou a preocupação com a imagem na construção das identidades e na sua relação com o pertencimento nos grupos.

Os jovens têm outras situações que querem discutir com relação às suas preparações pessoais e retomam a discussão. Apresentam um cenário de experiências criadas e vivenciadas por eles, aqui a criação que importa é com o visual para estar bem na escola entre seus pares.

> «*Sara - Não, sério. Teve um dia de eu virar a gaveta inteira na cama pra achar uma roupa pra vir pra escola. Vesti mais de seis blusas.*
> Entrevistadora - Isso para o outro não falar ou você não se sentiria bem se não fizesse isso?
> *Sara - Eu não me sinto bem e também o pessoal fala. Acho que os dois.*
> *Samara - Eu chego antes dela. Olho pra cama tem mais de dez blusas pra escolher uma, pra poder ir trabalhar. Aí eu pego guardo tudo direitinho. Quando dá seis horas, a gente pega na escola seis e meia, aí ela pega assim em cinco minutos. Liga a piastra, faz maquiagem, e vira a gaveta inteirinha de novo* [relata sobre a irmã gêmea].
> [Os outros ficam atentos à fala de Samara e riem da situação apresentada]. »

O visual se articula às vivências cotidianas dos jovens de formas diversas, e mostra alguns significados particulares em um contexto complexo como o da escola, de, por exemplo, encontros e relações diárias com seus pares. Algumas dessas vivências são com as roupas que não podem ser repetidas, com a decoração variada das unhas, com o boné que não atende mais ao momento (e é substituído pelas luzes); e com a piastra que é feita regularmente, por exemplo. As preocupações com a aparência e suas renovações constantes são uma das formas desses jovens expressarem suas subjetividades, além de se voltarem para um movimento dinâmico de renovação e velocidade, construído no coletivo.

4. A sexualidade e as questões de gênero nas identidades juvenis

Os questionamentos, os relatos e as reflexões relacionadas às questões de gênero e de sexualidade surgem nas brincadeiras, nas expressões, nas falas, nos gestos, nas risadas e nos silêncios entre os jovens em alguns momentos nos grupos focais. Há diversas formas de os jovens se expressarem. Talvez por isso pareça existir algo, não caracterizado, entre a descontração e a vontade de falar; a timidez e a interrupção repentina. Estes fatos mostram a complexidade das questões aqui a serem discutidas, evidenciando que segundo Abramovay *et al.*, (2004, p. 29),

> A sexualidade é uma das dimensões do ser humano que envolve gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução. É experimentada ou expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, atividades, práticas, papéis e relacionamentos.

Em uma das discussões com os jovens, a seriedade da fala de um dos pesquisados interrompe e substitui as risadas trazidas pela história contada sobre as variedades dos produtos do *sex-shop*, que eram vendidos na escola. O contexto que era de brincadeira dá lugar à atenção para ouvir o outro colega. Observamos que em alguns momentos em que se fala de sexualidade nos grupos focais esses se alternam naturalmente, entre descontração, risadas e atenção para ouvir.

> *Diego - Quando minhas dúvidas surgiram na minha cabeça, a presença masculina do meu lado já não estava mais lá, meu pai. O que eu fiz? Fui na biblioteca pesquisar.* [Kely interrompe com uma fala rápida, demonstrando vontade de contar sua experiência com livros e sexo].
> *Kely - Tem um livro bom pra caramba, Bruna Surfistinha*[8]*. Trezentas e "bordoadas" páginas. Li tudo em uma noite.*
> *Samara - Quando o assunto te interessa...* [refere-se à leitura rápida de Kely].
> *Diego - Armando a barraca*[9] [refere-se ao nome do livro buscado na biblioteca antes da interrupção de Kely].
> [Todos riem do título, fazem gestos com as mãos, como se armassem uma barraca naquele momento. Os jovens parecem se divertir com o fato. Diego não se importa com isso, espera que os colegas se acalmem para continuar].
> *Diego - No PEAS*[10]*passou um filme, mas fiquei com dúvida ainda. Fiquei duas semanas com o livro, aí tirei todas as dúvidas. Não tive esse privilégio de alguém me apoiar* [abre os braços referindo-se ao momento no nosso debate].
> *Samara - Agora que estou entendendo o que significa isso* [refere-se ao título do livro citado por Diego].
> *Sara - Mulher não tem essa vergonha assim, como ele* [aponta para Diego] *que precisou procurar um livro.*

A experiência contada por Diego mostra que a busca para discutir as dúvidas que envolveram a sua sexualidade remetem à figura masculina do pai, que não estando próximo não pode ser substituído por outro membro da família, talvez a mãe que morava com o jovem. Esse não se refere à figura feminina como participante desses momentos. A leitura realizada por Diego em duas semanas é revelada pelo jovem como esclarecedora. Outra jovem, mesmo dizendo não ser com o mesmo propósito esclarecedor do colega, também se refere a um livro, inclusive indica a leitura ao grupo. «O indivíduo autónomo e racional, faz escolhas em função das oportunidades que se oferecem. As correlações observadas entre as situações e as acções não resultam das socializações diferenciais, mas das escolhas individuais ligadas a estas situações» (Dubet, 1996: 145).
Nos debates não há relatos de as famílias participarem destes momentos, o que traz a este estudo o diálogo como o que foi visto por Maria Luiza Heilborn (2006) em estudo que problematizou questões que tratam de representações sociais e da sexualidade dos brasileiros, envolvendo aproximadamente quatro mil jovens com idades entre 18 e 24 anos, moradores de três cidades de distintas regiões do país.

> «Observa-se hoje que na socialização das gerações mais jovens há um relativo declínio da importância da família na transmissão de valores relativos à sexualidade e uma crescente influência da escola, não como disciplinadora da conduta, mas cada vez mais como propiciadora de novas interações entre iguais (Heilborn, 2006: 50) ».

Há outras vivências que envolvem aspectos de gênero e de sexualidade, e que se mostram nas discussões das moças e que também envolvem os rapazes, quando esses se aproximam para ouvir. Outras vivências relativas ao tema mostram-se na vontade de continuar a discutir na escola um assunto tratado no Poupança Jovem,

---

8[8] A jovem se refere a Raquel Pacheco Pinto (cujo pseudônimo é Bruna Surfistinha) e não especifica a qual livro se refere, a autora possui três livros editados. Obtive essas informações na enciclopédia livre: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bruna_Surfistinha>. Acesso em 30 de novembro.

9[9] Melhores dados em Fischer, Nick. Armando a Barraca. Editora Melhoramentos, 2006.

10[10] O PEAS é programa do Governo de Minas Gerais (MG) para atendimento a Jovens do Ensino Fundamental e Médio. Inicialmente voltado para a temática da sexualidade. Hoje se propõe a tratar de: afetividade, adolescência, cidadania, trabalho e perspectiva de vida. Informações disponíveis em: <https://www.educacao.mg.gov.br/projetos/projetos-complementares/360-peas-juventude-programa-educacional-de-atencao-ao-jovem>. Acesso em: 26 de dezembro de 2010.

evento que acontece em outro local; os jovens também se interessam em falar sobre os materiais do *sex shop,* trazidos e vendidos no espaço escolar. Momentos que se revelam e oportunizam aproximações e discussões na escola, entre os sujeitos.

5. A tecnologia e a informação nas vivências dos jovens

Os *gadgets*[11] e os notebooks fazem parte das relações entre os sujeitos, no caso alunos e professores, no cotidiano da escola pesquisada. O lugar e as formas de uso e participação destes objetos nas relações dos jovens com a escola são evidenciados por eles, em suas expressões e falas. Buscamos uma reflexão que imagine a ausência destes objetos no espaço escolar, procuramos buscar informações que problematizem a proposta do tema no debate.

> «Entrevistadora - Como seria a escola sem ter essas coisas? Sem nada de celulares, mps e caixinhas de som?
> *Tiago - Ia ter aula, né?* [o jovem fala rindo, como se sugerisse que o uso desses materiais estivesse no lugar das aulas].
> [A fala de Tiago dialoga com o grupo através dos risos que esses evidenciam. Surge outra proposta].
> *Diego - Tédio, tenso...*
> *Kely - É...*
> *Tiago - Ia ter aula, né?* [novamente propõe sua hipótese].
> [O grupo não se manifesta com a repetição da pergunta do colega].
> Entrevistadora - Por que seria um tédio?
> *Samara - Não digo internet, não tendo a gente se comunica sem ela. Digo celular, mp4, mp3. A gente se comunica com o pessoal aqui mais rápido. Acessar a internet demora, até abrir o site e o e-mail. A gente interage mais rápido.*
> *Kely - Serve pra um bairro distante. A pessoa vê o Orkut, entra, pega e lê.*
> Entrevistadora - Internet aqui dentro da escola não precisa?
> *Samara - Celular sim, a pessoa tá na cantina a gente liga.*
> *Kely - A gente quer tudo rápido* [bate nas mãos]. »

O estímulo reflexivo proposto pelas pesquisadoras de se imaginar a escola sem os objetos tecnológicos trazidos e valorizados por eles, tanto no espaço escolar como em suas rotinas diárias, sugere um dos diversos significados que podem surgir na relação entre tecnologia e escola. Esse seria o de que os usos desses objetos na escola poderiam estar no lugar das aulas, conforme fala de Tiago, que recebe resposta ou concordância através dos risos dos demais colegas. A importância dada a esses usos mostra-se na fala de outro jovem quando se refere ao tédio que se revelaria na escola sem os objetos trazidos. A inclusão e a valorização dos celulares e dos mps[12], por exemplo, na vida dos jovens é definida em suas vozes e reflexões, quando dizem que teriam aula, quando sugerem tédio, ou quando riem da situação ao imaginarem suas atividades na escola sem eles.
O celular parece ser o objeto mais utilizado por estes sujeitos, diariamente, para as conversas, para ouvir as músicas com os fones, individual ou coletivamente, com as caixinhas que ampliam o som, para assistir ou partilhar vídeos com seus pares, etc. Os jovens contam nos encontros sobre as suas experiências nas salas de aula com os celulares ou os MPs utilizados em suas múltiplas funções.

---

11 [11] O termo é uma gíria tecnológica recente com referência a equipamentos de fundo prático utilizados no cotidiano, são os objetos portáteis de uso pessoal como PDAs (Personal digital assistants, ou seja, um computador de dimensões reduzidas), celulares e *smartphones*.

12[12] MPx Player (onde o "x" representa um número qualquer) é o nome comercial utilizado (apenas no Brasil e Paraguai) para designar aparelhos portáteis (PMP, ou Portable Media Player) capazes basicamente de tocar músicas e reproduzir vídeos, entre outras funções. Dados organizados a partir de: <http://pt.wikipedia.org/wiki/MPx_Player>.

O movimento que os jovens realizam na escola pesquisada caracteriza-se por uma forma de ser jovem nesses espaços. Essa condição da juventude engloba as relações destes sujeitos na sociedade, articulando o contexto histórico, cultural e social do momento. Consideramos que as vivências da experiência juvenil têm sentidos próprios, acarretando algumas particularidades desenvolvidas e apresentadas aqui por um trabalho reflexivo destes jovens, e que procuramos discutir nas categoria de análise. As formas de viver a juventude que estes sujeitos constroem e manifestam através de suas vivências e de suas experiências heterogêneas e múltiplas são momentos que podem ser observados por algumas de suas preferências ou representações na sociedade.

6. Os contextos culturais juvenis trazidos à escola

Em um momento do terceiro grupo focal, quando propusemos que conversemos um pouco sobre os sentidos da escola para os jovens pesquisados, observamos existir uma convergência das múltiplas e diversas "experiências sociais" destes sujeitos ao utilizarem os tempos e os espaços escolares.

> «*Kely - É o point.*
> *Diego - Aquela ponte lá que...* [refere-se à sua fala anterior, quando diz ser a escola uma ponte, no primeiro encontro].
> *Samara - Point. É o encontro de tudo* [explicando ao Diego o sentido de point].
> *Samara, Sara e Kely - Point* [insistem no termo].
> [Há risadas no grupo pelo desacordo surgido]. »

Point ou ponte? Seria um local de encontro, como os *points*? Lugar onde poderia acontecer de tudo, ou seria um local que ligaria, como as pontes, as diversas vivências entre os jovens? Observamos que os termos têm sentido diferenciado para os jovens nesse momento, que discordam, mas, parecem brincar com o desacordo, e não escolhem um deles. A discussão fica aberta e os dois termos se mostram como possibilidades de pontuar as reflexões sobre o significado da escola para esses jovens.

7. A "naturalização" do curso noturno e as "idas e vindas à escola"

Nos encontros, os jovens falam que se sentem, algumas vezes, desanimados em ir à escola, fazem comparações entre o Ensino Médio diurno e o noturno, falam de suas relações com os professores, e questionam a qualidade do ensino que encontram à noite na escola pesquisada.

> «Entrevistadora - Por que vocês dizem que estão desanimados? A gente pode falar um pouco mais sobre isso?
> *Diego - Deu uma esfriada muito grande. Toda terça e quarta...* [refere-se às idas à escola, toda terça e quarta feira, durante a greve, objetivando informações sobre o reinício das aulas].
> *Kely - Vinha todo dia.*
> *Diego - As próprias professoras davam conselho. Vai pra casa mesmo* [o jovem imita a voz das professoras e faz gestos como alguém o mandando de volta].
> *Samara - Quase perdi o Poupança*[13]*, nada a ver com a escola,mas quase perdi.*

13[13] O programa Poupança Jovem visa aumentar a taxa de conclusão do ensino estadual de Minas Gerais (MG), de jovens com idade igual ou inferior a 21(vinte e um) anos. Os jovens inscritos no programa receberão uma poupança de R$ 1.000,00 (mil reais) pela conclusão de cada um dos três anos do ensino médio, além de participarem de atividades complementares à escola estadual. Maiores informações: <http://www.neves.mg.gov.br/ribeiraodasneves/templates/interna_noticia?id_sessao=10&id_noticia=50>.

> [refere-se ao fato de o Poupança-Jovem não estar em greve como a escola].
> *Kely - Se eu não ficasse vindo* [a jovem relata que através das idas diárias à escola em greve descobriu e informou aos colegas que o Poupança-Jovem estava em funcionamento]. »

Quando começamos a discutir com os jovens os sentidos desses afastamentos e voltas à escola ocorre um momento de tensão. Uma das jovens questiona a importância de algumas construções e vivências dos jovens na escola pesquisada, como a amizade e a música, e ressalta a sua preferência por um ensino de qualidade. Os jovens não expressam, por palavras ou gestos, concordância de o ensino de qualidade ser o objetivo mais importante para estar na escola, conforme dito pela jovem. O dissenso não exclui que o grupo se importe com a "base", conforme fala de Tiago e o "vai de qualquer jeito", termo utilizado por Kely referindo-se ao ensino noturno. Os jovens evidenciam desigualdades entre o ensino diurno e noturno, além de não reconhecerem qualidade no Ensino Médio noturno que possa lhes possibilitar o acesso à universidade. Estes jovens relatam que a preparação diferenciada privilegia os alunos do ensino diurno.
Segundo (Dubet, 2003: 23),

> «É preciso analisar, portanto, as desigualdades como um conjunto de processos sociais, de mecanismos e de experiências coletivas e individuais, o que não significa abdicar diante das desigualdades, pelo menos diante das desigualdades injustas».

As falas, as expressões e os silêncios dos jovens mostram que as desigualdades escolares, adquiridas no decorrer do Ensino Médio noturno, reproduzem algumas desigualdades sociais, como por exemplo, o acesso à universidade.

8. "O bom da escola": a convivência na amizade, no coleguismo, no namoro, no ficar e nas brincadeiras

A convivência e a troca, na amizade e no coleguismo entre os pares, evidenciam a existência de complexidade e de diferenciação nas interações entre estes sujeitos e afastam análises de homogeneidade nas relações entre os jovens deste estudo. (Dayrell, 2007) aponta para a problemática surgida nesta pesquisa, mostrando que pode haver níveis de envolvimento entre os sujeitos em seus relacionamentos na escola. Em seu estudo, o autor analisa algumas aproximações e afastamentos nas questões de sociabilidade entre os jovens.

> «A sociabilidade expressa uma dinâmica de relações, com as diferentes gradações que definem aqueles que são os mais próximos ('os amigos do peito') e aqueles mais distantes (a 'colegagem'), bem como o movimento constante de aproximações e afastamentos, numa mobilidade entre diferentes turmas ou galeras. O movimento também está presente na própria relação com o tempo e o espaço» (Dayrell, 2007: 1111).

> «*Samara- Sabe o que acontece comigo? Venho pra saber como é que foi. As meninas fazem muita conversa.*
> *Tiago- Os gays...* [O jovem interrompe e inclui os *gays* como sujeitos que também conversam muito na escola, e não só as meninas].
> *Diego- Tá na escola para aprender e ver as pessoas, todo aluno reclama da escola, mas depois...*
> *Samara- Os amigos. A maior parte da vida a gente passa na escola, muitas amizades. Faz uma família aqui da escola.*
> *Kely - É a segunda casa.* »

O fragmento acima evidencia que os jovens definem e interpretam as situações relatadas por eles a partir de suas interações na escola. Observamos como estes jovens retratam e significam as situações que experimentam, em um processo de vivências relacionais que pode apresentar contradições. As reflexões e os significados discutidos pelos jovens nos encontros dos grupos focais não são fechados ou definitivos. Observamos esse aspecto nas colocações de Samara quando diz se importar menos com as amizades e mais com o conteúdo formal da escola, e a outra colocação da jovem no excerto anterior, quando cuida do valor das amizades no mesmo espaço.

As interações entre os jovens desta pesquisa sugerem que alguns valores simbólicos que tratam dos envolvimentos afetivos construídos entre eles podem ser questionados, ou não serem aceitos por todos. A experiência com o "ficar" que possibilitaria o descompromisso pode se realizar de outra forma ao ser vivenciada.

> «*Kely - Namorei na sala. Abraçava, só beijinho de vez em quando, quando dava. Fazia trabalho junto. Namorava e prestava atenção. Tava conhecendo.*
> *Diego - Não aguento isso* [bate na perna].
> *Kely - Tava conhecendo, 'ficando'...* [reforça sua lógica].
> [Kely relata que os outros jovens da escola falavam que ela estava namorando por que eles não se desgrudavam. A jovem diz que ficava com muita raiva disso por que ela apenas estava conhecendo. Diego olha para a câmera e diz que foi um 'bom tempo' para conhecer e questiona a colega, não concordando com ela]. »

O diálogo apresentado evidencia as tentativas de algumas jovens, Kely e Samara, em mostrar as normas que caracterizariam o "ficar" ou o "conhecer", mas parece que essas não se traduzem em uma lógica única, que possa se associar, dessa forma, à essas relações entre os jovens. Há brincadeiras e risadas entre eles quando as jovens tentam explicar como seria o "ficar". Não há consenso nas falas ou nas reflexões, as risadas surgem inclusive nas explicações das jovens ao objetivarem convencer os demais colegas. Há argumentações e questionamentos constantes de Diego, além das risadas e brincadeiras do grupo nesses momentos. Os dados revelam que essas experiências afetivas dos jovens podem abranger uma diversidade de situações e contextos também diferenciados e singulares. Segundo (Silva, 2002: 33) «São repetidas, ainda, algumas velhas estruturas e cobranças de antigos modelos de comportamentos: quem pode, o que se deve fazer, como e onde "ficar". O "ficar" também possui regras e normas para acontecer e para serem transgredidas».

9. Considerações finais

Durante o estudo e a frequência no curso de mestrado, entrada em campo com observações diárias, encontros nos grupos focais, leituras e análises, refletia e buscava respostas que se aproximassem em responder a problemática apresentada. Contudo, os dados evidenciam que há considerações para sugerirmos, ou tentarmos abranger a complexidade que observamos em campo e nos debates. Assim, o material obtido e analisado não nos autoriza a falar em respostas, quanto aos questionamentos que construímos, Os jovens pesquisados se mostram como sujeitos plurais, capazes de gerir diversas "experiências" no contexto escolar. Apresentam para elas sentidos também complexos e que mobilizam entendimentos particulares, como alguns dos que procuramos trazer através do diálogo com os dados empíricos analisados e apresentados.

Nesse sentido, parece haver uma movimentação que não é determinada por uma forma única ou estável nas relações. Há a possibilidade de integração, de mudanças estratégicas e de criações subjetivas nas maneiras de os jovens se apropriarem e reproduzirem formas de utilizar os espaços e os tempos escolares. Essa simultaneidade de acontecimentos observada encontra apoio em Carrano (2003), quando o autor trata das identidades culturais juvenis.

> «O processo de identificação ocorre num mundo de complexidade, possibilidades e de escolhas que se efetivam como adesão ou combate aos constrangimentos a que os

> sujeitos estão submetidos. O «eu» é relacional e móvel, se redefinindo continuamente como resposta a uma dinâmica social que exige uma multiplicidade de linguagens e relações para a produção das identidades (Carrano, 2003: 124) ».

Uma das questões que importamos considerar nesta pesquisa foi o modo de olhar para os jovens deste estudo: como sujeitos capazes de expor seus pontos de vista e suas ações; e de também construir reflexões sobre essas vivências. A nossa preocupação em considerar as vozes e as diversas manifestações dos jovens, como gestos, risos, silêncios e "brincadeiras", por exemplo, como situações relevantes nas observações em campo e nos encontros dos grupos focais evidenciaram que « (...) esta questão está no centro de uma sociologia da experiência logo que se admita que os actores desenvolvem uma atividade autônoma e, em parte crítica» (Dubet, 1996: 230). Essa visão esteve presente e norteou o nosso caminhar desde os primeiros passos desta pesquisa.

A abordagem sociológica escolhida envolveu considerar as visões, as ações e as reflexões dos jovens participantes desta pesquisa, reconhecendo-os com comportamentos dotados de lógica e legitimidades próprias. Sujeitos que interagem em um contexto de pertencimentos culturais, históricos e sociais complexos, ocasionando diversidade em suas relações sociais.

Em um dos momentos finais, os jovens se propõem a discutir como foram os encontros.

> « *Kely - Gente! Vamos falar como foi. Pode falar. Do decorrer desde o começo. Fiquem à vontade!* [Ri e gesticula, como se dançasse na cadeira].
> *Samara - Apesar de só três encontros, muitos assuntos polêmicos, diferentes.*
> *Diego - Faltou um pouco mais de comprometimento.*
> *Diego - Eu queria um por semana. Fácil, fácil. Só três...*
> *Kely - O jovem gosta de falar, quanto mais melhor. Aqui a gente discute tudo.*
> *Diego - O melhor é que gosta de falar e ter razão. Aqui não vai contra a nossa ideia. Ela dá corda* [refere-se a mim e gesticula como se desenrolasse uma corda].
> *Samara - Coisa que não sabia.*
> *Kely - Anota aí: Bruna Surfistinha* [indica o livro lido aos colegas, rindo] ».

Este estudo ao analisar como os jovens provenientes dos meios populares ocupam e utilizam os espaços e tempos escolares, revela formas complexas e dinâmicas dos relacionamentos desses sujeitos com seus pares, com os professores e os demais trabalhadores da educação no ambiente pesquisado. Relacionamentos que envolvem algumas vivências juvenis aqui reveladas quanto às preparações estéticas diárias, as expressões culturais, as novas tecnologias, o convívio e os relacionamentos afetivos diversos em um curso noturno com algumas especificidades. Procuramos definir um fenômeno e mobilizar conhecimento e discussão da realidade desses jovens quanto aos aspectos pesquisados que podem ser pensados ou utilizados como contribuição para algumas reflexões na escola, por exemplo, em suas programações pedagógicas voltadas para certo tipo de ensino noturno que se encontra aqui fortemente questionado. Os jovens participantes deste estudo se envolveram no desafio de pensar criticamente um momento e suas vivências relacionais.

10. Referências Bibliográficas

ABRAMO, H. W. (2005), "Condição juvenil no Brasil contemporâneo". In H. W. ABRAMO, P. P. M. BRANCO, *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional,* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, pp. 37-72.

ABRAMO, H. W. (2007), "Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil". In O. FÁVERO, M. P. SPÓSITO, P. CARRANO, R. R. NOVAES, *Juventude e contemporaneidade,* Brasília: MEC/UNESCO, pp. 73-90.

ABRAMOVAY, M. (2004), "Os jovens no Brasil. Texto apresentado no Seminário Direitos Humanos e Diversidade". *Caucaia/CE. 27/29 de abril de 2004*. Disponível em: http://www.miriamabramovay.com/site/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=6&Itemid=3, [consultado em 18-9-2010].

ABRAMOVAY, M, CASTRO, M. G., SILVA, B. (2004), "Juventudes e Sexualidade". *Brasília: UNESCO Brasil*. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133977por.pdf, [consultado em 12-6-2009].

BRENNER, A. K., DAYRELL, J., CARRANO, P. (2008), "Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros". In H. W. ABRAMO, P. P. M. BRANCO, *Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional,* 1. reimpressão, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, pp. 176-214.

DUBET, F. (1996), *Sociologia da experiência*. Lisboa: Instituto Piaget.

DUBET, F. (2003), *As desigualdades multiplicadas,* Editora Unijuí: Rio Grande do Sul.

DUBET, F. (2008), *O que é uma escola justa? : A escola das oportunidades,* Editora Cortez: São Paulo.

CARRANO, P. (2003), *Juventudes e cidades educadoras,* Petrópolis: Vozes.

CARRANO, P. (2008), *Identidades culturais juvenis e escolas: arenas de conflitos e possibilidades*. In A. F. MOREIRA, V. M. CANDAU, *Multiculturalismo: Diferenças e práticas pedagógicas,* Petrópolis: Vozes, pp. 182-211.

CATANI, A. M., GILIOLI, R. S. P. (2008), *Culturas juvenis: múltiplos olhares,* São Paulo: Ed. da UNESP.

DAYRELL, J. (2002), *O rap e o funk na socialização da juventude,* Educação e Pesquisa, São Paulo, pp. 117-136. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11660.pdf, [consultado em 22-3-2009].

DAYRELL, J. (2005), *Juventude, grupos culturais e sociabilidade. Janela Central: Olhares sobre os jovens no Brasil,* Jovenes, Revista de Estudios sobre Juventud, México, DF, ano 9, pp. 292-313. Disponível em: http://ver2.imjuventud.gob.mx/pdf/rev_joven_es/22/Juarez%20Dayrell,%20Juventude,%20grupos%20culturais%20e%20sociabilidade.pdf, [consultado em 23-5-2009].

DAYRELL, J. (2006), *A escola como espaço sócio-cultural*. In J. DAYRELL, *Múltiplos olhares: sobre educação e cultura,* Belo Horizonte: Ed. da UFMG, pp. 136-161.

DAYRELL, J. (2007), *A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil,* Revista Educação e Sociedade, Campinas: Unicamp, – Especial, pp. 1105-1128. Disponível em:http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100.pdf, [consultado em 20-1-2009].

DURKHEIM, É. (2003), *As Regras do Método Sociológico,* tradução Paulo Neves, 2. tiragem, São Paulo: Martins Fontes.

DURKHEIM, É. (2004), *O Suicídio,* tradução Monica Stahel, 2. tiragem, São Paulo: Martins Fontes.

HEILBORN, M. L. (2006), *Entre as tramas da sexualidade brasileira,* revista Estudos Feministas, Florianópolis, pp. 43-60. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n1/a04v14n1.pdf, [consultado em 23-4-2010].

MARTUCCELLI, D. (2000), *Figuras y dilema de La juventud em La modernidad,* Movimento, Rio de Janeiro, pp. 29-51.

MOTA, R. (2006), *Tecnologia da Informação*. In J. DAYRELL, *Múltiplos olhares sobre educação e cultura,* Belo Horizonte: Ed. da UFMG, pp. 73-76.

PAIS, J. M. (2006), *Buscas de si*. In M. I. ALMEIDA, F. EUGENIO, *Culturas jovens: novos mapas do afeto,* Rio de Janeiro: J. Zahar, pp. 7-21.

PERALVA, A. (1997), *O jovem como modelo cultural*. In Revista Brasileira de Educação: *Juventude e Contemporaneidade*, SP: Anped, p. 15-24. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde05_6/rbde05_6_04_angelina_peralva.pdf
[consultado em 18-4-2009].

POCHMANN, M. (2008), *Valor Econômico (SP): Juventude e políticas sociais,* IPEA – Desafios do desenvolvimento. Disponível em:http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCDCHAVE=4506, [consultado em 22-06-2009].

PORTES, É. A. (2000), *O trabalho escolar das famílias populares*. In M. A. NOGUEIRA, G. ROMANELLI, *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares,* Vozes, pp. 63-80

PORTES, É. A., RESENDE-CAMPOS, A., AMORIM, K., OLIVEIRA-SANTOS, V. (2010), *Algumas aproximações sobre a relação família e escola no meio rural*. In A. DALBEN, J. DINIZ, L. LEAL, L. SANTOS, *Coleção Didática e Prática de Ensino. Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: Escola, Família e Comunidade,* Belo Horizonte: Autêntica, pp. 682-707.

SANCHIS, P. (2006), *A crise dos paradigmas em antropologia*. In J. DAYRELL, *Múltiplos olhares sobre educação e cultura,* Belo Horizonte: Ed. da UFMG, pp. 24-38.

SCHEMES, C, THON, I. H. (2010), "A moda europeia e o uniforme escolar no Brasil". *VI Colóquio de Moda,* São Paulo: Anhembi Morumbi/FAPESP, pp. 1-12.

SILVA, S. P. (2002), *Considerações sobre o relacionamento amoroso entre adolescentes,* Cad. Cedes, Campinas, p. 23-43. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v22n57/12001.pdf, [consultado em 20-11-2010].

SPOSITO, M. P. (2009), *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social,* Belo Horizonte: Argvmentvm.

SPOSITO, M. P. (2000), *Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área da Educação*. In M. P. SPOSITO, *Estado do Conhecimento. Juventude e escolarização,* p. 6-40. Disponível em: http://slideshare.net/observatoriojuvenildovale/juventude-estado-de-conhecimento, [consultado em 10-7-2010].

ZAGO, N. (2000), *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares,* Petrópolis: Vozes, pp. 63-80.

SIMMEL, G. (2006), *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade,* Rio de Janeiro: J. Zahar.

WEBER, M. (2000), *Economia e Sociedade,* Brasília: Ed. da UNB.

"Moça, entra na fila, a professora chamou as meninas!": pesquisa com crianças, raça e etnografia em espaços de educação infantil

Míghian Danae Ferreira Nunes
mighiandanae@yahoo.com.br

Resumo: Na sociologia da infância (SI), a pesquisa sobre/com crianças tem se utilizado constantemente da etnografia como método possível para o trabalho de campo, na perspectiva de que seu uso possa colaborar na aproximação com as crianças e no conhecimento de suas realidades. É perceptível também que, para conseguirmos nos aproximar destas, até os seis anos de idade, em centros urbanos como Salvador e São Paulo, por exemplo, um dos espaços onde as encontramos juntas é na escola de educação infantil. Este texto contém parte de pesquisa realizada com crianças de cinco anos numa escola de educação infantil vinculada ao bloco afro *Malê Debalê*, na cidade de Salvador-BA, buscando problematizar questões relacionadas ao conceito de infância na contemporaneidade, os espaços institucionalizados onde acredita-se que as crianças podem viver suas infâncias, a etnografia com crianças pequenas, a natureza da participação destas, apresentando também questões advindas do trabalho de campo, relacionadas ao pertencimento racial.

Palavras-chave: sociologia da infância, relações raciais, educação infantil, etnografia.

"Moça, entra na fila, a professora chamou as meninas!": pesquisa com crianças, raça e etnografia em espaços de educação infantil

Este artigo discute as questões levantadas a partir dos contatos iniciais no campo da pesquisa que desenvolvo no doutorado pelo programa de pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP, que pretende estudar as culturas infantis construídas por crianças de quatro anos numa turma de educação infantil na escola municipal *Malê Debalê* em Itapoan, Salvador-BA. Após permanecer durante o mês de agosto com as crianças, acredito ser possível organizar algumas considerações com relação ao método empregado (etnografia) e aos temas das relações raciais e infância.

A escola municipal *Malê Debalê* está sediada no bloco afro de mesmo nome, este fundado em 1979, na cidade de Salvador-BA. Dentro do espaço físico do bloco, em 2006, os diretores do bloco criaram, em parceria com a prefeitura de Salvador e a partir da reivindicação da comunidade que mora no entorno do bloco, uma escola de mesmo nome, instituição esta que atende crianças de turmas de educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental, até o quinto ano (CAMILO, 2014).

Este bloco afro desejava, inicialmente, congregar a população negra, moradora do bairro de Itapoan e adjacências em uma agremiação que cultivasse as raízes culturais africanas. Fundado em 1979, passou a integrar o carnaval da cidade como um dos muitos blocos afro que desfilavam nesta festa, exaltando a beleza negra e a cultura afro-brasileira, de forte influência nas características da população baiana. Este movimento não aconteceu apenas nesta região da cidade. Como exemplo, cito o *Ilê Aiyê*, um outro bloco afro, este nascido no Curuzu, bairro da Liberdade, bastante conhecido no Brasil e no mundo, também fundado na década de setenta (1974), suprindo uma lacuna observada por militantes do Movimento Negro organizado, na cidade de Salvador, que não viam representação da população negra na festa.

A invisibilidade da população negra no carnaval foi destacada como principal motivo para o surgimento destas entidades, mas havia uma conexão entre estas atividades e as lutas travadas pelo Movimento Negro brasileiro com relação ao acesso e a igualdade de oportunidades (VOVÔ DO ILÊ, 2014; SANTANA, 2013[1]). Na mesma década de criação dos blocos, o Movimento Negro organizou-se para aprovação uma constituição nacional

1 SANTANA, Eduardo. Email pessoal recebido em mighiandanae@yahoo.com.br em 06.dez.2013.

que incluísse a população negra em seu texto legislativo. Pode-se inferir assim que a criação destes blocos tem relação direta com o modo como estes grupos sociais que, alijados do processo de construção da história oficial brasileira, construíram espaços alternativos de poder e representação social. Segundo a pedagoga Tatiane Rodrigues:

> O movimento negro a partir da década de 1970 adotou uma estratégia mais politizada de denúncia aberta à discriminação racial e ao racismo na sociedade brasileira. A atuação do movimento negro registrou a concordância entre intelectuais negros de que a raça constituía-se um conceito organizador das relações sociais no Brasil, daí passou a pautar a importância de participar e influir na elaboração e conteúdo da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional com objetivo de desacreditar a ideologia da democracia racial reeditada até então na orientação de leis e diretrizes das políticas públicas. [...] o resgate do processo de elaboração dessas leis e da participação do movimento negro no mesmo poderia possibilitar novos entendimentos sobre as mesmas (RODRIGUES, 2005, p. 2).

Em 1986, a Câmara Municipal de Salvador aprovou por unanimidade a Indicação 1.230/85, que instituía as disciplinas de Capoeira, Dança Afro-Brasileira, Música Afro-Brasileira, História da África e Literatura Afro-Brasileira[2] (NUNES, 2012). Essas ações são algumas das muitas empreendidas desde a década de setenta para a construção de políticas públicas que incluíssem a população negra – e neste sentido, a criança negra – nos currículos oficiais da escola brasileira, culminando com a promulgação da lei 10.639/03, uma alteração do artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 9.394/96), instituindo o ensino de história da África e a cultura afro-brasileira em nossas escolas. A escola fundada pelo bloco afro *Malê Debalê* comunga com as propostas de educação organizadas pelo Movimento Negro brasileiro, quando o presidente do bloco, Jocélio Araújo (2012), em entrevista para o *site* da Prefeitura de Salvador, afirma que "difundir a cultura negra e representar a comunidade de Itapoan junto ao poder público são alguns dos nossos objetivos".

Partindo destas questões, não é possível aproximar-se das crianças deste grupo social sem fazer menção à raça, visto que esta expressão aparece com grande força no discurso cultural e político adotado pelo bloco e também na escola[3]. O termo raça, aqui, é adotado como uma categoria analítica e relacional (GUIMARÃES, 2003), vinculando-se a uma perspectiva sociológica de estudo das relações sociais brasileiras, numa tentativa de abandonar a perspectiva biológica a que esta expressão segue vinculada até os dias atuais. Neste sentido, raça é um termo que, ao ser reivindicado politicamente pelo Movimento Negro, vai reintroduzir o debate acerca dos privilégios concedidos a determinados grupos no Brasil, o que alterou nosso modo de organização social e a participação da população negra na sociedade.

Os esforços da pesquisa a que este artigo se vincula é, assim, apresentar alguns dos modos pelos quais as crianças presentes no espaço da escola do *Malê* vivenciam suas experiências com as outras crianças e adultos, suas semelhanças, diferenças e conflitos. As crianças, ao fazerem parte e estarem mergulhadas nas culturas presentes na escola, no bloco, no bairro e na cidade, seus modos de ver e fazer são alterados por este pertencimento, que por conseguinte também altera a cultura adulta produzida pelo grupos sociais presentes nos espaços citados. A assunção de que esta é uma relação de mão dupla na produção das culturas é um importante espaço de percepção das agências infantis em nossa sociedade, algo sob o qual esta pesquisa também se debruça.

A perspectiva acentuada neste artigo encontra consonância na sociologia da infância (SI)[4], teoria que advoga o reconhecimento das crianças como atores/agentes sociais em nossa sociedade e não apenas como passivos

---

2 No ano de 2009, todas as professoras da rede municipal de Salvador receberam um kit denominado Biblioteca Afro-Brasileira, com livros relacionados às questões raciais e/ou personalidades negras da literatura, das ciências, entre outras áreas , numa comprovação que a debate sobre relações raciais na Educação continua vívido nesta cidade.

3 No mês de agosto, quando estive presente na escola, a vinculação da comunidade à raça negra foi enfatizada pela diretora, que certa feita perguntou ao grupo presente a uma reunião – cerca de 60 pessoas – a qual raça pertenciam, obtendo "raça negra" como resposta.

4 A partir deste ponto, a expressão sociologia da infância será substituída pela sigla SI.

numa socialização que ocorreria a partir do adulto em direção à criança. A SI reivindica que a criança seja vista como construtora da sociedade da qual faz parte, tendo bastante importância sua presença e participação, mesmo que muito embora o adultocentrismo[5] não nos deixe perceber de que modos as tensões entre pessoas adultas e crianças alteram nossa organização social.

A SI é um campo recente nos estudos sobre criança no Brasil e no mundo, tendo seu início aproximadamente há três décadas, de maneira mais intensa nos países da França e Inglaterra, com os estudos de Regine Sirota (1998) e Cleopatre Montandon (1998), respectivamente. Em termos gerais, segundo Manuel Sarmento (2010) "[…] o sentido da Sociologia da Infância reside em última instância em compreender a sociedade, a partir do fenómeno social da infância" (p. 2). É Sarmento (2010) também que reforça este pensamento, quando afirma

> […] na verdade, ao estudar a infância, não é apenas com as crianças que a disciplina se ocupa: é, com efeito, *a totalidade da realidade social* o que ocupa a Sociologia da Infância. Que as crianças constituem uma porta de entrada fundamental para a compreensão dessa realidade é o que é, porventura, novo e inesperado no desenvolvimento recente da disciplina. (p. 3)

Vendo a infância como uma "categoria social do tipo geracional socialmente construída" e "relativamente independente dos sujeitos empíricos que a integram, dado que ocupa uma posição estrutural" (SARMENTO, 2010, p.7) e as crianças como atores sociais, a SI, a partir de suas correntes e confluências, intenciona tornar visível a(s) criança(s) em suas potencialidades e não como numa visão durkheiminiana do *vir-a-ser,* ou, como diria Qvortrup (1994), teórico da SI, não como *human becoming* mas como *human beings*. É importante ressaltar que, apesar de recente, a SI é um campo teórico bastante tensionado pelas visões de estudiosos/as da infância e da criança. Este debate pode ser percebido a partir das leituras sobre as perspectivas estrutural e socio-construtivista, que localizam a infância a partir de variados contextos de produção de conhecimento[6].

Ao reunir o tema das relações raciais e o tema da infância, é preciso relembrar que, apesar de raça ser um marcador identitário para as crianças, não podemos dizer que elas são responsáveis pela formulação do modo como vemos as relações raciais no Brasil, o que faz com que devamos ter cautela na afirmação de que elas reproduzem este ou aquele comportamento, já que esta assertiva desconsidera a agência das crianças. Vale a pena dizer, assim, que um dos objetivos desta pesquisa é também compreender de que modo as crianças se apropriam, fazem uso ou reinventam os modelos que nós pessoas adultas construímos para explicar as relações raciais. Ao tocar neste ponto, penso que seja importante recordar algumas pesquisas que levaram em conta a escuta de crianças no que diz respeito ao tema das relações raciais, para que possamos perceber de que modo estes temas tem sido introduzido nas pesquisas e quais as conclusões a que chegaram a partir destas escutas.

1. Crianças e relações raciais: o que dizem algumas pesquisas

Nesta seção, optamos por descrever algumas pesquisas realizadas com crianças entre 0-6 anos que tiveram como aporte teórico a SI, muito embora estas não tenham sido as primeiras pesquisas brasileiras a ouvirem

---

5 Segundo Márcia Gobbi (1997) "o termo adultocêntrico aproxima-se aqui de outro termo bastante utilizado na antropologia: o etnocentrismo: uma visão de mundo segundo a qual o grupo ao qual pertencemos é tomado como centro de tudo e os outros são olhados segundo nossos valores, criando-se um modelo que serve de parâmetro para qualquer comparação. Nesse caso o modelo é o adulto e tudo passa a ser visto e sentido segundo a ótica do adulto, ele é o centro" (p. 26)

6 Sobre estes pontos, recomendo a leitura da introdução da tese de Juliana Santana intitulada *Cotidiano, expressões culturais e trajetórias de vida: uma investigação participativa com crianças em situação de rua* onde ela discute alguns pontos sobre as diferentes perspectivas da SI. Além deste texto, recomendo a leitura do texto *A tentação da diversidade e seus riscos* de Jens Qvortrup (2010) e o editorial *Many childhoods?*, da Revista *Childhood*, de Chris Jenks (2004).

crianças no contexto escolar[7]. De todo modo, é importante salientar que, se não é exclusivo desta corrente teórica ouvir crianças, é a SI quem propõe que nesta escuta as crianças possam ser vistas como atores/agentes partícipes do mundo social que as envolvem[8].

A tese de Cristina Trinidad (2011) intitulada *Identificação étnico-racial na voz de crianças em espaços de educação infantil*, defendida no programa de pós-graduação em Educação da PUC-SP, toca no tema das relações raciais e infância. Neste trabalho, a autora ouviu crianças de uma escola municipal de educação infantil a partir de uma abordagem etnográfica acerca do pertencimento racial destas e quais eram suas compreensões acerca destas classificações. A tese apresenta as impressões das crianças não apenas de si mesmas, mas de suas famílias e colegas, demonstrando se e como aquelas crianças faziam uso das classificações raciais que usamos atualmente no Brasil. Um excerto da tese pode ilustrar como a pesquisadora orientou essas discussões entre as crianças:

> Giovanna Pino diz: "Meu pai também é preto". Em seguida, ela se corrige: "Preto não, negro". Pergunto: "Qual a diferença entre preto e negro?" Ela diz: "Ele é quem fala que é negro" (Parque, 14/5).
>
> Caio, Giovanna Pino e Júlia aproximam-se de mim. Relembrei o episódio da Cara de Batom, no qual os negros parecem ter a cara pintada (tal como o batom pinta a boca). Júlia, que ouvia a a conversa, disse: A tia não é preta". Giovanna Pino responde a esse comentário: "É, ela não é preta, é negra" […]
>
> Nas duas situações descritas acima, em que Giovanna Pino está envolvida, ela se comporta da mesma forma diante do uso dos termo preto e negro, ou seja, reage como se a palavra preto não devesse ser empregada, como se assumisse que o correto é dizer negro […] (p. 128)

Trinidad (2011) aponta que

> Os resultados mostram que crianças de pouca idade conhecem e empregam as categorias étnico-raciais; em suas brincadeiras e interações, não selecionam seus pares tendo como base a cor da pele; verbalizam, no entanto, o desejo de ter características associadas ao grupo de pessoas brancas, sendo o cabelo e a tonalidade da pele as mais mencionadas […] Em relação aos filhos de relacionamentos inter-raciais, notou-se que, quanto mais as crianças apresentam traços físicos que se aproximam dos atribuídos às pessoas negras, maior é o desejo de serem brancas. (Resumo)

Flávio Santiago (2014), em sua dissertação defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP, apresenta a etnografia que realizou num centro de educação infantil (CEI) numa cidade da região de Campinas, onde analisou "a violência do processo de racialização sobre a construção das culturas infantis" (vii). A partir de visitas regulares ao CEI por quatro meses, o autor observou como as "crianças pequenininhas" respondiam às violências direcionadas a elas por conta de seu pertencimento racial e como reelaboravam as relações com as pessoas adultas que as haviam agredido. Ao ouvir as crianças, Santiago registra em seu diário de campo relatos semelhantes aos encontrados por pesquisas anteriores:

> Como de costume a docente pede para as crianças formarem uma fila na hora do lanche. No entanto, hoje ocorre uma confusão entre as crianças e Dandara (menina negra) começa a chorar. A docente olha brava para as crianças e pergunta:
>
> - O que está acontecendo? Por que Dandara está chorando?
>
> Duda responde:

---

7 Para um registro histórico, convém destacar a dissertação de Eliane Cavalleiro (1998) intitulada *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil*, onde observou as práticas e discursos relacionados à temática racial das professoras de uma escola de educação infantil, recolhendo relatos de crianças entre 4-6 anos. Antes disso, o artigo de Neusa Gusmão (1993), *Socialização e recalque: a criança negra no rural* também toca em questões relacionadas a identidade negra e infância.

8 Um texto importante para compreender como as crianças tem sido vistas nas pesquisas acadêmicas é o *Working with etical symmetry in social research with children*, escrito por Pia Christensen e Alan Prout (2002).

> - Porque eu empurrei ela! Ela é suja toda preta! Iria me deixar suja!
> A docente olha a cena e diz:
> - Dandara *não perturba a Duda, vai para outro lugar e lava esse*
> rosto, já estou cansada de brigas entre vocês. E Duda deixa de ser nojenta, para de implicar com a Dandara, cada uma tem um jeito! Para de encher o saco uma da outra! (p. 92)

Para além das descrições destes acontecimentos, o autor destaca a importância de enxergarmos a agência das crianças nestes momentos de conflitos raciais, entendendo que estas não respondem passivamente às agressões cotidianas. Segundo ele,

> os choros, as rebeldias e as brigas expressavam como as crianças negras percebiam o racismo presente nas posturas pedagógicas adotadas, explicitando que não aceitavam os enquadramentos que as fixavam em posições subalternas na sociedade. Através de diferentes movimentos de choque com o poder, os meninos e meninas negras instauravam sentidos e "rabiscavam" suas configurações corpóreas, lançando-se para o novo, resistindo […] (2014, p. 62)

Apesar de concordarmos sobre a responsabilidade que pessoas adultas devem ter com o tema do racismo na escola e na sociedade como um todo, podemos também, a partir de um ponto de vista não-adultocêntrico, apreender de que maneira as crianças tem reelaborado o contato com estas questões desde muito cedo, o que poderá nos ajudar a encontrar outras respostas para o combate ao racismo na escola. Em suas considerações, Santiago aponta:

> Um dos principais elementos do processo de racialização presentes nas práticas desenvolvidas no Centro de Educação Infantil – CEI pesquisado era a desvalorização do pertencimento étnico-racial afro-brasileiro e a valorização de uma estética eurocêntrica. […] Por meio deste processo, as meninas e meninos pequenininhos/as negros/as passaram a serem denominados como bagunceiros/as, terríveis, complicados/as, arteiros/as; e as crianças pequenininhas brancas eram categorizadas como princesas, lindinhas, existindo um processo de subalternização dos sujeitos negros. Atrelado a essa dinâmica de hierarquização existe uma supervalorização da estética branca, em que as crianças brancas são sempre classificadas como bonitas e as negras são deixadas de lado, esquecidas em meio ao dinamismo da educação infantil. As crianças pequenininhas negras dentro deste contexto são cotidianamente discriminadas e destituídas de sua negritude, o que cria a necessidade de processos reiterativos que apaguem o seu pertencimento étnico-racial e as tornem sujeitos desejosos de uma cultura eurocêntrica imposta pelo colonialismo. Este processo mutila a construção de uma visão positiva de uma ancestralidade negra, por esta não corresponder à organização simbólica e social determinada pelo conjunto de relações pré-estabelecidas pelo sistema social capitalista eurocêntrico. (pp. 122-123)

Em certa medida, as pesquisas aqui apresentadas tentam superar um debate que vê as relações raciais e infância apenas sob a ótica da denúncia do racismo e suas consequências na vida das crianças brasileiras. Nestes trabalhos, a denúncia se faz presente, mas há também espaço para questões relacionadas ao pertencimento racial, diferença, história da população negra, enfrentamentos e resistências, entre outras. Trazer as experiências das crianças acerca dos temas, tarefa indispensável à SI, colabora na assunção de uma perspectiva que vê as relações raciais *desde dentro* da infância.

2. Etnografia de crianças pequenas: um potente método de estudo das culturas infantis

A partir da assunção da SI como um campo de estudos sobre a criança, gostaríamos aqui de relembrar quais as associações possíveis com outras áreas de estudos, a partir de suas correntes de pensamento. Em conformidade com estas correntes, há a reivindicação de, para além de uma sociologia da infância, pensarmos de maneira mais ampliada os **estudos sociais da infância**, que englobaria aí antropologia, história, geografia, entre outras ciências. Desse modo, é na interseção entre sociologia da infância e outras área que temos a utilização, por parte de estudiosos da SI, da etnografia com uma potente ferramenta para a interpretação das culturas infantis. William Corsaro, sociólogo, autor do livro *Sociologia da Infância* e um dos pioneiros no estudo das culturas infantis utilizando o método etnográfico, informa que sua vinculação à área da antropologia faz-se a partir dos estudos de Clifford Geertz e Howard Becker (2009). Em seu livro mais conhecido e citado anteriormente, Corsaro estuda as culturas infantis a partir da estadia, durante alguns anos letivos, em escolas de educação infantil na Itália. É a partir deste contato mais próximo com as crianças que Corsaro vai propor uma revisão do conceito de socialização e cunha a expressão "reprodução interpretativa" como mais adequado para falar sobre o que as crianças fazem. Corsaro (2009) explica a expressão reprodução interpretativa a partir de seus termos:

> O termo interpretativa captura os aspectos inovadores da participação das crianças na sociedade, indicando o fato de que as crianças criam e participam de suas culturas depares singulares por meio da apropriação de informações do mundo adulto de forma a atender aos seus interesses próprios enquanto crianças. O termo reprodução significa que as crianças não apenas internalizam a cultura, mas contribuem ativamente para a produção e a mudança cultural. Significa também que as crianças são circunscritas pela reprodução cultural. Isto é, crianças e suas infâncias são afetadas pelas sociedades e culturas das quais são membros (p. 31)

Com esta associação, percebemos que a etnografia com crianças proposta por Corsaro busca uma estreita relação com teorias que revejam a questão do poder centralizado no/a pesquisador/a, ou seja, é importante que as pessoas adultas que realizem tais pesquisas aceitem a premissa de que o poder possa ser compartilhado. Corsaro discorre sobre o que para ele seriam características da pesquisa etnográfica:

Assim como Corsaro, defendemos que a etnografia das culturas infantis é uma potente ferramenta metodológica de compreensão daquilo que as crianças pensam, sentem e fazem com relação às suas próprias vidas, aqui mais especificamente, sobre as questões relacionadas à temática racial. Através desta metodologia, que reúne a entrada no campo e a aceitação do grupo social, a coleta e escrita consistente de nota de campo, entrevistas, descrição de artefatos, coleta de gravações audiovisuais, descrição e interpretação da descrição (CORSARO, 2009, p. 84), acredito que é possível realizar algumas constatações sobre o tema junto às crianças.

Manuela Ferreira (2008), que também realizou uma pesquisa etnográfica em uma turma de educação infantil numa escola de zona rural de uma cidade em Portugal discute aspectos sobre o método empregado ao escrever o artigo *"Branco demasiado" ou… reflexões epistemológicas, metodológicas e éticas acerca da pesquisa com crianças.* Segundo a autora, realizar uma etnografia com crianças significa

> Aceder (compreender e interpretar) ao seu mundo conceptual, às redes de significação e às conexões de sentido partilhadas no grupo para descobrir os sensos comuns (nos saberes, fazeres, sentires) que tornam aquelas ações inteligíveis e relevantes para si e também para os seus usos sociais na construção da cultura e da organização de um grupo de crianças, nas suas continuidades e reatualizações. (p.151)

A compreensão de que a etnografia é um potente método para o estudo das culturas infantis não invalida as demais formas de pesquisa que abordem a infância ou a criança a partir da SI, nem invalida as contribuições sobre relações raciais e infância que outros métodos possam trazer para discutirmos o tema, sendo todos os esforços na tentativa de trazer à tona estes debates importantes. Igualmente valioso é acompanhar os debates feitos em torno da produção de pesquisa na área educacional que faz uso da etnografia sem, contudo, preocupar-se com a leitura necessária sobre o tema na área a qual ela está vinculada, a saber, a antropologia,

descuidando-se assim de um rigor que abrange questões epistemológicas e de análise[9]. Esta pesquisa assume os possíveis riscos da escolha do método antropológico, entendendo que as intersecções possíveis entre as áreas da SI e da educação produzirão novos questionamentos sobre o campo a partir da etnografia.

Com relação à ética em pesquisa com seres humanos, é importante ressaltar que, para além da aprovação no Comitê de Ética da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, solicitei às crianças a entrada em campo e a permanência com elas, explicando verbalmente qual era a minha intenção ao passar alguns dias na escola e posteriormente entregando um documento que foi lido e assinado pelas pessoas responsáveis. Apesar de acompanhar o debate pelo reconhecimento de seus nomes reais em estudos acadêmicos (KRAMER, 2002), optei por neste artigo usar nomes fictícios porque não há o interesse do registro individual das ações das crianças no grupo, mas tão somente evidenciar a construção da cultura de pares infantis.

É necessário destacar que, apesar de ser perceptível que as crianças que frequentam a escola do *Malê* são em sua maioria negras, o enfoque que se quer dar neste estudo não tem relação apenas com a questão da raça. Esta pesquisa debruça-se sobre os estudos sobre as culturas infantis produzidas por estas crianças, culturas que são atravessadas pelo marcador de raça, mas não apenas ele. Isto porque, como bem lembrado por Neusa Gusmão (1993) ao estudar a comunidade do quilombo do Campinho (Paraty, RJ) em seu artigo,

> As relações que estabelecem no tempo e no espaço da "comunidade-bairro tem parâmetros e limites estabelecidos na organização histórica do grupo a que pertencem. Adaptados às condições de seu meio, as gerações mais novas não se veem como "diferentes". São todos e cada um identificáveis e identificados como parte do mesmo grupo, do grupo de parentes. As relações no seio da família extensa refletem a condição de ser e pertencer ao lugar. Aí não tem disso do que é ser negro numa clara evidência de que "a cultura não se herda com a cor da pele ou a forma de nariz […]" (1993, p. 51)

Além disso, ao realizar uma etnografia, entendo que escolher *a priori* um recorte da realidade – relações raciais, por exemplo – há risco de prejuízo do método etnográfico, que em geral mantém inicialmente uma perspectiva mais aberta para alcançar aspectos outros que não àqueles previstos na pesquisa. Desse modo, é certo que as tensões presentes nas relações entre as crianças e pessoas adultas surgirão no campo, não apenas de ordem racial, mas também de gênero, de origem, de classe etc e todas elas, ao seu tempo, serão apresentadas e discutidas.

Ao reler os relatos que fiz em campo, compreendi que, por estar numa fase inicial da pesquisa de campo, as inferências sobre as práticas e discursos das crianças ainda estão muito centradas na percepção que tive, nas percepções que suas atitudes me trouxeram e nas minhas interpretações sobre os ocorridos. A sociologia da infância vem justamente destacar a importância de não apenas enxergarmos as crianças como agentes, mas também permitir que as suas interpretações possam ganhar espaço em nossos trabalhos acadêmicos. Creio que, aos poucos, este objetivo será alcançado, quando aproximar-me do período final dos trabalhos de campo.

A partir destas questões, trago algumas questões vivenciadas quando da entrada no campo em agosto de 2014, mês do início da minha ida à escola *Malê Debalê*. A frase que dá nome ao título do artigo foi proferida por um dos meninos da sala onde fiquei por cerca de 20 dias, quando a professora chamava as crianças para o pátio. Ao me verem ali durante uma semana e perceber que eu não fazia parte do grupo das professoras, ele me convidou a fazer parte do grupo das crianças, pedindo que eu me integrasse à fila das meninas. Inicialmente, poderia afirmar que esta percepção deu-se, porque notaram que eu não exercia/tinha o poder típico que as professoras exerciam/tinham sobre elas, mas creio também que, com o passar do tempo, isto pode indicar um convite para que eu me unisse à elas (crianças) em seu modo de fazer as coisas na escola. Abordarei dois pontos observados durante os dias em que estive na escola com as crianças, relacionados à minha aceitação por parte das crianças no campo e como parecem relacionar-se com o corpo delas e de outras crianças.

---

9 Consultar texto de Sandra Tosta (2008) intitulado *Os usos da etnografia na pesquisa educacional* e o artigo *Etnografia como prática e experiência*, de José Guilherme Magnani (2006).

3. 'Minha pró[10] de mentirinha': entrada no campo e as crianças

O título desta seção surgiu quando, por não ser professora "de verdade", as crianças, em algumas brincadeiras, me nomeavam "pró de mentirinha", visto que, como relatei acima, perceberam que eu não parecia fazer parte do grupo de professoras. Mas isto não acontecia, em alguns momentos, as crianças não me permitiam estar perto ou participar. Percebi que nos momentos em que elas estavam menos sob controle das professoras – no pátio, por exemplo – era quando elas mais excluíam-me sem nada dizer, demonstrando que preferiam estar apenas entre elas.

Nestas idas ao pátio, percebi que as crianças preferiam ficar longe de mim ou longe das outras pessoas adultas. Quando eu me aproximava de um grupo, ele rapidamente era desfeito e novamente formado em outro lugar. Isso não aconteceu só uma vez, talvez porque se sentiam muito patrulhadas na escola, na sala, o tempo todo. Certa vez, estavam brincando com cadeirinhas e mesas, formando longas fileiras e fingindo estar dirigindo um ônibus ou desfilando numa passarela e todas as vezes em que eu me aproximava, elas mudavam de lugar com as cadeiras e mesas. Apesar de ser bastante trabalhosa essa mudança, elas realizaram-na cerca de quatro ou cinco vezes. Quando se mudavam, não era para fazer algo proibido pelas professoras, como correr ou "brigar": ficavam lá, sentadas, abraçadas no colo umas das outras, mexendo nos cabelos ou conversando, mas procuravam um cantinho para ficar à vontade.

> [...] e simplesmente me excluíram porque eu não sou criança, também não tenho a confiança delas. Senti-me terrivelmente mal. Sempre achei que as crianças gostassem de mim e que eu era legal e sempre conseguiria estar perto delas, mas o fato é que isso acontecia porque eu era professora! (Relato de campo, 14.08.2014)

Durante as semanas, presenciei em vários momentos as crianças desentendendo-se na sala ou fora dela. Enquanto estive como professora de educação infantil da rede municipal em São Paulo, sempre interferi nestes momentos porque me cobravam – e eu também me cobrava – uma postura de "pessoa adulta que está ali para resolver conflitos". Mas eu sempre desejei não estar neste lugar e simplesmente deixar as coisas acontecerem, para ver até onde elas iriam. Não interferi nos momentos em que as crianças brigavam, muito embora se estivesse com outras pessoas adultas, eu fingia não estar vendo ou, se estivesse realmente passado algum tempo com elas estivessem brigando, eu interferia. Mas por vários momentos eu pude deixar acontecer, até que uma outra pessoa adulta tomasse alguma atitude, o que me fez presenciar como as crianças resolviam seus conflitos, quase sempre com envolvimento de outras pessoas que originalmente não estavam na briga. Quando eu delegava a função de resolver o problema a outra pessoa adulta, sentia que ela me via como uma pessoa inválida. De que adianta uma pessoa adulta que não serve nem para mandar numa criança?

Nesse sentido, era difícil quando a professora me pedia para ficar com elas enquanto ela dava uma saída rápida para resolver alguma coisa. Não queria que as crianças me vissem com alguém que podia mandar nelas mas, ao mesmo tempo, ficava preocupada em, não reclamando com elas e mantendo-as em seus lugares, fazer com quem a professora pensasse que eu não servia nem para ficar cinco minutos com as crianças e não me quisesse mais lá. Estes episódios me fizeram perceber que: a) para as pessoas adultas, uma pessoa adulta é "naturalmente" uma figura de autoridade para as crianças pelo simples fato de ser adulta. Esta ideia, culturalmente construída numa sociedade que não vê as crianças como pessoas ativas, parece difícil de ser contestada e b) é difícil compreender a ideia de uma pessoa adulta que recusa a autoridade apenas por ser uma pessoa adulta. De todo modo, a ideia de recusa também é construída, assim como a primeira, o que não ajuda na compreensão do quanto as duas são opostas.

10 Em Salvador, diferente de outras cidades no Brasil, o diminutivo da palavra professora recebe um acento agudo.

4. "Desconta, pode descontar!": corpo, brigas e conversas

Os estudos de Márcia Buss-Simão (2012, 2014) abordam a questão da dimensão corporal de crianças pequenas na perspectiva da SI. Segundo a autora,

> a dimensão corporal é compreendida como uma categoria, na qual, na delimitação do que seja o biológico encontra-se já as marcas das reflexões e concepções que se constrói ao longo da história, ou seja, encontram-se já as marcas da cultura. A opção por esta nomenclatura visa contribuir para uma compreensão de corpo de forma menos parcial e dicotômica em que há relações de mútua produção entre ambas. (2014, p. 103)

A partir da entrada no campo e da busca por informação sobre como as crianças viam seu corpo e sua relação corpórea com as outras pessoas ao seu redor, percebi que, como Buss-Simão (2014) aponta, as crianças demonstram "uma centralidade da dimensão corporal nas relações que elas estabelecem entre si e com os adultos" (p. 104). Apesar de carecer de mais tempo para compreender mais como aquelas crianças vivenciavam as experiências relacionadas ao corpo, aqui ouso trazer algumas questões relacionadas a este tema.

Os episódios envolvendo "brigas" e "conflitos" me chamaram atenção por alguns aspectos. Quando eu andava pela escola, durante o recreio, sempre ficava atenta para ver como as crianças se relacionavam. Não tenho ainda observações mais sistemáticas sobre o assunto, mas é certo que não vi, em nenhum dos dias que lá estive, nenhuma criança agredir física ou verbalmente outra criança. Na verdade, eu não notei que isso não ocorreu enquanto estive no campo, só relacionei essa situação como algo incomum para a ideia de escola que temos quando, ao voltar para São Paulo, uma amiga professora relatava-me casos de agressão verbal, discriminação racial e preconceito na escola de ensino fundamental onde trabalhava. Ao ouvi-la relatar sobre os casos ocorridos numa semana depois das férias de julho, dei-me conta de que havia passado três semanas numa escola onde não notei a presença de hostilidade entre as crianças. Pelo contrário, elas normalmente ajudavam-se muito, cuidavam-se umas das outras nos espaços coletivos, as mais velhas ralhando com as mais novas para que elas fizessem alguma coisa que elas achavam que deveria ser feita (voltar para classe, limpar o que sujou etc). Quando as mais novas insurgiam-se com a ordem, a criança mais velha sempre invocava alguém da família para legitimar sua ação.

> As crianças estavam na fila, no pátio, esperando a professora Jade liberar a volta para classe quando uma menina mais nova chegou próximo a Maíra e começou a dizer que ela deveria se comportar. Maíra, que parecia não ver motivos para a reclamação, fez cara feia e fingiu não ligar. A criança mais velha disse:
> - Vou contar a sua avó como você está na escola.
> Maíra continuava a demonstrar irritação. (Relato de campo, 15.08.2014)

Apesar de irritada, Maíra não agrediu física ou verbalmente a menina mais velha, nem a afastou com as mãos ou o corpo. As demais pessoas adultas não reclamavam quando viam crianças mais velhas ralhando com as mais novas. Aqui é um dos pontos que creio ser possível estudar em profundidade. Minhas hipóteses tem relação com questões religiosas que atravessam a cultura do local, mas talvez seja cedo para afirmar. Na dissertação de Lúcio André da Conceição (2006) intitulada *Pedagogias do Candomblé: aprendizagens, ritos e conflitos*, o respeito ao saber dos antigos aparece como um dos princípios vivenciados e apreendidos na dinâmica do candomblé, princípio este que é bastante observado nas formas culturais de relacionamento entre as pessoas que convivem na escola. Salvador é uma cidade em que é possível ver que o candomblé encontra-se presente para fora dos espaços dos terreiros e talvez este seja um dos motivos pelos quais estas práticas saem destes espaços, visto que as pessoas que neles convivem também estão fora deles[11]. O respeito às pessoas mais velhas é sempre relembrado, não apenas verbalmente, mas quando as pessoas adultas que estão ao redor não interferem na exortação feita por uma criança maior.

---

11 Para informações, ver: OLIVEIRA, André. **A cidade e o terreiro: Proteção urbanística aos terreiros de candomblé na Bahia pós-Estatuto da Cidade**. Disponível em: http://www.ppgau.ufba.br/urba11/ST1_A_CIDADE_E_O_TERREIRO.pdf, [consultado em 31-12-2014].

As crianças do grupo IV, por sua vez, tinham modos peculiares de brigarem entre si quando estavam na sala, notadamente quando a professora saía. Isto ocorreu em duas ocasiões em que as professora não estavam na sala e permaneceram cerca de cinco a dez minutos fora. Quando eram intervalos menores, estas situações não ocorriam.

> Algumas crianças brincavam de bater e depois corriam para mim pedindo abrigo, mas eu falava que não ia protegê-los; elas corriam novamente. Acho que não era real que queriam minha ajuda, fazia parte da brincadeira essa coisa de pedir ajuda, de fingir "medo". Eu fazia parte do torneio, da brincadeira. Continuaram a pular, saltar e correr […] Paolo bateu em Juan, que começou a chorar e então Paolo estendeu o braço para ele e disse: "Desconta, pode descontar!". Juan olhou meio desconfiado, parou de chorar, mas não descontou. Achei curioso isso, Paolo agiu como se quisesse terminar a "brincadeira". (Relato de Campo, 16.08.2014)

Quando as professoras estavam na sala, a conduta das crianças quase nunca envolvia agressão física, mas quando estas saíam, algumas delas agrediam umas às outras. Nunca presenciei agressões verbais na sala e nem em outros espaços da escola, como já informei. À primeira vista, estas poucas agressões pareciam parte de uma tensão represada o tempo inteiro, que elas precisavam liberar quando não estavam sendo observadas por pessoas adultas. Não que é que elas deliberadamente batiam umas nas outras quando as professoras estavam fora, mas corriam, pulavam e, ao fazer isso, acertava algum/a colega, que devolvia com um tapa ou coisa parecida. Algumas vezes, quando as crianças percebiam que haviam levado um empurrão ou um tapa sem querer, pela brincadeira que estava acontecendo, não devolviam, unindo-se à brincadeira no mesmo momento. Em outros momentos, uniam-se para conter uma criança que estivesse mais agressiva, o que provocava outros empurrões ou tapas. Desse modo, duas questões surgiram durante o tempo em que passei no campo e que merecem destaque:

5. As crianças veem-se como um grupo diferente das pessoas adultas?

Talvez aqui fosse o caso de uma observação mais sistemática, com a contagem do número de vezes em que as crianças descontam quando apanham, sem querer ou não, ou descrever melhor esses momentos de conflitos corporais. Vale observar mais de perto os motivos pelos quais, quando solicitadas pela professora que relatassem os ocorridos que envolviam algum tipo de agressão, as crianças omitiam grande parte da situação. Nos momentos em que se calam para não fazer a "delação" de um amigo ou amiga, tive a impressão de que as crianças parecem **percebem-se como grupo diferente das pessoas adultas** e isso pareceu-me um ponto que pode ser melhor explorado durante o tempo que ficarei entre elas no ano letivo de 2015.

6. As crianças tem um acesso ao corpo menos controlado que as pessoas adultas?

Um outro tema que merece mais atenção é que parece que, entre elas, as crianças tem **um acesso ao corpo menos controlado**, o que faz com que leves empurrões e gestos do tipo não sejam vistos como agressão ou intromissão de um espaço individual. Essas impressões não foram algo que ouvi, mas percebi no modo como as crianças relacionavam-se entre si e entre pessoas adultas. Assim, o que poderia parecer falta de educação ou agressividade para algumas pessoas, para aquele grupo não era caracterizado assim. Estas observações fizeram-me repensar sobre o conceito de agressão aqui utilizado para qualificar estes momentos, porque talvez ele não represente o que realmente acontece. Por esse motivo, acho que é necessário continuar um estudo sobre esse tema de maneira contínua e organizada.

7. Algumas considerações

As questões levantadas neste artigo não esgotam-se aqui e agora, devendo ser tema de estudos mais profundos na continuação do trabalho de campo em 2015 e durante a escrita da tese. É importante destacar alguns aspectos mais gerais, observados a partir das leituras de textos e da observação no campo:

1) Os estudos sobre as culturas infantis não estão separados do mundo social. Eles estão fincados na mesma base que orientam os estudos com pessoas adultas e esta constatação deve estimular, quanto mais cedo possível for, estudos comparativos entre as gerações, com vistas na colaboração de análises mais profundas sobre tempos da vida por quais passamos e marcam nossa existência. Quanto mais estivermos certos/as de que as culturas infantis constituem e são constituídas em sociedade com pessoas que diferentes gerações, mais compreenderemos da importância de incluir, em nossas pesquisas, o ponto de vista da criança e a infância como uma categorial social do tipo geracional.

2) Os estudos com crianças relembra-nos uma discussão que não é recente, mas necessária de ser renovada, visto que fala sobre o modo como conduzimos as pesquisas com seres humanos, fazendo-nos repensar que a autorização para pesquisa com seres humanos não deve resumir-se apenas a aprovação pelo Comitê de Ética de alguma instituição, mas também com compromisso e responsabilidade para com as pessoas com as quais mantemos contato durante o trabalho acadêmico. Desse modo, a inclusão da perspectiva das crianças nas pesquisas acadêmicas renovou em nós a ideia presente nos estudos qualitativos acerca da importância de não tornarmos objetos as pessoas com as quais nos relacionamos no decorrer do trabalho de campo.

Estas são considerações iniciais sobre a pesquisa que ainda está em andamento, e que seguramente trará outras questões para o debate sobre as infâncias brasileiras e para fortalecimento do campo da SI no país.

Referências bibliográficas

A Bahia é preta, só falta ela assumir (Entrevista com Vovô do Ilê). Disponível em: http://www.noticiasdabahia.com.br/entrevistas.php?cod=46, [consultado em 31-12-2014].

BUSS-SIMÃO, Márcia (2014). **Relações sociais na educação infantil: olhar sobre o corpo e os sentimentos**. In Revista Educação, Porto Alegre, 37, n. 1, pp. 101-109, jan./abr.

_____ (2012). **Relações sociais em um contexto de educação infantil: um olhar sobre a dimensão corporal na perspectiva de crianças pequenas**. Programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2012.

CAMILO, Camila (2014). **Por um ensino de várias cores**. Revista Nova Escola, São Paulo: Ed. Abril, nov. 2014, pp. 30-31.

CAVALLEIRO, Eliane (1998). **Do Silêncio do Lar Ao Silêncio Escolar: racismo, preconceito e discriminação**. Programa de Pós-graduação em educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP. São Paulo.

CHRISTENSEN, Pia; PROUT, Alan (2002). **Working with etical symmetry in social research with children**. In: Childhood, 9, n. 4, pp. 477-498.

CONCEIÇÃO, Lúcio André da A. **Pedagogia do candomblé: aprendizagens, ritos e conflitos**. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2006.

FERREIRA, Manuela (2008). **"Branco demasiado" ou… reflexões epistemológicas, metodológicas e éticas acerca da pesquisa com crianças**. In: Estudos da infância: educação e práticas sociais. SARMENTO, Manuel; GOUVEIA, Maria Cristina Soares de (orgs.). Petropólis, RJ: Vozes.

GOBBI, Márcia Aparecida (1997). **Lápis vermelho é coisa de mulherzinha: desenho infantil, relações de gênero e educação infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Campinas, Campinas, SP.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A (2003). **Como trabalhar com raça em sociologia**. Educação e Pesquisa, São Paulo. 29, n.01, pp. 93-108.

GUSMÃO, Neuza Maria Mendes (1993). **Socialização e recalque: a criança negra no rural**. In Cadernos

Cedes, Campinas: Papirus, n. 32, pp. 40-83.

JENKS, Chris (2004). **Many childhoods? (Editorial).** Revista C*hildhood*, Trondheim, 11, n. 1, pp. 5-8.

KRAMER, Sonia (2002). **Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 116, pp. 41-59, jul.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Etnografia como prática e experiência**. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, pp. 129-156, jul./dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32a06, [consultado em 31-12-2014].

MONTANDON, C. **Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa**. Cadernos de Pesquisa. [*online*]. São Paulo, n. 112, pp. 33-60, mar. 2001. Disponível em: http://www.abebe.org.br/wp-content/uploads/16100.pdf, [consultado em 31-12-2014].

NUNES, Míghian Danae Ferreira (2012). **Histórias de Ébano: professoras negras de educação infantil da cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-04072012-125319/>, [consultado em 31-12-2014].

OLIVEIRA, André (s/d). **A cidade e o terreiro: Proteção urbanística aos terreiros de candomblé na Bahia pós-Estatuto da Cidade**. Disponível em: http://www.ppgau.ufba.br/urba11/ST1_A_CIDADE_E_O_TERREIRO.pdf, [consultado em 31-12-2014].

QVORTRUP, Jens (1994). **Introdução**. In *Childhood Matters: Social Theory, Practice and Politics*. J. QVORTRUP, Jens; BARDY, M.; SGRITTA, G.; WINTERSBERGER, H. (orgs.), Aldershot: Avebury.

QVORTRUP, Jens (2010). **A tentação da diversidade e seus riscos**. Revista Educação & Sociedade, Campinas, 31, n. 113, pp. 1121-1136, out.-dez.

RODRIGUES, Tatiane Cosentino (2005). **Movimento Negro, raça e política educacional**. 28º Reunião da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação). Caxambu, MG. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt21/gt211249int.rtf, [consultado em 31-12-2014].

SANTANA, Juliana Prates (2007). **Cotidiano, expressões culturais e trajetórias de vida: uma investigação participativa com crianças em situação de rua**. (Tese). Centro de Estudos da Infância, Área de especialização: Sociologia da infância. Universidade do Minho, Portugal. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8162/1/Tese%20Vers%C3%A3o%20Final.pdf, [consultado em 31-12-2014].

SANTIAGO, Flavio (2014). **"O meu cabelo é assim… igualzinho o da bruxa, todo armado": Hierarquização e racialização das crianças pequenininhas negras na educação infantil.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Uversidade Estadual de Campinas – FE/UNICAMP. Campinas/ SP.

SARMENTO, Manuel Jacinto (2008). **Sociologia da Infância: Correntes e Confluências**. In Estudos da Infância: educação e práticas sociais. In Sarmento, Manuel Jacinto e GOUVÊA, Maria Cristina Soares de (orgs). Petrópolis: Vozes, pp. 17-39.

SIROTA, Regine (2001)**. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar**. São Paulo: Cadernos de pesquisa, n. 112, março. Disponível em www.scielo.br/pdf/cp/n112/16099.pdf, [consultado em 31-12-2014].

TOSTA, Sandra (2008). **Os usos da etnografia na pesquisa educacional**. Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, 01 a 04 de junho, Porto Seguro, Brasil. Disponível em: www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalho/GT%2007/TEXTO%20COMPLETO-%SANDRA%20TOSTA.pdf, [consultado em 31-12-2014]

TRINIDAD, Cristina Teodoro (2011). **Identificação étnico-racial na voz de crianças em espaços de educação infantil.** Programa de Pós-graduação em educação da Pontifícia Universidade Católica, PUC-SP. São Paulo.

"Moça, entra na fila, a professora chama as meninas!": pesquisa com crianças, raça e etnografia em espaços de educação infantil

Míghian Danae Ferreira Nunes
mighiandanae@yahoo.com.br

Resumo: Na sociologia da infância (SI), a pesquisa sobre/com crianças tem utilizado-se constantemente da etnografia como método possível para o trabalho de campo, na perspectiva de que seu uso possa colaborar na aproximação com as crianças e no conhecimento de suas realidades. É perceptível também que, para conseguirmos nos aproximar destas, até os seis anos de idade, em centros urbanos como Salvador e São Paulo, por exemplo, um dos espaços onde as encontramos juntas é na escola de educação infantil. Este texto contém parte de pesquisa realizada com crianças de cinco anos numa escola de educação infantil vinculada ao bloco afro *Malê Debalê*, na cidade de Salvador-BA, buscando problematizar questões relacionadas ao conceito de infância na contemporaneidade, os espaços institucionalizados onde acredita-se que as crianças podem viver suas infâncias, a etnografia com crianças pequenas, a natureza da participação destas, apresentando também questões advindas do trabalho de campo, relacionadas ao pertencimento racial.

Palavras-chave: sociologia da infância, relações raciais, educação infantil, etnografia.

Este artigo discute as questões levantadas a partir dos contatos iniciais no campo da pesquisa que desenvolvo no doutorado pelo programa de pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP, que pretende estudar as culturas infantis construídas por crianças de quatro anos numa turma de educação infantil na escola municipal *Malê Debalê* em Itapoan, Salvador-BA. Após permanecer durante o mês de agosto com as crianças, acredito ser possível organizar algumas considerações com relação ao método empregado (etnografia) e aos temas das relações raciais e infância.

A escola municipal *Malê Debalê* está sediada no bloco afro de mesmo nome, este fundado em 1974, na cidade de Salvador-BA. Dentro do espaço físico do bloco, em 2006, os diretores do bloco criaram, em parceria com a prefeitura de Salvador e a partir da reivindicação da comunidade que mora no entorno do bloco, uma escola de mesmo nome, instituição esta que atende crianças de turmas de educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental, até o quinto ano (CAMILO, 2014).

Este bloco afro desejava, inicialmente, congregar a população negra, moradora do bairro de Itapoan e adjacências em uma agremiação que cultivasse as raízes culturais africanas. Fundado em 1979, passou a integrar o carnaval da cidade como um dos muitos blocos afro que desfilavam nesta festa, exaltando a beleza negra e a cultura afro-brasileira, de forte influência nas características da população baiana. Este movimento não aconteceu apenas nesta região da cidade. Como exemplo, cito o *Ilê Aiyê*, um outro bloco afro, este nascido no Curuzu, bairro da Liberdade, bastante conhecido no Brasil e no mundo, também fundado na década de setenta (1974), suprindo uma lacuna observada por militantes do Movimento Negro organizado, na cidade de Salvador, que não viam representação da população negra na festa.

A invisibilidade da população negra no carnaval foi destacada como principal motivo para o surgimento destas entidades, mas havia uma conexão entre estas atividades e as lutas travadas pelo Movimento Negro brasileiro com relação ao acesso e a igualdade de oportunidades (VOVÔ DO ILÊ, 2014; SANTANA, 2013[1]). Na mesma década de criação dos blocos, o Movimento Negro organizou-se para aprovação uma constituição nacional que incluísse a população negra em seu texto legislativo. Pode-se inferir assim que a criação destes blocos tem relação direta com o modo como estes grupos sociais que, alijados do processo de construção da história oficial brasileira, construíram espaços alternativos de poder e representação social. Segundo a pedagoga Tatiane Rodrigues:

1 SANTANA, Eduardo. Email pessoal recebido em mighiandanae@yahoo.com.br em 06.dez.2013.

> O movimento negro a partir da década de 1970 adotou uma estratégia mais politizada de denúncia aberta à discriminação racial e ao racismo na sociedade brasileira. A atuação do movimento negro registrou a concordância entre intelectuais negros de que a raça constituía-se um conceito organizador das relações sociais no Brasil, daí passou a pautar a importância de participar e influir na elaboração e conteúdo da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional com objetivo de desacreditar a ideologia da democracia racial reeditada até então na orientação de leis e diretrizes das políticas públicas. [...] o resgate do processo de elaboração dessas leis e da participação do movimento negro no mesmo poderia possibilitar novos entendimentos sobre as mesmas (RODRIGUES, 2005, p. 2).

Em 1986, a Câmara Municipal de Salvador aprovou por unanimidade a Indicação 1.230/85, que instituía as disciplinas de Capoeira, Dança Afro-Brasileira, Música Afro-Brasileira, História da África e Literatura Afro-Brasileira[2] (NUNES, 2012). Essas ações são algumas das muitas empreendidas desde a década de setenta para a construção de políticas públicas que incluíssem a população negra – e neste sentido, a criança negra – nos currículos oficiais da escola brasileira, culminando com a promulgação da lei 10.639/03, uma alteração do artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 9.394/96), instituindo o ensino de história da África e a cultura afro-brasileira em nossas escolas. A escola fundada pelo bloco afro *Malê Debalê* comunga com as propostas de educação organizadas pelo Movimento Negro brasileiro, quando o presidente do bloco, Jocélio Araújo (2012), em entrevista para o *site* da Prefeitura de Salvador, afirma que "difundir a cultura negra e representar a comunidade de Itapoan junto ao poder público são alguns dos nossos objetivos".

Partindo destas questões, não é possível aproximar-se das crianças deste grupo social sem fazer menção à raça, visto que esta expressão aparece com grande força no discurso cultural e político adotado pelo bloco e também na escola[3]. O termo raça, aqui, é adotado como uma categoria analítica e relacional (GUIMARÃES, 2003), vinculando-se a uma perspectiva sociológica de estudo das relações sociais brasileiras, numa tentativa de abandonar a perspectiva biológica a que esta expressão segue vinculada até os dias atuais. Neste sentido, raça é um termo que, ao ser reivindicado politicamente pelo Movimento Negro, vai reintroduzir o debate acerca dos privilégios concedidos a determinados grupos no Brasil, o que alterou nosso modo de organização social e a participação da população negra na sociedade.

Os esforços da pesquisa a que este artigo se vincula é, assim, apresentar alguns dos modos pelos quais as crianças presentes no espaço da escola do *Malê* vivenciam suas experiências com as outras crianças e adultos, suas semelhanças, diferenças e conflitos. As crianças, ao fazerem parte e estarem mergulhadas nas culturas presentes na escola, no bloco, no bairro e na cidade, seus modos de ver e fazer são alterados por este pertencimento, que por conseguinte também altera a cultura adulta produzida pelo grupos sociais presentes nos espaços citados. A assunção de que esta é uma relação de mão dupla na produção das culturas é um importante espaço de percepção das agências infantis em nossa sociedade, algo sob o qual esta pesquisa também se debruça.

A perspectiva acentuada neste artigo encontra consonância na sociologia da infância (SI)[4], teoria que advoga o reconhecimento das crianças como atores/agentes sociais em nossa sociedade e não apenas como passivos numa socialização que ocorreria a partir do adulto em direção à criança. A SI reivindica que a criança seja vista como construtora da sociedade da qual faz parte, tendo bastante importância sua presença e participação,

---

2 No ano de 2009, todas as professoras da rede municipal de Salvador receberam um *kit* denominado Biblioteca Afro-Brasileira, com livros relacionados às questões raciais e/ou personalidades negras da literatura, das ciências, entre outras áreas , numa comprovação que a debate sobre relações raciais na Educação continua vívido nesta cidade.

3 No mês de agosto, quando estive presente na escola, a vinculação da comunidade à raça negra foi enfatizada pela diretora, que certa feita perguntou ao grupo presente a uma reunião – cerca de 60 pessoas – a qual raça pertenciam, obtendo "raça negra" como resposta.

4 A partir deste ponto, a expressão sociologia da infância será substituída pela sigla SI.

mesmo que muito embora o adultocentrismo[5] não nos deixe perceber de que modos as tensões entre pessoas adultas e crianças alteram nossa organização social.
A SI é um campo recente nos estudos sobre criança no Brasil e no mundo, tendo seu início aproximadamente há três décadas, de maneira mais intensa nos países da França e Inglaterra, com os estudos de Regine Sirota (1998) e Cleopatre Montandon (1998), respectivamente. Em termos gerais, segundo Manuel Sarmento (2010) "[…] o sentido da Sociologia da Infância reside em última instância em compreender a sociedade, a partir do fenómeno social da infância" (p. 2). É Sarmento (2010) também que reforça este pensamento, quando afirma

> […] na verdade, ao estudar a infância, não é apenas com as crianças que a disciplina se ocupa: é, com efeito, *a totalidade da realidade social* o que ocupa a Sociologia da Infância. Que as crianças constituem uma porta de entrada fundamental para a compreensão dessa realidade é o que é, porventura, novo e inesperado no desenvolvimento recente da disciplina. (p. 3)

Vendo a infância como uma "categoria social do tipo geracional socialmente construída" e "relativamente independente dos sujeitos empíricos que a integram, dado que ocupa uma posição estrutural" (SARMENTO, 2010, p.7) e as crianças como atores sociais, a SI, a partir de suas correntes e confluências, intenciona tornar visível a(s) criança(s) em suas potencialidades e não como numa visão durkheiminiana do *vir-a-ser,* ou, como diria Qvortrup (1994), teórico da SI, não como *human becoming* mas como *human beings*.
É importante ressaltar que, apesar de recente, a SI é um campo teórico bastante tensionado pelas visões de estudiosos/as da infância e da criança. Este debate pode ser percebido a partir das leituras sobre as perspectivas estrutural e socio-construtivista, que localizam a infância a partir de variados contextos de produção de conhecimento[6].
Ao reunir o tema das relações raciais e o tema da infância, é preciso relembrar que, apesar de raça ser um marcador identitário para as crianças, não podemos dizer que elas são responsáveis pela formulação do modo como vemos as relações raciais no Brasil, o que faz com que devamos ter cautela na afirmação de que elas reproduzem este ou aquele comportamento, já que esta assertiva desconsidera a agência das crianças. Vale a pena dizer, assim, que um dos objetivos desta pesquisa é também compreender de que modo as crianças se apropriam, fazem uso ou reinventam os modelos que nós pessoas adultas construímos para explicar as relações raciais. Ao tocar neste ponto, penso que seja importante recordar algumas pesquisas que levaram em conta a escuta de crianças no que diz respeito ao tema das relações raciais, para que possamos perceber de que modo estes temas tem sido introduzido nas pesquisas e quais as conclusões a que chegaram a partir destas escutas.

1. Crianças e relações raciais: o que dizem algumas pesquisas

Nesta seção, optamos por descrever algumas pesquisas realizadas com crianças entre 0-6 anos que tiveram como aporte teórico a SI, muito embora estas não tenham sido as primeiras pesquisas brasileiras a ouvirem

---

5 Segundo Márcia Gobbi (1997) "o termo adultocêntrico aproxima-se aqui de outro termo bastante utilizado na antropologia: o etnocentrismo: uma visão de mundo segundo a qual o grupo ao qual pertencemos é tomado como centro de tudo e os outros são olhados segundo nossos valores, criando-se um modelo que serve de parâmetro para qualquer comparação. Nesse caso o modelo é o adulto e tudo passa a ser visto e sentido segundo a ótica do adulto, ele é o centro" (p. 26)

6 Sobre estes pontos, recomendo a leitura da introdução da tese de Juliana Santana intitulada *Cotidiano, expressões culturais e trajetórias de vida: uma investigação participativa com crianças em situação de rua* onde ela discute alguns pontos sobre as diferentes perspectivas da SI. Além deste texto, recomendo a leitura do texto *A tentação da diversidade e seus riscos* de Jens Qvortrup (2010) e o editorial *Many childhoods?*, da Revista *Childhood*, de Chris Jenks (2004).

crianças no contexto escolar[7]. De todo modo, é importante salientar que, se não é exclusivo desta corrente teórica ouvir crianças, é a SI quem propõe que nesta escuta as crianças possam ser vistas como atores/agentes partícipes do mundo social que as envolvem[8].

A tese de Cristina Trinidad (2011) intitulada *Identificação étnico-racial na voz de crianças em espaços de educação infantil*, defendida no programa de pós-graduação em Educação da PUC-SP, toca no tema das relações raciais e infância. Neste trabalho, a autora ouviu crianças de uma escola municipal de educação infantil a partir de uma abordagem etnográfica acerca do pertencimento racial destas e quais eram suas compreensões acerca destas classificações. A tese apresenta as impressões das crianças não apenas de si mesmas, mas de suas famílias e colegas, demonstrando se e como aquelas crianças faziam uso das classificações raciais que usamos atualmente no Brasil. Um excerto da tese pode ilustrar como a pesquisadora orientou essas discussões entre as crianças:

> Giovanna Pino diz: "Meu pai também é preto". Em seguida, ela se corrige: "Preto não, negro". Pergunto: "Qual a diferença entre preto e negro?" Ela diz: "Ele é quem fala que é negro" (Parque, 14/5).
>
> Caio, Giovanna Pino e Júlia aproximam-se de mim. Relembrei o episódio da Cara de Batom, no qual os negros parecem ter a cara pintada (tal como o batom pinta a boca). Júlia, que ouvia a a conversa, disse: A tia não é preta". Giovanna Pino responde a esse comentário: "É, ela não é preta, é negra" […]
>
> Nas duas situações descritas acima, em que Giovanna Pino está envolvida, ela se comporta da mesma forma diante do uso dos termo preto e negro, ou seja, reage como se a palavra preto não devesse ser empregada, como se assumisse que o correto é dizer negro […] (p. 128)

Trinidad (2011) aponta que

> Os resultados mostram que crianças de pouca idade conhecem e empregam as categorias étnico-raciais; em suas brincadeiras e interações, não selecionam seus pares tendo como base a cor da pele; verbalizam, no entanto, o desejo de ter características associadas ao grupo de pessoas brancas, sendo o cabelo e a tonalidade da pele as mais mencionadas […] Em relação aos filhos de relacionamentos inter-raciais, notou-se que, quanto mais as crianças apresentam traços físicos que se aproximam dos atribuídos às pessoas negras, maior é o desejo de serem brancas. (Resumo)

Flávio Santiago (2014), em sua dissertação defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP, apresenta a etnografia que realizou num centro de educação infantil (CEI) numa cidade da região de Campinas, onde analisou "a violência do processo de racialização sobre a construção das culturas infantis" (vii). A partir de visitas regulares ao CEI por quatro meses, o autor observou como as "crianças pequenininhas" respondiam às violências direcionadas a elas por conta de seu pertencimento racial e como reelaboravam as relações com as pessoas adultas que as haviam agredido. Ao ouvir as crianças, Santiago registra em seu diário de campo relatos semelhantes aos encontrados por pesquisas anteriores:

> Como de costume a docente pede para as crianças formarem uma fila na hora do lanche. No entanto, hoje ocorre uma confusão entre as crianças e Dandara (menina negra) começa a chorar. A docente olha brava para as crianças e pergunta:
>
> - O que está acontecendo? Por que Dandara está chorando?
>
> Duda responde:

---

7 Para um registro histórico, convém destacar a dissertação de Eliane Cavalleiro (1998) intitulada *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil*, onde observou as práticas e discursos relacionados à temática racial das professoras de uma escola de educação infantil, recolhendo relatos de crianças entre 4-6 anos. Antes disso, o artigo de Neusa Gusmão (1993), *Socialização e recalque: a criança negra no rural* também toca em questões relacionadas a identidade negra e infância.

8 Um texto importante para compreender como as crianças tem sido vistas nas pesquisas acadêmicas é o *Working with etical symmetry in social research with children*, escrito por Pia Christensen e Alan Prout (2002).

> - Porque eu empurrei ela! Ela é suja toda preta! Iria me deixar suja!
> A docente olha a cena e diz:
> - Dandara não perturba a Duda, vai para outro lugar e lava esse
> rosto, já estou cansada de brigas entre vocês. E Duda deixa de ser nojenta, para de implicar com a Dandara, cada uma tem um jeito! Para de encher o saco uma da outra! (p. 92)

Para além das descrições destes acontecimentos, o autor destaca a importância de enxergarmos a agência das crianças nestes momentos de conflitos raciais, entendendo que estas não respondem passivamente às agressões cotidianas. Segundo ele,

> os choros, as rebeldias e as brigas expressavam como as crianças negras percebiam o racismo presente nas posturas pedagógicas adotadas, explicitando que não aceitavam os enquadramentos que as fixavam em posições subalternas na sociedade. Através de diferentes movimentos de choque com o poder, os meninos e meninas negras instauravam sentidos e "rabiscavam" suas configurações corpóreas, lançando-se para o novo, resistindo […] (2014, p. 62)

Apesar de concordarmos sobre a responsabilidade que pessoas adultas devem ter com o tema do racismo na escola e na sociedade como um todo, podemos também, a partir de um ponto de vista não-adultocêntrico, apreender de que maneira as crianças tem reelaborado o contato com estas questões desde muito cedo, o que poderá nos ajudar a encontrar outras respostas para o combate ao racismo na escola. Em suas considerações, Santiago aponta:

> Um dos principais elementos do processo de racialização presentes nas práticas desenvolvidas no Centro de Educação Infantil – CEI pesquisado era a desvalorização do pertencimento étnico-racial afro-brasileiro e a valorização de uma estética eurocêntrica. […] Por meio deste processo, as meninas e meninos pequenininhos/as negros/as passaram a serem denominados como bagunceiros/as, terríveis, complicados/as, arteiros/as; e as crianças pequenininhas brancas eram categorizadas como princesas, lindinhas, existindo um processo de subalternização dos sujeitos negros. Atrelado a essa dinâmica de hierarquização existe uma supervalorização da estética branca, em que as crianças brancas são sempre classificadas como bonitas e as negras são deixadas de lado, esquecidas em meio ao dinamismo da educação infantil. As crianças pequenininhas negras dentro deste contexto são cotidianamente discriminadas e destituídas de sua negritude, o que cria a necessidade de processos reiterativos que apaguem o seu pertencimento étnico-racial e as tornem sujeitos desejosos de uma cultura eurocêntrica imposta pelo colonialismo. Este processo mutila a construção de uma visão positiva de uma ancestralidade negra, por esta não corresponder à organização simbólica e social determinada pelo conjunto de relações pré-estabelecidas pelo sistema social capitalista eurocêntrico. (pp. 122-123)

Em certa medida, as pesquisas aqui apresentadas tentam superar um debate que vê as relações raciais e infância apenas sob a ótica da denúncia do racismo e suas consequências na vida das crianças brasileiras. Nestes trabalhos, a denúncia se faz presente, mas há também espaço para questões relacionadas ao pertencimento racial, diferença, história da população negra, enfrentamentos e resistências, entre outras. Trazer as experiências das crianças acerca dos temas, tarefa indispensável à SI, colabora na assunção de uma perspectiva que vê as relações raciais *desde dentro* da infância.

2. Etnografia de crianças pequenas: um potente método de estudo das culturas infantis

A partir da assunção da SI como um campo de estudos sobre a criança, gostaríamos aqui de relembrar quais as associações possíveis com outras áreas de estudos, a partir de suas correntes de pensamento. Em conformidade com estas correntes, há a reivindicação de, para além de uma sociologia da infância, pensarmos de maneira mais ampliada os **estudos sociais da infância**, que englobaria aí antropologia, história, geografia, entre outras ciências. Desse modo, é na interseção entre sociologia da infância e outras área que temos a utilização, por parte de estudiosos da SI, da etnografia com uma potente ferramenta para a interpretação das culturas infantis. William Corsaro, sociólogo, autor do livro *Sociologia da Infância* e um dos pioneiros no estudo das culturas infantis utilizando o método etnográfico, informa que sua vinculação à área da antropologia faz-se a partir dos estudos de Clifford Geertz e Howard Becker (2009). Em seu livro mais conhecido e citado anteriormente, Corsaro estuda as culturas infantis a partir da estadia, durante alguns anos letivos, em escolas de educação infantil na Itália. É a partir deste contato mais próximo com as crianças que Corsaro vai propor uma revisão do conceito de socialização e cunha a expressão "reprodução interpretativa" como mais adequado para falar sobre o que as crianças fazem. Corsaro (2009) explica a expressão reprodução interpretativa a partir de seus termos:

> O termo interpretativa captura os aspectos inovadores da participação das crianças na sociedade, indicando o fato de que as crianças criam e participam de suas culturas depares singulares por meio da apropriação de informações do mundo adulto de forma a atender aos seus interesses próprios enquanto crianças. O termo reprodução significa que as crianças não apenas internalizam a cultura, mas contribuem ativamente para a produção e a mudança cultural. Significa também que as crianças são circunscritas pela reprodução cultural. Isto é, crianças e suas infâncias são afetadas pelas sociedades e culturas das quais são membros (p. 31)

Com esta associação, percebemos que a etnografia com crianças proposta por Corsaro busca uma estreita relação com teorias que revejam a questão do poder centralizado no/a pesquisador/a, ou seja, é importante que as pessoas adultas que realizem tais pesquisas aceitem a premissa de que o poder possa ser compartilhado. Corsaro discorre sobre o que para ele seriam características da pesquisa etnográficaAssim como Corsaro, defendemos que a etnografia das culturas infantis é uma potente ferramenta metodológica de compreensão daquilo que as crianças pensam, sentem e fazem com relação às suas próprias vidas, aqui mais especificamente, sobre as questões relacionadas à temática racial. Através desta metodologia, que reúne a entrada no campo e a aceitação do grupo social, a coleta e escrita consistente de nota de campo, entrevistas, descrição de artefatos, coleta de gravações audiovisuais, descrição e interpretação da descrição (CORSARO, 2009, p. 84), acredito que é possível realizar algumas constatações sobre o tema junto às crianças.

Manuela Ferreira (2008), que também realizou uma pesquisa etnográfica em uma turma de educação infantil numa escola de zona rural de uma cidade em Portugal discute aspectos sobre o método empregado ao escrever o artigo *"Branco demasiado" ou reflexões epistemológicas, metodológicas e éticas acerca da pesquisa com crianças.* Segundo a autora, realizar uma etnografia com crianças significa

> Aceder (compreender e interpretar) ao seu mundo conceptual, às redes de significação e às conexões de sentido partilhadas no grupo para descobrir os sensos comuns (nos saberes, fazeres, sentires) que tornam aquelas ações inteligíveis e relevantes para si e também para os seus usos sociais na construção da cultura e da organização de um grupo de crianças, nas suas continuidades e reatualizações. (p.151)

A compreensão de que a etnografia é um potente método para o estudo das culturas infantis não invalida as demais formas de pesquisa que abordem a infância ou a criança a partir da SI, nem invalida as contribuições sobre relações raciais e infância que outros métodos possam trazer para discutirmos o tema, sendo todos os esforços na tentativa de trazer à tona estes debates importantes. Igualmente valioso é acompanhar os debates feitos em torno da produção de pesquisa na área educacional que faz uso da etnografia sem, contudo, preocupar-se com a leitura necessária sobre o tema na área a qual ela está vinculada, a saber, a antropologia, descuidando-se assim de um rigor que abrange questões epistemológicas e de análise. Esta pesquisa assume os possíveis riscos da escolha do método antropológico, entendendo que as intersecções possíveis entre as áreas da SI e da educação produzirão novos questionamentos sobre o campo a partir da etnografia.

Com relação à ética em pesquisa com seres humanos, é importante ressaltar que, para além da aprovação no Comitê de Ética da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, solicitei às crianças a entrada em campo e a permanência com elas, explicando verbalmente qual era a minha intenção ao passar alguns dias na escola e posteriormente entregando um documento que foi lido e assinado pelas pessoas responsáveis. Apesar de acompanhar o debate pelo reconhecimento de seus nomes reais em estudos acadêmicos (KRAMER, 2002), optei por neste artigo usar nomes fictícios porque não há o interesse do registro individual das ações das crianças no grupo, mas tão somente evidenciar a construção da cultura de pares infantis.

É necessário destacar que, apesar de ser perceptível que as crianças que frequentam a escola do *Malê* são em sua maioria negras, o enfoque que se quer dar neste estudo não tem relação apenas com a questão da raça. Esta pesquisa debruça-se sobre os estudos sobre as culturas infantis produzidas por estas crianças, culturas que são atravessadas pelo marcador de raça, mas não apenas ele. Isto porque, como bem lembrado por Neusa Gusmão (1993) ao estudar a comunidade do quilombo do Campinho (Paraty, RJ) em seu artigo,

> As relações que estabelecem no tempo e no espaço da comunidade-bairro tem parâmetros e limites estabelecidos na organização histórica do grupo a que pertencem. Adaptados às condições de seu meio, as gerações mais novas não se veem como diferentes. São todos e cada um identificáveis e identificados como parte do mesmo grupo, do grupo de parentes. As relações no seio da família extensa refletem a condição de ser e pertencer ao lugar. Aí não tem disso do que é ser negro numa clara evidência de que a cultura não se herda com a cor da pele ou a forma de nariz [ ] (1993, p. 51)

Além disso, ao realizar uma etnografia, entendo que escolher *a priori* um recorte da realidade – relações raciais, por exemplo – há risco de prejuízo do método etnográfico, que em geral mantém inicialmente uma perspectiva mais aberta para alcançar aspectos outros que não àqueles previstos na pesquisa. Desse modo, é certo que as tensões presentes nas relações entre as crianças e pessoas adultas surgirão no campo, não apenas de ordem racial, mas também de gênero, de origem, de classe etc e todas elas, ao seu tempo, serão apresentadas e discutidas.

Ao reler os relatos que fiz em campo, compreendi que, por estar numa fase inicial da pesquisa de campo, as inferências sobre as práticas e discursos das crianças ainda estão muito centradas na percepção que tive, nas percepções que suas atitudes me trouxeram e nas minhas interpretações sobre os ocorridos. A sociologia da infância vem justamente destacar a importância de não apenas enxergarmos as crianças como agentes, mas também permitir que as suas interpretações possam ganhar espaço em nossos trabalhos acadêmicos. Creio que, aos poucos, este objetivo será alcançado, quando aproximar-me do período final dos trabalhos de campo.

A partir destas questões, trago algumas questões vivenciadas quando da entrada no campo em agosto de 2014, mês do início da minha ida à escola *Malê Debalê*. A frase que dá nome ao título do artigo foi proferida por um dos meninos da sala onde fiquei por cerca de 20 dias, quando a professora chamava as crianças para o pátio. Ao me verem ali durante uma semana e perceber que eu não fazia parte do grupo das professoras, ele me convidou a fazer parte do grupo das crianças, pedindo que eu me integrasse à fila das meninas. Inicialmente, poderia afirmar que esta percepção deu-se, porque notaram que eu não exercia/tinha o poder típico que as professoras exerciam/tinham sobre elas, mas creio também que, com o passar do tempo, isto pode indicar um convite para que eu me unisse à elas (crianças) em seu modo de fazer as coisas na escola. Abordarei dois pontos observados durante os dias em que estive na escola com as crianças, relacionados à minha aceitação por parte das crianças no campo e como parecem relacionar-se com o corpo delas e de outras crianças.

3. "Minha pró[9] de mentirinha": entrada no campo e as crianças

O título desta seção surgiu quando, por não ser professora "de verdade", as crianças, em algumas brincadeiras, me nomeavam "pró de mentirinha", visto que, como relatei acima, perceberam que eu não parecia fazer parte

9 Em Salvador, diferente de outras cidades no Brasil, o diminutivo da palavra professora recebe um acento agudo.

do grupo de professoras. Mas isto não acontecia, em alguns momentos, as crianças não me permitiam estar perto ou participar. Percebi que nos momentos em que elas estavam menos sob controle das professoras – no pátio, por exemplo – era quando elas mais excluíam-me sem nada dizer, demonstrando que preferiam estar apenas entre elas.

Nestas idas ao pátio, percebi que as crianças preferiam ficar longe de mim ou longe das outras pessoas adultas. Quando eu me aproximava de um grupo, ele rapidamente era desfeito e novamente formado em outro lugar. Isso não aconteceu só uma vez, talvez porque se sentiam muito patrulhadas na escola, na sala, o tempo todo. Certa vez, estavam brincando com cadeirinhas e mesas, formando longas fileiras e fingindo estar dirigindo um ônibus ou desfilando numa passarela e todas as vezes em que eu me aproximava, elas mudavam de lugar com as cadeiras e mesas. Apesar de ser bastante trabalhosa essa mudança, elas realizaram-na cerca de quatro ou cinco vezes. Quando se mudavam, não era para fazer algo proibido pelas professoras, como correr ou "brigar": ficavam lá, sentadas, abraçadas no colo umas das outras, mexendo nos cabelos ou conversando, mas procuravam um cantinho para ficar à vontade.

> [...] e simplesmente me excluíram porque eu não sou criança, também não tenho a confiança delas. Senti-me terrivelmente mal. Sempre achei que as crianças gostassem de mim e que eu era legal e sempre conseguiria estar perto delas, mas o fato é que isso acontecia porque eu era professora! (Relato de campo, 14.08.2014)

Durante as semanas, presenciei em vários momentos as crianças desentendendo-se na sala ou fora dela. Enquanto estive como professora de educação infantil da rede municipal em São Paulo, sempre interferi nestes momentos porque me cobravam – e eu também me cobrava – uma postura de "pessoa adulta que está ali para resolver conflitos". Mas eu sempre desejei não estar neste lugar e simplesmente deixar as coisas acontecerem, para ver até onde elas iriam. Não interferi nos momentos em que as crianças brigavam, muito embora se estivesse com outras pessoas adultas, eu fingia não estar vendo ou, se estivesse realmente passado algum tempo com elas estivessem brigando, eu interferia. Mas por vários momentos eu pude deixar acontecer, até que uma outra pessoa adulta tomasse alguma atitude, o que me fez presenciar como as crianças resolviam seus conflitos, quase sempre com envolvimento de outras pessoas que originalmente não estavam na briga. Quando eu delegava a função de resolver o problema a outra pessoa adulta, sentia que ela me via como uma pessoa inválida. De que adianta uma pessoa adulta que não serve nem para mandar numa criança?

Nesse sentido, era difícil quando a professora me pedia para ficar com elas enquanto ela dava uma saída rápida para resolver alguma coisa. Não queria que as crianças me vissem com alguém que podia mandar nelas mas, ao mesmo tempo, ficava preocupada em, não reclamando com elas e mantendo-as em seus lugares, fazer com quem a professora pensasse que eu não servia nem para ficar cinco minutos com as crianças e não me quisesse mais lá. Estes episódios me fizeram perceber que: a) para as pessoas adultas, uma pessoa adulta é "naturalmente" uma figura de autoridade para as crianças pelo simples fato de ser adulta. Esta ideia, culturalmente construída numa sociedade que não vê as crianças como pessoas ativas, parece difícil de ser contestada e b) é difícil compreender a ideia de uma pessoa adulta que recusa a autoridade apenas por ser uma pessoa adulta. De todo modo, a ideia de recusa também é construída, assim como a primeira, o que não ajuda na compreensão do quanto as duas são opostas.

4. "Desconta, pode descontar!": corpo, brigas e conversas

Os estudos de Márcia Buss-Simão (2012, 2014) abordam a questão da dimensão corporal de crianças pequenas na perspectiva da SI. Segundo a autora,

> a dimensão corporal é compreendida como uma categoria, na qual, na delimitação do que seja o biológico encontra-se já as marcas das reflexões e concepções que se constrói ao longo da história, ou seja, encontram-se já as marcas da cultura. A opção por esta nomenclatura visa contribuir para uma compreensão de corpo de forma menos parcial e dicotômica em que há relações de mútua produção entre ambas. (2014, p. 103)

A partir da entrada no campo e da busca por informação sobre como as crianças viam seu corpo e sua relação corpórea com as outras pessoas ao seu redor, percebi que, como Buss-Simão (2014) aponta, as crianças demonstram "uma centralidade da dimensão corporal nas relações que elas estabelecem entre si e com os adultos" (p. 104). Apesar de carecer de mais tempo para compreender mais como aquelas crianças vivenciavam as experiências relacionadas ao corpo, aqui ouso trazer algumas questões relacionadas a este tema.

Os episódios envolvendo "brigas" e "conflitos" me chamaram atenção por alguns aspectos. Quando eu andava pela escola, durante o recreio, sempre ficava atenta para ver como as crianças se relacionavam. Não tenho ainda observações mais sistemáticas sobre o assunto, mas é certo que não vi, em nenhum dos dias que lá estive, nenhuma criança agredir física ou verbalmente outra criança. Na verdade, eu não notei que isso não ocorreu enquanto estive no campo, só relacionei essa situação como algo incomum para a ideia de escola que temos quando, ao voltar para São Paulo, uma amiga professora relatava-me casos de agressão verbal, discriminação racial e preconceito na escola de ensino fundamental onde trabalhava. Ao ouvi-la relatar sobre os casos ocorridos numa semana depois das férias de julho, dei-me conta de que havia passado três semanas numa escola onde não notei a presença de hostilidade entre as crianças. Pelo contrário, elas normalmente ajudavam-se muito, cuidavam-se umas das outras nos espaços coletivos, as mais velhas ralhando com as mais novas para que elas fizessem alguma coisa que elas achavam que deveria ser feita (voltar para classe, limpar o que sujou etc). Quando as mais novas insurgiam-se com a ordem, a criança mais velha sempre invocava alguém da família para legitimar sua ação.

> As crianças estavam na fila, no pátio, esperando a professora Jade liberar a volta para classe quando uma menina mais nova chegou próximo a Maíra e começou a dizer que ela deveria se comportar. Maíra, que parecia não ver motivos para a reclamação, fez cara feia e fingiu não ligar. A criança mais velha disse:
> - Vou contar a sua avó como você está na escola.
> Maíra continuava a demonstrar irritação. (Relato de campo, 15.08.2014)

Apesar de irritada, Maíra não agrediu física ou verbalmente a menina mais velha, nem a afastou com as mãos ou o corpo. As demais pessoas adultas não reclamavam quando viam crianças mais velhas ralhando com as mais novas. Aqui é um dos pontos que creio ser possível estudar em profundidade. Minhas hipóteses tem relação com questões religiosas que atravessam a cultura do local, mas talvez seja cedo para afirmar. Na dissertação de Lúcio André da Conceição (2006) intitulada *Pedagogias do Candomblé: aprendizagens, ritos e conflitos*, o respeito ao saber dos antigos aparece como um dos princípios vivenciados e apreendidos na dinâmica do candomblé, princípio este que é bastante observado nas formas culturais de relacionamento entre as pessoas que convivem na escola. Salvador é uma cidade em que é possível ver que o candomblé encontra-se presente para fora dos espaços dos terreiros e talvez este seja um dos motivos pelos quais estas práticas saem destes espaços, visto que as pessoas que neles convivem também estão fora deles[10]. O respeito às pessoas mais velhas é sempre relembrado, não apenas verbalmente, mas quando as pessoas adultas que estão ao redor não interferem na exortação feita por uma criança maior.

As crianças do grupo IV, por sua vez, tinham modos peculiares de brigarem entre si quando estavam na sala, notadamente quando a professora saía. Isto ocorreu em duas ocasiões em que as professora não estavam na sala e permaneceram cerca de cinco a dez minutos fora. Quando eram intervalos menores, estas situações não ocorriam.

> Algumas crianças brincavam de bater e depois corriam para mim pedindo abrigo, mas eu falava que não ia protegê-los; elas corriam novamente. Acho que não era real que queriam minha ajuda, fazia parte da brincadeira essa coisa de pedir ajuda, de fingir "medo". Eu fazia parte do torneio, da brincadeira. Continuaram a pular, saltar e correr […] Paolo bateu em Juan, que começou a chorar e então Paolo estendeu o braço para ele e disse: "Desconta, pode descontar!". Juan olhou meio desconfiado,

10 Para informações, ver: OLIVEIRA, André. **A cidade e o terreiro: Proteção urbanística aos terreiros de candomblé na Bahia pós-Estatuto da Cidade**. Disponível em: http://www.ppgau.ufba.br/urba11/ST1_A_CIDADE_E_O_TERREIRO.pdf, [consultado em 31-12-2014].

> parou de chorar, mas não descontou. Achei curioso isso, Paolo agiu como se quisesse terminar a "brincadeira". (Relato de Campo, 16.08.2014)

Quando as professoras estavam na sala, a conduta das crianças quase nunca envolvia agressão física, mas quando estas saíam, algumas delas agrediam umas às outras. Nunca presenciei agressões verbais na sala e nem em outros espaços da escola, como já informei. À primeira vista, estas poucas agressões pareciam parte de uma tensão represada o tempo inteiro, que elas precisavam liberar quando não estavam sendo observadas por pessoas adultas. Não que é que elas deliberadamente batiam umas nas outras quando as professoras estavam fora, mas corriam, pulavam e, ao fazer isso, acertava algum/a colega, que devolvia com um tapa ou coisa parecida. Algumas vezes, quando as crianças percebiam que haviam levado um empurrão ou um tapa sem querer, pela brincadeira que estava acontecendo, não devolviam, unindo-se à brincadeira no mesmo momento. Em outros momentos, uniam-se para conter uma criança que estivesse mais agressiva, o que provocava outros empurrões ou tapas. Desse modo, duas questões surgiram durante o tempo em que passei no campo e que merecem destaque:

5. As crianças veem-se como um grupo diferente das pessoas adultas?

Talvez aqui fosse o caso de uma observação mais sistemática, com a contagem do número de vezes em que as crianças descontam quando apanham, sem querer ou não, ou descrever melhor esses momentos de conflitos corporais. Vale observar mais de perto os motivos pelos quais, quando solicitadas pela professora que relatassem os ocorridos que envolviam algum tipo de agressão, as crianças omitiam grande parte da situação. Nos momentos em que se calam para não fazer a "delação" de um amigo ou amiga, tive a impressão de que as crianças parecem **percebem-se como grupo diferente das pessoas adultas** e isso pareceu-me um ponto que pode ser melhor explorado durante o tempo que ficarei entre elas no ano letivo de 2015.

6. As crianças tem um acesso ao corpo menos controlado que as pessoas adultas?

Um outro tema que merece mais atenção é que parece que, entre elas, as crianças tem **um acesso ao corpo menos controlado**, o que faz com que leves empurrões e gestos do tipo não sejam vistos como agressão ou intromissão de um espaço individual. Essas impressões não foram algo que ouvi, mas percebi no modo como as crianças relacionavam-se entre si e entre pessoas adultas. Assim, o que poderia parecer falta de educação ou agressividade para algumas pessoas, para aquele grupo não era caracterizado assim. Estas observações fizeram-me repensar sobre o conceito de agressão aqui utilizado para qualificar estes momentos, porque talvez ele não represente o que realmente acontece. Por esse motivo, acho que é necessário continuar um estudo sobre esse tema de maneira contínua e organizada.

7. Algumas considerações

As questões levantadas neste artigo não esgotam-se aqui e agora, devendo ser tema de estudos mais profundos na continuação do trabalho de campo em 2015 e durante a escrita da tese. É importante destacar alguns aspectos mais gerais, observados a partir das leituras de textos e da observação no campo:

1) Os estudos sobre as culturas infantis não estão separados do mundo social. Eles estão fincados na mesma base que orientam os estudos com pessoas adultas e esta constatação deve estimular, quanto mais cedo possível for, estudos comparativos entre as gerações, com vistas na colaboração de análises mais profundas sobre tempos da vida por quais passamos e marcam nossa existência. Quanto mais estivermos certos/as de que as culturas infantis constituem e são constituídas em sociedade com pessoas que diferentes gerações, mais compreenderemos da importância de incluir, em nossas pesquisas, o ponto de vista da criança e a infância como uma categorial social do tipo geracional.

2) Os estudos com crianças relembra-nos uma discussão que não é recente, mas necessária de ser renovada, visto que fala sobre o modo como conduzimos as pesquisas com seres humanos, fazendo-nos repensar que a autorização para pesquisa com seres humanos não deve resumir-se apenas a aprovação pelo Comitê de Ética de alguma instituição, mas também com compromisso e responsabilidade para com as pessoas com as quais mantemos contato durante o trabalho acadêmico. Desse modo, a inclusão da perspectiva das crianças nas pesquisas acadêmicas renovou em nós a ideia presente nos estudos qualitativos acerca da importância de não tornarmos objetos as pessoas com as quais nos relacionamos no decorrer do trabalho de campo.

Estas são considerações iniciais sobre a pesquisa que ainda está em andamento, e que seguramente trará outras questões para o debate sobre as infâncias brasileiras e para fortalecimento do campo da SI no país.

Referências bibliográficas

A Bahia é preta, só falta ela assumir (Entrevista com Vovô do Ilê). Disponível em: http://www.noticiasdabahia.com.br/entrevistas.php?cod=46, [consultado em 31-12-2014].

BUSS-SIMÃO, Márcia (2014). **Relações sociais na educação infantil: olhar sobre o corpo e os sentimentos**. In Revista Educação, Porto Alegre, 37, n. 1, pp. 101-109, jan./abr.

_____ (2012). **Relações sociais em um contexto de educação infantil: um olhar sobre a dimensão corporal na perspectiva de crianças pequenas**. Programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2012.

CAMILO, Camila (2014). **Por um ensino de várias cores**. Revista Nova Escola, São Paulo: Ed. Abril, nov. 2014, pp. 30-31.

CAVALLEIRO, Eliane (1998). **Do Silêncio do Lar Ao Silêncio Escolar: racismo, preconceito e discriminação**. Programa de Pós-graduação em educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP. São Paulo.

CHRISTENSEN, Pia; PROUT, Alan (2002). **Working with etical symmetry in social research with children**. In: Childhood, 9, n. 4, pp. 477-498.

CONCEIÇÃO, Lúcio André da A. **Pedagogia do candomblé: aprendizagens, ritos e conflitos**. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2006.

FERREIRA, Manuela (2008). **"Branco demasiado" ou reflexões epistemológicas, metodológicas e éticas acerca da pesquisa com crianças**. In: Estudos da infância: educação e práticas sociais. SARMENTO, Manuel; GOUVEIA, Maria Cristina Soares de (orgs.). Petropólis, RJ: Vozes.

GOBBI, Márcia Aparecida (1997). **Lápis vermelho é coisa de mulherzinha: desenho infantil, relações de gênero e educação infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Campinas, Campinas, SP.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A (2003). **Como trabalhar com raça em sociologia**. Educação e Pesquisa, São Paulo. 29, n.01, pp. 93-108.

GUSMÃO, Neuza Maria Mendes (1993). **Socialização e recalque: a criança negra no rural**. In Cadernos Cedes, Campinas: Papirus, n. 32, pp. 40-83.

JENKS, Chris (2004). **Many childhoods? (Editorial).** Revista C*hildhood*, Trondheim, 11, n. 1, pp. 5-8.

KRAMER, Sonia (2002). **Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 116, pp. 41-59, jul.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Etnografia como prática e experiência**. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, pp. 129-156, jul./dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32a06, [consultado em 31-12-2014].

MONTANDON, C. **Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa**. Cadernos de Pesquisa. [*online*]. São Paulo, n. 112, pp. 33-60, mar. 2001. Disponível em: http://www.abebe.org.br/wp-content/uploads/16100.pdf, [consultado em 31-12-2014].

NUNES, Míghian Danae Ferreira (2012). **Histórias de Ébano: professoras negras de educação infantil da cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-04072012-125319/>, [consultado em 31-12-2014].

OLIVEIRA, André (s/d). **A cidade e o terreiro: Proteção urbanística aos terreiros de candomblé na Bahia pós-Estatuto da Cidade**. Disponível em: http://www.ppgau.ufba.br/urba11/ST1_A_CIDADE_E_O_TERREIRO.pdf, [consultado em 31-12-2014].

QVORTRUP, Jens (1994). **Introdução**. In *Childhood Matters: Social Theory, Practice and Politics*. J. QVORTRUP, Jens; BARDY, M.; SGRITTA, G.; WINTERSBERGER, H. (orgs.), Aldershot: Avebury.

QVORTRUP, Jens (2010). **A tentação da diversidade e seus riscos**. Revista Educação & Sociedade, Campinas, 31, n. 113, pp. 1121-1136, out.-dez.

RODRIGUES, Tatiane Cosentino (2005). **Movimento Negro, raça e política educacional**. 28º Reunião da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação). Caxambu, MG. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt21/gt211249int.rtf, [consultado em 31-12-2014].

SANTANA, Juliana Prates (2007). **Cotidiano, expressões culturais e trajetórias de vida: uma investigação participativa com crianças em situação de rua**. (Tese). Centro de Estudos da Infância, Área de especialização: Sociologia da infância. Universidade do Minho, Portugal. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8162/1/Tese%20Vers%C3%A3o%20Final.pdf, [consultado em 31-12-2014].

SANTIAGO, Flavio (2014). **" O meu cabelo é assim… igualzinho o da bruxa, todo armado": Hierarquização e racialização das crianças pequenininhas negras na educação infantil.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Uversidade Estadual de Campinas – FE/UNICAMP. Campinas/ SP.

SARMENTO, Manuel Jacinto (2008). **Sociologia da Infância: Correntes e Confluências**. In Estudos da Infância: educação e práticas sociais. In Sarmento, Manuel Jacinto e GOUVÊA, Maria Cristina Soares de (orgs). Petrópolis: Vozes, pp. 17-39.

SIROTA, Regine (2001)**. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar**. São Paulo: Cadernos de pesquisa, n. 112, março. Disponível em www.scielo.br/pdf/cp/n112/16099.pdf, [consultado em 31-12-2014].

TOSTA, Sandra (2008). **Os usos da etnografia na pesquisa educacional**. Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, 01 a 04 de junho, Porto Seguro, Brasil. Disponível em: www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalho/GT%2007/TEXTO%20COMPLETO-%SANDRA%20TOSTA.pdf, [consultado em 31-12-2014]

TRINIDAD, Cristina Teodoro (2011). **Identificação étnico-racial na voz de crianças em espaços de educação infantil.** Programa de Pós-graduação em educação da Pontifícia Universidade Católica, PUC-SP. São Paulo.

A capoeira no programa mais educação: um debate sobre patrimônio, cultura afro-brasileira e educação.

Vinícius Oliveira Pereira[1]
viniciusoliveirapereira@yahoo.com.br

Resumo: Esta comunicação é uma derivação da pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGECC/UERJ). A partir do diálogo com (ANDERSON, 1989), (HALBWACHS, 2012), (SEYFERTH, 1989) a comunicação discute a proposta do Programa do Ministério da Educação brasileiro *Mais Educação* para introdução da capoeira, compreendida como patrimônio imaterial, nas instituições escolares e analisa como tem se dado o trabalho com a capoeira em uma escola municipal de Nova Iguaçu, cidade localizada no estado do Rio de Janeiro. As considerações iniciais apontam para maior visibilidade dos patrimônios afro-brasileiros na escola, refletindo um movimento contemporâneo de emergência da etnicidade afro-brasileira no campo educacional. Contudo, a análise identifica, também, tentativas de esportização e "esvaziamento" étnico da mencionada manifestação, interpretadas, nesta comunicação, como fenômenos de um contexto educacional de intolerância aos símbolos da religiosidade afro-brasileira.

Palavras Chaves: Cultura Afro-brasileira; Patrimônio; Etnicidade; Grupo Étnico; Educação.

1 Introdução

A presente comunicação é uma derivação da pesquisa de mestrado intitulada "A proposta do Programa Mais Educação para introdução da capoeira no espaço escolar: uma discussão sobre o diálogo entre a cultura afro-brasileira e a escola". Trata-se de um estudo de caso onde busco discutir como tem se dado o trabalho com a capoeira em uma escola municipal de Nova Iguaçu[2], desenvolvido a partir do fomento de um programa dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Esporte e da Cultura, denominado Programa Mais Educação[3] (PME). O programa citado se propõe a aumentar o tempo de permanência estudantil nas escolas através da oferta de atividades educativas no contraturno escolar das redes de ensino municipais, distrital e estaduais do Brasil.

A mencionada pesquisa, que se encontra em andamento, está vinculada a linha de pesquisa "Educação, Cultura e Comunicação" do Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGECC-UERJ), localizado na cidade de Duque de Caxias, região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, Brasil. Apesar de estar no primeiro ano da pesquisa, a observação das aulas de capoeira e a análise da proposta de sua introdução nas escolas municipais, distrital e estaduais têm sinalizado elementos que permitem pensar os sentidos atribuídos à capoeira nos documentos que regulam o Programa Mais Educação, as diferentes apropriações da capoeira no contexto escolar e as consequências do diálogo entre esta manifestação da cultura afro-brasileira e a comunidade escolar.

---

1 Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2013). Atualmente é membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UERJ e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGECC-UERJ), com bolsa da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

2 Município localizado na Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, Brasil.

3 De acordo com o decreto nº 7.083/10 o Ministério da Educação é o responsável pela gerencia e execução do Programa Mais Educação. No decorrer do texto apresentarei ao leitor (a) informações mais detalhadas sobre o Programa, sua estrutura, propostas e objetivos.

Nesse sentido, o trabalho aqui apresentado se propõe a compartilhar e trazer para o debate os primeiros apontamentos da pesquisa, que perpassam pela discussão sobre o contexto educacional onde se insere a proposta de introdução da capoeira, os sentidos atribuídos à capoeira pelo Programa Mais Educação e algumas questões sobre como tem se dado o trabalho com a capoeira em uma escola municipal de Nova Iguaçu.

2. O contexto da pesquisa: breve discussão sobre a emergência da etnicidade afro-brasileira no cenário educacional brasileiro

Os primeiros apontamentos da pesquisa de mestrado intitulada "A proposta do Programa Mais Educação para introdução da capoeira no espaço escolar: uma discussão sobre o diálogo entre a cultura afro-brasileira e a escola" tem identificado o Programa Mais Educação como um fator importante para a discussão sobre o diálogo entre a escola e a capoeira. Atualmente, o mencionado programa se configura como uma das principais portas de entrada da capoeira nas escolas públicas das redes de ensino municipais, estaduais e distrital. O programa, que de acordo com o MEC, se propõe a criar estratégias para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da educação integral, elege a capoeira como uma das atividades desenvolvidas com vistas à implantação do horário integral.

A construção do horário integral se dá a partir do desenvolvimento de oficinas educativas ofertadas no contraturno escolar. As atividades são bastante diversificadas: xadrez, karatê, capoeira, jornal escolar, entre outras. Tais atividades estão alocadas em macrocampos, que irão se diferenciar de acordo com a região em que a escola está localizada (área urbana ou rural). Nas escolas localizadas em áreas urbanas, os macrocampos são: (1) Acompanhamento Pedagógico; (2) Comunicação, uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica; (3) Cultura, Artes e Educação Patrimonial; (4) Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária e Criativa/Educação Econômica (Educação Financeira e Fiscal); (5) Esporte e Lazer; (6) Educação em Direitos Humanos; (7) Promoção da Saúde. Nas escolas localizadas em áreas rurais, os macrocampos são: (1) Acompanhamento Pedagógico; (2) Agroecologia; (3) Iniciação Cientifica; (4) Educação em Direitos Humanos; (5) Cultura, Artes e Educação Patrimonial; (6) Esporte e Lazer; (7) Memória e História das Comunidades Tradicionais.

De acordo com o Manual Operacional de Educação Integral (2014), documento normativo do Programa Mais Educação: « 'As escolas urbanas escolherão quatro atividades, dentre os sete macrocampos oferecidos. A atividade *Orientação de Estudos e Leitura*, do macrocampo *Acompanhamento Pedagógico*, é obrigatória' ». Cada unidade escolar tem autonomia para escolher as demais atividades. A escola, sobre a qual a pesquisa se debruça, desenvolve, além da oficina de Orientações de Estudos e Leitura, a oficina de reforço matemático, capoeira, karatê e atividades esportivas (futebol, handball, etc.). A maioria dos monitores voluntários, responsáveis pelas oficinas na unidade escolar investigada, possui graduação. As formações desses monitores são bastante diferenciadas: licenciatura em matemática, educação física, administração, entre outras.

As turmas criadas para o desenvolvimento das atividades escolhidas pela escola para compor o horário integral são formadas, geralmente, por 30 estudantes de diferentes idades e séries. O monitor, que está vinculado ao Programa Mais Educação em regime voluntariado, recebe por cada turma a ajuda de custo no valor de R$ 80,00 para escolas localizadas em áreas urbanas e R$ 120,00 para escolas localizadas em áreas rurais. O número máximo de turmas que cada monitor pode se responsabilizar é 5, recebendo, assim, R$ 400,00.

O Programa Mais Educação é historicamente recente, sua instituição se deu através da portaria interministerial nº 17/2007 e sua regulamentação ocorreu a partir do decreto nº 7083/10. O programa está inserido no contexto educacional da virada do século XXI, que é marcada por importantes mudanças no que diz respeito à visibilidade dos diferentes grupos étnicos que constituem o país, com destaque para negros e indígenas. A noção de grupo étnico é um elemento importante nas obras do sociólogo Max Weber, o autor define os grupos étnicos como:

> (...) grupos que alimentam uma crença subjetiva em uma comunidade de origem fundada nas semelhanças de aparência externa ou dos costumes, ou dos dois, ou nas lembranças da colonização ou da migração, de modo que esta crença torna-se importante para a propagação da comunalização, pouco importando que uma comunidade de sangue exista ou não objetivamente (Weber, 1971 apud: Poutignat, 1998: 37).

Weber reconhece a importância de elementos culturais como a língua e a religião para o fortalecimento do grupo étnico. Contudo, o autor destaca a predominância do fator político, expresso em interesses comuns e no estabelecimento de demandas específicas na arena política, para constituição desses grupos. O apontamento sobre o caráter político dos grupos étnicos tem sido importante para a análise do cenário político e educacional brasileiro dos anos 2000, tendo em vista, sobretudo, a emergência do grupo étnico afro-brasileiro no contexto educacional contemporâneo[4].

A pressão exercida pelo mencionado grupo étnico na arena política brasileira tem possibilitado a formulação de políticas públicas educacionais e a instituição de secretarias e ministérios que visam atender as demandas pautadas pelo grupo na agenda política. Em um cenário mais amplo é criada, em 2003, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR), que visa formular, coordenar e articular políticas e diretrizes de promoção da igualdade racial. No campo educacional, verifica-se a formulação de ações afirmativas destinadas a inclusão da população afro-brasileira no ensino superior brasileiro. No âmbito da educação básica, um dos principais marcos da emergência dos afro-brasileiros e de suas demandas políticas é a homologação em janeiro de 2003, da lei 10639, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9394 de 1996) para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "história e cultura africana e afro-brasileira".

A criação de secretarias como a SEPPIR, a formulação de ações com vistas à inclusão da população afro-brasileira em espaços onde esta está sub-representada e a homologação de leis que visam o reconhecimento e valorização da história desse segmento da sociedade brasileira no espaço escolar, além de evidenciar o fortalecimento do grupo, demonstra uma mudança de postura do Estado brasileiro em relação ao reconhecimento e tratamento ofertado aos diferentes grupos étnicos que o constituem. Quando nos debruçamos sobre a maneira como o Brasil interpretava as relações entre os diferentes grupos presentes no território nacional, esbarramos, inevitavelmente, no debate sobre a mestiçagem. Giralda Seyferth (1989) aponta para o fato de a mestiçagem ter (tem) sido utilizada por muitos como argumento explicativo da realidade brasileira. De acordo com a autora, a figura do mestiço ora aparece como problema, ora como solução.

No contexto do início do século XX, percebe-se a valoração da mestiçagem e o fortalecimento de um modo de interpretar as relações entre os grupos étnicos que Roberto DaMatta chama de fábula das três raças. Para o autor (2000):

> (...) a fábula das três raças se constitui na mais poderosa força cultural do Brasil, permitindo pensar o país, integrar idealmente sua sociedade e individualizar sua cultura. Essa fábula hoje tem força e o estatuto de uma ideologia dominante: um sistema totalizado de ideias que interpenetra a maioria dos domínios explicativos da cultura. Durante muitos anos forneceu e ainda hoje fornece, o mito das três raças, as bases de um projeto político e social para o brasileiro (DaMatta. p. 69).

Apesar da visível hegemonia branca, do fortalecimento das perspectivas que apontavam o branqueamento como alternativa para a sociedade brasileira e a existência de desigualdade entre os grupos étnicos brasileiros, a fábula das três raças manteve-se como um expressivo fator ideológico de interpretação do Brasil pelos brasileiros. Este modo de entender o Brasil, além de contribuir para consolidação da imagem do mestiço como elemento homogeneizador tão necessário ao projeto nacional brasileiro, fortaleceu a imagem do país como promotor da democracia racial tanto em âmbito nacional, quanto internacionalmente. Esta maneira de entender o Brasil se refletia de forma hegemônica no campo educacional, o que impediu durante um expressivo período de nossa história, a formulação de políticas educacionais de reconhecimento e valorização das diferenças étnicas, que apesar da ideologia da mestiçagem, eram utilizadas como marcadores para produção/manutenção da desigualdade nas instituições educacionais brasileiras.

A nova maneira de interpretar o Brasil, presente na conjuntura política marcada pela emergência do grupo

---

4 Para uma discussão mais aprofundada sobre a emergência da etnicidade afro-brasileira no sistema de ensino brasileiro, ver: Gonçalves, M. A. R. & Pereira, V. O. O contexto histórico das políticas racializadas e a emergência de novas etnicidade. E a emergência do discurso "racializado" no sistema de ensino: as possibilidades e desafios da Lei 10639/03 (2013) p. 33-48.

étnico afro-brasileiro, deve ser compreendida como consequência de uma série de fatores e variantes históricos e sociais, entre os quais se destacam: a atuação do Movimento Negro, que denunciava, desde o século XX, a falácia da democracia racial e a distância entre a realidade social e o mito fundador da nação; merece destaque, também, a produção de dados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que ao incluir a variante cor em suas pesquisas, permite ao Governo Brasileiro dimensionar o tamanho e a gravidade da desigualdade racial no país; a conjuntura internacional marcada por conferências de combate ao racismo e promoção da igualdade racial é outro fator que pressiona o Estado brasileiro a formular políticas públicas destinadas ao combate à desigualdade entre negros e brancos; ademais, cabe ressaltar os resultados das pesquisas do Projeto UNESCO[5], que desnudam o mito da democracia racial, apontam o racismo como uma variante da sociabilidade brasileira e colocam as relações étnico-raciais como ponto de estudo e pesquisa no âmbito acadêmico.

Nesse contexto marcado por intensas mudanças, a educação torna-se um dos principais focos de ação do Movimento Negro, tendo em vista seu histórico de silenciamento das expressões da cultura afro-brasileira e de naturalização da posição de inferioridade do negro na sociedade brasileira. A cultura educacional de modo geral, e a cultura escolar de modo específico, passam a ser questionada sobre a pretensa universalidade de suas referências, onde, muitas vezes, a população negra não se vê representada. Este questionamento gera um movimento no âmbito da escola que visa (re) pensar e a (re) inventar as tradições e narrativas (re) produzidas no ambiente escolar. Evidencia-se a maior presença de elementos da história e da cultura afro-brasileira nas cerimonias escolares. No Rio de Janeiro, por exemplo, todos os municípios do estado aderem às comemorações do dia 20 de novembro, data de aniversário da morte de Zumbi dos Palmares[6] e dia nacional da consciência negra. A data é marcada por uma série de eventos escolares que relembram o legado de Zumbi e as histórias de luta da população negra brasileira.

3. Patrimônio e Educação: apontamentos para introdução da capoeira na escola

A mudança de postura em relação à cultura afro-brasileira no campo educacional é expressão de um movimento de valorização dos particularismos e de (re) interpretação do Brasil a partir do parâmetro de reconhecimento da contribuição dos diferentes grupos étnicos para construção da cultura nacional. No campo da cultura e do patrimônio, considerados importantes marcadores de identidades coletivas e étnicas, verificam-se, também, expressões do movimento de (re) leitura do país. Cabe destacar, neste contexto, a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), instituído pelo Decreto nº 3.551/2000, que viabiliza projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural (Vieira, 2012). A partir do mencionado decreto, verifica-se a formulação de políticas públicas para o registro e salvaguarda de patrimônios e saberes relacionados aos diferentes grupos étnicos da sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, em 2008, a capoeira é registrada como patrimônio cultural imaterial do Brasil. A patrimoniliazação da referida manifestação, nos termos do IPHAN, aponta a capoeira não apenas como patrimônio nacional, mas também, como um fenômeno múltiplo que através da oralidade transmite os saberes

---

5 No contexto pós-holocausto, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) busca mostrar ao mundo uma experiência de relações étnico-raciais bem sucedida. O Brasil, devido à sua fama de promotor da democracia racial, é escolhido como laboratório. No período de 1951 a 1952, uma série de pesquisas sobre as relações raciais é realizada no país. Para uma discussão mais aprofundada sobre o Projeto UNESCO, conferir: MAIO, M. C. O projeto UNESCO e a agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50. Revista Brasileira de Ciências Sociais: Peirópolis; Abong, 2002.

6 Zumbi dos Palmares foi uma importante liderança na luta contra a escravidão no Brasil. O mesmo esteve à frente do Quilombo dos Palmares, o maior dos quilombos do período colonial (1530-1815). Contemporaneamente, Zumbi dos Palmares é considerado um importante símbolo da luta contra a desigualdade racial no Brasil e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Art. 79-B) inclui no calendário escolar o dia 20 de novembro, data da morte de Zumbi, como Dia Nacional da Consciência Negra.

de geração em geração, reunindo assim, referencias, sentidos e símbolos representativos da cultura afro-brasileira. No entanto, apesar do reconhecimento da matriz afro-brasileira e de seus valores na manifestação, a apropriação da capoeira como patrimônio imaterial nacional ainda gera conflitos com os grupos que a reivindicam como uma manifestação da cultura afro-brasileira, expressando a tensão, sempre presente, entre o que é considerado étnico e o que é reconhecido como nacional.

Apesar dos eminentes conflitos que permeiam o processo de patrimonialização da capoeira, é possível dizer que sua introdução nas escolas pode colaborar para concretizar as orientações da Lei 10639/03, que discute a importância das atividades escolares contemplarem a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à história do Brasil (Brasil, 2003). O diálogo entre a mencionada manifestação e a instituição escolar está em consonância como as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (1998), que sinalizam a necessidade da escola:

> (...) reconhecer a diversidade como parte inseparável da identidade nacional e dar a conhecer a riqueza representada por essa diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, investindo na superação de qualquer tipo de discriminação e valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade (p. 117).

O trecho acima destacado dá visibilidade ao importante papel desempenhado pela instituição escolar no processo de reconhecimento e reprodução do patrimônio sociocultural brasileiro. Vê-se, nitidamente, a forte relação entre educação, patrimônio e identidades coletivas. Nesse sentido, é possível pensar que o reconhecimento da capoeira como patrimônio cultural imaterial do Brasil contribui para legitimar sua introdução nas escolas brasileiras, tendo em vista o papel dessas instituições na preservação do patrimônio nacional[7]. Os PCNs, na medida em que sinalizam a importância da valorização da trajetória dos diferentes grupos da sociedade brasileira, demonstram, ainda, estar alinhados com o contexto de emergência desses grupos como atores políticos no cenário nacional, atendendo, portanto, as demandas por reconhecimento e valorização impostas por estes ao campo educacional brasileiro.

O fortalecimento dos diferentes grupos na sociedade brasileira e a construção de uma pauta política no campo educacional pode ser verificado, por exemplo, no processo de patrimonialização da capoeira. A preocupação com a necessidade do diálogo entre a escola e a capoeira é um importante fator no Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil (Brasil, 2007), que através das medidas de salvaguarda da capoeira, recomenda o reconhecimento do notório saber do mestre de capoeira pelo Ministério da Educação, a fim de que os mestres sem escolaridade, mas detentores do saber, possam ensinar capoeira nas escolas.

As discussões sobre a introdução da mencionada manifestação cultural afro-brasileira na escola expressam o fortalecimento da perspectiva que aponta a cultura como uma variante indissociável do processo educativo, reconhecendo-a como um conjunto de sentidos sociais que permitem a identificação dos sujeitos uns com os outros. Nesse contexto, o papel da escola no processo de preservação da cultura da sociedade onde está localizada é evidenciado. No entanto, o que se destaca é a ampliação do acervo histórico-cultural, que passa a contemplar, pouco a pouco, as múltiplas referências e símbolos culturais presentes na sociedade brasileira. A adesão por parte da escola da ampliação do acervo histórico-cultural ajuda a tecer um espaço de valorização dos diferentes elementos culturais presentes no território brasileiro, ampliando, por conseguinte, o currículo para diversidade étnico-racial, social e econômica que constituem a realidade do Brasil.

---

7 Em 2014 foi apresentado ao Senado brasileiro, pelo senador Jorge Afonso Argello, do Partido Trabalhista Brasileira (PTB), o Projeto de Lei nº 17/2014, que institui o reconhecimento do caráter educacional e formativo da capoeira em suas manifestações culturais e esportivas e permite a celebração de parcerias para o seu ensino nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados. O projeto de lei faz menção ao reconhecimento da capoeira como patrimônio imaterial brasileiro e justifica sua entrada através do artigo 215 da Constituição Federativa do Brasil que versa sobre a valorização e difusão das manifestações culturais presentes no território nacional. Fonte: http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=116036 Acesso em: 01/12/2014.

4. A capoeira no Programa Mais Educação

A entrada da capoeira nas escolas municipais de Nova Iguaçu ocorre, sobretudo, por meio do Programa Mais Educação. O mencionado programa do governo federal visa, como consta no site do Ministério da Educação[8] (MEC), aumentar a oferta educativa nas escolas das redes municipais e estaduais na perspectiva da educação integral. A partir do diálogo com os projetos educativos desenvolvidos nas unidades escolares, são escolhidas, anualmente, cinco atividades no universo de possibilidades ofertadas, a serem implementadas durante o contra turno escolar, aumentando assim o tempo de permanência estudantil no espaço escolar. A responsabilidade pela escolha das atividades cabe à coordenação do Programa Mais Educação nas unidades escolares, indicada pela direção de cada unidade.

Como discutido anteriormente, as atividades optativas das escolas localizadas em áreas urbanas são agrupadas em macrocampos como: (1) Acompanhamento Pedagógico; (2) Comunicação, uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica; (3) Cultura, Artes e Educação Patrimonial; (4) Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária e Criativa/Educação Econômica (Educação Financeira e Fiscal); (5) Esporte e Lazer; (6) Educação em Direitos Humanos; (7) Promoção da Saúde. A capoeira, diferentemente do que se pode esperar, não está localizada no macrocampo esporte e lazer, mas no macro campo *Cultura, Artes e Educação Patrimonial,* que reúne atividades destinadas ao:

> Incentivo à produção artística e cultural, individual e coletiva dos estudantes como possibilidade de reconhecimento e recriação estética de si e do mundo, bem como da valorização às questões do patrimônio material e imaterial, produzido historicamente pela humanidade, no sentido de garantir processos de pertencimento ao local e à sua história (Manual Operacional de Educação Integral, 2014, p. 17).

A inclusão da capoeira no macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial sinaliza, em primeira análise, a sintonia do Ministério da Educação com o debate que está sendo travada sobre a capoeira contemporaneamente. A mencionada manifestação cultural foi reconhecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2008, como patrimônio imaterial do Brasil, sendo inscrita no Livro de Registro das Formas de Expressão. A patrimonialização nos termos do IPHAN perpassa pelo reconhecimento da multidimensionalidade da capoeira, expressa, simultaneamente, no canto, no toque dos instrumentos, na dança, nos golpes, no jogo, na brincadeira, nos símbolos e rituais de herança africana.

No decorrer do documento *Manual Operacional de Educação Integral* do Programa Mais Educação, responsável por orientar as atividades desenvolvidas na escola, podemos encontrar, ainda, a descrição dos objetivos de/para cada oficina. No espaço destinado a capoeira, o mesmo sinaliza:

> Incentivo à prática da capoeira como motivação para desenvolvimento cultural, social, intelectual, afetivo e emocional de crianças e adolescentes, enfatizando os seus aspectos culturais, físicos, éticos, estéticos e sociais, a origem e evolução da capoeira, seu histórico, fundamentos, rituais, músicas, cânticos, instrumentos, jogo e roda e seus mestres. (Manual Operacional de Educação Integral, 2014, p. 17).

A análise do Manual Operacional de Educação Integral evidencia a presença de uma perspectiva homogênea sobre a capoeira. O documento, em nenhum momento, faz menção às diferentes vertentes e escolas da capoeira. Nesse sentido, presuma-se que o trabalho com a capoeira desenvolvido através do Programa Mais Educação é realizado por capoeiristas ligados às diferentes vertentes da capoeira. Nesse texto, destaco duas das mais conhecidas vertentes: a (1) Angola e a (2) Regional[9]. A primeira tem como um dos seus principais articuladores Mestre Pastinha e seus praticantes acionam, de um modo geral, um discurso de reconhecimento da africanidade da manifestação e valorização de sua multidimensionalidade. A segunda vertente, que tem como um dos seus

---

8 Para maiores informações sobre o Programa Mais Educação, acesse: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16689&Itemid=1115>

9 As diferenças entre as duas vertentes se manifestam, também, nos itens mais básicos como, por exemplo, os uniformes. Os praticantes da capoeira Angola, de um modo geral, utilizam calças pretas e blusas amarelas, enquanto os praticantes da capoeira Regional tendem a privilegiar o uso de vestimentas brancas.

mais reconhecidos articuladores Mestre Bimba, é marcada, de modo geral, por uma valorização dos aspectos esportivos da manifestação.

Apesar de não fazer menção a nenhuma das duas principais vertentes da capoeira, no item 12 do Manual Operacional da Educação Integral, onde são explicitados os materiais financiáveis para composição dos kits para o desenvolvimento das oficinas, encontramos no tópico destinado a capoeira os seguintes itens: (1) Calça de capoeira branca; (2) Camisetas de malha fio 30; (3) Agogô; (4) Berimbau completo; (5) Caxixi (instrumento musical); (6) Pandeiro. A análise da lista de materiais financiáveis da oficina de capoeira aponta para a presença da calça branca. Cabe lembrar que, no universo simbólico da capoeira, a calça branca está de modo geral mais presente na prática da capoeira regional, que como dito anteriormente, tende a valorizar o aspecto esportivo da capoeira, trabalhando, inclusive, como uma estrutura de cordas, semelhantes às lutas orientais, como o karatê. De todo o modo, a abordagem presente no mencionado documento evidencia uma mudança de paradigma em relação ao tratamento ofertado pelo Estado Brasileiro, representado na figura do Ministério da Educação, à capoeira, em particular, e às manifestações da cultura afro-brasileira, de modo geral. Se antes a história da capoeira foi marcada por negligências e perseguição[10] (Brasil, 2007), na contemporaneidade, a mencionada manifestação é ofertada como uma política curricular no ambiente escolar, que visa, como consta em seu objetivo, trabalhar com aspectos de sua história, origem e cultura. Nesse sentido, é possível dizer que sua atual inserção na escola expressa e é, ao mesmo tempo, expressão de uma nova tessitura social, marcada pela demanda por reconhecimento dos patrimônios, símbolos culturais e histórias dos diferentes grupos étnicos que constituem a sociedade brasileira, e, consequentemente, o espaço escolar.

5. Um olhar sobre o universo investigado: a observação das aulas de capoeira em uma escola de Nova Iguaçu

Quando me debruço sobre os objetivos de minha pesquisa, consigo obter indícios dos caminhos metodológicos que preciso percorrer para alcança-los. Na medida em que me proponho a discutir o trabalho desenvolvido com a capoeira em uma escola da rede pública de ensino, penso que uma das principais estratégias metodológicas é a observação das aulas de capoeira no espaço escolar. O acompanhamento das aulas de capoeira, que tem se dado desde agosto de 2014, tem me auxiliado na compreensão de como tem se dado a apropriação da capoeira no contexto da escola.

As investigações que se tecem a partir da perspectiva etnográfica tendem, como sinaliza Giddens (2005), a captar uma riqueza de informações e detalhes que nos ajudam a melhor compreender o universo investigado. Nesse sentido, penso que a utilização de recursos da etnografia como a observação e a entrevista com a comunidade escolar pode me oferecer ferramentas para entender os sentidos e significados atribuídos ao trabalho desenvolvido com a capoeira, as implicações do diálogo com a escola, a relação que as crianças estabelecem com a mencionada manifestação e como as professoras estão compreendendo a realização deste trabalho.

As aulas de capoeira que tenho acompanhado têm sido desenvolvidas em uma escola municipal de Nova Iguaçu, localizada na Palhada, bairro que fica aproximadamente a 20 minutos do centro da mencionada cidade. A escolha por essa unidade escolar se deve a dois fatores: (1) a oficina de capoeira teve início, nesta escola, no segundo semestre de 2014, o que me permitiu poder fazer o acompanhamento do trabalho desde o início de seu desenvolvimento; (2) a facilidade do diálogo com a direção da escola, que foi intermediado por dois professores que conheciam o tema da minha pesquisa e meu interesse em acompanhar o trabalho desenvolvido com a capoeira através do Programa Mais Educação.

---

10 Após o fim da escravidão e o início da República, a capoeira é inserida no Código Penal Brasileiro através do decreto de 11 de outubro de 1890, que dizia: Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal, conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumulto ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor ou algum mal: Pena: de prisão cellular de dois meses a seis meses.

O primeiro contato com a escola se deu em agosto de 2014, momento em que fui levada até a instituição pelo professor que havia me informado sobre o início do trabalho com a capoeira na escola onde o mesmo trabalha. No primeiro dia fui apresentado a diretora da escola, que não demonstrou muito interesse em minha pesquisa. Nesse dia, pude conhecer, também, a professora responsável pela coordenação das atividades do Programa Mais Educação naquela escola. Expliquei o meu projeto de pesquisa e levei uma cópia do mesmo para que ela pudesse entregar a quem achasse conveniente. Não pude conhecer a professora de capoeira, que por um problema pessoal, não pode ir à escola.

Na segunda visita a escola, pude conhecer a professora de capoeira e pedi para conversar com ela a fim de solicitar autorização para o acompanhamento das aulas. A receptividade não foi das melhores e precisei de algum tempo para criar uma boa relação com a professora responsável pela oficina de capoeira. Assim como fiz com a coordenadora do Programa Mais Educação, expliquei a proposta da pesquisa e perguntei sobre a possibilidade de assistir as aulas ministradas por ela. Em outubro, após a autorização, passei a acompanhar as aulas de capoeira.

A oficina de capoeira, ministrada por uma capoeirista ligada a um grupo que ela denomina como capoeira contemporânea[11], tem cinco turmas, formadas por crianças de diferentes séries e faixa etárias, que varia de 7 a 14 anos. As aulas acontecem às terças e quintas feiras, no período de 10 da manhã às 13 horas da tarde. As atividades da capoeira acontecem, geralmente, no pátio da escola, onde fica localizada a quadra esportiva e um espaço de terra batida onde as crianças costumam brincar durante o intervalo da aula (recreio). Nesse mesmo espaço, são realizadas as aulas de educação física e as atividades da oficina esporte e lazer.

A concepção da capoeira enquanto um esporte está muito presente na escola e a professora de capoeira tende a reforçar este caráter da manifestação cultural. Não são raras as vezes em que escutei falas como "esta é a postura de um esportista?", "não é permitido deitar no tatame" e "vocês precisam aprender outros movimentos para participar da copinha[12] da capoeira". É comum ouvir, também, a coordenação do Programa Mais Educação se referir a capoeira como um esporte. A concepção da capoeira como um esporte está presente, inclusive, na fala de professoras. Ao conversar com a professora 4º ano sobre a apresentação de capoeira que ela organizou com sua turma, a mesma relatou um caso de intolerância religiosa. De acordo com a professora, após perceber que metade da turma havia faltado no dia da apresentação, ela questionou a turma sobre o motivo da ausência. Muitos responderam que ficaram em casa pois não queriam participar da apresentação de macumba[13] (os mesmos se referiam a apresentação de capoeira). Ainda ouvindo a professora, ela relatou que conversou com as crianças, na tentativa de explicar que a capoeira era um esporte e não tinha ligação com religião. Ao que me parece, a esportização da capoeira se configura como uma alternativa a intolerância religiosa presente no espaço escolar.

6. Algumas Impressões...

Antes de explicitar as primeiras impressões desta pesquisa, penso ser importante destacar as valorosas considerações tecidas por Guacira Lopes Louro sobre o ato de pesquisar a partir da perspectiva pós-estruturalista:

> Conhecer, pesquisar e escrever nessa ótica significa resistir à pretensão de operar com a verdade. Implica entender que qualquer verdade ou certeza (incluindo, obviamente, as nossas) está ancorada no que é possível conhecer num dado momento, portanto é provisório, situada (LOURO, p. 241, 2007).

A concepção de pesquisa presente no trabalho de Louro é uma das orientações para o trabalho que me propus a desenvolver, pois assim como a mencionada autora, sigo o movimento, que se delineia de forma mais expressiva nas ciências sociais e humanas, de reconhecer o caráter provisório e interpretativo das investigações

---

11 A vertente da capoeira intitulada capoeira contemporânea se aproxima bastante da vertente da capoeira regional, que tende a valorizar os aspectos esportivos da manifestação.

12 Evento competitivo de capoeira organizado anualmente pelo grupo ao qual a professora de capoeira está vinculada.

13 Forma pejorativa de se referir as manifestações religiosas de matriz africana.

que se debruçam sobre a realidade social. Este posicionamento vai ao encontro dos pressupostos defendidos por Geertz sobre as pesquisas sociais:

> (...) estaremos sempre diante de uma versão dos fatos, parcial e provisório, posto que nossos relatórios de pesquisa expressam não a realidade social observada, mas uma construção do real, a partir de nossas observações, de nossos pressupostos teóricos-metodológicos e do recorte que fazemos numa realidade multifacetada (GEERTZ apud TURA, 2011, p. 186).

O debate sobre a apreensão da realidade a partir de uma determinada perspectiva também é pontuado por Gilberto Velho. O autor, amparada por Clifford Geertz, nos lembra da natureza de interpretação do trabalho antropológico. De acordo com Velho (1978), o conhecimento da vida social sempre implica em um grau de subjetividade e que, portanto, tem um caráter aproximativo e não definitivo.

Nesse sentido, me afastando de qualquer pretensão de produção de verdades, destaco algumas impressões que o desenvolvimento desta pesquisa me ofereceu. A análise do documento que regula as atividades do Programa Mais Educação, aponta para a consonância do debate sobre a capoeira travado tanto no âmbito do Ministério da Educação, quanto no Ministério da Cultura, ambos os ministérios a reconhecem como patrimônio. Este reconhecimento implica em uma proposta de abordagem da capoeira que leve em consideração suas múltiplas dimensões. Dessa forma, diferente de propostas de introdução da capoeira na escola[14] tecidas no passado, que tendiam a valorizar apenas o aspecto esportivo, a atual proposta amplia a abordagem, na medida em que se propõe a trabalhar, por exemplo, com a história da capoeira e os valores presentes na manifestação.

O desenvolvimento da pesquisa aponta, também, para o fato do Programa Mais Educação não mencionar as diferentes vertentes da capoeira em seus documentos. A abordagem presente no mencionado Programa trata a capoeira de forma homogênea. Contudo, mesmo sem fazer menção as tradicionais vertentes da capoeira, ao longo do documento encontramos elementos que estão presentes de forma mais recorrente no universo simbólico da capoeira regional como, por exemplo, a calça branca, item que a escola pode comprar para o desenvolvimento da oficina de capoeira. Os grupos de capoeira ligados à vertente regional tendem a valorizar o caráter esportivo da manifestação e o olhar inicial sobre os trabalhos com capoeira em escolas das redes públicas de ensino sinaliza uma maior presença desses grupos, em detrimentos dos grupos ligados a vertente angola.

Ao me debruçar sobre as aulas de capoeira que acontecem em uma escola municipal da cidade de Nova Iguaçu verifico a forte presença da concepção esportiva da capoeira no espaço escolar. Tanto a capoeirista, quanto à coordenação do Programa Mais Educação na unidade escolar, tratam a capoeira como esporte. A primeira explicação para este posicionamento pode ser o fato da capoeirista responsável pela oficina está ligada ao que ela chama de capoeira contemporânea, vertente que se aproxima da perspectiva defendida pela capoeira regional. Outro fator que pode nos ajudar a entender os motivos do fortalecimento do caráter esportivo é a intolerância religiosa presente na escola. Na tentativa de desvincular a capoeira de qualquer elemento do universo religioso afro-brasileira, o discurso que aponta a capoeira como esporte é acionado. Dessa forma, a tensão causada pela vinculação com os símbolos da religiosidade afro-brasileira é sanada, mas a intolerância permanece no espaço escolar.

7. Bibliografia

BRASIL. (2014), Manuel Operacional de Educação Integral. Diretoria de Currículo e Educação Integral / Secretaria de Educação Básica / Ministério da Educação – Brasília: MEC/SEB.

---

14 Refiro-me a proposta de introdução da capoeira realizada pela "vertente nacionalista da belle époque", que buscava defender a capoeira como ginástica brasileira. O projeto, defendido por Coelho Neto "representou o ponto alto da versão que defendia a transformação da capoeira em esporte nacional". Para maiores informações, ver: BRASIL, Dossiê – Inventário para o Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil, 2007.

_____. (2007), Dossiê. Inventário para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Ministério da Cultura – Brasília: MEC.

_____. (1998), Secretaria de Educação Fundamental/MEC, Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SFE.

DAMATTA, R. (2000), A. Relativizando – uma introdução à antropologia social. Petrópolis: Vozes.

GIDDENS, A. (2005), Sociologia. Trad. Sandra Regina Netz. 4ª. Ed. Porto Alegre: Artned.

GONÇALVES, M. A. R. & PEREIRA, V. O. (2013), O CONTEXTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS RACIALIZADAS E A EMERGÊNCIA DE NOVAS ETNICIDADES. E a Emergência do discurso "Racializado" no Sistema de Ensino: as possibilidades e desafios da Lei 10639/03. Revista TEIAS. 14, 34, p. 33-48.

LOURO, G. L. (2007), Conhecer, pesquisar, escrever... Educação, Sociedade & Cultura, 25, p. 235-245.

MAIO, M. C. (1999), O projeto UNESCO e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V. 41. São Paulo. Oct.

SEYFERTH, G. (1989) As Ciências Sociais no Brasil e a Questão Racial. In: Cativeiro & Liberdade. UERJ. Rio de Janeiro.

TURA, M. L R. (2011), A observação do cotidiano escolar. In: ZAGO, CARVALHO e VILELA (Orgs.) Itinerários de pesquisa / Perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação, Rio de Janeiro: DP&A, pp. 183-206.

VELHO, G. (1978), Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro, Zahar Editores, p. 36-46.

VIEIRA, L. R. (2012) A capoeira e as políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial: legitimação e reconhecimento de uma manifestação cultural de origem popular, Brasília, Fundação Cultural Palmares.

A importância do papel do professor na mediação da aprendizagem

Alessandra Fracaroli Perez.
aperez@unaerp.br

Vivian Massullo Silva
vivian_massullo@hotmail.com

Resumo: A mudança educacional com a qual lidamos atualmente nas escolas tem sido um desafio para o professor. Conviver com os avanços tecnológicos existentes, a democratização do ensino, o acesso à informação tem se tornado um problema para os que vivem o espaço escolar, por não saberem qual a melhor forma de atuar dentro deste contexto. O professor, muitas vezes, encontra-se perdido entre modelo de educação tradicional que recebeu em sua formação e o novo contexto em que está inserido onde não há mais espaço para o tradicionalismo. Este presente trabalho aborda a importância do papel do professor como mediador da aprendizagem, estratégia pedagógica atual onde o professor se torna um facilitador da aprendizagem, construindo significados, ressignificando conceitos existentes e ao mesmo tempo subsidiando a formação de um sujeito crítico e autônomo. Neste artigo, utiliza-se pesquisa bibliográfica, questionário de base semi-estruturada e análise qualitativa das questões sobre o tema abordado. Dessa forma é possível compreender na visão dos alunos do Ensino Médio o que esperam de um professor, quais características consideram importantes na figura do mediador, bem como nas aulas para que sejam atrativas, quais suas aspirações dentro do ambiente escolar, confrontando com as ideias apresentadas neste trabalho, dos teóricos que produzem a respeito do assunto.

Palavras-chave: Professor; Mediador; Mediação da aprendizagem; Autonomia; Democratização do ensino.

1 Introdução

O momento educacional vivido pelo Brasil enfrenta uma crise de identidade. O professor, atuante dentro deste processo, encontra-se perdido em meio a discussões sobre o assunto e a sua prática em sala de aula.

A democratização do ensino abriu as portas da escola e o professor, que estava habituado a ser transmissor do conhecimento, se depara com uma sala de aula heterogênea enriquecida de novos conceitos, diferenças culturais, físicas, de gênero, sociais, étnicas, etc. Estas mudanças fazem parte da terceira revolução educativa, conforme as ideias de Esteve (2004).

Mais tarde, com os avanços tecnológicos a democratização do ensino se consolida com a introdução da modalidade de educação à distância. O consumo e acesso à informação muda o caráter informativo da escola e há necessidade de inserção de tecnologias dentro do universo escolar. Torna-se evidente e necessário que a escola acompanhasse esse avanço não somente em ferramentas, mas em material humano. Mediante o que foi apresentado é possível dizer evidencia-se a necessidade de um novo perfil de professor, que fosse adepto tanto às tecnologias quanto a novas formas de ensinar.

Palangana (1994) ressalta que a mediação da aprendizagem pode ser uma maneira assertiva de trabalhar em sala de aula, pois se trata de um processo de desenvolvimento da lógica interna para a apropriação da lógica do mundo.

A partir deste conceito, consequentemente abre caminho para a discussão do papel do mediador, que segundo Gomes (2000) é aquele capaz de estabelecer estratégias para conduzir o processo de aprendizagem, fazer perguntas que impulsionem conflitos cognitivos promovendo transformação e flexibilidade mental fazendo com o que o aluno aprenda a pensar e entender o mundo que o circunda.

Dessa forma, faz-se necessário entender mais sobre a ideia dos alunos a respeito deste perfil educacional e de professor, bem como o que estes alunos esperam da escola e do professor, para que seja possível estabelecer uma comparação entre a teoria e a prática.

Do ponto de vista metodológico, foram utilizadas pesquisas bibliográficas para o embasamento teórico do assunto, entre os quais se pode destacar: Aranha (2006), Meier & Garcia (2007), Da Ros (2002), Feurstein (1983), Gomes (2002), Oliveira (1995), e demais estudiosos sobre os temas apresentados neste trabalho. Para a pesquisa de campo foi utilizado um questionário de base semi-estruturada, com questões abertas e fechadas, sendo as análises feitas de forma qualitativa e dedutiva. Participaram da pesquisa 127 alunos oriundos de duas escolas pertencentes ao sistema regular de ensino da cidade de Ribeirão Preto – SP.
Por fim, cabe ressaltar que não há a pretensão de oferecer uma forma correta de ensinar, uma vez que não existe uma única forma correta se forem consideradas as individualidades e potencialidades de cada um, apenas provocar reflexões sobre as práticas dos professores, para que continuemos na busca pelo melhor aprender, para melhor ensinar ou mediar.

2. O momento educacional brasileiro: um breve panorama histórico

Para que seja possível entender o momento educacional que o Brasil enfrenta, os novos paradigmas educacionais estabelecidos faz-se necessário abordar os caminhos percorridos pela educação dentro de um breve contexto histórico.
A história educacional do Brasil tem início com os padres jesuítas. Segundo Aranha (2006), esta se inicia a partir de 1549 com a chegada do governador-geral Tomé de Souza. Percorrendo um caminho de mais de dois séculos, os Jesuítas foram educadores exclusivos do povo. Fundaram inúmeras escolas onde alfabetizavam linguística e matematicamente, porém o objetivo final era a catequese dos índios. Neste período inicia-se a escola para elite, uma vez que diferentes escolas eram direcionadas aos índios e filhos de colonos. Começava-se a divisão entre «catequizados» e «instruídos».
Para Aranha (2006: 158)

> No século XVII a Europa ainda de debatia na contradição de uma visão aristocrática da nobreza feudal diante de um mundo que se construía segundo valores burgueses. Essa contradição se refletiu, portanto, na educação. Por um lado existia a aspiração a uma pedagogia realista e, em alguns casos até universal, estendida a todos. Por outro, para além das discussões dos filósofos e teóricos da educação, de maneira geral as escolas continuavam ministrando um ensino conservador, predominantemente nas mãos dos jesuítas e de outras ordens religiosas.

Neste momento a Europa passa por transformações com as revoluções burguesas e industriais, sendo, a mais marcante, a Revolução Francesa, em que defendia os ideais de «Igualdade, Liberdade e Fraternidade». O Iluminismo é a marca mais importante do século XVIII, onde o poder da razão humana ascende para novas maneiras de interpretar e reorganizar o mundo.
No Brasil, com a dissolução da Companhia de Jesus no século XVIII, a escola passa por uma reforma no currículo, sendo incorporado às novas ciências, a filosofia cartesiana, línguas modernas, história e geografia. Neste período, acontece a reforma pombalina que segundo Holanda (1997), implanta-se o ensino público oficial e o governo institui o subsídio literário a fim de pagar os professores nomeados.
No século XIX, segundo Aranha (2006) ocorre uma revolução cultural caracterizada pelos ideais românticos, contrapondo as ideias do racionalismo iluminista. Surgem então novas tendências lideradas por pensadores: Positivismo, idealismo e materialismo, idealizados por Comte, Hegel e Feuerbach, consecutivamente.
No Brasil, de acordo com as ideias de Cunha (1985), a vinda de D. João VI ocasionou mudanças na economia com a abertura dos portos. Em 1822, o País torna-se independente e ocorrem mudanças significativas na sociedade e na política, afetando o sistema educacional. Instaura-se a Imprensa, bibliotecas, museus e diferentes cursos nos campos da medicina, economia, química e agricultura.
Aranha (2006) coloca que a reforma de 1834 «descentralizou o ensino, atribuindo à Coroa a função de promover e regulamentar o ensino superior, enquanto às províncias (futuros estados) foram destinadas a escola elementar e secundária» (Aranha, 2006: 224). No ano de 1854 são fundadas as primeiras faculdades.

Anos mais tarde, o governo subsidia o ensino profissionalizante. São criadas oito organizações para ensino de ofícios aos jovens, tais cursos com caráter assistencialista que tinha como intenção «disciplinar os segmentos populares devido ao temor que a elite sentia com os movimentos de oposição à ordem política, então freqüentes na Europa.» (Aranha, 2006: 229).
Dessa forma, a sociedade brasileira vai se organizando social, política e educacionalmente até nos fornecer o panorama atual da educação discorrido no subcapítulo seguinte.

2.1 A democratização do ensino e da informação

É necessário apresentar neste item, as ideias de Esteve (2004) sobre a questão da democratização do ensino. A chamada Escola Nova nasce do pensamento, do sentimento e do ideal de igualdade da Revolução Francesa, no século XX. Desta forma, passa universalizar-se e expandir-se, contrapondo o modelo escolar vigente que era acessível a uma pequena parcela da população denominada elite.
A influência da Escola Nova, para Aranha (2006: 265) «estendeu-se até o Brasil estimulando fortemente as nossas primeiras reflexões mais sistemáticas em pedagogia a partir da década de 1920 e 1930». Este movimento pregava uma educação ativista, embasada em pesquisas no campo educacional, fundamentadas em filósofos e cientistas em prol de uma prática pedagógica eficiente. «Havia o empenho em desenvolver a individualidade, a autonomia, o que só seria possível em uma escola não autoritária (...)». (Aranha, 2006: 263).
Esteve (2004) denomina essa mudança no sistema educacional como terceira revolução educativa e aponta como resultado desse período a diversidade em vários quesitos dentro de sala de aula, como financeiros, culturais e morais. É possível compreender, que a escola começa a ser democrática do ponto de vista do acesso e rompe com a homogeneidade e exclusividade. Os sujeitos escolares passam a integrar-se com as diferenças: sociais, econômicas, psíquicas, físicas, culturais, religiosas, raciais, ideológicas e de gênero.
Concomitantemente a essa abertura da escola, cabe citar o desenvolvimento da educação à distância no Brasil como início do consumo de informação e tecnologia aliadas ao processo escolar que compartilhamos na atualidade.
De acordo com Gonzalez (2005), a modalidade de educação à distância é nova se comparada ao processo educacional como um todo, porém desde 1904 são oferecidos cursos por correspondência no Brasil e posteriormente via rádio. Aproximadamente trinta anos mais tarde são criados o Instituto Universal Brasileiro e a Universidade do Ar, rapidamente extintos pela Ditadura Militar.
Dentro desse contexto, surge o Projeto Minerva em 1970. As aulas eram ministradas via rádio e também pela televisão. De acordo com Esteve (1996) houve uma parceria entre os Ministérios da Educação e Comunicação, atendendo principalmente a população nordeste do Brasil. Implanta-se na mesma época o programa de educação supletiva à distância pela Fundação Roberto Marinho oferecido ao primeiro e segundo graus, originando os telecursos e TVs educativas, permanecendo até os anos 80.
De acordo com Gonzalez (2005), duas décadas depois, implanta-se a Universidade aberta de Brasília, oferecendo cursos de reciclagem profissional para os que haviam se formado no ensino superior oportunizando qualificação aos trabalhadores, e por fim, o ensino superior no âmbito da graduação e pós-graduação. Tecnologicamente, com a expansão do computador e da internet no Brasil, em 1996, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) inicia, como pioneira, um programa de Educação a Distância em pós-graduação, na área de Engenharia de Produção oferecidos em níveis de mestrado e doutorado. Mais tarde, alia-se a novas universidades e empresas que possuíam poder para investimento tecnológico, ampliando a atuação tecnológica e de recursos como a videoconferência através da internet.
É possível entender ao examinar o panorama histórico da Educação a Distância no Brasil, que este sistema, apesar do pouco tempo, cresce e se desenvolve proporcionalmente à tecnologia. A correspondência cedeu lugar aos e-mails, blogs, plataformas e demais ferramentas, por sua velocidade.
O caráter elitista que a educação brasileira foi fundamentada e atestada pelos modelos europeus de educação se perde devido à disseminação da educação à distância. O acesso a educação garantido por lei, a inclusão, a formação do aluno cidadão, o consumo e quantidade de informação que é possível ver na atualidade são provas da democratização do ensino em nosso país. Surge então, o modelo de escola com qual lidamos atualmente.

3. A necessidade de um novo perfil de professor

De acordo com a evolução da estrutura da educação apresentada historicamente neste trabalho, faz-se necessário abordar neste capítulo, o perfil de um professor que acompanha as mudanças educacionais. É importante ressaltar que, com as melhorias e os instrumentos oferecidos, não é possível mais conceber um professor que aborde tradicionalmente seu aluno e suas aulas.

Dessa forma, cabe citar o ambiente colaborativo que todo o avanço tecnológico proporcionou à educação. A cooperação e a colaboração no universo acadêmico e escolar se confundem, pois professor e aluno trocam de papéis em diversos momentos no processo ensino-aprendizagem. As ideias de Niskier (2000) apontam que o aluno sente a necessidade de trocar informações e se comunicar com seu professor, ou seja, uma sala de aula mais dinâmica e colaborativa no sentido de que todos os envolvidos no processo do aprender possam também ensinar, trocar, complementar, como parte efetiva e integrante desta dinâmica.

Meier & Garcia (2007) destacam que o aluno de hoje necessita ser desafiado, crescer e buscar o seu próprio conhecimento. Ser capaz de, como aluno, gerar informações ao invés de somente consumi-las, aprendendo a aprender, potencializando sua aprendizagem e que, «mediar» é diferente de «ensinar», pois seria como se dentro desse processo o aprender fosse autônomo e as pessoas envolvidas neste contexto, por si mesmas, construíssem seu próprio conhecimento.

Complementando o que foi citado acima, cabe apresentar as ideias de Meier & Garcia (2007: 123) sobre o mediador

> (...) o mediador é aquele que não se prende ao nível de maturação manifestado pela criança, antecipa-se ao desenvolvimento, isto é, o bom ensino é aquele que está direcionado às funções psicológicas superiores que ainda estão por se completar.

Portanto, nota-se nas ideias acima citadas a importância fundamental do papel desempenhado pelo professor e mediador, pois deve antecipar-se às potencialidades dos alunos, explorando o máximo que podem oferecer cognitivamente. Segundo Meier & Garcia (2007), deve haver entendimento do aluno em sua totalidade, desde o contexto social que está inserido até o nível de conhecimento que se encontra.

Tzaban (2009) ressalta que para que haja significado na aprendizagem não necessariamente deve haver acúmulo de recursos educacionais tecnológicos, uma vez que o computador apenas elabora dados à partir de programas que foram essencialmente programados por humanos, portanto é incapaz de pensar sozinho. Dessa forma sugere que somente o ser humano aprende a resolver problemas conforme sua necessidade.

Segundo Gomes (2000), o mediador é aquele capaz de estabelecer estratégias para conduzir a aprendizagem, fazer perguntas que impulsionem conflitos cognitivos promovendo transformação e flexibilidade mental para que o aluno aprenda a pensar.

Sendo assim, é possível entender que o objetivo de educar para o mediador é instigar a sensibilidade cognitiva oportunizando utilizar experiências para modificar-se de forma contínua. «As interações que possibilitam que essa modificação aconteça ocorrem pela transmissão cultural e são denominadas de Experiências de Aprendizagem Mediada.» (Da Ros, 2002: 31).

Portanto, o perfil do professor atual deve ser aquele que estabelece estratégias, problematiza o conhecimento através do questionamento que impulsione o raciocínio, exercendo, dessa forma, sua função de formador de pessoas autônomas e críticas.

4. Mediação da aprendizagem

Conforme abordado no tópico anterior, referente à necessidade de um novo perfil de professor cabe, neste momento, refletir sobre a mediação da aprendizagem e o porquê esse processo tem sido tão significativo e discutido na atualidade.

Para Meier & Garcia (2007), existem poucos trabalhos significativos em nosso país que nos mostrem caminhos a serem percorridos para a mediação da aprendizagem dentro das escolas brasileiras, possibilitando a real

transformação na maneira de agir e interagir com os alunos, e de dar aulas mais dinâmicas e atrativas. Mesmo no contexto universitário, os professores em formação ainda recebem o modelo tradicional de ensino e não são levados a refletir, por mais que sejam orientados a agirem dessa forma. Portanto, sabe-se que é necessário mudar, mas não se sabe como.
Sobre tais ideias, Da Ros (2002: 13) apresenta

> Aprendeu-se com Karl Marx e Lev S. Vigotsky que a interação dos homens com a realidade processa-se nas e pelas relações sociais. Aprendeu-se, também, que tal relação não se dá de forma imediata e direta, mas de forma mediada. Isso equivale dizer que a relação com a realidade, por estar em movimento contínuo, engendra diferentes significações. Essa relação se dá por e com signos, e eles são entendidos como algo que representa, que está no lugar de, diferente do sinal, uma vez que ele traz em si as marcas diretas do que representa, ao passo que o signo é artificialmente criado pelo homem. O signo tem, assim, características culturais: expressa e constitui um tempo/espaço cultural que mediatiza a relação do homem com a natureza. Interpondo-se entre um e outro, o signo regula a conduta do sujeito com base naquilo que organiza historicamente, ou seja, o viver dos homens e determinada sociedade.

Da Ros (2002) completa que a sustentação da teoria sobre mediação na aprendizagem é o acesso aos significados culturais na relação com o mundo e a presença do outro como representante desta cultura e mediador dessa apropriação.
O paradigma da Modificabilidade Cognitiva Estrutural de Feuerstein (1983) equivale ao seu conceito de Inteligência para o autor, pois ressalta que é a capacidade individual do sujeito para utilizar sua experiência prévia adquirida em outras situações, para adaptar-se em novas situações. O autor ainda classifica a aprendizagem em dois níveis: Aprendizagem Local e Modificabilidade Cognitiva Estrutural. Pela primeira, pode-se entender aquela aprendizagem isolada no sentido de que o aluno apenas é levado a memorizar informações e não compreendê-las nem relacioná-las com a cultura em que se insere. Por Modificabilidade Cognitiva Estrutural entende-se como a aprendizagem em que o sujeito é capaz de assimilar e acomodar informações de maneira que modifique a rede estrutural cognitiva relacionada com aquela situação. O aluno acessa as informações externas e suas informações internas e as relaciona em seus esquemas prévios, revisando e reestabelecendo padrões da realidade construída anteriormente. Quando esse processo de assimilação e acomodação ocorre dentro destes passos propostos pelo autor, é possível dizer que houve uma Modificação da Estrutura Cognitiva, sendo que Modificabilidade é uma tendência autônoma que o indivíduo possui para ressignificar conceitos diante da necessidade de conhecer o novo.
A mediação diferencia-se de uma modalidade de ensino por exposição aos estímulos e trocas com o ambiente, trata-se de um processo de desenvolvimento da lógica interna para a apropriação da lógica do mundo, segundo Palangana (1994).
A Estrutura Cognitiva, segundo Feuerstein (1983), trata-se de uma rede de relações mentais estruturadas através dos objetos da realidade e todas as conexões que são estabelecidas entre signo e significado, através dos sentidos.
Ferreira (2004: 15) define como cognição: «o conjunto dos processos mentais usados no pensamento, na percepção, na classificação, reconhecimento etc.». Complementando tais ideias Sternberg (2010: 1) aponta que trata-se de um «estudo de como as pessoas percebem, aprendem, lembram-se e pensam sobre a informação».
Vigotsky (1987) atribui à linguagem um importante papel nas relações sociais, ressaltando a importância da mediação na compreensão e apropriação do mundo por parte do sujeito. Tal mediação não pressupõe a necessidade da presença física de outro sujeito, mas sim a significação que este faz dos objetos, pessoas, atividades, história do universo social que está inserido. Tais signos, para o autor, são definidos como elementos representativos e que embasam as relações sociais, pois permitem a comunicação do homem com seus iguais e com mundo. Portanto, a linguagem é o instrumento catalisador da formação do pensamento.
Para Oliveira (1993) compreender o mundo em que o sujeito está inserido, trata-se de estar inserido na cultura não somente de forma abrangente, mas de forma grupal, pois pequenos grupos de convívio diário onde também

se encontram carregados de signos são tão ou mais importantes que a macro-esfera. Para Vigotsky (1984), a cultura é um processo dinâmico e inacabado em que os sujeitos são ativos no processo, ressignificando tal cultura constantemente.

O aprendizado que resulta em desenvolvimento mental é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções culturalmente organizadas e especificamente humanas. (Meier & Garcia, 2007: 66)

Piaget e Inhelder (1994) propõem que a capacidade de «Esquema» no ser humano acontece através da estruturação e capacidade de organização das ações. No momento dessas ações ocorre uma espécie de transferência de conhecimento prévio adquirido para que se possa tomar a decisão por nova ação em circunstâncias semelhantes ou idênticas.

Sobre tais ideias cabe apresentar o pensamento de Gomes (2002)

> Como ilustração desse conceito, podemos pensar no fenômeno da preensão, reflexo básico humano. Inicialmente reflexa, a preensão é apenas uma ação automática e indiferenciada. Porém, através de contatos com os objetos, ela sofre o processo de acomodação, já não sendo a mesma ação para qualquer objeto. Por exemplo, a preensão de uma latinha é muito diferente da preensão de um gelo. Com o desenvolvimento progressivo, o esquema de preensão passa a compreender todas as ações de pegar, aprendidas no contato com o ambiente, ou seja, um conjunto de ações modificadas, especializadas e adaptadas forma um esquema. (Gomes, 2002: 43).

Da Ros (2002: 29) completa que os signos advindos da cultura do sujeito exercem um papel mediador deste sujeito com o mundo. «É por meio das experiências de aprendizagem mediada, ou seja, aquelas intencionalmente voltadas para a produção de significados que se efetiva o desenvolvimento humano rumo à modificabilidade.».

A relação do sujeito com a cultura resulta em um processo de modificabilidade e a construção desta relação é produzida diariamente e socialmente.

Para Feuerstein (1983) a mediação ocorre seguindo os seguintes critérios: Intencionalidade e Reciprocidade; Transcendência; Mediação do Significado; Mediação do Sentimento de Competência; Mediação do Controle e Regulação da Conduta; Mediação do Comportamento de Compartilhar; Mediação da Individuação e Diferenciação Psicológica; Mediação da Conduta de Busca, Planificação e Realização de Objetivos; Mediação da Consciência da Modificabilidade Humana (Percepção do Ser Humano como Entidade Modificável); Mediação do Desafio: Busca Pelo Novo e Complexo; Mediação da Escolha da Alternativa Otimista; Mediação do Sentimento de Pertença.

Obviamente cada um destes tópicos de critérios apontados acima dariam profundos estudos sobre a mediação da aprendizagem isoladamente, porém abarcaremos neste trabalho a intencionalidade e reciprocidade conforme as ideias de Sasson (2006), como o critério comumente utilizado nas salas de aula e que evidencia-se mais adiante na pesquisa de campo relatada neste trabalho. Segundo Sasson (2006) a intenção legítima e honesta do professor e mediador ao demonstrar quais ações mentais serão estimuladas atingem o aluno de forma a gerar reciprocidade, se pautando nas seguintes condições: intenção ao transmitir seu modo de fazer ao seu aluno. Consciência na sua ação e intenção de mediar. Estabelecer o canal pelo qual expõe sua intencionalidade e o aluno capta tal intenção.

Analisando os autores apresentados e suas ideias sobre a mediação na aprendizagem é possível compreender que uma mudança na maneira de enxergar o sujeito e sua interação com o mundo, seria o ideal. O homem é modificável e deve-se pensar em propostas educacionais e pedagógicas que medeiem o processo de aprender e significar o mundo. Viver em sociedade pressupõe uma modificação constantemente do sujeito culturalmente inserido, sendo assim, a escola, como parte importante da formação social do sujeito não pode manter-se arcaica.

4.1. O papel do mediador e suas características

Analisando as ideias dos autores apresentadas neste estudo a respeito da mediação da aprendizagem sobre como ocorre a relação do sujeito com o mundo através da atribuição de significados e a capacidade da modificação constante, se faz lógico apresentar o papel do mediador neste processo, bem como características que este deve possuir para que se aproprie de seu papel dentro do universo escolar.
Para tanto, Meier & Garcia (2007) descrevem algumas qualidades do mediador como a facilidade em se comunicar, o dinamismo para acompanhar o ritmo e entender individualidade dos alunos, criatividade e domínio do conteúdo abordado - tanto para a preparação das atividades, quanto para fazer perguntas que estimulem a inteligência dos alunos, ocasionando no desenvolvimento da autonomia. Deste modo, pode proporcionar experiência de melhoria da qualidade de vida dos alunos, estimulando o diálogo e o senso crítico.
Para (Meier & Garcia, 2007: 71)

> Em síntese, e retornando à Neuropsicologia, o professor não 'passa' informações, não 'transmite' conhecimento, não 'ensina'. O que faz, é provocar, incentivar, disparar e possibilitar ao aluno a própria construção do conhecimento, a própria aprendizagem. Esse processo deve constituir as bases teóricas da ação consciente do professor mediador.

Compreende-se, portanto, que o processo de mediar se trata de criar possibilidades e potencialidades para a construção do conhecimento pelo mediado. «Significa estar consciente de que não se transmite conhecimento. É estar intencionalmente entre o objeto de conhecimento e o aluno de forma a modificar, alterar, organizar, enfatizar, transformar (...).». (Meier & Garcia; 2007: 72).
Para Gomes (2002), deve haver algumas mudanças na ação do professor para que as novas gerações possam ser atendidas de acordo com suas necessidades sociais e tecnológicas. Devem ser repensadas as posturas ultrapassadas dos professores, modificando e contextualizando formas de trabalho que garantam a mediação da aprendizagem como opção real quando utilizada com propriedade.
Feurstein (1983) acrescenta que o professor não deve agir somente como mediador. Deve, também, oportunizar conhecimento, ser fonte de informação, de atividades e recursos. Em síntese, aborda que o aluno não deve estar somente exposto a mediação e aos estímulos, mas aos conhecimentos e informações necessários ao objetivo daquela aula, ou seja, o professor deve não somente estimular o aluno para que procure e busque, mas deve trazer para sua aula informações, dominar o que será trabalhado e, a partir daí estimular a busca por mais, por elementos que acrescentem no seu aprendizado e com isso, garanta a autonomia e a maturidade no processo.
Feuerstein (1983) utiliza-se do conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal de Vygotsky no sentido de que o mediador é instrumento catalisador da aprendizagem do mediado. Ainda assim, a teoria do autor transcende ao mero instrumento e atribui reponsabilidades ao professor nas posturas e ações criteriosas e específicas para o desenvolvimento da modificabilidade cognitiva estrutural, através da ativação de funções cognitivas. O mediador, segundo Feuerstein, deve ter o objetivo claro de flexibilizar as estruturas cognitivas dos alunos. Nessa contexto o aluno deve ser autônomo para buscar e coletar informações estabelecendo, por ele mesmo, em um primeiro momento as relações previamente existentes em seus sistemas cognitivos. Sendo autônomo, o aluno é capaz de gerar um ciclo contínuo de modificabilidade, adaptando-se melhor as intercorrências da vida.
Sasson (2006: 45) aponta sobre autonomia e continuidade da aprendizagem, três condições

> 1- Multidimensionalidade (parte afeta o todo): na medida em que os esquemas se relacionam, modificações em padrões de organização interna tendem a afetar toda a estrutura. É particularmente interessante observar isso em si mesmo quando algo que é aprendido muda toda uma construção de várias outras realidades já aprendidas.
> 2 - Criar tendência à Autotransformação: uma vez que o sujeito tem desenvolvidas ações mentais eficientes para estruturar a realidade e funções metacognitivas, ele tende a modificar-se para adaptar-se às situações novas, como um eterno aprendiz sempre disposto a desconstruir e reconstruir suas concepções de realidade.

> 3 – Criar Autoperpetuação/Autoregulação: *Metacognição* refere-se à atividade reflexiva, à ação de autopercepção de nossas próprias elaborações. Por trás da orientação socrática "conhece-te a ti mesmo" está a ideia de metacognição, sendo uma ação fundamental do mediador ativá-la em todos os momentos propícios. As funções metacognitivas, uma vez intensamente ativadas pelo mediador, tendem a fazer com que o mediado perpetue sua modificação, regulando-se continuamente.

Para Oliveira (1995) o professor mediador deve deixar claro sua intencionalidade e demonstrar ao aluno a importância da co-participação, da interação, da reciprocidade, do companheirismo no processo do ensino-aprendizagem, demonstrando importância real ao aluno dentro da sala de aula.
Da Ros (2002) conclui que o aspecto mais importante da modificabilidade dentro deste contexto é a possibilidade de modificar-se numa constante, independente de idade ou limitações.
Segundo Sasson & Macionk (2006: 123), são funções do mediador:

> Filtrar e selecionar estímulos/experiências. Organizar e enquadrar estímulos/experiências num quadro de referência espaço-temporal. Regular a intensidade, a freqüência e a ordem em que aparecem os vários estímulos. Relacionar novos estímulos/experiências a eventos prévios e que possam ocorrer no futuro. Estabelecer relações (causa-efeito, meio-fim, identidade, similaridade, diferença, exclusividade etc.) entre os estímulos percebidos. Regular e adaptar as respostas do aprendiz ao estímulo ao qual ele está exposto. Promover a representação mental e a antecipação dos possíveis efeitos e conseqüências de diferentes respostas a estímulos dados. Interpretar e atribuir significado e valor. Suscitar motivação, interesse e curiosidade para relacionar-se e responder a vários estímulos.

Feuerstein (1983) questiona sobre as possibilidades que os professores possuem para contribuir com transformações na rigidez cognitiva que os alguns indivíduos possuem para aprender. Se, o professor for capaz de tornar tais estruturas cognitivas mais flexíveis, ocorrerá modificabilidade e, consequentemente, aprendizagem.

5. Metodologia

Considerando a natureza social dos vários processos que compõe o contexto escola, optou-se pela abordagem qualitativa de pesquisa. Triviños (1987: 137) apresenta que o «processo da pesquisa qualitativa não admite visões isoladas, parceladas, estanques. Ela se desenvolve em interação dinâmica retroalimentando-se, reformulando-se constantemente». A intenção da pesquisa aplicada era compreender como o aluno enxerga o professor mediador e se este, de fato, se faz presente no universo escolar, portanto não é possível analisar o aluno fora deste ambiente já que existem diferentes interações acontecendo concomitantemente.
Trata-se de uma observação direta extensiva, conforme Lakatos & Marconi (2002: 98), uma vez que a busca dos dados no local de pesquisa é feita por meio de «questionários, de formulários, de medidas de opinião e atitude e de técnicas mercadológicas».
Como instrumento de coleta dos dados escolhido foi o questionário que possibilitou colher informações de forma rápida, sigilosa e eficaz, pois se trata de «um instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito sem a presença do entrevistador», segundo Lakatos & Marconi (2002: 98).
Para Severino (2007) o raciocínio dedutivo é uma forma de análise de dados que possui elementos inteligíveis, previamente aceitos como universais, possibilitando, através de afirmações chegar à conclusões. Desta forma foi escolhido o raciocínio dedutivo como forma de análise das questões.
A pesquisa foi realizada em duas instituições da rede regular ensino da cidade de Ribeirão Preto – SP, que atendem aproximadamente 1200 alunos desde a educação Infantil até o Ensino Médio.

Os participantes foram alunos com idade entre 14 e 15 anos, estudantes do primeiro ano do Ensino Médio. Participaram até o presente momento da pesquisa, 127 alunos. O fator predominante da escolha por este nível de ensino foi a idade dos alunos que participaram da pesquisa, uma vez que estes apresentariam suas opiniões com mais clareza e desenvoltura.

6. A visão do aluno sobre o professor e mediador

A análise dos dados será realizada por agrupamento de questões, por afinidade de assunto. Será exposto o enunciado de cada questão na tabela contendo a tabulação das respostas dos alunos. Por fim será apresentada a análise das respostas dos alunos fundamentada nos referenciais teóricos utilizados na elaboração deste presente trabalho.
Vale ressaltar que tanto a identidade da escola quanto a dos alunos foi totalmente preservada.

Tabela 1 – Tabulação do questionário sobre mediação- parte1

Questão 1 - Por que você vai à escola?(classifique de 1 a 6 os principais motivos, sendo 1 o mais importante)	QUANTIDADE DE RESPOSTAS	Grau de Relevância - Escala 1 a 6
Para estudar e me formar	88	1
Para trocar ideias, adquirir conhecimento, aprender;	61	2
Para ter acesso a informações interessantes;	72	3
Para ver meus amigos	47	4
Por causa dos professores;	96	5
Para trocar músicas, fotos, saber das fofocas da semana	108	6

O objetivo desta questão é conhecer o que motiva os alunos ao irem à escola. Para tanto, solicitou-se aos mesmos que classificassem por grau de relevância os motivos pelos quais vão à escola para que fosse possível entender onde o professor se encaixa neste contexto.
As respostas dos alunos, segundo a maioria, em ordem de relevância (dentro da escala de 1 a 6) foram: «Para estudar e me formar», «Para trocar ideias, adquirir conhecimento, aprender», «Para ter acesso a informações interessantes», «Para ver meus amigos», «Por causa dos professores», «Para trocar músicas, fotos, saber das fofocas da semana».
Nota-se que a maioria dos alunos está preocupada com a sua aprendizagem, porém o professor tem menor importância dentro desta classificação. Está entre os últimos na classificação dos alunos. O aluno demonstra vontade em ir para a escola, mas entende que o professor não é peça fundamental para a aquisição do conhecimento.
Para Meier & Garcia (2007) conforme o professor se apropria de seu papel de mediador e entende que existe uma nobreza no seu papel, age com consciência, interage com o aluno para compreender e descobrir as particularidades de como o aluno aprende, e se utiliza de forma intencional deste conhecimento para que haja construção de significado.
Sendo assim, nos remetemos a reflexão de que o aluno anseia por crescimento, porém o professor não consegue atingi-lo, uma vez que este é a pessoa designada ao papel de ensinar e/ou mediar.

Tabela 2 – Tabulação do questionário sobre mediação – parte 2

Questão 2 – Pense em um professor que faz com que você aprenda de forma eficaz, cite 3 motivos importantes que fazem com que a aula dele seja fácil de ser absorvida por você.	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
Calma / paciência	32
Descontração / Bom humor	46
Segurança / domínio / Clareza na explicação	110
Amizade/ Interação com alunos / aceita opinião	86
Gosto pela profissão / ensinar	12
Dinamismo	67
Organização de informações	12
Uso de tecnologia	07
Passar exercícios	20
Seriedade	13
Questão 3 – A forma com que esse professor age em sala de aula demonstra que quer que você aprenda?	
SEMPRE	97
NA MAIORIA DAS VEZES	30
POUCAS VEZES	0
NUNCA	0
Questão 4 – Você pode dizer que, o conhecimento deste professor está atualizado?	
Sim	89
Não	0
Nem sempre, mas pesquisa para a próxima aula retomarmos o assunto.	38
Nem sempre ,e não se importa com os questionamentos dos alunos.	0
Questão 5 – Você consegue perceber que os assuntos que esse professor aborda, tem aplicação no dia-a-dia das pessoas ou mesmo em sua vida?	
SEMPRE	24
NA MAIORIA DAS VEZES	72
POUCAS VEZES	23
NUNCA	7
Questão 6 – O professor mostra a importância de pensar, raciocinar antes de realizar as atividades propostas, avaliando a melhor decisão ou resposta?	
SEMPRE	54
NA MAIORIA DAS VEZES	73
POUCAS VEZES	0
NUNCA	0

O objetivo das questões 2 a 6 é analisar o perfil do «bom» professor na visão dos alunos e se atinge o objetivo da aprendizagem, se consegue trazer prazer à escola, se demonstra que se importa com o aluno enquanto pessoa e que também se importa com sua formação.

A questão 2 aponta as principais características de um professor que faz com que o aluno aprenda. Os aspectos relevantes foram: «Segurança / domínio / clareza na explicação», «amizade / interação com os alunos/ aceita opinião» e «dinamismo».

A questão 3 indaga sobre a importância que o professor dá para o fato do aluno estar aprendendo. A maioria assinalou «SEMPRE», demonstrando que percebem que o professor se importa com o fato de estarem realmente adquirindo conhecimento.

O objetivo da questão 4 é investigar se este professor estava atualizado, se dominava o conteúdo, se mostrava-se aberto a novos conhecimentos. A maioria respondeu que «sim» e a minoria colocou que, quando não sabe, pesquisa para o próximo momento, evidenciando que mesmo que surjam dúvidas ao longo da aula se importa em atualizar-se ainda mais para beneficio da turma.

Na questão 5 o objetivo é saber se o aluno percebe aplicabilidade do que é ensinado em seu dia-a-dia, se há significação real da informação. A maior parte dos alunos respondeu que percebe ligação do assunto abordado com seu cotidiano, demonstrando que o professor faz a ponte entre o que é ensinado e a vivência cotidiana, portanto atinge o objetivo.

Por fim, a questão 6 tem como objetivo entender se o aluno é levado a raciocinar antes de tomar uma decisão, avaliando sempre a melhor opção possível e se o professor em questão instiga esta prática. Metade dos alunos percebe esta prática na maioria das vezes e a outra metade assinalou «sempre». É possível notar que o professor fomenta o senso crítico nos alunos, os leva a raciocinar sobre o que é apresentado, promovendo aprofundamento nos exercícios.

Todas as análises das questões apresentadas até o momento condizem com o perfil do professor mediador, que segundo Meier & Garcia (2007) deve apresentar dinamismo, clareza ao se comunicar, ao explicar, deixar claro sua intenção, ter compromisso com o saber atualizado, trazendo novidades e aprofundamento para as aulas, desenvolvendo o raciocínio e autonomia do aluno.

Feurstein (1983) completa que o aluno não deve estar exposto somente a estímulos, mas sim aos conhecimentos e que, o professor e mediador deve ser fonte de conhecimento e instrução, instigando sempre à busca por enriquecimento da aula e do saber. Feuerstein (1983) aponta ainda sobre as transformações na rigidez cognitiva que os alguns indivíduos possuem e que o professor pode mediar esse processo para que leve o aluno a aprender. Se, o professor for capaz de tornar tais estruturas cognitivas mais flexíveis, ocorrerá modificabilidade e, consequentemente, aprendizagem.

Tabela 3 – Tabulação do questionário sobre mediação - parte 3

Questão 7 - Existe dentro do quadro dos professores da sua escola, algum que, em sua opinião, não dê uma boa aula? Escreva o motivo pelo qual você entende que a aula deste professor não lhe agrada.	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
Aula monótona	71
Muita matéria e pouca explicação	19
Desinteressante	37
Questão 8 - O que ele pode fazer para deixar a aula mais atrativa?	
Interatividade e dinamismo	65
Aprimoramento técnico	12
Facilitar a explicação	32
Diálogo	10
Formas diferentes de ensinar	5
Questão 9 – A forma com que esse professor age em sala de aula demonstra que quer que você aprenda?	
SEMPRE	47
NA MAIORIA DAS VEZES	53
POUCAS VEZES	27
NUNCA	0
Questão 10 - Você pode dizer que o conhecimento deste professor está atualizado?	
SIM	67
NÃO	8
Nem sempre, mas pesquisa para a próxima aula retomarmos o assunto.	52
Nem sempre ,e não se importa com os questionamentos dos alunos.	0
Questão 11 – Você consegue perceber que os assuntos que esse professor aborda, tem aplicação no dia-a-dia das pessoas ou mesmo em sua vida?	
SEMPRE	22
NA MAIORIA DAS VEZES	8
POUCAS VEZES	44
NUNCA	53
Questão 12 – O professor mostra a importância de pensar, raciocinar antes de realizar as atividades propostas, avaliando a melhor decisão ou resposta?	
SEMPRE	9
NA MAIORIA DAS VEZES	31
POUCAS VEZES	76
NUNCA	11

A análise das questões 7 a 12 tem como objetivo avaliar o perfil do professor contrário ao mediador, apresentado anteriormente nas questões de 2 a 6, pois o solicitado nas próximas questões era avaliar um professor que não atende às expectativas dos alunos em relação a aprendizagem.

A questão 7 tem como objetivo citar 3 características que fazem com que a aula do professor em questão não atinja os objetivos. As respostas apresentadas foram «Aula monótona», «Muita matéria e pouca explicação»

e «Desinteressante». Esta questão evidencia que os alunos percebem que o professor não tem clareza de objetivos, não se preocupa em dar uma aula mais atrativa.

Na questão de número 8 foi pedido aos alunos que dessem sugestões de uma boa aula, explicitando o que desejavam e idealizavam numa boa aula. As respostas relevantes foram: «Interatividade e dinamismo», «facilitar a explicação» e «Formas diferentes de ensinar», que condizem com o papel do professor mediador, que faz com que este encontre o seu próprio jeito de aprender e buscar o que é pertinente.

A questão 9 aborda a percepção da intenção do professor quanto ao aprendizado do aluno. A maioria respondeu «na maioria das vezes», pois enxergam que o professor quer que o aluno aprenda, porém de acordo com a questão anterior este não se faz eficaz.

Na questão 10, o objetivo é saber se este professor que não atinge os objetivos da aprendizagem está realmente atualizado e familiarizado com o conteúdo ou conhecimento aplicado em sala de aula. Metade dos alunos respondeu que «sim» e a outra metade respondeu que mesmo que não saiba pesquisa para trazer num próximo momento de aula, evidenciando que o professor tem compromisso com o saber, porém não é suficiente para que a aprendizagem se concretize.

O objetivo da questão 11 é entender como os alunos percebem a aplicabilidade dos assuntos trabalhados pelo professor em questão. As respostas ficaram divididas entre «na maioria das vezes» e «poucas vezes» o que demonstra a falta de intencionalidade do professor ao mesmo tempo demonstra um modelo mais conteudista, ao invés de facilitar o acesso ao conhecimento e promover a conexão com o cotidiano.

A questão 12 tem como objetivo averiguar se os alunos são levados a raciocinar. A maioria respondeu que «poucas vezes» demonstrando que o aluno entende que o professor não o ajuda a tomar a melhor decisão em suas dúvidas.

É possível verificar que o perfil de professor traçado nas questões analisadas acima, não condiz com o perfil do professor e mediador, pois o aprendizado que resulta em desenvolvimento mental é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções culturalmente organizadas e especificamente humanas. (Meier & Garcia, 2007: 66)

Pode-se compreender a partir das ideias de Meier & Garcia (2007) citadas acima, que o professor deve contribuir para o desenvolvimento mental para que o aluno possa cada vez mais se apropriar de sua cultura atribuindo reais significados ao que faz e aprende.

Da Ros (2002) defende que o significado que a pessoa atribui ao seu redor, de sua cultura, por si só exercem um papel mediador deste com o mundo. As experiências que o sujeito vive de forma mediada com intencionalidade produzem significados e que estes são responsáveis pela modificação constante das pessoas.

Segundo Tzaban (2009), estudioso da teoria de Feuerstein, o ser humano apresenta níveis diferentes de aprendizagem chamados de Aprendizagem Local e Modificabilidade Cognitiva Estrutural. Pelo termo Aprendizagem Local deve-se compreender por estruturas isoladas, pois trata-se de um objeto já assimilado e acomodado, porém que não houve impacto suficiente nos esquemas mentais previamente estabelecidos. Esta aprendizagem denominada Local não é significativa, uma vez que esta se remete a «decorar» informações sem atribuir-lhes sentido e nem relacioná-las com a cultura em que está inserido. Tal forma de assimilar informações encontra-se muito presente na metodologia tradicional e conteudista de ensino que faz com que o aluno apenas reproduza as informações foi capaz de memorizar.

Desta forma, verifica-se que o aluno deseja experiências onde reavaliará sua cultura e seu meio, ressignificando os conhecimentos através de questionamentos e consciência critica, tornando-se sujeito autônomo em busca de aprender.

Tabela 4 – Tabulação do questionário de mediação - parte 4

Questão 13 – Escreva como deve ser uma boa relação entre professor e aluno para que ocorra aprendizagem.	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
Respeito	12
Descontração / Bom-humor	10
Paciência	5
Interação / Dinamismo	34
Esforço para ensinar e aprender	20
Conhecimento técnico / Segurança	5
Abertura / amizade	41

Para finalizar, a questão 13 tem como objetivo averiguar o olhar do aluno sobre a relação com o professor. Como deve ser uma boa relação entre ambos, favorecendo a aprendizagem. Os alunos elencaram algumas características dessa relação. As respostas relevantes apontam para o mesmo perfil do professor citado na questão 2, sendo «Abertura / amizade», «interação / dinamismo» e «esforço para ensinar e aprender».
Desta forma, é possível compreender, baseado nos dados apresentados pelas respostas do questionário desta pesquisa que aquele professor que ensina com intencionalidade, proximidade e dinamismo atinge os alunos. Podemos atribuir a este professor o nome de mediador, uma vez que este atende pelas características apresentadas durante todo o percurso deste trabalho.

7. Considerações finais

O objetivo desta pesquisa foi compreender a importância do papel do professor na mediação da aprendizagem e a opinião dos alunos sobre esta questão. Sendo assim, após as investigações realizadas neste trabalho se fazem necessárias algumas considerações.

Em um primeiro momento, torna-se evidente as mudanças educacionais que nosso país tem enfrentado oriundas de um processo histórico e de evoluções tecnológicas. A escola multicultural é uma delas. O professor por sua vez, encontra-se perdido ao lidar com este novo modelo educacional e com alunos que anseiam por desafios, já que a informação é acessível a todos nos dias de hoje. O professor se vê muitas vezes em conflito com a educação tradicional que recebeu até mesmo na universidade, sendo cobrado que trabalhe diferente com seus alunos.
A partir deste panorama compreende-se que é necessário que haja mudanças na forma de ensinar e no modelo educacional que estamos acostumados. Para tanto, um novo perfil de professor se faz necessário: o mediador.
Este trabalho deixa claro que o professor chamado de mediador, em primeira instância deve compreender que a aprendizagem não ocorre de forma isolada nem dos demais, nem de sua cultura. Pelo contrário, quanto mais o aluno se apropria de sua identidade enquanto ser social, mais significado este atribui sentido a sua volta e, consequentemente, mais fácil se torna aprender.
Outras características são evidenciadas ao longo das pesquisas bibliográficas e das respostas do questionário como dinamismo, clareza, intencionalidade, capacidade de questionamento que desenvolva o senso crítico e a autonomia do aluno.
Por fim, cabe ressaltar que a intenção deste trabalho não era estabelecer um modelo de trabalho para o professor, apenas um questionamento sobre a nossa prática cotidiana evidenciada pelas palavras dos próprios alunos e a partir deste, modificarmos nossa pratica para que possamos trilhar novos caminhos rumo a uma educação que atinja de fato o aluno. É certo que trabalho, apesar dos esforços, apresenta de forma superficial questões sobre mediação da aprendizagem e que este tema é bastante complexo e relevante nos dias atuais. Cabe salientar que aqui caberiam novos outros estudos e pesquisas práticas, por se tratar de um campo amplo de pesquisa.

Bibliografia

ARANHA, M. L. A. (2006), *História da educação e da pedagogia: geral e Brasil.* 3ª Ed. rev e ampl. – São Paulo: Moderna.

CUNHA, L. A. (1985), *Educação e desenvolvimento social no Brasil.* 8 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

DA ROS, S. Z. (2002), *Pedagogia e mediação em Reuven Feuerstein: o processo de mudança em adultos com história de deficiência.* São Paulo: Plexus.

ESTEVE, J. M. (2004), *A terceira revolução educacional: a educação na sociedade do conhecimento.* São Paulo: Moderna.

FEUERSTEIN, R. (1983), *La teoria de La modificabilidade cognosciva estrutural: uma explicación. Alternativa sobre El desarrollo cognoscivo diferencial.* Ciudad de Guayana, Venezuela: Mimeo.

FERREIRA, A. B. de H.(2004) *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa.* 3. ed. Curitiba: Positivo.

GOMES, C. M. A. (2002), *Feuerstein e a construção mediada do conhecimento*. Porto Alegre: Artmed.

GONÇALVES, N. G. (2008), *História, Estado e Educação: uma leitura*. Congresso Educar, Curitiba, n. 31, p. 145-165. Editora UFPR.

GONZALEZ, M. (2005) *Fundamentos da tutoria em educação a distância***.** *São Paulo: Avercamp.* 23 (8). pp. 84 – 94.

HOLANDA, S. B. de. (1997), *Raízes do Brasil.* 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. (2002), *Técnicas de Pesquisa.* São Paulo: Atlas.

MEIER, M. GARCIA, S. (2007), *Mediação da aprendizagem: contribuições de Feuerstein e de Vigotsky*. Curitiba: Edição do autor.

NISKIER, A. (2000), *Educação a distância a tecnologia da esperança: políticas e estratégias para a implantação de um sistema nacional de educação aberta e a distância.* Sao Paulo: Loyola.

OLIVEIRA, Z. M. R. (1995), *Interações sociais e desenvolvimento: a perspectiva sócio-historica.* São Paulo: Cedes/Papirus.

PALANGANA, I. C. (1994), *Desenvolvimento da aprendizagem em Piaget e Vigotsky: a relevância do social.* São Paulo, Plexus.

PIAGET, J; INHELDER, B. (1994), *A psicologia da criança*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand.

SASSON, D; (2006), *Anotações. Curso Mediação e Aprendizagem.* Curitiba: CDCP.

SEVERINO, A. J. (2000), *Educação, Trabalho e Cidadania - a educação brasileira e o desafio da formação humana no atual cenário histórico.* SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 14(2), pp.20-32.

SEVERINO, A. J. (2007), *Metodologia do trabalho cientifico/Antonio Joaquim Severino*. – 23 ed. Ver e atual. – São Paulo : Cortez.

STERNBERG, R. J. (2005) *Psicologia cognitiva*. 5. ed. São Paulo: Cengage Learning.

TZABAN, N. (2009), *Teoria de la modicibabilidade cognitiva estructural.* San Cayetano Alto: Universidade Técnica Particular de Loja.

TRIVIÑOS, A. N.S. (1987), *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação.* São Paulo: Atlas.

VIGOTSKY, L. S. (1987), *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

VYGOTSKY, L. S. (2001) *A Construção do Pensamento e Linguagem.* São Paulo: Martins Fontes.

Modos de ser criança na comunidade quilombola de Mato do Tição - Minas Gerais

Patrícia Maria de Souza Santana
E-mail: patsantana64@gmail.com

Resumo: Este artigo apresenta parte da pesquisa de doutorado que procurou compreender os modos de ser criança na comunidade quilombola de Mato do Tição localizada em Jaboticatubas - MG. Partindo-se da compreensão de que as crianças são atores sociais, produtoras de cultura e possuidoras de saberes próprios, descrevemos as diversas possibilidades de aprendizagens nas quais as crianças se encontram; analisamos como se inserem em um contexto em que os conhecimentos tradicionais e a cultura própria do Quilombo de Mato do Tição vai sendo aprendida e ressignificada por uma nova geração que tem a possibilidade de viver e conviver em um lugar marcado diversidades de experiências, visões de mundo e valores ancestrais vivenciados e partilhados pelo grupo. O extenso calendário festivo, a circulação nos diversos espaços do quilombo e seu entorno bem como a participação em projetos e oficinas realizadas na comunidade permite às crianças um modo singular de viver sua infância elaborando e reelaborando suas identidades de crianças quilombolas; reafirmado seu pertencimento no grupo e sendo crianças com muita ludicidade e intensidade.

Palavras chaves: Quilombo – Crianças – Cultura – Identidade – Aprendizagem - Educação

1. Apresentação

Ao longo de minha trajetória profissional e acadêmica tenho me deparado com as enormes dificuldades por parte da sociedade e das instituições escolares no reconhecimento da cultura afro-brasileira em suas diversas expressões. Com relação às comunidades quilombolas existe ainda muito desconhecimento, desinformação e preconceito. Nos cursos de formação de professores que ministrei, em diversas localidades do Brasil e de Minas Gerais, tive a oportunidade de trabalhar com professoras que atuam em escolas localizadas em comunidades quilombolas. As professoras relatavam e demonstravam que desconheciam a realidade das crianças, sua cultura, tradições, cotidiano e o significado das lutas por reconhecimento. Também relatavam as constantes discriminações sofridas por essas crianças e adolescentes principalmente pelo fato de serem "diferentes", por serem negros, por terem crenças religiosas incompreendidas, por serem "descendentes de escravos" etc. Na escola, as crianças quilombolas eram as mais tímidas e expressavam vergonha de falarem de suas vidas e de si mesmas.

Esses relatos, trazidos pelas professoras, me instigaram na busca por compreender/conhecer a vida das crianças quilombolas para além da escola, na possibilidade de revelar as diversas formas de expressão de suas infâncias.

A pesquisa da qual originou-se esse artigo insere-se no campo de estudos sobre infância e educação, mais especificamente sobre as crianças quilombolas. Os referenciais teórico-metodológicos que embasaram a pesquisa são aqueles que tratam da ressemantização dos conceitos de quilombo, lutas por reconhecimento, educação e relações étnico-raciais, educação quilombola, educação e infância, sociologia e antropologia da infância, história da infância e das crianças negras, metodologias de pesquisa com crianças e etnografia.

Na busca por compreender o contexto de vivência das crianças pesquisadas apresento a seguir algumas considerações sobre quilombos brasileiros e a organização da Comunidade Qui8lombola de Mato do Tição.

2. Quilombos Contemporâneos

No decorrer dos últimos séculos, através das mais variadas formas africanos e seus descendentes se agruparam em comunidades pelo território brasileiro. De acordo com REIS e GOMES (1996: 9) "onde houve escravidão, houve resistência" e essa se traduziu, dentre outras maneiras, na formação de quilombos.

Historicamente a organização dos quilombos nas Américas colonizadas constituiu-se como uma forma utilizada pelos escravizados em busca de liberdade, como alternativa ao sistema escravista predominante nas colônias. Muitos dos quilombos foram constituídos em locais de difícil acesso o que impediria a sua descoberta pelos senhores e capitães do mato no caso do Brasil. Cada grupo quilombola organizou formas variadas de manutenção da vida através do plantio de roças, criação de animais, trocas com as populações envolventes etc. O exemplo clássico de autogestão e auto sustentação é do quilombo de Palmares localizado na Serra da Barriga em Alagoas que se manteve enquanto estrutura econômico-social e política durante mais de um século e transformou-se em símbolo de resistência, constituindo-se como um mito, inspirador das lutas dos movimentos negros brasileiros. No entanto agrupamentos negros também se organizaram de outras formas que não a de escravizados fugidos como a postulada pelos órgãos de repressão colonial[1].

Com o término da escravidão, grupos significativos dirigiram-se para regiões onde já existiam quilombos organizando outros tantos através da ocupação de terras distantes dos núcleos centrais. Terras doadas a santos, espaços abandonados por mineradores, hectares doados por antigos senhores e aquisições próprias.

Esses agrupamentos ora nomeados como comunidades negras rurais, agrupamentos negros rurais, terras de preto etc. passaram a ser alvo de uma significativa produção acadêmica a partir das comemorações do Centenário da Abolição em 1988 e revelaram a existência de inúmeras comunidades negras espalhadas pelo Brasil e constituídas das mais diversas formas.

As movimentações do movimento negro brasileiro nesse período aliada a divulgação dos estudos sobre as "terras de preto" impulsionou uma mobilização em torno da necessidade de se criar uma legislação para preservação dessas comunidades. A proposta chegou a Assembleia Nacional Constituinte desembocando na publicação do ART. 216 Inciso V. parágrafo 5º :

> Ficam tombados todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.
>
> Disposições transitórias – Art. 68 – Aos remanescentes de comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os títulos respectivos.

Nesse cenário empreenderam-se debates em torno da utilização ou não do termo quilombo para essas comunidades "recém-descobertas" pelos pesquisadores. O debate ancorava-se justamente diversidade de formas de acesso às terras e formas de existir e de se organizar dessas comunidades. Poderiam essas *terras de preto* serem chamadas de quilombos e pleitearem o reconhecimento legal em decorrência disso?

Esses debates contribuíram para a mobilização e organização das comunidades negras articuladas aos movimentes negros do Brasil ao longo de alguns anos.

Os debates e lutas culminaram na publicação do Decreto 4.887/2003 que regulamentou os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por esses grupos, ficando instituído que a caracterização das comunidades como remanescentes de quilombos poderia ser atestada mediante auto-definição dos membros das próprias comunidades, estendendo-se a caracterização de remanescentes de quilombos não somente aqueles quilombos históricos, constituídos de escravizados fugidos, mas, também, às comunidades negras constituídas a partir de diversos marcos fundadores, sejam heranças de antigos senhores, compra de terras por pessoas ou grupos familiares, ocupação de terras abandonadas por senhores de escravos.

---

1 Em 1740, o Conselho Ultramarino, órgão colonial responsável pelo controle central patrimonial, considera quilombo 'toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles' (MOURA, 1981, p.16, op. cit. RATTS, 2001, p. 312).

1.1. Contexto das Comunidades quilombolas no Brasil

A realidade das comunidades quilombolas espalhadas por todo o Brasil é marcada ainda por muitos conflitos fundiários, discriminação, dificuldades socioeconômicas, luta por reconhecimento e principalmente legalização das terras através de titulação oficial expedida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, processo moroso e sofrido dado a complexidade que envolve a questão agrária no país.
Nesse contexto, de acordo com a Fundação Cultural Palmares[2] - FCP, existem no Brasil 3.524 comunidades identificadas e 2.408 comunidades certificadas, 549 identificadas e que não solicitaram emissão de certidão de auto-definição[3]. No INCRA[4] existem atualmente 1.281 processos abertos para titulação de terras, e 154 comunidades tituladas, isto é, que tiveram a regularização fundiária através de diversos órgãos como INCRA e outros institutos da terra de alguns estados brasileiros.
Apesar dos avanços nas políticas públicas e na legislação é necessário ainda muito investimento para que as populações quilombolas possam viver dignamente e com seus direitos reconhecidos e respeitados.
A realidade da maioria das crianças quilombolas é atravessada por inúmeras dificuldades. De acordo como dados da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, as crianças quilombolas habitam áreas sem serviços públicos básicos, como água encanada, rede de esgoto, telefonia e até energia elétrica. As famílias costumam viver da agricultura de subsistência, atividade que atravessa gerações.
No que diz respeito à educação formal, de acordo com dados do censo escolar de 2012 do Ministério da Educação - MEC/Educação Quilombola: existem 12.987 alunos residentes em comunidades quilombolas matriculados em escolas; 1.997 escolas localizadas em comunidades quilombolas. De acordo com dados do MEC, a maioria dessas escolas encontra-se em condições precárias, com número reduzido de professores, sendo que esses possuem pouca formação para atuarem no Magistério.
Intelectuais e ativistas do movimento quilombola defendem a elaboração de materiais que considerem a história e cultura das comunidades, regionalidades, respeito às tradições culturais, preservação cultural e, principalmente, constituição de metodologias ou de uma pedagogia que contemple os valores culturais quilombolas.
No ano de 2011 o Conselho Nacional de Educação - CNE iniciou um processo para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola instituída pela Portaria CNE/CEB no.5/2010 considerando as deliberações da Conferência Nacional de Educação Básica (CONAE, 2010). O CNE através da Resolução Nº 8 de 20/11/2012 aprovou as Diretrizes que constitui um instrumento legal na implantação de uma escola que valoriza os conhecimentos e a cultura das comunidades quilombolas brasileiras.

3. A Comunidade Quilombola Mato do Tição – Minas Gerais (MG)

A comunidade quilombola de Mato do Tição está localizada no município de Jaboticatubas no estado de MG. A maior parte da população do município de Jaboticatubas vive em área rural ocupando-se principalmente da agricultura, pecuária e serviços.
A Comunidade quilombola de Mato do Tição, também conhecida como Matição, possui 3,5 hectares e está localizada entre montanhas. A origem da comunidade remonta o período pós-escravidão. A partir de três escravizados: Constança, Pedro e Rita Basílio da família Siqueira pertencentes ao coronel Chico Alves, proprietário de uma fazenda no local. Com a abolição da escravidão os três receberam um conjunto de terras que deu origem ao sítio de Mato do Tição.
A origem do nome Mato do Tição é contada por muitos moradores e também pelas crianças. Contam que há muito tempo, utilizavam tochas ou tição para iluminar os caminhos, quem avistava a mata de longe via aquele fogo brilhando na noite e a partir daí começaram a falar que era a mata do tição ou mato do tição.

---

2 Dados disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=8803. (Consultado em 23/03/2013)

3 De acordo com Decreto Presidencial 4887/03, é necessário que a comunidade solicite a certidão de auto-definição como quilombola para que a FCP emita o certificado.

4 Dados atualizados pelo INCRA em 08/04/2014.

Em 1981, através da luta dos moradores, adquiriram o direito de usucapião das terras. Com o passar dos tempos a unidade territorial da comunidade foi desfeita com a venda de dois; grande parte do terreno que foi doado aos irmãos Siqueira logo após a abolição da escravidão foi sendo aos poucos tomado por fazendeiros da região.

3.1 Organização atual

Atualmente o quilombo é cercado por pastos, fazendas, sítios e condomínios restringindo o território e dificultando a expansão de moradias bem como a disponibilidade de espaço para a realização das festas, oficinas e encontros da comunidade. De acordo com uma liderança, muitos daqueles que têm o "umbigo plantado" no Matição não podem construir suas casas lá e constituírem suas famílias na comunidade por falta de espaço.

As casas não possuem redes de esgoto e a distribuição de água é realizada através de um poço artesiano e a energia elétrica está presente em todas as casas.

Residem no quilombo 35 famílias num total de 176 moradores. As casas estão dispostas ao longo da estrada que liga a comunidade a sede de Jaboticatubas de um lado e de outro à comunidade de São Sebastião do Campinho.

Na entrada da estrada de Jaboticatubas para o quilombo existe uma placa oficial com logomarcas do Governo do Município, do Governo do Estado e do Governo Federal com a inscrição "Comunidade Quilombola Mato do Tição".

Na comunidade não existem escolas, as crianças se deslocam para bairros do município em transporte escolar fornecido pela prefeitura. A partir dos quatro anos as crianças já começam a frequentar escolas públicas.

A maioria dos moradores de Mato do Tição trabalha na construção civil dentro e fora do município em serviços domésticos nos sítios e fazendas próximas, na fábrica de roupas e de doces bem próximas ao quilombo. Também alguns são autônomos: motoristas, manicures, artesãos (fabricando doces, sabão, cestaria, biscoitos), existe uma funcionária pública municipal que atua como ACS (Agente Comunitária de Saúde). Muitos idosos conseguiram a aposentadoria rural.

Em 2006 a comunidade recebeu o certificado de reconhecimento quilombola da FCP e nesse mesmo ano a antiga associação de bairro se tornou Associação Quilombola do Mato do Tição. Em 2006 foi aberto o processo no INCRA para a titulação das terras.

FOTOGRAFIA 1 - Fachada da casa de Dona Divina (matriarca do quilombo)

Fonte: arquivo da pesquisadora

A apresentação do quilombo para aqueles que o visitam se faz visível para todos. Ao entrarmos em suas terras nos deparamos com uma placa na qual a comunidade apresenta o seu nome. Essa placa está afixada na casa da Sra. Divina Siqueira, 88 anos, matriarca da comunidade e liderança religiosa, ela é uma das referências para os quilombolas e visitantes.

A religião católica é praticada pela maioria dos moradores sendo que poucos são evangélicos e outros além do Catolicismo praticam a Umbanda. Alguns moradores são católicos e umbandistas.

3.2. As festas como afirmação de identidade e manifestação do sagrado

O calendário festivo do Mato do Tição é extenso englobando festas religiosas e profanas. Abaixo faremos uma breve descrição de algumas destas festas nas quais as crianças têm participação ativa.

FOTOGRAFIA 2 - Cartaz do Quilombo Mato do Tição

Fonte: arquivo da pesquisadora

A *Folia de Reis* inicia-se com o Natal e termina no dia 20 de janeiro. De acordo com Luana a Folia de Reis tem mais participação de adultos homens e as crianças que querem participam.

> Eles vestem umas roupas coloridas e põe a máscara e sai de casa em casa, entram e cantam na frente do presépio. Toda casa tem um presépio. Depois de cantar bastante sempre tem alguma coisa pra eles beber e comer. Alguns fazem piruetas, e continuam cantando até acabar as casa tudo. (Luana, 13 anos).

De acordo com Gomes E Pereira (1992), os negros fizeram uma reapropriação dessa festa e atualmente ela é uma celebração de negros apesar de sua origem ibérica. É a celebração do nascimento do menino Jesus e a recepção feita pelos três reis magos que saem em peregrinação até chegarem à Belém levando presentes para o messias recém-nascido. As crianças em sua maioria participam dessa festa acompanhando e se divertindo com os foliões.

O *Carnaval* compreende os ensaios e desfile do bloco *Quimatic*. O desfile é realizado na segunda-feira de carnaval na sede do município. A maioria das crianças que participa do carnaval segue acompanhadas de suas mães, pais e irmãos. Dançam, cantam e seguem o cortejo atrás da percussão.

A *Encomendação das Almas* é realizada no período da quaresma. É puxada por um grupo de homens adultos e idosos tanto do Mato do Tição quanto de uma comunidade vizinha. De acordo três meninas do Mato do Tição a Encomendação das Almas é feita assim

> Eles passam *nas casa* e ninguém que está dentro pode abrir a porta ou a janela e se *olhá* vai ver as almas atrás das pessoas. Eu enfiei debaixo das cobertas e fiquei com medo. (Marina, 13 anos).
>
> Eu olhei pelo buraco da janela e vi uns vultos. Fiquei com muito medo. Eles passam de casa em casa, reza e canta fazendo vozes que dão medo. (Luana, 13 anos).
>
> Vovó falou que a gente não pode *olhá* e se *olhá* pelo buraco da janela a gente chora sete dias e tem que *rezá* o pai Nosso e Ave Maria até *passá* os sete dias e *pará* de chorar. Eu tenho muito medo, se abrir a porta a gente vê as almas. (Vitória, 10 anos).

A *Festa do Cruzeiro* ou da Santa Cruz. É realizada na noite do dia 2 para o dia 3 de maio. É um louvor a cruz na qual Jesus Cristo foi sacrificado. No mês de maio na frente de todas as casas são colocadas cruzes ornamentadas com papéis coloridos Após as orações na capela as pessoas seguem em procissão até o pico mais alto do local no qual existe uma grande cruz. No cruzeiro iniciam orações, soltam foguetes e tocam o Candombe. Velas são acesas em volta da cruz seguidas da reza do terço. As crianças levam cobertas e deitam no chão forrado com colchas.

Durante todo o mês de maio celebram ainda a *Virgem Maria* com realização de novena e reza do terço. Também é realizada a coroação da *Nossa Senhora***.** A *Coroação* é realizada por um grupo de meninas com idade até 12 anos. Essas crianças são ensaiadas por uma moradora do Mato do Tição. De acordo com uma das meninas, para aquelas que sabem ler, ela escreve os versos no papel e cada uma vai tentando decorar, para quem não sabe ler ela canta junto até a menina aprender. A coroação é realizada durante todo o mês de maio pelo menos uma vez por semana. Todas se vestem de anjo e colocam um adereço na imagem de Nossa Senhora de Lourdes.

No terceiro sábado de maio é realizada a festa dos três santos: *São Sebastião, Nossa Senhora de Lourdes e Santa'Ana* . Essa festa inicia-se no início da noite de sábado com a reza do terço, coroação de Nossa Senhora feita pelas meninas da comunidade, hasteamento das três bandeiras seguidas de orações; em seguida iniciam o Candombe com saudações aos santos e santas, aos presentes e outros santos que são invocados por cada um que assume o canto do Candombe.

No dia 23, acontece festa de *São João Batista*, com apresentação do Candombe, rezas católicas, fogueira; danças e barraquinhas. Após a montagem da fogueira que tem 12 metros de altura, amparada por grandes bambus, é servido o almoço para todos os presentes. A movimentação das crianças é intensa. Elas brincam correm e ajudam em uma coisa aqui, outra ali. Por volta das 23h inicia-se a reza do terço, seguida dos agradecimentos e intenções aos falecidos, doentes e aniversariantes. Os devotos dão vivas ao santo e um grupo segue com as velas acesas até o mastro, as velas são depositadas na terra com orações e pedidos. De acordo com o menino Pedro, 10 anos, "as pessoas que têm fé e coragem dão vivas a São João, se benzem e começam a travessia com os pés descalços na brasa".

No dia 20 de novembro realiza a festa da *Consciência Negra* que **é** iniciada com um pequeno discurso, feito por uma liderança, sobre a importância do dia para os negros e que é uma data que não deveria ser esquecida pelos moradores do Mato do Tição. Os participantes são em sua maioria os moradores do quilombo e alguns poucos visitantes de outras localidades.

3.3 O Candombe - tecendo laços com as heranças afro-brasileiras

De acordo com Pereira (2005) o Candombe não é uma festa e sim um ritual de origem banto que tem a marca do sagrado com elementos do Catolicismo, Umbanda e culto aos antepassados. Louvam principalmente os santos: São Benedito, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora Aparecida, São João, São Sebastião e Jesus Cristo. Homenageiam e rememoram os antepassados que são pessoas da família ou da comunidade que contribuíram de forma marcante na vida do grupo e que ganharam a condição de entes exemplares após a morte.

Apesar dos antepassados não serem cultuados da mesma forma que os santos, os candombeiros sabem fazer essa distinção, ambos têm lugar especial na memória das pessoas. Santos e antepassados estão presentes nos pontos religiosos e profanos do Candombe.

Ainda com relação aos antepassados pode-se dizer que a família tem lugar central na cosmogonia presente no Candombe. As famílias negras no Brasil se estruturam também como uma forma de resistência e sobrevivência nos tempos de cativeiro e em rememoração às formas de organização em seus territórios em África. De acordo com Slenes (1994), quando os negros se casavam, adquiriam uma moradia e se organizavam para terem uma convivência com os filhos. A constituição de famílias era uma das formas de reação à violência e também permitia aos negros atingirem alguns objetivos materiais e culturais. Pertencer a uma família dentre outras coisas permitia aos negros escravizados ou libertos, criarem condições para preservarem, reelaborarem e repassarem algumas de suas tradições sociais e culturais aos filhos, sobrinhos e netos.

Podemos dizer que no Mato do Tição a **família** tem um lugar central na dinâmica do grupo. Foi e é na família que os conhecimentos foram aprendidos, as tradições reelaboradas e preservadas. É através da família que mantém os laços com os antigos e com o sagrado. Na família aprende-se a ser uma pessoa do Mato do Tição.

O respeito aos mais velhos que é ensinado/aprendido de geração em geração realça a importância dada aos antepassados, aos fundadores. A importância dos antepassados também é um elemento constitutivo da cultura banto. E surgiu de acordo com Pereira (2005) nos processos de intermediação com Deus. Por um temor do filho de um grande chefe banto que não conseguia se aproximar diretamente de Deus, o espírito de seu pai então é chamado para interceder por ele e por seu povo. Aos poucos cada chefe adotou essa prática para se aproximar de Deus de modo que cada família passou a ter seus espíritos antepassados que com o tempo passaram de mediadores a entes adorados. Para (Pereira, 2005: 281) os antepassados constituem-se como aqueles que emanam energia vital para os seus descendentes e se constituem como elo que "religa os humanos a Deus".
Nos cantos do Candombe de Mato do Tição os ancestrais são invocados, são convidados a estarem ali presentes para transmitirem força e energia. Aos santos reverenciados é pedido proteção, são feitos agradecimentos e louvações.
Abaixo apresento algumas considerações sobre os estudos teóricos sobre a infância importantes para a compreensão dos modos de ser criança dos meninos e meninas de Mato do Tição.

4. Saberes sobre a infância e saberes da infância

O campo de estudos sobre a infância é multidisciplinar e passou por vários processos de constituição e tem como marco teórico e metodológico os estudos de Ariès com *História social da criança e da família*, publicado no Brasil em 1978. De acordo com diversos autores: Kramer (2008), Leite (2008), Sirota (2001), Conhn (2000), os estudos de Ariés (1981) trazem para pauta das pesquisas a condição histórica e cultural das crianças. De acordo com Kramer "os estudos de Ariés influenciaram pesquisadores e cientistas sociais do mundo inteiro quanto à mudança do papel da família ao longo dos séculos" e, consequentemente, o lugar da infância nas famílias e na sociedade. Importante considerar que os principais campos de estudo estão nas áreas de História, Sociologia, Antropologia, Psicologia e Pedagogia, sendo que esses campos se interconectam para alcançar categorias de análises e caminhos teóricos para abarcar a complexidade dos estudos e pesquisas sobre a infância.
Segundo Sirota (2001), a sociologia da infância começa a delinear seus contornos através da oposição às concepções de infância reconstruídas como objeto sociológico a partir das instituições como a família, a escola, a justiça. A sociologia da infância passa a reconsiderar a criança como ator social, compreendendo que as crianças têm uma vida cotidiana que não se reduz às instituições e ao mundo adulto.
No campo da educação, a sociologia da infância passa a focar-se na criança e não apenas no aluno, caminhando para uma análise desescolarizada. Na educação passa a ser considerada a importância da experiência no aprendizado das crianças, para além dos muros escolares.
Gomes (2008), aponta que no campo da Antropologia os estudos sobre as crianças tematizam a necessidade de se considerar a criança como atores sociais que participam das práticas sociais nas quais estão envolvidos. Estudar as crianças permite tirar da invisibilidade um segmento importante na compreensão dos processos sociais e culturais nos quais adultos e crianças estão envolvidos.
Os autores citados acima trazem para esse campo, relativamente novo de estudos, a preocupação com as metodologias de pesquisa na investigação da infância. Questões como: quais metodologias se apoiar para alcançar as experiências das crianças e dar conta delas? Seria a abordagem etnográfica a mais pertinente? Como dar conta da multiplicidade das infâncias e seus contextos sociais? Estas questões apontam para desafios que são enfrentados tanto teoricamente como empiricamente, delineando posições e concepções que imprimem diversidade nas abordagens.
Para o estudo proposto sobre as crianças quilombolas, o tema da cultura da infância é fundamental. Considerando-se a criança como sujeito e produtora de cultura, é necessário compreender quais seriam os eixos estruturadores da infância. Sarmento (2006), em seus estudos sobre as culturas da infância, aponta quatro eixos estruturadores da cultura infantil: interatividade, ludicidade, fantasia do real e reiteração. Apesar desses eixos não compreenderem a totalidade do que poderia representar a cultura das crianças de forma geral e dos quilombolas em especial, os mesmos tornaram-se importantes pontos de referência no processo da pesquisa.
A brincadeira, o faz de conta, a repetição, as interações com o meio e os outros também são aspectos considerados na antropologia da infância. De acordo com Conhn (2005), é preciso dar mais atenção às brincadeiras das

crianças como um modo de conhecer e conhecer-se, tendo-se momentos de transmissão e recepção de conhecimento que lhes são próprios. A criança reconstrói o mundo a partir de seu olhar infantil. Importa para o pesquisador da infância um olhar e uma escuta sensível às singularidades do mundo das crianças. Nos dizeres de Conhn "trazer os olhos, os ouvidos e o aprendizado das crianças".

4.1 Estudos sobre as crianças negras

Podemos dividir os estudos sobre a criança negra em dois grandes blocos: o primeiro refere-se aos estudos sobre a história das crianças negras e o segundo sobre relações raciais e educação.
No primeiro grupo a maioria das pesquisas retratam as crianças escravizadas e ou libertas. Na pesquisa "Levantamento bibliográfico: história da infância no Brasil" realizado pelo Grupo de Estudos de História da Psicologia Aplicada à Infância (GEHPA) da Universidade de São Paulo USP no período de 1926 a 2001, foram listados 176 referências de estudos sobre a história da infância no Brasil. Destes pudemos encontrar 20 referências com a temática da criança negra e ou escrava explicitados nos títulos.
Um marco desses estudos que tematizaram a história das crianças negras/escravas foi a pesquisa de Maira Lúcia Mott (1979*) "A criança Escrava na Literatura de Viagens"* no qual apresenta a condição das crianças escravas no Rio de Janeiro a partir dos relatos de viajantes.
Através desse e outros estudos podemos ter informações sobre as vida dessas crianças: alta taxa de mortalidade infantil motivadas pelos poucos cuidados dispensados às suas mães durante a gravidez e logo após o parto; possibilidade de ter uma infância somente até a idade de cinco anos, quando ainda não trabalhavam; trabalho iniciado a partir do cinco anos (trabalhos domésticos, lavouras); crianças escravas consideradas como bichinhos de estimação pelas senhoras e crianças filhas dos proprietários; vida sexual das meninas iniciadas a partir do doze anos; inserção mais efetiva no trabalho a partir dos 10 anos para meninos e meninas que recebiam instruções para o exercício de alguns ofícios como: costura, barbearia, alfaiataria etc.
Os estudos contemporâneos sobre a criança negra concentram-se naqueles sobre relações raciais e educação. A maioria desses denunciando as situações de discriminação racial e racismo aos quais as crianças negras estão expostas. Essas situações são desencadeadas no interior das escolas e instituições educacionais. Tendo como agentes adultos e crianças. Os principais estudos são Cavaleiro (1998), Silva (1995), Rosemberg (1986), Dias (1997), Oliveira (2004) dentre outros.
Mais recentemente os estudos coordenados por Abramowicz (2010) procuram dar outra interpretação sobre a vida e a condição das crianças negras tanto nos estudos históricos como nos contemporâneos. Buscando dar voz às crianças, percebendo-as, mesmo nas situações hostis, como sujeitos da história, com suas atuações positivadas fazendo frente às adversidades da escravidão e do racismo.
As pesquisadoras Abramowickz, Oliveira e Rodrigues (2010) em pesquisa sobre levantamento de fonte relacionadas à criança negra no período de 2000 a 2007 apontam duas categorias para pensar esses estudos: "a criança negra" - primeira fase das pesquisas: "a criança negra corresponde a um momento da pesquisa sobre raça que denunciava o racismo existente na escola, na sociedade e que estava expresso nos indicadores econômicos e educacionais de todos os níveis de ensino". A segunda fase denominada "uma criança e negra"

> Nessa fase há clareza da potência, da possibilidade e da inevitabilidade de atravessar a realidade social a partir da ideia de raça (...) a ideia de uma criança negra refere-se à passagem de uma visão que pensa a criança para uma visão que vê uma criança. A criança: única e universal para uma criança: impessoal, singular e múltipla (Abramowickz, 2010:5).

A proposta dessa segunda categorização traz a tona uma dimensão que permite pensar a criança negra e suas infâncias na perspectiva da experiência, uma experiência afirmativa apesar das hostilidades, adversidades e condições difíceis enfrentas pela maioria das crianças negras no Brasil e também pelas crianças quilombolas.
É no contexto dos estudos que focalizam as crianças negras que a presente pesquisa realizará um recorte específico, a saber, as crianças quilombolas.
De acordo com (Moura 2005: 261), as crianças quilombolas aprendem em suas comunidades porque participam de todas as atividades: "todo o processo é participativo e as crianças e os jovens querem tomar parte nos rituais porque eles fazem parte da sua vivência e reafirmam a noção de pertencimento àquela comunidade".

5. Construções Metodológicas

5.1 Movimentos de entrada no campo

O processo de produção dos dados se deu nos anos de 2012 a 2014. Durante minha permanência no campo participei das festas religiosas e profanas, missas, sessões de benzeções, almoços, festas de aniversários, batizados, velórios, rodas de conversas, rodas de viola, tardes no bar para ver partidas de futebol televisionadas; participação na festa junina da escola em que as crianças pequenas estudam, participação nas festas de comunidades vizinhas; realização das oficinas de: capoeira, máscaras, teatro de bonecos, teatro e dança.
Nas primeiras visitas não senti de imediato um estranhamento das pessoas com a minha presença. Talvez pelo fato de estarem acostumadas com a movimentação de visitantes principalmente nas ocasiões festivas. Aos poucos fui percebendo que para ter acesso às informações que julgava relevantes para a pesquisa teria que ter uma inserção mais constante na comunidade.
As casas muito próximas umas das outras facilitou o meu trânsito nas residências e circulação pelos diversos espaços do quilombo. As relações foram se tornando mais estreitas principalmente com as mulheres: mães, tias, avós e irmãs das crianças.
Fomos aprendendo a nos relacionar, nos conhecendo uns aos outros e não posso esconder que desenvolvi um sentimento de afeto por aquelas pessoas. Nas casas visitadas encontrei aconchego, disposição para as conversas. Sempre fui recebida com muita hospitalidade: oferta de café com bolinhos, biscoitos; convites para entrar e voltar outras vezes. Não percebi a "carência material" relatada por alguns autores como (Gomes e Pereira, 1992) e (Silva, 2011). Havia simplicidade, na maioria das casas e o alimento era compartilhado com todos os presentes, parentes ou não. No questionário que apliquei junto às crianças em todas as casas existe TV, aparelho de som, geladeira, rádio, telefone celular. Em muitas, motos, bicicletas e em algumas o computador. Não há excesso nem desperdício. Existe muito trabalho e aproveitamento dos recursos naturais para geração de renda. A maioria das casas possuem hortas, pomares, criação de animais. Reaproveitam óleo para a confecção de sabão, vendem ovos e galinhas, produzem doces, tapetes de retalhos, cestas de palha, tempero caseiro para venda. Na maioria dos casos são as mulheres que estão à frente desse processo de geração de renda a partir dos recursos que o próprio quilombo oferece. Em alguns casos são auxiliadas pelas crianças e adolescentes.
Naquele lugar as festividades, a religiosidade, o candombe, a família e o trabalho representam a vida e o mundo vivido. Vida marcada pela ancestralidade, preservação da memória, convivência com parentes e amigos, o compadrio, o respeito aos mais velhos, a preocupação coletiva com os mais novos, a proteção ante os perigos da cidade. Um lugar cheio de humanidade e potência.
Estar dentro de um campo como esse exigiu paciência com um tempo que não era o que estava acostumada; sensibilidade na escuta, perspicácia em saber decifrar os momentos de tensão. Parafraseando Luz (2011), foi no interior da vivência das práticas no Mato do Tição que conheci aquele lugar e lancei para mim mesma questões sobre quais metodologias usar para conhecer as crianças.

5.2 Orientações teórico-metodológicas

A observação participante foi central nessa pesquisa. A postura de buscar compreender as crianças do Mato do Tição dentro de seus contextos tentando entendê-las a partir de suas vivências, narrativas e significados que atribuem às coisas e ao mundo nos aproxima da etnografia. Além disso, por se tratar de uma pesquisa que envolve crianças e quilombo, lancei mão de estudos e recursos metodológicos da Geografia e da Extensão Rural o que tornou o caminho metodológico e o eixo da pesquisa com abordagens interdisciplinares.
Participei e observei as crianças em suas movimentações e circulações pelo quilombo; suas participações nas festas, oficinas e eventos; suas interações com seus pares e com os adultos; suas inserções no mundo religioso; suas brincadeiras; realização das tarefas domésticas e seus momentos conflituosos.
Observei participando de várias maneiras em espaços e contextos diferentes tentando apreender, aos poucos, as partes de um todo que se constituiria nos modos de ser criança naquela comunidade. Esse todo observado está longe de ser a totalidade desses modos de "ser", mas compreende um todo que me permite construir/

reconstruir numa narrativa articulada com o que vi, percebi e vivi em diálogo com as minhas experiências e com teorias que fornecem elementos para a análise de como é ser criança no Mato do Tição.
No decorrer das visitas ao Mato do Tição e primeiros contatos com as crianças fui percebendo que teria que lançar mão de vários recursos metodológicos e instrumentos para coleta de dados. A busca por métodos e técnicas diferenciadas para a pesquisa com crianças tornou-se um enorme desafio diante da insegurança de que esses métodos me trariam ou não o que eu buscava e se seriam considerados válidos para uma pesquisa científica. No entanto a bibliografia pesquisada, que trata de metodologias de pesquisas com crianças como Leite, Kramer, Nogueira, Monteiro (2009), Cruz, Campos (2008) apresentaram os mais variados métodos e técnicas, muitas delas pensadas e organizadas ante as demandas do campo.
Também tive a preocupação de que os espaços de narrativas das crianças fossem assegurados aliando, a medida do possível, a encontros/momentos prazerosos para elas, numa tentativa de aliar a ludicidade própria do mundo infantil ao diálogo em torno das questões da pesquisa. Não busquei somente informações, queria conhecer as crianças no intuito de compreender sua visão de mundo, suas relações socioculturais, suas formas de pertencimento.
Alguns dos instrumentos que utilizei têm sido muito usados em pesquisa com crianças como o desenho, a contação de histórias e as conversas informais. Outros foram tomados de campos de estudo como a Geografia, Agronomia, Extensão Rural que foram adaptados ao contexto. Diante da complexidade de temas que precisava abordar e da especificidade concernente ao mundo da infância fui variando os métodos, alguns apresento a seguir.

5.2.1 Contação de história

A primeira atividade que realizei com as crianças foi uma contação de história. Convidei uma contadora que contou a história Bom Sucesso dos Pretos, que fala de um mito em uma comunidade quilombola. O objetivo desse primeiro encontro era ter um contato inicial com o maior número de crianças da comunidade e me apresentar para o grupo. As crianças gostaram muito dessa atividade e nesse dia também se apresentaram e algumas foram estimuladas a contar uma história que conheciam do quilombo.

5.2.2 Questionários

Os questionários foram aplicados para o grupo de crianças que estavam presentes no segundo encontro. O objetivo desse instrumento foi coletar informações iniciais sobre as crianças como idade, ano de estudo, profissão dos pais, com quem moravam, raça/cor, outras atividades que realizavam além da escola, número de irmãos, religião, tipos de eletrodomésticos, existência de transporte próprio. Esses questionários foram importantes para a constituição do perfil das crianças.

5.2.3 Diálogos direcionados

Esses diálogos constituíram-se em encontros individuais ou com duplas voltados para a compreensão de alguns aspectos que julguei necessário destacar como a ausência de participação direta das crianças em algumas festas e a compreensão que tinham das mesmas. Para esses diálogos utilizei projeção de fotografias das festas, vídeos pequenos sobre as mesmas ou exposição de alguma situação que havia observado e pedia para comentarem.

5.2.4 Entrevistas

As entrevistas partiram de um roteiro prévio com questões relacionadas ao cotidiano das crianças, o que entendiam por quilombo, situações de preconceito vivenciadas, identificação com o lugar em que viviam etc. As entrevistas foram gravadas e transcritas. A segunda rodada de entrevistas teve por objetivo aprofundar alguns temas e acrescentar questões que não tinham sido colocadas na primeira entrevista como as situações de preconceito vivenciadas.

5.2.5 Passeio pelo Mato do Tição

Essa técnica foi adaptada da metodologia identificada como "Caminhada Transversal" ou de acordo com Drumond (2009) pode receber outras denominações tais como travessia, caminhada semi-estruturada e cortes transversais. De acordo com Souza (2009) a caminhada transversal consiste em caminhar por uma determinada área, com o pesquisador sendo acompanhado por um grupo de informantes que conhecem bem o local, observando-se todo o ecossistema. Parte do pressuposto de que as pessoas "do lugar" são atores privilegiados na construção conjunta de propostas de intervenção nos diversos espaços. Suas experiências e vivências são fundamentais para a compreensão do lugar em sua complexidade.
O passeio pelo Mato do Tição foi utilizado como forma de compreender a apropriação dos diversos espaços do quilombo pelas crianças e sua rede de relações com os moradores, além de identificarem os pontos que consideravam mais importantes para elas.
O passeio durou cerca de 4h. Durante o percurso foram cantadas músicas e as em algumas casas os moradores contavam histórias sobre a organização do quintal, o Candombe, a organização da capela, a feitura de doces e o parentesco com as crianças.

5.2.6 Confecção do Livro de pano

Essa atividade foi realizada na semana posterior ao passeio a partir da demanda das crianças que queriam fazer um livro. Propus então que fizéssemos um livro artesanal. Inicialmente reuni as crianças na capela e conversamos um pouco sobre o passeio em seguida propus que desenhassem algo sobre o passeio ou o que mais gostavam no Mato do Tição e que pudessem escrever um texto contando o desenho. Em seguida transformaram o desenho e a história em uma página de tecido com colagem de retalhos. As histórias escritas foram passadas a limpo no tecido e as páginas reunidas formaram um livro com o título "Histórias do Matição contadas pelas crianças".
Todo esse processo foi marcado por muitas conversas, algumas brigas e encantamento com os materiais.

5.3 O Perfil das crianças

Meu primeiro contatos foi com um grupo de 18 crianças com idade 2 a 13 anos. Esse grupo participou das atividades iniciais. Em seguida acompanhei um grupo de 8 a 12 crianças e realizei o aprofundamento de alguns temas com três crianças.Realizei um questionário com esse primeiro grupo de 18 crianças e a partir dele apresento um perfil dessas crianças.

5.3.1 Frequência a escola

Apenas 2 crianças não estavam na escola ou creche porque tinham 2 anos o atendimento para a educação infantil no município é a partir de 4 anos. Todas as crianças estudavam em período diurno.

5.3.2 Composição familiar

Um grupo de 5 crianças residiam com os avós e os demais com a mãe (1) ou com pai e mãe. Somente três crianças não tinham irmãos. Todas as crianças têm parentesco umas com as outras, são primos ou primas de primeiro ou segundo grau.
As profissões citadas dos pais foram: pedreiro e caseiro e para as mães: faxineira, salgadeira, auxiliar de cozinha, doméstica, agente comunitária de saúde. Para os avós: aposentados, caseiros, doceira.

5.3.3 Raça/cor

Foram oferecidas as categorias do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas[5] (branco, preto, pardo, amarelo e indígena) para se identificarem. Duas crianças se identificaram como brancas, uma como parda e as demais como pretas[6].

5.3.4 Quanto a realização de outras atividades diferentes da escola

Com relação a essa questão 12 responderam que faziam cursos tais como: computação, violão e flauta.

5.3.5 Quanto ás tarefas domésticas

Um grupo 13 crianças realizam tarefas domésticas diariamente tais como: arrumar cozinha, arrumar casa, cuidar de irmãos ou primos, varrer terreiro, molhar plantas, lavar roupa.

5.3.6 Quanto a participação em projetos e oficinas oferecidos na comunidade

Todas responderam que participam e participaram de projetos como as oficinas do ponto de cultura: capoeira, reza do terço, percussão, teatro e também projetos oferecidos por organizações não governamentais - ONG ou pessoas de fora da comunidade: teatro de bonecos, máscara, capoeira, teatro e dança.

5.4 Perfil da três crianças

As crianças que compreendem o grupo que acompanhei mais de perto era composto de um menino que chamarei de Pedro, declarado preto com 10 anos, uma menina que chamarei[7] de Ana Carolina, declarada parda com 7 anos e uma outra menina que chamarei de Vitória, declarada preta com 10 anos. Os três frequentam a escola no mesmo turno. Pedro mora com os avós. Ana Carolina mora com os pais e Vitória mora com a mãe. As três crianças realizam tarefas domésticas, sendo que Vitória cuida da casa pois sua mãe trabalha o dia todo. Pedro e Vitória fazem curso de computação no centro da cidade além de aulas de violão na comunidade que também é feita por Ana Carolina. Os três participam dos projetos que são desenvolvidos na comunidade como teatro, capoeira, dança e participaram das oficinas do Ponto de Cultura oferecidos em 2011 e 2012. São primos de primeiro grau. Ana Carolina e Vitória ainda integram o coral organizado por um membro da comunidade que canta em festas e missas no Mato do Tição e em outras comunidades.

6. Temas que emergiram do campo

As principais temáticas que vieram a tona da observação e contato com as crianças foram:
a) **Apropriação dos espaços e circulação pelo território do quilombo**;
b) **Os espaços socioculturais** (participação nas festas, reuniões, projetos); c) vivências da infância; aprendizagens – as crianças vivenciam a cultura, participam na vida do quilombo experimentando reiteradas vezes com adultos e seus pares estão imersas em uma cultura da participação como demonstram as falas abaixo:

---

5 Órgão governamental responsável pela coleta de dados sobre a população brasileira.

6 As crianças menores de três anos foram identificadas pelos responsáveis.

7 Os nomes foram escolhidos pelas próprias crianças a partir da pergunta “se não se chamasse fulano que outro nome queria ter?”.

"(P) - Pesquisadora: Com quem vocês aprendem a coroação?

Ana C.: Nós aprende com Adriana.

P.: E é fácil aprender?

Ana C.: Pra mim é fácil aprender, ela escreve num papel a música, nós lê, canta, quem *nun* sabe lê ela canta até *aprendê* e depois a gente ensaia todo mundo junto e nós canta na coroação.

P.: Você sabe qual a história do Matição, por que tem esse nome?

Vitória: É porque.. que eu sei que minha vó me contava, é que... muitos escravos quando eles iam *passá* pela mata, eles usavam um tição pra *alumiá*, e é isso que eu sei que deu o nome de Mato do Tição, porque no Matição tem muito mato. (...) Porque que sempre que nós conversa, vovó conta essas histórias pra nós.

P.: Você aprende muita coisa aqui?

Vitória: Eu aprendi *tocá* tambor.

P.: Como?

Vitória: Com tio Ley, aprendi *dançá* batuque com tio Vando. Aprendi *cantá* no coral com tio Vando também.

P.: como é seu jeito de aprender essas coisas?

Vitória: Ah, as vezes na roda de família, *conversano, observano*, eu presto muita atenção.

P.: E com quem você acha que eles aprenderam?

Vitória: De família, Cada um aprende e vai *passano* pro outro" (Entrevista com Vitória, 10 anos).

c) **Brincadeiras e outras atividades de lazer:** as crianças do Mato do Mato do Tição "brincam muito". Durante todo o processo de permanência no campo de pesquisa observei as crianças brincando em diversos espaços, momentos e contextos. Em casa, nos quintais de suas casas, no pátio de frente à capela, no campo de futebol próximo ao quilombo.

As ocasiões são as mais diversas: festas da comunidade, festas de aniversário, durante os preparativos das festas, nas esperas e intervalos das oficinas ou ao término das mesmas, durante os momentos que estavam em alguma atividade com a pesquisadora, quando se reúnem em maior número na casa de alguém, quando são chamados para brincar nos momentos de folga das tarefas domésticas e estudo.

As brincadeiras são as mais variadas possíveis. Em grupos maiores brincam de pega-pega, esconde-esconde, pular corda, jogos com bola. Nessas brincadeiras as idades se misturam. Em grupos menores brincam do que chamam de "papai-mamãe-filhinha" (que é a brincadeira de casinha), andam a cavalo, andam de bicicleta, joguinhos de computador, escolinha, desenho, salão de beleza, de folia de reis[8].

Para além das brincadeiras propriamente ditas as crianças têm outras formas de lazer. Nas férias escolares muitas vão para casas de parentes fora do quilombo e da cidade. Dormir nas casas dos primos da comunidade também é uma prática constante e muito apreciada por elas. Participam de cerimônias e festas de casamento, festas de aniversário, assistem a jogos esportivos de times mineiros e da seleção brasileira no bar, fazem piquenique, passeiam pela comunidade visitando os parentes, nadam na caixa d´agua, soltam papagaio, participam de excursões para localidades próximas.

d) **Pertencimento étnico- racial**: Quais práticas vividas no cotidiano do quilombo favorecem a construção desse pertencimento, o que guardam das memórias compartilhadas. O pertencimento racial será aqui discutido a partir das respostas dadas á questão sobre raça/cor e a partir de algumas observações que realizei.Na resposta a questão "qual a sua cor" a maioria das crianças responderam rapidamente a questão sendo que a maioria se identificou como preta. Ao responder olhavam para sua pele do braço e diziam "preta né?". Uma das meninas que se identificou como branca ao responder que era branca complementou "o povo fala que eu sou branca". A menina que se identificou como parda disse "parda, porque amarela eu não sou". Esse não titubear para responder a questão da cor não é muito comum principalmente entre adultos. Pesquisas demonstram que a população brasileira historicamente apresentam dúvidas quando são perguntadas sobre sua cor.

---

8 Brincar de Folia de reis é quando conseguem pegar as roupas dos foliões e vesti-las para assombrarem os outros com as máscaras.

Um dos elementos que pode ter contribuído com essa "tranquilidade" nas respostas corresponde ao fato de sempre escutam os termos afro-brasileiros, negros, afro, cultura afro, escravidão, escravos. Essas expressões são ditas principalmente pelas pessoas adultas da comunidade. Sendo que os mais velhos sempre remetem ao tempo da escravidão, aos ancestrais que deram origem ao quilombo e que eram escravos, filhos de escravos, que eram pessoas negras trazidas da África etc.

Essa expressão da identidade negra aparece internamente ao quilombo como algo positivo quando fazem associação entre o ser negro e quilombola, nos dizeres de Vitória "eu tenho orgulho de ser daqui, não quero sair daqui nunca" e contraposta pela negatividade vivenciada em outros espaços fora do quilombo principalmente na escola. Tanto Vitória como Ana Carolina e Pedro deram exemplos de discriminações sofridas no espaço escolar. Relataram que recebiam e recebem apelidos que fazem referência ao seu pertencimento étnico-racial tais como "neguinha do saci", "neguinha" e "tição", "macumbeiro".

Expressaram compreensão de que são alvo de preconceito racial porque são negras e moram no quilombo. Quando perguntadas qual o sentimento diante disso respondem que é algum ruim ou muito ruim. Vitória diz que queria poder explicar para essas pessoas que elas são iguais às outras crianças "Ah, eu queria explicar, dizer que somos iguais a qualquer um, que aqui é um quilombo e que somos negras".

e) **Tensões**: Foram identificados também alguns pontos de tensão principalmente aquelas referentes às preocupação dos adultos com a violência do entorno e como proteger os jovens e crianças dessa situação. As proibições de certas músicas como o funk.

> O No celular de Tetê tocava funk e Luan advertiu "Vai boba, entrar com esse funk que vovó vai te xingar". Tetê desligou o celular. (Caderno de campo, 09/06/2013).
>
> Todo dia morre alguém pros lados de lá, e é gente nova, só jovem. Não chegando aqui tá bom (Solano).

Considerações finais

Ser do Mato do Tição é uma identidade muito mais forte para essas crianças do que necessariamente ser quilombola do Mato do Tição.

A compreensão de que são quilombolas aparece como um discurso que é construído também a partir das várias vivências em torno dessa identidade que pode ser considerada recente visto que o termo quilombola toma força na comunidade no processo de auto-identificação para serem reconhecidas legalmente como quilombolas pelo Estado Brasileiro.

No caso do Mato do Tição a certidão de auto-reconhecimento foi expedida pela FCP em 2006. Apesar de anteriormente a esse processo os moradores, principalmente os mais velhos, já tinham consciência de que eram uma comunidade negra e que preservavam os valores e a cultura de seus antepassados africanos.

A utilização do termo quilombola dentro do Mato do Tição acompanha o processo nacional sobre o reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombo pelo Estado, seguida das ONGs e pesquisadores. Aos poucos essa identidade vai sendo incorporada e negociada pelos adultos do Mato do Tição. O uso do termo pelos moradores vai se tornando cada vez mais frequente quando compreendem que receber o título de quilombola representa a busca por direitos que antes não tinham acesso. Nesse sentido a identidade quilombola vai sendo incorporada e negociada pelos moradores que têm maior engajamento político. No caso do Mato do Tição, o reconhecimento representa a possibilidade de terem a titulação das terras e recuperação de muitos hectares perdidos para sitiantes e fazendeiros, verbas para a execução de projetos destinados principalmente à preservação da cultura local.

As crianças vivenciam todo esse processo e vão aprendendo na escuta dos mais velhos, na participação nos projetos desenvolvidos na comunidade, apropriando-se dos discursos internos e externos sobre o tema.

Vitória, Pedro e Ana Carolina compreendem cada um a sua maneira que Mato do Tição é um quilombo porque lá é uma comunidade de pessoas negras. Para Vitória o Mato do Tição é um quilombo porque "Tem muita cultura e muitas pessoas negras, também minha avó conta histórias do tempo da escravidão." Para Pedro "Porque aqui já foi terra de pessoas que eram escrava" e para Ana C. "Porque aqui é uma comunidade de pessoas negras".

As crianças também sabem contar a origem do nome do quilombo. Aprenderam ouvindo as histórias que seus avós e tios contam com frequência. As crianças com as quais trabalhei já incorporaram de alguma forma, outra identidade do ser quilombola mas numa escala menor. Os membros da comunidade de Mato do Tição estão unidos pelas suas práticas religiosas e culturais e por um sistema sociocultural cujos conteúdos remetem a herança legada por seus antepassados fundadores do quilombo e também aos seus ancestrais africanos. Às crianças do Mato do Tição são oferecidas várias oportunidades de aprendizagem e possibilidades de experimentar diversas formas de ser: crianças, negras, quilombolas, católicas e herdeiras de uma ancestralidade ancorada na luta e na celebração da vida em múltiplas dimensões do vivido e sentido.

Bibliografia

ABRAMOWICZ, A., OLIVEIRA, F., RODRIGUES, T. *A criança negra, uma criança e negra*. In. ABRAMOWICZ e GOMES, Nilma Lino. (orgs.).(2010) Educação e raça, perspectivas política, pedagógicas e estéticas. Belo Horizonte, Autêntica, P.75-96.

ARIÈS, Philippe.(1981) *História social da criança e da família*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Zahar.

ARRUTI, José Maurício P. A. (2003). *O quilombo conceitual. Para uma sociologia do "artigo 68". Texto para discussão do projeto Egbé.* Territórios Negros (Koinomia).

CAVALEIRO, Eliane. (1998). *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. Dissertação de mestrado (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, São Paulo: USP.

COHN, Clarice. (2005) *Antropologia da Criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

CRUZ, Silvia Helena. (2008). *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas*. São Paulo: Cortez.

DIAS, Lucimar.(1997). *Diversidade étnico-racial e educação infantil. Três escolas, uma questão. Muitas respostas*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade federal do Mato Grosso do Sul.

GOMES, Ana Maria Rabelo. *Outras crianças, outras infâncias*? In: SARMENTO, Manuel, GOUVEIA, Maria Cristina Soares de (Org.). (2008). Estudos da infância: educação e práticas sociais. Petrópolis: Editora Vozes, p. 82-96.

GOMES, N. e E., PEREIRA. (1992). *Mundo Encaixado, significado da cultura popular*. Belo Horizonte: Mazza.

GONÇALVES e SILVA, Petronilha Beatriz. *Dimensões e sobrevivências de pensamentos em educação em territórios africanos e afro-brasileiros*. In: LIMA, Ivan Costa e SILVEIRA, Sônia. (2000). Negros, Territórios e Currículos. Florianópolis: NEN/Fundação Ford, p.77-90.

KRAMER, Sônia. *A infância e sua singularidade*. IN: BRASIL. Ensino Fundamental de Nove Anos. Brasília-DF, Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2007. P.13-24.

_____. *Autoria e autorização: questões éticas da pesquisa com crianças.* Cadernos de Pesquisa. (2002). São Paulo, n. 116, p. 41-59, jul.

_____ (Org.). (2010). *Infância e Produção Cultural*. Campinas: Papirus, 7ª. Ed.

_____ ,LEITE, Maria Isabel (Orgs.).(2008). *Infância: Fios e Desafios da Pesquisa*. Campinas: Papirus, 10ª. Ed.

LUZ, Marco A. (2011).*Cultura Negra e ideologia do recalque*. Salvador, Rio de Janeiro: EDUFBA/Pallas, 3ª. Ed.

MOTT, Maria Lúcia de Barros.(1979). A criança escrava na literatura de viagens. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 31, p. 57-98.

MOURA, Glória. Festas dos Quilombos.(2012). Brasília: Editora UNB.

NASCIMENTO, Beatriz. O Quilomo do Jabaquara. Revista de Cultura Vozes. Petrópolis, Vozes: 1980, p. 16-18.

NASCIMENTO, Beatriz.(1980). O Quilombo do Jabaquara. Revista de Cultura Vozes. Petrópolis: Vozes, p. 16-18.

O'DWYER, Eliane Cantarin (Org.). 1995. *Terra de Quilombos*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia.

PEREIRA, Edmilson. (2005). Os tambores estão frios, herança cultural e sincretismo religioso n ritual do candombe. Belo Horizonte: Mazza.

RATTS, Alecsandro J.(2001*).(RE) "*Conhecer Quilombos no Território Brasileiro". In: FONSECA, Nazareth S. Brasil Afro-Brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 307-326.

REIS, João José e Gomes, Flávio dos Santos. (Orgs.). (1996). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.

ROSEMBERG, Fúlvia. (1996). *Educação Infantil: Classe, raça e gênero*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, nº 96, p. 3-86.

SANTOS, Joel R. *Zumbi*. (1985). São Paulo, Moderna.

SARMENTO, Manuel José Jacinto. (2006). *Infância, Diversidade e Expressão Simbólica.* In: Seminário Internacional Educação Intercultural, Movimentos Sociais e Sustentabilidade. Florianópolis Disponível em http://WWW.rizoma3.ufsc.br

Acesso em 25/08/2010.

SILVA, Juliana; BARBOSA, Silvia; KRAMMER, Sônia.(2005). *Questões teórico-metodológicas da pesquisa com crianças*. Florianópolis: Perspectiva, v. 23 n. 01, p.41-64, jan./jul.. Disponível em HTTPS://WWW.cde.ufsc.br/nucleos/nup/perpectiva.htm. Acesso em 28/08/2010.

SILVA, Marcilene. (2011). *Conflito, estigma e resistência. Um estudo a partir da Comunidade Quilombola do Matição* – MG. Tese de Doutorado em Educação. São Paulo: USP.

SILVEIRA, Oliveira. (2003). Vinte de Novembro: história e conteúdo. In: SILVA e SILVÉRIO. *Educação e Ações Afirmativas.* Brasília: INEP, p. 21-42.

SLENES, Robert. (2011). Na senzala uma flor: as esperanças e as recordações na formação da família escrava. Campinas, Editora da Unicamp.

SIROTA, Régine. (2001). Emergência de uma Sociologia da Infância: Evolução do Objeto e do Olhar. *Cadernos de Pesquisada Fundação Carlos Chagas*, São Paulo n. 112, p. 7-31.

Práticas Pedagógicas e Mediações Culturais em Escolas Portuguesas: uma análise comparativa

Ana Vieira[1]

Resumo
Com base numa investigação em escolas portuguesas que procuram ligar a pedagogia escolar à pedagogia social e à mediação sociopedagógica, pretendo fazer uma comparação entre dois territórios educativos onde realizei trabalho de campo, com observação participante, e onde há políticas e práticas estruturadas de lidar com as diferenças socioculturais dos alunos nos espaços escolares.
Num caso estamos perante um Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP) com a possibilidade de investimento em recursos humanos adequados; no outro perante um Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF), gerido sem apoios ministeriais.
Nos dois casos, há Profissionais Superiores de Trabalho Social (PSTS), educadores sociais, animadores e assistentes sociais a trabalhar, diariamente, com os professores.
É sobre as pedagogias e mediações culturais realizadas de forma diferenciada, num e no outro contexto, que pretendo discutir, discernindo sobre práticas multiculturais e interculturais e outras que produzem efeitos perversos, patologizando as diferença e transformando-a em deficiência.

Palavras-Chave: Pedagogia Social; Mediação Sociopedagógica, Trabalho Social na Escola; PSTS, TEIP, GAAF

A problemática

A pretensa abertura da escola a todos os grupos sociais e étnico-culturais trouxe mais tensões sociais aos territórios escolares, exigindo outro tipo de respostas pouco comuns entre os professores. Os professores passaram a ver-se confrontados com mais questões de carácter social, para além da função tradicional de educadores. A escola é um microcosmos da sociedade e, como tal, é um espaço e um tempo de interações entre pessoas diferentes na idade, no género, na cultura, na(s) língua(s) e dialetos, na religião, no conhecimento, um espaço de encontro e desencontro que gera identificações, (des)identificações, paixões e tensões, que são parte da vida, do desenvolvimento humano e mola mestra da transformação do *eu* e do *nós*, de alunos e professores. A tensão, a indisciplina, o conflito, os problemas sociais, etc. são, assim, parte substancial da vida e da vida na escola. Daí que, nos parece fundamental a adoção de pedagogias mais sociais nas escolas contemporâneas. Claro que o professor pode ser um mediador de conhecimentos e até, também, um mediador preventivo e resolutivo de tensões e conflitos que surgem na sala de aula e na escola em geral (Vieira, 2013), aproximando-se de um Trabalhador Social (PSTS) e inscrevendo-se, também, na Pedagogia Social (Baptista, 2008; Caride, 2005). Mas a questão é de saber se tal é bastante para gerir as tensões da escola contemporânea.
A mediação implica a construção de um terceiro lugar, como diria Michel Serres, na sua obra "O terceiro instruído" (1993). E pode ser pensada, essencialmente, a partir de duas perspetivas: uma mais resolutiva; outra

---

1 Professora Adjunta na ESECS-IPLeiria, Portugal. Investigadora Integrada do CIID-IPL, núcleo do CICS.NOVA.
Ana.Vieira@ipleiria.pt
Ana Vieira nasceu em Coimbra, em 1964. É mestre em Ciências da Educação – História e Problemas Atuais da Educação, e doutora em Ciências da Educação, na área da Educação Social e Mediação Sociopedagógica. É professora adjunta da ESECS, Instituto Politécnico de Leiria (IPL) e investigadora do (CIID-IPL), núcleo do CICS.NOVA.
A sua investigação incide sobre Mediação intercultural, Educação social, Mediação Sociopedagógica, Mediação Sociocultural, Pedagogia Social, Trabalho Social e Indisciplina, áreas onde tem publicado em livros, revistas nacionais e estrangeiras, e onde tem desenvolvido comunicações que tem apresentado em congressos nacionais e internacionais.

mais preventiva, e que desembocam, provavelmente, em muitas tarefas para um professor só, como veremos nesta comunicação. Por um lado, podemos, em termos de mediação social, considerar numa perspetiva conservadora – a mediação enquanto «ortopedia social» (Correia e Caramelo, 2003:173) – e numa perspetiva crítica – a mediação enquanto promotora da mudança social. No primeiro caso, temos a frequente redução do conflito social a um problema de comunicação *«na notoriedade da mediação não está ausente a tendência para reduzir a conflitualidade social aos défices de comunicação entre os indivíduos ou entre as instituições»* (Correia e Caramelo, 2003:178). No caso da relação escola-família, por exemplo, esta perspetiva pode assentar num pressuposto do défice cultural das famílias de meios populares e/ou minorias étnicas, levando a mediação a produzir um efeito de escola-espelho (Silva, 2003) e, assim, a reproduzir, na prática, as desigualdades sociais. A perspetiva crítica, por sua vez, pode aproximar-se de uma postura intercultural, promovendo a ponte entre culturas e relações sociais mais igualitárias (Silva *et al*, 2010: 81).

Apresentamos, de seguida, a síntese de um estudo comparativo, realizado no âmbito de uma pesquisa realizada para doutoramento na área da educação e pedagogia social (Vieira, 2011), aqui apenas entre dois territórios escolares do centro de Portugal que integram práticas de mediação sociopedagógica: um TEIP e um GAAF, um construído de baixo para cima, através do empenho dos docentes e desenvolvimento do projeto educativo, outro implementado de cima para baixo, com o apoio de entidades externas como o Instituto de Apoio à Criança (IAC) onde há educadores sociais, animadores, mediadores sociopedagógicos e assistentes sociais, os PSTS a trabalhar diariamente com os professores sem que, necessariamente, haja um grande entrosamento uníssono em torno do projeto educativo.

O aumento da diversificação dos alunos fez crescer a discussão sobre as funções da escola. O movimento de inclusão tem vindo a emergir nos discursos e em algumas práticas escolares e pretende integrar e promover o sucesso pessoal e académico de todos os alunos. A escola tornou-se um problema social e não pedagógico ou que é pedagógico na medida em que é social, como nos lembram Carvalho e Baptista (2004).

Como gerir as novas tensões sociais na escola? Com ou sem educadores sociais, animadores, mediadores e outros PSTS na escola? O professor, por muito multifacetado que seja, nem sempre está preparado para o trabalho de mediação sociopedagógica e de trabalho social na escola, embora, por vezes, o tente fazer por voluntarismo. O professor está treinado em pedagogia escolar, e em didáticas, mas pouco na pedagogia social que "representa justamente o domínio de conhecimento que, valorizando a educação em toda a sua amplitude socio-antropológica, permite enquadrar a pluralidade de experiências socio-educacionais desenvolvidas em comunidade e numa perspetiva de formação ao longo da vida" (Baptista, 2012:5).

Das escolas da Praia e da Calçada e dos seus públicos

Apresentamos, agora, aqui, em simultâneo, alguns dados e sua discussão, numa análise comparativa dos dois casos, observando os aspetos comuns e as limitações, vantagens e desvantagens da inclusão de Profissionais de Trabalho Social (PSTS), a trabalharem como mediadores sociopedagógicos nos projetos educativos, apresentando alguns sucessos e fracassos: O TEIP da Praia e o Trabalho Social no Agrupamento de Escolas da Calçada.

O primeiro caso situa-se na Freguesia da Praia, a mais populosa do Concelho, onde o projeto educativo detetou, como problemas sociais, casos de violência doméstica, solidão, carências relativamente a idosos, falta de creches, falta de organização de tempos livres para os jovens, alcoolismo, toxicodependência e desemprego.

É também nesta freguesia que existe um Internato Distrital Masculino que recebe crianças e jovens com carências a vários níveis, económico, social, afetivo, etc. A escola serve, também, a população do Bairro que foi construído para albergar famílias de refugiados das ex-colónias. Como refere Pedro Francisco, ex-professor da escola da Praia,

> "O Bairro era mesmo o Bairro, com toda a carga negativa… foi quando começaram a chegar…. Isto estamos a falar em 1982, salvo erro, 1983, é quando começam a chegar… a escola nem sequer era vedada… começam a chegar os primeiros refugiados e aquilo era… portanto, [a escola] não tinha paredes e, ao fim-de-semana… era um vandalismo completo! Na segunda-feira, lembro-me que um

> moço, de idade já avançada, que andava na escolaridade básica, aos fins-de-semana, as paredes eram pintadas pelo "Black", era o maior lá da "cantareira".

Há cerca de 95 famílias apoiadas pelo RSI[2]. Por outro lado, o número de processos apoiados pela CPCJ tem vindo a aumentar entre as crianças desta comunidade. Este relatório refere-se, também, ao aumento de desemprego que se tem vindo a verificar nos últimos anos, tal como a toxicodependência entre os jovens. Por outro lado, é também indicado o aumento de imigrantes vindos de várias nacionalidades que se foram instalando nesta zona. O Bairro tem uma cultura muito específica que não corresponde ao que é espelhado na Comunicação Social,

> "O bairro trazia alguns problemas era, de facto uma cultura distinta… eu lembro-me que os miúdos andavam na rua até tarde, não era problemático para as famílias porque eles estavam no bairro e se não estavam em casa, estavam em casa do primo, do vizinho, do amigo. Era uma determinada cultura, não havia problema, era assim a cultura… não é melhor, nem é pior… estavam ali ao pé deles… Agora do ponto de vista… Aliás eu assisto … da minha prática e da conversa com … assistimos já, infelizmente, um pouco por cada…em cada escola, problemas, se calhar bem mais graves que aqueles que se passam na Praia. É generalizado, basta assistir aí aos telejornais… a onda de violência… Isto tem a ver, do meu ponto de vista, com algumas dificuldades do ponto de vista social, do ponto de vista económico e depois…. A questão do acompanhamento das famílias e de alguma desestruturação das famílias." (Pedro Francisco, ex-professor da escola da Praia.

A escola da Praia é uma escola que foi estigmatizada e referenciada como sendo "problemática" e com "mau ambiente", pelo próprio Ministério da Educação. O diretor da escola, o professor Jacinto, diz sentir que "*Nós somos mais ou menos estigmatizados de forma injusta, eu acho, relativamente ao tipo de população escolar que temos. Há bem pouco tempo, tivemos aqui uma avaliação externa e eu tive uma discussão, no bom sentido, com os senhores inspetores que, de facto, também eles traziam essa imagem de escola difícil*" .

A isto não é alheio o facto de ser uma escola que abraçou já, pela segunda vez, um projeto TEIP. De momento decorre o TEIP2. Nas palavras do diretor,

> "Não é uma escola fácil… mas eu diria que, hoje em dia, não haverá escolas fáceis. Somos estigmatizados pelo facto de aqui perto haver um bairro social…, por os alunos [institucionalizados numa entidade próxima] …, que são crianças com problemas a todos os níveis, serem também todos nossos alunos, enfim, também por uma questão de fatores sociais… que se prendem com o facto de a Praia ser a maior freguesia, se calhar, do distrito; de ter aqui dois ou três bairros dormitórios complicados, complicados no sentido de que… os pais dão pouco apoio aos nossos alunos".

A população que o TEIP serve, essencialmente descendente de famílias regressadas das ex colónias portuguesas e que foram abrigadas num bairro social junto à escola, é uma população considerada difícil que num passado mais ou menos distante parece ter criado alguns problemas na e à escola, o que veio fazer com que esta estigmatização se viesse a arrastar no tempo:

> "quando estamos ao pé da… formação do gang… (aí não há ninguém que penetre com facilidade…). Nós temos um bairro razoavelmente complicado… aqui mesmo ao lado… onde eles tentam, por todos os meios, até porque há pouca vigilância, na minha opinião, … sobre eles, que estão um bocadinho à solta, um bocadinho laços de guita… É muito difícil eles aceitarem esse tipo de apoios, essa entrada. Já há mesmo um tipo de gang instituído" (professor César).

O professor César tem 56 anos e exerce a docência nesta escola há cerca de 30 anos. Esteve 12 anos no conselho executivo e gosta de dizer que "*conhece extraordinariamente bem a população e o meio*", sabe do que está a falar.

Hoje, dizem outros professores que lá trabalham, a situação já não é exatamente a mesma. No entanto, esta imagem de uma escola problemática continua: "*Os professores quando vêm para esta escola vêm aterrorizados* [risos] *...''Eh pá, vou para a escola da Praia!'' Depois chegam aqui e dizem, "Eh pá, afinal isto não é nada do que eu pensava que isto era! Isto é uma escola como as outras*!" (Luís, professor e coordenador do TEIP.

O Luís, professor e coordenador do projeto TEIP da escola da Praia, revela-se um grande entusiasta deste

---

2 Rendimento Social de Inserção

projeto. Uma das principais apostas da equipa TEIP é, segundo as suas palavras, "*passar para o meio onde* [a escola] *está envolvida uma imagem positiva*...". A pluralidade do público-alvo e diversidade cultural é apontada como uma mais-valia. Além disso também se pretende utilizar o conceito de TEIP precisamente no sentido oposto ao que é habitual:

> "…a própria designação TEIP já é por si estigmatizante e, de maneira que, nós contrariamos completamente aquela ideia da escola dos coitadinhos… dos alunos que não querem saber nada disto… Nós somos é uma escola que tem uma realidade muito própria, tem um público muito próprio e... e…a nossa filosofia, enquanto equipa TEIP, é… valorizar esta particularidade, ou seja, o facto de termos aqui alunos de… de… várias proveniências, alunos difíceis… é especializar-nos nesse tipo de alunos… e é aí que eu tenho certeza que nós somos bons. E, portanto, é essa imagem que nós temos que passar lá para fora. Aliás, nós aqui temos alunos que mais nenhuma escola da cidade aceita. E isso faz de nós melhores do que os outros. Este é o entendimento…ou seja, nós aceitamos todos os alunos. Esta escola não rejeita nenhum aluno que… aqui venha inscrever-se ou que queira frequentá-la. E isso lança um desafio acrescido para quem dá aqui aulas…De maneira que é isso que nós estamos a tentar e… de certa forma a conseguir promover. Se …não tens lugar noutro lado…vem para a escola da Praia que, na escola da Praia, consegues. A ideia é mais essa…".

Esta é a mensagem que se pretende transmitir para fora da escola, atualmente, uma escola aberta a todos os alunos, sem exceção. Na verdade, todos os anos o número de alunos inscritos aumenta, o que nos leva a acreditar que este objetivo está a ser conseguido. Se, por um lado, há escolas que "escolhem" os seus alunos pensando em rankings, esta escola usa o projeto TEIP para a comunidade criar uma imagem positiva da mesma, tentando passar a ideia de que é a "verdadeira escola para todos", utilizando a estigmatização no sentido oposto ao valor semântico da palavra.

Tal como nos TEIP estudados por Canário, Alves e Rolo (2001), também no caso do TEIP da Praia a imagem da população que o serve é mais negativa que a realidade. Tirando o caso de algumas famílias que estão no desemprego, o grosso da população tem o seu emprego e está integrada. Alguma fragilidade social pode levar ao refúgio no alcoolismo e toxicodependência. É pertinente, também, aqui, de novo, falar da possibilidade de dupla interpretação da sigla TEIP. Por um lado, aposta em programas escolares para promover a inclusão e o sucesso de todos; por outro, coisifica o território como espaço desintegrado, como se a culpa do desemprego fosse exclusivamente do mesmo. Já Henriot-Van Zanten (1990: 59 e 71) havia sublinhado esta dimensão, relativamente aos ZEP. Também, aqui as escolas têm uma má imagem social derivada da proveniência social e da composição cultural dos alunos.

O Agrupamento de Escolas da Calçada situa-se nos limítrofes da cidade e serve um número elevado de filhos de imigrantes e de etnia cigana. Aqui, os problemas sociais inventariados no projeto educativo passam pela indisciplina, gravidez na adolescência, e falta de competências sociais e parentais das famílias.

De um levantamento e análise efetuados, a escola selecionou as seguintes situações problema: insucesso escolar e qualidade do sucesso educativo, indisciplina e violência, número significativo de alunos com "português língua não materna", meio socioeconómico e cultural desfavorecido, degradação do equipamento escolar, projeção da imagem das escolas na comunidade, comportamentos de risco e dimensão do agrupamento e distância entre algumas escolas e a escola-sede.

Quando se fala da Escola da Calçada, é muito difícil contornar a questão da sua imagem social. Na verdade, esta escola é considerada a mais problemática da cidade. Quando entrevistámos o atual diretor do agrupamento, o professor Amândio, a pergunta foi inevitável: "*O agrupamento da Calçada é um agrupamento problemático ou isso é uma imagem exterior e descontextualizada*?" A resposta foi rápida:

> "O agrupamento da Calçada é um agrupamento igual aos outros, não me atrevo a dizer que é problemático… agora atrevo-me a dizer que há uma imagem exterior que vai denegrindo um pouco a escola da Calçada. A escola da Calçada é um agrupamento rigorosamente igual aos outros. Nós temos alunos problemáticos, temos alunos com graves problemas comportamentais mas é um agrupamento que está muito, muito controlado, isto é, […] criaram-se mecanismos de controle… […] e os docentes são trabalhadores a esse ponto, de se envolverem na resolução dos problemas. A escola da Calçada tem uma grande virtude que é não esconder os problemas e isso, de facto, tem ajudado a resolver os

> problemas. Não resolve a mudar a imagem, mas resolve a mudar os problemas internos, porquê? Porque assume que os tem e parte para a resolução deles".

O diretor além de dizer que esta escola é problemática, também afirma que a imagem vai denegrindo ainda mais a escola. Para ele, a escola não esconde que tem problemas, pois só assim os consegue resolver. Parece ser forte a convicção deste diretor e do seu corpo docente na resolução dos problemas. Aproveita mesmo para acrescentar que este tipo de postura não se encontra na maior parte das escolas para não manchar a imagem fora dos muros, o que leva a que os problemas não sejam resolvidos e, por vezes, atinjam situações limite.

A indisciplina, a monoparentalidade, a gravidez na adolescência, as dificuldades económicas e, ainda, a falta de competências sociais e parentais das famílias são algumas das situações com que a escola se debate, segundo Aldina, professora do ensino especial da Escola da Calçada. Acrescenta, ainda, a existência de um número significativo de alunos de etnia cigana o que, também, constitui, segundo ela, uma situação difícil de gerir devido à falta de responsabilidade, de assiduidade e de cuidados de higiene. Diz mesmo que a escola da Calçada é uma escola problemática. Esta professora parece ter uma visão unilateral da questão que vê unicamente no aluno e na sua família o problema.

Durante a entrevista em grupo que fizemos à professora Paula e ao professor Filipe, estes mostraram-se muito desiludidos e desencantados com a profissão de professor, dizem mesmo não gostar do que fazem. Para eles, hoje em dia, é exigido demasiado aos professores essa exigência passa por funções que vão muito para além daquilo que, na sua opinião, é ser professor. [Perde-se mais tempo a resolver problemas] *Sociais, afetivos, económicos...* [do] *que a ensinar*. […] *Sinto uma enorme frustração. Quando se diz que nós temos experiência... mas a nossa experiência não serve para isso* [para resolver aqueles problemas] *e nunca vai servir para isso*" (professor Filipe). São muitas responsabilidades para as quais não se sentem preparados. A professora Paula afirma que se sente mais assistente social e psicóloga do que professora. Aponta o dedo aos pais que criticam, constantemente, os professores mas que, na sua opinião, se desresponsabilizaram do seu papel de educadores e que cada vez mais desvalorizam a escola: *"nós fazemos tudo a nível social. É como o professor Filipe disse* […]. *Aqui há uns anos, eram os pais que nos diziam que o aluno tinha problemas de qualquer tipo. Agora, é o professor que diz aos pais"*. Estes professores não parecem ter perfil para exercer funções para além das meramente pedagógicas, porque são aquelas para que se sentem preparados.

Das escolas e seus projetos de mediação

O projeto TEIP

O Agrupamento de Escolas da Praia, identificado como Território Educativo de Intervenção Prioritária de 2ª Geração (TEIP2), foi referenciado no Despacho Normativo nº55/2008 de 23 de Outubro de 2008 e relançado através do Decreto/Lei nº 8065/2009, de 20 de Março de 2009. A designação TEIP2, que vigora neste Decreto/Lei, é considerada de segunda geração pois já na década de 90 foram integrados, a título experimental, alguns estabelecimentos de ensino neste projeto, como é o caso do da Praia.

Os TEIP procuraram dar atenção a uma população escolar mais desfavorecida, nomeadamente a nível socioeconómico e cultural, tendo como principal objetivo o desenvolvimento e implementação de igualdade de oportunidades, respeito pela diferença e autonomia de cada um dos intervenientes.

Segundo Pedro Francisco, ex-professor do agrupamento da Praia, atual técnico superior da Câmara Municipal, foi uma medida da política educativa que criou os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, em 1996/97. Na altura, foram envolvidas cerca de trinta escolas.

Quanto ao trabalho social e de mediação na escola, e em relação à prática dos docentes, Luís afirma que, devido às características da população desta escola,

> "os professores sempre fizeram esse trabalho social e de mediação. O professor não se pode nunca limitar, muito mais sendo um professor da escola da Praia, nunca poderá chegar ali, dar a sua matéria e vir embora. […]" . Justifica, dizendo: " Porque há todo um conjunto de situações que ocorrem todos os dias: é necessário perceber se o aluno comeu; se aluno não vem com uma camisola… será que ele a tem? Ter consciência [de], por exemplo, quando pede um trabalho de casa, perceber se ele vive com mais 10

ou 12 pessoas num T1. Portanto, tudo isto tem de ser relativizado em função do público que temos. […] isso é claro que fazemos".

Quando lhe falamos sobre o trabalho de profissionais de outras áreas, PSTS, na escola, diz, sem rodeios "s*ão outros olhares, são outras formas de intervir".*

Portanto, os PSTS revelam novas perspetivas acerca da realidade social e devem trabalhar em colaboração com os professores. São suas as palavras,

> "ter uma equipa multidisciplinar a analisar os problemas, só enriquece, só facilita… Ter […] duas animadoras culturais, no caso, cria uma visão que… eu não tinha, por exemplo, enquanto professor. No caso, vamos considerar estas três valências, o psicólogo… que nesta escola temos dois psicólogos, portanto, é perfeitamente aceite… é quase inevitável não se contar com ele nas reuniões de conselho de turma, na avaliação dos projetos, […] A assistente social que também só está cá agora por causa do TEIP, cumpre aqui um papel que… estava ao cargo dos psicólogos até aqui, eles estavam, de certa forma, abafados no trabalho que estavam a fazer a tratar de questões de natureza social de… por exemplo, acompanhamento de alunos… um aluno tem um problema de assiduidade, por exemplo, há famílias perfeitamente disfuncionais que não acompanham minimamente os alunos, o diretor de turma já tem mais um apoio, reporta isso à assistente social, esta… sinaliza o aluno porque conhece e, esta parte é importante, porque conhece os meandros… sabe a que é que se há-de dirigir, faz a ponte muito mais fácil com a CPCJ, faz a ponte muito mais fácil com as instituições de inserção… comunica com essas instituições para perceber… se este problema é só da família em relação à escola ou se é da família em relação a toda a comunidade. Identificado o problema, a assistente social vai a casa do aluno… faz um acompanhamento diferente… e isso era completamente impensável de fazer… O professor não tem tempo, não tem hipótese nenhuma, nem… conhecimento, nem sabe que passos é que há-de dar e, portanto, nós sentimo-nos muito mais escudados, isto é uma vantagem muito… muito grande. Portanto, só vejo mesmo vantagens em sermos TEIP e em termos este… painel de colaboradores.

Também o professor Pedro Francisco refere que,

> "estes técnicos especializados desempenham um papel primordial naquilo que eu considero o "braço direito" do diretor de turma. Porquê? Porque estes técnicos passaram a integrar os próprios conselhos de turma, quer os conselhos de turma disciplinares, quer os conselhos de turma de avaliação. Portanto, nesta perspetiva, eles constituem um auxílio. É evidente que, num determinado momento, também têm pareceres com os quais o professor não concorda com esses pareceres doutra área do conhecimento… mas isso é inerente aos trabalhos. Mas é melhor haver um parecer com o qual discordamos do que precisarmos de um parecer e não o termos. É a minha perspetiva. De facto, este é um assunto importante. O diretor de turma é o elo de ligação entre a escola e a família/escola e aqui o técnico especializado pode fazer também um trabalho…" (Pedro Francisco).

O Trabalho Social no GAAF e na Oficina de Comportamento

O GAAF e a oficina de comportamento constituem-se, neste território educativo, como espaços de mediação sociopedagógica, uma vez que procuram responder às tensões e aos problemas sociais dos alunos que provocam o seu desajuste no contexto social e escolar.

O GAAF surge como uma forma de mediação escolar, na Escola da Calçada, no sentido em que parte da conceção de que o aluno é o principal ator dentro da escola e que só através da sua participação ativa e da sua colaboração se torna possível melhorar o ambiente vivido na escola e na comunidade em que está inserido. Deste modo, o aluno é considerado o elemento central e mais importante na intervenção do GAAF. No entanto, não se pode trabalhar com os alunos, isoladamente, o seu próprio comportamento, pois são sujeitos sociais que estão inseridos numa comunidade, também ela com as suas potencialidades, problemas e dificuldades.

A equipa que constituía o GAAF, em 2008/2009, era uma psicóloga, uma técnica superior de serviço social – estagiária; um elemento do Conselho Executivo, dois professores colaboradores e a coordenadora do IAC, a Drª Rita.

O GAAF do Agrupamento de Escolas da Calçada foi interrompido, ao que parece, por falta de verba[3]. Em 2008, foi assinado protocolo com o IAC. Os dados estatísticos do GAAF remetem o funcionamento para o período entre Fevereiro de 2009 e Junho de 2009, sendo que o universo de alunos era, na altura, de 1020. Relativamente a esse GAAF que funcionou nesse período, o diretor diz que "*Funcionou ilegalmente, com muita pena minha que este ano também não tivesse funcionado…"*. Quando foi questionado sobre o que se passou, realmente, em relação a esta extinção, e quais terão sido as dificuldades de implementação, ouvimos respostas referentes a financiamento, o que levou a que o GAAF não pudesse continuar. No próprio IAC, quando aí nos deslocámos, em Julho de 2010, para certificar estes dados e apurar outros, percebemos que também não havia certezas relativamente às razões da não continuidade do Gabinete. Percebemos que, por motivos de ordem jurídica, o financiamento teria que entrar não pelo agrupamento mas, antes, por uma entidade da parceria que seria considerada a financiadora. O professor Amândio não confirmou estes dados nem adiantou nenhuma outra explicação. Pareceu, até, não considerar o GAAF muito essencial na escola, embora reconheça que o trabalho feito foi positivo, provavelmente por há vários anos haver já na escola um outro gabinete, de índole semelhante[4], que procurava responder às necessidades sociopedagógicas que são esperadas serem resolvidas por um GAAF. Conciliando este conhecimento com o facto de o novo diretor ter estado destacado alguns anos, acabamos por perceber o escasso interesse pelo GAAF, que transpareceu das suas palavras sempre que, sobre o assunto, falávamos. Era uma psicóloga e uma professora de ensino especial que faziam parte do GAAF e que recebiam os alunos, depois de estes terem passado pela oficina de comportamento. Quanto à fusão do GAAF e da oficina de comportamento num só projeto, a resposta deste professor é um pouco evasiva, "*eu tenho algumas reservas relativamente a essa fusão…tenho algumas reservas…São muitas pessoas, são muitos microgrupos de trabalho dentro de uma escola"*. É que a oficina de comportamento emergiu à volta de alguns professores que, possivelmente, pensam o projeto como seu e têm dificuldade em partilhar o espaço com outros profissionais, ou mesmo adaptar o projeto a um outro com enquadramento sociopedagógico proveniente de instituições tutelares.

Contudo, pelo que nos foi contado e dado a perceber pelo cruzamento de várias entrevistas e conversas em trabalho de campo, a Oficina de Comportamento, como o próprio substantivo indica (oficina), parece estar ligada a uma dimensão corretiva, a uma dimensão de "trabalhar os alunos" como se eles fossem o barro e os educadores o oleiro. Com efeito, pudemos perceber que, ao contrário dos ideais pedagógicos do GAAF (que podem, ou não, ser concretizados no terreno), a Oficina de Comportamento recebia, e recebe, os alunos que são expulsos das aulas, ou que tiveram atos de indisciplina na escola, para alguém falar com eles e os chamar à razão, tentando acabar com esse comportamento.

Relativamente a esta oficina de comportamento, corretiva, como vimos, vale a pena questionar se a finalidade destes projetos é resolver os problemas dos alunos ou os problemas dos professores. São feitos a pensar nos alunos, ou nos professores?

Parece existir aqui uma certa contradição nas palavras do diretor. O GAAF, por um lado, não é prioritário, mas por outro, fez um bom trabalho. Possivelmente, o receio deste gestor será de ferir algumas suscetibilidades relativamente aos mentores da oficina de comportamento. Haverá aqui um certo jogo de poder e uma certa rivalidade entre estas duas valências que trava o desenvolvimento dos dois projetos com objetivos similares em simultâneo. Chega mesmo a afirmar que este tipo de trabalho social não tem, necessariamente, de ser feito por um PSTS, "*um professor com um perfil x pode ser capaz de o fazer"*.

O GAAF, mesmo durante os referidos 6 meses, funcionou essencialmente na escola sede do Agrupamento. Por isso, a opinião de alguns professores de outras escolas não é muito favorável. O professor João, coordenador do 1º Ciclo, diz o seguinte: "*Quer dizer, vieram umas senhoras fulanas tais lá para a reunião conhecer o Agrupamento, apresentámo-nos, apresentaram o projeto. Tudo muito bonito. Mas, de concreto, não tenho nada, não vi nada. Esta Escola não viu resultados, nem um relatório*".

A educadora Violeta teve alguns contactos com o GAAF mas, também, a sua opinião não é a melhor acerca do seu funcionamento.

---

3 Esse é, pelo menos, o discurso do atual diretor.

4 A oficina de comportamento que já existe na escola há uns 10 anos e que é sustentada por alguns professores carolas.

> "Trabalhei uma vez ou duas [com o] GAAF. Tinha que ser pela Net. Sinalizei um pequenino […] O GAAF fez pouco ou nada por este menino. A família da mãe daquele menino era toda desestruturada, e a do pai era … A criança andava ali como uma bola. Só que este menino só foi atendido em Maio e o caso foi pedido em Janeiro ou Dezembro. E a psicóloga nem o conhecia. Não posso dizer que ela fez um bom trabalho ou não. […] Para ela chamar o pai, tive de ser eu a perguntar… Mas não sei o que ela fez […] A assistente social só me disse que estava a fazer o estudo, mas não sei se resolveu alguma coisa ou não. Esse menino tinha muitos problemas… mudava de casa de 3 em 3 meses, porque não pagavam a renda. […] Uma das coisas que eu acho que fazia falta nesses serviços, era ver o comportamento da criança na escola, porque é muito bonito ser assistente social, mas é preciso atuar, e faz-se muito pouco".

Parece ter havido falta de comunicação entre o GAAF e os professores que sinalizavam os alunos, o que, possivelmente, criou opiniões menos positivas por parte destes últimos. Mas, nem todos os docentes da escola têm a mesma opinião acerca do funcionamento do GAAF na Escola da Calçada. A Aldina, professora de Ensino Especial e também elemento que fez parte da equipa deste gabinete, diz que o GAAF não podia acompanhar todos os casos e deu prioridade aos considerados mais graves. Esta decisão levou a que muitos professores não vissem os problemas dos seus alunos resolvidos, o que veio originar insatisfação. Sobre a atuação do GAAF acrescenta que *"é muito positiva, porque estão mais perto das crianças e da família e são eles os mediadores e não só os professores. O GAAF é mais uma estrutura de acompanhamento necessária em todos os agrupamentos e que poderá ser alargada ao campo da saúde*". Diz mesmo que este gabinete faz falta este ano letivo porque, "*agora, temos um caso complicado e, se tivesse aí o GAAF, este caso, se calhar, já estava resolvido e ele* [o aluno] *não tinha tido o processo disciplinar. O GAAF faz todo o sentido*". Tem esperança de que o GAAF volte a existir na sua escola, mas com uma equipa constituída de modo diferente. Esta professora de Ensino Especial afirma que o trabalho social requer um acompanhamento constante por parte dos técnicos de intervenção social, não podendo haver demoras, nem exigir resultados imediatos ou a resolução de todos os problemas. A professora Paula e o professor Filipe têm opiniões diversas relativamente ao funcionamento do GAAF, no entanto a sua opinião é convergente relativamente à implementação deste gabinete que, segundo eles, não foi feita do melhor modo:

> "a realidade do GAAF era um bocado desvirtuada. Não se percebeu bem para que é que era o GAAF na escola. Há que se definir para que é que se quer um gabinete destes na escola. O ano passado, sugeriu-se que os alunos que iam para a rua, iam para o GAAF. É uma lacuna; é um erro técnico! Assumido, [...] que teve a concordância das chefias, mas isso é uma questão que tem que ser definida, porque se o GAAF é um gabinete de apoio à família e ao aluno, deve ser… um gabinete. Não é para mandar os alunos indisciplinados. Deve ser um trabalho de equipa, [para atender] casos pontuais graves, para não haver uma avalanche de alunos que vão para a rua e que depois vão para o GAAF. [Em] qualquer sítio onde haja um volume enorme de casos, nenhum dos casos sai direito. Há que definir o que é que o GAAF faz na escola, todos em conjunto; não é o GAAF que define" (professor Filipe).

Este professor diz-nos que teve uma turma complicada e que se sentiu apoiado pelo GAAF, quando sinalizou alguns casos: *"como ela [psicóloga do GAAF] estava relacionada com o assistente social e também com a CPCJ, despoletou um trabalho, que sendo de imediato, deu alguma margem para eu estar menos preocupado. E, nesse sentido, uma assistente social nesta escola era importantíssimo".*

A opinião da professora Paula diverge da do seu colega, criticando o modo como o gabinete trabalhava:

> "Eu acho que, aqui no GAAF, nomeadamente assistentes sociais, psicólogas, as pessoas que estão envolvidas, têm que fazer o trabalho em consonância com os professores e não o oposto […] por exemplo… Eu ponho um aluno na rua, porque ele estava a ter um comportamento desadequado e eu queria que eles tentassem que ele mudasse esse comportamento, mas não!" E continua, dizendo: […] Até são capazes de passar a mãozinha e eles até gostam! Preferem ir para o GAAF que ir para uma aula. Quando um aluno me pede para ir para o GAAF, eu sei que, afinal, ele gosta porque ele lá é bem tratado, como ele diz! É bem tratado porque faz o que quer e o que lhe apetece".

Talvez esta opinião esteja um pouco distorcida da realidade, relativamente à função de um GAAF numa escola. Como quererá esta profissional do ensino que o GAAF consiga mudar o comportamento de um aluno de um momento para o outro? Por magia? Será com um comprimido? De facto, mesmo sendo eu professora, não posso deixar de pensar que alguns colegas idealizam a possibilidade de um assistente social, um psicólogo

ou um outro técnico social poderem, com um *click*, mudar o comportamento de alguns alunos, tantas vezes resultado dum choque cultural entre a vida fora da escola e a vida na escola onde são sempre corrigidos, apontados, estigmatizados, criticados, classificados pela negativa. O mais habitual é estes jovens reagirem de acordo com este tipo de pensamento professoral.

Relativamente à oficina de comportamento, o diretor afirma que "*Está vivíssima!"* A oficina de comportamento existe há 10 anos e funciona com três professores que têm redução de horário, utilizando o tempo que têm que dar à escola, na oficina de comportamento. Estes professores fazem

> "uma primeira abordagem é uma primeira intervenção. Um conselho de turma assim que deteta que algum aluno está a manifestar comportamentos desviantes é, imediatamente, proposto pelo conselho de turma, para a oficina de comportamento. […] A colega que lá está, com o diretor de turma, marca com o aluno um horário para o receber. A conversa acontece… Nem pouco mais ou menos é um serviço de especialista em psicologia, não tem nada a ver com isso. Tem que ver com… perceber a natureza das coisas, o que é que incomoda, qual é a "pedra", onde é que anda a "pedra", é uma pulga atrás da orelha, é uma pedra no sapato, não é? O que é que se passa? (professor Amândio, diretor do agrupamento).

Esta equipa trabalha em parceria com os diretores de turma,

> "O diretor de turma recebe, *a posteriori* um documento da oficina de comportamento, da pessoa que acompanhou o aluno e, é sempre a mesma que acompanha o mesmo aluno, até entre anos diferentes, […] a dizer «falei com o aluno… foi difícil…partilhou este assunto…» e, a partir daí, desencadeia-se um conjunto de mecanismos… […] Ali o objetivo é criar uma aproximação clara com alguém da escola para que a escola conheça melhor o aluno" (professor Amândio).

A oficina de comportamento foi idealizada e criada pela professora Ana, quando sentiu que a escola não tinha recursos para ajudar os seus alunos:

> "A escola tem de agir sobre esses problemas, e a escola tem de agir utilizando os seus recursos! Quais são os nossos recursos?! O meu por, exemplo, foi criar uma oficina do comportamento, em que eu pretendo dar à criança… dar os recursos necessários para combater….em primeiro lugar: perceber…o porquê de não estar a aprender….o porquê que a levou a responder mal ao professor…. Por que é que foi violento com um funcionário… porque é que agrediu um colega…primeiro perceber! Vamos lá ver… depois, no fundo, começar a conhecer-se, isto é, …quem sou eu?!" .

Conhece, reconhece e valoriza o papel dos PSTS e sente a sua falta dentro da escola: *"A Oficina do Comportamento já alargou o seu âmbito a outros comportamentos que não têm a ver com incumprimentos relativos ao Regulamento Interno da escola. E de facto, para nós, torna-se imprescindível se nos deixarem continuar a ter estagiárias de Serviço Social, não é?! A partir do momento em que as tivemos, de facto, passou a ser necessário para nós"*.

Parece-nos que, no início, a oficina de comportamento, tal como o nome indica, seria apenas para receber os alunos indisciplinados, mal comportados, que vinham para a rua durante as aulas, ou seja, que não respeitavam o regulamento interno da escola. A professora Élia apoia projetos do tipo da oficina de comportamento e reivindica uma equipa multidisciplinar para haver complementaridade do trabalho:

> "Hoje não quero um Psicólogo, eu hoje não quero um Assistente Social, eu hoje quero os dois. Um não faz sentido sem o outro. Agora, como é que nós tentamos colmatar a falta de alguma coisa? Com a Oficina do Comportamento […] Trabalhos ou projetos, como a Oficina do Comportamento, isso interessa-me. É alguma coisa que vai ajudar uma criança a pôr cá fora, muitas vezes, aquilo que não consegue com a Diretora de Turma, porque estão vários alunos, etc. […] A escola precisa de uma equipa multidisciplinar. Não apenas um Técnico de Serviço Social, nem apenas um Psicólogo. Ambos. Nós precisamos deles. Preciso mesmo de uma equipa".

A professora Sidónia defende que a oficina de comportamento é um espaço escolar capaz de ajudar a resolver alguns problemas dos alunos:

> "parece que a gente chega lá e desmonta o comportamento, mas é isso mesmo que se faz lá. Aquilo é mesmo uma oficina, só não tem óleo no chão porque aqueles professores desapertam aquelas porquinhas todas e aquelas peças todas e vão tentar ver onde é que a engrenagem está a falhar. Porque quando se faz um despiste de um problema comportamental há sempre uma causa, um aluno não é mal comportado

dentro de uma sala de aula porque lhe apetece […] Mas a agressividade deles é um problema e nós lidamos com isso mandando-os para a oficina de comportamento e eles já sabem que vão ser desmontados e não querem ir. Mas depois vão lá a primeira vez e, depois, estão sempre a perguntar quando é que lá voltam" .

É um projeto que faz parte da estrutura da instituição e, deste modo, assumido por esta como parte integrante.

Dos projetos educativos e da comparação sobre as práticas de mediação

A partir da observação direta e participante que fizemos nos dois contextos, podemos dizer que, no plano discursivo, os PSTS são considerados como parceiros dos professores, mas a verdade é que o trabalho conjunto é escasso. Tal como acontece nos ZEP, estudados por Van Zanten (1990), também nestes territórios educativos, como pudemos observar, não há proximidade de trabalho, quer em termos de planificação, quer em termos da implementação dos projetos. Os dois tipos de profissionais parecem habitar dois mundos perfeitamente tornados estanques, não fora o que de comum há nos dois: os alunos que interagem tanto com uns como com outros.

Para os professores, os PSTS são especialistas de despiste, de compensação e de diálogo, interação e tratamento de famílias problemáticas. Nos questionários aplicados aos dois contextos, é manifesta a opinião da importância dos PSTS na escola. Nas entrevistas, para além dos professores que reforçam esta importância, há outros que criticam a falta de trabalho em rede entre professores, responsabilidade que atribuem ao modo de implementação do GAAF, como se eles não fossem parte da operacionalização dos projetos. Alguns chegam a dizer que são precisos desde que não interfiram no trabalho dos professores, o que implicaria uma divisão de tarefas que não ficaria como responsabilidade de ninguém.

Ao nível da observação direta e participante nos dois territórios educativos, aí a décalage é bem notória, quer no desenvolvimento curricular das áreas disciplinares, quer nos recursos, quer no trabalho específico dos gabinetes de trabalho social: professores e PSTS vivem mundos diferentes dentro da escola embora em volta da mesma "clientela": os alunos.

O discurso dos professores sobre os PSTS é vago, tal como sucede com outras experiências similares de Pedagogia Social em França (Zanten, 1990). A maioria dos professores limita-se a discursos preocupados em delimitar os domínios de cada um. Por seu lado, os PSTS assumem-se como potenciais e efetivos mediadores socioculturais e sociopedagógicos com competências e funções que ultrapassam largamente o que lhes é reconhecido pelos docentes. Põem a tónica, essencialmente, na sua proximidade com as famílias, as comunidades e o meio de onde provêm os alunos, assumindo este conhecimento como vital para o sucesso educativo numa escola de massas. Por outro lado, os PSTS assumem que, só passado muito tempo, os professores têm discursos explicativos para a sua presença e função nas escolas, mas que não deixam de ser estereotipados.

Muitos PSTS representam os professores como incapazes de alterar o clima de aula e a relação interpessoal e intercultural que gera tensões, problemas sociais e indisciplina na escola. Sentem que são vistos como "os apaga fogos", capazes de resolver os problemas dos alunos como se eles fossem uma essência coisificada em cada comportamento diário. Em boa verdade, só um trabalho conjunto, não só de sinalização, por parte do professor, e de resolução por parte dos PSTS, que ponha a tónica, por um lado, no problema como resultado de uma interação social particular e, por outro, na mediação preventiva e não apenas de conflitos (Vieira e Vieira, 2011) pode vir a transformar este trabalho de apêndice num trabalho integrado onde a escola reúna, num mesmo patamar, os profissionais da educação e do trabalho social e onde a educação seja vista sempre como educação social, independentemente de ser na sala de aulas, no recreio ou em casa, e dinamizada por professores e outros técnicos do trabalho e educação social.

Nos dois territórios escolares, o abandono e o insucesso escolares são associados à delinquência, droga, tensões sócio raciais e à não valorização da escola por parte de culturas específicas, como é o caso particular da dos ciganos e da dos imigrantes.

Tal como aconteceu no caso francês (Zanten, 1990) vale a pena pensar no que se ganhou com os TEIP (Canário, 2001). Ganhou a escola? Como? Ganhou o projeto educativo? Houve ganhos de autonomia? Quais? Houve

mais verba para quê? Para obras? Para outros recursos? Quais? Puderam-se contratar outros técnicos e outros professores melhor preparados para o contexto dos TEIP? Que ficaram a ganhar os alunos e as famílias em concreto?

> "Sim, eu penso que ganharam, ganharam mais do ponto de vista… das aprendizagens também, porque os miúdos, não tenho dúvidas nenhumas, passaram por experiências riquíssimas… Do ponto de vista das famílias, porque houve um envolvimento maior, nesses projetos as famílias eram chamadas às escolas, as famílias participavam…os miúdos participavam em projetos que envolviam a comunidade e as famílias eram chamadas também a participar. Penso que se fizeram um conjunto de atividades que envolvia a própria comunidade adulta em que também eles traziam aspetos da sua cultura para dentro da escola… quer do ponto de vista gastronómico (agora já não me recordo qual exatamente o nome do projeto)" (Pedro Francisco, ex-professor da escola da Praia).

Apesar de tudo, quer no GAAF, quer no TEIP, a visão da diversidade cultural como potencial pedagógico parece estar ausente. O que é mais enfatizado é a dimensão do problema social dos alunos ou das famílias, o que nos permite falar destes territórios como delimitações de problemas sociais individuais, onde têm vindo a ganhar espaço os PSTS nos gabinetes de apoio, vistos como se de hospitais sociais se tratasse (Vieira e Vieira, 2011).

Há, ainda, outras semelhanças estruturais, no estudo destes três casos, com o realizado por Henriot-Van Zanten (1990, p. 178) em França: os territórios aqui estudados encontram-se em etapas distintas no que se refere ao percurso de aceitação/integração de PSTS na escola: na Calçada os PSTS ainda não têm lugar; na Praia os PSTS começam a ser aceites.

Mesmo antes da integração de PSTS nestes territórios escolares, os professores foram procurando ser, eles próprios, os mediadores sociopedagógicos, colmatando, da forma que podiam, os problemas sociais dos alunos que iam percebendo não serem apenas de ordem meramente pedagógica (Bonafé-Schimtt, 2000; Capul, 2003).

A localização da sede dos Agrupamentos aqui em análise, ambos situados junto de bairros sociais considerados problemáticos, parece justificar a importância das estratégias adotadas nos respetivos projetos pedagógicos e a necessidade de consolidação da intervenção a nível social que os responsáveis por este trabalho em ambas as escolas defendem. Ambos os projetos apostam no trabalho social feito a partir de uma interação entre os elementos do contexto escolar e os PSTS, em estreita comunicação com as instituições da comunidade.

As avaliações realizadas pelos responsáveis destes projetos permitem apurar o sucesso e insucesso na resolução de algumas situações, idealizando a entrada de PSTS na escola.

Nos dois territórios escolares, ao nível do discurso, parece não haver dúvidas quanto ao reconhecimento dos PSTS como mediadores sociopedagógicos. Considerando que estas experiências são ainda relativamente recentes em Portugal (embora, saibamos que o número de GAAF ascende, já, a uma centena, no país, e os TEIP também) e que, visto o Trabalho Social Escolar não apresentar ainda um espaço profissional formal e delimitado no contexto escolar, podemos dizer que, provavelmente, estamos a assistir à emergência e reconhecimento de novos profissionais, inscritos numa matriz da Pedagogia Social (Caride, 2005), para atuarem dentro do contexto escolar, a partir de uma lógica indutiva, não imposta de cima para baixo pelos ministérios, diplomas legais, etc., mas, antes, a partir do reconhecimento da eficácia que no terreno os PSTS produzem.

Estamos perante projetos que dotam as escolas de maior autonomia (TEIP) e que apenas são possíveis perante uma autonomia financeira suficientemente instituída (GAAF). Em termos de produtos finais, há mais semelhanças que diferenças entre estes projetos: aponta-se para uma maior abertura da escola à comunidade e, por outro lado, para a entrada de novos agentes educativos na escola, os PSTS.

Em termos empíricos, estamos perante dois casos, dois Territórios Educativos onde ocorre, explicitamente, mediação sociopedagógica. Mas, por detrás de uma ideologia de diferenciação pedagógica e de aprendizagem cooperativa, presente nos projetos do TEIP, do GAAF e da OC, nenhum destes territórios, consegue fugir à patologização da diferença (Vieira e Vieira, 2011), ou seja, à visão da diferença como deficiência. Isto observa-se, logo à partida, no próprio desenho dos projetos, evidenciando-se, contudo, mais na operacionalização dos mesmos, bem como nos discursos que os vários agentes sociais produzem, a propósito das entrevistas realizadas.

Notas conclusivas

À pergunta "Como veem os professores do ensino básico e secundário a entrada de PSTS nos quadros das escolas?", no âmbito dos territórios educativos, quer os questionários apresentados, quer as entrevistas realizadas mostram, claramente, que os professores, embora se assumam como mediadores de aprendizagem e de conhecimento, e mesmo de mediação sociopedagógica, veem com bons olhos a integração de PSTS nos Territórios Educativos, a trabalharem, conjuntamente, no desenvolvimento de cada projeto educativo, uma vez que sentem não ter competência para resolver as tensões sociais e problemas relacionados com a vida familiar dos alunos. Algumas respostas às perguntas abertas dos questionários (escassas, porque raramente são respondidas), a observação participante nos dois contextos escolares estudados e os depoimentos colhidos em entrevistas aprofundadas permitem pensar que os docentes naturalizam muitas dimensões sociais, essencializando, nos alunos, aquilo que é resultado das suas condições sociais, apropriadas de forma estigmatizada, e verbalizadas através das essências aluno-problema, família-problema, bairro-problema, território-problema e outras patologizações da diferença (Barbieri, 2003; Canário, Alves e Rolo, 2001; Chaveau, 1989; Correia e Caramelo, 1994; Demazière, 2010; Vieira e Vieira, 2011; Zanten, 1990).

Tivemos oportunidade de trabalhar próximo de assistentes sociais, animadores culturais e sociopedagógicos, educadores sociais e outros, nos três territórios educativos analisados. Pudemos constatar, também, que se os PSTS são bem-vindos por parte dos professores, e se eles já estão nestas escolas onde há gabinetes de mediação sociopedagógica, a verdade é que não há consenso sobre o que eles aí fazem e podem fazer a par e diferentemente dos psicólogos que têm mais rasto histórico no trabalho escolar. Parece haver, pois, um espaço para a mediação sociocultural em contexto escolar, em Portugal, mas parece, também, que há um longo caminho a percorrer quer na afirmação desses profissionais quer na delimitação dos seus perfis de atuação a par da pedagogia escolar.

Esta investigação mostrou-nos, também, que há uma boa parte de professores que assume a possibilidade, enquanto profissionais atualizados, de desenvolver todas estas tarefas de relação com os alunos, as famílias e a comunidade, sem recurso a outros profissionais internos. Estes, quando esgotados os seus potenciais, preferem apostar em projetos educativos que, construindo redes com outras instituições sociais possam, sempre que necessário, resolver o que os professores não forem capazes de fazer sozinhos.

A investigação mostrou, também, a importância de o(s) professor(es) fazer(em) parte das equipas de mediação, para diminuir a distância entre o professor/educador e o técnico de trabalho social/mediador e para não permitir o nascimento de mais ilhas isoladas nos territórios educativos.

Estamos perante espaços organizacionais de mediação sociopedagógica, em dois territórios educativos específicos, com recurso a novos profissionais na educação escolar, os PSTS, praticantes de uma pedagogia mais ampla, a social, e que, independentemente do tipo de mediação que fazem, mais preventiva ou mais de resolução de conflitos, são uma mais-valia para a escola, para as comunidades onde se inserem e para uma sociedade que se deseja mais inclusiva.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, V. (2010), *O Mediador sociocultural em contexto escolar – contributos para a compreensão da sua função social.* Mangualde: Edições Pedago.

BAPTISTA, I. (2012), "Pedagogia Social: um campo plural de investigação e intervenção" in *Cadernos de Pedagogia Social*, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, pp. 5-6.

BAPTISTA, I. (2008), "Pedagogia Social: uma ciência, um saber profissional, uma filosofia de ação", *Cadernos de Pedagogia Social*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, pp. 7-30.

BARBIERI, H. (2003), "Os TEIP, o projecto educativo e a emergência de 'perfis de território'", *Educação, Sociedade & Culturas*, 20. Porto: Edições Afrontamento, pp. 43-75.

BONAFÉ-SCHIMTT, J. P. (2000). La mediation scolaire par les élèves. Paris: editions ESF.

CANÁRIO R. ; ALVES N.; e ROLO, C. (2001). Escola e exclusão social. Lisboa: Educa.

CAPUL, M. e LEMAY, M. (2003). Da educação à intervenção social, Vol. I e II. Porto: Porto Editora.

CARIDE, J. A. (2005). Las Fronteras de la Pedagogia Social. Perspectivas Científica e Histórica. Barcelona: Editorial Gedisa.

CARVALHO, A. D. e BAPTISTA I. (2004). Educação Social. Fundamentos e Estratégias. Porto: Porto Editora.

CHAVEAU, G. L´échec scolaire au quotidien, in CHAVEAU, G. e DURO-COURDESSES, L. (Orgs.). (1989). École et quartiers. Paris: Editions L´Harmattan, pp. 39-55.

CORREIA, J. A. e CARAMELO, J. (1994). Da Mediação Local ao Local da Mediação", Educação, Sociedade e Culturas, 20. Porto: Edições Afrontamento, pp. 167-191.

COSME, A. e TRINDADE R. (2007). A Escola a Tempo Inteiro: Escola para que te quero?. Porto: Profedições.

DEMAZIÈRE, D. (2010). A mediação social, um trabalho de terreno, *in* CORREIA, J. A. e SILVA, A. M. C. Mediação: (D)Os contextos e (D)Os Actores. Porto: Edições Afrontamento/CIIE, pp. 103-118.

SERRES, M. (1993). O Terceiro Instruído. Instituto Piaget: Lisboa.

SILVA, P. *et all*. (2010). Mediação Sociopedagógica na Escola: conceitos e contextos, *in* PERES, A. N. e VIEIRA, R. (Orgs.). Educação, Justiça e Solidariedade na Construção da Paz. Chaves e Leiria: APAP e CIID-IPL, pp. 75-99.

VIEIRA, A. (2011). Educação e Mediação Sociocultural: a emergência de novos papéis sociais na escola, tese de doutoramento, Vila Real: UTAD.

VIEIRA, A. (2013). Educação Social e Mediação Sociocultural, Porto: Profedições.

VIEIRA, A. e VIEIRA R. (2011). Territórios Educativos e Mecanismos de Lidar com a Diferença na Escola, Actas do II Encontro de Sociologia da FLUP – Educação, Territórios e Desigualdades. Porto: FLUP, p. 317-335.

ZANTEN, HENRIOT-VAN, A. (1990). L'Ecole et L'Espace Local. Les Enjeux des Zones d'Education Prioritaires. Lyon: Presses Universitaires de Lyon.

Práticas pedagógicas na formaçao do professor – leitor: estudo exploratório numa instituição brasileira

Maria Celina Teixeira VIEIRA[1]

Resumo: Entende-se que a forma como a leitura é trabalhada nos cursos de formação de professores já estabelece uma relação com a leitura profissional e/ou social. Propôs-se conhecer as condições e a compreensão leitora de alunos em processo de formação profissional, de licenciaturas diversas, quando em interação com diferentes gêneros textuais. Entre outros objetivos, pretendeu-se averiguar o papel do curso de formação inicial de professores, enquanto possibilitador de práticas de letramento, mediação leitora e a integração entre biblioteca e a sala de aula. A relevância do trabalho está em discutir a repercussão das práticas de leitura na formação e desenvolvimento do professor-leitor. O estudo ocorreu em uma instituição particular, confessional. Por meio de metodologia, de traço qualitativo – Análise de Conteúdo realizaram-se dez entrevistas semi estruturadas, individualizadas e gravadas, com professores do curso de formação de professores. A análise e discussão dos resultados evidenciaram que os professores formadores preparados e com experiência no magistério superior, por serem leitores possuem uma concepção de leitura e de leitor desenvolvida pela prática de leitores que são, no entanto, informaram práticas de letramento, mediação leitora e integração entre biblioteca e a sala de aula frágeis. Não mencionaram o ensino de interpretação de textos, isto é, o utilizar conscientemente os mecanismos envolvidos no complexo processo de compreensão leitora, de forma a desenvolvê-los e/ou aperfeiçoá-los. É um processo interno, que precisa ser ensinado ao futuro professor, para que este tenha condições de recriar, criticamente, os significados dos textos que circulam socialmente e na escola, capacitando à formação de novos leitores, para que participem ativamente da sociedade que privilegia a educação formal, frente às demandas do mundo do trabalho e da participação cidadã.

Palavras-chave: Formação do professor-leitor; Práticas de letramento; Estratégias de compreensão leitora; Mediação leitora e Integração biblioteca e sala de aula.

INTRODUÇÃO

Toda a informação é classificada, analisada, estudada e processada a fim de gerar conhecimento que, por sua vez, é cada vez mais provisório em função do acelerado ritmo de transformações da sociedade.

A escola – espaço formal de ensino em que ocorre o processo de construção e reconstrução do conhecimento – deve ser substancial, interdisciplinar e cumprir um de seus objetivos, no aluno, a necessidade de seguir aprendendo, capacitando-o a compreender e atuar em uma sociedade. (Gimeno Sacristam, 2007: 64).

Entendemos que os cursos de formação inicial de professores devem favorecer situações variadas de leitura aos graduandos de licenciatura de forma a tornarem-se leitores competentes, e, por conseguinte, professores de leitura capazes de desenvolver essa competência em seus alunos. Segundo Foucambert (1997) formar-se professor é ter acesso aos instrumentos que possibilitam a formação de novos leitores.

Poucas pesquisas sobre leitura levam em conta a especificidade dos universitários e/ou licenciados que, apesar de resistirem a todos os mecanismos de seleção, aumentam o índice dos que não sabem, não gostam e não querem ler.

---

1 PUC/SP. Faculdade de Educação. Departamento de Fundamentos da Educação. Av. Diógenes Ribeiro de Lima, 2361. Ap.83 Bloco PR. CEP: 05458-001. Alto de Pinheiros. São Paulo. SP. Brasil. mctvieira52@gmail.com

Possui Graduação em Pedagogia (1973) e Mestrado em Educação – Psicologia da Educação (1981) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutorado em Educação/Didática, pela Universidade de São Paulo (1992) e, Pós-Doutorado em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2013). É professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tem experiência na área de Educação, com ênfase em Metodologia da Pesquisa em Educação, Psicologia da Educação, Didática e Leitura.

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, a Associação Brasileira de Leitura - COLE e o Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino - ENDIPE documentaram produções de programas de pós-graduação, destacando a urgência de conhecimentos na formação de leitores autônomos no ensino superior.

Assim, propôs-se conhecer as condições e a compreensão leitora de alunos em processo de formação profissional, de licenciaturas diversas, quando em interação com diferentes gêneros textuais. Entre outros objetivos, pretendeu-se averiguar o papel do curso de formação inicial de professores, enquanto possibilitador de práticas de letramento, mediação leitora e a integração entre biblioteca e a sala de aula. A finalidade, uma vez que não constam publicações, foi discutir a relevância da repercussão das práticas de leitura na formação e desenvolvimento do professor-leitor.

Fizeram-se entrevistas semi estruturadas, individualizadas e gravadas em MP3 para registro em áudio, com dez (10) professores do curso de formação de professores – Pedagogia, no próprio campus universitário. Procurou-se caracterizar o professor em sua constituição; explicitar o que o professor formador entende por leitura e por leitor e a importância da leitura na construção do sujeito-aluno; conhecer o que o professor formador informa como práticas de letramento, mediação leitora e integração da biblioteca à sala de aula.

Por meio de metodologia, de traço qualitativo – Análise de Conteúdo objetivou-se ir além da compreensão imediata e espontânea e sim a uma observação mais atenta dos significados do texto, o que pressupõe uma construção entre as premissas de análise e os elementos que aparecem no texto. (Rizzini, Castro e Sartor, 1999: 91).

O estudo ocorreu numa instituição particular, confessional de referência na cidade de São Paulo, SP, Brasil, reconhecida nacional e internacionalmente pela formação e atualização de educadores em todos os níveis de ensino.

Entende-se que somente começando pela base do processo educacional, na formação inicial de professores, poder-se-á fazer do futuro leitor, um leitor que compreende os textos que circulam socialmente e, ao compreendê-los, poderá assumir uma posição crítica frente a eles; exercitando, entre outras coisas, a cidadania, evitando a arbitrariedade, o autoritarismo e a ignorância numa sociedade democrática.

É imprescindível que o professor formador, além de possuir conhecimentos sobre o processo de leitura, seja um leitor competente, atuando como um modelo para seus alunos. O professor no diálogo leitor-texto-autor/contexto é o de provocador e/ou incentivador, no sentido de tornar o aluno sujeito do ato de ler (Freire, 1994: 20), produzir sentido e não reproduzir os sentidos protocolados (Silva, 2005: 42). O objetivo último de todo o mestre é transferir, progressivamente, para os alunos o controle de sua aprendizagem; é tornar-se desnecessário (Pozo, 2002: 273), disponibilizando-lhe estratégias para jogar com as possibilidades de previsão e confirmação de hipóteses em diferentes tipos de texto. (Solé, 1998)

Entendemos a leitura como produção de sentidos que se efetua através de um processo de interação entre interlocutores; que se constituem na/pela linguagem. Nesse processo, acredita-se que são múltiplos os sentidos produzidos pelo leitor, que não apenas aqueles pensados pelo autor do texto, sendo estes constituídos na negociação entre esses interlocutores (Koch & Elias, 2006) e Kleimann (2000) e (2002).

1. OS PROFESSORES FORMADORES

Os professores lecionam na universidade há algum tempo: três (03) trabalham há mais ou menos 20 anos; (Kaka[2] há 13 anos, Solange há 19 anos e Helena há 20 anos), três (03) trabalham há 30 anos ou mais; (Any e Paula) há 30 anos e (Audry) há 32 anos e quatro (04) há 40 anos ou mais; (Antony, Lucy e Tetê) há 40 anos e (Mary) há 45 anos.

Dos dez entrevistados, seis fizeram Escola Normal, nome dado à escola de nível médio que formava professores polivalentes para a 1º à 4ª série do Ensino Primário, atual Ensino Fundamental I. Com a finalidade de aprofundar os estudos na área de Educação seis professores fizeram o curso de Pedagogia; sendo que dois desses seis

2 Os nomes dos professores entrevistados, aqui citados, são fictícios.

fizeram, também, um o curso de Psicologia e outro o de Enfermagem. Os demais professores fizeram: Filosofia (um), Letras (um), Serviço Social (um) e Psicologia (um). Todos fizeram Mestrado e o Doutorado na área de Educação.

Seis dos pesquisados lecionaram no Ensino Fundamental I, dois deles administraram escolas primárias e secundárias e, todos lecionam no Ensino Superior na Graduação e oito professores trabalham, também, em cursos de Especialização.

A atualização profissional é constante e se dá por meio de leituras gerais e especializadas, na preparação dos programas de disciplinas de Graduação e/ou Especialização, na elaboração de pesquisas, participação em congressos, na escritura de artigos, livros e/ou capítulo de livros.

Os professores constituíram-se professores estudando e praticando educação a cada dia, porque entendem que cada realidade é uma realidade e estão sempre aprendendo. "A gente aprende a ser professor." (Solange).

Alguns professores tornaram-se professores pela vontade de passar algumas ideias de liberdade, responsabilidade social e individual e ajudar as pessoas a entender coisas. Os espaços de leitura que os professores vivenciaram e/ou vivenciam são muitos: leem em língua materna e segunda língua muitos textos acadêmicos e não acadêmicos, assinam e/ou compram jornais e revistas. Vão a livrarias, bibliotecas, consultam e-bibliotecas. Leem em papel e pela internet, no entanto preferem o papel.

De forma geral os professores, individualmente e/ou em grupos de estudo, leem em qualquer lugar - casa, biblioteca, livraria, faculdade - a qualquer hora e qualquer dia. Muito da atividade profissional se faz a partir de leituras. Os professores leem muito para as funções acadêmicas e outras atividades de trabalho, a leitura por prazer, segundo os professores, fica para as férias.

2. OS PROFESSORES FORMADORES: CONCEPÇÃO DE LEITURA, DE LEITOR E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO-ALUNO PELA LEITURA

O Homem representa a realidade em diferentes linguagens: por meio de cores, de plantas, de animais, de expressões corporais, emoções e, também, da escrita. Nossa sociedade está organizada em uma cultura letrada e o conhecimento que é produzido historicamente pelo Homem está sistematizado pela da escrita e a leitura é a única forma de acesso a ela.

Os professores entrevistados entendem a leitura como uma porta aberta para o universo, para conhecimento, para distração, para o lazer (Audry). A leitura pode proporcionar prazer, mesmo sendo um livro didático (Mary) É uma forma de encontro com outras pessoas. Um encontro que estimula à reflexão, a atualização, a provocação e às vezes acalma (Lucy). Ler é a capacidade de fazer parte da história que se lê; "imaginar as cenas, os personagens, o significado deles, de uma mãe, de um pai, de um gari etc. Só assim, podemos dialogar com o texto, rompendo preconceitos. O preconceito é fazer a leitura sem perceber o sentido o contexto do outro" (Antony).

Antony, Any, Kaká e Solange defendem a leitura como um "diálogo" entre o autor, o texto, o leitor e o contexto. Nessa interação o significado do texto não está pronto ele só se constitui na interação entre o autor-texto-leitor/contexto. Interpretar é ler nas entrelinhas, é ir além do significado das palavras é perceber a complexidade de relações, significados/sentidos num particular contexto. É apropriar-se de ideias que possam contribuir significativamente no processo de constituição do sujeito enquanto leitor e cidadão leitor. Esta é a relação que faz o ser humano se constituir como sujeito por meio da leitura.

Os professores entendem por leitura, por compreensão leitora, o que (koch & Elias, 2006) e (Kleiman, 2000 e 2002) informam: para que duas ou mais pessoas possam compreender-se mutuamente, por meio do texto escrito, faz-se necessário que seus contextos sociocognitivos sejam, pelo menos, particularmente semelhantes. O contexto sociocognitivo engloba vários tipos de conhecimentos; conhecimento linguístico, conhecimento enciclopédico, conhecimento da situação comunicativa e de suas "regras", conhecimento superestrutural ou tipológico, conhecimento estilístico, conhecimento de outros textos. Todos esses tipos de conhecimento estão arquivados na memória do leitor e do autor e necessitam ser mobilizados por ocasião do intercambio verbal.

Pode-se perceber na voz dos professores pesquisados a leitura como uma atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza, evidentemente, com base nos elementos linguísticos

presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes no interior do evento comunicativo como as experiências e conhecimentos do leitor.
Antony diz que o professor e o aluno podem ter interpretações diferenciadas e têm o direito de dizer as suas maneiras de ver o texto, e é, assim, que acontece o diálogo entre professor e aluno na interação pela linguagem.

> Através da interpretação que o aluno dá ás informações de um texto o professor vai percebendo o contexto de onde o aluno vem, o que ele traz como valores. O professor tem que pensar em como fazer a mediação dos valores, não para dizer esse valor é o certo aquele é errado, mas como as pessoas pensam e porque as pessoas pensam dessa maneira, o conhecimento dos alunos só acontece nessa medida. É um crescimento mais lento, mas é um crescimento mais participado, as pessoas vão se tornando mais sujeitos. (Antony)

Considerando a fala do professor Antony parece que este entende o ler como saber-se envolvido numa interação com alguém em um momento sociohistórico especifico e saber que o escritor, como qualquer interlocutor, usa a linguagem a partir de um lugar social marcado. (Moita Lopes, 1994:358). E que o professor no processo ensino e aprendizagem deve possibilitar ao aluno recriar, criticamente os conteúdos presentes no texto.
A produção de sentido é atividade orientada por nossa bagagem sociocognitiva: lugar social, vivências, relações com o outro, valores da comunidade, crenças e conhecimentos textuais. Considerar o leitor e seus conhecimentos – diferentes de um leitor para outro – implica aceitar uma pluralidade de leituras e de sentidos em relação ao mesmo texto. Daí falarmos em um sentido para o texto e não em o sentido do texto.
Percebe-se uma aproximação para uma concepção de leitura em que o foco da está na interação autor-texto-leitor. (koch & Elias, 2006). O sentido/significado de um texto é construído na interação texto-sujeito (autor e leitor), e não em algo que preexista a essa interação. A língua é entendida como dialógica e/ou interacional em que os sujeitos (autor e leitor) são vistos como atores, construtores sociais, sujeitos ativos que se constroem e são construídos pelo texto, considerando o próprio lugar da interação e dos interlocutores. O texto possui uma gama de implícitos, os mais variados, somente detectáveis quando se tem como, pano de fundo, o contexto sociocognitivo do autor e do leitor.
Para os professores pesquisados ser leitor não é só decifrar palavras é necessário incorporar informações articulando-as aos conhecimentos prévios, de forma, a construir concepções de Mundo, Homem e Conhecimento de maneira crítica, autônoma e significativa. (Antony, Any, Helena, Lucy, Mary e Solange)
Segundo Smith (1989), possuímos uma visão/concepção de mundo, intrincadamente organizada e internamente consistente, coerente, construída na experiência e na cultura vivida pelo ser humano, resultado de uma permanente aprendizagem. Essa "teoria de mundo" é base de todas as nossas percepções, raiz de todo o aprendizado, fonte de esperanças, raciocínio, criatividade, entendimento e/ou compreensão. É o fator que relaciona os aspectos do mundo a nossa volta às intenções, conhecimentos e expectativas que já possuímos em nossas mentes. O aprendizado pode ser visto como a modificação do que já sabemos como uma consequência de nossas interações com o mundo que nos rodeia. A compreensão e o aprendizado são, fundamentalmente, a mesma coisa, relacionando o novo ao material já conhecido.
Vivemos em uma sociedade de cultura letrada. O sujeito que não tem domínio dessa cultura não se constitui, totalmente, como sujeito. Não só o analfabeto, como o alfabeto funcional, não conseguem transformar o conteúdo da leitura de um texto escrito em uma apropriação autônoma. (Paula)
Os estudos realizados pelo Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional - INAF (2012) mostram, entre outros aspectos, o efeito da escolaridade no alfabetismo. O ganho em termos de anos de estudo não tem correspondido, na mesma proporção, a ganhos no domínio das habilidades de leitura, escrita e cálculo. Comparando a primeira medida do INAF Brasil em 2001-2002 com o levantamento realizado em 2011, apenas no primeiro segmento do ensino fundamental observa-se ganhos em relação à aprendizagem ao longo da década. Provavelmente esse avanço tenha ocorrido porque as pessoas conseguiram ficar mais tempo na escola (pelo menos até a 4ª série ou 5º ano), devido ao acesso a programas educativos não escolares com alguma eficácia ou ainda, por encontrarem mais oportunidades para exercer e desenvolver suas habilidades. Nos demais graus de escolaridade diminuem o percentual de pessoas que atingem o nível pleno de habilidades, esperado para o final do Ensino Fundamental

II. O efeito da diminuição das habilidades adquiridas ao longo da escolaridade básica se reflete também no nível superior. Nesse grupo, mantêm-se a tendência observada anteriormente: cresce a proporção de brasileiros que chega ao Ensino Superior, mas reduz-se o desempenho médio do grupo, 38% dessas pessoas não dominam plenamente as habilidades de leitura.

O Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA (2009) evidenciou que a média do Brasil subiu 33 pontos entre 2000 e 2009. Apesar desse resultado, entre os 20 mil alunos brasileiros que fizeram as provas de leitura, ciências e matemática, mais da metade deles fica sempre com a nota mais baixa, o nível 1. Esse nível significa que, em leitura, nossos jovens são capazes, apenas, de encontrar informações explícitas nos textos; em matemática, não conseguem ir além dos problemas mais básicos; e, em ciências, entendem apenas o óbvio e apresentam enormes dificuldades para manejar conceitos científicos básicos. Na avaliação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE não tirariam proveito de uma educação mais avançada.

Esses resultados impedem e excluem boa parte de nossos jovens de participar ativamente da sociedade que privilegia a educação formal, comprometendo seu desempenho frente às demandas do mundo do trabalho e da participação cidadã. Nessa direção Gimeno Sacristam (2007: 92) expressa que o valor que é dado à leitura na vida das pessoas para participarem da sociedade é condição de cidadania e inclusão social, pois ler ou não ler, muito ou pouco são aspectos que, em nossa hierarquia de valores, distingue passivamente as pessoas e a sociedade.

3. OS PROFESSORES FORMADORES: PRÁTICAS DE LETRAMENTO, MEDIAÇÃO LEITORA E A INTEGRAÇÃO ENTRE A BIBLIOTECA E A SALA DE AULA.

O ensino desenvolvido na escola tem centralidade na leitura, controlada pelo professor que interage com os alunos numa tríade - professor, aluno e texto escrito. As práticas de letramento, a mediação leitora e o uso da biblioteca em sala de aula, que os professores informaram ter possibilitado a seus alunos precisam promover, segundo Moita Lopes (1994): o domínio de informação, a familiaridade com a função social da escrita e o entendimento da compreensão leitura como construção social do significado dando ao aluno a possibilidade de recriar, criticamente, os significados que a escola enfatiza.

Nas práticas de letramento, isto é, ato ou efeito de fazer (algo) que denota a capacidade de uso de diferentes tipos de material escrito duas professoras; Any e Mary entendem que a aproximação do aluno com diferentes tipos de texto ajuda na elaboração do texto escrito acadêmico; um texto "descontaminado da linguagem oral" (Any). Num sentido de maior aprofundamento do material disponibilizado exploram a função social da escrita propondo junto aos alunos a elaboração de resenhas e seminários. Nessa tarefa procuram mediar à compreensão leitora por meio de aulas expositivas e dialogadas. Informam que procedimento semelhante ocorre quando trabalham textos de diferentes autores e de diferentes propostas teóricas.

As professoras (Helena, Audry e Lucy) informam que sempre foi muito difícil contar com uma leitura espontânea, livre, autodeterminada dos alunos. Diante da não leitura por parte do aluno as professoras fazem uso de diferentes procedimentos na tentativa de "remediar a situação" ou "mediar à compreensão leitora do aluno".... Audry prepara uma síntese e apresenta em classe, de modo que alunos que leram e os que não leram tenham do ponto de vista dela os aspectos principais do texto. A professora parece ter a visão de que existe apenas uma leitura possível para cada texto, um significado presente no texto e não uma construção social localizada, política e cultural. Helena lê com os alunos, em classe, o texto indicado e vai "comentando" parágrafos, "puxando" o aluno no sentido de saber o que ele pensa, fazendo perguntas considerando os objetivos da aula relacionados ao texto etc. Parece que a professora Helena percebe que o significado não está nas coisas ou nas pessoas, mas acontece na relação entre as pessoas e o contexto - o autor e o momento histórico em que escreveu o texto; o texto escrito o aluno e o atual momento histórico que se vive etc. Os significados com que trabalhamos na sociedade são produtos de um momento histórico, localizados cultural e institucionalmente. (koch & Elias, 2006).

A professora Lucy sinaliza que há falta de orientação para os alunos de como ler com proveito, pois os alunos "leem por cima e pensam por alto"

Entende-se que o papel do professor no diálogo/interação: leitor-texto-autor/contexto é o de provocador e/ou incentivador, no sentido de tornar o aluno sujeito do ato de ler, disponibilizando-lhe textos adequados para alcançar os objetivos propostos em cada unidade temática ministrada e estratégias para jogar com as possibilidades de previsão e confirmação de hipóteses em diferentes tipos de texto.
Em que consiste uma estratégia? Qual o papel que ela desempenha na leitura?
Segundo Houaiss (2007) numa derivação por extensão de sentido pode-se entender **estratégia** como arte de aplicar com eficácia os recursos que se dispõe ou de explorar as condições favoráveis de que porventura se desfrute, visando o alcance de determinados objetivos. É um ardil engenhoso, estratagema, subterfúgio. **Procedimento,** segundo o mesmo autor é um substantivo masculino que diz respeito ao ato ou efeito de proceder. Maneira de agir, modo de proceder; de portar-se; conduta, comportamento. Modo de fazer algo; técnica, processo, método.
Assim, **estratégia -** *arte de aplicar com eficácia os recursos que se dispõe ou de explorar as condições favoráveis de que porventura se desfrute, visando o alcance de determinados objetivos* - **e procedimento -** *maneira de agir, modo de proceder, de fazer algo; técnica, processo, método* - **têm em comum** sua utilidade para regular a atividade das pessoas, á medida que sua aplicação permite selecionar, avaliar, persistir ou abandonar determinadas ações para conseguir determinado objetivo. Também, **diferem entre si**, pois, enquanto a **estratégia,** não detalha, nem prescreve totalmente o curso de uma ação, o **procedimento** detalha parcimoniosamente o modo de agir e de proceder, de fazer algo.
Solé (1998) informa:

> (...) a potencialidade da **estratégia** reside no fato de ser independente de um âmbito particular e poder se generalizar. Seu componente essencial é a autodireção e autocontrole na supervisão e avaliação do próprio comportamento em função dos objetivos que persegue e da possibilidade de modificar o comportamento em função da necessidade dos objetivos. Sua aplicação correta exige uma contextualização para um problema concreto. SOLÉ (1998, P.69)

Se pensarmos em uma linha contínua as **estratégias** estão situadas no extremo da linha e no pólo oposto estão os **procedimentos,** mais específicos, aqueles em que a realização é muitas vezes automática e não exige controle nem planejamento prévio. São processos executivos ligados às tarefas muito concretas e concede ás estratégias o caráter de capacidades cognitivas de ordem mais elevada, intimamente, relacionadas á metacognição – capacidade de conhecer o próprio conhecimento, de pensar sobre nossa atuação, de planejá-la e que permitem controlar e regular a atuação inteligente.
Segundo Solé (1998):

> As estratégias de compreensão em leitura são tipos de procedimentos de ordem elevada. Tendem a obtenção de uma meta; permitem avançar o custo da ação do leitor, embora não se prescrevam totalmente; caracterizam-se porque não estão sujeitas de forma exclusiva a um tipo de conteúdo ou a um tipo de texto, podendo adaptar-se a diferentes situações de leitura; envolvem os componentes metacognitivos de controle sobre a própria compreensão, pois o leitor, além de compreender, sabe que compreende e quando não compreende. (SOLÉ, 1998, p.72)

Na mesma direção os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) da Língua Portuguesa, (2000) defendem a estratégia de leitura como um amplo esquema para obter, avaliar e utilizar informação.

> As estratégias são recursos para construir significado enquanto se lê. Estratégias de **seleção** possibilitam ao leitor se ater apenas aos índices úteis, desprezando os irrelevantes; de **antecipação** permitem supor o que ainda está por vir; de **inferência** permitem captar o que não está dito explicitamente no texto e de **verificação**

> tornam possível o "controle" sobre a eficácia ou não das demais estratégias. O uso dessas estratégias durante a leitura não ocorre de forma deliberada – a menos que, intencionalmente, se pretenda fazê-lo para efeito de análise do processo. (BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN** da **Língua Portuguesa**, 2000.p.53)

Pensando em leitores proficientes, a utilização de determinadas estratégias ocorre de maneira automática. Somente quando surge algum aspecto novo, capaz de bloquear sua compreensão, é que há uma desautomização no processo de leitura e, nesse caso, o leitor age conscientemente, desacelerando seu processo de forma metacognitiva.

Leitor maduro é aquele que usa de forma adequada e no momento apropriado os processamentos **ascendente** (buttom-up) e **descendente** (top down), como uma estratégia metacognitiva isto é, o leitor tem controle consciente e ativo de seu comportamento. No primeiro modelo, **ascendente** (buttom-up), o leitor processa seus elementos componentes, começando pelas letras, continuando com as palavras, frases, em um processo ascendente, seqüencial e hierárquico que leva à compreensão do texto. Nesse processamento tem grande importância as habilidades de decodificação, pois o leitor só compreende o texto porque pode decodificá-lo totalmente. É um modelo centrado no texto e que não explica fenômenos, como inferir informações, ler e não perceber determinados erros topográficos, compreender um texto sem necessidade de entender em sua totalidade cada um de seus elementos. No modelo **descendente (**top dawn), o leitor não lê letra por letra, mas usa seu conhecimento prévio e seus recursos cognitivos para estabelecer antecipações sobre o conteúdo do texto, fixando-se neste para verificá-las. Assim, quanto mais informação possuir um leitor do texto menos precisará se fixar nele para construir a interpretação. Neste modelo o processo de leitura também é seqüencial e hierárquico, mas descendente, ou seja, a partir das hipóteses e antecipações prévias, o texto é processado para sua verificação. (KATO, 2007) e (SOLÉ,1998).

Qualquer leitor experiente que conseguir analisar sua própria leitura constatará que a decodificação é apenas um dos procedimentos que utiliza quando lê. A leitura fluente envolve uma série de estratégias sem as quais não é possível rapidez e proficiência. É o uso de estratégias que permite controlar as decisões diante de dificuldades de compreensão, de arriscar-se diante do desconhecido e de buscar no **texto** a comprovação das suposições feitas.

Conhecer as estratégias, entretanto, não é suficiente; é preciso utilizá-las conscientemente, apropriar-se dos mecanismos envolvidos no complexo processo de compreensão leitora, desenvolvê-los e/ou aperfeiçoá-los. É um processo interno, porem precisa ser ensinado. Para Pozo (2002:235) as estratégias requerem planejamento e controle da execução. O aprendiz deve compreender o que está fazendo e por que está fazendo, o que por sua vez exigirá uma reflexão consciente, um metaconhecimento,[3] sobre os procedimentos empregados, alem do uso seletivo dos próprios recursos e capacidades disponíveis.

No processo ensino e aprendizagem, em uma abordagem sociointeracional, o foco está na interação pela linguagem entre o professor e o aluno na construção conjunta da aprendizagem, através do estabelecimento de um conjunto mental comum entre o aluno e o professor (Edwards, Mercer, 1988). Como Vygotsky (1987) tem apontado, os processos intrapessoais (cognitivos) são gerados através de processos interpessoais (sociais), e estes processos são mediados pelo instrumental da linguagem através da interação. Um aprendiz envolve-se, perifericamente, na resolução de uma tarefa na prática de um especialista, até que sua participação nessa tarefa deixa de ser periférica e passa a ser completa, com a passagem da competência para o aprendiz. (Bruner, 2001)

Numa abordagem sociointeracional do processo ensino e aprendizagem uma primeira condição para aprender é que os alunos possam ver e entender o que o professor faz para elaborar uma interpretação do texto. Os alunos têm de assistir a um processo; modelo de leitura, que lhes permita ver "estratégias em ação" em uma situação significativa e funcional. Depois com a prática guiada o professor vai transferir, progressivamente, para os alunos o controle de sua aprendizagem e tornar-se desnecessário (Pozo, 2002:265)

---

3 A **cognição** é compreendida como os **processos mentais inconscientes** de uma pessoa, enquanto que a **metacognição** refere-se ao **gerenciamento consciente dos processos mentais** de uma pessoa sobre um fenômeno cognitivo.

As estratégias - **antes da leitura** - predições iniciais sobre o texto e objetivos de leitura - **durante a leitura -** levantamento de questões e controle da compreensão e - **depois da leitura** – construção da ideia principal e resumo textual. (Solé, 1998) são procedimentos estratégicos importantes no uso de práticas de letramento, biblioteca em sala de aula e mediação leitora. Contribuem para o domínio da informação, a familiaridade com a função social da escrita e o entendimento da compreensão leitora como construção social do significado - possibilidade de recriar, criticamente, os significados que a escola enfatiza.

Estratégias **antes da leitura** ajudam os alunos no processo de emissão de previsões que levam á construção da compreensão do texto, compreensão esta que se concretiza na interação entre o leitor, o texto, o autor e o contexto. **No levantamento de expectativas em relação ao texto pode-se considerar:** o explorar o conhecimento prévio do aluno, o suporte, a capa, contracapa, orelhas, sumário, a formatação do texto (superestrutura do texto) e o autor, a instituição responsável pela publicação. **Na antecipação do tema** - a ideia principal que o texto disponibiliza em função dos objetivos da disciplina - pode-se explorar os elementos para-textuais, (títulos, subtítulos, epígrafes, prefácio, sumário) e o exame de imagens e/ou saliências gráficas. A partir da analise desses índices pode-se explicitar, de forma escrita ou mental, as expectativas de leitura e ter clareza da finalidade e dos objetivos da leitura que realiza.

A professora Paula diz dar orientações de leitura como - questões de estudo sobre o texto a ser lido em casa - de forma que os alunos fiquem orientados nos pontos que interessam á disciplina para discutir em classe. Em algumas situações, quando se lembra, faz um levantamento de expectativas em relação ao texto e antecipação do tema, idéia principal, etc.

Ensinar a formular e a responder perguntas sobre o texto é uma estratégia essencial para uma leitura ativa. O leitor capaz de formular perguntas pertinentes sobre o texto está mais capacitado para regular seu processo de leitura e, portanto, poderá torná-lo mais eficaz. Pode-se perguntar de diferentes maneiras, o que ensina a nos situarmos diante do texto também de forma diversa. Perguntas cuja resposta se encontra literal e diretamente no texto. Perguntas cuja resposta pode ser deduzida, mas que exige que o leitor relacione diversos elementos do texto e realize algum tipo de inferência. Perguntas que tomam o texto como referencial, mas cuja resposta não pode ser deduzida do mesmo; exigem a intervenção do conhecimento e/ou opinião do leitor.

A construção da compreensão do texto escrito concretiza-se **durante a leitura.** Um aspecto essencial de todo o processo tem a ver com o fato de que os leitores experientes, não só compreendem, mas também sabem quando não compreendem e, portanto, podem realizar ações que permitam preencher uma lacuna possível de compreensão. Por exemplo: Confirmar ou retificar antecipações ou expectativas de sentido criadas durante a leitura. Localizar ou construir o tema e a ideia principal do texto. Esclarecer palavras desconhecidas a partir de inferências e/ou deduções do próprio texto e/ou consultando o dicionário. Identificar palavras – chave para determinação/identificação dos conceitos que organizam e sustentam as informações veiculadas no texto; entre outras. Esta é uma atividade metacognitiva de avaliação da própria compreensão. Á medida que lemos, prevemos, formulamos perguntas, recapitulamos a informação e a resumimos e ficamos alerta perante possíveis incoerências ou desajustes.

A compreensão de um texto envolve, **depois da leitura**, a capacidade de elaborar um resumo, que reproduz o seu significado global de forma sucinta. (Van Dijk, 1983).

A elaboração de resumos está estreitamente ligada ás estratégias necessárias para estabelecer o tema - indica aquilo de que trata o texto e pode exprimir-se mediante uma palavra ou um sintagma – e a gerar ou identificar ideia principal - o enunciado (ou enunciados) mais importante que o escritor utiliza para explicar o tema. A ideia principal é a resposta a seguinte pergunta: Qual é a ideia mais importante que o autor pretende explicar com relação ao tema? O resumo exige a identificação das ideias principais e das relações que o leitor estabelece entre elas, de acordo com seus objetivos de leitura e conhecimentos prévios dos alunos.

Ajudar os alunos a elaborar resumos que contribuam para a sua aprendizagem e para transformar o conhecimento, pressupõe a ajudá-los a envolver-se profundamente naquilo que fazem. Assim, produzir um novo texto a partir do texto fonte, identificando e recuperando as informações literais para sustentar a interpretação do texto. Compreender os conteúdos não explícitos, que envolvam inferências e integração de segmentos do texto para sustentar a sua interpretação do texto. Fazer registros escritos em função do objetivo/finalidade da leitura. Avaliar criticamente o texto lido/posicionar-se frente á leitura.

No que se refere à biblioteca esta é definida pelos professores como acervo da cultura humana (Lucy); templo de conhecimento (Solange); ferramenta universal de divulgação de conhecimento (Any); de estudo e construção do conhecimento (Mary e Solange); de sonhos (Audry), de lazer e de formação da infância á vida adulta é, também, um depósito de milhares de livros que fazem parte da academia, mas que não penetram o cotidiano do aluno. (Paula)

Alguns professores entrevistados dizem que fazem questão dos alunos procurarem os livros na biblioteca e/ou comprarem seus livros de forma a já ir constituindo uma biblioteca particular. Não incentivam o xérox de partes de materiais escritos como capítulos de livros, pois é uma parte do texto retirado do todo do livro do seu contexto maior e isso pode até interferir na compreensão se o professor não souber trabalhar essa interligação. No entanto, isso não é comum a todos os professores entrevistados.

Os professores informam que a biblioteca pouco tem contribuído com a formação de leitores e de professores leitores, mas a responsabilidade não só dela. Os professores e os bibliotecários precisam preparar os alunos para o uso da biblioteca e esta tem que ser um pouco mais amistosa para receber os alunos.

A biblioteca precisa ter "espaços acolhedores; mesas sofás, computadores, ser muito bem organizada, ser muito limpa etc. dever ser um espaço onde o aluno tenha prazer em encontrar o conhecimento". (Audry). Os funcionários precisam estar preparados para o acolhimento dos alunos; apresentar a biblioteca, o acervo, os tipos de acervo, como acessar as informações, etc. (Antony). Os professores, também, precisam desenvolver práticas que articule a biblioteca à sala de aula.

Nesse sentido, tanto professores quanto bibliotecários, atendendo aos quatro pilares de uma aprendizagem apropriada ao século XXI, elaborados pela UNESCO em 1998 – aprender a conhecer, a fazer, a viver juntos, e a ser – precisariam trabalhar o imaginário e o texto escrito numa ação para transformá-los em territórios de produção de sentidos; implementando sua potencia de vida, de mudança e de movimento. (Nóbrega, 2009: 106)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Derrubar a iniquidade da exclusão à informação é uma tarefa social. A escola, espaço formal de ensino e aprendizagem, tem uma função primordial no que se refere a estudar classificar, analisar e processar a informação de forma a transformá-la em conhecimento. Conhecimento, este, cada vez mais provisório em função do acelerado ritmo de transformações da sociedade.

O professor, cujo cerne do desenvolvimento da identidade é a leitura, tem compromisso fundamental no processo de (re) produção do conhecimento na preparação educacional das novas gerações. O ensino desenvolvido na escola tem centralidade na leitura, controlada pelo professor que interage com os alunos numa tríade - professor, aluno e texto escrito.

Nosso trabalho pretendeu averiguar o papel do curso de formação inicial de professores, enquanto possibilitador de práticas de letramento, mediação leitora e a integração entre biblioteca e a sala de aula. A finalidade era discutir a relevância da repercussão das práticas de leitura na formação e desenvolvimento do professor-leitor, pois entendemos que a forma como a leitura é trabalhada nos cursos de formação de professores já estabelece uma relação com a leitura profissional e/ou social.

Constatou-se que os professores formadores têm formação na área da Educação, atualizam-se constante e tornaram-se professores estudando e praticando educação a cada dia. Embora entendam a leitura como uma atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos e o leitor como alguém que incorpora informações articulando-as aos seus conhecimentos prévios - concepção de leitura desenvolvida pela prática de leitores que são – informaram práticas de letramento, mediação leitora e integração entre biblioteca e a sala de aula frágeis. Pergunta-se como fica o domínio de informação? A familiaridade com a função social da escrita? O entendimento da compreensão leitura como construção social do significado dando ao aluno a possibilidade de recriar, criticamente, os significados que a escola enfatiza? Os professores parecem não perceber a necessidade de ensinar a interpretação de um texto.

Numa abordagem sociointeracioal do processo ensino e aprendizagem é mister que os alunos vejam e entendam o que o professor faz para elaborar uma interpretação do texto. Nesse processo, não pode faltar estratégias

antes da leitura – predições iniciais sobre o texto e objetivos de leitura – durante a leitura– levantamento de questões e controle da compreensão – e depois da leitura – construção da ideia principal e resumo textual. Conhecer as estratégias, entretanto, não é suficiente; é preciso utilizá-las conscientemente, apropriar-se dos mecanismos envolvidos no complexo processo de compreensão leitora, desenvolvê-los e/ou aperfeiçoá-los.
Depois com a prática guiada o professor vai transferir, progressivamente, para os alunos o controle de sua aprendizagem e tornar-se desnecessário. É um processo interno, que precisa ser ensinado para que o aluno – futuro professor tenha a possibilidade de recriar, criticamente, os significados dos textos que circulam socialmente e na escola, em diferentes suportes de linguagem e possibilite a formação de novos leitores promovendo a inclusão social, o desenvolvimento de uma cidadania cultural, isto é, construção de discernimento e diálogo democráticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL.(2009), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA*. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/internacional/novo/PISA/resultados.htm> Acesso em 07/12/2010.

BRASIL. (2000), *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa***.** Secretaria de Educação Fundamental. (2ªed.) Rio de Janeiro: DP&A.

BRASIL. (2012), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional – INAF.* Disponível em: <http://www.inep.gov.br/nacional//INAF/resultados.htm> Acesso em 05/05/2013.

BRUNER, J.(2001), *A cultura da educação***.** Tradução: Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artmed.

DIJK, T.A. Van. (1983), *La ciência del texto.* Barcelona: Paidós.

EDWARDS, D & MERCER, N. (1988.), *El conocimiento compartido. El desarrollo de la comprensión em el aula.* Barcelona: Paidos.

FOUCAMBERT, J. (1997), *A criança, o professor e a leitura.* Porto Alegre: Artes Médicas.

FREIRE, P.(1994), *A importância do ato de ler.* 29. ed. São Paulo: Cortez. (Coleção Questões da Nossa Época) Nº 13.

GIMENO SACRISTAM, J. (2007), *A educação que ainda é possível: ensaios sobre uma cultura para a educação.* Tradução V. Campos. Porto Alegre: Artmed.

HOUAISS, A. (2007), *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa***.** (CD) Versão 2.0 Conteúdo revisado.

KATO, M O (2007), *Aprendizado da leitura.* (3ª ed.), São Paulo: Martins Fontes.

KLEIMAN, A. (2000), *Oficina de leitura: teoria e prática.* Campinas, SP: Pontes.

_____. (2002). *Aspectos cognitivos da leitura.* Campinas, SP: Pontes.

KOCH, I. V & ELIAS, V.M. (2006), *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto.

MOITA LOPES, LP. (1994), Linguagem, interação e formação do professor. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.* v.75, n.179/180/181, p.301 – 371, jan./dez.

NÓBREGA, N G da. "No espelho, o trickster". (2009), In: SANTOS, F dos; MARQUES NETO, J C & RÖSING, T M K. (Org,), *Mediação de leitura: discussões e alternativas para a formação de leitores.* São Paulo: Global, pp.95-112.

POZO, J I.(2002), *Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem***.**Tradução: Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed.

RIZZINI, I; CASTRO, M R de & SARTOR C D. (1999), *Pesquisando: Guia de metodologia de pesquisa para programas sociais*. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária

SILVA, E . T.(2005), *Leitura na escola e na biblioteca***.** Campinas: Papirus.

SILVA, E T da. "O professor leitor". (2009), In: SANTOS, F dos; MARQUES NETO, J C & RÖSING, T M K. (Org,), *Mediação de leitura: discussões e alternativas para a formação de leitores.* São Paulo: Global, pp.23-36.

SMITH, F.(1989), *Compreendendo a leitura: uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler.* Trad. Daise Batista, Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda.

SOLÉ, I. (1998), *Estratégias de leitura.* Tradução: Cláudia Schilling. (6ª Ed.) Porto Alegre: Artmed.

VYGOTSKY, L. (1987), *A formação social da mente.* Tradução: Tradução: Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Matins Fontes.

Educação para Redução das Desigualdades: um estudo sobre o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC)

Vanessa Silveira de Brito

Resumo: O presente trabalho trata-se da pesquisa (em andamento), que tem como objetivo investigar se houve mobilidade social dos egressos do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) dez anos após a conclusão do curso universitário. O foco do PVNC é o direito à educação, especialmente, o acesso ao ensino superior. É nesta perspectiva que busca a redução das desigualdades, considerando que seu público-alvo, historicamente, teriam mais dificuldades de acesso a um curso universitário. O grupo pesquisado afirma a importância do PVNC, apontando a participação no projeto como um "divisor de águas": uma vivência que possibilitou não apenas mobilidade social e cultural, mas uma nova visão de mundo. Daí, observamos que o PVNC contribui, de fato, para a redução das desigualdades e para a construção de um mundo mais justo para negros e brancos.

Palavras-chave: Pré-Vestibular para Negros e Carentes; educação; desigualdade.

1. Introdução

O presente trabalho trata-se de pesquisa de mestrado (em andamento), que tem como objetivo investigar se houve mobilidade social dos egressos do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) dez anos após a conclusão do curso universitário.

O estudo acerca das experiências de inserção nos espaços sociais trata-se de tema atual e relevante, tanto para o meio acadêmico quanto para o campo político e educacional, pois nos possibilita pensar as formas de inserção social dos ex-alunos do Pré-Vestibular para Negros e Carentes no contexto atual da política de cotas para negros – ação afirmativa que tem sido tema de intensos debates nos diversos segmentos da nossa sociedade.

Além disso, o acompanhamento de um determinado grupo (neste caso, egressos do PVNC) dez anos após a conclusão do curso de graduação nos permite observar se houve mobilidade e, consequentemente, avaliar se o projeto, de fato, possibilita a redução das desigualdades.

2. O Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC)

O PVNC se apresenta como um movimento que teve por influências mais diretas as experiências que surgiram no Rio de Janeiro e na Bahia. No Rio de Janeiro, em 1986, foi criado o curso Pré-Vestibular da Associação dos Funcionários da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ASSURFRJ, atual SINTUFRJ), importante experiência destinada a preparar trabalhadores para o vestibular. Em 1992, surgiu o curso Mangueira Vestibulares, um curso comunitário, destinado aos estudantes da comunidade do morro da Mangueira.

Na capital da Bahia, em 1992, foi organizado um curso pré-vestibular através da cooperativa Stive Biko, com objetivo de apoiar e articular a juventude negra da periferia de Salvador, colaborando para a entrada de jovens na universidade. Esta, de certa forma, foi a experiência mais estimulante para a organização do Pré-Vestibular para Negros e Carentes, em 1993.

A proposta inicial na Baixada Fluminense baseou-se em duas constatações: a péssima qualidade do ensino médio nas escolas públicas e privadas da baixada fluminense, o que reduz drasticamente as possibilidades de acesso do estudante ao ensino superior; a verificação do baixo percentual de estudantes negros nas universidades (Candau, 2002).

Neste contexto, o PVNC surge em função do descontentamento dos educadores com as dificuldades de acesso dos estudantes de grupos populares e excluídos ao ensino superior. E visando a articulação de setores discriminados da sociedade para uma luta mais ampla pela democratização da educação e contra a discriminação racial.

Havia uma preocupação, que ainda persiste, do movimento ter uma identidade própria e ser independente em suas ações. Tendo isso em vista, iniciaram a elaboração de uma carta de princípios.
Os princípios que norteiam o movimento constituem a Carta de Princípios (1999), documento que se constituiu numa espécie de diretriz sobre as questões pedagógicas, políticas e de organização interna do PVNC. Para melhor compreensão deste projeto, destacamos três características: 1) a proposta de transformação social, referente à desigualdade, através de participação e integração no coletivo, objetivando a mudança da lógica imposta pelo capitalismo; 2) ênfase na questão racial como elemento da desigualdade; 3) estrutura baseada no trabalho voluntário, ideológico, não assistencialista.
Uma característica que nos chama a atenção na prática pedagógica do PVNC é a introdução da disciplina Cultura e Cidadania, que tem como objetivo promover o debate acerca das diferenças culturais e das desigualdades sociais e raciais, a fim de despertar a consciência do aluno para a problemática social.
O PVNC pode ser considerado uma ação afirmativa, à medida que se trata de um projeto que visa à redução da desigualdade de grupos socialmente discriminados em função de pertencimento sociocultural, racial/étnico e que, em decorrência disso, vivenciem situação desfavorável em relação a outros segmentos.
O foco deste projeto é o direito à educação, mais especificamente, o acesso ao ensino superior. É nesta perspectiva que o PVNC desenvolve suas ações buscando a diminuição das desigualdades sociais e raciais. Considerando que seu público-alvo (negros e/ou pobres), historicamente, teriam mais dificuldades de acesso ao ensino superior.
Vale ressaltar que a opção do PVNC de se autodenominar como "negro e carente" tem como finalidade dar visibilidade a uma minoria excluída não apenas pela classe social, mas principalmente pela raça, organizando uma ação relacionada ao movimento negro, uma vez que compreende o racismo também como fator de exclusão.

2.1. O Pré-Vestibular para Negros e Carentes por seus atores

É com certo pesar que os entrevistados afirmam que o Pré-Vestibular para Negros e Carentes ainda é uma estratégia válida para incluir negros e/ou pobres no ensino superior. Isso porque percebem a educação pública básica como insuficiente para promover os conhecimentos necessários ao ingresso na universidade e, mais do que isso, reconhecem a existência de uma desigualdade educacional que afeta justamente a população que mais necessita de uma educação pública de qualidade.

> Na verdade, eu acho que ela vai ser válida sempre. Ela só perdeu um pouco o sentido considerando a quantidade de programas federais, sobretudo, de incentivo ao ingresso na universidade. A formação de um aluno que vem de uma escola pública ela sempre vai ser deficitária, pelo menos, do que a gente conhece de educação pública no Brasil. Então, a existência de um pré-vestibular que dá um reforço pra essa formação que é deficitária sempre vai ser interessante. Mas é lógico que hoje o acesso à universidade, ele realmente é diferenciado. Hoje, você tem muito mais oportunidade do que na época do meu pré-vestibular, em 96. (C., 35 anos).

> Como eu sou da educação, eu acho que infelizmente, é. A desigualdade existe e as cotas estão aí pra provar isso. Na verdade, a educação não é igual pra todo mundo. (...) Não tem nada de coincidência que as pessoas negras, nordestinas, indígenas aprendem menos nas escolas públicas. Eu estou na escola pública, é funil mesmo. Você sai dali com o básico (...) Então, enquanto houver uma educação precária que não contempla igualmente as pessoas, porque o ensino público é infinitamente pior do que o ensino da rede privada e quando chega na universidade isso inverte, porque aí, quem veio da pública vai pagar caríssimo. E vai fazer a faculdade mal, porque vai trabalhar. E quem veio da particular, vai entrar nas públicas, porque são as melhores. Então, infelizmente, o PVNC é uma iniciativa válida, porque continua existindo uma péssima educação no Brasil. (D., 40 anos).

Vale ressaltar que o Pré-Vestibular para Negros e Carentes surgiu num contexto onde o vestibular era a única forma de ingressar na universidade. A partir dos anos 2000, as formas de acesso vão mudando de maneira significativa. Como bem lembrado por um dos entrevistados, atualmente, existem programas federais que incentivam o ingresso na universidade, inclusive políticas racializadas, tais como a política de cotas para pardos, negros e indígenas no ensino superior.

De maneira geral, os entrevistados demonstram certa gratidão por terem tido a oportunidade de fazer parte do Pré-Vestibular para Negros e Carentes, reconhecendo a importância do projeto na sua vida. Talvez em função desse sentimento de gratidão, todos os entrevistados acreditam ser de suma importância dar retorno ao pré-vestibular após o ingresso na universidade.

> Fiquei dois anos como voluntária. Em 98 e 99, eu voltei pra coordenação, organizava horários. Também tinha um abrigo dentro do bairro, a gente fazia atividades lúdicas com as crianças. Acho importante dar o retorno. Por ajudar. Você foi ajudada e você ajuda e também pra dar uma noção de quem tá ali...de quem tá esperando pra entrar na faculdade, você volta e fala como é que é, é possível. É legal essa troca, essa experiência. (D., 40 anos).

> Eu fiquei cerca de 11 anos entre coordenação de vestibular e ministrando aulas de cultura e cidadania. Ainda aluno, eu já comecei a ajudar em 96. Acho importante porque os coordenadores na época do pré-vestibular que eu era aluno, eles eram pessoas que, de alguma forma, também tinham passado pelo pré-vestibular e estavam dando retorno. E isso foi um incentivo pra gente fazer esse tipo de trabalho voluntário. (C., 35 anos).

Ao serem interrogados sobre onde estariam se não existisse o Pré-Vestibular para Negros e Carentes, após uma longa pausa (como em sinal de reflexão), relatam:

> Essa pergunta é um pouco difícil de ser respondida, até mesmo porque o pré-vestibular, seguramente, mudou tudo. Foi o divisor de águas. Pelo menos pra mim, foi. (...) Qualquer coisa poderia ter acontecido. Inclusive, nada. (C., 35 anos).

> Olha, eu acho que eu teria levado mais tempo para chegar na universidade. Pessoalmente, porque eu preciso de orientação para o estudo (...). Certamente, eu não teria ingressado na universidade em 97. E acho que, principalmente, não só por causa da personalidade, mas pela juventude, porque era muito novinha na época. E a gente precisa de alguém que possa mostrar que isso é importante (...). Então, se não houvesse o PVNC, eu não sei o que eu teria feito, mas, certamente, eu não teria entrado pra faculdade em 97. Eu teria levado bastante tempo...talvez eu tivesse ingressado no mundo do trabalho, com "salário meia boca" e...não que a universidade garanta isso, mas eu acho que ia ser mais difícil eu me voltar pra isso. (F., 34 anos).

A vivência no PVNC aparece como um elemento marcante e responsável pela construção não apenas da identidade étnica, mas também da cidadania dos sujeitos. O Pré-Vestibular para Negros e Carentes é referenciado como o lugar no qual ocorreu a aquisição de conhecimentos passíveis de proporcionarem uma nova visão de mundo e uma percepção diferente de si mesmo.

> Eu acho que esse caminho que começou com o PVNC, essa consciência de identidade étnica que começou lá, acabou me abrindo um leque de várias possibilidades. [...]. Isso acabou me levando, voltando meu olhar pra essas questões e fazendo com que eu quisesse estudar mais sobre isso, que me levou a fazer um curso sobre estudos da diáspora. E que é o que vai me encaminhar pro meu mestrado e doutorado fora daqui. (...). Se eu não tivesse aquele despertar inicial, não sei se isso aconteceria.

> Então, eu não sei se eu não tivesse começado esse processo lá atrás, se hoje eu estaria com esses planos pro futuro, se hoje eu teria essas perspectivas. Acho que não. (F., 34 anos).

Mais adiante, retomamos a reflexão acerca da identidade étnica. Citamos a fala dos entrevistados em relação a isso e sobre a possível influência do PVNC na construção dessa identidade étnica.

Os entrevistados entendem que o ideal seria que não houvesse a necessidade de existir projetos como o Pré-Vestibular para Negros e Carentes. Aliás, em relação a isso, acreditamos que uma pauta justa e adequada para o movimento negro seria justamente a luta por uma educação pública básica de qualidade. Porque é exatamente na escola pública que estão os negros. E é esta mesma escola que não fornece os subsídios para a continuidade dos estudos e a permanência dos alunos, dificultando o acesso dos mesmos ao ensino superior. No máximo concluem o ensino médio – que acaba sendo o equivalente a curso profissionalizante e lança o sujeito direto no mercado de trabalho.

Vale ressaltar que o ingresso no mercado de trabalho não é percebido como algo de conotação negativa. No entanto, chamamos a atenção para o fato de que, neste caso, o trabalho se configura como uma falta de opção porque, para estes sujeitos que ocupam a base da pirâmide (negros e pobres) dar continuidade aos estudos não se trata de uma trajetória certa e esperada. Pelo contrário.

Para uma melhor compreensão sobre a desigualdade existente entre negros e brancos, apresentamos, a seguir, um histórico sobre as desigualdades raciais no Brasil.

3. Breve Histórico sobre as Desigualdades Raciais no Brasil

Assim como todo fenômeno histórico, as relações entre brancos e negros também são datadas, ou seja, localizáveis no tempo. No Brasil, vivenciamos várias fases até chegarmos ao momento atual de certa efervescência em torno da questão racial. Neste tópico, apresentamos um breve histórico acerca das desigualdades raciais no Brasil, no intuito de uma melhor compreensão acerca da atual manutenção da diferença entre negros e brancos, apesar da existência de algumas políticas públicas de promoção da igualdade racial.

Mário Theodoro (2008) destaca a influência da questão racial na formação do mercado de trabalho brasileiro. Para ele, a precariedade e a informalidade do subemprego atual tem origem na forma pela qual o mercado de trabalho se estruturou no período de transição do escravismo para o trabalho livre.

Assim, ganham destaque os acontecimentos do século XIX, dentre eles, o resultante processo de crescimento urbano, a evolução da atividade econômica e da ocupação na área rural, bem como a imigração e a transição para o trabalho livre.

Aqui, já existe uma preferência do estado nacional pelos imigrantes europeus. A inserção do negro (mesmo do liberto) no mercado de trabalho era diferenciada. Para esses, estavam reservados os trabalhos considerados "menores", sem qualquer prestígio social.

Assim, a valorização do elemento branco como referência e, consequentemente, o ideal de branqueamento se impôs como norteador de um projeto nacional e como base para o desenvolvimento do país – pensamento que dominou a cena política até os anos 1930. Estes seriam, então, os pressupostos do pensamento racista que se estrutura após a abolição.

Para a autora Luciana Jaccoud (2008), a República formulou e consolidou a ideologia racista, permitindo a naturalização da pobreza e das desigualdades raciais. Em outras palavras, o racismo se consolida após a abolição da escravatura a partir da teoria do determinismo biológico, na qual o europeu representa o avanço e o negro é considerado como inferior. E, sendo inferior, seria "natural" que ocupasse os níveis mais baixos da hierarquia social.

Vale ressaltar que as teorias do determinismo biológico e a tese do branqueamento tentam explicar o atraso no desenvolvimento do Brasil e trazer respostas para tal problema. Até a década de 30, as desigualdades são intrínsecas as diferentes naturezas. E a heterogeneidade da população é considerada um problema, uma espécie de entrave ao desenvolvimento da nação.

Neste contexto, a mestiçagem surge, então, como solução para criar a homogeneidade, a ideia de democracia

racial. É necessário criar uma história para o nosso povo, criar um sentimento de nacionalismo, pois, quanto mais consolidado o nacionalismo, mais fortalecida fica a nação.
Aqui, vale lembrar a tríade que constitui uma nação, segundo Benedict Anderson (1989): território, língua e povo. O território já existia. Estava ali, dado. A língua, em 1937, foi universalizada no governo de Getúlio Vargas. Mas ainda havia o obstáculo do povo. Então, com o povo predominantemente negro, cria-se o mito das três raças (branco, negro e índio) e, com ele, surge a figura do mestiço. A mestiçagem aparece como a solução para o problema da identidade nacional. (Da Matta, 1981). Podemos pensar que, com o projeto nacional e a valorização do mestiço, outros grupos, tais como os negros e os indígenas ficam invisibilizados.
Na era Vargas, a ideologia da democracia racial se fortalece, predominando até meados dos anos 80 quando, com o advento da Constituição, se reconhece que existem as diferenças, mas que deve existir também a igualdade de direitos. A partir daí, o debate sobre a questão racial volta à tona, sobretudo com a interlocução do Movimento Negro:

> As desigualdades raciais consolidaram-se, forjando uma sociedade segmentada e estratificada em função da cor do indivíduo. Em meados do século passado, negros e brancos, convivendo sobre o manto da *democracia racial*, compunham uma nação desigual, mas cujo ideário se fundava pela valorização da suposta igualdade. (THEODORO, 2008: 168).

Na década de 1950, ainda sob influência da ideologia predominante da democracia racial, o Brasil é contemplado com o projeto Unesco. O Projeto Unesco foi um programa de estudos desenvolvido com o intuito de ampliar o debate acerca das relações raciais e o Brasil foi escolhido por apresentar um campo das relações raciais considerada como bem-sucedida.
A crença numa democracia racial à brasileira teve o sociólogo Gilberto Freyre (1977) como seu principal representante. A sua obra tornou-se uma referência tão importante para demonstrar a ideologia acerca da integração racial e do desenvolvimento brasileiro que atraiu a atenção internacional para o país.
Cabe destacar que, ao longo do estudo realizado, os pesquisadores observaram que nem só de democracia racial o país era constituído. Aspectos positivos no âmbito das relações raciais foram percebidos, porém, o que ficou evidente foi a coexistência no Brasil do racismo e do mito da democracia racial (Maio, 1999).
Podemos pensar que esta relação tensa entre racismo e o mito da democracia racial permanece até os dias atuais, principalmente, se considerarmos as notícias sobre violência. Não são raros os casos de violência contra a população negra que a mídia tenta mascarar e justificar de maneiras diversas. Isto para tentar convencer o leitor/espectador de que não se trata de racismo. Pode ser qualquer outra coisa, menos racismo. Afinal, o Brasil é um país onde existe "harmonia entre raças".
Ainda na década de 1950, Oracy Nogueira faz a distinção entre os diferentes tipos de preconceito racial. O preconceito de marca acontece quando está relacionado à aparência, tomando traços físicos e gestos do indivíduo. Já o preconceito de origem ocorre quando o indivíduo sofre o preconceito por ser descendente de determinado grupo étnico. (Nogueira, 1998).
Assim, diz-se que no Brasil, o preconceito é de marca, segundo a aparência. Enquanto, nos EUA, o preconceito é de origem, pois se refere aos ancestrais negros. Em relação a isso, Yvone Maggie (1994: 158) afirma: «No EUA, os pretos querem ser americanos e exigem direitos iguais, afirmam que a diferença é social. No Brasil, fala-se negro porque se afirma que a diferença está na cultura, na origem».
Podemos perceber que no Brasil, a partir da década de 60, começaram a surgir estudos sobre a questão da marginalidade social, associada aos movimentos de intensa migração interna e consequente inchaço dos grandes centros.
Este processo resultaria em diversas formas de marginalização como o aumento das favelas, da mendicância, da delinquência. Isto fica marcado na década de 70 pelo aumento da pobreza associada ao progresso, ou seja, sob a forma da contradição entre o crescimento econômico do país e o aumento da desigualdade social. O país crescia em conjunto com as desigualdades.
Na década de 1970, começam a surgir os dados estatísticos acerca da desigualdade racial e de gênero. Esses estudos pioneiros, aliados à atuação do Movimento Negro, possibilitou o surgimento de debates sobre a

necessidade de formulação de políticas públicas específicas a esta população.Na década seguinte não houve aumento significativo da pobreza, mas uma estagnação do processo de ascensão social, acarretando, entre outros fenômenos, a crescente marginalidade decorrente da imobilidade social.

Desta forma, é produzido o deslocamento da constatação da pobreza para o da dualidade social, na qual fica evidente a existência de dois mundos opostos que marcam uma forte desigualdade – o mundo dos ricos e o dos pobres. As razões desta dualidade são históricas, encravadas no instituto da escravidão. O antigo excluído, o escravo, era indispensável à economia colonial, diferente dos atuais excluídos.

Para Boaventura (2006), tanto a desigualdade quanto a exclusão são sistemas de pertença hierarquizada. Ambos se tratam de mecanismos que permitem controlar ou manter os processos que geram desigualdade e exclusão, visando uma gestão controlada de ambos os sistemas.

O autor supracitado afirma ainda que o Estado capitalista moderno tem como função geral manter a coesão social numa sociedade atravessada pelos sistemas de desigualdade e de exclusão. Para ele, o Estado cumpre as seguintes funções:

- No sistema de desigualdade: manter os desiguais (ou diferentes) dentro dos limites toleráveis de desigualdade, sem inviabilizar a inclusão social;
- No sistema de exclusão: distinguir as diferentes formas de exclusão, classificando aquelas que devem ser objeto de assimilação daquelas que devem ser objeto de segregação e/ou de extermínio. É o Estado que determina os critérios para a distinção entre os civilizáveis e os incivilizáveis, entre as exclusões estigmatizadas e as demonizadas.

Nas décadas de 1980 e 1990, o debate acerca da questão racial se concentrou na existência ou não de discriminação racial no país. A ideologia da democracia racial já estava sendo questionada, porém, ainda era necessário o reconhecimento das desigualdades raciais, bem como o estudo acerca de suas causas.

A partir de meados dos anos 90, houve um avanço significativo que mudou os termos do debate acerca da desigualdade racial. Com o avanço no diagnóstico e nas pesquisas sobre a temática, além da intensa mobilização do movimento negro, foi possível reconhecer a existência de uma intensa desigualdade racial que marca a trajetória de negros e brancos. Assim, a discussão passa a se concentrar, de maneira progressiva, nas ações necessárias, em termos da ação pública, para o enfrentamento de tais desigualdades.

Sergei Soares (2008) faz um panorama sobre a situação atual da população negra no Brasil, tomando por base os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio). De acordo com a sua análise, a desigualdade de renda entre negros e brancos é significativa.

No entanto, pode-se perceber que, na última década, houve um movimento de redução de tal desigualdade. O referido autor destaca que essa redução pode ser decorrente da implementação de programas e ações de enfrentamento da questão, incluindo a influência das políticas universais na redução das desigualdades raciais no país.

Vale ressaltar que, apesar da existência de ações diversificadas que constituem um mosaico de possibilidades face ao problema da desigualdade e da discriminação racial, o Brasil ainda se revela de maneira tímida no enfrentamento da desigualdade racial. Alguns autores defendem que é necessário colocar a temática racial no patamar de Política Pública, para que seja possível a efetivação de uma ampla ação governamental.

Um dos elementos que podem contribuir para a redução das desigualdades é a educação. Mais uma vez, o Movimento Negro, atento a essas questões, observa que a educação pode ser fundamental para a ascensão social do negro. E é nesse contexto que surgem os pré-vestibulares comunitários, sendo o Pré-Vestibular para Negros e Carentes o nosso objeto de estudo.

3.1. A Identidade Étnica

Giralda Seyferth em seu texto *Identidade, território e pertencimento* (1996) trata das construções simbólicas através das quais indivíduos e grupos percebem seu pertencimento a categorias étnicas e regionais particulares, tais como o negro, o índio, o nordestino. Ela afirma que as identidades sociais podem ser construídas a partir da ideia de pertencimento a coletividades culturalmente definidas e, eventualmente, referidas a territórios específicos. Grosso modo, podemos pensar, por exemplo, a baixada fluminense e as periferias como o território dos pobres e a zona sul como o território dos ricos.

Segundo Goffman (1975), as categorias de identificação são compostas por características diversas que incluem tanto os traços do caráter como atributos estruturais. E, dependendo do desenrolar das relações sociais, o indivíduo terá uma identidade social virtual (características atribuídas pelo outro) e uma identidade social real (atributos que ele prova possuir), o que nos remete à condição plural da concepção de identidade social.
Em relação a isso, Seyferth (1996) afirma que as identidades individuais e coletivas, de maneira geral, não são unívocas. Mesmo no plano étnico é comum o surgimento das chamadas "identidades com hífen" – que definem especialmente uma condição étnica, mas também o compromisso com uma identidade nacional, tais como o teuto-brasileiro.
Para as elites brasileiras, preocupadas com a questão da identidade nacional, era inconcebível a noção de pluralismo. A partir daí, surgiu a campanha de nacionalização: "brasileiro ou traidor", reafirmando as diferenças. Apesar disso, existe a atualização da etnicidade da categoria teuto-brasileiro, em função de critérios diversos de pertencimento que refletem uma comunidade cultural resultante do complexo colonial. Ser de origem alemã implica, neste contexto, a aceitação de um modo de vida e de um comportamento social diferenciados, lembrando que o uso das categorias de identidade também pode ser situacional nas sociedades complexas.
O Pré-Vestibular para Negros e Carentes, por exemplo, tendo como critério a questão econômica e de raça, aceita indivíduos que se identifiquem como negros e/ou carentes; apenas o aspecto financeiro, a "carência", deve ser comprovada. O critério racial é considerado como algo subjetivo, ou seja, o movimento utiliza o critério de autoclassificação. Assim, também funciona a questão das cotas para negros.
Para Seyferth (1996) a identidade étnica nem sempre depende apenas de critérios internos de auto atribuição, podendo ser categoricamente construída a partir de critérios externos, ou seja, de atribuição pelos outros.
Voltando a campanha da nacionalização, existia a defesa de que, para ser considerado brasileiro, o indivíduo deveria estar a favor da "formação nacional", cujo fator de unidade reside na mestiçagem, na assimilação e no uso de uma língua única em todo o território nacional: a língua portuguesa.
Assim, pode-se entender a identidade étnica como a concepção de pertencimento a uma coletividade especifica, quando um grupo participa de alguns padrões de comportamento normativo – formações simbólicas e atividades específicas encontradas em contextos como parentesco, amizade, rituais, tratando-se não de padrões individuais, mas de representações coletivas.
Para a autora, a identidade étnica é extremamente importante na determinação da identidade social de um indivíduo, tornando-se especialmente visível quando assume a forma de uma identidade negativa, estigmatizada.
De acordo com Goffman (1975), o estigma é utilizado para fazer referência a um atributo profundamente depreciativo e estereotipado, indicando três tipos de estigma: as abominações do corpo (gordo; raquítico; aleijado; anão); as culpas de caráter individual (definidas por Goffman como um conjunto de estereótipos desabonadores que podem assumir caráter de estigma) e aqueles relacionados à raça, nação, religião.
De maneira geral, as identidades negativas são impostas pelos outros, sem serem definidas por critérios internos. No entanto, vale ressaltar que a elaboração de identidades não assume uma única direção, podendo passar de negativas a positivas, adquirindo um novo sentido de pertencimento categórico.
Seyferth (1996) mostra o papel dos fenômenos comunicativos na (re)produção de identidades sociais, sustentando que os processos sociais funcionam para criar novos símbolos linguísticos, mostrando que a participação enquanto membros de grupos específicos dá surgimento a diferentes convenções do discurso.
Ela traz ainda a questão da nova etnicidade como um fenômeno mundial, onde as identidades reinventadas ou reelaboradas servem como suporte para reivindicações de ordem social, política e econômica (tais como a política de cotas para negros).
Nesse sentido, a autora aborda a reinvenção de identidades étnicas visando a ação social e cita como exemplo a questão indígena, introduzindo a noção de território. No tocante a questão racial, os quilombos se revelaram um espaço importante de resistência e de fortalecimento da cultura negra. Isso demonstra que a noção de território comum pode ser importante na definição de limites grupais, lembrando que a própria noção de território é uma construção simbólica.
A concentração em um mesmo espaço urbano facilitou a coesão grupal nas fases iniciais do processo imigratório, permitindo uma permanente atualização das etnicidades, através da preservação de elementos culturais comuns. Na elaboração das identidades, estes espaços recebem uma condição de singularidade. Isto

demonstra que o território e os estereótipos relacionados à raça e a tradição cultural fornecem os elementos simbólicos formalmente acionados para afirmar a identidade de indivíduos e grupos.

Podemos pensar, então, que o Pré-Vestibular para Negros e Carentes vem fortalecer a identidade do sujeito como negro e/ou carente, sendo o foco do nosso estudo a questão racial. Neste sentido, vale tentar um paralelo com a perspectiva sócio-histórica que defende que estamos em processo de construção e, constantemente, somos modificados/remodelados, sendo ao mesmo tempo, constituídos e constituintes da nossa história, num processo dialético.

Considerando a identidade étnica como algo reinventado, reelaborado, posto que é construída a partir de atributos internos e externos, acreditamos que temos condições de identificar na trajetória dos sujeitos entrevistados (oriundos do PVNC, egressos da universidade) a influência de seu percurso, da sua história na construção desta identidade de negro.

Assim, a importância do PVNC na construção da identidade negra fica evidente no discurso dos entrevistados:

> Isso não era uma questão que povoava a minha cabeça e a de muitos colegas do pré-vestibular (...).Embora eu já tivesse uma educação familiar no sentido de integração e de respeito às diferenças desde muito cedo (..). Mas, seguramente, a reflexão sobre a negritude, tal como a que eu tenho hoje, sem dúvida, foi fomentada a partir do pré-vestibular. (C., 35 anos).

> Eu acho que apesar dessa coisa de consciência, porque tem também a questão da família, eu não tenho ninguém na família que se considere "mulatinho" porque o nosso tom de pele é escuro. Mas, apesar disso, ter consciência do que é, do que significa ser negra, eu tive muito mais depois que eu ingressei no projeto. Mas, assim, eu sempre soube que era negra, eu sempre me considerei negra. Eu acho que eu vivia experiências de racismo, mas eu não sabia. Não sabia de que forma isso me afetava. Eu acho que a partir do momento que o PVNC me ajudou mais a conhecer esse mundo de desigualdades, a partir das aulas de cultura e cidadania e aí, então, eu pude ter um pouco mais de noção de porque eu sofria tantas limitações e que aquilo tinha a ver com o racismo, com o fato de ser negra e de outros não serem negros. (F., 34 anos).

3.2. A Pobreza tem Cor

Ricardo Henriques (2002) nos alerta para o fato de que a desigualdade brasileira é intensa e perdura por tanto tempo que passa a ser encarada pelo conjunto da sociedade como algo natural. Isso deixa evidente a existência de um acordo social excludente, no qual a cidadania não se dá igualmente para todos. A cidadania dos incluídos é diferente da dos excluídos. E, em decorrência disso, os direitos e as oportunidades também se dão de forma distinta.

O autor entende a pobreza como um problema econômico agudo, mas a desigualdade como o maior problema estrutural do país. Para ele, a definição de políticas públicas deve priorizar a questão da desigualdade que, necessariamente, implica na compreensão da questão da desigualdade racial.

A intensa desigualdade racial brasileira, associada à discriminação racial, impossibilita o desenvolvimento das potencialidades e a mobilidade social da população negra. Assim, para a constituição de uma sociedade justa e democrática, faz-se necessário compreender a desigualdade entre negros e brancos.

Sabemos que na sociedade brasileira reconhecer que existe diferença entre as raças trata-se de um desafio, pois ainda vivemos sob o fantasma da democracia racial, tão defendida por Gilberto Freire. No entanto, para a construção de uma sociedade justa, deve-se buscar uma situação de igualdade racial. O que equivale a dizer que os dois grupos raciais devem estar distribuídos igualmente na hierarquia econômica e social.

De acordo com o estudo de Ricardo Henriques (2002), os negros representavam 45% da população brasileira no ano de 1999 e correspondiam a 64% da população pobre e, ainda, 69% da população indigente. Em números: dos 53 milhões de brasileiros pobres, 19 milhões são brancos, 30,1 milhões pardos e 3,6 milhões, pretos.

Assim, nota-se que o excesso de pobreza está concentrado na população negra (e parda). Este percentual perdura ao longo do tempo. Vale ressaltar que, independente dos patamares de pobreza observados na década de 90, os negros correspondem a 63% da população pobre. Daí, a lamentável constatação: «nascer de cor parda ou de cor preta aumenta de forma significativa a probabilidade de um brasileiro ser pobre» (Henriques, 2002: 13).

O grupo pesquisado (egressos do PVNC) constitui este percentual da população negra pobre. É nesta década analisada por Ricardo Henriques que o nosso grupo busca fazer a diferença. Fazendo o Pré Vestibular para Negros e Carentes e ingressando no ensino superior, o grupo está lutando por mobilidade social e por igualdade racial.

A seguir, abordamos a importância da educação como um elemento para reduzir as desigualdades. Neste contexto, a educação seria um viés para a promoção de igualdade, sendo o ato pedagógico considerado um ato político. Nesta perspectiva, a educação é considerada um elemento fundamental, tendo em vista que pode transformar, de forma significativa, a situação desigual na qual se encontram os indivíduos de diferentes raças. Não esquecendo de que existem desigualdades educacionais, tendo em vista que a própria educação se dá de maneira desigual entre as raças.

4. Mobilidade Social através da Educação

Para Ricardo Henriques (2002), as oportunidades educacionais contribuem de maneira decisiva, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Assim, avançar no sistema educacional interfere diretamente nas possibilidades de integração do indivíduo na sociedade e na sua capacidade de mobilidade ou ascensão social. Nesta perspectiva, a educação é considerada um elemento fundamental, tendo em vista que pode transformar, de forma significativa, a situação desigual na qual se encontram os indivíduos de diferentes raças.

No entanto, falar sobre a educação significa falar também sobre política educacional. E, como sabemos, a política educacional está extremamente vinculada às necessidades políticas e econômicas. Considerando essa relação, faremos um breve histórico para uma melhor compreensão da política educacional e suas consequências para a redução (ou não) das desigualdades.

A partir de 1964, foi instaurado o modelo concentrador de renda que beneficiava apenas a classe dominante, tendo em vista que apenas as classes mais favorecidas teriam condições de ajudar a manter o processo de modernização, devido as suas possibilidades de consumo. De acordo com Romanelli (1984), a educação ainda não era considerada um fator para o desenvolvimento. No entanto, o governo constatou que seria necessário adequar o sistema educacional ao desenvolvimento econômico.

Na primeira fase deste processo de mudanças houve um aumento da demanda para a educação e, concomitantemente, uma expansão do ensino. Este último não deu conta da crescente oferta, gerando os chamados "excedentes" da educação. Podemos pensar que, mais tarde, esses excedentes seriam os excluídos não apenas do sistema educacional, mas da nova ordem econômica capitalista.

A segunda fase ficou marcada pela ênfase na educação como área prioritária do Plano Nacional de Desenvolvimento, destacando a ajuda internacional para a realização das reformas educacionais. É importante ressaltar que tal ajuda privilegia as classes dominantes. Isto porque prioriza o ensino superior, tornando o acesso ao referido ensino cada vez mais restrito e, desta forma, redefinindo a estrutura social.

Neste sentido, pode-se afirmar que a ajuda internacional veio apenas promover mudanças quantitativas no sistema educacional, tendo a função de consolidar a ordem existente: «favorecendo a expansão da oferta do ensino sem, contudo, favorecer a real mobilidade social que seria de se esperar» (Romanelli, 1984: 204).

A política contra o avanço da esquerda e organização dos trabalhadores teve como objetivo conter a demanda para o ensino superior, pois, se houvesse mais formandos, o mercado de trabalho não teria condições de absorver esta mão de obra qualificada.

Segundo Luiz Antônio Cunha (1989), a política educacional dos anos 70, com a reforma universitária e a reforma do ensino médio, gerou uma elevação dos requisitos educacionais para o preenchimento dos cargos e diminuição dos salários, além de viabilizar uma maior intervenção do Estado no mercado de trabalho. Assim,

a educação serve de instrumento para a ascensão social, porém, como está inserida no sistema capitalista, o seu modelo vai atender as demandas da política neoliberal. A lógica que rege a educação é a mesma que rege o mercado.

A partir dos anos 80, a educação passou a receber assistência técnica e financeira do Banco Mundial (que influencia as políticas educacionais a serem adotadas nos países em desenvolvimento financiados por ele). Tais políticas visam atingir a redução da pobreza a partir do investimento em educação. Em relação a isso, Gaudêncio Frigotto (1998) afirma que a integração dos países em desenvolvimento ao processo de globalização e reestruturação produtiva depende da educação básica, de formação profissional.

Assim, a política educacional vigente apresenta como característica a formação de trabalhadores flexíveis, capazes de absorver conhecimentos de acordo com o surgimento de novas tecnologias. Tais medidas políticas teriam a promessa do pleno emprego. No entanto, o atual mercado de trabalho é mais exigente em mão de obra qualificada, apostando na racionalização da atividade produtiva e na automatização que, segundo Frigotto (1998), transforma os atuais trabalhadores em colaboradores passivos.

Para Luiz Antônio Cunha (1989) as características do sistema de ensino aliadas as novas complexidades do mercado de trabalho representam fatores determinantes na reprodução do ciclo vicioso da pobreza e da exclusão social. O autor considera que o nível de instrução é uma variável cada vez mais influente na situação de pobreza dos indivíduos e, em decorrência disso, interfere diretamente na possibilidade de mobilidade social.

A falta de condições mínimas para o exercício do direito a educação tem implicações ao nível da exclusão social, uma vez que vai repercutir em múltiplos aspectos das condições de vida dos indivíduos e das famílias, nomeadamente, na estabilidade do trabalho, no sucesso escolar, na participação e inserção social. Assim, a perspectiva seria priorizar o exercício da cidadania como incorporação dos excluídos ao patamar de direitos já conquistados como possibilidade de redefinição do sentido de ser cidadão.

Infelizmente, o sistema de ensino tem-se revelado pouco eficaz na tarefa de interessar as crianças e aos jovens oriundos dos meios mais desfavorecidos economicamente. Podemos pensar na dificuldade da escola em promover uma educação multicultural, capaz de acolher a diversidade cultural existente na nossa sociedade.

Além disso, segundo Ricardo Henriques (2002), o estudo das condições de acesso e permanência na escola pode nos fornecer elementos importantes para a análise da magnitude da desigualdade educacional entre as raças.

Em nosso estudo, no que diz respeito aos obstáculos percebidos para a permanência no ensino superior, os entrevistados relatam como principais dificuldades a distância (o deslocamento de sua residência até a universidade) e as dificuldades financeiras:

> Pra permanecer... lógico que a questão do deslocamento, a distancia do local de moradia pro local da instituição de ensino (...).Então, isso era uma das coisas que realmente incomodavam (...). Você precisa se alimentar na faculdade. Então, é um custo a mais pra você terminar a graduação. No dia a dia, eu acho que realmente uma coisa que me incomodava muito era a questão da quantidade de informações que eu, particularmente, não estava muito acostumado a ser cobrado e exigido daquela forma. Então, isso é uma coisa que a gente tem que se adaptar, vindo do tipo de escola que eu vim. Uma escola pública que não tinha esse tipo de incentivo. (C., 35 anos).
>
> Tinha dificuldades financeiras, é aquilo...comer pão com ovo, tirar xerox depois de um mês, pegar xerox das meninas que fizeram psicologia na frente...(risos) era dureza, mas acabou que deu certo. Eu poderia também ter desistido dali, ter ficado me lamentando. Eu não comprava nada...livro, nada! Eu mal tirava cópia, mal comia... (risos)...mas eu acho que isso daí é a vida de todo mundo. (D., 40 anos).

A percepção das dificuldades financeiras, por exemplo, é percebida quase como algo natural, devido à própria situação econômica das famílias. Aliado a isso, aparece a dificuldade de acompanhar o ritmo de estudos no ambiente universitário. Mais uma vez, uma dificuldade que, bem sabemos, é reflexo de uma educação básica deficitária.

Vale ressaltar que todos os entrevistados, ao ingressarem no ensino superior, residiam em municípios da baixada fluminense, região conhecida pela concentração da pobreza e pela dificuldade de transporte, entre outras coisas. Todos os entrevistados, em função do gasto com deslocamento e do próprio desgaste físico, no decorrer da graduação, optaram por residir próximo à universidade, nas chamadas repúblicas.

4.1. O Pré-Vestibular para Negros e Carentes e a perspectiva de Mobilidade Social

Um dos objetivos do presente estudo se refere à investigação acerca da mobilidade social através da educação, em especial, do ingresso dos sujeitos no ensino superior. Sabe-se que existe a desigualdade racial e que esta se faz presente em todas as esferas da vida dos sujeitos, inclusive, no aspecto educacional. Acreditamos também que a educação, apesar de não garantir, pode facilitar a mobilidade social.

O Pré-Vestibular para Negros e Carentes trabalha nessa perspectiva de promover o acesso da juventude negra das periferias ao ensino superior, apostando na educação como um elemento importante para possibilitar mobilidade e redução das desigualdades. Mas será que o PVNC tem conseguido atingir esse objetivo?

O discurso dos entrevistados aponta para uma mobilidade social e cultural. Essa questão da mobilidade cultural nos parece bem interessante, pois também pode ser percebida como um aspecto da mobilidade social:

> Acredito que eu fiz coisas que, sem dúvida, eu não teria feito sem o pré-vestibular e consequentemente, sem a graduação. Seguramente, me possibilitou que eu tivesse acesso a coisas que eu não imaginava. Tanto no aspecto financeiro quanto no cultural. (C., 35 anos).

> Mesmo não estando na área...conhecimento e cultura muda o teu jeito de levar a vida e como olhar determinadas coisas. Mais do que só financeiramente (...). E eu acho que isso te dá uma noção de mundo melhor (...). Financeiramente, também, porque você busca coisas melhores. (D., 40 anos).

> Mobilidade cultural com certeza. Não só pelo conhecimento que adquiri na universidade, mas o fato de ter saído da baixada, de circular por outras zonas da cidade que, antes, pra mim, eram desconhecidas totalmente. E ter acesso ou ser estimulada a fazer outras coisas em termos de lazer, de cultura, ir a biblioteca. Então, mobilidade cultural, sim. Mobilidade social, não diria tanto porque, apesar de ter trabalhado na área por um tempo, de ter trabalhado em projetos que não necessariamente o cargo tinha a ver com a minha função, existem outras barreiras sociais que cerceam a mobilidade de pessoas que vem da baixada, de quem é negro. Que não tem muito a ver com o fato de você ser formado ou não. (F., 34 anos).

A entrada na universidade, como já dito anteriormente, remete os indivíduos a uma nova realidade, a novas visões e possibilidades, inclusive, de consumo. Os entrevistados, de maneira geral, apontam para a mudança no consumo, não apenas na quantidade, mas, principalmente, na qualidade do consumo. E esta qualidade está relacionada à capacidade de reflexão sobre o que se está consumindo.

O ingresso na universidade deu aos sujeitos a possibilidade de adquirir e/ou desenvolver um senso crítico que permite uma maior reflexão sobre vários aspectos, inclusive sobre a questão do consumo. Para os entrevistados, o conhecimento adquirido e acumulado no pré-vestibular e no ensino superior possibilitou que, atualmente, tenham um consumo mais consciente.

> Eu consumo mais do que naquela época. Mas também não é nada absurdo ou exagerado, ou algo que eu faça irresponsabilidades com o dinheiro em razão dessa mudança, digamos assim. Como eu não tinha muito dinheiro naquela época, então, naturalmente, que hoje tá um pouco diferente. Mas eu não me considero um consumista. (C., 35 anos).

> O meu momento agora, a gente tá indo na contramão do consumismo, eu tenho até conversado muito isso com o meu marido com relação a minha filha, eu estou um pouco preocupada com essa questão desses valores (...). Eu quero uma educação de qualidade que não significa quantidade. Eu não quero a melhor escola pra minha filha, eu quero uma escola que possa se adaptar a maneira dela de aprender as coisas, é diferente. Eu quero assim, o conhecimento de mundo em termos de cultura (...). A religião, o conhecimento sistematizado e um conhecimento de mundo pra não ficar com a cabeça tão fechada. (D., 40 anos).

Considerações Finais

Na verdade, ainda existe um debate acerca da existência ou não de racismo no Brasil. Enquanto intelectuais e militantes do movimento negro afirmam a existência do racismo e defendem políticas que promovam igualdade racial, como a política de cotas, por exemplo, alguns pesquisadores ainda insistem que o problema da desigualdade no Brasil é social. E que, portanto, a questão não seria racial.

Mas como é possível desconsiderar que a grande maioria dos pobres são negros (ou que a grande maioria dos negros são pobres)? Nesta perspectiva, parafraseamos Ricardo Henriques (2002: 27): «a pobreza no Brasil tem cor. A pobreza no Brasil é negra. Nascer negro no Brasil está relacionado a uma maior probabilidade de crescer pobre».

É inadmissível que intelectuais ainda acreditem que exista democracia racial no Brasil. Não é porque não vivemos um regime de segregação como o *apartheid*, na África do Sul, que não temos condições de enxergar que o Brasil não é um paraíso de raças. No Brasil existe, sim, racismo. É um racismo à brasileira. O racismo, no Brasil, é uma forma de manter a desigualdade e é um obstáculo à promoção da igualdade racial.

Os dados coletados no estudo realizado apontam para as seguintes questões:

- O retorno ao pré-vestibular é visto como mais do que uma obrigação. Assim, podemos dizer que o Pré-Vestibular para Negros e Carentes forma uma espécie de rede de solidariedade;
- As dificuldades de permanência no ensino superior não são apenas financeiras, mas também se referem a própria assimilação dos conteúdos;
- A existência do PVNC ainda se justifica, em função das deficiências da educação básica, mesmo em tempos em que existem outras formas de acesso ao ensino superior. Aliás, o grupo entrevistado tem a ciência de que, atualmente, existe incentivos do governo para o ingresso ao ensino superior, diferente da época em que os entrevistados entraram na universidade.
- O PVNC influenciou na construção da identidade de negro.
- A mobilidade compreendida como uma nova forma de ver o mundo. E, neste sentido, os entrevistados apontam a mobilidade cultural e social. Assim, o Pré-Vestibular para Negros e Carentes proporciona, certamente, mobilidade cultural.

Consideramos a educação como um elemento importante para a redução das desigualdades sociais e raciais. Assim, podemos afirmar que o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), como dito anteriormente, trata-se de uma ação afirmativa que tem como finalidade não apenas facilitar o acesso da população negra e economicamente desfavorecida ao ensino superior, como também empoderar tais minorias para a promoção de uma cidadania plena.

Seguindo este pensamento, podemos pensar que iniciativas como a do PVNC são fundamentais, pois contribuem, de fato, para a redução das desigualdades e para a construção de um mundo mais justo para negros e brancos.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, B (1989). *Nação e Consciência Nacional.* São Paulo: Ática.

BOAVENTURA, Sousa Santos (2006). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política.* São Paulo: Cortez.

CANDAU, Vera Maria (2002). *Sociedade, Educação e Cultura(s).* Petrópolis: Vozes.

CUNHA, Luiz Antonio. (1989). *Educação e desenvolvimento social no Brasil.* Rio de Janeiro: Francisco Alves.

DA MATTA, R. A (1981). *Relativizando.* Petrópolis: Vozes.

FRIGOTTO, Gaudêncio (1998). Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século.* Petrópolis: Vozes.

GOFFMAN, Erving (1975). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.* Petrópolis: Vozes.

HENRIQUES, R (2002). *Raça e gênero nos sistemas de ensino: os limites das políticas universalistas em educação.* Brasília: UNESCO.

JACCOUD, L (2008). O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, M. (org). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição.* Brasília: IPEA.

MAGGIE, Y (1994). *Cor, hierarquia e sistema de classificações: a diferença fora do lugar.* Estudos Históricos.

MAIO, M. C (1999). O projeto UNESCO e a agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 41.* São Paulo.

NOGUEIRA, O (1998). *O preconceito de marca: as relações raciais em Itapetinga.* São Paulo: EDUSP.

PVNC (1999). *Carta de Princípios.*

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira (1984). *História da educação no Brasil.* Petrópolis: Vozes.

SEYFERTH, G (1996)**.** Identidade, território e pertencimento. *Revista Psicologia e Práticas Sociais, vol. 2, nº 1.* UERJ.

SOARES, S (2008). A trajetória da desigualdade: a evolução da renda relativa dos negros no Brasil. In: THEODORO, M. (org). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição.* Brasília: IPEA.

THEODORO, M (2008). A guisa de conclusão: o difícil debate da questão racial e das políticas públicas de combate à desigualdade e à discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, M. (org). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição.* Brasília: IPEA.

As casas do Brasil na Europa: apontamentos sobre antropologia, etnografia e educação

Ceres Karam Brum[1]

Resumo: As casas do Brasil na Europa são residências estudantis construídas na década de 1950-60 com o objetivo de fomentar a formação educacional internacional dos pesquisadores brasileiros. Constituem-se em monumentos responsáveis pela disseminação de uma imagem modernista do Brasil na Europa. Seus principais expoentes são a Maison du Brésil de Paris e a Casa do Brasil em Madri. A par destas duas residências, que continuam em funcionamento, a documentação aponta a existência de uma Casa do Brasil em Londres (fechada durante o governo Collor de Mello), bem como os projetos de criação de Casas do Brasil em Lisboa e na Alemanha. Por seu turno, o nome "Casa do Brasil", desde a década de 1990, vem sendo utilizado para nomear centros de recepção e acolhimento para imigrantes brasileiros na Europa como demonstram as Casa do Brasil em Londres, Lisboa e Munique.
Este trabalho reflete sobre estes "territórios educacionais brasileiros" na Europa a partir de um percurso de pesquisa singular que articula os desafios da realização de um trabalho de pesquisa histórico e etnográfico que coteja as relações entre antropologia e educação.

Palavras-chave: imagens do Brasil, educação, etnografia

1 - Percurso da Pesquisa

Em outubro de 2003, quando cheguei a Paris para um doutorado sanduíche de sete meses, o primeiro de tantos impactos que me aguardavam numa primeira viagem a Europa foi à visão, na Cité Internationale Universitaire, de uma residência que diferia largamente das demais. A visão da colorida da Maison du Brésil me apaziguou! Era um final de tarde de sexta-feira. Eu havia percorrido os arrabaldes de Paris até chegar a Maison, em um veículo *airport shuttle* que me apanhou no aeroporto Charles de Gaulle, já com uma hora de atraso. Enfim, eu havia chegado sã e salva, estava em Paris, melhor ainda estava em um lugar brasileiro em Paris, conforme me apercebi desde meus primeiros momentos na cidade.
Minha breve narrativa de uma chegada atribulada de medos iniciais da vida fora do Brasil, da perda de malas e de desentendimentos lingüísticos "eu não entendo esse francês" foi recorrente nas falas de várias pessoas que presenciei chegar em 2003 e 2004 do *hall* envidraçado da Maison du Brésil. Expressões de cansaço, malas enormes sendo arrastadas com o conteúdo necessário para até um ano de vida, mais tempo às vezes, nos casos de doutorado pleno. As pessoas chegavam trazendo um conjunto de expectativas e temores expressos em narrativas plurais. Narrativas míticas que rememoram como tudo começou em Paris, a partir da Maison, dos novos amigos tornados parentes, dos desatinos e desacertos com orientadores e problemas de inserção nas universidades e laboratórios.
Ao conviver neste universo pleno de significações, um mundo à parte de brasileiros em Paris se descortinou. Os pesquisadores brasileiros que vivem na Maison du Brésil não são imigrantes nem turistas, mas de alguma forma interagem, com estes dois universos. Vir estudar em Paris em estágio doutoral ou pós-doutoral envolve anseios de uma formação internacional, da busca de intercâmbio de pesquisas com profissionais franceses e de

---

1 Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e em História pela Universidade Federal de Santa Maria. Cursou mestrado em Educação e em Integração Latino-Americana, também pela UFSM. Seu doutorado em Antropologia Social foi feito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com estágio acadêmico na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Possui pós-doutorado em Antropologia pela École Normale Superieur de Paris. É professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria, onde leciona Antropologia da Educação e atua como pesquisadora nos seguintes temas: nação e região, mito, imaginário e educação. cereskb@terra.com.br

demais países, mas remete também ao acionar de outras identidades e a busca de outros interesses. Conhecer a cidade e outros lugares da Europa, novos amigos e amores e, em algumas situações, buscar trabalho temporário. Neste sentido, o residir na Maison du Brésil torna peculiar a experiência internacional dos pesquisadores brasileiros, pois sua inserção no cenário educacional francês é quotidianamente mediada por imagens do Brasil, pela língua portuguesa entrecruzada ao francês de brasileiros e, por relações, em sua maioria, entre brasileiros na França. É interessante observar, que a provável passagem de um cenário "local" no Brasil para um cenário cosmopolita (Hannerz 1990, p. 253) ocorre a partir deste espaço significado como território brasileiro em Paris. Naquele momento, as situações vivenciadas me provocaram um profundo estranhamento e a estrutura habitacional e emocional necessária para desenvolver o estágio de doutorado sanduíche e alicerçar uma carreira universitária posterior. Do ponto de vista de meus estranhamentos nasceu o desejo de entender melhor a experiência educacional internacional que vivenciei e de tantos outros pesquisadores e seus acompanhantes que passaram pela Maison du Brésil. Para tanto, inicialmente procurei vivê-la e aceitar suas contradições diárias, em um período posterior tentei compreendê-la de um ponto de vista antropológico que exacerbava meu projeto de doutorado. Passados alguns anos, retornei a Maison du Brésil e passei a percebê-la como um lugar de memória significado na minha história de vida, (Augé 2003 p.43). Conforme propõe Augé, ao analisar as relações pessoalmente estabelecidas com o passado através da visitação e leitura individual de um vestígio: "Ce Paris-là, ce sont mes ruines à moi, une ouvre d'art hors d'age et qui, pour cette raison, me donne le sentiment qu'elle n'existe que pour moi."(Augé 2003, p.124).

O habitar na Maison du Brésil me remeteu, naquele momento, a um tempo único do doutorado sanduíche, dos seminários na EHESS, das feijoadas, das despedidas na cafeteria, dos queijos e vinhos intermináveis regados à discussão das teses e dos planos futuros. Percebi que era chegado o tempo de recomeçar a estranhar e de problematizar este encadeamento pessoal em relação a outras trajetórias e à pluralidade de significados que o viver na Maison du Brésil ensejava na experiência de alguns pesquisadores.

Em virtude deste processo de estranhamento em janeiro de 2010 retornei a Europa para a realização da pesquisa de pós-doutorado. Foram 12 meses consecutivos de observação participante como residente na Maison du Brésil com consulta documental e um conjunto de trabalhos de campo e pesquisas documentais na Casa do Brasil de Madri, realizados entre junho de 2010 e fevereiro de 2013.

Deste trajeto de pesquisa, do conjunto de inquietações e resultados parciais surgiu o desejo de conceber uma reflexão que articulasse as motivações da criação destes territórios brasileiros na Europa durante o governo JK, à história das residências, com as "novas" Casas do Brasil na Europa, que igualmente se constituem em "espaços culturais nacionais brasileiros", mas destinados á recepção de imigrantes.

A experiência internacional educacional de pós-graduação dos pesquisadores e dos trabalhadores imigrantes brasileiros na Europa, com os quais dialoguei é perpassada por representações de ser brasileiro como pedra de toque da reconfiguração identitária no exterior, que mescla elementos linguísticos, espaciais, alimentares e artísticos brasileiros aos elementos locais (franco-hispânico,luso-germânico), por exemplo. Esta articulação, conforme ensina Abelés (2008) ao analisar a globalização como um fenômeno antropológico, remete a vivência de identidades desterritorializadas. Neste caso, de uma cultura brasileira até certo ponto inventada para ser vivida no exterior e caracterizada pela produção de estereótipos, bem como por suas desconstruções. Por sua vez, remete também a questão da história das identidades nacionais em contextos internacionalistas, conforme se configuram as cidades universitárias francesa e espanhola, caracterizados por exibições identitárias de celebração do nacional (THIESSE, 2000).

Nestas cidades universitárias, as casas nacionais apresentam características arquitetônicas que remetem ao país de origem. Para além da moradia estudantil de caráter privado, em que se configuram, são espaços públicos de exibição do nacional brasileiro. São casas museus inscritas no conjunto patrimonial nacional da França e da Espanha.

A par desta dinâmica observada na Casa do Brasil de Madri e na Maison du Bresil em Paris e da importância de ambas as residências nas trajetórias educacionais de seus habitantes, percebi um grande contingente de estudantes/ pesquisadores e trabalhadores brasileiros em circulação internacional que participam das atividades das casas em eventos ou que acorrem as mesmas em busca de informações variadas. É neste contexto de atendimento a imigrantes brasileiros no exterior (e justamente em locais em que não existem ou em que já

existiu uma destas residências - Lisboa, Londres e Munique) que surgem as novas Casas do Brasil.
Quais os múltiplos significados do termo Casa... do Brasil na Europa?
Daí necessidade de uma reflexão que articule análise documental, realização de entrevistas e trabalhos de campo de cunho etnográfico com o intuito de entender as peculiaridades e a complexidade da concepção e manutenção de cada uma destas casas para estudantes e de acolhimento de imigrantes brasileiros no exterior, nos seus sentidos educacionais plenos.

2 - A Casa como Território Educacional

Ao longo da história da Antropologia como disciplina há um conjunto de trabalhos esparsos que levam à casa. Neste campo de produção na França, Griaule (1966) estudando a casa *Dogon*, Lévi-Strauss (1955) analisando a casa *Bororo*, Bourdieu (1980) interpretando a *Maison Kabyle* e mais recentemente Ruegg (2011) estudando as habitações camponesas na Europa e. Tais estudos abordam as particularidades do habitar a casa em seus aspectos de universalidade como lugar de repouso, produção de alimentos, relações parentais, etc. Neste sentido, as casas, de pontos de vistas etnográficos e antropológicos vários, são apontadas em sua diversidade como pedra de toque das particularidades culturais das experiências de sociabilidade, intimidade e educação dos grupos.
Ao interpretarem dimensões simbólicas e espaciais das casas em sociedades ditas tradicionais, tais estudos oferecem um aporte significativo para refletir sobre a habitação na atualidade, pois segundo Ruegg (2011, p. 26) a representação e o imaginário que inspira a casa, ou ainda, os papéis que se lhe atribuem permitem reconstruir a sociologia, a história das idéias e a cosmologia das diversas concepções de habitar e do habitat.
Para de Certeau (1998, p.202) "o espaço é um lugar praticado", no sentido de que a partir do espaço se produz experiência, vivências expressas através de narrativas que produzem as transformações de lugares que se constituem em "uma ordem segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência, uma configuração instantânea de posições que indica estabilidade (1998, p.201). Não se pode ocupar o mesmo lugar, mas se pode manipulá-lo e produzir espacialidades.
A utilização simbólica deste espaço que encontra no conceito de território melhor destino, pois o território se traduz em dinâmica, leva a produção de fronteiras simbólicas, legais e materiais na demarcação de espaços e suas vivências. Segundo Saquet (2010, p.23) a abordagem territorial[2] permite compreender elementos e questões, ritmos e processos da natureza e da sociedade. Ela pode contribuir para a compreensão dos processos que valorizam as relações sociais entre os sujeitos, destes com seus lugares e destes com outros lugares (i) materialmente (Saquet: 2010, p.177), articulando a análise das formas de relação que os grupos estabelecem com o espaço, na sua produção de identidades, conforme propõem Bergues e Alphandery (2004, p.6).
A abordagem dos territórios educacionais objetiva propor uma interlocução entre os conceitos de território e de educação, dando sentido ao termo Casa do Brasil em sua dimensão catalisadora de produção simbólica, historica e socialmente construídas. O entendimento de território remete a perspectiva de Ortiz (2000) que relaciona sua constituição com a capacidade de manipulação simbólica do grupo, em termos de delimitação espacial. Para ele: "um grupo é um território capaz de delimitar suas próprias fronteiras." (Ortiz: 2002, p.62).
Esta capacidade de formatação espacial endereça a um universo partilhado de códigos que permite articular espaço e valores traduzidos em desejos demarcatórios definidores das identidades do grupo, para forjar um território. Por outro lado, esta autonomia se cinge a algum tipo de referência igualmente espacial, mesmo

---

2 Cabe ressaltar que a utilização do conceito de território não se constitui em nenhuma novidade nas Ciências Socais e especialmente na Antropologia, conforme demonstram os trabalhos de Evans-Pritchard e, mais recentemente, Sahlins, Marcus e Latour. A utilização do conceito remete à busca de entendimento dos sentidos atribuídos ao espaço nos processos de sua ocupação pelos grupos sociais estudados. Em relação à temática dos deslocamentos reais e virtuais que caracterizam os estudos sobre mundialização, na perspectiva de (Abelés: 2008), creio que o conceito de território passa a adquirir uma potencialidade explicativa ainda maior por assinalar a demarcação de referentes no desejo de afirmação e exibição identitária de um dado grupo, como o observado entre os residentes das Casas do Brasil e nos centros de recepção de imigrantes.

que menos fixa, mas que pode, por exemplo, estar presente, enquanto referente, no imaginário de pessoas em circulação, permitindo recriações de seu universo de origem que nos remete à temática de desterritorialização de identidades.

Por se relacionar com os processos de deslocamento, a desterritorialização, apresenta como um de seus desafios de entendimento a observação e interpretação dos vínculos que se estabelecem nestas situações com os territórios de origem e de destino. Coloca em questão a própria noção de território e suas interpretações, o que se apresenta através do estabelecimento de relações caracterizadas pela duplicidade, conforme expressa Abelés "la maniére dont les groupes, dont on dit parfois un peut vite qu'ils sont "déterritorialisés", pensent et pratiquent leur doublé rapport à leur territoire d'origine et avec les pays où ils se trouvent disséminés. (Abelés: 2008, 203).

Por seu turno, a percepção de educação que articula os processos de escolarização e trabalho envolvidos nas experiências de circulação internacional de pós-graduação no exterior, em que se inscrevem as Casas do Brasil como espaço de habitação temporária, e os centros de recepção de imigrantes, acena para a produção de um aprendizado cultural inscrito nos significados das casas que concerne à produção de uma *aexis* corporal e de um aprendizado da nação fora da nação. Viver o Brasil fora do Brasil implica, em termos educacionais na produção de um *ethos*, com a pedagogização da nação no exterior a partir da materialidade destas Casas do Brasil na Europa. Para Brandão a educação possui:

> uma "dimensão ao mesmo tempo comum e especial de tessitura de processos e de produtos, de poderes e de sentidos, de regras e de transgressão de regras, de formação de pessoas como sujeitos de ação e de identidades e de crises de identidades, de invenção de reiterações de palavras, valores, idéias e de imaginários com que nos ensinamos e aprendemos a sermos quem somos. (Brandão: 2002, 25).

As territorializações na Casa do Brasil e na Maison du Brésil ocorrem de formas tão variadas quanto a disposição dos móveis nos quartos dos residentes, no uso de imagens que remetem aos familiares e amigos deixados no Brasil, às referências a Maison du Brésil como "o favelão de Paris", "um bunker" ou como "a terra do nunca", por exemplo. Exposições de arte, audições musicais e festas que remetem ao Brasil e suas regiões também se inscrevem na produção de fronteiras culturais dos grupos em processo de territorialização. As novas Casas do Brasil se relacionam igualmente à lugares culturais brasileiros no exterior, além de oferecerem serviços documentais para imigrantes trabalhadores.

3 - Maison du Brésil e a Cité Internationale Universitaire de Paris (CIUP)

A Maison du Brésil foi inaugurada em 1959 durante o governo de Juscelino Kubtchelk de Oliveira. Neste momento o Brasil vivia um período de crescimento econômico, caracterizado pela historiografia como o "nacional desenvolvimentismo". O governo brasileiro, ao patrocinar a construção da "Maison du' Brésil" em Paris a partir de um acordo com a Universidade de Paris (a qual está circunscrita a CIUP), apostou na necessidade de disponibilizar uma estrutura habitacional para seus pesquisadores, visando a internacionalização educacional de suas elites. A construção do prédio de concepção modernista assinado por Lucio Costa e Le Corbusier foi realizada em três anos com recursos do Ministério da Educação do Brasil, via rubrica da CAPES. A Maison du Brésil está situada na CIUP cuja criação ocorreu em 29 de junho de 1921 (Anuaire 2004, p. 20). Sua concepção se comunica com a dupla perspectiva da celebração do nacional e da "abertura para o exterior", no período entre guerras. A CIUP se inscreve em um projeto modernista e internacionalista ligado à celebração do nacional. Um exemplo desta política, com relação à Europa e à França, desde o século XIX, foram as Exposições Internacionais. Conforme Thiesse (2000, p. 196-198) a grandiosidade destas "exibições identitárias" tem objetivos civilizatórios e territoriais, dotados de uma pedagogia da pertença ao exibirem miniaturas das nações em sua diversidade, para serem cultuadas.

A CIUP encarna a dimensão "civilizatória", de atração, alargamento e melhoria das condições de moradia para estudantes estrangeiros em Paris, como demonstra Karady (2002, p.56), ao relacionar a dimensão mítica da magia exercida por Paris como capital intelectual da Europa, com a constituição de produtos para consumo

cultural como as universidades e academias, inexistente em outros lugares. Para ele (KARADY: 2002, p.59) a CIUP se inscreve em um dos esforços políticos do estado francês (com fundos de diversos países), objetivando favorecer da vinda de estudantes estrangeiros para Paris. O projeto da CIUP extrapola duplamente a criação de alojamentos e a formação universitária francesa. Ele atinge uma perspectiva educacional ampla em prol da manutenção da paz mundial, com a exigência de formatação de mentalidade moderna do entre guerras.

Atualmente este aprendizado pode ser percebido na arquitetura das casas, nos espaços coletivos, em suas normas e atividades culturais que estão em interlocução com as nações e regiões que lá possuem Maisons, bem como com suas peculiaridades de organização e relativa autonomia, que se dinamiza ao longo da história da CIUP. Sua proposta contemporânea atualiza os ideais que a originaram nos anos 20 e objetiva favorecer o desenvolvimento da circulação internacional das elites em formação a partir do oferecimento da estrutura habitacional necessária ”integrada” à cidade de Paris, como proposta para o desenvolvimento individual de cada residente. Como projeto coletivo, a perspectiva de integração a partir do convívio de estudantes de diversas nações e regiões se expressa nas atuais 40 residências que a compõem e materializam a representação da diversidade-mundo na proposta de espaços coletivos a serem partilhados por todos os seus habitantes, como a Maison Internacionale, por exemplo.

Do ponto de vista de sua concepção a CIUP têm a preocupação expressa de evitar a formação de guetos nas diferentes residências. Esta busca ocorre através da brassage que corresponde à ocupação de até 30% de cada uma das residências por estudantes de nacionalidades diversas da nação que a Maison representa. A brassage, que objetiva misturar, efetiva a circulação internacional entre os residentes dentro dos limites da CIUP. A situação de brassage vivenciada pelos pesquisadores coloca a questão da obrigatoriedade de interlocução com o mundo do outro como uma condição de sobrevivência.

Esta interlocução entre os pesquisadores brasileiros e não brasileiros se percebe de forma peculiar na Maison du Brésil. Atualmente, o contato dos pesquisadores brasileiros que desejam residir na Maison, as informações necessárias sobre a residência e a candidatura a uma vaga ocorrem através do website *www.maisondubresil.org* que a apresenta destacando aspectos de sua história e reconstrução, seu caráter patrimonial e seus residentes ilustres. a Maison du Brésil, possui 5 andares e 100 apartamentos, abrigando cerca de 125 pesquisadores.

4 - A Casa do Brasil na Ciudad Universitaria de la Complutense de Madri

A Ciudad Universitaria de la Universidad Complutense de Madri se situa no campus de Moncloa, na região central da capital espanhola. Trata-se de um conjunto de prédios que abrigam instituições de ensino superior, museus, estrutura administrativa e também residências estudantis denominadas em alguns casos como Colegios Mayores. A concepção da Ciudad Universitária remete ao século XIX com a atuação da rainha Isabel II que recebeu a incumbência de reabrir as universidades que seu pai Fernando VII fechou em 1836. Naquele momento tratava-se de um conjunto de prédios esparsos que apenas a partir de 1927 foram integrados pela atuação de Afonso XIII que nomeou uma junta para detonar a construção de uma moderna cidade universitária em terrenos situados em Moncloa e doados pela coroa ao estado ainda no século XVIII e que, em 1928, passam a ser propriedade do Ministério da Instrução Pública.

A lei que institui a Ciudad Universitária de Madri é de 22 de outubro de 1931, promulgada no contexto da tomada do poder pela Segunda República. Com a Guerra Civil Espanhola as obras, em fase de inauguração, foram interrompidas e a partir de 1936 a Ciudad Universitaria se transformou no principal cenário de defesa contra as tropas rebeldes. A Batalha de la Ciudad Universitaria (ocorrida entre 15 e 23 de novembro de 1936), se constitui em um dos marcos da atuação que instaurou o franquismo na Espanha e marcou decisivamente a vida da Ciudad Universitaria desde então (http://es.wikipedia.org/wiki/Batalla_de_la_Ciudad_Universitaria_de_Madrid, consulta em 30/04/2012).

Percebo algumas aproximações entre as duas cidades universitárias no que concerne ao momento de estruturação (o entre guerras), bem como sua dimensão internacionalista. O momento de construção das duas residências brasileiras é também similar, coincidindo com o desejo de JK de internacionalizar a formação das elites, propiciando estrutura habitacional condizente com este projeto temporário, para se converter em um diferencial educacional, de concepção modernista.

Há uma aura de maior conservadorismo no que se refere a cidade universitária espanhola que se traduz, por exemplo, no papel destinado aos Colegios Mayores na educação, conforme destaca Lasso de Vega (1948, p. 499) que os analisa como *lócus* de formação das elites dirigentes da Espanha. Na sua ótica eles possuem uma função nacional de formação dos governantes. O Colégio Mayor em sua configuração comporta moradia e estrutura educacional para formar os membros que lhes são "entregues" durante seu processo de educação universitária.

Nas Casas do Brasil há uma intencionalidade de regramento e promoção da vivência do coletivismo que encontra como limite a vida privada dos residentes, representada e significada nas portas fechadas de seus quartos. Nestas residências de caráter nacional a promoção do coletivismo se dá através das referências ao Brasil em atividades que remetem ao lazer veiculando a cultura brasileira inclusive em suas matizes regionais. A promoção e/ou apoio da direção às festas, aos ciclos de cinemas e debates sobre o Brasil se inscrevem nesta perspectiva: o ciclo de cinema novo, o Clube do Choro, o Domingo de Sol, festas juninas, carnaval, Natal e Ano Novo, bem como a realização de exposições de arte objetivam mostrar a diversidade brasileira.

Há ainda, atividades que envolvem várias residências estudantis como a Festa das Nações que se realiza anualmente em maio na CIUP, reunindo mostras de arte e comida/danças e músicas apresentadas como típicas de diversos países através da atuação dos residentes e sob a organização dos Comitês de Residentes e das direções das casas. Ressalto a dimensão de território educacional atribuído às casas nações que se mostram e buscam interlocuções através destes rituais pacíficos da diversidade-mundo, encontrada nas cidades universitárias.

No contexto desta breve reflexão sobre as Casas do Brasil, cabe mencionar que, apesar de se configurarem em territórios educacionais brasileiros na Europa, há diferenças substanciais entre ambas que podem ser exemplificadas nos seus modelos de gestão, situação jurídica e filiação institucional. A Casa do Brasil de Madri está vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e a Maison du Brésil ao Ministério da Educação. Daí decorre um modelo de gestão que privilegia, na esteira dos Colegios Mayores em que se configura, uma estrutura hoteleira de alto custo com fornecimento de 3 refeições diárias, serviços de lavanderia e limpeza, salas de convivo, ginásio de esporte e uma capela em que é celebrada missa semanalmente. Não há possibilidade de organizações de festas pelos residentes. Há um calendário fechado de eventos regrados e promovidos pela própria direção da casa.

Somado a isto se tem no espaço do Colegio Mayor Casa do Brasil o funcionamento de uma série de cursos como de português, capoeira e violão que se cinge não apenas ao aprendizado da nação e de sua diversidade pelos brasileiros, mas que remete especialmente a uma pedagogização do Brasil na Espanha em suas potencialidades. Atualmente os cursos de português (dados de fevereiro de 2012) sofreram um aumento muito significativo em função da projeção do Brasil na Europa inclusive como mercado de trabalho e expectativa empresarial.

Por outro lado, a dimensão de uma exotização cultural do Brasil, ainda ocupa um espaço singular na casa traduzido na celebração dos jogos de futebol como evento oficial da residência, congregando a comunidade de brasileiros em Madri para além de seu universo estudantil e de pós-graduação. Os jogos de futebol da Copa do Mundo de 2010 foram exibidos em dois telões patrocinados por empresas brasileiras. Lá encontrei funcionários da embaixada e consulado do Brasil e entrevistei inclusive um trabalhador brasileiro da construção civil de São Paulo em situação ainda irregular – como me relatou. Para ele a Casa do Brasil é um lugar de encontro de brasileiros em Madri.

Uma outra diferença crucial a ser salientada entre as duas é a relação das mesmas com os bolsistas CAPES/CNPq enviados para estágios de doutorado e pós-doutorado nestes países. Em entrevista realizada em junho de 2010 com o diretor da Casa do Brasil de Madri Cássio Romano ele enfatizou sua contrariedade em estabelecer acordos para recebimento prioritário dos bolsistas brasileiros, como ocorre na Maison du Brésil que está ligada ao MEC e destina-se prioritariamente aos mesmos.

As significações percebidas durante os trabalhos de campo adentram em um universo diacrônico da história individual e de fragmentos da memória coletiva em que o grupo alicerça sua estada temporária no exterior e seu presente em discursos passados. A organização da cultura se dá a partir da re-configuração do passado e de sua interpretação no presente. Minhas observações me remeteram com freqüência a imagens concebidas das casas do Brasil e dos habitantes célebres que as habitaram. O peso da história destas casas no que concerne a organização a que são submetidos seus residentes se percebe, por exemplo, na expressão espacial de intencionalidade da criação de espaços modernistas (as casas) como imagens do Brasil no exterior.

Igualmente se percebe na aplicação de normas das cidades universitárias e das próprias casas por seus diretores e funcionários.

Estas normas prescrevem comportamentos, atitudes e tempo de permanência que remetem ao momento de criação das cidades universitárias, no período do entre guerras com o objetivo de fomentar uma concepção internacionalista e pacifista em prol da paz mundial, através da educação das elites nacionais em cenários cosmopolitas - CIUP e Ciudad Universitaria de la Complutense de Madri. Tais concepções são significadas como multiculturais por seus administradores e se chocam com as diferenças culturais protagonizadas por seus habitantes na atualidade, desafiando o convívio destes imigrantes temporários e sua interlocução com as cidades cosmopolitas de Paris ou Madri que os acolhe e que, por sua vez dialoga com as contradições e problemas da imigração na atualidade.

Observei também que a percepção das casas, expressa nas narrativas de seus habitantes, oscila entre um espaço idílico de encontro de brasileiros no exterior com vivências festivas do Brasil e de suas regiões e a representação espacial de um *bunker* que segrega os brasileiros pesquisadores da vida de Paris ou de Madri. As relações com seus espaços são plurais, mas sempre firmemente posicionadas: muitos residentes amam ou odeiam viver em uma das Casas do Brasil. Por que este habitar suscita paixões que extrapolam a dimensão da casa?

Penso que a noção de território educacional, problematizada a partir de uma abordagem da Antropologia da Casa auxilia no entendimento não apenas das simbolizações do espaço e sua territorialização, mas igualmente contempla as relações de afetividade e aprendizado que se processam no interior das casas e suas repercussões. Neste sentido, é possível relacionar as Casas do Brasil na Europa à própria metáfora de Lofgreen (1999) da "nação como casa", na qual os imigrantes não penetram para além da soleira ou do quintal. Quê dimensões as casas do Brasil adquirem na vida de seus residentes, enquanto território brasileiro na Europa? Elas podem favorecer a inserção dos pesquisadores brasileiros no exterior ou a dificultam?

Acredito que o cotidiano das Casas, as impressões de seus residentes e funcionários e o impacto nas histórias de vida de cada um de seus atores fornecem informações fundamentais para se estudar as dimensões da brasilidade em termos educacionais a partir de suas memórias individuais e coletivamente partilhadas. Exemplo disso são os relatos dos residentes sobre sua chegada em Madri e em Paris. A Casa do Brasil de Madri é percebida nestas representações como uma extensão do Brasil. Um Brasil freqüentemente festejado e estereotipado em suas festas e exposições, mas que é também vivido pelos residentes como um projeto regional que identifica, aproxima e contrasta grupos de nordestinos, sulinos e nortistas, com os estudantes e pesquisadores de outras nacionalidades que residem nas casas ou, até mesmo, nas cidades universitárias de Paris e Madri.

Neste sentido, vale o ensinamento de Thiesse (2010, p.71) de que a par dos demais conhecimentos que devem ser apreendidos na escola, através dos manuais escolares, esta se reporta a aprendizagem de uma sensibilidade à nação. Para Gellner (1989, p.60) a nação apresenta como exigência uma alta cultura comum, forjada através de um processo designado como exo-educação que confere à nação um sentido de universalidade e propicia a homogeneização de seus membros. Como corolário é a mesma educação nacional que produz o nacionalismo, conforme Thiesse (2010, p.72) a escola republicana participa eficazmente da nacionalização das classes populares. Assim, é a nação que ensina e reforça a nação, mesmo fora de seus limites geográficos, como no caso das Casas do Brasil na Europa.

Elas se configuram em territórios educacionais construídos para se viver temporariamente na Europa, sem deixar que o Brasil seja esquecido, que se apresentam como patrimônios culturais brasileiros. Lugares para re-inventar Brasis e pedagogizar a nação.

5 - As novas Casas do Brasil

Thiesse ao refletir sobre crise de identidade e medo do futuro afirma que: vivemos recentemente uma situação altamente paradoxal, a identidade do indivíduo está centrada em um alto grau de precisão e ele, ao mesmo tempo, dispõe de escolha de identidades ilimitadas (Thiesse: 2010, p.189). Para a autora, é neste contexto plural das crises políticas da mundialização em que se encerra o atual debate sobre identidade nacional e em que as nações continuam avessas a um poder supranacional que as controle (Thiesse: 2010, p.191).

É no espaço territorial da União Européia, que aparecem as novas Casas do Brasil como centros de atendimento a imigrantes brasileiros no exterior (e justamente em locais em que não existem ou em que já existiu uma destas residências - Lisboa, Londres e Munique:

A Casa do Brasil em Londres é uma companhia limitada por garantias funcionando em forma de associação, registrada em 4/8/2009 junto ao 'Companies House' sob número 6980167. Nosso endereço completo é: 21 Foley Street, London, W1W 6DR, Reino Unido.O horário de atendimento é: de segundas às sextas-feiras das 10:00 às 18:00 horas e aos sábados, das 11:00 às 17:00 horas.Excepcionalmente, aos domingos poderá ser marcado um atendimento especial desde que haja disponibilidade do profissional ou voluntário procurado.O nosso telefone é 020 7580 0133 e nosso fax 08452 991 899. Nosso endereço de e-mail geral é:info@casadobrasil.org.uk e nosso msn pode ser adicionado pelo casadobrasil@hotmail.co.uk .Não há atendimento garantido pelo MSN, a não ser que previamente agendado.A direção da Casa do Brasil em Londres está sob os cuidados de Carlos Mellinger. A organização está registrada também no serviço de proteção de dados, assegurando aos associados privacidade e segurança.....{serviço}Aconselhamento Jurídico através de advogados registrados na Law Society ou OISC; Serviços por procuração no Brasil: Casamentos, Divórcios, etc. Aconselhamento Psicológico, Traduções Juramentadas*, Intérpretes (reembolso de transporte necessário), Assistência Social; Assistência Geral à comunidade brasileira, inclusive com relação a benefícios sociais;Aulas de Inglês Britânico*;Regularização de CPF; Formulários e Guias do Consulado Geral do Brasil em Londres; Auxílio no preenchimento de formulários; Auxílio na busca de acomodações, trabalhos e escolas; Mural de Anúncios; Caixas Postais*; Internet, Serviços de Cópias, Digitalização de Documentos e Serviço de FAX*;Cartões de Visitas*; Convênios com médicos e dentistas brasileiros; Convênio com auto-escola em português; Auxílio para abertura de contas bancárias; Auxílio para emigrantes ainda no Brasil através de atendimento virtual; Espaço para pequenos eventos, seminários e reuniões*; Lojinha com souvenirs brasileiros (bandeiras, brincos, broches, etc.); Organização, realização e participação em eventos comunitários; Serviço VIP para associados mediante requisição*; Atendimento itinerante em cidades do interior e litoral da Inglaterra, Escócia e Gales; Serviço de atendimento de emergências – 24 horas. (*) Alguns dos serviços são pagos, mas os associados sempre contam com descontos de até 50% nos serviços cobrados (exceto convênios). http://www.casadobrasil.org.uk/casa-brasil

.....

A Casa do Brasil de Lisboa (CBL) é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada oficialmente em Janeiro de 1992 por brasileiros residentes em Portugal e portugueses amigos do Brasil, aberta a todas as nacionalidades.

A CBL defende os interesses de todos os imigrantes em Portugal, em especial os brasileiros e os de origem lusófona, dentro de uma ótica de integração e de luta pela igualdade de direitos e responsabilidade cidadã.

Atua como pólo de reflexão e promoção de debates temáticos e intervém ativamente em questões relativas à política de imigração em Portugal e à luta contra o racismo e a xenofobia, entre outras.

A CBL é laica, apartidária, porém não apolítica. Entende que as questões relativas aos imigrantes em Portugal e emigrantes em todo o mundo têm um caráter político e assim são encaradas pelas diversas sociedades e Estados.

É também um espaço de diversidade e de promoção da cultura brasileira em Portugal:

- Na composição dos seus sócios e dirigentes, estão brasileiros e portugueses e, em direções anteriores, a CBL teve diretores da França, Itália e da Guiné Bissau.
- Nas suas atividades recreativas, culturais, políticas, de apoio social e jurídico aos sócios e imigrantes e em geral;
- Na sua prática persistente de procurar a unidade dos imigrantes em Portugal e de buscar, em conjunto com a sociedade civil portuguesa - Igreja Católica, centrais sindicais, partidos políticos, ONG's, associações de direitos civis -, aumentar o espaço e garantir a integração cidadã dos imigrantes nesta mesma sociedade.

Nas suas atividades permanentes de promoção cultural das coisas do Brasil, como aulas de danças, palestras, exposições, workshops, cinema e festas.

A CBL é uma associação de imigrantes reconhecida como tal nos termos da Lei 115/99, de 3 de Agosto de 1999. Tem assento no COCAI - Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração da Presidência do

Conselho de Ministros e desde sua fundação, mantém um diálogo permanente com as autoridades portuguesas, na ótica da defesa dos interesses dos imigrantes em Portugal, em especial, da comunidade brasileira. Foi coordenadora, desde 1992, de várias plataformas de articulação entre associações e entidades diversas interessadas nos assuntos das Migrações (SCAL, SCAI, PERCIP). Participou nos Conselhos de Cidadãos do Consulado Geral do Brasil em Lisboa e entende que este Conselho deveria existir em permanência. Mantém um diálogo ativo e promove ações conjuntas com o Consulado e a Embaixada do Brasil em Lisboa. Foi co-fundadora e é membro ativo da Rede de Associações Brasileiras em Portugal e da Rede de Brasileiras e Brasileiros na Europa. A CBL esteve na origem e foi participante fundamental na negociação e execução do chamado Acordo Lula de 2003, em função do qual mais de 20 mil brasileiros conseguiram se legalizar em Portugal. A CBL esteve na gênese das Conferências de Brasileiros no Mundo, organizadas pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil desde 2008. Foi em Lisboa, em Julho de 2007, que o então Ministro Celso Amorim comprometeu-se com a proposta feita pela CBL de promover um primeiro encontro de lideranças dos emigrantes brasileiros no mundo. De acordo com a Lei nº115/99 de 3 de Agosto, a CBL beneficia de todos os direitos e regalias concedidos às pessoas colectivas de utilidade pública. Como tal, as doações a esta associação são dedutíveis no Imposto de Rendimento de Pessoa Singular (IRS) e no Imposto de Rendimento de Pessoa Colectiva (IRC).Carlos Vianna
Presidente da Casa do Brasil de Lisboa http://www.casadobrasil.info/

A **Casa do Brasil** foi fundada em 1992 por brasileiros que moravam em Munique e tornou-se, através de seus eventos, um ponto de encontro para brasileiros, alemães e todos que se interessam pelo Brasil. Os eventos tratam principalmente de temas sociais, políticos e culturais ligados ao Brasil. As palestras são seguidas por discussões e as noites são encerradas com boa música e comida típica brasileira. Ligada à instituição está a Biblioteca do Brasil que conta com um acervo de aproximadamente 2000 volumes de obras científicas e de literatura brasileiras em diferentes áreas, assim como revistas, cds e vídeos. Parte do acervo também estádisponível em alemão. Biblioteca do Brasil - Casa do Brasil e.V. http://www.casadobrasil.de/cdb_verein_pt.php

Uma breve análise das informações apresentadas nos seus *sites* permite concluir que estas novas casas do Brasil foram criadas na década de noventa. Seu aparecimento, num momento de forte presença de imigrantes brasileiros na Europa, acena pelo menos para duas dimensões: um desejo de acolhimento e prestação de serviços a imigrantes trabalhadores em processo de adaptação no exterior, bem como a configuração das casas como um lugar cultural brasileiros com realização de festas, debates sobre "a cultura brasileira" e venda de produtos brasileiros no exterior.
Segundo Thiesse o estado-nação organiza uma certa solidariedade entre seus membros. A educação e a socialização na nação fazem nascer um sentimento de pertencimento profundamente enraizados, propondo a cada um seu lugar no coletivo estável, na falta de outras perspectivas (2010: p.192). Neste sentido, é possível afirmar que as novas Casas do Brasil na Europa são igualmente territórios brasileiros destinados agora, não à elite intelectual em formação, mas aos trabalhadores. São também territórios educacionais brasileiros na Europa que objetivam auxiliar e propiciar a integração e regularização dos brasileiros em Londres, Lisboa e Munique, afirmando seus vínculos com o Brasil como país de origem, oferecendo como opção cultural a máxima de ser ainda mais brasileiro ao estar vivendo na Europa!

6 - Etnografia, antropologia e educação

Conclui meu trabalho de campo na Maison du Brésil em dezembro de 2010. Depois disto retornei várias vezes à residência e à Casa do Brasil de Madri, sobretudo para consulta documental. A busca de informações sobre as Novas Casas do Brasil vem sendo feita desde 2012 e atualmente encontra-se em fase de contato para trabalho de campo. No dia 27 de junho de 2014 meu livro *Maison du Brésil: um território brasileiro em Paris* foi lançado na Maison du Brésil, em comemoração aos 55 anos da casa. À título de finalização deste texto gostaria

de refletir sobre alguns elementos que marcaram este percurso pesquisa, meus estranhamentos e, sobretudo meu aprendizado da Antropologia como educação.

> Anthropology for me is such a practice. If its method is that of the practitioner, work with material its discipline lies in the observational engagement and perceptual acuity that allow the practitioner to follow what is going on, and its turn to respond to it. This is the method, and the discipline, Known in the trade as participant observation. It is one of which anthropologists are justly proud. Participant observation, is a practice of anthropology not of ethnography.(Ingold: 2013, p.4).

Na Maison du Brésil, a aceitação do grupo se deu de forma gradual a partir de minha atuação como residente e não como pesquisadora. A etnografia só foi possível quando se constituiu em Antropologia, na alteridade de nosso convívio e interlocuções por vezes muito tensas.

As primeiras descobertas se deram a partir da percepção de que esta sensação de certa depressão (do não estar lá no Brasil, sem ainda estar na França, somada ao impacto do fuso horário e a solidão) também era partilhada por grande parte dos residentes. Depois de alguns dias observando de longe a vida das pessoas decidi entrar na cozinha à noite e tentar conversar como todos na casa faziam. Aquele constrangimento inicial de começar a se apresentar, reconhecer limites, partilhar dúvidas, no meu caso, se somou a uma rápida descrição de minha pesquisa: a Maison du Brésil vista a partir de seus habitantes e a uma curiosidade generalizada perpassada por vários desconfortos que me exigiram desconstruções e explicações. - Ah, você é a informante da CAPES que veio investigar a gente? - Aquela pesquisa que a Inez falou, é você quem faz! - Hum, você vai contar tudo?

Nesses encontros nas cozinhas nunca consegui passar despercebida, as pessoas me apresentavam dizendo - "a Ceres pesquisa a gente, aqui da Maison du Brésil" a cada novo residente que chegava e mesmo aos visitantes. Ao que parece a notícia de minha chegada na casa e da pesquisa com algumas incompreensões se espalhou rapidamente. Decidi então, por uma medida ética e informativa enviar um correspondência a todos os residentes e funcionários explicando sobre a pesquisa e os convidando a participar. A medida funcionou bem em termos informativos, mas continuei a sentir uma certa desconfiança por parte das pessoas que tive de lentamente desconstruir para poder observar, o que ocorreu durante todo o período do trabalho de campo, gradativamente. Havia ainda o impacto da diferença de estar fazendo um pós-doc, "- você está com a vida arranjada" como ouvi algumas vezes, o que fez com que no princípio do *séjour* afastasse muitos doutorandos lá residentes. Eles me percebiam como de outra tribo! E eu não compreendia muito claramente como poderia lidar com isto.

Percebendo estas e outras dificuldades procurei não forçar nenhuma situação, apenas captar imagens quando permitido e jamais efetuar anotações em espaços coletivos para evitar constrangimentos. À noite preenchia o diário de campo na solidão e aconchego do meu quarto ao qual começava a me adaptar. Como os demais residentes passei a me adaptar a vida na casa e a dialogar com um conjunto de peculiaridades que, para mim, muitas vezes se cingiram a dificuldades de inserção, especialmente nos primeiros meses.

Isso se deu de várias formas: nos meses iniciais tratei de consultar, estudar e organizar toda a documentação disponível. Efetuei a maior parte deste trabalho na Biblioteca da Maison du Brésil. Conheci Sandra que lá trabalha desde 2002 e que se tornou uma importante interlocutora e grande amiga. Este trabalho também me aproximou de Denise, Fred, Delfin e Monsieur Robin cujos espaços de trabalho são no térreo da casa. Algo muito bonito disto tudo foi poder contar também com a Inez (então diretora da casa) e dirimir com ela dúvidas que invariavelmente apareciam na documentação.

O apoio dos funcionários e dos novos amigos que frequentemente debatiam comigo contrabalançou minha percepção inicial de insegurança e das incertezas, me fornecendo a sensação de que eu estava desenvolvendo um trabalho "em conjunto" perpassado por nossas curiosidades, interesses e olhares. A casa fazia tantos sentidos e comportava contradições latentes que por vezes me desatinavam e me incitavam a conhecê-la de um ponto de vista que colocava os interesses e percepções de seus atores na seara da interpretação, de um necessário diálogo em que suas próprias significações se constituíam no viés para a construção de minha interpretação.

Na verdade, posteriormente percebi que a questão não era só permanecer na Maison du Brésil, mas a perspectiva

de dar continuidade ao que se estava pesquisando e vivenciando na França, também em termos de viagens turísticas e de participação em eventos. Passei a observar, a princípio a partir das minhas viagens para eventos e campo (permaneci em Madri durante uma semana em junho de 2010, justamente na Copa do Mundo para conhecer a Casa do Brasil), que as viagens aceleravam e ascendiam o sentimento de apego. A casa, seus espaços, nossos quartos e cozinhas, mas principalmente as redes que formávamos naqueles meses eram nossos referenciais. E as festas e chegadas de novos residentes que havíamos perdido por se estar em viagem!

Saudades externadas durante os reencontros nos relatos do que havíamos vivido e sentido. Nosso desejo de voltar, de rever os amigos de tornar a ocupar o quarto, cujo cartão era deixado às vezes com algum amigo para que pudesse abrigar visitas, regar as plantas. Essas relações de confiança mútua e de reciprocidade me forneceram uma pista para entender melhor a casa e as vidas que lá se desenrolavam.

Havia uma rotina por traz das festas que também viraram rotina, em vários momentos em que alguns grupos sentiam o desejo de estar juntos para além de tudo o mais. A urgência de um tempo que se esvaía, a consciência meio juvenil de que amanhã ele levaria da casa alguém que conhecemos há poucos meses, mas que se tornou tão próximo. Havia paixão e desejo de vida, de conhecimento, de tesão, de amizade e de angústia de tantas liminaridades dos momentos intensamente vividos. Entendi que "o samba nosso de cada dia" não era simplesmente a invenção d'um Brasil em Paris! Era o riso sentido, o corpo trabalhado para aquele momento de afeto e entrega no ritmo e mesmo na ginga sem jeito dos residentes brasileiros que (como eu) não sabiam sambar ou dos belgas, espanhóis e marroquinos que partilharam intensamente estes momentos de alegria, cumplicidade e muita sensualidade.

Música e comida brasileira são expressões muito presentes na Europa. A Maison du Brésil é um dos territórios de cultivo da brasilidade que destaca estas expressões culturais e que, logicamente, se comunica com outros espaços, num contexto de globalização e mundialização.

As impressões que relatei até aqui me propiciaram iniciar um diálogo cada vez mais frutífero com os habitantes e trabalhadores da Maison du Brésil. Isto foi parte do meu processo de educação na antropologia. Meu aprendizado do campo para além do relato, do sentir-me *com* e *no* universo dos moradores da Maison du Brésil, conforme se refere Ingold:

> What truly distinguishes anthropology. I believe, is that is not a *study of* at all, but a study *with.* Anthropologists work and study *with* people. Immersed with them in the environment of joint activity, they learn to see things (or hear them, or touch them) in the ways their teachers and companions do. An education in anthropology, therefore, does more than furnish us with knowledge *about* the world - about people and their societies. It rather educates our *perception* of the world, and opens our eyes and minds to other possibilities of being. (Ingold: 2008: p.82)

Esta passagem teve algumas rupturas. Um fato marcante neste processo foi uma certa mudança de rumos no campo. Em setembro de 2010 surgiu a oportunidade de participar do Comitê de Residentes. O verão havia passado e com ele a aproximação dos que, como eu, decidiram permanecer na casa. A princípio havia planejado me mudar para um *studio* para começar a escrita do texto que daria origem ao livro. Depois de uma visita dos meus pais, de alguns sorrisos amigos de "fica, Ceres, com a gente" e a estrutura montada do meu quarto, além dos próprios custos, resolvi permanecer na casa, tentando me centrar na escrita.

De alguma forma deixei de fazer anotações mais sistemáticas, de produzir imagens e reduzi as entrevistas o que me aproximou de alguns residentes me remetendo ao tempo da minha própria tese de doutorado na Maison du Brésil, ocorrida em 2003 e 2004. A escrita e suas incertezas, perpassadas por alguns tropeços (o que é esperado) estava também sendo vivida por boa parte dos residentes de 2010 que, como eu, estavam começando a escrever e isso nos aproximou e identificou.

Foi como se um círculo de alguma forma se fechasse no lugar em que começou! A escrita, saídas para a biblioteca, muitas visitas a livrarias, partilhadas com amigos fizeram com que eu percebesse o abismo entre a rotina de trabalho dos pesquisadores de doutorado e dos poucos pós-doutores (especialmente das ciências

humanas) que habitavam a Maison du Brésil. A participação no Comitê de Residentes[3] se deu neste contexto.

> Naquele 24 de dezembro a neve pela manhã fez com que convencêssemos os meninos de irem ao Franprix (o supermercado mais próximo) para comprar os itens e as bebidas que ainda nos faltavam. Era uma questão menos de gênero e mais de força, pois com a neve tão alta não teríamos como puxar os carrinhos. Em troca oferecemos a eles um almoço super animado entre fornos que não paravam de assar e *tables chaufantes* que disputávamos para preparar todos os pratos da ceia.
> Quando tudo ficou pronto não resistimos: Fran e eu caímos no choro abraçadas olhando o *hall* arrumado para nos acolher. Era Natal, uma festa de família que havíamos simbólica e materialmente recriado longe de casa, mas na nossa Casa. De alguma forma havíamos territorializado também aquele episódio no nosso espaço já quotidiano, agora vivido como festa, mais uma vez. Sentíamos a força dos nossos laços que o tempo de outros residentes da Maison desataria, mas aquele era o nosso tempo, o nosso Natal da Maison du Brésil com aquele grupo que jamais se repetiria - nós sabíamos disto.
> Talvez por esta razão aquele natal não tenha nos trazido tantas saudades de casa como discutimos quase mais bêbados que os perus - na verdade *dindes*, como depois descobrimos - já no dia seguinte, devorando os restos mortais da festa, na cozinha do terceiro andar. Foi uma ocasião única e familiar que nos reuniu de uma maneira leve e diferente. Um rito de união e instituição de nossas identidades de residentes da qual todos os andares participaram. (Diário de Campo: dezembro de 2010)

Meu percurso metodológico remete ao impacto do habitar a Maison du Bresil e suas decorrências. Residir temporariamente em um local que se configura em patrimônio e imagem do Brasil desde sua constituição, onde a comunicação entre a vida privada e a pública é obrigatória e tem como decorrência uma sensação de intranqüilidade. Nas significações observadas junto aos residentes foi impactante a preponderância da representação do cuidado e desejo de preservação do prédio de concepção modernista pela direção, em relação aos habitantes que o animam e que são temporários, cujo fluxo de chegada e saída é regido pelos calendários acadêmicos francês e brasileiro. Somado a esta "mágoa" encontrei depoimentos que a representam como signo de descontração "- meu club med" (Clarice: arquitetura, 2010) como lugar de memória individual e socialmente partilhada entre residentes contemporâneos.

A Maison du Brésil em Paris é o próprio Brasil constituído como um território simbólico que está sendo mostrado, degradado ou cuidado, próspero ou em ruínas, clandestino ou oficial. É a imagem da nação brasileira no exterior, concebida a partir de um projeto intercultural que a abriga e que dialoga com sua administração. É um lugar privilegiado para se conhecer e inventar *brasis* no exterior com uma possibilidade de contato íntimo entre brasileiros de várias regiões, inexistente no Brasil. Um lugar habitacional que se torna "cultural" do ponto de vista de políticas patrimoniais oficiais em embate com um lugar culturalizado como brasileiro, compreendido do ponto de vista êmico dos habitantes temporários que o animam. Um patrimônio para celebrar o Brasil e para proteger de Paris?

O episódio do Natal serve para pensar sobre saudades, deslocamentos, apegos e se soma aos tantos significados que o viver em uma Casa/Nação incita. O que tentei demonstrar é que a vida na Maison du Brésil, como um território educacional nos acresce pessoas, nos soma afetos, novos desejos e inquietações. Ela nos propõe um novo mundo no velho mundo e uma nova vida em um espaço patrimônio com data para começar e terminar.

---

3 "A Casa do Brasil, segundo normas comuns a todas as casas da Cité Universitaire, elege a cada ano universitário um Comitê de Residentes. Este comitê tem como missão representar o conjunto de residentes da Casa junto à sua administração e da CIUP. (...) O comitê organiza, em acordo com a direção, atividades sócio-culturais e esportivas no âmbito da Casa. Seu presidente assiste como convidado às reuniões do Conselho de Administração. Todos os comitês de residentes indicam dois representantes que compõem a ADCR (Assembléia da Delegação de Comitês de Residentes), que representa o conjunto de residentes da CIUP junto à administração desta.(..) A ADCR elege dois representantes que participam como membros de direito do Conselho de Administração da Cité Internationale Universitaire de Paris."http://www.maisondubresil.org/Residence/residentsP.php (consultado em 5 de dezembro de 2013).

Isso produz angústia e desejo, fetiche e medo que de alguma forma marca quem passou por lá. Como uma pele que nos habita. Como uma casa que nos incita, como ensina Ingold:

> That this world is not just what we think *about* but we think *with* and that in its thinking the mind wanders along pathways extending far beyond the envelope of the skin - that makes the enterprise anthropological and by the same token radically different from positive science. We do our philosophy out of doors. And in this the world and its inhabitants, human and non-human, are ours teachers, mentors and interlocutors (Ingold: 2008, p.83).

Viver na Maison du Brésil se configurou em uma experiência antropológica de alteridade e aprendizado. Meu processo de educação na antropologia de alguma forma se desviou da etnografia de uma *maison* como eu planejava. Minha sensação é que estive para além de um campo em que meramente observei. A pesquisa se deu porque eu vivi *com* a Maison du Brésil e não apenas *na* casa, num processo artesanal da urdidura de entendimentos contraditórios a respeito das práticas e saberes que lá se processam, através e pela atuação dos atores que a habitam ou que frequentam. Ele tomou outros rumos e penetrou o meu mundo, levando-me a outras casas/nações o que me convida a trilhar novos percursos de pesquisa, em outras casas do Brasil, na Europa na busca de seus significados.

Bibliografia

ABÉLÉS, Marc. (2008).*Anthropologie de la globalisation*. Paris : Payot & Rivages.

AUGÉ, Marc. (2003) *Le temps en ruines.* Paris : Galilée.

ANUAIRE (2004). *Internationale des anciens de la Cité Universitiare de Paris*

BERGUES, Martine e ALPANDÉRY, Pierre. (2004). « Territoires en question: pratiques des lieux, usages d'um mot. » *Ethnologie Française,* (1) : 5-12.

BRUM, Ceres karam.(2014) *Maison du Brésil: um território brasileiro em Paris*. Porto Alegre: Evangraf.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (2002). *Educação como cultura.* São Paulo: Mercado das Letras.

GELLNER, Ernest. (1983). *Nations et nationalisme.* Paris: Payot.

HANNERZ, Ulf**.** (1990) "Locais e cosmopolitas" *in* FEATHERSTONE, Mike (org.) *in Cultura global*. Petrópolis: Vozes, p. 251-266.

LÖFGREN, Orvar. (1999). "Crossing borders. The nationalization of Anxiety." *Ethnologia Scandinavica*. Vol.29, p.5-27.

ORTIZ, Renato. (2002).*O próximo e o distante: Japão e modernidade-mundo.* São Paulo: Brasiliense.

SAQUET, M. A. (2010). *Abordagens e concepções de território.* São Paulo: Expressão Popular.

THIESSE, Anne-Marie (2000) *A criação das identidades nacionais.* Lisboa : Temas e Debates.

___. (2010). *Faire le français: quelle identité nationale?* Paris: Stock.

www.maisondubresil.org e www.ciup.fr

http://es.wikipedia.org/wiki/Batalla_de_la_Ciudad_Universitaria_de_Madri

Diversidade emergente: um mergulho em práticas docentes na perspectiva das Relações Étnico-raciais

Isabela Bastos de Carvalho[1]

Talita de Oliveira[2]

Resumo: Este trabalho, fruto de pesquisas em andamento, discutirá as práticas do professor de língua portuguesa face ao tema das relações étnico-raciais no currículo brasileiro. Essa reflexão surge devido ao quase silenciamento dessa temática nas escolas brasileiras. Partindo dos estudos multiculturais sobre currículo, traremos à tona a discussão sobre a concepção ideológica que o sustenta no Brasil. A partir do confronto entre o currículo vigente e o pretendido, é importante realizarmos mediações culturais através da interação. Em uma sociedade globalizada, plural, torna-se urgente repensarmos a atualização curricular. Enquanto docentes, precisamos refletir sobre nossa trajetória e prática, por isso a pesquisa narrativa autobiográfica será utilizada como método de pesquisa e investigação qualitativa, no sentido de conhecer o trabalho docente. É no movimento autobiográfico que revisitaremos nossas práticas, investigando o que pode ser feito em prol da cidadania.

Palavras-chave: Currículo, ensino de Língua Portuguesa, autobiografia.

Introdução

No contexto educacional recente brasileiro, não são raras as tentativas da legislação vigente de lidar com questões emergentes da contemporaneidade. Um exemplo disso foi a criação da Lei 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação de 1996 (Lei 9.394), e, amparada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2004), estabeleceu a obrigatoriedade dos estudos das culturas africanas e afro-brasileiras em todo o currículo, nos diversos níveis de ensino. Percebemos que o nosso cenário educacional está atento e é favorável ao combate ao racismo, por meio de práticas pedagógicas e curriculares cotidianas que eduquem o olhar de toda a comunidade escolar para a eliminação de preconceitos. Tem sido, contudo, possível constatar uma prática, bastante generalizada, de silenciamento – quiçá de omissão –, nas escolas brasileiras, da educação para as relações étnico-raciais, conforme previsto pela lei supramencionada. Acreditamos que a não efetivação desse componente curricular se deva, entre outros fatores, a lacunas na formação do professor, e, acima de tudo, à concepção ainda preconceituosa que permeia as práticas de muitos docentes, visto que incluir o debate sobre a cultura, a história e a identidade dos africanos e da população negra brasileira nas salas de aula é, sobretudo, subverter o currículo tradicional.

---

1 Possui Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Federal Fluminense, onde também cursou Especialização. É professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, campus Campos Centro. Cursa Mestrado em Relações Etnicorraciais no Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. E-mail: isabascarva@gmail.com

2 Possui Bacharelado e Licenciatura em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestrado pelo Programa Interdisciplinar de Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutorado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. É professora do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, onde é, também, coordenadora de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira no Ensino Médio-Técnico e do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Letramento(s) e Práticas Educacionais. É bolsista de produtividade acadêmica da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: talitaoli@hotmail.com

O currículo dos cursos de licenciaturas está estagnado, fragmentado e pouco voltado para as demandas reais da práxis docente. No caso da formação do professor de língua portuguesa, por exemplo, este é levado a priorizar o ensino do código enquanto estrutura fechada e mero instrumento de comunicação. Em relação à leitura, acaba formando o aluno para uma ação mecânica, centrada no texto, sem levar em conta o processo de interação leitor-texto e o contexto sócio-histórico em que a leitura se dá. Assim, o livro didático costuma ser o único suporte para muitos professores, que, enfatizando exclusivamente aspectos gramaticais da língua – como se isso fosse o bastante para a formação de um bom leitor – e sem senso crítico sobre o que ensinam, acabam reforçando o racismo ali contido.

Nesse sentido, muito ainda precisa ser feito visando à formação do professor e à produção de materiais e práticas que acenem para as possibilidades de abordar discursivamente o universo do texto. De acordo com Hall (2013), reconhecemos o racismo fundamentalmente como uma construção discursiva e entendemos que a linguagem deve ser vista como um lugar de falas sociais em confronto, um agente poderoso de transmissão de valores. Sendo assim, de acordo com Oliveira e Pinhão (2012), a sala de aula de língua materna pode ser compreendida como «um lócus privilegiado para, a partir do trabalho com textos, desestabilizar crenças acerca do racismo no Brasil, reposicionar identidades historicamente subjugadas e formar cidadãos críticos e atuantes para a sociedade.»

Diante do que foi exposto, este trabalho pretende discutir a relação entre a formação do professor de língua portuguesa no cenário brasileiro, as práticas por ele empreendidas em sala de aula e o contexto da aplicação da Lei 10.639/2003 e do debate sobre as relações étnico-raciais no currículo da disciplina. A organização textual se desenvolverá na seguinte sequência: a) uma breve reflexão sobre currículo e a relação entre a escolha curricular – numa perspectiva multicultural – e a cidadania que se pretende construir; b) a historicização do currículo de língua portuguesa no contexto brasileiro – das perspectivas mais tradicionais até as visões mais contemporâneas, ancoradas em uma visão de linguagem como forma de ação social; c) apresentar a pesquisa autobiográfica como uma contribuição teórica e metodológica para a transformação da prática docente e, consequentemente, do discente; d) por fim, apresentar uma proposta de prática pedagógica, resultante do movimento autobiográfico empreendido, que proporcione novos olhares sobre o currículo de língua portuguesa.

2- O currículo em destaque – breve reflexão

Antes de iniciar esta seção, vale lembrar que a palavra *currículo* não foi escolhida aleatoriamente, já que seu significado tem uma relação conceitual estreita com o objeto que se quer denominar. De origem latina, *curriculum* é um substantivo derivado do verbo *currere (correr)*, o que nos acena para a ideia de mobilidade, compreensão inicial, relacionada ao termo em questão, apagada ao longo de muitos séculos. Segundo Silva (2001), «a questão central que serve de pano de fundo para qualquer teoria do currículo é a de saber qual conhecimento deve ser ensinado» e, consequentemente, qual sujeito social se quer formar para sociedade. Historicamente falando, o currículo vem priorizando formar identidades sociais que atendam aos interesses do mercado, e não trabalhadores/cidadãos questionadores, capazes de interferir na sociedade em que vivem. Em contrapartida, perspectivas mais contemporâneas sobre o currículo, como a teoria multicultural (Silva, 2001, 2006), têm buscado ampliar a compreensão sobre as bases sociais do conhecimento e radicalizar a noção do que conta como saber válido a ser ensinado.

O currículo de Língua Portuguesa, tanto nas escolas quanto nos cursos de licenciatura do Brasil, vem priorizando o ensino do código linguístico, ignorando a vivacidade da língua e a competência linguística dos falantes. Esta estagnação também ocorre com o currículo de Literatura em nosso país, que pretende mostrar aos discentes, de modo isolado, as características das escolas literárias, sem trazer à tona reflexões sobre as ideologias que perpassavam os textos, sem inseri-los em um contexto, impedindo o leitor de criar pontes entre o texto e o mundo em que vive. Além disso, em alguns espaços educacionais, ocorre uma cisão entre a Língua Portuguesa e a Literatura, sendo tratadas como disciplinas isoladas.

Atenta à necessidade de transformação no espaço escolar, a teoria multicultural proposta por Silva (2006) entende que o currículo está permeado de discursos e de ideologias. A escola, atualmente, diante de tantas mudanças

que vêm ocorrendo na sociedade, não deveria manter a estagnação do currículo, que se mostra conteudista e silenciador das diferentes vozes presentes no espaço escolar. De acordo com Silva (2006), o currículo não pode ser visto simplesmente como um espaço de transmissão de conteúdos, ou, segundo incontáveis versões do mesmo argumento, saberes necessários ao mundo do trabalho. Essa concepção se sustenta na não mobilidade dos conhecimentos e, porque validados por sua perenidade, traduzem uma concepção que gera um sentido de verdade objetiva.

Silva (2006) contesta essa tradicional visão e afirma que o currículo pressupõe escolhas, feita em virtude de um determinado projeto político, de uma cidadania desejada. Não existe, na escolha de qualquer conteúdo, portanto, a neutralidade. É preciso contestar a defesa de um currículo de conteúdos sacralizados, que acabam por representar interesses restritos. Perceber a mobilidade do currículo permite ao educador instaurar, na sua prática, fundamentos que esvaziem argumentações, validadoras de um currículo, centradas em conteúdos obsoletos, conservadores, excludentes, para dar lugar a uma prática em direção aos conteúdos que atendam aos interesses sociais plurais. Retomando Silva (2006), «o currículo está centralmente envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos, naquilo que nos tornaremos. O currículo produz, o currículo nos produz».

Se o currículo nos produz e queremos a construção de equidade social, é preciso investir em um currículo que contribua para esse fim. Citando Silva (2001), «não haverá 'justiça curricular' (...) se o cânon curricular não for modificado para refletir as formas pelas quais a diferença é produzida por relações sociais de assimetria».

Consideramos, então, que a lei 10.639/2003 é uma investida multicultural no currículo escolar brasileiro, pois, a partir dela, novas práticas pedagógicas estão começando, mesmo que lentamente, a ser efetivadas. É interessante observar que essa lei, que tem como um de seus principais objetivos desconstruir o racismo, representa um grande avanço no contexto educacional brasileiro, especialmente para o currículo de Língua Portuguesa, tradicionalmente centrado no ensino da estrutura da língua, da norma de prestígio e no cânone literário consagrado, com pouco espaço para a proposição de reflexões docentes e discentes. A próxima seção, então, mostrará como, ao longo da história, transformou-se o currículo da referida disciplina.

3 - Um histórico do currículo de Língua Portuguesa no Brasil

Historicizar o currículo da disciplina Língua Portuguesa no contexto brasileiro nos remete a uma época em que o português sequer era a língua dominante no país. Até o século XVIII, o português, língua oficial da administração da colônia, convivia com o latim – este, sim, parte do currículo do programa de estudos conduzido pelos padres jesuítas – e a chamada língua geral – língua franca de base indígena amplamente falada no Brasil Colonial. As poucas pessoas que frequentavam a educação formal nessa época aprendiam português na escola, mas não propriamente como uma disciplina ou componente curricular (Soares, 2002). O português era um mero instrumento para a alfabetização e, a partir de então, passava-se ao ensino da gramática latina e da retórica. Segundo de Pietri (2010),

> Até o século XVII, apesar da produção de gramáticas e dicionários, o português ainda não se constituíra em área de conhecimento em condições de gerar uma disciplina curricular, o que também decorria de seu pouco uso no intercurso verbal e de seu pouco valor como bem cultural.

As reformas instituídas por Marquês de Pombal, Primeiro Ministro português nomeado por D. José I, a partir de 1750 transformarão decisivamente o cenário educacional e linguístico no Brasil. Os jesuítas são expulsos das colônias portuguesas e a educação passa a ser responsabilidade do Estado. Ao mesmo tempo, torna-se obrigatório o uso da língua portuguesa no Brasil, sendo proibido o uso da língua geral nas escolas. A língua portuguesa torna-se parte do currículo, e sua gramática passa a ser estudada ao lado da gramática latina e da retórica. Durante o Império, como não havia cursos de formação de professores, eram os intelectuais da época que ensinavam gramática e retórica. Somente em 1871 é criado o cargo de "professor de Português", por decreto imperial (Barros, 2008).

Desde a sua constituição enquanto disciplina do currículo escolar, a língua portuguesa, de acordo com Silva e Cyranka (2009), pautou-se por uma orientação normativo-prescritiva centrada na tradição gramatical e na preservação do "bom gosto literário" das elites. A partir do século XX, mais especificamente da década de 1950, as escolas passam a ser ocupadas por alunos oriundos das camadas populares, face às crescentes reivindicações pela democratização da educação formal. Apesar dessa mudança no perfil do alunado, segundo Barros (2008), «não se modificam as condições de ensino de língua, pois os professores continuam pautados no ensino *sobre* a língua». Paralelamente, a figura do intelectual é substituída por um professor que passa a vivenciar os signos da precarização do magistério. Os manuais didáticos passam a assumir uma centralidade no ensino da gramática da língua portuguesa, desta vez acompanhada por textos para leitura e exercícios.

Na década de 1970, durante a vigência do regime civil-militar no Brasil, o ensino de língua portuguesa nas escolas passa a ser norteado por uma concepção instrumental e utilitarista. Não à toa, a disciplina deixa de ser nomeada como "Português" e passa a receber a nome de "Comunicação e Expressão". O objetivo da disciplina, como atesta De Pietri (2010), centrava-se na «busca do desenvolvimento da modalidade oral, com objetivos de promover a capacidade de comunicação do indivíduo para sua inserção social, principalmente no campo do trabalho». Os anos 1980 e 1990 foram decisivos para uma transformação nesses modos de se conceber o ensino de língua portuguesa. As teorias advindas dos estudos linguísticos – especialmente da Sociolinguística, das teorias da Enunciação, da Análise do Discurso e da Linguística Aplicada – passam a alterar o olhar sobre os objetivos do ensino de língua portuguesa e atingem o currículo da disciplina. A visão de linguagem como interação passa a nortear o currículo, suplantando as tradicionais perspectivas de linguagem como sistema gramatical ou como mero instrumento de comunicação.

Contemporaneamente, emerge uma preocupação quanto ao papel da escola e do professor de língua materna na construção do conhecimento linguístico-discursivo advindo da participação em práticas sociais de leitura e escrita. Além disso, o debate contemporâneo coloca em pauta a urgência de que o currículo das disciplinas escolares (entre elas, a língua portuguesa) discuta temas como a diversidade, as identidades sociais, o combate às injustiças etc. E mesmo com a implantação de leis (tais como a 10.639/2003) que visem à consolidação de um currículo multicultural consonante às questões mais emergenciais do mundo contemporâneo, as práticas de boa parte dos professores parecem ainda engessadas por currículos centrados na tradição e sinalizam que mudanças profundas nos modos de se ensinar/aprender são necessárias. É preciso que os professores sejam fundamentados teórico-metodologicamente para que possam ler criticamente o currículo e, consequentemente, transformar sua prática docente. A pesquisa narrativa autobiográfica é um convite a essa transformação, conforme veremos a seguir.

4 - Mergulho na pesquisa autobiográfica

A pesquisa autobiográfica é um método que permite aos docentes revisitarem suas práticas pedagógicas, refletindo sobre elas. Assim, conseguem perceber suas próprias lacunas e investir em si mesmos, transformando suas ações no espaço escolar.

Consideramos relevante explicitar que, aqui, com base nas ideias das canadenses Clandinin e Connelly, seguimos a perspectiva de Mello (2010):

> [...] a narrativa é ao mesmo tempo o fenômeno estudado e o método de pesquisa. Ao narrar uma experiência, tenho a experiência narrada como fenômeno estudado e é ao narrar que reflito sobre esse fenômeno e componho sentidos sobre o mesmo. O narrar, portanto, é o meio para ter a experiência (o fenômeno) como foco/objeto de estudo e é, também, o método investigativo para interpretá-la.

Ao narrar sua trajetória, o docente passa a compor sentidos sobre ela, refletindo sobre sua identidade pedagógica. Nesse movimento, começa a perceber que suas práticas podem ser modificadas, aprimoradas. Essa percepção é fundamental: o professor deve se perceber como um pesquisador e um ser aprendente, constantemente (re)

pensando e (re)construindo sua identidade. Precisamos conscientizar-nos de que não existe completude, e que as lacunas são essenciais para produzirmos conhecimentos, transformá-los e ressignificá-los. O professor necessita ter conhecimento de si, e a pesquisa autobiográfica contribui para esse processo de reconhecimento da identidade.

Para ilustrarmos os impactos que esse mergulho autobiográfico proporciona na trajetória formativa do professor, apresentaremos um recorte da autobiografia de uma das autoras deste artigo (Isabela Carvalho), a qual, após revisitar suas práticas e perceber suas lacunas, vem conseguindo mudar sua práxis pedagógica. Esta narrativa autobiográfica foi recentemente exposta em uma comunicação na "VIII Jornada de Estudos do Discurso: Narrando a Vida Social"[3], realizada em 23 e 24 de outubro de 2014 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

A autora gostaria de, antes de começar sua narrativa no universo escolar, fazer uma ponderação: as determinações históricas que configuram um perfil profissional não começam, necessariamente, na escola. Existem vivências pessoais que vão possibilitando a descoberta de determinadas habilidades, que, também, num conjunto de vivências escola-mundo determinam a profissão que se vai escolher. Enquanto aluna, a autora já percebia o poder do professor de reforçar ou eliminar situações de preconceito. Muitas vezes, sentiu-se discriminada por não apresentar padrões físicos de uma estética convencional. Era reconhecida pelos colegas como gorda e "quatro olho". Isso não definiu na autora a escolha do magistério, mas, no momento em que o fez, a vivência relatada foi determinante na ação educativa que queria ter junto aos seus alunos e no seu desejo de atuar para tentar diluir os efeitos das diferenças.

Este artigo, no entanto, não se propõe a um levantamento completo de elementos que vão se somando até o momento da escolha da profissão. A experiência mencionada foi trazida por considerá-la relevante na consecução dos objetivos como educadora. Aqui, então, faremos um recorte para mostrar como se deu o processo de formação profissional da autora desde o momento em que ingressa no curso de Licenciatura em Letras até os dias atuais.

Em seu garimpo autobiográfico, Isabela Carvalho, primeiramente, apontou que, apesar de ter obtido notas altas em todo o seu curso de licenciatura em Letras, concluído em 2008, ao se deparar com a sala de aula, começou a perceber muitas lacunas em sua formação. Colocou-se, então, como professora pesquisadora, e estudava bastante antes de ministrar cada aula. Mesmo assim, deu-se conta de que suas aulas eram excessivamente conteudistas e promoviam pouca reflexão nos alunos. Com o tempo, viu que o problema não estava apenas em si mesma, mas no currículo escolar, bastante engessado.

Com o tempo, as trocas e as leituras, sua visão de mundo foi sendo desengessada. Tinha consciência de que necessitava de mudanças, mas o *como fazer* não aparecia nos livros. Foi uma transformação que exigiu estudo, dedicação e vontade, e ocorreu, e ainda ocorre, lentamente. Seu grande objetivo, repita-se aqui, sempre foi desconstruir os inúmeros episódios de discriminação que assistia na escola, mas não se sentia preparada para agir nesse cenário.

Em 2003, a Lei 10.639, que prevê a obrigatoriedade do ensino da História e da cultura afro-brasileira em todos os níveis de ensino e em todas as disciplinas do currículo, foi promulgada, sendo alguns de seus objetivos a desconstrução do racismo e a valorização da cultura negra. País de preconceito, a promulgação tem feito pouco sentido nesses anos, e a autora só teve ciência dela dez anos depois. Nesse período, porque estava buscando aprimorar sua formação, tomou conhecimento do Mestrado em Relações Etnicorraciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ), no qual ingressou após processo seletivo. Sua pesquisa objetiva repensar o ensino de Língua Portuguesa, inserindo nele as discussões culturais que a lei prevê, propondo novas práticas pedagógicas.Hoje, partindo das reflexões que fez e faz constantemente, a autora sente seus alunos envolvidos nas aulas, comprometidos com a vontade de interferir em prol de uma sociedade mais justa. O resultado disso é a constante interação e reflexão em processo de aprofundamento. Metodologicamente, apoia-se em estratégias de leitura que façam dessa atividade uma prática social de formação humana integral, capaz de preparar o aluno para ser um cidadão ativo, um ator social.

A autora relata que antes não punha em pauta, na discussão com os alunos, que todo dito se opõe a outro.

3 Mais informações sobre o evento disponíveis em http://jedpucrio.wordpress.com/

Que todos os pronunciamentos possuem filiações ideológicas. Que um texto não é a expressão pura de uma informação. Que a neutralidade não existe. Que a voz que o pronuncia traduz uma visão de mundo. Enfim, que os textos são construções discursivas, cujos pronunciamentos e valores de verdade estão ligados a relações de poder. No âmbito da investigação das relações étnico-raciais, as leituras sociointeracionistas que já vinha fazendo – por colocar no centro os estudos da linguagem enquanto atividade discursiva – tem servido de suporte para inserir o tema racismo no currículo de LP na perspectiva transdisciplinar, disciplinar e interdisciplinar, à proporção que cogita saberes de áreas afins, como Sociologia, Filosofia e História.

A partir das reflexões proporcionadas pela construção da autobiografia de Isabela Carvalho, ela diz perceber o quão pouco a escola é democrática, mas também que esse é o espaço do contraditório: se é ali que o engessamento pode ser construído, é neste mesmo espaço que ele pode ser desconstruído. Então, apresentaremos, a seguir, uma proposta de atividade que foge ao padrão comumente encontrado nos livros didáticos adotados nas escolas brasileiras. Esse tipo de material, geralmente, não estimula reflexão nos alunos. Em relação ao ensino de Literatura, por exemplo, apresenta trechos dos clássicos da Literatura Brasileira sem mostrar que não há neutralidade nas palavras, e que há ideologias dominantes nos períodos em que as obras foram escritas. Os professores, por sua vez, não problematizam o material didático, e o aluno não consegue fazer conexões entre o mundo que vive e os conteúdos que aprende mecanicamente na escola.

5 - Uma proposta de prática pedagógica

A proposta que detalharemos a seguir é uma atividade de leitura com base no romance naturalista *O cortiço*, de Aluízio Azevedo, de 1890. Trata-se de um clássico da literatura brasileira, quase sempre estudado pelos adolescentes nas escolas. Neste livro, João Romão é um português que, sempre interessado no dinheiro da arrecadação de aluguéis, amplia, a cada dia, seu cortiço com novas moradias. Para isso, tem a ajuda de Bertoleza, uma escrava que tem sua carta de alforria forjada pelo próprio João Romão, que se aproveita da ingenuidade dela. Nos fundos do terreno, há uma pedreira, onde vários moradores são empregados. O enredo se desenvolve com muitos personagens – muitos deles negros ou mulatos –, em numerosos episódios, os quais envolvem amizades, amores proibidos, sexo, trabalho e dança. Na obra, percebemos uma tentativa, ainda que pareça imperceptível, de mostrar as relações raciais no Brasil da época de modo a construir certa superioridade do branco. Essa ideia de superioridade da raça branca estava, paralelamente, sendo reforçada pelas teorias cientificistas em vigor na época.

Trata-se de uma obra que contribuiu para a propagação de ideias do governo imperial, pois construía e divulgava imagens relacionadas à pátria, numa tentativa de construir uma identidade nacional. Seguimos, aqui, à proposta de Graham (2001), que considera a formação da nação posterior à do Estado. No caso do Brasil, uma vez instituído o Estado, fazia-se necessário e urgente o fortalecimento de um sentimento de pertença e a construção de uma nação. A literatura brasileira, também um aparato ideológico, contribuiu para que tal projeto se concretizasse.

Para se trabalhar com uma atividade de leitura, é importante lembrar que os textos, orais e escritos, de acordo com Saviolli (2011), são produtos da História à medida que se pronunciam sobre as ideias de seu tempo. Julgamos relevante, então, ao se discutir um texto do perfil de *O Cortiço*, trazer para o espaço da sala de aula as suas condições históricas de produção, além das seguintes perguntas: quais, no século XIX, foram as vozes que propuseram efetivar uma determinada concepção de nação para o estado instituído? Quais aspectos foram considerados relevantes nessa construção da identidade nacional? Que interesses, não explicitados, estavam, em jogo? A quem atendia tal concepção de nação? Quem estava excluído dessa concepção? Quais eram os ganhos obtidos pelo segmento empoderado ao proceder tal exclusão? Cabe ao professor verificar como isso aparece na obra, debatendo tais questões com os alunos.

Neste momento, para efeito do trabalho pedagógico que desenvolvemos, ater-nos-emos, aqui, à questão étnico-racial, dentre tantas outras discussões que a complexidade da obra em questão possibilita. Na condição de professoras de Língua Portuguesa do Ensino Médio, nosso objetivo é investir na capacidade leitora do aluno, de modo que ele investigue as matrizes discursivas raciológicas de *O cortiço* e avalie em que medida tais

matrizes constituíram-se em estratégias argumentativas, validadoras de "verdades discriminatórias". Para tornar possível tal investigação, defendemos ser importante investir no conhecimento prévio que o aluno pode não ter. Trata-se de verificar as ideias cientificistas vigentes no século XIX e como elas foram usadas a favor dos interesses da concepção de nação: que vozes empoderadas alijaram de seu processo de inclusão cidadã a população negra e mestiça.

Consideramos esse trabalho relevante porque a leitura e as discussões relacionadas a tal atividade podem promover a reflexão de como as ideias penetraram e ainda hoje se perpetuam no imaginário coletivo da nação. Vale lembrar que Aluísio Azevedo foi o primeiro escritor a ser considerado o autor "das massas", em vista da grande popularização de suas obras. É importante ressaltar, ainda, que palavras *massas e leitores* já são, no contexto, principalmente do século XIX, um paradoxo. É relevante perceber, no universo restrito de grupos leitores letrados daquele momento, o papel solidificador do discurso raciológico de *O cortiço* que ajudou a naturalizar as estratificações sociais. Como Althusser (1974) identifica, a arte é um aparelho ideológico do Estado. Aluísio Azevedo, ao ajudar a divulgar ideias da classe dominante, torna-se também um dos formadores de uma identidade nacional. É o que iremos analisar, numa proposta prática, em *O cortiço.*

O trabalho que propomos poderia ser desenvolvido em até oito aulas. Primeiro, o aluno construiria conhecimento prévio, fazendo uma pesquisa extraclasse sobre: o contexto sócio-político em que a estética naturalista se desenvolveu na Europa e no Brasil; os principais pensadores e cientistas que contribuíram para as ideias que nortearam a construção discursiva da literatura dessa época; as teorias que esses cientistas defendiam e quais os argumentos que essas teorias apresentavam; o conceito de nação, relacionando-o ao momento histórico em que foi escrito *O Cortiço*.

Depois, propomos uma aula com um debate a partir das informações pesquisadas. Em seguida, os alunos, em grupo, produziriam um texto dissertativo sobre os conhecimentos obtidos, sistematizando, com base na negociação, os conhecimentos produzidos pelas várias vozes presentes na sala de aula.

Em uma terceira aula, continuaríamos construindo conhecimento prévio. Os alunos receberiam um conto naturalista para ser lido em sala. Assim, iriam se familiarizar com a estética, além de aprender sobre o gênero conto. Sugerimos "O noviço", de Adolfo Caminha (1895). Com essa leitura, o aluno ampliaria seu conhecimento linguístico em termos de estratégias discursivo-narrativas.

Na quarta aula, ainda em grupo, os alunos receberiam um texto teórico com um histórico das teorias raciológicas no Brasil. Depois de ler, apresentariam à turma um resumo das ideias centrais do texto, com a finalidade de promover com a turma um novo debate. Sugerimos o artigo de Ryanne Freire Monteiro Bahia (2012), intitulado "O discurso raciológico no Brasil presente em *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo". A partir dele, o professor poderia produzir um outro texto, com uma linguagem mais próxima à maturidade linguística do aluno. O professor, então, levantaria as seguintes discussões: raça X etnia, discurso racista X discurso raciológico, especificidade dos discursos raciológicos do século XIX, perpetuação desses discursos nos dias de hoje. Ao final da aula, os alunos certamente perceberiam a utilização das teorias científicas do século XIX como uma construção discursiva capaz de justificar a hierarquização das raças, em outras palavras, o racismo, e a permanência dessa construção ainda hoje.

Ainda em grupo, os alunos poderiam ser solicitados a produzir um conto nos moldes do conto lido, escolhendo e explicitando qual tese será defendida. Assim, o aluno interagiria com seu grupo de modo a negociar um esquema discursivo (com seus efeitos de sentido) e um enredo narrativo que permitisse a consecução da técnica solicitada, além de traduzir a visão de mundo da época do Naturalismo.

Como tarefa de casa, cada aluno seria solicitado a procurar na internet um resumo que apresentasse, em linhas gerais, o enredo de *O Cortiço*. Só depois, iniciaria a leitura do romance. Para aguçar as reflexões ao longo da leitura, propomos algumas questões, que seriam entregues ao aluno em forma de roteiro de observação. Neste roteiro, o aluno encontraria questões que, a todo tempo, trariam reflexões a serem feitas.

Depois de o romance ter sido lido, faríamos em sala um debate regrado com as conclusões pertinentes à leitura. Nessa aula, faríamos também a leitura e a discussão da lei 10.639/2003. O aluno poderia, ainda, como tarefa de casa, investigar nos discursos das músicas populares **a continuidade** do discurso raciológico do século XIX em relação ao imaginário da terra, do povo e da mulher. O objetivo é estimular o aprofundamento reflexivo dos valores discutidos.

Considerações finais

Temos convivido com professores que, ao perceberem que existe uma outra maneira possível de trabalhar a disciplina de Língua Portuguesa, tentam se fechar em sua insegurança, sustentando o argumento de que a escolha de outro caminho deixa descobertos os itens do currículo. É, por isso, fundamental rediscutir, como parte da formação continuada do docente, a concepção de currículo. É também importante que ele tenha conhecimento de que as suas atividades, quaisquer que sejam, são fruto de uma escolha, embora muitas sejam feitas de forma inconsciente, na maioria das vezes, a serviço de interesses escusos.

Por outro lado, ao inserir temas transversais, e neles investir como eixo norteador que guiará os conteúdos programáticos, o discurso do não cumprimento do conteúdo é esvaziado. Ao se entender que ler, escrever e falar são desdobramentos específicos da atividade comunicativa, práticas que se dão em situações concretas, é importante exercer atividades comunicativas que abordem problemas concretos da atualidade. Assim o tema de natureza transversal investe na atividade de leitura, escrita e oralidade, enquanto qualidade (intensividade) e não quantidade (extensividade).

Esse é um processo que, embora num tema transversal, investe na pesquisa de textos, na busca de matrizes discursivas. Ao se solicitar reelaboração das informações a partir da criação de novos textos, novas tipologias estão sendo acionadas. Trata-se de um trabalho circular, em que estamos investindo em atividades de várias leituras e de muita produção de atividade escrita e oral, em outras palavras, na aquisição de saberes sobre texto, intertexto, discurso e interdiscurso. Quanto ao aprendizado das estruturas da sintaxe frasal, podemos argumentar que, também nesse nível do conhecimento, há necessidade de práticas concretas. Só se aprende a falar ouvindo falar e falando; só se aprende a escrever lendo e escrevendo. O saber linguístico não é teórico, mas, como qualquer processo de saber, só se constrói na interação com o outro, em situações efetivas de comunicação. Cumpre-se, assim, o objetivo central do ensino da disciplina. Cessam-se os argumentos, ficam as escolhas. Educar é um ato político.

E a educação das relações étnico-raciais, prevista por leis no Brasil (aqui, com foco na 10.639/2003), precisa ser incluída nos currículos escolares. A história e cultura das muitas Áfricas nos constituem enquanto nação, e mesmo que alguns docentes não reconheçam esse fato, essas vozes não podem continuar sendo silenciadas. E, acreditamos, as aulas de línguas têm grande espaço para a implementação dessas leis. Infelizmente muitos professores continuam silenciando vozes, compactuando com o racismo, difundindo um projeto de brasilidade pensado no século XIX, mas que ainda hoje se perpetua no espaço escolar e nos livros didáticos.

Como proposta para solucionar as lacunas na formação docente, deixamos aqui um convite para todos os professores que desejam ser transformados. A revisitação de suas práticas e a reflexão sobre elas, que é o que chamamos aqui de mergulho autobiográfico, podem contribuir para a construção de um novo currículo e, consequentemente, de uma nova sociedade.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, L. (1974) *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença.

AZEVEDO, A. (1995) *O cortiço*. 36 ed. São Paulo: Ática.

BAHIA, R. F. M. (2012) "O discurso raciológico no Brasil presente em O cortiço, de Aluísio Azevedo". *Revista Ameríndia*, 11, pp. 30-43.

BARROS, M. E. de R. de A. B. (2008) "A língua portuguesa na escola: Percurso e perspectiva". *Interdisciplinar*, v. 6, n. 6 - pp. 35-56.

BRASIL (2003). "Lei 10639", disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm, [consultado em 30-10-2014].

BRASIL (2004). "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana", disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf, [consultado em 11-10-2014].

BAKHTIN, M. (1997) *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec.

CAMINHA. A. (1895) "O noviço*". Almanaque da Gazeta de Notícias*, disponível em http://www.bestiario.com.br/10_arquivos/novico.html, [consultado em 11-10-2014].

DE PIETRI, E. (2010) "Sobre a constituição da disciplina curricular de língua portuguesa". *Revista Brasileira de Educação,* v. 15 n. 43.

HALL, S. (2013) "Raça, o significante flutuante". *Z Cultural*: *ano VIII*, 03, disponível em <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante, [consultado em 11-10-2014].

GRAHAM, R. (2001) "Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado*". Diálogos*. Maringá, v.5. n.1 pp. 11-47

MELLO, D. M. (2010) "Pesquisa Narrativa: fenômeno estudado e método de pesquisa". In ROMERO, T. R. de S. *Autobriografia na (Re)constituição de identidades de professores de línguas: o olhar crítico-reflexivo*. Campinas, SP: Pontes.

SANTOS, T. J. C. (2006) "Professores universitários negros: uma conquista e um desafio a permanecer na posição conquistada". In OLIVEIRA, Iolanda de (org.). *Cor e magistério*. Niterói, RJ: EDUFF.

SAVIOLI, F. P. & FIORIN, J. L (2011). *Lições de texto: leitura e redação* São Paulo: Ática.

SILVA, V. S. da e CYRANKA, L. F. de M. (2009) "A língua portuguesa na escola ontem e hoje". *Linhas Críticas.* Brasília, v. 14, n. 27, pp. 271-287.

SILVA, M. da. (2010). *Repensando a Leitura na escola – um outro mosaico.* 4 ed. Niterói: EdUFF.

SILVA, T. T. da (2001). *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica.

SILVA, T. T. da. (2006) *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica.

SOARES, M. (2002) "Português na escola – História de uma disciplina curricular". In BAGNO, M. (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola.

A Pesquisa Sobre Infância e Relações Éntico-Raciais no Brasil: o Caso do Projeto Unesco

Ana Cristina Juvenal da Cruz
anacjcruz@gmail.com

Anete Abramowicz
aneteabramo@gmail.com

Resumo: Esta proposta apresenta dados de uma pesquisa em curso que analisa as investigações realizadas no âmbito do "*Projeto UNESCO sobre relações raciais*" (MAIO, 1999) realizado em parceria com a *Revista Anhembi* de São Paulo entre 1950 e 1953. Nosso enfoque se inicia a partir das pesquisas de Virgínia Leone Bicudo (1955) "*Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a côr dos seus colegas*" e Aniela Meyer Ginsberg (1955) "*Pesquisas sôbre as atitudes de um grupo de escolares de São Paulo em relação com as crianças de côr*". Nosso objetivo é analisar essas pesquisas no interior do debate sobre a constituição da pesquisa sobre criança, infância e relações raciais no Brasil. Integramos uma metodologia genealógica para com isto recuperar as ideias que anteciparam o pensamento sobre os modos de socialização das crianças, algo que é central nos estudos contemporâneos que pensam a agência da criança e, a partir do enfoque aqui adotado, a especificidade desta agência em termos de relações raciais.

Palavras-Chave: Relações étnico-raciais, infância, criança, projeto UNESCO.

Introdução

Este texto[1] traz os dados de uma pesquisa em andamento[2] cujo objetivo é mapear as pesquisas sobre criança e infância realizadas no programa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) aplicado no Brasil e conhecido por "*Projeto UNESCO sobre relações raciais*". Tal programa realizou-se em parceria com a *Revista Anhembi* do Estado de São Paulo entre 1950 e 1953. Aqui fundamentamos os itens que têm sido desenvolvidos com a finalidade de delinear os aspectos conceituais e metodológicos aplicados a fim de colocar o projeto subvencionado pela UNESCO como objeto de análise. Isto tem sido feito a partir da premissa de que o Projeto UNESCO se constituiu não apenas em um espaço de produção teórica sobre as questões étnicas e raciais, mas em um empreendimento político que atribuiu à ciência uma funcionalidade para a compreensão das condições que os sujeitos identificados como negros ou brancos, especialmente as crianças, estabeleciam suas relações sociais.

A UNESCO é construída como objetivo de se consolidar como um fórum político no interior do Sistema das Nações Unidas especificamente destinado a promover medidas normativas nas áreas da educação, da ciência e da cultura. A esfera de ação dos princípios da UNESCO e das demais agências especializadas das Nações Unidas referiu-se desde a sua constituição à proteção do Estado-nação como uma unidade política. Essa concepção do Estado-nação como uma entidade coesa cujo legado é a proposição de uma construção política moderna e ocidental se aliou à legenda da "cultura da paz" (UNESCO, 2000; Maurel, 2010). Especificamente este princípio ancorou-se por meio de uma noção da coexistência harmônica de relações sociais pautadas na

---

1 Uma primeira versão deste artigo foi originalmente publicada no artigo: CRUZ, A. C. J.; ABRAMOWICZ, A.; RODRIGUES, T. C. *A pesquisa sobre criança e infância no Projeto UNESCO*. Revista Eletrônica de Educação. No prelo.

2 Pesquisa de pós-doutoramento desenvolvida por Ana Cristina Juvenal da Cruz sob supervisão da Profa. Dra. Anete Abramowicz com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq) na modalidade de Pós-Doutorado Júnior - PDJ.

tolerância e na compreensão entre as nações que garantiriam a soberania, o Estado de direito e a democracia, ou seja, os pilares que seriam propagados como centrais de um modelo de organização política internacional. O contexto e os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial produziram a questão racial como uma problemática em aberto que exigiu da UNESCO uma série de providências para o seu equacionamento. Ao requerer para si a questão racial, a UNESCO desencadeou um processo de produção teórica sobre o tema por meio de pesquisas científicas e, de modo especial, por meio de medidas normativas que se configuraram em documentos que constituíram uma política antirracista na qual a educação teria papel fundamental (CRUZ, 2014).

Em 1950 a UNESCO publicou a *Declaração sobre raça* e junto a este documento lançou um informativo[3] contendo itens e ações que a Organização realizaria naquele ano. Esse documento se consubstancia com a proposta de constituir a unidade da humanidade em uma perspectiva "universal", ou seja, em que os pertencimentos étnicos, raciais e culturais não estabelecessem uma distinção, mas fossem reconhecidos como parte de algo que pertencente ao "universal", como derives de algo único e comum. O texto do informativo publicado em 1950 apresentava uma pesquisa que seria realizada no Brasil, descrita como nação que embora fosse composta por grupos racialmente diferentes, não apresentava conflitos de convivência comparados a outras nações com análogo arranjo populacional, no que tange a diferentes pertencimentos étnicos e raciais (UNESCO, 1950). O empreendimento da pesquisa teria a finalidade de oferecer, no âmbito dos conhecimentos das ciências sociais, informações sobre as condições que levam a uma "situação desfavorável" e que poderiam auxiliar na construção de "relações inter-raciais mais pacíficas e felizes" (UNESCO, 1950: 4).

A pesquisa tornou-se conhecida por "*Projeto UNESCO sobre relações raciais*", realizado em parceria com a *Revista Anhembi* de São Paulo entre 1950 e 1953. Alfred Métraux que ocupava naquele momento o cargo de coordenador do Departamento de Relações Raciais da UNESCO participou da idealização do projeto. Por seu turno, a Revista Anhembi idealizada por Paulo Duarte e que atuava como editor já indicava o desejo de "patrocinar um inquérito em profundidade sôbre o problema do negro em S. Paulo" (Duarte, 1955: 7, *sic*) se delineava a partir da repercussão de um artigo por ele publicado no jornal "O Estado de São Paulo" em 1947[4]. A rede da Revista Anhembi foi mobilizada para a seleção dos pesquisadores brasileiros e estrangeiros para a realização das pesquisas empíricas. Paulo Duarte argumentou que os resultados auxiliariam na construção de "um verdadeiro retrato do Brasil" contrário aos estudos até então realizados cujas características eram permeadas de "retoques exagerados de um favoritismo sentimental [...] sem base científica" (*Op. cit*.: 8).

O Projeto UNESCO constituiu-se em um inventário de dados cujo objetivo foi o de analisar e compreender "a realidade racial brasileira" (Fernandes, 1972: 21). Instituiu um campo de estudos sobre as relações raciais no Brasil, de modo que a consolidar o Brasil como um "laboratório de civilização" (Maio, 1997). Os estudos patrocinados e orientados pela Organização inseriram-se na agenda do projeto de 1949 *Tensions Affeting International Understanting* (Nome dado a um fórum realizado em 1948, no âmbito do projeto "Tensions That Cause War" do qual participaram entre outros Gilberto Freyre, Max Horkheimer, George Gurvitch, Gordon Allport). Nos debates realizados no interior deste projeto a América Latina é interpretada como local fecundo para a pesquisa social. Gilberto Freyre destacou no evento a importância da América Latina uma vez que esta região era interpretada como local que poderia oferecer alternativas em matéria de relações sociais no contexto de crescente avanço da Guerra Fria (Maio, 1997: 41).

A atmosfera teórica produzida nos anos 1950 sob a produção orientada pela UNESCO tornou-se conhecida pela trajetória de mudança da ênfase nas ciências naturais para as ciências sociais, o que dirigiu uma transição do léxico do corpo humano para o léxico da cultura. Segundo Maio (1999), um dos legados do Projeto UNESCO se constituiu na promoção de uma abordagem sobre as relações sociais, atravessada pela linha racial. Em outras palavras, foi por meio dos procedimentos e da ênfase utilizadas nas pesquisas que a consolidação do modelo metodológico de relações raciais se concretizou especialmente com o uso da tipologia negro/branco e da representação de um país "etnicamente democrático" (Maio, 1997: 9). São, portanto as circunstâncias sob as quais se realiza o Projeto UNESCO que nos colocam questões específicas sobre as pesquisas realizadas.

---

3 UNESCO, *La UNESCO et son programme* : la question raciale. 1950, 11p.

4 Cf.: DUARTE: Negros do Brasil. O Estado de São Paulo, 16-17 de abril de 1947.

A UNESCO e sua influência na pesquisa sobre relações raciais no Brasil

Em 1957 Roger Bastide publica no Bulletin international des sciences sociales um artigo intitulado *Les relations raciales au Brésil* que descrevia as tendências em pesquisa sobre relações raciais à época com enfoque na presença dos negros nos Estados Unidos e nas Américas. Neste artigo, Bastide expõe em destaque as pesquisas concretizadas no Brasil em especial de duas mulheres participantes do Projeto UNESCO: Virgínia Leone Bicudo e Aniela Meyer Ginsberg. As autoras desenvolveram investigações com a participação de crianças a fim de responder aos pressupostos dados pelas pesquisas sobre relações raciais à época. Segundo Bastide havia uma inclinação de que os estudos acerca dessa temática deveriam incidir sobre uma dada formação social uma vez que passaram a ser visualizados como pertencentes a uma "sociedade global" da qual fazia parte (Bastide, 1957: 527). Bastide descreve que Bicudo "a surmonté la difficulté, en complétant le questionnaire par des interviews, conduites selon des méthodes inspirées de la psychanalyse; elle a pu ainsi déceler, derrière des réponses de classe (enfant malappris), des réponses de race, déguisées (BASTIDE, 1957: 541).

Florestan Fernandes e Roger Bastide, na exposição da fase paulista do projeto no texto "*O preconceito racial em São Paulo (projeto de estudo)*", delinearam os fluxos que seriam percorridos e balizaram o objetivo da pesquisa em descortinar os elementos que evidenciavam a existência do "preconceito de côr" (*sic*) na cidade de São Paulo. Neste texto de caráter metodológico, os autores respondem "à necessidade de dar informações básicas e precisas sobre o desenvolvimento da situação de contato em São Paulo" (Bastide; Fernandes, 2008: 267). Os autores indicam as problemáticas de se analisar o preconceito baseado na cor da pele como objeto de pesquisa uma vez que sua "natureza e função estão longe de ser bem conhecidos pela Sociologia" (*Op. cit*., 2008). Recomendaram ainda que as pesquisas em outros contextos devessem ser utilizadas tão somente de modo comparativo, e que o objetivo de um inquérito direcionado por uma instituição supranacional sobrepor-se-ia ao desenvolvimento e às etapas de realização da pesquisa (*Op. cit*., 1979). Sobre os elementos que tangenciavam a pesquisa, Bastide e Florestan afirmaram que:

> O estudo deve ser projetado em bases científicas, mas tem uma origem e um fim que são igualmente *extra-científicos*: destina-se a uma instituição, a UNESCO, que o solicitou com o propósito de servir-se de seus resultados na reeducação social dos adultos e em sua política básica de aproximação das raças. Embora a natureza do trabalho não seja afetada por causa disso, o fato é que a seleção de problemas a serem investigados e a própria delimitação do âmbito da investigação foram amplamente influenciadas por essa circunstância (*Op. cit*. 1979: 138. Grifo no original).

Tal configuração derivou em entraves na implementação da pesquisa, especialmente por terem de corresponder às expectativas da UNESCO e de delimitar sua influência já intensamente impactante, seja na estrutura e condução das pesquisas, quanto na oferta dos expedientes estruturais e da divulgação dos resultados. O livro "*Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo"*, publicado pela Editora Anhembi em 1955, retrata o desenvolvimento e alguns dados das pesquisas empíricas realizadas no Projeto UNESCO no contexto paulista. Há uma descrição de que o livro se trata de um "ensaio sociológico sôbre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo" (UNESCO, 1955, *sic*).

A respeito da alusão teórica que segundo os autores guiou a orientação do projeto, Bastide e Fernandes indicam a escolha do aporte à sociologia moderna de Durkheim e sua analítica acerca dos fatos sociais que se desenvolvem em uma dada realidade social (Bastide e Fernandes, 1979: 139). Daí que os autores se inspiraram na formulação durkheimiana de que as representações "individuais" eram do domínio da psicologia ao passo que as representações "coletivas" seriam do âmbito da sociologia. É desta interpretação que se pode entender a sugestão dos autores de que as etapas de mapeamento para a compreensão das manifestações de preconceito racial na investigação sociológica utilizassem métodos psicológicos que poderiam fornecer elementos para captar o comportamento de negros e brancos no campo social (*Op. cit*. 1979: 159).

É neste sentido que se incorporou nas pesquisas "tanto a análise da educação na escola, quanto *em casa*[5], nos

5 Grifo no original.

grupos de folguedo, nos grupos de trabalho e nas demais situações de convivência humana" que auxiliariam identificar a "a função psíquica delas" (*Op. cit*.: 162). Para a efetivação da investigação concretizada em São Paulo, Bastide e Florestan descrevem a estrutura organizativa através de comissões cm objetivo de debater temas específicos. No interior da "*Comissão do Estudo da Mulher Negra em S. Paulo*" havia a "Comissão das Senhoras de Cor" que teve a participação de Virginia Leone Bicudo "encarregada de examinar os característicos do preconceito de côr relativamente à mulher e à criança, e que se reunia quinzenalmente no gabinete I da Cadeira de Sociologia" (*Op. cit*.: 12, *sic*). Bastide e Fernandes (2008) destacam a contribuição de Francisco Lucrécio que auxiliou na construção do estudo de caso "*Relações entre crianças Brancas e Negras em Parques Infantis da Capital*"[6]. Florestan faz menção à intervenção de Francisco Lucrécio que "fez uma comunicação especial, de muita importância, sôbre a situação dos imaturos de côr em face das manifestações do preconceito de côr" (BASTIDE e FERNANDES, 1955, p. 14, *sic*).

Das temáticas de análise psicológica algumas resultaram em fontes de pesquisa como os trabalhos de Virgínia Leone Bicudo (1955) e Aniela Meyer Ginsberg (1955). Na descrição do "*inquérito UNESCO-ANHEMBI*" em 1955, Duarte identifica esses dados como "*documentos*" ou "*protocolos de pesquisa*" que compuseram um conjunto de relatórios nos quais as temáticas especificamente encomendadas embasariam as demais pesquisas. Roger Bastide descreve os trabalhos das autoras como "trabalho psicológico, feito em grupos infantis" cuja função seria a de "corroborar" o trabalho sociológico realizado em São Paulo (Bastide, 1955: 13).

2.1 A pesquisa sobre criança e infância no Projeto UNESCO

Com a finalidade de compreender as atitudes preconceituosas das quais fora vitimada em sua infância Virgínia Leone Bicudo formou-se bacharel em sociologia na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP) em 1938[7]. No mestrado, *"Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*" defendido em 1945 sob a orientação de Donald Pierson a autora estabeleceu diálogo acerca das associações negras do período e o pensamento sobre as relações raciais em São Paulo[8]. Esta pesquisa decorreu do projeto "*Estudo da Consciência de Raça entre Pretos e Mulatos de São Paulo*" no qual desenvolve o argumento de que o "preto e o mulato" internalizam uma determinada "concepção do branco para eles, dada a influência dos contatos primários, *principalmente da infância*"[9] (Bicudo, 2010, *apud* Silva, 2011: 411).

Por sua incursão como pesquisadora e docente na ELSP Virgínia é convidada a compor a equipe do Projeto UNESCO sendo a única mulher negra do grupo. Bicudo publica os resultados desta pesquisa com o texto "*Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a côr dos seus colegas*" cujo objetivo foi o de analisar "os sentimentos e os mecanismos de defesa nas atitudes relacionadas com a côr dos colegas" e a influência das relações intrafamiliais no desenvolvimento daquelas atitudes" (Bicudo, 1955: 227 *sic*). A autora estabeleceu um universo de 4.320 alunos de escolas da cidade de São Paulo submetendo-os a um questionário com o intento de coletar dados "referentes aos sentimentos, aos estereótipos e às atitudes entre os brancos e os de côr" (*Op. cit*.: 228 *sic*).

---

6 Está análise foi desenvolvida pela pesquisa "*A 'cultura infantil' na perspectiva de Florestan Fernandes: contribuições para a sociologia da infância brasileira*" (2014) desenvolvida por Elisabeth Christiane Teixeira na modalidade Iniciação Científica financiada pela FAPESP, sob orientação da Profa. Dra. Andrea Moruzzi na Universidade Federal de São Carlos, Brasil. Nesta pesquisa a autora analisou um documento encontrado no Fundo Florestan Fernandes da Biblioteca Comunitária da UFSCar sobre os casos, intitulado "*Situação das Crianças Negras nos Parques Infantis*". LUCRÉCIO, F.; MOREIRA, R. J. *Relações entre crianças brancas e negras em parques infantis da capital*. Mimeo, [s.d.]. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4527 (Estudos de Caso) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 194-199.

7 Em entrevista para o Jornal Folha de São Paulo em 1994 a autora afirma "*Eu tinha conflitos muitos grandes comigo mesma, mas achava que a causa era social. Desde criança eu sentia preconceito de cor. Queria o curso de sociologia porque, se o problema era esse preconceito, eu deveria estudar sociologia para me proteger do preconceito, que é formado ao nível sociocultural*." ("*Já fui chamada de charlatã*" entrevista de Virgínia Bicudo a Claudio Julio Tognoli,1994).

8 A análise da trajetória de Virgínia Leone Bicudo está analisada na tese: GOMES, Janaína Damasceno. Os segredos de Virgínia: estudo de atitudes raciais em São Paulo 1945-1955. Tese *de doutorado em Antropologia Social*. São Paulo, USP, 2013.

9 Grifo no original.

Posteriormente a autora selecionou 29 alunos e suas famílias para realizar um estudo aprofundado a fim de compreender as maneiras pelas quais os preconceitos raciais se manifestavam em crianças negras e brancas. Este aprofundamento teve por objetivo complementar e caracterizar as formas pelas quais estas crianças percebiam o preconceito racial na escola e ainda o que mobilizavam para estabelecer critérios de "aproximação" e "afastamento" em suas relações sociais no interior do espaço escolar. Por meio de entrevistas a autora identifica que "a criança é influenciada pelas atitudes dos pais com respeito às pessoas de côr, porem, que ela as re-elabora, mantendo-as com maior ou menos tenacidade, segundo os afetos operantes nas relações com os pais " (*Op. cit*.: 292 *sic*).

Este tema ainda que estivesse presente ao longo de sua trajetória vincula-se de modo mais efetivo a partir de sua atuação profissional como educadora sanitária que naquele momento consistia no trabalho de cuidar da "*creança problema*". O direcionamento para esta atividade deriva de sua formação no magistério e da especialização em educação sanitária quando posteriormente passou a trabalhar na Clínica de Orientação Infantil da Seção de Higiene Mental Escolar da cidade de São Paulo entre 1938 e 1960. Em suas atividades Bicudo se dedicou a pensar nos "problemas das crianças e as relações sociais" (Bicudo, 1946: 86 *apud* Damasceno, 2013: 61). No interior de suas reflexões Bicudo buscou aliar atividades voltadas à prática da realização da "higiene mental" da criança que deveria ser esterilizada, medida e normatizada, isto é, aquela que deveria ser alvo das políticas de higiene realizada na escola, espaço que ascendia como lócus privilegiado para este tipo de investigação. A função de educadora sanitária demandava as funções de "colher a história de vida das crianças, mediante a realização de entrevistas e observação direta na escola e na família" (Abrão, 2010: 94).

A pesquisa da psicóloga polonesa Aniela Meyer Ginsberg que atuou como professora de psicologia social na ELSP entre 1937-1940 é intitulada "*Pesquisas sôbre as atitudes de um grupo de escolares de São Paulo em relação com as crianças de côr*" (1955). Esta autora estudou "a atitude das crianças de idade escolar para com os seus colegas brancos e de côr" a partir de marcadores de "idade, sexo, meio social, e a côr dos examinados" (Ginsberg, 1955: 311, *sic*). Ginsberg descreve os grupos de escolares compostos por "crianças pobres operárias e artesãs", "crianças filhos de operários de nível econômico mais elevado" e, por fim, "crianças de uma escola particular [...] filhos de ricos" (GINSBERG, 1955: 315, *sic*). Afora a aplicação dos métodos de pesquisa com 208 alunos, a autora procedeu a entrevistas com crianças de oito casos identificados como excepcionais a fim de estruturar os dados. Estes assinalaram uma influência do "meio social" nas atitudes "amigáveis" ou "menos favoráveis" das crianças com diferentes caracteres fenotípicos, ainda que em geral os dados demonstrassem certa similaridade nas respostas que atestaram que as crianças possuíam no momento da escolha dos colegas "marcada preferência pelos brancos" (*Op. cit.* p. 311).

A descrição de meio social é análoga a de classe social, descrita pelas acepções de "meio burguês" e "filhos de operários". Aponta ainda que as crianças que habitavam em "bairro misto" apresentam atitudes "menos favoráveis" com os negros, ao passo que aqueles que habitam em "bairros quase inteiramente brancos" demonstram atitudes mais favoráveis. Já as "crianças de côr", embora conservassem "o ideal branco" não deram aos negros "papel inferior". Não há na análise da autora, distinção "significativa [...] entre as crianças de idade e sexo diferente" (*Op. cit*. : 340, *sic*). A autora utiliza para a classificação racial a "cor" definida por "brancos, pretos e mulatos", a distinção de sexo é masculino e feminino e os "grupo de idade" crianças de 07 a 14 anos (*Op. cit*. : 316).

Ginberg empregou o método de de H. G. Trager, M. Radke e H. Davis baseado em uma técnica denominada "jôgo de bonecas" (*Op. cit*. 1955, *sic*) apresentar figuras e brinquedos às crianças negras e brancas para apreender a autoclassificação racial das mesmas, bem como identificar os mecanismos de preferência raciais em suas relações sociais no interior do espaço escolar. Sob inspiração norte-americana Ginsberg aplicou as técnicas de Kenneth Bancroft Clark (que Kenneth Bancroft Clark alcançou reconhecimento internacional quando seu trabalho foi citado no caso a respeito da inconstitucionalidade da segregação racial nas escolas norte-americanas em 1954. Seu trabalho foi um catalisador do Movimento dos Direitos Civis dos negros afro-americanos nos anos 1960) e Mammi Pippis Clark[10] que expandiram os métodos de pesquisa de Ruth Hartley Horowitz, empregando os "testes de escolha".

---

10 Cf. Karera, A. (2010). Profile of Mamie Phipps Clark. In A. Rutherford (Ed.), *Psychology's Feminist Voices Multimedia Internet Archive.* http://www.feministvoices.com/bonnie-strickland/

Ambos os textos sobressaem-se por decorrerem de uma articulação entre teoria e método para pensar as relações raciais na infância em contexto escolar de modo precursor a partir de categorias como idade, meio social, cor da pele, sexo e nacionalidade em uma perspectiva sociológica. Os resultados se assemelham por apontarem os efeitos deletérios causados nas crianças cujas implicações impactavam os modos pelos quais estabeleciam suas sociabilidades. Bicudo utiliza o termo "escolares" para se referir as crianças entre 9 a 15 anos[11] e utiliza uma classificação racial fenotípica para estabelecer os pertencimentos étnico-raciais. Aqui se percebe uma equivalência entre cor de pele e raça na medida em que a expressão pessoa "de cor" é, naquele contexto, mencionada quando dirigida a pessoas negras e pardas ou "mestiças". Bastide e Florestan definem: "a expressão 'homem de cor' (ou outras equivalentes) é geralmente empregada para designar negros e mestiços; porém, pessoas com ancestrais pretos conhecidos e portadores de alguns traços negróides salientes, frequentemente passam por 'brancos', e são tratados como tal" (BASTIDE e FLORESTAN, 1979: 140)

Em relação às distinções entre meninos e meninas as autoras utilizam o termo "sexo" para fazer a diferenciação. As impressões de Bicudo e Ginsberg articuladas a partir de uma ênfase teórica entre sociologia e psicologia social, demonstraram que havia a existência de um preconceito de cor independente do preconceito de classe, divergindo da análise então preconizada por Donald Pierson. No caso da pesquisa de Bicudo, já a partir da sua experiência com o mestrado, a influência de Pierson se fez perceber de modo mais incisivo nos pressupostos metodológicos utilizados para a obtenção dos dados. Isto pôde ser verificado a partir de fundamentos de uso do "método estatístico e nos estudos de caso" descritos como aplicação de questionários e entrevistas com os pais e professores a fim de mapear "os sentimentos, aos estereótipos e às atitudes entre os brancos e os de côr" (*Op. cit*. p. 226, *sic*). Esses pais foram selecionados a partir de análise estatística e seleção entre os escolares e meninos e meninas mais rejeitados e os mais preferidos entre as atitudes de "aproximação e afastamento" dos colegas (*Op. cit*. p. 227). Tal aplicação resulta da perspectiva difundida pela Escola de Chicago cuja ênfase é centrada mais na observação da sociabilidade urbana e na interdisciplinaridade, do que propriamente em um determinado alinhamento acerca da leitura dos dados.

Essas investigações e outras[12] são pioneiras por encadearem interseções de categorias etárias, de gênero, étnicas e raciais de grupos em interação social. As pesquisas de domínio empírico concretizadas por Bicudo e Ginsberg são precursoras por agrupar sociologicamente conceitos da ainda incipiente psicologia social no Brasil quando aplicadas as atitudes das crianças utilizando o espaço escolar como amostragem abrangente. A analítica das autoras inseridas em uma proposição sociológica fornece instrumentos para reposicionar o modo pelo qual se construiu metodologicamente a criança como um sujeito que atuava em espaços vinculados a sexualidade, ao gênero, a etnia gerando as diversas configurações pelas quais eram subjetivadas.

Considerações Finais

Nosso interesse, aqui adquire relevo em meio ao debate suscitado junto a essas proposições. O axioma da criança como sujeito capaz de ser um ator próprio e estabelecer um tipo específico de socialização adquire status conceitual com os estudos contemporâneos especialmente a sociologia da infância. É consenso no campo brasileiro que o trabalho de Florestan sobre as "trocinhas" do Bom Retiro é pioneiro por preconizar os modos pelos quais as crianças estabeleciam suas peculiaridades em uma organicidade social específica na qual suas particularidades culturais dinamizavam as relações sociais. Não obstante, é a partir dos anos 1970 e, especialmente, nos anos 1980, que a pesquisa sobre as interações e sociabilidades das crianças em suas infâncias se consolidará teórica e metodologicamente. Esta perspectiva adquirirá respaldo com os pressupostos que irromperão com a analítica da socialização da criança pela via da escolarização, estabelecendo, portanto uma proposição desescolarizante daquela preconizada pela sociologia da educação (Sirota, 2001: 11).

Isto foi acompanhado de um substancial aumento das publicações acadêmicas em âmbito transnacional. O

11 No texto a autora denomina até esta faixa etária de crianças.

12 Cf. MARTUSCELLI, C. *Aceitação de Grupos Nacionais 'Raciais' e Regionais Boletim* CXIX da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1950.

surgimento de periódicos específicos como a revista *Sociological Studies of Children* bem como de artigos e livros elaborados por uma seara de autores como Willian Corsaro, Allison James, Alan Prout, e Jens Qvortrup, Régine Sirota entre outros é elucidativo desta conjuntura. Esses acontecimentos integrados a outros marcam a década de 1980 como um marco no pensamento sociológico sobre as crianças (MONTANDON, 2001). Tais perspectivas teóricas colocarão as crianças como atores sociais integrais, atuantes na sociedade e no mundo, sendo parceiras na construção de suas infâncias e da sociedade que habitam e afetadas pelas mesmas forças que impactam os adultos, ainda que de modo particular (Qvortrup, 1993:7).

Pluralizar o conceito de infância compõe esse movimento teórico que pode ser encontrado em diversas perspectivas, Muller (2003) identifica que a infância como construção histórica requer conceituações e teorias que possuam uma estrutura metodológica afinada com o campo teórico.

> Jenks (1996) e Prout e James (1997) defenderam o conceito de infância como uma categoria plural – infâncias – igualmente construída e reconstruída para as e pelas crianças. Frønes (1993) foi o primeiro a defender que não existe uma única infância, mas muitas, formadas pela articulação de diferentes e complexos sistemas sociais, culturais e econômicos. (Muller, 2003: 4).

Evidenciar a infância como construção social deriva, para Sirota (2001) do trabalho pioneiro de Phillipe Ariès ao conceituar a construção daquilo que denominou de "sentimento de infância"[13]. Será a partir dessa assertiva "retomada e discutida por um grande número de trabalhos, que contribuirão para o interesse pelo objeto, tanto entre os historiadores quanto no conjunto das ciências sociais" (Sirota, 2001: 10).

No contexto brasileiro no que tange as relações étnico-raciais na infância as pesquisas nesta temática serão retiradas do interregno a que foram relegadas igualmente nesta atmosfera. Um número relevante de pesquisas sobre as crianças negras, salvo algumas exceções[14] expuseram por um longo período duas representações proeminentes: a criança escravizada do final do século XIX e, posteriormente, a criança abandonada e carente que se eleva nas pesquisas brasileiras da década de 1980 junto às legislações específicas direcionadas para seu controle e institucionalização. As análises contemporâneas cooperam para o debate na medida em que rompem ou buscam romper com a representação dual e limitada resultante dessas representações.

O interessante é observar o contexto em que esta temática é inserida no Projeto UNESCO. Essas observações permitem construir análises que podem nos oferecer questionamentos teóricos e epistemológicos. Dito de outra maneira, no período em que as ciências sociais brasileiras são organizadas como área de estudo e pesquisa as temáticas das crianças e de suas infâncias (marcadas pelas variabilidades de experiências de gênero, raça, classe social etc.) se consolidam junto à pesquisa sobre relações raciais. Aqui reside uma das hipóteses que têm sido delineadas a partir da pesquisa que resulta neste texto: a de que a área da infância no Brasil em sua genealogia foi sendo construída concomitante ao debate sobre a temática racial. Ou seja, pelo debate empreendido a fim de mapear e compreender o modo como as relações sociais brasileiras eram atravessadas pela temática racial é que se insere de modo específico os aspectos de demarcavam a sociabilidade infantil.

O que se tem feito até o momento não é estabelecer uma leitura historiográfica anacrônica de tais pesquisas, mas as mesmas têm sido configuradas em uma cartografia que nos permita identificá-las a partir do que podem contribuir para as pesquisas contemporâneas sobre os modos pelos quais as crianças estabelecem suas relações sociais. Isto é particularmente importante no que tange ao uso teórico das noções de raça e etnia. Ambos os termos são empregados aqui como categorias sociais de análise, isto é, de caráter contingente e histórico. Os mesmos não contém qualquer acepção biológica, mas são significantes em decurso e em exterioridade inscrita nos corpos, cuja leitura pode ser feita apenas por olhos devidamente informados. Esta dimensão pode ser

---

13 A pesquisa "*Representações de criança e infância nas obras de Gilberto Freyre*" (2014) de Flavia Francchini orientada pela Profa. Dra. Tatiane Cosentino Rodrigues e financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica na Universidade Federal de São Carlos, Brasil evidencia a narrativa de Gilberto Freyre apontando o caráter precursor de sua obra no que tange a conceituação de sentimento de infância desenvolvido por Philippe Ariès no século XVII.

14 Ver: JOVINO, Ione da Silva. *Crianças negras em imagens do século XIX*. 2010. 131f. Tese (Doutorado em Educação)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

apreendida das pesquisas de caráter empírico realizadas por Bicudo e Ginsberg quando empregam métodos que permitem avaliar o modo como as crianças que participaram das pesquisas interpretaram e identificaram uma cor, um traço, um objeto, uma forma e, especialmente de que modo qualificaram tais elementos em determinado contexto.

Em outras palavras, essas pesquisas podem ser dispostas em uma espécie de gênese histórica da pesquisa sociológica sobre as crianças e suas infâncias no contexto brasileiro[15]. Embora as pesquisas do Projeto UNESCO apresentassem certa simetria seja pelos temas abordados ou pelos diálogos que empreenderam algumas delas permaneceram ocultas no momento de divulgação dos dados. As pesquisas por serem realizadas em um projeto eminentemente de pesquisa sociológica, especialmente a de Bicudo por sua formação sociológica, merecem ser interrogadas sobre a ausência nas menções bibliográficas mesmo aquelas realizadas no âmbito do pensamento sociológico brasileiro, uma vez que é consenso que o Projeto UNESCO é considerado um marco na institucionalização das ciências sociais no Brasil (Maio, 1997; Bastide, 1957) no qual as pesquisas sobre a socialização da criança estiveram presentes. Ao contrário de outros autores e textos publicados à época, mesmo nas pesquisas contemporâneas sobre as crianças e suas infâncias no momento de traçar um cenário histórico e bibliográfico as pesquisas de Bicudo e Ginsberg permanecem em certo ostracismo.

O Projeto UNESCO tem sido aqui configurado como objeto junto aos questionamentos das pesquisas sobre a criança e a infância e lugar que ocupam em suas dimensões, históricas, temporais, nas continuidades e rupturas. Por não se tratar de uma trajetória cronológica atribui-se às pesquisas uma temporalidade que atua no presente, por isto trata-se de uma genealogia. Ou seja, inspirada em pressupostos genealógicos (Moruzzi; Abramowicz, 2010) pretende-se configurar uma atmosfera ainda escassa e capturar os elementos que compõem o pensamento sociológico sobre as crianças e suas infâncias. Portanto, dar-se-á foco não apenas ao enunciado dos textos, mas tentaremos recompor de modo não anacrônico a temporalidade que os emolduram.

Optar por este modelo demanda tangenciar um percurso pela história da construção das pesquisas sobre as crianças e infâncias brasileiras que, desde logo, integre a ótica das relações étnico-raciais. Isto permitirá construir inflexões teóricas imperiosas uma vez que historicamente as pesquisas brasileiras sobre as crianças e suas infâncias trabalharam com uma representação de criança enquadrada pela figura de um aluno cujo pertencimento étnico-racial permanecia camuflado em uma determinada imagem de criança (Abramowicz; Oliveira, 2010).

Ao cotejar as pesquisas de Bicudo e Meyer identificamos o pioneirismo que agregam por articularem no início da década de 1950 categorias de análise como raça, gênero, nacionalidade, faixa etária e classe social. É possível, portanto estabelecer uma temporalidade diversa na medida em que é possível vincular as pesquisas desenvolvidas no Projeto UNESCO de relações raciais no interior da formação de uma investigação sociológica da infância brasileira. Delineamos a partir da hipótese de que o que se tem configurado como sociologia da infância brasileira, possui uma gênese iniciada em um dos maiores empreendimentos de pesquisa sociológica no Brasil. Empreendimento este que possui um caráter transnacional não apenas pela figura de uma Organização transnacional ditando suas diretrizes, mas pela participação de pesquisadores estrangeiros que sintonizaram em contexto internacional os debates sociológicos mais avançados em termos de relações raciais.

Nossa projeção é a de verificar o arranjo que a UNESCO empreende no Brasil, seus mecanismos e retórica de ação e ainda os impactos de sua atuação no contexto brasileiro algo abordado na tese de doutorado a qual esta pesquisa pretende dar prosseguimento. Tal empreendimento converge na analítica das ações da UNESCO cujo prolongamento pode ser observado na recente publicação do livro "*História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Infantil*" em 2014. Este livro foi elaborado no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica Internacional com o Ministério da Educação no Brasil em parceria com a UNESCO junto ao programa "*Brasil-África: histórias cruzadas*" que objetiva auxiliar na execução da Lei 10.639/2003 que institui o ensino

---

15 Percebe-se, portanto, especialmente a partir do contexto de pesquisa brasileiro, que há uma lacuna nos estudos sobre a infância entre os anos 1940 e 1970. Tal inferência deriva do projeto de pesquisa "*Educação e Sociologia da Infância no Brasil: uma genealogia em construção*" financiado pela FAPESP, realizado entre 2010 e 2012 sob a coordenação da Professora Dra. Anete Abramowicz e desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Estudos sobre a Criança a Infância e a Educação Infantil: políticas e práticas da diferença, da Universidade Federal de São Carlos, Brasil.

de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas. A descrição do programa na pagina da UNESCO no Brasil indica que o programa atua em eixos estratégicos de acompanhamento da referida lei e pretende apresentar uma metodologia de trabalho pedagógico para a educação infantil cujo objetivo central é inserir os conteúdos da história e cultura da África e dos afro-brasileiros. Não obstante ao tratamento dado aos resultados das pesquisas sobre criança e infância no Projeto UNESCO, estabelecemos um movimento ao oposto do que foi efetivado e colocamos tais pesquisas em relevo.

Bibliografia

ABRAMOWICZ, A. OLIVEIRA, F. (2010) A sociologia da infância no Brasil: uma área em construção. *Educação, Santa Maria*, v. 35, n. 1: 39-52, jan./abr.

ARIÈS, P. (1981) *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BASTIDE, R. & FERNANDES, F. (1979) O preconceito racial em São Paulo; projeto de estudo. In: HIRANO, Sedi, Org. *Pesquisa social*: projeto e planejamento. pp. 135-166.

BASTIDE, R. (1957) Les relations raciales au brésil. In : *Bulletin international des sciences sociales* : Les noires aux États-Unis d'Amérique. Bulletin trimestriel, Ano IX, Nº4, pp.525-548.

BASTIDE, R. & FERNANDES, F. (1955) *Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo*. São Paulo: Editora Anhembi/UNESCO.

BICUDO, V. L. (1955) Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a côr dos seus colegas. *In:* BASTIDE, R. & FERNANDES, F. *Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo*. São Paulo: Editora Anhembi/UNESCO, pp.227-310.

CRUZ, A. C. J. (2014) Antirracismo e Educação: uma análise das diretrizes normativas da UNESCO. *Tese de doutorado em educação*: UFSCar.

DUARTE, P. (1947) Negros do Brasil. O Estado de São Paulo, 16-17 de abril de 1947.

Gilroy, P. (2001) *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro:

Editora 34.

GUIMARÃES, A. S. A. (2004) Preconceito de cor e racismo no Brasil. *Revista de Antropologia.* V. 47, n° 1, São Paulo: USP.

GUIMARÃES, A. S. A. (2002) *Racismo e anti-racismo no Brasil.* São Paulo: Editora 34.

GINSBERG, A. M. (1955) Pesquisas sôbre as atitudes de um grupo de escolares de São Paulo em relação com as crianças de côr. *In:* BASTIDE, R. & FERNANDES, F. *Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo*. São Paulo: Editora Anhembi/UNESCO, pp.311-361.

HALL, S. (2003) Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG.

MAIO, M. C. (1998) O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da UNESCO. In: História, ciência, Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, Outubro.

MAIO, M. C. (1999) O projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil nos anos 40 e 50. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.14 nº 41, Outubro.

MAUREL, C. (2010) Le rêve d'un "gouvernement mondial : des années 1920 aux années 1950. L'exemple de l'Unesco », Histoire@Politique. Politique, culture, société, N°10, janvier-avril.

MONTANDON, C. (2001) Sociologia da Infância: balanços dos trabalhos de língua inglesa. *In*: *Cadernos de Pesquisa*, no 112: 33-60, março.

MORUZZI, A.; ABRAMOWICZ, A. (2010) Pressupostos teórico-metodológicos da genealogia: contribuições para um debate na educação. *Filosofia e Educação* nº2, Vol. 2, pp. 168-181.

MULLER, F. (2003) *Infâncias e Crianças: O que nós adultos sabemos sobre elas?* Palestra proferida no Rio Grande/RS, em novembro de 2003.

PEREIRA, C. L. E SANSONE, L. (2007) (Orgs.) *Projeto UNESCO no Brasil*: textos críticos. Salvador: EDUFBA, 462 p.

QVORTRUP, J. (1993) Nove teses sobre "infância como um fenômeno social*"*. *Eurosocial report*, n.47, pp. 11-18.

SILVA, M. A. M. (2011) Reabilitando Virgínia Leone Bicudo. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 26, n. 2.

SIROTA, R. (2001) Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 112, Mar.

UNESCO. (2000) *Bref historique sur le concept de la culture de la paix*. UNESCO: Paris, 3p.

UNESCO. (1969) *Quatre déclarations de sur la question raciale*. UNESCO: Paris, 56p.

Representações de brasilidade e relações raciais nos livros didáticos e nos bancos escolares: um estudo de caso do estado do Rio de Janeiro (Brasil)

Fabiano Dias Monteiro[1]

Resumo: A apresentação em tela constitui-se no resultado de uma pesquisa de pós-doutorado, voltada para a investigação do peso de práticas como o racismo e a intolerância, no desempenho acadêmico e na evasão escolar do alunado do estado do Rio de Janeiro, neste século. A pesquisa debruçou-se sobre as representações de brasilidade/ "raça" presentes nos livros didáticos, a partir de uma perspectiva comparativa, contrastando-se os livros escolares de História (adotados pela rede pública de ensino do Rio de Janeiro) publicados antes e depois da instituição do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD-1985) e de sua versão de 1997, já adequada ao Plano Nacional de Direitos Humanos. Neste sentido, busca-se perscrutar o impacto deste "novo discurso", sobre os ideais de tolerância e de respeito às diferenças (presentes nos livros pós-PNLD), no cotidiano escolar, a partir da visão de professores e diretores de escolas públicas da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Introdução

O processo de abertura política, instaurado, no Brasil, no período pós ditadura militar, que vai dos últimos anos da década de 1970 até meados da década seguinte, é marcado por uma série reivindicações e consolidações de movimentos sociais antes represados pela força da fase autoritária.

Movimentos sociais - em particular pelo direito à moradia nos grandes centros urbanos, a questão agrária, assim como os movimentos pelos direitos de grupos oprimidos, como mulheres, gays, povos indígenas e negros - ganham maior representatividade, primeiramente na mídia e posteriormente na *praxis* partidária – sendo destacável que cada uma destas agendas foi incorporada com níveis diferenciados de resistência dentro da agenda dos partidos, é bem verdade.

Esses processos foram acompanhados também pela luta pela democratização de direitos fundamentais, como direito à saúde, ao trabalho e à educação.

Sendo este último tema a questão central do trabalho em tela, deve-se observar que ainda nas últimas décadas do século XX encontrava-se em pleno curso um debate nacional acerca dos limites da democratização da educação de qualidade no país.

A suposta queda na qualidade do ensino público, a necessidade de formação de mão de obra qualificada capaz de suportar o crescimento econômico e o desenvolvimento tecnológico (frise-se que a inspiração para esse argumento é ainda influenciada pelo "Milagre Econômico" dos anos 1970), a cruzada contra o analfabetismo e as possibilidades de realização da inclusão das alas menos abastada pela via da educação eram alguns dos pontos centrais do debate.

Caudatária de várias das questões acima levantadas, a discussão sobre a adequação dos livros escolares aos objetivos preconizados por uma educação democrática apresentou-se, no Brasil, com particular força também no período pós-ditadura persistindo até os dias atuais.

Sem a intenção de retomar (ou remontar) uma "história dos livros didáticos no Brasil", destaca-se, aqui, que os discursos erigidos sobre eles, como não poderia ser diferente, estiveram permeados por questões políticas e ideológicas que variavam ao longo do tempo.

No trabalho em tela trataremos das alterações impingidas aos livros escolares pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) consolidado entre os anos 1980-90, sobretudo no diz respeito à construção de conteúdos e

---

1 Fabiano Dias Monteiro é Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), possui Mestrado em Sociologia pela UFRJ e Doutorado em Antropologia Cultural pelo PPGSA/UFRJ. Foi Bolsista de Pós-Doutorado PDR (2011-2014) da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro.

formulações visuais que estivessem comprometidas com determinados discursos de valorização democrática, questionamento acerca das desigualdades sociais e econômicas da sociedade brasileira e do respeito às diferenças culturais (e "raciais").
Tomando estes três pontos como fator de diferenciação dos livros escolares produzidos e distribuídos nas últimas décadas propomos a análise dos conteúdos e das estruturações visuais (fotos, litografias, gravuras, mapas, etc.) a partir de uma divisão entre os Livros de abordagem tradicional (LAT) e os Livros com uma abordagem revisionista (LAR), estes, a princípio, comprometidos com discursos que, no Brasil, têm sido classificados pelo senso comum como *progressistas* (defesa da justiça social, direitos das minorias, direitos humanos, atenção às questões do meio ambiente, etc.).
O ponto nevrálgico da discussão em curso é construção de um novo ideal de brasilidade marcado pela adesão a estes novos discursos. Logo serão privilegiados livros de História (do Brasil e Geral e materiais para-didáticos), sendo de forma bastante diminuta usados materiais de Geografia e Estudos Sociais, que serviram na pesquisa como elementos de contraste.
Alinhando-se à percepção de especialistas em educação no Brasil (Rosemberg et al., 2003; Luca e Miranda, 2004) e teóricos dos estudos de materiais escolares (Choppin, 2004) o presente trabalho tem a expectativa de contribuir para uma reflexão que, embora venha ganhando espaço nos meios científicos e dos gestores-públicos educacionais, ainda estaria longe de atingir a visibilidade merecida dada sua importância nos estudos sobre educação, a saber: o lugar do livro didático na construção de uma educação cidadã e na estruturação de determinados ideais de nacionalidade.

Um breve histórico da pesquisa e análise dos dados

Esta pesquisa apresenta-se como um desdobramento da pesquisa *Ethos Escolar: Gestão e Produção da Qualidade,* conduzida pela antropóloga Yvonne Maggie no âmbito da UFRJ e com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, desde o ano de 2009.
Num contexto de atenção aos baixos indicadores educacionais do Rio de Janeiro, os propósitos iniciais da pesquisa eram observar quais os modelos de gestão escolar predominavam na Região Metropolitana do estado, visando perscrutar tanto a relação das diretoras das unidades de ensino com os operadores da educação de nível macro, como o MEC, Coordenadoria Regional de Educação, Secretarias (Municipal e Estadual) de Educação, etc., como as relações desenvolvidas no ambiente escolar, envolvendo aquilo que Foucault definiu como formas capilares de poder: relações diretor-professor; professor-aluno; pais-professores; professores-funcionários, etc.
Integrando o corpo de pesquisa no ano de 2011, nos últimos três procurei me debruçar sobre a produção dos livros didáticos no Brasil, em particular daqueles utilizados por escolas da rede pública do estado do Rio de Janeiro e na sua capital.
A questão central da análise seria observar os impactos que os discursos de afirmação da democracia e da cidadania e do respeito às diferenças teriam sobre a construção de uma nova narrativa sobre a brasilidade, provocando, assim, uma revisão da história nacional "oficial" vigente.
Para tanto, foram utilizados 42 livros, predominantemente de História Geral e do Brasil. O critério de seleção dos livros alicerçava-se na sua utilização em sala de aula, ou seja, todos os livros da pesquisa teriam que ter sido escolhidos e utilizados por docentes e aqueles com publicação posterior ao ano de 1997, teriam que ser chancelados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).
Os livros publicados até os anos 1980 eram, em sua maioria, componentes do acervo pessoal da coordenadora da pesquisa e de pesquisadores colaboradores. Os demais foram obtidos junto ao acervo de professores, diretores e alunos da rede pública de educação do Rio de Janeiro, sobretudo a partir do ano de 2000.
Foram entrevistados cerca de 20 professores da rede pública do Rio de Janeiro - majoritariamente das áreas de história, geografia, filosofia e sociologia, além de docentes das séries iniciais (1º ao 4º ano) – que através de entrevistas semi-estruturadas e de grupos de reflexão - apresentaram suas possibilidades de apropriação da temática da brasilidade dentro dos livros didáticos chancelados e escolhidos em suas escolas, bem como suas percepções acerca da recepção desta temática pelos alunos.

Pesquisadores do tema como Alan Choppin (2004) afirmam que ao remontar-se a história do interesse científico sobre os materiais escolares no Ocidente nos deparamos invariavelmente com duas tendências metodológicas. A primeira delas, classificada como "ideológica" pelo autor atentaria para a análise de conteúdos, onde preconiza-se não o livro em si, mas o tratamento dado a determinados personagens, acontecimentos, polêmicas, fatos políticos, etc. A questão central não orbitaria fundamentalmente em torno "do livro e sua produção", mas em torno "do que o livro diz sobre...". A segunda tendência, chamada de epistemológica ou didática trataria da construção do livro como um objeto da ciência da educação. O ponto central seria sua capacidade de favorecer a reflexão crítica dos leitores, se ajustar a determinados programas pedagógicos, favorecer a construção do conhecimento, etc. Trata-se do livro como "ferramenta".

Tal como aponta o autor, estas duas dimensões são indissociáveis, cabendo-nos, contudo, frisar que, neste trabalho, estamos inclinados a operar no campo da primeira tendência destacada.

Como pano de fundo temos a percepção de que os materiais escolares são frutos de relações de poder, que podem expressar o conflito de interesses entre grupos sociais distintos, a busca pela hegemonia de uma determinada ideia ou mesmo constituir-se em estratégia do Estado na defesa de sua legitimidade ou na construção/consolidação de sentimentos nacionais. (Choppin, op cit.)

Por outro turno, de forma biunívoca, tais materiais também são produtores de discursos, ideias, hegemonias e engendram, portanto, novas relações de poder. (Idem; Althusser, 1995)

No caso em tela, nosso interesse jaz em observar como o discurso da redemocratização pós-ditadura militar e a busca pela afirmação da democracia, da cidadania e do respeito às diferenças (culturais e, como veremos, posteriormente, raciais) como valores produziram uma revisão da História (e da historiografia) da sociedade brasileira.

Todavia, cabe, ainda que rapidamente (respeitando as dimensões presentes), problematizar alguns pontos da produção, avaliação, circulação e utilização dos livros didáticos no Brasil, em particular os de História.

Alguns aspectos preliminares sobre o Livro Didático no Brasil

Autores como Luca e Miranda (2004) ajudam a elucidar não só como as representações sociais presentes nos livros didáticos são expressão de um determinado contexto político, como também, o quanto os processos de produção e distribuição dos livros didáticos constituem-se, eles mesmos, em um epifenômeno das conjunturas de poder.

Assim, é na Era Vargas (anos 1930) que surgem as primeiras tentativas de padronização e interferência dos (nos) materiais escolares. Medidas governamentais como a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública e a edição do Decreto-Lei 1006/1938, que institui a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) são exemplos.

Em um contexto político marcado pela centralização do poder nas mãos do Estado e em uma atmosfera cultural de valorização da identidade nacional, os livros didáticos passam a ser objeto, segundo Witzel (2012), de controle político-ideológico, perdendo, desta forma, sua vocação didática ou metodológica.

É já no período pós-Golpe Militar de 1964 que a política nacional do livro didático voltaria a sofrer alterações significativas, sobretudo pela participação da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) na estruturação da Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED), de 1970. (Freitag, 1997)

Tendo a previsão de uma distribuição de 51 milhões de livros escolares nos seus três anos de funcionamento, a política do governo militar para o livro didático caracterizou-se por um forte apelo tecnicista (em consonância ao crescimento acelerado da economia); pela disseminação de um nacionalismo de caráter ufanista (orientada pela valorização da pátria e pelo civismo) e, segundo Luca e Miranda (op. cit.), por uma interpretação acrítica e heróica da historiografia nacional.

A grande guinada no tratamento dos livros didáticos no Brasil ocorreria somente no período de redemocratização com a estruturação em 1985 do Programa do Livro Didático.

Sendo um programa de gestão dual (as diretrizes normativas são estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC e a administração da produção-distribuição feita pela Fundação de Assistência ao Estudante – FAE, até 1997 e, posteriormente, pelo Fundo Nacional da Educação – FNDE), os primeiros anos de execução do

PNDL foram marcados (Idem) por um descompasso significativo entre a demanda vinda das escolas e o processo de produção, avaliação e disponibilização dos livros a encargo do Governo Federal. Segundo as autoras:

> Pesquisas realizadas em território nacional e patrocinadas pelo próprio MEC indicaram, em momentos distintos, que [existiam] problemas incontestáveis envolvendo atrasos sistemáticos na edição e distribuição do guia para as escolas, incongruências de toda ordem no tocante à escolha feita pelos professores e envio das obras pelo FNDE, atrasos na recepção dos livros por parte das escolas, bem como fragilidades envolvendo o processo de utilização das obras enviadas, que chegam até mesmo a ser desprezadas e desconsideradas pelos professores.
>
> (Luca e Miranda, op cit:126)

Estas questões, não desprezíveis, podem ser tomadas como de ordem instrumental. Havia, por outro turno questões de ordem ideológica e pedagógica que precisavam ser incorporadas à discussão. Conforme aponta K. Mantovani (2009), no Seminário *Livros Didáticos: Conteúdo e Avaliação,* organizado pelo MEC, através de sua Secretaria de Ensino Fundamental, realizado em 1995, inicia-se um processo (ainda que o enfoque do evento fossem os livros de 1º ao 4.º ano) de sistematização da avaliação dos conteúdos, ficando estabelecido que o Governo Federal só poderia adquirir materiais devidamente chancelados por órgãos competentes.
É importante observar que dois temas terminaram por se apresentar como resultados centrais do *Seminário Livros Didáticos,* tornando-se critérios eliminatórios*:* (1) os livros não pode[riam] expressar **preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer forma de discriminação;** (2) e **nem pode[riam] ser desatualizados, nem conter ou induzir a erros graves relativos ao conteúdo da área, como por exemplo, erros conceituais**. (Idem:43) (Grifos meus).
Observando as dimensões ideológicas e pedagógicas do livro escolar, este Seminário de orientação para avaliação revela preocupações que se confirmariam pertinentes segundo trabalhos de autores como Nosella (1981, *apud* Mantovani, op. cit.):

> (a) que o livro didático mantinha visões estereotipadas sobre a família (a família representada nos livros obedeceria ao modelo tradicional, formado por pais heterossexuais, filhos/as e avós); (b) que os livros reproduziam a ideologia das classes dominantes, no qual os conflitos de classe, até certo ponto, permaneciam ocultos ou minimizados; (c) que nos livros a escola é apresentada como um "segundo lar" não sendo vista como um espaço de socialização e de conscientização a respeito de direitos e deveres; (d) que nos livros a obediência e o conformismo são observados como uma virtude e como o padrão comportamental a ser seguido; (e) que os livros exploram pouco a reflexividade de caráter científico, apelando, recorrentemente, para fórmulas que são dadas, mas não explicadas; e (f) que os livros reproduzem estereótipos sobre determinados seguimentos da população como os índios, tratados como um elemento distante e fora da realidade.

Destarte, a contribuição dos autores até aqui citados nos permite pensar que a política do livro escolar erigida no período democrático tinha como pontos centrais: (1) a defesa de princípios libertários e igualitários, estando orientada para a democratização do acesso aos materiais didáticos; (2) a inclusão dos professores no processo de escolha e (3) a atenção à qualidade dos materiais escolares, condicionando a produção privada a um chancelamento público. Assim, o Programa do Livro Didático, desde a sua guinada na direção da "avaliação técnica-qualificada", conta com a instrumentalização dos Guias do Livro Didático que apresentam aos docentes opções já "filtradas" dos materiais.
No que tange à avaliação dos livros de História, especificamente, Luca e Miranda (op. cit.) indicam um crescimento gradativo das taxas de aprovação dos materiais, o que na percepção das autoras se justifica pelas sucessivas adequações feitas por autores e editores e, principalmente, pelo processo de monopolização editorial, onde as empresas menores (e seus profissionais) tenderiam a ser incorporadas a poucos grupos editoriais que terminaram por se destacar no campo das literaturas escolares.
Ainda diante dessa dinâmica mercadológica e de um processo avaliativo que tendeu à centralização desde suas origens as autoras não observam uma homogenização dos materiais e em particular dos livros de História.

Realizando um mapeamento das diretrizes de avaliação para o PNLD 2005[23], Luca e Miranda (Idem) observam a existência de quatro temáticas centrais, sendo: "(1) perspectiva quanto à visão de História; (2) relação com processo de construção do conhecimento pelo aluno; (3) a orientação curricular e a (4) relação genérica como desenvolvimento da Historiografia."

Quanto aos tipos de abordagem, as autoras distinguem as de caráter *procedimental,* orientadas pela pesquisa historiográfica, questionamento acerca das fontes e atenção especial à construção das "verdades" na História; as de cunho *acontecimental, t*endo enfoque mais informativo que propriamente crítico e finalmente as de caracterização *global,* que

> não abre mão da informação histórica derivada de um conhecimento socialmente acumulado, bem como dos recortes canônicos de conteúdo, mas explora também a dimensão construtiva do conhecimento histórico, problematiza as fontes, apresenta elementos que garantem a alunos e professores a compreensão acerca da dimensão de provisoriedade da explicação histórica. (Idem:135)

Pesquisando os livros de história submetidos ao PNLD 2005, segundo as autoras, ainda predominariam as narrativas do tipo acontecimental (69% das coleções de História apresentadas), o que não deve obscurecer o avanço das abordagens do tipo procedimental e global, que preconizariam uma visão crítica e construtivista do conhecimento historiográfico.

Em suma, a contribuição dos autores aqui citados é convergente em reconhecer que as análises de materiais escolares constituem uma dimensão complexa da pesquisa social, tendo em vista a existência de uma imbricada trama de iniciativas (movida por uma rede ampla de operadores) que perpassa por agentes como editores, autores, analistas, gestores, professores, diretores, pais e alunos.

Neste sentido, dimensões fundamentais como os interesses econômicos dos atores envolvidos, as dinâmicas de poder que delineiam determinada política do livro didático, aspectos ideológicos defendidos pelo Estado como esteios de sua legitimidade - em determinado contexto histórico - e as nuances cognitivas da relação ensino-aprendizagem preconizadas por uma dada produção são alguns dos elementos que entrecortam as análises deste tipo de material.

Os propósitos aqui presentes são modestos diante de desafios tão expressivos.

Trata-se de perscrutar como a noção de brasilidade foi apresentada através dos livros didáticos de História em um período que recorta a segunda metade do século XX e a primeira década do corrente.

A perspectiva em voga é a análise do impacto de determinados discursos consolidados no processo de redemocratização sobre ideais de nacionalidade tradicionalmente transmitidos às novas gerações não só pelos materiais escolares, mas também presentes nos grandes festejos nacionais e incorporadas à cultura popular – ver os trabalhos de L.Lippi.Oliveira sobre as comemorações dos 500 anos do descobrimento, de Maria Laura Viveiros de Castro sobre o carnaval e mais recentemente de Ana Paula Silva sobre o futebol e a imagem de Pelé no imaginário social nacional. Destarte, parto da premissa que o processo de redemocratização pós-1980, e que abarca a estruturação do Programa Nacional do Livro Didático, tenha se caracterizado não apenas pela exaltação de valores como a igualdade, a cidadania e o respeito aos direitos individuais e coletivos dos cidadãos no plano da *praxis* política, mas também no sentido da revisão da própria história da nação e no redimensionamento de determinados valores do presente a partir de uma reescrita do passado.

O Brasil e suas origens: os Livros de Abordagem Tradicional (LAT)

> Conforme sugere Benedict Anderson, no clássico *Comunidades Imaginadas* o sentimento de nacionalidade pode ser tomado como resultado da articulação de recursos materiais e simbólicos que produzem em concidadãos a sensação de uma experiência compartilhada.
>
> A *nation-ness*, para além do nacionalismo, transcende os projetos ideológicos de cosntrução de uma unidade territorial, militar, linguistica e administrativa que recorrentemente ficam a encargo do Estado.

---

2 Na oportunidade foram analisadas 28 coleções de História das quais 22 foram aprovadas e 6 excluídas. Para maiores detalhes ver Luca e Miranda, op. cit.

A nacionalidade, neste sentido, tornar-se-ia algo que é tanto *empírico* como *ficcional,* faz-se internalizável ao passo que tem a capacidade de produzir situações (socio-paisagens) e personagens (socio-personagens) que são passíveis de identificação com os membros de uma nação e funda, destarte, continuidades e semelhanças em uma infinidade de indivíduos que são, por definição, diferentes.

O meio material privilegiado de disseminação dos *socio-paisagens* e *socio-personagens*, segundo Anderson, seria o papel impresso, em particular os jornais e os romances de conatação social. O meio gráfico, neste sentido, teria sido o canal por onde a nation-ness pode fluir na cultura ocidental, com velocidade e amplitude crescentes em função dos com os avanços tecnológicos experimentados sobretudo no século XX.

Procuro agumentar que os livros escolares, dada a ampliação de sua produção/consumo em praticamente todo o planeta no último século[3][4], cumpre papel particular na difusão de *sócio-paisagens* e *sócio-personagens*, podendo servir tanto à disseminação da nation-ness como das mais radicais doutrinas nacionalistas. (Choppin, op. cit.)

A historiografia brasileira tem como marco de origem a obra do botânico Karl Von Martius com a publicação da monografia *Como se deve escrever a História do Brasil,* onde funda a ideia de "encontro das raças" como elemento central da narrativa sobre a brasilidade.

A perspectiva de Von Martius que representava uma ruptura com a tendência historiográfica vigente no período do Império - sintetizada nas narrativas de caráter documental e heróico-elitista presentes no trabalho de Varnhagen - só é retomada com a publicação dos trabalhos de Capistrano de Abreu (*Capítulos de História Colonial*) e João Ribeiro (*História do Brasil*). (Reis, 2007)

Adeptos da *Kulturgeschichte* (História Cultural) alemã, Capistrano e João Ribeiro inserem o cotidiano popular em suas narrativas, substituindo um modelo documental por uma abordagem de caráter etnográfico.

Neste sentido, a descrição da cultura de nossos "elementos formadores" (em particular dos indígenas, na obra de Capistrano) torna-se componente central das análises desses autores e, por conseguinte, dos materiais escolares do ensino de História, em nosso país.

O *aventureiro português,* o *escravo africano* e o *índio autóctone e selvagem,* passam a compor a mitologia de origem nacional nos livros didáticos, ao mesmo tempo em que se constituem nos *sócio-personagens* que protagonizarão as tramas do desenvolvimento das relações sociais no período Colonial e do Império.

Na sua *História do Brasil*[4][5]*,* na edição de 1952*,* o historiador e político mineiro Basílio de Magalhães[5][6] define assim a formação do povo brasileiro:

---

3 A título de ilustração o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para o Ensino Médio ampliou o seu número de beneficiários em mais de 7 milhões de alunos atendidos, entre os anos de 2004 e 2012. Os investimentos, neste mesmo programa, que eram da ordem de 47 milhões no ano de 2004 tinham aumentado quase 8 vezes em 2014.

4 Magalhães, Basílio. História do Brasil. Curso Clássico e Científico 2 série. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1952.

5 Basílio de Magalhães foi historiador, nasceu em Minas Gerais no ano de 1874 e morreu em 1957. Segundo acervo Laboratório de Ensino e Material Didático do Depto. de História da FFLCH da USP, ele foi professor de História do Instituto de Educação, no Rio de Janeiro, e teve atuações na política, sendo Senador e Deputado Federal por Minas Gerais. Foi ainda diretor interino do Arquivo Nacional e Professor de História da Civilização do Colégio Pedro II, na década de 30. Entre suas publicações estão: "História do Brasil - 3ª série", de 1945, e "História do Brasil para a segunda série dos cursos clássico e científico", de 1955, ambos publicados pela Livraria Francisco Alves; "História do Comercio, Industria e Agricultura" de 1934, publicado pela Companhia Editora Nacional; "Expansão Geográfica do Brasil Colonial", de 1944, publicado pela editora Espasa. Para maiores detalhes ver: http://lemad.fflch.usp.br/node/491. Há de se observar que as datas de publicação presentes no acervo da pesquisa (nota anterior [1952]) e do Laboratório de Ensino e Material Didático do Depto. de História da FFLCH da USP [1955] não são coincidentes. Consideramos que a versão aqui analisada ainda não tenha sido incorporada aos dados ou acervo do Laboratório.

> A etnia brasileira resultou da fusão de três elementos: o xantodérmico, dono de toda a vasta região e ocupando-a sem solução de continuidade, de sul a norte e de leste a oeste; o leucodérmico, representado pelo português, descobridor e colonizador, assim como outros europeus vindos em menor número e por diversas causas já atrás apontadas, quais o espanhol, o francês e o holandês; e o melanodérmico, aqui introduzido em avultada quantidade, desde o início da ocupação regular até 1855, para, no estado de escravidão, prestar incontestáveis serviços à vida doméstica, à agricultura, às minas e a diversas outras indústrias.
> Dos três principais fatores de que saiu o brasileiro dos tempos coloniais, nenhum era puro ou homogêneo: o português era um grupo étnico de formação como já tivemos ocasião de assinalar; a população ameríndia era também heterogênea, tendo sido os gês e os tupis, encontrados no litoral ou próximo dele, os últimos os que preferentemente aceitaram o cruzamento com o branco; e o africano trazidos aqui pelos seus escravizadores lusos, procedia de diversos tipos raciais do continente negro. (Magalhães, 1952:49).

Devotada ao público juvenil (ao que hoje corresponderia ao segundo ano do ensino médio), este livro de B. Magalhães frisa dois traços que seriam marcantes nos livos didáticos de História aqui definidos como tradicionais: a presença dos três "elementos fundadores" e a ideia de mistura - ou de "perda da pureza" - como traço marcante da gênese nacional.
A definição do brasileiro como um povo que pode agregar várias contribuições culturais mas que é fundamentalmente negro, índio e português volta a aparecer na *História do Brasil (Coleção Didática F.T.D., 4. série ginasial, correspondente ao atual nono ano)*, dos Irmãos Maristas, de 1957. No capítulo III, intitulado *Formação Étnica* temos a seguinte passagem:

> Três raças contribuíram para a formação étnica do povo brasileiro: a branca, a preta e a indígena. (…) O Brasil só conheceu o imigrante europeu de outras nacionalidades além do português quando proclamou a sua Independência (…). Antes dessa época só encontramos resíduos de elementos holandeses e franceses pelas tentativas que essas nações realizaram de se apoderarem de parte do nosso território. São simples resíduos que dificilmente se tornariam um fator ponderável de nossa formação étnica.

A estrutura organizacional básica dos livros (LAT) analisados pela pesquisa compreendia temas: (1) Descobrimento (antecedentes históricos); (2) Formação Étnica; (3) Regime Administrativo da Colônia e (4) Expansão e Defesa do Território.
A Formação Étnica pode ser tomada como um elemento de alinhave nesta abordagem. Dela derivam condicionantes causais que ajudariam a "explicar o Brasil" do período colonial até a proclamação da República e a falência do sistema escravocrata.
Ainda que tendo "o encontro das raças" como seu elemento central, os supostos níveis de desenvolvimento cultural e tecnológico dos três elementos teriam delineado a sequencia dos fatos históricos tal como eles teriam se dado.
Assim, graças ao "estágio civilizatório mais avançado" dos portugueses, a aventura ultramarina teria sido possível, bem como o desenvolvimento das instituições jurídicas, políticas e religiosas; graças ao ímpeto laboral dos negros o sistema econômico da *plantation* de cana teria permanecido de pé e graças ao conhecimento dos nativos sobre a terra indômita a luta contra invasões e movimentos separatistas teria sido possível. A conformação étnica, ainda que condicionada a "estágios civilizatórios" diferentes, poderia ser proveitosa numa configuração onde "cada qual tem seu papel", sendo, o dos portugueses, a condução da nação.
Em uma nova publicação de sua *História do Brasil,* datada de 1958, Basílio de Magalhães sintetiza, assim, o papel dos portugueses para o futuro da nação:

> Da missão histórica de Portugal - a de revelar a imensidão do planeta humano para a civilização e para a cultura - e a de sua capacidade colonizadora é incontestavelmente o Brasil o mais belo florão. (Magalhães, 1958:41)

Tendo como referência autores como o Silvio Romero, Roquette-Pinto e Oliveira Viana, Basílio Magalhães equaciona, assim, a participação dos nossos elementos formadores na estrutura econômica colonial:

> [D**o] ponto de vista econômico, o africano teve mais importância do que o indígena, pois quem cooperou essencialmente para que o primitivo escambo se transformasse em ativo comércio.** Na vida doméstica foram ainda e as mamães-pretas que tanta lenda e tanta afetividade transmitiram ao elemento social em formação. (Idem:51) (Grifos meus)

Voltando à *Coleção Didática* adotada pelos Irmãos Maristas temos uma passagem ilustrativa dos argumentos anteriomente desenvolvidos:

> O branco ficou representado pelo tipo português, que foi descobridor e colonizador da terra. (…) veio a constituir a parte mais importante da população brasileira, transmitindo-lhe língua, religião e costumes (…). O **elemento indígena de civilização inferior, costumes semi-selvagens**, foi prontamente dominado, não obstante a grande resistência oposta aos desígnios dos conquistadores. **O elemento negro, oriundo da África, foi introduzido no Brasil para o trabalho da lavoura, em substituição ao indígena que não se submetia aos trabalhos de uma vida sedentária**. (Grifos meus)

Tendo coordenado por 21 anos a *Revista de Ensino do Rio Grande do Sul*, publicação que chegou a atingir 50 mil exemplares, circulando por todo o Brasil, a professora primária Maria de Lourdes Gastal é autora do livro *Estudos Sociais e Naturais*, cuja 12. edição foi publicada em 1961.
Voltado para o ensino do 3. ano primário a obra divide-se entre as disciplinas de História e Geografia, tendo uma abordagem focada nos processos de ocupação e formação populacional dos estados do Sul.
Desta forma, os conteúdos que, via de regra, aparecem sob insígnias do tipo "nossa gente", ou "formação do povo brasileiro", nesta obra encontram-se inseridos no tópico "Influência da Colonização Alemã e Italiana". Sobre os tipos brasileiros, ou melhor, sulistas temos:

> [Os índios eram os habitantes que Cabral encontrou quando aqui chegou]. Eram homens, mulheres e crianças de pele queimada pelo sol, cabelos lisos e pretos. Eles andam nus e, nos dias de festa, enfeitam-se com penas de aves, colares, pulseiras e pinturas no corpo. (…) A maior parte das tribos do Brasil está hoje pacificada e tem boa amizade com os civilizados, graças ao Mal. Rondon que dedicou toda sua vida na defesa dos índios.(Gastal, 1961:17-8)

Alemães, italianos e sua contribuição cultural à região sul são assim descritos:

> Para desenvolver a agricultura no Rio Grande do Sul, o governo permitiu a vinda de colonos alemães. Eles povoaram as florestas, abriram estradas, desenvolveram a agricultura, iniciaram e desenvolveram várias indústrias. Ordeiros, bons chefes de família, cristão e trabalhadores, os alemães transmitiram essas qualidades aos seus descendentes que têm, além do mais, exemplar educação de família.
> Além da colonização alemã, o Rio Grande do Sul, recebeu, também, colonos italianos. Estes dedicaram-se especialmente à vinicultura e viticultura (…) Muito dedicados ao trabalho, fervorosos cristãos e, por isso mesmo, bons chefes de família, gênio alegre, comunicativos, excelentes músicos e cantores, os italianos transmitiram essas qualidades aos seus descendentes. (Idem:88)

Sobre a suposta preeminência de uma cultura sobre as demais (ou, lendo livres de anacronismos, de uma "raça" sobre as demais) os argumentos do advogado, político e historiador Brasil Bandecchi (membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo) são dos mais contraditórios. Ao mesmo tempo em que reconhece a superioridade civilizatória européia, afirma a igualdade das contribuições de negros, índios e portugueses. Diz ele:

> Na composição do povo brasileiro, quer pelo número bastante superior, quer pela civilização mais adiantada, haveria de prevalecer a cultura europeia. Esta se acentuaria mais. Bem mais. Entretanto, traços bastante sensíveis deixou o negro, de forma a terem real destaque. A influência do índio foi bem menor. (…) **Não podemos dizer que houve o domínio de uma cultura sobre a outra, mas sim que houve uma soma de fatores positivos na formação do nosso povo**. (Bandecchi, 1973:89) (Grifos meus)

Esse tipo de contradição corta os LAT como uma espécie de tendência. Ao mesmo tempo em que se afirma a superioridade de uma cultura/"raça" - normalmente observada em termos de desenvolvimento tecnológico ou "elevação moral" - sobre a outra, reconhece-se que são todas iguais e que tiveram papel fundamental para o desenvolvimento da nação.

Na *Enciclopédia Ilustrada para Educação Básica (Ensino Fundamental),* de Jose Abila Filho, publicação de 1977*,* temos uma versão da formação cultural brasileira muito semelhante à construída por Brasil Bandecchi. No verbete "elementos étnicos" temos:

> Negros: **Sua participação na economia brasileira foi maior que a dos silvícolas. Representam a principal mão-de-obra na economia nacional pelos seus conhecimentos agrícolas, mineração e metalurgia, além da facilidade de aprendizado que demonstravam**. Legou-nos religião e arte culinária.
> Brancos: (…) [através do fluxo migratório] **trouxeram conhecimentos técnicos mais avançados, hábitos de vida mais complexos e representaram um capital humano que veio consolidar [nossa] população**. (Filho, 1977:142) (Grifos meus)

Os comentários sobre a cultura indígena aparecem num verbete específico

> **De uma cultura bem atrasada, viviam em vários grupos os índios brasileiro**s. Distinguiam-se entre si, pela língua, pela tradição e pela fisionomia. (...)Inicialmente foram bons amigos dos portugueses, prestando valiosos serviços, com a escravização, revoltaram-se atacando constantemente as aldeias, plantações pois não estavam acostumados a trabalhar. (Idem:156) (Grifos meus)

Há também um verbete específico para o "cruzamento" de índios com outras "raças", denominados na enciclopedia de "brasilíndios". Temos:

> os que aparecem nas cidades trazem consigo quase sempre dois estigmas de nossa civilização, o vício da embriaguez e a sífilis. Seus passatempos favoritos são as festas e as danças. (Idem:200)

Mais uma vez a primeira leitura nos induz a perceber uma desqualificação da contribuição cultural de negros e índios. Contudo, há também na produção de José Abila Filho o reconhecimento das vantagens da "soma cultural" propiciada pela miscigenação. Sobre os portugueses nos ensina o autor:

> (...) deles recebemos um patrimônio que não tem preço: a língua que falamos, as bases da cultura ocidental, o catolicismo (...) **ensinaram-nos a não fazer diferença entre raças, demonstrando que todas são iguais, ao cruzarem-se com os índios e os negros, produzindo larga mestiçagem**. (Ibidem:210) (Grifos meus)

Mas ideia de soma cultural é possível graças à harmonização e congraçamento entre nossos "elementos formadores". Desta maneira, os conflitos inerentes aos processos de escravidão, catequese e aculturação são esvaecidos nos livros tradicionais a favor de um ideal de conformação que tem sido nas últimas décadas denunciado pelos ativistas negros como um falso senso de cordialidade. (Monteiro, 2010; Hanchard, 2001)

Destarte, um traço marcante nos LAT é a compreensão da sociedade brasileira nos períodos colonial e do império como uma composição harmônica na qual cada grupo racial tem sua contribuição, cabendo aos

portugueses a função de condutores da nação em sua jornada civilizatória. O contato sexual funcionaria, neste sentido, como um "aparador de arestas", que transformaria os elementos formadores - estanques em suas especificidades culturais - em uma coisa só: o brasileiro.
A ideia de amálgama racial-cultural transmuta-se na ideia de nação e, por conseguinte na noção de pátria. No livro para-didático *Eles fizeram a história do Brasil*, edição de 1963, o autor Roberto Macedo elabora uma ficção onde vultos históricos são entrevistados pelo menino Rebedeco, um estudante na noite anterior a um exame de história em sua escola começa a sonhar com grandes personagens de nossa história que narram seus feitos.
O primeiro diálogo retrata o encontro do jovem com o chefe Temininó Araribóia que remonta heroicamente a sua participação, ao lado dos portugueses, na expulsão dos franceses da Baía de Guanabara.
Apresentando-se como uma espécie de guardião das terras indígenas "conquistadas legitimamente" pela participação na investida contra os invasores franceses, Araribóia conta sua epopéia a Rebedecco ratificando o lugar dos índios como aliados na defesa da soberania lusitana em terras brasileiras.
Na matriz civilizatória portuguesa, tal como é retratado pelos LAT, negros e índios podem se realizar, a partir de um sentimento de comunhão.
A catequese é retratada no livro pela imagem de um agradecido e entregue indígena de joelhos aos pés de um jesuíta sob o olhar atento de Rebedeco:

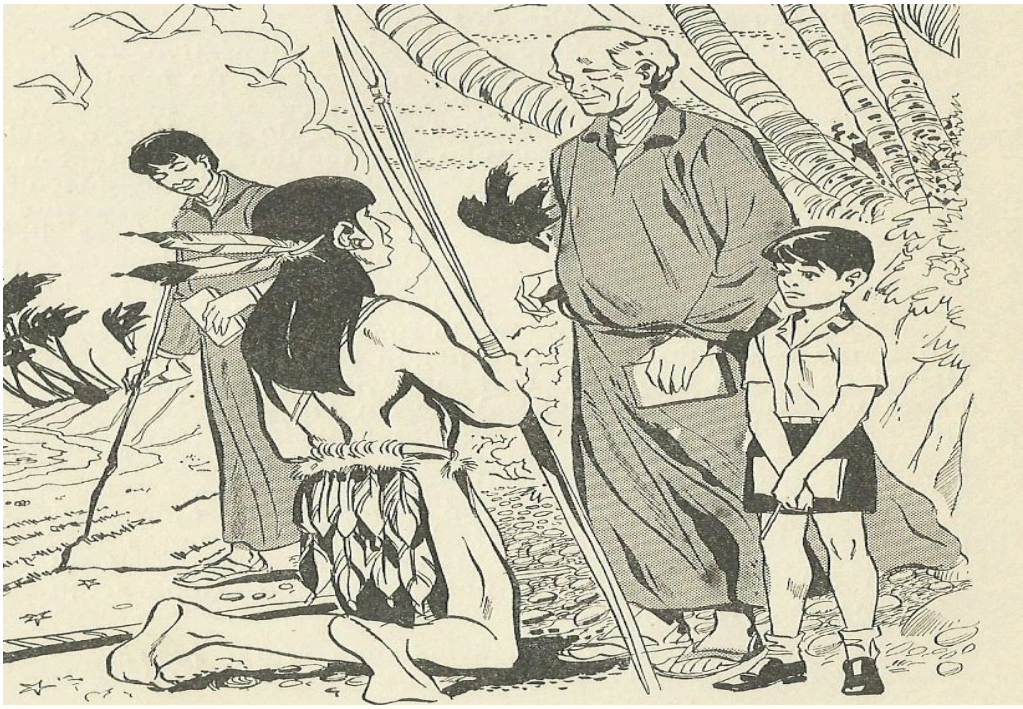

As guerras contra os "invasores" europeus às terras colonizadas pelos portugueses são tratadas como uma questão dos brasileiros, aqui NEGROS + ÍNDIOS + PORTUGUESES. O amálgama que é tanto genético como cultural, conforme definido pelos LAT, no livro de Macedo apresenta-se como nacional!
A respeito da expulsão dos holandeses de Pernambuco organiza o autor: "(...) ali pela primeira vez, os brancos, os índios e os negros lutaram lado alado, como amigos, contra um invasor do território brasileiro. Já era, portanto, o sentimento de defesa da Pátria".

Uma nova história do Brasil

No livro *História e Consciência do Brasil (ensino médio), de* Gilberto Cotrim, cuja primeira edição é de 1994 a mistura racial brasileira é assim definida no subitem *O Mito da Democracia Racial: A imposição dos padrões culturais dos Europeus (Capítulo V)*:

> Levando as implicações da miscigenação racial longe demais, alguns autores como Gilberto Freyre (…), concluíram que o Brasil foi palco de uma verdadeira **democracia racial.** (…) **Na verdade essa harmonização não ocorreu, pois os laços da dominação metrópole-colônia não se restringiram ao setor econômico, alcançaram também o aspecto sociocultura**l. O colonizador europeu, em razão de seu domínio político-econômico , impôs ao Brasil os padrões culturais europeus **. Desprezou ao máximo os legados culturais do índio e do negro, considerando-os contribuições de classes inferiores. Contudo, muitos elementos culturais do índio e do negro se perpetuaram na vida brasileira, porque se incorporaram aos costumes do povo, sem o consentimento da classe dominante, cujo objetivo era tão somente a europeização da Colônia**. (Cotrim, 1994:66) (Grifos do autor)

Usando a contribuição do livro *História do Brasil Colonial*, de Luiz Roberto Lopes, edição de 1981, G. Cotrim nos propõe a passagem:

> O negro e o índio foram constrangidos a adotar atais normas e valores em face da situação de submissão em que ficaram. Submetidos à violência física e cultural, **negros e índios tiveram seus padrões de comportamento e existência aviltados e até destruídos**. (Lopes, 1981:20 *apud* Cotrim, 1994:66) (Grifos meus)

Observa-se que os argumentos presentes nesta obra reivindicam uma releitura dos termos do encontro cultural que marcaria a narrativa mítica da brasilidade, onde a noção de "soma" é substituída pela ideia de "perda" cultural ou de resistência.

Aqui os opostos não são mais convergentes, mas, pelo contrário, suscitam um cenário de confronto e de dominação. No livro *Geografia Geral e do Brasil (ensino médio),* de João Moreira e Eustáquio Sene, de 2004, no capítulo intitulado "A População Brasileira", temos um exemplo bem típico de como o "marco zero" de nossa gênese nacional passa a ser interpretado pelos LAR. Vemos:

> A partir de 1500, as etnias nativas passaram a sofrer genocídio (extermínio físico) ou etnocídio (destruição de sua própria cultura: passaram a falar outra língua, a professor nova religião, alteraram seus modos de vestimenta e alimentação, ou seja, integraram-se à sociedade dos colonizadores). (Moreira e Sene, 2004:448)

Em *Trilhos e Trilhas (História – 4ª série, 2 edição, Manual do Professor),* de 2004, as autoras Maria Salvadori e Jane Fernandes trazem no capítulo II, intitulado "Chegam os Europeus", uma abordagem pautada pela lógica do "encontro de diferenças" e, por conseguinte, das dificuldades em lidar com estas ao longo do tempo.

No subitem "Os índios no Brasil hoje", temos:

> Dos muitos grupos indígenas que habitavam o Brasil, hoje poucos restam. Para a grande maioria desses grupos, o contato com os 'brancos' ao longo desses mais de 500 anos tem sido ameaçador. Muitos índios são dominados, outros são mortos na luta pela garantia de sua liberdade e de seus direitos (...). (Salvadori e Fernandes, 2004:34)

O exercício de leitura termina com a apresentação do *Caso do Índio Galdino*, através de uma reportagem do jornal *O Estado de São Paulo*, de abril de 1997. Diz o texto:

> Brasília – O índio pataxó hã-hã-hãe Galdino Jesus dos Santos foi queimado vivo ontem por cinco jovens de classe média. Ele dormia num ponto de ônibus, quando, por volta de 5h30, um Monza parou a seu lado. Os jovens jogaram um líquido sobre seu corpo (…) e atearam fogo.
> Socorrido, Santos chegou consciente ao Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), mas os médicos não vêem (sic) possibilidades de sobrevivência. (op. cit., p. 34)

O tratamento conferido ao elemento negro, neste livro, é bastante similar. As imagens do passado retratam a rudeza do trabalho na lavoura, havendo destaque (Capítulos III e IV) para as estratégias de resistência representadas pela capoeira, pelos quilombos e pela religião.
Os conflitos do passado encontrar-se-iam atualizados no presente, porém não como uma espécie de eco que, gradativamente, vai perdendo sua força, mas, sobretudo, como prática atualizada e reproduzida através dos atos de preconceito e discriminação racial. Os argumentos são assim ilustrados, a partir de matéria da *Revista Veja,* de 07 de fevereiro de 1996:

> A rotina de humilhações dos negros da classe média expõe o racismo muldisfarçado no Brasil. **Na democracia racial brasileira, uma ideia otimista de antropólogos românticos, o negro que sobe socialmente está destinado a descobrir uma face mais sutil da discriminação.** Exemplo: muitos policiais mantêm como conduta regular interceptar negros que estejam dirigindo carrões de luxo (…).
> Se no caso da polícia o racismo é aberto, em outras situações ele fica mais sutil, embora não menos doloroso. O empresário baiano Luis Carlos Reina, dono de um patrimônio de 2 milhões de reais comprovou que não basta ser rico para se livrar de chateações. No final de 1994, ele comprou por telefone, de Salvador, um automóvel Mustang Cupê numa concessionária de São Paulo. Foi tratado como 'doutor' e pagou adiantado 58 mil reais. Quando chegou para retirar a veículo foi atendido por uma recepcionista mal-educada que se negava a apresentar-lhe o vendedor do carro. 'Então me chame o gerente', impacientou-se Reina. 'É impossível achá-lo' respondeu a moça. O bate boca prosseguiu até que o empresário se identificou como o comprador do Mustang. 'Em poucos segundos apareceu todo mundo', lembra ele. **'O negro é tratado com intolerância no Brasil. Quando tem dinheiro passa a ser chamado de doutor, mas é sempre visto como exceção',** lamenta Reina. (Ibidem:66) (Grifos meus)

Para as autoras a noção de harmonização dos elementos fundadores circunscreve-se ao otimismo de *românticos* e o que temos é um prolongamento das lutas do passado até os tempos atuais. Mas não só isso. A ideia de "povo", construída nas obras de inspiração freyreana como um artifício de diluição das três "raças" na figura do "brasileiro", encontra-se também ameaçada. Nos LAR a ideia de "raça" é reificada, não em termos biológicos, é certo, mas em termos de reivindicação de direitos, através da valorização da identidade e de exacerbação das especificidades culturais de cada grupo.
Se nos LAT a proposta era a de valorização da cultura brasileira (percebida como uma *aglutinação* de culturas), o que temos nos LAR é uma espécie de *justaposição* das culturas europeia, afro-brasileira e indígena, estando estas duas últimas em processo histórico de resistência para garantir sua sobrevivência.

Reflexões finais

O presente trabalho teve como objetivo perscrutar a relação entre a produção das ciências sociais brasileiras, em algumas de suas vertentes, sobre o tema das relações raciais e a construção da ideia de brasilidade presente em livros didáticos de História, publicados ou reeditados entre os anos de 1950 e 2012.
Seguindo o referencial teórico-metodológico proposto por Benedict Anderson a respeito da construção do sentimento nacional, a premissa inicial do presente artigo é que os livros didáticos tenham, tais como os periódicos e as obras de ficção de temática social, a capacidade de fundar a sensação de pertencimento à nação a partir da construção de sócio-personagens e sócio-paisagens, ou seja, de figuras e situações com os quais os cidadãos dispersos na sociedade possam se reconhecer, imaginando, assim, sua inserção num mesmo processo histórico, político e social.
Seguindo este diapasão, o intuito presente foi demonstrar como a noção de brasilidade reproduzida pelos livros didáticos tem no encontro de brancos, negros e índios a base da gênese nacional.
Assim, desde as primeiras tentativas de produção de uma narrativa histórica oficial sobre a brasilidade, com Von Martius, até os tempos atuais "a questão racial" tem se apresentado como uma espécie de "fio condutor" que norteia a construção da *nation-ness* brasileira.

A bibliografia sobre relações raciais no Brasil, ainda que com variações, tem sido convergente em identificar pelo menos três grandes momentos ou três grandes matrizes interpretativas do tema, processo que até certo ponto coincide com a própria cristalização das ciências sociais no país.

Na virada do século XIX/XX o cenário intelectual brasileiro era permeado pelas teorias de caráter biológico que postulavam a inferioridade moral e intelectual da parcela não-branca de nossa população. A disseminação de tal ideologia junto às elites nacionais produziu tanto um sentimento pessimista em relação à viabilidade da nação quanto a identificação do branqueamento da população como "saída civilizatória" para o caso da já profundamente miscigenada sociedade brasileira.

Neste momento, a convivência dos diferentes grupos raciais é tomada como um fator que desagrega a nação, em particular, à medida que frustra o desejo de nossas elites e governantes em elevar o Brasil a um lugar de destaque em um mundo que era, ainda, construído dentro de moldes culturais e políticos vindos da Europa. (Seyferth, 1989; Costa, op. cit)

É com a publicação de *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre que o encontro racial e cultural brasileiro começa a ser ressignificado, tanto no campo acadêmico, como na esfera política. A capacidade de fagocitar as mais diversas contribuições culturais transformando-as em algo genuinamente nacional – resgatando o vanguardismo da Semana de Arte Moderna de 1922 – e a celebração de nossos três elementos fundadores e de sua união – que é tanto cultural como gênica – fazem do Brasil uma experiência singular e positiva na cultura ocidental. (Reis, op. cit.)

Nesta fase da produção das ciências sociais brasileiras já temos uma rejeição significativa das explicações de fundo biológico (transição das explicações do "reino do natural" para o "reino do social"), ocorrendo uma substituição da "raça" pela "cultura" como ferramenta de compreensão/produção da realidade. Desta forma, a brasilidade não apenas suportaria o encontro das culturas, mas produzir-se-ia enquanto experiência nacional a partir dele.

Contudo, a celebração da miscigenação como fator de superação dos embates intrínsecos ao processo de formação nacional não foi capaz de apagar as desigualdades sociais acumuladas pelos descendentes de negros e índios.

É atentando aos indicadores de qualidade de vida e suas discrepâncias apresentadas por sua desagregação por "raça" que o discurso sociológico pós-Projeto Unesco se estabelece como norte para a interpretação das relações raciais brasileiras, erigindo-se como fator preponderante para uma revisão da narrativa mítica fundante da nacionalidade.

Destarte, ao passo que nos LAT havia um esvaecimento da noção de "raça" (relegada ao passado) e o fortalecimento da ideia de "povo miscigenado", onde a confluência genética e cultural se apresentaria como elemento capaz de se sobrepor às "tensões" - expressas em processos históricos como a escravidão, o domínio territorial e a formação e reprodução de uma elite intelectual e econômica, predominantemente branca – os LAR fundamentam-se, precipuamente, nas ideias de dominação, conflito e resistência.

Neste sentido, concentram-se em perscrutar como a solvência das contribuições culturais em uma matriz lusa terminaram por sedimentar – de forma difusa e indireta – a imagem da existência de um grupo destinado a conduzir nação: os descendentes de europeus.

O combate às desigualdades, segundo o discurso presente nos LAR, é caudatário da valorização das diferenças e é nesta perspectiva que a união entre raça/aparência e cultura é possível, fragmentando o que permanecia unificado pela ideia de povo, nos LAT.

Contudo, há de se observar que a utilização destes materiais e a percepção das mais variadas matizes discursivas neles presentes encontra-se mediada pela ação de operadores diversos. Sem dúvida alguma os docentes, em sala de aula, constituem-se em um dos mais importantes destes.

A partir da realização de entrevistas com professores de história, geografia, sociologia e das séries iniciais foi possível observar a existência de um grande melindre em conjecturar com os alunos a brasilidade a partir de uma gramática de diversidade e de necessidade do respeito às diferenças.

Via de regra, a alteração do "discurso da harmonia" para o "discurso da opressão/resistência" colocava o alunado em uma situação de percepção da diferenças (no lugar da celebração da igualdade viabilizada pela miscigenação), o que, segundo os interlocutores, caia no risco da precipitação de conflitos que antes apresentavam apenas sua dimensão potencial.

Percebemos, assim, que as questões aqui levantadas apenas ratificam o potencial dos livros didáticos como um elemento de produção de uma *comunidade imaginada* (para aludirmos a B. Anderson) mas que operam dentro de contextos políticos, sociais e culturais profundamente dinâmicos e transitórios, de tal sorte que de uma época a outra, de uma região a outra e, radicalizando, de uma sala de aula a outra a história de uma nação possa ser escrita e reescrita de formas diferentes.

Bibliografia:

ABREU, Capistrano de. Capítulos de História Colonial (1907). FBN/Departamento Nacional do Livro (Domínio Público). Disponível em **http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/capitulos_de_historia_colonia.pdf [Consultado em 15 de novembro de 2014]**

ALTHUSSER, L. Sur la reproduction. Introduction de Jacques Bidet. Vendôme: Presses Universitaires de France, 1995.

ANDERSON, Benedict (2005). Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo. Lisboa: Edições 70.

BANDECCHI, Brasil (1973). História da Civilização Brasileira (Ensino Médio). São Paulo: LISA.

CHOPPIN, Alain (2004). História dos Livros e das edições didáticas: sobre o estudo da arte. Revista da Faculdade de Educação da USP. Educação & Pesquisa. Set/dez.

COTRIM, G. (1994). A História e Consciência do Brasil. História e Consciência do Brasil. São Paulo: Editora Saravaia.

COSTA, S. (2003). Os Paradoxos do Pensamento Anti-Racista Brasileiro. Teoria e Pesquisa (42) e (43), junho/julho.

FILHO, José Abila (1977). Enciclopédia Ilustrada para Educação Básica (Ensino Fundamental). Editora Educacional Brasileira, Curitiba.

FREITAG, B; MOTTA, V.; COSTA, W. (1997). O Livro Didático em Questão. São Paulo: Cortez.

GASTAL, Maria de Lourdes (1961). Estudos Sociais e Naturais – 3 ano primário. Porto Alegre, Editora Globo.

HANCHARD, Michael (2001). Orfeu e o Poder: Movimento Negro no Rio e São Paulo. Rio de Janeiro: EDUERJ.

LIPPI OLIVEIRA, L (2000). O Imaginário Histórico e Poder Cultural: As comemorações do descobrimento. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol.14, n.26, 2000.

LUCA, T.; MIRANDA, S (2004). O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. Rev. Bras. Hist. vol.24 no.48, São Paulo.

LUCCI, Elian, BRANCO, Anselmo (2008). História. Viver e Aprender. São Paulo. 3ed. Saraiva.

MACEDO, Roberto (1963). Eles Fizeram a História do Brasil. Rio de Janeiro, Distribuidora Record.

MAGALHÃES, Basílio (1952). História do Brasil. Curso Clássico e Científico 2 série. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

MANTOVANI, K. O Programa Nacional do Livro Didático: Impactos na Qualidade do Ensino Público. Dissertação de Mestrado. FFL/USP, 2009, USP.

MARISTAS (1957). História do Brasil-Quarta série ginasial. São Paulo, Editora do Brasil.

MONTEIRO, F. D. Do Antirracismo Criminal às Ações Afirmativas: um estudo sobre o debate político racial no Rio de Janeiro (2000-2007). Tese de Doutorado apresentada ao PPGSA/UFRJ, 2010, UFRJ.

MOREIRA, J.C., SENE, Eustáquio de (2004). Geografia Geral e do Brasil. Espaço Geográfico e do Brasil (Ens. Médio) São Paulo, Ed. Scipione.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos (2000). História: da caverna ao terceiro milênio. Livro do Professor. Editora Moderna.

REIS, J. C. As Identidades Do Brasil 1 (2007):de Varnhagem a Fhc. Rio de Janeiro:FGV.

RIBEIRO, João [1901, 1ed.] (1957). *História do Brasil*. Florianópolis: São José.

ROSEMBERG, F. et al (2003). Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 125-146, jan./jun.

SEYFERTH, Giralda (1989). "As ciências Sociais no Brasil e a Questão Racial", in Cativeiro e Liberdade, Publicação do Seminário de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

WITZEL, D.G. Identidade e Livro didático. Movimentos Identitários do Professor de Língua Portuguesa. Maringá, 2002, p. 181. Dissertação de Mestrado UEM.

O Estudo da História e Cultura da África e Afro-Brasileira no Cotexto das Políticas Educacionais no Brasil

Benjamin Xavier de Paula[1]

Resumo: Abordamos as alterações legais que instituíram a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura da África e Afro-brasileira no Currículo da educação brasileira a saber: a Lei Federal 10.639/2003, a Resolução CNE/CP nº 01/2004 e o Parecer CNE/CP nº 03/2004. Apresentamos algumas possibilidades pedagógicas de intervenção a partir da perspectiva estabelecida pelo arcabouço legal referido, a saber: a escola plural, a pedagogia das africanidades e as práticas pedagógicas griôs.

Palavras-chave: Educação, História da África, História Afro-brasileira, Pedagogia das Africanidades.

1. De que África estamos falando?

Joseph Ki-Zerbo (2010) na introdução do primeiro volume da Coleção organizada por ele sobre a História da África, disserta,

> Com efeito, a história da África, como a de toda a humanidade, é a história de uma tomada de consciência. Nesse sentido, a história da África deve ser reescrita [...] esse continente presenciou gerações de viajantes, de traficantes de escravos, de exploradores, de missionários, de procônsules, se sábios de todo tipo, que acabaram por fixar sua imagem no cenário da miséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do caos. Essa imagem foi projetada e extrapolada ao infinito ao longo do tempo, passando a justificar tanto presente quando o futuro. (KI- ZERBO, 2010, p.XXXII).

Sua percepção é a de que a História da África conhecida até então fora escrita por não africanos, por estrangeiros que acabaram por fixar uma visão sobre África e sua História que precisa ser reescrita (KI- ZERBO, 2010).
Para este autor, trata-se de mudar a perspectiva de uma historiográfica eurocêntrica para uma historiografia africana construída a partir da tomada de consciência autêntica sobre a África,

> a primeira tarefa de análise global do continente africano é histórica, pois não é possível viver sem memória ou com a memória do outro – a história é a memória dos povos [...] Mas para não substituir um mito por outro, é preciso que a verdade histórica, matriz da consciência desalienada e autêntica, seja rigorosamente examinadas e fundadas sobre provas (KI- ZERBO, 2010, p.XXXIII).

A perspectiva da unidade africana apresentada por Ki-Zerbo (2010), de que a História da África é a História de um povo – o povo africano, a partir de uma perspectiva de unidade e diversidade, é seguida por diversos

---

1 Possui graduação em História (Licenciatura Plena e Bacharelado) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000), mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo - USP (2005), Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU (2013). Atualmente é Pós Doutorando no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra - CES-UC; Professor do Ensino Superior na Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Tem experiência na área de História e Ciências da Educação Educação atuando principalmente nos seguintes temas: Ensino de História, História e Cultura Afro-brasileira, História da África, Políticas Educacionais, Formação de Professores; Bolsista CAPES Processo BEX: 1483-14-5.

outros autores, particularmente, por aqueles radicados na perspectiva teórica e epistemológica africana à qual entendemos neste trabalho como o africanismo.
No Brasil existem vários brasis (o europeu, o africano, o indígena, o cigano...) que convivem juntos, mas o diálogo é um desafio que esta sendo enfrentado pelos negros deste país, que possuem a África em sua consciência, em seus fenótipos, em seus estereótipos, em sua tradição.
Abordar o estudo da História e da Cultura Africana e Afro-brasileira, na perspectiva dos conhecimentos e dos saberes produzidos no continente africano e nas suas diásporas, significa abdicar das abordagens que buscam compreender os negros africanos e seus descendentes espalhados pelas diversas partes do planeta, como mero objeto de estudo com base em uma matriz teórica e metodológica de base ocidental e eurocêntrica. E, reivindicar um tratamento no qual estes sejam compreendidos como sujeitos de um movimento global de deslocamento de saberes, culturas e histórias; na qualidade de sujeitos históricos, providos de identidade e titulares de um discurso forjado no âmbito da diáspora.

1.1 Referencial Teórico e Metodológico

Neste estudo a perspectiva multicultural da pesquisa radicada na pluralidade paradigmática defendida por Canen (2008), constitui-se num aporte teórico metodológico. Esta perspectiva segundo a autora possibilita o trato da complexidade dos problemas educacionais a partir de três perspectivas: valoriza as contribuições dos diferentes pontos de vista no enfrentamento dos problemas da educação, desafiando dogmatismos ou visões estáticas, marcadas ideologicamente pelo preconceito com relação às diferenças e pelo afã de imposição de visões uniformes sobre a realidade; uma visão pluralista de paradigma que movem os professores pesquisadores, a qual desafia as "panelinhas teóricas" – "tu me citas que te cito, e todos os seus e meus seguidores, amém" (grifo nosso) – e chama para si o conceito de "hibridização ou mestiçagem"[2], que caracterizam linhas teóricas e campos que matizam, misturam e sintetizam contribuições de diferentes áreas de conhecimento numa perspectiva transdisciplinar e interdisciplinar; permite ao pesquisador compreender a importância de valorizar a diversidade cultural no embate entre as diferentes posições e paradigmas na interpretação da realidade educacional.
Esta abordagem dialoga com outras perspectivas metodológicas, a saber: a) a metodologia da pesquisa bibliográfica, conforme disposto em Gil (2002) e Mioto (2007); b) a análise das narrativas na perspectiva de Thompson (1992) Benjamin (2008).
O tratamento metodológico das fontes de pesquisa efetivou-se por meio da análise crítica das referências bibliográficas e documentais e dos relatórios de pesquisa elaborados no âmbito da pesquisa de campo.
Quanto ao referencial teórico da pesquisa, o mesmo está amparado na perspectiva dos estudos de nos conceitos de emancipação presentes em Santos e Meneses (2010), Freire (2007) e Saul (1988).
Coerentes com a perspectiva teórica das epistemologias do Sul na qual está sustentada o estudo, realizamos a análise do objeto conforme referências radicadas na experiência africana das diásporas, tal como disposto em Joseph Ki-Zerbo (2010), Elisa Larkin Nascimento (1996; 2008; 2009), Cheikh Anta Diop (1974, apud NASCIMENTO, 1996); Kabengele Munanga (1986; 2000; 2003; 2006), Neuza Santos Souza (1983), Frantz Fanon (2008), Abdias do Nascimento (2002), Carlos More (2007), Molefi Kete Asante (1987; 1989; 1990), Jacques D'Adesk (2001), Dagoberto José Fonseca (2008), Luiz Alberto Oliveira Gonçalves & Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2000).

---

2 Nosso entendimento aqui é que o conceito de hibridização ou mestiçagem da autora refere-se particularmente à pluralidade pragmática, portanto, a pluralidade e misturas de ideias, concepções e orientações teórico-metodológicas, pois estes conceitos aplicados à análise da pluralidade identitária e cultural dos grupos humanos que, por exemplo, redundam em debates teóricos mais amplos e, no caso do Brasil particularmente, serviram e servem para proliferar ideologias racistas e assimilacionistas que buscam no não reconhecimento da pluralidade o caminho para a submissão de grupos raciais, étnicos, de gênero e orientação sexual, de classe etc...

2 Políticas educacionais brasileiras e o estudo da História e Cultura da África e Afro-brasileira

A Lei Federal nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003[3], altera a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB -, acrescentando a esta os artigo 26A e 79B, nos termos em que segue,

> (...) Art. 1º - A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos, 26-A, 79-A e 79-B: "Art. 26A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira ( ) Parágrafo 1º - O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil ( ) Parágrafo 2º -Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial, nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras ( ); Art. 79-A. (VETADO); Artigo 79-B - O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'" (BRASIL, 2003).

Por meio da alteração a legislação existente, a Lei Federal nº 10.639/2003 acrescenta o artigo 26A, institui-se a obrigatoriedade da inclusão do estudo da História e Cultura Afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, tanto oficiais quanto particulares.

O parágrafo primeiro deste artigo, o qual a lei determina que o conteúdo programático a que se refere o novo artigo, compreende o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira, o negro na formação da sociedade nacional; e, que tal perspectiva deve resgatar a contribuição do povo negro nas diversas dimensões pertinentes a nossa História.

Neste parágrafo, está posto, por um lado, que esta alteração de natureza legal deve contemplar os estudos brasileiros na perspectiva das diásporas africanas, ou seja, que não é possível estudar a História Afro-brasileira dissociada da História da África e vice-versa; e, por outro, que esta história deve ser implementada na perspectiva do reconhecimento, da promoção e da valorização da luta, da cultura e da história dos negros. Os estudos afro-brasileiros fundados da "historiografia da escravidão", os estudos que visam entender a África separada do Brasil, bem como, aqueles que buscam compreender a história e cultura dos negros dissociadas de uma perspectiva africana, não somente não contemplam o disposto nesta lei como vão na direção contrária do que a mesma dispõe.

No parágrafo segundo, a lei dispõe que "Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial, nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira".

Ao afirmar que tais conteúdos são obrigatórios em todo o currículo escolar não faz distinção entre níveis e modalidades de ensino; portanto, tal obrigatoriedade se estende da educação infantil ao ensino superior, bem como, do ensino presencial passando pela Educação de Jovens e Adultos – EJA, pelo Ensino Técnico, e também pela Educação a Distância - EAD[4].

---

3 As alterações e modificações inseridas na Lei Federal nº 9.394/1996 e na Lei Federal nº 10.639/2003 pela Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008, não invalidam e nem revogam nenhuma das duas anteriores, que continuam tendo a sua validade; mas acrescenta a referida lei, a abordagem também da questão indígena.

4 Tal entendimento é ratificado no conjunto das disposições legais normativo a que denominamos neste trabalho de arcabouço jurídico, normativo e pedagógico (SILVA, 2013), à saber: a Resolução nº 03/2004 e o Parecer nº 01/2004 do Conselho Nacional de Educação (CNE) tratado mais adiante.

Também estende esta obrigatoriedade a todas as disciplinas e áreas de conhecimento que compõem o currículo escolar, "em especial, nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira".
Evidencia-se que o caráter especial, conferido as áreas de Educação Artística, Literatura e História, diz respeito a natureza e conteúdos que compõem os objetos de estudo destas áreas de conhecimento, o que não significa em nenhuma hipótese, que as demais áreas de conhecimento estão isentas do cumprimento do que dispõe a lei. O artigo 79A foi vetado pelo presidente da República.
O artigo 79B da Lei Federal nº 9.394/96 instituído pela Lei Federal nº 10.639/2003, determina também a inclusão do dia 20 de novembro no calendário escolar como dia da Consciência Negra. Novamente não faz nenhuma distinção entre níveis e modalidades de ensino; e, portanto, todas as instituições escolares, sejam elas de Educação Básica ou ensino superior, de ensino presencial, EJA, EAD ou mesmo ETEC, estão obrigadas a incluir esta data no calendário escolar.
No que se refere ao conteúdo da Lei Federal é necessário desmistificar alguns aspectos importantes. O primeiro é que a aprovação da Lei não é um ato isolado do poder público, mas fruto de uma luta histórica protagonizada pelo movimento negro, por educadores, militantes e ativistas da luta antirracista, que de longa data, em nosso país, tem denunciado as condições de vida e a segregação racial do povo negro, e também, revindicado novos caminhos para a superação das condições de vida relegadas aos descendentes de Africanos em nosso país, por meio de práticas sociais e pedagógicas de combate a violência e a discriminação racial (PAULA, 2009).
A Lei em questão parte da constatação de que a escola e a educação brasileira constituem-se em *lócus* privilegiado de construção e disseminação de teorias e práticas racistas em relação aos alunos negros. Essas atitudes edificam um currículo escolar que legitima práticas racistas, em nome do fortalecimento de uma concepção fundada no eurocentrismo judaico-cristão e fruto da cultura ocidental. Esta constatação nos leva à compreensão de que, ao propor a inclusão dos estudos abordados nesta pesquisa, a lei pretende impulsionar atitudes de combate à discriminação racial destes povos, designados negros e/ou afro-brasileiros, e, neste sentido, determina a construção de uma educação antirracista (Idem).
A aprovação dessa Lei não significa simplesmente inserir determinados conteúdos no currículo escolar que aborde os conteúdos discriminados no seu texto. Torna-se necessário repensar a estrutura do atual currículo escolar constituído por uma única vertente de seleção, a europeia, de forma que essa ação possibilite aos grupos excluídos a sua inserção de maneira plena no meio escolar, tanto sob o ponto de vista da presença física, quanto sob o ponto de vista do reconhecimento deste como espaço de construção de múltiplas identidades, dentre as quais, a Afro-brasileira. Falar da lei, sem refletir sobre os seus objetivos gerais, leva ao equívoco de trabalhar conteúdos deslocados do seu contexto, sem compreender a sua intencionalidade (Ibidem).
Conforme se vê, a Lei Federal nº 10.639/2003 é muito mais ampla que as possíveis lacunas e imprecisões e, também, que os seus críticos tentam lhe atribuir[5]. Suas disposições e intenções legais estão bem nítidas e evidentes. Contudo, as resistências enfrentadas – tanto na Educação Básica como no ensino superior, em função do racismo instituído no imaginário e nas práticas dos professores, pesquisadores e intelectuais colonizados pelo eurocentrismo e aprisionados pelo racismo – são mais evidentes ainda[6].
Uma educação emancipadora que, neste caso, significa uma reeducação positiva das relações raciais e étnicas destes professores, pesquisadores, intelectuais e demais profissionais do ensino; ela faz-se urgente, como instrumento de construção de uma sociedade de fato democrática.
Esta ação encontrará respaldos em duas disposições legais regulamentadoras da Lei Federal nº 10.639/2003, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE: o Parecer nº 03, de 10 de março de 2004 e a Resolução nº 01, de 17 de junho de 2004, da Câmara Plena do Conselho Nacional de Educação, que institui as "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana".

---

5 A este respeito ver: ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das "Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura Afro-brasileira e Africana": uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 41, janeiro-junho de 2008; p. 5-20.

6 A este respeito ver: SILVA, Glênio Oliveira da. **Arcabouço jurídico normativo pedagógico da Lei Federal nº 10.639/2003 na Universidade Federal de Uberlândia:** avanços e limites. Uberlândia/MG: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – PPGED/UFU, 2013. (Dissertação de Mestrado).

O Parecer nº 3, do Conselho Nacional de Educação – Câmara Plena, de 10 de março de 2004 – Parecer CNE/CP nº 3/2004-, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira,

> Este parecer visa a atender os propósitos expressos na Indicação CNE/CP 6/2002, bem como regulamentar a alteração trazida à Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/200, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1° do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros (BRASIL, 2004a).

Detalha, em 21 páginas de documento, que a implementação do disposto na Lei Federal nº 10.639/2003 deve ir além da simples inclusão de conteúdos específicos ou de disciplinas específicas no currículo dos estabelecimentos de ensino, oficiais e particulares. (BRASIL, 2004a). Esta operação, por si só, é um passo importante da lei, mas não garante a efetividade da construção de uma educação antirracista, antidiscriminatória e inclusiva em relação aos negros e afrodescendentes, até porque muitos estabelecimentos de ensino podem fazê-lo de forma deturpada e discriminatória; perpetuando, assim, as relações raciais desiguais. Por conseguinte, é necessário um movimento muito mais amplo de "reeducação das relações raciais e étnicas" como forma de superar o passado racista e excludente do qual a educação sempre foi cenário (PAULA, 2009).
A construção do parecer buscou atender as necessidades de orientação dos sistemas de ensino, bem como da sociedade, a partir das demandas criadas pela Lei Federal nº 10.639/203, e também pelas reivindicações do Movimento Negro Brasileiro, neste sentido dispõe o documento,

> Todos estes dispositivos legais, bem como reivindicações e propostas do Movimento Negro ao longo do século XX, apontam para a necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a de educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir. Destina-se, o parecer, aos administradores dos sistemas de ensino, de mantenedoras de estabelecimentos de ensino, aos estabelecimentos de ensino, seus professores e a todos implicados na elaboração, execução, avaliação de programas de interesse educacional, de planos institucionais, pedagógicos e de ensino. Destina-se, também, às famílias dos estudantes, a eles próprios e a todos os cidadãos comprometidos com a educação dos brasileiros, para nele buscarem orientações, quando pretenderem dialogar com os sistemas de ensino, escolas e educadores, no que diz respeito às relações étnico-raciais, ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à educação de qualidade, isto é, não apenas direito ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática (BRASIL, 2004a).

Evidencia-se, neste documento, a preocupação com a elaboração de diretrizes gerais que orientem e deem suporte aos sistemas de ensino, dirigentes educacionais, profissionais da educação e comunidade escolar; quanto à implementação das disposições legais instituídas pela Lei Federal nº 10.639/2003, na perspectiva das relações étnico-raciais que levam ao reconhecimento e valorização do legado histórico-cultural dos negros brasileiro como instrumento de efetivação de uma educação de qualidade e de uma sociedade justa e democrática.

Nas questões introdutórias do parecer, o mesmo evidencia as duas dimensões que orientam a implementação da Lei Federal nº 10.639/2003: o combate ao racismo na educação e na sociedade; e a valorização, reconhecimento e promoção do legado histórico cultural dos negros brasileiros.

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. **Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe à divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, [grifo nosso]** povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada. **É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos [grifo nosso].** É necessário sublinhar que tais políticas têm, também, como meta o direito dos negros, assim como de todos cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por **professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnicoraciais, [grifo nosso]** ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas. Estas condições materiais das escolas e de formação de professores são indispensáveis (BRASIL, 2004a).

A primeira dimensão que o texto normativo do parecer faz questão de destacar é que as disposições legais em voga trata-se de ações afirmativas, ou seja, de ações reparatórias – está aprovado e ponto. Ações afirmativas e ações reparatórias neste sentido são sinônimas; que buscam afirmar positivamente a identidade cultural e histórica dos negros como forma de reparação das condições historicamente construídas fundadas no racismo como ação não afirmativa e depreciativa tanto da identidade como do legado histórico-cultural destes povos.

Também, não deixa dúvidas quanto a um dos principais propósitos da lei: trata-se de política curricular orientada para o combate ao racismo que atinge particularmente os negros. Neste sentido, insere a implantação da lei numa perspectiva de luta – contra o racismo e as formas de discriminação correlatas praticadas em relação aos negros; e de construção, de práticas pedagógicas e sociais de combate a este racismo - ações não afirmativas -, na educação e na sociedade.

Propõe a produção e divulgação de conhecimentos que levam a valorização e reconhecimento do legado histórico cultural dos negros brasileiros como forma de resgate da autoestima e da construção de uma identidade positiva de si e em relação aos outros, eurodescendentes, indígenas e asiáticos.

Aborda o direito de expressão a uma visão de mundo própria dos negros, - que entendemos e denominamos nesta pesquisa como uma cosmovisão africana.

Trata, também, dos professores qualificados e com formação para lidar com as tensões produzidas pelo racismo no ambiente escolar com vistas a uma "reeducação" das relações entre os diferentes grupos étnico-raciais.

As dimensões de combate ao racismo e valorização do legado histórico-cultural dos negros na educação e na sociedade, na perspectiva do parecer, implicam em ações reparatórias, de reconhecimento e de valorização dos negros.

No que se refere às demandas por ações reparatórias de afirmação dos negros, assim dispõe o parecer,

> A demanda por reparações visa a que o Estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas, no pós-abolição. Visa também a que tais medidas se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e a toda sorte de discriminações

> [...] Políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão (BRASIL, 2004a).

As reparações são instrumentos de implementação da política de combate ao racismo por meio do reconhecimento e revisão das atrocidades e diversas formas de violência cometidas contra os negros e seus descendentes em nome na defesa deste racismo.

O principal resultado destas políticas racistas que no caso brasileiro tem início no processo de escravização dos negros de origem africana e se estende para além das políticas abolicionistas, portando, ao longo de toda a nossa história, a exclusão dos negros e seus descendentes do acesso às políticas públicas promovidas pelo estado racista; como o acesso à educação, por exemplo, resultando esta em dificuldades de condições necessárias para a sua reprodução como o acesso ao emprego e ao mercado de trabalho, à cultura, à educação e aos bens materiais e imateriais por eles produzidos.

Em relação às ações de reconhecimento na perspectiva da reeducação das relações étnico-raciais dispõe o parecer,

> Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros. Reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino. Reconhecer exige que se questionem relações étnico-raciais baseadas em preconceitos que desqualificam os negros e salientam estereótipos depreciativos, palavras e atitudes que, velada ou explicitamente violentas, expressam sentimentos de superioridade em relação aos negros, próprios de uma sociedade hierárquica e desigual (BRASIL, 2004a).

Se o racismo implica em injustiças, a educação das relações étnico-raciais implica em justiça e iguais direitos de várias naturezas aos negros e seus descendentes; bem como, a mudança nas estruturas sociais que historicamente edificaram estas injustiças.

Este reconhecimento implica estratégias pedagógicas de valorização da diversidade como instrumento de superação da desigualdade que questionam as relações étnico-raciais baseadas em preconceitos e estereótipos depreciativos que buscam desqualificar o negro. Este é o entendimento do texto normativo e legal do parecer.

Quanto à valorização do legado histórico-cultural dos negros como instrumento desta reeducação das relações raciais dispõe o parecer,

> Reconhecer é também valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus

> descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas. Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra [...] exige professores competentes no domínio dos conteúdos de ensino, comprometidos com a educação de negros e brancos, no sentido de que venham a relacionar-se com respeito, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes e palavras que impliquem desrespeito e discriminação (BRASIL, 2004a).

Valorizar significa a superação do currículo amparado em conteúdos pejorativos e depreciativos em relação ao negro que exaltam a escravização dos africanos como processos naturais e naturalizados ao qual denominam de "escravidão", rumo a incorporação de conteúdos relativos a luta dos negros ao enfrentamento do processo de escravização, bem como as construções individuais e coletivas por estes empreendidas no campo da cultura, da memória, da história, da economia, da religião, e também, dos demais valores materiais e simbólicos, tais como: as festas de congadas, a capoeira, a folia de reis, o jongo, o coco, o candomblé, a umbanda, a jurema, as histórias contadas de geração a geração, os rituais fúnebres, as formas próprias de organização do trabalho na agricultura, nas manufaturas e nos ofícios especializados, dentre outras manifestações.

Implica em construir estratégias pedagógicas de aceitação e respeito da presença do negro nos espaços escolares, de forma que a eles sejam assegurados o ingresso, a permanência e o avanço nos estudos da educação infantil a pós-graduação stricto-sensu.

Implica que os sistemas de ensino convertam as demandas dos negros afrodescendentes em políticas públicas de Estado, voltadas para as ações afirmativas de valorização do legado histórico cultural destes povos, bem como que as instituições de ensino transformem estas demandas em políticas institucionais nesta mesma direção, por meio da reestruturação dos seus planos de ensino, propostas curriculares, revisão dos métodos de ensino e de avaliação, assim como de ressignificação dos saberes escolares e das práticas pedagógicas, com vistas à uma reeducação positiva das relações étnico-raciais.

No que se refere à educação para as relações étnico-raciais o parecer dispõe,

> O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens [de] todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. Depende também, de maneira decisiva, da reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações étnico-raciais [...] (BRASIL, 2004a).

Portanto, o entendimento acerca da educação para as relações étnico-raciais dispostas no parecer diz respeito a uma reeducação das relações entre negros e brancos, com vistas às condições materiais, físicas e intelectuais para as aprendizagens significativas de todos os alunos negros e não negros.

No que se refere aos adjetivos "étnico" e "racial", esclarece o parecer,

> [...] se entende por raça a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito

> biológico de raça cunhado no século XVIII e hoje sobejamente superado [...] Contudo, o termo foi ressignificado pelo Movimento Negro que, em várias situações, o utiliza com um sentido político e de valorização do legado deixado pelos africanos. É importante, também, explicar que [...] o emprego do termo étnico, na expressão étnico-racial, serve para marcar que essas relações tensas devidas a diferenças na cor da pele e traços fisionômicos o são também devido à raiz cultural plantada na ancestralidade africana, que difere em visão de mundo, valores e princípios das de origem indígena, européia e asiática (BRASIL, 2004a).

O conceito de raça é entendido como adotado em nosso estudo, como um constructo social ressignificado com um sentido político pelo movimento negro; já o conceito de etnia, refere-se a demarcação das relações sociais fundadas na cor da pele, e na raiz cultural plantada na ancestralidade africana (fenótipos e exteriotipos).
A educação para as relações étnico-raciais é, portanto, uma escolha social de natureza política, ética e moral,

> Para reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil [...] É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E, então, decidir que sociedade queremos construir daqui para frente [...] Assim sendo, a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime (BRASIL, 2004a).

Está posta numa perspectiva de reconhecimento da diversidade e repactuação de relações, na qual alunos negros e brancos estabelecem novas relações fundadas no respeito, reconhecimento e valorização mútua dos aspectos que promovem a equidade e a valorização humana.
Esta tarefa passa pelo combate ao racismo como condição para a emancipação dos negros,

> Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. **A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados,** ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários [...] a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos (BRASIL, 2004a).

A educação, para as relações étnico-raciais, não é tarefa exclusiva da escola, mas de toda a sociedade; porém, a escola tem o papel importante na eliminação das barreiras sociais criadas pelas práticas racistas. Nesta perspectiva, o papel escolar se estende a ação anti-hegemônica de superação do etnocentrismo e, consequentemente, do colonialismo intelectual e teórico que orientam as práticas pedagógicas excludentes e segregadoras próprias do racismo.
O texto do parecer indica também a necessidade de dois movimentos necessários para a construção desta nova pedagogia fundada nas africanidades e numa cosmovisão africana e afrocentrada de sociedade: o reconhecimento e valorização da identidade do aluno negro como estratégia e instrumento de combate ao racismo; fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra, como instrumento efetivo de construção de relações étnico - raciais fundadas no respeito e valorização das diferenças; instituir uma sólida formação dos professores no âmbito da formação acadêmica inicial e no campo da formação continuada

como processo efetivo para o tratamento das questões relacionadas a diversidade étnico-racial nas escolas.
Compreende-se, então, a perspectiva normativa disposta no parecer que a educação das relações étnico-raciais é uma responsabilidade de todos,

> É importante tomar conhecimento da complexidade que envolve o processo de construção da identidade negra em nosso país. Processo esse, marcado por uma sociedade que, para discriminar os negros, utiliza-se tanto da desvalorização da cultura de matriz africana como dos aspectos físicos herdados pelos descendentes de africanos. É preciso lembrar que o termo negro começou a ser usado pelos senhores para designar pejorativamente os escravizados e este sentido negativo da palavra se estende até hoje. Contudo, o Movimento Negro ressignificou esse termo dando-lhe um sentido político e positivo [...] O racismo imprime marcas negativas na subjetividade dos negros e também na dos que os discriminam [...] A escola, enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente, como já vimos, contra toda e qualquer forma de discriminação. A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política (BRASIL, 2004a).

O parecer orienta a escola e a educação no movimento de luta contra o racismo, bem como contra toda forma de discriminação. Neste sentido, indica uma ação progressista de cunho emancipatório, pois romper com a hipocrisia presente nos discursos contrários a implementação da educação das relações étnico-raciais, bem como as demais políticas públicas afirmativas para a população negra, constitui-se em emergência educacional a ser adotada pelas instituições escolares, uma vez que o parecer não é somente uma simples orientação, é norma legal.
O Parecer CNE/CP nº 03/2004 encerra as suas disposições legais normativas e orientadoras da educação para as relações étnico-raciais, com a indicação das ações necessárias para a implementação do ensino da História da África e Afro-brasileira nos termos de que trata a Lei Federal nº 10.639/2003.

> O ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, a educação das relações étnico-raciais, tal como explicita o presente parecer, se desenvolverão no cotidiano das escolas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, como conteúdo de disciplinas, particularmente, Educação Artística, Literatura e História do Brasil, sem prejuízo das demais, em atividades curriculares ou não [...] (BRASIL, 2004a).

O parecer evidencia que ao falar do estudo de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana e da educação das relações étnico-raciais, trata-se não somente de disposições legais e normativas que se tornaram obrigatórias, mas de ações que são complementares, indissociáveis ou mesmo sinônimas.
No que se refere à orientação para o tratamento do estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Africana dispõe o parecer,

> Em História da África, tratada em perspectiva positiva, não só de denúncia da miséria e discriminações que atingem o continente, nos tópicos pertinentes se fará articuladamente com a história dos afrodescendentes no Brasil [...] O ensino de História e de Cultura Afro-brasileira, se fará por diferentes meios, inclusive, a realização de projetos de diferentes naturezas, no decorrer do ano letivo, com vistas à divulgação e estudo da participação dos africanos e de seus descendentes em episódios da história do Brasil, na construção econômica, social e cultural da nação, destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social (BRASIL, 2004a).

No que se refere ao estudo de História e Cultura da África, o parecer orienta que esta deve ser tratada numa perspectiva positiva, articulada com a perspectiva dos afrodescendentes no Brasil, ou seja, na perspectiva da diáspora.

Os modos próprios de organização social política e econômica dos africanos, bem como sua cosmovisão e diferentes construções identitárias, étnicas, culturais econômicas e sociais, devem ser estudadas em diálogo com a História dos seus descendentes aqui no Brasil. Esta perspectiva reforça a ideia de africanismo no pensamento e ação de Abdias do Nascimento, bem como dos pan-africanistas[7].

No caso do estudo da História e da Cultura Afro-brasileira, deve incorporar a perspectiva dos estudos das diásporas africanas e da diáspora Afro-brasileira com vistas a incorporar a diversidade e pluralidade de experiências dos negros de origem africana na construção da identidade e da cultural nacional brasileira.

Tal perspectiva deve estar presente na análise da história do Brasil nos aspectos sociais, econômicos, culturais, artísticos, movimentos de lutas etc, e não somente vinculados a um único evento e um único momento da História: "escravidão", perpetuando-se a partir deste momento e evento, visões preconceituosas, pejorativas e distorcidas sobre os negros e seu legado histórico e cultural.

Estas são, a nosso ver, em linhas gerais as principais disposições do parecer, que, muito mais do que orientações para a implementação do estudo da História e Cultura Africana e Afro-brasileira, diz respeito a necessidade/obrigatoriedade de se repensar a estrutura da educação e da sociedade brasileira a partir da contribuição das diferentes matrizes étnico-raciais que formaram a nossa sociedade, com vistas a construção de novas teorias de ensino, práticas pedagógicas, saberes novos, reestruturação dos currículos e práticas educativas; enfim, um repensar do corpo epistemológico, das teorias e dos paradigmas que sustentam as nossas práticas educacionais e sociais, rumo a outras epistemologias teorias e práticas, não tão novas.

A Resolução CNE/CP nº 01/2004 determina algumas medidas necessárias, dentre as quais (PAULA, 2009):

1. Estas Diretrizes devem ser observadas por todas as instituições de ensino e, em especial, por aqueles que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores (Artigo 1º);
2. Que todas as instituições de ensino Superior, sem o estabelecimento de qualquer exceção, deverão incluir estes conteúdos em forma de disciplinas, e de atividades curriculares nos cursos que ministram – com especial observação, que não aponta exceção em nenhum curso, evidenciando portanto, que o referido conteúdo deve estar presente em todos os cursos das instituições (Parágrafo 1º do Artigo 1º);
3. O cumprimento das diretrizes passa a ser instrumento de avaliação das condições de funcionamento dos estabelecimentos de ensino (Parágrafo 2º do Artigo 1º);
4. Determina, igualmente, as providências quanto às condições materiais, dentre elas, materiais didáticos e outros materiais bibliográficos como livros que abordem a perspectiva da resolução (parágrafo 1º do artigo 3º e artigo 7º) ;
5. Incentivo, por parte dos sistemas de ensino, de pesquisas científicas que orientem os princípios e os referenciais teóricos definidos nas Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais (Parágrafo 4º do artigo 3º).

Os documentos, aqui apresentados, complementam e suscitam uma reflexão sobre a fundamentação legal que introduz, em todas as instituições escolares públicas e privadas do País, o estudo da História e da Cultura das populações africanas e Afro-brasileiras, o que requer que estes conteúdos sejam desenvolvidos em todos os cursos de formação de professores e demais profissionais da Educação Básica em nível nacional. Porém, esse processo encontra dificuldades na maior parte das instituições educacionais, tanto de Educação Básica quanto de educação superior. Neste aspecto, têm sido muito importante às iniciativas institucionais e particulares dos setores e agentes sociais, para fazer valer a lei, e no sentido de se superar a herança "racista" das nossas instituições escolares e, consequentemente, dos currículos educacionais (Ibidem).

7 A este respeito ver Paula (2013)

3 A escola plural, a perspectiva das africanidades e a praticas pedagógicas griô.

Uma reeducação das relações étnico-raciais que seja capaz de romper com as barreiras do racismo e de toda forma de discriminação e preconceito das várias naturezas requer o rompimento com os paradigmas e concepções que sustentam tais práticas no cotidiano escolar, ou que as camuflam em visões parciais do problema. Uma educação plural constitui-se, a princípio, como uma ideia que pode se tornar uma referência, pois articula um conjunto de pressupostos norteadores de um novo projeto educacional, dentre eles:

- Que a educação, no contexto mais amplo, e a educação escolar, no campo específico, constituem-se num "território híbrido" – permeado por inúmeras identidades que se chocam entre si. Estas identidades plurais podem transformar-se em instrumento privilegiado de diálogo e construção de sentidos para esse novo projeto educacional. A base dessa construção deve ter como centro o processo de reconstrução/ ressignificação do currículo e das práticas educacionais, o respeito e valorização das diferenças;
- Que a pluralidade só pode se constituir, como referência para este conjunto de princípios, se for capaz de organizar um processo social em que as diferenças não mais sejam instrumento de exclusão social, ou seja, em que as diferenças não sejam transformadas em desigualdade social. Neste sentido, o paradigma da escola plural vai contra a sociedade dividida em classes sociais, nas quais há subordinação e exploração econômica e social de uma determinada classe.

Um novo paradigma no campo educacional requer uma nova concepção pedagógica, que, ao mesmo tempo, integre e recuse. Integre as várias diferenças como princípio norteador na prática pedagógica; recuse as teorias e os paradigmas do "engodo educacional", as concepções liberais, pós-liberais e autoritárias de educação que fundam tanto o discurso da escola tradicional, quanto a sua crítica – sem romper com o caráter excludente e opressor da sociedade capitalista moderna.

Não é possível construir uma educação positiva das relações étnico-raciais, e uma prática pedagógica antirracista, nos marcos teórico-epistemológicos que sustentaram e sustentam a educação e o currículo escolar fundados no eurocentrismo e consequentemente nos seus adjetivos pátrios, a saber: o maniqueísmo pedagógico, o ocidentalismo, o racismo e as epistemologias do norte[8].

Uma educação antirracista fundada nas relações étnico-raciais positivas deve estar amparadas em marcos teórico-epistemológicos que Santos e Meneses[9] chamam de Epistemologias do Sul, dentre os quais o afrocentrismo, na pluralidade pedagógica, no reconhecimento da diversidade cultural e identitária dos alunos, em práticas pedagógicas emancipatórias e emancipadoras, numa Pedagogia das Africanidades, Afrocentrada.

A tarefa acadêmica afrocentrada, e neste contexto, a Pedagogia das Africanidades consiste em estudar, articular e afirmar aquilo que diferencia o ponto de vista africano, identificando, ao mesmo tempo, os postulados supostamente universais do eurocentrismo e desmascarando sua natureza específica (NASCIMENTO, 1996).

O ponto de vista, ou a cosmovisão africana, presente no legado cultural e histórico das populações Afro-brasileiras intenta a construção de relações sociais fundadas na pluralidade de fontes para a aprendizagem: oral escrita, corporal, religiosa, etc; e de concepções acerca do processo de ensino aprendizagem, pois, estes estão amparados na experiência da vida cotidiana, e não somente na experiência da escrita escolar como resumo de todo legado educacional e escolar como se manifesta na perspectiva eurocêntrica.

Esta construção constitui-se numa necessidade fundamental para aprendizagens das crianças e adultos negros e negras que frequentam as escolas brasileiras, e é também uma necessidade das crianças e adultos não negros para que aprendam a conviver com as diferenças, as diversidades e as pluralidades.

---

8 Referimos ao norte como lugar epistêmico, fruto da cosmovisão eurocêntrica de sociedade, fundada no maniqueísmo e no paradigma único; em contraste com as epistemologias do sul.

9 A este respeito ver: SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula (Orgs). **Epistemilogias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010. Nesta obra os(as) autores(as) defende(m) um campo epistemológico ao qual denominam de Epistemologias do Sul. O pensamento abissal é a marca do pensamento ocidental moderno que caracteriza as epistemologias do norte, consiste na concessão a ciência moderna do monopólio da distinção universal da verdade, em detrimento de outras experiências epistemológicas.

Avançar na perspectiva de uma pedagogia das africanidades como possibilidade de tratamento teórico-pedagógica das questões pertinentes à educação de modo geral, e da educação paras as relações raciais e étnicas, bem com, do ensino de História e Cultura da África e Afro-brasileira de modo particular, é tarefa dos pesquisadores que de várias maneiras trilham os caminhos da educação, da formação dos professores e demais profissionais do ensino, e da pesquisa sobre estas temáticas. Este é o esforço que realizamos nesta pesquisa.
Questionar e redesenhar as práticas escolares a partir de saberes de tradição oral presentes tanto nas comunidades de maior permanência das tradições orais de matrizes africanas, quanto nas diversas experiências sociais e educacionais oriundas desta tradição, requer repensar e restituir a oralidade a posição de centralidade na construção, reconstrução e ressignificação do saber escolar, juntamente com outras tradições, como a tradição escrita.
Restituir o lugar da oralidade nas práticas escolares constitui-se em tarefa urgente como forma de reconhecimento e valorização das culturas e tradições, sejam elas de matrizes africanas, ou mesmo indígenas, ciganas e até mesmo europeia. A esta operação, com implicações nos sistemas de ensino ou nas teorias e projetos educacionais em curso, é que denominamos de práticas pedagógicas griô.
Esta prática pedagógica griô, considerando todo o legado africano no Brasil fruto de tradições seculares deve ser ressignificada a partir de duas dimensões presentes em nossa experiência diásporica a favor de uma educação antirracista positiva/positivadora das relações raciais: a tradição e a oralidade.
Uma prática pedagógica griô é uma nova referência para a ação dos professores e profissionais da educação amparada nos princípios de respeito, valorização e promoção das diversas identidades e culturas por meio da ampliação e valorização das tradições orais e das histórias de vida dos alunos e professores como instrumentos efetivos de significação e ressignificação dos currículos escolares; em síntese, uma prática pedagógica fundada numa pedagogia das africanidades.
É necessário fazer o caminho de volta da ideologia colonialista de matriz europeia para as tradições Afro-brasileiras e afro-indígenas como forma de se reapropriar desta primeira em favor das demais.
Precisamos religar os conhecimentos fruto da experiência colonizadora aos saberes tradicionais em favor deste segundo a fim de que a partir desta experiência se possibilite uma libertação da educação racista, segregadora e excludente em favor de uma educação das relações raciais e étnicas positivas, na qual se valorize a História e culturas de matrizes africanas como dimensão indissociável deste novo fazer pedagógico.
Uma prática griô é uma pedagogia fundada nas africanidades em que se busca, por meio das tradições orais de matrizes africanas, a construção de uma ação pedagógica, que seja fundada não somente na tradição escrita como única referência de saber escolar, mas na oralidade, na ancestralidade e cujos saberes são passados de geração em geração.
Uma prática pedagógica griô valoriza como saberes escolares as experiências, tanto dos professores como dos alunos. Esta experiência não é somente profissional, mas também pessoal: de cidadãos negros e brancos, que, comprometidos com a superação do racismo na escola e na sociedade, buscam transformar as suas experiências de vida numa experiência de luta, por uma sociedade mais humana e plural.

4. Considerações finais

Uma constatação é que o desafio de superação de uma educação racista começa pela fase inicial de escolarização, em particular na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. Neste sentido, os professores que lecionam nesta etapa da escolarização inicial devem ter uma maior atenção dos poderes públicos na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a implementação dos estudos de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, bem como das relações raciais positivas; porém, o que se vê na maioria dos casos ainda é descaso e a omissão. É preciso autonomia e protagonismo dos docentes na formulação e implementação de políticas de apoio e suporte pedagógico, das quais as políticas de formação de professores, de produção de materiais didático-pedagógicos e de reformulação curricular são pilares deste processo.
As Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História da África e Afro-brasileira, instituídas por meio do Parecer CNE/CP n. 03/2004 e da Resolução CNE/CP n. 01/2005,

apontam setas para o caminho de superação dos desafios: o desenvolvimento de uma reeducação positiva das relações raciais e étnicas da Educação Básica ao ensino superior. Resta-nos saber o que e como as instituições e os poderes públicos, principalmente nas esferas estaduais e municipais, se posicionarão, tendo em vista deslocarem-se do espaço da omissão rumo ao espaço da ação.

Referências

ANDRÉ, Marli; LUDKE, Menga (1986). **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

BRASIL (2003). **Lei Federal nº 10.639, de 09 de Janeiro de 2003.** Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira", e dá outras providências).

BRASIL (2004). Conselho Nacional de Educação (CNE). **Parecer do Conselho Nacional de Educação - Câmara Plena (CNE/CP) nº 3, de 10 de março de 2004.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

BRASIL (2004). Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução do Conselho Nacional de Educação - Câmara Plena (CNE/CP) nº 01, de 17 de junho de 2004.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

CANEN, Ana (2008). A pesquisa multicultural como eixo na formação docente: potenciais para a discussão da diversidade e das diferenças. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, v. 16, n. 59, p. 297-308, abr./jun.

FREIRE, Paulo (2007). **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Edição Especial. São Paulo: Paz e Terra. (Coleção Leitura).

HAMPATÉ BÂ, A (2010). A tradição viva. **In:** KI- ZERBO, Joseph (Editor). **História geral da África I:** metodologia e pré-história da África. 2° edição revista. Brasília: UNESCO, p. 167 – p.212.

KI- ZERBO, Joseph (Editor) (2010). **História geral da África I:** metodologia e pré-história da África. 2° edição revista. Brasília: UNESCO.

KI-ZERBO, Joseph (1999). **História da África Negra**. Vol.1. Lisboa: Biblioteca Universitária/Publicações Europa-América.

KI-ZERBO, Joseph (2002). **História da África Negra.** Vol. 2. 3ª Edição. Portugal: Publicações Europa-América. (Coleção Biblioteca Universitária).

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katalysis**, v. 10, p. 35-45.

MUNANGA, Kabangele, GOMES, Nilma Lino (2006). **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global. (coleção para entender).

MUNANGA, Kabengele (1986). **Negritude:** usos e sentidos. São Paulo: Àtica.

MUNANGA, Kabengele (2000). **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Identidade Nacional versus Identidade Negra. Petrópolis: Vozes.

MUNANGA, Kabengele (2000). **Superando o Racismo na Escola.** Brasília, Ministério da Educação.

MUNANGA, Kabengele (2003). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **In: III Seminário Nacional Relações Raciais e educação.** Rio de Janeiro: PENESP, 05/11/2003. p. 01-17. (Palestra)

MUNANGA, Kabengele (2006). A África que nós conhecemos é a da fome, das tribos, da Aids... é só isso?

AFRO-UFU, Uberlândia, edição única, mar. 2006. Entrevista concedida a Marana Borges.

NASCIMENTO, Abdias do (2002). O Brasil na mira do pan-africanismo. Salvador: EDUFBA/CEAO.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (1996). SANKOFA: Significado e Intenções. **In:** NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: EDUERJ. p. 19- 38.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.) (1996). **Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: EDUERJ.

NASCIMENTO, Eliza Larkin (Org.) (2008). **A Matriz Africana no Mundo.** São Paulo: Selo Negro. (SANKOFA I – Matrizes Africanas da Cultura Brasileira).

NASCIMENTO, Eliza Larkin (Org.) (2008). **Afrocentricidade:** uma abordagem epistemológica inovadora**.** São Paulo: Selo Negro. (SANKOFA 4 – Matrizes Africanas da Cultura Brasileira).

NASCIMENTO, Eliza Larkin (Org.) (2008). **Cultura em movimento:** matrizes africanas e ativismo negro no Brasil**.** São Paulo: Selo Negro. (SANKOFA 2 – Matrizes Africanas da Cultura Brasileira).

NASCIMENTO, Eliza Larkin (Org.) (2008). **Guerreiras da Natureza:** mulher negra, religiosidade e ambiente**.** São Paulo: Selo Negro. (SANKOFA 3 – Matrizes Africanas da Cultura Brasileira).

NASCIMENTO, Eliza Larkin; NASCIMENTO, Abidias (Org.) (1992). **Africans in Brazil:** a Pan-African Perspective. Trenton: Africa World Press.

NASCIMENTO, Eliza Larkin; NASCIMENTO, Abidias. (Org.) (1982). Afrodiáspora. São Paulo e Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros - IPEAFRO.

PAULA, Benjamin Xavier de (2009). O Ensino de História e Cultura da África e Afro-brasileira: da experiência a reflexão. **In:** FONSECA, Selva Guimarães (ORG). **Ensinar e aprender História: formação, saberes e práticas educativas.** Campinas: Alínea Editora. P. 171-198.

PAULA, Benjamin Xavier de (2013). **Educação para as relações étnico-raciais e o estudo da História e Cultura da África e Afro-brasileira: formação, saberes e práticas educativas.** Uberlândia/MG: PPGED/UFU. (Tese de Doutorado).

QUIJANO, Aníbal (2000). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciências sociales. Lander: CLACSO.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2010). **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 13º Edução. São Paulo: Editora Cortez.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula (Orgs) (2010). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez.

SAUL, Ana Maria (1988). **Avaliação Emancipatória:** desafio a teoria e a prática de avaliação e reformulação de currículo. São Paulo: Editora Cortez: Autores Associados.

Título: "A História da África na escola: uma analise dos discursos curriculares em Brasil e Argentina"

Daniela Santos do Rosário[1]

Francisco Ramallo[2]

Resumo: Este trabalho é um resultado dos diálogos mantidos pelos autores em relação a como se pensar o ensino da história da África em dois contextos diferentes educacionais. Nossas linhas de pesquisa articulam os campos da história da educação, e tem uma estreita relação com a história da África. Especificamente aqui analisaremos alguns aspectos dos marcos normativos curriculares que se relacionam com o ensino de história e cultura africana no Brasil e na Argentina. Os países analisados apresentam diferenças extremamente marcadas sobre essa questão, o Brasil, por exemplo, é o país com maior presença africana da América Latina (os afrodescendentes representam 51% da sua população) e a Argentina a menor presença afrodescendente (apenas 1% da sua população). Mas também é possível encontrar nos dois casos algumas semelhanças.
Propomos aqui, apresentar um estudo crítico das perspectivas de discussões do tema nos dois países referidos. Para tanto, no caso brasileiro indagaremos os aspectos da lei 10.639/2003 e como se desenvolve no contexto curricular das escolas de ensino fundamenal e médio. E no caso argentino, nos concentraremos nos fundamentos do ensino proposto no estado de Buenos Aires (dado que o sistema de ensino argentino se articula de maneira diferente em cada estado, apresentando para cada, currículos diferentes), assim analisaremos especificamente as series do 2º e 5º ano, onde são aplicados, nesse caso, os conteúdos referentes a história e a cultura da África. Finalizamos, com uma leitura comparativa que permita ressaltar as convergências e divergências entre as diferentes propostas de abordagem educacional.

Palavras Chaves: Ensino, História, África, Curriculo Escolar.

> *As histórias importam, muitas histórias importam. As histórias têm sido utilizadas para desapossar e difamar, mas histórias também podem ser usadas para capacitar e humanizar. As histórias podem quebrar a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade quebrada. Quando rejeitamos a única história, quando percebemos que nunca há uma única história sobre qualquer lugar, recuperamos uma espécie de paraíso.*[3]

Com a intenção, compartilhada e incentivada por historiografias e epistemologias continuadas que são movidas principalmente por jovens pensadores africanos que refletiram sobre as chances de cada povo para ser capaz de contribuir para a definição de si, o que não quer dizer que ninguém deve escrever sobre o "outro", mas ao fazê-lo, nos últimos anos esses estudiosos, cientistas e pesquisadores, tem buscado mostrar sua própria identidade, de maneira desvinculada a ideologias dominadoras e têm reivindicado assim a sua dignidade. A exemplo de

---

1 Professora Licenciada em História pela Universidade Jorge Amado (UNIJORGE), Pós-graduada em Coordenação Pedagógica e Gestão Educacional pela Fundação Visconde de Cairu (FVC), Mestranda pelo programa de pós-graduação no Centro de Estudos Afro Orientais (CEAO) da universidade Federal da Bahia. (UFBA). Contato: daniela-rosario@uol.com.br.

2 Professor e investigador do Departamento de Ciencia da Educação da Faculdade de Humanidades (UNMdP), Mestranda pelo programa de pós-graduação no Centro de Estudos Afro Orientais (CEAO) da universidade Federal da Bahia. Contacto: franarg@hotmail.com.

3 Trecho extraído do vídeo: *Os perigos de uma história única*. Produzido pela conferência TEDGlobal, onde escritora Chimamanda Adiche, narra as relações de poder e o domínio sobre a história do outro.

Chimamanda Adichie (2009), que desdobra em seus romances e em seus discursos públicos, como na famosa conferência TEDGlobal, onde refletiu sobre o perigo de ter uma única história e a possibilidade de pensar em histórias como uma luta para as identidades dos povos. Naquele momento, sublinhou a jovem nigeriana que "as histórias têm sido utilizadas para desapossar e difamar, mas histórias também podem ser usadas para capacitar e humanizar". Este trabalho é um resultado dos diálogos mantidos pelos autores em relação a como se pensar o ensino da história da África e sua afrodescendencia em dois contextos diferentes educacionais. Nossas linhas de pesquisa articulam os campos da história da educação, e tem uma estreita relação com a história da África sobre o viés descolonizador[4]. Especificamente aqui analisaremos alguns aspectos dos marcos normativos curriculares que se relacionam com o ensino de história e cultura africana no Brasil e na Argentina. Os países analisados apresentam diferenças extremamente marcadas sobre essa questão, o Brasil, por exemplo, é o país com maior presença africana da América Latina (os afrodescendentes representam 51% da sua população)[5]e a Argentina a menor presença afrodescendente (apenas 1% da sua população).[6] Mas também é possível encontrar nos dois casos algumas semelhanças.

Propomos aqui, apresentar um estudo crítico das perspectivas de discussões do tema nos dois países referidos. Para tanto, no caso brasileiro indagaremos os aspectos da lei 10.639/2003 e como se desenvolve no contexto curricular. E no caso argentino, nos concentraremos nos fundamentos do ensino proposto no estado de Buenos Aires (dado que o sistema de ensino argentino se articula de maneira particular em cada estado, apresentando assim, currículos diferentes) desta forma nos concentraremos especificamente nas series do 2º e 5º ano, onde são aplicados, nesse caso, os conteúdos referentes a história e a cultura da África. Finalizamos, com uma leitura comparativa que permita ressaltar as convergências e divergências entre as diferentes propostas de abordagem educacional.

O ensino do conhecimento do passado como uma reunião de campo (e divergência) entre história e pedagogia, poderia recuperar um número de aspectos da extensa literatura sobre o seu importante papel na formação de cidadãos e, especialmente, o seu papel central na construção dos Estados nacionais e com eles a consolidação do sistema capitalista, mas optamos por apresentar uma visão geral do ensino da história em relação às leituras pós coloniais e descolonizadoras. Estas observações gerais sinteticamente colocam algumas questões que nos permitem tomar outras rotas. Estas incluem a geração de conhecimento específico de ensino do passado, pelos educadores em sala de aula, diferentes das visões de especialistas intelectuais que pensam e sentem fora das escolas e das formas populares de educação.

Desta, as contribuições da linha de trabalho que pondera "obter conhecimento para a sala de aula", são a chave para contestar que a crença de que a escola não constrói o conhecimento, sendo apenas um receptáculo. Assim, nesta exposição torna-se necessário rever a idéia de que a escola não produz conhecimento, mas relatar uma escola de saber capaz transpor a didática do conhecimento científico produzido na academia. Considerar isso nos obriga a reconsiderar, por exemplo, a relação no ensino da história explorada em relação ao diálogo entre historiografia e a escola. Apesar de não questionar a idéia de que o ambiente escolar tem conhecimento específico que deve ser adequado aos seus diversos contextos, acreditamos que as preocupações com baixar o conhecimento, foram inscritos em formas tradicionais e conservadoras de pensar sobre as práticas de ensino.

---

4 Enquanto colonizador, tratamos de uma educação que desmonte idéias hegemônicas culturais e eurocêntricas que tendencionalmente colocam o negro em situação de submissão social em suas variadas perspectivas.

5 Segundo dados da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). No Brasil, 51% da população são formados por negros. No entanto, as informações levantados para o banco de dados mostram que, apesar dos avanços, ainda existe uma grande desigualdade no país. Exemplo disso é que os negros representam apenas 20% dos brasileiros que ganham mais de dez salários mínimos. A população negra também representa apenas 20% dos brasileiros que chegam a fazer pós-graduação no país. Fonte: http://www.sae.gov.br/site/?p=11130#ixzz3HTwX51LX. Acessado 28/10/2014.

6 De acordo com os dados coletados do último Censo Nacional, em 2010 a população afrodescendente da Argentina ascendía a 149.493 pessoas (0,4% do total). Deste total uns 137.583 eram Afro-argentinos (el 92%), e o restantes 11.960 (8%) eran provenientes de otros países, em sua mairoria sulamericanos. A titulo de exemplo de acordo com resultados de um estudo realizado en 2010 pelo genetista argentino Daniel Corach, o mapa genético da Argentina estaría composto 78,9 % proveniente de diferentes etnias europeias, 17,3 % de diferentes etnias amerindias e 4,15 % de etnias africanas.

Em contraste com isso, propomos "elevar o conhecimento para a sala de aula".
As pedagogias críticas e trabalhos da linha de descolonização da educação e da escola, que nos últimos anos foram posicionados em vários setores acadêmicos e governamentais de nossa região alimentam a idéia de construir o conhecimento em contextos. O termo marcado, "o conhecimento para a sala de aula", entrelaçada com a idéia de que cada pessoa constrói a história em seus próprios padrões culturais e estruturas interpretativas, torna-se necessário ouvir o "outro". Portanto aqui estão os nossos alunos que os "outros", olham de "baixo" para "cima" e com os quais queremos "construir" um ensino com bases num dialogo horizontal.
Sobre essa perspectiva consideramos necessário estarmos articulado com as novas tendências na historiografia Africana, no sentido que estas construam um olhar sem estranhamento de se próprio, abandonando assim o olhar preconceituoso e eurocêntrico sobre nos mesmo.
Essa historiografia que segundo Appiah (1997), nos remete a discussão da identidade africana, ainda em construção, e nos faz refletir sobre o que ela representa hoje. Para ele quando a África começa a dar seus primeiros passos em direção a sua emancipação ideológica, mesmo grandes autores africanos, o fizeram sobre a luz de perspectivas eurocêntricas. Os processos pelos quais o continente africano passou após entrada européia em seu território o marcaram não so de fora para dentro, com as caricaturas feitas por aqueles que nunca o "conheceu", mas também de dentro para fora criando em seu próprio povo estigmas sobre sua própria natureza. A escravidão, o colonialismo e o *apartheid*[7]*, deixaram suas marcas sobre esse continente e a sua maneira trataram de fazer a manutenção de uma história única e negativa de África. Nesse processo de amadurecimento de consciência, é que assistimos a nova historiografia africana se recriar sobre sua própria luz, numa unidade tão forte que é seguida em todo mundo, pela sua afrodescendência que se levanta, nos diferentes contextos sociais, para contar sua própria história. De nossa parte pretendemos fazê-lo através da educação.*

1. O caso brasileiro, O ensino da História da África e Afrodescedente.

O Brasil a exemplo do resto do mundo, também foi marcado por essa histórica única de África, porém sua população majoritariamente negra formou um modelo de nação peculiar que sempre atraiu cientistas e pensadores de todo o mundo, estes pretendiam entender essa composição nacional tão "distinta" que na década de 1930 recebeu o nome de brasilidade, e dizia respeito a uma mestiçagem "harmônica e particular". [8] Esse mito, o qual recebeu o nome de *democracia racial* escondia uma forma de racismo também particular do nosso país[9], com uma atuação tão cruel e eficaz que cegava até aqueles que sofriam com essa discriminação, o negro e a África de onde descendiam, era absorvida por essa nação de forma folclórica, a eleição dos quais seriam suas "contribuições" a nacionalidade brasileira, os mantinham no status de inferioridade intelectual e social. Ainda assim, até hoje, figura no imaginário mundial e nos discursos políticos de dominação nacional, a idéia de que no Brasil não tem racismo.
A partir da década de 1970, começa uma corrente intelectual que busca desarticular essas idéias, nomes como Florestan Fernandes, Thales de Azevedo, Oracy Nogueira, René Ribeiro, dentre outros, ajudaram a montar,

---

7 Achille Mbembe em seu texto *As Formas Africanas de Auto-Inscrição refletir sobre a pagina* nos lembra que: **(...)**a idéia da degradação histórica. A escravidão, a colonização e o *apartheid* são considerados não só como tendo aprisionado o sujeito africano na humilhação, no desenraizamento e no sofrimento indizível, mas também em uma zona de não-ser e de morte social caracterizada pela negação da dignidade, pelo profundo dano psíquico e pelos tormentos do exílio. Em todos os três casos, supõe-se que os elementos fundamentais da escravidão, da colonização e do *apartheid* são fatores que servem para unificar o desejo africano de se conhecer a si mesmo, de reconquistar seu destino (*soberania*) e de pertencer a si mesmo no mundo (*autonomia*).

8 Ler: COSTA, Sergio (2001). "A mestiçagem e seus contrários: etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo.

9 Referimos-nos ao preconceito de marca do qual trata Oracy Nogueira, ao estabelecer um paralelo do caso brasileiro com o tipo de racismo e existente nos Estados Unidos. Lê artigo: "Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil."

através de suas obras, debates que fomentaram a criação de novas políticas de reparação social e combate ao racismo, desde então o tema da diversidade cultural, ganhou visibilidade emergente no cenário acadêmico e político contemporâneo, o movimento negro brasileiro, por exemplo, conseguiu varias conquistas, muitas delas amparadas pela lei tal como na Constituição Federal, a lei que tornou crime às práticas de racismo. Mas tarde e por conta dos crescentes debates no ano de 2003, a educação nacional ganhou mais um elemento de combate ao racismo, a lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afrobrasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, do país. Nesse trabalho, analisaremos a lei educacional em seu principal objetivo que é da evidencia a identidade negra nacional, com destaque as contribuições no processo de formação e sua trajetória de luta no Brasil.

Ao se regulamentar a lei a intenção é que o currículo nacional deixe de ter características eurocêntricas que invisibilizam os grupos de "minorias" brasileiros e passe a trabalhar sobre a perspectiva da diversidade cultural e de suas relações étnico raciais.

Sua importância, nesse sentido ganhou atenções internacionais tanto que no ano de 2008, cinco anos após a aprovação da lei, a UNESCO, lança, com a ajuda de pesquisadores de diferentes órgãos brasileiros[10], uma cartilha com o nome: "*Contribuições para Implementação da Lei 10.639*"[11]. A intenção na elaboração desse texto, foi dar reconhecimento a importância da medida e a urgência da implementação da lei no currículo nacional. O texto diz:

> O interesse pela questão racial negra, quando existiu, foi primeiro comprometido com a idéia de caldeamento/assimilação que serviu de base à ideologia do branqueamento físico e cultural da nação por meio da imigração européia. Em um segundo momento, o mito da democracia racial deu base para a construção do discurso da unidade entre brancos, negros e índios, que encobriu as hierarquias e as discriminações constitutivas das relações entre brancos e não-brancos. Após os anos 50, o problema racial aparece como tema menor da chamada questão social, explicado na chave do conflito social e político entre as classes.[12]

A intenção então não é a de substituir os conteúdos eurocêntricos com os de origem africana e afro-brasileira e sim de incluir no currículo o conhecimento de uma história antes silenciada e/ou dita de forma a inferiorizar as contribuições e a importância do povo negro na formação de nossa construção social, visando desarticular o racismo sobre a áfrica e sua afrodescendência de nossa sociedade através da educação. Os conteúdos referentes a esse tema não aparece como uma disciplina especifica e sim como tema transversal, que deve está presente em todas as disciplinas do currículo escolar de maneira interdisciplinar. As normas nacionais indicam em termos práticos que a lei trabalhe em dois âmbitos, ensino de história e cultura afro-brasileira, nas áreas do conhecimento dando-se ênfase nas disciplinas de História do Brasil, Literatura e Arte; e educação das relações Étnico-raciais, especialmente no campo das relações humanas construídas no entorno social em geral.[13] Assim a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), desenvolveu através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), criados anterior a lei 10.639/2003, algumas mudanças no currículo nacional incluindo

---

10 A cartilha foi elaborada em conjunto com os órgãos: Secretarias de Educação Básica, de Educação Profissional e Tecnológica, de Ensino Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação de Afro-Brasileiros (Cadara); Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN); Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED); Ação Educativa; Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades (CEERT); Programa de Educação e Profissionalização para a Igualdade Racial e de Gênero do CEAO/UFBA (CEAFRO).

11http://www.acordacultura.org.br/sites/default/files/documentos/contribuicoes_para_implementacao_da_lei.pdf- acessado em 10-05-2014.

12http://www.acordacultura.org.br/sites/default/files/documentos/contribuicoes_para_implementacao_da_lei.pdf- pp. 09 - acessado em 10-05-2014.

13 Ler Livro. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*

neles também, esse tema tão relevante na sociedade brasileira, sobre essas determinações escolas de ensino fundamental e médio, seguem, pelo menos teoricamente, as orientações estabelecidas nesses documentos onde priorizam principalmente:

> Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.
> § 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil.
> §2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

Não discutiremos aqui a grande relevância e importância dessa lei no conteúdo escolar, o nosso contexto histórico e construção social atual, por si só trata de enfatizar a importância de se tratar esse tema em todo o ensino fundamental e médio brasileiro. O que passamos a analisar são as condições sobre as quais essa proposta chega às escolas e como a lei é percebida no universo escolar.

Pensar em incluir um conteúdo que destaque as contribuições culturais dos grupos de "minorias" depois de séculos de um currículo escolar com conteúdos eurocêntricos é antes de qualquer coisa, ter em mente que se trata de uma desarticulação do imaginário social já construído. Estamos diante de uma proposta de desconstrução e reconstrução de um pensamento social. Frente a essa afirmação é fácil entender porque depois de mais de dez nos de elaboração da lei, a aplicação desse conteúdo nas escolas, não são utilizados da maneira como se propõem.

Em primeiro lugar o grupo docente, o qual é responsável pela aplicação do conteúdo não tem conhecimento sobre o que ministrar, afinal, eles mesmos foram formados dentro dos conteúdos eurocêntricos, dessa maneira dos poucos que se dedicam a aplicação usam seus próprios entendimentos baseados em conhecimentos fragmentados dessa história. Há também que se analisar as questões pedagógicas que a proposta exige, para muitos professores trabalhar a lei 10.639/2003, é apenas trabalho a mais, do qual ele não está disposto a cumprir. Os programas de educação continuada, responsáveis pelo auxilio teórico-metodologico de aplicação desses conteúdos, não trabalham de forma significativa a conscientização desses docentes, pois ignoram toda a construção ética social do qual formaram seus saberes instituídos. Como nos aponta Arantes e Silva (2009):

> (...) a pouca compreensão sobre a Lei 10.639/03 ou seu total desconhecimento em algumas escolas da rede municipal de ensino possibilitaram a execução de um projeto de intervenção, de longo prazo, sobre a temática. É importante destacar, também, dentro desse contexto da pesquisa, que a relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra; ao contrário, dizem respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática.

O texto acima foi extraído de um estudo de caso numa escola municipal na cidade de Petrolina – PE, porém não se distingui em nada da realidade do resto do país. A lei esbarra então no preconceito já construído e existente em boa parte da figura docente e da ausência de amparo governamental na aplicação desses conteúdos, a grande contribuição dela na construção de uma sociedade igualitária de respeito entre as etnias não ganha o apoio necessário e os pequenos pontos de ação particulares na aplicação da lei, seja eles em instituições privadas e principalmente nas publicas, não dão conta das necessidades de todo o país em suas proporções estruturais e na sua forma de pensar preconceituosamente enraizada.

2. O caso Argentino, o ensino da História da África.

Em similaridades ao caso brasileiro, o ensino da historia de África na Argentina se caracterizou ao longo do tempo por sua ausência, e por está cercado de um silencio preconceituoso. No entanto, nos últimos anos, esta situação começou a mudar. Embora de um modo geral possa-se dizer que a história africana tem uma presença fraca nos currículos de ensino de nível médio e superior, há alguns contextos em que começaram a posicionar-se como um território de conhecimento que desafia o eurocentrismo universal. Nessas paginas vamos nos concentrar nas analises do ensino de História da África e os desenhos curriculares no estado de Buenos Aires, no contexto da Nueva Escuela Secundaria Argentina (NESA).[14]

Primeiro faremos uma avaliação sobre resgates que acima de tudo é o campo do ensino secundário, onde a história africana tem maior desenvolvimento. Paradoxalmente, a um nível de visibilidade e formação menos especializada e maior profundidade de trabalhar com o passado da África. Enquanto isso, as universidades e o ensino superior parecem tornar-se ainda mais eurocêntrica, que a própria escola secundária. Não é objetivo desse artigo, revisar o lugar relegado que a África tem entre os acadêmicos do país, mas basta dizer que na maioria dos contextos de formação de professores de história africana tem um lugar de marginalização, ocultação e ausências. Poucos professores acadêmicos na história do país dedicam pelo menos uma disciplina ou uma referencia mínima, no seu currículo, na história deste continente.

Claramente, a análise da história da África na Argentina merece reflexão profunda que pode dar conta da complexidade e diversidade, tentando escapar dos preconceitos que lhe estão associados. Mas aqui vamos nos concentrar em um conjunto de linhas em relação a: Que lugar tem a história da África na concepção do currículo? Com as limitações apresentadas, levar o caso do estado de Buenos Aires, como mencionado inicialmente localizado na NESA, a nova escola que é caracterizada pela extensão da obrigação, incluindo os jovens historicamente excluídos desse nível de formação e mudanças curriculares. Em suma, podemos dizer que o ensino médio na Argentina está passando por uma série de mudanças curriculares associados às alterações estruturais, a fim de alcançar uma maior e melhor inclusão. Em nosso contexto de Buenos Aires, nos últimos anos ele tem dado atenção para a necessidade de rever e renovar conteúdos educacionais consistentes com as demandas atuais da sociedade, os avanços nas disciplinas e realidades de jovens estudantes científicos como direitos.[15]

No caso do ensino de história, a implementação do novo Desenho curricular (DC) propuseram uma revisão e renovação de paradigmas históricos que tradicionalmente dominados ensino de história nas escolas, ligada à abordagem positivista liberal na escola superior, as últimas abordagens da história social e da história cultural, com base na importância das categorias fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem como o tempo histórico e diversos temas sociais. Este DC também não requerer conhecimento do ensino e da transmissão de uma estrutura de eventos, mas também uma apropriação consciente da historiografia e epistemológias pressupostas que marcaram o desenvolvimento da ciência histórica. Isso, por outro lado, convida a ponte entre a história escolar e história acadêmica, tornando-se essencial quando se considera a complexidade das formas de ensino de história na escola.

Em relação à história da África e a diáspora africana, em cinco dos seis anos do ensino médio tem conteúdos

---

14 O sistema educativo Argentino é formado por dos ciclos que abarcam doze anos, sendo um dos países do mundo com maior anos de escolaridade obrigatoria. Desde os seis aos decesete anos os estudantes atravesam a escola primaria (de 1 a 6 anos) é a Escola Secundaria (de 1ª a 6ª ano). Cada um dos estados do país tem autonomia, elabora suas proprias diretrizes curriculares é por isso que é descentralizado. Nesse trabalho analisaremos o caso do estado de Buenos Aires, o maior e mais povoado do país.

15 O marco geral para a NESA tem a intenção de: "Concebir a la escuela como lugar de inclusión de los alumnos/as, como sujetos de diversidad, afecta directamente la concepción y producción pedagógico-didáctica y esto implica: generar experiencias de integración e intercambio, definir los conocimientos que circulan en cada contexto intercultural en términos escolares, valorar la interacción con otros diferentes como productora de aprendizajes; reconocer los saberes que posee cada sujeto como instrumento y producto del vínculo con los otros, crear vínculos entre los sujetos que aseguren que su diversidad y sus diferencias no devengan en desigualdad educativa" (Pág. 14).

que são recuperados. Especialmente no segundo e quinto ano faz trabalho explícito com a história africana. O DC de História do segundo tem três unidades que poderiam ser sintetizados desse modo: (1) América e Europa antes de seu "encontro" (2) A modernidade e colonialidade e (3) a construção do mundo capitalista. Uma das principais idéias discutidas neste desenho curricular foi o (re)pensar a centralidade da Europa na história do mundo. Em outras palavras, a história da imposição da cultura europeia para o resto de nosso mundo. A rota que surge busca analisar as mudanças que a modernidade introduzida primeiro na Europa (criação de Estados-nação, a consolidação do mercado interno e externo, "revolução científica", os contatos com o Oriente, etc) e por outro lado estudar as sociedades nativas americanas no momento da chegada dos europeus. Em seguida, ele se concentra na unidade "laços coloniais entre a Europa, América e África," e isso é onde eles fazem sentido algumas referências à história da África antes da chegada dos europeus. Especificamente quando o conteúdo de "o comércio triangular" lida com o comércio de escravos na África é apresentado como a periferia da periferia.[16] Finalmente, a última unidade está retornando para a Europa para entender o surgimento da sociedade capitalista, da dupla revolução, a globalização e da divisão internacional do trabalho.

Pelo quinto ano para estudar as questões relacionadas com o mundo, a América Latina e da história da Argentina da segunda metade do século XX. Em princípio, deve ser notado que uma visão positiva deste período histórico é reconhecido no sentido de que a expansão do que o ser humano é recuperado. Considera-se parte da história do final do século XX tem muito a ensinar na conquista da condição humana, onde a luta dos africanos e afro-descendentes é central. Das cinco unidades que estão a trabalhar neste ano, o primeiro analisa especificamente o mundo pós-colonial e dá orientações gerais para o trabalho seguinte que é específico e se relacionam com a história da Argentina com alguns traços em comparação com a América Latina. Em relação à primeira unidade de duas idéias centrais são recuperados, uma delas é a aparição da alternativa para o mundo capitalista (este mundo que começa a estudar em seu segundo ano de História) forjada a partir da Revolução Russa e do desenvolvimento do sistema social, político e econômico baseado no socialismo. Em segundo lugar é recuperado como um processo central de descolonização que começou no nas áreas do terceiro mundo, este é o lugar onde a leitura "*Os condenados da Terra*" de Frantz Fanon recomendado e é abordada de forma exemplar a Guerra da Argélia. O chamado "mundo pós-colonial" refere-se ao processo histórico que levou à reivindicação política (e mais lentamente econômico, social e cultural) para outras sociedades não européias. Um último aspecto que merece destaque associado com o ensino e a aprendizagem deste momento da história, aqui refere-se às vozes do passado são intensas e profundas. Propõe-se a reticular o passado recente, na segunda metade do século, com as testemunhas que circulam em nossas vidas diárias e através da experiência de vida e de nossa memória.

Assim, neste breve resumo, argumentamos que, apesar de o ensino da história africana não tem espessura adequada e especificidade temática, há questões e perspectivas para recuperar a história deste continente. Em relação ao currículo anterior, que caracterizou a escola secundária Argentina, esse é apresentado como um novo roteiro com uma marca latino-americano que desafia a história eurocentrica reproduzida e constituída na escola. No entanto, nunca se trabalha a história da África sem o contato europeu, como se essa não tivesse um passado distinto da Europa.

3. (In)Conclusões: Traços comparativas e (des)encontros.

Os estudos comparativos sugerem diálogos e intercâmbios que oferecem oportunidades de renovar as discussões, (re)pensar e (re)visitar os temas. Algum tempo atrás, um dos pais da nova história, o historiador francês Marc Bloch observou que a curiosidade sobre os outros, comparação reticuladas próprias são olhares que dão

16 Uma adaptação do desenho curricular fala que: "Los sistemas de opresión generados a partir de la conquista de América y la extracción de sus riquezas por los europeos, conjuntamente con el comercio triangular y la trata de africanos esclavizados, sirvieron para convertir a América en periferia del centro de poder europeo y a África en periferia de la periferia. De modo que la esclavitud, la despersonalización, las crueldades, la negación de la condición humana, el sometimiento a penosas condiciones de vida y la sobrexplotación, constituyen eslabones del largo camino de humillaciones a que fueron sometidos los africanos, hombres, mujeres, niñas y niños, y sus descendientes en América".

profundidade e ajudam a compreender de uma forma mais complexa nossas preocupações. Aqui comparamos duas sociedades próximas no espaço e cujos processos históricos foram desenvolvidos no mesmo período. Palavras que atende perfeitamente os requisitos estabelecidos para a comparação entre os historiadores. Além de convidar a superar o nacionalismo e historiográficos olhares etnocêntricos, mesmo em tempos de diálogos fortes e intercâmbios propostos em nossa América, o olhar de nossas sociedades em conjunto e um desafio e um impulso político a partir das transições que são necessárias a educação democrática.

Em seguida, olhando para além das fronteiras dos nossos países, percebemos que somos duas narrativas refletindo sobre o mesmo aspecto: o lugar da história africana e afrodescendente em nossos sistemas educacionais. Esta comparação também se tornou paradigmática no sentido de que o Brasil é o país com a maior população de ascendência africana no mundo fora da África, e Argentina é o país latino-americano com a menor presença de africanos e descendentes de africanos.

No caso brasileiro a África, teoricamente, está presente em toda a formação escolar. No caso argentino, a história da África não tem a centralidade curricular representado no contexto brasileiro. O caso argentino apresenta uma escrita e apresentação que pretende criar uma menor centralidade européia, a história da África, vem da variedade de experiência do mundo, de multiciplidade e questionamento de sua centralidade. Enquanto no Brasil a justificativa e fundamentação para o ensino é indenitário onde a África assume um significado: "A consciência do povo negro, do movimento negro de ascendência africana". No caso da Argentina, a incorporação do africano aparece como uma tentativa de contestar o caráter dominador eurocêntrico, não para valorizar o povo negro, mas para deslegitimar o poder de dominação eurocêntrico no mundo. Da mesma forma, no Brasil, a Lei é geral e pretende-se funcionar de forma transversal passando por todas as áreas de formação ia tentativa para resolver esta perspectiva é entrecruzando disciplinas, níveis de formação e experiência. A situação na Argentina tem regras muito diferentes, o desenho curricular é pré-escritos, (e particular ao contexto estadual) e determina quais disciplinas devem ensinar História Africana sem, contudo uma preocupação com sua história afrodescendente.

Se por um lado a proposta de transversalidade dos conteudos de história da África permite uma apropriação da cultura, o que faz repensar a herança africana nessa sociedade dando ênfase aos conteúdos afrobrasileiros ou afrodiasporicos, diferentemente, na Argentina a sistematização da disciplina criar uma leitura de África como o "outro", sem dá destaque aos afrodescendentes desse país, mantendo-os ainda num lugar de invisibilidade. Por outro lado a ausência de uma construção de conteúdos educacionais mais bem delimitados em relação África e a história afro-brasileira a exemplo da Argentina dificulta as possibilidades de aplicação desses conteúdos na sala de aula brasileiras.

Também é verdade que os currículos não resolvem as questões sobre as práticas educacionais. Embora nos dois contextos tenham boas leis, precisamos de mais. A distância entre "lei" e que acontece de fato ainda é grande. A formação dos docentes, como apontamos acima, é muito deficiente em desarticular essa concepção eurocêntrica. Continuamos assim nos dois contextos vendo a África aparecer como um continente pobre, e seu lugar no imaginário social é o mais preconceituoso. O motor da história da África são as histórias europeias. Precisamos ver a África e seus descendentes de outro lugar, essa é a mais urgente das medidas descolonizadoras. Pedimos então aos educadores: Acabar com a naturalização da inferioridade africana e sua afrodescedencia; informe-se e reflitam sobre o seu próprio conhecimento naturalizado. As leituras não destruíram facilmente a África construída por séculos, mas é certamente uma maneira pela qual os professores devem começar a se mover. A história única ainda é o maior problema africano. O ensino de história em ambos os contextos convergem para sentir e pensar as outras histórias, e isso precisar ser reivindicado pelo docente. Como disse Chimamanda Adichie (2009): "Nesses paraísos onde são recusadas as histórias únicas, os homens são dignizados e humanizados."

Mais do que os resultados das análises fechadas e estruturais, este trabalho busca uma solução na abordagem do pensamento e narrativa ideográfica, não parando por aqui, mas antes amadurecendo o discurso para abordagens futuras. Estas primeiras linhas juntas dão lugar a (re)pensar o passado do ensino africano e afrodescendente. Acreditamos que a educação ocupa um lugar central para superar o racismo em nossas escolas. Van Dink (2003) sugere que o racismo e o anti-racismo pode se manifestar em todos os tipos de discurso e prática social confinado à educação. Pois na mesma maneira que o racismo pode ser ensinado o antirracismo é ensinado também.

Neste sentido da estrada, vamos continuar a pensar que as nossas salas de aula, referindo-se a elas como locais de partilhar de conhecimento. Na luta para a desnaturação do mundo apresentado em nossas aulas, mostrando a construção histórica da nossa "realidade", onde professores e alunos apresentem alternativas e novas realidades.

Referências Bibliográficas

ADICHE, Chimamanda (2009) "The danger of a single story". TEDGlobal Ideas Worth Spreading em Julho de 2009, Oxford, Inglaterra. Disponivel em: http://www.ted.com/talks/lang/spa/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_singlestory.

APPIAH, Kwame Anthony (1997). *O mito de um mundo africano.* In. Na casa de meu pai – A África na filosofia da cultura. Tradução Vera Ribeiro; revisão de tradução Fernando Rosa Ribeiro. Rio de janeiro, Contraponto.

BRACCHI, Claudia (2010) (coordinadora) *Diseño Curricular para la Educación Secundaria: Marco General para el Ciclo Superior*. La Plata, Dirección General de Cultura y Educación de la Provincia de Buenos Aires.

BRACCHI, Claudia- **PAULOZZO**, Marina (coordinadoras) (2011) *Diseño Curricular para la Educación Secundaria 2 año: Historia*. La Plata, Dirección General de Cultura y Educación de la Provincia de Buenos Aires.

BRACCHI, Claudia- **PAULOZZO**, Marina (coordinadoras) (2011) *Diseño Curricular para la Educación Secundaria 5 año: Historia.* La Plata, Dirección General de Cultura y Educación de la Provincia de Buenos Aires.

COSTA, Sergio (2001). *DOIS ATLANTICOS: Teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

COSTA, Sergio (2001). "A mestiçagem e seus contrários: etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo". En: Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, **13**(1): 143-158, maio de 2001.

DEVOTO, Fernando- **FAUSTO**, Boris (2008) *Argentina-Brasil 1850-2000: Un ensayo de historia comparada.* Buenos Aires, Sudamericana.

FREYRE, Gilberto (1999). **Casa-grande & senzala**. 1a edição 1933. São Paulo/ Rio de Janeiro, Record.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (2009). *Racismo e Antirracismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 3ª Edição.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (2010). *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais***. Brasilia**: SECAD, 2010.

MBEMBE, Achille (2001) As Formas Africanas de Auto-Inscrição. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, nº 1, pp. 171-209.

MUNANGA, Kabengele (2012). *Negritude: Usos e Sentidos***.** 3ª edição 1. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora.

VAN DIJK, Teun (2003) *Racismo y discurso de las elites*. Barcelona, Gedisa.

ARANTES. Adlene Silva e **SILVA**. Fabiana Cristina da. (2009). *História e Cultura Africana e Afro-Brasileira: Repercussão da Lei 10.639 nas escolas municipais da cidade de Petrolina – PE. In. Educação e diversidade: estudos e pesquisas*. MarciaAngela da Silva Aguiar, Ahyas Siss, olanda de Oliveira, Janete Maria L. de Azevedo, Márcia Soares deAlvarenga, Petronilha Beatriz G. e Silva, Rachel de Oliveira. (orgs.). Recife: Gráfica J. LuizVasconcelos.

Sites visitados

http://www.acordacultura.org.br/sites/default/files/documentos/contribuicoes_para_implementacao_da_lei.pdf- Pg 09 - acessado em 10-05-2014.

GT 74
Desafios do ensino superior nos países lusófonos – contributos para o desenvolvimento

Buscando indicadores do desempenho das universidades na construção das sociedades sustentáveis

Marcelo Ximenes A. Bizerril[1]

Resumo: Diversos autores e acordos internacionais têm remetido à universidade o compromisso com a sustentabilidade do planeta. Nesse debate são citadas diversas ações possíveis no âmbito das atribuições das universidades, no entanto poucas são as iniciativas em orientar e acompanhar o desempenho das universidades nesse setor. No presente trabalho é apresentado um conjunto de indicadores que podem auxiliar a universidade a auto avaliar seu desempenho no campo da sustentabilidade, agrupados em quatro categorias: (a) A sustentabilidade na gestão da instituição; (b) Ações formativas de sustentabilidade voltadas aos estudantes; (c) Ações de sustentabilidade com impacto na sociedade; (d) Sustentabilidade nos documentos norteadores da instituição. É apresentado também um exercício de validação dos indicadores a partir de sua aplicação no campus da Universidade de Brasília na cidade de Planaltina, Distrito Federal, Brasil.

Palavras-chave: sustentabilidade global; educação ambiental; 3ª missão da universidade; qualidade na educação superior; instrumentos de avaliação.

1. Introdução

Especialmente a partir da década de 1970, movimentos sociais e políticos ganham força movidos pela degradação ambiental e a percepção de que o desenvolvimento tecnológico e científico não havia trazido os benefícios esperados em termos de redução das desigualdades sociais e aumento da qualidade de vida de todos. Desde então, a questão ambiental foi se estabelecendo na agenda das lideranças mundiais, sobretudo da Organização das Nações Unidas (ONU). Ainda que pouco tenha se concretizado em termos de mudanças concretas no modelo econômico mundial, muitas conferências e acordos foram realizados, de modo que a temática da sustentabilidade é hoje um dos principais temas de interesse em nossa sociedade.

Dentre as diversas formas de compreensão da problemática ambiental, a busca por sociedades sustentáveis é a que mais se aproxima de uma abordagem complexa da questão, e que busca mudanças radicais em termos éticos e de valores para a humanidade. O 'Tratado da Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global' é um documento elaborado por educadores ambientais de oito regiões do mundo, que foi publicado em 1992 e se tornou referência para a Educação ambiental, sobretudo na América Latina. Dividido em diversos princípios e propostas de ações, o tratado defende que a educação deva atuar na mudança do modelo de civilização vigente e que, para isso acontecer, a participação individual é fundamental:

---

1 O autor possui graduação em Ciências Biológicas, mestrado e doutorado em Ecologia. Trabalha com formação de educadores no ensino superior desde 1996 e é professor da Universidade de Brasília desde 2006. Tem experiência nas áreas de: Gestão do Ensino Superior, Educação Ambiental, Ensino de Ciências, Comunicação Comunitária, Ecologia. Atua no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e no Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural. Sua produção acadêmica em ecologia e educação distribui-se em artigos em periódicos nacionais e internacionais. Foi diretor do campus da Universidade de Brasília em Planaltina-DF (Faculdade UnB Planaltina) de 2007 a 2012.

> Consideramos que são inerentes à crise a erosão dos valores básicos e a alienação e a não-participação da quase totalidade dos indivíduos na construção de seu futuro. É fundamental que as comunidades planejem e implementem sua próprias alternativas às políticas vigentes. Dentre essas alternativas está a necessidade de abolição dos programas de desenvolvimento, ajustes e reformas econômicas que mantêm o atual modelo de crescimento, com seus terríveis efeitos sobre o ambiente e a diversidade de espécies, incluindo a humana.

Considerando a forte demanda para que as universidades se envolvam mais aprofundadamente com as questões sociais, diversos documentos e autores destacam a necessária contribuição que a universidade deve dar à construção das sociedades sustentáveis (Toledo, 2000; Tauchen e Brandli, 2006; Sorrentino e Nascimento, 2010). Dentre esses, podemos citar documentos no âmbito brasileiro como as Deliberações das Conferências Nacionais do Meio Ambiente, o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente, e a Política Nacional de Educação Ambiental, que incumbe às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem. No entanto, a demanda é também de caráter internacional, como visto na Declaração de Talloires e na Carta Universitária para o Desenvolvimento Sustentável, que contém recomendações sobre as responsabilidades para um campus universitário sustentável, elaborados e endossados por grande número de universidades.

A 'Declaração de Talloires para um Futuro Sustentável' foi assinada em 1990, por reitores e líderes de 22 universidades representativas de todos os continentes, e propõe 10 ações para a promoção da sustentabilidade que incluem educar para a sustentabilidade e cidadania, estabelecer uma cultura institucional e práticas de sustentabilidade nas universidades e atuar fortemente para um futuro sustentável junto a sociedade, ao ensino básico e às demais universidades. Em 2010, 421 universidades em 52 países haviam assinado a declaração.

Segundo Sáenz (2014), desde 1986 se realizam fóruns nacionais e subregionais a respeito da relação universidade e ambiente nos países da América Latina.Em 2007 foi constituída a Aliança de Redes Iberoamericanas de Universidades pela Sustentabilidade e o Ambiente (ARIUSA), com a missão de promover e apoiar a cooperação acadêmica, científica e a coordenação de ações no campo ambiental entre as universidades ibéricas, latinoamericanas e caribenhas. Em 2012 foi lançada a Aliança Mundial de Universidades sobre Ambiente e Sustentabilidade (GUPES, em inglês), uma iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) com o objetivo de promover a integração dos aspectos ambientais e da sustentabilidade no ensino, na pesquisa, na participação comunitária e na gestão das universidades, assim como aumentar e melhorar a participação dos estudantes em atividades voltadas ao desenvolvimento sustentável dentro e fora das universidades.

Uma boa visão do estado da arte e dos desafios para a ambientalização das universidades Iberoamericanas pode ser encontrada no livro "Visões e Experiências Iberoamericanas de Sustentabilidade nas Universidades", publicado em decorrência do 3º Seminário Internacional de Sustentabilidade na Universidade, realizado em 2011.

Em outro estudo, Tauchen e Brandli (2006) analisaram 42 universidades localizadas no Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, Portugal, Alemanha, Espanha, França e Nova Zelândia, além de quatro estudos de caso no Brasil, a respeito das suas práticas de gestão ambiental. As ações sustentáveis que mais apareceram foram o controle do consumo e reuso da água e o programa de reciclagem-gestão de resíduos (22%), seguidos do treinamento e sensibilização dos alunos (19%), a auditoria ambiental (16%) e o diagnóstico dos impactos significativos para o ambiente (16%).

Um dos exemplos europeus destacados pelos autores é o projeto Ecocampus[2], que é um sistema de gerenciamento ambiental direcionado às IES, que permite que faculdades e universidades sejam reconhecidas por suas práticas de sustentabilidade ambiental. Alguns dos exemplos-chave da sustentabilidade, considerados pelo projeto, são: contribuir para o desenvolvimento da ética sustentável; controlar os transportes dentro do campus; primar pelo bem estar, saúde e segurança; reduzir os desperdícios; aprimorar as atividades ambientais

2 Site do Projeto ligado à Universidad Autonoma de Madrid: http://www.uam.es/servicios/ecocampus/especifica/

curriculares; monitorar o consumo de água e energia; e motivar a participação da comunidade local e regional (Tauchen e Brandli, 2006).

Outros exemplos pontuais de ações que tem sido desenvolvidas em termos da ambientalização da instituição são as edificações sustentáveis (como é o caso, por exemplo, da Tongji University, na China[3]) e a gestão de resíduos (por exemplo o programa USP Recicla, da Universidade de São Paulo[4]). Mas um importante desafio ainda é a inclusão da sustentabilidade como eixo transversal nos cursos de graduação (Layrargues e Dourado, 2011) e nas ações da gestão das universidades, sobretudo nas dimensões da democracia, participação e diálogo interdisciplinar (Toledo, 2000). Nesse sentido, ao pensar o papel das universidades na viabilização da sustentabilidade, Sorrentino e Nascimento (2010) sugerem ações em termos de ensino, pesquisa, extensão e gestão, com destaque para o papel formador da instituição:

> Nesses processos de formação, permanentes e continuados, a Educação Ambiental nas Instituições de Ensino Superior pode cumprir dois papéis: o de educar a própria instituição, para ela incorporar a questão ambiental no seu cotidiano – a ambientalização da Instituição, presente em todas as suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão; e o de contribuir para educar ambientalmente a sociedade – um projeto ambientalista de país e as ações educadoras com ele comprometidas (p.25).

Um reforço a esse ponto de vista é a já citada "Declaração de Taillores sobre os Papeis Cívicos e Responsabilidade Social do Ensino Superior", que reconhece e defende aspectos essenciais a cidadania planetária como:

> As universidades têm a responsabilidade de promover entre seu corpo docente, alunos e funcionários o senso de responsabilidade social e um compromisso com o bem social, o qual, acreditamos, é a base para o sucesso de uma sociedade democrática e justa. (...) A universidade deve usar o processo de educação e pesquisa para responder às, servir e fortalecer suas comunidades para a cidadania local e global. A universidade tem a responsabilidade de participar efetivamente do processo democrático e dar voz aos menos privilegiados.

No presente trabalho é apresentado um conjunto de indicadores que visam auxiliar a universidade a auto avaliar seu desempenho no campo da sustentabilidade. É apresentado também um exercício de validação dos indicadores a partir de sua aplicação no campus da Universidade de Brasília na cidade de Planaltina, Distrito Federal, Brasil.

2. Proposta de indicadores para a sustentabilidade na universidade

A partir de um conceito amplo de sustentabilidade, foram elaborados 39 indicadores distribuídos em quatro aspectos: a. A sustentabilidade na gestão da instituição; b. Ações formativas de sustentabilidade voltadas aos estudantes; c. Ações de sustentabilidade com impacto na sociedade; d. Sustentabilidade nos documentos norteadores da instituição.

Com o objetivo de promover a reflexão dos papéis das universidades e das ações realizadas e potenciais em termos de sustentabilidade, o questionário parte da percepção dos gestores a respeito do desempenho institucional nos diversos itens propostos. Para cada subitem foi solicitado que os gestores assinalassem a intensidade com a qual o tema é tratado em sua instituição: fraca, média, forte. Ao final de cada aspecto havia espaço para considerações diversas que explicassem as opções assinaladas.

---

3 A Universidade se apresenta como um "campus verde" - http://www.tongji.edu.cn/english/

4 O programa é coordenado pela Superintendência de Gestão Ambiental da USP, e atua em 6 campi da USP - http://www.sga.usp.br/

O primeiro grupo de indicadores foi composto por 12 itens associados a ideia de sustentabilidade na gestão, o que incluiu investimentos tecnológicos e de infraestrutura adequados ao uso racional dos recursos naturais, como também aspectos da organização da universidade como uma comunidade democrática em que se pressupõe a participação e a realização humana no trabalho. Os indicadores foram os seguintes:

a. A sustentabilidade na gestão da instituição
a.1. Uso sustentável de energia
a.2. Uso sustentável de água
a.3. Compras sustentáveis
a.4. Edificações sustentáveis
a.5. Tratamento de resíduos
a.6. Conservação da biodiversidade no campus
a.7. Democracia na tomada de decisões
a.8. Estímulo à participação
a.9. Fortalecimento do senso de pertencimento a uma comunidade
a.10. Qualidade de vida no trabalho
a.11. Condições de trabalho
a.12. Satisfação dos trabalhadores

O segundo grupo de indicadores também foi composto por 12 itens, todos associados a ideia de sustentabilidade nos processos de formação dos discentes, tanto por meio do acesso à temática sustentabilidade no currículo e na participação em projetos, quanto por meio da vivência de experiências promotoras do fortalecimento da cidadania plena. Os indicadores foram os seguintes:
b. Ações formativas de sustentabilidade voltadas aos estudantes
b.1. Presença da temática sustentabilidade nos cursos
b.2. Presença da temática sustentabilidade nas disciplinas
b.3. Qualidade de vida do estudante
b.4. Acesso a participação em projetos ambientais
b.5. Estímulo à participação na gestão universitária
b.6. Estímulo à autonomia
b.7. Estímulo à responsabilidade
b.8. Prática da interdisciplinaridade
b.9. Prática do diálogo da ciência com outros saberes
b.10. Tratamento da realidade local
b.11. Tratamento da realidade regional
b.12. Tratamento da realidade global

O terceiro grupo de indicadores também foi composto por 12 itens associados a ideia de sustentabilidade com impacto na sociedade, considerando as relações que a universidade estabelece com diversos setores da sociedade, como também o esforço na execução de projetos e publicações que aproximem a sociedade da universidade. Os indicadores foram os seguintes:
c. Ações de sustentabilidade com impacto na sociedade
c.1. Projetos ambientais de pesquisa e extensão no âmbito local
c.2. Projetos ambientais de pesquisa e extensão no âmbito regional
c.3. Organização/participação em atividades comunitárias
c.4. Relação com escolas
c.5. Relação com produtores rurais
c.6. Relação com movimentos sociais
c.7. Relação com empresas
c.8. Relação com populações tradicionais

c.9. Relação com governo
c.10. Relação com ONGs
c.11. Relação com instituições públicas
c.12. Produção de publicações de acesso ao público leigo

O quarto e último grupo de indicadores foi composto por apenas 3 itens associados a ideia da presença da sustentabilidade como tema orgânico da instituição. Foram consideradas a presença do tema nos documentos que orientam a filosofia de trabalho do campus como também as condições da estrutura administrativa para viabilizar ações de sustentabilidade. Os indicadores foram os seguintes:
d. Sustentabilidade nos documentos norteadores da instituição.
d.1. Presença da sustentabilidade no Projeto Político Pedagógico Institucional ou Estatuto
d.2. Destaque dado à sustentabilidade dentre as missões da instituição
d.3.Existência de estruturas administrativas voltadas à sustentabilidade no organograma

A proposta da pesquisa foi apresentada aos gestores da Faculdade UnB Planaltina, diretor e vice-diretora, e o formulário foi entregue para que fosse respondido em um período de 10 dias. Diretor e vice-diretora responderam o formulário separadamente. No momento da devolução do formulário foi realizada uma entrevista de avaliação do processo na qual foram discutidos aspectos do instrumento de auto avaliação proposto e da opinião dos gestores a respeito do papel da atividade em promover a reflexão sobre a sustentabilidade na instituição.

3. Validação do instrumento e o caso da Faculdade UnB Planaltina

A Universidade de Brasília (UnB) foi fundada em 1961, associada ao processo de construção de Brasília, a nova capital do país. Em 2005 foi publicada uma proposta preliminar de expansão da universidade em três novos campi, a serem construídos em um raio de cerca de 50 km do campus central. O campus da UnB na cidade de Planaltina se chama Faculdade UnB Planaltina (FUP) e teve seus trabalhos iniciados em 2006, com apenas dez professores contratados e dois cursos de graduação em funcionamento. Atualmente abriga 100 professores, cerca de 100 funcionários, e atende a mais de 1400 estudantes, ocupando uma área construída aproximada de 11.500 m² em meio à vegetação savânica de cerrado.
A FUP apresenta uma organização matricial, onde todos os professorese servidores técnico-administrativos são vinculados à faculdade, não havendo departamentos. Os professores são agrupados em cinco áreas de conhecimento (Ciências Exatas, Ciências da Vida e da Terra, Educação e Linguagens, Ciências Sociais e Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Tecnologia), cada uma expressa por um fórum, e podem atuar livremente em mais de um dos quatro cursos oferecidos pela unidade, todos de caráter interdisciplinar: Licenciatura em Ciências Naturais (diurno e noturno), Licenciatura em Educação do Campo, Bacharelado em Gestão Ambiental e Bacharelado em Gestão do Agronegócio.
O processo de instalação do campus e da sua estrutura administrativa e pedagógica é descrito em mais detalhes por Bizerril e Le Guerroué (2012) e Bizerril (2013, 2014).
As respostas ao questionário revelaram uma percepção positiva de atuação da FUP no campo da sustentabilidade por parte de seus gestores, com 54% (n=78) de indicações de "forte" para a atuação da instituição (fig. 1). As indicações de atuação fraca foram citadas em 13% dos casos, associados aos temas gestão, relações com a sociedade e documentos institucionais (fig. 2). As opiniões dos gestores variaram em relação aos quesitos, mas de modo pouco discrepante. Em 36% dos itens os gestores fizeram marcações idênticas, e diferenças extremas, ou seja, quando um considerou a atuação forte e o outro, fraca no mesmo item, ocorreram apenas em três ocasiões (7%).

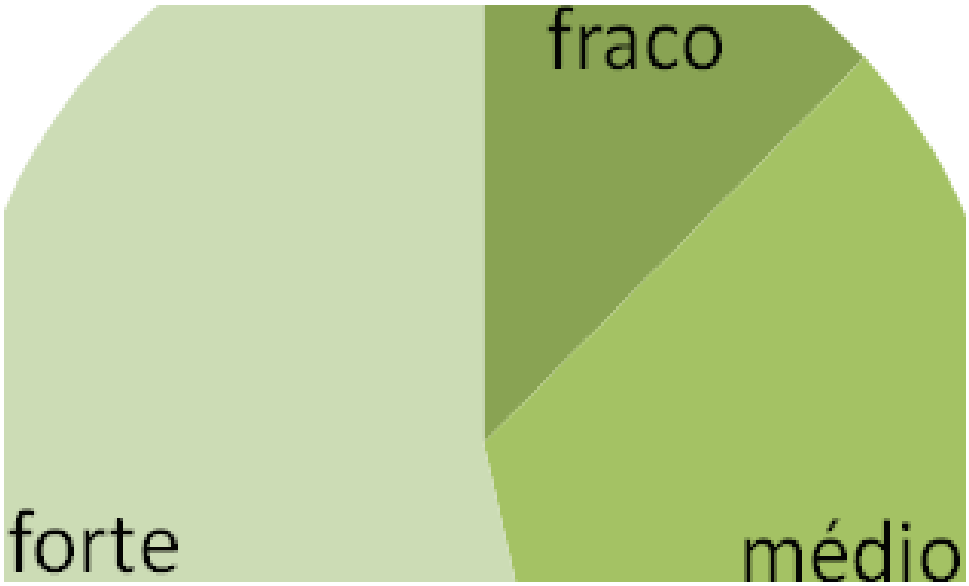

Fig. 1. Totalização da percepção dos gestores em relação aos 39 indicadores de sustentabilidade em sua instituição.

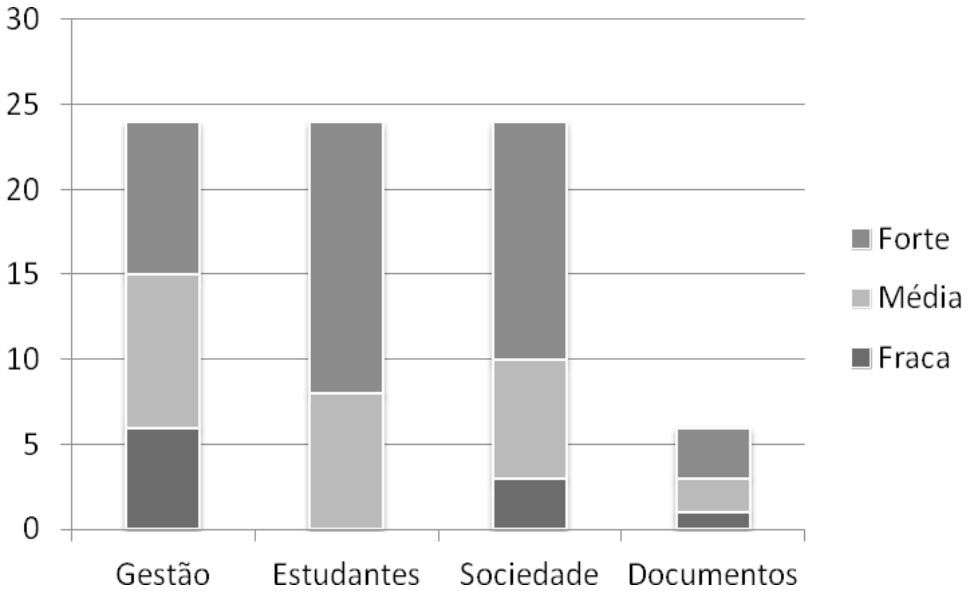

Fig. 2. Totalização da percepção dos gestores em relação aos indicadores de sustentabilidade em sua instituição, em cada um dos quatro grupos temáticos.

Os gestores compreendem que o campus apresenta condições favoráveis para a sustentabilidade em decorrência da sua estrutura de cursos e do perfil da equipe de profissionais existente. No entanto, reconhecem a necessidade de melhorar a articulação entre as ações existentes, sobretudo no que diz respeito à formação dos estudantes e as relações com a sociedade. Fortalecer a já existente coordenação ambiental é uma ação destacada.

A estrutura básica do instrumento foi aprovada pelos gestores, com sugestões específicas para o aprimoramento, especialmente no que diz respeito à inclusão de explicações mais detalhadas no conceito de sustentabilidade que orienta o questionário. Ambos concordam que o questionário foi eficiente em provocar a reflexão sobre os rumos do campus nos diversos setores relacionados à sustentabilidade.

Um aspecto destacado foi a constatação da necessidade de fortalecer a perspectiva interdisciplinar e de autonomia aos trabalhos dos servidores técnico-administrativos. Outro ponto recorrente na fala dos gestores é a discussão sobre as condições de trabalho e os entraves da gestão pública na universidade como, por exemplo, a falta de autonomia: "*A sustentabilidade requer compromisso e o compromisso requer condições que superem*

os entraves na forma como a gestão pública é hoje. Há uma carga muito grande sobre os acadêmicos que estão na gestão, sem estrutura adequada de apoio."
Na perspectiva dos gestores, uma parte significativa do tempo é dedicada à gestão do cotidiano e ao enfrentamento da burocracia, restando menos tempo que o desejado para discussões estratégicas sobre o papel da universidade e a inovação na gestão.

4. Considerações

O ensino superior está, na atualidade, diante de grandes desafios, marcadamente o de redefinição de suas missões e o de organizar o repentino processo de expansão, sem precedentes na história, decorrentes da necessidade de todos os países em se inserirem na "sociedade do conhecimento" (Bernheim e Chauí, 2008; Mello, 2011).
Como é destacado por Sobrinho & Goergen (2006, *apud* Mello, 2011):

> a formação profissional [em nível superior] não pode limitar-se a uma simples capacitação técnica, nem ser um meio de progresso individual de propriedade privada, nem tampouco uma adesão acrítica das urgências do mercado ou um instrumento de 'economização' da sociedade, [mas deve conter] um valor público como parte da formação integral das pessoas e, por isso, tem de orientar-se à construção e realização da vontade e dos objetivos centrais de uma sociedade democrática (p. 127-28).

Do quadro de expansão e aumento da complexidade da educação superior no contexto mundial emerge a discussão a respeito da *qualidade* e das formas de sua aferição e controle.Há diversas formas de estabelecer critérios de avaliação de qualidade. No caso das universidades, os *rankings*, por exemplo, despertam tanto interesse quanto controvérsia ao servirem de maneiras de classificar as instituições de ensino superior. Os críticos desses *rankings* contestam as diferenças nos pesos dados a determinadas funções das universidades (por exemplo, publicações em periódicos internacionais) em detrimento de outras (por exemplo, o impacto social das universidades). Na América Latina, os métodos de acreditação são também criticados pela sua conotação política e de imposição de ideologias, por representarem, na maioria dos casos, um viés norte-americano e eurocêntrico.Verifica-se que ainda que haja algum consenso em torno da necessidade de haver um processo de assegurar a qualidade nas universidades, há diversas controvérsias a respeito dos modos de estabelecer essa avaliação, a ponto de alguns documentos afirmarem "a impossibilidade de se chegar a um único conjunto de critérios padronizados de 'qualidade' aplicável a todos os países e localidades" (Mello, 2011, p.139).
Para muitos, o resultado prático mais contundente dos *rankings* é o fortalecimento de uma cultura de competição, onde as instituições passam a ter como meta o aumento na pontuação em detrimento da discussão sobre quais as metas e ações que a instituição e a comunidade acadêmica desejam ver estabelecidas. Assim, a instituição passa a almejar (e comemorar) um posto mais destacado no *ranking*, aceitando passivamente os critérios impostos. A ausência dessa crítica faz com que a universidade invista mais tempo buscando adequar as ações da instituição para o atendimento aos *rankings*, do que provocando reflexões internas que visem transformações para a melhoria do atendimento da universidade às suas próprias missões. Essa análise encontra fundamentação na discussão que Lima (2005) estabelece a respeito do processo de subordinação que a educação se encontra em relação à economia, no modelo neoliberal:

> A educação passa a integrar-se numa indústria de serviços, num mercado de fornecedores em competição. Espera-se, que em termos de resultados e de processos de gestão a educação possa, finalmente, adaptar-se cabalmente à "economia do conhecimento" e enfrentar com sucesso os requisitos da competitividade internacional. Para esse efeito é necessário que ensine a competir, o que só será possível se, ela mesmo, aprender a competir através da prática da competição. A emulação e a rivalidade são os valores centrais, a partir de uma base individual e psicológica que é transferida e generalizada para as organizações, os países e as instituições internacionais (Lima, 2005, p.81).

Há duas contradições em estabelecer indicadores mensuráveis de sustentabilidade para universidades. O primeiro diz respeito aos argumentos apresentados nos parágrafos anteriores, pois a sustentabilidade seria vista como mais um item a promover a competição entre as universidades, e a inibi-las a exercer sua liberdade acadêmica e autonomia institucional, características essenciais à manutenção da importância das universidades nas sociedades. Darcy Ribeiro, fundador da Universidade de Brasília, sugere o papel almejado para a universidade pública brasileira a partir de diversas expressões que utiliza no livro "Universidade para que?" quando se refere à universidade tais como: "Casa da Consciência Crítica", "Casa dos Saberes", "Centro de Cultura", "Casa em que a nação se pensa a si mesma como problema e como projeto", "instituição que possa ousar pensar diferente que os governos", e até mesmo,"repensar outra vez tudo (...) como só uma universidade pode fazer." (Ribeiro, 1986).

Da extensa análise feita por Mello (2011) a respeito do papel das universidades na sociedade contemporânea, pode ser destacado o trecho em que defende que:

> Não seria exagerado afirmar que o principal desafio universitário, na atualidade, será aquele de encontrar pontos de equilíbrio entre as demandas do setor produtivo e da economia e as demais oriundas de outros setores da sociedade, sem abdicar, em quaisquer dos casos, da autonomia relativa que, como corporação (no sentido constitutivo de sua especificidade), deve manter diante de seus legítimos interlocutores (Mello, 2011, p. 151).

Nesse sentido, Pedrosa (2014) entende a autonomia como a capacidade de decidir livremente sobre uma missão específica e organizar a universidade adequadamente para atendê-la. Assim, as estratégias, estruturas, inter-relações e processos que melhor apoiem determinada missão institucional devem ser escolhidos e ajustados pela própria estrutura de governança das universidades, com o apoio e participação da comunidade acadêmica e da sociedade. Enfim, a opção da universidade pela sustentabilidade deve figurar dentre as formas de exercer sua autonomia como resposta às demandas sociais da atualidade, e não no simples atendimento de regras pré-estabelecidas por agências reguladoras da qualidade do ensino superior.

A segunda contradição diz respeito ao próprio significado da sustentabilidade no mundo contemporâneo. A construção dos significados atribuídos a ideia de sustentabilidade vem sendo feita sobretudo fundada na ideia de reestruturação ou ruptura com o modelo vigente, pautado na competição, no individualismo, na busca por vantagens, na falta de envolvimento com os projetos coletivos, na desigualdade, modelo este que nos levou a atual situação de calamidade socioambiental. De outro lado, busca-se na sustentabilidade outro modelo em que a participação, o envolvimento, o diálogo e o sentido de pertencimento comunitário e responsabilidade global sejam preponderantes nas decisões sobre um futuro comum a todos (Sorrentino et al., 2014). Nesse contexto, a universidade precisaria optar pela sustentabilidade como forma de ser agente da transformação que se deseja para o planeta. Agindo assim, a universidade promoveria, nos sujeitos que dela participam, o sentimento e as condições para, como aponta Freire (2002), compreender o mundo e suas contradições para poder transformá-lo, e não apenas constatá-lo.

Qualquer uma das duas análises nos leva à conclusão que a sustentabilidade na universidade precisa ser estimulada, pensada e realizada a partir das condições e características de cada instituição, e não meramente aferida ou quantificada para fins de avaliação.

Nesse trabalho a opção por autoavaliar é consciente e sustentada pelos diversos argumentos associados às contradições impostas pelos sistemas de aferição de qualidade na educação superior e às contradições entre a ideia de aferição e a prática da sustentabilidade. A diversidade de indicadores serve para promover a reflexão sobre a complexidade do tema, mas também oferecer possibilidades de ação para as universidades com as condições que dispõem. Essas ações incluem tanto as imediatas quanto as que devem ser planejadas a médio e longo prazos. Outrossim, é reconhecido que o tema requer reflexão e que a proposta apresentada no presente estudo constitui-se em um ponto de partida ainda carecendo de amadurecimento para sua aplicação em escala mais ampla.

5. Referências bibliográficas

ARIUSA. (2014), Alianza de Redes Iberoamericanas de Universidades por la Sustentabilidad y el Ambiente. Disponível em: http://ariusa.net/es/. acesso em: 17 de julho de 2014.

BERNHEIM, C. T.; CHAUÍ, M. S. (2008), *Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior*. Brasília: UNESCO, 44p.

BIZERRIL, M.X.A. (2013), "A estrutura acadêmica do campus da Universidade de Brasília em Planaltina-DF e seu potencial para a promoção do trabalho interdisciplinar". In: *Atas da 3ª Conferência da FORGES - Política e gestão da Educação Superior nos países e regiões de língua portuguesa*. Lisboa: Universidade de Lisboa, p. 1-11.

BIZERRIL, M.X.A. (2014), "Gestão participativa em uma equipe em formação: o caso do campus de Planaltina da Universidade de Brasília". In: Mano, M. (org.) *Roteiro do Plane(j)amento Estratégico.* Coimbra: Universidade de Coimbra. No prelo.

BIZERRIL, M.X.A.; LE GUERROUÉ, J.L. (2012), "FUP: a construção coletiva de um campus interdisciplinar". In Saraiva, R.C.F. & Diniz, J.D.A.S. (Org.). *Universidade de Brasília: trajetória da expansão nos 50 anos.* 1ª ed. Brasília: Decanato de Extensão, p. 23-30.

FREIRE, P. (2004), *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

LAYRARGUES, P.P.; DOURADO, M.F. (2011), "O grau de internalização da temática ambiental na Faculdade UnB Planaltina". In: Leme, P.C.S.; Pavesi, A.; Alba, D.; Gonzalez, M.J.D. (coord.). *Visões e Experiências Iberoamericanas de Sustentabilidade nas Universidades.* Universidade de São Paulo, Universidad Autónoma de Madrid, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pp: 235-240.

LIMA, L.C. (2005), "Cidadania e educação: adaptação ao mercado competitivo ou participação a democratização da democracia?" *Educação, sociedade e culturas* 23:71-90.

LEME, P.C.S.; PAVESI, A.; ALBA, D.; GONZALEZ, M.J.D. (coord.). (2001), *Visões e Experiências Iberoamericanas de Sustentabilidade nas Universidades.* Universidade de São Paulo, Universidad Autónoma de Madrid, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

MELLO, A.F. (2001), *Globalização, sociedade do conhecimento e educação superior: os sinais de Bolonha e os desafios do Brasil e da América Latina*. Brasília: Editora UnB, 329p.

PEDROSA, J. (2014), "Autonomy and Accountability in University Governance". In: Bergan, S., Egron-Polak, E. Kohler, J. and Purser, L. (ed.). *Leadership and Governance In Higher Education*, volume 1,(pp.23-39). Berlin: Raabe Academic Publishers.

RIBEIRO, D. (1986), *Universidade para quê?* Brasília, Editora Universidade de Brasília.

SÁENZ, O. (2014), "Fóruns nacionais de universidades e sustentabilidade na América Latina e no Caribe". *Anais da VI Conferência de Educação Ambiental e Sustentabilidade: o melhor de ambos os mundos,* São Paulo: Universidade de São Paulo e Serviço Social do Comércio, pp. 108-126.

SORRENTINO, M. & NASCIMENTO, E. (2010), "Universidade e Políticas Públicas de Educação Ambiental". *Educ. foco*, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 15-38,set 2009/fev 2010.

SORRENTINO, M., et al. (2013), *Educação ambiental e políticas públicas: conceitos, fundamentos e vivencias.* 1. Ed., Curitiba: Appris.

TAUCHEN, J. & BRANDLI, L.L. (2006), "A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário". *Gestão & Produção*, v.13, n.3, p.503-515, set-dez.

The Talloires Declaration. (1990), Disponível em: http://ulsf.org/programs_talloires.html. Acesso em: 15 julho 2014.

The Talloires Declaration on the Civic Roles and Social Responsibilities of Higher Education. (2005), Disponível em: http://talloiresnetwork.tufts.edu/who-we-ar/talloires-declaration/ Acesso em 15/07/2014.

TOLEDO, V.M. (2000), "Universidad y sociedad sustentable: Una propuesta para el nuevo milenio". *Tópicos en Educación Ambiental* 2 (5), 7-20.

Tratado de Educação Ambiental Para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. (1995), In: Viezzer, Moema; Ovalles, Omar; Trajber, Rachel. *Manual Latino-Americano de Educ-Ação Ambiental.* São Paulo: Editora Gaia.

Uma leitura do Programa de Iniciação à Docência (Pibid), a partir da abordagem da ação coletiva

Fernanda Litvin Villas Bôas[1]

Daniela Lobo D'Avila[2]

Leila Chalub Martins[3]

Resumo: A melhoria da qualidade da educação básica configura-se como um dos grandes desafios para o desenvolvimento social e econômico do Brasil nos próximos anos. Reconhecendo a importância do papel do professor, esta comunicação tem como objetivo analisar o processo de implementação do Pibid, a partir da perspectiva teórica da ação coletiva, que permite compreender as complexas relações que caracterizam as redes de atores no âmbito de uma determinada política pública. O Pibid foi implementado pela Capes, fundação ligada ao Ministério da Educação, em 2007, com o propósito de qualificar a formação inicial de professores, a partir da inserção do licenciando no cotidiano das escolas da rede pública, desde o início do curso, resignificando a relação entre teoria e prática em seu processo formativo. A análise dos primeiros resultados mostra a importância do programa no cenário de políticas docentes e a sua contribuição para a melhoria da qualidade da educação brasileira.

Palavras-chave: Pibid; formação de professores; educação básica; política docente; ação-coletiva.

Introdução

O presente artigo tem como objetivos refletir sobre alguns desafios que se colocam à gestão das políticas públicas em educação nos tempos atuais, bem como apresentar a análise da política de formação docente intitulada PIBID - Programa de Iniciação à Docência – Pibid, a partir da perspectiva teórica da ação coletiva.
O Pibid é um programa de incentivo à formação inicial de professores e à valorização do magistério, implementado pela Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB), da Capes, desde 2007, que concede bolsas aos estudantes das licenciaturas para viabilizar a sua inserção nas escolas públicas de educação básica. As atividades pedagógicas desenvolvidas pelos licenciandos são orientadas pelo coordenador de área (docente da licenciatura) juntamente com o supervisor (docente da escola), que também recebem uma bolsa, com valores diferenciados, para o desenvolvimento dessas atividades.

1[1]Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (PPGDSCI/CEAM/UnB; Mestre em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB), em 2007; Bacharel e Licenciada em Geografia pela UnB, em 2005. Analista em Ciência e Tecnologia, lotada na Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica da Capes/MEC/Brasil, desde 2008.

2 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília (PPGDSCI/CEAM/UnB), com o tema de pesquisa em políticas públicas para pessoas com deficiência em Angola e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

3 Professora associada da Universidade Brasília, com atuação no PPG em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional e no PPG Educação. Doutora em Antropologia pela UNICAMP. Estagio pós-doutoral no Centre d'Analyse et d"Intervention Sociologiques - CADIS, da École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França (2011/2012). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Antropologia Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, sustentabilidade, complexidade, cultura e juventude. É coordenadora do Observatório da Juventude da UnB, do Núcleo de Estudos e Acompanhamento das Licenciaturas e Coordenadora Geral do Pacto pela Alfabetização na Idade Certa pela UnB.

O programa oportuniza aos estudantes das licenciaturas o contato com a realidade e o cotidiano das escolas de educação básica, desde o início do curso, qualificando o seu processo formativo (Brasil, 2013). Desta forma, a dinâmica do programa permite uma reaproximação das instituições de ensino superior e escolas, resignificando a relação entre teoria e prática no processo formativo deste aluno.

As instituições de ensino superior têm aderido cada vez mais ao programa, em resposta aos editais de seleção da Capes. De 3.088 bolsistas, em 2007, o Pibid ampliou sua concessão para 90.254 bolsas em dezembro de 2013, envolvendo 284 instituições de ensino superior e aproximadamente 6.000 escolas parceiras, das redes públicas municipais ou estaduais. O número de licenciandos e de instituições de ensino envolvidas é representativo no cenário atual das políticas docentes no Brasil, sugerindo a necessidade de pesquisas avaliativas sobre seus impactos (Gatti et al. 2011).

A escolha do Pibid como objeto de investigação, no âmbito deste estudo, justifica-se pela dimensão e abrangência do programa, presente em todas as unidades da Federação; pelo crescimento exponencial do programa em um curto período de tempo; e pelo orçamento anual expressivo destinado a sua manutenção, reforçando a necessidade de estudos e avaliações sobre o impacto dessa política.

Este artigo está estruturado em três partes: a primeira refere-se aos desafios postos aos pesquisadores e gestores em educação,considerando o contexto social contemporâneo no qual as políticas públicas de formação docente se inserem; a segunda, de cunho conceitual, apresenta uma breve revisão bibliográfica sobre a contribuição da vertente da ação coletiva para o estudo de políticas públicas; e, a terceira, e última parte, refere-se à análise de uma política de formação docente a partir dessa perspectiva teórica.

Políticas públicas em educação no contexto social contemporâneo

A melhoria da qualidade da educação básica configura-se como tema de intenso debate entre educadores, pesquisadores e gestores públicos e tem sido apontada como um dos grandes desafios para o desenvolvimento social e econômico do país nos próximos anos.

Diferentes setores da sociedade fazem duras críticas à qualidade da educação básica no país e frequentemente o desempenho do Brasil em avaliações internas, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e externas, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), são mencionados como exemplos da baixa qualidade do processo de ensino-aprendizagem nas escolas brasileiras (Brasil, 2010).

Para a melhoria da qualidade da educação básica, Gatti et al. (2009) destacam a qualidade da formação inicial e continuada como um dos eixos de maior relevância, juntamente com aspectos relativos à melhoria salarial, formas de carreira, maiores investimentos na educação básica e o resgate da cultura do valor da profissão. A compreensão dos processos educacionais e formativos nas universidades no contexto da sociedade contemporânea representa atualmente um desafio aos estudiosos e gestores da educação, segundo Gatti (2005).

Um dos principais sintomas da sociedade contemporânea é, segundo Harvey, a compressão espaço-temporal que refere-se a dois fenômenos simultâneos provocados pela globalização: por um lado, a fragmentação e a dispersão do espaço e do tempo; e, por outro, sob os efeitos das tecnologias da informação, a compressão do espaço (Harvey apud Bernheim et al. 2008: 10). Este autor afirma ainda que «as concepções do tempo e do espaço são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social» (Harvey, 1993: 189), de tal maneira que o tempo e o espaço não podem ser compreendidos independentemente da ação social.

Essa compressão impacta no processo de produção de novos saberes. Segundo Bernheim et al. (2008: 7), os conhecimentos contemporâneos apresentam também, entre outras características, maior complexidade, crescimento acelerado, e tendência para a rápida obsolescência.

Gatti (2005: 66) chama a atenção para o fato de que a multiplicação e a fragmentação dos conhecimentos também estão presentes no campo da educação. Ao analisar os currículos escolares, por exemplo, a autora aponta para o fato de quase sempre estarem baseados em um discurso científico moderno, com o referencial de um conhecimento objetivo e indiscutível, e, simultaneamente imersos em um contexto de volumosas mudanças em conhecimentos e áreas de saber, tornando os seus respectivos conteúdos facilmente obsoletos e passíveis de críticas.

No entanto, Gatti reconhece que no campo da educação há um movimento em busca de alternativas ao afirmar que:

> A corrida mundial em busca de novos currículos educacionais e de uma formação ao mesmo tempo polivalente e diversificada de professores, as propostas de transversalidade de conhecimento em temas polêmicos, mostram que a área educacional encontra-se no meio desse movimento em busca de alternativas formativas (Gatti, 2005: 603).

Bernheim et al. (2008), por sua vez, ao discutirem a relevância social dos sistemas de educação e o papel das universidades na sociedade contemporânea, consideram que as instituições precisam ser pertinentes com o projeto educativo enunciado em seus objetivos e em sua missão institucional e enfatizam as responsabilidades da educação superior para com o resto do sistema educacional:

No caso das licenciaturas, atualmente, essas enfrentam o desafio de formar professores aptos a lidar com as questões atuais que se colocam à docência, considerando o contexto de complexidade em que as escolas se situam hoje (Roldão, 2005). Gatti (2010) reitera a necessidade de que as universidades dediquem maior atenção à concepção, organização e desenvolvimento de seu projeto formativo, contribuindo para uma formação docente que propicie ao futuro licenciando experimentar níveis crescentes de complexidade e maior autonomia durante o seu processo formativo.

Outra questão central que se coloca à profissionalização docente é a importância de uma formação mais centrada na prática. Segundo Nóvoa (2006: 7), a «formação do professor é, por vezes, excessivamente teórica, outras vezes excessivamente metodológica, mas há um déficit de práticas, de refletir sobre as práticas, de trabalhar sobre as práticas, de saber como fazer».

Sobre o mesmo tema, Tardif (2005) também problematiza a atual ruptura entre a formação e a experiência e entre a teoria e a prática, sinalizando a necessidade dessa superação. O autor reconhece no processo educativo o pressuposto da interação permanente entre professor e aluno. Para o exercício da docência, Tardif (2003) descreve os saberes necessários à prática docente: o professor deve conhecer sua matéria; possuir conhecimentos relativos à pedagogia, além do saber prático, que emerge a partir de sua experiência cotidiana com os alunos em sala de aula.

Portanto, observa-se um consenso entre os autores, ao considerarem o professor como figura central na discussão acerca da melhoria da qualidade do ensino no país. Por isso, o debate acerca do processo de formação inicial se faz tão pertinente para qualificar a gestão de políticas públicas de formação docente.

Contribuições da vertente da ação coletiva para o estudo de políticas públicas

As últimas décadas registraram o ressurgimento da importância da área de conhecimento denominada políticas públicas, assim como de temas ligados às instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. Alguns fatores como a adoção de políticas restritivas de gastos, novos conceitos sobre governança e o papel do Estado na busca pela superação em conseguir formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população, foram fundamentais na contribuição de uma maior visibilidade nas Políticas Públicas, em especial nos países em desenvolvimento da América Latina (Souza, 2006).

A política pública é um conceito em constante construção na historicidade e, a partir de uma breve revisão bibliográfica, foi possível compreender algumas definições que referenciam os estudos e as práticas sociais e culturais contemporâneas. Nesse sentido, Saravia (2006) descreve a política como um fluxo de decisões públicas, com vista a orientar e manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Nessa perspectiva o autor ressalta:

> A finalidade última de tal dinâmica – consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas – constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política. Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a

> realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (Saravia, 2006: 28-29).

Souza (2006) considera que a Política Pública, do ponto de vista teórico-conceitual, é considerada um campo multidisciplinar, cuja construção parte do diálogo entre as áreas da sociologia, ciência política e economia. Os estudos nesta área enfocam a natureza das políticas e seus processos, e a repercussão na economia e nas sociedades. A formulação de Políticas Públicas constitui-se no estágio em que as governanças de Estados democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças sociais.

Para tanto, das diversas definições e modelos sobre políticas públicas, pode-se compendiar elementos fundamentais na gestão das ações, considerando que a política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz; o envolvimento de múltiplos atores e níveis de decisão, formais e não formais, 'humanos e não humanos'; a abrangência das políticas e a limitação de leis e regras; a política como uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados; os impactos da política pública alongo prazo envolvendo processos subseqüentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação (Souza, 2006 & Latour, 2012).

Entretanto, mediante a amplitude de ações que podem ser alcançadas pelo processo de política pública, vale ressaltar nas palavras de Saravia (2006) que este processo não constitui uma racionalidade manifesta, logo, não é considerada uma ordenação tranqüila na qual cada ator social conhece e desempenha o papel esperado. Nem mesmo o presente estágio da tecnologia possui condições de fazer com que os computadores descrevam os processos de política, apesar de servirem como instrumentos de mudança organizacional e processual. Nesse sentido, o autor ressalta que:

> As modernas teorias do caos são as que mais se aproximam de uma visualização adequada da dinâmica social, ou o tipo específico de organização que March e Olson denominam 'anarquia organizada'. Para eles, são características das instituições do Executivo as preferências problemáticas, as tecnologias não claramente especificadas e a participação fluida. Daí a dificuldade de racionalizar os processos de política pública (Saravia, 2006: 29).

A definição mais conhecida no campo da racionalidade se manifesta por meio de Laswell (1958), o qual julga que as decisões e análises sobre política pública implicam na resposta de questões como: quem ganha e o que ganha, por quê e que diferença isso faz. Outros autores definem ainda como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas (Mead, 1995); ou como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos (Lynn, 1980); ou ainda como a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos (Peters, 1986).

Souza (2008) expõe ainda,que das diversas definições sobre políticas públicas é possível evidenciar alguns elementos que constituem significantes fundamentais da ação coletiva, dentre os quais: distinção entre o que é planejado no governo enquanto política pública e o que de fato realiza; envolvimento de vários atores e níveis de decisão; a abrangência da ação não se limita a leis e regras; ação intencional, com objetivos a serem alcançados, com impactos a longo prazo e ainda a política pública envolve processos subseqüentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

A Constituição Federal de 1988 fundamenta pressupostos da descentralização e da participação social no esboço de novas direções, mais complexas e múltiplas, na gestão de políticas. Nesse sentido, a noção de redes na área pública contempla a complexidade da inter-relação de diferentes atores, possibilitando a integração desses na ordenação de uma ação coletiva direcionada ao bem comum. As redes detêm mecanismos de poder ordenados nas relações e como consequência processam o interesse público por meio da inter-relação de atores estatais e não-estatais em diferentes escalas – local, regional, nacional e global (Andrade, 2006).

As redes orientam relações mais horizontais no processo de coordenação facilitando à articulação de diferentes atores organizacionais empenhados no processo de gestão. Latour (2012: 340) esclarece que «não é o social que explica as associações, mas as associações que explicam o social».

Latour (2001: 356) também discute sobre o conceito de translação, que «refere-se a todos os deslocamentos

por entre outros atores cuja mediação é indispensável à ocorrência de qualquer ação». Na translação os atores alistam uns aos outros, sendo ela uma relação mediadora que torna associações fracas em fortes, constituídas por significações em que «os atores modificam, deslocam e transladam seus vários e contraditórios interesses» (Latour, 2001: 356). Pensar a ideia de associação e rede é pensar numa série de ações (eventos) distribuídos, e não pensados em razão de *causa e efeito*. O autor busca resgatar a nossa capacidade de dar um passo a mais nas descrições, atentando-se ao esgotamento e aos muitos atuantes desses eventos que estão em ação. O autor enfatiza que:

> Nessas situações é que temos de tomar uma decisão, caso desejemos estabelecer conexões sociais de maneiras novas e interessantes: ou nos afastamos dos analistas que só dispõem de uma metafisica completa ou ´seguimos os próprios atores´, que apelam para muitas. A concretude não prove da escolha de uma figuração, entre muitas, para substituir os atores, mas do aumento, nos relatos, da proporção entre mediadores e intermediários (Latour, 2012: 96).

Ainda segundo Latour (2012) um coletivo é pensado como o que pode ser constituído por diferentes atores (humanos e não-humanos). Nessa perspectiva, a intenção não é apenas compreender o que os atores fazem, mas também como e por que fazem. O ator-rede é induzido a agir por uma vasta rede, em forma de estrela, de mediadores que entram e saem, sendo assim:

> Para entender o que considero o fim último da ANT, precisamos libertar de suas gaiolas entidades até agora proibidas de pisar o palco e deixá-las perambular novamente pelo mundo. Que nome lhes dar? Entidades, seres, objetos, coisas invisíveis) talvez? Enumerar as diferentes maneiras pelas quais elas agrupam o coletivo exigiria um livro totalmente diferente; mas, por sorte, não preciso assinalar o ponto de forma positiva, apenas apontar o rumo e dizer por que minimizamos nossas chances de ser *objetivos* quando nos apegamos demasiadamente à sociologia do social (Latour, 2012: 342).

Ao utilizar a abordagem de Ator-Rede, Latour (2012) desloca a origem da ação que é pensada como um evento e não como um ato localizando os atores e objetos.O autor considera que os objetos também agem no sentido de serem dotados de alguma subjetividade, remetendo a idéia de associação e de rede, humanos e não-humanos onde os objetos agem numa série de eventos distribuídos. Nesse sentido a descrição de uma rede é uma maneira de dispor os rastros deixados por atores no curso de suas ações, o que vale pensar numa natureza performativa do social, ou seja, independente do que possa ser, ele o é em ação.

A utilização da teoria do ator-rede nas análises de política públicas permite a compreensão da gestão com uma realização coletiva que integra diferentes atores, pois trata conjuntamente o processo em suas características estruturais e relacionais (Andrade, 2006).

A ciência da gestão segundo Hatchuel (2008), estuda a racionalização do mundo, vinculada a capacidade de pensar e de explorar coletivamente um saldo de conhecimento e relações, sendo assim não está limitada a crítica da metafísica da ação racional mas oferece uma teoria axiomática da ação coletiva como horizonte e projeto universal. A teoria axiomática da ação coletiva no âmbito científico transdisciplinar sugere novas formas de pesquisa, novos modos de pensar, novos modos de governar.

Sendo assim, a gestão corresponde a ação de um processo de realização crítica por meio do qual reconstruímos nossos saberes e relações que irão nutrir esta nova figura da ação coletiva. Esse novo olhar sobre a gestão ganha um sentido particular a partir do pensar a teoria axiomática e reflexiva da ação coletiva que quer escapar das graves consequências que resultam das visões metafísicas de ação (Hatchuel, 2008).

Ao compreender que as políticas públicas concretizam-se na gestão, os instrumentos utilizados para sua implementação também constituem-se objetos importantes de reflexão. A instrumentação da ação pública é considerada por Lascoumes e Le Gales (2012: 20) como um «conjunto dos problemas colocados pela escolha e o uso dos instrumentos (técnicas, meios de operar, dispositivos) que permitem materializar e operacionalizar a ação governamental». A abordagem pela instrumentação revela os efeitos produzidos pelas escolhas dos instrumentos no espaço sociopolítico da ação pública construído por técnicas que visam mobilizar os fins, os conteúdos e projetos de atores. Com isso, a noção de instrumentos de ação pública ultrapassa as abordagens funcionalistas que privilegiam os objetivos das políticas públicas. Nesse sentido os autores expõem que:

> Um instrumento de ação pública constitui um dispositivo ao mesmo tempo técnico e social que organiza relações sociais específicas entre o poder público e seus destinatários em função das representações e das significações das quais é portador (Lascoumes & Le Gales, 2012: 21).

Os autores ressaltam que os instrumentos em operação não são aparelhos neutros, uma vez que produzem efeitos específicos independentes dos objetivos perseguidos e assim estruturam, em função de própria lógica, a ação pública. A inovação nos instrumentos utilizados incentiva as possíveis contribuições desta abordagem para analisar mudanças da ação pública e, mais amplamente, aquela dos fenômenos de recomposição do Estado (Lascoumes & Le Gales, 2012).

Uma análise da gestão do Pibid, a partir das ações e associações estabelecidas pelos os atores

Compreendendo a estrutura e dinâmica do Pibid

O Pibid foi criado pela Secretaria de Ensino Superior do MEC, em parceria com o FNDE, em 2007, e a responsabilidade por sua implementação foi designada à Capes, por meio de sua Diretoria de Educação Básica Presencial (DEB) _ atual Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica, criada em 2008, com a publicação da Lei11.502, de 2007.

Com a nova legislação e a consequente reformulação de seu estatuto, a Capes assume o desafio de colaborar para a melhoria da qualidade da educação básica no país, articulando esta nova missão ao seu tradicional compromisso com a pós-graduação brasileira.

No âmbito das políticas docentes, as ações da Capes estão voltadas à formação profissional de professores, inicial ou continuada, que atuarão ou atuam na educação básica, nas modalidades presencial ou à distância.

A Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica - DEB desenvolve seus trabalhos a partir de duas principais linhas de ação: a primeira refere-se à indução da formação inicial de professores para a Educação Básica, organizando e apoiando a oferta de cursos de licenciatura presenciais especiais, por meio do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor; e, a segunda corresponde ao fomento a projetos de estudos, pesquisas e inovação, desenvolvendo um conjunto articulado de programas voltados para a valorização do magistério.

O Pibid situa-se nesta segunda linha de atuação e, conforme novo regulamento do Programa, publicado pela Portaria 096 de julho de 2013, pela Capes, tem entre os seus objetivos, contribuir para o aumento da qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica, a partir da inserção dos licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação.

A dinâmica do programa consiste na concessão de bolsas a estudantes das licenciaturas, integrantes dos projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino.

As IES encaminham um único projeto institucional à Capes, em resposta aos editais públicos, compilando os subprojetos que correspondem a cada uma das licenciaturas interessadas. Os projetos deve atender aos requisitos previstos em cada edital, mas de maneira geral devem oportunizar a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas parceiras, desde o início da sua formação acadêmica. Para o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas no contexto das escolas, os estudantes são orientados simultaneamente por um docente da licenciatura (coordenador de área) e por um professor da escola (supervisor).

Além do licenciando, os demais atores participantes do projeto também são contemplados com bolsas[4], nas seguintes modalidades: *Iniciação à docência* (estudantes de licenciatura); *Supervisão* (professores de escolas

---

4 Conforme regulamentação da Capes, os valores das bolsas variam conforme a modalidade. No caso do Pibid os valores praticados são: Iniciação à docência, no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais); Supervisão, no valor de R$765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais); Coordenação de área, no valor de R$1.400,00 (um mil e quatrocentos reais); Coordenação Institucional, no valor de R$1.500,00 (um mil e quatrocentos reais).

públicas de educação básica que supervisionam, no mínimo, cinco e, no máximo, dez bolsistas da licenciatura); *Coordenação de área* (professor da licenciatura que auxilia na gestão do projeto na IES) e *Coordenação institucional* (professor da licenciatura que coordena o projeto Pibid na IES).
Os projetos institucionais recebem, além da cota de bolsas, recursos anuais de custeio e capital para o desenvolvimento das atividades previstas. Outro aspecto importante refere-se à exigência de que as propostas apresentem detalhadamente a estratégia de seleção dos seus bolsistas, os critérios de escolha das escolas parceiras e as estratégias de acompanhamento e avaliação de seus respectivos projetos.
A seguir, serão apresentados dados e números do Pibid, desde a sua implementação que permitem compreender o processo de crescimento e expansão do programa e a sua atual dimensão. A análise desses dados nos conduzem a refletir sobre protagonismo dos múltiplos atores envolvidos na concretização desta política.

4.1.1. Histórico do Pibid em números: do período 2009 -2013

Apesar de o primeiro edital do Pibid ter sido publicado em 2007, o programa só foi efetivamente implementado a partir de 2009. Desde então foram publicados oito editais, conforme registrado no Relatório de Gestão da Capes 2009-2013.
Verificou-se que o primeiro edital do programa contemplou apenas a participação de IES federais. Já na edição 61/2013, o edital aceitou candidaturas de todas as IES públicas, privadas comunitárias, confessionais e filantrópicas e privadas, com bolsistas Prouni, ampliando significativamente as possibilidades de participação das IES formadoras.
Para permitir uma visão histórica do programa, recorremos aos dados compilados no Relatório de Gestão do Programa 2009 – 2013, disponível no site da Capes, que permitem visualizar facilmente a dimensão e abrangência do Pibid, bem como perceber o crescimento exponencial desta ação ao longo dos últimos anos.
Na ocasião da implementação das bolsas do primeiro edital, em 2009, o programa beneficiou 3.088 bolsistas e atualmente, com o lançamento dos últimos editais em 2013, o Pibid passou a apoiar 90.254 bolsistas.
O total de 90.254 refere-se à soma das diferentes modalidades de bolsas previstas no âmbito dos projetos institucionais, conforme demonstrado na tabela a seguir:

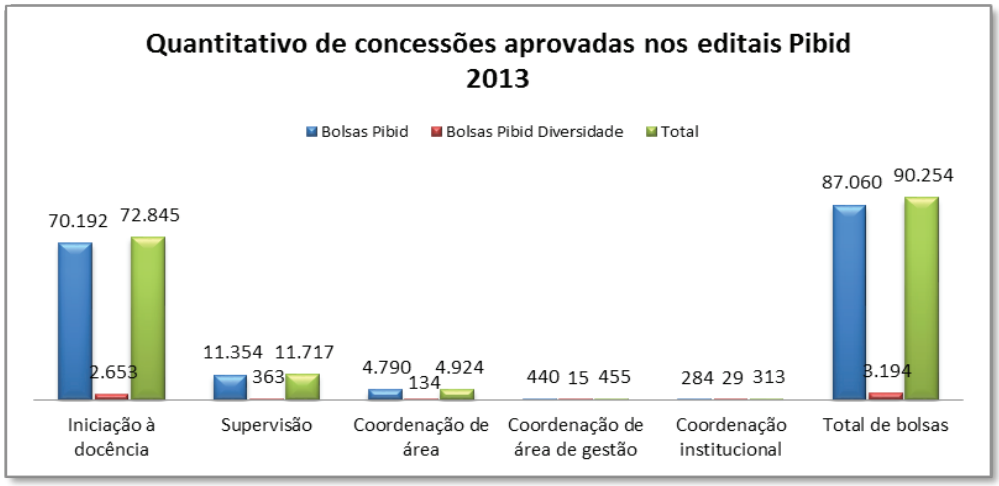

Gráfico 1. Quantitativo de bolsas aprovadas nos editais Pibid 2013 (Brasil, 2013: 17).

Na tabela abaixo, observam-se os números totais de IES, campis, subprojetos e bolsistas participantes do Pibid atualmente em cada região do país:

Tabela 1. Pibid 2013/14: IES, Campi, subprojetos e bolsistas por região (Brasil, 2013: 20).

	IES	Campi	Subprojetos	Bolsistas
N	27	95	300	9.103
NE	56	232	780	28.019
CO	21	110	381	8.894
SE	114	243	849	25.381
S	66	175	687	18.857
Total	**284**	**855**	**2.997**	**90.254**

O mapa a seguir, ajuda a visualizar a abrangência nacional do Programa, a partir da localização dos campi do Pibid:

Figura 1. Mapa dos campi do Pibid 2013/14 (Brasil, 2013: 21).

Considerando a distribuição de bolsas do Pibid por região, observa-se que o Nordeste recebe a maior cota, com 31% das concessões, conforme demonstra o gráfico abaixo:

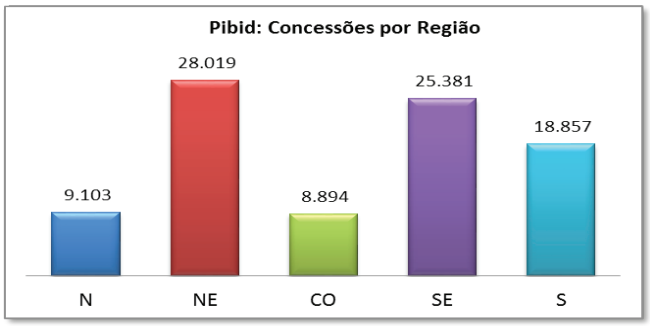

Gráfico 2. Quantidade de concessões por região (Brasil, 2013: 18).

Por outro lado, é no Sudeste onde está localizado o maior número de IES parceiras, com uma participação expressiva das IES privadas sem fins lucrativos, conforme pode ser observado no gráfico abaixo:

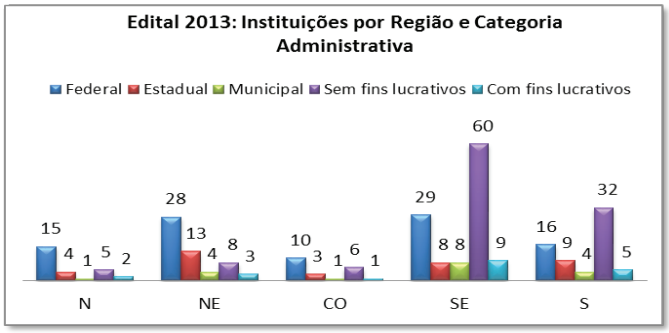

Gráfico 3. Instituições por Região e categoria administrativa (Brasil, 2013: 23).

Em relação à esfera administrativa das IES parceiras, observa-se que 82% das concessões estão nas IES públicas e 18% nas IES privadas:

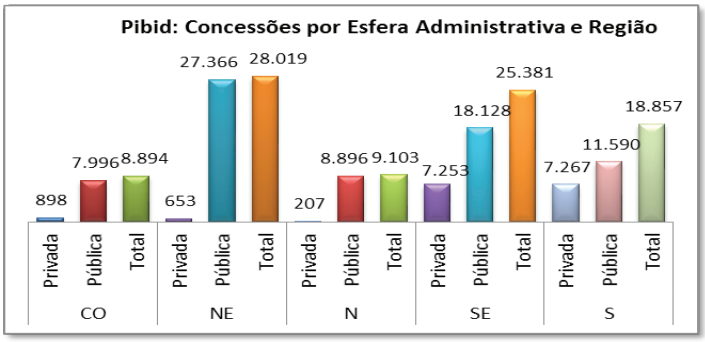

Gráfico 4. Concessões de bolsas por região e esfera administrativa (Brasil, 2013: 19).

Outro aspecto relevante sobre a execução do Pibid refere-se ao orçamento expressivo destinado à esta política. A tabela a seguir mostra a evolução dos recursos executados entre 2009 e 2013:

Tabela 2. Pibid: Evolução dos recursos executados

Ano	Executado
2009	20.041.950,00
2010	80.398.941,22
2011	138.597.928,92
2012	219.084.614,74
2013	287.900.596,63
Total	R$ 746.024.031,51

Após a apresentação de características estruturais do Pibid e dos dados que permitem compreender sua dimensão e abrangência, é importante revelar as características relacionais desta rede de atores que dão ao programa a possibilidade de constituir-se enquanto ação coletiva. O desenho abaixo corresponde à dinâmica do programa, evidenciando a forma como a Capes percebe a disposição dos participantes dos projetos.

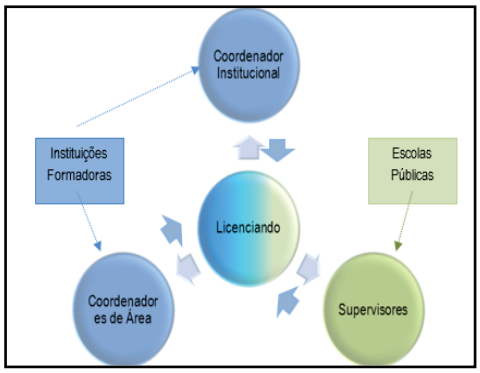

Figura 2. Pibid: Desenho do programa (Brasil, 2013: 1).

A partir da perspectiva de que o Pibid, enquanto exemplo de política pública, se concretiza a partir da dinâmica de relações e da prática de diferentes atores (Andrade, 2006: 56), vislumbramos que uma nova representação pode ser proposta, com a inclusão da Capes como um dos atores, em uma complexa articulação que seja capaz de evidenciar os múltiplos vínculos que se sobrepõem, entre os sujeitos nos diferentes contextos que se relacionam no cotidiano desta ação.

A constituição das redes de atores e o seu papel na concretização do Pibid, enquanto política de formação docente

A opção por utilizar a rede como método de análise justifica-se pela possibilidade de compreender as relações e associações estabelecidas entre os diversos atores presentes em uma determinada arena de ação.
A constituição do Pibid, enquanto ação coletiva, é possível a partir da articulação que se estabelece entre a Capes, as IES formadoras, as escolas da rede pública e os múltiplos vínculos entre os coordenadores institucionais, coordenadores de área, professores supervisores e estudantes das licenciaturas.
A Capes provavelmente não se identificou naquela representação gráfica como parte da dinâmica do programa por considerar-se, enquanto representante da voz do Estado, um ente distante que assume a responsabilidade pela normatização, regulação e fiscalização dos diferentes projetos.
No entanto, a partir da análise documental e dos instrumentos de gestão do Pibid, à luz dos teóricos com os quais dialogamos ao longo do texto, foi possível perceber que a Capes deve ser representada e reconhecida como um dos atores que compõem a rede responsável pela constituição desta política pública. Sim, talvez ela tenha um peso diferenciado em alguns momentos da dinâmica da rede, quando os outros atores circundam em torno dela. No entanto, em outros instantes, a configuração da malha se altera e o ator de maior peso passa a ser o estudante da licenciatura e assim sucessivamente.

A resiginificação dos instrumentos de gestão no decorrer do processo de consolidação do Pibid

Para a realização deste trabalho, foram analisados os principais documentos de normatização do programa, tais como os editais e regulamentos e os instrumentos de diálogo adotados entre a equipe gestora do programa e os demais atores interessados.
Como mencionado anteriormente, foram publicados oito editais entre o período de 2007 e 2013 e dois regulamentos. A partir da análise documental foi possível perceber alguns pontos que merecem destaque, entre eles:

> **a) Ampliação gradual das áreas do conhecimento aptas a participarem do programa**: no Edital 2007, apenas as licenciaturas em matemática, física, química e biologia poderiam submeter propostas. A partir de 2009, foram incorporadas as demais disciplinas que oferecem licenciatura e que estão presentes no currículo escolar do ensino fundamental e médio. E, finalmente, no Edital 2013, foram elencadas 29 áreas do conhecimento aptas a participarem e que podem dialogar com as escolas de maneira dinâmica e inovadora, tais como ciências agrárias, ciências

sociais, teatro, dança. Cada uma das áreas deve corresponder a um sub-projeto e em 2013 foi prevista a submissão de projetos de natureza interdisciplinar que articulem duas ou mais áreas do conhecimento.

b) Ampliação gradual do perfil das instituições de ensino superior aptas a participarem do programa: o primeiro edital, de 2007, foi destinado apenas às instituições federais de ensino superior - IFES; em 2009, o edital contemplou além das federais, as instituições estaduais de ensino superior; em 2010, o certame foi exclusivo para as instituições públicas municipais e comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos; o 2º edital do mesmo ano foi realizado em parceria com a Secad, para instituições que trabalham nos programas de formação de professores Prolind e Procampo; em 2011, contemplou a totalidade das instituições públicas em geral – IPES; em 2011, permitiu a ampliação do programa nas IES que já possuíam Pibid; em 2013, finalmente, considera todo o universo das instituições públicas e comunitárias, e incorpora as privadas com bolsistas do ProUni.

c) Ampliação da duração do projeto e da bolsa de iniciação à docência: no edital 2007 o projeto deveria ter a duração de até 24 meses e o bolsista poderia receber a bolsa por um período de 12 meses. Ao longo do processo e do diálogo com os atores que vivenciaram a implementação dos projetos na ponta, concluíram que a qualidade do processo formativo do estudante não poderia estar engessada a prazos tão rígidos. O ciclo de consolidação dos projetos e o fortalecimento da rede de parcerias fez com que a duração possível dos projetos, que são passíveis de renovação, fosse estendida a 48 meses. O estudante poderá receber bolsa pelo mesmo período, considerando que ele pode engajar-se nesta ação durante toda a sua graduação.

d) Amadurecimento do diálogo entre a Capes e os demais atores: observou-se que os primeiros seminários organizados pela Capes, para reunir os coordenadores dos projetos, tinham como objetivo oportunizar a troca de experiência entre os coordenadores e avaliar o andamento das ações. Não havia na programação do evento espaços garantidos aos grupos de trabalhos para discussão da execução da política em si. Atualmente, os encontros estão permeados por esta intenção. Houve uma flexibilização por parte da equipe gestora para escutar e dialogar com os atores em busca de soluções pactuadas aos problemas e dificuldades enfrentadas no cotidiano dos projetos. As plenárias, comissões, o esforço de redação coletiva e a consulta pública para a formalização dos instrumentos de gestão garantiram outro patamar de qualidade a esses documentos. Desta forma foi possível minimizar conflitos, pactuar decisões e revisar os instrumentos de gestão de modo a garantir a ampliação do programa com qualidade e o consequente fortalecimento da política.

Conclusão

Apesar de a Capes ter entre as suas atribuições o dever de elaborar as diretrizes e os atos normativos relacionados ao funcionamento do programa, de transferir os recursos financeiros aos projetos; e de acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução dos projetos, a análise das mudanças graduais dos instrumentos de gestão do programa evidencia que as vozes dos diferentes atores foram incorporadas no decorrer do processo desta política pública. Observa-se que houve uma disposição e flexibilização por parte do Estado para a construção de mecanismos coletivos de gestão, com a pactuação de regras, garantindo a representatividade dos diversos atores envolvidos. Essa mudança gradual observada na forma e no conteúdo dos instrumentos de gestão do Pibid, como os editais e regulamentos, publicados entre 2007 e 2013 evidenciam um aperfeiçoamento da política a partir do reconhecimento das vozes dos diversos atores, que antes eram considerados apenas beneficiários da política.

O processo de construção da nova regulamentação do programa, que envolveu a incorporação das críticas e sugestões, a consulta pública e a realização de um evento envolvendo mais de 200 instituições interessadas para a redação do documento final, pode ser citado como exemplo desta abertura do Estado para novos diálogos com a sociedade. A configuração desta rede de atores permitiu que os diferentes projetos do Pibid se

concretizassem com bastante autonomia nos diferentes contextos, disseminando resultados inovadores e que não foram previstos na etapa de planejamento, anterior à concretização da ação.
Os resultados dessa infinidade de ações que se realizam no âmbito de cada projeto estão ganhando visibilidade nos eventos de iniciação à docência organizados pelas IES formadoras e que acontecem simultaneamente em níveis, local, regional e nacional. Os trabalhos sistematizados apresentam reflexões sobre o diálogo entre teoria e prática que resultam do ir e vir permanente do estudante da licenciatura, nos ambientes das escolas e universidade, mediado pela relação com os demais autores, que também estão comprometidos com o objetivo de melhorar a qualidade da educação básica no Brasil.
A partir desta análise e do diálogo estabelecido com os autores, concluímos que não é possível um único ator protagonizar a resolução de um determinado problema, nem tão pouco o Estado. Neste sentido, o estudo de políticas públicas, a partir da teoria de redes, permite compreender o papel dos diversos atores envolvidos, que atuam como co-responsáveis na concretização de uma determinada ação pública.
Neste breve artigo foi possível constatar que a vertente da ação coletiva tem enorme potencial de contribuir para a compreensão das complexas relações que caracterizam as redes de atores no âmbito de uma determinada política. As redes configuram-se como uma importante estratégia de gestão compartilhada, com o potencial de resignificar a relação entre Estado e sociedade, qualificando os processos de políticas públicas em educação e em outras áreas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, J. A. de. (2006), "Redes de Atores: Uma Nova Forma de Gestão das Políticas Públicas no Brasil?". *Gestão & Regionalidade,* 64, mai-ago, pp. 52-66.

BERNHEIM, C. T.; CHAUI, M. S. (2008), *Desafios da Universidade na Sociedade do Conhecimento: cinco anos depois da Conferencia sobre ensino superior*. Brasília: UNESCO.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2013), *Relatório de Gestão DEB: 2009-2012*. Brasília: CAPES.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2010), *Plano nacional de pós-graduação [PNPG] 2011-2020*. Brasília: CAPES (1).

GATTI, B. (2005), "Pesquisa, Educação e Pós-modernidade". *Cadernos de Pesquisa*, 35 (126), pp. 595-608.

GATTI, B. (2010), "A formação de professores no Brasil: características e problemas". *Educação e Sociedade*, Campinas, 31 (113), p. 1355-1379.

GATTI, B.; BARRETO, E. S. de S. (2009), *Professores do Brasil: impasses e desafios.* Brasília: UNESCO. Disponível em http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001846/184682por.pdf, [consultado em 9-7-2014].

GATTI, B.; BARRETO, E. S. de S.; ANDRÉ, M. E. D. A. (2011), *Políticas docentes no Brasil: um estado da arte.* Brasília: UNESCO.

HARVEY, David. (1993), *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola.

HATCHUEL, A**.** (2008), "Quel horizon pour les sciences de gestion? Vers une théorie de l'action collective". In : David, A. ; Hatchuel, A. ; Laufer, R. (eds.). L*es nouvelles fondations des sciences de gestion*. Vuibert.

LASCOUMES, P.; LE GALES, P. (2012), "A ação pública abordada pelos seus instrumentos". *Revista Pós Ciência e Sociologia*. 9 (18).

LASWEL L. L. (1958), *Politics: Who Gets What, When, How*. Cleveland: Meridian Books.

(2012), *Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc.

LATOUR, B. (2001), *Esperança de pandora.* Ed. Bauru, SP: EDUSC.

LYNN, L. (1980), *Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis*. Santa Monica, Calif.: Goodyear.

MEAD, L. M. (1995), "Public Policy: Vision, Potential, Limits". *Policy Currents. 5 (*1-4).

NÓVOA, A. (2009), *Professores: imagem do futuro presente.* Lisboa: Educa.

OLSON, M. (1965), *The Logic of Collective Action.* Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

PETERS, B. G. (1986), *American Public Policy***.** Chatham, N.J.: Chatham House.

ROLDÃO, M. C. (2005), "Profissionalidade docente em Análise: especificidades dos ensinos superior e não superior". *Nuances: estudos sobre educação.* 12 (13). pp.105-126.

SARAIVA, E. (2006), "Introdução à teoria da política pública". In: SARAIVA, E; FERRAREZI, E. (Org). (2006), *Políticas públicas.*Brasília: ENAP, pp. 21-42.

SOUZA, C. (2003), "Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa*"*, *Caderno CRH.* 39. pp. 11-24.

SOUZA, C. (2006), "Políticas Públicas: uma revisão da literatura". *Sociologias*, Porto Alegre, 8 16, jul/dez, pp. 20-45.

TARDIF, M. (2003), *Saberes docentes e formação profissional.* 3. Ed. Petrópolis: Vozes.

TARDIF, M; LESSARD, C. (2005), O *Trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.* Petrópolis: Vozes.

Processo de Elaboração de um Modelo de Avaliação Interna na Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto (UAN)

Manuel Manuel Cambuanda

Felipe Silva Miranda

Resumo: O nível de desenvolvimento da Educação Superior de qualquer país passa pela avaliação da qualidade das suas instituições e também é mais complexo, sobretudo se parte-se de que o primeiro passo do processo é a avaliação interna ou autoavaliação das mesmas, no qual todos os atores envolvidos devem participar de forma activa e consciente: dirigentes, docentes, estudantes e trabalhadores não docentes. Neste contexto a Faculdade de Ciências da UAN propôs-se realizar a avaliação interna com um modelo proprio elaborado com a participação de todos. O objetivo do trabalho que se apresenta é mostrar os métodos utilizados e os resultados obtidos para em fim alcançar o modelo de avaliação da qualidade de formação de profissionais adequado ao nível de desenvolvimento pretendido, tendo em conta que a Faculdade lecciona nove cursos e possui oito Departamentos, o que implica um enorme trabalho de mobilização e sensibilização de todo o pessoal.

Palavras-chaves: Avaliação Interna ou Autoavaliação. Avaliação da Qualidade da Formação de Profissionais. Modelo de Avaliação Interna. Processo de Avaliação.

1-INTRODUÇÃO

O problema científico que aborda o trabalho é a necessidade que tem a Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto de ter um modelo de avaliação interna da qualidade do processo de formação de profissionais que possa ser aplicado tendo em conta as características da mesma e que contemple os critérios dos atores do processo (dirigentes, docentes e estudantes) assim como a sua execução e exista a sensibilidade de que só através de uma Avaliação Interna com consciência, bem realizada, da qualidade dos processos que integram a mesma e a superação dos problemas detetados, se poderá alcançar o objetivo de ter reconhecimento nacional e internacional no Ensino Superior, pela qualidade dos resultados obtidos.

O objetivo do trabalho que se apresenta é mostrar os métodos utilizados e os resultados obtidos para em fim alcançar o modelo de avaliação da qualidade de formação de profissionais adequado ao nível de desenvolvimento pretendido, tendo em conta que a Faculdade lecciona nove cursos e possui oito Departamentos, o que implica um enorme trabalho de mobilização e sensibilização de todo o pessoal.

A atualidade e justificação do trabalho estão baseadas na necessidade que tem a Faculdade de Ciências da UAN de desenvolver o processo de avaliação interna da qualidade de formação de profissionais que permita o seu aperfeiçoamento contínuo. A avaliação interna ou Autoavaliação é um processo que permite identificar as debilidades e potencialidades da instituição e tem como objetivos principais a produção de conhecimentos sobre o significado de todas as atividades e propósitos a cumprir pela mesma. Além disto, serve para identificar as causas de seus problemas e deficiências, aumentar a consciência educativa e a capacidade profissional dos docentes e da administração e serviços, fortalecer a cooperação entre os diferentes atores da instituição, tornar mais eficaz a vinculação da instituição com a comunidade para julgar a relevância científica e social de suas atividades e produtos assim como render contas a sociedade com critérios transformando-se em uma ferramenta importante par a tomada de decisões e como resultado deverá ter um relatório completo e detalhado que contenha um analise critica e sugestões.

De este modocoincidimos com a UNESCO,que em seu documento de Política para o Cambio e Desenvolvimento na Educação Superior não é contra a diversificação, mas, insiste na necessidade de promover a qualidade das instituições e programas.

Hipótese do trabalhopropõequese analiza com os atores do processo de formação de profissionais Da Facultade de Ciênciasque tem 9 cursosa realização de umaavaliação interna no mesmo e se dãoos passosnecesarios para sua formação e compreensão se incrementaráo trabalho metodológico dos Departamentos de Ensinoe Investigação correspondentes, de maneira que os componentes, indicadores e criterios de avaliação utilizados no modelo elaborado sejam os proprios selecionadospelosmesmos atorese cooperem com a sua participação no proceso.

2-CONCEITOS

Conceitos de qualidade, qualidade na educação, componentes, indicadores e critérios de avaliação do modelo.

Qualidade: O resultado da consulta a literatura especializada e dicionários, de forma geral define-se a qualidade como o conjunto de propriedades, atributos e condições inerentes a um objeto e que são capazes de distingui-lo de outros similares, classificando-o como igual, melhor ou pior; ou, então, como o atributo que permite aprovar, aceitar ou refutar o objeto com base em um padrão de referência. Assim, qualidade implica em uma idéia de comparação: poder-se-ia dizer que um objeto tem qualidade se suas características permitem afirmar que ele é melhor que aqueles objetos que não as possuem ou que não as possuem em igual grau. (Riaño, 1999)
Um outro conceito segundo a Norma ISSO 8402-04 define a qualidade como as características de uma identidade que influem na sua capacidade para satisfazer necessidades declaradas.
Outra forma de definição é dada pelo dicionário da Real Academia Espanhol quando nos diz que a qualidade é a "propriedade ou conjunto de propriedades inerentes a uma coisa, que permitem aprecia-la como igual, melhor o pior que as restantes de sua espécie". O conceito qualidade visto desde qualquer destas definições completa em si mesmo o de avaliação ou comparação, já que não se pode estabelecer a qualidade de um produto se não se realizam determinadas medições ou comparações, que permitam conhecer em que medida existem as propriedades ou capacidades do objeto em estudo de satisfazer os requerimentos estabelecidos.

Qualidade na Educação: A qualidade de um processo educativo não pode ser aferida num único momento, nem tomada sob uma só medida. É preciso que se tenha controlo sobre o processo antes, durante e mesmo após a sua conclusão. O conceito de qualidade aplicado a educação é muito mais amplo, se trata de uma realidade complexa, como um sistema, uma instituição ou curso, pois ele abarca vários fatores como professores, estudantes, planos e programas de estudo, infraestruturas, meio ambiente muitos outros. É preciso também assinalar que a qualidade da educação é altamente subjetiva, tem um componente importante que depende da pessoa que a analisa, é relativa pois depende do grupo social que a esteja a analisar, pais, estudantes, empregadores, etc. e tem como a mesma educação um carácter histórico e específico.
É portanto a consistência entre o projeto político geral vigente na sociedade e o projeto educativo que opera. O conceito de qualidade na educação é útil porque é o eixo que rege a tomada de decisões, é de fato o orientador de qualquer transformação.(Unidas, 2002)
Componente: Parte do Curso que caracteriza a qualidade.
Indicador: Aspeto do componente cujo modo de ser incide ou manifesta a qualidade do elemento considerado.
Critérios de Avaliação: Variáveis através das quais se analisam os indicadores para dar os juízos de valor. (Riaño, 1999)

3-MATERIAIS E MÉTODOS

Passos dados para a elaboração do modelo na Faculdade de Ciências

Sendo a avaliação interna ou auto-avaliação um processo que tem como principais objetivos
produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre

os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevancia científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade.
Identificando as fragilidades e as potencialidades da instituição, a auto-avaliação é um importante instrumento para a tomada de decisão e dele resultará um relatório abrangente e detalhado, contendo análises, críticas e sugestões. Para uma participação efetiva neste processo foram dados os seguintes passos:

- Criação da Comissão de Avaliação Internas (CAI) pela Faculdade de Ciências da UAN integrada por um membro de cada DEI.
- Utilização demétodos práticos (entrevistas, questionarios, reuniões de expertos, a observação)paraa precisão do problema científico e validação do questionario eteóricoscomo ométodo histórico lógico e de análise e síntese para a construcção da hipotese epara procurar as tendências do fenómeno da formação de profissionais na Faculdade.
- Elaboração der um questionario com o objetivo de validar os aspetos essenciais que deven fazer parte do modelo (componentes, indicadores e criterios de avaliação).
- Aplicação e análise do questionario pela Direcção da UAN eComissão da AvaliaçãoInterna (CAI) da Faculdade de Ciências.e aprovação do mesmo.
- Aplicação do questionario aos docentes das 8 Unidades Orgánicas para validar o mesmo.
- Formação sobre Avaliação Interna dos dirigentes, docentes e estudantes de cada Departamentode Ensino e Investigação (DEI) (8) da Faculdade, seguida daaplicação do questionario.
- Responsabilização de cada DEI para a análise de umcomponente em quanto a indicadores e criterios de avaliação.
- Processamento e obtenção dos resultados do questionarioque se mostra a seguir:

Tabela 1-Questionário

Prezado (a) Docente

Estando a fazer uma pesquisa com o objetivo de obter um modelo para a auto-avaliação da qualidade dos processos de formação de profissionais (PFP) na Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto, foi elaborado este questionário para identificar e avaliar os componentes para melhorar do PFP.
Sem a necessidade de identificar-se, na certeza de sua colaboração, antecipadamente os nossos agradecimentos.
Responda ao questionário avaliando os elementos a continuação, qualificando cada um com os indicadores de 1 a 5, considerando 1 (um) os menos importantes e 5 (cinco) os itens mais importantes. Proponha aspetos que você pensa que não foram mencionados.

Dados Pessoais (Marque com X)

Experiência Docente		Categoria Docente		Nível Científico	
0 a 5 anos		Assistente Estagiário			
6 a 10 anos		Assistente		Licenciado	
10 a 15 anos		Professor Auxiliar		Mestre	
Mais de 15 anos		Professor Associado		Doutor	
		Professor Titular			

Tem formação pedagógica? Sim ___Não____ Unidade Orgânica_____

Dados Pessoais dosestudantes

Curso	
Ano	
Cargo	
Ano de ingresso	

Questionário

Proposta de Componentes

	Qualidade do corpo docente
	Qualidade dos estudantes
	Qualidade dos planos e programas de estudo
	Qualidade do pessoal administrativo e serviços
	Nível de gestão e de resultados do PFP
	Desenvolvimento da investigação científica
	Reconhecimento da qualidade da instituição pelos docentes, estudantes e pela sociedade.
	Qualidade da infraestrutura

1. Proposta dos Indicadores do Componente **Corpo Docente.**

	Qualidade Pedagógica (Educadores)
	Resultados contínuos na Investigação
	Categorias Docentes
	Graus Científicos
	Reconhecimento de sua qualidade pelos estudantes
	Publicações
	Qualidade do trabalho da organização docente
	Participação dos docentes em actividades de organização e gestão da instituição no âmbito pedagógico, científico e de extensão universitária.
	O curso mostra uma estável actividade pós-graduada na sua área de conhecimento reconhecida nacionalmente
	Os docentes participam activamente na atenção dos estudantes durante as práticas laborais.
	Participação em importantes eventos nacionais e internacionais.
	Cumprimento das normas e regulamentos
	Atenção aos novos docentes pelos de mais experiencia.

2. Proposta dos Indicadores do Componente **Estudantes.**

	Bons resultados nos exames que se aplicam
	Participação nas tarefas de impacto social
	Participação nos órgãos de gestão universitária
	Qualidade nos trabalhos de fim de curso
	Reconhecimento da sociedade aos graduados
	Participação e solidariedade, nas turmas de estudante.
	Participação nas tarefas desportivas e culturais
	Participação como monitores
	O curso proporciona aos novos estudantes a informação necessária, os serviços de apoio para sua integração rápida a universidade.
	Os serviços de apoio facilitam o ingresso dos estudantes ao mercado de trabalho
	O curso estabeleceu procedimentos e normas regulares que permitem captar a opinião dos estudantes sobre a qualidade dos estudos, das instalações e de outros serviços de apoio.

3. Proposta dos Indicadores do Componente **Planos e Programas de Estudo.**

	Os objetivos educativos e instrutivos dos planos e programas estão bem precisados para resolver problemas da sociedade angolana.
	Tem em conta a formação social e humanista dos profissionais (língua, história de Angola, filosofia, saúde, economia, direcção, meios ambiente).
	Utilização da Informática em todas as disciplinas.
	Tem disciplinas opcionais para os interesses dos estudantes
	Os conteúdos dos programas das disciplinas estão estreitamente relacionados com os objetivos do perfil profissional.
	As habilidades a atingir pelos estudantes estão presentes em todos os programas das disciplinas.
	As disciplinas dum perfil profissional estão organizadas por áreas de conhecimento.
	Utilização sistemática dos Planos e Programas de Estudo durante o desenvolvimento do PFP
	Aperfeiçoamento contínuo adequando-o à característica da região.
	O plano de estudo deve ter as seguintes componentes: académica, de pesquisa e de trabalho.
	As horas do plano de estudo deve ter um balanço adequado de horas teóricas e práticas que permita desenvolver as habilidades profissionais-
	Os projectos educativos concebem-se como um sistema coerente com um adequado balanço nas suas três dimensões, curricular, de extensão e sócio cultural e dirigido a cumprir os objetivos de cada ano.

4. Proposta dos Indicadores do Componente **Pessoal Administrativo e de Serviço**.

	Funciona eficientemente
	Há um qualificador de pessoal adequado para cobrir as necessidades
	Existe um plano de formação e avaliação permanente.
	Nível de satisfação dos docentes
	Nível de satisfação dos estudantes

5. Proposta dos Indicadores do Componente **Nível de Gestão (planificação, organização, execução e controlo) e Resultados do Processo de Formação de Profissionais.**

.	Gestão da formação de valores profissionais dos estudantes e os resultados.
	Gestão dos métodos de ensino utilizados para facilitar a aquisição das competências básicas e os resultados.
	Gestão do cumprimento dos objectivos das disciplinas e os resultados.
	Gestão do controlo de aprendizagem e sua efectividade e os resultados.
	Gestão da preparação científica e pedagógica dos professores e os resultados.
	Gestão dos conteúdos dos planos e programas e seu papel no PFP e os resultados.
	Gestão do trabalho independente dos estudantes e os resultados.
	Gestão dos meios a disposição dos estudantes (laboratórios, PC, Internet e livros) e os resultados.
	Gestão do número de estudantes que transitam e os resultados
	Gestão da qualidade dos que transitam e os resultados
	Gestão na distribuição dos estudantes em pequenos grupos para as actividades práticas e os resultados
	Gestão de actividades na instituição no âmbito pedagógico, científico e de extensão universitária e resultados.
	Os critérios de avaliação das aprendizagens têm em conta os componentes teóricos, teórico-práticos e práticos das disciplinas.
	A actividade tutorial ajuda os estudantes a desenvolverem a sua aprendizagem.
	Cumprimento da planificação das aulas
	Correspondência entre avaliação das aprendizagens e os objetivos declarados

6. Proposta dos Indicadores do Componente **Investigação Científica.**

	Definição das linhas de investigação
	Planificação das atividades científicas no PFP e feita através de linhas de investigação
	Existência de Projectos de Investigação e Desenvolvimento (I+D) vinculados ao desenvolvimento do país
	O rigor científico dos trabalhos de fim de curso, mestrados e doutoramentos.
	Os trabalhos fim de curso, mestrados e doutoramentos vinculam-se aos principais problemas da profissão em Angola.
	Publicações nacionais e internacionais
	Debates periódicos dos resultados da investigação nos Conselhos Científicos dos DEI e Faculdades
	A atividade investigativa laboral dos estudantes desenvolve-se com um alto nível de qualidade, garantindo o desenvolvimento dos diferentes modos de atuação.

7. Proposta dos Indicadores do Componente **Reconhecimento da qualidade da instituição pelos docentes, estudantes e pela sociedade.**

	Grau de solução dos problemas da sociedade
	O prestígio dos docentes nacionais e estrangeiros
	O nível de orgulho dos trabalhadores e estudantes à instituição
	A avaliação da instituição pelas entidades laborais da região
	A avaliação da sociedade ao trabalho e extensão universitária
	A avaliação da instituição pelos estudantes que terminaram
	Grau de satisfação salarial dos docentes

8. Proposta dos Indicadores do Componente **Infraestrutura**

	Qualidade das salas de estudantes e gabinetes dos docentes
	Qualidade das bibliotecas
	Qualidade dos laboratórios de computação
	Existência e Utilização de Internet
	Qualidade dos laboratórios docentes
	Qualidade de um programa para o melhoramento contínuo das infraestruturas

4-Resultados.

Os resultados atingidos são em resumo os seguintes:

- Proposta pela Comissão de Avaliação Interna da Faculdade de um questionario que abarca todos os possiveis componentes e indicadores do futuro modelo de avaliação interna da Faculdade de Ciências da UAN .
- Se obteve a opinião favorável sobre o questionario tendo sido selecionado pelos dirigentes, docentes e estudantes os componentes, indicadores e seus criterios de avaliação do referido modelo.
- Conseguiu-se a participação de uma amostra dos docentes da Faculdade de Ciências da UAN (76%) correspondentes a 100% dos diferentes Departamentos de Ensino e Investigação na elaboração dos componentes e indicadores e criterios de avaliação.
- Sensibilizaçãodos docentes que participaram no processo de formaçãosobrea importancia e necessidade da realização do proceso de avaliação interna.
- Foram selecionados para o modelo de avaliação internaos aspetos a serem utilizados como componentes, indicadores e criterios de avaliação que se monstram a seguir:

Tabela 2- Proposta do Modelo de Avaliação Interna.

COMPONENTE: CORPO DOCENTE

Nº	Indicador	Critério de Avaliação
1	Formação Pedagógica	• % de docentes com formação Pedagógica • % de docentes com reconhecimento das suas qualidades pelos estudantes mediante inquéritos
2	Categorias Docentes	• % de docentes com categoria de Professores Titulares, Associados, Auxiliares e Assistentes.
3	Graus científicos	• % de docentes com grau científico de Mestre ou Doutor • % de docentes trabalhando para a obtenção do grau
4	Participação dos docentes em atividades de organização e gestão do curso	• % de docentes que divulgam as notas aos estudantes no tempo regulamentado • % de docentes que cumprem com a planificação das aulas • % de docentesque participam nas reuniões do DEI • % de docentes que orientam TFC (Trabalhos de Fim de Curso) • % de docentes que cumprem as normas e regulamentos em vigor • % de docentes que participam nas práticas laborais • % de atividades de apoio aos novos docentes • % de docentes que atendem os monitores • % de docentes que atendem os estudantes.
5	Atividades de Pós-graduação	• % de docentes que participam em eventos nacionais e internacionais • % de docentes que ministram cursos de pós-graduação • % de docentes que orientam teses de pós-graduação
6	Publicações	• % dedocentesque publicaram livros de texto • % de docentes que publicaram materiais de apoio à docência. • Número de comunicações por docente em eventos nacionais e internacionais nos últimos 5 anos. • Número total de artigos publicados por docente nos últimos 5 anos. • Numero de publicações por docente em revistas de 1º ou 2º nível nos últimos 5 anos.

COMPONENTE: ESTUDANTES

Nº	Indicador	Critério de Avaliação
1	Resultados nos exámes que se aplicam	• Resultados de eficiência académica (% de estudantes que transitam de ano) • % de estudantes com media igual ou superior a 14 valores • % da eficiência académica nos últimos 5 anos. Isto refere-se ao número dos que terminaram em relação aos que entram no sistema.
2	Qualidade dos trabalhos de fim de curso	• % de estudantescom qualificação igual ou superior a 15 valores
3	Monitores	• % de estudantes que são monitores • % de monitores que se mantêm por 3 ou mais anos
4	Tarefas de Impacto social	• % de estudantes que participam na solução dos problemas sociais • % de estudantes que participam nas atividades desportivas e culturais
5	Reconhecimento da sociedade aos graduados	• Resultados dos inquéritos realizados aos organismos empregadores • % de estudantesrecrutados em trabalhos afins ao curso

COMPONENTE: PLANO DE ESTUDOS

Nº	Indicador	Critério de Avaliação
1	Objetivos educativos e instrutivos dos planos e programas	• % dos empregadores entrevistados satisfeitos com a formação dos estudantes • % dos finalistas satisfeitos com a formação recebida. • % das disciplinas optativas obrigatórias e não obrigatóriasnos planos de estudo. • Os objetivos instructivos e educativos do Curso correspondem com os problemas reais da sociedade. • Os objetivos devem ser mensuráveis, compreensíveis e alcançáveis.
2	Programas das disciplinas	• % de horas das disciplinas básicas comparadas com o total. • % de programas de disciplinas que apresentam os objetivos educativos e instructivos relacionados com os problemas comuns e frequentes da sociedade. • % dos programas das disciplinas nos quais estão presentes as habilidades a atingir pelos estudantes
3	Estrutura do plano de estudo	• % das horas praticas no plano de estudo que permita desenvolver as habilidades profissionais. • % das disciplinas em que se realiza trabalho independente. • % das disciplinas em que se realiza avaliação continua ou formativano sistema de avaliação • % das horas em que se realiza atividade de investigação. • % de horas dedicadas aos estágios laborais • O curso proporciona aos novos estudantes a informação necessária para sua integração rápida na universidade.

COMPONENTE: INVESTIGAÇÃO

Nº	Indicador	Critério de Avaliação
1	Projetos de Investigação e Desenvolvimento (I+D) vinculados ao desenvolvimento do país	• Número de investigações terminadas nos últimos 3 ou 5 cursos académico • Número de projetos de investigação apresentados e aprovados tanto por organismos nacionais como internacionais nos últimos 3 ou 5 cursos. • Resultados do impacto de carácter tanto nacional como internacionais alcançados nos últimos 5 anos.
2	Publicações nacionais e internacionais	• Número de publicações nacionais e internacionais por docente nos últimos 5 anos • Número de publicações por docente em revistas de 1º e 2º nível
3	Linhas de investigação	• Existem linhas de investigação • % das linhas de investigação cobertas pelas investigações em curso. • % daslinhas de investigaçãocobertas querespondem as necessidades da sociedade • % das atividades científicas no Curso que éfeita através de linhas de investigação • Cumpre-se a periodicidade das reuniões dos conselhos científicos declaradas nos respetivos regulamentos dos DEI e da Faculdade e se analisam as linhas de investigação.
4	Trabalhos de fim de curso, mestrados e doutoramentos.	• % dos trabalhos fim de curso, mestrados e doutoramentos vinculados aos principais problemas da profissão em Angola. • % dos trabalhos de fim de curso, mestrado e doutoramento que apresentam rigor científico. • A atividade investigativa laboral dos estudantes desenvolve-se com um alto nível de qualidade, garantindo o desenvolvimento dos diferentes modos de atuação.

COMPONENTE: INFRAESTRUTURA

Nº	Indicador	Critério de Avaliação
1	Bibliotecas	• Materiais impressos ou digitalizados: textos e guias, e guia do docente, revistas científicas, etc. • Existência de meios audiovisuais e informáticos: software educativo, vídeos, multimédia, laboratórios virtuais, etc. • Textos básicos e guias de estudo disponíveis para o curso • Atualidade dos fundos de biblioteca, incluindo as revistas científicas.
2	Laboratórios docentes	• Correspondência dos laboratórios disponíveis com as necessidades do curso e qualidade dos mesmos • Organização do trabalho nos laboratórios
3	Salas de Aulas dos estudantes	• Ventilação adequada • Iluminação adequada • Cadeiras adequadas • Possibilidade de utilização dos meios de ensino adequados • Espaço adequado ao número dos estudantes
4	Gabinetes dos docentes.	• Existência de mesas de trabalho para cada docente e cadeiras confortáveis. • Ventilação adequada • Iluminação adequada • Possibilidade de utilizar PC
5	Utilização de Internet.	• Existe internet nos locais dos docentes por alguma vía e é utilizada • Existe a possibilidade de utilizar Internet nas bibliotecas e é utilizada • Existe Internet nos laboratórios de computação e é utilizada.
6	Instalações Sanitárias	• % de estudantes por instalações sanitáriasfuncionando. • % de docentes por instalações sanitárias funcionando. • Existência dos meios higiénicos nas instalações sanitárias.
7	Cantina	• Qualidade da atenção dos trabalhadores no atendimento. • Preços adequados aos estudantes com identificação • Qualidade dos produtos que se ofertam.

5-DISCUSÃOE CONCLUSÃO

Nopresente artigo definem-se elementos importantes do modelo que se consideram imprescindiveis para a correcta realização de um processo de avaliação interna da qualidade de formação de profissionais como são a precisão dos componentes indicadores e criterios de avaliação pelos atores do proceso. O proceso de obtenção do modelo que se apresenta nunca antes foi realizado em Angola. (UAN 2009). O processo de obtenção do modelo que se apresenta nunca antes foi realizado desta forma em Angola. (UAN 2009).
Algo que continua sendo uma limitação dos resultados éa pouca formação da maioria dos docentes sobre o processo em curso, não só para o desenho do modelo mas também para sua aplicação (Martin A. e Costa S.2012)

6-BIBLIOGRAFIA

Artigo em Evento: Martin A. e Costa S (2012) - "Avaliação na Universidade Agostinho Neto, Como Garantia Da Qualidade Do Ensino. Evento de Gestão dos países de Língua Portuguesa". Trabalho apresentado no Evento de Forgesem Macau 2012

Publicações online: Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, 2002, Nº 57/254 relativa ao decénio das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento sustentável (2005-2014) Disponível em www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/../res254onu (consultado em 24 Setembro 2014)

Teses: Riaño Valle, Félix. Procedimiento Para La Auto Evaluación de La Calidad Del Proceso de Formación De Ingenieros En Cuba. Tesis para optar por el grado de Candidato a Doctor en Ciencias Técnicas. ISPJAE, La Habana 1999.

Classicos:

Modelo de Avaliação Interna da UAN 2009 aprovado pelo Conselho Consultivo da UAN.

Plano de Desenvolvimento Institucional da UAN. Aprovado pelo Senado Universitário. 24 de Agosto2012

Sistema de Evaluación y Acreditación de Carreras Universitaria. Ministerio de Educación Superior de Cuba .Habana. Cuba. Febrero del 2002

Desenvolvimento social, inclusão e equidade– o efeito das políticas públicas de expansão das universidades públicas brasileiras

Antonio Carlos Henriques Marques

Vera Alves Cepêda

Resumo: O tema desta proposta é analisar a expansão do ensino superior brasileiro recente (2003/2013) como uma estratégia de desenvolvimento e política pública de promoção social caracterizada por balizas como inclusão, equidade e empoderamento social. A pesquisa analisa, primeiramente, os aspectos teóricos e políticos da redistribuição e dos direitos inclusivos enquanto eixos centrais da atual política novo-desenvolvimentista brasileira a partir da estratégia da expansão do ensino superior. Na sequência apresentamos um amplo conjunto de dados e indicadores gerais que descrevem essa expansão, bem como suas seus marcos legais como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, Sistema de Seleção Unificada - Sisu, Lei de Cotas, Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES e Programa Universidade para Todos - Prouni. Esta análise, quantitativa e qualitativa, indica o novo cenário geográfico e social do mapa de vagas e grupos focais do ensino superior brasileiro. Ao final apresentamos algumas hipóteses sobre o impacto social e político esperado como resultado do crescimento e da modificação da lógica das políticas de ensino superior público no Brasil para os próximos anos.

Palavras-chave: educação superior pública; políticas de inclusão social; novo desenvolvimentismo

1. Introdução

O tema desta comunicação é analisar o papel que as políticas públicas aplicadas ao campo do ensino superior público federal brasileiro nos últimos anos (2003/2013), em especial avaliando suas metas e capacidades de promoção do aumento da inclusão social e do alcance da equidade em um país profundamente marcado por variados tipos de assimetrias e desigualdades sócio-econômicas e culturais[1]. Em especial analisaremos os efeitos quantitativos e qualitativos provocados pela criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI, 2007) e pela complementariedade do financiamento público da permanência estudantil através do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, 2008). A primeira seção deste trabalho discutirá a filiação da política de expansão do ensino superior público ao projeto novo desenvolvimentista dos governos Lula da Silva (2003/2010) e Dilma Roussef (2011/2014) e nas demais seções adentraremos à uma análise mais específica das características das duas políticas acima apontadas - REUNI e PNAES.

2. Breve panorama do Ensino Superior Brasileiro

No Brasil a ampla cadeia educacional é composta por quatro níveis educacionais: o Ciclo Básico (educação infantil e os 9 anos do Ensino Básico), o Ensino Médio (3 anos), o ensino superior e a pós graduação. Os dois primeiros níveis perfazem o ciclo do *Ensino Fundamental*, congregando pelo menos 12 anos de formação (exceptuando-se os anos do ensino infantil) e atingindo a faixa etária média que vai dos 07 aos 18 anos de idade (cf. Trow, 1973; 2005). Pela Constituição Federal de 1988 é este ciclo amplo que é entendido como "*direito do cidadão e dever do Estado*", sendo operado com recursos públicos nos três níveis da administração pública brasileira:

1 Este trabalho vem sendo desenvolvido pela equipe de pesquisadores do Grupo Ideias, Intelectuais e Instituições (CNPq/UFSCar) e alguns itens já foram anteriormente divulgados (cf. bibliografia).

federação (recursos oriundos do governo federal via Ministério da Educação e suas instâncias), unidades da federação (estados) e municípios (com competências e responsabilidades distintas, mas em geral os prestadores dos serviços de educação). A educação superior é realizada por instituições de ensino privado e instituições públicas, que se subdividem segundo seu padrão de financiamento: a) recursos do governo federal - universidades federais (UFES) e Institutos Federais de Ensino; b) recursos dos governos estaduais - universidades estaduais; e c) recursos dos governos municipais - fundações e faculdades municipais[2]. Assim, os recursos no sistema do ensino superior brasileiro são capitais privados ou capitais públicos, mas todos os tipos de instituições se submetem aos ditames de regulação e controle do MEC, garantindo uma padronização mínima dos currículos e exigências de funcionamento dos cursos ofertados. O visível desequilíbrio gerado pela forte presença das universidades privadas (que respondem por mais de 70% das vagas) é agravado pelo fato que a inovação, a extensão e a maior parte das estruturas duras da pesquisa de ponta ocorrem majoritariamente nas universidades públicas - que no modelo brasileiro são responsáveis pela geração de inovação e de qualificação dos atores para o circuito mais avançado do conhecimento, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Em uma olhada retrospectiva das últimas décadas formou-se um circuito perverso na educação do país, com a massa de alunos com menor renda concentrado no ensino público fundamental (sendo o ensino de melhor qualidade oferecido nas escolas privadas) e, no extremo, com difícil acesso ao ensino superior público (de melhor qualidade).

A trajetória histórica do ensino superior no Brasil é marcada pelo predomínio do ensino privado e pelas reduzidas chances de acesso das camadas mais vulneráveis da população as vagas das instituições públicas de ensino. A literatura caracteriza o modelo brasileiro do século XX como elitista e excludente (Bosi, 2000; Durhan, 2003). De início tardio, as universidades brasileiras se configuraram somente no início do século XX, com a criação da Universidade do Brasil, a Universidade de São Paulo, como instituições responsáveis pela formação de elites capacitadas a gerir a nação - e caso diferencial é o programa da Escola Livre de Sociologia e Política (1933) cuja tarefa seria a de formar uma *intelligentsia* capaz de pensar e transformar o país rumo à modernização em situação de capitalismo periférico. Ao longo da etapa nacional desenvolvimentista o número de instituições de ensino superior foi alargado, porém, mantendo a oferta de vagas reduzida em relação ao tamanho da população em idade universitária e mantendo um padrão elitista (menos de 15% de cobertura). No Regime Militar a opção pela estrutura privada do ensino superior se instalou e, curiosamente, foi ampliada durante a década de 1990 na gestão de Fernando Henrique Cardoso. A Tabela 1 mostra a evolução de vagas e instituições entre 1945 e o período REUNI (2007 em diante).

Tabela 1: Evolução de matrículas no ensino superior brasileiro (1945-2004)

Ano	Nº de matriculados		Ano	Nº de matriculados
1945	27.253		1995	1.759.703
1964	142.386		2002	3.479.913
1968	278.295		2004	4.163.733
1977	1.159.046		2007	4.880.381
1980	1.377.282		2013	6.152.405

Fonte: elaboração própria a partir de dados MEC/INEP, 2014.

Um dado complementar é que no início do governo Lula o SES (Sistema de Ensino Superior) existiam 224 instituições públicas (87 federais, 75 estaduais e 62 municipais) e 1.789 instituições privadas (1401 particulares, 388 comunitárias e confessionais) resultando no forte desequilíbrio entre o primeiro grupo (11,1% do total de instituições) e o segundo (88,9 % do total de instituições)[3]. Este cenário mudará, com forte guinada para o fortalecimento da oferta de vagas em instituições públicas (nomeadamente as UFES) após a edição do PDE e do REUNI. Em 2000 o número de vagas públicas no ensino superior era de 245.632 e em 2010 esse número saltou para 445.335.

2. Há ainda universidades confessionais ou entendidas como de função pública, como algumas das Pontifícias Universidade Católicas.

3. Dados para 2004.

Mas o que significa essa mudança em termos da forma como as políticas públicas vêm sendo utilizadas no modelo novo desenvolvimentista brasileiro e qual sua capacidade de transformação? Afinal, as mudanças no sistema da educação superior pública impactam ou alcançam o quê?

3. Trajetórias do novo desenvolvimentismo - crescimento *com* inclusão social

A experiência da modernização do Brasil corresponde a um processo artificial e construído, pensado e implementado pelo Estado através do planejamento e da constituição de um grande quadro de aliança político-ideológica ao qual a literatura denominou nacional desenvolvimentismo (Bielschowsky, 1988). No entanto, esta via de desenvolvimento, peculiar aos países de extração colonial e periférica, com destaque para a trajetória latino-americana, abriga um expressivo e particular arranjo de capitalismo tardio. O primeiro passo para sua compreensão é entender a natureza específica do desenvolvimentismo em suas mutações conceituais. De maneira breve e reduzida, sua diferenciação começa no plano conceitual, distinguindo ***Crescimento*** - conceito especificamente econômico e quantitativo (melhor expressão PIB, no máximo *per capita*), de ***Desenvolvimento***: conceito envolvendo indicadores de elevação da produção com outros de caráter qualitativo da vida social (engloba transformação das estruturas produtivas e consequente mudança da qualidade de vida); ***Desenvolvimentismo*** transformações mais abrangentes que o nível econômico e com foco em "transformação orientada da realidade social" e com instrumentos artificiais (Estado, planejamento); ***Nacional-desenvolvimentismo***: trajetória histórica latino-americana e forte herança no Brasil e, finalmente ***Novo-desenvolvimentismo***: retomada da ação protagonista do Estado e dos recursos públicos com finalidade de mudança social orientada, mas com foco na superação da desigualdade social (em peso idêntico ao atribuído as mudanças de cunho econômico ou crescimento).

São aspectos centrais do modelo de modernização de tipo desenvolvimentista: a) O reconhecimento de óbices estruturais que travam o sistema nacional (envolvendo a dimensão econômica, social e política); b) A impossibilidade de superação desses óbices pela lógica auto-regulada do mercado (que é a origem do problema); c) Recorrência ao recurso estratégico da mudança/superação conduzida e; d) Adoção da ação racional e da intervenção do Estado. No conjunto, as *formas do desenvolvimentismo* estão necessariamente associadas ao estabelecimento de uma situação problema, que precisa acionar a dimensão pública em seu favor, e nas ferramentas que utiliza (Estado, recursos públicos, políticas públicas), legitimadas no objetivo que almejam: um resultado nacional. A experiência concreta do desenvolvimentismo brasileiro (mesmo aquele que redundou nas modernas formas de desigualdade e exclusão) foi implementada debaixo de uma gramática social que a explicava e a sustentava politicamente.

Em um período largo, dos anos de 1940 até a década de 1980, instituições, *policy-makers* e cidadãos viveram e atuaram sob o signo da *função social do Estado*, reconhecendo nele um ator fundamental da vida pública e do progresso nacional. Creio que se trata, nesse caso, de uma influência decisiva quanto à cultura política nacional. Se separarmos o *paradigma* desenvolvimentista das especificidades dos regimes e das ondas do velho nacional- desenvolvimentismo[4], talvez possamos entender alguns aspectos que surgem na Constituição de 1988 ao realinhar a relação Estado-Sociedade (agora sob o controle desta última) e, ao mesmo tempo, delegar-lhe responsabilidades como a de promover a superação da desigualdade. Em síntese, uma propensão histórica de reconhecer e aceitar o papel da ação pública para além do minimalismo liberal pode ter ajudado a reposicionar o papel do Estado no momento da pactuação constitucional de 1988. O curioso é a subversão proposta: agora o propósito do Estado será o da superação da desigualdade, entrave estrutural à construção da nação[5]. Obviamente, nesse processo de rotação de sentido, o *Estado é outro*, o *desenvolvimento é outro* e as *ferramentas* possíveis de serem utilizadas (em regime democrático e sob retomada do poder pela sociedade) também serão *outras*. e, finalmente *Novo desenvolvimentismo:* retomada do protagonismo do Estado e metas de alcance nacional.

---

4. Cf. Cepêda (2012); Cepêda (2013).

5. Observar que o atual lema do governo federal brasileiro é *País rico é país sem pobreza*.

Assim, a partir da Constituição Federal de 1988 e em especial desde a virada do século XXI, têm-se percebido no país um significativo aumento na utilização das políticas sociais como ferramenta da melhoria do padrão de vida da população, do enfrentamento da pobreza e da promoção de cidadania ancorada na garantia de direitos. Todos estes aspectos abrigam-se sob uma percepção nova do papel do gasto social como inclusão e como multiplicador de dinâmica econômica – efígie ressignificada de um velho conceito já conhecido da nossa tradição política: o desenvolvimento. Podemos recuar o marco fundador das políticas sociais inclusivas à Constituição Federal de 1988 pelo estabelecimento formal dos direitos sociais protetivos e afirmativos, completando a terceira onda do direito (cf Marshall em *Cidadania, classe e status)*. Mas foi ao longo da institucionalização dos pressupostos constitucionais em leis complementares e em políticas aplicadas, com a criação de fundos de financiamento e programas concretos, que o projeto inclusivo ganhou consistência e realidade. Em 25 anos as políticas sociais multiplicaram-se, diversificaram-se e fortaleceram-se, atingindo um conjunto de demandas, áreas e atores inéditos na experiência política nacional. E entre as importantes alterações ocorridas indicamos: a valorização crescente na agenda global das novas políticas sociais democrático inclusivas, com o surgimento de um novo repertório para o tema - o novo desenvolvimentismo e sua caracterização como estratagema de promoção da equidade (entre indivíduos, identidades, grupos sociais e regiões) no Brasil; o correlato desdobramento das políticas de *proteção social* em políticas de *promoção social* e seu papel de empoderamento societal, pautado em uma perspectiva de projeto nacional mais equilibrado e menos desigual.

4. As alterações entre políticas de *proteção* e políticas de *promoção* social

As políticas sociais são um conjunto de programas e ações do Estado, com continuação temporal, atendendo as demandas (necessidades) e os direitos prefixados como sociais (referentes às condições de vida da população). Normalmente, as políticas sociais emergem de arranjos constitucionais, do legislativo, de decretos ou planos do executivo federal (ou secretarias estaduais e municipais). As políticas sociais são um segmento específico das políticas públicas (que podem ser de regulação econômica, de investimento, de crescimento, de integração) entre todas as outras formas sistematizadas de ação estatal na vida social, dotadas de dois objetivos centrais: promoção da igualdade e da solidariedade social. Assim, suas metas 'clássicas' envolvem a minoração de mal-estar (pobreza, desigualdades, exclusão) através de variados mecanismos como proteção legal, transferência de renda e patrimônio, acesso a bens e serviços públicos, políticas de reinserção, etc. No entanto, esse conjunto foi, ao longo do tempo, tornando-se um campo complexo de atuação, absorvendo cada vez mais demandas, multiplicando funções e instrumentos. No Brasil, o cenário das políticas sociais recentes, em especial após a Constituição Federal de 1988, indicam uma nova divisão funcional no seio das políticas sociais, variando do foco da proteção para o foco da promoção (Cepêda, 2014). O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA faz a seguinte distinção entre as modalidades de políticas sociais: sob a denominação de Proteção Social estariam afeitas as políticas sociais vinculadas:

> à Seguridade Social e ao Seguro Social, destinadas a reduzir e mitigar os riscos e vulnerabilidades a que qualquer indivíduo está exposto numa sociedade de mercado, tal como o de não poder prover o seu sustento e de sua família através do trabalho, seja por velhice, morte, doença ou desemprego: essa categoria engloba os diferentes programas e ações da Previdência Social (aposentadorias, pensões e auxílios), Saúde, Assistência Social e Seguro-Desemprego (IPEA, 2011: 4).

E nos objetivos da Promoção Social as metas seriam:

> garantir aos cidadãos oportunidades mais amplas e mais equânimes de acesso aos recursos e benefícios conquistados pela sociedade em seu percurso histórico. Tais políticas compreendem um vasto espectro de ações que abarca desde a formação e desenvolvimento do cidadão – casos da Educação, do acesso à Cultura e das políticas de qualificação profissional e regulação do mercado de trabalho –, até a democratização do acesso a ativos – como as políticas voltadas à agricultura familiar (acesso a crédito, extensão rural, reforma agrária), à economia solidária, à habitação, à mobilidade urbana" (IPEA, 2011: 4).

A mudança histórica das ferramentas e metas das políticas públicas de cunho social acompanha (ou expressa) um realinhamento mundial sobre dois importantes pontos: um novo significado para o termo desenvolvimento e um modelo para as funções do Estado. Quanto ao desenvolvimento, a mudança refere-se à injunção de três importantes fatores. O primeiro é a disseminação e penetração de pressupostos teóricos progressistas como o "desenvolvimento como liberdade" de Amartya Sen, das concepções recentes da CEPAL quanto ao papel do gasto público enquanto ferramenta distributiva e de *capabilities,* da influência das conferências mundiais sobre Direitos Humanos, Desenvolvimento, Educação, Gênero, Igualdade Racial, entre outras[6], acompanhada da guinada de posição dos órgãos internacionais (como Organização das Nações Unidas - ONU/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OECD) quanto às metas de desenvolvimento e de direitos a serem *mundialmente defendidos e promovidos* – como o compromisso público assumido nas Metas do Milênio (ONU/PNUD)[7].

O segundo fator, e imbricado no anterior, é a mudança dos critérios de mensuração dos resultados do desenvolvimento, afastando-se dos indicadores quantitativos e de renda (Produto Interno Bruto - PIB, Produto Nacional Bruto - PNB, PIB per capita) e sua aproximação do campo da nova contabilidade social (Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, Índice de Desenvolvimento Social - IDS, medidas de dispersão de pobreza e vulnerabilidade social, indicadores redistributivos, entre outros). Essa guinada teve impacto enorme tanto na eleição de critérios e variáveis centrais para *pensar* e *medir* o desenvolvimento, quanto, por extensão, nas expectativas sobre o foco das ações governamentais adotadas em prol do desenvolvimento. Sua importância transcende, portanto, os gabinetes técnicos e adentra ao núcleo duro da vida política das nações.

O terceiro fator está associado tanto ao esgotamento da plataforma neoliberal na condução das políticas governamentais em países emergentes e pobres (ineficazes nos dois casos), quanto ao agravamento das crises financeiras mundiais. No início do século XXI reaparecem as ideias de controle sobre capitais e sobre a necessidade de regulação e promoção do desenvolvimento em quase todo o mundo. Uma consequência significativa desse arranjo é a recuperação do prestígio do Estado, doravante atrelado aos novos valores atribuídos ao desenvolvimento - pedra fundamental do contrato social democrático moderno.

Com esse extenso conjunto de apontamento, sobre a gramática do Estado na nossa cultura política e a trajetória da formação e combate da desigualdade brasileira, podemos adentrar ao balanço das políticas de expansão do ensino superior público federal nos anos recentes, destacando seu potencial de desenvolvimento social e avaliando o seu desenho e resultado na região nordeste.

5. Gasto social, efeito multiplicador e o papel das políticas educacionais

No sentido atual de *desenvolvimento* a posse da renda é apenas uma parcela pequena de um cálculo maior que mensura, de maneira indireta e sintética, as redes de serviços de saúde e de educação colocadas a disposição da sociedade (os indicadores de longevidade e anos de escolaridade do IDH). Reitero a relevância atribuída atualmente ao nível de escolaridade enquanto energia propulsora e medida da qualidade do desenvolvimento das nações. A educação é afirmada, nesse contexto, como possibilitadora de empoderamento, potência para mudanças e avanços que gerem uma maior coesão e equilíbrio social. Essa mudança paradigmática sobre as metas do desenvolvimento bifurcou-se, na experiência brasileira, no fortalecimento e valorização das políticas de promoção social, capazes de reversão da vulnerabilidade social. Nas duas últimas décadas o aumento do gasto público em políticas sociais foi constante e nesse rol a parcela destinada à educação tem sido significativa: 5,3% do PIB[8], com proposta de elevação para 10% (em discussão no processo de tramitação em curso do novo

---

6 Conferências sobre População e Desenvolvimento (CAIRO, 1994), Conferência sobre Desenvolvimento Social (COPENHAGEN, 1995), Conferência sobre a Mulher (BEIJING, 1995), Conferência sobre Assentamentos Humanos (CAIRO, 1996), Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia (DURBAN, 2001).

7 Cf. Paula & Lamarra, 2011.

8 Países da OECD têm média de 5,4%, mas é bom lembrar que não há demandas reprimidas nesse setor e os investimentos na rede educacional há muito já foram realizados.

Plano o Nacional de Educação). A retrospectiva é positiva: de 1999 até 2009 o gasto público real cresceu de 14,1% em 1999 para 18,3% do PIB. No mesmo período, o gasto social per capita saltou de R$ 1.676,0 para R$ 2.967,8, correspondendo a um aumento de 77,1 % (Cepêda, 2014).

Tabela 2 - Gasto social per capita 1995-2011 (em reais)

ano	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	
Valor	1.451	1.445	1.554	1.649,9	1.676	1.766,5	1.864,9	1.915,1	
									Crescimento médio de 4%
ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Valor	1.901,1	2.050,0	2.193,7	2.383,7	2.558,0	2.690,1	2.967,8	3.253,5	3.443,8
									Crescimento médio de 9%

Fonte:Dados IPEA, 2011 (organização da autora).

Porém, tão ou mais importante que o volume efetivo de recursos disponibilizados para rede de proteção e promoção social é a percepção sobre a *função social* dessa destinação. Nos últimos anos uma disputa política e teórica importante tem se realizado no subsolo de um aparente debate técnico: esse capital utilizado é *gasto* ou *investimento?* É tarefa esperada do Estado ou uma forma populista de cooptação? Os segmentos que defendem as virtudes da competição e das emanações do mercado como melhor forma de obtenção do progresso vão taxar as inversões em política social como *gasto*, ou ainda, gasto assistencialista. Os segmentos que defendem que o mercado é uma das dimensões da sociedade, mas menos valiosa que o contrato político republicano que almeja a inclusão e bem estar de seus cidadãos vão defendê-las como *investimento* ou ainda *direito fundamenta*l.
O posicionamento do atual *staff* do governo federal encaixa-se no segundo grupo e, coerente como essa orientação, o IPEA vem elaborando uma série de relatórios analisando o investimento social como multiplicador e acelerador da dinâmica econômica. Em documento publicado em 2011, intitulado *Gastos com a Política Social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda,* a equipe do IPEA simulou o multiplicador do gasto social chegando à conclusão que para cada 1% do PIB utilizado nas políticas sociais, o efeito dinâmico de retorno geraria um crescimento da ordem de 1,37%[9]. E dentro dos gastos na área social destacou o potencial dos investimentos das políticas educacionais:

> observa-se que no que tange ao multiplicador do PIB, o *gasto social em educação tem o maior multiplicador* dentre os agregados que se investigou (...) ao gastar R$1,00 em educação pública, o PIB aumentará em R$1,85, pelo simples processo de multiplicação da renda que esta atividade propicia. Enquanto isso, R$1,00 de produtos agropecuários ou oriundos da indústria extrativa de minérios que são exportados gera R$1,4 de PIB para o país (IPEA, 2011: 10).

Para um amplo entendimento das possibilidades de geração de dinâmica social (e não apenas econômica) é necessário observar o provimento de recursos e instrumentos, o estabelecimento de projetos concretos e coerente com os momentos do ciclo de políticas públicas, avançar na detecção dos resultados obtidos na implementação real das políticas. As propostas de políticas educacionais são elaboradas a partir do entroncamento da regulação pelos dispositivos legais cogentes, da inclinação ideológica do grupo no poder, das demandas sociais nacionais e dos constrangimentos ou influências do contexto internacional. Nesse sentido, é possível detectar como alinhamentos do projeto de educação aplicado no país nos últimos anos:

9 O multiplicador do gasto social, em termos de PIB, é consideravelmente maior que o multiplicador dos gastos com os juros da dívida pública, 0,71% (quase o dobro), quase idêntico ao das exportações de commodities (...) O multiplicador do gasto social sobre a renda das famílias é consideravelmente maior que o multiplicador do investimento em construção civil, de 1,14%, e das exportações de commodities, de 1,04% (IPEA, 2011: 10).

- o impulso dado pela Constituição Federal de 1988
- as diretrizes fixadas na Lei e Diretrizes de Base de 1996, no Plano Nacional de Educação 2001 e o atual PNE 2014/2024;
- a adesão aos princípios e metas enunciados nos documentos internacionais de referência do campo, incluindo o posicionamento da CEPAL[10]
- a fidelidade ao Plano de Governo apresentado pelo Partido dos Trabalhadores - PT na disputa eleitoral de 2002 (*Uma escola do tamanho do Brasil*).

O cruzamento entre estes pontos nos dá a configuração histórica e a inclinação ideológica do projeto de expansão do ensino superior brasileiro recente. Para subsidiar a análise dos aspectos e pontos centrais de uma política governamental coerente e consistente, neste trabalho são utilizados os seguintes documentos: os Decretos 6093, 6094, 6095 e 6096 de 24/04/2007 que criam as bases do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI; o documento *Diretrizes Gerais do REUNI* (2007), o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE (2007) e a Lei nº 12.711 -29/08/2012 (institui a reserva de 50% das vagas das IFES para alunos oriundos de escola pública e baixa renda). Em termos de projeto político ajustado às concepções do governo Lula-Dilma, encontramos um posicionamento importante no PDE. Publicado em 2007 sob a gestão do ministro Fernando Haddad, o PDE exprime a visão geral do governo para o setor, bem como apresenta as diretrizes para cada segmento do sistema educacional brasileiro no programa a ser implementada pelo Ministério da Educação - MEC. Nesse texto são destacados, como fundamento da proposta do governo, os alinhamentos com a Constituição e com o Plano Nacional de Educação de 2001[11]. No PDE 2007, Haddad assume claramente que o documento pode ser entendido como um:

> plano executivo, como conjunto de programas que visam dar consequência às metas quantitativas estabelecidas naquele diploma legal [o PNE-2001] (…) de um lado, o PDE está ancorado em uma concepção substantiva de educação que perpassa todos os níveis e modalidades educacionais e, de outro, em fundamentos e princípios historicamente saturados, voltados para a consecução dos objetivos republicanos presentes na Constituição, sobretudo no que concerne ao que designaremos por visão sistêmica da educação e à sua relação com a ordenação territorial e o desenvolvimento econômico e social (PDE, 2007: 07).

Assim, o projeto de educação brasileiro teria como meta garantir o desenvolvimento, somente possibilitado quando a "*educação for alçada à condição de eixo estruturante da ação do Estado de forma a potencializar seus efeitos"*; e reduzir as desigualdades sociais e regionais através da "*equalização das oportunidades de acesso à educação de qualidade*" (PDE, 2007). A mesma orientação é encontrada no documento base para a expansão do REUNI, publicado em julho de 2007, onde se define que a educação superior:

> não deve se preocupar apenas em formar recursos humanos para o mundo do trabalho, mas também formar cidadãos com espírito crítico que possam contribuir para solução de problemas cada vez mais complexos da vida pública. (…) O país encontra-se em um momento privilegiado para promover, consolidar, ampliar e aprofundar processos de transformação da sua universidade pública, para a expansão da oferta de vagas do ensino superior, de modo decisivo e sustentado, com qualidade acadêmica, cobertura territorial, inclusão social e formação adequada aos novos paradigmas

---

10 *La relación entre educación y cohesión social tiene variadas dimensiones. Es bien conocido el aporte fundamental que hace la educación para reducir la pobreza, preparar para el ejercicio ciudadano, proteger a los grupos de mayor vulnerabilidad social y promover una mayor equidad en el acceso a oportunidades de bienestar. Estos efectos son parte medular de la cohesión social, que descansa, en importante medida, en el tipo de destrezas y capacidades que la educación aspira a estimular en el educando para que este llegue a ser un sujeto capaz de adaptarse a los cambios productivos a lo largo de su vida, dialogar activamente en espacios decisorios* (CEPAL 2007: 59).

11 Entendido como um "*bom diagnóstico",* mas carente de precisão quanto a meios e ações concretas.

> social e econômico vigentes, conforme preconizam as políticas de educação nacionais. (REUNI, 2007: 09)[12].

Durante os governos Lula e Dilma Roussef, os pilares da política inclusiva no ensino superior apoiaram-se em duas estratégias centrais: I) a ampliação direta da oferta de vagas (REUNI e pós-REUNI) e II). a ampliação do financiamento de vagas/permanência em universidades particulares (PROUNI).

I. A ampliação direta da rede de cobertura das instituições federais de ensino deu-se pela criação de novas vagas, de novos cursos (e abertura de período noturno – preferencial- em vários cursos), de novos campi em universidades já existentes e criação de novas universidades (multi ou unicampi).

Há cinco facetas importantes dessa expansão das IFES, com objetivo de construir uma "*sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação* (REUNI, 2007: 05), que gostaria de apontar - todas envolvendo mecanismos de diminuição de assimetrias e aumento da inclusão:

– **a *expansão quantitativa*** – ampliação do volume e tamanho do sistema federal de ensino superior, possibilitando mais ingressos e multiplicando a existência física das IFES. Na evolução da oferta de vagas, IFES (Tabela 4) constata-se o robustecimento da rede de IFES: ao final de 2013 eram 63 universidades federais e 313 campi em todo o país contabilizando as quatro IFES mais recentes: UFCA (CE), UFOB (BA), UFESBA (BA) e UNIFESPA.

– ***expansão geográfica*** - A chave dessa política é o conceito de *integração* nacional operada, a partir da interiorização das IFES em direção às regiões mais afastadas ou menos desenvolvidas, em três movimentos complementares: interiorização das instituições e vagas, cobertura em periferias metropolitanas (como a Unifesp e o campus Guarulhos e Osasco) e em mesorregiões e fronteiras (enclaves de fronteira estadual como a UFFS, ou em fronteira internacional como a UNILA).

- ampliação de funções - – *expansão de funções*: foco em desenvolvimento local, sustentável, multicultural e de empoderamento de grupos sub-representados.

– ***expansão de acesso -*** através da implementação de novas formas de ingresso como o ENEM e SiSU e a adoção de políticas focais como cotas, reserva de vagas e seleção privilegiada a grupos sociais especiais (agora orientados pela Lei n º 12.711);

- *ampliação da permanência*: com investimentos regulares de custeio da manutenção dos alunos com demanda social, de forma direta (via bolsa permanência e outras) e indireto (ampliação dos serviços de cobertura como moradia, restaurante, transporte, etc.). A maior fonte e política de proteção social para as IFES vêm do Plano Nacional de Assistência estudantil (Decreto 7.234/2010), com as seguintes metas: I. democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II. minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III. reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV. contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. A dotação do PNAES foi 126 milhões em 2008; 200 milhões em 2009, 295 milhões em 2010, 395 milhões em 2011, 504 milhões em 2012 e 604 milhões 2013.

---

12 É enunciado na página do MEC sobre o REUNI: *A expansão da educação superior conta com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Com o Reuni, o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Os efeitos da iniciativa podem ser percebidos pelos expressivos números da expansão, iniciada em 2003 e com previsão de conclusão até 2012. As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país. O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).*

Quadro síntese das mudanças (***expansões*** e de formas de ***democratização)***

tipo		forma de democratização
quantitativa	ampliação do volume de vagas e do nº de IFES (novas e velhas)	por ampliação do volume dos bens públicos
geográfica	- cobertura territorial - interiorização e internalização - inclusão de periferias - fronteiras (físicas, internas/externas, sociais e culturais)	- por integração territorial e espalhamento no território - aproximação das instituições e vagas das regiões mais carentes, excluídas (em termos das cidades, estados e regiões).
funções	disparador de desenvolvimento local sustentável de empoderamento de grupos sub-representados de valorização multicultural	torna universidade integrada nas responsabilidades sociais
acesso	novas formas de ingresso: ENEM e SisU Cotas e seleção de grupos focais	- alteração das formas de concorrência, - unificação da seleção e das vagas em plano nacional - novas formas de entendimento dos critérios da avaliação
proteção	- PNAES (e PROUNI para IES privadas) - ampliação do foco e cobertura das políticas de permanência (e suas regras)	- responsabilidade perante a permanência do aluno no ensino superior

II. garantia indireta de acesso pela criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) em 2004, com metas e critérios muito similares aos aplicados nas novas formas de acesso às vagas das IFES: aluno egresso do ensino médio em escolas públicas, sem formação superior, baixa renda (até 1,5 meio salário mínimo para bolsas 100% e até 3 salários para bolsas de 50% e 25%); ser professor da rede pública, ou portador de deficiência. Diferentemente do Fies, o bolsista do PROUNI não empresta esse valor e não precisará pagá-lo depois da conclusão do curso. É como se o governo federal *custeasse* uma vaga privada com *recurso público* – portanto expandido vagas, democratizando acesso e garantindo o ingresso das camadas com menor poder privado de acesso ao ensino superior.

6. Um mapa da expansão

O resultado dessa massa de transformação ainda está "em movimento", mas seu resultado já pode ser visto em variados tipos de indicadores, tais como o aumento significativo de matrículas – Tabela 3, do número de instituições – Tabela 4 e da distribuição destas no território brasileiro, figuras 1 e 2.

Tabela 3: Evolução de matrículas (Presencial)- IES e UFES entre 2020 e 2013

	2002	2007	2012	2013
Total de matrículas	3.479.913	4.880.381	5.923.838	6.152.405
Matrículas no Ensino Privado	2.428.258	3.639.413	4.208.086	4.374.431
Matrículas no Ensino Público (matrículas nas UFES)	1.051.655 (531.634)	1.240.968 (615.452)	1.715.752 (885.716)	1.777.974 (1.045.507)

Fonte: Sinopse da Educação Superior – INEP

Conforme dados da tabela 3, a cobertura de vagas ofertadas pelas UFES (somente universidades federais) praticamente dobrou. Cumpre lembrar que esse aumento na oferta de vagas tornou mais eficiente a utilização de muitas das instalações já existentes, ampliando seu uso para cursos noturnos. E outras instituições e instalações foram criadas, esparramadas pelo território nacional (cf demonstração da tabela 4 e oss mapas 1 e 2). No caso do aumento do número absoluto de UFES, vemos que ainda há deficits significativos no caso das regiões menos protegidas e de maior vulnerabilidade sócio-econômica e educacional - Norte (N), Nordeste (NE) e Centro-Oeste (CO).

Tabela 4: Número total de UFES por região e Brasil 2003, 2007, 2014

	N	NE	CO	SE	S	Brasil
2003	8	11	4	15	6	**44**
2007	8	14	5	19	9	**55**
2014	10	18	5	19	11	**63**

Fonte:Sinopse da Educação Superior – INEP

Figura 1: Mapa da distribuição das Universidades Federais em 2003 e 2014.

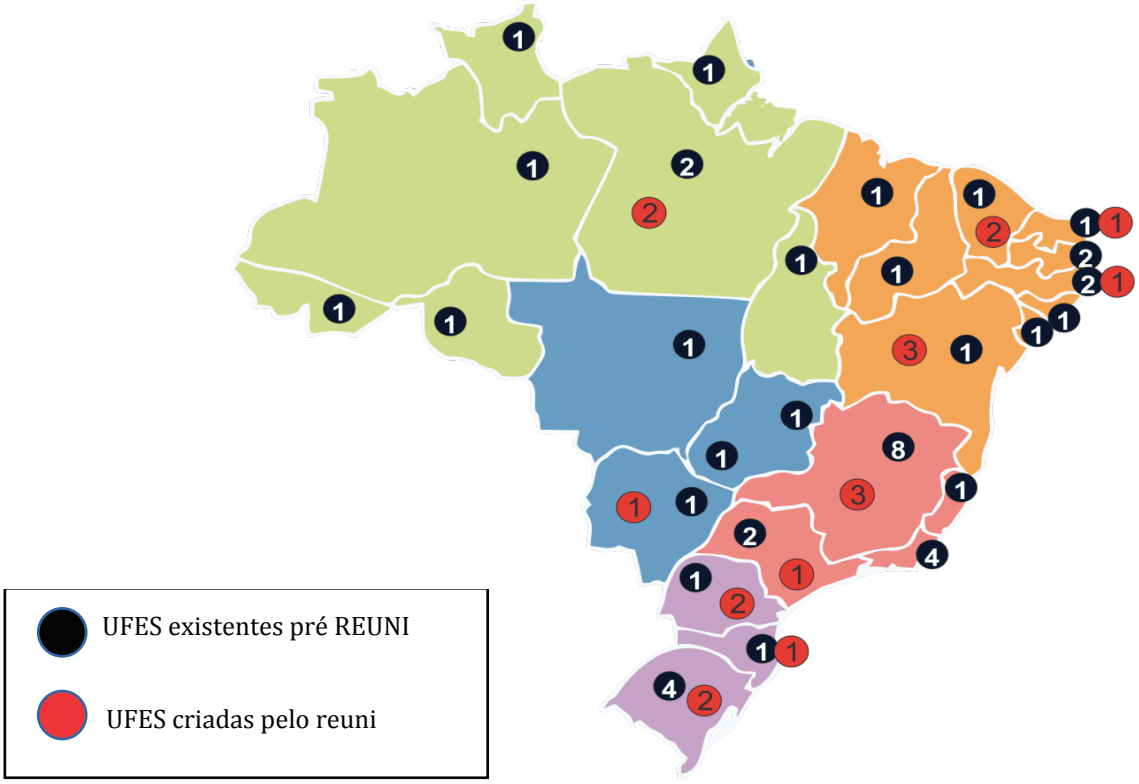

Fonte: INEP/MEC para 2003 e 2007 e Painel MEC 2014

Figura 2: Distribuição dos campi existentes, criados e previstos REUNI

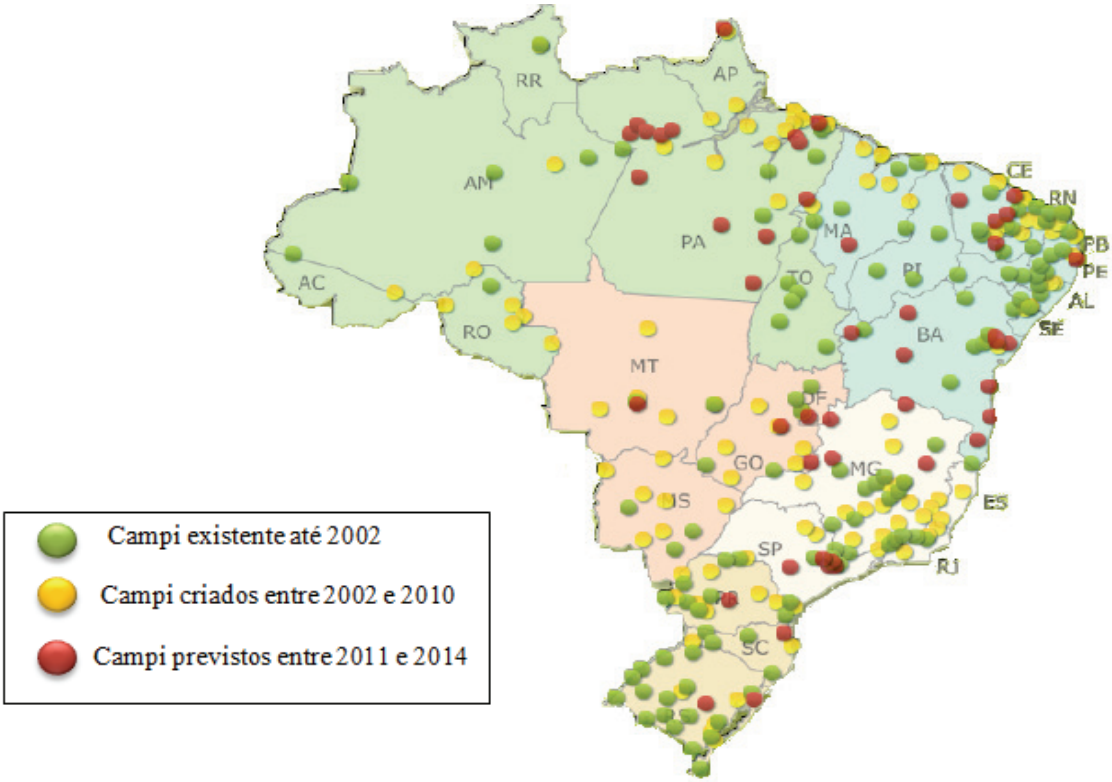

Fonte: INEP/MEC para 2003 e 2007 e Painel MEC 2014

7. Conclusão

A partir dos dados e análises apresentados neste texto pode-se concluir o fato de que está em curso nas políticas públicas brasileiras uma nova forma de desenvolvimentismo. Como os objetivos e estratégias deste modelo são hoje muito distintos daqueles defendidos pelo modelo clássico desenvolvimentista (consagrado na maior das sociedades latino-americanas entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início do neoliberalismo dos anos 90 como aceleração para a modernização), foi chamado de novo desenvolvimentismo. O perfil redistributivo e inclusivo aparece em forte destaque, com lugar privilegiado para a politica de expansão do ensino superior público. O cenário mapeado neste estudo aponta para vários índices de crescimento, mas ainda precisa de aprofundamento, especialmente quanto ao desenho que cada UFES definirá na sua correlação com o projeto do governo federal, com seu entorno e sua comunidade parceira (externa e interna). Depois dessa inserção no entorno social é que teremos condições de observar a tendência e o impacto na trajetória institucional do ensino superior brasileiro diante de temas como promoção da inclusão e equidade, empoderamento social via educação e resultados cognitivos-inovativos. Neste momento, o que descortinamos é o deflagar de um processo/projeto que já alterou em muito o panorama da educação superior no Brasil e cujos desdobramentos mostrarão os resultados concretos no longo prazo.

8. Referências Bibliográficas

BIELSCHOWSKY, R (1998). *Pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA.

BOSI, A. (2000). A universidade pública brasileira: perfil e acesso. *Cadernos Adenauer*.

BRASIL (2001). *Plano Nacional de Educação para o decênio 2001-2010*. Decreto-Lei n.10.172 de 9 de janeiro de 2001. Gabinete da Presidência da República. Brasília.

BRASIL (2012). *Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020. Congresso Nacional. Projeto de Lei n.8035/2010 de 02 de maio de 2012.* Brasília, DF.

BRASIL (2003). Decreto SN. Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades brasileiras e roteiro para a reforma da universidade brasileira.

BRASIL (2007). Decreto 6096/2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

BRASIL (2010). Decreto 7234/2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

CEPÊDA, V. A. (2012). Inclusão, democracia e novo desenvolvimentismo - um balanço histórico. *Revista de Estudos Avançados da USP,* São Paulo, v. 26. Disponível emhttp://www.scielo.br/pdf/ea/v26n75/06.pdf. acesso em 20 junho 2013.

____. (2013) As constituições de 1934 e 1988 – trajetória histórica e inflexão política. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 12.

____ (2014)Políticas de desenvolvimento social e o Nordeste: um panorama sobre a expansão do Ensino Superior Público Federal recente In: *O Nordeste brasileiro em questão: uma agenda para reflexão*. (organização Angela Nascimento, Marcos Costa Lima). Recife: UFPE; SUDENE.

CASTRO, J. A. et al. (2008) *Política Social: vinte anos da constituição federal de 1988*. Brasília, DF: IPEA.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE (2007). Cohesión social: inclusión y sentido de pertenencia em America Latina y el Caribe. Santiago, Chile.

____. (1992) Educación y connocimiento: eje de la transformación productiva com equidad. Santiago, Chile.

DURHAM, E (2003). O Ensino superior no Brasil: O público e o privado. *Documento de trabalho NUPPES.* São Paulo.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. (2011) Gastos com a Política Social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda. *Comunicados IPEA*, Brasília, v. 75.

MARQUES, A. C. H.; CEPÊDA, V. A. (2012) Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democrático e inclusivos. *Revista Perspectiva*, São Paulo, v. 42, p. 161-192.

MARSHALL, T. H. (1967) *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar.

MATTOS E SILVA, I. H. (2013). As Políticas de Ensino Superior no Brasil (1995-2010): Entre o Mercado e a Cidadania In *Anais da I Semana de Pós-Graduação em Ciência Política – Interfaces da Ciência Política.* São Carlos: UFSCar. Disponível em:http://spufscar.blogspot.com.br/2013/05/anais-volume-3.html Acesso em 20 de junho de 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2007). Plano de Desenvolvimento Institucional.

PAULA, M. F. C; LAMARRA, N. F. (orgs) (2011) *Reformas e democratização da educação superior:* no Brasil e na América Latina, Aparecida: Ideias e Letras.

SEN, A. (2001) *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras.

TROW, M. (1973) *Problems in the transition from elite to mass higher education*. Berkeley: Carnegie Comission on Higher Education.

_____ (2005) *Reflections on the transition from elite to mass to universal access:* forms and phases of higher education in modern societies since WWII. Berkeley: University of California.

Democratização da educação superior e expectativas no ensino médio: um olhar sobre Santo Amaro, Bahia, Brasil

DANTAS, Lys Maria Vinhaes[1]
lys@ufrb.edu.br

SILVEIRA, Olivia Maria Costa[2]
omaria.cs@gmail.com

SANTOS, Georgina Gonçalves dos[3]
georgina@ufrb.edu.br

Resumo: Para sua efetiva concretização, as recentes políticas de ampliação do acesso e de democratização da educação superior, no Brasil, precisam considerar as expectativas dos alunos do ensino médio, visto que a formulação e implementação de tais politicas não necessariamente levam ao consentimento ativo por parte dos beneficiários. Este artigo apresenta o panorama de expectativas em relação ao futuro imediato de 474 alunos concluintes do ensino médio em Santo Amaro, município do Recôncavo da Bahia, região empobrecida que recebe sua primeira universidade federal em 2005. Para o levantamento destas expectativas, foram consideradas três dimensões: família, trabalho e estudos, com foco na última. Mesmo com a proximidade de uma universidade, os resultados mostram que, em boa parte, os alunos manifestam vontade de continuar seus estudos, mas não adotam estratégias que os levem à seleção para o ensino superior; desconhecem políticas de ação afirmativa; e consideram o trabalho como alternativa para o futuro imediato.
Palavras-chave: democratização da educação superior; expectativas do ensino médio.

Introdução

O Ministério da Educação (MEC) do Brasil lançou, em 16 de agosto de 2011, mais uma etapa de expansão do Ensino Superior (ES) público, considerado exitoso segundo dados do Relatório de Avaliação do Plano 2008-2011 do MEC (BRASIL, 2011). Nesta fase, a Bahia, um dos estados brasileiros, recebeu duas novas universidades (a Federal do Oeste da Bahia –UFOB- e a Federal do Sul da Bahia -UFSB) e novos *campi* integrantes de universidades existentes, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em um processo de interiorização da educação superior pública, antes muito concentrada na capital Salvador.

Multicampi na sua origem e jovem (foi implantada em 2005), a UFRB previa a alocação de um *campus* no município de Santo Amaro/Bahia, que não se concretizou inicialmente. Santo Amaro, fundada em 1557,

---

1 Professora adjunta lotada no Centro de Artes, Humanidades e Letras. Pesquisadora do Observatório da Vida Estudantil, doutora em educação e mestre em administração, suas áreas de interesse são avaliação educacional, políticas de educação, vida estudantil e gestão pública.

2 Pós-Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Universidade. Doutora e Mestre em Educação (UFBA) com pesquisas desenvolvidas na área de Políticas Públicas de Juventude. Especialista em Teoria da Clínica Psicanalítica e graduada em Psicologia também pela UFBA. Pesquisadora com grande experiência na coordenação de projetos com foco em inclusão social de jovens. Atua nas áreas de avaliação de sistemas educacionais e programas e políticas públicas de educação/sociais desde 2001.

3 Professora adjunta, atual diretora do Centro de Artes, Humanidades e Letras. Pesquisadora do Observatório da Vida Estudantil, mestre e doutora em educação, tem Ensino Superior, Ações afirmativas, Relação ensino médio e ensino superior e Vida estudantil como suas principais áreas de interesse.

é representante do Recôncavo colonial açucareiro e, por muitos anos, foi uma importante cidade baiana, perdendo centralidade econômica com o declínio dos engenhos de açúcar. Hoje conta com aproximadamente 58 mil habitantes, dista 72 km de Salvador e é facilmente acessada por estradas asfaltadas, apesar de estar empobrecida. Diante da segunda etapa de expansão da ES, Santo Amaro se movimentou para a instalação do "seu" *campus*, que resultou na primeira oferta de cursos em 2014.

O MEC se apóia em três políticas (o Reuni, o ProUni e o FIES) para, por um lado, assegurar vagas na ES e, por outro, buscar garantir a permanência dos alunos, especialmente os mais pobres. As agressivas metas estabelecidas para o Reuni, por exemplo, apontam para uma expectativa de reversão da atual situação da ES brasileira em curto espaço de tempo. São exemplos dessas metas: taxa de conclusão das graduações presenciais igual a 90% e aumento nas matrículas de graduação, com foco no turno noturno. Para as universidades que assinaram o pacto Reuni, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é o exame de entrada, em substituição progressiva ao tradicional vestibular.

No entanto, a busca por ES nos municípios do Recôncavo não parece ser central aos alunos de Ensino Médio (EM), a observar, por exemplo, os dados recentes de inscrição para o ENEM. O maior polo emissor para a UFRB tem sido Feira de Santana, segundo município da Bahia e situado fora do Recôncavo. Dados sobre o ENEM em 2010 mostram que, em Santo Amaro, 163 alunos se inscreveram para o Exame, matriculados em sete das oito escolas públicas de EM localizadas no município (duas municipais, uma federal e cinco estaduais). Os percentuais de participação foram baixos: 20%, 21%, 12%, 2%, 16% e 29%. Apenas uma delas contou com 50% dos alunos inscritos para a realização do ENEM. Dados do Sistema de Seleção Unificado (SISU) de 2011 registram uma demanda bruta de 290 inscrições com origem em Santo Amaro para o conjunto dos centros da UFRB (de um total de 32.765). Esse mesmo fenômeno é observado em outros municípios do Recôncavo.

No Brasil e na Bahia, se, por um lado, a universidade deixou de ser privilégio das elites e cursar uma de suas graduações tem sido considerado porta de acesso para melhores condições sociais, por outro lado, vários fenômenos apontam para a dificuldade de acesso e permanência no ES, o que diminui as possibilidades de escolha para os concluintes do EM. Dentre as dificuldades identificadas, podem ser elencadas: falta de informação sobre políticas de acesso e sobre oferta de cursos no ES e baixo desenvolvimento de estratégias para inserção no mercado de trabalho, com entrada cedo e sem preparo. Para muitos, não é possível conciliar imediatamente trabalho e estudo, sem mencionar tempo para o lazer.

Muitas vezes, as salas de aula são heterogêneas em termos de idade, sexo, inserção no mundo do trabalho, papel no sustento da família e, principalmente, em termos de aspirações, o que admite, em uma discussão paralela sobre juventude, a adoção do termo juventudes ao invés de juventude (TEIXEIRA, 2011). Neste cenário tão heterogêneo, a aproximação entre ES e EM não é espontânea ou natural. Argumenta-se aqui que a implementação de políticas para garantia de acesso ou de permanência de estudantes no Ensino Superior não necessariamente aumenta a demanda por essa oferta de educação (SCHWARTZMAN, 2010; SANTOS e SAMPAIO, 2010) ou, em outras palavras, que a formulação e implementação de políticas não necessariamente levam a um consentimento ativo (DUARTE et alli, 2009).

Neste panorama, no final de 2012 e antes da implantação do *campus* da UFRB em Santo Amaro, pesquisadores vinculados ao Observatório da Vida Estudantil (OVE) buscaram conhecer as expectativas dos concluintes do EM para o seu futuro imediato (chamada Pesquisa Santo Amaro), por meio de *survey* realizado com os alunos regularmente matriculados nas nove escolas do município que, naquele momento, ofertavam séries de conclusão deste nível de ensino. Com este propósito, foi elaborado um questionário extenso, com 96 perguntas objetivas e 01 pergunta aberta. O questionário foi testado em Cachoeira[4] e, após ajustes, foi aplicado em Santo Amaro entre os meses de maio a outubro de 2012. O questionário foi estruturado em quatro grandes dimensões: perfil familiar e sócio econômico do aluno; perfil educacional; perfil de sociabilidade e lazer e, por fim, expectativas de futuro. De uma estimativa inicial de 771 respondentes, foram coletados dados junto a 474 alunos (61,5 % do total) que, até outubro daquele ano, ainda estavam frequentando as aulas.

Os resultados encontrados foram interessantes: a maior parte dos alunos, matriculados em escolas públicas (07)

---

4 Cachoeira é um município do Recôncavo baiano, situado a 39 KM de Santo Amaro, que sedia o Centro de Artes, Humanidades e Letras da UFRB.

ou privadas (02), manifestaram desejo de, após a conclusão do EM, seguir estudando (82,1%), mas também trabalhar (86,3%) e se dedicar à família (60,1%), existente ou a constituir. Por outro lado, boa parte não lançou mão de qualquer estratégia para acessar a educação superior e, em muitos casos, mencionou precisar trabalhar para custear sua jornada de estudo, mesmo no caso da educação pública gratuita.
Este artigo apresenta, na próxima seção, o perfil de 449 alunos concluintes do EM em Santo Amaro a partir de duas dimensões: o perfil familiar e sócio econômico do aluno e seu perfil educacional. Estes foram os alunos que declararam algum plano de futuro e, para o qual, foi buscada uma associação com os dados do perfil. Em seguida, retoma o conjunto de 474 alunos para, na seção 3, apresentar e discutir as crenças do alunado, suas expectativas de futuro e as estratégias (ou falta delas) declaradas para o acesso ao nível superior. Ao fazê-lo, pretende contribuir para o conhecimento de um dos cenários de expansão da educação superior no Brasil – a interiorização no Nordeste brasileiro - e chama atenção para a necessidade de estabelecimento de diálogo entre ensino médio e ensino superior, de modo a favorecer a aproximação do alunado e a real democratização da educação no país.

Perfil dos estudantes concluintes do Ensino Médio em Santo Amaro - Bahia

Para apresentar o perfil dos concluintes do Ensino Médio (EM) em Santo Amaro, foi realizada uma análise contrastiva entre o grupo de alunos que incluíram os estudos em seu futuro imediato (até cinco anos após a conclusão do EM) e aqueles que declararam não fazê-lo. Por esta razão, não foram considerados os dados de 25 alunos que, no momento da coleta dos dados, deixaram em branco a questão sobre planos de futuro (n = 05) ou declararam não saber o que fazer (Indecisos, n = 20), conforme Tabela 01.

Tabela 1: Panorama da inclusão de estudos nos planos de futuro de alunos concluintes do EM em Santo Amaro – BA, 2012.

Planos para o futuro imediato (até cinco anos após conclusão do EM)	N	%	% válido
Não inclui estudar	60	12,5	13,4
Inclui estudar	389	82,1	86,6
Total de decididos	449	---	100,00
Não sabe ou não respondeu	25	5,3	---
Total geral	474	100,00	

Fonte: As autoras, com dados da Pesquisa Santo Amaro

A Pesquisa Santo Amaro lançou mão, em sua maior parte, de variáveis nominais e ordinais. Assim, para observar a associação entre a intenção de continuar a estudar (planos para o futuro) e outras variáveis nominais, foi utilizado o Coeficiente de Cramér (V), calculado a partir de tabelas de referência cruzada. A lógica do Cramér é: quanto maior a discrepância entre as frequências observadas e as frequências esperadas, maior o grau de associação entre as duas variáveis e maior será o coeficiente encontrado, que varia de 0 a 1. Para fins deste estudo, foi determinado que, quando V = 0, as variáveis são independentes; V até 0,4 – a associação é fraca; V – de 0,41 a 0,75 – a associação é moderada; e acima de 0,76, é forte. Quando a variável analisada foi ordinal, foi usado o Gamma (^), que permite observar, em um par de informações, a probabilidade de estarem na mesma ordem ou em diferentes ordens. O ^ varia de -1 a +1 e quanto mais próximo de ±1, mais forte a associação (SIEGEL, 2006). Por Gamma ou por Cramér, a análise dos dados aponta para, mais frequentemente, uma associação fraca ou inexistente e, em alguns poucos casos, moderada, como pode ser observado a seguir.

Perfil familiar e socioeconômico dos concluintes do Ensino Médio (EM)

Em 2012, o concluinte do EM em Santo Amaro tinha idade média de 19,5 anos. A mediana da idade no grupo foi 18 anos e a moda 17 anos, o que sugere que boa parte dos respondentes da Pesquisa Santo Amaro estava na faixa etária adequada ou um pouco superior àquela adequada às classes regulares. 37,0% dos pesquisados tinham até 17 anos, 82,8% até 20 anos e 95,5% até 29 anos.

Quando observada a raça, os concluintes do EM refletiram a população do Recôncavo baiano, com predominância de pretos e pardos (quase 90%). Políticas de cotas por raça, portanto, englobam quase toda a amostra pesquisada, por exemplo. Para a amostra, não foi encontrada uma associação significativa entre raça e planos de futuro.

Uma questão interessante no EM e no ES brasileiros diz respeito à participação do sexo feminino, sempre prevalente nos últimos tempos. Em 2010, a maior parte dos alunos concluintes do EM na Bahia era do sexo feminino (63,26%). Em Santo Amaro em 2012, das 447 respostas válidas quanto ao sexo, esta situação também se apresentava: 59,3 % eram do sexo feminino. A questão do gênero, no entanto, não se mostrou associada com os planos de futuro: o V encontrado foi 0,155, significativo a 0,001, sendo, portanto, fraco. Baixa associação também foi observada quando cruzado o plano de futuro com o estado civil dos alunos (V = 0,176, significativo a 0,008). Como era esperado face a pouca idade, a maioria dos respondentes (87,7%) era solteira.

A associação entre existência de filhos e planos de futuro foi pouco menos fraca que as duas anteriores: V= 0,184, significativo a 0,000. Ainda que talvez a presença dos filhos levasse os pais a excluir os estudos em seu futuro, pela necessidade de prover e de "tomar conta", especialmente em relação às mães, foi baixa a associação em Santo Amaro.

Tabela 2: Perfil de presença de filhos, declarada pelos concluintes do EM em Santo Amaro-Ba, cruzado com inclusão de estudos nos planos de futuro, 2012.

Presença de filhos	Futuro não inclui estudar	Futuro inclui estudar	Total	V = 0,184 significativo a 0,000.
	N	N		
Não	43	349	392	
Sim	17	40	57	
Total	60	389	449	

Fonte: As autoras, com dados da Pesquisa Santo Amaro

Foram levantadas a presença de outros familiares com EM ou ES concluídos e de familiares com ES em curso, visto que uma das possibilidades identificadas para a construção do questionário dizia respeito à maior facilidade de escolarização longa para alunos de famílias nas quais seus responsáveis já tivessem passado pela experiência ou, em caso oposto, que buscassem reagir a uma família sem escolarização, mas com demanda de mobilidade social em tempos de desemprego (CORTI, 2009). Do mesmo modo que para as variáveis de perfil anteriores, foram fracas as associações entre a presença de familiares com escolarização avançada e os planos de futuro dos alunos do EM, como pode ser observado nas três tabelas a seguir.

Tabela 3: Perfil de declaração do aluno como a primeira pessoa em sua família a concluir o EM, realizada pelos concluintes do EM em Santo Amaro-Ba, cruzado com inclusão de estudos nos planos de futuro, 2012.

Aluno é a primeira pessoa da família a concluir o EM	Futuro não inclui estudar	Futuro inclui estudar	Total	
	N	N		
Não sabe	4	4	8	**V =0,158, significativo a 0,004.**
Não	51	367	418	
Sim	5	18	23	
Total	60	389	449	

Fonte: As autoras, com dados da Pesquisa Santo Amaro

Tabela 4: Perfil de presença de pessoas na família com ES concluído, declarada pelos concluintes do EM em Santo Amaro-Ba, cruzado com inclusão de estudos nos planos de futuro, 2012.

Presença de familiares com nível superior completo	Futuro não inclui estudar	Futuro inclui estudar	Total	
	N	N		
Não sabe	13	62	75	**V = 0,154 significativo a 0,005.**
Não	27	110	137	
Sim	20	216	236	
Total	60	388	448	

Fonte: As autoras, com dados da Pesquisa Santo Amaro

Tabela 5: Perfil de presença de pessoas na família com ES em curso, declarada pelos concluintes do EM em Santo Amaro-Ba, cruzado com inclusão de estudos nos planos de futuro, 2012.

Presença de familiares cursando ES	Futuro não inclui estudar	Futuro inclui estudar	Total	
	N	N		
Não sabe	15	52	67	**V = 0,182 significativo a 0,002.**
Não	28	128	156	
Sim	10	95	105	
Sim, mais que um	7	114	121	
Total	60	389	449	

Fonte: As autoras, com dados da Pesquisa Santo Amaro

Por mais que sejam fracas as associações encontradas, estas três tabelas anteriores falam um pouco das políticas de expansão da Educação Básica, mais antigas no Brasil, e das recentes políticas de expansão da ES, mais presentes a partir de 1996 e com foco na expansão do ensino público a partir de 2007. Dos respondentes, 93,1% não eram, em suas famílias, a primeira pessoa a concluir o EM; 52,7% referiram ter algum familiar já formado (ES), e 50,33% ter alguém que estava, no momento da aplicação do questionário, em processo de formação no ES.

Para finalizar este breve perfil, são apresentadas as variáveis de trabalho e renda. Uma hipótese inicial nos levava a verificar o que havia sido discutido por Teixeira (2011:48), ao analisar os alunos da Universidade Federal de Sergipe (UFS): "longevidade escolar e retardamento do ingresso no mundo do trabalho são prerrogativas

de uma parcela restrita da população brasileira." Em Santo Amaro, o aluno foi questionado sobre o exercício de alguma atividade remunerada, independente do grau de formalidade (que poderia incluir estágio, carteira assinada ou não, trabalho como autônomo, entre outros). Esta variável foi recodificada em uma categórica: aluno trabalha x aluno não trabalha e foi buscada associação com os planos de futuro (Tabela 6).

Tabela 6: Perfil de realização de atividade laboral remunerada, declarada pelos concluintes do EM em Santo Amaro-Ba, cruzado com inclusão de estudos nos planos de futuro, 2012.

Atividade laboral remunerada	Futuro não inclui estudar	Futuro inclui estudar	Total	Não há associação significativa.
	N	N		
Não	28	233	261	
Sim	32	156	188	
Total	60	389	449	

Fonte: As autoras, com dados da Pesquisa Santo Amaro

Não foi encontrada uma associação significativa entre esta variável e aquela dos planos de futuro, mas é importante observar o percentual de alunos que já estavam trabalhando, ainda que não tendo sequer concluído a educação básica: 41,9%. Este dado é fundamental para se pensar as políticas de expansão da educação superior: cada vez mais, o aluno é estudante-trabalhador ou trabalhador-estudante, para utilizar as categorias propostas por Romanelli (1995), e os currículos de formação para a idade adulta, ainda que para jovens, precisam considerar esta condição.

O aluno também foi indagado sobre se recebia algum apoio financeiro de suas famílias e esta variável foi cruzada com os planos para o futuro (Tabela 7). Desta vez, o V = 0,146, significativo a 0,002. Por mais que a maior parte dos respondentes estivesse matriculada na rede pública, sem taxas mensais ou de matrícula, é importante lembrar dos custos associados ao transporte, alimentação, material escolar, dentre outros arcados pelos alunos. Mesmo assim, 33,34% dos alunos não referiram receber qualquer apoio financeiro.

Tabela 7: Perfil de recebimento de apoio financeiro, declarado pelos concluintes do EM em Santo Amaro-Ba, cruzado com inclusão de estudos nos planos de futuro, 2012.

Apoio financeiro ao aluno	Futuro não inclui estudar	Futuro inclui estudar	Total	V = 0,146, significativo a 0,002.
	N	N		
Não	28	107	135	
Sim	31	279	310	
Total	59	386	445	

Fonte: As autoras, com dados da Pesquisa Santo Amaro

A variável de renda familiar (Tabela8), organizada em níveis que tinham como referência o salário mínimo (de ¼ a mais de 10 SM), ao ser cruzada com os planos de futuro, apresentou um Gamma de 0,18, mas não significativo a 95%. Tanto a renda familiar quanto a renda individual contribuíram pouco, na Pesquisa Santo Amaro, para se entender os planos de futuro, mas refletiram o empobrecimento do município. Em 2012, 98 alunos (21,5%) mencionaram que suas famílias tinham renda mensal de até meio SM e, cumulativamente, 80,7% dos respondentes informaram renda familiar até dois SM. Apenas cinco alunos referiram uma renda familiar superior a dez SM, aí incluídos os alunos matriculados em escolas particulares.

Tabela 8: Perfil de renda mensal da família do aluno, declarado pelos concluintes do EM em Santo Amaro-Ba, cruzado com inclusão de estudos nos planos de futuro, 2012.

Renda mensal da família do aluno	Futuro não inclui estudar	Futuro inclui estudar	Total	
	N	N		
Zero	5	21	26	^= 0,18, **não significativo.**
Entre R$1,00 e R$ 150,00	1	3	4	
De R$156,00 a R$ 311,00	5	53	58	
De R$312,00 a R$ 622,00	22	94	116	
De R$ 623,00 a R$ 1.244,00	18	126	144	
De R$ 1.245,00 a R$ 3.110,00	5	58	63	
De R$ 3.111,00 a R$ 6.220,00	1	17	18	
Mais de R$ 6.220,00	0	5	5	
Total	57	377	434	

Fonte: As autoras, com dados da Pesquisa Santo Amaro

Dentre todas as variáveis de perfil sócio-econômico-familiar, aquela que apresentou um coeficiente de associação mais alto foi o papel do aluno no provimento de suas famílias, ainda que apenas 19 estudantes tenham se colocado na categoria de provedores principais. Neste caso, o Gamma foi igual a 0,397, significativo a 0,004.

Tabela 9: Perfil de papel do aluno no provimento da sua família, declarado pelos concluintes do EM em Santo Amaro-Ba, cruzado com inclusão de estudos nos planos de futuro, 2012.

Aluno contribui para o sustento da casa	Futuro não inclui estudar	Futuro inclui estudar	Total	
	N	N		
Não	29	263	292	**^= 0,397, significativo a 0,004.**
Sim, mas não é o principal provedor	24	111	135	
Sim e é o principal provedor	7	12	19	
Total	60	386	446	

Fonte: As autoras, com dados da Pesquisa Santo Amaro.

As variáveis do perfil educacional apresentaram uma maior associação com os planos de futuro, de modo geral, que aquelas do perfil socioeconômico e familiar, como pode ser visto a seguir.

Perfil educacional

Também para as variáveis do perfil educacional foram buscadas associações com os planos de futuro dos concluintes do EM em Santo Amaro. Mais uma vez, os coeficientes de associação encontrados foram fracos ou moderados e, em muitos casos, não houve associação. A primeira variável a buscar nesta análise foi a rede administrativa a qual o aluno se vinculava (Tabela 10), com uma expectativa de que alunos das escolas particulares incluíssem a continuidade de estudos em uma frequência superior àqueles das escolas públicas (OLIVEIRA, SALDANHA, 2005:48). Surpreendentemente, talvez pelo baixo número de alunos vinculados à rede privada, a associação encontrada foi fraca (V = 0,166), assim como a associação com o tipo de ensino (se regular, EJA, técnico ou normal, V = 0,148), embora, em ambos os casos, significativa.

Tabela 10: Rede administrativa da escola de matrícula dos concluintes do EM em Santo Amaro-Ba, cruzada com inclusão de estudos nos planos de futuro, 2012.

Rede administrativa a qual a escola está vinculada	Futuro não inclui estudar	Futuro inclui estudar	Total	
	N	N		
Particular	0	59	59	**V = 0,166, significativo a 0,006.**
Pública municipal	4	18	22	
Pública estadual	54	286	340	
Pública federal	2	26	28	
Total	60	389	449	

Fonte: As autoras, com dados da Pesquisa Santo Amaro

Já quando o turno foi analisado (tendo sido considerado uma variável ordinal), a associação encontrada com os planos de futuro foi moderada e significativa. O Gamma obtido foi igual a -0,495, significativo a 0,000. O sinal negativo é bem interessante, já que aponta para um noturno no qual há menor intenção de continuidade dos estudos, quando contrastado com os planos dos alunos do vespertino e do matutino. Este resultado já havia sido observado por Franco e Novaes (2001), que referiram: "Ingressar no ensino superior mostrou-se uma expectativa mais presente entre os alunos que cursam o período diurno (45%)" (FRANCO; NOVAES, 2001: 178), em uma pesquisa realizada na cidade de São Paulo.

Tabela 11: Turno de matrícula dos concluintes do EM em Santo Amaro-Ba, cruzada com inclusão de estudos nos planos de futuro, 2012.

Turno no qual o aluno frequenta as aulas	Futuro não inclui estudar	Futuro inclui estudar	Total	
	N	N		
Matutino	19	222	241	**^=-0,495 significativo a 0,000**
Vespertino	15	108	123	
Noturno	26	58	84	
Total	60	388	448	

Fonte: As autoras, com dados da Pesquisa Santo Amaro

Novamente foi obtido um coeficiente de associação com sinal negativo quando foram cruzadas as reprovações ao longo da vida escolar com os planos de futuro. A literatura indica que uma das causas de desistência da escola é justamente a reprovação.O cenário Santo Amaro não é distante de outros municípios e os professores de ES, especialmente aqueles que lidam com os calouros, precisam estar atentos a demandas especiais desses alunos multi-repetentes, caso o interesse de suas IES seja o da conclusão da graduação.

Tabela 12: Perfil de reprovações declaradas pelos concluintes do EM em Santo Amaro-Ba, cruzado com inclusão de estudos nos planos de futuro, 2012.

Reprovações ao longo da vida escolar declaradas pelos alunos	Futuro não inclui estudar	Futuro inclui estudar	Total	
	N	N		
Nunca repetiu	17	217	234	**^=-0,386 significativo a 0,000**
Repetiu 01 vez	29	111	140	
Repetiu 2 vezes	11	44	55	
Repetiu 3 vezes	2	15	17	
Repetiu 4 vezes	1	1	2	
Repetiu 5 vezes	0	1	1	
Total	60	389	449	

Fonte: As autoras, com dados da Pesquisa Santo Amaro

No perfil educacional, foram levantados se o aluno gosta de estudar, de escrever, de ler e da sua escola. Estas variáveis foram cruzadas com os planos de futuro. Não houve associação com gostar de escrever ou gostar da escola, mas houve uma associação fraca com gostar de estudar (Tabela 13) e uma associação moderada com o gostar de ler (Tabela 14). Interessantemente, na amostra analisada, de 469 respondentes, apenas 100 referiram não gostar da escola ou gostar pouco; grande parte (78,7%) declarou gostar ou gostar muito, o que merece uma investigação posterior, já que as queixas sobre a infraestrutura escolar e o distanciamento dos currículos da "vida real", com aulas enfadonhas, foram frequentes e, neste cenário, gostar da escola não seria tão esperado (FRANCO; NOVAES, 2001).

Tabela 13: Perfil de gosto por estudar, declarado pelos concluintes do EM em Santo Amaro-Ba, cruzado com inclusão de estudos nos planos de futuro, 2012.

Aluno declara gostar de estudar	Futuro não inclui estudar	Futuro inclui estudar	Total	
	N	N		
Não gosto	2	6	8	**^=0,297 significativo a 0,019**
Gosto pouco	20	70	90	
Gosto	27	232	259	
Gosto muito	9	79	88	
Total	58	387	445	

Fonte: As autoras, com dados da Pesquisa Santo Amaro

Tabela 14: Perfil de gosto por leitura, declarado pelos concluintes do EM em Santo Amaro-Ba, cruzado com inclusão de estudos nos planos de futuro, 2012.

Aluno declara gostar de ler	Futuro não inclui estudar	Futuro inclui estudar	Total	^=0,422 significativo a 0,000
	N	N		
Não gosto	5	17	22	
Gosto pouco	30	105	135	
Gosto	16	151	167	
Gosto muito	8	110	118	
Total	59	383	442	

Fonte: As autoras, com dados da Pesquisa Santo Amaro

Para concluir o perfil educacional, foi buscada associação entre o que o aluno entende como sendo o principal objetivo que sua escola teve para sua formação e os planos de futuro. Novamente, o coeficiente obtido foi fraco (V=0,305), ainda que superior à maior parte dos valores encontrados para a variável de perfil socioeconômico. 62,5% alunos entenderam que suas escolas os estavam preparando para continuar a estudar, como pode ser visto na Tabela 15, seguidos de 22% que apontavam para o mercado de trabalho.

Sobre este aspecto, vale um registro: durante a aplicação dos questionários, vários alunos vieram conversar com as equipes de aplicação. Ainda que de maneira não sistematizada, estes alunos referiam a uma formação cuja finalidade estava na conclusão do EM e, na qual, não havia espaço para discussões sobre o que fazer após esta data. Complementarmente, de maneira sistematizada no questionário, apenas 11,1% dos respondentes informaram conversar sempre ou frequentemente sobre seu futuro com os professores, mas 57,4% o fizeram nesta frequência com seus familiares. Ou seja, o tema era importante e assunto de conversa, mas não acontecia no ambiente escolar.

Tabela 15: Perfil de declaração de percepção sobre o principal objetivo que a escola de vínculo adotou na formação de seus concluintes do EM em Santo Amaro-Ba, cruzado com inclusão de estudos nos planos de futuro, 2012.

Aluno declara sua percepção sobre o principal objetivo de formação adotado por sua escola	Futuro não inclui estudar	Futuro inclui estudar	Total	V = 0,305, significativo a 0,000
	N	N		
Nada	2	1	3	
Continuar estudando	16	254	270	
Mercado de trabalho	24	71	95	
Conviver com a família e amigos	0	1	1	
Atuar como cidadão	11	35	46	
Não sabe	5	12	17	
Total	58	374	432	

Fonte: As autoras, com dados da Pesquisa Santo Amaro

As experiências de pesquisa do OVE apontam na direção da fragilidade da educação básica, especialmente no nível médio, em promover, nos alunos, o interesse em desenvolver estratégias para continuar seus estudos. Pesquisas já concluídas pelo OVE (SAMPAIO et alli, 2009; SOUZA,2014; SOUZA, 2013) conferem ao professor e às famílias um importante papel na decisão do jovem em ingressar na universidade, embora, nem sempre, no caso das famílias, esse papel seja decisivo, na medida em que o apelo para que o jovem ingresse no mundo do trabalho colide com a iniciativa de prosseguimento da sua formação (ROMANELLI, 1995). Esta lacuna pode ser objeto de trabalho de parceria entre escolas de EM e IES, como já vem sendo realizado, por exemplo, pelo OVE ou pelo PET Conexão de Saberes, ambos da UFRB, em Santo Amaro.
Finda a apresentação das variáveis de perfil, em especial aquelas com alguma associação com os planos de futuro, a próxima seção é dedicada às expectativas de futuro, com foco na continuidade dos estudos.

Expectativas de continuidade de estudos

Políticas de democratização da educação superior precisam considerar, para serem efetivas, o perfil do alunado potencial. No contexto do Recôncavo baiano, isto inclui observar que, no futuro imediato do concluinte de EM, há planos concomitantes de estudo e trabalho e, em menor proporção, de dedicação à família, como pode ser visto na Tabela 16. Como já discutido por Dayrell (2009:18) sobre jovens brasileiros, "a condição juvenil só é vivenciada porque trabalham, garantindo o mínimo de recursos para o lazer, o namoro ou o consumo. Mas isso não significa, necessariamente, o abandono da escola, apesar de influenciar". Aliás, permanecer na educação formal é um desafio, independente do nível de ensino, como mostram os estudos sobre jovens beneficiários do PROJOVEM, realizados por Lordêlo, Silveira e Galvão (2008) e Silveira (2014).
Três questões pautam a elaboração desta seção sobre expectativas para a continuidade dos estudos em Santo Amaro: 1) o paralelismo entre trabalho e estudo nos planos de futuro; 2) as crenças dos jovens que ora refletem a introjeção das dificuldades de suas vidas, ora o discurso do capital humano e da expansão da ES; e 3) a ausência de estratégias que contribuam para aproximar os jovens de seus planos de continuar a estudar. Nos três casos, há possibilidade de atuação em parceria da ES e do EM no sentido de contribuir para a democratização da educação.

Tabela 16: Estudo, trabalho e família no futuro imediato de alunos concluintes do Ensino Médio em Santo Amaro – Ba, 2012.

Plano para o futuro imediato	Estudo						Trabalho						Família					
	Não inclui		Inclui		Não sabe ou não respondeu		Não inclui		Inclui		Não sabe ou não respondeu		Não inclui		Inclui		Não sabe ou não respondeu	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Total geral	60	12,7	389	82,1	25	5,3	40	8,4	409	86,3	25	5,3	179	37,8	270	57,0	25	5,3

Fonte: As autoras, com dados da Pesquisa Santo Amaro

Para os concluintes de EM em Santo Amaro, o trabalho não só era entendido como meio de financiar os estudos (mesmo aqueles em universidade pública, resultado encontrado também por Teixeira, 2011, sobre alunos da UFS),mas como meio de vida imediata pós-conclusão do EM e não em um futuro distante, pós-formatura no ES (o que foi também observado por Leão, 2006, Sparta e Gomes, 2005, em outros locais, ou Souza, 2014, em Santo Amaro).Como mostrado na seção 2.1, 41,9% do alunado da amostra já desenvolvia alguma atividade remunerada e 86,3% deles desejavam trabalhar logo após a saída do EM, em percentual um pouco maior que aquele que referia querer estudar (82,1%).
Neste panorama, currículos inflexíveis, com oferta semestral de um pacote de disciplinas e de atividades, podem ser excludentes para o aluno trabalhador ou para o aluno em processo de constituição de família, com casamento, mudança de vida, chegada de filhos pequenos, etc. A literatura aponta que a entrada cedo no mundo do trabalho, muitas vezes sem preparação, contribui para distanciar o aluno de uma formação superior.O trabalho é visto como um dificultador. No entanto, o que se tem observado no panorama de democratização

recente, é o que o trabalho tem um lugar reservado nos planos de futuro dos alunos do EM, nem sempre apenas associado à baixa renda, mas também pela busca de independência do jovem ou de provimento familiar, em outras faixas de idade. Em muitos casos, é o trabalho que fornece a pressão necessária para que o aluno retome sua educação formal e se capacite, na busca por melhoria de carreira, resultado que já havia sido discutido por Silveira (2014). Cabe às IES buscarem alternativas de currículo que, sem perda de qualidade na formação superior, contribuam para a permanência do aluno trabalhador em seus cursos. Talvez seja o momento de pensar no trabalho como uma característica do aluno a ser considerada e respeitada, em lugar de ser apenas pensada como aquela que atrapalha a formação.

A segunda questão discutida nesta seção diz respeito às crenças do alunado, que ajudam a observar o quanto o ES é percebido como uma possibilidade de futuro não apenas para a elite, o que é um primeiro passo na sua democratização na região. Como já discutido na literatura (ver Franco e Novaes, 2001; Zago, 2006; Leão, 2006; Oliveira e Saldanha, 2010, dentre vários autores, para a realidade brasileira; Almeida e Soares, 2006, para a realidade portuguesa; ou Coulon, 2008, para a francesa), o acesso ao ES não é "natural" ou "inevitável" para todos os alunos.No Brasil, mesmo com a implementação de políticas de acesso (com a mudança do vestibular para o ENEM, por exemplo), durante a caminhada na Educação Básica crenças são construídas de modo a conduzir a escolha do aluno por um determinado curso (muitas vezes, de maneira utilitária, quando o aluno crê que, por não conseguir passar em A, precisa seguir B) ou uma certa instituição (neste caso, IES de prestígio x sem prestígio, ou IES no interior x capital, por exemplo). Neste caso, o próprio aluno se exclui (auto-exclusão, ZAGO, 2006) de alguma carreira ou IES por julgá-la inacessível ou apenas apropriada às classes mais favorecidas.

Na busca por observar estas questões no Recôncavo, a partir da literatura e de discussões com o grupo discente que fazia parte da Pesquisa Santo Amaro, no questionário de levantamento de dados foram colocadas dez afirmativas para que os respondentes manifestassem sua concordância ou discordância. A Tabela 17 apresenta a síntese das respostas.

Tabela 17: Perfil de crenças declaradas por alunos concluintes do Ensino Médio em Santo Amaro – Ba, 2012.

Crenças declaradas	Não		Sim		Não sabe ou não respondeu		Total
	N	%	N	%	N	%	N
Algumas carreiras são mais importantes que outras.	77	16,2	353	74,5	44	9,3	474
Existem carreiras para homens e outras para mulheres.	252	53,2	155	32,7	67	14,2	474
Somente quem tem dinheiro pode seguir as carreiras mais importantes.	384	81,0	56	11,8	34	7,2	474
Um diploma de ES ajuda a conseguir emprego.	14	3,0	426	89,9	34	7,2	474
Em Santo Amaro ou no Recôncavo, um diploma a conseguir emprego.	46	9,7	324	68,4	104	22,0	474
Ter um diploma ajuda a ter um salário mais alto	43	9,1	349	73,6	82	17,3	474
Em Santo Amaro ou no Recôncavo, ter um diploma ajuda a ter um salário mais alto.	71	15,0	252	53,2	151	31,9	474
É possível parar de estudar e depois retornar aos estudos.	138	29,1	289	61,0	47	9,9	474
Ter um diploma é mais importante que ter conhecimento sobre alguma coisa.	341	71,9	81	17,1	52	11	474
Ter conhecimento é mais importante que ter um diploma.	94	19,8	325	68,6	55	11,6	474

Fonte: As autoras, com dados da Pesquisa Santo Amaro

Nesta Tabela, as três primeiras afirmativas dizem respeito à discriminação de carreiras ("carreiras de rico" x "de pobre" ou separação por gênero). Em Santo Amaro, 74,5% dos alunos consideraram que havia carreiras mais importantes que outras e também foi preocupante notar que, para 53,2% dos respondentes, havia carreiras próprias para homens e para mulheres, em um recorte de gênero já discutido antes por Almeida e Soares (2006) no contexto português.

O dado positivo neste panorama é que, apesar de haver esta discriminação, 81% discordam que apenas quem tem dinheiro pode seguir as carreiras mais importantes. Pelo menos em termos de discurso, os alunos mais pobres também querem cursar as formações imperiais (a exemplo de direito, medicina e engenharia), o que não seria possível no processo excludente do vestibular em tempos anteriores à expansão da ES no Brasil. Ainda assim, é fundamental a parceria EM e ES para que se possa atuar junto aos alunos (e muitas vezes seus professores) no "antes" da decisão de ingressar numa universidade, para auxiliá-los a refazer antigas concepções, culturalmente arraigadas, e que, de forma silenciosa, atuam, minando as propostas de democratização da ES em curso no país.

Dois outros aspectos na Tabela 17 chamam atenção: o primeiro diz respeito ao desconhecimento do aluno quanto ao mercado de trabalho de sua região. 89,9% concordam com a afirmação de que um diploma ajuda a conseguir um emprego e 73,6% com a afirmação de que ter um diploma ajuda a ter melhor salário. Quando as mesmas questões são colocadas para Santo Amaro e Recôncavo, o percentual cai para 68,4% no primeiro caso e para 53,2% no segundo e aumenta o percentual dos que não sabem ou deixaram em branco a questão: de 7,2 para 22,0% em relação ao emprego e de 17,3 para 31,9% em relação ao salário. A estas situações pode ser acrescentado um outro dado: apenas 141 alunos (29,9%) desejam permanecer em Santo Amaro após a conclusão do EM. Dentre os demais, 46,5% querem mudar de município e o restante (23,8%) ainda não sabe ou não respondeu. Novamente, esta é uma lacuna que pode ser endereçada na parceria escola EM e IES, no sentido de dar a conhecer as características locais, por um lado, e trabalhar na mudança do panorama socioeconômico local, por outro. Ainda, vale o registro de que o discurso que atrela um maior tempo de educação formal a melhores condições de trabalho não têm se concretizado em inúmeros casos, o que faz com que uma parcela dos jovens questione se realmente vale a pena (em termos de riscos e benefícios) continuar a estudar (LEÃO, 2006).

O segundo aspecto que chama atenção é o percentual de alunos – 71,9% - que declararam que ter conhecimento é mais importante que ter um diploma, em uma negação do pragmatismo observado tantas vezes, que dita que o que vale é o diploma, independente da aprendizagem. Contudo, entre os estudantes que declararam querer fazer ES, uma grande parte não sabe o curso e, dentre os que sabem, há muita confusão entre o que seja uma formação técnica (por exemplo, curso de soldador) e uma formação superior (o que também foi observado por Teixeira, 2011, ou Dantas e Santos, 2014, a partir de relatos de alunos na universidade). Foi interessante observar, em conversas com os respondentes em Santo Amaro, a intenção de "fazer faculdade", colocado de maneira genérica, sem especificação de curso ou mesmo de área de conhecimento. Ainda que provavelmente esta seja uma causa da grande mobilidade entre cursos observada na ES no Brasil pós-Reuni e pós-SiSU, o que dificulta a gestão universitária, é possível concordar com Coulon (2008) quando afirma que, mesmo sem saber direito o que se quer na ES, esta experiência é positiva para a formação ou profissionalização dos jovens.

Quando perguntados sobre as chances que acreditavam ter de ingresso em instituição de educação superior, 30,6% consideraram muito pequena ou pequena quando a instituição era pública e 43,9%, quando a IES era particular. Foram poucos os alunos que criam que a chance era muito grande e, talvez pela mudança do exame para ingresso em instituições públicas, a exemplo da UFRB, 45,8% dos alunos consideraram média a chance para entrada nas públicas (e 32,1% para privadas) e 16,9% chance grande para a IES pública, contra 14,6% para privada. O panorama das percepções (Tabela 18) era, portanto, favorável à continuidade de formação por alunos do EM em Santo Amaro.

Tabela 18: Perfil de percepção de chance de entrada na educação superior, pública e privada, declarada por alunos concluintes do Ensino Médio em Santo Amaro – Ba, 2012.

Chance de entrada em IES	Pública		Privada	
	N	%	N	%
Muita pequena	60	12,7	115	24,3
Pequena	85	17,9	93	19,6
Média	217	45,8	152	32,1
Grande	80	16,9	69	14,6
Muito grande	21	4,4	38	8,0
Não sabe ou não respondeu	11	2,3	7	1,5
Total	474	100,0	474	100,0

Fonte: As autoras, com dados da Pesquisa Santo Amaro

Quando observado o nível de estudos que os alunos achavam que iriam alcançar, a maior parte (44,5%) declarou o nível de pós-graduação, enquanto uma parcela bem menor (9,1%) pensava que deixaria de estudar no EM. Uma ressalva deve ser, no entanto, feita: como no caso da graduação, nem todos os alunos sabiam o que é uma pós-graduação.

Tabela 19: Perfil de percepção de chance de entrada na educação superior, pública e privada, declarada por alunos concluintes do Ensino Médio em Santo Amaro – Ba, 2012.

Aluno declara o nível que acha que vai alcançar em seus estudos	N	%
Ensino Médio	43	9,1
Ensino Superior	119	25,1
Pós-graduação	211	44,5
Ainda não sabe	93	19,6
Não respondeu	8	1,7
Total	474	100,0

Fonte: As autoras, com dados da Pesquisa Santo Amaro

Mesmo com tantos indícios de que a continuidade dos estudos foi incluída nos planos da maior parte dos concluintes do EM em Santo Amaro, uma série de outros dados pode indicar que a democratização da ES, na região, não é ainda um fato. Por exemplo, é clara a falta de informações sobre as possibilidades da ES, sobre políticas de acesso e permanência e, por outro lado, o aluno não parece assumir o protagonismo de sua própria vida.

Em um período anterior à expansão da ES, alunos de classe média e alta treinavam para o vestibular, se informavam sobre as opções de IES e de curso, passavam por orientação vocacional, pesquisavam as características das IES de maior interesse, estivessem perto ou longe de suas residências. Não parece ser o caso em Santo Amaro. Por exemplo, de 383 alunos que diziam que os estudos faziam parte dos planos de futuro, 161 não haviam feito inscrição para o ENEM no ano da conclusão de EM, o que lhes impediria de acessar universidades públicas mais próximas (V = 0,299, significativo a 0,000, quando buscada a associação entre ENEM e Inclusão de estudos no futuro imediato). Um segundo exemplo: mais da metade da amostra relatou não ter pesquisado sobre possibilidade de cursos superiores, mesmo estando no último ano do EM.

A Tabela 20 apresenta o panorama das estratégias consultadas que poderiam contribuir para aproximação do concluinte do EM com o nível superior.

Tabela 20: Perfil de estratégias adotadas para aproximação com a educação superior, declaradas por alunos concluintes do Ensino Médio em Santo Amaro – Ba, 2012.

Estratégias adotadas e informações levantadas sobre o ES	Não		Sim		Não sabe ou não respondeu		Total
	N	%	N	%	N	%	N
Aluno declara saber sobre cotas	137	28,9	332	70,0	5	1,1	474
Aluno declara ter pesquisado sobre possibilidades de cursos nas faculdades/ universidades	250	52,7	218	46,0	6	1,3	474
Aluno declara já ter feito vestibular	417	88,0	54	11,4	3	0,6	474
Aluno declara já ter feito ENEM	377	79,5	92	19,4	5	1,1	474
Aluno declara participação em cursinho preparatório para vestibular/enem	412	86,9	55	11,6	7	1,5	474

Fonte: As autoras, com dados da Pesquisa Santo Amaro

Seja repetindo estratégias utilizadas por estudantes em período anterior ao da expansão da ES no Brasil ou criando novas estratégias, especialmente quando se pode lançar mão de tecnologias que contribuem para a construção de abordagens compartilhadas (como a formação de coletivos ou o uso de redes sociais na internet), é fundamental que o estudante – jovem ou não – que queira continuar sua formação possa concretizar tal desejo.

Consultadas, as coordenações das escolas envolvidas na Pesquisa Santo Amaro mencionaram várias tentativas de aproximação do seu aluno com a ES: contratação de simulados de vestibular e ENEM (especialmente as escolas privadas), disponibilização dos computadores e de pessoal para inscrição no ENEM (escolas públicas), discussão sobre profissões (ambas), dentre outras. A equipe da Pesquisa voltou a quase todas as escolas para uma conversa sobre a UFRB e o ENEM em 2013 (com todo o EM e não só os concluintes), do mesmo modo que outros grupos de extensão da Universidade o fizeram. Nestes encontros, os alunos – com raras exceções – mostraram-se desinteressados. Em uma ação diversa, o OVE fez um acompanhamento sistematizado ao longo do ano letivo em uma escola em outro município, com um envolvimento maior dos alunos do EM. Talvez este caminho – apesar de mais longo – seja mais eficaz que aquele dos encontros eventuais. De todo modo, uma outra possibilidade é envolver não só o aluno, mas seu professor.

1. Considerações finais

No sentido de contribuir para o aprimoramento de políticas públicas educacionais que busquem democratizar a educação no Brasil, argumenta-se que não basta implementarmedidas que visem ao acesso e à permanência dos estudantes, seja na educação básica ou na superior, mas que é preciso conhecer este estudante e buscar uma aproximação com ele, para que o acesso e a permanência, de fato, aconteçam. Desta forma, a universidade não deve esperar que lhe apontem a direção a ser tomada; ela precisa se antecipar criando mecanismos internos e externos que estabeleçam elos duradouros com a sociedade e, de maneira mais restrita, com as instituições da educação básica, para que o ingresso do estudante, em especial daquele de origem popular, não mais seja compreendido como um acidente de percurso.

Com este objetivo, o artigo apresentou várias características do perfil socioeconômico-familiar e educacional dos estudantes concluintes de EM em Santo Amaro, Bahia, no ano de 2012, buscando associá-las à inclusão, nos planos de futuro imediato (até cinco anos após a conclusão do Ensino Médio), da continuidade dos estudos. Estes dados foram resultantes da Pesquisa Santo Amaro, conduzida pelo OVE. As associações – quando encontradas – foram fracas ou moderadas. Santo Amaro não destoava, em 2012, de outros municípios do Recôncavo baiano: seu alunado tinha 19 anos de média de idade, com prevalência de mulheres, de solteiros e de alunos não trabalhadores, ainda que 41,67% dos respondentes já estivessem exercendo alguma atividade

– formal ou não – remunerada. A maior parte (80,7%) dos respondentes declarou renda familiar de até dois salários mínimos, mas uma parcela considerável - 21,5%- vivia mensalmente com até um quarto do salário, em mais uma evidência do empobrecimento da região.

Contrariando o percebido na literatura sobre o tema, a renda familiar declarada não teve associação com os planos de futuro, mas o papel do estudante no provimento de sua família sim. Do mesmo modo, não foi a rede administrativa (publica ou privada) que apresentou uma associação com os planos de futuro ou o tipo de ensino (se regular, EJA ou técnico), mas o turno no qual o aluno se encontrava. O turno foi a variável que apresentou o indicador de associação mais forte (^=-0,495) de todas aquelas cruzadas (92) com planos de futuro, seguida pela variável Gostar de Ler (^=0,422).

Em Santo Amaro, o que chamou atenção dos pesquisadores foi a inclusão paralela, nos planos de futuro, de trabalho e estudo (e, em terceiro lugar, dedicação à família). Mesmo quando consideradas de média a grande as chances de entrada na educação superior pública, o respondente não desconsiderou o trabalho. Este aspecto talvez seja o mais central na discussão sobre políticas de democratização da educação superior: não é mais possível considerar que o aluno trabalhador seja a exceção. É fundamental repensar os currículos para acomodar o aluno que trabalha e que estuda e, por vezes, ainda constrói e mantem uma família. Chamou ainda atenção o fato de que, por mais que declarem diferenciar carreiras mais importantes que outras ou carreiras para homens diferentes de carreiras para mulheres, os respondentes não mais associam a educação superior às elites. No entanto, apesar de considerarem possível continuar a estudar, os respondentes não lançaram mão de estratégias que os aproximassem de seus planos, sequer fazendo a inscrição para o ENEM ou buscando informações sobre as universidades mais próximas.

As políticas de expansão da educação superior se voltaram, desde 2007, para a interiorização da oferta. Buscando aproximar os centros de ensino do alunado, os estudantes poderiam realizar sua formação com custos inferiores àqueles que teriam caso tivessem que se mudar para a capital, no caso baiano. No entanto, vários desafios se apresentam neste cenário: a dificuldade de mobilidade para as cidades-sede dos novos centros, sem linhas regulares de transporte público, que se torna ainda mais precário no turno noturno; os exorbitantes preços de aluguel, pelo aumento da procura sem elasticidade de oferta; o aumento do preço de alimentação, novamente por aumento de procura; os comportamentos – por vezes fora da norma – dos estudantes universitários, percebidos pelos "nativos" como agressivos e desrespeitosos, o que provoca resistência local. No entanto, talvez o maior desafio seja ainda a falta de informações que favoreçam, ao aluno do EM, planejar e executar sua formação no nível superior. Instituições de educação básica e de ensino superior talvez não estejam preparadas para lidar com este novo cenário e precisam se dedicar a ele. Esse debate necessita ser trazido para o centro do ambiente acadêmico e apoiar-se numa sólida compreensão do cotidiano e das expectativas dos estudantes e de suas famílias - antes e depois da entrada na vida universitária - construindo assim, as bases para a implementação de projetos que, de fato, democratizem a educação superior.

Referências

ALMEIDA, G., SOARES S. (2006) "Acesso e Sucesso no Ensino Superior em Portugal: Questões de Género, Origem Sociocultural e Percurso Acadêmico dos Alunos". *Psicologia: Reflexão e Crítica,* 19(3), 507-514, 2006. Acesso em 10 de setembro, 2008, de http://emaberto.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/view/268/269

BRASIL. Ministério da Educação (2010). *Relatório de Avaliação*. Plano Plurianual 2008-2011. Exercício 2011. Ano base 2010. Brasília, DF: Ministério da Educação.

CORTI, A.P. (2009). "Uma diversidade de sujeitos. Juventude e diversidade no Ensino Médio". In: Secretaria de Educação à Distância. Ministério da Educação. *Juventude e escolarização: os sentidos do ensino médio*. Ano XIX, Boletim 18, pp.12-15.

COULON, A. (2008). *A condição de estudante. A entrada na vida universitária.* Trad. de G.G. dos Santos e de S. M. R. Sampaio. Salvador: EDUFBA.

DANTAS, L. M. V.; SANTOS, G.G.dos. (2014) "A Universidade e seus Novos Alunos: Estranhamento e Aproximação". In: *Anais do VIII ENAPEGS*, Cachoeira, pp. 1 -17 .

DAYRELL, J. (2009). "Uma diversidade de sujeitos. O aluno do ensino médio: o jovem desconhecido". In: Secretaria de Educação à Distância. Ministério da Educação. *Juventude e escolarização:* os sentidos do ensino médio. Ano XIX, Boletim 18, pp.16-23

DUARTE, M. R. T.; ALMEIDA, M J; COSTA, K S; SILVA, V. R. da. (2009) "Os desafios teórico-metodológicos e a avaliação de programas educacionais". In: M. R. T. Duarte. (Org.). *Palavras de jovens sobre o ProJovem*: estudos com os egressos e a formação de pesquisadores em avaliação de programas educacionais. 1 ed. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, p. 9-31.

FRANCO, M. L. B.; NOVAES, G. T. (2001) "Os jovens do Ensino Médio e suas representações sociais". *Cadernos de Pesquisa*, nº 112, pg. 167-183.

LEAO, G. M. P. (2006). "Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres". *Educação e Pesquisa*, v. 32 (1), pp. 31-48.

OLIVEIRA, I.C.V. de; SALDANHA, A.A.W (2010). "Estudo comparativo sobre a perspectiva de futuro dos estudantes de escolas públicas e privadas". *Paidéia*, v. 20, no. 45, p. 47-55.

ROMANELLI, G.(1995) "O Significado da Educação Superior para Duas Gerações de Famílias de Camadas Médias". *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,* 76(184), 445-476. Acesso em 10 de setembro, 2008, de http://emaberto.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/view/268/269

SAMPAIO, S. M. R.; SANTOS, G.G.; URPIA, A. M.; CARVALHO, A.(2009). O Projeto Observatório da Vida Estudantil da UFBA: interlocuções França-Brasil. In: *Seminário Internacional O trabalho social França - Brasil*, São Paulo, v. único.

SANTOS, G. G.; SAMPAIO, S. M. R. Políticas de Assistência, Assistência Estudantil e Ações Afirmativas na Educação Superior: apontamentos para uma discussão. In: Anais do *III Seminário Políticas Sociais e Cidadania*, Salvador, v. 1.

SCHWARTZMAN, S. (2010). A questão da diversidade no Ensino Médio. Texto preparado para o *Seminário Como aumentar a audiência no Ensino Médio?* Organizado pelo Instituto Unibanco, 25 e 26.11.2010. Acesso em setembro de 2011.

SIEGEL, S. (2006) Estatística não paramétrica para ciências do comportamento. Tradução de Sara Ianda Correa. Carmona, 2ª ed. , Porto Alegre, ARTMED.

SILVEIRA, O. M.(2014) *Permanecer na escola: um estudo com jovens egressos do Projovem*. Salvador, EDUFBA.

SILVEIRA, O. M. C.; LORDELO, J. A. C.; GONDIM, E. P. (2009)"Um olhar sobre o eixo da escolarização do Projovem a partir da percepção de mudança dos seus beneficiários". In: M.R. T. Duarte.. (Org.). *Palavras de jovens sobre o Projovem: estudos com egressos e a formação de pesquisadores em avaliação*. 1 ed. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, v. 1, pp. 175-198.

SOUZA, I.de S. e (2014). *Expectativas e estratégias que favorecem a longevidade escolar para as famílias de baixa renda*: um estudo em Santo Amaro da Purificação- Ba. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

SOUZA, M. M. (2013) *Vida estudantil e os percalços da afiliação universitária*: um olhar sobre jovens cotistas no Recôncavo da Bahia. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

SPARTA, M.; GOMES, W.B (2005). "Importância atribuída ao ingresso na Educação Superior por alunos de Ensino Médio". *Revista Brasileira de Orientação Profissiona***l**, 6(2), p. 45-53.

TEIXEIRA, A. M. F. (2011). "Entre a escola pública e a universidade: longa travessia para jovens de origem popular". In: S. M. R Sampaio (Org). *Observatório da vida estudantil***.** *Primeiros Estudos*. Salvador: EDUFBA, pp. 27-51

ZAGO, N. (2006). "Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares". *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 32, pp. 226-237.

Desafios para a universidade brasileira na contemporaneidade

Regina Célia Faria Amaro Giora[1]

Resumo:A Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação, de 1998, serviu de inspiração para que fossem apresentados comentários sobre alguns dos principais desafios que as universidades brasileiras brasileiras devem enfrentar se quiserem desenvolvercom excelência e de forma indissociável suas atividades-fim: ensino, pesquisa e extensão, conforme estabelece a Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988, também conhecida como a Constituição Cidadã.

Palavras chave: educação superior, gestão do ensino superior, interdisciplinaridade, inovação

Introdução

A **Declaração Mundial sobre a Educação Superior no século XXI: Visão e Ação** foi elaborada a partir da Conferência Mundial sobre o assunto realizada pela UNESCO, em outubro de 1998, em Paris.
Desde então, o conteúdo desse documento tem sido objeto de muitas discussões dentro e fora das universidades. As questões fundamentais apontadas continuam atuais e muitas delas, devido a sua complexidade, ainda não têm resposta. Não estamos prontos para afirmar, em definitivo, como será a universidade no século XXI. O que sabemos é que o modelo milenar que a inspirou precisa ser inovado, os desafios a enfrentar daqui para a frente são inúmeros e de toda ordem. Isso se deve, principalmente, às rápidas e profundas mudanças que estão a ocorrer nos contextos político, social, cultural e econômico do mundo, dando origem a uma nova realidade que exige soluções profundamente criativas.
O processo de globalização, no qual vivemos, não permite nenhum tipo de ação nessa área, sem um prévio diálogo entre os países envolvidos e isso não tem sido fácil entre norte e sul. No caso da universidade, reconhecida até então, como principal instituição de produção de conhecimento – e, sabemos que conhecimento sempre envolve poder-, temos uma questão ainda mais delicada. Nao é facil inová-la pois trata-se de uma instituição milenar e por isso mesmo possui uma cultura profundamente arraigada dificil de ser alterada com a rapidez que se faz necessário.
Passemos a enumerar alguns dos principais desses desafios para a universidade no século XXI com ênfase na questão tecnológica
A partir de meados do século XX teve início uma grande revolução tecnológica, só comparável a invenção da escrita e da imprensa. Essa revolução provocou a queda dos muros da universidade sem que um único tijolo lhe fosse tirado. O que pôde ser observado então:

- A pesquisa científica, antes produzida especificamente na universidade, encontrou outros espaços institucionais e organizacionais. São conhecidos e reconhecidos inúmeros centros destinados a produção de conhecimento fora da universidade
- O ensino à distância tornou-se uma realidade que tende a se ampliar. Na internet, por exemplo, cursos que cobrem uma ampla rede de saberes podem ser realizados por um público muito grande e diversificado.
- Todas, ou quase todas as pessoas, na atualidade, em todo o planeta podem ter acesso a grande parte do conhecimento – refiro-me à pesquisa - que está sendo produzido, bastando para isso lançar mão de recursos midiáticos, em especial a internet. As novas mídias possibilitaram o acesso ao conhecimento que é produzido em todos ou quase todos os espaços e as distâncias geográficas não representam nenhum tipo de barreira para os interessados.

---

1 Doutora em Psicologia Social pela USP, especialista em Liderança e Gestão do Ensino Superior pelo IGLU, Docente do Programa de Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie e Coordenadora do grupo de pesquisa em Criatividade e Inovação na Arte, na Ciência e no Cotidiano. Diretora do Multiversia. E-mail: rrgiora@uol.com.br, reginagiora@mackenzie.br

- O diálogo e a troca de experiências entre pesquisadores das mais distantes localidades e origens foram ampliados dentro de uma perspectiva inter e transdisciplinar. Os saberes e fazeres deixaram de ser fragmentados e isso possibilitou uma nova leitura da realidade. Em outras palavras, as fronteiras que separavam as diferentes áreas de conhecimento estão porosas, o que facilita a compreensão de múltiplos fenômenos de forma mais abrangente.
- A sofisticação tecnológica tem permitido a realização com mais eficiência e eficácia, experiências impensáveis há poucos anos em especial nas áreas da saúde

Naturalmente que a universidade não irá desaparecer, mas com certeza, deverá ser inovada para atender as novas exigências do mundo contemporâneo, a começar pelo diálogo que deverá manter com seus pares.
Enormes recursos de diferentes naturezas são investidos na pesquisa atualmente, embora isso ocorra de forma seletiva, pois há um comprometimento das instituições e organizações com o atual modelo econômico que prevalece no mercado globalizado. No caso da universidade, principalmente, considerada como centro de excelência, as exigências são ainda maiores permitindo que quadruplicasse sua produção, com apoio das agências de fomento, mas, conforme observado anteriormente,mais destacadamente nas áreas das ciências e das tecnologias;
As universidades brasileiras que estabelecem relações de reciprocidade com grandes centros de pesquisa internacionais nessas áreas, correm o risco de perder sua identidade e se tornarem apenas imitadores de um modelo único. Esse é um alerta feito pelo ex-reitor da Universidade de São Paulo, Prof Marcovitch, em 2001, durante as Jornadas sobre Iberoamerica y Espanha – La Universidade en la sociedade del siglo XXI, Marcovitch sugere que o Brasil devido a sua história econômica, política, social e cultural poderia servir de modelo na construção de conhecimento inovador, quer do ponto de vista teórico quanto metodológico, em especial na área das Humanidades e Artes. As ciências que explicam a sociedade são fundamentais para o desenvolvimento de uma nação, para a construção de políticas públicas inclusive, além das ciências e das tecnologias.
Contemporaneamente, a universidade, em especial, em todas as partes do mundo, tem sido chamada a contribuir com conhecimento novo em todas as áreas que ajudem na solução de uma enorme multiplicidade de problemas que se apresentam. Não se trata apenas de exigir que assuma sua parte de responsabilidade social. Mais que isso, trata-se de assumir o compromisso social, bem aos moldes do que as universidades comunitárias têm realizado há séculos. O conhecimento produzido não pode ser estéril. O conhecimento produzido para fazer sentido deve ser relevante para a sociedade e se estender a todos e nao apenas aos interesses de determinados grupos.
A solução de problemas ambientais e sociais, que afligem a humanidade como um todo, e que demandam soluções rápidas tem sido a preocupação da maioria absoluta dos países do norte e do sul. O meio ambiente, por exemplo, encontra-se ameaçado, interferindo no desenvolvimento sustentável dos países, colocando a sobrevivência da humanidade em risco. Há um aumento substancial da população crescendo desordenadamente, em especial em zonas de pobreza absoluta, a miséria se expandido e propiciando um campo fértil para doenças e para o alastramento da violência.
No Brasil, a Constituição Federal de 1988, também chamada de Constituição Cidadã, no seu artigo 207 deixa claro a ampliaçao do papel e da função da universidade. Três atividades-fim indissociáveis lhe são exigidas: ensino, pesquisa e extensão. Por ensino entende-se a transferência de conhecimento já produzido academicamente; por pesquisa, a produção de conhecimento novo e por extensão, programas, projetos e ações de diferentes modalidades que a universidade deve se estender a sociedade, numa tentativa de resolver ou minimizar seus problemas e de atender suas necessidades. Mas, observamos que, para para isso o diálogo entre universidade e sociedade é fundamental, como também é a troca de saberes. Interessante observar que, no Brasil, a universidade é a única categoria institucional de educação superior onde essas 3 dimensões do fazer educativo - ensino, pesquisa e extensão - são exigidas e cobradas pelo Estado por meio do Ministério da Educação. Existem outras modalidades de IES – Instituições de Ensino Superior, como Faculdades Isoladas, Centros Universitários, por exemplo, que devem oferecer um bom ensino e quando possível, demonstrar seu envolvimento com a pesquisa e comprometimento em ações sociais. As exigências para a universidade, entretanto, são muito maiores. Nessa, para que suas atividades-fim, tenham excelentes resultados é necessário uma gestão comprometida com os valores éticos prezados pela sociedade, que também pergunte pela relevância

dessas atividades indissociáveis levadas a cabo. Em muitas universidades privadas, o que se observa é o conceito de responsabilidade social ser utilizado como mero recurso de propaganda e marketing, tornado-se modelo de gestão. Exceções são encontradas em universidades privadas comunitárias, de excelência que adotam ações afirmativas inovadoras e são estimuladas pela própria sociedade a corresponder a um modelo mais contemporâneo de instituição de ensino superior.

Panorama Geral da Educação Superior no Brasil

Pelo Censo da Educação Superior de 2013, publicado recentemente pelo Ministério da Educação, temos um total de 2391 instituições de ensino superior. Dessas, apenas 195 são universidades e 140 são centros universitários. São apontadas também 2016 faculdades e 40 outras modalidades. Das 2391 IES, 2090 são privadas e apenas 301 públicas. Há cerca de 7 526 681 alunos matriculados. Dentre os estados brasileiros, São Paulo conta com o maior número de alunos nas redes públicas e privadas, seguido do Distrito Federal .,Em São Paulo, por exemplo, há mais de 5 alunos na rede privada para cada aluno na rede pública.
Em termos percentuais, com relação à formação de docentes de todo o país, temos:33% doutores, 39,7% mestres e 27,3% especialistas. Com relação ao número de docentes, temos um total de 321 700 professores, 152 166 nas públicas e 181.302 nas privadas. As IES privadas respondem por 74% no total das matrículas na graduação e as públicas com 26%. As áreas que contam com mais ingressantes e concluintes são: Ciências Sociais , Negócios e Direito, Educação e Engenharia, Produção e Construção perfazendo um total superior a 40%.
Interessante observar que a maioria dos docentes das IES privadas em todas as modalidades são contratados como horistas responsáveis pelo ensino e não, necessariamente, pela pesquisa e extensão. A extensão, aliás, é pouco valorizada nessas instituições. Ainda é vista como prima pobre do ensino e da pesquisa. Ora, isso significa que pouca atenção é dada à pesquisa nas IES privadas, que não oferecem para o professor-pesquisador tempo e recursos humanos e materiais suficientes. Há um razoável apoio das agências de fomento para pesquisas que privilegiam determinadas áreas do conhecimento, notadamente Ciências e Tecnologia, como já foi dito. O mesmo não ocorre na área de Arte e Humanidades. Observa-se entretanto uma categoria de universidades, as denominadas comunitárias, de feição confessional ou não, que na sua maioria, devido ao seu ideário, buscam desenvolver com muita qualidade atividades de pesquisa e extensão, além do ensino.
No Brasil, desde a década de 90, há uma crescente mercantilização do conhecimento que estimula o ensino superior focado na capacitação profissional, por pressão do mercado. s.

Tecendo comentários a partir da Declaração Mundial sobre a Educação Superior no século XXI

A Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI, documento ao qual nos referimos logo no início compreende 20 artigos que estabelecem as diretivas que devem ser tomadas pelas instituições de educação superior na contemporaneidade.
Comentário - O referido documento não aponta as diferentes modalidades de IES. Observemos que por educação superior o documento entende “todo tipo de estudos, treinamento ou formação para pesquisa em nível pós-secundário, oferecido por universidades ou outros estabelecimentos educacionais aprovados como instituições de educação superior pelas autoridades competentes do Estado”. Já no preâmbulo, o documento postula que é fundamental para o desenvolvimento do país uma educação superior que faça sentido, que seja eficiente e eficaz.
A grande maioria das IES no caso do Brasil, não se enquadram na modalidade universidade e portanto nao desenvolve pesquisa e extensão. As universidades brasileiras estão localizadas apenas em grandes cidades o que dificulta a frequência de potenciais alunos e a presença de pesquisadores. Muito recentemente tem havido parcerias aprovadas pelo MEC, entre IES distantes e pequenas com universidades de grande porte, no sentido

de facilitar a produção de conhecimento, otimizar o processo ensino/aprendizagem e atender as demandas sociais.
Na relação de 200 melhores universidades do mundo, publicada este ano, 2014, apenas uma única universidade brasileira figura – a Universidade de São Paulo-, assim mesmo no 58º lugar.
A Agencia Brasil informa que há no país 3337 programas de pós-graduação. Apenas 406 tem padrão internacional de acordo com o Ministério da Educação, a partir das avaliações feitas pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior entre 2012 e 2013. Os 3337 programas de pos-graduação compreendem: 58082 cursos, sendo 2903 de mestrado, 1792 de doutorado e 397 de mestrado profissional.
Os cursos de pós-graduação têm atualmente 56890 professores e uma produção de quase 1,5 milhao de artigos, livros e produções técnicas. Entre 2010 e 2013 houve um aumento significativo na quantidade de programas de pós-graduação interdisciplinares.
Para a UNESCO é fundamental uma profunda reforma no ensino superior mundial e para isso é necessário que se discutam os desafios que a contemporaneidade apresenta, tendo como inspiração principalmente a Declaração Universal dos Direitos Humanos onde se lê no artigo 26 , §1 que ”toda pessoa tem o direito à educação” e que “a educação superior deverá ser igualmente acessível a todos com base no respectivo mérito”.
Observemos que é temerária esta última afirmação, pois o mérito está relacionado com o capital cultural que o aluno traz para a universidade e numa sociedade fortemente estratificada o mérito maior será sempre daquele que teve condições de usufruir dos bens culturais disponíveis às camadas economicamente mais privilegiadas. O estudante das classes menos favorecidas já chegam na universidade com um enorme deficit.
O documento sustenta que a “ educação é um dos pilares fundamentais dos direitos humanos, da democracia, do desenvolvimento sustentável e da paz, e que, portanto, deve ser acessível a todos no decorrer da vida, e de que são necessárias medidas para assegurar a coordenação e cooperação entre os diversos setores e dentro de cada um deles e, em particular, entre a educação em geral, técnica e profissional secundária e pós-secundária, assim como entre universidades, escolas universitárias e instituições técnicas” Aponta também para importância da participação de todos os segmentos da sociedade para a transformação e expansão da educação superior com qualidade e ética, de modo a atender os desafios apresentados na contemporaneidade e enfatiza a cooperação e o intercâmbio internacionais que são os caminhos principais para promover o avanço da educação superior em todo o mundo. Isso só é possível se as universidades mantiverem o mesmo nível de condições.
Observamos que no caso do Brasil, várias ações políticas têm sido empreendidas pelo Estado e pela iniciativa privada para atender a proposição do documento, mas os resultados só poderão ser colhidos a longo prazo, devido principalmente ao comprometimento do governo e da sociedade.
Dos 20 artigos propostos na Declaraçaõ, destacaremos apenas uns poucos que serão objeto de comentários.
Artigo 1º
A missão de educar, formar e realizar pesquisas
Afirmamos que as missões e valores fundamentais da educação superior, em particular a missão de contribuir para o desenvolvimento sustentável e o melhoramento da sociedade como um todo, devem ser preservados, reforçados e expandidos.....
Comentário- Observa-se que esse artigo que compreende 6 finalidades é genérico e não atende as especificidades e as diferenças culturais, econômicas e políticas apresentadas pelos países como Brasil, por exemplo. Aplica-se com restrições ao bloco do norte e àqueles que já tem resolvido seus problemas mais graves. Com relação ao papel do professor/pesquisador: se a maioria absoluta dos professores responsáveis pela produção de pesquisa está vinculada a universidade privada na condição de horista, recebendo salários baixos por aulas ministradas, é difícil imaginar que ainda tenham tempo, motivação e recursos materiais para pesquisar, investir em atividades que possam incrementar seu desempenho nessa função, isto é, participar de congressos, entre outros eventos, se envolver em atividades extensionistas, frequentar programas de atualização, entre outras atividades. Além do mais, na grade curricular pouca ou nenhuma importância é dada a disciplinas que ajudem a formar uma consciência crítica e que atendam aos requisitos mínimos de uma pedagogia da sensibilidade. Refiro-me especificamente às humanidades e as artes.

Artigo 3º
Igualdade de acesso
Esse artigo fala do acesso a educação superior e da impossibilidade de existir ainda discriminação com base em raça, sexo, idioma, religião ou em considerações econômicas, culturais e sociais, e tampouco em relação à pessoas com necessidades especiais no ensino médio. A educação secundária não deve se limitar a preparar candidatos qualificados para o acesso à educação superior e o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem em geral, mas também a preparar o caminho para a vida ativa, oferecendo a formação para uma ampla gama de profissões. Não obstante, o acesso à educação superior deve permanecer aberto a qualquer pessoa que tenha completado satisfatoriamente a escola secundária ou seu equivalente ou que reúna as condições necessárias para a admissão, na medida do possível, sem distinção de idade e sem qualquer discriminação.
Comentário -No caso específico do Brasil, o ensino médio é o que se apresenta mais comprometido no que se refere à qualidade, não preparando em hipótese alguma o estudante para o ingresso no ensino superior e nem o qualificando profissionalmente. Dai a existência de tantos cursinhos preparatórios para o vestibular dirigidos àqueles que possam pagá-los e de oferta de cursos profissionalizantes oferecidos por setores da indústria e do comércio, bem como por organizações nao governamentais.
Artigo 5º
Promoção do saber mediante a pesquisa na ciência, na arte e nas ciências humanas e a divulgação de seus resultados
Comentário - A área de Humanidades e Artes, por exemplo, nao é em geral contemplada com financiamento. A avaliação realizada pela CAPES ainda é falha no tocante a avaliação das atividades artísticas . As agências têm privilegiado outras áreas dos saberes e fazeres.
Artigo 6º
Orientação de longo prazo baseada na relevância da educação superior
Comentários - Observa-se que a sociedade espera que a educação superior prepare o aluno para o mercado de trabalho. Nem sempre isso ocorre na graduaçaõ, necessitando o aluno realizar um programa de lato sensu – especialização, para completar sua formação profissional ou matricular-se em "universidades corporativas", aquelas mantidas pelas próprias empresas.
Artigo 9º
Aproximações educacionais inovadoras: pensamento crítico e criatividade
Comentário - A educação superior, na maioria das vezes, tem agido na contramão dessa proposta. Pessoas são transformadas em robôs, sem condições mínimas de usarem a consciência crítica, sem possibilidades de se tornarem criativas, pois além do conteúdo chegar até elas pronto, pessoas criativas são vistas como inconvenientes e fantasiosas.
Artigo 11º
Avaliação da qualidade
Comentário – Encontra-se comprometida, quando o conhecimento é transformado em mercadoria e o aluno um mero cliente. A avaliação da qualidade necessita de novos parâmetros.
Em resumo, a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI constiitui-se num documento de compromisso entre os modelos contemporâneos de caráter neoliberal voltado para a visão capitalista de mundo e por isso mesmo carece de uma análise crítica o mais isenta possível de posições ideológicas.

Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998. Disponivel em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. [consultado em 02/09/2014]

INEP. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos., em 1958. Disponível em http://portal.inep.gov.br/, [consultado em 22/09/2014].

HUMANOS, DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS. “Disponível em: http://www. onu-brasil. org. br/documentos_direitoshumanos. php/, [consultado em 23/09/2014].

SUPERIOR, DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO. “Declaração mundial sobre Educação Superior no século XXI, visão e ação.” Marco Referencial de ação Prioritária para a mudança eo desenvolvimento da educação superior. Piracicaba, ed. UNIMEP (1998).

Legitimação das hierarquias sociais: a distribuição do conhecimento nas instituições de ensino superior no Brasil

Glicia Gripp
gliciagripp@gmail.com

Resumo: Este trabalho apresenta os resultados de uma investigação sobre a distribuição do conhecimento entre os diversos tipos de instituições de ensino superior no Brasil. Utilizando o método quantitativo, analisamos os currículos de cursos de administração de empresas, relacionando-os ao tipo de instituição, aos perfis do alunado e do professorado e aos resultados da avaliação realizada pelo ministério da educação. Os resultados mostram que, apesar das políticas de democratização implementadas no país, há uma desigualdade na distribuição do conhecimento que legitima as hierarquias sociais existentes: as instituições mais bem avaliadas possuem um alunado com situação socioeconômica mais elevada (maior renda familiar, maior escolaridade dos pais), um corpo docente mais capacitado, e currículos nos quais as disciplinas da área da matemática e as profissionais possuem um peso maior em termos de número de matérias e carga horária.

Palavras-chaves: ensino superior, currículos, conhecimento, desigualdades

1. Introdução

Este trabalho tem como tema central as questões da diferenciação e da desigualdade nas instituições de ensino superior brasileiras, focalizando o conhecimento, mais especificamente, o currículo. Pretende discutir a distribuição desigual do conhecimento entre as diversas instituições de ensino superior como um processo de legitimação das estruturas sociais.

A problemática a ser desenvolvida não se refere nem a uma crítica curricular, nem a uma proposta de novos currículos. A preocupação investigativa se insere em uma outra ordem de raciocínio: toma-se o currículo como um dos objetos de estudo de problemas propriamente sociológicos, inseridos dentro da sociologia da educação, que se preocupa com as desigualdades, e em estudos de estratificação social.

Compreende-se aqui o currículo como um constructo social, como um produto cultural, dependente, portanto, da configuração do campo educacional no momento dado e, claro, das outras instituições sociais. Durkheim (1938), no livro *L'évolution pédagogique en France*, afirma que os programas de curso devem ser compreendidos como fatos sociais que carregam em si valores dos grupos sociais dominantes. Para Durkheim, todo sistema educativo é uma instituição social cuja fundação, permanência ou mudança, conteúdo e forma são determinados pela estrutura social; seu fim é a socialização, cujas especificidades são elas também definidas por referência à estrutura social; esses determinantes não são totais; o sistema educativo tem um grau relativo de autonomia; ele é um instrumento de luta entre ideias sustentadas por grupos diferentes cuja eficácia pode, ela também, ser apreciada e medida em diferentes momentos da história.

Também Wright Mills (1943) trata sociologicamente os conteúdos do ensino. O autor faz a relação entre os manuais escolares, a estrutura social e o uso de conceitos por professores relacionando-os à sua origem social. Para o autor, os conceitos típicos utilizados no campo da patologia social são referidos à estrutura da sociedade norte-americana, à origem e às carreiras dos patologistas sociais. Assim, os conceitos utilizados no ensino superior de uma disciplina dependeriam da estrutura social edas posições no espaço social e no espaço acadêmico dos professores que os utilizam. Essa questão está longe de ser simples: haveria um estoque social de conhecimento e os professores de áreas diferentes se destinariam a uma parcela desse conhecimento de acordo com a sua posição na estrutura social e na estrutura acadêmica. Indo mais além, o autor nos mostra que os membros de uma profissão acadêmica são recrutados em contextos sociais similares e há uma tendência deles formarem um conjunto uniforme em alguma perspectiva teórica comum.

As condições comuns de uma profissão acadêmica frequentemente parecem mais importantes nesta conexão

que o autor nos mostra. Dentro de um grupo homogêneo, há menos pontos de vista divergentes que colidiriam com o significado dos fatos e as interpretações em um nível mais teórico. Esta homogeneidade de origem social é uma condição para um estilo comum de pensamento e raciocínio, que guiaria a carreira acadêmica e o pertencimento institucional.

A noção de um estoque social de conhecimento, distribuído desigualmente na sociedade faz parte também da sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann (2000). O conhecimento seria socialmente distribuído e o mecanismo dessa distribuição seria objeto da sociologia. A sociologia do conhecimento, para os autores, deveria ocupar-se com tudo aquilo que é considerado "conhecimento" na sociedade, sem no entanto incluir questões epistemológicas:

> "(...) excluímos da sociologia do conhecimento os problemas epistemológicos e metodológicos que perturbaram ambos os seus principais criadores. (...) Consideramos a sociologia do conhecimento como parte da disciplina empírica da sociologia. (...) Mas nossa teorização refere-se à disciplina empírica em seus problemas concretos, e não à pesquisa filosófica dos fundamentos da disciplina empírica" (Berger e Luckmann, 2000:28).

Bourdieu (1967) traz contribuições importantes:Durkheim enfatizou a função de integração moral da escola mas relegou a segundo plano a função de integração cultural ou lógica das instituições escolares, função esta de primordial importância. A cultura escolar propiciaria aos indivíduos um corpo comum de categorias de pensamento que tornariam possível a comunicação. A escola tenderia a assumir esta função de integração lógica de modo cada vez mais completo e exclusivo e seu produto mais específico seriam os indivíduos "programados", com um programa homogêneo de percepção, de pensamento e de ação. A cultura seria, para o autor, um conjunto comum de esquemas fundamentais, previamente assimilados, e a partir dos quais se articularia uma infinidade de esquemas particulares diretamente aplicados a situações particulares. Assim, poderíamos, continua Bourdieu, definir para cada época um conjunto de temas comuns, um conjunto particular de esquemas dominantes e um número de "perfis epistemológicos" correspondente às escolas de pensamento. Em uma sociedade na qual a transmissão cultural é monopolizada pela escola, esta é investida da função de transmitir consciente e, em certa medida, inconscientemente, o que o autor denomina de "inconsciente cultural" (esquemas de percepção, de pensamento e de ação), produzindo indivíduos dotados deste sistema de esquemas inconscientes (no sentido de profundamente internalizados) que constitui sua cultura. Por outro lado, a escola, pela própria lógica de seu funcionamento, modificaria o conteúdo e o espírito da cultura que transmite e transformaria, pela sua própria função, o legado coletivo em um inconsciente individual e comum.

Ainda segundo o mesmo autor, a escola teria a função não apenas de unificar a cultura, no sentido de tornar possível a comunicação, mas também assumiria uma função de diferenciação, já que não há uma escola única, mas um sistema educacional dual, um tratamento diferencial dos estudantes das classes mais favorecidas e dos estudantes das classes populares. Aqueles que possuem como cultura a cultura eruditaveiculada pela escola dispõem de um sistema de categorias de percepção, de linguagem, de pensamento e de apreciação que os distingue daqueles que tiveram um aprendizado veiculado pelas obrigações de um ofício.

Nas últimas décadas, os sistemas educacionais se transformaram significativamente: cobertura da educação básica, massificação do ensino médio. O processo de massificação do ensino superior, em curso no país, leva para este nível uma diferenciação de escolas, voltada para públicos diferenciados e uma diferenciação de cursos (cursos que atraem estudantes de classes mais favorecidas e que excluem os outros, cursos que atraem principalmente estudantes de classes menos favorecidas, classificação esta em função do prestígio das ocupações para as quais os cursos encaminham os estudantes). Assim, o sistema de educação superior, atualmente, toma para si também essa função de diferenciação. Essa diferenciação, repetindo, se daria a partir de uma diferenciação lógica, de categorias de percepção, de pensamento e de ação, não só a partir do acesso a conteúdos culturais.

O desafio brasileiro em relação ao ensino superior se refere à questão da desigualdade de oportunidades. O governo brasileiro, desde os anos de 1970, se voltou especificamente para a democratização do acesso, de uma maneira peculiar. Sampaio (2000), Schwartzman (2001), Prates (2005, 2010), entre outros, mostram que a ampliação do sistema de ensino superior brasileiro se fez a partir de uma cada vez maior diferenciação

institucional. Segundo Sampaio (2000), o nosso sistema de ensino superior é - de natureza jurídica, legal - dual, e, além disso, desenvolveu-se uma complementaridade entre o setor público e o privado, especialmente com a recente expansão deste último, transformado em setor de massa. Ainda segundo a autora, há uma demarcação simbólica mais rígida: "o setor privado se torna o 'outro' do setor público" (Sampaio, 2000: 369). A autora afirma que o setor privado é definido de forma contrastiva ao que é, ou que se supõe ser,o setor público: "o que não é estatal, o que é financiado com recursos privados e regido pelo mercado, o que é de baixa qualidade, o que é de massa, o que existe para gerar lucro". Mas, afirma a autora, o setor privado só pode ser considerado como um bloco quando se pretende realçar a sua relação complementar ao setor público, dada a sua heterogeneidade: as instituições que o compõem são muito distintas entre si (natureza institucional, definição de suas mantenedoras como pessoa jurídica – com ou sem finalidade lucrativa -, a pertença a segmentos confessionais ou laicos) e reagem diversamente tanto aos constrangimentos do mercado como em face das novas normas que regulamentam o ensino superior no país. A heterogeneidade expressa também as desigualdades regionais, a diversidade da demanda, o preparo e as expectativas de seus consumidores, as características dos cursos oferecidos, a qualificação do corpo docente – que não se baseia exclusivamente no critério de titulação acadêmica – e suas potencialidades de aperfeiçoamento, os projetos institucionais dos estabelecimentos etc. O setor privado promoveu também maior diversificação nas carreiras de nível superior, atraindo jovens interessados em novas carreiras.

Prates (2010) refina a análise, argumentando que o fenômeno mundial de crescimento das matrículas no ensino superior realizou-se através de duas vertentes institucionais. A primeira vertente refere-se à ampliação do setor privado no âmbito do ensino superior e à ampliação da lógica de mercado como modelo paradigmático de gestão. A primeira dimensão implica a segunda, mas a segunda dimensão – a expansão da lógica de mercado – é independente da privatização real do sistema. A segunda vertente refere-se ao processo de diferenciação institucional do sistema de ensino superior, com a abertura de cursos profissionais não convencionais, de curta duração, etc. No Brasil, segundo o autor, o setor público resiste à criação e oferta de cursos vocacionais, comparado ao setor privado. O setor público é dominado pelas instituições universitárias de pesquisa. As universidades de pesquisa resistem à massificação, criando um filtro eficaz de obstrução do acesso dos setores menos privilegiados da sociedade a uma educação superior de alto nível acadêmico. Essa questão se complica com o fato de, comparada à realidade da Europa, EUA, e de alguns países da América Latina, a taxa bruta de acesso da população ao ensino superior, na faixa de 18 a 24 anos, ser ainda muito baixa: aproximadamente 15% (na França é 51%, 47% na Itália, 36% na Argentina, 26% no Peru, 30% no Chile, segundo Prates).

A partir dessa base teórica e empírica, pode-se supor as seguintes hipóteses:

a) O conhecimento veiculado nas instituições de ensino superior, materializado no currículo e nas matérias lecionadas, é um construto social, dependente da situação socioeconômica no momento dado e da estrutura social.
b) Esse conhecimento depende das características e da origem socioeconômica dos professores. Assim, pode-se supor que esse conhecimento varie de instituição para instituição, de acordo com o perfil do professorado.
c) Há uma diferenciação no ensino superior brasileiro e a esta diferenciação segue o uso do conhecimento, a sua produção e/ou reprodução;
d) Há uma distribuição desigual do conhecimento na sociedade, pode-se pensar que a distribuição do conhecimento seria também desigual e a desigualdade acompanharia a diferenciação das instituições de ensino superior;
e) O conhecimento seria, então, uma variável dependente, que provavelmente se relaciona ao tipo de escola, às características do professorado. Qual seria a distribuição desse conhecimento em relação, também, ao perfil do alunado (perfil heterogêneo)?
f) Essa distribuição desigual do conhecimento que acompanharia a diferenciação do sistema de ensino superior brasileiro, funcionaria como processo de legitimação da estrutura social.

A investigação que originou este trabalho foi realizada entre 2012 e 2014, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2. A pesquisa

Em um primeiro momento, comparou-se os currículos de instituições privadas e públicas, mas uma enorme dispersão dentro de cada uma das categorias foi observada. Se as instituições privadas são muito heterogêneas, como bem apontou Sampaio (2000), também o são as instituições públicas. Se temos as universidades federais de pesquisa, há também universidades estaduais, e instituições de ensino superior estaduais e municipais. Além disso, parece haver uma enorme diferença regional e de localização (interior-capital ou centro-periferia) mesmo entre as universidades federais. Seria necessário fazer uma outra classificação.

A solução encontrada foi seguir a classificação resultante do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) - teste de conhecimentos aplicado a estudantes que estão terminando os cursos de graduação nas diversas áreas, realizada pelo Ministério da Educação. Apesar dos diversos problemas desta avaliação (ver Schwartzman, 2013),principalmente o fato de não apresentar um critério do que é um curso bom e do que é um curso ruim, ou seja, não ter um critério de qualidade, o Enade permite avaliar as instituições dentro da mesma área, um mesmo curso (não permite também comparar curso de áreas diferentes). O Enade faz uma classificação de instituições. A classificação aponta para a diferenciação. Os relatórios do Enade trazem consigo também dados dos questionários socioeconômicos dos estudantes.

Este é um trabalho descritivo e exploratório, sem intenção de ser explicativo. A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo e comparação, seguida de análise quantitativa, com o uso de ferramentas simples da estatística.

O curso de Administração de Empresas foi escolhido por ser o curso com um grande número de estudantes e por ter tido um enorme crescimento de matrículas nas últimas décadas. De acordo com o Censo da Educação Superior, em 2012 havia 5.923.838 matrículas no ensino superior,4.088cursos de Gerenciamento e administração no país,3.550em instituições privadas, e941.430 matrículas,828.259em instituições privadas. Na atualidade, nós temos 16% dos estudantes do ensino superior cursando administração de empresas em4.088 cursos, espalhados por todo o país.

Embora o centro deste trabalho seja o estudo dos currículos, analisou-se também o perfil dos professores e o perfil dos estudantes. Quem estabelece os currículos? Quem lida com esse conhecimento? Essa pergunta é fundamental para que possamos analisar o conhecimento na área.

A amostra foi composta pelos dados de 98 instituições de ensino superior, públicas e privadas, 24 universidades públicas, federais e estaduais, 74 instituições privadas, de todos os estados brasileiros, com exceção de Roraima e Acre (currículos, perfil do alunado e do professorado). Escolhemos apenas os cursos com o nome "Administração de Empresas". Há muitos cursos da área com outras denominações, mas, apesar dessa variedade de nomes poder se referir principalmente a um efeito de mercado (Sampaio, 2000), tentou-se uniformizar a escolha pelo nome.

Não foi uma amostra aleatória: escolheu-se uma universidade federal de um grande centro e uma universidade pública situada em uma cidade pequena no interior dos estados, o mesmo foi feito com as instituições privadas (universidades privadas de grande porte dos grandes centros, faculdades privadas dos grandes centros e faculdades privadas situadas em cidades pequenas no interior dos estados). O objetivo era comparar os currículos de tipos diferentes de instituições de ensino superior.

Para comparar os dados, as disciplinas de cada currículo foram agrupadas nas seguintes categorias: a) matemáticas(matemática, cálculo, estatística); b) economia; c) contabilidade; d) direito; e) humanas (filosofia, sociologia, psicologia, ciência política, antropologia); f) línguas (português e línguas estrangeiras); g) profissionais (disciplinas próprias da profissionalização do campo); h) outras – engloba as disciplinas híbridas (junção de duas disciplinas pertencentes a campos ou subcampos diferentes do conhecimento), novas disciplinas que não se encaixam nas categorias anteriores.

Depois de agrupadas as disciplinas, a carga horária de cada uma dessas áreas foi comparada entre os diversos tipos de instituições. Esse modelo que é assim construído foi comparado com os resultados do Enade (Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes), com o perfil dos estudantes e com o perfil dos professores.

As fontes dos dados foram as seguintes: currículos dos cursos de Administração de Empresas, obtidos em informações das instituições na internet; censo da educação superior, relatórios de cursos e relatórios das

instituições de ensino superior (IES) dos resultados do Enade (para o perfil dos estudantes, das mesmas instituições dos currículos pesquisados, fornecidas pelo Inep); currículos dos professores das mesmas instituições dos currículos pesquisados, obtidos na plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico[1] (CNPq); documentos do Ministério da Educação, em geral. E fontes secundárias, que serão identificadas à medida que forem aparecendo no texto.

3. Os resultados e sua análise: os currículos

3.1. A carga horária total

Apesar de grande variação (grandes intervalos), aproximadamente 30% dos cursos têm carga horaria de 3000 horas, em todas as categorias, exceto o Enade 5, que tem 50% dos cursos com essa carga horária e a média é semelhante.

Tabela no 1: carga horaria total dos cursos classificados pelo resultado do Enade

	Média	%
Enade 1 e 2	3.145,7	33,3%
Enade 3	3.142,3	32,4%
Enade 4	3.154,1	26,7%
Enade 5	3.200,2	50,0%

Fonte: Dados da pesquisa: programas de cursos das instituições pesquisadas.

3.2. A carga horária das diversas áreas do currículo de administração

Os currículos foram analisados e comparados tomando-se a variável carga horária como variável dependente e as variáveis tipo de instituição (privada e federal) e valor da avaliação dos estudantes no Exame Nacional de Cursos (Enade, variando de 1 a 5) como variáveis independentes.
Há uma grande variação entre as instituições com resultados diferenciados no Enade, sendo que a carga horária de disciplinas das áreas de matemática e ciências humanas são mais elevadas paras as instituições com melhor avaliação, conforme pode ser visto na figura 1.

1 Ver http://lattes.cnpq.br

Figura nº 1: Comparação da carga horária das diversas áreas entre as instituições classificadas de acordo com o resultado no Enade.

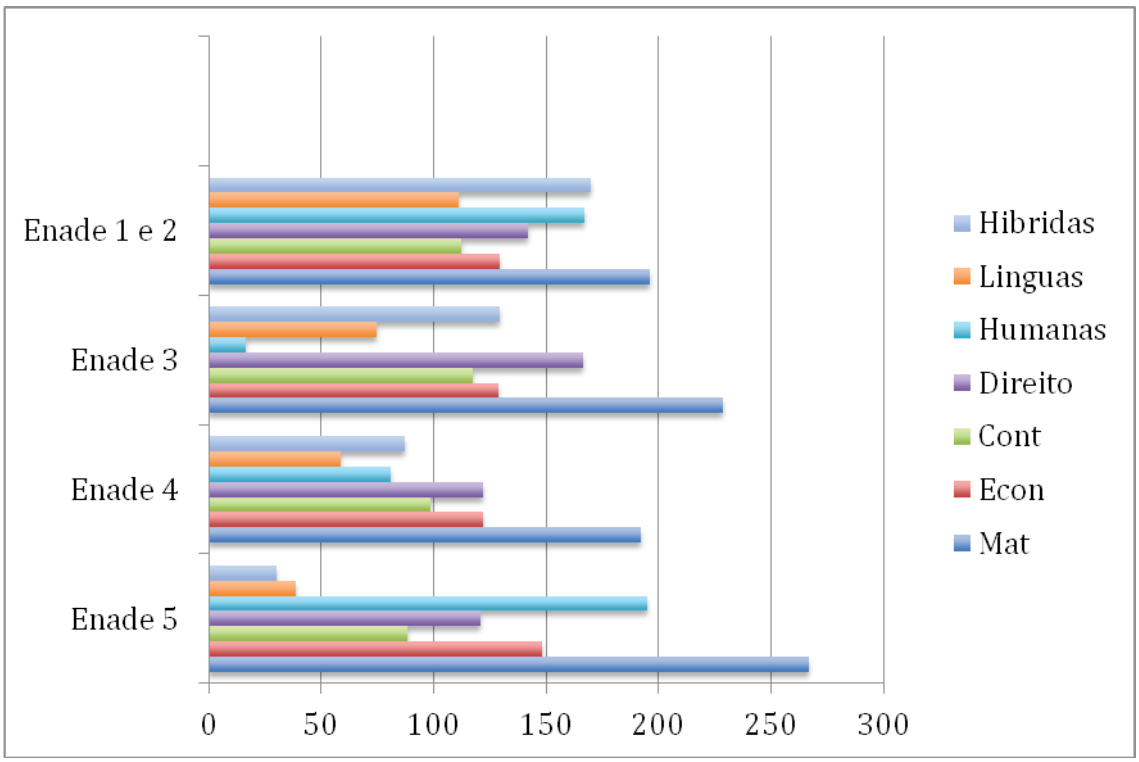

Fonte: Dados das pesquisas: programas dos cursos das instituições pesquisadas

3.3. A carga horária das disciplinas profissionais

A carga horária das matérias profissionais varia entre816 e 3660horas, com uma média de 1714 horas. Nas instituições privadas, a carga horária das disciplinas profissionais varia entre 816 e 3660 horas, com a média de 1690,6 horas. Nas instituições federais, a carga horária das disciplinas profissionais varia entre 1020 e 2220 horas, com a média de 1724,6 horas. Ela é maior nas instituições com Enade 5 e diminui gradualmente à medida que a nota da avaliação diminui.

Figura nº 2: Carga horária das disciplinas profissionais, de acordo com a avaliação das instituições

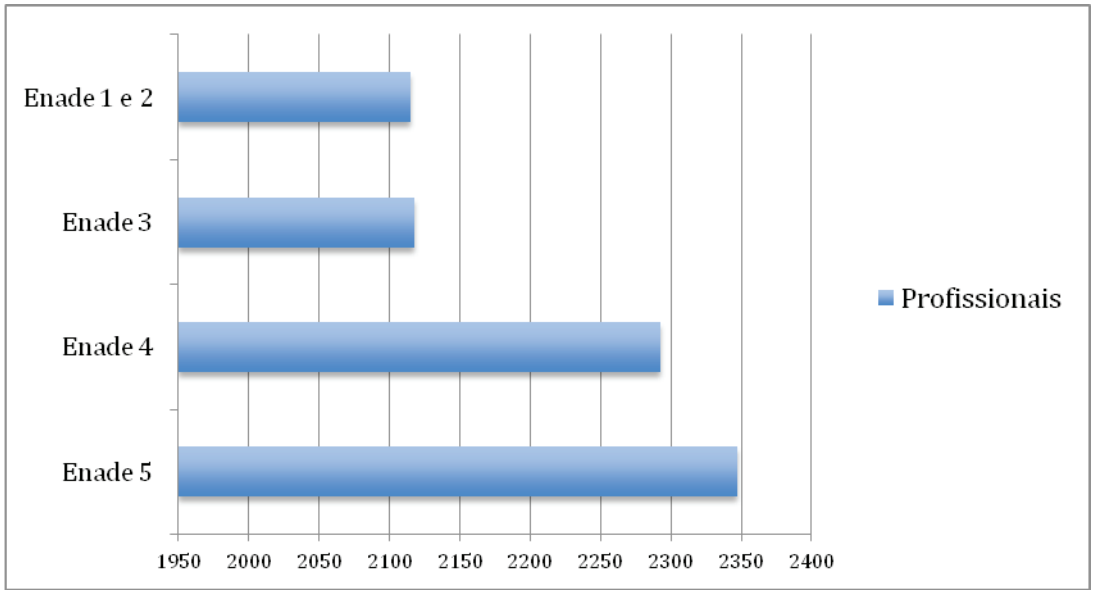

Fonte: Dados das pesquisas: programas de cursos das instituições pesquisadas

3.4. A título de conclusão a respeito do currículo

Observa-se a partir da análise dos resultados da pesquisa que há uma enorme variação nos currículos dos cursos de Administração, tanto entre os tipos de instituições quanto internamente a cada um dos tipos. Apensar da variância elevada, pode-se inferir algumas tendências:
a) Há uma tendência a uma maior carga horária de disciplinas da área de matemática nas instituições públicas;
b) Há uma tendência a uma carga horária maior de disciplinas da área de economia nas instituições públicas;
c) Há uma tendência a uma carga horária maior de disciplinas da área de contabilidade nas instituições públicas;
d) Há uma tendência a uma carga horária maior de disciplinas da área de direito nas instituições públicas;
e) Há uma tendência a uma carga horária maior de disciplinas da área de Humanas nas instituições públicas;
f) Há uma tendência a uma carga horária maior de disciplinas de línguas nas instituições privadas;
g) Há uma tendência a uma carga horária maior de disciplinas híbridas nas instituições privadas.
Pode-se inferir, assim, que as instituições públicas constroem o currículo de administração com maior carga horária de disciplinas profissionalizantes, técnicas e de formação específica para a área enquanto as instituições privadas diminuem a carga horária dessas disciplinas em prol de disciplinas híbridas e de línguas (línguas estrangeiras como inglês e espanhol foram encontradas apenas nas instituições privadas). Provavelmente o efeito de mercado funcione nas instituições privadas, já que essas disciplinas podem servir como "diferencial", utilizando a terminologia da área, o que atrairia a clientela leiga e com baixo capital cultural, que desconhece as característica do mercado de trabalho.
Em relação à comparação do currículo com a avaliação das instituições no Enade, também há uma enorme variação. Apesar disso, pode-se inferir as seguintes questões:
a) A carga horária de matemática e economia tende a ser maior nas instituições com melhor avaliação no Enade;
b) A carga horária de contabilidade e direito tende a ser maior nas instituições com pior avaliação no Enade;
c) A carga horária de disciplinas da área de Humanas tende a ser maior nas instituições com melhor avaliação no Enade;
d) A carga horária de línguas e disciplinas híbridas tende a ser maior nas instituições com pior avaliação no Enade;
Assim, as instituições com melhor resultado no Enade tendem a ter um ensino com forte presença de disciplinas de matemática e disciplinas humanas e uma carga maior de disciplinas profissionais.
A área de administração parece não levar em consideração a profissão na construção dos currículos, o que, de qualquer forma, faz parte da política educacional contemporânea para o ensino superior. A construção do currículo parece ser influenciada pelas condições institucionais: as instituições públicas sofrem o efeito disciplinar fortemente (por causa da pesquisa) e assim tende a apresentar um currículo com disciplinas mais "tradicionais", mais circunscritas aos campos disciplinares; as instituições privadas, com uma forte pressão dos mercados, tende a apresentar disciplinas com contornos mais fluidos e muitas novidades e atrativos para a clientela. Mas não seria apenas o fator mercado: o perfil dos professores e dos coordenadores de curso parecem influenciar a construção do currículo.
Os resultados do Enade, pela pesquisa, parecem ser decorrentes do formato institucional, do quadro de professores e do capital cultural dos estudantes, muito mais do que do ensino realizado na instituição.
Assim, parece haver uma relação entre o currículo, o tipo de instituição (a forma organizacional), e os resultados do exame nacional de cursos. Como seria se comparássemos esses resultados com o perfil socioeconômico dos estudantes e a trajetória acadêmica e profissional dos professores?

4. Os resultados e sua análise. Os atores: perfil do alunado

Quem são os estudantes de Administração do Brasil contemporâneo, que representam 18% dos estudantes de graduação? E como eles se distribuem entre os diversos tipos de instituições?

Para responder a essa pergunta, utilizou-se os dados dos questionários do Enade – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – disponíveis nos relatórios de curso para cada uma das instituições pesquisadas[2]. Nesse exame, os estudantes precisam responder a um questionário com o objetivo de traçar o perfil socioeconômico. Tomou-se os dados do perfil dos estudantes das mesmas 92 instituições da amostra, com as seguintes variáveis do questionário: cor, situação de trabalho do estudante, escolaridade do pai, escolaridade da mãe e tipo de instituição onde cursos o ensino médio. Os dados foram agregados, através de tratamento estatístico, e estabeleceu-se as seguintes variáveis para efeitos de comparação: tipo de instituição (pública e privada) e resultados do Enade. A população de respondentesé composta por 19700 estudantes. Os dados agregados estão nas tabelas seguintes, de acordo com as variáveis estudadas.
A tabela 2 mostra a distribuição de cor e raça dos estudantes da amostra:

Tabela nº 2: cor e raça de acordo com as variáveis das instituições

	N	Brancos	Negros	Pardos/mulatos	Amarelos
Públicas	5.303	58,39%	5,97%	33,47%	2,17%
Privadas	14.397	58,79%	7,84%	31,49%	2,15%
Enade 1 e 2	2.190	47,95%	8,03%	41,90%	2,12%
Enade 3	4.609	59,15%	7,82%	31,32%	1,71%
Enade 4	5.257	58,32%	5,98%	33,55%	2,15%
Enade 5	5.673	71,97%	4,72%	19,76%	3,55%
Total das IES pesquisadas	19.700	59%	6,59%	32,25%	2,16%

Fonte: Dados da pesquisa: relatórios de cursos dos resultados do Exame Nacional de Estudantes das instituições pesquisadas. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/enade/relatorios [consultado no ano de 2013].

A tabela nº 2 mostra que as instituições com notas 1 e 2 no Enade – insuficientes, portanto - são aquelas que possuem mais estudantes negros e pardos/mulatos. As instituições com nota 5 no Enade possuem a grande maioria de estudantes brancos (71,9%).
Em relação às categorias público e privado, não há muita diferença na distribuição: há um ligeiro aumento de negros nas instituições privadas e um ligeiro aumento de pardos/mulatos nas instituições públicas, enquanto que brancos e amarelos são iguais nas duas categorias.
Aqui, a diferença se vê em relação às notas do Enade, ou seja, à classificação que esta avaliação realiza.

Tabela nº 3: renda familiar de acordo com as variáveis das instituições

	nenhuma	Até 1,5 SM	1,5-3 SM	3-5,4 SM	4,5-6 SM	6-10 SM	10-30 SM	+ 30 SM
Públicas	3,17%	6,53%	21,01%	15,79%	12,93%	17,13%	18,63%	4,81%
Privadas	2,38%	7,61%	25,27%	18,32%	11,15%	14,71%	14,01%	6,25%
Enade 1 e 2	2,03%	8,85%	30,09%	18,51%	12,12%	13,84%	11,25%	3,08%
Enade 3	1,77%	9,80%	27,78%	20,52%	11,42%	15,19%	10,93%	2,25%
Enade 4	2,92%	4,09%	19,90%	16,51%	12,25%	15,54%	19,17%	9,65%
Enade 5	3,01%	3,25%	12,72%	11,70%	10,03%	18,33%	27,61%	13,37%
Total das IES pesquisadas	2,56%	7,19%	23,92%	17,50%	11,79%	15,62%	15,69%	5,68%

Fonte: Dados da pesquisa: relatórios de cursos dos resultados do Exame Nacional de Estudantes das instituições pesquisadas. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/enade/relatorios [consultado no ano de 2013].

2 Disponíveis em http://enadeies.inep.gov.br/enadeIes/enadeResultado/, consultado em 05 de fevereiro de 2013.

Pode-se observar na tabela nº 3 que a grande maioria dos estudantes da amostra está nas faixas intermediárias de renda, entre a baixa renda e as rendas acima de 10 salários mínimos, mas esse curso inclui também tanto os estudantes de baixa renda como aqueles com renda mais elevada. A diversidade é maior no curso como um todo, ou seja, na formação para a profissão. Mas, como se verá em seguida, essa diversidade "global" se reflete emdiferenciação das instituições.

A tabela mostra que a renda familiar dos estudantes das instituições com notas 1 e 2 no Enade – insuficiente – tende a ser mais baixa: mais de 50% dos estudantes estão em categorias abaixo de 5 salários mínimos. Já nas instituições com nota 5 no Enade, mais de 60% dos estudantes possuem renda familiar acima de 6 salários mínimos.

Em termos de renda familiar, a diferença entre instituições públicas e privadas é pequena: na faixa mais elevada de renda, mais de 30 salários mínimos, há uma maior quantidade de estudantes nas instituições privadas. Entre 5 e 30 salários mínimos, há um maior número de estudantes nas instituições públicas. Mas a diferença é pequena. A distribuição é semelhante entre essas duas categorias. A maior diferença aparece na classificação de acordo com os resultados do Enade: as melhores instituições, com resultados melhores, atraem estudantes com maior renda.

No total, esse curso atrai estudantes com renda familiar abaixo de 5 salários mínimos e, apenas 20% dos estudante possuem renda familiar acima de 10 salários mínimos.

A tabela 4 mostra a escolaridade dos pais da amostra de estudantes:

Tabela nº 4: Escolaridade do pai de acordo com as variáveis das instituições

	S/escolaridade	**EF1[1]**	**EF2**	**EM**	**ES**
Públicas	4,41%	21,21%	13,82%	34,89%	25,67%
Privadas	6,02%	30,77%	16,23%	29,15%	16,67%
Enade 1 e 2	6,28%	32,26%	14,36%	32,25%	9,84%
Enade 3	6,78%	32,91%	17,81%	27,91%	9,18%
Enade 4	2,68%	25,68%	12,65%	32,03%	24,77%
Enade 5	1,85%	11,06%	8,37%	33,24%	44,79%
Total nas IES pesquisadas	5,36%	26,78%	14,69%	32,11%	20,65%

Fonte: Dados da pesquisa: relatórios de cursos dos resultados do Exame Nacional de Estudantes das instituições pesquisadas. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/enade/relatorios [consultado no ano de 2013].

No total, a escolaridade do pai é baixa, apenas 20,65% possuem ensino superior. Nas instituições com notas 1, 2 e 3 no Enade, essa porcentagem é de apenas 9,8%. Nas instituições com nota 5 no Enade, a porcentagem é de 44,79%. Nas instituições públicas, a porcentagem é de 25,67%, e nas privadas, 16,67%.

A tabela 5 mostra a escolaridade das mães dos estudantes da amostra:

Tabela nº 5: escolaridade da mãe em relação às variáveis das instituições

	S/escolaridade	**EF1**	**EF2**	**EM**	**ES**
Públicas	1,60%	14,45%	12,29%	32,09%	31,57%
Privadas	1,59%	24,34%	16,74%	33,22%	21,1%
Enade 1 e 2	4,90%	26,07%	17,55%	36,87%	15,68%
Enade 3	5,61%	28,94%	19,73%	32,92%	11,67%
Enade 4	1,92%	17,90%	12,69%	37,33%	29,16%
Enade 5	0,93%	8,64%	9,43%	33,84%	47,16%
Total nas IES estudadas	4,92%	25,84%	15,02%	33,64%	20,57%

Fonte: Dados da pesquisa: relatórios de cursos dos resultados do Exame Nacional de Estudantes das instituições pesquisadas. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/enade/relatorios [consultado no ano de 2013].

Comparando as instituições públicas e privadas, a porcentagem de mães sem escolaridade é a mesma, enquanto que as públicas possuem maior porcentagem de estudantes com mães com educação superior. A maior diferença é percebida na comparação dos dados das instituições agrupadas por notas do Enade. As instituições com notas entre 1 e 3 possuem um maior número de estudantes com mães sem nenhuma escolaridade. Essas instituições possuem também uma porcentagem menor de estudantes cujas mães possuem educação superior. As instituições com nota 5 no Enade possuem a maior porcentagem de estudantes cujas mães têm educação superior e a menor porcentagem de mães sem escolaridade (menos de 1%).
A tabela seguinte mostra outras variáveis estudadas: situação de trabalho e tipo de escola do ensino médio dos estudantes da amostra:

Tabela nº 6: situação de trabalho e tipo de escola no ensino médio

		Tipo de escola ensino médio	
	Trabalho tempo integral	**Escola pública**	**Escola privada**
Públicas	28,81%	41,16%	58,84%
Privadas	46,4%	51,43%	48,57%
Enade 1 e 2	49,06%	55,7%	44,3%
Enade 3	50,47%	61,05%	38,95%
Enade 4	38,03%	42,15%	57,85%
Enade 5	27,32%	27,63%	72,37%
Total nas IES estudadas	40,67%	48,38%	51,62%

Fonte: Dados da pesquisa: relatórios de cursos dos resultados do Exame Nacional de Estudantes das instituições pesquisadas. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/enade/relatorios [consultado no ano de 2013].

Nas escolas privadas, há uma porcentagem maior de estudantes que trabalham em tempo integral e de estudantes que cursaram a escola pública no ensino médio. As instituições com nota no Enade 5 possuem a menor porcentagem de estudantes que trabalham em tempo integral e também que estudaram em escola pública.

5. Os resultados e sua análise. Os atores:os professores

O perfil dos professores é um fator importante. A sua análise levou em consideração as variáveis: idade aproximada (estimativa a partir da trajetória acadêmica), Gênero, Graduação (área, tipo de instituição), Especialização (área, tipo de instituição), Mestrado (área, tipo de instituição), Doutorado (área, tipo de instituição), Experiência profissional (tempo de docência no ensino superior, trabalhos anteriores). Essas variáveis independentes foram comparadas de acordo com as seguintes variáveis dependentes: tipo de instituição (pública – de grande porte, de médio porte – e privada – universidades confessionais e instituições privadasem estrito senso e confessionais de pequeno porte) e resultados da instituição atual no Enade. A amostra é composta por 548 professores, de instituições de tipos diferentes, de regiões diferentes, as mesmas instituições pesquisadas para o currículo e o perfil dos estudantes.

5.1. Características dos professores: idade e gênero

De todos os professores pesquisados, a média das idades é 48,8 anos, variando de 26 a 77 anos. Em relação ao gênero, a amostra apresenta apenas 27,2% de mulheres. Nas instituições públicas de grande porte, a média das idades é 51,6 anos, variando de 27 a 77 anos e há27,2% de mulheres. Nas instituições públicas de médio e pequeno porte, incluindo as federais e estaduais, a média de idades é 47,3 anos, com 32,3% de mulheres. Nas universidades confessionais, a média de idades é 51 anos e há 24,5% de mulheres. Nas instituições privadas em estrito senso e nas confessionais de pequeno porte, a média de idades é 44,6 anos, com 25,7% de mulheres. As tabelas seguintes mostram a distribuição da idade e gênero dos professores:

Tabela 7: Idade e gênero dos professores da amostra

Tipo de instituição	Média da idade (anos)	% de mulheres
Universidades públicas de grande porte	51,6	27,2%
Universidades públicas de médio e pequeno porte	47,3	32,3%
Universidades confessionais	51,0	24,5%
Instituições privadas em estrito senso e confessionais de pequeno e médio porte	44,6	25,7%

Fonte: Dados da pesquisa: currículos dos professores. Disponível em http://lattes.cnpq.br. [Consultado em 2013].

Tabela nº 8: Gênero e média de idade de acordo com os resultados do Enade

Enade	Média da idade	% mulheres
1 e 2	38,6	21%
3	46,5	29%
4	50,6	25%
5	49,0	16%

Fonte: Dados da pesquisa: currículos dos professores. Disponível em http://lattes.cnpq.br. [Consultado em 2013].

Podemos perceber que a porcentagem de mulheres no corpo docente do curso de administração varia entre 20 e 30%.

5.2. Formação acadêmica: graduação e pós-graduação

A tabela 9 mostra o tipo de instituição na qual o professor fez a sua graduação, de acordo com a variável estudada:

Tabela nº 9: tipo de instituição na qual os professores cursaram a graduação

Tipo	Enade 1 e 2	Enade 3	Enade 4	Enade 5
Universidades públicas de grande porte	2,0%	3,2%	18,2%	20,5%
Universidades públicas de médio e pequeno porte	30,0%	20,2%	26,3%	34,0%
Universidades estaduais de médio e pequeno porte	28,0%	20,2%	12,2%	14,0%
Universidades privadas de grande porte e de qualidade reconhecida	0%	2,1%	5,4%	2,2%
Universidades confessionais de grande porte	0%	4,3%	18,9%	10,5%
Instituições privadas em estrito senso e confessionais de pequeno e médio porte	40%	50,0%	18,9%	18,8%

Fonte: Dados da pesquisa: currículos dos professores. Disponível em http://lattes.cnpq.br. [Consultado em 2013].

Percebe-se que os professores das instituições que apresentam um resultado do Enade 1,2 e 3, fizeram a sua graduação em instituições privadas e confessionais de porte pequeno (faculdades).
Para saber se há uma grande rotatividade nas instituições, construiu-se a tabela 10, com a porcentagem dos professores que lecionam na mesma instituição onde cursaram a graduação:

Tabela nº10: Professores que lecionam na mesma instituição em que fizeram a graduação:

Enade 1 e 2	Enade 3	Enade 4	Enade 5
14,0%	34,0%	32,4%	34,5%

Fonte: Dados da pesquisa: currículos dos professores. Disponível em http://lattes.cnpq.br. [Consultado em 2013].

As instituições que apresentam Enade 1 e 2 têm uma proporção bem menor de professores que ali se graduaram. Infere-se que essas instituições possuem uma maior rotatividade de professores. As outras instituições – Enade 3, 4 e 5 – possuem uma proporção semelhante, entre 32 e 34%.
Dos professores da amostra, 54,8% fizeram cursos de especialização lato sensu, 87,2% fizeram um mestrado, 8,6% fizeram mestrado profissional, 60,6% fizeram doutorado e 11% fizeram estágio de pós-doutorado, que pode ser visualizado na tabela 11:

Tabela nº 11: capacitação dos professores

	Enade 1 e 2	**Enade 3**	**Enade 4**	**Enade 5**
Só graduação	0%	1,1%	0%	0%
Especialização	70%	71,3%	50,7%	49,3%
Só especialização	22%	29,8%	4,1%	0%
Mestrado	76%	64,9%	92,6%	96,1%
Só mestrado	84%	31,9%	39,9%	24%
Doutorado	16%	35,1%	60,1%	76%
Pós-doutorado	0%	3,2%	14,9%	11,8%

Fonte: Dados da pesquisa: currículos dos professores. Disponível em http://lattes.cnpq.br. [Consultado em 2013].

Como se constata na tabela nº 11, os professores das instituições mais bem avaliadas possuem maior capacitação e o inverso é também verdadeiro, os professores das instituições com pior avaliação são menos capacitados.

5.3. Tempo de trabalho na instituição atual

Nas instituições com nota 2 no Enade, a média de tempo de trabalho na instituição atual é de 5,25 anos, variando entre 1 e 27 anos. A moda é 1 ano (36,7%). Nas instituições com nota 3 no Enade, a média de tempo de trabalho na instituição atual é 12,8 anos, variando entre 1 e 38 anos. Nas instituições com nota 4 no Enade, a média de tempo de trabalho na instituição atual é 15,1 anos, variando entre 1 e 37 anos. Nas instituições com nota 5 no Enade, a média de tempo de trabalho na instituição atual é 15,1 anos, variando entre 1 e 37 anos.

Tabela nº 12: tempo de trabalho na instituição atual

Tempo na instituição	**Enade 1 e 2**	**Enade 3**	**Enade 4**	**Enade 5**
1 ano	36,7%	5,1%	4,2%	4,3%
2-5 anos	20,4%	11,2%	12,5%	19,8%
6-8 anos	22,5%	18,0%	9,0%	11,1%
9-10 anos	10,2%	13,5%	9,7%	6,3%
11-20 anos	4,1%	24,8%	35,4%	30,0%
Acima de 20 anos	6,1%	16,9%	29,2%	28,5%

Fonte: Dados da pesquisa: currículos dos professores. Disponível em http://lattes.cnpq.br. [Consultado em 2013].

Assim, há uma maior rotatividade de professores nas instituições com pior avaliação.

5.4. Professores que possuem outro emprego

À medida que melhora a avaliação da instituição, aumenta o número de professores que se dedicam ao trabalho em apenas uma instituição.

Tabela nº 13: outros empregos atuais dos professores

	Enade 1 e 2	**Enade 3**	**Enade 4**	**Enade 5**
Apenas na instituição atual	22,4%	52,1%	71,6%	78,3%
Outras instituições de ensino	42,9%	24,5%	10,8%	9,9%
Órgãos públicos	12,2%	6,4%	4,7%	2,4%
Empresas	12,2%	12,8%	11,5%	4,7%
Educação básica	10,3%	4,2%	1,4%	0%

Fonte: Dados da pesquisa: currículos dos professores. Disponível em http://lattes.cnpq.br. [Consultado em 2013].

Entre os empregos em órgãos públicos, entre os professores de instituições com Enade 1 e 2, encontram-se agentes administrativos de prefeituras, secretarias municipais (quase a totalidade, 12% do total). Entre os professores de instituições com Enade 3, a maioria (5,3% do total de professores pesquisados nessa categoria) possui um cargo de agente administrativo em prefeituras e secretarias municipais, 01 funcionário do Banco do Brasil, e 01 funcionário técnico administrativo de uma universidade pública. Entre os professores de instituições com Enade 4, 4,1% trabalham também em órgãos e empresas públicas, na área de formação e 0,6% em empresa pública em cargo de nível técnico. Entre os professores de instituições com Enade 5, 2,2% trabalham em órgãos públicos na área de formação e 0,2% em órgãos públicos em cargos de nível técnico.

5.5. Emprego anterior dos professores

Tabela nº 14: emprego anterior dos professores

	Enade 1 e 2	Enade 3	Enade 4	Enade 5
Nenhum	12,0%	31,9%	29,1%	20,5%
Universidades públicas	8,0%	5,3%	5,4%	17,5%
Instituições de ensino superior privadas	62,0%	43,6%	45,3%	60,5%
Órgãos públicos	20,0%	8,5%	11,5%	12,7%
Empresas privadas	44,0%	29,8%	26,4%	26,8%
Educação básica	24,0%	13,8%	6,8%	4,4%

Fonte: Dados da pesquisa: currículos dos professores. Disponível em http://lattes.cnpq.br. [Consultado em 2013].

20,5% dos professores das instituições com nota 5 no Enade nunca trabalharam antes, ou seja, estão em seu primeiro emprego. 17,5% lecionaram em universidades públicas – municipais, estaduais e federais de pequeno portee situadas em cidades pequenas do interior. 60,5% lecionaram em instituições particulares de ensino superior. 12,7% trabalharam em órgãos públicos, foram funcionários públicos (4,4% atuando em sua área de formação – administração -, e o restante em cargos técnico-administrativos). 26,8% atuaram em empresas privadas (11,4% em sua área de formação – administração -, 4,0% foram bancários, e o restante, balconista, almoxarifado, representante comercial, cargos de nível médio). 4,4% foram professores da educação básica, em colégios, ensino médio.

Dos professores das instituições com nota 4 no Enade, 29,1% nunca havia trabalhado antes, ou seja, está em seu primeiro emprego. 5,4% lecionaram em universidades públicas – há aposentados e ex-professores de universidades municipais e estaduais. 45,3% lecionaram em instituições privadas de ensino superior. 11,5% foram funcionários públicos, 2,7% trabalharam em órgãos públicos em sua área de formação; 2,7% foram bancários e o restante, ocuparam cargos técnico-administrativos, de nível médio. 26,4% trabalharam em empresas privadas; 9,5% em sua área de formação; o restante ocupou cargos de vendedores, auxiliar de escritório e técnicos de nível médio.6,8% foram professores da educação básica, do ensino médio. 13,8% foram professores da educação básica.

Dos professores das instituições com Enade 3, 31,9% nunca trabalhou anteriormente, ou seja, está em seu primeiro emprego. 5,3% lecionaram em universidades públicas, aposentados e universidades estaduais e municipais. 43,6% lecionaram em instituições privadas de ensino superior. 8,5% foram funcionários públicos (a totalidade ocupou cargos de nível médio). 29,8% trabalharam em empresas privadas; 6,4% em sua área de formação e o restante ocupando cargos de nível médio.

Dos professores das instituições com nota 2 no Enade (lembramos que há instituições públicas nesta categoria), 12% nunca trabalhou antes ou seja, está em seu primeiro emprego. 8% trabalhou em uma instituição pública (todos em instituições estaduais, norte e nordeste do país). 62% trabalhou em instituição privada de ensino superior. 20% foi funcionário público (bancários, policiais e auxiliares administrativos). 44% trabalhou em empresas privadas (10% na área de formação – administração -, o restante ocupou cargos de auxiliar administrativo, balconista, operários e cargos técnicos de nível médio). 24% lecionou na educação básica.

6. A título de conclusão

Os estudos sobre mobilidade social mostram que, nas sociedades contemporâneas, uma das mais importantes vias de mobilidade social é a educação formal.Ribeiro (2009) verifica em seus estudos sobre mobilidade no Brasil, qual é a magnitude da desigualdade de oportunidades educacionais em termos de raça e classe de

origem em cada transição (entrada na escola, conclusão da quarta série do ensino fundamental, conclusão da oitava série do ensino fundamental, conclusão do ensino médio e conclusão da universidade). Como resultado, o autor demonstra que a origem de classe parece ter um efeito maior do que a cor dos indivíduos nas chances de se fazerem transições. Ou seja, indivíduos cujos pais pertenciam às classes mais favorecidas têm mais chances de obter sucesso nas transições do que indivíduos cujos pais pertenciam a classes menos favorecidas. Brancos também têm mais chances de sucesso do que não brancos, mas o peso da classe de origem é maior do que o peso da raça. Pode-se afirmar que "há mais desigualdade de oportunidades educacionais em termos de classe do que de raça" (Ribeiro, 2009:173). Porém, nas últimas transições, a raça passa a ter um efeito semelhante ao de classe, ou seja, as chances de completar os estudos universitários são desiguais em termos de raça e classe. Outro resultado das pesquisas de Ribeiro se refere aos efeitos da classe de origem medida pela ocupação do pai sobre as transições educacionais: declinam nas transições iniciais mas permanecem constantes nas transições finais e são maiores que o efeito raça sobre as probabilidades de se fazerem as transições. O autor detectou também um aumento no efeito da educação da mãe sobre a probabilidade de se entrar na universidade.

A partir de 1995, assistimos ao segundo ciclo de expansão do ensino superior (o primeiro ciclo ocorreu entre os anos de 1960 e 1980), e com esse crescimento surgem dúvidas em relação à qualidade da formação oferecida (Sampaio, 2003). No decorrer da primeira década deste século – de 2001 a 2010 – surgiram várias políticas de inclusão, inclusive nas universidades públicas. Como essa inclusão está sendo realizada na prática? Será que as políticas conseguiram neutralizar aqueles fatores que dificultariam a mobilidade social (ou seja, a raça e a classe de origem)?

Os resultados da presente pesquisa sugerem que, de forma perversa, as políticas, apesar de incluírem, causam uma exclusão no interior do sistema de educação superior, utilizando a expressão de Bourdieu e Champagne (1992), em um sentido um pouco diferente do original. Dentro do sistema de educação superior brasileiro, estratificado, os alunos provenientes de classes menos favorecidas são dirigidos a instituições de ensino superior que possuem baixa avaliação no Enade (1, 2 e 3), enquanto os estudantes provenientes de classes mais favorecidas se dirigem às instituições com melhores resultados (Enade 4 e 5). É importante frisar que há instituições públicas e privadas em cada uma das categorias construídas pelos resultados do Enade. A questão se refere menos à dicotomia clássica entre público e privado, mas a outros fatores tais como localização da instituição (as melhores instituições tendem a se localizar em grandes cidades e no sudeste do país), características do corpo docente da instituição, presença/ausência de programas de pós-graduação na área, e a composição do currículo que acompanham essa variação. O currículo das instituições mais bem avaliadas possuem características e desenho diferenciado daquele das instituições com piores avaliações. Esse currículo parece se relacionar, também, às características do corpo docente e de sua origem social.

Podemos dizer que os últimos governos adotaram políticas para inclusão no ensino superior da população que não tinha acesso a esse nível de ensino por causa de pressões sociais. A questão das desigualdades remete a políticas de redistribuição de recompensas. Na teoria da justiça distributiva, Berger et al (1972) mostram que uma injusta distribuição de recompensas cria pressão para a redistribuição. Injustiça cria pressões para redistribuição de recompensas, mas elas são suprimidas pelas não-decisões. Um fator crucial de não-decisão é que a distribuição de recompensas é frequentemente inter-relacionada com distribuições de poder. Mas o poder tem seus próprios mecanismos de estabilidade. Eles são independentes da distribuição de recompensas e por isso dão ao poder a capacidade de reagir às pressões redistributivas.

Um dos mecanismos que estabilizam o poder são as expectativas e o outro é a legitimação (Berger & Zelditch, 1998). Expectativas sobre preferências e sobre a quantidade e o uso do poder para atingí-las, aumenta a sua estabilidade. Poder, para Berger & Zelditch, se refere ao controle sobre as recompensas e penalidades. Legitimação para Zelditch (2001) é o processo que conforma o inaceitável às normas, valores, práticas e procedimentos aceitáveis, dependendo, assim, do consenso. É um processo social fundamental por causa de seu papel na produção e reprodução de estruturas em situações concretas de ação. Para o autor, a legitimação é um processo social fundamental, pois ele é um dos mecanismos principais de mediação da dualidade, da relação micro-macro. É um processo pelo qual atos em situações concretas e específicas de ação são justificadas em termos de normas, valores, crenças, práticas, procedimentos de estruturas pré-construídas. Esses processos dependem e são coagidos por essas estruturas pré-construídas.

A legitimação também é um processo que legitima e deslegitima, que cria pressões para mudanças, mas que define o que vai mudar e como as mudanças serão aceitas e incorporadas na estrutura anterior. Ela produz e reproduz a estrutura em ação. Legitimação seria uma objetivação de sentido de segunda ordem (Berger & Luckmann, 2000:126). A legitimação produz novos significados que servem para integrar os significados já ligados a processos institucionais díspares e sua função consiste em tornar objetivamente acessível e subjetivamente plausível as objetivações de primeira ordem, que foram institucionalizadas.
Assim, pode-se supor que as políticas de inclusão na educação superior, no Brasil, são processos de legitimação, que dão novos significados ao sistema de educação superior, mas mantendo a estrutura social anterior, incorporando a nova clientela, reservando as melhores instituições, que dão acesso aos melhores empregos e a melhores rendimentos financeiros, à clientela tradicional do sistema de educação superior.

7. Referências bibliográficas

BERGER, Joseph; ZELDITCH, Morris (1998). *Status, Power and Legitimacy. Strategies & Theories*. New Jersey: Transaction Publishers.

BERGER, J.; ZELDITCH, M.; ANDERSON, B.; COHEN, B.P. (1972). "Structural aspects of distributive justice: a status-value formulation". In: Berger, J.; Zelditch, M.; Anderson, B. (Ed.) *Sociological theories in process*. Boston: Houghton Mifflin, pp. 119-146.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (2000). *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes.

BOURDIEU, Pierre (1967). "Systèmes d'enseignement et systemes de pensée". *Revue Internationale des Sciences Sociales*, vol. XIX, 3, 1967, p. 367-388.

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick (1992). "Les exclus de l'intérieur". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 91/92, pp. 71-75.

DURKHEIM, Émile. *L'évolution pédagogique en France*. (1938).Edição eletrônica realizada a partir do livro de Durkheim, L'évolution pédagogique en France. Paris, 1938. Jean-Marie Tremblay, Cégep de Chicoutimi. http://classiques.uqac.ca/classiques/Durkheim_emile/evolution_ped_france/evolution_ped_france.html, [consultado em 17/08/2014].

MILLS, Charles Wright (1943). "The professional ideology of social pathologists". *American Journal Of Sociology*, vol. 49, N° 2 (Sep., 1943), pp. 165-180).

PRATES, Antônio Augusto Pereira (2010). "Ampliação do sistema de Ensino Superior nas sociedades contemporâneas no final do séc. XIX: os modelos de mercantilização e diferenciação institucional – o caso brasileiro". *Estudos de Sociologia*, v. 15, n. 28, p. 125-146.

PRATES, Antônio Augusto Pereira (2005). "Os sistemas de ensino superior na sociedade contemporânea: diversificação, democratização e gestão organizacional – o caso brasileiro". Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais. Tese de Doutorado.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa (2009). *Desigualdades de oportunidades no Brasil*. Belo Horizonte: Argvmentvm.

SAMPAIO, Helena (2000). *O ensino superior no Brasil: o setor privado*. São Paulo: Hucitec – FAPESP.

SAMPAIO, Helena (2003). "Expansão do sistema de ensino superior". In: Morhy, Lauro (org.). *Universidade em questão*, vol. 1. Brasília: Editora da UnB.

SCHWARTZMAN, Simon (2013). "As 'novidades' do Enade e a curva normal".Disponível em:http://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?p=4676&lang=en-us, [consultado em 29/09/2014].

SCHWARTZMAN, Simon (2001). "A revolução silenciosa do ensino superior". In: Durham, Eunice; Sampaio, Helena (Orgs). *O ensino superior em transformação*. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior: NUPES.

ZELDITCH, Morris (2001). "Processes of legitimation: recent developments and new directions". *Social Psychology Quarterly*, v.64, n.1, p.4-17.

(Footnotes)

1 EF1=Ensino Fundamental 1 (1ª à 4ª séries); EF2 = Ensino Fundamental 2 (5ª à 8ª séries); EM= Ensino médio (03 anos); ES (Ensino Superior).

As instituições de ensino superior privado em Angola. Um olhar sobre à análise dos discursos dos Reitores das universidades privadas

Adelina Alexandra Carlos Pio de Kandingi[1]

Resumo: O presente estudo, realizado no âmbito de uma tese de doutoramento em curso, procura reflectir o interesse e o propósito da criação das instituições de ensino superior (IES) privadas em Angola, no período entre 1999 e 2012, através da análise dos discursos das entidades promotoras/reitores destas instituições. Para o desenvolvimento do estudo, recorreu-se a metodologia qualitativa de realização de entrevistas semi-estruturadas e para análise dos dados, à técnica de análise de conteúdo. Os resultados principais do estudo revelam que foi oportuna a concepção de um projecto universitário privado em Angola para a dotação do país com quadros qualificados, na medida em que o Estado não detém capacidade de resposta face à crescente procura, diversificada em termos de cursos, que visam proporcionar oportunidades para os estudantes serem protagonistas de trajectórias profissionais de sucesso no sector público e privado.
Palavras-chave: Criação das instituições de ensino superior privado; projecto universitário; oferta de cursos; formação de quadros; aumento da procura do ensino superior.

Introdução

Antes e logo após a independência, as universidades públicas detinham o monopólio da oferta do ensino superior em África. No entanto, as reformas iniciadas no âmbito dos programas de ajustamento estrutural, as políticas de desregulamentação e a crise financeira nos Estados Africanos abriram um ambiente encorajador para o surgimento do ensino superior privado em África (Osokoya, 2007). Algumas medidas legislativas promulgadas pelos governos nacionais passaram a incentivar a abertura de instituições de ensino superior (IES) privadas. Hoje, África apresenta um grande número destas instituições que ainda não conseguem dar resposta à demanda deste nível de ensino. Nesta medida, a privatização constitui um segmento de rápida expansão do ensino superior em África e os povos deste continente esperam que estas instituições sirvam os interesses da sociedade, tal como o sector público (Varghese 2004).

Em Angola, esta tendência começou a ser particularmente visível a partir dos anos de 1999/2000**,** quando o país passou a contar com mais instituições de ensino superior, fruto da iniciativa que se deu à abertura de IES privado, consideradas como parceiras do Estado e complementares à Universidade Agostinho Neto (UAN), única universidade pública existente na altura no país. A partir desta época, o Estado Angolano considerou oportuna a introdução da figura dos *stakeholders* ou entidades com um legítimo reconhecimento para operar nas instituições de ensino superior, consideradas como um servidor de conhecimentos "knowledge server" (Brito, 2001:6), que fornece serviços de produção de conhecimentos para o desenvolvimento integral dos cidadãos em qualquer sociedade contemporânea.

1Doutoranda em Ciências da Educação (área de Educação, Sociedade e Desenvolvimento), pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisbola (UNL), mestre em Ciências da Educação (área de Análise e Intervenção em Educação), pela FCSH da UNL e Licenciada em Ciências da Educação. É professora do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) de Luanda/Angola, onde foi Chefe do Departamento de Ciências da Educação.

1. O ensino superior privado como um parceiro estratégico da política educacional: Um olhar sobre Angola

A política educativa em qualquer país depende da visão dos actores envolvidos e do posicionamento destes nos seus discursos e práticas (Vengeles & Groot, 2013). Contudo, o ensino superior, elemento central para a economia global do conhecimento, é visto como uma das principais áreas da política educativa, pelo facto de exercer uma importância significativa na qualificação de recursos humanos que farão parte da força de trabalho especializada, na mobilidade social - por permitir o acesso a trabalho qualificado e consequentemente com maior retorno financeiro - e na produção e divulgação de pesquisas em torno do papel do ensino superior nos países que ainda carecem de quadros altamente qualificados.

O ensino superior tem assumido um papel crescentemente importante, associado à "abertura de oportunidades para a capacitação das pessoas, na qualificação dos recursos humanos, na promoção da investigação científica, da criação cultural e da tecnologia e no estímulo à inovação" (Silva, 2002:111). Por este facto as entidades promotoras dos estabelecimentos de ensino superior devem conceber os seus cursos orientados para que o futuro profissional possua habilidades para aprender, atitude de gestão e de adaptação para vários alvos e sobretudo capacidade para trabalhar em equipa, tendo em conta as múltiplas valências transversais as várias áreas do saber que uma pessoa deve minimamente possuir. Actualmente as universidades têm novas funções, novos públicos, novas formas de inserção social e de ligação com os actores da economia e da cidadania contemporâneas (*idem: 123*), basta ver que uma proporção cada vez maior de pessoas frequentam as universidades, tendência que resulta das expectativas culturais, do retraimento dos mercados de trabalho e da crescente exigência de uma força de trabalho com graus de ensino superior (Castells, 2007:573).

Em Angola, o ensino superior assume um papel importante na prossecução de objectivos ligados ao desenvolvimento da sociedade, na medida em que "sem mais e melhor educação superior, os países em desenvolvimento encontrarão fortes dificuldades para beneficiarem da economia global baseada no conhecimento" (Banco Mundial, 2000: 13). Assim, com base no conhecimento histórico e comparativo acerca da contribuição do ensino superior para o desenvolvimento social, económico, político e da identidade da cidadania dos estudantes, os governos dos países devem estabelecer metas claras para o ensino superior e determinar de que forma cada componente pode contribuir para o sucesso do bem público (Banco Mundial, 2000).

Actualmente, a exigência crescente do acesso ao Ensino Superior em Angola contribui para a expansão, com o sector público e privado tentando dar resposta apostando na abertura de um conjunto de novas instituições de ensino superior que em consequência aumentam igualmente a sua oferta formativa, por forma a dar resposta às expectativas dos estudantes e das suas famílias, que procuram fazer do diploma um momento crucial dos projectos de vida (Brito, 2001). Por esse motivo, o Governo Angolano, no quadro da importante tarefa que tem de expandir o seu subsistema de Ensino Superior, conta com a parceria de outros intervenientes na prossecução dos objectivos da política educativa, apresentando-se também preocupado em melhorar a qualidade de ensino de forma significativa.

O surgimento dos *stakeholders* no ensino superior afiguram-se importantes na prestação social do serviço de educação e na reflexividade das instituições de ensino. No entender de Magalhães (2004), a emergência do conceito de *stakeholder* pode ser vista como um sintoma de mudança de paradigma do ensino superior, reflectindo as mudanças que ocorreram nos padrões de relação entre as instituições de ensino superior, o Estado e a sociedade. Assim, *stakeholders* diz respeito a pessoas ou entidades com um legítimo interesse no ensino superior e que, como tal, adquirem o direito de nele intervir.

Neste contexto, vejamos a distinção avançada por Hernâni Veloso, que nos ajuda a compreender a figura de *stakeholders* no ensino superior. O sistema de ensino superior compreende: "(i) o ensino superior público:

composto pelas instituições pertencentes ao Estado (são pessoas colectivas de direito público); (ii) o ensino superior privado: formado pelas instituições pertencentes a entidades particulares e cooperativas (são entidades instituidoras de estabelecimentos de ensino superior privado, pessoas colectivas de direito privado) " (Veloso, *et al*, 2010:20). Estes, por sua vez, representam os *stakeholders*, na medida em que detêm o direito legítimo de intervirem como entidade reconhecida no subsistema de ensino superior de um determinado país.

Em Angola, assistimos há uns anos no ensino superior, de forma ainda tímida, a momentos de competitividade entre os diferentes *stakeholders*, pela atracção de aumento do número de candidatos e de estudantes matriculados nos cursos, assim como ao aumento do número de profissionais do ensino. Neste sentido, a educação e particularmente o ensino superior que se transformou num tema central dos debates políticos nos níveis nacionais e internacionais (Teodoro, 2010) assumem uma posição central nos desafios que se colocam nas mais diversas áreas do desenvolvimento económico e social do País, desempenhando um papel de relevo na construção da sociedade angolana.

2. Metodologia

Para a realização do presente estudo optamos pela metodologia de investigação qualitativa, através da realização de entrevista semi-estruturada, a cinco Reitores de universidades/instituições de ensino superior privado em Angola, que surgiram desde os anos de 1999, nomeadamente as universidades Lusíada (ULA), Privada de Angola (UPRA), Independente (UNIA), Gregório Semedo (UGS), Óscar Ribas (UOR) e de Belas (UNIBELAS). Através das entrevistas, pretendia-se perceber até que ponto estas universidades estão a contribuir para a formação de quadros e a jogar um papel de relevo a partir do propósito manifestado pelos *stakeholders* em investir na abertura de uma universidade privada no país. Os dados foram recolhidos em Angola, entre os meses de Novembro de 2012 e Junho de 2013. Para a análise dos dados, recorreu-se à técnica de análise de conteúdo considerada por Laville & Dionne (1999:214) "como um conjunto de vias possíveis para a reconstrução do sentido de um conteúdo".
A análise dos dados revelou que os reitores entrevistados referem que foi oportuna a concepção de um projecto universitário privado em Angola, para a dotação do país com quadros qualificados, na medida em que o Estado não detém capacidade de resposta face à crescente procura, diversificada em termos de cursos e que visam proporcionar oportunidades para os estudantes conseguirem emprego no sector público e privado.

3. Apresentação dos resultados: a lógica dos discursos educativos dos reitores

A apresentação e discussão dos resultados do estudo empírico têm como base as entrevistas realizadas a cinco reitores de algumas universidades privadas de Angola, através de comentários de alguns excertos, tendo presente que a entrevista é uma técnica de recolha de informações, que consiste em conversas orais individuais ou de grupos, com várias pessoas seleccionadas cuidadosamente, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspectiva de recolhas de informações de acordo com o objectivo estipulado e temática a abordar (Bogdan & Biklen, 1994; Ketele, 1999). As referidas entrevistas foram tratadas na análise de conteúdo considerada por Bardin (1977) como uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de um determinado tema.
A análise de conteúdo das entrevistas e o respectivo processo de categorização permitiu-nos definir seis grandes categorias: (i) Interesse em abrir uma universidade privada em Angola; (ii) Criação dos cursos oferecidos pelas IES; (iii) Expansão das IES; (iv) Oferta de vagas das IES; (v) Ensino-aprendizagem e a profissionalização dos docentes; (vi) Relação com a procura. Esta categorização, por sua vez, permitiu-nos obter doze subcategorias: a) Processo de democratização da abertura do mercado; b) Contribuir para a formação de quadros; c) Concepção da proposta dos cursos; d) Os cursos respondem as expectativas dos estudantes; e) Democratização no acesso ao ensino superior; f) Expansão regulada; g) Oferta de vagas; h) Exigências no exame de admissão; i) Universidade

e o seu papel de parceiro social; j) Aposta na formação dos docentes; l) Pressão das famílias/estudantes sobre as IES; m) Ajuda da universidade às famílias. Ao analisarmos as subcategorias e os indicadores, debruçamo-nos sobre os que apresentam um maior número de frequências, ou seja, os indicadores mais referenciados pelos nossos entrevistados.

Assim, procedeu-se a análise de conteúdo das entrevistas de cada uma das subcategorias da categoria «**Interesse/propósito em criar/abrir uma universidade privada em Angola**» e os respectivos indicadores. A subcategoria «Processo de democratização da abertura do mercado» permitiu-nos obter três indicadores: (i) Aparecimento do decreto do ensino privado e o interesse em abrir uma IES **(n=5)**; (ii) Projecto empresarial de investimento privado e aposta no crescimento **(n=5)**; (iii) Criação da universidade ligada a uma empresa de direito privado **(n=5).** A subcategoria «**Contribuir para a formação de quadros**» permitiu-nos obter dois indicadores: Ajudar o país na formação de quadros para o mercado de trabalho **(n=5)**, Unesco aposta na educação para o desenvolvimento e parceria internacional (**n= 2**).

Olhando para estes dados podemos aferir que os nossos entrevistados atribuem maior importância às seguintes questões: Aparecimento do decreto do ensino privado e o interesse em abrir uma IES **(n=5)**; Projecto empresarial de investimento privado e aposta no crescimento **(n=5);** Criação da universidade ligada a uma empresa de direito privado **(n=5)**; Ajudar o país na formação de quadros para o mercado de trabalho **(n=5)**, na medida em que verificamos, no que diz respeito aos principais propósitos em abrir uma instituição de ensino superior privado, que os reitores entrevistados foram unânimes em dizer que o interesse na abertura de IES deve-se ao aparecimento do decreto do ensino privado que levou a concepção do projecto empresarial de investimento privado e que um dos grandes objectivos é o de contribuir para a formação de quadros para o mercado de trabalho angolano que está em franco crescimento. Na verdade, esta é de facto umas das missões que têm os *stakeholders* competindo-lhe assegurar as condições para o normal funcionamento de ensino, gestão administrativa, económica e financeira (Veloso et al, 2010:20). Vejamos um pequeno excerto da entrevista, onde é realçado a importância da formação: " ajudar o país na formação de quadros para o mercado de trabalho"

*"... A partir de 1991 com o Decreto do ensino privado que aparece em Angola ... a iniciativa privada oficialmente começa em 1991 para tudo **E1***

*A função essencial é ajudar o Estado a formar os quadros angolanos numa dimensão qualitativa que possa potenciar (...) a participação das universidades no processo da reconstrução nacional, seja ele no domínio técnico, seja no domínio tecnológico, académico e científico ... **E3***

*A nossa função é formar os quadros do país (...) um projecto de formar novas gerações de quadros ... **E4***

*A função é a mesma que é a de formar quadros para o País e não só ... É de formar quadros com qualidade que possam cumprir com as obrigações do País, do Estado e da sociedade ... **E5***

*Há preocupações de formação para o mercado de trabalho, porque o mercado de trabalho exige ... **E1**"*

Em Angola, durante muito tempo existia apenas uma única universidade pública: a Universidade Agostinho Neto (UAN). O aumento significativo da procura de formação de nível superior que se deveu a razões como o crescimento exponencial de jovens provenientes do ensino médio (cujo número de instituições e de alunos aumentou significativamente); quer ao retorno de adultos ao sistema de ensino, após anos de afastamento forçado do sistema escolar, principalmente por motivos de ordem económica (trabalhar para suportar as despesas familiares, principalmente). Esta população crescente nomeadamente ao nível do ensino superior procura aumentar os seus conhecimentos académicos, procurando usufruir dos benefícios da educação e estar preparados para enfrentar as novas exigências do mundo do trabalho. Esta grande demanda dos estudantes e das famílias fez diminuir a capacidade de resposta do Estado, fazendo-o adoptar como estratégia política: a aposta na iniciativa de abertura de Instituições de Ensino Superior Privadas, com a implementação, a partir de 2001, de novos dispositivos legais como decretos-leis e regulamentos que vieram dar corpo ao processo de democratização da abertura do mercado educativo em Angola.

Na análise de conteúdo das entrevistas de cada uma das subcategorias da categoria «**Criação dos cursos oferecidos pelas universidades/IES**», obtiveram-se duas subcategorias e os respectivos indicadores. A subcategoria «Escolha/concepção e proposta dos cursos» permitiu-nos obter dois indicadores: (i) Tipologia/escolha dos cursos de acordo com as necessidades/falta do país **(n= 5);** (ii) Criação/oferta de cursos de acordo com a demanda e as vagas disponíveis **(n=5)**. Na subcategoria «Os cursos respondem as expectativas dos

estudantes» obtivemos dois indicadores: (i) Satisfação e orgulho com o curso e a absorção pelas empresas (n=2); (ii) Insatisfação dos estudantes com o curso e a importância do ano propedêutico (n=4). Destacaremos apenas os indicadores com mais frequência, ou seja, os indicadores mais referenciados.

Estes indicadores permitiram constatar as preocupações que os nossos entrevistados manifestaram com a concepção dos cursos, sendo mesmo possível observar que a escolha do curso tem a ver com a falta de alguns destes que se fazem sentir no país. Esta ideia vai de encontro com o contexto real vivido e que ainda se vive actualmente em Angola, na medida em os cursos que existiam anteriormente não satisfaziam as necessidades da procura por parte das famílias e dos jovens que se candidatavam ao ensino superior com o objectivo de se formar numa área que tivesse aplicabilidade no mercado de trabalho angolano. Na verdade a oferta formativa disponível por parte das instituições privadas e não só tem correspondido às expectativas de muitos famílias e estudantes que procuram fazer da formação superior um projecto de realização profissional pessoal (Brito, 2001). Por isso é que os entrevistados referem mesmo que a oferta de cursos surgiu para responder a grande demanda, o que se encontra expresso nos seus discursos: "*Nós criamos os cursos em função das necessidades dos países [do país] em vias de desenvolvimento …*"

"Na altura … no país não tinha [havia] quase nada nestas áreas e então foi a aposta que se apostou [fez] … Estes cursos foram seleccionados de acordo com as necessidades ***E2***

Nós avançamos com cursos que raramente se vêem em Angola **E5**

Porque o país ainda não tinha arquitectos, o país ainda não tinha informáticos e mesmo na área das Ciências Humana havia poucos Psicólogos ***E4***

*A Lusíada foi a primeira universidade a abrir um curso de relações internacionais … **E4***

*Nós somos a única instituição penso em Angola que temos curso do ambiente, educação em engenharia ambiental … **E1***

A condição da procura já existia no mercado, porque com a UAN não se resolvia a demanda, não é? ***E3***

A oferta era tanta e as instituições eram escassas… O princípio da procura e da oferta colocou-se (…) [e] as universidades surgiram como cogumelos [tal como os] colégios ***E3***

O país esteve em guerra durante muitos anos e só a universidade pública é que tinha … e também não oferecia todos cursos ***E4****"*

Na subcategoria os «cursos respondem com as expectativas dos estudantes», os indicadores apontam que existe uma insatisfação com os cursos, pelo facto de os estudantes estarem constantemente a mudarem de curso. Isto deve-se ao facto de que, quando ingressam no ensino superior não sabem bem o curso que querem seguir, acabando por escolherem em função do que lhes foi dito ou do que ouviu. Quando iniciam a formação, começam a ver as dificuldades, o que lhes faz mudar automaticamente para um outro curso. Relativamente a esta situação os entrevistados atribuem uma grande importância ao ano propedêutico. No entender destes o ano propedêutico prepara os estudantes que entram pela primeira vez neste nível de ensino. Contrariamente, a satisfação e o orgulho com o curso, bem como a absorção dos estudantes por parte das empresas foi um dos aspectos muito pouco referenciado, basta observarmos os discursos dos entrevistados: *"Nós hoje verificamos nas escolas constantemente mudanças de cursos por parte dos estudantes* ***E2***

Quando ele vê que reprovou um ano numa determinada área, ele diz epa, então se reproveivou num outro curso para ver se consigo fazer o outro curso ***E2***

*Eu penso que o estudante quando chega ao ensino superior deveria já conhecer a sua própria educação…**E1***

O estudante angolano chega ao ensino superior e escolhe o curso da maneira lhe parece …. Ele procura os cursos em função daquilo que ouve … Epá está a dar gestão então vai para gestão… Olha está a dar comunicação social (…) Olha esta a dar medicina ***E1***

*O Ministério pediu para acabar com o ano propedêutico e nós de facto não acabamos… Os alunos que fazem o propedêutico entram na universidade e fazem os 4 ou 5 anos sem reprovarem … Eu acho que deveríamos continuar … **E4**"*

Na análise de conteúdo das entrevistas de cada uma das subcategorias da categoria «**Expansão das universidades/IES**», obteve-se uma subcategoria com dois indicadores. A subcategoria «Expansão regulada e a democratização do acesso ao ensino superior» com dois indicadores: (i) surgimento do ensino superior

privado e a liberalização do ensino superior **(n= 5)**, (ii) Acabar com as assimetrias regionais e investir na qualidade do ensino superior **(n= 5).** Estes indicadores - realçam-se pelo número de frequência que apresentam, destacando que a expansão deve ser regulada e que o ensino superior privado atenue as assimetrias regionais e que se invista na qualidade do ensino superior.

"Aposta no ensino superior privado foi uma boa iniciativa, e hoje o ensino superior privado representa aí a volta 52%, 53% do total do número de alunos ***E4***

O ensino superior privado hoje é um parceiro do executivo, é também um filho não podemos olhar o ensino superior privado como um enteado ***E4***

Bom a expansão é em função das necessidades …O que dita realmente esta expansão é a procura… Luanda ainda continua a ser o centro, se bem que um terço da população está praticamente aqui em Luanda … Mas o que me parece é que ela deverá expandir-se mais para o interior ***E1***

Ora, se nós continuarmos a concentrar as universidades em zonas onde em princípio já estão minimamente desenvolvidas em relação a outras … Vamos continuar a ter um país assimétrico ***E1****"*

Na análise de conteúdo das entrevistas de cada uma das subcategorias da categoria «**Oferta de vagas das universidades/IES**», obteve-se duas subcategorias e os respectivos indicadores. A subcategoria «Oferta de vagas» com três indicadores: Criação de melhores condições de aprendizagem **(n=4)**, Preenchimento e definição de vagas **(n=4)**, Propaganda/marketing empresarial (**n=5**). A subcategoria «Exigência no exame de admissão» com apenas um indicador: Realização do exame de admissão e competências necessárias para ser admitido (**n=4)**.

Estes indicadores permitiram ter uma ideia da importância que os entrevistados atribuem a oferta de vagas e às exigências que se deve ter no exame de admissão, referindo que a definição das vagas devem obedecer a criação de melhores condições de ensino-aprendizagem dos estudantes e que o marketing das universidades é uma via para poderem publicitar os seus cursos. Neste sentido, foi sublinhado nos discursos que uma das preocupações é melhorar as condições de estudo dos estudantes na universidade.

"A universidade define as suas vagas através da criação de melhores condições de estudo, melhores condições de aprendizagem e diversificação da tecnologia de aprendizagem ***E2***

A nossa preocupação está em melhorar cada dia as condições de estudo na universidade para os estudantes ***E2***

A nossa questão das vagas é feita em nome do número de turmas … Em função do número de lugares que temos numa sala de aulas, há salas com capacidade digamos para 30 alunos outras para 40 alunos outras para 50 ***E5***

De um modo geral as vagas têm sido preenchidas e agora com a abertura de outros cursos … Porque os alunos chegam depois da pública … Os que não conseguem entrar na pública começam logo a procurar as universidades privadas ***E1***

As nossas vagas todas têm sido ocupadas, quer dizer preenchidas … até porque estamos numa zona privilegiada e por causa da mobilidade dos trabalhadores as vezes até nós ficamos tristes porque não conseguimos cobrir… ***E4***

O que está a sair da UAN com os prazos todos finalizados, os nossos também estão no fim já [mais] ... [A vaga*] acaba por ser preenchida, neste processo retardado (risos)* ***E3****"*

Um outro aspecto referido pelos entrevistados prende-se com a realização do exame de admissão e competências necessárias para ser admitido. É notório um certo interesse dos actores, na medida em que são unânimes em atribuir uma grande importância a realização de exames de admissão, cujo objectivo é de seleccionar os melhores, aferir determinadas competência do ponto de vista da ideia de que nem todos que concorrem para se candidatar estão em condições para ingressar no ensino superior, no fundo é uma forma de qualificar/ver o nível que os estudantes trazem e poder acompanhar melhor a sua evolução ao longo do curso. Mas, na opinião dos entrevistados, há contudo que ter em conta de que actualmente a prática do exame de admissão não tem sido muito rigorosa, pois procura-se saber apenas o mínimo, o que leva a que muito dificilmente as pessoas que se submetem a este tipo de prova reprovem. Um dos factos que constatamos aquando da aplicação dos inquéritos aos estudantes é de que muitos deles entraram para a universidade sem fazerem nenhum tipo de

teste, o que mostra a fraca pertinência que ainda se dá a esta forma de admissão dos jovens e adultos que muito anseiam em dar prosseguimento aos seus estudos de nível superior.

"Nós fizemos exame de admissão, como não? ***E2***
Temos um exame de admissão ... O exame de admissão é um exame de admissão ... a exigência do exame de admissão não me parece que seja muito elevado ... É um exame de admissão onde se procura ver o minimamente ... ***E1***
Dificilmente as pessoas chumbam num exame de admissão... Se se levasse mesmo a sério, nós verificávamos que muitos alunos não entravam não... ***E1***
É um meio de selecção do ponto de vista da admissão... Não é um meio de impedir, mas de saber que este aluno tem melhores qualidades de formação do período anterior e te [lhe] *possibilita, não é?* ***E3***
Acredito que o exame de admissão tem várias vertentes, exame de admissão selectivo, eliminatório e qualificatório e nós não sabemos qual é o tipo de exame de admissão que fizemos ***E5"***
Na análise de conteúdo das entrevistas de cada uma das subcategorias da categoria «**Ensino-aprendizagem e a profissionalização dos docentes**», obteve-se duas subcategorias e os respectivos indicadores. A subcategoria «Universidade e o seu papel de parceiro social» com dois indicadores: Dimensão da universidade e sua função social **(n=5)**, Acompanhamento e apoio aos estudantes **(n=5)**. A subcategoria «Aposta na formação pedagógica dos docentes com três indicadores: Formação contínua dos docentes (**n=5),** Ensino superior e a turbo-docência (**n=5**), Potencializar as novas tecnologias de informação (**n=5**).
Estes indicadores evidenciam bem a importância que os entrevistados dão ao papel da universidade e a aposta que fazem na formação dos docentes, em que ressaltam ideias consensualmente apontadas por todos de que as IES têm em conta a função social da universidade, ao acompanhamento e apoio aos estudantes, a formação contínua dos docentes e à pertinência das novas tecnologias de informação. Neste sentido é possível verificarmos nas opiniões expressas pelos entrevistados de que quanto às dimensões da universidade somente a vertente ensino é praticada pelos docentes e que as restantes ainda não se fazem sentir como tal, por enquanto. Isto porque, actualmente grande parte dos professores em Angola ainda não têm nas suas preocupações de quão é fundamental, por exemplo, a dimensão investigação que possibilita o indivíduo conhecer outras realidades "arejar as sua ideias" e poder partilhar com os seus pares reflexões em torno de determinados conhecimentos na sua área do saber, partindo do princípio de que um dos grandes interesses ao nível do ensino superior é a produção e a inovação de conhecimentos que possa dar resposta aos reais problemas que se colocam na sociedade.
"A universidade deve saber situar [quanto] o seu papel de parceiro social e aí a função social de qualquer instituição é essa ... ***E1***
A universidade não pode ser uma universidade com base num currículo absolutamente teórico que não tenha nada a ver com a prática da vida comunitária ***E1***
Nós ainda não estamos na plenitude disso (...) nós estamos a fazer algo (...) coisa de individualidade, por exemplo, eu [vou] apresentar os trabalhos científicos anualmente aos diferentes eventos ***E2***
Hoje os nossos professores estão mais preocupados com o ensino e não com a investigação (...) ***E2***
Todas as universidades colocam isso como um indicador a atingir, na prática a ciência ainda não é um objecto de trabalhar ***E3***
Temos feito várias actividades que têm a ver com palestras, com jornadas científicas e estamos a preparar a publicação de uma revista científica com todas as comunicações que são apresentadas ... Queremos (...) lançar a investigação propriamente dita e publicar o resultado dessa investigação ... ***E5***
A nossa clínica é aberta a população nos arredores [que] *podem lá ir pagam apenas as análises, a consulta numa primeira fase é gratuita* ***E5***
Extensão não só em termo de serviços, mas também em termos de desenvolver a universidade com os nossos próprios serviços ... ***E5"***
Na análise de conteúdo das entrevistas de cada uma das subcategorias da categoria «**Relação com as famílias/ procura**», obteve-se duas subcategorias e os respectivos indicadores. A subcategoria «Pressão das famílias/ estudantes sobre as IES» com dois indicadores: Aumento crescente da procura **(n=5)**, Proveniência dos

estudantes **(n=5)**. A subcategoria «Ajuda da universidade as famílias» com apenas um indicador: Universidade dá bolsa família (bolsa interna aos estudantes) (**n=5**).
Podemos observar nestes indicadores que as entidades promotoras estão ocorrente e receptivas quanto ao problema da pressão ou da crescente procura das famílias e dos jovens e adultos que procuram o bem educação para darem continuidade aos seus estudos no ensino superior, face as exigências de trabalho num mercado cada vez mais competitivo que opta por pessoas capacitadas e altamente qualificadas. O que ressaltou também da opinião dos entrevistados foi o caso da situação geográfica ou localização destas instituições, que corrobora com as opiniões dos estudantes inquiridos (Kandingi, 2014), que apontam a localização da universidade como um aspecto muito importante quando tomam as suas de decisões nos processos de candidatura na escolha dos cursos e das instituições.
"Tem aumentado a procura ... Ele sabe que a formação é indispensável, porque o que ele investe agora vai ter o retorno ... ***E2***
Tem aumentado, tem aumentado aqui na Lusíada a maior parte dos alunos ... ***E4***
*O indicador contínuo da nossa população é maioritariamente jovem... deve calcular que esta procura será continuamente permanente ...****E3***
A Universidade de Belas tem uma situação geográfica desfavorável ... Nós cremos que se estivéssemos numa outra situação geográfica, na cidade acho que a nossa enchente seria maior ***E5***
É assim [que temos vindo] a oscilar, há anos que temos maior procura, há anos que não... Um dos maiores handicaps é mesmo a situação geográfica .... E5"

Um outro aspecto também muito referenciado pelos entrevistados prende-se com a questão da ajuda que a universidade presta às famílias e estudantes mais carenciados, manifestadas por unanimidade nos discursos dos reitores. Nesta medida, há que se ter em conta o facto de grande parte da população estudantil angolana ser de proveniência de famílias com poucos recursos, situação referida também pelos estudantes inquiridos dando conta de que a maioria dos pais tem como profissão a de funcionário público.
"A universidade dá bolsas de estudo aos jovens mais carenciados ou com mais dificuldades ...Temos cerca de 300 estudantes que são bolseiros da universidade, portanto como bolsa familiar ***E4***
Como bolsa familiar ... os donos cada um tem cerca de100 bolsas para oferecer ... ***E4***
*A universidade tem ajudado as famílias ... ainda ontem duas jovens vieram ter comigo, cujos pais têm poucos recursos e foi-lhe dada a bolsa ...****E4***
*Nós demos bolsa [*aos*] estudantes ... por exemplo desde o ano passado que o Magnifico Reitor retirou do pagamento as multas para todos daqueles estudantes que deviam muito... porque se atrasavam no pagamento ... então não irão pagar mais ...* ***E2***
*É um esforço e sobretudo ajuda que a universidade faz para ajudar as famílias com baixo rendimento ...****E2***
Há algumas bolsas internas que [a universidade] disponibiliza as vezes para alguns estudantes ***E1***
Chamamos bolsa interna ... a nível mesmo da qualidade e do interesse do aluno e a partir daí oferecemos sim aquilo que nós chamamos de bolsa interna ... ***E3***
A universidade tem dado bolsas ... está receptivo a isto ... Nós verificamos vendo as pessoas necessitadas no rosto, no esforço que fazem ... vemos como é que eles vêm a instituição ... isto nota-se ***E5****"*

4. Considerações finais

Este estudo permitiu que se evidenciasse a posição dos reitores de algumas universidades relativamente à problemática em estudo. Deste modo, foi possível verificar a forma como estes percepcionam os objectivos e interesses das instituições de ensino superior no actual contexto de Angola, em que se prima muito pela educação e formação dos cidadãos com vista a contribuir de forma significativa para o desenvolvimento social, económico, político e cultural, cabendo de igual modo aos órgãos de tutela visionarem este subsistema como um todo e determinarem de que forma este pode contribuir para o bem público. Na verdade, estes agentes organizacionais são quem definem os programas estratégicos, os planos de acção e as iniciativas institucionais no campo do funcionamento e do sucesso do processo de ensino-aprendizagem (Veloso *et al*, 2010).

5. Referências bibliográficas

BARDIN, L. (1997), *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70;

BOGDAN, R. & BIKLEN, S. (1994), *Investigação qualitativa em educação.* Porto, Porto Editora;

BANCO MUNDIAL (2000), *O ensino superior nos países em desenvolvimento: perigos e esperança.* The International Bank for Reconstrution and Development/World Bank, Lisboa, AULP;

CASTELLS, M. (2007), *A sociedade em rede* (3.ª ed.). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian;

KANDINGI, A. (2014), "Os estudantes das universidades privadas de Angola. Discursos sobre motivações, expectativas e aspirações na escolha do curso e do estabelecimento universitário". DÍAZ, J. M. H. & EYEANG, E. (coords.), *Lengua, Literatura Y Ciencias de la Educación en los Sistemas Educativos del África Subsahariana*. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca;

KETELE, J.-M. (1999), *Metodologia de recolha de dados: Fundamentos dos métodos de observação, de questionários, de entrevistas e de estudo de documentos*. Lisboa, Instituto Piaget;

LAVILLE, C. & DIONNE, J. (1999), *A Construção do saber. Manual de metodologia da pesquisa em Ciências humanas*. São Paulo, Editora Artmed;

MAGALHÃES, A. (2004), *A identidade no ensino superior. Política, conhecimento e educação numa época de transição*. Lisboa, FCG/FCT;

OSOKOYA, I. O. (2007), *Privatization of University Education in Africa: Lessons from The Theories and Practices of the United States of America and Japan*. Disponível em https://ojcs.siue.edu/ojs/index.php/ijaaas/article/view/94/154 [consultado em 20-07-2014];

SILVA, A. S. (2002), *Por uma política de ideais em educação*. Porto, Edições ASA;

TEODORO, A. (2010), *Educação, globalização e neoliberalismo. Novos modos de regulação transnacional das políticas de educação*. 01-Série Argumentos, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas;

VARGHESE, N. V. (2004), *Private higher education in África.* UNESCO;

VELOSO, H., COSTA, A. F. & LOPES, J.T. (coords) (2010), *Factores, representações e práticas institucionais de promoção do sucesso escolar no ensino superior*. Porto, Universidade do Porto;

VENGELES W. & GROOT I. (2014), "Educación Superior y desarrollo de la ciudádania". TEODORO, A. & BELTRÁN, J. (coords), *Sumando Voces. Ensayos sobre Educación Superior em términos de igualdade e inclusión social*. Buenos Aires, Editores Mino y Dávila;

Expansão do ensino superior em Angola entre 2000 e 2010 – Contributos do Sul para a sociologia do ensino superior

Adelina de Kandingi

Arlinda Cabral

Resumo: O ensino superior nos países em desenvolvimento assume um papel dianteiro na prossecução de objectivos ligados ao desenvolvimento. Nas últimas três décadas o ensino superior conheceu um desenvolvimento signi-ficativo enquanto campo de investigação. As razões podem ser encontradas na crescente procura do ensino superior em todos os continentes e nações. Em Angola, a expansão do ensino verifica-se nos finais dos anos 90 do século XX e surge como resultado do crescimento económico, das transformações sociais operadas com o fim da guerra civil, do alargamento da rede escolar e do aumento das expectativas de mobilidade social ascendente. Assim, assistimos à aceitação do paradigma da sociedade do conhecimento e do primado da competencia, como fatores estrategicos para o desenvolvimenton do país. om a presente comunicação pretende-se contribuir para o estudo da ex-pansão do ensino superior privado em Angola, através de metodologia quantitativa que consiste na exploração de dados estatísticos, relativos ao período 2000-2010, quer relativos à Universidade Agostinho Neto, quer relacionados com três instituições de ensino superior privado (Universidades Católica, Lusíada, Piaget e Metodista) relativos à evolução do número de instituições, de vagas, de estudantes matriculados e de diplomados do ensino superior privado.

Palavras-chave: ensino superior público; ensino superior privado; procura; capital humano; expansão da oferta formativa terciária.

Introdução

Nas últimas três décadas o campo do ensino superior conheceu um desenvolvimento significativo enquanto campo de investigação. As razões para esta enfatização podem ser encontradas na crescente procura do ensino superior em todos os continentes e nações (Magalhães, 2004). O estado da educação terciária (ensino superior ou universitário) num determinado país ou região constitui, nas sociedades contemporâneas de conhecimento, um indicador do capital humano e, desta forma, um potenciador do crescimento económico, do desenvolvimento social e do bem-estar das sociedades.

O crescimento do número de estudantes de nível universitário representa um resultado positivo do esforço global para a promoção da participação educacional. Este crescimento, que se traduz na existência de 132 milhões de estudantes universitários (UNESCO, 2006) (do nível terciário), está associado à firme ascensão da globalização económica e social e da mobilidade.

O ensino superior nos países em desenvolvimento assume um papel dianteiro na prossecução de objectivos ligados ao desenvolvimento, que sem mais e melhor educação superior poderão encontrar dificuldades para beneficiarem da economia global baseada no conhecimento (Banco Mundial, 2000). De acordo com Magalhães (2004:143), "o conhecimento tornou-se não só um factor fundamental de produção […] mas também uma questão política central: ninguém se pode dar ao luxo de, neste início de século, ser epistemologicamente ingénuo!".

Esta constatação parece apontar para a importância da denominada "Revolução do Conhecimento" (Banco Mundial, 2000), traduzida no crescimento da economia centrada no conhecimento, oposta a uma outra centrada na produção industrial. Atendendo a que a participação na economia do conhecimento requer um novo conjunto de competências, a grande questão consiste em saber qual a capacidade de um país formar quadros altamente qualificados e simultaneamente de que forma tira proveito dos benefícios do investimento no ensino superior.

A qualificação de quadros encontra-se associada às teorias do capital humano de Theodore Schultz (1960)

e Gary Becker (1964) que tiveram origem nos anos 60 e 70. O capital humano reflecte a ideia de que as qualificações escolares e competências que um indivíduo possui constituem um produto do investimento realizado, com o objectivo de aumentar as capacidades individuais. Neste sentido, o aumento do nível do capital humano está associado ao aumento do nível de rendimento por trabalhador e da produtividade da economia. E o somatório do aumento do rendimento dos trabalhadores significaria o crescimento económico global (Góis e Marques, 2007).

Esta aposta na qualificação superior aponta para a valorização do modelo da competência. Com início nos anos 50, mas com maior enfoque a partir de meados dos anos 80, foi desenvolvida, nas organizações de trabalho e em certos segmentos do sistema educativo e formativo francês, a "lógica da competência", que apresentava como características "a individualização dos saberes, a prática dos saberes através das 'competências' e a aplicação dos saberes em relação a cada situação profissional" (Dubar e Gadea, 1999: 97). Este modelo tem como fundamento o "questionamento de uma concepção mais burocrática da qualificação, previamente adquirida e sancionada por um diploma, dando direito a uma contratação, a um nível de classificação (e de salário), que corresponde ao nível do diploma, e que assegura de seguida a progressão salarial, mais ou menos automática, pela antiguidade" (Dubar, 2006: 98).

De acordo com Nguyen (2006:2), a globalização e a transição para uma sociedade baseada no conhecimento geram novos desafios e exigências às formações terciárias, pelo que representam uma oportunidade de acumulação de capital humano a partir de um mercado e de estratégias de recrutamento cada vez mais globalizados.

Em África, tem sido apontado como problemática a escassez de capital humano, na medida em que as taxas de escolarização encontram-se aquém dos valores dos países do norte, a qualidade da oferta de educação e formação é questionada e a oferta académica não acompanha a procura, nos países em que se assiste a um crescimento económico (Ndulu, 2004).

Nos países em desenvolvimento, a média da taxa de retorno do capital humano tornou-se maior que a taxa de retorno do capital físico, atendendo aos factores produtivos de carácter imaterial, como a qualificação dos recursos humanos e a capacidade tecnológica, de organização e de inovação (Livramento, 2004).

É neste contexto que o ensino superior em África e, particularmente, em Angola é entendido como um contributo significativo para o desenvolvimento social, económico e político, cabendo aos decisores políticos visionarem este subsistema como um todo e determinarem de que forma este pode contribuir para o bem público. Na esteira deste pensamento, podemos referir que "não há educação neutra nem qualidade por que lutar no sentido de reorientar a educação que não implique uma opção política e não demande uma decisão, também política de materializá-la" (Freire, 2000:44).

O desenvolvimento de Angola depende, assim, do investimento numa educação de qualidade, que produza capital humano qualificado, com um ensino terciário a proporcionar as perícias avançadas que são privilegiadas nos locais de trabalho de hoje e do empenho dos seus próprios quadros que não pode ser substituída por ajuda externa. Conforme salienta Malcolm Gillis, "hoje, mais do que nunca na história da humanidade, a riqueza ou a pobreza das nações depende da qualidade do Ensino Superior" (Banco Mundial, 2000:17).

Actualmente, a exigência crescente do acesso ao ensino superior em Angola contribui para a expansão deste subsistema, com o sector público e privado a procurar dar resposta à procura, através da abertura de um conjunto de novas instituições de educação terciária.

2. O papel do ensino superior na actual sociedade do conhecimento

A partir dos anos 50, a educação passa a ser reconhecida como uma "importante instância de transformação e modernização social" (Ferreira, 2006:110). As análises de carácter sociológico sobre a problemática educacional, com base na institucionalização da sociologia da educação enquanto disciplina, realçam a importância atribuída à educação, quer no processo de estratificação social, quer no âmbito da modernização da sociedade. À educação é cometido o papel de dar resposta às necessidades crescentes de formação técnica e científica e às necessidades de recursos humanos qualificados.

O desenvolvimento de um país articula-se com o enriquecimento e o alargamento das competências dos indivíduos, na medida em que "depende cada vez mais de factores qualitativos, como a capacidade humana e o capital intelectual" (Tolentino, 2006: 69). Os sistemas de educação terciária e pós-secundária permitem dotar os países com as competências necessárias em qualquer sociedade e economia (UNESCO, 2006). Neste sentido, sem uma educação terciária viável, os países ficam com poucas probabilidades e oportunidades para se aproximarem do grau de desenvolvimento pretendido. O ensino superior assume um papel cada vez mais importante no desenvolvimento das economias e das sociedades do século XXI, visto que o recurso cognitivo precede os recursos materiais como factor de desenvolvimento e as economias, impulsionadas pela inovação e pelo progresso tecnológico, são cada vez mais exigentes quanto às qualificações dos recursos humanos (Blondel, 2005:188).

De acordo com Castells (2007), no final do século XX, vários acontecimentos transformaram o cenário social da vida humana, remodelando a base material da sociedade e fazendo com que em todo o mundo as economias se tornassem globalmente interdependentes, o que culminou numa nova forma de relacionamento entre educação, economia, Estado e sociedade.

No actual contexto de globalização, entendida como "a intensificação das relações sociais à escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilómetros de distância" (Giddens, 2004:45), o desenvolvimento com base no conhecimento pode fazer a diferença para a qualidade de vida das pessoas dos países. No entanto, os países diferem na sua capacidade de adquirir, absorver e usar conhecimento.

O papel do ensino superior consiste em produzir um alto valor do capital humano para a sociedade, para a qual o retorno do conhecimento académico e social torna-se uma das principais fontes de crescimento e produtividade.

Neste sentido, sem uma educação terciária viável, os países ficam com poucas probabilidades e oportunidades para se aproximarem do grau de desenvolvimento pretendido.

De acordo com o Banco Mundial (2000), à medida que o conhecimento se torna mais importante, o mesmo sucede com o ensino superior, que garante o aproveitamento dos conhecimentos sociais, tecnológicos e informacionais da actualidade.

De acordo com Magalhães (2004), a modernidade articulava de uma forma muito clara o ensino superior com a sociedade: "Esperava-se que as universidades desempenhassem um papel decisivo no projecto social, político e cultural que ela inspirava. Foram concebidas como a fábrica e os templos do conhecimento e, por outro lado, como o ninho onde se criariam os funcionários superiores que governariam a máquina estatal" (p. 18). Os sistemas de ensino superior começaram a ser concebidos como um factor económico nacional, produzindo capital humano (Magalhães, 2004:81). Assim, a Modernidade fortalece a ideia segundo a qual produzir recursos humanos com bom nível de educação e quadros competentes de nível médio e superior é a base que garante o desenvolvimento económico e social dos países recém-criados (Magalhães, 2004: 70)

O que leva à aposta na formação a nível do ensino superior em países com as mais variadas características, como, por exemplo, Angola, Cabo Verde, Estados Unidos da América, países da União Europeia, do Mundo Oriental, do Sudoeste Asiático, entre outros? Para respondermos a esta questão convém ter presente qual o papel do ensino superior na actual sociedade, caracterizada pela economia do conhecimento, num contexto de globalização, que torna possível a transferência massiva de diversos recursos, incluindo o capital humano.

Nos países em desenvolvimento, a média da taxa de retorno do capital humano tornou-se maior que a taxa de retorno do capital físico, atendendo aos factores produtivos de carácter imaterial, como a qualificação dos recursos humanos, capacidade tecnológica, organização e inovação (Livramento, 2004).

A educação deixa de ser vista como um bem de consumo, para passar a ser entendida como um investimento. Assim se fala da "visão economicista da educação" (Ferreira, 2006:111), que reconhece à educação o papel impulsionador no processo de crescimento económico, de instrumento de igualdade de oportunidades e de redistribuição de bens e serviços.

Uma das incumbências da escola, como instituição curricular, consiste em, para além da formação para a vida e a cidadania, preparar os estudantes para o mundo do trabalho porque, à medida que as economias crescem e se complexificam, carregam consigo uma série de exigências impostas à sociedade.

As instituições de ensino superior têm de adoptar como estratégia providenciar experiências orientadas para o trabalho, na medida em que actualmente existe uma maior quantidade de trabalho responsável do que antigamente (Bobbitt, 2004:23), devido à maior complexidade dos mesmos e dos mais altos níveis de eficiência que têm de ser alcançados de forma positiva e significativa.
Na maior parte dos países industrializados, o crescimento e alargamento das iniciativas de ensino superior nas últimas duas décadas tem sido acompanhados por um aumento do interesse, tanto entre políticos como entre educadores, pela integração no mercado de trabalho dos estudantes após terem finalizado os seus cursos. Esta expansão do ensino superior tem mudado a concepção do que é o emprego "típico" ou "adequado" para um diplomado por uma instituição de ensino superior. Igualmente se têm alterado as expectativas dos estudantes, das suas famílias e dos educadores quanto às relações entre a educação superior e o mercado de trabalho. Entre as preocupações mais correntes podem considerem as seguintes:
Apesar de nos depararmos com a inexistência de consenso em relação à missão da universidade, vários autores têm criticado a atribuição à universidade da finalidade principal de preparação para a inserção no mercado de trabalho, por reduzir as diferentes dimensões do ensino superior a uma visão mais economicista da educação. O ensino superior tem como tarefa produzir profissionais dotados das capacidades e competências necessárias à sua rápida integração numa determinada actividade profissional (Cabral, 2012) e, em simultâneo, com capacidade cognitiva que permita uma rápida aquisição de competências promotoras do desenvolvimento e transformações sociais. Segundo Bergan (2008:118), uma das finalidades principais da universidade consiste em formar diplomados que contribuam para o bem-estar económico do seu país, tendo presente quatro finalidades: "i) preparation for sustainable employability; ii) preparation for life as active citizens in democratic societies; iii) personal development; iv) the development and maintenance of a broad, advanced knowledge base". Neste sentido, as universidades devem ter em conta as oportunidades e as necessidades de cada contexto e conjuntura, pois, de acordo com a realidade social, económica e cultural, a formação superior deve assumir características de instituição capacitadora de recursos humanos qualificados para o mercado de trabalho.

3. A expansão do ensino superior em Angola e o crescente aumento do número de estudantes matriculados

3.1. A expansão do Ensino Superior público: O caso da Universidade Agostinho Neto (UAN): 1977-2007

O objectivo deste ponto é dar conta das principais transformações que têm vindo a caracterizar a expansão do subsistema de Ensino Superior em Angola nos últimos dez anos. Para tal, recorreu-se à análise de alguns dados estatísticos, bem como aos vários estudos e reflexões sobre a educação superior em geral. Deste modo, procuramos demonstrar as alterações ocorridas com o aumento da procura e a constituição das instituições que integram a nova rede de estabelecimentos do Ensino Superior público e privado.
O desenvolvimento do Ensino Superior em Angola nos últimos anos tem acompanhado as diferentes fases da evolução sociopolítica e económica da sociedade. A título de exemplo, a Universidade Agostinho Neto (UAN), que até ao fim da década de 90 era a única universidade pública, deu início ao processo de expansão que vai conduzir a formação de uma rede de estabelecimentos de Ensino Superior. A este respeito os últimos anos foram marcados por mudanças que se traduziram num crescente aumento da população estudantil do Ensino Superior. E com a procura crescente de alunos, a UAN não foi capaz de dar respostas aos estudantes que terminavam o ensino secundário (os quadros em anexo ilustram perfeitamente esta questão).

Quadro n.º 1 – Evolução da população estudantil da Universidade Agostinho Neto (UAN)

Ano Lectivo	Número de alunos	Total
1997 – 1998	7.916	61.290
1998 – 1999	8.536	
1999 – 2000	3.012	
2000 – 2001	8.395	
2001 – 2002	8. 499	
2002 – 2003	12.566	
2003 – 2004	17.866	

Fonte: Relatório de actividade da Universidade Agostinho Neto (UAN), 2000/2001, 2001/2002 e 2002/2004 e Burity da Silva Neto (2005)

Como podemos verificar, o número de alunos da UAN aumentou de forma crescente e significativa entre 1997 e 2004. De igual forma, assiste-se ao aumento do número de licenciados, como se pode constatar no quadro abaixo.

Quadro n.º 2 – Evolução da população estudantil da UAN entre 2001-2002 e 2003-2004

Ano Lectivo	Número de alunos	Total	Número de licenciados	Total
2001 – 2002	8.499	38.431	242	713
2002 – 2003	12.566		172	
2003 – 2004	17.866		299	

Fonte: Relatório de atividade da Universidade Agostinho Neto (UAN), 2001/2002 e de 2002/2004

No que se refere ao numero de candidatos admitidos, verificamos que, apesar da oferta aumentar neste estabelecimento de ensino superior, a procura fica significativamente das vagas disponibilizadas, o que reflecte que a procura do ensino superior público em Angola aumentou de forma significativa neste período de tempo.

Quadro n.º 3 – Evolução dos exames de acesso na UAN entre 2001-2002 e 2003-2004

Ano Lectivo	Vagas	Inscritos	Admitidos	Matriculados
2001 – 2002	s)	12.000	2.182	2.182
2002 – 2003	4.341	16.000	4.341	4.341
2003 – 2004	4.792	35.697	5.202	5.162
Total	**9.133**	**63.697**	**11.725**	**11.685**

s) Sem dados

Fonte: Relatório da Universidade Agostinho Neto (UAN), 2003/2004

Os candidatos à frequência de curso de licenciatura na Universidade Agostinho Neto são provenientes de diferentes estabelecimentos de formação secundária, como podemos verificar.

Quadro n.º 4 – Proveniência dos candidatos inscritos, admitidos e excluídos da UAN de 2003-2004

Número de Escolas	N.º de Inscritos	N.º de Admitidos	Não Admitidos
Institutos Médios Normais de Educação – IMNE	6.630	1.751	4.820
Centros Pré-Universitários – PUNIVS	8.030	1.481	6.074
Institutos Médios de saúde – IMS	3.442	257	1.454
Escola Profissional do Futuro	196	57	139
Institutos de Ciências Religiosas – ICRA	195	43	152
Colégios do Ensino Médio	1.081	80	1.001
Seminários Maior	372	63	233
Institutos Médios Industrial – IMIL	2.077	397	1.682
Institutos Médios de Economia – IMEL	**2.600**	**493**	**2.107**

Fonte: Relatório da Universidade Agostinho Neto (UAN), 2003-2004

O quadro acima apresentado, que representa os exames de acesso na UAN, mostra grandes discrepâncias entre o número de vagas e o número de alunos inscritos, admitidos e matriculados. De 2001 a 2004, a UAN teve apenas 9.133 vagas para um universo de 63.697 inscrições, das quais resultaram em 11.685 matrículas. Assim, a capacidade de resposta a UAN somente cobriu 18,5% da procura.

O quadro relacionado com a proveniência dos candidatos inscritos, admitidos e excluídos na UAN no ano lectivo de 2003-2004 mostra que a maior parte dos alunos vêm dos Institutos Médios Normais de Educação (IMNE) e dos Centros Pré- Universitários (PUNIV) e que grande parte destes fica fora do sistema, na medida em que não conseguem entrar por falta de vagas. Por exemplo, dos 6.630 estudantes provenientes dos Institutos Médios Normais de Educação, 4.820 não são admitidos. Logo, apenas 27% dos alunos conseguiram aceder ao Ensino Superior.

Estes dados mostram a grande diferença entre o número de vagas e de alunos, candidatos, admitidos e matriculados. Assim, está bem patente que a UAN por si só não consegue corresponder à enorme e crescente procura. O que se deve às necessidades prementes da população em adquirir conhecimentos ao mais alto nível necessários para a entrada no mercado de trabalho, a fim de enfrentar os desafios da era da globalização.

A partir de 2000, a expansão da educação terciária é justificada, pelo poder político, como uma resposta necessária à preparação dos quadros de que o País se encontra carenciado. Para Cabrito (1999:48), a expansão do Ensino Superior não é simplesmente o resultado do aumento da procura individual deste nível de ensino. Este autor sustenta que a teoria do capital humano, que se caracteriza numa interpretação das despesas em educação como um investimento, assume um papel primordial na condução das políticas educativas.

Com efeito, a ineficiência do Ensino Superior em Angola revela-se em diversas situações, tais como: exiguidade do corpo docente, que se junta à falta de qualificação pedagógica; remunerações salariais muito baixas; a rigidez e esquematização dos programas curriculares e conteúdos programáticos; os parcos recursos financeiros afectados ao Ensino Superior e a ausência de políticas públicas consentâneas com o desenvolvimento da educação terciária. Apesar deste quadro dramático, é possível repensar o papel do Ensino Superior no País (Kajibanga, 2000:12).

A expansão da rede do Ensino Superior público e privado que é um fenómeno recente, verifica-se nos finais dos anos 90 do século XX. Surge como resultado do crescimento económico e das transformações sociais operadas com o fim da guerra civil, que durou cerca de 30 anos, e principalmente com o aumento crescente da procura da educação em todos os níveis de ensino, pelo alargamento da rede escolar (ensino primário e secundário) e pelo acréscimo das expectativas de mobilidade social ascendente da população induzidas pela frequência da educação terciária.

Esta expansão está a obedecer a uma criteriosa rede de planeamento, com a criação de seis zonas académicas[1],

1 Ver Linhas Mestras para a Melhoria e Gestão do Ensino Superior.

para se evitar, no futuro, as assimetrias espaciais no sentido de se promover a formação dos recursos humanos necessários ao desenvolvimento regional. Importa assinalar que a educação tem gerado sinergias importantes no processo do progresso endógeno e da formação do capital humano de que o país, na fase de crescimento em que se encontra, tem vindo a beneficiar.

Nos últimos tempos, a expansão a que temos vindo a assistir no sistema de Ensino Superior, público e privado, manifesta-se através da evolução da sua população docente e discente, no alargamento da rede, na diversificação dos cursos e no crescimento dos orçamentos relativos ao funcionamento destas, o que justifica a regulação por parte do Estado.

Para além destes factores, relembramos que depois da publicação da Lei de Bases do Sistema de Educação de Angola (Lei n.º13/2001), o alargamento do ensino secundário para dois ciclos (1.º e 2.º) tem estado a influenciar um crescimento maior de alunos no Ensino Superior. Por isso, o Governo decidiu que a partir de 2008, serão atribuídas bolsas internas a mais de 3 mil estudantes universitários[2] com maiores dificuldades financeiras, podendo crescer em função das solicitações por parte daqueles que apresentarem grandes carências para frequentarem o Ensino Superior.

3.2. A expansão do Ensino Superior privado: O caso das Universidades Católica, Lusíada, Piaget e Metodista: 1999-2007

Num contexto em que a procura do ensino superior parece aumentar a um ritmo acelerado, e apesar do aumento da oferta pública do enino superior, depara-se com dificuldades de resposta das instituições públicas perante as aspirações da sociedade contemporânea angolana. É neste contexto que as universidades privadas são chamadas a dar o seu contributo, numa lógica de parceria e de complementaridade, para dar cobertura à elevada procura. A partir da entrada em vigor dos diplomas[3] que regulam o estatuto das instituições do Ensino Superior e o subsistema do Ensino Superior, assiste-se a uma proliferação de universidades privadas (ver quadro abaixo), no sentido de satisfazer a grande procura dos jovens que vêem nele uma forma de obter um instrumento de ascensão social. Independentemente das razões que podem estar associadas a este assinalável desenvolvimento do Ensino Superior não estatal, parafraseando Cotovia (2004), o ensino privado evita uma hecatombe cultural de consequências internas e externas imprevisíveis.

Quadro n.º 5 – Evolução do número de alunos matriculados nas universidades privadas de 1999 até 2007

Ano	Univ. Católica de Angola (UCA)*		Univ. Lusíada De Angola (ULA)**		Univ. Piaget de Angola (UPA)***		Univ. Metodista de Angola (UMA) ****		
	Ano Univ.	Ano Proped.	Ano Univ.	Ano Proped.	Ano Univ.	Ano Proped.	Ano Univ.	Ano Proped.	Total
1999/2000	349								*349*
2000/2001	714				295				*1009*
2001/2002	960				580				*1540*
20002/2003	1.127		1.169	933	1.235				*4.464*
2003/2004	1.442		2.004	1.646	2.353				*7.445*
2004/2005	1.593	421	2.793	1.320	2.742				*8.869*
2005/2006	1.634	429	3.718	1.730	3.336				*10.847*
2006/2007	2.227	904	4.237	1.531	4.351	410	500	2.900	*17.060*
Totais	10.046	1.754	13.921	7.160	14.892	410	500	2.900	**51.583**

Fonte: As referidas universidades

* Fundada em 1999; ** Fundada em 2000; *** Fundada em 2001; **** Fundada em 2007

2 Entrevista concedida pelo secretário de Estado para o Ensino Superior, Adão do Nascimento, ao Jornal de Angola Online n.º 2112

3 Decretos-Leis n.ºs$_{sss}$ 35/2001, de 8 de Junho, e 2/2001, de 22 de Junho.

De acordo com os dados apresentados no quadro n.º 5, nota-se uma evolução do número de alunos que têm frequentado as universidades privadas no período de 1999 a 2007. A Universidade Lusíada lidera o *ranking*, na medida em que apresenta um maior número de alunos. Segue-se a Piaget, a Católica e, por último, a Metodista, que teve início em 2007.

Este gráfico espelha bem a evolução do número de estudantes que, quando não conseguem vaga no sector público, recorrem às universidades privadas. Como exemplo, desde o início do seu funcionamento, em 2002, até ao momento ingressaram na Universidade Lusíada de Angola (ULA) 21.093 alunos. Outro aspecto importante é o facto de estas universidades oferecerem um leque de cursos virado para as necessidades do mercado.

De um modo global, podemos considerar que as universidades privadas reúnem um número maior da população estudantil em comparação com as públicas, visível através do crescente número de alunos que apresentam. Apesar de actualmente a rede pública estar a expandir-se com a criação de mais estabelecimentos, o facto é que os alunos que ficam de fora recorrem na sua maioria ao sector privado como solução. No entanto, alguns alunos procuram em primeiro lugar as universidades privadas, por acharem que estas apresentam melhores condições e, sobretudo, qualidade de ensino.

Assim, o quadro n.º 5[4] mostra que só no ano de 2007 foram licenciadas sete universidades privadas, estando 36 em lista de espera. A representatividade neste nível de ensino é expressiva, na medida em que dão respostas às necessidades dos cidadãos. Quanto ao sector público, este apresenta uma fraca oferta, por falta de cursos orientados para o mercado de trabalho, apesar de actualmente ter cerca de 41 cursos e especialidades em diversas áreas do saber científico[5].

Os quadros n.ºs 6, 7 e 8 representam o número de alunos matriculados por cursos existentes nas três universidades estudadas, em que a Lusíada novamente é predominante, com um elevadíssimo número de alunos, seguida da Piaget e da Católica.

Quadro n.º 6 – Número de alunos matriculados no Curso de Direito por Universidades

Ano	Universidade Católica	Universidade Lusíada	Universidade Piaget	Totais
1999 – 2000	228	…	…	228
2000 – 2001	337	…	30	367
2001 – 2002	467	…	125	592
2002 – 2003	467	387	218	1072
2003 – 2004	655	598	405	1658
2004 – 2005	683	551	460	1694
2005 – 2006	607	761	636	2004
2006 – 2007	692	787	774	2253
Totais	4136	3084	2648	**9868**

Fonte: Universidades Católica, Lusíada e Piaget

Entre 2000 e 2007, as três instituições privadas apresentadas no gráfico, formaram perto de 10.000 licenciados em Direito, sendo que o número de finalistas aumenta ao longo deste período de tempo.

4 Instituições de Ensino Superior Privado em Funcionamento legal

5 Relatório da UAN 2003-2004

Quadro n.º 7 – Número de alunos matriculados no Curso de Economia e Gestão por Universidades

Ano	Universidade Católica	Universidade Lusíada*	Universidade Piaget	Total
1999 – 2000	121	…	…	121
2000 – 2001	313	…	26	339
2001 – 2002	418	…	66	484
2002 – 2003	498	444	151	1093
2003 – 2004	567	640	293	1500
2004 – 2005	205	911	369	1485
2005 – 2006	645	1.190	500	2335
2006 – 2007	891	1.363	685	2939
Total	3658	4548	2090	**10.296**

* Economia + Gestão de Empresa
Fonte: Universidades Católica, Lusíada e Piaget

No mesmo período de tempo, estas três instituições de ensino superior privado, formaram mais de 10.000 licenciados em Economia e Gestão. Com base no quadro, constatamos o contributo das instituições privadas na qualificação de recursos altamente qualificados em Angola. Sem descurar, que a procura continua superior à oferta e que caso fossem disponibilizadas mais vagas, maior seria o numero de licenciados nestas áreas, para ingressarem no mercado de trabalho angolano.
O quadro n.º 8 apresenta o número de instituições de Ensino Superior por sectores. O Ensino Superior privado destaca-se por estar representado por mais universidades, nomeadamente 10 universidade e 2 institutos superiores. O sector público tem 8 universidade e 6 institutos superiores espalhados pelas seis zonas académicas. Ambos os sectores representam um total de 26 estabelecimentos de Ensino Superior no País.

Quadro n.º 8 – Número de instituições de ensino superior por sectores

Sector	Instituições	Número de instituições	Total
Ensino Superior Público	Universidades (Centros)	6	26
	Institutos Superiores	8	
Ensino Superior Privado	Universidades	10	
	Institutos Superiores	2	

Fonte: Secretaria de Estado para o Ensino Superior e o Relatório da UAN 2003-2004

Actualmente, a rede expande-se através da criação de universidades e institutos superiores privados, ao mesmo tempo que as instituições públicas aumentam a sua capacidade de acolhimento, abrindo novos estabelecimentos. Contudo, o surto expansivo deste subsistema, a oferta e a procura acrescida devem caminhar para «conjugação dos seus efeitos» (Grácio, 1994:68).
O fenómeno «capital escolar» (Grácio, 1997:45), que se tornou num dos principais recursos para manter ou melhorar as posições sociais das pessoas, começou em Angola muito recentemente, com forte incidência na actual procura do Ensino Superior, que demonstra ser pouco susceptível de regredir.
O Ensino Superior privado surge num contexto de novos cenários das sociedades contemporâneas determinados pela globalização e internacionalização dos mercados, pelo progresso científico e inovação tecnológica, pelo crescimento da mobilidade da mão-de-obra e de capitais, igualmente com as exigências de competitividade, da mobilização do capital humano e de adequação dos novos conhecimentos e competências da educação terciária aos sistemas de emprego (Arroteia, 2004:73). Estes factores obrigam a que se faça um aumento significativo em investimento na qualificação dos recursos humanos com vista à melhoria do sistema de ensino e à garantia de um desenvolvimento sustentado da sociedade.
As medidas de políticas educativas dos últimos anos que potenciaram uma procura crescente da educação estão reflectidas no n.º 1 e 2 do artigo 49.º da Lei Constitucional, segundo o qual o Estado deve garantir a todos os cidadãos "o acesso à instrução, à cultura e ao desporto", postulando a participação "dos diversos agentes particulares", e especialmente "a iniciativa particular e cooperativa nos domínios do ensino".

Para compreender a expansão do sector privado em Angola, que teve início nos finais dos anos 90 devemos ter em conta os vários factores e interesses que lhe são subjacentes, traduzidos pela crescente procura não satisfeita com o Ensino Superior público. Por outro lado, a dificuldade em suportar os elevados custos financeiros que a extensão da rede pública implica, e a preocupação do Governo na promoção de iniciativas da sociedade civil, contribui igualmente para o desenvolvimento do sector de Ensino Superior privado.

Neste contexto, segundo o Secretário de Estado para o Ensino Superior Angolano, em entrevista ao *Jornal de Angola* a 10 de Fevereiro de 2007, "a coabitação entre o Ensino Superior público e privado é um facto em Angola, na medida em que foi uma opção do Estado e está a dar os seus resultados, são positivos, apesar de darem indicações que se deve ter cuidado e ser prudente, porque a margem entre a qualidade satisfatória e a deturpação da missão formativa é muito curta e o Estado não pode ficar indiferente a ela. O público olha preocupado e a Secretaria de Estado para o Ensino Superior procura dar um enquadramento necessário a esta situação para que se salvaguarde a qualidade satisfatória dos serviços".

No dizer do Secretário de Estado, "o Ensino Superior vai continuar a contar com a iniciativa privada, mas pretende-se dar um novo enquadramento. Os cursos, em diferentes instituições de Ensino Superior, poderão ter uma base comum, haverá margem para a criatividade das instituições e estas poderão competir entre si, de maneira salutar, regulada pelo Ministério da Educação, através da adopção de um sistema de garantia de qualidade de serviço. Acrescentando que o subsistema de Ensino Superior, tal como todo o sistema de educação, não é um mercado que deve ser deixado de qualquer maneira, deve ser orientado, disciplinado e sobretudo regulado pelo Estado".

O Secretário de Estado para o Ensino Superior[6] salientou que as "Linhas Mestras compreendem os eixos principais que devem guiar o Ensino Superior em Angola, tendo em conta os desafios que se colocam ao desenvolvimento do país". Referiu, por outro lado, que "a existência das dezenas de pedidos de abertura de instituições de Ensino Superior privado surgem no âmbito da abertura que o Estado fez à iniciativa privada, nacional ou estrangeira, tendo em conta que as possibilidades do Estado são reduzidas". Aquele responsável político, sustenta que "se está a perspectivar um quadro diferente do actual que permitirá a obtenção de uma rede de instituições de Ensino Superior públicas espalhadas não por todas as províncias, mas por diferentes regiões académicas do país, sendo que ao lado destas existirão instituições de Ensino Superior privadas que poderão concorrer com os diferentes cursos das universidades públicas. Na primeira fase, é sugerido que para cada curso da pública, em cada uma das regiões, existam, por exemplo, até três outros cursos similares concorrentes. A ideia é fazer com que não se concentrem instituições de Ensino Superior numa só região".

A qualidade, que tem sido referida como uma das preocupações do Governo, das instituições de ensino, dos professores, dos pais, dos alunos e dos empregadores que acolhem os cidadãos diplomados, constitui uma das formas de apreciar o prestígio dos sistemas educativos. Reportando-nos à realidade angolana, a Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação (EIMSE) até 2015, instrumento de orientação estratégica do Governo para o sector da educação, tem como um dos seus principais objectivos direccionar, integrar e conjugar esforços a nível nacional na perspectiva de uma educação de qualidade para os próximos 15 anos (EIMSE, 2001:11).

Considerações Finais

O ensino superior em Angola tem sido alvo de estudos vários, destacando-se o estudo de Carvalho (2012), que retrata a evolução e crescimento do ensino superior em Angola, entre 1962 e 2011. Com o presente artigo, pretende-se aprofundar a abordagem quantitativa, apresentando áreas de maior procura no ensino superior privado, que tem, juntamente com o alargamento da rede pública de estabelecimentos do ensino superior, procurado dar resposta à crescente demanda deste nível de ensino em Angola. Como país em crescimento, a aposta na expansão desta rede de estabelecimentos tem sido crescente, por forma a dar resposta às aspirações

6 Adão do Nascimento, em entrevista ao jornal de Angola aquando da aprovação pelo conselho de Ministros, das Linhas Mestras para a melhoria da gestão e desenvolvimento do Ensino Superior, em Dezembro de 2006.

da sociedade contemporânea angolana.
Apesar de actualmente a rede pública estar a expandir-se com a criação de mais estabelecimentos, o facto é que os alunos que ficam de fora recorrem na sua maioria ao sector privado como solução. No entanto, alguns alunos procuram em primeiro lugar as universidades privadas, por acharem que estas apresentam melhores condições e, sobretudo, qualidade de ensino. No sentido de satisfazer a grande procura dos jovens que vêem nele uma forma de obter um instrumento de ascensão social. Independentemente das razões que podem estar associadas a este assinalável desenvolvimento do Ensino Superior não estatal, parafraseando Cotovia (2004), o ensino privado evita uma hecatombe cultural de consequências internas e externas imprevisíveis. Como pudemos constatar, o ensino superior público, nomeadamente a Universidade Agostinho Neto assistiu a uma evolução significativa da população estudantil entre 1997 e 2004 de 8.536 para 17.866, perfazendo um total de 61.290 estudantes. Neste subsistema de ensino, entre 2001 e 2004, assiste-se a uma evolução da procura do ensino superior público de 12.000 candidatos inscritos para 35.697, sendo que as vagas disponibilizadas ficaram muito aquém da procura, visto que foram realizadas em 2001, 2.182 matrículas, e em 2004, 5.162 matrículas. No subsistema privado (Universidade Católica de Angola, Universidade Lusíada de Angola, Universidade Piaget de Angola e Universidade Metodista), onde a procura suplanta igualmente a oferta, assiste-se igualmente a uma evolução significativa do número de alunos matriculados, entre 1999 e 2007, de 349, em 1999, para 17.060, em 2007, perfazendo um total de 51.583 alunos matriculados neste período de tempo. No subsistema privado, os cursos mais procurados, entre 2002 e 2007, foram Direito, com 9.868 alunos inscritos, e Economia e Gestão de Empresas, com 10.296 alunos inscritos. Com base nos dados analisados, podemos constatar que as medidas de políticas educativas dos últimos anos que potenciaram uma procura crescente da educação, reflectidas no n.º 1 e 2 do artigo 49.º da Lei Constitucional, segundo o qual o Estado deve garantir a todos os cidadãos "o acesso à instrução, à cultura e ao desporto", postulando a participação "dos diversos agentes particulares", e especialmente "a iniciativa particular e cooperativa nos domínios do ensino", encontra-se a ser instrumentalizada, em Angola, através do ensino superior publico e privado, com vista à resposta da demanda crescente do ensino superior em Angola.

Bibliografia

Arroteia, Jorge C. (2004). *Da regulação do ensino superior. Contributos.* Aveiro: Universidade de Aveiro. Cadernos de Análise Sócio-Organizacional da Educação, 12.

Arroteia, Jorge, e Martins, António (1998). *Inserção profissional dos diplomados pela universidade de Aveiro: Trajectórias académicas e profissionais.* Aveiro:Departamento de Ciências da Educação, Universidade de Aveiro.

Banco Mundial (2000). *O ensino superior nos países em desenvolvimento*: *perigos e esperanças*. Lisboa: AULP – Associação das Universidades de Língua Portuguesa.

Becker, Gary (1964, 1993, 3rd ed.). *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education*. Chicago, University of Chicago Press.

Bergan, Sjur (2008). "Public Responsibility and Institutional Autonomy. Where is the Balance?" In *Past, Present and Future of the Magna Charta Universitatum.* Bologna: Observatory for Fundamental University Values and Rights, pp. 99-126.

Blondel, Danièle (2005). "O ensino superior: missão, organização e funcionamento". Em Delors, J. (org.) (2005). *A educação para o século XXI – Questões e perspectivas*. UNESCO: Artmed Editora.

Bobbitt, John Franklin (2004). *O Currículo.* Porto: Didáctica Editora.

Cabral, Arlinda (2012). "Inserção profissional de diplomados da UL e da UNL: aprendizagens académicas e competências profissionais", In R*evista Angolana de Sociologia, n.º 9, pp. 69-92.*

Cabrito, B. (2002). *O Financiamento do Ensino Superior*. Lisboa: EDUCA.

Carvalho, Paulo (2012). "Evolução e crescimento do ensino superior em Angola". In *Revista Angolana de Sociologia, n.º 9, pp. 51-68.*

Castells, Manuel (2007). *A sociedade em rede* (3.ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Decreto-Lei n.º 60/2001, de 5 de Outubro, aprova o Estatuto Orgânico da Universidade Agostinho Neto.

Dubar, C. (2006). *A Crise das Identidades. A interpretação de uma mutação.* Porto: Edições Afrontamento.

Dubar, Claude, e Gadea, Charles (ed.) (1999). *La promotion sociale en France.* Lille:

Freire, Paulo (2000). *Educação como prática da liberdade.* Brasil: Paz e Terra.

Freire, Paulo (2000). *Política e educação*. São Paulo: Cortez Editora.

Giddens, A. (2004). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 4.ª edição.

Góis, Pedro, & Marques, José Carlos (2007). *Estudo prospectivo sobre imigrantes qualificados em Portugal.* Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros/Observatório da Imigração.

Grácio, Sérgio (1994). Procura do ensino superior. *In* José Mariano Gago (coord.). *Prospectiva do Ensino Superior* (pp. 57-91). Lisboa: Instituto Prospectiva.

Grácio, Sérgio (1997). "A mobilidade social revisitada". *In Sociologia, Problemas e Práticas. n.º 24. pp. 45-69.*

Grácio, Sérgio (1997). *Dinâmicas da escolarização e das oportunidades individuais.* Lisboa: EDUCA.

Kajibanga, Victor (2000). *Ensino superior e dimensão cultural de desenvolvimento: reflexões sobre o papel do ensino superior em África*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

Lei n.º 13/2001, de 31 de Dezembro, aprova Lei de bases do Sistema de educação de Angola.

Livramento, José Luís (2004). «Os recursos humanos como vantagem comparativa de Cabo Verde». In *Revista Estratégia n.º 20,* 1.º semestre de 2004, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais.

Magalhães, António M. (2004). *A identidade no ensino superior. Política, conhecimento e educação numa época de transição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Ministério da Educação e Cultura (2001). *Estratégias integradas para a melhoria do sistema educativo (2001-2015)*. Luanda: Editora Nzila.

Nascimento, Adão (2007). *Ensino Superior em Angola está harmonizado com a estratégia dos demais países do continente africano*.

Nascimento, Adão (2007). *Ensino superior vai ter rede de instituiçõe*s. (http://www.jornaldeangola.comartigo.php?ID=54897, acedido em 10 de Fevereiro de 2011).

Nascimento, Adão (2007). *Três mil estudantes universitários vão beneficiar de bolsas internas*. (http://www.jornaldeangola.com, acedido em 9 de Setembro de 2011).

Ndulu, Benno J. (2004). "Human capital flight: stratification, globalization and the challenges to tertiary education in Africa". In *Journal of Higher Education in Africa/Revue de l'enseignement supérieur en Afrique* (JHEA/RESA), vol. 2, No. 1, 2004, pp. 57-91.

Neto, António Burity S. (2005). *Situação do sector da educação em 2003.* Luanda: Edições Kulonga.

Nguyen, Chi Hong (2006). «*Brain drain* or *brain gain*? The revitalization of a Slow death». In *Essays In Education,* vol. 16, 2006. Aiken: Department of Education at the University of South Carolina.

Presses Universitaires de Septentrion.Ferreira de Almeida, João, Machado, Fernando Luís, e Firmino da Costa, António (2006). "Classes sociais e valores em contexto europeu". In Jorge Vala e Anália Torres (2006). *Contextos e atitudes sociais na Europa.* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Quivy, Raymond, & Campenhoudt, Luc Van (2005). Manual de investigação em ciências sociais (4.ª ed.). Lisboa: Gradiva.

Santos, Boaventura de S. (2005). A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*, Educação Sociedade & Cultura*, 24, 137-202.

Schultz, Theodore (1962). *Investment in Human Beings*. Chicago: University of Chicago Press.

Silva, Eugénio A. Alves (2004). *O burocrático e o político na administração universitária: Continuidades e rupturas na gestão dos recursos humanos docentes na universidade Agostinho Neto (Angola).* Braga: Centro de Investigação em Educação, Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.

Teodoro, António (2001). *A construção política da educação. Estado, mudança social e políticas educativas no Portugal contemporâneo.* Porto: Edições Afrontamento.

Tolentino, André Corsino (2006). *Universidade e transformação social nos pequenos Estados em desenvolvimento: O caso de Cabo Verde*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

UNESCO (2006). *Global Education Digest 2006: Comparing Education Statistics Across the World.* Montreal: UNESCO/UIS.

A Universidade como Agência de *status* socioeconómico nas ex-colónias portuguesas – o Caso Angolano

Tuca Manuel
tucamanuel12@yahoo.com.br

Resumo: A viragem política colonial portuguesa (1961-70) permitirá elevar os índices da economia metropolitana. Opção político-ideológica combinada com a implantação dos Estudos Gerais Universitários em Angola e Moçambique. Aliar a Universidade ao crescimento económico era a justificação expressa, distante da motivação profunda -, contenção do processo revolucionário. Proclamadas as independências, as novas soberanias delegaram à Universidade a resposta ao crescimento económico e à consolidação revolucionária. Em Angola, tal contribuiu para a massificação e ideologização da Universidade que, através do Estatuto da Carreira Docente, foram simplificados alguns critérios de ingresso e de gradação docente. As primazias remuneratórias indexadas aos títulos académicos, colocam a Universidade no quadro das agências de elevação do *status* socioeconómico.

Palavras-Chave: Universidade, Estatuto da Carreira Docente e *status* socioeconómico.

Introdução

O texto apresenta alguns excertos das evidências da investigação realizada sobre a cultura organizacional da Universidade Pública de Angola envolta nas suas funções substanciais (ensino investigação e extensão), e sua repercussão sobre o seu produto real fatual. Corresponde a interpretação das racionalidades decisionais, lógicas e práticas da gestão do estatuto da carreira docente (ECD), enquanto fonte de socialização organizacional.
Compreender a partir do processo de tomada de decisões para a conceção e implementação do ECD, como a(s) cultura(s) organizacional(ais) da Universidade se recriavam, face às perspetivas constitutivas da cultura organizacional definidas por Martin (1992) - integradora, diferenciadora e fragmentadora. A investigação pôde concluir que, as múltiplas representações da identidade universitária (homogeneidade, unanimidade, conflitos, negociações, ambiguidade e paradoxos) refletiam-se sobre o contexto nacional enquanto agência cultural externa e hospedeira das culturas organizacionais.
Através das entrevistas semiestruturadas focadas, da análise documental, das conversas informais, e do inquérito por questionário nos níveis da governação e da administração da Universidade, ficou expresso que, a trajetória histórica do país e da Universidade, associados aos perfis socioprofissionais e académicos dos atores preservam a imagem da Universidade como agência de *status* socioeconómico.

A Compreensão da missão da Universidade em Angola

O contexto académico e científico da Universidade Pública de Angola tem particularidades e especificidades ancoradas na sua história e na do país, marcada pelas seguintes fases: (i) Angola colonial – estudos gerais universitários/Universidade de Luanda, com pender mais tecnológico; (ii) Angola independente – Universidade de Angola/Universidade Agostinho Neto, com incidência social humanista e emancipatória.
A expansão universitária espacial e estrutural operada a partir de 2009, por determinismo legislativo (sete universidades públicas em sete regiões académicas), são ainda insuficientes para diferenciar a idiossincrasia cultural entre os entes. Os valores e as crenças comungados estão relacionados não só, com a administração pública estatal direta que as carateriza, como também com os atores segmentados, cujos perfis socioprofissionais e académicos são tendencialmente análogos. Constituem assim, uma única entidade pública e apenas as designações formais e legais são distintas, porque a Universidade a ser definida como:

"Instância de geração, difusão e aplicação de conhecimentos por via da liberdade de pensamento e da pluralidade dos exercícios críticos com vista a promoção da educação superior e a contribuição para a construção de modelo de sociedade" (Estatuto da UMINHO in http://www.uminho.pt/Default.13 Maio de 2010).

É uma construção histórica cuja variação de identidade sujeita-se a novos aprendizados por parte dos respetivos atores. É no cumprimento das suas funções substanciais, mediante a interdependência permanente com o meio circundante, que cada Universidade tenderá a recriar uma identidade particular, pois de acordo com Sobrinho (2003), a universidade é:

"Uma instituição social e política que produz e dissemina os conhecimentos e a formação técnica e social, porém tendo como valores e solo real de seu cotidiano as dúvidas, a pluralidade e trato com a diversidade, mais que as verdades definitivas e o pensamento homogêneo" (p. 99).

Uma abordagem que distingue de certo modo, a Universidade do universo da tipologia formal e normativista de organizações educativas, sem no entanto, negligenciar "o lado oculto" das organizações (Guerra, 2002). A procura do conhecimento que se vai disseminar num quadro de pluralidade e de diversidade, distancia a universidade do pensamento homogêneo, e justifica as caraterísticas elencadas pelo autor: "(i) o carácter ambíguo e contraditório dos seus fins, (ii) os mecanismos colectivos de defesa, (iii) a dimensão oculta do currículo, (iv) a heteronomia funcional e (v) a rotina institucional" (p. 16).

Assim, uma universidade reflexo da lei é, pretensamente pouco plural e de interação mitigada devido às lógicas formais e burocráticas que tendem a sujeitar uma entidade pró- inovação e pró-criatividade à imutabilidade e à rotina. O conformismo não tardará e a manutenção do *status* será o móbil central para os atores integrarem os órgãos de governação, da administração e de gestão, porque a autonomia estará limitada pela dominação racional-burocrática e pelo conformismo dos atores. Lima (1998), considera por este motivo que,

"A escola enquanto organização especializada […] é o resultado de um longo processo de construção […] As organizações, e designadamente a escola, são unidades socialmente construídas […] a escola pública não é uma construção social supra-histórica mas, pelo contrário, o longo percurso da sua construção tem sido indelevelmente marcado pelo transcurso da história" (p. 39 e 41).

Deste modo o estabelecimento em Angola, dos Estudos Gerais Universitários em 1962, tutelados pelo Ministro da Educação Nacional, apesar dos pressupostos ideológicos confusos – desenvolvimento económico e cultural, justificação da acção imperial portuguesa, ou ainda travar o processo revolucionário contra o fascismo, a matriz clássica da administração era da velha Universidade de Coimbra. A partir da qual se constituíam as identidades dos universitários que integravam as instituições afins, independentemente do espaço e da designação.

Na designada fase clássica da emergência da Universidade, em que essa passou a ser venerada como símbolo de soberania nacional (UNESCO, 1991), coincidiu com a descolonização da África, tendo os Estados ex-colónias definido como metas de identidade, para além da bandeira, e da companhia de aviação, a própria universidade. Uma caraterização que permitiu elevar os universitários ao escalão superior das respetivas sociedades – (i) Presidente da República/reitor e; (ii) reitor tutelado pelo Presidentes da República.

A tendência de transformar os atores universitários em "storytellers" e "priests" (Bilhim, 2006: 371, itálico do autor) vem sujeitando à Universidade "a missão de contribuir para a educação ideológica dos seus alunos, como vertente fundamental do seu trabalho docente" (Silva, 2004: 253). Caraterização que gera a imprecisão na gestão do ECD e desvela ambiguidades em alguns critérios "alojados" no normativo.

Cada ator universitário passou a ser um funcionário superior, independentemente do seu grau profissional, gerando de acordo com Lima (1998), "um mundo reificado" em que a perspetiva institucional sobrepõe-se à organizacional, aprofundando factualmente, aa "margens de oportunismo e de desconfiança dos atores" (Manuel, 2013). A mira é para o novo *status socioeconómico,* e a lei não só é incapaz de metamorfosear o interacionismo social, como é passa a ser a ponte para o desequilíbrio entre a missão e os interesses pessoais incubados.

As estruturas e regras "existentes e disponíveis, embora de certo modo reféns de actores sociais que as convoquem" (Lima, 2006: 20), colocam a Universidade a mercê das incongruências entre o "plano de orientação para a acção" e o "plano de acção". Devido à estrutura autonómica, o determinismo normativista pode de algum modo estar refém do voluntarismo dos atores que reificam as regras a sua medida e perspetiva. A vitalidade institucional das estruturas e das regras geradas no "plano da acção" passam a depender, em

grande medida, da correlação de poderes entre os atores guiados pelos interesses particulares e/ou coletivos.
A Universidade contemporânea ainda que, caraterizada na maior parte dos casos pela autonomia à luz dos propósitos democráticos, não deixa de apresentar no âmbito da sua funcionalidade, certo fosso entre o "plano de orientação para a acção" e o "plano de acção" (Lima, 1998), pelas seguintes razões: (i) o estabelecimento democrático vai implicar necessariamente a institucionalização do conflito resultante do jogo de interesses entre os atores; (ii) a capacidade de produção de orientações e de regras autonómicas pode basear-se, ora no fim previamente proposto, ora na natureza e na qualidade desse fim, ou ainda na liberdade da escolha dos atores e, finalmente, (iii) de acordo com Guerra (2002: 16), na educação que " é uma prática moral", que não pode ser compreendida unicamente pela "ligação causal entre os meios e fins", mas das dimensões de justiça que encerram a educação numa determinada sociedade (universalista, pluralista e radical).
O entendimento é de que, a procura de determinados escassamente está ligada aos meios definidos *a priori*, mas no ajustamento às circunstâncias e, igualmente, às agendas dos atores que não raras as vezes geraram no percurso, novas finalidades como sustentam as perspetivas neo-institucionalistas. Peter, & Taylor (2003: 194), identificam por este motivo, as seguintes questões de análise: (i) como construir da relação entre a instituição e o comportamento? (ii) como explicar o processo pelo qual as instituições surgem ou se modificam?". Às várias agendas que norteiam a criação e a manutenção das universidades no mundo, ancoram racionalidades de justiça universalista, pluralista e radical, e escassamente uma justiça monolítica, como desvela o seguinte depoimento:

> como é que eu vou perder noites em Luanda, a discutir problema da instituição e, sou membro…Olha que o Deputado à Assembleia Nacional goza de imunidades. Só o passaporte vermelho que ele tem envolve a mulher […] Também dentro da Universidade Agostinho Neto, que nós somos formadores dos quadros do país, deveríamos ter também uma cláusula […] de que, membro da Assembleia […] ou membro do Conselho Científico, membro do Conselho de Direcção tinha […] por direito de subir de categoria" (XCEC, p.7).

Não é apenas a "porta de entrada" – ECD que determina a qualidade da administração da Universidade, mas também as racionalidades que imbricam as normas do funcionamento e as lógicas de pertença aos órgãos.
Pode-se referir que, a Universidade pública de Angola mesmo sujeitando-se por via legislativa à administração autonómica, o cumprimento da sua missão tem sido fortemente condicionado pelo equilíbrio entre a ideia da missão formal, e o interesse socioeconómico dos atores subsumidos nos normativos institucionais, e na história do país e da Universidade.

A representação dos Critérios de ingresso e gradação na carreira docente

Considerando o estatuto da carreira docente como "porta de entrada" à Universidade, o seu estado de segurança, exigiu a desocultação interpretativa, deslindando os critérios invocáveis para a admissão e para a progressão na carreira. A lógica era de percecionar que tipo de identidade universitária se estava a recriar ma Universidade Pública de Angola.
A hermenêutica às três variantes dos ECD implementados pela Universidade Pública de Angola (1980, 1989 e 1995) permitiu inferir que, as mudanças eram fundamentalmente de ordem burocrática. A estrutura normativa nunca deixou de insistir na antiguidade, na graduação/pós-graduação como critérios de base, enquanto a dimensão construtivista (práticas, comportamentos, perfis e ações), continuaram esquecidos prejudicando o profissionalismo docente. Ramos (1996), referindo-se às escolas do ensino geral entende que, o ECD devia representar,

> "Exigências decorrentes da natureza da actividade docente. Estas exigências traduzem-se na necessidade permanente de formação, no empenho em desenvolver uma prática pedagógica coerente em articulação com os princípios da LBSE e um conhecimento da realidade escolar; na avaliação do desempenho na perspectiva múltipla do relacionamento com os alunos, com a escola como comunidade educativa

e com a comunidade em geral" (p. 173).

Esta caraterização parece ser pouco convergente com a identidade de títulos, da antiguidade e da homogeneidade que caraterizam a Universidade pública de Angola. O "modelo burocrático da carreira docente", em detrimento do "modelo do exercício da função docente" (Ramos, 1996), vêm sendo prejudicados pela procura incessante do *status socioeconómico* por parte dos atores universitários.

Tal vem permitindo que, durante a conceção e a implementação do ECD, os atores atuam de acordo com os seus percursos socioprofissionais e académicos e escassamente com as funções substanciais da Universidade.

A versão corrente do ECD (Decreto nº 3/95, de 24 de março) interpretada com base nas regras elencadas Ramos (1996), permitiu recriar o seguinte quadro:

Regras do Modelo do Funcionalismo Público	Regras do Modelo do Profissionalismo Docente
- Categorias do corpo docente (artigo 2º); - Funções do corpo docente e auxiliar (do artigo 3º ao 9º); - Ingresso e acesso na carreira (do artigo 10º ao 18º); - Vinculação por regime de contratação e de prestação de Serviços (do artigo 19º ao 22º e artigo 25º); - Direitos e Deveres dos Docentes (do artigo 23º ao 24º); - Férias e Licenças (artigos 27º e 28º); - Estatuto remuneratório (artigo 26º invoca Decreto específico).	- Formação – Bacharel a Doutor (do artigo 11º ao 16º); - Mecanismo de superação: Bolsas de Estudo (artigo 29º); - Férias e Licenças (artigos 27º e 28º).

Fonte: Adaptado dos modelos de carreira no ECD concebidos por Ramos (1996: 173).

Enquanto modelo do funcionalismo público o ECD omitiu os mecanismos de desenvolvimento e captação de quadros, as regras de mobilidade no trabalho, o regime disciplinar, o limite de idade e a aposentação. Como modelo do profissionalismo docente não expressa as condições de trabalho, o horário, a organização do processo, as regras sobre a interrupção de atividades e sobre o exercício ou não de outras funções educativas noutras instituições.

Estas omissões fazem prevalecer o poder discricionário como mecanismo principal que legitima a invocação de forma tácita ou expressa, das excecionalidades, como invocam por exemplo os argumentos expressos (instituições e nomes codificados) na ata do Conselho Científico do Instituto CVBG, de 2 de abril, de 2007, nos seguintes termos:

> "O departamento emitiu parecer favorável a candidatura do Sr. Taylor Toledo de nacionalidade HJ, licenciado em Educação, na especialidade de Matemática recomendado pela ANTEX-Angola e sugeriu ao candidato KH (nacionalidade), Sr. Humberto Willem licenciado em Matemática, que futuramente serão solicitados os seus préstimos em função da licenciatura que possui […] Quanto a candidata do departamento 5, a Sra. Elisabeth Mouche de nacionalidade KH, licenciada em sociologia, o parecer foi igualmente positivo, porém condicionado o seu concurso à abertura do curso de sociologia". (p. 4).

A exigência do curso específico em educação seria a justificação plausível para aceitar a candidatura do Sr. Toledo e a recusa da do Sr. Willem. A menção da empresa que intermedeia a contratação e as nacionalidades dos candidatos podem indiciar as racionalidades de "calcanhar paterno" ou de "esfoliação hierárquica" (Peter & Hull, 1973). Quanto à expressão "parecer favorável" à candidatura da Sra. Mouche representa algum eufemismo, porquanto a reunião não definiu quanto será aberto o curso a que a candidata poderia vincula-se.

A ausência de critérios úteis para "estimular o aperfeiçoamento de condutas individuais e institucionais, em função do código deontológico da profissão" (Ramos, 1996: 173), permitem que as gerações precedentes assumam o ECD como instrumento de blindagem. Quando a precisão de critérios nos normativos diminui, aumenta a intuição e o código deontológico profissional será tendencialmente o resultado das condutas individuais das gerações precedentes.

A ata do conselho científico do Instituto de CVCB, de 05 de maio de 2009, concretiza o quão as lógicas e as racionalidades das gerações precedentes e hegemónicas constituem o leviatã decisional na Universidade:

> "Também foi referenciado o caso da Dra. Miller (KH nacionalidade), já visto no anterior Conselho Científico que poderá ser revisto, e, consequentemente admitida como professora convidada, tendo em conta a sua média (inferior a 13 valores). Na condição desta, encontra-se também o anterior que tem média de 12 valores" (p.7).

Existindo um ECD que veta a admissão de candidatos com média final de graduação inferior a 14 valores, o conselho científico, neste caso, assumiu o "*reino do faz-de-conta"* (Silva, 2004: 399). Na mesma reunião e no ponto anterior, das dezoito candidaturas apresentadas para a docência, menciona-se que, "16 tiveram pareceres favoráveis e serão levadas à próxima acta do Conselho Científico" (p. 6).

As duas candidaturas haviam sido recusadas por pretensa média inferior à exigida pelo ECD, mas como um dos candidatos com a média inferior a 13 valores é funcionário da instituição, a reunião justificou a negação do outro candidato com a média inferior, nos seguintes termos: "A candidatura do Sr. Mandovi Kayak foi rejeitada por este a ter condicionado apenas ao curso pós-laboral" (p. 6). Desvelando que, o ingresso e a gradação na Universidade Pública de Angola sejam condicionados sempre, pela blindagem permanente dos atores hegemónicos precedentes.

Tentando desocultar as racionalidades subjacentes às reformulações sucessivas dos ECD, a investigação apurou que, cerca de 86% dos inquiridos percebe a universalização das práticas de revisão normativa como a razão suficiente, seguida da trajetória histórica do próprio país e da Universidade, com cerca de 82% das opiniões de concordância. O perfil socioprofissional dos docentes nos órgãos de decisão e dos gestores de topo figuram de seguida, com 81% e 78% de concordância, respetivamente. A responsabilidade social da universidade e o desenvolvimento da atividade ocupacional do docente aparecem em última instância com 64% das opiniões.

A conceção do ECD como código de conduta profissional e como modelo de decisão para o cumprimento da missão da universidade, enquanto essência social dos normativos, surge nas posições intermédias com 66% e 73% das opiniões. Justificando assim, o recurso reiterado aos critérios de natureza estática (tempo e diplomas) para o ingresso e para a gradação docentes.

Pretendendo-se compreender o grau de precisão do ECD face aos objetivos da Universidade, a investigação registou por exemplo, o seguinte depoimento:

> "O Estatuto da Carreira Docente não mostra, não oferece pistas para soluções de muitos docentes, portanto não promove os melhores, não admite os melhores, admite qualquer, promove qualquer em função de critérios não claros. Tudo isso deixa a entender que guiamo-nos por outros interesses por outros critérios, que não os critérios que estão inseridos, ou que devem estar inseridos no Estatuto da Carreira Docente" (XSL, p.12).

Distante do mimetismo institucional apelado pelos normativos, a trajetória histórica do país e da Universidade, bem como os percursos socioprofissionais e académicos dos atores, constituem a fonte da objetividade dos ECD. O cumprimento da missão, a responsabilidade social da universidade e o reflexo do ECD como código de conduta docente, aparecem como razões acessórias que justificam a revisão do normativo.

Apesar de as três variantes dos ECD invocarem combinadamente, as funções substanciais da universidade (ensino, investigação e extensão), a incidência das racionalidades dos decisores, tem vindo a provar a ausência dos mecanismos de garantia da operacionalidade de tais funções. Os ECD não traduzem os parâmetros de conduta, por exemplo, a anulação da designada "turbo-docência" ou "professores turbo", ou ainda "garimpo" - vínculos de docência com mais de uma instituição de ensino.

Mesmo sem nunca ter sido regulamentado, o ECD é sujeito à criatividade e à iniciativa dos decisores, como se pode apreender dos depoimentos dos seguintes entrevistados:

> "Muitos têm vontade de publicar mas não têm meios, nem têm nenhum mecanismo e, … nem sequer existe eh,… diríamos mesmo, … uma porta própria aberta de formas a que as pessoas possam dirigir-se para … que tenha que publicar um artigo" (XCEB2, p. 9).

> "Os professores passam pela universidade, … Portanto, não vivem a academia, não estão sedentarizados, têm que estar lá sedentarizados. […] Agora, se ele não está lá fisicamente, só passa! É porque na universidade não há nada para se ir buscar" (XSL, p. 11).

Evidência clara da imprecisão da avaliação de desempenho nos ECD que, tornam o normativo enquanto modelo de tomada de decisões, num instrumento ao serviço da intuição dos grupos hegemónicos. Estes invocam a ordem e a homogeneidade quando na prática, as suas opções estão eivadas de ambiguidades e inconsistências que nunca os admitem.

É pouco crível que a questão das publicações científicas esteja sujeita ao voluntarismo docente e à generosidade da instituição, quando esta é uma das caraterísticas substanciais da Universidade. A não permanência do docente na instituição gera alguma insuficiência no desenvolvimento do seu *habitus* profissional, porque a norma aparece mais como reforço do funcionalismo público que, como rigor ético do profissionalismo docente.

Quando cerca de 64,7% de concordância identifica o ECD como instrumento de reforço das alianças entre os docentes e os gestores de topo, significa que há tendência para a implantação de uma unidade grupal hegemónica. Esta que é descrita por Bourdieu (1991) nos seguintes termos:

> "A unidade de um grupo dominante é conquistada por meio da divisão, no qual a unidade de um grupo é construída por meio do consenso quanto aos princípios de hierarquização e distinção entre indivíduos e outros grupos" (p. 221).

O normativo passa a representar um mecanismo de controlo do poder entre as hierarquias, e também de exclusão cirúrgica a mercê das racionalidades dos grupos hegemónicos. A interferência das hierarquias no processo de admissão e gradação docente representou no objeto em análise, 63,8% de concordância. Compreendendo assim, a adoção do ECD como instrumento de expressão do poder autoritativo, com 48,5% de concordância. Impulsionando as lógicas corporativistas e de alianças entre as hierarquias superiores e inferiores – é uma forma de manutenção de *status*.

As posições detidas nos órgãos de governação (assembleia e senado) são por esta lógica, concorridas pelos docentes, com base nos convites das hierarquias superiores, consubstanciado por 21% de concordância dos inquiridos que, admite a pertença aos órgãos de administração como critério de gradação. Tal pode fragilizar o funcionamento dos órgãos colegiais - mitigar a participação tendencialmente formal, passiva, convergente e reservada, devido à maior representatividade de membros dos órgãos de gestão que os integram por inerência de funções.

Enquanto instrumento que assegura o desenvolvimento profissional docente, o ECD tem 39,1% de concordância, 37,2% de discordância e 23,8% de indecisos. Como instrumento de avaliação de desempenho dos docentes, cerca de 30% dos inquiridos posicionaram-se indecisos, contra 40% de concordância e 29,5% de discordância. Quando interrogados sobre se o ECD podia ser percecionado como instrumento de validação ideológica dos docentes, 25,7% dos inquiridos mostraram-se indecisos, face aos 40% de concordância e 34,3% de discordância. Evidência clara do corporativismo ideológico na Universidade.

O provimento de quadros juniores da Universidade às posições seniores que haviam sido deixadas pelos portugueses que, abandonaram o país devido à revolução (Despacho S/Nº/76, de 25 de outubro), representou a intromissão ideológica e administrativa, mais claras por parte do Estado. No ECD expresso pelo Decreto nº 31/80, por exemplo, o grau de licenciado era reiterado e o de mestre fusco, resumindo as funções da Universidade ao ensino. A investigação e a extensão meras formalidades universalistas.

A necessidade de *afinar* os critérios de provimento docente em relação às persistentes críticas sobre a qualidade e a ideologia do ensino superior permitiram, com a consagração do país como Estado de direito e democrático que, os atores decisionais concebessem a variante do ECD legislada no Decreto nº 3/95. Mesmo progressista em relação às variantes precedentes, a sujeição aos mesmos atores e entidade tutelar, não impediram os descasos em termos de ocorrência e de configuração, devido à natureza impessoal das leis.

A exigência do tempo de permanência na categoria e a enunciação *gratuita* dos títulos académicos sem a articulação suficiente com um *curriculum vitae* relevante vêm justificando a desproporção entre o tempo de vinculação e a experiência real detida pelo docente, bem como o hiato entre os diplomas e as capacidades docentes detidas. A veterania por parte de alguns docentes e a obtenção "ínvia" de títulos académicos por parte de outros, são justificados pelos seguintes depoimentos:

> "Eu posso, te apresentar um motorista que diz que tem vinte anos de experiência, mas vinte anos de experiência a conduzir o *candongueiro*! […] são vinte anos de experiência que não dizem nada ainda, […] é preciso qualificar esses anos de

> experiência porque se calhar ainda andamos a fazer mal as coisas durante vinte anos" (XSL, p. 19).
>
> "Eu acho que há muita burocracia. […] Exige-se a média de catorze, mas nem sempre quem tem a média catorze é o melhor! […] Tenho visto alunos monitores as vezes, com média doze, que têm aquela, […] dão aulas práticas e, nota-se que é melhor, explica melhor que o próprio regente que é associado ou titular, ou que é professor auxiliar. […] Eu acho que as pessoas não podem ser medidas pela nota! Mas sim pela capacidade de transmissão de conhecimentos" (YDL, p. 2-3).

Logo, a observação religiosa dos critérios não é suficiente para garantir o alcance das metas organizacionais. Como a "familiaridade provoca a cegueira" (Nóvoa, 1992: 51), as práticas e as experiências dos atores universitários são muitas vezes assumidas sem questionar, salvo por parte dos atores externos que, quando o fazem, é de forma diplomaticamente subtil.

A lógica racional-burocrática não é suficiente para prever, controlar e inibir as lógicas construtivistas que, são capazes de gerar instituições de contorno às normas. Lima (2011), considera por este motivo o seguinte:

> "As mudanças em educação, sobretudo quando instituídas por via jurídico-normativa, e especialmente em contextos políticos e administrativos centralizados, são em boa parte referenciadas a textos de tipo injuntivo" (p. 166).

Tentando forçar práticas não aprendidas pelos atores, o melhor que podem fazer no plano de orientação é, replicar a identidade corrente nas demais instituições do país e, noutros, por via da convocação das lógicas universalistas para reivindicar particularidades inerentes à Universidade. Por exemplo, apesar de não ter havido demissões sistemáticas de docentes, a lógica de monólogos, retaliações e/ou condescendências peculiares do mundo doméstico podem ser apontadas como a fonte da estruturação de mecanismos subtis nesta matéria, como confirmam os seguintes depoimentos:

> "Demissão sim, mas foi […] por abandono de lugar. […] Já tivemos também um outro caso de um colega nosso que estava para ser demitido mas, como ele já estava cá há muito tempo, já trabalha connosco há muito tempo, tem família e tal, […] a sua demissão seria devido […] ao alcoolismo, excesso do alcoolismo, falta às aulas e enfim, má conduta. E nós achamos e aconselhamos o professor a ir para a junta médica, […] a partir da junta médica estamos a tratar a sua que, … da sua reforma. É uma forma de ajudar não é? … porque senão, após um processo disciplinar que havia razões para isso, seria, … seria fatal e iríamos acelerar, … pensamos nisso, … iríamos acelerar a morte do colega, … do colega" (XCELG p. 6-7).
>
> "Nunca rescindimos contrato com nenhum docente, não, …nunca eh…talvez se o docente quer rescindir o contrato, ou ele pede, agora se pelo lado do ISCED só se houver problema, ou com estudante, ou com o Departamento. O Departamento deu conta que ele não é um bom professor aí sim, nós podemos rescindir o contrato" (YHISA p. 4).
>
> "Para a admissão do professor depende do Ministério do trabalho que dá as vagas. […] O professor contratado depende do seu comportamento dentro da instituição, aqueles critérios - pontualidade, assiduidade, todos esses critérios. Se não cumprir com esses requisitos todo, a qualquer momento é rescindido o contrato. […] É chamado no departamento por motivos X, X, X, professor já não estamos é…em condições para suportar o seu trabalho" (XCEC, p. 8).
>
> "O que se passa é que se tu não concordas com eles, eles arranjam qualquer motivo para te dispensarem, e com tanta carência de emprego é melhor ficares quietinho, ao menos não se zangam contigo" (notas de campo, 15/02/2011).

Pelas relutâncias e descontinuidades dos discursos demonstrativos pode-se inferir o seguinte: (i) uma quase assunção institucional da responsabilidade de demitir, condescendendo na forma; (ii) uma tática de declinação à jusante, culpabilizando o demitido como a razão institucional suficientes para demitir; (iii) imputação às instituições externas e aos órgãos inferiores sobre uma matéria constitutiva das atribuições da instituição; (iv)

a expressão real das estratégias de retaliação.
O recurso ao quadro ideal de procedimentos desvela o isomorfismo de interpretar a sociedade como linear às normas que, apesar da sua insuficiência em regular o ingresso e a gradação docente, é assumido como claro para as penalizações, como revelam os seguintes entrevistados:

> "Estamos a partir do pressuposto do Assistente Estagiário, que é recrutado uma única vez. O seu contrato é renovável uma única vez. Quer dizer que se este não se adaptar à realidade da universidade, imediatamente, não é renovado o seu contrato e aí está a sua rejeição, porque não mostrou evidências né? …das suas competências. Imediatamente a desvinculação desse docente e daí a rejeição do docente na categoria de Assistente Estagiário" (XCEB2 p. 6).
>
> "Tem de se elaborar um processo disciplinar em que, … se não houver um processo disciplinar não se pode demitir, salvo, a pedido do docente, este … isto é pacífico e, aliás, é privacidade do docente. […] Existem critérios: primeiro uma admoestação verbal, depois uma censura registada e depois pode-se dar uma multa, uma despromoção, só… só posteriormente, se não se corrigir esse quadro é que se dá demissão. […] Não é verdade que o Reitor ou o Decano chega aos recursos humanos para demitir" (XRULG p. 8).

Há o reflexo do artifício "samaritano" de invocar os processos de demissão, mas a *espada* é refletida no grau de subjetividade de algumas aferições, nomeadamente: (i) "se este não se adaptar à realidade da universidade"; (ii) "se não se corrigir"; (iii) não mostrou evidências, né? … das suas competências; (iv) "se não houver um processo disciplinar não se pode demitir salvo, a pedido do docente".
A imprecisão das argumentações invocadas parte de uma sugestão de conformar o docente a um ideário nem sempre convergente com a missão da Universidade, devido à omissão normativa do ECD. O docente é socializado por identificação com a arquitetura política e hegemónica, obrigando-o a se demitir como tática de inimputabilidade dos órgãos decisionais.
O recurso ao Decreto nº 33/91, de 29 de junho, normas gerais de "procedimentos disciplinares" da função pública, constitui uma *generalização fraca da norma,* porque os mecanismos de admissão e de gradação docente diferem do regime geral. Logo, a uniformização do regimento das penalizações constitui apenas uma desconformidade sorrateira das opções decisionais, blindando os grupos hegemónicos.
Os atores organizacionais buscam formas e mecanismos de se adequarem não só aos critérios estabelecidos pelo normativo (satisfazendo-os, contornando-os ou modificando-os) como também, procuram satisfazer as racionalidades dos decisores (fazendo alianças, evitando a indignação e a crítica ou fazer-de-conta). É deste modo que, na dimensão do impacto social da Universidade, começa a questionar-se a relevância do ECD enquanto *porta de entrada* para uma organização comprometida com a verdade e meio para gerar o seu produto (conhecimento).

Procedimentos de operacionalização do ECD como reflexo do habitus profissional

O estudo realizado pela Universidade do Porto (1996) à Universidade Agostinho Neto havia feito entre várias observações/recomendações, as seguintes: "a universidade reflita sobre os seus objetivos, a sua organização, os seus quadros e, sobretudo, que altere substancialmente as suas práticas de funcionamento" (p. 97). O *corpus* empírico deste trabalho ajudou a compreender que algumas das práticas de funcionamento da Universidade, estão reféns das regras jurídico-formais que, revelam-se incapazes de gerar uma entidade social que reflita sem injunção externa os objetivos e a organização.
O ECD invoca com precisão em todas as suas variantes (1980,1989 e 1995), critérios estáticos (grau académico e o tempo de vinculação na Universidade), enunciando de forma ténue os critérios dinâmicos, nomeadamente, a produção científica e o percurso socioprofissional dos docentes. Uma caraterização que sujeita facilmente o funcionamento da Universidade, às assimetrias de poder entre os docentes e os docentes/administradores, socializando os novos entes nestes valores, crenças, símbolos e conceções organizacionais.
Quando os novos entes apresentam défices acentuados de liberdade prévia e de autonomia individual, o questionamento das racionalidades desvanece, porque 80% dos inquiridos indica o grau académico e 62,8%, o tempo na Universidade, como critérios invocáveis para apreciar as propostas de promoção docente. A pertença

aos órgãos de governação e de administração, apesar de ser quantitativamente ínfima (cerca de 21% de concordância), desvela alguma marginalidade decisional porque não faz parte do normativo. Estas evidências permitem compreender que na pática, recorre-se à contra normas, nomeadamente: (i) 36,2% das opiniões dos inquiridos admitir haver com frequência a influência dos gestores de topo neste tipo de decisões; (ii) cerca de 32,4% mostrar-se indeciso sobre à influência dos gestores de topo nas decisões de promoção. Tal prova a subtileza com que este critério é invocado, cujos efeitos não são publicamente percebidos, porque a forma nunca é assumida, mas é dissimulada.

A fragmentação das opiniões e a concordância relativamente baixa quanto às qualidades científica (30,5%), pedagógica (49,5%) e às publicações (44,8%) dos docentes, desvela a existência de uma Universidade pouco científica, e eventualmente, mais empregadora, como frisam as observações externas sobre "a necessidade de refletir sobre os objetivos da Universidade". As fontes das práticas que presidem ao funcionamento da Universidade, não residem unicamente na desconexão normativa, mas de forma representativa, no voluntarismo dos atores que resguardam os seus interesses e motivos, nas próprias estruturas formais – *fisiologismo universitário* que, condiciona o alcance da missão.

Na dimensão formal, a Universidade é apresentada e estruturada por leis e decretos, sujeitando-se no âmbito do funcionamento às opções psicológicas dos atores, porque "não existe uma boa resposta estrutural para além das decorrentes das pessoas e reciprocamente" (Peters & Waterman, 1995). Uma sobreposição exasperada de uma variável sobre a outra (normas e pessoas), gera anomalias nas organizações, cujas causas só são percetíveis mediante "lentes das teorias organizacionais" inacessíveis à intuição e ao amadorismo gestionário. Peters & Waterman identificaram sete variáveis que consideram como vias inteligentes para estudar uma organização, nomeadamente:

> "A estrutura, a estratégia, as pessoas, o estilo de gestão, os sistemas e procedimentos, os conceitos orientadores e os valores partilhados (como seja a cultura) e as forças e a perícia presentes ou esperadas." (p. 34).

Uma perspetiva de pendor funcionalista que considera a estratégia e a estrutura como componentes fortes, ao passo que, as demais variáveis concebem-nas como componentes mais flexíveis, no entanto complexas e raramente evidentes. Refletem as culturas societais envoltas em valores partilhados, e estratégias recriadas face à força da estrutura como mecanismo de adaptação e de integração organizacional.

Estas subculturas podem ser determinantes para a prossecução da missão organizacional, entretanto, o percurso socioprofissional e académico dos atores mostra um conjunto de valores que, podem facilitar ou condicionar a concretização dos fins organizacionais. A este respeito Hofstede (2003) defende que,

> "O desejável prende-se mais com o ideológico, o desejado tende a relacionar-se mais com os fins pragmáticos. Interpretar os estudos sobre valores, negligenciando as diferenças entre o desejável e o desejado, pode conduzir a resultados paradoxais" (pp. 24-25).

Assim, os fins desejados pela instituição são tendencialmente condicionados pelos valores partilhados e transmitidos pelas gerações precedentes às subsequentes que, os incorporam como valores desejáveis. Portanto, independentemente da qualificação dos resultados que estes padrões produzem, não deixam de ser tomados como normas absolutas.

Será, eventualmente, a necessidade de fazer vincar a norma, que o gestor de topo se considera seu guardião legítimo que voluntária ou deterministicamente tende a influenciar as decisões de admissão dos novos docentes. É uma forma de evidenciar o seu poder aos recém-entrados, como forma de familiarizá-los com as demarcações hierárquicas da instituição, e as assumir como uma norma organizacional absoluta. Razão por que, as normas sociais segundo Posner e Rasmusen (1999), constituem aspetos tão ou mais complexos quanto às leis formais. As normas formais são exploradas pelos atores que, ao as implementar, combinam-nas às sanções como forma de dá-las consistência (margens de oportunismo). Para salvaguardar os aspetos éticos das normas Demsetz (1995), alerta para o cuidado na introdução e na incorporação, com vista a precaver-se dos oportunismos atorais. Arrow (1974) aborda que, os conceitos de ética e de moralidade são consistentes com os pressupostos do autointeresse e de comportamento maximizador neoclássico, cuja prevalência pode ou não, enviesar o funcionamento das organizações.

Quando inquiridos sobre a frequência com que os gestores de topo vêm sendo determinantes nas decisões de admissão de novos docentes, 36,2% assume como sendo prática frequente, 44,8% concorda que acontece algumas vezes, e apenas 19% discorda dessa hipótese.

As circunstâncias de interferência dos gestores de topo no processo, não são objetivamente expressas, e o fato de as relações cordiais entre esses e as hierarquias inferiores representar mais de 52% de concordância, pode influenciar a acomodação e o reforço das alianças internas.

O óbvio vem sendo o enviesamento que se regista quando por exemplo, se decide sobre a realização das avaliações, cujas consequências são tão mais gravosas nas circunstâncias de os avaliadores não dominarem os instrumentos competentes para diagnosticar a situação que se ajuíza. E os riscos de reputação dessas avaliações vêm sendo mais patentes quando as *fontes* materiais dos fenómenos de desconexão são os respetivos gestores de topo que as encomendam. Cerca de 55,2%, dos inquiridos concorda que as avaliações de desempenho são determinadas pelo gestor de topo, outro indicador de acomodação e de reforço das alianças entre as hierarquias.

A qualidade dos resultados da instituição em contextos avaliativos posteriores será dificilmente imputável a esta sucessão de acontecimentos. Torres (2004), considera por este motivo o seguinte:

> "A compreensão do processo de construção da cultura organizacional em contexto escolar exige um olhar que extravase a convencional argumentação teórica avançada em torno da tensão dentro-fora – seja para fundamentar a sua relação antinómica, seja para justificar a sua inter-relação dialéctica -, fazendo incidir a focagem sobre a relevância e a fecundidade dos dentros/interiores coexistentes na organização escolar." (p. 236).

Em termos de configuração estrutural, os conselhos científicos das unidades orgânicas (faculdades e institutos) integrados por docentes subsumidos nos seus percursos socioprofissionais e académicos, decidem sobre o ingresso e a gradação de novos entes. Há hipoteticamente um pressuposto de que esta instância está constituída por docentes com legitimidade académica e científica suficiente, para evidenciar as funções originárias da Universidade (ensino, investigação e extensão).

No entanto, a ampliação dos laços entre as hierarquias no interior da Universidade, pode influenciar as interconexões parentais e amigáveis, contribuindo para o reforço e incremento das alianças, como expressam os seguintes depoimentos:

> "Tu não vais excluir o filho do irmão do Governador para pôr … um, … dum camponês normal para entrar" (XCEC, p. 6).
>
> "Ele goza de imunidades, porque tem mesmo que passar porque ele já é Chefe de Departamento, querendo ou não ele tem mesmo que passar" (YHISA, p. 3).
>
> "Para ser Chefe do Departamento […] temos tido alguma dificuldade em relação a cumprir todos os critérios exigidos porque o que está legislado é que tenha que ser doutor, ou pelo menos o que tenha maior grau dentro do Departamento. […] Mas muitas das vezes, vai-se mais para aquelas pessoas que se candidatam e dentro delas muitas das vezes não há nenhum doutor, ou o doutor do departamento não se quer candidatar" (XCEB, p.5).
>
> "Para a questão que me coloca [fonte de informação que prove a produção científica do docente a promover], diria, … muito valiosa se realmente, nós tivéssemos aqui o gabinete de investigação e pós-graduação, que acompanha a atividade de produção científica e académica dos docentes" (XCEL, p.4).

A escassez de mecanismos de geração de informação tendente a validar as decisões no âmbito da operacionalização do ECD, tem vindo a legalizar a intercessão do "chefe" que, apesar de o mesmo ter chegado ao posto de forma imprecisa, goza de legitimidade para complementar a norma. Detém formalmente o poder discricionário para agir e, fá-lo invocando comumente motivos de fora e de dentro da organização para legitimar as suas opções como via para eximir eventuais antagonismos - outra fonte de imprecisão avaliativa devido a escassez de liberdade prévia e da autonomia individual do chefe.

Os docentes/administradores, quando inquiridos sobre a sua compreensão relativamente aos objetivos da Universidade, 63,8% de concordância invoca a extensão universitária, no entanto, emitindo a imagem de

expansão territorial. Nada tem a ver com relação e a comunicação entre a universidade e a comunidade, reflete a ideia de presença da "sala de aula da Universidade na comunidade". A formação duma elite de quadros e dirigentes nacionais, corresponde a 58,1% de concordância e a formação humana, cultural e científica, com 51,4% de concordância.

O objetivo de formar uma elite de quadros e dirigentes nacionais corresponde aos desígnios ideológicos originários das universidades revolucionárias em África, como "um instrumento de política antecipativa" (UNIPORTO, 1996: 64), independentemente das capacidades e habilidades reais adquiridas pelos sujeitos. A frequência e o término do ensino superior representam um código intransmissível para a promoção nas hierarquias do poder. Roberto de Almeida (cf. Silva, 2004) referia que,

> 'A tarefa mais importante da Universidade Angolana é a formação de quadros nacionais altamente qualificados, fiéis à causa da construção de uma Sociedade Nova. […] Cabe à Universidade o papel de encabeçar a luta contra o subdesenvolvimento, marchando ao compasso da revolução' (p. 171).

A fidelidade e o heroísmo invocados pelo político não são por si sós suficientes para construir uma nova sociedade, tão pouco para encabeçar o desenvolvimento nacional. A formação de quadros altamente qualificados sugere, para além da "disciplina burocrática" e do "heroísmo individual" (Blau & Scott, 1962), a criatividade científica, que é até a esta parte, escassa (35,2% de concordância). Os autores admitem como necessário, "Saber como uma organização pode selecionar funcionários que possuem tais qualidades, estimular […], motivar e ajudar seus membros a aplicarem seus talentos relevantes na busca dos objectivos organizacionais." (p. 72).

Não será crível que, os docentes precedentes, moldados pela conformidade racional-legal, pudessem formar quadros criativos, tão pouco admitiriam como seus pares, os docentes cientificamente bem mais reputados. Precedentemente reconhecia-se não ter existido,

> "um ensino de qualidade estruturalmente organizado sem […] uma série de condições. Uma delas é a existência de investigação científica […]. Atendendo a sua reduzida importância no momento actual, deve-se ser modesto, mas cuidadoso e eficaz, nas sugestões" (UNIPORTO, 199:392).

Justificando a concordância em 44,8%, em relação à produção científica e 35,2% à consolidação da pesquisa e da investigação, indiciando que o alcance dos objetivos da Universidade estava comprometido.

Apenas pela lógica de confiança institucional se pode compreender a satisfação quantitativa refletida na massificação/popularização da Universidade, mesmo adiando a missão, sobreposta pelo *status* socioeconómico dos atores. Corporizar a "extensão como 'remédio" (Hennington, 2005: 257), é expetar o desenvolvimento das habilidades e das capacidades dos atores (académicos e alunos) a partir da legislação. O reparo seguinte permite perceber parte destas inconsistências estruturais:

> "Os nossos professores tendem mais para a parte do ensino do que investigação. Escreve-se pouco, publica-se pouco e este é um dos grandes problemas que nós temos tido" (XCEB2).

A investigação científica é mitigada pela possível escassez de docentes transformadores e críticos. As próprias unidades orgânicas demitem-se de exigir a satisfação deste critério como invoca o seguinte entrevistado:

> "Não é a faculdade que exige! […] Se fossemos nós, … nós estamos a precisar de muitos docentes. Se fosse a faculdade … eu não … eu seria capaz de ir ao conselho científico e no meio dos docentes dizer não! Tem de ser isso, assim, … assim, … assim, mas não é … é o Tribunal de Contas que pede." (YDIL, p.5).

O que sucede no quotidiano é a naturalização da prática da não investigação, a que se juntam a incompreensão da relação entre a investigação e a extensão, e a confusão entre a *extensão* e a *expansão*. A operacionalização do critério "investigação" tende a fracassar e, é transposta pelo ensino que, identifica a Universidade como subsistema do ensino pós-secundário, justificando os seguintes testemunhos:

> "Eu acho que os critérios mais polémicos dizem respeito à questão relativa ao … aos trabalhos científicos, artigos ou livros publicados pelos docentes." (YULR, p. 1).
> "Os maiores conflitos têm a ver com […] publicações, ou seja, com a investigação científica porque aqui as pessoas investigam pouco mesmo." (YHISA, p. 1).

> "A produção científica e as aulas teórico-práticas […] são um bocado duvidosas e … têm provocado muitas vezes polémicas." (XCELG, p.1).

Todo o otimismo focalizando a impossibilidade de a Universidade não augurar-se a violar a confiança que a sociedade depositou nela, é relativizado pelas práticas vivenciadas e verbalizadas. A aspereza sobre a investigação pode reduzir significativamente a identidade científica da Universidade, naturalizando a *identidade de mais ensino e menos investigação*.

Diferentemente do ECD de 1989, que observava *revolucionariamente* o regimento da "excepcionalidade" para promover ou admitir por conveniência alguns docentes, a operacionalização do presente ECD (1995) tem a primazia de, no conselho cientifico, sugerir-se intencionalmente quem "avança" e quem não, como demonstra a seguinte afirmação:

> "Muita das vezes costuma a se afirmar que é melhor colocar nesta categoria alguém que ainda não ascendeu, mas que seja chefe de Departamento, para não ficar abaixo da categoria de alguém que é seu subordinado. Por ali tem acontecido" (XCEB).

A par dos critérios genuínos expressos no ECD, no âmbito da sua operacionalização vêm sendo subtilmente recriados outros critérios, velados pelo exercício de cargos de administração.

De acordo com a norma geral do país, o quadro a exercer os cargos de chefia ou de direção congela a progressão na categoria que, a retoma no fim do mandato, fá-lo beneficiar de progressão automática na lógica de uma categoria por cada três anos permanecidos no cargo (Decreto nº 25/94). A não opção deste mecanismo pela Universidade, não só resulta do formato diferenciado da gradação docente face ao todo da função pública, como também da ambiguidade do ECD e do voluntarismo dos atores, como revelam os entrevistados seguintes:

> "O próprio estatuto da universidade, ele dá essa primazia de que, …o docente, o facto de ele não estar a auferir os salários no cargo – como director, como decano, o que não existe na nossa…na nossa tabela. Então ele está nesta altura, …tem esse privilégio de candidatar-se e ser promovido na subida da sua própria categoria"(XCEB2, p. 7).
>
> "Ele goza de imunidades, porque tem mesmo que passar porque ele já é Chefe do Departamento, querendo ou não, ele tem mesmo que passar! Agora, um professor normal espera" (YHISA, p. 3).

A par desta situação, a própria remuneração dos cargos de chefia comparada com a dos docentes, impele à não congelação das categorias profissionais, como confirmam os seguintes depoimentos:

> "Eu prefiro ganhar como docente universitário e não ganhando como Chefes de departamento. Como docente universitário logicamente eu…ganho mais, para além do prestígio ganho mais salarialmente do que como Chefe de Departamento" (XCEC, p. 5).

Para além de auferir um ordenado quase acima do legislado em relação ao cargo de direção ou de chefia, o docente na categoria de assistente acumula mais um privilégio, o de poder beneficiar do cargo para ascender na categoria profissional.

É por via do *habitus* profissional que se recriam os *status* dos atores organizacionais através do currículo oculto. As gerações presentes tomam a imagem e as vivências das gerações precedentes como modelo de vida. Tal permite compreender a abordagem de Durkheim (2010: 11) que, define o *habitus* como o "olhar para a vida social enquanto desenvolvimento lógico de conceitos ideais". No entanto, "um acto menos racional pode, de seguida transformar em regras de acção para o futuro" (idem), o que mitiga a legitimidade de inversão do erro por parte dos respetivos atores, salvo por outros subsequentes, por sua conta e risco.

A racionalidade burocrática focando as "metas organizacionais" (Etzioni, 1974: 105), é incapaz de regular a proeminência do *status* socioeconómico dos atores, por a convivência e o conforto social das gerações precedentes sem indagação (apesar de desproporcional com a prestação), legitimarem a socialização por identificação (Berger & Luckmann, 1973), dos novos atores. Nesta perspetiva Tavares (2000), aborda o seguinte:

> "a pedagogia universitária deverá ser exigente, inovadora e se possível, mexer com os alunos, os professores, os currículos e as instituições, tentando sobretudo introduzir uma nova cultura nos seus principais agentes e actores." (p. 9).

A definição de estratégias societais e/ou organizacionais representa formas diversas de reação às normas e às estruturas estandardizadas. É uma forma de adaptação e de integração organizacionais, mediante a recriação de mecanismos de sobrevivência às barreiras burocráticas. Durante as decisões sobre as promoções por exemplo, os docentes/administradores procuram reservar para si as categorias de topo, essencialmente quando se sentem ter satisfeito os critérios estáticos previstos no ECD.

A partir de 2009, esta situação começou a confrontar-se com as racionalidades do Tribunal de Contas, o designado na investigação, como o *Terceiro Ator*, tal como testam os seguintes depoimentos:

> "Vendo a pasta aí ao lado está cheia de processos devolvidos pelo Tribunal de Contas porque aquilo que é tomado como decisão a partir da pós-graduação, fere as próprias leis, aquilo que está estipulado no manual de procedimentos dos Recursos Humanos, ou da administração pública" (XCEB2).

A consequência imediata deste fato é a não ocupação das vagas atribuídas pelo MAPESS, porque o candidato integrante do grupo hegemónico, nem sempre satisfaz cumulativamente os critérios (dinâmicos e estáticos). Silva (2004) aborda que,

> "Era pouco provável que estes docentes promovidos por tempo de serviço, não tendo dado provas de competência investigativa, pudessem, vir a adquirir legitimidade para dirigir, coordenar ou avaliar projectos de investigação especialmente com a participação de parceiros externos": (p. 190).

A desnaturalização desses fenómenos implica a liberdade e a autonomia científicas suficientes dos atores. O "papel regulador do Estado" (Barroso, 2005) é a montante mitigado por essa contextualização, já que, os eleitos e/ou nomeados para a administração e governação da Universidade e para o sistema educativo nacional, são em muitos casos, o subproduto dessa caraterização.

Conclusão

1. O recurso frequente às estratégias e métodos tendentes a *barrar,* por pretensas ameaças, as capacidades não circunscritas no seio das corporações hegemónicas, reflete a imagem de transformar a Universidade numa entidade de manutenção de *status* socioeconómico dos atores;
2. A mitigada participação é eivada pela integração calculista, participação formal, reservada e passiva nos órgãos decisionais, como mecanismo de socialização por identificação, para a manutenção do *status* socioeconómico dos atores, independentemente da missão institucional.

Referências bibliográficas

ARROW, K. (1974). *Limits of Organization*. Toronto: George Mc Leod, Ltd Press.

BARROSO, J. (2006). *A Regulação das Políticas Públicas de Educação. Espaços, Dinâmicas e Actores*. Lisboa: Educa.

BERGUER, P. & LUCKMANN, T. (1973). *A Sociedade como Realidade in A Construção Social da Realidade Tratado de Sociologia do Conhecimento.* Petrópolis: Editora Vozes.

BILHIM, J. A. F. (2006). *Teoria Organizacional. Estruturas e Pessoas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

BLAU, P. M. & SCOTT, W. R.(1979). *Organizações Formais. Uma Abordagem Comparativa*. São Paulo: Atlas Editora.

BOURDIEU, P. (1991). *Language and Symbolic Power*. London: Polity Press

DEMSETZ, H. (1995). *The Economics of the Business Firm: Seven critical commentaries*. Cambridge: Cambridge University Press.

DURKHEIM, E. (2010). *As Regras do Método Sociológico*. Mem Martins/Portugal: Publicações Europa-América.

ETZIONI, A. (1974). *Análise Comparativa de Organizações Complexas. Sobre o Poder o Engajamento e Seus Correlatos.* São Paulo: ZAHAR Editores.

Filho, M. (1997)

GUERRA, M. A. S. (2002). *Entre Bastidores. O Lado Oculto da Organização Escolar*. Porto: Edições ASA.

HENNINGTON, E. A. (2005). Acolhimento como Prática Interdisciplinar num Programa de Extensão Universitária. *Caderno de Saúde Pública*, Vol. 21, nº 1, pp. 256-265.

HOFSTEDE, G. (2003). *Culturas e Organizações. Compreender a Nossa Programação Mental*. Lisboa: Edições Sílabo.

LIMA, L.C. (2011). *A Administração Escolar*: Estudos. Porto: Porto Editora.

LIMA, L. C. (org.) (2006). *Compreender a Escola. Perspectivas de Análise Organizacional*. Porto: ASA Editora.

LIMA, L. C. (1998). *A Escola Como Organização e a Participação na Organização Escolar*. Braga: Universidade do Minho.

MANUEL, T. (2013). Cultura(s) Organizacional (ais) da Universidade: A Tomada de Decisões para o Provimento da Carreira Docente na Universidade Pública de Angola. Tese de Doutoramento (policopiada). Braga: Universidade do Minho.

MARTIN, J. (1992). *Culture in Organizations. Three Perspectives*. London: Oxford University Press.

NÓVOA, A. (1992). Para uma Análise das Instituições Escolares. in António Nóvoa (Coord.), *As Organizações Escolares em Análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote/IIE, pp. 13-43.

PETER, L. & HULL, R. (1973). *O Principio de Peter*. Lisboa: Editorial Futura.

PETER, A. H. & TAYLOR, R. C. R. (2003). As Três Versões do Neo-institucionalismo. *Lua Nova,* nº 58, pp. 193-223.

PETERS, T. & WATERMAN, B. (1995). *Na Senda da Excelência*. Lisboa. Dom Quixote.

POSNER, R. A. & RASMUSEN, E. B. (1999). Creating and Enforcing Norms, with Special Reference to Sanctions. *International Review of Law and Economics*, nº 19, pp. 369-382.

RAMOS, M. C. C. (1996). *O Estudo da Carreira Docente. Decisão Negociada ou Discutida?* Porto: Edições ASA.

SILVA, E. A. (2004). *O Burocrático e o Político na Administração Universitária, Continuidades e Rupturas na Gestão dos Recursos Humanos Docentes na Universidade Agostinho Neto*. (Angola). Braga: Universidade do Minho.

SOBRINHO, J. D. (2003). Educação Superior: Flexibilização e Regulação ou Avaliação e Sentido Público. in L. F. Dourado; A. M. Catani & Oliveira (orgs.), *Políticas e Gestão da Educação Superior. Transformações Recentes e Debates Atuais*. Goiánia/Brasil: Editora Alternativa, pp. 97-116.

TORES, L. L. (2004). *Cultura Organizacional em Contexto Educativo. Sedimentos Culturais e Processos de Construção do Simbólico Numa Escola Secundária*. Braga: Editora Centro de Investigação e Documentação da Universidade do MINHO.

UMINHO. *Estatuto da Universidade* in http://www.uminho.pt/Default.acesso a 13 Maio de 2010.

UNESCO (1991). *Consultation of Experts on Future Trends and Challenges In Higher Education in Africa*. Paris: UNESCO Press.

UNIVERSIDADE DO PORTO (1996). *Contributos Para a Revitalização da Universidade em Angola*. Porto: Publicações da Universidade Legislação Decreto n.º 3/95, de 24 de março - publicado no Diário da República I Série - n.º 12 - aprova o Estatuto da Carreira Docente Universitária.

Decreto nº 25/94, de 1 de julho - publicado no Diário da República I Série - n.º 1 – estabelece as regras e procedimentos a serem observados em matéria de Classificação de serviços dos funcionários públicos.

Decreto Nº 33/91, de 29 de junho – publicado no Diário da República. I Série – nº 31 - estabelece o regime disciplinar aplicável aos funcionários públicos.

Decreto Nº 55/89, de 20 de setembro – publicado no Diário da República. I Série – Nº 48 – aprova o Estatuto da Carreira Docente Universitária. Luanda: Imprensa Nacional.

Despacho S/Nº/76, de 25 de outubro, da República Popular de Angola Orienta à Comissão executiva da Universidade prover os quadros inferiores aos cargos superiores com a saída de quadros da Universidade de Angola.

Outros documentos

Conselho Científico do Instituto CVBG, de 02 de abril de 2007 – 1ª Reunião Ordinária.

Conselho Científico do Instituto de CVCB, Ata de 05 de Maio de 2009 – 1ª Sessão Extraordinária.

Autor: Tuca Manuel

Professor Doutor em Ciências da Educação, na Especialidade de Organização e Administração Escolar pela Universidade do Minho/Braga – Portugal;

Especialista em Sociologia da Administração Educativa – Organizações Educativas e Administração Educacional pela Universidade do Minho, Braga/Portugal;

Licenciado em História pelo Instituto Superior de Ciências da Educação da Universidade Agostinho Neto em Angola;

Director Provincial dos Registos de Benguela;

Professor Colaborador no Departamento de Ciências Sociais do ISCED Benguela/Universidade Katyavala Bwila;

Professor Colaborador no Curso de Economia e Gestão do ISP-Jean Piaget de Benguela.

Reflexões Sobre a Avaliação Institucional no Ensino Superior em Angola

Maria da Conceição Barbosa Mendes[1]

Resumo: No âmbito da reforma em curso no Subsistema de Ensino Superior em Angola, a avaliação institucional tem sido referenciada como um dos mecanismos estratégicos para a melhoria da gestão do subsistema e da prestação das universidades, no entanto, as práticas avaliativas desse âmbito se têm mostrado episódicas e pouco estruturadas. Acentua-se a busca por mecanismos que possam vir a conformar um sistema de avaliação e a sua adoção como uma ação corrente. Assim, esta comunicação visa a construção de um quadro interpretativo sustentando reflexões sobre as tendências da avaliação, os mecanismos, as lógicas de sua implantação, sinalizando os desafios subjacentes, com base na análise documental e na interpretação das perceções dos atores envolvidos nesse processo.

Palavras-chave: avaliação institucional; qualidade educativa; avaliação interna; avaliação externa.

Introdução

O desenvolvimento sustentável de Angola constitui um dos desafios atuais, assumindo-se como estratégia «a reabilitação, modernização e desenvolvimento das infra-estruturas económicas e sociais, a promoção e realização do investimento público e privado e a *formação, qualificação e gestão adequada dos recursos humanos* […]» (Discurso do Presidente da República sobre o estado da Nação, 2014, p. 4, grifo nosso). Ainda no mesmo discurso foram frisadas as conquistas quantitativas alcançadas no setor do ensino superior (ES), em termos de expansão e de aumento do efetivo estudantil, tem sido realçada a necessidade de se operar uma *revolução qualitativa* para tornar a prestação das instituições de ensino superior (IES) congruentes com os desafios e prioridades atuais do desenvolvimento do país.

Estas enunciações levam implícita uma responsabilidade acrescida para o sistema educativo, particularmente, o subsistema de ES, que é tido como um dos setores estratégicos no plano de desenvolvimento nacional. Portanto no plano prático a expansão do ES é uma realidade, ao passo que, em termos de qualidade, a atuação das IES tem sido considerada desalinhada face às expetativas e exigências contextuais, o que tem estimulado a (re)orientação das estratégicas e políticas educativas no ES focalizando a busca da melhoria da qualidade.

É neste contexto que os termos qualidade e avaliação ganham centralidade no palco das políticas educativas, da investigação e nos discursos de decisores políticos e atores organizacionais, os quais clamam pela melhoria da qualidade e da relevância das formações prestadas pelas IES. A avaliação é assim referenciada como uma das ferramentas que poderá contribuir para a promoção da qualidade e para a obtenção de informações pertinentes sobre a funcionalidade e os níveis de desempenho das IES. É neste panorama que é reconhecida a necessidade de implantação de um sistema nacional de avaliação da qualidade do ES em Angola, figurando como um dos desafios atuais.

Embora em fase de construção é possível identificar um conjunto de traços que permitem a leitura das tendências estruturais do sistema de avaliação do ES, em termos de objetivos, formas de avaliação e sua incidência. Assim, esta comunicação visa a construção de um quadro interpretativo sustentando reflexões sobre as tendências da avaliação, os mecanismos, as lógicas de sua implantação, sinalizando os desafios subjacentes, com base na análise documental e nas perceções dos atores envolvidos nesse processo.

---

1 Desafios do ensino superior nos países lusófonos – contributos para o desenvolvimento.

Doutorada em Organização e Administração Escolar; Mestre em Teoria e Desenvolvimento Curricular; Investigadora colaboradora do Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho, Braga, Portugal. Professora Associada na Faculdade de Economia e no Instituto Superior de Ciências da Educação da Universidade Katyavala Bwila em Benguela; Vice-Decana para a Área Académica da Faculdade de Economia; saobarbosa67@yahoo.com.br

A metodologia é baseada fundamentalmente na pesquisa documental e na análise de conteúdo de discursos e entrevistas (realizadas com decisores políticos e gestores universitários) o que confere ao estudo natureza paradigmaticamente qualitativa.

Avaliação institucional: natureza simplista e complectiva

A avaliação é um conceito polissémico e atual ao qual são atribuídas significações diversas, o que suscita explicitação do termo em qualquer abordagem que o envolva. Assim, com base no referencial de diferenciação dos níveis de avaliação apresentado por Afonso (2005), a avaliação aqui abordada localiza-se no nível macro, ou no primeiro nível, segundo a lógica apresentada por Díaz Barriga (2003).

Na perspetiva de Afonso (2005) a avaliação pode ser situada em três níveis designadamente, micro, meso e macro, enquadrando-se a avaliação institucional ou organizacional neste último, numa perspetiva de avaliação criterial

> […] baseada nos objectivos, definidos no contexto organizacional escolar, pelos órgãos de direcção que, num sistema descentralizado e mais autónomo, representam os interesses das comunidades educativas locais e que deviam estar inscritos nos respectivos projectos educativos (Afonso, 2005: 36).

Díaz Barriga (2003: 87-92) diferencia quatro níveis fundamentais de avaliação: a avaliação institucional, o credenciamento institucional e de programas, a certificação profissional e, por último, o nível a que o autor designa outros programas de avaliação. O âmbito avaliativo aqui focalizado enquadra-se na avaliação institucional nas suas dimensões interna (autoavaliação) e externa. O autor caracteriza a avaliação institucional como uma atividade simplista e como uma atividade mais profunda, cujas diferenças residem no modo de focalizar o âmbito avaliativo, do que resulta uma reflexão mais superficial ou mais profunda da «parte da realidade escolhida como 'material' para esta reflexão», isto é, o referido (Figari, 1996: 48).

A avaliação institucional como atividade simplista consistiria numa reflexão sobre dados de menor relevância, ou seja, de natureza mais superficial e quantificável (número de alunos, o rácio aluno/professor, a relação ingresso/saída, a taxa de repetição de disciplinas, a taxa de exames extraordinários, o número de planos de estudo atualizados, a titulação do corpo docente, o tempo comprometido na docência, o número de publicações, entre outros).

A avaliação institucional mais profunda consistiria em um processo de reflexão mais abrangente envolvendo aspetos de natureza mais interior. Este modo de focar o 'referido' permitiria reflexões sobre dados mais relevantes da ação organizacional, com incidência nos processos, abarcando diversos segmentos e processos da dinâmica organizacional (estratégicos e operacionais). Entre os elementos a avaliar se situam os processos estratégicos de gestão (figurados no plano de desenvolvimento institucional, como por exemplo a clareza das metas gerais, da missão e das metas académicas concretas); dimensão pedagógica (grau de pertinência do plano de estudos de um curso, atualização do conhecimento, as dinâmicas de funcionamento dos cursos); relevância social da instituição (perfis de saída e sua pertinência ante as exigências do mercado, eficiência, eficácia; vínculo da organização com a sociedade, isto é, os processos relacionados com a transferência do conhecimento (pertinência das pesquisas, capacidade de resposta aos problemas locais).

As reflexões no âmbito de uma avaliação mais profunda, que incide sobre os processos, não deixam de parte a dimensão que encerra as representações e as significações que os atores atribuem às suas práticas, bem como a cultura organizacional.

A necessidade de abarcar com certa profundidade o objeto de avaliação implica uma análise multidimensional dos diversos aspetos que conformam os processos e a ação organizacional, a fim de oferecer a descrição e a interpretação da realidade de forma o mais precisa e abrangente possível. Significa que a identificação adequada de indicadores e parâmetros do desempenho das instituições

> […] pode contribuir para as tornar instituições cognoscíveis e compreensíveis e explicar as diferenças de resultados entre estabelecimentos de ensino. Um sistema de informação de qualidade desenvolve a capacidade de previsão e de acção (Clímaco, 1991: 108).

A caraterização simplista ou completiva da avaliação também se relaciona com o modo de abordar a universidade, ou seja se esta for vista de modo parcial, em termos das suas funções, haverá tendência de se conceber a avaliação também de modo fragmentado, do que decorre também uma visão fragmentada sobre a qualidade institucional. Significa que apostar na qualidade implica uma abordagem multidimensional da ação e da missão organizacional. Trata-se de uma perspetiva avaliativa enraizada em uma conceção sistémica convergente com uma abordagem organizacional que valoriza as interligações e interdependências dos elementos estruturais da organização como um todo. Neste caso é valoriza a transversalidade da avaliação, isto é, uma avaliação da qualidade construída em função da missão institucional, focalizada tanto nos resultados como nos processos.

Avaliação no ensino superior angolano: traços emergentes

O termo avaliação, no contexto educativo angolano, de um modo geral, é frequentemente associado à qualidade, porquanto se espera que a implantação de um sistema de avaliação venha a oferecer um diagnóstico mais completo sobre a coerência estrutural do subsistema e a eficácia das instituições educativas. A avaliação é conceitualizada como «um processo que visa aferir a qualidade do desempenho e dos resultados alcançados pelas instituições de ensino superior nos domínios do ensino, investigação científica e prestação de serviços à comunidade» (artº. 9º, Decreto n.º 90/09, de 15 de dezembro). A análise deste documento permite aferir que se pretende instituir um sistema de avaliação cujas características apontam para uma avaliação integradora, institucional, obrigatória e permanente.

A integridade da avaliação é reportada, em primeiro lugar, na circunscrição de aspetos referentes às funções substantivas da universidade (ensino, investigação e transferência do conhecimento) e, em segundo plano, na sua incidência sobre aspetos institucionais mais gerais, como são a administração e a gestão da instituição em si, a operacionalizar por via da avaliação interna e avaliação externa.

A avaliação interna é tida como obrigatória e permanente, cuja responsabilidade de realização cabe aos órgãos de gestão das IES. A mesma deve incidir sobre a apreciação do Plano de Desenvolvimento Institucional, os cursos, a administração e a gestão institucional, os egressos, incluindo a apreciação da qualidade da formação.

A avaliação externa é de competência do órgão de tutela, com recurso a especialistas internos (da própria tutela) ou contratados/convidados (previsivelmente os especialistas que se venham a integrar no designado Banco de Avaliadores - alínea l) art.º 5º, Decreto Presidencial 252/11, de 26 de setembro). A sua incidência recai na aferição da conformidade das atuações pedagógicas e de administração e gestão, em termos de eficiência e eficácia, bem como a verificação da sua conformidade com o legalmente estabelecido e com as normas orientadas pela tutela.

O quadro sinaliza a emergência de características, pelo menos em termos teóricos, de uma avaliação burocratizada inscrita na sua finalidade de verificação da conformidade das práticas institucionais face aos preceitos legalmente estabelecidos, o que poderá induzir processos avaliativos baseados no mero cumprimento de formalidades expressas nas orientações vindas da tutela. A avaliação sustentada nesta lógica limitaria o potencial transformador da mesma, uma vez que, concordando com Dias Sobrinho (2003: 115), «Não existem leis externas e sistemas de avaliação impostos de fora para dentro que transformem de modo essencial e duradouro a educação».

No entanto, reconhece-se que o Estado tem um papel importante, senão mesmo determinante, no estabelecimento de um sistema nacional de avaliação do ES em Angola, tal como acontece em outros contextos educativos. Freitas (2012), em um estudo que visou comparar os sistemas de avaliação da educação superior do Brasil e de Portugal concluiu que nesses países «[…] a avaliação entendida como sistema não é uma atividade voluntária e sim uma política de Estado que estabelece etapas e cada uma dessas etapas contém *standards* ou padrões mínimos de referência e que todas as instituições e todos os cursos devem seguir» (Freitas, 2012: 133). Trata-se de assegurar, segundo Lima (2011: 76) a «convergência sistémica», vista como

> um sistema normativo baseado em normas injuntivas detalhadas e padronizadas, que visam produzir um certo isomorfismo estrutural e morfológico entre distintas unidades, práticas ou objetos a avaliar, integrando uma certa diversidade de casos ou objetos, embora reconhecíveis e aceites pelo sistema, independentemente do seu número e da sua localização).

À avaliação é conferido um lugar estratégico, porquanto, figura como uma ferramenta de gestão da qualidade, localizada em dois domínios estruturais, designadamente a avaliação do sistema educativo e a avaliação do funcionamento das IES.

Relativamente ao primeiro domínio, a Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSE) institui a avaliação como uma *categoria específica* e como uma *categoria transversal*. No primeiro caso, trata-se da avaliação do sistema educativo, entendida como um dispositivo para a descrição do funcionamento e articulação das componentes do sistema, visando determinar a sua eficácia; sobressai uma avaliação com sentido multidimensional, como se pode interpretar do seguinte excerto: o sistema educativo «é objecto de avaliação contínua com incidência especial sobre o desenvolvimento […], tendo em conta os aspectos educativos, pedagógicos, psicológicos, sociológicos, organizacionais, económicos e financeiros» (Lei n.º 13/01, de 31 de dezembro, artº. 63º).

O segundo caso, isto é, a *transversalidade da avaliação* é lida na sua vinculação a áreas específicas da estrutura educativa, nomeadamente a investigação em educação e à inspeção educativa, referenciada nos seguintes termos: «A investigação científica em educação destina-se a avaliar e a interpretar […] a actividade desenvolvida no sistema de educação […]»; «À inspecção de educação cabe o controlo, a fiscalização e a avaliação da educação, tendo em vista os objectivos estabelecidos […]» (art. 64º e 65º LBSE).

No âmbito do ES é reconhecida a necessidade de se «avaliar os resultados da reforma do subsistema», bem como de reforçar a base jurídico-institucional. Enquadra-se aqui a intenção de elaboração do «regime de avaliação e acompanhamento das instituições de ensino superior» (Resolução n.º 29/09, de 15 de abril), o que continua, até ao momento, em fase de conceção. Nesta fase há concentração em aspetos de ordem organizacional, caracterizada pela instituição de estruturas encarregues pela avaliação e controlo da qualidade. Neste processo o Estado tem assumido o protagonismo, com tendência para a emergência de um Estado avaliador, legitimado para, de forma centralizada, como explica Leite (2003) reportando Neave e Van Vught (1994), estabelecer as políticas públicas de educação, os planos, os decretos e a legislação complementar. Cabe nesta última prerrogativa a definição dos princípios e diretrizes gerais da avaliação, conformadas no sistema nacional de avaliação.

Mecanismos de implantação da avaliação

Embora o sistema de avaliação do ES em Angola se encontre em fase de conceção, como foi referido, é possível identificar alguns elementos estruturantes da avaliação, em termos de níveis, objetivos e de instâncias interventoras no processo.

As referências apontam para um sistema nacional de avaliação que venha a ser articulado com sistemas específicos, corporizando estes a avaliação na sua dimensão interna, localizada ao nível de cada uma das IES (Resolução n.º 4/07, de 2 de fevereiro). Esta estruturação, de início, leva subjacente a intervenção de duas instâncias na avaliação, sendo uma de nível nacional e outras de nível local, enquanto unidades estruturais integradas nas IES.

A gestão do sistema da avaliação ao nível nacional é da responsabilidade do Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior[2] (INAAREES), órgão tutelado pelo Ministério do Ensino Superior. O INAAREES corporiza a figura de uma agência nacional de avaliação, cuja missão consiste em «promover e monitorar a qualidade das condições técnico-pedagógicas e científicas criadas e dos serviços prestados pelas instituições de ensino superior […]» (artigo 2º, Decreto Presidencial n.º 172/13, de 29 de outubro).

Para a gestão da avaliação ao nível das IES, na sua dimensão interna, prevê-se a criação de comissões específicas de avaliação, às quais compete a estruturação de sistemas internos de controlo e garantia da qualidade, ou seja, comissões de avaliação interna.

---

2 Sublinha-se que não se trata de uma estrutura nova, pois o ES em Angola já contou com unidades estruturais encarregues pela avaliação, entre as quais: o Gabinete de Avaliação e Acreditação (Decreto-Lei n.º 2/09, de 29 de abril); o Instituto Nacional de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (Decreto Presidencial n.º 70/10, de 19 de maio).

Importa referir que os sistemas específicos de avaliação, neste caso interna, devem articular-se com o sistema nacional, o que implica a observância, por parte das IES, das normas e princípios gerais que venham a ser integrados no sistema nacional de avaliação. Assim, a avaliação interna, enquanto processo de autoconhecimento constitui pressuposto prévio para a avaliação externa sobressaindo o princípio da complementaridade entre as duas dimensões avaliativas.

A criação de sistemas internos de controlo da qualidade confere espaço à contextualização da avaliação, partindo do pressuposto de que os atores de terreno conhecem melhor a realidade institucional, o que os coloca em posição privilegiada para a definição de parâmetros e indicadores avaliativos que se ajustem a essa realidade. Portanto, trata-se de um modelo de gestão que confere protagonismo aos participantes organizacionais locais. Ressalta-se que a centralização, pela sua natureza, revela-se ineficaz, uma vez que «a desresponsabilização dos agentes locais a que conduz provoca desmobilização nos organismos, o que promove atrofia e paralisia dos serviços» (Formosinho, 2005: 19). Na mesma linha, Lima (2007: 156) acentua que o modelo de governação centralizado «nega a natureza política da governação e revela-se incapaz de tirar partido das capacidades e dos recursos dos actores locais». Significa que uma avaliação que privilegia a participação efetiva dos atores locais promove maior responsabilização face ao processo e aos seus resultados. Nesse formato de gestão da avaliação são valorizadas as capacidades e conhecimentos dos participantes organizacionais locais, havendo maior possibilidade de aproveitamento das potencialidades implícitas ao conhecimento real dos problemas locais, o que confere maior flexibilidade e contextuação ao processo avaliativo.

A esse respeito, Dias Sobrinho (1997: 74), por exemplo, adverte sobre a necessidade de ajustamento da avaliação, sublinhando que

> Não se pode adotar os mesmos critérios, instrumentos e procedimentos para a avaliação de uma grande universidade de pesquisa, de caráter universal, possuidora de laboratórios e de bibliotecas adequados e de docentes de grande capacitação, e para a avaliação de uma instituição regional, carente de infraestrutura para o desenvolvimento da pesquisa, embora possa realizar o seu projeto com forte enraizamento em seu contexto social, portanto com relativa qualidade e pertinência.

No processo de construção dos sistemas internos de avaliação há que considerar os parâmetros e indicadores mais gerais estabelecidos, dentro do princípio da convergência necessária.

A finalidade da instituição, os perfis de saída, os currículos, o corpo docente e discente, os recursos financeiros, materiais e humanos, o processo de ensino-aprendizagem, a investigação científica e a organização e gestão da instituição são indicados como aspetos a avaliar.

Percebe-se que há intenção de se configurar um sistema de avaliação abrangente, pois, as ações de monitoria da qualidade levam subjacente uma lógica que incorpora a dimensão pedagógica, científica, a prestação de serviços à comunidade, por parte das instituições educativas, bem como a organização e a gestão organizacional, o que se alinha aos dispositivos educativos referenciados nas linhas mestras. Ao ser prevista a «verificação das condições técnico-pedagógicas e científicas para a criação de instituições de ensino superior»; o estabelecimento de «critérios de avaliação, de modo a obter a tradução dos seus resultados em apreciações qualitativas»; a determinação de um «quadro classificatório das instituições de ensino superior e cursos a nível nacional, em função dos resultados de avaliação obtidos» (alíneas d, g, n – artigo 6º, Decreto Presidencial n.º 172/13, de 29 de outubro), fica evidente a tendência de se configurar um sistema nacional de avaliação que se venha a orientar pelos seguintes objetivos: melhoria da qualidade das IES; informação fundamentada sobre o desempenho das IES; promoção de uma cultura institucional interna de garantia e melhoria permanente da qualidade da prestação institucional. No entanto, não é excluída a pretensão de criação de um quadro classificatório das IES, por via do estabelecimento de *rankings*.

A reformulação do Estatuto da Carreira do Docente do Ensino Superior consta também como uma medida que poderá impor mais rigor à admissão e progressão na carreira, com vista à melhoria do desempenho dos docentes e, consequentemente, à prestação formativa e investigativa das instituições. Estes aspetos sinalizam a conformação da avaliação do desempenho docente assente em duas dimensões fundamentais: avaliação do desempenho pedagógico e avaliação do desempenho científico, incluindo entre as exigências a formação pedagógica.

Considerações finais

O estado atual do ES em Angola bem como a consideração da avaliação institucional como estratégia para o controlo, a garantia e a promoção da qualidade do subsistema de ES e do funcionamento das IES coloca entre os desafios a estruturação de estratégias para a melhoria contínua da qualidade, bem como a definição de procedimentos e medidas para as pôr em prática, para que a cultura de qualidade se instale de modo institucional. A avaliação e a melhoria constituem dois eixos a partir dos quais se perspetiva a sustentação do desenvolvimento permanente das IES em Angola visando revolucionar qualitativamente a gestão e as práticas institucionais.

A conceção de um sistema de avaliação do ES centrada na qualidade do desempenho das IES pressupõe a definição de paradigmas e padrões mínimos de qualidade de natureza geral, para assegurar a homogeneidade necessária, dentro de limites razoáveis de flexibilidade para conceder espaço aos aspetos de natureza mais específica. Deste modo poderá ser salvaguardada a identidade e especificidade própria de cada uma das instituições e com isto pautar por uma avaliação contextualizada. Trata-se de articular a uniformidade e a especificidade, o que, por sua vez, pressupõe coerente ligação entre os elementos estruturantes da avaliação na sua dimensão interna e externa.

Do mesmo modo, o estabelecimento dos elementos estruturantes da avaliação, particularmente os relativos à incidência e ao âmbito de avaliação constituem desafios, o que resulta da complexidade metodológica, científica e técnica que envolve a etapa de conceção do sistema de avaliação. Estes elementos requerem suficiente abrangência e relevância de tal modo que possam dar conta da globalidade funcional das IES, expressa nos processos relativos ao ensino, à investigação e à transferência do conhecimento.

A melhoria do desempenho das IES implica a adoção de práticas de gestão organizacional congruentes com uma política interna de qualidade o que, por sua vez passa pela criação de um sistema de autoavaliação credível e efetivo baseado na periodicidade, efetividade e na participação.

Referências

AFONSO, A. J. (2005). *Avaliação Educacional. Regulação e Emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas.* São Paulo: Cortez.

CLÍMACO, M. do C. (1991). "Os indicadores de Desempenho de Escola na Gestão e Avaliação da Qualidade Educativa". *Inovação*, 4 (2-3). Instituto de Inovação Educacional, pp. 87-125.

DIAS SOBRINHO, J. (1997). "Avaliação Quantitativa, Avaliação Qualitativa: Interações e Enfases". In V. Sguissardi (Org.). *Avaliação Universitária em Questão: reformas do Estado e da educação superior*. Campinas: Editora Autores Associados, pp. 71-89.

DIAS SOBRINHO, J. (2003). "Educação Superior: flexibilidade e regulação ou avaliação e sentido público". In L. F. Dourado; A. M. Catani & J. F. de Oliveira, (Orgs.). *Políticas e Gestão da Educação Superior: transformações recentes e debates atuais.* São Paulo: Alternativa, pp. 97-116.

DÍAZ BARRIGA, A. (2003). "A Avaliação no Marco das Políticas da Educação Superior: Desafios e Perspectivas". In J. Dias Sobrinho & D. I. Ristoff, D. I. (Orgs). *Avaliação e Compromisso Público: a educação superior em debate*. Florianópolis: Insular, pp. 77-95.

FIGARI, G. (1996). *Avaliar: que referencial*. Porto: Porto Editora.

FORMOSINHO, J. (2005). "Centralização e Descentralização na Administração da Escola de Interesse Público". In J. Formosinho, A. S. Fernandes, J. Machado & F. I. Ferreira. *Administração da Escola: lógicas burocráticas e lógicas de mediação*. Porto: ASA, pp. 13-52.

FREITAS, A. A. da S. M. de (2012). "Avaliação da Educação Superior no Brasil e Portugal Homogeneização ou Diferenciação". *Avaliação (Campinas),* [online]. 2012, 17 (1), pp. 119-136. ISBN 1414-4077. Disponível

em: http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772012000100007, [consultado *em* 9-5-2012].

LEITE, D. (2003). "Avaliação Institucional, Reformas e Redesenho Capitalista das Universidades". In J. Dias Sobrinho & D. I. Ristoff (Orgs.). *Avaliação e Compromisso Público: a educação superior em debate*. Florianópolis: Insular, pp. 53-76.

LIMA, J. A. de (2007). "Redes na Educação: questões políticas e concepções". *Revista Portuguesa de Educação*, 20 (2), pp. 75-104.

LIMA, L. C. (2011). "Avaliação, Competitividade e Hiperburocracia". In M. P. Alves & J.-M. De Ketele (Orgs.). *Do Currículo à Avaliação, da Avaliação ao Currículo*. Porto: Porto Editora, pp. 71-82.

NEAVE, G. & VAN VUGHT, F. (1994). *Government and Higher Education*. London, Elsevier.

REPÚBLICA DE ANGOLA. Decreto n.º 90/09, de 15 de dezembro - publicado no Diário da República. I Série - n.º 87 - estabelece as Normas Gerais Reguladoras do Subsistema do Ensino Superior.

REPÚBLICA DE ANGOLA. Decreto Presidencial n.º 172/13, de 29 de outubro - publicado no Diário da República. I Série - n.º 208 - aprova o Estatuto Orgânico do Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior.

REPÚBLICA DE ANGOLA. Decreto Presidencial n.º 252/11, de 26 de setembro - publicado no Diário da República. I Série - n.º 185 - aprova o Estatuto Orgânico do Instituto Nacional de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.

REPÚBLICA DE ANGOLA. Decreto Presidencial n.º 70/10, de 19 de maio - publicado no Diário da República. I Série - n.º 93 - aprova o Estatuto Orgânico do Ministério do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia.

REPÚBLICA DE ANGOLA. Decreto-Lei n.º 2/09, de 29 de abril - publicado no Diário da República. I Série – n.º 79 - aprova o Estatuto Orgânico da Secretaria de Estado para o Ensino Superior.

REPÚBLICA DE ANGOLA. Discurso do Presidente da República sobre o Estado da Nação, 15 de outubro 2014. Disponível em: http://www.mission-angola.ch/discursos/pt/20141015_presidente.pdf, [consultado em 16-10-2014].

REPÚBLICA DE ANGOLA. Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro - publicada no Diário da República I Série - n.º 65 - Lei de bases do sistema de educação.

REPÚBLICA DE ANGOLA. Resolução n.º 29/09, de 15 de abril - publicado no Diário da República. I Série - N.º 69 - aprova o programa executivo da Secretaria de Estado para o Ensino Superior, para o ano de 2009.

REPÚBLICA DE ANGOLA. Resolução n.º 4/07, de 2 de fevereiro - publicado no Diário da República. I Série - Nº 15 - aprova as Linhas Mestras para a Melhoria da Gestão do Subsistema do Ensino Superior.

Universidade E Cidade: vicissitudes da interiorização do ensino superior brasileiro[1]

Sônia Maria Rocha Sampaio[2]

Georgina Gonçalves dos Santos[3]

Resumo: Desenvolvida na cidade histórica de Cachoeira (Bahia), essa pesquisa teve por objetivo compreender as vicissitudes da relação que se estabelece entre a cidade, sua vida e cotidiano, e a instalação de um campus universitário da recém-criada Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Abandonada pelo poder público a partir da abolição da escravatura, a região recebeu, juntamente com a nova universidade, todas as implicações culturais, econômicas, ambientais e políticas relacionadas: chegada de pessoas sem vínculo com a região (estudantes, professores e técnicos administrativos), uso de espaços públicos e patrimoniais para instalação do campus, contrastes culturais e comportamentais entre a população local e a recém-chegada. Tem por base os estudos de ecologia urbana inspirados na tradição da escola de Chicago e sua metodologia, a observação incorporada, que se apoia na indissociabilidade entre pesquisador e ambiente observado e faz emergir os significados compartilhados entre os observadores e os participantes da pesquisa. Os resultados apontam para os ganhos evidentes para a cidade com a instalação do novo campus, tanto do ponto de vista patrimonial quanto comercial. Entretanto, a chegada de pessoas originárias de outras cidades foi correlacionada com o incremento do uso de drogas e a adoção pública de comportamentos considerados impertinentes pela cultura local, especialmente, no que diz respeito à aparência física, hábitos de vestir e à exibição de posturas homoeróticas.

Palavras-chave: Universidade; Interiorização; Ecologia urbana; UFRB.

Abstract: Developed in the historical town of Cachoeira (state of Bahia), this research aimed to understand vicissitudes in the relationships between the town, its ways of living and daily life, and the implantation of the recently created UFRB's (Federal University of Reconcavo Bahiano) campus. The Reconcavo region, that was neglected by the public power since the abolishing of slavery in the late 18th century, has received, jointly with the new university, all the cultural, economic, environmental and political implications related to the arrival of people from other regions (students, teachers and administrative technicians), use of public spaces and resources for the campus implantation, contrasts between the local population and newcomers. The research is based on the tradition of the School of Chicago and on the methodology of embodiedobservation, founded on the inseparability between the observer and the observed context, from which emerge the meanings shared by researchers and participants of the study. Results point out evident advantages for the town with the implantation of the new campus, both from patrimonial and commercial points of view. However, the arrival of newcomers from other regions was correlated with an increment in the use of drugs and in the public exhibition of behaviors deemed inconvenient by the local culture, particularly with respect to physical appearance, dressing habits and display of homoerotic postures.

Keywords: University; Displacement to inland areas; Urban ecology; UFRB.

---

1 Esse trabalho contou com o apoio do Programa de Apoio a Eventos no Exterior (PAEX) da CAPES.

2 Professora Associada IV do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos e coordenadora do Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade da Universidade Federal da Bahia.

3 Professora Adjunta III e Diretora do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

1. INTRODUÇÃO

A universidade é um legado medieval que passou por um longo processo de transformação desde sua criação. Vinculada, inicialmente, à reprodução das elites, vai assumir, na contemporaneidade, o papel de elemento motor da democratização das sociedades e da diminuição das desigualdades, processo lento e permeado de retrocessos e avanços.

Criada como ”alternativa da nascente sociedade civil (burgueses, artesãos, etc.) aos centros de formação clerical” (Almeida Filho, 2007:169), a universidade, apesar disso, manteve-se ligada a práticas e valores da tradição católica romana, com ênfase na formação em teologia. Entretanto, as relações dessa nova forma de organizar o conhecimento e sua transmissão e os aglomerados urbanos que lhe deram origem e, muitas vezes o nome, nem sempre foram amistosas e cordiais. O caráter conflitual dessa interação parece ser um dado recorrente da história das universidades, ao menos daquelas medievais.

Para discutir a questão da liberdade e das relações institucionais que começam a ser estabelecidas no interior das primeiras formações urbanas medievais, Oliveira (2013) analisa documentos que deixam evidente a estreita relação existente entre a cidade e a universidade. A autora defende que a instituição universitária só poderia “surgir na cidade e em decorrência das condições sociais criadas nessa ambiência” (Oliveira, 2013: 264) que pode ser definida como uma vocação para o público, em oposição ao privado, onde circulam e são admitidas a diversidade e a circulação de pessoas, mercadorias e práticas. É nesse espaço confuso que a dimensão universal é introduzida pela presença de mestres originários de diferentes regiões do ocidente, organizados como grupos autoidentificados – as corporações universitárias - à semelhança das corporações de ofícios, cujo surgimento se dá nesse mesmo período.

Essas novas organizações darão origem a formas tipicamente urbanas de relações sociais entre os indivíduos, onde o “bem comum” era ainda aquilo que favorecia um determinado grupo de interesses, sendo a universidade considerada como um deles, o que, evidentemente, incluía os estudantes tanto quanto seus mestres e servos. Os conflitos analisados pela autora têm a questão da liberdade como centro. Defensores de uma ordem independente da lei eclesiástica, em que conhecimentos de outra natureza pudessem ser ensinados, os membros da comunidade universitária, foram alvo de discriminação dos bispos detentores do poder e acusados de vandalismo, de conduta desregrada e de porte de armas, em que pese seu comportamento realmente ser, por vezes, enquadrado como abusivo à coletividade.

À autonomia conquistada à ordem feudal, os burgos, cujos habitantes vão desenvolver independência administrativa e política, deve ser somada “a autonomia e a liberdade do intelecto, provenientes dos debates teóricos travados e das ideias ensinadas na universidade” (Oliveira, 2013: 275) compreendendo que a cidade é a comunidade perfeita para os homens livres.

Na França, finalmente liberta da tutela da Igreja, apesar de sua extinção no período da revolução burguesa, ela renasce como elemento necessário à construção da Nação e para substituir a velha concepção elitista de ensino superior pelo novo paradigma de educação pública e universal (Lessa, 2004). Segundo esse autor, a concepção de Nação aumentou a demanda por novas funções na instituição universitária que passa também a desempenhar o papel de canal de comunicação entre a comunidade e o seu território, definido pelo conjunto de leis pactuadas pelos indivíduos pertencentes a esta comunidade. A Revolução Industrial, que promove um rápido avanço tecnológico em todas as áreas, transformando o conhecimento na força motriz para o desenvolvimento econômico, acentua a relação de interdependência entre cidades e universidade. O saber passa então a ser julgado e hierarquizado e as universidades são percebidas agora como instituições necessárias ao desenvolvimento tecnológico dos países.

Este artigo contempla a relação entre universidade e cidade, com foco nas questões específicas que emergem do processo de interiorização do ensino superior brasileiro, iniciado nos anos 1960 (Estrada, 2000) e que, na primeira década dos anos 2000, sofreu desenvolvimento em ritmo acelerado. Para construir essa relação julgamos necessário apresentar, em grandes linhas, os números recentes do ensino superior no Brasil, para que se possa, a partir deles, avaliar a amplitude do fenômeno que estamos vivendo com a chegada dessas instituições de ensino a cidades de pequeno e médio porte, muitas sem relação próxima com as aglomerações urbanas e centros de poder dos estados. A partir desse quadro, uma contextualização da cidade e da instituição

onde foram coletados os dados se impôs como forma de dar elementos para o trabalho interpretativo realizado sobre esse material. O conceito de Ecologia Urbana, tal como foi elaborado no interior do movimento intelectual e epistemológico conhecido como segunda Escola de Chicago, é declinado para justificar a adoção do delineamento da pesquisa, para, finalmente, discutirmos os achados do estudo realizado.

2. O LENTO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRO E DE SUA INTERIORIZAÇÃO ATÉ OS ANOS 2000

O sistema de ensino superior brasileiro é relativamente jovem ou, talvez, seja mais adequado denominá-lo tardio, se utilizarmos a compreensão de Teixeira (1989). O país, colonizado por Portugal a partir do século XVI, não desenvolveu, em seu território, alternativas consistentes para a formação nem mesmo de suas elites, impedido pelo governo de Lisboa, de empreender iniciativas nesse campo da educação. Com essas restrições, a corte portuguesa tencionava dificultar a propagação de ideais revolucionários em voga na Europa, que colocassem em risco a sua dominação, ideais que se tornaram, cada vez mais, importantes para a resistência ao sistema colonial, nos séculos que se seguiram.

Após a independência e até o final do império, foram acrescentados aos cursos criados por D. João VI, a partir de 1808, data da mudança da corte portuguesa para o Brasil, apenas duas formações superiores: os cursos de Direito de São Paulo e de Olinda, este último transferido, posteriormente, para Recife.

Dessa forma, as primeiras décadas da república, que resulta de um golpe militar, em novembro de 1889, as iniciativas oficiais relativas ao ensino superior são arrefecidas surgindo os primeiros esboços de universidades no âmbito privado. Em 1931, o Decreto 19.851 estabelece o primeiro estatuto das Universidades Brasileiras, contexto responsável pela criação da Universidade do Rio de Janeiro, da Universidade de São Paulo (1935) e da efêmera Universidade do Distrito Federal (1939) [4].

O Brasil, em sua gênese, importou a superestrutura do Estado português – país em franca decadência na Europa – e durante o século XIX, o Estado Nacional brasileiro, mesmo ainda não sendo uma Nação, foi aperfeiçoado e modernizado, apesar da inexistência de universidades.Para Dias Sobrinho (2005), o Estado Nacional é a autoridade pública responsável pela promoção da democracia, estabelecimento das relações sociais, produção econômica e cultural e fomentadora das instituições na sociedade. As universidades são parte essencial da infraestrutura pública sobre a qual Estado e sociedade constroem a nação, pois são instituições reconhecidamente produtoras e disseminadoras do conhecimento e dos agentes da produção intelectual e científica. Lessa (2004) afirma que não existe Nação sem inclusão social e sem universidade, pois o conhecimento é estratégico para o desenvolvimento das nações e precisa ser disseminado indistintamente. A inserção social é um projeto que atravessa todas as dimensões da vida humana e cabe também à universidade promover uma reflexão de como colaborar com o projeto de nação que a sociedade deseja (Lessa, 2004).

No que diz respeito à interiorização, segundo Estrada (2000), até a criação da Universidade de Santa Maria, na década de 60, a oferta de educação superior pública se dava exclusivamente nas capitais dos estados. Além de contribuir para uma tendência já estabelecida de maior concentração populacional nas capitais, esta realidade dificultava ainda mais o acesso às universidades pela população em geral.

Segundo as sinopses da educação superior, do Ministério da Educação-MEC/Instituto Nacional de Estudos

---

4 Em abril de 1935, pelo decreto municipal n° 5.513, foi criada a Universidade do Distrito Federal (UDF), composta por cinco escolas: Ciências, Educação, Economia e Direito, Filosofia, e Instituto de Artes. Seu principal objetivo era encorajar a pesquisa científica, literária e artística e propagar as aquisições da ciência e das artes, pelo ensino regular de suas escolas e por cursos de extensão de caráter popular. Na verdade, a UDF pretendia não apenas produzir profissionais, mas formar os quadros intelectuais do país. A experiência inovadora tinha a inspiração de Anísio Teixeira, importante intelectual brasileiro, então chefe do Departamento de Educação que abriu espaço para uma experiência pioneira e original na história da universidade no Brasil. Embora despontasse como um centro de ensino inovador, a UDF logo iria enfrentar dificuldades políticas consequentes à revolta comunista de novembro de 1935. A instauração do Estado Novo, em novembro de 1937, criou condições para a eliminação desta universidade e a incorporação de seus quadros à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, criada em 1939.

e Pesquisa-INEP/Diretoria de Estatísticas Educacionais-DEED (2001; 2011), entre os anos de 2001 e 2011 observa-se um aumento de 46% no número de instituições públicas nas capitais, enquanto que, no interior, esse aumento é de 60%. Com relação às instituições privadas, essa diferença é ainda mais radical; nas capitais, no mesmo período, houve um declínio de 34% no número de instituições, enquanto que, no interior, registrou-se um aumento de 77%.

Tabela 1 – Distribuição de instituições de ensino superior em capitais ou no interior

	Pública		Privada	
	2001	2011	2001	2011
Capital	65	95	1108[1]	724
Interior	118	189	763	1.357

Fonte: Sinopses da Educação Superior, MEC/INEP/DEED, dos anos de 2001 e 2011.

Rieder (2011) chama atenção para outra questão causada pela concentração das universidades nos grandes centros: a saída de talentos do interior, que normalmente não retornam como mão de obra qualificada, perpetuando um ciclo de desenvolvimento das grandes cidades e a precarização dos serviços no interior. Para além do seu papel como propulsora do desenvolvimento regional, a interiorização tem sido vista como mais uma das muitas ações para a democratização da educação superior ‘’(...) entendida como um processo de inclusão através da democratização espacial do acesso (...)” (Rieder , 2011: 02).

No caso do Brasil (Carvalho, 2007), a demanda por ensino superior foi consequência da convicção que se estabelece entre os setores médios da população, de que apenas com a educação se poderia obter mobilidade social. Além disso, a expansão demográfica que se iniciou na década de 1940, o deslocamento da população rural para os centros urbanos, o aumento dos níveis de escolaridade da população, o declínio da taxa de analfabetismo entre as pessoas com mais de 15 anos de idade (de 56% em 1940 para 26% em 1980) e a exigência do mercado de trabalho por mais especialização e escolaridade são fatores que explicam o crescimento da demanda por educação superior (Carvalho, 2007).

Entretanto, apesar da expressiva expansão de vagas ao longo dos últimos cinquenta anos, quando o Brasil passa de 93 mil alunos em 1960 para mais de 6 milhões em 2010, a escolaridade líquida da população de 18 a 24 anos não ultrapassou os 15%[5], mantendo o sistema de ensino superior, na classificação de Trow, como elitizado e ainda muito distante da universalização.

A Figura 1 apresenta os percentuais de jovens de 18 a 24 anos que frequentavam cursos superiores em 1991 e 2000. Em 1991, 4,3% dos jovens de 18 a 24 anos estavam matriculados em curso superior no Brasil, percentual que, em 2000, alcançou 7,2%. Em 1999, existiam 13 estados com menos de 2,5% de jovens nessa faixa etária frequentando cursos superiores. Em 2000, apenas o Maranhão apresentava números inferiores a 2,5% (1,9%). Em 1991, nenhum estado possuía mais de 7,5% de jovens na educação superior, mas já em 2000, toda a região Sul, parte do Sudeste e o Mato Grosso do Sul atingiam percentuais acima de 7,5%. Cinco estados possuíam, em 2000, mais de 10% de jovens de 18 a 24 anos no ensino superior: Distrito Federal (13,4%), Rio Grande do Sul (11,7%), Santa Catarina (10,7%), São Paulo (10,4%) e Rio de Janeiro (10,0%). Na Bahia, em 1991, existiam 1,7% dos jovens nessa situação e, em Salvador, eles somavam 5,9%, percentuais, elevados a 3,1% em 2000, na Bahia e a 9,2%, em Salvador, no mesmo ano (Organização das Nações Unidas-ONU, 2003).

5 Importante sublinhar que a taxa de 15% de escolaridade líquida pode ser ainda menor, pois, o se cálculo leva em consideração somente a matrícula inicial, sem levar em conta os que saem do ensino superior.

Figura 1 – Percentual de pessoas de 18 a 24 anos frequentando cursos superiores, Brasil, 1991

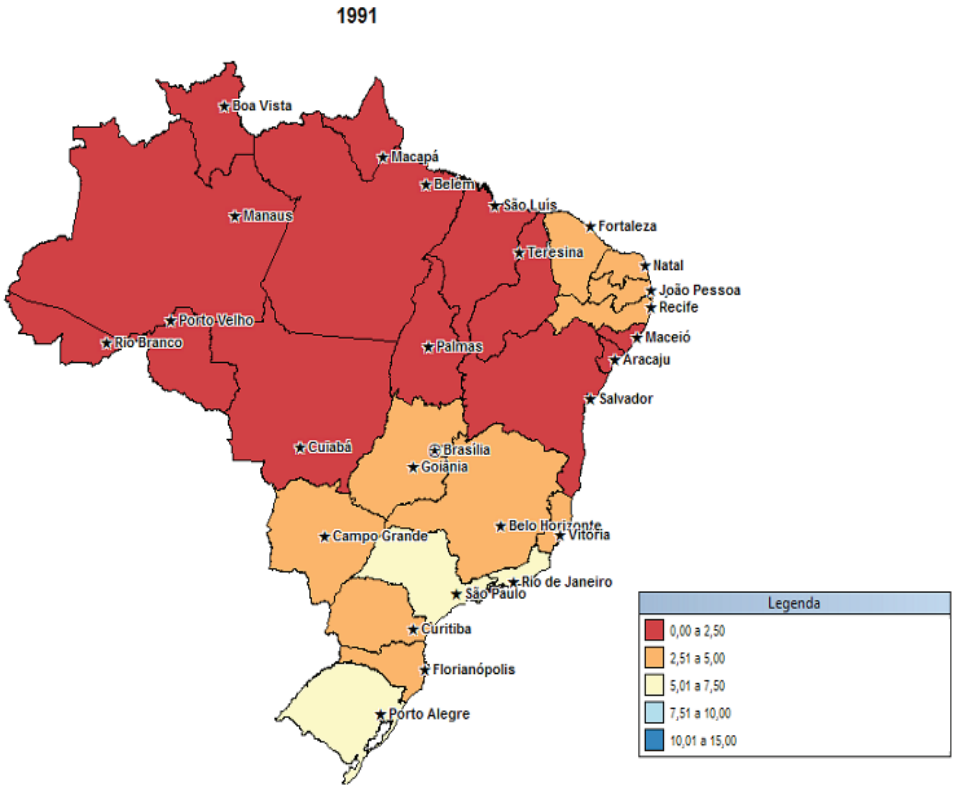

Fonte: ONU, 2003.

Figura 2 – Percentual de pessoas de 18 a 24 anos frequentando cursos superiores, Brasil, 2000

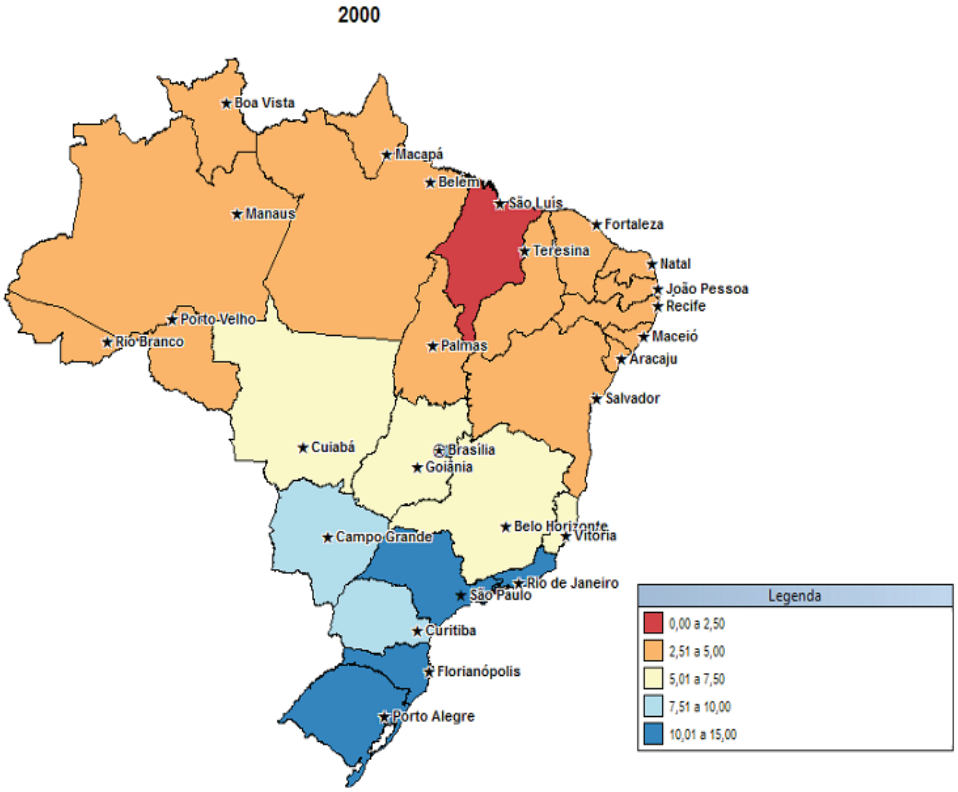

Fonte: ONU, 2003.

Além de baixa, a taxa de escolarização líquida na educação superior varia entre as regiões do país, situação apresentada na figura acima. Em 2006, enquanto a taxa líquida no país era 12,6%, no Norte e Nordeste estava abaixo da média nacional (7,6% e 7,1% respectivamente), e no Centro-Oeste (14,8%), Sudeste (15,7%) e Sul (17,1%) encontrava-se acima (Brasil, 2009a).

A necessidade de expansão da educação superior continua na ordem do dia, pois a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE)[6] correspondente ao decênio 2011-2020, de alcançar 33% dos jovens entre 18 e 24 anos na universidade até 2020, está longe de se concretizar, como comprovam o *Censo da Educação Superior 2010* (INEP, 2012) e o *Relatório de auditoria operacional*, do Tribunal de Contas da União (Brasil, 2009b). Segundo o Censo da Educação Superior, a taxa de escolarização bruta passou de 15,1% em 2001, para 26,7% em 2009, e a líquida, de 8,9% em 2001 para 14,4% em 2009, números ainda muito distantes dos 33% almejados. De acordo com o relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), os principais entraves são o baixo número de vagas na universidade e o ritmo lento de crescimento de alunos do ensino médio.

As baixas taxas de escolarização bruta e líquida

> [...] evidenciam o alto nível de exclusão econômica e de seletividade social no Brasil, em termos do acesso e permanência nesse nível de ensino. Pode-se afirmar, portanto, que aqueles que conseguem ingressar no ensino superior, mesmo no turno noturno, fazem parte de um segmento que já passou por um processo de seleção social bem mais amplo (Oliveira et al. 2010: 251).

Segundo dados do relatório *Sinopse das Ações do Ministério da Educação* (Brasil, 2011), existiam, em 2006, 4,88 milhões de alunos matriculados, incluindo as modalidades presenciais e a distância. Naquele universo, 3,63 milhões estavam na rede privada (74,4%) e 1,25 milhões, na rede pública (25,6%). Em 2010, o total de matriculados no ensino superior, tanto nos cursos presenciais, quanto nos cursos a distância, aumentou para 6,38 milhões: 4,74 milhões em rede privada (74,3%) e 1,64 milhões em rede pública (25,7%). Esse número é mais que o dobro das matrículas de 2001, que totalizavam 3,04 milhões. Vale ressaltar que o aumento foi em valores absolutos, entretanto a posição relativa continua a mesma entre os anos (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Número de matrículas em graduação (milhões), Brasil, 2001-2010[7]

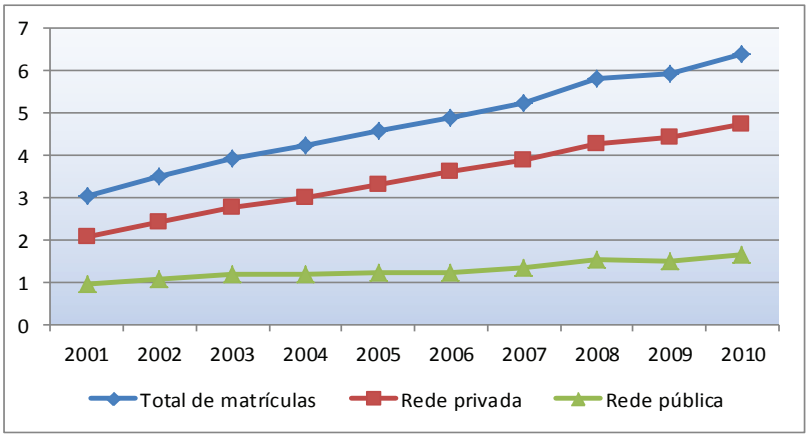

Fonte: Brasil, 2011.

6 Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta (Brasil, 2010).

7 Em 2010, os dados são preliminares.

Números tão altos provocam a sensação de que o sistema brasileiro tem "dimensões amazônicas", mas, em relação à população brasileira, constituem-se em um dos menores do planeta (Ristoff, 2011).

Gráfico 2 – Vagas em graduação presencial em universidades federais (em milhares), Brasil, 2003-2012[8]

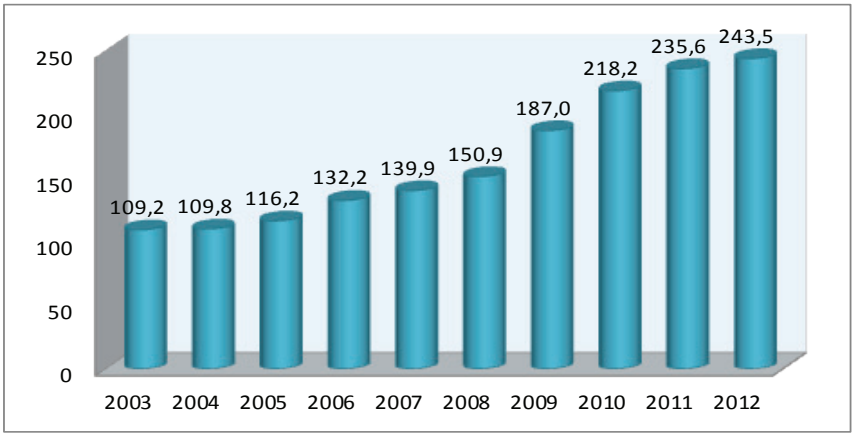

Fonte: Brasil, 2011.

A expansão da educação superior no Brasil ganhou força com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado em 2007. Entre 2003 e 2014 houve um salto de 45 para 63 universidades federais e de 148 campus houve ampliação para 275. O número de municípios atendidos, no mesmo período considerado, mais que dobra: de 114 para 275, em 2014, como se pode constatar pelos dados da Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 – Evolução do número de Universidades, Campus/Unidades e Municípios atendidos em 2003, 2010 e 2014.

	2003	2010	2014
UNIVERSIDADES	45	59 (14 novas)	63 (04 novas)
CAMPUS/UNIDADES	148	274 (126 novos)	321 (47 novos)
MUNICÍPIOS ATENDIDOS	114	230	275

Fonte: Secretaria deEducação Superior-SESU/MEC.

É inegável o avanço da expansão da educação superior pública, entretanto o que se quis aqui examinar é o impacto dessa expansão no cotidiano de uma pequena cidade do interior, tomada como *case*.

8 Em 2010, são dados preliminares. Em 2011 e 2012, dados projetados.

3. ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Com índice de desenvolvimento humano médio (0,647), situada às margens do Rio Paraguaçu, no Recôncavo baiano, Cachoeira é uma cidade que abriga, aproximadamente, 35 mil habitantes. Os prédios antigos, espalhados por ruas estreitas, desenham uma paisagem anacrônica e conta sobre seu passado próspero quando, durante os séculos XVIII e XIX, o escoamento da produção agrícola do Recôncavo se dava por meio do porto dessa cidade, que era também importante rota que conduzia ao sertão. Sua importância também se revela na participação na luta pela independência, em 1822, momento em que cachoeiranos estavam entre os líderes do movimento que deflagrou a guerra pela Independência da Bahia. Essa participação rendeu à cidade os títulos de "Cidade Monumento Nacional" e "Cidade Heróica" concedido em 1971, através do Decreto Lei 68045. Os elementos culturais da cidade giram em torno dos símbolos africanos unidos, muitas vezes, aos elementos da cultura católica, o que contribuiu para a formação de um forte amálgama cultural-religioso reproduzido por gerações. No século XX, ao longo da industrialização do país, a cidade perde sua importância econômica e entra em declínio saindo do centro dos interesses dos gestores nacionais. A chegada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) se dá em 2006, com a intenção de contribuir para a retomada do prestígio cultural e econômico da região.

Tomar a cidade como objeto de investigação é uma invenção da Escola de Chicago (Grafmeyer & Joseph, 2009), que cria, como campo de conhecimento específico, uma sociologia urbana. A expressão ecologia, empregada às sociedades, é de autoria de Park e expressa, de forma clara, que havia uma preocupação dos cientistas em compreender um conjunto de fatos e circunstâncias sociais a partir das relações dos indivíduos com sua realidade urbana, à época, considerada caótica. É uma antropologia urbana que se estabelece com a corrente interacionista de Chicago voltada para os "estrangeiros" de um novo mundo nascido com a forte urbanização iniciada no século XX.

A tônica empírica que marca essa abordagem, que pensa a cidade de Chicago como uma espécie "laboratório social"- decorre do interesse desse grupo de pesquisadores em compreender e encaminhar soluções para os problemas, sobretudo sociais, de uma cidade marcada por intenso processo de industrialização na virada do século XIX para o XX (Sampaio & Santos, 2011). O crescimento espantoso da cidade, onde se acotovelam imigrantes europeus de diferentes nacionalidades resulta na formação de guetos e segregação urbana, onde a precariedade das condições de vida e de infraestrutura favorecem a formulação, pela Escola de Chicago, da ideia da "cidade como problema" (Sant'anna, 2002) que irá influenciar os estudos nesse campo a partir daí.

Park transforma a noção de "estrangeiro", tomada do famoso texto de Simmel, "*Digressions sur l'étranger*", na tradução que faz desse trabalho, em 1921. Ele amplia as contingências vividas pelo estrangeiro para o imigrante, o refugiado, o mestiço, as populações vítimas de segregação social, o homem que deixa um ambiente para instalar-se em outro lugar que desconhece. Ancorados num mundo de valores e atitudes ligadas à sua história anterior esses "estrangeiros" entram nesse mundo novo e tentam o equilíbrio entre passado e pressões presentes da nova cultura. O homem desenraizado, cosmopolita que possui um distanciamento crítico face ao mundo onde acaba de imergir (Le Breton, 2004) é instado a negociar com essa nova cultura. Mas essa negociação se faz numa espécie de contínuo que vai definir seu grau de integração e mudanças empreendidas.

Para a realização desse estudo, foi utilizada a estratégia do informante privilegiado, tomados entre estudantes de iniciação científica, não nativos, que se reuniam, semanalmente, no grupo de pesquisa para discutir o encaminhamento de seus planos de trabalho com a professora orientadora. Foi solicitado a esses estudantes que apresentassem situações vivenciadas por eles e relacionadas à percepção dos moradores da cidade quanto à chegada, instalação da universidade e circulação dos novos moradores no espaço urbano.

A partir de diferentes situações apresentadas pelos estudantes, foram selecionados os tipos de habitantes que seriam entrevistados posteriormente: dono de bar, baiana de acarajé, policial, proprietário de imóvel para locação, feirante, funcionário público (prefeitura local). Destes, dez moradores, se disponibilizaram para a entrevista, após conhecer os objetivos da pesquisa e assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A entrevista tinha apenas uma questão disparadora: "como o Sr. (a) vê a chegada da universidade na cidade de Cachoeira? Perguntamos sobre mudanças, consideradas positivas ou negativas que foram observadas nesses sete anos". Os depoimentos foram gravados, transcritos e, a partir dos dados obtidos, organizados de tal forma a compor categorias analíticas.

4. O QUE DIZEM OS MORADORES

A análise dos dados será repartida em dois blocos: os ganhos e as críticas.

4.1. Os ganhos

Em todas as entrevistas, aparece, de forma clara, que os moradores, em suas diferentes posições, consideram a chegada da universidade como um ganho para a região e, sobretudo, para a cidade. O abandono patrimonial em que se encontrava Cachoeira incomodava a comunidade que não localizava o interesse dos gestores políticos, locais ou estaduais, em reverter essa situação. Imóveis perdidos, parte da cidade em ruínas, eram o testemunho eloquente desse descaso. A chegada da universidade ativa a restauração patrimonial[9], cristalizada, sobretudo, na reforma do quarteirão Leite Alves, que se transforma em sede do campus e é inaugurado pelo então presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, em 2009, motivo de orgulho para todos os informantes.
Cidade ligada às artes e à cultura, Cachoeira vê, a instalação de uma universidade federal como anúncio de um prestígio retomado. A reforma dos prédios onde atualmente acontecem as aulas e, especialmente, do prédio da administração, a primeira habitação coletiva das Américas, são motivo de orgulho para os habitantes. Além desses, o prédio do Hansen Bahia e o recém-inaugurado Cine Teatro Cachoeirano, que data de 1923, faz parte desse conjunto de edificações indissoluvelmente ligado à chegada da UFRB.
Do ponto de vista do comércio, os habitantes também estão de acordo em que a chegada da universidade foi fundamental para o crescimento do comércio e de serviços. Embora a cidade seja conhecida por uma longa tradição boêmia e de larga convivência com artistas de todos os matizes (pintores, poetas e escritores, escultores, etc.) os entrevistados concordam, de maneira geral, com o incremento dessas atividades a partir da chegada da UFRB. Bares e restaurantes abertos até mais tarde, pousadas sempre cheias fora dos circuitos das festas tradicionais[10]·, aquecimento do mercado imobiliário, especialmente no que diz respeito à necessidade de novas unidades para locação, incremento do comércio de materiais de construção e de equipamentos e objetos para casa, estão entre os itens relacionados em melhoria após a instalação da universidade.
Atividades culturais, promovidas no âmbito dos cursos ou apoiadas pela universidade são referidas como importantes, dentre estas o Cachoeira Doc, uma mostra de filmes documentários. Encontros e outras atividades científicas movimentam um turismo acadêmico muito bem visto pelos informantes que usufruem do espaço físico na forma de empréstimo do auditório para realização de atividades ou de equipamentos do centro.

4.2. As críticas

Ao mesmo tempo em que concordam com certa ativação da economia local, os informantes apontam a chegada de novos moradores com maior poder aquisitivo (estudantes, professores e servidores técnico-administrativos) como responsável pelo aumento do preço dos aluguéis. Com esta grande demanda há uma supervalorização dos imóveis, aumentando de forma surpreendente os valores praticados. A introdução destes novos moradores na cidade causa o enobrecimento da área que altera a composição social original, forçando a mudança de moradores para áreas mais distantes ou ainda degradadas. Esse processo denominado gentrificação (Faccenda, 2003), é comum e decorre de programas de requalificação, do espaço urbano, estimulando interesses imobiliários, empresariais e financeiros. A área onde os novos moradores se instalam ganha certo dinamismo, na medida em que é criado um novo tipo de comércio e prestação de serviços para atendê-los, mas resulta em perda da qualidade de vida para os moradores tradicionais. Em 2008, um estudo inicial foi realizado na cidade (Celestino, 2009) necessitando ser atualizado para identificar o grau em que esse processo de gentrificação se instalou na região urbana de Cachoeira.

---

9 Projeto de requalificação de edificações históricas (Programa Monumenta) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) do Ministério da Cultura.

10 Cachoeira tem na festa da Irmandade da Boa Morte, no São João e no Carnaval extemporâneo do mês de novembro, o Embalo d'Ajuda, três pontos fortes do turismo local.

Entre as consequências deletérias da instalação da universidade, o que é denominado "aumento do uso de drogas" é referido como um verdadeiro problema social. Os estudantes são acusados por uma "contaminação" do ambiente, pondo em risco a orientação dos jovens nativos. Uma entrevistada chega a dizer que não gostaria que seus filhos menores tomassem a decisão de frequentar um curso na UFRB, temendo que eles adotem o uso da maconha ou de "outras drogas até mais perigosas como o crack", mesmo que reconheça a importância da continuidade dos estudos. A proximidade do tráfico assusta tanto ou mais que o consumo das substâncias psicoativas, sendo que os moradores responsabilizam a maior incidência de furtos e roubos com a necessidade de circulação de dinheiro para pagamento do consumo de drogas. A morte por afogamento de um estudante, em 2010, foi relatada como ligada ao consumo de drogas, mesmo que não haja laudo conclusivo oficial nesse sentido. O que parece notável é que nenhum informante relacionou o consumo excessivo de álcool como fazendo parte de suas preocupações relativas aos hábitos dos novos moradores.

Ainda no âmbito comportamental, os moradores estranham comportamentos explicitamente homo afetivos que comparecem na cena urbana, tanto de casais masculinos quanto de casais femininos, estes uma novidade segundo eles. Manifestações afetivas como andar de mãos dadas, o namoro e o beijo em locais públicos foi unanimemente considerado como impróprio pelos informantes, ainda que não se considerem preconceituosos. Esses comportamentos são "um mau exemplo para as crianças e um desrespeito para com os mais velhos" e, não eram observados, segundo eles, antes da chegada da universidade. A informante explicitamente ligada a uma religião de matriz africana acrescenta que, no âmbito da sua comunidade religiosa, existem homens que gostam do mesmo sexo, mas que são "discretos e sua condição não ofende ninguém". Ao que tudo indica, o que incomoda é a explicitação na cena pública da escolha homoafetiva dos jovens estudantes, considerada como imprópria pelos moradores.

Como último aspecto aparece a indumentária, a aparência física considerada, em muitos casos, como extravagante.A liberdade para usar o que lhe convém não parece própria, segundo os entrevistados, para o espaço de uma "casa de saber" aonde os jovens vão para serem formados e aprender coisas importantes para a comunidade: "como um professor pode educar se ele se apresenta vestido de um jeito estranho?" Perguntado sobre o que seria esse "estranho" a resposta se detém nos cabelos, com cortes que não fazem parte do que seria considerado tradicional (rastafári, "black", desalinhados em geral, etc.) e nas roupas (curtas demais, transparentes, uso de shorts, turbantes ou rapazes usando pareôs).

5. CONCLUSÕES

Apesar de considerarem a chegada de uma universidade pública na região, um ganho que aponta para uma perspectiva de futuro melhor para os jovens nativos e de desenvolvimento integrado, em perspectiva, as relações que se estabelecem entre a cidade e a universidade não são sempre amistosas ou cordiais.

O impacto da chegada de novos habitantes, muitos deles jovens, vivenciando pela primeira vez, a liberdade de morar sem suas famílias, tem sido sentido pelos moradores tradicionais como distúrbio de suas rotinas e costumes. Não consideramos que o incremento do uso de drogas seja particular e relacionado à chegada de uma instituição de ensino superior pública na medida em que o fenômeno do deslocamento geopolítico do tráfico e do crime, a ele relacionado, para o interior do país é fenômeno conhecido, mas ainda pouco estudado no Brasil. O que é importante, do ponto de vista antropológico, é que, no imaginário de moradores, esses fenômenos estejam associados e, como realidade imaterial, atuam nas relações que se estabelecem entre a cidade e a universidade.

Um estudo apenas preliminar, mas que aponta na direção da complexidade que acompanha o processo de interiorização da educação superior e que merece a atenção dos gestores públicos. Em que pese algumas das mudanças serem apreciadas, especialmente aquelas relacionadas com a ativação da economia local e ampliação da cena cultural e atividades.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N. de (2007), *A Universidade Nova – textos críticos e esperançosos*, Brasília: Editora UnB, Salvador: EDUFBA.

BRASIL. Ministério da Educação (2009a), *Indicações para subsidiar a construção do plano nacional de educação 2011-2020*, Brasília, Distrito Federal.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (2009b), *Relatório de auditoria operacional: Programa Universidade para Todos (ProUni) e Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)*, Relator Ministro José Jorge. Brasília: TCU. Disponível em: http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo/areas_atuacao/educacao/Relat%C3%B3rio%20de%20auditoria_Prouni.pdf, [consultado em 26-4- 2014].

BRASIL (2011), *Sinopse das ações do Ministério da Educação*, 2. ed., Brasília, Distrito Federal.

CARVALHO, C. H. A. (2007), "Estudo comparado sobre a expansão do ensino superior: Brasil e Estados Unidos". In: S. F. Lopes. *Escenarios mundiales de la educacion superior. Análisis global y estúdios de casos,* Buenos Aires: CLACSO. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/campus/Segrera, [consultado em 05-8-2014].

CELESTINO, L. F. (2009), "Políticas públicas de recuperação do patrimônio cultural urbano em Cachoeira/BA: uma análise sobre o programa Monumenta (Ministério da Cultura)". In: Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia. Disponível em: http://periodicos.uesb.br/index.php/ascmpa/article/viewFile/3691/3376, [consultado em 28-9-2014].

DIAS SOBRINHO, J. (2005), "Educação superior, globalização e democratização: qual universidade?". *Revista Brasileira de Educação*, 28. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782005000100014. [consultado em 30-3- 2013].

ESTRADA, R. J. S. (2000), *Os rumos do planejamento estratégico na universidade pública: um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Maria*. Tese de doutoramento, Santa Catarina: Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2001_TR72_0180.pdf. [consultado em 18-8-2014].

FACCENDA, M. B. (2003), *Entre Davis e Golias (boas e más) dos museus na dinâmica urbana*.Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq034/arq034_03.asp , [consultado em 03-7- 2014].

GRAFMEYER, Y. & JOSEPH, I. (2009), *L'école de Chicago: naissance de l'écologie urbaine*. Paris : Aubier-Montaigne.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2012), *Censo da Educação Superior: 2010 – resumo técnico*. Brasília, Distrito Federal.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2001), *Sinopse estatística da educação superior 2000*. Brasília, Distrito Federal.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2011), *Sinopse estatística da educação superior 2010*. Brasília, Distrito Federal.

LE BRETON, D. (2004). *L'Interactionnisme symbolique*. Paris: PUF.

LESSA, C. M. R. (2004), "Democracia e universidade pública: o desafio da inclusão social no Brasil". In: M. C. L. Peixoto, *Universidade e democracia: experiências e alternativas para a ampliação do acesso na universidade pública brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 33-44.

MEC- Ministério da Educação/INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira /DEED- Diretoria de Estatísticas Educacionais (2001, 2011), *Sinopses da Educação Superior dos anos de 2001- 2011*. Disponível em http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse , [consultado em 18-8-2014].

OLIVEIRA, J. F. & BITTAR, M. & LEMOS, J. R. (2010), "Ensino superior noturno no Brasil: democratização do acesso, da permanência e da qualidade". *Revista de Educação Pública*, 19(40), pp. 247-268.

OLIVEIRA, T. (2013), "Universidade, cidade e liberdade no século XIII: uma perspectiva de análise na história da educação". *Avaliação*, 18(2), pp. 261-276.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2003). *Atlas de Desenvolvimento Humano 2003*. Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2003.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2003, [consultado em 07-4-2013].

RIEDER, A. (2011). "A interiorização da educação superior no Brasil: caso de Mato Grosso", *Revista Igual*, 4(3), pp. 228-247.

RISTOFF, D. (2011). "A universidade brasileira contemporânea: tendências e perspectivas". In: M. Morosini (org.), *A universidade no Brasil: concepções e modelos*, Brasília, DF: INEP, pp. 37-52.

SAMPAIO, S. M. R. & SANTOS, G. G. (2011). "O Interacionismo Simbólico como Abordagem Teórica dos Fenômenos Educativos". *Revista Tempos e Espaços em Educação,* 6. pp. 87- 96.

SANT'ANNA, M. J. G. (2002). *A cidade como objeto de estudo: diferentes olhares sobre o urbano*. Disponível em: http://www.portuguesnarede.com/2009/03/ortografia-do-acordo-infra-estrutura-ou.html , [consultado em 23-10-2014].

(Footnotes)

1 Para o ano de 2001, esse valor é composto pela soma das instituições Privadas e as instituições Comunitárias, Confessionais e Filantrópicas. A sinopse de 2011 não apresenta esta distinção.

Universidade e Comunidade em Alagoas/Brasil: o Pilar da "Extensão" em Debate

Camila Ferreira da Silva1

Resumo: A instituição universitária no Brasil é legalmente sustentada pelo tripé "Ensino-Pesquisa-Extensão" desde 1988. Estes três pilares são capazes de revelar o grau de autonomia, bem como o processo de complexificação das funções sociais que as universidades brasileiras vêm assumindo nas últimas décadas. O presente artigo se coloca, pois, neste debate e tem como objetivo mais amplo compreender a relação entre Universidade e Comunidade: para isto, tomou-se à análise o pilar da "Extensão" no âmbito das experiências da Universidade Federal de Alagoas; a lente analítica elencada para este exercício investigativo interessa-se pelas relações entre os campos sociais, entre os agentes, e ainda entre os agentes os respectivos campos nos quais se encontram inseridos. Importantes questões relacionadas à institucionalização da relação entre a universidade e a comunidade que a cerca emergem, portanto, a partir deste estudo.

Palavras-chave: Universidade; Comunidade; Autonomia; Extensão; Alagoas.

Introdução

O lugar social da universidade, bem como suas funções, modelos e desafios, são elementos que vêm sendo discutidos com maior frequência no cenário acadêmico nas últimas décadas (Trindade, 2000). Este movimento discursivo revela não somente a importância socialmente atribuída a tal instituição, mas também a consolidação de comunidades científicas preocupadas em compreender esse universo.

Nesse sentido, interessa-nos enveredar pelo terreno da universidade brasileira contemporânea – verdade que este termo sintetiza uma enorme diversidade de experiências Brasil a fora, não sendo possível tomar esta instituição à análise de maneira homogênea –, e compreender suas especificidades. De modo geral, investigações anteriores já demostraram: a forte predominância dos setor privado no cenário do ensino superior brasileiro (Cunha, 2003; Peixoto, 2004; Schawartzman & Schawartzman, 2002) e as relações entre o Estado e as instituições privadas (Cunha, 2004); os processos de democratização (Neves, Raizer & Fachinetto, 2007) e de interiorização (Rangel, Gomes, Mello & Gomes, 2003) das universidades públicas; os desafios das universidades; entre muitas outras questões. De modo que, frente a estes estudos, o presente artigo coloca-se no âmbito do debate acerca das funções sociais da universidade brasileira, entendida aqui em sua heterogeneidade, expressas sob o tripé *Ensino-Pesquisa-Extensão*.

Nesse sentido, o objetivo mais geral do texto consiste em compreender a relação entre Universidade e Comunidade. Para tal, o pilar da *Extensão* foi tomado à análise e as experiências vivenciadas na Universidade Federal de Alagoas (a partir daqui denominada UFAL) servem aqui como subsídios práticos para vislumbrar a relação supracitada. No que se refere aos aspectos metodológicos que marcam este estudo, tem-se: abordagem qualitativa combinada com estudo de caso, além das estratégias levantamento bibliográfico, recolha de informações, construção, categorização e análise de dados. Para além disso, faz-se importante destacar aqui a lente analítica elencada para este exercício investigativo: elenca-se, pois, as relações entre os campos sociais, entre os agentes, e ainda entre os agentes os respectivos campos nos quais se encontram inseridos.

O texto encontra-se dividido em duas partes, a saber: num primeiro momento, envereda-se por um debate mais amplo acerca do estabelecimento de ligações entre a instituição universidade a comunidade que a cerca no Brasil; logo depois, o caso alagoano ganha destaque com suas experiências de extensão.

---

1 Filiação: Universidade Nova de Lisboa/UNL. Contacto: ferreira.camilasilva@gmail.com. Atualmente é doutoranda em Ciências da Educação na UNL. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Licenciada em Pedagogia pela UFAL, com intercâmbio acadêmico internacional em Ciências da Educação na Universidade de Lisboa (UL). Licenciada em História pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR).

Universidade e Comunidade: reflexões a partir do cenário brasileiro

O movimento histórico em torno das práticas de extensão não pode ser compreendido de maneira linear, ao refletir sobre este movimento no âmbito da América Latina[2], Rocha (2001) assevera que muitas ações de caráter extensionista podem ser observadas antes mesmo da institucionalização do próprio termo *extensão*, tais ações estavam voltadas, principalmente, para os diversos movimentos sociais. No caso brasileiro, não há um consenso na literatura acerca da gênese da extensão universitária e, por isso, destacam-se alguns elementos que podem clarificar tal questão: as universidades populares, a influência do movimento estudantil argentino e a ditadura militar.

Com a perspectiva de democratizar o acesso ao conhecimento científico e literário, as universidades populares desenvolveram ações de extensão no início do século XX. Destacam-se as Universidades Populares da Paraíba e de São Paulo que promoveram cursos de extensão difusores de "conteúdos positivistas ou de disseminação da cultura da elite" (Rocha, 1986: 7).

No que se refere à influência argentina,

> Merece destaque o Movimento de Córdoba, de l918. Nesse movimento, os estudantes argentinos enfatizam, pela primeira vez, a relação entre universidade e sociedade. A materialização dessa relação ocorreria através das propostas de extensão universitária que possibilitassem a divulgação da cultura a ser conhecida pelas "classes populares". Esta foi uma idéia preliminar, que permeou também a organização estudantil no Brasil, a partir de 1938, quando da criação da União Nacional dos Estudantes 3 - UNE. Essa idéia foi determinante para a concepção de extensão veiculada pelo movimento estudantil brasileiro (Melo Neto, 2002: 2-3).

Sob esta compreensão da função social da universidade aliada à preocupação com os problemas nacionais, a extensão universitária se efetiva com um sentido de transformação social embutido em seu desenvolvimento. Este papel social da universidade, mediado pelas práticas de extensão, pode ser traduzido da seguinte maneira: difundir, "doar" a cultura e integrar a universidade com o povo.

Após 1964, com a ditadura militar, os governos ditatoriais tomaram para si algumas reivindicações dos estudantes brasileiros – obviamente, com conotações ideológicas distorcidas – e a extensão acabou por ganhar certo destaque nesse período. Muitos programas foram criados, com especial ênfase à relação estudante-comunidade (Melo Neto, 2002), contudo, há que se observar as reais preocupações destes governos ao fomentarem a extensão universitária: os programas desenvolvidos durante a ditadura constituíram-seestratégias de controle social, uma vez que os estudantes e as camadas populares eram considerados indivíduos propensos à subvenção comunista[3].

Com o processo de redemocratização do país, a identidade da universidade brasileira passa a ser discutida e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ganha fôlego entre os setores partícipes das universidades públicas e acaba sendo ratificado pela Constituição de 1988, em seu artigo 207 – "Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal" (Moita & Andrade, 2009, p. 269). Alguns anos mais tarde, no entanto, a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, mostra-se omissa no que tange à este princípio e, dessa forma, abre espaços para preterição da relação entre ensino, pesquisa e extensão.

Para além da constituição federal, observemos a definição de extensão assinalada no Plano Nacional de Extensão Universitária – documento elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão:

---

2 Para um aprofundamento do entendimento destas práticas, tanto na América Latina, quanto na Europa, ver Botomé (1996), Fagundes (1986) e Rocha (1986, 2001).

3 Destaca-se o papel dos Estados Unidos e dos organismos internacionais nesse controle social (Fragoso Filho, 1984).

> A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (Brasil, 2000: 5).

A partir disso, assistimos a uma multiplicidade de experiências espalhadas pelo Brasil e o próprio conceito de extensão, expresso por tais experiências, passa a ser constantemente debatido.

> O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão reflete um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre universidade e sociedade, a auto-reflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico. A concretização deste princípio supõe a realização de projetos coletivos de trabalho que se referenciem na avaliação institucional, no planejamento das ações institucionais e na avaliação que leve em conta o interesse da maioria da sociedade (Andes, 2003: 30).

Por outro lado, os limites práticos da efetivação do princípio da indissociabilidade entre estas três bifurcações das funções sociais da universidade brasileira acabam por demonstrar o difícil, e talvez até frágil, diálogo que esta instituição vem estabelecendo com a comunidade que a cerca. O pilar da extensão, apesar de representar a institucionalização da relação entre universidade e comunidade, ainda é alvo de críticas relacionadas à sua abrangência, ao seu caráter ou mesmo aos seus objetivos.

A própria configuração atual do espaço em questão, ou seja, do ensino superior brasileiro, traz inúmeras questões para refletir sobre o lugar da extensão nos distintos projetos de universidade que se observam neste cenário. As rápidas transformações ocorridas nas últimas décadas no Brasil colocaram o ensino superior sob o olhar do Estado, do empresariado, dos investigadores e, evidentemente, da população. A expansão deste nível de ensino – que vem sendo estudada sob diversos ângulos (Alonso, 2010; Martins, 2000; Segenreich, 2009; Severino, 2009) – faz emergir elementos cruciais para pensar a extensão enquanto frente de trabalho da universidade e de seus agentes: as distinções entre as instituições públicas e privadas colocam o debate sobre a materialização de ações de extensão no âmbito de tais instituições de ensino superior (IES); a expansão do número de matrículas e a crescente interiorização das universidades federais traz à tona interrogações sobre o alcance das práticas de extensão; o volume de bolsas de investigação e a obrigatoriedade do ensino revelam uma hierarquização dos polos do ensino e da pesquisa em detrimento da extensão; os estudantes, constituindo um público cada vez mais heterogêneo no interior dasIES brasileiras, representam um elo com seus bairros, suas raízes, com expressões culturais também diversas, a participação destes estudantes nas ações de extensão universitária também entra em debate; entre muitas outras questões. A partir de agora, deter-nos-emosà realidade alagoana para enfrentar estas discussões.

O caso alagoano: a extensão em debate

> Extensão vem sendo entendida, do ponto de vista de sua ontologia, de seus fundamentos, como práticas, estando aí, a saída para o interagir da universidade com a sociedade nas diversas regiões do país ou de cada Estado, onde se situa a universidade (Melo Neto, 2002: 8).

Sob tal conceituação, a extensão ganha um sentido de catalisadora da relação entre a universidade e a comunidade que a sustenta. Observemos, pois, o caso de Alagoas por meio da Universidade Federal deste estado – faz-se importante destacar o porquê de tomar a UFAL como caso a ser estudado no âmbito do ensino superior alagoano: trata-se da única universidade federal do estado e, portanto, além de abarcar grande número de estudantes, professores e técnicos-administrativos, tem sido alvo das transformações mais recentes das universidades federais brasileiras. Nesse sentido, as práticas de extensão universitária desta universidade inscrevem-se no panorama mais amplo do campo acadêmico brasileiro.
A Universidade Federal de Alagoas, por meio de sua Pró-reitora de Extensão, expressa sua concepção própria de extensão:

> [...] a Universidade Federal de Alagoas assume a extensão como uma das dimensões da vida acadêmica, ou seja, uma forma de vivenciar o processo ensino-aprendizagem além dos limites da sala de aula, com a possibilidade de articular a universidade às diversas organizações da sociedade, numa enriquecedora troca de conhecimentos e experiências. Por fazer parte da formação acadêmica, a extensão se materializa através de programas e projetos apresentados pelas diversas Unidades Acadêmicas ou por eles assumidos, quando a demanda é externa à Universidade. As atividades podem ser coordenadas por docentes e técnico-administrativos (UFAL, 2011: 1).

Alguns elementos merecem atenção frente a estes posicionamentos assumidos pela UFAL: em primeiro lugar, a universidade em questão reconhece a extensão como uma das dimensões da vida acadêmica, o que significa que elege as práticas extensionistas como um dos processos do seu cotidiano; observa-se ainda a relação entre extensão e o processo de ensino-aprendizagem, porém, a noção de educação aqui é alargada para além dos muros da universidade e emerge uma relação que está na gênese da extensão nas universidades brasileiras, a ligação entre a universidade e os setores organizados da sociedade; ainda analisando o conceito demarcado pela UFAL, temos o modo como a institucionalização da extensão se expressa nesse espaço, os programas e projetos são elencados como principais mecanismos[4] de efetivação do diálogo com a comunidade.
No seu estatuto, a UFAL apresenta a extensão como um de seus objetivos institucionais: "VI. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica geradas na Instituição" (UFAL, 2003: 5). Vejamos, pois, abaixo, como a instituição se organiza para desenvolver as ações de extensão na referida instituição:

---

4 Diz-se principais, pois no estatuto da referida universidade, lê-se como possíveis ações de extensão: programa, projeto, curso, evento, prestação de serviço, produção e publicação.

Figura 1 – Organograma da estrutura administrativa da extensão na UFAL

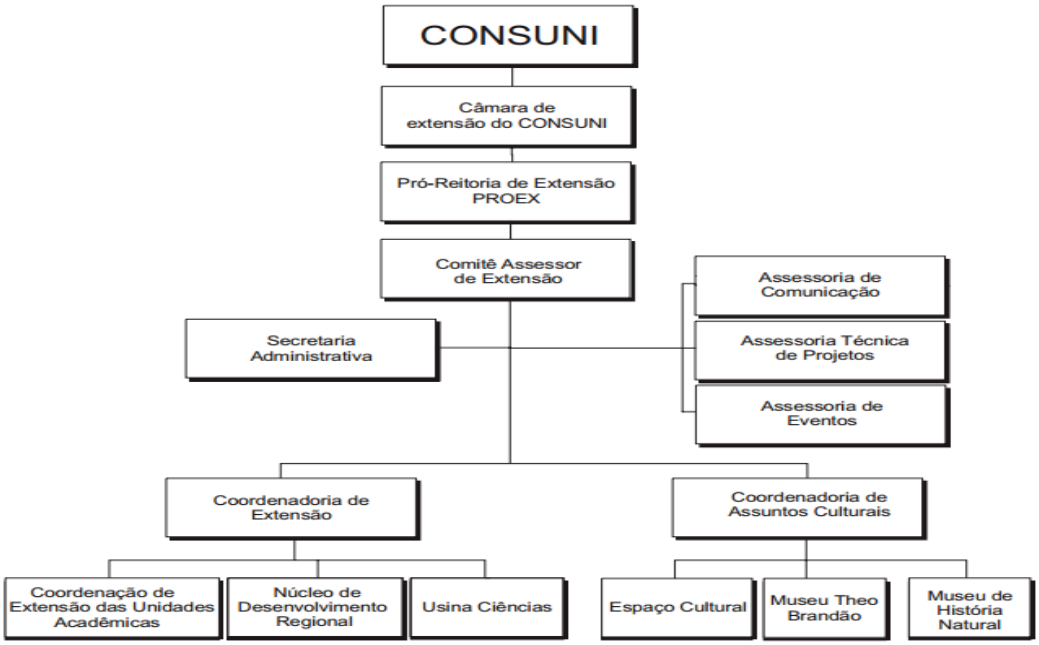

Fonte: UFAL, 2008.

Por meio desta estrutura descentralizada, a UFAL liga diversos setores ao desenvolvimento de ações de extensão universitária: órgãos específicos, que possuem seus itinerários voltados exclusivamente para a extensão dialogam com outros órgãos mais gerais da universidade a fim de integrar as decisões em torno de tais ações. Salienta-se, nesse processo o papel das unidades acadêmicas – e, nesse sentido, o próprio papel dos docentes, pessoal administrativo e estudantes –, as quais são responsáveis pelo planejamento e pela execução das ações de extensão.

Notória também é a ênfase atribuída à participação dos estudantes neste processo, uma vez que a universidade concede créditos para integralização curricular frente ao envolvimento em programas de extensão, e a própria Pró-reitora de extensão fornece bolsas para que os estudantes participem dos projetos.

Tal participação é fomentada também no Plano de Metas da Extensão da UFAL, este plano elenca cinco metas, a saber: 1. Curricularização da extensão; 2. Consolidar a política cultural; 3. Implantar política de monitoramento e avaliação; 4. Consolidar a política de publicação e visibilidade; 5. Valorizar o trabalho acadêmico da extensão.

Centenas de ações de extensão foram registradas na universidade aqui estudada entre 2004 e 2013 – anos com relatórios de gestão da Pró-reitoria de extensão disponíveis em sua página eletrônica[5] – nas mais diversas áreas. Os projetos e eventos científicos são as modalidades predominantes nestes relatórios e o número de ações cresce a cada ano. Para além disso, a UFAL tem avançado no sentido de apoio a programas de extensão com recursos próprios.

Pode-se afirmar que a institucionalização da extensão como prática cotidiana no espaço acadêmico da universidade aqui estudada se deu nos últimos anos e vem passando por processos de consolidação. As próprias metas elencadas no Plano da Extensão da UFAL demonstram os principais desafios que se apresentam para esta realidade. O sentido social da extensão tem ganhado espaço no interior da UFAL e o crescimento de suas ações extensionistas revela o estreitamento de laços com setores diversificados da sociedade alagoana. Assiste-se, pois, a uma reconversão dos saberes e das práticas acadêmicas no sentido da população em sentido latu, o que demonstra a dimensão educativa que o estreitar dessa relação carrega.

Para compreender a dimensão da extensão no estado de Alagoas, e, nesse sentido, entender também o papel da UFAL neste estado, faz-se necessário atentar para o fato de este ser um estado localizado na região nordeste

5 Ver: http://www.ufal.edu.br/estudante/extensao/documentos.

do país, com altos índices de analfabetismo e de evasão e abandono escolar e com um grande desafio ainda no que se refere ao acesso ao ensino superior. A extensão, portanto, é um elo importante entre os agentes que compõem o espaço acadêmico alagoano e aqueles que, por razões sociais históricas, encontram-se próximos geograficamente, porém bastante distantes socialmente do universo acadêmico.

Considerações Finais

Tomar o caso de Alagoas como exemplo da institucionalização e consolidação da extensão enquanto prática acadêmica é um exercício que expressa o sentido mais amplo das práticas extensionistas, de um lado, e as especificidades deste estado, bem como da universidade aqui analisada, de outro. Silva (2000) afirma que as relações entre ensino, pesquisa e extensão são reveladoras dos conflitos em torno da definição da identidade e do papel da universidade e, defrontar-se com um caso como o apresentado permite-nos interrogar as práticas desenvolvidas pela UFAL no sentido de compreender que conflitos as sustentam.
Melo Neto (2002) assevera que

> A extensão em sendo trabalho social sobre a realidade objetiva, gerado de um produto em parceria coma comunidade, a esta comunidade deverá retornar o resultado dessa atividade de extensão. Essa é a outra dimensão fundamental caracterizada com a devolução de suas análises da realidade objetiva à própria comunidade. A devolução dos resultados do trabalho social à comunidade caracterizará a própria comunidade como possuidora de novos saberes ou saberes rediscutidos e que serão utilizados pelas diferenças comunitárias em seus movimentos emancipatórios e reivindicatórios. Isso faz crer a extensão exercendo e assumindo uma dimensão filosófica fundamental, que é a busca de superação da dicotomia teoria e prática. Estas, também, se constituem como bases ontológicas da extensão (p. 28).

A relação entre universidade e comunidade revela-se, então, como uma construção coletiva, na qual os saberes não são unilaterais e as ressignificações decorrem das ligações que são consolidadas entre esta instituição e as pessoas que a integram e ainda aquelas que integram o entorno mais amplo que, certamente, também compõem o espaço social relativo à universidade. A riqueza das práticas de extensão universitárias reside nessas possibilidades criativas que envolvem os dois lados imbrincados nessas práticas.

Referências

ALONSO, K. M. (2010). Aexpansão do ensino superior no Brasil e a ead: dinâmicas e lugares. *Educação & Sociedade*, 31 (113), 1319-1335.

ANDES-SN. (2003). Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira. *Cadernos ANDES*, 2 (3) - atualizada e revisada. Brasília: ANDES-SN.

BOTOMÉ, P. S. (1996). *Pesquisa alienada e ensino alienante o equívoco da extensão universitária.* Petrópolis, RJ: Vozes, EDUCS, EDUFSCAR.

BRASIL. (2000). *Plano Nacional de Extensão.* Brasília: Ministério da Educação e do Desporto & Fórum de Pró-Reitores de extensão das universidades públicas brasileiras.

CUNHA, L. A. (2003). O ensino superior no octênio FHC. *Educação & Sociedade*, 24 (82), 37-61.

CUNHA, L. A. (2004). Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior –Estado e mercado. *Educação & Sociedade*, 25 (88), 795-817.

FAGUNDES, J. (1986). *Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas.* Campinas: Ed. UNICAMP.

FRAGOSO FILHO, C. (1984). *Universidade e Sociedade.*Campina Grande: Edições Grafset.

MARTINS, C. B. (2000). O ensino superior brasileiro nos anos 90. *São Paulo em Perspectiva*, 14 (1), 41-60.

MELO NETO, J. F. (2002). *Extensão Universitária: bases ontológicas.* João Pessoa:Editora Universitária.

MOITA, F. M., & ANDRADE, F. C. B. *Eles, elas: elos na escola.* João Pessoa: 1 CD-ROM.

NEVES, C. E. B., RAIZER, L., & FACHINETTO, R. F. (2007). Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. *Sociologias*, 9 (17), 124-157.

PEIXOTO, M. G. (2004). A reforma do ensino superior privado. *Princípios: revista teórica, política e de informação*, 73 (113), 42-46.

RANGEL, L. A. D., GOMES, E. G., MELLO, J. C. C. B. S., & GOMES, L. F. A. M.(2003). Avaliação da interiorização dos cursos da Universidade Federal Fluminense com o uso conjugado dos métodos UTA e MACBETH. *Investigação Operacional*, 23 (29), 49-69.

ROCHA, R. M. G. (1986). *Extensão universitária: extensão ou domestificação?* São Paulo: Cortez: Autores Associados.

ROCHA, R. M. G. (2001). A construção do Conceito de Extensão Universitária na América Latina. In FARIA, D. S. (Org.). *Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina.* Brasília: Universidade de Brasília. p. 13-29.

SCHAWARTZMAN, J., & SCHWARTZMAN, S. (2002). O ensino superior privado como setor econômico. Disponível em: http://www.schwartzman.org.br.

SEGENREICH, S. C. D. (2009). ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do Ensino Superior. *Pro-Posições*, 2 (20), 205-222.

SEVERINO, J. A. (2009). Expansão do ensino superior: contextos, desafios, possibilidades. *Avaliação*, 2 (14), 253-266.

SILVA, M. G. (2000). Universidade e sociedade: cenário da extensão universitária? In:*23ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED*, Caxambu, 2000. Disponível em:http://www2.uerj.br/~anped11.

TRINDADE, H. (2000). Saber e poder: os dilemas da universidade brasileira. *Estudosvançados*, 14 (40), 122-133.

UFAL. (2003). *Estatuto da Universidade Federal de Alagoas.* Maceió: CONSUNI.

UFAL. (2008). *Cartilha de Extensão.* Maceió: EDUFAL.

UFAL. (2011). *Plano de Metas da Extensão da UFAL.* Maceió: EDUFAL.

Divulgação de capital intelectual das universidades: uma revisão na literatura

Telma Maria Chaves Ferreira da Silva
telmachaves@ua.pt

Augusta da Conceição Santos Ferreira
augusta.ferreira@ua.pt

Para alargar a perspectiva de análise de desempenho do ensino superior, este artigo tem o objetivo de discutir o desafio da divulgação das informações de capital intelectual da universidade. A metodologia utilizada consistiu num processo de coleta e análise de estudos da literatura que incluíram investigações de abordagem teórica e empírica de diversos países. São as principais inferências do artigo: a literatura mostra a importância do relatório de capital intelectual para a universidade, assumindo a instituição uma posição mais transparente para a sociedade sobre os recursos intangíveis da organização. Além disso, a divulgação do relatório de capital intelectual é um instrumento que atende à característica particular da universidade de possuir um elevado subconjunto de recursos intangíveis, suportados em atividades intelectuais que são essenciais para a sustentabilidade da organização.

Palavras-chave: capital intelectual, intangível, universidade, criação de valor.

INTRODUÇÃO

A educação superior tem sido influenciada pelo movimento da Nova Gestão Pública (NGP), na qual se identifica a exigência de novos mecanismos para a alocação do orçamento financeiro e para o sistema de gestão. A NGP foi implementada com êxito em diversas áreas do setor público, e as universidades públicas, como organizações financiadas principalmente por recursos públicos, são confrontadas pela necessidade dos cidadãos de obter transparência sobre uso dos recursos financeiros (Leitner, 2002).

As reformulações necessárias para atender a NGP podem ser suportadas por técnicas contabilísticas sofisticadas e sistemas de *software*. No entanto, a facilidade não se aplica quando se deseja controlar o aspecto do conhecimento na organização (Kluge, Stein, & Licht, 2002).

E para a universidade, a produção de conhecimento, com resultados de pesquisas, publicações e uma boa qualidade na formação dos alunos, representam as saídas mais importantes da entidade para a sociedade (Leitner, 2002).

Nesse contexto, no início da década passada, Cañibano, García-Ayuso, & Sánchez (2004) destacavam que infelizmente uma pequena proporção de organizações considerava a identificação, a mensuração e o reconhecimento da valorização de ativos intangíveis como um elemento componente do processo de gestão. Os autores referem que, historicamente, a ausência da mensuração e do reconhecimento do intangível, entre outros aspetos, era causada em razão das características organizacionais, tal como a falta de uma regulamentação compulsória para produção de contas anuais e a cultura organizacional pouco focada no desenvolvimento de sistemas de gestão e estratégia.

No processo de gestão universitária é necessário identificar as várias dimensões da universidade e os indicadores correspondentes, focados tanto no aspeto financeiro como não financeiro (Fang-Mei, Yu-Jing, & Chenc, 2009). Assim, destacamos que a educação superior pública é uma organização produtora de conhecimento para sociedade, suportada basicamente pelo aspeto intangível de suas atividades e submetida às pressões do movimento da Nova Gestão Pública.

Considera-se na abordagem deste estudo, a discussão sobre o relatório de capital intelectual da universidade pública como uma forma de prestação de contas e transparência. Não pretendemos evidenciar ou abordar

o elevado papel social da entidade como um espaço democrático de debate para as questões económicas e sociais. O problema que se coloca e o qual este estudo procura dar resposta é: qual é o cenário da divulgação das informações de capital intelectual para a universidade? Assim, este artigo tem o objetivo de discutir o desafio da divulgação das informações de capital intelectual para universidade.
Para analisar o capital intelectual na universidade, usamos a definição de Andriessen (2004), que conceitua o termo como um subconjunto de recursos intangíveis que se baseiam em atividades intelectuais. A metodologia foi um processo exploratório-descritivo sobre o tema capital intelectual e universidade, fundamentada na base de dados *on-line* "Emerald", "Scopus" e "Web Science". Além das publicações das bases de dados, houve pesquisa de literatura em *sites* de organizações e catálogos de bibliotecas.
Dentre algumas inferências desse estudo, apresentamos as seguintes observações: a revisão da literatura da temática mostra a importância de mensurar o capital intelectual, destacados dois argumentos que parecem determinantes neste foco. No primeiro, a universidade deve assumir uma posição mais transparente com a gestão dos recursos intangíveis da organização. No segundo, a divulgação do capital intelectual é um instrumento que fornece condição de atender à característica particular da universidade de possuir um elevado subconjunto de recursos intangíveis baseados em atividades intelectuais.
Por fim, a estrutura deste artigo está delineada da seguinte forma: 1.Introdução, 2. Metodologia, 3.Revisão da literatura e 4. Considerações finais.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi um processo exploratório-descritivo sobre o tema capital intelectual na universidade, suportada na literatura das bases de dados *on-line* "Emerald", "Scopus" e "Web Science". A base de dados Emerald possui um número de referências para além de 80.000 artigos e mais de 200 títulos, a Scopus abrange 19,5 mil títulos de mais de 5.000 editoras internacionais em diversas áreas cientificas e a *Web Science*possui cerca de 8000 publicações periódicas em todas as áreas disciplinares.
O critério inicial para a procura nas bases de dados foi as palavras-chave "intellectual capital", no qual não houve restrição de anos para esse processo. Em seguida, limita-se o filtro a recolha dos artigos que são identificados no título ou resumo a abordagem da investigação para universidade. Além das publicações das bases de dados, houve pesquisa de literatura em *sites* de organizações, catálogos de bibliotecas e livrarias. A revisão da literatura foi realizada de forma tradicional, sem a pretensão de abrigar todas as publicações, mas identificar os principais autores e estudos para reconhecer as dimensões que suportam essa temática.

REVISÃO DA LITERATURA

A nova gestão pública e a universidade

O movimento da NGP envolveu uma concepção diferente da responsabilidade da administração pública, sustentada na ideia da diminuição ou remoção das diferenças entre o setor público e privado. Além disso, a concepção também foi suportada pela mudança da enfase na prestação de contas como um componente da responsabilidade em termos de resultados. Nesse cenário, observa-se que a contabilidade é um elemento chave no processo de prestação de contas, refletindo a confiança do mercado nas suas técnicas e nos métodos utilizados nas atividades do setor privado (Hood, 1995).
No ensino superior público, Sarrico (1998) destaca a submissão dessas organizações a avaliação externa da qualidade dos seus serviços para atender, principalmente, a dois interessados. O primeiro, a administração pública superior, que procura controlar a prestação de contas dos recursos fornecidos ao ensino superior. O segundo, o candidato à instituição, que está cada vez mais criterioso ao escolher a universidade. A universidade é subordinada à pressão dos interessados e à necessidade de obter um resultado favorável no alcance de seus objetivos internos.

Para Amaral & Magalhães (2000), as universidades públicas sofrem pressões que são originadas das práticas de eficiência e rigor do mundo dos negócios, representando a necessidade de tornar os serviços das instituições mais relevantes e transparentes para a sociedade.

Assim, Pollitt & Bouckaert (2000) apresentam um modelo de entrada e saída, Figura 1, para demonstrar a natureza da reforma na gestão pública, assumindo que as instituições ou programas são configurados para atender uma necessidade socioeconômica específica - como o setor educacional para alcançar seus objetivos utiliza insumos, denominados de entrada, para realização de suas atividades. Essas geram saídas – por exemplo, a qualificação acadêmica - que a educação superior entrega para o ambiente, ou seja, entrega para os indivíduos ou grupo a qual se destina. O processo gera um impacto em curto prazo e longo prazo, tal como o estudante conseguir um emprego e alcançar competência na sua atividade profissional.

Figura 1. Modelo de entrada e saída da reforma da gestão pública

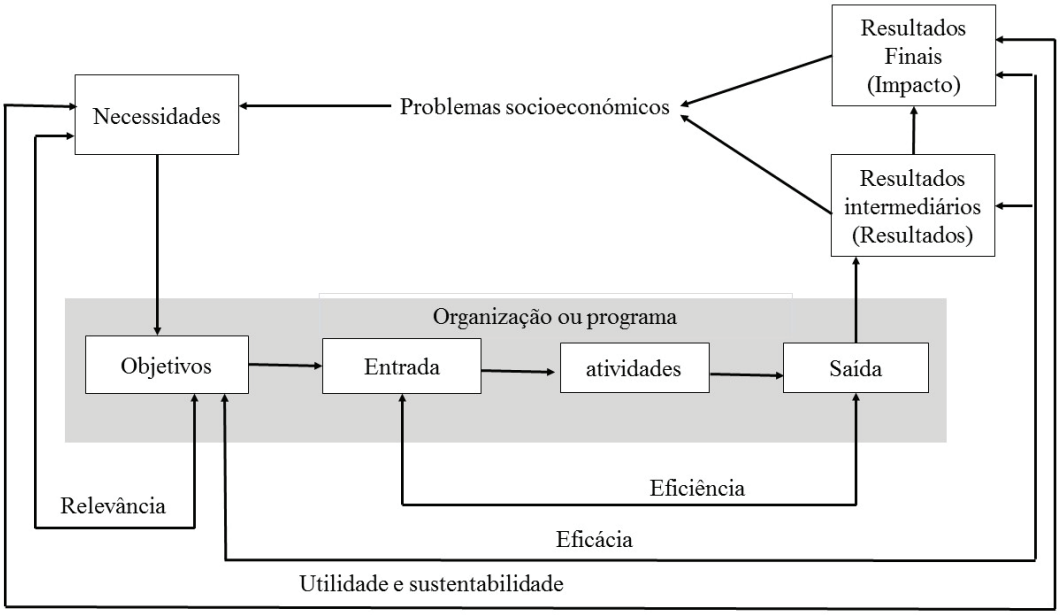

Fonte: Pollitt & Bouckaert (2000)

Thiel & Leeuw (2002) evidenciam a contribuição positiva da mensuração e avaliação das atividades do setor públicos originados da NGP, separando o processo de gestão da organização das questões políticas. No entanto, eles também identificam indicativos de consequências negativas. A primeira, o maior monitoramento gera o aumento da despesa pública com esse controle. A segunda, uma excessiva pressão nas atividades gera uma prisão numa "camisa de força" que compromete a eficiência e eficácia do setor público. E a terceira, existem evidências reveladoras que o excessivo "controle" leva a uma simulação na realização das atividades no comportamento dos funcionários.

Para neutralizar as consequências indesejáveis, o sistema de avaliação de desempenho deve considerar as características particulares de cada alvo da análise, apresentar claramente os objetivos da avaliação, controlando de forma equilibrada a entidade, na qual reflete o interesse de todos os *stakeholders* (Thiel & Leeuw, 2002).

O processo da NGP surgiu no final da década de setenta nos Estados Unidos da América e Reino Unido, alcançando gradativamente diversos países. As características da NGP têm suas premissas suportadas principalmente nas teorias da escolha pública, custos econômicos de transação e da teoria da agência. E a estagnação econômica, a mediocridade do desempenho dos serviços e a ausência de prestação de contas da administração pública foram os principais aspectos que serviram de força motriz para o clamor das reformas da NGP. Além disso, surgiu um pensamento coletivo que os serviços públicos devem ser organizados e eficientes para atender a sociedade (Tolofari, 2005).

Rocha (2009) ressalta a importância da primazia do mercado na questão da NGP. Existe um pressuposto de ineficiência e elevado preço do serviço público, gerando uma discussão acerca da transposição dos instrumentos

de *marketing* para administração pública e da legitimidade no seu uso. Porém, o autor destaca que aplicação desses instrumentos, em geral, levanta sérios problemas, já que é difícil definir quais são os consumidores e como repercutir o custo do marketing no preço dos serviços públicos, bem como calcular a sua eficácia.
Rocha (2009) também destaca mais dois aspectos. O primeiro é a estrutura organizativa da NGP, na qual a forma é um modelo de gestão com estruturas hierárquicas, definidas como "agências". Essas são unidades executivas que prestam um serviço ao governo. Dessa forma, o Estado fragmenta os serviços públicos, estimula a competição e controla as atividades através dos resultados. O segundo é a utilização de indicadores de desempenho, que é a aplicação de um processo de controle dos serviços públicos através análise de desempenho por indicadores que permitam medir a eficiência, eficácia e a qualidade dos serviços.
A qualidade e a responsabilidade dos serviços oferecidos pela administração pública devem ser objeto de análise em razão das consequências de suas ações para os indivíduos e os grupos sociais. Como destaca Beuren & Sothe (2009), o ente público deve ser fiscalizado constantemente pela sociedade e, por conseguinte, precisa prestar atenção nos custos políticos e na legitimidade de seus atos. A aplicação de recursos fora dos limites estabelecidos pela legislação ou de aplicação de forma inadequada, representará uma possível perda de legitimidade e aumento do custo político por parte do ente público.
O modelo da NGP propõe uma reorganização interna das estruturas administrativas, uma modernização da gestão dos recursos, o controle dos sistemas e a gestão de recursos humanos, bem como uma clara separação entre o aspeto político e a gestão do setor público (Kuhlmann 2010).
No Brasil, houve um conjunto de políticas para educação superior implementadas a partir de 1995, que surgiu da necessidade de construir instrumentos legais para sustentar e avaliar de forma eficaz a grande expansão no número de instituições criadas no país. O processo avaliativo se tornou um relevante instrumento para informar acerca da qualidade e capacidade profissional oferecidas pelos cursos, do mesmo modo que identifica as instituições de ensino superior que estão mais ajustadas as exigências da sociedade (Dias Sobrinho, 2010).
Portugal, ao analisar a perceção dos docentes de universidades e institutos politécnicos sobre NGP na educação superior, focando nas possíveis transformações nas condições de trabalho e na participação nos processos de decisão institucional, Oliveira (2011) chegou as seguintes inferências:
• Em relação às condições de trabalho, de uma forma geral, os acadêmicos consideram que as mesmas são boas, demonstrando satisfação com o seu emprego. No entanto, destaca-se alguma insatisfação em relação ao financiamento da investigação que consideram ser insuficiente.
• Em relação à participação nos processos de decisão institucional, os acadêmicos não sentem que a sua influência nas decisões de topo sejam importantes, situando-a mais ao nível departamental.
Ao analisar na abordagem da universidade o modelo proposto por Pollitt & Bouckaert (2000), percebemos que esse parece contribuir com uma visão macro do papel da instituição na sociedade que conduza para sua sustentabilidade, numa visão de impacto dos seus resultados a curto e a longo prazo no ambiente socioeconômico na qual está situada. Além disso, observa-se que a NGP está contextualizada no momento de restrição de recursos e de mudança do pensamento da sociedade que passa a exigir o uso de práticas mais eficientes e eficazes de gestão da administração pública.
Por fim, percebemos que a NGP é um movimento de reforma dos serviços públicos focada na qualidade e prestação de contas a sociedade, suportada por técnicas utilizadas nos serviços privados que focam a eficiência e eficácia para gerar melhores resultados. Nesse contexto, a universidade pública também é submetida a forte pressão para prestar contas, melhorar o desempenho e a produção de saída destinada a sociedade.

O Aspeto do Conhecimento na Universidade

A NGP na universidade conduz a outra discussão, a análise do recurso básico da organização que é o tema conhecimento, na qual existe a perceção da enorme complexidade e dificuldade de controla-lo e mensura-lo na organização. Para perceber o conhecimento numa entidade é importante refletir sobre algumas características relevantes do tema apresentadas a seguir (Kluge et al., 2002):
• **Subjetivo** – a interpretação do conhecimento depende fortemente do conhecimento anterior que cada indivíduo possui e do contexto em que ele é utilizado;
• **Transferível** – o conhecimento pode ser extraído de um contexto e aplicado com proveito num outro contexto;

• **Sedimentado** – o conhecimento assume sempre uma forma estática e enraizada que não pode ser facilmente transferida ou reformulada;
• **Reforça-se a si próprio** – quando partilhado, o conhecimento não perde valor, antes pelo contrário, quanto mais é distribuído, mais cresce o seu valor;
• **Perecível** - com o passar do tempo, o conhecimento desatualiza-se, sobretudo para uma determinada organização, embora possa haver uma volatilidade que não é previsível;
• **Espontâneo** – o conhecimento pode desenvolver-se de uma forma imprevisível num processo que nem sempre é controlável.
Na Figura 2 apresentamos alguns aspectos a ser destacados sobre o conhecimento e a importância da sua consideração no contexto da universidade.

Figura 2. Enquadramento da literatura sobre conhecimento

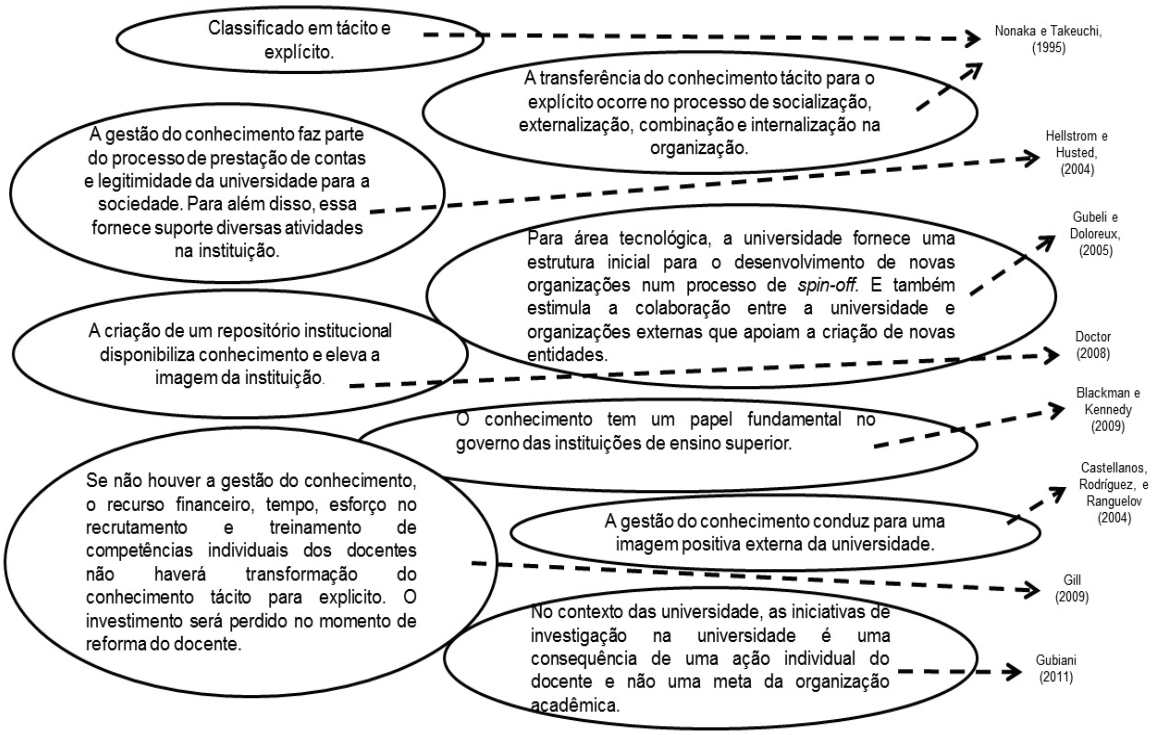

Fonte: Elaboração própria (2014).

Identificam-se razões importantes para a mensuração e o gerenciamento da produção de conhecimento na universidade e centros de pesquisa. A primeira é o enorme potencial do conhecimento para agregar valor para as universidades e as organizações de investigação. A segunda é que os recursos mais importantes para esse tipo de organização são os intangíveis e a principal saída é o conhecimento. Por fim, o sistema de contabilidade tradicional não produz informações claras para as decisões de investimento ou a gestão estratégica de recursos baseados no conhecimento nessas organizações (Leitner & Warden, 2004).
Na Dinarmarca, Hellstrom & Husted, (2004) mapearam o conhecimento na universidade para contribuir com a solução da problemática identificada na gestão do intangível em ambientes complexos de departamentos acadêmicos, institutos e laboratórios. A abordagem utilizou a técnica de grupo focal para recolha de dados numa amostra estratificada com 27 acadêmicos, essa representativa de professores, investigadores e gestores, concluindo que mapeamento da organização tem:
a) potencial de contribuir para enfrentar os desafios das novas exigências de comercialização, utilização e coordenação eficiente dos recursos humanos, prestação de contas e novas formas de produção de conhecimento.
b) potencial de gerar considerável valor em ambientes acadêmicos, através de representações úteis de conhecimento científico/disciplinar, bem como gerar um "conhecimento de apoio" na elaboração de aplicações para organização, como o orçamento, a metodologia de investigação e a gestão de projetos. Além disso, o

estudo indica que tais mapas oferecem uma série de vantagens para a organização em termos de facilitar a cooperação e os contatos com outras instituições, bem como fornece a legitimidade interna e externa para a gestão da organização.

Na Suécia, Gubeli & Doloreux (2005) examinaram o conhecimento através da análise do processo de *spin-off* nas universidades, observando também a intensidade do trabalho em rede no *spin-off*. O estudo identificou que a universidade desempenha um papel fundamental na criação das novas organizações de base tecnológica, principalmente no desenvolvimento inicial dessas. A fase de pré-incubação é apoiada pela universidade através do fornecimento de infraestrutura e experiência, mas observa-se que com a evolução do processo de *spin-off* outras instituições, como os serviços de apoio da administração pública, passam a ter um papel mais relevante para as novas organizações.

No aspeto da intensidade de rede, percebe-se a importância da colaboração entre a universidade e os organismos externos para adquirir competências no domínio tecnológico. Outro resultado interessante é que os estágios iniciais de desenvolvimento desenham as redes internas, as forças e as capacidades, enquanto na fase de pós-fundação do processo de *spin-off* ocorre um movimento em direção a redes externas, e ao apoio à infraestrutura regional. Os contatos externos, em seguida, tornam-se um determinante crucial para o crescimento e o sucesso de *spin-off*, porque eles auxiliam na aquisição de novas informações e conhecimentos, reforçando o processo de spin-off.

No Canadá, Gill, (2009) abordou os desafios enfrentados na gestão do conhecimento numa pequena universidade sem uma cultura de investigação madura, identificando que quando a organização investe recurso financeiro, tempo, esforço no recrutamento e treinamento de competências dos docentes, mas não faz a gestão do processo do conhecimento, todo investimento organizacional é perdido no momento de reforma do docente.

Numa abordagem focada no continente africano, Hanson & Léautier (2011) procuram perceber na literatura e nas experiências do *African Capacity Building Foundation*, instituição que contribui para desenvolvimento de habilidades, a contribuição dos líderes institucionais no processo do conhecimento das universidades africanas. Segundo os autores, os líderes devem tomar iniciativa para o desenvolvimento da ciência com os repositórios de novas ideias e troca de conhecimentos, de tal forma que a força silenciosa dos esforços coletivos possa desencadear novas abordagens para o desenvolvimento sustentável, o bom governo e gerar inovação na universidade.

Por fim, o controle e mensuração do ativo do conhecimento é uma tarefa árdua e complexa em qualquer organização, pois mensurar e controlar suas características subjetivas tem implicações extremamente exigentes para governo da instituição. No entanto, a universidade, como um tipo de organização que tem no conhecimento seu principal recurso, não deve relevar a segundo plano a importância de inclui-lo no planear da gestão institucional.

Capital intelectual na universidade

A revisão na literatura identificou estudos focados na temática de capital intelectual na universidade, originados de diversos países. Na Áustria, Leitner & Warden (2004) apresentaram um modelo, Figura 3, categorizado em capital humano, estrutural e relacional focado em etapas. A proposta para a universidade ou organizações de pesquisa separa claramente os insumos, os processos e as saídas, na qual existe a combinação de estratégia e de objetivo com os processos baseados no conhecimento. Assim, ao planear a sistemática da mensuração do capital intelectual haverá a ligação das medidas de capital intelectual com o processo de produção da organização.

Figura 3. Modelo de capital intelectual focado em etapas

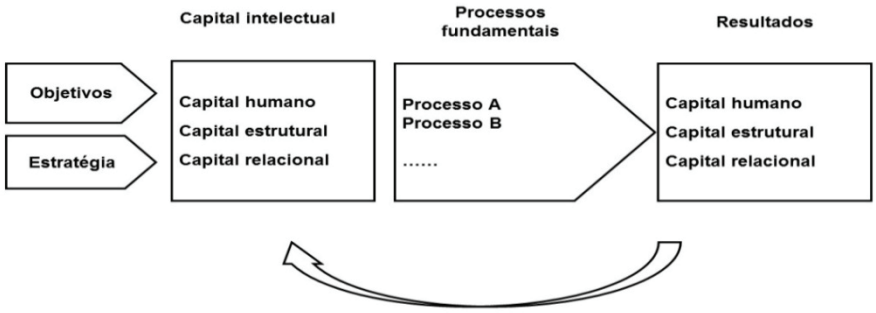

Fonte: Leitner & Warden (2004).

Na Polónia, Fazlagic (2005) destaca que o capital intelectual para a universidade está posicionado como um importante instigador do aumento da produtividade da organização, contribuindo para identificar o que funciona e o que não funciona na organização. O resultado da mensuração de capital intelectual deve identificar as falhas e elevar o nível da universidade; e não identificar as falhas para criar uma "cultura" de punir os responsáveis pelos deslizes identificados na organização.

Fazlagic (2005) apresenta alguns aspetos relevantes percebidos durante a aplicação de um projeto de mensuração de capital, sugerindo a divisão nas categorias de capital humano e capital estrutural, indicando a apresentação de perguntas básicas, Figura 4, que conduzirão aos indicadores que serão considerados na mensuração do capital intelectual da universidade.

Figura 4:Mensuração de capital intelectual

Categorias	O que existe? (Recursos)	O que houve de investimento? (atividades)	Quais são os objetivos foram alcançados? (Resultados)
Capital humano	• número de investigadores • participação de investigadores no total de empregos • média de idade dos investigadores • participação de mulheres na ciência (mulheres na força de trabalho) • endogamia (participação de pesquisadores que são originários da licenciatura na universidade)	• gastos com investigação por empregado • gastos com informação, tecnologia e computadores por empregado • tempo utlizado em seminários internos por empregado	• número de pessoal recém-contratado • número de contratos recusados com • satisfação pessoal • rotatividade de funcionários • rotatividade de pessoal • valor agregado por funcionário • composição do índice de satisfação dos funcionários • número médio de publicação por investigador
Capital estrutural	• percentagem de mulheres que ocupam função na gestão • número de departamentos • número médio de funcionários por departamento • número de computadores por empregado	• total de investimento em infraestrutura para investigação • índice de sucesso em projeto aquisição • despesas de investigação por departamento • participação em conferências internacionais • participação em conferências, número de investigadores presentes nas conferências • número de projetos de investigação em andamento (incluindo da projetos da União Europeia).	• número de estudantes estrangeiros • participação de estrangeiros no quadro de pessoal • reconhecimento e reputação da organização (baseada numa lista de classificação impressa) • índice de satisfação do aluno • número de alunos • número de cursos • número médio de publicações por departamento

Fonte: Fazlagic, A. (2005).

Em Espanha, Pérez (2007) apresenta um modelo para especificar indicadores para a universidade, Figura 5, dividido em duas etapas básicas: a primeira é composta na visão, nos objetivos estratégicos, na identificação de quais são os elementos intangíveis da universidade; a segunda é focada nos recursos e nas atividades das categorias do capital humano, estrutural e relacional para obter a relação de indicadores a ser utilizado na mensuração do capital intelectual, através da qual se espera fornecer as informações para a gestão interna e os *stakeholders*.

Figura 5. Modelo de capital intelectual focada em missão e estratégia

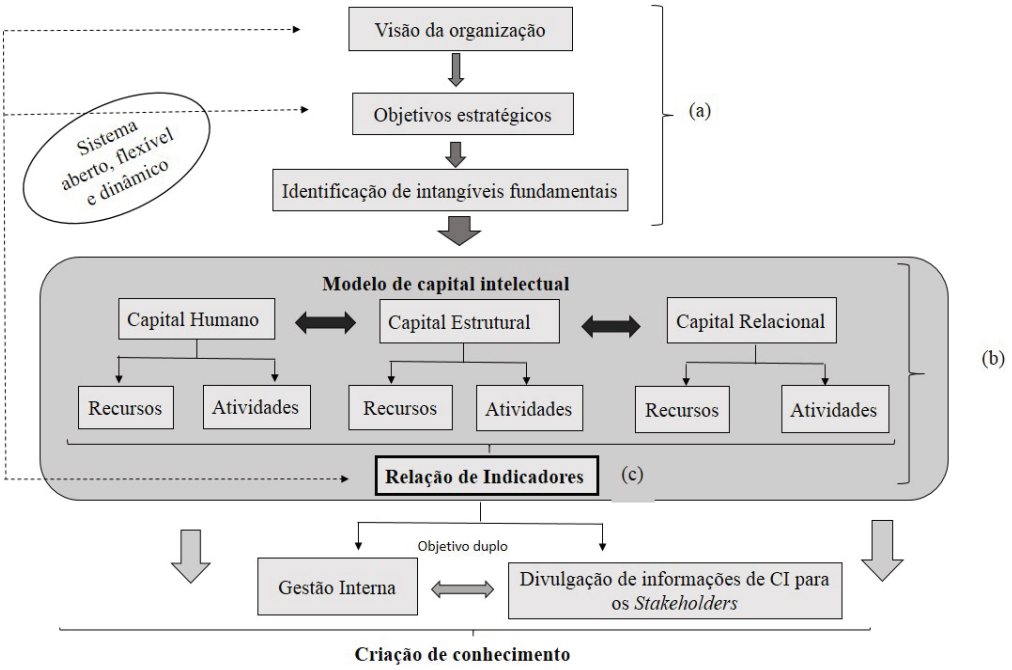

Fonte: Pérez (2007).

A categoria de capital relacional é relevante para universidade, por exemplo, as alianças e as redes como preocupações comuns para as organizações, pois as instituições não podem inovar de uma forma isolada e as universidades dependem cada vez mais de inter-relações para desenvolver de forma eficiente suas atividades. No entanto, apesar da relevância, os autores destacam a problemática referente à atribuição de indicadores quantitativos para vincular o capital relacional com o desempenho das organizações (Cañibano & Sánchez, 2008).

Em Portugal, Machado (2008) ratifica a necessidade de divulgação de capital intelectual na universidade em razão do foco direBezto entre a universidade e o *core business* conhecimento e gestão. A qualidade e a excelência em organizações intensivas em conhecimento, como são as universidades, exigem a gestão eficiente de recursos intangíveis. E o relato de capital intelectual é um instrumento de alargamento da comunicação, em razão da abrangência de conteúdos, da condição de adequação das características particulares das instituições e da importância do papel do conhecimento no cumprimento dos objetivos das universidades.

No Reino Unido, Bezhani (2010) analisou 30 universidades para atingir os seguintes objetivos: avaliar a natureza, a extensão, a prática na divulgação de informações, a avaliação de desempenho sob a influência da divulgação de capital intelectual. O autor concluiu que as universidades estão num estágio inicial no processo de mensuração de capital intelectual, identificando que um pequeno número de instituições divulgam essas informações e ao divulgar, a forma predominante é a discursiva. Constatou semelhanças no tipo e na quantidade de informações sobre capital intelectual. Por último, a análise geral, em convergência com o resultado de outros estudos, identifica a importância das universidades concentrarem mais atenção na investigação e na elevação da qualidade como uma forma de obter mais recursos para a organização.

Na Itália, Secundo et al. (2010) elaboraram um modelo conceitual de capital intelectual, Figura 6, para identificar a métrica a ser utilizada na mensuração pela universidade. O modelo proposto é dividido em duas

abordagens: a primeira abordagem focada nas categorias e a segunda, nos subcomponentes estratégicos. Esses correspondem à atratividade, a eficiência, a codificação de inovação e conhecimento, o desenvolvimento de infraestrutura, o incremento da rede de pesquisa e desenvolvimento e a abrangência internacional que conduzem para determinação da métrica a ser utilizada para o capital intelectual da universidade.

Figura 6. Modelo de capital intelectual para instituições de educação e investigação

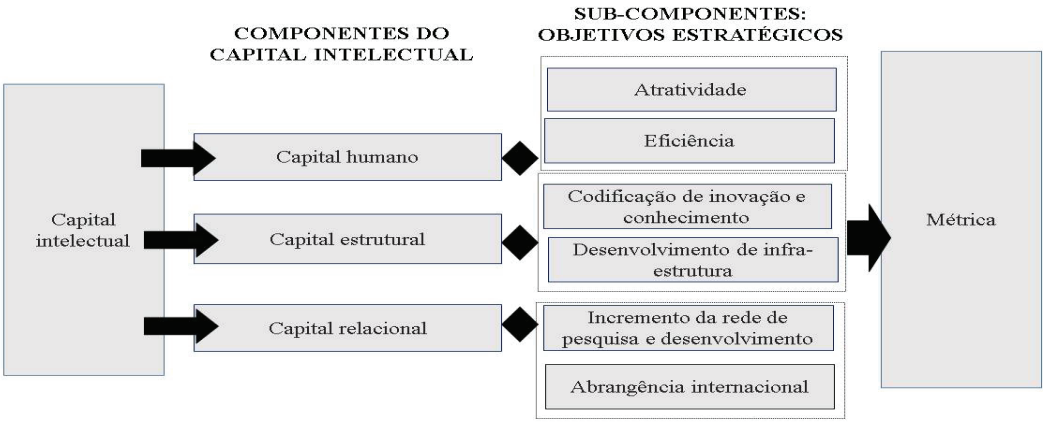

Fonte: Secundo et al. (2010).

Em Espanha, Córcoles et al (2011) analisaram as universidades públicas para atingir dois objetivos. O primeiro, identificar a importância atribuída pelos *stakeholders* à publicação de informações sobre capital intelectual. E o segundo, identificar a extensão da procura dos diferentes usuários para obter informações sobre capital intelectual. Os resultados mostraram uma procura de informações específicas para os diferentes utilizadores e a necessidade de incluir a informação no modelo contabilístico na forma de um relatório de capital intelectual. No Brasil, Gubiani (2011) elaborou um modelo, Figura 7, para apresentar um diagnóstico da influência dos componentes do capital intelectual no potencial de inovação na universidade. Ao analisar a influência na universidade, os resultados mostraram que a estratégia para a inovação da instituição e a rede de contatos influencia no potencial de criação de novos conhecimentos para a formação de organizações de base tecnológica.

Figura 7. Modelo para diagnosticar o potencial de inovação da universidade

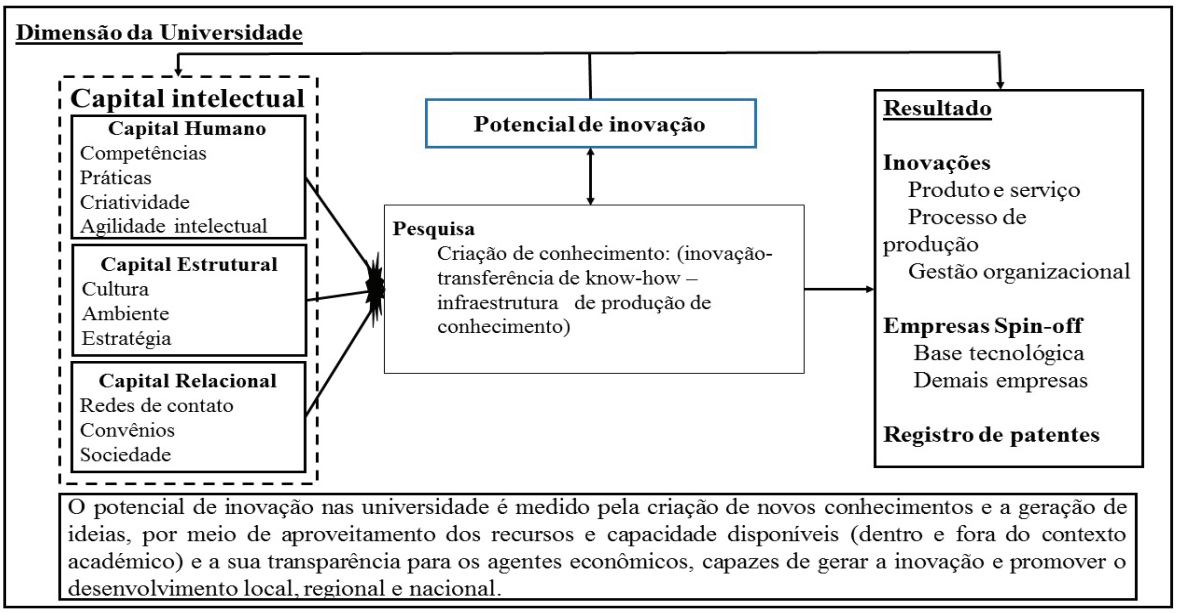

Fonte: Gubiani (2011).

Na China, Lu (2012) analisou 40 universidades públicas em Taiwan para avaliar o desempenho operacional de universidades, explorando variáveis de capital intelectual e eficiência de investigação, relacionando essas variáveis à eficiência de custo de ensino e investigação. Os resultados mostraram que as universidades operam em níveis respeitáveis de gestão de custos. No entanto, cerca de 57% das universidades tiveram a necessidade de realocar recursos de entrada para diminuir o desperdício e se tornarem mais eficientes na gestão de custos. Os resultados sugerem que as decisões políticas devem se concentrar em melhorar a capacidade de ensino do corpo docente, o reforçar as atividades de administração, a eficiência operacional e a renovação de *software* e *hardware.* Destaca-se também a necessidade de melhorar o ensino, a pesquisa e o resultado operacional das universidades.

Na Áustria, Veltri, Mastroleo & Schaffhauser-Linzatti, (2012) procuram identificar um método para mensurar o capital intelectual, combinando a visão de mensuração e gestão que refletisse os conceitos de capital intelectual e suas categorias. Os autores optaram por uma abordagem da lógica de *fuzzy expert system*, modelo piloto das universidades austríacas, que considera a natureza qualitativa da maioria dos indicadores de capital intelectual. Esses desenvolvidos no âmbito dos métodos de *scorecard*, combinando, assim, a abordagem de mensuração e gestão. Nesse processo foram identificadas algumas dificuldades metodológicas de medição, mas Veltri et al (2012) destacam que a abordagem representa um caminho inicial para divulgação do relatório de capital intelectual para a universidade.

Nesse contexto, identificamos que as universidades austríacas foram compelidas à elaboração do relatório em 2006, segundo *Universities Act* 2002, apresentando no mínimo as seguintes informações:

• A atividade da universidade, os objetivos sociais e estratégicos de autoimpostos;

• A categoria de capital humano, estrutural e relacional;

• Os processos estabelecidos no compromisso de desempenho, incluindo os seus resultados e impactos. O Ministro, por ordem, expedir regulamentos para a estrutura e *design* de relatórios de capital intelectual.

No Brasil, Peroba (2013) identificou e analisou a percepção de professores e coordenadores atuantes no mestrado em administração sobre a relevância do modelo de capital intelectual. A investigação constatou que o entendimento do relatório do capital intelectual como uma ferramenta útil e imprescindível para a gestão e a transparência de instituições de ensino superior.

Na Itália, Siboni, Nardo & Sangiorgi (2013) investigaram quais as informações de capital intelectual as universidades estaduais consideram em seus planos de desempenho, utilizando a análise de conteúdo para descobrir o tipo e a extensão das estratégias num grupo de 44 planos de desempenho. Os autores concluíram que o documento sugere diretrizes para os órgãos de gestão das universidades, no sentido de identificar e mapear suas estratégias com referência a capital intelectual, proporcionando um instrumento de codificação derivadas da orientação dinamarquesa.

Por fim, a revisão da literatura focada no capital intelectual e na universidade mostra a importância de mensurar o capital intelectual, destacados três aspetos que parecem determinantes neste foco:

• A maioria dos ativos que agregam valor para a universidade é composta de ativos de natureza intangível, assim a mensuração do capital intelectual é um instrumento que fornece condições para atender a essa característica particular das universidades;

• A necessidade de as organizações assumirem uma posição mais transparente, uma vez que a divulgação de capital intelectual parece ser um contributo fundamental para agregar ao processo de transparência de uma organização;

• Os estudos empíricos apresentam uma diversidade de indicadores utilizados para análise de capital intelectual em estudos de diversos países.

Análise da literatura

A NGP é um movimento inicializado a partir da década de setenta nos Estados Unidos da América e Reino Unido que clama por reforma na administração pública. Esse é suportado na necessidade dos cidadãos em ter mais transparência da utilização dos recursos públicos e responsabilidade pública do serviço público em termos de resultados. Existe a ideia que o controle, as técnicas e métodos do setor privado, focadas na eficiência e eficácia, devem ser utilizadas no setor público para alcançar as premissas da NGP.

Para além disso, a administração pública deve considerar as necessidades dos problemas socioeconômicos, a sustentabilidade da organização e o impacto do desempenho de suas atividades a longo prazo. É perceptível algumas diferenças que não permitem a completa igualdade entre a gestão pública e privada, tal como Rocha (2009) identifica na organização pública:

• Não existe uma extrema submissão à pressão do mercado quanto nas organizações privadas;
• Existe uma submissão a restrições legais, regulamentos que limitam e controlam a atuação da gestão pública;
• Submissão à influência política dos partidos.

Na abordagem dos serviços da universidade pública, percebemos que ela está situada sob alcance das exigências de transparência e responsabilidade pública de suas atividades da NGP. Nesse contexto, temos o entendimento que existe a característica específica de ter o ativo do conhecimento como seu principal recurso e saída, gerando o argumento que essa deve assumir uma posição mais focada e transparente com a gestão dos recursos intangíveis da organização.

A importância do conhecimento na universidade é reconhecida na literatura, assim o relatório de capital intelectual, sustentado na definição de Andriessen e na característica da universidade, parece ser direcionado para atender as questões da NGP e da importância do conhecimento para a universidade pública. A literatura também mostra mais dois aspetos. O primeiro é a predominância da categorização do capital intelectual, Figura 8, nas categorias de capital humano, estrutural e relacional.

Figura 8. Enquadramento para categoria

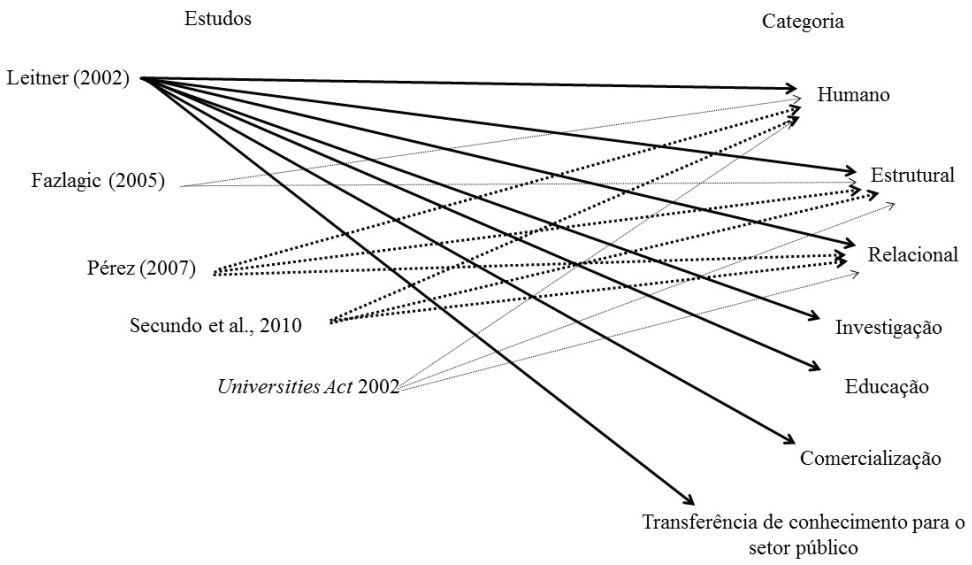

Fonte: Elaboração própria (2014).

O segundo é a utilização de distintos e diversos indicadores para mensurar o capital intelectual na literatura, justificada pela proposta escolhida por cada investigador ou pela ausência de regulamentação para divulgação de informações de capital intelectual. Para além disso, existe uma relação dos indicadores utilizados com a sistematização dos objetivos, estratégia, recursos, atividades e os resultados específicos para cada instituição.

A gestão ou divulgação de informações de capital intelectual nas universidades de diversos países é ainda incipiente ou inexistente, a exceção da Áustria, onde as universidades são compelidas por lei a elaborar e divulgar as informações de capital intelectual, na qual existe o estabelecimento de um padrão básico de informações para o relatório. Esse aspeto conduz a perceção da necessidade de refletir em outros estudos sobre a viabilidade da comparação nos países onde não existe obrigatoriedade com a determinação de aspetos básicos a serem divulgados.

A Áustria é o país identificado como exemplo da melhor prática no processo de mensuração e divulgação de relatório de capital intelectual. Por fim, podemos expressar através da Figura 9 um diagrama com os principais conceitos observados na discussão da literatura.

Figura 9. Enquadramento para categoria

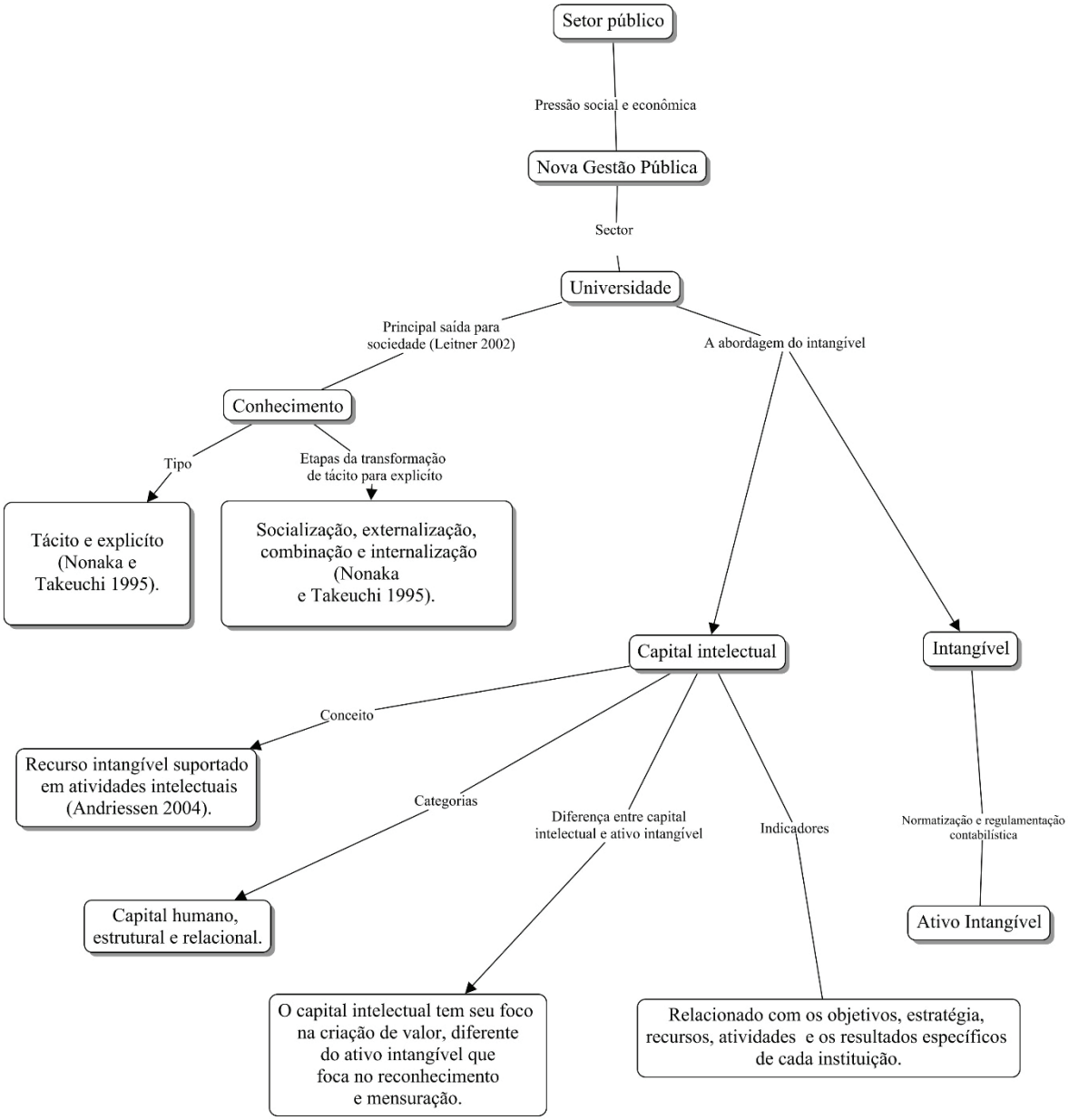

Fonte: Elaboração própria (2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre literatura existente parece conduzir a afirmativa que o relatório de capital intelectual se mostra como um conciliador para atender as exigências da NPG e a importante característica do conhecimento existente na universidade. O problema que se coloca e o qual este estudo procura dar resposta é: qual é o cenário da divulgação das informações de capital intelectual para a universidade? O objetivo do artigo é fazer uma reflexão teórica a respeito deste assunto.

Para responder a questão de partida do estudo, usamos as referências das bases de dados, *sites* e catálogos de bibliotecas, e apresentamos algumas inferências. A revisão da literatura focada no capital intelectual e na universidade mostra a importância de mensurar o capital intelectual, destacados dois argumentos que parecem determinantes neste foco: o primeiro argumento é que a universidade pública deve assumir uma posição mais transparente com a gestão dos recursos intangíveis da organização, alinhando com as exigências de reforma da NGP.

O segundo argumento, por sua vez, é que a divulgação do capital intelectual é um instrumento que fornece condição de atender à característica particular da universidade de possuir um elevado subconjunto de recursos intangíveis baseados em atividades intelectuais. E literatura mostra a predominância da categorização do capital intelectual, nas categorias de capital humano, estrutural e relacional.
Os estudos de abordagem teórica e empírica em diversos países direcionam a seguinte conclusão: a Áustria é o exemplo de país onde existe a melhor prática no processo de mensuração e divulgação de relatório de capital intelectual. E como pista de investigação futura, sugerimos um aprofundamento na reflexão sobre viabilidade da comparação nos países onde existe e não existe obrigatoriedade para a mensuração e divulgação de capital intelectual.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, A., & MAGALHÃES, A. (2000). O conceito de stakeholder e o novo paradigma do ensino superior. *Revista Portuguesa de Educação*, *13*, pp.7–28.

ANDRIESSEN, D. (2004). *Making sense of intellectual capital*. London: Routledge.

BEUREN, I., & SOTHE, A. (2009). A Teoria da Legitimidade e o Custo Político nas Evidenciações Contábeis dos Governos Estaduais da Região Sudeste do Brasil. *Revista de Contabilidade E Organizações*, (Xii), 98–120.

BEZHANI, I., 2010. Intellectual capital reporting at UK universities. *Journal of Intellectual Capital*, 11(2), pp.179–207.

BLACKMAN, D., & KENNEDY, M. (2009). Knowledge management and effective university governance. *Journal of Knowledge Management*, *13*(6) pp., 547–563.

CAÑIBANO, L., GARCÍA-AYUSO, M., & SÁNCHEZ, M. P. (2004). Accounting for intangibles: a literature review. In *Lecturas sobre Intangibles y capital intellectual*. Madri: Asociación española de contabilidad y administratición de empresas.

CAÑIBANO, L. & Sánchez, M.P., 2008. Intellectual capital management and reporting in universities and research institutions. *Estudios de economía aplicada*, 26(2), pp.7–26.

Castellanos, A. R., RODRÍGUEZ, J. L., & RANGUELOV, S. Y. (2004). University R&D&T capital: What types of knowledge drive it? *Journal of Intellectual Capital*, *5*(3), pp.478–499.

CÓRCOLES, Y.R., PEÑALVER, J.F.S. & PONCE, Á.T., 2011. Intellectual capital in Spanish public universities: stakeholders' information needs. *Journal of Intellectual Capital*, 12(3), pp.356–376.

DIAS SOBRINHO, J. (2010). Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes. *Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior (Campinas)*, *15*, pp. 195–224.

DOCTOR, G. (2008). Capturing intellectual capital with an institutional repository at a business school in India. *Library Hi Tech*, *26*(1), pp. 110–125.

FANG-MEI, T., YU-JING, C., & CHENC, J.-S. (2009). Measuring business performance in the high-tech manufacturing industry: A case study of Taiwan's large-sized TFT-LCD panel companies. *Omega*, *37*(3), pp. 686–697.

FAZLAGIC, A. (2005, August). *Measuring the intellectual capital of a university*. Paris.

GILL, A. (2009). Knowledge management initiatives at a small university. *International Journal of Educational Management*, *23*(7), pp. 604–616.

GOVERNMENT, F. Universities Act 2002 (2002). Austrian.

GÜBELI, M. H., & DOLOREUX, D. (2005). An empirical study of university spin-off development. *European Journal of Innovation Management*, *8*(3), pp.269–282.

GUBIANI, J. (2011). *Modelo para Diagnosticar a Influência do Capital Intelecual no Potencial de Inovação nas Universidades*. Universidade Federal de Santa Catarina. Retrieved from http://btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2011/08/Ju%C3%A7ara-Salete-Gubiani.pdf

HANSON, K., & LÉAUTIER, F. (2011). Enhancing Institutional Leadership in African Universities: lessons from ACBF's Interventions. *World Journal of Entrepreneurship, Management and Sustainable Development, 7*(2/3/4).

HELLSTROM, T., & HUSTED, K. (2004). Mapping Knowledge and intellectual capital in academic environments. *Journal of Intellectual Capital*, *5*(1), pp.165–180.

HOOD, C. (1995). The "New Public Management " in the 1980s : Variations on a Theme. *Accounting, Organizations and Society*, *20*(2-3), pp.93–109.

KLUGE, J., STEIN, W., & LICHT, T. (2002). *Gestão do conhecimento*. Caiscais: Principia.

KUHLMANN, S., 2010. New Public Management for the "Classical Continental European Administration": Modernization At the Local Level in Germany, France and Italy. *Public Administration*, 88(4), pp.1116–1130.

LEITNEr, K. (2002). Intellectual Capital Reporting for Universities: Conceptual background and application within the reorganisation of Austrian universities. *Conference "The Transparent Enterprise.The Value of Intangibles."*

LEITNER, K., & WARDEN, C. (2004). Managing and reporting knowledge-based resources and processes in research organisations: specifics, lessons learned and perspectives. *Management Accounting Research*, *15*, pp. 33–51.

LU, W.-M. (2012). Intellectual capital and university performance in Taiwan. *Economic Modelling*, *29*(2), pp. 1081–1089.

MACHADO, E. (2008). *Capital Intelectual um estudo nas universidades ibéricas*. Penafiel: Editorial Novembro.

NONAKA, I., & TAKEUCHI, H. (1995). *The knowledge-creating company: how japonese companies create the dynamics of innovation*. New York: Oxford University Press.

OLIVEIRA, S. (2011). *O Impacto da Nova Gestão Pública nos Profissionais Académicos*. Universidade de Aveiro.

PÉREZ, S. (2007). *Governing the University of the 21ST Century: Intellectual capital as a tool for strategic management lessons from the European experience*. Universidad Autónoma de Madrid, Madri.

PEROBA, T. (2013). *Modelo de avaliação de capital intelectual para os cursos de mestrado profissional em administração*. Fundação Getulio Vargas.

POLLITT, C., & Bouckaert, G. (2000). *Public Management Reform*. Oxford: Oxford University Press.

ROCHA, J. (2009). *Gestão Pública e Modernização Administrativa*. Oeiras: Instituto Nacional de Administração.

SARRICO, C. (1998). *Performance Measurement in UK Universities : Bringing in the Stakeholders ' Perspectives Using Data Envelopment Analysis*. University of Warwick. Retrieved from http://go.warwick.ac.uk/wrap/36430

SECUNDO, G. et al., 2010. Intangible assets in higher education and research: mission, performance or both? *Journal of Intellectual Capital*, 11(2), pp.140–157.

SIBONI, B., NARDO, M. T., & SANGIORGI, D. (2013). Italian state university contemporary performance plans: an intellectual capital focus? *Journal of Intellectual Capital*, *14*(3), pp. 414–430.

THIEL, S. Van, & LEEUW, F. L. (2002). The performance paradox in the public sector. *Public Performance & Management Review*, *25*(3), pp.267–281.

TOLOFARI, S. (2005). New Public Management and Education, *3*(1), pp. 75–89.

VELTRI, S., MASTROLEO, G., & SCHAFFHAUSER-LINZATTI, M. (2012). Measuring intellectual capital in the university sector using a fuzzy logic expert system. *Knowledge Management Research & Practice*, *12*(2), pp.175–192.

Democratização X elitização: uma análise dos BI na Universidade Federal da Bahia

SILVEIRA, Olivia Maria Costa[1]

DANTAS, Lys Maria Vinhaes[2]

SAMPAIO, Sonia Maria Rocha[3]

Resumo: Ainda que políticas de acesso e permanência tenham sido implementadas e tornem-se centrais para a definição da missão de boa parte das universidades públicas brasileiras, são grandes os desafios para a efetiva democratização do ensino superior no Brasil. Este artigo reflete sobre um possível movimento de (re)elitização da educação superior a partir de dados de perfil de 2.607 alunos matriculados nos Bacharelados Interdisciplinares (BI) da Universidade Federal da Bahia nos anos de 2010 a 2014. Os BI são uma alternativa diferenciada, que proporciona uma formação mais ampla e a escolha da futura profissão durante o curso, o que atrai alunos outrora distantes da universidade. No entanto, com a consolidação da modalidade, constatam-se variações no perfil do ingressante, com o crescimento do número de alunos oriundos de escolas privadas, redução da faixa etária e da presença de estudantes-trabalhadores. Argumenta-se que as políticas de democratização precisam estar atentas a tais mudanças.

Palavras-chave: bacharelados interdisciplinares; democratização do ensino superior

Introdução

Com um processo tardio de garantia da educação formal como direito de todos e dever do Estado, os problemas referentes ao acesso e à permanência se apresentam em todos os níveis da trajetória escolar dos brasileiros. Apesar de um crescimento de 150,43% nas matrículas no período de 1995 e 2011, a Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD) realizada em 2013 indica que todos os níveis educacionais enfrentam altas taxas de evasão (IBGE, 2014) e que as taxas líquidas de escolarização estão longe de serem as ideais, a exemplo de 2012: 92,5% - 6 a 14 anos no ensino fundamental, 54,% no ensino médio e 15,1% no ensino superior (IBGE, 2013). Quando pensamos na educação superior, as dificuldades se tornam maiores, em especial no que se refere ao acesso e permanência da população mais empobrecida nas universidades públicas, historicamente voltadas para

---

1 Pós-Doutoranda em Estudos Interdisciplinares sobre Universidade (Programa Nacional de Pós-Doutorado Institucional/UFBA). Doutora e Mestre em Educação com pesquisas desenvolvidas na área de Políticas Públicas de Juventude. Especialista em Teoria da Clínica Psicanalítica e graduada em Psicologia também pela UFBA. Pesquisadora do Observatório da Vida Estudantil, com interessesem inclusão social de jovens, avaliação de sistemas educacionais e políticas públicas de educação/sociais.

2 Professora adjunta lotada no Centro de Artes, Humanidades e Letras. Pesquisadora do Observatório da Vida Estudantil, doutora em educação e mestre em administração, suas áreas de interesse são avaliação educacional, políticas de educação, vida estudantil e gestão pública.

3 Possui graduação em Psicologia, mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Cumpriu estágio de pós-doutorado na Universidade de Paris 8 e foi professor visitante na mesma instituição. Atualmente é professora associada IV do Instituto de Artes, Humanidades e Ciências Prof. Milton Santos (IHAC), dirige o grupo de pesquisa Observatório da Vida Estudantil e coordena o Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade/UFBA. Pesquisadora do Programa Pesquisador UFBA de Produtividade. Membro da Comissão Científica Nacional para a realização do Encontro Acadêmico Interdisciplinar nas Universidades Brasileiras: Desafios e Resultados. Membro do Réseau International de Recherche sur l´Évaluacion de I´enseignement par les Étudiants.

a formação das elites econômicas e sociais. Até meados da década de 2000, o perfil do aluno da universidade pública (gratuita no Brasil) era caracterizado por ser jovem, urbano, não trabalhador, recém egresso do Ensino Médio, solteiro e sem filhos, apesar de não necessariamente oriundo da classe alta (ver, por exemplo, Ferreira, 1999). Quando observada a escolha de alguns cursos de maior prestígio, o perfil era ainda mais elitizado, como no caso de medicina para a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), investigado em 2000 por Ferreira et al. , ou odontologia em Lages-SC, objeto de pesquisa de Brustolin et al. (2005).

Vale lembrar que, enquanto na educação básica a oferta é majoritariamente de instituições públicas (83,5%), no ensino superior apenas 12,8% das vagas são ofertadas por elas (INEP, 2013). A oferta de educação superior gratuita atraía alunos que haviam, durante toda a educação básica, estudado em escolas particulares e lançado mão de estratégias caras – a exemplo de cursinhos pré-vestibulares e reforço escolar – que lhes permitissem competir e ganhar nos altamente concorridos processos seletivos. Alunos oriundos de escola pública, sem tal apoio e sem suporte financeiro, tinham grande dificuldade nesta corrida pelas vagas da universidade pública, tendo menores condições de acesso às carreiras e às instituições de prestígio. Esta dificuldade era acrescida pelo fato de que, muitas vezes, precisavam trabalhar para custear seus estudos e sua vida e os currículos nas universidades públicas eram concretizados por meio de atividades espalhadas no matutino e vespertino, com pouca oferta a noite, o que lhes impossibilitava trabalhar e estudar, como podia ser observado na Universidade Federal da Bahia (UFBA) que, até 2008, das 4.254 vagas distribuídas em 67 cursos ofertava, para o noturno, apenas 80 vagas em dois cursos (SANTANA, 2013).

Em atenção a este cenário, nos últimos quinze anos, políticas foram criadas e implementadas no sentido da democratização da educação superior no Brasil, ainda que muitos autores, a exemplo de Dias Sobrinho, 2010, argumentem que democratização é um fenômeno que abrange muito mais que acesso e permanência. De todo modo, é possível indicar quatro ações importantes para ampliação do acesso e da permanência:

- Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) - financiamento de estudos para alunos matriculados em instituições de ensino não gratuitas que tenham bons conceitos em processos avaliativos conduzidos pelo governo federal.
- Programa Universidade para Todos (ProUni) - bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior.
- Universidade Aberta do Brasil (UAB) - sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior em modalidade de educação à distância.
- Programa de Apoio a planos de reestruturação para as IFES (Reuni) - programa que objetiva ampliação do acesso e permanência nos cursos de graduação, através de melhor aproveitamento da estrutura e recursos já existentes nas universidades federais. O REUNI foi complementado, de alguma maneira, pelo PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil.

O Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007, documento que institui o Reuni, apresenta como diretrizes a ampliação de vagas, em especial no período noturno, ocupação de vagas ociosas, revisão da estrutura acadêmica, diversificação das modalidades de graduação não voltadas à profissionalização precoce e especializada, ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil e articulação entre a graduação e a pós-graduação, bem como da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007b). Desta forma, o Reuni pretendeu "flexibilizar e melhorar a qualidade da educação superior, bem como proporcionar aos estudantes formação multi e interdisciplinares, humanista e o desenvolvimento do espírito crítico" (BRASIL, 2007a:9). Paulatinamente, o perfil do aluno da universidade pública começa a se diversificar e a aumentar a participação de estudantes trabalhadores, oriundos da escola pública, de baixa renda, mais velhos, com filhos (ver, por exemplo, os trabalhos de Dantas, 2013 ou Dantas e Santos, 2014, ou ainda de Santos et al., 2013, sobre alunos na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia -UFRB).

No entanto, a adesão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) ao Reuni foi acompanhada de críticas, em especial no que diz respeito aos efeitos causados pelo aumento do número de vagas sem correspondência do quadro de docentes e de servidores técnico-administrativos, bem como à qualidade do ensino que, supostamente, sofreria uma retração em consequência da massificação de vagas e diversificação dos cursos ofertados (ANDRADE, 2014; FRANCO et al., 2010; LIMA, 2013).

Em concordância com a visão de educação superior encaminhada pelo Reuni, a UFBA aderiu à política, tendo, inclusive, contribuído para sua formulação (ALMEIDA FILHO et al.,2010; ANDRADE, 2014). Neste processo ampliou o número de vagas, principalmente no ensino noturno[4]; investiu em infraestrutura, com a construção e/ou reforma de institutos e centros; e reformulou sua estrutura curricular para incluir a oferta dos Bacharelados Interdisciplinares (BI), que propõem uma formação generalista e humanística em quatro grandes áreas: Artes, Humanidades, Ciências e Tecnologia e Saúde.

Desde sua implementação em 2009, os BI suscitaram a curiosidade e o interesse de professores e pesquisadores a respeito do perfil dos estudantes que optariam por tal modalidade de curso superior, ainda desconhecida no contexto local. Como argumentado por Sampaio e Santos (2012:01), não basta, no entanto, conhecer o aluno. É fundamental que tal conhecimento alimente as instâncias gestoras, na busca por uma "gestão universitária humanizada" e da efetiva concretização da democratização da educação. Neste sentido, foi desenvolvida uma investigação com objetivo de conhecer o perfil do ingressante nos BI, como etapa inicial para elaboração de um modelo de orientação acadêmica para os cursos em questão. Tal pesquisa foi conduzida no âmbito do Observatório da Vida Estudantil (OVE - grupo de pesquisa vinculado às UFBA e UFRB) e contou com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) através do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD).

A coleta de dados foi realizada durante o período de matrícula dos alunos nos anos de 2010 a 2014, através de questionário composto por 52 itens, sendo três abertos, organizados em seis blocos: características pessoais, trajetória escolar, moradia, trabalho e renda, informações e ideias sobre o BI e a universidade e hábitos e conhecimentos.

O levantamento dos dados quantitativos buscou abarcar o maior número possível de respondentes dentro do universo. Nesse sentido, não foi especificada uma amostra prévia e todos os questionários respondidos foram considerados. A pesquisa contou com 2.607 respondentes, com representantes dos quatro BI, o que corresponde a 51,16% do universo (5.096). No que se refere à representação de cada um dos BI, a amostra apresenta semelhanças consideráveis com o universo, como é possível observar na FIGURA 1 a seguir:

Figura 1: Comparativo entre a distribuição percentual dos estudantes por BI no universo e na amostra – BI -UFBA, 2010-2014

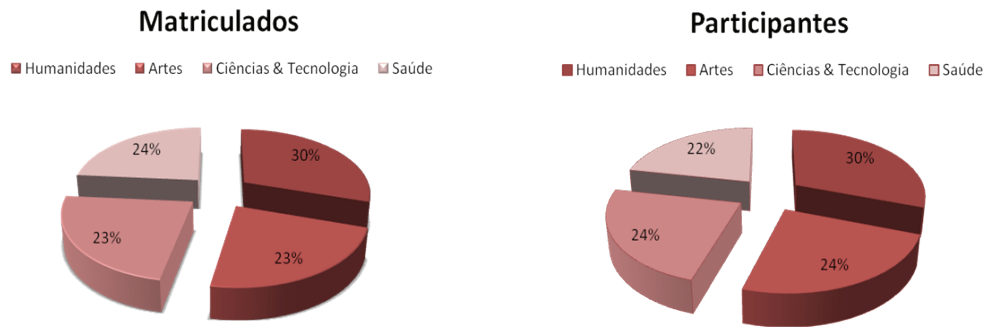

Fonte: As autoras, com dados da Pesquisa Perfil dos ingressantes nos BI 2010 - 2014.

Os dados foram analisados comparando as frequências de variáveis ao longo dos anos, na tentativa de identificar tendências das mesmas. Resultados interessantes foram detectados e apontam para alterações no perfil dos ingressantes dos BI ao longo dos seus primeiros anos, indicando uma possível tendência de elitização desses cursos na medida em que se tornam mais conhecidos.

Este artigo apresenta os principais indicadores observados, selecionados a partir da literatura especializada, e sua evolução ao longo de cinco anos de pesquisa. Para efeito de organização da discussão proposta, as variáveis foram distribuídas em três blocos:

4 De acordo com Santana (2013), a UFBA ofertou mais de 11 mil vagas para o noturno, distribuídas em 33 cursos de graduação entre os anos de 2009 a 2013.

1) Características pessoais – cor/etnia, estado civil, existência de filhos, faixa etária.
2) Perfil educacional - unidade administrativa da escola onde cursou o ensino médio e domínio de língua estrangeira.
3) Perfil de trabalho e renda familiar.

Anterior à discussão sobre resultados, o artigo traz informações sobre a proposta pedagógica e estrutura curricular dos BI. Nas considerações finais, são feitas as sínteses destes indicadores, a partir de sua evolução nos cinco anos investigados.

Os bacharelados interdisciplinares da UFBA

Inspirado no modelo da Escola Nova proposto por Anísio Teixeira em 1920, que previa uma reformulação radical na estrutura de todos os níveis educacionais, dentre outros, o projeto UFBA Universidade Nova traz três tópicos referentes à reestruturação pedagógica da formação oferecida nesta universidade:

- abertura de programas de cursos experimentais e interdisciplinares de graduação, que poderiam ser não-profissionalizantes ou não-temáticos, com projetos pedagógicos inovadores, em grandes áreas do conhecimento.
- programas de renovação do ensino de graduação, por meio deprojetos acadêmico-pedagógicos criativos e consistentes, reduzindo as barreiras entre os níveis de ensino como, por exemplo, oferta de currículos integrados de graduação e pós-graduação.
- reformas curriculares nos cursos que ainda não haviam apresentado propostas de atualização do ensino de graduação. (ALMEIDA FILHO et al,2010:154)

O projeto extrapola as discussões internas na UFBA e chega ao Ministério da Educação, bem como a outras universidades. As exigências de reestruturação pedagógica presentes no Reuni (2007) aparecem cronologicamente posteriores ao projeto UFBA Universidade Nova (2006), tendo sido considerado que esta última tenha influenciado algumas linhas de ação do Programa.

De todo modo, dentre as metas da UFBA em resposta ao Reuni, está a implementação de quatro Bacharelados Interdisciplinares (BI), o que acontece em 2009 com a implementação dos Bacharelados Interdisciplinares em Artes, Ciências e Tecnologia, Humanidades e Saúde (ALMEIDA FILHO, 2010). Aprovados pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE)[5] e pela Câmara de Ensino de Graduação (CEG)[6],e com o reforço do Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), os BI foram implantados visando:

> [...] agregar uma formação geral humanística, científica e artística ao aprofundamento num dado campo do saber, promovendo o desenvolvimento de competências e habilidades que possibilitarão ao egresso a aquisição de ferramentas cognitivas que conferem autonomia para a aprendizagem ao longo da vida bem como uma inserção mais plena na vida social, em todas as suas dimensões. Também provê fundamentos conceituais e metodológicos para a formação profissional em cursos de graduação que o adotem como primeiro ciclo (UFBA, 2008a).

O formato BI inaugurou um novo projeto pedagógico com a oferta de 900 vagas no processo seletivo de 2009[7]. O Instituto de Humanidades Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC) foi criado na UFBA para abrigar os quatro cursos. O regime de ciclos inicialmente proposto abrange três momentos de formação: 1) o primeiro ciclo, que compreende uma formação generalista, abrangente e interdisciplinar, permitindo ao estudante

5 Resolução nº 03/2008 (UFBA, 2008a)

6 Resolução nº 02/2008 (UFBA, 2008b)

7Distribuídas da seguinte maneira: Humanidades (100 diurno e 300 noturno), Artes (100 diurno e 200 noturno), Ciência & Tecnologia (100 noturno) eSaúde (100 noturno).

uma visão mais ampla da vida universitária e da própria área de conhecimento inicialmente escolhida; 2) o segundo ciclo, de caráter profissionalizante; e 3) o terceiro ciclo, referendado na pós-graduação, convergindo com modelos já adotados em universidades norte-americanas e europeias, através do Processo de Bolonha. Vale ressaltar que o estudante, após a conclusão do primeiro ciclo, pode optar por concluir sua formação acadêmica e se direcionar para o mundo do trabalho, buscar um curso de progressão linear (CPL) de caráter profissionalizante, como também buscar uma pós-graduação.

Tal proposta pretendeu romper com o conceito corporativo de unidades fechadas em si mesmas e disciplinarmente focadas, propondo a construção dialógica de novos percursos de formação, o que ainda não acontece na totalidade da estrutura universitária da UFBA, que resiste à estrutura da formação em ciclos, mas que convive e começa a conhecer os BI a partir de seus egressos que optam por cursar um CPL. De todo modo, a resistência à proposta é observada (e relatada pelos alunos) em diversas unidades acadêmicas da UFBA, em maior ou menor grau (SAMPAIO; SANTOS, 2012; ANDRADE, 2014). Em outras, no entanto, foi possível estabelecer um diálogo mais interessante e favorável à proposta.

Por outro lado, os BI vêm se consolidando como uma opção inovadora para a formação do ensino superior. A escolha de uma profissão é um dilema para muitos jovens e adultos que buscam um lugar no mundo do trabalho. São comuns as histórias de frustração e insatisfação com o curso escolhido, muitas vezes pela imaturidade do momento da escolha, além das dificuldades financeiras que se apresentam ao longo do processo (ver, por exemplo, DANTAS, SANTOS, 2014). A análise de dados qualitativos coletados em 2013 com ingressantes dos BI revelam que os estudantes os percebem como um curso mais amplo, diversificado e de conhecimento abrangente, bem como uma possibilidade de escolher sua profissão ao longo do processo, quando mais amadurecidos. Este cenário difere da escolha convencional, anterior à entrada na universidade, como acontece comumente para os cursos de caráter profissionalizante.

Alguns ingressantes percebem os BI como estratégia para ingressar em cursos mais disputados no processo seletivo, apostando nas vagas reservadas para os seus egressos. De todo modo, observa-se um interesse da sociedade e de escolas de ensino médio para com esta modalidade, que será foco da segunda etapa da presente pesquisa, com previsão para 2015.

A partir de 2010, os BI oferecem, anualmente, 1.300 vagas distribuídas entre as quatro modalidades disponíveis no campus de Salvador: Saúde, Ciência e Tecnologia, Humanidades e Artes. O IHAC conta com um total de 5.096 alunos ativos[8], constituindo-se como a segunda maior unidade universitária da UFBA, em número de estudantes.

Em seus anos iniciais de implementação, os BI atraíram uma maioria de jovens negros, trabalhadores, oriundos de escolas públicas e com renda familiar da até três salários mínimos. Este perfil, anteriormente pouco comum nas universidades públicas brasileiras, passa a ser mais frequente a partir dos já mencionados programas e ações direcionados à expansão e democratização do ensino superior. No entanto, o que se observa na presente pesquisa é a mudança do perfil ao longo dos anos, com uma aproximação àquele que seria mais esperado para a universidade pública anterior ao Reuni. A esta tendência, apresentada na seção seguinte, chamamos de tendência de elitização.

Evolução de características dos ingressantes dos BI – UFBA: uma análise de dados entre 2010 e 2014

Como mencionado na Introdução, características tais como cor/etnia, idade, estado civil, número de filhos, situação de escolaridade dos pais, natureza administrativa da(s) escola(s) de educação básica (se privada ou pública), renda familiar, domínio de língua estrangeira, foram inúmeras vezes utilizadas para compor o perfil dos estudantes na educação superior. Nesta pesquisa, não foi diferente. A seguir, os resultados estão apresentados em três subseções: características pessoais, perfil educacional e perfil de trabalho e renda dos ingressantes dos BI – UFBA entre 2010 e 2014.

8 Número referenciado na matrícula de 2014.

Características pessoais dos ingressantes

Nesta subseção, são analisados os dados sobre cor/etnia, estado civil, número de filhos e faixa etária. Em relação à cor/etnia observa-se uma predominância de estudantes que se autodeclaram pardos, seguidos de pretos e brancos (Tabela 1). A medida que os valores se reduzem ao longo dos anos para os autodeclarados pretos (29,1%, 32,1%, 34,5%, 27,0% e 24,8%), os valores para os que se autodeclaram brancos crescem (17,3%,20,1%, 16,9%, 21,6% e 22,7%). Também os percentuais referentes à etnia amarela se elevam de 2010 a 2014 (0,5%,0,5%,1,4%, 1,5% e 2,7%). Os pardos são predominantes em todos os anos, tendo seu percentual mais alto em 2010 (52,1%) e o mais baixo em 2011 (45,9%).

Tabela 1: Distribuição percentual dos participantes por cor/etnia– BI -UFBA, 2010-20

Perfil	Categorias	Percentual %				
		2010(n=399)	2011 (n=609)	2012(n=581)	2013(n=603)	2014 (n=419)
Cor/ etniax^2= 33,349 p=0,007	Branca	17,3	20,1	16,9	21,6	22,7
	Preta	29,1	32,1	34,5	27,0	24,8
	Parda	52,1	45,9	46,2	49,6	48,7
	Amarela	0,5	0,5	1,4	1,5	2,7
	Indígena	1,0	0,8	1,0	0,3	1,2

Fonte: As autoras, com dados da Pesquisa Perfil dos ingressantes nos BI 2010 - 2014.

A presença de negros (pretos e pardos) nas universidades brasileiras, mesmo após as políticas de acesso e permanência, ocorre em percentual bastante inferior àquele encontrado na população, de forma geral, como pode ser visto na Tabela 02, com dados de 2010. No país, pretos e pardos formam 50,7% da população; no entanto, quando observado o Nordeste, este percentual sobre para 69,0%. Quando observada as matrículas em 2013 (Tabela 3), há 15,3% de pretos e pardos no Brasil e 24,4% no Nordeste, de acordo com dados do INEP sobre 2013. Quanto às matrículas, chama atenção também o enorme contingente que não declarou cor ou que não foi possível dispor da informação, o que dificulta a comparação com os dados da população e mesmo com os dados do BI, que apontam para a predominância de pretos e pardos.

Tabela 2: Distribuição percentual da população residente no Brasil e no Nordeste de acordo com cor ou raça – 2010

Recorte geográfico	N. Total	% da População residente em 2010 por cor ou etnia 2010					
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Brasil	190.755.799	47,7	7,6	1,1	43,1	0,4	0,0
Nordeste	53.081. 950	29,4	9,5	1,2	59,4	0,4	0,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 3: Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Cor / Raça 2013

Recorte geográfico	N. Total	Distribuição percentual de matrículas na graduação presencial ou a distancia por cor ou etnia - 2013					
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração ou sem informação
Brasil	7.305.977	25,0	3,0	1,1	12,4	0,2	58,2
Nordeste	1.521.706	15,7	5,0	1,1	19,4	0,2	58,6
Bahia	382.574	5,9	4,4	1,0	13,6	0,1	75,0

Fonte: INEP, 2013

Quando observado o estado civil para o BI, os solteiros(as) são predominantes em todos os anos da pesquisa, todavia os percentuais apresentados se elevam ao longo dos anos, com uma pequena redução em 2014, ao passo que os valores apresentados para a categoria casados foram progressivamente reduzidos, passando de 13,1% em 2010 para 6,4% em 2014, ainda que os percentuais de ingressantes que possuem companheiro(a) apresentam elevação ao longo dos anos. As demais categorias analisadas se mostram pouco representadas nas amostras, contudo é possível notar, na TABELA 4, a redução da representação de participantes pertencentes às categorias divorciado(a), viúvo(a), separado(a).

Tabela 4: Distribuição percentual dos participantes por estado civil– BI -UFBA, 2010-2014

Perfil	Categorias	Percentual %				
		2010(n=397)	2011 (n=609)	2012(n=580)	2013(n=605)	2014 (n=420)
Estado Civil x^2= 68,319 p= 0,0001	Solteiro(a)	82,4	85,7	88,6	89,6	87,9
	Casado(a)	13,1	10,7	6,7	6,3	6,4
	Divorciado(a)	2,8	2,3	1,4	1,7	1,0
	Viúvo(a)	0,3	0,3	0,3	-	-
	Separado(a)	0,5	0,2	0,3	0,2	-
	Companheiro(a)	-	0,8	2,4	2,1	4,3
	Outro	1,0	-	0,2	0,2	0,5

Fonte: As autoras, com dados da Pesquisa Perfil dos ingressantes nos BI 2010 - 2014.

A presença de estudantes com filhos é característica de sujeitos mais velhos, que acessam a universidade tardiamente e que precisarão dividir seu tempo de estudo com os filhos e com a busca de recursos para sustentá-los. Os muitos perfis sobre estudantes de educação superior observam alunos sem filhos ou com, no máximo, um filho (FERREIRA, 1999, por exemplo).

Já nos BI, os resultados da pesquisa apontam para uma redução de estudantes com filhos no momento da matrícula ao longo dos anos. Em 2010, 19,7% dos participantes da pesquisa declaram já ter prole, mas este percentual foi reduzindo, chegando a 8,1% em 2014, quando apresenta menor representação. Em contrapartida, a frequência de sujeitos sem filhos se eleva de 80,3% no primeiro ano da pesquisa para 91,9% em sua última etapa, como pode ser melhor observado na TABELA 5 a seguir. Assim como no caso do estado civil, vagarosamente o alunado do BI vai se aproximando do alunado tradicional.

Tabela 5: Distribuição percentual dos participantes por existência de filhos– BI -UFBA, 2010-2014

Perfil	Categorias	Percentual %				
		2010(n=396)	2011 (n=599)	2012(n=585)	2013(n=608)	2014 (n=421)
Filhos x^2 **=44,464** **p = 0,0001**	Sim	19,7	16,7	12,8	8,2	8,1
	Não	80,3	83,3	87,2	91,8	91,9

Fonte: As autoras, com dados da Pesquisa Perfil dos ingressantes nos BI 2010 - 2014.

Quando observada a faixa etária dos participantes ao longo dos anos, os resultados indicam que as categorias mais jovens (16 a 19 anos e 20 a 23 anos) abarcam mais de 70,0% dos participantes em todos os anos de coleta de dados.Observa-se a elevação dos percentuais para o grupo com idade entre 16 a 19 anos, chegando a dobrar sua representação quando comparados os percentuais em 2010 e 2014 (27,5% em 2010, 28,6% em 2011, 36,5% em 2012, 42,7% em 2013 e 56,8% em 2014). Esta faixa etária implica alunos com nenhuma ou baixa taxa de reprovação durante a Educação Básica, que partem para a educação superior sem um intervalo e sem problemas nos processos seletivos, mais próximos do alunado elitizado comum à universidade pública de antes das políticas de acesso e permanência. Com o recente processo de universalização da educação (básica e superior), não são raras as histórias de atrasos na vida escolar, geralmente decorrentes de frequentes interrupções e/ou reprovações que acontecem ao longo dos anos de escolaridade. Esse retrato é mais comum em sujeitos oriundos de classes populares menos abastadas e provenientes de escolas públicas.

A faixa etária de 16 a 19 anos é o único recorte que apresenta crescimento ao longo dos anos de realização da pesquisa; para todos os demais, os percentuais apresentam uma diminuição progressiva, com exceção do ano de 2013 que apresenta um crescimento no percentual apresentado para a faixa de 20 a 23 anos, mas que volta a cair em 2014, como apresentado na FIGURA 2. Os percentuais observados para a faixa etária 20 a 23 anos foram: 24,4% em 2010, 24,6% em 2011, 23,1% em 2012, 27,6% em 2013 e 19,9% em 2014.

As faixas etárias que abarcam sujeitos mais maduros sofrem uma diminuição progressiva, chegando a uma representação inferior a 1,0% na categoria acima de 56 anos em 2014, corroborando a ideia da universidade como espaço de domínio da juventude, como é possível observar na FIGURA 2.

Figura 2: Distribuição percentual dos participantes por faixa etária– BI -UFBA, 2010-2014

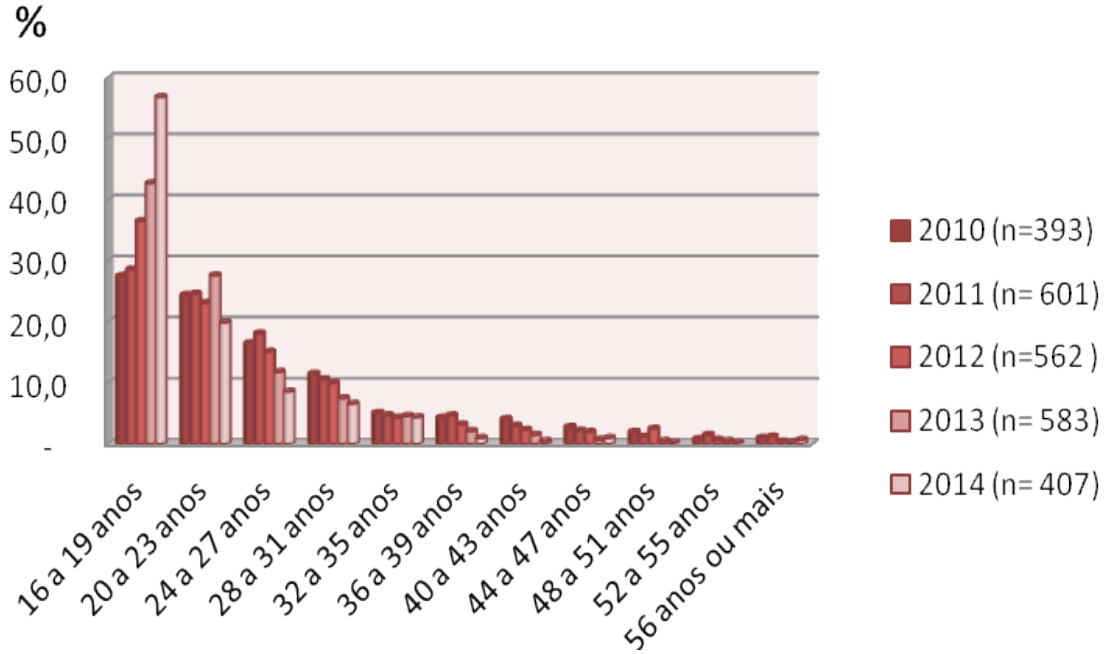

Fonte: As autoras, com dados da Pesquisa Perfil dos ingressantes nos BI 2010 - 2014.

Todas as características pessoais aqui apresentadas mostram uma aproximação do alunado, no período de 2010 a 2014, com o perfil mais tradicional, ainda que com forças diferentes, com destaque para a faixa etária. Na subseção a seguir, são apresentados dados sobre o perfil educacional.

Perfil educacional

Duas características foram utilizadas para apresentar o perfil educacional dos alunos ingressantes nos BI da UFBA entre 2010 e 2014: a unidade administrativa da escola onde cursou o ensino médio e domínio de língua estrangeira.

Implementado através de uma política voltada para a expansão da educacional superior pública, os BI, em seus anos iniciais, atraíram estudantes, em sua maioria, que cursaram o ensino médio em escolas públicas (58,3 % em 2010, 59,9% em 2011 e 59,2% em 2012). Como já mencionado na Introdução, diferente do que acontece para o ensino superior, as escolas de educação básica da rede pública de ensino atendem a estudantes das classes populares, enquanto que as pertencentes a rede privada tem como usuários os filhos das classes média e alta. Essa relação se inverte no ensino superior, onde a rede pública corresponde apenas a aproximadamente 13,0% das matrículas.

De acordo com o panorama sintetizado na FIGURA 3, a predominância de origem na escola pública, dentre os ingressantes do BI, se enfraquece em 2013 e 2014, com redução dos percentuais para 46,3% e 46,4% respectivamente, apesar de se manter como a categoria de maior representatividade na amostra. Nos chama a atenção, no entanto, que os percentuais referentes àqueles que cursaram o ensino médio em escolas privadas sem o auxílio de bolsas de estudos quase se iguale àqueles oriundos de escolas secundaristas da rede pública a partir de 2013.

Figura 3: Distribuição percentual dos participantes a partir do tipo de escola onde cursou o Ensino Médio– BI -UFBA, 2010-2014

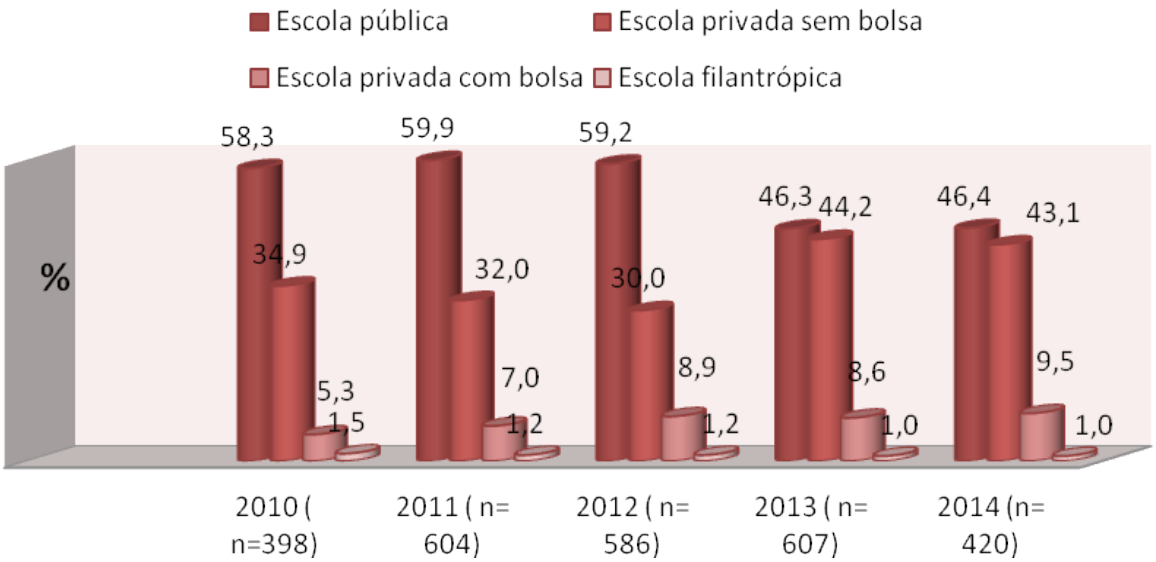

Fonte: As autoras, com dados da Pesquisa Perfil dos ingressantes nos BI 2010 - 2014.

Um segundo indicador de perfil educacional é o domínio de língua estrangeira. De acordo com Borges e Carnielli (2005), a educação oferecida nas escolas, tanto de poder público quanto da iniciativa privada, não é suficiente para garantir o sucesso do aluno no processo de seleção para os cursos de maior prestígio nas universidades. Esta falta é complementada com cursos adicionais de línguas, informática e com cursos preparatórios para o processo de seleção para o ensino superior. O financiamento dessa preparação para o ensino superior é feito pelos pais. São custos altos e viáveis apenas às famílias de maior poder aquisitivo.

Apesar do ensino de língua estrangeira ser obrigatório na educação básica, em especial inglês e espanhol, este nunca se mostrou eficiente a ponto de proporcionar um domínio da língua aos estudantes, ficando a cargo

das escolas especializadas essa tarefa. Por sua vez essas escolas são, em sua maioria, privadas e atendem majoritariamente a um público que pode arcar com o custo complementar à educação recebida na escola.
Quando analisado o perfil dos alunos dos BI-UFBA, a partir de 2013 observa-se um crescimento dos percentuais que representam estudantes que declaram dominar algum idioma estrangeiro (24,6%, 20,5%, 20,2%, 30,2% 35,6%, respectivamente) e consequente decréscimo daqueles que declaram não dominar um idioma estrangeiro, como é possível observar na FIGURA 4 a seguir.

Figura 4: Distribuição percentual dos participantes a partir do domínio de língua estrangeira– BI -UFBA, 2010-2014

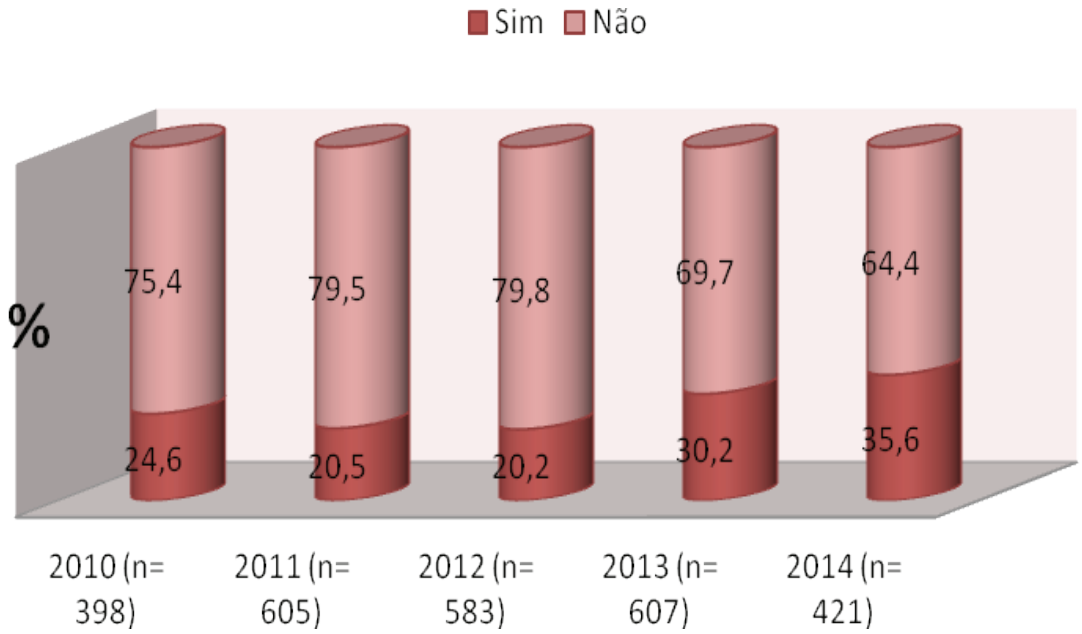

Fonte: As autoras, com dados da Pesquisa Perfil dos ingressantes nos BI 2010 - 2014.

Neste cenário, também para o perfil educacional as variáveis apresentam uma tendência de elitização, assim como já havia sido percebido para as variáveis sobre o perfil pessoal já discutidas. A próxima subseção traz os resultados quanto ao perfil de trabalho de renda.

Perfil de trabalho e renda familiar

De certa maneira, os dados sobre trabalho e, em especial, sobre renda familiar (além daqueles sobre idade já discutidos) são aqueles que talvez mais obviamente deixem perceber as variações nos indicadores de perfil do aluno ingressante nos BI – UFBA ao longo dos cinco anos de pesquisa.
A partir do processo de democratização da educação superior no Brasil, é notória a presença de estudantes trabalhadores na universidade, especialmente nos cursos noturnos, no entanto, de acordo com a análise dos dados desta pesquisa, este cenário já se mostra modificado em relação aos alunos ingressantes nos BI, como é possível observar na FIGURA 5.
Em 2010, com apenas um ano de sua implementação, 53,3% dos participantes desta pesquisa declararam ter trabalho, enquanto 46,7% não possuíam uma relação trabalhista. Esta relação se mantém quase igual em 2011. A partir de 2012, no entanto, observa-se uma inversão crescente das representações das categorias investigadas com crescimento daqueles que declaram não ter atividade laborativa quando da coleta de dados (50,5% em 2012, 55,6% em 2013 e 72,6% em 2014).

Figura 5: Distribuição percentual dos participantes por situação de trabalho– BI -UFBA, 2010-2014

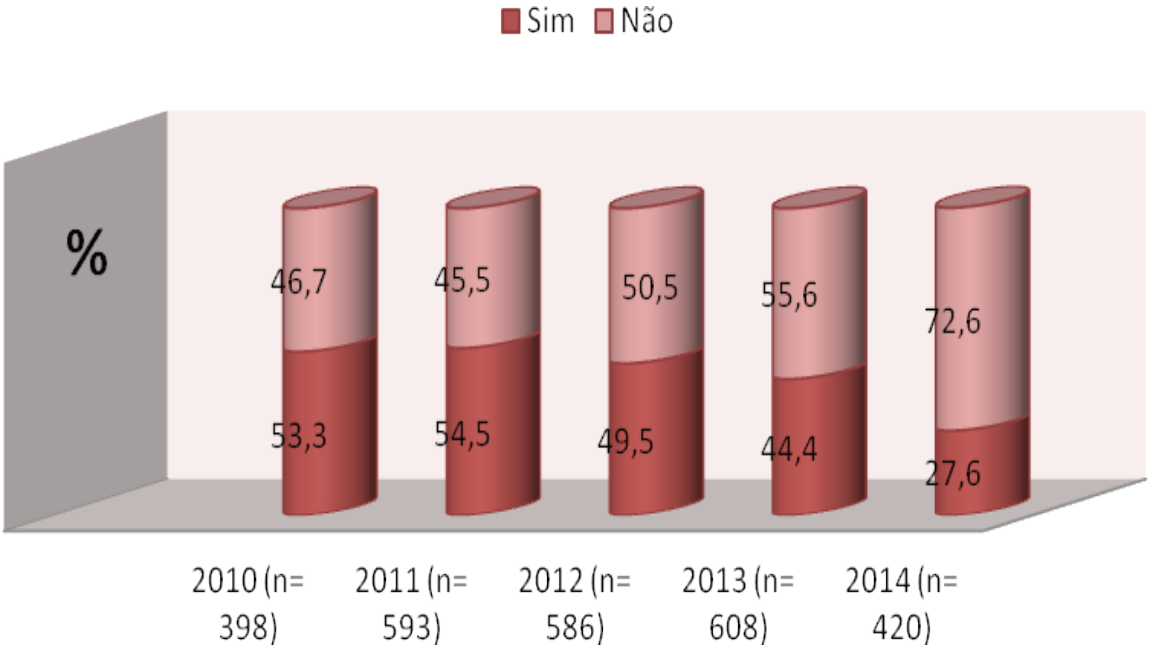

Fonte: As autoras, com dados da Pesquisa Perfil dos ingressantes nos BI 2010 - 2014.

Acerca da relação trabalho/educação, as ações adotadas até o momento, ao que parece, não permitem que jovens e adultos possam inserir-se e manter-se como trabalhadores-estudantes em condições de igualdade e competitividade, seja no mundo do trabalho, seja na universidade (SILVEIRA, 2014). No panorama da busca pela democratização da educação superior, este indicador precisa ser melhor compreendido e considerado, sob pena de tal nível de ensino continuar distante de bom contingente populacional.

Por fim, a FIGURA 6 apresenta a distribuição percentual por faixa de renda familiar, tendo como referência o salário mínimo. Essa variável foi inserida na pesquisa em 2012 e por esta razão os resultados são representados apenas a partir deste período. Apesar de apresentar maior concentração de estudantes que declaram ter renda familiar entre um e três salários mínimos (48,1% em 2012, 36,2% em 2013 e 28,9% em 2014), seguido daqueles que pertencem a famílias com renda entre três e cinco salários mínimos (20,5% em 2012, 23,1% em 2013 e 23,6% em 2014), também foi observado o crescimento dos percentuais para todas as categorias com renda familiar acima de cinco salários mínimos, incluindo aqueles com renda superior a vinte salários (2,2% em 2012, 5,1% em 2013 e 6,9% em 2014) e consequente diminuição daqueles oriundos de famílias que possuem renda igual ou inferior a três salários mínimos.

Figura 6: Distribuição percentual por faixa de renda total da família – BI -UFBA, 2010-2014

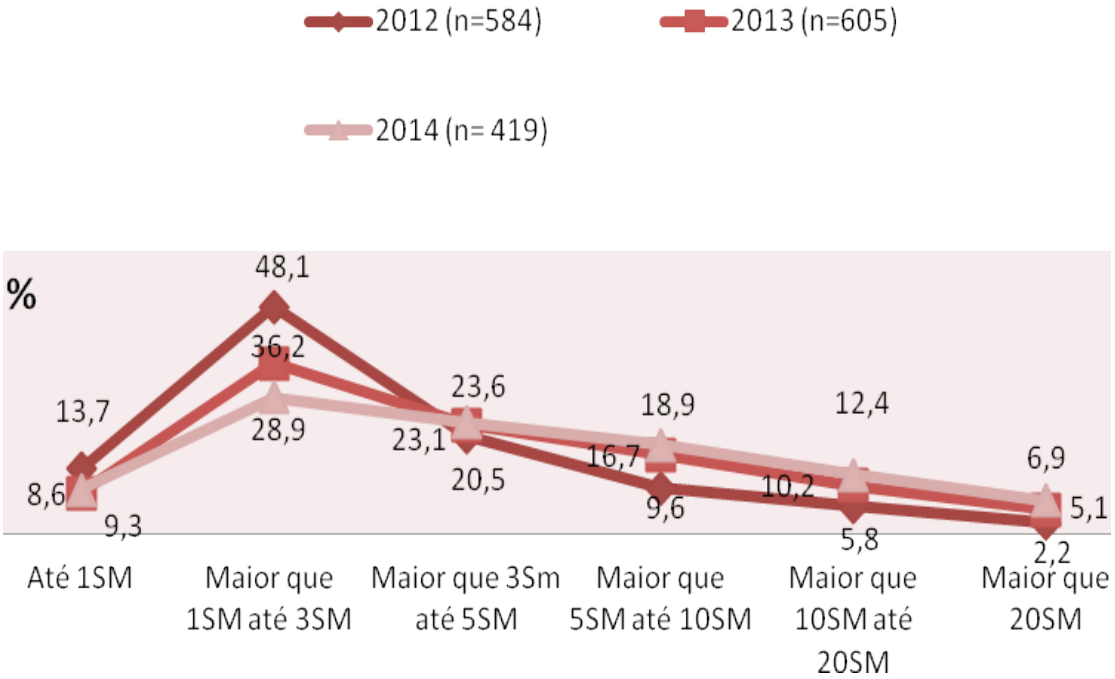

Fonte: As autoras, com dados da Pesquisa Perfil dos ingressantes nos BI 2010 - 2014.

Como toda proposta nova e desconhecida, os BI passam por um processo de reconhecimento interno, dentro da própria universidade, e externo, quando das expectativas e demandas da sociedade civil e outros setores educacionais. Uma das possibilidades dessa modalidade é a passagem para 2º ciclo de ensino a partir de reserva de vagas para seus egressos, dando acesso aos cursos de progressão linear (CPL). A alta concorrência por uma vaga em cursos com alto *status* social, como por exemplo: Medicina, Direito e as Engenharias, desperta o interesse do alunado pelos BI como forma mais acessível de chegar ao seu objetivo, bem como a possibilidade de adiar a decisão sobre que profissão escolher. Também a proposta interdisciplinar, que pretende uma formação mais crítica, humanística e criativa é reconhecida como mais próxima das novas demandas do mercado, que passa a exigir um profissional preparado para desenvolver um trabalho "mais *complexo*, mais *cognitivo*, mas *fluido*, mas *invisível*, com maior *incerteza* e *interligado*[9]" (BASTOS, 2004:27).

Por seu caráter exploratório e não por acaso, esta pesquisa não se propôs a explicar as causas dessas mudanças, no entanto, através do cruzamento de algumas variáveis, observa-se que a natureza administrativa da escola onde o estudante cursou o ensino médio tem estreita relação com a idade média dos ingressantes, no crescimento percentual das faixas mais altas de renda familiar, no domínio de língua estrangeira e na redução percentual de estudantes trabalhadores. Para os cruzamentos citados, a relação encontrada foi significativa com $p = 0{,}0001$, o que nos leva a pensar que a proposta inovadora dos BI, aos poucos, passa a despertar o interesse da classe média, com maior capital cultural e formação de melhor qualidade durante a educação básica e, assim, com maior competitividade para disputar uma vaga na universidade pública.

A princípio não se julga tal processo como negativo, mas aponta-se aqui para uma necessidade de aprofundamento dessa investigação, o que já se inicia com a segunda etapa da pesquisa.

9 Grifo do original

Considerações finais

Todo o processo de universalização do ensino no Brasil não se dissocia, mas se incorpora às grandes mudanças ocorridas nas últimas três décadas no mundo ocidental. Neste sentido, afeta as estruturas e instituições sociais através das relações estabelecidas no mundo do trabalho, no Estado Providência e o no sistema educativo, como também, as dinâmicas culturais e práticas sociais contemporâneas (PAIS et al., 2005).

Os temas que despertam maior interesse nos jovens brasileiros são: educação, trabalho e oportunidades de cultura e lazer (AQUINO et al., 2009). As novas exigências do mundo do trabalho impactam diretamente a formação do trabalhador e afetam esta camada da população em sua busca pela sobrevivência e inserção no mundo. A elevação da escolarização é apontada como estratégia que levaria a melhores condições de vida, também entre jovens pobres, com história de inserção precoce e precarizada com o mundo laborativo (SILVEIRA, 2014).

Assim, as ações públicas voltadas para a democratização da educação, em todos os níveis educacionais, implementadas no Brasil convergem com as demandas por mais e melhores escolas, sejam estas de educação básica ou superior. Vale ressaltar que parte significativa da população brasileira ficou apartada do processo educacional formal por um longo período de nossa história, trazendo consequências sérias ao desenvolvimento do país e das pessoas.

As ações dirigidas à educação superior, apesar de recentes, especialmente quando focadas na educação pública, iniciaram um processo de mudança do perfil do alunado, como também na estrutura e na cultura universitária. Na UFBA, os BI foram implementados na UFBA em 2009 introduzindo uma nova proposta pedagógica e uma nova maneira de cursar o ensino superior, alinhada com o que acontece em outros países. Em seus primeiros anos, atraíram um público com características próximas àquele que chega a universidade pública a partir das ações de democratização de acesso. Assim temos que os alunos dos primeiros dois ou três anos do BI são, em sua maioria, negros, trabalhadores, oriundos da rede pública de ensino médio, com renda familiar de até três salários mínimos. Apesar de não ser maioria, foi expressivo o percentual de estudantes com faixa etária acima de 30 anos, casados e com filhos.

Ao longo dos cinco anos da pesquisa que busca descrever o perfil dos ingressantes nos BI-UFBA, a representatividade das categorias listadas acima sofreu uma redução. Por outro lado, observou-se um aumento de ingressantes brancos (ainda que os negros ainda sejam maioria), jovens (entre 16 e 19 anos), que declaram não trabalhar e que cursaram o ensino médio em escolas da rede privada. Os solteiros, sempre maioria, aumentam sua representatividade, bem como aqueles que ainda não possuem filhos. No que se refere à renda familiar, a maioria desses alunos continua sendo de originários de famílias com renda até três salários mínimos, contudo observa-se uma redução deste percentual e consequente aumento das faixas mais altas, inclusive daquela acima de 20 salários.

Nesta conjuntura não é possível falar de perfil elitizado dos ingressantes nos BI da UFBA, já que seus primeiros estudantes não trazem características semelhantes àquelas pertencentes a classes socioeconômicas privilegiadas; o que se observa, no entanto, é uma tendência de elitização desses cursos ao passo que se consolidam como uma opção para aqueles que buscam chegar à universidade pública.

Deve-se evitar, a todo custo, que o processo de democratização do ensino superior no Brasil seja pífio, consolidado como "um sistema estratificado e onde as classes mais favorecidas continuam a ter acesso privilegiado aos lugares mais prestigiados e concorridos do sistema." (ALMEIDA, et al, 2006).

Neste sentido é preciso buscar maior compreensão sobre o fenômeno revelado pelos dados exploratórios, de forma que possibilite subsidiar decisões estratégicas para a garantia do direito a uma educação pública de qualidade, de forma igualitária e democrática.

Bibliografia de referência

ALMEIDA, L. S.; GUISANDE, M. A.; SOARES, A. P.; SAAVEDRA, L. (2006), "Acesso e sucesso no Ensino Superior em Portugal: questões de género, origem sócio-cultural e percurso académico dos alunos". *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. vol.19, n.3, pp. 507-514. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722006000300020.

ALMEIDA FILHO, N de et al. (2010), *Memorial da Universidade Nova: UFBA 2002-2010*. Salvador. Disponível em https://docs.google.com/file/d/0B2_ZK-qR9WEKZjYyYWJjMGEtYjc1Yy00OTg4LTg4NmUtYzczMWFkYmMyZGRi/edit?hl=pt_BR. Acesso em 05, dec, 2014.

ANDRADE, J. B. (2014), *A evasão nos bacharelados interdisciplinares da UFBA: um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado, Salvador: Instituto de Artes Humanidades e Ciências Milton Santos, Universidade Federal da Bahia.

AQUINO, L. et al. (2009). *Juventude e políticas sociais no Brasil.* Brasília, IPEA

BASTOS, A. V. B. (2004), "Trabalho e qualificação: questões conceituais e desafios postos pelo cenário da reestruturação produtiva", *Psicologia organizacional e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Artmed Editora.

BRASIL. Ministério da Educação. (2007ª) "REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: diretrizes gerais". *Economianet*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 01 de dezembro de 2014.

BRASIL. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos (2007b), *Decreto nº 6.096*, de 24 de abril de 2007. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm . Acesso em: 20 de novembro de 2014.

BRUSTOLIN, J.; BRUSTOLIN, J. ; TOASSI, R.F.C.; KUHNEN, M. (2005), "Perfil do acadêmico de Odontologia da Universidade do Planalto Catarinense – Lages – SC, Brasil". *Revista da ABENO*.6(1):70-6

BORGES, J. L. G.; CARNIELLI, B.L. (2005), "Educação e estratificação social no acesso à universidade pública". *Cad. Pesqui*. [online]. Vol.35, n.124, pp. 113-139.

DANTAS, L. M.V. (2013), *Perfil da Turma 2013.1 do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública*. Relatório Técnico elaborado para o Colegiado do CSTGP/CAHL/UFRB. Cachoeira, Bahia: UFRB. 15 p. Disponível em www.ufrb.edu.br/gestaopublica/documentos.

DANTAS, L. M. V.; SANTOS, G.G.dos. (2014), "A Universidade e seus Novos Alunos: Estranhamento e Aproximação". *Anais do VIII ENAPEGS*, Cachoeira, pp. 1 -17.

DIAS SOBRINHO, J. (2010), "Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão." *Educ. Soc. Campinas*, v.31, n. 113, pp. 1223-1245.

FERREIRA, M. C. (1999) "Seleção social e o ensino superior das desigualdades: os determinantes da aprovação no vestibular da UFRJ – 1993" *R. Bras. Est. Pedagógicos,* Brasília, v. 80, n. 194, pp. 53-70.

FERREIRA, R.A.; PERET FILHO, L.A.; GOULART, E.M.A.; VALADÃO, M.M.A (2000), "O estudante de medicina da Universidade Federal de Minas Gerais: perfil e tendências", Rev. Ass. Med. Brasil, 46(3), pp. 224-31

FRANCO, M.E. dal P.; MOROSINI, M.C.; OLIVEN, A.C.; DEUS, M.A.P. de; RIBEIRO,C.Z. (2010), "Expansão da educação superior e arquiteturas acadêmicas: tensões e desafios", *Série-Estudos. PPG em Educação da UCDB,* Campo Grande, n. 30, p 117-139

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2011), *Sinopse do Censo Demográfico 2010,* Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm -Acesso em 24 de junho de 2014

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014), *Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira.* Disponível em: http://ibge.gov.br/pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-pnad-2013-sintese-dos-indicadores-com-cd.html . Rio de Janeiro 2014 – Acesso em 24 de junho de 2014

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anisío Teixeira (2013),*Sinopse Estatística da Educação Superior: 2012 – Graduação.*Disponível em: http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse. (2013) Brasília. – Acesso em 01 de novembro de 2014.

LIMA, P.G. (2013), "Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras". *Avaliação*. Campinas, SP, v. 16, n.1, pp. 85-105

PAIS, J. M. et al (2005),"Jovens europeus retrato da diversidade". *Revista de sociologia da USP*, vol. 17, nº 2, pp. 109-140.

SAMPAIO, S.M.R.; SANTOS, G. G. dos. (2012), "Estudos sobre a vida estudantil como suporte para a gestão universitária na área acadêmica e da assistência". *Anais da 2a Conferência do Fórum da Gestão do Ensino Superior nos países e regiões de língua portuguesa*. Instituto Politécnico de Macau, pp 1-14. Disponível em www.forumgestaoensinosuperior2011.ul.pt/docs.../15/.../ggs_smrs.pdf. Acesso em 15 de dezembro de 2013

SANTANA, C. M. B. de. (2013). *A caminho da democratização na UFBA: o novo aluno dos cursos noturnos.* Dissertação de Mestrado, Salvador: Instituto de Artes Humanidades e Ciências Milton Santos, Universidade Federal da Bahia.

SANTOS, J. dos; FERREIRA, R. A.; GARCIA, R. P. M. (2013) "Acesso ao ensino superior na UFRB: a identificação étnica e a renda familiar dos estudantes em diferentes mecanismos de ingresso". In: *Anais do XIII Coloquio de Gestion Universitaria em Américas.* Buenos Aires, novembro de 2013. Disponível em https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/114918 Acesso em maio de 2014

SILVEIRA, O. (2014) *Permanecer na escola: um estudo com jovens egressos do ProJovem*, Salvador: Edufba.

UFBA – Universidade Federal da Bahia (2008ª), *Projeto Pedagógico dos Bacharelados Interdisciplinares.* Salvador, Disponível em: https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/implant_reuni.pdf . Acesso em 05 de dezembro de 2014

_____. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. (2008b). *Resolução 02/2008* de 01 de julho de 2008. Disponível em: https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/resol_02-2008.pdf. Acesso: 12 de dezembro de 2014.

Formação superior: perfil e expectativas dos graduandos do programa institucional de bolsa de iniciação à docência

Lucimary Bernabé Pedrosa de Andrade

Maria Madalena Gracioli

Priscila Alvarenga Cardoso Gimenes

Resumo: Atualmente, várias pesquisas apontam para as fragilidades da formação inicial de professores. Com o intuito de contribuir com o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores da educação básica o Governo Federal brasileiro criou o Programa Institucional de Bolsa de iniciação à docência (PIBID). Em 2014 participaram do PIBID 284 Instituições de Ensino superior e mais de 5 mil escolas de educação básica da rede pública de ensino. Uma das instituições que participam do projeto é a Faculdade de Filosofia,Ciências e Letras da Fundação Educacional de Ituverava, que desenvolve seis subprojetos nas áreas de Pedagogia, Matemática, Letras, Biologia, História e Interdisciplinar, envolvendo um total de 60 alunos da graduação. A presente pesquisa objetiva traçar o perfil dos alunos que atuam no projeto, bem como conhecer suas expectativas com relação ao desenvolvimento pessoal e profissional oportunizado pelo PIBID.

Palavras-chave: Ensino superior; PIBID; Formação Profissional.

INTRODUÇÃO

A qualidade da educação brasileira tem sido discutida no quadro das reformas educativas no país, a partir das últimas décadas do século XX, onde o tema da formação docente tem ocupado lugar de destaque.

Várias pesquisas tem revelado a fragilidade da formação inicial dos professores tendo em vista que a maioria dos currículos dos cursos de formação superior está fundamentada em modelos nos quais os estudos teóricos estão desarticulados das práticas educativas, impossibilitando aos graduandos experiências formativas a partir das situações concretas do exercício do trabalho docente.

Considerando a necessidade de se repensar os modelos atuais da formação superior de professores, foi criado pelo Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à docência (PIBID).

O PIBID tem como propósito contribuir na formação inicial e continuada dos professores, na valorização do magistério e na qualidade da educação básica pública brasileira. O programa prevê a concessão de bolsas aos graduandos dos cursos de licenciaturas de instituições de educação superior e a inserção dos mesmos no contexto das escolas públicas para o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas sob a orientação de um docente de licenciatura e de um professor da escola.

Uma das instituições de ensino superior que participam do programa é a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Fundação Educacional de Ituverava (FFCL) desenvolvendo seis subprojetos nas áreas de Pedagogia, Matemática, Letras, Biologia, História e Interdisciplinar, envolvendo um total de 60 alunos da graduação. A presente pesquisa objetiva traçar o perfil dos alunos que atuam no PIBID/FFCL, bem como conhecer suas expectativas com relação ao desenvolvimento pessoal e profissional oportunizado pelo programa. O levantamento de dados foi realizado por meio de um questionário aplicado junto aos licenciandos e analisados por meio de uma abordagem quantitativa e qualitativa.

1 O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) constitui-se em um programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)[1] com o propósito de contribuir na formação inicial e continuada dos professores,na valorização do magistério e na qualidade da educação básica pública brasileira.

Foi iniciado em 2007 sendo, atualmente, reconhecido como uma política pública tendo como base legal a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, a Lei nº 12.796/2013 e o Decreto nº 7.219/2010.

Conforme o regulamento, aprovado pela Portaria nº 096 /2013, são objetivos do programa:

> Art.4º São objetivos do Pibid:
> I- Incentivar a formação de docentes em nível superior para educação básica;
> II- Contribuir para valorização do magistério;
> III- Elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre a educação superior e a educação básica;
> IV- Inserir os licenciandos no cotidiano das escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidade de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentesde caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino e aprendizagem;
> V- Incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como co-formadores dos futuros docentes e tornando-os protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério;
> VI- Contribuir para articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura;
> VII- Contribuir para que os estudantes de licenciatura se insiram na cultura escolar no magistério, por meio da apropriação e da reflexão sobre instrumentos, saberes e peculiaridades do trabalho docente. (CAPES, 2013)

O programa é desenvolvido mediante convênios com as Universidades Federais Públicas, Estaduais, Municipais, Comunitárias e Filantrópicas, abrangendo todos os cursos de licenciatura do país. As instituições de ensino superior (IES) para celebração do convênio com a Capes devem formular projetos institucionais visando a inserção dos graduandos no contexto das escolas públicas para o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola.

A inserção dos alunos dos cursos de licenciatura nas unidades escolares possibilita a integração entre a teoria e a prática e a aproximação entre as Universidades e as escolas de educação básica. Desta forma, o PIBID contribui para a garantia da formação inicial, aliando teoria e prática, dos licenciandos dos cursos de graduação, os quais são considerados bolsistas de iniciação à docência, e, também, para a formação continuada dos professores das escolas de educação básica que assumem a condição de bolsistas no projeto na condição de professores supervisores dos licenciandos. Além do professor supervisor, o programa tema participação do professor do curso de licenciatura que exerce a função de coordenador de área no projeto, que dentre suas atribuições deverádesenvolver e acompanhar todas as atividades pertinentes aosubprojeto de atuação.

Conforme dados da CAPES, no ano de 2014 o programa atendeu ao total de 90.254 bolsistas distribuídas em 284 instituições de ensino superior do país.

1A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é fundação do Ministério da Educação (MEC) que desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação e, desde 2007 passou a atuar na formação de professores da educação básica.

1.1 O PIBID na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava.

O PIBID começou a ser desenvolvido na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava (FFCL) em 2012 e, atualmente, oferece sessenta bolsas aos alunos dos cursos de licenciatura, onze bolsas para professores supervisores (docentes da educação básica); sete bolsas para professores coordenadores de área (docentes da IES) e uma bolsa para professor coordenador institucional (docente da IES).

Atendendo aos termos do Edital da CAPES de nº 061/2013, foi elaborado o projeto institucional PIBID/FFCL com a proposta de seis subprojetos dos cursos de licenciatura em Pedagogia, Biologia, Matemática, História e Letras, e ainclusão do projeto Interdisciplinar envolvendo alunos graduandos dos cursos de História e Pedagogia.

O projeto institucional tem como objetivo oportunizar aos graduandos dos cursos de licenciaturas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava a oportunidade de vivenciar experiências formativas da prática pedagógica nas quais a aproximação com a realidade escolar permita a reflexão da prática e a construção de saberes teóricos, pedagógicos e experiências fundamentais necessários ao exercício da docência. Além do fortalecimento da formação inicial dos graduandos, este projeto visa ainda, contribuir com a formação continuada dos professores supervisores, por meio de um processo permanente de reflexão e ação da prática pedagógica.

As escolas parceiras são escolas públicas municipais do ensino fundamental e uma escola estadual de ensino médio da cidade de Ituverava, localizada no Estado de São Paulo.

O PIBID/FFCL teve início em fevereiro de 2014 com a organização e a divulgação dos editais para a seleção de alunos bolsistas e de professores supervisores, conforme estabelecido pela Portaria nº 096, a qual dispõe sobre o regulamento do PIBID.

As atividades desenvolvidas no primeiro semestre de 2014, conformeo plano de trabalho apresentado à CAPES atenderam às etapas de organização e preparação; formação de equipe e planejamento e execução de atividades formativas e didático pedagógicas

De acordo com o plano de trabalho do projeto institucional, no decorrer dos meses de março a abril foram realizados os diagnósticos das escolas e dos processos de ensino e aprendizagem dos alunos das salas de aplicação das atividades dos subprojetos.

O diagnóstico da realidade escolar, realizado por meio da observação participante no cotidiano escolar para levantamento de informações pertinentes à realização das ações dos subprojetos, foi desenvolvido pelo acompanhamento das atividades pedagógicas em sala de aula e em outros espaços da escola, pela leitura do projeto político pedagógico, pela leitura do regimento escolar, pela participação nas reuniões pedagógicas e por outras ações que permitiram aos alunos bolsistas uma aproximação com a realidade escolar e a criação de vínculos entre a faculdade e as escolas públicas.

Além da etapa do diagnóstico escolar, cada subprojeto realizou reuniões sistemáticas com o coordenador de área, professor supervisor e alunos bolsistas para construção de conhecimentos necessários ao desenvolvimento das atividades propostas. Foram realizadas leituras e reuniões para discussões de referenciais teóricos e metodologias aplicáveis em cada licenciatura, bem como seminários, oficinas e grupos de estudos visando à construção de conhecimentos teóricos necessários à prática docente. Nestas atividades também foram trabalhados aspectos que favoreceram a ampliação e ao aperfeiçoamento do uso da língua portuguesa e à capacidade comunicativa, oral e escrita, entendidos como elementos centrais da formação docente.

Desta forma, pode-se perceber que o projeto institucional e os respectivos subprojetos dos cursos de licenciatura da FFCL têm buscado responder ao objetivo principal do programa que é favorecer a formação inicial dos licenciandos possibilitando a construção de saberes necessários para que os futuros professores possam colocar em prática o processo ensino/aprendizagem com qualidade.

2 A FORMAÇÃO SUPERIOR DE PROFESSORES E A IMPORTÂNCIA DA ARTICULAÇÃO ENTRETEORIA EPRÁTICA

A discussão sobre a formação superior de professores implica, em inicialmente, pensar nos obstáculos que têm influenciado no desinteresse de muitos jovens pela carreira docente, o que tem sido resultado de um processo histórico de desvalorização da profissão em decorrência das dificuldades enfrentadas pela escola pública, pelas precárias condições de trabalho, salários e jornadas dos docentes. Outro ponto importante nesta discussão é a necessidadede construção de novos paradigmas para a formação superior dos professores.

Conforme Gatti e Nunes (2009) estudos tem demonstrado que os cursos de formação superior de professores, as licenciaturas, apresentam modelos idealizados de alunos e professor, fazendo com que haja a predominância de estudos teóricos e das disciplinas de formação genérica em relação à formação para prática docente.Assim sendo é preciso garantir que a formação inicial dos futuros professores aconteça por meio da articulação entre a teoria e as práticas educativas desenvolvidas no contexto escolar, permitido que a sala de aula seja um espaço para construção do saber docente. Os estudos de Tardif (2002) ressaltam a necessidade de que a formação acadêmica do docente seja realizada por meio da articulação entre os saberes profissionais e os saberes experienciais, portanto a sala de aula é o local mais expressivo para formação docente, para que o aluno do curso de licenciatura possa aprender a ensinar e a torna-se professor.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, dedica especialatenção a formação de professores da educação básica apresentando dois artigos referentes aos tipos e modalidades de cursos para a formação de professores.

> Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.
> Art. 63. Os Institutos Superiores de Educação manterão:
> 1. cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o Curso Normal Superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para asprimeiras séries do ensino fundamental;
> 2. programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;
> 3. programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis (BRASIL, 1996).

Conforme os propósitos da Lei, a formação do docente deverá englobar o acesso a conhecimentos que valorizem uma prática de ensino de qualidade aliados a competência e habilidade que possibilitem a condução do processo pedagógico no cotidiano escolar.

Importante entendermos que a identidade do professor é construída tanto pelos significados sociais da profissão como pelas práticas profissionais.

A este respeito Pimenta esclarece:

> A identidade é construída a partir da significação social da profissão, da revisão consiste dos significados sociais da profissão, da revisão constante dos significados sociais da profissão, da revisão das tradições. Mas também da reafirmação das praticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. Praticas que resistem a inovações porque prenhes de saberes válidos às necessidades da realidade. Do confronto entre as teorias e as praticas da análise sistemática das praticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias (PIMENTA, 1999, p.19).

De acordo com Pimenta (1999) frente à demanda crescente do sistema de ensino é preciso pensar cuidadosamente na reformulação da identidade do professor.
No momento de transformação da sociedade industrial para a sociedade da informação e do conhecimento é preciso refletir sobre o papel da escola, do currículo,e da prática docente paraa criação de novas formas de ensinar e aprender.
A ênfase do processo educativo não consiste mais em como ensinar, mas em como o aluno aprende, o que não altera a importância do professor neste processo, visto como um sujeito mediador e facilitador da aprendizagem.
No contexto destas mudanças de paradigmas sociais e educacionais desenvolveram-se muitos estudos acerca da formação docente.
Segundo Tardif (2002) a identidade do professor deve estar baseada em princípios éticos, investigativos, críticos e reflexivos. Para o autor "o desenvolvimento da capacidade crítico-reflexiva é essencial na formação docente promovendo a interação com o conhecimento, gerando novos saberes e possibilitando a reconstrução da identidade do professor "(TARDIF, 2002, p.14).
O professor reflexivo é considerado o profissional que exerce plenamenteas capacidades de pensamento e reflexão frente a realidade social, sabe agirde forma autônoma e coletivamentebuscando as mudanças necessáriasà prática educacional.
Pimenta (1997) aponta a necessidade de valorização do professor na sociedade atual contrapondo a todo um movimento existente de desvalorização da profissão. Para a autora a importância da profissão esta aliada à construção da cidadania eao enfrentamento do fracasso e desigualdades escolares.
A identidade profissional não é algo imutável, mas é um processo de construção do sujeito historicamente situado. A profissão de professor, assimcomo tantas outras, responde a determinadas exigências sociais e se transforma no quadro de transformação societária.
A escolha da profissão carrega de certa forma algum saber sobre o que é ser professor, tanto pelas informações da sociedade como pela vivência nos espaços escolares. As mudanças históricas da profissão, as experiências de outros profissionais, bem como as representações da profissão pelos meios de comunicação também contribuem para a os saberes da experiência. Segundo Pimenta (1999) os saberes da experiência são aqueles aprendidos pelo professor enquanto aluno, com os professores que teve na vida escolar,bem como os saberes que são produzidos pelo exercício e reflexão da prática, juntamente com outros professores.
Ao indagar sobre os conhecimentos necessários à docência Pimenta (1999) recorre as contribuições de Moran (1993), que debatendo a ideia de que o conhecimento não se reduz à informaçãoapresenta três estágios para construção do conhecimento.O primeiro estágio é o da informação; o segundo é o do conhecer (trabalhar com as informações classificando-as, analisando-as e contextualizando-as) e o terceiro estágio refere-se a inteligência, entendida como a arte de vincular o conhecimento de maneira útil e pertinente.
O trabalho docente tem como principal finalidade possibilitar o conhecimento de forma critica e transformadora.
Segundo Pimenta (1997), na sociedade tecnológica e globalizada o trabalho do professor consiste em possibilitar que os alunos trabalhem os conhecimentos científicos e tecnológicos, desenvolvendo habilidades para operá-los, revê-los com sabedoria e de forma interdisciplinar, rompendo com a tradição de um currículo fragmentado.

> No entanto, se entendemos que conhecer não se reduz a informar, que não basta expor os meios de informação para adquiri-las, mas que é preciso operar com as informações na direção de, a partir delas, chegar ao conhecimento,então parece que a escola (e os professores) tem um grande trabalho a realizar com as crianças e os jovens, que é proceder à mediação entre a sociedade da informação e os alunos, no sentido de possibilitar-lhes, pelo desenvolvimento da reflexão, adquirirem a sabedoria necessária à permanente construção do conhecimento (PIMENTA, 1997,p.8).

Para Pimenta muitos alunos quando arguidos sobre o conceito de Didática afirmam que a Didática é "saber ensinar". Esta ideia traz embutido o reconhecimento de que a docência requer saberes da experiência, saberes do conhecimento e saberes didáticos.
No contexto atual em que novos desafios são postos à educação compete à didática contemporânea "proceder

uma leitura critica da prática social de ensinar, partindo da realidade existente, fazendo um balanço das iniciativas de se fazer frente ao fracasso escolar". (PIMENTA, 1997, p.9)
O saber fazer deve-se contribuir no próprio fazer o que demanda uma relação intrínseca entre a teoria e a prática, uma constante reflexão da prática e a pesquisa da prática.
Embora a autora apresente esta tipologia de saberes reafirma a necessidade de que não ocorra a fragmentação destes no exercício profissional e que para isto é essencial, além da formação inicial, a formação continuada dos professores aliando o saber ao saber fazer.
Frente a discussão dos saberes necessários a pratica docente pode-se afirmar que a docência é uma atividade complexa e que requer uma formação ampla e adequada, capaz de contribuir para a formação de profissionais reflexivos e autônomos, conforme destaca Pimenta:

[...] professor não é uma atividade burocrática para a qual se adquire conhecimentos e habilidades técnico-mecânicas. Dada a natureza do trabalho docente, que é ensinar como contribuição ao processo de humanização dos alunos historicamente situados, espera-se da licenciatura que desenvolve nos alunos conhecimento e habilidades atitudes construindo seus saberes-fazeres docentes a partir das necessidades e desafios que o ensino como prática social lhes coloca no cotidiano. Espera-se, pois, que mobilize os conhecimentos da teoria da educação e da didática necessários à compreensão do ensino como realidade social, e que desenvolver neles a capacidade de investigar a própria atividade para, a partir dela, constituírem e transformarem os seus saberes-fazeres docentes, num processo contínuo de construção de suas identidades como professores (PIMENTA, 1999, p.18)
Considerando a importância da articulação entre a teoria e a prática na formação inicial do professor destaca-se a relevância da implementação do PIBID enquanto uma política pública destinada à formação de professores e a melhoria da educação básica brasileira.

3 A FORMAÇÃO DOS LICENCIANDOS DA FFCL E AS CONTRIBUIÇÕES DO PIBID

Compreendendo a complexidade na qual se inserem as discussões sobre a formação inicial dos professores, e tendo o intuito de conhecer o impacto da participação de licenciandos no PIBID, a seguir serão apresentados os resultados de uma pesquisa de campo realizada com os alunos bolsistas do PIBID/FFCL.
O levantamento de dados foi realizado por meio de um questionário contendo itens referentes a identificação do aluno para posterior análise do seu perfil e seis questõesversando sobre a escolha da licenciatura, o interesse em participar do PIBID, as dificuldades e facilidades encontradas, a contribuição do programa para a formação profissional, o que espera do programa, como o programa pode contribuir para a formação dos professores e qual a contribuição que o licenciando espera dar para o programa.
O questionário foi enviado para ossessenta alunos bolsistas, entretanto houve o retorno de apenas trinta e oito questionários respondidos. Os dados foram tabulados e analisados, com base em uma abordagem quantitativa e qualitativa.

3.1 Perfil dos alunos bolsistas do PIBID/FFCL

Conhecer as características dos alunos bolsistas do PIBID é de grande relevância, visto que representam uma importante parcela dos discentes que realizam os cursos de licenciaturas oferecidos pela FFCL, esubsidiam a análise das questões referentes à participação do programa.
A partir dos questionários respondidos pelos alunos bolsistas foi possível constatar que a maioria possui idade entre dezoito e vinte e cinco anos (60%), ou seja, são alunos que concluíram o ensino médio e ingressaram na educação superior. Embora em quantidade reduzida encontram-se alunos com idade que variam de vinte e seis a cinquenta e cinco anos, conforme observado no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Faixa etária dos alunos bolsistas do PIBID/FFCL - 2014

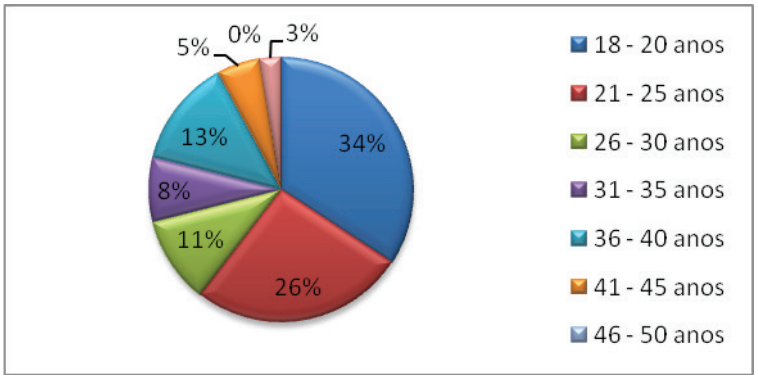

Fonte: Elaborado pelos autores

Em relação a formação acadêmica, foi possível verificar que a maioria cursou escolas públicas, tanto no ensino fundamental I e II, quanto no ensino médio, ressaltando que três alunos cursaram a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e dois ensino superior em instituições privadas.

Gráfico 2: Informações acadêmicas dos alunos bolsistas do PIBID/FFCL - 2014

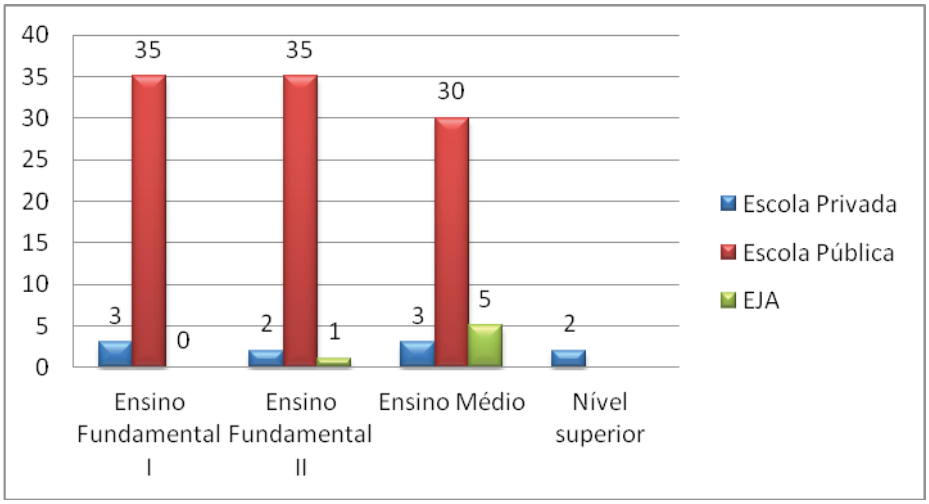

Fonte: Elaborado pelos autores

O PIBID/FFCL conta com alunos provenientes de vários cursos de licenciatura, sendo 10 do curso de Biologia, sete de História, cinco de Letras, cinco de Matemática e trinta e três do curso de Pedagogia, assim, devido a constituição do programa, houve uma participação maior dos alunos do curso de Pedagogia, totalizando vinte e cinco alunos (66%). Este percentual reflete a maior procura pelo curso de Pedagogia na instituição pesquisada em relação às demais licenciaturas.

Gráfico 3: Cursos de licenciaturas frequentados pelos alunos bolsistas do PIBID/FFCL - 2014

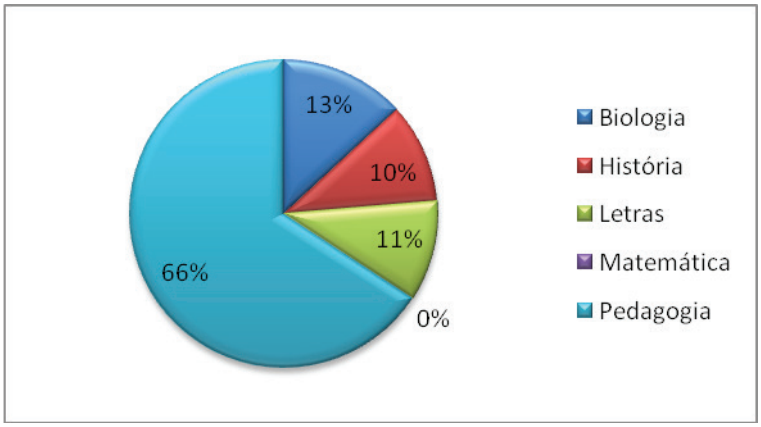

Fonte: Elaborado pelos autores

Um diferencial interessante da instituição pesquisada é que diversos alunos moram em cidades vizinhas e se deslocam para Ituverava- SP diariamente para participar das aulas. Este fato também foi observado entre os alunos bolsistas, sendo que treze alunos declararam residir em outros municípios (34%). Como o PIBID é desenvolvido em escolas públicas de educação básica, localizadas na cidade em que se localiza a faculdade, os alunos precisam deslocar-se de suas cidades para desenvolver as atividades doprograma.

Gráfico 4: Município de origem dos alunos bolsistas do PIBID/FFCL - 2014

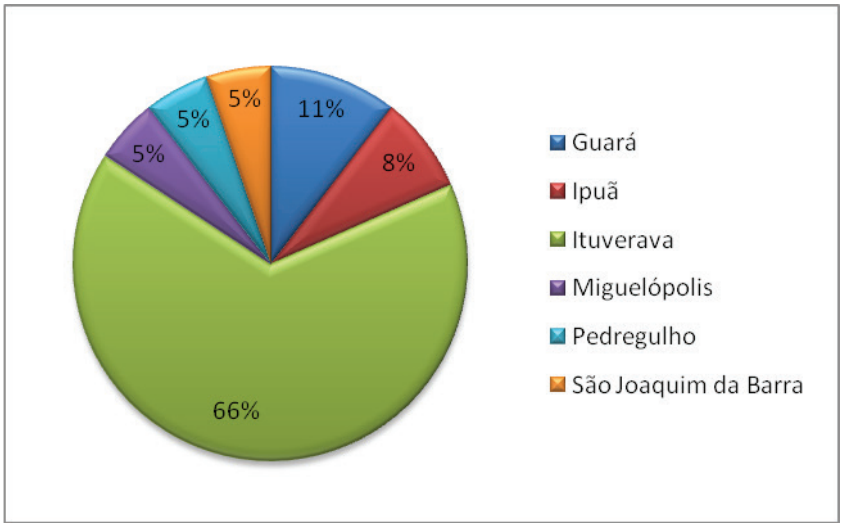

Fonte: Elaborado pelos autores

Quanto ao estado civil dos alunos bolsistas, foi possível verificar que a maior parte deles é solteira (63%) e refere-se aos alunos mais novos. O fato de ser solteiro, geralmente possibilita ao aluno maiores oportunidades e maior tempo para dedicar-se aos estudos e às atividades do programa.

Gráfico 5: Estado civil dos alunos bolsistas do PIBID/FFCL - 2014

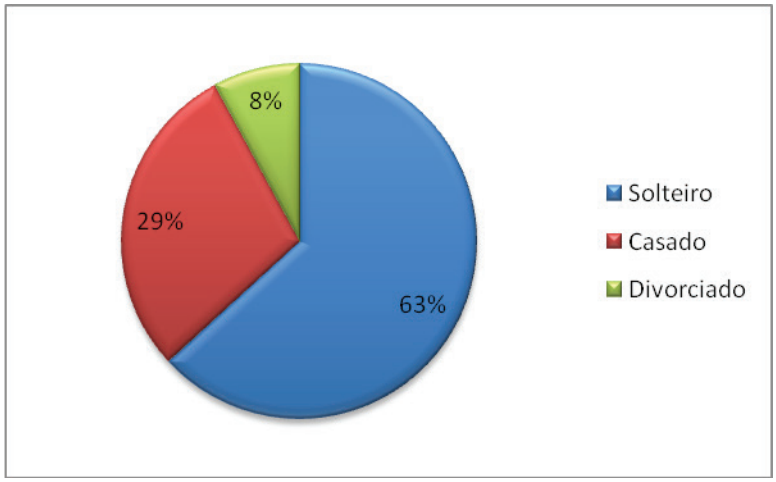

Fonte: Elaborado pelos autores

Em relação ao ano de ingresso na educação superior, contatou-se que quatorze alunos ingressou no ano de 2014 (37%),já em 2013 ingressaram doze dos alunos (32%) e entre 2010 e 2011, também doze alunos (32%). O fato de ter cursado ao menos três semestres do curso de licenciatura colabora de forma ímpar na proposição das ações junto aos alunos bolsistas e a serem desenvolvidas nas escolas. Na mesma medida, fazer parte do PIBID a mais de um ano também colabora para o desenvolvimento do trabalho, entretanto a maior parte dos alunos que atualmente participam do programa iniciou em 2014, sendo que apenas sete alunos (18%) participaram das atividades realizadas nos anos anteriores.

Com o levantamento de dados também se observou que apenas oito alunos bolsistas (21%) não trabalham, os demais (79%)desempenham diversas funções, dentre elas, destaca-se a de estagiário em escolas de educação infantil e do ensino fundamental, na qual atuam onze alunos (36%). Os alunos restantes trabalham como estagiários em instituições não escolares,recepcionistas, empregadas domésticas, vendedores, auxiliares administrativos, de cozinha ou de produção, ajudante geral e telefonistas. Um é professor eventual e um é dentista. A maior parte dos alunos dedica de vinte e seis a trinta horas semanais ao trabalho (36%), dos demais, seis (20%) dedicam menos de vinte e seis horas, enquanto dez (33%) mais de trinta e uma horas semanais. É interessante ressaltar que três alunos (13%) trabalham quarenta e quatro horas semanais.

Este aspecto é de grande relevância, pois influencia na forma como o aluno desenvolve as atividades do projeto, visto que a maior parte trabalha e dedica mais de 26 horas semanais ao trabalho, além das demais responsabilidades do curso que realizam.

Com as informações levantadas a respeito do perfil dos alunos bolsistas é possível sintetizar que a maior parte possui entre dezoito e vinte e cinco anos, cursaram a escola pública e atualmente cursam a Pedagogia, residem em Ituverava/SP, são solteiros, realizam o curso de licenciatura a mais de um ano, porém ingressaram no PIBID em 2014 e que além de estudantes, são trabalhadores e dedicam mais de vinte e cinco horas semanais para o desempenho de suas atividades profissionais. Os dados apresentados acima conduzem a diversas pontuações, dentre elas é válido ressaltar que a maior parte dos alunos teve a oportunidade de concluir seus estudos no tempo previsto e que não possuem condições financeiras privilegiadas, devido ao histórico de escola pública e a necessidade de trabalhar, o que também pode ter influenciado na escolha pelo curso de licenciatura e pela participação no programa.

3.2 Expectativas dos licenciandos dos cursos de graduação da FFCl em relação ao PIBID

Como apontado inicialmente, a formação inicial dos professores no país tem enfrentado grandes dificuldades, conduzindo o governo brasileiro a tomar medidas que possibilitem melhores condições de formação para os futuros professores, pois devido ao histórico de desvalorização da carreira docente, poucos jovens ao concluírem o ensino médio procuram por cursos superiores de formação de professores.

Com o levantamento realizado foi possível contatar quedezesseis alunos escolheram cursar uma licenciatura por possuir o desejo de tornar-se professor e outros cinco pelo fato dese identificarem em poder transmitir conhecimentos aos demais. Muitos também afirmaram buscar um futuro profissional melhor por meio de um curso de nível superior, sendo a licenciatura a única oportunidade que dispunham para atingir este objetivo. Alguns ainda apontaram que se identificaram com o curso e outros que a escolha foi motivada por amigos, parentes e, principalmente, por professores que se destacaram em seu percurso escolar. Também foram apresentadas justificativas tais como: a diversidade de possibilidades de atuação profissional, o interesse pela área de humanas, pela disciplina em si e pelo processo de alfabetização, pela falta de professores com formação específica para atuar nas escolas, por possibilitar prestar concursos para concorrer a cargos públicos e a possibilidade de contribuir com a transformação da educação e da sociedade.

A respeito dos interesses que levaram os alunos bolsistas a participar do PIBID, o item que apresentou maior evidência foi a possibilidade de vivenciar a rotina da sala de aula (vinte e sete alunos) e aplicara teoria na prática (oito alunos). Tal informação confirma o que Gatti e Nunes (2009) e Tardif (2002) pontuam sobre a importância de que os cursos de formação de professores assegurem possibilidades de articular a teoria e as práticas educativas, ou seja, os saberes profissionais e experienciais, assim os alunos também buscam esta articulação por meio do programa, que visa estabelecer uma aproximação da prática formativa com a realidade escolar. Outros alunos pontuaram também que iniciaram no PIBID motivados pela possibilidade de adquirir maiores conhecimentos, possuir um diferencial no currículo, favorecendo a sequencia nos estudos de pós-graduação e certificar-se sobre a escolha profissional. Um aspecto apresentado por dezessete alunos (45%) que merece destaque refere-se a bolsa de estudos, pois muitos justificam que esta auxilia no pagamento da faculdade.

Conforme apresentado no perfil dos alunos bolsistas, a grande maioria possui baixa renda, necessitando da bolsa para custear os estudos.

Quando questionados sobre as maiores dificuldades e as facilidades encontradas até o momento da aplicação dos questionários, em relação ao programa, muitos apontaram o fato de residir em outra cidade e ter que viajar para realizar as tarefas do PIBID, como um ponto negativo. Ressaltaram também as dificuldades enfrentadas, sobretudo nos primeiros meses quanto a aceitação da equipe diretiva da escola e dos professores de sala, ter que conciliar horário de trabalho com o programa e a demanda de tarefas a serem realizadas pelos alunos bolsistas. Dentre as facilidades, foram descritos o bom relacionamento com a equipe da escola (principalmente no segundo semestre),as contribuições do professor da classe, os recursos oferecidos pelos coordenadores, o auxílio dos supervisores, a identificação com a realidade dos alunos e a contribuição financeira.

Embora alguns alunos tenham pontuado como dificuldades a quantidade de tarefas, estas, são necessárias para atender ao queo programa propõe quanto a importância dos estudos para possibilitar que os alunos construam uma base teórica interessante para subsidiar o trabalho realizado nas escolas e também aprimorar a competência escritora, visto que após a realização de todas as tarefas é necessário que o licenciando reflita sobre a ação desenvolvida e apresente, por escrito suas análises, o que favorece para o desenvolvimento da reflexão sobre a prática profissional.

Em relação à contribuição do programa para o futuro profissional do aluno bolsista,as respostas foram semelhantes, em alguns aspectos, a questão anterior, em que a maior parte dos alunos afirmou ser a possibilidade de vivenciar a rotina da sala de aula (dezoito alunos) e a reflexão sobre a prática docente (nove alunos). Também foram destacadas as diversas aprendizagens, ter certificado que realizou a escolha profissional adequada, despertar o interesse por métodos de ensino e diferentes possibilidades de trabalho a ser desenvolvido em sala de aula, a possibilidade de participar de eventos científicos, o aprimoramento da competência escritora, entre outros. Novamente também apareceu como contribuição o custeio do curso de graduação com a bolsa do programa.

Quanto a contribuição apontada a respeito do aprimoramento da competência escritora, é válido destacar a vivência narrada por alguns alunos quanto a maiores possibilidade de se apresentar em público, aprimorando também as competências de comunicação oral.

No que diz respeito ao que esperam do PIBID, os alunos apontaram principalmente vivenciar situações do cotidiano escolar que possibilitem adquirir experiências, a fim de tornar-se profissionais competentes, por meio

da formação proporcionada. Esperam também adquirir mais conhecimentos e contribuir com a formação de todos os envolvidos com a educação e em específico com o projeto. Outros aspectos que merecem destaque quanto ao que os alunos bolsistas esperam do PIBID são: pensar e refletir sobre a ação docente, possibilidade de novas oportunidades de emprego, alinhamento da teoria com a prática, fazer a diferença no processo educacional do país e em suma ser um profissional competente, com uma formação inicial mais completa.

A questão que versa sobre a contribuição que o projeto oferece para a formação de futuros professores, foi respondida por muitos como a vivência de experiências na sala de aula, aprendendo a lidar comas dificuldades e problemas enfrentados no dia a dia da escola, possibilitando uma formação mais completa e que alia a teoria com a prática. Foram descritas outras contribuições como: aprimoramento da competência escritora e as possibilidades de ingresso em cursos de pós-graduação.

O último questionamento fez referência a contribuição que o aluno bolsista pretende oferecer para o programa, ao qual os alunos responderam, em sua maioria, contribuir com o processo de aprendizagem dos alunos (vinte e um alunos), também apontaramdesenvolver um trabalho de qualidade que atinja todos os objetivos do programa e possibilite sua sequencia nas escolas,contribuir com o docente em sala de aula e divulgar os resultados alcançadose as boas ações do projeto em eventos científicos e publicações acadêmicas.

Com base nas informações apresentadas pelos alunos bolsistas e acima descritas,é possível perceber o destaque dado por grande parte dos mesmos nas diversas questões, sobre a aproximação da teoria com a prática, bem comosobre a grande contribuição do projeto na formação inicial de cada aluno, das diversas disciplinas, constatada a partir das experiências formativas, da aproximação com a realidade escolar, das reflexões sobre a prática docente, bem como com a construção de saberes teóricos, pedagógicos eexperienciais necessários ao exercício da docência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões sobre a importância de novos paradigmas para a formação dos professores revelam a importância do PIBID enquanto uma política pública destinada à qualidade da educação básica brasileira.

A participação das instituições de ensino superior no programa expressa o compromisso em garantiruma formaçãodocente superior de qualidade capaz de atender as demandas atuais da educação brasileira. Desta forma, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituveravaresponde a este compromisso ao firmar convênio com a CAPES para o desenvolvimento de seis subprojetos oportunizando ao total de 60 licenciandos experiências formativas teóricas e práticas para o exercício da docência.

A pesquisa realizada junto aos licenciandos pode revelar o perfil e as expectativas dos bolsistas de iniciação à docência. Conforme os dados da pesquisa pode-se afirmar que o PIBID/FFCL tem atingido seu objetivo no sentido de contribuir na formação inicial dos futuros professores possibilitando aos licenciandosuma aproximação com o contexto escolar e a formação de experiências práticaspara a construção de uma docência de qualidade.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL.(1996), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27833. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/LEIS/l9394.htm, [consultado em 10-12-2014].

CAPES.(2013), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Portaria nº 096 de 18 de julho de 2013*, Disponível em https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_096_18jul13_AprovaRegulamentoPIBID.pdf, [consultado em 10-01-2014].

GATTI, B. A.; NUNES, M. (2007), *Formação de professores para o ensino fundamental: estudo de currículo das licenciaturas em pedagogia, língua portuguesa, matemática e ciências biológicas*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas.

PIMENTA, S.G. (1997), "Formação de professores- saberes da docência e identidade do professor". *Revista Nuances*, vol.III, pp.5-14, Disponível em http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewArticle/50. [consultado em 10-12-2014].

PIMENTA,S.G. (1999), Formação de professores: identidade e saberes da docência. In PIMENTA, S.G (eds.), *Saberes pedagógicos e atividade docente,* São Paulo: Cortez .

TARDIF, M.(2002), *Saberes docentes e formação profissional*, Rio de Janeiro: Vozes.

A nova "Lei de cotas" no ensino superior brasileiro: reflexões sobre a política e as universidades

Bruna Cruz de Anhaia[1]

A redemocratização do Brasil contribuiu para a inserção dos direitos sociais na Constituição, entretanto, nem mesmo a ampliação de recursos econômicos bastou para que os fins do desenvolvimento fossem atingidos. Ainda que o país se encontre entre aqueles que realizaram progressos significativos neste sentido, tal como aferido pelas séries históricas dos Índices de Desenvolvimento Humano, ele conserva grandes desigualdades sociais. Uma das estratégias adotadas pelo governo brasileiro no sentido de promover o desenvolvimento do país através da expansão de direitos de sua população e da redução das desigualdades foi a instituição da obrigatoriedade de reserva de vagas (cotas) para estudantes de baixa renda, negros e indígenas no ensino superior público federal, através da Lei 12.711/2012. Este trabalho versa sobre um projeto de pesquisa que se propõe a discutir essa política pública, dando ênfase ao seu processo de implementação em duas universidades, de modo a compreender seus possíveis efeitos no campo educacional e em seus atores.

Palavras-chave: ações afirmativas, cotas, ensino superior, lei de cotas.

Apresentação

O presente trabalho se refere a uma tese, em elaboração, que tem por objetivo analisar os contextos de influência da criação, de elaboração do texto e de prática da política de cotas instituída pela Lei 12.711/2012 (Ball; Bowe, 1992). Busca-se, portanto, analisar desde quais situações foram definidas como problemáticas e quais projetos políticos evidenciam grupos estabelecidos como detentores de maior atenção por parte do governo no processo que resultou na proposta de lei, perpassando a sua tramitação e neste processo o mapeamento dos quadros cognitivos e normativos daqueles que concordavam e discordam de sua criação, até a recriação e interpretação no âmbito de duas instituições de ensino superior (IES). Quanto ao processo de implementação da política, deste modo, propõe-se o estudo comparado entre uma universidade federal que possuía um programa de ações afirmativas e outra que não possuía antes da obrigatoriedade instituída pela Lei.
Parte-se da premissa que de que as políticas públicas podem ser interpretadas não apenas quanto aos efeitos que produzem, mas também quanto às relações que criam e os sistemas de pensamento mais amplos nos quais estão imersas (Shore; Wright, 1997; Shore, 2010). Para realizar esta tarefa, recorre-se às contribuições teóricas de diferentes abordagens que enfocam, por vezes, o processo de construção do desenho da política e que destacam, por outras, o processo de sua «tradução» à realidade.

1. Introdução

O Brasil conseguiu transformar-se num país moderno, com democracia consolidada e economia emergente e realizou grandes avanços sociais, mas ainda apresenta altos níveis de desigualdade. De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) lançado pela ONU em 2013, durante a última década, todos os países

---

1 Doutoranda em Sociologia e graduanda em Políticas Públicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É integrante do Grupo de Estudos da Universidade (GEU Sociologia) e do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) da UFRGS. Bacharela em Ciências Sociais por esta mesma universidade, realizou um período de graduação sanduíche na Universidade do Porto, em Portugal. E-mail para contato: bruna.anhaia@ufrgs.br

considerados aceleraram o seu progresso nos domínios da educação, da saúde, do rendimento, tal como aferidos pelas séries históricas dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs).[2] O Relatório também destacou que, embora a maioria dos países em desenvolvimento tenha apresentado bom desempenho, um grande número realizou progressos particularmente significativos e rápidos avanços, entre os quais, menciona-se o Brasil (PNUD, 2013).

Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre 1980 e 2012, o IDH brasileiro aumentou de 0,522 para 0,730, o que rendeu ao país o 85º lugar no *ranking* composto por 187 países. Importante ressaltar, entretanto, que o IDH da região da América Latina e do Caribe cresceu de 0,574 em 1980 para 0,741 em 2012, colocando o índice do Brasil abaixo da média regional. Destaca-se também que, quando os fatores que compõem esse Índice são verificados em termos de desigualdades entre diferentes grupos sociais, o país ainda perde posições no *ranking* (PNUD, 2013c).

De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD),[3] em 2012, o país atingia 0,531 pontos. Isto representa uma perda de 27,2% do IDH antes do ajuste e, por conseguinte, a perda de 12 posições. Por outro lado, conforme o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)[4], também elaborado pela ONU e cujos dados de referência do Brasil mais recentes são referentes a 2006, ele atingia 0,039 ponto e a situação de pobreza multidimensional afetava 2,7% da população nacional no ano referido[5] (PNUD, 2010; PNUD, 2013a; PNUD, 2013c).

No que concerne à desigualdade de renda, outro índice ainda merece atenção: o índice de Gini[6] - que, no país, cresceu no decorrer da década de 1960 e atingiu o seu ápice na década de 1990. Cabe lembrar que entre 1964 e 1985 vigorou no Brasil o regime militar, que foi marcado pela entrada de grandes montantes de capital estrangeiro no país, e mesmo durante o chamado «milagre econômico» – que se deu entre 1967 e 1973 –, o aumento de desigualdades de renda não cessou. Pelo contrário, a retórica do ministro da Economia Delfim Neto de que era preciso «fazer o 'bolo' [da economia] crescer para depois distribuí-lo» se fez refletir na progressiva concentração de renda em alguns estratos populacionais e gradual aumento da desigualdade econômica. De acordo com Marcelo Neri, ainda é importante ressaltar que a desigualdade de renda cresceu com o aumento da desigualdade de educação e, concomitantemente, com a elevação da demanda por ela. Nesse sentido, quem possuía qualificação superior teve seus salários elevados (O Globo, 2011).

---

2 O IDH é «uma medida composta de indicadores de saúde, de educação e renda. Esta medida foi introduzida no primeiro relatório de Desenvolvimento Humano, em 1990, como uma alternativa às avaliações puramente económicas do progresso nacional, como o crescimento do PIB [Produto Interno Bruto]» (PNUD, 2013a: 1). O valor atribuído a cada país pode variar de 0 a 1 – quanto maior o valor atribuído, maior o seu desenvolvimento.

3 Segundo o PNUD, «[contrariamente ao IDH,] o IDHAD leva em conta não apenas a média das realizações de um país em educação, saúde e renda, mas também a forma como essas conquistas são distribuídas entre seus cidadãos, 'descontando' o valor médio de cada dimensão de acordo com seu nível de desigualdade» (2013d: 1).

4 Publicado pela primeira vez no RDH 2010, o IPM «identifica múltiplas privações ao nível individual em saúde, educação e padrão de vida. Ele usa micro dados de pesquisas domiciliares, e, ao contrário do […] Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade […], todos os indicadores necessários para calcular a medida devem vir da mesma pesquisa. Cada pessoa em um domicílio é classificada como pobre ou não-pobre, dependendo do número de privações que ela ou que o domicílio possuam. Esses dados são depois agregados no cálculo nacional da pobreza» (PNUD, 2013e). Conforme o RDH 2010, «esta nova medida substituiu o Índice de Pobreza Humana (IPH), publicado desde 1997» (PNUD, 2010: 99).

5 De acordo com o RDH 2010, uma família é multidimensionalmente pobre se sofrer privações em, pelo menos, 2 até 6 indicadores que compõe as 3 dimensões do índice, quais sejam: saúde, educação e padrão de vida. Podem, então, contar com um integrante subnutrido, que sofreu morte infantil, não possuir um indivíduo com cinco anos de escolaridade ou crianças em idade escolar que não está inscrita na escola, bem como viver numa moradia sem instalações sanitárias, eletricidade, etc. (PNUD, 2010).

6 O índice ou coeficiente de Gini, neste caso, tem por objetivo mensurar o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar *per capita* entre os indivíduos. Pode, porém, ser utilizado para calcular a desigualdade existente em qualquer distribuição. O valor do índice varia de 0 a 1: sendo o primeiro valor atribuído quando não há desigualdade e o segundo quando a desigualdade é máxima.

Em pesquisa recente, coordenada por Neri, o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (CPS/FGV) constatou que no ano de 2012 o Brasil atingiu o menor nível de desigualdade desde 1960. O gini brasileiro, que entre 1970 a 2000 foi quase uma constante, a partir de 2001 experimentou 11 anos de queda ininterrupta. Destaca-se também que se o período de 2001 a 2009 foi conhecido como o da queda da desigualdade brasileira e sustentou uma redução de 1,1% do índice ao ano, a partir de 2010 – ano em que a variação do gini cruza o piso histórico de 1960 e entra no 12º ano de queda consecutiva – o ritmo de redução do índice é ainda maior e chega à diminuição de 2,13% ao ano.

Tendo em vista que a educação atua como um importante fator na composição ou de influência nos índices apresentados e, portanto, no desempenho obtido pelos países avaliados, ressalta-se a importância de nela aumentar os investimentos e expandir e redistribuir oportunidades. No que diz respeito ao último aspecto, o RDH 2013 ressalta que:

> Uma componente essencial do desenvolvimento humano é a equidade. Toda a pessoa tem o direito a viver uma vida plena de acordo com seus próprios valores e aspirações. Ninguém deve ser condenado a uma vida curta ou a ser miserável, por ter nascido na classe ou no país «errados», no grupo étnico ou raça «errados», ou com o género «errado». A desigualdade reduz o ritmo de desenvolvimento humano e, nalguns casos, pode inclusivamente impedi-lo por completo (PNUD, 2013: 3).

Cabe salientar que, de acordo com o Relatório, um dos instrumentos mais poderosos na promoção do desenvolvimento humano é a educação. Ela aumenta a autoconfiança das pessoas e permite acessar os melhores empregos, participar dos debates públicos e exigir direitos, assim como reflete de forma marcante na saúde e na capacidade de evitar a mortalidade. Por outro lado, o documento ressalta que «investir nas capacidades das pessoas — através da saúde, educação e outros serviços públicos — não é um apêndice do processo de crescimento, mas sim parte integrante do mesmo» (PNUD, 2013: 7). Deste modo, reconhece-se que o investimento na criação e ampliação de oportunidades sociais deve ser contemplado nos projetos de crescimento, uma vez que também pode influir na participação econômica dos indivíduos e, portanto, aquecer a economia. Ou seja, tais projetos devem considerar a inter-relação – e não independência – que se dá entre estes aspectos.

Segundo o RDH 2013, tendo em vista que o Brasil se encontra no grupo de países em desenvolvimento que se transformou em uma economia dinâmica e com crescente influência política – que, ao lado da China e Índia, irá compor 40% de todo o produto mundial até 2050 –, logrando também um aumento substancial de seu IDH, importa examinar algumas estratégias subjacentes a esse desempenho positivo, possibilitando aproveitar suas experiências na busca de soluções para os problemas mundiais. No que tange às medidas voltadas à promoção de acesso à educação superior, destaca-se as ações afirmativas (AAs) – dentre as quais, menciona-se a reserva de vagas (cotas) por critério racial e social.

2. As ações afirmativas no ensino superior

A Índia é o país que conta com a mais longa experiência histórica com políticas de ação afirmativa no globo, as quais começaram a ser implantadas ainda sob domínio inglês e, posteriormente, foram ratificadas pela constituição de 1947, com o país já independente. Inicialmente, contemplavam cotas de representação política mínima, contratação no serviço público e políticas para promover o avanço educacional dos Dalits (Intocáveis) e das tribos indianas, sendo posteriormente ampliadas para outros grupos. Os atuais beneficiários dessas políticas são os Intocáveis, que receberam dos britânicos a denominação legal de *Scheduled Castes* e representam 15% da população; as tribos ou *Sheduled Tribes*, grupos cujas formas de subsistência em áreas florestais vêm sendo crescentemente ameaçadas pela expansão demográfica e econômica dos outros grupos indianos e constituem 7,5% da população; e as *Other Backward Classes*, demais grupos de castas baixas também considerados social e economicamente desprivilegiados e que constituem 52% da população (Daflon, 2008; Feres Júnior, 2006; Tummala, 1999; Weisskopf, 2004).

É importante destacar que, ainda que seja a experiência indiana a mais antiga, é a norte-americana a mais significativa na experiência das AAs no Brasil. As razões para tamanha influência seriam múltiplas, dentre as quais: (a) as similaridades históricas compartilhadas por ambos os países, as maiores colônias europeias a utilizar extensamente o trabalho escravo de africanos e seus descendentes no Novo Mundo; (b)a grande influência mundial da cultura norte-americana nos países do mesmo continente; (c) o referencial que a luta do movimento negro americano se tornou para o movimento negro brasileiro; (d) a dominância do *American way* de lidar com a questão racial em organismos internacionais e fundações de fomento e a dependência do Brasil em relação a elas; e, (e) a influência norte-americana na academia brasileira, crescendo particularmente depois do fim da Guerra Fria (Feres Júnior, 2006; Weisskopf, 2004).

Nos Estados Unidos, as primeiras políticas conhecidas sob o rótulo de ação afirmativa começaram a ser implementadas na década de 1970. Inicialmente destinadas a promover o ingresso de negros em áreas antes restritas do mercado de trabalho e na educação superior, posteriormente passou também a contemplar mulheres e membros de outros grupos «historicamente discriminados» ou «tradicionalmente excluídos» (Medeiros, 2013). Atualmente, as ações afirmativas no ensino superior norte-americano destinam-se a uma diversidade de grupos, dentre os quais: latinos, judeus, negros, etc., e tomam forma de programas de admissão que levam em conta esses fatores qualitativos para escolher alguns candidatos em detrimento de outros. Portanto, ainda que as cotas (reserva de vagas) tenham sido declaradas inconstitucionais naquele país, as universidades seguem adotando ações afirmativas através de políticas pautadas em outros desenhos.

Essa inversão de posturas dos Estados norte-americano e brasileiro, no primeiro, passando de um posicionamento a favor de políticas raciais para um que as tire do centro das políticas inclusivas, tomou a direção contrária no segundo. Um dos indícios desse movimento foi o julgamento distinto a que chegaram as Cortes dos dois países: alegando a inconstitucionalidade das cotas nos Estados Unidos e a sua constitucionalidade no Brasil. Desta forma,

> Ao menos para uma parcela significativa da academia e do movimento social, a polaridade se invertera: os Estados Unidos passaram a ser o polo positivo da comparação e o Brasil, antes o «paraíso», assumiu agora o papel de «inferno racial» (Medeiros, 2013: 259).

No que tange à experiência brasileira, a elaboração da Constituição de 1988 e a consolidação da democracia pelas sucessivas eleições ocorridas desde então criaram condições para o levantamento e apresentação de demandas organizadas pelos movimentos sociais em torno de questões específicas. A partir daí, intensifica-se o debate em torno das demandas reprimidas ao longo do período de fechamento político e a agenda política passa por mudanças ao tentar englobá-las. A crescente denúncia das desigualdades partilhadas por diferentes grupos sociais somada à ausência de políticas mais propositivas quanto à sua atenuação teria auxiliado a despertar, desde os anos 1990, discussões em torno das políticas de ação afirmativa para mulheres nos partidos políticos, para negros e mulheres no mercado de trabalho, e de populações indígenas e de negros no ensino superior (Paiva, 2010).

É neste contexto que, nas ultimas décadas, o tema da inclusão social no ensino superior tem se transformado em questão prioritária de movimentos sociais, especialmente do movimento negro e indígena, da mesma forma que de políticas públicas e de política das instituições de ensino superior, como forma de enfrentar e superar as desigualdades (Anhaia, 2013). As cotas sociais e raciais são hoje o principal formato adotado de ação afirmativa neste nível de ensino, embora a política assuma ainda outros desenhos como a bonificação dos candidatos provenientes destes grupos nos processos seletivos.

Os diferentes desenhos assumidos pelas ações afirmativas nos países mencionados permitem-nos os questionamentos sobre como e por que alguns tipos de políticas são construídos em contextos específicos. Além disso, como alertam Ingram, Schneider e Deleon (2007), tendo em vista que os problemas aos quais se destinam políticas públicas são interpretações de condições que foram subjetivamente definidos como problemáticas e que os projetos políticos evidenciam grupos estabelecidos como detentores de maior atenção por parte do governo, cabe compreender como se estruturaram tais elementos na realidade brasileira de modo a culminar, em 2012, na instituição da obrigatoriedade de ações afirmativas na forma de cotas nas instituições de ensino superior federais.

Cabe ressaltar que as primeiras universidades brasileiras passaram a adotar programas de ação afirmativa no início dos anos 2000, sendo elas: a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2001 e a Universidade de Brasília (UnB) em 2003. Dados evidenciavam que, em 2001, o percentual de negros entre 18 e 24 anos que frequentavam a educação superior correspondia a 10,2% em oposição ao percentual de 39,6% entre os jovens brancos desta faixa etária. Já no que concerne ao percentual de jovens de 18 a 24 anos no ensino superior público, em específico, em 2002, 59,2% tratavam-se de jovens provenientes de famílias do quinto quinto de renda e aqueles provenientes do primeiro quinto de renda equivaliam a 2,3% (IBGE/PNAD, 2002).

Este quadro ainda permite afirmar que a redemocratização do país contribuiu para a inserção dos direitos sociais na Constituição, entretanto, instituições e cultura pública tem sido retardatárias nesse processo, evoluindo lentamente e por vezes tendo interesses diretamente contrariados (Kerstenetzky, 2012). Isso porque a evolução da adoção de programas de ação afirmativa no Brasil se deu de maneira inteiramente descentralizada, mormente por meio de programas criados internamente e aprovados pelos conselhos de cada universidade (Feres Júnior; Daflon; Gomes; Miguel, 2013), mas também foi acompanhado por um movimento que a ele se opunha.

Em virtude dos frequentes debates públicos sobre as ações afirmativas e medidas propositivas, observa-se a reação de um grupo de intelectuais que redigiu, em 2006 e 2008, manifestos contrários aos Projetos de Lei de Cotas (PL 73/1999) e do Estatuto da Igualdade Racial (PL 3.198/2000)[7] (Bernardino-Costa; Santos; Silvério, 2009). Por outro lado, a crescente adoção de programas de ações afirmativas em instituições de ensino superior de todo o país também seguiu suscitando questionamentos acerca da sua justiça, adequação e utilidade, dentre outros aspectos. Ações judiciais contrárias a distintos programas de ações afirmativas, julgadas em última instância pelo Supremo Tribunal Federal (STF)[8] em 2012, alegavam que eles resultavam: no ferimento da isonomia no concurso vestibular, na realização de um «pacto de mediocridade» no acesso a este nível de ensino, no desrespeito à Constituição de 1988 por descumprir o preceito de que todos são iguais perante à lei e que o ingresso no ensino superior deve-se dar conforme o mérito de cada um, dentre outros argumentos. A interpretação dos ministros, no entanto, divergiu dos requerentes e por unanimidade votou-se pela consitucionalidade das AAs. Verifica-se, assim, que as ações afirmativas propiciam debates sobre estruturas profundas de cada sociedade.

Neste contexto e diante da permissibilidade expressa do Supremo, no dia 19 de agosto de 2012 o governo federal sancionou a Lei de cotas (nº 12.711/2012), que institui critérios uniformes de candidatura às cotas em todas as universidades federais e institutos técnicos federais no país. De acordo com o texto, essas instituições devem reservar 50% das vagas ofertadas para essa modalidade de ingresso, subdividindo-se nas 4 categorias: (a) egressos do ensino médio de escola pública com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo nacional *per capita*; (b) egressos do ensino médio de escola pública com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo nacional *per capita*, com registro de autodeclaração étnico-racial (preto, pardo ou índio); (c) egressos do ensino médio de escola pública com renda familiar bruta superior a 1,5 salário-mínimo nacional *per capita*; e, (d) egressos do ensino médio de escola pública com renda familiar bruta superior a 1,5 salário-mínimo nacional *per capita*, com autodeclaração étnico-racial (preto, pardo ou índio) (Brasil, 2012). A Lei ainda estabelece que as IES têm até o ano de 2016 para reservar 50% de suas vagas ao sistema de cotas e que o percentual mínimo de reserva previsto na Lei para o ano de 2013 era de 12,5%.

Resultados prévios de estudo realizado pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA) apontam que:

---

7 O primeiro visava reservar um percentual de vagas nos vestibulares das universidades públicas a jovens oriundos de escolas públicas, estudantes negros e indígenas; já o segundo propunha a extensão das AAs para negros no mercado de trabalho, estabelecendo formalmente um compromisso tanto dos governos e poderes públicos quanto da iniciativa privada para o alcance da igualdade material (Bernardino-Costa; Santos; Silvério, 2009).

8 São elas: a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186, ajuizada em julho de 2009 pelo Partido Democratas (DEM) contra o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília; a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3330, ajuizada pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenem), o Democratas e a Federação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Fenafisp) contra o ProUni a nível nacional; e, o Recurso Extraordinário (RE) 597258 RS, foi interposto pelo estudante Giovane Pasqualito Fialho contra as cotas na UFRGS (Anhaia, 2013).

> [...] embora as ações afirmativas tenham sido uma agenda avançada pelo Movimento Negro e a população não-branca ser historicamente alijada do acesso ao ensino superior, os principais beneficiários dessas políticas até 2012 haviam sido os alunos egressos de escolas públicas, uma vez que as universidades apresentavam resistência a designar cotas específicas para grupos étnico-raciais (Feres Júnior; Toste; Campos, 2013). No presente levantamento constatamos que um efeito importante da nova lei foi ampliar, já no primeiro ano de seu funcionamento, as ações afirmativas no tocante à inclusão étnico-racial. Ou seja, a lei está tendo o efeito de quebrar essa resistência (Feres Júnior; Daflon; Gomes; Miguel, 2013: 11).

Verifica-se, portanto, o potencial inclusivo desta política a nível nacional ao ampliar de 69% para 100% a adesão às cotas no setor público federal, vencendo resistências em IES que não possuíam nenhum programa de AAs, bem como, em muitos casos, estimular a ampliação para 50% a reserva de vagas para aqueles grupos populacionais.
Deve-se também atentar que se, por um lado, a lei federal vence uma resistência histórica das universidades para atribuir cotas específicas para negros e indígenas, por outro, verifica-se que parece haver maior sensibilidade dos membros da comunidade universitária à questão da pobreza e do que à desigualdade racial – resultando na opção por programas de AAs que beneficiem egressos de escolas públicas (Feres Júnior; Deflon; Gomes; Miguel, 2013; Paiva; Almeida, 2010). Ainda no que tange às resistências, importa destacar que uma análise realizada dos manifestos contrários às AAs demonstrou que a oposição de maior impacto à ação afirmativa com critério racial vinha da intelectualidade mais estabelecida e reconhecida no Brasil[9] (Moya; Silvério, 2009).
Destacados estes elementos, depreende-se que os debates acirrados em torno do tema das ações afirmativas e as razões pelas quais não foram adotadas aquando sua adesão dependia da voluntariedade das instituições universitárias ou mesmo priorizando alguns critérios de admissibilidade em detrimento de outros, dão pistas sobre a complexidade de questões que podem ser lançadas ao se analisar os processos de formulação e implementação da Lei de cotas em diferentes âmbitos. Afora isso, é importante destacar que o espaço conquistado pelas ações afirmativas na agenda política não significa conformidade dos atores quanto ao tema ou a Lei.
Como alerta Muller,

> O *leadership* adquirido por um grupo de atores ou por coalizão de causa precisa não significa, [...], que as trocas no interior do subsistema são neutralizadas, mas volta a colocar acento sobre a existência de um quadro cognitivo no interior do qual vão afrontar-se face a face os atores (2002: 50-51).

Neste sentido, destaca-se que para compreender a adoção de políticas pelo Estado nós precisamos considerar o ambiente cultural do Estado e seus funcionários, desde o momento de sua concepção ao de sua prática. Do mesmo modo, deve-se considerar os quadros normativos dos implementadores da Lei, tendo em vista que eles não apenas executam as políticas, mas também as recriam no cotidiano (Lipsky, 1980; Miller; Banaszak-Holl, 2005).

3. As ações afirmativas como problema sociológico

As análises propostas no projeto de pesquisa sobre o qual versa este trabalho serão realizadas sob uma perspectiva sociológica, perpassando conceitos como equidade, ações afirmativas, capitais, entre outros. A exposição destes conceitos e da maneira como se articulam para tornar possível a análise dos objetos de estudo tem início a seguir.

---

9 Dos 227 signatários dos dois manifestos contrários às cotas raciais, um de 2006 e outro de 2008, 47 assinaram ambos – dos quais 77% estão situados na Região Sudeste e 74% são pesquisadores acadêmicos das principais instituições de ensino superior e de pesquisa do país – quais sejam: a UFRJ, Universidade de São Paulo (USP), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), UFRGS, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (Moya; Silvério, 2009).

3.1 Políticas públicas, políticas sociais, equidade e ações afirmativas

As políticas públicas são iniciativas governamentais que criam medidas administrativas ou jurídicas de atuação em um campo específico, voltadas a assegurar um determinado fim. Tais iniciativas, podem se desenrolar no setor público ou privado. Nesta pesquisa, as políticas públicas serão entendidas como medidas atuantes no campo educacional e que têm por objetivo a promoção da equidade de acesso e permanência no ensino superior (Frey, 2000).
As políticas sociais, por outro lado, referem-se ao:

> [...] conjunto de medidas e intervenções sociais que são impulsionadas a partir do Estado e que têm por objetivo melhorar e conquistar crescentes níveis de integração econômica e social, especialmente de grupos socialmente excluídos, nas diversas dimensões pelas quais se expressa a sua exclusão (econômica, política, territorial, social e/ou cultural). […] Em termos de objetivos, as políticas sociais [...] devem gerar segurança, entendida como uma necessidade vital do ser humano que concerne não somente às condições materiais de vida, mas também à dimensão subjetiva: reconhecimento de dignidade humana, singularidade individual e identidade social (Villalobos, 2000 apud Madeira, 2008: 41).

As cotas, portanto, são políticas públicas e sociais atuantes no setor público. Esta medida, como ação voltada à inclusão de camadas populacionais no sistema educacional, busca garantir a equidade – ou seja, garantir que todos tenham oportunidades adequadas, guiadas no sentido de uma diminuição ou abrandamento das desigualdades socioeconômicas e raciais que determinam e diferenciam as oportunidades de acesso à educação superior (McCowan, 2007; Rawls, 1997).
Da mesma maneira, como esta política tem por finalidade proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminados no passado – seja em virtude de sua raça, seja em virtude de sua condição financeira – trata-se de uma ação afirmativa.
Segundo Oliven,

> A ação afirmativa visa remover barreiras, formais e informais, que impeçam o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, universidades e posições de liderança. Em termos práticos, as ações afirmativas incentivam as organizações a agir positivamente a fim de favorecer pessoas de segmentos sociais discriminados a terem oportunidade de ascender a postos de comando (2007: 30).

Outra definição possível, mais ampla, é apresentada por Gomes, segundo o qual:

> [As ações afirmativas] consistem em políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física (e de situação socioeconômica [...]). Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade. De cunho pedagógico e não raramente impregnadas de um caráter de exemplaridade, têm como meta, também, o engendramento de transformações culturais e sociais relevantes, inculcando nos atores sociais a utilidade e a necessidade da observância dos princípios do pluralismo e da diversidade nas mais diversas esferas de convívio humano (2001 apud Tragtenberg, 2012: 152).

A análise destas políticas, entretanto, não deve apenas centrar-se na compreensão de como se dá o funcionamento do Estado em que elas estejam em vigor e qual o papel exercido por ele no seu funcionamento. A possibilidade

de análise «exige uma compreensão que se baseia não no geral ou local, macro ou microinfluências, mas 'nas relações de mudança entre eles e nas suas interpenetrações'» (Ball, 1998 apud Mainardes, 2006: 56).

> Os autores [Ball e Bowe (1992)] indicam que o foco da análise de políticas deveria incidir sobre a formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática. Esses contextos estão inter-relacionados, não têm uma dimensão temporal ou seqüencial e não são etapas lineares. Cada um desses processos apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates (Bowe et al., 1992 apud Mainardes, 2006: 50).

Desta forma, Ball e Bowe (1992) sugerem que o ciclo de elaboração e de implementação de políticas é constituído por 5 contextos: (1) contexto de influência; (2) contexto da produção do texto; (3) contexto da prática; (4) contexto dos resultados (efeitos); e (5) contexto da estratégia da política. O primeiro, o contexto de influência, é onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos. Também é nele que os grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. O segundo, o contexto da produção do texto, é onde os textos políticos tomam forma – seja como textos legais oficiais, seja como comentários formais e etc. –, eles são resultados de disputas e acordos. O terceiro, o contexto da prática, é onde a política está sujeita à interpretação e recriação. O quarto, o contexto dos resultados (efeitos), é caracterizado pelo impacto da política e por suas interações com desigualdades existentes. O quinto, o contexto da estratégia da política, é marcado pelo conjunto de atividades sociais e políticas que seriam necessárias para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada.

Tendo em vista que o foco desta pesquisa é compreender a política, desde o contexto que influenciou o início do debate e a criação das ações afirmativas até a implementação da Lei 12.711/2012 no ensino superior, serão abordados apenas os primeiros três contextos.

Esquema 1 – Ciclo de elaboração e implementação de políticas

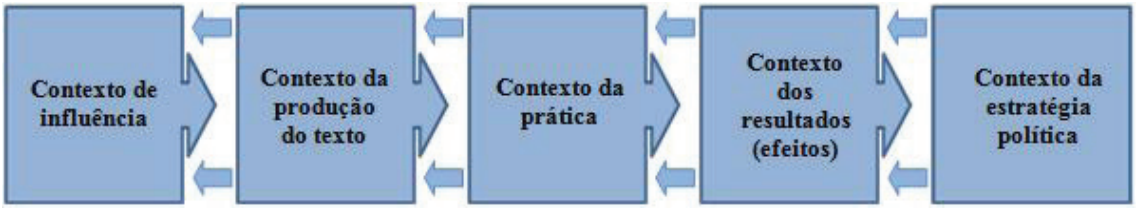

Fonte: elaboração própria, Cf. Mainardes (2006).

Segundo Mainardes (2006), a utilização desta abordagem de análise tem como vantagens: (1) o destaque à natureza complexa e controversa da política educacional; (2) a ênfase nos processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local; e (3) a indicação da necessidade de se articular os processos macro e micro na análise de políticas educacionais.

O estudo proposto ainda se assenta na ideia de que as políticas podem ser interpretadas não apenas quanto aos efeitos que produzem, mas também quanto às relações que criam e os sistemas de pensamento mais amplos nos quais estão imersas. Um esquema de investigação deste objeto, na perspectiva das ciências sociais, deve considerar os 5 seguintes argumentos: (1) as políticas públicas refletem certas «racionalidades de governo» ou «governamentalidades», logo, refletem maneiras de pensar sobre o mundo e atuar nele, às vezes podendo criar novos conjuntos de relações entre indivíduos, grupos e nações; (2) as políticas públicas oferecem narrativas retóricas que servem para justificar ou condenar o presente, agindo de maneira similar ao "mito" nas sociedades letradas; (3) as políticas são inerentemente instrumentais, interessadas em impor ordem e coerência ao mundo, por isso deve-se enfocar em questões de linguagem, discurso e poder no contexto cultural no qual operam os processos das políticas; (4) constitui um método de investigação útil estudar e explorar os

mundos dos formuladores de políticas e não apenas as pessoas às quais as políticas estão dirigidas; e, (5) as políticas públicas são fenômenos políticos, ainda que sua natureza política seja frequentemente oculta por trás da linguagem objetiva e legal-racional com as quais são apresentadas (Shore; Wright, 1997; Shore, 2010).

3.2 O processo de formulação: do contexto de influência ao de elaboração do texto

A análise do processo de formulação das políticas públicas tem por objetivo elucidar as múltiplas interpretações e definições muitas vezes em conflito que estas possuem para atores situados em lugares diferentes. Deste modo, é de reconhecimento cada vez mais amplo entre os investigadores do tema a importância da linguagem, retórica e persuasão nesta etapa da política. Argumenta-se, portanto, que a formulação deve ser vista como uma forma particular de ação social e simbólica (Fischer, 2003; Gottweis, 2006; Shore, 2010; Yanow, 1993).
É neste sentido que um dos objetivos da análise interpretativa das políticas públicas consiste em questionar os fatores que podem explicar os sentidos ambíguos e polissêmicos que podem assumir as políticas para grupos de atores particulares ou para partes interessadas, compreender os diferentes modelos de realidade. Para esta tarefa, é necessário considerar os contextos socioeconômicos, políticos e históricos mais amplos nos quais estão imersas as políticas públicas e o papel social que cumprem (Shore, 2010). A análise do contexto de influência e do contexto de elaboração do texto da Lei nesta pesquisa cumpre esta função.
Orientando-nos pela perspectiva da *Advocacy coalition* (coalizão de defesa), compreendemos que a política pública está ligada a um conjunto de subsistemas normalmente estáveis, mas vinculados a acontecimentos externos. Entre os primeiros, subsistemas normalmente estáveis, mencionam-se: atributos básicos da área, distribuição de recursos naturais, a estrutura social e valores socioculturais fundamentais e a estrutura constitucional básica (regras). Entre os demais, acontecimentos externos, mencionam-se: mudanças em condições socioeconômicas, mudanças na opinião pública, mudanças no sistema de coligação governamental e impactos de políticas públicas e de decisões de outros subsistemas (Sabatier; Hank, 1993).
Considerando-se estas duas dimensões, argumenta-se que para compreender a adoção de políticas pelo Estado inteiramente, nós precisamos considerar o ambiente cultural do Estado e seus funcionários. No que tange à análise desse elemento, em específico, recorre-se às contribuições teóricas do neo-institucionalismo sociológico que enfatiza a busca dos atores pela legitimidade face às pressões cognitivas e normativas para conformar às regras culturais, normas e expectativas (Miller; Banaszak-Holl, 2005).
Cabe ressaltar que:

> O trabalho nessa área está preocupado com 3 elementos básicos: (1) a relação ou adequação dela [organização] com seu ambiente; (2) os efeitos de expectativas sociais (prescrições) sobre uma organização; e, (3) como a incorporação destas expectativas se reflete nas características da organização (Miller; Banaszak-Holl, 2005: 208).

Consideradas estas questões e tendo em vista que, conforme alertado por Ball e Bowe (1992), os processos de elaboração e implementação das políticas são marcados por embates e disputas, também é necessário qualificar essa discussão.
Cada tentativa de mudança em uma sociedade contará, segundo Marshall (1967), com uma espécie de retórica contrária: a retórica da intransigência. É neste sentido que a análise de documentos como os manifestos favoráveis e, sobretudo, os contrários à Lei (vetos, por exemplo) fornecem importantes elementos a esse estudo.
De acordo com Hirschman (1992), essa retórica se desdobra em três teses: (1) a tese da perversidade ou tese do efeito perverso, que sustenta que ações para melhorar a ordem econômica, social ou política só servem para exacerbar a situação que se deseja remediar; (2) a tese da futilidade, que defende que as mudanças são sempre ilusórias, já que as estruturas profundas da sociedade permanecem intactas; e, (3) a tese da ameaça, que argumenta que o custo da determinada reforma é muito alto, porque coloca em perigo outra realização anterior.
Destaca-se, entretanto, que «a incomparabilidade lógica entre dois argumentos que estão atacando a mesma política ou reforma não quer dizer que ambos não serão usados no mesmo debate, às vezes até pela mesma pessoa ou pelo mesmo grupo» (Hirschman, 1992: 120).

Neste estudo, assume-se, ainda, o ponto de vista de Hirschman (1992) em sua investigação que busca evitar a implicação negativa dos termos «reação» e «reacionário» a fim de utilizá-los sem injetar constantemente um juízo de valor. Por essa razão, recorrer-se-á por vezes ao emprego de termos alternativos, tais como: «contra-investida» ou «reativo».

3.3 O processo de implementação: o contexto da prática

As políticas públicas têm efeitos que vão além dos desenhos e intenções de seus autores, uma vez que têm «vidas sociais» próprias. Por isso, nesta etapa de análise, é importante refletir sobre as biografias e dinâmicas que cercam sua tradução e interpretação (Appadurai, 1986; Shore, 2010). Em outras palavras, deve-se considerar que os textos das políticas são interpretados na etapa da implementação, ou contexto da prática (Ball; Bowe, 1992), e tais medidas podem mesmo ser recriadas. Esta consideração nos permite refletir sobre a necessidade de acompanhar a experiência de implementação (prática) de uma mesma política (texto) em espaços distintos (IES).

> Como afirma Arretche (2001), há uma grande distância entre os objetivos e o desenho concebidos originalmente pelos formuladores das políticas públicas e a tradução de tais concepções em intervenções públicas. Essa distância diz respeito a contingências da implementação, explicadas, em grande parte, pelas decisões tomadas por uma cadeia de implementadores no contexto político, institucional e econômico que operam (Lotta, 2012: 27).

Deste modo, nesta pesquisa as universidades serão entendidas como detentoras de papel também ativo frente à construção da política de cotas, processo que ocorre mediante a atuação de burocratas de nível de rua (*street-level bureaucracy*).

Segundo Lipsky (1980), os burocratas de nível de rua constituem uma classe específica da estrutura burocrática dos governos contemporâneos. Tratam-se de funcionários públicos que estão alocados nas pontas dos serviços públicos, em contato direto e constante com os cidadãos – dentre os quais, citam-se: professores, policiais, agentes de saúde, assistentes sociais, etc. De forma distinta do tipo-ideal weberiano, esse tipo de burocrata que atua no nível operacional da política, ainda que submetido a regras, desfruta de relativa autonomia para decidir e agir diante dos dilemas com que se depara diariamente. Logo, pode-se dizer que eles não apenas executam políticas públicas (*policies*), mas também fazem a política (*politics*).

Como afirma Lotta (2012: 21),

> [...] muitas vezes, as políticas públicas são permeadas por conflitos e decisões vagas, além da falta de diretrizes e guias práticos, fatos ressaltados por Lipsky (1980) e por Matland (1995). Na medida em que as decisões são vagas e conflituosas, os implementadores acabam tendo espaço para decidir como se comportar perante as situações. Dessa forma, Hill (2003) aponta que os acadêmicos deveriam focar também o entendimento que os implementadores têm sobre as políticas públicas e a forma de implementá-las.

Os burocratas de nível de rua nesta pesquisa estarão representados na figura de docentes universitários, alguns dos quais que: compõem o quadro dos conselhos universitários (órgão máximo de função normativa, deliberativa e de planejamento das universidades), coordenam comissões de graduação (órgão de supervisão do ensino de disciplinas do curso, elaboração de horários cujas disciplinas serão ofertadas e deliberação quanto à organização curricular, recursos interpostos em matéria de conceitos e casos de recusa de matrícula ou desligamento de curso) e lecionam neste nível de ensino (UFRGS, 2014).

Essa perspectiva de análise se enquadra ainda nos pressupostos da abordagem cognitiva das políticas públicas, a qual entende que as transformações ou inflexões nas políticas públicas ou nos campos de políticas resultam

quase invariavelmente das mudanças que se operam nos referenciais, nos paradigmas ou nos sistemas de crença de seus implementadores. É neste sentido que cabe compreender a partir de quais concepções e valores esses atores interpretam o texto da Lei de cotas e recriam a política em âmbito institucional.
Deve-se atentar, portanto, para o fato de que:

> As concepções individuais de justiça e correção [, por exemplo], que influenciam os usos específicos que os indivíduos fazem de suas liberdades dependem de associações sociais – particularmente da formação interativa de percepções do público e da compreensão cooperativa de problemas e soluções. A análise e a avaliação das políticas públicas têm de ser sensíveis a essas diversas relações (Sen, 2000: 46).

Por fim, é importante compreender o campo em que ocorre a implementação da política, uma vez que o entendimento de quais concepções e valores esses atores interpretam o texto da Lei de cotas e recriam a política em âmbito institucional também depende da posição que nele assumem.
De acordo com Bourdieu (1974), a educação deve ser compreendida como um campo – ou seja, como um espaço onde é determinada a posição social dos agentes e onde se revelam as figuras de «autoridade» (notadamente, aqueles detentores de maior volume de capital). Portanto, a educação é um campo de poder, uma vez que corresponde a um:

> [...] espaço das relações de força entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão (por exemplo, a "taxa de câmbio" entre o capital cultural e o capital econômico); isto é, especialmente quando os equilíbrios estabelecidos no interior do campo, entre instâncias especificamente encarregadas da reprodução do campo do poder [...], são ameaçados (Bourdieu, 1996: 52).

Deste modo, é possível afirmar que os burocratas de nível de rua nesta pesquisa também são atores suficientemente providos de capital cultural em sua forma institucionalizada (formado basicamente por títulos escolares) e/ou subjetiva e «incorporada» (a chamada «cultura geral»), dominando o campo educacional (Nogueira; Nogueira, 2002). Por outro lado, cabe ressaltar que a promoção de ações afirmativas – na medida em que têm por objetivo assegurar a presença de populações em setores em que se encontram sub-representadas, tais como: a política afirmativa racial na educação superior e a política afirmativa de gênero na política – intensifica disputas nos diferentes campos, as quais também se valem de um tipo de capital: o capital simbólico. Esse capital é formado pelo conjunto de signos e símbolos que permitem ao agente se situar no espaço social e permite aos dominantes imporem seu arbitrário cultural aos dominados, fazendo com que estes o percebam como legítimo (Loyola, 2002).
Observa-se então que se estabelecem relações de poder não apenas em torno do capital cultural, mas também do capital simbólico no interior das universidades. Os implementadores da política se deparam com estes conflitos e fazem suas decisões pautados por suas concepções de mundo, seus julgamentos políticos e morais, os quais se espera que sejam tendencialmente contrários a movimentos que possam colocar em risco o valor simbólico de sua posição (docente em universidade pública federal) ou campo (educação superior). Deste modo, no que tange ao processo de implementação da política, propõe-se o estudo comparado entre uma universidade federal que possuía um programa de ações afirmativas e outra que não possuía antes da obrigatoriedade instituída pela Lei (UFRGS e Universidade Federal do Ceará – UFC, respectivamente).

Considerações finais

A redemocratização do Brasil contribuiu para a inserção dos direitos sociais na Constituição, entretanto, a ampliação de recursos econômicos não bastou para que os fins do desenvolvimento fossem atingidos. O Brasil ainda conserva grandes desigualdades sociais e uma das estratégias adotadas pelo governo no sentido de promover o desenvolvimento do país através da expansão de direitos de sua população e da redução das desigualdades foi a instituição da obrigatoriedade de reserva de vagas (cotas) para estudantes de baixa renda, negros e indígenas no ensino superior público federal, através da Lei 12.711/2012.

Analisando-se outras experiências internacionais, as quais evidenciam diferentes desenhos assumidos pelas ações afirmativas em países como a Índia e os Estados Unidos, destaca-se a pertinência de questionamentos sobre como e por que alguns tipos de políticas são construídos em contextos específicos. Neste sentido, propõe-se verificar como se estruturaram elementos como os projetos políticos e grupos estabelecidos como detentores de maior atenção por parte do governo brasileiro de modo a culminar, em 2012, na instituição da obrigatoriedade de ações afirmativas na forma de cotas nas instituições de ensino superior federais.

A vitória sobre uma resistência histórica das universidades para atribuir cotas específicas para negros e indígenas, os debates acirrados em torno do tema das ações AAs e as razões pelas quais não foram adotadas aquando sua adesão dependia da voluntariedade das instituições universitárias, por outro lado, dão pistas sobre a complexidade de questões que podem ser lançadas ao se analisar os processos de formulação e implementação da Lei de cotas em diferentes âmbitos. Por fim, a análise destes processos ganha ainda mais importância ao considerar-se que o espaço conquistado pelas AAs na agenda política não significa conformidade dos atores quanto ao tema ou a Lei e, que para compreender a adoção de políticas pelo Estado, é necessário considerar o ambiente cultural do Estado e seus funcionários, bem como os quadros normativos dos implementadores da Lei, tendo em vista que eles não apenas executam as políticas, mas também as recriam no cotidiano.

Referências

ANHAIA, B. C. (2010), *O Programa Universidade para Todos: análise da política, do impacto e das vivências dos bolsistas.* Trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais, Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/28760 Acessado em: 08 de maio de 2013.

_____. (2013), *Educação Superior e Inclusão Social – um estudo comparado de duas ações afirmativas no Brasil: dos debates à prática.* Dissertação de mestrado em Sociologia, Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/81370 Acessado em: 10 de dezembro de 2013.

ARRETCHE, M. (2001), "Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas". In.: MOREIRA, M. C. R.; CARVALHO, M. C. B. (Org.). *Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais*. IEE/PUCSP: São Paulo.

BALL, S.; BOWE, R. (1992), "Subject departments and the 'implementation' of National Curriculum policy: an overview of the issues". *Journal of Curriculum Studies*, London, v. 24, n. 2, p. 97-115.

BERNARDINO-COSTA, J.; SANTOS, S. A.; SILVÉRIO, V. R. (2009), "Dossiê Relações Raciais em Perspectivas". *Sociedade e Cultura*, v. 12, n. 2, p. 215-222, jul./dez.

BOURDIEU, P. (1974), *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo: Perspectiva.

_____. (1996), *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*, Campinas, SP: Papirus.

BRASIL. (2012), Lei nº 12.711/2012 – Lei de Cotas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm Acessado em: 21 de fevereiro de 2013.

FERES JÚNIOR, J. (2006), "Comparando justificações das políticas de ação afirmativa: EUA e Brasil". *Achegas.net*, núm. 30, jul./ago. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/30/joao_feres_30.pdf Acessado em: 12 de agosto de 2014.

FERES JÚNIOR, J.; DAFLON, V. T.; RAMOS, P.; MIGUEL, L. (2013), "O impacto da Lei nº 12.711 sobre as universidades federais". *Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA)*, IESP-UERJ, setembro. p. 1-34.

FISCHER, F. (2003), *Reframing Public Policy: Discursive Politics and Deliberative Practices*, Oxford: Oxford University Press.

FREY, K. (2000), "Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil". *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 21. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158 Acessado em: 25 de abril de 2010.

GOFFMAN, E. (1978), *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Rio de Janeiro: Zahar.

GOMES, J. B. B. (2001), *Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA,* Rio de Janeiro: Renovar.

GOTTWEIS, H. (2006), "Argumentative Policy Analysis". In.: PETERS, B. G.; PIERRE, J. (org.). *Handbook of Public Policy.* London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage. p. 461-479.

HIRSCHMAN, A. O. (1992), *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*, São Paulo: Companhia das letras.

IBGE/PNAD. (2002), Síntese de indicadores. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/ Acessado em: 20 de abril de 2013.

INGRAM, H.; SCHNEIDER, A. L.; DELEON, P. (2007), "Social construction and policy design". In: Paul A. Sabatier (org.), *Theories of the policy process*, Cambridge, MA: Westview Press. p. 93-126.

KERSTENETZKY, C. L. (2012), *O Estado de Bem-Estar Social na Idade da Razão: a reivenção do estado social no mundo contemporâneo,* Rio de Janeiro: Elsevier.

LIPSKY, M. (1980), *Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public service,* Russell Sage Foundation: New York.

LOYOLA, M. A. (2002), *Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola*, Rio de Janeiro: EdUERJ.

LOTTA, G. S. (2012), "O papel das burocracias do nível de rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade". In: FARIA, C. A. (Org). Implementação de políticas públicas: teoria e prática. Belo Horizonte: Editora PUC Minas. p. 20-49.

MADEIRA, L. M. (2008), *Trajetórias de homens infames: políticas públicas penais e programas de apoio a egressos do sistema penitenciário no Brasil.* Tese de doutoramento em Sociologia, Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MAINARDES, J. (2006), "Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais". *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf Acessado em: 23 de agosto de 2011.

MARSHALL, T. H. (1967), *Cidadania, classe social e status*, Rio de Janeiro: Zahar.

MCCOWAN, T. (2007), Expansion without equity: an analysis of current policy on access to higher education in Brazil. *Higher education*, 53, p. 579-598.

MEDEIROS, C. A. (2013), "Brasil, Estados Unidos e a questão racial: a fertilidade de um campo cheio de armadilhas". In: Ação afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França. Angela Randolpho Paiva (org.). Rio de Janeiro: Pallas. p. 240-265.

MILLER, E. A.; J. BANASZAK-HOLL. (2005), Cognitive and Normative Determinants of State Policy Making Behavior: Lessons from the Sociological Institutionalism. *Publius*, 35 (2): 191–216.

MOYA, T. S.; SILVÉRIO, V. R. (2009), Ação afirmativa e raça no Brasil contemporâneo: um debate sobre a redefinição simbólica da nação. *Sociedade e Cultura*, v. 12, n. 2, p. 235-250, jul./dez.

MULLER, P. (2002), *Análise das Políticas Públicas*. Pelotas: Educat.

NERI, M. C. (2010), *A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres*, Rio de Janeiro: FGV/CPS.

_____. (2012), De volta ao País do Futuro: Projeções, Crise Européia e a Nova Classe Média. Rio de Janeiro: FGV/CPS. Disponível em: http://www.cps.fgv.br/cps/bd/ncm2014/NCM2014_TextoCompleto_Fim_sumario.pdf Acessado em: 21 de dezembro de 2012.

NEVES, C. E. B. (2002), "A estrutura e o Funcionamento do ensino superior no Brasil". In: *A educação superior no Brasil*. Soares, M. S. A. (Org.) Brasília: UNESCO/CAPES/GEU, p. 43 – 69.

NEVES, C. E. B. MORCHE, B. ANHAIA, B. C. (2009), Educação Superior no Brasil: acesso e equidade através das Políticas de Inclusão Social. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia/GT 06. Disponível em: http//www.sbs2009.sbsociologia.com.br/

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. (2002), A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. Revista Educação e Sociedade, Campinas, ano XXIII, nº 78, Abril, p. 15-36. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a03v2378.pdf Acessado em: 17 de novembro de 2011.

O GLOBO. (2011), Valor Online – Desigualdade de Renda atinge mínima histórica, mostra FGV (03/05/2011). Disponível em: http://oglobo.globo.com/politica/desigualdade-de-renda-atinge-minima-historica-no-brasil-mostra-fgv-2775520 Acessado em: 05 de setembro de 2012.

OLIVEN, A. C. (2007), "Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil". *Educação*, ano XXX, n. 1 (61), jan./abr. p. 29-51.

PAIVA, A. R.; ALMEIDA, L. C. (2010) "Mudança no *campus:* falam os gestores das universidades com ação afirmativa". In.: *Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras.* Rio de Janeiro: PUC-Rio, Pallas Ed. p. 75- 115.

PINTO, C. (1988), "*Empowerment*, uma Prática de Serviço Social". In: *Política Social.* BARATA, O (coord). Lisboa: ISCSP.

PNUD. (2010), Relatório de Desenvolvimento Humano 2010 – A verdadeira riqueza das nações: Vias para o Desenvolvimento Humano. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Complete_reprint.pdf Acessado em: 03 de novembro de 2012.

_____. (2013), Resumo do Relatório do Desenvolvimento Humano 2013 – A ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado. Disponível em:

http://hdr.undp.org/en/media/HDR13%20Summary%20PT%20WEB.pdf Acessado em: 15 de março de 2013.

_____. (2013a), Perguntas Frequentes (FAQ) – IDH – Índice de Desenvolvimento Humano 2012. Disponível em: http://www.pnud.org.br/arquivos/FAQ-IDH.pdf Acessado em: 10 de março de 2013.

_____. (2013b), Relatório do Desenvolvimento Humano 2013 – A ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado. Disponível em: http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh-2013.pdf Acessado em: 15 de março de 2013.

_____. (2013c), Brazil – Country Profile: Human Development Indicators. Disponível em: http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/BRA.html Acessado em: 10 de março de 2013.

_____. (2013d), Perguntas Frequentes (FAQ) – IDHAD – Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade – 2012. Disponível em: http://www.pnud.org.br/arquivos/FA-IDHAD.pdf Acessado em: 10 de março de 2013.

_____. (2013e), Perguntas Frequentes (FAQ) – IPM - Índice de Pobreza Multidimensional 2012. Disponível em: http://www.pnud.org.br/arquivos/FAQ-IPM.pdf Acessado em: 03 de novembro de 2012.

RAWLS, J. (1997), *Uma teoria da justiça*, São Paulo: Martins Fontes.

SEN, A. (1993), "O desenvolvimento como expansão de capacidades". *Lua Nova*, São Paulo, n. 28-29, abr. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em:25 set. 2013.

_____. (2000), *Desenvolvimento como liberdade*, São Paulo: Companhia das Letras.

SHORE, C. (2010), "La antropologia y el estudio de la política pública: reflexiones sobre la 'formulación' de las políticas". *Antipoda. Revista de Antropologia y Arqueologia,* Bogotá, n. 10, Jan., p. 21-49. Disponível em: http://antipoda.uniandes.edu.co/view.php/147/index.php?id=147 Acesso em: 28 set. 2014.

SHORE, C.; WRIGHT, S. (1997), *Anthropology of Policy: Critical Perspectives on Governance and Power*, London, New York: Routledge.

TRAGTENBERG, M. H. R. (2012), "O Programa de Ações Afirmativas da UFSC: fundamentos e resultados preliminares". In: *As cotas para negros no tribunal – A audiência pública do STF.* Valter Roberto Silvério (org.). São Carlos: EdUFSCAR. p. 151-201.

VILLALOBOS, V. S. (2000), "O Estado de Bem-Estar Social na América Latina: necessidade de redefinição". *Cadernos Adenauer*, n. 1, p. 49-71.

YANOW, D. (1993), "The Communication of Policy Meanings: Implementation as Interpretation and Text". *Policy Sciences*, No. 26, p. 41-61.

WEISSKOPF, T. E. (2004), *Affirmative action in the United States and india: A comparative perspective*. New York: Routledge.

Contribuições do Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI) para a formação inicial de professores brasileiros

Thais Mere Marques Aveiro[1]

Fernanda Litvin Villas Bôas[2]

Leila Chalub Martins[3]

Resumo: O papel do professor é questão central para a oferta de uma educação de qualidade no Brasil. E, por isso, o debate sobre a formação inicial de professores se faz tão pertinente. O objetivo da presente comunicação é analisar o processo de implementação do Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI), que permite a inserção de estudantes brasileiros de licenciaturas em universidades portuguesas. O PLI foi estabelecido em 2010 pela Capes/Brasil e onze universidades portuguesas, para o aprimoramento de graduandos nas áreas de Química, Física, Matemática, Biologia, Português, Artes e Educação Física. O crescimento da demanda e do número de universidades participantes, bem como a análise dos primeiros resultados, evidenciam a importância do intercâmbio e da cooperação internacional para a complementação da capacitação de recursos humanos de alto nível e elevação da qualidade da formação inicial de professores.

Palavras chaves: Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI); Portugal/Brasil; CAPES; Internacionalização; Formação de professores

Introdução

Fundação autárquica, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foi estabelecida, em 1951, para subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas nacionais para a pós-graduação e para capacitar recursos humanos de alto nível no Brasil e no exterior.

A excelência da agência na formação de recursos humanos levou a que ela assumisse novas atribuições a partir de 2007. A Lei 11.502/2007 estabeleceu a Nova CAPES que passou, a partir de então, a induzir e fomentar a formação inicial e continuada dos professores da educação básica, de maneira presencial e à distância.A larga experiência da CAPES na pós-graduação passou também a ser aplicada na educação básica.

Pelo Decreto nº 6755, de 29 de janeiro de 2009, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, a CAPES foi autorizada a conceder bolsas a estudantes de cursos de

---

1Doutoranda em cotutela pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (PPGDSCI/CEAM/UnB) e Université Paris 13; Mestre em Relações Internacionais pela UnB; e Analista em Ciência & Tecnologia da CAPES, Bolsista CAPES.

2 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (PPGDSCI/CEAM/UnB); Mestre em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB), em 2007; Bacharel e Licenciada em Geografia pela UnB, em 2005. Analista em Ciência &Tecnologia da CAPES/MEC/Brasil.

3 Professora associada da Universidade Brasília, com atuação no PPG em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional e no PPG Educação. Doutora em Antropologia pela UNICAMP. Estagio pós-doutoral no Centre d'Analyse et d"Intervention Sociologiques - CADIS, da École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França (2011/2012). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Antropologia Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, sustentabilidade, complexidade, cultura e juventude. É coordenadora do Observatório da Juventude da UnB, do Núcleo de Estudos e Acompanhamento das Licenciaturas e Coordenadora Geral do Pacto pela Alfabetização na Idade Certa pela UnB.

licenciaturas visando incentivar a formação de profissionais do magistério para atuarem na educação básica.
Respaldada pelo Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica, a CAPES passou a apoiar a oferta de cursos de licenciatura a professores das escolas públicas federais, estaduais e municipais, que atuavam, muitas vezes sem a formação adequada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Merece destaque nessa ação o estabelecimento da Universidade Aberta do Brasil (UAB) – sistema de educação à distância – que oferta cursos de nível superior em instituições públicas de ensino superior prioritariamente para profissionais da educação básica com dificuldade de acesso à formação universitária presencial. A UAB dispõe de novas tecnologias e estratégias educacionais para democratizar e ampliar o acesso a um sistema educacional de qualidade.
Estabelece-se então, a partir de 2007, um novo capítulo na história da instituição que passa a ter também a tarefa de capacitar e valorizar o magistério. Com a ampliação da missão da CAPES, ela passou a atuar de maneira mais sistêmica, aproximando a educação básica da educação superior. Nesse sentido, o relatório de gestão da agência dispõe que:

> essa mudança visou, como benefício adicional, a uma maior integração entre a educação superior e a educação básica, na perspectiva da formação de pessoal, paragerar sinergias e maior produtividade no uso dos recursos destinados a cada um dos níveis educacionais, com benefícios para a generalidade dos estudantes. (Brasil, 2011: 19).

Nessa nova organização da CAPES, foi estabelecido, nos moldes do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), o Conselho Técnico-Científico da Educação Básica (CTC-EB) para assistir a agência na elaboração das políticas e diretrizes à formação inicial e continuada de professores da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de profissionais do magistério. Ademais, foram criadas a Diretoria de Educação Básica Presencial (DEB) e de Educação à Distância (DED). A DEB ficou responsável pelo apoio ao fortalecimento das licenciaturas com novas práticas pedagógicas e concessão de bolsas para iniciação à docência. Enquanto a DED atuaria por meio do sistema de educação à distância da Universidade Aberta do Brasil (UAB) com polos municipais de apoio presencial e novas tecnologias.
No fomento ao magistério, a DEB atua em duas grandes linhas: indução à formação inicial de professores, por meio do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e fomento a projetos de estudos, pesquisas e inovação voltados para a valorização da docência. Dentre esses projetos pode-se destacar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), o Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência) e o Observatório da Educação.
Ademais, a DEB atua em parceria com outras Diretorias da CAPES e outros órgãos governamentais para a execução de suas atividades. Nesse contexto, merece destaque a parceria entre a DEB e a Diretoria de Relações Internacionais (DRI) na articulação de programas de cooperação internacional para a educação básica. Com a implementação desses programas, a agência busca replicar experiências bem sucedidas na pós-graduação para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de atividades vinculadas à educação básica por meio da concessão de bolsas de estudo e auxílios para docentes, discentes e profissionais gestores da educação básica.
A implementação dos programas se dá, normalmente, com o estabelecimento de acordos com instituições parceiras no exterior, com países que o Brasil tem acordos bilaterais para o treinamento e o aperfeiçoamento de profissionais da educação, ou estudantes de licenciaturas de todas as regiões do país. Entre os programas de cooperação internacional para a educação básica, merece destaque o Programa de Licenciaturas Internacionais, com Portugal.
Dado o significativo crescimento no financiamento da formação inicial de professores, haja vista a sua centralidade na oferta de uma educação de qualidade no Brasil, o presente estudo visa analisar o processo de implementação do Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI) e o seu papel na inserção de estudantes brasileiros de licenciaturas em universidades portuguesas.A análise do PLI justifica-se por ser um dos maiores programas de cooperação internacional para a educação básica financiado pela CAPES. Para viabilizar o estudo, foram analisados os dados de concessão disponíveis na agência. Nesse sentido, apresentamos uma descrição do Programa, considerando o histórico do seu surgimento, processos seletivos, objetivos pretendidos, panorama

da concessão e dificuldades encontradas no decorrer de sua implementação. O crescimento da demanda e do número de universidades participantes, bem como a análise dos primeiros resultados, evidenciam a singularidade do Programa e a importância do intercâmbio para complementação da capacitação de recursos humanos de alto nível, com vistas à elevação da qualidade da formação inicial de professores.

O Programa de Licenciaturas Internacionais – histórico e contexto

A cooperação entre a CAPES e os parceiros portugueses é ampla e tradicional. Além dos laços históricos e culturais, o Português, como idioma oficial, aproxima ainda mais as duas nações. A proximidade entre os dois países nas áreas política, econômica, social e educacional, se reflete no grande número de brasileiros em programas de intercâmbio acadêmico em Portugal. Esse vínculo entre os dois países se reflete também no crescente estabelecimento de iniciativas implementadas pela CAPES com instituições portuguesas.

Tendo como base legal o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica de 1986 e o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta de 2000, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior já executou com aquele país uma série de atividades que vão desde o fomento de bolsas de estudo individuais e cátedras a projetos conjuntos de pesquisa e parcerias universitárias. Em 1995, foi assinado o primeiro protocolo entre a CAPES e o Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Internacional (ICCTI), tendo a cooperação iniciada em 1996 com 15 projetos (InfoCapes, 2002).

Atualmente, Portugal tem sete programas de cooperação vigentes com a CAPES, representando o terceiro país em volume de bolsistas da agência, contando com quase dois mil estudantes brasileiros em suas universidades financiados por meio desses programas. Dentre os programas com esse país, o PLI é, hoje, aquele que mais envia estudantes para intercâmbio.

O Programa de Licenciaturas Internacionais foi estabelecido em 2010[4] pela CAPES e a Universidade de Coimbra, com o apoio do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB)[5], visando à elevação do ensino dos cursos de licenciatura por meio da ampliação e dinamização às ações voltadas à formação inicial e da implementação de novas diretrizes curriculares, com ênfase no ensino fundamental e no ensino médio. É estimulado o intercâmbio de estudantes de graduação em licenciaturas, em nível de graduação sanduíche nas áreas de Química, Física, Matemática, Biologia, Português, Artes e Educação Física.

Como uma experiência inovadora, essa graduação sanduíche prevê a dupla diplomação. Para isso, o estudante permanece por 4 semestres na universidade de destino em Portugal tendo de cursar 120 ECTS[6]. Nesse sentido, um plano de estudos é preparado pelos responsáveis nas instituições de origem e de destino. Outro grande mérito do Programa é o seu caráter social. Como pré-requisito para a participação, é preciso que o candidato tenha cursado o ensino médio em sua totalidade e pelo menos dois anos do ensino fundamental em escolas públicas, ou ter cursado o ensino médio em escolas privadas na condição de bolsista em função de baixa renda familiar.

Ainda em 2010, foi lançado o primeiro edital do PLI para início das atividades naquele mesmo ano. Os dois primeiros editais, dos anos 2010 e 2011, tiveram como instituição de destino apenas a Universidade de Coimbra (Brasil, 2010; 2011).Já a partir de 2012, 11 universidades passaram a receber os estudantes: Universidade Nova

---

4Em 2009, o GCUB apresentou uma proposta ao Ministério da Educação e a Capes de criação de um Programa Internacional voltado para a Formação inicial de Professores (estudantes de cursos de licenciatura,matriculados em Universidades no Brasil). Inicialmente, o programa teria como participantes do projeto piloto, a UFBA que enviaria estudantes e um professor para acompanhamento do Programa e a Universidade de Coimbra (UC) responsável pelo acolhimento desse grupo. Para aprovação, a proposta inicial foi modificada e o PLI foi aberto a todas as universidades brasileiras, com o apoio do GCUB.

5 O Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB) é uma associação de dirigentes universitários criada em 2008. O Grupo é composto por universidades nacionais – federais, estaduais, confessionais e comunitárias.

6 ECTS (European Credit Transfer and Accumulation System/ Sistema Europeu de Acumulação e Transferência de Créditos), ou seja, são créditos que o estudante deve cursar na Universidade.

de Lisboa, Universidade de Beira Interior, Universidade do Algarve, Universidade de Aveiro, Universidade de Coimbra, Universidade de Évora, Universidade de Lisboa, Universidade do Minho, Universidade do Porto, Universidade Técnica de Lisboa e Universidade Trás-os-Montes (Brasil, 2012).

O Programa seleciona projetos de parceria institucional. A universidade postulante deve apresentar cópia do Acordo de Cooperação entre a instituição brasileira e a universidade portuguesa. Ademais, cada projeto deve apresentar uma equipe composta por um coordenador docente com título de doutor e pelo menos mais dois doutores, todos vinculados aos cursos de licenciatura relacionados ao projeto. Como prevê-se a dupla diplomação, o projeto precisa vir acompanhado da cópia do Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação, que estabelece o compromisso de reconhecimento automático de créditos, além de um documento conjunto certificando a equivalência entre as disciplinas a serem cursadas pelos bolsistas em Portugal. O coordenador do projeto seleciona entre cinco e sete alunos para a mobilidade.

Como modalidade de apoio, além das bolsas de estudo, chamadas missões de estudo, o programa também apoia missões de trabalho de membro da equipe brasileira a Portugal para acompanhar o desenvolvimento do projeto e manter a interação entre as instituições envolvidas; verbas de custeio, tais como material de consumo, serviços de terceiros e custos de locomoção; além de pagamento de inscrição para participação em eventos científicos no País ou no exterior.Nas missões de estudo, os estudantes recebem apoio completo da CAPES, além das bolsas mensais, são contemplados com um auxílio-instalação para as despesas iniciais, seguro-saúde e auxílio-deslocamento para aquisição de passagens.

A seleção das propostas é feita em quatro etapas, a saber: análise técnica; análise de mérito; reunião conjunta; e, aprovação e homologação pela Diretoria de Relações Internacionais (DRI) da CAPES. A primeira etapa constitui-se na verificação documental enviada. Nesse momento, a equipe técnica da DRI averigua a adequação da proposta enviada às exigências do edital. A segunda etapa da seleção consiste na avaliação do mérito da proposta por consultores *ad hoc* que recomendam ou não o projeto levando-se em consideração a relevância da proposta e sua importância em nível institucional, nacional e regional. Em seguida, há a priorização das propostas recomendadas pelo Grupo Assessor Especial da Diretoria de Relações Internacionais[7] (GAE) que avalia os projetos tendo como base os pareceres já emitidos, classificando-os de acordo com a sua excelência. Na terceira etapa, há uma reunião binacional entre a CAPES, o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras e representantes das universidades portuguesas para a seleção final dos projetos a serem aprovados. Segundo disposto no último edital do programa, é dado prioridade para projetos que:

> contemplem as áreas de Física e/ou Matemática; contemplem as áreas de Química e/ou biológica; incluam licenciaturas participantes do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID); refiram-se à instituição que ainda não foi aprovada em Edital do Programa em edições anteriores _ Edital do Programa de Licenciaturas Internacionais – PLI Portugal (Brasil, 2013a).

A quarta e última etapa consiste na homologação da decisão, seguida da devida publicação dos resultados. Abaixo, o fluxograma do processo de seleção de propostas ao Programa:

7 O Grupo Assessor Especial da Diretoria de Relações Internacionais é formado por pesquisadores de alto nível, nomeados pela presidência da CAPES para um mandato pré-determinado.

Figura I. Fluxograma do processo de seleção do PLI

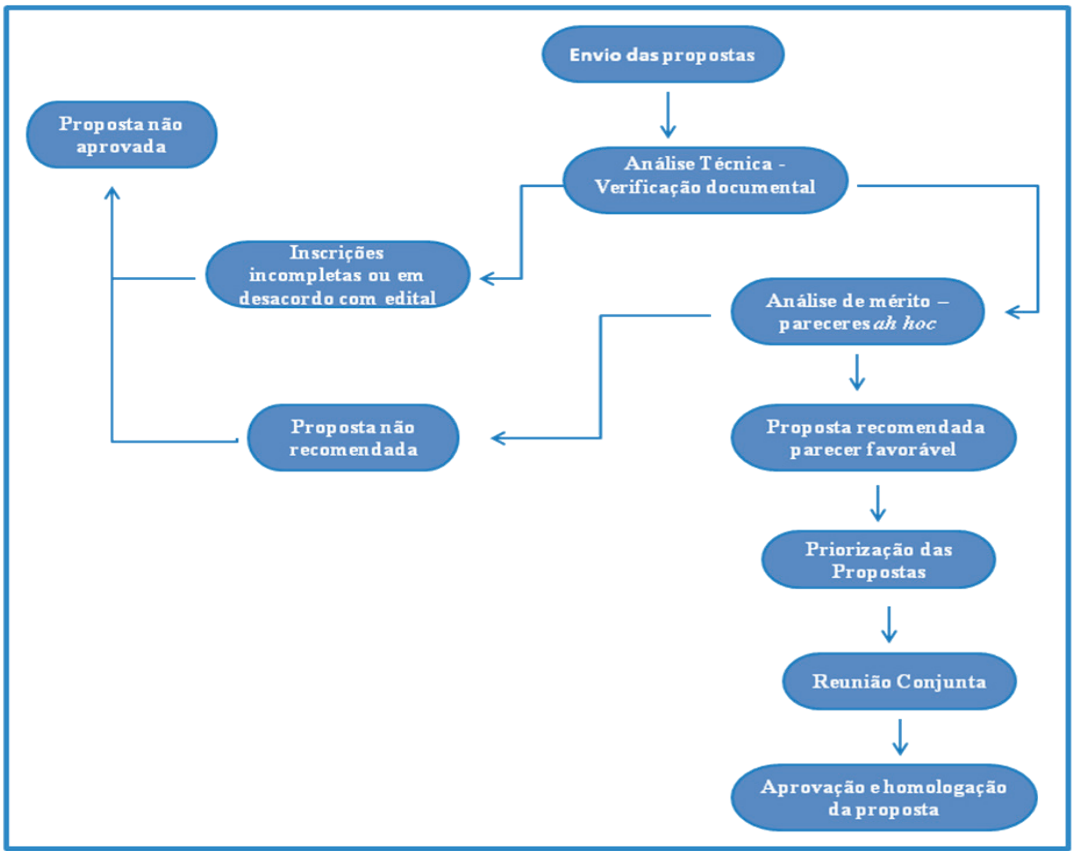

Fonte: Elaborado pelas autoras.

É importante observar que a CAPES, apoiada pelos parceiros, é responsável pela seleção das propostas. A seleção dos bolsistas é efetuada na instituição de origem do candidato. Assim, a equipe coordenadora do projeto deve levar em consideração o perfil do estudante e sua capacidade de adaptação a novos ambientes e desafios, bem como o interesse pela carreira docente, além de histórico escolar e coeficiente de rendimento universitário.

Panorama e resultados do PLI

Embora bastante novo o estabelecimento do Programa e as dificuldades iniciais de implementação, o PLI já pode ser considerado como uma importante estratégia de valorização e fortalecimento dos cursos de licenciatura. Desde a assinatura do primeiro acordo com a Universidade de Coimbra, já foram financiados 169 projetos nos quatro 4 editais lançados. Esse financiamento, contudo, não foi uniforme, conforme demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico I. Número de projetos PLI financiados entre 2010 e 2013

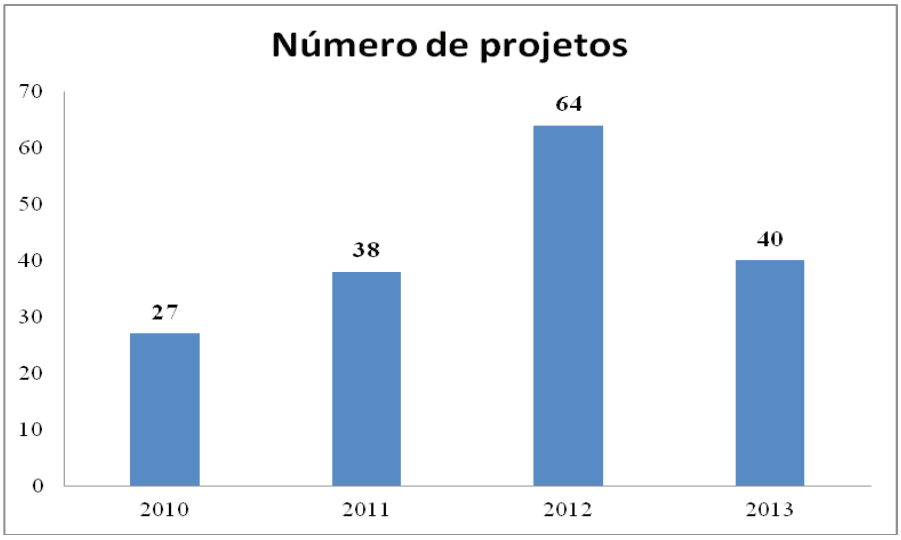

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O grande aumento observado em 2012 ocorre devido à expansão do programa para outras dez universidades portuguesas, além da Universidade de Coimbra. Nos dois primeiros anos do programa, houve a previsão de concessão de até 30 projetos, já para os anos seguintes, a previsão foi ampliada para 40 projetos. A aprovação variou, todavia, em função da demanda e da qualidade dos projetos apresentados. A possibilidade de financiar acima do previsto deveu-se a disponibilidade orçamentária da agência nos respectivos anos.
O número de estudantes em mobilidade também variou bastante, sendo que no ano de 2012, quando houve o maior financiamento de projetos, houve também o maior envio de estudantes para Portugal (Brasil, 2012b). O gráfico abaixo apresenta o total de 1095 bolsitas distribuídos nos quatro anos de financiamento.

Gráfico II. Número de estudantes apoiados pelo PLI

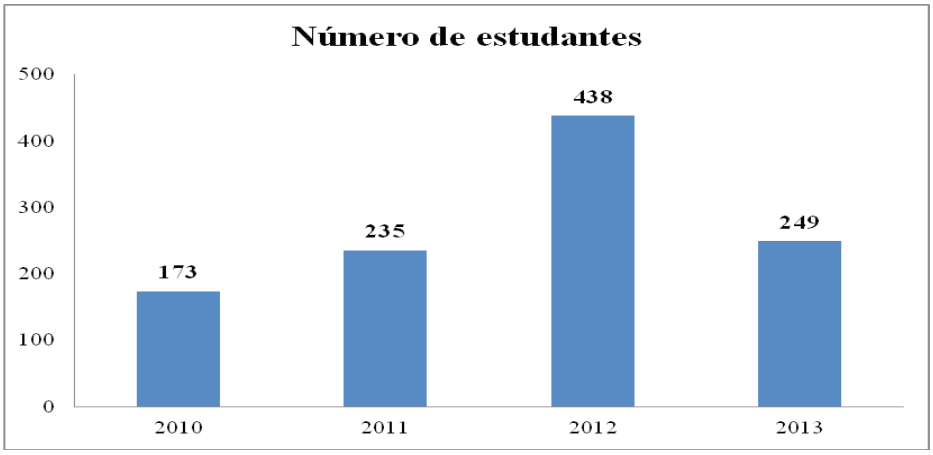

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Considerando-se também que cada projeto poderia enviar até sete bolsistas por ano, constata-se que em 2012 foi o ano de maior aproveitamento do potencial de envio dos estudantes (Brasil, 2012b). Já em 2013, houve o menor envio, com apenas 89% do total possível (Brasil, 2013c).

Gráfico III. Análise do aproveitamento do potencial de envio de estudantes - PLI

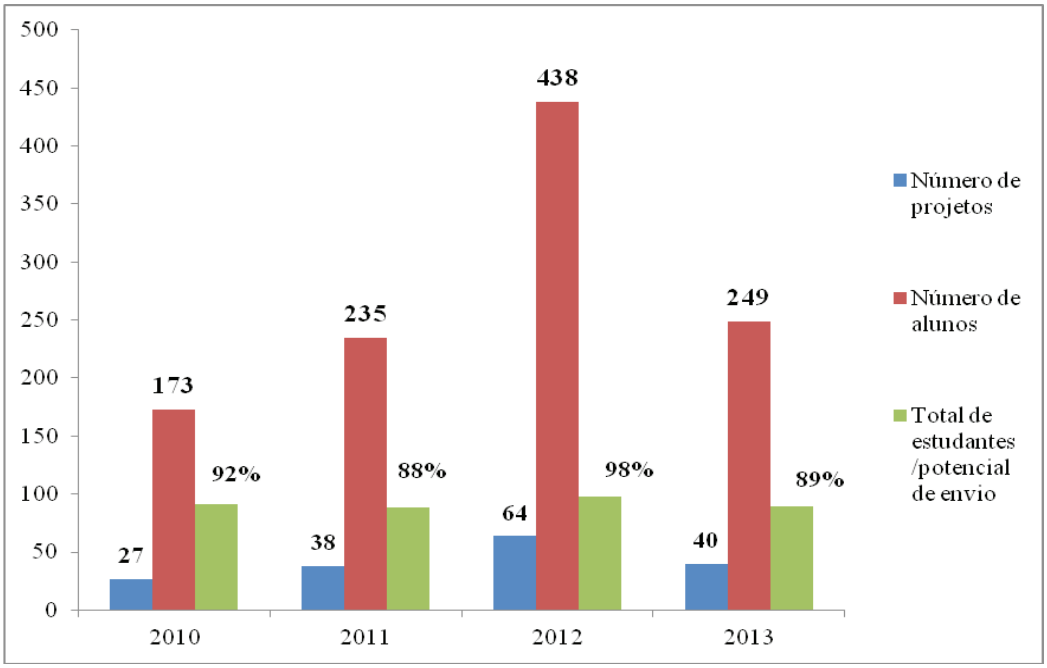

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Considerando que os editais não estabeleceram o número mínimo de estudantes por projeto, foram verificados casos em que um coordenador enviou apenas dois estudantes para o intercâmbio, o que vai de encontro com o objetivo do programa que é possibilitar a mobilidade. Há que se considerar os casos de desistências, contudo, seria importante que os coordenadores dispusessem de uma lista de suplentes, o que auxiliaria nesses casos e geraria mais oportunidades para os estudantes não selecionados na primeira lista.

Em termos regionais, a maioria dos projetos financiados está concentrada na região sudeste do país com quase 50% do total, seguida da região sul. A região norte é a de menor participação com apenas cinco projetos financiados nesse período. O gráfico abaixo apresenta a distribuição.

Gráfico IV. Distribuição de projetos por região do país

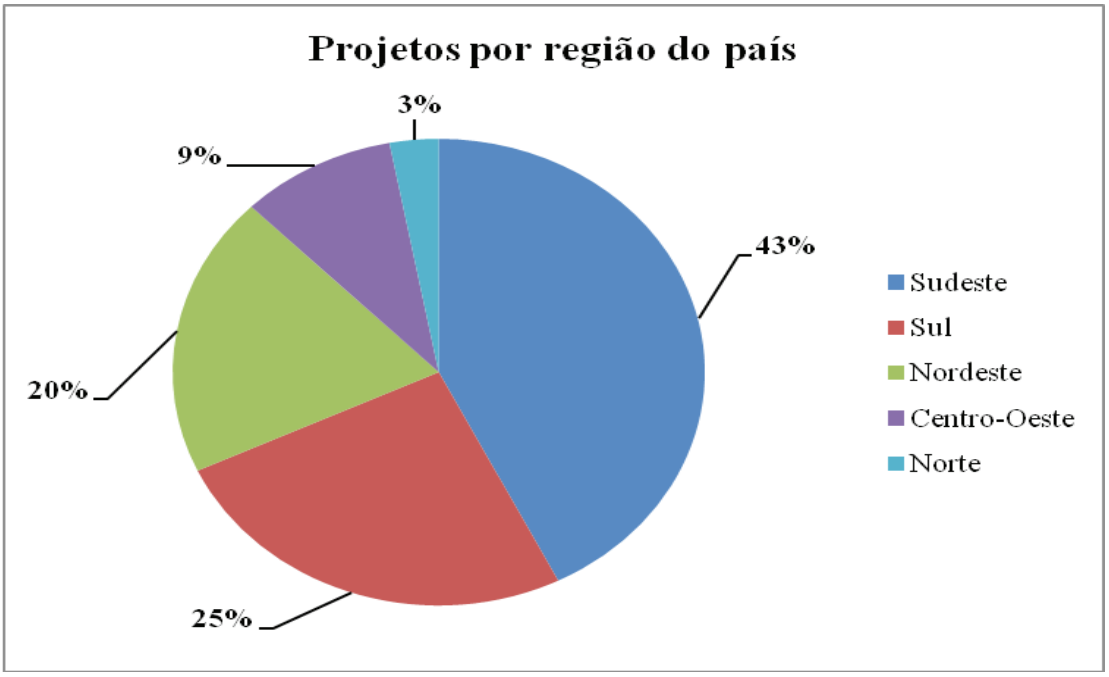

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Nesse sentido, os estados com maior número de projetos são representados por São Paulo e Minas Gerais, seguidos do Rio Grande do Sul. Logo, os dados demonstram a necessidade de maior incentivo à mobilidade internacional nas regiões Norte e Centro-Oeste, com a adoção de estratégias que reduzam essa assimetria na resposta aos editais.

Gráfico V. Distribuição de projetos aprovados por estado

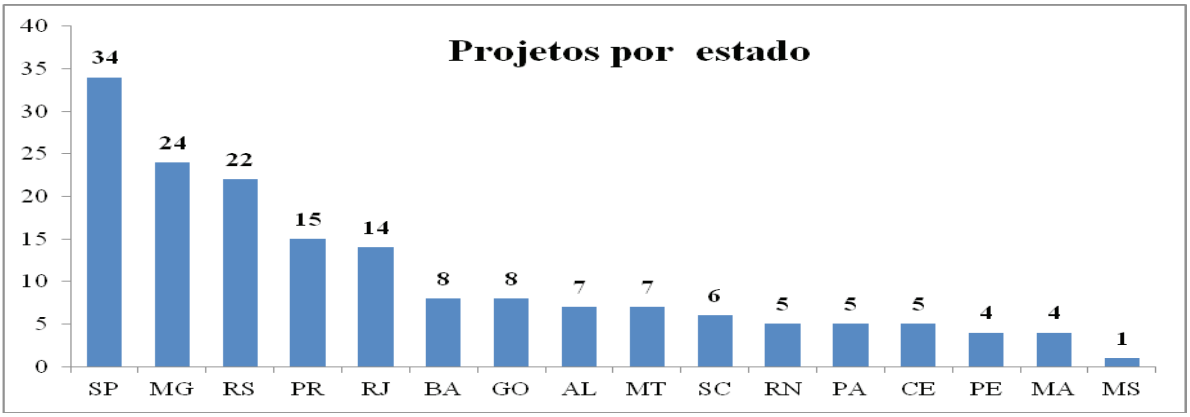

Fonte: Elaborado pelas autoras.

No que se refere às Universidades detentoras de projetos financiados, a Universidade Estadual Paulista (UNESP) é a que teve o maior número de projetos aprovados, seguida pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).Na região Norte, o único estado com financiamento é o Pará com cinco projetos, sendo quatro da Universidade Federal do Pará (UFPA) e um da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Vale mencionar que universidades como a Federal do Amazonas (UFAM) e a Universidade de Brasília (UnB) não tem nenhum projeto financiado pelo PLI.

Gráfico VI. Distribuição de projetos aprovados por universidade

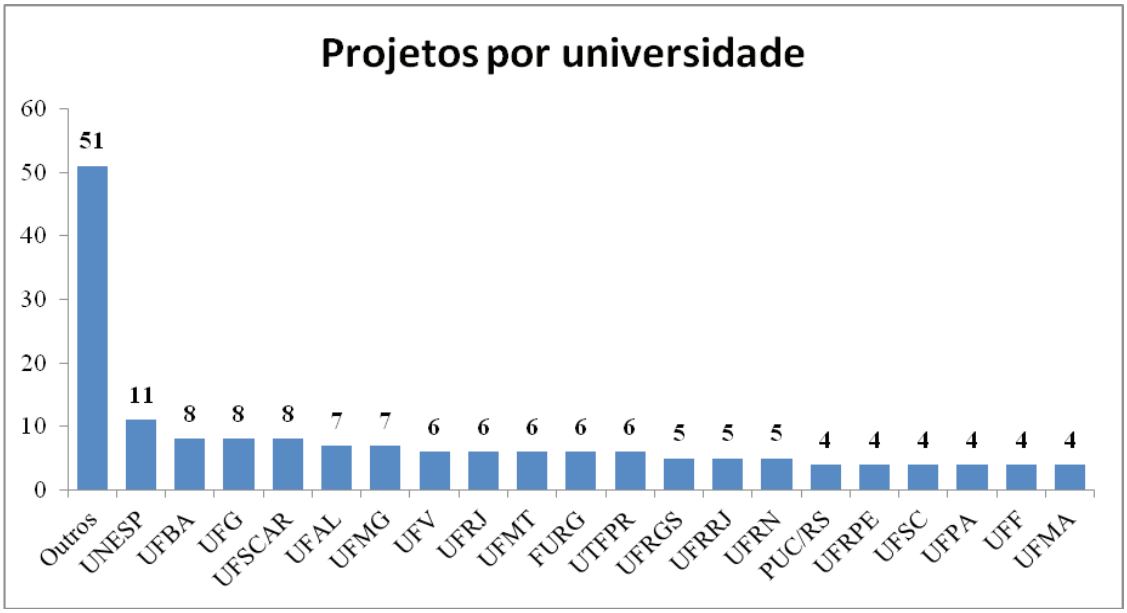

Fonte: Elaborado pelas autoras.

As instituições participantes são majoritariamente universidades públicas, federais, seguidas das universidades estaduais. A participação das universidades particulares ou municipais é próxima a zero, muito embora, o maior número de universidades no Brasil seja particular.

Gráfico VII. Distribuição de projetos aprovados por natureza jurídica da instituição

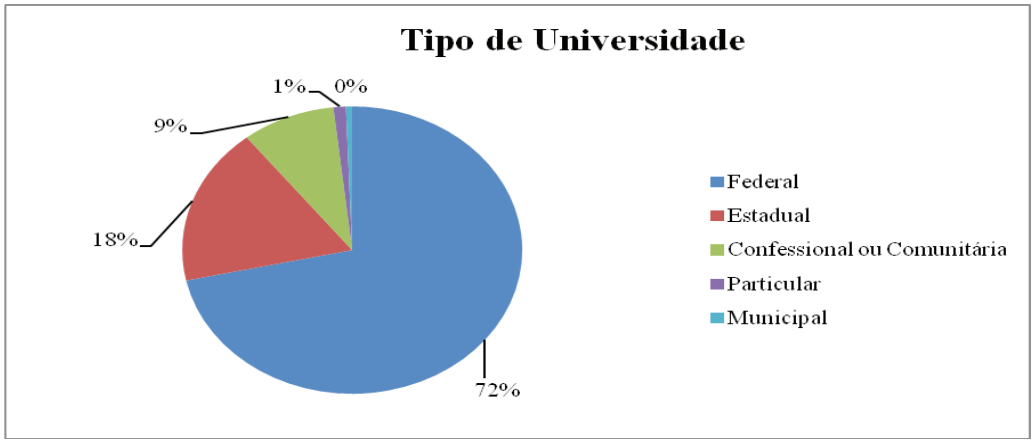

Fonte: Elaborado pelas autoras.

No que se refere às universidades de destino, a Universidade de Coimbra (UC) é a que recebeu mais estudantes no período. É preciso considerar, contudo, que nos dois primeiros anos, esta era a única universidade portuguesa que recebia estudantes. Ademais, os coordenadores brasileiros já vinham buscando estabelecer contatos com a UC para enviar estudantes em mobilidade, mesmo antes da divulgação do novo edital. De qualquer forma, a partir de 2012, outras universidades começaram a se destacar, tais como as Universidades do Porto e de Lisboa. Algumas instituições como a Universidade de Algarve, de Beira Interior e de Trás-os-Montes estabeleceram apenas um projeto de cooperação. Já a Universidade Nova de Lisboa que aderiu ao Programa em 2012 ainda não recebeu estudantes do PLI.
A seguir, um gráfico com o detalhamento das universidades de destino.

Gráfico VIII. Universidade de Destino

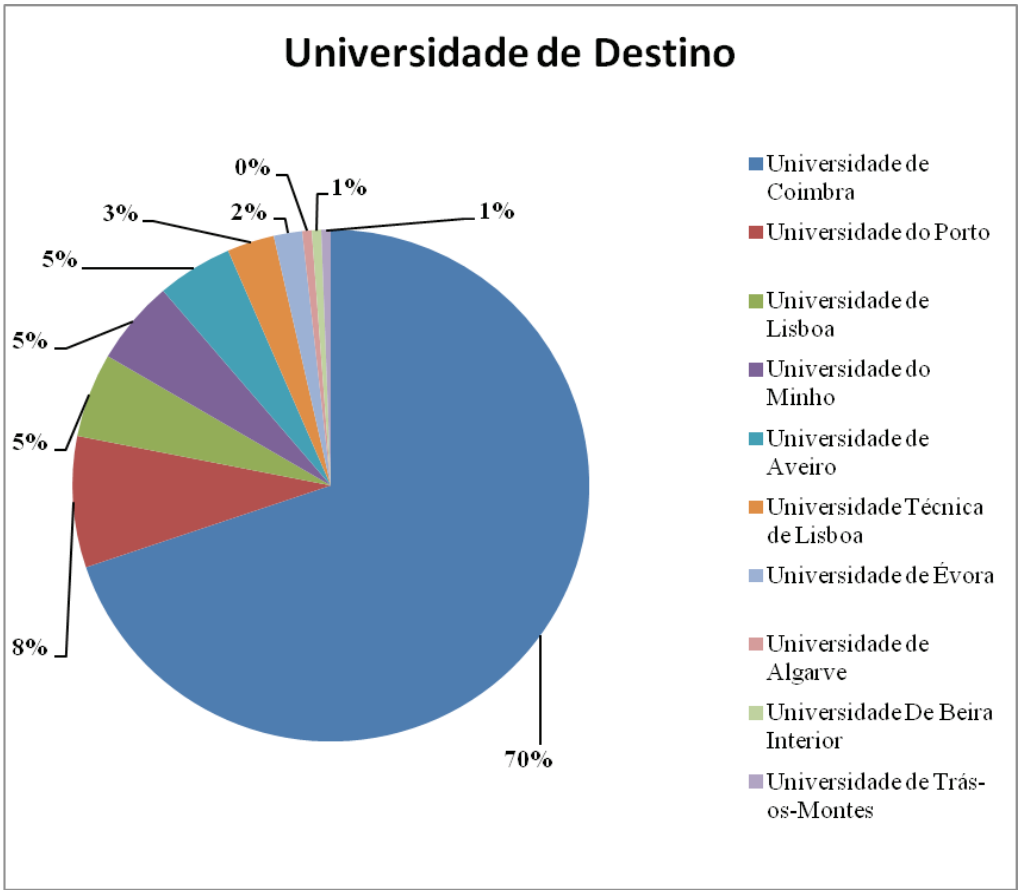

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Em termos de áreas do conhecimento apoiadas (Brasil, 2013b), merece destaque a participação das licenciaturas em Biologia, seguida de letras. As áreas de menor financiamento correspondem à Artes e Física (Brasil, 2013c). Se, por um lado, acredita-se que há menor procura nessas áreas, é preciso maior atenção às áreas de Física, Matemática, Química e Biologia. Em 2013, observou-se que houve, de fato, maior priorização dessas áreas, o que pode ser constatado pela tabela abaixo:

Tabela I. Distribuição dos estudantes de acordo com a área do conhecimento

Ano/Área	Correlatas	Artes	Física	Química	Matemática	Ed. Física	Letras	Biologia	Total
2010	1	21	14	22	17	28	36	34	**173**
2011	0	31	18	17	16	33	54	66	**235**
2012	1	57	46	67	40	102	67	58	**438**
2013	1	0	31	44	84	0	34	55	**249**
Total	**3**	**109**	**109**	**150**	**157**	**163**	**191**	**213**	**1095**

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Uma das dificuldades para o envio de estudantes na área de Artes é a baixa oferta de aulas práticas nessa licenciatura em Portugal. Isso prejudica o intercâmbio, resultando, por exemplo, em uma participação pouco expressiva dos alunos dessa área no edital de 2013.
Observa-se também que, mesmo com um grande incentivo à Matemática em 2013, a mobilidade ainda é baixa se comparada às áreas de Educação Física e Letras.

Gráfico IX. Número de estudantes contemplados por área do conhecimento

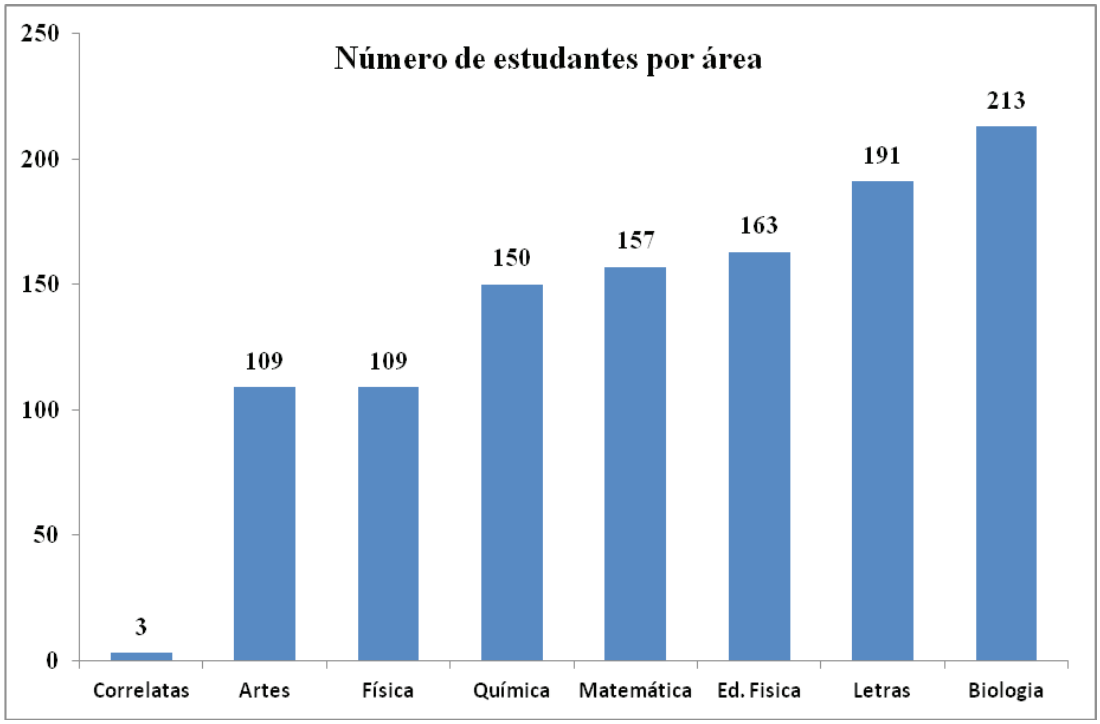

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Outro aspecto a ser considerado na avaliação do PLI refere-se às diferenças de gênero dos estudantes. Apesar de o número de alunos do sexo feminino cursando licenciaturas ser maior que o masculino, o número de estudantes em mobilidade é maior entre os homens.

Tabela II. Distribuição dos estudantes por gênero

Sexo/Ano	2010	2011	2012	2013	Total
Feminino	68	118	216	125	**527**
Masculino	105	117	222	124	**568**
Total	173	235	438	249	**1095**

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A diferença mais expressiva ocorreu no primeiro ano do programa. Nos anos seguintes, houve um equilíbrio no número de mulheres e homens participantes do Programa. Ainda assim, observa-se que o número de estudantes do sexo masculino é 4% maior que aquele do sexo feminino.

Gráfico X. Percentual de estudantes contemplados por gênero

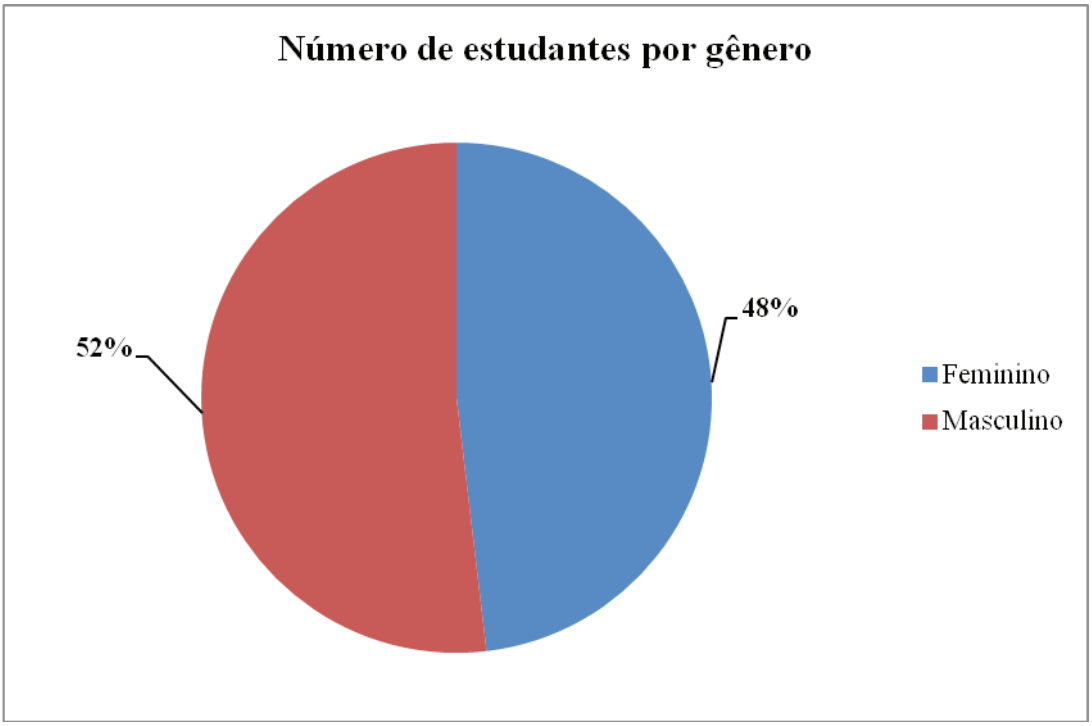

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O governo brasileiro vem realizando um grande investimento para complementar a capacitação dos futuros docentes, demonstrando a relevância dada a formação inicial de professores hoje no País. O custo médio do aluno é cerca de R$ 84.000,00 reais, considerando-se as bolsas[8], seguro saúde, auxílio instalação, passagens aéreas e taxas escolares[9].Ademais, do montante pago aos estudantes, o programa ainda disponibiliza recursos de custeio para o pagamento de despesas à execução do projeto e financia as missões de trabalho dos professores coordenadores, incluindo-se as passagens aéreas e diárias.[10]

8 Os estudantes recebem até 24 bolsas, sendo avaliado o seu desempenho no primeiro ano para que seja renovada sua bolsa para um segundo período.

9 As taxas acadêmicas passaram a ser pagas a partir de 2012, quando da expansão do programa. Os valores pagos pelos estudantes brasileiros são os mesmos pagos pelos estudantes portugueses.

10 Em cada projeto, podem ser realizadas duas missões de trabalho por ano, podendo ser realizadas por um período de 7 a 20 dias cada missão.

Desafios observados no decorrer da implementação do Programa

O Programa de Licenciaturas Internacionais encontra-se em fase de consolidação e ajustes, haja vista estar ainda nos seus primeiros editais. Várias são as adequações necessárias para o seu aprimoramento.

Para evitar, por exemplo, que uma universidade brasileira aprove número elevado de projetos, centralizando boa parte das concessões, o edital do PLI prevê que cada instituição poderá submeter até sete propostas por chamada. Constata-se, contudo, que essa medida não foi suficiente para evitar a concentração de projetos aprovados na região Sudeste. Ademais, alguns cursos contemplados concentram-se em poucas universidades de destino. Isso, se por um lado demonstra a excelência da instituição portuguesa naquela área, por outro, acaba não criando oportunidade para o fortalecimento das demais universidades parceiras. Assim, uma avaliação periódica do fomento se faz necessária antes da aprovação final das propostas no intuito de apoiar cursos que buscam se estruturar.

Visando, também, à redução das assimetrias, mecanismos de incentivo a uma participação mais ativa de instituições das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste podem ter resultados positivos. A apresentação de projetos em rede que demonstrem diversidade regional deveria ser estimulada e incentivada. Os novos editais têm buscado reduzir essas assimetrias sinalizando que «serão considerados prioritários os projetos que refiram-se à instituição que ainda não foi aprovada em Edital do Programa em edições anteriores» (Brasil, 2013).

Observa-se também que a maioria dos projetos financiados não está nas áreas de Física, Matemática, Química e Biologia, disciplinas de maior carência de docentes. No entanto, os dois últimos editais priorizaram essas áreas e a pesquisa no processo seletivo. Segundo disposto no último edital do Programa, é dado prioridade para projetos que:

> contemplem as áreas de Física e/ou Matemática; contemplem as áreas de Química e/ou biológica; incluam licenciaturas participantes do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID); refiram-se à instituição que ainda não foi aprovada em Edital do Programa em edições anteriores (Brasil, 2013).

A experiência do intercâmbio, embora possa trazer bastante enriquecimento acadêmico para o estudante, vem acompanhada de desafios. Apesar de os dois países terem o mesmo idioma oficial, há diferenças linguísticas, principalmente na linguagem oral que podem dificultar a adaptação na fase inicial. A aquisição de conteúdos específicos também pode ficar prejudicada devido a diferenças metodológicas entre as universidades dos dois países.O fato de os estudantes serem muito jovens, requer uma seleção bastante criteriosa para se avaliar a capacidade de adaptação desse estudante. Mesmo estudantes com bom rendimento escolar aqui no Brasil, mas que não apresentem um bom perfil para o intercâmbio poderão enfrentar no exterior dificuldades de adaptação que comprometam o seu rendimento acadêmico.

Ainda em relação à etapa de seleção, verificou-se nas candidaturas que o processo de escolha do bolsista tende a enfatizar o coeficiente de rendimento acadêmico na universidade brasileira e o histórico escolar, desconsiderando questões importantes como as mencionadas acima e também o interesse e comprometimento com a docência. É preciso maior ênfase e incentivo nesse sentido. O interesse pela carreira docente deve ser um dos critérios obrigatórios de seleção dos candidatos. Muito embora essa seleção seja institucional, a CAPES tenta mitigar essa lacuna priorizando projetos que tenham participantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Possivelmente, a inclusão no edital do Programa de critérios para orientar a seleção dos alunos favoreceria o processo. Durante a realização do intercâmbio, uma das principais dificuldades enfrentadas refere-se à conclusão dos ECTS para a diplomação. Esta exigência decorre da própria estrutura curricular das Universidades Portuguesas que normalmente pressupõem o cumprimento de 240 ECTS no primeiro ciclo de estudos. Portanto, há a expectativa de realização da metade – 120 ECTS, em dois anos, para a certificação da dupla titulação. Buscando reduzir esse problema, a CAPES exigiu, nos dois últimos editais publicados, que o estudante cumpra, ao final do primeiro ano, 40% do total exigido. O item do Edital n ºº017/2013 que versa sobre as obrigações diz que os bolsistas deverão:

> concluir, ao final dos primeiros 12 meses de estudos em Portugal, o mínimo de 48 ECTS dos 120 ECTs obrigatórios ao bolsista CAPES do Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI). Caso não atinja a esse índice de aprovação a continuidade

> dos estudos no segundo ano dependerá de parecer emitido pelo conselho formado por representante da universidade portuguesa e da CAPES, com apoio do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras - com base no relatório de avaliação do estudante, elaborado pelo coordenador do projeto (Brasil, 2013).

Acerca dessa questão, seria bastante pertinente uma avaliação mais aprofundada para verificação das reais dificuldades enfrentadas pelos estudantes brasileiros para o cumprimento dos créditos obrigatórios. Tendo em vista que para os alunos portugueses há a exigência do cumprimento de 240 créditos em 3 anos, não se pode justificar essa questão pela alta carga.

Muito do resultado do Programa virá do cumprimento do plano de estudos, que resulta, por sua vez, de um projeto bem elaborado e acompanhado. Não se pode atrelar o período no exterior à frequência em disciplinas que poderiam ser cursadas no Brasil apenas para se garantir o cumprimento do número de Unidades de Crédito (ECTS). Atividades extracurriculares e de pesquisa são primordiais (Pirozzi et al. 2013). A justificativa para o intercâmbio é principalmente a oportunidade que o estudante tem no exterior de vivenciar aprendizados outros que aqueles que ele teria no Brasil. A consolidação do Programa poderá resultar na proposição de novas experiências e práticas para a mobilidade.Para isso, é preciso o comprometimento dos coordenadores brasileiros e portugueses em incentivar os estudantes na busca por múltiplas experiências acadêmicas e engajamento científico.

É preciso também um olhar atento para as diferenças existentes nas formações em licenciaturas nos dois países. Não há, em Portugal[11], no primeiro ciclo a orientação para a formação científica e pedagógica dos alunos (Universidade de Coimbra, 2014). Nesse contexto, é preciso o estabelecimento de um plano de estudos bastante sólido para que os alunos não tenham carência nessa formação que é fundamental para o magistério. Nas tratativas com as instituições portuguesas, essa questão tem sido enfatizada. A realização de parte da formação pedagógica em Portugal seria bastante oportuna uma vez que traria um novo olhar ao futuro docente. É preciso rigor do lado brasileiro na cobrança da oferta de disciplinas de formação pedagógica específica para o magistério. O acompanhamento antes, durante e após o retorno do bolsista é primordial para que lhe possa ser ofertada essa formação essencial para o desenvolvimento das competências docentes (Esteves, 2001).

A questão da não realização de estágio em Portugal também pode ser prejudicial aos estudantes. No Brasil, normalmente os estudantes realizam estágio durante a graduação para começaram a adquirir experiência profissional. Como isso não ocorre naquele país, esses estudantes retornam do intercâmbio com certa defasagem nesse tópico comparativamente aos colegas que permaneceram no Brasil. A realização de treinamento profissional num outro país seria uma experiência além de valiosa, bastante enriquecedora.

Faz-se necessário também o empenho das universidades portuguesas na oferta de uma língua estrangeira. A extensa bibliografia indicada em língua inglesa alerta para essa limitação dos cursos e estudantes brasileiros. Assim como as disciplinas pedagógicas, a capacitação num outro idioma deve estar prevista na arquitetura curricular do aluno.

Um outro aspecto relevante, e que já foi alterado nos editais, desde 2012, refere-se ao valor mensal da bolsa, inicialmente previsto em € 600, diferentemente do valor pago às bolsas de graduação nos demais países europeus e justificado pelo baixo custo de vida em Portugal. A partir do edital daquele ano, o valor da bolsa passou a ser de € 870,00, respeitando-se o dispositivo legal para agência. O excedente pode servir para que o estudante se aprimore e adquira materiais para seu aperfeiçoamento, como computadores e livros (Brasil, 2012a).

Merece também ser aqui mencionado, o processo de expansão do programa para dez universidades portuguesas além de Coimbra. Se por um lado, evita-se a endogenia, aumenta-se as oportunidades de intercâmbio e possibilita-se maior interação entre as instituições de ambos os países podendo induzir a formação de redes, por outro lado, reduz-se a uniformidade de procedimentos e de um acompanhamento mais pormenorizado

---

11 Pelo processo de Bolonha,do qual Portugal é signatário, o ensino superior europeu passou a basear-se em três ciclos de estudos: 1.º ciclo de três anos confere o grau de licença ao estudante; 2.º ciclo, de dois anos confere o grau de mestre; e 3.º ciclo de três anos que confere o grau de doutor.

em cada uma das onze instituições. Nesse mesmo sentido, o estabelecimento de documentos detalhados e padronizados acerca do projeto, seleção de bolsistas, plano de trabalho e relatórios (parcial e final), contribuiria para o aperfeiçoamento do processo de implementação do Programa. Além de aprimorar as etapas de seleção e avaliação, possibilitaria a correção de eventuais falhas que possam ser apresentadas com alunos que já estejam no intercâmbio e, ao final, contribuiriam para uma melhor gestão e acompanhamento do Programa.

A assinatura de um acordo de cooperação e de um termo aditivo entre as instituições garante o preparo de um plano de estudo para o bolsista, o reconhecimento de créditos e equivalência curricular para a dupla diplomação. No entanto, é somente com o comprometimento dos coordenadores brasileiros e portugueses que a possibilidade de sucesso do programa pode ser assegurada.Mais importante ainda é a dedicação do estudante. A Capes financia o programa, mas é preciso o comprometimento de estudantes, e coordenadores de ambos os lados para o êxito da iniciativa.

É preciso pensar também no retorno do estudante ao Brasil após a mobilidade. Se por um lado a adaptação inicial no exterior requer maturidade, por outro a reintegração do estudante ao seu curso de origem representa um desafio. Após dois anos de intercâmbio, faz-se necessária a reintegração do aluno às atividades acadêmicas no Brasil. O aproveitamento dessa experiência além de enriquecer o programa, pode despertar o interesse de outros colegas pela dupla diplomação.

O retorno positivo da experiência deve superar as dificuldades vivenciadas. No processo de internacionalização das IES, a criação de um programa específico para as licenciaturas demonstra a importância crescente que se tem dado a valorização da carreira docente. O modelo utilizado para a pós graduação estende-se hoje à graduação. Ademais, o PLI demonstra o esforço do governo brasileiro em apoiar e valorizar o profissional da educação já na graduação. E como defendido por Barreto:

> Dentre as experiências de aprendizagem que ampliam e individualizam a formação estão as que possibilitam a vivência em outras culturas e dentre essas é importante evidenciar a particularidade de trocas em um país em que, aparentemente, se fala a mesma língua, mas que têm diferenças culturais desconhecidas e talvez ainda nem imaginadas, gerando um estranhamento positivo, em que ambos os lados se sentem capazes de ultrapassar sua própria cultura abrindo sua janela e colocando o seu saber ao sol e, principalmente, colocando-o ao alcance do outro, de forma a ser ressignificado e redimensionado, tanto internamente quanto externamente (2014: 12).

Considerações Finais

Reconhecendo a importância da oferta de uma educação de qualidade e, portanto, da necessidade de uma formação inicial de professores preparados e capacitados para atuar no mundo globalizado, a CAPES lançou, em 2010, o Programa de Licenciaturas Internacionais. Com o desafio de atuar no desenvolvimento profissional de professores, a partir de 2007, com a ampliação de sua missão, a instituição passou a utilizar sua vasta experiência na capacitação de pessoal de alto nível da pós-graduação, também para os profissionais do magistério. Nesse contexto, a CAPES passou a fomentar também a mobilidade internacional de estudantes e professores da educação básica. Dentre os programas estabelecidos, o Programa de Licenciaturas Internacionais é o maior deles. O PLI, ao apoiar projetos de melhoria do ensino e da qualidade na formação inicial, estimula a mobilidade dos estudantes de licenciaturas valorizando a carreira docente.

A presente comunicação buscou apresentar um panorama geral do PLI desde sua criação. Os primeiros resultados aqui apresentados evidenciam a importância do programa como estratégia de qualificação da formação inicial de professores.Como já apontado, o PLI ainda é uma iniciativa incipiente que tem sido aprimorada e ajustada na busca da sua consolidação. Assim, a análise do comportamento do Programa é de fundamental importância durante o processo de tomada de decisão.Muito embora o Programa necessite principalmente de maior rigor na seleção dos bolsistas, os resultados positivos são inúmeros, tais como: enriquecimento do currículo, ganho de autonomia intelectual, enriquecimento cultural e linguístico e diversificação da aprendizagem.

A ideia é que essa ação auxilie na capacitação do professor ajudando a promover uma sólida formação científica e cultural. Estar no exterior favorece a formação crítica do estudante, a partir da ampliação do seu repertório teórico e cultural. A autonomia é fortalecida a partir do desenvolvimento de sua capacidade reflexiva, intelectual e propositiva.

Esse período no exterior é fundamental para o crescimento do estudante e para a valorização social da carreira. Segundo Barreto,

> Reconhecer o espaço do aluno das licenciaturas na universidade, recuperando a dignidade do ensino junto à especificidade da área do conhecimento, valorizando o aprofundamento e a necessidade da continuidade da formação, ultrapassa a academia e repercute na sociedade, contribuindo para uma nova construção do papel do professor e também para a elaboração de novos valores atribuídos à educação na sociedade brasileira (2014: 77).

Além dos ganhos individuais e para as licenciaturas envolvidas, há também ganhos institucionais advindos do Programa. A cooperação entre as Universidades no Brasil e em Portugal e, principalmente, a interação entre as equipes por um período de dois anos, aproxima os grupos e possibilita a formação de redes e, consequentemente, maior internacionalização das IES brasileiras. Além da aproximação interinstitucional, as experiências vividas pelos alunos e pelos professores nas missões de trabalho em Portugal aportam novas práticas e recursos pedagógicos para as instituições no Brasil.

Os alunos que retornam ao Brasil também têm expectativas consideráveis. Como já mencionado, é preciso que as universidades estejam preparadas para o retorno desses estudantes e estabeleçam ações que valorizem o período no exterior. Esses estudantes, além de terem a possibilidade de difundir a importância da mobilidade, podem auxiliar na preparação de novos colegas para o desafio da dupla diplomação. O esforço pessoal não pode ser desconsiderado. No regresso, muitos alunos têm a chance de conquistar uma bolsa de estudo em outro programa de formação; auxiliar a pesquisa de um professor na universidade de origem; desenvolver um trabalho de monitoria remunerado e incentivo para ingressarem no mestrado.

Se por um lado os desafios enfrentados para os estudantes que participam do Programa de Licenciaturas Internacionais são grandes, não apenas acadêmicos, mas também de adaptação a um novo país, a uma nova cultura e a um contexto de aprendizagem diverso. Por outro, a dupla diplomação, a oportunidade de enriquecimento curricular e acadêmico. O crescimento do orçamento destinado ao Programa e a expansão do financiamento observada ao longo dos anos demonstram a relevância do profissional do ensino para o Governo Brasileiro e o compromisso da agência em ampliar as ações voltadas à formação de professores, bem como de incentivar a formulação e implementação de novas diretrizes curriculares para docência (Cunha, 1996).

A análise das dificuldades e dos resultados apresentados no PLI pode subsidiar seu aprimoramento para que os objetivos do programa sejam plenamente atingidos.Apesar da expansão orçamentária e, consequentemente, do número de estudantes participantes do intercâmbio, o programa é bastante concentrado em algumas universidades, regiões e cursos. Medidas de priorização das áreas mais relevantes para o programa já vêm sendo adotadas, mas evidenciam a necessidade de outras estratégias que incentivem o ingresso nas licenciaturas de Física, Química, Biologia e Matemática. A maior postulação por universidades de regiões menos participativas também deve ser estimulada e incentivada.

O caráter social do Programa é indiscutível. Assim, para aumentar a eficiência dessa ação, é preciso que as instituições de origem e destino dos estudantes e as equipes coordenadoras dos projetos selecionem com rigor os estudantes, estabeleçam planos de estudo inovadores e pertinentes. O interesse pela docência deve prevalecer nesse processo. Ademais, a participação em cursos de idioma deve estar prevista na arquitetura curricular do estudante. Os estudantes em mobilidade devem também estar cientes de suas obrigações e empreenderem esforços para o cumprimento dos créditos exigidos para a dupla diplomação. Nesse contexto, o comprometimento da universidade receptora com o aprendizado do aluno é fator definidor para resultados positivos.

O sucesso da parceria com Portugal levou, recentemente, ao alargamento da iniciativa. O programa levou a criação do PLI França em 2013. Hoje, já em sua segunda edição. Além dos objetivos já delineados com as

universidades portuguesas, a capacitação no idioma francês é outro benefício da cooperação franco-brasileira. Usando a experiência de formação de pessoal de nível superior na pós-graduação, a CAPES passou a qualificar a formação inicial e continuada de professores da educação básica, a partir do apoio e fomento a diferentes programas de formação e valorização do magistério. Nesse contexto, a mobilidade internacional nas licenciaturas se concretiza como uma das iniciativas inovadoras com potencial de enriquecer esta formação. Assim, com apoio permanente à formação e qualificação docente, pode-se aspirar que o professor tenha maiores condições de contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica no Brasil, protagonizando processos de transformação nos diferentes contextos em que atua.

Referências Bibliográficas

BARRETO, U. (2014), "Licenciaturas Internacionais: uma experiência de aprendizagem transcultural na redefinição da formação do professor de Artes visuais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul". *Revista do Grupo de Pesquisa em Educação e Arte (GEARTE)*. 1 (1), pp. 72-85.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2010), *Edital nº 135/2010 - Programa de Licenciaturas Internacionais.* Disponível em www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/licenciaturas-internacionais/portugal, [consultado em 9-7-2014].

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2011), *Edital nº 008/2011 - Programa de Licenciaturas Internacionais.* Disponível em http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/licenciaturas-internacionais/portugal, [consultado em 9-7-2014].

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2012a), *Edital nº 008/2012 - Programa de Licenciaturas Internacionais.* Disponível em http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/licenciaturas-internacionais/portugal, [consultado em 11-7-2014].

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2012b), *Resultado do Edital nº 008/2012 - Programa de Licenciaturas Internacionais.* Disponível em http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/licenciaturas-internacionais/portugal, [consultado em 11-7-2014].

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2013a), *Edital nº 017/2013 - Programa de Licenciaturas Internacionais.* Disponível em http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/licenciaturas-internacionais/portugal, [consultado em 9-9-2014].

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2013b), *Edital nº 017/2013 – Anexo III Retificado - Programa de Licenciaturas Internacionais.* Disponível em www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/licenciaturas-internacionais/portugal, [consultado em 9-9-2014].

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2013c), *Resultado do Edital nº 017/2013 - Programa de Licenciaturas Internacionais.* Disponível em http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/licenciaturas-internacionais/portugal, [consultado em 9-9-2014].

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2011), *Relatório de Gestão Capes 2004-2011.* Brasília, DF: MEC/CAPES.

CUNHA, M. I. de. (1996), "Ensino com pesquisa: a prática do professor universitário". *Cad. Pesq. São Paulo*, 97, pp. 31-46.

ESTEVES, M. (2001), "A investigação como estratégia de formação de professores: perspectivas e realidades". *Máthesis,* 10, pp. 217-233.

INFOCAPES. (2002), *Boletim Informativo,* 10 (4). Disponível em http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Infocapes10_4_2002.pdf, [consultado em 8-9-2014].

PIROZZI, G. P.; MONTEIRO, L. C. (2013), "A Pesquisa como elemento central no processo educativo". *Revista Educare CEUNSP*. 1 (1), pp. 6-20.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA.Divisão de Relações Internacionais.Programa de Licenciaturas Internacionais CAPES/UC. (2014), *Guia do estudante PLI.* Portugal: UC. Disponível em http://www.uc.pt/pli/normas_regulamentos/guia_estudante_PLI_Fev_2014, [consultado em 8-9-2014].

Significados e ressonâncias da implantação do programa reuni na ufg/rg

Carla Agda Gonçalves
cacretcheu@ig.com.br

Ricardo Delgado de Carvalho
ricarvalho73@hotmail.com

Resumo: Por meio deste artigo, busca-se responder estas questões: Quais os significados do Programa REUNI na realidade que se apresenta? Que rebatimentos o REUNI trouxe para a comunidade local e regional onde essas universidades se situam? Como vem ocorrendo o processo de implantação do REUNI na UFG/RG? E, que ressonâncias podem ser percebidas e analisadas na UFG/RG diante da implantação do REUNI? Diante dessas interrogações, a trajetória sócio-história mostra que na realidade brasileira – atualmente sendo uma sociedade capitalista –, a educação assume contornos dialéticos ante a correlação de forças entre burguesia e classe trabalhadora. Assim, a educação superior apresenta traços marcantes de elitização, de privilégio à classe dominante. Porém, como movimento processual de interesses divergentes, este nível de ensino está permeado por continuidades, rupturas, avanços e possibilidades sociais e políticas, retratado nas várias Reformas Universitárias e contrarreformas. Isto originou uma diversificação e diferenciação institucional, desde universidades como espaço de produção de conhecimento até aquelas com viés tecnicista sob a lógica empresarial. O REUNI (Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), instituído pelo decreto 6.096/07, possibilitou esforços significativos entre as instituições federais. Diante da implantação do Programa REUNI, a partir dos relatórios de avaliação nacional e, em particular, da Universidade Federal de Goiás, percebeu-se que o referido programa significou avanços no tocante à expansão da educação superior pública federal; seja pelo aumento de cursos e/ou pelo aumento na oferta de vagas. Entretanto, denotam-se ressonâncias de continuísmos diante da ênfase aos aspectos quantitativos que se apresentam de forma genérica. Nossa pesquisa demonstrou que a busca pela qualidade da educação superior deve ser uma premissa básica frente à função precípua da universidade, sobretudo a garantia de uma universidade pública, democrática e de qualidade referenciada à população.

Palavras-chave: Política educacional superior; Reforma universitária; REUNI

1 – Introdução

O presente artigo constitui parte significativa de estudos e pesquisas desenvolvidos pelos autores entre os anos de 2010 a 2014 –, em diversos espaços que os mesmos estão inseridos enquanto docentes do curso de graduação em Serviço Social e de Filosofia da Universidade Federal de Goiás/Regional Goiás (UFG/RG). Destaca-se, ainda, que as inquietações provieram do cotidiano docente frente às condições materiais e objetivas apresentadas com a implantação do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e expansão das Universidades Federais (REUNI) no processo de implantação do *Campus* Cidade de Goiás (CCG)[1] da Universidade Federal de Goiás (UFG) – localizada no município de Goiás que dista à 141km da capital Goiânia, estado de Goiás (região Centro-oeste do Brasil).

1 Vale destacar que desde janeiro de 2014 o então denominado *Campus* Cidade de Goiás (CCG) da Universidade Federal de Goiás (UFG) tornou-se Regional Goiás (RG) diante da aprovação do novo Estatuto da Universidade que sinaliza novas estruturas administrativa-acadêmicas a esta universidade. Sendo assim, estaremos neste estudo nos referindo ao CCG como Regional Goiás.

Foi neste contexto, que desencadearam as indagações gerais para os pesquisadores, entre elas: Quais os significados do Programa REUNI na realidade que se apresenta? Que rebatimentos o REUNI trouxe para a comunidade local e regional onde essas universidades se situam? Como vem ocorrendo com o processo de implantação do REUNI na UFG/RG? E, que ressonâncias podem ser percebidas e analisadas na UFG/RG diante da implantação do REUNI?

Vale ressaltar que o termo significado compreende: «relação de reconhecimento, de apreço; valor, importância, significação, significância» (Houaiss, 2009). Quanto ao termo ressonância, entende-se como: «estado de um sistema que vibra em frequência própria, com amplitude acentuadamente maior, como resultado de estímulos externos que possuem a mesma frequência de vibração» (Houaiss, 2009).

Sendo assim, na particularidade desse artigo que ora se apresenta, como parte constitutiva do texto final da comunicação para publicação dos Anais eletrônicos do XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro e do 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, objetivamos identificar e analisar os significados e ressonâncias da implantação do Programa REUNI na UFG/RG.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa qualitativa, abrangendo Pesquisa Teórica, em autores brasileiros e contemporâneos que versam sobre as temáticas da educação superior, a partir de fontes bibliográficas, artigos *on line*, revistas e demais indexações no mercado editorial. Outra forma de pesquisa se deu a partir da Pesquisa Documental, principalmente leis, documentos e fontes estatísticas referente ao REUNI, bem como a pesquisa de Campo com discentes e docentes que compõem a UFG/RG.

Para tanto, inicialmente, apresentaremos breves contextualizações acerca da educação superior na realidade brasileira, enfocando o contexto atual em que emerge o REUNI enquanto uma das principais ações políticas implantadas no bojo da Reforma da Educação Superior. Posteriormente, nos direcionamentos finais, abordaremos a implantação do REUNI na Universidade Federal de Goiás, em sua particularidade os significados e ressonâncias da implantação na Regional Goiás. Tais direcionamentos nos permitem tecer as considerações finais deste trabalho.

2 – Alguns marcos da educação superior e sua expansão na realidade brasileira[2]

Na realidade brasileira, a educação vai assumindo contornos diferenciados instituídos e institucionalizados diante da sociedade capitalista, sob o *ethos* burguês, ante os interesses de uma classe (burguesa) que se sobrepõem aos interesses de uma maioria (classe trabalhadora). Contudo, esses processos vão se constituindo de forma dialética, diante da correlação de forças estabelecidas no interior destas classes.

No que tange à educação superior, a realidade não se diferencia, visto que a mesma emerge na centralidade das exigências apresentadas pela burguesia, constituindo arena política na qual se dirimem questões problematizadas e colocadas pela agenda socialmente vigente. Portanto, seu processo sócio-histórico expressa as correlações de forças e contradições que foram se tornando constituintes e constitutivas no enfrentamento de tais questões na sociedade brasileira.

Se fizermos um breve retrospecto sócio-histórico verificaremos que a constituição das primeiras escolas isoladas de formação superior se dará com a vinda da família real ao Brasil. E, no decorrer do Império, vê seu arrefecimento com os tensionamentos marcados por este período. A transição para a República ressalta a necessidade de desenvolvimento do capital consubstanciado pelas ideias liberais, cobrando o surgimento de novos cursos de formação, imprimindo à educação superior traços de significados e ressonâncias referendados pela elitização ao acesso a esse nível de ensino.

Desta forma, os primeiros anos do século XX expressam o contexto de profundas transformações na realidade brasileira. As decorrências desse processo para a educação superior possibilitam o surgimento das

---

2 Dois apontamentos tornam-se necessários serem sinalizados: o primeiro é que não temos a pretensão de apresentar um estudo minucioso do contexto histórico da educação superior – diante da especificidade, características e finalidades deste trabalho; o segundo aspecto é que embora as demarcações utilizadas estão pautadas por alguns espaços temporais, não devem ser compreendidas enquanto linhas e pontos estanques do processo em estudo, mas configuram-se expressõesdesse contexto em que perpassa a educação.

«universidades de vida curta[3]» e as «universidades de vida longa[4]» (Cunha, 2007). Entretanto, ressalta que ambas se configuravam pela aglutinação de Faculdades isoladas – o que demarcou os rumos da educação diante de seus valores atribuídos e dos interesses no interior da sociedade.

A década de 1930 traz consigo as mudanças no Brasil, sobretudo diante da transição do eixo agro-exportador para o eixo urbano industrial, o que direcionava o Brasil para a perspectiva desenvolvimentista, sob a lógica do capital monopolista. Tais configurações possibilitaram direcionar a criação de novas universidades sob os direcionamentos do Estatuto das Universidades – que já demarcava bem o seu caráter autoritário, bem como outras leis e decretos que visavam à centralidade do Estado no controle das ações. Segundo Gonçalves:

> Centralidade esta expressa contraditoriamente no Estatuto: por um lado marcado por avanços em prerrogativas que imputavam autonomia às universidades (didático, administrativo e disciplinar); e por outro, diante da ausência de qualquer autonomia política, o que fragilizava os parcos ganhos anteriormente conquistados, presentificando uma forte centralidade e controle por parte do Estado (Gonçalves, 2013: 58).

Tais características, nos marcos das políticas de educação superior no Brasil até a metade do século XX, sobretudo diante da necessidade de ampliação deste nível de ensino denotam que este período caracterizou-se pelo surgimento e crescimento das universidades diante da ampliação significativa com relação aos períodos anteriores, contudo o acesso ainda estava restrito à uma pequena parcela da população, sobremaneira à classe dominante (reforçando a elitização).

Depreende-se que, evidenciam significados e ressonâncias de associação entre repasse de recursos e produtividade frente aos direcionamentos que tangenciam a política de educação superior; destacando um período permeado por continuidades, rupturas, avanços e possibilidades. Nesse sentido, denota-se que a educação superior avançou consideravelmente – principalmente com o processo de federalização das universidades particulares, municipais e estaduais. Todo processo, porém, não está isento de contradições, visto que permaneceram os gargalos que demarcaram continuísmo no processo político de elitização da educação superior. Cunha ressalta que,

> a crise da universidade, então calada em sua crítica, continuou se aprofundando. Foi para inverter essa tendência que o Estado promoveu a 'reforma universitária' de 1968, arrebatando uma bandeira hasteada pela UNE [...] (Cunha, 2007: 210).

Portanto, a universidade foi gestando sua crise, diante de conjunturas tão adversas que refletiam na diminuição das possibilidades de sua legitimidade, bem como as contradições apresentadas levaram seus sujeitos a assumirem uma postura política e mais combativa, ou seja, a partir de mobilizações dos professores e dos movimentos estudantis desencadearam a necessidade urgente da Reforma Universitária.

A partir de então, a década de 1960 foi marcada por grandes alterações políticas e econômicas, sob a perspectiva desenvolvimentista, apresentando um cenário constituído pela alta inflacionária, estagnação agrária, dificuldades na balança de pagamento, bem como a exaustão no mercado de consumo de bens duráveis. Ao mesmo tempo, em que a perspectiva desenvolvimentista ganhava um novo fôlego, sobretudo o capital internacional diante da reorganização do sistema financeiro com estímulo ao aumento da economia de mercado. Em contrapartida, as mobilizações sociais passaram a ser rechaçadas pela interpretação de ameaça a ordem estabelecida. Tais direcionamentos no final desta mesma década representaram à sociedade brasileira como um dos mais perversos momentos históricos mediante a ação político-ideológica e militar.

Nesta perspectiva a educação configurou-se enquanto um negócio, tendo a Reforma Universitária, nos marcos legais, a mola propulsora para o surto expansionista, a partir do crescimento sem precedente e desordenado – impulsionando a expansão desordenada das instituições de natureza privada.

---

3 Segundo Cunha, Universidades de Vida Curta são assim denominadas, pois surgiram em momentos históricos, políticos, sociais e econômicos determinados; e tão logo se desfizeram fragmentando-se em institutos isolados (CUNHA, 2007).

4 Assim se caracterizam por transcorrer toda a República Velha; algumas existindo até os dias atuais.

Saviani complementa que a privatização também foi sendo introduzida no ensino superior público. Como salientado:

> Para além desse fortalecimento do setor privado do ensino, cabe considerar, também, que o próprio setor público foi sendo invadido pela mentalidade privatista, traduzida no esforço em agilizar a burocracia aperfeiçoando os mecanismos administrativos das escolas; na insistência em adotar critérios de mercado na abertura dos cursos e em aproximar o processo formativo do processo produtivo; na adoção dos parâmetros empresariais na gestão do ensino; na criação de 'conselhos curadores', com representantes das empresas, e na inclusão de empresários bem sucedidos como membros dos conselhos universitários; no empenho em racionalizar a administração do ensino, enxugando sua operação e reduzindo seus custos, de acordo com o modelo empresarial (Saviani, 2008: 300-301).

Desta forma, a Reforma Universitária de 1968, nos marcos das políticas educação superior na realidade brasileira, por um lado, sinalizou continuísmos do período anterior, por outro lado trouxe rupturas: a partir da construção de uma nova arquitetura desse nível de ensino.

Essa nova arquitetura teve rebatimentos nos anos seguintes, reforçando por um lado, a universidade enquanto um espaço de produção de conhecimento; e por outro lado, delineada pelo viés tecnicista sob a lógica empresarial. Tais configurações propiciaram uma dualidade na educação superior entre as IES com natureza e caráter diferentes, gestando um terreno fértil para a diferenciação e diversificação institucional. Ao mesmo tempo, em que contribui para o tensionamento desse nível de ensino que decorrerá em novas lutas e construções num contexto de busca pela democratização.

Nesse contexto, a educação passa a ser garantida como o primeiro direito social expresso na Constituição Federal de 1988, ao mesmo tempo em que as antinomias do processo desencadearam ressonâncias na década de 1990 e nas questões emergentes no limiar do século XXI.

Tais antinomias, nos marcos das políticas de educação, demarcaram o significado para esse período caracterizado pela expansão mercantilizada, regulamentada em lei, a partir de elementos ideológicos, que justificavam o processo e anulavam a concepção de direito à educação pública superior, transmutada em um serviço (Pereira, 2008). Assim, esse processo de disseminação ideológica reproduz um discurso que a educação é a chave de solução ao enfrentamento da questão social, e com ela a possibilidade de ascensão social – não questionando a ordem capitalista, e obscurecendo as atrocidades que levam concomitante, a socialização da pobreza à grande parte da população e acumulação da riqueza apenas a uma parcela da classe burguesa.

Os significados e ressonâncias configuraram medidas de atendimento massificado à classe trabalhadora pelas instituições de natureza privada com a qualidade da educação questionável em detrimento da formação profissional, bem como demarcando, ainda, um atendimento à população de forma massificada.

No bojo destas questões se encontra a expansão das universidades públicas federais, demarcado pela implantação do programa denominado: «1º Ciclo – Expansão para o interior» (2003-2006). E, na continuidade da expansão das IFES foi , implantado o denominado 2º Ciclo – Expansão com Reestruturação (2007-2012), pelo REUNI, instituído pelo decreto 6.096/07. Após um ano, ainda em vigência do REUNI, o governo instituiu o denominado 3º Ciclo da Expansão – Expansão com Integração Regional e Internacional (2008-2010).

O processo de implantação do REUNI demonstrou que as IFES envidaram esforços significativos para sua implantação, assim como o Programa se tornou 'carro chefe' das ações nos marcos das políticas educacionais direcionados às universidades federais. Entretanto, esse mesmo processo de implantação desencadeou diversas críticas entre estudiosos da educação e alguns segmentos da comunidade acadêmica, que denunciavam a denominada contrarreforma desse nível de ensino.

As denúncias evidenciavam pontos nevrálgicos, quais sejam: ausência de discussão, clareza e transparência nas metas estabelecidas e pactuadas (ferindo a autonomia da universidade); parâmetros superficiais de avaliação na implantação; acirramento da competição entre as IFES, o que fragmenta e pulveriza as ações; supervalorização de resultados quantitativos em detrimento aos qualitativos; e o estabelecimento de 02 (dois) níveis de precarização, quais sejam: da formação profissional e a precarização do trabalho docente, com ênfase ao ensino.

As mobilizações imprimiram esforços na defesa da educação como um direito público e universal; assumindo as lutas pela universidade pública, gratuita, laica e de qualidade referenciada à população trabalhadora.
Diante da implantação do Programa REUNI, a partir dos relatórios de avaliação, pode ser entendido que o referido programa significou avanços no tocante à expansão da educação superior pública federal; seja pelo aumento de cursos e/ou pelo aumento na oferta de vagas. Entretanto, denotam-se ressonâncias de continuísmos diante da ênfase aos aspectos quantitativos que se apresentam de forma genérica.
Compreende-se, ainda, que os relatórios de avaliação apresentam lacunas frente à implantação da reestruturação acadêmico curricular, direcionando o foco de ação da universidade ao ensino, em detrimento da pesquisa e da extensão; assim como reduziram a qualidade da educação aos aspectos estritamente quantitativos. Tais direcionamentos não possibilitam avanços na concepção de universidade democrática, pública, laica e de qualidade na medida em que transforma a universidade em coadjuvante das proposições governamentais, direcionadas pelos organismos internacionais – caminhando na contrarreforma da educação superior.
Diante de tais sinalizações, faz-se necessário compreender os significados e ressonâncias da implantação do REUNI na particularidade da UFG/RG.

3 – Particularidades da implantação do REUNI na UFG/RG

O surgimento da UFG, enquanto Instituição de Ensino Superior (IES), está imbricada neste processo histórico do Estado de Goiás, com destaque nas particularidades das relações que foram sendo constitutivas e constituintes da educação superior pública, de caráter federal – apreendidas diante das correlações de forças travadas tanto no estado, como no interior da cidade de Goiás.
O isolamento geográfico característico do Estado de Goiás no final do século XIX e início do século XX dificultavam a comunicação com as grandes capitais; isso refletia ainda mais as características da realidade nacional, em que o acesso à educação era privilégio apenas da elite dominante. Nesse sentido, a necessidade de fundar uma IES vinha ao encontro dessa elite que não teria que gastar com os estudos dos filhos fora do estado, assim como garantiriam as possibilidades dos mesmos não se encantarem com os grandes centros e de lá não retornarem (Alves, 2000).
Vale ressaltar, ainda, que o processo de criação da primeira universidade pública no Estado de Goiás expressou, por um lado, retrocessos diante das disputas de poderes e mandonismos que denunciavam o valor atribuído pelas elites dominantes goianas às escolas de ensino superior; por outro lado puderam, contraditoriamente, expressar dentro dos limites conjunturais avanços rumo às lutas travadas socialmente por uma universidade pública e gratuita.
Assim como as demais universidades brasileiras, a criação da UFG se dá no processo de federalização diante da aglutinação de Faculdades isoladas, isto é, no ano de no ano de 1959 com a agregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Escola Goiana de Belas Artes; Faculdade de Ciências Econômicas; Faculdade Goiana de Direito; Escola de Enfermagem e Escola de Serviço Social de Goiás.
Desde então, a UFG vem desenvolvendo e ampliando suas ações frente às demandas apresentadas, imbricadas em processos constitutivos e constituintes da realidade nacional evidenciados pelos marcos das políticas de educação superior, bem como traçando suas particularidades que vão direcionando ritmos e feições próprias, permeadas pelo processo de metamorfose institucional frente à demanda apresentada.
Essas configurações desencadearam ritmos e contornos diferenciados assumidos pela UFG, sobretudo a partir de meados da década de 2000, com ênfase à expansão sinalizada pela contrarreforma da educação superior. Sendo assim, a partir da chamada pública para a adesão ao REUNI, a UFG emitiu esforços para a elaboração do Plano de adesão a este Programa. E, após muitas tensões, embates e debates intensos entre a comunidade acadêmica sobre a adesão ao REUNI, a UFG assinou o Plano; apresentando ao governo federal sua proposta de adesão, com vistas à implantação do programa no 1º semestre de 2008.Na particularidade da Regional Goiás – até então considerado uma extensão do curso de direito de Goiânia – o *campus* surge com a implantação do REUNI no ano de 2009, sobretudo diante da precarização da estrutura e ausência de recursos para investimentos; rebatendo diretamente em prejuízos à formação profissional.

Todavia, destaca-se que a unidade da UFG localizada no município de Goiás não estava nos planos iniciais da universidade com a implantação do REUNI para a expansão das vagas. E, diante da correlação de forças apresentadas, Goiás se apresenta como uma das possibilidades a partir da expansão com a criação de mais cursos, agregando o curso de Filosofia e Serviço Social às turmas do curso de direito que assim existiam.

Esses significados trazem ressonâncias diante da implantação do *campus*, posto que não houve a participação dos docentes que atuavam em Goiás na elaboração do Plano do REUNI, bem como alguns direcionamentos frente ao planejamento necessário na realidade do município de Goiás. Isso decorre em problemas ao *campus* em sua fase inicial, seja pela ausência de recursos e/ou de ações que pudessem vir ao encontro das necessidades frente às particularidades que perfazem sua localização.

Todavia, as antinomias do processo denotaram que embora diante de toda precarização frente a implantação da Regional, em seu processo inicial denominado de *campus* Goiás, o REUNI significou a possibilidade de acesso à universidade pública – seja na condição de docente ou na condição de discente, posto que ambos buscavam tal espaço como expressão da qualidade de formação profissional, com destaque pela associação do tripé: ensino, pesquisa e extensão.

No que refere-se aos discentes, essa busca tem significados e ressonâncias ainda maiores, posto que buscaram a universidade pública pela qualidade da educação superior, em particular a UFG, pelo reconhecimento local e regional. Entretanto, a trajetória de vida demonstrou que o ingresso à universidade expressou aos discentes a perspectiva de possível ascensão social. Como enfatiza Bauer:

> Mesmo que de forma difusa e distorcida, para os filhos da classe operária e outros trabalhadores do campo e da cidade, o ensino superior é almejado como uma forma real de mobilidade social, talvez como única possibilidade de superar as precárias condições de vida a que foram submetidos os trabalhadores em nosso país. (Bauer, 2010: 33).

Para tanto, a defesa da qualidade da educação superior torna-se fundante à universidade. Todavia, vale ressaltar que a realidade sócio-histórica brasileira demonstrou que acesso e permanência não garantiu uma educação de qualidade, posto que o conceito qualidade assumiu feições quantitativas, expressas pela quantidade de discentes que acessaram e que concluíram a educação superior.

Na pesquisa realizada a defesa da qualidade da educação superior teve como pressuposto a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no processo de formação profissional. Desse modo, assumir a pesquisa e o ensino, assim como a extensão como partes indissociáveis do processo formativo significa a garantia de uma formação profissional crítica na perspectiva da qualidade da educação superior. Entendendo qualidade enquanto um conceito polissêmico que se altera conforme a concepção de mundo, de sociedade e de educação (Dourado & Oliveira, 2009).

As ressonâncias dessas características na particularidade da Regional Goiás tomam feições diferenciadas frente a particularidade, apresentando deficiências na infraestrutura, nos serviços básicos como biblioteca, entre outros fatores que incidem diretamente na formação profissional de qualidade. Contudo, as condições pedagógicas se apresentaram como significativas, sobretudo a partir das ações dos docentes com vistas ao processo formativo – demonstrando que, mesmo diante desses esforços individuais, as condições adversas da Regional rebatem negativamente na formação profissional.

De modo geral, percebe-se uma ênfase dada pelos sujeitos no que refere aos significados de qualidade, sendo compreendida a partir de dados quantificáveis, bem como pela ausência e precarização apresentada com o processo de interiorização na particularidade da Regional Goiás, demonstrando ser a medida que baliza a avaliação dos sujeitos – exigindo novos debates sobre a temática.

As ressonâncias das ações sobre qualidade expressam os significados apreendidos com a implantação do REUNI. trazendo consigo as decorrências do processo de interiorização diante da necessidade de ações que primam pela consolidação da Regional. Para tanto, são demandadas ações com caráter mais administrativo aos docentes, bem como realce às atividades de ensino – reiterando as características nos marcos da contrarreforma da educação superior.

Tais características vão imprimindo, com a implementação do REUNI, nos limites institucionais, uma ênfase ao ensino em detrimento da pesquisa e extensão, assim como nas demais ações que consubstanciam uma

formação de qualidade com rigoroso trato teórico-científico.
Pelo exposto, os significados da implantação do REUNI na UFG/RG expressa com significados diferentes dependendo do lugar que os sujeitos ocupam, bem como a correlação de forças apresentadas no interior da universidade. Entretanto, a convergência diante desse processo é a compreensão de que o REUNI é um marco relevante nos marcos da educação superior. Quanto às ressonâncias da implantação denota-se um processo em construção, ainda recente com avanços, limites e desafios –, exigindo um debate mais amplo da universidade sobre a questão primordial da qualidade da educação superior.
Todavia, mesmo diante dos limites e dos desafios, a particularidade do processo de implantação do REUNI na UFG/RG demonstrou as contradições desse processo: por um lado, se apresentou com limites que desafiam cotidianamente a comunidade acadêmica; por outro lado, se apresentou como possibilidade de acesso à docentes e discentes. Essas questões permitem reiterar que o Programa é um marco na realidade brasileira, trazendo considerações significativas no que tange à expansão, sobretudo na particularidade de cidades do interior.
Entretanto tornam-se necessárias debates, lutas e mobilizações coletivas e contínuas para que os processos sinalizados com a implantação do Programa não desconfigurem as funções precípuas da universidade e rompam com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão com vistas a defesa da universidade pública, gratuita, laica e de qualidade.

4 – Considerações

Diante das configurações assumidas pelas IFES no contexto da contrarreforma da educação superior, a pesquisa demonstrou que a busca pela qualidade da educação superior deve ser uma premissa básica frente à função precípua da universidade em sua busca incansável pelo conhecimento, enquanto uma instituição social.
Portanto, defende-se que as funções da universidade não devem ser alteradas, mas enveredar lutas para mudanças na construção de um projeto de universidade que garanta a sua afirmação como instituição social, isto é, uma instituição estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela (Chauí, 2003), mas, sobretudo que garanta a defesa de uma universidade pública, democrática, de qualidade referenciada à população, com autonomia didático-pedagógica, administrativa, técnica-científica e política. Diante dessa defesa, faz-se necessário o desafio à universidade brasileira

> [...] rever com criticidade, criatividade e competência, sua relação com o conhecimento, tratando-o como processo e não como produto, equacionando-o como mediação da educação e esta, como mediação da cidadania e da democracia (Severino, 2009: 254).

A análise aqui explicitada, ainda, é que a concepção de universidade pressupõe que todo o universo seja objeto de conhecimento, e que as diversas perspectivas do saber são concretizadas no pluralismo das doutrinas. Assim, para ser universal, numa visão de totalidade, a universidade deverá tornar-se universal pela reunião de diferentes perspectivas. Deve ser, sobretudo, pluralista, evitando cair no faccionismo (Fávero, 2003).
Nesse sentido, a universidade, em suas funções precípuas, é um espaço construído historicamente, frente à correlação de forças estabelecidas e constante busca pelo conhecimento, acesso e permanência a todos, na perspectiva de defesa da universidade pública, gratuita, laica e de qualidade.

Referências

ALVES, M. F. (2000), *Faculdade de Direito: das origens à criação da Universidade Federal de Goiás 1898-1960*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, p. 64.

BAUER, C. (2010), *A classe operária vai ao campus: esboço de história social, trabalho precário, resistência e ousadia na universidade brasileira contemporânea*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, p.33.

CHAUI, M. (2003), "A universidade sob nova perspectiva". *Revista Brasileira de Educação.* Rio de Janeiro: Anped, n. 24, pp. 5-15, set./dez.

CUNHA, L. A. (2007), "*A universidade crítica: O ensino superior na república populista"*. 3ª edição. São Paulo: UNESP, pp.208-217.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. (2014), "A qualidade da educação: perspectivas e desafios". *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 29, n. 78, p.201-215, maio/ago, 2009. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br [consultado em: 27/10/2014].

FÁVERO, M. de L. de A. (2003), "Universidade, espaço de produção e conhecimento e de pensamento crítico". In: DOURADO, L. F. CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F. (orgs). *Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais*. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, p.142.

GONÇALVES, C. A. (2013), *O Programa REUNI: significados e ressonâncias da implantação do curso de Serviço Social da UFG/CCG – 2008/ 2012*. Tese de doutoramento, Instituto de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). São Paulo, pp. 39-61.

PEREIRA, L. D. (2008), *Educação e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional*. São Paulo: Xamã, pp.51-61.

SAVIANI, D. (2008), "O legado educacional do regime militar". *Cadernos CEDES.* Campinas, v. 28, n. 76, p.291-312, set./dez.

SEVERINO, A. J. (2009), "Expansão do ensino superior: contextos, desafios, possibilidades". *Avaliação.* Campinas; Sorocaba, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul.

A regulação da educação superior como mecanismo indutor de qualidade: desafios e oportunidades no contexto brasileiro

Thiago Henrique Almino Francisco[1]

Marina Keiko Nakayama[2]

Izabel Regina de Souza[3]

Resumo: O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior no Brasil (SINAES) vem passando por um processo de revisão, caracterizado no contexto do conceito de meta-avaliação. É imperativo que a regulação, parte integrante do sistema avaliativo, tornou-se conceito presente na agenda que discute esse tema, sobretudo pelo impacto que tem causado no contexto do segmento privado da educação superior. Sob esse pressuposto, o artigo busca apresentar um panorama geral do processo regulatório na educação superior brasileira, levantando questões que buscam incitar uma nova discussão sobre o papel da regulação como mecanismo indutor de qualidade institucional. Na perspectiva metodológica, o artigo traz uma revisão integrativa de literatura que busca integrar os conceitos que constituem o arcabouço teórico do artigo. Os resultados permitirão apresentar um cenário da regulação como mecanismo indutor de qualidade e possíveis padrões adotados pelo segmento privado para observar os padrões mínimos de qualidade previstos pelo sistema.

Palavras-Chave: SINAES. Educação Superior. Regulação.

I INTRODUÇÃO

No Brasil, especialmente a partir de 2004 quando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi introduzido, o contexto da educação superior passou por profundas reflexões que se estendem até os dias atuais. Desde então, uma série de instrumentos legais, metodologias, discussões e críticas se

---

1 tfrancisco@unesc.net (Universidade do Extremo Sul Catarinense): Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre pelo Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina. É professor, membro do quadro regular, da Universidade do Extremo Sul Catarinense, vinculado a Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas. Atua como pesquisador da área da gestão da educação superior, propondo uma ênfase na avaliação institucional (SINAES), nos processos de regulação e de gestão acadêmica.

2 marina@egc.ufsc.br(Universidade Federal de Santa Catarina): Doutorado em administração na UFRGS, com estágio na HEC-Montreal-Canadá, concluído em 1997. Mestrado em Administração pela UFRGS e graduação em psicologia. Ministra as disciplinas de método cientifico em Engenharia e Gestão do Conhecimento, desenvolvimento humano e métodos qualitativos no Programa de Pós Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da UFSC e ministra as disciplinas de Engenharia e Gestão do Conhecimento e Engenharia e Gestão da Inovação no curso de Engenharia de Materiais.

3 izabel@unesc.net (Universidade do Extremo Sul Catarinense):Mestrado em Administração (2012), pela Universidade do Vale do Itajaí-UNIVALI, MDA em Gestão Empresarial (2007) e Graduação em Administração com Habilitação em Comércio Exterior pela Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC. Professora com 10 anos de experiência, nas disciplinas de Negociações Internacionais, Legislação Aduaneira, Sistemática de Exportação e Importação, Práticas Gerenciais em Comércio Exterior, Introdução do Comércio Exterior, Transportes e Seguros Internacionais, entre outras. Professora e Coordenação do Curso de Administração da UNESC - Gestão 2013/2016.Orientadora de projetos de Trabalho de Cursos e Monografias. Experiencia profissional empresarial, como sócio proprietária da empresa Trade Line Assessoria em Comércio Exterior, desde 2001.

posicionaram em certo contrassenso ao que propôs o sistema, ensejando que diversas reflexões pudessem se desencadear para que a comunidade da educação superior pudesse entender o sistema.
Entre os objetivos do SINAES, surge um aspecto que dificultou o entendimento do sistema como um instrumento indutor de qualidade da educação superior brasileira. No momento em que o sistema apresentou o equilíbrio entre os conceitos de avaliação, regulação e supervisão, surgem diversas tensões que impediram a consolidação do sistema e dificultaram sua implementação. Isso determinou uma crise de identidade ao SINAES, prejudicando todo o caminho percorrido ao longo de seu surgimento, entendimento e implementação.
Por meio dessa reflexão, a visão que se consolidou ao longo dos dez primeiros anos do sistema foi a da regulação. Como um instrumento de controle e acompanhamento por parte do estado, que neste caso se compôs de uma série de órgãos reguladores que eram gerenciados pelo Ministério da Educação (MEC), o SINAES, apesar das críticas e dos diversos indicadores que surgiram ao longo de sua implementação, foi considerado um mecanismo indutor de qualidade. Além de fortalecer a visão de regulação e controle no âmbito das próprias instituições, a visão da regulação apresentada pelo SINAES fez com que o sistema assumisse a responsabilidade de assentar critérios de qualidade que são validos para todos os atos de regulação, expansão e posicionamento na educação superior.
Pelo exposto, o artigo tem a intenção de apresentar um panorama geral do processo regulatório na educação superior brasileira, levantando questões que buscam incitar uma nova discussão sobre o papel da regulação como mecanismo indutor de qualidade institucional. Na perspectiva metodológica, o artigo traz uma revisão integrativa de literatura que busca integrar os conceitos que constituem o arcabouço teórico do artigo. Os resultados permitirão apresentar um cenário da regulação como mecanismo indutor de qualidade e possíveis padrões adotados pelo segmento privado para observar os padrões mínimos de qualidade previstos pelo sistema.

II METODOLOGIA

A pesquisa, como instrumento para a transformação do conhecimento na perspectiva de sua cadeia de valor, apresenta uma séria de possibilidades que auxiliam na construção do conhecimento necessário ao estabelecimento de uma forma de pensar. Neste artigo, em função da complexidade que envolve o tema, as reflexões se utilizaram de possibilidades que ampliam a visão de mundo do sujeito, entendendo que há uma realidade que pode ser percebida e construída de acordo com a experiência vivida.
Por este aspecto, a pesquisa se constitui sob a orientação do paradigma construtivista de Creswell (2010), já que se posiciona em um contexto epistemológico que permite a construção de uma visão de mundo alinhada a percepção do sujeito. Por meio desse aspecto, o artigo busca a reflexão sobre um contexto específico das áreas da gestão e da avaliação da educação superior como forma de encaminhar ações de maneira concreta. Também é salutar o destaque para as questões ontológicas, também salientadas pelo autor como sendo bem definidas no paradigma constutivista, já que são compostas pelas realidades múltiplas, as quais estão postas e apresentadas nos artigos utilizados.
Com base nessa visão de mundo, o trabalho também entende que o conhecimento tratado na perspectiva da pesquisa está posicionado na visão conexionista, já que vai tratar da junção de diversas visões de mundo para a consolidação de um pensamento, permitindo que conclusões possam ser exploradas a partir dessa conexão. Essa base, devidamente registrada na visão de Von Krogh, Ross e Kleine (1998), permite também o desenvolvimento de todo o processo instrumental da pesquisa, baseando-se nas premissas da pesquisa bibliográfica, da pesquisa documental e da busca sistemática.
A pesquisa bibliográfica e documental, devidamente alinhadas por Cresewll (2010) a visão construtivista, permitem o estudo de documentos e dos materiais coletados na revisão realizada sobre o tema. Em geral, é possível identificar que esses processos contribuem de maneira integral para responder a questão levantada pelo artigo. Na busca por compreender o panorama geral da regulação na educação superior e as formas pelas quais há a indução da qualidade, a aplicação da análise de conteúdo que é discutida por Bardin (2002) é outro procedimento que se destaca, já que é fundamental promover a categorização dos materiais encontrados para o desenvolvimento interpretativo baseado na visão de mundo proposta pelo artigo.

Seguindo essas orientações, o artigo utilizou-se das bases de Mendes, Silveira e Galvão (2008) para realizar uma busca integrativa, tendo nos materiais e evidências empíricas publicadas uma fonte de consulta para a construção do material. Dessa forma, o artigo utilizou a base *Scielo* para a pesquisa dos materiais, já que esta é notadamente reconhecida como fonte de materiais publicados sobre a avaliação da educação superior no Brasil. A coleta foi desenvolvida por meio dos seguintes critérios:

1. Materiais que tratem da relação entre regulação e educação superior.
2. Materiais publicados a partir de 1996, considerando a inclusão do termo avaliação (e por consequência a regulação) nos instrumentos legais do segmento.

Após essa seleção, aplicou-se um novo filtro que excluiu artigos que tratasse especificamente dos termos que seriam de interessa dessa pesquisa. A primeira busca encontrou 72 materiais, dos quais 18, em função da conveniência, passaram a compor o estudo em função de apresentarem uma relação direta com os termos pesquisados.

III ANÁLISE DESCRITIVA DA REVISÃO: UMA VISÃO GERAL DA REGULAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

A busca pelo entendimento do processo de regulação na educação superior brasileira não é um processo novo, mas vem ganhando ênfase a partir de 2004 em função do surgimento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Dessa forma, os trabalhos encontrados guardam relação com esse novo momento e apresentam reflexões que apontam para um novo momento da educação superior brasileira, o qual é fortemente influenciado pelos resultados dos instrumentos regulatórios que são preconizados pelo Ministério da Educação.
Desde sua concepção, a educação superior brasileira busca se consolidar por meio de um posicionamento hegemônico que tem bases centradas no processo de avaliação da educação superior. Historicamente, com base nos resultados dos estudos de Francisco (2012), a avaliação sempre se constituiu como base para a gestão da educação superior, incitando também a investigação sobre a complexidade dos atos que envolvem o processo.
Dessa forma, esse estudo busca, por meio do amparo fornecido pelo seu objetivo principal, aprofundar a reflexão que colaciona a avaliação e a gestão da educação superior, considerando o processo regulatório, em evidência no sistema atual, como base para a expansão da oferta e para a tomada de decisão em nível organizacional.
O trabalho de Schlickmann (2012), além de consolidar a educação superior como um campo científico, levanta aspectos que podem servir de base para novos estudos empíricos sobre a educação superior. Notadamente em evidência, o campo em questão reflete uma série de desafios que se moldam ao longo do modelo de expansão que atualmente está em evidência no contexto brasileiro. As universidades públicas, devidamente gerenciadas pelos órgãos do governo federal, tem suas bases centradas no orçamento público previamente definido, enquanto os outros modelos, especialmente os que militam no segmento privado, ainda buscam o entendimento do cenário que se impõem no Brasil. De acordo com os estudos da Hoper (2014), mesmo com mais de 20 milhões de potenciais estudantes fora da universidade, ainda é difícil prever o que pode vir a ser a educação superior nos próximos anos.
É com base nesse pano de fundo que a regulação se apresenta como sendo uma forma de controlar a expansão do grande quantitativo de instituições que atualmente militam no segmento privado brasileiro. No Brasil, de acordo com o INEP (2014), são 2.112 instituições que estão no segmento privado, sendo que o quantitativo de cursos chega a 20.961, o que representa uma atividade notadamente centrada no segmento privado e que demanda um forte controle do estado no sentido do acompanhamento da oferta.
Nessa linha de investigação, é possível identificar que a regulação, desde a promulgação da Portaria Normativa No 40, de 13 de dezembro de 2007, republicada e consolidada na Portaria Normativa No 23, de 29 de dezembro de 2010, traz à luz os direcionamentos do processo de regulação e despertam as intenções da comunidade científica para o entendimento de uma nova epistemologia que se constitui no processo de gestão da educação superior. Nessa reflexão, o trabalho de Francisco e Nakayama (2014) aponta que há uma tensão entre uma visão interpretativa e funcionalista, baseada em modelos conflitantes de mundo que são preconizados por Morgan

(1980). Em geral, isso se dá pelo modelo regulatório escolhido, que se fundamenta em visões diferentes entre os agentes envolvidos.
Nos trabalhos de Polidori, Fonseca e Larrosa (2007), Barreyro (2008) e, principalmente, no trabalho de Weber (2010), a regulação é percebida como um instrumento de substancial relevância no processo de gestão institucional.
No trabalho de Polidiri, Fonseca e Larrosa (2007), percebe-se que a avaliação, institucional como um instrumento participativo, é um potencial gerador de conhecimentos críticos que permitem com que a regulação possa ser plenamente compreendida como necessária para o pleno funcionamento da instituição. Já Barreyro (2008), dá ênfase aos indicadores que surgiram por meio da Portaria Normativa No 23, de 29 de dezembro de 2010, destacando que o entendimento dos aspectos que compõem cada um dos itens passa necessariamente pelo processo regulatório e é critico para a atividade dos gestores. Já Weber é o que se apresenta como o mais enfático, destacando que a regulação trouxe importantes conquistas e desafios para a educação superior brasileira, e incitou uma discussão aprofundada sobre o tema.
Dessa forma, sob a égide de uma visão geral e ampla, é possível destacar que a regulação, na educação superior brasileira, é um aspecto que vem da gênese do modelo educacional brasileiro, o qual é altamente privatizado e depende de um controle importante do governo. Por isso, em função da complexidade do modelo que se criou, os instrumentos que orientam o processo de regulação apresentam importantes desafios e oportunidades baseadas nesse complexo processo, fortalecendo-o como um mecanismo indutor de qualidade e alinhado com o processo de avaliação da educação superior. Além de determinante para a perenidade das instituições, o processo de regulação, como mecanismo indutor de qualidade, também é um instrumento de controle e de orientação do processo de acompanhamento por parte dos órgãos reguladores, já que desde 2008 há uma série de instrumentos alinhados a esse aspecto e que são objetos de reflexão e crítica desde o seu surgimento.

IV A REGULAÇÃO COMO INDUTORA DA QUALIDADE

Com o SINAES, o campo da educação superior brasileira recebeu um novo desafio epistemológico. Para compreendê-lo, tornou-se fundamental o entendimento do sistema e das decorrências proporcionadas por um processo avaliativo amplo, complexo e diretamente relacionado com a estrutura gerencial e com o modelo institucional brasileiro. Em função da diversidade encontrada por intermédio da atuação conjunta de instituições publicas e privadas com suas diferentes organizações administrativas, o SINAES passou a ser ainda mais importante em virtude dos impactos que o sistema sofreu ao longo de sua implementação.
Em sua gênese, Polidori, Araujo e Barreiro (2006) destacam que a influência da relação avaliação-regulação-supervisão trouxe um novo olhar para a estrutura gerencial da educação superior, determinando as possibilidades de que se criem novas formas de analisar o contexto de uma instituição. Porém, em função da dinamicidade imposta pela característica do segmento da educação superior no Brasil determinada pelo segmento privado, surgem mecanismos que promovem uma transposição de um paradigma vinculado a avaliação da qualidade para a regulação. De acordo com Rangel (2012), isso ocorre numa tentativa de aumentar as possibilidades de controle pelo estado, considerando os princípios do estado avaliador que passam a ser instituídos com uma reforma governamental, que atingiu a educação superior por intermédio do Plano Nacional da Educação.
A partir desse pressuposto, percebe-se que a regulação ganha notoriedade com a instituição de conceitos que já estavam previstos na Portaria Normativa No 40, de 13 de dezembro de 2007, fazendo destes os principais instrumentos norteadores para o acompanhamento da qualidade das ações institucionais. Apesar das inúmeras críticas, os indicadores surgiram com o intuito de consolidar o SINAES, permitindo que a ênfase do processo avaliativo, de regulação e supervisão pudesse recair sobre as instituições que não observassem os índices mínios de qualidade.
Como instrumento de acompanhamento e controle, instituído pela Portaria Normativa No 5, de 4 de agosto de 2008, o Conceito Preliminar de Curso (CPC) surge como uma base substanciada de informações que emanam da estrutura da instituição, congregando o desempenho dos estudantes, os insumos institucionais originários da qualificação docente e da percepção dos estudantes sobre o curso de graduação. Em geral, o indicador está

baseado no desempenho do estudante, tendo no ENADE a principal base para todo o processo. O ENADE, exaustivamente tratado por Brito (2008), é também considerando um aspecto relevante na constituição de uma cultura de regulação, já que sinaliza, a partir do desempenho do estudante, as instituições que devem ser avaliadas. No caso de um desempeno ruim, uma série de penalidades podem acometer a instituição e por isso o entendimento de todos esses aspectos são desafios importantes que devem ser considerados.

O Índice Geral de Cursos (IGC), resultante do conjunto de Conceitos Preliminares de Curso e discutido por Francisco (2012) como sendo um aspecto substancial para a gestão acadêmica de uma instituição de educação superior, consolidou a visão de regulação e fortaleceu, mesmo em meio a severas críticas, uma visão indutora da qualidade que posteriormente esteve refletida nos números do INEP (2014). O que se percebeu, a regulação, instituída como principio e imposta pelos órgãos reguladores, fomentou uma preocupação em nível institucional e promoveu uma série de alterações na estrutura da educação superior brasileira.

Isso está diretamente alinhado ao que propõe Zandavalli (2009), sobretudo quando o autor salienta que é importante o acompanhamento sistemático dos indicadores, já que eles incorrem em impactos importantes no processo avaliativo. No percurso de seu trabalho, percebe-se que os resultados da avaliação são determinantes para o desenvolvimento da estratégia institucional. O que se viu, nesses anos de regulação acurada por parte do Ministério da Educação no Brasil, foi um aumento substancial dos insumos que são destacados na Nota Técnica No 70, de 15 de outubro de 2014, a qual alterou a estrutura e consolidou a dinâmica do calculo desses indicadores.

Ao longo dos anos, por meio do que apresenta o relatório consolidado da Hoper (2014), o que se percebe é um aumento substancial em uma série de aspectos que versam sobre a qualidade da educação superior e um desvio importante de alguns aspectos relacionados ao ENADE. Em geral o que se percebeu durante todos os anos em que a regulação foi considerada como mote para o desenvolvimento da educação superior foram as variações importantes em alguns aspectos.

De acordo com os dados da Hoper (2014), o que se viu ao longo dos anos foi uma variação do desempenho no ENADE, sendo que em algumas áreas a avaliação do estudante apresentou um significativo aumento, especialmente em função do desempenho qualificado dos acadêmicos que participam da prova. Outro ponto de significativa relevância, foi o aumento do quantitativo de docentes titulados com titulo de Mestre e Doutor, além do aumento importante dos docentes contratados em regime de trabalho parcial ou integral.Em geral, essas variáveis, consideradas também por Griboski (2013) como sendo fruto de um processo de regulação bem implementado, estão qualificando a estrutura da educação superior brasileira e propondo desafios as instituições que militam nesse contexto. Especialmente as que encontram-se no segmento privado, passam a congregar esforços para a manutenção dos indicadores em nível satisfatório, compreendendo o desempenho satisfatório é fundamental para a perenidade.

Outro ponto de significativa importância, destacada na fala de Griboski (2013), é um esforço substancial dos órgãos reguladores para promover a continuidade da indução da qualidade, fortalecendo, por meio de uma série de instrumentos legais, os esforços empreendidos pelas instituições para que se mantenham em evolução. Isso fez com que uma série de discussões pudessem ser desenvolvidas no Conselho Nacional da Educação, principalmente a partir de 2013, voltadas a promoção de incentivos para que as instituições possam continuar buscando outros níveis de desenvolvimento, entendendo que a observância integral às estruturas dos indicadores é um aspecto de extrema relevância que, em alguns casos, pode impactar na perenidade e na sustentabilidade da instituição.

O que se percebeu, portanto, que a visão da regulação ao longo dos anos de vigência do SINAES permitiu um aumento substancial na qualificação dos docentes em nível de titulação, na contratação de professores em regime integral e, sobretudo, na consolidação de uma visão voltada à construção de uma cultura de avaliação em observância ao SINAES. Com base nesses aspectos, percebe-se que há uma gama importante de desafios e oportunidades que devem ser observadas pelas instituições que, de uma forma geral, dependem da regulação para sua perenidade, mas também entendem o aspecto como algo processual e fundamental para o fortalecimento de sua identidade.

As discussões sobre esses aspectos, com base na análise de conteúdo utilizada como base para o processo de analise dos dados coletados nas pesquisas bibliográficas e na revisão realizada, são apresentadas a seguir, propondo bases para os encaminhamentos conclusivos do artigo.

V DESAFIOS E OPORTUNIDADES: UMA POSSIBILIDADE DE RECONFIGURAÇÃO DO SINAES

Os trabalhos analisados na perspectiva deste trabalho remontam uma possibilidade que já está em discussão no âmbito dos órgãos reguladores da educação superior brasileira. A reconfiguração do SINAES, que pode ocorrer por meio da inclusão de inovações no âmbito da estrutura da lei que instituiu o sistema. Entre elas, encontram-se alguns aspectos que soam como desafios e como oportunidades, em se tratando da continuidade da visão regulatória proposta para o desenvolvimento da educação superior brasileira.

Ao analisar esse contexto, é possível perceber que a visão alinhada à regulação passa a compor a estrutura da educação superior brasileira como algo concreto, já que a expansão e os diversos caminhos escolhidos para o posicionamento desse segmento educacional apresentam desconexões que devem ser acompanhadas de perto pelos órgãos reguladores. Em geral, considerando inclusive o que está descrito no trabalho de Brito (2008), a regulação deve atingir com mais concretude o segmento privado, o que evidencia ainda mais os desafios e oportunidades que poderão ser acompanhadas com a evolução de todo o contexto nos próximos anos.

A. DESAFIOS

Surgem alguns desafios substanciais para a consolidação do SINAES a partir de um momento de metavaliação, destacada por Ristoff (2011) como sendo parte substancial do processo de estruturação do SINAES. Dessa forma, a partir do que os trabalhos apresentam, é possível perceber que os desafios que se apresentam, tendo a regulação como pano de fundo, se relacionam ao entendimento dos indicadores de qualidade, ao uso correto dos resultados, ao entendimento das analises dessas informações, ao controle dos processos que levam a qualificação dos indicadores e, claro, a construção de uma cultura de avaliação no contexto da instituição.

Mesmo tendo quase seis anos de institucionalização, os indicadores apresentados pela Portaria Normativa No 40, de 13 de dezembro de 2007, ainda são considerados demasiadamente complexos. Percebe-se que a complexidade dos indicadores está relacionada, sobretudo, ao aparato estatístico e a ausência de informações técnicas sobre a estruturação desses itens. Tanto o Conceito Preliminar de Curso (CPC) quanto o Índice Geral de Cursos (IGC), demandam o entendimento de uma série de conexões entre os insumos que o compõem, determinando a necessidade de um envolvimento profundo da gestão institucional para o estudo desses aspectos.

Nesse contexto, o envolvimento dos responsáveis pela gestão desses indicadores também aparece como uma lacuna a ser explorada. Especialmente no segmento privado, há uma série de empecilhos que impedem que os gestores se envolvam profundamente no que desenvolvem, prejudicando substancialmente o processo de gestão institucional. Isso acontece pelo fato de que há uma série de atividades desconexas, e complementares ao mesmo tempo, que esses sujeitos desenvolvem, dividindo um tempo que deveria ser aplicado a gestão com outras ações que estão relacionadas com a lógica da eficiência que é apregoada pelo sistema privado da educação superior.

Ainda sobre os indicadores, outra critica que se apresenta, especialmente no segmento privado, está no fato de que os indicadores são fortemente dependentes do ENADE, um exame que considera a avaliação do estudante quase que como a única base para o calculo desses indicadores. Isso faz com que as atividades de gestão desses indicadores fique prejudicada pelo entendimento superficial da estrutura de cada um deles e, principalmente, pelas ações paliativas que são desenvolvidas apenas pensando na prova que avalia os estudantes. Isso faz com que uma série de possibilidades se perca, prejudicando e impedindo ações inovadoras que fortaleçam o uso competitivo desses indicadores.

Ao uso correto desses indicadores, a visão de regulação impõem desafios importantes já que cada vez mais as ações relacionadas com as sanções pelos desempenhos insatisfatórios aumentam exponencialmente. Dessa forma, o uso indiscriminado na forma de “rankings” não é recomendado, já que os indicadores contém uma série de informações que se relacionam com o perfil das instituições, e que não permitem comparação com modelos institucionais diferentes. Portanto, a utilização dos indicadores deve estar relacionada ao processo de gestão da instituição, considerando a contribuição das análises realizadas no âmbito institucional para que a tomada de decisão possa fortalecer a cultura de avaliação voltada para o SINAES.

Sobre o entendimento das análises desses indicadores, o trabalho de Ristoff (2011) mostra que é possível identificar questões competitivas a partir da leitura dos dados publicados pelos órgãos reguladores da educação superior brasileira. Para isso, é necessário o investimento o entendimento de que a estrutura dos indicadores é composta por uma série de variáveis que são interdependentes. Os "insumos", tal como são tratados no contexto da regulação, devem ser compreendidos em sua totalidade, considerando as especificidades de cada área de conhecimento e, principalmente, de cada modelo institucional.

Ao entender os insumos de maneira interdependente, fica claro que é fundamental entender como desafio o fato da aplicação de processos que possam qualificar esses aspectos. Quando se entende as formas pelas quais os indicadores são relacionados, é possível também aplicar ferramentas, métodos e procedimentos que permitam qualificar cada um desses insumos, permitindo que a instituição, especialmente as que militam no segmento privado que são os modelos institucionais que mais sofrem com os direcionamentos da regulação. Dessa forma, o entendimento desses insumos leva a institucionalização do acompanhamento da avaliação, da gestão acadêmica dos cursos de graduação e pós-graduação e, sobretudo, do planejamento institucional previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

E é nas bases desse documento que encontra-se o ultimo dos desafios que esse texto pretende explorar. A partir do PDI, entende-se que a visão da regulação impõem determinações substanciais para a gestão institucional. Entre elas, a criação, o desenvolvimento e a institucionalização de uma cultura de avaliação. Quando ela existe, de acordo com o que expõe o trabalho de Francisco, Melo e Michels (2013), os indicadores em um patamar satisfatório tornam-se consequência de um trabalho bem feito e alinhado com o PDI.Ao olhar para os desafios, considerando a indução da qualidade a partir da regulação, pode-se perceber também que há uma série de oportunidades que podem ser exploradas. Esse texto busca aponta-las a seguir.

B. OPORTUNIDADES

O trabalho de Gontijo (2014) é um balizador de discussões que possam fortalecer o entendimento sobre o impacto da regulação na educação superior brasileira. Nesse sentido, a autora destaca que os índices implementados por meio dos instrumentos legais que também são discutidos por Rangel (2014), fortalecem a visão da regulação e instituem oportunidades que vão se consolidar na medida em que os desafios impostos sejam superados.

Pelo que o cenário apresenta, é possível identificar que a regulação enquanto aspecto inerente às atividades da educação superior brasileira fortaleceu uma série de aspectos que podem compor o construto de qualidade. Esse construto, que de acordo com Dias Sobrinho (2004) tem caráter polissêmico e é notadamente complexo, fez o uso de uma série de atributos que ganharam importância no contexto da educação superior. Dessa forma, por meio da leitura do cenário que é apresentado a partir da visão de regulação que se constituiu no segmento da educação superior, é possível reconhecer algumas oportunidades que estão postas ao contexto.

Entre elas, destacam-se os seguintes aspectos:

- Possibilidades de entendimento do modelo de expansão do segmento privado.
- Possibilidades de fortalecimento de novas competências institucionais (EaD e cursos tecnológicos).
- Possibilidades para a construção de uma cultura de avaliação perene.
- Possibilidades de entendimento da estrutura e da gestão dos indicadores de qualidade (CPC e IGC)

Com relação às possibilidades de entendimento do modelo de expansão do segmento privado, este aspecto surge como oportunidade no momento em os dados tratados pela Hoper (2014), os quais mostram que ainda existem possibilidades de crescimento exponencial no setor. Justamente por esse aspecto é que a regulação se posicionou, já que em função do crescimento do segmento privado os órgãos reguladores entenderam que é fundamental acompanhar as formas pelas quais isso ocorre. A partir desse entendimento, é possível perceber os caminhos existentes para que sejam explorados e, sobretudo, é possível entender de que maneira essa possibilidade de expansão faz uso da visão de regulação. Além de fortalecer a expertise gerencial das instituições, isso vai permitir o desenvolvimento de práticas de inteligência competitiva, fortalecendo as competências para a gestão que são substanciais a qualquer modelo institucional de educação superior.

Outro ponto que surge com bastante evidência, sobretudo por meio do que apresenta o relatório da Hoper (2014), está no fato do crescimento e das oportunidades que ainda existem no momento em que se exploram

as questões voltadas a educação a distancia e aos cursos superiores de tecnologia. No momento em que a visão de regulação se impõe ao segmento da educação superior, é possível perceber que, especialmente no segmento privado, novas oportunidades de expansão e desenvolvimento de competências podem surgir. Isso ocorre pelo fato de que a regulação, inclusive como política institucional, cria maneiras para o desenvolvimento de novas competências. Em geral, por meio do que o INEP (2014) apresenta como cenário atual da educação superior, é possível perceber que a educação a distancia e os cursos superiores de tecnologia são boas oportunidades para que sejam exploradas, especialmente no segmento privado, já que isso pode vir a fortalecer a identidade desse modelo institucional.

À cultura de avaliação, as oportunidades que se apresentam estão relacionadas a inclusão dos aspectos que determinam a regulação em sua estrutura e no projeto de avaliação, tendo neste documento um dos grandes balizadores das tomadas de decisões em nível institucional. É importante destacar a essa cultura só poderá ser compreendida como oportunidade se houver um posicionamento favorável das pessoas responsáveis pela gestão institucional. Dessa maneira, é possível que a cultura de avaliação se constitua como a principal base das decisões gerenciais da instituição, fortalecendo ainda mais a avaliação como um mecanismo para o acompanhamento das ações institucionais voltadas para a regulação.

Considerando a ultima oportunidade que esse texto explora, está a possibilidade de um entendimento integral da estrutura dos indicadores de qualidade, sendo o CPC e o IGC como os principais. Em função de todos os impactos decorrentes de um desempenho insatisfatório nesses índices, é possível identificar que é de substancial importância que eles sejam entendidos em sua totalidade. Isso vai levar a um processo de qualificação gerencial que vai permitir o desenvolvimento de ações diretamente voltadas para esse aspecto. Em geral, o resultado da exploração dessa oportunidade está centrado na possibilidade de qualificação dos insumos do calculo dos indicadores e, principalmente, no estabelecimento de uma política voltada para a qualificação do processo de ensino e aprendizagem que permite o fortalecimento de competências necessárias para o bom desempenho no ENADE.

Por fim, importa destacar também que a exploração desse desafio permite que os investimentos e o orçamento aplicado a gestão da instituição possa considerar os pontos substanciais desses indicadores, determinando que os esforços possam se qualificar para que os resultados possam ser os melhores e os mais adequados a identidade da instituição.

Em função das reflexões que se posicionaram nesse texto, os encaminhamentos finais serão discutidos à guisa de conclusão, considerando as limitações, as considerações finais e as sugestões para trabalhos futuros.

VI CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da educação superior no Brasil, especialmente após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, fortaleceu a necessidade da construção de mecanismos de controle por parte do estado para o acompanhamento das atividades das instituições de educação superior. Especialmente no segmento privado, essa visão apresentou impactos importantes em função dos desdobramentos que atingiram a estrutura interna e externa das instituições, permitindo que uma série de ações pudessem se estabelecer. Da parte do estado, a visão da regulação impôs uma série de mecanismos e indicadores de controle, denominados de “indicadores de qualidade”, que foram severamente criticados durante um determinado período. Já no âmbito institucional, o segmento privado foi o que mais sofreu com esses instrumentos, já que eles trouxeram impactos importantes na competitividade dessas instituições.

Outro ponto que deve ser destacado está no fato de que a regulação na educação superior está diretamente vinculada a um paradigma que compreende a avaliação da educação superior como um aspecto cultural. Isso permite que as instituições de educação superior brasileiras possam desenvolver competências específicas para atuar nesse contexto, entendendo que as ações impostas pelo estado regulador devem fazer parte da sua dinâmica institucional.

A partir desse pano de fundo, o artigo se propôs a apresentar um panorama geral dessa relação dinâmica entre regulação e educação superior no Brasil, destacando os aspectos que determinaram uma indução na qualidade

do segmento. Dessa forma, por meio da investigação realizada, os dados da conjuntura da educação superior mostram que houve um significativo aumento dos aspectos considerados como itens de qualidade na educação superior.

Os números do Censo da Educação Superior, publicados pelo INEP (2014), mostram um aumento importante na quantidade de docentes titulados, na quantidade de professores contratados em regime de trabalho integral e parcial e uma diminuição considerável no quantitativo de docentes "especialistas". Isso se deu em função do que foi exigido a partir da promulgação do CPC e do IGC, considerados indicadores de qualidade da educação superior brasileira e determinantes para as atividades institucionais, sobretudo no segmento privado.

Por meio dessa analise, surgem desafios e oportunidades que tem a intenção de consolidar essa cultura que busca o entendimento das relações entre avaliação, regulação e gestão, fortalecendo ainda mais a necessidade de se buscar um entendimento sistêmico desses aspectos.

Dessa forma, é possível concluir que é imprescindível a construção de mecanismos que permitam a gestão desses aspectos, orientando uma atividade voltada para fazer dos insumos, que compõem os indicadores, grandes diferenciais competitivos da instituição. Especialmente no segmento privado, isso se faz relevante em função da uma dinâmica que acomete o setor e que mostra diversas tendências complexas e, em alguns casos, dissonantes. Portanto, gerenciar esses indicadores permite a previsão de uma tendência que pode fortalecer ainda mais a qualidade no contexto institucional, determinando a formação de competências importantes para a gestão da instituição.

Com base nessas considerações, entende-se que as perspectivas para trabalhos futuros englobam a aplicação empírica de métodos de gerenciamento dos indicadores, além do estudo teórico de diversos recortes dos insumos que podem ser analisados de maneiras isoladas. Contudo, é fundamental que a discussão sobre a importância desses indicadores para a regulação continue caminhando no sentido de promover uma cultura de avaliação voltada, sobretudo, para o atendimento integral do SINAES como sistema.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Portaria Normativa Nº 12, de 5 de setembro de 2008**. Institui o Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC). Disponível em: http://www.cpa.ufpr.br/wp-content/uploads/2011/05/PORTARIA_NORMATIVA_12.pdf. Acesso em: 10/05/2011. Gabinete do Ministro da Educação. Brasília. 2008.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.

BARREYRO, Gladys Beatriz. De exames, rankings e mídia. **Avaliação**. Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 863-868, nov. 2008.

BRASIL. **Nota técnica no 70 de 15 de outubro de 2014 –** Utilização dos insumos do questionário do estudante aplicado em 2013. . Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Ministério da Educação (MEC). 2014.

BRASIL. **Portaria normativa Nº 23 de 29 de dezembro de 2010.(2010).** Altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Acesso em: 12/04/2011. Disponível em: http://www.semesp.org.br/portal/pdfs/juridico2011/Portarias/Janeiro/PORTARIA%20N%2023%20-1-12-10.pdf. Casa Civil.

BRASIL. **Portaria Normativa Nº 40, de 13 de dezembro de 2007**. (2007). Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da

educação superior no sistema federal de educação. Acesso em 10/05/2011. Disponível em: http://www.consuni.ufrj.br/legislacao/portarianormativa40.pdf. Casa Civil. 2007.

BRITO, Márcia Regina F. de. O SINAES e o ENADE: da concepção à implantação. Avaliação, **Campinas;** Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 841-850, nov.2008.

CRESWELL, John W; PLANO CLARK, Vicki L. **Pesquisa de métodos mistos.** Métodos de Pesquisa 2ª edição. Porto Alegre. Penso. 2013.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria?** Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 88, p. 703-725, out. 2004.

FRANCISCO, Thiago H. A.; MELO, Pedro Antônio; MICHELS, Expedito. **Reflexões sobre a Avaliação da Educação Superior: As relações entre IGC e PDI.** Capivari de Baixo: Editora FUCAP, 2013.

FRANCISCO, Thiago Henrique Almino. **Análise das ações que confirmam a relação entre IGC e o PDI: Um estudo em Faculdades Isoladas no sul de Santa Catarina.** Dissertação 186 fls. Programa de Pós-Graduação (Mestrado Profissional) em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2012.

FRANCISCO, Thiago Henrique Almino; MELO, Pedro Antônio de; NUNES, Rogério Silva; MICHELS, Expedito; AZEVEDO, Maria Ines Nava. (2012). Contribuições da avaliação *in loco* como fator de consolidação dos princípios estruturantes do SINAES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 17, n. 3, p. 851-876, nov.

FRANCISCO, Thiago Henrique Almino; NAKAYAMA, Marina Keiko. **Os paradigmas dominantes na gestão da educação superior a partir da autoavaliação: uma revisão integrativa.** IV Congresso Internacional do Conhecimento e Inovação.Loja – Equador. 2014.

GONTIJO, Simone Braz Ferreira.**Implicações do ENADE para a organização do trabalho pedagógico e as práticas avaliativas em um curso de Pedagogia**. Tese (302 fls). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília. Brasília. 2014.

GRIBOSKI, Claudia Maffini. **Sinaes – instrumento de avaliação de cursos de graduação nas modalidades presencial e EaD.** Apresentação realizada no XXIV Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração. Florianópolis. 2013.

HOPER. **Analise setorial do ensino superior privado no Brasil – 2014.** Hoper Estudos de Mercado. Foz do Iguaçu. Brasil. 2014.

INEP. **Censo da Educação Superior 2011** – Divulgação dos Principais Resultados. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Ministério da Educação (MEC). 2014.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, Out-Dez; 17(4): 758-64.

POLIDORI, Maris M..; ARAUJO, Claisy M. Marinho; BARREYRO, Gladys (2006). SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ**., Rio de Janeiro, v.14, n.53, p. 425-436, out./dez. 2006.

POLIDORI, Marlis Morosini; FONSECA, Denise Grosso da; LARROSA, Sara Fernanda Tarter. Avaliação institucional participativa. Avaliação.Campinas; Sorocaba, SP. v. 12 n. 2 jun. 2007.

RANGEL, Susana Salun. **Educação superior:** o papel da união e a garantia de qualidade do ensino. Tese (413 fls). Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de São Paulo. USP. São Paulo. 2012.

RISTOFF, Dilvo. **Construindo outra educação:** tendências e desafios da educação brasileira. Editora Insular. Florianópolis. 2011.

SCHLICKMANN, Rafael. **Administração universitária: desvendando o campo científico no Brasil.** Tese (292 fls.). Programa de Pós-Graduação (Doutorado) em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2012.

VON KROGH, Georg; ROOS, Johan; KLEINE, Dirk (Ed.). **Knowing in firms: Understanding, managing and measuring knowledge**. Sage, 1998.

WEBER, Silke. Avaliações e regulação da educação superior: Conquistas e impasses. Educação e Sociedade. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1247-1269, out.-dez. 2010.

ZANDAVALLI, Carla Bussato. Avaliação da educação superior no Brasil: Os antecedentes históricos do SINAES. **Avaliação.** Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 267-290, jul. . 2009.

O programa universidade para todos: inclusão ou exclusão às avessas

Aparecida das Graças Geraldo

Edilene Machado Pereira

Resumo: O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi aprovado em 2005 como objetivo de oferecer aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas da própria escola, professores da rede pública de ensino do quadro efetivo a oportunidade das camadas populares ingressarem no Ensino Superior brasileiro. Completando 10 anos, o presente artigo tem como objetivo [re] visitar os 5 jovens que foram agraciados pelo ProUni e tiveram bolsa de 50 e 100% no primeiro ano do Programa. O artigo analisado em dois momentos, o primeiro em 2006 cujo objetivo fora o objetivo de conhecer o Programa, sua contribuição e conhecer as estratégias que os alunos estavam utilizando para permanecer no curso para a população historicamente marginalizada, utilizando a entrevista semiestruturada. A segunda coleta de dados aconteceu 2014 utilizando a mesma metodologia com o objetivo foi analisar as contribuições do Programa para a vida dos egressos. O resultado da pesquisa aponta que a exclusão é um problema histórico no Brasil, atentando para a necessidade de rever as necessidades do programa para o público que se destina, pois somente a oferta de bolsas não garante a democratização do ensino. Aponta ainda, as fragilidades do Programa nas instituições privadas nos dois momentos da entrevista, fazendo-se necessária uma avaliação para que o Programa não se torne um engodo, pois a garantia de acesso ao ensino superior não é o suficiente para promover a equidade do ensino.
Palavras-chave: Políticas Públicas, Ensino Superior, Ascensão Social, Educação

Introdução

Para entender o modelo de ensino superior que temos no Brasil, faz-se necessário rememorar as três características que o difere de outros países: primeiro - um acontecimento tardio; segundo - composto por muitas faculdades isoladas e terceiro - a predominância da privatização do ensino, características *sui generis* quando comparada a outros países.

Para entender o contexto histórico, uma breve análise é apresentada nesse artigo; a primeira constituição que foi redigida em 1891, explícita a autonomia dos estados para criar novas escolas. De 1891 a 1910 foram criadas 27 faculdades. Mesmo sabendo que o ensino superior tenha sido criado durante a permanência da família real no Brasil. A universidade mais antiga do Brasil é a Universidade do Amazonas criada em 1909; em 1912 a Universidade do Paraná; em 1920 a Universidade do Rio de Janeiro e em 1934 a Universidade de São Paulo.

Houve um crescimento, na década de 1940 havia 258 unidades o crescimento dobrou na década de 1950, em apenas 10 anos havia 737.

A segunda metade do século XX é marcada por conflitos, lutas e conquistas no meio universitário, mesmo em 10 anos, como citado no parágrafo anterior, os números de vagas oferecidos pelas universidades estavam aquém do número de candidatos aprovados no vestibular, os candidatos obtinham a nota mínima exigida, mas não podiam ingressar, tornando-se assim, "excedentes".

Para resolver o problema dos "excedentes" a estratégia utilizada pelos governantes foi a expansão do ensino pago. Outra decisão foi a implementação do Decreto n 68.908, prevendo o vestibular classificatório para o ingresso nas universidades, cujo objetivo, era descartar o problema dos excedentes. Situação essa, bem aceita pelo governo federal, que se via desobrigado em manter o ensino público e gratuito.

Com a proliferação das instituições particulares, as matrículas nas instituições públicas que eram 75% em 1964 tiveram uma queda e passou para 25% em 1984, período de plena expansão das instituições particulares.

Nesse interim, as faculdades têm seu lucro abalado com a crise econômica, pois os alunos mais carentes abandonaram os estudos para ajudar no sustento das famílias. Com a crise instaurada, os "empresários da educação" passaram a garantir os pagamentos dos alunos pelo credito educativo. Para Cunha e Góes (1989:50)

> Investimento arrojado por parte dos grandes empreendedores educacionais. O dinheiro que os bancos deveriam recolher ao Banco Central era emprestado aos estudantes para que os mesmos pudessem pagar os seus estudos e após um ano de formados deveriam pagar o banco com juros e correção monetária [...] o setor privado passou a ganhar duplamente: os bancos por verem render o seu dinheiro que antes não emprestavam e os donos da faculdade, por ter diminuído o número de desistentes.

Mesmo com as "vantagens e/ou facilidades", os mesmos autores afirmam que os alunos enfrentavam dificuldades também para terminar os estudos e em 1983 cerca de 250 mil concluintes contemplados com o crédito educativo, 200 mil eram inadimplentes.

Para Silva (2001:272) a década de 1980 para o ensino superior é considerada a "década perdida". Em tempos áureos da "democracia" a década de 1990 o ensino começa a superar a crise educacional, entretanto outro fator que se desponta é a dificuldade de manter a qualidade do ensino ofertado, consequência de um crescimento descontrolado.O século XX termina com a universalização "teórica" da educação básica e o governo federal enfrenta um velho dilema: como garantir o acesso de qualidade e a permanência e saída com êxito da população excluída no sistema de ensino superior?

As propostas das Políticas Públicas para a Educação.

Num cenário marcado pela desigualdade, as políticas públicas surgem para amenizar ou diminuir a desigualdade. A área de políticas públicas conta com 4 precursores.

Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/ acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos *(policy makers),* argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Para Simon, a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, auto-interesse dos decisores, etc.,

Lindblom (1959; 1979) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio.

Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente.

Sabemos que não existe uma única definição para o termo política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo sentido: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer".

A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell,decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

O termo "políticas públicas" é concebido como conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais.

No Brasil Ação Afirmativa é um conjunto de políticas públicas que compreendem que, na prática, as pessoas não foram e não são tratadas igualmente e, por consequência não possuem as mesmas oportunidades, o que impede o acesso destas à locais de produção e aquisição de conhecimento e de ascensão social. E são essas pessoas ou grupos que serão compensadas pelas "Ações Afirmativas".

> são medidas especiais e temporárias, tomadas pelo Estado e/ou pela iniciativa privada, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros". (Ministério da Justiça, 1996, GTI População Negra).

O conceito de Ações Afirmativas (AA) é definido por, Gonçalves Silva e Silvério (2003) como um conjunto de ações e orientações do governo para proteger minorias e grupos que tenham sido discriminados no passado. Tem por objetivo assegurar a igualdade de oportunidades, grosso modo, sendo política pública ou privada cuja finalidade é combater estruturas das desigualdades considerando os grupos mais vulneráveis à discriminação.
O Programa de Ações Afirmativas brasileiro inclui projetos apresentado por parlamentares das mais distintas tendências ideológicas e implica na mobilização, pressão, articulação, produção intelectual, argumentos, propostas e modelos que justificam a promoção da igualdade étnica e racial no ensino superior brasileiro.
Mohelecke (2002:199) considera que:

> o mais conhecido é o sistema de cotas, que consiste em estabelecer um determinado número ou percentual a ser ocupado em área específica por grupo(s) definido(s), o que pode ocorrer de maneira proporcional ou não, e de forma mais ou menos flexível. Existem ainda as taxas e metas, que seriam basicamente um parâmetro estabelecido para a mensuração de progressos obtidos em relação aos objetivos propostos, e os cronogramas, como etapas a serem observadas em um planejamento em médio prazo.

Analisar, questionar e entender o passado é primordial para planejar, efetivar e ampliar as Ações Afirmativas. Para Gomes (2001: 6-7)

> Consistem em politicas públicas (e também privadas) voltadas á concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional, de compleição física e situação socioeconômica (adição nossa). Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade. De cunho pedagógico e não raramente impregnadas de um caráter de exemplaridade, têm como meta, também, o engendramento de transformações culturais e sociais relevantes, inculcando nos atores sociais a utilidade e a necessidade de observância dos princípios do pluralismo e da diversidade nas mais diversas esferas do convívio humano.

Quando nos referimos à educação, as politicas de ações afirmativas surgem como uma das principais iniciativas, focalizando no centro de debate com a reserva de vagas/cotas para estudantes da escola pública, afrodescendentes, pessoas com necessidades especiais, indígenas, índios-descendentes e quilombolas nas universidades públicas.
Em consonância com o governo de FHC, o governo de Lula e o governo atual vem aprofundando uma série de reformas, entre elas a reforma universitária, na qual se encontram inseridas as ações afirmativas (reserva de vagas/cotas), definidas pelo Ministério da Educação – MEC (Brasil, 2009) comomedidas especiais e temporárias tomadas pelo Estado, com o objetivo de eliminar desigualdades raciais, étnicas, religiosas, de gênero e outras, historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização.

A busca pelo Programa que atenda a todos

O caráter excludente e seletivo do ensino superior é uma marca histórica. O desafio nesse contexto é formular uma política que crie mecanismos e supere a política que beneficiava somente parte do sistema. Mesmo considerando o crescimento, "para muitos, desenfreado" do ensino superior, os números apresentados apontam no século XXI uma insatisfação em relação aos países em estágio semelhantes ao Brasil ou até mesmo, países mais atrasados; considerando a faixa etária de 18 a 24 anos os parâmetros comparativos internacionais utilizados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Castro (1999:15) afirma que no Brasil esta taxa é de apenas 6,1%, na Argentina 11,3%, no Uruguai, contra uma média de 23,2% para os países-membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Em 2003 reconhecendo a crise no ensino superior, dá-se início a primeira grande reforma educacional, em especial a inclusão dos menos favorecidos no ensino superior tem lugar de destaque nas agendas políticas. Em 2004, criado pelo governo federal e institucionalizado pela lei n°11.096 em janeiro de 2005 é aprovado o Programa Universidade para Todos (ProUni) tendo como finalidade a concessão de bolsas integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação especifica, em situações de ensino superior privadas. E embora, o Programa tenha visibilidade, para Gonçalves (2008:101-102)

> Embora o argumento principal do Prouni seja a democratização do ensino superior, o programa fere a concepção da reforma, cujo modelo de referência é a instituição pública, e deixa de cobrar das instituições privadas volume considerável de impostos, que poderiam ser destinados ao setor público educacional. A rigor, pode-se dizer que amplia o modelo anterior do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies.

Desde 2005 a 2013 o ProUni atendeu mais de 1,2 milhão de estudantes[1], sendo 69% com bolsas integrais. Em 2005, no primeiro processo de seleção a nota de corte era 45 pontos. Atualmente é necessário tirar 450 pontas e não tirar zero na redação.

A partir de 2009, o Ministério da Educação criou o Sistema de Seleção Unificada (SISU), programa que tem como objetivo oferecer vagas a alunos que participaram do ENEM, as universidades tem a autonomia se vão aderir, parcial ou integral, ao processo de seleção, uma decisão polêmica para as instituições tradicionais, alunos e professores em atrito e contra a inclusão social, usando o discurso que os alunos não estão preparados para ingressar num ensino de excelência.

Desde 2009 até o primeiro semestres e 2013, o número de vagas para alunos nas instituições federais públicas aumentou para 129 mil novas oportunidades e o número de candidatos ultrapassou 1,9 milhão. O fato nos remete ao tradicional vestibular, pois a concorrência continua. Atualmente, 59[2] universidades federais aderiram processo seletivo, ou parte dele para ingresso de novos alunos.

A decisão governamental dividiu opiniões, de um lado os defensores mais aguerridos da educação pública, afirmavam que cabia ao governo investir na educação pública e incentivar por meio de fomentos o desenvolvimento e o crescimento das mesmas. Do outro lado os empresários da educação viram a oportunidade no programa de verdadeira "fuga para frente", em troca de isenção de imposto de renda e outros atributos.

Surge, assim um programa acompanhado de um discurso social priorizando a oferta de matrículas em diversas áreas do conhecimento aos jovens de 18 e 24 anos, encobrindo a pressão das associações representativas dos interesses do segmento particular justificada pelo alto índice de vagas ociosas.

O fato é que as opiniões foram divididas e muitos intelectuais das universidades públicas expressaram suas angústias. Para a doutora em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Celia Cristina Otranto (2006:50).

---

1 Os números de vagas oferecidas por região estão disponíveis no site:http://prouniportal.mec.gov.br. Acesso em: 20 de setembro 2014

2 A lista completa das universidades está disponível em: http://vestibular.brasilescola.com/enem/lista-adesao-enem-htm . Acesso em 20 de outubro de 2014

> A solução do MEC foi repassar verbas públicas para o pagamento de mensalidades. Se esses recursos (oriundos de isenção fiscal e pagamento de mensalidade) fossem direcionados para as universidades federais, ovos professores poderiam ser contratados e cursos de graduação poderiam ser oferecidos a noite .

Para os alunos dos extratos sociais oriundos de escola publica que nos últimos anos tem a qualidade do ensino ofertado questionado, tiveram a "oportunidade" de ingressar no ensino sem o tradicional vestibular. O passaporte para o ensino superior passou a ser o Ensino Nacional do Ensino Médio (ENEM), pois "ampliou" as possibilidades dos alunos que saíram do ensino médio.

Novos Tempos: o acesso da Massa ao Ensino Superior

Em tempos de "credibilidade" do programa o ano de 2005 – ingresso dos primeiros dos primeiros alunos na universidade em diferentes áreas do conhecimento, o ano de 2006, foi o período escolhido para realizar a pesquisa, cujo objetivo era saber as estratégias utilizadas para permanecer no curso.

Conhecendo os alunos bolsistas do ProUni

Com o objetivo de conhecer as estratégias estabelecidas pelos alunos para ingressar e permanecer nos cursos de ensino superior, foi utilizada a técnica das entrevistas semi-estruturadas. A escolha dos candidatos deu-se por indicação. A pesquisa apresentada assume uma perspectiva qualitativa, pois nosso interesse é interpretar a lei à luz da vivência e relato dos sujeitos que foram agraciados com a bolsa do ProUni e conhecer as estratégias utilizadas para permanecerconcluir a graduação com êxito.

Ludke e André (2013) afirmam que a grande vantagem da entrevista sobre as outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos.

E ainda, concordamos com Ludke e André (2013:42)

> ao afirmarem que quase todos os autores, ao tratar da entrevista, acabam por reconhecer que ela ultrapassa os limites da técnica, dependendo em grande das qualidades e habilidades do entrevistador.

Para Triviños (1987: 146)

> a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semi-estruturada "[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]" além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.

Para Manzini (1990/1991: 154),

> a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Sabendo que no primeiro momento da entrevista todos os alunos estavam vislumbrando ascensão social, ao revisitar os entrevistados prioriza-se na entrevista analisar a vida social dos alunos conhecer o universo social que deles fazem parte.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e posteriormente analisadas, tendo como base as entrevistas anteriores e produções acadêmicas de pesquisadores que se debruçam[ram] sobre as políticas públicas, o presente artigo tem como objetivo conhecer

Conhecendo os entrevistados

Foram entrevistados cinco sujeitos na faixa etária de 18 a 24 anos, oriundos da escola pública, e de baixo poder aquisitivo: São Paulo (2); Minas Gerais (3). Durante as entrevistas os relatos indicam que alguns alunos enfrentam maratona para aproveitar a oportunidade que o programa oferece, em busca de consolidação os 3 jovens entrevistas do interior de Minas Gerais, acreditam que o estudo facilitara o ingresso no mercado de trabalho.

Foi o que aconteceu com Angélica[3] (residente em Rio Casca[4] – MG) 18 anos, solteira, filha de pais separados, caçula de 3 três irmãos, bolsista 100% do curso de Direito.

Antônio, 19 anos natural de Rio Casca, é o primogênito de 4 irmãos, reside em Curitiba para cursar radiologia e é bolsista parcial

João tem 22 anos, uma irmã mais velha, estuda em Juiz de Fora e faz o curso de Medicina, com bolsa integral.

No município de São Paulo, o primeiro entrevistado foi o Felipe, 19 anos é o primogênito da família de 4 irmãos, escolheu o curso de Administração de Empresa.

Pedro, 21 anos, é o filho de meio da família de três irmãos. O pai é taxista e a mãe costureira, ele é o primeiro da família a ingressar uma universidade.

Os 5 entrevistados são oriundos de escola pública e têm a idade entre dezoito e vinte e quatro anos, faixa etária que atende as exigências do programa, outro ponto importante a destacar e que todos demonstram o descontentamento com o ensino público.

A falta de qualidade do ensino público desestimulam os alunos que querem dar continuidade aos estudos, a experiência frustrada do tradicional vestibular é o principal obstáculo na vida dos jovens, Felipe, Angélica e Pedro que foram reprovados nos cursos de secretariado na FATEC (SP), Nutrição (UFMG) e Pedagogia na USP respectivamente. Para Felipe foi uma tentativa frustrante [...], "as questões de química que não tinha ideia de como fazia, escolhi uma letra e marquei na sorte, acertei mais do que aquelas que sabia fazer. Só tentei uma vez, não tem condições". Da exclusão à auto-exclusão, um fenômeno que vem despontando nos últimos anos entre os jovens das camadas menos estratificadas.

João enfrentou uma verdadeira maratona para dar continuidade aos estudos, teve a oportunidade de fazer cursinho como o salário que recebia no restaurante da cidade que reside, acreditou que fazendo seis meses de cursinho prestou em 2001 Geografia na UFV, em 2002 Engenharia Florestal na Universidade Federal do Rio de Janeiro, decepcionado coma as tentativas fracassadas fez mais um ano de cursinho e prestou e no final de 2004 prestou Ciências e Tecnologia de Laticínios na UFV, História na Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ) e Comércio Exterior pelo ProUni na facilidade de Viçosa (FDV). Foi aprovado no tradicional vestibular para fazer história pelo ProUni na Federal de São João Del-Rio.

Em 2005, obteve uma ótima pontuação no ENEM, trancou a sua matrícula no curso e História e ingressou no curso de medicina. João afirma que ficou desnorteado "fiquei apavorado, fui selecionado, mas fiquei com medo. Contei com a ajuda da minha família para não perder a oportunidade". (JOÃO, 2006)

Antônio preferiu não prestar o vestibular tradicional, por ter consciência de suas fragilidades. A baixa auto-estima dos estudantesoriundos da escola pública e algo crescente e atua negativamente fazendo com que desistam da universidade antes mesmo de tentar o vestibular.

Para todos os alunos entrevistados, o programa é uma oportunidade para s alunos que não conseguem ingressar pelo tradicional vestibular, mas todos afirmaram a importância de políticas para garantir uma educação básica de qualidade.

Importante também considerar que as condições de permanência dos alunos no curso estão relacionadas com o apoio incondicional das famílias desempenharam em apoiar os filhos na graduação, contudo, só o apoio emocional não é suficiente para garantir o sucesso do aluno, como é relatado pela aluna de Direito,

---

3 Os nomes são fictícios paramanter sigilo.

4 Município localizado no norte da zona da mata, com estimativa de 14.201 habitantes em 2013, segundo o IBGE. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=315490&search=minas-gerais%7Crio-casca%7Cinfograficos:-dados-gerais-do-municipio. Acesso em:26 de novembro de 2014

> Na república[5], eu sentia muita fome, tinha dia que não tinha o que comer, não tinha nada, não sabia o que fazer, não tinha dinheiro, não tinha emprego, não tinha comida. Eu sentia muita fome e para disfarças pegava os livros e começava a ler, quanto mais fome eu sentia mais eu lia.

Os alunos que foram para outras cidades, a preocupação inicial são os estudos, entretanto as prioridades mudam com o início das aulas, a preocupação é a sobrevivência. Tanto os entrevistados de São Paulo e Minas Gerais têm dupla jornada, trabalho e estudo, exceto o aluno do curso de medicina e Direito, que são curso integral. Somente João, do curso de Medicina (integral) recebeu uma bolsa permanente[6], o que não aconteceu com a aluna de Direito.

Ao se reportar às necessidades acadêmicas, evidencia-se que a aquisição de livros e fotocopias para realizar os estudos ficam para segundo plano, pois as condições financeiras não permitem o investimento em compra de livros.

Sabemos que não é considerável aos universitários serem firmados a base de fotocopias de capítulos soltos de livros, conteúdos fragmentados e não podem chegar ao término de um curso sem ter lido um livro. A leitura deve fazer parte do rol de habilidade, propiciando ao aluno a capacidade de adaptação, flexibilidade, criatividade, espírito crítico que são componentes básicos das habilidades de um profissional de nível universitário.

O Programa apresenta uma conotação dúbia quanto à sua finalidade, os candidatos foram atraídos e traídos. Atraídos pela oferta do acesso ao ensino superior, livres do tradicional vestibular e das condições existentes ligadas ao capital cultural incorporados ao longo da trajetória escolar da vida familiar.

O Ensino Superior e o Mercado de trabalho

A ascensão social é um dos principais fatores que motivam uma parcela da classe baixa a dar continuidade aos estudos e o ensino superior tornou-se o passaporte. Era e continua sendo esse o discurso para atrair jovens das baixas camadas para o ensino superior privado.

Os jovens foram traídos pelo sistema quando os problemas despontaram no início do curso, sendo o principal obstáculo, o fator sócio econômico. As dificuldades permaneceram e ou aumentaram durante o curso. As dificuldades enfrentadas para permanecer no curso foram evidenciadas tanto para os alunos que moram com os pais quanto para saíram de casa. Os primeiros passaram por situações amenas se comparados com os estudantes que moram longe da família.

O mesmo, entretanto, não podemos afirmar do segundo grupo de alunos, exceto João (30 anos) que permaneceu e concluiu o curso, porque recebeu uma bola do governo durante todo o curso. Os demais, Antônio (27 anos) e Angélica (26 anos), não terminaram o curso. Os fatores apontados estão ligados aos fatores socioeconômicos. Longe dos familiares e a dupla jornada, estudo e trabalho, não contribuiu para o desenvolvimento dos alunos em sala de aula. João conseguiu terminar o curso, que é integral e recebeu uma bolsa do governo para se manter. O abandono aos estudos não estavam ligados a baixo rendimento e sim a questões financeiras.

Pedro (29 anos) terminou a graduação, fez pós-graduação na área da administração e trabalha administrador em empresa de médio porte. Com o salário que recebe se mantem e ajuda a sua família. Felipe (27 anos) terminou o curso, trabalha numa empresa de pequeno porte e ainda guarda o sonho de fazer o curso de pedagogia.

A chegada dos estudantes ao "topo" da hierarquia do sistema quer por meio do programa de ações afirmativas, ou não, tem levado investigadores a questionar as condições de permanência desses alunos na universidade.

---

5 Comunidade de estudantes.

6 A Bolsa Permanência é um benefício, no valor de até R$ 300,00 mensais em (2006), concedido a estudantes com bolsa integral em utilização, matriculados em cursos presenciais com no mínimo seis semestres de duração e cuja carga horária média seja superior ou igual a 06 seis horas diárias de aula, de acordo com os dados cadastrados pelas instituições de ensino no Sistema Integrado de Informações da Educação Superior - SiedSup, mantido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Atualmente a bolsa é de 400, 00 reais.

O ProUni trouxe para esses alunos de diferentes áreas do conhecimento e de diferentes regiões era nouma nova oportunidade. Uma promessa que se concretiza para alguns e outros não. A falta de acesso aos conhecimentos elaborados produzidos pelas instituições formais de educação, quando deveria promover a inclusão, fomenta a exclusão.

Em 2013, revisitando os entrevistados, a preocupação relatada as fragilidades do programa, bem como, a necessidade de reestruturá-lo, para que os erros e não continuem acontecendo. Tornou-se evidente que a oferta de bolsa de 100 ou 50% não garante a permanência e conclusão dom êxito doa alunos agraciados pela bolsa. Faz-se necessário rever as politicas, considerando as necessidades regionais, as politicas setoriais merecem ser destacadas, pois aintersetorialidade envolve ações integradas de distintos setores, no atendimento da população, cujas necessidades são pensadas a partir de sua realidade concreta, de modo a colocar em pauta as peculiaridades de suas condições de vida (REDE UNIDA, 2000; JUNQUEIRA; INOJOSA E KOMATSU, 1997). A relevância da proposta intersetorial se justifica quando se observa a configuração fragmentada e desarticulada da política pública brasileira, a qual obstaculiza o atendimento das necessidades da população em sua integralidade. Segundo Junqueira, Inojosa e Komatsu, (1997: 22) a estruturas setoriais se caracterizam por um recorte fragmentado, no qual os serviços não se comunicam; ao contrário atuam de forma isolada.

As necessidades são específicas, os dois alunos entrevistados de São Paulo, em todo o processo de graduação sempre contaram com o apoio de seus familiares e por estudaram na cidade que residem, os obstáculos que existiam quanto à estrutura financeira sendo amenizados com a ajuda e incentivo da família.O mesmo não aconteceu com Angélica e Antônio, ambos residentes da cidade de Rio Casca (MG), para dar continuidade aos estudos migraram para outras cidades, acreditando que a bolsa seria o suficiente.

O Programa para esses alunos foi apenas a concretização de um engodo, as dificuldades aumentaram, ausência da família para motivar, o desemprego, a falta de auxilio financeiro agiram de forma a coibir a concretização do ensino superior. Os dois alunos não finalizaram o curso e afirmam que as dificuldades aumentaram com o tempo, para Angélica, o curso de Direito exige leitura, organização, planejamento e ambiente que favoreça a aprendizagem. Ela ainda aponta que não conseguiu finalizar o curso devido as condições financeiras.

> Somente a bolsa não garante o sucesso acadêmico do aluno. Eu tive tudo nas mãos e perdi, porque as minhas condições não permitiram dar continuidade ao curso. Só a bolsa não garante a permanência, quem é pobre precisa de ações que vão além da bolsa. Eu gostaria muito de terminar meus estudos, mas só a bolsa para quem é pobre e precisa sair de cada para estudar não é suficiente. Cansei de passar fome, não aguentava mais e desisti.

Na mesma direção, Antônio que também não finalizou o curso afirma as dificuldades que passou:

> Passei muito frio, fome e como a minha bolsa era de 50% tinha que trabalhar para me manter. Minha família não tinha como me ajudar. De sonho passei a viver um verdadeiro pesadelo. Só a bolsa não ajuda. Não consegui, não tive sorte.

Com João, a situação foi diferente, por ser um curso integral, o governo oferece uma bolsa auxílio para que o aluno consiga permanecer e concluir o curso.

> Consegui chegar ao final do curso porque, recebi bolsa auxilio do governo e toda a minha família se reuniu para me ajudar. Fazer um curso de medicina tornou-se um sonho de todos e eu sou o primeiro da família a ter oportunidade de estudar. Estou pensando em dar continuidade aos estudos e quero fazer uma pós na área da psiquiatria para ajudar minha mãe que é doente. (JOÃO, 2013)

Com necessidades diversas e um único objetivo, A intersetorialidade, tida como um pilar estruturante da integralidade (NOGUEIRA E MIOTO, 2006), coloca-se, como um dos maiores desafios na área educacional.

O que se evidenciou nesta pesquisa é a necessidade de uma política de inclusão, mais ampla do que a concessão de bolsas de estudo, pois, do contrário, o Programa poderá se configurar como um engodo para a população à

que se destina, porém eficiente, para as instituições de ensino superior particular que aderiram ao Programa, algumas com ofertas de cursos desqualificados pela própria avaliação do governo.

Com base neste contexto, observa-se a setorização das políticas públicas é, em parte, influência da própria segmentação das disciplinas. Inojosa (2001: 103), ao apontar para esta questão, é contundente: "[…] O aparato governamental é todo fatiado por conhecimentos, por saberes, por corporações. Ninguém encara as pessoas e famílias como totalidades que são."

Segundo UNE (2012), uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos estudantes beneficiados do programa é permanecer na universidade e finalizar o curso. Gastos com transporte, alimentação, custo de material (fotocópia e livros), por exemplo, são dificuldades diárias que se colocam na vida desses estudantes. Atualmente, existe um debate muito forte levantado pela UNE em relação ao passe livre para estudantes do PROUNI.

Nessas circunstâncias, o mercado de trabalho para os alunos é uma satisfação pessoal da realidade do trabalho. Super, Savickas e Super (1996) definem que a satisfação profissional do indivíduo resulta da percepção de que o trabalho é uma expressão do seu autoconceito, ou seja, é um exercício que expressa valores e a possibilidade que na maioria das vezes é o primeiro ente da família a dar continuidade aos estudos.

Considerações

As considerações acerca do programa de ações afirmativas, no que diz respeito a relação público-privado , ou seja, Ensino Superior privado e ProUni foi ao longo de sua existência motivo de pesquisa e análise. Para Carvalho (2005) garantir o ingresso e a gratuidade ao ensino superior não é o suficiente, quando consideramos as camadas sociais menos favorecidas são necessárias garantir condições que apenas as instituições públicas, ainda, podem oferecer tais como: transporte, moradia estudantil, alimentação subsidiada, assistência médica disponível nos hospitais universitários, bolsas de pesquisa, entre outros.

Espera-se das diferentes esferas de governo que haja esforço no sentido de implementar em elementos necessários para a efetivaçãoda construção contínua das ações intersetoriais, para que se possa acentuar na cobertura dos atendimentos e ações desenvolvidas nas políticas, visando diminuir a precarização dos serviços oferecidos. De acordo com Raichelis (2000), a intersetorialidadepermite a abordagem de forma ampla da problemática social em seu caráter complexo e multidimensional.

Entretanto, para queFrey (2000, p.215-216)

> Defendo a tese de que as peculiaridades socioeconômicas e políticas das sociedades em desenvolvimento não podem ser tratadas apenas como fatores específicos de "polity" e "politics", mas que é preciso uma adaptação do conjunto de instrumentos da análise de políticas públicas às condições peculiares das sociedades em desenvolvimento.

Percebe-se que nos diferentes momentos das entrevistas evidenciou-se as diferentes necessidades entre os jovens de 17 a 24 anos. As politicas oferecidas devem ser pensadas, planejadas e implementadas de forma a atender a diversidade do país. Repensar as políticas e propor um modelo que inclua e não exclua as avessas é uma forma de garantir ações que de fato afirmem a presença dos jovens de diferentes regiões na educação e no mercado de trabalho.

Referências

BIDARRA, Z. S. (2009) *Pactuar a intersetorialidade e tramar as redes para consolidar o sistema de garantia de direitos.* Serviço Social & Sociedade. São Paulo:Cortez

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. *Institui o Programa Universidade para Todos PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.* Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm. [consultado em 05-11-2014]

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial 23 de dezembro de 1996.* Disponível em http://www.educacao.go.gov.br/portal/supem/documentos/9394.pdf. [consultado em 06 -3-2014]

CARVALHO, C. H. A. de. *Política de ensino superior e renúncia fiscal: da reforma universitária de 1968 ao PROUNI.* 28ª Reunião Anual da ANPED. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302006000300016&script=sci_arttext. [consultado em24 -2- 2014]

CASTRO, M. H.G. de.(1999*) Educação para o século XXI. O desafio da qualidade e da eqüidade. Brasília* : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

CUNHA, L. A.(1980) *A Universidade Temporã: O ensino superior da Colônia à Era de Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A

CUNHA, L.A.; GÓES, M.. de.(1985) *O Golpe na Educação*. 6.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda,

DYE, T.(1984) *Understanding Public Policy.* Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.

EASTONE, D (1965) *A Framework for Political Analysis***.** Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1965

FRAY, K. (2013) *Políticas Públicas: Um Debate Conceitual e Reflexões Referentes à Prática da Análise de Políticas Públicas no Brasil.* Disponível em http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper21.pdf. [consultado em: 05 -3- 2013]

GOMES, J. B. B. (2001) *Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA.* Rio de Janeiro: Renovar

GONÇALVES, S. A. *Estado e expansão do ensino superior privado no Brasil: uma análise institucional dos anos de 1990.* Disponível em http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a07.pdf. Acesso em: 28 de fevereiro de 2014

GONÇALVES E SILVA, P. B. e; SILVERIO, V.(org) (2003) *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica.* Brasília. Inep/MEC.

INOJOSA, R. M. (2001) *Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade.* São Paulo: Cadernos Fundap,

INOJOSA, R. M.; JUNQUEIRA, L. P *Experiências Municipais: Desenvolvimento social e intersetorialidade na gestão pública municipal.* Disponível em http://www.datasus.gov.br/cns/cns.htm.[consultado em 15 -2-2014]

JUNQUEIRA L. A.; INOJOSA, R. M.; KOMATSU, S. (1998) *Descentralização e intersetorialidade: na gestão pública municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza.* Caracas: UNESCO/CLAD/ Série Concurso de Ensayos CLAD.

LASWELL, H. D.(1936-1958) *Politics: Who Gets What, When, How***.** Cleveland:Meridian Books.

LINDBLOM, C. E. (1959). *The Science of Muddling Through", Public Administration.* Review 1959.

LINDBLOM, Charles *Edward. Still Muddling, Not Yet Through, Public Administation***.** Review

LYNN, L (1980). *Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis.* Santa Monica, Calif.: Goodyear.

MACIEL, A. *Benefícios do PROUNI maquiam as reais dificuldades dos estudantes***.**
Disponível em http://revistas.pucsp.br/index.php/contraponto/article/viewFile/6586/4788. [consultado 8-3-2014]

MOHELECKE, S.(2002) *Ação Afirmativa: história e debates no Brasil.* Disponível em http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf. [consultado em 20-11-2014]

NOGUEIRA, V. M. R.; MIOTO,R. C.; TAMASO T.(2006) *Sistematização, planejamento e avaliação das ações dos assistentes sociais no campo da saúde.* In: MOTA, A. E. Et. Al. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho profissional. 2006. Disponível em www.fnepas.org/serviçosocialsaude/início.htm. . [consultado em 20-11-2014]

OTRANTO, Regina Célia. (2006).*A Reforma da Educação Superior do Governo Lula: Da inspiração à implantação.* In: SILVA JR, João dos Reis. ; OLIVEIRA, João Ferreira de; MANCEBO, Deise. (Org.). Reforma Universitária: dimensões e perspectivas. Campinas (SP): Alínea

PETERS, B. G. (1986)*American Public Policy.* Chatham, N.J.: Chatham House

PETERS, B. G. (1995) *The Politics of Bureaucracy.* White Plains: Longman Publishers.

PETERS, B. G.(1998) *Understanding Governance: Policy Networks, Governance, Reflexivity and Accountability by R. W. Rhodes*, Public Administration

RAICHELIS, R. (2000). *Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos para construção democrática.* São Paulo: Cortez

REDE UNIDA. *Intersetorialidade na Rede Unida.:Divulgação em saúde para debate.* Disponível em http://www.redeunida.org.br/index.asp.[consultado em 3-3-2014]

SILVA, A. C. da. *Alguns problemas do nosso Ensino Superior*. Disponível http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142001000200014&lng=pt&nrm=isso.[consultado em 3-10-2014]

SIMON, H. (1957). *Comportamento Administrativo.* Rio de Janeiro: USAID

SUPER, D. E., SAVICKAS, M. L. & SUPER, C. M. (1996). *The lifespanlife-space approach to careers*.In D. Brown & L.Brooks (Orgs), Career choice and development. (pp. 121-178). San Francisco, CA: Jossey-Bass.

TRIVIÑOS, A. N. S. (1987*) Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas

UNE. *Home Page da Instituição* Disponível EMhttp://www.une.org.br/2012/04/encontro-do-PROUNI -em-manaus-debate-casado-
estudante-para-PROUNI stas. .[consultado em 3-10-2014]

Política de cotas nas universidades públicas federais no Brasil

Layza Castelo Branco Mendes[1]

Andrea Caprara[2]

RESUMO: Este estudo discute políticas de cotas nas Instituições de Ensino Superior (IES) após a implantação da Lei nº 12.711 de 2012. Verificam-se aspectos que proporcionam a compreensão da necessidade de implantação das cotas e a validade da lei. Para entendimento das questões pertinentes às cotas, confrontam-se argumentos contrários – os quais questionam a constitucionalidade delas – com posicionamentos favoráveis. Reflete-se sobre temores acerca da implantação das cotas e situações já existentes em universidades públicas que provam que tais aflições são desnecessárias. Por fim, com base em cenários já configurados em universidades que, antes da Lei 12.711, já haviam implantado cotas, discutem-se acertos, problemas e soluções. Desse modo, antes da implantação da lei, as cotas já estavam proporcionando benefícios para a sociedade brasileira e tais ganhos tendem a aumentar com o cumprimento.

Palavras-chave: Universidades, Brasil, Cotas, Lei 12.711, Transformações.

Introdução

As universidades brasileiras, essencialmente as federais, estão passando por inúmeras modificações que, possivelmente, gerarão movimentos de transformações progressivas em diversas outras engrenagens sociais de nosso País. Isso é afirmado por dois motivos: primeiro, por que qualquer mudança, em um âmbito da existência social, sempre gerará transformações nos demais, pois todos estão intimamente ligados; segundo, a universidade existe para pensar mudanças, promover descobertas, criar novas técnicas, dentre outras ações, além de ser lugar de formação de indivíduos que atuarão na sociedade, a qual espera que descobertas e técnicas proporcionem avanços sociais, assim como deseja que universitários formem-se tendo o desenvolvimento social como um de seus objetivos. Quando a universidade muda, o modo de produção de conhecimento sofre transformações, e a atuação dos profissionais formados nessas instituições também é influenciada por tais mudanças.

De acordo com Milton Santos (2012), um caminho possível de se provocarem mudanças pode ser por meio do foco dado ao que está dando certo. Portanto, é preciso reconhecer o que está mudando nas universidades, bem como o que está melhorando com essas transformações para que se multipliquem e se gerem outras mudanças.

Dentre muitas transformações que vêm sendo aplicadas ao ensino superior público brasileiro destaca-se as políticas de cotas para o ingresso nas Instituições de Ensino Superior (IES), principalmente, as que estão sendo promovidas por meio da nova Lei no 12.711, que as obriga a implantá-las nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Considera-se tal lei necessária, mas sabe-se que ela tem causado incômodo a alguns segmentos da sociedade brasileira. Por essa razão, além de se empreenderem esforços na tarefa de compreendê-la, intenta-se também verificar o que antes dela estava sendo discutido sobre "cotas nas IES".

Aqui são esclarecidos dados acerca da Lei 12.711, bem como do princípio ao qual essa lei está vinculada, qual

---

1 Graduada em Psicologia – Universidade Federal do Ceará (UFC)/2003; Especialista em Psicologia da Adolescência – Universidade de Fortaleza (Unifor)/2005; Especialista em Psicodrama – Faculdade Integrada do Ceará (FIC-Estácio)/2005; Mestre em Psicologia – Unifor/2007; Doutora em Saúde Coletiva – Universidade Estadual do Ceará (UECE)/2013; Pós-doutoranda – UECE/2014; endereço: Avenida Dedé Brasil, 1700, Itaperi, Fortaleza-Ce, Brasil; layzacbm@gmail.com

2 Professor do Doutorado em Saúde Coletiva, Centro de Ciências da Saúde; Endereço: Avenida Dedé Brasil, 1700, Itaperi, Fortaleza-Ce, Brasil, andreacaprara1@gmail.com

seja: o das ações afirmativas. Em seguida, com base nas reflexões mais encontradas nos artigos que serviram de aporte teórico, encontram-se sínteses com o intuito de colocar o leitor a par de quais são as questões mais citadas acerca da temática. Na sequência debateu-se a necessidade das cotas, bem como a constitucionalidade da Lei 12.711, com base nos principais argumentos encontrados no material bibliográfico utilizado para expressões contra e a favor. Em seguida foram expostas reflexões sobre algumas apreensões dos autores acerca da implantação das cotas, chamando a atenção para o fato de que muitos desses receios podem, na verdade, revelarem-se ideias infundadas, que são perigosas, porque podem contribuir para a criação de uma imagem estereotipada do aluno cotista. Por fim, foram feitas algumas considerações para novas ações relacionadas às políticas de cotas nas IES que se consideram necessárias para a consolidação de tais políticas.
Compreende-se que as cotas não são donativos e que o Brasil poderá colher benefícios por meio da implantação das cotas baseadas em dados socioeconômicos e raciais. No entanto, deixa-se expresso que se está ciente de que as políticas de cotas não promovem milagres e, isoladamente, irão gerar mudanças em grau menor do que associadas a outras transformações ainda necessárias.

Aspectos metodológicos

Essa pesquisa caracteriza-se metodologicamente como uma pesquisa de revisão bibliográfica realizada no primeiro semestre de 2013. A pergunta de partida que a gerou foi instigada após a leitura do artigo de Velloso (2009) que debate o desempenho dos alunos cotistas na Universidade de Brasília (UnB). Para concretizá-la verificou-se o que versavam as discussões acerca dessa temática, contidas em artigos científicos publicados antes da sanção da Lei 12.711 e até seis meses depois desse fato. Decidiu-se iniciar a busca por artigos na base de dados Scielo, por ser de livre acesso a todo cidadão brasileiro. Foram escolhidos dois descritores: Cotas (assunto) e Universidade (todos os índices). Nessa data, março de 2013, surgiu apenas vinte e um artigos, dentre os quais três não foram selecionados porque a palavra cotas não se adequava ao sentido aqui utilizado. Todos traziam variação na data de publicação de 2005 a 2012. Desses dezoito selecionados, apenas quatro não foram usados aqui por se tratar de dados já encontrados em demais artigos utilizados.
Para ampliar a discussão, foram selecionados, também por meio da internet, cinco outros artigos que tratam do tema – sendo apenas um originalmente publicado em jornal e os demais em revistas científicas –, mas que não apareceram na busca acima citada. Houve essa necessidade por ser preciso ampliar a compreensão sobre algumas questões jurídicas, tais como a constitucionalidade das cotas, pois, na busca inicial, nenhum artigo deteve-se mais detalhadamente sobre tais pontos. O último artigo selecionado, também por meio do Scielo, foi através do descritor "Lei 12.711". Na ocasião surgiu apenas o artigo de Santos (2012). Na medida em que se apreendia o material selecionado, surgiu a necessidade de se verificar uma publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – que mostra dados sobre o negro e o índio na universidade brasileira – e de ler algumas leis, projetos de lei e decretos, além da Constituição Federal de 1988.

A Lei 12.711/2012 e algumas repercussões

O Brasil encontra-se em um momento de transformações nas IFES e desde que elas começaram diferentes setores da sociedade têm tecido críticas condenando-as. Muitas dessas críticas pautam-se em sensos comuns, embasados em interesses individuais e ausentes de fundamentos lógicos ou demonstrações de interesse público. Dentre dezenas de ações que visam o desenvolvimento e a democratização das IFES, as que mais têm causado incômodo parecem ser as políticas de cotas que visam superar o até então sistema de ingresso que selecionava, em sua maioria, indivíduos provenientes de classes sociais mais altas. Sabe-se que desigualdades financeiras causam disparidades nos desempenhos em vestibulares, pois indivíduos de classes menos favorecidas economicamente, muitas vezes, não desfrutam de condições necessárias ao desenvolvimento da cognição de forma adequada.
Para confrontar essa realidade vigente, criou-se a Lei nº 12.711. Essa lei foi estabelecida no dia 29 de agosto de 2012, versando sobre a entrada de alunos nas IFES e instituindo a obrigatoriedade das cotas nessas instituições (Brasilc, 2012). Segundo Santos (2012), a matéria sobre a qual versa a referida lei esteve na pauta das decisões

governamentais por cerca de treze anos e um dos inícios foi o Projeto de Lei nº 73, que repensava as formas de ingresso nas IFES e nas IES estaduais, apresentado pela Deputada Nice Lobão em 1999. O Projeto foi negado e redistribuído algumas vezes, durante alguns anos. Apenas em 2004, o Ex-Presidente, Lula, apresentou o Projeto de Lei nº 3.627 que sugeria reserva de 50% das vagas das instituições públicas federais de educação superior para estudantes egressos de escolas públicas e versa de maneira especial sobre estudantes negros e índios (Santos, 2012).

Antes da publicação da Lei 12.711, a maioria das críticas contra as cotas centrava-se no fato delas, em muitas instituições públicas, estarem reservadas para indivíduos que se autodeclararem negros, pardos ou índios. Entretanto, a Lei 12.711 atendeu primeiramente à demanda socioeconômica, não deixando de contemplar também ações específicas para a população de negros, pardos e índios. Fato que se considera inquestionável já que: «Nas mais diversas esferas da sociedade brasileira, seja no tocante à educação, à saúde ou às condições socioeconômicas, é evidente que há iniquidades no plano étnico-racial que precisam ser combatidas» (Maio & Santos, 2005:2007); «as estatísticas têm demonstrado, a cada censo, que a população negra é […] onde se concentram os maiores índices de pobreza e miséria […]» (Menin et al. 2008: 270).

A maioria das polêmicas contrárias às cotas centra-se nas discussões sobre raça. Fato consternador, primeiro porque as cotas não são apenas por razão das questões raciais, pois são elas apenas um dos pontos debatidos, sendo o certame mais complexo e segundo porque se sabe que há falhas na democratização do ensino brasileiro no que diz respeito a raças (IBGE, 2005). A população negra tem baixíssima representatividade nas universidades no país (Ibidem). Cerca de 98% da população brasileira de afrodescendentes com idade entre dezoito e vinte e cinco anos nunca estiveram na condição de estudantes universitários (Bayma, 2012). Assim sendo, percebe-se que as cotas para raças, mesmo que fossem apenas elas, ainda assim teriam fundamentos coerentes.

Bittar & Almeida (2006) lembram que o Brasil possui a segunda maior população negra do mundo. Em alguns dos índices mostrados pelos autores, a população negra encontra-se nos patamares mais baixos da escolaridade, com os menores índices de participação em diversas fases da educação (ensino médio, superior e pós-graduação), com a presença dos mesmos variando de pequena (no caso do ensino médio) a quase inexistente (na pós-graduação). Já Silva (2004) explica que há o preconceito racial contra o negro, porém essa realidade é encoberta pela ideia de democracia racial que o autor considera um mito. Para o estudioso, democracia racial, por ser apenas suposta, dificulta muito a compreensão jurídica dessa problemática nacional. A democracia racial no Brasil é ilusória e discriminatória e em parte continua dessa forma por complacência social (Vogt, 2004). Portanto, é preciso estar atento para não se envolver em discursos tendenciosos a favor de uma igualdade inexistente. Concorda-se que no Brasil há íntima relação entre raça/etnia e desigualdades socioeconômicas (Neves & Lima, 2007).

Nery & Conceição (2005) relatam que a maioria da população brasileira afirma não ser discriminadora. Fato ambíguo, pois em pesquisa com alunos do ensino médio de escola pública, Brandão & Marins (2007) identificaram que 80% desses jovens afirmam haver racismo no Brasil. Fenômeno que leva a se constatar hipocrisia acerca de democracia racial. Sobre muitas das considerações acerca das cotas nas universidades públicas no Brasil, Neves & Lima (2007: 35) alertam: «[…] expressam percepção da injustiça, mas certa naturalização dela, que leva a uma incapacidade em pensar estratégias para combater as fontes das injustiças». Diante disso, defende-se que as discussões sobre cotas devem ultrapassar análises lineares dos fatores envolvidos, bem como a dicotomia a favor ou contra. A necessidade das cotas, a constitucionalidade delas, o impacto social esperado etc. são temas que devem ser refletidos tendo como respaldo discussões das diversas ciências sociais e humanas. Para que isso aconteça, é necessário tornar público o esclarecimento aprofundado dessa questão, conectando-a as questões sociais pertinentes ao tema, tais como pobreza, racismo, desigualdades, crescimento social, história do Brasil etc.

Após compreendida a necessidade das cotas nas universidades, faz-se necessário descrever aspectos da lei supracitada. Para concorrer às vagas reservadas às cotas nas IEFS que, obrigatoriamente, deverão, até 2016, ser 50% do total, é necessário que os estudantes tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Dentre essas vagas, 50% serão destinadas (ou seja, 25% do total) a candidatos que terão ainda que comprovar renda familiar bruta igual ou inferior a um salário-mínimo e meio *per capita* e as demais 50%

(outras 25% do total) serão destinadas aos concorrentes provenientes de escolas públicas e que a renda *per capita* supera esse valor. Entre essas vagas (50% do total de vagas nas IEFS), deverá haver reservas especificas aos que se autodeclararem pretos, pardos ou indígenas e essas serão proporcionais a dados percentuais dessas populações nos locais em que as instituições ofertarem vagas. Fica evidente que as reservas raciais não possuem vínculo com os 50% das vagas de livre concorrência, às quais alunos de escolas privadas – e, provavelmente, possuidores de condições socioeconômicas melhores –, concorrerão. Como as IFES têm até 2016 para implantarem o sistema de cotas integralmente, o governo permitiu que essa implantação ocorresse de forma gradual – quando a IEFS desejar –, começando, no ingresso para o ano de 2013, com 12,5%, e, assim, aumentando sucessivamente até 2016. Contudo, cada IEFS, se desejar, poderá, desde o início, reservar 50%.

A Lei 12.711 prevê cotas nas vagas das IFES para brasileiros, em sua maioria, pobres que até então estavam sendo colocados à margem da sociedade, da cultura e da educação. Sobre a permanência das cotas para raças, urge lembrar que «não há como ignorar o binômio raça e pobreza» (Bayma, 2012: 337). Essa lei não é algo inusitado, pois, no Brasil e em outros países, há inúmeras outras que são importantes para garantir a busca contínua de condições de equidade entre raças. A própria Constituição brasileira mostra preocupação não apenas com a equidade para todos os cidadãos, mas também com o racismo e a discriminação (Brasila). Contudo, mudanças nos comportamentos e representações sociais ainda são sofregamente esperadas, pois, embora leis sejam fundamentais, nunca foram suficientes. Por vezes, as leis têm garantido a parcelas da população, apenas um mínimo necessário de dignidade que, ainda assim, às vezes são infringidas. Como adverte Bayma (2012), algumas medidas em relação à população negra no Brasil, tal como a abolição da escravidão, estavam relacionadas com medidas econômicas advindas das relações de interesses capitalistas. Para a autora, a abolição estava associada à ampliação do mercado consumidor e, portanto, não houve uma preocupação dos governos locais com a inserção da população negra na sociedade, que se viu "livre", mas sem condições de viver de forma cidadã.

Há muito tempo tem havido avanços sociopolíticos na procura de superar o racismo (Neves & Lima, 2007). Esforços em prol de ações afirmativas e debates ocorridos em diversos cantos do globo – tais como os promovidos pela Unesco desde a década de 50 –, mantinham-se alimentados por ideias difundidas mundialmente (Maio; Santos, 2005).

> As ações afirmativas consistem em políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade (Gomes, 2001 apud Santos et al. 2008: 916).

As ações afirmativas no Brasil foram precedidas por acontecimentos mundiais. Para Santos (2012), a Declaração Universal dos Direitos Humanos, datada de 1948, é uma demarcação do início da defesa das ações afirmativas no cenário mundial. De 1968, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou a "Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial", até 2001, quando realizou uma conferência que influenciou as ações afirmativas no Brasil, esse órgão instigou diversos países a refletirem sobre esse problema mundial. Seguindo essa tendência, em 2002, o presidente Fernando Henrique Cardoso promulgou o Decreto Nº 4.228, que estabeleceu o Programa Nacional de Ações Afirmativas no Brasil que, dentre outras metas, previa a garantia de percentual de participação de afrodescendentes, bem como de mulheres e pessoas portadoras de deficiência no preenchimento de cargos públicos (Brasilb). Tal Decreto presume também: capacitações em prol da promoção de cidadania e de igualdades; ações de sensibilização que objetivem a proteção de direitos humanos e eliminação das desigualdades.

A maioria dos brasileiros tem conhecimentos escassos sobre as ações afirmativas no país e no mundo. Inclusive, poucos acadêmicos sabem de maneira precisa sobre os acontecimentos acerca dessa questão. Paula (2004)

lembra que um dos equívocos sobre o pensamento acerca das ações afirmativas é acreditar que são apenas políticas de cotas. Cotas são apenas uma opção. Portanto, engana-se quem pensa que as ações afirmativas limitam-se à concessão de cotas nas universidades. Perdem os brasileiros que não procuram compreender melhor os aspectos históricos e legais de tais medidas governamentais; assim como atravancam a vida de outros brasileiros os que possuem tais conhecimentos e não compartilham adequadamente com seu concidadão.

As políticas de cotas no Brasil não são fatos inusitados, porém, é curioso que apenas em relação às universidades as polêmicas tenham adquirido proporções maiores. A hipótese que se levanta é a de que todos sabem que a universidade é a porta de entrada para a liberdade e a autonomia cônscia dos indivíduos. Imagina-se que cotas nos concursos públicos não incomodam a população mais letrada e abastada financeiramente, pois todos sabem que para concorrerem aos cargos públicos bem remunerados e mais cobiçados é necessário possuir graduação em nível superior. Acredita-se que o "calcanhar de Aquiles" dos que não querem abrir mão de seus privilégios encontra-se na universidade. Ampliar as possibilidades de formação superior a setores menos favorecidos da população significa alargar as oportunidades desses brasileiros de obter evolução social, maior representação política e crescimento econômico. Significa que tais indivíduos terão mais chances de concorrer a cargos públicos, de ter melhores empregos, de dar melhor educação a seus filhos etc.

Antes de o Decreto nº 4.228 ter sido estabelecido, o governo já tinha fixado políticas de cotas em alguns de seus ministérios (Maio & Santos, 2005). Já em 1999, a Universidade de Brasília (UnB) apresentou propostas de cotas raciais. Ainda em 2001, houve também ações estaduais, tal como no Rio de Janeiro e na Bahia, onde os governos estabeleceram cotas para pretos e pardos em universidades sob suas jurisdições (Queiroz & Santos, 2006). Desse modo, iniciaram-se os debates específicos sobre ações afirmativas nas universidades, alcançando amplitude nacional, ocorrendo em instituições estaduais e federais. Em 2003, a UnB decidiu implantar políticas de cotas. Um dos fatos motivadores foi a UnB ter constatado que, de seus 26 mil alunos, apenas 2% eram negros (Nery & Conceição, 2005). De acordo com Campos (2012), apenas nesse período – em que a primeira universidade federal manifestou-se a favor das cotas –, os cientistas sociais no Brasil passaram a pronunciar-se sobre essas questões de maneira mais ativa. Sobre a autonomia (didático-científica, administrativa, gestão financeira e patrimonial) das IFES que é respaldada pela Constituição Federal de 1988 em seu art. 207º, Maio & Santos (2005) relataram um fato que demonstra que as universidades não estão perdendo: trata-se da decisão da implantação das cotas na UnB, que ocorreu por meio de votação realizada em reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) dessa instituição: um voto contrário, uma abstinência e vinte e quatro votos a favor. Os representantes da UnB decidiram de forma livre, fato que leva a pensar que se manteve a autonomia institucional, assim como dirigentes e representantes também mantiveram incólumes suas liberdades de pensamento e expressão. Na Universidade Federal do Paraná (UFPR), as propostas também foram discutidas e votadas em instâncias deliberativas (26 votos a favor e 14 contra) (Bevilaqua, 2005). A Universidade Federal da Bahia (UFBA) também apresentou características de implantação democrática, já que as primeiras reivindicações por cotas surgiram dos próprios alunos (Queiroz & Santos, 2006).

Quando o governo federal promulgou a Lei 12.711 – quase uma década depois de a primeira IFES instituir cotas e mais de uma década depois da primeira decisão por vestibular com cotas no país –, essa já era uma tendência nacional. Todas as universidades federais que já adotavam políticas de cotas as haviam instituído por meio de conselhos deliberativos ou assembleias (Santos, 2012). Acredita-se que a ação do governo federal foi apenas nivelar, organizar e fixar a distribuição das cotas nas IFES. Segundo Guarnieri & Melo-Silva (2010), em 2010, havia oitenta e três IES públicas, dentre as quais havia trinta e cinco federais, que já estavam utilizando o programa de cotas em seus processos de seleção. Sobre as demais universidades públicas ou privadas, que não são relacionadas à Lei 12.711, é necessário lembrar que algumas ações afirmativas dependem da administração à que estão sujeitas. Entretanto, acredita-se que o Brasil não corre riscos de que as demais IES retrocedam em seus processos de evolução democrática, pois as decisões por cotas foram estabelecidas por meio de legislações municipais ou estaduais, através de resoluções de conselhos universitários, ou basearam-se em decisões de assembleias legislativas (Santos, 2012).

Já que ficou compreendida a relação ações afirmativas-cotas nas universidades brasileiras, descreve-se, sumariamente, dados históricos sobre ações afirmativas no mundo, pois assim, pode-se contribuir para o entendimento da seriedade de tais políticas no nível global. Paula (2004) afirmou que o termo ação afirmativa foi

cunhado nos EUA. Acredita-se que, por essa razão, muitas vezes a origem das ações afirmativas foi relacionada a essa nação. Já Bayma (2012) cita estudos que demonstram que o início de ações afirmativas ocorreu na Índia. Nery & Conceição (2005) afirmam que, em 1931, na legislação brasileira, já constava o conceito de ação afirmativa. Há quem diga que as ações afirmativas relacionam-se às origens das lutas antirracistas iniciadas na Independência Americana (1776) e na Revolução Francesa (1789) (Bittar & Almeida, 2006). Porém, se for levado em conta que ações afirmativas são conjuntos de ações, políticas, reflexões etc., pergunta-se se é possível fornecer a algum país específico o título de pioneiro. A busca por igualdades sociais tem caminhado com o processo civilizatório. No Brasil, a luta dos negros e as suas resistências à escravidão tiveram ocorrência já no século XVI (Ibidem), ou seja, eles sempre tiveram consciência de que estavam sendo subjugados de maneira desumana e, ininterruptamente, buscaram romper com a barbárie a que foram submetidos.

Sobre a superação da segregação social no Brasil, acredita-se que o cumprimento da Lei 12.711 será um "divisor de águas" na democratização da educação. Ter como um dos começos de busca pela igualdade social nas universidades é começar pela base da produção e difusão de conhecimento, é iniciar em local de solidificação de identidades, pois a maioria dos universitários de graduação é constituída por jovens que ainda estão finalizando o processo de construção identitária.

Cotas necessárias e constitucionais: breves comentários

Na maioria dos artigos lidos, encontram-se discussões sobre a questão da constitucionalidade ou inconstitucionalidade das cotas em IES, a qual tantos se agarram para anunciar a suposta transgressão do governo federal. De modo sintético, expõem-se os argumentos debatidos nesse material bibliográfico. Antes, porém, é necessário lembrar que o art. 84º da Constituição prevê que o Presidente da República pode, por meio de decreto, organizar a administração federal, desde que suas decisões não acarretem aumento de despesas ou criação e extinção de órgãos públicos (Brasila, 1988). Imagina-se que as cotas nas IFES não ocasionaram nenhuma dessas restrições.

Muitas críticas às cotas, tanto as que lhes são favoráveis, quanto as que lhes são contrárias, advindas do senso comum e de pesquisadores, atrelam-se à Constituição, principalmente, aos artigos: 1º, que cita como fundamentos democráticos a cidadania e a dignidade da pessoa humana; 3º, em que estão proferidas palavras sobre a objetivação da diminuição de desigualdades e a eliminação da pobreza, bem como a primazia da liberdade, justiça e solidariedade (artigo citado mais pelos que são a favor); 5º, em que se encontra citado que "todos são iguais perante a lei". Em breves respostas aos posicionamentos contrários, pergunta-se: "o que é dignidade?" e "todos os brasileiros gozam de dignidade humana?". Existem milhares de respostas, mas é preciso ressaltar aquela que faz referência ao ensino universitário.

Há quem cite que na Constituição brasileira está prevista a obrigatoriedade do governo de proporcionar apenas educação básica (ensino fundamental e médio) para todos os brasileiros, como item indispensável à dignidade humana e que o art. 208º isenta-o da obrigatoriedade do ensino superior (Barzotto, 2003). Concorda-se com a afirmação, mas é preciso lembrar que a questão relacionada à dignidade humana não pode ser atrelada à garantia da universidade, mas sim à garantia de oportunidades equitativas. Sobre a igualdade, solicita-se que ela seja mostrada acontecendo na vida vivida, e não apenas na vida pensada idealmente. Para muitos brasileiros, essa igualdade nunca deixou de ser letras em forma de Constituição, pois, no Brasil, a desigualdade precede a existência de alguns brasileiros, que, ao nascerem, já se encontram em condições subumanas. Sobre isso, Neves & Lima (2007) lembram que há diferenças entre: igualdade formal e igualdade real; igualdade de condições e igualdade de direitos; igualdade de fato e igualdade de direito.

Outra justificativa de Barzotto (2003), ao tentar provar contrariedades nas políticas de cotas, fundamenta-se na previsão constitucional de a educação superior distribuir suas vagas com base no critério de capacidades. Considera-se esse fato subjetivo e, portanto, passível de ser questionado, pois vestibulares não são instrumentos de medida de capacidades cognitivas de maneira precisa e aprofundada, tal como são os testes psicológicos validados específicos para esse fim; apenas são maneiras rápidas de realizar seleção de macro alcance e que medem aquisição de conhecimento de base para iniciar um curso de nível superior. Se fossem medidas, por meio de testes psicológicos de inteligência, cientificamente, as capacidades cognitivas de cada brasileiro

que gostaria de estudar na universidade pública, encontrar-se-iam milhões de indivíduos, de todas as raças e condições econômicas, com capacidades muito semelhantes que, portanto, os colocariam em igualdade para estar na universidade. Entretanto, quando se observam questões básicas, que na mesma Constituição são ditas fundamentais à plena realização do cidadão brasileiro, então, verdadeiramente, depara-se com as reais diferenças que, sem dúvida, colocam alguns candidatos às vagas nas universidades públicas em condições desiguais de competir. Além disso, vale lembrar que alunos cotistas também se submetem a seleções e têm seus conhecimentos medidos.

Outro argumento contrário bastante citado tem sido a "discriminação reversa": situações em que, por exemplo, governos discriminam uma parcela específica da população por favorecer outra (Paula, 2004). No caso brasileiro, atualmente, de acordo com a Lei 12.711, os demais (supostamente) não favorecidos com políticas de cotas são, em sua grande maioria, indivíduos com boas condições financeiras. Portanto, será que há indivíduos que podem declarar-se sofredores da discriminação reversa com a implantação das cotas nas IFES? Concorda-se com a ideia de que haveria discriminação reversa se não houvesse como as pessoas que se sentem lesadas com as políticas de cotas cursarem a educação superior, o que não é verdade.

Já sobre a constitucionalidade das cotas, os princípios das diversas ciências mais citados nos artigos estudados são: a justiça compensatória; justiça distributiva; justiça comutativa; retificação de injustiças, promoção do pluralismo e fortalecimento de identidades étnicas. O mais referenciado é a justiça compensatória, razão pela qual serão concentradas as reflexões nesse princípio. No entanto, serão feitas agora, breves explicações sobre os demais. Entende-se que justiça distributiva são ações de distribuição de bens com a finalidade de buscar a igualdade para todos (Barzotto, 2003). Assim sendo, para alguns indivíduos, as vagas nas IFES são consideradas bens. Já justiça comutativa objetiva cuidar das relações entre partes inseridas em um contexto social amplo (Barzotto, 2003). Desse modo, alguns estudiosos consideram que as cotas favorecem as relações entre indivíduos de raças diferentes, bem como de classes sociais diversas, gerando justiça comutativa. A retificação de injustiças traduz-se na necessidade de reparar arbitrariedades cometidas anteriormente (Barzotto, 2003). Assim, as cotas podem ser pensadas como a correção de iniquidades cometidas no passado pelo poder público. Por último, de acordo com os defensores das cotas, ações afirmativas, como as cotas nas IFES, promovem o pluralismo e consolidam identidades éticas, pois favorecem a valorização da diversidade existente no país (Bayma, 2012).

A justiça compensatória fortalece-se na ideia de que, em algum momento passado, determinado segmento da população sofreu alguma espécie de discriminação e, portanto, precisa ser compensado pelos danos que lhe foram causados (Paula, 2004). É fato inquestionável que no Brasil há sujeitos que se enquadram nesse perfil (por condições socioeconômicas e por raça). Por mais que a Constituição brasileira – muito recente se comparada à história do Brasil – forneça garantias, comportamentos e valores são passados transgeracionalmente e, portanto, ainda nos dias de hoje, é possível encontrar preconceitos e racismos arraigados no imaginário e nas atitudes da população brasileira. Além disso, não é incomum que indivíduos que tiveram ancestrais maltratados permitam – mesmo que de forma inconsciente –, serem subjugados. Poucos são os estudiosos que contestam que a justiça compensatória aplica-se à população negra no Brasil, que passou quase quatro centenários escravizada, ou à população indígena, quase totalmente exterminada. Acrescenta-se a validade dessas atitudes também aos socioeconomicamente desfavorecidos, pois ressarcem aqueles que, ainda em tenra idade, tiveram sua cidadania subtraída, já que tiveram suas dignidades humanas violadas.

Mesmo existindo todas essas justificativas acima citadas, ao longo dos últimos anos, representantes dos poderes Legislativos e Judiciários, assim como da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), dentre outros, manifestaram-se de forma desfavorável às cotas, tentando provar legalmente que eram inconstitucionais (Santos, 2012). No entanto, no dia 26 de abril, de forma unânime, todos os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) julgaram que as cotas são constitucionais (Bayma, 2012), pois, de acordo com a compreensão deles, as políticas de cotas nas universidades públicas federais «não maculam o princípio constitucional da isonomia» (Bayma, 2012: 340), pois intentam apenas compensar desigualdades centenárias. Enquanto se aguardam as respostas sociais à instituição das obrigatoriedades lícitas da Lei 12.711, propõem-se: saiamos dos nossos labirintos de espelhos, onde só podemos ver a nós mesmos; destituamo-nos minimamente de nossa pequenez humana que limita nossa compreensão das problemáticas alheias, bem como da mesquinhez característica do mundo ocidental

capitalista, onde se pensa de forma ambígua em acumular e em gastar; e vejamos nossas vidas por meio de outras perspectivas, pois perceberemos que vivemos todos – pretos, pardos, brancos e índios; ricos, pobres e milionários etc. – no mesmo mundo, com nossas vidas indubitavelmente atreladas umas às outras.

Medos ou fantasias? Os riscos dos estereótipos

Discute-se aqui, alguns receios que estudiosos, bem como a população brasileira estão tendo em relação às cotas nas IES. Inicia-se com a afirmação de Paula (2004) sobre o dever das universidades públicas federais, antes de receberem o aluno negro, de realizar uma preparação prévia. Bevilaqua (2005) qualificou de conservadorismo a locução de um docente da UFPR que expressou semelhante opinião, ou seja, a de que a resolução acerca da implantação de cotas apenas resolveria o problema do ingresso na universidade, mas não o da permanência dos alunos. Entretanto, como se trata de opinião considera-se tal expressão conhecimento ambíguo e não relacionado com uma verdade absoluta. Tais colocações podem ter vários sentidos, dentre os quais, alguns são pertinentes e outros são preconceituosos. Formularam-se três hipóteses: a primeira é a de que cotistas serão discriminados. Pergunta-se: quem irá discriminá-los ou rejeitá-los? Docentes? Colegas? Sabe-se que há essa possibilidade, portanto, essa hipótese deverá ser refletida por acadêmicos, para que precauções sejam tomadas. Estudiosos já estão preocupados com essas questões, pois «muitos estudantes que poderiam ser beneficiados com um programa de cotas tendem a discordar de tal alternativa, temendo serem hostilizados no meio universitário» (Guarnieri & Melo-Silva, 2010: 488). Outros até já se encontram pensando sugestões, como Neves & Lima (2007), que receiam, inclusive, que os alunos afrodescendentes afastem-se de suas comunidades e, consequentemente, que as intervenções positivas que poderiam ser feitas por eles em seus espaços deixassem de acontecer. Como solução sugerem que cotistas realizem trabalhos sociais em bairros populares para não se distanciarem de suas comunidades de origem. Tais ponderações são importantes, mas acredita-se que devem estender-se a todos os acadêmicos, pois não só é necessário que o aluno cotista mantenha vínculos com suas comunidades, como também é fundamental que os alunos não-cotistas passem a ter vínculos com espaços sociais que lhes são alheios, mas que são igualmente de sua corresponsabilidade.

A segunda hipótese: alunos cotistas podem ter dificuldades financeiras de manterem-se na universidade, por terem que optar por estudar ou trabalhar. Não é irreal que universitários abandonam a graduação por não terem como custear material de estudo ou condução (Bittar & Almeida, 2006). Carvalho & Codes (2009) relataram que cerca de 35% dos moradores de Salvador não têm condições de custear o transporte coletivo, realidade que se estende aos demais centros urbanos do Brasil, onde, em sua maioria, localizam-se as cedes das universidades públicas federais.

A terceira hipótese pode ser a fantasia infundada sobre os alunos cotistas não acompanharem o ensino na universidade pública, pois Santos (2012) relatou que há quem esteja argumentado contra cotas, justificando o receio da queda da qualidade da universidade pública. Paula (2004) fez menção a um ditado popular: «correto é ensinar o indivíduo a pescar e não lhe entregar o peixe». Imagina-se que o autor está sugerindo que o governo deve preparar o aluno cotista para conseguir vaga na universidade por meio da concorrência plena. Será que o pesquisador acredita que só dessa maneira eles conseguiriam adequar-se ao ensino nas IFES, caso contrário eles não saberiam "pescar seus peixes" na graduação? Todavia, pergunta-se: quem está entregando algo aos alunos cotistas? Eles passarão por processos de seleção competindo com milhares de concorrentes. É óbvio que as universidades não selecionarão alunos despreparados, nem há como isso ser feito, pois a seleção continuará sendo rigorosa. Lembra-se que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), um dos meios utilizados para a entrada nas universidades, é muito criterioso. Sobre isso, Queiroz & Santos (2006) mostraram que na UFBA, mesmo com a política de cotas sociais e raciais, não foi necessário a universidade flexibilizar os altos níveis de exigências de competências cognitivas para entrar nessa instituição, portanto, a suposta mediocrização do ensino universitário, precocemente e irresponsavelmente anunciada, não procedeu.

As críticas feitas ao aluno do ensino médio da rede pública, supondo erroneamente em não acompanhar o ensino superior nas IES públicas, são insignificantes, pois são preconceituosas e injustas. Diante do temor de indivíduos (preconceituosos ou desinformados) da UnB de que houvesse queda no padrão acadêmico, Velloso (2009) demonstrou que não está havendo diferenças no rendimento de alunos cotistas e não-cotistas. Guarnieri

& Melo-Silva (2010) citaram vários estudos que comprovaram o bom desempenho dos alunos cotistas. Na UFBA, os índices de rendimento acadêmico de cotistas e não-cotistas têm sido semelhantes (Queiroz & Santos, 2006). Bittar & Almeida (2006) relataram que, na UEMS, já no primeiro vestibular com cotas raciais em 2003, foi possível constatar equivalências no desempenho de cotistas e não-cotistas. Afirma-se que não há grandes diferenças na capacidade cognitiva de apreensão de conteúdos de um indivíduo saudável quando lhe são dadas condições adequadas de acesso à produção de conhecimento. A excelência da produção e difusão de conhecimento nas universidades públicas federais só irá diminuir seu rendimento se docentes e dirigentes assim o permitirem, pois parece que, se depender dos alunos, cotistas ou não, isso não ocorrerá.

Com todos esses dados, é possível afirmar que declarar que cotistas não acompanharão o ensino nas universidades públicas parece falácia de quem está não apenas afirmando um engano, mas também favorecendo a construção de um estigma sobre jovens que não apenas desejam tornar-se universitários, como também têm direito ao ensino público. Esse pensamento coaduna-se com o de Neves & Lima (2007) que imaginam que, se as cotas forem pensadas como mecanismos que pretendem compensar uma dificuldade cognitiva, essa ideia não apenas depreciará os indivíduos cotistas, como fomentará estigmas e discriminações. Para Guarnieri & Melo-Silva (2010), os questionamentos sobre a qualidade do ensino relacionando-a com o aluno cotista têm um "caráter fantasioso". Na realidade, deve-se reconhecer a incrível capacidade de resiliência do ser humano, pois é por meio dessa característica que os já então alunos cotistas, mesmo advindos de formações de ensino precários, estão cumprindo com dignidade suas responsabilidades de estudantes universitários.

Outros receios que se consideram fantasiosos e que se detêm nas questões de raça também merecem comentários. Maggie (2005), por exemplo, reflete as cotas a partir de referenciais da história cultural brasileira, temendo o combate ao racismo usando a raça. Com respeito ao temor da pesquisadora, pergunta-se: será que a raça e a pobreza já não estavam sendo sutilmente usadas, porém, anteriormente, para fins de manutenção de poderios e de privilégios? Nesse caso, não seria imprudente utilizar-se das cotas para fins de rupturas de situações sociais insuportáveis. Semelhante a esse temor citado, Leite (2011) receia que questões pertinentes a toda a sociedade sejam deslocadas para grupos específicos. Claro que o avanço social do Brasil não deve limitar-se a grupos específicos, mas negar que as particularidades de certos grupos precisam ser discutidas e cuidadas com mais urgência é negar fatos sociais da História do Brasil. Outra fantasia de Leite (2011): o foco nas questões particulares aos afrodescendentes pode ofuscar problemáticas pertinentes a toda a classe trabalhadora. Porém, antes de tornar-se trabalhador, o afrodescendente é afrodescendente, pois tal fato antecede a construção do papel social de trabalhador. Desse modo, é preciso cuidar dos trabalhadores, mas cuidar também das especificidades dos afrodescendentes, bem como das mulheres, das crianças, dos idosos, dos indiodescendentes etc., em suma, cuidar dos sujeitos historicamente mais vulneráveis, pois não se trata de uma estória ou um mito, mas de Histórias que ainda ecoam.

Considerações para novos inícios

Muitas ações ainda são necessárias para que se tenha uma educação democrática e de qualidade no Brasil. Todos os autores citados realizaram reflexões e sugestões nesse sentido, bem como relataram situações que podem dificultar o desenvolvimento das transformações na educação brasileira. Viu-se então o quanto essas reflexões são fundamentais e, por essa razão, decidiu-se, de forma breve, mostrar neste tópico uma síntese dos pensamentos expostos em relação às ações que ainda serão realizadas em busca do aprimoramento da educação superior no país. Inicia-se com uma observação de Bayma (2012), que reconhece que as cotas são ações paliativas, mas afirma que ainda assim elas são elogiáveis, pois são necessárias até que democraticamente todos possam ter acesso a um ensino de qualidade (seja público ou privado) e possam ter condições iguais de concorrer. Aliás, o caráter provisório das cotas está previsto na Lei 12.711, no art. 7º, que prevê um prazo de 10 anos para a Lei ser revista. Acreditamos que essa revisão necessária ocorrerá, porém é preciso lembra com Vogt (2004: 2) que as políticas de cotas devem ser substituídas somente «[…] quando resultados mais permanentes de políticas estruturais permitirem uma distribuição equitativa e, portanto, justa, das oportunidades que o conhecimento oferece».

Um segundo ponto que deve ser lembrado para reflexões e ações futuras é que: debater o que é igualdade,

discriminação, reparação, compensação, justiça, distribuição, responsabilidade etc. é fundamental para evoluções sociais, mas não há tempo para que tais reflexões sejam promovidas de maneira ideal até cessar a demanda por compreensão de tais significados para apenas em seguida haver ações. Tais significados são plurais, mutantes, condicionados à cultura, aos momentos históricos, valores locais e individuais etc., portanto, sempre são passíveis de serem questionados. As discussões devem continuar havendo ininterruptamente, pois é salutar para o país, mas não devem paralisar as transformações, devem apenas aperfeiçoá-las. Diante dessas discussões eminentemente filosóficas, históricas, sociológicas etc., é preciso deslocar o foco para o que não está sendo anunciado explicitamente, mas, principalmente, para as informações subliminares, para que se criem condições para uma participação consciente nos debates e na realização de mudanças. Sabe-se que "o igual e o desigual", "o racismo e o antirracismo", o que é necessário ser reparado ou compensado etc. são temas contornados por questões políticas e representações sociais (Neves & Lima, 2007).

Um terceiro ponto a ser considerado nos caminhos que ainda serão percorridos é a conscientização dos brasileiros em relação à necessidade das cotas, bem como a constitucionalidade delas. Pesquisas com o público geral mostram que a maioria dos brasileiros é a favor das políticas de cotas para afrodescendentes nas universidades. Esse número de aceitação é ainda maior quando as cotas são para sujeitos de baixa renda (Queiroz & Santos, 2006). Esse cenário vem sendo moldado progressivamente, pois, segundo Queiroz e Santos (2006), na década de 90, metade dos brasileiros parecia discordar das cotas. Acredita-se que esse fenômeno de maior aceitação deve-se ao fato de as discussões acerca dessa temática terem se tornado públicas, bem como ao fato dos resultados das implantações de cotas estarem demonstrando saldos positivos. Porém, infelizmente, há pesquisas que mostraram opiniões contrárias e a maioria desses sujeitos são pessoas com maior escolaridade (Queiroz & Santos, 2006). Sabe-se que, no Brasil, os sujeitos de maior escolaridade são os que acumulam mais privilégios e, possivelmente, temem perdê-los. Outros estudos mostraram fato lamentável, que reforça a ideia da existência de democracia racial dissimulada, qual seja, a maioria das pessoas contra as cotas raciais eram pessoas brancas (Nery & Conceição, 2005; Menin et al., 2008; Guarnieri & Melo-Silva, 2010). Já outro fenômeno preocupante e que deve ser urgentemente cuidado é o fato de uma grande parcela de jovens (os que pretendem entrar na universidade e os que já entraram), exatamente os atores mais envolvidos com as transformações nas IFES, ser contrária às cotas.

É preciso sensibilizar tais protagonistas sociais quanto à necessidade das cotas, aos contextos aos quais elas estão vinculadas – dados históricos, intencionalidade, perspectivas futuras etc. –, pois Menin et al. (2008) citaram que há uma ínfima quantidade de argumentos baseados em dados reais e pesarosos da história da população negra em nosso país,nos posicionamentos de jovens universitários contrários às cotas. Imagina-se que qualquer cidadão brasileiro, com um mínimo de conhecimento acerca da história do Brasil e que fosse retomá-la para justificar algo nesse sentido, ficaria diante de um impasse – entre a causa própria e a realidade inelutável comum a todos –, pois lhe pareceria óbvia a necessidade de políticas como as cotas. Acredita-se que lhe parece mais fácil advogar por meio do mérito ou da igualdade, como mostrou Menin et. al. (2008). Esses argumentos são passíveis de serem discutidos e interpretados, pois podem ser subjetivados em direção à causa própria. Já as desigualdades sociais, as misérias, a pobreza, a escravidão, o racismo pouco podem ser subjetivados, pois são realidades objetivas, factuais, portanto, incontestáveis.

Guarnieri & Melo-Silva (2010), por meio de pesquisa realizada com estudantes de cursinhos pré-universitários (a maioria brancos), mostraram dados semelhantes aos de Menin et al. (2008), ou seja, inúmeras questões que envolvem as políticas de cotas parecem não estar claras para o público jovem que, ao justificarem seus pensamentos, possuem poucos argumentos consistentes. Nesse referido estudo, também houve uma prevalência de opiniões que tendem a preterir a condição de raça e aceitarem com menos ressalvas as cotas quando estas são reservadas com base nas condições socioeconômicas. Brandão & Marins (2007) relataram resultados análogos: mais da metade dos jovens entrevistados revelaram ser contra as cotas e as cotas para pessoas de baixa renda tendem a ser mais aceitas. Uma hipótese dos autores é que essas opiniões contrárias relacionam-se com a frágil ideia de democracia racial. Nery & Conceição (2005) realizaram experiência em contexto grupal, na qual houve reflexão sobre a inclusão social do alunado cotista. O relato desse trabalho leva a pensar a temática na condição de cidadãos brasileiros, mas também na condição de humanos, pois mostra sentimentos como tristeza, agonia, ansiedade, medo, desejo de ser compreendido (alunos negros), dentre outros. Os sentimentos surgiram

quando os participantes foram solicitados a dividirem-se em grupos contrários e favoráveis das cotas. Dentre 27 alunos, apenas quatro posicionaram-se a favor delas. Esse diminuto grupo compôs-se de três negros e um branco. Todos os participantes brancos – em significativo maior número – foram desfavoráveis às políticas de cotas, já o pequeno subgrupo dos favoráveis expressou-se com surpresa e indignação diante desse dado antes encoberto (Conceição & Nery, 2005).

Com base nesses dados descritos, pode-se verificar que a maioria dos jovens brancos e financeiramente mais abastados é contrária às políticas de cotas. Lastima-se tal fato, mas acredita-se que é possível modificá-lo com mais esclarecimentos a essa parcela da sociedade. Santos (2007) já alertou para o fato de que nas universidades brasileiras há uma escassez de conhecimento acerca do Brasil e do mundo. Se na universidade, lugar de produção do conhecimento, há essa carência de saber tão fundamental acerca do país é de se imaginar a enorme ignorância da população geral sobre o Brasil. Portanto, não se deve culpar esses jovens, mas fazê-los conhecer melhor o país em que vivem.

Sobre os medos e as dificuldades que os estudantes cotistas já estão enfrentando, Guarnieri & Melo-Silva (2010) chamam a atenção das universidades para adotarem estratégias de acolhimento a esses estudantes, bem como aos que continuamente chegarão. Essas instituições, um dos palcos principais da formação de sujeitos cônscios, livres e qualificados para imprimirem mudanças sociais, certamente precisarão criar estratégias de acolhimento a todos os calouros (e não apenas aos cotistas), favorecendo uma atmosfera saudável, futurística e de vanguarda, como deve ser uma instituição de ensino superior. A criação de estratégias de compreensão das transformações devem também chegar a outros espaços públicos e propícios ao debate desprovido de interesses particularistas.

Algumas iniciativas já existem, como na UEMS, que criou a Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Permanência dos Cotistas, que tem como um de seus objetivos a manutenção da permanência deles (Bittar & Almeida, 2006). Santos (2012) mencionou ações da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), quais sejam: promoção de eventos, como debates, conferências e seminários sobre o tema, e a implantação de um programa de apoio ao estudante cotista que visa, por exemplo, auxiliá-los com o suprimento de necessidades básicas, como alimentação e transporte. Além das ações já implantadas, estão havendo sugestões. Dentre várias, destaca-se um incitamento de Santos (2012), com o qual se concorda, poder ser eficaz: trata-se de bolsas de iniciação científica, extensão e ensino. Ressaltamos com Vogt (2004: 2) que «dificuldades operacionais devem aparecer durante a implantação do sistema, mas elas são próprias de iniciativas que propõem mudanças efetivas na sociedade». Deve-se lembrar que todas as dificuldades apresentadas aqui possuem soluções.

Considerações finais

São inegáveis as mudanças na educação brasileira com implicações benéficas para o desenvolvimento de toda a população brasileira e não apenas para parcelas da sociedade, como vinham ocorrendo desde os primórdios do Brasil colônia. Muito ainda necessita ser realizado, constituindo empreitadas árduas e que necessitam de esforços mútuos. Guarnieri e Melo-Silva (2010) ressaltam que essas são tarefas que devem estender-se à sociedade civil, à comunidade acadêmica e aos órgãos governamentais, todos cientes de que o desenvolvimento do Brasil é de responsabilidade de todo cidadão brasileiro. Vogt (2004) lembra que o Brasil é um país de economia emergente, mas, para solidificar-se economicamente, os problemas sociais graves devem ser solucionados. Nesse sentido, o cumprimento da Lei 12.711 colaborará com o desenvolvimento do país. As cotas trarão crescimento socioeconômico por meio da geração de empregos mais qualificados e, consequentemente, mais bem remunerados, para parcelas até então menos favorecidas da população. Assim sendo, melhorias nas condições de acesso aos diversos outros serviços necessários ao crescimento social, tais como educação, alimentação, saúde etc., serão alcançados por mais brasileiros, que terão condições de produzir mudanças sempre que necessárias.

Quanto mais pessoas tiverem acesso ao nível superior de educação no Brasil, seja advinda do sistema público ou privado, mais cabeças pensantes serão decisivas para pensar soluções para os problemas brasileiros e criticar com mais ímpeto o que perceberem de errado na sociedade, e, assim, certamente será construído um país melhor para todos. Alguns brasileiros têm imediatamente duas opções, o sistema público e o privado, já outros

só possuem a opção do sistema público. Há quem lembre as bolsas que o governo fornece para que o aluno pobre realize uma graduação de nível superior em instituição particular, tal como o Programa Universidade para todos (PROUNI), porém, por mais que tal intervenção seja importante no processo de democratização da educação, não há bolsas para todos. Além disso, ações apenas na iniciativa privada gerariam impasses, pois o governo pode (e deve) investir no bem público.

Leite (2007: 8) lembra: «Neste início do século XXI, a questão da estabilidade ou da mobilidade das fronteiras éticas, políticas, religiosas, econômicas e étnicas é um tema essencial na análise das transformações das sociedades modernas». A abertura das diversas fronteiras existentes nas IFES parece então estar coerente com o movimento global. As transformações nas IFES (obrigatoriedade de cotas, utilização do Enem, implantação de cursos interdisciplinares etc.) são parte de processos maiores de transformação (a mudança do Brasil, a mudança global) ao mesmo tempo em que contribuirão para a sua continuidade. Ao quebrar suas fronteiras, as IFES estão contribuindo para o processo de reconfiguração das desigualdades educacionais que, consequentemente, gerará redimensionamentos macros de toda a sociedade brasileira. Não há ingenuidade e não se quer que os leitores a cometam. Sabe-se que essas mudanças não interessam a todos. Milton Santos (2012) já alertou, mas sabe-se que interessa à maioria da população brasileira que anseia por transformações.

Em breve as mudanças efetivarão uma sociedade brasileira melhor para se viver. Claro que não se está falando só de ações afirmativas ou cotas, mas de muitas outras ações mediadas sempre pela necessidade de mais igualdades sociais.Voltando novamente para as especificidades das universidades, compartilha-seda ideia de que as transformações sólidas ocorrem gradativamente e mais, quando os protagonistas das mudanças são instituições nas quais várias subjetividades estão presentes, estas mudanças serão processuais e possivelmente lentas. Afinal, como lembra John Dewey (1944: 1): «A distinção mais notável entre coisas vivas e inanimadas é que as primeiras se mantêm por renovação». Considerando que as universidades são "coisas vivas", elas podem e devem estar sempre se renovando.

Referências

BARZOTTO, L. F. (2003), "Justiça social: gênese, estrutura e aplicação de um conceito". *Revista da Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre*, 17, pp. 14-56.

BAYMA, F. (2012), "Reflexões sobre a constitucionalidade das cotas raciais em universidades públicas no Brasil: referências internacionais e os desafios pós-julgamento das cotas", *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, 20 (75), pp. 325-346.

BEVILAQUA, C. B. "Entre o previsível e o contingente: etnografia do processo de decisão sobre uma política de ação afirmativa", *Revista de Antropologia*, 48 (1), pp. 168-225.

BITTAR, M. & ALMEIDA, C. E. M. D. (2006), "Mitos e controvérsias sobre a política de cotas para negros na educação superior". *Educar*, 28, pp. 141-159.

BRANDÃO, A. A. & MARINS, M. T. A. D. (2007), "Cotas para negros no Ensino Superior e formas de classificação racial", *Educação e Pesquisa*, 33 (1), pp. 27-45.

BRASILa, *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*, Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, [consultado em: 21 - 2 -2013].

BRASILb, *Decreto nº 4.228, de 13 de maio de 2002,* Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4228.htm, [consultado em: 21 - 2 - 2013].

BRASILc, *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais […]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm, [consultado em: 21 - 2 - 2013].

CARVALHO, I. M. M. D. & CODES, A. L. M. (2009), "Condições de ocupação, pobreza e desigualdades", In CARVALHO, I. M. M. D. & PEREIRA, G. C. (Org.), *Conjuntura urbana 4: como anda Salvador*, Rio de Janeiro: Letra Capital, pp. 109-138.

CARVALHO, I. M. M. D. & PEREIRA, G. C. (2009), "A economia de Salvador e a formação de sua região metropolitana", In CARVALHO, I. M. M. D. & PERE.IRA, G. C. (Org.), *Conjuntura urbana 4: como anda Salvador,* Rio de Janeiro: Letra Capital, pp. 1-50.

DEWEY, J. (1944) *Democracy and Education: an introduction to the philosophy of education,* New York: The freepress.

GUARNIERI, F. V. & MELO-SILVA, L. L. (2010), "Perspectivas de estudantes em situação de vestibular sobre as cotas universitárias", *Psicologia & Sociedade***,** 22 (3), pp. 486-498.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), Escola Nacional de Ciências Estatísticas (2005), *O vermelho e o negro: viés de cor e gênero nas carreiras universitárias*, Rio de Janeiro: IBGE.

LEITE, J. L. (2011), "Política de cotas no Brasil: política social?", *R. Katál*, 14 (1), pp. 23-31.

LEITE, M. A. P. (2007), "Apresentação", In LEITE, M. A. P. (org.), *Encontros: Milton Santos*, Rio de Janeiro: Beco do Azougue, pp. 8-11.

MAGGIE, Y. (2005), "Mário de Andrade ainda vive? O ideário modernista em questão", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20 (58), pp. 5-25.

MENIN, M. S. S. et al., "Representações de estudantes universitários sobre alunos cotistas: confronto de valores", *Educação e Pesquisa*, 34 (2), pp. 255-272.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) (2009), *Educação integral/educação integrada e(m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira. Mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil*, Brasília, MEC.

NERY, M. P. & CONCEIÇÃO, M. I. G. (2005), "Sociodrama e Política de Cotas Para Negros: um Método de Intervenção Psicológica em Temas Sociais", *Psicologia, ciência e profissão*, 25 (1), pp. 132-145.

NEVES, P. S. C. & LIMA, M. E. O. (2007), "Percepções de justiça social e atitudes de estudantes pré-vestibulandos e universitários sobre as cotas para negros e pardos nas universidades públicas", *Revista Brasileira de Educação*, 12 (34), pp. 17-38.

PAULA, A. S. D. (2004), "Ação Afirmativa e Discriminação Reversa: análise a partir da instituição de quotas para cidadãos negros e pardos". *Revista jurídica virtual*, 6 (61), Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_61/Artigos/Art_alexandre.htm#IV, [consultado em 24 - 2 - 2013].

QUEIROZ, D. M. & SANTOS, J. T. D. (2006), "Sistema de cotas: um debate dos dados à manutenção de privilégios e de poder", *Educ. Soc.*, 27 (96), pp. 717-737.

SANTOS, A. P. D. (2012), "Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei das Cotas", Revista de C. Humanas, 12 (2), pp. 289-317.

SANTOS, M. (2007), "Vamos para o caos fabricado", In LEITE, M. A. P. (org.), *Encontros: Milton Santos,* Rio de Janeiro: Beco do Azougue, pp. 14-21.

SANTOS, M. (2012), *Espaço e Método,* São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

SANTOS, S. A. D. et al. (2008), "Ações afirmativas: polêmicas e possibilidades sobre igualdade racial e o papel do Estado", *Estudos Feministas*, 16 (3), pp. 913-929.

SILVA, L. F. M. D. (2004), "Sobre a implementação de cotas e outras ações afirmativas para afro-brasileiros", *Achegas.net*, 5, pp. 13-14, Disponível em http://www.achegas.net/numero/cinco/l_fernando_2.htm, [consultado em: 27 - 2 - 2013].

VELLOSO, J. (2009), "Cotistas e não-cotistas: rendimento de alunos da Universidade de Brasília", *Cadernos de Pesquisa*, 39 (137), pp. 621-644.

VOGT, C. (2004), "O papel estratégico das cotas", *Universia*, Disponível em http://noticias.universia.com.br/ciencia-tecnologia/noticia/2004/02/13/523180/papel-estrategico-das-cotas.html, [consultado em: 24 - 2 - 2012].

A necessidade de informação gerencial por instituições de ensino superior públicas

Renato Pereira Monteiro
e-mail: renatomonteir@gmail.com

RESUMO: O objetivo deste estudo é descrever a necessidade de informação gerencial por instituições de ensino públicas. O cenário de crise financeira que passa o setor público de Portugal nos últimos anos é notório, incidindo em cortes salariais e também na redução do número de oferta de vagas no ensino público. Portanto, é de grande relevância discutir como a contabilidade de custos por meio de informações gerenciais pode apoiar a gestão do Ensino Superior. Realizou-se uma ampla pesquisa bibliográfica que permitiu descrever quais as principais funcionalidades da informação de custo como apoiadora do processo de decisão em Instituições de Ensino Superior Públicas - IES. As vantagens informacionais encontradas remetem essencialmente ao aumento da eficiência e eficácia governamental por meio de planejamento mais adequado, construção de indicadores de desempenho, alternativas para a redução de custos, possibilidade de comparações e aumento da transparência para o controle social.

Palavras-chave: necessidade de informação, custos, setor público, universidades.

1 - INTRODUÇÃO

Diversos autores afirmam que desde o final da década de 1980, o setor público na Europa passou por uma reforma radical de sua gestão e organização as alterações tinham o objetivo de melhorar a eficiência, eficácia e responsabilização de todas as entidades do setor, incluindo universidades (Spathis et al. 2004), (Agasisti et al. 2008), (Lawrence et al. 2002).

Portugal também tem passado por uma grande reforma de administração financeira do Estado alinhado com os demais membros da União Europeia. Neste aspecto a transformação da contabilidade tem assumido um papel de destaque através por mudanças na sua legislação visando atender aos princípios da NPM – *New Public Management*. Este novo posicionamento legal tem permitido ao país acompanhar a tendência internacional, bem como aproximar o método de prestação de contas da realidade do setor privado.

Lawrence et al. (2002) destacam que a insatisfação com o desempenho financeiro das empresas públicas em 1980 fez os governos levaram a abraçar a retórica do livre mercado, e comercializar muitas atividades do setor do Estado. Esse movimento incluiu universidades. Em muitos países, o estado começou a reduzir o apoio financeiro para o ensino superior, encorajou concorrência e exigiu auto-dependência financeira.

As transformações no contexto das IES são relatados em diferentes países como na Alemanha por Küpper (2013), na Austrália por Berry (2014) no Brasil por Monteiro (2012), na Escócia por Briggs et al. (2007), nos EUA por Coy et al. (2001), na Itália por Arena et al (2010) e Agasisti et al. (2008), no Reino Unido por Davies et al. (2002), na Espanha por Fernández et al. (2014) e na Grécia por Spathis et al. (2004) Percebe-se que as universidades sofrem constantemente com críticas relativas a sua gestão, no que diz respeito a falta de capacidade de cumprir com seus objetivos, de alcançar suas metas e prover os órgãos de controle e sociedade com informações sobre o andamento de seus processos de trabalho e dos resultados dos seus projetos. Em Portugal, a realidade da administração pública, inclusive para as universidades, aponta no sentido da cobrança social para a implementação de uma maior transparência e *accountability* (Carvalho et al., 2008).

Em tempos de crise o quadro se agrava. É grande a pressão e cobrança da sociedade portuguesa atualmente. Portugal atravessa uma grande crise financeira desde 2008 que gera muita desconfiança na sociedade sobre a capacidade dos seus governantes em superá-la. Dados do primeiro trimestre de 2014 apontam um novo défice orçamental em 2014, gerando um novo comprometimento das contas públicas. As consequências vão desde cortes de salários, de proventos de aposentadoria e de benefícios sociais até o setor da educação com a redução

do número de oferta de vagas em instituições de ensino, acrescidos de significativos cortes orçamentais para o setor educacional.
Em relação às Instituições de Ensino Superior Públicas de Portugal nos últimos três anos estas sofreram elevados cortes orçamentais, o que demanda um maior rigor no controle dos recursos, pois exige-se o mesmo ou maior nível de serviço com menos recursos disponíveis. Uma das justificativas deste estudo é discutir a necessidade e a importância da informação para a gestão destas instituições de ensino por meio de uma contabilidade gerencial e de custos em um cenário de escassez de recursos e de pressão social.
Scarpin et al. (2012 : 187) destacam a relevância da contabilidade de custos como "uma ferramenta de auxílio e controle da administração pública e deveria ser utilizada pelos gestores de programas nas atividades diárias e pela alta administração gerencial em suas supervisões e avaliações". No mesmo sentido Toompuu et al. (2014) afirmam que as informações adequadas sobre a realidade dos custos e alocação destes por várias atividades e objetos de custos, bem como compreender sua origem é fundamental para as organizações, inclusive as de ensino.
Diante deste contexto, objetivo deste estudo é descrever a necessidade de informação gerencial por instituições de ensino superior públicas. Este estudo visa contribuir para difundir a importância da informação no contexto da tomada de decisão das IES públicas, em explorar alternativas para que estas atuem em um contexto de crise no que diz respeito a escassez de recursos e falta de alunos.
Este artigo esta estruturado nesta primeira seção que apresenta a introdução, na revisão da literatura que aborda o valor e a qualidade da informação, a importância da contabilidade gerencial e de custos para as IES, seguido da apresentação da metodologia e na discussão das contribuições de diversos autores para a aplicabilidade da informação gerencial no contexto das IES, por fim apresentasse as conclusões do estudo.

2 – REVISÃO DA LITERATURA

2.1 – O VALOR E A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO

Não é fácil o entendimento do valor da informação e de sua qualidade. Oleto (2006 : 58) afirma que a qualidade no contexto da informação por ser um substantivo abstrato acaba por cair em um certo senso comum destaca que a qualidade é "um desses constructos de entendimento rápido por meio do senso comum, mas de complexo entendimento, quando se busca definição mais rigorosa […]". Com efeito, cabe esclarecer que a informação é algo relevante para a organização, a informação não é um dado. Um dado é algo bruto, não preparado, que necessita de refino e tratamento. Os dados não devem sustentar a tomada de ação. Os dados são úteis essencialmente para serem transformados e traduzidos em informação. O gestor se apropria da informação para a tomada de decisão com o objetivo de reduzir riscos e diminuir a margem de insegurança e incerteza de sua decisão. Então, neste contexto, percebe-se que a informação de valor e de qualidade é a que traduz-se em garantias de uma tomada de decisão que proporcione a redução do risco e da incerteza.
Entendimento que é corroborado por Padoveze (2009) que considera que uma informação de valor é aquela que promove a redução da incerteza no processo de tomada de decisão, que tem boa relação custo-benefício, benefício gerado pela informação versus custo de produzí-la e, ainda, aumenta a qualidade da decisão.
Para as IES uma informação de valor é a que atenda ainda o cenário de institucionalização do planejamento das universidades. Foi o constatado pelo estudo de Farias Filho et al. (2013) que listaram itens que destacam a necessidade de planejamento dentro das IES, destes igualmente surgem a necessidade de informação para os seguintes itens: a) mudanças na legislação, b) necessidade de maximização de recursos (financeiro, humanos, materiais e tecnológicos); c) mudança na gestão superior; d) troca de experiência com outras organizações universitárias; e) participação de consultores; f) perceção de melhorias por parte de gestores da Universidade; Pesquisa realizada por Briggs et al. (2007) também destacou a necessidade de informações de qualidade do âmbito da instituições de ensino, na perspectiva exposta no estudo é fundamental ter um bom conjunto de informações sobre o conteúdos dos cursos, as habilidades e oportunidades de empregabilidade geradas, isso pode auxiliar a tomada de decisão do candidato a ingresso na IES. Sinalizam a crescente relevância neste

contexto dos sites das universidades como uma via de informação necessária e que serve de ponto de contato entre os candidatos e a IES.
Ao relatar as transformações ocorridas no ensino superior na Austrália ao final da dos anos 80 que impulsionou uma série de reformas que focavam na necessidade de melhorar a eficiência operacional e fazer as universidades mais competitivas no cenário global. Briggs et al (2007) indicam que houve uma grande redução no número de universidade passando de 60 para 36 e elas foram obrigados a formular estratégias operacionais, planos e indicadores-chave de desempenho para ficar mais fiscalmente racionalizadas e para concentrar a atenção sobre o desempenho e os resultados. Relatam que as informações fornecidas por universidades não atendia a necessidade dos usuários-estudantes, destacam que o aumento da qualidade desta informação pode, em termos de mensagem fornecida e veículos de informação utilizados, tal como a internet, garantir uma tomada de decisão mais segura e apropriada por parte de aluno, em relação a escolha do curso, que reduzirá a não conclusão por melhorar a conexão entre aluno e a instituição.

2.2 - A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE GERENCIAL E DE CUSTOS PARA AS IES

O posicionamento adotado neste estudo é alinhado ao que defendeu Cohen et al. (1972) que descrevem as universidades como anarquias organizadas por possuírem objetivos complexos, tecnologias indefinidas e participação intangível. No entender de Cohen et al (1972) as organizações anárquicas possuem objetivos e preferências mal definidos e inconsistentes, os processos organizacionais e tecnológicos não são claros e são pouco compreendidos pelos membros da organização e ainda há participação é fluída e parcial, pois os membros da organização variam em termos de tempo de dedicação e em nível de esforço que dedicam a diferentes áreas. Esta forma de organização das IES remete a um cenário de ampla necessidade informacional e de agilidade deste processo, pois os operadores da decisão, mudam com frequência, existe um excesso de departamentalização com áreas, e setores isolados, com uma grande força de trabalho e público envolvido.
Pendlebury et al. (1997) relataram o caso das universidades do Reino Unido que passaram por pressões para a expansão do número de alunos e uma reestruturação na forma de se financiar. Mudanças que tinham ainda a intenção de avaliar as estruturas das organizações de ensino com o objetivo de reduzir seus custos e avaliar a qualidade do ensino e da pesquisa. Estas mudanças resultaram em uma atenção maior na gestão financeira das organizações e no papel que a contabilidade gerencial deve desempenhar dentro delas. Os autores destacam que é comum nas organizações que tem financiamento público que a contabilidade atenda necessidades puramente financeiras, colocando a contabilidade de gestão em um segundo plano. Cropper et al. (2000) ressaltam que o cenário de "descaso" com a contabilidade de custos deve estar prestes a mudar devido à pressão crescente dos governo centrais para a reforma e a necessidade de as instituições para demonstrar que eles gerenciam de forma eficiente seus recursos.
Oduoza (2009) e Parker (2013) também relatam a pressão sofrida pelas universidades para a expansão do número de alunos e pela economia de recursos. Oduoza (2009) destaca que as universidades têm agora que criar estruturas e procedimentos necessários para maximizar a eficácia do uso de seus recursos limitados e esses procedimentos terão que facilitar as mudanças substanciais na distribuição de seus recursos dentro dos departamentos e áreas da universidade, elas necessitam atingir uma relação eficaz entre custos e preços para dar suporte a tomada de decisão.
Lawrence et al. (2002) argumentam que Universidades atuem em um novo contexto, pois agora tem um novo papel de produzir o empregável e comercializável. Neste cenário a Educação não é diferente de compra de outras *commodities.* Os alunos precisam de pagar por sua educação, como o benefício é considerado um privado e não um bem social. Percebe-se que as IES estão atuando sob as "regras do mercado", apesar de não ser o melhor dos cenários para o desenvolvimento da educação e da sociedade.
Conforme Parker (2013) contabilidade e a prestação de contas tem influenciado a gestão das universidades. Destaca que o aumento da mensuração contábil é um reflexo da necessidade de prestação de contas que tem duas vertentes uma relativa à avaliação do desempenho e outra referente a processos de auditoria. Para Peter et al (2003 : 13) ao comentar o caso das IES no Brasil a informação de custos tem grande relevância para a gestão:

> A importância do estudo desenvolvido fica evidente quando se constata que a gestão nas Universidades Federais brasileiras tem sido permeada por dificuldades, persistindo até hoje, questões cruciais que dificultam o cumprimento de sua missão. Além disso, a Universidade pública federal tem sofrido nos últimos anos, críticas severas da sociedade, que vem associando-a ao desperdício e à incompetência. Condenada pelos altos custos e baixa produtividade, por parte do Governo, ao mesmo tempo ouve-se o clamor de seus dirigentes por mais recursos e melhores condições de trabalho.

Destaca-se que a aplicação da contabilidade gerencial, no contexto referido anteriormente tanto de valoração da informação, como de estrutura das universidades funcionando como uma anarquia organizada, bem como o mercado atual que atuam tendem a ser uma oportunidade de melhoria da gestão. A contabilidade gerencial é o processo de identificar, mensurar, relatar e analisar as informações sobre os eventos económicos da organização (Atkinson et al. 2008).

Atkinson et al. (2008) destacam que embora a informação contábil gerencial não possa garantir o sucesso das atividades da organização os sistema de contabilidade podem criar valor considerável pela informação a tempo e com precisão sobre as atividades exigidas para o sucesso das organizações de hoje. Banha (2013 : 118) conclui ao estudar o caso da Universidade dos Açores em Portugal:

> No meio ambiente em que a UAç está envolvida, e fruto da crise que Portugal atravessa, poder-se-á concluir que a execução da contabilidade analítica, mais do que uma exigência legal, passou a ser uma necessidade de gestão. Será através da implementação de todas as sugestões feitas que os gestores da UAç atingirão a excelência na gestão, pois a informação fornecida pela contabilidade analítica é fundamental como medida de análise e controlo de custos e fundamental como apoio ao processo de planificação e tomada de decisão. Passarão a ter á sua disposição toda a informação correta, credível e necessária à prossecução de todas as decisões de gestão imprescindíveis á condução dos destinos da academia açoriana.

Cropper et al. (2000) ao estudarem a aplicação de métodos de custeio por universidades concluíram que como o ensino superior continua a funcionar em um período caracterizado por recursos limitados e restrições sobre o crescimento, é evidente que uma avaliação do custo das atividades institucionais se tornarão um componente cada vez mais importante de cada decisão de gestão.

2.3 UTILIDADE DA INFORMAÇÃO DE CUSTOS

A informação gerencial pode ser útil para gerar informações económicas, como o custo e a rentabilidade de seus produtos, serviços, clientes e atividades, pode auxiliar na medição de desempenho económico de uma unidade operacional descentralizada ou de mais unidades de negócios como setores, departamentos, filiais (Atkinson et al., 2008).

Em relação a utilidade da informação de custos Souza et al (2008) acrescentam que, com a implantação de um sistema gerencial de custos no setor público, será possível avaliar o desempenho de gestores, inclusive gestores departamentais, por meio da construção de indicadores de desempenho.

Valderrama et al. (2006) destacam a necessidade de prestação de contas públicas tem aumentado consideravelmente nos últimos tempos, e pode agora ser mais intensa nas universidades do que em outros tipos de instituição pública. Gerentes e os políticos têm de demonstrar os benefícios dos programas e atividades financiados com dinheiro público e demostrarem que essas atividades são geridas dentro dos limites de custos orçados e para realizar isto eles carecem de uma contabilidade gerencial útil e fiável. Na mesma linha Araujo Neto et al. (2013) revelam que os governos têm como principal função prestar serviços públicos e distribuir riqueza por meio de políticas públicas, portanto devem ser avaliados e terem suas atividades mensuradas

mediante indicadores que identifiquem a eficiência e a eficácia do setor.
Johnes (1990) já afirmava que a comparação de informações entre universidades com base em seu desempenho levaria uma utilização mais eficiente dos recursos. Nas universidades os gerentes muitas vezes desconhecem a forma que informação financeira pode ajudar o desenvolvimento de suas estratégicas e operações, a informação de custos pode apoiar a tomada de decisões de nível estratégico e no desempenho das receitas, pode servir de meio para decisões como o desenvolvimento de novos programas de estudo, pode ainda auxiliar na formação de preços, em proposta de financiamento e na informação sobre riscos de gestão, na prevenção de crises, por exemplo (McChlery et al. 2007).
Para Valderrama et al. (2006) os benefícios da contabilidade de custos em universidade são: (1) possibilita gerir de forma mais eficiente os recursos dessas instituições por ser capaz de identificar as atividades e seus custos, e por ser capaz de obter informações sobre os resultados alcançado pelos departamentos e faculdades ou os centros que os suportam; (2) exercer o controle adequado sobre a execução legal do orçamento garantindo sua aplicação conforme a lei. Para Marques (2008, p. 123) ao comentar a aplicação da contabilidade de custos de ensino de Portugal "Um dos objetivos a que se pretende dar satisfação com a introdução da contabilidade analítica no sector da Educação, é o de analisar a eficiência na utilização dos recursos financeiros públicos.".
Toompuu et al. (2014) pesquisaram como os custos indiretos eram alocados em universidades de diferentes países. Os autores destacam que a principal tarefa da contabilidade de custos está relacionada com a alocação de custos indiretos a objetos de custo, relatam a existência de uma falta de entendimento comum na área dos direcionadores de custos aplicados ao setor da educação, que a escolha dos direcionadores é uma tarefa difícil e que não existe um padrão de sistema de contabilidade de custos ou de método de custeio, sendo que cada organização escolhe o seu modelo e métodos de contabilização de seus custos. Concluem que para ampliar o nível de entendimento desta temática são necessários mais estudos que descrevam e analisem as experiências e práticas de outras organizações.
Silva et al. (2004) destacam que a adoção de uma contabilidade de custos que promova a evidenciação é complexa também em instituições públicas de ensino. Afirma que persiste a problemática da alocação adequada dos custos indiretos. No caso das instituições de ensino, existe a peculiaridade que as atividades estão relacionadas a ações de ensino, pesquisa e extensão. Todavia estas atividades também são comuns a diversas áreas e a serviços administrativos o que dificulta a alocação direta destes custos às atividades fins.
Para McChlery et al. (2007) as informações financeiras não devem ser vistas para unicamente para conduzir a tomada de decisões, mas não devem ser ignoradas, quer devido a falta de informação disponível ou devido a preconceito contra dados financeiros, reconhecem como fator chave no processo de divulgação é esclarecer os decisores dos efeitos de suas decisões.

3 - METODOLOGIA

Este estudo tem como objetivo descrever a necessidade de informação gerencial por instituições de ensino superior públicas. Para tal fez uso da pesquisa bibliográfica. Esta pesquisa foi desenvolvida seguindo a classificação de Raupp et al. (2003) referente as tipologias de pesquisa aplicada a contabilidade que as divide em (1) quanto aos objetivos, (2) quanto aos procedimentos de pesquisa e (3) quanto a abordagem do problema.
A pesquisa quanto aos seus objetivos é exploratória. Este posicionamento se justifica em razão da inovação na abordagem aqui realizada que pretende revelar esta relação entre a gestão de IES públicas e a necessidade de informação gerencial. Em que pese ter-se estudos relevantes sobre o tema e a aplicabilidade dele, no novo contexto de crise não foi explorado em razão de sua atualidade como deveria, portanto, o tema não foi esgotado ou explorado a exaustão. Conforme Raupp et. al (2003) explorar um assunto significa reunir conhecimento e incorporar características inéditas, bem como buscar novas dimensões até então não conhecidas.
Quanto aos procedimentos trata-se de uma pesquisa bibliográfica Raupp et. al (2003 : 83) destacam que "Os procedimentos de pesquisa dizem respeito a como se conduz o estudo e, portanto, se obtém os dados.". Este procedimento de pesquisa foi escolhido para permitir evidenciar por meio de resultados obtidos em pesquisas anteriores sobre a necessidade de informação de custos para IES elementos que possibilitassem descrever as

funcionalidades da informação para a gestão no contexto da administração pública moderna e em tempos de crise financeira.

A pesquisa bibliográfica foi realizada e organizada por meio de uma revisão sistemática da literatura, seguindo os passos apresentados por Saur-Amaral (2012) que são: (1) a definição e enquadramento dos objetivos da revisão da literatura; (2) mapeamento da área estudada; (3) síntese e apresentação dos resultados. Estes passos foram adaptados para este estudo da seguinte maneira: **1) organização de um protocolo de pesquisa**: o protocolo permitiu criar um roteiro que identificasse os passos realizados, bases de dados consultadas, justificativa para a escolha, palavras-chave utilizadas, período de pesquisa, os filtros criados, permitindo que o processo de pesquisa seja repetido por outros pesquisadores ou co-autores para validar o nível de informação encontrada; **2) pesquisa em base de dados:** inserir os critérios e filtros definidos na ficha de pesquisa nas bases de dados definidas; **3) Seleção dos artigos**: transportar os resumos, autor e informações de referência para o sistema Mendeley Desktop ®, realizando a leitura dos resumos em arquivo Word ®, apontando os artigos selecionados e verificando sua disponibilidade integral; **4) *Download* dos artigos:** verificar a disponibilidade da versão integral dos artigos por meio do acesso identificado como usuário aluno da universidade do Minho e Aveiro (Portugal) nas bases de dados e em portais de pesquisa por meio do Google *Scholar* ®.

Quanto a abordagem do problema esta pesquisa esta classificada como qualitativa. Este enquadramento parte do pressuposto que a contabilidade é uma ciência social que deve apoiar a sociedade e a gestão pública na solução de seus problemas. Este estudo visa contribuir neste sentido, esclarecendo a utilidade da informação gerencial oriunda da contabilidade para a gestão das IES públicas. A abordagem qualitativa de um problema de pesquisa permite conhecer a natureza de um fenômeno social, permite conhecer a realidade de um problema de forma mais profunda (Raupp et al., 2003). Tendo em vista os objetivos do estudo a abordagem qualitativa do problema permite tratá-lo com a profundidade necessária.

4- DISCUSSÃO SOBRE A NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO GERENCIAL NO CONTEXTO DAS IES PÚBLICAS

Lawrence et al. (2002) criticam a visão capitalista sobre a organização e gestão de universidades, criticam o uso de mecanismos que visam o lucro como o uso de ferramentais gerenciais como o *Balance Scoredcard*. Esta visão requer que as instituições sejam geridas como um verdadeiro negócio motivado por dinheiro e poder. Para estes autores isto é uma tentativa de subverter a oferta democrática de educação, instituindo um processo de mercantilização em favor de interesses comerciais. Lawrence et al. (2002) ainda vão mais longe ao institui alguns conceitos tais como que tais como o setor público seria sempre menos eficiente do que o setor privado destacam que neste processo os perdedores são os pobres que a política do Estado tem sido adotada dar suporte ao forte e sacrificar o fraco em nome do desempenho econômico. Assim, a educação torna-se inacessível para os pobres por causa do aumento do custo, e isso inevitavelmente alarga o fosso entre ricos e pobres, entre educado e sem instrução, e entre aqueles que podem e não podem participar na economia do conhecimento (Lawrence et al. 2002).

Este entendimento é corroborado por Sampaio et al. (2009 : 156) que se alinham a outros autores que tratam da temática da modernização das universidades. Relatam como exemplo o caso do Brasil que o foco esta agora voltado para a "os atributos da racionalidade técnica calcados nos princípios isolados da eficiência e eficácia, aspectos particulares do modelo produtivista de mercado.". Os autores que posicionam contrariamente a uma visão produtivista defende um compromisso das universidades com o desenvolvimento e com a produção de conhecimento integrando o social por meio dos seus produtos e da formação de recursos humanos competentes para as constantes demandas que surgem.

Diversos autores relatam o declínio do ensino superior em termos de número de alunos Briggs et al. (2007) e por consequência uma redução nas fontes de financiamento para Parker (2013) a educação superior transformou-se em um mercado de massa, de alto grau de competitividade, cabendo aos governos um reposicionamento de suas estratégias e aumentar a eficiência para manter-se competitivo neste contexto. Destaca que assim como nas empresas as universidades tem voltado sua estratégia para a gestão de custos.

As políticas públicas devem convergir para as necessidades mais prementes da população, deve-se aprimorar a gestão pública para atuar neste sentido transformando-se em um modelo mais gerencial. Isto é atingido segundo Hundzinski et. al (2004) por um sistema de gerenciamento de custos, que permita atribuir a cada bem ou serviço seu efetivo custo para setor.

Abu-Tapanjeh (2008) destaca que o controle gerencial é uma necessidade urgente de imediata das IES e para tal devem ter um apropriado sistema de custeio que permita uma necessária para a redução de custos em qualidade interna e externa do serviço e para contribuir com operações mais eficientes, a informação gerencial pode ainda apoiar na identificação de oportunidades de melhoria. Abu-Tapanjeh (2008) relatam que a apuração do custo das atividades é um componente importante para todas as decisões de gestão administrativa, destacam que o conhecimento adequado e preciso dos custos envolvidos em cursos e programas melhorará a alocação dos recursos necessários gerando um impacto positivo na para a gestão administrativa. Em universidades o autor destaca os seguintes benefícios: controle das receitas; atribuições de recursos por áreas e divisões acadêmicas de forma mais eficiente; melhoria da informação de custos útil disponível para apoio decisões programas administrativos e acadêmicos para uma melhor apuração do verdadeiro custo de um programa; pode apoiar na melhoria da qualidade do serviço para os clientes internos e externos; apoia a redução de custos; apoia na identificação das áreas que consomem mais recursos. Um panorama das informações gerências necessárias a gestão das IES foi apresentado por Berry (2014), foi adaptado e é apresentado na forma do Quadro 1, apresentado abaixo.

Quadro 1 – Detalhamento de informações gerenciais para as IES.

Fator	Especificação
Demanda Externa	Esta capta as tendências do mercado e mede o potencial de aumento de inscrição (números ou padrões de entrada ou ambos), dados de recrutamento (ofertas aceitas para próximo semestre)
Demanda Interna	Medindo matrículas de estudantes atual em todos os programas, disciplinas oferecidas e serviços oferecidos
Estudantes	Escores de admissão, as taxas de retenção e conclusão, resultados de pós-graduação, incluindo estágios e dados sobre o emprego.
Produtividade	Graus de matrícula atribuída, bruta e líquida receita gerada
Custos Operacionais	Rubricas orçamentais de despesas, tanto de fim do mês e previsão.
Captação de Recursos	Receitas geradas, incluindo oportunidades tais como pedidos de subvenção, publicações e outros resultados de pesquisa relevantes ligados a receita ou a produtividade Faculdade

Fonte: Elaboração própria, com base em Berry (2014)

No Brasil uma das conclusões do estudo de Santos et al. (2011 : 15) sobre custos em um IES foi "a necessidade de um sistema de informação gerencial que permita à gestão o acompanhamento constante das atividades organizacionais e contribua para uma melhor e oportuna ação administrativa.". Cruz et al. (2004 : 64) identificaram que a informação de custos permite avaliar a estrutura de custos de unidades de uma mesma IES de forma a produzir informações "que possibilitem aos gestores tomar decisões que resultem em um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e em uma maior eficiência na alocação dos mesmos". Peter et al. (2003 : 14) complementa destacando esta relevância "…pode-se constatar a importância e utilidade de um sistema de custos adequado às peculiaridades da organização universitária, como fonte de informações gerenciais, visando à melhoria da eficácia e possibilitando uma gestão efetivamente autônoma."

Os tomadores de decisão das universidades segundo Coy et al. (2001) encontram-se mal servidos de informações relatam que estudo realizado no final de 1990, com uma amostra de 100 relatórios finais de faculdades e universidades dos EUA revelou uma ênfase relatórios predominantemente financeiro destinado as relações comerciais das instituições, enquanto informações potencialmente relevantes para as partes interessadas com participação em atividades de ensino, pesquisa e serviço era muito menos evidente.

Para Parker (2013) na busca de valorizar os seus recursos financeiros os governos dos países desenvolvidos da Europa, Reino Unido, América do Norte e Austrália têm procurado cada vez mais a eficiência economia do ensino superior. Estas ações se dão pela responsabilização financeira e por sistemas de comunicação institucional. Como o ensino superior continua a funcionar em um período caracterizado por recursos limitados e restrições sobre o crescimento, é evidente que uma avaliação do custo de atividades institucionais se tornará um componente ainda mais importante de todas as decisões de gestão (Cropper et al. 2000). A informação nas instituições de ensino superior devem atender aos gestores para melhoria de seu desempenho e para informar os demais interessados (*stakeholders*) e outros agentes que necessitem de determinado dado, portanto devem ser o mais completa possível, sendo que os próprios gestores podem necessitar de informações distintas dependendo de sua função dentro da organização (Fernández et al. 2014).

Valderrama et al. (2006) ao defenderem o uso da metodologia ABC para a apuração de custos nas IES públicas esta apuração atenderá dois grandes objetivos: (1) gerir de forma mais eficiente o recursos dessas instituições por ser capaz de identificar as atividades e seus custos, e por ser capaz de obter informações sobre os resultados alcançado pelos departamentos e faculdades ou os centros que os suportam e (2) por exercer o controle adequado sobre a execução legal do orçamento; ele nunca deve ser esquecido para assegurar que a aplicação dos recursos públicos estão de acordo com a lei é outra das objetivos importantes que os sistemas de contabilidade de uma universidade pública devem cumprir.

Fica destacada o papel da contabilidade gerencial, da comunicação e da informação para a gestão das organizações mas as dúvidas em relação ao seu uso e proveito. Estudos como os de Parker (2013) aplicados a instituições de ensino relatam que a eficácia e produtividade são perseguidas através da proliferação de sistemas de contabilidade e medidas e através da imposição de auditorias de qualidade, custo-benefício, comparações de *benchmarking* e a construção de indicadores. Afirmam que contabilidade do setor público mudou seu escopo e utilidade, passa por uma inovadora transformação que altera o foco do controle orçamental para um contexto de responsabilização e de prestação de contas a sociedade. Este novo foco de prestação de contas reconfigurada assumiu diferentes formas dentro das organizações motivando o uso tanto de métodos tradicionais de alocação de custos e orçamento bem como versões de *balanced scorecard* e gestão da qualidade total.

Estas inovações refletem uma reconceptualização econômica fundamentada no mercado de ensino superior, que esta mercantilizado para a produção de receita e avaliação dos seus serviços, devendo ser bem-sucedido financeiramente, assim como para qualquer outra mercadoria comercializável (Lawrence et al. 2002). Küpper (2013) também defende que as universidades públicas precisam de sistemas de contabilidade que são adaptados para combinar seus objetivos e características específicas. Cropper et al. (2000) identificaram a informação de custos pode ser usado para alterar padrões de comportamento levando a uma melhor projetado cursos de modo a que elas minimizem a utilização daqueles recursos das atividades relacionadas que são caros.

No contexto português uma das conclusões a que chegou o estudo de Teixeira (2009 : 442) sobre a implantação do Plano Oficial de Contas da Educação, POC-Educação, foi em relação a contabilidade de custos. Identificaram que sua implantação estava atrasada, do total de IES pesquisadas apenas 25% tinham implantado de forma efetiva, comparando com os aspectos orçamentais e patrimoniais que já estavam completos. Em Portugal conforme Teixeira (2009 : 432) o POC-Educação foi a resposta ao desafio proposto para o Ensino, ao nível da Contabilidade Pública, mas a sua implementação tem-se revelado complexa e sido efetuada de uma forma gradual. No mesmo sentido Silva (2011 : 65) chega a seguinte conclusão em sua pesquisa ao retratar o caso da Universidade do Minho em Portugal.

> "Do trabalho de investigação, podemos concluir que o POC-Educação se encontra integralmente implementado na UM com excepção da contabilidade analítica, que ainda está a dar os primeiros passos. O próximo ano será dedicado à definição e implementação de um modelo de contabilidade de custos. No entanto, a sua implementação nas universidades apresenta algumas dificuldades, portanto a maior parte das universidades nacionais como também noutros países da U.E., ainda não terem este sistema completamente definido.".

Carvalho et al. (2008 : 31) ao retratar a realidade da contabilidade gerencial em Portugal descrevem "quando direcionada para a Administração Pública, a Contabilidade Analítica é o sistema que regista e analisa, em pormenor, componentes do património da instituição para finalidades de gestão." O estudo de Carvalho et al. (2008 : p. 31-32) ainda lista os objetivos para o setor público de uma a contabilidade gerencial, chamada no contexto português de analítica:

> 1) justificar o valor das taxas e preços; 2) facilitar a elaboração do orçamento; 3) medir a eficiência, eficácia, economia, sub-actividade e sobre-actividade; 4) apoiar as decisões sobre se a entidade deve; 5) continuar responsável directamente por determinado serviço ou actividade, ou entregá-lo(a) a entidades externas; 6) facilitar informação a entidades financiadoras de produtos, serviços ou actividades; 7) comparar custos de produtos ou serviços similares entre diferentes entidades; 8) comparar custos de produtos ou serviços similares entre diferentes exercícios económicos; 9) comparar custos reais com custos previsionais.

Diante do exposto verifica-se a importância das reformas introduzidas nos últimos vinte anos na contabilidade pública de Portugal, as drásticas reformas foram norteadas com a introdução de planos setoriais, porém com o decorrer dos anos muitas dificuldades foram identificadas, portanto um novo conjunto de normas estão em discussão na Comissão de Normalização Contabilística – CNC que visa a criação de normas específicas para o setor público em um processo de harmonização com as normas internacionais do IFAC.

Dražić Lutilsky et al. (2012) estudaram a aplicação do ABC em universidades europeias, do estudo, agrupou-se um quadro referencial de benefícios constituídos na aplicação de controle de custos nas Universidade de Coimbra e Liverpol. Na Universidade de Coimbra os benefícios foram divididos em benefícios institucionais internos e externos. Os internos foram uma alocação mais eficiente dos recursos, melhoria da estratégia, maior informação sobre os custos indiretos no processo de tomada de decisão, dados internos mais compreensíveis. Os benefícios institucionais externos foram a tomada de decisão mais objetiva, base para a alocação do orçamento, atendimento das condições para o financiamento europeu. Na Universidade de Liverpol os benefícios identificados foram a possibilidade de reconhecimento dos custos totais das atividades da universidade, melhoria no processo de atividades de financiamento externo, aumento do retorno dos investimentos.

O relatório da *European Association Univesity, Financially sustainable universities: Towards full costing in European Universities* descreve uma série de iniciativas no sentido da implantação de sistema de custos em Universidades da Europa, relatando também a experiência em Universidades de Coimbra, Universidade de Liverpol, e ainda, o caso da Universidade Católica da Leuven, na Bélgica. Constatou que a utilização de uma metodologia de apuração de custos como a do custeio integral ao ser aplicada fornece benefícios as universidades e aos governos nacionais e à nível da união europeia. Entre as vantagens para universidades estão: uma abordagem mais sistemática para análise da atividade e custeio; distribuição mais eficiente dos recursos internamente; melhoria da tomada de decisões estratégicas com base numa melhor compreensão das decisões de investimento; possibilidades de *benchmarking* dentro o sector e uma capacidade aumentada para negociar de preços, que levam a uma melhoria nos adequação dos custos dos projeto e, assim, contribuir para a sustentabilidade financeira das IES (EUA, 2008).

5 – CONCLUSÃO

O contexto atual das IES públicas no mundo é de constante alterações como exposto no estudo. Estas impõem uma nova visão da gestão das IES, estabelecendo um foco votado para o resultado, para a gestão eficiente dos recursos públicos e de prestação de contas para os governos financiadores e sociedade. No novo cenário de alta competitividade entre IES tanto na busca por alunos como na de financiamento público deve tentar ainda alcançar a qualidade na gestão e, por conseguinte, é necessária a melhorias constantes do conjunto de informações disponíveis.

O cenário é agravado ainda mais pela de crise que passa o setor público de Portugal nos últimos anos que é notório, incidindo em cortes salariais e também na redução do número de oferta de vagas no ensino público. Portanto, é de grande relevância discutir como a contabilidade de custos por meio de informações gerenciais pode apoiar a gestão do Ensino Superior. Assim o objetivo deste estudo foi descrever a necessidade de informação gerencial por instituições de ensino públicas.

O contexto de necessidade de informação por parte das IES demanda também em boa parte de seu modelo organizacional classificado por Cohen et al. (1972) como anarquias organizadas. As observações relatada pelos autores como Coy et al. (2001) referente estágio da organização da informação de custos nas IES demostra uma deficiência das organizações de ensino neste sentido, assim como constatou Teixeira (2009) em relação a aplicação do POC-Educação em Portugal. Conclui-se que existem severos questionamentos em relação ao funcionamento da contabilidade informacional dentro das IES e fica evidente o estágio deficitário que ela se encontrar no contexto atual.

Como relatado por autores como Carvalho et al. (2008) a informação do custo pode auxiliar a gestão pública de muitas formas, no caso das IES pode justificar e auxiliar na formação do valor das anuidades e propinas, apoiar o processo orçamental, estabelecer medidas de desempenho, medir o custo das atividades, projetos e programas, comparar o desempenho de departamentos, áreas, cursos e de IES semelhantes, comparar custos reais com estimados, ajudar no planejamento estratégico em npivel de investimento. Em sintese estas informações permitem o aumento da eficiência e eficácia governamental por meio de planejamento mais adequado, construção de indicadores de desempenho, alternativas para a redução de custos, possibilidade de comparações e aumento da transparência para o controle social.

As vantagens informacionais encontradas na literatura remetem essencialmente ao aumento da eficiência e eficácia governamental por meio de planejamento mais adequado, construção de indicadores de desempenho, alternativas para a redução de custos, possibilidade de comparações entre órgãos e unidades.

Este estudo contribuir para a gestão das IES ao passo que expõe o quadro de necessidades de informação par ao setor, mas também as vantagens para a implantação de uma contabilidade gerencial ou analítica como tratado em Portugal.

As limitações do estudo relacionam-se a falta de pesquisas específicos da realidade portuguesa no setor de ensino, uma vez que só constatou-se o estudo de Teixeira (2009), Silva (2011) e Banha (2013).

Outros estudos podem ser desenvolvidos nesta temática que investiguem como a informação de custos é utilizada pelos gestores e que tipo de decisão os mesmos tomam com as informações que tem originário de seus controles gerenciais e da contabilidade de custos e se estas atendem suas expectativas.

Referências[1]

Abu-Tapanjeh, A. M. (2008). Activity-Based Costing Approach to Handle the Uncertainty Costing of Higher Educational Institutions: Perspective from an Academic College. *Journal of King AbdulAziz University: Econ. & Adm.*, *22*(2), 29–57.

Agasisti, T., Arnaboldi, M., & Azzone, G. (2008). Strategic management accounting in universities: the Italian experience. *Higher Education*, *55*(1), 1–15. doi:10.1007/s10734-006-9032-6

Araujo Neto, L. M., Freire, Fátima de Souza Rosano-penã, C., Carvalho, J., & Abreu, A. R. (2013). Mensuração da eficiência na gestão pública portuguesa: uma análise envoltória de dados. In *CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS XX* (p. 15). Uberlândia-MG. Retrieved from http://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/89/89

1 Todas as referências foram introduzidas no texto e configuradas de forma padronizada com o uso do software Mendeley Desktop®

Arena, M., Arnaboldi, M., & Azzone, G. (2010). Student perceptions and central administrative services: the case of higher education in Italy. *Studies in Higher Education*, *35*(8), 941–959. doi:10.1080/03075070903420708

Atkinson, A. A., Banker, R. D., Kaplan, R. S., & Young, S. M. (2008). *Contabilidade Gerencial*. (Atlas, Ed.) (2nd ed., p. 812). São Paulo.

Banha, M. D. R. L. C. C. (2013). *Contributo da Contabilidade Analítica para a Gestão Universitária: O caso da Universidade dos Açores*. Universidade do Açores. Retrieved from https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/2331/1/DissertMestradoMariaRosarioLeiteClaraCordeiroBanha2013.pdf

Berry, P. J. (2014). Starting with ABC and finishing with XYZ: what financial reporting model best fits a faculty and why? *Journal of Higher Education Policy and Management*, *36*(3), 305–314. doi:10.1080/01587919.2014.899048

Briggs, S., & Wilson, A. (2007). Which university? A study of the influence of cost and information factors on Scottish undergraduate choice. *Journal of Higher Education Policy and Management*, *29*(1), 57–72. doi:10.1080/13600800601175789

Carvalho, J. B. de, Costa, T. C., & Macedo, N. (2008). A Contabilidade Analítica ou de Custos no sector público administrativo. *Revista TOC*, *96*, 30–41.

Cohen, M. D., March, J. G., & Olsen, J. P. (1972). A garbage can model of organizational choice. *Administrative Science Quarterly*, *17*, 1–25.

Coy, D., Fischer, M., & Gordon, T. (2001). Public accountability: a new paradigm for college and university annual reports. *Critical Perspectives on Accounting*, *12*(1), 1–31. doi:http://dx.doi.org/10.1006/cpac.2000.0416

Cropper, P., & Cook, R. (2000). Developments: Activity-Based Costing in Universities—Five Years On. *Public Money & Management*, *20*(2), 61–68. doi:10.1111/1467-9302.00213

Cruz, H. N. da, Dias, M. D. M., & Luque, C. A. (2004). Metodologia de Avaliação de Custos nas Universidades Publicas: Economias de Escala e de Escopo. *Revista Brasileira de Economia*, *58*(1), 46–66.

Davies, A., & Thomas, R. (2002). Managerialism and Accountability in Higher Education: the Gendered Nature of Restructuring and the Costs to Academic Service. *Critical Perspectives on Accounting*, *13*(2), 179–193. doi:http://dx.doi.org/10.1006/cpac.2001.0497

Dražić Lutilsky, I., & Dragija, M. (2012). Activity based costing as a means to full costing–possibilities and constraints for European universities. *Journal of Contemporary Management Issues*, *17*(1), 33–57.

EUA, E. A. U. (2008). *No Title* (p. 87). Retrieved from http://www.eua.be/Libraries/Publications_homepage_list/Financially_Sustainable_Universities.sflb.ashx

Farias Filho, M. C., Garcia, R. G., & Herreros, M. M. A. G. (2013). A institucionalização do planeamento na gestão universitária. *Revista Gestão Universitária Na América Latina-GUAL*, *6*(3), 242–268. Retrieved from http://www.redalyc.org/pdf/3193/319328457013.pdf

Fernández, E. M., & García, U. D. B. (2014). Los sistemas de información contable en la gestión universitaria. *Revista de Dirección Y Administración de Empresas*, *1*(17), 119–140. Retrieved from http://www.ehu.es/ojs/index.php/rdae/article/view/11364/10470

Johnes, J. (1990). Unit costs: some explanations of the differences between UK universities. *Applied Economics*, *22*(7), 853–862. doi:10.1080/00036849000000023

Küpper, H.-U. (2013). A specific accounting approach for public universities. *Journal of Business Economics*, *83*(7), 805–829. doi:10.1007/s11573-013-0682-4

Lawrence, S., & Sharma, U. (2002). Commodification of Education and Academic LABOUR—Using the Balanced Scorecard in a University Setting. *Critical Perspectives on Accounting*, *13*(5–6), 661–677. doi:http://dx.doi.org/10.1006/cpac.2002.0562

Marques, M. da C. da C. (2008). Novos desafios na gestão universitária em Portugal: o papel da Contabilidade analítica. *Economia Global E Gestão*, *13*(3), 119–136. Retrieved from http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-74442008000300006

McChlery, S., McKendrick, J., & Rolfe, T. (2007). Activity-Based Management Systems in Higher Education. *Public Money & Management*, *27*(5), 315–322. doi:10.1111/j.1467-9302.2007.00602.x

Monteiro, R. P. (2012). *Análise do desempenho econômico da gestão pública: um estudo em uma instituição Federal de ensino localizado no Rio Grande do Sul*. Unisinos.

Oduoza, C. F. (2009). Reflections on costing, pricing and income measurement at UK higher education institutions. *Journal of Higher Education Policy and Management*, *31*(2), 133–147. doi:10.1080/13600800802559328

Oleto, R. R. (2006). Percepção da qualidade da informação. *Ciência Da Informação*, *35*(1), 57–62. Retrieved from http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n1/v35n1a07.pdf

Padoveze, C. L. (2009). *Sistemas de Informações Contábeis: fundamentos e análises*. (Atlas, Ed.) (6th ed., p. 142). São Paulo.

Parker, L. D. (2013). Contemporary University Strategising: The Financial Imperative. *Financial Accountability & Management*, *29*(1), 1–25. doi:10.1111/faam.12000

Pendlebury, M., & Algaber, N. (1997). Accounting for the Cost of Central Support Services in UK Universities: A Note. *Financial Accountability & Management*, *13*(3), 281–288. doi:10.1111/1468-0408.00038

Peter, M. D. G. A., Martins, E., Pessoa, M. N. M., & Peter, F. A. (2003). Proposta de um sistema de custos para as universidades federais brasileiras fundamentado no activity based costing. In *ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO* (pp. 1–16). Retrieved from http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2003/GPG/2003_GPG1801.pdf

Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2003). *Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. (Atlas, Ed.) (3rd ed., p. 198). São Paulo.

Sampaio, R. M., & Laniado, R. N. (2009). Uma experiência de mudança da gestão universitária: o percurso ambivalente entre proposições e realizações. *Revista de Administração Pública*, *43*(1), 151–174.

Santos, D. C. G. dos, Corrêa, A. de C., Ferreira Filho, H. R., Monteiro, Y. R., & Leite, A. dos S. (2011). Valor econômico gerado por instituições públicas: avaliação do IFPA Campus Abaetetuba. In *CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS XVIII*. Retrieved from http://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/517/517

Saur-Amaral, I. (2012). *Revisão sistemática da literatura com apoio de Endnote X5 e NVivo 9*. (Bubok, Ed.) (1st ed., p. 129). Aveiro.

Scarpin, J. E., Söthe, A., & Kreuzberg, F. (2012). Custos no Setor Público: Análise dos Artigos Posteriores a Publicação Estudo N° 12 Do IFAC. *CAP Accounting and Management*, *06*, 186–201. Retrieved from http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/CAP/article/viewFile/1535/1021

SILVA, C. A. T., MORGAN, B. F., & COSTA, P. de S. (2004). Apuração do custo de ensino por aluno: aplicação a uma instituição federal de ensino superior. In *ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO* (p. 15). Curitiba-PR. Retrieved from http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2004-pop-2161.pdf

Silva, M. D. G. M. C. (2011). *A contabilidade analítica no POC-Educação : o caso da Universidade do Minho*. Universidade do Minho.

Souza, M. A. de, Mauss, C. V., Diehl, C. A., & Bleil, C. (2008). A gestão pública por resultados e a avaliação de desempenho. In *CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, XIV* (p. 16). São Paulo-SP. Retrieved from http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos82008/107.pdf

Spathis, C., & Ananiadis, J. (2004). The accounting system and resource allocation reform in a public university. *International Journal of Educational Management*, *18*(3), 196–204. doi:10.1108/09513540410527194

Teixeira, A. B. de S. D. (2009). *A contabilidade como sistema de informação nas instituições do ensino superior público em Portugal: o caso da Escola Superior de Ciênias Empresariais*. Retrieved from http://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1412/5/Ana_Bela_Teixeira_FINAL.pdf

Toompuu, K., & Põlajeva, T. (2014). Theoretical Framework and an Overview of the Cost Drivers that are Applied in Universities for Allocating Indirect Costs. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, *110*(0), 1014–1022. doi:http://dx.doi.org/10.1016/j.sbspro.2013.12.948

Valderrama, T. G., & Sanchez, R. D. R. (2006). Development and Implementation of a University Costing Model. *Public Money & Management*, *26*(4), 251–255. doi:10.1111/j.1467-9302.2006.00533.x

Acreditação do ensino superior na Europa e Brasil: mecanismos de garantia da qualidade.

Cleber Augusto Pereira, M.Sc.

Joaquim Filipe Ferraz Esteves de Araújo, Ph.D.

Maria de Lourdes Machado, Ph.D.

RESUMO: O estudo da qualidade no ensino superior do Brasil e na Europa. Os objetivos são discutir os sistemas de acreditação no ensino superior em vigor na Europa e no Brasil. São contextualizados o cenário alemão e inglês de forma sistêmica, e a partir do contexto das agências de acreditação, foram realizadas comparações dos instrumentos de avaliação e acreditação de ciclos em funcionamento da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) em Portugal e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) no Brasil. A metodologia utilizada baseou-se em dados secundários coletados das agências e realizou-se análise qualitativa com base nas categorias de avaliação. Os resultados demonstram que a atuação das agências têm apresentado similaridades em seus mecanismos de garantia mesmo considerando-se sua distância geográfica e políticas educacionais distintas. As contribuições deste trabalho assentam na confrontação das metodologias de acreditação em uso pelas agências e na análise quanto à forma de validação das políticas de qualidade no ensino superior.
Palavras-Chave: Agências de acreditação. Ensino superior. Acreditação e avaliação. SINAES. A3ES.

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, antes de contextualizar o cenário de busca por qualidade e efetividade, faz-se necessária a problematização da competitividade contemporânea no ensino superior. Em tempos anteriores as Instituições de Ensino Superior (IES) atuaram, por inúmeros anos em um contexto de mínima competitividade, onde a procura apresentava-se maior que a oferta. No cenário das IES públicas o ingresso constituía-se como uma conquista, nas IES privadas, sempre havia interessados e a concorrência com outras IES era incipiente.

O cenário contemporâneo em países em desenvolvimento, como o Brasil, contemplou uma fase de expansão com o surgimento de novas IES, além do aumento na oferta de novos cursos pelas existentes.

Esta nova realidade do ensino superior passou a exigir das IES a internalização de uma preocupação anteriormente focada exclusivamente no ensino, para uma nova visão de nível de serviços com competitividade e dinamismo que associasse o acadêmico, administrativo e mercadológico.

As IES foram pressionadas a incorporar a necessidade de adaptar-se à nova realidade, almejando a conquista de padrões de excelência e qualidade, tendo que fornecer respostas cada vez mais rápidas e eficazes ao mercado numa perspetiva de atender as expectativas de seu público e demais interessados como *stakeholders*, comunidade, professores e alunos.

Na busca por excelência, a qualidade torna-se o fator diferencial relevante para o destaque da IES e sobrevivência no mercado. Existem inúmeros fatores que devem ser cumpridos para a conquista da excelência e destaque público, desde os padrões estabelecidos pelos órgãos governamentais de controlo, acreditação e auditoria, e até diferenciais como gestão do curso, infraestrutura e produção do corpo docente.

Os objetivos gerais são discutir os sistemas de acreditação no ensino superior em vigor na Europa e no Brasil. Para atender este objetivo estabeleceu-se um conjunto de três objetivos específicos que especificam, direcionam e complementam a abordagem do estudo: a) descrever o contexto do ensino superior na Europa e no Brasil; b) Identificar os principais mecanismos de garantia da qualidade em uso pelas agências de avaliação e acreditação; c) Comparar alguns instrumentos de avaliação e acreditação de ciclos em funcionamento da A3ES em Portugal, e do SINAES no Brasil.

Trata-se de uma pesquisa descritiva, por buscar descrever o fenômeno social da avaliação e acreditação do ensino superior com base na atuação das agências de avaliação no Brasil e Europa (Portugal). Buscou-se o «*what is*», previsto por Knupfer e McLellan (1996: 1197) retratando «o que existe hoje e agora em relação a um problema ou fenômeno» (Mertens, 1998: 174). Foi realizada uma análise correlacional, por objetivar encontrar e avaliar as relações entre as variáveis, aqui representadas pelos países e agências (Anderson, 1999; Meltzoff, 1998). Realizou-se ainda uma pesquisa bibliográfica para subsidiar a revisão de literatura sobre os mecanismos de garantia da qualidade e sobre o cenário do ensino superior, sob o prisma da avaliação e da qualidade.

2 PRINCIPAIS DE MECANISMOS DE GARANTIA DE QUALIDADE UTILIZADOS NO ENSINO SUPERIOR

Esta seção aborda a necessidade de técnicas mais refinadas para a garantia da qualidade e a devida necessidade de publicação de resultados nos meios de comunicação. Serão estudados os estilos utilizados na Europa e Estados Unidos e o modelo destes derivado que compõe a realidade da avaliação no Brasil.

Os estudos de Massy (1997, 2010) reiteram a necessidade de técnicas mais refinadas para a garantia da qualidade no ensino superior e classifica-as em 3 categorias: acreditação, padrão utilizado nos EUA; avaliação, segundo o estilo europeu, e; processo de revisão pelos pares, podendo ser denominado de auditoria da qualidade do processo, que geralmente utiliza uma combinação de indicadores de desempenho, auto-estudo e revisão pelos pares. Em Massy (2010) são analisados os instrumentos inovadores de garantia da qualidade aplicados em Hong Kong. As principais características destas três técnicas passam a ser discutidas nas próximas subseções.

Acreditação

A utilização do termo acreditação nos Estados Unidos reporta-se aos resultados de um processo público que tem como objetivo determinar se as IES atendem aos padrões de qualidade estabelecidos. Alguns pesquisadores complementam o sentido do termo afirmando que melhorias da metodologia do ensino podem refletir em resultados positivos na acreditação (Pringle and Mitri, 2007; Kelley et al., 2010).

Segundo Massy (1997:6) as características gerais do estilo de acreditação adotados pelos EUA atuam exclusivamente com a educação. A acreditação institucional é mais comum para os demais cursos de graduação, comparando o desempenho observado nas IES em relação a padrões pré-definidos, determinados por entidade governamental ou agência de acreditação. O processo avalia se os objetivos de uma instituição são apropriados para o grau ou nível em questão. Em virtude de tratar-se de uma função de certificação, esta deve ser realizada por uma agência externa à instituição.

O processo de acreditação é realizado em ciclos e tem como função assegurar que os padrões mínimos de qualidade estão sendo obedecidos pelas IES. O resultado do processo de acreditação tem a obrigatoriedade de ser publicado, fato necessário para execução da função de certificação. (HEQC, 1994).

As agências de acreditação institucionais dos Estados Unidos, onde a tarefa de acreditação é realizada por agências independentes e não governamentais (instituições privadas) segundo Massy (1997:7) tradicionalmente se opunham à divulgação completa, porém, conforme deliberado pelo *Council for Higher Education Accreditation* (CHEA), organismo responsável pelo credenciamento das inúmeras agências de acreditação nos Estados Unidos, a divulgação é obrigatória porque a confidencialidade prejudica a responsabilidade pública (Eaton, 2012).

Avaliação

Avaliação normalmente incide sobre a qualidade das atividades educativas específicas. A avaliação em geral utiliza alguns parâmetros de acreditação, combinando indicadores de desempenho, autoavaliação e revisão pelos pares. A combinação balanceada do uso de indicadores de desempenho e visita de avaliadores às IES é desejada, embora, pela grande quantidade de IES existentes, torna-se difícil de ser atendida em sua plenitude.

A avaliação ocorre primeiramente em um curso ou programa específico para depois avaliar a IES como um todo. Como definido pelo *Higher Education Funding Council for England* (HEFCE, 1992) no Reino Unido, ocorrem avaliações separadamente para o ensino e a pesquisa. Mais recentemente, divulgou-se que principal

objetivo é a produção de perfis de qualidade com base em: clareza, coerência, continuidade, credibilidade, eficiência, neutralidade, paridade e transparência (HEFCE 2008).
As dimensões acadêmica, gerencial, pedagógica e com foco no mercado, estabelecidas por Brennan e Shah (2000), são semelhantes às dimensões utilizadas pelas agências de acreditação que avaliam: Corpo docente, Coordenador, Projeto Pedagógico e Infraestrutura dos Cursos.
O processo de avaliação pode ser organizado pelo governo do país, por um consórcio institucional, ou pelas próprias IES. Massy (1997:7) cita o exemplo da Grã-Bretanha e Hong Kong onde a qualidade do ensino é definida pela missão da IES e não se esta segue algum «padrão ouro» de excelência acadêmica. Em análise mais recente, Massy (2010:203) retorna a crítica quanto a forma de avaliação no país, executada pelo *Hong Kong's University Grants Committee* (UGC) que almeja ocorrer «sem tirar o poder das instituições, violando a sua autonomia, ou gastar muito em relação aos resultados alcançados».
Para que ocorra a responsabilização institucional é necessário que os resultados da avaliação sejam publicados e expressos de uma maneira que permita comparações entre as instituições. O tempo dos ciclos de avaliação externa ocorre na faixa de cinco a dez anos, um pouco mais curtos do que os ciclos de acreditação. Longos períodos de avaliação do ciclo são ditados pelo custo de visitas e do grande número de unidades de avaliação (Massy, 1997: 8).

Auditoria da Qualidade e Revisão dos Processos pelos Pares

Dentro da auditoria de qualidade, a revisão dos processos de qualidade tem foco na análise da qualidade interna e na implantação de sistemas de melhoria dos processos. Estudos em diferentes regiões do mundo relatam que induzir a capacitação pode levar à melhoria do ensino e da aprendizagem nas IES (Dill, 2000a, 2000b; Massy, 2005, 2010).
Estes procedimentos não avaliam a qualidade em si, concentrando sua atuação sobre os processos que são acreditados para produzir qualidade e os métodos que as IES utilizam para alcançar a qualidade.
Para Massy (1997:8-9) o entendimento é que a qualidade do processo é fundamentada no princípio de que bons profissionais, trabalhando com recursos suficientes, e, de acordo com bons processos, irão produzir bons resultados, mas processos defeituosos poderão impedir, até os bons profissionais com recursos abundantes, de produzir resultados ótimos.
Segundo Kanji (1998), para alcançar a excelência, muitas organizações de ensino superior têm adotado a abordagem *scorecard* de excelência nos negócios para a melhoria dos processos. Kanji (1998) afirma que o valor da parte interessada é o resultado da excelência organizacional, que somente consegue ser alcançada com a conquista de elementos-chave, ou seja, a excelência de processos, aprendizagem organizacional e interesse da parte interessada.
Assegurar a qualidade do processo deve acontecer internamente nas IES e, tornando-se contínuo tende a melhorar a qualidade institucional, pois em tese, avalia-se as ações e os resultados produzidos, permitindo a institucionalização das ações a serem implementadas para garantia da qualidade.

2.1 Cenário Europeu de Garantia da Qualidade e Avaliação no Ensino Superior

Os estudos apresentados nesta seção têm o objetivo de contextualizar o cenário da qualidade e da avaliação no ensino superior na Europa. Para isto realizou-se um mapeamento conceptual do cenário da qualidade envolvendo o ensino superior na Alemanha e no Reino Unido.

Na Alemanha

Foram selecionados trabalhos abordando a evolução da temática na Alemanha no período compreendido entre 1997 e 2014 (El Hage, 1997; Hüfner, 2003; Harris Huemmert, 2008; Orr & Hovdhaugen, 2014).
Segundo El Hage (1997:225-233) a análise da situação da avaliação do ensino superior evidenciou uma péssima situação da avaliação do ensino superior na Alemanha. Esta realidade é exposta por reportagens e pesquisas realizadas entre as décadas de 80 e 90, onde se compara o estudante alemão com o do resto da Europa e identifica que os estudantes alemães precisavam de 3 a 5 semestres adicionais para obter a sua licenciatura (El Hage (1997:227). O fato levou à diminuição do investimento público, por parte do governo do país, em fundos científicos e educacionais. Havia ainda sérios problemas para estabelecer comparativos entre o desempenho das universidades, que passaram a seguir recomendações de padrões sugeridos na Conferência de Reitores e Presidentes de Universidades e Instituições de Ensino Superior, nos relatórios anuais de ensino (El

Hage (1997:229). A criação da Fundação do Centro para o Desenvolvimento do Ensino Superior (*Zentrum für Hoch-Schulentwicklung*) em *Gütersloh* foi uma iniciativa para promover a qualidade do ensino superior nas universidades alemãs, através de avaliações internas e externas de desempenho docente. Embora houvessem alguns instrumentos desenvolvidos para avaliação de cursos, sua aplicação, significado e a publicação dos resultados comparáveis, continuavam a ser muito controversos (El Hage (1997:231).

Hüfner (2003:145-163) explicou o complexo funcionamento da tomada de decisão no ensino superior em relação aos requisitos legais, administrativos, planejamento e questões financeiras no estado federal da Alemanha. Analisou o aumento de privatização do ensino superior e os problemas jurídicos e financeiros que se seguiram. A introdução de novos sistemas de financiamento, com base em indicadores de desempenho, augura grandes mudanças na estrutura de status e gerenciamento jurídico do ensino superior. Considerando-se que estas mudanças aumentaram drasticamente o número de estudantes entre 1975 e 2000, chegando a cerca de 1,8 milhões (Hüfner (2003:147) enquanto as vagas no ensino superior não acompanharam este crescimento, tampouco o número de professores.

Algumas afirmações públicas definiram o momento complexo do ensino superior alemão e são aqui apresentadas:

- Michael Daxner (1996), ex-presidente da Universidade de Oldenburg, afirmou que «a universidade é um sistema extremamente complicado, das quais algumas partes funcionam extremamente bem, alguns não em todos, e algumas coisas permanecem paradas»;
- Dieter Simon, presidente do *Wissenschaftsrat* (Conselho de Ciência), chegou a afirmar que «as universidades estão podres ao seu lado» (Hüfner, 2003:148).

A alteração de 1998 à *Hochschulrahmengesetz* (Lei Federal de Bases para o Ensino Superior), introduziu uma reforma do sistema alemão de ensino superior chamando para uma maior concorrência e diferenciação através da desregulamentação, orientação de desempenho, e a criação de incentivos de desempenho.

Estas reformas são parte da política do aumento da competitividade do ensino superior alemão e provêm importantes medidas de incentivo como: o financiamento público das IES passando a ser baseado em indicadores de desempenho; e, a alocação de recursos, em nível institucional e departamental, também passando a ocorrer de acordo com indicadores de desempenho (Hüfner, 2003:151).

A investigação de Harris Huemmert (2008:55-65) faz crítica à Alemanha por não dispor de normas para a seleção de avaliadores da educação superior, nem avaliar o seu desempenho. A análise contextualiza os processos de avaliação do ensino superior alemão, através de um estudo de caso em uma avaliação da ciência educacional em *Baden Württemberg* e explorou a forma como os peritos foram selecionados. O estudo descreve os problemas enfrentados e conclui sugerindo que poderia haver espaço para a introdução de normas aplicadas à seleção de avaliadores no cenário da avaliação alemã.

Em estudo mais recente, Orr e Hovdhaugen (2014:45-61) defendem o alargamento do acesso ao ensino superior conforme proposto pela agenda política europeia através de uma rota de «segunda chance», através da retirada do critério de sucesso escolar no ensino secundário como fator determinante para o acesso ao ensino superior. A análise compara as abordagens de rotas semelhantes na Alemanha, Noruega e Suécia que apresentam diferentes formas e princípios e obrigações distintas para as IES. Orr e Hovdhaugen (2014) avaliaram o impacto de oportunidades de segundas rotas para alargar a participação no ensino superior e uma discutem a contribuição dessas medidas para o acesso à educação mais inclusiva no país.

A análise demonstrada na Figura 1 (próxima página) apresenta uma síntese bidimensional através de um mapa conceitual da revisão de literatura. O mapeamento tem o objetivo de apresentar o cenário de avaliação da qualidade no ensino superior alemão e trata do desenvolvimento da avaliação, do aumento do ensino superior privado no país, e das reformas no ensino superior. Aborda a falta de normas aplicadas à seleção dos avaliadores do ensino superior e das políticas para expansão do ensino superior no país incluindo a definição de rotas alternativas e inclusivas de acesso. Ressalta-se as resistências e dificuldades encontradas no país quanto a publicação de resultados das avaliações pelas IES e de sua recusa na forma de *ranking* público, tanto pelas autoridades governamentais, quanto pelas instituições. A questão das diferenças gritantes na qualificação dos professores internamente nas IES e interinstituições é um fator preocupante e que deve ter seu impacto analisado nas políticas do ensino superior. A introdução de novas políticas do ensino superior, com oferta de financiamento público como forma de estimular o desempenho das IES é um fator relevante para a qualidade do ensino superior no país.

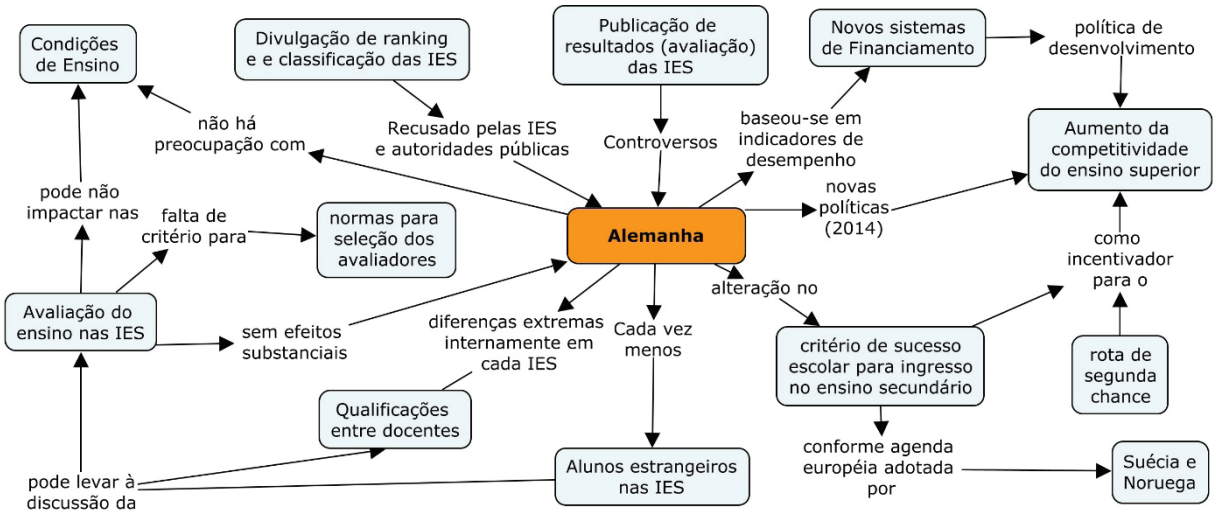

Figura 1 - Mapeamento conceitual da qualidade e avaliação do ensino superior na Alemanha

Notas: Elaborado pelo autor com o *software CMAP Tools Knowledge Modelling Kit*.

Um panorama do ensino superior na Alemanha é apresentado na Tabela 1 (próxima página). Foi elaborada com base nos estudos de El Hage (1997); Hüfner (2003); Harris Huemmert (2008) e Orr e Hovdhaugen (2014) e ressalta os principais pontos críticos do ensino superior alemão, as iniciativas propostas e implantadas na busca de melhorias e os principais impactos gerados pela mudança no ensino superior alemão.

Tabela 1

Panorama do Ensino Superior na Alemanha

Pontos Críticos:
- Resistência à política de publicação de *rankings* universitários
- Resistências institucionais e políticas à publicação de resultados de avaliação das IES
- Nas décadas de 80 e 90 havia pouco financiamento para o ensino superior
- Extremas diferenças na qualificação dos docentes dentro da mesma IES
- Condições de ensino nas IES eram precárias – poucas medidas para qualidade
- Avaliação das (externa) e nas (interna) IES sem critérios específicos
- Sérios problemas para estabelecer comparativos entre o desempenho das universidades
- Falta de critério e formação específica para os avaliadores externos da qualidade
- Diminuição da entrada de alunos estrangeiros, além da dificuldade linguística
Melhorias implementadas:
- Implantação de novos sistemas de financiamento como política de desenvolvimento do ensino superior
- novas políticas com foco no aumento da competividade do ensino superior
- Alteração dos critérios de acesso ao ensino superior como fator de incentivo – implantação de rota alternativa (segunda chance)
- Políticas com foco em indicadores de desempenho do ensino superior
- A alteração em 1998 à *Hochschulrahmengesetz* (Lei Federal de Bases para o Ensino Superior) implantou a reforma do ensino superior alemão
- Estabelecimento de padrões para os relatórios anuais de ensino sugeridos em Conferência de Reitores e Presidentes de Universidades e IES
- Fundação do Centro para o Desenvolvimento do Ensino Superior (*Zentrum für Hoch-Schulentwicklung*) – objetivo de promover a qualidade do ensino com avaliações internas e externas de desempenho docente
- Aumento das IES privadas estimulando a competitividade

Impactos gerado pelas mudanças:
- Aumento drástico do número de estudantes até o ano de 2000, alcançando 1,8 milhões
- A oferta de vagas no ensino superior e a quantidade de professores não acompanharam este crescimento
- A relação professor/aluno aumentou de 1/16 para 1/24
- desregulamentação do ensino, foco em indicadores de desempenho e incentivos (aumento de recursos) baseados no desempenho gerados pela nova *Hochschulrahmengesetz*

Notas: Elaborado com base no mapeamento conceitual da qualidade e avaliação do ensino superior na Alemanha (El Hage, 1997; Hüfner, 2003; Harris Huemmert, 2008; Orr & Hovdhaugen, 2014).

A próxima seção apresenta um panorama dos aspectos inerentes à qualidade no ensino superior do Reino Unido.

No Reino Unido

Considerou-se nesta seção o cenário da avaliação e qualidade do ensino superior no Reino Unido. A preocupação com os padrões de qualidade e de avaliação aplicadas ao ensino superior foram evidenciadas em várias abordagens (Harvey, 1995, 2002; Athanassopoulos & Shale, 1997; Kanji, Malek & Tambi, 1999; Blanden & Machin, 2004; Jackson & Bohrer, 2010; Medland, 2014; Nazarko & Šaparauskas, 2014).

O estudo de Athanassopoulos e Shale (1997:117-134) realiza um comparativo, do ponto de vista de medir a *performance* corporativa, em 45 IES no Reino Unido. Iniciativas governamentais neste setor deram ênfase ao *accountability*, *value for money* e controle de custos incentivados pelas ideias da Nova Gestão Pública e da derivação desta no esquema de ponderação oficial seguido pela agência financiadora, no sentido de estabelecer medidas e critérios para alocação de recursos para as universidades. Ao utilizar o *value for money*, avalia-se a qualidade em termos de retorno sobre o investimento ou despesa. A abordagem *value for money* na educação pode ser associada à noção de responsabilidade. Nos serviços públicos, inclui-se aqui a educação, é esperada a *accountability* aos órgãos financiadores e de fomento. Ao focar no controle dos custos, Athanassopoulos e Shale (1997) adotaram dois modelos distintos para a definição de *performance*: minimização de custos e maximização de resultados, considerando-se os dois modelos como complementares para medir a eficiência dos custos nos resultados das IES. As estatísticas sobre as atividades das universidades atingiram plenamente o seu valor potencial, quando foram usadas para definir conceitos abrangentes de desempenho e de realizações de metas informados pelas missões institucionais. O estudo avaliou como eficientes 6 universidades no Reino Unido que apresentaram um desempenho individual satisfatório em todos os testes segundo a metodologia proposta (Athanassopoulos & Shale (1997: 129).

Uma pesquisa sobre Gestão da Qualidade Total (TQM) no ensino superior do Reino Unido realizada por Kanji, Malek, & Tambi (1999:129-153) relata que o progresso da utilização da TQM é bastante lento, com apenas algumas universidades o adotando. Havendo estas IES se beneficiado de um processo de TQM (Kanji, 1998) semelhante aos seus homólogos nos EUA, como a melhoria do desempenho dos alunos, melhores serviços, redução de custos e satisfação do cliente. Os autores examinaram como os princípios e conceitos fundamentais da TQM puderam ser medidos para fornecer um meio de avaliar a qualidade das IES em vários aspectos de seus processos internos. Os princípios da TQM e os conceitos fundamentais constituíram-se como fatores críticos de sucesso e refletiram o desempenho das instituições. O modelo de *Business Excellence* (Kanji, 1998) demonstrou, no decorrer do estudo, várias vantagens e capacidade de superação de insuficiências sobre outros modelos de gestão da qualidade.

Um estudo do monitoramento externo da qualidade do ensino superior (Harvey, 2002: 245-263) analisou os diferentes tipos de organismos externos e seus *modus operandi*. Sua prerrogativa é que a avaliação externa legitima o *status quo* e preocupa-se com o método, ignorando a natureza e os estilos de aprendizagem. Harvey critica o uso de indicadores estatísticos como ferramentas de avaliação, pois, segundo ele, estes elementos têm suas limitações como medidas de desempenho de qualidade. Contesta que, para funcionar, a auto avaliação força a ocorrência do *peer-review* e, no caso específico do *peer review* é tendencioso ocorrer o julgamento distorcido com base na busca de discrepâncias e julgamento pessoal (Harvey, 2002:257). Harvey (2002) é bem

radical quando propõe que as agências de monitoramento de ensino superior precisam, além de preocupar-se com a qualidade, abordar as implicações desta para a aprendizagem do aluno, para mudar de agências de *accountability* e orientadas para o *compliance* passando a levantar questões importantes de melhoria do aprendizado dos alunos.

Em um estudo da qualidade e padrões ingleses de ensino superior Jackson e Bohrer (2010: 77-87) discutiram a responsabilidade de assegurar a qualidade no país. O estudo destaca as características do sistema inglês baseado em instituições autônomas e com auto regulação. A análise interroga o processo de transição durante a consolidação do ciclo avaliativo de 2006-2011.

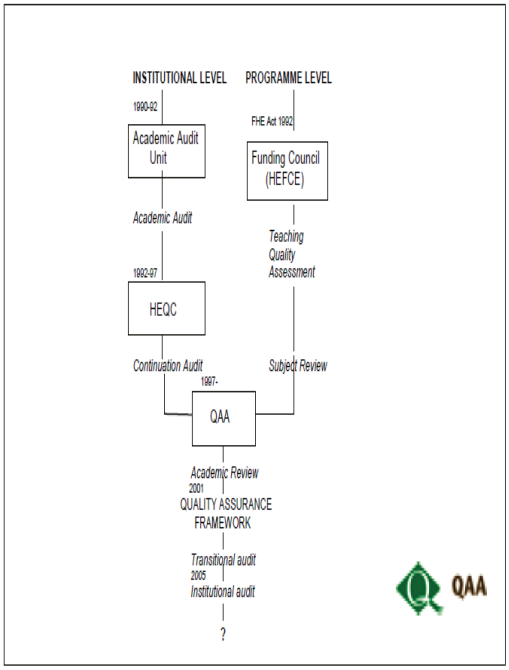

Figura 2 – Evolução do processo de avaliação (papel) da Agência de Garantia da Qualidade (QAA)

Fonte: (Jackson & Bohrer, 2010: 82)

Identificou-se na Figura 2, na página anterior, o papel desempenhado historicamente pela Agência de Garantia de Qualidade (QAA), onde demonstra-se que inicialmente existia a segmentação entre as avaliações institucionais e as avaliações de cursos (programas):

- As avaliações institucionais ocorriam por auditoria e eram realizadas pela *Higher Education Quality Council* (HEQC);
- Avaliações de cursos (programas) ocorriam através de avaliação da qualidade, com instrumentos subjetivos pela HEFCE,

Jackson e Bohrer (2010) apresentam ainda, durante a abordagem histórica, as organizações predecessoras da QAA, em determinar os sistemas e processos que são usados atualmente para demonstrar a garantia de padrões acadêmicos no Reino Unido. De forma bastante simplificada, os processos de auditoria demonstrados na Figura 2 são realizados por avaliadores que são altos funcionários nomeados por instituições e treinados pela QAA. Eles analisam a documentação e se reúnem com funcionários e alunos para avaliar a eficácia dos sistemas de qualidade. Suas conclusões são disponibilizadas em relatórios publicados pela QAA. A partir de janeiro de 2010, em modo piloto, alguns estudantes passaram a compor as equipes de auditoria.

Nos estudos mais recentes realizados no Reino Unido investigou-se a capacidade de resposta das IES, o perfil dos administradores, a proporção e problemas gerados pelos estudantes estrangeiros, a prioridade e a resistência à avaliação e aos processos de garantia da qualidade no ensino superior do país. (Hempsall, 2014; Hogan, 2014; Lucas, 2014; McDonald, 2014; Medland, 2014)

Ao estudar a liderança nas IES, Hempsall (2014: 383-394) não identificou um nível de prontidão ou capacidade para responder eficazmente aos desafios como esperado na era do conhecimento nos EUA, Reino Unido e Austrália.

Avaliando quem são os administradores no ensino superior do Reino Unido, identificou-se que o perfil mudou para se tornar mais flexível. As funções administrativas são muito mais diversificadas. As mudanças tecnológicas criaram novos papéis e oportunidades com as possibilidades de progressão para funcionários (Hogan, 2014: 76-83).

Os estudantes internacionais representam uma proporção cada vez maior da população estudantil do Reino Unido. O estudo analisa as complicações adicionais envolvidas no apoio aos estudantes internacionais, com um foco específico em questões culturais, e faz recomendações de como a prática pode ser melhorada no Reino Unido (McDonald, 2014: 62-65).

Ao enfatizar o papel da avaliação no apoio ao desenvolvimento do aluno na realidade dos processos e práticas de avaliação no ensino superior, propõe contribuir para a compreensão do discurso em torno de avaliação do ensino superior no Reino Unido. Apresenta-se uma sinopse do papel da avaliação na mudança curricular atual como forma de dar maior prioridade à avaliação (Medland, 2014: 1-16).

Pesquisou-se a resistência acadêmica aos processos de garantia de qualidade no ensino superior e de avaliação do trabalho de pesquisa no Reino Unido. Os processos de qualidade foram vistos como formas de tecnologias disciplinar (Blackmore, 2009) e constituem-se uma parte importante em que a nova gestão pública foi introduzida para o setor. Os processos foram percebidos para monitorar e controlar o trabalho acadêmico em relação ao ensino e pesquisa nas IES do país nos últimos 20 anos. Acadêmicos situados em contextos específicos passaram a desafiar e resistir aos discursos e posições (Thomas & Davies, 2005: 683-706) que estavam sendo-lhe impostas. (Lucas, 2014: 215-224)

Como produto desta revisão de literatura no país, representa-se na Figura 3, um esquema bidimensional que pode caracterizar a situação no país através de um mapa conceitual.

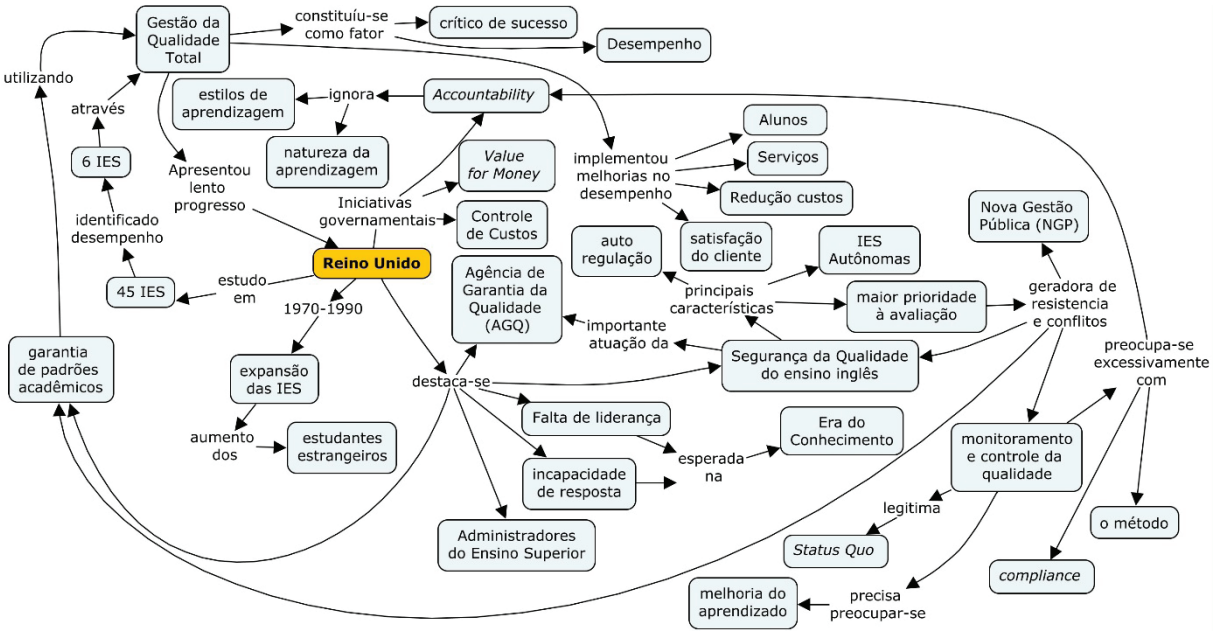

Figura 3 - Mapeamento conceitual da qualidade e avaliação do ensino superior no Reino Unido

Fonte: Elaborado pelo autor com o *software CMAP Tools Knowledge Modelling Kit*.

O mapeamento tem o objetivo de apresentar, de forma mais visual, o cenário de avaliação da qualidade no ensino superior no Reino Unido. Destacaram-se os principais conceitos, representados nos retângulos do diagrama e os relacionamentos entre estes conceitos, representados no mapa pelas setas direcionais e descrições a estas associadas.

2.2 Metodologia

Caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, por buscar descrever o fenômeno social da avaliação e acreditação do ensino superior com base na atuação das agências de avaliação no Brasil e Europa (Portugal). Buscou-se o *«what is»*, previsto por Knupfer e McLellan (1996: 1197) retratando «o que existe hoje e agora em relação a um problema ou fenômeno» (Mertens, 1998: 174). Foi realizada uma análise correlacional, com o objetivo de encontrar e avaliar as relações entre as variáveis, aqui representadas pelos países e agências de acreditação (Anderson, 1999; Meltzoff, 1998).

Para subsidiar a revisão de literatura sobre os mecanismos de garantia da qualidade e sobre o cenário do ensino superior, sob o prisma da avaliação e da qualidade, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, baseada em artigos selecionados em periódicos relevantes e com fator de impacto. Ao analisar as dimensões discutidas nos trabalhos selecionados dos diferentes países, foi possível identificar as principais discussões quanto a qualidade e avaliação identificadas em estudos realizados ou aplicados ao ensino superior.

Para o componente prático de comparação foi realizado um estudo dos critérios de avaliação dos cursos superiores, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no Brasil e das diretrizes propostas pela A3ES em Portugal, baseando-se em dados documentais coletados destas agências. Além das fontes de dados das agências, assumiu-se indicadores divulgados pelas bases de dados disponíveis *on-line* em Portugal: Direcção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (DGEEC) do Ministério da Educação e da Ciência; do acesso ao ensino superior público da Direção Geral do Ensino Superior (DGES) e dos docentes do ensino superior.

3 ANÁLISE COMPARATIVA DA ATUAÇÃO DAS AGÊNCIAS DE AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO NO BRASIL E NA EUROPA

Esta seção apresenta um panorama do processo de avaliação e acreditação do ensino superior no Brasil e na Europa: em Portugal, caracterizando as agências em ambos os países.

3.1 A acreditação das licenciaturas em Portugal

O processo de acreditação do ensino superior em Portugal é bastante recente. A primeira legislação sobre avaliação do ensino superior em Portugal é datada de 1994 (Lei nº. 38/94 de 21 de novembro).

Em sequência, a publicação do Decreto-Lei 74 de 2006 que regulamenta os graus acadêmicos e diplomas do ensino superior e os princípios da acreditação que começaram a dar forma à área. Em 2007 foram publicadas a (Lei nº.38 de 2007 de 16 de agosto) que aprova o regime jurídico da avaliação do ensino superior, denominada Lei da Avaliação e o (Decreto-Lei nº.369 de 2007) que cria e define os estatutos da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), responsável pela avaliação e acreditação dos cursos.

Com a Lei nº 38/2007, de 16 de agosto que aprovou o regime jurídico da avaliação da qualidade do ensino superior puderam ser elencados os parâmetros de avaliação de qualidade relacionados à atuação dos estabelecimentos de ensino superior e os resultados da atividade dos mesmos estabelecimentos, assim como os objetivos e princípios da avaliação, nomeadamente a sua obrigatoriedade, incidência, formas e agentes de avaliação.

A partir desta lei é que puderam ser definidas as regras fundamentais para a avaliação interna, para a avaliação externa, para a intervenção de docentes, estudantes e entidades externas na avaliação.

A agência de avaliação e acreditação em Portugal: A3ES

Embora criada em 2007, a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) entrou em efetivo funcionamento no início de 2009. A primeira ronda de acreditações iniciar-se-ia no final do ano de 2009, tendo os guiões de avaliação e acreditação nas suas versões preliminares sido colocados à discussão pública em Julho de 2009, junto às estruturas representativas das instituições: Conselho de reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) e Associação Portuguesa de Ensino Superior Privado (APESP) e das próprias IES, além de publicadas no site da agência reguladora (Fonseca, 2010).

Posteriormente foram publicadas as versões eletrônicas dos guiões, para preenchimento *online*, pelas Instituições de Ensino Superior.

O final do ano de 2009 e o início de 2010 corresponderam ao primeiro período de submissão de cursos à acreditação pela A3ES, iniciando-se os processos de acreditação dos cursos do ensino superior em Portugal (Fonseca, 2010).
O objetivo da próxima seção é proporcionar uma visão da avaliação no ensino superior no Brasil e demonstrar como é regulamentada no país.

3.2 Cenário de Avaliação do Ensino Superior no Brasil

No Brasil, considera-se como ensino superior todos os níveis a partir da graduação, englobando-se a graduação, a pós-graduação e a extensão. Na avaliação do ensino superior brasileiro, a avaliação das instituições de ensino superior e dos cursos de graduação é de responsabilidade do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Para efeito deste trabalho será considerado apenas o nível superior com os cursos de graduação considerando-se que cada nível apresenta características educacionais diferenciadas.

O Sistema de Avaliação do Ensino Superior no Brasil

O Ministério da Educação do Brasil (MEC) apresenta em sua estrutura funcional o INEP como autarquia federal vinculada (INEP, 2010a: 1-3).

> Dentro deste novo contexto, o Inep se tornou responsável por organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais e por desenvolver e coordenar sistemas e projetos de avaliação educacional, abrangendo todos os níveis e modalidades de ensino [...]. A partir da reestruturação promovida pela Lei nº 9.448, de 14 de março de 1997, ele ingressou numa fase de franca recuperação, reassumindo sua posição de destaque no cenário educacional brasileiro.

Ao INEP cabe a realização regular e periódica de levantamentos censitários e de avaliações nacionais, sempre apoiado no uso intensivo das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), passou a fazer parte do repertório das políticas nacionais de educação, convertendo-se em um dos principais mecanismos utilizados pelo governo federal para induzir mudanças nos sistemas de ensino e apoiar o aprimoramento da gestão educacional, em todos os níveis administrativos e de ensino (INEP, 2010a).
O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi criado através da Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004. É composto por três componentes principais: a avaliação das instituições de ensino superior, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O SINAES avalia todos os aspetos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspetos (INEP, 2010b).
Os resultados das avaliações coordenadas pelo SINAES possibilitam um panorama da qualidade dos cursos e das IES no País. Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). A operacionalização é de responsabilidade do INEP.

3.3 As comissões de avaliação do ensino superior no Brasil e em Portugal

A Tabela 2 (próxima página) apresenta um descritivo de como são elaboradas as comissões de avaliação do ensino superior nos países do estudo.
Conforme destacado na Tabela 2 (próxima página), a composição das comissões avaliadoras apresenta semelhança entre os países, evidencia-se que com a atuação da A3ES em Portugal, os procedimentos utilizados são publicamente divulgados e favorecem o processo de transparência pública.

Tabela 2
Comparativo da operacionalização das comissões de avaliação pelas agências de acreditação A3ES e SINAES

Atividade	A3ES (2011)*	SINAES (2007: 106-108)**
Competência para Composição da Comissão	Selecionados e nomeados pela agência	designados pela CONAES.
Características para seleção dos integrantes	- adequação do currículo e do perfil às funções a desempenhar. - assegurada a independência dos avaliadores em relação aos ciclos de estudos avaliados. - ao menos um dos integrantes deve ser recrutado internacionalmente.	- pertencentes à comunidade acadêmica e científica; - reconhecidos pelas suas capacidades em suas áreas; - portadores de ampla compreensão das instituições universitárias.
Quantidade de membros	3 a 5	A quantidade e o formato das comissões depende do tamanho e do perfil da IES ou da organização acadêmico-administrativa, a critério da CONAES.
Código de Ética	Estabelece as normas relativas aos conflitos de interesse, confidencialidade e conduta dos avaliadores.	Não mencionado. As diretrizes de conduta são tratadas na capacitação dos avaliadores.
Quanto ao exercício de funções dos avaliadores	Estabelece claramente os domínios comuns a todos os membros e as responsabilidades específicas do presidente.	Não apresenta norma pública específica.

* Baseado nas Normas para a Avaliação Externa da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior A3ES (2011).
** Dados extraídos do Portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) Inep - Educação Superior – SINAES – Instrumentos. Disponível em http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes-instrumentos;
Fonte: Elaborada pelos autores.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados apresentam o processo de avaliação e acreditação no Brasil e em Portugal. No Brasil, já existem três ciclos de avaliação consolidados desde a implantação dos mecanismos de avaliação ocorridos desde o ano de 2004 (INEP, 2010b). Em Portugal, a A3ES, que iniciou suas atividades de avaliação em 2010, encontra-se com os instrumentos de acreditação estabelecidos e validados e iniciou a publicação dos primeiros resultados das acreditações no ano de 2011.
Nota-se que, para a definição dos instrumentos de acreditação pela A3ES foi seguido predominantemente o modelo europeu de acreditação[1] sugerido pela *European Network for Quality Assurance in Higher Education* (ENQA), apresentando ainda algumas nuances do modelo utilizado nos EUA. Quando comparado ao modelo brasileiro, o modelo da A3ES inclui uma abordagem de mercado no tratamento da procura do curso pelos estudantes, fator bastante interessante e não suportado no modelo do ENADE até o ano de 2014.
Na mensuração dos resultados do modelo da A3ES é proposta a medição do «sucesso acadêmico da população discente» como fator de resultado e quanto ao sucesso docente, dentre outros tópicos, é avaliado se «existem publicações científicas do corpo docente do ciclo de estudos em revistas internacionais com revisão por pares,

1 Com o objetivo de «criar na Europa um centro de excelência no nível da educação, formação e investigação científica e tecnológica por meio do desenvolvimento de recursos humanos de elevada qualidade»

nos últimos três anos e na área do ciclo de estudos» fator que não é passível de investigação no modelo brasileiro do ENADE.

A proposta de trabalho da A3ES engloba todos os níveis de acreditação do ensino no país, desde as Licenciaturas, Mestrados e Doutorados. No Brasil esta tarefa foi segmentada, ficando a gestão do ensino superior a critério do SINAES que atua através do INEP.

Existe uma enorme dicotomia na população docente quando se compara Brasil com Portugal. Em 2013/2014 existiam 14.003 doutores nas universidades de Portugal[2], representando 56,6% do total de professores atuantes no ensino superior do país (DGES - Direcção-Geral do Ensino Superior, 2009).

No Brasil, entre 2001-2012, o relatório do Censo da Educação Superior[3], publicado pelo INEP, identificou que existiam o total de 150 mil doutores na ativa, atuando em IES pública e privadas.

Torna-se importante a atuação das agências de acreditação para o controle e estatísticas da realidade do ensino no país. Com a criação da A3ES, Portugal ganha mais qualidade no ensino superior além de construir relatórios de acreditação que possam subsidiar programas de desenvolvimento de formação pelo país.

Notou-se ainda que no processo de acreditação realizado pela A3ES não é atribuída nota aos programas avaliados, como é realizado no Brasil. Em contrapartida verificou-se que durante a validação do processo de acreditação, o tempo de certificação da acreditação concedido aos cursos variou entre 1 e 5 anos. Esta variação no tempo de acreditação pode então ser entendida como um fator de mensuração da qualidade esperada do curso, de certa forma, como uma maneira de classificar os cursos como ocorre no Brasil.

No caso dos ciclos de avaliação no Brasil, ocorre que os ciclos avaliativos do ENADE ocorrem de três em três anos e, a cada ciclo, é aplicada uma mesma prova aos discentes ingressantes e concluintes de cada curso. A metodologia aplicada na concepção da prova utiliza a Teoria de Resposta ao Item (TRI) que permite que, com um mesmo instrumento de avaliação e, através da atribuição de pesos distintos para os ingressantes e concluintes, avalie-se todos os participantes. O resultado desta avaliação é posteriormente publicado em domínio público e somente os cursos que não atingirem a nota mínima 3 terão de submeter-se ao ciclo avaliativo externo. Não existindo equivalência deste método nas licenciaturas em Portugal.

Para finalizar, o processo de acreditação no Brasil utiliza como termômetro o desempenho dos alunos, medido através de prova obrigatória aos estudantes, o ENADE, que de certa forma, não deixa de ser um fator redutor do trabalho de acreditação realizado pelo SINAES. Em Portugal, pela menor quantidade de cursos, o custo benefício de uma metodologia similar à brasileira não se justificaria.

Considerações Finais

O trabalho apresentou as principais definições de qualidade e instrumentos utilizados para a sua garantia. Discutiu-se o processo de revisão pelos pares quando de sua ocorrência durante o processo de auditoria externa. Os modelos de acreditação foram discutidos, com ênfase sobre como ocorrem os processos no Brasil, através do SINAES em Portugal pela A3ES.

Foram apresentados os pontos principais de atuação destas agências e a situação atual de desenvolvimento. O modelo brasileiro apresentou um ciclo de avaliação mais curto, demonstrando ainda que foi necessário instituir uma prova aos alunos dos cursos superiores. A aplicação deste instrumento permite ao SINAES a diminuição do aspeto de avaliação externa, considerando-se que apenas os cursos que não tenham desempenho satisfatório deverão participar de avaliação externa.

No comparativo da efetividade, os instrumentos em uso atualmente pelas agências possuem inúmeros pontos em comum. Os resultados demonstram que a atuação das agências têm apresentado similaridades em seus mecanismos de garantia, mesmo considerando-se sua distância geográfica e políticas educacionais distintas.

---

2 Fonte: Inquérito ao Registo Biográfico de Docentes do Ensino Superior, DGEEC/MEC - Dados atualizados em outubro de 2014. Disponível em http://w3.dgeec.mec.pt/dsee/al20132014/docentes/Painel07.asp

3 Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP. Censo de Educação Superior 2001-2012. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior. Acesso em dezembro de 2014.

Referências

ATHANASSOPOULOS, A. D., & SHALE, E. (1997), "Assessing the Comparative Efficiency of Higher Education Institutions in the UK by the Means of Data Envelopment Analysis" *Education Economics*, 5(2), pp. 117–134. doi:10.1080/09645299700000011.

A3ES (2011), "*Normas de Avaliação Externa, Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior"*, 2011. Disponível em: http://www.a3es.pt/sites/default/files/NormasAvaliacaoExterna2011.pdf, [consultado em 02-11-2014].

ANDERSON, G. (1999), "Correlational research". In G. Anderson, & N. Arsenault (Eds.), *Fundamentals of educational research,* London: Falmer Press Teachers Library, pp. 111-118.

BLACKMORE, J. (2009), "Academic pedagogies, quality logics and performative universities: evaluating teaching and what students want". *Studies in Higher Education*, 34(8), pp. 857-872. doi:10.1080/03075070902898664.

BLANDEN, J., & MACHIN, S. (2004), "Educational Inequality and the Expansion of UK Higher Education". *Scottish Journal of Political Economy*, 51(2), pp. 230–249. doi:10.1111/j.0036-9292.2004.00304.x.

BRENNAN, J. & SHAH, T. (2000), *Managing Quality in Higher Education. An International Perspective on Institutional Assessment and Change,* Buckingham, Open University Press.

DGES, D. G. E. S. (2009), *Ensino Superior Público Universitário, Politécnico, Militar e Policial*. Lisboa: DGES / MCT, Dixon, B.

DILL, D.D. (2000a), "Designing academic audit: lessons learned in Europe and Asia" *Quality in Higher Education*, 6(3), pp. 187–207.

DILL, D.D. (2000b), "Capacity building as an instrument of institutional reform: improving the quality of higher education through academic audits in the UK, New Zealand, Sweden and Hong Kong". *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and practice*, 2(2), pp. 211–234.

EATON, J. S. (2012), *An overview of US Accreditation - Revised*. Council for Higher Education Accreditation: Washington, DC.

El HAGE, N. (1997), "Evaluation of Higher Education in Germany" *Quality in Higher Education*, 3(3), pp. 225–233. doi:10.1080/1353832970030303.

FONSECA, M. (2010), "Acreditação Ano Zero". *Os Sistemas Internos de Garantia de Qualidade das Instituições de Ensino Superior em Portugal*. (Publicação electrônica) Disponível em: www.a3es.pt, [consultado em 04-11-2014].

HARRIS HUEMMERT, S. (2008), "Evaluators of Higher Education in Germany: Are They 'Fit For Purpose?'" *Quality in Higher Education*, 14(1), pp. 55–65. doi:10.1080/13538320802011722.

HARVEY, L. (1995), "Beyond TQM". *Quality in Higher Education*, 1(2), pp. 123–146.

HARVEY, L. (2002), "Evaluation for What?". *Teaching in Higher Education*, 7(3), pp. 245–263. doi:10.1080/13562510220144761.

HEMPSALL, K. (2014), "Developing leadership in higher education: perspectives from the USA, the UK and Australia". *Journal of Higher Education Policy and Management*, 36(4), pp. 383–394. doi:10.1080/1360080X.2014.916468.

HOGAN, J. (2014), "Administrators in UK higher education: who, where, what and how much?" Perspectives: *Policy and Practice in Higher Education*, 18(3), pp. 76–83. doi:10.1080/13603108.2014.930073.

HIGHER EDUCATION FUNDING COUNCIL OF ENGLAND (HEFCE). (1992), *Quality Assessment. Consultation Paper*. Bristol: HEFCE.

HIGHER EDUCATION FUNDING COUNCIL OF ENGLAND (HEFCE). (2008), *Research Assessment Exercise 2008: the outcome*. Bristol: HEFCE.

HIGHER EDUCATION QUALITY COUNCIL (HEQC). (1994), *Learning from Audit.* London: HEQC.

HÜFNER, K. (2003), "Governance and Funding of Higher Education in Germany". *Higher Education in Europe*, 28(2), pp. 145-163. doi:10.1080/03797720304104.

INEP (2010a), "A trajetória do Inep". *INEP*. Disponível em: http://www.inep.gov.br/institucional, [consultado em 20-03-2014].

INEP (2010b), "SINAES". *INEP*. Disponível em: http://www.inep.gov.br/superior/sinaes, [consultado em 23-03-2014].

JACKSON, S., & BOHRER, J. (2010), "Quality assurance in higher education: Recent developments in the United Kingdom". *Research in Comparative and International Education*, 5(1), pp. 77–87. Disponível em http://www.scopus.com/inward/record.url?eid=2-s2.0-77955135656&partnerID=40&md5=54a904ebe9bb43679e0ba2210a194ba4, [consultado em 13-10-2014].

KANJI, G. K., MALEK, A., & TAMBI, B. A. (1999), "Total quality management in UK higher education institutions". *Total Quality Management*, 10(1), pp. 129–153. doi:10.1080/0954412998126.

KELLEY, C., PINGSHENG, T., & BEOM-JOON, C. (2010), "A Review of Assessment of Student Learning Programs at AACSB Schools: A Dean's Perspective". *Journal of Education for Business*, 85(5), pp. 299-306. doi:10.1080/08832320903449519

KNUPFER, N., & MCLELLAN, H. (1996), *Descriptive research for educational communications and technology,* New York: Macmillan USA.

LUCAS, L. (2014), "Academic resistance to quality assurance processes in higher education in the UK". *Policy and Society*, 33(3), pp. 215–224. doi: http://dx.doi.org/10.1016/j.polsoc.2014.09.006.

MASSY, W. F. (1997), "Teaching and Learning Quality-process Review: the Hong Kong programme". *Quality in Higher Education, 3*(3), pp. 249-262.

MASSY, W.F. (2005), "Academic audit for accountability and improvement", in Burke, J.C. (Ed.) *Achieving Accountability in Higher Education: Balancing public, academic and market demands,* San Francisco: Jossey-Bass.

MASSY, W.F. (2010), "Education quality audit as applied in Hong Kong", in Dill, D.D. & Beerkens, M. (Eds.) *Public Policy for Academic Quality: Analyses of innovative policy instruments,* Dordrecht: Springer.

MCDONALD, I. (2014), "Supporting international students in UK higher education institutions". Perspectives: *Policy and Practice in Higher Education*, 18(2), pp. 62–65. doi:10.1080/13603108.2014.909900.

MEDLAND, E. (2014), "Assessment in higher education: drivers, barriers and directions for change in the UK". *Assessment & Evaluation in Higher Education*, pp. 1-16. doi:10.1080/02602938.2014.982072.

MELTZOFF, J. (1998), *Critical thinking about research – Psychology and related fields,* Washington DC: American Psychology Association.

MERTENS, D. M. (1998), *Research methods in Education and Psycology: Integrating diversity with quantitative e qualitative approaches,* London: Sage Publications.

NAZARKO, J., & ŠAPARAUSKAS, J. (2014), "Application of DEA method in efficiency evaluation of public higher education institutions". *Technological and Economic Development of Economy*, 20(1), pp. 25-44. doi:10.3846/20294913.2014.837116.

ORR, D., & HOVDHAUGEN, E. (2014), "'Second chance' routes into higher education: Sweden, Norway and Germany compared". *International Journal of Lifelong Education*, 33(1), pp. 45-61. doi:10.1080/02601370.2013.873212.

PRINGLE, C., MICHEL, M. (2007), "Assessment Practices in AACSB-Accredited Business Schools". *Journal of Education for Business*, 82(4), pp. 202-211.

SINAES (2007), *Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior*: *da concepção à regulamentação,* 4.ed, Brasília: INEP.

THOMAS, R., & DAVIES, A. (2005), "Theorizing the Micro-politics of Resistance: New Public Management and Managerial Identities in the UK Public Services". *Organization Studies*, 26(5), pp. 683-706. Disponível em http://oss.sagepub.com/content/26/5/683.abstract, [consultado em 12-10-2014].

Caráter interventor da Educação Superior: problemática da escola pública enquanto objeto da formação inicial docente

Everaldo Francisco Soares
ever.soares@ig.com.br

Kátia Maria da Cruz Ramos
katiamcramos@gmail.com

Resumo: O presente estudo congrega dados de uma pesquisa que objetivou identificar contributos da formação inicial docente para compreensão da problemática da escola pública, no âmbito do caráter interventor da educação superior. Para tanto, situa o campo, uma Instituição de Ensino Superior que atende em sua maioria estudantes oriundos de escola pública, e o instrumento privilegiado, um questionário aplicado a professores e estudantes. No que diz respeito aos resultados os dados apontam para um indício de compreensão do caráter interventor da educação superior, por parte dos estudantes, contrariando a indicação de um distanciamento dos professores em relação a tal compreensão. Ainda revelam que importa repensar a (re)construção da profissionalidade docente dos que atuam no ensino superior, no que se refere ao sentido da educação superior em termos de uma intervenção real e efetiva diante dos problemas sociais.
Palavras-chave: Educação superior. Formação inicial docente. Problemática da escola pública.

(Re)Significar conceitos, instrumentalizar para intervir e (re)configurar práticas são alguns dentre os vários objetivos da educação superior, no sentido de proporcionar um novo olhar sobre vivências e experiências pessoais e profissionais – principalmente através da mediação docente. Tal compreensão, gestada no âmbito de um curso de Especialização em Docência do Ensino Superior, possibilitou um olhar diferenciado para reclamações inerentes à problemática da escola pública, quais sejam: salas superlotadas, alunos com dificuldades de aprendizado, condições de trabalho deficitárias, entre tantas outras.

Diante de reclamações dessa ordem, que não eram novas, começou-se a perceber que os colegas de trabalho não se sentiam incomodados, apesar da repetitiva reclamação, pois não se mobilizavam para reverter o quadro veemente denunciado. Comportamento esse, até então, compartilhado e que foi questionado quando se passou a ressignificar a problemática da escola pública, no contexto de identificar limites e possibilidades da intervenção docente.

Neste sentido, refletindo sobre o fato de que se fala em realidade do aluno, trabalho interdisciplinar, contextualização e outros, mas constatando uma inalteração no efetivo exercício docente e nos índices de evasão e repetência no contexto da escola pública, passou-se a questionar sobre o que vem sendo feito, na formação inicial, para contribuir na superação dessa ordem de acontecimento, em termos de formar um professor que faça jus ao caráter interventor da educação superior.

É no quadro dessa inquietação que o presente estudo busca identificar contributos da formação inicial docente para compreensão da problemática da escola pública em termos de efetivação do caráter interventor da educação superior. Para tanto, inicia-se por tratar da pertinência da compreensão da problemática da escola pública como objeto dessa formação inicial numa educação superior. Logo a seguir, considerando dados recolhidos numa Instituição de Ensino Superior (IES), caracteriza-se estratégias presentes em processo de formação inicial docente na sua relação com o caráter interventor da educação superior. E, por fim, apresentam-se alguns elementos concernentes a limites e possibilidades dessa formação inicial no desenvolvimento da compreensão da problemática da escola pública – nomeadamente com o propósito de trazer pontos para uma reflexão sobre o caráter interventor da educação superior no contexto da relação formação inicial docente e problemática da escola pública.

1. Problemática da escola pública no contexto da formação inicial docente: objeto de estudo de uma educação superior?

No âmbito da educação escolar em geral e na educação superior em particular, a pura transmissão de conhecimentos não se justifica por si só, principalmente diante das inúmeras possibilidades e facilidades de acesso a um gigantesco volume de informações. Fato que exige uma compreensão da relevância dos conteúdos, objeto de reflexão e estudo, por parte de professores e estudantes no contexto do ideário de uma educação superior (Barnett, 2001; Gibbons, 1997; Wanderley, 2003).

Nesse sentido, em razão desses conteúdos serem cada vez mais diversificados e acessíveis, requerem uma necessária atenção no processo de apropriação de conhecimento – nomeadamente levando em consideração o contexto social, político e econômico onde estão inseridos: os estudantes, os docentes e as instituições de ensino superior. Ou seja, conforme afirma Barnett (2001:28), «la educación, el conocimiento y la sociedade configuran una serie de relaciones entre si. No es posible comprender plenamente ninguno de estos elementos sin prestar atención a los otros».

Comungando com essa lógica, Gibbons et al. (1997:19) considerando os processos de produção do conhecimento na educação superior, ressalta que «la responsabilidad social impregna todo el proceso de producción del conocimiento». Tal autor entendendo que, para uma sociedade cada vez mais complexa, não bastam os conhecimentos adquiridos na formação inicial, ainda destaca que se faz necessário o desenvolvimento da capacidade de aprender a aprender para intervir na sociedade.

Corroborando com tal compreensão, no quadro do caráter interventor da educação superior, em termos de contributos para uma mudança na sociedade, Cury (2004:782) afirma que «o papel significativo e estratégico do ensino superior na formulação das novas postulações da cidadania, do desenvolvimento dos países e do universo das relações sociais».

É o reconhecimento desse papel que justifica o questionamento que se encontra na base deste estudo, em relação ao que vem sendo feito, na formação inicial de docentes, contribuindo na superação da problemática da escola pública, na tarefa de formar profissionais que façam jus ao caráter interventor da educação superior.

A pertinência de uma reflexão dessa ordem alerta para o cuidado que devem ter os gestores, coordenadores e professores dos cursos de formação de docentes para o perigo das formações aligeiradas nas IES, implicando no risco do esvaziamento da qualificação profissional, pois conforme Prada, Vieira e Longarazi (2009:6), «a formação não se constrói por acumulação de cursos, de conhecimentos ou de técnicas, mas, sim, e através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal».

Nessa perspectiva, faz-se necessário trazer para o *locus* privilegiado da sala de aula, no Ensino Superior, a problemática da escola pública como objeto que permita fomentar debates e suscitar questionamentos, à luz dos conhecimentos partilhados pelas diversas disciplinas estudadas no decorrer do curso – ratificando o caráter interventor da formação inicial superior, no sentido de instrumentalizar os futuros profissionais docentes no desenvolvimento da capacidade de ação-reflexão-ação.

Conforme Arelaro (2005) existe grande necessidade de despertar os educadores, e em contrapartida, os estudantes das IES de formação de docentes, para temas relevantes que estão relacionados com a problemática da escola pública. Principalmente no que diz respeito à necessidade de estudar os determinantes para buscar um entendimento sobre as razões do fracasso escolar. Bem como o aprofundamento no estudo das leis relacionadas às políticas públicas no âmbito da educação e as suas respectivas implicações, na busca de melhorias da qualidade do processo de ensino/aprendizagem, entre outros.

Por tal razão é imperativo que na formação inicial docente sejam consideradas, inclusive debatidas exaustivamente, questões referentes à problemática da escola pública, em vista de ser um local onde a maioria dos estudantes irá exercer as suas atividades profissionais, pois conforme Arelaro (2005:1041) «cerca de 90% do atendimento escolar fundamental é feito pelo Poder Público».

Ou seja, compreender e fazer jus ao caráter interventor da educação superior nos cursos de formação inicial é decisivo para a formação do profissional docente, nomeadamente no sentido explicitado por Paschoalino (2010:11) em termos de que «os cursos de formação devem ter o cuidado de possibilitar questionamentos

das realidades atuais nas escolas, sem omitirem os desafios hodiernos». Tarefa essa que contribuirá para reduzir alguns impactos sentidos pelos professores nos primeiros contatos com alunos das escolas públicas, ao possibilitar um entendimento do cotidiano escolar. Bem como para superar o que essa mesma autora denuncia em termos da «dicotomia entre o que a formação apresenta como necessário e o que é imprescindível para a atuação docente»" (idem:6).

Nessa perspectiva, o estudo tem em conta a pertinência de tratar a problemática da escola pública como um objeto de atenção no ensino superior, no âmbito da compreensão da responsabilidade da intervenção docente e das possibilidades da formação inicial deste profissional. Por tal razão traz elementos que visam contribuir na reflexão sobre o que vem sendo feito para materializar tal atenção – nomeadamente no sentido de ratificar o caráter interventor da educação superior.

2 Caráter interventor da educação superior: estratégias presentes na formação inicial docente na atenção à problemática da escola pública

A pertinência de tratar a problemática da escola pública na formação inicial docente enquanto objeto de uma educação superior, para além das considerações já tecidas, mobilizou trazer elementos de situações concretas vivenciadas em uma Instituição de Ensino Superior – no sentido de identificar estratégias presentes no processo de formação inicial docente que, resguardando o caráter interventor da educação superior, pudessem indiciar alternativas de desenvolvimentos de ferramentas possibilitadoras da compreensão da problemática da escola pública. Bem como identificar limites e possibilidades dessa formação no desenvolvimento da compreensão da problemática da escola pública.

Nesse sentido, demonstra-se dados recolhidos através de um questionário aplicado a estudantes e professores de uma instituição escolhida como campo de pesquisa. Para tanto, inicia-se por caracterizar a dita instituição e os sujeitos inquiridos bem como aspectos contemplados como objeto de recolha.

A IES campo de pesquisa atua na formação docente há quase quarenta anos, atendendo a um grande contingente de estudantes oriundos da rede pública de ensino e localiza-se na Zona da Mata Sul, a 40 km de Recife. Tendo em conta o objetivo central do estudo na relação com o limite de tempo para realizar o levantamento de dados, a opção de eleger essa IES como campo de recolha deu-se, por um lado, pelo fato de ser a instituição que formou a maioria dos sujeitos que apresentavam o comportamento de denúncia mencionado no início deste estudo. E, por outro lado, em razão de grande parte dos estudantes e dos egressos dessa IES exercerem atividade docente na rede pública dos municípios circunvizinhos, seja como estágio, contrato temporário ou efetivo[1]. Além de contar com a disponibilidade e interesse do coordenador da área de Matemática em participar da pesquisa.

Tal disponibilidade possibilitou, ao tempo que se daria conta do proposto, uma recolha de dados junto a uma área que se configura como problemática, notadamente em termos de dificuldades de aprendizagens indiciadas pela redução dos índices de proficiência do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) (Brasil, 2005) – além de ser o campo de atuação de um dos autores, tem uma estreita relação com a inquietação que está na base deste estudo.

A instituição acima referida, inicialmente apenas faculdade de formação de professores, começou suas atividades em 1972 tendo como objetivo principal suprir a necessidade de formar profissionais da área de ensino, nomeadamente com licenciaturas de curta duração e a partir de 1986 com licenciatura plena nas seguintes áreas: Licenciatura Plena em Ciências, com habilitação em Biologia e Matemática e em Letras, com habilitação em Português/Inglês. Em 1987 houve a transformação do curso de Estudos Sociais em Licenciatura Plena, com habilitação em História e Geografia. No ano de 2003, com a incorporação de cursos distintos da licenciatura, a dita IES passou a ser denominada de faculdades integradas. E atualmente, para além dos cursos de licenciatura já mencionados, oferece os cursos de Enfermagem, Administração, Psicologia e Farmácia. Ainda possui um centro de pesquisa, extensão e pós-graduação *lato sensu*, e quanto ao IGC 2009 (Índice Geral

1 Esse dado, além de observado por um dos autores durante a graduação em Matemática, vem sendo ratificado através da vivência como docente da rede pública municipal e nos eventos no âmbito da formação continuada.

de Cursos da Instituição) encontra-se na faixa de IGC 2[2] (INEP, 2009).
No que diz respeito aos sujeitos que responderam ao questionário contou-se com a colaboração de oito docentes (três da área específica e cinco do campo didático-pedagógico, incluindo o coordenador do curso), de um total de dezenove que atuaram no Curso de Licenciatura em Matemática. Bem como com a colaboração de quarenta e cinco estudantes do referido curso.
O questionário congregou os seguintes eixos: a) caracterização do percurso acadêmico e opção pela licenciatura, b) relação entre problemática da escola pública e formação inicial, c) compreensão da problemática da escola pública enquanto objeto de uma formação no ensino superior e d) identificação de estratégias que fazem jus ao caráter interventor da educação superior na relação entre problemática da escola publica e formação inicial. Cada um desses eixos foi subdividido em pontos considerados pertinentes a aspectos que comumente caracterizam os eixos, seja na literatura específica, seja em depoimentos, etc. Esse instrumento teve questões objetivas e contou com algumas questões que solicitaram uma pequena justificativa ou complemento. E no questionário destinado aos docentes houve uma adequação das perguntas.
Na caracterização inicial dos sujeitos observa-se que, em sua maioria, tanto os professores como os estudantes freqüentaram escola pública. Esse dado ratifica que a problemática da escola pública é uma realidade conhecida e vivida pela maioria dos sujeitos em tela. Bem como que egressos da escola pública tendem a escolher cursos de licenciatura (Moraes & Nunes, 2010). E depõem sobre a pertinência de considerar que cabe ao ensino superior a difícil tarefa de (re)construir conceitos no sentido de contribuir para (re)configurar facetas dessa vivência.
Um outro dado que corrobora com a questão da proximidade desses sujeitos, principalmente dos estudantes, com problemática da escola pública, diz respeito ao próprio processo de escolarização em termos de anos requerido para dar conta da trajetória escolar. Os dados demonstram que em média os estudantes possuem idade avançada (em média 27 anos) e um percentual elevado para ingresso num primeiro curso superior (em torno de 84,4%). Bem como uma permanência fora do ambiente escolar por mais de três anos consecutivos, entre a conclusão do Ensino Médio e o ingresso no Ensino Superior (em torno de 53,3%), diferente do constatado nos dados dos docentes (em torno de 12,5%).
Os dados ainda indicam a escolha, dentre os estudantes, por um curso de licenciatura e a opção em atuar como docente após o curso. Sendo verificado que a maioria deles confirma a importância do diploma de um curso superior para ingresso na vida profissional. Nota-se que, entre os docentes, o motivo mais destacado para se lecionar em um curso de licenciatura é a importância da formação de professores. No entanto, em contrapartida e de forma adversa, os professores não acreditam na possibilidade de mudança, mesmo tendo um tempo médio dedicado a docência no Ensino Superior de dezessete anos e na sua maioria com experiência docente também em outros níveis de ensino.
No que diz respeito a opção pela licenciatura pelos estudantes, um dado que chama a atenção de forma positiva, ainda que seja um percentual abaixo da média, é a procura pelo curso de licenciatura por gostar de ensinar (43%). E outro dado é a indicação que um curso dessa natureza possibilitaria maiores oportunidades de conseguir emprego (35,6%). Esses dados apontam razões variadas da opção por um curso de licenciatura, contrariando a ideia da escolha da licenciatura como forma fácil de obtenção de um curso superior (6,7%), inclusive sendo este aspecto o de menor frequência no quadro de todas as respostas.
Após essa caracterização foi questionado, para os estudantes, se durante o curso a problemática da escola pública tem sido objeto de atenção e a resposta apresentada confirma tal atenção, com uma frequência de 85%. Seguindo essa lógica foi perguntado se era considerado importante que a problemática da escola pública seja tratada durante o curso de licenciatura e a resposta afirmativa, unânime entre os estudantes, indicia um reconhecimento da pertinência da problemática da escola pública como um objeto de estudo de uma educação superior. Fato ratificado nas justificativas, para a resposta afirmativa que incidiu, em sua grande maioria, no reconhecimento da necessidade de conhecer a problemática da escola pública, na possibilidade de se preparar para encarar essa problemática com mais sabedoria e na expectativa de ter acesso a recursos para atuar na rede pública.

---

2 Conforme disponível em http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos?p_p_auth=BD7wgET1 [consultado em 20-6-2011].

Para os docentes, no entanto, a questão da pertinência de considerar a problemática da escola pública como um objeto de atenção na formação inicial foi a que obteve o menor percentual. Fato que demonstra uma disparidade entre os anseios dos estudantes e o entendimento por parte dos docentes. Inclusive sendo também identificada, nas respostas dos estudantes, um reconhecimento da importância e da pertinência da obrigatoriedade dessa temática. Enquanto que, por parte dos docentes, observa-se uma incoerência entre o reconhecimento da importância e a obrigatoriedade dessa temática na formação inicial, conforme tabela 1, abaixo.

Tabela 1 – Sobre a pertinência da problemática da escola pública no âmbito da formação inicial docente

Sobre a pertinência da problemática da escola pública no âmbito da formação inicial docente	Estudantes	Docentes
Durante o curso de licenciatura a problemática da escola pública tem sido objeto de atenção?	84 %	25%
Considero importante que a problemática da escola pública seja tratada durante o curso de licenciatura?	100%	12%
Para mim a problemática da escola pública é uma temática obrigatória na formação docente no âmbito de uma educação superior?	91%	37%

Fonte: Dados coletados pelo autor

Para se identificar o que vem sendo abordado durante a formação inicial que possibilite uma compreensão da problemática da escola pública apresentou-se uma relação de itens, juntamente com uma escala numerada, onde cada estudante pode registrar o seu grau de compreensão da problemática. Nesse contexto, os dados obtidos mostram uma frequência maior em questões outras que aquelas tradicionalmente apontadas. Inclusive uma divergência entre aspectos valorizados pelos estudantes e pelos docentes.

No conjunto desses elementos, relacionados a aspectos contemplados na formação inicial relacionados à compreensão da problemática da escola pública, o que chama a atenção é o percentual atribuído pelos estudantes aos tópicos: Responsabilidade social dos profissionais da educação (62%), Violência nas escolas (60%), Relacionamento professor-aluno (58%) e Compromisso dos pais e/ou responsáveis pela educação dos filhos (51%). Fato que tanto pode indiciar uma ampliação do debate acerca da temática em tela como pode, embora esses elementos tenham a sua pertinência, de certo modo secundarizar aspectos que até então têm sido mais expressivos da problemática da escola pública, a exemplo de Repetência escolar (34%) e Evasão escolar (33%).

Ainda nesse quadro observa-se outra incoerência nas respostas dos docentes, no sentido da profissionalização docente apresentar maior percentual no âmbito de aspectos contemplados na formação inicial relacionado à problemática da escola pública. Pois se distancia das respostas desses sujeitos relacionadas a crença na possibilidade de mudança, bem como importância e pertinência de tratar a problemática da escola pública como objeto da formação inicial, na perspectiva de fazer jus ao caráter interventor da educação superior.

No que diz respeito ao caráter interventor da educação superior foi solicitado que assinalassem, numa relação apresentada, estratégias que têm sido utilizadas na formação inicial docente para compreender e possibilitar uma intervenção na problemática da escola pública. Na tabela 2, abaixo, estão representadas as estratégias utilizadas por estudantes e professores para a compreensão da problemática da escola pública.

Tabela 2 – Estratégias utilizadas na formação para compreensão da problemática da escola pública

Estratégias	Estudantes (%)	Professores (%)
Estudo de caso	32,0%	13,8%
Levantamento bibliográfico	46,0%	38,8%
Levantamento etnográfico	25,0%	40,0%
Levantamento sócio-econômico	39,0%	17,5%
Estudo da legislação nacional, estadual, municipal e local	38,0%	20,0%
Caracterização do projeto político pedagógico	41,0%	35,0%
Caracterização de programas institucionais nacionais e locais	36,0%	27,5%
Participação em eventos acadêmicos e socialização de experiência	46,0%	65,0%
Diálogo com associações comunitárias	29,0%	30,0%
Socialização de experiências realizadas em sala de aula	42,0%	61,3%
Propostas de intervenção	32,0%	36,3%
Projeto interdisciplinar	42,0%	78,8%
Caracterização de uma unidade escolar	35,0%	40,0%
Análise de livro didático	47,0%	73,8%

Fonte: Dados coletados pelo autor

Na tabela acima, chama a atenção o fato de nenhuma estratégia ter uma frequência acima de 50%, por parte dos estudantes. E, mais ainda, o fato das estratégias com maior frequência assinaladas pelos professores não serem necessariamente as reconhecidas pelos estudantes.

Esses dados indicam um ruído entre o que pensam os docentes e os estudantes, talvez apontando para um distanciamento entre o discurso e a prática efetiva, inclusive um distanciamento da própria compreensão do caráter interventor da educação superior. Pois, exceto em alguns dados dos estudantes, a questão da relação formação inicial e problemática da escola pública, no contexto da educação superior, apresenta-se frágil – indiciando uma ausência de reflexão sobre a temática.

3 Limites e possibilidades da formação inicial docente na sua relação com a problemática da escola pública enquanto objeto de uma educação superior

Às Instituições de Ensino Superior, conforme afirma Cury (2004:2), «cumpre importante função estratégica para o desenvolvimento do país, das instituições e das pessoas». Essas instituições são lugares privilegiados de sistematização, produção e disseminação de conhecimento, onde em tese tem por base o que Stoer e Magalhães (2005) definem como o *superior* da educação superior, em termos da íntima relação entre a aprendizagem e a investigação.

Nesse contexto, a pertinência de questionar sobre o que vem sendo feito na formação inicial, para contribuir na superação da problemática da escola pública, em termos de formar um docente que faça jus ao caráter interventor da educação superior, possibilitou tanto uma reflexão sobre a relação formação inicial, problemática da escola pública e educação superior como contribuiu para identificar limites e possibilidades de efetivação dessa relação.

No que diz respeito aos limites, identificou-se uma ausência de compreensão do que vem a ser uma educação superior, principalmente por parte dos docentes participantes da pesquisa – seja através da incoerência apresentadas nas respostas, seja pela problemática da escola pública passar ao largo da formação inicial.

Inclusive antecipadamente negada, quando os próprios docentes afirmam que não acreditam na possibilidade de mudança.

Em contrapartida os estudantes, participantes da pesquisa, acenaram indícios de uma compreensão de educação superior, ao acreditarem que através da formação inicial poderiam se instrumentalizar para intervir na problemática da escola pública.

Esses dados, considerando os limites deste estudo[3], ratificam a idéia inicial de que a problemática da escola pública no contexto da formação inicial docente tem pertinência enquanto objeto de uma educação superior. Esse aspecto é ratificado nas respostas dos estudantes quando aspiram uma formação que possibilite uma compreensão dessa relação. Bem como nas respostas dos docentes afirmarem a importância da profissionalização docente, apesar de apresentam um distanciamento da compreensão do caráter interventor da educação superior. Nesse âmbito, considerando, entre outros, o estudo de Ramos (2010) e o de Leite e Ramos (2013), importa repensar a (re)construção da profissionalidade docente dos que atuam no ensino superior, principalmente em curso de formação docente. Nomeadamente no sentido de compreender que o ensino superior deixou as margens da sociedade, como bem afirma Barnett (2001:19) relativo ao «processo no qual a universidade está deixando as margens da sociedade para incorporar-se a ela» – em termos de uma intervenção real e efetiva diante dos problemas sociais.

Ou seja, compreender a problemática da escola como objeto de atenção na formação inicial indicia um caminho para superação de limites e uma possibilidade de fazer valer o caráter interventor de uma educação superior.

Referências

ARELARO, L. (2005). "O Ensino Fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências". *Educação & Sociedade*, 26 (92), pp. 1039-1066.

BARNETT, R. (2001). *Los límites de la competencia: el conocimiento, la educación superior y la sociedad*. Barcelona: Gedisa.

BRASIL. Ministério da Educação. Assessoria de comunicação social (2005). *Tabela 1 – Brasil – Proficiências do SAEB 1995 – 2005.* Disponível em http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/saeb_tabelas.pdf [consultado em 20-6-2011].

CURY, J. (2004). "Graduação/Pós-graduação: a busca de uma relação virtuosa". *Educação & Sociedade,* 25 (8), pp. 777-793**.**

GIBBONS**,** M., LIMOGES, C., NOWOTNY, H., SCHWARTZMAN, S., SCOTT, P. & TROW, M. (1997). *La nueva producción del conocimiento – La dinámica de la ciencia y la investigación en las sociedades contemporáneas*. Barcelona: Ediciones Pomares.

INSTITUTO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP (2009). *Índice Geral de Cursos da Instituição - IGC 2009.* Disponível em http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos?p_p_auth=BD7wgET1 [consultado em 20-6-2011).

LEITE, C. & RAMOS, K. (2013). "Higher Education policies in Portugal, in the post-Bologna period: implications on curricular development and demands for teaching". *Conference Proceedings - European Conference on Curriculum Studies. Future Directions: Uncertainty and Possibility*. Braga: Centro de Investigação em Educação - Instituto de Educação da Universidade do Minho/Euro ACS, pp. 228-233.

MORAES, R. & NUNES, S. (2010). **"**Uma reflexão para os supervisores escolares sobre o desempenho de alunos de escolas particulares e públicas no processo seletivoda UFU 2009/1". *Revista da Católica*, 2 (3), pp. 412-425.

3 Em termos do levantamento de dados fter sido realizado em apenas uma Instituição de Ensino Superior.

PASCHOALINO, J. (2010). "Formação de professores: romper com o silenciamento e construir novos etinemas". *33ª ANPEd*, Disponível em http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT08-6366--Int.pdf [consultado em 27-12-2010].

PRADA, L. E., VIEIRA, V. & LONGARAZI, A. (2009). "Concepções de formação de professores nos trabalhos da ANPED 2003-2007". *32ª ANPEd*. Disponível em http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT08-5836--Int.pdf [consultado em 27-12-2010].

RAMOS, K. (2010). *Reconfigurar a profissionalidade docente universitária: um olhar sobre ações de atualização pedagógica-didática*. Porto: U.Porto editorial.

STOER, S. & MAGALHÃES, A. (2005). "Investigação e ensino-aprendizagem no ensino superior: entre a massificação da universidade e a educação de massas". *Boletim Universidade do Porto*, 37, pp. 5-7.

WANDERLEY, L. (2003). *O que é universidade?* 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

Ensino Superior nos Países de Língua Portuguesa: uma abordagem às estratégias da política pública[1]

Conceição Rego[2]
Maria Raquel Lucas[3]
Isabel Joaquina Ramos[4]
Maria Leonor da Silva Carvalho[5]
Maria da Saudade Baltazar[6]

---

1 As autoras agradecem o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia e FEDER / COMPETE (concessão PEst-C/EGE/UI4007/2013).

2 Departamento de Economia, Escola de Ciências Sociais, Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia, Universidade de Évora, Largo dos Colegiais 2, 7000 Évora, Portugal, mcpr@uevora.pt
Doutora em Economia; Professora Auxiliar com Nomeação Definitiva no Departamento de Economia da Universidade de Évora. Investigadora Integrada do CEFAGE-UE. Lecciona matérias de economia (economia e desenvolvimento regional e urbano). Tem realizado e coordenado estudos sobre Ensino Superior, em Portugal e nos Países de Língua Oficial Portuguesa. É autora de diversos artigos científicos nacionais e internacionais, membro de conselhos científicos e editoriais, oradora convidada em diversas instituições nacionais e estrangeiras. Leccionou no Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas, em Angola e Timor Leste, e no Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus, em Angola.

3 Departamento de Gestão, Escola de Ciências Sociais, Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia, Universidade de Évora, Largo dos Colegiais 2, 7000 Évora, Portugal, mrlucas@uevora.pt
Doutora em Gestão e Professora Associada do Departamento de Gestão na Universidade de Évora. Leciona matérias de gestão a diferentes licenciaturas, mestrados e doutoramentos sendo ainda professora visitante na universidade de Varsóvia e palestrante convidada em várias outras instituições. É autora de diversos artigos científicos nacionais e internacionais, Avaliadora de Projetos na União Europeia e Membro de conselhos editoriais, conselhos consultivos científicos e direções de empresas. Coordenou e foi responsável pelos ensinos do Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas em Angola e Timor Leste sendo ainda, membro do Conselho Académico da Universidade Nacional de Timor Lorosae.

4 Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento, Escola de Ciências e Tecnologia, Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa, Universidade de Évora, Rua Romão Ramalho 59, 7000-671 Évora, Portugal, iar@uevora.pt. Doutora em Planeamento Regional e Urbano, pela UTL/Instituto Superior Técnico. Docente na Universidade de Évora desde 1993, leciona matérias relacionadas com ordenamento do território nas suas diferentes perspectivas e escalas de intervenção, do local ao europeu e internacional, a diferentes licenciaturas e mestrados. Autora de diversas publicações. Coordenação e participação em diversos projetos de investigação. Leccionou e orientou teses no Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus em Luanda, o que determinou o seu interesse nas relações que Portugal estabelece com os Países de Língua Oficial Portuguesa e nas diferenças que se verificam entre estes ao nível do ensino superior.

5 Departamento de Economia, Escola de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas, Universidade de Évora, Largo dos Colegiais 2, 7000 Évora, Portugal, leonor@uevora.pt
Doutora em Economia e Professora Associada do Departamento de Economia da Universidade de Évora. Leciona matérias da área da Economia a diferentes licenciaturas e mestrados. Foi professora visitante na Universidade de Toledo no Brasil. É autora de vários livros e ainda de artigos científicos publicados em revistas com nacionais e internacionais e em livros. Lecionou no Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas em Angola e em Timor-Leste, onde também orientou dissertações de mestrado. Lecionou ainda nos Mestrados em Relações Internacionais e no de Economia Monetária e Financeira em Angola.

6 Departamento de Sociologia, Escola de Ciências Sociais, Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa, Universidade de Évora, Largo dos Colegiais 2, 7000 Évora, Portugal, baltazar@uevora.pt
Doutora em Sociologia, Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora, e investigadora do CESNOVA da FCSH da UNLisboa. Leciona a diversas licenciaturas, mestrados e doutoramento em Sociologia, matérias sobre Desenvolvimento, Planeamento e Avaliação de Projetos de intervenção social e estudos da paz e dos conflitos. Coordenadora e/ou membro de equipa de projetos nacionais e internacionais. Tem vários trabalhos publicados em livros e revistas sobre os principais domínios de interesse de investigação: i) Desenvolvimento; ii) Planeamento (metodologia e instrumentos de intervenção); iii) Políticas sociais; iv) Segurança e defesa; alguns com incidência nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Resumo: A definição dos objectivos de política educativa, em todos os países, está intimamente ligada ao conceito de desenvolvimento subjacente. Como é em conhecido, os níveis de desenvolvimento dos países estão fortemente correlacionados com os níveis de educação atingidos pela população, particularmente a ativa, uma vez que níveis mais elevados de educação permitem obter níveis de produtividade e rendimento mais elevados.

Entre os países de língua oficial portuguesa (PLOP), quer os níveis de desenvolvimento quer os níveis de acesso ao ensino e a sua frequência, em geral, e à educação superior em particular, são bastante diferentes. No ensaio que se propõe fazer, o objectivo é por um lado, i) elaborar o diagnóstico, nos vários países, em relação ao sector do ensino superior e, por outro, ii) descrever as estratégias de política educativa dos vários países no que ao ensino superior diz respeito. No final, procuram-se identificar algumas medidas de política pública que, pela sua capacidade de melhorar a proporção de estudantes a frequentar o ensino superior, possam ser aplicadas transversalmente nos diversos países.

Este trabalho é apoiado em análise documental, a partir do estudo de documentos de política educativa disponíveis para os vários PLOP, no domínio da educação e do ensino superior.

Palavras-Chave: Ensino Superior, PLOP, Política Pública

Introdução

> ***Se planeia por um ano, plante uma semente; por dez anos, plante uma árvore; por cem anos, eduque o povo.***
> *(provérbio chinês)*

A educação é um direito universal e uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos, para a produtividade e para a criatividade, assim como para se tornarem cidadãos e cidadãs ativos e críticos, preparados para participar nas práticas democráticas das sociedades. A discussão teórica sobre o papel da educação para o desenvolvimento decorre, em primeiro lugar, da teoria de Becker (1964) sobre o capital humano bem como da relevância da sua ligação ao mercado de trabalho defendida por Spence (1973). Mais recentemente têm vindo a consolidar-se os estudos sobre os efeitos territoriais, aos mais diversos níveis, decorrentes da presença de estabelecimentos de ensino superior em diversos locais, nos vários países. Uma vez que os países não são todos iguais, também os efeitos que as instituições de ensino superior (IES) provocam são distintos quer se considerem países desenvolvidos ou em desenvolvimento. O estudo que se vai realizar neste trabalho debruça-se sobre os países de língua oficial portuguesa (PLOP). Entre estes países, quer os níveis de desenvolvimento quer os de acesso ao ensino e a sua frequência, em geral, e à educação superior em particular, são bastante diferentes. Neste ensaio, os objectivos são por um lado, i) elaborar o diagnóstico, nos vários países, em relação ao sector do ensino superior e, por outro, ii) descrever as respectivas estratégias de política educativa para o ensino superior.

De modo a alcançar estes objectivos, este trabalho estrutura-se da seguinte forma: na secção 2 discutem-se os efeitos que as IES provocam nos locais onde se inserem, dando especial destaque a alguns efeitos que têm vindo a ser evidenciados em estudos desenvolvidos em países africanos. Na secção 3 propõe-se um conjunto de indicadores e variáveis que permitem proceder à caracterização e comparação, em determinadas circunstâncias, dos sistemas de ensino superior. Na secção 4 apresenta-se um diagnóstico breve dos países de língua portuguesa, partindo de indicadores genéricos de desenvolvimento humano bem como de participação no sistema educativo, provenientes do PNUD (PNUD, 2014). Na secção 5 procede-se à recolha e análise de um conjunto de dados diversos de caracterização dos sistemas de ensino superior nos países de língua oficial portuguesa. Termina-se o ensaio com algumas notas finais.

Papéis e efeitos das redes de ensino superior

A capacidade que os países e as regiões têm de criar condições para aumentarem os seus níveis de conhecimento e de educação influencia positivamente o respectivo nível de desenvolvimento. Neste contexto, o papel das IES é decisivo uma vez que são entidades privilegiadas em termos da criação de conhecimento, da formação de quadros superiores qualificados, da transferência de inovação e desenvolvimento para o tecido produtivo bem como da promoção da melhoria do ambiente social e cultural, entre outros.

As IES desempenham diversos papéis e cumprem diversas funções. Tradicionalmente, e de forma simples, considera-se que as IES têm três funções fundamentais: ensino, investigação e extensão. Através da função ensino transmite-se o conhecimento produzido; por via da investigação, as IES devem gerar novos conhecimentos e através da extensão deve ser possível transferir os conhecimentos para a sociedade, de modo a que as empresas e outras entidades possam usufruir e incorporar, nas respectivas atividades, os resultados dos estudos levados a cabo nas IES.

A percepção do contributo das IES para o processo de desenvolvimento dos territórios onde se inserem é recente e processa-se através de mecanismos diversos. As principais contribuições foram sintetizadas em oito diferentes funções (Drucker & Godstein, 2007) ou *outputs*, das universidades atuais que podem dar origem a impactes ao nível do desenvolvimento económico: i) criação de conhecimento; ii) criação de capital humano; iii) transferência de *know-how* existente; iv) inovação tecnológica; v) investimento em capital; vi) liderança regional; vii) infra-estruturas de produção de conhecimento e viii) influência no meio envolvente local e regional.

Considerando as funções desempenhadas pelas IES, bem como as funções centrais para o desenvolvimento regional, como sejam a cultura da comunidade e a sustentabilidade, a inovação e o conhecimento, a criação de inter-relações entre estes domínios é a chave para gerar novas fontes de valor acrescentado, sustentáveis, para os territórios. Para cumprir este objectivo, as IES podem usar de forma privilegiada – devido ao modo como desempenham as suas funções, particularmente por via das relações internacionais que estabelecem –, os contactos existentes com o exterior e assim incentivar a integração global dos agentes económicos locais, condição essencial à melhoria da competitividade territorial.

As atividades de investigação estão entre as mais relevantes das desenvolvidas pelas IES, uma vez que possibilitam a evolução do conhecimento e a transferência de inovação para as atividades produtivas. A ligação ao tecido empresarial é fundamental, quer através do apoio ao desenvolvimento de novos negócios quer através da promoção das atividades desenvolvidas nas empresas já existentes. Estas ações são determinantes para o crescimento económico. Vital para o crescimento e para o desenvolvimento é a melhoria do nível de capital humano e de competências, sendo o papel das IES indispensável, designadamente através do desenvolvimento da função ensino que permite a formação de quadros superiores qualificados. Esta relevância é tanto maior quanto mais ajustadas forem as formações ministradas às necessidades do mercado de trabalho. Os efeitos das IES, ainda se alargam ao domínio da melhoria da equidade social através da regeneração social e do desenvolvimento cultural. De facto, da presença das IES num dado território, resultam efeitos de contágio, entre os membros da academia e a população residente, em termos das atividades culturais e artísticas desenvolvidas, melhorando o ambiente social e cultural.

Para os países em desenvolvimento, além de todos os efeitos descritos anteriormente, entre os principais objectivos das IES encontra-se o de promover a diminuição da pobreza bem como acelerar os níveis de crescimento económico.

No início do século XXI, o Plano de Ação para África, para os anos 2006-2008, do Banco Mundial, destacou a importância do investimento no ensino superior como instrumento com capacidade para promover a provisão

de conhecimento relevante para o mercado de trabalho, a capacidade de usar e transferir tecnologia para os sectores produtivos – em especial para a agricultura –, de aceder à informação disponível e gerar nova informação através da investigação (Bloom *et al.*, 2006). Nesta linha, estes autores desenvolveram um estudo com o qual concluíram acerca da relação entre o ensino superior e a melhoria da capacidade dos países para maximizarem o rendimento. No caso dos países da África subsariana, os autores partiram da informação de que a produção existente está 23% abaixo do limite máximo da fronteira de possibilidades de produção. O estudo que desenvolveram permitiu-lhes concluir que o aumento do *stock* do ensino superior (diplomados) durante 1 ano permitiria a deslocação da capacidade produtiva do país em direção à fronteira de possibilidades de produção, promovendo um aumento de 0.63 pontos percentuais no aumento do rendimento do primeiro ano e um aumento de rendimento de 3% ao fim de 5 anos. Neste caso, o desenvolvimento tecnológico potenciado pelo ensino superior permite a deslocação da produção em direção à fronteira de possibilidades de produção mas não possibilita a deslocação da fronteira de possibilidades de produção para a direita. Assim, Bloom *et al*. (2006) concluem que o ensino superior ao promover o desenvolvimento tecnológico ajuda os países africanos a maximizar o respectivo potencial de crescimento. O investimento no ensino superior em África pode acelerar a difusão tecnológica, diminuindo as divergências no conhecimento e na pobreza.

Nos países em desenvolvimento, sobretudo no continente africano, o acesso ao ensino superior é ainda muito baixo, não obstante tenha aumentado a taxas muito elevadas, nas últimas décadas. Neste continente, os efeitos do investimento no ensino, e no ensino superior em particular, são muito relevantes. Um estudo levado a cabo para os anos entre 1960 e 2010, usando dados em painel, para países africanos (Gyimah-Brempong, 2010) concluiu que a participação no sistema educativo tem impactes positivos em domínios tão diferentes como o crescimento económico, saúde, participação das mulheres na política e mesmo ao nível da estabilidade política. Verificou também que, em geral, níveis mais elevados de educação têm impactes maiores que níveis de educação mais baixos, constatando que o investimento nos vários níveis de ensino provoca efeitos distintos. Assim, o maior investimento na educação primária e secundária permite obter maiores contributos na prevenção da saúde; se o objectivo for promover a maior integração regional, por exemplo, o investimento deverá ser feito no ensino superior.

Entre os principais desafios que se colocam ao ensino superior nos países em desenvolvimento está o problema do acesso ao sistema. O acesso ao ensino superior tem, neste caso, pelo menos duas perspectivas: a possibilidade de os estudantes terminarem o ensino secundário e, por outro lado, uma vez concluído este ciclo de estudos prosseguirem para o ensino superior. A existência de IES dispersas pelos países, bem como de apoio financeiro para que os estudantes possam frequentar este nível de ensino são questões relevantes. A distribuição das IES pelos países, de modo a permitir o acesso dos estudantes às escolas do ensino superior, deve obedecer aos critérios da construção de redes de infraestruturas terciárias, tal como proposto por Christaller (citado por Simões Lopes, 1984), tendo em atenção os conceitos de limiar de procura e alcance do bem. A construção de uma rede de estabelecimentos de ensino superior deve procurar garantir estas duas condições: por um lado, perceber qual a procura potencial que é dirigida a uma dada IES e, por outro, ser clara qual a área geográfica 'servida' por um dado estabelecimento. A verificação da forma como as IES e a respectiva rede contribuem para a coesão territorial, e para a maior facilidade de acesso ao sistema, sendo também eficientes e eficazes com bons níveis de produtividade e qualidade, deverá passar pela análise da relação entre os recursos usados no sistema de ensino superior e os resultados obtidos, em termos da função ensino, da investigação e de transferência de tecnologia e conhecimento para a comunidade envolvente.

3. Indicadores de caracterização dos sistemas de ensino superior

Neste trabalho, um dos objectivos fundamentais é proceder à análise e comparação, sempre que possível, das principais características dos sistemas de ensino superior nos Países de Língua Oficial Portuguesa. Tratando-se de países muitos diferentes, e com processos de evolução histórico-política muito distintos, naturalmente que será de esperar que também o sistema de ensino superior tenha características distintas. Antes de mais, há a

registar as enormes diferenças geográficas entre estes territórios, onde se inclui o Brasil – um país de dimensão continental – por oposição a outros que são pequenas ilhas – São Tomé e Príncipe – ou partes de ilhas – Timor. Os dados das secções seguintes permitem- ficar a conhecer mais detalhadamente essa diversidade. Se, por um lado, os casos das universidades de Portugal e do Brasil apresentam semelhanças, são, em simultâneo, bem diversas das universidades dos países africanos (Silva, 2013) e, mesmo nestas, as circunstâncias são muito distintas como por exemplo, Angola, Moçambique ou S. Tomé e Príncipe.

Neste estudo procura-se identificar algumas das ideias estratégicas fundamentais na organização dos sistemas de ensino superior dos vários países: a própria definição estratégica destes sistemas, as respectivas missões, os objectivos, entre outros.. Para já, veja-se quais as variáveis e indicadores mais relevantes para proceder à caracterização destes sistemas.

Neste sentido, é fundamental conhecer aquilo a que se pode chamar a *Estrutura do sistema de ensino superior*. Esta tarefa implica a posse de diversas variáveis, entre as quais o número de estabelecimentos de ensino superior e, desejavelmente, a indicação da forma como se distribuem pelo país; além disso, importa saber qual a natureza da tutela (pública, privada ou privada independente – onde se incluem as instituições que pertencem a ONG, igrejas, etc.) das instituições de ensino superior bem como a sua tipologia (universitárias ou politécnicas). A partir destas variáveis iniciais é possível conhecer a dimensão média dos estabelecimentos de ensino superior (*Número médio de estudantes por instituição - NMEst*), bem como a cobertura territorial que estes estabelecimentos de ensino garantem.

Além destas, outras variáveis são ainda necessárias para conhecer melhor estes sistemas, tais como:

Proporção dos alunos do Ensino Superior no total dos alunos (PropES) – Dado que os países em análise são maioritariamente de territórios onde o nível médio de escolaridade é baixo, uma das variáveis mais relevantes de caracterização do sistema de ensino superior é a proporção de jovens que frequentam o ensino superior (Nº de estudantes no ensino superior / Nº de estudantes em todos os graus de ensino). Esta variável permite avaliar a intensidade de participação dos estudantes neste grau de ensino.

Rácio de feminização do ensino superior (RFemES) – Esta variável é calculada a partir da proporção de mulheres a estudar no ensino superior (Nº de estudantes do sexo feminino no Ensino Superior / Nº total de estudantes no ensino superior) e evidencia a forma como as mulheres participam no ensino superior. Nos países em estudo, dada a relevância das mulheres na família e na vida dos filhos, a existência de taxas de feminização elevadas, neste nível de ensino, potencia um maior grau de prossecução de estudos para o ensino superior no futuro.

Proporção de docentes doutorados (PDocD) – Esta variável obtém-se calculando a proporção de docentes doutorados no total de docentes do ensino superior. É fundamental para conhecer a autonomia científica e de investigação – aceita-se que se garante com a realização, ou equivalência, das provas de doutoramento – do corpo docente no sistema de ensino superior. Quanto maior esta autonomia, mais se asseguram as condições de promover ensino e investigação avançados.

Rácio alunos por docente no ensino superior (RAlDocES) – Esta variável é obtida através da proporção entre o número total de alunos no ensino superior e o número total de docentes e permite uma aproximação à qualidade do sistema de ensino. Quanto maior o número de estudantes por docente, menor a qualidade do ensino, na medida em que a capacidade de acompanhar a aprendizagem dos alunos é menor.

Área privilegiada de atuação das Instituições (AAInst) – Dado que as IES devem exercer as suas atividades nos domínios do ensino, da investigação e da extensão, não é obrigatório que todas as instituições atuem nas diversas áreas, podendo privilegiar, por via da atuação ou por via da definição estatutária, um determinado domínio de intervenção.

Formações predominantes (ForPred) – A formação do capital humano exige que as IES disponibilizem formação nas várias áreas científicas – *Ciências, Humanidades, Artes, Saúde,* entre outras. O conhecimento das áreas predominantes mostra por um lado as preferências dos estudantes mas também as características da oferta das instituições.

Duração dos Ciclos de Estudos (DurCiEst) - O período de tempo – número de anos – durante o qual decorrem os ciclos de estudos (bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento) é uma variável importante para conhecer o grau de profundidade dos vários ciclos de estudos, bem como a forma como os mesmos se articulam.

Grau de formação (GForm) – Esta variável permite saber qual é o grau académico predominante – bacharelato, licenciatura, mestrado ou doutoramento – nos cursos de ensino superior dos vários países.

4. Desenvolvimento e Educação nos Países de Língua Portuguesa

Países e regiões com níveis mais elevados de bem-estar e qualidade de vida, medidos pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) são, em simultâneo, os territórios onde os níveis de igualdade, de qualificação escolar e de saúde são também mais elevados (tabela 1 e figura 1). Nesta classificação, elaborada pela Organização das Nações Unidas (PNUD, 2014), a Noruega é o país que regista o melhor nível de qualidade de vida. Nos países mais desenvolvidos, a par dos níveis de rendimento *per capita* mais elevados também os indicadores relativos à educação e à saúde são melhores, por comparação com os países que são objecto do nosso estudo (os países de língua oficial portuguesa). A inclusão da Noruega neste quadro frisa a 'distância' a que os países de língua oficial portuguesa estão do país com melhor nível de desenvolvimento humano no mundo. De acordo com o Índice de desenvolvimento humano, entre os países de língua oficial portuguesa, além de Portugal classificado no grupo de países de desenvolvimento muito elevado, constata-se a existência de 3 grupos distintos de países: um grupo com um nível de desenvolvimento humano elevado (Brasil), outro com níveis de desenvolvimento intermédio (Cabo Verde, Timor Leste e S. Tomé e Príncipe) e ainda um terceiro grupo de países entre os mais pobres do mundo (Angola, Guiné-Bissau e Moçambique).

Tabela 1: Alguns indicadores do desenvolvimento humano

Países	IDH (2013)	CDH (2013)	EVN (2013)	MAE (2012)	AEE (2012)	DE (2013)	RNBpc (2013)
Países de Desenvolvimento Humano Muito Elevado							
(1) Noruega	0,944	5,5	81,5	12,6	17,6	2,4	63,909
(41) Portugal	0,822	9,8	79,9	8,2	16,3	5,7	24,130
Países de Desenvolvimento Humano Elevado							
(79) Brasil	0,744	26,3	73,9	7,2	15,2	24,7	14,275
Países de Desenvolvimento Humano Médio							
(123) Cabo Verde	0,636	19,4	75,1	3,5	13,2	18,2	6,365
(128) Timor Leste	0,620	29,4	67,5	4,4	11,7	47,6	9,674
(142) S. Tomé e Príncipe	0,558	30,4	66,3	4,7	11,3	20,0	3,111
Países de Desenvolvimento Humano Baixo							
(149) Angola	0,526	43,6	51,9	4,7	11,4	34,6	6,323
(177) Guiné-Bissau	0,396	39,4	54,3	2,3	9,0	40,3	1,090
(178) Moçambique	0,393	28,9	50,3	3,2	9,5	18,2	1,011

Fonte: PNUD, 2014

Legenda: IDH: Índice de Desenvolvimento Humano (valor); CDH: Coeficiente de Desigualdade Humana (valor); EVN: Esperança de Vida à Nascença (anos); MAE: Média de Anos de Escolaridade (anos); AEE: Anos de Escolaridade Esperados; DE: Desigualdade na Educação (%); RNBpc: Rendimento Nacional Bruto per capita (ppc em $ de 2011). Ranking calculado para um total de 187 países.

Naturalmente, os resultados do *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano refletem as diferenças em termos de rendimento *per capita* (o rendimento médio de um norueguês é mais de 60 vezes superior ao de um moçambicano) bem como o facto de que os países menos desenvolvidos terem níveis de educação muito abaixo dos países desenvolvidos (nos casos de Moçambique e da Guiné o número médio de anos de escolaridade é cerca de 2 e 3, respectivamente). Com exceção de Portugal e do Brasil, em todos os restantes países de língua oficial portuguesa o número de anos de escolaridade esperados fica abaixo do necessário para que os estudantes possam frequentar o ensino superior. No caso de Cabo Verde, o valor de cerca de 13 anos como escolaridade esperada já indicia o aumento do número de estudantes que prolonga os respectivos estudos até ao ensino superior. O indicador relativo à saúde – esperança de vida à nascença – é cerca de 30 anos mais elevado na Noruega por comparação com Angola, Moçambique ou Guiné-Bissau. Este indicador revela não só a qualidade do acesso aos cuidados de saúde, os quais são particularmente relevantes no caso da saúde materno-infantil mas também o acesso/disponibilidade a água potável ou a existência de infraestruturas para um adequado tratamento de esgotos.

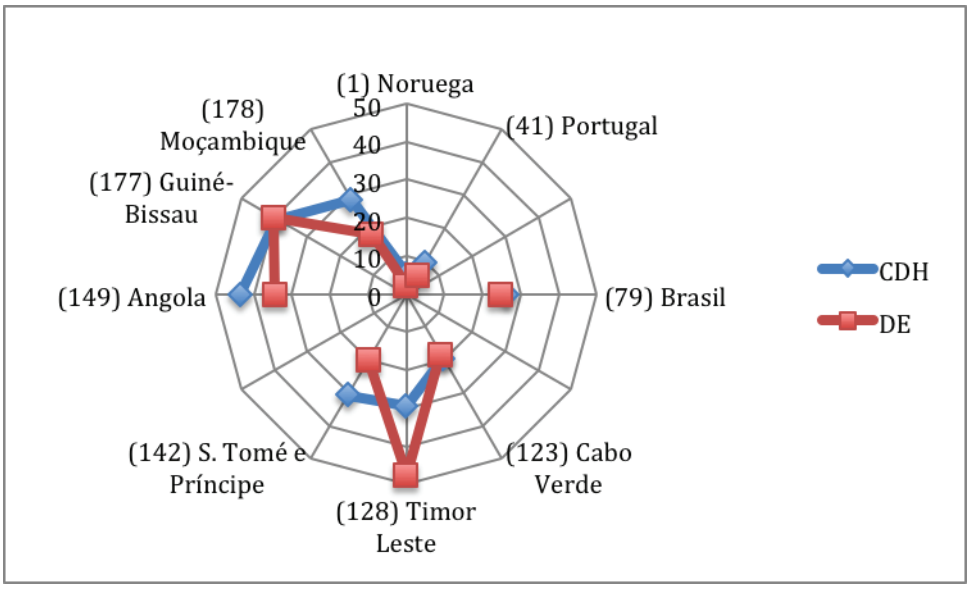

Figura 1: Comparação dos níveis de desigualdade humana (CDH) com a desigualdade na educação (DE)

Fonte: Tabela 1

A figura 1 permite comparar os resultados verificados através do Coeficiente de Desigualdade Humana[7] com o indicador de Desigualdade na Educação.[8] Em geral, e de acordo com o que a teoria económica enuncia, os diversos países apresentam registos próximos em termos das diferenças verificadas no desenvolvimento humano e na educação. Os países com níveis de desenvolvimento humano muito elevados (Noruega e Portugal) são os que têm, em simultâneo, os indicadores de desigualdades mais baixos. Angola, Guiné Bissau e Timor-Leste são os países que registam desigualdades mais elevadas, quer no domínio do desenvolvimento humano quer no da educação. Estes países registam contextos políticos, económicos e sociais muito distintos: por um lado, a Guiné Bissau tem revelado, desde a independência, alguma dificuldade em manter um ambiente sócio-político estável, devido às frequentes alterações no poder político; Timor Leste, por seu turno, o país lusófono mais recente – com independência conquistada já no início do século XXI – ainda que disponha de importantes recursos naturais (como o petróleo) tem ainda muitas debilidades no que respeita ao acesso aos bens e serviços

7 O Coeficiente de Desigualdade Humana compara, para cada país, a desigualdade média verificada nas dimensões básicas do desenvolvimento humano.

8 O Indicador de Desigualdade na Educação mostra a desigualdade na distribuição dos anos de escolaridade com base nos dados dos inquéritos às famílias, de acordo com o Índice de Desigualdade de Atkinson.

fundamentais e às infraestruturas básicas; no que respeita a Angola, este país que vive em paz há pouco mais de uma década, tem registado níveis de crescimento económico dos mais elevados do mundo; não obstante, os resultados deste crescimento – muito dependentes da atividade de extração de recursos naturais (petróleo, carvão e diamantes) – não se reflete ainda na melhoria da qualidade de vida dos angolanos, como os indicadores da figura 3 revelam.

Tabela 2: Alguns indicadores relativos ao sistema educativo

	TAJ	Taxas Brutas de Matrículas (%; 2003-12)			Tx AEP	RAP
	TAJ	Primário	Secundário	Superior		
(1) Noruega	-	99,0	113,0	73	0,7	-
(41) Portugal	99,7	112,0	110,0	66,0	-	11
(79) Brasil	97,5	-	-	-	-	-
(123) Cabo Verde	98,4	112,0	93,0	21,0	10,7	23
(128) Timor Leste	79,5	125,0	57,0	18,0	16,4	31
(142) S. Tomé e Príncipe	80,2	118,0	71	8,0	33,9	29
(149) Angola	73	140,0	32,0	7	68,1	46
(177) Guiné-Bissau	73,2	116,0	34,0	3	-	53
(178) Moçambique	67,1	105,0	26,0	5	64,4	55

Fonte: PNUD, 2014

Legenda: TAJ: Taxa de Alfabetização de Jovens (% entre os 15 e os 24 anos) 2005-2012; Tx AEP: Taxa de abandono escolar no ensino primário (% do grupo do ensino primário – 2003/2012); RAP: Rácio Alunos-professores (Número de alunos por professor – 2003-2012).

A verificação de alguns indicadores relativos ao sistema educativo nos países em estudo (tabela 2) confirma o cenário de desigualdades já evidenciado com os dados anteriores. Em termos do contributo do sistema educativo para o desenvolvimento, destaca-se i) a existência de elevados níveis de analfabetismo, particularmente em Angola, Guiné Bissau e Moçambique, que afectam cerca ¼ da população jovem destes países (entre os 14 e os 25 anos); ii) as baixas taxas de matrícula nos ensinos secundário e superior (neste caso em particular, destacam-se, de novo, pela negativa, Moçambique, Angola e Guiné Bissau) e iii) as elevadas taxas de abandono escolar no ensino primário, particularmente gravosas nos casos de Angola e Moçambique (superiores a 60%). O elevado número de alunos por docente, o que dificulta as condições de ensino-aprendizagem, seguramente que ajudam a explicar quer os níveis elevados de abandono escolar quer os baixos níveis de prossecução de estudos para o ensino secundário e superior. Os resultados destes indicadores são evidentemente comprometedores do sucesso de possíveis estratégias de desenvolvimento associadas ao conhecimento e à valorização da educação, uma vez que a proporção de jovens que ainda permanece fora do sistema educativo é maioritária e as crianças e jovens que iniciam o percurso escolar, na generalidade dos casos, permanecem no sistema educativo durante poucos anos.

5. Algumas características dos sistemas de ensino superior nos Países de Língua Portuguesa

Nesta secção procede-se à análise de alguns dados disponíveis de caracterização dos sistemas de ensino superior nos países de língua oficial portuguesa. Dada a escassez e a dificuldade de aceder a dados relativos aos vários países, para os anos mais recentes, optou-se por um lado, por selecionar, sempre que possível, a informação disponível a partir de fontes oficiais (INE português e institutos congéneres) e, por outro, de complementar estes dados com informação proveniente de estudos, dissertações ou outros trabalhos de investigação disponíveis.

5.1. Diagnóstico

Algumas variáveis relativas à caracterização geográfica dos países em estudo (tabela 3) comprovam as assimetrias já evidenciadas com os dados anteriores. Em termos de dimensão geográfica bem como de população residente, desde o Brasil com a sua dimensão continental até à pequena ilha de São Tomé e Príncipe, no Atlântico Sul, os países de língua portuguesa são realidades distintas. Estas diferenças refletem-se na forma como a população ocupa o território: Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Portugal são os países com maior densidade populacional. Os que têm maior área como Angola, Brasil e Moçambique são também os que apresentam a população mais dispersa e menores densidades populacionais. A população urbana predomina na maioria destes países, sendo apenas Moçambique, Timor e a Guiné-Bissau os países onde predomina a população não urbana. A ocupação da população, ainda em atividades muito relacionadas com o espaço rural, bem como a ausência de grandes aglomerações urbanas, podem contribuir para explicar a distribuição da população.

Tabela 3: Algumas variáveis de caracterização demo-geográfica dos países de Língua Oficial Portuguesa (2010)

	Portugal	Angola	Brasil	Cabo Verde	Moçambique	Timor	Guiné Bissau	São Tomé e Príncipe
Área (km²)	92207,4	1246700	8514876,6	4033	799380	14954,4	36125	1001
População	10636979	17429637	190755799	494040	22416881	1066409	1515224	163784
Densidade Populacional	115,4	14,0	22,4	122,5	28,0	71,3	41,9	163,6
PopUrb (%)	60,7	58,5	84,4	61,8	30,8	29,6	30,0	61,1
Mediana da Idade	41	16,6	29	22	17	18,8	19	19

Fonte: INE, 2012

Na generalidade dos países, a população é muito jovem (com menos de 20 anos),variável que denota uma tendência proporcionalmente direta à sua esperança de vida. Os países com níveis de desenvolvimento humano mais baixo são aqueles que têm uma estrutura populacional mais jovem, pelo que Portugal não se inclui nesta tendência demográfica, onde a população, mais envelhecida tem uma proporção mais significativa.

Também na generalidade dos países de língua portuguesa os sistemas de ensino superior são relativamente recentes. Nos casos dos países africanos, apenas após os processos de independência estes sistemas de ensino começaram a registar níveis de crescimento significativos e a tornarem-se menos elitistas. No caso de Portugal, o ensino superior já tem cerca de 700 anos mas após a revolução de 1974 cresceu bastante, massificou-se e democratizou-se passando a estar presente na generalidade do país. Nos diversos países analisados, as IES estão presentes ao longo do país. Por exemplo, no caso do Brasil, 841 IES encontram-se na capital, enquanto que as restantes 1550 estão instaladas no interior do país. Quase metade (48,6%) das IES brasileiras está localizada na região sudeste, enquanto que a região norte é a que tem menor numero de IES (6,4%) (INEP, 2013, 2014). Em Cabo Verde, das 9 Universidades ou Institutos Superiores, só existe uma universidade pública e localiza-se na Ilha de Santiago. As IES localizam-se maioritariamente nas cidades da Praia e no Mindelo, o que representa cerca de 90% da oferta do ensino superior do país e são estes dois concelhos que albergam no conjunto 42,3% do total de população do país (MESCI, 2013). No caso de Angola, de acordo com Buza (2012), apesar de as IES estarem agora em 18 províncias, 64,7% das universidades estão na cidade de Luanda.

Habitualmente, quando a pressão da procura é muito forte, a resposta mais rápida é oriunda das instituições privadas que prontamente disponibilizam oferta formativa de nível superior. O facto de a população ser maioritariamente jovem nos países em análise – com exceção de Portugal – e de, nos últimos anos terem conhecido a pacificação, faz com que a procura de educação em geral, e de ensino superior em particular, tenha aumentado bastante. Algumas características formais das instituições de ensino superior são descritas na tabela 4.

Tabela 4: Características das instituições de ensino superior

Países	Sectores
Portugal	Ensino Universitário e Politécnico Em ambos casos, pode ser público, privado ou cooperativo
Angola	Universidades (estruturadas em faculdades, institutos superiores, escolas superiores e centros de estudos e investigação científica); Academias; Institutos superiores (técnicos e politécnicos); Escolas superiores (técnicas e politécnicas) IES pública e privadas
Brasil	Universidades, Centros Universitários, Faculdades e IF e CEFET (Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e Centro Federal de Educação Tecnológica) Instituições públicas (natureza federal, estadual ou municipal,) Instituições privadas podem ter ou não fins lucrativos.
Cabo Verde	Ensino universitário (Universidades e em escolas universitárias não integradas) Ensino Politécnico (institutos politécnicos e em escolas superiores especializadas nos domínios da tecnologia, das artes e da educação entre outras) IES públicas (1) e privadas
Moçambique	Universidades e Institutos Superiores (organizados em Faculdades), Escolas Superiores, Institutos Superiores Politécnicos e Academias. IES pública e privadas
Timor	Ensino Universitário e Superior Politécnico, este último orientado para a formação profissional. Em ambos casos, pode ser público e privado.
Guiné	Universidades constituídas por unidades orgânicas (faculdades ou instituições de pesquisa e investigação científica no ensino público e Centros de formação ou Escola Técnicas Superiores no Ensino Politécnico), organizadas por domínios de conhecimento. Prevê-se a organização das Universidades Privadas com base nos seus respectivos Estatutos.
São Tomé e Príncipe	Universidade, Institutos e Ensino Politécnico Público ou Privado.

Fonte: Elaboração Própria

A dimensão média das IES (tabela 5), medida pelo Número Médio de Estudantes por instituição, é um indicador simples que permite perceber a dimensão dos estabelecimentos de ensino superior. No caso dos países em análise, verifica-se que S. Tomé e Príncipe e a Guiné Bissau são os países com instituições de ensino superior com menor número de alunos, ainda que todos os países tenham dimensões médias muito pequenas. A título de comparação, com dados para a Europa (Rego, Abreu e Cachapa, 2013), constata-se que a Noruega - país europeu com menor número de alunos por instituição – tem cerca de 4400 alunos, em média por IES pública. Estes valores, obtidos para os países de língua portuguesa, são influenciados pelo facto de se estar a ponderar as IES públicas e privadas, sendo que, normalmente, as IES privadas têm uma dimensão menor que as públicas.

Tabela 5: Estrutura do sistema de ensino superior

	Portugal (1)	Angola (2)	Brasil (3)	Cabo Verde (4)	Moçambique (5)	Timor (6)	Guiné Bissau (7)	S. Tomé e Príncipe (8)
IES Públicas	39	23	301	1	18	1	7	1
IES Privado	82	40	2090	8	27	11	6	2
IES Universitário	59	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
IES Politécnico	62	nd	nd	nd	nd	nd	nd	nd
Tot IES	121	63	2391	9	45	12	13	3
Tot Alunos(*)	389841	66251	6552707	10144	101362	16727	3689	1197
NMESt	3321,8	1052	2741	1127	2252	1394	284	399
IES Publ/10^6hab	3,6	1,3	1,5	2,0	0,8	0,9	4,6	6,1

Fonte: (*) INE (2012); (1)- A3ES (obtido a partir de http://www.a3es.pt/sites/default/files/R4_MAPAS&Nos.pdf); (2) – Simões (2014); (3) – INEP (2013); (4) MESCI (2013); (5) – Zeca e Cassamo (2013); (6) Martins (2012); (7) – Sani (2013);
(8) - http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/PAG66_03.pdf
Nota: os dados recolhidos variam conforme as fontes utilizadas, nomeadamente no caso particular de Angola. Para permitir comparações fiáveis, optou-se por utilizar, sempre que possível, a mesma fonte.

De modo a complementar a análise da capacidade de acesso da população dos diversos países aos estabelecimentos de ensino superior, calcula-se o Número de IES públicas por milhão de habitantes. Neste caso usam-se apenas os dados para os estabelecimentos públicos, uma vez que os estabelecimentos privados possuem habitualmente regras de acesso, designadamente propinas mais elevadas, que excluem da sua frequência uma parte significativa dos estudantes com menor capacidade financeira. Os resultados obtidos (tabela 4) mostram que nos diversos países a possibilidade de acesso ao ensino superior público é muito distinto: Moçambique e Timor são os países onde a oferta pública de IES por milhão de habitantes é menor enquanto a Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe são os países onde é mais fácil aceder às instituições públicas. Neste último país, o facto de a população ser diminuta contribui decisivamente para o resultado. Wilson-Stydom e Fongwa (2012), citando SADC (2007) identificam os desafios que as IES dos países africanos enfrentam – equidade, qualidade, eficácia, relevância e democracia – e destacam o problema do acesso às instituições que consideram estar ainda reservado às elites.

Tabela 6: Características dos sistemas de ensino superior

	Portugal (1)	Angola (2)	Brasil (3)	Cabo Verde (4)	Moçambique (5)	Timor (6)	Guiné Bissau (7)	São Tomé e Príncipe (8)
PropES (%)	**18**	**1**	**14**	**7**	**2**	**5**	**1**	**2**
RFemES (%)	**53**	**45**	**57**	**55**	**39**	**40,0**	**nd**	**nd**
PDocD (%)	**49,0**	**11,0**	**32,8**	**8,4**	**nd**	**21,0**	**7,0***	**nd**
RAlDocES (Nº)	**11**	**0,57**	**9**	**11**	**16**	**29**	**-**	**13**

Fonte: INE (2012); (3) – INEP (2013); (4) MESCI (2013); * estimado a partir de Sani (2013)

Nos países em estudo verifica-se que a importância do ensino superior nos diversos graus de ensino é, em geral, muito pequena (tabela 6). Com exceção de Portugal e do Brasil, onde a proporção de estudantes no ensino superior, no total de estudantes é superior a 10%, nos restantes países os alunos do ensino superior são uma pequeníssima parcela do conjunto total de estudantes. Para este resultado contribui o facto de as populações jovens destes países terem populações escolares muito grandes nos níveis de ensino mais baixos, mas também o facto do ensino superior ainda ser acedido por uma pequena proporção de jovens. Entre os jovens que estudam no ensino superior, a análise do rácio de feminização do sistema mostra que as mulheres são predominantes, neste grau de ensino, em Portugal, no Brasil e em Cabo Verde. Mesmo nos casos em que não predominam, têm uma participação muito elevada. Tendo em consideração que as mulheres são fortemente responsáveis pela escolarização dos filhos, estes resultados indiciam que, nas futuras gerações, será mais intensa a participação no ensino superior. A proporção de docentes doutorados, que de alguma forma revela a maturidade do sistema de ensino superior, mostra que Portugal é o país que tem a melhor posição neste indicador, seguido do Brasil. Para estes resultados foram decisivas as medidas de política científica que, durante os anos 90, permitiram que grande parte do corpo docente das IES portuguesas se doutorasse com o apoio de bolsas de estudo, sobretudo para o estrangeiro, bem como através da concessão de dispensa de serviço docente, para a realização das dissertações de doutoramento.

Outros estudos sobre o ensino superior nos países lusófonos concluem também neste sentido (Silva, 2013). As universidades dos países de língua portuguesa, sobretudo dos africanos, considera este autor, apresentam ainda diversas fragilidades, entre as quais se destaca a falta de corpo docente qualificado bem como de pessoal técnico e administrativo também qualificado, a debilidade das infraestruturas, falta de financiamento e de condições para a investigação e extensão. A análise do rácio alunos por docente revela uma situação bastante equilibrada nos diversos países, muito em linha com os dados verificados por exemplo nos países da Europa, sendo ainda assim melhor no Brasil que em Timor. Por exemplo, os valores de Angola apresentados por Carvalho (2012) apontam para uma média de 25, 46 alunos/docente.

Nos vários países de língua oficial portuguesa os estudantes do ensino superior frequentam predominantemente cursos de licenciatura. No caso de Portugal são 60,1% dos estudantes e 32,5% frequentam cursos de mestrado ou mestrados integrados[9]. Nos países africanos (Silva, 2013) o ensino superior concentra-se nas licenciaturas, nas áreas do comércio, gestão e direito, humanidades e ciência sociais. A reduzida incidência de alunos inscritos nas áreas das ciências e tecnologias fazem com que os resultados das IES sejam pouco direcionados para a utilização do conhecimento em prol do desenvolvimento e do crescimento económico. No caso português, cerca de 1/3 dos estudantes do ensino superior frequentam cursos na área das ciências sociais, comércio e direito. Contudo, 1/5 dos alunos estudam nas áreas da engenharia, indústria transformadora e construção e cerca de 1/6 estuda saúde e proteção social. Para o caso do Brasil, os estudantes que frequentam cursos de bacharelado e de licenciatura representam 86,1% do total dos estudantes do ensino superior. Sendo o grau académico ao nível do bacharelado e a modalidade presencial que se destacam tanto na rede pública como na privada (INEP, 2014).

9 Dados DGEEC, obtidos a partir do PORDATA.

Tabela 7: Duração dos Ciclo de Estudos

Países	Duração dos ciclos de estudos
Portugal	Licenciatura: 3 a 4 anos Mestrado: 1,5 a 2 anos Mestrado Integrado: 5 a 6 anos Doutoramento – variável. O grau de doutor é conferido pelas universidades e institutos universitários aos que tenham obtido aprovação nas unidades curriculares do curso de doutoramento quando exista, e no ato público de defesa da tese.
Angola	Bacharelato 3 anos Licenciatura: 4 a 6 anos Mestrado: 2 a 3 anos Doutoramento: 4 a 5 anos Pós-graduação profissional: Especialização que corresponde a cursos de duração variada, em função dos cursos e tem como objectivo o aperfeiçoamento técnico profissional do licenciado.
Brasil	Cursos graduados (bacharelado, licenciatura e tecnológico): 4 a 6 anos ; Cursos pós graduados: mestrados e doutoramentos (mestrado –2 anos; Doutoramento –máximo 4 anos)
Cabo Verde	Cursos de Estudos Superior e Profissionalizante: 2 anos; Bacharelato: 3 anos; Complemento de licenciatura 2 anos; Licenciatura 5 anos; Mestrado 2 anos; Doutoramento: 2 anos (Decreto-Legislativo nº 2/2010)
Moçambique	Cursos graduados (licenciatura – 1º ciclo, 3-4 anos) Cursos pós graduados:Mestrado-2º ciclo (1,5 a 2 anos) Doutoramento – 3º ciclo, 3 anos)
Timor	Cursos graduados (profissionalizante, bacharelado, licenciatura e tecnológico): 2 a 5 anos ; Cursos pós graduados: mestrados e doutoramentos (mestrado –2 anos; Doutoramento –máximo 3 anos)
Guiné	Ensino e Formação Profissional (2 anos) e Cursos graduados (bacharelado, licenciatura e tecnológico): 4 a 6 anos ; Cursos pós graduados: mestrados e doutoramentos (mestrado –2 anos; Doutoramento –máximo 4 anos)
São Tomé e Príncipe	Cursos graduados (bacharelado, licenciatura): 3 a 5 anos

Fonte: Elaboração própria

No que respeita às áreas de formação, mais de metade (59,3 %) frequentam cursos de ciências sociais, negócios, direito e educação. Enquanto que a área de engenharia, produção e construção tem apenas 13,9% do total dos alunos inscritos em cursos graduados. Nas IES públicas predominam os cursos na área de Educação, enquanto na rede privada são maioria os cursos da área de ciências sociais, negócios e direito (INEP, 2013). A duração dos ciclos de estudos, nos diversos países também é distinta, como se verifica na tabela 7.

5.2. As estratégias de política educativa dos vários países em estudo no que ao ensino superior diz respeito

A Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação da UNESCO (1998) apresenta-se como um grande marco na reflexão sobre a missão do Ensino Superior voltada para a formação de pessoas altamente qualificadas e cidadãos responsáveis, para a aprendizagem permanente, para promoção, geração e difusão da pesquisa para contribuição na proteção e consolidação de valores atuais. Destaca a função ética, a necessidade de o Ensino Superior reforçar a cooperação com o mundo do trabalho e analisar e prevenir as necessidades da sociedade.

E por se considerar que este desígnio deve estar presente em qualquer estratégia de politica educativa, apresentam-se, de seguida, os pressupostos estruturantes estabelecidos no contexto do ensino superior dos oito países de língua oficial portuguesa, sistematizados de acordo com as finalidades / objetivos dos sistemas de ensino superior, como consta na tabela 8.

Tabela 8: Missão e Objectivos dos sistemas de ensino superior

Angola (Decreto 90/90, de 15 de dezembro, que que estabelece as normas gerais reguladoras do subsistema de ensino superior)

a) Preparar quadros com formação científico-técnica e cultural em ramos ou especialidades correspondentes a áreas diferenciadas desse conhecimento;
b) Realizar a formação em estreita ligação com a investigação científica orientada para a solução dos problemas postos em cada momento pelo desenvolvimento do País e inserida no quadro do progresso da ciência, da técnica, e da tecnologia;
c) Preparar e assegurar o exercício da reflexão crítica e da participação na produção;
d) Realizar cursos de graduação e pós-graduação ou especialização, para a superação científica e técnica dos quadros de alto nível superior;
e) Promover a pesquisa e a divulgação dos seus resultados, para o enriquecimento e o desenvolvimento multifacetado do País;
f) Promover ações que contribuam para o desenvolvimento das comunidades em que as instituições estão inseridas.

Brasil (LDB – Lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

A. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
B. formar diplomados, nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
C. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e, ainda, da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
D. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
E. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
F. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição

Cabo Verde (Lei nº 103/III/1990 que aprovou as Bases do Sistema Educativo, estabelece como objetivos do ensino superior)

a) Desenvolver capacidade de concepção, de inovação, de investigação, de análise crítica e de decisão;
b) Formar quadros nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em sectores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade cabo-verdiana, e colaborar na sua formação contínua;
c) Estimular o pensamento reflexivo, a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e a capacidade empreendedora;
d) Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura, e, desse modo, aumentar a capacidade de compreensão e transformação das condições de existência e de realização do homem na sociedade e no mundo em que vive;
e) Promover a divulgação de conhecimentos científicos, culturais e técnicos que constituem património da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
f) Estimular o conhecimento e análise dos problemas nacionais e do mundo de hoje, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
g) Estimular e apoiar a formação cultural técnica e profissional dos cidadãos pela promoção de formas adequadas de extensão cultural;
h) Encorajar a busca permanente de aperfeiçoamento intelectual, cultural, técnico e profissional, favorecendo a integração e aplicação dos conhecimentos que vão sendo adquiridos ao longo das gerações, na perspectiva de educação e de desenvolvimento de competências ao longo da vida;
i) Contribuir para a modernização do sistema educativo a todos os níveis, designadamente através da promoção do conhecimento e da pesquisa, adopção e disseminação de novas metodologias de ensino.

Guiné Bissau (Boletim oficial nº 13, de 29 de Março de 2011, que aprova a Lei do Ensino Superior e da Investigação Científica, citada em Sani, 2013)

a) Formar quadros especializados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para assumir responsabilidades de direção nos múltiplos domínios económicos, sociais e culturais do país e preparados para se inserirem de forma dinâmica e criativa na vida profissional;
b) Estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e de reflexão crítica;
c) Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia;
d) a f) (...)
g) prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
h) (...)
i) promover o intercâmbio científico, cultural e técnico com instituições internacionais de ensino superior, em especial, dos países de língua portuguesa e dos Estados sub-região da África ocidental;
j) promover o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, aberto ao diálogo e intelectualmente tolerante.

Moçambique (Lei Nº 27/2009, 29 Setembro que define o Subsistema do Ensino Superior em Moçambique)
- assegurar o direito de acesso a todos os moçambicanos à disponibilização e utilização equitativa da educação superior, da ciência, tecnologia e inovação com vista a acelerar a geração de riqueza, a redução da pobreza e a melhoria do seu bem-estar.

Portugal (Lei 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições de ensino superior)
1 — O ensino superior tem como objectivo a qualificação de alto nível dos portugueses, a produção e difusão do conhecimento, bem como a formação cultural, artística, tecnológica e científica dos seus estudantes, num quadro de referência internacional;
2 — As instituições de ensino superior valorizam a atividade dos seus investigadores, docentes e funcionários, estimulam a formação intelectual e profissional dos seus estudantes e asseguram as condições para que todos os cidadãos devidamente habilitados possam ter acesso ao ensino superior e à aprendizagem ao longo da vida;
3 — As instituições de ensino superior promovem a mobilidade efetiva de estudantes e diplomados, tanto a nível nacional como internacional, designadamente no espaço europeu de ensino superior;
4 — As instituições de ensino superior têm o direito e o dever de participar, isoladamente ou através das suas unidades orgânicas, em atividades de ligação à sociedade, designadamente de difusão e transferência de conhecimento, assim como de valorização económica do conhecimento científico;
5 — As instituições de ensino superior têm ainda o dever de contribuir para a compreensão pública das humanidades, das artes, da ciência e da tecnologia, promovendo e organizando acções de apoio à difusão da cultura humanística, artística, científica e tecnológica, e disponibilizando os recursos necessários a esses fins.

S. Tomé e Príncipe
(http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Sao%20Tome%20and%20Principe/Sao_Tome_and_Principe_EPT_2012_2015_por.pdf)
O ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico. O ensino universitário visa assegurar uma sólida preparação científica e cultural e proporcionar uma formação técnica que habilite para o exercício de atividades profissionais e culturais e fomente o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica. O ensino politécnico visa proporcionar uma sólida formação cultural e técnica de nível superior, desenvolver a capacidade de inovação e de análise crítica e ministrar conhecimentos científicos de índole teórica e prática e as suas aplicações com vista ao exercício de atividades profissionais.
Cabe ao Estado criar condições que permitam a frequência a todos os cidadãos de forma a evitar os efeitos discriminatórios ou desigualdades decorrentes das assimetrias regionais. São objectivos do ensino superior:
a) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
b) Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em sectores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade santomense, e colaborar na sua formação contínua;
c) Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
d) Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem património da humanidade e comunicar o saber através de ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
e) Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
f) Estimular o conhecimento dos problemas do mundo de hoje, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
g) Continuar a formação cultural e profissional dos cidadãos pela promoção de formas adequadas de extensão cultural.

Timor (Lei de bases da educação (http://www.me.gov.tl/lei-de-base-da-educacao)

1. O ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino técnico.
2. São objectivos do ensino superior:
a) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
b) Formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em sectores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade timorense, e colaborar na sua formação contínua;
c) Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, das humanidades e das artes e a criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o conhecimento e a compreensão do Homem e do meio em que se integra;
d) Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, que constituem património da humanidade, e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
e) Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração, na lógica de educação ao longo da vida e de investimento geracional e intergeracional, visando realizar a unidade do processo formativo, que inclui o apreender, o aprender e o empreender;
f) Estimular o conhecimento dos problemas do mundo de hoje, num horizonte de globalidade, em particular os nacionais, regionais e da comunidade dos países de língua portuguesa, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
g) Continuar a formação cultural e profissional dos cidadãos, pela promoção de formas adequadas de extensão cultural;
h) Promover e valorizar as línguas e a cultura timorenses.
3. O ensino superior universitário, orientado por uma constante perspectiva de investigação e criação do saber, visa proporcionar uma ampla preparação científica de base, sobre a qual vai assentar uma sólida formação técnica e cultural, tendo em vista garantir elevada autonomia individual na relação com o conhecimento, incluindo a possibilidade da sua aplicação, designadamente para efeitos de inserção profissional, e fomentar o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e de análise crítica.
4. O ensino superior técnico, dirigido por uma constante perspectiva de compreensão e solução de problemas concretos, visa proporcionar uma preparação científica orientada, sobre a qual vai assentar uma sólida formação técnica e cultural, tendo em vista garantir relevante autonomia na relação com o conhecimento aplicado ao exercício de atividades profissionais e participação ativa em ações de desenvolvimento.

Fonte: Elaboração própria

6. Notas finais

O ensaio realizado demonstra a grande dificuldade de acesso a dados homogéneos que permitam fazer comparações fiáveis entre os diferentes países em análise, revelando a necessidade de, em cada país, criar bases de dados estatísticos disponíveis, sem o que, dificilmente, se poderão propor medidas de política pública que possam ser aplicadas transversalmente nos diversos países.

No entanto, é possível traçar um quadro e identificar algumas questões transversais nos diferente países, que servirão de base ao desenvolvimento de trabalhos futuros.

Nos países de língua oficial portuguesa o ensino superior, de um modo geral, é ainda bastante limitado. Quer pela população que alcança quer pelas funções que desempenha. Sobretudo nos casos dos países africanos e de Timor, o facto de os processos de paz e independência serem relativamente recentes condicionam a participação dos estudantes nos diversos graus de ensino e, consequentemente, de forma acrescida, no ensino superior. Assim, para além dos alunos em condições de acederem ao sistema serem poucas, as IES localizam-se sobretudo nas capitais dos países, dificultando desta forma o acesso físico. Por outro lado, as IES nestes países dedicam-se principalmente à função ensino: devido à premência em formar quadros necessários ao processo de desenvolvimento dos países, a dedicação à investigação é limitada ou mesmo nula. Desta descrição excluem-se Portugal e o Brasil. Nestes dois países este subsistema de ensino já é frequentada por uma proporção mais significativa de estudantes e chega à generalidade das regiões, ainda que esteja presente de forma mais intensa naquelas de maior densidade populacional.

A capacidade de investimento no ensino superior é uma variável fundamental para a sua expansão. Naturalmente que nos países onde os recursos financeiros dos orçamentos públicos são limitados e é necessário proceder à sua afectação entre necessidades múltiplas e muito elementares (por exemplo, melhorar o acesso à saúde ou ao ensino primário) os governos podem deixar para segundo plano o reforço do ensino superior. Dado o facto de, na generalidade destes países, a estrutura demográfica da população ser predominantemente jovem, a par da melhoria do acesso a graus de ensino mais elevados, tem feito com que tenha aumentado a procura de ensino superior. O facto dos subsistemas públicos não terem capacidade de resposta, faz com que os subsistemas privados tenham entrado nos diversos países. Em todos os países estudados, o ensino superior é constituído por entidades públicas e privadas (e também cooperativas) de ensino universitário e politécnico.

Dados os constrangimentos que foram identificados neste estudo, considera-se que é fundamental, nos vários países, proceder a um maior investimento na educação, quer no ensino superior quer nos níveis de ensino a montante. A possibilidade de formar quadros qualificados que possam contribuir para o desenvolvimento do país, mas também de docentes que se fixem nas instituições, com possibilidades de se doutorarem e dedicarem mais à investigação é um factor determinante para que as IES possam contribuir também com mais conhecimento e inovação para os processos de desenvolvimento e crescimento dos respectivos países. Por outro lado, verifica-se que a maior parte dos estudantes, particularmente em África, se licenciam nas áreas do comércio, gestão e direito, humanidades e ciência sociais, sendo importante diversificar para as áreas das ciências e tecnologias, igualmente importantes ara o desenvolvimento e crescimento económico. Uma vez que a pressão demográfica sobre o ensino superior é muito forte, a dispersão de IES pelos países no seu todo é fundamental, também de modo a alargar os benefícios do conhecimento e da investigação científica para fora das capitais.

7. Referências Bibliográficas

BECKER, G. (1964), *Human Capital*, Chicago: University of Chicago Press.

BLOOM, D., CANNING, D., CHAN, K. (2006), "Higher Education and Economic Development in Africa", Massachusetts: Harvard University, Human Development Sector, Africa Region.

BUZA, A. G. (2012), Por Um Ensino Superior de Qualidade nos Países e Regiões de Língua Portuguesa. In Atas 2ª Conferência FORGES, Instituto Politécnico de Macau, 6, 7 e 8 de Novembro.

CARVALHO, P. (2012), Evolução e crescimento do ensino superior em Angola. *Revista Angolana de Sociologia*, 9, pp. 51-58.

DRUCKER, J., GODSTEIN, H. (2007), "Assessing the regional economic development impacts of universities: a review of current approaches". *International Regional Science Review*, 30 (1), January, pp. 20-46.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2012), Estatísticas da CPLP 2012, Lisboa: INE.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2014), Censo da Educação Superior 2012: resumo técnico, Brasília: INEP.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2013), Censo da Educação Superior 2013 – Base de dados, Brasília: INEP.

GYIMAH-BREMPONG, K. (2010), "Education and Economic Development in Africa", California: University of South California, Department of Economics.

MARTINS, F. M. (2012), Autoavaliação institucional e a qualidade do ensino superior. In Atas 2ª Conferência FORGES, Instituto Politécnico de Macau, 6, 7 e 8 de Novembro.

MESCI – Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação (2013), Anuário Estatístico 2011/2012, Praia: MESCI.

PNUD (2014), Relatório de Desenvolvimento Humano 2014 – Sustentar o progresso humano: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência, USA: PNUD.

REGO, C., ABREU, A., CACHAPA, F. (2013), Algumas características das redes de ensino superior na Europa. In C. Rego, A. Caleiro, C. Vieira, I. Vieira e M. S. Baltazar (coord.), *Redes de Ensino Superior: Contributos Perante os Desafios do Desenvolvimento*, Universidade de Évora: CEFAGE – Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia, ISBN: 978-989-20-4215-2, Outubro, pp. 129-153.

SANI, Q. (2013), *A Educação Superior no Desenvolvimento da Guiné-Bissau: Contribuições, limites e desafios.* Tese de mestrado, Pato Branco: Universidade Tecnológica Federal do Paraná Câmpus.

SILVA, R. (2013), A cooperação como recurso fundamental no processo de desenvolvimento das universidades. In Atas 3ª Conferência FORGES, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil, 4, 5 e 6 de Dezembro.

SIMÕES, C. (2014), Expansão do Ensino Superior em Angola, desafios e oportunidades. Conferência inaugural 4ª Conferência FORGES, Universidade Agostinho Neto, Luanda e Universidade Mandume Ya Ndemufayo, Lubango, 19, 20 e 21 de Novembro.

SIMÕES LOPES, A. (1984), *Desenvolvimento Regional: Teoria e Prática*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SPENCE, M. (1973), "Job market signaling". *The Quarterly Journal of Economics*, 87(3), pp. 355-374.

UNESCO. (1998), Declaração mundial sobre Educação Superior no século XXI: visão e ação, Paris: UNESCO.

WILSON-STYDOM, M., FONGWA, S. N. (2012), Um perfil do ensino superior na África Austral, Vol.1: Perspectiva Regional, África do Sul: SARUA.

ZECA, S. P. N., CASSAMO, V. N. N. (2013), O docente universitário: reflexão em torno da expansão do ensino superior em Moçambique. In Atas 3ª Conferência FORGES, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil, 4, 5 e 6 de Dezembro.

GT 75
Educação Superior, Desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul

Olhares desde o "Sul". Aportes para a compreensão da internacionalização e a cooperação internacional desde uma perspectiva endógena.

María Julieta Abba[1]
mjulieta.abba@gmail.com

Resumo: Ao pesquisar o processo de internacionalização da educação superior e cooperação internacional, podemos encontrar vários modelos teóricos e práticos que se diferenciam entre si: Por um lado um mais voltado à lógica mercantil e competitiva e, por outro, o que se encontra vinculado a relacionamentos solidários, cooperativos e colaborativos. Por tal motivo, o presente trabalho tem como objetivo apresentar e discutir este segundo modelo desde uma perspectiva endógena, que contemple as realidades únicas e complexas dos países do "Sul" e colabore para o fortalecimento de outro tipo de paradigmas em outras latitudes. O estudo se desenvolve através da análise de produções e documentos que caracterizam estas duas vertentes, assim como de aportes críticos e alguns exemplos de casos específicos inscritos na cooperação sul-sul. Ao final, são consideradas algumas reflexões em torno da temática.

Palavras chave: Internacionalização, Cooperação Internacional, Universidade, Perspectiva Endógena, Sul.

Introdução

Nas ultimas duas décadas, a internacionalização universitária adquiriu uma categoria de grande importância (Didou Aupetit, 2007; Theiler, 2005; De Wit, 2010; Morosini, 2011; Fernández Lamarra, 2010) principalmente nas agendas de organismos governamentais e nas próprias instituições de educação superior. No entanto, quando se analisa a temática desde uma perspectiva histórica, se pode descobrir que a dimensão internacional é uma característica que esteve presente nas universidades desde a criação das mesmas (García Guadilla, 2005; Tünnermann, 1996; Yárzabal, 2005; Rama, 2010; De Wit, 2002; Sebastián, 2004).
Do ponto de vista teórico, ao pesquisar o processo de internacionalização da educação superior e cooperação internacional, foram encontrados vários modelos teóricos e práticos que se diferenciam entre si: por um lado um mais voltado à lógica mercantil e competitiva e, por outro, o que se encontra vinculado a relacionamentos solidários, cooperativos e colaborativos. Por tal motivo, o presente trabalho tem como objetivo apresentar e comparar estos dois modelos, focalizando a análise no segundo, que caracteriza a internacionalização desde uma perspectiva endógena, que contempla as realidades únicas e complexas dos países do "Sul". Para isso, serão apresentadas experiências que, predominantemente, têm características de internacionalização endógena, identificadas em projetos de universidades e progarmas de organismos públicos do Brasil, de Cuba e da Argentina.

---

1 Licenciada em Relações Internacionais, Mestre em Políticas e Administração da Educação e Doutoranda em Educação orientada pela Prof. Drª Berenice Corsetti no Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Bolsista do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) da CAPES/CNPq

As fontes do estudo são de caráter bibliográfico e documental, já que foram analizadas produções e documentos que caracterizam estas duas vertentes. Também foi utilizada uma perspectiva de análise histórica dividida em quatro etapas, para caracterizar o desenvolvimento da internacionalização da educação superior em diferentes latitudes.

1. O vínculo internacional das universidades desde uma perspectiva histórica

1.1 Primeira etapa. Desde as origens das universidades até finais dos anos de 1940

O começo da dimensão internacional[2] das universidades pode remontar-se as próprias origens destas instituições, aproximadamente durante os séculos XII e XIII na Europa Ocidental. Neste sentido, as primeiras universidades foram as de Bolonia, Salamanca, Paris, Oxford, Cambrige e Coimbra, que se conformaram a partir do agrupamento de estudantes e professores procedentes de diversas regiões, os quais criaram uma comunidade internacional em torno do conhecimento. Estes grupos empreendiam viajens até outras instituições educativas, situadas em diferentes localidades geográficas, para realizar intercâmbios acadêmicos e nutrir-se destas experiências. Assim, tal e como assinalam Romero Zertuche e Torres (2009:29), na idade média cada um destes lugares se converteu em um «foco de irradiación cultural» onde os estudantes seguiam seus mestres e o saber era o tesouro mais procurado.
Depois de vários séculos, principalmente no começo do XX, após as duas guerras mundiais, as relações internacionais das universidades se realizaram por meio de vínculos entre instituições que pertenciam na grande maioria, a países de um capitalismo avançado. Desta maneira, os fluxos de intercâmbio foram principalmente desde o continente europeu até os Estados Unidos, com exceção de momentos particulares que foram difíceis para a história europeia, nos quais o continente Latino-americano se constituiu como um lugar predileto para a recepção de exilados e refugiados políticos (Didou Aupetit, 2007). Sobre as principais características desta etapa inicial da vinculação internacional das universidades, pode-se assinalar que as estratégias de internacionalização fundaram-se principalmente na mobilidade internacional com direção geográfica norte-norte.

1.2 Segunda etapa. Começo da década de 1950 até finais dos anos 1980.

No segundo período, compreendido entre 1950-1980, a dimensão internacional das universidades inseriu-se em um contexto de «gran movilidad de estudiantes [que se mobilizavam] desde países no avanzados hacia los avanzados» (García Guadilla, 2005:16). De acordo com Didou Aupetit (2007), a partir de 1950 os governos começaram a outorgar bolsas com o objetivo de promover o desenvolvimento integral dos países e também para consolidação de comunidades científicas. Não obstante, o dinheiro outorgado foi útil para reproduzir e ampliar os grupos de elites compostas por intelectuais que se formaram em universidades principalmente dos Estados Unidos e em diversos países europeus. Molina (2008) situa este período dentro da segunda fase de modernização da universidade Latino-americana do século XX. Segundo a autora, no contexto de Aliança para o Progresso, Estados Unidos implementou, através da Organização para os Estados Americanos (OEA) e fundações privadas como FORD e Rockefeller, uma série de mecanismos de assistência técnica/financeira e bolsas de estudo para a vinculação dos investigadores latino-americanos com os centros de produção científica do exterior, principalmente em áreas novas como a administração e os programas físicos-nucleares. Por sua parte, Pini (2008) indica que na Argentina, México e Brasil começa um intercâmbio incipiente de investigadores em consonância com a criação, em meados da década de 1950, dos Conselhos de Ciência e Tecnologia destes países. Também destaca, sobre a base de uma investigação de CLACSO (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais) que existe um incremento das Ciências Sociais na Latino-américa a partir das

2 O termo "internacionalização" esteve presente nas ciências políticas e nas relações internacionais governamentais durante vários séculos, mas se incorpora a educação apenas no final de 1980. Por tal motivo, nesta primeira etapa se utilizarão as denominações "dimensão internacional" ou "vinculação internacional" das universidades.

décadas de 1960 e 1970, que trouxe consigo o estabelecimento dos laços com centros de investigação europeus que permitiu um intercâmbio de pessoas e saberes.
Desta maneira, durante este período, as relações internacionais universitárias se caracterizaram por uma tendência geográfica sul-norte. A chegada da década de 1980 gerou uma diminuição da vinculação internacional universitária como consequência da crise fiscal instalada nas Universidades Públicas Nacionais. Estes anos, que compreendem a década definida pela Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) como "perdida", representam a crise da dívida dos países latino-americanos e a adoção de medidas de ajuste, dentre elas se encontrava a diminuição do investimento em educação. Segundo números da CEPAL-UNESCO (1992), o gasto público em educação dos países da América Latina e do Caribe diminuiu em mais de 30% entre 1980 e 1985. Embora que na segunda metade da década de 1980, o montante dos recursos públicos destinados à educação, tenha ampliado em 1988 o gasto público em educação continuava sendo 16% inferior ao de 1980.
Entretanto, cerca do final da década de 1980, a internacionalização universitária adquiriu grande importância a nível global – principalmente no continente europeu e nos Estados Unidos – e junto com isso, surgiram produções acadêmicas de autores procedentes destas regiões, que começaram a investigar a internacionalização da educação superior. Este interesse não só se manifestou por parte das próprias universidades, como também esteve presente na agenda de organismos internacionais, em agências de acreditação, em organismos representantes de universidades, entre outros. Agora, no que representa a região Latino-americana, Didou Aupetit (2007) assinala que, até finais da década de 1980, a temática se encontrava ausente na literatura sobre a educação superior desta região, com exceção de associações de universidades como a União de Universidades de América Latina (UDUAL) e a Organización Universitaria Interamericana (OUI).
Até aqui, pode-se observar que o começo da internacionalização se localizou principalmente na Europa, na idade média, e logo se estendeu, no princípio do século XX, até os Estados Unidos, concentrando o maior fluxo de mobilidade internacional no hemisfério norte e posicionando estas regiões na vanguarda sobre a temática. A característica predominante durante o século XX foi o aspecto conjuntural das relações internacionais universitárias, que se encontravam fundadas no livre arbítrio e os contatos individuais de docentes e investigadores. Ao mesmo tempo, esta situação trouxe junto uma dinâmica internacional das universidades e dos centros de investigação com características espontâneas, em um contexto de escasso interesse pelo planejamento, o financiamento e a avaliação da vinculação internacional universitária (Didou Aupetit, 2007).

1.3 Terceira etapa. A década de 1990.

A partir da década de 1990, setores universitários e governamentais começaram a ensaiar programas de internacionalização sustentados em atividade tradicionais como a assinatura de convênios, o apoio a congressos internacionais e a mobilidade de investigadores. Também cresceu o interesse por parte de docentes e investigadores em participar das atividades inovadoras da internacionalização (Didou Aupetit, 2007), tais como a aquisição de uma formação doutoral no estrangeiro, a participação em alianças e redes acadêmicas e a realização de publicações em outros países. Em quanto à produção teórica sobre a internacionalização da educação superior, nesta etapa consegue-se um avanço, principalmente em sua definição e no incremento de autores dedicados ao estudo da temática. Em resumo, as características deste período se encontram no avanço do financiamento e o planejamento de atividades de vinculação internacional, no incremento do interesse por promover uma política de internacionalização universitária e, finalmente, na realização de investigações e reflexões em profundidade sobre a internacionalização como objeto de estudo específico dentro do campo da educação superior. Neste sentido, como expressa Didou Aupetit (2007:4) «(…) la internacionalización de la educación superior, tal y como se entiende ahora, no existió como objeto específico ni de reflexiones especializadas ni de inversión pública hasta los noventa».
Durante esta década, o desenvolvimento da internacionalização se inseriu em um contexto de avance dos processos de globalização, o auge das políticas neoliberais e um grande desenvolvimento de novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) que foram propícios para instalar a internacionalização na agenda da educação superior. Segundo Sebastián (2004) os principais atores deste período foram as instituições

de educação superior, os organismos de I+D[3], os governos nacionais, os governos de países estrangeiros, professores, investigadores e Organismos Internacionais. Estes últimos, tiveram uma atuação especial na década de 1990 como promotores da internacionalização universitária, especialmente aqueles organismos Financeiros Internacionais (OFI), como por exemplo, o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A maioria deles, junto com outros organismos internacionais, surgiram uma vez finalizada a II Guerra Mundial, em um cenário de confrontação entre Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com o objetivo de alcançar um equilíbrio econômico-político, assegurar a paz e promover a segurança internacional. Em um contexto de Guerra fria, o desenvolvimento se converteu em tema central para estes organismos que focalizaram suas políticas na incorporação das nações menos desenvolvidas à um sistema mundial rígido pelos interesses das potências capitalistas e o mercado financeiro internacional. Para isso, os OFI atuaram através da imposição de modelos e prioridades, como assim também incrementaram sua influência mediante determinados condicionantes[4] aplicados para outorgar créditos e doações; cujo impacto direto localizou-se sobre as políticas educativas, em geral e, em particular, aquelas orientadas ao setor da educação superior. Também é necessário destacar que, durante a última década do século XX, estas reformas educativas emolduraram-se em um projeto político-econômico mais amplo promovido por organismos internacionais, centros econômicos e financeiros políticos, cuja denominação foi "Consenso de Washington". Entre suas máximas premissas se encontraram a redução do orçamento do Estado no concernente à saúde e a educação, o desinvestimento, a privatização e a desregulação.

Embora a atuação de todos estes organismos internacionais tenha sido importante no rumo que adquiriu a educação superior durante os anos 90, pode-se distinguir de maneira relevante a ação de dois deles: o BM e a OMC.

Em relação ao primeiro, caberia perguntar-se qual é o interesse de um banco nos aspectos educacionais? e Porque um banco resolve colocar o centro de suas estratégias no concernente a políticas educacionais? Algumas aproximações a estas questões radicam na própria contextualização das ultimas duas décadas do final do século XX, nas quais a educação e os próprios sistemas financeiros internacionais se transformaram em novos "modos de doutrinamento" e "mecanismos de neocolonização" (Silva, 2002; Imen, 2005), sobre aqueles continentes que sofreram uma larga trajetória de colonização e subdesenvolvimento. No caso da América Latina, a partir de 1980, o BM converteu-se no organismo internacional de financiamento para a educação com uma forte marca na prescrição de políticas, estratégias, programas e reformas para a consolidação da hegemonia do paradigma neoliberal (Silva, 2002). Assim, como afirma Silva (2002:52) «O Banco Mundial (…) tornou-se o maior provedor de créditos financieros para os estados em desenvolvimento com graves déficits sociais e o principal catalisador de recursos em outras fontes existentes no mercado mundial de capitais».

Entre os trabalhos publicados por este organismo, se encontra um documento dedicado a Educação Superior, intitulado *"Higher Education. The lessons of Experience"*. Nesta publicação de 1994, o BM realiza um diagnóstico da situação da Educação Superior nos países em desenvolvimento e elabora recomendações para que estes as implantem em suas reformas políticas relativas à educação. Ao mesmo tempo, afirma que a Educação Superior não é uma prioridade nesses países, por isso, teria de reduzir a importância deste sector nos gastos públicos, redistribuindo recursos para outros níveis, principalmente a educação básica. Entretanto, o objetivo para a Educação Superior foi alcançar uma maior eficiência com o menor gasto público possível, para o qual as medidas indicadas formam o controle do acesso ao ensino superior, a promoção de desenvolvimento de instituições privadas, a diversificação do financiamento do ensino superior, a supressão de subsídios para a atividade estudantil e o estabelecimento da cobrança de matrícula (Brovetto, 2005).

---

3 Esta sigla corresponde as actividades de "Investigação Desenvolvimento".

4 Primeiro de outubro de 1996, o presidente do Banco Mundial daquele momento, James D. Wolfensohn, pronunciou um discurso em Washington D. C., na qual destacou: «El mundo actual, caracterizado por la apertura de los mercados, plantea nuevos desafíos para los países en desarrollo. La inversión se condiciona a la aplicación de políticas económicas acertadas y al buen gobierno, es decir, regímenes comerciales liberales y altas tasas de ahorro, conjugados con sistemas jurídicos y judiciales adecuados. En otras palabras, el capital elige los países que ofrecen debidas condiciones básicas». (Wolfensohn, 1996 In: Silva, 2002:81)

Seguindo com as análises dos OFI, a partir da década de 1990, o segundo organismo que teve uma forte influência na Educação Superior foi a OMC. Sua ação se destaca em torno da proposta de inclusão da educação como um serviço suscetível de regulamentar-se pelas normativas do Acordo Geral de Comércio de Serviços (em inglês *General Agreement on Trade in Services* - GATS) da OMC. Em 2001, após a realização da Ronda de Doha (Qatar), se incluem nas negociações quatro modalidades para a comercialização dos serviços de ensino,

> El suministro transfronterizo (educación a distancia), el consumo en el extranjero (estudiantes que se desplazan a otros países para hacer sus estudios), la presencia comercial (sucursales o franquicias de instituciones de educación superior extranjeras), y la presencia de personas naturales (profesores o investigadores que trabajan en el exterior). (Yárzabal, 2005:20).

Frente a este processo, no âmbito acadêmico surgiram posições críticas que advertiam os perigos da incorporação no ensino à este regime de acordo, concentrando-se principalmente na equiparação da educação como uma mercadoria a ser submetida pelos fluxos e lógicas competitivas do mercado. Fernández Lamarra (2010:84) explanou-se neste tema e referiu-se a concepção que possui a OMC sobre a educação, segundo a «(…) los estudiantes son consumidores, los profesores son vendedores y el mercado global es el gran ordenador social, lo que es incompatible con los principios de derechos humanos donde la educación es un derecho, por lo que se debe garantizar el acceso universal». Por sua parte Rama (2010) assinala sobre o incremento, a nível local, de instituições externas e uma oferta local de educação transfronteirizada, como consequência da citada diminuição de barreiras a restrição do movimento de capital educativo. Ainda, segundo o autor, o objetivo principal da interrupção destas empresas educativas no cenário internacional, foi o incremento do nível de seus negócios e a maximização de seus lucros, num contexto regido por dinâmicas cada vez mais competitivas. Domínguez Menéndez (2004:7) também nos adverte sobre as consequências perigosas e perniciosas das «empresas trasnacionales de educación» nos âmbitos nacionais e locais, após sinalizar que a «liberalización del comercio internacional, ha facilitado el surgimiento de instituciones de educación superior que no tienen la calidad requerida».

O debate frente a esta temática não foi apenas liderado por acadêmicos e estudiosos que expressaram sua opinião através de seus escritos, mas também por um importante grupo de reitores em Porto Alegre na III Reunião Ibero-americana de Reitores de Universidades Públicas celebrada em 2002, que expressaram seu rechaço e preocupação frente às políticas da OMC tendentes a favorecer a comercialização da educação. Estas compreensões ficaram escritas em um documento final denominado "Carta de Porto Alegre", e cujo conteúdo se reafirma o compromisso assumido pelos governos e a comunidade internacional nas CMES da UNESCO, de considerar a educação superior como um bem público. Em seus parágrafos finais, o documento alerta a comunidade universitária sobre as consequências negativas do GATS e ínsita os Estados a não subscrever nenhum compromisso em matéria da educação no marco deste acordo.

Outro aporte, que colabora neste debate, é o que realiza López Segrera (2007a, 2007b, 2012) na hora de analisar as principais debilidades e perigos da transnacionalização da educação superior. O autor assinala desigualdades que existem entre os países e considera que os verdadeiros beneficiários deste processo são docentes e estudantes «de los países desarrollados y una parte importante de los mejores talentos de los países en desarrollo que emigran al Norte para muchas veces no retornar a sus países de origen» (López Segrera, 2007a:32), desatando uma fuga de cérebros desde os países menos desenvolvidos até os desenvolvidos. Também, o avence das TICs e da Sociedade do Conhecimento, é outra das tendências que o autor identifica com um desenvolvimento desigual a nível mundial,

> Las TIC ofrecen enormes posibilidades para promover la creación y el conocimiento, pero una de las principales preocupaciones es que los info-pobres están despojados de esta posibilidad que sólo tienen los info-ricos: los que poseen computadoras, los que pueden cambiarlos regularmente, los conectados a Internet, los que tienen fax, teléfonos móviles, multimedia, televisión, video (López Segrera, 2007b:26).

Desta maneira, a comercialização e liberalização dos serviços educativos levanta uma relação dialética entre aqueles países beneficiados e aqueles que se veem prejudicados e obrigados à abertura comercial da educação. Pelo qual, longe de velar por uma educação como direito para todos e como bem comum, a regulamentação do GATS e a ação da OMC ampliam cada vez mais as desigualdades entre os países. Para finalizar a análise desta terceira etapa sobre a evolução da internacionalização universitária, pode-se considerar que durante a década de 1990, os organismos internacionais – especialmente o BM e a OMC – orientaram a internacionalização da América Latina e o Caribe sob políticas exógenas à região alienadas até lógicas mercantis.
Em função das reflexões realizadas até aqui, se considera que este período marca uma ruptura com as etapas anteriores, posicionando-se como um contexto altamente favorável para o desenvolvimento e a expansão da internacionalização universitária. Assim como afirma Rama (2006), esta etapa forma parte de uma terceira reforma da educação superior, na qual se coloca à internacionalização como um dos novos desafios para os tempos presentes e futuros.

1.4 Quarta etapa. Primeiros anos do Século XXI até a atualidade.

Com a mudança do século, nos adentramos na ultima etapa – a mais recente – dos processos de evolução da internacionalização. De acordo com Leite e Genro (2012). O início do século XXI vem acompanhado de uma nova *"Epistemología de la Educación Superior"*, sustentada cada vez mais nos caminhos globais e internacionais que as universidades transitam. Neste período, a internacionalização universitária continua seu desenvolvimento de maneira avançada em diversas regiões de todo o mundo e, no que representa América Latina e o Caribe, apresenta-se um processo mais ativo que na etapa anterior, dando conta de uma «nueva fase de proyección y de internacionalización de la Educación Superior en nuestros países» (Didriksson, 2008:15). Este fato pode ser enquadrado em uma conjuntura favorável para a integração destas regiões que encontram eco em instituições como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), a Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) e a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC). A respeito, alguns autores como Domínguez Menéndez (2004), Rojas Mix (2005) e Rinesi (2013), apontam a importância da integração das universidades latino-americanas e caribenhas para enfrentar o novo século e os perigos de um mundo globalizado. Destaca-se assim, a recuperação de um ideário latino-americano, fundado nos valores emancipatórios de Bolivar, Martí, Sucre, San Martín e outras tantas figuras que foram parte de nossa história regional na busca de uma construção com identidade própria.
As ações de internacionalização, tanto tradicionais como inovadoras (Didou Aupetit, 2007), seguem sendo levadas a cabo neste período, com a diferença que estas iniciativas começam de maneira incipiente a priorizar uma concepção de cooperação sul-sul[5], contraposta ao sustento de períodos anteriores nos quais as relações tiveram uma direcionalidade norte-sul ou norte-norte.
Em relação à produção teórica, pode-se considerar que desde o período anterior – década de 1990 – aumenta a bibliografia dedicada ao estudo da internacionalização universitária. Contudo, recém neste período, aparecem escritos sobre a temática desde a região latino-americana e caribenha[6], como assim também sobre a Cooperação Internacional da América Latina com uma visão desde o sul. Ou seja, os investigadores e acadêmicos em geral, começam a centrar sua atenção no levantamento de dados e investigações em profundidade sobre suas próprias experiências, emolduradas em sua realidade mais próxima.

---

5 As relações de cooperação sul-sul priorizam o vínculo com aqueles países que se encontram próximos geograficamente (como os que compartem vínculos históricos e uma mesma concepção sobre o desenvolvimento regional), assim como também aqueles que não sendo próximos geograficamente, se encontram unidos pelo lugar que historicamente ocuparam no sistema internacional (Oregioni e Abba, 2012).

6 Alguns autores provem do México (Gacel Ávila, Ávila, 2000), Colombia (Jaramillo, 2003), Cuba (Domínguez Menéndez, 2003; López Segrera 2007a, 2007b, 2012), Venezuela (García Guadilla, 2005, 2010), Chile (Brunner, 2005), Brasil (Morosini 2011; Leite e Genro, 2012) e Argentina (Beneitone, 2008; Pini, 2008; Theiler, 2005; Siufi, 2009; Fernández Lamarra, 2010). Cabe destacar que a maioria destes autores provem do âmbito da gestão das universidades, como assim também sua procedência tem ancoragem na investigação e na docência.

Também é necessário destacar que, neste período, a internacionalização há superado o âmbito universitário para inserir-se nas políticas educativas, com o qual os projetos de internacionalização já não se promovem isoladamente, mas passam a ter um acompanhamento formal por parte de autoridades governamentais que anunciam programas de seu interesse (Sebastián, 2004; Didou Aupetit, 2007).

2. O debate entre dois modelos de internacionalização universitária e cooperação internacional

Através de uma análise de várias posturas teóricas sobre a Internacionalização da Educação Superior, constatou-se a existência de diversas clasificações propostas por autores que confluem na existência de dois modelos[7] de internacionalização e cooperação internacional universitária. Na continuação, far-se-á uma passagem pelas principais classificações e finalmente se agruparão as mesmas **(Quadro N°1)** para poder compará-las e estabelecer semelhanças e diferenças.

O primeiro aporte teórico que se pode apontar é o realizado por Knight (2005), no qual descreve e classifica a cooperação internacional em *vertical* e *horizontal*. A "cooperação vertical" apoia-se em relações com uma hierarquização de doador-receptor, mediante a uma ajuda ou assistência do primeiro para com o segundo, enquanto que a "cooperação horizontal" desenvolve um beneficio para ambas as partes, sobre a base de uma relação de sócio.

Por sua parte, a brasileira Morosini (2011) destaca a existência de dois tipos de internacionalização, a saber, um modelo *central* e um *modelo periférico*. O primeiro deles incorpora a dimensão internacional, global e intercultural aos objetivos e funções universitárias, enquanto que o modelo periférico se encontram atividades internacionais em alguns setores das universidades. Da mesma maneira, Didriksson (2006, 2008) explora os modelos de internacionalização e os caracteriza por aqueles de cooperação internacional *tradicional* e *horizontal*. O primeiro modelo assenta-se em relações de competitividade entre as universidades por captar maiores projetos e alunos, denominados pelo autor como "consumidores". Também, se outorga maior ênfase aos contatos internacionais mediante atividades como a investigação e a pós-graduação. Sobre a base de domínio do mercado, este modelo é funcional ao desenvolvimento do norte e ao subdesenvolvimento do sul. Enquanto ao segundo modelo proposto pelo autor, denominado "cooperação horizontal", o mesmo baseia-se no fomento da cooperação solidária e o trabalho comunitário de redes e espaços comuns, sem perder a identidade de cada uma das instituições. Desta maneira, o modelo horizontal, se apresenta como um espaço alternativo às lógicas hegemônicas, caracterizado pela transferência do valor social do conhecimento, a prioridade dos projetos conjuntos, a coparticipação dos recursos e a orientação social e solidária da educação. Seguindo com esta linha de análise, Didriksson (2006) aponta que o impacto do modelo social de produção hegemônico tem favorecido a proliferação de redes, novos processos de integração regional e novas estruturas de cooperação – entre as quais se destaca a cooperação horizontal – que surgem principalmente para um contexto paralelo ao já existente, sobre a base da cooperação compartilhada.

Da mesma maneira, López Segrera (2007a) em seu trabalho propõe debater o dilema entre uma *internacionalização lucrativa*, com uma tendência até a transnacionalização mercantilista, e uma *internacionalização solidária*, com base nos preceitos da educação superior como um bem público. Esta visão é compartilhada por Domínguez Menéndez (2004), que considera que a "internacionalização desde a solidariedade" surge em resposta ao processo de globalização e encontra acento nos em processos de equidade sobre uma relação de pares, contemplando as particularidades e alentando os pontos em comum.

Já, Correia Lima e Maranhão (2009), propõem uma discussão de caráter conceitual entre uma *internacionalização ativa* e *passiva*. As autoras identificam que a primeira categoria se encontra majoritariamente presente nos "países centrais", como por exemplo, Estado Unidos, Reino Unido, Alemanha, França, Austrália e Canadá, devido a que estas nações implementam políticas de atração e recebimento de acadêmicos, como assim também

7 Estes modelos são considerados como tipos ideais, de acordo com a concepção weberiana, e por tal motivo se apresentam desde a teoria como categorias "puras". Neste sentido, na prática podem-se encontrar experiências com um mistura destas categorias.

oferecem serviços educacionais mais além das fronteiras geográficas do país, o qual envolve uma mobilidade de especialistas em determinadas áreas de interesse; a exportação de programas e a instalação de instituições no exterior.

A internacionalização passiva é característica, principalmente do que as autoras denominam "países periféricos ou semiperiféricos", nos quais a situação a respeito à vinculação internacional universitária é diferente da que se manifestou nos "países centrais". Neste sentido, Correia Lima e Maranhão (2009) consideram que nos países periféricos ou semiperiféricos não se encontra definida uma política de envio de acadêmicos ao estrangeiro, agravado pela reduzida capacidade que possuem estes países para oferecer condições atrativas de trabalho uma vez finalizada a estadia. Ainda resaltam as dificuldades em oferecer serviços educacionais no exterior, quando, segundo as autoras, estes países nem sequer respondem de maneira qualitativa e quantitativa a demanda interna.

De acordo com esta classificação, a internacionalização ativa gera as condições favoráveis para a emergência de uma internacionalização hegemônica já que acontece em poucos países do mundo, no marco de uma crescente globalização hegemônica conforme Santos (2002), Teodoro (2003) e Dale (2004). Segundo Correia Lima e Maranhão (2009) esta situação exerce uma influência sobre a organização do sistema mundial de educação superior, no qual os países periféricos ou semiperiféricos respondem consequentemente mais à interesses comerciais que culturais.

Outro escrito que se pode mencionar, é o de Taborga *et al*. (2013) no qual se destaca a existência de dois tipos de orientações da internacionalização universitária, que condicionam seu maior ou menor desenvolvimento em determinadas regiões do mundo. Por um lado, se encontram as *orientações exógenas*, vinculadas à concepção da internacionalização sob a lógica de mercado e orientadas pelas agendas que fixam os organismos internacionais; enquanto que por outro lado se desenvolvem *orientações endógenas*, seguidas por políticas nacionais e regionais que propõem uma visão autônoma e estratégica da internacionalização. De acordo com esta última classificação,

> …por más que las perspectivas teóricas de diferentes latitudes hayan intentado brindar conceptos neutrales y descontextualizados de la internacionalización, lo cierto es que, en un mundo globalizado, interdependiente, crecientemente centrado en la producción de conocimientos y la formación de recursos humanos de alto nivel, las desigualdades en términos de los niveles de desarrollo y concentración de capacidades se reflejan en los procesos de internacionalización de las universidades; sobre todo si los mismos se dejan a la deriva de los intereses exógenos, sin una activa definición de los objetivos de la internacionalización a nivel de las instituciones universitarias y en las esferas gubernamentales pertinentes. (Taborga *et al.*, 2013:14).

Contrariamente as ideias de Correia Lima e Maranhão (2009), o trabalho de Taborga *et al*. (2013) apresenta uma perspectiva da internacionalização que longe de ser passiva, se manifesta com uma postura de resistência naqueles países que foram e que são atualmente colonizados por um pensamento hegemônico. Em consonância com estas afirmações, o argumento expõe a necessidade de gerar uma própria visão da internacionalização, que contemple as características e a idiossincrasia das universidades localizadas nestes países, motivo pelo qual a comparação com os graus de desenvolvimento da internacionalização de universidade europeias ou estadunidenses não serviria para uma análise crítica e endogâmica da realidade da internacionalização universitária, por exemplo na América Latina e no Caribe.

Quadro N° 1: Modelos de Internacionalização da Educação Superior e Cooperação Internacional

Knight (2005)	Cooperação Internacional vertical	Cooperação Internacional horizontal
Morosinni (2011)	Modelo de internacionalização periférico	Modelo de internacionalização central
Didriksson (2006, 2008)	Cooperação Internacional Tradicional	Cooperação Internacional horizontal
López Segrera (2007)	Internacionalização lucrativa	Internacionalização solidaria
Correia Lima e Maranhão (2009)	Internacionalização Ativa	Internacionalização passiva
Taborga *et al.* (2013)	Orientações de internacionalização exógenas	Orientações de internacionalização endógenas

Fonte: elaborado pela autora em base aos aportes teóricos de autores citados

Em função das classificações mencionadas e da contextualização realizada no começo deste trabalho, optou-se como referência de análise, e se aprofundará com alguns exemplos na seguinte secção, o tensionamento proposto entre uma internacionalização de caráter exógena e outra endógena. Esta escolha foi feita, já que se considera que é uma classificação que representa e inclui aspectos principalmente históricos, culturais e educacionais do processo de internacionalização e cooperação internacional de universidades no Sul do planeta, a mais de duas décadas.

Quando se procura a palavra endógeno e exógeno, no dicionário da Real Academia Espanhola (RAE) e no dicionário da língua Portuguêsa Aulete, no primeiro caso define-se «que se origina o nace en el interior, como la célula que se forma dentro de otra», enquanto que no segundo se refere a siguinte frase: «Que cresce para fora ou exteriormente». Olhando para as duas definições pode-se perceber uma dicotomia entre o interno e o externo, que além da indicação de uma posição de "dentro" ou "fora" nos leva a pensar em um trabalho coletivo e no funcionamento das células que precisam de uma interação intracelular para viver. Esta metáfora, tomada da biologia, reflete sobre o trabalho coletivo entre os pares mais próximos que, sem negar a importância das contribuições externas, faz um chamado para a recuperação de uma análise da educação que leve em conta a nossa identidade, abandonada muitas vezes para a interpretação de uma ciência estrangeira (Rojas Mix, 2005). Neste sentido, a "internacionalização endógena" se nutre de uma demanda acadêmica em favor da realização de estudos endógenos (Mora-Osejo y Fals Borda, 2004) que trabalhem problemáticas autóctones do Conesul através do conhecimento contextualizado por nossas realidades únicas e complexas. Assim, ao contrário da visão de construir definições neutrais e objetivas para implementar em realidades universais, surge a necessidade de realizar conceitualizações com um olhar a partir do Sul (Santos, 2009), a fim de criar um terreno fértil para o surgimento de um novo paradigma em outras latitudes. Essa discussão recupera um debate epistemológico sobre a superação de visões estrangeiras e o enriquecimento de um saber endógeno sobre os contextos da América Latina e do Caribe. De acordo com Mora-Osejo e Fals Borda (2004), é incompreensível que o quadro científico utilizado nos trabalhos de pesquisa não tenha uma raiz no ambiente em que se deseja aplicar e que, pelo contrario, utilizem-se ferramentas teórico-práticas disfuncionais para as características de nossas realidades. Portanto é necessário construir um olhar endógeno que, como foi mencionado acima, não significa isolarse da produção de conhecimento externo (Rojas Mix, 2005,) senao que, em contraste, expressa a necessidade de uma acumulação de conhecimento proporcional ao crescimento e progresso das regiões para que logo seja contrastado e complementado com outras produções. Em suma, de acordo com Mora-Osejo e Fals Borda (2004: 715) «Os paradigmas fechados de outras partes conduzen frequentemente à castração intelectual no nosso meio e ao colonialismo intelectual».

A continuação apresenta-se um quadro comparativo (Quadro Nº 2) da internacionalização endógena e exógena na América Latina e Caribe (ALC) para compreender as principais características de cada uma delas, bem como as suas diferenças.

Quadro N° 2: Principais características da Internacionalização endógena e exógena na América Latina e Caribe

Categorias	Internacionalização exógena	Internacionalização endógena
Período	Característica nos países da ALC durante a década dos anos noventa.	Características nos países da ALC durante a primeira década do século XXI.
Localização e direcionalidade da cooperação internacional	Cooperação afastada da región da ALC, com uma direccionalidade principalmente norte-sur.	Cooperação mais próxima à realidade dos países da ALC, com uma direccionalidade principalmente sul-sul.
Valores fundamentais	Competitividade, mercantilização, desnacionalização e transnacionalização da educação superior.	Solidariedade, cooperação, reciprocidade e complementaridade das acções no contexto do ensino superior.
Lógica da cooperação	Doador-beneficiário.	Colaboração mútua.
Perspectivas de análise	Responde a uma visão tradicional de vinculação internacional universitária.	Procura uma perspectiva crítica do processo de internacionalização da universidade.
Características do material teórico	Utilização de conceitos, categorias e teorias relacionadas a contextos que não são de ALC.	Procurar e elaboração de conceitos, categorias e teorias próprias.
Documentos de organismos internacionais / declarações de conferências	Contemplada em documentos de organismos internacionais como o BM e a OMC. Exemplos: "Higher Education. The lessons of Experience" (Banco Mundial, 1994) y "Serviços Educativos" (Secretaría da OMC, 1998)	Contemplada na Declaração Final da Conferência Regional de Educação Superior (CRES) em ALC (Cartagena de Indias, 2008) e na Declaração de Foz d Iguaçu "Pertinência e equidade no ensino superior na América Latina e Caribe" (FLAES, Foz do Iguaçu, 2014).

Fonte: elaborado pela autora

No quadro N° 2 se apresenta uma internacionalização predominantemente caracteristica na América Latina e no Caribe durante os anos noventa, envolvida em práticas tradicionais e assistencialistas que foram guiadas pela lógica puramente mercantil, e por outro lado, encontramos uma internacionalização que começou a sepercebida a partir da primeira década do século XXI, junto com o progresso dos processos de integração regional acontecidos na ALC, também fundada nos valores da reciprocidade, a horizontalidade, a complementaridade e a solidariedade. Ou seja, este contexto, oferece a possibilidade de ingressar na universidade uma concepção de vinculação internacional que começa a questionar e combater o desenvolvimento de uma internacionalização exógena, baseada em valores puramente comerciais, para transitar um caminho diferente com base na busca coletiva de soluções aos problemas que a região enfrenta, neste caso, no ensino superior.

3. Experiências de internacionalização endógena

Com base na análise no subtítulo anterior, em seguida, algumas das experiências de internacionalização universitária e cooperação internacional que estão na região da ALC, identificados com ações predominantemente características da internacionalização endógena **(Quadro N° 2).** Nesta trilha, foram identificados projetos universitários e programas relacionados a organismos públicos, que embora pertençam ao Brasil, Cuba e Argentina, o foco da sua ação está comprometido na integração regional e cooperação Sul-Sul.
As primeiras experiências que podem ser mencionados estão no Brasil, mais especificamente nos estados do Paraná (na fronteira tríplice fronteira) e Ceará (região Nordeste do Brasil). Essas instituições são a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). A primeira está localizada na cidade de Redenção e foi criada em 2010 pelo Poder Executivo da nação brasileira. Seus principais objetivos são,

> (...) ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional. (website oficial da UNILAB). [8]

Neste sentido também se destaca que,

> (...) vocacionada (...) para a cooperação internacional e compromissada com a interculturalidade, a cidadania e a democracia nas sociedades, a Unilab fundamenta suas ações no intercâmbio acadêmico e solidário com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. (website oficial da UNILAB).

A segunda instituição é a UNILA, localizada em Foz do Iguaçu, foi criada em 2010 pelo governo brasileiro de Ignacio Lula da Silva, a fim de contribuir para a promoção da integração latino-americana. Atualmente, a UNILA tem um 50% de professores e estudantes nativos do Brasil, enquanto os outros 50% vêm de outros países da América Latina (Duarte Bezerra, 2013). De acordo com seu website a «UNILA é uma universidade voltada para a América Latina e orientada pelo principio da cooperação solidária. Esta vocação internacional está presente em todas as deliberações e propostas adotadas desde a fase prévia à sua aprovação pelo Congresso brasileiro». Também a UNILA é considerado o primeiro projeto de educação superior brasileira voltado «para e pela América Latina», onde a «valorização da cultura latino-americana e a quebra do modelo tradicional de educação superior baseado em matrizes europeias são conceitos característicos do processo de implantação dessa instituição». (Martins, 2011:83).
Outra instituição que também faz parte deste círculo de experiências endógenas de internacionalização é a Escola Latino-Americana de Medicina (ELAM), localizada na cidade de Havana, Cuba. A mesma foi criada em 1999 com o objetivo de formar gratuitamente médicos de várias regiõe, especialmente na América Latina. Ou seja, que a missão da ELAM é a de

> (...) formar Médicos Generales Básicos, orientados hacia la atención primaria de salud como escenario fundamental de su atención profesional, con una elevada preparación científica, humanista, ética y solidaria; capaces de actuar en su entorno de acuerdo con las necesidades de la región para el desarrollo humano sostenible" (website oficial da ELAM) [9]

8Informações extraídas do site oficial da UNILAB: http://www.unilab.edu.br/ (Consultado em Agosto de 2013).

9 Informações extraídas do site oficial da ELAM: http://instituciones.sld.cu/elam (Consultado em Agosto de 2013).

Por isso destaca-se que a ELAM «forma parte de la tradición solidaria del pueblo cubano con otros pueblos del mundo» (site oficial da ELAM), guiada pela definição de José Martí pela qual "*Patria es Humanidad*"[10].
No caso da Argentina, alguns exemplos que fazem parte desta tendência crescente, são dois programas da Secretaria de Políticas Universitárias (SPU), vinculados à internacionalização universitária: o Programa de Promoção da Universidade Argentina (PPUA), criado em 2006, e o Programa de Internacionalização da Educação Superior e Cooperação Internacional (PIESCI), criado em 2003. As principais funções destas iniciativas são a promoção, coordenação e financiamento estratégico da internacionalização das universidades argentinas, cuja prioridade é fortalecer o processo de integração do sistema universitário argentino com os pares das regiões da América Latina e do Caribe.
Enquanto ao PPUA, o mesmo possui várias linhas de trabalho ligadas à «formación de redes y alianzas estratégicas, y la elaboración de programas de promoción, extensión y vinculación tecnológica con el propósito de abordar la internacionalización bajo los criterios de integración y solidaridad regional, así como de desarrollo local» (Revista: "La universidad en la región. Una década ganada para la universidad pública", 2013). A respeito, Damoni declarado e Flores (2013), afirmam que América Latina é a prioridade transversal deste programa junto com o aprofundamento do eixo sul-sul que, segundo os autores, faz parte das novidades mais auspiciosas da época: «Las políticas de vinculación que nuestro país ha desarrollado en los últimos años con países de Asia, África y Medio Oriente trascienden la esfera comercial y diplomática generando oportunidades de cooperación para el campo educativo en sus múltiples disciplinas (…)» (Damoni e Flores, 2013:106).
O segundo programa no âmbito da SPU é o Programa de Internacionalização da Educação Superior e Cooperação Internacional (PIESCI). O mesmo tem como objetivo a internacionalização da educação superior no eixo da integração na região da América do Sul; a acreditação regional e o reconhecimento de títulos – vinculados à acreditação; mobilidade e a parceria acadêmica em nível de pós-graduação. Com base nestes objectivos, a PIESCI define como principais parceiros de cooperação universitária internacional – no ambito bilateral – o Brasil e os outros países da América Latina e – no ambito multilateral – ao MERCOSUL e UNASUL (Larrea y Astur, 2011).
De acordo com Correia Lima e Maranhão (2009), fundamentadas em Santos (2002), essas experiências podem ser consideradas contra-hegemônicas e também é possível adicionar outras iniciativas comprometidas com a inclusão social e integração regional. Tal é o caso do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM-USP/Brasil), o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), a Associação de Universidades do Grupo Montevidéu (AUGM), a Associação de Universidades da América Latina e Caribe para Integração, entre outros.

Considerações finais

A internacionalização da educação superior enquadrada na cooperação internacional, é um fenômeno que, desde alguns anos, se encontra em crescimento constante, assim como atualmete é um campo no qual organizações públicas e privadas de várias nacionalidades estão focando seu interesse. As universidades tabém começaram a considerar a possibilidade de introduzir a internacionalização como a quarta missão da universidade, juntamente com o ensino, a pesquisa e a extensão. Portanto, frente a esse avanço eminente, surge a necessidade de identificar e fornecer uma discussão entre diferentes modelos teóricos que caracerizam a internacionalização universitária, agrupados através deste trabalho em duas pespectivas: uma exógena e outra endógena.
Sobre o primeiro é importante destacar o papel fundamental das instituições financeiras internacionais como o BM e a OMC, que defenderam a mercantilização da educação com uma abordagem exógena para nossas regiões, atentos aos interesses das grandes potências em detrimento dos menos desenvolvidos. Em contraste com isso, foi identificado que no início do século XXI se apresentaram oportunidades para o desenvolvimento de uma perspectiva crítica sobre a internacionalização, compreendendo endogenamente as realidades da

10 Frase escrita por José Martí o 25 de enero de 1895, no jornal "Patria".

América Latina e do Caribe.
Conciderando as reflexões anteriormente desenvolvidas, esta análise é apresentada como um disparador que convida a problematizar a classificação dos interesses endógenos e exógenos da internacionalização universitária que caracterizaram os últimos períodos de nossa história. Com isso, começa um caminho que decidimos percorrer sobre a procura de definições e classificações que se inserem e contemplam as particularidades da região objeto de estudo. Assim, voltando às considerações de Santos (2009) e Mora-Osejo e Fals Borda (2004), surge a necessidade de realizar conceitualizações próprias por parte dos pesquisadores do Sul, que permitam interpretar os fenômenos educacionais de nossas regiões e sementar o terreno para o surgimento de um novo paradigma em outras latitudes.
Por outro lado, as Experiências identificadas com características de internacionalização endógena são alguns dos exemplos que colaboram na concepção e compreensão de uma identidade latino-americana, guiadas por valores como a solidariedade, a reciprocidade, a horizontalidade e a complementaridade. Mas sobre tudo, estas iniciativas são apresentadas como ações contra-hegemônicas frente ao fenômeno da globalização que afeta atualmente nossos sistemas educacionais.

Referências bibliográficas

Beneitone, P. (2008). *Internacionalización de la Educación Superior y experiencia en torno a la convergencia*. México. Universidad de Guadalajara.

Brovetto, J. (2005). Cambios del milenio: asechanzas y desafíos de la Educación Superior. Formar para lo desconocido. In Pugliese, J. C. (Ed.) *Educación Superior: bien público o bien de mercado*. Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología, Secretaría de Políticas Universitarias, Buenos Aires.

Brunner, J. (2005). Internacionalización transnacional de la educación superior. Disponível em: http://mt.educarchile.cl/mt/jjbrunner/archives/JJB_internacES.pdf (Consultado em 18-10-2013).

Correia Lima, M y Maranhão, C. M. S. (2009), "O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva". *Avaliacao*, Campinas, 14 (3), pp. 583-690.

Dale, R. (2004) Globalização e educação: demonstrando a existência de uma 'cultura educacional mundial comum' ou localizando uma 'agenda globalmente estruturada para a Educação. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460.

Damoni, E. y Flores, E. (2013). Mucho más que la promoción de la universidad argentina. In Rinesi, E. (Coord.). (2013). *Ahora es cuando. Internacionalización e integración regional universitaria en América Latina*. Colección Educación. Buenos Aires. Universidad Nacional de General Sarmiento.

De Wit, H. (2010). Internationalisation of Higher Education in Europe and its assessment, trends and issues. Nederlands - Vlaamse Accreditatieorganisatie.

Didou Aupetit, S. (2007). La internacionalización de la educación superior en América Latina: oportunidades y desafíos. Conferência ditada no salão Argentina da Ciudade Universitária, Córdoba.

Didriksson, A. (2006). Universidad, sociedad del conocimiento y sociedad. Em: Vessuri, H. (Ed.). *Conocimiento y necesidades de las sociedades latinoamericanas. Altos de Pipe*. Caracas. Ediciones IVIC.

Didriksson, A. (2008). Contexto global y regional de la educación superior en América Latina y el Caribe. Em IESALC (2008). *Tendencias de la Educación Superior en América Latina y el Caribe*. Caracas. IESALC-UNESCO.

Domínguez Menéndez, J. (2004). La Educación Superior en América Latina frente a la globalización: internacionalización o transnacionalización. *Revista Cubana de Educación Superior*, Vol. 24, Nº 1 (Cuba), pp. 77-87.

Donini, A. M. (2010). Internacionalización e integración de los sistemas de educación superior en el MERCOSUR educativo. *Revista de la Asociación de Sociología de la Educación*, Vol. 4, N° 1, pp. 59-72.

Duarte Bezerra, A. F. (2013). Internacionalização da Educação Superior no MERCOSUL: novas tendências nas universidades públicas de Brasil e Argentina. XIII COLOQUIO Internacional de Gestión Universitaria en América del Sur, "Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad", 27, 28 y 29 de Noviembre de 2013, UTN.BA - Buenos Aires, Argentina.

Fernández Lamarra, N. (2010). Hacia una nueva agenda de la educación superior en América Latina. México, publicación de la Asociación Nacional de Universidades e Instituciones de Educación Superior (ANUIES).

Gacel Ávila, J. (2000). La Internacionalización de las universidades mexicanas. Políticas y estrategias institucionales. México. ANUIES.

García Guadilla, C. (2005). Complejidades de la globalización e internacionalización de la educación superior. Interrogantes para América Latina. *Cuadernos del CENDES*, año 22. N° 58, Tercera Época.

García Guadilla, C. (2010). Heterogeneidad y concentración en las dinámicas geopolíticas del conocimiento académico. Reflexiones y preguntas para el caso de América Latina y el Caribe. Em Mollis, M. (2010). *Políticas de posgrado y conocimiento público en América Latina y el Caribe: desafíos y perspectivas*. Buenos Aires, CLACSO – IGG.

Imen P. (2005). *La Escuela Pública Sitiada. Crítica de la transformación educativa*. Buenos Aires, Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini.

Jaramillo, C. (2003). *La Internacionalización de la Educación Superior y su dinámica en Colombia*. Departamento de Desarrollo Humano. Oficina de la región Latinoamericana y Caribeña. Colombia, Banco Mundial.

Knight, J. (2005). Un modelo de internacionalización: respuestas a nuevas realidades y retos. Em: De Wit, *et al*. (2005). *Educación Superior en América Latina. La dimensión internacional*. Bogotá. Banco Mundial. Mayol Ediciones.

Larrea, M. y Astur, A. (2011). *Políticas de internacionalización de la educación superior y cooperación internacional universitaria*. Disponível em http://portales.educacion.gov.ar/spu/files/2011/12/Art%C3%ADculoPol%C3%ADticas-de-internacionalizaci%C3%B3n-de-la-ES.pdf (Consulatdo em 17-10-2013).

Leite, D. y Genro, M. E. H. (2012). Quo vadis? Avaliação e Internacionalização da Educação Superior na América Latina. *Revista Avaliação*. Campinas, vol. 17, n. 3. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772012000300009&s cript=sci_arttext (Consultado em 14-04-2013).

López Segrera F. y Grimaldo. H. (2012). *La internacionalización de la educación superior a nivel mundial y regional*. Bogotá, Editorial Planeta.

López Segrera, F. (2007a). La educación superior: reforma y prospectiva. ¿Internacionalización o transnacionalización? Em: *Transformación Mundial de la Educación Superior.* México, Universidad Iberoamericana de Puebla.

López Segrera, F. (2007b). Notas para un estudio comparado de la educación superior a nivel mundial. Em López Segrera, F. (2007). *Escenarios mundiales de la educación superior. Análisis global y estudios de casos*. Buenos Aires. CLACSO.

Martins, D. V. (2011). A história da educação superior na América Latina e o desafio integracionista da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA). Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

Molina, M. M. (2008). Introducción al Estudio de la Universidad en Latinoamérica. Revista latinoamericana de estudios educativos, Manizales, v. 4, n. 1, pp. 129-142. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=134115209009 (Consultado em 17-10-2013).

Mora-Osejo L. y Fals Borda, O. (2004). A superação do eurocentrismo. Enriquecimiento do saber sistémico e endógeno sobre o nosso contexto tropical. Em: Sousa Santos (org.) *Conhecimento prudente para uma vida decente: 'um discurso sobre as ciências' revisitado*. Sao Paulo. Cortez Editora.

Morosini M. C. (2011). Internacionalização na produção de conhecimento em IES Brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. *Educação em Revista*. v. 27 n. 1, pp. 93-112, Belo Horizonte. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010246982011000100005&script=sci_arttext (Consultado em 13-04-2013).

Oregioni, M. y Abba, J. (2012). Política de cooperación hacia América Latina en el marco de la cooperación Sur-Sur. El caso del FO-AR (2003-2010). Em: Araya, J. M. y Piñero, F. (comp.). (2012). *Ciencia y tecnología en la Argentina contemporánea. Dimensiones para su análisis*. Tandil, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires.

Perrotta, D. (2011). Integración, Estado y mercado en la política regional de la educación del MERCOSUR. *Revista Puente@ Europa*, Año IX, n. 2. pp. 44-57.

Pini, M. (2008). *Evolución de la cooperación internacional universitaria en la Argentina en el período 1990-2004*. Tesis de Magister de la Universidad Nacional de San Martín. Inédita.

Rama, C. (2006). *La Tercera Reforma de la Educación Superior en América Latina y el Caribe.* Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.

Rama, C. (2010). La tendencia de la internacionalización de la Educación Superior. Em: Fernández Lamarra, N. (Comp.) (2010). *Universidad, sociedad e innovación. Una perspectiva internacional*. Caseros. EDUNTREF.

Rinesi, E. (Coord.) (2013). *Ahora es cuando. Internacionalización e integración regional universitaria en América Latina*. Buenos Aires. Colección Educación. Universidad Nacional de General Sarmiento.

Rojas Mix, M. (2005). Siete preguntas sobre la Universidad Latinoamericana del siglo XXI. Em Pugliese, J. C. (Ed.) *Educación Superior: bien público o bien de mercado*. Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología, Secretaría de Políticas Universitarias, Buenos Aires.

Romero Zetuche R. de G. y Torres C. M. (2009) Internacionalización y educación ¿Semántica o política? *Reencuentro,* n. 54, pp. 27-36, México, Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Xochimilco. Disponível em: http://www.redalyc.org/ articulo.oa?id=34012025004 (Consultado em 13-04-2013).

Santos, B. S. (2002). Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura Sousa (Org.). Globalização: fatalidade ou utopia? 2. ed. Porto, Afrontamento.

Santos, B. S. (2009). *Epistemologías del Sur*. México, Siglo XXI Editores.

Sebastián, J. (2004). *Cooperación e Internacionalización de la Universidades*. Buenos Aires, Biblos.

Silva, M. A. (2002). Política educacional do Banco Mundial entre 1970 e 1996. In: *Intervenção e Consentimento: a política educacional do Banco Mundial*. São Paulo, Autores Associados, Fapesp.

Siufi, G. (2009). *Cooperación Internacional e Internacionalización de la Educación Superior*. Venezuela, UNESCO-IESALC. Disponível em: http://ess.iesalc.unesco.org.ve/index.php/ess/article/viewArticle/55 (Consultado em 14-04-2013).

Taborga, A. M. et al. (2013). La Internacionalización de la Universidad en Argentina a principios del siglo XXI: desde una "orientación exógena" hacia una "orientación endógena. In: Martínez, M. E., Piñero, F. J. y Delgado, S. A (2013) "El papel de la Universidad en el Desarrollo". Universidad Autónoma de Puebla, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO).

Teodoro, A. (2003). Globalização e educação: políticas educacionais e novos modos de governação. São Paulo: Cortez.

The World Bank (1994). Higher Education. The lessons of Experience. Washington, D. C. The World Bank.

Theiler, J. (2005). Internacionalización de la educación Superior en Argentina. In: De Wit et al. (Eds.) (2005). Educación Superior en América Latina. La dimensión internacional. Bogotá. Banco Mundial. Mayol Ediciones.

Tunnermann Bernheim C. (1996). La educación superior en el umbral del siglo XXI. Venezuela, Ediciones GRESAL/UNESCO.

UNESCO-CEPAL (1992). Educación y conocimiento: eje de la trasformación productiva con equidad. Oficina Regional de Educación de la UNESCO para América Latina y el Caribe. Santiago de Chile.

Yarzábal, L. (2005). Internacionalización de la Educación Superior: de la cooperación académica al comercio de servicios. In Pugliese, J. C. (Ed.) *Educación Superior: bien público o bien de mercado*. Ministerio de Educación, Ciencia y Tecnología, Secretaría de Políticas Universitarias, Buenos Aires.

As estratégias das universidades estaduais baianas para a cooperação internacional no contexto Sul-Sul

Patricia Lessa Santos Costa
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
plessacosta@uneb.br

Carla Liane Nascimento dos Santos
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
clnsantos@uneb.br

RESUMO: Este estudo aborda a temática da cooperação Sul-Sul a partir das instituições de ensino superior. Foca as estratégicas empreendidas pelas universidades estaduais baianas visando adensar sua inserção internacional pela via da cooperação. Esse processo tem como pano de fundo as políticas do Estado Nacional a partir do governo Lula, bem como os novos horizontes possibilitados pelo MERCOSUL. Foram considerados na pesquisa os atores que participaram do processo naquelas instituições, ou seja, professores-pesquisadores que participaram de convênios, estudantes que fizeram intercâmbio e gestores das assessorias de relações internacionais. Buscou-se desvelar os resultados alcançados por esta ação de gestão universitária. Também foram consideradas as fontes documentais que dão conta do processo. Infere-se que a política de cooperação tem contribuído positivamente para o incremento da formação dos discentes e docentes, para o desenvolvimento cientifico e tecnológico, bem como para o desenvolvimento institucional nas instituições parceiras no contexto Sul-Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Internacionalização do ensino superior, Universidades Estaduais da Bahia, Gestão Universitária.

Introdução

Na sociedade contemporânea as iniciativas dos países em promover o desenvolvimento pela via da cooperação internacional tem sido um fator determinante e capaz de proporcionar ganhos políticos, econômicos, culturais, tecnológicos e sociais. Neste artigo enfoca-se como esta dinâmica ocorre nas universidades, instituições que são centros por excelência de produção e difusão do conhecimento e que têm, cada dia mais, necessitado fortalecer a internacionalização de suas ações como estratégia de elevação da qualidade dos programas acadêmicos.

O estudo teve como foco a ação de internacionalização das universidades estaduais da Bahia. Até que ponto estas instituições, historicamente criadas para a formação de professores para atuar no ensino médio, tem conseguido implementar uma política de cooperação internacional? Não se tem estudos sobre tal realidade no que tange à busca pela integração e trocas em espaços nacionais e transnacionais com vistas à promoção do conhecimento.

Esta pesquisa, por sua vez, apresenta os resultados das primeiras explorações de campo nas quatro universidades estaduais com ênfase na análise de documentos e depoimentos dos atores envolvidos no processo, notadamente as assessorias de relações internacionais.

A instituição universitária e as relações internacionais

Em linhas gerais, destacam-se quatro momentos da história das universidades. O primeiro, medieval, do final do século XII, que perdura até o século XV, quando o Renascimento marca decisivamente a transição entre a

mentalidade medieval e a moderna; o segundo, a partir do século XV, quando a universidade sofre influência do Humanismo; o terceiro, momento, a partir do século XVII, com as descobertas científicas e o Iluminismo do século XVIII; e, finalmente, o quarto, a partir do século XIX até hoje, com a nova relação estabelecida entre a universidade e o estado (TRINDADE, 2000; OLIVEIRA, 2007).

As universidades têm em sua gênese o caráter citadino, pois se se caracterizavam como centros urbanos de saber (ao contrário do conhecimento antes produzido nos monastérios), onde se configurava o comércio crescente, a organização do trabalho na forma de corporações de oficio. Quando os homens passam a viver em cidades – e não em feudos, onde havia um contrato social de convivência entre os indivíduos pautado em interesse pessoal – as relações sociais se complexificam, levando-os a adotar novos comportamentos e a criar leis para a vida em comum. Para lembrar Le Goff, a vida urbana é mais do que a soma de indivíduos, é "a consciência de grupo que se afirma da ação e na oposição" (LE GOFF, 1984, p. 81).

Assim, ressalta-se que as trocas científicas, a circulação de professores e estudantes ocorre já nas universidades do período medieval, se intensificando ao longo do tempo como uma característica de sua gênese e não um fenômeno da contemporaneidade. Intercâmbios transnacionais estão na sua origem e avançam à medida que são formados os estados nacionais, já que a educação superior tornou-se parte integrante dos projetos políticos e de desenvolvimento de cada país. Na América espanhola as mais antigas universidades, criadas entre os séculos XVI e XVII, contavam com a presença de professores europeus.

O saber cientifico, produzido nas universidades situadas em cidades, tinha grande crédito na sociedade. Um exemplo disso era o fato de esse conhecimento garantir aos mestres certa autonomia de atuação, não só científica, mas política e cultural, já que poderiam questionar as autoridades (políticas e religiosas) e influenciar a comunidade. Para Verger (2001), isso permitiu não só o desenvolvimento do pensamento, mas também dos estados modernos. A preocupação dos homens nas universidades não era com a formação do clero, como dantes, mas com a formação do individuo capaz de aprender e ensinar; o saber era considerado não mais como um dom de poucos, mas de qualquer intelecto. Assim, a grande inovação da universidade é fazer com que o conhecimento, o ensino e o saber adquiram uma nova dimensão. Não se trata mais de justificar a existência divina, mas das coisas terrenas por meio da razão (não da religião). A universidade foi o espaço do saber criado para entender as grandes questões humanas que se apresentavam, e ainda hoje o faz. Ela também delineou as identidades sociais e científicas e continua aconselhando sobre o futuro. De acordo com Buarque (1994):

> A origem da universidade estava na transição da humanidade de uma etapa para outra: da vida rural para a vida urbana, do pensamento dogmático para o racionalismo, do mundo eterno e espiritual para o mundo temporal e terreno, da Idade Média para a Renascença (BUARQUE, 1994, p.21).

De acordo com Ianni (1996), no Brasil, a idéia de universidade esteve associada à de modernização pela via do desenvolvimento da ciência e tecnologia (IANNI, 1996). Aqui o tema da universidade, na América e no Brasil, será discutido *pari passu* com o próprio desenvolvimento da ciência, ao qual a instituição está atrelada, e o processo de modernização do país (urbanização, industrialização).

O processo de modernização das universidades latino-americanas teve inicio em Córdoba, Argentina, a partir da publicação de um documento formulado por estudantes em 1918 (WANDERLEY, 1983, p. 24). No caso brasileiro, a reforma esteve ligada a processos tecnocráticos, que partiam do entendimento da universidade como *lócus* de formação de recursos humanos necessários às necessidades da administração pública e privada. Muitos estudiosos sobre a história da universidade no Brasil entendem que a instalação dessas escolas no país se deu tardiamente. Enquanto, em países da América espanhola, as primeiras escolas superiores foram fundadas no século XVI, no Brasil, só em 1808, com a chegada da família real à colônia, foi fundado o Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia, tendo em vista as condições de saúde precárias da colônia.

Em 1920, com o Decreto nº 14.343, é criada a primeira instituição universitária no País, a Universidade do Rio de Janeiro, com reitor nomeado pelo presidente Epitácio Pessoa. No mesmo ano, forma-se a Universidade do Brasil, na capital federal. Também foram criados o IBGE e a USP em 1934. Essa universidade resultou de uma agregação de escolas superiores e contou com a influência de uma elite de intelectuais e educadores com inserção política suficiente para influenciar o governo (FÁVERO, 1988).

As universidades brasileiras surgiam historicamente da agregação de faculdades, como foi o caso do Rio – e como foi o caso das universidades estaduais da Bahia, como se verá posteriormente. De acordo com Cunha (1988), um Estatuto criado no governo provisório de Getúlio Vargas, em 1931, indicava que só poderiam adquirir status de universidade instituições que agregassem pelo menos quatro unidades: medicina, engenharia, direito e educação, ciências e letras.

Muito embora o Estatuto das universidades brasileiras, em seu Artigo 1°, previsse que elas deveriam elevar o nível de cultura geral, estimular a investigação científica e preparar para o exercício profissional, esse último objetivo se sobrepôs aos outros, devido à falta de tradição de pesquisa por conta da estratificação e questões culturais (MIDLEJ, 2004, ROMANELLI, 1998).

Na década de 30, vários movimentos políticos com posições ideológicas divergentes – *os liberais*, que reivindicavam um país com base urbano-industrial e uma universidade ligada às mudanças; *os conservadores* da Igreja Católica, que defendiam o ensino privado; e o *movimento das classes populares* pela popularização do ensino superior – reivindicavam reformas na educação do Brasil. Desse processo resultaram as propostas educacionais consolidadas na Constituição de 1934 e no Plano Nacional de Educação. Em 1937, com o Estado Novo e a implantação de políticas voltadas para a formação de elites dirigentes e profissionais liberais, a universidade tornou-se altamente seletiva, excluindo desse nível de educação amplos contingentes da população (MIDLEJ, 2004).

Em 1946, uma nova Constituição de caráter mais liberal deu início a um processo de formulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada somente em 1961. Nessa década, e a partir da nova conjuntura política e ideológica, exigiu-se da universidade a modernização necessária ao novo contexto social desenvolvimentista. Dela cobravam-se, cada vez mais, a formação de mão de obra especializada para a indústria e a expansão da oferta, para atender à crescente demanda da classe média.

A expansão da infraestrutura produtiva brasileira permitiu, a partir dos debates políticos da época, a formulação do projeto nacional-desenvolvimentista nos anos 50. A expansão da eletrificação, com a construção das grandes barragens mineiras, paulistas e do São Francisco (Cemig, 1952; Uselpa, 1953; Cherp, 1955; Furnas, 1957; Eletrobrás, 1961), da siderurgia (CSN, 1942), do sistema de telecomunicações, da produção e refino de petróleo (Petrobrás, 1953; Refinaria Cubatão, 1955), incorreu na necessidade de desenvolvimento tecnológico e na ampliação do sistema educacional (ITA, 1950; CNPq, 1951), com a formação do sistema estatal de financiamento e organização da pesquisa científica com os órgãos federais e as fundações nos estados, das quais a mais importante tem sido a Fapesp, criada em 1962. (CARNEIRO, 2002, p.6).

Dessa forma, pode-se afirmar que o período entre 45 e 60 consolidou um projeto de universidade nacional voltado para as questões democráticas e do desenvolvimento tecnológico emergente. Esse processo se deu em meio a muitos conflitos, próprios da sociedade brasileira, que passou de uma estrutura agrário-exportadora para uma urbano-industrial baseada na ideologia nacional-desenvolvimentista (TEIXEIRA, 1998).

O momento histórico nacional de significativa importância para os rumos da universidade no Brasil foi o período que se iniciou com o Golpe Militar de 1964, que depôs o governo João Goulart e instituiu no Brasil, durante décadas, um regime de exceção. A partir de 64, a universidade passou pelas chamadas reformas de base e, a partir da colaboração americana conhecida como Acordo MEC-USAID (United States Agency for International Development), sofreu uma fragmentação de sua unidade e a consequente despolitização da comunidade universitária. As acepções do acordo indicavam os caminhos que a política nacional para o ensino superior deveria seguir, a exemplo da priorização da formação técnica, da relação estreita entre a formação acadêmica e a indústria e da pouca ênfase às ciências sociais (ROMANELLI, 1998). Além do acordo MEC-USAID, destacou-se, no período, o Relatório Acton, de 1966, que fora encomendado ao americano Rudolph Atcon e previa que a educação superior brasileira adotasse um sistema privado em lugar do serviço público.

Alguns autores atribuem ainda ao período colonial a começo da internacionalização das universidades – que pode ser entendida como intercâmbio estudantil, atuação de docentes fora do país, pesquisa, etc. – quando jovens brasileiros das classes mais abastadas realizavam estudos em países como Portugal, França e Inglaterra. Contemporaneamente, o período pós-guerra foi fértil para os países industrializados que dinamizaram os intercâmbios entre instituições e pesquisadores, quando houve incremento de encontros e convênios.

De acordo com Knight (2006) a internacionalização do ensino superior "é o processo de integrar uma dimensão internacional e intercultural nas funções de ensino, pesquisa e extensão de uma instituição" . Significa, antes

de tudo, uma forma de gestão universitária que prima por uma atitude aberta para o exterior, uma cultura renovada com enfoque internacional. Acontece pela via da mobilidade de gestores, estudantes e docentes, pela constituição de eventos e pesquisas a nível internacional. Acompanham o próprio movimento das sociedades contemporâneas que se transnacionalizam.

No Brasil, a internacionalização do ensino superior que tem seus primórdios ainda na colônia - quando os filhos das classes abastadas se deslocam para estudar na Europa – mas é a partir da criação de órgãos CAPES e CNPq em 1951, que há uma intensificação na política de formação de mestres e doutores no exterior, além de pesquisas conjuntas, estágios, intercâmbio de estudantes. Na década de 70 o processo tem maior alcance pela politica dos governos de estruturar cooperação em áreas estratégicas. Alguns autores tem uma visão crítica deste processo tão debatido pelos países do Sul, pois entendem que a educação se mercantiliza e vira um produto que é manipulado pelos países desenvolvidos (a partir de agências como ONU, FMI, BM, UNESCO e outras), correndo o risco de se tornar descontextualizada dos interesses nacionais, ampliando a exclusão, a desigualdade e fortalecendo o subdesenvolvimento segue as regras do mercado. Por outro lado, a internacionalização do ensino superior pode ser objeto e resposta da academia contra a mercantilização e às tendências desnacionalizadoras e homogeneizadoras da globalização (LAUS, 2006).

Como se situam as universidades estaduais neste processo? Esta é uma das questões investigadas.

As universidades estaduais da Bahia e sua história: das faculdades de formação de professores às universidades.

O processo de expansão das universidades no Brasil, nas últimas décadas, aponta para a consequente formação de recursos que ampliam a consciência coletiva sobre as relações e a ordem sociais, intensificando a organização e a mobilização da sociedade civil e transformando, lentamente, os valores de cultura política. Nesse sentido, pode-se inferir que muitas experiências participativas encontram-se sob o ângulo de ação das comunidades beneficiadas com a expansão do sistema universitário, caracterizando pólos fomentadores de novas dinâmicas sociais que visam a superar dilemas coletivos.

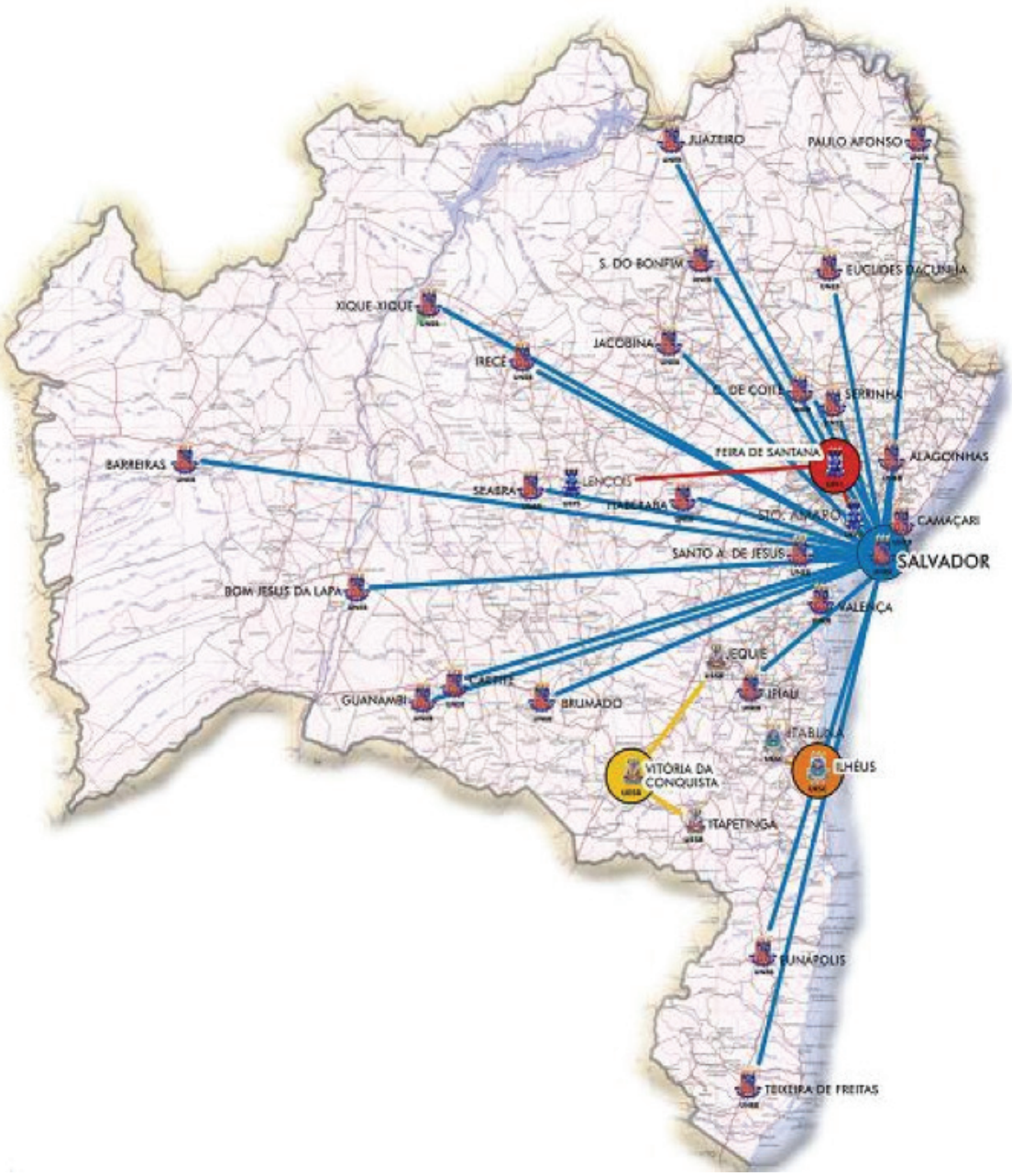

Figura 1
Universidades do Estado da Bahia
Fonte: Universidade do Estado da Bahia, 2006.

As universidades estaduais da Bahia foram criadas, a partir da década de 70, eminentemente para prover o interior do estado de profissionais licenciados para atuar no ensino médio. A partir da década de 60, a grande expansão do ensino médio, com a consequente demanda pelo ensino superior, impôs novos desafios em termos de educação ao estado nacional, forçando-o a adotar uma série de medidas no sentido de ampliar a oferta pública e particular desse nível de ensino (CUNHA, 2007). Nesse período, foram criadas novas faculdades federais; a gratuidade foi instituída, de fato, nessas instituições; e algumas faculdades estaduais e privadas foram federalizadas. Note-se, no entanto, que a ampliação da oferta de ensino público federal não se deu de forma balanceada em todo o território nacional, confirmando o entendimento de que o ensino superior público no Brasil teve sua expansão, por exemplo, fora da Bahia. Para se ter uma ideia, apenas 25% dos vestibulandos conseguiam ingressar nas unidades de ensino superior da capital, e grande parte dos candidatos era de Feira de Santana e de outras cidades do interior (ROMANELLI, 1986; CUNHA, 2007).

O processo de expansão do ensino superior na Bahia ganha nova dinâmica a partir das transformações estruturais ocorridas no Brasil na década de 60, que possibilitaram a autorização de faculdades isoladas pelo interior dos estados (MIDLEJ, 2004). De acordo com Lima (2008), a gênese da educação pública no âmbito estadual tem como marco o ano de 1967, quando o governo Luiz Viana Filho instituiu um Departamento de Educação Superior (Lei nº 2.454/67), coadunando-se com o cenário nacional desenvolvimentista de fomento à formação de quadros para o novo cenário nacional.

A partir da década de 70, a Bahia começa a superar a fase agrário-exportadora, com a industrialização alavancada pela produção de petróleo e a criação de centros industriais, como o de Aratu e Camaçari, atividades que despontavam como alternativas frente às constantes crises do cacau, da cana-de-açúcar, dentre outras. Salvador e Região Metropolitana ganharam proeminência em detrimento dos pólos regionais do interior, com a exceção de Feira de Santana, onde fora criado o centro industrial de Subaé, com o início de uma política de desenvolvimento regional (BAIARDI *et al*, 2010).

Tendo esse cenário como antecedente, as articulações para a criação do ensino superior pelo estado tiveram como marco a criação da Faculdade de Educação de Feira de Santana – já no governo Luiz Viana Filho (1967-1971) –, citada no Plano Integral de Educação e Cultura do Estado da Bahia, de 1969, devido à sua importância econômica e à capacidade de expressão de setores da sociedade local. Esse plano sistematizou uma política de expansão e interiorização do ensino superior, por meio da localização dos núcleos universitários em "centros de polarização" ou cidades do interior mais proeminentes. Foi assim que, em 1969, foram criadas as Faculdades de Formação de Professores de Alagoinhas e Vitória da Conquista; a Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco foi incorporada ao sistema estadual; e foi criado o CETEBA, Centro de Educação Técnica da Bahia. Em 1970, foi criada a Faculdade de Formação de Professores de Jequié. Todas essas faculdades foram os embriões das atuais universidades estaduais baianas.

A expansão e consolidação da educação superior na esfera estadual se processarão, por um lado, num movimento de interiorização, desconcentrando suas unidades de ensino, adequando-o às variações e especificidades da relação oferta/aluno de cada região. Por outro lado, num sentido mais quantitativo, pretende-se uma reorientação da oferta de modo a se privilegiar a formação de professores de 1º grau, em especial para aquelas áreas mais carentes com pré-escolar, alfabetização de crianças e adultos e educação continuada. (BAHIA..., 1984, p. 92)

Mas, é importante destacar que é no período da redemocratização que essas faculdades são transformadas em universidades, a partir da década de 80, um período de maior liberdade política e de mobilização dos professores. Assim, na década de 80, a criação da Universidade do Estado da Bahia e da Universidade do Sudoeste Baiano, por meio de leis delegadas estaduais, permitiram a agregação de faculdades já existentes. Na década de 90, é incorporada ao sistema de ensino superior estatal a última universidade, a Universidade Estadual de Santa Cruz, também seguindo o modelo de agregação de faculdades (SANTOS, 2000, p. 41).Estas instituições hoje, que tem características relacionadas ao território em que estão situadas, tem tido relativo avanço no sentido da consolidação acadêmica, principalmente com relação ao fomento de programas de pós-graduação, pesquisa e relações internacionais.

A política de cooperação das universidades estaduais da Bahia: avanços e limites

Informações da UNESCO tem indicado o aumento crescente do número de estudantes internacionais desde 1980, com 993.000 até 2010, com 3 milhões (UNESCO, 2009). A mobilidade dos estudantes é entendida como um fator importante no que tange à internacionalização desse nível de ensino.

O Brasil tem avançado no número de formados em nível de mestrado e doutorado e no processo de internacionalização de suas universidades, mas de forma desigual, já que o Sul e Sudeste do país concentram o maior número de doutores pesquisadores, com parceria internacional, publicações internacionais, dentre outros. Observe-se dados da Tabela 1 sobre esta questão.

Tabela 1

Distribuição de pesquisadores doutores segundo as regiões no Brasil

Região	**Censo 2010**			
	Pesquisadores (P)	**Doutores** (D)	% (D)	% (D) / (P)
Sudeste	62.630	45.992	50,4	73,4
Sul	29.895	18.516	20,3	61,9
Nordeste	26.716	15.446	16,9	57,8
Centro-Oeste	11.656	7.400	8,1	63,5
Norte	8.304	3.877	4,2	46,7
Brasil	139.201	91.231	100	65,5

Fonte: http://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-regiao1

Percebe-se que Sudeste e Sul concentram mais de 70% do número de doutores pesquisadores. No que tange aos grupos de pesquisa, muito embora tenha havido uma melhoria no desnível regional ao longo dos anos 2000, a diferença ainda é marcante. Isso reflete de modo significativo na produção científica e desempenho acadêmico das universidades

Tabela 2

Grupos de Pesquisa por região no Brasil

Região	2000		2002		2004		2006		2008		2010	
	Grupos	%	Grupos	%	Grupos	%	Grupos	%	Grupos	%	Grupos	%
Sudeste	6.733	57,3	7.855	51,8	10.221	52,5	10.592	50,4	11.120	48,8	12.877	46,8
Sul	2.317	19,7	3.630	23,9	4.580	23,5	4.955	23,6	5.289	23,2	6.204	22,5
Nordeste	1.720	14,6	2.274	15,0	2.760	14,2	3.269	15,5	3.863	16,9	5.044	18,3
Centro-Oeste	636	5,4	809	5,3	1.139	5,9	1.275	6,1	1.455	6,4	1.965	7,1
Norte	354	3,0	590	3,9	770	4,0	933	4,4	1.070	4,7	1.433	5,2
Brasil	11.760	100	15.158	100	19.470	100	21.024	100	22.797	100	27.523	100

Fonte: http://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-regiao1

Nesse sentido, compreende-se a importância das universidades estaduais baianas e seu investimento em educação superior. Destacamos que o foco deste estudo, dentro da realidade tão diversa da internacionalização do ensino superior no Brasil, é o caso específico das universidades estaduais baianas, e a possibilidade da melhoria de sua qualidade e pertinência no âmbito externo, promoção do potencial de ensino e pesquisa, fundamental para a instituição ser admitida nas redes internacionais de educação superior.

Inicialmente, conforme os depoimentos colhidos para esta pesquisa, não há uma política de governo para a internacionalização das atividades das universidades estaduais da Bahia. Por outro lado, cada uma das quatro instituições enfocadas neste estudo tem trabalhado em busca de parcerias com este objetivo alavancadas a partir de suas assessorias de relações internacionais.

A UEFS, atua a partir da AERI desde 2007, Assessoria Especial de Relações Institucionais, como o nome já refere tem objetivo ser um canal de comunicação com ONGs, órgãos públicos e instituições nacionais e internacionais, não tem, pois, papel específico de tratar das relações internacionais da universidade.

A UESB, por sua vez, atua a partir da RAI, Relações de Assuntos Internacionais, que tem objetivo específico de tratar do intercâmbio acadêmico e científico de docentes, estudantes e servidores técnicos.

A UESC atua a partir de sua Assessoria de Relações Internacionais, ARINT, criada em 2010 e voltada exclusivamente para auxiliar a reitoria neste setor.
Já a UNEB, redimensionou em 2014 a sua Assessoria de Relações Internacionais, criando a SERINT, Secretaria Especial de Relações Internacionais, com o objetivo de ampliar as ações de internacionalização da universidade. Como se vê no quadro 1, todas elas estabelecem convênios com instituições de ensino de outros países.

Quadro 1

Países com os quais as universidades estaduais da Bahia têm convênios ativos

UEFS	Argentina, Áustria, Bélgica, Benin, Congo, Cuba, Canadá, EUA, Espanha, Itália, México, Portugal e Uruguai
UNEB	Nigéria, EUA, Espanha, França, Itália e Portugal
UESC	Portugal, EUA, Canadá, Moçambique, Cuba, México, Bélgica, Escócia, Espanha, França, Itália
UESB	Bélgica, Canadá, Espanha, EUA, França, Itália, México, Portugal

Fonte: Pesquisa de campo, 2014

Nota-se, entretanto, que há um número mais expressivo de convênios com universidades de países desenvolvidos (norte-americanas e europeias). Ainda assim, considera-se relevante o número de convênios com países em desenvolvimento e pertencentes ao que se convencionou chamar Sul-Sul, em oposição à tradicional cooperação de países desenvolvidos com aqueles em desenvolvimento (Norte-Sul).
Quanto aos intercâmbios estudantis, conforme depoimento dos informantes das quatro instituições, todas realizam anualmente. A Tabela 3 apresenta os números da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Tabela 3

Intercâmbio Estudantil na UEFS, 2014

País	Número de estudantes
Espanha	10
Portugal	74
França	3
Argentina	1
EUA	3
Reino Unido	1
Holanda	2

Fonte: Pesquisa de campo, 2014

A cooperação ocorre mais ativamente com Portugal, país de língua portuguesa. Um importante aspecto a destacar é que estas universidades, responsáveis pela interiorização do ensino superior na Bahia, acolhem estudantes advindos principalmente de escolas públicas e que, muitas vezes, não tiveram oportunidades de estudar línguas.
Também nota-se pouquíssima expressividade do bloco que envolve estados em desenvolvimento e em processo de articulação política, econômica, cultural e social e geralmente localizados no hemisfério Sul. Na tabela 3, apenas a Argentina aparece com um caso. Isto demonstra que as instituições ainda estão caminhando no que tange à sua internacionalização, além de denotar uma necessidade de maior integração destas nas políticas voltadas para a cooperação Sul-Sul.

No caso da UESC, tem-se a distribuição da Tabela 4:

Tabela 4

Intercâmbio Estudantil na UESC, 2014

País	Número de estudantes
EUA	26
Holanda	2
Hungria	2
Inglaterra	7
Irlanda	1
Itália	2
Noruega	1
Portugal	24
Alemanha	1
Austrália	3
Áustria	3
Espanha	9
Canadá	10
Chile	2
México	9

Fonte: Pesquisa de campo, 2014

Novamente Portugal lidera o número de intercâmbios, seguida de Estados Unidos e Canadá. Do Sul Global aparecem apenas Chile e México, ambos com 11 casos de estudantes em intercâmbio.

Considerações finais

Os depoimentos colhidos para este estudo, ainda exploratório, denotam um balanço positivo dos esforços que vem sendo empreendidos para a internacionalização das universidades em questão, combinado com uma crítica voltada para a necessidade de seu planejamento com vistas a uma maior consolidação deste trabalho, aumento da sua autonomia e dos recursos necessários ao bom desempenho das suas atividades.

Ao tempo em que as universidades baianas redefinem e ampliam o seu papel, aproximando-se das relações internacionais, têm de conviver com uma situação de orçamentos restritos. Tais críticas significam que a universidade tem problematizado o atual contexto de desmonte do estado, pela defesa de uma bandeira de luta inscrita na sua história, a da "universidade pública, gratuita e de qualidade". São instituições que estão constantemente discutindo o seu papel no sentido da orientação pela qualidade de suas ações, seja na pesquisa, no ensino ou na extensão. A condição da universidade pública brasileira é discutida por estudiosos do tema como Ristoff (1999), Dagnino (1985) e outros, que acentuam que o Brasil de influência neoliberal tem adotado cortes de gastos públicos como se não visse a educação como um investimento, mas como um gasto. No caso das universidades estaduais, conforme foi destacado, há grande ênfase na insuficiência dos recursos públicos.

A política nacional e estadual de financiamento da educação tem produzido efeitos perversos nas universidades públicas, na medida em que restringe fontes de recursos, induzindo as instituições a buscarem outras fontes

como meio para a sua sobrevivência. Isso tem implicações na própria identidade das instituições públicas de ensino superior (JEZINE; BATISTA, 2008). Ademais, impõe limites à expansão das ações das universidades no campo da internacionalização, tanto quantitativa como qualitativamente (número de intercâmbios, convênios, qualificação de docentes e técnicos no exterior, infraestrutura adequada para tais ações).

Percebeu-se que, em linhas gerais, as ações de cooperação internacional nas universidades em foco vem ocorrendo pontualmente, ainda carecem de aperfeiçoamento e investimento de forma a se tornarem prioridades no contexto acadêmico. Isso aponta para a necessidade de se definir o papel das assessorias de relações internacionais como órgão capitaneador de uma política de fomento da cooperação. Isso poderia ser melhor conduzido a partir de uma parceria entre as universidades e a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia (SECT). Por fim, percebeu-se que ainda há uma tendência de cooperação no sentido tradicional Norte-Sul (CNS), visto que a maioria dos convênios e intercâmbios é realizada com países considerados desenvolvidos, notadamente Estados Unidos e Canadá, além de Portugal devido ao idioma. Lembrando que a CNS, para os mais críticos, foi historicamente concebida com vistas a atender aos interesses geopolíticos e econômicos dos países desenvolvidos que buscavam exportar modelos de gestão pública europeus e norte-americanos aos países subdesenvolvidos considerados atrasados (MILANI, 2008).

Bibliografia

BAHIA, Secretaria de Educação e Cultura (SEC). *Plano de educação e cultura do estado da Bahia:* 1984-1987. Governo João Durval Carneiro.

BAIARDI, A. (2010), *Et al*. *Universidade pública, como instituição científica:* vicissitudes no caso da UEFS, Universidade Estadual de Feira de Santana**.** Disponível em: www.esocite2010.escyt.org/download_ponencia.php?file...doc&Code. [Consultado em: 23-3-2010].

BUARQUE, C. (1994), *A aventura da universidade*. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra.

DAGNINO, R. P. (1985), Universidade e Política de C&T. In: BORI, C. et alli (org.) *Universidade Brasileira: organização e problemas*. São Paulo: SBPC.

CUNHA, L. A. (2007), O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado. *Revista Educação & Sociedade*.

IANNI, O. (2000), *Enigmas da modernidade-mundo*. São Paulo: Civilização Brasileira.

JEZINE, E. & BATISTA, M. S. X. (2008), Globalização e políticas de ensino superior: as lutas sociais e a lógica mercantilista. *Rede Ibero Americana de Investigação em Políticas de Educação.* Disponível em <http://www. cyted.riaip.net/índex>. [Consultado em: 22-9-2010].

LAUS, S. P.; & MOROSINI, M. C. (2005), *Internationalization of Higher Education in Brazil.* In: Wit, Hans de. *et al* (Eds.). *Higher education in Latin America:* the international dimension. The World Bank: Washington. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/EXTLACREGTOPEDUCATION/Resources/Higher_Ed_in_LAC_Intnal_Dimension.pdf>. [Consultado em: 5-11-2006].

LE GOFF, J. (1984), *Os intelectuais na Idade Média.* Lisboa: Gradiva.

LIMA, I. O. (2008), Desenvolvimento regional e a organização da educação superior estadual baiana. Ciência & desenvolvimento - *Revista eletrônica da fainor (c&d)*. Disponível em: < http://srv02.fainor.com.br/revista/index.php/memorias/article/viewfile/17/14>. [Consultado em: 23-9-2010].

MIDLEJ, M. M. B. C. (2004), *Territorialidade da Universidade Estadual de Santa Cruz*. Tese de doutoramento. Salvador, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.

MILANI, C. R. S. (2008), Discursos y mitos de la participación social en la cooperación internacional para el desarrollo: una mirada a partir de Brasil. *Revista española de desarrollo y cooperación*, pp. 161-182.

KNIGHT, J. & WIT, H. de. (1997). *Internationalization of Higher Education in Asia Pacific Countries*. Amsterdam: European Association for International Education, 1997. In: WIT, Hans de. *Changing rationales for the Internationalization of Higher Education.* Center for International Higher Education, Boston College, N. 15. Disponível em http://www.bc.edu/bc_org/avp/soe/cihe/newsletter/News15/text1.html, [Consultado em: 20-5-2006].

OLIVEIRA, T. (2007), Origem e memória das universidades medievais – a preservação de uma instituição educacional. Belo Horizonte: *Varia história*, pp.113-129.

RISTOFF, D. (1999), *Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior*. Florianópolis: Insular.

ROMANELLI, O. de O. (1998), *História da Educação no Brasil*. 21ª ed. Petrópolis: Vozes.

SANTOS, M, & SILVEIRA, M. L. (2000), *O ensino superior público e particular e o território brasileiro.* Brasília: AMBES.

TRINDADE, H. (2000), *Saber e poder*: os dilemas da universidade brasileira. São Paulo: Scielo - Estudos Avançados, set./dez. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. [Consultado em: 3-1-2010].

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB). 2006, *Relatório de gestão***.** 2006-2009. Salvador: UNEB, PLOPLAN.

VERGER, J. (2001), *As universidades na Idade Média*. São Paulo: Unesp.

WANDERLEY, L. E. (1983), *O que é universidade*, São Paulo: Brasiliense.

O ensino superior em fisioterapia e a saúde da família como desafio

Douglas Luciano Lopes Gallo[1]

Resumo: Para consolidação da Estratégia de Saúde da Família (ESF) faz-se necessária uma adequação dos profissionais de saúde ao novo paradigma social da saúde, considerando-se a integralidade como eixo estrutural e a saúde vista em sua positividade. A Fisioterapia historicamente admitiu como objeto de trabalho o indivíduo doente, porém com sua inclusão gradual na ESF também se torna co-responsável pela mudança. Objetivou-se discutir a formação, em nível superior, do fisioterapeuta com relação à sua capacitação para atuar na atenção primária a saúde, com foco na integralidade da assistência. O perfil profissional requerido para atuação na ESF incluiu: formação generalista, flexibilidade e criatividade, empatia, autonomia e iniciativa, capacidade de trabalho em equipe e conhecimento sobre o SUS. Observa ainda uma inadequação a estas exigências, embora algumas iniciativas tenham surgido decorrentes dessas necessidades, como é o caso do estágio em saúde da família em diversas instituições de ensino, requerido pelas diretrizes curriculares.
Palavras-chave: Ensino Superior, Fisioterapia (especialidade), Estratégia Saúde da Família, Recursos Humanos em Saúde, Desenvolvimento de Recursos Humanos

INTRODUÇÃO

A importância que a graduação exerce sobre o desenvolvimento de recursos humanos para a saúde e a necessidade de discussões da temática são inquestionáveis. Como a atuação da Fisioterapia na atenção básica ainda é incipiente, existe a necessidade de se analisar seu trabalho, com vistas a contribuir para sua reorganização e reorientação. Neste contexto é que surgiu a idéia deste estudo. Buscou-se analisar a formação universitária, acreditando-se que exerce influência na ação dos fisioterapeutas como atores no Sistema Único de Saúde (SUS).

Este artigo faz parte de uma pesquisa mais abrangente que teve como tema "o trabalho e a formação do fisioterapeuta", e assumiu como objeto de pesquisa "o fisioterapeuta no PSF em Londrina". Definiu-se como problema de estudo "a formação e a prática deste profissional na Atenção Básica". O pressuposto que se acredita é que a formação do fisioterapeuta não contemplava adequadamente a Atenção Básica à Saúde.

Como ponto de partida levantou-se a seguinte questão norteadora: "*A formação universitária é adequada às necessidades exigidas pela ESF?*".

Objetivou-se discutir a formação, em nível superior, do fisioterapeuta com relação à sua capacitação para atuar na atenção primária a saúde, com foco na integralidade da assistência.

Atualmente um nó na consolidação do SUS e especificamente da Estratégia de Saúde da Família é o desenvolvimento de recursos humanos em saúde. Existe a necessidade de formarem-se profissionais de saúde com visão ampla do processo saúde doença, considerando-se a saúde em sua positividade. A valorização de ações preventivas e de promoção da saúde devem encontrar no pessoal da saúde o combustível para sua consolidação e, consequente, transformação do modelo assistencial.

O trabalho em saúde é essencial à vida humana e faz parte do setor de serviços. O setor terciário ou de serviços cresceu significativamente e possui grande diversificação em relação a prestígio, níveis salariais e atividades desenvolvidas. O resultado do trabalho em serviços pode ser uma mercadoria vendável ao capitalismo ou a outro consumidor, como é a prestação de serviços em saúde. O setor saúde compartilha, assim, de características do processo de produção do terceiro setor da economia e, ao mesmo tempo, possui características específicas (Pires, 1999).

---

1 Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Fisioterapeuta pela Universidade Estadual de Londrina, Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Londrina, Docente do Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Departamento de Área do Construção Civil – douglas.gallo@cba.ifmt.edu.br

Segundo Pires (1999):

> **O processo de trabalho dos profissionais da saúde** tem **como finalidade** – a ação terapêutica de saúde; **como objeto** – o indivíduo ou grupos doentes, sadios ou expostos a risco, necessitando medidas curativas, preservar a saúde ou prevenir doenças; **como instrumento de trabalho** – os instrumentos e as condutas que representam o nível técnico do conhecimento que é o saber de saúde e **o produto final** é a própria prestação da assistência de saúde que é produzida no mesmo momento em que é consumida (Pires, 1999: 32).

Almeida (1999) afirma que a "prática médica está ligada à transformação histórica do processo de produção econômica." Deste modo, a estrutura econômica determinaria o lugar da medicina na estrutura social, como ocorre com os demais componentes da sociedade. A prática profissional é vista não como simples processo, mas como prática social, determinada por uma estrutura social e a uma formação social concreta (Schraiber, 1993).

Para se definir uma profissão há necessidade de determinado volume de conhecimentos específicos e um direcionamento dos serviços prestados. Por conseguinte, uma profissão é uma ocupação que cria e utiliza de forma sistemática o conhecimento geral acumulado na solução de problemas suscitados por um cliente, individual ou coletivo. Diferentemente, a atividade profissional é um conjunto de conhecimentos novos e específicos, fortemente relacionados a uma esfera ocupacional (Machado, 1995 apud Przysizny, 1999).

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia é aqui entendida como "o caminho e o instrumental próprios de abordagem da realidade" (Minayo, 2004: 22) e como o "caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade" (Minayo, 1994: 16). Nela se inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador. A escolha da metodologia deve ser baseada na natureza do problema estudado.

Segundo Minayo (2004): "a realidade se apresenta como uma totalidade que envolve as mais diferentes áreas de conhecimento e, também, ultrapassa os limites da ciência." Como então apreender a formação em fisioterapia, na visão da estratégia Saúde da Família? Como analisar se a formação do fisioterapeuta está contemplando o que é necessário para este profissional atuar junto à Atenção Básica? Desta forma delineou-se o objeto em estudo: "a formação universitária em fisioterapia e o paradigma da saúde da família". Após a definição do objeto, optou-se pelo desenvolvimento de uma metodologia de pesquisa qualitativa, por ser adequada à apreensão e conhecimento das percepções dos atores sociais em questão.

A pesquisa qualitativa tem assim a importância de compreender os valores culturais e as representações de determinado grupo sobre temas específicos; compreender as relações que se dão entre atores sociais tanto no âmbito das instituições como no dos movimentos sociais; avaliar as políticas públicas e sociais tanto do ponto de vista de sua formulação, aplicação técnica, como dos usuários a quem se destina.

Ressalta-se que a pesquisa qualitativa procura uma compreensão possível da realidade e não a explicação única e "verdadeira" dessa realidade, como se pretende no modelo positivista, de abordagem quantitativa. Acredita-se que existam inúmeras compreensões, provavelmente a mesma quantidade que de pesquisadores interessados na análise de determinada realidade. Foram entrevistados os coordenadores e professores dos cursos de Fisioterapia das Instituições de Ensino Superior (IES) de Londrina: UEL, UNOPAR e UNIFIL. Os coordenadores de curso foram selecionados por acreditar-se que estes tenham mais conhecimento quanto às competências que estão sendo trabalhadas em seus respectivos cursos e o perfil profissional do egresso. Optou-se, também, pelos professores das Disciplinas de Fisioterapia em Saúde Pública e/ou Fisioterapia Preventiva, por serem estas as disciplinas que deveriam manter maiores vínculos com os princípios do SUS e com as práticas dos serviços públicos de saúde, contribuindo para a formação do fisioterapeuta apto a atuar no PSF.

Os docentes foram estudados por seu papel na formação profissional:

> "... por representarem não apenas o referencial técnico para os futuros profissionais, mas o modelo de profissional em sentido amplo, transmitindo também valores e representações sociais que influenciam de forma acentuada e duradoura os profissionais, e que se reproduzem entre estes mesmos atores sociais" (Camargo, 2004: 71).

Lampert (2002) ao estudar a formação médica, salienta que a compreensão da maneira como alguém se forma médico (e aqui se pode estender à formação dos profissionais da saúde) vai além de simplesmente conhecer a proposta curricular e os conhecimentos propriamente técnicos, cognitivos e de habilidades.
A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visa inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens (Richardson, 1999). Segundo Triviños (1987) ela se presta ao estudo das motivações, atitudes, valores, crenças, tendências e para o desvendar das ideologias que podem existir e não se apresentar com a devida clareza. Bardin (1977) divide e organiza a análise de conteúdo em três fases: pré análise; exploração do material; e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990 traz como atribuição do SUS a ordenação da formação de recursos humanos na área da saúde (Brasil, 2001a). Já a Lei nº. 8.142 de 28 de dezembro de 1990 dispõe sobre a necessidade de uma comissão para elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) para os trabalhadores do SUS (Brasil, 2001b).
De acordo com Fonseca e Seixas (2002) as principais necessidades na preparação de RH para a saúde são:
• Formação de pessoal de nível técnico para os serviços de saúde;
• Insuficiência na formação de nível superior – graduação;
• Especialização profissional – o "mix" de especialistas;
• Preparação para a gerência e gestão da saúde;
• Capacitação e abordagem pedagógica.
Formação é um conceito que compreende educação advinda de uma instituição da sociedade, de um sistema educacional formal público ou privado. Já capacitação é entendida como processos educativos que ocorrem para a qualificação específica necessária ao trabalho (Sakai et al, 2001).

Perfil Profissional

O fisioterapeuta para atuar no Programa Saúde da Família deve possuir algumas características pessoais e profissionais que o diferenciem. O perfil tratado neste bloco foi construído em cima das percepções dos fisioterapeutas que atuam no PSF em Londrina, representa desta forma, as necessidades sentidas e vivenciadas por indivíduos específicos, numa realidade determinada. Porém, em linhas gerais, são características, habilidades e conhecimentos necessários que podem ser generalizados a outras situações.
Documentos do Ministério da Saúde atentam para a necessidade de um perfil diferenciado do profissional para atuar na Saúde da Família, quando dispõe que na contratação deve-se atentar à identificação de indivíduos com postura profissional de respeito e compromisso com a ESF e com as pessoas da comunidade (Brasil, 2000). Duarte et al (2005) consideram como maior desafio à consolidação da Saúde da Família o encontro de profissionais capazes desse comprometimento.

Formação generalista

O profissional deve ter uma base sólida em todas as áreas de conhecimento da Fisioterapia, sem a necessidade de especializar-se em um campo específico. A grande diversidade de situações em que se afronta lhe exige um conhecimento amplo, deve estar preparado para enfrentar circunstâncias que nem sempre são de sua competência

profissional exclusiva. A necessidade de uma formação generalista é percebida como a capacidade de atuar em casos agudos e crônicos e em comprometimentos cinesiofuncionais de ordens diversas. Não implica em negar a importância das especialidades, mas em admitir que nestas, os procedimentos sejam mais padronizados enquanto no PSF a variância de situações é mais acentuada.

> [...] conhecimento técnico eu acho que é fundamental pra qualquer um, pro PSF a pessoa tem que saber um pouco de tudo, ela tem que ser generalista, o fisioterapeuta ele não pode ser, não precisa ser nenhum especialista em área nenhuma do conhecimento da fisioterapia [...]. (F.8.1)

> [...] você tem que estar pronto pra tudo, porque se você trabalha em UTI você já sabe mais ou menos o que vai ter lá, se você trabalha com a neuro você também sabe, mas no PSF você não sabe em que circunstância vai chegar. (F.1.1)

O fisioterapeuta deve ter também a capacidade de conseguir integrar todos os seus conhecimentos. A formação normalmente é desintegrada, com compartimentalização de conhecimentos e disciplinas. Ao atuar no PSF o profissional precisa integrar seus conhecimentos para solucionar os agravos apresentados pela população.

Flexibilidade e criatividade

A questão da flexibilidade na atuação profissional estende-se à adaptabilidade do fisioterapeuta às circunstâncias e limitações diversas e às relações interpessoais. Com a falta de local destinado ao atendimento fisioterapêutico, este profissional realiza suas atividades em ambientes diversos, locais improvisados, domicílios e com limitados recursos. Com a organização do trabalho, um dia na semana em cada UBS, o fisioterapeuta precisa ter capacidade de adaptar-se aos ambientes e equipes de trabalho diversos. A criatividade foi uma característica valorizada pelos entrevistados, sendo importante para o desenvolvimento de seu trabalho e solução dos problemas da população.

> [...] então com isso nós aprendemos a ser, isso que eu sou apaixonada pelo PSF, a se adaptar em todas as circunstâncias, seja dentro da UBS a gente sempre tem que ser aquele camarada flexível [...]. (F.1.1)

> [...] todo e qualquer profissional da área de fisioterapia pra ele atuar no PSF ele tem que ser criativo, ele tem que usar a sua criatividade, a sensibilidade, enfim ele vai ter que usar aquilo que ele aprendeu na Universidade [...]. (F.4.0)

> Nós temos que acabar se adequando cada dia com uma realidade diferente. (F.5.1)

> Você tem que ser habilidoso, e saber improvisar, saber lhe dar com o que você tem. Se hoje aqui eu tenho soro fisiológico e uma seringa, é ele que eu vou usar e a minha mão pro trabalho ser bom. (F.7.1)

De acordo com Costa (2004), o profissional para atuar no PSF deve ser capaz de adaptar-se a situações novas. Pereira et al (2004) especifica que o fisioterapeuta deve ter a habilidade de adaptar ações e instrumentos terapêuticos de acordo com recursos disponíveis na comunidade. Segundo documento do Ministério da Saúde (Brasil, 2000), o profissional para atuar no PSF deve possuir um perfil criativo e com capacidade de tomar iniciativas.

Formação humanista

A formação humana levantada pelos fisioterapeutas abrange aspectos de empatia com o ser humano, necessidade de apoio psicológico ao paciente e conhecimento das diferenças sociais para uma atuação mais contextualizada. A transferência de campo de atuação da clínica para o domicilio do indivíduo e seu contexto familiar torna importante o reconhecimento de diferenças individuais, de se criar uma empatia e acima de tudo uma responsabilização social na prática profissional.
Na realidade brasileira é a classe socioeconômica mais baixa a maior beneficiária do SUS, com aumento significativo de adesão por parte da classe média. A prática fisioterapêutica deve ter presente a importância de um atendimento digno, pois a saúde é tida como um direito básico do cidadão. Reconhecer essa dimensão e estabelecer uma relação de empatia e respeito humano é uma necessidade na atuação no PSF.

> [...] vai ter que sempre ter, além do conhecimento científico, a sensibilidade, a humanidade, a criatividade [...]. (F.4.0)

> É ter um pouco de vivência com população, é saber lidar com o ser humano, ter habilidades de lidar com o ser humano, em todos os níveis sociais, porque hoje quem procura a unidade básica, quem é paciente do PSF é desde daquela pessoa mais humilde lá da favela, até a pessoa de classe média de um bairro um pouco melhor. (F.8.1)

> Então acho que aquela coisa do respeito humano, da tolerância, da compreensão, que acho que isso falta e muito nos profissionais da saúde. (F.5.1)

As diretrizes curriculares para o curso de Fisioterapia explicitam a necessidade de uma formação humanista (Brasil, 2002). Costa (2004) embora não trate especificamente do fisioterapeuta, identifica a necessidade de empatia por parte dos profissionais que atuam no PSF e facilidade no trato com as pessoas. A abordagem humana na estratégia perpassa o conhecer a realidade das famílias pelas quais se é responsável, uma valorização dessa relação com família e paciente fundamental para a criação de vínculo (Souza, 2002).

Comunicação

Uma das habilidades necessárias à atuação no PSF é a comunicação. Comunicar-se com os demais companheiros de trabalho, com o paciente, cuidador, família, enfim, entender e fazer-se entender em diversos círculos de interação interpessoal. A Fisioterapia atua diretamente com o indivíduo ou coletividade, a orientação é uma função vista com grande importância dentro da Saúde Pública e pelos profissionais do serviço. Para o bom êxito na orientação, o que foi dito deve ser assimilado pelo ouvinte, o que acarreta a necessidade de uma linguagem familiar ao sujeito.

> Ter habilidade de comunicação, porque mesmo que não seja, eu acho que não seja a função principal do fisioterapeuta, mas tem que ser uma função muito hábil pra ele [...]. (F.8.1)

De acordo com as diretrizes curriculares, o fisioterapeuta, como os demais profissionais da saúde, deve possuir habilidades de comunicação, envolvendo a comunicação verbal, não verbal e habilidades de escrita e leitura (Brasil, 2002). Silva (1996) diferencia a comunicação verbal, associada às palavras, por meio da linguagem escrita ou falada, da comunicação não verbal, esta ocorreria na interação pessoa-pessoa, excetuando-se as palavras. A mesma autora ainda resgata a necessidade de o profissional de saúde resgatar esta comunicação não verbal, uma vez que por meio dela poderia perceber com maior precisão os sentimentos, dúvidas e dificuldades do paciente, muitas vezes fragilizado.

O profissional fisioterapeuta na ESF realiza também atividades educativas, como palestras, onde necessita de habilidade em comunicação (Tesserolli, 2003; Pereira et al, 2004) além da necessidade de prover orientações diversas (Ragasson et al, 2005).

Autonomia e tomada de decisão

O profissional para atuar no PSF deve ser uma pessoa ativa, com capacidade de buscar o conhecimento e tomar decisões. O fisioterapeuta não pode ser acomodado, uma vez que está numa área em construção, deve buscar ativamente o conhecimento, ter curiosidade, ser habilidoso e desinibido para atender o paciente em seu ambiente domiciliar, muitas vezes na presença da família ou cuidador. Pela falta de tempo o fisioterapeuta não pode demorar-se na realização de suas atividades, tendo resolutividade e eficiência.

> [...] ter espírito de autonomia, competência [...]. (F.3.0)

Advinda da necessidade de ser generalista o profissional depara-se com muitas situações em que não está acostumado, tendo a necessidade de buscar o conhecimento. Neste contexto surge a necessidade da educação continuada ou permanente.

> [...] profissional que está inserido na Saúde Pública ele tem que ter capacitação, ele tem que ter curso de atualização, ele tem que ser um profissional antenado, não pode ser aquele cara que se formou e nunca mais pegou em nada [...]. (F.8.1)

A iniciativa é uma das características do perfil profissional necessário à atuação no PSF (Brasil, 2000), e a capacidade de aprender continuamente deve ser trabalhada desde a graduação segundo as diretrizes curriculares (Brasil, 2002). A necessidade, demonstrada pelos profissionais, de atualização vai ao encontro da política de educação permanente, que busca mediante a problematização do processo de trabalho uma "aprendizagem no trabalho, onde o aprender e o ensinar se incorporam ao quotidiano das organizações e ao trabalho" (Brasil, 2004a: 12). Como a educação permanente é de caráter multiprofissional (Almeida, 1997) torna-se um importante mecanismo no desenvolvimento da própria concepção de equipe e vinculação com a população (Brasil, 2000).

Trabalho em equipe

A atuação no PSF deve ocorrer num trabalho em equipe multiprofissional e se possível interdisciplinar. A importância do trabalho em equipe é percebida pelos fisioterapeutas, visto por alguns como troca de informações sobre os pacientes, ou uma relação em hierarquias.

> [...] trabalho em equipe é você estar pronto pra saber que cada cabeça é uma sentença e que você tem que estar pronto pra ter um nível de relacionamento ali, de reconhecer como cada pessoa é, como cada pessoa age e como você vai conseguir mostrar o seu serviço não desrespeitando o outro pra que ele ache que você é importante na equipe dele sem você influenciar, sem você atrapalhar o trabalho dele. (F.3.0)

> Você tem dúvidas, você conversa com o profissional, o médico que está lá sobre aquele paciente, e ele te esclarece muitas coisas, ele vem perguntar pra gente sobre o paciente, então, eu acho que isso enriquece muito, a gente consegue ter uma visão melhor de cada paciente, de cada patologia. (F.6.0)

> [...] tem que saber trabalhar em equipe, saber respeitar hierarquias, e como lidar com elas, saber trabalhar em equipe mesmo, tanto de pessoas de níveis acima de você quanto com pessoas abaixo de você, porque você tem a enfermagem que é a coordenação da unidade, você tem os médicos e você tem os agentes comunitários, então, você tem todos os níveis de hierarquia [...]. (F.8.1)

Na proposta do PSF um dos pressupostos mais importantes é o trabalho em equipe, que requer respeito profissional entre todos os membros e uma concepção de igualdade, na qual não deve ocorrer a valorização da profissão médica, em detrimento das demais (Brasil, 2000). Dever-se-ia reservar horários, diários ou semanais, para a discussão e encaminhamento conjuntos de cada caso. Na prática, no PSF, observa-se uma deficiência do trabalho multiprofissional, distanciamento ainda maior em relação à interdisciplinaridade. Esta pressupõe uma atitude diferente a ser assumida diante do problema do conhecimento, com a substituição da concepção fragmentária do ser humano, pela integral (Félix, 2005).

Integralidade

Os fisioterapeutas sentem a necessidade de se ter uma visão holística do indivíduo, considerando-o não apenas em seu aspecto físico. O profissional não deve ter uma visão fragmentada do corpo humano, preocupando-se com o ser humano no todo. Atividades de promoção à saúde, prevenção de agravos, curativas e reabilitadores são desenvolvidas no PSF, suscitando uma visão integral por parte dos profissionais que atuem na estratégia.
O processo de trabalho no PSF deve ser embasado em uma visão integral do ser humano e da assistência, buscando resolutividade, por intermédio de ações de promoção e proteção à saúde, bem como tratamento e recuperação, garantindo-se o atendimento a todas as necessidades por meio de um sistema de referência e contra-referência (Brasil, 1994, 2000).
A formação pautada em profissionais superespecialistas afasta-se de uma visão do indivíduo como "um todo" inserido em seu contexto familiar, profissional e social (Félix, 2005), embora seja necessária a formação de fisioterapeutas aptos a desenvolver ações em todos os níveis (Brasil, 2002). Os fisioterapeutas do PSF em Londrina demonstram uma preocupação com a integralidade, apesar de terem tido uma formação tradicional.

Especialização

Um ponto de vista encontrado entre os fisioterapeutas foi necessidade de se fazer uma especialização em Saúde da Família. Nesta percepção observou-se que não seria papel da universidade, na graduação, formar um profissional apto a atuar no PSF, e que o mesmo necessitaria de experiência na área, que seria oportunizada em residências. Outro profissional coloca a necessidade de especialização do conhecimento em nível de especialização ou mestrado.

> [...] mas eu não acho que seja papel da Universidade formar o profissional pra atuar no PSF. [...] mas ele precisa ser especialista em PSF, em Saúde Pública, saber como se comportar [...]. (F.8.1)
>
> O mestrado melhor ainda, pra você ter uma bagagem e estar direcionado para alguma área: "sou especialista em tal coisa". (F.7.1)

Para atuar no PSF os profissionais necessitam de conhecimentos em saúde comunitária (Brasil, 1994) e atenção básica, que muitas vezes são deficitários na formação do fisioterapeuta, como observado por Pereira e Almeida (2003). A necessidade sentida pelos profissionais estudados, de uma especialização na área de saúde pública, pode estar relacionada à deficiência dessa formação na graduação.

Conhecimento e vivência no SUS

Os fisioterapeutas consideraram o conhecimento sobre o SUS como de grande importância ao profissional que ingressa ao PSF. A noção do que é o sistema de saúde, do seu funcionamento, dos programas estratégicos do Ministério da Saúde, de políticas de saúde, das áreas de atuação na Saúde Pública, da UBS, suas diretrizes e áreas de abrangência seriam pré-requisitos à atuação no sistema público de saúde. Para os fisioterapeutas do PSF esses conhecimentos poderiam e deveriam ser abordados na graduação em Fisioterapia. Juntamente com essa abordagem a formação deveria garantir uma vivência no PSF, propiciando ao aluno um contato com o serviço e a realidade na comunidade.

Estágios de observação ou acompanhamento dos profissionais em serviço seriam oportunidades de se formar fisioterapeutas mais engajados em Saúde Pública e aptos a uma atuação mais integral. Além de auxiliar na mudança de mentalidade que privilegia a atuação em clínicas particulares e o pré-conceito em relação ao serviço público.

> [...] eu acho que hoje dentro da universidade isso tem que ficar bem claro, os estudantes tem que ter noção do que é o SUS, eles têm que ter noção dos programas que o Ministério da Saúde preconiza, e o que eles podem fazer dentro de cada um desses programas. (F.3.0)

> A quem que você se reporta? Como é que funciona a unidade? Quais são as diretrizes da unidade? O que quê, com que a unidade está preocupada? Quais são os principais objetivos? O que quê a gente tem que somar? Com quem que a gente tem que somar? Tudo isso era muito vago [...]. (F.8.1)

Indo ao encontro da necessidade em se conhecer e vivenciar mais o Sistema Único de Saúde, o Ministério da Saúde no primeiro semestre de 2004, lançou o AprenderSUS. A iniciativa visa a mudança no perfil profissional mediante a adoção da integralidade como eixo estrutural na formação, articulação entre Ministérios da Educação e Saúde, incentivo aos Pólos de Educação Permanente em Saúde e sistematização de experiências existentes (Brasil, 2004b). Uma IES de Londrina já possui uma iniciativa no sentido de o estudante vivenciar o SUS, introduzindo-o na saúde da família. Outra instituição estaria envolvida num projeto moldado de acordo com o AprenderSUS (Féliz, 2005). Experiências de inserção do estudante na atenção básica também foram relatadas na Paraíba (COFFITO, 2001), Belo Horizonte (Sampaio, 2002), Juiz de Fora (Freitas, 2002) e Natal (Fernandes, 2002).

O Ensino em Fisioterapia

A integralidade na formação

Assim como os fisioterapeutas percebem que tiveram uma formação centrada na doença e na reabilitação, ainda hoje, a graduação é falha em aspectos de promoção de saúde e prevenção de doenças. Existe a consciência da importância em se trabalhar a integralidade na formação, porém a realidade ainda é diferente. Algumas experiências, isoladas, são colocadas em prática, mas a formação ainda possui currículos fixos, compartimentalização do conhecimento, valorização da clínica, utilização de recursos tecnológicos e é centrada nos espaços internos das Universidades (hospitais e ambulatórios).

> Nós tivemos, agora nem me lembro direito, mas nós tivemos a parte preventiva, mas a atuação é mais na área curativa, é mais curativa. (F.6.0)

> [...] quando você vê na Universidade as atuações do fisioterapeuta, eles colocam de uma maneira onde você tenha toda a estrutura de trabalho possível. (F.5.1)

> Que nós ainda, temos nas Universidades, e nas Faculdades, temos uma formação cartesiana, no modelo flexneriano [...]. (D.2.2)

A integralidade é vista de forma precária e centrada nos estágios, quando se tem a presença do paciente, sendo que nos primeiros anos o aluno receberia informações mais passivamente. Embora alguns docentes tenham a visão de integração das disciplinas e trabalho interdisciplinar, muitos outros valorizam suas matérias e a setorialização.

> Ainda acontece de maneira precária, está se modificando aos poucos, isso [integralidade] a gente consegue fazer mais quando a gente tem o paciente [...]. Porque o que parece ainda, que durante os primeiros anos o aluno acaba

> sendo muito mais passivo e no quarto ano daí ele tem que tomar uma atitude mais ativa [...]. (D.2.1)
>
> [...] uma grade curricular parecida, com as disciplinas do ciclo básico, as disciplinas do ciclo profissionalizante e os estágios no final. (D.1.3)

Para a reorientação do processo de trabalho é necessária a adoção da integralidade como eixo central na formação dos recursos humanos. Atualmente, vem ocorrendo amplas discussões sobre a necessidade da visão integral na formação do fisioterapeuta. As diretrizes curriculares nacionais para o curso de Fisioterapia explicitam a necessidade de um profissional competente a atuar em todos os níveis de atenção, com uma prática integrada e integral (Brasil, 2002).

Buscando as mudanças necessárias na formação dos RHS, o Ministério da Saúde, em parceria com o Ministério da Educação, vem implantando uma política educacional para o SUS, desde o início de 2003, englobando não apenas a formação universitária. Estratégias como o AprenderSUS, os Pólos Regionais de Educação Permanente em Saúde e os Núcleos de Atenção Integral na Saúde da Família, procuram reorganizar a prática dos profissionais da saúde, orientada e alicerçada na integralidade (Félix, 2005; Brasil, 2004a, 2004b, 2005).

A saúde coletiva na formação

A formação do fisioterapeuta em relação ao SUS é limitada às disciplinas de Saúde Coletiva, Saúde Pública ou Fisioterapia Preventiva, e estas disciplinas são pontuais e ofertadas nos primeiros anos de graduação. Pereira e Almeida (2003) encontraram que a carga horária dessas disciplinas são equivalentes às disciplinas clínicas, porém seriam as únicas disciplinas que abordam uma visão ampliada do conceito de saúde, mantendo-se desta forma uma abordagem pontual. Esta situação leva a não sedimentação do conhecimento e sua desvalorização. Para Campos (2000) a saúde coletiva deveria influenciar a transformação de saberes e práticas. Em linhas gerais o egresso desconhece as diretrizes e princípios do SUS e do processo de trabalho em uma UBS ou ESF.

> [...] então a gente não tinha muita escolha, a gente não tinha muita noção de Saúde Pública, a visão que a gente tinha era de sair e trabalhar numa clínica. (F.3.0)
>
> Mas, a gente não tinha noção, eu não tinha noção nenhuma do que fosse atenção pública, nem a nível primário, não sabia como funcionava um posto de saúde [...]. (F.8.1)
>
> Tinha uma disciplina chamada Saúde Pública e que até hoje eu tento lembrar o que foi dito de Saúde Pública nessa disciplina! (F.8.1)
>
> Hoje a gente tem uma disciplina única no currículo que está vigente, é uma disciplina de Preventiva e Saúde Pública no segundo ano. (D.2.1)

As diretrizes curriculares explicitam a necessidade de o estudante receber uma formação que atenda às necessidades do sistema de saúde brasileiro (Brasil, 2002). Desde o currículo de 1983 já havia sido criada e inserida na graduação disciplinas que discutiam uma abordagem às condições sanitárias, com a criação da disciplina de Fisioterapia Preventiva (Rebelatto e Botomé, 1999; Przysiezny, 1999). Porém observa-se que a simples inclusão, mesmo que legal, de disciplinas voltadas à saúde coletiva não garantiram mudanças na formação e práticas dos profissionais.

Przysiezny (1999) observou, em seu estudo sobre a disciplina de Fisioterapia Preventiva nas IES da região sul do Brasil, que esta disciplina tem como função primordial desenvolver uma atitude preventiva nos estudantes, criando uma consciência ampla de saúde, transcendendo a simples prescrição de tratamento. O mesmo autor, ainda, encontrou um aumento nas ações de promoção à saúde desenvolvidas na formação, enquanto Pereira e

Almeida (2003), estudando os cursos de Fisioterapia do Paraná, encontraram uma dificuldade na definição dos objetos de estudo desta disciplina.
Algumas iniciativas buscam corrigir esta distorção como a introdução de um estágio em PSF no último ano em uma instituição e a tentativa de tornar as disciplinas mais interessantes por meio de aulas práticas e contato com ambientes fora das salas de aula.

> [...] o paciente é agendado, duas visitas ou três pra determinado dia, é contactuado com o ACS, eles vão pra visita com esse ACS, retornam, evoluem, elaboram tudo certinho como foram feitos [...]. (D.2.2)

> [...] eles [alunos] escolhem um local, uma área de atuação e eles desenvolvem um programa, eles implantam um programa mais voltado pra promoção e prevenção, aí os alunos vão pra comunidade [...] desenvolver essas atividades da fisioterapia relacionada à promoção e prevenção da saúde. (D.2.1)

Experiências de inclusão dos estudantes no SUS já foram citadas anteriormente (COFFITO, 2001; Sampaio, 2002; Freitas, 2002; Fernandes, 2002).

Formação generalista versus especialização

A formação generalista é percebida como objetivo das três instituições de ensino. Schmidt (2002), ao analisar os currículos do curso de Fisioterapia do Paraná e seus campos de estágios, observou que as áreas contempladas nos estágios favoreciam uma visão ampla e abrangente da atuação do fisioterapeuta. Algumas percepções em relação à graduação apontam para a necessidade de a formação vislumbrar ao aluno diferentes áreas de atuação, ampliando assim as possibilidades para o formando, o que vai ao encontro do preconizado pelas diretrizes curriculares (Brasil, 2002) e das necessidades de RHS.

> [...] a gente tem buscado dar a formação generalista que tanto se fala. [...] A gente tem tentado dar ao aluno toda essa visão, a visão global. (D.1.2)

> [...] o currículo de hoje, o aluno sai mais com uma visão de um profissional generalista, mas não tem realmente uma visão da realidade de um atendimento ao sistema de saúde. (D.1.1)

> [...] eu acho que a Universidade ela tem o caráter de abrir nossos olhos, de tirar a venda e o resto a gente tem que correr atrás [...]. (F.1.1)

> Essa formação generalista esbarra na especialização do conhecimento que acaba sendo hegemônica. A tendência de valorização da pesquisa na Fisioterapia está muito presente na formação universitária. Algumas percepções mostram a necessidade de se ter professores especialistas para formar um fisioterapeuta generalista. Eu sempre digo pro meu aluno: -“ Não se especialize na graduação”. (D.1.2)

> [...] estar formando um profissional com uma visão um pouco mais generalista, com isso a gente consegue fazer um trabalho com bons especialistas, trabalhando com o aluno para ele se formar como um bom generalista [...]. (D.1.3)

> Eu não consigo dar uma visão geral pro meu paciente ou pro meu aluno se eu não tiver vários especialistas falando de cada área. (D.1.2)

> [...] sai um profissional que eu acredito hoje, assim, com uma visão mais ampla, da pesquisa, porque eu acho que a pesquisa dentro da fisioterapia, ela teve uma abertura de uns sete anos para cá, [...]. (D.1.1)

Félix (2005) cita que profissionais superespecialistas, quando professores, tendem a formar profissionais com a mesma visão especializada, mecanicista e biológica. Lampert (2002) ao estudar a formação médica observou um desequilíbrio entre especialistas e clínicos gerais e que essa distorção é maior nos centros mais dinâmicos da economia, o mesmo ocorre com a Fisioterapia. A autora ainda explica que o estudante incorpora como próprias, as formas de comportamento e os valores dominantes no grupo profissional. Desta forma, questiona-se se um sistema que privilegia tanto a especialização é capaz de formar profissionais generalistas, e até que ponto estará atento às necessidades básicas de saúde da população.

Campos de estágio

Percebe-se que os campos de estágios continuam centrados em hospitais e ambulatórios no interior das instituições, quando muito em instituições conveniadas. As necessidades de formação, percebidas e procuradas pelos professores, não se traduzem em realidade, na prática, dentro das instituições de ensino.
O ensino é centrado na Universidade, e o aluno não tem a vivência do SUS e do atendimento na comunidade. Quando ocorre a introdução do aluno na comunidade a atuação continua sendo assistencialista. Apenas um curso possui experiência de estágio junto ao PSF. Outras atividades de estágio são realizadas em hospitais, ambulatórios, asilos e instituições da cidade. Os campos de estágio curricular são espaços onde todas as possibilidades de práticas profissionais são realizadas, Pereira e Almeida (2003) encontraram um forte predomínio de ações nos níveis secundário e terciário nas IES do Paraná, onde não se proporcionava campos de estágio em atenção primária.

Mudanças e perspectivas na formação

Além do estágio no Programa Saúde da Família existente em uma escola, outro curso realizará uma reforma curricular em 2006 onde pretende instituir o estágio em PSF. A terceira instituição também pretende fazer uma reforma e relatou a intenção em se levar o aluno à comunidade, mas nada específico ou estruturado em relação ao PSF foi abordado.
Uma proposta concreta, na primeira reforma curricular relatada, é a expansão da disciplina de Saúde Coletiva para três anos. Desta forma se procuraria levar o aluno a aproximações sucessivas com o SUS. Nesta proposta se culminaria com o estágio em PSF no quarto ano. Outra proposta deste novo currículo seria a inserção de disciplinas, também nos três primeiros anos, de Habilidades e de Pesquisa. Experiência semelhante já acontece na segunda instituição, que pretende fazer uma reforma, com inclusão destas duas últimas disciplinas.
Mudanças na formação de RHS tem sido assunto de debates e grandes preocupações, uma vez que se faz extremamente urgente para a adequação dos profissionais ao sistema de saúde e à concepção ampliada de saúde (Paim, 1994; Almeida, 1999; Feuerwerker, 2002; Lambert, 2002; Almeida, 2003). Na experiência de estágio junto ao PSF. Outras atividades de estágio são realizadas em hospitais, ambulatórios, asilos e instituições da cidade.
Os campos de estágio curricular são espaços onde todas as possibilidades de práticas profissionais são realizadas, Pereira e Almeida (2003) encontraram um forte predomínio de ações nos níveis secundário e terciário nas IES do Paraná, onde não se proporcionava campos de estágio em atenção primária.

Mudanças e perspectivas na formação

Além do estágio no Programa Saúde da Família existente em uma escola, outro curso realizará uma reforma curricular em 2006 onde pretende instituir o estágio em PSF. A terceira instituição também pretende fazer uma reforma e relatou a intenção em se levar o aluno à comunidade, mas nada específico ou estruturado em relação ao PSF foi abordado.

Uma proposta concreta, na primeira reforma curricular relatada, é a expansão da disciplina de Saúde Coletiva para três anos. Desta forma se procuraria levar o aluno a aproximações sucessivas com o SUS. Nesta proposta se culminaria com o estágio em PSF no quarto ano. Outra proposta deste novo currículo seria a inserção de disciplinas, também nos três primeiros anos, de Habilidades e de Pesquisa. Experiência semelhante já acontece na segunda instituição, que pretende fazer uma reforma, com inclusão destas duas últimas disciplinas.

Mudanças na formação de RHS tem sido assunto de debates e grandes preocupações, uma vez que se faz extremamente urgente para a adequação dos profissionais ao sistema de saúde e à concepção ampliada de saúde (Paim, 1994; Almeida, 1999; Feuerwerker, 2002; Lampert, 2002; Almeida, 2003). Na Fisioterapia, apesar de poucos estudos, também é percebida a necessidade de mudanças na formação (Brasil, 2002; Abenfisio, 2003; Marinho, 1999; Pereira e Almeida, 2003; Almeida, 2004; Tonin, 2004).

A educação baseada na comunidade possibilitaria o desenvolvimento e treinamento de competências como: liderança, trabalho multiprofissional, interação com a comunidade, resolução de problemas, comunicação e planejamento (Trelha e Santos, 2003). A Abenfisio (2003) deliberou, como necessidade, o desenvolvimento da disciplina Fisioterapia Preventiva de forma longitudinal, durante todo o processo de formação, fato que se pretende instituir numa reforma curricular citada. Pereira e Almeida (2003) discutem a necessidade de um maior aproveitamento de disciplinas como Preventiva e Saúde Pública. Este deveria ocorrer durante toda a graduação, como o proposto pela instituição pesquisada e pela Abenfisio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de a formação preocupar-se com a integralidade e formação direcionada ao SUS, observou-se que ocorrem deficiências nesta formação. A graduação busca a formação de um fisioterapeuta generalista e crítico-reflexivo, mas as metodologias de ensino e os campos de estágio contribuem para uma formação que valoriza a especialização do conhecimento, centrada na doença e com metodologias baseadas na transmissão de conhecimentos. Algumas iniciativas buscaram inserir o acadêmico na rede de serviços municipais e no PSF, porém são iniciativas pontuais. As mudanças ocorridas situaram-se no plano das inovações, carecendo de transformações que possam realmente corroborar a mudança no objeto de trabalho do fisioterapeuta, deslocando-o da doença para a saúde.

Para atuar no PSF o fisioterapeuta deve desenvolver competências de trabalho em equipe, criatividade, liderança, comunicação, autonomia, dentre outras, bem como ter uma formação humana, generalista e com visão integral. A graduação, em seu papel formador, deve prover condições para que o estudante possa desenvolver suas capacidades e alcançar as competências necessárias. Para tanto é importante a adoção de metodologias de ensino-aprendizagem mais ativas, centradas no aluno, além de uma maior articulação com o serviço e a comunidade. É de importância fundamental a qualificação docente, uma vez que a maioria dos professores foi formada no modelo que se busca superar.

REFERÊNCIAS

ABENFISIO. (2003), Carta de Vitória, 26 abr. 2003. **FisioBrasil**. n. 59, p. 6-9.

ALMEIDA, M. J. (1997), Educação permanente em saúde: um compromisso inadiável. **Olho mágico**, Londrina, ano 3, n. 14, p. 7-8.

ALMEIDA, M. J. (1999), **Educação Médica e Saúde**: possibilidade de mudança. Londrina: Ed. UEL, Rio de Janeiro: ABEM.

ALMEIDA, M. J. (Org). (2003), **Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Universitários da Área da Saúde**. Londrina: Rede Unida.

BARDIN, L. (1977), **Análise de Conteúdo**. Lisboa: edições 70.

BRASIL. (1994), Ministério da Saúde. **Saúde Dentro de Casa**. Programa de Saúde da Família. Brasília: Fundação Nacional de Saúde.

BRASIL. (2000), Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. **A Implantação da Unidade de Saúde da Família.** Cadernos de Atenção Básica – Programa Saúde da Família. Caderno 1. Brasília: Ministério da Saúde.

BRASIL. (2001a), Lei nº. 8.080, de 9 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Gestão Municipal de Saúde**: leis, normas e portarias atuais. Rio de Janeiro: Brasil. Ministério da Saúde.

BRASIL. (2001b), Lei nº. 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde, e dá outras providências. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Gestão Municipal de Saúde**: leis, normas e portarias atuais. Rio de Janeiro: Brasil. Ministério da Saúde.

BRASIL. (2002), Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº. CNE/CES 4, de 19 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fisioterapia. **Diário Oficial da União**. Brasília.

BRASIL. (2004a), Ministério da Saúde. **Portaria nº. 198/GM/MS** de 13 de fevereiro de 2004. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde.

BRASIL. (2004b), Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. **AprenderSUS**: O SUS e os Cursos de Graduação da Área da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde.

BRASIL. (2005), Ministério da Saúde. **Portaria nº. 1.065** de 04 julho de 2005. Cria os Núcleos de Atenção Integral na Saúde da Família. Disponível em: <http://www.crefito2.org.br/comunicado/Portaria_1.065.doc>

CAMARGO, S. X. (2004), **Sistema Único de Saúde:** paradigma válido para a odontologia? Representações dos cirurgiões-dentistas sobre o SUS. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual de Londrina.

CAMPOS, G. W. S. (2000)Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleos de saberes e práticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 219-230.

COFFITO. (2001), Estágio Rural: duas realidades, mesma filosofia. **O COFFITO**, São Paulo, n. 10, p. 20-28.

COSTA, E. M. A. (2004), Saúde da Família (cap.2) p.7-17. In: COSTA, E. M. A.; CARBONE, M. H. **Saúde da Família**: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Rubio.

DUARTE, J. E. S. et al. (2005), A gestão municipal e a residência multiprofissional em Saúde da Família: a experiência de Marília-SP. **Divulgação em Saúde para Debate**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 11-18.

FÉLIX, S. B. C. M. (2005), **Objetos Fronteiriços Possibilitando o Desenvolvimento da Interdisciplinaridade durante a Graduação em Fisioterapia**. Dissertação (Mestrado). Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí.

FERNANDES, M. G. O (2002), Fisioterapeuta no Programa de Educação e Controle do Diabetes da cidade de Natal-RN. In: BARROS, F. B. M. (org) **O Fisioterapeuta na Saúde da População**: atuação transformadora. Rio de Janeiro: Fisiobrasil, p.169-183.

FEUERWERKER, L. (2002), **Além do discurso de mudança na educação médica**: processos e resultados. São Paulo: HUCITEC; Londrina: Rede Unida; Rio de Janeiro: ABEM.

FONSECA, C. D.; SEIXAS, P. H. D'A. (2002), Agenda Nacional de Recursos Humanos em Saúde: diretrizes e prioridades. In: NEGRI, B.; FARIA, R.; VIANA, A. L. D'A. (Org) **Recursos Humanos em Saúde**: política, desenvolvimento e mercado de trabalho. Campinas: Unicamp.

FREITAS, M. S. A (2002), Fisioterapia na Atenção Primária à Saúde em Juiz de Fora. In: BARROS, F. B. M. (org) **O Fisioterapeuta na Saúde da População**: atuação transformadora. Rio de Janeiro: Fisiobrasil. p.17-27.

LAMPERT, J. B. (2002), **Tendências de Mudanças na Formação Médica no Brasil**: tipologia das escolas. São Paulo: HUCITEC/ABEM.

MARINHO, P. É. M. (1999), A visão sistêmica na Fisioterapia. Curitiba. **Fisioterapia em movimento**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 9-14.

MINAYO, M. C. S. (Org). (1994), **Pesquisa Social**: teoria , método e criatividade. 21 ed. Petrópolis: Vozes.

MINAYO, M. C. S. (2004), **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8 ed. São Paulo: HUCITEC.

PAIM, J. S. (1994), **Recursos humanos em saúde no Brasil**: problemas crônicos e desafios agudos. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública/USP.

PEREIRA, F. W. A. et al. (2004), A Inserção da Fisioterapia na Estratégia Saúde da Família em Sobral/CE. **Sonare**, Sobral, ano 5, n.1, p.93-100.

PEREIRA, L. A.; ALMEIDA, M. J. (2003), Os cursos de fisioterapia no Paraná frente aos conceitos contemporâneos de saúde. In: BRASIL. Ministério da Saúde.
Observatório de Recursos Humanos em Saúde no Brasil: estudos e análises. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. p. 415-458.

PIRES, D. (1999), A estrutura objetiva do trabalho em saúde. In: LEOPARDI, M. T. et al. **O Processo de Trabalho em Saúde**: organização e subjetividade. Florianópolis: Ed Papa – livros. p. 25-48.

PRZYSIEZNY, W. L.(1999), **Fisioterapia Preventiva**: Uma questão de educação em saúde. Dissertação (Mestrado). Universidade Regional de Blumenau. Blumenau.

RAGASSON, C. A. P. et al. (2005), **Atribuições do Fisioterapeuta no Programa Saúde da Família**: reflexões a partir da prática profissional. Disponível em:
<http://72.14.203.104/search?q=cache:aOE9yhjy4jwJ:www.unioeste.br/projetos/saudefamilia/atribuicoes_psf.rtf+fisioterapia+no+PSF&hl=pt-BR>.

REBELATTO, J. R.; BOTOMÉ, S. P. (1999), **Fisioterapia no Brasil**: fundamentos para uma ação preventiva e perspectivas profissionais. 2. ed. São Paulo: Manole.

RICHARDSON, R. J. et al. (1999), **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas.

SAKAI, M. H. et al. (2001), Recursos Humanos em Saúde. In: ANDRADE, S. M.; SOARES, D. A.; CORDONI JUNIOR, L. (Org). **Bases da Saúde Coletiva**, Londrina: Ed. Uel. cap. 5, p. 111-124.

SAMPAIO, R. F. (2002), A Experiência em Belo Horizonte. In: BARROS, F. B. M. (org) **O Fisioterapeuta na Saúde da População**: atuação transformadora. Rio de Janeiro: Fisiobrasil. p. 11-15.

SCHMIDT, L. A. T. (2002), **Os Cursos de Fisioterapia no Paraná frente aos conceitos contemporâneos de saúde**. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual de Londrina.

SCHRAIBER, L. B.(1993), **O Médico e seu Trabalho**: limites da liberdade. São Paulo: HUCITEC.

SILVA, M. J. P. (1996), **Comunicação tem remédio**: a comunicação nas relações interpessoais em saúde. São Paulo: Editora Gente.

SOUSA, M. F. (2002), Capital Humano no PSF: revendo o passado e imaginando o futuro. In: _____ (org) **Os Sinais Vermelhos do PSF**. São Paulo: HUCITEC. cap. 5, p. 105-114.

TESSEROLLI, S. L. (2003), **A Inserção do Fisioterapeuta no Programa Saúde da Família**. Monografia (Especialização). Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

TONIN, P. A. (2004), **Experiências, possibilidades e desafios para a Fisioterapia na Estratégia Saúde da Família**: revisão de literatura. Monografia (Especialização) Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual de Londrina.

TRELHA, C. S.; SANTOS, R. B. (2003), A comunidade como sala de aula: experiência de nove anos do curso de fisioterapia em um projeto multiprofissional e interdisciplinar. Curitiba. **Fisioterapia em movimento**, Curitiba, v.16, n. 1, p. 41-46.

TRIVIÑOS, A. N. S. (1987), **Introdução à pesquisa social em ciências sócias:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas.

O ensino de arquitetura no Brasil e sua influência na América do Sul / MERCOSUL[1]

Francisco Segnini Junior[2]

Resumo: Este texto compara a formação do arquiteto e urbanista no Brasil e nos países do MERCOSUL apontando diferenças resultantes de formações profissionais diferentes. No Brasil a legislação profissional garante ao arquiteto e urbanista como atividade exclusiva desses profissionais. No MERCOSUL a formação básica é em arquitetura e muitas vezes a formação em urbanismo se estrutura como especialização ou pós-graduação e não existem legislações unificando essas duas áreas de conhecimento. Os conteúdos curriculares ligados aos problemas urbanos nem sempre são tratados de maneira individualizada - formação de urbanistas - nas escolas de arquitetura, mas sim como conhecimentos complementares.

Abstracto:
Este texto compara la formación del arquitecto y urbanista en Brasil y en los países del MERCOSUR y señalan las diferencias resultantes de los distintos perfiles profesionales. En Brasil, la ley garantiza a el profesional arquitecto y urbanista actividad exclusiva de estos profesionales. En el MERCOSUR la formación inicial es en la arquitectura y, a menudo, la capacitación en la planificación urbana se estructura en la especialización o posgrado y no hay leyes en la unificación de las áreas de conocimiento. El contenido de los programas relacionados con los problemas urbanos no siempre son tratados de forma individual - formación en planificación urbanistica - en las escuelas de arquitectura, pero como conocimiento adicional.

Abstract: This text compares the formation of the architect and urban planner in Brazil and the MERCOSUR countries pointing differences arising from different professional backgrounds. In Brazil, the law guarantees the professional architect and urban planner solely the activity of these professionals. In MERCOSUR the basic background is in architecture and often training in urban planning is structured as specialization or graduate and there are no laws in unifying the areas of knowledge. The curriculum content related to urban problems are not always treated on an individual basis - planners training - in architecture schools, but as additional knowledge.

Palavras Chave: Urbanismo, Formação Profissional, Planejamento Urbano, Trabalho, legislação.

1. Introdução

Faz parte do processo de formação do arquiteto no Brasil, assim como em algumas outras escolas da América Latina especialmente escolas nos países do MERCOSUL, disciplinas que abordam o urbanismo e a planejamento regional. No Brasil a formação em arquitetura e urbanismo é unificada em todo o território nacional por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Arquitetura e Urbanismo[3], sendo que o exercício profissional do arquiteto e urbanista é regulamentado por lei[4].

---

1 Países membros do MERCOSUL – Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia,Chile, Colômbia e Venezuela.

2 Professor Senior"- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – pesquisador e professor com atividades junto a Pós Graduação da FAUUSP.
Professor e pesquisador – Mestrado Profissional – FIAM FAAM - São Paulo.
Email: chicosegnini@uol.com.br / francisco.segnini@fiamfaam.br / segnini@usp.br

3 Resolução MEC/CNE/CES n. 6, de 2 de fevereiro de 2006 modificada pela Resolução nº2 de 17 de junho de 2010.

4 lei nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010, que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo no Brasil e cria o CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.

Nos outros países do MERCOSUL os cursos de arquitetura nem sempre enfatizam a unicidade do processo de formação. Entretanto, a tendência que atualmente se estabelece é que os conteúdos relativos às disciplinas que tratam dos conhecimentos nas áreas de urbanismo e organização territorial passem a ter maior ênfase considerando o processo de acreditação[5] de cursos de arquitetura e urbanismo estabelecidos nesses países.
Nota-se que em alguns dos países que constituem o MERCOSUL, muitas vezes os estudos em urbanismos se dão em cursos de especialização ou pós-graduação e nem sempre a regulamentação profissional protege essas atividades de maneira unificada.
Este texto compara esses processos de formação em diferentes países do MERCOSUL.

2. Formação do arquiteto e do urbanista no Brasil

O processo de formação do arquiteto e do urbanista no Brasil a partir da criação e expansão de escolas e de instituições do ensino superior é condição *sine qua non* para o exercício da profissão.
Trata-se de profissão regulamentada. A lei nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010, que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo no país cria o CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.
Essa lei em seu Art. 2º, que trata das atividades e atribuições do arquiteto e urbanista, em parágrafo único deixa claro que o urbanismo é atribuição do arquiteto e urbanista:

> *"V - do Planejamento Urbano e Regional, planejamento físico-territorial, planos de intervenção, do Planejamento Urbano e Regional, planejamento físico-territorial, planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional fundamentados nos sistemas de infraestrutura, saneamento básico e ambiental, sistema viário, sinalização, tráfego e trânsito urbano e rural, acessibilidade, gestão territorial e ambiental, parcelamento do solo, loteamento, desmembramento, remembramento, arruamento, planejamento urbano, plano diretor, traçado de cidades, desenho urbano, sistema viário, tráfego e trânsito urbano e rural, inventário urbano e regional, assentamentos humanos e requalificação em áreas urbanas e rurais; "*[6]

Levando em conta a legislação que regulamenta a profissão do arquiteto e urbanista, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Arquitetura e Urbanismo[7] reafirmam os objetivos do processo de formação profissional, bem como as características desejadas para o exercício da profissão, entendendo as disciplinas de urbanismo como parte integrante dos conhecimentos necessários para formação do arquiteto, assim espera-se que os conteúdos disciplinares dos cursos permitam:

> *"a) Sólida formação de profissional generalista;*
> *b) Aptidão de compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, organização e construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação e o paisagismo;*
> *c) Conservação e valorização do patrimônio construído;*
> *d) Proteção do equilíbrio do ambiente natural e utilização dos recursos disponíveis.*[8]*"*

Essas mesmas Diretrizes Curriculares definem os requisitos mínimos, para a formação profissional, necessários para o exercício das atribuições legais dos arquitetos e urbanistas. Em relação à formação específica do urbanista essas diretrizes afirmam que o arquiteto deve:

> *"- conhecer os aspectos antropológicos, sociológicos e econômicos em relação ao ambiente construído;*
> *- compreender as questões relativas às ações de preservação da paisagem, dos impactos no meio ambiente à procura do equilíbrio ecológico e do desenvolvimento sustentável;*

---

5 Sistema de Acreditación de Carreras Universitárias para el Reconocimiento Regional de la Calidad Academica de sus Respectivas Titulaciones en el Mercosul Y Estados Asociados/2008 – Sistema ARCO-SUR

6 Lei nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010 -

7 Resolução MEC/CNE/CES n. 6, de 2 de fevereiro de 2006 modificada pela Resolução nº2 de 17 de junho de 2010.

8 Id.ibid

> *- ter condições de elaborar projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e realizar construções inseridas num momento histórico, econômico e social;*
> *- conhecer a teoria e história da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo no sentido da produção do espaço físico, da reflexão crítica e da pesquisa;*
> *- dominar técnicas e metodologias de pesquisa em planejamento urbano e regional, urbanismo e desenho urbano além de compreender os sistemas de infraestrutura.*
> *- conhecer os instrumentos digitais disponíveis no que se refere à representação da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo;*
> *- ter condições técnicas de elaborar e interpretar levantamentos topográficos necessários ao exercício da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo."*

Para melhor entender a presença de estudos urbanos nos currículos das escolas brasileiras é necessário conhecer a história do processo de formação das escolas superiores de arquitetura.
Os primeiros cursos de arquitetura no Brasil são organizados no interior das escolas de engenharia ou das escolas de Belas Artes. Em 1930 é criada a primeira escola de arquitetura em Belo Horizonte/MG, não sucessora de escola de Belas Artes[9] . Na década de 1940 são criadas faculdades de arquitetura, tanto na cidade do Rio de Janeiro, onde o curso de arquitetura se desvincula da Escola Nacional de Belas Artes em 1945, quanto em São Paulo onde em 1947, na Universidade Mackenzie, o curso de arquitetura se desvincula da Faculdade de Engenharia criando a Faculdade de Arquitetura Mackenzie. Em 1948, é criada a Faculdade da Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Paulo, que também teve origem numa escola de engenharia, a Escola Politécnica dessa Universidade. Essas eram as escolas em funcionamento no momento da criação do Sistema CREA/CONFEA, em 1933, segundo informa Salvatori.[10]
Das escolas fundadas na segunda metade da década de 40, somente o curso organizado pela Universidade de São Paulo (Facudade de Arquitetura e Urbanismo - FAUUSP) incorpora já num primeiro momento a formação em urbanismo[11]. Os outros cursos, entre eles o curso criado na Universidade Mackenzie, a enfase se dava no ensino específico da arquitetura enquanto edificação.
A constituição do programa de ensino da FAUUSP pode ser atribuída ao Professor Luiz Ignacio Romeiro de Anhaia Mello, *"[...] promotor, dentro da Politécnica e junto ao governo estadual, da criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo*[...]"[12] e foi por sua influência que a "[...] *escola, criada pelo Decreto nº 104 de 21 de junho de 1948, teve a denominação de Arquitetura e Urbanismo* [...]"[13].
O Faculdade de Arquitetura Mackenzie (FAM)[14] foi criada sob orientação do arquiteto Christiano Stockler das Neves a partir do ideais beaux arts francês e somente em meados dos anos 50 introduz estudos urbanos em seu currículo.
Atualmente esse curso recebe a denomição de Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAUM.

> "[...] *a formação americana de Stockler das Neves representa a manutenção dos ideais do ensino beaux-arts francês, enquanto que o humanismo francês de Anhaia Mello resulta na assimilação da prática urbanística americana e na adoção da estética modernista para o ensino*."[15]

No final dos anos 1960, tem início, no Brasil, um processo de grande expansão do ensino superior, principalmente

---

9 OLIVEIRA, Cléo A.P. e PERPÉTUO, Maini de O. O *ensino na primeira escola de arquitetura do Brasil.* http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.066/408

10 SALVATORI, Elena. *Arquitetura no Brasil: Ensino e Profissão.* Porto Alegre: Editora Unisinos, arquitetura revista.v. 4, n. 2:52-77, julho/dezembro 2008.

11 SEGNINI, Francisco *A profissão do arquiteto no Brasil* –Tese de Livre docência -2012

12 FICHER, Sylvia, Os Arquitetos da Poli – Ensino e Profissão em São Paulo, São Paulo, EDUSP, 2005,pag. 51

13 Id. ibid

14 A Faculdade de Arquitetura Mackenzie mantém a orientação acadêmica inicial até meados dos anos 50.

15 FICHER, Sylvia, Os Arquitetos da Poli – Ensino e Profissão em São Paulo, São Paulo, EDUSP, 2005,pag. 254

por meio da criação de escolas e faculdades privadas. A partir de 1994 nota-se significativo crescimento de escolas de arquitetura e urbanismo, principalmente escolas privadas. Em março de 2013 eram 293 escolas de arquitetura e urbanismo (47 em Universidades Públicas – 16%) em todo território brasileiro[16].

Expansão dos cursos de arquitetura e urbanismo Brasil, 1930-2010

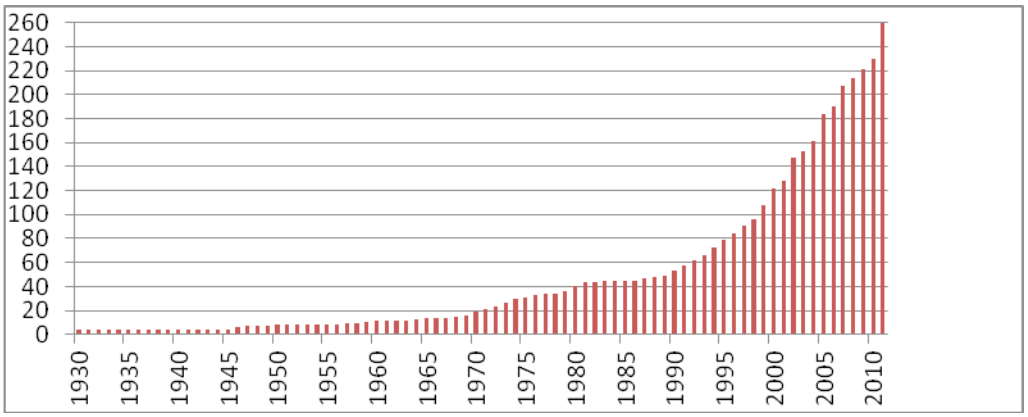

Gráfico elaborado pelo Prof. Dr. Fernando Costa. Apresentado na XVI CONABEA/2011.

A partir de 1994 todas as escolas criadas já introduzem em suas grades curriculares disciplinas de urbanismo e as já existentes passa a se adequar às novas diretrizes curriculares[17]. A Portaria nº1.770 – MEC de 21 de Dezembro de 1994[18] fixa as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo definindo a necessidade de estudos urbanos e de planejamento regional nos currículos das escolas, mesmo porque o exercício da profissão do arquiteto e do urbanista é regulamentada pela lei nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010.

No Brasil a profissão do arquiteto e urbanista é regulamentada e o processo de formação inclui, necessariamente, conteúdos referentes a conhecimentos que permitam a elaboração de projetos urbanos e planejamento regional e territorial. Entretanto Katakura (2014) afirma que *"..., apesar da habilitação única em arquitetura e urbanismo ser indiscutível, os conteúdos ligados ao urbanismo estão presentes de forma diversificada entre as diferentes instituições de ensino,..."*[19]. Tal situação se dá em função da diversidade cultural e regional de um país de dimensões continentais.

Da mesma forma a Carta para Educação dos Arquitetos elaborada pela UNESCO/UIA (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura./ União Internacional de Arquitetos) reafirma essa necessidade no item "*3.4 Conhecimento adequado no que diz respeito ao urbanismo, planejamento urbano e as competências necessárias ao processo de planejamento,*"[20]

16 www.abea.org.br – consulta em 26/11/2014

17 As Diretrizes Curriculares – Portaria nº 1.770 – passam a ser referência no processo de avaliação nacional dos cursos de arquitetura e urbanismo

18 resultado de recomendações dos Seminários Regionais e Nacional dos Cursos de Arquitteura e Urbanismo, da Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitteura e Urbanismo da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto

19 KATAKURA. P. A Formação em Urbanismo no Mercosul . São Paulo, Anais do III ENANPARQ, 2014.

20 UNESCO/UIA CARTA PARA EDUCAÇÃO DOS ARQUITETOS / *versão 2011. www.abea.org.br*

3. Formação do arquiteto e do urbanista em países do MERCOSUL

A partir do final dos anos 2010 foi instituído um sistema permanente de acreditação regional para os cursos de graduação do MERCOSUL

> *"[...}denominado "Mexa", foi instituído um sistema permanente de acreditação regional com o objetivo de se aferir o nível acadêmico e científico de alguns cursos graduação. Esta verificação é realizada por meio de critérios regionais de qualidade de cursos elaborados por comissões consultivas sob coordenação da Rede de Agências Nacionais de Acreditação."*[21].

Esse sistema, recebeu a denominação Arcu-Sul, cujos objetivos foram no sentido desenvolver a melhoria do ensino superior dos países membros e associados do MERCOSUL - Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Colômbia e Venezuela – além de propiciar o desenvolvimento social, econômico, educacional, político e cultura desses países.

> *"A adesão por parte das instituições de educação superior é voluntária e o processo de acreditação contínuo. Até o momento, participam as seguintes áreas: Agronomia, Arquitetura, Enfermagem, Engenharia, Medicina e Odontologia. O sistema pretende facilitar a movimentação de docentes e discentes entre as instituições acreditadas durante a sua vigência; agilizar os processos de reconhecimento de títulos ou diplomas; facilitar o intercâmbio científico e cultural e a cooperação solidária entre as respectivas comunidades acadêmicas dos países; elaborar critérios e indicadores comuns de qualidade no âmbito do MERCOSUL."*[22]

Tendo como referência o colocado acima foram estabelecidos critérios e indicadores para a acreditação regional dos Cursos de Graduação de Arquitetura que, desde 2010, sendo que foram selecionados avaliadores para o sistema. Esses avaliadores receberam treinamento para que suas avaliações fossem elaboradas de forma harmônica nos diferentes países dessa comonidade.

È importante salientar que, diferentemente do que acontece no Brasil, grande parte dos cursos não têm denominação unificada, ora são simplesmente cursos de arquitetura ora são cursos de arquitetura e urbanismo. A denominação dos Cursos desta área não é única na região e o título de urbanista para os egressos dos cursos de arquitetura não faz parte das preocupações dos demais países envolvidos no sistema de acreditação.

A introdução de estudos urbanos nas escolas de arquitetura nos paises que compõem o MERCOSUL faz parte do processo instituído pelo *Sistema de Acreditación de Carreras Universitárias para el Reconocimiento Regional de la Calidad Academica de sus Respectivas Titulaciones en el Mercosul Y Estados Asociados/2008 – Sistema Arco-sur*[23].

Assim, consta do documento elaborado pela *Comision Consultiva de Expertos de Arquitectura del Mercosul /2008,* seu *parágrafo 2.1.1 – Perfil del Egresado* que a formação do arquitetos deverá assegurar os conhecimentos necessários para que o arquiteto tenha a "*Capacidade adequada para abordar projetos urbanísticos e de planejamento urbano e territorial*"[24].

Embora a introdução de estudos urbanos em diferentes cursos de arquitetura já seja uma realidade, é preciso salientar que os conteúdos do urbanismo não levam necessariamente à a obrigatoriedade da titulação em urbanismo. "*A maior parte dos cursos é designada "Carrera de arquitectura" e oferece aos egressos a titulação de "licenciado" (diplomado) em Arquitetura*."[25]

Na Argentina são 22 cursos de arquitetura, em somente 12 dessas escolas a palavra urbanismo é contemplada

---

21 KATAKURA. P. A Formação em Urbanismo no Mercosul . São Paulo, Anais do III ENANPARQ, 2014.

22 Id ibid

23 Sistema Arco-SUR

24 Sistema Arcu-Sur – *Documento de Critérios e Indicadores para la Acreditación Regional de Carreras de Grado de Arquitectura* / 2008

25 Id ibid

em suas denominações. Grande parte delas se estrutura a partir de meados da década de 40 inserindo estudos de urbanismo em suas grades curriculares. Por exemplo, em 1946 foi fundado o Instituto de Arquitetura e Urbanismo – IAU, em Tucumán que será substituído pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Nacional de Tucumán em 1953. Da mesma forma, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Mendoza é fundada em 1961 e as Faculdades de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Buenos Aires e de Córdoba são reestruturadas a partir de 1983 com a abertura democrática no país.

Conforme informa Katakura (2014), na Venezuela "existem seis universidades públicas e quatro privadas que oferecem o curso de arquitetura" e em seguida afirma "*que a carga horária destinada às unidades curriculares de projeto de arquitetura são muito superiores àquelas destinadas ao urbanismo*"[26]. Interessante notar que na Universidade Simon Bolivar existe o curso de arquitetura e, separadamente o curso de urbanismo, ambos com cinco anos de duração.

No Uruguai existem somente duas faculdades de arquitetura e os egressos recebem o título de arquitetos. No Paraguai são três cursos sem qualquer referência aos conteúdos de urbanismo.

> *"O Peru possui em funcionamento dezoito escolas de arquitetura das quais dez incorporam urbanismo ao nome do curso. Esta incorporação, proporcionalmente maior que nos demais países do Sistema Arcu-Sul, excetuando-se o Brasil, (...) Na Bolívia, nove instituições formam arquitetos. Destas, oito oferecem o curso nas "Facultades de Arquitectura" e apenas uma na "Facultad de Arquitectura y Urbanismo".*[27]
>
> *No Chile são vinte e uma escolas e apenas uma faz menção à formação em urbanismo,..."*

No Brasil a formação do arquiteto e do urbanista é unificada e garantida por legislação, o que não acontece nos países do MERCOSUL, mas mesmo assim, o sistema Arcu-Sur incluiu os conteúdos das disciplinas de urbanismo no processo de avaliação e acreditação internacional.

Apesar de toda esta diversidade nos países do MERCOSUL, o sistema de acreditação do Arcu-Sul optou por também incluir os conteúdos do urbanismo entre os critérios de avaliação dos cursos.

O processo de avaliação realizada por meio de visita "in loco" é precedido de uma autoavaliação realizada num período que antecede essa visita.

> *"Os tópicos de autoavaliação estão divididos em quatro dimensões: Contexto Institucional, Projeto Acadêmico, Comunidade Universitária e Infraestrutura. Na Dimensão 2, "Projeto Acadêmico", avalia-se "uma formação que assegure a capacidade de abordar projetos urbanísticos e de planejamento urbano e territorial". Nesta mesma dimensão, no item "2.1.2- Conhecimentos, habilidades e competências do egresso: devem ser avaliados os conhecimentos do urbanismo e do território" e no "2.2.1 Conteúdos", deve ser avaliado "se o campo específico da arquitetura e do urbanismo está centrado no projeto, que define uma forma de integração particular de aspectos vinculados à comunicação, às ciências básicas, à tecnologia, produção, gestão e ciências sociais, particularmente à história, teoria e crítica."*[28]

Os critérios acima citados confirmam o desejo dos países membros do MERCOSUL e associados estabelecerem padrões mínimos de qualidade que incluam conteúdos importantes para a solução dos problemas de suas cidades. Denotam a preocupação destes países com a formação de profissionais com habilidades e competências para lidar com problemas de infraestrutura, mobilidade, habitação e meio ambiente, cada dia mais graves nas cidades e que representam entraves ao crescimento econômico e desenvolvimento social.

Embora os critérios de acreditação incluam a análise de conteúdos do urbanismo, percebe-se nos currículos de algumas escolas da Venezuela e da Bolívia, a existência de unidades curriculares do urbanismo muito ligados à teoria e história. Algumas delas propõem análises e leituras urbanas com raras atividades propositivas. Vigora a ideia de que as questões urbanísticas estão incorporadas em todas as disciplinas de projeto arquitetônico que

---

26 KATAKURA. P. A Formação em Urbanismo no Mercosul . São Paulo, Anais do III ENANPARQ, 2014

27 Id ibid

28 Id Ibid loc cit

realizam análises das condicionantes do entorno e ambiente nos estudos de implantação.

4. O ensino do urbanismo.

As teorias e procedimentos referentes aos conhecimentos em urbanismo apresentam-se em grande parte dos currículos e projetos pedagógicos dos cursos nos países membros do Sistema Arcu-Sul. Entretanto a prática por meio do exercício de projeto nem sempre recebem espaço destacado.Com relação ao ensino no Brasil, as horas destinadas aos conhecimentos necessários para enfrentar as áreas de atribuição do arquiteto e urbanista nos cursos de arquitetura e urbanismo, nem sempre dão conta dessa tarefa.

> *"[...] a legislação no Brasil, que hoje inclui o Estatuto da Cidade, planos diretores, leis de uso e ocupação do solo, códigos de obras, legislação ligada ao licenciamento ambiental, impacto ambiental, gestão de resíduos, saneamento, acessibilidade entre outros, exige o oferecimento de unidades curriculares específicas, desvinculadas daquelas destinadas ao desenvolvimento de projetos de edificação."*[29]

5. Considerações

A diferença entre os processos de formação e respectivo exercício profissional do arquiteto e do urbanista nos países do MERCOSUL e no Brasil tem dois aspectos.

Em primeiro lugar, os cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil englobam conteúdos disciplinares em arquitetura e urbanismo sem valorização de um aspecto em detrimento do outro e nos paíse do MERCOSUL os cursos de arquitetura se desenvolvem dando maior ênfase ao edifício e sua inserção no meio ambiente e os problemas urbanos são tratados nos ateliers de projeto de edificações e como afirma Katakura,

> *"Embora os critérios de acreditação incluam a análise de conteúdos do urbanismo, percebe-se nos currículos de algumas escolas da Venezuela e da Bolívia, a existência de unidades curriculares do urbanismo muito ligados à teoria e história. Algumas delas propõem análises e leituras urbanas com raras atividades propositivas. Vigora a ideia de que as questões urbanísticas estão incorporadas em todas as disciplinas de projeto arquitetônico que realizam análises das condicionantes do entorno e ambiente nos estudos de implantação".*[30]

Em segundo lugar, existem diferenças em relação a legislação para o exercício profissional. No Brasil, o urbanismo e o planejamento urbano são atribuições específicas e exclusivas dos arquitetos e urbanistas, atribuições essas garantidas pelo CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo. A lei que estabeleceu a criação desse orgão profissional é clara quanto aos aspectos que envolvem o desenho urbano e o planejamento territorial, assim o item V das atribuições profissionais deixam claras essas atividades.

> *V - do Planejamento Urbano e Regional, planejamento físico-territorial, planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional fundamentados nos sistemas de infraestrutura, saneamento básico e ambiental, sistema viário, sinalização, tráfego e trânsito urbano e rural, acessibilidade, gestão territorial e ambiental, parcelamento do solo, loteamento, desmembramento, remembramento, arruamento, planejamento urbano, plano diretor, traçado de cidades, desenho urbano, sistema viário, tráfego e trânsito urbano e rural, inventário urbano e regional, assentamentos humanos e requalificação em áreas urbanas e rurais;*[31]

---

29 KATAKURA. P. A Formação em Urbanismo no Mercosul . São Paulo, Anais do III ENANPARQ, 2014

30 Id Ibid

31 Lei 12.378 de 31de dezembro de 2010.

Nos países do MERCOSUL a maior parte dos títulos atribuidos referem-se à profissão de arquiteto. Eventualmente encontra graduação específica em urbanismo como na Venezuela e formações complementares em cursos de especialização e pos-graduação.

A influência da organização da formação do arquiteto e do urbanista no Brasil, a partir da unicidade da formação e da legislação vigente aparece na organização do processo de avaliação dos cursos inseridos no processo de creditação institucional dos cursos nos países participantes do MERCOSUL. Assim, ao avaliar o Projeto Acadêmico, avalia-se também aspectos relativos à capacidade do egresso de abordar os desafios colocados pelo mercado de trabalho, tanto na área do projeto de edificações como do projeto urbanos e do planejamento territorial.

A influência do processo de ensino no Brasil, definidos pelas Diretrizes Nacionais, na formação dos requisitos de avaliação no Sistema Arco-Sul é claro na medida em que as escolas que se inscrevem para a certificação necessariamente seguem os conteúdos exigidos pela legislação brasiliera, Entretanto, é interessante reafirmar que no Brasil, em função do exiguo número de horas mínimas definidas pelo Ministério da Educação (3600 horas) para os cursos de arquitetura e urbanismo, dificilmente é possível aprofundar os conhecimentos exigidos pela complexidade que a legislação de uso do solo, tanto urbano como regional.

Os aspectos acima elencados assemelham-se às atribuições profissionais definidas pelo CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, o qual estabelece com clareza as atribuições profissionais exclusivas dos arquitetos e urbanistas, assim como as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Arquitetura e Urbanismo.

Bibliografia

Legislação:

RESOLUÇÂO MEC/CNE/CES n. 6, de 2 de fevereiro de 2006 modificada pela RESOLUÇÂO nº2 de 17 de junho de 2010.

LEI nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010 - regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo no Brasil e cria o CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil.

SISTEMA ARCO-SUR (2008) -Sistema de Acreditación de Carreras Universitárias para el Reconocimiento Regional de la Calidad Academica de sus Respectivas Titulaciones en el Mercosul Y Estados Asociados/2008 – Sistema ARCO-SUR *Documento de Critérios e Indicadores para la Acreditación Regional de Carreras de Grado de Arquitectura* / 2008

Livros:

FICHER, Sylvia, (2005) *Os Arquitetos da Poli – Ensino e Profissão em São Paulo*, São Paulo, EDUSP.

Publicações online:

OLIVEIRA, Cléo A.P. **e** PERPÉTUO, Maini de O**.** O *ensino na primeira escola de arquitetura do Brasil.*

http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.066/408 (consultado em 04-04 -2013).

Artigos em revista:

SALVATORI, Elena. (2008) *Arquitetura no Brasil: Ensino e Profissão.* Porto Alegre: Editora Unisinos, arquitetura revista.v. 4, n. 2:52-77, julho/dezembro.

Publicação em Anais:

KATAKURA. P. (2014) *A Formação em Urbanismo no Mercosul* . São Paulo, Anais do III ENANPARQ.

Teses:

SEGNINI, Francisco. *A profissão do arquiteto no Brasil*-Tese de Livre docência – FAUUSP, São Paulo, 2012.

Sites:

www.abea.org.br – consulta em 26/11/2014

www.cau.org.br – consulta em 26/11/2014

Tabelas e figuras:

Expansão dos cursos de arquitetura e urbanismo - Brasil, 1930-2010

Fonte - Gráfico elaborado pelo Prof. Dr. Fernando Costa. Apresentado na XVI CONABEA/2011

As Interseções Entre o Brasil e os Palop: O Programa Estudante-Convênio de Graduação e a Cooperação Acadêmica do Brasil.

MARQUES, Lorena de Lima.
Mestranda em Estudos Étnicos e Africanos na Universidade Federal da Bahia
ore_marques@hotmail.com

Resumo: No âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento, o Brasil tem realizado vários projetos em parceria com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (doravante, PALOP)[1] em áreas como educação, saúde, energia, agricultura, entre outras e que se inserem na perspectiva da Cooperação Sul-Sul. Nesse sentido, esse artigo busca analisar a influência e a importância da cooperação acadêmica do Brasil expressa pelo Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) na formação dos quadros dos PALOP, sobretudo, da Guiné Bissau. A pesquisa bibliográfica foi realizada orientando-se pelos debates acerca da Cooperação Sul-Sul (CSS), em especial, a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional e o histórico dos PALOP, utilizando como estudo de caso a Guiné Bissau no contexto colonial e pós-colonial a fim de compreender o déficit educacional nesse país, que se estende do ensino básico ao ensino superior; fato que motiva a necessidade de se firmar acordos de cooperação acadêmica que possibilitam a formação de quadros no exterior.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento, PALOP, Guiné Bissau, Educação Superior, Cooperação Acadêmica.

INTRODUÇÃO:

A Cooperação Sul-Sul, uma das vertentes da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) tem constituído eixo central no processo de projeção internacional do Brasil. Esta modalidade de cooperação tem se apresentado desde os anos 70 como alternativa ao modelo de cooperação até então vigente, o modelo Norte-Sul, institucionalizado em um contexto de pós-Segunda Guerra Mundial. Em um cenário de Guerra Fria, a segurança militar, traduzida pela necessidade de evitar outra guerra e a segurança econômica e social eram as principais questões que dominavam a agenda internacional. À vista disso, foi criado nos Estados Unidos o Plano Marshall, 1947, que tinha como objetivo a reconstrução dos países capitalistas da Europa e afastá-los da "ameaça comunista" (PUENTE, 2010). Com o advento do processo de descolonização afro-asiático e a emergência da problemática do subdesenvolvimento, os países do Terceiro Mundo tornaram-se destinatários de ajuda internacional. Nesse sentido, de acordo com Leite (2012), o marco foi o lançamento do Programa do Ponto IV, em 1949, no qual, em discurso enviado ao Congresso, Truman, o então presidente dos Estados Unidos, enfatizou a necessidade de ajuda às economias subdesenvolvidas.

Em um contexto de bipolaridade, na ótica do doador, os elementos motivacionais eram predominantemente políticos, econômicos, comerciais e militares, embora quase sempre camuflados por discursos de solidariedade e de ajuda desinteressada. A CID era utilizada, sobretudo, pelas duas grandes potências (EUA e URSS) para promover o comércio e seus interesses econômicos assim como manter alianças estratégicas e influência política sobre os países de sua órbita (PUENTE, 2010).

Mas a final, o que vem a ser a CID? A definição de CID como lembra Ayllón (2006), não possui validade para todo tempo e lugar, uma vez que varia em função das políticas e valores presentes nas relações internacionais e nos acontecimentos históricos. Entretanto, em termos gerais, pode ser entendida como um sistema de articulação entre as políticas dos Estados e dos atores não governamentais (empresas, indivíduos, ONGs), com

1Compreende Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

um conjunto de normas difundidas, ou até prescritas por Organizações Internacionais e a crença na promoção do desenvolvimento em bases solidárias como forma de minimizar as desigualdades entre as nações (MILANI, 2012).

Estando as políticas de CID vinculadas ao tempo e ao lugar, além dos interesses dos doadores, o pensamento destes acerca do conceito de desenvolvimento e a melhor forma de alcançá-lo também é relevante para a construção das políticas. Entre as décadas de 1950 e de 1960, anos iniciais da institucionalização da CID, as ideias de desenvolvimento e crescimento econômico estavam atreladas. O caminho para o desenvolvimento estava associado à entrada maciça de capital externo nas economias subdesenvolvidas; a causa do subdesenvolvimento era então atribuída à escassez de capital e de conhecimentos técnicos, preenchidos via a assistência externa (financeira) e a assistência técnica, respectivamente. Essas ideias foram influenciadas pelo sucesso do Plano Marshall na reconstrução da Europa. (PUENTE, 2010).

A lógica de desenvolvimento estritamente economicista e baseada na renda *per capita* começou a ser questionada nos anos 70, quando os analistas se dão conta que os influxos de capital não conseguem prover o ‘‘arranque’’ das economias dos países em desenvolvimento, muito menos, como lembra Puente (2010), o crescimento autossustentável. Ademais, a partir deste período torna-se relevante fator de análise, a dimensão social do desenvolvimento. No mais, há percepção de que as relações Norte- Sul (verticalizadas e assimétricas) se assentavam em uma lógica prejudicial aos interesses do Sul e o modelo ocidental de cooperação e de desenvolvimento passa a ser questionado (LEITE, 2012; PUENTE, 2010). Essa percepção fomentou a busca de alternativas dos países do Sul para aumentar o seu poder de barganha frente às nações desenvolvidas e promover o desenvolvimento internacional.

Apesar dos avanços, o ideal de desenvolvimento ocidental ainda é ‘‘motor’’ das políticas de CID hodiernas, sobretudo das tracionais (Norte-Sul), compreendido como um caminho linear a ser perseguido a partir de experiências dos países desenvolvidos e a crença de que os conhecimentos disponíveis podem ser transferidos e aplicados de maneira universal (MILANI, 2012).

Feitas essas breves considerações a cerca da CID, expressa por meio da cooperação norte-sul, ressalta-se que este artigo tem o objetivo de tecer considerações iniciais sobre a cooperação brasileira- compreendida como alternativa ao modelo tradicional- com a Guiné Bissau por meio do Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G). Pretende-se compreender quais as motivações que levam os jovens guineenses a deixar a sua pátria, os seus amigos e os seus familiares para estudar no Brasil. O artigo explora o percurso histórico da Guiné Bissau e os fatores que ocasionaram o desenvolvimento tardio do seu sistema educacional, sobretudo da educação superior e a importância da cooperação acadêmica brasileira e do PEC-G para a formação dos quadros guineenses, através das seguintes etapas metodológicas: uma discussão histórica e conceitual acerca da cooperação sul-sul e da cooperação brasileira para o desenvolvimento; um breve percurso histórico da Guiné Bissau e da institucionalização da educação superior e em terceiro lugar, a cooperação acadêmica brasileira expressa pelo PEC-G. Por este artigo ser parte de uma pesquisa de mestrado ainda em andamento, o trabalho apresenta algumas discussões iniciais acerca da relevância do programa para o Estado e para os estudantes guineenses, assim como para a política externa brasileira.

BREVE HISTÓRICO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL E DA COOPERAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO.

As primeiras articulações entre os países do Sul (subdesenvolvidos e em desenvolvimento) começaram a ser desenhadas na segunda metade do século XX, a exemplo (i) da Primeira Conferência de Países da Ásia e da África realizada na cidade de Bandung, Indonésia, em 1955e que inspirou o Movimento dos Não Alinhados, concretizado durante a Conferência de Belgrado em 1961; (ii) da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em 1964, que culminou na formação o Grupo dos 77 (G-77) pelos países latino-americanos, africanos e asiáticos e (iii) da Conferência de Buenos Aires e o seu Plano de Ação sobre Cooperação Técnica entre os Países em Desenvolvimento (1978) que lançou as bases para esta modalidade de cooperação (PUENTE, 2010; MILANI, 2012).

Essas articulações políticas e comerciais foram resultantes da percepção de que o modelo de cooperação vigente estava assentado sobre bases assistencialistas, eivado de condicionalidades, determinantes político-estratégicos e conectado fortemente a interesses comerciais dos doadores; dessa forma, pouca contribuição trazia aos objetivos de desenvolvimento econômico e ainda perpetuava esquemas de dependência (PUENTE, 2010). Nessa perspectiva, a Cooperação Sul-Sul (CSS) era compreendida como alternativa ao modelo de cooperação norte-sul,fundamentada no incentivo às relações entre os países em desenvolvimento a fim de que pudessem cooperar para resolver os seus próprios problemas com base em identidades compartilhadas, esforços comuns, interdependência e reciprocidade (MILANI, 2012).

Apesar de ganhar força nos anos de 1970 a partir das críticas ao modelo de cooperação Norte-Sul, desde a adoção da Política Externa Independente (PEI), a prática da CSS vem fazendo parte da política externa brasileira. A PEI, que vigorou de janeiro de 1961, no governo de Jânio Quadros até o final do governo de João Goulart e advento do regime militar, em março de 1964,partia de uma visão universal, sem descuidar do regional; possuía um caráter nacionalista e pragmático, pois buscava os interesses do país sem preconceitos ideológicos e adotava uma postura independente em face de outras nações que tinha relacionamento preferencial com o Brasil. Ademais, teve a intenção de promover a abertura para a África e concomitante afastamento na Organização das Nações Unidas (ONU) das posições de Portugal salazarista, que praticava o colonialismo (CERVO, 2008).

Sob o contexto da bipolaridade e da descolonização, mas também de princípios como o não alinhamento, o Brasil foi impulsionado a buscar novas parcerias e novas formas de inserção internacional. Até os anos 70, o país figurava apenas como receptor de ajuda externa, um ‘‘país de renda média-baixa’’. Anos depois, avançou nos domínios do desenvolvimento social (combate à desigualdade e à pobreza, melhora nos níveis de educação, emprego e renda) a ponto de poder contribuir com países que enfrentavam problemas semelhantes (LOPES, 2008). Assim, em 1987, foi criada a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento,

Com a finalidade de coordenar, negociar, aprovar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, a cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, recebida de outros países e organismos internacionais e entre o Brasil e países em desenvolvimento.[2]

Dessa forma, o Brasil configura no âmbito da cooperação internacional, como país receptor e doador**.** Na década passada, em especial durante o Governo Lula da Silva (2003-2010) houve um crescimento sem precedente da cooperação brasileira para o desenvolvimento, em especial das relações do Brasil com o Continente Africano.O então presidente retomou o interesse pela África, calcando-o em bases mais sólidas: cooperação para o desenvolvimento, relações políticas, econômico-comerciais. Segundo Amorim (2003),

Os países de língua portuguesa olham para o Brasil como fonte de cooperação técnica e prestação de serviços no campo da educação e formação profissionalizante. Existe também grande interesse pelos avanços da agricultura brasileira e um desejo de intensificar os contatos voltados ao desenvolvimento rural. São Tomé e Príncipe procura estabelecer parcerias com sócios estrangeiros na exploração de suas riquezas petrolíferas. Além disso, deseja o nosso apoio para a regulamentação do setor. Com a instalação de embaixada do Brasil em São Tomé, estaremos presentes em todos os integrantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (AMORIM, 2003).

No discurso de posse de Luiz Inácio Lula da Silva, observam-se dois pontos importantes no campo da cooperação brasileira para o desenvolvimento: o interesse em promover o retorno do continente africano como área relevante na agenda internacional do Brasil e o aprofundamento das relações com a China, a Índia, a Rússia e a África do Sul. Em seu discurso, Lula reafirmou os laços profundos que unem o Brasil e a África e a disposição de contribuir ativamente para o desenvolvimento das enormes potencialidades do continente (LULA, 2003)[3].

Dentre os parceiros do Brasil destacam-se os países da América Latina, Caribe e da África, sobretudo os

---

2 Disponível em: http://www.abc.gov.br/SobreAbc/Direcao/CGPD. Consultado em: 15 de dezembro de 2013.

3Disponível em: file:///C:/Users/Acer%20Espire/Downloads/posse%20lula%202003%20(1).pdf. Consultado em: 20 de novembro de 2014.

PALOP. Moçambique é o principal beneficiário de projetos de cooperação e Angola, o destino de eleição do investimento privado brasileiro na África (CABRAL, 2011). Ademais, podem-se destacar como importantes projetos de cooperação, a construção do primeiro escritório internacional da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em Moçambique, em 2008, com o objetivo de produzir vacinas, sobretudo para doenças endêmicas no continente; a fábrica de antirretrovirais, a primeira fábrica de remédios pública do Continente. A participação da EMBRAPA, fundamental na formulação e execução de projetos de cooperação na área agrícola; as ações no campo da segurança alimentar que fomenta a competitividade de lavouras locais; projetos de apoio ao setor algodoeiro no Mali, Benin, Burkina Faso e Chade (Cotton-4); os investimentos de empresas brasileiras a exemplo da Vale do Rio Doce, Odebrecht, Petrobrás. (ALBUQUERQUE, 2011).

Na área da educação, além dos projetos de cooperação técnica (ensino profissionalizante, Escola para Todos) é relevante o Programa Estudante-Convênio (PEC), no qual universidades brasileiras disponibilizam vagas para estudantes, de graduação e pós-graduação, oriundos de países em desenvolvimento, os quais possuem acordos de cooperação educacional com o Brasil. (ALBUQUERQUE, 2011).

Segundo dados do IPEA/ABC (2010), entre 2005 e 2009 a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional alcançou a cifra de R$2,9 bilhões. Desse valor, mais de 76% corresponde a contribuições para organizações internacionais e regionais, cabendo às demais modalidades (assistência humanitária, concessão de bolsas de estudo e cooperação técnica), quase 24% do total. A concessão de bolsas de estudo para estrangeiros é uma modalidade na qual o Brasil é tradicional cooperante; depois das contribuições a organismos internacionais é a que mais destina recursos internacionais, quase 10% do total (R$ 284,07 milhões). Depreende-se então que o país não se apresenta como um doador líquido de recurso, visto que o objetivo é compartilhar os êxitos e as melhores práticas em áreas consideradas mais relevantes pelos próprios países receptores, mormente a educação básica, o ensino profissionalizante, agricultura, energia, saúde e administração pública.

O Itamaraty define a cooperação técnica brasileira como:

A cooperação técnica sul-sul brasileira caracteriza-se pela transferência de conhecimentos, pela ênfase na capacitação de recursos humanos, pelo emprego de mão-de-obra local e pela concepção de projetos que reconheçam as peculiaridades de cada país. Realiza-se com base na solidariedade que marca o relacionamento do Brasil com outros países em desenvolvimento. Fundamenta-se no princípio constitucional da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. A cooperação técnica brasileira é livre de condicionalidades e construída a partir da manifestação de interesses de parte dos parceiros *'demanddriven'*. [4]

Mas, para além do discurso, o que mudaria com a CSS? Os países em desenvolvimento, outrora receptores da cooperação e hoje prestadores, estão atentos para os riscos de se reproduzir os modelos anteriormente criticados? (*top down,* não participativa). Conforme Carlos Milani e Iara Leite (2012), dizer em que medida determinada relação entre dois países do Sul pode ser qualificada como CSS e diferenciada da Cooperação Norte-Sul é uma questão empírica e não um pressuposto. Afirma a autora que esses contatos são cooperativos apenas se ambas as partes se sentirem recompensadas pela relação. Antes que o processo seja empiricamente demonstrado, ressalta ela, o ideal é referir-se aos diversos contatos como ''relações sul-sul'', não Cooperação Sul-Sul. (LEITE, 2012). A fim de refletir sobre essas questões, os próximos itens discorrem sobre as particularidades da cooperação brasileira com a Guiné Bissau expressa pelo PEC-G.

GUINÉ BISSAU: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO.

Para a avaliação dos acordos e projetos de CSS e do grau de eficácia e de eficiência destes nas sociedades as quais se destinam, é importante compreender a realidade local e ''pensar seus impactos também na perspectiva do ''outro'' que é beneficiário da cooperação prestada''. (MILANI, 2012, p. 213). Desta forma, evita-se a reprodução de projetos do tipo *top down,* verticalizados, centrados principalmente nos interesses dos prestadores e quase sempre sem a participação dos países receptores; modelo criticado pelos países em desenvolvimento (Brasil, Índia, China, México, África do Sul, Venezuela, entre outros), hoje prestadores de

4Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/temas/cooperacao-tecnica. Consultado em: 24 de março de 2013.

cooperação. Ademais, é relevante o estudo e a compreensão da realidade guineense, sobretudo do percurso histórico e educacional do país, o porquê da criação tardia de escolas, do liceu e da Universidade, fatores que implicaram e ainda implicam na necessidade da formação de quadros no exterior e, por conseguinte, da cooperação acadêmica.

Administrativamente, a Guiné Bissau está distribuída em oito regiões: Bafatá, Biombo, Tombali, Boloma Cacheu, Gabu, Oio, Quinara e o setor autônomo de Bissau (capital), com uma população de 1.520.830[5] habitantes distribuídos em mais de 30 grupos étnicos, entre eles: Balantas, Fulas, Mandingas, Manjacos, Pepeis, Beafados, Bigajós, Mancanhas, Felupes, Nalus. Além das línguas nativas faladas por cada grupo, há o crioulo, surgida a partir dos contatos entre os povos da terra e o colonizador português. De acordo com Cá (2009), o crioulo vem facilitando a comunicação entre os diversos grupos étnicos guineenses, já que o português, apesar de língua oficial, na prática, só é falado nas escolas (dentro das salas de aula, para ser mais preciso) e na comunicação com estrangeiros.

A Guiné Portuguesa (nomenclatura vigente até à independência em 1973) foi descoberta pelo navegador português Nino Tristão em 1446. O território sempre foi habitado por diferentes grupos étnicos identificados pelos colonizadores como ‘‘guinéus’’ (DJALÓ, 2014) e, até a Conferência de Berlim, em 1884, a presença portuguesa se restringia a entrepostos comerciais nas franjas do território. Só após a ‘‘partilha da África’’ realizada entre as potências capitalistas europeias durante a Conferência de Berlim, inicia-se a tentativa de ocupação efetiva do território, finalizada apenas em 1936 após a campanha de ‘‘pacificação’’ (DJALÓ, 2014; CÁ, 2009).

Até antes da chegada dos colonizadores não havia instituições escolares na atual Guiné Bissau, mas isso não significava a ausência de ensino-aprendizagem; ‘‘as pessoas aprendiam pela participação na vida do grupo familiar e da comunidade integrando-se nos trabalhos de campos, escutando histórias dos velhos e assistindo às cerimônias conjuntas’’ (CÁ, 2005, p. 27). Foi o regime colonial que implantou as primeiras instituições de ensino, entretanto, a educação era destinada apenas a uma pequena parcela da população, a fim de atender os interesses do colonizador que era criar pontes entre os indígenas (nativos) e o colonizador, mas também formar indivíduos que pudessem auxiliar na administração colonial (DJALÓ, 2014; CÁ, 2005; CÁ, 2009).

Durante a colonização, como fator de dominação (dividir para reinar), os portugueses dividiram a sociedade guineense em duas categorias: assimilados e indígenas. A assimilação era o meio pelo qual o indígena (indivíduo nativo, da raça negra e seus descendentes) podia juntar-se aos civilizados (assimilados), cujos critérios eram: falar bem o português, ter rendimento suficiente para sustentar o candidato e a sua família, ter bom caráter, cumprir o serviço militar, ter pelo menos 18 anos, comer à mesa, entre outros. Os ‘‘não civilizados’’, eram, em 1950, 502.457, enquanto os ‘‘civilizados’’ constituíam uma população de 1.498, apenas 0,29% (CÁ, 2005); apenas a esses últimos e aos portugueses eram garantidos os direitos civis. Quanto o acesso à educação, os assimilados frequentavam as escolas centrais, administradas pelos portugueses, enquanto os indígenas, as escolas de missão católica, nas quais, por meio de uma educação rudimentar, aprendiam basicamente a ler, a escrever, a contar e uma profissão. Leopoldo Amado (2005) ressalta que o ensino na Guiné Bissau começou a se tornar realidade nos anos de 1940, quando a educação dos ‘’indígenas’’ foi confiada às missões católicas. Além disso, nota que não mais de 1% de toda população possuía alguma educação elementar, uma vez que no território guineense havia apenas escolas de educação básica (4º ano). Os alunos que se destacavam (assimilados) eram enviados para prosseguir os estudos em Cabo Verde e em seguida, Portugal, como ocorreu com Amílcar Cabral, principal líder da independência guineense. (DJALÓ, 2014). Somente em 1958 foi criado em Bissau o primeiro liceu, Honório Barreto (atual Liceu Nacional Kwame N’Krumah), dedicado, sobretudo, aos assimilados e aos poucos europeus residentes no país. Após a independência, como ressalta Cá (2009), não havia mais a divisão entre escola central (destinada aos assimilados), escola da missão católica (destinada para os ‘‘indígenas’’) ou escolas das zonas liberadas (organizadas pelo PAIGC durante o processo de luta armada). A base, segundo a autora, era um único modelo de escola (pública) para o povo da Guiné Bissau, modelo este controlado pelo PAIGC e com metodologia de ensino voltada para a realidade guineense, diferentemente do

5 Disponível em: http://www.stat-guinebissau.com/nada41/index.php/catalog/10. Consultado em: 23 de novembro de 2014.

período anterior no qual a educação contemplava a realidade portuguesa (geografia, sociedade, cultura).
Observa Djaló (2014) que a estrutura de ensino colonial, altamente seletiva e discriminatória, tinha como objetivo apenas educar um número reduzido de indivíduos (nativos assimilados) que pudessem auxiliar na administração colonial. No mais, nota que:

> Compreendia-se, de fato, que para os nativos guineenses, quanto mais tivessem acesso a esta educação, mais estariam munidos de condições para estar frente a esta dominação colonial; isso para o sistema colonial era ameaçador. No entanto, essas estratégias e táticas que fizeram com que o sistema colonial deixasse o índice de 98% de analfabetismo. Portanto, essa porcentagem, representou desafios enormes ao Estado pós-independência, não só em termos de educação, mas também para a construção do Estado Nacional da Guiné-Bissau, que tinha de reprogramar a sua estrutura enquanto Estado emergente. Algo que exigia, tanto recursos econômicos, como humanos. Quarenta anos mais tarde, os indicadores da educação na Guiné-Bissau melhoraram; os dados do último senso de 2012 apresentavam 45% de índice de analfabetismo. Melhoraram os dados, sim, mas há, ainda, muito para ser feito, sobretudo na educação superior. (DJALÓ, 2014, p. 5 e 6).

O movimento pela libertação da então Guiné Portuguesa começou em 1956 com a fundação do Partido Africano para a Libertação da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) por Amílcar Cabral. O país conheceu a independência em 24 de setembro de 1973 (reconhecida por Portugal em 1974) após onze anos de luta armada, iniciada em 1963. A independência, todavia, não representou estabilidade e desenvolvimento para o novo Estado; os anos que se sucederam, sobretudo após 1980, foram de violência e instabilidade, com uma série de golpes e tentativas de golpes de Estado. Mesmo hoje, 40 anos após a conquista da independência política, o Estado e o povo da Guiné Bissau agonizam com uma economia em colapso, um Estado frágil,pobreza extrema, desemprego, baixa expectativa de vida, altos níveis de corrupção, instabilidade política fomentada pela incapacidade de entendimento entre os civis e os militares, divisões interetnicas acirradas e utilizadas como plataforma política, entre outras questões.
Inicialmente, entre 1974 e 1991, o país viveu sob um regime de partido único encabeçado pelo PAIGC e em decorrência dessa estrutura política,

> Constitucionalmente, o Estado é concebido como uma estrutura orgânica, subordinada e instrumental, vocacionada para a realização do programa e objetivos do PAIGC, resultando desta concepção de Estado um regime político e um sistema de governo monolítico, com forte pendor ditatorial, com todo o seu cortejo de atroz repressão (AMADO, 2005, p. 123).

Desde o ano de 1980, quando se perpetrou o primeiro golpe de Estado na Guiné Bissau, liderado por João Bernardo Vieira (o Nino Vieira) e denominado de ‘‘Movimento Reajustador’’, o país vivencia uma espiral de conflitos que impede o desenvolvimento social, econômico e político. Amado (2005) considera que as suas causas (profundas e multifacetadas) reportam ao período de luta pela libertação nacional e às contradições mal resolvidas, relacionadas às expectativas criadas pelos combatentes durante as lutas de libertação. Anos após o golpe liderado por Nino Vieira, já na década de 90, teve início o processo de ‘‘transição democrática’’ por exigência das instituições financeiras internacionais, nomeadamente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) como condicionante da manutenção da ajuda externa, haja vista a parceria do governo com essas instituições por meio dos Programas de Ajustamento Estruturais (PAE). Em 1994 foram realizadas as primeiras eleições multipartidárias com a vitória de Nino Vieira.
Amado (2005) observa que neste contexto, marcadamente caracterizado pela luta por poder, pode-se dizer que a diversidade de formações políticas (resultantes das exigências externas e propiciadas por um contexto liberal) e o salutar jogo democrático acabaram por ser utilizados com intuitos eleitoreiros, contribuindo para tornar ainda mais vulnerável a embrionária consciência nacional forjada durante as lutas pela libertação. Como resultado, em junho 1998 eclodiu a Guerra Civil que durou até maio de 1999 e opôs o então residente Nino Vieira ao Chefe de Estado Maior, general das forças armadas, Ansumare Mané. Este conflito traduziu as dificuldades do país em conciliar os anseios civis e os militares que remontam às lutas de libertação nacional

e que ainda hoje criam sentimentos de instabilidade no país; ademais, destruiu as incipientes infraestruturas e afetou negativamente as esferas sociais, econômicas, políticas e ainda hoje suas consequências são percebidas. As eleições seguintes (presidencialistas e legislativas), convocadas e realizadas ainda em 1999confirmaram a vitória de Kumba Yalá do Partido da Renovação Social (PRS) em detrimento do PAIGC que estivera no poder desde a independência. Kumba Yalá que governou sob acusações de ''balantização do poder''[6], foi deposto em 2003, sendo em seguida reeleito Nino Vieira. Este governou até 2009, quando foi assassinado. Em abril 2012, a Guiné Bissau enfrentou um novo golpe de Estado orquestrado por militares que destituíram o presidente interino Raimundo Pereira e o Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior. Dois anos depois, os guineenses voltaram às urnas e escolheram como presidente José Mario Vaz, movidos pela crença na reconstrução da liberdade conquistada a duras penas em 1973, nas possibilidades de mudanças políticas, fortalecimento das instituições democráticas e do estado de direito, no fortalecimento do sentimento nacional e, por conseguinte, na possibilidade de desenvolvimento econômico e social.

Em resumo, o país, de 1973 a 1991 foi governado por um regime de partido único, de caráter repressor e ditatorial. As primeiras eleições livres foram realizadas 20 anos após a independência, em 1994, na qual se manteve a liderança do PAIGC. A situação política, social e econômica da Guiné Bissau deteriorou-se ainda mais após a Guerra Civil de 1998 que durou até 1999. A partir do ano 2000 o país confronta-se com sucessivos governos que, em média, não ultrapassam períodos de seis meses (2000-2004) e, de dois anos (2004-2009).[7]

Este breve percurso histórico é relevante para compreender que apesar do atraso econômico e social deixado pelo regime colonial português, os guineenses, sobretudo as elites e os líderes políticos não estão isentos de culpa pela instabilidade política, econômica e social o país. É necessário denunciar os séculos de exploração e as atrocidades cometidas pelos europeus na África e, sobretudo, pelos portugueses na Guiné Bissau, mas também é relevante a união e a luta, assim como durante o processo de libertação nacional, do povo guineense a fim de estabelecer novos rumos para o país.

A EDUCAÇÃO COMO UM DOS PILARES DE UMA SOCIEDADE NASCENTE.

Desde o período da luta armada a educação foi questão prioritária nas ações do PAIGC, sobretudo do seu líder Amílcar Cabral. A concepção de liberdade deste ia além dos ideais políticos e de conquista formal da independência, perpassava também pela liberdade cultural e de acesso ao conhecimento, importantes construtores do ideal de nação, de unidade nacional e de desenvolvimento. Motivados pela perspectiva da educação como fator revolucionário, em 1965, os militantes do PAIGC organizaram na Guiné Conakry (país que servia de apoio às ações do PAIGC) a Escola Piloto, posteriormente implantada nas zonas libertadas e cerne das políticas educacionais do partido. Nesse sentido, a ampla formação de quadros (negligenciada durante o colonialismo) foi uma das diretrizes do PAIGC mesmo após a independência.

Depois da independência, a Guiné Bissau se confrontou com a carência de quadros qualificados para levar a diante a construção do Estado e da nação, já que o colonialismo português deixou como saldo o índice de 98% de analfabetismo (CÁ, 2009), poucas e ineficientes escolas, poucos diplomados com curso superior e nenhuma instituição de ensino superior, fatos que constituíam obstáculos para a formação interna dos guineenses. A cooperação internacional no domínio da educação tornou-se então uma necessidade. Os acordos bilaterais eram firmados com países parceiros, sobretudo União Soviética e os países da Europa Oriental, Cuba, Portugal e Brasil para o envio de estudantes guineenses para a formação no exterior. É nesse contexto que a Guiné Bissau e o Brasil realizam acordos de cooperação educacional, cultural e científico responsáveis pela presença de estudantes guineenses nas Instituições de Ensino Superior do país, por meio do Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G).

6Durante o Governo de KumbaYalá, os altos cargos da administração pública eram ocupados, em sua maioria, pelos *balantas,* grupo étnico ao qual pertencia o presidente.

7 Dados do II Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, 2011. Disponível em: http://www.imf.org/external/lang/Portuguese/pubs/ft/scr/2011/cr11353p.pdf. Consultado em: 03 de dezembro de 2014.

Apesar da cooperação externa, o Estado não abriu mão de discutir a formação interna dos seus quadros e considerar a possibilidade de criar instituições de ensino. No entanto, a Guiné Bissau figura como um dos últimos países africanos a ter uma Universidade, até mesmo entre os demais países de colonização portuguesa em África. O ensino universitário em Angola e em Moçambique teve início em 1962, culminando em 1968 na criação de Universidades públicas. Em Cabo Verde a primeira universidade foi criada em 1995 e contou com o apoio brasileiro em termos de planejamento e na qualificação do corpo docente. Já em São Tomé e Príncipe a primeira Universidade Pública foi instituída em 2014[8], extinguindo-se o Instituto Superior Politécnico criado em 1998 (AUGEL, 2009).

O atraso no sistema educacional básico, elementar e superior como discutido no item anterior, tem como origem a política colonial desenvolvida por Portugal, mas também decorre das instabilidades e dos conflitos que se seguiram e se mantém desde a independência. De acordo com Amado (2005, p.113), em 1961, período que antecedeu o início da luta armada pela libertação nacional, apenas 11 guineenses tinham diploma de Estudos Superiores, todos licenciados em Portugal como "portugueses assimilados, tendo em vista apenas a necessidade do sistema colonial de dispor de quadros técnicos, mesmo que minimamente, para trabalhar na administração local.

A Guiné Bissau dispõe de uma estrutura educacional superior recente, como demonstram Sani (2013), Sucuma (2013) e Djaló (2014); em uma breve retrospectiva, lembremos a trajetória do ensino técnico, superior e de pesquisa no país iniciada nos anos 70. Inicialmente, o foco das políticas educacionais do partido estava na constituição de escolas de formação técnica, a exemplo (i) da Escola Nacional de Saúde criada em 1975 com o objetivo de formar quadros técnicos para o Sistema Nacional de Saúde, (ii) da Escola de Formação Amílcar Cabral criada também em 1975 com o intuito de formar professores de ensino básico e (iii) do Deslocamento Pedagógico de Vanguarda "Tchico Té", uma escola de formação de professores para o ensino secundário datada de 1979. Tendo em vista a necessidade de resolver o problema da falta de quadros técnicos para a administração pública e privada foi criado em 1982 o Centro de Formação Administrativa (CENFA), atual Escola Nacional de Administração.

Em termos de educação superior, a Escola Superior de Direito, criada em 1979 por meio da cooperação luso-guineense era destinada à formação de quadros nas áreas jurídicas. Em 1990 deu lugar à Faculdade de Direito de Bissau. Em 1986, por meio da cooperação cubana, foram criadas a Escola Nacional de Educação Física e Desporto (ENEFD) e a Faculdade de Medicina. Em termos de instituto de pesquisa, a Guiné Bissau conta com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP); criado em 1984 visa desenvolver pesquisa nas áreas de ciências sociais, economia e política. Apesar da necessidade de institucionalizar o ensino técnico e superior a fim de formar os quadros necessários para a administração e desenvolvimento do país, o governo da Guiné Bissau possui parcos recursos financeiros e estruturais, por isso, a maioria dessas instituições foi criada com o apoio da cooperação estrangeira, sobretudo cubana e portuguesa por meio do envio de professores e assessores científicos. (SUCUMA, 2013).

Apesar das discussões acerca da criação de uma Universidade na Guiné Bissau terem se iniciado nos anos 80, apenas em 1999 foi criada a Universidade Amílcar Cabral (UAC), resultado da parceria com a Universidade Lusófona de Portugal (privada). Entretanto, o funcionamento da primeira universidade pública do país ocorreu apenas em 2003 impulsionado pelo início das atividades da Universidade Colinas de Boé, instituição privada fruto da parceria com o Instituto Politécnico de Leiria. Em 2008, alegando impossibilidade de manter a única universidade pública do país, o governo da Guiné Bissau concedeu à Universidade Lusófona poderes para explorar a UAC por três anos; dessa forma, as atividades da UAC foram suspensas[9]. Após cinco anos desativada, em 2013, retomou suas atividades. Ademais, o país conta com a Universidade Colinas de Boé, criada em 2003, com a Universidade Católica da África Ocidental (UCAO) fundada em 2007 e com a Universidade Jean Piaget, ambas privadas.

---

8 Disponível em: http://aulp.org/Sao_Tome_e_Principe_cria_1_Universidade_Publica. Consultado em: 01 de dezembro de 2014.

9 Disponível em: http://www.africanidade.com/articles/2284/1/Universidade-LusAfona-da-GuinA-ULG-NAO-HAVIA-NECESSIDADE/Paacutegina1.html. Consultado em: 24 de novembro de 2014.

Nessa perspectiva, nota Sucuma (2013), que a evolução do ensino superior na Guiné Bissau passou por diferentes fases, iniciando-se com a criação das escolas de formação técnico-profissional até chegar à criação de faculdades nos anos 90 e de universidades nos anos 2000.

A cooperação brasileira também teve papel importante no processo de reabertura da UAC por meio do Programa de Trabalho em Matéria de Educação Superior e Ciência[10] financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O programa tinha como objetivo auxiliar na qualificação, entre 2007 e 2010 de profissionais da UAC, além de promover projetos conjuntos de pesquisa, apoiar programas de pós-graduação para qualificá-los, prestar consultoria técnica, e dessa forma, apoiar a reabertura da universidade. De acordo com o MRE, em agosto de 2010, a CAPES, responsável pelo Programa de Trabalho em Matéria de Educação Superior e Ciência, financiou treinamento para 30 profissionais (diretores e professores do ensino superior da Guiné Bissau) para participar de um curso de capacitação em Fortaleza, por quatro semanas[11].

A criação de universidades fez com que muitos jovens acreditassem que não seriam mais obrigados a deixar o seu país e a sua família para dispor de uma educação superior, entretanto, as novas universidades ainda não respondem às demandas do país. O ensino superior, mesmo nos dias atuais, enfrenta problemas como: fraca qualidade do corpo docente, já que funcionam na sua maioria com docentes licenciados e conta com um baixo número de mestres e doutores; baixo investimento do Estado; problemas de ordem financeira, exemplo disso foi à concessão da UAC à Universidade Lusófona devido à impossibilidade do Estado arcar com os gastos para a manutenção da única Universidade Pública do país; baixos salários pagos aos professores, o que desestimula a carreira; infraestrutura precária; cobrança de matrícula e propina em quase todas as instituições sejam elas públicas ou privadas. Ademais, todas as instituições de ensino superior estão concentradas em Bissau, fato que fomenta o fosso social e econômico entre a capital e as regiões interioranas (AUGEL, 2009; SANI, 2013). Por essas razões, a formação no exterior ainda é uma realidade e uma necessidade para o povo guineense como forma de obter um diploma de nível superior.

COOPERAÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA VIA PEC-G.

O PEC-G é uma das ações de cooperação mais antigas realizadas pelo governo brasileiro e que ainda se encontra em andamento. Surgiu na década de 20, de modo pontual e no ano de 1965 foi sistematizado sob o nome de Programa Estudante-Convênio de Graduação, com o objetivo de organizar a vinda de estudantes estrangeiros ao Brasil. É fruto de uma articulação do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

OS PALOP são a origem da maior parte dos estudantes do PEC-G, com destaque para Cabo Verde, Guiné Bissau e Angola que respectivamente contaram com 2.657, 1336 e 583 alunos selecionados [12]. Apesar de haver ligações históricas e culturais entre esses países devido à colonização portuguesa, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe possuem em termos sociais, econômicos e políticos singularidades significativas. Tendo em vista a complexidade dessa discussão, limitar-me-ei a apresentar, em linhas gerais, as similaridades desses países no trato com os estudantes no Brasil, focalizando na Guiné Bissau, objeto deste artigo.

Participam atualmente do programa 56 países, sendo 24 da África, 25 das Américas e 7 da Ásia. Segundo dados disponibilizados pelo DCE/MRE, a África é a região com o maior número de estudantes selecionados pelo programa. Entretanto, a entrada maciça de estudantes africanos, sobretudo dos PALOP só ocorre após a independência desses países, haja vista que em 1965 quando o programa foi sistematizado, ainda eram colônias (AMARAL, 2013). O decreto nº 7.948, de 12 de março de 2013 dispõe sobre o PEC-G e torna explícito que:

O PEC-G constitui um conjunto de atividades e procedimentos de cooperação educacional internacional,

---

10 Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2007/b_7. Consultado em: 5 de dezembro de 2014.

11 Disponível em: http://bissau.itamaraty.gov.br/pt-br/projetos.xml. Consultado em: 5 de dezembro de 2014.

12Disponível em: http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php. Consultado em: 1 de novembro de 2014.

preferencialmente com os países em desenvolvimento, com base em acordos bilaterais vigentes e caracteriza-se pela formação do estudante estrangeiro em curso de graduação no Brasil e seu retorno ao país de origem ao final do curso (...). Destina-se à formação e qualificação de estudantes estrangeiros por meio de oferta de vagas gratuitas em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior - IES brasileiras[13].

A principal função dos Estados parceiros é custear a vinda dos estudantes e acompanhar o processo de formação destes, uma vez que a Embaixada brasileira é responsável pela seleção dos estudantes. Nesse sentido, por se tratar de um programa de cooperação, o grau o envolvimento dos Estados-parte condiciona o êxito ou a ineficiência do PEC-G. No caso de Angola, o governo se torna presente a partir do Instituto Nacional de Bolsas de Estudo (INABE) que estabelece pontes entre a Embaixada brasileira, responsável pela seleção e as escolas de ensino médio. O INABE atua divulgando o programa nas escolas, em feiras estudantis e realizando um pré-seleção dos melhores alunos (AMARAL, 2013). Assim como Angola, os governos de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique desempenham papéis importantes no financiamento E acompanhamento dos seus estudantes no Brasil.

A realidade dos estudantes-convênio guineenses é diferente dos demais, devido à falta de apoio do governo. Como nos demais casos, a embaixada brasileira em Bissau é responsável pela seleção, entretanto, a governo do país não participa de nenhuma fase do processo,seja pré-selecionando os melhores candidatos nas escolas de ensino médio como ocorre em Angola ou acompanhando e financiando os estudantes no Brasil.

Com relação à trajetória dos estudantes guineenses, abertura da Embaixada do Brasil em Bissau no ano de 1975 pode ser entendida como um marco na aproximação entre os dois países, fato que possibilitou que em 1977 os primeiros estudantes desembarcassem no Brasil para a realização do ensino superior[14]. Em um primeiro momento, o governo guineense disponibilizou bolsas de estudos para os estudantes, com o agravamento das instabilidades políticas e econômicas, principalmente a partir dos anos 2000 os estudantes passaram a vir por conta própria e em alguns casos, financiados pela família. Por essa questão, como nota Cá (2009), muitos dos selecionados não chegam a sair do país, visto as dificuldades financeiras em arcar com as passagens áreas que atualmente chegam a custar R$ 5.000,00 e com os custos de manutenção no Brasil.

Devido a não concessão de bolsas por parte do seu governo e das dificuldades financeiras enfrentadas pelas famílias guineenses, os estudantes da Guiné Bissau são em sua maioria dependentes das bolsas e auxílios concedidos pelo Estado brasileiro, a exemplo da bolsa MRE, da bolsa emergencial e do Programa Milton Santos de Educação Superior (PROMISAES). Apesar da existência desses auxílios, criados em razão das dificuldades financeiras enfrentadas pelos estudantes no Brasil, os gastos com passagens áreas e permanência são de inteira responsabilidade do estudante ou do país de origem, que garante este requisito por meio da apresentação do Termo de Responsabilidade Financeira.

À vista disso depreende-se que boa parte do financiamento dos estudantes guineenses no Brasil não fica a cargo do governo deste país, mas sim dos familiares edo governo brasileiro. Por isso, a questão financeira é um dos problemas enfrentados pelos estudantes, uma vez que nem todos tem acesso aos auxílios e muitas famílias guineenses não possuem recursos suficientes para auxiliar na manutenção dos estudantes no Brasil. Esta situação torna-se ainda mais difícil diante da impossibilidade de exerceram qualquer atividade remunerada que configure vínculo empregatício, já que são portadores do Visto Temporário IV.

Entre os PALOP, a porcentagem de estudantes matriculados que concluíram a graduação revela também as diferenças de contexto observadas entre os cinco países. De acordo com Joana Amaral (2013), de 1965 a 2013, o percentual de formados entre os estudantes dos PALOP foi aproximadamente o seguinte: 72% entre os cabo-verdianos e moçambicanos, 68% entre os santomenses, 66% entre os angolanos e o menor percentual entre os estudantes dos PALOP, no período citado, foi entre os guineenses, 59%, ou seja, do total de estudantes-convênio da Guiné Bissau matriculados entre 1965 e 2013, apenas 59% concluíram a graduação. Esses números são sintomáticos do grau de envolvimentodos Estados no programa de cooperação, haja vista as dificuldades financeiras enfrentadas pelos guineenses em decorrência da falta de apoio do Estado.

13Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7948.htm. Consultado em: 3 de novembro de 2014.

14 Disponível em: http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.php#tab4. Consultado em: 1 de novembro de 2014.

Mas por que esses estudantes optam por vir para o Brasil? Apesar da longevidade do PEC-G e do discurso de afinidade histórica e cultural do Brasil com diversos países africanos, as universidades brasileiras não são o destino prioritário para os jovens que buscam a formação superior.Na visão deMungoi (2006) os países mais citados pelos estudantes dos PALOP como lugares ideais para a formação são a Inglaterra, os Estados Unidos, a Alemanha e a França. Entretanto, se comparado a Portugal, o Brasil é prioritário. Ainda de acordo com a autora, as motivações que mais influenciam os estudantes na opção pelo Brasil são as redes de contato estabelecidas nos seus países de origem e que envolvem familiares e amigos que estudaram no Brasil; as imagens veiculadas pela mídia brasileira: carnaval e futebol, sobretudo e o menor custo de vida se comparado aos países europeus e aos Estados Unidos.

A questão do retorno após a diplomação constitui também um desafio para os gestores do PEC-G. Em seu trabalho de mestrado que tem como título ‘‘A trajetória dos quadros guineenses formados e em formação no Brasil, na visão de estudantes e profissionais de 3º grau’’, Cristina Mandau Cá (2009), por meio de entrevistas aponta que as principais razões para o não retorno dos estudantes guineenses referem-se à ausência de acompanhamento do percurso acadêmico e de um plano de retorno por parte do governo da Guiné Bissau. Influenciam também na decisão de permanecer no Brasil após a formação fatores como as condições internas do país, por ser a Guiné Bissau um país de incertezas, os salários baixos, instabilidade política, a baixa expectativa de emprego. Diante desta problemática, em 2002 foi criada a primeira e até então única política de retorno (por parte do governo brasileiro) que tornava obrigatório o envio e a retirada dos diplomas nas embaixadas brasileiras no país de origem dos estudantes em no máximo três meses após a diplomação. No mais, caso esses estudantes almejem prosseguir os estudos no âmbito da pós-graduação, após o retorno ao país de origem devem aí permanecer por no mínimo dois anos, retribuindo o aprendizado adquirido. Só após esse prazo poderão participar da seleção de pós-graduação (DJALÓ, 2014). Ao se referir à formação no exterior dos jovens africanos e, sobretudo guineenses e a ausência de uma política de acompanhamento e retorno por parte do governo, Djaló (2014, p. 157) ressalta que:

> O que seria um investimento no desenvolvimento desses países tornou-se mais um fator de empobrecimento, porque a maioria desses jovens se estabelecem nos países que lhes deram a formação, caso de estudantes do PEC-G não retornados.

Apesar das dificuldades do programa Djaló (2014) ressalta que a formação de quadros guineenses no exterior e no Brasil é ainda necessária, e que os ganhos que o país tem tido com essa elite formada no Brasil e que regressa, são muitos, pois os profissionais com diploma do PEC-G e do PEC-PG (vertente da pós-graduação) têm assumido importantes funções na administração pública, no setor privado e nas universidades como membros do corpo docente. A sua pesquisa de doutoramento intitulada ‘‘Relações Sul-Sul: a cooperação Brasil – Guiné Bissau na educação superior no período de 1990 – 2011’’apresenta dados extraídos juntos à Embaixada do Brasil em Bissau que revelam que entre 2002 e 2012, cerca de 705 guineenses foram formados pelo PEC-G, desses, 437 retornaram para o país e, 268 não retornaram ou não foram retirar os diplomas na Embaixada.

Esse alto número de não retornados chama a atenção para maior necessidade de comprometimento do governo guineense que se limita a enviar estudantes para o Brasil sem se preocupar com o acompanhamento destes, com o incentivo de retorno ou com a inserção profissional dos quadros formados, fator que faz com que o país perca quadros qualificados ainda tão necessários para a reconstrução nacional. Como forma de modificar este cenário, Djaló (2014) sugere que o governo guineense trabalhe em cooperação com as embaixadas dos países que recebem os estudantes para acompanha-los mais de perto durante o processo de formação, além criar estratégias e políticas que fomentem o regresso e inserção profissional dos quadros. Ademais, apesar da relevância de programas como o PEC-G, é primordial que o governo da Guiné Bissau investida na educação básica e superior e assim, priorize a formação interna dos seus quadros. Evitando problemas como a ‘‘fuga de cérebros’’.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O propósito desse artigo foi construir uma primeira iniciativa na busca por um entendimento do contexto histórico e sociopolítico da Guiné Bissau e seus desdobramentos no atraso educacional do país, que se inicia no ensino básico e se estende à educação superior; este atrasodetermina a necessidade de acordos e projetos educacionais de cooperação internacional para o desenvolvimento. Nesse sentido, o governo brasileiro, desde 1975, ano de abertura da Embaixada em Bissau tem se apresentado como país parceiro, em especial no âmbito da cooperação acadêmica, por meio do PEC-G e do PEC-PG.

De acordo com o discurso oficial brasileiro, por ter como prioridade os países em desenvolvimento, pressupõe-se que o PEC-G é um exemplo tradicional da Cooperação Sul-Sul brasileira. Todavia, como analisa Iara Leite (2012), dizer em que medida determinada relação entre dois países do sul, como no caso a relação Brasil-Guiné Bissau, pode ser qualificada como CSS é uma questão empírica, não um pressuposto, pois, esses contatos são cooperativos apenas se ambas as partes se sentirem recompensadas.

Pelas históricas dificuldades enfrentadas pela Guiné Bissau, o PEC-G, como discutido neste artigo, é um programa de elevada importância para a formação superior dos jovens guineenses, em virtude da insipiente estrutura do ensino superior no país. Com relação ao Brasil, constitui um efetivo instrumento de política externa e de poder brando, pois lhe concede influência política e cultural no cenário internacional;fortalece os laços de amizade com os países parceiros, sobretudo os países africanos, prioritáriospara inserção internacional do Brasil;favorece a diplomacia brasileira ao formar uma elite alinhada com os ideários políticos do país. Como exemplo pode-se ressaltar que o Primeiro Ministro cabo-verdiano José Maria Neves graduou-se em Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas através do PEC-G e Maria Odete da Costa Soares Semedo, Ex-Ministra da Educação Nacional da Guiné Bissau (1997-1999) é doutora em Literatura de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). No mais, possibilita o conhecimento mútuo e ajuda a desfazer mitos, estereótipos e preconceitos.

No que concerne aos impactos do PEC-G na sociedade guineense algumas questões ainda carecem de discussão, como a necessidade de refletir sobre os resultados do programa e dimensionar as possíveis transformações sociais ocorridas na Guiné Bissau com o retorno desses quadros e qual a influência dos quadros formados no Brasil pelo PEC-G na sociedade local e dessa forma, analisar o PEC-G sob a ótica dos impactos na sociedade local, mas também dos objetivos do programa que é formar recursos humanos que possam atuar no desenvolvimento dos seus respectivos países e pensar em que medidas estão sendo alcançados.

O resultado do PEC-G para a Guiné Bissau sinaliza para a análise do programa enquanto expressão da CSS do Brasil, pois gera impactos positivos na sociedade guineense ao formar mão de obra qualificada, na política externa e na sociedade brasileira, por estreitar laços e possibilitar o conhecimento mútuo e a valorização cultural. Entretanto, se afasta do ideal de CSS no processo de execução do programa, já que a não participação do governo guineense em nenhuma etapa, além da assinatura dos acordos, revela falhas no processo de cooperação. Dessa forma, acrescenta-se que para o melhor desempenho do programa é necessário maior vontade política dos Estados parceiros, principalmente da Guiné Bissau. É fundamental o acompanhamento do percurso de formação dos estudantes no Brasil e o desenvolvimento de políticas e estratégias que não se limitem ao envio de estudantes para o exterior, mas que após a formação estes sejam incentivados a retornarem e que possam dispor de um ambiente estável, não limitado às lutas por poder, para que assim possam exercer suas funções e contribuir na geração de riqueza, renda e bens públicos.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, Felipe Leal Ribeiro de (2011),"A não Indiferença na Política Externa Brasileira para a África durante o Governo de Lula da Silva",Disponível em http://www.ppgri.uerj.br/form/Felipe_Leal.pdf, [consultado em 3-1—2014].

AMADO, Leopoldo (2004). "Guiné Bissau:30 anos de independência", Disponível em http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS08_109.pdf, [consultado em 20-11-2014].

AMARAL, Joana de Barros (2013). *Atravessando o Atlântico: o Programa Estudante Convênio de Graduação e a cooperação educacional brasileira.* Dissertação de Mestrado, Brasília:Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília.

AMORIM, Celso (2003). "O Brasil e o "Renascimento Africano".*Folha de São Paulo,*Disponível emhttp://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/283202718029-artigo-do-senhor-ministro-de-estado-das-relacoes/print-nota, [consultado em 8-9-2014].

AYLLÓN, Bruno (2006).''O Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais:a evolução histórica e as dimensões teóricas''. Economia e Relações Internacionais, 5, (8), pp. 5-23.

AUGEL, Moema Parente (2009). "Desafios de Ensino Superior na África e no Brasil:a situação do ensino universitário na Guiné Bissau e a construção da guineidade".Estudos de Sociologia, 15, (2), pp. 137-159.

AULP (2014).**"**São Tomé e Príncipe Cria 1ª Universidade Pública", Disponível em http://aulp.org/Sao_Tome_e_Principe_cria_1_Universidade_Publica, [consultado em 1-12-2014].

BRASIL(2003). **''**Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional", Disponível em http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato/view, [consultado em 20-11-2014].

BRASIL (2013). "Decreto nº 7.948, Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7948.htm, [consultado em 3-11- 2014].

BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação. "Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento". Disponível em: http://www.abc.gov.br/SobreAbc/Direcao/CGPD, [consultado em 15-12- 2013].

BRASIL. IPEA/ABC. ''Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional:2005-2009'', Disponível emhttp://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/Book_Cooperao_Brasileira.pdf, [consultado em 3-9- 2014].

BRASIL. "Ministério das Relações Exteriores", Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/temas/cooperacao-tecnica. [consultado em 24-3- 2013].

BRASIL. "Ministério das Relações Exteriores", Disponível em http://bissau.itamaraty.gov.br/pt-br/projetos.xml, [consultado em 5-12- 2014].

BRASIL. "Ministério das Relações Exteriores",Disponível em http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PECG.php, [consultado em 1-11- 2014].

BRASIL. "Programa de Trabalho em Matéria de Educação Superior e Ciência no Âmbito do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guine Bissau",Disponível emhttp://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2007/b_7, [consultado em 5-12- 2014].

CÁ, Cristina MandauOcuni (2009*). A Trajetória dos Quadros Guineenses Formados e em Formação no Brasil, na Visão de Estudantes e Profissionais de 3º Grau.*Dissertação de Mestrado, Campinas:Faculdade de Educação, Universidade de Campinas.

CÁ, Lourenço Ocuni (2005). *Perspectiva Histórica da Organização do Sistema Educacional da Guiné Bissau.* Tese de Doutoramento,Campinas:Faculdade de Educação, Universidade de Campinas.

CABRAL, Lídia (2011). "Cooperação Brasil-África para o Desenvolvimento: caracterização, tendências e desafios".*Textos Cindes*, 26, Disponível em:http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2012/09904.pdf,[consultado em 20-11-2014].

CERVO, Amado Luiz, BUENO, Clodoaldo (2008). *História da Política Exterior do Brasil,* Brasília: Universidade de Brasília.

DJALÓ, Mamadú (2014). *Relações Sul-Sul: a cooperação Brasil – Guiné-Bissau na educação superior no período de 1990 – 2011.* Tese de Doutoramento, Florianópolis: Centro de Filosofia e de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

DJALÓ, Selo. **Universidade Lusófona da Guiné:** não havia necessidade. Disponível em: http://www.africanidade.com/articles/2284/1/Universidade-LusAfona-da-GuinA-ULG-NAO-HAVIA-NECESSIDADE/Paacutegina1.html. Acesso em: 24 de novembro de 2014.

GUINÉ BISSAU (2011): ''Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza**",** Disponível emhttp://www.imf.org/external/lang/Portuguese/pubs/ft/scr/2011/cr11353p.pdf, [consultado em 3-12-2014].

LEITE, Iara Costa (2012. ''Cooperação Sul-Sul: conceito, história e marcos interpretativos''. *Observatório Político Sul-Americano, Observador on-line*, 7 (3), pp. 1-40, Disponível em http://observatorio.iesp.uerj.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14:observador-on-line, [consultado em 12-10-2014].

LOPES, LuaraLandulpho Alves (2008). *A Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) da Agência Brasileira de Cooperação (ABC-MRE): Brasil como doador.* Dissertação de Mestrado, São Paulo: San Tiago Dantas, Universidade Estadual de São Paulo.

MILANI, Carlos R.S (2012). ''Aprendendo com a História: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul''. *Centro de Recursos Humanos*, 25 (65) pp. 211-231.

MUNGOI, Dulce Maria Domingos João (2006). *"O Mito Atlântico": Relatando experiências singulares de mobilidade dos estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de construção e reconstrução de suas identidades étnicas.* Dissertação de Mestrado, Porto Alegre:Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PUENTE, Carlos Alfonso Iglesias (2010),*A cooperação Técnica Horizontal Brasileira como Instrumento de Política Externa: a evolução da cooperação técnica com os países em desenvolvimento- CTPD- no período 1995-2005,*Brasília: FUNAG.

SANI, Quecoi (2013). *A Educação Superior no Desenvolvimento da Guiné Bissau:* contribuições, limites e desafios. Dissertação de Mestrado, Pato Branco: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

SUCUMA, Arnaldo (2013)**.** *Estado e Ensino Superior na Guiné-Bissau 1974-2008.* Dissertação de Mestrado, Recife: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

Unila e Unilab: Uma Abordagem Sobre a Internacionalização do Ensino Superior a Partir das Universidades Temáticas no Brasil

Ms. Fabrício Américo Ribeiro[1]

Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira[2]

Resumo: Essa pesquisa procura apresentar o processo de internacionalização através do ensino superior entre Brasil, a América Latina e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), onde no Brasil, encontramos a Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), criadas em 2010, com propostas de globalização do ensino superior, entre as nações envolvidas. Com essas universidades o Brasil, apresenta ao mundo, um projeto de internacionalização, por meio do ensino superior, através de uma integração denominada Sul-Sul, com a promessa de garantir o conhecimento humanístico, científico e tecnológico e da cooperação solidária na zona do Atlântico Sul, que se apresenta como área de interesse para o Brasil já algum tempo.

Palavras Chaves: Universidade. Internacionalização. Espaços Simbólicos. Educação. Globalização.

1 INTRODUÇÃO

O projeto educacional, a partir UNILA e da UNILAB, é histórico no ensino superior no Brasil. Sua meta é contribuir para o desenvolvimento e a integração nacional das Comunidades dos Países Latino-Americanos e a de Países de Língua Portuguesa (CPLP), composta de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Brasil; por meio do conhecimento humanístico, científico e tecnológico e da cooperação solidária entre as universidades, organismos governamentais e internacionais.

A ideia de espacialização das novas universidades faz parte de estratégia sistemática de internacionalizar o ensino superior, onde o Brasil faz parte, e procura uma posição estratégica nesse processo, envolvendo a zona do Atlântico Sul em um contexto geopolítico. Possuindo agora a educação como ferramenta de expansão de conhecimento, modelo esse já adotado em nações desenvolvidas, como as do continente europeu, através do Processo de Bolonha.

Dessa forma, abriram-se as portas para essa nova empreitada universitária com um caráter mundial, onde a UNILA e a UNILAB, representa essa internacionalização do ensino superior, assumido pelo governo brasileiro, perante seus vizinhos latinos e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs).

Essas universidades foram criadas com o objetivo de se tornarem instituições científicas, culturais, sociais e ambientais de cooperação solidária em perspectiva intercultural, interdisciplinar e críticas. Nascem no contexto da internacionalização solidária da educação superior e da política de cooperação Sul-Sul, influenciando as estruturas internas, nas cidades que estão localizadas e criando uma agenda internacional com os países envolvidos nesse projeto.

---

1 Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Ceará, mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará, especialista em Administração Escolar pela Universidade Vale do Acaraú e graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. Possui pesquisas em Políticas Educacionais, Universidades Temáticas e sobre Pequenas e Médias Cidades. Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, coordenador do curso de Tecnologia em Gestão de Turismo e Técnico Integrado em Eventos.

2 Pós-Doutor em Geografia Humana pela Universidade de Sevilha (Espanha); e, em Turismo, pela Universidade de São Paulo (Brasil). Mestre e Doutor em Geografia Humana (FFLCH-USP). Geógrafo e Licenciado pela mesma Faculdade, atua como Professor Associado, no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (Cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado) e no Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas (MAPP). E-mail: cdennys@gmail.com

2 A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO SÉCULO XXI

Quando se fala de cenário envolvendo a educação, e em especial a educação superior, seja ele em um contexto internacional ou nacional, se faz necessário levantar hipótese, pressuposto e a conjuntura do momento, para compreender os interesses políticos, econômicos e culturais, presentes nesse processo.

O panorama mundial, a partir do final do século XX e início do século XXI, encontra-se significativamente integrado, graças em grande parte aos sistemas de comunicações e transportes, vive com um bombardeio de ideias, que circulam com grande velocidade pelas redes sociais, aonde as informações chegam as pessoas rapidamente, sendo o conhecimento transmitido de forma diversa.

O dualismo entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, extremamente apregoado pelos analistas do capitalismo pós Segunda Guerra Mundial, cria uma conjuntura, onde, investir no ensino passa a ser importante para as nações de maior riqueza econômica. Seja para manter a hegemonia, no caso dos EUA, ou para recuperar uma situação política de destaque perdida, no caso das nações europeias. No caso do Japão foi para emergir de uma crise, após a guerra em questão, pois o país foi arrasado em sua estrutura física e econômica.

Mesmo com tantos interesses políticos e econômicos ligados ao ensino superior, e suas possibilidades de criação, para atender a nova conjuntura pós-Segunda Guerra Mundial, o ensino universitário, conseguiu manter sua autonomia em relação aos demais ramos educacionais. Graças às suas idiossincrasias, e suas relações de poder próprio, mas que não se encontra desassociado do contexto político mundial ou nacional. Para Dias Sobrinho:

> A educação em qualquer de seus níveis, mas, de modo especial, a educação superior, está totalmente mergulhada nas contradições da globalização, especialmente no que tem relação com o que constitui o seu fenômeno central: as contradições do mercado global. (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 61).

Contudo, essa realidade possibilita averiguar muitas variáveis do contexto que se encontra, mas mesmo assim essa autonomia, do ensino superior, não se apresenta absoluta. O ensino universitário está à disposição dos interesses inseridos em políticas educacionais, que atendem ao contexto mundial em cada momento da história, de acordo com as relações de poder institucionalizado. Um exemplo disso é a formação de blocos econômicos e a visão de aberturas de fronteiras, que determinaram uma nova necessidade de comunicação, exigindo inovações tecnológicas constantes, para atender ao progresso material. Por outro lado, de maneira contraditória, é perceptível a unipolaridade militar dos EUA, que canaliza pesquisas, conhecimento e inventos para manter a sua máquina militar, garantido sua hegemonia político-econômica em um mundo que convive em uma disputa econômica.

Dessa maneira convivemos hoje com uma multipolaridade, que apregoa aberturas de fronteiras e livre circulação de ideias, possibilitando assim, trocas de conhecimentos. É nessa situação de dualismo constante, desde o final dos anos 1940, e transformada, a partir dos anos 1990, com o encerramento da bipolaridade militar, entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Soviéticas, que o ensino superior se apresenta em transformação; sendo dessa maneira cobrado, para gerar conhecimento, nessa nova realidade mundial, que se apresenta integrada economicamente, através de uma proposta globalizante. Hoje a própria globalização trás questionamentos, por existir concentração de recursos e de conhecimentos para alguns e pobreza e agravamento da desigualdade sociocultural para outros, sendo a educação, vista como uma salvação.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no documento (O Ensino Superior no Século XXI – Visão e Ações), estaríamos necessitando de politicas educacionais transformadoras, e que sejam coadjuvantes na nova realidade da mundialização. As instituições de ensino superior enfrentam novos desafios. Em primeiro lugar, a necessidade de atualiza-se e inserir-se a essa nova realidade mundial, de abertura de fronteiras e circulação de ideias, e em segundo lugar, interpretar e propor soluções para as contradições que aparecem para os grupos sociais, instituições e governos, nesse início de século XXI.

Segundo a UNESCO, no documento já citado, à procura pelo ensino superior, cresceu mundialmente, de maneira mais expressiva nos países emergentes, devido ao grande déficit existente. Alguns motivos explicam

o aumento pela procura do ensino superior, entre eles; o número crescente de conclusões do ensino secundário, a concorrência e novas exigências do mercado de trabalho, cada vez mais instável e com novas prerrogativas de absorção de mão de obra, levando pessoas adultas, a retornarem a sala de aula; a educação à distância, facilitada pelo avanço da informação e a interiorização do ensino superior, atendendo a uma demanda de pessoas, que não vivem nas grandes cidades.

Todavia, com essa grande procura, recaem sobre as universidades novas responsabilidades. Atender a uma demanda crescente, e ofertar ensino de qualidade, para uma sociedade e um mercado consumidor cada vez mais seletivo, haja vista, a concorrência e as novas prerrogativas de um mundo globalizado. Seja na conjuntura global ou regional, as universidades aparecem como instituições promotoras dessa integração pela força de suas atividades de extensão e pesquisa. Haja vista, que não existe ciência sem integração, principalmente no modelo atual, onde vários lugares e pesquisas estão inter e intraligados, em uma rede de comunicações.

A Europa de destaca nessa nova conjuntura do ensino a partir dos anos de 1990, através de acordos, anteriores, como Declaração de Sorbonne[3] de maio de 1998 e a Declaração de Bolonha[4] de junho de 1999. A preocupação de perder espaço educacional, constante para os EUA, nas últimas décadas, fez com que as nações europeias, facilitassem essa mobilidade. Foi criado o Sistema de Crédito Europeu, permitindo o reconhecimento de titulações e períodos de estudos assim como a mobilidade de estudantes entre países do continente.

No contexto sul-americano, o MERCOSUL também já apontava desde o início, essa tendência de integração cultural. Em sua criação, já destacava um capítulo específico para a educação, fortalecendo e dinamizando o processo de integração entre os países membros (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), infelizmente na prática essa integração regional não ocorreu, mesmo com vinte e três anos de funcionamento do bloco. A preocupação com a integração educacional inicia-se com a assinatura do Protocolo de Intenções[5], em 13 de dezembro de 1991, na cidade de Brasília pelos ministros da educação dos países integrados ao bloco regional. A UNILA surge com a promessa, ainda que atrasada, de intensificar essa integração latina americana, onde o Brasil procura assumir de vez a liderança nesse quesito na região.

Na verdade os desafios são muitos para uma educação globalizada, pois a geração do conhecimento se apresenta como uma ferramenta de progresso, atendendo a um dualismo. De um lado os interesses do governo em suas políticas institucionais e do outro lado, as demandas de mercado, exigindo profissionais qualificados. A situação estar posta, para o cenário do ensino superior, no contexto mundial e nacional, onde as perspectivas são de crescimento dos investimentos, nesse setor, e que possibilite melhorias sociais e econômicas para a sociedade que dele necessita.

3 O PROJETO UNILA E UNILAB E A INTEGRAÇÃO SUL-SUL

Para melhor compreender a história da UNILA e da UNILAB e suas propostas de educação para o Brasil, a América Latina e Caribe e as nações da CPLP, é necessário entender o contexto, onde essas universidades estão inseridas, os interesses geopolíticos contemporâneos, o processo de integração dos países no quesito educação e investigar a ***latinidade ameríndia*** simbolizada pela UNILA e ***lusofonia africana*** expressa na UNILAB com os países da CPLP.

A política de expansão universitária no Brasil se intensificou a partir do governo Lula, com criação de novas universidades e Institutos Federais, inclusive visando um processo de interiorização do ensino superior, que

---

3 **Declaração Sorbonne** instituiu as bases para a criação de um Espaço Europeu de Educação Superior, assinada em 1998, pelos ministros da educação da França, Itália, Alemanha e Inglaterra.

4 **Declaração de Bolonha** marcou uma mudança em relação às políticas ligadas ao ensino superior dos países europeus e estabeleceu em comum um Espaço Europeu de Ensino Superior a partir do comprometimento dos países signatários em promover reformas de seus sistemas de ensino.

5 **Protocolo de Intenções** consistiu em construir um espaço educacional integrado por meio da coordenação de políticas de educação, promovendo a mobilidade, o intercâmbio e a formação de uma identidade regional para os países que compõem o MERCOSUL.

durante muito tempo, foi concentrado nas grandes cidades. O projeto de criação da UNILA e da UNILAB possuem relações internacionais e com isso, maior abrangência, sendo escolhidas áreas estratégicas para recebê-las, de acordo com o teor simbólico dos referidos lugares.

A UNILA localizada na cidade de Foz do Iguaçu foi apadrinhada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e sua localização no extremo oeste do Estado do Paraná, possui explicação graças a Tripés Fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. Já a UNILAB localizada na cidade de Redenção no Estado do Ceará, e apadrinhada pela Universidade Federal do Ceará (UFC), utiliza como explicação, a abolição da escravatura nessa cidade, sendo uma área estratégica de contato com a África, via oceano Atlântico. Dessa forma, as fronteiras Sul e Nordeste, aparecem como áreas importantes em um contexto geopolítico, mas carregadas de simbolismos, que são marcas presentes nas universidades temáticas.

As políticas educacionais vêm se apresentando cada vez mais integradas no mundo globalizado. Os investimentos em educação em processo de ampliação, quando são concentrados na educação superior, conseguem promover arranjos e rearranjos globais, nacionais e locais. Esses arranjos podem ser observados nas áreas aqui estudadas, em contextos diferenciados, pois a cidade de Foz do Iguaçu, já era conhecida nacionalmente, por ser destino turismo importante, enquanto que a cidade de Redenção no Ceará, que abriga a UNILAB, não possui o mesmo destaque e nem estrutura semelhante da cidade que abriga a UNILA, por esse motivo as transformações se apresentam de maneira diferenciada.

Poderemos analisar a estrutura dessas instituições de ensino, seu funcionamento e como vem ocorrendo o processo de internacionalização do ensino, por parte do governo brasileiro, no projeto denominado Sul-Sul, que visa ampliar a influência brasileira no Atlântico Sul, que é palco de interesses geopolíticos, já algum tempo. Sobre essa situação, Penha comenta:

> Num mundo caracterizado por uma crescente "interdependência", os rumos internos de um país passam cada vez mais pelas definições do sistema internacional. Dependendo da orientação tomada pelos governos nacionais na arena externa, a mesma pode fazer avançar ou retardar o desenvolvimento econômico-social de cada país. (PENHA, 2011, p. 18).

Essa arena externa de decisões, não influencia apenas o contexto comercial entre as nações. Poderemos aqui compreender, o universo dessa proposta de integração regional e extra regional, através de uma política de governo. Essa política procura expandir sua área de influência, através da integração universitária. Esse projeto possui limitações, restrições e desafios, mesmo assim, tornou-se uma das importantes metas do governo brasileiro nesse início de século XXI.

As demandas sociais internas estão de certo forma sendo atendidas nesse projeto. Na UNILA não encontramos apenas alunos estrangeiros, e sim, alunos de vários lugares do Brasil. Isso foi claramente percebido em visita e conversas nessa universidade. Na UNILAB não é diferente, os alunos africanos ainda são minoria, os brasileiros predominam, de diversos lugares do Brasil. Assim demandas internas de serviço universitário estão se efetivando e atendendo aos habitantes locais dessas cidades e de outros lugares do Brasil, pois além de serem universidades com proposta internacionais, UNILA e UNILAB, são universidades brasileiras e atendem demandas do próprio país.

A criação da UNILA vem atender a uma proposta de integração da América Latina, que se concretizou no campo econômico com a criação do MERCOSUL, em 1991, através do Tratado de Assunção, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. A integração latino-americana é uma proposta antiga, que vem desde os anos de 1960, quando foi criada a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), que em 1980, tornou-se Associação Latino Americana de Integração (ALADI), composta por Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru, Uruguai, Colômbia, Equador, Bolívia, Panamá, Venezuela e Cuba. A proposta do MERCOSUL, não era manter uma integração apenas econômica, mas também abranger aspectos culturais e educacionais, através de troca de conhecimentos e aproximando o sistema educacional dos países membros.

A UNILA dá um passo importante nesse processo, através de sua proposta de contribuir para a integração solidária e uma sociedade justa na América Latina e no Caribe, gerando e irradiando conhecimento, com uma

indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, buscando soluções acadêmicas, cientificas e tecnológicas para os problemas da América Latina e Caribe. O Projeto de Lei 2878/2008 já assegurava as funções principais da nova universidade de solidariedade do Brasil com países do continente americano. O projeto de Lei nº 2878/2008, para criação da UNILA, afirma:

> 1. Formar recursos humanos com competência para contribuir com o desenvolvimento e integração cultural e econômica latino-americana, fomentando o intercâmbio científico e tecnológico entre as universidades e institutos de pesquisa da região;
> 2. Caracterizar sua atuação pela ênfase no intercâmbio acadêmico e na cooperação solidária com os países do MERCOSUL e com os demais países da América Latina;
> 3. Oferecer cursos e desenvolver programas de pesquisas em áreas de interesse mútuo dos países latino-americanos com ênfase nos recursos naturais, estudos sociais e linguísticos, relações internacionais e áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento e integração regional;
> 4. Contribuir para a consolidação e aprofundamento da democracia e a formação de estudantes comprometidos, em suas áreas profissionais, com a integração como objetivo estratégico da região em sua inserção na sociedade do conhecimento. (Projeto de Lei nº 2878/2008).

Em 12 de janeiro de 2010, a Lei nº 12.189, cria de vez a UNILA, que passa a ter a função de garantir ensino e pesquisa de qualidade, gerando profissionais capacitados para o Brasil e os países da América Latina, em um projeto pioneiro de integração, via educação na América Latina. Sobre esse projeto, Corazza, afirma:

> À medida que este projeto possa ser implementado de acordo com o que vem sendo concebido, a universidade poderá representar um poderoso e mais qualificado instrumento de integração latino-americana, em especial porque se volta completamente para a promoção da integração dos povos latino-americanos – objetivo a ser perseguido não por meio de instrumentos comerciais ou políticos, mas por meio da educação, da cultura, da ciência e das artes" (CORAZZA, 2010, p.79)

A cidade de Foz do Iguaçu foi a cidade escolhida para sediar a nova Universidade Federal, inaugurando a criação das universidades temáticas no Brasil, surgindo posteriormente a UNILAB, onde juntas, estão à frente do projeto de integração denominado Sul-Sul, possuindo como base, no caso da UNILA, a latinidade dos países do continente americano.

Já a UNILAB, nasce baseada nos princípios de cooperação solidária entre os países que compõem a CPLP, principalmente entre o Brasil e os países africanos dessa comunidade, com o objetivo de oferecer cursos de nível superior que atendam as necessidades dessas nações. O projeto de lei para sua criação foi enviado para o Congresso Nacional em 20 de agosto de 2008, a comissão de Implantação da UNILAB foi empossada pelo Ministro da Educação, da época, Fernando Haddad em 14 de Outubro de 2008, presidida pelo Professor Paulo Speller, primeiro reitor da instituição.

Na data em que se celebra o "Dia da África", 25 de maio, a primeira cidade brasileira a promover a abolição dos escravos deu início, simbolicamente, às aulas de cinco cursos oferecidos a alunos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Timor Leste, onde dos 180 alunos que participaram da aula, 39 eram estrangeiros. Dessa forma ficam assegurados os deveres e funções da UNILAB como universidade internacional, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão entre o Brasil e os países que compõem a CPLP, possuindo o objetivo de fornecer profissionais qualificados para o Maciço de Baturité, para o Estado do Ceará, para o Brasil e para os países que compõem essa integração educacional.A UNILAB possui também um campus na cidade de São Francisco do Conde, no Recôncavo Baiano, no Estado da Bahia, o Campus dos Malês. Cidade fundada em 1698 e que possui uma rica arquitetura colonial, com traços da escravatura do Brasil, sendo a cidade rica em sobrados, igrejas e engenhos, construídos durante a administração portuguesa no país. É considerado o município de maior população negra declarada no censo de 2010, sendo esse o motivo

principal da escolha da cidade.
A escolha de Redenção possui ligação direta com a abolição da escravatura na cidade, antes mesmo desse fato ocorrer no estado do Ceará e no Brasil, sendo esse o símbolo utilizado para sua fundação nesse município, ao mesmo tempo, atende a política federal de expansão do ensino superior, onde o Ceará aparece com baixos índices no número de vagas em Universidades Federais, sendo necessária a construção de novas instituições no Estado, e ao mesmo tempo, eleva o Brasil a uma situação de liderança dos países de língua portuguesa, tornando-se referência educacional para essas nações.
A UNILA funciona na cidade de Foz do Iguaçu distribuída em cinco unidades, enquanto seu campus principal se encontra em fase de construção. Projeto grandioso, sendo considerada a segunda maior obra construída no município, ficando atrás apenas da Hidrelétrica de Itaipu. Planejada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, o campus ocupará uma área de 45,7 hectares, possuindo ligação direta com a binacional de Itaipu, que cedeu o terreno para a construção do campus da UNILA e abriga de maneira provisória a maioria dos cursos no Parque Tecnológico de Itaipu (PTI).
Já a UNILAB está localização em Redenção na Avenida da Abolição, nº 3 – Centro, na continuação da CE-060 na entrada da cidade. Funciona no prédio do antigo colégio Patronato que era até então a sede da prefeitura, o mesmo foi cedido para UNILAB em um prazo de vinte anos, abrigando atualmente de forma provisória o Campus da Liberdade. O campus definitivo que se chamará Auroras, encontra-se em fase de construção na base da serra do Cruzeiro.
A proposta principal da UNILA é garantir ensino, pesquisa e extensão para alunos brasileiros e dos países da América Latina e Caribe, contribuindo para a integração solidária, a partir da construção e socialização de conhecimentos, possibilitando uma sociedade justa no contexto latino-americano. Já a UNILAB, visa atender os países da CPLP e garantir assim integração com as nações africanas.
A UNILA e a UNILAB surgiram com propostas educacionais de caráter internacional, para atender as exigências de um mundo globalizado. Um mundo que se tornou mais complexo, ampliando as dificuldades de entendê-lo. Nesse mundo os processos políticos, econômicos, sociais, culturais e educacionais, não se apresentam de forma igualitária, gerando distorções e crises.
A UNILA possui 17 cursos de graduação divididos em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana; Arquitetura e Urbanismo; Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina; Ciências Biológicas – Ecologia e Biodiversidade; Ciências da Natureza – Biologia, Física e Química; Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento; Cinema e Audiovisual; Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar; Engenharia Civil de Infraestrutura; Engenharia de Energias Renováveis; Geografia – Território e Sociedade na América Latina; História - América Latina; Letras – Artes e Mediação Cultural; Medicina; Música; Relações Internacionais e Integração e Saúde Coletiva. Em nível de pós-graduação a UNILA conta com uma especialização em Energias Renováveis e outra em Educação Médica. Possui também mestrado em Integração Contemporânea da América Latina e mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos.
Já a UNILAB como instituição internacional, possui em sua grade de cursos os conteúdos necessários à formação profissional de alunos brasileiros e estrangeiros, mas diferente de outras instituições de ensino superior utiliza um sistema trimestral, com 65 dias letivos para cada período, com intervalos de quinze dias para o início do novo trimestre. Alguns cursos como o de Enfermagem e Agronomia possuem quinze trimestres com uma duração de cinco anos e outros como o de Administração Pública possui doze trimestres e duração de quatro anos. A grade curricular possui também como objeto de estudo a lusofonia, pois a disciplina *Sociedade, História e Cultura nos Espaços Lusófonos*, apresenta-se como obrigatória em todos os cursos da universidade, evidente que esta estrutura visa atender a proposta de integração com os povos de origem africana.
A UNILAB possui cursos de graduação em Administração Pública; Agronomia; Bacharelado em Humanidades; Ciências da Natureza e Matemática; Enfermagem; Engenharia de Energias; Letras – Língua Portuguesa e na modalidade a distância - Administração Pública. Em pós-graduação possui especialização presencial em Gestão Governamental e Histórias e Culturas Afro-brasileira, Indígena e Africana. Na modalidade a distância Gestão Pública; Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde. Possui também Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis.

As duas universidades possuem semelhanças e diferenças em suas propostas de ensino. A UNILA visa o caráter latino em suas relações de ensino e a UNILAB o aspecto lusófono. Mas as duas instituições, possuem em seus projetos a semelhança da internacionalização do ensino superior, através do comado brasileiro, em um imperialismo educacional, já que as propostas são do Brasil, não existindo instituições semelhantes nos demais países envolvidos nessa empreitada educacional.

As universidades aqui apresentadas são semelhantes e ao mesmo tempo diferentes. Semelhantes no processo de multiculturalidade, principalmente no aspecto linguístico e diferente no processo de internacionalização. A UNILA possui certa proximidade de países latinos em suas fronteiras. Já a UNILAB, possui como fronteira o oceano Atlântico, distanciando assim essa proximidade sociocultural das pessoas envolvidas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuraremos finalizar essas discursão, apresentando o contexto geopolítico do ensino superior no momento atual e os desafios para o Brasil, que assumiu a liderança nesse quesito, na zona do Atlântico Sul. Contextualizamos um mundo em transição, onde a educação pode e deve promover mudanças, sendo uma das ferramentas, mais utilizadas pelos países para conquistar progresso, nesse início de século XXI. Ao mesmo tempo a realidade brasileira, nesse processo, é diferente da apresentada na Europa, através do Processo de Bolonha. No Brasil, América Latina e África, os panoramas são de nações com graves problemas socioeconômicos, possuindo graus diferentes de subdesenvolvimento e elevado atraso histórico de investimentos na educação. A resposta que deverá ser respondida no final desse estudo é se geograficamente é viável o projeto Sul-Sul, através da educação superior para o Brasil e se ao mesmo tempo é compatível e viável para a realidade dessas nações envolvidas nesse início de século XXI. Evidente que as respostas deverão surgir no transcorrer do tempo, pois essas universidades ainda estão em fase de estruturação para atender aos objetivos previstos nesse projeto educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 12.189, de 12 jan. 2010. *Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana*, UNILA. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12189.htm>, [Consultado em 29-11-2014].

_____. Projeto de Lei nº 2.878/2008, de 11 de dez. de 2007. *Dispõem sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino – Americana, UNILA*. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=9269A82F45A6882885AA69F4DE164B3C.node2?codteor=625146&filename=Avulso+-PL+2878/2008, [Consultado em 29-11-2014].

_____. Lei 12.289, de 21 jul. 2010. *Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB*. 2010b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12289.htm, [Consultado em 29-11-2014].

_____. Projeto de Lei 3891/08, de 20 de agosto de 2008. *Dispõem sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB*. Disponível em: < www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:camara.deputados:projeto.lei;pl: 2008-08-20;3891”>PL 3891/2008, [Consultado em 29-11-2014].

_____. Decreto n. 3.927, de 19 de setembro de 2001. *Promulga o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000*. Disponível em: http://www2.mre.gov.br/dai/b_port_139_3927.htm, [Consultado em 29-11-2014].

CORAZZA, G. (2010), *A Unila e a integração latino-americana*. Boletim de economia e política internacional, IPEA, DF.

DIAS SOBRINHO. J. (2005), *Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado*. Rio Grande do Sul. Ed. Casa do Psicólogo.

PENHA. E. A. (2011), *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA.

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná e o desenvolvimento socio-econômico da sua região de abrangência.

Mirian Beatriz Shneider[1]

Udo Strassburg; Valdir Antônio Galante; Nilton Marques de Oliveira[2]

1-Introdução

O presente artigo tem como objetivos avaliar o papel da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE no contexto do desenvolvimento regional e seu papel na formação de capital humano para a região. O início do pensamento nessa área se dá pelo conceito de Capital Humano, que ganhou força a partir dos anos 60, em função da crise da indústria tradicional (metal-mecânica), que havia sido o motor do desenvolvimento no pós II Guerra na Europa. Um dos primeiros autores a discutir essa temática foi Theodore Schultz. Para ele, capital humano seria: "... o montante potencial adquirido em educação produtiva através do processo educacional". (Schultz, 1973, p. 35).

Sua principal preocupação foi explicar os ganhos de produtividade gerados pelo "fator humano". A partir dele, questões como crescimento econômico e distribuição de renda passam a fazer parte constante da agenda política, econômica e de pesquisa acadêmica. Na indústria, os trabalhadores passam a ser cada vez mais especializados, e isto passa a ser encarado como um fator importante para o crescimento econômico. Já Blaug (1971, p. 21) afirma: "uma educação adicional elevará os rendimentos futuros, e, neste sentido, a aquisição de educação é da natureza de um investimento privado, com rendimentos futuros.". Existem textos importantes de outros expoentes das Ciências Econômicas, tais como Jacob Mincer, Gary Becker, Milton Friedmann e Edward Denison.

O pressuposto central dessa teoria é o de que o capital humano é algo produzido, aumentos na renda nacional seriam frutos de aumentos nesta forma de "capital", isto é, o ser humano é um ativo, sobre o qual se realiza um investimento. Levando em conta o postulado de que o agente econômico é "maximizador" e racional da sua utilidade, a educação, passa a ser um investimento, possui a racionalidade deste, ou seja, investir em educação implica em uma relação em que se levam em conta os custos atuais e a uma renda futura. Ainda dentro desta perspectiva, em cada sociedade existiria uma demanda e uma oferta de capital humano, a decisão de investir é individual, mas também é uma decisão agregada, qual seja, um indivíduo (sociedade) investe até onde o custo de educar-se se torne igual ao benefício dessa decisão. Nessa forma de pensar, os países podem afetar positiva ou negativamente o investimento.

As críticas a esse conceito se baseiam principalmente no fato de que vincula os níveis salariais exclusivamente aos níveis de educação, relegando questões deveras importantes como raça, gênero, classe social, e uma questão mais pontual, mas não menos importante: as habilidades inatas (Becker, 1964).

A aplicação literal da teoria do capital humano, segundo os críticos, levaria a concentração dos investimentos em educação dirigidos apenas à produção de renda física, e por consequência, inanição nas áreas como artes, filosofia, literatura, e que são fundamentais ao desenvolvimento das sociedades. Completando essa linha de pensamento, a capacitação técnica adquirida, que por sua vez aumenta os rendimentos futuros, não terá tanta importância, pois as expectativas, preferências e atitudes também mudarão. Garry Becker, prêmio Nobel em 1992, trata de questões revolucionárias dentro da teoria, mudando a perspectiva da mesma. Ele passa a tratar

---

1 Professora Associada do Curso de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da UNIOESTE-Toledo. Pesquisadora do Grupo GEPEC. Bolsista Produtividade da Fundação Araucária. mirian-braun@hotmail.com

2 Doutorandos do Programa de Desenvolvimento Regional e agronegócio da Unioeste /Campus Toledo e bolsistas SETI/PR, projeto que originou este artigo.

dos efeitos e impactos da educação sobre conceitos como família, criminalidade, discriminação, através de uma perspectiva microeconômica. (Becker, 1964).

Também é interessante a perspectiva marxista na discussão. Segundo esta linha de pensamento, a teoria do capital humano incorporou a tradição neoclássica, ao tratar trabalho como um produto do meio de produção. Essa corrente rejeita o raciocínio simplista de "trabalho homogêneo" e concentrou sua atenção na diferenciação da força de trabalho. Também incorporou à análise econômica as instituições sociais básicas (como a relação educação x família), que na teoria neoclássica são relegadas para a esfera cultural.

Por outro lado, a perspectiva marxista contesta o fato de que o trabalho não ser categoria na análise neoclássica, vira capital, ou seja, o conceito de classe social é eliminado enquanto conceito econômico. Um sistema escolar não poderia virar um reprodutor de um bem econômico, uma vez que as habilidades estão relacionadas e são determinadas pelas condições da existência humana. Como a educação funciona para perpetuar uma ordem social - uma teoria dos recursos humanos deveria abranger tanto a teoria de produção quanto de reprodução social.

Outro interessante aspecto ressaltado pelos marxistas é de que a firma não é uma "caixa-preta" em cujo interior o trabalho é o principal interesse. A firma tem uma dimensão sócio-política, onde seres realizam: a transformação de matéria prima; transmissão de habilidades e tipos de conhecimento de um trabalhador para outro, alterando habilidades e conhecimentos; abstrai-se o poder do capital sobre o trabalho, ao imaginar que os salários são determinados de forma exógena à firma; atributos como raça, sexo, idade, etnia, considerados irrelevantes pela teoria do capital humano, são avaliados como importantes pelos capitalistas.

Pelo próprio processo de evolução, em função das mais diversas contribuições a teoria do capital humano acabou sendo "substituída" pelo conceito de Economia do Conhecimento (*Knowledge Economy*), que surge a partir do grande avanço das indústrias intensivas em conhecimento, em contraponto à tradicional indústria intensiva em capital. Essa indústria caracteriza-se pela produção de bens e serviços intensivos em conhecimento, que contribuem para um acelerado avanço técnico e científico, assim como uma rápida obsolescência. Destaca-se um componente-chave dessa linha de pensamento, uma ligação profunda entre capacidade intelectual e insumos físicos ou recursos naturais. Essa nova indústria tem a capacidade de refazer a natureza do trabalho e da economia.

Existem três linhas de pesquisa dentro do guarda-chuva desta teoria: O primeiro enfoque - mais antigo – é dos anos 60 com as novas indústrias baseadas em conhecimento e seu papel na mudança econômica e social, com importância crescente dos serviços.

A principal ideia unificadora desta vertente do trabalho é a centralidade do conhecimento teórico como fonte de inovação (Bell, 1973). E, por fim, destaca-se nesta linha de pesquisa uma nova teoria do crescimento na economia a qual enfatiza a importância do conhecimento para o crescimento econômico, observando que as descobertas diferem de outros insumos, porque elas são não competitivas e são combustível para mais inovação. (Romer, 1986, 1990).

O segundo enfoque dispensa muito esforço para analisar o quanto esses setores, intensivos em conhecimento realmente contribuem para o crescimento da produtividade (Brynjolfsson & Hitt, 2000; Gordon, 2000). Devido à expansão das indústrias intensivas em conhecimento, acompanhado de aumento da produtividade, ocorreu uma evolução macroeconômica e do mercado financeiro, incomum na década de 1990, e boa parte da literatura discute o fato de a economia do conhecimento ser operada de forma diferente da tradicional. Fazem parte deste quadro de pensamento pesquisas muito recente em sociologia e economia do trabalho relativa aos novos postos de trabalho que surgem e em como estes ainda se ligam à "antiga" economia (Kochan & Barley, 1999).

Um terceiro tipo de perspectiva se relaciona mais com a gestão, enfoca o papel da aprendizagem e da inovação contínua dentro das empresas. Algumas organizações parecem ser particularmente boas em produção de conhecimento e transferência, e os pesquisadores estão interessados em compreender o porquê e se essas práticas podem ser replicadas. Essa linha tenta entender as implicações sociológicas e econômicas mais amplas, como avaliar se o conhecimento é codificado ou tácito, e que tipos de arranjos sociais aumentam ou impedem a geração e transmissão de conhecimento (Cowan *et al*., 2000). No entanto, a pesquisa empírica, sistemática sobre o tema ainda é escassa e não tem lidado com suas implicações práticas para o emprego.

Constata-se na economia mundial, principalmente nas nações mais desenvolvidas, a partir dos anos 1970, uma clara transição nas economias industrializadas, para economia de serviços: a economia pós-industrial.

Essa mudança está calcada num processo de aceleração da produção do conhecimento. Como exemplos dessa mudança, um carro, ícone da velha indústria, hoje repleto de itens de alta tecnologia relativos à segurança, poluição, entretenimento e performance etc., ou então, computadores produzidos na Ásia são equipados com softwares sofisticados, imensamente melhores que há 10 anos. Ocorreu claramente um processo de conversão na demanda de bens tangíveis por bens intangíveis.

Um dos desafios que se interpõe na atualidade é: como medir o quanto a sociedade está realmente dependente de produção de conhecimento? Existem várias direções a serem seguidas: medir ações de conhecimento humano e organizacional; medir o Investimento em P&D; investimento em Tecnologia da informação e comunicação; reformas organizacionais, ou ainda o Estoque de Patentes. São características dessa nova fase da organização industrial a diminuição do custo de mercadorias e difusão de seu uso e ainda a obsolescência programada, o desenvolvimento de novos produtos. Um exemplo do impacto desse processo é a Finlândia, que em 1960 era uma economia baseada em madeira e papel, hoje é a sede da NOKIA, maior detentores de patentes no setor no mundo.

Outra faceta importante desse processo é o fato de que a Economia do Conhecimento gera organizações (firmas) diferentes, como exemplo pode-se citar a Plataforma Linux, o Projeto Genoma, a organização de trabalho se tornou muito mais flexível, eficiente e produtiva.

Além da Finlândia pode-se citar o exemplo da Coreia do Sul, com um terço do PIB brasileiro tem gerado inovações tecnológicas, sobretudo na nova economia criativa, complementa-se aqui, os Tigres Asiáticos (Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Singapura) investiram em educação e obtiveram substanciais melhores no século XIX, e hoje dominam boa parte da inovação tecnológica mundial.

Em se tratando de Brasil, Natividade (2001) no que diz respeito à produção cientifica e tecnológica brasileira, esta já apresenta bons resultados compatíveis com a aplicação de recursos nesse setor. No entanto, coloca a autora que é preciso avançar muito mais na relação Universidade e empresa/sociedade, é preciso que os gestores das Universidades, empresas, governos devem tomar consciência efetiva dos amplos benefícios advindos da pesquisa inovativa tecnológica (P&D). Não é a falta de recursos que impossibilita a pesquisa, mas sim a falta de planejamento administrativo no setor de tecnologia.

2-Universidade, desenvolvimento e empresa: experiências e contribuições da Univesidade brasileira

Na América Latina a primeira Universidade foi fundada no México em 1538, no Chile em 1738, e no Brasil somente na década de 1920, que se deu a primeira criação da universidade brasileira – a Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. A criação da Universidade de São Paulo – USP ocorreu em 1934.

No início a pesquisa e o estudo superior eram destinados, apenas, à formação da elite dirigente brasileira. Nos anos 50 criou-se a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, com o intuito de consolidar a relação entre a ciência e a indústria nacional. Criou-se, também, o Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, com objetivo de implementar uma política nacional de ciência e tecnologica. Em 1951 foi criada a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES (Velho, 1996).

Na década 1960 foi criada a Universidade de Brasília – UnB que tem contribuido com o processo de crescimento e desenvolvimento da pesquisa e inivação no contexto regional. Vale destacar a Universidade de Campinas (Unicamp) realizou convênio com a Telebrás, para o desenvolvimento de fibras óticas, e o Instituto de Geofísica da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que atuou em parceria no desenvolvimentode pesquisas geológicas com a Vale do Rio Doce (Serra, 2010).

No Brasil, embora não exista algo nos padrões da califórnia, a região de Campinas é caracterizada nos moldes do *Silicon Valley* californiano, sendo consenso que a oportunidade criada na região está relacionada aos centros de pesquisa e às boas universidades presentes na área, bem como a interações entre universidade e empresa e comunidade local. Contudo, vale evitar concentrar todos os esforços exclusivamente em mecanismos de interação universidade/empresa apontados para indústrias de alta tecnoloiga. Krugman (1991, p. 54) “ aponta

que a alta tecnologia é objeto da moda (...) e até mesmo indústrias de alta tecnologia respondem a forças econômicas fora de moda".

Em 1976 realizou-se feita uma parceria entre a Unicamp e a Companhia de Desenvolvimento Tecnológico, a Codetec, com objetivo de gerar novas tecnologias e incentivar a criação de pequenas indústrias de base tecnológicas e incentivar a criação de indústrias de grande porte. Essa foi a iniciativa pioneira no Brasil, que deu início ao primeiro parque tecnológico brasileiro. Nos anos 80, o CNPq elabora arranjos institucionais que resultaram na criação dos Núcleos de Inovação tecnológica, as Incubadoras e os Parques Tecnológicos. Buscous-se também incentivar o surgimento de Parques Tecnológicos em Santa Maria (RS), Joinville (SC), São Carlos (SP), Campina Grande (PB) e Manaus (AM) e outros parques tecnológicos espalhados pelo Brasil. Na opinião de Nascimento (1989), esses parques tecnológicos proporcionaram a união de diferentes entidades públicas e privadas em torno de projetos e interesse comuns, tendo em vista uma aptidão regional e a capacitação científico-tecnológica já instalada. Mas recentemente tem-se destacado grandes Universidades em parceria com grandes ramos do agronegócio como é o caso da USP - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz – ESALQ e a Universidade Federal de Viçosa – UFV. Com a abertura econômica do país, várias foram as medidas governamentais visando ao maior desenvolvimento e aproximação entre as universidades e empresa. Não se pode deixar de mensionar a COPPE-UFRJ – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, este Instituto tem constiruído desde 1963, data da sua fundação, com inumeras pesquisas e tornou-se o maior dentro de ensino e pesquisa em engenharia da Améria Latina. Segundo Furtado (1988), inúmeros fatores contribuíram para o sucesso da COPPE e para sua maturidade institucional. Fatores internos e externos explicam seu sucesso, mas a grande característica de sua história organizacinal foi ter conseguido consolidar relações estratégicas por novas linhas de ação institucional adequadas às mudanças ocorridas no ambiente externo.

Com relação ao Estado do Paraná, há um discusso desde a década de 1990 desqualificando o papel das universidades estaduais paranaense no processo de desenvolvimento regional, dizendo que estas constituiam um elevado custos para sociedade, no entranto foi preciso avançar além deste argumento abstrato, afirmando o inestimável investimento/retorno para a sociedade que a universidade porporciona. Rizzi (2010) argumenta que foram necessários estudos científicos que não só permitissem uma visão sistêmica e de interação das universidades com a sociedade, bem como registrassem alguns aspectos econômicos que realçassem as vantagens e os impactos positivos sobre o nível de renda e emprego onde as universidade se localizam.

Dentre os estudos feitos, destaca-se no que tange ao impacto econômico das Instituições Públicas de Ensino Superior paranaense. Em que, resultdos obtidos apontam para um forte impacto, registrando multiplicadores de 2,34 e 2,53 para renda e emprego respectivamente, ou seja, para cada unidade de recursos financeiro aplicado em investimento, custeio ou pessoal, os outros 1,34 a 1,53 são acrescentados na renda e emprego (Rolin & Kureski, 2010).

O sistema estadual de ensino superior do Paraná é constituído por 151 Instituições de Ensino Superior, das quais 22 são públicas e 129 privadas. O Paraná detém praticamente 50% do total das IES da região sul do país e, mais exatamente, 61,11% delas estão situadas em território paranaenses. Um ponto importante a ser mensionado é o peso das instituições públicas estaduais no Paraná, 94,44% das IES públicas estaduais da região sul estão localizadas neste estado. São ao todo 17 IEES paranaenses, que apresentam a seguinte composição: 5 universidades estuduais – UEPG, UEL, UEM, UNIOESTE E UNICENTRO – e, 12 faculdades estaduais, a saber: Jacarazinho (3); Curitiba (2); Apucarana; Bandeirante; Campo Mourão; Cornélio Procópio; Paranaguá; Paranavaí; e União da vitória. Estas 12 faculdades compõem a UNESPAR, sendo a sua integração objeto de processo de reestruturação promovido pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná.

Outro fato importante a ser mencionado é a evolução do corpo docente das universidades paranaense, em 2000, tinha 14.130 docentes, o que representava 35,2% do toal de docentes da região sul. Em 2003, esse percentual aumentou para 39,45, sendo este crescimento um claro sinal da importância do ensino superior para o estado do Paraná. Em relação ao número de doutores no Paraná, em 2000, havia 2.488 deles no Estado, o que siginifca que 35,2% do total de doutores na Região Sul estavam alocados em IES paranaenses. Em 2003, esse percentual aumentou para 37,6%. Quando se trata apenas do Paraná o número de doutores nas IES pública estadual estão

em torno de 64% do total de doutores nas Universidades estaduais, o que significa que uma política por parte das IEES paranaense com a melhoria da qualificação profissional de seu corpo docente (Serra, 2010).
No que se refere a colaboração entre universidades e empresas, segundo Serra (2010), o intercâmbio é positivo, do ponto de vista da universidade, a obtenção de recursos para financiar pesquisas, a incorporação de alunos estimula o aprendizado prático e possibilita a sua inserção no mercado de trabalho e o aumento do conhecimento prático das tecnologias utilizadas no setor produtivo são os pontos mais destacados.
Exemplos práticos são as incubadoras de empresas no Paraná, que procuram aliar a tecnologia que está sendo desenvolvida dentro da universidade à sua transformação em produto para o mercado. No Paraná existem várias incubadores de excelênica, entre as quais citam-se: i) Incubadora Tecnológica de Curitiba – INTEC/TECPAR; ii) incubadora Internacional de Empresas de Software – IIES/CITS; iii) Incubadora Tecnológica de São Mateus do Sul – ITS/PETROBRÁS; iv) Incubadora Agroindustrial de Cascavel – FUNDETEC; v) Incubadora Indústrial de Londrina – INCIL; vi) Incubadora Tecnológica de Maringá – UEM; vii) Incubadora Empresarial Tecnológica do Iguaçu – ITAI/UNIOESTE; viii) e Incubadora Internacional de Empresas de Base Tecnológica da Universidade Estadual de Londrina – INTUEL; e ix) Incubadora do Cefet/Pato Branco, que matêm vínculo com instituições de ensino e pesquisa como gestoras ou promotoras das incubadoras. Estas recebem apoio como assissorias especializadas, utilização de laboratórios, análise e pareceres técnicos concedidos por docentes das universidades, progrma de estágio e de visitas nas incubadoras, eventos e trabalhos conjuntos, dentre outros.
Outras agências e Fundações, também tem contribuido e formado parceria com universidades estadual paranaense, como é o caso do Serviço Brasileiro e Apoio Empresarial – SEBRAE, parceiro com visão empresarial, por sua experiência com às micro e pequenas empresas que tem lançado editais e aprovado projetos importantes para alavancagem comercial e expansão de negócio em todo território paranaense.
Finanaciadora Nacional de Projetos – FINEP, parceiro governamental (federal) que tem lançado editais voltados à inovação tencológica tanto nas áreas médica, biológica, energética como também diretamente ligado a desenvolvimento da área de Tecnologia de Informção envolvendo a produção de games e desenvolvimento de *software.* A Fundação Aracária, agênica governamental estadual que tem contribuido por meio de editais com a disseminação e conscientização empreendedora e visão de inovação tecnológica participando com recursos destinados a movimentos de incubadoras e parques tecnológicos através de investimentos de recursos junto a esta instituição para realização de eventos e *workshops* de empreendedorismo servindo de forma nacional a rede de incubadoras e parques tecnológicos.Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR, instituição do governo estadual tem por objetivo de coordenar toda pesquisa agropecuária desenvolvida no estado. Conta com cerca de 145 técnicos de nível superior sendo que mais de 80% deles são mestres e doutores. A Embrapa/soja é a unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, instituição do governo federal, dedicada à pesquisa da soja. Tem cerca de 70 pesquisadores e todos com formação de mestrado e doutorado.
Na constatação de Rolim *et al* (2010), essas agências, fundações, instituições são exemplos de atuação junto ao setor produtivo e pela importância de seus laboratórios na prestação de serviço à comunidade.

3 Universidade e o desenvolvimento regional: o caso da UNIOESTE

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná é uma instituição pública de ensino superior multicampi, com sede no município de Cascavel. Em 1991, a Lei Estadual nº 9.663/91 a transformou em autarquia a Fundação Universidade Estadual do oeste do Paraná. E, em 1994 foi criada a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, dividida em 4 campus, abrangendo toda a região oeste do Paraná. Os campus ficam situados nos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e Marechal Cândido Rondon. Em 1998, foi incorporada à Unioeste a FACIBEL, Faculdade de Francisco Beltrão, município situado na região sudoeste do estado. Com a integração do Campus de Francisco Beltrão, a Unioeste se consolidou como uma Universidade Regional, focada no desenvolvimento regional e social, abrangendo as regiões Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná.
A Unioeste vem promovendo a emancipação social e econômica das regiões em que está inserida, atendendo as expectativas do desenvolvimento regional. Enquanto Instituição pública de pesquisa e ensino superior atua

como agente de integração, de difusão do conhecimento e de promoção do desenvolvimento humano e social, orientando suas ações para privilegiar as peculiaridades inerentes à microrregião de cada Campus.
Nesse sentido, a diversidade de cursos de graduação, atividades de pesquisa e extensão ofertada em cada unidade universitária possibilitou a verticalização do ensino, atuando também na pós-graduação, iniciando o primeiro curso de mestrado em 1997. Em 2007 a UNIOESTE estava com 8 cursos de mestado e 1 de doutorado e a partir deste ano houve uma grande expansão, chegando em 2013 com 29 cursos de mestrado e 5 de doutorado.
O ensino de graduação e pós-graduação apresentam ações que catalisam os esforços na melhoria dos indicadores sociais, ambientais e econômicas das regiões em que atua. Na área da pesquisa a UNIOESTE tem implementado importantes projetos de pesquisa para o desenvolvimento regional. As pesquisas, em sua maioria, são financiadas por empresas privadas e órgãos ou instituições estaduais e federais de fomento à pesquisa.

3.1 Histórico da pós-graduação na UNIOESTE: inovação, ciência e tecnologia

Os 20 anos de história da Unioeste, a serem completados em dezembro de 2014, se caracterizam também pela gênese e sedimentação da verticalização do ensino, caracterizada pela ampliaçao da oferta de cursos *stricto sensu*. Apartir da tímida oferta de um primeiro curso de mestrado no Campus de Cascavel em 1997, na área de Engenharia Agrícola, tanto que somente em 2000 o curso de agronomia de Marechal Cândido Rondon o seguiu. Na década subsequente, o processo de formação do quadro docente dos cursos da infante instituição, melhoria no ambiente da universidade e dos órgaos de fomento, produziu crescimento sem precedentes da pós-graduação na IES.
Em 2013, o Campus de Cascavel ofertava dez mestrados e dois doutorados. O Campus de Toledo fez sua primeira oferta em 2003, com o mestrado na área de Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Uma década depois, no ano de 2013, apresentava a segunda maior oferta de cursos da instituição, sendo oito mestrados e três doutorados.
A realação dos cursos ofertados, mestrado e doutorado em cada campus, bem como a data de início da oferta contam no Quadro 1.

Quadro 1- Relação dos mestrados e doutorados da UNIOESTE e data inicial de oferta

Ano de início dos Mestados e Doutorados da UNIOESTE em 2013			
Campus Cascavel:	**Ano**	**Campus Francisco Beltrão:**	**Ano**
M. Profissional em Administração	2014	M. em Educação	2012
M. Em Biociências e Saúde	2011	M. em Geografia	2010
M. em Ciências Farmacêuticas	2012	M. em Gestão e Desenvolvimento Regional	2012
M. Conserv. E Manejo Rec. Naturais	2009	**Campus Foz do Iguaçu:**	**Ano**
M. em Educação	2006	M. em Eng. Sist. Dinâmicos e Energéticos	2010
M. em Energia na Agricultura	2009	M. em Ensino	2013
M. e **D**. em Engenharia Agrícola	1997/2006	M. em Sociedade, Cultura e Fronteiras	2010
M. e **D**. em Letras	2002/2011	**Campus Toledo:**	**Ano**
M. Profissional em Letras	2011	M. em Bioenergia	2010
M. em Odontologia	2012	M. em Ciências Ambientais	2013
Campus Marechal C. Rondon:	**Ano**	M. em Ciências Sociais	2010
M. e **D**. em Agronomia	2000/2008	M. e **D**. em Desenvolv. Reg. e Agronegócio	2003/2010
M. Desenvolvim. Rural Sustentável	2012	M. e **D**. em Engenharia Química	2009/2013
M. em Geografia	2011	M. em Filosofia	2004
M. em História	2005	M. e **D**. em Recursos Pesqueiros e Eng. Pesca	2007/2013
M. em Zootecnia	2012	M. em Serviço Social	2012

Fonte: dados da pesquisa.

Nota: M. – programa de Mestrado; D. – Programa de Doutorado.

Em uma década e meia, a Unioeste formou cerca de 920 mestres e doutores, os quais passaram a atuar na própria instituição, em IES privadas da região e do país, empresas ou como autônomos, sejam no Paraná ou em outros estados da federação. Essa contribuição é muito importante, visto que estas pessoas possuem alta qualificação e contribuem para maior produtividade, mudança nos processos produtivos, desenvolvimento de produtos e processos, estando em consonância com a nova vertente do desenvolvimento: a economia do conhecimento.

3.2 Produção interna dos docentes

O processo de pesquisa se faz em diversas modalidades. Visam o incremento no conhecimento em cada área do conhecimento, os quais são publicados em formas de artigos, livros, relatórios, pareceres, patentes, produtos e serviços, que sao aplicados no ensino, na extensão e chegam ao mercado para a produção de bens ou serviços com eficiência superior. No quinquênio 2008-2013, a produção científica dos docentes da pós-graduação superou os 50 mil títulos (Quadro 2).

Quadro 2 – Número da produção dos docentes dos programas de Pós-graduação da UNIOESTE, divididos em ítens

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIOESTE (TODOS OS CAMPI)						
	Cascavel	**Toledo**	**M. C. Rondon**	**Fco. Beltrão**	**Foz do Iguaçu**	**TOTAL**
Orientações Concluídas de Pós-Doutorado	12	12	6	-	1	**31**
Orientações Concluídas de Doutorado	143	115	33	7	11	**309**
Orientação Concluídas de Mestrado	657	798	397	100	103	**2.055**
Patentes	26	52	-	1	4	**83**
Artes Visuais	11	1	7	-	-	**19**
Trabalhos Publicados em Anais de Evento	2.734	1.795	975	763	456	**6.723**
Resumos Publicados em Anais de Eventos	3.491	2.339	2.152	288	213	**8.483**
Artigos Completos Publicados em Periódicos	2.995	2.134	1.205	390	210	**6.934**
Livro ou Capítulo	808	493	294	208	100	**1.903**
Apresentações de Trabalho	3.003	1.707	930	590	354	**6.584**
Trabalhos Técnicos	34	14	5	3	-	**56**
Processos ou Técnica	34	14	5	3	-	**56**
Outras	6.746	4.185	3.090	1.487	836	**16.344**
Total	**22.028**	**14.305**	**9.915**	**4.215**	**2.414**	**52.877**

Fonte: dados da pesquisa.

O corpo docente que atuava na pós-graduação da Unioeste em 2013 superava 420 profissionais, atuaando nos mais de 30 programas *stricto sensu* nos cinco campi universitários, distribuido na seguinte forma: o Campus de Cascavel com o maior números de docentes (154); a seguir Toledo (125); Marechal Cândido Rondon (79); Francisco Beltrão (39) e Foz do Iguaçu (25).

3.3 A Universidade e as empresas: cooperação e estágios

Para que estes objetivos possam ser alcançados há necessidade da união destes dois entes que poderão ser beneficiados com esta ação, como também poderão influenciar no crescimento e no desenvolvimento da região onde estão inseridos. Desta forma o pensamento brasileiro está no sentido de "que o crescimento econômico, por si só, é capaz de provocar as indispensáveis mudanças sociais. O aumento de produtividade e da qualidade só será conseguido com a formação técnica e educação condizentes, portanto não haverá inovação tecnológica sem o preparo adequado do homem". (Santos & Suga, 2001: 98).

Assim, pode-se dizer que um pode beneficiar o outro e vice-versa, construindo juntos pilares sólidos neste relacionamento de cooperação. Desse modo, "ao compararem os resultados das empresas associadas com os de suas concorrentes, estabeleceram a idéia de que a participação em redes de cooperação pode ser

entendida como um instrumento de ganhos de competitividade para empresas de menor porte", mesmo porque o compartilhamento de informações e das necessidades que cada um tenha, se transforma em um fator fundamental para que se consiga avanços e possibilidades de melhoria, como a redução de custos, aumento de produtividade e de lucros e consequentemente a alavancagem dos negócios. (VERSCHOORE ; BALESTRIN, 2008, p. 4).
Neste sentido Moraes & Stal (1994) enfatizam que:

> a universidade tem como foco primordial o investimento na geração de conhecimentos, justificando a tecnologia como necessária ao desenvolvimento da sociedade em geral; já a empresa focaliza sua atenção na geração de lucros, sem o que ela não sobrevive e não realiza sua função social de criar empregos e atender às carências da sociedade. (Moraes & Stal, 1994:100).

Como complemento Moraes & Stal (1994), destacam algumas vantagens, tanto para a Universidade como para o setor privado, enfatizando que estas são visíveis para todos. A Universidade consegue captar recursos adicionais para que as suas atividades de pesquisa, principalmente possam ser desenvolvidas com nível de excelência, conseguindo adquirir e acompanhar os avanços tecnológicos que são tão necessários para a realização das pesquisas.
Outro fator é a questão de com estes recursos pode-se manter a investigação de ponta em seus laboratórios, acompanhando os avanços em termos mundiais, além de conseguir reter os pesquisadores mais capacitados, pois estes possuem condições de trabalho. Possuir condições de associar ao ensino, projetos de alta tecnologia é de suma importância para que estes feitos possam refletir na sala de aula e consequentemente no grau de conhecimentos absorvido pelos alunos. Já as vantagens para o setor privado também são boas e caminham no sentido de conseguir desenvolvimento tecnológico com menor investimento, possibilitando a atualização tecnológica de forma constante, tendo o contato com profissionais altamente qualificados, com experiências e que possam contribuir de alguma forma com esta integração (cooperação).
Dentre os motivos pelos quais as universidades e empresas assinam convênios está a realização de estágios, onde os acadêmicos terão a oportunidade de aplicar os seus conhecimentos no dia a dia das empresas, conseguindo aumentar o aprendizado, unindo a teoria com a prática. Neste sentido serão analisados alguns dados sobre os convênios firmados pela Unioeste entre 2008 e 2013, conforme demonstrados nos gráficos 1, 2, 3 e 4.
O Gráfico 1 apresenta a quantidade de convênios firmados pela Unioeste em 2013 com países da Europa, Ásia, África, América do Norte e América do Sul. O objeto principal destes convênios está relacionado a protocolos de cooperação técnico-científico e de produção acadêmica, que visa o recebimento e encaminhamento de acadêmicos e professores visitantes, para a realização de pós-graduação *stricto sensu* em nível de mestrado, doutorado e principalmente pós-doutorado, pesquisas etc. Os países que se destacaram em termos de quantidade de assinaturas de convênios foram, a Itália (7), Argentina (6), Espanha (6), Portugal, USA, e Venezuela (4).
Os convênios internacionais são importantes para o desenvolvimento dos alunos e professores que estarão participando e se envolvendo diretamente com o seu objeto. Além de conseguir estar bem próximo das metodologias e tecnologias de ponta, utilizadas em outros países, pode-se trazer inovações a serem aplicadas em nosso meio.

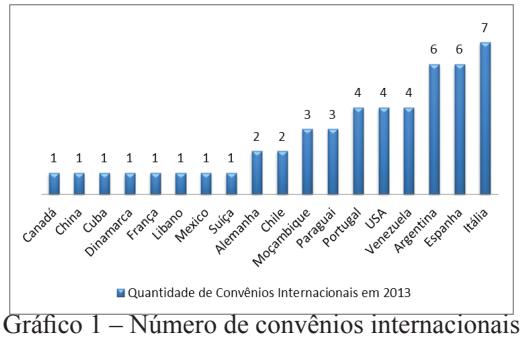

Gráfico 1 – Número de convênios internacionais firmados pela UNIOESTE em 2013.

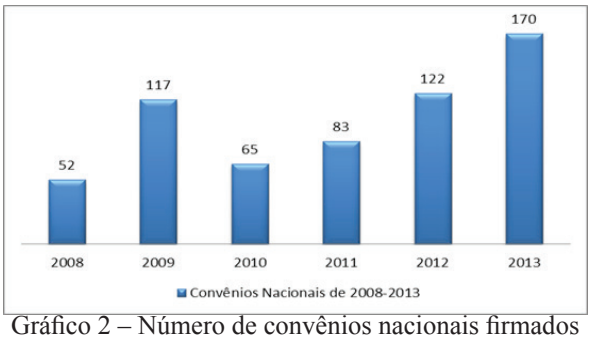

Gráfico 2 – Número de convênios nacionais firmados pela UNIOESTE de 2008 a 2013.

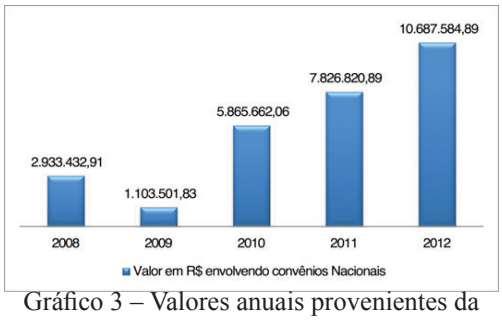

Gráfico 3 – Valores anuais provenientes da assinatura dos convênios, na UNIOESTE, de 2008 a 2012.

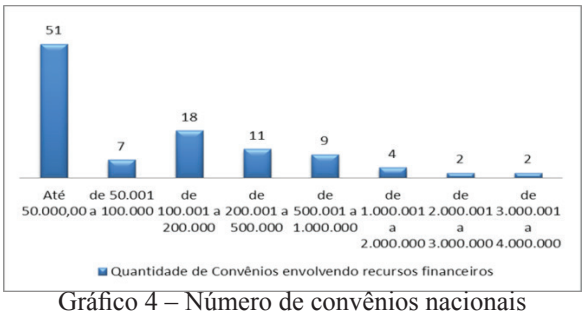

Gráfico 4 – Número de convênios nacionais envolvendo recursos financeiros, firmados pela UNIOESTE, de 2008 a 2012.

Em relação aos convênios com entidades estabelecidas no território nacional a Unioeste assinou no período de 2008-2013, 609 convênios. Analisando o desmembramento entre os anos no Gráfico 2, verifica-se um crescimento significativo de 327% ao se comparar 2008 com 2013. Destacando que a quantidade de convênios vem aumentando ano após ano, demonstrando o empenho e interesse da Unioeste neste tipo de relação com as diversas entidades.

Estes convênios foram firmados com empresas, órgãos do governo, bancos, faculdades e universidades públicas e privadas, escolas públicas e privadas etc. O objeto principal dos convênios nacionais está relacionado a oportunidade para a efetivação de protocolos, acordos de cooperação, de concessão, de prestação de serviços, de repassa de direitos e de termos de depósito, com a intenção de estabelecer um canal para a realização de estágios, intercâmbios, de cooperação técnica, acadêmica, financeira, cultural, de ajuste de propriedade intelectual etc.

Alguns destes convênios também prevêem o envolvimento de recursos financeiros para custear e dar condições para ser colocado em prática os termos acordados e estes valores estão apresentados no Gráfico 3. A Unioeste também tem conseguido um aumento gradativo de convênios envolvendo recursos financeiros, isto significa que a universidade está em condições e fornecer uma contrapartida a altura daquilo que o setor externo necessita. Como destaque está o ano de 2012 que alcançou recursos no valor de R$ 10.687.584,89.

Os recursos obtidos pela Unioeste por intermédio dos convênios no período de 2008 a 2012 totalizaram o montante de R$ 28.417.002,58, são valores significativos auxiliam a universidade a cumprir com o seu papel de propagador do conhecimento. Ao verificar o Gráfico 3 visualiza-se um crescimento de 364,34% ao ser compara os anos de 2008 e 2012, demonstrando assim o desempenho da Unioeste na busca por convênios que envolvam recursos financeiros. Estes recursos são provenientes de órgãos de fomento do governo Federal e Estadual, fundações, e empresas públicas e privadas.

Para ilustrar o volume dos recursos financeiros envolvidos, no Gráfico 4 estes foram fragmentados pelo volume de recursos destinados para cada um.

Dos 104 convênios que contemplavam recursos financeiros, no referido período, 76 (73,%) envolviam recursos de até R$ 200.000,00, a cima deste valor até R$ 4.000.000,00 estão os outros 28 (27%). Na maioria deles são desenvolvidos com poucos recursos, significando que estão envolvidos neles, diversos professores e alunos, contemplando também diversos cursos. Se consideramos os convênios com valores até R$ 1.000.000,00 estes somam 96 (92,3%), ficando apenas 8 (7,7%) com recursos acima deste valor.

Os dados apresentados demonstram a rápido crescimento na interrelação da UNIOESTE com entidade de fomento, empresa, organismos nacionais e internacionais e com a sociedade.

3.4 Impactos sobre os egressos da pós-graduação da Unioeste

Witte (2006) ressalta que segundo o que é disposto na Lei n. 9.396/96, a educação superior deve vincular-se ao mundo do trabalho e prática social, e ainda, mais deve formar profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para inserção em novos setores profissionais. Para que possa garantir um bom profissional que coloca no mercado de trabalho, a Universidade necessita avaliar constantemente o ensino que oferta, sendo que, para se obter um *feedback* do ensino, apresndizagem e a formação prática é necessário estabelecer um canal de comunicação entre egressos e a Universidade.

Dessa forma Witte (2006) afirma que identificando-se o perfil pessoal e profissional, pode-se obter um *feedback* quanto à influência do curso em seu desempenho profissional na área. Schwartzam e Castro (1991) completam ressaltando que, o estudo de egressos recupera questões ligadas ao ensino e a adequação dos currículos à situação profissional. Machado (2001, p. 44) afirma que "a principal contribuição social de uma universidade deve ser com seus egressos. Se não tem condições de manter esses egressos próximos ao seu ideário, ela está desperdiçando um altíssimo capital humano".

A seguir, serão analisados apenas os egressos programas de pós-graduação strcto sensu da Unioeste. O Campus de Francisco Beltrão possui 03 (três) cursos de pós-graduação: em Educação, Geografia e Gestão e Desenvolvimento Regional, destes apenas o curso de Geografia possui egressos. Entre 2010 e 2013 foram formados 82 mestre em geografia, dos quais 71 são geógrafos, correspondendo a 86% do total de mestres. Dentre o total destacado há 45 mestres que se encontra trabalhando como professores em escolas, faculdades e universidades públicas e privadas da região, atuando principalmente no ensino médio. Os demais estão distribuídos em outras áreas do conhecimento como pesquisador de órgãos públicos, bancários e consultores.

O Campus de Cascavel possui o maior números de programas de pós-graduação, com 10 cursos distribuídos nas grandes áreas do conhecimento. Entre 1997 e 2013 defenderam suas disertações e teses, 610 mestres e doutores. Os cursos atuam em diferentes campos do saber. Os egressos são das áreas de Biociências e Saúde (16); Conservação e Manejo de Recursos Naturais (33); Educação (59); Energia na Agricultura (38); Engenharia Agrícola (273); Letras (191); Profissional em Letras e Odontologia. Os cursos de mestrado em administração e o de Ciências Farmacêuticas ainda não tiveram egressos, pois os cursos são novos.

Deste total de egressos, 56,7% (346) estão atuando na área de ensino superior, em Universidades e Faculdades e também, no ensino médio. Cabe ressaltar que os cursos de Engenharia Agrícola e Letras do total de mestres e doutores, 168 (62%) e 110 (57%), respectivamente, estão exercendo suas atividades no ensino e pesquisa nas Universidades e Faculdades, ou seja, estão formando e qualificando novos profissionais para o mercado de trabalho. Por outro lado, pouco se observou a atuação dos egressos em iniciativa privadas, a grande maioria estão atuando no setor público e de ensino.

O segundo Campus com maior número de programas de pós-graduação é Toledo, com um total de 8 cursos e 295 egressos, entre 2003 e 2013: O Mestrado em Bioenergia formou 3 alunos, destes 2 estão atuando na área de ensino; Ciências Ambientais formou 5, também com 2 atuando na área de ensino; Ciências Sociais formou 8, com 5 trabalhando em Universidades e Faculdades e Ensino Médio; O curso de Desenvolvimento Regional e Agronegócio, tem o maior números de mestres e doutores formados, com 130 no total, destes 82 estão atuando, como a maioria dos egressos, em Universidades e Faculdades, 10 estão atuando em empresas privadas e cooperativas agropecuárias da região, (Sadia/BRF, Coopervale, Lar, Coamo, entre outras), como gerentes, diretores e presidentes. O programa de Engenharia Química formou 77 alunos, destes apenas 10 estão atuando na área de ensino, e 10 estão trabalhando em empresas privadas na área de fármaco.

Exemplificando uma empresa que tem contratado engenheiros formados pela Unioeste é a Prati Dona Duzzi, empresa do ramo de medicamentos, com grande potencial de crescimento e investimento para região. Os demais egressos estão distribuídos em diferentes áreas do conhecimento. O curso de Filosofia teve 72 egressos, dos quais 32 estão no ensino; Recursos pesqueiros 59, destes, 20 egressos estão atuando na disseminação do conhecimento (ensino); 9 estão trabalhando em empresas privadas de pesca e os demais nos setores de pesquisa, órgãos estaduais e municipais.

Por fim, os cursos de Mestrado em Serviço Social, de Engenharia Química ainda não possuem egressos. Ao todo o Campus de Toledo formou entre 2003 e 2013, nos cursos de pós-graduação 295 mestres de doutores, conforme já descrito, deste total, 123, (42%) estão com suas atividades ligadas a área de ensino e pesquisa em Universidades e Faculdades, esta tem sido até o momento a grande contribuição da Unioeste para o desenvolvimento do capital humano, que tende a gerar novos conhecimentos em diversas áreas do saber.

O Campus de Marechal Cândido Rondon possui 5 cursos de pós-graduação stricto sensu, formando entre 2000 e 2013, 101 mestres e doutores. O curso com maior egressos é o de Agronomia com 88, destes, 39 estão atuando em Universidades e Faculdades. Foi verificado também que atuam em Cooperativas, associações, órgão de pesquisa estadual e municipal. O programa de História com 1 egresso; Geografia 8; Zootecnia 4 e Desenvolvimento Rural Sustentável é um curso novo que ainda não tem egressos.

Por fim o Campus de Foz do Iguaçu tem os seguintes cursos de pós-graduação: Engenharia de Sistemas Dinâmicos e Energéticos iniciou suas atividades em 2010, e já formou 11 mestres na área de engenharia, 04 quatro estão atuando em Universidades e Faculdades, 3 em empresas privadas e os demais em outros setores. O grande potencial deste curso é a parceria entre a Unioeste e a Itaipu Binacional, que tem gerado pesquisa na área de energia, especificamente an área de bioenergia. O mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteira iniciou em 2010, possui 23 mestres formados, dos quais 11 estão atuando na área de ensino (Universidade e Faculdade), e os demais estão trabalhando em órgãos estaduais, municipais, empresa privadas e prefeituras.
Assim, conforme foi observado, a área de atuação dos egressos oriundos da Unioeste, está concentrada em sua maioria na área de ensino, seja ela em Universidades, Faculdades, Ensino Médio e alguns deles no Ensino Fundamental. Poucos desses profissionais estão em empresas privadas, ou seja, a Unioeste, ainda está formando seu capital humano para serem futuros multiplicadores de conhecimento e saber. Isto pode ser reflexo dos objetivos de cada um, universidade e setor privado. A universidade foca no desenvolvimento do saber, do conhecimento e isto se concretiza no longo prazo.
Por sua vez, a iniciativa privada foca na produção, no aumento de capacidade e lucro imediato. Esta questão precisa ser melhor trabalhada para que os resultados com as parcerias, universidades e empresas possam ter melhores resultados.

3.5 Interação universidade-comunidade: Programa de extensão universitária

A extensão universitária[3], caracteriza-se como processo instrumentalizador entre a teoria e a prática, a qual é progressivamente mais chamada a contribuir à aproximação recíproca entre o ambiente acadêmico e os diversos setores da sociedade. O ambiente exterior à universidade tem se ajustado aos efeitos da globalização e das transformações técnico-científicas-informacionais dela decorrentes. O Ensino e a pesquisa buscam compreender o novo ambiente e propor modelos e caminhos para dar conta das atividades nesse ambiente em mudança. Nesse contexto, a extensão universitária faz a conexão entre o saber universitário e a necessidade da sociedade através de novas relações e o desenvolvimento de novos produtos, processos e patentes.
Por essa razão, em que pese as dificuldades decorrentes da sua frágil autonomia e diante de uma trajetória tardia, sobretudo quando comparada às universidades centenárias de outros países, a universidade brasileira capitaneada pelo setor público tem expressivos desafios em relação ao seu compromisso social com a educação, com a ciência e tecnologia, com a arte e cultura e com a cidadania. (Renex: 2012).
Dentre as diversas atividades que as empresas e a sociedade podem usufruir mediante a extensão universitária, muitas vezes sob uma estrutura administrativa única, temos: a extensão: programas que utilizam o patrimônio específico do conhecimento, recursos humanos e materiais da universidade; Serviços de atendimento à comunidade interna: são serviços e benefícios, que qualquer empresa possui, de atendimento a funcionários, professores e estudantes; Atendimento à comunidade externa: a universidade pode ter como uma política a execução de projetos de caráter permanente ou temporário, que se caracterizem como ações externas à universidade; Ações comunitárias: são aquelas próprias das grandes empresas de responsabilidade social para melhorar o meio em que se situam e valorizar a imagem institucional, dentre outros. (Lobo, 2001:6).
A Unioeste é uma instituição jovem, completando deu vigésimo aniversário em 2014, tendo seu quadro técnico e conjunto de atividades ainda em estruturação. Ainda assim, possui centenas de atividades de extensão, entre projetos, programas, eventos, prestações de serviços dentre outros. Tais atividades envolvem centenas de estudantes, professores e agentes universitários que prestam serviços à comunidade e empresas nas cidades que possuem campus universitário e cidades vizinhas.

---

3 Usa-se o conceito da Política Nacional de Extensão Universitária, elaborado no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX): "A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade" (Renex, 2012: 15).

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou uma síntese da evolução do conceito de Economia do Conhecimento e de sua contribuição para cooperação flexível e interativa entre as empresas, bem como avaliar o papel da Unioeste na geração de conhecimento.

A perda de energia da indústria tradicional nos anos 1960 abre espaço para o fortalecimento do conceito de Capital Humano, fortalecendo o fator trabalho e seu potencial produtivo adquirido via processo educacional. Por essa concepção, o capital humano é algo produzido, isto é, o ser humano é um ativo, sobre o qual se realiza um investimento.

A concepção de capital humano evoluiu da tradicional indústria intensiva em capital para o conceito de Economia do Conhecimento, o qual aflora do grande avanço das indústrias intensivas em conhecimento, que contribuem para um acelerado avanço técnico e científico, assim como uma rápida obsolescência. Nesta, há uma ligação profunda entre capacidade intelectual e insumos físicos ou recursos naturais e algumas organizações são muito profícuas na produção de conhecimento e transferência. Os casos do vale do silício, nos EUA, Nókia, na Finlândia sao exemplos de sucesso da economia do conhecimento, onde o investimento em P&D implica na diminuição do custo de mercadorias e difusão de seu uso e ainda a obsolescência programada, o desenvolvimento de novos produtos e a reserva do mercado e processos via patentes, além da interelação mais produtiva e flexível entre organizações.

Por sua vez, a Unioeste tem buscado contribuir com o desenvolvimento da região onde se insere através de incrementos na qualificação de pessoas e na oferta de serviços e produtos tecnológicos. Apesar de existir há menos de vinte anos, atua na graduação, pós-graduação, na pesquisa e na interação com a comunidade e empresas.

A Unioeste oferta cerca de 60 cursos de graduação, 30 de pós-graduação, *stricto sensu*, centenas de programas e projetos de extensão, dezenas de patentes e seu corpo docente produz milhares de produtos científicos anualmente. Dessa produção e difusão de conhecimento, empresas e sociedade se apropriam dos benefícios, gerando riqueza e bem estar para toda a região. Prova disso sao os inúmeros convênios institucionais e os milhares de convênios com empresas, instituições e sociedade para a interação produtiva e prestação de serviços. Em suma, apesar das restrições orçamentárias, de estrutura e de pessoas, a Unioeste está sintonizada com a economia do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BECKER, G. S.(1964) *Human Capital*: "A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education". New York: National Bureau of Economic Research, distributed by Columbia UniversityPress.

BELL, D. (1973) *The Coming of Post-Industrial Society*. New York: Basic Books.

BLAUG, M.(1971) *Introdução à Economia da Educação*. Porto Alegre: Editora Globo.

BRYNJOLFSSON, E.; HITT. L. M.(2000) "Beyond computation: information technology, organizational transformation and business performance". *J. Econ. Perspect*. 14. pp, 23–48.

COWAN, R.; DAVID, P. A.; FORAY, D. (2000). "The explicit economics of knowledge codification and tacitness". *Ind. Corp. Change* (9), pp.21–53.

FURTADO, M. A. T.(1998) *COPPE: da dependência estrangeira à maturidade técnico-científica.* Dissertação (Mestrado), São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas

GORDON, R, J.(2000) "Does the new economy measure up to the great inventions of the past?" *J. Econ. Perspect*. 14, pp. 49–74.

KOCHAN T. A.; BARLEY, S. R. (1999) *The Changing Nature of Work and Its Implications for Occupational Analysis*. Washington, DC: Natl. Res. Counc.

KRUGMAN, P. *Geography and trade*. (1991) Cambridge: MIT.

LOBO, R. (2001) *A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: definição, propósitos, estratégias e ferramentas*. Mogi das

Cruzes/SP: Instituto Lobo. Disponível em <http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_023.pdf>. [Consultado em; 05-06-2014].

MACHADO, A. S.(2001) *Acompanhamento de egressos: Caso CEFET/PR - Unidade Curitiba*. Dissertação de Mestrado, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, (UFSC).

MORAES, R.; STAL, E. [1994]. Interaçao empresa-universidade no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, 34 (4) pp. 98-112.

NATIVIDADE, C. D.(2001) "Acertos e erros da Política de Inovação Tecnológica envolvendo Universidade, Empresa e Governo". In: *Monografia Premiadas no 2º Concurso de Monografia sobre a Relação Universidade/Empresa***.** Curitiba: IPARDES:IEL

RENEX - Rede Nacional de Extensão.(2012) *Política Nacional de Extensão Universitária.* São Paulo: RENEX, 2012. Disponível em <http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/01-Plano-Nacional-Extensao/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>. [Consultado em 05-06-2014].

RIZZI, A.(2010). *"*Apresentação". In: ROLIM, C. F. C.; SERRA, M. A. (Orgs). *Universidade e Desenvolvimento Regional: o apoio das Instituições de ensino superior ao Desenvolvimento Regional*. Curitiba: Juruá.

ROLIN, C.; KURESKI, R. (2010), O impacto econômico de curto prazo das universidades estaduais paranaenses. In: ROLIM, C. F. C.; SERRA, M. A. (Orgs). *Universidade e Desenvolvimento Regional: o apoio das Instituições de ensino superior ao Desenvolvimento Regional*. Curitiba: Juruá.

ROMER, P. M.(1986). "Increasing returns and long-run growth". *Journal of Political Economy*, 94(5).

SANTOS, A. C. & SUGA, M. (2001) "A melhoria do relacionamento Universidade/Empresa como instrumento de desenvolvimento regional", In. *Monografias premiadas no 2º concurso de monografias sobra a relação Universidade/Empresa*, Curitiba: IPARDES – IEL.

SCHULTZ, T. W. (1973) *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar

SERRA, M. (2010) "O Sistema de Governança das Universidades". In: ROLIM, C. F. C.; SERRA, M. A. (Orgs). *Universidade e Desenvolvimento Regional: o apoio das Instituições de ensino superior ao Desenvolvimento Regional*. Curitiba: Juruá.

VELHO, S. (1996). *Relações universidade-empresa: desvelando mitos*. Campinas: Autores Associados.

VERSCHOORE, J. R., BALESTRIN, A. (2008). **"**Ganhos competitivos das empresas em redes de cooperação", *Revista de Administração - RAUSP*.1(1)

WITTE, A. (2006) *Contribuição do Curso de Graduação em Administração para o Desenvolvimento Pessoal e Profissional dos Egressos da Universidade Regional de Blumenau entre 2003 e 2004*. Dissertação de Mestrado. Blumenau; Universidade Regionalde Blumenau.

A Era da Cooperação Multidimensional

Célia Machado Guimarães E Souza[1]

Resumo: Dada à relação Brasil-África e a presença dos africanos no Brasil, desde a época do Sistema Colonial, confundem-se as necessidades do sistema com a estrutura montada para efetivar o tráfico intercontinental. Dessa relação e graças aos africanos e seus descendentes é que foram construídas as bases econômicas do Brasil colonial, em que atuaram, decisivamente, não só na fecundação do território como na formação do povo brasileiro e passaram a integrar o processo de construção da cultura e identidade plural brasileira. A historiografia destaca a contribuição africana para a formação da sociedade brasileira na cultura, arte e religiosidade, além dos aspectos raciais. Dos acordos de interesse políticos e comerciais entre os dois países notam-se um saldo positivo e quantitativo nas relações com uma intensa cooperação em várias áreas, como culturais e técnicas. A rota de escravos pelo Atlântico Sul criou uma via de mão dupla nas referências das relações Brasil e África através da colonização dos portugueses, ocupando as duas margens do Oceano Atlântico Sul do século XVI a meados do século XIX. Passados mais de cem (100) anos, a partir de 1960, mediante acordos culturais, através do governo do então, Presidente Jânio Quadros e da Política Externa Independente, a assinatura desses acordos propiciou o estabelecimento de um programa de bolsas de estudos para estudantes africanos no Brasil, dando origem ao Programa de Estudantes Convenio- PEC em nível de graduação. Consoante todos os esforços dos governos anteriores, o que trouxe mais destaque no fortalecimento das relações Brasil e África e o enriquecimento dos Termos de Cooperação em todas as áreas, como a ampliação do PEC-G estendendo-se à Pós-Graduação, foi a era Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula. Nesse sentido, vale destacar a contribuição do CEFET/RJ como órgão integrante desse processo de intercâmbio, onde pretende-se com esse trabalho, demonstrar o resultado dessa cooperação entre as Instituições Federais de Ensino Superior da relação Brasil e África.

1- As relações Brasil e África entre as margens Transoceânicas

A relação Brasil-África tem mostrado através da história que estão intrinsicamente ligados pelos acontecimentos desde aquela época até os dias atuais.

A rota do tráfico de escravos criou uma via de mão dupla na referência das relações Brasil e África através da colonização dos portugueses ocupando as duas margens do Oceano Atlântico Sul. Entre 1538 quando chegam ao Brasil os escravos africanos trazidos da África começa então uma relação mais estreita e intimamente ligada baseada no tráfico estendendo-se até 1850, quando o embate para o fim do tráfico de escravos aponta o seu declínio.

Segundo Visentini (2007), "esse relacionamento não era em menor importância no plano global considerando que no século XVII, o Atlântico Sul tornou-se o centro dinâmico da economia mundial, com o Brasil impulsionando o Império Atlântico Português; no século XVIII ele foi suplantado pelo Atlântico Norte, devido a potencias em projeção como Inglaterra e França".

---

1 Graduada em Pedagogia, em 1980, pela Faculdade de Filosofia de Campo Grande-RJ. Iniciou as atividades no serviço público em 1973, no Subsistema de Supervisão Global, na Fundação MOBRAL, posteriormente, EDUCAR até 1989 no desenvolvimento e implantação de Programas Comunitários e nos Projetos de Alfabetização de Jovens e Adultos, Pré-Escolar e Educação Integrada. Em 1990, continuou as atividades na área de educação concentrando o trabalho junto a Diretoria de Planejamento e Orçamento, no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, onde permanece até o momento. Dentre os vários cursos realizados, destacam-se Especialização em Desenvolvimento de Recursos Humanos, pelo MEC, em 1981. Especialização em Gestão de Pessoas, 2005 pela Fundação do CEFET/RJ-FUNCEFET. Em 2005, Pós-Graduação em Defesa e Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra, no Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia/CAEPE e Especialização em Planejamento Estratégico pela Fundação Getúlio Vargas/RJ. Mestranda no Programa de Relações Étnico-raciais no CEFET/RJ.

A historiografia destaca a contribuição africana para a formação da sociedade brasileira na cultura, arte e religiosidade, além dos aspectos raciais. No período do Brasil colônia e boa parte do império, milhões de africanos foram trazidos como escravos para o Brasil, o que ocasionou o processo de europeização das novas terras também fosse acompanhado por sua africanização. Junto com os africanos vieram também técnicas que impulsionaram a agricultura, pecuária, mineração e o combate a enfermidades, pois os conhecimentos portugueses eram inadequados para o desenvolvimento do mundo tropical. Nesse sentido posso afirmar a semelhança ou identidade entre Brasil e África no que se refere ao clima, a produção agropecuária e ao processo de mineração formando assim essa relação íntima entre os dois continentes. A fundição de metais e a produção de utensílios, bem como a introdução de determinados padrões de comportamento político e de organização social também foram contribuições africanas importantes.

Com o retorno de ex-escravos para a África aconteceu, paralelamente, o fenômeno da época colonial, em sentido contrário, especialmente para o Golfo da Guiné onde constituíram grupos sociais elitizados que, aos olhos dos nativos, era ocidentalizada.

Coincidência ou não o fim do tráfico e o início da expansão colonialista europeia na África gerou o retrocesso das relações e o afastamento entre África e o Brasil. Até meados do século XIX noventa por cento (90%) do comércio do Brasil com o continente dava-se exclusivamente com a África do Sul, mas a relação com Portugal era muito importante para sucessivos governos brasileiros.

2- O governo brasileiro - Posição de aproximação ou não com o continente africano após o período colonial.

Na era Vargas as reaproximações por vezes antagônicas, começam a retratar uma posição meramente política manifestando um jogo de interesses políticos.

Em 1953, Vargas assinou o Tratado de Amizade Brasil-Portugal, com uma base teórica para manutenção do império colonial na África, fazia do Brasil um paradigma para sua política de assimilação da ficção jurídica das "Províncias Ultramarinas". Neste jogo de interesses políticos foi firmado um Convênio do Café, pois a produção africana concorria com a brasileira. A Comunidade Econômica Europeia-CEE, constituída em 1957 e o Itamarati (Ministério das Relações Exteriores do Brasil) era reestruturado, instituindo-se um Departamento Comercial, instigando um comportamento característico típico da Guerra Fria.

Continuando o governo por Juscelino Kubitschek com a proposta de uma Comunidade Luso-Brasileira e posteriormente o lançamento da Operação Pan-Americana por JK, em1958, restringia a política externa brasileira às Américas. As independências africanas que se iniciaram justamente durante o governo JK foram, praticamente, ignoradas. O chamado "*o ano africano*", em 1960, dezessete países tornaram-se independentes, com o Brasil adotando uma política meramente protocolar.

3- Uma nova política- A Política Externa Independente

Com a entrada do governo Jânio Quadros foi necessário um novo desencadeamento adotando-se a Política Externa Independente, para que a África adquirisse importância para a diplomacia brasileira, e com essa política houvesse, novamente, uma primeira aproximação de 1961 a 1964.

Em nota de Visentini, observa que em 1961, com o lançamento da Política Externa Independente, por Jânio Quadros, o Brasil lançou uma política africana e tomou posição em favor do direito à autodeterminação dos povos coloniais, especialmente das colônias portuguesas que iniciavam a luta armada.

Não se importando com toda a pressão dada para garantia do domínio das colônias portuguesas no continente africano, o Itamaraty criou uma Divisão da África, onde foi estabelecida uma linha de navegação e abertas mais cinco Embaixadas: Senegal, Costa do Marfim, Nigéria, Etiópia e Gana.

Em 1961, nesse período foram assinados diversos Acordos Culturais que propiciou o estabelecimento de um programa de bolsas de estudo para estudantes africanos no Brasil, que viria dar origem ao Programa de Estudantes Convênio-PEC.

No governo de Jânio Quadros, o Brasil condenou os movimentos raciais ocorrido na África do Sul, e criticou o Apartheid, buscando manter as relações em níveis discretos com os sul-africanos, com os quais possuía um bom relacionamento e nível comercial.
Ainda no governo de Quadros uma das estratégias no contexto da política internacional era o desejo de aumentar o poder de barganha do Brasil frente aos EUA, visando o aumento da inserção internacional, aproveitar novos cenários de mercado com a crescente produção industrial brasileira, servindo de elo entre o Ocidente com a África diante do recuo do colonialismo e a concorrência desleal dos países africanos, em relação ao acesso privilegiado junto aos mercados europeus para seus produtos tropicais como café, açúcar e cacau, seja como colônias ou pelos vínculos privilegiados estabelecido após a independência.
A renúncia do presidente Jânio Quadros e a entrada de João Goulart, o novo presidente procurou manter e aprofundar a Política Externa Independente. Houve nesse momento, vacilações e retrocessos na relação com a África- dada a fragilidade do governo brasileiro e a suspeição ideológica de que padecia.
Com a entrada dos governos militares (1964-1969) seguiu-se uma nova fase e, consequentemente, novo distanciamento.
Do governo Médici até o fim do governo Sarney, (1969-1990), houve um salto qualitativo nas relações Brasil-África, com uma intensa cooperação em várias áreas, mas, com a mudança dos governos neoliberais, de Fernando Collor de Mello a Fernando Henrique Cardoso (1990-2002), nos marcos da globalização, marcou um novo distanciamento entre os dois continentes.

4- As questões nas relações econômicas

O governo de Castelo Branco trouxe consequências no Tratado da Cooperação SUL-SUL, através do golpe de 1964, com a intenção de acabar com a Política Externa Independente e um discurso de terceiro-mundista. O novo regime reforçou a relação com Portugal, em nome da segurança do Atlântico Sul, mas graças ao enfoque da geopolítica da Guerra Fria foram resgatados em nome da defesa coletiva os esforços para as negociações da criação de uma Força de Defesa Americana (das Américas) e do Tratado do Atlântico Sul–OTAS, implicava dessa forma, a cooperação com os regimes colonialistas de Portugal e racista da África do Sul. Todavia, condenou os movimentos de libertação nacional de influencia marxista na África Austral, apesar de enviar uma missão comercial na África Ocidental.
No governo Costa e Silva, mesmo condenando a hegemonia das grandes potências e esfriar o discurso sobre os mecanismos multilaterais de defesa, não houve iniciativas de aproximação com a África em seu curto tempo de duração (1967-1969).
As iniciativas de reaproximação ocorreram no governo Médici, o mais repressivo dos governos militares. Em 1972, durante visita a nove países da África três novas embaixadas foram abertas e, firmando assim diversos acordos comerciais, culturais e de cooperação técnica. Nesse período, o Brasil do "milagre econômico", com sua renda concentrada e indústria em rápida expansão, necessitavam de mercados e matérias- primas, especialmente petróleo. O lado Africano por sua vez, entre a tecnologia intermediária e "topicalizada" era útil à prestação de serviços e servia de modelo inspirador aos Estados africanos. De certo modo os interesses eram mútuos e o Brasil precisava da simpatia diplomática dos africanos para apoiar na legitimação e expansão do Mar Territorial para 200 milhas e a "Diplomacia do Interesse Nacional" do governo Médici, evitou a agenda polêmica da África Austral, onde as guerras de libertação nacional montavam o assalto final contra o colonialismo português.
No início do governo Geisel (1974-1979) e a crise do Petróleo em 1973, marcaram o aprofundamento da política africana. Seis novas embaixadas foram abertas na África, e o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) em 1975, de viés marxista.
A diplomacia do então Presidente General Ernesto e do Chanceler Azeredo da Silveira, marcada por um forte discurso terceiro-mundista, também condenaram veementemente os regimes racistas da Rodésia e da África do Sul. Nesse período, o Brasil exportava bens de consumo, alimentos, automóveis e a construção de infraestruturas, também importava crescentes quantidades de petróleo. A BRASPETRO, subsidiária da

Petrobrás, iniciou atividades de prospecção na África, a Vale do Rio Doce desenvolvia projetos de mineração e a construtora Mendes Jr e a Odebrecht construíam rodovias, pontes, portos e barragens hidroelétricas.
Países como Angola, Gabão, Nigéria e Argélia as relações eram as mais intensas, recebendo centenas de estudantes africanos para cursar universidade no Brasil, na base do PEC e dezenas de estagiários em suas empresas, principalmente as estatais.
No governo do presidente Figueiredo, a diplomacia "universalista" de 1979-1985, manteve e expandiu a cooperação Brasil-África. Figueiredo foi o primeiro presidente brasileiro a visitar oficialmente a África: Nigéria, Senegal, Guiné Bissau, Cabo Verde e Argélia. As relações com Nigéria, Gabão, Angola e Argélia, eram as mais intensas, enquanto o Brasil recebia muitas centenas de estudantes africanos para cursar universidade no Brasil, na base do PEC, e dezenas de estagiários em suas empresas, particularmente estatais. A aproximação com o novo Zimbábue, após o fim do regime racista na Rodésia em 1980, o Brasil continuou a criticar o racismo e as agressões sul-africanas aos países recém-libertados. O crescimento comercial e os programas de cooperação foram intensificados nas mais diversas áreas, enquanto as representações diplomáticas africanas aumentavam em Brasília.
O governo Sarney, apesar das crescentes dificuldades da economia e das adversidades emanadas no sistema internacional, manteve um alto perfil na relação Brasil-África. Visitou Cabo Verde, Angola e Moçambique, que atravessaram momentos difíceis face às investidas sul-africanas e à guerra civil. No contexto de militarização do Atlântico Sul - pós a guerra das Malvinas, na Era Reagan, obteve apoio da ONU, com a aprovação do estabelecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico SUL (ZoPaCAS). Em 1998, nesse contexto, o Brasil promoveu a I Conferencia do Atlântico Sul, no Rio de Janeiro, com a participação de 19 países africanos. A emancipação da Namíbia, a crítica ao Apartheid e o apoio à paz em Angola (via retirada das forças sul-africanas e cubanas) eram pontos importantes dessa política, paralelamente na busca do desenvolvimento. A dívida era forte no Brasil à essa época e gerou impacto forte no Brasil e fortíssimo na África, sendo os dois países devastados pelos planos de ajustes do FMI e pelos conflitos da Guerra Fria. Vendo por este prisma, o primeiro governo pós-militar buscou uma inflexão em direção aos países de língua portuguesa, na esteira do espaço deixado por Portugal, que ingressara na Comunidade Europeia. Em 1989, foi realizada a I cúpula dos Países Lusófonos, em São Luís do Maranhão, com a presença do Brasil, de Portugal, e dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOPS), tendo sido criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, a ser sediado em Cabo Verde.

5- NOVA ERA: Os Transatlânticos e os ajustes econômicos
A era da cooperação multidimensional

Na virada do século, especialmente a partir do início do governo Luiz Inácio "Lula da Silva", o continente africano viria, finalmente, a se tornar uma prioridade para o Brasil.
A presidência Lula, iniciada em 2003, abriu um novo capítulo nas relações Brasil-África, combinando uma nova visão sobre a ordem internacional com a transformação social interna. Já em seu discurso de posse, o novo presidente nomeou a África do Sul entre os grandes em desenvolvimento (China, Índia e Rússia) e destacou que o continente africano seria o vetor fundamental da política externa, que foi autodefinida como afirmativa e propositiva. A política de ações afirmativas como o combate à pobreza adotava programas efetivos como "Fome Zero" ao mesmo tempo buscavam integrar os afrodescendentes aos avanços da sociedade brasileira. Uma das iniciativas, em março de 2003, foi o fomento do ingresso de negros nos quadros diplomáticos, através de Bolsas e preparação ao concurso do Instituto Rio Branca, o Itamarati.
Após lançado o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS ou G3), uma iniciativa sul-africana de Cooperação Sul-Sul.
O Presidente Lula realizou quatro viagens à África e visitou os seguintes países, a saber:
- 2003 - S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul,
- 2004 - S. Tomé e Príncipe, Gabão e Cabo Verde,
- 2005 - Camarões, Nigéria, Gana, Guiné Bissau e Senegal,
- 2006 - Argélia, Benin, Botsuana e África do Sul.

Já no segundo mandato Lula visitou:
2007- Burkina Fasso, Congo, África do Sul (encontro do IBAS), República Democrática do Congo e Angola.
O resultado desses contatos gerou a implantação de dez novas Embaixadas, ampliando o número de diplomatas no continente africano, manutenção e apoio concreto aos processos de pacificação e reconstrução, perdoou dívida de vários países para com o Brasil, concedeu créditos e assistência em várias áreas.
Desses contatos na área da educação, como já falado anteriormente, o Programa PEC foi ampliado e estendido à área da pós-graduação, com bolsas brasileiras, e fomentada a cooperação no campo da pesquisa científica e intercâmbio de professores.
Dados os acordos realizados, vários cursos já foram realizados na África e inúmeros seminários e congressos para conhecimento recíproco foram estabelecidos nos dois lados do Oceano Atlântico. Dentre eles, cabe destacar a Conferencia Internacional de Intelectuais Africanos e da Diáspora, realizado em Salvador, Bahia, em julho de 2006. Dessa forma, a África tornou-se o mais importante laboratório da Cooperação Sul-Sul, em meio ao incremento do comércio bilateral.
As empresas brasileiras ganham espaço, consolidando sua presença em um continente considerado por muitos como um continente sem futuro. A Petrobrás, principalmente, a Odebrecht, a Vale, Gutierrez, levam projetos de desenvolvimento para os países recentemente independentes, como é o caso de Moçambique que necessita de apoio em vários setores como da indústria e construção civil e Namíbia sobre a construção naval.
Se a inserção chinesa e, mais recentemente, a indiana visa a objetivos econômicos, ainda que, contribuindo para a construção de obras de infraestrutura, e a recente presença norte-americana se preocupa com questões geopolíticas e de segurança, a cooperação com o Brasil, ao lado de inegáveis interesses materiais, traz elementos novos.
Os novos elementos referem-se ao combate à pobreza e às epidemias (especialmente do HIV) - AIDS, a introdução e geração de tecnologias adaptadas aos problemas do chamado Terceiro Mundo e a aliança ativa nos fóruns multilaterais em defesa de interesses comuns na busca do desenvolvimento e da construção de um sistema mundial multipolar e pacífico.
O G3 e o G20 são dois exemplos que contribuíram para o fortalecimento da posição dos países africanos nas negociações da OMC- Organização Mundial do Comércio. Nesse contexto político, a I Cúpula África-América do Sul (AFRAS), em 2006 na Nigéria, teve sua coroação de êxito propiciando às duas regiões uma projeção internacional inédita, que muito contribuiu para o Renascimento Africano. Diante disso e ao mesmo tempo, criam-se movimentos de consciência negra, realizam-se seminários, criam-se legislações contra a discriminação racial e centros de pesquisa especializados em países africanos.
Segundo Paulo Visentini (2007), "diante desse discurso político e interesse econômico ou uma associação entre duas periferias às margens do Atlântico, na busca do desenvolvimento sócio econômico só o tempo poderá responder".
Concluindo, de um lado, os governos africanos devem superar a necessidade do sentimento assistencialista e sair da situação dependente de ajuda, criada na época da Guerra Fria agravada na "década perdida", e intensificar seus processos de integração e capaz de buscar sua autonomia, sob o impacto desafiante da globalização. Ao mesmo tempo, necessitam aprofundar seus vínculos de cooperação externa numa perspectiva autonomista, revertendo à marginalização do continente.
O capitalismo em desenvolvimento na África, por sua vez, produz novas contradições, que se expressam na emergência de formas modernas de desigualdade social, mas elas gerarão, inevitavelmente, novas agendas e futuros atores políticos. Por outro lado, esse mesmo desenvolvimento econômico deverá gerar a infraestrutura e a modernidade necessária para que a África obtenha uma libertação mais efetiva que a contida nos discursos políticos de outras épocas. A urbanização sul-africana, que promove o convívio não somente de culturas e etnias nacionais, mas de milhares de trabalhadores de outras nações africanas, está gerando uma nova cultura. Como exemplo, os jovens negros urbanos estão transformando o inglês, enriquecendo-o com novos termos e estruturas, ao mesmo tempo em que o empregam como língua comum.
No que se refere ao Brasil, por outro lado, é um país mestiço, não uma "democracia racial" (falso conceito conservador) nem uma nação multicultural (conceito pós-moderno europeu-norte americano).
Mestiçagem não significa branqueamento, mas mistura algo que tem a ver com uma cultura que ignora certas diferenças e sente tremenda atração por outras. Essa mistura nos leva a pensar que "estamos construindo uma

cultura própria, onde o elemento africano tem uma contribuição decisiva e que necessita ser reconhecida, e as desigualdades sociais, que penalizam especialmente os negros, têm de ser eliminadas". E mesmo em meio a tantas injustiças, temos uma enorme tolerância, que poderia ser um modelo para um mundo de intolerância.
Muito além do aspecto comercial, o Brasil pode ser um parceiro importante para o continente africano, desde que consiga superar certos entraves políticos, sociais, e econômicos internos. A África, por sua vez, também é útil ao Brasil, não apenas em termos econômicos, mas também político-culturais.
Além de receber estudantes africanos, o Brasil deveria enviar estudantes e turistas para a África, o que contribuiria para o aperfeiçoamento de nossa identidade.
Por fim, uma disputa e tensão entre uma cooperação transoceânica voltada para o Atlântico Norte, (decorrente da história do capitalismo) e outra voltada para o Atlântico Sul (baseada na integração sul-americana, na associação com a África e na cooperação Sul-Sul) representa uma contradição fundamental. Nesse contexto, as relações Brasil-África são decisivas para sua superação.

Atualmente, em continuidade a essas relações a Presidenta Dilma visitou Angola em 2011 sua capital Luanda, quando reforçou o interesse do Brasil em ampliar os acordos de cooperação com os angolanos na então Presidência de José Eduardo dos Santos. Pela terceira vez no Brasil, o ministro das relações Exteriores de Angola, Georges Chikoti veio participar da primeira Comissão Bilateral de Alto Nível com o chanceler Antônio Patriota. A parceria estratégica tem como discussão a ampliação dos acordos nas áreas sociais, da ciência, e tecnologia, além do comercial, abrangendo a educação, saúde, cultura, agricultura, defesa, tecnologia da informação, combate a ilícitos transnacionais, assuntos migratórios e consulares. Abrange a proposta também, intensificar o intercâmbio comercial e os investimentos. Empresas brasileiras de construção civil e de recursos minerais e energéticos estão entre os maiores investidores externos em Angola. O comércio bilateral cresceu nos últimos dez anos, 716% de 2002 a 2011, passando de US$ 211 milhões a US$ 1, 51 bilhão.
Também será discutida a situação política da Guine Bissau, que há sete meses sofreu um golpe militar e vive ainda em clima de instabilidade. O mesmo tema será assunto para a Cúpula do Mecanismo América do Sul e África (ASA), que inclui também a revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (cuja sigla é ZOPACAS, sob a presidência de Angola) - Jornal Extra de Alagoas-23de julho de 2014- Políticas.
O bloco econômico BRIC, criado em 2001, na era FHC, e esse termo traduz a participação dos países em desenvolvimento quais sejam, Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2011, dada à importância do desenvolvimento da África do Sul, passou a fazer parte do bloco transformando a sigla BRIC em BRICS. O Bloco formado pelos cinco países de mercados emergentes, símbolo de mudança no poder econômico global, reuniram-se em Brasília para implantação do NBD- Novo Banco de Desenvolvimento por esses países formando assim um bloco financeiro para o financiamento de investimento de infraestrutura em países emergentes. Segundo Paulo Visentini, professor de Relações Internacionais da UFRGS, e Alcides Vaz, professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), a criação do banco faz parte de uma barganha política.
Uma das poucas demandas comuns dos BRICS diz respeito à necessidade de reformas em instituições de governança política e econômica globais. Em especial, os cinco reivindicam mais voz no Banco Mundial e também no FMI (Fundo Monetário Internacional) – este, um órgão tradicionalmente comandado por um representante europeu.
"A criação desse banco pode ser um marco histórico importante: se ele de fato sair do papel será a primeira vez que países emergentes criam uma instituição desse porte, com mandato para atuar em diversos continentes", acredita Visentini. "Com a criação do banco, os BRICS estão dizendo que se os Estados Unidos e a Europa não modificarem o perfil dessas instituições, eles vão criar suas próprias instituições". "Há uma tentativa de relativizar mecanismos tradicionais (de atuação econômica e política) e explorar alternativas a esses mecanismos nos quais emergentes não têm muito espaço", acrescenta Vaz.

Atualmente, o CEFET-RJ participa desse convênio oferecendo intercambio atendendo na área da Engenharia 04 alunos oriundos dos países africanos, sendo: dois de Angola, dois da República do Congo e um do HAITI.
Até 2013, o CEFET/RJ recebeu através de intercâmbio no Programa PEC-G 30 alunos de diversos países, tais como:
- América Latina -05 Paraguai; - América Central- 03 Haiti, Jamaica
- Continente Africano- 09 de Angola, 03-da República do Congo, 01-do Quênia,

04-de Cabo Verde, 01-de S. T. e Príncipe, 01-de Benim e 03-da Guiné Bissau.
Ainda sobre esse tema, Frederico M. Alves Cabral, (2012) apresentou estudos no XIII Salão de Iniciação Científica da PUCRS, IFCH sobre a Cooperação Acadêmica Brasil-África: Os estudantes africanos do PEC-G o mesmo programa da participação do CEFET-RJ em que aponta o "tema cooperação acadêmica está fortemente ligado ao desenvolvimento econômico e social, à cooperação internacional e à promoção da convivência cultural das sociedades".
Atualmente, 104 Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas brasileiras recebem estudantes africanos, oriundos de 20 países do continente africano. O resultado indica que nos últimos anos (2000-2012), dos 6.981 estudantes participantes do PEC-G, 5.479 são da África. Destes, 2.633 estudantes são de Cabo-Verde que lidera o ranking do PEC-G, seguido de Guiné Bissau com 1.348 estudantes. A maioria dos estudantes está concentrada nas IES da região Sudeste seguido da região sul. Os cursos mais procurados são da Engenharia seguida dos cursos das áreas de ciências sociais aplicadas. Os alunos do Programa PEC-G recebem auxílio financeiro através do Programa Milton Santos (PROMISAES) ou Bolsa MRE- Ministério das Relações Exteriores e Bolsa Mérito.
Os alunos participantes do CEFET-RJ recebem a bolsa pelo Programa PROMISAES. O PEC-G pode ser visto como um Programa de inclusão social, mas ainda padece de problemas tais como: jubilamento, a falta de acompanhamento psicológico, acadêmico e cultural.
Na década de 90 o CEFET-RJ, participava também do Programa do Esquema I e II do Convênio do MEC com o governo de Cabo Verde, onde a finalidade era capacitar docentes do Ensino Técnico e de Graduação, como também, intercâmbio para instalação de laboratórios nas chamadas Escolas Técnicas daquele país africano.
Este programa nasceu de um Termo de Acordo entre os dois Ministérios. De um lado, o Ministério da Educação de Cabo Verde, tinha como objetivo implantar novos cursos e instalar e modernizar os novos laboratórios. Por outro lado, a participação neste projeto pelo Centro Federal, CEFET/RJ, via Ministério da Educação, foi de grande relevância pelo intercâmbio que proporcionou aos dois lados. O que quer dizer é que "sempre há um elo que favorece as relações Brasil-África".

Políticas Públicas criadas para o Estudo de Políticas Étnicorraciais

SEPPIR- Secretaria Especial de Políticas para Promoção de Igualdade Racial-2003
SECAD- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade-2004
UNIAFRO- Programa de Ações Afirmativas para população negra nas Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior.
PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação, 2004, objetiva a articulação da creche à pós-graduação que tratam de políticas voltadas para garantia e acesso, qualidade e a equidade na educação brasileira em todos os níveis e modalidades.

Universidades:

UNILAB – A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de Redenção, estado do Ceará. Foi criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e instalada em 25 de maio de 2011. De acordo com a legislação, a UNILAB tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional**.**
As atividades administrativas e acadêmicas da UNILAB se concentram nos Estados brasileiros do Ceará e da Bahia. No Ceará, a universidade conta com unidades nos municípios de Redenção e Acarape. Na Bahia, a UNILAB está presente no município de São Francisco do Conde.
A UNILAB e a Integração Internacional

-Gestão do Projeto RIPES – Rede de Instituições Públicas de Ensino Superior, em Portugal para instalação da sala e assinatura do Termo de Referência.
-Missão Técnica do Projeto RIPES a Maputo, Moçambique-2013
-Missão em Angola e Cabo Verde – assinatura do termo de Cooperação Trilateral e acordos de Cooperação Internacional em Cabinda- Union- Universidade Onze de Novembro, bem como Termo de Adesão a RIPES.
-Projeto Brasil-África – a Educação como Ponte Estratégica.
-Seminário Desafios da Tradição e Modernidade, em África e suas diásporas- nov2014
-Seminário Internacional- aborda conhecimento e Igualdade Racial-nov2014.

Ações Afirmativas para promoção de acesso e permanência à Educação Superior.

-PROUNI- programa criado para estudantes egressos do Ensino Médio da rede pública ou rede particular, na condição de bolsistas integrais.
-REUNI-Expansão das Universidades Federais e Programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- com o objetivo de ampliar o número de vagas na educação superior contribuindo para o cumprimento de uma das metas do PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÂO, com crescimento de oferta de trinta (30) % na educação superior.
Universidades- criação de cursos como licenciaturas interculturais, políticas afirmativas através de sistemas de cotas.
Criação de cursos específicos para formação superior indígena.
Curso de Especialização do Programa de Relações Étnicorraciais
Cursos de Mestrado- O CEFET/RJ como entidade pioneira na implantação do curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicorraciais
Pesquisa- os estudos e escritos publicados colaboram de forma instigante para a efetivação da Lei 11.645/2008, que altera o artigo 26ª da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBN de 1996, onde estabelece a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e africana e inclui o estudo da história e cultura indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio nas instituições públicas e privadas.
PNLD- Plano Nacional do Livro Didático- estabelece as mudanças na literatura para análise e avaliação das discussões dos conteúdos do livro didático, com a inclusão de conteúdos da história da África e história e cultura indígena, não de forma folclórica mas, sim como conteúdo didático.
Mudanças Curriculares – através das Diretrizes no Plano Nacional das Diretrizes Curriculares- Parecer CNE/CP no. 03 de 10/03/2004.
-Lei 12.711/2009- Aprova a política de reserva de vagas para ingresso no Ensino Superior Público Brasileiro- revela a legitimidade e legalidade das ações afirmativas.
-Formação continuada presencial e à distância de docentes na temática da Diversidade Étnicorracial em todo o país.
-Criação e fortalecimento dos NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS-NEABs em todas as Instituições Públicas de Ensino, através do Programa UNIAFRO.
-Programa Diversidade na Universidade- Programa de Cooperação Internacional entre o MEC/BID com gestão da UNESCO, instituído pela Lei 10.558, de 13/11/2002, cujo objeto é defender a inclusão, o combate à exclusão social, etnia e racial- significou melhorar as condições e as oportunidades de ingresso no ensino superior para jovens e adultos de grupos socialmente desfavorecidos, especialmente de populações afrodescendentes e povos indígenas. Para o atendimento à essa população foram criados os Projetos Inovadores de Curso- os PICs, mantidos pelos recursos destinados no apoio aos cursos preparatórios para vestibulares populares e comunitários voltados para afro-brasileiros e indígenas, assim como, programas de fortalecimento de negros e negras no Ensino Médio.
A edição do livro "Superando o Racismo na Escola", organizado pelo Professor Kabengele Munanga, foi distribuída a todas as Secretarias de Educação, em cursos de formação continuada de professores e ao público ao qual se destina com o objetivo de atender ao estabelecido na Lei 10.639/2003.
Edição da Coleção História Geral da África, traduzida para o português, em oito (8) volumes, pela UNESCO/SECAD/MEC e UFSCAR-2010.

A instituição do dia 20 de Novembro em todo o território nacional é um dia consagrado ao da "Dia da Consciência Negra". Esse dia é dedicado aos estudos, pesquisas, palestras seminários, congressos e atividades culturais em geral.
Apesar de todas as ações aplicadas para diminuição dos problemas sociais ou raciais- os pobres, negros ou indígenas, ainda encontram-se invisibilizados nos espaços educacionais e dentro de outras esferas sociais.

Bibliografia

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude e poder- a questão das cotas para negros.

Brasil. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e Indígena.

http://www.seppir.gov.br/.arquivos/leiafrica.pdf.Acessado em17/04/2013.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena.

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp 003.pdf. acessado em 17/04/2013.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e antirracismo no Brasil.3ª ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Pulo; Ed. 34,2009.

ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira & Identidade Nacional-Ed Brasiliense, 2006, São Paulo

Jornal Extra de Alagoas-23de julho de 2014- Políticas.

CABRAL, Frederico M. Alves- Estudos no XIII Salão de Iniciação Científica da PUCRS, IFCH - Cooperação Acadêmica Brasil-África-2012

http://www.unilab.ede.br/institucional-consultado em 17/11/2014

http://www.unilab.ede.br/nosso-diferencial-de-integraçao-internacional- consultado em 17/11/2014.

Ações Afirmativas: Ensino, Pesquisa e Extensão na perspectiva da educação das relações étnico-raciais

Tatiane Cosentino Rodrigues[1]
Fabiana Luci de Oliveira[2]

Resumo: Este artigo é resultado de um projeto de pesquisa em desenvolvimento que tem como objetivo a realização de uma análise do processo de implementação dos programas de ação afirmativa em seis instituições de ensino superior com foco no levantamento e análise das propostas pedagógicas que acompanham o processo de implementação das políticas de ação afirmativa nestas universidades. A análise conjunta e comparativa nas instituições será desenvolvida com o intuito de discutir e investigar se as instituições de ensino superior têm adotado políticas de reestruturação curricular a partir das políticas de ação afirmativa, se estas políticas de acesso têm sido acompanhadas por mudanças curriculares, de pesquisa e extensão. A partir da análise dos procedimentos, dos diferentes projetos políticos educacionais propostos pelas universidades envolvidas, espera-se analisar os diferentes desenhos e seus impactos, possibilitar a troca de experiências e indicar a partir destas análises diretrizes e propostas para que as políticas de ação afirmativa não se limitem a questões relativas ao acesso de estudantes anteriormente excluídos ou com desiguais oportunidades e possibilidades de ingressar nesse nível de ensino, para que essas políticas passem a integrar a cultura universitária, e que possam estar presentes nos diferentes componentes do dia a dia da universidade como indicam todos os documentos normativos da proposta de educação das relações étnico-raciais. O projeto será desenvolvido a partir de um levantamento e análise documental dos desenhos das propostas das instituições envolvidas, análise dos relatórios de acompanhamento das políticas de ação afirmativa nas instituições, entrevistas com os gestores e alunos da graduação das instituições envolvidas: Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Universidade Federal do Pará.

Palavras-Chave: Ações Afirmativas, Ensino Superior, Currículo, Permanência

1) Educação das relações étnico-raciais

O termo educação das relações étnico-raciais, assim definido nas Diretrizes Curriculares para a educação das relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e africana[3] refere-se, como descrito nas Diretrizes, à formação de cidadãos, homens e mulheres, empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser e viver, pensar próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais. Isto é, que se formem homens e mulheres comprometidos com e nas discussões de interesse geral, sendo capazes de reconhecer e valorizar visões de mundo, experiências históricas, contribuições dos diferentes povos que têm formado a nação. Por isso, a educação das relações étnico-raciais deve ser conduzida, tendo-se como referenciais os seguintes princípios: "consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos, ações de combate ao racismo e a discriminações" (BRASIL, 2004: 17).
As relações étnico-raciais são entendidas como aquelas estabelecidas entre distintos grupos sociais e entre indivíduos desses grupos, orientadas por conceitos e ideias sobre as diferenças e semelhanças relativas ao pertencimento étnico-racial individual e coletivo.

---

1 Universidade Federal de São Carlos – tatiane.cosentino@gmail.com

2 Universidade Federal de São – fabiana.luci@gmail.com

3 O Parecer 003/04 e as Diretrizes regulamentam a alteração dos artigos 26A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em virtude da aprovação da lei n. 10.639/2003.

A lei no. 10.639 e 11645, aprovadas respectivamente em 2003 e 2008, após anos de tramitação e negociações, atendem a uma antiga reivindicação do movimento negro e indígena para a LDB, a obrigatoriedade do ensino de "História e Cultura Afro-Brasileira e indígena" nos currículos de ensino fundamental e médio.
Ainda no âmbito normativo, é importante destacar algumas das orientações das Diretrizes que estão diretamente relacionadas ao tema de discussão proposto neste projeto. As Diretrizes Curriculares indicam a necessidade de articulação entre os sistemas de ensino, estabelecimentos de ensino superior, centros de pesquisa, Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, escolas, comunidade e movimentos sociais, visando a formação de professores para a diversidade étnico-racial (BRASIL, 2004: 23).
Indica-se, também, a inclusão da discussão da questão racial como parte integrante da matriz curricular de todos os cursos de licenciatura, como de processos de formação continuada de professores, inclusive docentes do ensino superior.
Às universidades é atribuída a função de identificação de fontes de conhecimentos de origem africana, a fim de selecionarem-se conteúdos e procedimentos de ensino e aprendizagens e a disponibilização de materiais e acervos relacionados à temática étnico-racial.
Em 2008, com objetivo estabelecer metas e responsabilidades para a implementação das Diretrizes, aprovou-se o Plano de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para educação das relações étnico-raciais, resultado de fóruns regionais de discussão e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Entre as ações principais definidas ao ensino superior, destaca-se a de: adoção de políticas de ação afirmativa e a inclusão de conteúdos referentes à educação das relações étnico-raciais nos instrumentos de avaliação institucional, docente e discente articuladas à pesquisa e à extensão de acordo com as características das Instituições de Ensino Superior (BRASIL, 2008, p. 54).
Em síntese, atribui-se às Universidades responsabilidades fundamentais para a construção do processo de educação das relações étnico-raciais previsto nas Diretrizes Nacionais que exigem mudanças profundas nas instituições de ensino superior. Ribeiro (2004) alerta ao fato de que a construção de competências legítimas, no quadro de suma sociedade excludente, racista, discriminatória inclui experiências de ruptura com o modelo tradicional de universidade (RIBEIRO, 1999: 240).

2) As ações afirmativas e as instituições de ensino superior no Brasil

As políticas de ação afirmativa são definidas como:

> Medidas especiais e concretas para assegurar como convier o desenvolvimento ou a proteção de certos grupos raciais de indivíduos pertencentes a estes grupos com o objetivo de garantir-lhes, em condições de igualdade, o pleno exercício dos direitos do homem e das liberdades fundamentais (ONU- Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial).

A partir da década de 1990, mais propriamente a partir de 1995 após os resultados indicados pelo Grupo de Trabalho Interministerial – População Negra e do Seminário sobre Multiculturalismo e Racismo promovido pelo governo federal (1996) é possível observar a aprovação de alguns programas de ação afirmativa. Após a Conferência de Durban, o governo brasileiro deu início a algumas ações[4] desenvolvidas no âmbito federal, na sua maioria por iniciativa do poder executivo, por meio de programas próprios nos ministérios ou diretamente a partir da Presidência da República.

---

4 "Programa de Ação Afirmativa para Homens e Mulheres negros" anunciado pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário, Programa de Ação Afirmativa no Instituto Rio Branco, determinação do Ministério do Trabalho de que 20% do Fundo de Assistência ao Trabalhador para o treinamento e capacitação profissional deveriam ser destinados a trabalhadores negros, principalmente mulheres negras, assinatura do Programa Nacional de Ação Afirmativa pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2002 (Moehlecke, 2002).

As ações federais inspiraram uma série de ações semelhantes no início de 2002 por parte dos governos locais, principalmente a reserva de vagas nas universidades públicas para alunos negros e indígenas.
Em 2012 as ações afirmativas foram tema da Audiência Pública a respeito da constitucionalidade das cotas e foram no mês outubro transformadas por meio de decreto em obrigatórias.
Ainda que a aprovação da obrigatoriedade das políticas de ação afirmativa, especialmente das cotas para negros e indígenas ainda divida opiniões, essas políticas nas universidades podem oferecer subsídios para pensar uma proposta de ensino, pesquisa e extensão na perspectiva da educação das relações étnico-raciais.
Refere-se ao fato de que a universidade como ressalta Silva (2003) enquanto espaço intelectual, científico, educativo e político não poderá continuar sustentando-se por muito tempo, enquanto tal, se se mantiver, distante, desinteressada das questões que dizem respeito aos direitos humanos, ao diálogo entre culturas, aos direitos dos povos (SILVA, 2003: 45).
Para Silva (2003) ao incluir no quadro de políticas institucionais a reserva de vagas para negros e indígenas, entre outras políticas reparatórias e de reconhecimento significa para a universidade admitir que os antigos escravizados africanos trouxeram consigo valores, conhecimentos, tecnologias, práticas que lhes permitiram sobreviver e construir um outro povo. Segundo a autora, é importante destacar que a universidade no Brasil está sendo chamada a participar da correção dos erros de 500 anos de colonialismo, escravidão, extermínio físico, simbólico de povos indígenas, bem como dos negros e de seus descendentes.
Ao tocar na estrutura das desigualdades, objetivando promover equidade entre negros, índios, brancos e amarelos nos bancos universitários, reescreve-se a maneira de pensar, de produzir conhecimento, de ser universidade no Brasil.
Neste sentido, busca-se descolonizar as ciências, retomando visões de mundo, conteúdos e metodologias de que a ciência ocidental se apropriou, acumulou e a partir deles criou os seus próprios, deixando de mencionar as origens. São pouco difundias as bases africanas, árabes, chinesas, entre outras, a partir das quais foram gerados os fundamentos das ciências e filosofias atuais (SILVA, 2003: 49).
Com isso, temos esforço para romper com a universidade que prega homogeneidade e superioridade de conhecimentos produzidos na Europa e nos Estados Unidos, que expurga a presença e a memória de conhecimentos de outras raízes constitutivas de nossa sociedade.
Todos esses fatores foram reiterados no voto do relator Ricardo Lewandowiski, resultado das audiências públicas no STF, que decidiu pela constitucionalidade das cotas. As cotas são constitucionalmente legítimas, pois se constituem em instrumento para obter a igualdade real. Além da questão do acesso equitativo ao ensino superior o voto do relator indica em diferentes momentos que as ações afirmativas colocam em debate a eficiência da universidade em lidar com a realidade social:

- "Universidade que não integra todos os grupos sociais dificilmente produzirá conhecimento que atenda aos excluídos, reforçando apenas as hierarquias e desigualdades que têm marcado nossa sociedade desde o início da história" (LEWANDOWISKI, 2012: 17).
- "Justiça social hoje, mais do que simplesmente redistribuir riquezas criadas pelo esforço coletivo, significa distinguir, reconhecer e incorporar à sociedade mais ampla, valores culturais diversificados, muitas vezes considerados inferiores àqueles reputados dominantes".
- "Essa metodologia de seleção diferenciada pode perfeitamente levar em consideração critérios étnico-raciais ou socioeconômicos, de modo a assegurar que a comunidade acadêmica e a própria sociedade sejam beneficiados pelo pluralismo de ideias, de resto, um dos fundamentos do Estado brasileiro, conforme dispõe o art. 1 da Constituição".
- "A universidade tem que se transformar em um espaço que se contemple a alteridade. E a universidade é o espaço ideal para a desmistificação dos preconceitos sociais com relação ao outro e, por conseguinte, para a construção de uma consciência coletiva plural e culturalmente heterogênea consentânea com o mundo globalizado em que vivemos" (LEWANDOWISKI, 2012: 32).

No decreto n. 7824 de 11, de outubro de 2012, que ficou conhecido como Lei de Cotas, foi estabelecida a reserva de vagas no acesso ao ensino superior a partir de três critérios: freqüência à escola pública, renda familiar per capita e cor/raça do candidato. Dessas 50% seriam reservadas para os estudantes que tivessem renda per capita familiar inferior a 1,5 salários mínimos, ficando os 50% restantes para os estudantes com renda superior a esta marca. Por fim, dentro de cada grupo de renda reservas devem ser feitas para pretos, pardos ou indígenas, de acordo com a proporção dos resultados do censo demográfico mais recente.

Ainda que a aplicação da lei federal da lei de cotas tenda a provocar um processo de uniformidade e homogeneização nos processos seletivos dos programas de ação afirmativa adotados pelas universidades federais, as pesquisas de avaliação e acompanhamento destas políticas elaboradas por Carvalhaes; Júnior; Daflon (2013) ressaltam uma grande heterogeneidade de experiências que é expressão de diferentes leituras da natureza das desigualdades sociais e raciais no Brasil, dos objetivos atribuídos às ações afirmativas e de diferentes julgamentos acerca da melhor maneira de transformar categorias sociais em políticas públicas. Há, contudo, segundo os autores um inegável movimento geral para tornar o corpo discente universitário mais representativo das características sociodemográficas da população.

As políticas de ação afirmativa têm sido acompanhadas e avaliadas especialmente na análise de indicadores numéricos de acesso e especialmente de acompanhamento de desempenho de alunos cotistas, ou ainda pesquisas qualitativas como a pesquisa concluída por Valentim (2012) em que a autora procurou conhecer a experiência de alunos autodeclarados negros que tiveram acesso a vagas na UERJ na condição de alunos cotistas, oriundos ou não de escolas públicas, e que tiveram êxito em seus cursos universitários, mas pouco se pesquisou e produziu a respeito das mudanças prevista para as universidades nos documentos normativos sobre educação e relações étnico-raciais, assim, o projeto de pesquisa em desenvolvimento tem como objetivo realizar uma análise do processo de implementação dos programas de ação afirmativa nas instituições parceiras com foco no levantamento e análise das propostas pedagógicas que acompanham o processo de implementação das políticas de ação afirmativa nestas universidades. A análise conjunta e comparativa nas instituições será desenvolvida com o intuito de discutir e investigar se as instituições de ensino superior têm adotado políticas de reestruturação curricular a partir das políticas de ação afirmativa, se estas políticas de acesso têm sido acompanhadas por mudanças curriculares, de pesquisa e extensão. A partir da análise dos procedimentos, dos diferentes projetos políticos educacionais propostos pelas universidades envolvidas, espera-se analisar os diferentes desenhos e seus impactos, possibilitar a troca de experiências e indicar a partir destas análises diretrizes e propostas para que as políticas de ação afirmativa não se limitem a questões relativas ao acesso de estudantes anteriormente excluídos ou com desiguais oportunidades e possibilidades de ingressar nesse nível de ensino, para que essas políticas passem a integrar a cultura universitária, e que possam estar presentes nos diferentes componentes do dia a dia da universidade como indicam todos os documentos normativos da proposta de educação das relações étnico-raciais.

A pesquisa está sendo desenvolvida a partir de um levantamento e análise documental dos desenhos das propostas das instituições envolvidas, análise dos relatórios de acompanhamento das políticas de ação afirmativa nas instituições, entrevistas com os gestores e alunos da graduação das instituições envolvidas: Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Universidade Federal do Pará.

Este artigo, produzido no âmbito dos levantamentos iniciais da pesquisa focaremos no mapeamento da produção acadêmica sobre a temática.

3) Primeira etapa – mapeamento da produção acadêmica

Como já ressaltado, nosso foco é analisar a implementação dos programas de ação afirmativa de seis universidades públicas brasileiras, verificando se e como as propostas pedagógicas que acompanham o processo de implementação desses programas implicam reestruturação ou mudanças curriculares, e nas práticas de pesquisa e extensão.

Nesta seção, apresentamos um mapeamento da produção bibliográfica que vem se dedicando à temática no Brasil. Buscamos responder com esse levantamento a pergunta: qual a importância que a academia tem dado

à questão das propostas pedagógicas que acompanham a implementação dos programas de ação afirmativa no ensino superior?

Realizamos o levantamento de artigos, teses e dissertações versando sobre avaliação e acompanhamento de políticas de ação afirmativa, democratização do acesso ao ensino superior e permanência no ensino superior. Para esse levantamento, utilizamos as bases da Capes[5] e da SciELO[6].

Trabalhamos com um total de dez palavras-chave nessa busca, no intuito de mapear trabalhos que tratem da política curricular, política de permanência e inclusão de negros no ensino superior brasileiro.

Após a localização do total de trabalhos por palavra chave (artigos, teses e dissertações), aplicamos um filtro temático, ou seja, lemos os resumos e verificamos qual era a temática central discutida, selecionando apenas aqueles trabalhos que discutiam acesso, inclusão, permanência e estrutura curricular em programas de ação afirmativa no ensino superior.

A maioria dos trabalhos descartados com a aplicação do filtro de pertinência temática referiam-se à discussão da constitucionalidade ou não das ações afirmativas no ensino superior, e dos aspectos de justiça social contidos nessas políticas.

Os quadros um e dois abaixo especificam a configuração da base final do nosso mapeamento: 49 trabalhos localizados na base da Capes e 33 na base da SciELO, totalizando 82 trabalhos, sendo 13 dissertações, 11 teses e 58 artigos.

Quadro 1. Resumo levantamento banco de dados da CAPES

Palavra chave	Quantidade total	Quantidade após filtro temático	Quantidade após sobreposição
1) Ações afirmativas	369	37	37
2) Ações afirmativas e Permanência	369	11	1
3) Ensino superior e ações afirmativas	108	22	1
4) Permanência e ensino superior	371	13	4
5) Cotas raciais	98	12	4
6) Cotas raciais e permanência	14	4	0
7) Ações afirmativas e currículo	24	2	0
8) Ensino superior e currículo	602	3	0
9) Reserva de vagas	226	8	1
10) Inclusão Universitária	423	2	1
Total			**48**

5 A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma fundação do Ministério da Educação (MEC), é o órgão responsável no Brasil pelas políticas voltadas à organização, expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado). Utilizamos como base para o levantamento o "Banco de Teses e Dissertações Capes". Endereço: http://www1.capes.gov.br/bdteses/. E o portal de periódicos. Endereço: http://www.periodicos.capes.gov.br. As buscas foram realizadas entre os meses de março e outubro de 2014.

6 A Scientific Electronic Library Online (SciELO) é uma biblioteca eletrônica que reúne coleção de periódicos científicos brasileiros, organizados por áreas de conhecimento. Endereço:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_home&lng=pt&nrm=iso

Quadro 2. Resumo levantamento banco de dados da SciELO

Palavra chave	Quantidade total	Quantidade após filtro temático	Quantidade após sobreposição
1) Ações afirmativas	54	20	20
2) Permanência e ensino superior	38	8	7
3) Cotas raciais	26	7	2
4) Cotas raciais e permanência	1	1	0
5) Ensino superior	1.560	2	2
6) Sistema de cotas	39	2	1
7) Relações raciais	101	1	1
Total			**33**

Observando a distribuição temporal, vemos que a temática começa a surgir em 2003, aparecendo poucos trabalhos até 2006, quando há um primeiro pico com 8 trabalhos. Podemos considerar esse período inicial como o de implementação dessas políticas. Depois, a partir de 2009 até 2013, há a maior concentração de trabalhos, o que corresponderia às fases de expansão e consolidação das ações afirmativas no ensino superior no Brasil.

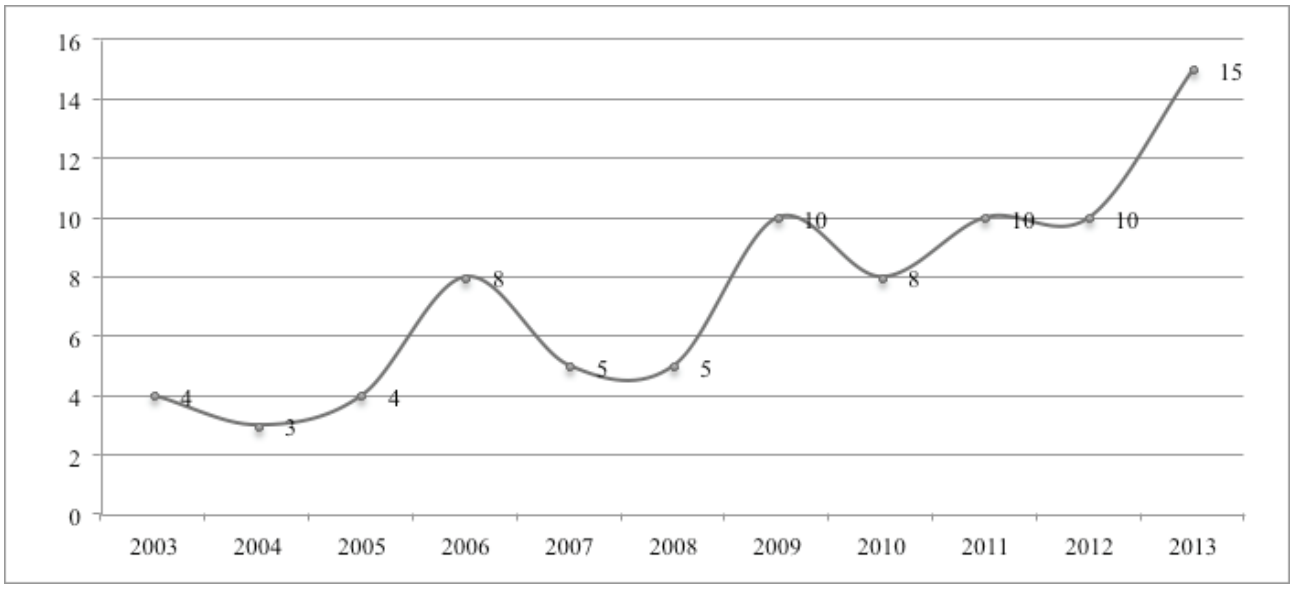

Gráfico 1. Distribuição temporal dos trabalhos sobre ação afirmativa, democratização do acesso e permanência no ensino superior

Em termos de produção de teses e dissertações, duas instituições tem sido destaque na realização de trabalhos na temática – a UNB e a UFRGS. Sabemos das limitações do instrumento de busca, mas os dados se apresentam como bons indícios para entendermos onde tem havido destaque a produções na área de currículo e permanência em experiências de ação afirmativa no ensino superior.

Com relação à área de conhecimento, os programas de Pós-Graduação em Educação se mostram como os principais produtores desses estudos.

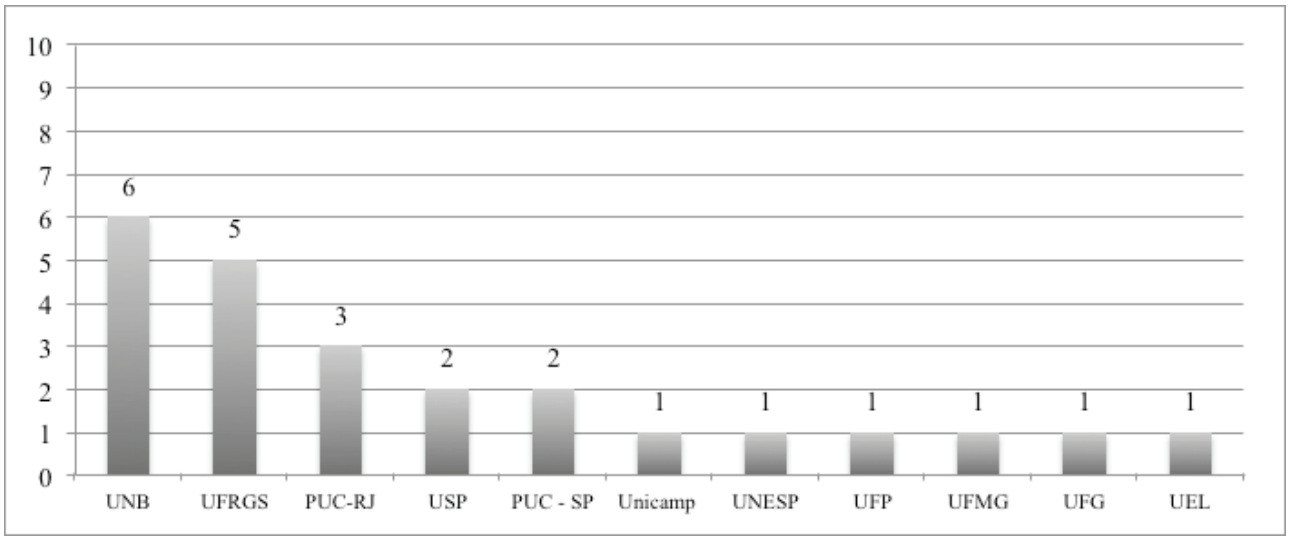

Gráfico 2. Instituição de origem - teses e dissertações

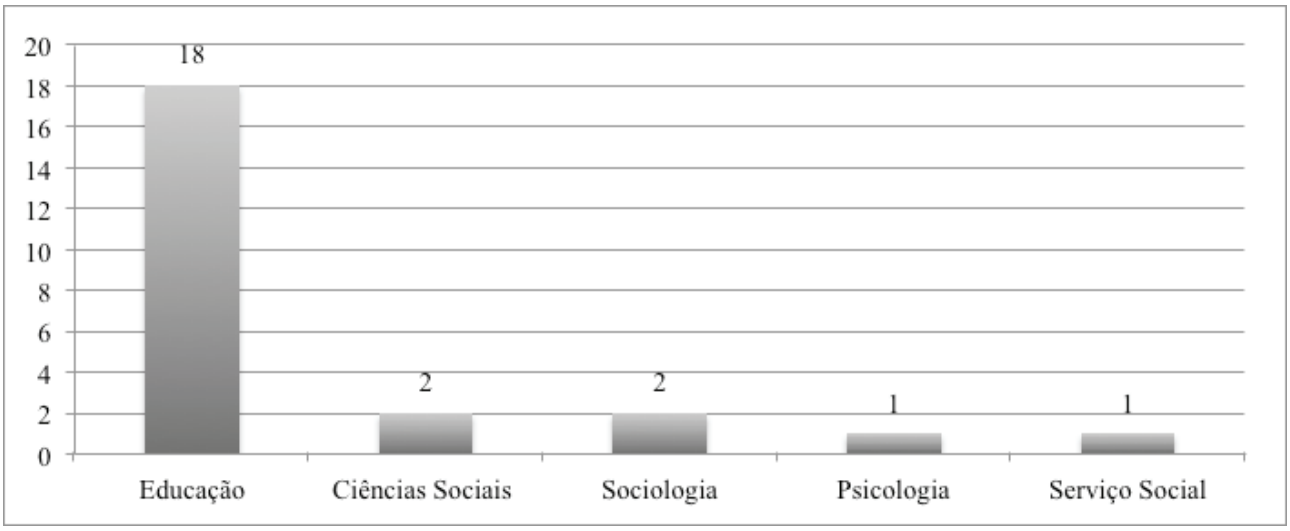

Gráfico 3. Área do conhecimento - teses e dissertações

Já considerando a base de artigos, vemos que a área de Educação também lidera. Com a Sociologia e as Ciências Sociais vindo em segundo lugar. É interessante ver também trabalhos de autores com áreas de formação em Física e Geografia – pouco voltadas à avaliação de resultados de políticas públicas.

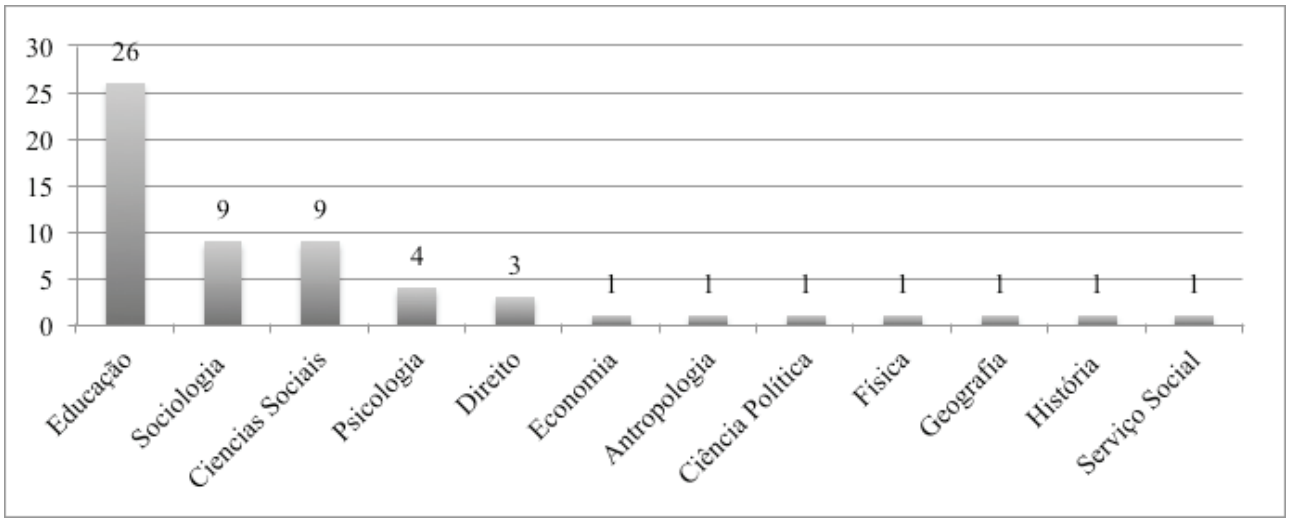

Gráfico 4. Área do conhecimento da instituição de vinculação dos autores – artigos

Podemos, inicialmente, classificar os trabalhos em cinco desenhos gerais:

1) trabalhos teóricos que voltam-se para a discussão da argumentação de aspectos e discursos favoráveis ou contrários à ação afirmativa no ensino superior;
2) trabalhos empíricos que voltam-se para a discussão de resultados de programas de ação afirmativa implementados em universidades específicas, sendo o formato privilegiado o estudo de caso, e dados de percepção, qualitativos e quantitativos. Nesses trabalhos, entre os focos privilegiados estão a discussão das ações de permanência e a verificação do desempenho de cotistas e não cotistas, no sentido de questionar argumentos de que os alunos cotistas teriam um desempenho muito inferior aos não cotistas;
3) trabalhos normativos, que voltam-se para a descrição das políticas públicas e modalidades de ações afirmativas vigentes nas universidades públicas brasileiras, destacando aspectos que elas contemplam e/ou deveriam contemplar; e centrando a análise em leis e resoluções que regulamentam tais políticas;
4) trabalhos expositivos, trabalhando o contexto brasileiro a partir de dados demográficos e socioeconômicos ressaltando as desigualdades geradas por cor ou raça;
5) trabalhos avaliativos, com base empírica, trazendo a discussão das Diretrizes Curriculares de cursos de graduação em universidades que adotaram políticas de ação afirmativa.

Embora esse levantamento seja inicial, estando em fase de elaboração e ainda seja preciso refinar os termos de busca (sobretudo as palavras chaves utilizadas), já é possível ter indícios de que há pouca atenção às políticas de permanência e à necessidade de se rediscutir currículo e formato de atividades de pesquisa e extensão na universidade, para atender a um público com perfil mais heterogêneo que frequenta a universidade. Poder-se-ia argumentar que isso se deve à necessidade inicial de expansão e consolidação das políticas de ação afirmativas no ensino superior, focadas sobretudo nas questões de ingresso/acesso, e no rompimento dessa barreira. Os estudos acadêmicos refletiriam, assim, esse objetivo inicial da política, verificando-se agora, num momento de maturação, as mudanças necessárias a serem implementadas na cultura universitária e acadêmica, para atender aos anseios de seu público mais diverso e também garantir a permanência desse público. É nesse sentido que a presente pesquisa caminha, sendo que na seção seguinte apresentaremos o desenho metodológico da pesquisa e as categorias de análise que estão sendo utilizadas para a pesquisa nas instituições citadas.

4) Definições metodológicas

Das seis instituições que compõem o corpus de análise da pesquisa, quatro aprovaram programas de ação afirmativa anteriores à aprovação da lei 12.711/2012 ("lei das cotas"), que garante a reserva mínima de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais, sendo que metade dessas vagas reservadas são destinadas a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário-mínimo e meio per capita. As demais serão destinadas aos "autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
O quadro abaixo reúne informações de início dos programas e tipo de programa de cada uma das instituições:

Quadro 3. Tipo e ano de implementação dos programas de ação afirmativa

Universidade	Ano Implementação	Tipo de Programa de Ação Afirmativa
UFSCar	2008	Cota / acréscimo de vaga
UFMG	2009	Acréscimo de nota
UFSC	2008	Cota / acréscimo de vaga
UFPE	-	-
UFMS	-	-
UFPA	2007	Cota

Fonte: baseado em Paiva, 2010: 29-30

A possibilidade de analisar o processo de implementação de programas de diferentes tipos possibilitará uma análise comparativa com objetivo de observar diferenças entre a implementação de programas com desenhos próprios das instituições e programas institucionalizados pós aprovação da lei federal, assim como os diferentes tipos de projeto de acompanhamento pedagógico e avaliação, e observar ainda se há mudanças pedagógicas, curriculares nos diferentes tipos de programas de ação afirmativa.

Como resultado das primeiras reuniões de trabalho de todo os pesquisadores[7] envolvidos no projeto foram definidos para a análise documental os seguintes documentos de gestão: Programa de Desenvolvimento Institucional, Relatórios de Gestão, Resoluções dos Vestibulares e/ou de Comissões que instituíram os programas), Programas/Projetos de Programas de Ação Afirmativa e Relatórios das Pró-Reitorias de Extensão e de Ensino e Pesquisa.

Estabelecemos como termos comuns de análise para os documentos de gestão palavras que estão diretamente associadas às políticas de ação afirmativa e à temática mais geral de educação para diversidade.

Termos de Análise
Ação Afirmativa
Acessibilidade
Acesso
Cor
Cotas
Desigualdade
Diferença
Discriminação
Diversidade
Equidade
Escola pública

7 O projeto é desenvolvido pelos seguintes pesquisadores: (UFSCar) Tatiane Cosentino Rodrigues, Fabiana Luci de Oliveira, Ana Cristina Juvenal da Cruz, Valter Roberto Silvério, Ivanilda Amado, Marcelo Fernandes Brentan, Flavia Francchini; (UFPA) Ivan Costa Lima; (UFPE) Dayse Cabral Moura; (UFMG) Rodrigo Ednilson de Jesus; (UFSC) Joana Celia dos Passos e (UFMS) Priscila Martins Medeiros.

Termos de Análise
Étnico-racial
Igualdade
Inclusão
Indígena
Lei 10.639
Lei 11.645
Lei 12.711
Negro
Pardo
Permanência
Política social
Preconceito
Preto
Quilombola
Raça
Racismo
Renda
Reserva de vagas
Responsabilidade social
Vulnerabilidade

No que diz respeito à presença ou não de mudanças pedagógicas foram definidos quatro cursos de graduação de diferentes áreas para acompanhamento e análise: Pedagogia, Ciências Sociais, Medicina e Engenharia Civil. Serão analisados destes cursos as Diretrizes Curriculares Nacionais, Relatórios de processos de reformulação curricular, Projetos Pedagógicos dos cursos e Ementas de disciplinas com objetivo de observar se os cursos passaram por processo de mudanças curriculares e/ou se contemplam a temática étnico-racial nos projetos pedagógicos.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior foi definido como outra importante esfera de análise, já que o Plano de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana prevê a introdução da temática étnico-racial como um dos importantes critérios de avaliação das Instituições de Ensino Superior. Como pesquisa em fase inicial de levantamento de processo de elaboração é importante salientar que os resultados obtidos até o momento são parciais e sofrerão alterações com o desenvolvimento da pesquisa documental, no entanto, as análises bibliográficas indicam que o tema do acompanhamento pedagógico e de mudanças curriculares e de pesquisa estão subsumidos à preocupação com dados de ingresso e permanência no sentido formal.

Espera-se que o desenvolvimento da análise de seis instituições diversas, localizadas em diferentes regiões do país, com modelos e em distintos processos de implementação das ações afirmativas possa contribuir com a discussão e implementação de programas de ação afirmativa com foco na análise das propostas pedagógicas que acompanham o processo de implementação das políticas de ação afirmativa das universidades públicas brasileiras.

Referências Bibliográficas

BRASIL. (2004). Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf, [consultado em 14-12-2014].

BRASIL. (2008). Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/ /2012/10/planonacional_10.6391-1.pdf, [consultado em 14-12-2014].

CARVALHAES, F.; JÚNIOR, J.F.; DAFLON, V. (2013), O impacto da lei de cotas nos estados: um estudos preliminar. *Textos para discussão GEMAA (IESP-UERJ)*, n.1, Disponível em http://gemaa.iesp.uerj.br/files/TdP/TpD_gemaa_1.pdf, [consultado em 12-08-2014].

LEWANDOWISKI, R. (2012). Voto – Audiência Pública Constitucionalidade das Cotas.

PAIVA, A. R. (2010). *Entre dados e fatos:* ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras. Rio de Janeiro: PUC-RJ, Pallas Ed., 2010.

RIBEIRO, M. (1999). *Universidade brasileira pós-moderna*: democratização

X competência. Manaus: Ed. Universidade do Amazonas.

SILVA, P. B. G. (2003). Negros na universidade e produção do conhecimento. SILVÉRIO, V.; SILVA, P. B. G. *Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica.* Brasília: INEP.

VALENTIM, D. F. D. (2012) *Ex-alunos negros cotistas da Uerj*: os desacreditados e o sucesso acadêmico. Rio de Janeiro: Quarter: Faperj.

GT 76
Descolonização, Ditadura e Democratização no mundo lusófono: transição e construção democrática

50 anos do Golpe de 1964 no Brasil: estudos historiográficos

Américo Freire[1]
americo.freire@fgv.br

Resumo: O texto tem como objetivo produzir um inventário temático da produção historiográfica relativa às rememorações dos 50 anos do Golpe de 1964. Para tal, optou-se pelo exame da programação de eventos acadêmicos que foram realizados sobre o tema ao longo do ano de 2014.

Palavras-chave: Historiografia brasileira; Golpe militar; Autoritarismo; Ditadura.

50 anos do Golpe de 1964 no Brasil: estudos historiográficos

Dois são os objetivos deste breve texto. O primeiro deles é de caráter marcadamente instrumental, qual seja o de produzir um inventário temático da produção historiográfica relativa às rememorações dos 50 anos do Golpe de 1964. Para tal, optei por concentrar a pesquisa na programação de alguns dos inúmeros eventos que foram realizados sobre o tema ao longo do ano de 2014, fossem os organizados sob o formato de "seminários" e "simpósios" em que estiveram presentes pesquisadores especialmente convidados pelas comissões responsáveis, fossem os "debates" e "encontros" que contaram com a participação predominante de alunos de pós-graduação. O segundo objetivo, de cunho mais especulativo, é o de discutir os dados adrede apresentados com vistas a buscar situar essa produção em algumas das linhas-de-força de nossa historiografia política mais recente.

1. Pressupostos e temas das mesas redondas

Comecemos com os seminários e os simpósios. Para fins de análise, escolhi três eventos dessa natureza, a saber: o Simpósio Internacional *"O golpe de 1964 e a onda autoritária na América Latina*", coordenado pelo Departamento de História da USP; o Seminário *"1964-2014: um olhar crítico, para não esquecer*", realizado pelo Grupo de Pesquisa História Política – Culturas Políticas na História, da UFMG; e o Seminário Internacional *50 anos do Golpe de 1964,* coordenado por professores de um conjunto de universidades do Rio de Janeiro (CPDOC/ UFRJ/UNIRIO/UERJ/PUC-RIO/UFRRJ). [2]

---

1 Professor do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

2 . Ver programação do evento da USP em *http://www.escoladegoverno.org.br/agenda/3192-simposio-internacional-o-golpe-de-1964-e-a-onda-autoritaria-na-america-latina*. Acesso em 28/10/ 2014. Conferir programação da UFMG em http://seminario19642014.wordpress.com/programacao/ . Acesso em 27/10/2014 e seminário fluminense em h*ttp://cpdoc.fgv.br/50-anos-do-golpe-de-1964*. Acesso em 28/10/2014.

Um primeiro ponto de análise diz respeito aos textos de abertura desses eventos. Por meio deles, abre-se a possibilidade do exame de questões como: justificação geral, categorias mobilizadas, eixos ordenadores, público alvo e etc. Em seguida, passaremos a nos dedicar na análise dos temas títulos das conferências e das mesas redondas.

Por que e como rememorar o golpe de estado de 1964? Para os organizadores do evento da USP, 1964 constitui-se em evento marcante para a história brasileira e latino-americana que deve ser examinado sob diferentes perspectivas. Em tempos de balanço, propõe-se a discussão de um leque de temas que vão desde a análise das condições que levaram a derrubada da "primavera democrática" tragada pelo "autoritarismo", passando pelo debate sobre as condições das lutas pelos direitos humanos, entre outros.

Já quanto ao seminário da UFMG, cujo título dá impressão de se tratar de um evento engajado e militante, o que se propõe, na verdade, é a realização de debates orientados por um "olhar mais analítico e menos passional" sobre o "Golpe de 1964", ainda que politicamente "interessado e compromissado com o repúdio à violência e ao autoritarismo." Por fim, a apresentação do seminário fluminense limita-se a registrar o objetivo geral do evento que foi o de favorecer a discussão de diferentes aspectos relacionados à memória, à história e à historiografia do "golpe civil-militar de 1964." *(grifos nossos)*

Vejamos algumas questões historiográficas que nos sugerem essas três pequenas apresentações. Como se pode verificar, o uso da categoria "golpe" está presente nos três textos, corroborando a linguagem corrente dos meios acadêmicos a respeito da ruptura político-institucional promovida em 1964. Em um único caso, porém, vale-se da categoria "golpe civil-militar" para caracterizar aquele evento-chave da história contemporânea do Brasil, quando se percebe os ecos de um debate que vem ganhando expressão entre os historiadores do tema. Deixemos esse ponto específico para tratarmos com vagar logo adiante neste texto.

Outra noção mencionada é "autoritarismo." Como é sabido, nas décadas de 1970 e 1980, o termo recebeu amplo tratamento analítico por parte de um conjunto de cientistas políticos e sociais que buscava uma melhor caracterização da natureza dos regimes de força que foram implantados na quase totalidade da América Latina a partir dos anos 60. Na academia, como no campo da luta política concreta, discutia-se a pertinência de se pensar esses experimentos "de exceção" sob uma nova ótica e fora dos quadros do "fascismo" ou do "totalitarismo". Creio que não incorro em exageros em afirmar que essa produção em torno do "autoritarismo" terminou por se afirmar como instrumental analítico fundamental para o estudo dos regimes de exceção latino-americanos. [3] Mais recentemente, particularmente a partir do fim dos anos 90 e começo da nova década, o uso do termo começa a perder força na linguagem acadêmica corrente na academia brasileira, quando passa a ser substituído por uma categoria mais incisiva – "ditadura", no caso "ditadura militar".[4] Independentemente dessas mudanças, o que percebemos, por ora, quando nos detemos nos textos-referência dos três eventos em tela, é a ênfase no termo "autoritarismo."

Passemos agora para o estudo dos temas que foram apresentados nos três eventos, buscando estabelecer um diálogo com as referências historiográficas acima mencionadas. Para fins de exposição, vejamos os eventos em separado.

O simpósio da USP foi o único que explicitamente propôs uma discussão do golpe de 1964 no contexto do que chamou de "onda autoritária" latino-americana, ou seja, foram estimuladas abordagens de natureza comparativa. A despeito disso, o primeiro dia de debates girou em torno exclusivamente do "caso brasileiro". Iniciou-se com uma conferência com um tema aberto e algo vago – "o golpe de 64 e os historiadores" –, para em seguida tratar-se de uma discussão clássica e necessária: a natureza do golpe e do regime. Tanto na conferência de abertura, como na primeira mesa do evento, contou-se com a presença exclusiva de historiadores brasileiros oriundos de diferentes estados.

---

3 . É importante e vasta a tradição de estudos sobre autoritarismo no Brasil. Texto de referência é o de LAMOUNIER(1985). Outra obra influente, entre muitas outras, é a de SCHWARTZMAN (1975). *Bases do Autoritarismo no Brasil.* São Paulo, DIfel, 1975. Sobre o regime militar, ver particularmente CARDOSO, F.H. (1975).

4 . Sobre o uso da categoria "ditadura", conferir REIS (2000).

Nos dias seguintes, foram realizadas nove mesas redondas assim distribuídas: uma examinando a experiência autoritária latino-americana no contexto global; uma outra discutindo a tríade "Legalidade, exceção e resistência"; duas delas analisando o tema da repressão, sendo que uma delas tratando especificamente da Operação Condor e do Cone Sul; outras duas voltadas para temas relativos às artes em regimes autoritários; uma discutindo ideias e movimentos sociais e outra tratando de memórias e testemunhos; e, finalmente, a última tratando da Ditadura e seus legados com uma discussão sobre a Comissão da Verdade.

Quando se observa os títulos e temas das mesas, é possível pensar em dois nítidos deslizamentos. Um deles de natureza conceitual acima já levantado: nos títulos das mesas, o termo autoritarismo transmuta-se em "ditadura", como, por exemplo, nas mesas "Música, cinema e teatro sob a ditadura, ou ainda "memórias, testemunhos e ditaduras". Essa transmutação se dá em meio a outro movimento que diz respeito a um fenômeno mais amplo e que está relacionado a uma aproximação mais efetiva entre academia, setores políticos e mesmo autoridades governamentais, com questões diretamente envolvidas com a luta pelos Direitos Humanos e com a necessidade de se dar uma resposta democrática ao passado de violações perpetradas pelas ditaduras. Nesse sentido, dá-se o seguinte: saem as nuances, as especificidades das experiências autoritárias de cada país para entrar em cena o caráter ditatorial, violento, de todos esses regimes. Não por acaso, o seminário contou com a expressiva presença de cinco pesquisadores latino-americanos (4 argentinos e um chileno) que se encontram diretamente envolvidos no estudo dessas questões.

O seminário organizado na UFMG cobriu seis mesas redondas e um amplo número de comunicações. O tema das mesas redondas seguiu um padrão semelhante ao apresentado na USP, como se poderá ver em seguida. A programação consistiu em: uma mesa de balanço de interpretações; uma a respeito da ditadura no contexto internacional; mais uma lidando com o tema dos intelectuais e outra abordando a questão da memória; finalmente, as últimas tratando de movimentos sociais de resistência e da transição democrática e da democratização. A última palestra no seminário, no âmbito da mesa sobre transição e democratização, disse respeito ao papel da Comissão da Verdade no atual contexto político-social brasileiro.

Uma vez mais, os títulos das mesas nos sugerem o interesse da academia em debater diferentes aspectos do regime ditatorial. O termo autoritarismo, presente no texto-referência, praticamente desaparece, à exceção de uma única palestra em que o autor propõe uma reflexão na qual articula "Cultura política" e "modernização autoritária". Outro eixo fundamental, também próximo ao do evento anterior, diz respeito ao tema da memória e do papel das comissões da verdade.

Já o seminário fluminense organizou-se em torno de 4 (quatro) mesas redondas que discutiram temas amplos como: balanço e perspectivas das Comissões da Verdade; golpe de 1964 e natureza do regime autoritário; transição política e democracia; e, por fim, os legados de 1964. Como nos demais eventos, buscou-se elaborar uma programação com base no equilíbrio entre a apresentação de temáticas diretamente relacionadas à tríade memória-justiça-verdade, ao lado de outras voltadas para (re)exame de categorias e processos históricos.

2. Debates e encontros discentes – temário

Passemos agora a mapear os temas dos eventos que contaram com a presença predominante de discentes. Optou-se pelo estudo de três deles, a saber: *I Encontro de Pesquisadores em Ditadura(s): 50 anos do Golpe: violência, ditadura e memória, coordenado pela Universidade Federal da Bahia*; *Debates Discentes*, realizado no âmbito do programa integrado de atividades sobre os 50 anos do Golpe promovido por universidades fluminenses e coordenado por professores da UFF, UNIRIO e UFRJ; *Seção "Comunicações"* do Seminário da UFMG aqui já referido.

Dado que estamos diante de um amplo e variado conjunto de comunicações – temos um total de 157 delas organizadas em 34 mesas –, achou-se por bem a adoção de alguns procedimentos metodológicos coerentes com os objetivos gerais deste trabalho. O primeiro deles foi o de orientar nosso levantamento pelos títulos das mesas fixados pelas comissões organizadoras dos eventos e não pelo o de cada comunicação. Com isso, foi possível reduzir o universo de pesquisa para 34 mesas. Em seguida, estabeleceu-se a distribuição das mesas/comunicações nos seguintes núcleos temáticos: 1) Golpe de 1964 (contextos, natureza, significado histórico);

2) Regime ditatorial (repressão, aparatos, instrumentos); 3) Ação governamental (projetos, programas, políticas); 4) Direitas e anticomunismo; 5) Oposição legal e contestação armada ao regime; 6) Imprensa e intelectuais; 7) Arte e cultura; 8) Movimentos trabalhistas e sociais; 9) Questões de gênero; 10) Memórias; 11) Estado, Direito e Justiça; 12) Arquivos e acervos; 13) Comissão da Verdade. O quadro quantitativo é o seguinte:

Tabela 1 – Núcleos temáticos – Encontros e Debates Discentes

Núcleo temático	Mesas
Golpe de 1964	2
Regime ditatorial	6
Ação governamental	2
Direitas e anticomunismo	2
Oposição legal e contestação armada	4
Imprensa e intelectuais	1
Arte e cultura	7
Movimentos trabalhistas e sociais	1
Questões de gênero	1
Memória	3
Estado, Direito e Justiça	3
Arquivos e Acervos	1
Comissão da Verdade	1

Fonte: Programação dos eventos acadêmicos:
I Encontro de Pesquisadores em Ditadura(s): 50 anos do Golpe: violência, ditadura e memória (UFBA); *Debates Discentes* (UFF, UNIRIO e UFRJ); *Seção "Comunicações"* (UFMG)

O que essa pequena mostra nos sugere? O que poderíamos inferir acerca da produção historiográfica sobre 1964 e sobre o regime militar? Vejamos.

Comecemos com o exame das maiores incidências, para em seguida tratar das eventuais "lacunas" temáticas. Três núcleos temáticos se destacam: "Arte e cultura"; "Regime ditatorial"; e "Oposição e contestação armada". Somados, correspondem a 50% do total das mesas apresentadas nos três eventos. A respeito do primeiro núcleo, percebe-se forte presença de trabalhos sobre as relações entre cinema e ditadura e entre música popular brasileira e ditadura. Também começam a ganhar expressão estudos sobre artes plásticas e televisão. O mesmo a dizer a respeito de trabalhos que discutem projetos e políticas culturais desenvolvidos no âmbito do regime. De uma forma geral, porém, o tema da resistência cultural à ditadura é o que atravessa a maior parte das comunicações.

Os núcleos temáticos "Regime ditatorial" e "Oposições e contestações armadas" possuem forte tradição na vasta produção historiográfica sobre 1964, podendo ser vistos como clássicos. Como bem se sabe, os estudos sobre aparatos repressivos ganharam fôlego nas últimas décadas com a adoção de políticas públicas que permitiram um maior e melhor acesso às fontes do período ditatorial, seja no plano federal, seja no plano estadual. Os resultados estão chegando e há avanços interessantes em dois campos: nos estudos regionais, quando se examina, por exemplo, as relações entre repressão e polícias militares nos estados; como também na análise da ação do aparato repressivo em áreas operárias e populares.

Quanto aos estudos que dizem respeito à resistência ao regime, verifica-se um leque variado de trabalhos que envolvem, por exemplo, trajetórias de personagens-símbolo, como Francisco Julião; estudos sobre clandestinidade; atuação de setores da Igreja Católica contra o regime e etc. Duas observações. 1) Não encontramos nenhum estudo sobre eleições e partidos legais que atuaram em tempos de ditadura; 2) Mostra-

se crescente o estudo da resistência feminina em oposição à ditadura militar. Em seguida, voltaremos a esses pontos.

Dois aspectos nos parecem também interessantes de serem mencionados em conjunto quando verificamos os dados acima apresentados. Quando observamos os estudos que constituem o núcleo "Ação governamental", verifica-se a concentração de trabalhos nos campo educacional (como a atuação do Mobral, por exemplo) e cultural (como políticas relativas à leitura). Não foram encontradas comunicações que versam sobre política econômica ou política social dos governos ditatoriais.

Será que essa ausência de trabalhos diz respeito à certa recusa, ou melhor, à certa resistência dos historiadores em tomar o Estado como objeto de análise? Creio que não. A prova disso é o crescente número de trabalhos que, com base nas pesquisas e proposições de autores como Anthony Pereira entre outros, têm avançado no exame das diferentes facetas e dimensões do que se tem chamado o fenômeno da "institucionalização autoritária" brasileira. [5] Para tal, o campo de diálogo tem se dado fundamentalmente com o Direito e em particular com o campo dos estudos relativos aos "Direitos Humanos". Em situação inversa, daí a situação acima descrita, percebe-se um distanciamento crescente do diálogo dos historiadores com a Economia e mesmo com a Ciência Política.

Por fim, cabe registrar a pouca ênfase na organização de mesas que têm como objeto temas e questões metodológicas e/ou instrumentais, ou seja, as que se dedicam ao exame de questões relativas a acervos e fontes. Para além de outras razões, creio que essas eventuais "lacunas" dizem respeito ao duplo fenômeno da expansão e da especialização do vasto território da História, cujo resultado mais fragrante tem sido o da criação de grupos/entidades que se voltam para o estudo específico desses temas, seja no diálogo História/ Arquivos, seja no campo igualmente vasto da História Oral.

3. Primeiras conclusões ou *campo em perspectiva*

Nestas notas, optamos por concentrar nossa análise na programação de alguns eventos que foram realizados no âmbito das rememorações dos 50 anos do Golpe de 1964. Nosso objetivo expresso foi o de subsidiar futuras análises que possam produzir um diagnóstico mais aprofundado do estado da arte sobre o tema. Para isso, é mister que se mergulhe no estudo dos livros que foram produzidos especialmente para a ocasião por alguns dos mais importantes historiadores brasileiros. [6]

Dito isso, tratemos de passar em revista algumas das questões que foram levantadas na primeira seção deste texto.

Um primeiro aspecto a considerar diz respeito ao uso de determinadas categorias relativas ao golpe e ao regime. Como vimos acima, tem sido corrente o uso da categoria "golpe" ou " golpe de estado" para caracterizar 1964. Nos eventos em tela, são poucas as menções da categoria "golpe civil-militar" que, nos últimos tempos, tem sido retomada por alguns historiadores, entre os quais Daniel Aarão Reis, em linha de continuidade com o estudo clássico de René Dreifuss sobre o golpe de 1964.[7] O próprio Reis vai ainda mais longe quando propõe o uso da noção "ditadura civil-militar" com vistas a reforçar sua tese de que o regime fora resultado de um amálgama de interesses que reuniu forças civis e militares. [8] Até o momento, tendo a crer que essas teses de Reis, ainda que encontrem ressonância no campo, permanecem minoritárias.

Outro aspecto conceitual também acima mencionado diz respeito ao uso das noções "autoritarismo" e "ditadura". Nesse caso, o que assiste, levando-se em conta o universo reduzido dessa pesquisa, tem sido o uso da vez mais frequente da noção "ditadura" como melhor caracterização do regime brasileiro. Caso essa tendência tenda a se

---

5. Sobre a noção de "institucionalização autoritária", conferir PEREIRA (2010).

6 . Conferir, entre outros, MOTTA (2014); REIS, RIDENTO & MOTTA (orgs) (2014); REIS (2014); FEREIRA & GOMES (2014); FICO (2014); NAPOLITANO (2013).

7 . DREIFUSS (1981).

8 . Conferir REIS (2014).

reforçar ainda mais, e creio que é essa a perspectiva, é mister que o uso da noção seja melhor qualificada pelos nossos historiadores, para além de circunscrever o regime como "militar" ou como "civil-militar". A pergunta de pesquisa que ainda me parece importante responder é a de melhor qualificar as relações dialógicas que se estabeleceram entre os detentores do Estado e amplas parcelas da sociedade brasileira.

No que se refere a algumas tendências historiográficas que puderam ser observadas na mostra apresentada, chamaria atenção para três delas também acima mencionadas, a saber: 1) o crescente interesse em temas culturais – fenômeno esse certamente alinhado à crescente presença da História Cultural em nossa historiografia; 2) ao avanço de temas que dizem respeito ao estudo do nosso sistema de justiça – devido ao diálogo fluído com áreas do Direito e áreas afins da Sociologia; 3) a pouca expressão de estudos de temas políticos clássicos – como representação política, partidos etc. –, assim como de temas que dizem respeito à política econômica e à economia em geral.

Por fim, concluo com um dado que me parece inconteste para todos aqueles que, no futuro, deverão se debruçar sobre esses eventos e sobre a produção historiográfica que foi produzida no âmbito do cinquentenário do golpe de 1964: refiro-me aos trabalhos então em vigor de uma Comissão da Verdade em nível federal e de várias dessas comissões em nível estadual e local. Como se sabe, o trabalho dessas comissões encerra vários desafios para o trabalho de reconstituição dos crimes da ditadura, assim como para os próprios historiadores e para a chamada "verdade histórica". Não por acaso, todos os seminários investigados fizeram questão de reservar um importante espaço para a discussão sobre os trabalhos dessas comissões, e em particular sobre o andamento da chamada Comissão Nacional da Verdade (CNV). Portanto, dentre outras, uma questão que fica para ser enfrentada é a de verificar o possível impacto dessa conjuntura particularíssima na nossa história contemporânea para a historiografia que vem sendo escrita no país. A conferir.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Fernando Henrique (1975). *Autoritarismo e democratização.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FERREIRA, Jorge & GOMES, Ângela de Castro (2014). *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FICO, Carlos (2014). *O golpe de 1964: momentos decisivos.* Rio de Janeiro: Editora FGV.

LAMOUNIER, Bolivar (1985). A Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano - Volume 2: Sociedade e Instituições. 5ª ed. São Paulo: Difel.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (2014). *As universidades e o regime militar.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar

PEREIRA, Anthony (2010. *Ditadura e repressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

NAPOLITANO, Marcos Napolitano (2013). *1964: a História do Regime militar brasileiro.* São Paulo: Editora Contexto.

REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo de Sá (orgs.) 2014). *A ditadura que mudou o Brasil.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar

REIS. Daniel Aarão (2014). *Ditadura e democracia no Brasil.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (2000). *Ditadura militar, esquerdas e sociedade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

SCHWARTZMAN, Simon (1975) *Bases do Autoritarismo no Brasil.* São Paulo: Difel, 1975.

O Brasil entre a memória e o esquecimento: políticas públicas e memória da repressão política

Carlos Artur Gallo
galloadv@gmail.com

Resumo: Durante a Guerra Fria, vários países da América do Sul viveram sob regimes autoritários comprometidos com a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), tendo realizado, além do realinhamento da economia aos novos padrões de expansão do capitalismo internacional, uma série de violações aos direitos humanos. Com a transição à democracia, o saldo da repressão ocorrida nesses países foi sendo pouco a pouco trabalhado. Neste trabalho, analisamos as principais políticas públicas elaboradas no Brasil para tratar da memória da repressão política praticada entre 1964 e 1985. Organizada em duas seções, a exposição abrange: 1) um apanhado dos principais fatos ocorridos durante a ditadura no país; 2) a análise das principais políticas públicas que foram elaboradas com vistas ao enfrentamento do legado da repressão. O objetivo geral da análise é refletir sobre os limites das políticas existentes, observando até que ponto legados do autoritarismo seguem presentes no atual cenário político brasileiro.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar no Brasil; Legados Autoritários; Memória da Repressão; Políticas de Memória.

1. Introdução

Num cenário político internacional marcado pela bipolarização estabelecida durante a Guerra Fria, vários países da América do Sul viveram sob regimes autoritários que, segundo a análise de Samuel P. Huntington (1994), foram instalados no âmbito de uma 2ª onda reversa de democratização. Comprometidas com a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), as ditaduras no Cone Sul foram responsáveis pelo realinhamento das economias locais aos novos padrões de expansão do capitalismo internacional, bem como por uma série de violações aos direitos humanos.

Com o fim das ditaduras e as transições à democracia, o saldo da repressão ocorrida vem sendo pouco a pouco trabalhado, contando-se, para tanto, com a formulação de políticas públicas específicas, cujo conteúdo e alcance variam de acordo com as particularidades de cada cenário político e social.

Neste estudo, serão analisadas as principais políticas públicas elaboradas no Brasil para tratar da memória da repressão praticada entre 1964 e 1985. Organizada em duas seções, a exposição abrange: 1) um apanhado dos principais fatos ocorridos durante a ditadura no país; 2) a análise das principais políticas públicas que foram elaboradas com vistas ao enfrentamento do legado da repressão. O objetivo geral, é refletir sobre os limites das políticas existentes, observando até que ponto legados do autoritarismo seguem presentes no atual cenário político brasileiro.

2. A ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)

O primeiro dos países do Cone Sul a sofrer um Golpe de Estado no contexto da Guerra Fria e vinculado à Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi o Brasil, onde, entre os dias 31 de março de 1º de abril de 1964, foi iniciada uma ditadura civil-militar que se estenderia até 1985. Embora seja complicado afirmar com certeza a variável que levou ao Golpe, é possível observar que a tomada do poder pelos militares teve seu acontecimento relacionado às motivações econômicas (Martins, 1988) e anticomunistas (Motta, 2002), sendo a intervenção

das Forças Armadas frequentemente associada, na época, a um cenário político marcado pela instabilidade gerada a partir de agosto de 1961, quando ocorreu a renúncia do presidente Jânio Quadros (Skidmore, 1988).
Em 1964, os mesmos setores das Forças Armadas que em 1961 haviam tentado impedir a posse do vice-presidente eleito, porque viam nas suas ações uma aproximação com o comunismo, realizam o golpe frustrado anteriormente. Contando agora com o apoio de integrantes das elites econômicas, que tinham interesse na reorganização do mercado, e eram contrários à realização das "Reformas de Base" propostas pelo Governo Jango, os militares ocuparam as estruturas de poder existentes, mas, durante o regime burocrático-autoritário (O'Donnell, 1986) por eles encabeçado, algumas instituições políticas tipicamente democráticas seguiram funcionando.
Assim, ainda que a Presidência da República tenha sido sempre ocupada por membros das Forças Armadas, a ditadura no Brasil criou um sistema político bipartidário para realizar eleições para alguns cargos do Executivo e do Legislativo. O bipartidarismo brasileiro funcionou em torno da Aliança da Renovação Nacional (ARENA), partido de representação dos interesses do Governo autoritário, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que representava alguns interesses da oposição consentida. Além da distribuição da oposição nos partidos políticos criados pela ditadura, se encontra neste momento da história brasileira a persistência de mobilizações populares nas ruas, de entidades estudantis, assim como a existência de movimentos vinculados à luta armada e à organização de guerrilhas urbanas e rurais.
Responsáveis por ações de resistência e contrárias à manutenção do regime autoritário, grupos de guerrilheiros na cidade e no campo tentaram fazer frente à situação que lhes era imposta pelos ocupantes do poder. Se em alguns momentos essas organizações de esquerda obtiveram concessões por parte dos militares no poder, como aconteceu quando presos políticos foram libertados e exilados em troca da libertação de diplomatas sequestrados por estes grupos opositores, a alta fragmentação de seus membros em diferentes grupos e o pequeno número de pessoas que os compunham, limitavam suas possibilidades concretas de ação.
Bastante aplicada desde o momento da consolidação do Golpe, no Governo Castelo Branco (1964-1967), a repressão seria aprofundada a partir de 13 de dezembro de 1968, quando foi editado o AI-5. Considerado como o "golpe dentro do golpe", e publicado durante o Governo Costa e Silva (1967-1969), que fazia parte da facção "dura" do Exército, o AI-5 suspendeu o direito de "habeas corpus", possibilitou que os militares fechassem o Congresso Nacional ou os Poderes Legislativos Estaduais e Municipais, além de facultar aos integrantes do regime cassar mandatos políticos e aposentar funcionários públicos.
De 1968 à primeira metade dos anos 70, o país vivia entre os "Anos de Chumbo", marcado pela perseguição, a tortura, as mortes, os desaparecimentos e o exílio de opositores, e o "Milagre Econômico", resultado do processo de alinhamento do sistema econômico nacional aos novos padrões de desenvolvimento do capitalismo internacional (Martins, 1988). Segundo Elio Gaspari (2002: 13):

> Foi o mais duro período da mais duradoura das ditaduras nacionais. Ao mesmo tempo, foi a época das alegrias da Copa do Mundo de 1970, do aparecimento da TV em cores, das inéditas taxas de crescimento econômico e de um regime de pleno emprego. Foi o Milagre Brasileiro. O Milagre Brasileiro e os Anos de Chumbo foram simultâneos. Ambos reais, coexistiram negando-se. Passados mais de trinta anos, continuam negando-se. Quem acha que houve um, não acredita (ou não gosta de admitir) que houve o outro.

No ano de 1974, época em que o regime continuava colhendo os frutos do crescimento econômico e a neutralização dos opositores que atuavam fora do sistema partidário atingia seu auge, o ditador-presidente Ernesto Geisel (1974-1979) organiza e começa, a partir do próprio governo, um projeto de transição "lenta, gradual e segura". Em seus quase onze anos de duração, o projeto de abertura política se desenvolveu paralelamente à crise internacional do petróleo e ao esgotamento do "Milagre Econômico".
Com os avanços do processo de transição, ocorre também o renascimento da sociedade civil, que se organiza pelo menos em dois momentos: entre 1978 e 1979, na luta pela anistia; e entre 1983 e 1984, na campanha pelas "Diretas Já", que reivindicava a realização de eleições diretas para Presidência da República nas eleições de

1984. Altamente negociado e controlado ao longo de sua duração, o processo de transição no Brasil garantiu que os agentes envolvidos com a repressão ficassem impunes (mediante a publicação da Lei de Anistia – Lei nº 6.683/1979), garantindo ainda, aos setores da elite civil diretamente relacionados à ditadura, sua sobrevivência enquanto atores políticos relevantes no novo cenário político (Arturi, 2001: 11-12).

Em 21 anos de ditadura, o aparato repressivo brasileiro deixou como saldo da repressão, além de resquícios psicológicos e sociais da aplicação da DSN (Padrós, 2008): aproximadamente 50 mil pessoas presas somente nos primeiros meses depois do Golpe; pelo menos 426 mortos e desaparecidos políticos; um número até hoje desconhecido de mortos em protestos; 7.367 indiciados e 10.034 atingidos por inquéritos realizados em 707 processos que tramitaram na Justiça Militar por crimes contra a Segurança Nacional; 4 sentenças de morte (não consumadas); 130 desterrados; 4.862 cassados; 6.592 militares atingidos por atos do regime; milhares de exilados políticos; e centenas de camponeses assassinados (Almeida; et al., 2009: 21; Arquidiocese de São Paulo, 1985).

Além de um saldo da repressão identificado com a contabilização do número de vítimas do aparato repressivo criado, aperfeiçoado e mantido pelo Estado autoritário brasileiro, encontra-se uma série de heranças, legados do autoritarismo, que se mantiveram ou que se mantêm a partir da Nova República convivendo com instituições e práticas democráticas (Huggins, 2000; Pereira, 2010; Stepan, 1988; Zaverucha, 1992; 1994; 2005; 2010). No sentido referido, encontra-se (conforme analisado em: Gallo; Gugliano, 2014):

1. a manutenção da interpretação da anistia recíproca, que impossibilita o julgamento dos crimes cometidos pelo aparato repressivo, e potencializa que as violações ocorridas sejam esquecidas pela sociedade;
2. a persistência de uma política nacional de sigilo documental, que por décadas limitou a atuação de vítimas da repressão (e/ou de seus familiares) na busca por "memória, verdade e justiça";
3. a permanência de um rol de prerrogativas militares, que permite que os integrantes (da ativa e da reserva) das Forças Armadas atuem como *veto players* da democracia;
4. a reprodução de resquícios de uma cultura autoritária, na qual o respeito aos direitos humanos pode ser constantemente relativizado em nome da "manutenção da ordem".

Apesar desses legados, políticas públicas com vistas ao tratamento e ao enfrentamento do saldo da repressão no país foram elaboradas e implementadas nas últimas duas décadas. Por um lado, isso se deve à consolidação de uma agenda de direitos humanos organizada em um cenário internacional pós-Guerra Fria e pós-Conferência de Viena (Koerner, 2003); mas também, por outro lado, à constante mobilização de organizações de direitos humanos e de vítimas da repressão, que independente do final da ditadura no Brasil, continuaram reivindicando a identificação e punição dos agentes da repressão, a elucidação das reais circunstâncias das mortes e dos desaparecimentos ocorridos, a abertura dos arquivos, além do estabelecimento de uma memória oficial sobre o período autoritário que deixasse claro que o uso da violência não foi excepcional. Na próxima seção, são analisadas as principais políticas públicas elaboradas para dar conta da memória da repressão praticada pelo Estado brasileiro na vigência da DSN.

3. Políticas públicas e memória da repressão política no Brasil

Conforme referido, nesta seção serão apresentados dados e análises sobre aquelas que, para este estudo, consideramos as políticas de memória mais importantes para ilustrar o caso brasileiro: i) a Lei nº 9.140 de 1995; ii) a Comissão de Anistia; iii) o Portal Memórias Reveladas; iv) o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos e a Comissão Nacional da Verdade.

Lei nº 9.140 de 1995: a "Lei dos Mortos e Desaparecidos"

A CFMDP lançou o germe da Lei nº 9.140, em 1993, com a realização de um encontro no qual, auxiliada pelos Grupos Tortura Nunca Mais, pela Anistia Internacional e pela Human Rights Watch, entre outros, foi elaborada uma proposta de Projeto de Lei (PL) que, entregue ao Ministro da Justiça, o presidente Itamar Franco encaminharia ao Congresso Nacional. Em 1994, diante da frustração gerada pelo presidente, que, mesmo após as vigílias realizadas no Rio de Janeiro, em Brasília, Porto Alegre e Recife, deixou a questão sem solução, familiares conseguiram que uma *Carta Compromisso* com os pontos apresentados ao Ministro da Justiça fosse assinada por representantes dos principais candidatos à Presidência da República (Almeida; et al., 2009: 32-33; Brasil, 2007: 30-33).

Em junho de 1995, após ter sido constantemente pressionado por familiares de mortos e desaparecidos e até mesmo por integrantes de organizações internacionais de direitos humanos, o presidente Fernando Henrique Cardoso incumbiu Nelson Jobim, Ministro da Justiça, de dar andamentos à questão, sendo finalmente redigido o PL nº 869/95. Contando com a participação da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CFMDP) e integrantes de outros organismos de proteção aos direitos humanos, o PL foi encaminhado para apreciação no Congresso Nacional, onde, havendo pouco debate por tramitar com *urgência urgentíssima*, e, sem nenhuma emenda, o texto foi sancionado em 4 de dezembro de 1995, dando origem à Lei nº 9.140 (Almeida; et al., 2009: 33; Brasil, 2007: 33-37).

Para que o texto fosse aprovado, contudo, foi necessário que o Presidente da República garantisse a representantes das Forças Armadas que os efeitos da lei que seria criada estariam limitados pela interpretação da anistia recíproca. Ou seja, ainda que mediante a lei tenha sido reconhecida a responsabilidade do Estado brasileiro pelos crimes cometidos pelo aparato repressivo, isso não permitiria que se instaurassem processos contra os agentes envolvidos em tais práticas.

Da aprovação da *Lei dos Mortos e Desaparecidos* decorreu: a) o reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro pelas mortes e desaparecimentos de 136 pessoas listadas como desaparecidas políticas no Anexo I da Lei; b) a garantia de que as famílias das pessoas listadas no Anexo poderiam registrar seus óbitos; c) a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), para concessão de indenização pecuniária aos familiares das pessoas listadas na Lei; d) a possibilidade de serem julgados novos casos ocorridos entre 1961 e 1979 (conforme o lapso temporal que havia sido previsto na Lei da Anistia), concedendo-lhes as respectivas indenizações; e) a fixação de um valor mínimo (R$ 100.000,00) para as indenizações; f) a prerrogativa de a CEMDP requerer de órgãos oficiais a apresentação dos documentos convenientes à análise dos pedidos.

Ainda que a Lei tenha possibilitado inegáveis avanços, a CFMDP aponta os seguintes problemas decorrentes da sua aprovação: 1º) eximiu o Estado de identificar e responsabilizar os agentes envolvidos nos crimes ocorridos durante a ditadura; 2º) legou o ônus da prova aos familiares; 3º) não obrigou o Estado brasileiro a localizar os corpos dos desaparecidos; 4º) excluiu a possibilidade de outros interessados ingressassem com o pedido de reconhecimento das mortes e/ou desaparecimentos, reforçando, com isso, a ideia de que os interessados são única e exclusivamente parentes das vítimas, algo que nega o caráter público da questão (Almeida; et al., 2009: 33-34).

Nos anos que se seguiram ao início dos trabalhos da CEMDP (iniciados em 1996), os familiares lutaram contra as limitações da Lei nº 9.140, pedindo a revisão desta. As demandas para revisão da lei seriam em parte atendidas em 2002 e 2004. Em 2002, com a Lei nº 10.536, permitiu-se que o lapso temporal atingido pela Lei nº 9.140, que abrangia casos ocorridos entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, fosse estendido até o dia 5 de outubro de 1988 (promulgação da atual Constituição Federal). Posteriormente, buscando suprir dificuldades de interpretação e aplicação da Lei nº 9.140, surgidas nos julgamentos da CEMDP, familiares conseguiram que fosse aprovada a Lei nº 10.875 de 2004. De acordo com essa lei, seriam reconhecidos pela CEMDP casos de pessoas: a) que foram mortas nas ruas, participando de passeatas ou de ações contra o regime; b) que cometeram suicídio ao receberem voz de prisão, ao terem sido presas e torturadas ou, ainda, devido a transtornos psíquicos resultantes da repressão (Brasil, 2007: 44-46).

Até 2006, em dez anos de apreciação dos 475 pedidos protocolados junto à CEMDP, foram reconhecidas como mortas e/ou desaparecidas, além das vítimas referidas no Anexo da Lei, outras 221 pessoas (Brasil, 2007: 46-47). Em 2007, para documentar e divulgar os resultados das suas atividades, a Comissão Especial lançou o livro-relatório *Direito à Memória e à Verdade*. Atualmente, a CEMDP se dedica à organização de um banco de dados genéticos dos familiares para auxiliar na identificação dos restos mortais já resgatados e/ou que venham a ser resgatados em valas clandestinas (Brasil, 2007: 46-47; 2010a: 136-138).

A Comissão de Anistia[1]

Vinculada ao Ministério da Justiça, a Comissão de Anistia foi criada em 2001 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que regulamentou (na Medida Provisória convertida na Lei nº 10. 559 de 2002) o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988. De acordo com o art. 8º do ADCT, ficava prevista a criação de uma instância governamental que seria encarregada: a) de promover o reconhecimento da condição de anistiados políticos aqueles que, perseguidos por motivação política entre 1946 e 1988, lapso temporal que abrange o período autoritário, foram impedidas de exercer suas atividades e/ou que perderam seus cargos em decorrência da edição atos do Governo; b) de conceder-lhes, de acordo com cada caso, sua respectiva reparação financeira (Brasil, 2011).

Nos últimos anos, a Comissão tem contribuído para divulgar e promover a memória da repressão no país mediante: 1) a realização das *Caravanas da Anistia*, sessões públicas de julgamento que vêm sendo realizadas em todas as regiões do país desde 2007; 2) a inauguração 27 monumentos em memória dos mortos e desaparecidos (com a parceria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República); 3) a organização de eventos nacionais e internacionais para debater o tema.

As sessões de julgamento realizadas no âmbito das Caravanas, deve-se notar, constituem-se como uma atividade de natureza sobretudo simbólica. Ao final da análise dos pedidos apresentados pelas pessoas que se consideram vítimas de perseguição política, e, sendo o pedido de anistia reconhecido, os integrantes da Comissão pedem desculpas públicas à vítima em nome do Estado brasileiro, declaram-na anistiada política, e, dependendo das circunstâncias do caso em questão, concedem-lhe a devida indenização pecuniária.

O Portal Memórias Reveladas

Em 2005, atendendo sugestão elaborada por um Grupo de Trabalhos coordenado pelo Ministro Paulo Vannuchi, que chefiou a Secretaria de Direitos Humanos de 2005 a 2010, foi dado o primeiro passo rumo à criação, ocorrida em 2009, do projeto *Memórias Reveladas: Centro de Referências das Lutas Políticas (1964-1985)*[2]. Executado no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, na época chefiada pela Ministra-Chefe Dilma Rousseff, o projeto é coordenado pelo Arquivo Nacional que, subordinado à Casa Civil, é responsável pela custódia e disponibilização para acesso dos documentos do DOPS, do Conselho de Segurança Nacional, da Comissão Geral de Investigações e do Serviço Nacional de Informações.

Contando com uma plataforma on-line, o *Memórias Reveladas* é uma base de dados destinada à pesquisa, obtenção, catalogação e disponibilização de documentos sobre a repressão. O projeto também visava, em última instância, mediante a divulgação de uma propaganda televisiva veiculada no segundo semestre de 2009, obter da população em geral dados e informações que auxiliassem na elucidação das mortes e desaparecimentos praticados pelo aparato repressivo. Embora não sejam contrários à ampla divulgação da campanha pela arrecadação de documentos, que, indiretamente, fazia com que a população tomasse contato com o tema, familiares criticaram o

1 Para mais informações, consultar: <http://www.mj.gov.br/anistia>.

2 Para mais informações, ver: <http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br>.

projeto[3]. De acordo com eles, era contraditório que o Governo Federal, por meio do Arquivo Nacional, transferisse para a população em geral o dever de contribuir à elucidação das mortes e desaparecimentos.
Para tanto, bastaria que o próprio Governo reformulasse sua política de sigilo de documentos, que por décadas permitiu que os documentos do período fossem preservados. Uma nova política nacional de sigilo documental no Brasil, por sinal, entrou em vigor em 2012. Na prática, embora a lei tenha previsto o fim do sigilo eterno de documentos, persistem grandes entraves no que se refere ao acesso à documentação produzidos sobre e pelo aparato repressivo.
Num outro sentido, para fomentar um maior interesse pelo tema e pelas fontes documentais existentes, o *Memória Reveladas* criou, em 2010, um concurso bianual para premiar monografias sobre o período da ditadura. Com essa iniciativa, os estudos premiados pela comissão avaliadora (composta para cada edição do concurso) estão sendo publicados pelo Arquivo Nacional, ampliando assim a sua circulação para além da academia, possibilitando que um maior número de pessoas tome contato com as discussões que vem sendo realizadas por pesquisadores brasileiros.

O 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e a Comissão Nacional da Verdade

Com a publicação do PNDH-3, houve uma significativa ampliação do tratamento da memória da repressão no país, sendo reservado ao tema (na nova edição do documento) um Eixo Orientador específico: o Eixo VI, chamado "Direito à Memória e à Verdade" (Brasil, 2010b). Tão importante quanto a existência de um Eixo sobre o tema, era o conteúdo original desta seção do documento. Além de estabelecer a necessidade de preservação e promoção da memória do período (Diretriz nº 24), e a revisão da legislação que, produzida pelos militares e baseada na DSN, continuavam sendo aplicadas no país (Diretriz nº 25), também foi prevista a criação de uma Comissão Nacional da Verdade (Diretriz nº 23).
Redigido com base nas ideias debatidas na "XI Conferência Nacional dos Direitos Humanos", realizada em dezembro de 2008, o documento contou ampla participação em sua elaboração:

> Retomando a experiência da primeira conferência, realizada em 1996, esta edição teve por objetivo principal discutir propostas para subsidiar a elaboração do PNDH. Contando com a participação de 1.228 delegados em sua etapa nacional, a conferência foi precedida por etapas em todas as unidades da Federação (UFs), por sua vez precedidas por 137 conferências municipais, territoriais e livres (IPEA, 2010, p. 284).

Antes de se encaminhar o lançamento da nova edição do Programa, ocorrida em dezembro de 2009, houve uma tentativa de que as suas disposições passassem pelo crivo de todas as pastas ministeriais, com o intuito de aferir maior legitimidade às diretrizes estabelecidas pelas conferências (31 Ministérios aprovaram o texto, conforme: Brasil, 2010b, p. 11). Passando por cada um dos ministérios para apreciação, o lançamento do Programa atrasou em quase um ano devido à apresentação, por parte do Ministério da Defesa, de um posicionamento contrário à apuração das violações ocorridas durante o período autoritário (IPEA, 2010, p. 285).
Entre o final de 2009, quando foi publicado o PNDH-3, e o início do ano de 2010, houve uma série de manifestações públicas e discussões polêmicas sobre a publicação da nova edição do Programa, e, sobretudo, a respeito do conteúdo do Eixo Orientador VI. Envolvendo defensores de direitos humanos, de um lado, e as Forças Armadas, representadas pelo Ministro da Defesa Nelson Jobim, do outro, as polêmicas evidenciaram a força com que algumas ideias ecoam junto à opinião pública desde a transição à democracia. Evocada a tese da anistia recíproca, ou seja, a ideia de que tudo o que passou deve ser esquecido já que muitos crimes também foram praticados por militantes de esquerda, as discussões ocorridas geraram uma grande tensão, levando ao

3 Conforme notícia publicada pelo jornal *Zero Hora* (Porto Alegre) de 1º de novembro de 2009.

recuo do Governo Federal, que em maio de 2010 editou o Decreto nº 7.177, alterando disposições do Programa. Conforme Sérgio Adorno (2010, p. 17):

> Não é necessário esforço para compreender as razões pelas quais essas proposições suscitaram crise no governo, ameaçaram dois ministros — o da Defesa e o dos Direitos Humanos — de demissão, provocaram protestos de setores das forças armadas e uma torrente de críticas contra o "revanchismo" do PNDH-3, inclusive de segmentos civis da opinião pública.

Ocorre que, com o Decreto, o lapso temporal a ser investigado pela Comissão Nacional da Verdade, que na versão original do PNDH-3 era referido como o período da ditadura, passaria a incluir todos os crimes cometidos pelo Estado brasileiro entre 1946 e 1988, tendo sido reforçado, como limite objetivo aos seus trabalhos, a Lei de Anistia (Lei nº 6.683 de 1979). Assim, o organismo seria responsável por esclarecer os crimes praticados pela repressão, mas não poderia punir os responsáveis.

Num outro sentido, as polêmicas e reviravoltas surgidas a partir da divulgação do novo texto do PNDH retardaram os trâmites do Projeto de Lei que criava a Comissão da Verdade (o Projeto de Lei nº 7.736 de 2010). Aprovado o Projeto pelas duas Casas do Congresso Nacional somente em outubro de 2011, e sancionada sua Lei criadora (Lei nº 12.528/2011) pela presidente Dilma Rousseff em novembro do mesmo ano, a Comissão Nacional da Verdade começou suas atividades em maio de 2012 (quase dois anos e meio desde o lançamento do Programa).

Como se não fosse suficiente o período a ser investigado pela Comissão abranger crimes cometidos em um cenário político democrático (de 1946 ao Golpe de 1964), grupos de defesa dos direitos humanos, que há décadas reivindicavam a instalação de uma Comissão realizadora da verdade e da justiça, tiveram suas expectativas relativizadas por outras duas limitações do organismo. A primeira delas, diz respeito ao número reduzido de membros: apenas 7 integrantes, para analisar crimes praticados em quase 50 anos de história, e num país com um território do tamanho do Brasil. A outra limitação, se relaciona ao prazo de vigência dos trabalhos da Comissão: 2 anos. Em maio de 2013, a Comissão Nacional da Verdade publicou um relatório parcial das atividades realizadas em seu primeiro ano de atuação[4]. Em dezembro, a Presidência da República decidiu estender por seis meses seu funcionamento. No final deste novo prazo (que termina em dezembro de 2014), será tornado público o relatório final da Comissão.

4. Considerações finais

Conforme visto na primeira parte da exposição, a transição à democracia no Brasil foi arquitetada e altamente controlada pelos próprios integrantes do regime, garantindo aos setores que saíam de cena prerrogativas extraordinárias. O modo como foi conduzida a transição possibilitou, por um lado, que a impunidade daqueles que violaram os direitos humanos dos opositores fosse estabelecida (com a edição da Lei de Anistia), e, por outro, que fossem mantidos legados do autoritarismo que, de difícil superação, têm induzido o prevalecimento do esquecimento em detrimento da memória da repressão praticada em nome da DSN.

Entre avanços e recuos, a agenda das políticas de memória no Brasil segue em construção. Sem desconsiderar as conquistas obtidas no sentido de resgate e promoção dessa memória a partir dos anos de 1990, é fato que nenhum dos avanços obtidos veio gratuitamente. Pelo contrário, para obtê-los, além da incansável mobilização de grupos de vítimas da ditadura, tem sido sempre necessário enfrentar vozes contrárias a estas políticas, que buscam legitimar na opinião pública a tese da anistia recíproca, na tentativa de bloquear (objetiva e subjetivamente) o alcance das políticas que serão implementadas, além de mecanismos institucionais que

4 Informações, relatórios e documentos oficiais disponíveis em: <http://www.cnv.gov.br/>.

limitam seu alcance.
Foi assim, por exemplo, quando o PL que daria origem a *Lei dos Mortos e Desaparecidos* foi classificado de revanchista, e uma série de polêmicas induzidas por setores comprometidos com as Forças Armadas dificultaram a implementação do Eixo VI do PNDH-3, ensejando sua reformulação por parte do Governo Federal. Tendo o contexto analisado como pano de fundo, acredita-se que, embora avanços sejam perceptíveis no caso brasileiro, enquanto a lembrança das violações seguir neutralizada pela ausência de políticas de memória mais efetivas, que rompam com os legados do autoritarismo identificados, continuará sendo difícil uma maior realização das demandas por memória, verdade e justiça no país.

Referências

ADORNO, Sérgio. (2010). História e desventura: o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. *Novos Estudos CEBRAP*, n.86, São Paulo, p. 5-20.

ALMEIDA, Criméia S. de; et al (Org.). (2009). *Dossiê ditadura:* mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). 2.ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. (1985). *Brasil:* nunca mais. 4.ed. Petrópolis: Vozes.

ARTURI, Carlos S. (2001). O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, n.17, Curitiba, p. 11-31.

BRASIL; Secretaria Especial de Direitos Humanos; Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. (2007). *Direito à memória e direito à verdade.* Brasília: SEDH.

_____; Secretaria de Direitos Humanos. (2010a). *Habeas Corpus:* que se apresente o corpo: a busca dos desaparecidos políticos no Brasil. Brasília: SDH.

_____; Secretaria de Direitos Humanos. (2010b). *3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).* Brasília: SDH.

_____; Ministério da Justiça; Comissão de Anistia. (2011). *Cartilha Informativa da Comissão de Anistia.* 2.ed. Brasília: CA/MJ.

GALLO, Carlos Artur; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. (2014). Legados autoritários, políticas de memória e qualidade da democracia no Brasil. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania (Org.). *Entre a memória e o esquecimento:* estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. Porto Alegre: Deriva. p. 285-301.

GASPARI, Elio. (2002). *A ditadura escancarada.* São Paulo: Companhia das Letras.

HUGGINS, Martha. (2000). Legacies of authoritarianism: Brazilian torturers' and murderers' reformulation of memory. *Latin American Perspectives*, Thousand Oaks / London / New Delhi, v.27, n.2. p. 57-78.

HUNTINGTON, Samuel P. (1994). *A terceira onda:* democratização no final do século XX. São Paulo: Ática.

IPEA. (2010). Direitos Humanos e Cidadania. In: *Políticas sociais:* acompanhamento e análise. Brasília: IPEA. p. 283-305.

KOERNER, Andrei. (2003). O papel dos direitos humanos na política democrática: uma análise preliminar. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.18, n.53, p. 143-157.

MARTINS, Luciano. (1988). A "liberalização" do regime autoritário no Brasil. In: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence (Org.). *Transições do regime autoritário:* América Latina. São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais. p. 108-139.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (2002). *Em guarda contra o perigo vermelho:* o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva / Fapesp.

O'DONNELL, Guillermo. (1986). *Contrapontos:* autoritarismo e democratização. São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais.

PADRÓS, Enrique Serra. (2008). Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; et al. (Org.). *Ditadura e democracia na América Latina:* balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV. p. 143-178.

PEREIRA, Anthony W. (2010). *Ditadura e repressão:* o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SKIDMORE, Thomas. (1988). *Brasil:* de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

STEPAN, Alfred. (1988). As prerrogativas militares nos regimes pós-autoritários: Brasil, Argentina, Uruguai e Espanha. In: _____ (Org.). *Democratizando o Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 521-562.

ZAVERUCHA, Jorge. (1992). Prerrogativas militares nas transições brasileira, argentina e espanhola. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.19, p. 56-65.

_____. (1994). *Rumor de sabres.* São Paulo: Ática.

_____. (2005). O mito da consolidação da democracia. In: _____. *FHC, forças armadas e polícia:* entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002). Rio de Janeiro: Record. p. 13-50.

_____. (2010). Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). *O que resta da ditadura:* a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo. p. 41-76.

"Ditadura militar no Brasil: transição inconclusa, memória e agentes históricos – algumas questões sobre periodização e nomenclatura"

Fabrício Augusto Souza Gomes[1]
fabricio.gomes@gmail.com

Resumo: Neste ano, quando se completam 50 anos do golpe civil-militar no Brasil, é importante refletirmos sobre a memória construída pela nossa sociedade e as complexidades que gravitam em torno deste tema. Esta comunicação tem como objetivo analisar o regime autoritário instaurado a partir de 1964 - suas continuidades e descontinuidades - refletindo se o processo de transição lenta gradual e segura, assim compreendido pela sociedade brasileira, deve ser percebido como uma negociação processual, inconclusa e adiada, que ainda nos dias de hoje suscita acalorados debates no meio acadêmico. O golpe de 1964 não foi apenas o marco inaugural de um regime de exceção, mas a expressão mais contemporânea do autoritarismo no Brasil. A comunicação também pretende analisar o poder político e a participação dos agentes históricos durante a ditadura, questionando até que ponto estes foram decisivos para o regime militar.

Palavras-Chave: Ditadura militar; Golpe; Autoritarismo; Transição; Memória.

I.

Neste ano, quando se completam 50 anos do golpe civil-militar[2] que inaugurou um longo regime de exceção em nosso país, é fundamental refletirmos também sobre certos consensos, moldados ao longo do tempo e adequados às distintas conveniências, na memória construída de que o processo de redemocratização só foi possível graças às fortes pressões exercidas pela resistência democrática, desde o governo Geisel – na abertura lenta, gradual e segura - até o final do governo de João Baptista Figueiredo. Cabe questionar a própria natureza do golpe e seus desdobramentos.

Durante o governo do general Humberto de Alencar Castelo Branco havia denúncia de tortura nos quartéis[3] e foram instituídos o Ato Institucional Número 2 (AI-2) e Ato Institucional Número 3 (AI-3). Em 1967, pouco antes de concluir seu mandato, Castelo Branco ainda promulgou a Lei de Segurança Nacional (LSE), que vigiava todos os setores da sociedade e punia de forma severa os opositores ao regime, e a Lei de Imprensa. Torna-se, portanto, necessário questionar até que ponto a linha-dura do regime militar começou de fato, com o governo do marechal Artur da Costa e Silva.

---

1 Doutorando em História, Política e Bens Culturais no Centro de Documentação e Pesquisa em História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas. Mestre em História (UNIRIO), Especializado em História do Brasil e História Contemporânea (UFF), atualmente é Professor de História na Faculdade Cenecista da Ilha do Governador (FACIG) e no Colégio Cenecista Capitão Lemos Cunha. Integra também o Laboratório de Culturas Políticas e Processos de Democratização, no CPDOC. É autor do livro *Sob a sombra das palmeiras: o ISEB, os militares e a imprensa (1955-1964)*, publicado na Editora Multifoco, em setembro de 2012, no Rio de Janeiro.

2 Texto originalmente escrito no ano de 2014.

3 Ernesto Geisel era Chefe da Casa Militar do presidente Castelo Branco, em 1964. Logo no início do novo governo viajou ao Nordeste a pedido de Castelo a fim de verificar a veracidade das informações sobre torturas a presos políticos nessa região, o que não foi confirmado por seu relatório. Houve contestação às suas conclusões e críticas à falta de punição aos supostos envolvidos.

A ruptura irreversível teve início quando um ministro de Estado[4] se encontrou com um grupo de banqueiros para arrecadar investimentos para a Operação Bandeirante (Oban)[5]. É o passo histórico que se delineia quando o Estado coaduna com setores civis interessados no aprimoramento do aparelho repressivo, visando seus próprios interesses. Nesse ponto, transpõe-se um limiar que não admite mais retorno.

Decerto que a repressão não foi inaugurada em 1964. Antes mesmo, ainda na Primeira República, anarquistas eram expatriados e, no Estado Novo, Olga Benário foi deportada para a Alemanha nazista – seria inspiração para, tempos depois, aplicarem na Operação Condor?

No Estado Novo existiram sistemas prisionais que não serviam ao propósito correcional de presos, mas apenas de depósito de presos fadados ao esquecimento e consequente morte. Transpassaram-se os anos e o aparelho repressivo sofisticou-se, com a descoberta de "casas da morte"[6] – não apenas uma, mas várias, no sentido de habitações comuns, inseridas no perímetro urbano das grandes cidades. Não só houve o aprimoramento do aparelho, mas a transformação da tortura como método.

O golpe em 1964 trouxe consigo uma mudança definitiva na lógica dos regimes de exceção, com o surgimento do chamado "poder desaparecedor" e a inauguração de uma sociedade do desaparecimento[7] – e aí remetemos novamente à ideia do laboratório de um novo tipo de sociedade -, onde um corpo precisava desaparecer em razão da hiperexposição em que passara a viver. A ditadura passara a agir dentro e fora de um ordenamento jurídico – o desaparecimento e a sala de tortura – dois pilares de sustentação dessa nova sociedade. Durante muito tempo perdurou a ideia da sala de tortura como parte componente do aparelho repressivo situado nos porões dos quartéis, que lembrariam masmorras medievais, intransponíveis e afastadas das cidades. A Casa da Morte, em Petrópolis, e a *Escuela Superior de Mecanica de La Armada* (ESMA)[8], em Buenos Aires, desestabilizam a idéia desse distanciamento entre os aparelhos repressivos e a população que vive nas cidades. O inimigo morava ao lado e estava muito mais próximo do que se pensava. Tal qual um experimento científico inventado e que a partir de determinado momento extrapolou os limites entre criador e criatura, a máquina repressiva transcendeu e se transformou num poder delinquente e inaudito, que não pôde mais ser interrompido. Inaugurou-se a Era de Impunidade[9], que só fez se sofisticar.

---

4 Antônio Delfim Netto foi ministro de Estado da Fazenda entre 17 de março de 1967 e 15 de março de 1974. Organizou um almoço de banqueiros, no palacete do Clube São Paulo, durante o qual o dono do Banco Mercantil, angariou dinheiro entre os banqueiros presentes, algo em torno de 110 mil dólares per capita, visando o financiamento da Operação Bandeirante (Oban).

5 A Operação Bandeirante (Oban) foi um centro de informações e investigações montado pelo Exército do Brasil em 1969, que a coordenava e integrava as ações dos órgãos de combate às organizações armadas de esquerda durante o regime autoritário. A Oban chegou a ser financiada por alguns empresários.

6 Casa da Morte é o nome pelo qual ficou conhecido um centro clandestino de tortura e assassinatos criado pelos órgãos de repressão da ditadura militar brasileira, situada numa casa em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Na casa, diversos presos políticos capturados foram torturados e assassinados por militares durante a década de 1970, fato que só ficou conhecido devido às denúncias de Inês Etienne Romeu - militante comunista, guerrilheira e dirigente da organização de extrema-esquerda VAR-Palmares -, sua única sobrevivente, cativa, estuprada e torturada por mais de três meses no local, antes de ser jogada numa rua do subúrbio do Rio quase morta, mas sobrevivendo para contar a história. Etienne foi presa pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury e levada para a residência localizada na rua Artur Barbosa 668, de propriedade de Mario Lodders.

7 Um exemplo emblemático da sociedade do desaparecimento são as Mães da Praça de Mayo: mulheres eu se reúnem na Praça de Mayo, em Buenos Aires, em busca de informações sobre seus filhos desaparecidos durante a ditadura argentina.

8 Unidade da Marinha da Argentina, destinada à formação de suboficiais especialistas em mecânica e engenharia de navegação, foi o mais emblemático centro clandestino de detenção durante a ditadura militar (1976-1983).Tornou-se o maior e mais ativo dos Centros clandestinos de detenção e tortura utilizados pela repressão argentina, por onde passaram mais de cinco mil presos.

9 A Era da Impunidade persiste até hoje, já que a criação da Comissão de Mortos e Desaparecidos, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995) e a instalação da Comissão Nacional da Verdade foram negociadas com os militares e até o presente momento, não temos notícias de que militares que tenham participado de torturas e desaparecimentos

Em seus estertores, a ditadura negociou sua passagem à memória. A abertura foi uma contenção continuada, e de forma surpreendente, a própria ditadura encolheu por algumas lentes revisionistas – inclusive nos recentes lançamentos historiográficos nas rememorações sobre os 50 anos do golpe. Segundo estas publicações, a ditadura só teria começado, de fato, em 1968, com o Ato Institucional Número 5 (AI-5), e terminado com a Lei da Anistia, em agosto de 1979, numa espécie de "autoabsolvição" dos próprios militares responsáveis em ordenar a repressão[10]. A Argentina vivenciou, no governo de Raul Alfonsín, que sucedeu o regime militar, em 1983, a teoria dos dois demônios, segundo a qual, existira o demônio da subversão, interessado em provocar os militares, e o demônio da repressão, o qual os militares se sentiram no direito de defesa. Portanto, haveria simetria entre o terror de Estado e o das organizações guerrilheiras. A ditadura ainda encontra advogados em sua defesa – justificativas para torturas, prisões e desaparecimentos.

O que é compreendido pelo senso comum como um processo de transição lenta gradual e segura, deve ser percebido como uma negociação processual ainda inconclusa e adiada em algumas situações entendidas como frustrantes: no Pacote de Abril[11], durante o recesso forçado do Congresso Nacional, em resposta aos resultados das eleições gerais de novembro de 1974[12] e à recusa do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em aprovar o projeto de reforma do Judiciário enviado pelo Executivo; nos resultados da Campanha da Anistia, iniciada em 1975, com o mote "ampla, geral e irrestrita" e que culminou com a Lei de Anistia excludente dos condenados pela prática de crime de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal, com o sugestivo perdão aos torturadores[13]; na Campanha das Diretas Já, veio a decepção na derrota da emenda Dante de Oliveira, sem os dois terços dos votos no Congresso para o restabelecimento do voto direto para presidente da República – uma "ducha de água fria" no imaginário popular, que ansiava a democracia nas ruas - e, com a morte de Tancredo Neves – eleito indiretamente pelo Colégio Eleitoral -, atingiu o anticlímax em todo aquele frustrante processo aos olhos do cidadão. A frustração também se fez presente na Nova República, com o providencial afastamento de Ulysses Guimarães da linha sucessória de Tancredo e a imposição de José Sarney, um político do Partido Democrático Social (PDS), com sólida identificação com a Aliança Renovadora Nacional (Arena) – um político dos tempos do regime de exceção -, naquilo que se configurou como um "golpe de veludo"; e por fim, na Constituição de 1988 - conhecida como a "Constituição Cidadã" -, que consagrou a militarização da segurança pública e continua identificada com a Constituição de 1967, inserindo as Forças Armadas na função de garantidoras da lei e da ordem, a ponto de refletirmos se hoje vivemos num país com leis, mas não num Estado de direito. Na melhor das hipóteses, estaríamos vivendo num Estado de mera legalidade formal; na pior, retomando o rumo das ditaduras constitucionais. A reforma agrária e a democratização dos meios de comunicação permanecem questões inconclusas e habitam zonas cinzentas, até hoje pouco esclarecidas.

A ditadura constitucional, como expressão, foi utilizada pela primeira vez por juristas alemães para apontar poderes excepcionais ao presidente do Reich, como senha jurídica para uma Era da Exceção que se configurava como um paradigma no horizonte europeu diante do solapamento das democracias liberais, já que as burguesias

---

tenham ido ao banco dos réus. A própria sugestão de revisão da Lei da Anistia ainda é tabu nos meios militares.

10 A sociedade nunca se mobilizou, de fato, para promover uma revisão da Lei da Anistia. Segundo Maria Celina D´Araújo, em recente pesquisa promovida pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), em meio aos debates sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade, 42,9% dos brasileiros nunca ouviram falar sobre a Lei da Anistia, 31,9% ouviram falar, mas não sabiam sobre o que se tratava, e apenas 24,3% sabiam o seu conteúdo (D´ARAÚJO, 2012).

11 Conjunto de leis outorgado em 13 de abril de 1977, pelo então Presidente da República do Brasil, Ernesto Geisel que dentre outras medidas fechou temporariamente o Congresso Nacional. O pacote determinou que nas eleições seguintes seria escolhido, por voto indireto, um senador de cada estado da federação. Desse modo como o Executivo detinha uma tênue maioria no Congresso todos os senadores seriam representantes da Arena.

12 Nas eleições gerais de novembro de 1974, o MDB conquistou 16 das 22 vagas em disputa para o Senado Federal e 165 dos 364 assentos na Câmara dos Deputados. Em São Paulo, Orestes Quércia (MDB) foi eleito senador, vencendo de forma surpreendente Carvalho Pinto (Arena). Quércia era crítico da política econômica do governo Geisel.

13 Maria Celina D´Araujo, cientista política, cunhou a expressão "*Anistia recíproca*", tendo os militares sempre poder de veto quando era proposto algum tipo de discussão sobre a revisão da lei.

nacionais, em resposta à crise do liberalismo, chancelavam o fascismo. A Exceção não se encerrou com a queda do fascismo, já que logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, inaugurou-se a Guerra Fria e o constante perigo de uma guerra nuclear, alarmando as sociedades disciplinadas em diversos países do mundo, que passaram a conviver em permanente estado de sítio.

Na transição infindável e contínua em que vivemos, a única democracia talvez seja a eleitoral. Ficamos desesperamos diante de qualquer demonstração de desobediência civil – greve dos petroleiros, controladores de voo, caminhoneiros, entre outras. Os meios de comunicação estranham quando a população protesta e vai às ruas com suas reivindicações – e confundem protestantes com Black Blocs. A principal emissora de televisão do país age como um partido político, moldando-se às conveniências, de acordo com seus interesses, num claro sentido gramsciano: tem um projeto de poder.

A ditadura inaugurada em 1964 se impôs também a missão de encerrar de vez a Era Vargas, ao anunciar o colapso do populismo. Já tentara em 1954 e 1961, sem sucesso. A criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, atendendo aos anseios de uma endinheirada oligarquia paulista, atendeu ao propósito de ser uma resposta ao getulismo. Não contavam, porém, com a Faculdade de Filosofia – o ponto fora da curva – que não sucumbiria ao canto da sereia do antigetulismo, sendo notadamente não simpática a um viés conservador e consciente do subdesenvolvimento – justamente aquilo que o movimento de 1964 tentou destruir. Essa visão seria radical e oriunda de uma classe média insatisfeita, nascida num setor à esquerda da Revolução de 1930. A idéia de colapso do populismo, nascida e reforçada pela sociologia "uspiana", vem sendo bastante contestada, e encontra visões bastante antagônicas, principalmente em estudos recentes sobre trabalhadores que estavam longe de serem manipuladas como fantoches por governantes inescrupulosos: pelo contrário, há um interessante passado de grandes mobilizações sociais, lutas e reivindicações de pessoas comuns. Ora, se essa *démarche* "uspiana" aponta o sucesso do golpe de 1964 como resultante da inconsistência do populismo, como explicar então que a maior preocupação dos militares e civis envolvidos era a capacidade de mobilização popular, alvo do golpe? Como explicar a mobilização de trabalhadores, sindicatos e entidades de classe presentes ao Comício da Central, em 13 de março de 1964, e mais ainda: a grande popularidade do presidente João Goulart, favorável à implementação das reformas de base? Mas façamos justiça: a sociologia "uspiana" não constituiu bloco homogêneo no conformismo da transição pactuada. Florestan Fernandes também considerava a ditadura ainda inconclusa.

No plano econômico, vivemos em constante estado de emergência. A Doutrina de Segurança Nacional descentraliza-se na segurança urbana e as políticas de ocupação nos morros e favelas. Afinal, "agora, o inimigo é outro"[14]. Vem da ditadura a consagração da lógica empresarial como prática administrativa do setor público.

Na área da segurança publica, não fizemos a transição para uma democracia. A estrutura interna da polícia é militar, hierárquica, centralizadora e antidemocrática. Uma polícia que não conhece democracia em seu dia a dia, não está preparada para lidar com a democracia das ruas. Desde sua criação, em 1809, a Polícia Militar protege a propriedade e a Família Real. O debate da desmilitarização é saudável e vem crescendo, embora mesmo ainda de forma tímida.

Era de Impunidade, transição inconclusa e processo contínuo de transição. São muitas as expressões capazes de vocalizar sentimentos que incidem em esparsas respostas: uma incômoda frustração.

II.

A sociedade brasileira – especialmente o público acadêmico – tem sido contemplada com apresentações, debates e palestras de alto nível em torno das efemérides dos 50 anos do golpe de 1964. Quem acompanha o assunto pelas redes sociais pode constatar que os eventos em torno daquele acontecimento ocorrem quase que diariamente – nas universidades, nos centros culturais, em órgãos públicos, em associações de classe, entre

14 Menção ao filme "Tropa de Elite 2", cujo slogan é "O inimigo agora é outro", em referência às milícias no Rio de Janeiro. Organizações militares ou paramilitares compostas por cidadãos comuns, armados ou com poder de polícia que teoricamente não integram as forças armadas de um país.

outros. O interesse é grande, e à medida que os debates vão ocorrendo, o tema torna-se mais instigante aos olhos do público.

Lembranças e memórias, no entanto, podem ser idéias que não correspondem aos fatos – como dizia Cazuza na canção "O tempo não pára". A memória flutua, não é uma estrutura fechada: é construída - e reconstruída - com base nas emoções e sentimentos do presente. Justamente por isso, torna-se tarefa perigosa para o historiador pautar-se apenas nas lembranças do passado, sendo necessário aprumo e cuidado na análise dos depoimentos dos que viveram aquele passado. Muitas lembranças são sensíveis: há aqueles que desejam falar sobre seus traumas, assim como os que preferem se fechar, como túmulos, tamanho foi o impacto causado em suas personalidades. Falar sobre a tortura, por exemplo, é algo muito complicado, já que muitos ainda não estão preparados para lidar com esse assunto. Há ressentimento.

Há ainda muita polêmica quando falamos sobre a ditadura militar no Brasil. A imagem que vem sendo fundamentada ao longo das gerações que se sucedem, desde a abertura – oficialmente levada a cabo em 1985, embora haja muitas ressalvas no meio acadêmico sobre essa periodização, considerada inexata para muitos – vem sendo mudada graças às pesquisas e o descobrimento de novas fontes daquela época. O fator econômico também pode servir como referencial para explicar o que se passava com a sociedade brasileira naquele momento. Mas é preciso atenção: mudar a imagem sobre o acontecimento (a ditadura) não significa, de modo algum, qualquer tipo de absolvição. Pelo contrário: ajuda ainda mais a entendermos o período, sem, entretanto, cairmos em certos "vícios" recorrentes, como por exemplo, imaginarmos que a história é feita de dualidades – "mocinhos versus bandidos" e "opressores versus oprimidos". Analisar um contexto histórico transcende esse paradoxo e os novos estudos que vêm surgindo jogam luzes para a sociedade da época. "O que pensavam?" "Como viviam?" "Como – e de que forma – foram impactadas pelo golpe e, consequentemente, pela ditadura que se seguiu?". Essas são questões que certas análises – consideradas ultrapassadas – ainda não conseguiram responder.

Em primeiro lugar, é preciso entender que em momento algum era pensado que teríamos uma ditadura - seja militar ou civil-militar. Ao contrário: o apoio das distintas lideranças civis – como Juscelino Kubitschek e Ulysses Guimarães (PSD), Carlos Lacerda e Magalhães Pinto (UDN) e Adhemar de Barros (PSP), entre outros – era consciente, pautado no rápido intervencionismo militar para, num segundo momento, em 1965, um novo presidente civil fosse eleito. Por isso, JK, senador eleito por Goiás, votou, em eleição fechada, no general Castello Branco, contribuindo para a eleição do militar à Presidência da República. Fazia parte de nossa cultura política e tradição republicana, a rápida intervenção militar e a imediata entrega do poder às mãos civis. Portanto, é equivocada a linha de pensamento que aponta para a inevitabilidade do golpe e, mais ainda, o plano ditatorial pelos canhões militares. O golpe poderia não ter acontecido. E a partir do momento em que aconteceu, poderia não ter havido uma ditadura. E a sociedade? Como se portava diante do golpe? Foi oprimida? Massacrada?

No dia 2 de abril de 1964, milhares de pessoas ocuparam a Avenida Rio Branco, muitas vestindo roupas brancas e portando bandeiras e lenços brancos. Era mais uma Marcha da Família com Deus pela Liberdade – a primeira tinha acontecido em São Paulo, em 19 de março – Dia de São José, padroeiro da família. Muitos levavam cartazes com frases de efeito, como "Com foguetes viram a lua, conosco viram estrelas", "Viva a família, a paz e a ordem" – certamente achavam que comunistas comiam criancinhas, quem sabe? Mas o clima era de total apoio à "Revolução Gloriosa" promovida pelos militares, "que iria salvar o país das garras do comunismo de Moscou." Outras marchas ainda aconteceriam – em Recife, em 10 de março, e em Belo Horizonte, em 13 de maio daquele ano. Toda a sociedade apoiava o golpe? Não. Mas é importante constatar que houve, sim, apoio popular. Apoio da classe média, principalmente. Por outro lado, é equivocado falar que não houve derramamento de sangue no golpe de 1964. Que tal insistir na tese de "golpe pacífico" com as famílias de Jonas Barros, Ivan Aguiar, Ari Cunha e Labib Abduch– mortos em 01 de abril de 1964? Ari e Labib eram estudantes e estavam concentrados no Centro Acadêmico Cândido Oliveira (CACO), vítimas de tiros do Comando de Caça aos Comunistas. Já Jonas e Ivan, participavam, em Recife, de uma manifestação contrária à deposição e prisão arbitrária do governador Miguel Arraes. Foram mortos a tiros pela repressão à manifestação.

A questão que se impõe é que os militares assumiram o poder e gostaram de exercê-lo. E permaneceram. Primeiro adiando as eleições para 1966. Depois, ante ao clima de insatisfação da classe política, iniciou um

terrível período de cassações e perseguições. Ilude-se quem pensa que apenas os políticos foram vítimas; muitos militares foram exonerados de seus postos, perderam suas patentes e foram presos. Fala-se em cinco mil militares. O número ainda é impreciso, mas algumas associações de militares, vítimas do golpe, apontam para cifras desconcertantes. Denúncias de torturas eram comentadas, principalmente nos quartéis do Nordeste – zona de influência do IV Exército – e nas prisões de Fernando de Noronha. Gregório Bezerra, que fora deputado federal constituinte pelo PCB, em 1946, fora preso e transferido para Recife, onde foi torturado e arrastado por um veículo militar por um tenente-coronel, com uma corda no pescoço. Teve ainda seus pés imersos em solução de bateria de carro, ficando em carne viva. Mas engana-se quem pensa que isso fora feito numa masmorra, longe da opinião pública: tudo isso fora exibido pelas redes de TV locais.

Embora o governo de Castello Branco tivesse uma notória essência liberal, favorável aos anseios estadunidenses, a economia não ia tão bem, com tímido crescimento do Produto Interno Bruto. O dragão da inflação também não dava sinais de ser controlado. Alto custo de vida, baixo índice de crescimento. Isso gradativamente ia corroendo a popularidade do regime de exceção. Alguma coisa precisava ser feita.

Com a ascensão de Artur da Costa e Silva – aquele que se autodenominara "Comandante Supremo da Revolução" – à Presidência, em março de 1967 – o jogo econômico começava a mudar. Iniciava-se o período que ficou conhecido como o "Milagre econômico" brasileiro. Um período bastante contraditório, decerto, pois se houve aumento da concentração de renda e da pobreza, por outro lado iniciava-se uma forte expansão econômica, com média de crescimento de 10% ao ano até 1973 – índices chineses de crescimento. No governo Médici, grandes obras públicas corroboravam com o ideal de "Brasil Grande": Transamazônica, Ponte Rio-Niterói, entre outras. Prevalecia o sentimento ufanista, agravado com a conquista do tricampeonato mundial de futebol no México, em 1970. "Brasil: Ame-o ou Deixe-o" – este era o dilema apresentado àqueles que insistiam criticar o regime de exceção.

A economia ia bem, mas o povo ia mal, com o arrocho salarial. Mas a classe média colhia seus frutos. De acordo com Francisco Luna Vidal e Herbert S. Klein (2014), «entre 1967 e 1973, o Produto Nacional Bruto aumentou a uma taxa anual de 10%, sendo acompanhado por um crescimento industrial que beirou 18% em 1973». Em 1969, o Produto Interno Bruto cresceu 9,5% e a inflação teve queda de 25,7%, em 1968, para 20,1% no ano seguinte. Segundo Villa (2014), «as exportações saltaram de US$ 1,8 bilhão em 1968, para US$ 2,3 bilhões em 1969 – em 1970, o crescimento do PIB alcançara 10,4%».

Os números relativos ao crescimento do Produto Nacional Bruto, impressionam: «9,5% (1970), 11,3% (1971), 10,4% (1972) e 11,4%» (1973), de acordo com Daniel Aarão Reis (2014). As taxas anuais de crescimento da indústria, no geral, foram de 14%, com grande destaque para a indústria automobilística, de eletroeletrônicos e construção civil, - estas com taxas superiores a 20% ao ano.

Nas comemorações do sesquicentenário da Independência do Brasil, em 1972, o presidente Médici, com seu radinho de pilha colado ao ouvido, era ovacionado em pleno Maracanã. O regime se consagrava. O gaúcho natural de Bagé (RS), que fora chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), alcançava altos índices de popularidade. Enquanto isso, a dupla "Dom e Ravel" embalava sentimentos patrióticos, ao som do sucesso "Eu te amo meu Brasil". Os Anos de Chumbo também eram Anos de Ouro. Mas afinal, que regime de exceção era aquele?

Além do vício de querer impor o contrafactual nos acontecimentos ao longo da história, os historiadores precisam ter bastante cuidado quando estudam e analisam o passado. Afinal: todos já sabemos as consequências finais daquilo que estudamos e pesquisamos. À medida que os anos ditatoriais foram transcorrendo, percebemos que a ditadura brasileira não foi homogênea. Orientações ditatoriais diversas passaram por Brasília. Segundo Daniel Aarão Reis (2014), «o governo Geisel deu início ao pragmatismo responsável», um período de forte orientação nacional-estatista, com frequentes oscilações no relacionamento com os Estados Unidos. Naquele país, o presidente Jimmy Carter, do Partido Democrata, eleito em 1976, não via nossa ditadura com bons olhos.

12 de outubro de 1977, uma data singular: embora à primeira vista possa parecer apenas mais um feriado nacional – Dia de Nossa Senhora de Aparecida – padroeira do Brasil -, foi o dia em que o presidente Geisel evitou que prosperasse a linha dura, representada pelo ministro da Guerra, general Sylvio Frota – demitido após rápida reunião em Brasília. Era pensamento de Frota fazer com Geisel aquilo que Costa e Silva fizera com Castello Branco: o emparedamento, com vistas à sucessão presidencial e a afirmação de um sentido mais radical ao poder.

É fundamental, portanto, no exercício da História, analisar contextos e conjunturas, assim como entender as complexas relações da sociedade. O espectro da ditadura militar brasileira, tão em voga atualmente, não é tão simples de ser interpretado. Diversos acontecimentos – a começar pela natureza do golpe de 1964, em si, carecem de estudos mais aprofundados, principalmente no que tange à análise dos movimentos "de direita", seus atores políticos e diretrizes. As esquerdas vêm sendo bastante estudadas; as direitas não. E muito além desse papel de pesquisador, cabe ao historiador analisar, compreender e tornar públicos os registros daquela época, sem contudo, transformar tudo isso, novamente recorrendo à canção de Cazuza, em "um museu de grandes novidades".
"Para não ver o futuro repetir o passado."

III.

Outra questão que é importante trazer ao debate acadêmico diz respeito a uma questão de nomenclatura: qual seria a melhor denominação para o regime de exceção que mergulhou o Brasil num período de trevas? Decerto que dispomos atualmente de diversas correntes interpretativas, que estão adequadas às perspectivas que convém a cada um, algumas dentro de uma interpretação com um viés ideológico mais acentuado, outras detentoras de maior distanciamento político.
Há cinquenta anos o Brasil iniciava um novo ciclo. Um período difícil, de liberdades tolhidas e escolhas cerceadas. Deslindava-se uma época de ansiedades e incertezas. Ninguém sabia ao certo, após o clima de radicalização que precedeu os últimos dias de março de 1964, o que de fato iria acontecer. Radicalizações ambíguas, das direitas e das esquerdas, com o propósito de um desfecho que possibilitasse a tomada de poder. Os processos históricos, por serem complexos, precisam de explicações, entre tantos deslocamentos de sentidos. Múltiplas lembranças ressurgem, neste ano em que acontecem as rememorações relativas ao dia 31 de março de 1964, quando as grandes avenidas do Rio de Janeiro – e diversas outras das grandes cidades brasileiras – presenciavam chuvas de papéis picados, toalhas e lenços brancos nas sacadas dos edifícios. Em 10 de abril de 1964, a revista O Cruzeiro publicou uma matéria dizendo que «O dia 1º de abril foi de tráfego congestionado, avançando passo a passo no Rio de Janeiro, com filas extensas em Copacabana» (Ferreira et al. 2014). Comemorava-se a queda do presidente João Goulart. Celebrava-se o afastamento do perigo comunista, a "cubanização" do país, que naquelas mentes estaria prestes a cair nas garras de Moscou. As lembranças de hoje, entretanto, não apontam para os fins ideológicos, e sim, a rememoração para aqueles que viveram o período – e também as novas gerações – jamais se esqueçam do golpe civil-militar, que inaugurou um regime de exceção no Brasil.
No entanto, a periodização do golpe, assim como sua denominação, é motivo de polêmica, diante dos novos estudos e releituras que acadêmicos, jornalistas e estudiosos fazem sobre o acontecimento. Nem é o caso de entrarmos na discussão que ainda persiste ressoar nos quartéis, principalmente entre os chamados "militares de pijama", viúvas de 1964 e credores da idéia de que "aqueles sim, eram os bons tempos do Brasil" – os anos de ouro -, que transformaram um golpe em "Revolução" – certamente inspirados em seus antecedentes de farda, considerados heróis nos anos 1930 -, mas de um dilema que vive a sociedade civil, à medida que surgem mais publicações sobre o tema. *"Quanto tempo durou a ditadura? 21 anos? Quinze anos? Onze anos?"; "Ditadura militar? Ditadura civil-militar? Ditadura empresarial-militar?"*. Como chamar, afinal, o nome e a coisa?
Uma considerável parcela de historiadores defende que a ditadura foi civil-militar, afinal, tanto o golpe contou com participação civil, como a própria ditadura encontrou respaldo em toda a sociedade. É necessário, deste modo, lembrar da atuação da sociedade civil, como coadjuvante do golpe: os governadores civis, como Carlos Lacerda (Guanabara), Magalhães Pinto (Minas Gerais) e Adhemar de Barros (São Paulo), empenhados não na simples derrubada de Jango, dando lugar à ascensão militar, mas porque estavam atentos às eleições programadas para 1965. Do mesmo modo que também se faz necessário mencionar o apoio estadunidense, primeiro com o presidente John Kennedy, depois com o presidente Richard Nixon, para a tomada de poder, que poderia ocorrer a qualquer momento, na chamada "Operação Brother Sam" – um apoio de US$ 5 milhões para financiar campanhas de candidatos favoráveis à causa golpista, nas eleições de 1962. Como não citar

a Marcha da Família, realizada nas principais capitais do país – primeiro no Distrito Federal, com 500 mil pessoas, depois, um milhão de pessoas marchando em São Paulo. Como não lembrar da participação da Igreja Católica, do Padre Peyton – missionário estadunidense enviado ao Brasil para alertar as famílias contra o perigo vermelho? E os empresários, que injetavam dinheiro no Instituto de Pesquisas Sociais (IPES) – este comandado pelo general Golbery do Couto e Silva – e no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)? E os setores da imprensa conservadora, como os jornais O Globo e a Folha de São Paulo, por exemplo, que diariamente participavam de maciça campanha contra o governo Jango?

Por esse viés, o termo "empresarial-militar" não poderia ser utilizado para denominar o golpe, já que não apenas os empresários foram credores do golpe, mas, como mencionado acima, tanto a mídia, como a Igreja Católica, os EUA e lideranças políticas civis também se entusiasmaram em promover a ação golpista. Tampouco unicamente o termo "golpe militar", já que os militares, sozinhos, não fizeram o "trabalho sujo", contando com o respaldo civil.

Mas engana-se quem pensa que a campanha de desestabilização do governo Goulart teve êxito. Fracassou porque candidaturas "governistas", como Leonel Brizola (deputado federal) e Miguel Arraes (governador), respectivamente no Rio Grande do Sul e Pernambuco, foram bem-sucedidas. E não menos importante: não corroeu politicamente a imagem do presidente João Goulart, que às vésperas do golpe, no final de março de 1964, segundo Moniz Bandeira (2010), «contava com alto índice de popularidade nas pesquisas do IBOPE»[15]. Se a campanha que visava fustigar e minar o presidente tivesse dado certo, uma bancada conservadora teria sido eleita. Não foi o que aconteceu. Justamente nesse ponto o trabalho produzido por Renee Armand Dreifuss (1981), carece de um resposta a esses movimentos.

Mas e na ditadura? Quem se impôs?

Na tradição de nossa cultura política, era consolidada a idéia de que os militares sempre constituíram uma força de autoridade e credibilidade perante a nação. Seguiam um padrão moderador – de acordo com a tese de Alfred Stepan (1975). Sempre que ocorria algum deslize no poder, uma crise institucional, os militares resolviam a questão, ocupavam momentaneamente o poder e logo em seguida o entregavam novamente a um civil. Este era o papel dos militares, considerados a reserva moral do país. Foi assim em 1945, por exemplo, quando o varguismo sucumbia após o retorno dos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira, que tinham atravessado o oceano para lutar contra o fascismo na Europa – como permanecer com o Estado Novo, naquelas circunstâncias? Foi assim em 1955, quando setores civis e até militares hesitaram em entregar a presidência a Juscelino Kubitschek, recém-eleito, temerosos que ele retornasse com os ideais de Getúlio Vargas.

Em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, os militares igualmente quiseram intervir na política brasileira. Não admitiram que Jango, vice-presidente, em viagem à China, retornasse ao Brasil para assumir a Presidência, sendo sua posse bastante negociada, com a imposição do regime parlamentarista, numa espécie de "presidência tutelada" por um primeiro-ministro – Tancredo Neves.

É necessário que nos desfaçamos de qualquer anacronismo – esse elemento sempre perigoso na análise da história – quando refletimos sobre as atitudes, os comportamentos e as visões, quando o assunto é o golpe de 1964. O golpe não era inevitável. Podia não acontecer, não estava programado que ocorresse. E uma vez consolidado, não existia o sentimento de que duraria muito tempo.

Políticos como Juscelino Kubitschek e Ulysses Guimarães – ambos do Partido Social Democrático (PSD), que se desligara do governo em 10 de março de 1964 – apoiaram o golpe. JK, antevendo grandes chances de ser eleito presidente nas eleições de 1965; Ulysses fora um grande entusiasta da Marcha da Família, em São Paulo. Igualmente Carlos Lacerda e Magalhães Pinto – governadores da Guanabara e Minas Gerais, respectivamente, e pertencentes à União Democrática Nacional (UDN).

---

15 Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), entre junho e julho de 1963, revelou alto índice de aprovação do governo de João Goulart, que era considerado "ótimo" ou "bom" por 35% da opinião pública, "regular" por 41%, enquanto apenas 19% julgavam "mau" e "péssimo". Numa pesquisa realizada pelo mesmo instituto, apenas cinco dias antes do golpe, em março de 1964, 47% dos entrevistados responderam que votariam em Jango se ele pudesse candidatar-se à reeleição para a Presidência da República.

O fato é consolidou-se, entre setores militares mais conservadores, após o golpe de 1964, o sentimento de incapacidade dos civis em governarem o país. E por isso quiseram continuar no poder, sendo a figura mais representativa, nesse sentido, o general Arthur das Costa e Silva.

Uma linha interpretativa da história, entretanto, entende que os militares seriam meros instrumentos da burguesia, no sentido de que o golpe de 1964 seria uma adequação do capitalismo brasileiro ao capitalismo internacional, ou seja, haveria um padrão de subordinação e dependência (populista) que deveria ser modificado. Por isso, nessa visão, o golpe seria o momento em que a burguesia – por meio dos militares – faria a adequação de seu capitalismo brasileiro aos padrões do capitalismo internacional. Sem dúvida, são importantes análises, mas feitas numa conjuntura de forte predomínio acadêmico marxista – desenvolvidas nos anos 1960/1970.

Um dos pontos que devemos analisar, diante da tomada de poder pelos militares, é que a ditadura torna-se essencialmente militar, já que os civis – mesmo aqueles que apoiaram o golpe – passam a ser descartados, gradativamente. O poder decisório jamais sairia da esfera militar. Ranieri Mazzili, presidente da Câmara, assume nos primeiros dias de abril de 1964 e fica apenas treze dias no poder. Outro episódio bastante emblemático é quando Costa e Silva deixa a presidência, vitimado por uma trombose, e seu vice, Pedro Aleixo, não assume o governo, tornando-se uma figura simbólica e sendo imediatamente substituído por uma Junta Militar – aliás, a ritualística em torno do comunicado do alto escalão a Pedro Aleixo, de que não seria ele quem iria assumir a presidência, traduz a síntese da ascendência militar sobre um civil: os militares não viajaram do Rio de Janeiro até Brasília para comunicá-lo disso; ao contrário: Pedro Aleixo foi convocado pelo Estado-Maior das Forças Armadas, viajando de Brasília ao Rio de Janeiro, para ser comunicado da decisão, numa atitude de subordinação. Em todos os momentos, portanto, a mão pesada militar se faria presente. Certamente que se pode argumentar que até o AI-5, tivemos um Congresso representativo. Decerto, representativo, mas manietado e tutelado pelos generais do alto escalão, de acordo com seus interesses. Os militares estavam no poder e constituíam o centro decisório.

Sobre a duração da ditadura, algumas teses se apresentam. Há a consideração clássica – e mais comum, ainda nos dias atuais – de que a ditadura durou 21 anos. Começou em 1964 e foi até 1985 – quando um presidente civil – Tancredo Neves -, eleito indiretamente por um colégio eleitoral, assumiu o poder. Outra tese apresenta o ano de 1979 como um marco do fim da ditadura – o ano da Anistia, já com o pluripartidarismo a pleno vapor e o AI-5 extinto. A partir de 1979, até 1988 – ano da promulgação da Constituição – teríamos vivido num Estado de Direito Autoritário, ainda sob a tutela de um presidente militar – João Baptista Figueiredo – e um presidente civil mas oriundo da Arena (e depois do PDS) – afinal, José Sarney era, de fato, um homem da ditadura. Em 1982 o país já votava em eleições diretas para governador nos estados, sendo vitoriosos candidatos ligados à oposição à ditadura: Leonel Brizola (Rio de Janeiro), Franco Montoro (São Paulo) e Tancredo Neves (Minas Gerais).

Há historiadores que datam o início da ditadura no ano de 1968, quando ocorreu a institucionalização do AI-5 e a sofisticação do aparelho repressivo – como a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) e o aprimoramento da tortura como política de Estado. Se a ditadura só começaria em 1968, o que o país viveu, então, entre 1964 e aquele ano? Certamente esses estudos carecem de análises mais aprofundadas sobre o período, já que o governo Castello Branco – o primeiro governo militar, a partir de 1964, foi um dos que mais cassou políticos e quando a tortura corria solta nos porões dos quartéis. O próprio presidente-general, diante das inúmeras denúncias de tortura que aconteciam pelos quartéis no Nordeste, convocou o general Ernesto Geisel para averiguar as denúncias[16] na ilha de Fernando de Noronha e Recife, por exemplo. E por falar na capital pernambucana, foi lá que o militante comunista Gregório Bezerra teve o corpo esfolado e foi arrastado – vivo - pelas ruas da cidade por um carro da polícia.

Por isso devemos questionar algumas teses que surgem, como as que apontam o período de exceção brasileiro como uma espécie de "ditabranda", se comparado aos demais regimes de terror em *nuestra America* – como

---

16 Geisel foi enviado em outubro de 1964 para investigar a prática de tortura em unidades militares de Rio, São Paulo e Nordeste. Três anos depois, redigiu um texto, incluído no e-book de "A ditadura envergonhada", em que afirma ter encontrado indícios de "maus-tratos, sevícias e torturas" cometidos na "fase inicial da Revolução". Mas diz que na época de suas visitas "tinham cessado aquelas anormalidades de caráter arbitrário e desumano". Disponível em: http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2014/02/15/veja-novos-documentos-dos-livros-de-elio-gaspari-sobre-ditadura-524472.asp , [consultado em 15-02-2014]

na Argentina, que desapareceu com 30 mil pessoas, sequestrou bebês e cometeu atrocidades que fariam os nazistas se envergonharem em certos momentos, em contraposição à ditadura no Brasil, que desapareceu com cerca de 400 pessoas.. Decerto não intencionamos conceber o *modus operandi* – e *faciendi* – dos métodos de violência empregados – e o número de mortos e desaparecidos, mas é assustador perceber segmentos de nossa sociedade – e a mídia – tecerem comparações à respeito.

Embora os 50 anos do golpe estejam em evidência, o evento em si ainda é pouco pesquisado. Nossa estranha derrota em 1964 ainda não mereceu um estudo aprofundado no meio acadêmico e, embora seja senso comum, o golpe não pode ser considerado um marco inaugural da ditadura militar. Outro dilema que vivemos diz respeito à questão dos traumas vividos durante o regime de exceção. Durante todo esse tempo ainda não houve a constituição de uma memória traumática no Brasil. Nosso país está saturado da ausência de rupturas e de impunidade. A Comissão Nacional da Verdade está aí, não para punir, mas para deixar registrado em documentos oficiais, nomes de torturadores e criminosos da ditadura.

E qual o papel da História, nesse sentido? Segundo Fico (2014), «a história enxerga a verdade como um horizonte utópico. Não é uma miragem, mas só podemos vê-la fechando os olhos». Devemos, portanto, refletir e analisar a memória e a história, distinguindo o papel e a função de cada uma.

Referências Bibliográficas

ARANTES, Paulo Eduardo (2010), "1964, o ano que não terminou". In: Edson Telles & Vladimir Safatle (eds.), *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, pp. 205-236.

CORDEIRO, Janaína Martins (2009), "Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici". Revista Estudos Históricos, 22 (43), pp. 85-104.

D´ARAUJO, Maria Celina. (2012) "Limites políticos para a transição democrática no Brasil". In: Carlos Fico, Maria Paula Araújo, Monica Grin (eds.) *Violência na história: Memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, pp. 39-53.

DALLARI, Dalmo de Abreu (1997), "O Estado de direito segundo Fernando Henrique Cardoso", *Praga*, São Paulo, Hucitec.

DREIFUSS, René Armand (1981), *1964: A conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe.* Petrópolis: Vozes.

FERREIRA, Jorge, GOMES & Ângela de Castro (2014) *1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FICO, Carlos (2014), *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

GASPARI, Elio (2002), *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto (2010), *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil – 1961-1964*. São Paulo: Editora UNESP.

PRESOT, Aline Alves. (2004) *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

REIS, Daniel Aarão (2014), *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Pato Sá. (eds) (2014), *A ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

STEPAN, Alfred (1975), *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Editora Artenova.

VILLA, Marco Antonio (2014), *Ditadura à brasileira: 1964-1985 – a democracia golpeada à esquerda e à direita*. São Paulo: LeYa.

ZAVERUCHA, Jorge (2005), *FHC, Forças Armadas e Polícia*. Rio de Janeiro: Record.

Atuação diplomática brasileira no processo de independência dos países africanos de expressão portuguesa: o caso de Angola.

José Francisco dos Santos
jose.francisco.puc@gmail.com

Apresentamos nesse artigo, revisão bibliográfica e análises de fontes acerca do processo final de independência de Angola, o recorte temporal centra-se nos anos de 1974 e 1975, o qual se deu especialmente por conta das leituras críticas de relatórios do Itamaraty (Brasil) os quais são inéditos. Dessa forma, até então, a pesquisa se pautou nas críticas imanentes de relatórios e memorados que a embaixada de Lisboa enviou para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, assim como telegramas enviados pela Representação Especial Brasileira em Angola ao longo do ano de 1975, que tinha o representante Ovídio de Andrade Melo à frente. Registramos, enfim, as relações estabelecidas entre Brasil e Angola neste período, procurando demonstrar as complexidades construídas no apoio à independência angolana, sendo o Brasil o primeiro país a reconhecê-la.

Palavras-Chaves: Angola, Brasil, Diplomacia, Independência e Descolonização.

1. Introdução

O Regime Salazarista que perdurou em Portugal de 1926 até 1974 foi um dos últimos sistemas políticos "colonialistas" a cair. Embora o Salazarismo seja por muitos colocados em outras classificações, é inegável que há elementos que o aproxima do nazismo, fascismo e do franquismo, a exemplo do culto personalista do líder maior, ou seja, no caso de Portugal, o culto a Antonio Oliveira Salazar.

O regime autoritário católico de Antonio Salazar estabelecido como "Estado Novo" continuou mesmo após sua saída do poder em 1968, quando "literalmente caiu do poder"[1], mesmo assim o regime perpetuou com essa nomenclatura (salazarista) até 1974 quando aconteceu a Revolução dos Cravos, que em 24 de abril do mesmo ano, põe fim ao regime autoritário.

Além das características dos outros regimes citados (nazismo, franquismo e fascismo), outro elemento que marcava o regime salazarista era a manutenção das colônias em Continente Africano, Asiático e Oceania e, somente nas décadas de 1960 e 1970, por iniciativas locais e resistência da população destas colônias, iniciaram-se processos de luta por independência, as quais conquistaram a libertação destes países.

Neste artigo, a problematização desse fato vai ser posta em relação ao continente africano e as colônias portuguesas denominadas na época como "Províncias Ultramarinas". Apontarmos que, segundo muitos historiadores, o processo de libertação de Angola, ou de descolonização, como alguns preferem chamar, foi um dos mais complexos[2].

---

1 Sobre essa questão Maxwell (2006, p. 42 – 43) discorreu: "Em 1968 a espreguiçadeira onde Salazar se sentava desabou, e a queda o deixou em um estado de coma da qual nunca se recuperou. O presidente, almirante Américo Tomás, teve de substituí-lo. Foi com relutância que Tomás, modesto mais inflexível seguidor de Salazar, nomeou primeiro-ministro um dos antigos protegidos do ditador, o professor de direito Marcello Caetano, de 64 anos. Mas até 1970 houve um estranho hiato, pois o moribundo Salazar resolutamente se recusava a morrer, Tomás parecia viver com constante preocupação de que o velho revivesse e perguntasse por que fora removido do posto".

2 A respeito dessa questão importa salientamos que a maioria dos autores que discorrem sobre os conflitos do continente africano e não propriamente sobre Angola ressalta as complexidades do processo de independência de Angola. A exemplo das obras: A Revolução dos Cravos (2004) do historiador Lincoln Secco, Os filhos da Terra do Sol (2002) da historiadora Leila Hernandez, O Império Derrotado (2006) do historiador Kenneth Maxwell, Moçambique (2010) do antropólogo José Luís Cabaço, entre outras obras.

Ressaltamos o apontamento do historiador Lincoln Secco sobre o território, até aquele momento chamado de "Império Ultramarino",

Ora, Portugal continental não ultrapassava muito modesto 91 mil quilômetros quadrados, mas Angola ultrapassava os 1.246,700 quilômetros quadrado. Moçambique tinha (e tem) um tamanho que é ligeiramente superior à metade do território angolano. As demais colônias eram menores do que a parte europeia do Império. Não se podia pensar no Império (e nas ideias que sobre ele se faziam) ouvindo, lendo, observado, só aquela extremidade ocidental da Península Ibérica. (SECCO, 2004, p. 63)

Em meio do desmonte do "Império Ultramarino" refletimos qual foi à influência do Brasil neste processo e para análise teremos como principal fonte empírica desta parte do artigo o relatório escrito pelo então embaixador brasileiro em Portugal, Carlos Alberto da Fontoura, no qual apresentou informações para o governo brasileiro fazendo um levantamento da conjuntura portuguesa pós Revolução dos Cravos e como estava a relação com suas "Províncias Ultramarinas". O intuito do relatório era subsidiar o Ministro das Relações Exteriores Antônio Francisco Azeredo da Silveira para sua visita a Portugal. Não obstante, analise acerca deste relatório será acompanhado de bibliografias que discorrem sobre esse período.

Para iniciarmos a reflexão é essencial considerarmos que na maioria das vezes um relatório diplomático tem como intuito informar seu país a respeito dos acontecimentos e possíveis ações que o Estado pode tomar para alcançar benefícios políticos, econômicos, diplomáticos, sociais, dentre outros aspectos. Já na introdução do seu relatório, o embaixador Carlos Alberto da Fontoura discorre que,

> A Embaixada do Brasil em Lisboa, com a finalidade de contribuir para o preparo da visita do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores a Portugal, fez preparar o presente estudo a respeito da conjuntura lusitana, descrita e analisada, em seus traços mais relevantes, nos domínios políticos, econômico e cultural, procurando ressaltar seu reflexo no plano dos negócios luso-brasileiros. Cuidou-se, ainda, de dar maior ênfase às possibilidades e aos meios da expansão ordenada das relações entre os dois países, algo ressentidas com a Revolução de 25 de abril e suas consequências em Portugal e suas colônias, uma das quais já soberana.
>
> Não foi colocado à margem uma análise, posto que sumária, das relações atuais e potenciais do Brasil com a África de expressão portuguesa.
>
> Da mesma forma, consta deste trabalho apêndice, elaborado pelo Adido da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, a propósito de questões de suas especialidades. Dada a premência de tempo, a vastidão da matéria e a fluidez das situações focalizadas, inseridas em contextos altamente dinâmicos e complicados por contradições ainda não ultrapassadas, este estudo, dentro dos limites sumários por mim estabelecidos, não poderia ter a pretensão de formular soluções para os problemas nele aflorados. Trata-se, assim, de mero breviário, condensado dentro do possível, e, por isso mesmo, contendo simplificações analíticas, para as quais estou certo contar com a Tolerância da Vossa Excelência.[3]

O embaixador Fontoura, na introdução de seu relatório, descreve ao Ministro das Relações Exteriores Francisco Azeredo da Silveira[4] como se deu a transição do regime político português, como também o processo de

---

3 Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974.

4 A respeito do Ministro das Relações Exteriores do Brasil Francisco Azeredo da Silveira registramos sua visão sobre a Revolução dos Cravos: "o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo revolucionário de Portugal. Isso foi muito importante. Quer dizer, me preparei de tal modo, quando senti que... a nota já estava pronta para ser respondida, no momento da comunicação. E isso também foi muito importante porque cortou completamente qualquer tipo de nostalgia ou de solidariedade ou de incompreensão com o que ia acontecer em Portugal, e que, necessariamente, tinha que ter contradições enormes. E, também nesse fim de ano, eu visitei Portugal, o que foi considerado um gesto temerário. Nessa época, fui muito bombardeado com sugestões, algumas simpáticas, outras, até agressivas". (SPEKTOR, 2010, p. 267)

emancipação das denominadas "colônias portuguesas em África". Como vimos no trecho acima, o relatório aborda aspectos políticos, econômicos e culturais.

Importa salientarmos que os militantes que estavam à frente da Revolução dos Cravos, os chamados de Capitães de Abril, tinham tendências de esquerda, que a *priori* traziam algum receio ao governo brasileiro, pois temia-se atitudes esquerdistas do novo governo português. Cumpre observarmos que o embaixador Carlos Alberto da Fontoura, quando foi assumir a embaixada brasileira em Portugal, já em período pós-revolução, não foi bem recebido. O governo português, inclusive, chegou a pedir para que fosse enviado outro embaixador, pelo fato de Fontoura ser militar ligado ao Exercito Brasileiro (foi chefe do Serviço de Informação - SNI[5]), sendo assim acusado por exilados brasileiros em Portugal de servir a autocracia militar brasileira.

Fontoura só conseguiu assumir após o presidente Ernesto Geisel ter acenado que caso Portugal não o aceitasse, a embaixada brasileira em Portugal ficaria sem embaixador. Sendo assim, o governo português aceitou "a força" o representante brasileiro. A respeito desse episódio, o então presidente Ernesto Geisel comentou em uma entrevista à pesquisadora Celina D'Araujo,

> [...] Logo no começo de meu governo, após a Revolução dos Cravos, tive um problema diplomático com Portugal. Havia sido nomeado o embaixador em Lisboa, pelo Médici, o general Carlos Alberto de Fontoura, que fora chefe do SNI. Por problemas de saúde de uma filha, ele protelou sua ida para lá. O novo governo português através de seu encarregado de negocio entre nós, manifestou o desejo de que o Fontoura não fosse o nosso representante. Certamente, os esquerdistas que haviam feito a revolução sabiam que ele vinha do SNI. Quando o Silveira me deu conhecimento dessa posição portuguesa, mandei que dissesse ao encarregado de negócios que Fontoura iria como nosso embaixador ou então não iria ninguém. Os revolucionários portugueses acabaram cedendo e o receberam muito bem como representante do Brasil. Mais tarde, Mario Soares veio em caráter oficial ao Brasil, conversou amistosamente comigo e foi bem acolhido, como sempre os portugueses o foram entre nós. Houve uma ocasião em que um grupo de militares portugueses queria invadir Portugal contra a Revolução dos Cravos, partindo do Brasil e com a nossa cooperação. Era uma loucura, uma fantasia. Coisa sem pé nem cabeça. Fizeram contato com o Itamarati e com militares nossos, mas foram fracamente dissuadidos de qualquer ação dessa natureza. (apud D'ARAÚJO,1997, p. 345).

No livro organizado pelo pesquisado Matias Spektor, *Azeredo da Silveira: um depoimento* (2010), o então ministro das Relações Exteriores do Brasil comenta sobre a posse do embaixador Carlos Alberto da Fontoura, indagado se houve problemas diplomáticos, Silveira discorreu,

Houve muito problema com ele, sim...Antes de tomar posse, o general Geisel havia negado ao presidente Médici se ele, Geisel que nomearia o [general Carlos Alberto] Fontoura para embaixada em Lisboa. Geisel aceitaria se o Médici fizesse acho que em janeiro [de1974]. Houve o *agrément* em janeiro e ele foi submetido ao Senado logo na abertura dos trabalhos legislativos em 1º de março e depois foi nomeado pelo Médici. Só sei que ele só foi apresentar suas credenciais ao novo governo português. Antes disso, porém, enquanto ele ainda estava aqui, o novo governo tentou retirar o *agrément*. [...]

---

5 A respeito do SNI órgão de investigação e repressão da autocracia militar brasileira, o seu fundador, general Golbery do Couto e Silva disse, segundo Elio Gaspari, "Criei um monstro" (*Folha de S Paulo* 2 de junho de 1999). Observamos também que o mesmo autor em seu livro *Ditadura Escancarada* (2002) expõe sobre o SNI: "No aparelho de repressão política montado pela ditadura brasileira, um oficial classificado no CEI, por exemplo, ficava burocraticamente lotado no gabinete do ministro do Exército. Outro, no SNI, tornava-se parte do quadro de pessoal da Presidência da República. Isso assegura-lhe uma pequena gratificação salarial e uma boa quantidade de pontos no sistema de avaliação funcional que orienta promoções e remanejamentos. Um oficial que entrasse como capitão no circuito SNI-CEI-DOI tinha duas vezes mais chances de vir a servir como adido no exterior do que outro mantido na rotina dos quarteis. [...]" (GASPARI, 2002, p. 26)

Como havíamos exposto em linhas anteriores o governo português não queria o *agrément*[6] de Fontoura, Azeredo comentou como resolveu o problema:

Fui duríssimo com eles nesse telegrama. Disse que eles não tinham o menor direito de se meter de um ato de decisão do governo brasileiro; que tínhamos dado todas as provas de que reconhecíamos, respeitávamos e acataríamos as decisões a nível interno. Em contrapartida, não aceitaria que eles retirassem o *agrément* e que, se fizessem, não mandaríamos embaixador para Portugal. Fiz isso por várias razões: em primeiro lugar, porque não podia estabelecer uma divisão dessa natureza entre o governo Médici e o governo Geisel. O presidente Geisel nunca gostou demais do Fontoura, mas ele sabia o problema político que isso criaria para ele (apud SPEKOTOR, 2010, p. 270).

Observamos que Fontoura não era um diplomata de carreira, contudo como apontamos acima fazer parte de órgãos repressores (SNI-CEI-DOI) contribuía para acessão de cargo. Azeredo comentou em depoimento que em sua gestão reduziu ao máximo o número de pessoas que não eram da carreira diplomática, "em determinado momento, só havia um em Portugal, o [general Carlos Alberto] Fontoura, que tinha sido designado pelo presidente Médici e depois, o presidente Geisel ofereceu a embaixada em Paris ao Delfim [Neto]". (SPEKTOR, 2010, p. 278).

Apresentado o perfil do embaixador Carlos Alberto da Fontoura, o seu relatório apresenta o quadro de um país em fase de diversas transformações nas quais as relações entre os dois países - Brasil e Portugal - eram complexas por conta do próprio contexto histórico, o fato do Brasil ser uma ex-colônia portuguesa, assim como também sua intensão de posicionar no cenário internacional com maior autonomia e liderança.

A descolonização africana e o próprio período revolucionário português contribuíram para que setores de formação de opinião pública, em parte ligados ao governo brasileiro, enxergassem a importância do Brasil agir com maior protagonismo no desmonte do Estado salazarista.

O que podemos notar com o diplomata Azeredo da Silveira que fez reflexões sobre a opinião de alguns setores da sociedade que queriam uma maior atuação do Estado brasileiro como podemos observar no seguinte trecho,

O Carlos Lacerda, nessa época, por exemplo, me escreveu umas cartas que denotavam um certo desequilíbrio no pensamento dele. Eu me pergunto se ele não estava mais doente do que se achava que estava. Ele tinha uma aparência sã, mas as cartas que seguiam uma linha inteiramente de apoio àquele general que usava monóculo, o [Antônio de] Spínola... É muito difícil uma revolução, na segunda metade do século XX, com um general de monóculo. Também não quero ser tão contra o monóculo assim [risos]. A verdade é que ele queria que eu apoiasse totalmente o Spínola[7].

O [Júlio de] Mesquita [Neto], do Estadão, me telefonou uma noite, queria que eu fosse a Portugal, em pleno processo revolucionário, muito antes da época que (fui em fins de novembro). Achava que eu ia ser árbitro em Portugal: "O senhor tem todas as condições para ser arbitro". Disse: "Nem que eu tivesse condições. Não tenho direito de ser árbitro de nenhum outro país senão do Brasil, e cada vez vai ser mais europeu e menor, por causa disso mesmo". (SPEKTOR, 2010, p. 267-268)

As duas pessoas citadas por Azeredo da Silveira, o primeiro, Carlos Lacerda, conhecido defensor do regime salazarista, que no período da autocracia militar brasileira contribuiu para ação da PIDE no Brasil em 1964, que torturou membros do MPLA/MABLA, no então Estado da Guanabara, em que era governador.[8] Já o

---

6 Na linguagem diplomática significa consentimento de um Estado para que determinado diplomata estrangeiro seja nomeado para função em seu território [O diplomata, assim aprovado, torna-se persona grata]. Visto no site Acessado em 09/07/2014.

7 António Sebastião Ribeiro de Spínola foi militar. Atuou a guerra colonial como governador e comandante-chefe das Forças Armadas na Guiné de 1968-1973. Nomeado vice chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, em 1974, foi exonerado do cargo em relação da publicação do livro Portugal e o futuro, em que criticava a política ultramarina do regime salazarista. Com a revolução foi nomeado presidente da Republica pela Junta de Salvação Nacional em 1974, tendo renunciado ao cargo do mesmo ano. Viveu exilado no Brasil e, posteriormente na Espanha. (GOES, 2007, p. 34-35).

8 Para maior conhecimento sobre esse episódio consultar o livro *Torturas e Torturados* (1966), do jornalista e político Márcio Moreira Alves, dissertação Movimento Afro-brasileiro de Pro-Libertação de Angola (2010) e o livro Relação Brasil/Angola (2014), ambos de José Francisco dos Santos.

jornalista Júlio de Mesquita Neto, do jornal *O Estado de S Paulo,* que ficou exilado em Portugal e não tinha boas recordações do período que viveu sobre regime salazarista até por isso mesmo ao regressar ao Brasil noticiava em seu periódico noticias contra o jugo português em território africano[9].
Ambos embora, em momentos anteriores terem estados em posicionamentos divergentes[10] no que se referia a Portugal nesse momento pediam a interversão do Estado brasileiro. Contudo percebemos que essa configuração não se concretiza, não vemos uma intervenção direita do governo brasileiro, embora o relatório de Fontoura aponteasse quais os caminhos que o Estado brasileiro poderia tomar.
Voltando ao relatório produzido por Fontoura, ele expõe suas impressões acerca da Revolução dos Cravos,

> [...] A Revolução do 25 de abril, uma vez vitoriosa, logo demonstrou as contradições que lhe eram inerentes, pessoais umas, ideológicas outras. Planejada e executada pela jovem oficialidade, o movimento trouxe à cúpula do poder, mercê das circunstâncias do momento, um General conservador. Este rodeou de auxiliares de confiança, elevando alguns à Junta de Salvação (JSN) e aos comandos militares de relevo. Nem o primeiro, nem os segundos, por serem alheios à gênese do movimento, estavam afinados com o espírito que o 25 de Abril iria revelar, numa etapa posterior, fato este que surpreendeu a ambos. Spínola, posto que estranho ao aspecto conspiratório do 25 de Abril, emprestara força moral e política ao "Movimento das Forças Armadas". Publicara "Portugal e o Futuro", em desafio ao regime; recusara-se à conciliação proposta, deixando de comparecer ao espetáculo de vassalagem prestada pelos generais ao Presidente do Conselho; rompera com o Governo, forçando-o, ainda que contra a vontade, a demiti-lo de suas funções. Resto, o General pertencia por formação, pendor e até vinculação empresarial, como antigo diretor de companhia do "grupo Champali maud" [sic]. Assim, o conflito subjacente, que era de geração e de doutrina, se exteriorizou ainda na fase, anormalmente larga, de escolha do chefe de Estado e formação do primeiro Governo Provisório.[11]

Como já apontamos, a frente do governo provisório foi escolhido o general Antônio Spínola e Carlos Lacerda insistiu para que o Estado brasileiro o apoiasse. Todavia, como próprio Fontoura expõe Spínola não estava em consonância com os "jovens Capitães de Abril", pois foi apoiador de Salazar ao longo do processo colonial, mas entrou em desacordo, fato que o levou a escrever o livro *Portugal e o Futuro.*
As atrocidades do regime salazarista sensibilizaram Spínola, que, como já inferimos, não via mais futuro nesse regime. Fez com que Spínola não visse outra saída a não ser contribuir com o termino do regime salazarista.
Importa para nosso texto destacar um trecho do livro do Lincoln Secco, a respeito do livro *Portugal e o Futuro*,

O documento de maior significado no período, no entanto, não veio dos capitães. O general Spínola, desejando antecipar-se à iniciativa deles e reaglutiná-los sob uma crítica moderada ao regime, antecipar a publicação do seu livro-bomba: *Portugal e o Futuro*, verdadeiro recorde de vendas. Admitindo que a dominação colonial estaca num beco sem saída e que a solução não poderia ser de natureza militar, somente política, o general

---

9 Para maior conhecimento sobre esse episódio consultar, a dissertação do pesquisador Claudio Ribeiro, *O Jornal o Estado de S Paulo em Face da Política Africana dos Governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)* e dissertação *Movimento Afro-brasileiro de Pro-Libertação de Angola* (2010) e o livro *Relação Brasil/Angola* (2014).

10 Cumpre observar que o grupo *O Estado de S Paulo* antes do golpe da autocracia militar pensaram em apoiar para presidente do Brasil o jornalista e aquela altura governador do Estado da Guanabara Carlos Lacerda. Para maiores informações consultar, o livro de memoria do jornalista Urbano Rodrigues, *O Tempo em que Vivi. II* (2004) e a dissertação Movimento Afro-brasileiro de Pro-Libertação de Angola (2010) e o livro Relação Brasil/Angola (2014).

11 Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974

Spínola (1974, p. 56) advogava "o reconhecimento dos povos à autodeterminação" e o "recursos à consulta popular" (p. 160), uma "solução federativa" (p. 149) que contemplasse a independência progressiva das colônias, por sua integração numa "comunidade lusíada" com eleições democráticas dos seus representantes. Os objetivos de Spínola eram moderados e constituíam uma alternativa conservadora, pois se apresentavam como "antidoto à desagregação de Portugal pela via revolucionária" (p.133). O livro abalou pessoalmente o primeiro-ministro Marcello Caetano porque ainda que moderado para as exigências revolucionarias dos capitães, implicava o fim da estrutura de poder fascista e era escrito por um alto insuspeito, leal ao salazarismo e herói de guerra no ultramar. (SECCO, 2004, p. 109-110)

Podemos dessa forma entender porque o general Spínola tinha um contato com o grupo *Champalimaud*, um conglomerado de empresas de propriedade de António de Sommer Champalimaud, que segundo a *Revista Fouber,* em 2004 era considerado o homem mais rico de Portugal. Neste contexto é importante ressaltarmos que durante o Estado Novo português ele teve o apoio do Estado, desenvolvendo negócios em Angola, Moçambique e até no Brasil. Como Spínola vislumbrava a derrota do regime salazarista, e por sua visão moderada era natural seu contato com empresários portugueses, que também tinham preocupações com a manutenção de seus negócios no novo regime.

As empresas portuguesas sofreram impactos diretos com a revolução, o conglomerado empresarial Champalimaud citado por Fontoura, que detinha um grande oligopólio, também foi citado por Kenneth Maxwell (2006) que fala sobre o monopólio da família Champalimuad na produção de cimento.

Como Secco evidencia em seu trabalho, era do interesse dos grupos detentores dos oligopólios portugueses acompanhar o processo de mudanças politicas e econômicas que o país vivenciaria, pois grande parte do lucro destes grupos vinha das colônias africanas de Portugal, com as quais tinham mercados fechados para exportação.

1.1 Antonio Spinola e o Movimento das Forças Armadas desarticulações no processo revolucionário.

Não obstante, Fontoura segue em seu relatório discorrendo sobre possível presença de membros do "Movimento das Forças Armadas - MFA" na presidência,

> Ao que tudo indicava, e agora se sabe, era Costa Gomes o candidato natural do "MFA" à Presidência da República. Naquela conjuntura, porém, o atual Chefe de Estado, lento na decisão, pois repele compromissos antes de estarem os jogos feitos, foi vítima de sua prudência, e também da falta de carisma de sua personalidade introvertida. Impunha-se, então, mais do que a escolha de um Presidente manipulável "vender" o 25 de abril ao povo português e ao mundo ocidental; Spínola, com a sua mística, construída pela publicidade do regime passado, pareceu, no momento, mais útil que Costa Gomes.
>
> Cedo, porém, a Comissão Coordenadora do "MFA", que emergia como a força diretiva da Revolução, iria dar-se conta das dificuldades de carregar um símbolo como Spínola, sobretudo depois que este perdera sua utilidade real, desaparecia assim que a nova situação se consolidou.
>
> A obra de Spínola, conceituada por Costa Gomes como "o livro da esperança nacional que foi o ideário da revolução das flores" só valeu ao "MFA", à falta de melhor arma, como instrumento adicional de polarização da oficialidade para revolta contra o antigo regime. Para o resto as teses de Spínola de nada serviram. Eram elas, em pontos essenciais, incompatíveis com o programa revolucionário.[12]

---

12 Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974.

O embaixador brasileiro, ao discorrer sobre os rumos da presidência de Portugal, descreve Spínola como alguém que não corresponderia as ansiedades do MFA e como ele mesmo havia exposto, Costa Gomes estaria mais preparado. Contudo sua falta de carisma e sua introspeção levaram a não ter apoio para colocar-se como candidato. Fontoura é incisivo em dizer que o plano de Spínola não condizia com o projeto revolucionário do MFA.

O processo pelo qual Portugal pode ser de fato considerado como revolucionário, pois a ruptura do Estado Novo Salazarista que perdurou por mais de 40 anos, se caracterizava a partir da manutenção de um sistema colonial anacrônico. Após o processo revolucionário, o país não teria mais condições morais para manter seu domínio sob as, até então, "colônias africanas". Tal conjuntura uniu-se com o descontentamento popular dos africanos, levando a construção de movimentos em prol da descolonização, os quais culminaram na liberdade de todos os países africanos que ainda estavam sob o jugo de Portugal.

Sobre essa questão, Fontoura faz as seguintes considerações,

> No domínio da descolonização, a Comissão Coordenadora do "MFA", interpretando o vago enunciado de seu programa referente à política ultramarina, assim que depois do 25 de Abril, pôs-se deliberar, rejeitou o essencial das formulas desenvolvidas no "Portugal e o Futuro". Aqueles, como se sabe, previam o reconhecimento imediato da autodeterminação, seguido de negociação para cessar fogo e da reconstrução das áreas devastadas. Numa segunda etapa, após a regionalização das estruturas politicas, econômicas e sociais, previa Spínola a realização de referendo, a fim de as populações interessadas decidirem a forma de associação ou integração a um Estado multirracial e plurinacional, por ele imaginado como factível: a República Federal Portuguesa. Uma vez no governo, em seu primeiro pronunciamento substancial sob a matéria, a 11 de junho, o Presidente, confrontado ai com o desmoronamento da posição estratégica portuguesa no ultramar, avançou até o limite máximo das concessões por ele admitidas: aceitou, como solução extrema e indesejável, tanto para Portugal quanto para as colônias, que, que o referendo contemplasse também a opção de independência total, concedida depois de regulado o estatuto dos cidadãos e dos investimentos portugueses. Mesmo essa concessão essencial, já em desacordo com seu pensamento original, foi considerada insuficiente pela Comissão Coordenadora, que interpretando a posição do MFA, queria o cessar-fogo incondicional, seguido pela paz imediata e acelerado desengajamento político, militar e econômico. Não interessava aos intérpretes da jovem oficialidade, cansada de treze anos de guerra, com seus soldados psicologicamente desmotivados, prosseguir combates, permanecer no terreno e retardar negociações para a defesa dos interesses colonialistas ou neo-colonialistas do capitalismo português em África.[13]

O prognóstico apresentado por Fontoura a respeito do encaminhamento da Revolução dos Cravos mostra que a população portuguesa estava farta de treze anos de guerra, portanto nas palavras do embaixador brasileiro chegava até "indesejável, tanto para Portugal quanto para colônias, que o referendo contemplasse também a opção de independência total". Cumpre observamos que o "indesejável" referendo para independência total das colônias, era sim mais que desejável para os territórios africanos. Registramos que o conflito de mais de treze anos foi conduzido justamente por grupos de resistência que não concordavam mais com o jugo português em solo africano.

---

13 Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974.

1.2. A Representação brasileira em Angola.

Como vimos no subitem anterior, baseado no relatório que o então embaixador em Portugal Carlos Alberto da Fontoura faz do processo de Revolução dos Cravos e da descolonização dos territórios africanos de expressão portuguesa, o Estado brasileiro demonstra interesse de aproximar-se desses territórios, especificamente de Angola.

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Francisco Azeredo da Silveira, designou o diplomata Italo Zappa para chefiar o Departamento de África, Ásia e Oceania do Itamaraty.

Zappa nomeou para chefia da missão em Angola seu amigo de infância, diplomata Ovídio de Andrade Melo[14], antes de ir para Luanda, Ovídio Melo ficou um período em Nairóbi no Quênia.

Ovídio Melo, ocupava posto de destaque em Londres e foi designado à missão em Angola, conta-nos que antes de instalar-se em Luanda, estando em férias no Brasil, procurou saber mais sobre o país que iria residir. Ressalta que no Itamaraty encontrou pouca coisa, inclusive enfatizando a existência de materiais fornecidos pelos portugueses. Ainda aponta que nas livrarias do Rio de Janeiro, os livros que existiam eram a respeito das contribuições "civilizatórias dos portugueses em África". Avaliando o contexto relatado por Melo e a realidade atual, é impossível desconsiderarmos que hoje temos mais informações sobre o continente africano, no entanto ainda há bastante desinformação[15].

Mas, voltando a instalação da Representação Especial em Angola, como Ovídio Melo discorreu inicialmente, ficou em Nairóbi para encontros com as lideranças dos movimentos de independência de Angola e Moçambique. Cumpre destacamos o seguinte trecho,

Minha missão à África, destinada a propor a criação das Representações Especiais em Lourenço Marques e Luanda, começou então em meados de janeiro, com os contatos que, de Nairóbi, no Quênia, com a cooperação do Embaixador Frank Mesquita, consegui estabelecer na Tanzânia, em Dar-es-Salaam, com a Frelimo de Moçambique, e com o MPLA de Angola. Agostinho Neto estava ausente de Dar-es-Salaam. Samora Machel, que recebera Zappa um mês e meio antes, designou para receber-me Marcelino dos Santos, Vice-Presidente, encarregado de Relações Exteriores da Frelimo. A primeira entrevista que então tive, com Marcelino dos Santos, no acampamento militar da Frelimo em Kurasini, nas imediações de Dar-es-Salaam, foi plácida. Expus-lhe os bons propósitos do Governo brasileiro e sua nova política para com a África. Propus-lhe a criação de uma Representação Especial em Lourenço Marques e salientei, da maneira mais convincente possível, as vantagens que tal missão permanente antecipada traria, para as relações com o Brasil e para reforço dos Acordos de Alvor, pelos quais Portugal prometia a independência de Moçambique em julho de 75. (MELO, 2009, p. 101.)

Percebemos que Ovídio Melo ficou na embaixada em Nairóbi para estreitar relacionamentos com os movimentos de independência, como discorremos em várias partes desse trabalho vimos como o Estado brasileiro ficou ao lado dos portugueses, questão que o próprio Melo expôs em suas memórias.

---

14 A respeito da nomeação de Ovídio de Andrade Melo salientamos o que Gaspari escreveu: Zappa obtivera do ministro Ovídeo de Andrade Melo, seu amigo e colega, para a chefia de uma representação brasileira junto ao governo de transição. Teria o titulo de cônsul-geral em Luanda e seria reconhecido pelos três movimentos, mantendo em relação a eles uma posição de neutralidade. Famoso entre os colegas por esquerdista e pela contundência de suas observações, Ovídio recebeu o posto nevrálgico sem contestação. Cumpria-se uma escrita do Itamaraty segundo a qual as convicções politicas dos diplomatas se tornam irrelevantes quando se trata de preencher posições fora do eixo Roma-Paris-Londres-Nova York. Ele trocara Londres por Luanda, nas terras do fim do mundo. Antes de seguir o posto, procurara aprender alguma coisa sobre Angola enfurnando-se nos arquivos do Itamaraty. Afora livros de referencia, encontrou apenas telegramas que refletiam décadas de apoio ao colonialismo português e desprezo pela luta dos nativos. (GASPARI, 2004, p.139-140)

15 Quando fui retirar o visto para ir para Angola em São Paulo ao embarcar em um taxi para o consulado em Angola no dia 28/05/2014, o taxista perguntou que língua eles falavam em Angola, sei que a indagação não é reciproca aos angolanos em relação aos brasileiros, o período que fiquei em Luanda percebi que pelo menos sabem que nos assim como eles falamos o mesmo idioma, não sei se a mesma língua.

Em Março de 1975 é aberta a Representação Especial em Angola, veremos que sua atuação se deu não somente aos movimentos de libertação, mas também as questões de prospecção de negócios para o Brasil, dentre outros ligados ao êxodo de portugueses de Angola e contatos entre embaixadas, por hora constatamos a atuação de empresas brasileiras em Angola.

Não obstante, a presença brasileira que já evidenciamos "não passou despercebida", teve no campo dos negócios presença marcante, antes mesmo do processo de independência, o grupo Pão de Açúcar, hoje umas das maiores multinacionais do setor de varejo do mundo, iniciou suas atividades na cidade de São Paulo em 1948 e na década de 1970 abriu sociedade com a SUPA – Companhia Portuguesa de Supermercados Pão de Açúcar, uma empresa portuguesa, juntamente abriram uma rede de supermercados em Angola, em telegrama no dia 11/04/1975 Ovídio Melo discorreu,

> Em reposta ao seu telegrama confidencial número 17. Conversei hoje, longamente, com Diretor do Supermercado Jumbo em Angola, Senhor Pedro Monteiro, que me informou, com um mínimo de reserva comercial, sobre a situação de sua firma, frente à conjuntura política em Portugal e em Angola. 2. A firma portuguesa "Supa" (Companhia Portuguesa de Supermercado Pão de Açúcar) controla 40% da firma angolana "Africados" (África Supermercado S.A) que é a proprietária do Supermercado Jumbo, estabelecido em Luanda desde 1973.
> 3. A firma "Supa", portuguesa, tem seu capital constituído da seguinte forma: 45% pertencem à família do conselheiro Diniz, dona de vários supermercados em São Paulo; 25% pertenciam à Companhia de Seguros Impérios, que acaba de ser nacionalizada em Portugal, e por conseguinte, passaram a pertencer ao Governo português; 20% pertenciam à Companhia União fabril, também nacionalizada em Portugal; 10% pertencem a diversos acionistas, dos quais o principal seria Doutor Flores, cidadão português. 4. Assim, desde o começo, o interesse da família Diniz seria minoritário na SUPA, em relação aos capitais portugueses. E, como a SUPA, como um todo, tinha apenas 40% do interesse na "Africados", a participação de capitais brasileiros no Supermercado Jumbo é bastante pequena.[16]

O telegrama do embaixador evidência que mesmo antes da independência havia capitais de empresas brasileiras em Angola e o Estado brasileiro por meio de sua representação estava atento. Este fato também foi relatado pelo historiador José Sombra Saraiva (1999, p. 240), em seu livro *Angola e Brasil*, no qual registra em nota que a empresa Pão de Açúcar manteve suas lojas trabalhando em Luanda durante toda guerra e ainda afirma que o governo brasileiro deu cerca de cinco milhões de dólares para o grupo Pão de Açúcar para ajudar a "manter Angola abastecida".

O fato exposto pelo historiador Saraiva, além de evidenciar a presença do Estado brasileiro, no sentido de ajudar financeiramente capitais de empresa brasileira, nesse caso o Pão de Açúcar, o telegrama de Ovídio Melo, afirma que a participação de capitais financeiros brasileiros é pequena, embora acreditar que 40% seja uma parcela pequena é no mínimo discutível.

Ao longo do período que ficou na Representação Brasileira Ovídio Melo, segundo os telegramas lidos tratou dos mais variados assuntos da questão comercial, a emigração de portugueses entre outros que queriam sair do país, por contar da independência do país, além da guerra civil entre os três movimentos de libertação (MPLA, FNLA e UNITA).

Dentro das questões postas nesse artigo que foram amplamente discutidos na tese de doutorado de Santos (2015) intitulado "Angola: ação diplomática brasileira no processo de independência dos países africanos em conflito com Portugal no cenário da Guerra Fria". Um fato que notório é o ineditismo do Brasil no reconhecimento à independência de Angola.

16Telegrama do representante especial do Brasil em Luanda, o embaixador Ovídio de Melo para a Secretária de Estado. Índice: Situação do Supermercado Jumbo em Angola. Nº 30, em 11/04/75.

A respeito dessa questão cumpre observamos ao longo dos telegramas apresentados verificamos atuação do diplomata Ovídio Melo junto a Representação Especial do Brasil em Angola, neste contexto importar salientarmos que durante o período do ano de 1975, houve visita de seus superiores a Angola, em uma delas o chefe do Departamento para África, Ásia e Oceania, Italo Zappa, fica impressionado com estado de Luanda por conta do conflito entre os três movimentos. Esse impacto atrelado a conversas com lideres dos movimentos levou a escrever um telegrama particular para o chanceler Francisco Azeredo da Silveira, Sobre os documentos, Transmito: "Em cumprimento aa missão recebida, cheguei hoje a Luanda a fim de pessoalmente fazer uma avaliação da situação local, a cidade está tranquila na aparência, comparada com a que vi em dezembro passado vg [sic] é irreconhecível: lixo nas ruas, trafego escasso, ausência de policiamento ostensivo, sinais, enfim, de que vive num intervalo da luta, esta, pelo que observei, foi intensa e indiscriminada, estou convencido de que a qualquer momento a luta será reiniciada, desta vez com caráter muito mais grave, por que antecedida de período para preparação logística nos dois lados: MPLA e FNLA, em companhia do ministro Ovídio Melo, acabo de entrevistar-me com o primeiro ministro José N'Dele, decorridos três dias desde nossa ultima entrevista, realizam em Kampala, encontrei-o desta vez num estado de espirito que não hesito em classificar de desesperado e desesperador, não ficou a menor dúvida de que José N'Dele quis avisar ser iminente ou mesmo já ter ocorrido decisão do governo e afastada da cidade, aconselhou reiteradamente sob a evacuação do corpo consular e disse ter reformado seu parecer a retirada da população, pois "não se pode pedir das pessoas sacrifícios dessa natureza".[17]

Como discorremos, Italo Zappa ficou impactado com a situação que encontrou Luanda, as ruas vazias, lixos, ausência de policiamento. O cenário por ele apresentado era de total catástrofe, além deste cenário, a conversa com o primeiro ministro José N'dele, ligado a União Nacional para Libertação Total de Angola - UNITA, informou sobre a possibilidade de novos conflitos mais graves dos que já havia ocorrido. Não obstante, N'dele discorreu que muitos diplomatas já haviam saído de Angola, mediante este panorama, Zappa faz a seguintes considerações,

Contra a opinião do ministro Ovídio Melo, sou levado, por tudo quanto vi e ouvi, a solicitar a vossencia [sic] considerar a decisão de ordenar a imediata retirada dos três funcionários do Itamaraty que permanecem neste posto sua permanecia aqui já não serviria a nenhum objetivo, pois está claramente desborda a situação constitucional que a justifica, ao contrário, poderá essa permanência ser contraproducente na partir do momento em que pudesse ser interpretada como apoio a um dos movimentos, não equidistância em relação aos três, repito que foi representante máximo de um dos três movimentos que reiteramente aconselhou a evacuação do pessoal do corpo diplomático, hoje de manhã cerca de três mil postulantes de visto colocaram-se, em desespero, frente ao consulado a fim de exigir concessão de vistos, o ministro Ovídio Melo aclamou-os com vagas palavras sobre a cooperação do Brasil com Angola, a tendência é que essa pressão sobre o consulado aumente e que venha a ocasionar incidentes de consequências imprevisíveis, se o consulado fica provisoriamente confiado à guarda de funcionários locais, mais facilmente poderão estes opor-se à pressão de todo o tipo, pois se tornará mais compreensível que a decisão não é do cônsul ou do Representante Especial, mas das autoridades competentes do governo brasileiro, Zappa.[18]

Italo Zappa, como discorremos influenciado pela situação que viu Luanda e pelos conselhos do representante da UNITA, José N'Dele, pediu a retirada do representante especial Ovídio Melo, pessoa que havia escolhido para o cargo, como discorremos no capítulo anterior e que era seu amigo de infância. Pelos fatos relatados por Italo Zappa é compreensível seu pedido, independente da influencia de N'dele tenha dado, pois Luanda a essa altura estava sobre poder da MPLA.

---

17 Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para (particular) para Ministro de Estado (Chanceler Francisco Azeredo da Silveira), caráter – Urgentíssimo –. Em 05/08/1975.

18 Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para (particular) para Ministro de Estado (Chanceler Francisco Azeredo da Silveira), caráter – Urgentíssimo –. Em 05/08/1975.

Temos que pensar na integridade física dos representantes brasileiros que estavam lá, embora, como podemos ver pelo telegrama, Ovídio Melo não tinha interesse em abandonar seu posto.
O chanceler Francisco Azeredo da Silveira, em seu livro de memórias *Azeredo da Silveira: um depoimento* (2010), embora em alguns trechos discorra sobre Angola, em nenhum momento comenta sobre episódio que envolveu a Representação Especial Brasileira em Angola, esse fato no mínimo curioso tem os seus motivos, o telegrama que vimos acima de Italo Zappa nos foi fornecido pelo hoje ministro Ovídio Melo, como já mencionado.
Além desse telegrama Melo nos forneceu outro que é a resposta de Azeredo da Silveira que tudo indica queria que esse telegrama fosse destruído após a sua leitura.
Azeredo da Silveira discorreu,
Em resposta ao seu particular de hoje devo dizer a você, em primeiro lugar, que nunca tive dúvida de que deveríamos, eventualmente, pagar um preço por termos criado a Representação Especial junto ao Governo de Transição de Angola. Esse ato político consciente que praticamente leva-me – e o digo com absoluta franqueza – a concordar com a posição de Ovídio. Nossa posição de estrita não intervenção nos assuntos internos de Angola – manteremos – não nos levará a qualquer apoio ostensivo a qualquer dos três Movimentos, mas não impede tampouco de acreditar que, seja para o Brasil, seja para o universo ocidental a que pertencemos, uma eventual derrocada do MPLA no confronto com a aliança FNLA/UNITA seja uma solução melhor do que o prevelecimento [sic] puro o simples do MPLA, de notória orientação marxista. Nada disso quer dizer que o Ovídio poderá deixar de contar, a qualquer momento e em qualquer circunstância, com o meu apoio integral. Estão sendo estudados, com a Marinha e a Aeronáutica, esquema de emergência [...] Creio que tanto você, quanto o Ovídio, me concedem o crédito de se um chefe acima de tudo humano. O que acabo de dizer representa, pois, o somatório de minhas convicções honestas e de minha avaliação do quadro, olhado quer do ponto-de-vista do interesse nacional brasileiro, quer de considerações essencialmente humanas. (leia e destrua este telegrama, inclusive a fita respectiva). Um abraço muito afetuoso. Silveira.[19]
No conjunto de documentos fornecidos pelo diplomata Ovídeo Melo temos um intitulado: *Comentários aos textos telegráficos precedentes*. Nele Melo procura responder a questões inerentes aos telegramas expostos acima, que só ficou sabendo que ainda existiam após trinta anos do ocorrido por conta do já citado historiador Jerry Dávila, que em pesquisa na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro encontrou os telegramas.
Importa salientamos que Ovídio Melo discorreu que ao chegar a Luanda, Zappa pediu para que Melo os levassem para um "detour" pela cidade, segundo Melo a maneira como encontrava a cidade deixou Zappa e Ouro Preto espantado, que pode evidencia também pelo telegrama que Italo Zappa enviou para Azeredo.
Para elucidar os fatos destacamos,
Zappa pediu-nos que lhe mostrássemos alguns dos estragos que os combates entre os Movimentos haviam causado à cidade. Isto era fácil, pois os maiores confrontos haviam ocorrido a uns dois quilômetros do Consulado. Num rápido "detour' mostramos aos recém chegados três arruinados edifícios da Avenida Brasil que antes abrigavam forças da FNLA, e que haviam sido atacados com bazucas e canhões pelo MPLA.
Zappa e Affonso Celso impressionaram-se com tão vastos estragos. Fomos depois para o Consulado e instalamo-nos no terraço, para lanchar e conversar. Em frente, na entrada da linda baia de Luanda, o tanque de gasolina de aviação da Shell queimava. Estava vazio do combustível, felizmente. Mas continha ainda' gases que o levaram a incendiar-se por semanas consecutivas, sem explodir. Ao longe, em terra, certamente em Quifangondo[20],

---

19 Telegrama do Ministério das Relações Exteriores (Francisco Azeredo da Silveira) Particular para o Ministro Italo Zappa para, caráter Secreto - Exclusivo — Em 05/08/1975.

20 A respeito de Kifangondo, registramos um trecho do *livro A Batalha de Kifangondo* 1975 (2013), organizado por Miguel Junior, nesse livro, o general Afonso de Castro discorreu, A batalha de Kifangondo enquadrou-se nos esforços empreendido pela FNLA que, depois de expulsa da capital, decidiu organizar forças e marchar para ela voltar. A chegada estava prevista para antes do 11 de novembro, dia em que o MPLA previa proclamar a independência. O objetivo era impedir a realização isolada do acto e também intimidar a população luandense para desencorajá-lo a participar do evento. Isso passaria por acções de flagelamento á cidade com artilharia pesada do Morro da Cal, seguindo de um assalto à capital com o apoio de mercenários e tropas zairenses. (JUNIOR, 2013, p13).

troavam canhões. E esses tiros se escutavam perfeitamente no Consulado. Para Cyro, eu e Ivony, o incedio, o ruído da artilharia já era rotina diária. Mas para Zappa e Afonso era novidade incômoda. (MELO, 2009, p. 15)

Vemos que mesmo diante de um contexto de guerra, Melo ao discorrer sobre o assunto, tenta transparecer certa tranquilidade diante do cenário de destruição que Luanda se encontrava. Obviamente que o seu envolvimento com os acontecimentos não o permitia enxergar que realmente Luanda não estava em condições salubres. E, nisso tudo é curioso observarmos que alguém ligado a um ofício, que muitas vezes tem como adjetivos a vida de um *bon vivant* e, em nome de suas convicções, optou por permanecer como representante especial do Brasil em Angola. Sua retirada mediante o quadro que ele apresenta historicamente seria justificável mesmo que não representasse sua vontade. Contudo insiste em ficar demonstrando um comprometimento, que seu superior mais próximo (Zappa) não conseguia entender.

Ovídio Melo segue discorrendo acerca da curta estadia que Zappa teve em Angola e evidencia o encontro com José N'Dele,

Zappa, por volta das 6 horas da tarde perguntou-me se ainda seria possível ser recebido por algum membro do governo. O governo já era de um só Movimento, o MPLA. Telefonei para Lopo do Nascimento, primeiro-ministro do único Movimento no poder. Já havia saído do palácio. Telefonei então para José N'Dele, que fora primeiro-ministro da UNITA, mas que continuava no palácio, apenas porque o MPLA tinha ainda esperanças de que aderisse ao vencedor. N'Dele estava e nos recebeu. Fomos imediatamente vê-lo. E, ao entrarmos em sua sala mostrou fingido espanto e exclamou dramaticamente: "por que os brasileiros ainda estão em Luanda, na Representação Especial? Por que não saíram, seguindo o exemplo dos ingleses?". Depois, nos informou que ele próprio, N'Dele, deixaria Luanda no dia seguinte. E que compreendia agora a fuga dos portugueses de Angola. Sofreram muito, disse ele. N'Dele, que passara todo o ano sem definir-se, usando seu partido como um pêndulo entre o MPLA e a FNLA, agora definia-se de vez, explosivamente, porque tanto as forças militares da FNLA, quanto as da UNITA, tinham sido expulsas da capital. Não havia mais governo tripartite algum. O governo, agora, era só o MPLA. (MELO, 2009, p. 152)

Ao se reunir com o representante José N'Dele que podemos inferir a essa altura não representava nenhum dos movimentos, pelo menos não em Luanda, pois como já citado, os outros dois movimentos vão montar um governo paralelo em Huambo ou na altura ainda Nova Lisboa. Podemos inferir que para N'dele não interessante como representante da FNLA e UNITA, que a Representação Brasileira ficasse em Luanda, como o próprio Ovídio Melo expôs, Luanda naquele momento somente havia um movimento no governo o MPLA. Como sabemos, o MPLA era ligado ideologicamente pelo menos por parte da cúpula do movimento a esquerda, nomeadamente a União Soviética e Cuba, grupos pelo que já apresentamos na conjuntura da Guerra Fria destoavam da conduta da autocracia burguesa, na qual se encontrava o Estado brasileiro.

Embora Italo Zappa seja considerado de esquerda, segundo vimos com Elio Gaspari, uns dos motivos da postura radical que Zappa acaba assumindo após sua visita a Luanda, que foi a tentativa da retirada dos principais representantes da Representação Brasileira. Todavia continuemos a ver que postura Ovídio Melo tomou perante a reação de Zappa,

Para mim, a explosão de N'Dele era irrelevante. Tinha eu em conta que a UNITA já se revelara insignificante como força militar nas lutas havidas e não tinha mesmo de participar do governo. O MPLA levara uma semana de acirrado conflito para expulsar as tropas do Zaire de Luanda e os guerrilheiros que seguiam Holden. A UNITA fora expulsa em uma hora, alguns dias depois, e fugira de Luanda sem tempo para vertir-se, com os sapatos nas mãos, segundo voz corrente na cidade. Zappa, no entanto, impressionou-se muito com o alarme e o pânico de N'Dele. E, quando voltamos ao Consulado, depois de um longo período de silêncio, postou-se no meio da sala, pediu-nos que o escutássemos com atenção e declarou que já achava o sacrifício que fazíamos em Luanda, completamente desnecessário. Por isso, queria passar um telegrama para Silveira sugerindo que a Representação fosse fechada, e que nos retirássemos com urgência para o Brasil.

Opus-me imediatamente a esta determinação do chefe do Departamento. Disse-lhe que, pelas funções que exercia, poderia ele utilizar nosso telex para sugerir o que bem quisesse ao Ministro de Estado, até mesmo o fechamento da Representação, mas que imediatamente depois do telegrama dele, seguiria um telegrama meu,

explicando porque eu insistia em que a Representação perdurasse em Luanda. Evidentemente, se em março havíamos chegado a Luanda proclamando isenção, equanimidade, neutralidade, entre os três movimentos; declarando que aceitaríamos qualquer deles como vencedor na data para a independência, agora, em agosto, não poderíamos nos retirar. Vencedor, já havia: o MPLA. E se nos retirássemos a esta altura do ano nada poderia assegurar-nos que o Brasil reconheceria a tempo e hora, em novembro, Angola independente. Se não reconhecêssemos Angola independente prontamente teríamos perdido todo o nosso sacrifício em Luanda durante oito meses de luta incessante. Moçambique ficaria ainda mais decepcionado conosco. E a África inteira diria que o Brasil não era confiável, nem no trato com os africanos que falam português. (MELO, 2009, p. 153)

Ovídio Melo segue narrando o episódio envolvendo Italo Zappa, Affonso Ouro Preto e Cyro Cardoso. Na discursão que, segundo Melo foi madrugada adentro até às três horas da manhã. Melo mencionou que até o conselheiro de Zappa, Ouro Preto ficou a favor da permanecia da Representação Brasileira.

Às sete horas da manha Ovídeo Melo convidou o representante do MPLA André Petrov para tomar café com Italo Zappa, Melo já alertou que Zappa havia encontrado no dia anterior com José N'Dele, com isso Melo queria que Petrov mostrasse a Zappa quais eram os caminhos que o MPLA doravante iria tomar. Antes de o Italo Zappa ir embora, Ovídio Melo pediu para que Zappa não enviasse o telegrama. Fato que não ocorreu como vimos.

No seu livro Ovídio Melo escreveu que não se surpreendeu com a atitude de Italo Zappa, pois havia uma grande pressão da imprensa e, nas palavras dele, dos setores "militares de direitas", que não aceitariam o MPLA como líder da independência. Melo aponta outras questões importantes para nossa reflexão, pois, segundo ele seria inédita a relação entre o Itamaraty e, na altura, o Ministério da Guerra, como podemos ver no seguinte trecho, Mais adiante, Silveira também vacilou quando, por ocasião da independência, verificou que, talvez pela primeira vez na História do Brasil, o Itamaraty e o Ministério da Guerra, então ocupado por Sílvio Frota discordavam sobre Angola. Foi isso que fez Zappa e Silveira esquecerem-se de criar a nova Embaixada no mesmo dia do reconhecimento, como me haviam informado antes da Independência. E formalmente me ludibriaram, quando passaram a me intitular de "Encarregado de Negócios" de uma Embaixada não existente. Assim também, mais adiante, depois da Independência, Silveira insistiu para que eu ficasse em Angola sem ter contato com o Governo. Respondi-lhe que achava isso totalmente absurdo e que, se quisesse, me removesse de Angola para o Rio ou para meu posto em Londres. Por tudo que precede, creio que foi o Presidente Geisel quem, com sua conhecida firmeza, exigiu de Silveira e de Zappa uma posição mais destemida com relação ao reconhecimento de Angola, mesmo depois que os cubanos desembarcaram, exatamente na noite em que Agostinho Neto proclamou a Independência. (MELO, 2009, p. 156)

Enfim, podemos dizer que a atuação de Ovídio de Andrade Melo foi essencial para que o Brasil construísse o posicionamento diplomático que mais lhe convinha. Podemos ainda considerar que embora o governo brasileiro hoje exalte seu protagonismo no reconhecimento da independência de Angola, esse fato se deu por conta postura contundentes de alguns representantes do Estado. Dentre os principais protagonistas neste processo podemos, nomeadamente citar o próprio Ovídio Melo; o presidente Geisel, com o estabelecimento de sua politica externa pragmática; o chanceler Azeredo da Silveira.

Ressaltamos que algumas peças ainda não encaixam nesse "quebra cabeça", portanto acreditamos que existam outros nomes, os quais esperamos conhecer ao longo do tempo, por meio de investigação pautada nas memórias de protagonistas *ad hoc* que possam contribuir com mais revelações acerca do processo de reconhecimento de Angola, que como pudemos constatar, não foi tarefa fácil.

Documentos

Relatório da Embaixada do Brasil em Lisboa "Portugal (continente) - Territórios Africanos de Expressão Portuguesa: Perspectivas das Relações com o Brasil", 31 de Outubro de 1974.

Documentos da Representação Especial do Brasil em Luanda, de março a dezembro de 1975, contendo relatórios, memorandos, telegramas, entre outros.

MELO, Ovídio de Andrade. O Reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975. Originais do livro, cedido pelo autor.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena & PEREIRA, Almicar Araujo.(2007), História do Movimento Negro no Brasil: depoimento ao CPDOC. Pallas; CPDOC – FGV: Rio de Janeiro.

CABAÇO, José Luís (2008), *Moçambique*: Identidade, Colonialismo e Libertação. EDUNESP: São Paulo.

HERNANDEZ, Leila Leite. (2008), *A África na Sala de Aula*: visita à história contemporânea. 3ª. Ed. Selo Negro Edições: São Paulo.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite (2002), Os Filhos da Terra Sol: A formação do Estado-nação em Cabo Verde. Sumunus: São Paulo.

MELO, Ovídio de A. (2009), *Recordações de um Removedor de mofo no Itamaraty*: Relatos de política externa de 1948 à atualidade. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília.

SANTOS, José Francisco dos (2010), *Movimento Afro-brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) – "Um Amplo Movimento": Relação Brasil e Angola de 1960 a 1975.* Dissertação de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

SARAIVA, José Flávio S. & PANTOJA, Selma. (org), (1999), *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul*. Bertrand: Rio de Janeiro.

A ditadura, o exílio brasileiro e a militância político-pedagógica em países africanos ex-colônias de Portugal

Spigolon, Nima I.
professoranima@gmail.com

Resumo: O trabalho traz resultados de pesquisa de campo, realizada no escopo do Doutorado e, objetiva pensar numa perspectiva político-pedagógica as relações entre Estado, exílio e militância. Sua caracterização se dá a partir do golpe civil-militar no Brasil e dos movimentos para libertação das colônias portuguesas em África, como parte de processos de repressão e violência que acometeram povos e países, cujo recorte temporal situa-se entre 1964/1979. Justifica-se tanto pelo caráter histórico ao discutir fatos passados, quanto pela ponte que estabelece com o presente/futuro na construção de sociedades igualitárias. O foco é entrelaçar os deslocamentos da militância e as inserções do casal Freire – Elza e Paulo Freire, enquanto exilados políticos brasileiros junto aos primeiros governos independentes de Guiné-Bissau e Cabo Verde. O teórico-metodológico se fundamenta na abordagem qualitativa e nas fontes documentais e não documentais. Traz a articulação das dimensões da relação humanidade-realidade-conhecimento para descrever percursos, recuperar memórias, investigar processos, como sendo forma de impedir a repetição de governos ditatoriais, de recusar situações sociais de opressão, exclusão e, violação de direitos, de fortalecer a sociedade civil e os princípios de liberdade e vida.

Palavras-chave: Ditadura, Descolonização, Exílio, Militância, Elza Freire e Paulo Freire.

1. Intróito

O alinhavo para o presente trabalho acontece, por um lado, como parte do escopo do doutorado[1], quando o material priorizado integra o conjunto de fontes documentais e não documentais acessadas durante a realização de pesquisa de campo em África, nos países de Cabo Verde e Guiné-Bissau no segundo semestre de 2013, e por outro, tendo em vista aproximações entre realidades e diversidades de continentes, e pesquisas e pesquisadores. Justifica-se, tanto pelo caráter histórico ao discutir as transformações políticas, culturais e sociais passadas, quanto pela ponte que estabelece com o presente/futuro tendo em vista a construção de sociedades mais igualitárias tendo como eixo central pensar e dialogar sobre as relações entre Estado, exílio e militância a partir da perspectiva político-pedagógica.

Sua caracterização se dá nas conjunções do golpe civil-militar no Brasil, inserido nas configurações das ditaduras instauradas na América Latina e dos movimentos para libertação das colônias portuguesas em África, ambas são parte de processos de repressão e violência que acometeram povos e países, cujo recorte temporal se situa entre os anos de 1964 a 1979.

O foco é entrelaçar os deslocamentos da militância instrumentalizados pelas inserções do casal Freire – Elza e Paulo Freire[2], enquanto exilados políticos brasileiros junto aos primeiros governos dos recém-independentes Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP[3].

---

1 SPIGOLON, Nima I. *As noites da ditadura e os dias de utopia – o exílio, a educação e os percursos de Elza Freire nos anos de 1964 a 1979*. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, 2014.

2 Elza Maia Costa Oliveira nasceu em 1916 e Paulo Réglus Neves Freire em 1921, ambos na cidade do Recife. Ela tornou-se professora em 1935. Concursada, atuou como professora e diretora de escolas. Ele fez-se advogado em 1946 e por influência dela é levado para a área da Educação. Ao mesmo tempo, o casal trabalhou, dentre outros, no MEB, no MCP e nos Círculos de Cultura, até 1964 – quando estavam em Brasília para as atividades do PNA e aconteceu o golpe, tornando-os exilados políticos juntamente com seus filhos. O retorno ao Brasil se dá em 1979, sendo que ela falece em 1986 e ele em 1997. O casal passa a ser conhecido nacional e internacionalmente como: Elza Freire e Paulo Freire. Ao longo do texto optamos usar Elza para nos referirmos ao sujeito da pesquisa. Remissão a Spigolon (2009; 2014).

3 O acrónimo PALOP significa Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. É a expressão usada para se fazer referência aos cinco países africanos ex-colônias de Portugal: Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique e que obtiveram a independência entre 1973 e 1975.

De algum modo, a radicalização das sistematizações das propostas político-pedagógicas do casal Freire, é forjada nos caminhos do exílio brasileiro e da militância em África, considerando que as dinâmicas de seus trabalhos decorridos das inserções e atuações deles no âmbito daquelas realidades revelam o alinhamento com os movimentos revolucionários, mediado por situações em que o casal residindo na Europa envolveu-se com projetos de reconstrução nacional, sempre vinculado com Educação e Alfabetização de Adultos.

Para me aproximar da sua feitura e com ela travar um diálogo inicial na busca das ações e inserções dos sujeitos, criei uma espécie de caleidoscópio que utilizei para organizar temáticas e apropriações, dentre elas: América Latina e as ditaduras que acometeram alguns países; África e os processos de descolonização; a militância de exilados brasileiros em continente africano; os movimentos revolucionários de libertação nos PALOP; o Projeto de Unidade Nacional de Guiné-Bissau e Cabo Verde; a Educação como parte das medidas governamentais para a reconstrução nacional das ex-colônias; o engajamento político-pedagógico de Elza e Paulo Freire nesta luta e as reconversões ocorridas neste processo.

Intentei realizar aproximações entre os processos de ditadura na América Latina e as colonizações portuguesas em África tendo em vista apontar os deslocamentos que essas experiências causaram na militância e os impactos nos percursos dos exilados, dentre eles, o casal Freire, marcando inclusive os mais diversos níveis de atuação e que isso representou a reconstrução de projetos de vida para os exilados brasileiros.

Sugiro como aprofundamento de interpretação o fato de que o engajamento e a militância em África radicalizaram as sistematizações do pensamento e da práxis do casal Freire em geral no campo da Educação e, em particular da de Adultos, considerando que os percursos de Elza e Paulo Freire fundamentam o que classifico como a segunda fase do exílio brasileiro, circunscrito na Europa e em África, sendo que a primeira é compreendida pelas Américas e a terceira pelo retorno ao Brasil (SPIGOLON, 2014).

Sem condições de aprofundar é importante que algumas questões de América Latina e de África e das inserções político-pedagógicas durante o exílio brasileiro sejam analisadas como parte do processo de ditadura, de colonização, descolonização e dos movimentos para a independência.

Não se trata de discorrer sobre América e África portuguesas, ou fazê-lo de forma comparativa de duas partes separadas pelo Atlântico, mas de aproximá-las considerando que se completam num só sistema de exploração colonial cuja singularidade de cada processo de independência ainda marca a contemporaneidade.

O exílio brasileiro terminou, as colônias portuguesas em África se libertaram e o mundo mudou muito, tanto em termos geopolíticos, como em compreensão sócio histórica, da construção das nações e dos valores humanitários. Mesmo assim, permanecem notórias as dimensões das desigualdades e da miséria, das diferenças de poder e da violência, tão presentes nos movimentos das décadas de 1960 a 1980, ainda vivos no século XXI.

A propósito disso é inspirador perceber como as contribuições do casal Freire – Elza e Paulo Freire – continuam atuais e vivas. Como exilados brasileiros eles se envolvem com as causas de África e se unem no esforço comum de conhecer a realidade que buscam transformar e reconstruir.

Apresento fragmentos dessa história, a saber, por meio dos percursos do casal Freire entremeados a ditadura e ao exílio brasileiro e aos movimentos para a libertação nacional e independência das colônias portuguesas entre 1975 até a anistia e o retorno ao Brasil em 1979. São marcadores do texto, pois no período mesmo residindo em Genebra, na Suíça após serem convidados inicialmente pelo Governo de Guiné-Bissau, eles passam a ir e vir para trabalhar nos países recém-emancipados a fim de conhecer a realidade educacional, assessorar projetos, desenvolver formas de intervenção e registrar deslocamentos na militância.

Deste modo tento criar condições de análises originais dos trabalhos do casal Freire no exílio e em África ao trazer fatos e provas que mostrem a importância do trabalho realizado nos tempos e espaços políticos da ditadura e nos universos de Educação, desenvolvendo uma cronologia factual da presença e atuação deles lá,imersos naquelas dimensões de vida, de realidade e de humanidade.

Dimensões que fui registrando á maneira de Mills (1975; 2009), as coisas mais aparentemente pouco importantes, as experiências vividas como um artesanato intelectual, a (des)construção das categorias de percepção do mundo para começar a escutar, falar e escrever de África e de Elza e Paulo Freire em África, do trabalho, da militância e dos projetos que o casal fez, pensou, viveu e lá deixou, integrando contingente de exilados.

Por isso, ao me render à sua escritura, me deixo surgir mais mestiça, humanizada e misturada, me deparo com Elza e Paulo Freire militantes na área da Educação, residindo em Genebra, chegam por Guiné-Bissau

em 1976 e de lá espalharam seu trabalho em África até 1979. Assim, os itinerários das ditaduras na América Latina e o exílio como uma das suas consequências mais diretas se fazem entrecruzar a África, podendo ser localizados nas inserções e na militância político-pedagógicas que se efetivaram pelas redes relacionais, institucionais e partidárias organizadas por brasileiros, africanos e outras nacionalidades, tendo em vista a reconstrução dos países recém-independentes através das experiências com Educação de modo geral e, em particular da alfabetização de adultos, a sua vinculação com o trabalho de conscientização com a leitura da realidade centrada na compreensão crítica da prática social. A presença, a inserção e a atuação do casal Freire são características dessa fase.

2. (Inter) referências e os caminhos da pesquisa e da pesquisadora

A pesquisa se articula por meio de uma triangulação teórica, metodológica e empírica fundamentada na abordagem qualitativa e entremeada por fontes documentais e não documentais. Traz a articulação das dimensões da relação humanidade-realidade-conhecimento para descrever percursos, recuperar memórias, investigar processos, como sendo forma de impedir a repetição de governos ditatoriais, de recusar situações sociais de opressão, exclusão e, violação de direitos, de fortalecer a sociedade civil e os princípios de liberdade e vida.

Figura 01

Elza e Paulo Freire acompanhados pelo camarada Mário Cabral e sua esposa Beatriz durante trabalhos no campo da Educação, Guiné-Bissau, 1977.

Fonte: Acervo pessoal de Vera Barreto, doado à pesquisadora. Disponível em SPIGOLON, 2014, p. 334.

Quanto à estrutura metodológica, optamos pelo mapeamento bibliográfico, seguido da coleta e agrupamento de dados, e por fim, a apresentação preliminar dos resultados de pesquisa de campo.

Aportes da abordagem qualitativa se organizam segundo uma lógica indutiva. Segundo Bogdan e Biklen (1994) a aquisição de dados descritivos, conseguidos pelo pesquisador diretamente como fato a ser pesquisado, com maior ênfase no processo de constituição do que em seu produto final, preocupando-se em destacar as

perspectivas dos sujeitos. Essa possibilidade, permitida pela interação com e entre os sujeitos da pesquisa, afigura-se relevante nesse campo de estudo.
Os anos para descrição, análise e interpretação vão de 1916 a 1964, expostos em ordem cronológica, tendo em vista o movimento entre documentos, fatos e fragmentos. Ressalto que durante o período e as lógicas da pesquisa, demarcada com o golpe de 1964, a ditadura e o exílio brasileiro, há que se destacar o fato de o *corpus* teórico e metodológico se dilatar e se expandir alcançando perspectivas que assumem outros meandros, aqui incluindo os países africanos ex-colônias de Portugal e por ora se mostram parcialmente contemplados.

3. A utopia sangra aos golpes da ditadura e aos processos de colonização

América Latina, Brasil, África, PALOP e a utopia[4] que sangra[5] aos golpes das ditaduras e dos processos de colonização e resiste, insiste. É uma relação dialética, a utopia concreta fundamenta-se no movimento de uma realidade cujas possibilidades ela descobre. Portanto, a utopia, a partir de então, é o que poderá ser e o possível pelo qual deveremos lutar. É essa dialética que direciona para as possibilidades de mudanças.
Uma imagem representativa para se pensar no futuro e nas utopias é a do horizonte. O horizonte esconde o que está adiante, no futuro, mas no fluir do tempo, o horizonte também é revelador, pois, historicamente, o futuro vai sendo transformado em presente. O horizonte é infinito, é fronteira entre presente e futuro.

> Janela sobre a utopia
> Ela está no horizonte – diz Fernando Birri. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminho, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar (GALEANO, 2007, p. 310).

A possibilidade de pensar para além do horizonte, além dessa fronteira é um dos elementos centrais da emancipação humana, pois apesar dos condicionamentos sociais e culturais das sociedades divididas em classes, há um espaço de reflexão e ação autônoma que permite a construção de uma consciência acerca da dominação vigente com potencial de superá-la.
Neste trabalho, a utopia permite uma ligação entre o presente e o futuro, no momento em que ela se enraíza no presente em mudança, influenciando-o e sendo influenciada por ele. Como um processo dialético, o desejo é que o movimento real seja em forma de transformação social, uma vez que a utopia é para o futuro e precisa estar associada ao movimento social real e presente. Utopia como sonhos possíveis, nos "inéditos viáveis" e na esperança que possuí uma dimensão anunciante e denunciante. Denunciante de um presente que temos e anunciante de um futuro que queremos, pois

> [...] ao repensar os dados concretos da realidade, sendo vivida, o pensamento profético, que é também utópico, implica a denúncia de como estamos vivendo e o anúncio de como poderíamos viver. É um pensamento esperançoso, por isso mesmo. É nesse sentido que [...] não apenas fala do que pode vir, mas, falando de como está sendo a realidade, denunciando-a, anuncia um mundo melhor (FREIRE, 2000, p. 118-119).

---

4 A palavra foi cunhada a partir dos radicais gregos οὐ, "não" e τόπος, "lugar", portanto, o "não-lugar" ou "lugar que não existe". Utopia é termo inventado por Morus que serviu de título para uma de suas obras por volta de 1516, sobre um lugar novo e puro onde existiria uma sociedade perfeita. Diferentemente dele, o conceito que adoto se ancora em VÁZQUEZ (2001); LEFEBVRE (2008); GALEANO (2007), FREIRE (2000) e PEPETELA (1997). Com os autores o sentido empreendido é que a realidade também é a utopia, já que é a partir do que se vive no real que se projetam as ideais, os sonhos, as esperanças de um futuro melhor e é feita a partir dos movimentos de transformação dessa realidade.

5 Dada à sua relevância, no momento supracitado, a expressão "sangra" denota violência, assassinatos, tortura. Tendo em vista que não fique no senso comum, atribuo à ela significado profundo e histórico.

> O conceito de utopia, pensado sob a perspectiva da América Latina e de África de modo geral e de modo particular do Brasil e dos PALOP é, ao mesmo tempo, pensar passado e futuro, é volver o olhar e os passos para os processos, é revolver memórias e devolver esperanças para os países e os povos.

A América Latina e, em especial Brasil, Chile e Argentina compartilham da infame herança das ditaduras militares – que cronologicamente se inicia no Brasil em 1964; irrompe brutalmente no Chile em 1973 e em 1976 na Argentina – deixando um rastro de sangue e irreversíveis sequelas sociais. A manifestação torpe da longa permanência da tutela autoritária, do terrorismo de Estado, com o assassinato e desaparecimento de oponentes políticos, das desastrosas políticas neoliberais e crises econômicas, da repressão aos movimentos sociais e o exílio imposto.

É a América Latina, a "região das veias abertas" e, assim escreve Galeano que desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transforma em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula nos distantes centros de poder. Para o autor "nossa derrota esteve sempre implícita na vitória alheia, nossa riqueza gerou sempre a nossa pobreza para alimentar a prosperidade dos outros: os impérios e seus agentes nativos" (GALEANO, 1987, p. 14).

O que são os golpes de Estado na América Latina senão os sucessivos episódios de torturas e violências, assassinatos e perseguições, exílios que se converteram em fatos cotidianos. As ditaduras são como tumores a serem extirpados, mas que revelam a contaminação dos sistemas, sufocando o oxigênio da liberdade cuja guarda pretoriana é convocada para salvaguardar a "ordem", isso assevera que "a engrenagem internacional continuou funcionando: os países a serviço das mercadorias, os homens a serviço das coisas" (ibidem, 1987, p. 287).

Enquanto que respaldada nas bulas pontificais e nas caravelas, a colonização mais recente de África tem como marco a expansão marítima europeia e os descobrimentos no princípio do século XIV. A ocupação territorial, o abuso econômico, o domínio político, a destruição de reinos, o controle das tribos, a produção escravista, o apagamento da cultura, a imposição de hábitos, cultos, idiomas e demais práticas de violência, poder, exploração estenderam-se até a metade do século XX, quando as colônias começaram a conquistar a independência num processo que se chamou de descolonização.

No entanto, ainda subsistem vários territórios de África ocupados por países europeus e outros que decidiram por referendo popular manterem-se colônias. A descolonização acontece até hoje sobre o lastro das inúteis e injustas guerras. Longe de ter desaparecido, o colonialismo permanece, acumulando apenas superficiais metamorfoses.

A luta pela liberdade e contra a dominação estrangeira é um fator concreto e permanente da tradição histórica dos povos africanos. Idealizada e realizada sob diversas formas confirma a inalienável vocação para determinarem seu próprio destino.

Há uma relação dialética entre consciência, engajamento e luta de libertação. A consciência exerce um papel nas suas relações com os projetos de nação e o povo:

> A expressão viva da nação é a consciência do movimento do conjunto do povo. É a práxis coerente e esclarecida dos homens e das mulheres. A construção coletiva de um destino, a assunção de uma responsabilidade à dimensão da história (FANON, 1979, p. 150-151).

O ano de 1960 – Ano de África, é fértil em exemplos de vitórias e derrotas da luta de libertação do colonialismo e das sequelas da exploração dos africanos e de África. É o ano em que África começa a gritar liberdade e a tornar o movimento nacionalista mais visível aos olhos do mundo.

Os anos seguintes continuaram palco de intensa efervescência e segregação no continente africano. Palco minado, cujos cenários se dividem e são ocupados também por sujeitos e grupos que tiveram a coragem e a audácia de quebrar a parede do silêncio erguida à volta dos povos das colônias e chamar as atenções do mundo para o seu drama.

Drama de uma trama que se dá encoberta por peles e máscaras, através da discussão de como essa opressão (étnico-racial) acontece, os resultados dela e a relação entre o colonizador (branco) e o colonizado (negro), desmistificando o complexo de inferioridade e o fator de dependência do colonizado para que se quebre este círculo vicioso e se perceba um mundo de originalidade e força essencial do africano. Se não houvesse a opressão do colonizador, ou do branco, não haveria a necessidade da máscara (FANON, 1983).
A geração da utopia é o retrato sofrido daqueles que sonharam edificar a epopeia das lutas pela independência, mas que logo se frustraram com as guerras civis que a sucedeu, das glórias e das sombras que marcaram esses longos anos de permanente conflito e descontentamento e da indiferença que insidiosamente se tornaram o estigma de tantos desses homens e mulheres que fizeram, apesar de tudo, um país novo (PEPETELA, 1997).
As utopias latino-americana e africana sangraram aos golpes da opressão e da ditadura, da colonização e da violência. E 50 anos após o golpe de 1964 no Brasil e 40 anos da independência de Guiné-Bissau, a distância entre a utopia e opressão na América Latina, na África e no mundo atual parecem não terem-se afastado.
As reflexões críticas atingem o tom de amargor e protesto com utopia defendendo a transformação social e a igualdade de direitos. As ditaduras e os exílios na América Latina, os processos de colonização portuguesa em África ainda sangram sob o domínio incontrastável do capital especulativo estrangeiro, o ataque sem precedentes contra o "direito à vida" e "à liberdade" nos países considerados terceiro mundo faz cair as noites da violência não só sobre os projetos de transformação social ou sobre as alternativas políticas de reconstrução da esquerda latino-americana e africana, mas encobrem os dias da utopia dos confrontos e diálogos em busca do equilíbrio possível entre os desiguais, deixando vir a mostra os trágicos efeitos do cenário sócio histórico desolador, em que as políticas hegemônicas partem ao ataque das conquistas sociais da população e do pensamento pedagógico libertador, insistindo na exploração de povos e seus continentes.

4. Os PALOP no entrecruzamento da militância político-pedagógica

Sem condições de aprofundar é importante que algumas questões de África, e sobretudo, relacionadas aos PALOP, com ênfase na militância e nas inserções político-pedagógicas durante o exílio brasileiro sejam analisadas como parte do processo de colonização, descolonização e dos movimentos para a independência (ALENCASTRO, 2000; CABRAL, 1976; DAVIDSON, 1975, 1979; FANON, 1980).
As províncias de ultramar contêm do lado Atlântico Guiné-Bissau e as ilhas de Cabo Verde, Angola, São Tomé e Príncipe e do Índico Moçambique. A partir de setembro de 1973 com a independência da Guiné-Bissau elas continuam mudando o mapa de África, embora partindo dos mesmos ideais de luta pela libertação, cada uma apropriou-se deles consoante as suas realidades e exigências conjunturais, escrevendo assim sua própria história.
Os processos de independência foram extremamente diversos e englobam uma multiplicidade de grupos étnicos, facções políticas, propostas, estratégias e teorias. Então, há lacunas identificáveis e serão perceptíveis questões que não aparecem ou aparecem de forma superficial. Até porque existem muitas Áfricas e as diversidades e desigualdades persistem, inclusive entre as Áfricas de língua portuguesa.
Tornados independentes e com um rumo próprio, cada país segue nas órbitas de influência geopolítica de conveniência e interesses, tendo em conta suas potencialidades econômicas e estratégias, suas redes relacionais e políticas. A exclusão social, a miséria e a violência marcam ainda o panorama dos PALOP.
As figuras do colonizador e do colonizado nos falam de uma realidade, de uma situação humana e de um fenômeno histórico que, torna sem direito de auto definição os colonizados, eles são "perfilados" pelos colonizadores. Não podem, por isso mesmo, nomear-se nem nomear ao mundo que lhes é roubado (MEMMI, 1977).
Realidade é uma palavra sempre presente nas propostas do casal Freire e de Amílcar Cabral. Uma inserção como essa, deve, basear-se na realidade, onde a militância é munição para a luta por coisas práticas: pela educação, paz e liberdade, por melhores condições de vida e pelo futuro daqueles países; significa a melhoria concreta na vida das pessoas.
A militância ensina que os problemas pedagógicos são, sobretudo, ideológicos e políticos, por mais que essa constatação possa assustar a educadores que falam em fins abstratos da Educação e sonham com um modelo

de ser humano desgarrado das condições concretas em que o ser humano se acha inserido (FREIRE, 1978). A complexidade entre os sujeitos e o exílio aponta para as ações de militância nas quais, uma parte dos brasileiros se engajou e destaca a diáspora latino-americana causada pelos golpes de Estado e das ditaduras.

> A Europa foi o próximo porto da maioria [...] Mais tarde, a África, outro continente, tão desconhecido e diferente e tão próximo dos brasileiros. A perspectiva de volta ia se afastando junto com a América Latina, empalidecendo. A necessidade de se adaptar ao novo país de exílio parecia inadiável. O aprendizado de línguas, a luta pela sobrevivência material como parte do cotidiano. A militância teve que ser reavaliada [...] Os exilados se espalhando pelo mundo, por países e continentes. A diáspora (ROLLEMBERG, 1999, p. 87).

Para compreender de que forma essa diáspora influenciou as ações realizadas por exilados e apoiadas por militantes de variadas segmentos bem como o alcance das mesmas, surge em África um mapa que faz emergir tempos e lugares que acolheram grupos tendo em vista a criação, atuação e transformação junto aos povos ditos e tidos colonizados.

Figura 02

Mapa com a circulação diaspórica de Elza e Paulo Freire durante o exílio brasileiro a partir das inserções, atuações e militância político-pedagógicas em África (PALOP).

Fonte: Elaborado pela pesquisadora como resultado de pesquisa e disponível em SPIGOLON, 2014, p. 302.

A militância faz parte das estratégias de sobrevivência, das questões de identidade e, consequentemente da invenção de novas formas de atuação política (TARROW, 2009; ROLLEMBERG, 2007).

Parto do pressuposto de que é atribuída ao exílio uma aproximação não somente ideológica, política, pedagógica ou cultural com África e seus movimentos de luta pela descolonização, há o surgimento de características de grupos que operavam na via de ações coletivas sem serem vinculadas a partidos, instituições, nacionalidades ou apenas a um território. Grupos que por um lado faziam contraponto ao imperialismo instituído se colocando em defesa da liberdade ou que por outro tiveram suas vidas invadidas e atingidas pelo abuso de poder e que ao se posicionar de forma contrária à opressão e violência e que se entrecruzam através da militância em terras estrangeiras.

Esse posicionamento individual e coletivo não desistoriciza o sujeito, ao contrário. O casal Freire passa a ser parte desses grupos, é a historicidade à qual eles são submetidos que mostra como são arremessados ao exílio, eles não optam. É o exílio que os torna militantes e, os classifica militantes de esquerda. Elza e Paulo Freire como outros que atuaram em África na condição de exilados políticos militantes são considerados de esquerda. O deslocamento corporal e espacial provocava rupturas e abria conexões de sentido. É o deslocamento da militância que a partir de África passa a ser mais humanitário. Ele rompe fronteiras com o local, regional e nacional, passa a ser mundial; sai da dimensão do individual para ser universal. O sujeito é o deslocamento.
Atuar em África era ser aliado da luta pela descolonização e de todo o ideário que ela significava. Esses tempos e espaços reuniram brasileiros, exilados ou não, pessoas daquelas e de demais partes do mundo, uniram mãos, corações, ações.
África reuniu esperança, utopia e realidade. O que o casal Freire viveu em África foi realidade e não apenas uma esperança ou utopia. O engajamento que os movimentos revolucionários de libertação nacional produziram em Elza e Paulo Freire representou um compasso de espera com sentido diferente, para o casal era poder fazer lá, com adultos analfabetos também, o que eles tiveram interrompido no Brasil (SPIGOLON, 2009).
É possível fazer tais conjecturas, pois lá foi o ápice do processo de exílio, a partir do golpe de 1964. Enquanto o retorno ao Brasil não se assegurava, e o compasso era de espera o continente africano representava simultaneamente países, povos colonizados e os que lhes davam apoio faziam conhecer ao mundo o campo minado das relações naquelas regiões.
A comoção internacional causada pela ampla discussão e divulgação em torno da situação explosiva que vinha acontecendo nas colônias portuguesas de Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique, fortaleceu no período a configuração de redes que se encontravam nos caminhos de luta, resistência e sobrevivência, que eram também caminhos entrecruzados de exílio e militância em África.
Essa atuação marcou o exílio brasileiro de diversas formas. As influências, consequências e contribuições se mostram notáveis através dos percursos de Elza e Paulo Freire e de exilados que concentraram e localizaram boa parte de suas inserções.

> Nos anos 70, trabalharam na África, especialmente nas ex-colônias portuguesas: Cabo Verde, Angola, São Tomé e Príncipe e, mais efetivamente na Guiné-Bissau, assessorando esses países numa ampla campanha de alfabetização (FREIRE, Lutgardes Costa, in COSTA, 2001, p. 342).

Huco Monteiro integrou atividades do período e presta depoimento emocionado sobre o impacto em longo prazo da colaboração entre exilados e os novos quadros africanos.

> Havia de maneira substantiva exilados brasileiros e latino-americanos que estavam aqui desde o início da independência, a trabalhar e colaborar em diversos setores porque naqueles momentos primeiros havia um desnível grande de instrução [...] era importante para nós e para eles estarem cá e poderem ajudar a transformar a Guiné-Bissau [...] encontravam não só aquilo que queriam para os seus países – a libertação e, normalmente pela via revolucionária, mas digamos que encontravam também um espaço de transformação que ainda não tinham encontrado no exílio [...] E todos tinham aqui como sua pátria que podiam fazer alguma coisa, diferentemente do exílio na Europa aonde eram mais um, aqui não eram transformadores [...] todos que elegeram a Guiné-Bissau como espaço de liberdade foram abrigados (Huco Monteiro, 2013, in SPIGOLON, 2014, p. 297).

Sem querer generalizar e apenas localizar Guiné-Bissau nestas configurações, pois foram vários os países que deram abrigo a exilados: Cabo Verde, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe. África também de convivência, de revolta e de sentimentos que se encontraram naqueles anos, os primeiros da independência e os últimos do exílio brasileiro.

> Das conversas que nós tivemos e da vida que nós dividimos, posso dizer que era uma vida agregada. Eu senti na vivência com eles, primeiro uma revolta grande

> contra o imperialismo e aqui nós éramos uma pátria contra o colonialismo, uma revolta grande contra a ditadura, nós aqui não sabíamos o que era ditadura, vivemos depois uma [...] eram contra as ditaduras que se instalaram nos seus respectivos países, e também nessa altura aprendi a conhecer as torturas, os assassinatos, os desparecimentos no Brasil, no Chile e em outros países. [...] mas sempre com aquela esperança e expectativa, de algum dia poderem voltar aos seus países e poderem lutar pela transformação. Eles só estavam aqui por causa da ditadura e do exílio, que os obrigou a fugir ou os expulsou, outros foram presos, alguns viram os familiares assassinados, tiveram que sair por estratégia de sobrevivência, senão iriam perder a vida também [...] muita nostalgia, muita revolta e muito encanto por Guiné-Bissau (Huco Monteiro, 2013, in SPIGOLON, 2014, p. 298).

Espaços e tempos onde os princípios educativos que nortearam o trabalho de Elza e Paulo Freire perpassaram os de Amílcar Cabral e os do PAICG.

> Eu jurei a mim mesmo que tenho que dar toda a minha vida, toda a minha energia, toda a minha coragem, toda a capacidade que posso ter como homem até ao dia em que morrer ao serviço do meu povo, na Guiné e Cabo Verde. Ao serviço da causa da humanidade, para dar a minha contribuição, na medida do possível, para a vida do homem se tornar melhor no mundo. Este é que é o meu trabalho (CABRAL, Amílcar, in Seminário de Quadros do PAIGC, 1969).

O PAIGC tinha como objetivos: "1 – Independência imediata e total na Guiné e em Cabo-Verde; 2 – Unidade da Nação na Guiné e em Cabo Verde; 3 – Unidade dos povos da Guiné e de Cabo Verde; 4 – Unidade Africana; 5 – Regime democrático, anti-colonialista e anti-imperialista; 6 – Independência econômica, estruturação da economia e desenvolvimento da produção; 7 – Justiça e progresso para todos; 8 – Defesa nacional eficaz e ligada ao povo; 9 – Política internacional própria, no interesse da Nação, da África, da paz e do progresso da humanidade" (Programa do PAIGC).

É inconteste o papel do Projeto de Unidade Nacional – Guiné-Bissau e Cabo Verde, em relação a Angola e São Tomé e Príncipe, tendo em vista a inserção e a produção político-pedagógica do casal Freire, pois eles chegam por Guiné, de lá seguem para Cabo Verde e em movimentos de circulação passam a trabalhar nos PALOP. Guiné se torna o elo de "união e luta", cujos desdobramentos influenciam as demais atuações, refletindo inclusive nos materiais produzidos.

África era um território que havia muito por se fazer e a libertação pela via da Educação e da revolução representava um espaço de transformação.

O exílio tem sido um tema que cresce em importância, seja em razão do momento histórico do Brasil, seja segundo Said (2003) em razão de tantas diásporas produzidas, frutos da violência, das guerras, da incompetência e intransigência de elites nacionais.

O exílio brasileiro foi consequência do aparato utilizado pelos militares para manterem-se no poder no período de 1964/85, ele atingiu homens e mulheres, sozinhos e acompanhados, adultos e crianças que saíram do país, independente do seu grau de envolvimento com os acontecimentos, em virtude de se tornarem alvo da ditadura, dentre eles Elza, Paulo Freire e seus filhos: Madalena, Cristina, Fátima, Joaquim e Lutgardes.

O golpe de 1964[6] depõe o governo de João Goulart e os grupos a ele vinculados e leva certa utopia ao cárcere. Ações, permanências e vidas em solo brasileiro são drasticamente afetadas numa demonstração do poder

---

6 A perspectiva Dreifussiana considera que o golpe que levou a conquista do Estado pelo bloco de poder ligado aos militares não constituiu "um mero reflexo da supremacia econômica" mas "um resultado de uma luta política empreendida pela vanguarda destes novos interesses". Com isso, designo o golpe de 1964, como civil-militar, em decorrência da atuação de setores da sociedade, organizados em blocos de poder, como: bloco econômico multinacional e associado, autoridades eclesiásticas, intelectuais e políticos de orientação liberal-conservadora, meios de comunicação e mídia, demonstrando que era necessário "conquistar o Estado" (Dreifuss, 2008, p. 482).

arbitrário e abusivo, que persegue, expulsa e exila. Os Freires somam-se ao contingente de brasileiros exilados. O exílio é um mecanismo de exclusão política, terrorismo de Estado, que desenvolve papel fundamental nas configurações das relações nacionais, latino-americanas e mundiais. A experiência de ser exilado para o indivíduo e o grupo representa

> [...] comporto dolor y sufrimento – desarraigo, perdida de identidad, la interrupción violenta de todas las actividades de la vida cotidiana [...] un violación de los Derechos Humanos; por último, los exilados realizaron un labor politico de denuncia internacional del terrorismo de Estado (YANKELEVICH, 2007, p. 11).

As agruras do exílio sob os auspícios da ditadura preconizam um período sombrio da história do Brasil. São temporalidades às quais se fundem utopias e sentimentos e, de modo geral identificam conjunturas nacionais e internacionais, que a par dos percursos do casal Freire nos permitem elaborar denúncias humanitárias, apontar processos de resistência democrática e identificar propostas político-pedagógicas. É o exílio vivido e sentido que coaduna com as configurações e as injunções advindas também dos processos de colonização.
A força do exílio e recordações de situações vividas pelos exilados

> [...] nos compele estranhamente a pensar sobre ele [...] Ele é fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar [...] é dor mutiladora da separação. As realizações do exílio são minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre (SAID, 2003, p. 46).

No compasso do exílio passado/presente/futuro movimentam utopias e propagam visões de mundo construídas no cotidiano de práticas sociais repletas do que nos passou, nos aconteceu e nos tocou (LARROSA, 2002). São reflexões e inflexões das experiências iniciadas no Brasil que alentam propostas político-pedagógicas de Paulo durante o exílio.
Os exilados brasileiros mantinham estigmas. No entanto, em África, envolvidos nas configurações encontraram a própria liberdade na luta pela liberdade do outro.

5. Considerações

Eram tempos da ditadura brasileira e de exílio... eram tempos de revolução para a libertação nacional e reconstrução de países africanos destruídos pelo colonialismo.
A colonização é uma forma de opressão. E a prática da liberdade só encontra expressão numa Educação em que o oprimido tenha condições de reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito da sua própria destinação histórica. A violência dos opressores, que os faz também desumanizados leva os oprimidos a lutar contra quem os fez sentir menos. A luta pela humanização só tem sentido quando os oprimidos ao buscarem sua liberdade e humanidade, que é uma forma de criá-la, conseguem libertar-se a si e aos opressores, é um processo mediatizado pelo mundo (FREIRE, 1972).
A descolonização de África de modo geral e, das colônias portuguesas em particular e o processo de reconstrução dos países recém-independentes criou também um amplo campo de atuação profissional, de militância e de sobrevivência para os exilados.
É em África que o casal Elza e Paulo Freire vai viver os últimos anos do exílio, mas é lá justamente que eles vão entrar em contato com o pensamento de esquerda anticolonialista e a militância propriamente revolucionária e libertária, é nos PALOP, embora esse processo tenha tido início quando eles passam a viver na condição de exilados, em decorrência do golpe civil militar de 1964 e da ditadura instaurada.
África como Elza e Paulo Freire desdobram-se em memórias vividas, contadas e lidas. Elza Freire destaca-se e as palavras fazem tessitura de tempos, espaços, lugares, experiências:

> Trabajamos em África [...]. Ahi descubri a la profesora Elsa; quien enseñaba a aquellos africanos el camino para encontrar las palavras generadoras, los temas generadores a partir del universo vocabular cuando ella los enseñaba yo tambien aprendia. Con

> ella, tambien, discutíamos y analizabamos la politica nacional, la economia del pais, la belleza y el dolor de África (Arturo Ornelas Lizardi, 1987).

A opção por África e, em especial pelos PALOP, representou uma oportunidade de reconstrução de projetos de vida para os exilados e, ao mesmo tempo para o casal Freire.

Utopias que servem de *leitmotiv* a este encontro... em que africanos e brasileiros de várias gerações e de diferentes horizontes se juntam para interpelar o passado, questionar o presente e interrogar o futuro da humanidade em geral, e de África e do Brasil em particular, ante os complexos desafios da realidade e na necessidade da luta libertária em comum, da vontade própria relacionada a si e ao outro e equacionada no ensinar e aprender, no simples valor de cada ser humano.

Naqueles países a dimensão de humanidade que se despontava no horizonte, a cultura e a luta social tornam-se referências e "a educação é identificada como recurso que proporciona reflexões entre teoria e prática e permite intervir na realidade aonde se insere" (SPIGOLON, 2012, p. 171). Quando fui perscrutá-la percebo que o trabalho realizado pelo casal Freire vai além do sentido de humanidade que conferimos a eles hoje.

As configurações dos PALOP e da militância marcam o trabalho de Elza e Paulo Freire durante o exílio e, é por elas que acontecem as inserções político-pedagógicas do casal em África. É por elas que continuam a se abrir o desconhecido de povos e países, que estendem novos olhares sobre a realidade pós-colonialista.

Com base nessas experiências, o casal vai militar, politica e pedagogicamente, nos trabalhos de Alfabetização com Adultos e nos diversos projetos de reconstrução nacional.

A inserção deles naqueles países e nos movimentos revolucionários faz repensar o que é ser brasileiro e deixa emergir outra noção do que é ser africano, "que não se refere simplesmente a eventos históricos ou a componentes de um corpo político patriótico" (BHABHA, 1998, p. 206), que diz respeito somente à história da libertação nacional, mas aos sentidos que se podem conferir a essa experiência factual, tomada em toda a sua dimensão coletiva, individual, material e simbólica.

O passado e o futuro, o antigo e o novo, o presente e a continuidade. Na memória de cada um, tudo isto mobilizado para a realização de trabalhos e projetos em comum.

A África representou percursos do exílio brasileiro e cenários de militância político-pedagógica. A presença do casal Elza e Paulo Freire e dos que, como eles exilados, nos países aviltantemente chamados pelos colonialistas portugueses de "províncias de ultramar", foi marcada pela participação no campo das lutas de libertação nos PALOP em geral e, particularmente, no da Educação de Adultos.

A utopia permanecia no horizonte e, acontecia com o engajamento militante no esforço de reconstrução nacional, um desafio que não pertencia apenas ao seu povo, fazia parte dos que com eles se comprometiam. Ali se transformaram em camaradas também: Elza Paulo Freire e outros exilados. Os camaradas tem em comum o ideal de que por meio da educação libertária se consolidaria a independência e se formaria a soberania dos novos países. Elza e Paulo Freire, exilados políticos brasileiros, se convertem em camaradas também.

Referências

ALENCASTRO, L. F. de. (2000), *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras.

ARTURO ORNELAS LIZARDI. (1987), *Elsa Maia Costa de Oliveira, Elsa Freire*. Cuernavaca, México. Datilografado, cedido à pesquisadora.

BHABHA, H. K. (1998), *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

BOGDAN, R. e BIKLEN, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos.* Porto: Porto Editora.

CABRAL, A. (1976), A arma da teoria: unidade e luta. In: *Obras escolhidas de Amílcar Cabral.* In: ANDRADE, M. de (Org.). Lisboa: Empresa de Publicidade Seara Nova.

_____. (1969) Intervenções. In: *Seminário de Quadros do PAIGC*, Guiné-Conacry, de 19 a 24 de novembro. Mimeo.

DAVIDSON, B. (1975), *A libertação da Guiné: aspectos de uma revolução africana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

_____. (1979), *A política da luta armada: libertação nacional nas colônias africanas de Portugal.* Lisboa: Editora Caminho.

FANON, F. (1980), *Em defesa da revolução africana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

_____. (1979), *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

_____. (1983), *Pele negra, máscaras brancas*. Rio de Janeiro: Editora Fator.

FREIRE, L. C. (2001), Paulo Freire por seu filho. In: *Paulo Freire – Vida e obra.* SOUZA, Ana Inês (Org.). São Paulo: Editora Expressão Popular Ltda.

FREIRE, P. (1972), *Pedagogia do Oprimido*. Porto: Afrontamento.

_____. (1978), *Cartas a Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (2000), *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP.

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (2007), *As palavras andantes*. Porto Alegre: L&PM.

HUCO MONTEIRO. (2013), Depoimento, Bissau, Guiné-Bissau. Entrevista concedida à pesquisadora em 02 de outubro.

LARROSA, J. (2002), "Notas sobre a experiência e o saber da experiência". *Revista Brasileira de Educação* nº 19, p. 20-28.

LEFEBVRE, H. (2008), *Espaço e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

MEMMI, A. (1977), *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MILLS, C. W. (1975), *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

_____. (2009), *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.

PEPETELA [PESTANA, A. C. M.] (1997), *A geração da utopia*. Lisboa: Dom Quixote.

Programa do PAIGC. In: Acervo da Fundação Amílcar Cabral, Praia, Cabo Verde. S/d; S/Ed. Mimeo.

ROLLEMBERG, D. (1999), *Exílio entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Editora Record.

SAID, E. (2003), *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras.

SPIGOLON, N. I. (2012), "Fases do exílio, sob as faces do tempo. Processos da pesquisa sobre Elza Freire". *Revista do EDICC*, v. 1, nº 1, p. 165-173. Disponível em <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/edicc/index> [Consultado desde 2012].

_____. (2009), *Pedagogia da Convivência: Elza Freire – uma vida que faz Educação*. Dissertação de Mestrado, Campinas: Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas.

_____. (2014), *As noites da ditadura e os dias de utopia – o exílio, a educação e os percursos de Elza Freire nos anos de 1964 a 1979*. Tese de Doutorado, Campinas: Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas.

TARROW, S. (2009), *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes.

VÁZQUEZ, A. S. (2001), *Entre a realidade e a utopia: ensaios sobre política, moral e socialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

YANKELEVICH, P. (2007), Apresentación, In: YANKELEVICH, P. y JENSEN, S. (Orgs.). *Exilios: destinos y experiências bajo la dictadura militar.* Buenos Aires: Libros Del Zorzal.

GT 77
Media e Império Português

4 de Fevereiro de 1961 – o ato inaugural da guerra colonial em angola narrado pela imprensa portuguesa, inglesa e francesa

Tânia Alves[1]
tania.alves@ics.ul.pt

Resumo: Na madrugada de 4 de fevereiro de 1961, um assalto às cadeias de Luanda onde estavam presos nacionalistas angolanos assinalava o início da contestação à dominação portuguesa em Angola e encetava a queda do império português em África. No rescaldo do assalto ao navio Santa Maria e tendo como pano de fundo o ocaso dos Impérios Coloniais modernos, os assaltos às cadeias de Luanda angariaram uma ampla atenção na imprensa, portuguesa e estrangeira, e tiveram um impacto profundo no regime ditatorial de Salazar. Os assaltos fizeram deflagrar uma guerra que, durante 13 anos, opôs os movimentos de libertação africanos às forças armadas portuguesas em três grandes frentes – Angola (1961), Guiné (1963) e Moçambique (1964). Este longo conflito veio a ser determinante na mudança do rumo político de Portugal em 1974 no sentido da sua democratização e de uma dinâmica de descolonização tardia.
Através da análise crítica do discurso (Dijk, 1985; Fowler, 1991; Fairclough, 1995), analisamos neste texto o modo como a ditadura salazarista, que cerceou a liberdade dos *media,* tentou controlar a cobertura de quatro jornais diários de Lisboa a propósito destes assaltos. Observamos depois como os jornais franceses e ingleses, atuando num contexto de liberdade de imprensa, narraram este começo do colapso da soberania portuguesa em África e a obstinação do Estado Novo[2] em preservar os seus territórios, numa orientação contra-ciclo com o fim dos demais impérios.

Palavras-Chave: Imprensa, Estado Novo, Angola, Censura, 4 de Fevereiro

1. O Comunicado do Governo-Geral de Angola

Em plena vigência da forte censura do Estado Novo, o *Diário de Lisboa,* um jornal vespertino prestigiado pela atitude de crítica face ao regime, noticia a 4 de Fevereiro de 1961, bem ao centro da sua primeira página, que "Três grupos armados tentaram a noite passada libertar presos em Luanda". A peça cinge-se a uma reprodução do comunicado do Governo-Geral de Angola, enviado pelo Secretariado Nacional de Informação (SNI), órgão dedicado à propaganda do regime no país e no estrangeiro e à centralização, tratamento e divulgação das

---

1 Tânia Alves é doutoranda em Sociologia no ICS-UL e bolseira de doutoramento da FCT. É licenciada em Jornalismo pela Escola Superior de Comunicação Social (ESCS) e Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, no ISCTE-IUL. Integrou entre Junho de 2010 e Junho de 2013 o Projecto de Investigação "Mutação dos Media: Transformações na Comunicação Pública e Científica" (PTDC/CCI-COM/100765/2008), resultante de uma parceria entre o ICS-UL e o LabCMO, Université du Québec. Presentemente, desenvolve uma tese de doutoramento intitulada "A Guerra Colonial na Imprensa (1961-1974) - Estudo comparativo de Jornais em Portugal, Inglaterra e França".

2 "Estado Novo" é o nome dado ao regime português que prevaleceu entre 1933 e 1974, apoiado na doutrina social da Igreja Católica, num forte corporativismo de Estado, e numa linha de ação económica nacionalista assente no ideal da autarcia. Foi marcado também por organizações de doutrinação de massas e por uma forte repressão exercida pela polícia política (PIDE) e pela censura aos meios de comunicação e a toda a produção cultural.

informações que versassem assuntos de caráter nacional. O mesmo comunicado surge nesse dia na primeira página de um outro vespertino de Lisboa, o *República*, abertamente oposicionista, sob o título vago e pouco informativo "Em Angola". Com o intuito de controlar a opinião pública, considerada um elemento fundamental da administração do país, tais notas oficiosas eram de inserção obrigatória, ameaçando-se com a suspensão os periódicos que não acatassem a ordem de divulgação (Cabrera, 2005; Tengarrinha, 2006; César, 2012). O anúncio dos assaltos às cadeias em Luanda chegará às primeiras páginas dos jornais matutinos *O Século*[3] e o *Diário de Notícias*[4], que observavam menor distância face ao regime, apenas no dia seguinte, altura em que despontam a esse respeito vários artigos nos *media* estrangeiros.

Na imprensa inglesa, as primeiras notícias do ato inaugural da luta armada em Angola surgem a 5 de Fevereiro de 1961, nos jornais de domingo como o *The Sunday Times,* o *Sunday Telegraph,* o *Sunday Herald* e o *The Observer*. Os jornais franceses *Le Monde* e *Le Figaro* também noticiam os assaltos na sua edição do dia 5/6 de Fevereiro. Trata-se ainda de artigos breves, e cujas informações se fundamentam no comunicado enviado pelo SNI e nos dados das agências portuguesas Lusitânia e ANI, ligadas ao regime.

Porque se trata de uma peça-chave para compreender as investidas do poder face a um processo de mudança em curso e pelo vínculo essencial entre os acontecimentos históricos e o objeto narrativo, no sentido em que o discurso jornalístico se torna um agente de visão da História, reproduzimos o comunicado do Governo-Geral de Angola:

> "O Governo-Geral de Angola tem recebido, nestes últimos dias, informações vindas do estrangeiro dizendo que se preparava uma alteração da ordem pública em Angola. Nessas informações, insistia-se em que se tratava de um plano de agitação organizado de fora para dentro e coincidindo com o assalto ao paquete Santa Maria. Efetivamente, durante a noite anterior, três grupos de indivíduos armados pretenderam assaltar a Casa de Reclusão Militar, o quartel da Companhia Móvel da Polícia de Segurança Pública e as Cadeias Civis de Luanda, tendo havido baixas, tanto nas guarnições destes estabelecimentos como entre os assaltantes, baixas cujo número, embora pouco elevado, será publicado logo que esteja averiguado. A intenção, ao que se depreende, era libertar prisioneiros, o que não conseguiram. Os responsáveis estão já presos na maior parte e a ordem está restabelecida".

Embora o comunicado atenue a relevância dos assaltos, reduzindo-os a uma mera "pretensão de" e realçando a permanência de tranquilidade em Angola após a detenção dos assaltantes, o facto de o *Diário de Lisboa* o ter colocado exatamente ao centro da sua primeira página indicia a tentativa de este jornal influir, nos interstícios da censura, na construção de um sentido que rivaliza com o plano denotativo do texto. O *Diário de Lisboa* parece chamar a atenção dos leitores para o começo da agitação independentista na África portuguesa. Além do seu tom tranquilizante, o comunicado apresenta alguns elementos informativos que prevalecerão como forças motrizes do discurso veiculado ao longo dos dias seguintes pela imprensa portuguesa sobre estes assaltos.

Agrilhoada ao nacionalismo inflamado do Estado Novo e impregnada da sua mitologia colonial, que concebia o Império como o símbolo idiossincrático do ser-se português e como condição *sine qua non* da independência nacional, a imprensa portuguesa deixa transparecer as tentativas oficiais de dissipar qualquer potencial suposição de volições nacionalistas angolanas contra o império português. Em causa estava a quimera da manutenção perene do Império Português, constitutivo de uma certa ideia de Portugal: a de uma pequena nação engrandecida pelo domínio de territórios ultramarinos (Hammond, 1996; Alexandre, 2004; Mattoso, 1998; Sanches, 2006; Torgal, 1989, 2008). Envolvida num esforço para representar a presença portuguesa em África em termos singulares, alicerçada no mito oficial da indivisibilidade dos seus territórios, sem quebra de unidade ou identidade entre as colónias e a metrópole, a narrativa censurada da imprensa portuguesa camuflou

---

3 "Na última madrugada, três assaltos – dois a cadeias e outro a um quartel da polícia -, com o intuito aparente de libertar presos, foram vigorosamente repelidos em luta" (*O Século*, 05/02/1961).

4 "Grupos armados tentaram assaltar ontem em Luanda a casa de reclusão, o quartel da PSP e a emissora oficial" (*Diário de Notícias*, 05/02/1961).

sistematicamente a origem angolana e negou a natureza anticolonial dos assaltos às cadeias de Luanda. Ao invés, ela construiu uma teia de causalidades tendente à busca de uma via expiatória, mediante a canalização para um foco central, desenhado sempre com traços de externalidade e exortado por uma mão forasteira, que se assumirá como móbil das atribulações em Luanda.

A imprensa portuguesa faz passar a mensagem de que os autores do 4 de Fevereiro estavam conjugados com o comando ibérico que tinha desviado o navio Santa Maria. Há uma especial vinculação ao mentor e líder desta operação, Henrique Galvão[5], um oficial que desempenhara postos de relevo no Estado Novo, nomeadamente o de governador nas colónias, antes de se tornar dissidente de Salazar. A tomada do navio tinha galvanizado os *media* transformando-se num colossal episódio anti-salazarista e anticolonial, já que a libertação de Portugal da ditadura do Estado Novo era apresentada como inalienável da libertação das colónias portuguesas. Daí que os assaltos em Luanda tenham aparecido em *O Século* definidos como o "Segundo Ato" (05/02/1961), estabelecendo assim uma estreita correlação entre ambos os acontecimentos. Os demais jornais de Lisboa referiram os protagonistas dos assaltos como um "apoio de terra" dos "agentes internacionais" da Junta Revolucionária de Libertação Ibérica embarcados no Santa Maria, que teriam aproveitado a vinda a Luanda de jornalistas estrangeiros, destacados para cobrir e evolução do episódio.

As primeiras notícias da imprensa inglesa sobre os assaltos às cadeias de Luanda replicam estas informações do Estado Português de que se tratava de um ato planeado no estrangeiro e alinhado com o sequestro do Santa Maria. Tais notícias repetem também os valores numéricos enunciados na imprensa portuguesa – três grupos de homens armados; sete polícias de segurança portugueses mortos; vários feridos e dezenas de atacantes detidos. Mas diferentemente da imprensa portuguesa, os jornais ingleses enquadraram já os assaltos empregando um termo de conotação bem mais bélica: o ato vem sobrelexicalizado pelo substantivo "ataque". Peter Clifton assina a partir de Lisboa a notícia publicada, vale a pena frisá-lo, logo na primeira página do *The Sunday Times*: "Angola attack fails". O francês *Le Monde* titula os assaltos como uma revolta: "Des bandes d´africains armés se seraient révoltées en Angola" (5-6/02/1961). A reportagem desse dia do *The Observer*[6], jornal com uma inclinação que poderíamos caracterizar como liberal, e que vinha revelando um posicionamento fortemente crítico face ao regime português, prevê já uma "guerra iminente" em Angola, com base numa carta escrita por um pastor protestante africano em Angola, e dirigida ao editor do *Portuguese and Colonial Bulletin* em Londres, João Cabral. Uma semana depois de ter publicado o relatório suprimido de Galvão[7], o *The Observer* volta novamente a dar à estampa um documento que controverte a retórica portuguesa da ausência de crispações raciais ao enfatizar as ameaças por parte dos colonos em Angola de que "todos os negros desleais a Portugal, que não se juntarem aos brancos, serão dizimados".

2. A representação dos assaltantes e a negação da guerra no seu ato preambular

Quando se dão os assaltos às cadeias em Luanda, Portugal e o Estado Novo estavam já amplamente expostos na agenda mediática internacional. A campanha de Humberto Delgado, um militar que, após ter ocupado cargos proeminentes no Exército Português, corporizou o principal movimento de tentativa de derrube do regime salazarista nas eleições presidenciais de 1958, tendo contudo sido derrotado através de uma gigantesca fraude eleitoral, tinha já saltado para as páginas principais de prestigiados jornais ingleses e franceses. Apenas três anos depois, o referido episódio do Santa Maria voltava a colocar Portugal e o regime num lugar de

5 Sobre o percurso de Henrique Galvão, desde as fileiras do Estado Novo à dissidência, ver Galvão (1960, 1961, 1965), Raby (1995), Farinha (1996), Antão (2008), Castro (2010), Mota (2011), Peres (2009).

6 "Angola Report Says: More Repression. Fear of Link with Delgado" (*The Observer*, 5-6/02/1961).

7 Na peça «Rebel Captain´s suppressed Report on Portuguese Africa: "Only the Dead Exempt from Forced Labour», o *The Observer* (29-01-1961) publica a toda a largura da página, o relatório suprimido de Henrique Galvão sobre as condições em Angola, na Guiné e em Moçambique. No relatório, elaborado e apresentado à Assembleia Nacional em 1947, Galvão denunciava a ineficácia, a corrupção e o sistema de trabalho forçado nas colónias portuguesas, chegando mesmo a equiparar a situação aí prevalecente à dos regimes de escravatura.

destaque de grandes órgãos da imprensa estrangeira. Se a imprensa portuguesa, sob os ditames da censura, veiculava a tese de se estar perante um ato de "pirataria", vários jornais ingleses e franceses questionavam com insistência esse rótulo. Eles reconheciam, ao invés, a índole política da ação, pondo em xeque a cobertura jornalística portuguesa, em que o cenário da luta anticolonial referente ao seu próprio Império vinha sendo totalmente sonegado.

Temendo que esta torrente de acontecimentos, desvelados com exuberância nos *media* internacionais, pudesse enfraquecer a sua autoridade colonial, para mais no contexto de uma crescente pressão internacional no sentido da descolonização, fomentada em grande parte pela política anticolonial da administração Kennedy e pela orientação estratégica soviética, o Estado Novo procurou, através da imprensa, manter a opinião pública solidamente coligada ao projeto colonial, consubstanciado no desígnio de um Portugal uno e indivisível. O Estado Novo fez da imprensa a sua principal máquina de propaganda para fomentar o sentimento de orgulho e singularidade nacional, e para sublimar o suposto alto valor da sua obra colonial.

Esta estratégia passou por enfatizar uma expressão de surpresa pela ocorrência dos assaltos, sistematicamente apresentados como um acontecimento inédito, nunca antes ocorrido, rasurando outros episódios de insurreição que tinham já acontecido, como a revolta dos trabalhadores da Cotonang[8] na Baixa do Cassange (Curto e Cruz, 2012), silenciada na imprensa portuguesa e estrangeira. A ênfase posta na índole extraordinária dos assaltos converge no discurso de uma terra angolana pacífica, onde, ao contrário das demais, permeáveis ao flagelo e desgaste da agitação independentista, reinaria a mais absoluta união e serenidade. É à luz de uma conceção que reificava o espectro de Portugal como nação naturalmente imperial e que apresentava a presença portuguesa em África em termos apoteóticos, como totalmente ímpar e erigida numa vontade que se simulava unânime e incontestada, que deve ser entendida esta expressão de estranheza. Ela propende ao mesmo tempo para uma certa deslegitimação desta ação, equalizada com o banditismo, e dos seus autores, ostentados invariavelmente de forma depreciativa, como um bando armado de "díscolos", "malfeitores" e "agentes internacionais" aliados a Henrique Galvão, vindos do Congo e manietados pelo comunismo internacional. Alguns dias mais tarde, o tom sobe e o *Diário de Notícias,* órgão oficioso do regime, rotula-os de "terroristas", mencionando, logo no título da sua primeira página: "Estão presos em Luanda cerca de cem terroristas" (09-02-1961).

Enquanto, entre a imprensa estrangeira, um jornal como o *Sunday Herald* (05-02-1961) não deixa qualquer margem para dúvidas ao anunciar, logo no seu título, ter-se tratado de uma ação desencadeada por "nativos" ("Natives storm Angola jails"), na imprensa portuguesa encontramos a missiva de que os assaltantes não eram angolanos, mas sim estrangeiros e de que assaltos não passam de "um conluio do exterior" (*Diário de Notícias,* 7-02-1961): "Eram estrangeiros *na sua maioria* os componentes do grupo que assaltou as prisões de Luanda", titula o *Diário de Lisboa* na primeira página da edição de 5 de Fevereiro; "Muitos dos assaltantes presos, entre os quais estão alguns europeus, são estrangeiros e nem sequer falam português", lê-se no *Diário de Notícias* (6/02/1961). No dia seguinte, "Não! Não foi a população africana de Luanda…", volta a frisar o *Diário de Notícias* (7/02/1961). Não se pretende aqui resgatar da escrita jornalística dominada pelo regime estado novista uma suposta verdade histórica nem preencher-lhe as inexoráveis lacunas. Interessa-nos principalmente captar o elemento psicológico e de subjetividade que atravessa estas notícias, considerando-o relevante para a construção de um discurso histórico. Ainda assim, não é destituído de importância salientar que esta informação veiculada pela imprensa portuguesa contrasta com as conclusões de estudos sobre estes assaltos em Luanda, segundo os quais não haveria um único estrangeiro entre os autores do 4 de Fevereiro: "Foram angolanos, na sua maioria jovens, a levantarem-se contra o colonialismo português. Queriam libertar os seus e obter armas para lutar contra o colonialismo português, pela independência nacional" (Mateus, 2011: 107-108).

As notícias sobre a nacionalidade dos envolvidos nos assaltos são, no entanto, bastante difusas, ora apresentando-os simplesmente como estrangeiros, ora conjeturando uma amálgama de negros, de quem se diz não serem da África portuguesa, e de alguns brancos europeus, explicando tratar-se de portugueses da metrópole, que teriam

---

8 Em Janeiro de 1961, trabalhadores algodoeiros da Baixa do Cassange recusavam-se recolher o algodão da empresa Cotonang, em protesto contra os baixos salários e o cultivo compulsivo dos produtos impostos pela administração colonial. Seguiu-se uma violenta repressão, na sequência da qual foram mortos centenas de trabalhadores, o que provocou a fuga de muitos outros para o Congo. Esta revolta assinala o prelúdio da Guerra Colonial.

pintado o rosto de negro para passarem despercebidos. Aproveitando o clima de confrontação da Guerra Fria, os assaltos são enunciados não como prefiguração de uma reestruturação do mundo colonial, mas antes como resultado da ambição expansionista soviética. Os responsáveis pelos assaltos serão referidos diversas vezes de "grupelhos a soldo de Moscovo", designação do jornal angolano *Diário de Luanda*, citado pelos diários de Lisboa (5/02/1961). O *Século* põe em evidência, na coluna central da sua primeira página, a notícia "A sinistra mão de Moscovo serve-se de portugueses transviados para a sua obra de agitação em África" (7-02-1961), toda ela assente num jogo quiasmático entre, por um lado, o comunismo, conotado com a malvadez e a perversidade, e, por outro, os portugueses, descritos como corrompidos pela influência comunista. O *Diário de Notícias* (9-02-1961) deixa também a insinuação, manifesta numa parte de um título de primeira página "Barcos russos foram assinalados na costa de Angola".

Encontramos alguns ecos desta acusação do envolvimento comunista nos assaltos na imprensa britânica. O *The Guardian*[9] cita a seguinte passagem do jornal católico português *A Voz*: "Sabemos o suficiente para confirmar a nossa convicção de que os Comunistas e os seus aliados de todos os matizes … estão a desenvolver uma ofensiva contra Portugal a partir do mar das Caraíbas para Luanda e Deus sabe até onde a partir daí". E um editorial do *The Daily Telegraph*[10] sustenta que as únicas pessoas interessadas em fomentar distúrbios em Angola estão "do outro lado da Guerra Fria" e insinua não ser por acaso que há relatos de as armas dos agitadores serem de origem checa e de os envolvidos virem do Congo.

Para reforçar a intriga de desacreditação desta insurreição anticolonial, a imprensa portuguesa refere com frequência o suposto estado de embriaguez e sob o efeito de drogas dos chamados "agitadores". *O Século* (7/02/1961) conclui sobre a sua condição de inebriamento "de vinho e, sobretudo, de liamba, planta gentílica que, fumada em certas doses, leva o fumador a verdadeiros acessos de fúria". Vale a pena citar extensamente uma outra descrição dos assaltantes, divulgada nos jornais *Diário de Lisboa* (7/02/1961), *O Século* (8/02/1961) e o *Diário de Notícias* (8/02/1961):

> "A muitos dos indivíduos que participaram nos assaltos da madrugada de sábado haviam-nos convencido os feiticeiros de que, adquirindo um amuleto pelo módico preço de trinta escudos, se tornavam invulneráveis às balas, desde que a ninguém, mas absolutamente a ninguém, revelassem o seu segredo. Assim os sobreviventes haviam sempre de pensar que os mortos eram precisamente os que não haviam comprado o amuleto. Não menos curioso é verificar como os agitadores para a execução dos seus planos subversivos, até lançam mão dos feiticeiros".

Tudo leva e crer, segundo a encenação dramatúrgica operada por estas notícias, que os acontecimentos se ficaram a dever não a uma qualquer causa ideológica, mas antes a um estado de grande exaltação, a um surto de delírio, enfim, a uma condição de alucinação momentânea. Admitindo que o acontecimento histórico é consubstancial a um determinado *medium* e que a cena jornalística é para o leitor a unidade de base na qual se manifesta a História, o sentido desta estória que a partir da narratividade portuguesa se pode compreender é a de um acontecimentos que nada teria de reação ou de esforço de reorganização que rejeita a dominação portuguesa.

A cobertura que vinha sendo feita nas semanas anteriores da secessão da província congolesa do Katanga, declarada por Moise Tshombe após a proclamação da nova República do Congo, o pressentimento da iminência de uma "guerra civil" e as lamentações pelos ditos "Horrores da Fome" no Congo (*República*, 6-01-1961; *Século,* 10-01-1961) darão o mote que permitirá à imprensa portuguesa narrar os assaltos em Luanda como uma réplica da instabilidade no território vizinho, tanto que se reafirmará, vezes sem conta, a francofonia dos autores dos tumultos em Luanda. Ao imputar o alento e a responsabilidade das ocorrências em Angola à precipitação independentista vivida no Congo, os diários de Lisboa difundem a mensagem da nação portuguesa como vítima, alvo de uma conspiração com o objetivo de fomentar o descrédito internacional da sua política ultramarina. Num editorial do jornal de Luanda *O Comércio*, citado pela imprensa portuguesa (06-02-1961), o

---

9 "16 dead in Angola. Lisbon blames communists", *The Guardian* 06-02-1961

10 "Angola in the news" *The Daily Telegraph*, 07-02-1961.

Governador-Geral de Angola confirma haver esforços "para provocar perturbações da ordem no nosso território, cuja paz tanto tem desesperado, enraivecido até, os pacíficos fautores da campanha caluniosa contra a Nação Portuguesa". Acrescenta ainda que "a cegueira das ambições inconfessáveis promoveu o aproveitamento de diversas circunstâncias, totalmente alheias ao que sente e ao que pensa a província, para tentar provocar uma dúvida, para tentar chamar a atenção…". A acusação da origem externa destes acontecimentos encerra igualmente o intento de legitimar o modelo de dominação português perante a opinião pública, convencendo-a de que a placidez dos territórios cederia lugar à desordem e ao caos na eventualidade do fim do regime colonial até então vigente.Os acontecimentos não só do Katanga, em particular, e do Congo, em geral, mas também o drama franco-argelino e a crise no Laos são igualmente relatados com vista a singularizar a situação de Angola. Enquanto a condição alhures é descrita como sendo de guerra, de miséria e de incerteza, a informação censurada – e propagandeada – da imprensa portuguesa agiria no sentido de uma apertada condução ideológica criando um "país de ficção" (Azevedo, 1999) arquitetado sobre o cisma dissimulado da harmonia e da tranquilidade. Em Angola, a trama apresentada pelos jornais portugueses desvela-se, pois, totalmente distinta, enquadrada na lógica de exceção portuguesa que o regime imprimia, de resto, ao seu sistema colonial, supostamente não expansionista, fundado numa missão civilizadora e entrosado há mais de cinco séculos na sua história. Os jornais procuraram mostrar uma realidade não tocada pelo conflito e para isso renovavam *ad nauseum* a imagem dos cinemas cheios e da população a deambular nas principais ruas de Luanda. A narrativa noticiosa portuguesa diz-nos que no centro da cidade os transeuntes são numerosos e as esplanadas apresentam o usual número de frequentadores. Há até um baile de Carnaval, promovido pela Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra, que estaria naquele momento a realizar-se "com toda a animação". Tudo prosseguia em Luanda como se nada tivesse acontecido[11].

A desordem do Congo, da Argélia e do Laos, apresentada sempre nos antípodas de um clima alegadamente pacífico em Angola, surge ainda como pretexto para o regime de Salazar reafirmar, através da imprensa, e com ainda mais veemência, o mito de inexistência de dominação ou exploração dos povos africanos pelos portugueses, e para reforçar a defesa de uma sociedade portuguesa pluricontinental e multirracial (Castelo, 1998). O povo de Luanda, no enredo destes assaltos, avulta claramente como um herói coletivo, em que brancos e negros, irmanados entre si e unidos às autoridades, lutam contra um inimigo comum e na mesma defesa da liberdade. Contrariando esta miragem de bonança e de plena serenidade, a imprensa estrangeira do dia 8 e 9 de Fevereiro tinha começado a destacar o envio de forças militares de Portugal para Angola[12]. Na imprensa portuguesa, não surgem nesta altura referências a este envio de forças para Luanda. A investigação levada a cabo em arquivos onde se encontram as provas de censura dos jornais revelou-nos que o jornal *O Século* tinha redigido a esse respeito a peça "Um esquadrão de lanceiros 1 para o Ultramar" (08-02-1961) foram escritas notícias, mas que as mesmas foram cortadas pela censura.

3. O "Processo dos 50" e o Não dito na Imprensa Portuguesa

Se os jornais de Lisboa constroem dos assaltantes uma determinada imagem, redutora e que os expropria de qualquer pulsão no sentido da independência, não há no entanto, em momento algum, qualquer referência à identidade dos presos políticos. Quem eram estes presos políticos? E quais as razões para os ditos "assaltantes"

---

11 "Os bairros indígenas de Luanda foram ontem visitados pelo governador-geral de Angola que verificou ser completa a tranquilidade que ali reina" (*Diário de Lisboa,* 06-02-1961) "Há calma absoluta em Luanda onde a ação policial se limita à fiscalização da periferia da cidade" (*O Século,* 13-02-1961); "Em Luanda reina a tranquilidade" (*Diário de Lisboa,* 15-02-1961); "Luanda está sossegada e, como ela, todos os recantos de Angola" (*Diário de Lisboa,* 19-02-1961).

12 "Portugal sends paratroops to Angola", *The Guardian* (8-02-1961); "Skymen for Angola", *Daily Mail* (8-02-1961); "Sky troops fly out", *Daily Mirror* (8-02-1961); "Now Salazar sends in Skytroops", *Daily Herald* (8-02-1961); "Airliners fly paratroops to Angola", *The Daily Telegraph* (8-02-1961); "Des parachutistes portugais partent pour l´Angola", *Le Monde* (9-02-1961); "More troops sent to Angola", *The Guardian* (14-02-1961); "More troops sent to Angola", *The Times* (14-02-1961).

os quererem libertar? Na imprensa portuguesa, não é, em momento algum, noticiada a vaga de prisões que tinha ocorrido pouco tempo antes dos assaltos e que é crucial para compreender o 4 de Fevereiro. Os presos em Luanda, por sua vez, surgem nos quatro diários metropolitanos constantemente aludidos nesta forma coletiva, destituída de uma identidade individual, de pertença a grupos ou crenças, indicados unicamente pela sua condição de reclusos, a quem não é reconhecida uma existência no âmbito político e social.

Estudos da tematização e da agenda-setting dos *media* (DeFleur, 1971; McCombs e Shaw, 1972) têm-nos mostrado que a atividade seletiva e valorativa exercida pela imprensa se revela determinante para inserir uma problemática na comunicação pública e para moldar a conceção e um tipo específico de conhecimento social. Neste sentido, o registo de conhecimento permitido pelas notícias portuguesas é apenas o de um entendimento tácito que esconde dos leitores um conjunto significativo de aspetos da vida social, política e de antecedentes locais. Diferentemente da narrativa da imprensa portuguesa, eivada de uma perspetiva descontextualizada, encontramos um enquadramento mais interpretativo no francês *Le Monde*. Neste jornal, e também no *Témoignage Chrétien*, *France-Observateur*, e *L´Express,* apelava-se nesta altura à necessidade de uma solução política do conflito argelino, apoiando a via defendida por de Gaulle de uma negociação com os nacionalistas argelinos (Eveno, 2004). O *Le Monde* manifestava face ao regime português uma grande antipatia. Antes mesmo de dar conta da ocorrência dos assaltos, o *Le Monde* tinha publicado a notícia "Nombreuses arrestations en Angola" (4-02-1961). Assinada pela AFP, esta breve informa que, segundo afirmações do porta-voz londrino do Movimento Popular de Libertação de Angola, numerosas prisões tinham sido operadas nos meios nacionalistas africanos da colónia portuguesa de Angola. Na edição seguinte, do dia 5-6 Fevereiro, o *Le Monde* continua a noticiar o caso - "Arrestations à Luanda: une demi-douzaine de personnes ont été arrêtées à Luanda".

Esta série de prisões, ocorrida entre Março de 1959 e Junho de 1960, esteve na origem do que ficou conhecido como o "Processo dos 50". Se seguirmos a tese do historiador angolano Carlos Pacheco (1997; 2000), cuja investigação leva a concluir que o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) nasceu por volta do início de 1960[13], podemos inferir que a prisão de dezenas de nacionalistas angolanos sobreveio num momento em que os protagonistas de vários grupos existentes concentravam esforços para criar o partido que viria a ser conhecido como o MPLA. Em Junho de 1960, numa altura em que esses nacionalistas sugeriam a abertura de negociações para encontrar uma solução pacífica para o problema colonial, a organização do MPLA no interior de Angola caía nas malhas da polícia política portuguesa. Agostinho Neto, médico angolano, membro do grupo de assimilados estudantes na capital portuguesa e o cofundador do MPLA, foi preso a 8 de Junho e o padre Pinto de Andrade, que tinha fundado em Lisboa em 1948, juntamente com Agostinho Neto e Amílcar Cabral, o Centro de Estudos Africanos, é detido a 25 do mesmo mês. As grandes rusgas policiais de 1959 e do ano seguinte privaram os movimentos nacionalistas "modernistas" (Pélissier e Wheeler, 2009) dos seus principais líderes locais, deixando-os ainda mais fragilizados na sua organização. Este Processo, e ainda a repressão da polícia portuguesa contra os movimentos independentistas e contra todas as forças de reivindicação social, constituíram o elemento propulsor do eclodir da revolta angolana, a qual teria sido precipitada por circularem em Luanda rumores insistentes de que os prisioneiros, então detidos na fortaleza da Casa da Reclusão, poderiam ser transferidos para o Aljube ou para o Campo do Tarrafal, ou Campo de Concentração do Tarrafal, como ficou conhecido, nas ilhas de Cabo Verde.

13A questão do nascimento do MPLA revela-se polémica. Segundo Carlos Pacheco (1997; 2000), a versão, predominante entre vários membros do movimento, de que o MPLA nasceu em 1956, é "totalmente desprovida de qualquer fundamento histórico" (2000: 70), consistindo numa estratégia de propaganda para dar ao movimento um cunho de maior autenticidade nacional no confronto com a UPA. Carlos Pacheco sustenta-se, entre outros, numa confissão feita por Mário de Andrade num círculo de familiares em Junho de 1990, em Lisboa, e num testemunho de Joaquim Pinto de Andrade, afirmando não haver nenhum documento que, antes de 1960, cite o MPLA.

4. Censura e Expulsão de Correspondentes de Luanda

Após os primeiros assaltos assinalados na madrugada do dia 4 de Fevereiro de 1961, novos acontecimentos se registarão logo depois, no dia do funeral dos chamados "agentes da ordem"[14] e uma nova tentativa de assalto às cadeias será levada a cabo a 11 de Fevereiro. À medida que a situação em Angola ficava mais tensa, e que os jornalistas estrangeiros presentes em Luanda reportavam os acontecimentos a partir do que testemunhavam no terreno e não apenas alicerçados nas versões oficiais, o regime salazarista tomou medidas tendentes a granjear um controlo total do que se escrevia sobre Luanda. A obsessão intransigente do Estado Novo em preservar o seu império a todo o custo, num contexto porém marcado pela tendência contrária da multiplicação das independências no continente africano, conduziu o regime a um refinamento das suas estratégias repressivas, propagandísticas e de mistificação do império. Começam a surgir na imprensa internacional notícias de que as autoridades portuguesas tinham confiscado e inutilizado os rolos dos fotógrafos[15] que regressavam de Luanda para as redações dos seus jornais. Há também notícias de um jornalista sul-africano, Charles Brown, atingido a tiro[16]. E a 9 de Fevereiro reporta-se, tanto na imprensa portuguesa como na estrangeira[17], a expulsão de Luanda de 4 jornalistas que tentavam obter informações sobre o sul-africano baleado: Daniel McGeachie, do *Daily Express,* E.R.Christie, da Televisão Noticiosa Independente de Londres, George Clay, do *The Guardian* e do *National Broadcasting Company* e Ray Wilson. A imprensa portuguesa difunde uma história rocambolesca em que transmite a ideia de que os referidos correspondentes se tinham portado em Luanda "como energúmenos". Dois dos jornalistas expulsos, Daniel McGeachie e George Clay, tinham-se evidenciado em reportagens nas quais contavam as ocorrências em Luanda num sentido afastado do das versões oficiais portuguesas. Enquanto os jornais de Lisboa colocaram o ónus da violência apenas no lado dos assaltantes, e atribuíram às ditas "forças da ordem" um papel pacificador, os correspondentes do *Daily Express* e do *The Guardian* imputaram a iniciativa do exercício da força no lado dos portugueses[18]. Objetando a narrativa portuguesa de concórdia total entre brancos e negros em Angola, ambos os jornalistas tinham atribuído a origem dos tumultos no cemitério, após os primeiros assaltos, ao ódio racial e acentuado o pânico e a violência indiscriminada dos brancos contra os negros. George Clay afirma mesmo: "The Portuguese in the cemetery reacted wildly".

---

14 "Novo motim em Luanda, de que resultou a morte de quatro pessoas e ferimentos em sete quando se realizava o funeral dos agentes da ordem que tombaram na luta, aos quais a população prestou comovida homenagem" (*O Século,* 6-02-1961); "Elementos que participaram nos assaltos em Luanda provocaram ontem um incidente durante os funerais dos agentes da ordem, registando-se mais quatro mortos e sete feridos" (*Diário de Notícias,* 06-02-1961); "Angola: obsèques mouvementées des victimes des troubles", *Le Figaro* (7-02-1961).

15 O *Daily Mail* (11-02-1961) destaca o desaparecimento de sete rolos de filme dos motins de Angola, no seu caminho via aérea para o Independent Television News. Segundo a notícia, em vez dos filmes dos acontecimentos acharam-se sete rolos de filme em branco. Também o *The Economist*, na peça "Ripening Whirwind" (11-02-1961), menciona que as autoridades portuguesas tinham confiscado câmaras e os filmes, cortado as chamadas por telefones, censurado mensagens e travado algumas pessoas que pretendiam reportar os tumultos.

16 Em Portugal, o jornal *O Século* publica a ocorrência sob o título "O jornalista estrangeiro ferido em Luanda tem-se envolvido em incidentes noutros locais" (10-02-1961). A cobertura deste episódio pelo jornal britânico *The Times* ("Shooting accident in Luanda", 10-02-1961) é bastante semelhante à que é feita pela imprensa portuguesa baseando-se nas informações da agência noticiosa portuguesa Lusitânia. Diferentemente da versão oficial portuguesa, segundo a qual um oficial português alvejara o sul-africano após o encontrar no seu jardim, o *Daily Mail* indica, com base nas afirmações dos quatro jornalistas expulsos, que Charles Brown fora alvejado quando saía de um clube noturno.

17 «Angola expels 4 journalists. "Stamped on oficial statement"» (*The Times*, 11-02-1961); "Four correspondents expelled / Protest after Luanda shooting" (*The Guardian*, 11-02-1961); "Angola expels 4 journalists. Shooting row" (*The Daily Telegraph,* 11-02-1961); Un journaliste sud-africain est blessé par un lieutenant portugais Quatre correspondants de presse sont expulsés" (*Le Monde*, 11-02-1961). As peças são breves, assinadas por agências de notícias ou por correspondentes em Lisboa e baseadas no comunicado da agência Lusitania.

18 "Taxi! Then the bullets came at me. Portuguese beat up africans" (*Daily Express*, 07-02-1961); "Attempt to storm gaol. Fighting Flares up in Angola" (*The Guardian*, 7-02-1961)

Além disso, o jornalista do *The Guardian* sugere, sem rodeios, o ambiente de condicionamento informativo ditado pelo regime português, ao acrescentar, logo no início da reportagem, uma nota esclarecendo que o seu correspondente teria telefonado a sua reportagem para Joanesburgo, a fim de os seus telegramas escaparem à censura de Luanda e de Lisboa. O *The Guardian* vinha apresentando um posicionamento muito desfavorável ao regime ditatorial português e ao seu sistema colonial, noticiando, além dos assaltos propriamente ditos, o agudizar do clima de oposição ao Estado Novo. O jornal britânico dá conta de um comunicado de três líderes da oposição a Salazar, representantes de um grupo de 39 contestatários do regime – Mário de Azevedo Gomes, Acácio Gouveia e Eduardo de Figueiredo –, criticando a "política imperialista da administração colonial" e reivindicando a restituição das liberdades fundamentais[19].

Apesar da expulsão destes jornalistas, Martin Moore, correspondente do jornal conservador *The Daily Telegraph,* é autorizado a permanecer em Luanda. As reportagens de Martin Moore apresentam um enquadramento largamente congruente com os parâmetros oficiais portugueses[20], corroborando a versão de que os assaltos tinham sido dirigidos "do outro lado da fronteira" e justificando a ausência de quaisquer menções à cor dos atacantes nas notícias por não haver distinção de cor nessa "província ultramarina". O *The Daily Telegraph* terá para com o regime de Salazar uma atitude condescendente. Quer nas peças de Martin Moore, quer em vários editoriais, publicados ao longo de fevereiro, a respeito do colonialismo em geral e do português em particular, ou ainda nas crónicas "Way of the World", de Peter Simple, pseudónimo do escritor e jornalista satírico Michael Wharton[21], de cunho vincadamente conservador, o *The Daily Telegraph* mostrará simpatia pela linha do Governo Português, mimetizando a retórica e a terminologia oficial deste e descredibilizando a dinâmica de independência que se vinha alastrando no continente africano.

O Estado Novo monitorizava as notícias publicadas na imprensa estrangeira através da sua rede diplomática. As suas Embaixadas enviavam ao Ministério dos Negócios Estrangeiros português telegramas com resumos e não raro traduções integrais daquilo que os principais jornais dos respetivos países diziam a propósito de Portugal e das suas colónias, junto dos quais enviavam os recortes das notícias em causa. Um desses telegramas, enviado nesta altura pelas embaixadas de Portugal em Londres ao Ministério do Ultramar, revela como os jornalistas Daniel McGearchie e George Clay estavam já na mira do regime. O telegrama deixa transparecer algum desagrado pela cobertura de ambos os correspondentes em Luanda, cujas reportagens são caracterizadas como revestindo-se "de caráter sensacionalista" [22].

As opções tomadas pelo Estado Novo relativas ao campo jornalístico evidenciam como as situações de conflito constituem uma situação excecional de comunicação, sobretudo quando o conflito em causa se desenrola em torno de um problema convertido em nó górdio da existência da Nação. No contexto português, duplamente condicionado pela prevalência de um regime ditatorial e pela eclosão de um conflito num território ultramarino de que não se queria de modo algum abrir mão, a informação cumpriu os objetivos de enquadramento político-ideológico e de fabricação de uma opinião conformada (Lasswell, 1927; Ellul, 1961). Articulado com este conceito de informação, propenso ao unitarismo e contrário a quaisquer dissensões, a expulsão dos correspondentes de jornais estrangeiros de Luanda desimpediu, a curto prazo, o controlo da narrativa em benefício de Portugal, que pôde assim mais facilmente imprimir-lhe uma direção de sentido favorável às suas conceções oficiais da realidade e ficar deste modo mais próximo de garantir a hegemonia do sistema simbólico

---

19 «Portuguese call for "liberty"» (*The Guardian*, 7-02-1961); "Publicity allowed to criticism in Portugal" (*The Guardian*, 9-02-1961); "Lisbon appeal for Liberty", (*The Times*, 7-02-1961).

20 "4 die in fresh Angola rioting. Police and Wanted men Exchange Shots. Whites surprised by Black Violence"; "Five Attacks at once"; "Lisbon´s Concern at Angola Riots. Outsiders blamed: "All Calm" Claim", *The Daily Telegraph,* 6-02-1961.

21 Michael Wharton tinha desempenhado o cargo de tenente-coronel como oficial na Índia. Foi desmobilizado em 1946. Depois da guerra, encontrou trabalho na BBC. Em 1957, começou o seu trabalho permanente no *The Daily Telegraph* no qual escrevia uma coluna iniciada 15 meses antes por Colin Welch, já sob o pseudónimo Peter Simples, mas que seria continuada por mais 49 anos por Michael Wharton, a solo, desde 1960. O público desconhecia a verdadeira identidade de Peter Simple. Para mais informações sobre Micheal Wharton, ver Davis, 1990: 208-212.

22 MU/GM/GNP/106/25 (Arquivo Ultramarino, Lisboa. Gabinete dos Negócios Políticos).

por si construído. Como efeito imediato desta medida, os restantes jornais britânicos em análise, que se viram privados dos seus correspondentes em Luanda, passaram nos dias seguintes a publicar notícias mais breves, e principalmente assinadas por agências.

Do lado português, a situação é nesta altura radicalmente distinta. Se as primeiras notícias provinham, na sua grande maioria, das agências ANI e Lusitânia, havendo esporadicamente peças mais longas de alguns enviados, os jornais de Lisboa passam agora a dar à estampa uma série de reportagens longas, assinadas pelos jornalistas que são, por estes dias, enviados para Luanda: Domingos Mascarenhas, enviado de *O Século*, João Falcato, do *Diário de Notícias* e Fernando Soromenho, do *Diário de Lisboa.* Com o exacerbar da tensão em Angola e a assídua tematização deste conteúdo pelos *media* internacionais, os jornais de Lisboa são cada vez mais instrumentalizados como a peça-chave para levar a ideia de império, até então essencialmente enraizada nas elites, a um público massivo.

Os enviados da imprensa portuguesa revelam nas suas reportagens terem feito passeios em *jeep* pela cidade de Luanda e pelos muceques, insistindo na prevalência da mais absoluta calma por toda a Angola e retomando os elementos informativos que vinham sendo elencados[23]. Além de negarem existir um ambiente bélico em Luanda, os enviados dissimulam uma miragem de abertura e hospitalidade aos jornalistas estrangeiros. Arrogando-se o papel de arauto da verdade, multiplicam-se na imprensa portuguesa desmentidos das versões contrastantes dos jornais estrangeiros, acusadas de serem enviesadas e de pretenderem profanar a opinião pública sobre a situação vigente nas colónias portuguesas.

Numa reportagem da primeira página do *Diário de Notícias* (21-02-1961), João Falcato conta ter mostrado a Kinvika, "um preto já com certa instrução (…) recentemente chegado do Congo" um jornal em que se falava de libertar Angola. A resposta de Kinvika é catapultada para o título da reportagem: "Pela voz de Kinvika falaram todos os angolanos: Porque se preocupam com a gente se ninguém aqui estar preso nem precisar deles?!". Também no *Diário de Lisboa,* as reportagens de Fernando Soromenho são impelidas por uma visão de mobilização de toda a nação no destino do Império Português, apelando ao sentimento de pertença a uma totalidade. Numa das suas reportagens (17-02-1961), o repórter cita, como o que considera prova do "profundo patriotismo" e do apego à terra portuguesa de Angola, a declaração de um habitante de Luanda: "Somos portugueses e o nosso dever é defender, se for preciso, com unhas e dentes, mesmo que nos arranquem a pele, aquilo que é português. Se nos arrastarem, sabemos ir para a luta…". Fernando Soromenho sublinha nos seus artigos a ausência de segregação nos territórios sob administração portuguesa, tendente a fazer acreditar a tese da integração territorial e da assimilação espiritual. Outra das suas peças aparece sob o título laudatório "Não há problemas raciais que justifiquem conflitos entre todos os que trabalham lado a lado pelo progresso de Angola" (21-02-1961).

A glorificação da calma e da alegada unidade nacional é também sugerida nas fotografias que acompanham as reportagens dos enviados especiais portugueses. Enquanto na imprensa estrangeira abundam os mapas do continente africano, através dos quais se pretende transmitir uma certa ideia de força geográfica em ação e tornar evidente a dinâmica de expansão das independências em África, a imprensa portuguesa não publicava mapas mas sim uma profusão de fotos onde a população branca e negra de Angola aparece indistintamente como um todo, num autêntico panegírico do mito multirracial. A já referida reportagem de Fernando Soromenho (*Diário de Lisboa,* 21-02-1961) é acompanhada por uma fotografia que mostra "todos os habitantes da cidade" a utilizarem os mesmos transportes, "sem a menor discriminação de raças". Do mesmo modo, a rubrica *O Século no Ultramar* era frequentemente ilustrada com fotografias que retratavam os territórios coloniais portugueses como lugares idílicos, imunes à perturbação anticolonial adjacente e que captavam um ambiente

---

23 Domingos Mascarenhas escreve para *O Século* as reportagens "Angola 1961, Primeira impressões de Luanda: cidade calma e tranquila" (20-02-1961) e "Angola 1961 - Emocionante encontro em Cambambe com o passado, o presente e o futuro" (24-02-1961). Já no *Diário de Notícias* (24-02-1961), podemos ler na primeira página a entrevista a Silva Tavares feita por João Falcato: "Verificámos a existência duma organização internacional de orientação marxista internacionalista – que tem o especial cuidado de proclamar não ser anticomunista – e que está na base dos acontecimentos de Luanda". Numa outra reportagem de primeira página, intitulada "Imagens de Angola – o que eu vi no vale do Queve" (28-02-1961), João Falcato faz uma apologia do vale em questão, tomado como símbolo da obra civilizacional do homem branco português.

de convivialidade entre portugueses e africanos e de manutenção do viver habitual, transmitindo algo como um "nacionalismo telúrico" (Léonard, 1999, 2014) de ligação à terra do Ultramar, às suas tradições e modos de vida.

6. Considerações Finais – A Imprensa sob o signo da Guerra-Fria

Ainda que o regime de Salazar, sobretudo por meio da Censura, tenha desempenhado um papel crucial no controlo político, social, económico e ideológico da imprensa, a constelação de notícias que surgiu em Fevereiro de 1961 nos jornais portugueses, ingleses e franceses anunciando que três grupos armados tinham atacado as cadeias de Luanda significa desde já uma vitória da resistência nacionalista africana contra o Estado Novo: ela acabava de ganhar a agenda mediática. É certo que as categorias de entendimento destes assaltos são dominadas por uma narrativa de termos binários, difusos e descontextualizados. Contudo, embora as notícias tenham desfigurado o significado do 4 de Fevereiro de 1961, elas são notícias… apesar de tudo. Trazem em si a inscrição, o testemunho e o vestígio, tão necessário quanto lacunar, de um acontecimento que marca um ponto de viragem no Império português. O registo noticioso destes assaltos é a marca tangível do acontecimento audaz e espetacular que Salazar não conseguiu calar e que assinalaria o início da guerra nos territórios africanos. Vingando como um evento de grande notoriedade nos *media* mundiais, os assaltos desvelaram como a impressão da paz e da harmonia que vinha sendo projetada a propósito do Império Português sofria agora um forte revés, afetando não só a reputação e as decisões políticas do regime de Salazar, mas também a perceção das potências estrangeiras face à extemporânea resistência colonial portuguesa.

A exposição dos assaltos nas páginas dos jornais portugueses e nos de grande repercussão mundial é sem dúvida um sintoma que traz consigo a marca histórica da reestruturação da situação colonial. Mas estas notícias contêm um caráter profundamente dialético. A sua dualidade reside no encontro entre, por um lado, a consciência da impossibilidade de Salazar para travar o fluxo noticioso sobre os assaltos e, por outro, o seu poder discricionário para distorcer o seu sentido e as usar como alicerce de uma "opinião pública" que constituísse um motor de apoio ativo ao regime. A imprensa é então manejada como um ator político graças ao qual a mística reacionária nacional-imperialista em que se fundava o passado e aquele presente anacrónico de Portugal está constantemente a ressurgir por força de uma memória socialmente impressa. Sob a custódia da censura, a imprensa escamoteou os antecedentes dos assaltos e suprimiu a sua carga política, ao ocultar o desejo de independência dos povos africanos. Ela foi igualmente instrumentalizada para inflamar a confiança, o entusiasmo patriótico e a dedicação fanática à causa imperial, em suma, para controlar a mente pública no sentido de legitimar o poder imperial de Salazar e de alimentar um estado de mobilização permanente para a guerra que se avizinhava.

A narrativa mais crítica de alguns jornais franceses e ingleses ameaçava, porém, causar um sobressalto às posições coloniais portuguesas. O Estado Novo seguiu por isso de perto a imprensa estrangeira e controlou a impressão que, no interior do país, os leitores criavam do que era escrito no estrangeiro. Daí que os jornais que apresentassem versões dissonantes das do regime fossem apontados como parte da conspiração contra Portugal ou simplesmente votados a uma "espiral do silêncio" (Noelle-Neumann, 1995 [1984]), inibindo a manifestação de qualquer pensamento destoante. Pelo contrário, os noticiários portugueses citam amiúde os artigos ou editoriais publicados na imprensa estrangeira que eram conformes à versão portuguesa e que estavam em unissonância com a palavra impressa em Lisboa.

Mas Salazar procurou influir na própria narrativa veiculada pelos jornais estrangeiros. Para o efeito, o controlo que o regime exerceu sobre os jornalistas estrangeiros presentes em Luanda foi ficando cada vez mais apertado. Numa estratégia mais subtil, a imprensa portuguesa foi também levada a transmitir a ideia de que Portugal travava em África um combate contra o expansionismo soviético e a explorar com veemência o anticomunismo como arma de arremesso propícia à aliança das potências ocidentais no quadro da Guerra Fria. Ao envolver a manutenção das colónias na luta anticomunista, comum às grandes potências ocidentais, Salazar ganhava ou recuperava uma ampla base de apoio, tanto no interior do país, profundamente católico e rural (Faria, 1995), como no plano multilateral da NATO e da ONU. O regime auferia assim da simpatia ou, pelo

menos da complacência, da Grã-Bretanha, sua aliada multisecular ao nível comercial, politico, diplomático e militar (Oliveira, 2007) e da França, com quem sentia um vínculo pela ideologia colonial semelhante e pelas pressões descolonizantes que atingiam ambos (Marcos, 2007). Numa altura em que estas potências europeias tinham começado a ceder ao alastramento das aspirações independentistas na Ásia e no Norte de África, o regime português projetou o seu Império como uma linha de defesa e persistiu isoladamente como se fosse um baluarte da civilização ocidental em África.

É, pois, na possibilidade de construir uma grande narrativa histórica a respeito do episódio dos assaltos em Luanda, com todas as faculdades ficcionais e de falsificação da História de que Salazar se socorreu, que residiu em certa medida a sua habilidade e a sua apetência em "saber durar" (Rosas, 2012). Da mesma forma que as informações e a linguagem permaneceram, no *medium* português, fortemente inspecionadas e fragmentárias, o Estado Novo procurou inscrever a narrativa dos órgãos estrangeiros no seu próprio discurso de propaganda ou votá-la ao critério de exclusão. O regime chegava assim a um estado completamente inflacionário do registo dos assaltos, em que o efeito tormentoso dos assaltos pôde de certa forma ser superado pela sua redução ao plano de uma mera «"estória" em continuação» (Schlesinger, 1977). Salazar conseguia deste modo, e apesar da torrente de notícias, «converter um acontecimento que, ao que tudo indicava, tinha todas as probabilidades de o fragilizar, numa oportunidade para retomar toda a ideologia imperialista (…) e a total subordinação ao projeto colonial, visto como "superior"» (Martins, 2006: 50).

Bibliografia

ALEXANDRE, V. (2004), "O Império Colonial", *Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, pp. 67-86.

ANTÃO, N.M., TAVARES, C.G. (2008), "Henrique Galvão e o assalto ao Santa Maria. Percurso de uma dissidência do Estado Novo e suas repercussões internacionais", in *Revista Sapiens*, Lisboa, dezembro de 2008.

AZEVEDO, C. (1999), *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano,* Lisboa: Caminho.

CABRERA, A.M.S. (2005), *Imprensa e Poder no período marcelista (1968-1974)*, Tese de Doutoramento.

CASTELO, C. (1998) [d.l.], *O modo português de estar no mundo : o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto: Afrontamento.

CASTRO, P.J. (2010), *O Inimigo n.º 1 de Salazar*. Lisboa: Esfera do Caos.

CÉSAR, O. (2012), *O agir jornalístico face à censura, O caso do Notícias da Amadora*, Tese Doutoramento.

CURTO, D.R., CRUZ, B.P. (2012), "Terror e saberes coloniais: Notas acerca dos incidentes na Baixa de Cassange, Janeiro e Fevereiro de 1961" in Miguel Bandeira Jerónimo (org), 2012. *O império colonial em Questão (Sécs. XIX-XX), Poderes, Saberes e Instituições*, Lisboa: Edições 70.

DE FLEUR, M.L. (1971), *Teorias de Comunicação de Massa,* Rio de Janeiro, Zahar.

DIJK, T.V. (1985), *Discourse and Communication.* Berlim: de Gruyter.

ELLUL, J. (1962), *Propagandes,* Paris: Armand Colin.

EVENO, P. (2004), *Histoire du Journal Le Monde, 1944-2004,* Abin Michel.

FAIRCLOUGH, N. (1995), *Critical discourse analysis : the critical study of language*. Harlow [etc.]: Longman.

FARIA, T.D. (1995),"O comunismo: um anátema estado-novista", in *Revista de História das Ideias*, vol 17, pp. 229-261

FARINHA, L.M. (1996), "Henrique Carlos Malta Galvão". In *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito. Vol 1. Venda Nova: Bertrand Editora. p. 378-379.

FOWLER, R. (1991), *Language in the News: Discourse and Ideology in the Press* (3. ed). London: Routledge, 1994.

GALVÃO, H. (2010 [1960]), *Carta Aberta a Salazar.* Lisboa: Esfera do Caos.

GALVÃO, H. (1961), *Minha Cruzada Pró-Portugal: Santa Maria*. São Paulo: Martins.

GALVÃO, H. (1965), Da minha luta contra o Salazarismo e o Comunismo em Portugal. São Paulo: F.A.P.L.E.

HAMMOND, R.J. (1966), *Portugal and Africa: 1815-1910: a study in uneconomic imperialism*, Stanford: Standord University.

LASSWELL, H. (1927), *Propaganda Technique in the First World War.* Nova Iorque: Alfred Knopf.

LÉONARD, Y. (2014), "Salazar, ou le Portugal éternel", in Histoire – Portugal, L´Empire oublié, nº 63, pp. 60-65

LÉONARD, Y. (1999), "O Império Colonial Salazarista", Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (orgs), *História da Expansão Portuguesa,* Círculo de Leitores, vol. 5, pp 10-30.

MARCOS, D.S.C. (2007), *Salazar e de Gaulle: a França e a Questão Colonial Portuguesa (1958-1968)*, Coleção Biblioteca Diplomática do MNE – série D.

MARTINS, H. (1998 [1968]), "O Estado Novo", *Classe, status e Poder*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

MATEUS, D.C, MATEUS, A. (2011), *Angola 91. Guerra Colonial: Causas e Consequências. O 4 de Fevereiro e o 15 de Março.* Lisboa: Texto Editores.

MATTOSO, J. (1998), *História de Portugal. O Estado Novo*. Vol. VII. Lisboa: Estampa

McCOMBS, M, SHAW, D.L. (1972), "The agenda-setting function of mass media", in Public Opinion Quarterly, vol 36, nº 2, pp. 176-187.

MOTA, F.T. (2011), *Henrique Galvão: Um Herói Português*. Lisboa: Oficina do Livro.

NOELLE-NEUMANN, E. (1995 [1984]), *La Espiral del Silencio: Opinión Pública: Nuestra Piel Social.* Barcelona: Editores Paidós.

OLIVEIRA, P.A. (2007), *Os Despojos da Aliança – a Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa 1945-1975,* Lisboa: Tinta da China.

PACHECO, C. (2000), *Repensar Angola,* Lisboa: Veja.

PACHECO, C. (1997), *MPLA – Um nascimento polémico*, Lisboa: Veja.

PERES, L.A. (2009), *Henrique Galvão, 1895-1970: Aspects of an Euro-african Crusade 1895-1970,* University of South Africa.

RABY, D.L. "O DRIL (1959-61). (1995), Experiência única da oposição do Estado Novo" in *Penélope*, nº16, 1995, p.63-86.

ROSAS, F. (2012), *Salazar e o Poder.* Lisboa: Tinta da China.

SANCHES, M.R. (org). (2006), *Portugal não é um país pequeno: contar o "império" na pós-colonialidade*, Lisboa: Livros Cotovia.

SCHLESINGER, P. (1977), "Newsmen and their time machine", *British Journal of Sociology,* vol. 28, nº 3, pp. 336-350

TENGARRINHA, J. (2006), *Imprensa e Opinião Pública em Portugal.* Coimbra: Minerva Coimbra.

TORGAL, L.R. (1989), *História e Ideologia,* Coimbra: Minerva História.

TORGAL, L.R. (2008), *Estados autoritários e totalitários e suas representações: propaganda, ideologia, historiografia e memória.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

WHEELER, D., PÉLISSIER, R. (2009), *História de Angola*, Lisboa: Tinta-da-China.

Media em português: Lusofonia ou Língua Portuguesa

José Gabriel Andrade
jgandrade@ucp.pt

A presente comunicação aborda uma teorização sobre o espaço global que a língua portuguesa ocupa no contexto da Sociedade da Informação e também a importância dos diferentes meios de comunicação social e a mobilidade proporcionada pelos *media* digitais e pelo movimento das pessoas no espaço luso-brasileiro. Esta investigação explora as relações luso-brasileiras numa sociedade contemporânea caracterizada pelos novos *media*, onde a língua portuguesa surge como fator unificador.
Buscamos, no rápido desenvolvimento do mundo falado em Português, investigar a interacção comunicacional para compreender as características, os contornos, as tendências e padrões, bem como a evolução dos meios de comunicação de língua portuguesa no século XXI. A "noção de circulação" (Rogers, 1980; Vaz, 2001; Santos, 2002; Bauman, 2004) nos ajudará a situar o fenómeno da mediatização e mediação no contexto dos fluxos comunicacionais, levando-nos além de uma perspectiva linear ou funcional dos dispositivos de mediação tecnológica.
A sociedade contemporânea é marcada pelo rápido desenvolvimento tecnológico, e também pelas relações e integração das Tecnologias de Informação e Comunicação no dia-a-dia das pessoas (Castells, 2005; Giddens, 1990; Bauman, 2000).

Palavras-Chave: Lusofonia, globalização, *media*; migrações, novas tecnologias.

O interesse crescente na abordagem de questões que dizem respeito à identidade e suas relações, em diferentes áreas do conhecimento, deve-se em boa parte aos fenómenos relacionados com a globalização, entre as quais as reduções do espaço e do tempo, a "compressão espaço-tempo" (Harvey, 1989) alargou o horizonte da humanidade e intensificou a circulação de produtos e pessoas. As definições de globalização apontam para um conceito que exprime uma rede complexa de processos de interligação de práticas económicas e simbólicas a nível mundial. Nesse consenso está embutido o papel das tecnologias da comunicação e da informação. (Cunha, 2009). Também a globalização envolve um conjunto de discussões tais como a compreensão de fluxos simbólicos mundiais, nesse sentido encontramos a Lusofonia. "O início do mundo de hoje é o globo suspenso no espaço, no centro da imagem – de uma cultura feita de imagens, no centro do nosso olhar e dos homens e das mulheres que falam português por todo o mundo e de todos os outros seres humanos que por todo o planeta foram tocados pela tecnologia de informação e comunicação" (Ilharco, 2009).
Mas, ainda antes, procurando perceber o que se entende por Lusofonia: "a Lusofonia é … uma construção diaspórica, feita de fluxos e refluxos de migrações, em espaços físicos dispersos pelos cinco continentes. "Ela é, por excelência, um local simbólico de encontro de identidades espirituais e culturais que têm, em algum momento, uma herança ou aproximação à cultura portuguesa" (Cunha, 2009).
É nesse espaço Lusófono – Internacional que estamos inseridos na "cultura electrónica da televisão por cabo, do vídeo, dos videojogos, dos DVDs, da Internet, dos iPod, do MP3, dos telemóveis", cultura que "está a alterar a forma como trabalhamos, como nos relacionamos uns com os outros, como desfrutamos dos momentos de lazer, como entendemos o que nos rodeia." (Ilharco, 2009).
Na "era da informação", a geração de poder e de riqueza assenta na troca de fluxos informativos, na mobilidade e na capacidade de se aceder, partilhar e influenciar este novo mundo, tornado espaço global de ideias, de informação e de conhecimento.
A comunicação global, quer por telefone, quer pelas viagens de avião tornadas baratas, determina a acção global. "Agimos globalmente porque pensamos globalmente e pensamos globalmente porque comunicamos globalmente" (Ilharco, 2009).

Assim, "os meios de comunicação lusófonos, públicos, privados e alternativos, tenderiam a promover um cidadão Lusófono, a aprofundar a democracia e a cidadania." (Cunha,2009).
No Estado da Arte na Lusofonia mediada e mediática observamos que "o que nos revela o mundo, como homens, é a língua. Cada língua constrói o seu próprio mundo porque escolhe, evolui e varia num tipo de distinções, subtilezas, contextos, experiências, histórias, ambições, tempos e lugares, que não são nem repetíveis, nem traduzíveis para língua nenhuma do mundo. É a língua que nos dá o mundo em que nós nos encontramos. Cada língua tem em si um mundo" (Ilharco, 2009).
A diversidade histórica, cultural, politica e social da Lusofonia cria um espaço autónomo dentro da Globalização, participando dela. E na hibridação cultural, por meio da comunicação de massas (televisão, rádio, internet), que hoje percebemos os fluxos, e refluxos, de informação no espaço lusófono. Tendo um mercado potencial de cerca de 300 milhões de consumidores/produtores lusófonos.
Situamo-nos em um espaço Global, localizado, em identidades Lusófonas. É na sequência desta reflexão sobre a localização do global, que Chris Barker (1997:51) fala de complementaridade entre mercados globais e mercados regionais dos *Media*, ressaltando a crescente importância dos movimentos de regionalização, e o papel desempenhado pelas línguas, culturas e histórias comuns.
E nesse momento que podemos nos "perder" dentro da Lusofonia. Nem todos os países que compõem a CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa) estão no mesmo "momento" de desenvolvimento (tecnológico, em rede, de comunicação) e até podemos dizer de democracia. Também ainda vivemos e convivemos com informações estereotipadas que distanciam as relações das pessoas, países e comunidades.
O desconhecimento mútuo das populações é tanto mais gritante quanto são densos e constantes os fluxos e influxos das migrações entre países como Angola, Brasil, Cabo-verde e Portugal, e agrava-se bastante relativamente a países com quem os contactos são mais espaçados como Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor ou Macau.
O imaginário de uma sociedade encontra-se sempre atrelado ao domínio particular das produções e práticas culturais, (Carvalho, 1990) supostamente distintas de outros níveis, como as do económico ou do social, e que se apresenta "nas palavras, nos gestos e nos ritos".
Logo, o espaço cultural da lusofonia é um espaço necessariamente fragmentado. E comunidade e a confraternidade de sentido e de partilha comuns só podem realizar-se pela relevância dessa pluralidade e dessa diferença e pelo conhecimento aprofundado de uns e de outros. (Martins, 2004)
Ainda nesse mesmo espaço, percebemos uma grande experiencia cultural - a riqueza de uma mestiçagem que se espalha pelos cinco continentes. Um espaço espiritual e identitário que partilha saberes, experiências, historia e conhecimento com grande parte dos povos e países do mundo. São também algumas experiências comuns que vão da CPLP ao Fórum Social Mundial, mas também os Rock in Rio e Rock in Rio Lisboa, as actividades conjuntas de músicos, autores, pesquisadores e cineastas, na produção conjunta de telenovelas na presença de correspondentes internacionais e no suporte de canais televisivos internacionais dos diversos países da que tem a língua portuguesa como oficial.
Os países de língua portuguesa estão espalhado pelos cinco Continentes constituem objectos passíveis de tratamento e de determinando, por exemplo, tráfegos físicos e virtuais, como o turismo (de lazer ou de negocio), migração ou as redes sociais da Internet.
A relação actual entre os meios de comunicação nos países de língua portuguesa e as suas comunidades, podem levar a mudanças nas culturas, no posicionamento global, nas populações, no desenvolvimento das instituições, em projectos e obras conjuntas, nos mercados, nas exportações, etc. O mundo globalizado actual se caracteriza por fortes migrações e pela mediação electrónica, proporcionando novas formas de estudar os padrões de consumo, do multiculturalismo e questões de identidade (Appadurai, 1996).
O estudo dos *media* digitais e de novos fenómenos de interacção assentes nas tecnologias de informação e comunicação pode proporcionar contributos importantes no campo do desenvolvimento da comunidade lusófona internacional. Retomando a noção de interface (Laurel, 1993; Bairon, 1995; Johnson, 1997; Braga, 2004) e apontando a mediatização e a mediação como um processo global (Castells, 2005), tentamos localizar o conceito de relações mediáticas como lugar de compreensão dos fenómenos de interacção tecnológico-cultural, ao discutir as tecnologias informacionais enquanto dispositivos que, a um tempo, produzem e reproduzem

a sociedade e possibilitam a interacção social (Giddens, 1976). No mundo lusófono em desenvolvimento procuramos investigar a interacção comunicacional, conhecer as características, os contornos, as tendências e os padrões, bem como a evolução do espaço mediático lusófono no século XXI. A noção de circulação (Rogers, 1980; Vaz, 2001; Santos, 2002; Bauman, 2004) ajudar-nos-á a situar os fenómenos de mediatização e mediação no contexto dos fluxos comunicacionais, colocando-nos além de uma perspectiva linear ou funcional sobre os dispositivos de mediação tecnológica.
Assim questionamos o mundo lusófono - internacional junto da "Sociedade da Informação". O questionar do que significa o novo, "do que significam os clones humanos, a globalização da acção, a guerra química e biológica, a sociedade tecnológica no seu todo como entendimento da humanidade, equivale a estabelecer referências entre a tradição, o que passou e nos foi fazendo como caminhantes do futuro, e o que chegou de novo a este mundo singular, pleno de possibilidades e pleno de perigos, como talvez nunca tão distintamente o tenha sido" (Ilharco, 2003:31).

1. Globalização e Sociedade

Estamos num "globo" em constantes mutações, que têm ligação directa ou indirecta a quase tudo o que fazemos. Para Anthony Giddens, há quem renegue o termo Globalização e a estes chama-os de cépticos, alguém para quem este conceito não passa de conversa e defendem que a economia global não é assim tão diferente da que existia em períodos antecedentes. Por outro lado, Giddens fala-nos também dos radicais, para os quais a globalização é algo de bem concreto e que está presente e faz-se sentir por toda a parte.
Neste debate de opiniões sobre o conceito, Giddens acredita também que o volume do comércio de hoje é superior ao de qualquer outro período anterior e abrange um grande número de bens e serviços. No entanto, a principal diferença, está a nível financeiro e nos movimentos de capital (Giddens, 1991).
Boaventura de Sousa Santos defende que existem duas formas de globalização: uma neoliberal, que define como hegemónica, e uma contra-hegemónica, que designa como "o conjunto vasto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra as consequências económicas, sociais e políticas da globalização hegemónica e que se opõem às concepções de desenvolvimento mundial a esta subjacentes, ao mesmo tempo que propõem concepções alternativas" (Santos, 2005).
A globalização, para além de económica, tem também uma vertente política, cultural e tecnológica, comunicacional e até ambiental e religiosa. Nas diversas vertentes da globalização encontramos a tecnológica. A globalização tecnológica tem sido influenciada pelo progresso nos sistemas de comunicações s novas tecnologias têm surgido nesta época a uma velocidade vertiginosa e cada vez com maior impacto. Nos Estados Unidos, a rádio levou quarenta anos a atingir os cinquenta milhões de ouvintes, quinze anos depois da sua invenção esse era o número de pessoas que utilizavam computador pessoal, e quatro anos passados da invenção da Internet, cinquenta milhões de pessoas já a utilizavam.
A globalização é um fenómeno moderno que surge com a evolução dos novos meios de comunicação, cada vez mais rápidos e eficientes. Com esta proximidade, com este quebrar de fronteiras, poderá falar-se no mundo da instantaneidade e da simultaneidade, utilizando o termo de McLuhan, como uma verdadeira aldeia global. E ainda, esse movimento pode ser caracterizado como uma extensão humana de um mundo no qual fluxos comunicacionais, culturais e económicos se diluem e se reconfiguram a cada instante.
O mundo interligado, com relações estreitas nas áreas económicas, políticas, culturais e sociais, é fruto da evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação.
É consensual dizer-se que a globalização envolve o aumento de riscos globais de transacções financeiras, perda de alguma soberania dos Estados face às organizações supra-governamentais, aumento do volume e velocidade como os recursos são transaccionados e o desenvolvimento tecnológico.
Ainda a globalização apresenta-nos uma outra referência: **a migração**. O movimento de pessoas é um ponto fulcral na actual sociedade globalizada e em rede. Arjun Appadurai (1996) acrescenta à migração a **comunicação de massas** que "criam conjuntamente um novo sentido do global como moderno e do moderno como global" (Appadurai, 1996:23). O actual mundo global é caracterizado pela forte migração em massa e

pela mediação electrónica, fornecendo novas maneiras de observar o padrão de consumo, o multiculturalismo e as questões de identidade (Appadurai, 1996).
A identidade não é mais definida apenas pelo espaço local, pelas práticas da comunidade imediata, nem mesmo pelo contorno das fronteiras nacionais que definiram partes comuns do caráter de um agrupamento de pessoas; trata-se de uma identidade global, na qual elementos de várias origens diferentes se aglutinam, se influenciam mutuamente, se definem e redefinem conforme o uso. Na globalização, a cultura é desterritorializada na sua produção e recepção, as expressões culturais são retiradas de seu contexto original e reapropriadas de maneira diferente em cada lugar, os significados da cultura são disseminados de forma desigual, ao mesmo tempo em que as apropriações são altamente contextuais (Norris, 1999).
As transformações globais, a mobilidade de pessoas, a troca de bens e serviços e o enorme fluxo de informação dão impressão de que o mundo encolheu. Este encolhimento provoca alteração da escala em termos globais através da concentração urbana, migrações populacionais e produção de não-lugares, como vias expressas, espaços de passagem, deslocações – aeroportos, salas de espera, centros comerciais, estações de metro, gares, campos de refugiados, supermercados, etc., por onde circulam pessoas e bens (Augé, 1994). Isso pode enfraquecer as referências colectivas, gerando um individualismo exagerado, porém sem identidade. Os não-lugares são também permeados de pessoas em trânsito. São espaços de ninguém, não geradores de identidade (Augé, 1994).
A comunicação de massa, os *media* contemporâneos, constituem hoje um mundo *supercool*, como a expressão de Jean Baudrillard que acentua a conceito de McLuhan, o qual exerce sobre nós um imenso fascínio e poder de sedução aos quais não é fácil, resistir. É precisamente essa sedução, da publicidade, dos canais pagos, dos milhões de dólares da música rap, rock e *funk*, dos telemóveis, celulares, dos carros descapotáveis, das roupas da moda que estão no imaginário colectivo da nova escala global. Ainda no sentido de Baudrillard (1991), um simulacro.

> "Não há mais História, Realidade, Verdade. O mundo da comunicação explode sob a pressão de uma multiplicidade de racionalidades locais, étnicas, sexuais e religiosas. E essa liberação das diversidades talvez seja a "chance de um novo meio de ser, (enfim?) humano" " (Mattelart, A. e M., 1999: 182).

Na sociedade dos *media*, ao invés de ser um lugar de emancipação modelado na auto consciência difundida, no perfeito discernimento do homem que sabe como são as coisas cria-se um ideal de emancipação baseado, pelo contrário, na oscilação, na pluralidade e, em definitivo, na erosão do próprio "principio de realidade" (Vattimo, 1989).
Vattimo acredita que a vivência nesse mundo de multiplicidade significa fazer a experiência da liberdade como oscilação contínua entre pertença e desenraizamento, (Vattimo, 1989). Baudrillard não partilha desse optimismo relativo. Vê nas escaladas tecnológicas e no aumento da sua sofisticação, tanto em dimensão planetária, como na intimidade doméstica, o avanço de um sistema de controlo que é exaltado na nossa "fantasia de comunicação": a compulsão geral por existir em todas as telas e no interior de todos os programas. Sou um homem, sou uma máquina? Já não há resposta a essa questão antropológica. (Baudrillard, 1990).
O movimento de mundialização da cultura altera a própria noção de espaço. Pode-se dizer que na situação de globalização a memória colectiva não apenas se materializa num "nicho", mas articula cada um deles pelos meios de comunicação.
Immanuel Wallertein ainda apresenta a cultura como um campo de batalha ideológico no moderno sistema global (Wallerstein, 1990). Onde está a batalha cultural no actual mundo conectado em rede, com a presença da comunicação de massa e o grande movimento de pessoas?
Ainda Homi K Bhabha verifica que as divisões antigas (norte/sul, arcaico/modernos) reticulam-se em novas formas híbridas de diálogo – mas em diálogo desigual, no qual essas dicotomias procuram manter como discurso legítimo, ainda que seja às custas de perder a ligação com a realidade que pretendem expressar (Bhabha, 1990).

Nesta época de globalização além de nos relacionarmos efectivamente com muitas sociedades, "podemos situar nossa fantasia em múltiplos cenários" (Canclini, 1999). Ou como Arjun Appadurai, por extensão de Benedict Anderson, chamou de mundos imaginados (Appadurai, 1996). Podemos, então, tentar investigar a globalização e a cultura imaginada. Ou no aforismo de Marx pensar na ideia de que as verdadeiras infra-estruturas da sociedade são 'cosa mentale', coisa imaginada, e não propriamente estruturas económicas, mercados e tecnologias mesmo que usadas durante a "imaginação".
Os fluxos de informação da globalização sempre existiram e agora podem ser mais acentuados com a TICs, comunicação de massa, convergência dos processos económicos e financeiros e o movimento de pessoas. E mais, ainda segundo Canclini o processo inicial da "globalização" aponta para a ampliação geográfica da actividade económica além das fronteiras nacionais, como ocorreu desde o século XVI, dando o nome de internacionalização. (Canclini, 1999). Também Thomas Friedman revela que o início da globalização é apontado com os descobrimentos portugueses. (Friedman, 2005).
Canclini continua a passar pelas fazes históricas chegando a transnacionalização – primeira metade do século XX, quando parte da economia passou a depender de empresas multinacionais -, até a globalização como o culminar dos processos anteriores.
E importante referir que a globalização não só homogeneíza e integra cultura como também gera processos de estratificação, segregação e exclusão, nas palavras de Lawrence Grossberg cria uma "máquina estratificante" (Grossberg, 1997).
Se o início dos fluxos de informação arranca com a transnacionalização das descobertas portuguesas, que chegaram a todos os continentes, como pensar a actual sociedade global dos falantes de língua portuguesa que envolvem sete países e tantas comunidades dispersas pelo mundo?
A globalização atinge directamente as noções de identidade ao questionar a ideia de "origem". Em um mundo globalizado, a origem se torna difusa, híbrida, desterritorializada. O local e o global se articulam no nível individual/grupal de apropriação particular de práticas e valores. A globalização não é o oposto das culturas locais mas é sim, na expressão de Canclini, uma "glocalização". As diversas vertentes da globalização encontram "ponto de pouso", ou "descanso" na junção da "cultura" e da "globalização". Fluxos e refluxos de informação constroem a entrada e a saída de dados, informações, conhecimento e pessoas no actual ambiente global e lusófono da sociedade da informação.

2. Lusofonia e língua portuguesa nos *media*

Tentando perceber o que se entende por lusofonia apontamos que a Lusofonia é "uma construção diaspórica, feita de fluxos e refluxos de migrações, em espaços físicos dispersos pelos cinco continentes. Ela é, por excelência, um local simbólico de encontro de identidades espirituais e culturais que têm, em algum momento, uma herança ou aproximação à cultura portuguesa... É, também, uma questão de afirmação geoestratégica que tem, tal como no passado, o centro no oceano Atlântico." (Cunha, 2009)
A língua portuguesa, que já foi língua franca, é hoje uma língua culta de dimensão internacional e intercontinental, falada nos cinco continentes e – como havia predestinado Fernando Pessoa – é uma das poucas línguas potencialmente universais do século XXI.
É nesse espaço Lusófono que estamos inseridos, na cultura electrónica da televisão por assinatura, do vídeo, dos videojogos, dos DVDs, da Internet, dos iPod, do leitor de MP3, dos telemóveis, dos circuitos de câmara, "cultura que está a alterar a forma como trabalhamos, como nos relacionamos uns com os outros, como desfrutamos dos momentos de lazer, como entendemos o que nos rodeia" (Ilharco, 2009).
A diversidade histórica, cultural, política e social da Lusofonia cria um espaço autónomo dentro da Globalização, participando dela. E na hibridação cultural, por meio da comunicação de massas (televisão, rádio, internet), que hoje percebemos os fluxos, e refluxos, de informação no espaço lusófono. Tendo um mercado potencial de cerca de 300 milhões de consumidores/produtores lusófonos.
Situamo-nos em um espaço Global, localizado, em identidades Lusófonas. É nesse momento que nos podemos "perder" dentro da Lusofonia. Nem todos os países que compõem a CPLP (Comunidade de Países de Língua

Portuguesa) estão no mesmo momento de desenvolvimento (tecnológico, em rede, de comunicação) e até podemos dizer de democracia. Também ainda vivemos e convivemos com informações estereotipadas que distanciam as relações das pessoas, países e comunidades.

A língua motivou a formação da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa –, criada oficialmente em 17 de julho de 1996 e congregando sete países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Com a independência, em 2002, o Timor-Leste (Timor Loro-Sae) entrou para a Comunidade. O imaginário de uma sociedade encontra-se sempre atrelado ao domínio particular das produções e práticas culturais, (Carvalho, 1990) supostamente distintas de outros níveis, como as do económico ou do social, e que se apresenta "nas palavras, nos gestos e nos ritos".

Logo, o espaço cultural da lusofonia é um espaço necessariamente fragmentado. E a comunidade e a confraternidade de sentido e de partilha comuns só podem realizar-se pela relevância dessa pluralidade e dessa diferença e pelo conhecimento aprofundado de uns e de outros (Martins, 2004).

Na condição de ex-colónias de Portugal, os sete países de língua oficial comum pouco se conhecem, a não ser a referência sobre mitos e estereótipos difundidos nos meios de comunicação, estilo idêntico propagado na escola, onde se confundem os relatos dos fatos que fizeram a história dos povos com os interesses daqueles que conduzem os destinos das nações. "Se, em nossa escola, a referência sobre o Outro enfatiza o período colonial, nos outros membros da comunidade – CPLP - a tónica sobre o Brasil não passa dos limites das grandes navegações" (Vitorio, 2003:14).

A emergente Comunidade dos Países de Língua Portuguesa tem características singulares. Seus integrantes não desfrutam de contiguidade territorial, como ocorre nas tentativas contemporâneas de nucleação económica. Trata-se de um agrupamento cimentado por motivações nitidamente comunicacionais, sem dúvida alentadas pela pujança da indústria cultural lusófona, cujos produtos estão circulando no triângulo Brasil- Portugal-PALOPs (Marques de Melo, 1997).

Ainda nesse mesmo espaço detectamos uma grande e experiência cultural, a riqueza de uma mestiçagem que se espalha pelos cinco continentes. Um espaço espiritual e identitário que partilha saberes, experiências, história e conhecimento com grande parte dos povos e países do mundo. São também algumas experiências comuns que vão da CPLP ao Fórum Social Mundial, mas também os Rock in Rio e Rock in Rio Lisboa, as actividades conjuntas de músicos, autores, pesquisadores e cineastas. No que toca às indústrias dos *Media*, Criativas e de Conteúdos, na produção conjunta de Telenovelas na presença de correspondentes internacionais e no suporte de canais televisivos internacionais dos diversos países da Lusofonia.

A presença constante do movimento das pessoas nos fluxos e refluxos da Lusofonia pode ser verificada em duas formas: migrações internas e externas (Cunha, 2009).

> "Dentro das migrações internas podemos considerar, por exemplo, as mobilidades dos nordestinos brasileiros para São Paulo, mas também dos alentejanos portugueses para Lisboa ou, ainda, com causas e características diferentes dos habitantes do Huambo para Luanda. Mas migrações internas ao espaço Lusófono podem ser, também, as deslocações de cabo-verdianos para Lisboa, de Brasileiros para Portugal, de portugueses para o Brasil e Angola. Migrações no espaço Lusófono que estão historicamente documentadas há alguns séculos e que adquiriram uma nova dimensão e expressão com a aceleração da globalização no final do século XX, início do milénio. Mas também, migrações externas, que adquirem sentidos de Exílio ou Diáspora e faz com que os portugueses constituam a segunda maior comunidade de habitantes no Luxemburgo, e que os cabo-verdianos sejam um dos maiores grupos na Holanda" (Cunha, 2009).

E sempre presentes estão as posições de poder que correspondem, na maior parte das vezes, a movimentos de mobilidade não totalmente controlados, espelhados em movimentos migratórios que vão caracterizando e influenciando sociedades de ambos os lados. Assim manifestam-se a interdependência cultural lusófona, as redes estabelecem-se e as malhas dos elos emergem, permitindo compreender o alcance das redes e das

relações que estão associadas à Lusofonia, para além da fraternidade, mas que expressa na importância da língua comum, criadora de uma particular expressão de *Culturas Cruzadas em Português* (Sarmento, 2010).
Eduardo Lourenço refere-se a esta interdependência cultural: "o sonho de uma Comunidade de Povos de Língua Portuguesa, bem ou mal sonhado", diz Eduardo Lourenço, "é por natureza um sonho de raiz, de estrutura, de intenção e de amplitude lusíada" (Lourenço, 1999: 162-163). Assim, a Lusofonia torna-se um espaço da pluralidade e da diferença (Lourenço, 1999: 112). Para dar sentido a "galáxia lusófona", (Martins, 2004) não podemos deixar de a viver como inextricavelmente portuguesa, brasileira, angolana, moçambicana, guineense, cabo-verdiana, são-tomense ou timorense (Lourenço, 1999: 112). Ou seja, o espaço cultural da lusofonia é um espaço necessariamente fragmentado (Martins, 2004).
E a comunidade e a confraternidade de sentido e de partilha comuns só podem realizar-se pela assunção dessa pluralidade e dessa diferença e pelo conhecimento aprofundado de uns e de outros, conhecimento esse que nos últimos vinte anos tornou-se – e torna-se - mais acessível, seja pela sociedade da informação em rede, seja pela globalização.
A ideia de lusofonia remete para a ideia luso-tropicalista de Gilberto Freyre, que emerge no Brasil desde os anos trinta do século passado, e em Portugal desde ao anos cinquenta, por muito que o Estado Novo salazarista o tenha enredado num equívoco colonialista. Num e noutro caso, com efeito, prevalece a ideia de que o progresso e a cultura resultam da miscigenação das etnias, e também da miscigenação de memórias, tradições e paisagens. Suas marcas distintivas – a tolerância e a solidariedade – favorecem a coexistência dialéctica e criativa entre tradição e modernidade, trabalho e ócio, aventura e rotina (Holanda, 1983)
Na globalização, intercultural e multicultural, o espaço da lusofonia não pode deixar de ser hoje senão um espaço plural e fragmentado, conectado em rede, com uma memória igualmente plural e fragmentada.

Referências Bibliográficas

APPADURAI, Arjun (1996) Dimensões Culturais da Globalização. Lisboa: Teorema.

APPADURAI, Arjun (1996) Modernity At Large: Cultural Dimensions of Globalization, Minneapolis: University of Minnesota Press.

ASSMANN, H. e MO SUNG. J.(200) Competência e sensibilidade solidária. São Paulo: Vozes.

AUGÉ, Marc (1994) Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus

BAIRON, Sérgio (1995) Multimídia, São Paulo: Global.

BAUDRILLARD, Jean (1990), A transparência do mal, Campinas: Papirus.

BAUDRILLARD, Jean (1991), Simulacros e Simulações, Lisboa: Relógio D´Água.

BAUMAN, Zygmunt (2000), Liquid Modernity, London: Polity Press.

BAUMAN, Zygmunt. (2004) Dentro e fora da caixa de ferramentas da sociabilidade. Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 55-98.

BELL, D. (1973) The coming of post industrial society: a venture in social forecasting. New York: Basic Books.

BERND, Zilá (2003) Literatura e identidade nacional. Porto Alegre: Editora UFRGS.

BHABHA, Homi. K. (1998) O local da cultura. Trad. Miryam Ávila, Eliana Lourenço & Gláucia Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

BRAGA, José Luiz. (2004) Os estudos de interface como espaço de construção do campo da comunicação. Grupo de Trabalho Epistemologia da Comunicação, Compós, XIII Encontro Anual, São Bernardo do Campo, 18 pág.

BORGMANN, Alber (1999) Holding on to Reality: The Nature of Information at the Turno f the Millennium, Chicago: University of Chicago Press.

BURRELL; MORGAN (1979) Sociological Paradigms and Organisational Analysis. Vermont: Ashgate.

CANCLINI, Néstor (1999), La globalizacón imaginada. Buenos Aires: Paidós.

CARVALHO, José Murilo (1990), A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.

CASTELLS, Manuel (1996) Fluxos, redes e identidades: uma teoria crítica da sociedade informacional. In: CASTELLS, M. et al. Novas perspectivas críticas em educação. Porto Alegre: Artes Médicas.

CASTELLS, Manuel (2005), A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume I: A sociedade em rede, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CASTELLS, Manuel (2007), A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. Volume II: O Poder da Identidade, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CASTELLS, Manuel (2009), Communication Power. Oxford: Oxford University Press.

CASTELLSs, Manuel; INCE, Martin (2004), Conversas com Manuel Castells, Porto: Campos das Letras.

CHAFF, A. (1990) A sociedade informática. São Paulo: Unesp.

DAVIS, James; GANDY, Oiver (1999) Racial Identity and Media Orientantion. Journal of Black Studies, vol 29, n. 3 pp. 367-397.

DELEUZE, G. (2000) Conversações. Rio de Janeiro: Editora 34.

DRUCKER, P. F. (1994) Sociedade pós-capitalista. São Paulo: Pioneira.

CUNHA, Isabel (2009), A Lusofonia face à Globalização. SOPCOM, Lisboa: Universidade Lusófona.

FREYRE, Gilberto, (2003) [1933], Casa-Grande & Senzala, São Paulo, Global Editora.

FITZGERAL, Thomas (1999), My culture made me do it: Media, identity and politics of recognition. International Journal of Cultural Policy, 6:1. Pp. 69-90.

FRIEDMAN, Thomas (2005), O mundo é plano. Lisboa: Actual Editora.

GEERTZ, Clifford (1989), A interpretação das culturas, Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.

GIDDENS, Anthony (1976) The Constitution of Society. Cambridge and London: Polity Press .

GIDDENS, Anthony (1990), The Consequences of Modernity, Stanford: Stanford University Press.

GIDDENS, Anthony (1991) Modernity and Self-identity: Self and Society in the Late Modern Age, Cambridege: Polity Press.

GROSSBERG, Lawrence (1997), Cultural Studies, Modern Logics, and Theories of Globalisation. Manchester University Press.

HALL, Stuart (2003) Da Diáspora: identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: Unesco 2003.

HALL, Stuart. (2001), A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A.

HARVEY, D. (1989), The experience of space and time. In: Martín Barebero, Jesús. (2004) Ofícios de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura, São Paulo: Loyola.

HOLANDA, Sergio Buarque (1987), Raizes do Brasil. 19º edição, Rio de Janeiro, José Olympio.

ILHARCO, Fernando (2003), Filosofia da Informação: Introdução à Informação como Fundação da Acção, da Comunicação e da Decisão, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa Editora.

ILHARCO, Fernando (2004), A Questão Tecnológica: Acção e Reflexão na Sociedade Tecnológica Contemporânea, Lisboa: Principia.

ILHARCO, Fernando (2008) "Understanding Phenomenology: teh use of phenomenology in the social study of technology", in Introna, L e tal. (eds.), Phenomenology Organizational and Technology, Lisboa: Univesidade Católica Editora.

ILHARCO, Fernando (2009), "A Interculturadidade e as Novas Tecnologias" in Lages, Mário e Teodoro de Matos, Artur. Portugal Intercultural: Razão e Projecto, Vol.4. Lisboa: CEPCEP-UCP e Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural.

JOHNSON, S. (1997), Interface Culture: how new technology transforms the way we create and communicate, Nova Iorque: HarperCollins.

LAUREL, B (1993). Computer as theatre, Massachusetts: Addison-Wesley Lemos, R.T.S.; Franklin, B.L. Alves, J.B.M. e Kera, V.M. (2007). Tecnontologia & complexidade. Ciências & Cognição; Ano 04, Vol 11; www.cienciasecognicao.org (Agosto 2008).

LEMOS, R.T.S.; Franklin, B.L. Alves, J.B.M. e Kera, V.M. (2007). Tecnontologia & complexidade. Ciências & Cognição; Ano 04, Vol 11; www.cienciasecognicao.org (Agosto 2011).

LOURENÇO, Eduardo (1999), A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem na Lusofonia, Lisboa, Gradiva.

MARQUES DE MELO, José (1997), Indústria Cultural Lusófona: As Perspectivas do Fluxo Cultural Luso-Brasileiro. p.165 – 176

MARTINS, Moisés (2004), Lusofonia e Luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.

MASUDA, Yoneji.(1982) A sociedade da informação como sociedade pós-industrial. Rio de Janeiro: Editora Rio.

MATOS, J. M. (1982) A sociedade do conhecimento. Brasília: Ed.UNB.

NEGROPONTE, N. (1995) A vida digital. São Paulo: Companhia das Letras.

NORRIS, P. (1999) Global communication and cultural identities. The International Journal od Press/Politics.

2011)

SANTOS, Boaventura (2005) A crítica da governação neoliberal. Revista Crítica de Ciências Sociais.

SANTOS, Milton. (2002) O lugar do cotidiano. A natureza do espaço. São Paulo: Edusp, 2002, pp. 313-340.

SARMENTO, Cristina (2010) Culturas Cruzadas em Português. Lisboa: Almedina.

TOFFLER, Alvin. (2000) A terceira onda. Rio de Janeiro: Record.

VATTIMO, Gianni (1989), A sociedade transparente, Lisboa: Relógio D´Água.

VAZ, Paulo. (2001), Mediações e tecnologia. Revista da Famecos, nº 16, Porto Alegre, p. 45-58.

VITORIO, Benalva (2003), Lusofonia: Proposta para a Reinvenção de uma Comunidade, Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, p. 11-20.

VITORIO, Benalva (2007), Imigração Brasileira em Portugal – Identidade e Perspectiva. Santos: Leopoldianum.

WALLERTEINS, Immanuel (1990), Culture as the Ideological Battleground of the Modern World-System. Sage

WILLIAMS, Raymond (2001), Keywords. Nova York: Fontana.

As ideias viajam de navio: A Universidade de Coimbra e intelectuais brasileiros/ maranhenses na trama do movimento social denominado Balaiada (1838-1841)

Maria Bertolina Costa
mbertolinacosta@gmail.com

Ana Cristina Araújo
araujo.anacris@sapo.pt

Maria Dione Carvalho de Morais
mdione@superig.com.br

1. Os maranhenses e a Universidade de Coimbra

O ponto incial da questão é: qual a relação dos estudantes maranhenses, egressos da Universidade de Coimbra com o movimento social da Balaiada (1838-1841)[1] no Maranhão? Os ares Coimbrã inspiravam planos sediciosos?

Nesta pesquisa, propõe-se contribuir para a construção de uma memória dos estudantes maranhenses egressos da Universidade de Coimbra, daremos ênfase à polifonia discursiva destes com os insurretos, os desfazamentos de linguagem na nomeação dos insurgentes e, correlativamente, os modos de justificação da ação política das elites no movimento. Reconhecer a multiplicidade de suas vozes, possibilitará visibilidade a um campo de percepções e significados sobre este fato histórico, na memória coletiva (Halbwachs, 1998), fornecedora de novos elementos, que lançarão luz sobre dimensões da identidade cultural de um território profundamente marcado pela Balaiada e pelas revoltas do período Regencial (1831-1840) no Brasil. E, como diria Peter Burke (1992) elaboram-se novas perguntas sobre o passado, mais do que isso, sobre como ele e o presente se reverberam mutuamente, em um itinerário de ressignificações.

Sobre a relação profunda entre o Brasil e a Universidade de Coimbra como esta marcou a identidade e mentalidade brasileira, há exaustivos estudos. Contudo, sobre os estudantes maranhenses em Coimbra, em especial, ao papel por eles desempenhado, no Maranhão, durante o movimento social, conhecido pela designação de Balaiada (1836-1841), em que pese a produção histórica/ensaísta e documental, há um certo vazio no que tange à essa relação.

Outro enfoque deste estudo visa, esclarecer as tensões sociais da província do Maranhão no período de 1820 à 1841. Sobretudo, ampliaremos os debates sobre o papel dos intelectuais maranhenses egressos da Universidade de Coimbra, no movimento social da Balaiada e a assimilação e difusão das ideais liberais na província. Em seguida, centrar-nos-emos nos conflitos sociais e nas divergências entre as elites locais.

---

1 Um dos movimentos sociais do século XIX, conhecido na historiografia brasileira como Balaiada, ocorrido no final de 1838 a meados de 1841, nas províncias do Maranhão, Piauí e Ceará, que se insere no longo processo de independência do Brasil, de Portugal. A denominação, Balaiada, deve-se ao apelido de Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, cognominado «Balaio», artesão de utensílios de palha, tido como um dos líderes mais importantes do movimento. Por balaio se conhece um tipo de cesto grande feito de palha da Palmeira do coco babaçu, taquara, bambu, cipó etc, usado para guardar objetos e/ou transportá-los. «Esta denominação atribuída a atores sociais no conflito denota o tipo de trabalho exercido por grande parte da população tida, pela repressão, como massa de rebeldes, composta por mestiços e mulatos, os homens de cor, camponeses, lavradores, vaqueiros, proletários, tabaréus e matutos do interior, empregados do governo (inspetores de quarteirão), praças da polícia e da guarda nacional, escravos, nativos, fazendeiros, mulheres e crianças, toda plebe e um grande número de proprietários» (Dias, 2002: 139).

Quanto ao universo desta pesquisa, a cidade de São Luis do Maranhão configura-se em espaco propício de produção, assimilação e difusão de ideias em diversos meios sociais. Esta escolha não se deve apenas ao fato de São Luis ser a capital do Maranhão, onde se deram, mais intensamente, as transformações do início do século XIX, sendo inclusive, o local de instalação da primeira tipografia da província (Galves, 2010). Considera-se ainda que, em São Luís deu-se a concentração de grandes fortunas (Mota, 2004) e a interação de grupos letrados ligados à administração e ao poder local. Portanto, as ideias liberais no Maranhão, propagaram-se, de forma mais intensa, a partir da Revolução do Porto[2] e, em seguida, com as discussões em torno da emancipação política do Brasil, posteriormente à configuração do Estado brasileiro.

Nesse sentido faz-se necessário compreender o ensino conimbrense a partir da Reforma Pombalina de 1772 na Universidade de Coimbra[3]. Vale ressaltar que o Estado português reorganizou o ensino superior reestruturando cursos e currículos, administrativamente promoveu a renovação do corpo de professores e diretivo da instituição. Introduziu o ensino das modernas ciências matemáticas e da natureza, adotando o método experimental como processo de aprendizado[4].

Os estudiosos lusos, Prata (1991) e Fonseca (2000), apontam críticas à proposta limitada da reforma e de seus resultados, enquanto seus pares brasileiros (Dias, 1969; Carvalho, 2003; Falcón, 1991; Gauer, 2001; Silva, 2006), refletem para o importante papel desta instituição na formação das elites políticas brasileiras, que serviram à Igreja e ao Estado brasileiro. Para além de ter formado a quase-totalidade daqueles indivíduos que dirigiram o movimento de independência brasileiro, assim como os intelectuais maranhenses envolvidos com o movimento da Balaiada.

Duas vertentes orientaram a mudança pedagógica e curricular instituída pelos novos Estatutos: a introdução do ensino das modernas ciências matemáticas e da natureza e a adoção do método experimental como processo de aprendizado (Fonseca, 2000). Esses esforços permitem-nos apreender a tentativa de construção de uma cultura, de determinados valores e visão de mundo compartilhada, isto é, a urdidura mesmo da socialização efetuada sobre seus alunos e seus efeitos modeladores.

Com objetivos distintos daqueles que decorrem da análise, em si, das reformas pombalinas[5] do ensino, mas focalizando, propriamente, seus resultados na formação das elites brasileiras, Carvalho (2003) , Neves (2002) e (Falcón, 1982) sugerem uma análise mais profunda do processo de formação intelectual e entendem que «essa elite se caracterizava, sobretudo, pela homogeneidade ideológica. Por compreender essa `homogeneidade´ como fruto do processo de socialização daquela elite, empreende um exame de sua educação e formação, para o exercício de cargos públicos» (Carvalho, 2003: 21). Mas, é preciso esmiuçar esse projeto pedagógico para uma melhor compreensão dos efeitos produzidos ao nível das elites maranhenses que frequentaram a universidade de Coimbra, salientando, evidentemente, os cursos mais frequentados e o posterior exercício de cargos a que tiveram acesso.

O eixo analítico do legado de ideias e projetos identifica homens de saber e poder, cujos pensamentos estiveram fincados em contextos presentes, projetos futuros, em persistência de realidades passadas. Homens que insistiram

---

2 Cf. No ano de 1820, na cidade do Porto, inicia-se a revolução liberal e constitucionalista de 1820 conhecida como Revolução do Porto ou Vintismo. Inspirada tardiamente pela Revolução Francesa de 1789, o movimento vintista promoveu e regulou a liberdade de imprensa, estendendo-a, como direito, aos cidadãos portugueses na colônia. A intenção das lideranças era obter, da opinião pública, sustentação para as reformas de cunho liberalizante com as quais pretendiam modernizar Portugal. Graças a este caminho, a linguagem política, liberal e antiliberal praticada no Portugal constitucionalista, chegou com alguma fluidez ao Brasil e esteve presente no vocabulário político das forças que atuaram no processo de independência brasileira (Coelho, Geraldo Mártires. (1986). *O Vintismo no Grão-Pará: relações entre imprensa e poder (1820-1823)*. Tese de Doutoramento,Universidade Nova de Lisboa. Lisboa).

3 Estatutos da Universidade de Coimbra 1772. (1972). Universidade de Coimbra. Coimbra. vol. I, II, III.

4 Calmon, Pedro (1983). A reforma da Universidade e os dois brasileiros que a planearam. In: O Marquês de Pombal e o seu tempo, *Revista de História das Ideias.* Tomo II. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias.Faculdade de Letras.

5 Araújo, Ana Cristina (2000). Dirigismo cultural e formação das elites no pombalismo In: Araújo, Ana Cristina (org.). *O Marquês de Pombal e a Universidade.* Coimbra: Imprensa da Universidade.

em influir, a partir de visões de mundo construídas em tensão dialética (Dias, 1969). Este enfoque confere maior complexidade ao espaço político no Maranhão, à época da Independência e da Balaiada, na perspectiva da ideologia não apenas como instância ou domínio específico do real, com suposto poder de determinação sobre os demais, mas percebendo-a nas suas permanentes conexões entre a multifacetada realidade e suas representações. Nesta perspectiva, necessário se faz perceber a relação dos intelectuais com a imprensa maranhense.

2. A imprensa e as vozes políticas que ecoaram no Maranhão

Com os ecos da Revolução do Porto, São Luis foi laboratório onde tiveram lugar embrionárias e imprevisíveis formas de competição política através da imprensa. Vale ressaltar que, as províncias brasileiras foram desenvolvendo, paulatinamente, condições necessárias para fomentar atividades regulares de impressão. Embora os primeiros anos da existência de jornais publicados no Brasil tenham sido restritos às impressões do Gazeta do Rio de Janeiro e do jornal Idade D'Ouro do Brasil[6], a partir de 1821, fundava-se uma nova fase na história da imprensa no Brasil com a implantação de tipografias nas províncias de Pernambuco, Minas Gerais Pará e Maranhão. É um momento extremamente rico, assistiu-se a um processo de liberalização política sem precedentes na história do país (Lustosa, 2000; Dutra, 2006). Da partida do Rei em 1821 até o final da Assembléia (1823) a imprensa abrigou um debate de características «democráticas», porém sem regras definidas, como afirma Marcelo Cheche Galves (2010:15).

Mesmo distante da Corte, a cidade de São Luis, no Maranhão, viveu a transferência de parte do debate político para as ruas agitadas, a partir de abril de 1821. A circulação do primeiro jornal em 15 de abril de 1821, apenas a nove dias da «adesão» à Revolução do Porto, abaixos-assinados, subscrições, abertura de devassas, e a presença de maranhenses «emigrados», publicando impressos em outras praças, permitem perceber a publicização da política e as disputas em torno do controle da palavra (Galves, 2010: 34). Na série de jornais e folhetos que circularam entre 1821 e 1826, a «opinião pública[7]» era, ao mesmo tempo, idealizada pelos redatores e utilizada como forma de referendar suas opiniões, transformada em «opinião geral». Entre os vários sentidos atribuídos por Marco Morel (2005) à noção de opinião pública, destacamos a importância de duas acepções: «como recurso político para legitimação de práticas políticas» e «como operação simbólica de transformar opiniões individuais ou setorias, em opinião geral» (Morel, 2005: 200).

No que concerne à publicação destes periódicos no Maranhão, salienta-se que havia dois extremos bem nítidos: de um lado, um «mar» de analfabetos do outro, uma «ilha» de letrados (Borralho, 2009: 35). Esses «letrados» (Cavalcante, 1985) criaram uma nova cultura política no maranhão, ao assumirem funções na estrutura governativa e administrativa da província, principalmente como tipógrafos, redatores e jornalistas.

A visibilidade dessas figuras estava lastreada pela construção de biografias (Leal, 1987), tarefa destinada a Antônio Henriques Leal, egresso de Coimbra. Era fundamental que os intelectuais se tornassem visíveis e que, ao mesmo tempo, fossem os responsáveis pela cultura oficial[8]. Constituíram aquilo que Regina Abreu

---

6 Sobre este jornal, ver: Silva, Maria Beatriz Nizza da (2005). *A primeira gazeta da Bahia: Idade D'ouro no Brasil*. Salvador: UFBA.

7 Habermas, Jurgen (2003). *Mudança estrutural na esfera pública*. Tradução de Flávio R Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

8 Após 1850, parcela da sociedade de São Luís decidiu autocognominar-se herdeira da civilização grega, a ponto de assumir que o Maranhão, então província, era a "Athenas Brasileira". Essas lideranças intelectuais e políticas do período buscaram na identidade com o referencial grego (quem sabe, inspiradas pela herança conimbricense da alegoria a Minerva/Athena - uma resposta ao caos pelo qual a província passava naquele momento, especialmente com a Guerra da Balaiada. Ao mesmo tempo, esses intelectuais costuraram uma articulação política entre o emergente estado imperial brasileiro e a recém-formada província do Maranhão. Com maior circulação de livros, o aumento da atividade tipográfica e a participação de expoentes como Gonçalves Dias, Odorico Mendes, Sotero dos Reis e Gomes de Sousa, no cenário nacional, fortaleceram o ideário de Athenaa (Borralho, 2005). É nesse período que Antônio Henriques Leal publica "O Panteon Maranhense", obra, possivelmente, instituinte deste ideário de uma Atenas Brasileira.

(1996) designou de «homens semióforos», onde estabelecem uma ligação entre eles e os outros, rodeando-se de objetos-semióforos e deles fazendo alarde» (Abreu,1996: 225). Essa distância/aproximação foi construída através da linguagem literária e jornalística.

Para refletir sobre esta questão faz-se necessário perceber em que moldes se processou a formação desse «corpo técnico» oriundo em sua maioria das camadas sociais dominantes. Sabe-se que a intensificação das matrículas dos maranhenses na Universidade de Coimbra, só vai acontecer a partir da terceira década do século XVIII (Fonseca, 1999). Entretanto, há variações do número de registros de matrículas entre os períodos de 1731 a 1760. No ínicio do século XIX, há uma redução significativa de brasileiros matriculados. Somente após 1812 aumenta esse registro, como afirma Ruth Maria Chittó Guaer (2001). A origem geográfica de brasileiros em Coimbra relaciona-se, é claro, com o grau de riqueza e importância econômica das diferentes regiões brasileiras[9].

Segundo Virgínia Trindade Valadares (2004), os três grandes centros de captação de estudantes universitários eram a Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, com o conjunto S.Paulo/Santos com alguma representatividade, em reduzidas percentagens no que se refere àquelas regiões. A grande novidade do período seguinte, 1721-1771 dar-se-á pela ascenção da região mineira (Valadares, 2004). Em relação ao período de 1772 a 1822, Walter Cardoso (1991) afirma que «as capitanias que mais contribuíram para Universidade foram, em ordem decrescente: Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais[10], Pernambuco e Maranhão, e no final São Paulo» (Cardoso, 1991: 173-174).

No conjunto, Maranhão e Pará, no intervalo de 1811 a 1850 chegam a atingir 16,9% de todos os matriculados[11]. O Maranhão registra de 1721 a 1771, 03 alunos; de 1772-1810, 30 alunos e 1811-1850, 75 alunos, totalizando 108 alunos, no intervalo de 1721 a 1850. Em síntese, o número de egressos maranhenses aumenta a partir de 1772, mantendo-se em crescimento até o final do período observado, alcançando, no último intervalo temporal (1811-1850), uma proporção significativa de (13,9%), como informa Fernando Taveira da Fonseca (1999).

A partir dos primeiros levantamentos em torno de um núcleo constituído por 70 estudantes maranhenses, no Arquivo da Universidade de Coimbra[12], foi possível identificá-los como filhos de donos de terras, de escravos, e das riquezas do Maranhão. O recorte temporal estabelecido na pesquisa vai de 1772 a 1836, o que equivale a uma geração de maranhenses formados em Coimbra, testemunhas de três momentos históricos no Maranhão: a adesão da província à Independência (1823), a Setembrada (1831) e a Balaiada (1838). Estes agem como protagonistas e atores responsáveis pela «conjugação e disjunção» dos dois mundos, o metropolitano e o maranhense, adotando-se aqui o modelo de análise proposto por Virginia Trindade Valadares (2004), ao trabalhar o tema das elites mineiras setecentistas. Ainda para esta autora, a Universidade estimulava um clima de entrosamento entre metropolitanos e brasileiros, em benefício dos interesses estatais. Intelectualmente, aliás, mesmo depois que retornavam ao Brasil, os parâmetros e padrões que seguiam eram os de Coimbra, há uma patente evidência da fusão de comportamento que aglutinava as elites dos dois pólos do império.

A ambiência universitária propiciava aos estudantes a formação de sentido crítico em relação à tutela colonial e ao atraso do Reino, comparativamente a outros países europeus. Portanto, os maranhenses, ao retornarem à terra natal, caracterizavam-se como uma elite de poder que, a só um tempo, negava/reafirmava sua condição colonial. Foram homens que se faziam portadores dos ecos de ideias liberais, ultramarinas, e por outro lado, quando ocupavam postos de mando, reproduziam o estilo autoritário de exercício de poder (Dutra, 2006).

---

9 Cravidão, Fernanda Delgado (1990). A população estudantil da Universidade de Coimbra. Uma análise geográfica. In: Universidade(s) História Memória Perspectivas. *Actas 3 do Congresso "História da Universidade"*, Coimbra.

10 Boschi, Caio C. (1991). A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das Elites Mineiras coloniais" In: Universidade(s) História Memória Perspectivas. *Actas do Congresso "História da Universidade",* Coimbra.

11 Almeida, Maria Manuel e Cascão, Rui (1991). Origens sociais dos alunos matriculados na Universidade de Coimbra nos finais do século XIX. In: Universidade(s) História Memória Perspectivas. *Actas do Congresso "História da Universidade",* Coimbra.

12 Consulta ao Arquivo da Universidade de Coimbra: Brasília, (1949). «Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil», Brasília, Coimbra, Universidade de Coimbra/Instituto de Estudos Brasileiros. Suplemento ao vol. 4; as Certidões de Idade dos estudantes maranhenses e os Livros de Matrículas.

Este duplo sentido político perpassaria as elites que fundariam uma nova tessitura na sociedade maranhense. De qualquer modo, estes intelectuais, difundiram através da imprensa ideias liberais e antiluzitanas, que possibilitaria as camadas populares o exercício da circularidade (Ginzburg, 1987) de valores e ideias, o que contribuiu para radicalização das propostas políticas dos movimentos sociais no Maranhão.

Nesta perspectiva, identifica-se, a princípio, a existência de dois mundos conjugados dialeticamente, que deram origem, no Maranhão, a outro mundo cujos significados passam pela adjetivação do poder fundada na ideia de «superioridade cultural», e, de distinção, no sentido proposto por Bourdieu (1996), para o campo das letras. Emerge portanto, a partir de 1822 no Maranhão o «Grupo Maranhense», composto de literatos sobretudo, no que tange à dimensão vernaculista dos escritos, a exemplo de Francisco Sotero dos Reis, Manoel Odorico Mendes, que deram ao Maranhão no âmbito da produção e circulação de obras literárias, posição importante, não apenas local, mas também, nacional. No bojo desse movimento, resulta a partir de 1850 pós Balaiada, um novo grupo que proporcionou a São Luís a denominação de «Atenas Brasileira».

Marcelo Cheche Galves (2010) situa a ação desse grupo de intelectuais e literatos no contexto da incorporação do Maranhão no império, fato que só aconteceu em 28 de julho de 1823[13]. O Maranhão foi a penúltima província a «aderir» à independência brasileira, desfasamento só superado, no tempo, pelo Pará (Galves, 2010). Ao romperem os laços com Portugal, era a hora das famílias abastadas no Maranhão, consolidarem o espaço de dominação sociopolítico da província, com vistas à permanência de seus privilégios. É neste contexto que ganha expressão política o movimento da Balaiada (1838-1841), desestruturando a produção econômica baseada na agroexportação (Viveiros, 1992), radicalizando as diferenças entre os grupos dirigentes da província, divididos entre «cabanos» e «bem-ti-vis», respectivamente, conservadores e liberais, pondo em xeque a condição «civilizatória» da província (Galves, 2010: 45).

3. Maranhão, espaço de emancipação e conflito: Luta política e emergência da Balaiada em 1838

Compreender a emergência da Balaiada, naqueles sertões, requer que consideremos que é a partir da proclamação da independência política do Brasil, em 7 de setembro de 1822[14], que se entende a crise regencial[15], por sua vez, resultado da crise de autoridade e domínio da classe dos grandes proprietários, substanciadores da Independência que se dividiam e eram ameaçados de todos os lados (Sodré, 1978). O Período Regencial passou para a História do Brasil como um dos mais conturbados do país, com rebeliões, sedições, e agitações contra a ordem estabelecida. Dentro da organização imperial, de feição eminentemente conservadora, as instituições, traduziam as aspirações da aristocracia rural. No que tange à organização do poder político e administrativo, Ilmar R. Matos (1987), chama atenção para o horizonte civilizador do projeto conservador: das coisas do mundo do governo, questões da centralização política e administrativa, a uma ação civilizatória mais ampla, fosse pelo monopólio da força, fosse pela domesticação dos sentidos (Matos, 1987).

Para reconhecer as vozes dos egressos maranhenses da Universidade de Coimbra faz-se necessário uma melhor compreensão da cultura política cultivada no terreno onde germinou a Balaiada, sendo, por outro lado, imperioso distinguir outras vozes, mais radicais que ecoaram no contexto regional, em 1838. Percebe-se ainda, discursos que, conscientemente ou não, se articulam aos dos intelectuais de formação conimbrisense, repletos de intencionalidades, imbricados em redes de relações, como lembra Foucault (1986), em interpretações e defesa de visões de mundo e posicionados em combates e enfrentamentos não apenas verbais.

---

13 Coelho Neto, Eloy (1998). A Independência e a Adesão do Maranhão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.* pp. 67-73.

14 Ato pelo qual o Brasil desligou-se do império colonial português, instituindo uma monarquia constitucional. À frente, o filho mais velho de D. João VI, o príncipe real D. Pedro (D. Pedro I, no Brasil; D. Pedro IV, em Portugal) (Novais, 1996).

15 O que se denomina período regencial, na historiagrafia do Brasil é o período subseqüente ao 7 de abril de 1831 – data do decreto de abdicação de D. Pedro I do trono, no Brasil, em favor do filho, menor de idade, D. Pedro II – demarcado por um complexo de crises cuja face mais aparente era o interesse de D. Pedro I na sucessão portuguesa. (Novais, 1996).

Nas chamadas províncias do Norte, em especial no Maranhão, as hostilidades entre grupos rivais da aristocracia rural davam-se através de acerbadas lutas partidárias entre liberais (Bem-ti-vis) e conservadores (Cabanos)[16], que vinham se arrastando desde à época da abdicação de D. Pedro I. A primeira manifestação desta rivalidade foi a Setembrada, em 1831(Amaral, 1906).

Estevão Rafael de Carvalho, egresso de Coimbra, criticava abertamente o poder do presidente da província, desencadeando, contra a situação, a ofensiva de uma sátira irreverente através do jornal *O Bem-ti-vi*[17], folha revolucionária que daria o nome, ao partido Liberal, em franca maioria no interior da Província (Carvalho, 2000). Na mesma linha, estava Antônio Pires de Castro, com o jornal *O Sentinela*. Ambos eram liberais. No entanto, os Cabanos tinham no jornalista Francisco Sotero dos Reis, egresso da Universidade de Coimbra, um conservador exaltado, com discurso severo e cáustico no ataque aos liberais através do jornal *Investigador Maranhense* (Santos, 1983).

O clima de violência, resultado das disputas de poder, estendeu-se pelos anos de 1836 à 1838, quando eclode a Balaiada, o vento que soprava na capital, São Luís, alcançou o resto do país, traduzindo-se nos discursos veiculados pela vigorosa imprensa maranhense. A historiografia consagrou, como estopim do movimento, o episódio da ocupação em 13 de dezembro de 1838 da cadeia de Vila da Manga do Iguará (hoje, município Nina Rodrigues-MA), por Raimundo Gomes Vieira[18] e um grupo de vaqueiros do Padre Inácio Mendes de Morais e Silva, liberal. Em seguida à ocupação da cadeia, Raimundo Gomes e seu grupo deram início ao movimento, avançando pelo interior do Maranhão, e reunindo várias categorias sociais: desertores da Guarda Nacional, escravos fugidos, pequenos agricultores, vaqueiros, índios, dentre outros (Janotti, 1987).

> Enquanto representantes das posições político-partidárais se enfrentavam acirradamente, dois fatos bastante significativos contribuiram para mudar os rumos do movimento: a ocupação de Caxias[19] e a entrada em 1839 do preto Cosme Bento das Chagas, liderando os chamados «homens de cor». Cosme, que se intitulava «Tutor e Imperador das liberdades» (Araújo, 2008:79), tinha plena consciência de que no início do movimento não era aceito pelo líder mestiço Raimundo Gomes. Mas, isso não o enfraquecia, pelo contrário, atestava sua capacidade política, pois defendia a República e, com ela, o fim da escravidão, como atestam suas expressivas palavras: «Participo a VSª q. a Republica é para não a ver Escravidão [...] eu quando peguei nesse partido foi com Arco e Freja não foi Com sentido de nenguem: Raimdo me pois fogo adepois adotou o partido e ajuntou troupas de Preto: assim se quizer pª q. guerra eu não quero que nenguem passe mal por mim [...]. D. Cosme Bento das Chagas. Tutor Emperador da Liberdade» (Santos, 1983: 112).
>
> Os embates políticos pós independência tiveram desdobramentos no campo intelectual sobre os quais existem poucos estudos. A imprensa foi um veículo pelo qual esses debates ocorreram e o palco para exposição de ideias, críticas, denúncias e convicções. Inseridos nesse contexto, os intelectuais maranhaneses, egressos da Universidade de Coimbra, foram destacados pela historiografia dedicada à imprensa

---

16 Alencastre, José M. Pereira (1954). Notas diárias sobre a revolta que teve lugar nas províncias do Maranhão, Piauí e Ceará, pelos annos de 1838, 1839, 1840 e 1841 escriptos em 1854 à vista dos documentos oficiais. *Revista do IHGB,* Rio de Janeiro, Abril, pp. 45-96.

17 Morais filho, Nascimento (1987). *Estevão Rafael de Carvalho. O Bem-ti-vi*. Secretaria da Fazenda, Estado do Maranhão.

18 Raimundo Gomes, chefe do grupo de vaqueiros, era capataz do fazendeiro Inácio Mendes de Morais e Silva, vigário da freguesia do Arari no Baixo Mearim, ativo liberal e, naquele momento, opositor do governo provincial dirigido pelos conservadores.

19 A cidade de Caxias-Maranhão, situada a 373 km da capital São Luís – com posição geográfica importante, a oeste do nordeste brasileiro e a leste do Estado do Maranhão, foi ocupada em 1839, pelos Balaios. Estudiosos do tema, dizem que esta ação repercutiu de forma a levar à radicalização e coesão do movimento, marcando profundamente o município, cuja memória inscrita tem suporte, por um lado, a historiografia fundada, em grande medida, no que se poderia chamar de uma versão oficial deste evento histórico.

> maranhense no século XIX. Porém, outras dimensões desses «vultos regionais» devem ser analisadas, pois suas vozes foram reapropriadas por agentes revoltosos e por líderes como o preto Cosme Bento das Chagas, que agia durante a Balaiada como «imperador» do seu povo, pregando a subversão da ordem escravista no Maranhão[20].

A divulgação dos idearios libertários, assim como a defesa das elites em manter o *status quo*, em grande parte, foi mediada tanto pela imprensa oficial, através de jornais estabelecidos, como o *Argos da lei*, de Manoel Odorico Mendes[21], egresso de Coimbra e *O Cronica Maranhense* (1838) de João Francisco Lisboa, entre outros, assim também pelos denominados pasquins, *O Cometa* (1835) e *O Guajajaras* (1840).

A este respeito, saliento, com Fonseca Neto (2002) e Claudete Dias (2002), que, desde 1817, as ideias liberais e republicanas da Insurreição Pernambucana[22] repercutiam nos sertões adentro, nas províncias do norte. Ecoam também na Setembrada (1831), sendo sufocada, em seu início, pelas autoridades locais. Mas, o governo não impediu de todo manifestações de inquietação da parte de alguns setores sociais. Em 1821, as ideias de independência disseminavam-se por toda a colônia que se viu obrigada a prestar juramento à Constituição lusa[23], sobretudo, pela manutenção do domínio político-administrativo nas províncias do norte[24].

Supomos que a difusão por meio da imprensa, de ideias e aspirações revolucionárias proprocionou a circularidade de elementos culturais e radicalizou a dinâmica das relações sociais entre as classes populares e as elites. Aquele mecanismo de apropriação, ainda que sujeito a mediações racistas e escravagistas funcionou, de certo modo, como mola propulsora da revolta e como instrumento essencial para as lideranças balaias se apropriarem do discurso liberal. São trilhas evidenciadas, por «cidadãos comuns» que, por força do seu papel histórico, insurgem-se contra o lugar comum (Thompson 1992: 89) alçando a lugares incomuns, como os insurretos na tessitura da Balaiada.

Depois desta breve enunciação das aspectos fundamentais da investigação, procura-se, em síntese, indentificar discordâncias e concordâncias com teses e estudos da historiografia portuguesa e brasileira, relativas à influência da Universidade de Coimbra na configuração ideológica das elites dirigentes brasileiras, em particular, das elites maranhenses, a fim de perceber a influência e o papel desempenhado por estas elites na organização social do território maranhense nas primeiras décadas do século XIX. Esta problemática confere maior complexidade às posturas dos líderes Balaios e aos conflitos ideológicos e étnicos internos ao movimento da Balaiada, cuja revisão historiográfica propõe-se realizar.

Em suma, é fundamental compreender a presença e a influência da geração de intelectuais maranhenses egressos da Universidade de Coimbra, entre 1772 a 1836, ressignificar o passado, inclusive, atualizando tensões entre grupos sociais e apreender novos sentidos e significados da trama do movimento social da Balaiada, no Estado do Maranhão, Brasil, no período de 1838 a 1841.

---

20 Na análise da atuação da imprensa no Maranhão, sobre estes fatos não se pode perder de vista a perspectiva jornalística na construção do quadro geral. De fato, tal perspectiva articula o panorama sociopolítico na província e seus desdobramentos, visão pouco presente em obras anteriores, mais informativas e pouco analíticas.

21 Jorge, Sebastião (2000). *Política movida a paixão: o jornalismo polêmico de Odorico Mendes*. São Luis: Departamento de Comunicação Social da UFMA.

22 Mello, Evaldo Cabral de. (2001). *A Ferida de Narciso. Ensaio de História Regional*. São Paulo: Editora SENAC-São Paulo.

23 Catroga, Fernando (2012). «Quimeras de um façanhoso império: o patriotismo constitucional e a independência do Brasil». In: Hermann, Jaqueline; Azevedo, Francisca L. Nogueira de; Catroga, Fernando (Orgs). *Memória, escrita da história e cultura no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro; Editora FGV, pp. 327-387.

24 A metrópole, conflagrada pela revolução liberal do Porto, visava a uma espécie de recolonização tardia: a parte norte da já secular América portuguesa, o Maranhão, entendido, assim, desde o Piauí ao vale amazônico (Dias: 2002).

Bibliografia

Abreu, Regina (1996). *A Fabricação do Imortal: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco.

Amaral, José Ribeiro do (1906). *Apontamentos para a história da revolução da Balaiada na Província do Maranhão (1898-1906).* São Luís: Tipografia Teixeira.

Araújo, Ana Cristina (2000). Dirigismo cultural e formação das elites no pombalismo In: Araújo, Ana Cristina (org.).*O Marquês de Pombal e a Universidade.* Coimbra: Imprensa da Universidade.

Araújo, Mundinha (2008). *Em busca de Dom Cosme Bento das Chagas. Negro Cosme, Tutor e Imperador da Liberdade*. Imperatriz: Ética.

Borralho, José Henrique de Paula (2009) *A ATHENAS EQUINOCIAL: a fundação de um Maranhão no império brasileiro*. Tese de Doutoramento, Niterói, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense.

Bourdieu, Pierre (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus.

Braga, Téofilo. (1898). *História da Universidade de Coimbra*. Lisboa: Academia Real das Ciências, vol. III.

Burke, Peter (1992). *História e teoria social*. S. Paulo: UNESP

Calmon, Pedro (1983). A reforma da Universidade e os dois brasileiros que a planearam. In: O Marquês de Pombal e o seu tempo, *Revista de História das Ideias*, *Tomo II*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias. Faculdade de Letras.

Cardoso, Walter (1991). Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil (1701-1822): procedências e graus obtidos. In: Universidade(s) História Memória Perspectivas. *Actas 3 do Congresso "História da Universidade"*, Coimbra.

Carvalho, Carlota (2000).*O Sertão*. Imperatriz: Ética.

Carvalho, José Murilo de (2003). *A construção da ordem e a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Cavalcante, Berenice (1985). Os Letrados da sociedade colonial: as academias e a cultura do iluminismo no final do século XVIII. *Revista Acervo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. , jan-dezembro, pp. 53-66.

Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra-1771 (1972). Coimbra, Universidade de Coimbra.

Dias, Claudete Maria M. (2002). *Balaios e Bem-ti-vis: a guerrilha sertaneja*. Teresina: Dom Barreto.

Dias, Maria Odila L.da Silva (1969). «Aspectos da Ilustração no Brasil». *Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.*

Dutra, Eliana de Freitas; Mollier, Jean-Yves. (orgs.) (2006). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e América nos séculos XVIII - XIX*. São Paulo: Annablume, pp. 227-258.

Falcón, Francisco José Calazans (1991). Luzes e Revolução na Colônia. A importância da Universidade Pós-Reforma Pombalina. In: Universidade(s) História Memória Perspectivas. *Actas 5 do Congresso "História da Universidade",* Coimbra.

Falcon, Francisco José Calazans (1982) *A época pombalina; política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Editora Ática.

Fonseca, Fernando Taveira da (2000). A dimensão pedagógica da Reforma de 1772 – Alguns aspectos. In: ARAÚJO, Ana Cristina (org.). *O Marquês de Pombal e a Universidade*.Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

Fonseca, Fernando Taveira da (1999). Scientiae thesaurus mirabilis: estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra (1601-1850). *Revista Portuguesa de História. Universidade de Coimbra*. pp. 527-559.

Foucault, Michael (1986). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Graal.

Galves, Marcelo Cheche (2010). "Ao Público Sincero e imparcial": Imprensa e Independência no Maranhão (1821-1826). Tese de Doutoramento, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro.

Gauer, Ruth Maria Chittó (2001). *A Construção do Estado-Nação no Brasil. A Contribuição dos egressos de Coimbra*. Curitiba: Juruá

Ginzburg, Carlo (1987). *O queijo e os vermes***.** São Paulo: Cia. das Letras.

Halbwachs, Michael (1998). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice

Janotti, Maria de Lourdes (1987). *A Balaiada*. S. Paulo: Brasiliense.

Jorge, Sebastião (1987). *Os primeiros passos da imprensa no Maranhão (1821-1841)*. São Luis: PPG: EDUFMA.

Leal, Antônio Henriques. (1987). *Pantheon maranhense I*. Brasília: Alhambra.

Lustosa, Isabel (2000). *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-23)*. São Paulo: Companhia das Letras.

Matos, Ilmar R. (1987). *O tempo Saquarema*. S. Paulo: Hucitec.

Morel, Marco & Barros, Mariana M. de (2003). *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A.

Mota, Antônia da S. (2004). Família e Fortuna no Maranhão Setecentista. In: Costa, W. C. (Org.). *História do Maranhão: Novos Estudos*: São Luís: EDUFMA.

Neto, Antônio Fonseca (2006). *Memória das Passagens*. Teresina: EDUFPI/ Academia de Letras, História e Ecologia de Pastos Bons.

Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira das (2002). Pensamentos vagos sobre o Império do Brasil In: *Hipólito José da Costa e o Correio Brasiliense: Estudos*. Tomo 1, São Paulo: Imprensa Oficial, pp. 469-513.

Novais, Fernando A. (1996). *A Independência do Brasil*. S. Paulo: Hucitec.

Prata, Manuel Alberto Carvalho (1991). Ciência e Sociedade. A Faculdade de Filosofia no período pombalino e pós-pombalino (1772-1820). In:Universidade(s) História Memória Perspectivas. *Actas 5 do Congresso «História da Universidade»*, Coimbra.

Santos, Maria Januária Villela (1983). *A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo: Ática.

Silva, Ana Rosa Cloclet da (2006). *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp.

Sodré, Nelson W. (1978). *As razões da Independência*. R. de Janeiro: Civilização Brasileira.

Thompson, Paul (1992). *A voz do passado*. R. de Janeiro: Paz e Terra.

Valadares, Virginia Maria Trindade (2004). *Elites Mineiras Setecentistas: Conjugação de dois mundos*. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Fundação Universidade de Lisboa: Lisboa.

Viveiros, Jerônimo de (1992). *História do comércio do Maranhão (1612-1895)*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão.

A imprensa colonial de expressão portuguesa e a I Grande Guerra

Prof. Dr. Antonio Hohlfeldt/FAMECOS-PUCRS[1]
a_hohlfeldt@yahoo.com.br

Resumo: Angola, mais que Moçambique, sofria pressões significativas por parte das diferentes nações colonialistas europeias, como a Alemanha e a Bélgica. Ambas as então colônias de expressão portuguesa faziam fronteiras com outros territórios dominados pela política colonialista europeia. As colônias portuguesas, contudo, enfrentavam um agravante: a política de concessões de enormes territórios coloniais às chamadas empresas majestáticas, modo pelo qual o governo português tentava suprir a falta de recursos para a atividade colonizadora. A consequência dessa política, para nativos e colonizadores, era a constituição de verdadeiros enclaves dentro dos territórios lusitanos, o que se agravou com a ameaça de guerra e consequentes ameaças de invasões e/ou anexações. Tudo isso se encontra devidamente documentado nas páginas dos jornais que então se editavam nos territórios coloniais, e que aqui se examina, a partir da perspectiva do newsmaking, buscando compreender os critérios de noticiabilidade e valores notícia então mobilizados, identificando sobretudo a proximidade, a hierarquia e a combinação de ambos os valores como aqueles mais adequados para se compreender a linha dos noticiários dos jornais de então, tanto angolanos quanto moçambicanos.

Palavras-chave: história do jornalismo luso-brasileiro – história do jornalismo colonial de expressão portuguesa – teoria do jornalismo – newsmaking – I Grande Guerra

Apresentou-se, recentemente, artigo que buscava traduzir o comportamento da imprensa moçambicana em relação à eclosão da I Grande Guerra e ao papel que Portugal desempenharia neste conflito (HOHLFELDT, 2013). Tanto os colonizadores portugueses, quanto mestiços e nativos da então colônia portuguesa, preocupavam-se com os acontecimentos, quer sob uma perspectiva mais abrangente, que envolvia os horizontes futuros do ocidente, quer sob uma perspectiva específica, que era o contexto vivido pela colônia e os perigos de anexação do território por outras potências européias, notadamente Alemanha, Bélgica, França, Holanda, etc. Para além do atentado de Sarajevo, de 28 de junho de 1914, que serviria como detonador do embate, envolvendo rapidamente um sem-número de nações européias que tinham variados interesses políticos de fundo no conflito, Portugal também se vê provocado pelos acontecimentos, até porque fora um dos países mais prejudicados pelas políticas colonialistas recentes, na medida em que manobras inglesas, favorecendo interesses belgas, haviam desfeito o sonho lusitano do mapa cor-de-rosa africano[2].

---

1 Antonio Hohlfeldt é professor titular dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação Social e de Letras, da PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; realizou Pós-Doutorado na Universidade Fernando Pessoa, do Porto/Portugal, sobre História do Jornalismo Luso-brasileiro; é pesquisador do CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa; membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; autor, dentre outros, do livro *Teorias da Comunicação: Conceitos, escolas,tendências* (Petrópolis, Vozes, 2001: 13ª edição em 2014). Escreveu diversos livros sobre Literatura Brasileira, Teoria e história do jornalismo brasileiros e literatura de ficção para crianças e jovens.

2 Portugal pretendia unificar os territórios de Angola e de Moçambique, em torno de 1886, com o quê garantiria um espaço lusófono exclusivo que, no entanto, cortaria o continente africano em dois grandes blocos, com o quê não concordavam as demais potências colonialistas européias. Neste sentido, a Inglaterra forçou Portugal a aceitar um acordo, em 1890, que impediu tal projeto.

1. Portugal na guerra: razões de preocupação

Outros episódios, como os do Transvaal[3], haviam reacendido temores de invasão dos territórios colonizados por Portugal, tanto em Moçambique quanto, principalmente, em Angola, uma vez que Portugal não tinha condições práticas de desenvolver políticas colonizadoras mais amplas e efetivas. Para isso, valera-se das chamadas empresas majestáticas[4], a que entregara boa parte daqueles territórios, o que significava a existência de verdadeiros enclaves estrangeiros no interior dos territórios de colonização portuguesa. Uma companhia majestática tornava-se praticamente um feudo no território concedido. Tinha poder de polícia, criava e arrecadava impostos, encaminhava políticas administrativas e, de certo modo, tornava-se um governo autônomo dentro do território de outra nação, no caso, uma colônia lusitana.

Já se teve a oportunidade de observar que, neste sentido, as críticas da nascente imprensa colonial de expressão portuguesa, tanto na segunda metade do século XIX, quanto nas primeiras décadas do século XX, dirigiam-se muito mais contra as práticas, consideradas extorsivas e desrespeitosas, dessas companhias, do que propriamente ao governo português, seja ao tempo da monarquia, seja nos primeiros anos da nova república (HOHLFELDT, CARVALHO, MANZANO et TARRAGÓ, 2011).

Essa dupla digressão tem razão de ser para este artigo: pretende-se analisar os jornais de Angola e de Moçambique, editados em torno do período de 1913 a 1920, afim de se verificar o quanto e como a guerra repercutiu em suas páginas. Retoma-se aqui a leitura do artigo citado na abertura deste texto, e passa-se a ampliá-lo, com a inclusão da imprensa angolana. Deve-se levar em conta, neste sentido, que o telégrafo, em especial a agência francesa Havas, já estava plenamente implantado na região e servia a uma boa parte dos jornais que então circulavam. A presença das agências aproximara o leitor da colônia africana de expressão portuguesa do continente europeu mas, ao mesmo tempo, quando da eclosão da guerra, transformou-se em mais um foco de preocupação, pois o telegrama sempre seria uma *versão* dos acontecimentos, mais ou menos interessada, conforme a fonte da informação.

2. Leitura de jornais coloniais a partir do *newsmaking*

Partindo-se das perspectivas teóricas que nos apresenta o *newsmaking*, pretende-se ler os jornais do período, sob três perspectivas: a) notícias da guerra, em geral; b) notícias localizadas da guerra e suas implicações regionais e/ou locais; e c) demais noticiário cotidiano. O interesse da pesquisa é verificar que *valores notícia* vingaram naquele momento, contribuindo, assim, para a constituição do noticiário a ser recebido pelos (escassos) assinantes dos jornais de então. Para isso, lançou-se mão do material anteriormente coletado e que vem constituindo *corpus* de diferentes estudos por parte deste pesquisador[5].

---

3 No século XIX, Transvaal designava os territórios que se constituíram em uma república boer, denominada Zuid-Afrikaanische Republiek (República sul-africana), informalmente referida como República do Transvaal. Esses territórios estavam situados a montante do rio Vaal até ao rio Limpopo e faziam fronteira com Moçambique.

4 Empresas estrangeiras, de capital privado, com as quais Portugal assinava concessões territoriais e administrativas para exploração de riquezas naturais ou prestação de serviços públicos, desde linhas férreas a portos, transporte urbano coletivo, iluminação, etc. A alienação detinha-se apenas quanto ao uso da bandeira nacional, ainda que, muitas vezes, este aspecto fosse letra morta, pela absoluta ausência de funcionários representantes oficiais do governo português.

5 Trata-se de projeto de Pós-doutorado, desenvolvido sob o patrocínio da CAPES, entre abril e julho de 2008, junto à Universidade Fernando Pessoa, sob a orientação do Prof. Dr. Salvato Trigo. A pesquisa buscou localizar, levantar e analisar os jornais de colônias de expressão portuguesa que integram o valioso acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Posteriormente, foi aprovado projeto de pesquisa no CNPq, a partir de 2009, até o momento, que tem permitido o aprofundamento e a diversificação da pesquisa. Em conseqüência, vem sendo apresentados sub-projetos para alunos de Iniciação Científica à própria PUCRS, CAPES, CNPq e FAPERGS, apresentação de artigos em revistas acadêmicas e apresentação de trabalhos em congressos nacionais e internacionais, além da publicação de um livro coletivo, *A history of the press in the portuguese-speaking countries* (Porto, Media XXI. 2014), organizado por Jorge Pedro Sousa e este autor.

Como se sabe, o *newsmaking* é uma perspectiva de estudo sociológico, que busca compreender os motivos pelos quais um acontecimento pode vir a se tornar (ou não) notícia. Desde o século XIX, com Ferdinand Tönnies (1947 [1887]), reconhece-se a importância da imprensa – e mais tarde, dos mídias em geral – no sentido de propiciar informações ao cidadão, em relação a seu entorno. Nas chamadas *sociedades urbanas*, é absolutamente impossível ao sujeito testemunhar toda e qualquer ocorrência. Dito de modo diverso, nos dias de hoje, a mídia se ocupa de relatar os acontecimentos do dia a dia. Ao mesmo tempo, pela complexidade das sociedades contemporâneas, bem sabemos ser impossível cobrir a todo e qualquer tipo de acontecimento, mesmo em um aparentemente curto período de um dia. Assim, as mídias fazem uma necessária seleção do ocorrido, a partir do que se denomina *valor notícia*, conjunto de princípios e avaliações forjados através da história do próprio jornalismo, enquanto um fazer social e profissional, transmitido nas redações, nos cursos universitários e até mesmo fixado, na atualidade, nos chamados *manuais de redação* (HOHLFELDT, 2001).
Não se trata de um quadro fechado. Diferentes categorias e, por conseqüência, diversos *valores notícia* se combinam para que um acontecimento se torne notícia ou até manchete das mídias. Evidentemente, esta *cultura profissional* faz com que alguns quesitos sejam imediatamente reconhecidos e valorizados como, por exemplo, o impacto do acontecimento, que tem a ver com a importância do fato: seria o caso, em princípio, da eclosão de uma guerra. Mas também é lógico, para um jornalista profissional, que uma guerra mais ou menos distante varia de importância, tornando-se absolutamente fundamental quando ela vier a ocorrer no território nacional ou se refletir na região em que aquela mídia tem sua recepção. Assim, é a partir dessas questões que fizemos uma leitura dos jornais em questão. Nossa escolha voltou-se fundamentalmente para os jornais africanos de Angola e de Moçambique. Ocorre que, tanto Angola, como Moçambique, mantinham territórios, na época, administrados pelas chamadas companhias majestáticas, o que gerava riscos concretos de invasão ou anexão, além de sofrer, em seu próprio território, ações de espionagem em favor das nações contra as quais Angola ou Moçambique, enquanto colônias de Portugal, acabariam por se colocar, notadamente a Alemanha.
Não são muitos os exemplares remanescentes na Biblioteca Pública Municipal do Porto relativos ao período: encontrou-se apenas seis títulos de Angola e outros seis de Moçambique. Mas este material, embora quantitativamente escasso, é qualitativamente suficiente e significativo, como se pretende evidenciar.
Em Angola, os jornais localizados foram *O Progresso, Pátria, Boletim da Associação Comercial de Benguela*, *Patria Portuguesa*, *Imparcial* e *O Ultramar*. Quanto a Moçambique, localizou-se os jornais *O Incondicional*; *Patria*; *Pró Patria* e *A Província*. Faremos menções, ainda, a *A cidade* e *Correio do Porto*.

3. Jornais de Angola

O primeiro jornal que selecionamos chama-se O Progresso, "semanário colonial", como se identifica. Fundado por Augusto Archer da Silva Wilson, começou a circular em 26 de junho de 1913, em Luanda. Na página 3, da primeira edição, sob a chamada "O exército colonial e sua organização", o jornal antecipa informações da metrópole de que o Ministério das Colônias vai propor ao governo português a organização de um exército colonial, a ser comandado "oficiais da metrópole e dos quadros coloniaes; por praças européias [sic] e por praças indígenas", com bases em Angola, Moçambique e na Índia Portuguesa[6]. A informação é importante, porque Portugal vem enfrentando algumas rebeliões nativas, em especial em Angola, o que tem preocupado às autoridades. Com a eclosão da guerra, porém, tal exército será sumamente importante, inclusive para a defesa dos territórios coloniais portugueses, como Jorge Pedro Sousa e Helena Lima evidenciaram, em estudo recente (2013).
Já na edição 5, de 24 de julho, um artigo analisa o que chama de "crise balkânica" e discute como evitar a conflagração européia, referindo-se a embates entre Turquia e Bulgária[7]. O tema volta a ocupar o jornal na edição de 16 de outubro, que propõe um resumo dos acontecimentos[8] e, ainda, no início do ano seguinte,

6 *O Progresso*, 26 de junho de 1913, p. 3. Todas as citações serão feitas com respeito à grafia original.

7 *O Progresso*, 24.7.1913, p. 2.

8 *O Progresso*, 16.10.1913, p. 2.

quando o jornal destaca que a Turquia teria adquirido ao Brasil um dos "mais poderosos navios do mundo", o que desestabilizava ainda mais o precário equilíbrio bélico da região[9].

Na edição 11, de 4 de setembro, o jornal se preocupa com o que denomina de "campanha de difamação", que teria inclusive apoio da Inglaterra, sobre a existência de escravidão negra na colônia. O tema preocupa especialmente porque acusações deste tipo poderiam justificar intervenções e/ou ocupações do território angolano por tropas estrangeiras[10]. Por isso, o assunto volta a ser notícia na edição de 18 de dezembro, sob a chamada "Um livro infame", que se refere à recente publicação, em Londres, da obra *Escravatura portugueza*, assinada pelo missionário John H. Harris, e cujo texto é qualificado como "o mais vil, o mais baixo, o mais falso dos caluniadores de Angola e da administração colonial portugueza"[11]. O assunto voltará a ocupar o jornal na edição 34, quando o Coronel Freire d'Andrade, um dos administradores coloniais portugueses, defende seu país e denuncia a falsidade do livro. Na mesma nota, o jornal registra ainda a posição do consulado inglês, quanto ao tema, desautorizando o pretenso missionário e suas posições[12].

No mesmo dia 18, contudo, as questões da guerra ganham contornos mais perigosos. Sob a manchete "Salvemos Angola", o jornal transcreve duas publicações a respeito de uma eventual partilha da África entre ingleses e alemães, o que colocaria em risco a integridade do território angolano. A informação é tão mais preocupante porque as duas fontes são jornais britânicos, o Times e o Standard. A mesma perspectiva é retomada na edição do dia 25 do mesmo mês[13], em que o jornal ataca os "famélicos chocolateiros ingleses". Na "Crônica internacional" do dia 26 de janeiro, a matéria volta a ocupar o jornal, dando conta de que as negociações entre Inglaterra e Alemanha prosseguem, o que significa a continuidade das preocupações angolanas[14]. Não surpreende, pois, que na edição 43, sob o título "Nuvens negras? O accordo anglo-alemão", o assunto retorne à publicação. Aliás, nas edições seguintes, o jornal estampará uma série de artigos a respeito dos "capitais alemães" investidos na colônia e seus riscos[15].

A possível guerra européia está sempre no horizonte da publicação que, na edição 50, na coluna "Crônica do estrangeiro", discute "A tríplice aliança e a tríplice entente"[16], abordando a formação das alianças políticas e bélicas que vão se configurando na Europa, agora claramente em preparativos de guerra[17].

Na edição 51, um curioso anúncio antecipava o próximo lançamento do jornal A Província, dirigido por Joaquim H. da Silva Abreu, igualmente semanário[18]. O editor da publicação, contudo, seria o mesmo Augusto Archer da Silva Wilson. A situação se explica quando, na edição seguinte, O Progresso anuncia a suspensão de sua circulação, atribuindo-a a "dificuldades que surgiram e de há muito se faziam sentir, diante de uma existencia que nada tem de desafogada". Nesta edição final, contudo, a publicação insiste nos perigos que a Alemanha significa para Angola, a partir da tradução de um artigo publicado no jornal germânico Gazeta do Norte da Alemanha, que alega Portugal não dispor de condições suficientes para desenvolver a colonização de Angola,

---

9 *O Progresso*, 12.1.1914, P. 3.

10 *O Progresso*, 4.9.1913, p. 2.

11 *O Progresso*, 18.12.1913, p. 1.

12 *O Progresso*, 16.2.1914, p. 2.

13 *O Progresso*, 25.12.1913, p. 1.

14 *O Progresso*, 26.1.1914, p. 2.

15 *O Progresso*, 20.4.1914, p. 3 e 27.4.1914, p. 1.

16 A Tríplice Aliança foi formada pela Alemanha, Império Austro-Húngaro e Itália, que, no início da guerra, abandonou a coalizão, para filiar-se à Tríplice Entente, formada pelo Império Russo, Império Britânico e a França.

17 *O Progresso*, 3.7.1914, ps. 2 e 3.

18 *O Progresso*, 15.7.1914, p. 3. Júlio de Castro Lopo considera A Província, que teria circulado entre 8 de outubro de 1914 e 23 de novembro de 1918, como – um dos periódicos mais bem feitos da época, que se publicaram em Angola. Francisco Pereira Batalha era seu proprietário, diretor e redator principal (...)" (LOPO,1964: 96. Infelizmente, não se localizou este jornal na rica coleção da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Aliás, o próprio Lopo indica que consultou a publicação em coleção particular, presumivelmente em Angola mesmo.

mostrando que todos os grandes investimentos na colônia são oriundos de capitais ingleses ou alemães[19].
Encerrava-se, assim, a circulação de um jornal bastante moderno, para a época, evidenciando a atualização de seus responsáveis, quer quanto aos aspectos gráficos, quer quanto ao conceito de jornalismo e, conseqüentemente, de noticia.
Se dispomos da coleção completa (52 edições) de O Progresso, o mesmo não se pode dizer de Patria, jornal lançado em 15 de novembro de 1913, já com um "Suplemento" de página única. É que Patria, "jornal literário e político", dirigido por M. A. de Pimentel Teixeira, é um jornal essencialmente partidário e circulará com uma única intenção: divulgar e apoiar as candidaturas do Partido Republicano Portuguez no pleito municipal que então se avizinhava. O jornal circula em Mossamedes, de formato tablóide. Nele, a guerra européia passa longe: apenas na edição de 30 de setembro, já na denominada "segunda série" da publicação, é que surge um artigo firmado por J. Moura, intitulado "Apontamentos sobre a conflagração européia"[20]. Os maiores destaques da publicação, de quem se pode pesquisar escassos exemplares, estão voltados sobretudo para a política interna da colônia, por exemplo, destacando, em letras garrafais, a nova lei que concede autonomia às colônias, tanto financeira quanto econômica, tendo por conseqüência a aprovação, pelo Senado de Portugal, de maiores verbas para a província[21].
Portugal manteve-se formalmente neutro durante boa parte da guerra, o que não significava que, de fato, estivesse distante dos acontecimentos. Mas foi apenas ao final do conflito que o país decidiu participar do cenário belicoso, até para garantir seus interesses, fazendo-se representar formalmente nas negociações que se seguiram ao final do conflito. Entende-se, assim, em parte, porque nem sempre a guerra é um tema tão presente nos jornais coloniais.
No entanto, é evidente que quando o acontecimento envolve diretamente o país português e seus colônias, o tema ganhará destaque, até mesmo no Boletim da Associação Comercial de Benguela, publicação mensal, dirigido por uma figura extremamente representativa do jornalismo angolano, Adolfo Pina. A publicação começa a circular em setembro de 1915, e em sua edição 7 noticia, nas duas primeiras páginas, o rompimento das relações diplomáticas entre Portugal e Alemanha[22].
A guerra gera algumas providências do governo metropolitano que nem sempre agradam aos coloniais. Assim, em junho de 1918, lê-se que o jornalista Adolfo Pina deslocou-se a Luanda para reclamar da censura telegráfica que as autoridades locais haviam instituído, com motivações pela guerra[23]. O boletim, na mesma edição, transcreve informação de que a Sociedade de Geografia de Lisboa (a que estava afeta a política das colônias portuguesas) e a Royal Geograffical Society, de Londres, além do British Museum, teriam trocado correspondências a propósito de uma sugestão de Lord Henderson de se criar um Estado Internacional na África. Henderson integrara ainda recentemente o governo britânico: portanto, sua proposta poderia ser um *balão de ensaio* da própria administração inglesa, mas a nota garante que todas as instituições mencionadas desmentiram a informação e não a levaram a sério.
Sob a denominação de Patria Portuguesa, começou a circular, em 28 de fevereiro de 1919, um jornal "semanário republicano", como se auto-denomina, dirigido por Manuel Lopes Pereira, pertencente ao Centro Democrático de Angola, publicado às sextas-feiras, na Tipografia Minerva – então, a mais moderna casa impressora da colônia – em Luanda. O jornal, como se percebe, inicia sua história já depois de concluída a guerra, mas não suas conseqüências. Tanto que, desde a edição de lançamento, o periódico vai se debater e denunciar a censura que ainda perdura: mencionando a portaria 291, que instituíra a censura prévia por causa da guerra, a publicação "continua o Jornal de Angola, a quem sucede, e manterá sensivelmente, a mesma orientação – a mais ampla e leal transigência partidária, dentro da esfera bem definida da mais feroz intransigência republicana"[24].

---

19 *O Progresso*, 25.7.1914, p. 1.

20 *Patria*, 30.9.1914, p. 1.

21 *Patria*, 20.7.1914, p. 1.

22 *Boletim da Associação Comercial de Benguela*, março de 1916, ps. 1 e 2.

23 *Boletim da Associação Comercial de Benguela*, junho de 1918, ps. 3 e 4; p. 4.

24 *Patria Portugueza*, 28.2.1919, p. 1.

O Centro Democrático de Angola repete, assim, comportamento alternativo característico da imprensa colonial: quando um jornal era fechado ou suspenso, em seguida lançava-se outro, cm denominação diferente, mas dando-se continuidade à linha editorial daquele primeiro (HOHLFELDT, 2008). Isso se praticava tanto em Moçambique, Cabo Verde quanto em Angola, única alternativa para os jornalistas enfrentarem decisões arbitrária, o mais das vezes tomadas por autoridades locais, em qualquer conhecimento de Lisboa. Por isso, na mesma edição, o Patria Portugueza pede que as autoridades da metrópole leiam os jornais angolanos, para acabar com a censura ilegal imposta aos mesmos.

Nas edições que se seguem, o jornal reedita a Portaria 291, ao mesmo tempo em que igualmente sofre, na prática, a censura das autoridades: na edição 3, vários pequenos textos foram retirados do periódico, sem que ele possa substituí-los por outros textos.

O Decreto 5165, de 21 de fevereiro do ano de 1919, contudo, restabeleceu a Constituição em Portugal e, por conseqüência, acabou com a censura. É isso que destaca o jornal, em sua edição 6, transcrevendo os documentos legais referidos. Como que para testar a validade da nova lei, o jornal estampa, na mesma edição, agressivo artigo de Antonio Videira, ao que parece, editor da publicação, sobre o recente autoritarismo governamental. O artigo foi estampado na íntegra mas o jornal na sofreu nenhuma represália posterior[25].

A nova situação, contudo, não se esgotara com estas simples medidas administrativas. A edição 7 dá conta de que a metrópole demitira o Governador da província e nomeara um substituto[26]. Na edição seguinte, o novo Governador edita uma portaria que abole a censura prévia, matéria publicada pelo jornal. As mudanças andam rápidas: na edição 11, o jornal antecipa, em nota de "última hora", que entrara em vigor a Carta Orgânica de Angola. Na edição posterior, a publicação detalhava a autonomia que o novo documento trazia para a colônia.

O que fica evidente, da leitura de Patria Portugueza é que, não apenas a guerra permitira abusos em relação às autoridades locais, quanto a mesma guerra evidenciara a necessidade de algumas mudanças da administração portuguesa para com as colônias, até para enfrentar as crescentes críticas que Portugal sofria, da parte de outras nações colonialistas, quanto a sua política colonizadora.

De qualquer modo, é deste jornal a significativa manchete da edição 19: "A guerra acabou. A revolução dos pequenos povos vencerá pela força da idéia. Preparemo-nos para a luta. Organizemos o batalhão do pensamento", conforme sua edição 19. Ecoando os novos horizontes de liberdade, o jornal acompanhará, em suas edições subseqüentes, a convocação de eleições para as administrações municipais, culminando com a edição do dia 5 de outubro (significativamente, data da proclamação da República Portuguesa): "Viva a República! Salve, Angola! – Como a colônia se manifesta. O mais retumbante triunfo eleitoral da República. A província não é nem quer ser fardo de ninguém"[27].

O Imparcial começa a circular em 3 de abril de 1919, portanto, pouco antes do final da guerra. "Semanário republicano independente", como se define, é dirigido por José de Melo, em tamanho standard, com 4 páginas. É editado em Luanda. Já nesta edição de lançamento, o jornal se preocupa em discutir a Sociedade das Nações, então em gestação, abrindo uma segunda manchete para "Os delegados à Conferência da Paz"[28]. Nas edições seguintes, continua a acompanhar a questão, como na edição 5, em que discute "A bandeira da Sociedade das Nações"[29]. Isso não significa, porém, o fim dos problemas e das preocupações angolanas, como se deduz da manchete da edição 10: "Parte de Angola virá a ser belga?": no texto, o jornal antecipa negociações entre Portugal e Bélgica a respeito do território africano[30].

---

25 *Patria Portugueza*, 4.4.1919, p. 3.

26 *Patria Portugueza*, 11.4.1919, p. 1.

27 *Patria Portugueza*, 5.10.1919, duas únicas páginas, impressas de ambos os lados, com todo o noticiário mencionado acima.

28 *Imparcial*, 3.4.1919, p. 2.

29 *Imparcial*, 3.5.1919, p. 1.

30 *Imparcial*, 10.6.1919, p. 1.

Mas o jornal começa a diversificar seus focos de atenção: registra o final da censura, em sua edição 13: "Censura – Cessou a censura telegráfica estabelecida em 20 de novembro de 1914 para toda a província"[31], assim como critica o modo pelo qual os angolanos reagiram ao final da guerra, na edição seguinte: "Em faço – A paz – Terminou a guerra, muita gente foi sacrificada, mas tudo o que se fez em Luanda foi... um dia de feriado"[32].
A vida retornava a seu cotidiano, mas as preocupações angolanas iriam persistir, conforme se lê na edição 44: "Ressurgimento – As riquezas de Angola começam a interessar outras nações"[33]. E assim se sucederia, na verdade, até bem depois da independência da colônia, em 1975...
O último jornal de Angola, analisado neste estudo, é O Ultramar, publicado em Mossamedes, a partir de 1º. de maio de 1919. Trata-se de uma publicação trimensal, que se coloca como "defensor dos interesses da região", explicitado, em seu editorial, sob o título "A nossa missão": "Pugnar, pois, por todas as magnas questões que interessem as classes e forças vivas do sul de Angola, libertar pelo seu engrandecimento material e econômico e interceder por todas as grandes obras de fomento cuja iniciação urge fazer-se, eis a escabrosa [sic] e árdua missão que, devotamente, nos propomos a cumprir"[34].
Assim, já na sua segunda edição, o jornal chama a atenção para o "Lobito e a ambição belga – A Bélgica estaria querendo anexar este território"[35]. Ao mesmo tempo, a publicação acompanha o encaminhamento de finalização da guerra, como se verifica na edição 8: "Assinatura da paz. O final da Grande Guerra"[36]. O jornal circulará pelo menos até os primeiros meses de 1920, mas à medida em que se distanciam as conseqüências da guerra e se desenvolve a reorganização política da Europa, ainda que com algum reflexo na África, o noticiário a respeito do tema desaparece das páginas da publicação.

4. Jornais de Moçambique

O primeiro jornal que cronologicamente se pesquisou chama-se O Incondicional: pertence a Manuel Simões da Silva.. O jornal tem formato tablóide[37]. Em 1º. de dezembro de 1912, quando começa a coleção disponível, acha-se já em seu terceiro ano de circulação, mas o número de edição é 33. Num editorial denominado "O nosso caminho", a publicação reitera seu programa, o que sugere que a publicação havia sido suspensa pelas autoridades coloniais, como era comum, então, conforme as palavras do citado editorial. O periódico deve ser semanal, mas logo na retomada de suas atividades decorrem dez dias entre a edição 33 e a 34, embora, a partir de então, ele consiga manter-se razoavelmente semanal. Nesta segunda edição, contudo, uma nota que vem traduz a pressão vivida pelos jornalistas de então: comunica-se que o Secretário de Redação havia sido punido pela administração da colônia, tendo sido transferido para Inhambane, o que, na prática, o afastava definitivamente do periódico. O proprietário do jornal, contudo, não se amedronta e, na edição posterior, do dia 18 de dezembro, relembra que ele mesmo, Simões da Silva, havia sido exilado para o Timor, sendo posteriormente, não só perdoado, quanto elogiado por aquela mesma autoridade. Abrem-se *querelas* contra o jornal[38], mas a publicação continua sua carreira. É apenas na edição de 6 de agosto que o jornal registra o início da guerra, na edição 120, p. 2, sob a manchete: "Alastra assustadoramente de dia para dia". Nas edições

31 *Imparcial*, 5.7.1919, p. 2.

32 *Imparcial*l, 12.7.1919, p. 1.

33 *Imparcial*, 25.5.1920, p. 1.

34 *O Ultramar*, 1º..5.1919, p. 1.

35 *O Ultramar*, 10.5.1919, p. 2.

36 *O Ultramar*, 10.7.1919, p. 1.

37 *O Incondicional*, 23 de abril de 1914, p. 2.

38 *Querelas* é como se denominavam, então, processos judiciais contra as diferentes publicações das colônias. Quando resultavam em condenação, podiam levar à suspensão do periódico ou, o m ais comum, pagamento de multas que levava à falência do editor, modo indireto (?) de censura.

subseqüentes, publica noticiário razoávelmente atualizado do conflito; na edição 136, por exemplo, de 26 de novembro, divulga artigo de Pedro Kropotkine contra a guerra[39].

Duas edições depois, a 10 de dezembro daquele mesmo ano, anuncia que o Governador de Moçambique acaba de expulsar o Gerente do Banco Ultramarino, P. Bohm, que estaria tramando contra a soberania portuguesa junto aos alemães. Neste mesmo tom, a 21 de janeiro de 1915, faz eco às exigências do Jornal do Comércio, sobre a necessidade de expulsão do Cônsul Alemão, Dr. Reuter. A matéria, que recebeu chamada de primeira capa, diz bem, por sua localização, da importância que o fato tem a comunidade.

Na edição de 20 de janeiro de 1916, a guerra volta a chamar a atenção: na edição 196, denuncia-se que um certo Capitão Antonio Francisco de Almeida atuaria na região do Nyassa como agente alemão[40]. Na mesma edição, o jornal anuncia que, apesar dos percalços da guerra, passará a circular bissemanalmente (p. 2), o que efetiva a partir da edição 197, da semana seguinte, dia 27. Com maior espaço, o jornal amplia o noticiário da guerra, que começa a ocupar a página 2 da publicação, coluna que passa a ser permanente, em todas as edições. Poucos dias depois, as edições bissemanais são fixadas nas terças e sextas feiras[41]. É então que, na edição 209, anuncia-se que Portugal também entrou na guerra contra a Alemanha[42], segundo anuncia o Governador Geral da colônia. Em conseqüência, a edição de 7 de abril anuncia o estabelecimento da censura prévia[43], recém-publicada no diário do governo. O mesmo diário noticia, a 18 de abril, que todos os presos políticos foram anistiados, tendo em vista a conflagração[44]. Na semana seguinte, as repercussões da decisão ganham destaque. Por exemplo, manchete de primeira página dá conta de que "No Brasil – País apóia Portugal"; logo depois, anuncia-se que o torpedeamento de navios brasileiros por alemães mobilizariam a opinião pública no sentido de o Brasil também entrar na luta[45]. A decisão ocorreria logo depois, sendo também coberta pelo jornal: "O Brasil na guerra", diz O Incondicional[46]. O Brasil voltaria a ser manchete em 2 de novembro de 1917, pois, segundo o jornal, "foram descobertos planos para invadir o Brasil desde o sul", o que levou o Senado a aprovar imediatamente a declaração de guerra solicitada pelo Governo brasileiro[47].

Nesta edição, com a maior proximidade da guerra, agora que Portugal também tomou sua decisão, toda a quarta página do jornal é dedicada à luta.

Nas edições subseqüentes, o noticiário de guerra aumenta, do mesmo modo que se amplia a censura prévia. Na edição 239, contudo, dá-se conta de um outro tipo de guerra, que é a da informação. Segundo o jornal, "um tal Fronchet" escrevera em jornal carioca que Portugal deveria pagar à Alemanha pelos barcos afundados daquele país, repassando-lhe a Ilha da Madeira, perspectiva que O Incondicional refuta veementemente (p. 1)[48].

Em meio à disputa pela informação, em nível internacional, também a refrega local se amplia: na edição 255, o articulista Abel Lopes denuncia que a censura, ao invés de ser feita nos Correios, está sendo promovida diretamente no Palácio do Governo, com o quê as primeiras correspondências a serem liberadas são as dos amigos do Governo[49].

---

39 Trata-se de um geógrafo russo, que desenvolveu estudos e defendeu o anarquismo (1842-1921). Nascido príncipe, rejeitou, posteriormente, o título.

40 Na região do Nyassa estava também estabelecida uma companhia majestática, a Companhia do Nyassa (HOHLFELDT et CARVALHO, 2010)..

41 *O Incondicional*, 11 de fevereiro de 1916, edição 200, p. 1.

42 *O Incondicional*, 14 de março de 1916, p. 1.

43 *O Incondicional*, edição 216, p. 4.

44 *O Incondicional*, edição 219, p. 1.

45 *O Incondicional*, 12 de maio de 1916, edição 226, p. 1.

46 *O Incondicional*, 13 de abril de 1917, edição 322, p. 1.

47 *O Incondicional*, 2 de novembro de 1917, edição 381, p. 2.

48 A edição consultada tem a data rasurada.

49 *O Incondicional*, edição 255, p. 1. Também esta edição tem sua data rasurada.

Em meio a toda esta confusão, a publicação anuncia que passa a publicar fotografias das diferentes regiões de Moçambique, para tornar a colônia mais conhecida, até mesmo dos naturais da terra[50]. Mas na edição 282, uma manchete inusitada chama a atenção: "Agressão original: O Sr. Procurador da República em desordens pela cidade agrediu o dono do jornal com mordida na orelha"[51]: sem comentários...

A censura continua ativa, de tal modo que o periódico reclama: "Censurável – o fato de a censura exorbitar de suas funções, cortando artigos que nada têm a ver com a guerra"[52], tema a que volta na edição seguinte, mostrando que a orientação de Lisboa é para que a censura se exerça exclusivamente quanto ao noticiário de guerra[53]. No rastro dos acontecimentos tumultuosos da guerra, a publicação anuncia a abdicação do Czar, na Rússia, em duas notas, devidamente intituladas "O sentimento popular" e "Prisões e execuções"[54]. A ampliação da luta faz com que o governo decida criar uma sobretaxa sobre produtos supérfluos e de luxo, o que é apoiado pelo jornal[55], assunto que volta às manchetes da edição 402, mas desta vez bastante prejudicado pelos cortes da censura[56].

Aproveitando-se das naturais dificuldades que a guerra impõe, as companhias que exploram serviços públicos procuram tirar vantagens, aumentando preços indiscriminadamente, com o quê provoca a reação do jornal. Nas edições a partir de 7 de agosto de 1917, O Incondicional denuncia os maus serviços e os aumentos provocados pela Cia. de Águas[57], tema a que volta em 2 de outubro[58] e em 10 de maio de 1918[59], na medida em que a falta de água é uma constante. Logo depois, é a disputa com a Cia. de Luz Electrica[60]. No dia 13 de agosto de 1918, é a vez de uma greve dos trabalhadores dos carros elétricos, porque não lhes tem sido pagos os salários que exigem[61]. O jornal, que considerou o "protesto justo", informa, já na edição seguinte, que o movimento terminou porque a empresa aceitou as reivindicações, devendo pagar o que deve num prazo de dez dias[62].

O Incondicional entra, na edição 381, em seu oitavo ano de circulação, o que, deve-se convir, neste contexto em que se vem apresentando o periódico, é verdadeira façanha[63], até porque as atribulações não deixam o jornal e, na edição de 22 de outubro de 1918, noticia-se que o diretor de O Incondicional acaba de ser punido, mediante suspensão de suas funções na Fazenda, reduzindo-se-lhe seu salário pela metade[64]. Na edição de 1º. de novembro, o jornalista revela estar sofrendo cinco processos, naquele momento[65], o que classifica como *vingança*.

---

50 *O Incondicional*, 10 de novembro de 1916, edição 278, p. 1.

51 *O Incondicional*, 24 de novembro de 1916, edição 282, p. 1.

52 *O Incondicional*, 2 de março de 1917, edição 310, p. 1.

53 *O Incondicional*, 6 de março de 1917, edição 311, p. 1.

54 *O Incondicional*, 20 de março de 1917, edição 315, p. 1.

55 *O Incondicional*, 1. de maio de 1917, edição 327, p. 1.

56 *O Incondicional*, 22 de junho de 1917, p. 1.

57 *O Incondicional*, 7 de agosto de 1917, edição 355, p. 1.

58 *O Incondicional*, 2 de outubro de 1917, edição 371, p. 1.

59 *O Incondicional*, 10 de maio de 1918, edição 434, p. 1.

60 *O Incondicional*, 4 de janeiro de 1918, edição 398, p. 1.

61 *O Incondicional*, edição 461, p. 1.

62 *O Incondicional*, 16 de agosto de 1918, edição 462, p. 1.

63 *O Incondicional*, 6 de novembro de 1917, p. 1.

64 *O Incondicional*, 22 de outubro de 1918, edição 480, p. 1. Na mesma página, a própria vítima e jornalista tenta se defender, publicando o artigo que gerara tal situação, e que correspondia à edição 448, de 27 de junho daquele ano, inteiramente censurada. Mais uma vez, a censura cortou totalmente o texto, p. 1.

65 *O Incondicional*, edição 483, p. 1, artigo em 7 colunas, o que significa dizer, em página inteira.

Enfim, na edição de 19 de novembro de 1918, anunciam-se os "Pródomos da paz – O armistício": o jornal publica detalhes sobre o tratado[66]. Nas edições que se seguem, a publicação apresenta uma espécie de balanço das ações da censura, concluindo que, "os dois militares que dela se ocuparam mais recentemente se comportaram bem"[67]. Ao mesmo tempo, o próprio diretor do jornal assina artigo em que revela alguns dissabores experimentados, sob o título: "Nos tempos da censura – Diabruras do lápis azul"[68].

Para encerrar o registro a respeito deste periódico, deve-se remarcar que, na edição de 2 de janeiro de 1919, a publicação homenageia Manuel Simões da Silva, na passagem de trinta dias de seu falecimento. O jornal, de agora em diante, será dirigido por Joaquim Simões, seu irmão[69]. A coleção do jornal, na Biblioteca Pública Municipal do Porto, encerra-se com a edição 522, de 25 de abril de 1919.

A exemplo de O Incondicional, também o jornal Patria tem uma vida relativamente longa. Publicado em Beira, Patria começa a circular a 23 de setembro de 1914, portanto, já deflagrada a guerra. O semanário é dirigido por Francisco Antonio Veloso, pretende alhear-se da política (entenda-se, partidária), para "se preocupar somente com o fomento, não só do Território, como de toda a Província"[70]. O jornal vangloria-se de contar com excelente serviço telegráfico (da Havas[71]) e, por isso, desde sua primeira edição, dedica uma página, praticamente, ao noticiário da guerra (no caso, a página 3), sob a chamada "A conflagração européia – O que nos diz o nosso serviço telegráfico exclusivo da Havas". Com oito páginas, nas dimensões quase *standard*, pode-se dizer seja um jornal *industrial*, pois conta com charges (como a da primeira página da edição inaugural, em que reflete sobre si mesmo, com um negro estilizado a trazer na mão uma edição da publicação, afirmando: "Enfim...ei-lo!!!". Com seis colunas por página, suas matérias são separadas por filetes: conta com manchetes em corpos diferenciados e, entre suas matérias, aparecem pequenas imagens gráficas. As páginas de publicidade são divididas em três colunas, com pequenos blocos contendo os anúncios, separados por filetes, o que os torna individualizados e facilmente identificáveis. Uma curiosidade é o fato de o jornal ser bilíngüe – portugues-ingles – em algumas de suas editoriais, como aquela dos telegramas de guerra, a evidenciar a expectativa de uma ampla leitura, e não apenas por parte de leitores nativos.

Na edição de 30 de setembro, o jornal antecipa que a data consagrada à República, o dia 5 de outubro, não será festejada, tendo em vista os acontecimentos mundiais, decisão que a publicação aplaude. A partir da edição 3, de 6 de outubro de 1914, o jornal reduz para 6 o número de páginas, talvez pela dificuldade de conseguir papel. Do mesmo modo, mas por outros motivos, a publicação decide suspender o noticiário telegráfico internacional, "já que não houve boa reação do público. Os telegramas serão expostos no *placard* do jornal e será dada cópia a quem pedir", explica-se[72].

À semelhança de O Incondicional, também Patria vê-se às voltas com a censura, mas neste caso, uma censura *sui generis* porque, segundo a publicação, enquanto o co-irmão O africano, que sedia a Havas, dela recebe todos os telegramas de guerra, nem sempre os mesmos chegariam à redação de Patria...[73] Seja como for, os dois jornais desenvolverão acirradas polêmicas ao longo de suas respectivas histórias, chegando Patria e criticar O africano quanto este publica nota a respeito do Imperador da Alemanha, que se encontra em guerra com nações amigas de Portugal[74].Patria, claramente, é um jornal bastante moderno: tanto apresenta noticiário do tipo do contemporâneo *fait divers*, quanto publica informações que visam emocionar a opinião pública ou mesmo mobilizá-la, quer em relação à guerra, quer em relação ao entorno da província. No

---

66 *O Incondicional*, edição 487, p. 2.

67 *O Incondicional*, 22 de novembro de 1918, edição 488, p. 1.

68 *O Incondicional*, 29 de novembro de 1918, edição 489, p. 1.

69 *O Incondicional*, edição 491, p. 1, material em sete colunas, ocupando toda a página da publicação.

70 *Patria*, 23 de setembro de 1914, edição 1, p. 1.

71 *Patria*, 23 de setembro de 1914, edição 1, p. 2.

72 *Patria*, 31 de outubro de 1914, edição 6, p. 1.

73 *Patria*, 12 de dezembro de 1914, edição 12, p. 1.

74 *Patria*, 30 de janeiro de 1915, edição 19, p. 1.

primeiro caso, destaque-se a *quarta profecia*, assim denominada pelo jornal, segundo a qual, já em 1854 teria sido antecipada a atual guerra[75]. Por outro lado, na edição do dia 24 de outubro lança campanha visando arrecadar fundos a serem enviados aos soldados feridos e suas famílias, localizados na África Oriental[76].

Outro assunto focado é o que envolve a negativa da The Beira and Moshovalad and Rhodesia Raylways a aceitar moeda portuguesa em seus serviços, em pleno território moçambicano, do mesmo modo que não transmite telegramas em idioma português. O jornal indaga: "Quem nos governa?"[77].
Esse tipo de problema se apresenta também em nível internacional. Por causa da guerra, "a licitação feita pelo governo para esta carreira [rota de navios comerciais] ficou vaga. Nem a Cia. Nacional de Navegação consegue comprar barcos à Inglaterra"[78]. O jornal se refere à rota comercial entre o Brasil e as colônias portuguesas que ficam, assim prejudicadas, já que nem a alegada Cia. Nacional de Navegação, na verdade, mais uma empresa estrangeira em atividades nos territórios coloniais, quer aceitar a tarefa, efetivamente perigosa e, neste sentido, onerosa, para tais travessias. Enquanto no dia 8 de maio, noticia-se que o barco português "Douro" foi torpedeado pelos alemães[79], a Empreza Nacional de Navegação, que liga Portugal às colônias, "com o pretexto das irregularidades das saídas de Lisboa, muitos dos barcos da cia. ficam em Lourenço Marques e fazem baldeação, ao invés de cumprirem toda a sua rota"[80].
A exemplo do que ocorrera com O Incondicional, também o jornal Patria se vê obrigado, para sobreviver, a lançar mão de uma campanha pública de subscrições, sem que isso interfira em sua linha editorial, o que é anunciado em 31 de julho de 1915[81].
No dia 25 de setembro de 1915, na edição 53, o jornal completa seu primeiro ano de existência. Aproveita para, ironicamente, publicar longa reportagem em que o editor do periódico acompanharia o novo administrador da Cia. de Melhoramentos pela cidade, indicando-lhe tudo o que a empresa precisava realizar para cumprir com suas obrigações. Ao que parece, contudo, não consegue sensibilizar os responsáveis pela companhia. Na edição de 9 de outubro, antecipa que a empresa se nega a dar qualquer contribuição pecuniária à comissão de melhoramentos da Beira[82]. Em conseqüência de toda esta série de dificuldades enfrentadas pelos naturais de Moçambique, o jornal defende que "a Presidência das companhias a que está afecta a administração das colônias não pode ser a autoridade política suprema do governo"[83]. No desenvolvimento dos acontecimentos o jornal participa de uma mobilização pública que pretende discutir o assunto. Para tanto, publica um chamamento ao que denomina de "comício" a ocorrer no domingo, a partir das 15 horas, no cinema da localidade: "nenhum português dos que ao território de Manica e Sofala têm ligados interesses, deve faltar à magna reunião popular que se realiza amanhã, domingo, pelas 15 horas, no Salão Edison – a idéia é reagir às práticas da Cia. de Moçambique"[84]. Para decepção posterior, descobre-se que a lei permite a criação de uma Câmara Municipal,

---

75 Trata-se das chamadas profecias de Mayence, na Alemanha, que tem raízes nas tradições celtas. *Patria*, 17 de outubro de 1914, edição 4, p. 1.

76 *Patria*, 24 de outubro de 1914, edição 5, p. 1. Na edição 8, de 14 de novembro, a publicação anuncia que os Estados Unidos – fretarão um barco para trazer presentes de natal enviados pelas crianças de lá para as crianças européias dos países em guerra", o que aplaude.

77 *Patria*, 27 de fevereiro de 1915, edição 23, p. 1.

78 *Patria*, 20 de março de 1915, edição 26, p. 3.

79 *Patria*, edição 33, p. 2.

80 *Patria*, 15 de maio de 1915, edição 34, p. 1.

81 *Patria*, edição 45, p. 1. Na edição 46, de 7 de agosto, o jornal anuncia que já recebeu valores consideráveis para a criação do fundo financeiro almejado (p. 2), o que reitera na edição 48, de 21 de agosto (p. 2) e edição 49, de 28 de agosto (p. 1), o que parece evidenciar a boa receptividade da iniciativa.

82 *Patria*, edição 55, p. 1.

83 *Patria*, 6 de novembro de 1915, edição 59, p. 1.

84 *Patria*, 13 de novembro de 1915, edição 60, p. 1.

mas não de uma Comissão de Melhoramentos, com o que a Cia. de Moçambique continua dona da situação[85]. O jornal, contudo, não se dá por vencido e, em seguida, apresenta a seus leitores um cálculo sobre o quanto a companhia recolhe e o quanto realiza em investimentos[86].

Alcançando apoio dos comerciantes, que são os maiores prejudicados ante essas deficiências, no dia 5 de fevereiro de 1916 o jornal anuncia que vai tentar tornar-se diário[87]. O jornal, contudo, não alcança o necessário número de assinaturas e assim, momentaneamente, cancela sua iniciativa[88].
No dia 11 de março de 1916, Paria traz a grande manchete: "Enfim! Portugal em guerra com a Alemanha", em quatro colunas[89].
Do mesmo modo que registrado por O Incondicional, também Patria reclama que a censura se exerce fora de matérias de guerra: os jornalistas chegam ao cúmulo de pagarem as taxas de telégrafo, terem suas matérias censuradas e o dinheiro não lhes ser devolvido[90].
O jornal, ao longo de todo esse período, jamais deixara de publicar, numa única edição que fosse, alguma matéria sob o título "Ilegalidade", com que fustigava continuamente a Companhia de Moçambique. As dificuldades geradas por esta campanha levam a direção da publicação a sustar inclusive seu serviço de assinaturas, assim explicado: "Aos nossos leitores – pela falta de gente de confiança para entregar os jornais das assinaturas e porque os seus preços vêm subindo constantemente, o jornal acabou com as assinaturas e passa a cobrar cada edição"[91]. Seja como for, o jornal agora tem apenas 4 páginas, diminuíram seus anúncios mas aumentou a matéria redacional. Mas o jornal continua alerta, agora, não apenas quanto às questões locais, quanto às regionais, decorrentes da guerra. Assim é que, a partir de 29 de abril de 1916, Patria passa a veicular matérias dando conta do risco de a Zambézia ser invadida pela Alemanha, o que colocaria em risco também Moçambique. Posteriormente, o jornal voltaria ao tema, alertando: "Um grande perigo – a desnacionalização do território de Manica e Sofala pela Beira and Mashonalad and Rhodesia Raylways"[92].
Melhor que qualquer folhetim de então, são as emoções propiciadas pela guerra, sobretudo quando envolvem soldados portugueses. Na edição de 18 de março de 1916, o jornal havia divulgado que um soldado português, Tenente Matos Preto, havia sido morto pelo exército alemão[93]. Contudo, a 10 de junho, o jornal desmente a informação: "Consta que o 1º. Tenente, sr. Matos Preto, comandante da canhoneira Chaminte, não foi morto como a princípio se supoz, achando-se prisioneiro dos alemães na Nanaka. Esperamos detalhes da notícia que registramos com muito regozijo"[94], notícia confirmada na edição seguinte, sob a chamada "O 1º. Tenente Matos Preto – confirma a informação anterior"[95].
A censura, que continua sendo utilizada abusivamente contra o jornal, exercida pela Cia. de Moçambique, faz a direção da publicação anunciar a suspensão de sua circulação, a 2 de setembro de 1916[96], ao mesmo tempo em

---

85 *Patria*, 27 de novembro de 1915, edição 62, p. 1.

86 *Patria*, 11 de dezembro de 1915, edição 64, 1.

87 *Patria*, edição 72, p. 3. Nesta edição, afirma já ter garantia de 126 assinaturas. Contudo, na edição de seguinte, parece voltar atrás, afirmando ter 86 assinantes garantidos. Pode, contudo, haver certa confusão de datas pois, neste momento, o jornal andou trocando as suas datas de circulação...

88 *Patria*, 4 de março de 1916, edição 76, p. 2.

89 *Patria*, edição 77, p. 1.

90 *Patria*, 15 de abril de 1916, edição 82, ps. 1 e 2.

91 *Patria*, 6 de maio de 1916, edição 85, p. 1.

92 *Patria*, 29 de julho de 1916, edição 97, p. 1.

93 *Patria*, edição 78, p. 1.

94 *Patria*, edição 90, p. 3.

95 *Patria*, 17 de junho de 1916, edição 91, p. 1.

96 *Patria*, edição 102, p. 1.

que pede que seus assinantes façam um adiantamento para as próximas 30 edições, pois promete voltar ainda melhor. Efetivamente, a publicação deixa de circular entre a data de 2 de setembro de 1916 e 17 de março de 1917, quando retoma sua edição, dando prosseguimento inclusive à numeração sucessiva. Contudo, no dia 31 de março do mesmo ano, quando da edição 106, desaparece definitivamente, depois de publicar um forte artigo contra a censura, sob o título "Palavras rebeldes"[97]. Ao que parece, o jornal e seus editores foram, enfim, vencidos.
Bem diverso é o comportamento dos demais jornais estudados. Uma publicação denominada Pró Patria, apesar do nome, nada tem a ver com o antecedente, até porque é editado em Lourenço Marques. O jornal pertence à Sociedade de Propaganda Colonial Pró Patria, sendo seu editor Antonio Augusto Moreira e seu secretário de redação Roque L. Ferreira. Tem tamanho *standard*, com 4 páginas. O jornal circula às sextas-feiras pela tarde, buscando garantir leitores alternativos, conforme explica[98].
Repentinamente, na edição 30, de 7 de junho de 1917, o jornal deixa de circular, depois de anunciar que a censura obriga a divulgação da Portaria 450...
Pró Patria é imediatamente substituído por A Província que, no entanto, tem uma única edição[99]. Ele é, claramente, continuador de Pró Patria, o que se configura através dos artigos "Prosseguindo" e "Falando claro". Mais que isso, pela continuidade de publicação do folhetim **Os famintos**.
A publicação tem 4 páginas e assume o tamanho *standard*. Sua direção procura esclarecer os "factos vergonhosos e tristes que se passaram no seio da nossa agremiação" (p. 1), e, cumprida sua missão, encerrou sua circulação. Por ser exemplar único, como mandava a lei, excusava-se de sofrer exame prévio da censura, o que lhe permitiu publicar o que bem entendeu. Não há, assim, nenhuma menção à guerra, e o noticiário restringiu-se à publicidade, certamente já paga antecipadamente, e a algumas informações de variedades.
Também o jornal A Cidade tem pouca relação com o período da guerra. O jornal surge na cidade de Lourenço Marques, como órgão oficial do Partido Republicano Portugues, propriedade da Empresa de Propaganda Democrática da Província de Moçambique, sob a direção de Aurélio Augusto Loureiro, dirigido por Sousa Costa[100]. É publicação de tamanho próximo ao *standard*, semanal, com 4 páginas, sendo duas delas dedicadas à publicidade.

5. Critérios de noticiabilidade

Ficam evidentes, sobretudo quanto aos jornais Patria e Patria Portugueza, em Angola, ou O Incondicional e Patria, em Moçambique, os critérios que guiam seu noticiário: antes de mais nada, são aqueles valores ligados à proximidade, grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos (em geral os governantes ou instituições com grande peso político-administrativo) e o conseqüente impacto sobre o interesse nacional (neste caso, colonial).
O segundo *valor notícia* que se firma tem o caráter da internacionalização, da condição de desvio da informação e da novidade: trata-se do conjunto de novidades a respeito da guerra, menos interessante enquanto se desenrola ao longe; mais significativa quando Portugal entra na mesma, em 1916, e passa, portanto, a ser um sujeito presente no conflito.
O que se apresenta, contudo, com maior evidência, é um terceiro valor, resultante do cruzamento de ambos os valores anteriormente mencionados, ou seja: lêem-se os acontecimentos internacionais, mais distantes, a partir das perspectivas de seus reflexos nas colônias, neste caso, o risco de invasões e/ou anexações dos territórios coloniais, bem como campanhas contrárias à administração colonial lusitana. A guerra, assim, ganha importância tanto sob a ótica de proximidade e de interesse nacional, quanto de importância, quando se discutem os riscos

97 *Patria*, edição 106, p. 1.

98 *Pró Patria*, 24 de novembro de 1916, edição 2, p. 1.

99 *A Província*, 12 de julho de 1917, edição única, 4 páginas.

100 Conforme se infere de um pequenino bloco publicitário na p. 2 da primeira edição, Adriano Sousa Costa é advogado e notário na cidade.

de uma eventual invasão de territórios próximos a Moçambique e/ou de Angola, as ações de espionagem, ou até mesmo, as anexações de territórios nacionais, em especial Manica e Sofala, sob administração de uma empresa majestática estrangeira. Isso fica evidente nos jornais O Progresso e O Imparcial, quanto a Angola. Verifica-se, assim, a amplitude e a aplicabilidade de uma hipótese de estudo que, embora recente, pode, sem riscos de artificialismo, ser plenamente aplicada a pesquisas que envolvam procedimentos jornalísticos mais antigos, até com mais de um século de ocorrência.

Referências

BOURDIEU, Pierre (2002) – *As regras da arte*. São Paulo: Schwarcz.

HOHLFELDT, Antonio - "Objetividade: Categoria jornalística mitificada" estuda especialmente a objetividade como valor e categoria jornalísticos (Comunicação apresentada ao XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Universidade Federal do Mato Grosso, Campo Grande, 2001. Disponível em http://www.tognolli.com/html/mid_categoria.htm.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C. et FRANÇA, Vera Veiga (2001) – *Teorias da comunicação. Conceitos, escolas e tendências*, Petrópolis, Vozes.

HOHLFELDT, Antonio – "Comunicação e cidadania: O caso exemplar de O Emancipador, de Moçambique", in *Comunicação, Mídia e Consumo* 3 (14), pp. 13-32.

HOHLFELDT, Antonio et CARVALHO, Caroline Corso de – "Eco no Nyassa: Exemplar história de um jornal de resistência em Moçambique", trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo do X Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2 a 6 de setembro de 2010.

HOHLFELDT, Antonio; CARVALHO, Caroline Corso de; MANZANO, Júlia et TARRAGÓ, Júlia – "Imprensa das colônias de expressa portuguesa: Primeira aproximação", comunicaçã apresentada ao Cogresso Internacional de Hisótira dos Media e do Jornalismo, 2011, no âmbito da Universidade Nova, Lisboa, 6 e 7 de outubro de 2011.

LOPO, Júlio de Castro (1964) – *Jornalismo de Angola*, Luanda, Centro de Informação e de Turismo de Angola.

ROCHA, Ilídio (2000) – *A imprensa de Moçambique*, Lisboa: Livros do Brasil.

SOUSA, Jorge Pedro et LIMA, Helena - "A cobertura iconográfica da Grande Guerra (1914-1918) pela *Ilustração Portuguesa*: os "Outros", em mesa redonda constituinte do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Manaus, Universidade Federal do Amazonas e Intercom. 2013.

TÖNNIES, Ferdinand (1947 [1887]) – TÖNNIES, Ferdinand - *Comunidad y sociedad*, Buenos Aires, Losada.

WOLF, Mauro (1994) – *Teorias das comunicações de massas*, Lisboa, Presença.

Colonização: vocabulário político e práticas administrativas no período joanino (Rio de Janeiro, Brasil)

Rosângela Ferreira Leite
Rosangela.leite@unifesp.br

Resumo: A transferência da corte bragantina para o Rio de Janeiro testemunhou um período de transformações das práticas e dos conceitos de colonização. Este trabalho tem por objetivo analisar as prerrogativas para a conformação das populações e as variações no termo *colonização* empregadas à época. Sob esta óptica, é possível considerar a extensão das diretrizes joaninas ao lado de determinações promovidas pela administração de Jorge III, rei da Grã Bretanha e Irlanda, no período entre 1808 e 1821.

Palavras Chave: Colonização, Brasil, Inglaterra.

1. Introdução

Quando os exércitos de Junot romperam os limites da cidade de Lisboa, em 29 de novembro de 1807, a corte portuguesa singrava rumo à sua colônia na América. As manutenções da dinastia, da enorme colônia do Brasil e do alinhamento aos ingleses representaram hábeis procedimentos frente às pressões francesa e britânica.
As terras americanas sob domínio português, a partir da instalação da família real no Rio de Janeiro, passaram a ser ponto central do império luso. Ao mesmo tempo em que os pólos de irradiação do poder bragantino se alteravam, a abertura do comércio às nações amigas rompia com o pacto colonial, criando novas dinâmicas de mercado e sinalizando para construção de estratégias políticas originais.
Este texto tem por objetivo assinalar as variações sofridas no termo *colonização*, entre 1808 e 1821. Sob esta óptica, é possível considerar a extensão das diretrizes Joaninas ao lado de determinações promovidas pela administração de Jorge III, rei da Grã Bretanha e Irlanda. Esses apontamentos, ainda que parciais, fazem-se necessários à proporção que colaboram para a ampliação das discussões acerca do período Joanino como um momento de peregrinações de conceitos e de populações, indicando para os arranjos das populações, dos espaços, das construções de narrativas e de estratégias econômicas por parte dos Estados envolvidos.
Ao passo que as instruções chegavam da Europa, as experiências vividas nas partes do Brasil também se tornavam fundamentais à construção de novos princípios políticos e repactuação das fidelidades entre as duas coroas. Essa repactuação era essencial[1]. A partir dela, esferas da vida pública e do convívio privado podiam começar a funcionar com equilíbrio.
A interface entre relações diplomáticas, transformações na vida material e circulação de ideias é um ponto central. A partir dele pode-se compreender a própria instalação de embaixadas como transferidora de valores, costumes e cerimoniais. E as estratégias de distinção e persuasão como criadoras de um rastro de produtos, imagens e costumes. Ligadas a essas tradições e objetos seguiam pesadas discussões inerentes às tentativas de acordos econômicos e estabilidade política.
O ponto de partida é a crise do sistema colonial, gerada pela expansão dos mercados, pelo desenvolvimento crescente do capital industrial e pelo esgotamento dos Estados absolutistas. Todos esses fatores reunidos tornaram inoperante o mecanismo restritivo do comércio e da produção (Novais, 2001: 57).

---

1 Arruda reconheceu que o período de crise que envolveu a transferência da corte portuguesa para o Brasil ensejou uma nova política externa por parte da Grã-Bretanha. Para o autor, o bloqueio dos mercados europeus para os comerciantes ingleses foi um rude golpe. O mercado latino-americano poderia suprir essa necessidade imediata por novos consumidores, ainda que fosse como válvula de escape temporária. ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma Colônia Entre Dois Impérios*. Bauru: EDUSC, 2008, p.24.

Enquanto os monopólios e privilégios apareciam como obstáculos aos interesses de grupos situados em lugares cuja produção se desenvolvia em larga escala, nos espaços coloniais, novas elites surgiam e ampliavam seus negócios nos mercados mundiais[2]. As partes do Brasil, diante do fim do monopólio colonial, alargaram o seu papel de ponto de produção fundamental à cadeia de comercialização que envolvia diferentes partes do globo (Wallerstein,1999: 213).

No campo das ideias, o ano de 1808 foi também um marco importante. A transferência da Corte para o Rio de Janeiro intensificou o impacto da Revolução Francesa sobre as partes do Brasil. Não era mais possível, sob nenhum aspecto, desprezar a força das reivindicações da Revolução, traduzidas em ações de paralisação dos portos portugueses, de transferência de comerciantes para o Rio de Janeiro, de ampliação dos debates sobre soberania, liberdades comerciais e fim dos impérios monárquicos[3].

Nessa perspectiva, o período Joanino representou momento decisivo no processo de construção de novos conteúdos políticos e econômicos fundamentais à *formação do Brasil contemporâneo* (Prado Junior, 1953). Conquanto se reconheça que as transformações das estruturas do sistema colonial tiveram início nas últimas décadas do século XVIII[4] e só se completaram por volta de 1850, a permanência da corte portuguesa no Brasil marcou um período de conturbada relação entre cultura política e interesses práticos (Jancsó et al. 2000).

O alcance desse momento nas estratégias de organização da terra e das populações é fundamental. Neste texto busca-se enfatizar como os empreendimentos do período Joanino informavam sobre estratégias originais de ocupação da terra e de controle das populações (Silva, 2008) e, ao mesmo tempo, ilustravam o próprio expansionismo dos grandes Estados Europeus, apontando para os limites das antigas relações coloniais e fortalecendo estruturas de poder que inauguravam a época contemporânea.

Nesse diapasão, as transformações nas políticas de fomento à cultura da terra, o desenvolvimento do comércio e as empreitadas sobre as populações pobres, no centro sul da colônia, ganharam nova dimensão.

2 O avanço da colonização

Em 1808, uma série de medidas foi tomada visando à organização dos espaços políticos e econômicos coloniais. A ocupação de áreas isoladas, ou a conquista de pontos chaves na organização das partes da colônia representaram procedimentos fundamentais para a sedimentação das bases políticas e implantação da sede do Império Português na América (Leite, 2010.).

À proporção que se decretava guerra justa contra todas as tribos resistentes ao poderio reinol, permitia-se a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil; e assegurava-se o prazo de dez anos para distribuição dos terrenos resgatados dos indígenas. Junto a essas medidas, foam se somando pontuais tentativas

---

2 Maximiliano M. Menz reconheceu na política dos vice-reis das últimas décadas do século XVIII uma tentativa deliberada de fortalecer o comércio no Rio de Janeiro em detrimento de outros pontos do Império. Segundo o autor, essas medidas serviram para converter a praça carioca em depósito e seus moradores em intermediários do comércio da região. MENZ, Maximiliano. *Entre Dois Impérios: Formação do Rio Grande na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1822)*. São Paulo: Alameda Editorial, 2009.

3 Fernando Novais considerou que o ponto de partida fundamental para se compreender essas questões é a caracterização do pacto colonial e da política econômica dos Estados colonizadores. NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 59.

4 Desde a segunda metade do século XVIII ocorreram as reestruturações dos espaços políticos e econômicos da colônia portuguesa na América. A diminuição do volume do metal precioso, o incremento da agricultura de exportação, o abastecimento interno e a defesa das fronteiras ao sul e sudoeste, marcaram a administração ilustrada. Ao passo que surgiam novos desafios, a política colonial – empreendida principalmente por Sebastião José de Carvalho e Melo, depois de 1759, Marquês de Pombal - possibilitara a emergência de novas demandas que uniam grupos regionais e geravam o desenvolvimento de regiões afastadas dos centros administrativos. Ao mesmo tempo, os lucros acumulados na praça do Rio de Janeiro ampliavam o interesse por novas terras, o envolvimento de negociantes no abastecimento de víveres e o controle das tarifas sobre produtos que passavam por aquele porto.

de colonização sobre as terras retiradas dos nativos e começaram a surgir novas regras para organização dos povos estrangeiros.

Leis foram instituídas para diferentes partes do Brasil. Nelas, o extermínio dos indígenas, a ocupação das terras e a formação de colônias de imigrantes eram pontos centrais.[5] Ao mesmo tempo em que se preservavam arquétipos de colonização estabelecidos em período anteriores, essas expedições colonizadoras perpetravam um novo padrão de exploração dos espaços e de suas redes econômicas: o próprio D. João, malgrado tivesse restituído a Guerra Justa contra os índios, em 1808, dois anos mais tarde declarava que os casos deveriam ser analisados pontualmente e que as ordens imprimidas no governo de D. José, no que se referia à aldeia de Queluz, deveriam ser mantidas. Esse ziguezague na execução das medidas assegurou o controle sobre as conquistas e a ocupação de regiões distantes, ao mesmo tempo em que criou políticas variadas para a colônia.

Foi, portanto, do nexo entre o crescimento demográfico, a ampliação da força de trabalho livre e da agricultura, por um lado, e, por outro, da manutenção da ordem monárquica e da escravidão (aliados ao extermínio e aproximação às populações indígenas) que surgiram as primeiras ações do governo Joanino com relação ao território econômico em formação, o centro-sul do Brasil. Foi também nesse contexto que a noção de colonização passa a abrigar novos sentidos.

Para a compreensão dessa diversidade de arranjos, vale considerar o próprio emprego da terminologia.

Correntemente as práticas de colonização, empreendida no século XIX, são relacionadas aos processos de imigração (Obehacker, 2002: 244.). Assim, ainda que a data de 1808 seja tomada como um marco fundamental, ela é associada apenas ao decreto de 25 de novembro, por meio do qual foram concedidas sesmarias aos estrangeiros residentes na colônia portuguesa na América.

Quando se acentua a chegada do estrangeiro como marco da colonização empreendida no oitocentos, parte-se do pressuposto que havia unidade territorial e uma população homogênea capaz de criar oposição ao adventício europeu. Essa acepção é muito próxima da dos ideólogos do século XIX, representantes de um "jovem Estado que projetava constituir uma nação, e para tanto, imaginava quais horizontes eram possíveis e desejáveis no processo de formação do povo brasileiro" (Puntoni, 2006: 644).

Deve-se ponderar ainda que esses interesses e projetos nem sempre se chocavam com o dos residentes mais antigos no Brasil. José da Silva Lisboa (1808), em suas conhecidas informações sobre o comércio do centro-sul, considerou que quanto maior fosse o número dos compradores dos gêneros coloniais, tanto mais extração e valor teriam aqueles e, consequentemente, cresceria a reprodução desse mecanismo de comércio.

No início do século XIX, ocorreram, portanto, estratégias de colonização com imigrantes estrangeiros, pulverizados por diferentes pontos do território, aliadas à ocupação das terras e aproximações, expulsão ou extermínio de seus habitantes originais. Num breve levantamento sobre a legislação Joanina é possível constatar que o termo *colonização* foi utilizado para designar processos bastante variados, tais como: promover o povoamento dos "sertões incultos", "civilizar os índios bárbaros", "explorar as riquezas naturais", "tomar sesmarias e cultivá-las em benefício do Estado", ocupar novas regiões e mantê-las "protegidas pelas Leis" da coroa Bragantina (Brasil, 1808).

A ocupação dos sertões de Guarapuava, empreendida no início de 1808, representa um marco fundamental do avanço da ocupação por meio da qual se mesclaram estratégias de incremento agrícola, comércio, fortalecimento de lideranças locais e o contínuo movimento de formação de aldeamentos, aprisionamento dos indígenas e investidas sobre os nativos resistentes. Assim, no movimento de ocupação daquela faixa meridional, as formas de colonização representaram um método de acumulação de recursos para os grupos que assumiram o controle da empresa. Nesse sentido, a expansão da acumulação transformou-se, ela mesma, em meio para o desenvolvimento do método (Leite, 2010: 296).

Foi da inflexão entre interesses locais, cada vez mais pujantes, e centralização política, renhida e elaborada, que se formaram as condições para expansão da produção cafeeira no centro-sul e a orientação dessas elites acabou por definir as formas de organização do trabalho e da terra. Demonstrar o poder administrativo edificado no

---

5 Os conflitos com as populações indígenas foram instaurados na Bahia, em diferentes pontos das Minas Gerais, em Caiena, Guiana Francesa e Sudoeste da Capitania de São Paulo. Ao mesmo tempo, imigrantes açorianos e irlandeses foram enviados para o Rio Grande.

período joanino significa colocar em evidência "mais uma construção", fundamentada no remanejamento das relações entre as duas faces da moeda colonial, propiciada pela instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro (Mattos, 1994: 198).

A obrigatoriedade do cultivo para a definição da propriedade da terra - tema caro nas primeiras décadas do século XIX - esbarrava na questão de quem iria cultivá-la (Motta, 2009: 201). Não foi por acaso que José Bonifácio, um homem "embalado pela visão global do império" (Dolhnikoff, 2000: 19), representou importante voz no início do século a elaborar uma discussão sobre o Brasil. Para Bonifácio, a questão indígena, o povoamento e a escravidão eram assuntos que se entrecruzavam. Assim, os debates sobre a organização da terra, nas partes do Brasil, não poderiam estar separados das discussões sobre as populações. Todos esses fatores reunidos gerariam as perspectivas e práticas de colonização.

Por outro lado, "A diversificação agrícola que marca o final do século XVIII denota esse reenquadramento da produção do Brasil e sugere a potencialidade e a expansão da produção de exportação". (Ferlini, 210: 218).

As evidências de ampliação das exportações (Ferlini, 2010), e o processo de construção de uma unidade civilizacional na Europa (Novais, 2001) indicam para o fato de que ideias e ações na colônia portuguesa estavam em perfeito compasso com o cenário europeu, no qual a perda de grandes colônias, como a americana por parte dos ingleses, acabou por criar novos sentidos para a expansão empreendida no governo de Jorge III da Grã-Bretanha e Irlanda. Por outro lado, a transformação das rígidas instituições do Antigo Regime demandava reordenamento das relações de poder. As disputas entre França e Grã-Bretanha caracterizaram esse momento de rearranjo da ordem política e da supremacia econômica.

O controle sobre novas áreas de exploração dependia do rompimento com as políticas monopolistas. Mas, nenhum Estado estava disposto a superar completamente o protecionismo aos seus produtos. Assim, as rotas que geravam recursos e sustentavam a expansão dos impérios, em muitos casos, envolviam fluxo de capitais gerados por empresas condenadas pelos próprios Estados. Esse foi o caso das leis protecionistas que valiam para os produtos oriundos da Índia e que não eram praticadas pelos exploradores na China, súditos da mesma dinastia dos Hanôver.

A documentação do *Foreign Office* Britânico, relativa às partes do Brasil, para o início do século XIX, demonstra o intrincado movimento de transformação dos sentidos e das práticas de colonização.

O primeiro aspecto que salta aos olhos do pesquisador, quando consulta a documentação diplomática da Grã-Bretanha, é a exaustiva determinação em reconstruir junto à diplomacia portuguesa os protocolos para execução das relações diplomáticas.

Conquanto a situação da coroa transmigrada requeresse cuidados, a própria indefinição das guerras napoleônicas e a expansão do poderio de Bonaparte exigiam maiores atenções. A reabilitação desses acordos se deu no momento em que Napoleão estivera próximo de estabelecer uma conformidade europeia centrada na França. Sob essas condições, a diplomacia da Grã-Bretanha tivera que converter defesa em equilíbrio de poder.

Uma das estratégias que aos poucos se delineava no gabinete de George Canning, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Sua Alteza Real Britânica, era a construção de uma experiência política que impedisse expansões como as geradas pelos exércitos de Napoleão.

Ao lado das estratégias clássicas de controle do comércio, aprisionamento de navios inimigos, ampliação da força bélica, desenvolvimento industrial, reconhecimento dos recursos das diferentes regiões e ampliação da cartografia, surgiam demandas mais refinadas: buscava-se reconhecer a peculiaridade dos povos nativos e proporcionar a construção de unidades administrativas maiores e mais ordenadas[6]. Esse movimento favoreceria a edificação de poderes políticos duradouros que, por sua vez, criariam estratégias vigorosas, em caso de guerras entre grandes potências.

---

6 A promoção de estabilidade política e organização de unidades administrativas maiores e mais fortes depois do congresso de Viena é um ponto comum em grande parte da historiografia sobre o tema. Não era uma particularidade da Inglaterra ou de Portugal a busca dessa unidade. Mary Fulbrook reconheceu que o propósito do Congresso carregava, para as partes da Alemanha, a difícil tarefa de criar estabilidade contra um potencial expansionismo francês e de superar o sistema baseado em uma multiplicidade de pequenos principados. FULBROOK, Mary. *História Concisa da Alemanha*. São Paulo: Edipro, 2012., p. 117.

Exploração e civilização apareciam como dois elementos chave. A peculiaridade desse novo contexto é que surgiam interesses pelas populações autóctones e – no caso inglês – relacionados à organização territorial. Essa invenção do território não se confundia com o arranjo do espaço, muito embora o comportasse. Na primeira estratégia – organização do território - estavam contidos o desenvolvimento da cartografia, o reconhecimento das nações amigas e inimigas e as pretensões para expansão do comércio; já na segunda – organização do espaço – prevalecia a ideia de "expansão da colonização".

Foi assim que em meio ao tumultuado cenário de instalação da coroa portuguesa no Rio de Janeiro e de intestinas disputas na Bacia do Prata, Georg Canning procurou reconhecer unidade em territórios completamente suturados por guerras. Longe de simpatia pelos povos nativos, esses reconhecimentos serviam para criar um conceito de nativos passíveis de serem conquistados pela força das armas e pela supremacia cultural que almejava destruir o primitivo ingovernável.

A força dos governos surgia como tema central à época. Ao lado das construções dos territórios, a própria edificação de uma convicção sobre a superioridade britânica estava em curso. Buscava-se uma ênfase nas bases do triunfo da civilização. Mas qual civilização serviria a essa engenharia? Segundo David Day (2008), o triunfo civilizacional britânico era o triunfo da conquista, edificado sobre os pedaços arrancados de cada lugar por onde o governo de Jorge III passava. Um século mais tarde, esses artefatos (re)organizados, ao lado de uma vigorosa construção narrativa, ergueriam a própria noção de *Britishness*. O conceito de colonização, no início do século XIX, ao lado de construções sobre os nativos e sobre os seus territórios (ou ausência deles) constituiria a espinha dorsal da história, da organização da terra dos ajustes político-econômicos.

O papel da coroa bragantina neste cenário foi fundamental, já que a construção de unidade territorial e de população era importante para o próprio fortalecimento de D. João. Por outro lado, as terras da colônia portuguesa adquiriam novos sentidos nesses quadros de rearranjo mundial: tratava-se de uma unidade – nos termos de Canning – que fortaleceria os Braganças e que, por consequência, fortaleceria os próprios britânicos, que lutavam em diversas frentes contra os exércitos de Napoleão.

Ao passo que essas novas visões sobre o território se espraiavam, o próprio extermínio dos nativos, mesclado às aproximações violentas, geravam a abertura de vastas áreas para ocupações.

A reformulação do poderio colonial criara mecanismos para formação de diversificados grupos de interesses, constituindo patamares diferenciados de organização produtiva no Brasil. Por outro lado, as formações de centros hegemônicos e de instituições políticas, características da Época Contemporânea, marcaram o momento de transformação dos próprios usos do termo *colonização*.

Neste texto procurou-se destacar como as ideias e práticas de colonização do período joanino correspondiam, por um lado, aos sentidos de expansão construídos no início do século XIX, e, por outro, acumulavam experiência da conquista portuguesa sobre a América. Eram experiências pontuais de investida sobre os territórios e sobre as populações nativas que iam ao encontro de uma visão geral de expansão que concebia territorialidades econômicas, políticas e institucionais capazes de combater outros Estados em processos de expansão. Essa tentativa de construção de uniformidade nos interesses econômicos foi fundamentada por mecanismos institucionais que, a partir do Tratado de Viena, buscavam o equilíbrio internacional e a centralidade dos negócios em detrimento da medição de forças entre grandes Estados.

Bibliografia

BRASIL. (1808), *Coleção de Leis do Brasil,* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

DAY, D. (2008), *Conquest. How societies overwhelm others*, Oxford: Oxford University Press.

DOLHNIKOFF, M. (1993), *Caminhos da Conciliação: O poder provincial em São Paulo (1835-1850*). Dissertação de Mestrado, São Paulo: FFLCH/ História/ USP.

FERLINI, V. L. A. (2010), *Açúcar e Colonização*. São Paulo: Alameda Editorial.

HOBSBAWM, E. (1997), *A Era das Revoluções*. 20ª Ed. São Paulo: Paz e Terra.

HOLANDA, S. B. (1986), A Herança Colonial e Sua Desagregação. In S. B. Holanda (ed.), *História Geral da Civilização Brasileira*. *O Brasil Monárquico*, São Paulo: Bertrand, 1986. pp. 09-39.

JANCSÓ, I., PIMENTA, J. P. G. (2000), Peças de um Mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTTA, C. G. *Viagem Incompleta. 1500-2000. A experiência brasileira*, São Paulo: Editora SENAC, pp. 127-175.

LEITE, R. F. (2010), *Nos Limites da Exclusão: ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (Guarapuava, 1808-1878)*, São Paulo, Alameda.

LISBOA, J. S. (1808), *Observações Sobre o Comércio Franco-Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Régia.

MATTOS, I. R. (1994), *O Tempo Saquarema. A formação do estado imperial*, Rio de Janeiro, Access Editora.

MENZ, M.M. (2009), *Entre Impérios: Formação do Rio Grande na Crise do Sistema Colonial (1777-1822)*, São Paulo, Alameda.

NOVAIS, F. A. (2001), *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*, São Paulo, Hucitec.PRADO JUNIOR, C. (1953), *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Brasiliense.

PUNTONI, P.P. (2000), O sr. Varnhagem e o Patriotismo Caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. In JANCSÓ, I. (Ed). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, pp. 633-675.

SILVA, L. O. (2008), *Terras Devolutas e Latifúndio*. Campinas : Editora da Unicamp.

WALLERSTEIN, I. (1999), *El Moderno Sistema Mundial III. La segunda era de gran expansión de la economia-mundo capitalista, 1730-1850*. Madrid, Siglo Veintiuno.

Vinte e cinco de Março, média de uma região representativa da primeira constituição do Brasil.

Lineu Francisco de Oliveira[1]
lineufo@uol.com.br

Resumo: A presente proposta tem como objetivo um estudo interdisciplinar sobre os media, a comunicação da imagem no desenvolvimento local e a representatividade da região da Rua 25 de Março na cidade de São Paulo - Brasil. A Rua "25 de Março", tem esse nome em homenagem a data da outorga da primeira constituição do Brasil por Dom Pedro I. A representatividade dessa constituição, que propôs ser uma constituição liberal, também foi homenageada pelos legisladores da época, ao nomear outra rua como "Ladeira da Constituição". Temos ainda na região, o parque Dom Pedro II, último imperador do Brasil, além de nomes como Rua Abdo Schahin e Rua Basílio Jafet, ligados à colônia árabe que foi a etnia responsável por empreender e exercer, a liberdade defendida na primeira constituição e também lembrada nas placas dos nomes de outras ruas da região.

Palavras-chave: Rua 25 de Março, Região Socialmente Construída, Consciência Regional.

1. Introdução

A globalização criou raízes, se firmou e marcou presença como um fenômeno característico e dominante principalmente nos últimos anos do século XX. A globalização representa um novo tempo de integração econômica, cultural, política e social, que devido ao barateamento dos meios de comunicação principalmente a Internet, reduziu distancias e permitiu uma maior velocidade da informação com um grande intercambio de conhecimento e maiores relações de troca de bens e de serviços. Nesses novos tempos, todos que desejam e precisam concorrer globalmente com seus produtos, ideias ou culturas locais, na pratica concorrem com empresas e nações detentoras do poder econômico ou da informação, o que exige um esforço de criatividade e articulação de todos os envolvidos que precisam sobreviver na concorrência global. Esse esforço de criatividade muitas vezes resulta na descaracterização de culturas regionais e práticas do cotidiano, pois o fenômeno da globalização não protege o bem comum das pessoas e países mais pobres e desarticulados, revelando e mostrando o lado cruel desse fenômeno do século XX

A globalização como interação de culturas e troca de informações entre seres humanos por longas distancias não é recente, visto que encontramos influencias de língua, religião, arte e cultura que existiu no chamado "Velho Mundo". Porém a evolução tecnológica, a velocidade e a facilidade que os meios de comunicação promoveram no mundo atual, aceleraram esse processo que não foi algo articulado por uma pessoa, um país, ou um grupo social e sim algo espontâneo criado pelo mercado capitalista ocidental. Segundo o economista

---

1 Doutorando em Ciências Sociais, Mestre em Administração e. Economista com especialização em Economia de Empresas, Análise de Sistemas, Sistemas de Informação e MBA em Marketing de Serviços. Diretor financeiro (Voluntário) por vários anos de entidade sem fins lucrativos que leva o nome de sua filha – Lar Suzanne. Responsável pela inauguração da Base Comunitária de Segurança do Bairro. Professor universitário de Economia, Empreendedorismo Social, Sistemas de Informação e Gerenciamento de Projetos. Concursado da PRODAM – Tecnologia da Informação e Comunicação da Prefeitura de São Paulo. Autor do Livro Mascates e Sacoleiros - Empreendedores que Construíram uma Região - Rua 25 de Março.

português Murteira (2003), no século XXI a globalização esta se caracterizando pela "Desocidentalização" pois países orientais liderados pela China se apresentam como os grandes articuladores e atores do processo de globalização, onde o capitalismo anda acompanhado do mercado do conhecimento, promovendo influencias culturais e sociais em todo o mundo.

Dominar e expandir valores, culturas e maximização de lucros, tem sido o propósito global empresarial e politico de executivos e gestores públicos. O resultado e consequências desse ato é o enfraquecimento dos estados, criando limites de poder e limites na capacidade de formular politicas econômicas e sociais próprias, pois os interesses internacionais promovem influencias ou imposições que tendem a ampliar a distância entre pobres e ricos. Para Boaventura de Souza Santos (2002) um sociólogo português contrapondo esse lado degradante e desumano, a globalização também se manifesta com lutas contra a exclusão social, deterioração das condições de trabalho, destruição do meio ambiente e desemprego, por apresentar lutas e alianças de movimentos globais através de redes de movimentos que garantem os valores humanitários.

Segundo Bauman (2011 p 162) não é simples essas redes se articularem, pois o que vivemos é um momento de "globalização da responsabilidade" onde respondemos e somos responsáveis, direta ou indiretamente, pelo que acontece com qualquer pessoa independente da distancia ou região, que esteja localizado no planeta. A facilidade em informar e transmitir em tempo real os fatos pela mídia moderna coloca nos nossos lares cotidianamente, imagens da miséria, seus efeitos e causas do sofrimento humano. Movimentos esporádicos de compaixão ocorrem de tempos em tempos e quando cobertos pelos meios de comunicação, encontram um momento e um curto espaço de tempo, pois logo se acomodam na espera do próximo evento humanitário a ser documentado. Contudo o que normalmente passa despercebido é a causa e os resultados inerentes, como a destruição de culturas e a degradação de solos ancorados na monocultura causados pelo momento global que em busca da concorrência esta promovendo a mudança de valores culturais e a extinção de tradições sociais de pequenas e grandes concentrações regionais.

Repensar essa transformação da mídia faz parte do desafio de pesquisadores, formadores de opinião e cada um de nós que vivemos no mundo moderno, não podemos esquecer e olhar acima do muro dos nossos vizinhos que se apresentam mais próximos do que nunca, independente do canto ou região do mundo onde se encontram.

Em 25 anos de análise pode ser feito um balanço e listar as grandes transformações constatadas no âmbito dos meios de comunicação e a responsabilidade em divulgar os fatos sem interferir na conduta e cultura de uma região. Segundo Subtil (2006) a informação transmitida com o uso da tecnologia da informação pode alterar a consciência, o sentimento e o laço social que foge dos limites do jornalismo e curva-se ao setor econômico enfraquecendo o sentimento do pertencer e a vontade de ser membro de uma comunidade, tipificada pelo sociólogo alemão Ferdinand Tonnies (1855-1836) como *Gemeinschaf*.

Porem ao analisar um tema pouco explorado como o ato de nomear ruas e lugares com nomes, personagens e eventos representativos de um momento, encontramos um canal de comunicação que pode transmitir a informação do emissor para um ou mais receptores de um fato que apesar da evolução do mundo moderno, ainda consegue manter a tradição e transmitir temporalmente, a memória e a mensagem preservando a sua história. Mesmo quando a imprensa tenha como objetivo alcançar grandes ganhos financeiros atingindo e conquistando receitas de publicidade e um grande numero de leitores, indiretamente ela transmite a mensagem existente no nome do local. Ao reportar e detalhar as características de uma reportagem ou comunicação, sempre esse fato estará ligado a um local, uma região ou um lugar, que ao ser mencionado, o nome da personalidade ou do fato homenageado na placa que batiza o local, estará sendo divulgado e indiretamente transmitido aos leitores, aos ouvintes ou aos expectadores.

Nosso estudo sobre os media e a comunicação da imagem no desenvolvimento local e a representatividade da região da Rua 25 de Março, faz uma análise do ato de colocar nome em locais, com o objetivo de transmitir ou comunicar uma mensagem, fazendo uso de conceitos interdisciplinares. Por ser um tema que mereça uma abordagem mais detalhada, esse artigo não busca uma resposta definitiva e se propõe a retratar uma região que foi batizada com a data da primeira constituição do Brasil, bem como analisar alguns nomes de ruas, contrapondo com noticias e ações de atores sociais pertencentes à região, analisando a mensagem e os motivos que esses gestores tentaram homenagear e transmitir. Quando os gestores batizaram uma importante rua do centro da cidade de São Paulo no Brasil como "25 de Março", talvez não imaginaram que o nome estenderia

os limites da rua para se tornar o nome conhecido de uma importante região de comercio popular, provocando um questionamento sobre os ideais registrados na primeira constituição do Brasil e se esses ideais ainda são respeitados e aplicados no espaço que ficou conhecida como "Região da Rua 25 de Março".

2. Conceito e delimitação de região

O presente estudo tem como escopo o desenvolvimento local e a representatividade da região da Rua 25 de Março. Portanto precisamos estar atentos aos limites do local de atuação sobre a ótica da aplicação de fenômenos sociais que levaram a transformar e gerar uma representatividade do objeto em estudo. Nesse sentido, antes de tudo, é prudente e necessário entender e definir o conceito de local.

Conceituar local ainda é uma tarefa complexa, pela impossibilidade de estabelecer limites ou demarcações. Um dos principais motivos é o de tratar um espaço, onde não esta em jogo apenas aspectos geográficos, mas também toda uma inter-relação da comunidade e dos atores locais que se confundem com a comunidade característica, misturando o comunitário com o local, dificultando estabelecer limites para limitar esse espaço. Segundo Castells (1999, p. 447) o espaço não consegue permear todas as experiências humanas na sociedade que se relaciona em rede. A grande maioria das pessoas ao viverem e se relacionarem aos seus lugares de convívio, percebem o espaço que ocupa tomando como base o lugar a que se sentem pertencer, limitado e focado em uma área ou região. Logo ao explorar a evolução que o termo região vem sendo tratado, vamos entender como limitar e focar uma parte de um todo.

Região vem do latim "*regere"*, radical que derivou palavras como regra, regente, "*regione*". No Império Romano, região era indicada nos mapas como a área ou local subordinado às regras do capital imperial dos governantes e da obediência. O Império Romano foi um território, que também se destacou, por ser o de maior extensão da antiguidade. Era regido por uma instituição imperial e política, que pela autoridade do monarca e a aplicação de leis criou condições de garantia da convivência social.

Viver em sociedade é saber conviver com o outro e todas as suas paixões, sentimentos, crenças, caráter e personalidade que podem levar a uma deturpação do que seria melhor para o grupo. O que muitas vezes demonstra ser o melhor para a sociedade e convivência social, pode ser destruído por ações e posições dos interesses dos que controlam e exercem o poder e com isso sustentam a sociedade.

Na antiguidade já era notável a preocupação com questões de garantia de direitos sociais, bem como com a forma que o poder pode se estruturar e criar relações e forças. Entender e controlar as articulações e composição dessas relações de força pode culminar com a conquista de condições que levam a garantir e permitir que se diminua a tirania e opressão de grupos ou de indivíduos sobre outros em um determinado local ou região.

Apesar destas constatações, com o passar dos anos o termo região, ficou muito relacionado ao espaço geográfico, limitado e separado por marcos naturais como rios, montanhas, mares e todo e qualquer ponto que a natureza apresentava para delimitar um espaço físico de atuação e soberania. Nesse momento existiu uma mudança drástica no conceito que mudou de critérios puramente políticos e administrativos, para critérios naturais e geográficos.

A Geografia surge como ciência ligada ao gênero da vida cotidiana e influenciada por processos físicos, sociais históricos e naturais na relação humana e o meio ambiente. Durante anos, a combinação e conjunção dos processos climáticos e naturais, em relação ao tratamento e ação humana, explicou os motivos das diferenças econômicas e culturais entre regiões. A queda de barreiras comerciais entre estados e nações, a movimentação de mão-de-obra bem como movimentação de capitais para mercados economicamente mais rentáveis mudou a hierarquia de valores nessas novas regiões rentáveis que surgiram.

As regiões produtivas geradoras de renda passaram a determinar e atrair o capital empresarial e se caracterizar como uma tendência para as cidades-região. Governantes passaram a adotar políticas públicas de forma a atrair o interesse do capital especulativo que transforma e desenvolve regiões antes improdutivas.

Com a facilidade em efetuar transferências monetárias de um lado ao outro do mundo em segundos, a produtividade urbana passou a depender do maior grau de conectividade e a capacidade de disseminar conhecimento local. Região atrativa e produtiva economicamente passou a ser determinada pelo espaço com maior capacidade de articulação, iniciativa e poder de participação na economia global.

Surgem autores que passaram a defender a nova ordem econômica como a da gestão administrativa global dos sem fronteiras. Ohmae (1996) se destacou e criou polemica ao apontar tendência do fim do Estado como nação, e defender as vantagens competitivas entre as Cidades-Região, não se limitando aos domínios institucionais políticos administrativos. Oferecer uma aglomeração de mão-de-obra qualificada promovendo o surgimento de distritos industriais, produzindo uma grande rede de produtores especialistas unidos com fornecedores também especialistas que se completam nas diversas etapas da cadeia produtiva do produto local, passou a ser um diferencial competitivo atraindo investimentos para as regiões especialistas em um determinado seguimento econômico.

Junto com toda essa transformação dos limites e delimitações que definem as regras para um determinado local, surge também a necessidade de delimitar as políticas e diretrizes do convívio social regional. Mas quando pensamos em desenvolvimento local e delimitação de um espaço físico para estudo dos fenômenos sociais, devemos respeitar a expectativa, os sonhos, os desejos e ideais sob a ótica local. Devemos reconhecer a existência de uma consciência regional a qual pode ser diferente da nossa visão pessoal, seja em uma região rural ou urbana como uma cidade ou parte dela como a Região da Rua 25 de Março.

3. Consistência regional

Estudos relativos a regiões como a da Rua 25 de Março, remetem aos estudos sobre Ecologia Humana desenvolvidos pelos sociólogos da Escola de Chicago no segundo quartel do século XX. A sociedade, do ponto de vista dos teóricos da Ecologia Humana, é constituída por indivíduos separados espacialmente, distribuídos territorialmente e capazes de locomoção independente. As instituições humanas e a própria natureza adaptam-se a certas relações espaciais dos seres humanos, quando estas relações mudam, a base física das relações sociais também se altera. Os estudos elaborados por esses cientistas sociais referem-se naturalmente à maneira como as cidades norte-americanas se desenvolveram ao longo das décadas de 1930 a 1940, mas muitos desses conceitos contribuem para o entendimento do processo de constituição de áreas urbanas, como a da Região da Rua 25 de Março.

Uma das contribuições mais expressivas é o ideograma do desenvolvimento urbano teorizado por Burgess (1929), que descreve a cidade segundo o modelo de círculos concêntricos. Esse ideograma mostra como as áreas naturais constituem o processo de ajustamento e cada uma delas tem uma função própria no contexto urbano. Crescidas em torno de um núcleo dos pontos focais, constituído predominantemente por atividades comerciais e industriais dependentes do centro, originariamente uma escala postal ou ferroviária, as cidades mostram certas regularidades na estrutura e distribuição de áreas naturais. Esse ideograma evidencia o desenvolvimento de uma cidade, formada por zonas concêntricas. A alta burguesia reside nos subúrbios periféricos e os grupos étnicos em vias de assimilação, deslocam-se eventualmente para zonas intermédias. Ao mesmo tempo a pequena burguesia ganha progressivamente acesso aos arredores mais prestigiados, enquanto novas ondas de imigrantes exóticos se inserem nos bairros centrais.

Em apoio aos princípios da Ecologia Humana, Nacib (2004) acentua que grandes centros urbanos como a cidade de São Paulo são palcos de fenômenos que podem ajudar a compreender as variáveis do espaço urbano. Os processos de metropolização, bem como os benefícios e dificuldades da transição da economia agrícola ocorrida no final do século XIX têm proporcionado bons estudos e conhecimentos sobre a história da ecologia urbana das grandes metrópoles. Os esforços realizados com vistas a compreender esse fenômeno dizem respeito à integração da planta viária, aos volumes de áreas construídas e às gerações que se sucederam no interior das moradias Todo esse mecanismo, ocorrido durante os fluxos humanos, fez surgir no entorno dos grandes centros, uma estrutura de desigualdades que deu origem às ruas e praças.

A convivência de grupamentos com forças políticas e econômicas em busca de um objetivo comum remete ao conceito de regionalidade, que se caracteriza como a "reorganização do estado local com novas formas de parceria que emergem para guiar e promover o desenvolvimento de recursos locais, entre as instâncias de governo regional e os vários segmentos da sociedade civil com o propósito de promover o desenvolvimento regional" (Gil, Garcia , Klink, 1999).

Ações que exercem um papel importante na busca de soluções para os problemas de uma determinada região, podem ser movidas por interesses próprios ou pela busca de soluções para os problemas comuns através de uma organização especifica ou pelo estabelecimento de parcerias. Como os atores sociais constituem canais pelos quais passam informações e conhecimento, identificar seus valores, expectativas e ações, contribui para o entendimento da consciência existente na região (Castells, 2004).

Ao se estudar a capacidade de interação dos agentes regionais, quer sejam econômicos, sociais ou políticos, é importante a contribuição de Porter (1999) que identifica o principal benefício das ligações e interdependências ao longo da cadeia de valor, e que é representado pela habilidade adquirida, nos tipos de ligações criadas, ou que podem criar, vantagem competitiva como resultado da integração vertical. Fusco (2005, p. 60), por sua vez, enfatiza que o conceito de cadeia de valor, definido por Porter, pode ser estendido às redes de empresas, por evidenciar o entendimento das fontes especificas de vantagem competitiva, criando valor para os clientes finais.

A busca de soluções para problemas comuns da região desenvolve uma percepção nos integrantes da comunidade, e os impulsiona para o estabelecimento de parcerias com interesses próprios surgindo daí uma consciência regional. A construção de uma consciência regional, assim como a formação do capital social está diretamente relacionada com as ações dos atores sociais. Estudar sua constituição e formação, leva ao entendimento dos resultados obtidos, como mais um recurso em favor do desenvolvimento da comunidade objeto da análise. O grau de participação desses atores, por sua vez, é medido pela consciência interna de cada um e pela realidade simbólica individual (Reyes et al, 2007).

Uma consciência regional está intimamente ligada com a articulação e as ações para manter os participantes motivados. Para que não exista um envolvimento superficial com pouca contribuição e a falta de comprometimento com resultados, um dos objetivos dos administradores e lideranças locais deve ser o de promover o envolvimento de todos. Lencioni (1999, p.150) afirma que "a intencionalidade da consciência é considerada chave, pois a consideração da percepção advinda das experiências vividas é assim considerada etapa metodológica importante e fundamental".

O desenvolvimento e a percepção da existência de uma consciência regional pode ser um dos motivos que os gestores e atores, com uma maior representatividade e poder, tenham es/colhido a região de análise para transmitir uma mensagem com datas e personalidades representativos da mensagem que se pretendeu transmitir e o canal escolhido por esses gestores, foi o ato de nomear ruas e lugares da região.

4. Placas com nomes, comunicando a história.

O processo e o ato de nomear ruas, praças e lugares com nomes de personagens ou de acontecimentos históricos, tem sido uma prática recorrente dos detentores do poder. Os protagonistas e estrategistas visualizam nesse ato uma forma de homenagear o momento bem como ressaltar um valor considerado importante. Como os critérios bem como os valores se alteram com o passar do tempo, é comum encontrar placas de nomes em locais que se alteraram mais de uma vez ao longo do tempo. Cabe ressaltar que para uma homenagem acontecida e que ainda permanece presente nos nomes registrados em placas, a possibilidade dos valores temporais que a mesma tenta perpetuar, pode estar viva e enraizada nos valores dos atores locais, pertencentes á região e que ainda preservam uma consciência regional e sentem fazer parte dela.

O ato de nomear uma rua ou um local colocando uma placa com um nome representativo foge dos tradicionais meios de comunicação mais conhecidos como jornais, radio, revistas, livros, televisão e recentemente a internet. Considerando que os meios de comunicação existem desde o inicio das relações humanas, o ato de nomear lugares, pode ter sido uma forma de comunicação em uso nos primórdios das relações humanos nos centros urbanos, por ser na época um modo de transmitir a vontade do comunicador a um grupo de receptores. Jorge Pedro Souza (2006) define bem esse universo dos meios de comunicação, como sendo um processo social onde as pessoas trocam mensagens, via um canal dentro de um contexto, gerando determinados efeitos sociais inseridos em uma cultura, às quais na realidade trocam significados embutidos na mensagem pretendida. Diante dessa afirmação, podemos concluir que ao nomear um local ou uma rua, o efeito social do

interlocutor esta impresso em um contexto social e com uma mensagem cultural que busca trocar e difundir um significado representativo do nome designado.

Os meios de comunicação de massa utilizam no processo de comunicação aparelhos propulsores de registro das mensagens, com o uso de dispositivos mecânicos impressos como os jornais, ou falados como o rádio replicando cópias da comunicação a ser transmitida. Portanto quando essa mensagem for acompanhada do local onde a mesma ocorreu, intrinsicamente a mensagem da representatividade do local, também esta sendo replicada e transmitida para os receptores.

O Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística - IBOPE é uma empresa brasileira presente em 13 países da América Latina e com escritórios em Miami e Estados Unidos, sendo a única empresa latino-americana a constar no ranking das 25 maiores organizações de pesquisa a nível mundial. Segundo esse instituto em pesquisa ano base 2013, publicada em 05-02-2014, levando em consideração os preços dos veículos de comunicação no Brasil, a TV Aberta apresenta 54 %, o Jornal 18%, a TV por Assinatura 8%, a Internet 7%, Revistas 8 %, o Radio 4% e outros meios ficam com o restante 1%. (Ibope, 2014). Isso significa que o transmissor e legislador da época com o poder de decisão em nomear um local, talvez nem imaginasse que com o avanço da tecnologia e hoje a televisão sendo o veículo mais caro de comunicação, ao reportar uma noticia ou um evento e ao referenciar e indicar o local do fato onde a noticia esta ocorrendo, está também propagando e divulgando o nome e correspondente mensagem que se buscou difundir ou homenagear.

A tentativa de compartilhar uma mensagem, onde o emissor apresenta seu desejo e vontade de transmitir ou comunicar algo, cumpre um papel temporal que o tempo pode alterar diminuir, diluir ou manter o grau de importância da mensagem a ser transmitida. A mensagem bem como o significado da homenagem que a mesma busca representar necessita filtrar os ruídos que podem interferir na qualidade da informação bem como na forma como o receptor irá interpretar a mensagem ao longo do tempo. Para não se perder o desejo nem o sentido da mensagem ao nomear as placas com nomes, é importante a observação e acompanhamento dos fenômenos locais, que confirmam ou não a incorporação da homenagem, na vida dos atores que se identificam como pertencentes à região.

Bourdieu (1992) considera que o local onde o fenômeno ocorre é como olhar e observar esse local como o lugar onde se realiza um jogo. Um sociólogo no exercício da observação deve estar integrado ao jogo onde as condições observadas ocorrem, seja ele no campo cientifico, religioso ou político. Quando o autor fala da construção de uma economia das trocas simbólicas edificada em um jogo de trocas, podemos interpretar como o jogo de interesses individuais que pela relação de troca, vai construindo o ambiente do jogo. Ao produzir um texto ou uma atitude individual, isso tem a função de apresentar lances e ideias ao mercado ou ao jogo, resultando em lucros ou prejuízos materiais bem como resultados simbólicos. Dessa forma essa troca econômica simbólica, produz como resultado a garantia, a manutenção e a consolidação no jogo, das forças de interesses das trocas simbólicas.

Essas forças que movem as peças do jogo com fenômenos sociais produzindo ou não grandes eventos revolucionários, tendem a rebatizar logradouros para manter ou consolidar a nova força reinante e ao longo da história encontramos até cidades cujos nomes são alterados depois de reviravoltas no poder constituído. O uso desse canal de comunicação, que hoje podemos destacar as limitações e a mudança de tendência, não é um hábito de determinadas regiões, regimes ou governos locais ou regionais e sim um hábito aplicado em qualquer lugar do mundo. Logo após algumas revoluções ideológicas, é comum a alteração dos nomes de logradouros visando comunicar a mudança de valores e homenageados.

A natureza humana, que sempre busca controlar tudo ao seu redor, produz resultados e consequências sociais que refletem nas vontades e desejos das pessoas próximas a esse controle. Para cada ato que uma pessoa pratica no seu meio, o reflexo disso é a introdução de um pedaço dessa pessoa no meio ao qual foi praticado o ato. As consequências psicológicas e sociais do pensamento e da forma como ele é transmitido, visando tornar entendível a mensagem que se pretende passar, tende a acelerar o processo de comunicação já existente. O resultado desse fato social é a mudança na escala ou no padrão de comunicação, bem como na tecnologia conhecida ou nova e em uso para transmitir a mensagem do controlador. Nesse sentido os meios de comunicação tendem a afetar o cotidiano mental e físico das pessoas por influenciar na sua conduta e valores conhecidos e transmitidos, justificando a afirmação de que o meio é a mensagem. (Mcluhan, 1964, p.21).

Visando entender as mensagens que os gestores e atores locais, tentaram transmitir ao determinar nomes na região em estudo, vamos analisar a história ligada a alguns nomes da região e sua ligação com a formação de uma imagem que se pretendeu perpetuar e transmitir para as gerações futuras como um legado de ideias e valores que estavam presentes nas lideranças da época da nomeação.

5. Criação da primeira constituição do Brasil de 1824.

Segundo Michaelis (2012), constituição é a «'Lei fundamental que regula a organização política de uma nação soberana'». Já o mesmo dicionário define nação como uma «'Espécie de comunidade ou grupo de indivíduos (animais ou pessoas) que tem caracteres comuns'». Nesse sentido, podemos concluir que a constituição é o resultado de um fenômeno social onde a relação de forças culmina na regulamentação política, definindo as regras e condições dos grupos ou indivíduos que se identificam como parte integrante.

Ser parte integrante significa ser o cidadão ou a pessoa que esta no gozo de seus direitos políticos e civis, ou seja, é ser e se sentir um individuo membro de um Estado. É ainda. a condição do ter desse Estado a mesma condição que a maioria da população detém quanto ao dever, ao respeito, à obediência às regras, às leis e ao governo, mas também é ter à proteção oferecida por esse Estado de direito.

Entender o conceito de Estado, nos leva a Maquiavel no seu livro O Príncipe no qual define estado como a unidade política soberana, deixando clara a posição contraria a fragmentação imposta pelo Feudalismo. Para Hobbes Estado se apresenta como um Leviatã, ou seja, um personagem soberano e ao mesmo tempo um mal necessário, devido aos estados de guerra e conflitos, próprio da condição do homem vivendo em sociedade e grupamentos dispersos. Para Rousseau, Estado se apresenta como sendo uma conveniência entre os homens, os quais consentem direitos baseados em um contrato social permitindo o bem comum bem como o individual tornando soberana a vontade popular em detrimento da vontade do Estado. (Muta,2007).

O fato de que o homem não consegue viver isoladamente e depende um do outro para poder sobreviver, o que vem se repetindo desde o inicio dos tempos, cria uma relação de troca mutua e nos permite caracterizar essa relação. Os homens quando agrupados e vinculados por forças políticas e jurídicas, constituem e representam grupos que formam as sociedades definidas como Estado. Quando essas relações demonstram estarem organizadas e vinculadas com uma consciência social, com as mesmas tradições, a mesma língua e a mesma cultura, proporcionam a constituição de um grupo denominado de nação. Portanto a relação social para a filosofia do direito conduz a uma conexão e integração das questões e relações sociais e não permite desvincular a ideologia de um individuo, sem considerar o contexto social em que ele vivia. (Riccitelli, 2007, p. 3).

Para entender as forças que promovem o Estado, a cidadania, as regras e a dinâmica local, devemos conhecer os valores, garantias e direitos políticos do local em foco estudando e identificando as leis e éticas regionais no seu contexto temporal e histórico. Diante disso para falar da primeira constituição brasileira precisamos situar o momento político em vigor na época.

A primeira constituição brasileira foi construída, dois anos após a declaração da independência do Brasil por Dom Pedro I. A formalização da independência possibilitou a instalação da Assembleia Constituinte, com a função de formular a constituição e ao mesmo tempo ser o Poder Legislativo ordinário. Foi a primeira constituição do Estado que estava sendo criado com a característica e forma unitária, seguindo os ideais políticos dos movimentos separatistas da época. Um Estado unitário significa um poder centralizado, um poder concentrado em uma única ordem administrativa e regimental da ordem política, jurídica e administrativa vinculada em uma única unidade de poder central com soberania sobre as instancias inferiores não autônomas. Porem Dom Pedro I autodeclarado Imperador e partidário de ideais liberais dissolveu a Assembleia e com o auxilio de um grupo de sua escolha, elaborou e escreveu a primeira constituição brasileira outorgada em 25 de Março de 1824. (Chueiri,2009,p.18)

Após a proclamação da independência, o conflito dos radicais e conservadores com o imperador se iniciou com uma posição onde eles desejavam uma monarquia que respeitasse os direitos individuais e ao mesmo tempo limitando o poder do imperador. A Constituição logo no seu artigo primeiro já declarou ser o Império do Brasil uma associação política de todos os cidadãos brasileiros em uma nação livre e independente. A nova

constituição estabeleceu a divisão dos poderes, entre o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Poder Executivo e o Poder Moderador que seria uma espécie de "Poder Neutro" que teria como função garantir a harmonia dos outros poderes através da figura do imperador. Apesar dessa concentração de poder, ela inovou no seu artigo 179 incluindo várias garantias e direitos individuais que foram incorporadas pelas demais constituições. (Pimenta, 2007, p.116).

6. Nomes homenageados na região.

A representatividade da constituição de 1824 que estabeleceu o Estado de direito e se propôs ser uma constituição liberal, teve mais homenagens na região em análise, pois além da Rua 25 de Março ela também esta representada e portanto lembrada na região, em duas outras ruas representativas desse grande momento histórico. A Ladeira da Constituição que por si só demonstra no nome a representatividade pela importância que os legisladores da época buscaram homenagear, bem como na Rua Paula Sousa sendo essa uma rua na qual a Rua 25 de Março termina.

Francisco de Paula Sousa e Melo foi um parlamentar nascido na cidade de Itu e forte defensor dos liberalistas. Com a declaração da Independência, Paula Sousa inicia sua vida parlamentar até se demitir em 18 de agosto de 1858 por não compactuar com algumas ideias de colegas do próprio partido e que por principio e valor pessoal discordava. Quando falamos das forças políticas que desejavam e faziam pressão para a libertação do Brasil do Império de Portugal, uma dessas forças teve centro e liderança na cidade de Itu. Em 23 de maio de 1822 diante de declarações da recolonização do Brasil por parte de Portugal, a então criada Câmara de Itu reagiu contra essas declarações, caçou o governo provisório e outorgou ao presidente da câmara o Sr. Francisco de Paula Sousa e Melo, poderes para reagir e liderar com outras cidades um movimento contra a obediência a Don Pedro e contra o domínio estrangeiro, instalando em Itu a confederação de municípios. (Camara, 2012).

Não foi por acaso que a representatividade da região também buscou identificar e transmitir os princípios liberais para todas as etnias referenciados na constituição. A região da Rua 25 de Março, que tem uma forte ligação com a fundação da cidade de São Paulo, esta localizado geograficamente perto do Pátio do Colégio, local esse que foi palco da fundação da cidade. O Pátio do Colégio teve como protagonista o padre José de Anchieta, que estabeleceu nesse local a sede jesuíta que deu origem a grande metrópole financeira, por encontrar no rio Tamanduateí que banha a região, a porta de entrada de transporte nos primórdios do desenvolvimento e possibilitou as primeiras construções da cidade, servindo aos religiosos portugueses.

Em agosto de 1553 o padre acompanhado de outro jesuíta, chegou ao núcleo da Vila de Santo André. Por achar que a região era o caminho mais certo para entrar no sertão, escolheu um local para fundar uma aldeia. O local escolhido ficava aproximadamente dez léguas distantes do mar e duas léguas da povoação de Santo André. A colina escolhida ficava entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú e apresentou garantia de segurança, de abastecimento de água e peixe, bem como a facilidade de acesso por outros rios da região. A área também era pouco valorizada pelos indígenas, que a viam como um local sujeito aos constantes ventos frios vindos da serra do Mar. Em 25 de janeiro de 1554, foi celebrada a primeira missa, assistida por religiosos e indígenas. Assim teve o início a fundação da cidade de São Paulo. (Assunção, 2004)

A proximidade geográfica com o local da fundação da cidade e a forte ligação com negócios que começou a ser criado na região em análise, atraiu para o local a etnia árabe que encontrou na região as condições para exercer o papel mercantilista que alguns membros da etnia já vinham praticando no Brasil. Em 1808 quando a família real portuguesa chegou ao Brasil na cidade do Rio de Janeiro, foi um comerciante libanês chamado Antun Elias Lubbos, que no Brasil adotou o nome de Elias Antonio Lopes, ofertou moradia para estabelecer a Casa Imperial Brasileira denominada Palácio de São Cristóvão, onde viria a nascer Don Pedro II um dos nomes homenageados com um parque na região em análise e profundo conhecedor e incentivador da cultura árabe no Brasil. (Gomes, 2007).

Pedro de Alcântara ou Dom Pedro II, foi o sétimo filho de Dom Pedro I e Dona Maria Leopoldina, que foi o casal imperial que ocupou o trono brasileiro desde a independência. Quando da transferência da corte portuguesa para o Brasil, a família real foi acompanhada pelo frei Antônio Abrantes, profundo conhecedor da

cultura e língua árabe e por certo esse foi o fato determinante por proporcionar o interesse no jovem príncipe que se tornaria o imperador Dom Pedro II. Por dominar diversas línguas e conhecer profundamente o árabe, em visita à Síria, Palestina, Líbano e Egito, foi em Beirute que o imperador conheceu o professor Name Jafet uma das famílias que influenciaram a região em análise. Empolgado com a cultura árabe, permitiu aos sírios-libaneses imigrarem para o Brasil, visto que essa prática era ilegal e com esse ato, permitiu a entrada de um grande contingente da colônia árabe no território brasileiro. (Zaidan, 2010)

Por certo a ligação com a colônia árabe, pode ter sido um dos motivos que os legisladores e transmissores locais, buscaram registrar e escolheram presentear a região em análise colocando o nome do imperador no "Parque Dom Pedro II" inaugurado em 1922. Com projeto de Joseph Antoine Bouvard paisagista chefe das vias públicas de Paris, na época da sua criação, esse parque foi um amplo espaço publico de convivência e de negócios entregue para sociedade, sendo um dos locais que recebeu esse nome em homenagem ao maior incentivador da vinda de árabes para ao Brasil, e que reinou no trono por quase meio século, período esse que proporcionou ao país um grande crescimento e desenvolvimento. (Herculano, 2013)

O professor Name Jafet que o imperador conheceu na sua visita a Beirute, teve na região o nome da família lembrado através de placa na Rua Cavaleiro Basilio Jafet, através da Lei ordinária nº 3736 de 03 de Janeiro de 1949, em homenagem póstuma após sua morte em 1947 aos 81 anos. Basilio Jafet nascido no Libano em 1866 mudou para o Brasil em 1888 aos 22 anos. Mais tarde fundou com seu irmão a sociedade comercial "Nami Jafet e irmãos" na Rua 25 de Março e com os bons negócios, construiu uma grande indústria de tecidos. Sua esposa Adma, fundou em 1921 a Sociedade Beneficente de Senhoras do Hospital Sírio Libanês hoje um dos mais conceituados hospitais da América Latina. A família doou ainda à Universidade de São Paulo o prédio onde está o Instituto de Física da USP, cujo auditório do instituto recebeu placa com o nome de Adma Jafet. Como homenagem e pela relevância de serviços prestados, na cidade de São Paulo pode ser encontrado mais de dez ruas com nomes de integrantes da família Jafet. (Jornal da Tarde, 2012).

Outros personagens importantes da colônia Árabe e Armênia ligados ao comercio local também foram homenageados com nomes nas placas de rua na região da Rua 25 de Março, como Rua Abdo Schahin, Rua Assad Abdala, Rua Afonso Kherlakian e Rua Serop Kherlakian. Essa concentração de nomes de pessoas e fatos relacionados ao desenvolvimento e conscientização dos valores regionais, pode estar sendo facilitada pelos meios de comunicação de massa. Cooley (1909) afirma que os *mass media* permitem ressuscitar e manter o sentido de comunidade, favorecendo e perpetuando o vinculo social comunitário com uma unidade diferenciada da vida mental e social.

Embora muitos autores e pesquisadores afirmarem que a construção da realidade social depende do receptor, Berger & Lucjmann (1976) demonstram que a comunicação e construção do jornalismo se apresentam como um dos agentes que podem influenciar em todo o processo de construção social de uma realidade. Esse processo segundo os autores, seja lento ou imediato ou ainda de uma forma macro ou em um nível micro, são moldados por um conjunto de histórias e interação pessoal criando um entendimento comum de uma realidade social que quando compartilhada apresentam modelos de comportamento com papéis sociais definidos e que se relacionam com todo o processo de comunicação.

7. Conclusão

O ato de nomear locais com nomes de personalidades ou fatos marcantes pode parecer um ato simples e momentâneo, mas se revela um processo de comunicação que o transmissor deseja perpetuar como um marco e memória do homenageado ou da história ocorridos. Essa forma de comunicação tem como limite os critérios de seleção dos nomes, pois com o passar do tempo a importância do nome pode ser modificada pelo desenvolvimento de outra percepção nos novos atores que se relacionam com o local batizado. Para que o sentido, que se pretenda transmitir na nomeação, permaneça presente e crie uma identidade local, é importante que os processos de informação e comunicação estejam presentes e referenciem a mensagem pretendida. Mesmo que esses processos não sejam conhecidos por todos os freqüentadores do local, a forma de abordagem dos canais de comunicação ao referenciar o local, pode favorecer e perpetuar o vinculo social por criar uma

característica no cotidiano dos atores locais ou por criar uma unidade mental e social, mesmo que de uma forma inconsciente.

A região da Rua 25 de Março, demonstrou e vem demonstrando ser uma região destinada a exercer seu papel de liberdade e garantia dos valores e direitos individuais defendidos na primeira constituição brasileira de 1824, outorgada por Dom Pedro I. Muitas etnias passaram e ainda transitam livremente pela região e apesar da região em análise ter uma forte influencia da colônia sírio-libanesa, encontramos outras etnias com a mesma dedicação ao comércio. Desenvolver habilidade para o comércio é um talento que os comerciantes locais precisam ter para se sentir pertencer à região e sobreviver ao jogo reinante no local.

A história demonstrou que os estrangeiros que não foram absorvidos na cultura brasileira do café, dominaram as atividades comerciais da cidade de São Paulo. Alemães, franceses e italianos vendiam tecidos, sendo os italianos os maiores vendedores de sapatos e a etnia que dominou as atividades de funilaria e ferragem. As metalúrgicas estavam nas mãos de ingleses e norte-americanos, já os portugueses e brasileiros faziam trabalhos de carpintaria e demais trabalhos da colônia, ja os arabes se encontraram com o comercio que se desenvolveu na região de análise, sendo que hoje no local existe uma marcante predominância de imigrantes orientais e latinos.

São Paulo possui vários locais interessantes do ponto de vista de uma região comercial, porem a região da Rua 25 de Março apresenta uma concentração de comércio varejista especializado no atacado e varejo de tecidos, armarinhos, bijuterias e miudezas em geral. Esse comércio reúne aproximadamente um milhão de pessoas em dias festivos, as quais realizam compras para revenda ou para uso pessoal. Somados nesse um milhão existem ainda os atores envolvidos nas outras partes da cadeia produtiva, representados pelos lojistas, fornecedores, hoteleiros, transportadores, guardadores, vigias, despachantes de volumes, restaurantes e lanchonetes, empresários culturais e de diversão e serviços de estacionamento, completando a massa social concentrada e que exerce seu papel na região.

Apesar das mudanças geográficas sofridas ao longo do tempo, a região manteve o seu núcleo territorial. A rua, cujo nome já fora identificado no final do século passado, continuou sendo a principal referência da região. Nesse sentido, cabe lembrar que mediante união dos comerciantes da região, surgiu a União dos Lojistas da 25 de Março e Adjacências – UNIVINCO, em 14 de outubro de 1969 delimitando o perímetro em 21 (vinte e uma) ruas além da 25 de Março e dessa forma batizando esse limite como Região 25 de Março.

Constata-se a intensificação do processo de atração de outros imigrantes influenciados por familiares e conhecidos dos atuais estrangeiros, no mesmo molde de atração quando da origem da identidade comercial da região. Esses novos atores são atraídos para a região em busca de novos desafios, ganhos monetários e oportunidades de negocios, como os protagonistas e fundadores o fizeram no inicio. A Região da Rua 25 de Março que é conhecida internacionalmente como um lugar de comércio de produtos baratos, também pode se orgulhar por manter a aplicação do objetivo do artigo 179 da primeira constituição do Brasil, que é o de garantir os direitos individuais dos indivíduos e cidadãos dispostos a construir a realidade social característica da região, por apresentar as condições para que todo cidadão, independente da etnia ou religião, se sinta parte integrante do Estado Brasileiro.

Referências

ASSUNÇÃO, P. (2004), *São Paulo Imperial: a cidade em transformação*, Ed. Arké, São Paulo.

BAUMAN, Z. (2011), *Bauman sobre Bauman:diálogos com Keith Tester* / tradução Carlos Alberto Medeiros – Rio de Janeiro : Zahar.

BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. (1976) - *La construcción social de la realidad.* Buenus Aires: Amorrortu.

BOURDIEU, P. (1992), *An Invitation to Reflexive Sociology*. Chicago: University of Chicago Press

BURGESS. Ernest W. (1929), *Urban Areas*. In: SMITH, T.V. e WHITE, L. (Eds). Chicago: an experiment in social research. Chicago, University of Chicago Press.

CAMARA, dos Deputados, (2012), *A História da Câmara dos Deputados – Francisco de Paula Souza e Melo*, Disponível em *http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/francisco_melo.html,* [consultado em 20-9-2014].

CASTELLS, M. (1999), *O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, v.2.

_____(2004), *Power of Identity,* University of California, John Wiley Trade.

CHUEIRI,V. K. (2009), *Fundamentos do Direito Constitucional*, Curitiba, IESDE Brasil S.A.

COOLEY, C. (1909), *Social Organization: A Study of the Larger Mind*, New Jersey, Charles Scribner's Sons..

FUSCO, J. P. A. (2005), *Cadeias de Fornecimento e Redes de Empresas*, Arte & Ciência, São Paulo.

GIL, A. C., GARCIA, C. C. e KLINK, J. (1999) *Região, regionalismo e regionalidade*, Artigo caderno de pesquisa pós-graduação/IMES – Centro Universitário Municipal de São Caetano, IMES.

GOMES, A. C. (2007), *Direito e cidadania: Memoria, Política e Cultura*, Rio de Janeiro: Editora FGV.

HERCULANO, F. (2014) De Várzea do Carmo a Parque Dom Pedro II, Sampa Histórica, Disponível em :https://*sampahistorica.wordpress.com/2013/09/02/de-varzea-do-carmo-a-parque-dom-pedro-ii/*, [consultado em 20-9-2014].

IBOPE (2014), *Tabelas Midia Investimento publicitário, Meios de Comunicação*, Disponível em *http://www.ibope.com.br/pt-br/conhecimento/TabelasMidia/investimentopublicitario/Paginas/MEIOS-DE-COMUNICA%C3%87%C3%83O---1%C2%BA-SEMESTRE-2013.aspx*, [consultado em 28-9-2014].

JORNAL DA TARDE (2014), *Jafets fazem 125 anos em Sp*, Blog do Jornal o Estado de São Paulo, Disponível em : *http://www.ibope.com.br/pt-br/conhecimento/TabelasMidia/investimentopublicitario/Paginas/MEIOS-DE-COMUNICA%C3%87%C3%83O---1%C2%BA-SEMESTRE-2013.aspx*, [consultado em 20-9-2014].

LENCIONI, S. (1999), *Região e geografia*, Edusp, São Paulo.

MCLUHAN, M. (1964), *Os Meios de Comunicação Como Extensões do Home*m, McGraw-Hill Book Company, Nova York USA.

MICHAELIS (2012), *Moderno Dicionário da Lingua Portuguesa*,Melhoramentos, São Paulo.

MURTEIRA, M. (2003), *Globalização: pela invenção dum tempo global e solidário*, São Paulo: Quimera editores.

MUTA, L. C. H. (2007), *Direito Constitucional*, Rio de Janeiro, Elsevier.

NACIB, A.; (2004), *São Paulo – Ensaios Entreveros*, São Paulo: Edusp.

OHMAE, K. (1996), *O fim do Estado nação. A ascensão das economias regionais*, Rio de Janeiro, Campus.

PIMENTA, M. V. A. (2007), *Direito Constitucional em perguntas e Resposta*, Belo Horizonte: Del Rey.

PONCIANO, L. (2007), *Todos os centros da Paulicéia*, São Paulo: Ed. Senac.

PORTER, M. (1999*), Competição – estratégias competitivas essenciais*. São Paulo; Harvard Business School.

REYES, P. M. et al. (2007). *Political institutional analysis of the regional management system: the case of the Tarapacá region in Chile*. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, 2007. Disponível em : *http://blogs.estadao.com.br/jt-cidades/jafets-fazem-125-anos-em-sp/*,[consultado em 21-9-2014].

RICCITELLI, A. (2007), *Direito constitucional: teoria do Estado e da Constituição*, Barueri, SP : Manole.

SANTOS, B. S. (2002), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SOUZA, J. P. (2006), *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa.

SUBTIL, F. (2006). *A Comunicação entre a utopia e a tecnocracia: Para uma fundamentação teórica das tecnologias da informação*. Análise Social, XLI (181): 1075–1093.

ZAIDAN, A (2010), *Letras e história: mil palavras árabes na língua portuguesa*, São Paulo: escrituras Editora: EDUSP.

O "coração" do império português: a *religio cordis brasiliensis* como linguagem iconográfica religiosa e sua sustentação da lógica colonial[1]

Helmut Renders[2]
helmut.renders@metodista.br.

Resumo: Esta apresentação, na linha de estudos da cultura visual religiosa, pretende discutir um dos discursos iconográficos mais persistentes e performativos durante toda época colonial brasileira, porém, em geral, não relacionado com a ideologia do império português: o da religião do coração. Em diálogo com a tipologia sociológica de Sérgio Buarque de Holanda, procura-se mostrar que ao "homem cordial" corresponde uma religião "cordial". Baseado nas diretrizes da reforma católica, o discurso iconográfico da religio cordis promoveu uma espiritualidade focada no ideal da união mística – em distinção, por exemplo, da *imitatio Christi*. Ele foi reproduzido iconograficamente especialmente entre Jesuítas e Carmelitas, mas, também Franciscanos e Beneditinos. Esta linguagem iconográfica tornou-se especialmente performativa e culturalmente determinante pela proibição de gráficas e pelo controle de entrada de livros e da produção de arte. A força cultural da *religio cordis* se evidencia, ainda posteriormente, durante a fase da romanização e do ultramontanismo, pela ampla aceitação da na época nova devoção do sagrado coração de Jesus. Sendo este, mais uma vez, um projeto basicamente antimoderno. A apresentação sugere a ampla difusão da *religio cordis* por artefatos, figuras, gravuras, pinturas e fachadas em lugares chave do cotidiano colonial, bem como discute seu papel na promoção da lógica imperial portuguesa em um Brasil colonial escravagista. Evidencia o impacto da cultura visual religiosa no dia-a-dia e nos corpos dos súditos portugueses, o que resulta no homem cordial.

Palavras-chave: Portugal Imperial; Brasil colônia; religião do coração; Jesuítas; Carmelitas.

O "coração" do império português: a religio cordis brasiliensis como linguagem iconográfica religiosa e sua sustentação da lógica colonial

1. A força performativa da cultura visual religiosa na construção do Brasil colonial

O objetivo desse artigo é apontar as articulações e tensões entre um material iconográfico específico e o estabelecimento e a manutenção do império português no Brasil , com foco nas interações entre comunicação, política, economia, sociedade, identidades culturais e nacionais, cultura erudita e popular.
Para o estudo da cultura e da religião do Brasil colônia pode-se proceder pelo caminho conhecido e procurar identificar e interpretar documentos escritos. Neste texto, porém, argumentaremos a favor de abrir uma nova perspectiva e focar nas representações da cultura brasileira religiosa, a partir de artefatos, imagens, gravuras ou da cultura material em geral. Nesta direção avançaram já especialmente estudos na área da história da arte ou da história, mas, surpreendentemente, não encontramos esforços significativos na área dos estudos da religião. Isso nos parece por diversas razões uma lacuna que deve ser superada. A primeira e mais relevante para nós é

---

1 A apresentação desse trabalho foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação, Brasil.

2 Graduação em Teologia pelo Theologische Seminar der Evangelisch-methodistischen Kirche in Deutschland (RFA, 1987); *Hebraicum* pela Kirchliche Hochschule Wuppertal (RFA, 1984); Doctor of Ministry pelo Wesleyan Seminary, Washington, DC (EUA, 1998); Lato Sensu em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp) (BRA, 2003); Mestrado em Ciências da Religião pela Umesp, transformado em um doutrado direito (BRA, 2004); Doutorado em Ciências da Religião pela Umesp (BRA, 2006) e Estágio de Pós-Doutoramento na Universidade Federal de Juíz de Fora (UFJF, BRA, 2012).

que a própria cultura religiosa brasileira apresenta-se em boa parte de forma imagética. Isso vale, justamente, pelas fases mais fortemente controladas

2. A força performativa da cultura visual religiosa na construção do Brasil colonial

O objetivo desse artigo é apontar as articulações e tensões entre um material iconográfico específico e o estabelecimento e a manutenção do império português no Brasil[3], com foco nas interações entre comunicação, política, economia, sociedade, identidades culturais e nacionais, cultura erudita e popular.
Para o estudo da cultura e da religião do Brasil colônia pode-se proceder pelo caminho conhecido e procurar identificar e interpretar documentos escritos. Neste texto, porém, argumentaremos a favor de abrir uma nova perspectiva e focar nas representações da cultura brasileira religiosa, a partir de artefatos, imagens, gravuras ou da cultura material em geral. Nesta direção avançaram já especialmente estudos na área da história da arte ou da história, mas, surpreendentemente, não encontramos esforços significativos na área dos estudos da religião. Isso nos parece por diversas razões uma lacuna que deve ser superada. A primeira e mais relevante para nós é que a própria cultura religiosa brasileira apresenta-se em boa parte de forma imagética. Isso vale, justamente, pelas fases mais fortemente controladas pela coroa portuguesa que se estendia também ao campo religioso. Como devemos imaginar em nível operacional? A época da renascença era a época das gravuras e dos livros emblemáticos. Os gravuristas preferidos do rei Filipe II (1556-1598) eram os três irmãoes Wierix. Este três irmãos produziam desde a primeira fase da União Ibérica (1580-1640) e, com certeza, para a América Latina, como Anne Sauvy (1989: 55ss) e Borges e Souza (2007: 1) afirmam:

> Para compreender o poder de expansão de gravuras religiosas neste período, é necessário destacar a importância de um editor: Christophe Plantin (1520-1589), que comandou a maior tipografia da Europa Ocidental na segunda metade do século XVI. Em 10 de junho de 1570, Filipe II (1556-1598), então rei de Espanha, deu ao editor Plantin o título de Arquetipógrafo Real. Daí em diante, Plantin deteve o monopólio sobre a impressão de livros religiosos de um imenso e poderoso reino católico. Ele e seus colaboradores distribuíram carregamentos de material impresso em diversas regiões do globo, destacando-se missais, breviários, livros de horas (livro de orações), antifonários (conjunto de melodias dos cantos religiosos), Bíblias, enfim, um grande volume de livros religiosos decorados com gravuras. Este importante editor tinha numerosos gravadores e editores a seu serviço. Entre eles destacaram-se flamengos como Hieronimus Coock (1507-1570), Martin de Vos (1532–1603), Jules Sadelers (1550-1610) e os irmãos Wierix, artistas cujas gravuras podem ser encontradas no acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. De Antuérpia, hoje situada na Bélgica, ele conduziu um dos mais poderosos meios de divulgação contrarreformista.

Segundo os autores, a distribuição desses "carregamentos de material impresso" iniciou-se em 1556, ou seja, logo depois da chegada dos jesuítas em 1549. Criou-se dessa forma um quase monopólio da produção de

---

3 Provavelmente, os resultados valem também, para outros lugares, especialmente, onde a colonização ou conquista ocorreram sob a supervisão religiosa de jesuítas. Nos lugares em quais os jesuítas e a coroa portuguesa nunca ganharam um poder abrangente, como no caso da China ou de Japão, há indícios da importância da *religio cordis* como a escolha temática da primeira tradução de uma coletânea de textos chineses para uma língua europeia, no caso o espanhol e que ocorreu durante na união ibérica. A obra *Ming xin bao jing*, na época transcrita como *Beng Sim Po Cam e* traduzida como *Espejo rico del claro corazón* (Cobo, 1590) apresenta ditos de mestres de confucianos, tauistas e budistas para o[a] leitor[a] e contém 56 vezes a palavra coração. Dessa forma parece a "linguagem de coração" do texto funcionar como interface entre as culturas. Para nós, a escolha de ditos ao redor da metáfora do coração corresponde à expectativa de um sistema teológico da reforma católica que favorece a linguagem da *religio cordis* como é o caso da *theologia cordis* dos jesuítas. Nos não reparamo-nos que esta obra já foi lida neste perspectiva como, por exemplo, por Clossey (2008: 247).

artefatos religiosos na colônia durante os próximos 90 anos. Quanto à popularização do imaginário religioso por meio de livros precisa ser considerada também uma barreira de cunho técnico. O monopólio europeu da produção de livros para o Brasil não terminou com o fim da União Ibérica em 1640. No Brasil, não houve uma gráfica até a chegada de Dom Predo I em 1808. Diferente era o caso na América espanhola: os Jesuítas tinham gráficas nas suas reduções ao redor de 1700, e em Lima e México City houve gráficas do rei já no século 16. A inacessibilidade de livros de outras fontes e origens se não das ordens religiosas e da corroa como a ausência completa de gráficas privadas de donos independentes da igreja ou do puder público condicionou a alimentação do imaginário religioso de uma forma tão abrangente que se pode hoje dificilmente imaginar. Uma prova sistemática disso, porém, ainda não existe para Brasil. Porém, auxiliam aqui as pesquisas apresentadas na página de Internet http://www.colonialart.org do grupo *Project on the Engraved Sources of Spanish Colonial Art* (PESSCA). A página une não menos do que 2200 exemplos de reproduções de pinturas religiosas espanholas, todas copias de gravuras. Estes exemplos evidenciam em que se deve pensar minimamente quando se refere a «um grande volume de livros religiosos decorados com gravuras» e «carregamentos de material impresso», por que não tudo virou pintura. Por outro lado evidencia um estudo cauteloso desse material que se trata na maioria das vezes de reproduções bastante fieis, com outras palavras, o processo da censura e controle de discurso foi prolongado internamente pelo sistema do patronato da arte religioso, especialmente, pelas ordens religiosos, eventualmente, por pessoas privadas. Supomos que no Brasil ocorreu algo similar. Além disso, piorou a situação depois da saída dos Jesuítas, pro que se promovia ainda menos o conhecimento da escrita e da leitura, e os índices de um analfabetismo completo ou estrutural somente mudaram a partir da década de 50 do século 20. Gravuras, símbolos, imagens, logotipos, metáforas, canções que usam estas metáforas e ritos eram, então, por necessidade, meios de divulgação centrais na cultura religiosa brasileira até um passado muito recente.

3. A bandeira das quinas, as cinco chagas de Jesus e a religião do coração: o império português, a mística católica, e o projeto da [re]conquista

No restante da Europa, porém, houve também uma forte, ampla e performativa cultura visual articulando aspirações religiosas e políticas. Assim, em 1485, modificou o rei português Dom João II (1485-1495) o simbolismo do seu escudo que assim ficou conhecido como a bandeira das quinas[4] (figura 1). Os estudos específicos da heráldica europeia, por exemplo, pelo projeto de pesquisa *The performance of coats of arms. The history of heraldic communication in late medieval culture and society (12th to 15th centuries)* sob liderança de Torsten Hiltmann ou a obra de Dennys (1975) e da cultura visual, por exemplo, de Bock et al. (2011) e Harding et al. (2011) que se trata de um passo altamente significativo para a nação como toda. Podemos para frisar o título de Jansen et al. (2013) e afirmar que se trata de um ato simbólico performativo e afirmativo em épocas de mudanças sociais na beirada de uma nova época, sete anos antes da descoberta das Américas em 1492.

Em Dom João II evidencia esta modificação a reafirmação de aspirações nacionais, através da citação visual da linhagem real para evidenciar a legitimidade da sua casa real e a criação de novas bases ou relações para articular e justificar projetos políticos novos.

4 OSWALD, G. (1985: 317 e 347) mostra em seus verbetes "Quinas" e "*Schildchen*" que a forma é característica para a heráldica portuguesa.

Figura 1: Brasão de Dom João II, Portugal, 1485

Figura 2: Bandeira da "Pilgrimage of Grace", Inglaterra, 1543

Assim constrói a bandeira das quinas uma linha visual direta ainda mais forte entre a batalha legendária de Ourique e a suposta morte de cinco califas muçulmanos pelas mãos do rei português D. Afonso Henriques (1143-1185) e uma visão de Cristo recebido por ele antes da batalha. Segundo o modelo da lenda de Constantino e seu *in hoc signo vinces* (com este sinal vencerás) renova-se no império português a sua autocompreensão messiânica, articulada agora mediante a espiritualidade medieval da contemplação das cinco chagas cujo centro ocupa o coração, inicialmente sempre com a marca da lança. Assim vinculam-se diversos aspectos da relação entre a nação portuguesa, o projeto da [re]conquista e a fé católica, mais especificamente, em sua forma da mística romana[5], e – assim o nosso tema – o simbolismo da religião do coração.

Nas décadas anteriores, com a invenção das imprensas de livros por Johannes Gensfleisch zur Laden zum Gutenberg, ou simplesmente, Johannes Gutenberg (1398-1468), tinha-se popularizadas gravuras da missa Gregório, que destacava a contemplação do coração como a "chaga principal". No imaginário visual católico, partiu do coração o sangue diretamente para o cálice, afirmando, imageticamente, a doutrina da transubstanciação como doutrina principal. Não por acaso ocorreram em seguida muitas visões e audições que envolvem metáforas ou imagens do coração em frente de um altar senão até no momento da recepção da eucaristia. Uma ideia paralela, agora já relacionada ao conflito com o anglicanismo na Inglaterra, era a representação imagética da peregrinação da graça (figura 2) dos anos 1536-1537 que protestava contra a dissolução dos monastérios, justamento em nome de uma representação da fé católica através da reprodução das cinco chagas numa bandeira (figura 2).

5 Em distinção da mística dominicana e alemã da escola do mestre Ekhard.

O desdobramento final desse simbolismo entre o Império Português, a conquista e a defesa católica segundo a vertente da mística romana e a vida pública manifestou-se também pelas medalhas do império. Em junho 17 de 1689, articulou Margaret Mary Alacoque (1647-1690), religiosa francesa, ter recebida uma revelação de Jesus Cristo de convocar o próprio rei da França para assumir o símbolo do coração nas suas bandeiras e seus escudos para ser vitorioso sobre todos seus inimigos. Os Jesuítas promoveram isso através do confessor do rei o que resultou décadas mais tarde na consagração da capela principal de Versailles. Já no lado português seria a Rainha Maria I de Portugal (1734-1816), chamada a piedosa, quem ordenou em 1789 – no ano do início da revolução francesa – que a medalhas da *Ordem de Cristo* (figura 3), da *Ordem de Tiago da Espada* e (figura 4) e da *Ordem de São Bento de Aviz* (figura 5) deveriam integrar o símbolo do sagrado coração de Jesus. Assim prevaleceu em Portugal até hoje e no Brasil Real e Imperial entre 1808 e 1889, menos a medalha de São Bento que não se usavas mais depois de 1827.

Figura 3: Medalha da Ordem de Cristo, 1789.

Figura 4: Medalha da Ordem de Tiago da Espada, 1789.

Figura 5: Medalha da Ordem de São Bento de Aviz, 1789.

Estas medalhas foram cedidas depois de 1789 para militares (Tiago), mas, também administradores (Cristo) e artistas (Bento). A relevância da inclusão de representações do sagrado coração de Jesus em medalhas portuguesas e do Brasil Real e Imperial está no fato de mostrar como a monarquia portuguesa e a igreja católica formaram uma identidade simbólica centrada, primeiro, na mística da contemplação das cinco chagas e depois do coração como chaga principal, ambos em promoção da união mística com Cristo como a religião ideal do império, como coração religioso de Portugal e depois Brasil Real e Imperial.

Assim não é por acaso que a coroa portuguesa favoreceu depois da descoberta das Américas justamente aqueles religiosos e aquelas religiosas que promovessem especialmente esta causa. Assim afirma para Bingemer (2004: 45) que "… a Igreja na América Latina teve sua espiritualidade configurada por […] três místicos ibéricos que marcaram os evangelizadores e, por conseguinte, também o processo de evangelização do continente". Estes três eram João da Cruz, Teresa de Ávila e Ignácio de Loyola. Importante para o nosso argumento que todos os três estavam também relacionados pela sua ênfase na religião do coração. Isso, sua vez, faria da religião do coração segundo o formato da mística ibérica ou romana no mínimo uma importante candidata para representar uma possível matriz religiosa brasileira[6]. Em seguida, evidenciamos isso na iconografia portuguesa e ibérica, de forma exemplar para os jesuítas e as carmelitas.

6 Referimo-nos aqui aos estudos de Bittencourt Filho (2003).

4. O papel do coração na iconografia jesuíta até 1753

Sem dúvida, os Jesuítas construíram a sua missão global sob proteção e em nome da coroa portuguesa simbolicamente dentro do padrão da mística das chagas e do coração. Já nos *Exercícios* de Loyola aparece o tema metaforicamente, como Faria (2010: 66) afirma:

> Há que considerar o caminho da ascese a ser vivido como uma batalha entre o bem e o mal – Deus e o Diabo –, registrada pelo coração. Aliás, era justamente nos movimentos do coração (de consolação e desolação) que o autor conduzia sua tese de batalha espiritual que formava o fio condutor dos *Exercícios*.

Na mesma direção aponta um artigo de Massimi (2011: 521-539) que explora a ampla presença da metáfora em pregações no Brasil colônia nos séculos 17 e 18 entre jesuítas e carmelitas, sem, porém, fazer a ponte com o imaginário político e imperial. Em seguida apresentamos a iconografia jesuíta em três formas distintas. Iniciamos com os livros emblemáticos jesuítas de Wierix (1586/87), Hermann (1624) e van Haeften (1627), todos dedicados à promoção da união mística através de diversas formas da *religio cordis*. Depois interpretamos uma representação da missão global jesuíta na base de um *Thesenblatt* do ano 1664 e finalmente, apresentamos retratos pintados de jesuítas famosas e figuras do Brasil colonial.

5. A religião do coração segundo os livros emblemáticos de Wierix (1586/87), Hermann (1624) e van Haeften (1627)

A obra de Antonio Wierix (1555-1604), *Cor Iesu amanti sacrum* (1585/86), o *Sagrado e amado coração de Jesus* (figura 6) é a mais antiga católico desse gênero. Porém apesar do indicio da presença de no mínimo algumas das suas gravuras na América espanhola não conseguimos comprova-la para Brasil. Já a obra de Hermann Hugo sua, obra publicada pela primeira vez em 1624 (figura 7), e um clássico livro emblemático do projeto catequético jesuíta, promovendo a união mística, usando especialmente, emblemas da *religio cordis*.

Figura 6: Wierix, A. Cor Iesv..., 1586-87, capa.[1]

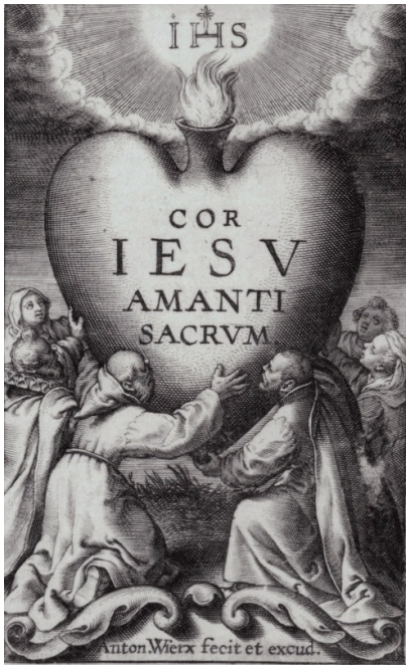

Figura 7: Hermann, H. *Pia Desideria*, 1624, capa.

A obra de Herman Hugo segue uma divisão em três partes que correspondem "'à *via purgartiva*, à via *illuminativa* e à *via* uniativa' do progresso da alma" (Dimler apud Raspa, 2000: 65) foca na união mística e com isso, reproduz a ênfase teológica católica favorecida durante a reforma católica ou contrarreforma.[7] No livro aparece a *religio cordis*, diretamente, pela reprodução do coração (figuras 6 e 7) e indiretamente, pela reprodução de flechas, tanto saindo do peito humano direcionado a Deus, e representando os desejos humanos (Hugo, 1690: 2), como penetrando o peito humano (Hugo, 1690: 156) (cf. as figuras 18 e 19), representando "um coração cheio de amor" tomado pelo êxtase (Hugo, 1690: 156).

Figura 8: HUGO, H. *Pia Desideria*. 1690, capa.

Figura 9: HUGO, H. *Pia Desideria*. 1690: 104 [detalhe].

Todos os emblemas são compostos pelo *amor divinus* (sempre em forma de cupido[8]) e a *anima humana* (em geral, uma figura sem asas).[9] Assim também no segundo emblema (figura 9): a *anima humana* está de joelhos[10] e oferece seu coração para o *amor divinus* que, por sua vez, segura às tábuas dos 10 mandamentos, expressão do amor divino, representado por dois corações. A gravura é subscrita com Salmo 119.80.[11] Enquanto o salmo se refere à meditação da Torá como uma totalidade, a imagem a reduz à observação dos dez mandamentos, ou seja, ela enfatiza uma práxis religiosa reservada no catolicismo tradicional ao povo comum. Esta se distingue das exigências em relação aos e às integrantes das ordens religiosas e seus programas de santificação no horizonte da perfeição e da mortificação dos desejos pessoais. Enquanto o texto foca na compreensão da leitura e seu efeito sobre a pessoa (coração), a dupla apresentação – tanto do coração divino como do coração humano – sinaliza a ideia da troca ou

7 Contribuiu para o fato em si um aspecto técnico: a visível e consciente citação de obras conhecidas era no século 17 ainda considerado um elemento que valorizava uma obra e aumentava seu prestígio.

8 O católico Hugo das províncias holandesas sob influência espanhola inspirou-se no gênero dos livros emblemáticos holandeses protestantes [das independentes províncias do Norte da Holanda] sobre o amor humano que surgiram entre 1600 e 1620.

9 Dimler apud Raspa (2000: 65) fala da "combinação da teoria dos três estágios da alma no seu caminho para Deus, desenvolvido primeiro por São Bernardo, com a tradição do Cupido-Psique".

10 A postura ajoelhada sempre acentua o aspecto mais receptivo da *contemplatio* ou *devotio* com foco no interior da pessoa (o que "coração" representa), em distinção da pessoa em pé ou "no caminho" da *imitatio* (*devotio moderna*) e *práxis pietatis* (pietismo, puritanismo, enfim, protestantismo histórico).

11 *Fiat cor meum immaculatum in iustificationibus tuis*, ut non confundat (Seja reto o meu coração nos teus estatutos, para que não seja confundido).

da substituição do coração humano pelo coração divino, uma metáfora tendencialmente misticista, por destacar algo imediato, não processual e não racional, uma experiência de união como resultado mais da contemplação do que de uma ação. Esta interpretação corresponde também à estrutura do livro como todo.
A *Escola do coração* do padre beneditino Benedictus van Haeften é uma meditação em 47 passos sobre o caminho de volta para Deus a partir da metáfora do coração como representação do interior da pessoa. Nestes 47 passos sempre aparece a palavra "coração" no título. Em alguns casos, os emblemas da edição inglesa também incorporam o símbolo do coração, como no caso do coração contagiado (figuras 10) e do coração lavado pelas lacrimas do anjo (figura 11):

Figura 10: HAEFTEN, Benedictus de. *School of the heart*. Edição inglesa (1686: 2); detalhe [1º emblema].

Figura 11: HAEFTEN, Benedictus de. *School of the heart*. Edição inglesa (1686: 162), detalhe [41º emblema].

Na primeira figura, Eva segura um coração que lembra uma maçã podre, cheio de vermes. Da sua abertura para cima não saíam chamas, mas, parece que a serpente interage diretamente com o coração humano pela sua boca, eventualmente, pelas suas palavras. O segundo emblema é composto pelo *amor divinus* (com asas) que purifica o coração segurado pela *anima humana*, novamente ajoelhada (segunda figura, em outros casos, também um segundo cupido) com suas lágrimas. Mais uma vez, acentua-se o aspecto receptivo.[12]

6. O Thesenblatt de 1664

O gênero dos *Thesenblätter* como formato visual característico pertence ao ambiente das universidades. Trata-se, tecnicamente, de cartazes que resumiram as principais teses a serem defendidas em uma disputação acadêmica, rito obrigatório para ser promovido pela universidade para o doutor. Este *Thesenblatt* com o nome "A missão mundial jesuíta" é conhecido (Michels, 1987: 356-377; Noreen, 1998: 689–714; Appuhn-Radtke, 2000; Schemmel, 2001; Cossey, 2008: 86; Römmelt, 2012), porém, nunca foi estudado em sua relação à *religio cordis*. Uma boa parte dos motivos dos *Thesenblätter* representam ideias panegíricas ou discursos de louvor. Para isso, usam-se motivos da literatura da antiguidade, da filosofia ou dos mitos religiosos e fontes emblemáticas (cf. Römmelt, 2012). Dessa forma, os *Thesenblätter* se aproximam de outro gênero altamente prestigiado pelos Jesuítas, os livros emblemáticos. Um subtipo é o discurso panegírico dedicado ao governante,

12 De fato, a purificação inicial, em nenhuma vertente teológica cristã, é considerada um ato humano.

com destaque da sua tarefa de manter ou estabelecer a paz e defender a fé (Schumann, 2003). Nestes casos, são em geral apresentados como inimigos do cristianismo os hereges – protestantes, eventualmente, jansenistas – e em especial os Turcos (Michels, 1987: 356-377). Apesar de que a filosofia aristotélica apresentava uma clara ideia da hierarquia entre os povos, os jesuítas articularam a salvação universal adaptada às culturas e aos costumes, línguas e modos de pensar de diversos povos (Dumoulin, 1990: 256; O´Malley, 2000: 44) classifica Kennedy (2000: 322) até como "hegemonização da reconciliação de culturas" por esta ordem. Mas, mesmo que as limitações sejam evidentes em nossa perspectiva contemporânea, não se podem negar avanços.
O *Thesenblatt* com o título *A Missão Mundial da Sociedade de Jesus*) foi encravado por Bartholomäus Kilian[13] (1630-1696) segundo um desenho de Johann Christoph Storer[14] (1629-1671) e existe pelo menos em três edições das universidades Dellingen (1664), Friburgo (1672) e Praga (1705) (Römmelt, 2012). No lado esquerdo acima fica um grupo de santos fica em uma nuvem em torno de Cristo. Encontramos a Catarina de Alexandria cuja veneração se iniciou no século 10.

Figura 12: *Thesenblat*t "A missão mundial jesuíta", Dillingen, Bavária, Alemanha, 1664.

Lembrada como uma mulher perspicaz e capaz de convencer pelo seu discurso adeptos de outras religiões da fé cristã, ela se tornou padroeira de estudiosos, faculdades, universidades e bibliotecas (Sauser, 1992: 1213-1217).[15]
A segunda pessoa representada é Inácio Teóforo ou Inácio da Antioquia. Segundo Löhr (2009: 104-129), Teóforo foi considerado um dos pais da igreja em uma das suas cartas introduziu o conceito "católico" (Esmirnos

13 Era de Augsburgo, uma das cidades que prevaleceu católicas (Pilz, 2007: 603; cf. Também Appuhn-Radtke, 1988).

14 Foi educado em uma escola jesuíta em Constância, Alemanha, e estudou pintura em Milano. Itália. Trabalhou com as províncias jesuítas alemães e trabalhou também para a casa real espanhola (Appuhn-Radtke, 2000).

15 Segundo Appuhn-Radtke (2003: 255-259) os jesuítas lentamente substituíram Santa Catarina de Alexandria como patrona dos filósofos por Francis Xaver.

8.2). É também lembrado como defensor do episcopado monárquico e seu símbolo hagiográfico é do leão que lembra o seu suposto martírio no Coliseo (Schoedel, 1993: 40–45). Loyola conhecia a história de Teóforo através das *Legenda áurea* de Jacopo Varazze (2003), escrito, originalmente, ao redor de 1260 d.C. Neste livro conta-se que o coração de Teóforo teria recebido as letras IHS em cor dourada (Appuhn-Radtke, 2003: 245). O *Thesenblatt* lembra essa história. A história impactou na vida de Loyola, provocou a mudança de nome – de Igno para Inácio – e fez ele se espelhar no seu exemplo. Pedro – com uma chave – e Paulo – com uma carta – são os dois representados bíblicos presentes. Pedro representa a base da autoridade papal – cujo escudo contém duas chaves – por ser considerado o início da sucessão apostólica. Paulo representa a ênfase católica na importância do magistério católico para preservar a santa doutrina (católica). Além disso, lembra a cena de Paulo do costume da Companhia de Jesus de manter a ordem da sociedade por uma contínua comunicação por cartas como Londoño (2002: 11-32) lembrou recentemente. Com esta ênfase na defesa do papado, da santa doutrina e do magistério volta o tema do combato contra os hereges.

Figura 12: Lema geral
(detalhe da gravura)

Ainda encontra-se uma terceira referência bíblica e próxima indicação do pensamento de Loyola. Trata-se de um escudo, segurado por um anjinho localizado na frente de Cristo, com a frase *Ignem veni mittere in terram*. *É uma citação parcial de Lucas 12.49* – "Eu vim para lançar fogo sobre a terra [e bem quisera que já estivesse a arder]" – que se tornou um lema jesuíta e que também aparece nos *Exercícios espirituais* de Loyola. Os jesuítas se apropriam da metáfora do fogo em termos gerais também especiais: a opção da fé pode provocar conflitos até nas próprias famílias. Assim se tornou a referência a Lucas 12. 49 em uma metáfora da obediência radical da Companhia de Jesus, uma obediência ao papa como ao geral da ordem, um compromisso que ia além dos laços familiares.[16]

Figura 13: Cristo, com raios de luz saindo da sua ferida lateral (detalhe).

16 Isso era especialmente importante nos casos de famílias ricas ou aristocratas que tinham suas próprias exigências quanto aos seus filhos.

Figura 14: Loyola, recebendo os raios de luz saindo da ferida lateral de Jesus em seu coração (detalhe).

Apesar de estar no céu (nuvens), em meio de santos e mártires(as) aprovados(as), Jesus Cristo tem somente olhos para Loyola (figura 13). Os raios de luz que saem da sua ferida lateral encontram como seu primeiro receptor o coração de Loyola (figura 14).[17] O olhar mútuo e os raios da luz compõem assim uma linha dupla e representam ma relação intima, contemplativa, com diversas referencias a doutrinas católicas centrais e a *religio cordis*.

A primeira relação é construída a partir da ênfase na ferida lateral de Jesus. Ela lembra da visão de Gregório em afirmação da doutrina da transubstanciação. Estabelece-se uma profunda relação entre a contemplação do sacramento como representação corporal de Jesus Cristo e repetição da sua encarnação e a contemplação do seu coração como representação do seu ser, querer, da sua *kenosis* mediante do amor.[18] O segundo elemento da iconografia da *religio cordis* é o coração do próprio Loyola. É a segunda vez depois de Inácio Teóforo que esta linguagem aparece. Trata-se de um fundo dourado ou brilhante com as letras IHS. Finalmente, encontramos na figura 7 próxima a figura de Loyola um livro aberto, segurado por dois anjos. Como inscrição ele contém as palavras *Ad majorem Dei gloriam* – Para a glória maior de Deus, lema de Loyola![19]

Figura 15: Signo IHS (detalhe).

17 A mesma iconografia – reios saem do coração de Ignácio de Loyola para os quatro continentes – encontra-se na pintura a glória do Santo Ignácio (1685) de Andrea Pozzo, na Igreja do Santo Ignácio em Roma.

18 Isso é o contexto que visões do coração de Jesus ocorrem na contemplação do sagrado sacramento, como, por exemplo, no caso de Margarida Maria Alacoque (1647 –1690) com quem começou a devoção ao sagrado coração de Jesus. Inúmeras vezes, os Santos da *religio cordis* são pintados, ajoelhados em frente de altares, contemplando um crucifixo e o sacramento.

19 O católico João da Cruz (1542-1591), como o músico barroco protestante João Sebastião Bach (1685-1750) e Jorge Frederico Händel (1685-1759) usaram *Soli Dei Gloria*.

A sigla IHS – também iluminado por um reio saindo do coração de Loyola - aparece uma terceira vez, e neste caso segurado por dois anjos. A localização é importante em dois sentidos: por um lado, representa junto com o mapa cordiforme o exato centro da gravura; por outro lado é posicionado acima de um altar – caracterizado por duas velas acesas. O altar é na teologia e espiritualidade católica, quanto à eucaristia, ou lugar da repetição do sacrifício de Jesus a favor da humanidade e da sua encarnação mediante da transubstanciação e o símbolo IHS no mínimo lembra um pouco neste caso uma hóstia a ser oferecida, rito central católico e centro de cada missa. Como *antependium* desse mesmo altar aparece um mapa do mundo em forma de coração. Ele é mais um indício da centralidade da religio cordis no discurso jesuíta. Os primeiros mapas em forma de coração (mapas cordiformes) foram criados pelo alemão Johannes Werner (1468-1522) e pelo francês Oronce Fine (1494-1550), na base dos estudos do matemático

Figura 16: mapa cordiforme do mundo
(Detalhe, setor B2).

Johannes Strobius (1468-1522). Esta primeira projeção mais fiel do globo seguia uma lógica geográfica e não teológica (Langlois, 1022: 83-97) e foi somente substituída pela projeção *mercator*, criada em 1569 e transformado em um mapa pelo cartógrafo flamengo Gerard de Kremer ou *Geradus Mercator* (1512-1594) em 1569, na base dos estudos matemáticos do inglês Edward Wright (1558-1615).

A escolha de um mapa cordiforme representa então em 1664 uma opção, entretanto, não – como poderia eventualmente aparecer – para um mapa meramente alegórico.[20] Os contornos dos continentes seguem claramente o modelo dos mapas antes da projeção mercator e são identificados pelos seus nomes – as Américas e a Antártica, Europa e África e a Ásia. Esta opção pode representa um mero costume – eram os primeiros mapas usados pelos Jesuítas,

uma opção confessional – a projeção mercator era "protestante". ou até uma critica aos mapas com a projeção *mercator* – eles posicionam Europa de forma indevida mais no centro do mundo (mais perto do equador). Não temos como responder isso neste instante.[21] Certo é que para os jesuítas mapas mundiais eram importantes para "imaginar a missão" como Clossey (2008: 67-84) sugere. Ele abre o respectivo capítulo do seu livro com uma citação do teórico de arte jesuíta, Antonio Possevino, quem em 1603 afirmou:

> Tenho a forte certeza que a maior arte é aquela que imita a realidade como ela é, que expressa tanto o martírio dos mártires, como as lágrimas daqueles que choram, a tristeza daqueles que sofrem, a glória e alegria no ressuscitado. Tudo isso devemos fixar em nossos corações. Esta é certamente a essência da arte.

---

20 Eventualmente demorou a aceitação do mapa de Mercator no mundo católico pelas suas supostas tendências protestantes.

21 Para Clossey (2008: 86) sugere que as mapas mundiais usadas pelos jesuítas fariam simplesmente parte do imaginário da missão mundial. Acrescentaríamos: ou da sua projeção.

> Acreditamos que à "fixação no coração" como projeto, afirmado por um teórico da arte jesuíta em 1603, corresponde o uso da *religio cordis* na iconografia. Clossey, porém, não segue esta pista. Depois o autor analise o uso de mapas mundiais e, em alguns casos, seus aspectos iconográficos, chega até no *Thesenblatt* aqui discutido e menciona o mapa cordiforme, mas, não faz a ponte entre o imaginário da missão jesuíta e a *religio cordis.*

Voltando para o *Thesenblatt*, recebeu esse mapa ainda uma cosignificação por elementos iconográficos cristãos e católicos. Primeiro contém o mapa cordiforme na sua parte superior do coração um elemento típico para a iconografia jesuíta do coração: uma abertura de qual saiam chamas. No caso do mapa cordiforme lemos ao redor dessa abertura *Dei et proximi amor* – amor para com Deus e o próximo – e na parte inferior e dividido aos dois lados *Cor Desideriorum Viri S[ancti] Ignatii de Loyola* – Os desejos do coração de um homem santo / Inácio de Loyola. Esta *subscriptio* lembra ainda a *Pia desideria*[22] – os desejos piedosos – de Hugo Hermann.

7. Retratos de jesuítas famosos e anônimos

Ao redor do signo IHS, vinculado diretamente com Loyola por raios de luz saindo do seu coração, e do mapa cordiforme, encontramos vários jesuítas: Francis Xaver, Luís Gonzaga, André Bobola, André de Oviedo e Gaspar Barzaeus. Trata-se dos pioneiros de missões jesuítas na Índia, Pérsia, a Bielorússia e Etiópia. Esta escolha é um tanto eclética. Importantes representantes da primeira hora não foram reproduzidos: Alessandro Valignano, missionária na Índia (1539 - 1606) e Matéo Ricci (1552-1610), missionário na China[23].[24]
Na iconografia jesuíta há duas formas de representar esta combinação de letras com o coração.

Figura 17: Pintura de Inácio de Loyola

Figura 18: Pintura de Francisco Xaver

22Protestantes tendem a atribuir este titulo somente a uma obra de nome idêntico do pietista Philip Jacob Spener (1635-1705), porém a sua obra de 1675 era bem posterior à obra de Hermann.

23 Ricci era muito prestigiado em Ingolstadt, Alemanha. Esta cidade fica somente 80 km de Dillingen, lugar da publicação do nosso *Thesenblatt*. Ambas respectivas instituições pertenciam a mesma província jesuíta (*Bavariae societatis Iesu* (1556-1773)).

24 Já Manuel da Nóbrega (1517-1570) *e José de* Anchieta (1534-1592), missionários jesuítas pioneiros do Brasil, talvez não sejam registrados por que "... de 1502 a volta de 1650, a joia da coroa portuguesa foi a Índia, com suas conexões com as Ilhas das Especiarias" (Pereira, 2014: 6). A ascensão em importância do Brasil – que ocorreu depois do fim da união ibérica, da perda das colônias na Ásia aos holandeses ao redor de 1648 e da descoberta de ouro e diamantes em Minas Gerais depois de 1693 – ainda não tinha deixado marcas na memória desses jesuítas alemães. Por causa disso aparece ao lado de Xavier um indígena da América do Norte.

O tipo um (figuras 17 e 18) combina um coração com as letras separadas. Inicialmente encontram-se acima do coração três pregos (figura 8), alias, originalmente, um empréstimo da iconografia franciscana. Logo depois, aparece um coração em chamas, provávelmente, em proximidade a metáfora de Lucas 12.49.

Figura 19: Pintura Mateus Ricci, Alemanha.

Figura 20: Igreja de Miguel Paulista de Arcanjo. SP.

O tipo dois pode combinar um coração com as letras IHS em seu interior (figura 19) ou as letras IHS com a base brilhante ou radiante (figura 20). Nos dois casos segue-se de a mesma regra das cores: o fundo é dourado e as letras são escritas em vermelho.

8. As representações de Teresa de Ávila na religião colonial

O grande modelo da mística carmelita nas ordens das terceiras é Teresa de Ávila.[25] As carmelitas chegaram ao Brasil com a União Ibérica em 1580.

> Os Carmelitas Calçados estabeleceram conventos primeiramente em Olinda, depois em Salvador, Santos e Rio de Janeiro, dentre outras capitanias. Já em São Cristóvão, em terras de Sergipe D'El Rey, estabeleceram-se por volta de 1600. Os religiosos de São Cristóvão, assim como os que ocupavam a região entre Bahia e Pernambuco, foram subordinados à Província Carmelitana da Bahia durante todo o período colonial. [...] Em relação à Ordem Terceira do Carmo, no Brasil, a instituição laica surge com as Ordens Religiosas e se fixa por volta do século XVII (ORAZEM, 2011a, s.p.).

Maria Campos (2004: 224) sugere 1636 como data da entrada da Ordem Terceira e, citando Ott, destaca sua afinidade com Teresa de Ávila: " Carlos Ott relata que a princípio a referida ordem funcionava no altar lateral de Santa Teresa da Igreja dos Primeiros Carmelitas". Com a forma da sua introdução inicia a transição da religião do coração à religião cordial como processo integrado à constituição da religião colonial. Mas já um pouco antes surgiu uma biografia da Teresa de Jesus (figura 21) com o título *Amaçona Cristiana* (Seguro, 1619).

25 Por causa do nosso foco à religião do coração, deixamos ao lado a iconografia de João da Cruz. Interessados podem consultar as respectivas gravuras de Antonius Wierix III (1596-1624) como "Perfectionis Ascensio" e "Amorosa Inebriatio" (Cf. "Art Resource").

Figura 21: Segura, F. *Amaçona cristiana:* vida de la Teresa IHS, 1619 [capa].

AMAÇONA
CRISTIANA
VIDA DE LA B. M. THERESA DE IHS
DIRIGIDA A D. CAT. DE SANDOBAL
Y la Cerda Condesa De Lemos De
Andrade Y Villalua Marquesa
De Sarria &c.
POR
Fr. Bar.me de Segura Monge Benito.
CON PRIVILEGIO
En Valll.d Por Fran.co Fern.dez De Cordoba.
1619

Sua base mitológica, o mito das Amazonas, mulheres guerreias, faz, originalmente, parte da mitologia grega e europeia. Em 1619, entretanto, já fez duas gerações que ele tinha sido revitalizado e relacionado com Brasil. Francisco de Orellana (1511-1546), depois de um encontro com guerreiras indígenas, deu o nome Amazonas ao rio que ele estava navegando em busca de El Dourado. Entre estas ordens, ficaram as carmelitas conhecidos como a ordem com o maior número de escravos (Johnson, 2008: 2).[26] A descrição de Teresa como "Amazona cristã"[27] destaca seu espírito pioneiro com um olhar para as Américas. Anotamos aqui somente que o livro contém uma única gravura: a experiência da transverberação do coração. A arte simples retrata um anjo com a flecha, uma pomba representando o Espírito de Deus e Teresa de Jesus, com braços abertos em espera da flecha. Em 1619, é esta a imagem mais emblemática de Teresa.

> Contudo, durante todo o período colonial no Brasil, o seu exemplo de vida repercutiu em meio à sua devoção nas Ordens Terceiras, apesar dessas instituições serem laicas e marianas, e tinham como devoção principal Nossa Senhora do Carmo. Entretanto, é notável a representação imagética e devocional da santa espanhola em todas as igrejas da Ordem Terceira do Carmo no Brasil, tornando Santa Teresa a segunda santidade mais importante desses templos. Além disso, a divulgação e devoção principal a Santa Teresa D'Ávila predominou nas igrejas masculinas do Carmelo descalço no Brasil nas regiões de Salvador e Olinda (Orazem, 2011: 8).

Mas, qual ou quais dos três tipos dominantes dos retratos – como escritora, ou posteriormente, como doutora, no momento da experiência mística, em ascensão ou nos céus – predominou entre as representações de Teresa de Ávila quanto ao Brasil colonial? Segundo Beatriz Coelho (2005: 79), "A grande reformadora dos Carmelitas Descalços é sempre representada, no caso mineiro, vestida com o hábito marrom da ordem, portando um livro e uma pena, símbolos da grande doutora que foi". De fato, o "sempre" representa um problema. A observação da pesquisadora não vale para a Igreja do São Cristovão (figura 22), da Igreja da Nossa Senhora do Carmo em

26Levine (1999: 46) comenta que a política colonial dos portugueses nos primeiros 100 anos era "trazer criminosos e outros elementos indesejados, e como resultado [...] Brasil ficou conhecido [...] país de habitantes malfeitores". Podemos nos perguntar o que isso significa para a "espiritualidade" do lugar.

27Anota-se a forma portuguesa de escrever a palavra. No texto mesmo, aparece também a forma espanhola com "z".

Saberá (figura 23), ou de Carmo de Ouro Preto (figura 24 e 25) e outras. Além disso, olhando uma segunda vez para a imagem de Diamantina, registra-se que o seu fundo – azul e ouro – projeta a "doutora" no céu – sem referencia qualquer ao cotidiano.
É verdade que em alguns casos igrejas diversas cenas da vida da Teresa, como no caso da Igreja de São Cristóvão, da Ordem Terceira em Itu, SP, Cachoeira, BA e de Rio de Janeiro (cf. Sebastian apud Orazem, 2011). A experiência do êxtase, porém, nunca falta.

Figura 22: A transverberação, São Cristóvão, SE, 1745.

Figura 23: Foro da Igreja da Nossa Senhora do Carmo em Saberá, MG, 1763

Em muitas Igrejas de Minas e São Paulo, porém, não se trata de programas inteiros. E onde, por exemplo, na Igreja da Ordem Terceira da Nossa Senhora de Carmo de São Paulo, o tema dos doutores da igreja[28] aparece explicitamente, opta-se, no caso de Teresa, pela imagem da ascensão. E isso está conforme ao programa do barroco que apelava aos sentidos e quis fascinar, encantar, seduzir, comover e entusiasmar, como José Amadeu Coelho Dias (1993: 291-292) bem destaca na sua breve caracterização do discurso barroco imagético como "a"racional:

> A lei do barroco era precisamente a de atrair os sentidos, fascinar a sensibilidade estética, encantar e seduzir o gosto, numa palavra, comover e entusiasmar. Reagiu contra a paganização natural da Renascença, contra o pauperismo simplista da teologia luterana e contra o despojamento do culto protestante sem altar nem imagens. Neste sentido e nesta dimensão, foi o Concílio de Trento que ditou as leis litúrgicas e artísticas [...] que abriram as portas ao espírito barroco [...] pela sensibilidade procurava-se convencer a razão e abrir o espírito dos crentes para os grandes dogmas misteriosos e a-racionais da religião católica.

Assim lembra-se de Teresa, em primeiro lugar, como uma mística:

> O crescimento do interesse pela religião provoca uma intensa publicação de obras de cunho religioso, como vida de santos, obras litúrgicas, narrativas sobre milagres e heroísmo cristãos, meditações místicas, especialmente as de Santa Tereza. A mestra carmelita, Santa Tereza, exerceu uma grande influência nas formas de viver e pensar a religião, principalmente por via feminina. Seus escritos e sua busca pelo centro

28 Assim também Antonio Wierix (1555-1604) em seu ciclo dos pais da igreja. (Bibliografía Española, Cf. http://catalogo.bne.es/uhtbin/cgisirsi/0/x/0/05?searchdata1=Minp0000026410).

> da alma, o desligamento integral das coisas mundanas, e a certeza de outro lugar, o paraíso, fizeram muitas mulheres seguir sua proposta mística, seu estilo de vida e se sentirem motivadas a fundar instituições religiosas (Almeida, 2007: 37, 39-40).

A Teresa do Brasil é então a Teresa da contrarreforma, do barroco e da mística romana. Isso fica mais evidente onde as Igrejas do Carmo não apresentam programas inteiros, mas, apenas em pinturas únicas do forro da igreja ou da sacristia. Aqui dominam os retratos da troca do coração, da transverberação do coração e da ascensão, obras recomendadas pelas irmandades. Esta ênfase apresenta-se na Igreja Matriz do Carmo em Ouro Preto, MG [1766 e 1772] da seguinte forma: A pintura na sacristia retrata "STª Teresa de Iesus", trocando seu coração com Jesus (figura 24).

Figura 24: Matriz do Carmo em Ouro Preto, MG [1766 - 1772]

Figura 25: Matriz do Carmo em Ouro Preto, MG [1766 e 1772]

A cena é cercada por nuvens e anjos e destaca, dessa forma, o aspecto místico. Porém, o fundo retrata prédios e uma topografia. Diferente do que acontece em muitas imagens europeias, o mundo não despareceu plenamente. Se compararmos com o azulejo português na nave principal (frente, à esquerda) da mesma igreja (figura 25) ficará sublinda esta diferença: no azulejo, Teresa recebe o coração do menino Jesus sentado ao colo de Maria coroada, mas, não há nenhuma referência ao mundo concreto. Há ainda uma particularidade iconológica: o coração é representado junto com uma flecha (figura 26), ou seja, o artista fundiu dois modelos, o da troca do coração e o da transverberação.

Voltando à imagem n. 23: aqui aparecem as chamas não como na narrativa da Teresa na ponta da flecha, mas, em seu próprio coração.

Mais outro fato, entretanto, limitava ainda mais o potencial libertador da união mística articulada pela religião cordial. No Brasil colonial, as igrejas carmelitas serviram às famílias da nobreza colonial e das classes altas, enquanto os escravos e os colônos mais pobres (!) se encontravam nas Igrejas do Rosário. A preferência dos setores elevados da sociedade colonial por uma ordem religiosa com foco na união mística e não na imitação de Cristo no cotidiano é compreensível por garantir o acesso ao essencial da religião até num sentido elevado, entretanto, plenamente desconectado do cotidiano de uma sociedade escravagista.

Dentro da hierarquia das irmandades de leigos, as Ordens Terceiras foram as mais importantes, junto com a Ordem Terceira de São Francisco e de São Domingos. A Ordem Terceira do Carmo foi uma instituição que atuou principalmente como uma organização social de brancos e de *pureza de sangue* símbolos de poder no período colonial. Portanto, a Ordem Terceira do Carmo foi uma irmandade onde se associavam as pessoas mais importantes da região, ou seja, funcionários públicos, donos de engenho, comerciantes, entre outros. Alguns pesquisadores como Russel-Wood (1970) afirmam que a profissão da maioria dos irmãos da Ordem Terceira foi de negociantes, latifundiários que trocavam seus produtos por mercadorias (Orazem, 2011a).

Assim o potencial da religião do coração de ajudar articular individualidade e alteridade além das leituras institucionais e oficiais foi reservado aos círculos eruditos e do poder da sociedade colonial, com efeito de blindagem contra possíveis retificações de outros grupos sociais. A Santa mais prestigiada da contrarreforma tinha sido incorporada no mundo colonial ao lado dos mandantes e coronéis. Em vez da imitação de Cristo, promovida, por exemplo, pelos franciscanos, promovia-se uma experiência interior, focalizava-se uma santidade pessoal e não uma santidade social. A busca da santidade foi reduzida à busca de uma relação mais íntima com Deus, não interpretada como um projeto contínuo de construção de relacionamentos mais justos e mutuamente comprometidos com o bem comum de todos os seres humanos. Tudo isso podia ficar "fora" sem manchar ou perturbar a experiência religiosa da união mística na sua essência. Com isso, esta mística servia muito bem à colônia portuguesa em seu propósito de usar os recursos humanos e materiais da colônia unicamente a seu favor, sem pretensão nenhuma de servir aos habitantes deste novo mundo ou daqueles trazidos à força para ele.

9. A religião do coração e o homem cordial segundo Sérgio Buarque de Holanda

Uma resonância tardia de tudo isso representa a tipologia proposta por Sérgio Buarque de Holanda

> Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o "homem cordial". [...] Seria engano supor que essas virtudes possam significar "boas maneiras", civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. (Holanda, 2008: 147)

O livro de Holanda é de 1936, e o "`homem´ cordial" é, para ele, um sujeito cheio de paixão e pouco preparado para os novos tempos:

> Das formas da vida coletiva podem assinalar-se dois princípios que se combatem e regulam diversamente as atividades dos homens. Esses dois princípios encarnam-se nos tipos de aventureiro e do trabalhador. Já nas sociedades rudimentares manifestam-se eles, [...] na distinção [...] entre os povos caçadores e coletores e os povos lavradores. Para uns [...] seu ideal será colher fruto sem plantar a Árvore. Esse tipo humano ignora as fronteiras. No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e, onde quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos, sabe transformar esse obstáculo em trampolim. Vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes. O trabalhador, ao contrário, é aquele que enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar. O esforço lento, pouco compensador e persistente, que, no entanto, mede todas as possibilidades (Holanda, 2008: 44)

Transferimos agora esta distinção do campo da política para o campo da religião. Em termos religiosos, o "tipo humano [que] ignora as fronteiras" e que "Vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes" seria certamente o místico. Assim, Guaracy Silveira (1943: 219) entende Loyola: "Loyola enveredou pela estrada dos cavaleiros andantes, do romance, da lenda e do misticismo". Em vez desse cavaleiro aventureiro – que nos de certo modo lembra do inicio do nosso texto o novo simbolismo do escudo do rei

português –, Guaracy Silveira favorece o modelo de Lutero que se aproxima aos traços que Holanda reserva para o trabalhador: "realidades e fatos". "Na mesma encruzilhada de Loyola, o monge de Wittenberg não se deixou levar pelas fantasias. Enveredou pela estrada mais positiva, e mais de acordo com a realidade dos fatos" (Silveira, 1943: 221). De forma próxima Holanda observou:

> Na obra da conquista e colonização dos novos mundos coube ao "trabalhador", no sentido aqui compreendido, papel muito limitado, quase nulo. A época predispunha aos gestos e façanhas audaciosos, galardoando bem os homens de grande voo. (HOLANDA, 2008: 45)

E como poderíamos descrever melhor místicos/as senão como mulheres e "... homens de grande voo"?

10. Considerações intermediárias

Holanda "visualiza" pela sua discussão antropológica e sociológica o impacto da cultura visual religiosa e política do Portugal e Brasil Real e Imperial e evidencia como ela se gravou ou até "cravou" na alma brasileira. O discurso imagético político e religioso se cruzaram e se reafirmam mutuamente: a [re]conquista, o estado escravagista e o misticismo ibérico e português usavam, enquanto eles representavam as vozes do *status quo*, uma linguagem próxima, a linguagem do coração, de forma metafórica e visual, especialmente entre os Jesuítas – a ordem da coroa portuguesa – e os Carmelitas descalçadas – a ordem da elite colonial.
Deixamos como horizonte para futuras pesquisas duas observações. Discursos alternativos, como por exemplo, de algumas fraternidades dos "homens pretos", através da sua veneração de Benedito com as flores enquanto retratado com o elemento hagiográfico do coração (RENDERS, 2013) existiam, porém, eram raros. Discursos protestantes da religião do coração, como, por exemplo, da calvinista Georgette de Montenay (1570)[29] foram publicadas somente depois da tentativa da criação da França antártica (1555-1560).

Referencias bibliográficas

ALMEIDA, S. C. Cordeiro de (2007)."Mística e mulher - Experiências femininas e o Catolicismo Brasílico", In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 168 (436), pp. 29-56.

APPUHN-RADTKE, S. (2000), *Visuelle Medien im Dienst der Gesellschaft Jesu. Johann Christoph Storer (1620-1671) als Maler der katholischen Reform*, Regensburg: Schnell & Steiner.

BINGEMER M. C. Lucchetti. (2004), "A mística cristã em reciprocidade e diálogo: a mística católica e o desafio inter-religioso", *No limiar do mistério: mística e religião*. Faustino TEIXEIRA (org.), São Paulo: Paulinas, pp. 35-73.

BITTENCOURT FILHO, J. (2003), *Matriz religiosa brasileira: religiosidade e mudança social,* Petrópolis: Vozes e Koinonia.

BOCK, N.; JOSTKLEIGREWE, G.; WALTER, B. (eds.) (2011), *Faktum und Konstrukt: politische Grenzziehungen im Mittelalter: Verdichtung, Symbolisierung, Reflexion,* Münster: Rhema.

BORGES, S. Barbosa Guimarães e SOUZA, J. V. de Araújo. (2007), "Espelho da fé: A grande produção de gravuras religiosas a partir do século 16", *Revista de História*, Disponível em http://www.revistadehistoria.com.br/secao/perspectiva/espelho-da-fe, [consultado em 20-9-2014].

CAMPOS, M. de Fátima Hanaque (2004), *A pintura religiosa na Bahia, 1790-1850*. Porto: Universidade do Porto, 2004. (Tese de doutorado do curso de História da Arte da Universidade do Porto, Portugal).

29 Já a presença da proposta imagética do luterano Daniel Cramer (1624) seja talvez menos provável.

CLOSSEY, L. (2008), *Salvation and Globalization in the Early Jesuit Missions*, Burnaby, Vancouver e Surrey, Canada: Cambridge University Press.

COBO, J. (1590), *Beng Sim Po Cam: que quiere decir Espejo rico Del corazón, o Riquezas y espejo con que se enriquezca, y donde de mire el claro y limpio corazón*. [Manuscrito], Disponível em, http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000058860&page=1 [consultado em 20-9-2014].

COELHO, B. (org.) (2005), *Devoção e arte: imaginário religioso em Minas Gerais*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / VITAE.

CRAMER, D. (1624), *Emblemata Sacra*, Franckfurt am Mayn, Jennis, Disponível em http://diglib.hab.de/drucke/th-470/start.htm, [consultado em 30-9-2014.]

DIAS, Geraldo J. A. Coelho (2003), "Os Beneditinos, Tibães e o Barroco: entre o esplendor da arte e a emoção religiosa". *Barroco: Actas do II Congresso Internacional.* Porto: Universidade do Porto, pp. 291-306.

DUMOULIN, H. (1990), "Inkulturation in der Jesuitenmission Japans". SIEVERNICH, Michael e SWITEK, Gunter (orgs.), *Ignatianisch. Eigenart und Methode der Gesellschaft Jesu*, Freiburg - Basel – Wien: Herder, pp. 254-271.

FARIA, M. R. de. (2010) "Ética e educação jesuítica no século XVI: formar soldados para Cristo", *Revista Filosofia Capital*, 5 (11), pp. 62-76.

HAEFTEN, Benedictus van (1647). *Schola cordis*, Antwerpia: H. & J.B. Verdussen

HARDING, Elizabeth; KRENTZ, Natalie (eds.) (2011), *Symbolik in Zeiten von Krise und gesellschaftlichem Umbruch: Darstellung und Wahrnehmung vormoderner Ordnung im Wandel*, Münster: Rhema.

HERMANN, H. (1624), *Pia desideria emblematis. Antuérpia*: Apud Henricum Aertssens.

HOLLANDA, S. Buarque de (2004). *Raízes do Brasil*. 26ª Ed. 19º reimpressão. São Paulo: Editora Schwarcz.

JANSEN, K. Ludwig; GELTNER, G.; LESTER, A. E.; JORDAN, William. (2013), *Center and periphery: studies on power in the Medieval World in honor of William Chester Jordan,* Leiden & Boston, Brill.

JOHNSON, E. A. (2008), *Ora et labora: Labor transitions on Benedictine and Carmelite properties in colonial São Paulo*, Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University..

KENNEDY, T. F. (2000), "Candide and a boat". O'MALLEY, John W.; BAILEY, Gauvin Alexander; HARRIS, Steven J. KENNEDY, T. Frank (orgs.). *The Jesuits: Cultures, Sciences, and the Arts The Jesuits: Cultures, Sciences, and the Arts, 1540-1773.* Toronto, University of Toronto Press, pp. 317-335.

LEVINE, R. M. (1999), *The history of Brazil*. New York: Palgrave MacMillan.

LONDOÑO, F. (2002), "Escrevendo Cartas. Jesuítas, Escrita e Missão no Século XVI", *Revista Brasileira de História*, 22 (43), pp. 11-32.

MASSIMI, M. (2011) "O coração e seus cuidados: interações entre medicina da alma e medicina do corpo em sermões brasileiros do século XVII e XVIII", *Pistis & Praxis, Teologia Pastoral*, 3 (2), pp. 521-539.

MICHELS, A. (1987), – Philosophie und Herrscherlob als Bild. Anfänge und Entwicklung des süddeutschen Thesenblattes im Werk des Augsburger Kupferstechers Wolfgang Kilian (1581–1663)", *Kunstgeschichte: Form und Interesse* (10), Münster: Editora Lit., pp. 356-377.

MONTENAY, G. de. (1570), *Emblèmes ou devises chrestiennes*, Paris: [s.e.].

NOREEN, K. (1998), "Ecclesiae militantis triumphi: Jesuit iconography and the Counter-Reformation", *Sixteenth Century Journal*, 29, pp. 689-714.

ORAZEM, R. Bacellar (2011a), A representação de Santa Teresa D'Ávila como símbolo de devoção e poder das Ordens Terceiras do Carmo no Brasil. *Comunicação no Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime.* Lisboa 18 a 21 de Maio de 2011, Disponível em http://www.iict.pt/pequenanobreza/arquivo/Doc/t7s1-01.pdf [consultado em: 20-8-2011 [2011b].

ORAZEM, R. Bacellar (2011b), "Um importante modelo de santidade feminino contrarreformista: Santa Teresa D'Ávila e sua representação nas igrejas de associações de leigos carmelitas em Sergipe e Bahia colonial". *Revista Brasileira de História das Religiões,* 3 (9), Disponível em http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html [consultado em 12-9-2014].

OSWALD, G. (1985), *Lexikon der Heraldik*, Mannheim: Bibliographisches Institut.

PEREIRA, Clifford. "East in the West: Investigating the Asian presence and influence in Brazil from the sixteenth to the eighteenth centuries". In: Hans Van Tilburg, Sila Tripati, Veronica Walker, Brian Fahy and Jun Kimura (orgs.). *Proceedings of the 2nd Asia-Pacific Regional Conference on Underwater Cultural Heritage.* Honolulu, Hawaí: 2014. Disponível em https://www.academia.edu/ 7444400/East_in_the_West_Investigating_the_Asian_presence_and_influence_in_Brazil_from_the_sixteenth_to_the_eighteenth_centuries, [consultado em 12-08-2014].

RASPA, A. (2000), "Arwaker, Hugo´s Pia Disideria and Protestantsd poetics", *Renaissance and Reformation,* 22 (2), pp. 63-73.

RENDERS, H. (2013), "O coração como atributo hagiográfico de São Benedito do Rosário: hipótese sobre a sua origem e seu modelo subjacente da vida cristã". *Horizonte*, 13 (29), pp. 109-132.

RÖMMELT, S. W. (2012), "Thesenblatt. Aus: Medien und Kommunikation", *historicum.net*, Disponível em http://www.historicum.net/no_cache/persistent/artikel/2645/, [consultado em 19-6-2014].

SAUVY, A. (1989), *Le miroir du cœur: quatre siècles d'images savantes et populaires*, Paris: Les Editions du Cerf.

SCHEMMEL, B. (2001), *Die graphischen Thesen- und Promotionsblätter in Bamberg: Bestandskatalog der Staatsbibliothek Bamberg, des Historischen Vereins Bamberg in der Staatsbibliothek Bamberg, des Erzbischöflichen Priesterseminars Bamberg, des Historischen Museums der Stadt Bamberg und auswärtiger Sammlungen sowie von Privatbesitz*, Wiesbaden: Harrassowitz.

SCHOEDEL, W. R. (1993), – Ignatius von Antiochien", *Theologische Realenzyklopädie*, 16, Göttingen: Walter de Gruyter, pp. 40–45.

VAN HAEFTEN, B. (1627) *Schola cordis*. *Antuérpia*: [s.e.].

WIERIX, A. (1586/87), *Cor Iesv amanti sacrvm. Antuérpia*: [s.e.].

«Propaganda colonial e representações raciais nos retratos de alguns dos álbuns da *1ª Exposição Colonial Portuguesa* de 1934»

Filomena Serra[1]
fil.serra@sapo.pt

O passado colonial parece ter-se afastado suficientemente de nós para que comecemos a estabelecer com ele uma relação desembaraçada de complexos, sejam da arrogância, do paternalismo ou do reflexo de culpa.
Este trabalho tem como finalidade analisar as representações visuais integradas
em dois dos álbuns da *Primeira Exposição Colonial Portuguesa* de 1934 e o modo como o corpo se tornou um espaço de inscrição e categorização racial e cultural, mas também uma parte exótica e erótica do «Outro», em nome da propaganda do regime no sentido de legitimar a sua condição colonial. Os álbuns em questão são o *Álbum Fotográfico*, com clichés do fotógrafo Domingos Alvão, e o *Álbum Comemorativo*, com reproduções fotográficas e desenhos do pintor Eduardo Malta.[2].
Folheando esses registos, vemos desfilar perante os nossos olhos imagens de homens e mulheres, quer dos governantes do país e dos organizadores da exposição, quer das populações indígenas das antigas colónias. Se, por um lado, temos a retratística convencional, por outro temos as representações do corpo do «outro» em submissão. As representações fotográficas e gráficas constituem um um objecto autónomo. Eles tornaram-se uma espécie de exposições portáteis evocadoras. São um testemunho memorial de mensagens e códigos significantes. Não só permitem o questionamento do olhar que lhes deu origem ou de quem os realizou, como nos permitem, hoje, a discussão racial. Nesses álbuns encontramos uma retratística na representação dos principais governantes do país e das elites organizadoras da exposição, mas também figurações racializadas das populações das antigas colónias portuguesas. São imagens estereotipadas do «outro» que constroem narrativas.
Salazar, através de diversos diplomas, havia consagrado que a Nação era «uma unidade orgânica e indivisível integrando os domínios ultramarinos, agora designados de «colónias», as quais constituiriam o Império Colonial Português.[3] Colonizar e civilizar as populações indígenas eram as palavras de ordem.[4] Não admira que a representação visual do território fosse um dos elementos estruturadores para a construção de uma identidade nacional. Uma Nação sem território seria impensável. Ele é o «corpo» real da nação de acordo com a iconografia nacionalista (Cairo, 2006).
Tanto o director técnico da *1ª Exposição Colonial Portuguesa* de 1934, o oficial do Exército, Henrique Galvão (1895-1970), como os outros elementos organizativos pertencentes ao movimento pró-colónias, acreditavam que a publicação de imagens relacionadas com os povos das colónias portuguesas constituíam provas visuais que demonstravam aos outros países coloniais europeus o esforço civilizador nos chamados «domínios ultramarinos». Perante a ameaça dessas potências ocidentais à permanência de Portugal em África e na Ásia, a nossa política colonial pretendia mostrar uma orientação de missão progressiva, educacional e civilizadora.

---

1 Doutorada em História da Arte Contemporânea
Membro integrado do Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

2 Outros álbuns existem como o álbum *No Rumo do Império* de Henrique Galvão, ilustrado pelo pintor Carlos Carneiro; e o Álbum-catálogo *O Império Português na 1ª Exposição Colonial Portuguesa*.

3 *Acto Colonial* , Decreto n.º 18 570, de 8 de Julho de 1930; ver também Constituição de 1933 (Decreto-Lei Nº. 22 465 de 11 de Abril de 1933); *Carta Orgânica do Império Colonial Português* (Decreto-Lei nº 23 228, de 15 de Novembro de 1933); Constituição de 1933 (Decreto-Lei Nº. 22 465 de 11 de Abril de 1933).

4 No *Acto Colonial* pode ler-se que «a essência orgânica da Nação Portuguesa» era « desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente."

A exposição durou três meses e meio e decorreu no edifício do Palácio de Cristal ocupando igualmente o jardim envolvente. Um dos acontecimentos culminantes foi a realização de um cortejo alegórico do «Império Colonial» que percorreu as ruas do Porto, mostrando as alegorias de episódios e figuras da história dos Descobrimentos a que se juntavam espécimes animais e humanos das regiões metropolitanas e coloniais. Concursos, saraus, paradas, congressos, romagens, provas desportivas e excursões organizadas, onde se incluíam por exemplo, os jornalistas de Vigo ou as visitas de estrangeiros ilustres, fizeram parte de um movimento de entradas que a a imprensa contabilizou em cerca de um milhão e trezentos mil visitantes e que servia a propaganda da exposição no estrangeiro.

A capital nortenha e os membros do movimento Pró-Colónias ofereceram o espaço e as condições financeiras necessárias à realização da exposição. Editaram-se inúmeras publicações, desde estudos e relatórios científicos no âmbito do *1º Congresso Nacional de Antropologia das Colónias*, [5] realizado na mesma altura, bem como uma série comemorativa que incluiu cartazes, guias e panfletos. Foram, ainda, produzidos vários álbuns como registos celebrativos e memoriais da exposição, [6] documentários históricos, agrícolas, industriais, comerciais e, finalmente, paisagens «pitorescas», monumentos e costumes. A experiência expositiva da participação na Exposição Colonial de Paris, em 1931, que Henrique Galvão visitara tinha sido aproveitada.

O afã era simultaneamente ideológico-propagandístico mas também pedagógico. Desse modo, combatia-se o desconhecimento da Metrópole relativamente aos domínios coloniais e educava-se os portugueses letrados e iletrados sobre os assuntos coloniais e o projecto imperial. Editores e revistas multiplicavam as publicações. Nelas podiam conhecer-se, também, os discursos que exaltavam os aspectos modernos introduzidos pela colonização, bem como os acontecimentos sociais e as viagens de exploração, expedições militares ou visitas de Estado às ex-colónias (Martins 149). Visava-se, igualmente, aproximar as populações da Metrópole e as dos territórios coloniais. Deste modo, pensava-se encurtar a distância física que nos separava, acercando tudo e todos numa mesma identidade histórica colectiva do que devia ser a Nação Portuguesa (Martins 150), demonstrando como os territórios estavam efectivamente ocupados e explorados.

Em 1930, ainda antes de ser referendada a Constituição do Estado Novo, Salazar sentira a urgência de enviar ao mundo ocidental a mensagem de que Portugal levava a sério a sua soberania nacional. A mensagem do ministro Armindo Monteiro ao anunciar os objectivos principais da exposição de 1934 era clara. Era necessário limpar a imagem distorcida que Portugal tinha como potência colonizadora, no contexto internacional da época [7]. Essa imagem prendia-se com o relativo abandono de algumas das colónias, se não de todas. Por essa razão, Henrique Galvão não se cansava de asseverar nas suas intervenções que a *I Exposição Colonial* pretendia ser, antes de tudo o mais, uma «contribuição dinâmica» à «obra nacional de ressurgimento» – do regime.[8]

---

5 Cujo presidente da Câmara na altura da Exposição era o portuense Mendes Correia António Augusto Esteves Mendes Correia, fundador principal da Sociedade de Antropologia, entre os quais se contavam nomes como o historiador da arte Aarão de Lacerda, o jornalista e director do *Comércio do Porto*, Bento Carqueja, o arqueólogo e historiador e etnógrafo, Leite de Vasconcelos, o historiador da arte e arqueólogo Vergílio Correia, Eusébio Tamagnini, e o médico, professor e também pintor Abel Salazar. Mendes Correia foi, também, o fundador do Museu da Universidade do Porto e das salas de Antropologia Metropolitana e de Antropologia Ultramarina e, ainda, o organizador das Missões antropológicas à Guiné e Moçambique.

6 Além daquele que analisaremos contam-se ainda O império português na primeira exposição colonial portuguesa: *albúm-catálogo oficial: documentário histórico, agrícola, industrial e comercial, paisagens, monumentos e costumes* (Porto : Mário Antunes Leitão e Vitorino Coimbra, 1934); e o *Álbum fotográfico da Iª Exposição Colonial Portuguesa*. 101 Clichés fotográficos de Alvão, Porto, Litografia Nacional.

7 «Discurso do Sr. Ministro das Colónias», *Boletim Geral das Colónias,* Ano X, Julho de 1934, nº 109, pp. 236-259.

8 A organização da exposição começou com grande antecedência relativamente à data prevista, oferecendo-se como um ponto alto à gestão do Ministro das Colónias, Armindo Monteiro, e do tenente-coronel Garcez de Lencastre na Agência Geral das Colónias. Logo em 28 de Agosto de 1933 faz-se publicar o Decreto nº 22.987 que instituía a exposição como um acontecimento de alto valor patriótico norteado pela promoção da ideia de ressurgimento do «Império» e do valor do património colonial português.

A *Exposição Colonial Portuguesa de Paris* de 1931 tinha sido uma espécie de balão de ensaio preparatório da política Imperial que norteou a Exposição do Porto. Por sua vez, todas essas experiências expositivas, e outras de permeio e mesmo anteriores, servirão para ocorrências posteriores como a *Grande Exposição do Mundo Português*, em 1940, o culminar para muitos autores do auge propagandístico do Estado Novo.

Coube a Domingos Alvão o protagonismo da intervenção fotográfica na exposição colonial. O fotógrafo era conhecido pelos seus enquadramentos, motivos e pelo aproveitamento que fazia da luz, mas também pelos inúmeros prémios e medalhas ganhas no país e no estrangeiro. Alvão era, em 1934, reconhecido pelo seu empenho nacionalista nas imagens fotográficas que produzia quer dos monumentos nacionais, das paisagens ou das gentes. Com o seu Stand das Tílias, na Avenida da Índia, Domingos Alvão fez as imagens diárias para o Jornal privativo da Exposição e para o último álbum da série comemorativa, com os seus 101 clichés fotográficos. São eles que constituem o *Álbum Fotográfico da 1ª Exposição Colonial Portuguesa* (Teresa Siza, in Seren, 2001).

Na imprensa e depois no álbum foram reproduzidas as imagens dos homens e das mulheres das populações africanas: as raparigas da Guiné, de Angola e da Índia; o régulo Amadú Sissé ou o seu filho Abdulai. Estes últimos, porém, apresentados vestidos como membros dignitários das famílias indígenas ou com roupas europeias no caso de Abdulai, mostrando assim um grau de civilização já superior. O mesmo podemos dizer de algumas imagens como a da orquestra dos chofes, tocadores de marimba de Moçambique, dos soldados landins ou dos artesãos que nas encenações das aldeias trabalham á vista do público.

Oscilando entre a captação de um natural e a transformação do corpo, tornando-o um objecto de atenção e de sensações, observa-se nas imagens fotográficas de Alvão um modo de colocar o corpo. De forma semelhante tinha já fotografado as camponesas minhotas tirando partido dos enquadramentos ou dos contra-picados, ao sublinhar o corpo e erotizá-lo através da pose, fazendo do «uso da máquina e dos seus efeitos» um instrumento de domínio e controlo dos corpos (Barroca, 424, 276). Rosinha da Guiné será, talvez, o exemplo maior da dupla exploração da imagem - quer do corpo, quer do feminino - nesta exposição. Era aliás a nudez das africanas que atraía o elemento masculino. Vários incidentes envolveram, por exemplo, a jovem guineense Rosinha. A verdade é que as populações indígenas e os seus corpos nús foram provavelmente a causa principal do tão alto número de visitantes e mesmo do sucesso da exposição. O *Jornal de Notícias* organizaria, até, um concurso para a eleição da rainha das Colónias e, durante uma semana, ofereceria nas suas páginas imagens das concorrentes, chamando à atenção para os «corpos de ébano» das «Vénus negras» (Martins, 181).

Contudo, ao contrário do álbum fotográfico de Domingos Alvão, a apresentação e o cuidado gráfico do *Álbum Comemorativo da Primeira Exposição Colonial Portuguesa* (Porto, Litografia Nacional,1934), ilustrado com imagens fotográficas de retratos e desenhos de Eduardo Malta, apresenta-se de forma substancialmente diferente.

Em 1934, Eduardo Malta (1900-1967), um antigo aluno da Escola de Belas-Artes do Porto, era já um pintor académico reconhecido. Tendo optado para o ***Álbum Comemorativo*** por uma publicação luxuosa, compreendendo uma segunda parte em tradução francesa, percebemos que esta publicação se destinava a determinados grupos sociais e políticos, provavelmente diplomatas estrangeiros, representantes e funcionários das embaixadas, governantes e políticos internacionalmente importantes.

Os indicadores que legitimam essa recepção são bem visíveis no papel especial cartonado. As imagens são estampas de reproduções de pinturas e desenhos de Malta separados por papel transparente de seda. Há um extremo cuidado na selecção dos retratos e até das ilustrações desenhadas representando as populações indígenas, imagens certamente inspiradas das poses das imagens fotográficas de Domingos Alvão, mas onde o elemento erótico das representações das jovens africanas é suavizado.

A primeira imagem deste álbum é a representação simbólica da nação alegorizada num desenho a grafite do corpo nu de uma figura alegórica imaginária da raça branca, feminina, que segura a bandeira de Portugal na mão esquerda e na direita um ramo de oliveira. À direita da figura, ao alto, estão os símbolos de uma caravela que evoca a epopeia marítima portuguesa; em baixo, a cruz e um escudo com as quinas, emblema da fundação da nacionalidade. À esquerda, ao alto, um castelo, talvez como representando a integridade e independência nacional. Como epígrafe da imagem, podemos ler a seguinte dedicatória: «Aos milhões de portugueses de todas as raças mortos nas cinco partes do mundo pela obra de colonização portuguesa».

Nas páginas seguintes, inicia-se o álbum propriamente dito, com as imagens dos representantes da nação: os retratos pintados por Eduardo Malta do Presidente da República; o de Salazar como chefe do Governo pintado no ano anterior; o do então Ministro das Colónias, Armindo Monteiro, e o de Henrique Galvão, intercalando entre as imagens destes dois últimos textos da sua autoria. Estes são ainda apresentados na segunda parte do álbum, em tradução francesa. Retratados através de desenhos, são também alguns notáveis do Porto, aqueles que fizeram parte da Comissão Organizadora dessa *Primeira Exposição Colonial Portuguesa,* [9] nomeada pelo governo, alguns igualmente pertencentes ao Grupo Pró-Colónias, constituído naquela cidade em 1930, com o objectivo de fazer a propaganda do certame. Este grupo de homens representados de um modo distinto e por vezes *snob*, na sua afectação de classe, são retratos de uma elite à qual incumbia desempenhar um papel de primeiro plano, pré-figurações talvez de «novos homens», capazes de assegurar o sonho mítico imperial, dos quais se destaca Henrique Galvão como mentor e ideólogo da exposição, e de António Calem, presidente da Associação Comercial do Porto e da Comissão Organizadora.

As imagens do Álbum oferecem uma hierarquia rigorosamente estudada. A imagem de Oliveira Salazar, apesar de vir colocado em segundo lugar pela sua posição na hierarquia do Estado, apresenta na representação de Malta a atitude do verdadeiro chefe da nação, enquanto a do Presidente da República, o General Carmona, é um retrato quase banal de uma figura militar. É verdade que vemos representações de segundo grau, pois estas pinturas são reproduções a preto e branco, mas através delas não escapa a atitude representada de Salazar, o qual concentra em si o poder daquele a quem foram entregues as finanças e o «milagre administrativo».

Neste retrato de Salazar, que se encontra hoje no Museu do Caramulo, [10] a imagem é construída como os antigos modelos da retratística clássica, espécie de retrato onde assoma também uma «grandeur» do retrato de corte e de aparato, numa adaptação à retórica estado-novista onde o Chefe devia inscrever a sua acção.

Na verdade este parece ser o único retrato de Salazar pintado do natural. Eduardo Malta era já conhecido como retratista mundano, pintor do general Primo de Rivera e da sua família, com quem conviveu em Madrid, o que lhe dera reputação nesta cidade e fama internacional. O retrato de Salazar fora pintado quando este se encontrava de férias na Serra do Caramulo. O pintor conta como conseguiu através de um amigo, convencer Salazar que acabou por posar em onze sessões, de duas a três horas.

A figura eleva-se no cenário de uma paisagem verdadeira, o chamado Cabeço da Neve. A Nação está ali representada simbolicamente: a serra, o arvoredo, a igrejinha, tudo o que se avista ao longe é uma nação que se estende por todo um território que não se vê mas está lá, adivinhado na lonjura, no olhar da figura e na sua pose. O Império espelha-se numa «presença» invisível para a qual o pintor procurou, como afirmaria, «uma paisagem positiva, paisagem real mas também espiritualíssima, cheia de poesia, paisagem-desdobramento da figura-retratada». (Malta, 1938). Neste retrato, o pintor parece ter colocado todas as suas aptidões de pintor académico e o seu «realismo espiritual», que o aproxima das estéticas pictóricas fascistas da época. Era uma visão moral que não excluía a manipulação da realidade.

A sua configuração é a imagem do poder. A capacidade expressiva de Salazar centra-se no modo como Malta iluminou toda a figura, como trabalhou a figura e o fundo, colocou o corpo e as mãos e como reforçou as convenções. Ela parece suspensa e crescer na paisagem. A expressão está focada nos olhos que fixam o observador e sugere dizer que sabe o que quer e para onde vai. A paisagem aparece encenada como prolongamento do seu corpo, um «corpo-nação», onde a frase de Galvão: «Portugal não é um país pequeno» parece fazer todo o sentido.[11] E é essa figura sem corpo que o país se habituará a ver. Um corpo dessexualizado, um padre

---

9 António de Oliveira Calem (presidente), Manuel Caetano de Oliveira, Ricardo Spratley, Jorge de Viterbo Ferreira, estes da Sociedade Anónima da Exposição Colonial e, ainda, António Domingues de Freitas, D. António de Lemos Ferreira, Engº Francisco Xavier Esteves, Raul de Sousa Ferreira, Mimoso Moreira. Ver *Álbum Comemorativo da Primeira Exposição Colonial Portuguesa*, realizada no Porto, em 1934.

10 Eduardo Malta, *Retrato de Salazar*, óleo s/ tela, 1933. Colecção Museu do Caramulo. Fundação Abel e João de Lacerda, N. inventário FAJL 332, Doado por Dr. João de Lacerda

11 Trata-se de um mapa organizado por Henrique Galvão em que se compara a superfície do império colonial português com a dos principais países da Europa.

casto, incorpóreo cuja invisibilidade (José Gil,1995) parece querer estender-se a todos os indivíduos e talvez o tenha feito na realidade. O modelo apresenta um aspecto artificial, a plasticidade corporal é exagerada, a pintura é pretensamente espiritualizada e objectiva. Curiosamente o pintor haveria de declarar a dificuldade que deparou ao verificar que Salazar «tem apenas duas ou três máscaras para mudar: Esconde-se muito… Os sentimentos quase não afloram. Lembra os samurais que se treinavam em pequenos para não moverem, mais tarde, qualquer músculo de cara em momentos aflitivos ou alegres. Era de boa educação no Japão não molestar os outros com sentimentos pessoais. Salazar deve pensar assim…».

Finalmente, o álbum inclui ainda a reprodução de dois painéis que fizeram parte da exposição. São pinturas de Malta que seriam exibidos na *II Exposição do Secretariado de Propaganda Nacional* de António Ferro em 1935. Destacam-se, à frente, neste tríptico, a figura principal que é a do régulo guineense Mamadu-Sissé, ao lado dele o filho e, sentada, em posição inferior, uma das suas mulheres com um bébé. Por detrás estão os que representam os indígenas mais próximos do exotismo tropical e do estado natural: são duas jovens semi-nuas, a da esquerda será talvez a célebre Rosinha, que viria a ser eleita «Rainha da Exposição»; ao seu lado esquerdo, talvez um feiticeiro-dançarino com as suas plumas, o rosto e o corpo pintados; e finalmente um guerreiro. Podem ver-se ainda vários acessórios e símbolos. A imagem encenada cruza imaginação, exotismo tropical e mito. Os rostos dos personagens são inexpressivos.

Mostra-se uma escala civilizacional dentro da comunidade africana que atravessa depois todas as imagens do álbum, alargando-se a outras populações numa hierarquia ascendente que coloca no topo os grupos timorense e o grupo musical de Macau com o seu director Lu-Fu. O segundo painel junta representantes dos restantes territórios coloniais, da Índia, Macau e Timor. O fundo é encenado com um céu tormentoso, ao longe casas timorenses. É uma paisagem irreal onde se diferenciam, em primeiro plano, aquele que simbolicamente, através do vestuário e acessórios, se adivinha como detendo o mais alto grau de civilização: vestido de ricas roupas, segurando um sabre que repousa nos joelhos. É um timorense considerado, numa posição civilizatória, superior aos africanos, talvez porque a sua organização social fosse mais complexa. De sublinhar que para a vinda à Metrópole e para a exposição foram escolhidas rigorosamente duas famílias de régulos timorenses, cuja selecção parece não ter sido casual, dado que o Agente Geral das Colónias tinha vivido em Timor e era casado com uma timorense (Matos, 2012 [2006]].

Tal como o representante de Timor, o de Macau e da Índia apresentam um ar digno, elegante e educado. Saliente-se as cores vermelhas no traje de um provável chefe hindu que tem ajoelhado, a seu lado, um outro indiano seguramente de uma casta inferior cujo turbante é verde. As cores da bandeira portuguesa tornam-se assim presentes numa mensagem não explícita em que se afigura uma homologia entre as cores da bandeira e a nação representada apontando para que estes colonizados, contrariamente aos africanos, estão mais perto da civilização europeia. Simultaneamente, / pretende-se afirmar que estes povos reforçam a nação reunidos à volta da bandeira. O Império aparece assim na sua diversidade e unidade. Homens diferentes na sua cultura reúnem-se sob o signo dos seus chefe, onde se patenteia a força civilizadora daqueles que estão à frente do Império.

Tratava-se pois de legitimar através desta produção icónica uma imagem integradora e de ideologia assimilacionista. Cuntudo, nas descrições que se seguem percebemos que existe nestas imagens do «outro» uma diferença marcada e inalterável entre o colonizador e o colonizado.A verdade é que as exposições coloniais fixam fortemente a imagem daquilo a que se chamou de «índigena» e o discurso colonial torna-se mais explícito face à sua presença física.

A exposição fora para Galvão uma oportunidade de dar a conhecer num ambiente tão aproximado quanto possível as colónias. Esse conhecimento centrava-se no exotismo que esses habitantes apresentavam e no seu grau de civilização face aos padrões europeus, vistos como primitivos, uns mais civilizados os macaenses e os timorenses do que outros, onde os povos da Guiné e, sobretudo, as mulheres são também aqui apresentadas desnudadas tal como as imagens fotográficas de Alvão.

Se observarmos o Índice das estampas adquirimos mais consciência do sentido hierarquizado e segregacionista entre os chefes do estado, as suas elites e as populações do Império. Enuncia-se uma ordem que identifica a origem na sua relação com as zonas geográficas: Guiné, Angola, Moçambique, Timor, Índia e Macau, onde os nomes de I - Mamadu Sissé Régulo da Guiné – tenente de segunda linha; II – Abdulai Sissé – Filho cde

mamadu Sissé – Guiné Portuguesa ; III Rosa (Rosinha) Mulher balanta – Guiné Portuguesa; IV – Sanzala da Guiné na 1ª Exposição Colonial; V – Ignes – Onhama – Filha de Ocadé; VI - Chadi – bailarina Bijagós – Guiné Portuguesa; VII – Sanzala de Angola na 1ª Exposição Colonial; VIII - Nangombe (Maria) filha do soba Cancaongue Muanagungo –Quipungo, Angola; IX – Cancangue Muenagungo, Soba-Quipungo, circunscrição civil do Huambo; X – Calungaia e o seu filho Sagala – Soba da região do Bié, Angola; XI – Cubatas dos Timorenses na 1ª Exposição Colonial; XII – Maria Guilhermina – Timorense – filha do Tenente-coronel de 2ª linha Carlos Ximenes da Costa; XIII – Xeque Assan Bin Xeque Ismael - Sipaio do Arabó de Pernán – Índia Portuguesa; XIV – Lu-Fu músico china de Macau.

Se estes álbuns constituíram aquando da *Primeira Exposição Colonial do Porto*, o suporte mediático de um esforço de propaganda governamental em relação às colónias, eles constituem hoje um entre muitos outros testemunhos de uma determinada linguagem imperial através das suas imagens. Nas pinturas e desenhos que os compõem, constrói-se uma História, mistura-se o elogio do chefe e a exaltação patriótica, ao mesmo tempo que o exotismo tropical e o mito impõem estereótipos raciais às figuras dos naturais das colónias também representados.

Na prática, o carácter etnográfico dessas representações liga-se a um determinado olhar, marcado pela discriminação e pela afirmação da supremacia branca. Se o retrato, enquanto género artístico, sempre serviu como um instrumento de poder e de propaganda do rei ou do ditador, no caso em apreço ele foi um elemento conexo tão importante como os *media* onde se integram – as exposições e os álbuns. Esses retratos de «assimilados», colocados ao serviço de uma «mística imperial», pretenderam fixar na memória presente e futura as imagens encenadas de uma pretensa unidade imperial e inter-racial. Suportes do discurso de propaganda colonial os álbuns tornaram-se registos importantes para a investigação não só dos processos de criação imagética mas das narrativas construídas sobre e para a nação.

Bibliografia

Álbum Fotográfico da 1ª Exposição Colonial Portuguesa, Porto: Litografia Nacional, 1934.

BARROCAS, António, *Sais de Sangue, O Corpo fotografado. Teoria e prática da fotografia em Portugal 1839.1940),* Tese de Doutoramento, Lisboa: 2014.

CAIRO, Heriberto, «Portugal is not a small country?»: Maps and Propaganda in the Salazar Regime», in *Geopolitics*, Volume 11, n.º 3, 2006.

GIL, José ,*Salazar: a Retórica da Invisibilidade*, Lisboa, Relógio d'Água, 1995.

MALTA, Eduardo, *Retratos e retratados (Intróito, perguntas e comentários de Luís Norton)*, Edição de A Noite, Rio de Janeiro.

MARTINS, Leonor Pires, *Um Império de Papel, Imagens do Colonialismo Português na Imprensa periódica ilustrada (1875-1940),* Lisboa: Edições 70, 2012.

REVEZ, Natasha, Os Álbuns Portugal 1934 e 1940 Dois retratos do país no Estado Novo, Lisboa: Diss. Mestrado, FCSH, Unl, 2012.

SÉREN, Maria do Carmo, *A Porta do meio*: a Exposição Colonial de 1934: Fotografias da casa Alvão, Porto, Centro Português de Fotografia, 2001.

Arte Mineira, Arte Brasileira, Arte Portuguesa: Augusto de Lima Junior e as fronteiras da arte setecentista

Mannuella Luz Oliveira Valinhas – UEMG
mannuellaluz@yahoo.com.br

Rodrigo Prado Mudesto - UFJF
rodrigomudesto@yahoo.com.br

Resumo: O jornalista e historiador Augusto de Lima Junior (1889-1970) tratou as manifestações culturais do período "barroco" nas Minas Gerais como portadoras das marcas mais genuínas do gosto artístico e o berço do caráter *nacional* do Brasil. O índice de nacionalidade observado por Augusto de Lima Junior estava, então, intimamente relacionado à maior proximidade aos valores culturais e sociais portugueses. Lima Junior chega a afirmar que Minas Gerais detém a "mais preciosa das coleções de arte *portuguesa* no mundo". Tendo em vista tal concepção, o autor procura definir e difundir uma imagem especifica da arte mineira setecentista como fundadora e posteriormente como guardiã da cultura brasileira.
Partindo dessas considerações, pretende-se examinar as ideias e conceitos mobilizados por Augusto de Lima Junior na sua tentativa de lançar a arte mineira à categoria de arte universal e, ao mesmo tempo, reafirmá-la como a mais perfeita arte *nacional* brasileira – paradoxalmente por ser *portuguesa*.

Palavras chave: Arte Sacra; Augusto de Lima Junior, Arte Mineira, Arte Universal

Mannuella Luz de Oliveira Valinhas - Doutorado em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – Rio, 2012), com sanduíche na Universidade de Coimbra. Graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG - 2001), e mestrado em História pela mesma universidade (UFMG - 2005). Em 2012 retornou a UFMG, onde cursa atualmente graduação em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis. É professora da Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais (Ed-UEMG) desde 2005, onde coordena o grupo de pesquisa "Estudos Interdisciplinares em Cultura, Espaço e Sociedade", além de ser consultora na área de Patrimônio Cultural e Histórico.
Rodrigo Prado Mudesto - Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG-2003). Concluindo mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF. Tem experiência nas áreas de Sociologia, Educação e C. Política. Foi professor no campus de Diamantina da UEMG (Vale do Jequitinhonha) ministrando as disciplinas Sociologia da Educação; Política Educacional, Introdução a Sociologia e Ciência Política (2003-2006). Foi pesquisador do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd/UFJF). Desde 2010 é editor da Revista Pittacos http://www.revistapittacos.org/.

> "e as torres brancas desses templos, erguendo-se para o céu, são os braços de Minas sofredora, em oração para as alturas, pedindo a Jesus, à sua mãe Santíssima e aos Santos, que ali primeiro estabeleceram os seus altares, que se apiedem de nós, os descendentes dos povoadores das Minas Gerais, que ali vamos evocar na gratidão da História, os heroísmos de suas penosas vidas na luta pelo ouro"Augusto de Lima Junior, 1966.

Filho de Augusto de Lima (poeta e juiz municipal de Leopoldina) e Vera Monteiro de Barros Suckow, Augusto de Lima Junior nasceu em 13 de abril de 1889, no Sítio do Desengano, cidade de Leopoldina, Minas Gerais. Em 1904, a família muda-se para Ouro Preto, onde Augusto de Lima cursa Direito na Faculdade Livre de Direito. Aos 20 anos recebe seu diploma e parte para o Rio de Janeiro, indo trabalhar na Justiça Militar. Em 1935 alcançou o cargo de Procurador junto ao Tribunal Marítimo – seção da Marinha de Guerra, de onde se aposenta em 1944.Foi um homem muito ativo, tanto na imprensa mineira quanto nacional numa atividade jornalística autodidata. Também foi historiador: sempre ligado às principais questões do Estado Brasileiro,

tinha um profundo interesse pela História e foi um batalhador para que as cidades mineiras tivessem sua constituição preservada.

Teve atuação marcante na eleição de seu estado natal como portador da missão libertadora do Brasil e berço da cultura nacional:idealizou o repatriamento dos restos mortais dos Inconfidentes – para isso os fez trasladar da África para Lisboa e de Lisboa para Ouro Preto, onde criou o Museu da Inconfidência parasepultamento definitivo dos despojos; atuou sistematicamente para que Ouro Preto obtivesse do presidente Getúlio Vargas o status de Monumento Nacional (o que foi conseguido em 1934); propôs, em 1924, projeto pioneiro que proibia a saída para o exterior de bens artísticos brasileiros. Não foi aprovado porque entrava em choque com a defesa da propriedade privada tal como manifesta na constituição federal de então. Colaborador atuante da imprensa carioca e lisboeta, criou, ainda, em Belo Horizonte, a Revista de História e Artes, que circulou entre 1963 e 1966, da qual foi coordenador e na qual discute e debate, sobretudo, as diretrizes que pautavam a conservação do patrimônio histórico e artístico brasileiros. Ao lado dessa militância pela preservação, Augusto de Lima Junior tem uma produção teórica em livros e artigos sobre arte – principalmente a arte mineira setecentista, a ocupação do território das Minas Gerais e a gênese da civilização mineira, como ele denomina.

É de 1966 o livro "Arte Religiosa", em que Augusto de Lima Junior expõe as suas teses sobre arte em geral; sendo a principal tese defendida a de que *toda* arte é religiosa. Augusto de Lima Junior faz parte de uma corrente de intelectuais cristãos que, como Ruskin, por exemplo, consideram que Deus é a forma perfeita do Belo e tudo aquilo que busca a beleza busca, invariavelmente, a comunhão com o divino.[12] Tal princípio operativo atuaria mesmo em obras cujo teor não é voltado abertamente à sacralidade; até obras pagãs ou de idolatria do humano a tentativa de comunicação e de comunhão espiritual com o sagrado são as principais molas propulsoras da vontade artística. Desse modo, a corrupção e a decadência desse princípio em mero estetismo ou em "emancipação artística" geram o eclipse final de um estilo artístico e, por outro lado, quanto maior a conexão entre a arte e seus objetivos extra-mundanos maior será o valor artístico de uma peça ou de um estilo.

Augusto de Lima Junior elabora, em "Arte Religiosa, uma gênese das manifestações artísticas cristãs que, segundo ele, tiveram suas origens no encontro das manifestações antigas helenistas com as tradições judaicas (LIMA JUNIOR, 1966). Entretanto, o cristianismo deveria adotar uma linguagem mais universal para a compreensão pelas pessoas mais humildes; além de ter, em sua conformação, um fato religioso sem precedentes: a encarnação do Verbo.

> "A Arte Cristã resultava de um fato novo que era a Encarnação de Deus, na pessoa do Messias, Jesus Cristo, "Verbo feito carne", personagem de existência física entre os homens, figura histórica que deveria ser gravada nos retratos como se fazia antes com os heróis gregos.
>
> Não era uma ficção nascida da mente humana, era um Homem como os outros, mas um Homem Divino que abria os caminhos para uma reabilitação da espécie humana. Esse Deus-Homem, tivera uma mãe, a Virgem Maria, apóstolos, seguidores que se sacrificaram pelas novas doutrinas, enfim, eram criaturas humanas que realizavam os mais importantes fatos da história humana." (LIMA JUNIOR, 1966: 45)

É a essa dicotomia entre carne e divindade numa união sem precedentes que a arte cristã deve operar. A questão da representação do Cristo, por exemplo, sempre foi uma questão problemática, e nunca a solução fora uma

---

12Ruskiné citado logo na abertura do livro "Arte Religiosa"; Augusto de Lima remete, sobretudo, às teses de Ruskin que defendem a unidade da arte cristã, o amor incondicional à iconografia – a ponto de PROUST (1904) designar essa paixão por Iconolatrie. Ruskin também tem outro ponto em comum em relação às teorias defendidas por Augusto de Lima: a defesa de que a beleza arquitetônica não é separada da beleza dos locais nos quais as obras estão situadas, ou seja, que as edificações tem uma relação indissociável com o solo no qual se encontram como se pode observar claramente nessa passagem: "Nessa evolução do românico, a que me refiro, verificou-se a lei de Cuvier, segundo a qual o solo exercem uma influência decisiva na formação dos estilos. (...) Cada modelo românico, fora do classicismo das abadias, guardaria o sinete de origem, mas adaptar-se-ia ao material e aos recursos locais" (LIMA JUNIOR, 1965: 205)

representação naturalista, mas uma representação simbólica, que aponta para um princípio, uma orientação.
A arte feita nas Minas Gerais no seu primeiro século é quase sempre de inspiração religiosa. Foi produzida em sua grande parte, de acordo com Lima Junior, pelos franciscanos anônimos que vinham difundir a fé cristã entre os gentios e mais, entre os portugueses para que não se afastassem da fé. É deles o mérito da unidade cosmopolita da arte religiosa *universal* executada nas Minas Gerais setecentistas.
Em texto de 1938, Augusto de Lima já anunciava certo incômodo com a definição amplamente utilizada à época, de "barroco jesuítico", para designar o *tipo* de manifestação artística específica que era feita no século XVIII nas Minas Gerais. Ele aponta que tanto as obras arquitetônicas quanto as esculturas e pinturas eram universais, e se ligavam mais às temáticas góticas e ao modo de execução geral das artes cristãs.

> "Nossos templos até meados do século XVIII apresentam a forma pré- românica peninsular e seus altares e decorações interiores são formados de motivos e símbolos, alguns em uso entre os cristãos desde os mais acuados tempos primitivos; outros, a maior parte, difundidos na idade média e que constituíram sempre matéria relevante nas decorações barroco-portuguesas.
> *A generalizada qualificação de 'barroco jesuítico', que se tornou clássica entre nós para os velhos estilos arquitetônicos religiosos, parece-me improcedente.* Excetuando um ou outro raro exemplar, que se inclui razoavelmente nessa classificação, nossas capelas são pré românicas portuguesas ou barrocas da escola de Mafra ou Nasoni.
> Na segunda metade do século XVIII a evolução se verifica com o aparecimento do *barroco brasileiro*, notadamente em Ouro Preto, são João Del Rey e Sabará". (LIMA JR, 1938: 101, grifos meus)[13]

Se, em 1938 a crítica de Lima Junior apenas aponta para um incômodo com os usos indiscriminados do termo "barroco-jesuítico", e em 1940 (A Capitania das Minas Gerais), ele ainda diz que o barroco foi o estilo de civilização portuguesa no Brasil,

> "O barroco foi o estilo de projeção mediterrânea no ultramar, e nós o temos como sinal nacionalista, que dará sempre à paisagem o sentido brasileiro de nossos destinos, isto é, a perpétua e indissolúvel união tradicional, histórica e afetiva com o mundo latino, especialmente com Portugal, cuja arte é a nossa, pois que sua paisagem, seus sentimentos são os nossos." (LIMA JUNIOR, 1965: 220)

No texto de 1966, esse incômodo já havia se transformado numa profunda aversão, como transparece nos trechos abaixo:

> "Essa história de 'Santo Barroco' *é uma criação da ignorância e da velhacaria.* (...) Em relação à imaginária, realmente se poderia indicar siríacas, góticas, e clássicas, mas o que seja imagem barroca é o que ninguém que conhece o assunto poderá explicar. (...) Voltando ao caso das imagens que andam por aí denominadas barrocas,

---

13 Entretanto, segundo LIMA JUNIOR, nos finais do século XVII a lógica artística já começa a se inverter (e, no seu ponto de vista, a decair): "Até o final do século XVII a preocupação do símbolo supera a da decoração, e o espírito religioso domina o conjunto. Em certa altura verifica-se um equilíbrio entre as duas tendências até que a suntuária decorativa apossa-se inteiramente da concepção. Esta, depois de 1770 decai na simplicidade monótona e deselegante, clássica nos modelos do final do século." (LIMA JR. 1938: 102). Essa postura, que tende a negar o status de "arte" às produções elaboradas de acordo com os critérios modernos, pode ser encontrada em diversos autores que defendem uma abordagem diferenciada da arte, que não privilegia a função autoral ou naturalista, pelo contrário, que defende a arte como projeção simbólica de uma verdade meta-histórica e comunitária, como por exemplo FLORIÊNSKI (2012): "Ao contrário, quando a estabilidade religiosa se desintegra da concepção de mundo e a metafísica sagrada da consciência *comum* é corroída pelo ponto de vista *particular* do juízo *individual,* e mais do que isso, de um ponto de vista particular de um *determinado* momento histórico, é que surge uma perspectiva característica para essa consciência individual isolada." (FLORIENSKI, 2012: 36 – grifos do autor)

> como os profetas góticos de Congonhas, e algumas figuras dos Passos, quero chamar a atenção dos leitores *para a profunda ignorância desses doutores do 'barroco'. (...) Essa História de barroco aleijadinho é mesmo muito ridícula.*" (LIMA JUNIOR, 1966:148-149, grifos nossos)

1. A Questão Nacional Brasileira

A busca de um passado que pudesse ser designado como genuinamente brasileiro encontrou, na ação dos mineiros setecentistas, um solo onde pudesse frutificar: num território no centro do Brasil, em que se juntavam portugueses, negros e índios na busca por um ideal comum; o ouro. A essa busca soma-se a enorme presença da Igreja Católica na vida cotidiana dos aglomerados urbanos dos mineiros. A produção artística volta-se, quase que toda ela, para a construção de edifícios religiosos e objetos de devoção. É a esse passado que os modernistas se voltam para buscar a autenticidade da cultura nacional brasileira.

Assim, é relevante destacar a valorização modernista do passado colonial Brasileiro como a fonte da cultura nacional, com Mário de Andrade como articulador intelectual, Rodrigo de Melo Franco com a articulação política e Gustavo Capanema como articulador institucional (com a criação do SPHAN e da missão atribuída a Minas Gerais como guardiã do passado histórico da nação brasileira e repositório dos objetos culturais que remetem a esse passado)[14].

Os modernistas, ao contrário dos "Intelectuais do Império" – que tendiam a desvalorizar a arte barroca –, e em reação a esses criadores da nação, passaram a elegê-la como a gênese da nossa cultura artística autônoma. O barroco mineiro tornou-se símbolo dos primórdios da emancipação artística e cultural brasileira (a Inconfidência Mineira e Tiradentes, por sua vez, tornam-se símbolos da emancipação política do povo brasileiro – note-se que ambos os marcos situam-se no Estado de Minas Gerais, o que o coloca numa posição simbólica sem precedentes).

A eleição de algo para ser preservado significa, obviamente, uma escolha e, portanto, uma exclusão; para além dessa dicotomia, há, ainda, as ressignificações das práticas culturais que deram origem ao que convencionalmente designamos por patrimônio histórico e artístico. Nesse caso, mais do que erigir Minas Gerais na figura do seu passado setecentista como depositário genuíno da gênese nacionalista brasileira, os elementos que em seu conjunto foram considerados o berço da cultura e da identidade nacionais passaram por transformações simbólicas intensas para que pudessem deixar de serem símbolos religiosos universais e transnacionais para tornarem-se símbolos de um Estado Nacional.

A relação entre elementos passíveis de se integrarem no rol dos eleitos para a preservação e aqueles que serão rejeitados, pode aparecer sob a tensão entre forças de destruição (Iconoclastia) e forças de preservação; entretanto, tal relação não se esgota nessa dicotomia. Michel Tamen (2003) nos lembra de que a oposição entre preservação e destruição não é a única forma de abordar a relação com objetos ditos "culturais"[15]: uma abordagem mais profícua, situa-se na compreensão dos modos como se dá a tentativa de conciliar a

---

14 Cumpre sublinhar o trabalho de Capanema à frente do Ministério da Educação e Cultura ao longo de parte considerável da Era Vargas, notadamente no que concerne à consolidação de um arranjo institucional para o campo educacional e cultural brasileiro no período. Sendo a época varguista aquela que se dedicou à consolidação de uma agenda voltada à promoção de uma ossatura material do Estado, no plano estritamente econômico, compondo arcabouço de desenvolvimento que possibilitou, especialmente quando do Estado Novo (1937-1945), o salto da industrialização e o início do capitalismo brasileiro, como sugere Draibe (1985), também o foi aquele que, no plano da Educação e da Cultura fundou agenda de reorientação educacional e de política cultural para a qual o papel de Capanema e dos intelectuais em seu entorno foi absolutamente definitivo. Para uma observação sobre o papel do Ministério da Educação e Cultura sob Capanema e sua contribuição na formulação, formatação e efetivo funcionamento de um arremedo institucional para o setor (ver GOMES, 2000).

15 "E no entanto, uma pessoa pode também interrogar-se sobre se essas duas versões disponíveis são na realidade completamente opostas" (TAMEN, 2003: 55)

preservação de elementos culturais materiais com o controle sobre seus usos e significados. Essa relação tensa bem como a solução moderna para essa tensão fica evidenciada pela primeira vez na França revolucionária: era preciso conciliar a abolição de símbolos da realeza com a salvaguarda de obras de arte e objetos considerados preciosos. O Museu do Louvre tornou-se o local onde os antigos símbolos da realeza puderam transformar-se em símbolos da cultura do povo francês. O Estado aparece como uma espécie de árbitro que assegura a preservação da "coisa" ao mesmo tempo em que controla os usos e os significados atribuídos aos elementos preservados.[16]

A eleição, pois, de Minas no seu passado colonial como berço da cultura nacional brasileira passa, invariavelmente, pela "nacionalização" dos símbolos e fragmentos culturais do passado material – as cidades históricas, as Igrejas barrocas; e também cultural: aí a valorização se debruça fortemente sobre as tradições religiosas. Nesse sentido, a presença forte e "fundadora" do catolicismo português na época colonial; mas, sobretudo, a presença dessa força religiosa fortemente marcada nos intelectuais responsáveis pela eleição dos elementos a serem cultuados como fundadores dessa cultura implica a eleição dos objetos e elementos católicos como portadores da proto-memória nacional e regional.

A escolha de Minas Gerais como depositária do patrimônio histórico nacional, processo que existia desde finais do século XIX[17], mas que tem o seu ápice durante o período do Estado Novo brasileiro (1937 a 1945) suscitou inúmeras discussões: a partir de então, era preciso identificar e classificaras obras que mereciam o status de "obra barroca", bem como criar um padrão identificatório de tais PRODUTOS CULTURAIS.

Não foi sem polêmica que se deu a atuação de Augustode Lima Junior nos meios intelectuais e políticos; uma dessas polêmicas é a própria existência de Aleijadinho (tal como descrito por Rodrigo Bretas[18]) – polêmica sustentada por Augusto de Lima Jr. A briga contra a eleição de um indivíduo isolado como responsável pelas maiores e mais importantes obras de arte cristãs realizadas nas Minas encontra eco em duas concepções profundas de Lima Junior: a primeira trata da eleição de um gênio nos moldes românticos e que corresponderia aos ideais de nacionalidade buscados pelo Estado Novo brasileiro – mulato, pobre, doente que supera suas dificuldades com esforço e talento; por outro lado, a impossibilidade de verificação das fontes segundo as quais Francisco Lisboa teria sido responsável pelas obras dos setecentos mineiro – sua concepção de como fazer um texto historiográfico é calcada na preocupação com a 'verdade', e portanto, com as fontes; em suas palavras: "colocando a verdade acima de todas as conveniências" (LIMA JR, 1965:prefácio)[19].

A defesa do cosmopolitismo e da influência portuguesa – que garante que a arte elaborada aqui seja a arte universal cristã; por sua vez, o ambiente criado nas Minas conseguiu elevar essa influência a fato social – o acolhimento do cristianismo e a articulação arte portuguesa, arte mineira, arte universal.

> "É da ancestralidade das recordações do passado de cada um, que resulta a verdadeira classificação das personalidades, ou o que cada um busca, movido por impulsos interiores que orientam os atos humanos. Resultantes de uma experiência atávica que se oculta nos instintos, movidos por idéias de geração em geração formam a essência do patrimônio comum, consciência social que domina pela ordem jurídica, apanágio da civilização de cada povo, ela se constitui por um resumo da experiência dos séculos de sua formação.

---

16 Ver sobretudo o capitulo "Preservação" In_TAMEN, Miguel. 2003 *Amigos de Objectos Interpretáveis*. Lisboa, Assírio e Alvin.

17 Cabe a lembrança de que o texto de BRETAS foi escrito a para o IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – que foi fundado em 1838, pelo Imperador Pedro II, e tinha a meta de iniciar umaHistória do Brasil e, para tanto, pretendia resgatar personagens, acontecimentos e características singulares que pudessem definir uma identidade nacional brasileira, em oposição a uma mera continuidade ou um braço da história de Portugal.

18 BRETAS, 2013. Sobre isso ver também GRAMMONT, 2008.

19 Sobre isso ver: LIMA JUNIOR, 1942.

> Em cada fato social reponta, pois, uma causalidade vinda das profundidades históricas e atávicas do grupo humano ou de seus componentes.
> Por isso, quando procuramos estudar a História do Brasil e, principalmente a de nossa província natal Minas Gerais, *evitamos o método isolacionista que impede o exato conhecimento dos fatos e sua verdadeira compreensão*. Nossa formação foi colonial portuguesa. Os homens que abriram caminho nas selvas tinham ideias e condutas portuguesas e eram orientados e governados de Portugal.
> Suas forças atávicas eram ibéricas e os deslocamentos migratórios ligavam-se a acontecimentos ocorridos na metrópole européia. Examinar, comparar, e estudar os fenômenos humanos portugueses, sempre me pareceu fundamental para o exame e compreensão dos nossos próprios. *A distância oceânica jamais criou a descontinuidade humana".* (LIMA JR. 1948: 9, grifos meus)[20]

Essa produção artística é, portanto, local porque encontrou um desenvolvimento pleno nas Minas Gerais; é portuguesa porque o atavismo dos habitantes das Minas Gerais é herdado diretamente de Portugal e, finalmente, é universal porque ser universal é constitutivo do ideal de "arte".

Se, durante o todo século XIX, as práticas artísticas e a produção nacionais sempre foram considerados uma espécie de arremedo da alta arte praticada nos países europeus, no início do século XX a vontade de apontar para a singularidade, para o aspecto inovador e criativo e para o autêntico nas obras do passado mineiro acaba por atribuir características extrínsecas às obras em questão. Então, se de um lado temos uma dependência cultural que se manifesta infantilizada, não criativa e desprezível, por outro temos a afirmação do exato contrário disso: a atribuição dos critérios de originalidade, invenção e singularidade no sentido romântico.[21] Augusto de Lima Junior rejeita essas duas classificações antagônicas e propõe uma interpretação que desconsidera as fronteiras meramente geográficas e espaciais na composição artística: a arte mineira colonial não se esgota numa reles imitação da arte portuguesa, antes, ela é arte portuguesa, é brasileira, é mineira e é universal por carregar valores reconhecíveis e não esgotáveis numa porção geográfica do mundo.

O trabalho e a conclusão a que chega Lima Junior rejeita, pois, a ideia de uma arte excêntrica, *naïf*, colonizada, menor. Ao atribuir o status de arte universal – ou seja, de ARTE – às manifestações das terras mineiras, Augusto de Lima Junior estabelece que não se encontra nas Minas um projeto meramente imitativo – e por conseguinte menor – de feitura artística.

---

20 Também Jaime Cortesão, em prefácio ao texto A Capitania das Minas Gerais – origens e formação, de Augusto de Lima,reafirma a transnacionalidade sentida quando em contato com as cidades históricas mineiras e sua arte: "Dos velhos sobrados, janelas e varandas, olhavam-se, e eu olhava-as com júbilo recíproco dos parentes, que se encontram após um longo apartamento. E, se me é permitido empregar uma velha e romântica expressão, direi que através das típicas moradas, eu ouvi murmurar a voz do sangue. Breve tive a impressão que me encontrava na mais portuguesa de todas as cidades portuguesas." (CORTESÃO. J. In_LIMA JUNIOR, 1965: 8)

21 Os critérios de autoria e originalidade não eram uma questão para os artífices setecentistas, nem tampouco a noção de manifestação singular de um estilo individual. Em relação a isso ver: FOCAULT (2002), HANSEN (2004), GRAMMONT (2008).

Bibliografia

LIMA JUNIOR, A. de. (1938) "Ligeiras notas sobre arte religiosa no Brasil". *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 02.LIMA JUNIOR, A. de. (1942) *O Aleijadinho e a Arte Colonial*. São Paulo: Edição do Autor.

LIMA JUNIOR, A. de. (1948) *O Fundador do Caraça***.** Rio de Janeiro: Jornal do Commercio.

LIMA JUNIOR, A. de. (1966) *Arte Religiosa***.** Belo Horizonte: Instituto de Historia, Letras e Arte.

LIMA JUNIOR, A. de. (1978) *A Capitania das Minas Gerais***.** Belo Horizonte: São Paulo: Itatiaia, Ed. da Universidade de São Paulo.

BRETAS, R.J.F., SANTIAGO, S., BRAGANÇA, J. (2013) *Traços biográficos relativos ao finado Antônio Francisco Lisboa, distinto escultor mineiro, mais conhecido pelo apelido de Aleijadinho***.** Belo Horizonte: Editora UFMG.

CORTESÃO, J. (1978)"Prefácio"In_LIMA JUNIOR, A. de. *A Capitania das Minas Gerais,* Belo Horizonte: São Paulo: Itatiaia, Ed. da Universidade de São Paulo.

DRAIBE, S. (1985) *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil: 1930-1960***.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FERREIRA, C. K. R. (2012)"A polêmica revisitada: a Revista de História e Artes e a política de preservação patrimonial no Brasil".In: M. RANGEL, M. H. F. PEREIRA, V. L. ARAUJO,(eds). *Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas*. Ouro Preto: EdUFOP.

FLORIENSKI, P. (2012)*A Perspectiva Inversa*,São Paulo:Editora 34.

FOUCAULT, M. (2002)*O que é um autor?* Portugal: Veja/Passagens.

GRAMMONT, G. (2008) *Aleijadinho e o Aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói nacional.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GOMES, A. M. C. (2000) *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

HANSEN, J. A. (2004). *A Sátira e o Engenho***:** *Gregório de Matos e a Bahia do século XVII.* 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Ed. da UNICAMP.

RUSKIN, J. (1978). *La Bibled'Amiens; traduction, notes et préface par Marcel Proust,1904.*

TAMEN, Miguel. (2003)*Amigos de Objectos Interpretáveis*. Lisboa:Assírio e Alvin.

GT 78
Interações no campo lusófono: sociabilidades de bairro, produções culturais e artísticas entre falantes da língua portuguesa

Ima(r)ginários urbanos: estética e política nas práticas e representações coletivas de realizadores visuais nas metrópoles contemporâneas[1]

Guilhermo Aderaldo
guiade@ymail.com

Resumo: Tomando como ponto de partida uma pesquisa de pós doutoramento, ainda em fase inicial, neste paper proponho perscrutar as ações e relações que vêm sendo desenvolvidas por uma diversidade de atores dedicados a práticas de intervenção visual politicamente orientadas em variados territórios, geralmente localizados nos grandes centros metropolitanos de cidades sul-americanas. Buscarei, no decorrer do trabalho, dar inteligibilidade ao campo de possibilidades responsável por modular o engajamento desses sujeitos em torno de associações coletivas (ou "coletivos") voltadas a iniciativas de visibilização e fortalecimento de imaginários alternativos àqueles comumente reproduzidos pelos veículos de comunicação hegemônicos ou pelas "vozes oficiais" vinculadas aos poderes públicos, no tocante à interpretação do sentido social/simbólico das fronteiras urbanas e seus desdobramentos políticos. Por meio de uma breve descrição da formação e dos modos de intervenção desses agentes, intenciono apontar para o modo pelo qual, nos últimos anos, deparamo-nos com o aprofundamento de uma verdadeira batalha narrativa e iconográfica em torno do significado da categoria "cidade".

Palavras chave: Cidade, Intervenções Urbanas, Segregação, Redes, Sociabilidade, Coletivos.

1. Introdução

Neste paper proponho perscrutar as ações e relações que vêm sendo desenvolvidas por uma diversidade de atores dedicados a práticas de intervenção visual politicamente orientadas em variados territórios, geralmente localizados nos grandes centros metropolitanos de cidades latino americanas.
Buscarei, no decorrer do trabalho, dar inteligibilidade ao campo de possibilidades responsável por modular o engajamento desses sujeitos em torno de associações coletivas (ou "coletivos") voltadas a iniciativas de visibilização e fortalecimento de imaginários alternativos àqueles comumente reproduzidos pelos veículos de comunicação hegemônicos ou pelas "vozes oficiais" vinculadas aos poderes públicos, no tocante à interpretação do sentido social/simbólico das fronteiras urbanas e seus desdobramentos políticos.
Por meio de uma breve descrição de facetas da pesquisa, ainda em fase inicial, que venho realizando no pós doutoramento, intenciono apontar para o modo pelo qual, nos últimos anos, deparamo-nos com o aprofundamento de uma verdadeira batalha narrativa e iconográfica em torno do significado da categoria "cidade".

---

1 *Paper* apresentado no GT 78, "Interações no campo lusófono: sociabilidades de bairro, produções culturais e artísticas entre falantes de língua portuguesa" do XIII Conlab, Lisboa, 2015. Agradeço especialmente à Fapesp (Processo nº 2014/04243-8), pela bolsa responsável pelo financiamento da pesquisa que dá lugar a esta apresentação.

2. Intervenções visuais e paisagens segregadas: apresentando o cenário da pesquisa

"*A dignidade não têm CEP*"
"*Onde está Amarildo?*"

As duas frases destacadas acima, sob a forma de epígrafes, correspondem a distintas intervenções realizadas pelo coletivo carioca Projetação. Trata-se de uma associação, formada por um grupo de pessoas com diversas profissões (arquitetos, comunicadores, designers, etc.), que tem como proposta a realização de manifestações de tom dissidente em locais estratégicos a partir do uso de uma pequena estrutura técnica[2].
A primeira expressão, acima citada, foi projetada na sede da empresa de comunicações Globo; e, a segunda, foi projetada na faixada de um prédio localizado na região de Copacabana, durante a visita do Papa Francisco ao Brasil, no ano de 2013. Ambas buscaram aferir visibilidade ao modo desigual pelo qual os direitos sociais básicos são distribuídos às populações habitantes de regiões urbanas consideradas como nobres" e àquelas vinculadas a áreas entendidas como de "baixa renda".
Enquanto no primeiro exemplo a frase faz referência a esse tratamento desigual de forma direta, sem a necessidade de maiores explicações, no segundo, a atenção volta-se para um caso específico: o desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza que, após ter sido detido por policiais vinculados à "Unidade de Polícia Pacificadora" (UPP) da favela da Rocinha[3], durante uma operação denominada como "Paz Armada" – organizada logo após a ocorrência de um arrastão nas proximidades da favela –, deixou de ser visto por familiares, amigos e conhecidos.
Todavia, além de chamar a atenção para mais um entre tantos casos de violência com fortes evidências da participação de policiais na cidade do Rio de Janeiro, a projeção da pergunta sobre o paradeiro de Amarildo – ao lado de sua imagem em um edifício destinado à moradia de setores de camadas médias, contíguo ao local de acontecimento de um evento com forte apelo global – teve a proposta de interpelar o modo pelo qual a "cidade" e seus habitantes costumam ser representados/imaginados pelos meios hegemônicos de comunicação. Isso porque tais meios frequentemente simulam recompor, de forma supostamente "imparcial", a diversidade urbana em torno de eventos pontuais, negligenciando, com este ordenamento, o fato de que os recortes visuais e narrativos que promovem obedecem a interesses que levam à reprodução de uma determinada "visão das divisões sociais" (BOURDIEU, 2001 [1997]; CANCLINI, 2002).

---

2 Através do uso de ferramentas como notebooks, projetores, algumas câmeras fotográficas/filmadoras e uma superfície qualquer (que pode ser a um edifício, uma instituição pública, um ônibus, entre outros), os integrantes do Projetação realizam intervenções públicas às quais filmam e fotografam para, posteriormente, compartilharem em redes sociais na internet. Importante destacar que os mesmos também desenvolveram um método e um manual explicativo (tutorial) a respeito do modo de realização destas intervenções, que partilham na rede para mobilizarem novos atores a se manifestarem publicamente no espaço das ruas de outros centros urbanos. Com isso, o referido método de intervenção desenvolvido pelo coletivo, foi utilizado em cidades como Fortaleza, Belo Horizonte, São Paulo, Bogotá, Amsterdã e Nova York. Para mais detalhes, ver o site do coletivo em: *http://projetacao.org/manual-da-projecao/*(Acessado em 08/07/2014).

3 As "Unidades de Polícia Pacificadora" (UPPs) são bases policiais instaladas em favelas da cidade do Rio de Janeiro após grandes operações militares, sob a alegação da necessidade de retomar o controle dessas áreas, anteriormente administradas por associações criminosas.

Figura 2 Projeção realizada pelo coletivo Projetação em Copacabana, 2013

Fonte: site Projetação

Por outro lado, a intervenção também teve o objetivo de utilizar o caso de Amarildo (bem como sua imagem) para questionar e denunciar o projeto urbanístico e biopolítico (FOUCAULT, 2007 [1976]) alimentado e organizado em torno da ideia das referidas "Unidades de Polícia Pacificadora" (UPPs).

Os integrantes do Projetação fazem parte de uma rede de associações que vêm se posicionando duramente contra este modelo de ocupação territorial, sob o argumento de que, mais do que um aparato de segurança, essas unidades policiais têm se convertido em verdadeiros instrumentos de poder, que se valem de certo imaginário popular alimentado por preconceitos[4], com a finalidade de gerenciarem questões de ordem pública segundo a lógica de interesses privados[5].

Desta maneira, é possível dizer que, embora ocasionalmente a presença do Papa tenha servido para criar a ilusão de uma unificação da "cidade pacificada" (na perspectiva oficial/midiática), a intervenção promovida pelo coletivo teve como efeito talhar uma marca nesta suposta unidade simbólica. Ou seja, a prática foi capaz de trazer à tona a lógica por trás de certos mecanismos de segregação urbana, ao tornar visíveis as fronteiras presentes nas formas contemporâneas de gestão dos territórios socialmente marginalizados, bem como seus efeitos na vida daqueles que, como Amarildo, não parecem ter sido beneficiados com o "direito a ter direitos". A ação pôde, assim, sensibilizar um amplo conjunto de pessoas[6] para o fato de que o convívio cotidiano com uma variedade de experiências de desigualdade nos ambientes urbanos contemporâneos exige que compreendamos a metrópole enquanto um espaço permeado por disputas materiais e simbólicas entre os setores que a compõem, ao contrário de uma entidade autoevidente, passível de ser traduzida enquanto totalidade de forma simples por dados estatísticos e cartografias oficiais, bem como pelo sentimento de "união" intencionalmente promovido pelos megaeventos globais.

---

4 Refiro-me a representações que associam diretamente a sensação generalizada de insegurança a determinados marcadores sociais presentes, principalmente, entre as populações menos privilegiadas da capital carioca.

5 Na ótica crítica de tais atores, conforme demonstram por meio de manifestações na internet e das frases escolhidas para suas intervenções, a instalação dessas unidades consistiria num primeiro passo na direção da abertura dos espaços "ocupados" para a exploração do mercado imobiliário, uma vez que tratam-se, em muitos casos, de favelas localizadas em áreas privilegiadas, consideradas como "cartões postais" da cidade. Para mais detalhes sobre essas questões, ver, por exemplo, o dossiê "O controle das cidades: a polícia e o crime organizado", na edição de fevereiro de 2013 (número 67) do periódico *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ver também Leite e Machado Da Silva (2013) e De Tommasi (2013).

6 Tendo em vista que esta intervenção não se tornou visível apenas para os citadinos presentes no local, mas também para pessoas de diversas partes do país e do mundo, uma vez que também foi exposta em redes sociais na internet.

Trata-se, por conseguinte, de uma perspectiva que enxerga e intervém na "cidade" (e em seus múltiplos territórios) de modo a ressaltar o caráter relacional/político desta categoria semântica, buscando separar a hegemonia de certas apropriações (*apriorísticas* e generalistas), da substância do conceito. Tais práticas atentam, à vista disso, para o fato de que os lugares não podem ser confundidos com as classificações e elaborações construídas no plano oficial do Estado.

Este tipo de apreensão nos permite retomar as questões tratadas por Michel Agier (2011 [2009]), quando o autor sugere duas operações epistemológicas para a compreensão do urbano numa perspectiva antropológica; sendo elas: (1) "deslocar o ponto de vista da cidade para os citadinos" e (2) "deslocar a problemática do objeto para o sujeito da questão sobre o que é cidade – uma essência inatingível e normativa – para a pergunta sobre o que faz cidade" (AGIER, 2011 [2009]: 38).

A expressão "fazer cidade", longe de corresponder a uma mera licença poética, implica, assim, na necessidade (teórica) de considerarmos o fato de que as percepções sociais ou simbólicas que costumam caracterizar certas regiões são extremamente importantes no processo de produção do espaço, uma vez que a "cidade", conforme apontam diversos autores (CANCLINI, 2002; FRÚGOLI JR. 2005; AGIER 1999; 2011 [2009]; APPADURAI 2005 [1996]; CAMPOS 2012; KUSCHNIR 2012; ADERALDO 2013; PEREIRA 2007; 2012, entre outros), é também uma entidade imaginativa.

Foi pensando nestas mesmas questões e representações, trabalhadas pelo coletivo Projetação, que outro coletivo, o portenho Iconoclasistas, passou a desenvolver métodos de intervenção baseados na reconstituição cartográfica dos ambientes urbanos socialmente segregados.

Formado pelo designer gráfico Paulo Ares e pela comunicadora Julia Risler, o Iconoclasistas realiza, desde 2008, *workshops* (oficinas) voltados ao desenvolvimento de "cartografias coletivas" junto a movimentos sociais, associações de bairro, estudantes e docentes de universidades e escolas públicas de Buenos Aires – e também de outras metrópoles, inclusive brasileiras, a partir de convites feitos por outros agentes associativos – onde, por meio de discussões a respeito dos distintos usos e representações do espaço, criam mapas impressos, nos quais abordam problemáticas sociais normalmente ocultadas nas cartografias tradicionais[7].

No centro das intervenções propostas por estes atores encontra-se uma crítica pontual ao modo pelo qual os mapas urbanos são normalmente utilizados pelas instituições "oficiais" do Estado. Em um documento escrito (em português) pelos integrantes do coletivo, por exemplo, podemos ler as seguintes considerações:

Desde tempos passados que a produção de cartografias foi um dos principais instrumentos que o poder dominante utilizou para a apropriação utilitária dos territórios — o que inclui não só uma forma de ordenamento territorial, mas também a demarcação de fronteiras para assinalar as novas ocupações e planificar as estratégias de invasão, de saque e de apropriação do comum. Desta maneira, os mapeamentos que habitualmente circulam são o resultado do olhar que o poder dominante recria sobre o território, produzindo representações hegemónicas funcionais nos termos do desenvolvimento do modelo capitalista, descodificando o território de maneira racional para enumerar e caracterizar os recursos naturais, as suas características populacionais e o tipo de produção mais eficaz para transformar em capital a força de trabalho e os recursos. Este olhar científico sobre o território, os bens comuns, e aqueles que o habitamos é completado através de outras técnicas que perscrutam o corpo social, como a videovigilância, as técnicas biométricas de identificação e as fórmulas estatísticas que interpretam situações e oferecem a informação que permite a execução de mecanismos biopolíticos orientados para organizar, dominar e disciplinar os que habitam um território[8].

Foi com base nesta concepção crítica acerca dos sistemas tradicionais de mapeamento, portanto, que o Iconoclasistas elaborou um método particular de produção cartográfica, divulgado através de um manual (tutorial) com instruções e iconografia própria, o qual compartilha na internet para que outros grupos, de

---

7 Uma entrevista (em vídeo) com Julia Risler sobre o trabalho do coletivo pode ser encontrada no seguinte endereço: *https://www.youtube.com/watch?v=HnJdvQvNV4Y* (Acessado em 28/07/2014).

8 O texto completo pode ser encontrado no seguinte link: *http://www.iconoclasistas.net/portugues/* (Acessado em 15/07/2014).

distintas localidades e países, venham a utiliza-lo em suas práticas[9].
Apresento a seguir algumas imagens – retiradas do site oficial do coletivo – que retratam aspectos desse método:

Figura 2 Exemplo de ícones utilizados nos mapeamentos realizados pelo coletivo Iconoclasistas

Fonte: site Iconoclasistas

Figura 3 Trecho de mapa em processo de construção, durante as oficinas mediadas pelo coletivo Iconoclasistas

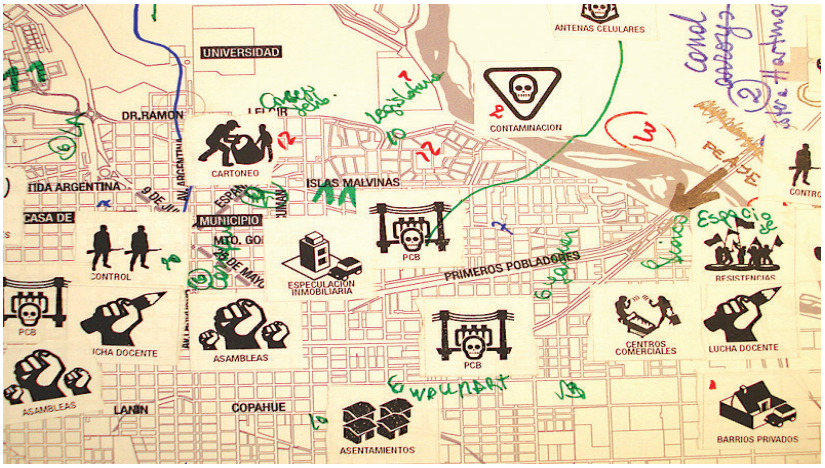

Fonte: site Iconoclasistas).

9 O manual, com o referido método de mapeamento, pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico:*http://www.iconoclasistas.net/post/manual-de-mapeo-colectivo-en-pdf/* (Acessado em 07/07/2014). Sua produção possibilitou que o Iconoclasistas realizasse uma diversidade de oficinas em outros países, além da Argentina (como Espanha, Brasil, México, entre outros). Os mesmos possuem importantes canais de interlocução no Brasil, como é possível notar por meio de uma breve consulta ao site do coletivo. Tais vínculos deverão ser melhor investigados no decorrer da pesquisa.

Figura 4: Oficina de mapeamento coletivo ministrada pelo coletivo Iconoclasistas

Fonte: site Iconoclasistas

Nos mapas coletivos, desenvolvidos através das mencionadas oficinas, conforme vemos nas imagens acima, ganham visualidade questões como desapropriações forçadas, processos de "gentrificação" urbana, áreas marcadas por fluxos migratórios, locais de manifestações políticas dissidentes, áreas poluídas por lixo industrial irregular, etc. Posteriormente, esses mapas são exibidos em diversos locais, através de exposições itinerantes, e também costumam ser compartilhados em redes sociais *on line*, com a finalidade de estimularem debates sobre as questões políticas e sociais vinculadas ao uso e representação dos territórios.

Um último exemplo dessas intervenções coletivas dedicadas ao fornecimento de visibilidade pública ao contorno político e relacional das cidades sul-americanas, pode ser encontrado em São Paulo, por meio da atuação do coletivo Imargem. Formado inicialmente pelo artista visual Mauro Néri e seu irmão Wellington Néri – moradores do Grajaú, região mais populosa e com um dos menores índices de desenvolvimento humano (IDH) do município paulista –, o Imargem têm como proposta a realização de ações estéticas que coloquem a relação centro/periferia sob perspectiva crítica[10].

É importante destacar que o trabalho do Iconoclasistas – como revelaram por meio de uma rede social na internet[11] – tornou-se uma referência para os membros do Imargem que, entre os anos de 2012 e 2013, também investiram esforços na realização de uma "cartografia cultural" responsável por cobrir uma extensa área da metrópole paulista, com base no uso do *graffiti*. O projeto, denominado Cartograffiti, foi viabilizado pela conquista de um financiamento público obtido junto à Secretaria de Cultura do município[12] e teve como proposta conectar simbolicamente as áreas localizadas no extremo sul de São Paulo, particularmente o "Grajaú", ao "centro" da vida política, social e cultural da urbe paulistana.

---

10 Vale mencionar que Mauro Néri formou-se em artes plásticas na Itália, subvencionado por uma bolsa de estudos oferecida pela ONG católica Centro de Convivência Santa Dorotéia. Embora criado por Mauro e seu irmão, Wellington Néri, o Imargem congrega uma rede de colaboradores oriundos de diversas regiões e com variadas trajetórias, origens sociais e níveis de formação. Os mesmos são chamados de "agentes marginais" nos termos do coletivo e se organizam, eventualmente, com o propósito de realizarem intervenções colaborativas em múltiplas regiões da cidade de São Paulo. O coletivo também protagonizou um dos episódios de uma série de filmes intitulada "Rua", realizada pela cineasta Tata Amaral. Outras informações sobre o Imargem podem ser obtidas diretamente no site do grupo, em: *http://imagemdamargem.blogspot.com.br* Acesso em 18/08/2014). Já sobre a participação dos mesmos na série "Rua", é possível ver um *making of* em: *https://www.youtube.com/watch?v=lOksMQFPtag* Acessado em 18/08/2014).

11 A influência do trabalho do Iconoclasistas sobre o Imargem foi publicada pelos integrantes deste último em uma postagem feita na rede social Facebook. O que indica um contato, ainda que indireto, entre os dois coletivos, e que caberá ser investigado.

12 Refiro-me aqui ao edital "Arte na Cidade", cujas informações detalhadas podem ser consultadas no seguinte site: *http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/noticias/?p=7835* (Acessado em 05/02/2014).

Ao término do projeto, no fim de 2013, os espaços integrados pelas intervenções (21 no total) foram visitados por meio de uma rota de ônibus aberta ao público, momento no qual os realizadores vinculados ao Imargem fizeram reflexões relativas ao modo como imaginam e representam a cidade, a partir de suas "margens". Os mesmos chegaram inclusive a fazerem alguns vídeos onde documentaram os desdobramentos desses contatos[13]. Apresento a seguir algumas imagens dessas intervenções:

Figura 5 Exemplo de intervenção do projeto Cartograffiti, realizada na região da Luz, na área central de São Paulo

Fonte: Blog Coletivo Imargem

Figuras 6 e 7: Imagens da interação durante o itinerário da linha responsável pela interligação dos graffitis relacionados à cartografia simbólica produzida pelo coletivo Imargem

Fontes: Blog coletivo Imargem

13 Para maiores informações, consultar o site oficial do projeto desenvolvido pelo coletivo Imargem, em: *http://projetocartograffiti.blogspot.com.br* (acessado em 20/07/2014).

Entretanto, algo que vale destacar é o fato de que, apesar de estarem sendo financiados com recursos obtidos junto a um edital promovido pela Secretaria de Cultura do município de São Paulo, muitos dos graffitis realizados no contexto do projeto Cartograffiti foram seguidas vezes apagados por funcionários terceirizados da mesma prefeitura que os havia subsidiado. Isto gerou uma verdadeira disputa narrativa e visual em distintas partes da cidade, conforme descreveu a matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo, na data de 08/11/2012, ao tratar de um dos graffitis vinculados ao projeto, que já havia sido pintado e apagado por mais de três vezes na região central da capital.

Em um dos trechos da matéria citada, a reportagem revela que os artistas do Imargem, após terem as pinturas apagadas com uma tinta cinza, utilizada pelos funcionários da prefeitura, passaram a escrever, nestes mesmos muros, frases irônicas como "Prefeitura paga e apaga". Em seguida destaca a reflexão de Mauro, integrante do coletivo, sobre os fatos, na seguinte passagem:

Responsável pelo Cartograffiti, o artista plástico Mauro Néri diz que, dos nove muros pintados por eles pela cidade, pelo menos seis foram apagados de alguma forma. "Percebemos que há variação no critério de apagar e de onde apagar. Isso é algo que acontece não só com o Cartograffiti, mas com outras intervenções na cidade", afirma. Segundo ele, os "apagões" são mais comuns em locais que, de alguma forma, tem tendência mais turística. "Fizemos uma intervenção na [*avenida*] 23 de Maio com a [*avenida*] Radial, a poucos metros de grafites que estão na Radial há anos, e eles foram apagados." Discussão: Néri conta que algumas pessoas chegaram a entrar em contato com ele e com a Subprefeitura da Sé, responsável pela pintura [*a repórter refere-se a uma pintura feita na Avenida Tiradentes, na região central de São Paulo, que havia sido apagada e refeita três vezes na disputa entre os grafiteiros e os funcionários da prefeitura*], depois que os murais foram apagados. O artista acredita que o caso dá fomento à discussão sobre a legalidade e a legitimidade das intervenções e da ocupação do espaço na cidade. "Quem é que vai escolher a cor da parede da cidade? E o encarregado de pintura? É a opinião pública? E o artista de rua?", questiona. "Acredito que falar disso pode fazer com que a gente tenha uma paisagem que a gente escolheu." (**Fonte:** O Estado de São Paulo – 08/11/2012; Grifos meus).

O ponto mais interessante da situação destacada pela mencionada reportagem, entretanto, surge na medida em que tais atores passam a serem reconhecidos de modo legítimo por uma parcela de políticas públicas no campo cultural ao mesmo tempo que perseguidos por agentes ligados a outros setores da mesma gestão administrativa. O embate evidencia, deste modo, como existem tendências conflituosas envolvendo princípios e percepções distintos (e divergentes) em relação à representação da noção de "cidade" dentro do próprio poder público e de que maneira intervenções estéticas e políticas (como as aqui citadas) são capazes de torná-los evidentes a um público mais amplo.

3. Enunciando questões: algumas considerações parciais

A ênfase aos casos brevemente descritos acima, envolvendo os coletivos vinculados às cenas urbanas de distintas cidades sul-americanas – mais especificamente o Projetação (Rio de Janeiro), o Iconoclasistas (Buenos Aires) e o Imargem (São Paulo) –, nesse sentido, é um recurso importante para ilustrar o universo empírico no qual encontra-se a presente pesquisa que, conforme adiantei, encontra-se em fase inicial.

No entanto, mais do que colecionar exemplos, o ponto que cabe destacar é o fato de que todas essas práticas associativas têm sido aproximadas justamente pelo modo como manipulam fronteiras com o intuito de "produzirem localidades" (APPADURAI, 2005 [1996]) que sejam capazes de revelar "a cidade" para além de suas estruturas materiais e institucionais.

Por meio do uso da internet e de certas ferramentas comunicativas, associações como estas aqui destacadas, frequentemente, passam a somar esforços no sentido de promoverem uma espécie de "alquimia simbólica", responsável por transformar territórios "marginais" em núcleos capazes de representarem a fundação de novas identidades e formas de solidariedade urbana. Isso porque, ao trazerem as "margens" para o "centro" das metrópoles, através da organização de manifestações visuais (projeções, mapas, grafites, etc.) e da divulgação destas intervenções, via redes sociais, tais práticas parecem dedicar-se ao questionamento e reflexão sobre o modo como o espaço é investido de valores, não apenas materiais, mas também e, sobretudo, éticos, simbólicos

e afetivos.

A repercussão destas atividades, por sua vez, parece agregar numerosos e variados simpatizantes, com perfis bastante heterogêneos, o que mostra como o meio urbano estimula, conforme diz Campos (2012), "competências dramatúrgicas" que permitem a atuação dos citadinos em um "campo de visibilidade" que é ao mesmo tempo estético e político. E é a ampla percepção do poder que este tipo de intervenção exerce sobre os territórios, que parece estar influenciando decisivamente a formação de "arenas públicas" (CEFAI et al., 2011) capazes de aproximar indivíduos com origens sociais, étnicas e culturais muito distintas, em torno de debates pontuais sobre as formas de gestão e representação do espaço nas urbes contemporâneas[14].Diversas pesquisas recentes (BOURDIEU, 1997; CHAMPAGNE, 1997; ALMEIDA e HAMBURGER, 2004; DARNTON, 2005; APPADURAI, 2005 [1996]; SHOHAT E STAM, 2006 [1994]; GOULLET, 2010; CANCLINI, 2002; 2012; CASTELLS, 2013; ADERALDO, 2008; 2013) vêm confirmando que os meios hegemônicos de comunicação contribuem mais para reproduzir do que para alterar a ordem social.

Conforme aponta Canclini (2002), seus discursos têm uma função de mimese, de cumplicidade com as estruturas socioeconômicas e com os lugares comuns da cultura política. Para o autor, os meios corporativos, "mesmo quando registram manifestações de protesto e testemunham a desigualdade, editam as vozes dissidentes ou excluídas de maneira a preservar o status quo" (CANCLINI, 2002: 50). Sendo assim, continua:

(...) as cidades são imaginadas pelos meios de comunicação como lugares onde as transformações acabam sendo absorvidas pela normalidade (…). Os cidadãos são imaginados como clientes, como legitimadores da 'veracidade' construída pelos meios de comunicação, como interlocutores necessários para justificar esta 'veracidade' ante os poderes (econômicos, políticos), que também são clientes enquanto anunciantes e sócios na reprodução da ordem (CANCLINI, 2002: 50).

Tal concepção de "cidade", mediada pela representação hegemônica dos meios corporativos, é o "objeto" que parece estar sendo vigorosamente interpelado pelas ações coletivas às quais configuram a presente proposta de investigação.

A enunciação deste universo empírico permite-nos, portanto, explicitar algumas das principais questões que vêm sendo trabalhadas por esta pesquisa de pós-doutorado. Afinal, como os referidos coletivos, e sua integração em redes associativas mais alargadas e heterogêneas, têm contribuído para a busca da alteração de um imaginário centrado em uma concepção individualizada e privativa dos espaços urbanos? De que modo tal contexto associativo tem interpelado um sistema cultural caracterizado pela forma como a "cidade" e os citadinos são imaginados pela mídia hegemônica, na direção de outra lógica, mais horizontal, onde os meios e a "cidade" é que passam a serem imaginados pelos citadinos? Que experiências e trajetórias pessoais encontram-se por trás da formação dos "projetos individuais" (VELHO, 2004) e coletivos mobilizados por estes sujeitos? Como os mesmos se relacionam com as distintas instâncias de poder vinculadas ao Estado, por exemplo, aos setores ligados ao financiamento cultural e àqueles mais diretamente responsáveis pelo gerenciamento de políticas urbanas? Que fronteiras buscam revelar? E como as utilizam para relacionar dinâmicas locais a contextos globalizados?

---

14 Esta pesquisa toma como uma dimensão evidente o fato de que, mediante a influência de uma variedade de bens culturais (filmes, revistas, exposições, livros, biografias artísticas, tendências decorativas, etc.) centrados na temática da arte urbana ou *Street Art*, lançados nos últimos anos, além da facilidade do acesso a uma diversidade de maquinarias e formas de construção imagética nos contextos urbanos, a realização de intervenções em espaços públicos tem se tornado um forte estímulo à sociabilidade, partilhada por uma conjuntura cada vez maior de pessoas (principalmente jovens) de múltiplas camadas sociais. Alguns exemplos importantes da influência deste tipo de intervenção política e iconográfica no desenvolvimento do "gosto cultural" dos habitantes de grandes cidades, podem ser encontrados em filmes (brasileiros e estrangeiros) recentes como*: Inside Outside: Vandalism, Art and Vandalism as Art* (2005); *PIXO* (2009); *Exit Through the Gift Shop: A Banksy Film* (2010); *Cidade Cinza* (2013); entre outros, bem como no sucesso mundial de vendas de publicações como o livro *Wall and Piece* (2005), do artista britânico Banksy (traduzido no Brasil como "Banksy: Guerra e Spray" (2012)). Para mais detalhes sobre este estilo de sociabilidade relacionado ao campo da chamada *Street Art* e os conflitos e ambiguidades concernentes a este universo em diversos países, ver Pereira (2007), Campos (2011) e Silveira (2012).

Sugiro que o acompanhamento etnográfico dos processos que levam à ocupação e posterior ressignificação dos territórios privilegiados por coletivos como os que foram aqui apresentados, permitirá reter importantes fios de compreensão acerca das novas modalidades de luta e engajamento no mundo urbano contemporâneo. Afinal, mais do que obras "artísticas" ou "manifestações culturais" pontuais, o que essas associações parecem estar produzindo – por meio de suas práticas citadinas –, são novos sentidos e esquemas de representação da alteridade nas grandes "cidades globais" (SASSEN, 1998)[15].

Ao desenvolverem métodos de ação, divulgando-os, por exemplo, através de manuais (tutoriais) em páginas na internet, com o objetivo de partilharem, além de seus feitos coletivos, propostas de intervenção passíveis de serem utilizadas em contextos mais alargados, tais sujeitos, aparentemente, investem seus esforços na direção do estímulo à construção de vínculos que os permitam relacionar distintos ambientes metropolitanos em torno de padrões relativamente semelhantes de segregação (sócio espacial, cultural, racial, de gênero, etc.). Com isso, usam sua criatividade e suas habilidades no manejo de ferramentas visuais e tecnológicas com o intuito de produzirem articulações capazes de conectar determinadas questões locais a um conjunto extenso de dinâmicas globalmente perceptíveis (CASTELLS, 2013).

Tendo em vista esses fatores, é importante enfatizar a afinidade desta investigação com um conjunto de pesquisas etnográficas que, nos últimos anos, vêm se dedicando a pensar a relação entre categorias como "espaços urbanos", "fronteiras" e "marginalidades". Refiro-me, mais especificamente, a autores como Agier (1999; 2011 [2009]), Bourgois (2001 [1995]), Das e Poole (2004), Telles (2006), Augé (2010 a; 2010 b), Feltran (2011), Caldeira (2012), Pardue (2013), entre outros.

Guardadas as devidas proporções, todos esses autores parecem enfatizar a importância de conceitos como "fronteira" e "margem" para entendermos as dimensões políticas das práticas territoriais inscritas em torno de ambientes urbanos culturalmente "globalizados" (APPADURAI, 2005 [1996]; ABELÈS, 2012). Isso porque tais categorias permitem-nos observar com maior acuidade os processos responsáveis pela subversão das regras de visibilidade e invisibilidade engendradas pelo padrão dual clássico centro/periferia.

De Certeau (1994 [1980]: 214) e Augé (2010 a: 19-26), por exemplo, argumentam a respeito do termo "fronteira" que o mesmo encontra-se "no cerne da atividade simbólica" (AUGÉ, 2010 a: 19), justamente pelo fato de funcionar como um dispositivo que regula as relações desiguais entre aqueles que se veem demarcados pelos limites que este estabelece. Nas palavras de Feltran (2011: 15): "onde há fronteira, há comunicação, de um tipo desigual e controlado. Se há fronteira, é justamente para controlar a comunicação entre as partes".

Tais considerações acentuam a importância de questionarmos a ideia, amplamente difundida, de que as "margens" (espaciais e sociais) são lugares de desordem, onde o Estado não chegou, pois, como mostram Das e Poole (2004), a produção e manutenção das "margens" é parte do próprio aparelho administrativo do Estado, da mesma forma que a exceção faz parte da regra.

Levando em conta tais pressupostos, creio que a pesquisa que dá lugar a este paper justifica-se pela necessidade de um maior investimento etnográfico na tentativa de conferir inteligibilidade ao modo como distintos atores e coletividades vêm consolidando formas de comunicação entre contextos socialmente marginalizados com o intuito de redefinirem, para além dos termos ("centro" e "periferia", "cidade" e "não cidade", "favela" e "asfalto", etc.), a própria forma como os mesmos passam a serem hierarquizados por um jogo desigual de forças que é, antes de tudo, político. Afinal, que cidades e que "globalização" nos revelam essas práticas e representações citadinas?

---

15 Durante a pesquisa de doutoramento pude fazer algumas constatações neste sentido. Em minha tese trabalhei com alguns coletivos de realizadores audiovisuais organizados em torno de uma rede denominada Coletivo de Vídeo Popular (CVP). No decorrer da referida pesquisa pude constatar que, através desta organização reticular, tais realizadores consolidaram um eficiente sistema de comunicação entre áreas socialmente marginalizadas de São Paulo, por meio do qual faziam circular formas muito específicas de representação da topografia excludente desta cidade. Além disso, os mesmos valiam-se de variadas representações da noção de "periferia", a depender do contexto interacional no qual se encontravam. Tal constatação, por sua vez, levou-me a privilegiar o exame de variadas "situações sociais" e a pensar os atores investigados em sua condição de "citadinos", buscando, assim, evitar enquadra-los em categorias identitárias fechadas. Para mais detalhes ver Aderaldo (2013).

Referências

ABÉLÈS, Marc (2012). Anthropologie de la globalisation. Paris, Petit Bibliotèque Payot.

ADERALDO, Guilhermo (2008). Das ruas à tela: a representação da violência na mídia eletrônica. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia Social do IFCH – Unicamp.

_____. Reinventando a "cidade": disputas simbólicas em torno da produção e exibição audiovisual de "coletivos culturais" em São Paulo (2013). Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, SãoPaulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-17122013-124311/pt-br.php>.

AGIER, Michel (1999). L'invention de La ville. Paris, Archieves contemporaines, 1999.

_____ (2011[2009]). Antropologia da Cidade: lugares, situações, movimentos, São Paulo, Ed. Terceiro Nome.

ALMEIDA, Heloisa B (2013). "Mídia, sociedade e cultura". In: ALMEIDA, Heloisa .B.; SZWAKO, José. (Org.). Local, Global. 1ª Ed. São Paulo: Berlendis & Vertecchia Editores, v. 1, p. 202-237.

ALMEIDA, H. B e HAMBURGER, E. I (2004). "Sociologia, pesquisa de mercado e sexualidade na mídia: audiências X imagens". In: Adriana Piscitelli; Maria Filomena Gregori: Sérgio Carrara. (Org.). Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Garamond, p. 115-139.

APPADURAI, Arjun (2005 [1996]). Après le colonialisme: les consequences culturelles de la globalisation. Paris, Petit Bibliotèque Payot.

AUGÉ, Marc (2010 a). Por uma antropologia da mobilidade. Maceió, Ed. Edufal/Unesp.

_____ (2010 b). Pour une anthropologie des mondes contemporains. Paris, Ed. Flammarion,

BANKSY. Guerra e Spray (2012). Rio de Janeiro, Ed. Intrínseca.

BARTH, Fredrik (2000 [1969]). O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro, Ed. Contra Capa Livraria.

BAUMAN, Zigmunt (2009). Confiança e medo nas cidades. Rio de Janeiro, Ed. Zahar.

BHABHA, Homi K (1998 [1994]). O Local da Cultura. Belo Horizonte, Ed. UFMG.

BOUILLON, Florence (2009). Les mondes du squat. Paris, Presse Universitaire de France (PUF).

BOURDIEU, Pierre (1997). *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro; Zahar Editor.

_____ (2001 [1997]). *MeditaçõesPascalianas*. Riode Janeiro; Ed. Bertrand Brasil editora.

BOURGOIS, Philippe (2001 [1995]). En quête de respect: le crack à New York. Paris, Ed. Seil.

CABANES, Robert; TELLES, Vera da Silva (Orgs) (2006). Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo, Ed. Humanitas.

CAIAFA, Janice e SODRÉ, Rachel (2000). "Imagens Urbanas: alguns aspectos da produção contemporânea de grafite no Rio de Janeiro". In: Silvia S. Borelli; João Freire Filho. (Org.). Culturas Juvenis no século XXI. São Paulo: Educ, 2008, pp. 249-267.

CALDEIRA, Teresa (2000). Cidade de muros. São Paulo; Ed. 34/Edusp.

_____ (2011). "O rap e a cidade: reconfigurando a desigualdade em São Paulo". In: KOWARICK, Lúcio E MARQUES, Eduardo. São Paulo: novos percursos e atores, sociedade, cultura e política, São Paulo, Ed. 34, pp. 301- 320.

_____ (2012). "Inscrição e circulação: novas visibilidades e configurações do espaço público em São Paulo". Revista Novos Estudos Cebrap, Nº 94, Novembro de 2012, pp. 31-67.

CAMPOS, Ricardo; BRIGHENTI, Andrea Mubi e SPINELLI, Luciano (Orgs) (2011). Uma cidade de imagens: produções e consumos visuais em meio urbano. Lisboa, Ed. Mundos Sociais.

CAMPOS, Ricardo (2011). "Identidades, imagem e representação na metrópole", in: CAMPOS, Ricardo; BRIGHENTI, Andrea Mubi e SPINELLI, Luciano (Orgs) (2011). Uma cidade de imagens: produções e consumos visuais em meio urbano. Lisboa, Ed. Mundos Sociais, pp. 15-30.

CANCLINI, Nestor Garcia (2006 [1990]). Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo, Edusp.

_____ (2002). "Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação". Opinião Pública, Campinas, Vol. VIII, no1, pp. 40-53.

_____; CRUCES, Francisco e POZO, Maritza (Orgs) (2012). Jóvenes, Culturas Urbanas y Redes Digitales. Barcelona, Ed. Ariel.

CASTELLS, Manuel (2013). Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet, Rio de Janeiro, Ed. Zahar.

CEFAI et al. (Orgs) (2011). Arenas Públicas: Por uma Etnografia da Vida Associativa, Niterói, EDUFF, pp. 9- 66.

CHAMPAGNE, Patrick (1997). "A visão Mediática" In: BOURDIEU, Pierre. A miséria do mundo. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1997, pp. 63-79.

DAS, V.; POOLE, D (2004). (Eds.) Anthropology in the Margins of the State. Santa Fé, Oxford: School of American Research Press/ James Currey.

DARNTON, Robert (2005). "Toda notícia que couber a gente publica" In: O Beijo de Lamourette, São Paulo, Ed. Cia das Letras.

DE CERTEAU, Michel (1994 [1980]). A invenção do Cotidiano. Vol. 1. Artes de fazer. Rio de Janeiro, Ed Vozes.

DE TOMMASI, Lívia (2013). "Culturas de periferia: entre o mercado, os dispositivos de gestão e o agir politico". Revista Política & Sociedade, Florianópolis, Vol 12, Nº 23, Jan/Abr de 2013. Pp 11-34.

FELTRAN, Gabriel (2011). Fronteiras de Tensão: política e violência nas periferias de São Paulo, São Paulo, Ed. Unesp/Centro de Estudos da Metrópole.

FOOTE-WHYTE, William (2005 [1943]). Sociedade de Esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

FOUCAULT, Michel (2007 [1976]). História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Ed. Graal.

_____. Centralidade em São Paulo. São Paulo, Edusp, 2000.

FRÚGOLI JR, Heitor (2005). "O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia". Revista de Antropologia, São Paulo, v.48, n.1, 2005, pp.133-165.

_____ (2009). "A cidade no diálogo entre disciplinas". In: FORTUNA e LEITE (Orgs). Plural de Cidade: novos léxicos urbanos, Coimbra, Ed. Almedina, pp. 53-67.

_____ (2013). "Lignes articulées de recherche à propos d'un quartier du centre de São Paulo". Brésil(s). Sciences humaines et sociales, CRBC, 2013, pp. 49-67.

GOULLET, Vincent (2010). Médias et classes populaires: les usages ordinaires des informations, Paris, Ed. INA.

HAESBAERT, Rogério (2010). O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil.

HALL, Stuart (2009 [2003]). Da diáspora: identidades e mediações culturais, Belo Horizonte, Ed. UFMG.

HAMBURGER, Esther (2002). "Indústria Cultural Brasileira (Vista Daqui e de fora)" In: MICELI, Sérgio (Org). O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-2002), São Paulo: Anpocs: Editora Sumaré; Brasília, DF: Capes, pp. 53-84.

_____ (2005). "Políticas da representação: Ficção e documentário em Ônibus 174". In: MOURÃO, Maria Dora e LABAKI, Amir (Orgs), O Cinema do Real, São Paulo, Cosac Naify, 2005, pp. 196-215.

_____ (2007). "Violência e pobreza no cinema brasileiro recente: reflexões sobre a idéia de espetáculo." Revista Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n 78, Julho de 2007, pp. 113-128.

_____ et al (2011). "Cinema contemporâneo e políticas da representação da e na urbe paulistana". In: KOWARICK, Lúcio e MARQUES, Eduardo. São Paulo: novos percursos e atores, sociedade, cultura e política. São Paulo, Ed. 34, pp. 279-299.

HANNERZ, Ulf (2009 [1980]). Explorer la ville, Paris, Ed. Les Édition Minuit.

LEITE, Márcia Pereira e MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (2013). "Circulação e fronteiras no Rio de Janeiro: a experiência urbana de jovens moradores de favelas em contextos de 'pacificação'". In: VIEIRA DA CUNHA, Neiva e FELTRAN, Gabriel (Orgs). Sobre Periferias: novos conflitos no Brasil contemporâneo, Rio de Janeiro, Ed. Lamparina e Faperj, pp. 146-158.

MARCUS, George (2013). "Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography", Anual Review of Anthropology, vol. 24, 1995, pp. 95-117.

PARDUE, Derek (2013). "Uma perspectiva marginal". Contemporânea – Revista de Sociologia UFSCAR. São Carlos, V. 3, n 2, pp. 447- 466.

PEREIRA, Alexandre Barbosa (2007). "Pichando a cidade: apropriações 'impróprias' do espaço urbano" In: MAGNANI, José Guilherme e SOUZA, Bruna Mantese de (Orgs). Jovens na Metrópole: etnografias de lazer, encontro e sociabilidade. São Paulo, Ed. Terceiro Nome.

_____ (2012). "Quem não é visto, não é lembrado: sociabilidade, escrita, visibilidade e memória na São Paulo da pichação". Cadernos de Antropologia e Arte, nº 2, pp. 55-69.

RANCIÈRE, Jacques (1996). O Desentendimento. São Paulo, Ed. 34.

RIZEK, Cibele (2011). "Intervenções urbanas recentes na cidade de São Paulo: processos, agentes, resultados". In: CABANES, R; GEORGES, I; RIZEK, C; TELLES, V (Orgs). Saídas de Emergência. São Paulo, Ed. Boitempo, 2011, pp. 339-357.

SARAIVA, C. e MARQUES, E (2011). "Favelas e periferias nos anos 2000". In: KOWARICK, L. e MARQUES, E. (Orgs) (2011). São Paulo: novos percursos e atores, sociedade, cultura e política, São Paulo, Ed. 34, pp. 105- 130.

SASSEN, Saskia (1998). As cidades na economia mundial, São Paulo, Ed. Nobel, 1998.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (Org) (2008). VAI 5 anos, Ed. SMC, São Paulo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO (2012). Via VAI: percepções e caminhos percorridos. ED. Prefeitura Municipal de São Paulo, São Paulo.

SHOHAT, Ella e STAM, Robert (2006 [1994]). *Crítica da Imagem Eurocêntrica*. São Paulo, Ed. Cosac Naify.

SILVEIRA, Fabrício Lopes da (2011). "Outros grafites. Outra topografia, outras medialidades" In: CAMPOS, Ricardo; BRIGHENTI, Andrea Mubi e SPINELLI, Luciano (Orgs) (2011). Uma cidade de imagens: produções e consumos visuais em meio urbano. Lisboa, Ed. Mundos Sociais, pp. 123-137.

TELLES, Vera da Silva (2006). "Mutações do trabalho e experiência urbana". Revista Tempo Social, v.18, n

1, Junho de 2006, pp. 173-195.

_____ e HIRATA, Daniel Veloso (2007). "Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito". Estudos Avançados, São Paulo, v. 21, n. 61, 2007, pp. 173-191.

VALLADARES, Lícia do Prado (2010)."Educação e mobilidade social nas favelas do Rio de Janeiro: O caso dos universitários (graduandos e graduados) das favelas". In: DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, vol. 2, nº 5-6, 2010, pp. 153-172.

VELHO, Gilberto (2004). "Projeto, Emoção e Orientação em Sociedades Complexas" In: Individualismo e cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, pp.13-38.

Pronomia: possibilidades de criatividade urbana

Ricardo Bento[1]
ricardo.bento7@gmail.com

Resumo: Nesta comunicação são examinadas as relações entre grupos, associações e percursos de indivíduos que constroem novos dinamismos sociais, através de atividades artísticas e culturais inseridas em bairros e comunidades, no contexto urbano da cidade de Lisboa. Desta forma procura-se perceber quais os mecanismos inter-relacionais envolvidos na criação de pontes entre distintos universos sociais, culturais, linguísticos e económicos, operacionalizando e desenvolvendo a noção de *pronomia* na análise de estruturas verticais e horizontais de poder que afetam a vitalidade das sociedades. Assim, este trabalho baseia-se numa estratégia metodológica múltipla, assentando numa componente observacional sobre a construção de redes que procuram anular fronteiras sócio-espaciais. Neste sentido, proponho-me reflectir sobre as configurações urbanas em contextos sociais de pluralidade ao nível inter-geracional, intercultural e interclassista, no relacionamento entre trajetórias individuais e organizações, nomeadamente, no campo da expressão artística.

Palavras chave: pronomia, desigualdades sociais, poder, elitismo

Introdução

Este texto tem origem numa pesquisa de campo sobre orquestras que trabalham com crianças em risco de vulnerabilidade social, na região metropolitana de Lisboa. Esse estudo teve como consequência o artigo (Bento, 2014), *Orquestra da Boba: bairro de sonoridades plurais*, e foi realizado num período que durou cerca de ano e meio com recurso a técnicas etnográficas, em particular o uso da observação direta e das entrevistas formais e informais.

Esta abordagem inspirou posteriormente as minhas atuais reflexões, que vão, de alguma maneira, muito para além da esfera singular do caso enunciado. Tendo em conta que as orquestras em causa têm por base os princípios de ensino do "El Sistema", modelo de regras e valores criados nas orquestras infantis e juvenis venezuelanas, nos anos setenta. As questões e perplexidades que me acompanharam ao longo do processo desta pesquisa prendiam-se em parte com a observação da organização de um grupo de indivíduos, com conhecimentos específicos de música erudita e institucionalizados nesse campo artístico, em formar e modificar as trajetórias de crianças e jovens com dificuldades escolares, adversidades sociais, problemas económicos e culturais. O projeto desenvolvido em Portugal, a partir de 2007, com o nome "Orquestra Geração", tinha ideias similares relativamente ao modelo venezuelano, nomeadamente o uso de todos os recursos disponíveis nesta área específica do ensino artístico para possibilitar a criação de processos de mobilidade social a crianças e jovens de bairros urbanos mais desfavorecidos.

Assim, interessou-me aprofundar como é que estes modos de aprendizagem criavam tecido social? Quais os mecanismos de ação, vida e pensamento a operar nessas relações? Que formas de poder estão envolvidas? Que tipo de instituições e relações sociais são criadas?

---

1 Ricardo Bento é doutorando no Programa de Doutoramento em Estudos Urbanos da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL/ ISCTE-IUL), e mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). É autor de diversos artigos, nomeadamente, "Orquestra da Boba: lugar de sonoridades plurais", in Sociologia, Problemas e Práticas nº 76, pp. 69-85 e "Ritmos da cidade: as redes de uma orquestra no espaço metropolitano de Lisboa", in Ferro, Lígia; Raposo, Otávio, Expressões Artísticas Urbanas. Etnografia e Criatividade (no prelo). Além disso, é fotógrafo em diferentes projetos de arte e media e licenciado em Filosofia pela Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL).

2. Desigualdades, diferenças e capacidades

Nesse sentido importa compreender os efeitos que as estruturas de poder têm a nível global na configuração das desigualdades sociais, atualmente, pensando as práticas e concepções valorativas associadas sem perder de vista a noção de que "(...) social inequalities do not rise by unforseen accident." (Dorling, 2010: 224).
Nesta medida são tidas em conta duas dimensões fundamentais no que concerne à temática das desigualdades sociais. Por um lado, a perspetiva crítica defendida por Martha Nussbaum, no livro *Creating Capabilities* (2011), que mostra como durante um período de longa duração economistas, políticos e burocratas impuseram a visão de modelos dominantes que avaliam a qualidade de vida nos diferentes países e a nível global por intermédio de indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB) e outro fatores de crescimento económico sem sequer questionar os elementos multidimensionais que estão em jogo na qualidade da vida humana. Tal como, o pensamento da autora refere com a noção de "liberdades substanciais", conjunto de capacidades, de combinações diversas e não fixas que são exequíveis e alcançáveis pelos indivíduos, dado que " (...) what the crucial good societies should be promoting for their people is a set of opportunities, or substancial freedooms (...)" (Nussbaum, 2011: 18). Nesta abordagem das capacidades individuais está menos em causa o mérito e mais o apoio daqueles que se encontram em condições de vida mais incertas e desvantajosas.
Por outro lado, visto que as capacidades pertencem primeiramente e sobretudo aos indivíduos, outra perspetiva das desigualdades sociais contemporâneas, dadas as suas múltiplas dimensões (Costa, 2012), realça a análise dos mecanismos que estão por detrás do carácter sistémico das desigualdades sociais, na sequência das reflexões de Goran Therborn (2013) na obra, *The Killing Fields of Inequality*. Tendo simultaneamente presente que a noção de "oportunidades" é algo demasiado pontual e temporalmente redutor no sentido em que deixa de lado os processos que estão a promover ou a constranger as possibilidades de vida dos indivíduos. Por esse motivo se torna crucial distinguir entre os sentidos de diferença e desigualdade. A diferença não pressupõe uma separação, e isso decorre de não requerer a necessidade de algo em comum, está dada, ou é uma opção de um estilo de vida e coexiste tanto com a igualdade como com a desigualdade. No caso da desigualdade está pressuposto algo em comum que não é respeitado, como por exemplo, a condição de humanidade e cidadania no caso das desigualdades de género, existindo uma divisão construída que separa um sentido mínimo de vida comunitária.
Por outras palavras, "Democracy does not require perfect equality, but it does require that citizens share in a common life." (Therborn, 2013: 34).
Desta maneira, e continuando nas linhas de pensamento de Goran Therborn, são identificadas três formas de manifestação de desigualdade: vitais, existenciais e de recursos.
Sucintamente, as desigualdades vitais dizem respeito à esperança de vida, à manutenção da sobrevivência biológica dos indivíduos, aos cuidados de saúde e alimentação. A esfera das desigualdades existenciais relaciona-se com o livre exercício de participação na vida política, cultural e científica sem que exista medo de repressão, tortura ou perseguição no ato de expressar livremente a voz da nossa consciência. Por último as desigualdades de recursos estão ligadas aos recursos educacionais, de emprego ou de bens materiais de qualquer espécie que facilitam e induzem as capacidades de ação. Para além disso, estas três formas de desigualdade intersetam-se com quatro mecanismos de desigualdade e opostamente com outros quatro mecanismos de igualdade que são permeáveis e cumulativos entre si. No primeiro caso temos os mecanismos de distanciação (vencedores e perdedores), exploração, exclusão (estar no grupo, ou fora, processos de estigmatização), e hierarquização. No segundo caso os mecanismos são de aproximação (cathing-up), inclusão (atribuir direitos, dar acesso), redistribuição (riqueza, rendimentos, estatuto) e horizontalização (abertura de canais de educação, por exemplo).
Daniel Dorling no seu trabalho, *Injustice: Why Social Inequality Persists* (2010), destaca e aprofunda as tendências que existem atualmente para uma visão elitista das relações em sociedade. E como esse caráter serve para fundamentar a exclusão de inúmeras pessoas de uma atividade social dentro das normas comuns de dignidade e reconhecimento defronte de outros. Assim, este elitismo corrosivo contamina educação, emprego e salários, relações de status, recursos financeiros, e incerteza em relação ao futuro. Dizendo de outro modo, "Elitist thinking not only determines children's life chances but also has an affect on everything that is seen

as decent or acceptable in a society." (Dorling, 2010: 19). Neste sentido, não ter hipóteses de agir dentro das normas da sociedade, sejam estas a possibilidade de ter férias, comer o pequeno almoço, brincar, ter acesso à cultura, boa educação ou saúde, é um sintoma e manifestação de empobrecimento que pode determinar o integral desenvolvimento de crianças e jovens.

Este foi um dos aspetos que me interessou na investigação realizada junto das orquestras quando posteriormente interpretei processos de coincidência entre campos de possibilidades criativas, nas aprendizagens artísticas e inter-relacionais, por um lado, e as oportunidades de mobilidade e reconhecimento social que os participantes das orquestras adquiriam ao longo do seu próprio percurso, por outro. Invertendo por essa via, em alguns casos, o peso que os contextos urbanos socioeconomicamente desfavoráveis geravam. De modo sucinto podemos dizer que estavam presentes qualidades institucionais de desenvolvimento humano, e numa determinada escala a organização das orquestras era propiciadora do fortalecimento do tecido social pelo foco que punha em contrariar os múltiplos mecanismos de desigualdade, sem esquecer de pôr em prática as potencialidades dos processos de igualdade social.

3. Elites e estruturas de poder

Presentemente, pela primeira vez na história da humanidade cerca de dois terços da população mundial vive em cidades e muitas delas são mais desiguais que os próprios países, embora este não seja o caso específico dos meios urbanos europeus e de Tóquio, por exemplo. Podemos considerar as cidades como lugares criadores de singularidade relativamente aos indivíduos, lugares de referência onde a diversidade humana, de recursos e bens se concentra. Estas áreas urbanas surgiram aproximadamente há dez mil anos atrás e os Estados-nação como nós os conhecemos somente há quinhentos anos. Nas cidades foram travadas lutas por direitos políticos de participação, ocorreram inúmeras diferenciações ao nível do ensino, do trabalho, da saúde e das tecnologias. Em diversos graus foram centros de invenção cultural, lazer e conhecimento, laboratórios onde apareceram as ideias do ensino público universal e gratuito, onde se criaram novos mecanismos de justiça, a circulação acelerada de bens, serviços e capitais, acrescentando a depuração concentrada de estruturas de poder altamente organizadas em todo o tipo de funções multidimensionais.

Assim, segundo o que Charles Tilly escreveu em, *Coercion, Capital, and European States* (Tilly, 1990: 19), "Accumulation and concentration of capital fostered urban growth, while transforming the regions surrounding new clusters of cities.". Deste modo, vemos hoje estas panóplias de interações a acontecer em contextos de crescimento urbano por via de estruturas de poder organizadas a nível político, económico, militar e social, que permitiram em muitos casos de forma decisiva a modificação de direitos civis e de cidadania, segurança social e emprego. Estas levaram à criação daquilo que designamos por classe média, mas por outro lado também engendraram visões impossíveis de aceitar de desigualdade social e injustiça. Outrora fenómenos como o trabalho infantil, a discriminação de género ou condições miseráveis ao nível da habitação, higiene e saúde eram percecionadas de modo natural, como se não fosse sequer possível alterar esse estado de coisas. Embora a mundividência desses valores tenha sido gradualmente transformada em períodos de longa duração, ao nível da educação, dos direito de trabalho, das mulheres e das crianças, continuamos a encontrar na atualidade manifestações preocupantes de degradação e rompimento do fortalecimento dos tecidos sociais na imensa concentração de riqueza por parte das elites instaladas nas estruturas de poder. Enquanto que, no pólo oposto, a maior parte da populações vive sem acesso a condições justas de distribuição de recursos e serviços que permitam uma vida com mais dignidade e equidade.

Sendo que, em casos mais extremos de miséria e pobreza a distanciação é de tal ordem que deixam de existir sequer pontos de contacto entre as elites do poder e as classes pobres da sociedade, tal como estas são descritas por Wright Mills (1956) e posteriormente desenvolvidas por Richard Lachmann (2013). Essas relações de poder organizaram entre si processos cumulativos de recursos educacionais e simbólicos, de hierarquia e dominação, de património e riqueza, principalmente em momentos de transição histórica, originando situações de desigualdades sociais duradoiras, "(...) inequality is created mainly by large political processes and changes mostly during moments of transition." (Lachmann, 2013: 103).

No passado, o reforço mútuo das elites no poder (políticas, militares e económicas) possibilitou que o trabalho infantil, a escravatura e a ausência de voto das mulheres nas decisões políticas e sociais fossem aceites como perfeitamente normais. Neste sentido só no final do século XIX é que foi aprovada a legislação para todas crianças irem à escola até aos dez anos de idade. Esse sentido elitista é presentemente vivido em estilos de vida comuns, escolas privadas e colégios internacionais, clubes exclusivos, trocas de posições e favores entre hierarquias políticas, empresariais e financeiras e negócios militares pouco claros para a opinião pública. Partindo das origens familiares, da educação em escolas exclusivas e de difícil acesso, até chegar aos lugares de poder torna-se fácil criar um sentimento de superioridade em relação aos outros. Tal como nas reflexões enunciadas por (Dorling, 2010: 73), "There is a tragedy in making young people pretend to superhuman mental abilities wich neither they nor anyone else possess.". Esta visão da existência duma hierarquia, que é passada logo a partir da infância por parte das elites que compõem as estruturas de poder, desvia a atenção de como os recursos criados pelos esforços de todos, nomeadamente a produção industrial, científica e tecnológica, a tributação dos impostos ou os valores culturais e artísticos não estão a ser canalizados de maneira a poderem abranger o maior número de indivíduos possíveis independentemente da sua origem, classe ou género. A discordância, a desordem e o disparate são fenómenos inerentes ao facto de vivermos em sociedade, dado que, todos somos atravessados por circunstâncias e movimentos que não podemos inteiramente prever ou controlar. Porém, há posições sociais nas estruturas de poder que permitem transcender contextos de imprevisibilidade que afetam as trajetórias de vida dos homens comuns, em particular o poder de realizar a sua própria vontade mesmo que seja necessário enfrentar a oposição de outros. Como diria Max Weber (1922), o poder é a capacidade de fazer com que outros façam aquilo que de outra maneira eles não fariam partindo da sua própria vontade e sem que disso tenham consciência.

Se numa perspetiva Dubar (2006) refere as instituições como estruturas organizadas que não impõem apenas constrangimentos, mas representam também recursos que os indivíduos devem conhecer e mobilizar, acentuando o caráter positivo das relações de poder, como nos é dito por outras palavras por Michel Foucault (1979), "(...) o poder é o produtor de individualidade. O indivíduo é uma produção de poder e do saber", "O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceite é simplesmente que não pesa só como força que diz não, mas que de facto ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso.".

Noutro sentido, como também foi enunciado por Michel Foucault, nos lugares onde se encontram relações de poder existem formas correspondentes de resistência que revelam assimetrias de potencial. As elites que controlam as estruturas de poder têm com certeza uma influência muito superior na forma como posteriormente as relações sociais e as respetivas desigualdades estão construídas, mais do que alguém excluído dessas esferas de decisão. Como resultado esses sistemas de poder aparecem como produtores de valores e recursos de ação dotados de validade, ou seja, as "verdades" e as posições defendidas como norma estão circularmente apoiadas e reproduzidas pelos efeitos desse poder, que as induzem e reproduzem.

Assim, o problema central passa por saber como é que se mudam estruturas de poder que vêem o mundo de forma hegemónica, induzindo em simultâneo a criação de mecanismos de desigualdade social? Richard Lachmann questiona de que modo continuaram as elites do poder, os 10% no topo, a enriquecer? As respostas que nos faculta indicam a elevada coordenação e organização dessas mesmas elites, com enfraquecimento dos Estados-nação através da influência das grandes corporações multinacionais, os mercados financeiros e as organizações transnacionais, como o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio ou o Banco Mundial.

Julgo que esta hegemonia nas formas de compreender a noção de crescimento, incutida pelos sistemas de poder elitistas, demanda um questionamento e uma nova forma de pensar as necessidades das populações e dos territórios a nível global. Como foi mencionado por mim anteriormente a avaliação da qualidade de vida dos indivíduos e das nações por intermédio de indicadores económicos, como o Produto Interno Bruto por exemplo, constrói a noção de crescimento e desenvolvimento dessas sociedades nesse sentido, sugerindo políticas de investimento aos decisores em diferentes níveis da estrutura de poder. Sendo que, esses indicadores económicos podem ter como base mecanismos de produção e de riqueza que na sua fonte original nada mais fazem do que reproduzir desigualdades e injustiças sociais.

Contemporaneamente as desigualdades sociais a nível global têm vindo a aumentar nas últimas quatro décadas. O topo dos 10% mais ricos distanciaram-se de forma muito significativa e aqueles que representam apenas 1% desses 10% mais abastados aumentaram ainda mais o fosso entre ricos e pobres por processos de acumulação e concentração de capital. Antes da Revolução Industrial, as sociedades tradicionais construíam a divisão entre trabalho e capital através das relações entre proprietários e camponeses. Esta divisão entre capital e trabalho está no cerne do problema, que se intensificou após a Revolução Industrial. A natureza do capital transformou-se, de tal forma que no século XVIII era caracterizada pela posse de terras e valores de outros imóveis, e nos nossos dias assenta nas estratégias financeiras e tecnológicas do século XXI.

Alguns economistas, como é o caso de Thomas Piketty (2013), analisam de forma muito detalhada e inteligente os processos atuais que estão por detrás desta divisão entre trabalho e capital. Demonstrando que ainda não foi possível reduzir, a nível macroeconómico a importância do capital relativamente ao trabalho. Neste sentido, o mesmo autor decompôs a desigualdade de rendimentos nas seguintes categorias: rendimentos do trabalho, posse de capital com a receita que ele dá, e a interação entre os dois termos. Revelando a importância de discernir estas múltiplas dimensões de desigualdade e os diversos mecanismos em funcionamento. Para dar um exemplo desta distinção, constatamos que o capital é sempre mais concentrado e menos distribuído do que os rendimentos provenientes do trabalho.

O top dos 10% que mais ganham relativamente ao capital ficam com mais de 50% e em alguns casos com 90% da riqueza total, e os 10% com mais rendimentos associados ao trabalho ficam com valores entre 25% e 30%. Seguindo o caminho destas reflexões Piketty (2013) propõe uma fórmula que traduz a desigualdade fundamental, $r > g$, sendo r equivalente ao retorno dado pelo capital e g o crescimento com origem na produção e trabalho. Os dados referentes a estas variáveis para sociedades com taxas de crescimento (g) na ordem dos 0,5% e 1% têm um valor de retorno (r) de 4% e 5%. Consequentemente, estes dados deixam entender que a riqueza acumulada no passado é valorizada muito mais rapidamente que o crescimento da economia, consentindo uma alta concentração de vastas fortunas de geração para geração. Para termos uma ideia geral os rendimentos com origem no capital são dez a vinte vezes superiores em relação ao crescimento ao longo de toda a história humana, e "By 2010, and despite the crisis that began in 2007-2008, capital was prospering as it had not done since 1913." (Piketty, 2013: 42).Atualmente, na Europa em países como França, Itália, Reino Unido, ou Alemanha 10% da população é detentora de 60% da riqueza nacional. O mais surpreendente é que nestas nações metade das suas populações não possui praticamente nenhum património e nessa base da pirâmide os indivíduos vivem com menos de 10% da riqueza nacional e outros geralmente não alcançam os 5%. Especificamente, no caso de Portugal a OCDE revela que é uma das nações mais desiguais da Europa. Os portugueses mais ricos ganham cerca de dez vezes mais do que os portugueses mais pobres, sem considerar as diferenças de rendimentos que provêm do património e do capital acumulado, e acrescentando que ao nível do ensino primário e secundário as escolas públicas têm aparecido nos rankings de avaliação com desempenhos muito abaixo das escolas privadas. Na última avaliação a nível geral, e nas disciplinas de matemática e português em particular, as primeiras escolas públicas apareciam em vigésimo e trigésimo lugar, evidenciando um acesso desigual a recursos que deveriam ser comuns, como a educação e o conhecimento.

4. Conhecimento, criatividade e mudança social

Claramente, estes conteúdos empíricos levam a questionar a nossa própria noção de crescimento. Crescimento para quem? Para quê? Para onde? Como é que pensamos, agimos e vivemos as formas de poder? As relações sociais e as instituições que estas criam?

Assim, o aparecimento de configurações de pobreza, exploração, dominação e manipulação por via organizada, ou por outras palavras, por intermédio de instituições e estruturas de poder é um sintoma da presença de processos criadores de desigualdade e num determinado sentido de anomia social, visto que, o enfraquecimento das relações de confiança e da trama das sociedades em níveis macroeconómicos, políticos e sociais de larga escala é bastante revelador das caraterísticas do exercício de poder. A lógica do desenvolvimento que assenta apenas no lucro e nos interesses das elites esconde movimentos que tendem a configurar falsas relações de

cosmopolitismo como nos diz Ulrick Beck (2002) e Jurgen Habermas (2012), nas referências às perigosas assimetrias desenvolvidas, em particular dentro da União Europeia, pela monopolização das elites políticas e económicas relativamente a decisões e objetivos que dizem respeito a toda a sociedade civil. Neste sentido, é necessário pensar um sentido de cosmopolitismo dentro do qual os direitos e a dignidade humana se integrem no desenvolvimento de reconhecimentos comuns numa dupla pertença relativamente aos indivíduos. Desta forma, a diferença do outro é entendida como igualdade, assim "(...) the cosmopolitan lives in a dual homeland and possesses dual loyalties: he is both a citizen of the cosmos – world citizen – and a citizen of the polis – a citizen of city and state." (Beck, 2002: 36). Este reconhecimento duplo do cosmopolitismo questiona a nossa atitude no que diz respeito à alteridade dos outros, focando-se menos nos aspetos identitários das origens e mais nos diálogos que reinventam relações culturais e manifestações de poder.

No nosso passado comum temos exemplos recentes de como as elites utilizaram o poder para engendrar e justificar aquilo que para nós hoje é inaceitável. A segregação social nos Estados Unidos da América, nos anos sessenta, o apartheid na África do Sul, ou os estados totalitários na Europa de Leste. Contemporaneamente, observamos os fenómenos dos milhões de indivíduos que fogem a guerras, ou a condições miseráveis de existência, vivendo muitos anos das suas vidas em campos de refugiados, ou em arriscadas migrações para alcançar um futuro melhor. Por outro lado, o contínuo aumento do desemprego e as consequências sociais para a saúde mental e física dos indivíduos, as orientações meramente competitivas e exclusivistas de muitos sistemas de ensino e a ausência de cerca de 70% da população de qualquer tipo de património, dependendo unicamente do trabalho como fonte de sobrevivência, conduzem ao questionamento das "paisagens urbanas" que as elites nas esferas de poder advogam e constroem, tendo em conta que grande parte desta população é devedora ao sistema financeiro, sobretudo nos países mais ricos.

Este estado de coisas, a definição nas *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein (1985) para mundo, encontra nas cidades, nos bairros e nas ruas um espelho da distribuição da riqueza, da organização das hierarquias e do poder, que regulam e modificam as relações urbanas.

Como vimos até aqui a noção de crescimento precisa de ser contestada e debatida e não ser vista como um dado percebido apriori. Se as instituições políticas, económicas, militares, de conhecimento e cultura que erguemos em conjunto não procuram criar processos de desenvolvimento humano, onde os indivíduos possam pensar, agir e viver, há um sentido comum que está a ser indevidamente apropriado. Nesse sentido as configurações desiguais do presente são processos criadores de anomia que levam a comportamentos desviantes que não conseguem cumprir as normas sociais como referido por Becker (1985). Assim como no ponto de vista descrito por Dorling (2010) as tendências acentuadas para promover uma sociedade elitista provocam sofrimento e afrouxamento da coesão social.

Em sentido contrário, sugiro que as avaliações para alocar investimentos e recursos comuns para o desenvolvimento e crescimento humano tenham em linha de conta a promoção das capacidades combinadas dos indivíduos, articulando esta dimensão com processos criadores de igualdade. Para tal, proponho a noção de pronomia, como conjunto de relações nas quais indivíduos, instituições e estruturas de poder constroem e fortalecem o tecido social, reforçando as potencialidades positivas do exercício de poder. Assim, esta procura de um modo justo de distribuir os recursos e o bem estar social em geral permite medir os movimentos das diferentes organizações sociais. Neste sentido, formar uma orquestra num bairro desfavorecido para dar resposta a um problema social, desenvolver uma visão de acesso ao ensino universitário universal, fomentar condições de saúde e de habitação dignas para todos, reorientar os recursos das tributações nesse sentido, ou estimular novas formas de investimento das entidades bancárias e das instituições supranacionais passa primeiramente pela perceção de que isso é uma possibilidade.

Wittgenstein (1985) afirma que devemos lutar com a gramática que nos é imposta. Efetivamente, quando usamos determinadas expressões linguísticas, ou a construção de frases de um modo particular, no quotidiano, não modelamos também as nossas emoções e o nosso pensamento a essas expressões? Poderíamos também perguntar, no seguimento deste pensamento, se determinados princípios de ação que adotamos sem refletir acerca das suas ligações não configuram de modo análogo a forma como vivemos connosco e com os outros.

Referências Bibliográficas

BECK, ULRICH (2002), *Power in the Global Age*, Cambridge: Polity Press

BECKER, HOWARD S. (1985), *Outsiders. Etudes de Sociologie de la Déviance*, Paris editions: A.-M. Métailié.

BENTO, RICARDO (2014), " Orquestra da boba: bairro de sonoridades plurais", Sociologia, Problemas e Práticas, 76, pp. 69-85.

COSTA, ANTÓNIO FIRMINO (2012), *Desigualdades Sociais Contemporâneas*, Lisboa: Mundos Sociais.

DORLING, DANIEL (2010), *Injustice. Why Social Inequality Persists*, Bristol: The Policy Press.

DUBAR, CLAUDE (2006), *A Crise das Identidades. A Interpretação de uma Mutação*, Porto: Edições Afrontamento.

FOUCAULT, MICHEL (1979), *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro: Graal.

HABERMAS, JURGEN (2012), *The Crisis of the European Union. A Response*, Cambridge, UK: Polity Press.

LACHMANN, RICHARD (2013), *What is Historical Sociology ?*, Cambridge: Polity Press.

MILLS, WRIGHT (1956), *A Elite do Poder*, Rio de Janeiro: Zahar.

NUSSBAUM, MARTHA (2011), *Creating Capabilities. The Human Development Approach*, Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.

PIKETTY, THOMAS (2014), *Capital in the Twenty-First Century*, Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.

THERBORN, GORAN (2013), *The Killing Fields of Inequality*, Cambridge: Polity Press.

TILLY, CHARLES (1990), *Coercion, Capital and European States*, Cambridge: Blackwell.

WEBER, MAX (1922), *Três Tipos de Poder e Outros Escritos*, Lisboa: Tribuna da História.

WITTGENSTEIN, LUDWIG (1985), *Investigações Filosóficas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Estética e poder: práticas artísticas no Morro da Conceição

Mayane Dore[1]

Resumo: O Morro da Conceição é um bairro histórico, local do início da ocupação portuguesa e prioritário ao projeto de "revitalização" do porto do Rio de Janeiro. Vive hoje um processo de patrimonialização que evoca a tradição portuguesa, trazendo como modelo o bairro de Alfama, e em contrapartida, desconsiderando as dinâmicas socias pré-existentes, como por exemplo suas memórias de "resistência negra". Neste contexto de novos usos do espaço que visam sobretudo o consumo e o turismo, direciono meu estudo de mestrado ao acompanhamento dos moradores que se reconhecem como artistas, observando como participam na construção do imaginário do Morro. Ao compreender a arte como um fenômeno social, resultado de uma ação coletiva que aciona uma complexa rede mediadora de diferentes mundos, apresentamos uma análise de aspectos simbólicos e metalinguísticos reveladores dos conflitos locais, além de um sistema de valores e significados particular.
Palavras-chave: requalificação urbana - arte - Porto Maravilha

1. Introdução: um morro global

Nas últimas décadas a discussão tanto no campo das ciências sociais, quanto em outras áreas, têm se caracterizado por uma inquietude relacionada a decifrar estes fenômenos e processos, assim como os conflitos em contexto multiculturais. Assim, há uma vasta literatura que discute as transformações no tecido urbano das cidades e o surgimento de novos sujeitos que chocam com os interesses e relações pré-existentes nestas cidades em constante e intensa transformação. É neste contexto que esta comunicação pretende se inserir, trazendo como exemplo para debate o caso do porto do Rio de Janeiro, mais especificamente, do Morro da Conceição.
No caso desta cidade, assim como tantas outras, o recebimento de um megaevento é a oportunidade de redefinição simbólica da expansão metropolitana, transformando áreas antigas e periféricas em espaços chaves para a sua construção de cidade símbolo, cosmopolita, uma referência transnacional, acolhedora, e um ícone de hospitalidade no contexto internacional (PUJADAS e BAPTISTA, 2000). Casas populares, assim, sofrem fortes pressões dos interessados em adquirir estes espaços centrais e emblemáticos, tais como a zona portuária, para consolidar este projeto de visibilidade mundial. Ambos os autores, Joan Pujadas e Luis Baptista (2000), oferecem grandes contribuições para a reflexão deste processo. Segundo estes estudiosos, essas ditas cidades acolhedoras (PUJADAS, 2005) se orientam de forma integrada direção aos fluxos de capital e investimento, de pessoas e de serviços, reforçando suas características globais. Nesta lógica, os moradores passam a ser coadjuvante de um espetáculo onde o turista é protagonista, e os conflitos sociais existentes são deslocados em direção periférica para que os visitantes e investidores não sejam afetados e espantados. Em sua definição de territórios lúdicos (BAPTISTA, 2005), Luis Vicente Baptista também chama a atenção para esse novo uso do espaço no qual a cidade do Rio de Janeiro está inserida. São lugares, afirma este autor, entendidos desde o início de sua concepção como espaços para entretenimento e consumo, ou seja, com finalidades lúdicas (esportes, caça, pesca, turismo cultural, gastronomia, paisagens naturais). Nesta lógica de mercantilização desses territórios, ele igualmente destaca uma dinâmica específica que permite esses usos, tais como a possibilidade de mobilidade e instrumentos que difundem esta lógica. Mas principalmente, Baptista reconhece nestes projetos a aceitação dominante do uso do tempo livre, que se opõe ao tempo de trabalho, e que por sua vez se apoia numa idéia de programação do tempo cotidiano e de prazer individual.

---

1 Mayane Dore é Bacharel em desenho industrial com habilitação em conmunicação visual pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e, atualmente, é integrante do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, nível Mestrado, pela Universidade Federal Fluminense (PPGA-UFF), como bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e associada ao Núcleo de Antropologia das Artes, Rituais e Sociabilidades Urbanas - NARUA/UFF

Como resultado deste processo, esses dois autores apontam para uma explosão concomitante a uma implosão. Uma explosão das cidades no sentido de buscar uma posição elevada nas disputas de metrópoles do mundo, e uma implosão no seu interior que ameaça os modos de vida anteriores e que podem vir a se chocar com tom homogeneizador dado aos projetos dessas cidades fantásticas. Com efeito, tal processo pode resultar em discursos críticos, em desconfiança, e em insegurança nos antigos moradores frente a estes descompassos e incompatibilidades entre o que eles são e o que querem que eles sejam. As consequências são inúmeras: os espaços passam a ser apropriados de modos distintos; os valores e as formas de organização local se confrontam com os novos sentidos atribuídos a eles; os moradores se vêem obrigados a interagir de acordo com novas regras de sociabilidade e comportamento; há uma mudança radical nas referência espaciais e simbólicas, além de fluxos humanos e mercantis que retiram o controle do espaço de seus antigos moradores. Por isso, dado as ambiguidades deste evento e os conflitos entre uma memória recente de cidade que já não é mais, segundo Baptista e Pujadas (2000), desenvolve-se no morador um duplo sentimento de perda e de referente: de laços e de locais.

De maneira resumida, a grande crítica feita a estes processos de transformação social é o excesso de atenção ao exterior e uma preterição ao seu interior. Uma sobreposição entre a cidade imaginada e a cidade real, vivida e experienciada. Isso porque, ao invés dessa cidade cosmopolita e idealizada que se fantasia nas intenções de seus projetistas, nos chãos das cidades, entre os paralelepípedos do Morro da Conceição, o que se encontra são mundos múltiplos em disputa e em constante negociação. Incoerente aos desejos de um plano imaginário, esses modelos urbanísticos globais não enquadram no cotidiano de seus viventes. E mais do que isso, apesar do sonho e dos esforços, a cidade acolhedora é socialmente insustentável uma vez que aprofunda ainda mais suas segregações espaciais. É neste contexto contemporâneo que esta comunicação se insera, abordando o casa particular do Morro da Conceição, na zona portuária do Rio de Janeiro.

2. O mar e o Morro

Em 2009 foi inaugurado o projeto Porto Maravilha idealizado pela prefeitura carioca, com o objetivo de "revitalizar" a região portuária, "reestruturando" as condições de trabalho, moradia, transporte, turismo e cultura, como foi enunciado pelos próprios responsáveis pelo projeto.

Este plano será implantado nos bairros portuários, contemplando assim o Morro da Conceição, bairro de aproximadamente 2.000 habitantes, marco da ocupação portuguesa na cidade, e espaço de um complexo e diverso sistema social que vive hoje intensas transformações urbanas aceleradas por este projeto urbanístico que o apresenta como um dos setores prioritários.

Com o objetivo de contextualizar o leitor no espaço do Morro da Conceição, apresentarei inicialmente algumas idéias centrais importantes para esta discussão, com base no trabalho da antropóloga Roberta Sampaio Guimarães, que em sua tese de doutorado A *utopia da Pequena África: Os espaços do patrimônio na zona portuária carioca*, defendida em fevereiro de 2011, analisa o plano urbanístico da zona portuária apresentado pela Prefeitura, e contribui com uma relevante compreensão do Morro. Escolhi este trabalho, ainda que existam outras importantes compreensões deste local, pois este, especificamente, dialoga com a discussão aqui exposta no que diz respeito ao campo da arte, memória, patrimonialização e política. Assim, considerando que meu projeto de pesquisa se encontra em fase inicial, com dados de campo insuficiente para uma discussão mais consistente, me parece oportuno apresentar objetivamente trabalhos de referência, com a finalidade de termos uma primeira aproximação ao espaço de pesquisa ao qual nos debruçamos.

Inicio então com a teoria defendida pela antropóloga de que a proposta urbanística do Porto Maravilha se apropria de grandes modelos globais de urbanismo, e ignora práticas locais e as redes de sociabilidade da região. Em sua análise detalhada do projeto, evidencia também algumas formas tipificadas da população residente que são evocadas pelos conceitos de "autenticidade", além de polarizações reificadas como "povo" e "elite", "local" e "global", "coletivo" e "individual". Buscando contornar esses modelos de pensamento, a antropóloga dilui a própria noção totalizante de "morro" no discurso da prefeitura, ressalta "suas diferentes possibilidades de espaços, percursos e circuitos" (GUIMARÃES, 2014), além das diferentes cosmologias e múltiplas relações de oposição.

Ainda na análise do plano propriamente dito, vale também ressaltar a classificação feita por funcionários da prefeitura de áreas do Morro como "insalubres", "vazios" e "invadidos", produzindo assim, segundo a autora, o acirramento de conflitos no local. Além disso, como resultado dessas classificações, são também acionados discursos que procuram demarcar fronteiras identitárias e territoriais no decorrer da implementação dos programas de "controle e ordenamento da população", como bem defendem os representantes das instituições públicas do município.

Como defesa de sua premissa, a antropóloga observa os espaços de uso público no Morro e aponta para as "diversas formas de habitar e estruturar os espaços" (GUIMARÃES, 2014), diferentes das proposta pelos envolvidos no projeto Porto Maravilha. O projeto urbanístico, como bem analisado pela pesquisadora, se apropria de uma análise que tipifica os habitantes e suas formas de organização do espaço. Assim, no dito projeto, o Morro estaria classificado em "eixo cume", com moradores antigos com descendência portuguesa e espanhola; "flanco norte", com moradores mais recentes em sua maioria de origem nordestina; e o "sopé comercial", que como o próprio termo evoca, se compõe pelos comerciantes da base do Morro. Em suas observações, no entanto, encontra diferentes grupos que se identificam de maneiras distintas, valorizando-se como portadores de diferentes patrimônios: o negro, presentificado pelo quilombo da Pedra do Sal localizada na base do Morro; português e espanhol; e "do santo", representada pelo grupo carnavalesco Afoxé Filhos de Gandhi.

Como última consideração relevante ao breve levantamento aqui feito dos processos sociais nos quais o Morro está inserido, vale destacar os principais pontos característicos do local, divulgados até mesmo turisticamente. Estão presentes neste espaço uma forte tradição católica representada pela VOT (Venerável Ordem Terceira de São Franscisco da Penitência), e que por sua vez esteve intensamente inserida nos conflitos com a criação do quilombo da Pedra do Sal; o Jardim Suspenso do Valongo, que antes da *reforma Pereira Passos* era um mercado de escravos desativado; a Fortaleza da Conceição que faz fortemente presente uma instituição de caráter militar; o antigo Palácio Episcopal, que em seguida foi Sede do Serviço Geográfico do Exército, e atualmente, tombado pelo IPHAN, é Museu Cartográfico; a Igreja Nossa Senhora da Conceição, que é referência para o nome do Morro; e o já dito, quilombo da Pedra do Sal.

Em meio a esta complexidade social e acelerada mudança urbana, se instalam também neste espaço artistas plásticos com distintas técnicas, e que em 2002 deram início ao chamado Projeto Mauá: um projeto que tem como objetivo, segundo os 4 artistas fundadores, "abrir as portas dos ateliês da Ladeira João Homem, mostrando assim aos visitantes e moradores as vocações artísticas, histórica, cultural e turística do morro." Inspirado no projeto "Portas abertas" do bairro de Santa Teresa, também referência para estes artistas, o projeto atualmente tem a adesão de aproximadamente 20 artistas e está em processo de formalizar-se como associação.

Com o intuito de ter um primeiro contato com os fundadores do projeto, fui ao Morro da Conceição, e no caminho, vi na base do morro grupos que se reconheciam como artesãos, que fazem feiras também por Ipanema e que têm o financiamento da Prefeitura para o que chamam "economia solidária". No entanto, perguntei se havia ali alguém do próprio morro, ou morador da região, e me disseram que não. Segui então subindo pela Ladeira João Homem, onde se localiza grande parte dos ateliês, e onde foi classificado, tanto pela antropóloga Roberta Guimarães, quanto pelo projeto urbanístico, como a área de moradores que se dizem portadores de uma "tradição portuguesa e espanhola".

Fui primeiramente à casa de Marcelo Frazão, me apresentei como estudante e perguntei sobre os movimentos de arte do local, sem me referir diretamente ao Projeto Mauá, uma vez que eu estava ciente de que Marcelo já não participava do projeto por haver entrado em desacordo com os participantes. Ele me atendeu cordialmente, e sem qualquer problema fez referência ao projeto, dizendo ter saído, e que hoje trabalha de forma "autônoma" com outros projetos no próprio Morro. Educadamente me indicou onde era a casa do outros fundadores, dizendo para eu falar diretamente com eles.

Sem me alongar muito na conversa, segui as orientações de Marcelo e fui aos outros ateliês. Renato Sant'Anna não estava, e fui então para a casa de Paulo Dallier, que tinha a janela e porta de sua casa aberta. Como depois me disse, ele era considerado o "portão" do Morro. Me recebeu sua sobrinha que atenciosamente chamou ao tio, um senhor de 82 anos. Sem qualquer receio abriu a porta com muita naturalidade, provavelmente por estar acostumado a receber pessoas como cineatas, jornalistas, pesquisadores e produtores culturais. Devido a sua

idade, eu tinha dificuldade de lhe entender, e ele a mim, pois não escutava muito bem. Mas independentemente disso, foi muito agradável, contando histórias e falando bastante, sem que eu tivesse a necessidade de fazer qualquer pergunta. A conversa se mantinha sozinha. Me contou com muito orgulho que foi o fundador do Projeto Mauá, deixando claro que "a idéia inicial" foi dele. Se referia muito a si e a sua importância para o Morro, mostrando seus quadros, suas histórias, e fazendo questão que eu visse no youtube o filme que irão lançar: Dallier e o Morro. Contou um pouco sobre sua arte, que estava em um "momento abstrato", e que pintava "sem pensar", "sentindo o momento". A casa, de modo íntimo, unia lar e galeria, ocupando cada espaço da parede com quadros próprios e de diferentes estilos, todos com uma história. Paulo me contou também que já não era presidente do Projeto Mauá porque "não tinha mais cabeça" e porque "queria fazer as coisas certas" e não tinha mais saúde para discutir nas reuniões. Comentou que estava entrando no projeto "uma garotada", sem ficar muito clara sua opinião a respeito deste processo. Disse também que a reunião que faziam semanalmente não era pública, e no final da conversa, disse que estavam querendo que ele deixasse sua casa. Por problemas de comunicação eu não entendi muito bem porque deveria sair, mas com um pouco de esforço e insistência, acredito ter entendido que o motivo seria o fato de sua família querer a casa de volta, agora que o espaço estava sendo valorizado. Como ele me pediu, assinei a petição "Fica Dallier" que ele queria entregar ao prefeito para ver se ele "conseguia fazer algo por ele". Já que ele era, em suas palavras, muito importante para o Morro, o prefeito lhe devia ajuda.

Por sorte, quando estava saindo da casa de Paulo, o atual presidente do Projeto Mauá, Cláudio Aun, estava na porta de sua casa. Assim, o próprio Paulo lhe chamou e disse "vê se ajuda aqui a menina!". Com o presidente atual do Projeto a conversa não foi tão fluida e receptiva. Ele não saiu da porta, e não me convidou para entrar em seu ateliê como o fez Paulo. Me contou por em cima os projetos que estava fazendo, sem muitos detalhes, dizendo que "tinham tudo no site". Neste momento descobri que estavam formalizando a associação e que por isso estaria vetado a participação nas reuniões do Projeto Mauá. Foi bastante convicto nesta posição de veto, mesmo que eu não tivesse pedido diretamente para participar, pois apenas insinuei que poderia ser um bom momento para eu conhecer todos os envolvidos. Me chamou também a atenção o fato de ter dito existir no Morro artistas que moram, por exemplo em Ipanema, mas que têm seus ateliês ali.

3. O MORRO E A SUA ARTE

Após toda essa contextualização do Morro e do atual momento do Projeto Mauá, podemos por fim discutir os objetivos da pesquisa em questão. Tendo em vista que o projeto de "revitalização" do porto e do próprio morro não são acontecimentos isolados, mas que estão inseridos em um complexo campo de poder e estética no seu mais amplo sentido (vide as categorias utilizadas pelos arquitetos como "degradado" e "insalubre"), parece de especial interesse a análise dos que se reconhecem como produtores de arte neste espaço. Assim, a intenção de projeto seria compreender como esses artistas participam desse processo de ressignificação do espaço e da construção deste novo imaginário do Morro da Conceição.

Como discute Gilberto Velho na introdução do livro Mediação Cultura e Política, os mediadores, no caso, os artistas do Morro da Conceição, estabelecem um canal de comunicação entre diferentes mundos e domínios sociais, e podem ser também, frequentemente, "agentes de transformação" (2001, VELHO). Nesse sentido, analisar sistematicamente as práticas artísticas da região, seria um recurso de esperado potencial para se compreender os processo de ressignificações do espaço em suas múltiplas relações. Não se analisa assim, as narrativas criadas pelos artistas de forma estática, mas em um processo dialético e dinâmico, contextualizado em diálogos mais complexos como, por exemplo, com os projetos urbanísticos.

Vale destacar aqui de forma breve o discurso que se constrói atualmente pelos meios de comunicação, que legitimam os processos de renovação do local e, ao mesmo tempo, intensificam as polarizações que nos remetem à oposição campo x cidade. Bom exemplo para isso é a reportagem que foi publicada no jornal O Globo, no dia 14/08/2014. O título da reportagem é " *Com casario colorido e sossego, Morro da Conceição entra no roteiro cultural carioca."* E o seu subtítulo: *"Encravado entre o Centro e a Zona Portuária, conjunto de ladeiras ainda preserva o ar interiorano"*. Na sequência, a jornalista segue diversas vezes com essa idéia de

oposição: *"Nas estreitas ruas de paralelepípedos, a paz reina a pouca distância do caos do Centro"*. E mais: " (...) *Vizinhança essa, aliás, que também não usa as trancas das respectivas casas nem grades nas janelas. Privilégio de quem vive sem os sobressaltos causados pela violência urbana, mazela de cidade grande* (...) ". Essas oposições de categorias como "caos" e "sossego", "paz" e "violência", além de "mazela de cidade grande", reforçam a associação negativa da cidade em comparação com o bucolismo que se pode encontrar no Morro da Conceição. Compreende-se também com esse discurso um espaço harmônico, homogêneo, ausente de conflitos, além de isolado de um contexto urbano. Assim, estudar esses outros discursos que mediam outras formas de representação e construção de imaginários em disputa sobre o Morro, como por exemplo o de "favela", são de especial interesse para analisar de forma sistemática os discursos construídos pelos artistas.

Outra consideração importante a ser feita é a compreensão que aqui temos de arte. Howard Becker, em seu livro Mundos da Arte nos apresenta uma definição que muito contribui para ampliar as dimensões e alcance de uma análise de práticas artísticas. Mundo artístico, para este autor, seria constituído do "conjunto de pessoas e organizações que produzem os acontecimentos e objetos definidos por esse mesmo mundo como arte." (BECKER, 2010). Neste sentido, rompe com diversos conceitos como autonomia e liberdade artística, e explora a possibilidade de compreender o trabalho artístico como uma atividade conjunta entre diversas pessoas, ou seja, um produto coletivo cujo trabalho é essencial para a realização desta produção reconhecida por seus produtores como arte. Assim, os mundos da arte seriam uma *rede de cooperação*, muito além de um trabalho individualizado de um único artista. Estariam nesta rede os fornecedores de material, os distribuidores, o público, além de uma infinidade de outros atores que completam este quadro. Nas próprios palavras de Howard Becker, "se pode pensar um mundo da arte como uma rede estabelecida de vínculos cooperativos entre os participantes" (BECKER, 2010), que por sua vez são coordenados fazendo referência a convenções que objetificam uma prática comum, criando padrões de atividades coletivas. Com esta noção, o objeto de análise se desloca do artista e de sua obra de arte, e passa a ser a rede de cooperação, reconhecendo assim, de fato, a arte como fenômeno social.

Outra contribuição importante deste autor que muito nos ilumina a discussão, é a sua noção de convenções. Para ele, seriam elas as responsáveis pela existência de atividades cooperadas e coordenadas. Partindo da idéia de que não é possível, a cada vez que se produz uma obra de arte, tomar todas as decisões exigidas por essa produção, é requerido nos mundos da arte acordos prévios que se tornaram habituais e convencionais. Assim, as convenções limitam o artista, ditando desde o material a ser utilizado, até as abstrações permitidas para se transmitir alguma idéia. Se existe algum efeito emocional ao se experienciar uma obra de arte, tal efeito só é possível pelo compartilhamento de valores e das convenções ali evocadas. De um modo extremado, pode-se ousar dizer que a experiência artística só é possível devido às denominadas convenções, pois são elas que dão sentido ao trabalho do artista e que possibilitam uma compreensão mútua entre os envolvidos neste mundo. Além disso, ao se apresentarem como limitadoras para o artista, tanto em termos organizacional, quanto político e econômico, as convenções se configuram como parte de complexos sistemas interdependentes que revelam modos de vida social.

Tal compreensão da arte como um fenômeno social, resultado de uma ação coletiva que aciona uma diversa e complexa rede de atores sociais, é fundamental para uma análise de dimensão simbólica e metalinguística reveladora dos conflitos locais acirrados por um projeto urbanístico que desconsidera as dinâmicas socias pré-existentes. Ao partir dos mundos da arte como análise, tornamos visíveis aspectos do mundo social em que ele é produzido. Além disso, a noção de convenção nos acentua a percepção de que no processo de construção de narrativas, imagens e discursos, os que se reconhecem como artistas são também, eles próprios, informados por determinadas visões de mundo. Seus limites revelam seus significados e sua realidade, seus limites são regras e normas que orientam o enquadramento e os recortes de suas produções. Nesse sentido, entende-se que o objeto de arte não existe em si mesmo, mas que é antes de tudo um objeto construído socialmente, que possibilita a relação com o mundo social, e que de forma dialética participa da construção do sistema de significados locais.

Como última consideração no que diz respeito ao trabalho de Howard Becker, podemos dizer que sua abordagem, de modo algum, busca traçar linhas divisórias entre os diferentes mundos da arte, muito menos do que seria denominado arte, ou do que pertence a outros setores da sociedade. O interesse de sua compreensão se centra em perceber quando, onde e como os próprios participantes deste mundo estabelecem suas linhas

de distinção. Deste modo, a observação desses sujeitos é indispensável, uma vez que é como eles próprios se reconhecem, o que interessa para a análise aqui proposta. Se eles atuam no marco da arte, definindo a eles mesmos como tal, será esta a realidade trabalhada. Limitar-se às nossas concepções excluiria, ainda segundo ele, a oportunidade de análise dos artistas aos quais lhes são negado o título, ainda que estejam eles em busca desse reconhecimento. No caso do Morro da Conceição, é importante ampliar as dimensões de análise para além das redes dos reconhecidos como artistas plásticos do Projeto Mauá, nos questionando os limites da categoria de "artista" neste espaço. Diz-se isso pois o processo de categorização e hierarquização do que é considerado como arte neste espaço é revelador de significados singulares. Ao identificar, para além dos ditos "artistas", as oposições relacionais de "artesãos" e até mesmo os músicos do Bloco Escravos da Mauá ou Afoxé Filhos de Gandhi, encontramos uma complexificação desta construção de imaginário que não é de forma alguma homogênea.

Como conclusão, ressalto a possibilidade de mediadores artísticos que operaram na chave de criatividade, de encontro com o discurso de uma cidade "criativa", "produtiva" e "maravilhosa" como o Rio de Janeiro, e que possuem a capacidade de materializar ideais e falas que dialogam com as projeções do Porto Maravilha de "embelezamento" e "modernidade" da região como forma de gestão do território. Neste sentido, ampliamos nosso escopo de estudo para as esferas da estética e do poder, das construções morais e éticas em um universo político materializado por práticas artísticas.

Por isso, para além das artes consagradas como arte pelo Projeto Mauá, analiso outras possíveis formas de arte que igualmente constroem representações sociais relevantes ao imaginário do Morro da Conceições, mas que porque motivos particulares a serem investigados, não são reconhecidas, ou não participam de forma integrada à iniciativa de "abrir as portas dos ateliês da Ladeira João Homem, mostrando assim aos visitantes e moradores as vocações artísticas, histórica, cultural e turística do morro".

Bibliografia:

BAPTISTA, L.V, PUJADAS, J. (2000), *Confronto e Entreposição: os efeitos da metropolização na vida das cidades*, Fórum Sociológico, IEDS/UNL nº 3/4 (IIª série): 293-308.

BAPTISTA, L.V. (2005), *Territórios lúdicos (e o que torna lúdico um território): ensaiando um ponto de partida*, Fórum Sociológico, 13/14 (2ª série), 47-58.

BECKER, H. (2010), *Mundos da arte*. Lisboa: Livros Horizonte.

BECKER, H. (1977), *Mundos Artístico e tipo sociais*, In: Arte e sociedade: Ensaios de Sociologia da Arte. Rio de Janeiro: Zahar.

BECKER, H. (1977), *A arte como ação coletiva*, In: Uma teoria da ação coletiva, Rio de Janeiro: Zahar.

VELHO, G. (2001), Biografia, trajetória e mediação, In: Mediação Cultura e Política, Rio de Janeiro: Aeroplano.

GUIMARÃES, R. (2014), *A utopia da Pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária carioca*, Rio de Janeiro: Editora FGV.

PUJADAS, Joan (2005), *Cidades acolhedoras? Transformações urbanas, imaginários e actores sociais*, Forum Sociológico, Número: 13-14, Lisboa, pp. 31-46.

APAFUNK: experiências de funk em cenários cariocas

Francisca Marcela Andrade Lucena[1]
marcela_al1@hotmail.com

Resumo: O funk na cidade do Rio de Janeiro possui uma posição singular. Nesta cidade ele tem sua maior expressão, coibição e consumo. O objetivo desta comunicação é explorar um pouco da história do funk desde suas primeiras aparições, ainda ligadas ao soul norte americano, até suas expressões atuais. Para o escopo deste trabalho procuro refletir sobre a construção de um coletivo musical de funk que tem por objetivo a ocupação dos espaços público da cidade. Este coletivo chama-se APAFunk; Associação de Profissionais e Amigos do Funk que traz como proposta "defender os direitos dos funkeiros e lutar pela Cultura Funk, contra o preconceito e a criminalização". Entendendo que tal posicionamento é também político, de visibilização e de construção de legitimidade de um grupo com direito à cidade, nos aproximaremos das análises sobre a mobilização do coletivo na sua maneira de demarcar seu espaço na cidade via expressões artísticas. Procuramos entender, observando uma gramática política singular, o convite à uma experiência de funk ou vice versa.

Palavras- Chave: Funk-favela-associação

1. Funk em tempos: pequeno panorama do funk entre 1970 e anos 2000.

A cidade do Rio de Janeiro conheceu o funk desde em dos anos 70. Ainda, naquele tempo, a música vinha carregada com o resquício do soul norte americano que serviu de fonte de inspiração território nacional. Mesmo naquele momento, entre um e outro Baile da Pesada, por exemplo, Vianna já percebia "o movimento da massa; o poder do coletivo; a economia da intensidade e diversão que o baile trazia" (VIANNA, 1997)

Aos poucos a novidade do som ia ganhando multidões nos grandes bailes realizados nas quadras esportivas e nos clubes. Os bailes de grande porte tinham um poder agregador de juntar multidões de pessoas encantadas e entusiasmadas com as equipes de som, onde, sem saber, criavam novas formas e maneiras de consumir e resignificar o estilo musical tipicamente americano. Tinham no baile seu "epicentro, o espaço central, no qual se manifestam os mecanismos de inclusão e exclusão, onde se estabelecem os laços sociais e de disputas" (HERSCHMANN,2000).

Mas episódios particulares nos fazem entender as reviravoltas por qual o funk passou em terras nacionais. Herschmann (2000) mostra-nos um panorama do funk, em especial nos anos 90. Explica-nos como, à medida que o funk ganhava espaço numa específica cena cultural, à medida que se firmava em diversos endereços da cidade, em principal na Zona Norte e Oeste e até em Niterói criava um tipo estético próprio, inaugurando sociabilidades, fazendo emergir também um mercado de produção e consumo do funk, colocando em evidência o reconhecimento de uma "galera", em especiais jovens, adeptos do estilo musical.

Mas o funk também passou por seus reveses. Ele ainda impera no imaginário de certa parte da população como "som de preto, de favelado". Essa letra da música de funk de Amilcar e Chocolate nos conduz a ir além do ato enunciativo. Como aponta Zaluar (2006) há uma representação hegemônica que decreta a favela como espaço tipicamente marginal, já embotada de certo estigma depreciativo difícil de desvincular.

Facina (2010) fala da construção de um perfil do "inimigo", inimigo de um Estado, e criado por este, que vai ao encontro do indivíduo que mora na favela, geralmente negro e pobre e que tem como prática cultural e de lazer o forró, axé, brega e principalmente o funk. Lopes (2011) por sua vez, fala do funk como o "batidão

---

1 Francisca Marcela Andrade Lucena é graduada no curso de bacharelado em ciências sociais pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é aluna da Pós- Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense e participante do Núcleo de Antropologia das Artes, Rituais e Sociabilidades Urbanas, onde desenvolve uma pesquisa sobre um coletivo musical de funk e a relação deste com a cidade

negro da cidade carioca", situando-o numa prática diaspórica. Esta "tem como princípio não uma marca homonegeneizante, mas um principio estético, político que funciona como fonte de inspiração para a construção das mais diferentes práticas musicais negras, adaptáveis às suas próprias realidades locais" (LOPES, 2011).
Mesmo com uma capacidade de movimentação e significação através de um principio político, estético ou qualquer outro, o funk também passou por uma construção midiatizada que o estereotipa e endossa preconceitos. É necessário ver como se cruzam tais caminhos para entender como se construiu certo tipo de representação sobre o funk, tanto nos territórios das favelas, como principalmente fora deles.
Não á toa, no cenário social, político e econômico, nas décadas de 80 e 90 o país passava pelo o que Maricato (2000) nomeia como "décadas perdidas". Nesses anos o Brasil passava por uma época de recessão; apresentava taxas altas de crescimento demográfico, declínio da economia e um mercado que não conseguia absorver a mão de obra disponível. Os centros urbanos inflavam com as pessoas que migravam para as cidades em busca de trabalho e moradia, gerando desigualdades e exclusões cada vez mais latentes. A pobreza diz Maricato, é urbana. Somam-se a isso a ausência de políticas públicas de moradias eficientes e a carência de mercados imobiliários mais inclusivos que facilitassem o acesso a moradias nos centros urbanos à população com menor capital financeiro. Nesses anos as ocupações, invasões e a vida na favela aumentam quantitativamente. (MARICATO, 2000b).
Outra face desse crescimento urbano é que o país passa a ter níveis de homicídios até então nunca vistos, começando a conhecer a chamada violências urbana (MARICATO, 2000) que admite duas versões; para uma classe média essa violência estava relacionada aos "ataques ao patrimônio privado, para os moradores das periferias tratava-se, por sua vez, de um sinônimo de assassinato, com alto grau de participação das forças do Estado. "Muitas dessas mortes são resultado de uma política proibicionista que prioriza o combate contra o comércio varejista de drogas ilícitas nas favelas, o chamado tráfico". (PASSOS; FACINA, 2014).
Numa cena musical, se nos anos 80 o funk foi descoberto como um novo estilo de música influenciado pelo ritmo norte americano, unicamente resignificado em terras nacionais, referenciado como uma festa, a "diversão do subúrbio" (LOPES,2011) lotando casas de show como o Canecão – antes deste ser reduto da MPB- juntando cerca de 5 mil pessoas por baile (VIANA,1997), com a situação política e social do país, nos anos 90 há uma mudança na sua representação.
Ainda em meados dos anos 90, um ponto que ajudar a ver essa mudança, foi a ocorrência dos episódios conhecidos como os "arrastões" nas praias da Zona Sul do Rio de Janeiro. Tais "arrastões" eram caracterizados pela mídia como suposta invasão das praias por uma centena de "jovens funkeiros" que "só estavam lá para saquear os banhistas de classe média". Por conta dessa midiatização, a partir daí estigmatizada, que os funkeiros tornam-se conhecidos pela classe média da Zona Sul carioca, classificados e associados ao signo do "perigo". Por outro lado, mesmo com certo estigma e ainda estampando os cadernos policiais, o funk '"vira moda" e passa a ser consumido em "academias, ginásticas, boates e clubes localizados em áreas nobres do Rio de Janeiro" (LOPES, 2011), sem falar nos jovens de classe média que passavam a frequentar os bailes contribuindo para uma certa glamorização do funk. (LOPES,2011; HERSCHMANN,2000). É dessa época que começam as divergências do tipo de funk consumido: um tipo de funk que toca na zona sul e outro consumido pelas periferias.
Tal visibilidade, glamorização, faz com que, nos anos 2000, o funk passe a ser visto como uma expressão legitimamente carioca ou nacional. Porém, dessa vez, o funk passará a ser associado à temática que envolvem sexo e tráfico, como aponta Lopes. Gravidez, disseminação de HIV, prostituição de menores, a divisão em quem canta um "funk do bem" ou um "funk do mal", os chamados "proibidões" - que fazem apologia ao tráfico- elencam as características da produção dessa época. Ainda situado nessa relação com o que de perigoso e ruim há na favela, o funk novamente voltou a ser alvo de criminalizações, principalmente pela repercussão do assassinato do jornalista Tim Lopes da Rede Globo em 2002, que para mídia teria morrido num cenário de baile funk. (LOPES,2011).
Decorre disso que aos poucos os bailes foram fechando por força policial e até mesmo uma CPI do funk foi realizada em 1999. Com o decreto, os bailes só poderiam funcionar sob autorização policial, ficando a sua execução possibilitada através de "acordos informais para não dizer ilegais entre poderes locais e forças policiais" (PASSOS, FACINA,2014).

Na esteira dos anos 2000, em especial em 2008, foi sancionada a Lei Álvaro Lins, 5.265-2, que colocava a realização dos bailes tipo funk e festas de música eletrônica sob a permissão da Secretaria de Segurança do Estado, dificultando a realização de muitos dos bailes e colocando empecilhos e exigências cada vez maiores à sua realização. Mesmo que alguns bailes seguissem sendo financiados pelo narcotráfico (LAIGNER, 2010) outros foram fechados, sendo hoje a prática do baile funk, principal festa do estilo, praticamente não acontecer. No âmbito das políticas públicas de segurança, o governo do Rio de Janeiro, já tinha realizado a experiência do *GAPE* (Grupamento de Aplicação Prático Escolar), implementada no Morro da Providencia e no Centro do Rio de Janeiro, onde propunha uma polícia com práticas comunitárias. Esse projeto culminou, em 2008, com a emergência da primeira UPP – Unidade de Polícia Pacificadora, no Morro Santa Marta, em Botafogo, zona sul do Rio de Janeiro-, que se propõe também a ser uma polícia de caráter comunitário, com intervenção direta em favelas, com a proposta de desarticular quadrilhas, tráfico, crime organizado, etc.
Vendo um cenário que inclui o aumento do tráfico, o inchaço das áreas periféricas da cidade, uma intervenção cada vez maior das forças policiais nas periferias e a criação de um tipo de preconceito que atinge pessoas que moram nas áreas periféricas e consumem o funk, retomo a Lopes quando esta encerra seu primeiro capítulo sobre as cenas de funk dizendo que o estigma relegado ao funk "insere-se num processo amplo de estigmatização da própria favela e de seus sujeitos." Porém, "para alguns funkeiros, esse preconceito será a causa para a transformação do funk em movimento político de luta contra a criminalização das favelas e suas práticas." (LOPES,2011).

2. Da Associação

É nesse cenário de questionar a ligação feita entre o funk e o crime e também pensar a questão do mercado do/no "mundo funk", que surge a Associação de Profissionais e Amigos do Funk. Sendo um coletivo musical, esta é uma associação que tem o esforço de juntar profissionais do funk, como MC´S, Dj´s, como também apreciadores do estilo e de sua expressão cultural. Contou, no inicio das suas lutas de estabelecimento e reconhecimento, com ajuda de membros da universidade, de deputados, proporcionando uma via de mão dupla de troca e de (re)conhecimento. Essa via de mão dupla encabeça alguns nomes; Mc Leonardo, Júnior, Marcelo Freixo, Orlando Zaccone, Adriana Facina, Mano Teko, Pamela Passos, etc... MC Leonardo, um dos fundadores e primeiros diretores da associação, sobre seu começo desta, diz;

> A ideia da APAFunk começou em 2002, é... Eu tava dirigindo um taxi, né, e fui procurar os artistas da época para saber que tipo de contrato eles tinham assinado, para poder comparar com os meus contratos, que eu tinha assinado em 95, e me deparei com contratos piores dos quais eu tinha assinado, então, eu comecei a pensar "Pô, eu tenho que montar alguma coisa, eu tenho que fazer alguma coisa, né?" Porque o caso do Tim Lopes, eu também... Mesmo no táxi me enfiei dentro do caso, procurei todos os policiais que estavam investigando, descobri que o Tim Lopes morreu numa hora, num momento, num dia, tudo diferentemente do que o baile funk era... É... O Tim Lopes ligava a câmera dele oito horas da noite, dez horas da noite ele descia para poder entrar dentro de uma van que vinha buscá-lo, então, pelo horário, mesmo que tivesse sido no dia, pelo horário, já, já, a polícia já descartou o baile funk..... E eu queria saber como é que eu poderia reclamar judicialmente, juridicamente, a questão do funk, e eu descobri que o funk não tava no hall de cultura do estado, então eu pensei, como fazer? [...] Chegou um momento em 2005, 2006, 2007, que eu parecia um pastor de igreja sabe... Lá vem o Leonardo com esse papo de lei, com esse papo de associação, e na verdade eu não sabia o que é que eu queria, porque na hora que eu peguei eu não sabia que isso seria uma ONG, eu não sabia se seria um sindicato, eu não sabia o quê que era. Até que uma, uma antropóloga da UFF me ligou, querendo um encontro comigo, né, eu falo que eu estava grávido da

> Adriana Facina, porque eu estava aguardando alguém, por ter lido toda, toda, todas as biografias e sabia que todos, todos os movimentos que realmente se posicionaram, e que quiseram realmente participar do momento político do Brasil tiveram, ou até mesmo reivindicar alguma coisa, tiveram que apelar, que pedir ajuda para os universitários. E eu pedi ajuda para os universitários... O funk tava movimentando de dez a doze milhões por mês e que existia 300 bailes funks na cidade do Rio, que se a gente pegasse aqueles contratos, todos que estavam nas mãos dos empresários, diz que o funk não tem contrato, pede um contrato para um artista ele não tem ... Então a gente falou, pô, então a gente faz um conjunto de artistas para brigar pelo direito autoral e primeiramente a gente faz uma associação e depois dessa associação pronta a gente pega uma lei, eu fiz uma lei dentro de casa, um esboço de uma lei e busca apoio. Só que a Adriana falou para mim que não, que naquele momento a gente fizesse uma coisa chamada Roda de Funk, para que eu pudesse explicar para todo mundo o que eu tinha explicado para ela. ... E uma Roda de Funk... E ela pensou que seria feita com um microfone na mão de todo mundo, e que a gente, e que ia juntar uma galera para poder panfletar enquanto a gente cantava, e depois de cada música, a gente parava de cantar, e começava a falar o que a gente tinha para falar... A Adriana falou, "Leonardo, se não vier ninguém, você faz sozinho, faz sozinho, porque o funk é para chamar gente." porque ninguém quer entrar numa briga para perder, e eu falava assim, "Cara, não tem nada de anormal, você avisar o poder legislativo, o que o executivo está fazendo da gente, isso é normal, eu não vou dar tiro em ninguém, pô! Eu não vou quebrar ônibus não, vai me ver quebrando um ônibus? Não vão me ver quebrando um ônibus...O que a gente tá aqui é um processo de conquista e não de disputa, talvez, seja por isso que eu tenha perdido a eleição, porque eu não entrei para disputar, eu entrei para conquistar... Todas as ações da APAFunk foram convite, nunca contratada, e nunca invasora em lugar nenhum..

A APAFUNK nasce assim de um processo de conquista. Característico dos movimentos associativos, no inicio dos esforços para realizar a associação, Mc Leonardo comenta da dificuldade de plena aceitação da ideia entre os profissionais do funk. Como pude perceber em algumas de suas falas, alguns profissionais, inclusive certos nomes mais conhecidos, achavam a ideia de criar uma associação e um lei que pudessem garantir o seu direito de expressão e de certa forma encaixá-los numa categoria no mercado fonográfico, numa ideia interessante, porém, em um plano ideal. Quando o MC pontuava que discutir o funk provavelmente esbarraria em questões voltadas às políticas de segurança ou questionar um "mainstream" da produção do funk, as opiniões divergiam e se arrefeciam.

Se uma parte da "massa funkeira" vinha com a força e a vontade de se pensar como grupo, movimentando-se por uma causa comum, ao encontrar pessoas que figuram os meios político e acadêmico, criou-se uma aliança que proporcionou certa visibilidade e uma troca de ideias entre os participantes, que serviu para tatear qual seria a melhor maneira de como se organizar e de agir. A APAFunk trouxe "não só uma inovação das formas possíveis de ação coletiva [...] mas, também colocou em pauta a cultura a partir das margens, criticando ao mesmo tempo o Estado e as equipes de som." (SILVA, 2014).

De um lado, um Estado que olhava uma prática cultural e artística características das favelas como passível de repreensão. De outro lado, colocava em questão a própria produção interna dos profissionais do funk, que inseridos em uma indústria fonográfica, também produzia suas desigualdades. Como aponta Laignier,

> "muitos MCs se satisfaziam com R$ 50,00 ou R$ 100,00 por show, o que lhes parecia muito, devido a pouca idade e ao que obtinham, de fato, em outros serviços menos prazerosos; não tinham noção, contudo, de por quanto o mesmo show era vendido pelos produtores que realizavam os eventos nos clubes; b) era comum que os MCs gastassem muito do que recebiam com roupas e acessórios de marca (calçados e

> relógios), tanto consigo próprios quanto com presentes a amigos da comunidade, além de com mulheres e motéis.

Percebendo tais disparidades tanto interna como externamente, a APAFUNK (Associação de Amigos e Profissionais do Funk) surgiu em 10 de dezembro de 2008, onde;

> O intuito é defender os direitos dos funkeiros e lutar pela Cultura Funk, contra o preconceito e a criminalização. Para isso, a Associação promove debates na sociedade sobre a situação dos artistas do funk, bem como atividade de conscientização dos funkeiros sobre seus direitos. Rodas de funk, palestras e vídeos são alguns instrumentos utilizados pela associação para levar a mensagem da Associação para universidade, escolas, cadeias, favelas, praças, ruas e todas as instituições da sociedade que abram espaço para debater a nossa cultura. (Fonte: *www.apafunk.org.br*)

A associação se propõe a dar voz a cultura funk. Sua visibilidade e força é vista logo em seu primeiro ano, em especial num episódio que a APAFunk "mobilizou a geral" e teve um papel de articulação até então não visto. Tal episódio trata-se do dia 22 de setembro de 2009, dia em que Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro encheu-se de funkeiros. Nesse dia, com o apoio e articulações das parcerias feitas pelos membros da APAFunk, a lei Álvaro Lins foi revogada, e a Lei 5543 foi aprovada, definindo o funk como movimento cultural e musical de caráter popular.

A Cultura Funk mostra-se como a reivindicação de uma cultura com "aspas", como diz Manuela Carneiro da Cunha (2009). Tal cultura propõe a busca pela delimitação de um lugar de maior visibilidade tanto dos profissionais do funk, bem como qualquer um que goste ou se identifique com o estilo. "O funk fora enunciado como 'uma cultura', 'uma linguagem', uma forma de comunicação da favela"'. (LOPES,2011).

O que chama a atenção na APAFunk é a forma de seu engajamento político através de sua expressão artística. No Brasil, o reconhecimento do funk coincide com um período em que o país começava a abrir-se a redemocratização, onde setores excluídos da política começavam a se organizar para reivindicar seus direitos. "A mobilização popular surge face aos "autoritarismos e à incompetência dos governos" (CARDOSO, 2008). Assim uma abertura política possibilitava a entrada de novos atores e novas forma de reivindicação. A rua, o palco, os festivais, a música surgem para fazer diferença e marcar sua pertinência.

O movimento que o coletivo propõe é assinalar sua singularidade através da sua modalidade artístico-cultural, marcando coletivamente seu lugar na cidade, reivindicando sua posição e tentando acessar seu direito a cidadania. Colocar em pauta essa ação coletiva leva-nos a pontuar as atividades realizadas pela APAFUNK.

3. "O funk é para chamar gente"

O tema é ocupar para que "qualquer pessoas que esteja passando possa ouvir a nossa mensagem", porque, alias, "o funk é para chamar gente". Assim, e com esse propósito primeiro, o coletivo realiza suas atividades, principalmente a roda de funk e os saraus. As apresentações nas ruas são feitas de uma maneira estratégica buscando uma sintonia e uma abertura para os transeuntes que ali passam, incitando-lhes a experiência de funk. Uma mesa ampara os aparelhos de som e os MCS ficam à frente, rodeado pelos outros participantes, entoando as músicas e convidando os participantes, "estes ritos orais complicados e evoluídos só nos mostram em jogo sentimentos, ideias coletivas, e tem até a extrema vantagem de nos fazer compreender o grupo, a coletividade em ação, em interação se quisermos".(MAUSS,1921)

As rodas de funk e os saraus, inúmeras vezes realizados - principalmente nos primeiros anos da associação- faziam a base de uma mediação com o espaço público e para os que conheciam ou não o funk. Tais apresentações chegaram aos mais diversos lugares; prisões, escolas, faculdades, estação de trem e praças públicas. Como fala MC Leonardo;

> "Pô, a gente não tá colocando a favela dentro da universidade, nem estamos colocando a universidade dentro da favela, nós estamos colocando as próprias universidades entre elas, porque a Roda de Funk fez com que as favelas se reencontrassem." Nós cantamos dentro de todas as carceragens do Rio de Janeiro, sem perguntar que facção que era ali, nós cantamos dentro de favela sem nunca ter ido apertar a mão do dono do morro, se ele quiser que ele venha aqui ou se me chamar lá, eu vou, porque eu estou num lugar que tem que respeitar a regra. Agora, querer saber que é o dono de Acari, chegar na favela, lá na Cidade de Deus e procurar quem é o dono da boca de fumo, não quero, nunca quis isso, e também nunca fui a lugar sem ser chamado. Todas as ações da APAFunk foram convite, nunca contratada, e nunca invasora em lugar nenhum. Chegava na cela, chegava, "Meu irmão, meu irmão, posso falar contigo dois minutos? Olha só, o projeto é esse aqui, posso falar?" "Pode. Fica tranquilo." "Oh, gente oh, vai ter gente aqui de tudo quanto é favela, vai ter gente da Rocinha, do Borel, da Cidade de Deus, de Acari, da Maré, vai encher de MC aqui, tá tranquilo?" "Tá tranquilo, pode vir."

Dessa maneira, ao ocupar os espaços da cidade fazendo uso dessa tática (DE CERTAU, 1998) de direito a fala, a APAFunk empenha-se tanto em uma buscar visibilidade, mas também, tem o cuidado de pensar a significação do espaço e da causa que apoiam ao fazer uma apresentação. Para usar termos já usados por Gilberto Velho (2001), percebemos a APAFunk como uma peça em um processo de mediação. Mediação pressupõe o encontro das diferenças e pressupõe justamente a expectativa da alteridade. Tal mediação permite o trânsito entre diferentes grupos e domínios sociais, ou melhor, permite suas interações.

Ocupar a rua, ver os MCS "puxando o bonde", começando a entoar músicas junto com a sonoridade específica do funk, é um instrumento simbólico de reconhecimento e também de manifestação. O símbolo da APAFUNK, por exemplo, é uma mão erguida empunhando um microfone, - "ali é o MC com o microfone", como disse um informante em conversa informal - nos tons vermelho e preto, com as escritas amarelas, e um círculo preto em segundo plano a exemplo dos antigos LP´s. Essa simbologia é importante pois suscita a mensagem da voz como seu principal elemento, como uma arma.

É através da música que o funk consegue se expressar, ultrapassando as barreiras que o cerceiam. É a arte na luta contra o obscurantismo. Juntamente com Becker (1976) pensamos a arte tomada como resultado e expressão de tipos de interação social e de uma ação coletiva. A música, além da pura comunicação, tem uma potência e ressonância que pode alcançar mais pessoas, inclusive de diferentes contextos socais. A música, nesse sentindo, é a matéria prima para expressar alegrias, cotidianos, vivências, felicidades, conquistas, revoltas, reivindicação, descontentamentos, etc. É ela o meio que faz circular o funk, pois mesmo não gozando das honras de uma arte "integrada", para usar os termos de Becker, o funk, também colocado no patamar artístico, "espelha a sociedade mais ampla na qual está inserido" (BECKER,1977). Como aponta Wisnik (1987) a música permite um acesso a compreensão que envolve os sentidos. "A música mantém com a política um vínculo operante e nem sempre visível: é que ela atua, pela própria marca do gesto, na vida individual e coletiva, enlaçando formas psíquicas". (WISNIK,1987).

4. Mas que Bloco é esse?

Por uma iniciativa dos Amigos do Funk – os ritmistas- uma outra estratégias de ação e atividade da APAFunk foi, em cerca de um ano atrás, criar o Bloco APAFunk. Envolver-se na experiência do bloco é, na minha opinião, comungar uma visão politizada que a APAFunk propõe e também participar da experiência de coletivo. Anuncia Mc Leonardo,

> A APAFUNK não perguntou a religião, o partido político, o gosto musical, se o cara é universitário, se ele é formado, se ele é branco, se ele é preto, se ele é pobre, se ele

> é rico, se ele mora da zona sul ou na zona oeste da cidade. Aqui nunca foi perguntado para ninguém, aqui eu sei o nome de poucos, mas conheço todos […] Porque não adianta a gente ficar se ligando somente nas aparências 'Ah, de onde o cara é, de onde é esse povo?' não que o tem que se escurecer, tem que se favelizar, não. Não sou de acordo com essa lógica não, e falo para quem quiser, se aqui estiver cheio de gente da favela, ótimo, se tiver cheio de universitário, ótimo também, o que precisa é ter gente. Divergir eu também sou, mas eu sou di-ver-gente para poder debater, porque eu não vou poder divergir com ninguém hoje não. Meu papo é para divergir junto, vamos divergir junto, vamos discutir junto, vamos chegar a soluções.

Numa movimentação onde "o que precisa é ter gente" é ai que meus caminhos se cruzam com a associação e com o Bloco. Nunca tinha estado no Rio de Janeiro antes e, quando cheguei, conhecia pouquíssimo da cidade e de sua agenda cultural. Ao ser aprovada no mestrado na Universidade Federal Fluminense foi que uma amiga de turma me apresentou o Bloco. Dizia ela que eles (os organizadores do Bloco) estavam se caminhando para o segundo ano de suas atividades e que estariam abrindo uma nova turma para ritmistas. Qualquer pessoa que tivesse apenas disposição estava convidado. Não era necessário ter conhecimento de música, saber instrumento ou ter um. Depois de cerca de um mês de divulgação, entre amigos e na página social do Bloco, a primeira aula/ conversa foi feita no dia 5 de maio deste ano.

Como qualquer outra pessoa interessada nas atividades culturais de uma cidade que está se passando a conhecer, eu aceitei o convite e fiz minha inscrição para fazer parte do Bloco. Quando cheguei lá, juntamente com minha amiga que tinha comentado sobre o bloco, já tinham algumas pessoas reunidas. Eu não conhecia ninguém, mas a simpatia do mestre que comanda a bateria e dos integrantes da primeira turma nos convidavam e nos seduziam a ficar. A "batucada" foi impressionante. O batida grave do surdo de primeira anunciava o começo do som. Arrepios e sorrisos entusiasmados acompanhavam cada mudança de música, a cada entrada do tamborim, a cada chamada do repique.

Foi então que depois do pequeno espetáculo, o mestre e um dos membros que toma iniciativa do Bloco, nos chamaram para um papo de ritmistas. Esse papo é uma conversa, é o momento em que qualquer um pode colocar assuntos relativos ao Bloco para uma discussão em conjunto. Ali, naquele espaço, entre a palavra dos membros da associação, do mestre, do Mc Leonardo, do depoimento de cada uma daquelas pessoas que estavam tocando juntas, falando suas experiências com e no Bloco, foi que eu entendi o que era o funk, ou melhor, que mensagem eles estavam se propondo a passar tendo o funk como veículo principal. O discurso mostrava o funk entrelaçado com a cidade e com política. Ali, além da diversão, - que é um primeiro atrativo inteligente e que te seduz pelo lado sensível- há também o convite ao engajamento político através dessa forma lúdica, que não te impõe forma de fazer, não te coloca chancelas e não te limita a uma visão política, apesar de certa rede de sociabilidade já construída no grupo.

Aprende-se a tocar um instrumento, se recebe aulas de percussão gratuitamente, e nos apresentamos na rua. "Simbolicamente", para quem decide ficar, há uma taxa paga a cada mês para arcar com a compra e gastos com os instrumentos[2], com a locação do lugar onde ocorrem os ensaios, todas as segundas-feiras, no Teatro do Oprimido, na Lapa, e algumas despesas extras com transporte ou auxilio financeiro para os que não conseguem pagar a taxa proposta, sendo estes "bolsistas".A fala de uma das componentes da Associação, ritmistae uma das idealizadoras do Bloco, reitera a mensagem;

> "O objetivo é chegar nos lugares onde, de fato, a gente vai poder intervir, onde de fato a gente vai estar dialogando, onde de fato a gente vai estar fazendo política né […] Eu acho que a gente quer resgatar esse sentimento, a gente quer ir para as manifestações, a gente quer ir para os espaços, a gente quer... O Funk é um instrumento poderosíssimo de comunicação. […] Conheci todas as favelas do Rio,

2 Os primeiros instrumentos do Bloco foram adquiridos pelo financiamento coletivo, via o site Catarse. O vídeo está disponível em: *http://catarse.me/en/blocoapafunk* Acessado em: junho de 2014.

> militando na APAFunk, mudei completamente o meu olhar, se talvez eu estivesse... Se tivesse esse crivo, essa chancela assim, na... "Não, tem que ter isso, tem que ter aquilo..." Talvez eu nunca pudesse ter chegado né. […] É importantíssimo que as pessoas escolham os seus caminhos, mas a APAFunk ela tem um objetivo, ela tem um objetivo e eu acho que todos nós aqui, na medida que a gente chega, a gente tem que assumir isso com gosto, e eu acho que você não vão se arrepender quando a gente começar as apresentações vocês virem... Vocês já viram isso né, morador de rua, gente de tudo que é canto, trabalhador correndo, indo para casa, e parando para ouvir a mensagem e ficando com aquilo na cabeça, é uma experiência assim que, nada paga. Então, em nenhum outro espaço proporciona o que a militância na APAFunk."

O convite à experiência de funk conjuga-se pela performatividade de suas apresentações. Exprimem-se a partir do momento que há a intenção de discutir o lugar simbólico, do funk, de sua ligação com as favelas, subúrbios e periferias, para realizar um movimento de troca em outros contextos e cenários urbanos. Por outro lado, incita os participantes a pensarem criticamente sobre os cenários social, cultural e político da sua cidade através da sua participação na associação, no bloco, no sarus ou na roda de funk. Às vezes, política e diversão parecem se confundir, as vezes só um desses pilares parece prevalecer.

Assim, como aponta Enne e Gomes (2013) a APAFunk também se "coloca como protagonista de um intenso processo de ação cultural e política, tomando para si o direito à fala e à legitimidade da representação, consolidando sua ação em práticas diversas com múltiplos eventos e intervenções no espaço público (ENNE;GOMES, 2013). No caso das atividades da APAFunk o microfone está aberto a quem interessar. Imergidos no direito de falar, percebemos também que

> "as apropriações musicais, em especial as ligadas ao universo musical, permitem que esses sujeitos experimentem um empoderamento como enunciadores, garantindo não só que suas vozes tenham escoamento e suas representações tenham visibilidades, mas que possam escolher em suas manifestações artísticas, sobre o que falar, o que falar e por quem falar" (ENNE; GOMES.2013)

Como comentado, o tom do funk que a associação pretende fazer circular é o tom de quem tem conhecimento do conteúdo que se propõe veicular. As músicas trazem a cidade do Rio de Janeiro como o cenário maior do funk. As ruas da cidade são cantadas mostrando a indicações de lugares para diversão ou também salientando os problemas decorrentes dos excessos de um grande centro urbano. As favelas e morros são amplamente citados, mostrados com um olhar de quem tem intimidade; Catagalo (Galo), Vidigal, Favela da Maré, Morro do chapéu, do Borel, Mangueira, Rocinha, Manguinhos, etc...

Outros temas amplamente vistos nas músicas são os tipos de divertimentos consumidos nas áreas mais periféricas da cidade e também exaltados como opção de diversão; bailes de charme, o rap, melody ou montagem expressões culturais próximas ao funk. As músicas também não excluem a criminalidade, o perigo de ultrapassar certos limites e relações na favela, as realidades das penitenciarias, o mercado ilícito de drogas, o tráfico, que ronda a realidade vivida e expressada pelo funk.

Através da música e das performances o coletivo pretende passar a sua mensagem. Porém, uma empolgação de vê-se inserido numa batucada, num espaço mais lúdico, pode, em um primeiro momento, fazer com que o interlocutor não atente para a mensagem que APAFunk propõe colocar em debate. Contudo, ao centralizar o debate sobre a conscientização de seus direitos e a proposta de divulgação de uma cultura funk, que pretende ultrapassar dicotomias de "favela" ou "asfalto", o objetivo da associação sugere desmistificar o estigma e representações negativas que recaem sobre o funk, não de uma maneira que corte laços com a favela, mas enaltecendo-a e mostrando seu potencial e seus aspectos positivos. Ao trazer isso para uma pauta de discussão, a APAFUNK, através das Rodas de Funk, dos saraus e com o Bloco, revitalizam uma parte específica da cena funk na cidade, tentando intervir e "ocupar os lugares" através da música, através do funk.

Referências

APAFUNK. *A APAFUNK*. Disponível em: *http://apafunk.org/a_apafunk.html* [Consultado em em: junho de 2014.]

BECKER, H. (1976), *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar,

_____. (1977), Mundos artísticos e tipos sociais. In: Velho, G. *Arte e Sociedade*.Ensaios de sociologia da Arte. Rio de Janeiro: Zahar.

CARDOSO, R.(2008), Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., (orgs). Sociedade política no Brasil pós-6l [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, pp. 313-350. Disponível em: http://books.scielo.org/id/b4km4/swf/09.swf [consultado em 20-10-2014].

CUNHA, M. (2009) "Cultura" e cultura:conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: CUNHA, M. *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac Naify.

DE CERTAU, M. (1998), *A invenção do Cotidiano*. Parte III, Cap. VII. Caminhadas pela cidade. São Paulo: Ed. Vozes.

ENNE, A. L; GOMES, M. (2003), "É tudo nosso": disputas culturais em torno da construção da legitimidade discursiva como capital social e espacial das periferias do Rio de Janeiro. In: DANTAS, A.; MELLO, M.; PASSOS, P.(Orgs.). *Política Cultural com as periferias*: práticas e indagações de uma problemática contemporânea.Assis, São Paulo:Gráfica Storbem.

FACINA. A.(2010), "Eu só quero é ser feliz": quem é a juventude funkeira no Rio de Janeiro?. *Revista EPOS.* Rio de Janeiro. [Consultado em 19-05-2014].

HERSCHMANN, M. (2000), *Funk e hip-hop invadem a cena*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

LAIGNIER, P. (2010), APAFUNK:desenvolvendo a cidadania através de um gênero de música popular. *XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Caxias do Sul. Disponível em: *http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-0409-1.pdf* consultado em 9-11-2014].

LOPES, A. (2011), *Funk-se quem quiser*: no batidão negro da cidade carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto: FAPERJ.

MARICATO, E. (2000), Urbanismo na periferia do mundo globalizado.São Paulo: *Perspec.* PP. 21-33. Disponível em: *http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400004*. [consultado em 5-11-2014]

_____. (2000b), A terra é um nó nas sociedades brasileira, também nas cidades. *Correio da Cidadania.* Disponível em: *http://www.correiocidadania.com.br/antigo/ed215/economia2.htm.* [consultado em 5-11-2014]

MAUSS, M. (1981 [1921), A expressão obrigatória dos sentimentos (Rituais orais australianos). In: MAUSS, Marcel. *Ensaios de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva.

PASSOS, P.; FACINA, A. (2014), *Cartilha Cultura Popular e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Instituto de Defensores de direitos humanos.

SILVA, L.(2014), Associação de Profissionais e Amigos do Funk: protesto político e funk-resgate. Revista Antropolítica. Niterói.pp. 211-238.

VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (2001), *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano.

VIANNA, H.(1997), *O mundo funk carioca*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

WISNIK, J. (1987), Algumas questões de música e política no Brasil. In: Bosi, A.(eds.) *Cultura Brasileira*: temas e situações.São Paulo; Ática.

ZALUAR, A.; ALVITO, M. 5ed. (2006), *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.

GT 79
Violências, ruturas e transformações políticas nos países africanos de língua oficial portuguesa

Sem etnias e sem religião: a construção da nação independente e os setores religiosos em Moçambique (1964-1980)

Cristiane Nascimento da Silva
cristianenasc@yahoo.com.br

Resumo: A criação de um *Homem Novo* sem etnias e sem religião era um dos objetivos revolucionários de Samora Machel. Ao discursar na 2ª Conferência do Departamento de Educação e Cultura em 1970, Machel destacava a necessidade de que a tribo morresse para o nascimento da nação moçambicana. Essa nova nação deveria estar apartada do modelo colonialista, que o oprimiu de longa data, mas também das tradições que a aprisionava em práticas consideradas retrógradas. Esta nova nação pressupunha um discurso oficial marxista, que se converteu em práticas de restrição e violência às diferentes religiões no país. Este trabalho pretende discutir as complexas relações existentes entre os diversos setores religiosos e a Frelimo em dois momentos: durante a luta de libertação, em que se buscou apoio de diferentes grupos religiosos, como os muçulmanos no norte, e no período pós-independência, em que se adotou o marxismo-leninismo e as religiões passaram a ser perseguidas.

Palavras-Chave: Moçambique, Frelimo, religiões, *Homem Novo* , Marxismo.

1. Considerações iniciais

Em 12 de dezembro de 2012 foi publicado no *Boletim da República*[1] a certidão de registro no Ministério da Justiça da Igreja Fiel de Jesus Salvador de Moçambique. No capítulo VIII, artigo 34 de seu estatuto, divulgado na edição citada, a Igreja se colocava alheia a todas as influências político-ideológicas, reconhecia e respeitava as instituições e símbolos da República de Moçambique.

É curioso notar que entre a organização administrativa da igreja, os seus símbolos e as punições cabíveis aos fiéis que desrespeitassem a doutrina, o estatuto também fazia menção clara a respeito de sua posição política e da relação com o Estado.

O relatório sobre a liberdade religiosa[2]em Moçambique produzido pela Embaixada dos Estados Unidos em Maputo de 2013 registrou a existência de 810 denominações religiosas e 190 organizações religiosas devidamente certificadas pela Direção de Assuntos Religiosos do Ministério da Justiça.

---

1 Publicação Oficial cujo objetivo é divulgar certificações de empresas, certificados de registros entre outros documentos. Ver http://www.portaldogoverno.gov.mz/Legisla/boletinRep/boletins-da-republica-2012/br-n-o-51-iii-serie-2012/BR_51_ III_SERIE_2012.pdf

2 *Mozambique 2013 International Religious Freedom Report.* Disponível em http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religious freedom/index.htm#wrapper

Mas não é apenas na burocracia que esta tentativa de classificação e controle aparece. Em 2012, uma notícia envolvendo muçulmanos ganhou destaque no jornal *O País,* de Maputo. A Comunidade Muçulmana de Nampula exigia que o governo pedisse desculpas formais pela emissão da circular 1387/2012[3], assinada pelo vice-ministro da Educação, Arlindo Chilundo em 31 de julho deste mesmo ano, que proibia o uso do hijab (véu) nas escolas públicas e particulares, sendo-o permitido apenas no período do Ramadã[4].
As desculpas eram exigidas mesmo após a revogação da circular, 10 dias depois, pelo ministro da Educação Zeferino Martins.[5] Neste episódio, os muçulmanos viram uma oportunidade de reivindicar também uma maior participação islâmica no governo. Em um documento encaminhado ao Conselho de Ministros, os teólogos de Nampula, na região norte do país, afirmavam que sempre contribuíram com a Frelimo, desde a independência até os dias de hoje. O caso se encerrou depois de um encontro, às portas fechadas, entre os teólogos muçulmanos, os ministros da Justiça e da Educação no dia 25 de agosto.
Os casos apresentados oferecem exemplos claros da tentativa de controle e da constante tensão, existente até os dias atuais, entre o governo e as diversas religiões no país, mesmo em um Estado regido por uma Constituição laica que garante a liberdade religiosa[6]. Esta tensão é fruto da relação histórica, que oscilou entre aliança e oposição, entre a Frelimo (partido que liderou o processo de independência de Moçambique e que ocupa o governo até hoje) e as diversas confissões religiosas no país.
De acordo com os dados oficiais do Censo de 2007 a população moçambicana é composta por 24% de católicos, 22% de protestantes, 20% de muçulmanos. 34% da população não foi enquadrada em nenhuma das religiões listadas pelo censo, o que pode representar os ateus ou os adeptos das religiões tradicionais.
Há uma grande diversidade não apenas de grupos religiosos, mas também de vertentes e denominações. Entre os protestantes há anglicanos, batistas, mórmons, igrejas ziones entre muitos outros. Assim como entre os muçulmanos, além das vertentes sunitas ou xiitas há segmentos formados a partir da região de origem dos primeiros fiéis, ou seja, há muçulmanos de origem indiana, suaíli, das confrarias de Comores e Madagascar e outras mais.
O objetivo deste artigo é discutir as relações entre a Frente de Libertação de Moçambique e os setores religiosos desde o início da luta armada em 1964 até 1980. Estas relações ora de amizade, ora de hostilidade foram norteadas pelos ideais revolucionários e pelos conceitos elaborados e reelaborados da luta pela independência.
O texto aqui apresentado é fruto de algumas leituras e reflexões elaboradas no processo de elaboração da tese de doutorado, no qual me encontro. O trabalho pretende discutir as relações entre a Frelimo e as religiões entre 1962 a 1990. Um tema tão amplo e um recorte tão alargado surge da intenção de construir um panorama geral de como o partido lidava com cada setor religioso neste período.
Caberá responder ao longo da tese se havia por parte da Frelimo uma política pensada para as religiões, como a elaborada pelos portugueses no último período de sua dominação. Por outro lado, também é possível supor a inexistência de uma estratégia com relação às religiões e que o governo só agia de maneira reativa o que envolvia interesses específicos a respeito de cada setor religioso.
Ao longo do trabalho será importante identificar as diferentes maneiras como as religiões eram vistas e tratadas, e em que medida dentro de um estado marxista algumas eram bem vistas, outras toleradas e outras rechaçadas.

---

3 Com o título "Atinente ao uso do lenço nas escolas no período do Ramadão", a circular afirma que "É proibido o uso da burca (veste que veda o rosto, deixando visíveis apenas os olhos)" e que o uso do véu e da burca fora do período do Ramadã, "é sancionado com a proibição da assistência às aulas". Afirma também que "As faltas resultantes da aplicação da sanção são injustificáveis".

4 É nono mês do calendário lunar, seguido pelos muçulmanos. Trata-se de um período de oração e jejum em que todos devem abster-se de comida, bebida durante todo o dia, exceto crianças, idosos e mulheres que acabaram de dar a luz, podendo ser alimentar apenas durante a noite. Ver. L. Esposito (ed.). *The Oxford Dictionary of Islam*. Oxford University Press: New York, 2003, p.83.

5 Circular 06 GM/MINED/2012 do MINED emitida em 10 de agosto de 2012.

6 Constituição de 1990, artigo 12, § 1 - A República de Moçambique é um Estado laico. §2 - As confissões religiosas são livres na sua organização e no exercício das suas funções e de culto e devem conformar-se com as leis do Estado.

Outro elemento importante que a tese pretende discutir é a influência que a formação religiosa dos primeiros líderes da Frente de Libertação exerceu na maneira como estes indivíduos compreendiam o mundo e a política. Como os ensinamentos apreendidos nos bancos das igrejas se desdobraram em maneiras de compreender a política e o Estado. Neste sentido, busca-se apreender as contradições entre discurso, prática e subjetividade.

2. As religiões no contexto colonial português

Na década de 1960, período em que a luta pela independência começou (1964) estimava-se que havia entre a população negra e indígena[7], 7,44% católicos, 2,27% protestantes, 18,14% muçulmanos e 72,11% «outros» [8]. Estes outros correspondiam ao que não estavam enquadrados nestas grandes religiões, e que seriam provavelmente praticantes das religiões tradicionais.

Diante de um cenário religioso tão diversificado no país, não se pode falar em consenso em relação ao apoio à causa da Frelimo. A Igreja Católica, por exemplo, foi um importante aliado dos portugueses na defesa do colonialismo. Desde 1940, o Estado português e a Igreja Católica assinaram um acordo que previa a atuação missionária da instituição, encarregada pela educação primária dos africanos, enquadrados na categoria jurídica de «indígenas». Em contrapartida, esta atuação seria financiada pelo Estado. No entanto, o acordo institucional entre Igreja e Estado não tornava uniforme a atuação dos membros da Igreja, como veremos adiante.

A década de 60 foi um momento de mudanças não apenas para a Igreja, mas também para o próprio estado português. No mesmo ano em que se iniciou a guerra pela libertação, Portugal promoveu uma série de reformas como a abolição do Estatuto do Indigenato em 1961 e o fim da exclusividade católica na educação dos africanos. Se em um primeiro momento do Estado Novo português a construção da nação excluía a incorporação de outras etnias não-brancas, a partir da 1960, com o medo de perder as suas colônias, o governo se inspirou na teoria lusotropicalista de Gilberto Freyre, e propôs a incorporação no plano discursivo de diferentes etnias e religiões neste projeto político.

Dentro desta proposta, houve a tentativa de reforçar a aproximação já existente entre o governo português e os chefes tradicionais, que já estavam incorporados na estrutura colonial, assumindo cargos de baixo escalão na administração colonial. Obviamente não se pode considerar o poder tradicional como uma instituição homogênea, pois ao longo da guerra de independência alguns régulos aderiram à causa da Frelimo, como por exemplo, o régulo Mudedereia, do posto administrativo de Tacuane que foi fuzilado pelos portugueses diante de uma multidão de 300 pessoas (CHICHAVA, 2007).

As lideranças das confrarias muçulmanas, predominantes no norte do país, também foram alvo de uma política de aproximação com os portugueses. Esta iniciativa contou com a atuação dos Serviços de Ação Psicossocial, criados em Moçambique em outubro de 1961, administrados diretamente pelo Governador-Geral. Tratava-se de um órgão de estudos e direção que objetivava orientar os quadros coloniais (militares e civis) para agirem contra aquilo que os portugueses nomeavam subversão. Os Serviços de Ação Psicossocial oferecia ações educativas e culturais com a intenção de cooptar as populações africanas a favor de Portugal, contra a Frelimo.

Como afirmou Amélia Souto (2007), a conquista das populações se tornou o objetivo fundamental, pois os

---

7 O termo indígena foi usado em diversos momentos na Legislação Colonial portuguesa, com diferentes definições. No Estatuto Político, Civil Criminal do Indígena de 1929 os indígenas eram "os indivíduos da raça negra ou dela descendente que, pela sua ilustração e costume, não distingam do comum daquela raça." Cabe destacar a definição do não indígena: "os indivíduos de qualquer raça que não estejam nestas condições". No Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, de 1954, a definição era: "Consideram-se indígenas das referidas províncias os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente nelas, não possuam ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses."

8 *III° Recenseamento geral da população,* Lourenço Marques, Instituto nacional de estatística/INM, 1960, 12 vols. apud. CAHEN, Michel. "L'État Nouveau et la diversification religieuse au Mozambique, 1930-1974". Paris, *Cahiers d'Études africaines,* 158, XL-2, 2000, p. 330.

portugueses tinham razões para acreditar que seriam derrotados na guerra de guerrilha se não tivessem o apoio dos «nativos». A experiência adquirida em outras frentes de luta nos territórios africanos oferecia-lhes a crença de que a cooptação seria bem sucedida, como na Guiné-Bissau, onde eles haviam feito aliança com as populações fula, também islamizadas.[9]

Com relação aos protestantes, a presença destes sempre foi vigiada e indesejada, desde a implantação das primeiras missões no século XIX. Havia uma postura extremamente agressiva do Estado português, que em diferentes momentos exigiu o batismo obrigatório de crianças protestantes, detenção de estudantes para obrigá-los a frequentarem escolas das missões católicas, prisão de pastores, entre outras medidas.

A postura radical do Estado português e da Igreja Católica impulsionou uma mudança de atuação das missões e igrejas protestantes. No caso da Missão Presbiteriana suiça, eles começaram a se inspirar nas experiências de formação de grupos de jovens suiços, que eram estimulados a desenvolver a partir da vivência na igreja o sentido de responsabilidade e autossuficiência. Também havia na missão uma exaltação dos valores tradicionais da comunidade em contraste com a postura homogeneizadora dos portugueses (CRUZ E SILVA, 1998).

3. A construção da Nação moçambicana

> «Vim de qualquer parte
> de uma nação que ainda não existe.
> Vim e estou aqui.
>
> Não nasci apenas eu
> Nem tu nem outro...
> Mas irmão
> (...)
> E
> tenho no coração
> gritos que não são meus somente
> porque venho de um País que ainda não existe.»
>
> (José Craveirinha, 1964)

Em *Comunidades Imaginadas*, Benedict Anderson (2008) chamou atenção para a abstração da construção da nação, fruto de uma imaginação histórica e sociológica, da formação de uma comunidade que se imagina soberana e limitada. Depois de uma década de luta pela independência contra os portugueses, a Frelimo se viu diante deste desafio: construir, como nas palavras de Craveirinha, um país que ainda não existia, ou melhor, uma nação que ainda não existia.

Como fruto de uma imaginação histórica e sociológica a Frelimo desejava construir, desde a sua fundação em 1962, seus alicerces na oposição radical ao colonialismo europeu a partir da união de todas as etnias e credos. No I Congresso da Frente de Libertação, realizado em 1962 em Dar es Salam já era explicita a sua posição:

> [A FRELIMO] Proclama a união de todos os moçambicanos sem qualquer discriminação, de origem étnica, de condição de riqueza, de confissão religiosa ou filosófica ou de sexo, na luta pelos meios de liquidação imediata e completa do colonialismo português e a conquista da independência nacional.

Do mesmo modo, afirmou Marcelino dos Santos, um dos fundadores do partido, em uma entrevista:

> Os moçambicanos que se reuniam na FRELIMO vinham de todo o país e traziam consigo as experiências e expectativas mais diversificadas, mas tinham em comum a vontade de libertar a pátria e conquistar a independência. Era esta a base ideológica da FRELIMO em 1962. (CABAÇO, 2009 : 300)

---

9 Cabe ressaltar que a estratégia de cooptação dos muçulmanos pelo governo português foi levada à frente também na Guiné Bissau, província que possuía um número maior de muçulmanos do que Moçambique.

> Neste momento de fundação, havia a ideia de que se deveria buscar as raízes para o nacionalismo nas histórias e culturas trazidas por cada militante vindos de diferentes regiões do país. Dentro desta perspectiva, a Frelimo se colocava como a organização capaz de reunir as diversas experiências dos militantes, classificá-las como revolucionárias ou reacionárias.

Em termos ideais, essas vivências se reuniam a partir dos valores nacionalistas, da educação nos moldes científicos, da hierarquia, da organização que a guerra impunha, mas também pelas relações de solidariedade. Todos esses elementos impediriam, segundo a Frelimo, uma reestruturação do pensamento tradicional que era formado pela opressão colonial.

No entanto não se pode deixar de considerar que essa multiplicidade de etnias e experiências que legitimava o discurso de formação plural da Frelimo, na prática trouxe sérios conflitos entre 1962 e 1969. Como indica Opello Jr., havia uma disputa pela liderança do movimento, em que diferentes elites costumavam utilizar aspectos étnicos, raciais ou sociais para justificar posições de prestigio na alta hierarquia da Frente. Havia uma tensão entre assimilados com formação secundária, proveniente de grupos predominantemente localizados nas províncias do norte e centro do país e mestiços e assimilados, de alta formação, pertencentes a grupos localizados nas províncias ao sul, especialmente de Shangana. (OPPELLO JR, 1975: 67- 68; 71).

As disputas e a expulsão dos dissidentes permitiu a formação de inúmeros movimentos nacionalistas rivais a Frelimo, como MANC (Mozambique African National Congress), a FUNIPAMO (Frente Unida Anti-Imperialista Popular Africana de Moçambique e a COREMO (Comitê Revolucionário de Moçambique), entre outros, além da restauração da antiga UDENAMO, um dos movimentos que se fundiu anteriormente a Frelimo e que era refundado por antigos integrantes da Frelimo como Adelino Gwambe.

É neste cenário de disputas internas e combate ao colonialismo português que a Frelimo desejava construir uma ideia de coesão nacional, e esta união nacional passava pela construção do conceito de *Homem Novo*.

De acordo com Cabaço (2009:307), o laboratório experimental do *Homem Novo* foi o campo de treinamento central de Nashingwea, na Tanzânia. Neste local se tentou criar uma interação entre uma experiência de vida que contemplasse às condições socioeconômicas e culturais das populações, mas também a formação de valores e comportamentos que os identificassem como pertencentes a Frelimo.

Em Nashingwea, os militantes eram preparados para a guerra a partir de instrução e treinamento militar, mas também educados ideologicamente sobre os objetivos da luta, sobre o projeto de um país independente. Este ideal ficou claro no programa adotado no II Congresso em 1968, em que se pretendia substituir a cultura colonialista por uma cultura popular e revolucionária.

Em seu relato, Cabaço não esconde seu entusiasmo ao conhecer o campo em 1974. O autor afirmou que foi só a partir daquela visita que ele foi capaz de compreender o que os militantes chamavam de «nossa Universidade», lugar onde se forjava a unidade nacional a partir da gestação do *Homem Novo* em oposição ao *velho.*

É possível afirmar que desde este primeiro momento, na década de 60, já havia o marxismo como horizonte de expectativas, formulado anteriormente a adoção oficial do marxismo-leninismo como ideologia do Estado, no III Congresso da Frelimo em 1977. Este marxismo «tácito» (KRUKS, 1987), iria além da dependência de países como União Soviética e China.

Um exemplo elucidativo deste argumento está em uma entrevista de Eduardo Mondlane, o primeiro presidente da Frelimo concedida em 1968 em que afirmava:

> Uma base comum que todos tínhamos quando formamos a FRELIMO era o ódio ao colonialismo, a necessidade de destruir a estrutura colonial e impor uma nova estrutura social...mas que tipo de estrutura social ninguém sabia. (....) Há uma evolução do pensamento que se operou durante os últimos seis anos que me pode autorizar, que eu me autorizo a mim mesmo concluir, que a FRELIMO é agora, realmente , muito mais socialista , revolucionária e progressista do que nunca, e a tendência agora é mais e mais em direção ao socialismo do tipo marxista-leninista.[10]

---

10 Trechos desta entrevista estão citados em vários autores, dentre eles José Luis Cabaço. Op. cit. e Lorenzo Macagno. "Fragmentos de uma imaginação Nacional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 2009 24(70).

É sob uma perspectiva marxista, que Lorenzo Macagno (2004) buscou as origens do termo *Homem Novo* . No *Dictionary of Political Thought*, de Roger Scruton, citado pelo autor, a expressão *Homem Novo* ou *novo homem comunista* ou *socialista* foi utilizada desde a década de 20 com o intuito de descrever uma mudança não apenas no aspecto econômico, mas também individual. O homem, como possuidor de uma essência histórica se transformaria em uma criatura diferente sob uma nova ordem econômica, cujos valores e aspirações se tornavam incompatíveis com a ordem anterior.

Esta conceituação se aplica ao contexto moçambicano da luta armada, em que a necessidade de se instaurar uma nova ordem exigia a construção de novas realidades e conceitos que se sobrepusessem a dominação colonial. Tratava-se de uma demanda por uma ação real, a guerra, mas também uma elaboração no campo discursivo, o *Homem Novo.*

A necessidade de construção desta nova realidade era alimentada pela própria estrutura colonial portuguesa, que com a sua política de assimilação permitiu a formação nos centros urbanos de uma elite negra e mestiça letrada, que assumiria as primeiras posições de crítica a administração portuguesa ainda no início do século XX. Jornais como o *Brado Africano*, liderado por João Albasini e organizações associativas como Grêmio Africano de Lourenço Marques eram exemplos desta oposição (THOMAZ, 1998).

Dentro deste contexto, é fundamental mencionar a importância que as religiões desempenharam na formação da ideia de africanidade e na valorização da cultura e dignidade africana lideradas por algumas missões protestantes, movimentos messiânicos e igrejas pentecostais e alguns setores islâmicos.

Como afirmou Teresa Cruz e Silva (1998), o protestantismo foi fundamental para a construção de uma certa «identidade nacional» em oposição a dominação portuguesa. Desde a década de 1930, as igrejas protestantes contribuíram para formação de jovens estudantes, que na década de 1960 compuseram os quadros da Frelimo, entre eles, Eduardo Mondlane.

Em sua trajetória, Mondlane estudou na missão presbiteriana suíça próxima a Manjacaze, cursou os estudos secundários em uma escola também da missão, na África do sul e concluiu a graduação na Universidade de Lisboa, em Antropologia e Sociologia através de uma bolsa. Mais tarde, já na década de 1960, o próprio Eduardo Mondlane sugeriu a Igreja Presbiteriana de Moçambique que criasse a Comissão de Auxílio aos Estudantes Moçambicanos (CAEM), cujo objetivo era oferecer oportunidades de acesso aos jovens africanos de níveis mais elevados de instrução.

A Missão Suíça se estabeleceu no Sul de Moçambique ainda no século XIX, e sua presença sempre foi vista com receio pelos portugueses, que tinham interesses econômicos e políticos na região. Na Missão, utilizavam a língua tsonga como veículo de comunicação e evangelização, já que a bíblia era traduzida para este idioma. Para lerem a bíblia, a população daquela região era alfabetizada em seu próprio idioma, o tsonga. Esta alfabetização estimulou o aparecimento de uma imprensa na região onde a Missão atuava desenvolvendo assim uma tradição de jornalismo em língua local. Além dos assuntos religiosos, estes veículos de imprensa publicavam textos sobre a situação política e econômica do país, tecendo críticas ao governo colonial.

Na vivência cotidiana da Missão havia uma preocupação em preservar parte da experiência cultural e social dos estudantes e fiéis. Sem deixar de ensinar a língua portuguesa, eles se concentraram em reter e formar «uma cultura nacional», tendo assim um importante papel na politização dessas pessoas. Desta maneira, o que antes era orgulho de sua cultura e língua em sua etnia se ampliou para um sentimento de pertencimento a algo maior que era uma consciência nacional, com muitas identidades.

A participação das religiões não se limitava apenas na atuação individual de seus membros. O Conselho Mundial das Igrejas[11] e outras igrejas protestantes, por exemplo, auxiliaram a Frelimo através de seus programas humanitários. Como afirma Cruz e Silva (1996: 260), o Programa de Combate ao Racismo criado pelo Conselho Mundial das Igrejas em 1969 destinou parte de seu fundo especial para nove movimentos de libertação na África, dentre eles a Frelimo.

---

11 Fundada em 1948 na Holanda, mas com sede em Genebra, na Suiça, é uma organização ecumenical com mais de 340 igrejas protestantes, pentencontais, independentes e outras denominações religiosas.

Durante a década de 1960 não havia incompatibilidade no exercício de construção do *Homem Novo* entre marxismo e religião. Isto acontecia devido ao fato de que os dirigentes da Frelimo possuía a perspectiva de que em Moçambique poderia vigorar uma concepção específica de marxismo.
A fala de Joaquim Chissano, membro do Comitê Permanente da Frelimo em uma entrevista a Revista *Afrique Australe* em 1970 é muito ilustrativa desta percepção:

> Mas não acreditamos que o desenvolvimento do país, a independência e o socialismo possam ser copiados de outros países. [...]Certas pessoas pensam que como recebemos auxílio dos países socialistas seremos forçados a seguir a política de um ou outro país socialista, mas isso não é certo, pois se lutamos pela nossa independência (como já afirmamos), lutamos pela livre escolha de nossa maneira de viver, das nossas relações e o nosso comportamento. (CABAÇO, 2009 : 314)

Parece evidente que a influência marxista tinha a ver com a conjuntura internacional de Guerra Fria e a ajuda recebida por Moçambique dos países socialistas como apoio logístico e treino militar. Mas não é apenas isto. O contato com o socialismo era anterior aos acordos com a China e com a União Soviética. A partir das leituras dos livros de Mao Tsé-tung e de Nguyen Gup, que retratavam as revoluções lideradas por camponeses criou-se uma identificação por parte dos combatentes.
O próprio Samora Machel ofereceu uma perspectiva da apropriação do marxismo pela Frelimo. Em dos encontros com Samora Machel já na década de 1980, o sociólogo suíço Jean Ziegler em companhia de Regis Debray e José Luís Cabaço, desejava saber a respeito da influência do pensamento socialista na revolução moçambicana e tinha como hipótese a influência do Partido Comunista Português na formação da elite dirigente. Ziegler perguntou a Samora quando tinha lido a primeira vez um texto de Marx. Samora ignorou a pergunta e começou a narrar sobre sua infância, enfatizando a exploração de seu pai e citando momentos de discriminação e humilhação em que ele havia passado.
Ziegler interrompeu a fala de Samora e novamente o perguntou. O presidente continuou sua fala contando a respeito da fuga para Tânzania, a renúncia aos estudos para ingressar na luta armada, a sua viagem de treinamento para Argel. Samora disse que foi neste momento em que chegou a ele um livro de Marx. O presidente afirmou que ao ler o livro passou-se diante dele toda a sua experiência de vida e ele se deu conta de que estava lendo Marx pela segunda vez.
Neste sentido, é possível observar que o discurso de Machel acreditava que o marxismo moçambicano nascia da opressão colonial e da prática revolucionária e que era capaz de se adaptar às especificidades do país.
Durante o período da luta armada (1964-1974) a Frelimo com o seu marxismo «adaptável», contou com o apoio real das diferentes confissões religiosas. Nas regiões conquistas pela Frelimo, denominadas «zonas libertadas» a população e os soldados podiam praticar a sua fé. Desde modo participaram do movimento pela independência de Moçambique pessoas das mais diversas crenças: católicos, muçulmanos, ateus e protestantes compunham seus quadros.
No entanto, não existia consenso e nem todas as religiões reagiram da mesma maneira diante da possibilidade de independência do país. Nem mesmo a Igreja Católica, braço importante do Estado Colonial português, apresentou uma postura única diante da luta de libertação. Alguns padres aderiram ao movimento de libertação, como Matheus Gwenjere que se envolveu na luta armada. Além disto, bispos inspirados no contexto do Concílio Vaticano II (1961), começaram a clamar pelo reconhecimento da Igreja dos movimentos de libertação e o direito de auto-determinação dos povos.
Os muçulmanos também não reagiram de forma homogênea, o que já era de se imaginar diante da imensa diversidade do islamismo no país. Enquanto alguns grupos como os dos muçulmanos indianos viam a independência como possibilidade de crescimento econômico, outros tinham um olhar mais cauteloso, por terem se beneficiado com a política portuguesa, como os muçulmanos das confrarias.
Os setores protestantes apoiaram de forma mais intensa o movimento independentista. Conforme afirmou Morier Genoud (1996: 15), durante a guerra de libertação, havia uma boa relação entre o movimento independista e os protestantes: por exemplo, os membros da Frelimo frequentavam regularmente o escritório da Igreja Metodista nos Estados Unidos e visitavam a sede da Missão Suíça na Suíça. Outro exemplo que marca

esta proximidade foi o pedido do 1° presidente da Frelimo, Eduardo de Mondlane, de que pastores fossem enviados para as áreas de guerrilha para que permanecessem e trabalhassem no movimento.
Com relação às lideranças das áreas rurais, adeptos das religiões consideradas tradicionais, eles foram alvo de disputa do governo português e da Frelimo. Se por um lado boa parte dessas lideranças se colocavam a favor dos portugueses, pois estavam inseridos na estrutura colonial como membros de baixo escalão, com o avançar da ocupação da Frelimo no território, alguns chefes viam uma aliança com este grupo como algo vantajoso.
O apoio dos Macondes foi fundamental para o êxito no avanço da Frelimo no território e, como retribuição ao auxílio prestado, a organização decidiu incorporar os líderes nativos à estrutura do movimento, nomeando-os presidentes do partido na região que dominavam. Lá, o movimento reuniu a população em aldeias comunais e passaram a denomina-los de camponeses, em referência ao marxismo. Nestas aldeias comunais eram desenvolvidas cooperativas de produção.
Apesar de uma aproximação com as religiões, na realidade das *zonas libertadas* havia uma tensão entre o marxismo e a fé. Desde 1972, alguns desertores acusavam a Frelimo de tentar proibir algumas práticas religiosas (MORIER GENOUD, 1996) e em 1974, Samora Machel em seu discurso *Estabelecer o poder popular para servir as massas* (MACHEL, 1974) apresentou uma postura anti-colonialista e de distanciamento com as religiões, o que nos permite observar indícios sobre a postura que o novo governo adotaria oficialmente anos mais tarde.

> Os colonialistas, para melhor camuflarem a sua dominação e impedi-rem as massas de compreenderem e se revoltarem contra a sua situação miserável, estimularam a superstição. Assim difundiram numerosas religiões no nosso seio que, dividindo as massas, enfraqueciam-nas. Ao mesmo tempo as religiões todas elas pregavam ao Povo a resignação.
> No nosso país os missionários ensinavam-nos que desobedecer ao governo e ao colono era pecado, que devíamos estar muito gratos ao colonialismo português porque nos trazia a verdadeira fé. No século passado, a Igreja justifica o comércio criminoso de escravos afirmando que este era bom, pois permitia que os escravos fossem batizados. O atual arcebispo de Lourenço Marques, Custódio Alvim Pereira, muitas vezes repetiu publicamente que o Povo moçambicano não devia reivindicar a independência, porque esta só podia servir o comunismo e o Islão, por outras palavras, a independência era um pecado contra Deus.

O discurso que antes contemplava a reunião de todas as vivências dos moçambicanos de todas as regiões do país, e que teve ampla participação dos setores religiosos na independência, após este momento associou a religião à herança colonial portuguesa, que deveria ser extinta. As religiões, assim como os elementos étnicos não cabiam nesta nova nação moçambicana.
No III Congresso, ocorrido em 1977, a Frelimo assumiu sua posição política como marxista-leninista. A partir deste momento o partido adotou oficialmente um ateísmo de Estado e uma restrição/perseguição de grande parte das religiões.
A Frelimo proibiu o ensino do Alcorão às crianças e as peregrinações à Meca. Também nacionalizou todos os bens da Igreja católica, expulsou os Testemunhas de Jeová e prendeu líderes de igrejas protestantes ligados aos Estados Unidos, que faziam oposição explícita ao comunismo.
Do mesmo modo, proibiram as práticas de adivinhação, súplicas aos antepassados e rituais de iniciação, considerados como «contrarrevolucionárias» e portadoras de «ideias falsas». Os acusados de falar ou praticar feitiçaria foram punidos com prisão ou envio para campos de reeducação pelo Estado. A punição às práticas de magia tinha a ver com uma tentativa de retirar a legitimidade de anciãos e chefes tradicionais, que ocupavam posições de destaque dentro de uma estrutura de parentesco.
O poder desses «chefes tradicionais» foi enfraquecido quando a Frelimo criou órgãos de governo locais responsáveis pela intermediação dos conflitos e na distribuição das terras. As antigas lideranças, substituídas pelo novo governo, eram associados ao passado colonial e vistos por este novo regime como inimigos.

Em visita ao distrito de Erati em 1977, onde estava estabelecida a Aldeia Comunal Samora Machel, o presidente em seu discurso associava a miséria ao crescimento de ideias consideradas como «obscurantistas».

> Na miséria espalha-se com muita facilidade o espírito de subserviência baseado na crendice sobre seres sobrenaturais(...) Acreditam nas forças extra-físicas quando quem difunde essas ideais são forças físicas, por exemplo, a igreja e os feiticeiros. (Revista Tempo, 1977: 06)

Neste mesmo discurso, Machel chamou atenção para a capacidade criativa dos homens, que eram capazes por suas próprias mãos de construir coisas como casas ou carros, mas também eram capazes de construir a sua felicidade e o seu destino.

Na legenda da fotografia, que mostra Machel em cima de um jipe discursando e que ilustra o discurso publicado na revista e acima citado, o jornalista escreveu que enquanto o presidente falava para cerca de 1000 pessoas, o intérprete traduzia tudo para língua Macua.

Esta pequena legenda nos oferece uma dimensão da artificialidade, como já demonstrava Benedict Anderson, desta construção nacional. A Frelimo desejava apagar as diferenças étnicas e religiosas e construir uma coesão em um povo que não se conhecia. A presença de um interprete refletia o distanciamento entre o projeto do governo e a realidade do povo.

Com a independência se acentuou os ideais pronunciados por Machel ainda na década de 1970 durante a II Conferência do Departamento de Educação e Cultura. Ele afirmou que para «*Unir todos os moçambicanos, para além das tradições e línguas diversas isso requer que na nossa consciência morra a tribo para que nasça a Nação*» [12].

Em 1978, a revista *Tempo* publicou um discurso de Sérgio Vieira, membro do Comitê Central da Frelimo cujo título era «O *Homem Novo* é um processo». Em sua fala afirmava que era a partir da emergência deste *Homem Novo* que a revolução triunfaria ou fracassaria, e que deveria ser um ideal a ser alcançado.

Diante de uma mudança no discurso e as perseguições a religião podemos notar que a partir de 1977, o ideal de *Homem Novo* não era mais uma «colcha de retalho» como nos primeiros anos da luta armada. Com a independência, o *Homem Novo* passou a significar um indivíduo distante dos valores tribais e religiosos, possuidor de uma educação formal e que a partir da ética do trabalho poderia construir a nação moçambicana.

O período da luta pela independência e da implantação de um novo Estado foram momentos de grande mudança a partir das experiências e das expectativas reformuladas com a guerra e com a independência. A experiência traumática do colonialismo havia projetado um ideal de liberdade e um determinado projeto de nação, que foi se alterando com a vivência cotidiana e o surgimento de novas expectativas.

A necessidade de criar um projeto político sólido, com a adesão dos diferentes segmentos da sociedade e dos diversos setores religiosos foi o fermento de uma reformulação dos conceitos de nação, liberdade e do próprio ideal de cidadão moçambicano, que passava pelo conceito de *Homem Novo* .

A noção de *Homem Novo* apresentava em si um horizonte de expectativas, já que defendia uma pureza que nunca poderia ser totalmente alcançada. Havia uma incapacidade dos indivíduos em abandonar suas tradições e aquilo que eram essencialmente em nome de uma construção nacional. Em termos concretos não seria possível o abandono total das culturas burguesa, colonial, tradicional e religiosa que havia sido construída durante séculos. Por este motivo, o conceito funcionava como uma teleologia importante para se construir a nação moçambicana.

Para a Frelimo a construção deste *Homem Novo* se fazia imperiosa, mas essa idéia desejava se tornar realidade em um contexto de profundo desconhecimento e uma falta de identificação mútua entre as províncias: os do extremo-norte se identificavam com o Tanganica, (atual Tanzânia); os do norte com o Malawi, os do Centro com a Ródesia (atual Zimbábue), e os do Sul, com a África do Sul.

De acordo com Michel Cahen (1999), a postura anti-tribalista e anti-racista do governo refletia uma dupla

---

12 Coleção "Estudos e Orientações" nº 2 – Novembro de 1973 http://www.iese.ac.mz/lib/PPI/IESE-PPI/pastas/governacao/educacao/artigos_cientificos_imprensa/fd_4725.pdf

posição: uma oposição radical as discriminações, mas também uma negação da existência de comunidades culturais diferentes. O fato de não haver mais «branco, mestiços, negros, indianos apenas moçambicanos» poderia significar igualdade e fraternidade, mas também uma negação das diferenças.
Neste sentido, a postura do partido único surgia não apenas como unicidade política, mas unicidade social com a tentativa de não apenas construir, mas impor uma nação homogênea, de acordo com o autor.
Esta política homogeneizadora teve suas consequências. Apesar das perseguições religiosas não serem tão constantes e rígidas quanto o seu discurso, ocorreram algumas revoltas como a de Mocimba da Praia em 1980, contra a proibição do ensino do Alcorão e a adesão de alguns chefes tradicionais e líderes muçulmanos e protestantes a causa da Renamo[13],
A prática violenta da construção do *Homem Novo ,* com uma lógica de valorização extrema do trabalho, o envio de dissidentes políticos aos campos de reeducação, as maciças campanhas contra o alcoolismo, as práticas tradicionais, a poligamia e a prostituição desejava converter os indivíduos a religião da nação. Não obstante, os discursos de Samora Machel estavam repletos de referências a uma ética protestante.
Ao discursar sobre o valor do trabalho e da possibilidade de se construir Moçambique, Machel se aproxima da conceitualização oferecida por Weber[14], ao caracterizar que o |«espírito do capitalismo». Para Weber a valorização do trabalho traria em si uma ideia de um desenvolvimento disciplinado, racional como alavanca para o crescimento econômico e social, e por isso toda atividade profissional lícita deveria ser valorizada. Dentro da Ética protestante seria uma expressão do amor ao próximo.
Desta maneira é possível supor que mesmo com uma postura anti-religiosa e a propagação de um discurso marxista, a Frelimo talvez possuísse bases fortes no cristianismo, especialmente no protestantismo. São com as lentes do protestantismo, que Samora Machel incluirá em seu projeto de *Homem Novo* , a imposição de uma moralidade essencialmente cristã.
Ao longo de seu governo, a Frelimo promoveu sucessivas campanhas contra o alcoolismo, a prostituição e a poligamia. Neste sentido é possível supor que o *Homem Novo* ainda era possuidor de antigos ideais, de uma alma velha.

Bibliografia

ANDERSON, Benedict (2008). *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.* São Paulo: Companhia das Letras.

CABAÇO, José Luis (2009). *Moçambique: Identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora UNESP.

CAHEN, Michel (1994). "Moçambique, histoire géopolitique d'un pays sans nation". *Lusotopie – Enjeux Contemporaines dans les Espaces Lusophones*, 12: 213-266, Paris, Karthala.

_____ (1999). "Estado sem nação: Unicidade, unidade ou pluralismo do Estado de Moçambique e algures". In. *La nationalisation du monde: Europe, Afrique Lìdentité dans la démocratie.* Paris: Éditions L`Harmattan.

13 Resistência Nacional Moçambicana, grupo armado criado em 1975 e financiado pela Organização Central de inteligência da Rodésia, um estado controlado por minoria branca, criado em 1965 no território do Zimbábue. Fundado inicialmente como unidade militar e não como movimento político, a RENAMO contou com forte apoio do primeiro-ministro rodesiano Ian Smith. O primeiro ministro via na formação desse grupo a possibilidade de conter os militantes que desejavam por fim ao estado da Rodésia e que contavam com a ajuda da FRELIMO. Uma das primeiras funções da RENAMO foi chefiar ataques em Moçambique que cortassem as comunicações e agissem em auxílio das forças rodesianas contra a ZANLA (Zimbabwe African National Liberation Army) grupo armado apoiado pela Frelimo. A partir de 1977, Frelimo e Renamo lutaram por quase vinte anos pelo controle do país em uma sangrenta guerra civil que só terminou em 1994. Ver Malyn Newitt. História de Moçambique. Mem Martins: Publicações Europa-America, 1997. pp. 482 e 483

14 Max Weber. A Ética Protestante e o "espírito" do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____ (2000). "L'État Nouveau et La diversification religieuse au Mozambique, 1930-1974". *Cahiers d'études africaines*, No 158, 2000.

CHICHAVA, Sérgio (2007)."Os chefes "tribais são fantoches"!: A Frelimo e o poder tradicional durante a luta anticolonial na Zambézia". *In. e-Working Papers CEAUP*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

CRUZ E SILVA, Teresa (1996). *Protestant Churches and the Formation of Political Consciousness in Southern Mozambique (1930-1974): the case of the Swiss Mission.* Bradford: University of Bradford, Tese de Doutoramento.

_____ (1998). "Educação, identidades e consciência política: A Missão Suíça no Sul de Moçambique (1930-1975)". *In. Lusotopie* p. 397-405.

HEDGES, David (1993). *História de Moçambique – Moçambique no auge do colonialismo*. Maputo: Universidade Eduardo de Modlane.

KRUKS, Sonia (1987). "From Nationalism to Marxism: The ideological History of FRELIMO, 1962-1977". *In. Studies in Powwer and Class in Africa.* Irving Leonard Markovitz (ed.): Nova York, Oxford University Press.

MACAGNO, Lorenzo (2009). "Fragmentos de uma imaginação Nacional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* 2009.

_____(2004). "Samora e os muçulmanos: Narrativas pós-coloniais sobre uma relação ambígua". *In. XXVIII Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, 2004.

_____(2006). *Outros Muçulmanos. Islão e narrativas coloniais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2006.

_____(1973). *Educar o homem para vencer a guerra, criar uma sociedade nova e desenvolver a pátria*. Coleção "Estudos e Orientações" nº 2 – Novembro de 1973 .

MACHEL, Samora (1974). *A luta continua*: Antología de discursos do presidente da FRELIMO. Porto : Afrontamento.

MOURIER-GENOUD, Eric (1996). "God and Cesar: The Relation Between Christian Churches and the State in Post-Colonial Mozambique, 1974-1981" *In. Le Fait Missionaire.* Lausanne: Switzerland.

NEWITT, Malyn (1997). *História de Moçambique*. Mem Martins: Publicações Europa-America.

OPELLO JR, Walter. "Pluralism and Elite Conflict in an Independence Movement: FRELIMO in the 1960s". In. *Journal of Southern African Studies*, Vol. 2, No. 1 (Oct., 1975), pp. 66-82

PÉLISSIER, René (1994). *História de Moçambique - Formação e oposição 1854-1918*. Lisboa: Ed. Estampa.

PENVENNE, Jeanne (1993). Trabalhadores de Lourenço Marques (1870-1974). Arquivo Historico (Mocambique)

SOUTO, Amélia Neves de (2007). Caetano e o ocaso do "Império": Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968 – 1974). Porto: Edições Afrontamento.

THOMAZ, Fernanda (2008). *Os 'Filhos da terra: discurso e resistência nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890-1930)*. UFF, Dissertação de mestrado, Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

VIEIRA, Sérgio (1978). "O *Homem Novo* é um processo*". In: Tempo*. Maputo, n° 398, pp. 27-38, 1978.

WEBER, Max (2013). *A Ética Protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

ZAMPARONI, Valdemir Donizette (1998). Entre Narros & Mulungos: Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, 1890-1940. Tese de doutorado, São Paulo: Faculdade de Filosofia , Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

GT 80
A democracia em tempos de neoliberalismo

Radiogradia dos orçamentos participativos no Rio Grande do Sul. Uma análise comparada das características e impactos das políticas públicas participativas

Alfredo Alejandro Gugliano
alfredogugliano@hotmail.com

Adalmir Marquetti
aam@pucrs.br

Resumo: a proposta deste trabalho é apresentar uma pesquisa realizada sobre os orçamentos participativos no Rio Grande do Sul, entre 2009-2012, focando três questões principais: a) comparação entre dados socioeconômicos de cidades que realizaram orçamentos participativos e aquelas que não aderiram à proposta; b) características das cidades que implementaram orçamentos participativos na região.
Palavras-chave: orçamento participativo; democracia; cidadania

1. Introdução

O orçamento participativo no formato atual iniciou em Porto Alegre no Rio Grande do Sul em 1989. Cabe sublinhar que no Estado houve experiências pioneiras do que se poderia chamar de proto-orçamentos participativos, como seria o caso da cidade de Pelotas onde foi realizado na Gestão Bernardo de Souza (PMDB) o programa de governo: "todo o poder emana do povo" no período 1983-1984, projeto baseado na ideia de democratização do debate sobre gastos públicos (Souza, 2002). Contudo, essas propostas não tiveram continuidade existindo um hiato entre as primeiras tentativas de democratização do debate orçamentário e o nascimento do orçamento participativo porto-alegrense.

De um modo geral os orçamentos participativos que frutificaram a partir de Porto Alegre se caracterizam por três elementos: a) cessão de soberania dos governos eleitos para os cidadãos; b) ampliação dos espaços de participação política dos cidadãos na gestão pública; c) vinculação da deliberação sobre a execução de parcelas dos recursos públicos ao debate popular em reuniões públicas. Esses critérios nortearam a organização da pesquisa que fundamenta o presente trabalho, porem, é necessário sublinhar que não há consenso entre os pesquisadores sobre o tema (Avritzer; Navarro, 2003).

No presente artigo discutimos diferentes aspectos relacionados com as características das cidades com experiências de orçamento participativo no Rio Grande do Sul na gestão 2009-2012. Com isso visamos contribuir com outras pesquisas gerais que visaram traçar o desenvolvimento do orçamento participativo no país (Torres; Grazia, 2004; Wampler, 2008; Avritzer; Wampler, 2008). Como já dito o trabalho foi fruto de pesquisa realizada numa primeira etapa junto ao conjunto dos municípios gaúchos e numa segunda etapa diretamente naquelas cidades nas quais no período selecionado estava em desenvolvimento orçamentos participativos.

O campo de estudos sobre a participação cidadã na gestão pública é bastante rico em termos da busca de novos parâmetros a partir dos quais analisar as experiências democráticas. Isso se dá porque esses processos apresentam elementos que extrapolam tanto a acepção do cidadão enquanto eleitor, quanto a percepção do governante como sendo ungido pela transferência de soberania popular (Fung; Wright, 2001; Cabannes, 2004).

No caso do presente texto, a proposta é contribuir para o debate sobre as democracias contemporâneas à luz da experiência de gestão pública participativa no Rio Grande do Sul, especificamente os orçamentos participativos.

Por gestão participativa se entende a formulação de políticas públicas por meio de canais onde a população tem participação ativa, isto é, existe um debate público que desemboca numa deliberação pública e, consequentemente, no encaminhamento dessas definições por parte do governo. A gestão participativa representa, nos dias de hoje, uma alternativa aos modelos tradicionais de administração estatal e representa um avanço em relação a contraposição entre o que se identificou como uma contraposição entre os modelos gerencial-burocrático e da nova gestão pública.

O orçamento participativo é uma das mais potentes propostas enquadradas no que é possível chamar de instituições participativas ou mecanismos de gestão pública participativa. Os mesmos são estruturas que possuem como marca de origem a inclusão social dos cidadãos na resolução de temas da administração pública, instâncias que discutem desde temas vinculados ao cotidiano das ruas e dos bairros, até problemas relacionados com a administração do Estado e seus quadros.

Dessa maneira as consultas públicas, enquetes, fóruns virtuais, diferentes formas de auscultar os interesses da população, são formas relevantes de aproximar o governo dos cidadãos, mas, não são orçamentos participativos. Assim como também não deveríamos chamar dessa forma a votação de demandas por parte da população em sistemas que reproduzem a participação eleitoral sem debate social.

2. Comparando cidades com e sem orçamentos participativos no Rio Grande do Sul

Na presente seção realizamos uma comparação das características médias das cidades com e sem orçamento participativo para analisar se os municípios mais desenvolvidos possuem maior probabilidade de empregarem o orçamento participativo (OP). Conforme observamos na tabela abaixo as cidades que possuem o OP têm, na média, maior número de habitantes e maior taxa de urbanização. Em termos sociais, os municípios que utilizam a proposta têm, em média, menor taxa de analfabetismo e melhores Indicadores de Desenvolvimento Econômico e Social, IDESE, em Educação e Saúde. No que tange à renda, as cidades com OP possuem maior renda per capita e melhor IDESE no bloco Renda.

Portanto, observamos um maior nível de desenvolvimento médio nas cidades gaúchas que utilizaram o orçamento participativo em 2010. Contudo, as informações não permitem afirmar que a presença do orçamento participativo ocasiona melhoras no desenvolvimento econômico dos municípios.

Tabela1:

Características do desenvolvimento econômico e social dos municípios gaúchas com e sem OP em 2010

Características	Cidades com OP	Cidades sem OP
População	119.237	12.992
(habitantes)		
Representação Política	87.770	10.091
(número de eleitores)		
Taxa de Urbanização	81,26	53,29
(%)		
Taxa de Analfabetismo	4,79	6,91
(pessoas 15 anos ou mais, %)		
PIB per capita	R$ 22.981	R$ 19.272
(R$ 2010)		
IDESE Saúde	0,7238	0,6938
IDESE Educação	0,6851	0,6159
IDESE Renda	0,6675	0,6399

Fonte: FEE (2014)

Em suma os resultados revelam diferenças importantes entre as cidades que utilizam o OP e as demais cidades. As cidades que empregam o OP possuem, em média, maior população, maior renda per capita, maior taxa de urbanização e maior escolaridade em relação as que não empregam o OP. As cidades com OP possuem, em média, maior grau de desenvolvimento (Marquetti; Berni, 2013).

3. Perfil das cidades com orçamentos participativos

De acordo com a pesquisa realizada, entre 2009-2012, quarenta municípios desenvolveram orçamentos participativos no Rio Grande do Sul, totalizando aproximadamente 8% das cidades do estado. Mesmo que nem todas essas experiências tenham adotado o nome de orçamento participativo, acreditamos que as mesmas cumprem com requisitos básicos para serem classificadas dessa forma. A tabela 1 apresenta a lista de municípios com orçamento participativo na gestão 2009-2012

Tabela 02 - Cidades com Orçamento Participativo no Rio Grande do Sul (2009-2012)

Municípios com Orçamento Participativo	
Alecrim	Novo Hamburgo
Bagé	Novo Tiradentes
Barão	Paim Filho
Barra do Quaraí	Palmeira das Missões
Bento Gonçalves	Paraí
Cachoeirinha	Passo fundo
Campo Bom	Pejuçara
Canoas	Porto Alegre
Capão da Canoa	Santa Rosa
Casca	Santiago
Caxias do Sul	Santo Antônio do Palma
Charqueadas	São Leopoldo
Cruz Alta	São Lourenço do sul
Erechim	Sapucaia do sul
Erval Seco	Serafina Corrêa
Esteio	Soledade
Flores da Cunha	Vacaria
Garibaldi	Três de Maio
Gravataí	Venâncio Aires
Ijuí	Viamão

Fonte: Gugliano. 2014

Mesmo não existindo dados absolutos para todo o período, é notável o crescimento da proposta no estado e sua implementação em cidades que, seja pela sua concentração populacional, seja pelo seu potencial financeiro, são estratégicas no estado.

Figura 01 - Orçamento Participativo no Rio Grande do Sul (1989-2012)

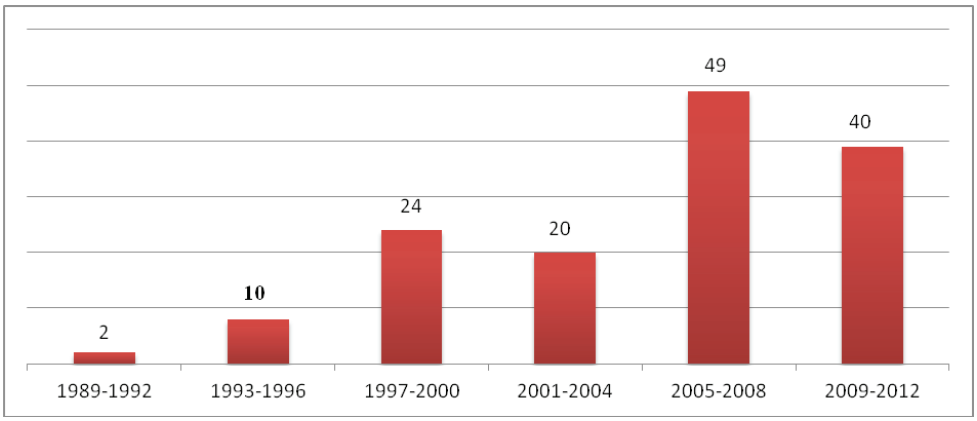

Fonte: Gugliano (2014).

Em termos da sua origem, vemos que mais da metade dos orçamentos participativos desenvolvidos foram fundados no período anterior ao do mandato 2009-2012. Entre os casos que persistem atualmente no estado, além de Porto Alegre, fundado em 1989, os mais antigos são os de Caxias do Sul, com o PT na Prefeitura Municipal, em 1993, e o de Alecrim que foi inaugurado em 1994, numa gestão que envolveu a coligação entre PMDB/PT. Todas essas experiências sofreram diversas interrupções de lá para cá. Já 44% dos casos estudados foram fundados no período de gestão que é nosso objeto de análise, inaugurado em 2009.

Figura 02 - Inauguração Orçamentos Participativos Cidades Gaúchas (1994-2009)

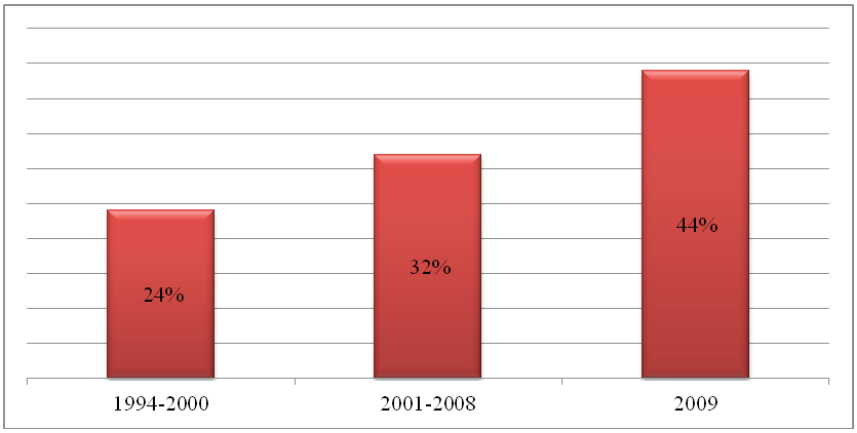

Fonte: Gugliano, 2014

Sobre esse tema cabe ainda sublinhar que no Rio Grande do Sul houve experiências pioneiras do que se poderia chamar de proto-orçamentos participativos, como seria o caso da cidade de Pelotas, onde foi realizado na Gestão Bernardo de Souza (PMDB) o programa de governo "todo o poder emana do povo", no período 1983-1984, também baseado na ideia de democratização do debate sobre gastos públicos. Mesmo sendo tema controverso cabe destacar que existem diferenças e semelhanças bastante marcantes entre a experiência pelotense e o que foi posteriormente desenvolvido. Em especial a principal semelhança é a democratização do debate sobre os investimentos municipais e a organização de reuniões envolvendo o poder público e os cidadãos. Já enquanto diferença pode-se sublinhar o caráter pouco propositivo da experiência desenvolvida

pelo Prefeito Souza no inicio da década dos oitenta, considerando que o dirigente municipal basicamente ouvia as reivindicações populares.
Em termos populacionais, a maior concentração de orçamentos participativos ocorre em cidades pequenas e médias, com até 100 mil habitantes. No Estado, a única cidade com mais de um milhão de habitantes, que é Porto Alegre, também possui orçamento participativo. Sobre isso cabe matizar que, no referido estado, quase 80% do total de municípios possui ate 20 mil habitantes.

Figura 03 - Distribuição do Orçamento Participativo pela População do Município (2009-2012)

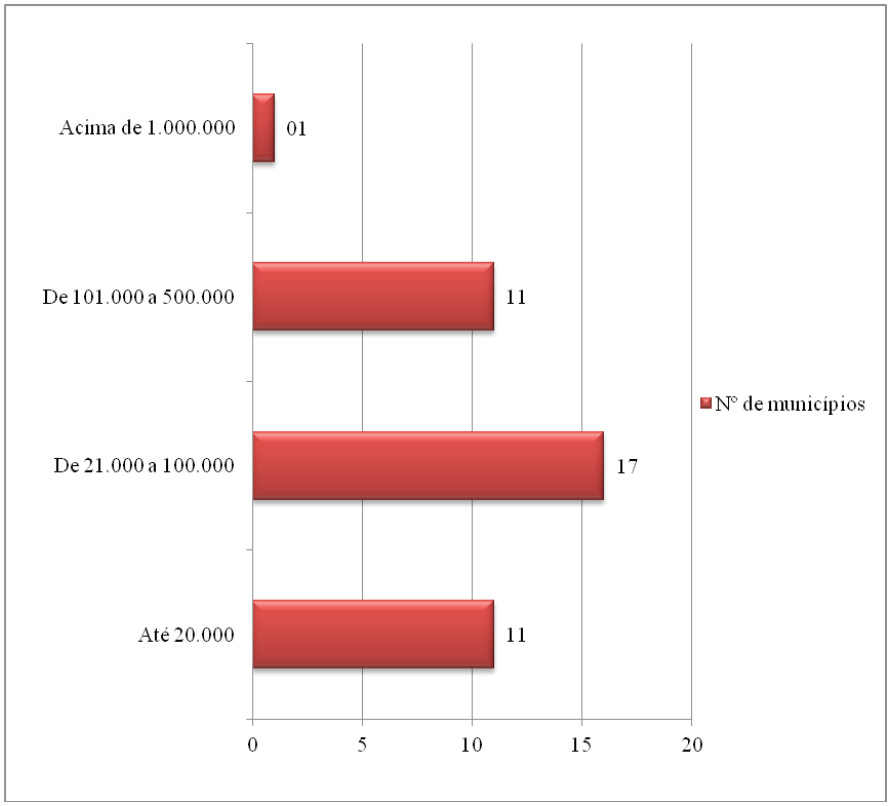

Fonte: elaboração própria baseado em IBGE, Censo Demográfico 2010.

No tocante à sua localização regional, as experiências analisadas estão concentradas em dois (02) dos vinte e quatro (24) Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) atualmente existentes, totalizando quase 50% dos casos encontrados. Os COREDES são unidades organizativas, criadas em 1994, que tem como função articular regionalmente as prefeituras visando uma melhor distribuição de recursos e organização de ações conjuntas.
O primeiro COREDE que se destaca em termos da concentração de casos de orçamento participativo é o do COREDE Serra, que é formado por trinta e um municípios e concentra mais de oitocentos mil habitantes. Esse COREDE, que concentra parte importante da imigração italiana na região, se caracteriza pela sua pujança econômica, possuindo o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, com economia centrada na produção industrial – é o segundo polo metal-mecânico do Brasil - e no turismo, principalmente.

Figura 04 - Distribuição Orçamentos Participativos no COREDE Serra (2009-2012)

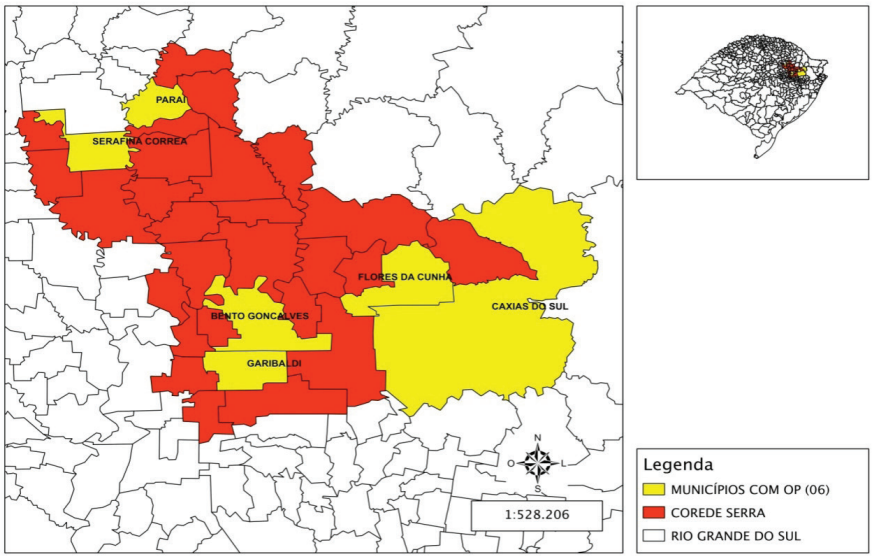

Fonte: elaboração do autor

O segundo COREDE que mencionamos é o COREDE Vale do Rio dos Sinos, onde vivem mais de um milhão e trezentos mil habitantes em quatorze municípios, tendo o segundo maior PIB entre as regiões do estado, sendo considerada a região como um dos maiores *clusters* calçadista do mundo, apesar do crescimento da competição principalmente por parte dos países asiáticos. Ademais, possui o segundo polo industrial do estado concentrado nos setores petroquímico, calçados e couro.

Figura 05 - Distribuição Orçamentos Participativos no COREDE Vale do Rio dos Sinos (2009-2012)

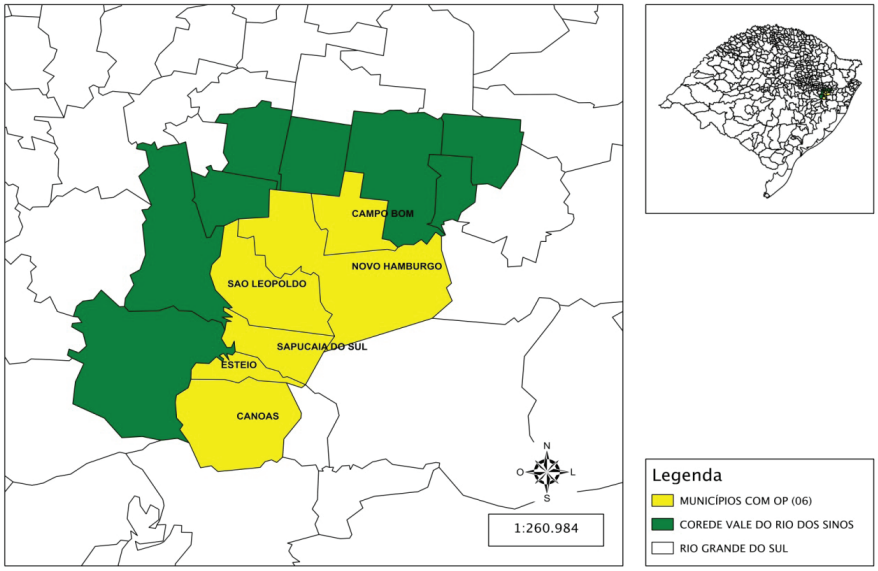

Fonte: Gugliano, 2014

Além das regiões apontadas outros cinco COREDES monopolizam as prefeituras nas quais foram desenvolvidas experiências de orçamentos participativos no período estudado. Para melhor visualizar essa distribuição regional é possível utilizar a divisão estadual em mesorregiões, critério atualmente bastante utilizado para analisar o desenvolvimento socioeconômico estadual. De acordo com o IBGE, o Rio Grande do Sul possui sete mesorregiões: a) Nordeste Rio-grandense; b) Noroeste Rio-grandense; c) Centro Ocidental Rio-grandense; d) Centro Oriental Rio-grandense; e) Metropolitana de Porto Alegre; f) Sudoeste Rio-grandense; g) Sudeste

Rio-grandense. Como veremos na figura a seguir, claramente os casos de orçamentos participativos do Rio Grande do Sul estão regionalmente concentrados no Estado.

Figura 06 - Distribuição Orçamentos Participativos nas Mesorregiões do Rio Grande do Sul (2009-2012)

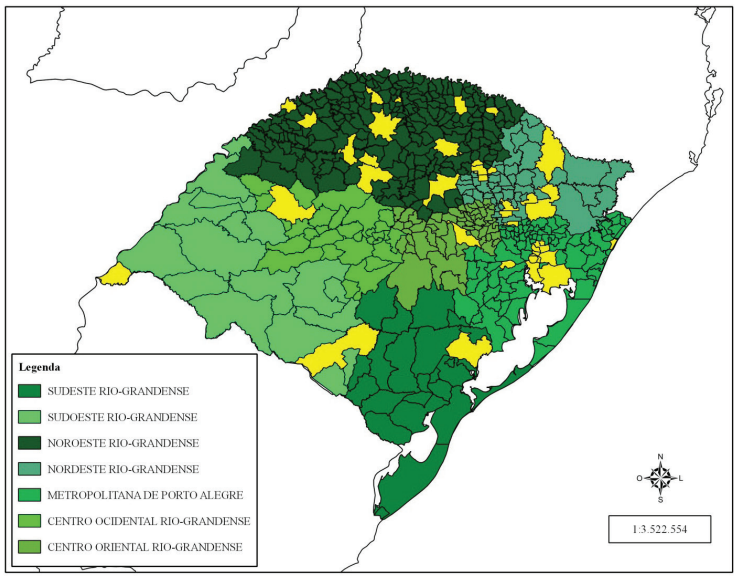

Fonte: Gugliano, 2014

Como bem pode ser visualizada no mapa anterior, a concentração dos casos analisados se encontra nas cidades localizadas na metade norte do estado, precisamente a região com maior aglomerado industrial e melhores indicadores socioeconômicos. Por um lado, a região sul é marcada por uma economia centrada na agricultura e serviços, com uma grande concentração fundiária e de renda, apesar de possuir uma concentração populacional inferior ao da região norte. Já a região norte, além da área de serviços e de agricultura, concentra a maior parte da atividade industrial estadual (BANDEIRA, 2003).

Em termos populacionais, chama a atenção que entre 2009-2012, quase a metade da população do Rio Grande Sul vivia numa cidade no qual estava em funcionamento, em maior ou menor grau, alguma modalidade de orçamento participativo. Ademais, deve-se sublinhar a característica eminentemente urbana da população das cidades nas quais essa experiência foi desenvolvida, com quase 95% do contingente populacional considerado urbano.

Figura 07 - População nas Cidades com Orçamentos Participativos e População Total no Rio Grande do Sul (2009-2012)

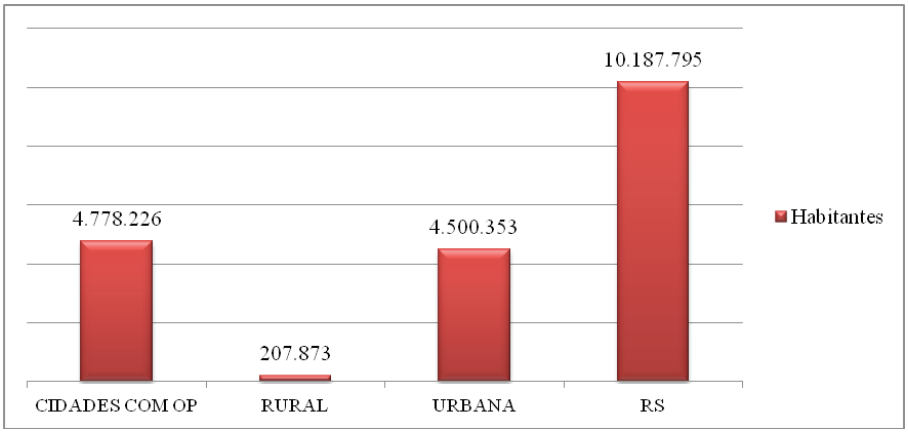

Fonte: Gugliano, 2014

Outro aspecto importante a ser destacado neste quesito diz respeito aos dados socioeconômicos. A esse respeito, complementando a informação anterior, quando afirmamos a concentração espacial dos casos na região norte do estado, pode-se dizer que aproximadamente 70% das cidades que executam orçamentos participativos, no período analisado, possuem um PIB per capita superior ao patamar atingido em nível estadual. Complementando, seis das dez cidades com maior PIB do estado desenvolvem a proposta em questão.

Tabela 03 - Dez cidades com maior PIB do Rio Grande do Sul – 2009
(cidades com orçamento participativo em vermelho)

Produto Interno Bruto (PIB) **10 maiores municípios segundo o PIB total do RS – 2010**		
Municípios	**Produto Interno Bruto**	
	Valor	**Posição no *Ranking* em 2009**
Porto Alegre	R$ 43,0 bilhões	1º
Canoas	R$ 16,5 bilhões	2º
Caxias do Sul	R$ 15,6 bilhões	3º
Rio Grande	R$ 7,7 bilhões	4º
Gravataí	R$ 7,0 bilhões	5º
Triunfo	R$ 5,8 bilhões	6º
Novo Hamburgo	R$ 5,4 bilhões	7º
Santa Cruz do Sul	R$ 4,8 bilhões	8º
Pelotas	R$ 4,6 bilhões	9º
Passo Fundo	R$ 4,5 bilhões	10º
Total	**R$ 114,9 bilhões**	–
Rio Grande do Sul	**R$ 252,4 bilhões**	–

Fonte: Elaboração própria baseado em FEE/Centro de Informações Estatísticas (CIE).

Em termos de indicadores sociais também é possível destacar alguns elementos que nos auxiliam a conhecer as características das cidades que executaram orçamentos participativos no período 2009-2012. Para tal, um dos principais indicadores utilizados na pesquisa foi o IDESE, criado pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE-RS), que é um índice composto por 12 indicadores divididos em quatro blocos temáticos: Educação; Renda; Saneamento e Domicílios; e, por fim, Saúde.

Tabela 04 - IDESE Cidades com orçamento participativo no Rio Grande do Sul (2009-2012)

Municípios com OP	IDESE	
	Idese	Posto geral no RS
CAXIAS DO SUL	0,858	**01**
ESTEIO	0,846	**02**
CANOAS	0,840	**03**
PORTO ALEGRE	0,838	**04**
CACHOEIRINHA	0,827	**05**
CRUZ ALTA	0,822	**06**
VACARIA	0,821	**07**
IJUÍ	0,819	**09**
CAMPO BOM	0,812	11
BENTO GONÇALVES	0,809	12
ERECHIM	0,809	13
SANTA ROSA	0,803	14
GARIBALDI	0,800	16
PASSO FUNDO	0,799	20
SANTIAGO	0,782	35
BAGÉ	0,781	36
CHARQUEADAS	0,777	48
SÃO LEOPOLDO	0,765	67
PEJUÇARA	0,764	68
SOLEDADE	0,764	70
FLORES DA CUNHA	0,762	75
GRAVATAÍ	0,760	78
SERAFINA CORRÊA	0,757	89
PALMEIRA DAS MISSÕES	0,755	90
NOVO HAMBURGO	0,748	109
SAPUCAIA DO SUL	0,747	111
CAPÃO DA CANOA	0,742	125
PARAÍ	0,742	126
VIAMÃO	0,729	157
CASCA	0,722	174
VENÂNCIO AIRES	0,718	193
BARRA DO QUARAÍ	0,698	244
SÃO LOURENÇO DO SUL	0,695	250
BARÃO	0,682	286
PAIM FILHO	0,678	303
ALECRIM	0,659	349
ERVAL SECO	0,651	372
NOVO TIRADENTES	0,634	410
SANTO ANTÔNIO DO PALMA	0,622	429

Fonte: elaboração própria baseado em FEE/Centro de Informações Estatísticas (CIE).

De acordo com os dados acima, 62% das cidades que executaram orçamentos participativos, no período analisado, estão entre os 100 melhores IDESEs do Rio Grande do Sul, no ano de 2009. Se estreitarmos um pouco mais nosso universo de análise, esse fato ainda é mais chamativo considerando que oito (8), das dez (10) cidades com melhor IDESE estadual, executaram a referida proposta no período. Esse dado, se por um lado não possibilita estabelecer uma relação causal mecânica entre orçamentos participativos e bons indicadores sociais, representa um elemento importante para caracterizar as cidades, consequentemente também as administrações municipais, que executam a proposta.

Para complementar esses dados outros dois indicadores foram selecionados. O primeiro deles, bastante usado para a análise de desenvolvimento social, é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que no Brasil é aplicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De maneira semelhante ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o citado indicador utiliza uma escala que vai de zero (pior situação) a um (melhor situação) para explicitar suas conclusões.

Tabela 05 - IDHM Cidades com Orçamento Participativo no Rio Grande do Sul

Municípios com OP	**IDHM**	
	IDH-M (2000)	**IDH-M (2010)**
RIO GRANDE DO SUL	0,664	0,746
BRASIL	0,612	0,727
PORTO ALEGRE	0,744	0,805
GARIBALDI	0,712	0,786
CASCA	0,688	0,785
CAXIAS DO SUL	0,705	0,782
IJUÍ	0,683	0,781
BENTO GONÇALVES	0,712	0,778
ERECHIM	0,696	0,776
PASSO FUNDO	0,701	0,776
PARAÍ	0,678	0,773
SANTA ROSA	0,685	0,769
SANTIAGO	0,696	0,766
SANTO ANTONIO DO PALMA	0,667	0,764
SERAFINA CORRÊA	0,678	0,760
CACHOEIRINHA	0,672	0,757
ESTEIO	0,693	0,754
FLORES DA CUNHA	0,674	0,754
CANOAS	0,665	0,750
CRUZ ALTA	0,679	0,750
BARÃO	0,622	0,748
CHARQUEADAS	0,649	0,747
NOVO HAMBURGO	0,671	0,747
CAMPO BOM	0,669	0,745
CAPÃO DA CANOA	0,639	0,743
PEJUÇARA	0,650	0,741

BAGÉ	0,659	0,740
SÃO LEOPOLDO	0,656	0,739
PALMEIRA DAS MISSÕES	0,635	0,737
GRAVATAÍ	0,661	0,736
SOLEDADE	0,633	0,731
SAPUCAIA DO SUL	0,633	0,726
VACARIA	0,641	0,721
VIAMÃO	0,620	0,717
VENÂNCIO AIRES	0,610	0,712
PAIM FILHO	0,606	0,706
SÃO LOURENÇO DO SUL	0,589	0,687
ERVAL SECO	0,538	0,685
NOVO TIRADENTES	0,538	0,676
ALECRIM	0,548	0,672
BARRA DO QUARAÍ	0,549	0,662

Fonte: elaboração própria baseado em Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

A partir da tabela acima se detecta que as cidades analisadas possuem, de certa forma, uma situação privilegiada em termos de indicadores sociais. Comparativamente, 56% das cidades que realizaram orçamentos participativos possuem IDHM superior a média do Rio Grande do Sul. Já tomando como medida de comparação a esfera nacional, 74% desses casos possuem indicador superior a média do país. Em termos gerais, 93% desses municípios possuem IDHM alto e 7% médio. Deve-se sublinhar que, diretamente relacionado com o período estudado, é o fato de que todos os municípios que desenvolveram orçamentos participativos melhoraram esse indicador social.

Outro indicador importante para estabelecer o perfil das cidades que desenvolveram orçamentos participativos no período indicado é o de pobreza extrema.

Tabela 06 - Pobreza Extrema nas Cidades com Orçamento Participativo no Rio Grande do Sul

Municípios com OP	Pobreza Extrema (Censo IBGE 2010) (% pessoas com rendimento mensal de até 70 R$)
BRASIL	6,62
RIO GRANDE DO SUL	1,98
GARIBALDI	0,06
CAMPO BOM	0,20
SERAFINA CORRÊA	0,24
PARAÍ	0,25
BENTO GONÇALVES	0,34
CASCA	0,36
CAXIAS DO SUL	0,36
PEJUÇARA	0,45
FLORES DA CUNHA	0,48
SANTA ROSA	0,55
BARÃO	0,67
NOVO HAMBURGO	0,82
PASSO FUNDO	0,83
PORTO ALEGRE	0,92
SANTO ANTÔNIO DO PALMA	0,92
CANOAS	0,93
VENÂNCIO AIRES	1,05
ERECHIM	1,08
SAPUCAIA DO SUL	1,27
ESTEIO	1,32
SANTIAGO	1,36
CACHOEIRINHA	1,39
CAPÃO DA CANOA	1,49
GRAVATAÍ	1,54
SÃO LEOPOLDO	1,62
CHARQUEADAS	1,63
PAIM FILHO	1,63
VACARIA	1,66
VIAMÃO	1,85

SÃO LOURENÇO DO SUL	2,11
IJUÍ	2,34
CRUZ ALTA	2,76
SOLEDADE	3,07
BAGÉ	3,14
PALMEIRA DAS MISSÕES	4,08
NOVO TIRADENTES	4,64
ALECRIM	9,48
ERVAL SECO	10,00
BARRA DO QUARAÍ	11,29

Fonte: elaboração própria baseado em Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

Sobre o tema da pobreza extrema nas cidades que programam orçamentos participativos pode-se dizer que, em comparação com o indicador regional, 84,4% das cidades com orçamento participativo possuem menor índice de pobreza do que a média do Rio Grande do Sul. Se comparado ao indicador nacional, 92,3% dos municípios têm indicadores melhores do que a média no Brasil.

Mesmos existindo diferenças significativas, poderíamos dizer que a maior parte das cidades que executam orçamentos participativos possuem até 100 mil habitantes, se localizam em regiões economicamente mais prósperas e possuem indicadores sociais de boa qualidade. Mesmo não sendo possível estabelecer uma relação causal entre a constituição desses espaços participativos municipais e os bons indicadores socioeconômicos, sim é possível enfatizar que a articulação entre desenvolvimento social e econômico é um parâmetro central que está presente nos municípios em questão.

4 . Comentários Finais

Com o presente trabalho apresentamos um conjunto de resultados sobre pesquisa que está sendo realizada a respeito do desenvolvimento do orçamento participativo no Rio Grande do Sul. Primeiramente nossos dados confirmam que essa proposta continua se expandindo no estado mais ao sul do país e que já existem diversas cidades que estão na sua segunda ou terceira gestão de orçamentos participativos ininterruptos. Ademais a pesquisa aponta que existem sinais de que, se comparados com cidades que não executam a proposta, claramente os orçamentos participativos se consolidam enquanto instrumentos eficazes para a promoção do desenvolvimento social e superação de desigualdades nos marcos do poder local.

No que diz respeito a especificidades, o texto aponta para o fato de que essa expansão ainda está regionalmente concentrada e que os municípios com orçamentos participativos têm indicadores socioeconômicos diferenciados. Porém, nada aponta que isso seja um pré-requisito para o desenvolvimento da proposta. Diferente disso, esses dados poderiam também ser interpretados como uma demonstração de que, em municípios com orçamentos participativos, temas sociais e econômicos são centrais na estratégia da gestão pública local.

De todos os modos, somente com a continuidade da experiência e o seu desenvolvimento em ciclos administrativos mais longos poderemos demonstrar se existe causalidade entre uma coisa e a outra

Um ponto a favor de uma caracterização mais otimista, centrada na continuidade desse crescimento, está no fato de que finalmente os orçamentos participativos se tornaram multipartidários. E, sem entra no mérito de qual partido é mais incisivo na implantação da proposta, é possível destacar que há indícios de que é cada vez menor o veto partidário à execução desse modelo participativa de deliberação dos investimentos públicos. Entretanto,

voltando aos resultados da pesquisa, também não se poderia deixar de sublinhar que, proporcionalmente, o número de prefeituras de cada partido que executam orçamentos participativos ainda é pouco expressivo.
Já em termos dos desenhos participativos, há varias semelhanças entre as cidades, fato que poderia justificar a afirmação de que Porto Alegre é a referencia nesse quesito, exportando o formato de reuniões em ciclos, eleição de delegados, formação de conselhos de orçamento participativo, etc. Mas quiçá esse não seja o aspecto mais chamativo desta investigação. Prende mais a atenção o fato de que, mesmo em menor escala, vem avançando modelos de orçamento participativo menos empoderados, isto é, com pouca ou nula capacidade de deliberação efetiva e com ausência de mecanismos mais consistentes de controle social. Isso já vem sendo apontado de forma mais explicita nos estudos sobre orçamento participativo no Brasil e poderia ser considerado como uma novidade das pesquisa no debate acadêmico.
Por fim há de se destacar que a diversidade de cidades que estão aplicando esse formato participativo de elaborar a peça orçamentaria municipal fortalece os indícios de que cada vez mais os orçamentos participativos estão deixando de ser uma proposição vinculada a um único partido político e estão transformando-se numa politica publica universal, aplicada por diferentes partidos políticos e desenvolvida a partir de distintos parâmetros, fato que alimenta ainda mais a necessidade de pesquisas que analisem esta nova fase da proposta.

Referências Bibliográficas

AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. (2003), *A inovação democrática no Brasil*: o orçamento participativo. São Paulo: Cortez

AVRITZER, L.; WAMPLER, B. (2008), *The expansion of participatory budgeting in Brazil*. Belo Horizonte: Banco Mundial (relatório de pesquisa)

BANDEIRA, P. (2003), "Origens, evolução e situação atual das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul". *In*: M. F Gonçalves; C. A. Brandão, A.C.F. Galvão. *Regiões e cidades, cidades e regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Editora UNESP, pp. 71-97.

CABANES, Y. (2004), *Presupuesto participativo y finanzas locales*. Quito, CIGU-ALC.

FUNG, A.; WRIGHT, O. E. (2002), (ed). *Deepening Democracy*. London: Verso

GUGLIANO, A. A. (2014), *Orçamentos participativos em cidades gaúchas.* Brasília: CNPq, 2014 (Relatório de Pesquisa)

MARQUETTI, A.; BÊRNI, Duilio A, (2013) *Ensaios sobre a economia gaúcha*. Porto Alegre: FEE, 2013.

SOUZA, B. (2002), *Todo Poder Emana do Povo*. Pelotas: EDUCAT.

TORRES, C. A. R; GRAZIA, G. de. (2003), *Experiências de Orçamento Participativo no Brasil: Período de 1997 a 2000*. São Paulo: Editora Vozes.

WAMPLER, B. (2008), "A difusão do orçamento participativo brasileiro". *Opinião Pública*, 14 (1), pp. 65-95.

A influência dos direitos humanos no desenvolvimento da noção de cidadania para além do Estado Nacional: desafios e possibilidades

Daniel Campos de Carvalho[1]

Resumo: A influência dos direitos humanos no desenvolvimento da noção de cidadania para além do Estado Nacional: desafios e possibilidades
O presente artigo tem por objetivo analisar o emprego e as peculiaridades da noção de cidadania passível de ser adotada pelos projetos de integração regional, tendo como fio condutor o papel desempenhado pelos temas de direitos fundamentais. Frente a tal tarefa, a pesquisa utiliza como recursos metodológicos a análise i) de documentos e discursos oficiais; ii) da formulação normativa pertinente e iii) do eventual tratamento jurisprudencial do tema. Além disso, o estudo especula sobre a possibilidade de revigoramento da participação política por meio do fortalecimento de políticas públicas para além do Estado Nacional. De forma conclusiva, o texto sublinha o potencial expansivo dos Direitos Humanos como instrumento garantidor face às tentativas de retrocessos na seara – algo relevante se considerarmos as diversas iniciativas de desmonte da rede protetiva do cidadão empreendidas em múltiplos contextos nacionais e embasadas no acirramento da crise socioeconômica iniciada em 2008.

Palavras-Chave: Cidadania, Direitos Humanos e Integração Regional

A influência dos direitos humanos no desenvolvimento da noção de cidadania para além do Estado Nacional: desafios e possibilidades

1. Nota introdutória

A afirmação de Murilo de Carvalho de que "seria tolo achar que só existe um caminho para a cidadania" (Carvalho, 2008; 220) encontra forte repercussão fática. A inviabilidade histórica de repetição da ideia de cidadania em sua inicial formulação helênica (O'Sullivan, 1982; 238), as divergências existentes, no século XVIII, entre a paulatina evolução inglesa do conceito e a carbonária versão francesa (Habermas, 2003; 89), as peculiaridades políticas dos casos alemão (Turner, 1993; 10) e italiano no século XIX (Coutinho, 2001; 103-104) e a consolidação efetiva da cidadania nas experiências latino-americanas (Lavalle, 2003; 80) e no leste da Europa (Kaldor, 2005; 77) ao longo do século XX atestam a impressão de que o liame entre uma sociedade e seus indivíduos pode ser diversamente pavimentado. As diferenças nos panoramas políticos e as distintas influências conjunturais possuem intensa ascendência sobre as características da cidadania e sobre o formato do cerne deliberativo dos assuntos públicos – o mesmo Murilo de Carvalho (2008; 221), por exemplo, identifica a origem do protagonismo do Poder Executivo na tradição política nacional com a estruturação, durante o período ditatorial varguista, do regime brasileiro de proteção aos direitos sociais.
A pluralidade de exemplos elencados no parágrafo anterior atesta que, do mesmo modo que outras grandezas clássicas da teoria política como democracia e esfera pública, o conceito de cidadania corresponde a uma poderosa e atemporal ferramenta de estruturação e organização social, capaz de apresentar distintos conteúdos

---

1 Doutor e Mestre em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (USP), além de Bacharel pela mesma instituição. Atualmente é Professor-Adjunto da Universidade Federal de São Paulo, sendo também pesquisador do "ORBIS Centro de Estudos em Direito e Relações Internacionais" e membro do grupo de estudos "A inserção internacional brasileira: projeção global e regional" (UFABC/UNIFESP). Foi *Sylff Mobility Program Fellow* no *Institut Universitaire de Hautes Études Internationales de Genève* e Bolsista do *The Ryoichi Sasakawa Young Leaders Fellowship Fund*. Atua em temas das áreas de Direito Internacional Público, Direitos Humanos, Direito da União Europeia e Teoria Geral do Direito Internacional.

materiais. Tal concepção sofre, desde a derradeira década do século XX, mais uma tentativa de reformulação de seu significado: as iniciativas de criação da figura do cidadão em processos de integração regional.
Apesar do recente advento de pretensões desta monta em outros âmbitos regionais (como bem ilustram a marcha progressiva para o estabelecimento do Estatuto da Cidadania do MERCOSUL [Martins, 2014; 109] e o ainda embrionário caso da União de Nações Sul-Americanas – UNASUL [Valenzuela, 2011; 271-306]), o principal expoente deste movimento corresponde ao advento da cidadania europeia. Estabelecida inauguralmente pelo "Tratado de Maastricht" de 1992, a cidadania europeia descortina uma plêiade de desafios a distintos ramos das ciências sociais. O escopo deste artigo é especular sobre uma questão específica atinente ao projeto comunitário europeu: quais são os condicionantes de verificação e as consequências democráticas da propalada cidadania europeia pela ótica dos direitos humanos. Como o mote eleito apresenta intensos pontos de contato com os enfoques historiográfico, sociológico e jurídico, o rigor metodológico impõe a delimitação expressa dos estratos deste trabalho. Assim, nosso percurso inicia-se com uma discussão dos desafios conceituais contemporâneos da própria noção de cidadania. O referencial teórico fornecido neste primeiro momento servirá de esteio para o aprofundamento das questões relativas à ideia de cidadania comunitária: a conjuntura de surgimento do conceito, as vertentes do seu conteúdo material, o alcance e o limite da sua formulação, o tratamento jurisprudencial do tema e a verificação fática de suas potencialidades.
Desta feita, se a realidade referenda a constatação da leitura habermasiana de que "ou nos limitaremos ao status quo de uma Europa integrada pelo mercado ou então devemos decidir se queremos nos dirigir para uma democracia europeia" (Habermas, 2001; 70), fato é também que a investigação doutrinária sobre tal encruzilhada ainda não esgotou alguns temas a nosso ver bastante significativos. Assim, há de se aclarar se o empreendimento político comunitário consegue se sustentar no pressuposto do desacoplamento entre o conceito de cidadania e o âmbito nacional – e qual o papel do rol de direitos e garantias fundamentais neste processo. A passagem do processo de integração europeu do campo econômico para a esfera política, esboçada pela força expansiva dos direitos humanos junto aos órgãos judiciais europeus e engendrada normativamente na década de 1990, encontra-se em um momento de inflexão, especialmente frente às dificuldades enfrentadas pelo aprofundamento da crise econômica iniciada em 2008. A influência contemporânea dos direitos fundamentais, tanto na ampliação do conteúdo da cidadania comunitária quanto na diversificação das práticas identificadas com o conceito, consubstancia o pano de fundo desta análise.

2. Breve marco teórico: a semântica contemporânea da cidadania

Conforme já explicitado a título introdutório, a viga mestra do presente artigo reside nos questionamentos acerca da noção de cidadania europeia. Um requisito essencial a tal empreitada é o estabelecimento de seu referencial teórico, tanto por conta da pluralidade de significados que a expressão cidadania alcança quanto por conta das pretensões deste trabalho exigirem uma definição conceitual peculiar. Elemento vital da deliberação política ainda na Antiguidade Clássica, a cidadania vem sofrendo um incansável processo de ressignificação ao longo da história (Bovo, 2002; 44). Seja como *status* responsável por permitir tomar parte nos debates coletivos sobre o destino da pólis (Barker, 1978; 15), seja como o conjunto de direitos e garantias frente ao despotismo absolutista (Lindgren Alves, 2002; 185-86), fato é que a noção de cidadania adquiriu um inegável protagonismo na confecção da senda política. Devido à nítida sujeição do conceito às mais variadas circunstâncias sociais e históricas, a constatação sobre a impropriedade de uma teoria unitária da cidadania é imperiosa (Turner, 1993; 11), o que nos alerta para a necessidade de um paradigma que seja correlato com a contemporaneidade.
Após anos de letargia conceitual, o renascimento da discussão doutrinária sobre a cidadania remonta à década de 1980, em grande medida devido aos desafios criados pelo adensamento institucional do comunitarismo no Velho Continente e pelos desdobramentos sociais no Leste Europeu e na antiga União Soviética (Turner, 1993; 1). Uma tentativa hodierna de precisar a noção aponta que

> *citizenship may be defined as the set of practices (juridical, political, economic and cultural) which define a person as a competent member of a society, and which as consequence shape the flow of resources to persons and social groups* (Turner, 1993; 2).

A utilização da expressão "conjunto de práticas" visa a evitar o reconhecimento da ideia de cidadania como mera coleção de direitos e de obrigações. Tal formulação supera a clássica definição da cidadania como "direito a ter direitos", sustentada filosoficamente por Arendt (2003) e demonstrada historicamente por Marshall (1967; 63-75). A formulação de Turner amplia o conteúdo material de noção, tornando possível abarcar novas expressões da cidadania, como o surgimento de formas inéditas de participação política, a generalização de políticas públicas afirmativas e o reconhecimento das autonomias intranacionais (Lavalle, 2003; 90). As vicissitudes da cidadania europeia se inserem em tal contexto e reclamam o reconhecimento de um marco teórico nesse sentido. Feita a opção pelo conceito de cidadania apresentado por Turner, empreender uma análise que faça jus à polimorfia semântica da noção e à complexidade da realidade passa a ser o norte dos itens vindouros.

3.1 A cidadania europeia e o *turning point* político

Graças à sua forte densidade política (Fierro, 2003; 4), o Tratado de Maastricht denota uma ampliação dos escopos do regionalismo iniciado em 1951. Há autores que vislumbram esta nova opção comunitária pelo desenvolvimento de uma vertente mais publicista da integração continental como uma verdadeira exigência para eficácia do projeto econômico (Gil-Bazo, 2002; p.227). Seja como for, a proposta de uma União Europeia vem se efetivando gradualmente, esboçando uma ainda imprecisa forma de autoridade política que não é "e nem pode ser uma cópia ampliada do Estado-Nação" (Bauman, 2006; 135). De forma peculiar, salta aos olhos que o cerne da construção política comunitária é justamente uma grandeza altamente identificável com o Estado-Nacional: a cidadania. Isso porque

> a criação da cidadania única europeia buscou legitimar ex post a integração, na medida em que as sociedades nacionais não optaram pelos comprometimentos e constrangimentos de sua participação e controle sobre a nova política europeia (Tostes, 2006; 381).

Nota-se então que tal conceito, historicamente cambiante, se vê às voltas com mais uma reformulação, a qual o afasta das experiências nacionais mas mantém sua identificação com os Direitos Humanos. Assim, "no contexto europeu, o papel dos Direitos Humanos em legitimar o processo de integração da Europa vem ganhando crescente relevância, com a expansão do campo de atividades da União Europeia" (Gil-Bazo, 2002; p.227). Retomando um recurso recorrente desde o Bill of Rights inglês de 1689, os direitos fundamentais são mais uma vez reiteradamente utilizados como instrumento legitimador de empreendimentos políticos.

Antes de aprofundarmos nossa análise sobre o papel dos Direitos Humanos como zênite de uma segunda fase do comunitarismo europeu, há de se mencionar uma ressalva reiteradamente apresentada por parte da doutrina quanto aos novos rumos da integração do Velho Continente. Tal crítica parte do pressuposto que "o único caminho para a construção de uma cidadania europeia é por meio de uma identidade europeia" (Tostes, 2004; 379). Deste modo, como não existiria um arcabouço cultural compartilhado entre os povos da Europa, as reformas institucionais que intentam extrapolar a autoridade política para além da senda nacional estariam fadadas ao fracasso. Esse veio de rechaços ao processo integrativo

> insiste que a fidelidade a normas cívicas e políticas não substituiria os "laços etnoculturais" e que a cidadania não funcionaria numa base puramente "civilizacional" (jurídico-política), sem a ajuda de "Eros" (a dimensão emocional)" (BAUMAN, 2006; 132).

> Na medida em que a divisão – e não a unidade – é o traço característico da Europa ao longo da história (Hobsbawm, 2008), poderíamos concluir que o mosaico étnico-cultural e o pluralismo identitário inviabilizariam os esforços de confecção de uma esfera pública continental a longo prazo[2].

A argumentação apresentada acima toca em uma questão fundamental da integração comunitária, invariavelmente presente neste estudo: a sua legitimidade. Ao contrário das experiências nacionais, porém, o advento de uma inédita forma de autoridade política, agora de âmbito continental, não parece depender da existência de uma identidade cultural, mas sim, do compartilhamento da decisão sobre os destinos da coletividade. Este último aspecto, para Bauman (2006; 134), corresponde à essência justificadora da submissão à autoridade: a participação popular consubstancia o mecanismo de legitimação do aparato político por excelência, sendo o nacionalismo a ferramenta de conexão entre o Estado e o povo na ausência da democracia. Nesta acepção, o lastro da integração europeia reside na generalização do compromisso com as concepções de direitos humanos, democracia e Estado de Direito (Kumm, 2005; 481). Portanto, torna-se evidente que a ideia de cidadania europeia "requer considerar seu desprendimento com a nacionalidade dos Estados-membros, e precisa definir seu conteúdo, de acordo com os sistemas e processos políticos com quais se identifica e se relaciona" (Gil-Bazo, 2002; 230).

A crença em uma esfera pública europeia talvez encontre seu melhor intérprete em Habermas, para quem

> a ordem democrática não precisa necessariamente de um enraizamento mental na "nação" como uma comunidade de destino pré-política. Constitui um dos pontos fortes do Estado constitucional ele poder fechar as brechas da integração social com base na participação política dos seus cidadãos (...) Em sociedades complexas, a formação da vontade e da opinião deliberativa dos cidadãos – fundadas no princípio da soberania do povo e nos direitos do homem – constitui em última instância o meio para uma forma de solidariedade abstrata, criada de modo legal e reproduzida graças à participação política. (Habermas, 2001; 97-98)

O cenário habermasiano nos impele à consideração de algumas decorrências de uma Europa politicamente integrada sob a égide dos Direitos Humanos e da democracia participativa. A primeira é que, sem dúvida, uma solidariedade transnacional baseada no reconhecimento da igualdade de direitos para estrangeiros corresponde a uma arriscada aposta política (Offe et al., 2006; 197). Isso porque tal solidariedade depende intensamente de efetivação prática e de viabilidade material, sob o risco de incendiar as dissonâncias nacionais caso passe a ser socialmente entendida como mera peça retórica. Desta forma, dada a possibilidade de paralisia da esfera pública, a real efetivação das ações identificadas com os direitos humanos e a verificação de uma "cidadania ativa" no âmbito regional se mostram de central relevância e serão retomados oportunamente. A segunda decorrência supramencionada, a qual foge das raias do nosso objeto no presente estudo, corresponde ao alcance

---

2 Interessante notar que boa parte dos autores que advogam a essencialidade dos laços de legitimidade nos moldes nacionais para o projeto comunitário da Europa, paradoxalmente, acredita no potencial de sucesso da empreitada desde que referendada por uma unidade europeia. "Historicamente, a ideia de cidadania é mais antiga do que a de nação, mas no Estado moderno os dois conceitos sempre se complementaram para justificar a atribuição de direitos e deveres de uma dada ordem jurídica e política. No caso da União, a identidade coletiva é fundamental para a cidadania, que por sua vez justifica a Constituição, ou um uso simbólico deste termo" (Tostes, 2004; 407). Colocando tais expectativas em perspectiva, Hobsbawm versa sobre os limites de uma uniformidade valorativa do continente ao afirmar que "a história da identidade europeia nos permite identificar o anacronismo cometido quando se procura um conjunto coerente de supostos "valores europeus"(vide Hobsbawm, 2008). É ilegítimo supor que os "valores" nos quais se inspiram hoje a democracia liberal e a União Europeia tenham sido uma corrente subjacente à história de nosso continente. (...) Inversamente, outras civilizações praticaram certos valores ditos "europeus" antes da Europa: o império chinês e o império otomano praticaram a tolerância religiosa - para a sorte dos judeus expulsos pela Espanha. Foi apenas no final do século 20 que as instituições e os valores em questão se difundiram por toda a Europa, pelo menos teoricamente".

da incorporação dos direitos humanos pelos organismos comunitários da Europa para além do âmbito interno (Selbach, 2007; 1). Corporificando outra senda da construção da legitimidade da União Europeia, especialmente como ator político internacional, o soerguimento da defesa dos direitos humanos ao rol de centrais objetivos na política externa do bloco promove uma série de consequências no relacionamento com terceiros Estados. Dessa forma, pode-se listar a obrigatoriedade do respeito aos direitos fundamentais para o ingresso de um novo membro no processo comunitário europeu (formalizado, em Maastricht, mas presente desde a década de 1960, o compromisso com os Direitos Humanos firmado pelos países participantes do Sistema Geral de Preferências da União Europeia (Fierro, 2003; 15-16) e as cláusulas protetivas em tratados bilaterais.

3.2 A cidadania europeia pela ótica do arcabouço normativo

Como já visto, o desenvolvimento da ideia de uma cidadania europeia embasa o projeto de conversão de um bem-sucedido processo de integração econômica em uma autoridade política democrática de proporções continentais. Dada a importância da noção em análise, vale uma breve remissão ao tratamento dado pelos textos comunitários mais recentes ao tema. Para tanto há de se retornar às vicissitudes do bloco europeu no início dos anos 1990, quando o término da Guerra Fria, a necessidade de legitimar a progressiva perda de soberania dos Estados-membros, o relativo acúmulo de debates sobre o empoderamento da população junto às instâncias comunitárias, a imposição ao processo integrativo da centralidade dos Direitos Humanos graças a sua força expansiva e, claro, a iniciativa da delegação espanhola na Conferência Intergovernametnal (CIG) sobre a União Política de 1991, criaram as condições para que o tema da cidadania fosse incorporado ao cerne normativo da integração. O "Tratado de Maastricht" pretendeu reforçar os direitos e as pretensões dos nacionais dos seus Estados-membros pelo estabelecimento da cidadania europeia e pela proclamação do respeito aos direitos fundamentais (Mota de Campos et al., 2004; 250). Maastricht estabeleceu ser "cidadão da União qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-membro" (então art.8.1), elencando uma série de direitos que desde então consubstanciam o núcleo duro da ideia de cidadania europeia[3].

É importante notar que a Declaração n.2 anexa ao "Tratado de Maastricht" estabelece que

> sempre que no Tratado que institui a Comunidade Europeia, é feita referência aos nacionais dos Estados-membros, a questão de saber se uma pessoa tem a nacionalidade de determinado Estado-membro é exclusivamente regida pelo direito nacional desse Estado-membro.

Se é verdade que "a solução adotada para fazer face à importante questão de saber quem deve ser considerado como cidadão europeu foi a mais simples e a mais óbvia" (Mota de Campos et al., 2004; 250), também é evidente que tal opção gerou questionamentos quanto a sua propriedade. As críticas vão desde a alegação de que uma categoria político-jurídica que se pretende continental não pode remeter sua determinação aos humores nacionais, até o entendimento de que a existência de cidadãos anfóteros prejudicaria o indivíduo na medida em que a importância do exercício da cidadania, no âmbito nacional, seria gradualmente erodida. Ao menos quanto a este último ponto, parece claro que a cidadania europeia, ao se atrelar à nacionalidade de um Estado-membro, reforçaria – e não enfraqueceria – a cidadania nacional, pois a converte em um portal para o acesso a novos direitos (Dobson, 2006; 50). A questão é saber se, eventualmente, a estruturação de uma teia de proteção social de viés comunitário colocaria em xeque a harmonia entre as duas ordens de cidadania dos europeus.

---

3 Formam a noção de cidadania europeia tal como previsto em Maastricht: o direito de livre circulação e permanência no território de um Estado-membro (antigo art. 8.A), o direito de votar e ser votado nas eleições para o Parlamento Europeu e nas eleições municipais no Estado de residência (ex-art.8.B), da proteção diplomática e consular dos representantes de qualquer outro Estado-membro (à época, art.8.C), o direito de petição ao Parlamento Europeu e o de queixa ao Provedor de Justiça (antigo art. 8-D) e o direito de utilizar seu idioma e de ter o seu idioma utilizado nas comunicações com os órgãos comunitários (ex-art. 8-E).

Quanto ao tema específico da cidadania, o "Tratado de Amsterdã" (1997) e o "Tratado de Nice" (2001) não trouxeram grandes inovações, exceto a previsão de que "a cidadania da União é complementar da cidadania nacional e não a substitui" (no primeiro caso) e as linhas mestras do regramento comunitário para os partidos políticos europeus (no segundo documento). O controverso "Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa" (2004), por seu turno, trazia um nítido aprofundamento do papel da cidadania continental, afirmação que pode ser ratificada já na leitura das primeiras palavras de seu texto: "A presente Constituição, inspirada na vontade dos cidadãos e dos Estados da Europa de construírem o seu futuro comum, estabelece a União Europeia, à qual os Estados-Membros atribuem competências para atingirem os seus objetivos comuns". Tal trecho "*appearing to suggest that EU citizens might been seen as the Constitutional Treaty's pouvoir constituents*" (Dobson, 2006; 52), conferindo à figura do cidadão europeu um importante protagonismo político e um inegável caráter simbólico. Ademais, o tratado constitucional fazia pela primeira vez a conexão explícita entre a cidadania europeia e os direitos fundamentais, ao reunir as disposições sobre as duas matérias sob o seu título II (Dobson, 2006; 52). Apesar de boa parte dos teóricos, valendo-se de uma interpretação sistêmica, tomar a defesa dos direitos humanos como corolário da cidadania comunitária, fato é que tal liame nunca havia sido normativamente previsto antes da malfadada constituição europeia. Trata-se, aliás, de uma relação singular, sobretudo se nos atentarmos para o papel fulcral que o progressivo fortalecimento dos direitos fundamentais no processo de integração, empreendido pela via judicial a partir dos anos 1970, teve no estabelecimento da cidadania europeia. Ainda com o escopo de demonstrar o alcance transformador do tratado constitucional, é imperativa a lembrança de que o documento previa não só a recepção dos direitos, garantias e princípios enunciados na "Carta dos Direitos Fundamentais", como também estabelecia a adesão da União à "Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais". O malogrado destino do "Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa" não acarretou o abandono dos avanços sobre direitos humanos nele previstos, já que o Tratado de Lisboa recepcionou vários seus principais pontos (Carvalho Ramos, 2008; 107-109).

3.3 A interpretação judicial sobre a cidadania comunitária

Ao tentar sistematizar o tema da cidadania desatrelada de nacionalismos, González (2002; 461) constatou "*que si bien, hallamos bastantes monografías, encontramos mucho menos normativa, y escasa jurisprudencia*". De fato, a atividade judicial sobre tal mote não encontra uma produção exuberante, constatação que apenas reforça a importância de se analisar detidamente os pronunciamentos atinentes à matéria. Restringindo ao que nos interessa neste estudo, os próximos parágrafos almejam aclarar as características das decisões do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) sobre o tema da cidadania europeia. Não se pode, entretanto, empreender uma pesquisa de jurisprudência comunitária sem prestar loas, ainda que breves, ao papel decisivo que a atividade judicial teve na construção de um aparato de afirmação dos direitos humanos no processo integrativo europeu.

> *The European Court of Justice (ECJ), the European Court of Human Rights (ECHR), and the European Free Trade Area (EFTA) Court successfully transformed the intergovernmental European Community (EC) treaties and the European Convention on Human Rights (ECHR) into constitutional orders founded on respect for human rights. Their 'judicial constitutionalization' of intergovernmental treaty regimes was accepted by citizens, national courts, parliaments, and governments because the judicial 'European public reason' protected more effectively individual rights and European 'public goods' (like the EC's common market). The 'Solange method' of cooperation among European courts 'as long as' constitutional rights are adequately protected reflects an 'overlapping constitutional consensus' on the need for 'constitutional justice' in European law*. (Petersmann, 2008; 769).

> A atuação do vetor judicial ao longo da consolidação, do fortalecimento e do alargamento do processo comunitário foi de tal monta que temores sobre eventuais efeitos deletérios da ação judicante são permanentes. No tocante à tutela protetiva dos Direitos Humanos, por exemplo, há vozes doutrinárias que alertam sobre o risco das atuações concorrentes dos tribunais europeus promoverem uma "juridificação" da esfera política da integração continental (Kumm, 2005; 507). A evolução histórica do bloco europeu e uma detida reconstituição das opções judiciais ao longo do tempo não apenas impugnam o receio da "juridificação", como inclusive permitem desejá-la.

A relevância central da ação jurisprudencial no processo de inflexão política do bloco europeu é facilmente notada, por exemplo, na exuberância de decisões do TJUE em defesa dos direitos humanos (Carvalho Ramos, 2008; 63-73). Com relação à cidadania comunitária, a pluralidade de decisões acima mencionada cede espaço a um modesto número de julgados: cerca de uma dezena de sentenças exclusivamente sobre o tema vieram a lume, a maior parte nos últimos cinco anos. Claro que são fartas as decisões do TJUE que tocam em pontos relativos à cidadania europeia ou que mencionam a noção sem aprofundá-la. Porém, o escopo do atual item é abordar mais detidamente apenas os acórdãos em que o tribunal teve como matéria central aspectos da cidadania.

O famoso caso Kaur (C-192/99, acórdão de 20/2/2001), por exemplo, teve como objeto a discussão sobre o liame entre as cidadanias europeia e nacional. Nascida no Quênia e de origem asiática, M. Kaur detinha, segundo a legislação interna do Reino Unido, o status de "cidadã britânica de além-mar" – condição que não lhe concedia o direito de permanência no território do referido Estado. A senhora Kaur pleiteou que lhe fosse reconhecida a cidadania europeia, de acordo com o então artigo 8° do Tratado CE, tendo em vista a sua nacionalidade. Como deixa patente a leitura do julgado, M. Kaur pretendia que o seu vínculo britânico lhe garantisse a cidadania comunitária para, então, poder fixar residência no próprio Reino Unido. O TJUE afirmou ser competência dos Estados-membros a definição dos requisitos da nacionalidade e de suas reentrâncias, antessala da cidadania europeia. O insucesso da empreitada judicial de M. Kaur, contudo, pouco esclareceu sobre a paradoxal situação de uma nacional de país signatário do "Tratado de Maastricht" não deter a cidadania comunitária (González, 2002; 462).

O caso Wijsenbeek (caso C-378/91, acórdão de 21/9/1999) aborda a conexão entre a cidadania e o espaço de "segurança, liberdade e justiça", previsto pelo "Tratado de Amsterdã". A contenda se estrutura ao redor da negativa do cidadão holandês Florus Artel Wijsenbeek em comprovar a sua identidade, ao regressar ao território da Holanda após viagem à França. Wijsenbeek sustentou a recusa em se identificar devido ao fato de que, como o aeroporto onde estava era destino exclusivo de aviões oriundos de países da União, a ausência de fronteiras no espaço comunitário não tornaria obrigatória a apresentação de documentos. O posicionamento do TJUE foi, contudo, claro em atestar que os Estados-membros mantêm a prerrogativa de controlar as fronteiras internas do espaço comunitário, inclusive com a possibilidade de solicitação da documentação aos ingressantes em seu território – recurso para se determinar se um indivíduo é cidadão europeu e, por consequência, goza da possibilidade de livre-circulação (Córcoles, 2007; 253).

Por derradeiro, urge discutir um terceiro aspecto central na determinação da cidadania europeia: o nexo existente entre a referida noção e o exercício dos direitos políticos no âmbito comunitário. Para tanto nos valeremos do julgado Reino de Espanha/ Reino Unido (C-145/04 de 26/10/2006), em que a Espanha entrou com uma ação de incumprimento, no termos do art.277 CE, contra o Reino Unido, graças à legislação britânica quanto à representação eleitoral nas eleições para o Parlamento Europeu. Isso pois o "*European Parliament (Representation) Act 2003*" permitiu que os cidadãos da União e os cidadãos da *Commonwealth*, residentes em Gibraltar, tomassem parte nas eleições para o Parlamento Europeu. O Estado espanhol, por seu turno, indagou se um Estado-membro da União possuiria a faculdade de estender a participação no processo político comunitário a nacionais de terceiros países. Segundo a leitura espanhola, o direito de voto em tais eleições seria de titularidade exclusiva aos cidadãos europeus. Em defesa de suas normas eleitorais, o Reino Unido alegou que faz parte de suas tradições constitucionais abarcar os "*qualifying Commonwealth citizens*" em seu corpo de votantes, desde que tais indivíduos apresentem estreita ligação com o território britânico. Além de

reiterar a discricionariedade de cada membro do bloco comunitário em definir as condições de elegibilidade e de voto, o TJUE afirmou que um Estado-membro pode, sob circunstâncias determinadas, estender tais direitos a cidadãos não-europeus[4].

Tendo em vista os pronunciamentos do Tribunal de Justiça da União Europeia sobre a tríade constitutiva da formulação normativa de cidadania comunitária, qual seja, a referência à nacionalidade de um Estado-membro, o direito de livre-circulação no bloco continental e a possibilidade de integrar o processo eleitoral para o Parlamento Europeu, restam algumas considerações conclusivas. A primeira delas é a constatação de que o TJUE vem paulatinamente fortalecendo a noção, com o progressivo aumento de casos que discutem questões diretamente relacionadas à cidadania europeia. Em segundo lugar, o tribunal, a despeito de alguns posicionamentos ainda claudicantes, esboça uma postura progressista, como visto sobretudo no caso Reino de Espanha/ Reino Unido. A marcha jurisprudencial

> apunta en estos comienzos tímidos a que el valor del concepto de ciudadanía no debe ser sólo limitativo del posible tratamiento desigual entre ciudadanos de la Unión, sino que, además, actúa positivamente, removiendo los obstáculos que atenten contra este principio. (González, 2002; 464)

Desta feita, salta aos olhos a importância do TJUE na afirmação do conceito de cidadania comunitária, na determinação do seu significado técnico e na exposição de suas repercussões para além da esfera jurídica. As recentes decisões do tribunal sobre o tema e as perspectivas de engrandecimento da sua lavra na seara embasam as expectativas de uma contribuição decisiva no progresso do aparato integrativo.

3.4 Os desafios da afirmação da cidadania europeia: políticas públicas comunitárias?

Como os três estratos anteriores deixam patente, a falta de homogeneidade doutrinária quanto à dimensão política da cidadania europeia não impediu que a grandeza ganhasse densidade jurídica, tanto no âmbito normativo quanto na prática judicial. O objetivo do presente trecho é aclarar se a noção encontra correspondência social, por meio da confecção de políticas públicas e da efetivação do seu potencial. Intensamente articulado com o segundo momento deste trecho, em que a complexidade da noção de cidadania é cunhada para além da dimensão formal, cabe ao atual excerto esboçar a viabilidade da correspondência não identitária entre a burocracia comunitária e o conjunto de europeus. Uma tentativa de vislumbrar os desdobramentos fáticos da cidadania nestes termos é relevante já que a grandeza pode ser consubstanciada em um valioso instrumento de combate ao déficit democrático continental. Ademais, tal formulação é importante pois, como lembra o irônico e emblemático adágio atribuído ao escritor francês Anatole France, “a lei em sua equanimidade majestosa dá a cada homem o igual direito de dormir embaixo da ponte ou de comer no Ritz”.

Parece claro que uma incisiva ação comunitária no campo dos direitos sociais e econômicos teria um alto potencial transformador no bloco, fortalecendo a progressiva convergência entre direitos humanos e cidadania europeia (associação que os principais tratados do processo de integração apresentaram historicamente dificuldade para estabelecer de modo direto, mas que ocupa há algum tempo papel de destaque no discurso europeísta) e remoçando as pretensões de uma esfera pública continental. Habermas (2001; 98) caminha por essa trilha ao destacar que

> os direitos fundamentais liberais e políticos fundamentam um status de cidadania que é auto-referencial na medida em que autoriza os cidadãos, reunidos democraticamente, a aperfeiçoarem o seu status pela via da legislação. A longo prazo, apenas um

4 Situação inversa à do caso em tela é o mote do processo prejudicial *Eman e Sevinger* (C-300/04). Trata-se de aclarar se um Estado-membro pode limitar o exercício político-comunitário de determinados nacionais seus. Isso porque os holandeses M. G. Eman e O. B. Sevinger tiveram indeferidas suas solicitações de inscrição no processo eleitoral continental por residirem em Aruba.

> processo democrático que cuide de um aparelho adequado de direitos divididos de modo justo pode valer como legítimo e instituir solidariedade. Para permanecer uma fonte de solidariedade, o status do cidadão deve manter um valor de uso e também se fazer pagar na moeda dos direitos sociais, econômicos e culturais. Nesse sentido, a política de bem-estar social assumiu uma função de legitimação não desprezível. (Habermas, 2001; 98)

Até autores menos entusiastas da integração continental, como Offe e Preuss (2006; 197), reconhecem que se a União Europeia conseguir desatrelar a prestação dos direitos dos contextos nacionais e torná-los exequíveis no campo comunitário, o bloco ganharia legitimidade. O desafio passa a ser como viabilizar esse cenário sem que haja um correlato enfraquecimento nos sistemas protetivos dos direitos fundamentais no plano interno (Zolo, 2005; 133).

Mesmo tendo no horizonte a diversidade das formas de estruturação das redes de proteção ao cidadão na Europa, que vai desde a amplitude das experiências nórdicas até a herança thatcherista de modelo minimalista, o primado da previdência social é uma característica básica da "europeidade" (Giddens, 2007; 246). Não é de se estranhar, consequentemente, que o projeto integracionista do continente passasse a se ocupar de questões relativas ao tema. "Inicialmente esta posição parecia estranha, porque o sistema de previdência social na Europa desenvolvera-se em grande parte independentemente das instituições da União Europeia e a União Europeia continua a não ter poder sobre elas" (Giddens, 2007; 246). Apesar de a condução da política social ser primazia dos Estados-membros, há algumas iniciativas que demonstram a preocupação do bloco continental com a matéria, como a existência do Método Aberto de Cooperação – mecanismo de alinhamento das atividades empreendidas pelas previdências sociais nacionais. Outro empreendimento nesse sentido é o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, capaz de beneficiar até 50 mil trabalhadores com programas de reintegração profissional e de assistência ao desemprego. Não se pode deixar de mencionar, ademais, a ação harmonizadora do Tribunal de Justiça da União Europeia, que diversas vezes se pronunciou sobre o regime previdenciário dos Estados-membros (como nas questões relativas ao estabelecimento de idade mínima para aposentadoria). Abre-se assim mais uma via para que a força expansiva dos direitos humanos se faça sentir, reforçando a sensação de que o projeto comunitário não possui outra alternativa que não seja se tornar um ente político e relegar à posteridade o caráter exclusivamente economicista de seus primeiros decênios.

4. A apresentação de considerações conclusivas e de perspectivas por meio do recurso à alegoria histórica: o futuro como o passado?

Como ferramenta metodológica para a apresentação das conclusões e das perspectivas deste trecho, empregaremos uma analogia histórica entre o cortejo comunitário europeu a partir da década de 1950 e o percurso formativo da Alemanha na segunda metade do século XIX. O recurso à comparação entre as duas realidades mostra-se um instrumento valioso tanto no aspecto descritivo (já que a contraposição facilita a identificação de características importantes dos fenômenos) e prescritivo (na medida em que permite esboçar tendências e consequências). Assim, o tormentoso processo de unificação alemã (1964-1971) pode ser entendido como uma decorrência do projeto de integração econômica que congraçava diversos Estados germânicos no Zollverein, a união aduaneira existente desde 1834. Não é por outro motivo que o intento de unidade política foi conduzido pela Prússia, então o Estado teutônico mais industrializado e de maior economia. O rei Guilherme I e seu famoso chanceler Otto von Bismarck engendraram um estratagema centralizador caracterizado pelo intenso militarismo, pelo incentivo estatal ao nacionalismo e pelo pujante surto do capitalismo germânico. Ao término de uma escalada de confrontos bélicos com Dinamarca (1864, Guerra dos Dois Ducados), Áustria (1866, Guerra Austro-Prussiana) e França (1870-71, Guerra Franco-Prussiana) foi proclamado o *II Reicht*, novel aparato estatal imediatamente alçado à condição de potência continental. A gênese do Estado alemão, contudo, apresentou a peculiaridade de corresponder a um processo conduzido exclusivamente pelas forças dirigentes da sociedade, alijando a maior parte da população. Segundo Turner (1993; 10), o insucesso de uma

revolução burguesa, durante a década de 1840, na região que viria a ser a Alemanha e a posterior centralização bismarckiana forjaram, assim, um cenário político no qual se inviabilizou o advento de um sistema democrático maduro, maculando o surgimento de uma esfera pública forte. No período, "era possível, por exemplo, limitar estritamente o papel político das assembleias eleitas por sufrágio popular. Era esse o modelo de Bismarck, no qual os direitos constitucionais do parlamento alemão (*Reichstag*) eram reduzidos a um mínimo" (Hobsbawm, 2005; 128). O condão a ungir a unidade da então recente sociedade alemã não correspondeu ao compartilhamento das decisões dos destinos da coletividade, mas sim, aos elementos identitários. É neste contexto que surge a ideia de *Bildung*, o traço sócio-cultural alemão por definição, calcado na auto-formação e no desenvolvimento individual (Turner, 1993; 10). Esteio do arcabouço valorativo germânico[5], a noção de *Bildung* influenciou decisivamente o âmbito dos assuntos públicos na medida em que a ideia de uma auto-ilustração estava atrelada à subordinação política (Souza, 1997; 2). Afastando-se das experiências inglesa e francesa, forjadas sob o mito da participação popular na deliberação pública, a constituição do cenário político alemão não privilegiou a ação cidadã ou o debate público. A condução dos destinos da coletividade por uma pequena parcela da população e a não-educação social para a esfera pública tiveram grande influência no desenrolar do jogo político da Alemanha por décadas, inclusive na experiência nazista (Souza, 1997; 3).

Por paradoxal que pareça, a análise do período formacional do Estado alemão serve de importante alerta para os desafios inerentes ao contemporâneo projeto comunitário de integração política. Resguardadas tanto a ironia histórica de a integração econômica ter dado origem à integração política nos dois casos, quanto a reserva sobre o alcance do paralelismo no tocante ao componente militar e ao nacionalismo, fato é que o trajeto germânico novecentista ilustra a importância da construção de um aparato político aberto e da participação democrática. O progressivo aumento de competências dos aríetes do bloco europeu desde a década de 1950 não foi empreendido por representantes da sociedade civil nem acarretou uma participação satisfatória dos indivíduos na deliberação dos destinos do projeto de integração.

Trata-se, assim como verificado previamente na experiência alemã, de um empreendimento político comandando desde cima, orquestrado principalmente pelas elites burocráticas. O exercício da cidadania, também em intenso paralelo com a prática teutônica do século XIX, é faticamente limitado a reduzidos âmbitos, não permitindo o acesso direto ao centro político do bloco. A incapacidade de cumprimento do seu potencial democrático tende a limar a dimensão ativa (Benevides, 2003) da cidadania europeia, convertendo a noção em um esquálido conjunto de regalias continentalmente outorgadas. O alheamento popular das instituições comunitárias corresponde a uma desconfortável realidade, sobretudo se tivermos no horizonte as consequências do desapego à esfera pública mencionadas no parágrafo anterior. É a um só tempo interessante e lamentável que a construção do aparato político europeu, notadamente influenciada pela retórica do uso público da razão – uma grandeza claramente oposta à concepção intimista de *Bildung* –, sofra com a falta de debate coletivo e careça de vitalidade democrática.

Como na Alemanha bismarckiana, ademais, as iniciativas institucionais para suplantar os desafios de uma esfera pública incipiente parecem caminhar mais na trilha do estabelecimento de um denominador cultural do que na perseguição da generalização democrática. Ao referendar tal percepção alinham-se desde a aparentemente despretensiosa preocupação do comunitarismo com o hino e a bandeira (principais instrumentos da unidade simbólica do século XIX [Hobsbawm, 2005; 156]) da Europa, até a importante questão da criminalização de uma série de condutas relacionadas aos fluxos migratórios. Iniciativas institucionais como a recente "Diretiva sobre a harmonização dos procedimentos relativos à deportação de imigrantes ilegais" forjam as bases para se construir a identidade europeia por antagonismo. O reconhecimento normativo do Outro, daquele que tem tipificada sua mera permanência no espaço físico em que os europeus circulam livremente, tende a aproximar os beneficiados juridicamente. Ocorre que tal movimento é efetuado por meio de um dispositivo de ressonância penal e não por algum documento legal fomentador da democratização das decisões sobre os rumos da coletividade.

---

5 Além da central noção de *Bildung*, há de se mencionar, como outros elementos fundamentais da identidade nacional alemã em seu primeiro momento, a influência luterana e as tentativas oficiais de harmonização cultural, especialmente com relação ao idioma (vide Hobsbawm, 2007; 132).

Os desalentadores resultados da comparação entre a União Europeia e o *II Reicht* germânico não fadam a arquitetura comunitária ao fracasso. Uma das principais esperanças do projeto continental, ao menos tendo em vista sua evolução histórica, reside na pujança protetiva dos direitos fundamentais, reiterado vetor do processo de integração europeia. O primado dos Direitos Humanos, germe inafastável do bloco, operou decisivas transformações ao longo da mais bem sucedida experiência de concertação da Europa e tem servido contemporaneamente como mote para a sedimentação de um espaço público continental, como mola-mestra da ampliação do conteúdo material da cidadania europeia, como condutor principiológico das opções judiciais e como elemento justificador das iniciais ações na prestação de direitos sociais pela malha comunitária. Dessa forma, cabe à força expansiva dos direitos humanos o papel de escorar a marcha integrativa europeia em sua "tarefa de repetir o feito realizado pelo Estado-nação no início da modernidade: a de religar poder e política, atualmente separados e navegando em direções opostas" (Bauman, 2006; 132). Apenas assim será possível estimular, com alguma expectativa de êxito, a generalização de experiências cidadãs para além dos Estados nacionais.

Referências Bibliográficas

ARENDT, H. (2003), *Entre o Passado e o Futuro*, São Paulo: Perspectiva.

BARKER, E. (1978), *Teoria Política Grega*, Brasília: Universidade de Brasília.

BAUMAN, Z. (2006), *Europa*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BENEVIDES, M.V. de M. (2003), *A cidadania ativa*, São Paulo: Ática.

BOVO, C. R. M. (2002), *Anistia Internacional: Roteiros da cidadania em Construção*, São Paulo: Annablume.

CARVALHO, J. M. de (2008). *Cidadania no Brasil: O Longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CARVALHO RAMOS, A. de (2008). *Direitos Humanos na Integração Econômica – Análise Comparativa da proteção de Direitos Humanos e conflitos jurisdicionais na União Européia e Mercosul*. Rio de Janeiro: Renovar.

CÓRCOLES, I. G. (2007) "Libre circulaciones de personas". In L. O. Álvarez, J. A. MORENO (eds), *Derecho Comunitario Europeo*, Valladolid: Editorial Lex Nova.

COUTINHO, C. N.; COMPARATO, F. K.; OLIVEIRA, F. de (2001). "Como pensar?" *Lua Nova*, n. 54, pp. 87-132.

CUNHA, A. M. P. da (2004), *As Limitações da Democracia na Formação da União Europeia*, Barueri: Manole.

DOBSON, L. (2006), *Supranational Citizenship,* Manchester: Manchester University Press.

FERRAJOLI, L. (2004), *Razones Jurídicas del Pacifismo*, Madrid: Trotta.

FIERRO, E. (2003), *The EU's Approach to Human Rights Conditionality in Practice*, The Hague: Martinus Nijhoff Publishers.

GIDDENS, A. (2007), *A Europa na Era Global*, Editorial Presença: Lisboa.

GIL-BAZO, M. T. (2002), "O Papel dos Direitos Humanos no Processo de Integração da Europa". In F. PIOVESAN (ed.). *Direitos Humanos, Globalização Econômica e Integração Regional*. São Paulo: Max Limonad.

GONZÁLEZ, D. N. (2002), "Ciudadania como categoría en la jurisprudencia del Tribunal de Justicia". *Revista de Derecho de la Unión Europea*, n.3, pp.461-465.

HABERMAS, J. (2003), *Mudança estrutural da esfera pública*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

_____ (2001), *A Constelação Pós-Nacional*, São Paulo: Littera Mundi.

HOBSBAWM, E. (2005), *A Era dos Impérios*, São Paulo: Paz e Terra.

_____, (2007), *A Era do Capital*, São Paulo: Paz e Terra.

_____. (2008), "Uma história da Europa". *Folha de São Paulo*, caderno Mais, 5 de outubro de 2008

KALDOR, M. (2005), *La sociedad civil global: una respuesta a la Guerra*. Barcelona: Tusquets.

KUMM, M. (2005), "To be a European Citizen? The Absence of Constitutional Patriotism and the Constitutional Treaty". *Columbia Journal of European Law*, verão de 2005, pp. 481-522.

LAVALLE, A G. (2003), "Cidadania, igualdade e diferença". *Lua Nova*, n.59, pp.75-93.

LINDGREN ALVES, J. A. (2002) "O Contrário dos Direitos Humanos". *Lua Nova*, n.55-56, pp.105-132.

MARTINS, J. R. V. (2014) "MERCOSUL: a dimensão social e participativa da integração regional" In W. A. DESIDERÁ NETO (ed.), *O Brasil e Novas Dimensões do Regionalismo*, Rio de Janeiro: IPEA, pp. 101-144.

MARSHALL, T. H. (1967), *Cidadania, Classe Social e Status*, Rio de Janeiro: Zahar.

MOTA DE CAMPOS, J.; MOTA DE CAMPOS, J. Luiz., (2004), *Manual de direito comunitário: o sistema institucional, a ordem jurídica, o ordenamento econômico da União Europeia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

OFFE, C.; PREUSS, U. (2006), "The Problem of Legitimacy in the European polity: is democratization the answer?" In C. CROUCH; W. STREECK (eds), *The Diversity of Democracy: Corporatism, Social Order and Political Conflict*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing.

O'SULLIVAN, N. A Nostalgia Helênica e a Sociedade Industrial (1982). In A. de CRESPIGNY; K. MINOGUE (eds.), *Filosofia Política Contemporânea*. Brasília: Universidade de Brasília.

SELBACH, C. (2007), *Human Rights in European Politics*, München: GRIN.

SOUZA, J. J. F. (1997), "Ética e Democracia na Tradição Alemã: entre Bildung e a Esfera Pública". *Instituto de Estudos Avançados*, Disponível em *http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/souzatradicaoalema.pdf* [consultado em 12-06-2014].

PETERSMANN, E. (2008), "Human Rights, International Economic Law and 'Constitutional Justice'". *European Journal of International Law*, 19 (4), pp.769-798.

TOSTES, A. P. (2004), *União Europeia: o Poder Político do Direito*. Rio de Janeiro: Renovar.

_____. (2006), "Por que não uma Constituição Europeia?". *Revista de Ciências Sociais*. 49 (2), pp. 379-415.

TURNER, B. S. (1993), *Citizenship and social theory*. London: Sage.

VALENZUELA, O. I. S. (2011) "Hacia la construcción de un concepto de ciudadania en UNASUR". In P. L. A. MUTIZ, *Derecho de la Integración – Unión de Naciones Suramericas*. Bogotá: U. los Libertadores, p.271-306.

ZOLO, D. (2005), *Los Señores de La Paz – una crítica del globalismo juridico*. Madrid: Dykinson.

O Problema do Clientelismo em Contextos Locais Brasileiros: Reflexões sobre Negociações de Interesses entre Elites Políticas e Eleitores.

Murilo Guimarães
murilorguimaraes@gmail.com

Biografia: Sou estudante de Doutorado e Mestre em Antropologia Social e Cultural pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com pesquisa de campo na área da Antropologia da Política. Atualmente sou bolsista Capes de Doutorado Pleno no Exterior. Possuo título de especialista *lato sensu* em Políticas Públicas e Educação, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e de bacharel em Direito, pela Universidade Federal de Viçosa. Atuei profissionalmente como consultor junto a instituições governamentais e não-governamentais na Bahia e também como professor substituto ou convidado em cursos de graduação e de pós-graduação.

Resumo: O presente artigo busca analisar os processos eleitorais locais brasileiros, a partir de uma etnografia realizada por mim, numa pequena localidade do interior da Bahia, entre os anos de 2008 e 2012. Neste estudo, analiso o modo como os candidatos construíram suas imagens públicas e como elas foram negociadas com as elites locais e também com os eleitores, os quais apresentaram suas próprias demandas e as articularam às plataformas apresentadas pelas facções em disputa. A partir desta descrição, reflicto sobre o peso que os programas sociais assumiram nestes contextos, a ponto de se integrarem aos capitais sociais tradicionalmente envolvidos no sistema clientelar que sempre preponderou nas realidades locais brasileiras, em períodos eleitorais. A despeito da flagrante proeminência dos capitais económicos dos candidatos, eu assumo a tese de que a cultura política brasileira vem passando por uma transição, na qual os sistemas políticos, com as instituições que conformam a democracia, parecem esvair-se ante populações cada vez mais imbuídas das defesas dos direitos sociais advindos de gestões eficientes de políticas públicas conduzidas por governos de orientação popular.

Palavras-Chave: Antropologia da Política, Clientelismo, Patrimonialismo, Eleições Locais, Políticas Sociais.

Minha etnografia sobre eleições locais brasileiras teve início em 2008, com vistas à elaboração de minha dissertação de mestrado, defendida junto ao Instituto de Ciências Sociais, da Universidade de Lisboa, em Janeiro de 2012 (Guimarães, 2012). Atualmente, como bolsista de doutorado no exterior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), parto para uma nova etapa na pesquisa, desta vez centrada numa pesquisa de campo localizada na região do Alentejo, em Portugal.

No Brasil, entre 2008 e 2012, conduzi minha pesquisa pelo estado da Bahia, transitando entre duas microrregiões, além de uma estadia de um ano e meio em Salvador. Centrei minha observação nas relações entre homens e mulheres eleitores e as elites políticas locais, de modo a perceber a centralidade do poder económico sobre os posicionamentos políticos dos intervenientes. Buscava actualizar dados sobre o tema, coleccionados pela Antropologia da Política brasileira ao longo das últimas décadas, em especial a partir do trabalho do Núcleo de Antropologia da Política do museu Nacional (Nuap), que congrega a actividade de etnógrafos de todo o Brasil.

Neste artigo, buscarei demonstrar o deslocamento dos principais critérios que, historicamente, conformavam as adesões individuais a diferentes facções políticas, nomeadamente, aqueles relacionados aos capitais económicos e sociais das elites locais, os quais vêm cedendo lugar de proeminência a discursos de garantia de Direitos sociais por meio da acção estatal.

Dividirei a análise em dois eixos. O primeiro deles será construído em torno daquele meu trabalho de campo realizado numa pequena localidade do interior da Bahia, durante as eleições de 2008, aqui chamada de Estrela do Sul. Por ele, desenharei uma abordagem sobre os interesses em jogo nas eleições observadas, bem como os símbolos de prestígio e de poder agregados à facção vitoriosa. Buscarei antever como estes símbolos de *status* cooptavam ou eram cooptados pelos indivíduos, famílias e grupos detentores de capitais económico, social e político.

Num segundo momento, procurarei compreender como a disputa eleitoral em foco e seus resultados ajudaram a reificar a estrutura de classes sociais na localidade e, por isto, vêm prejudicando o avanço das forças populares sobre as instâncias de participação e de representação políticas naquela pequena localidade.

1. As Forças em disputa

Estrela do Sul é um município baiano, localizado na microrregião centro-sul, com cerca de catorze mil habitantes e economia baseada na exploração agrícola e no comércio varejista. Sua existência está relacionada a duas cidades-polo, localizadas num raio de até 150 km, das quais a população estrelense consome bens de maior valor e serviços educacionais e de saúde. Como em muitas outras cidades baianas, a implantação de programas de distribuição e de valorização da renda e de acesso à moradia popular promoveram forte impacto na vida das famílias mais pobres, criando condições para que o diagrama local representativo das classes sociais fosse alterado e, com isto, que a mobilidade social fizesse surgir novos atores na cena política.
Ribeiro (1987) propõe um diagrama representativo da «estratificação social e da estruturação do poder» no Brasil «neocolonial» (*ibid.*: 88). Para ele, aquela estratificação assumiria a forma de um «losango espichado». Ainda que não se possa admitir uma simples projecção deste diagrama nacional a uma realidade local no ano de 2008, interessa, para este estudo, a sua descrição da camada mais alta desta configuração[1].

> "Seu pico retracta as *classes dominantes* que permanecem diferenciadas em um *patronato* de grandes proprietários que exerce directamente a exploração económica e um *patriciado* de altas hierarquias civis e militares, cujo poder e precedência social emana do exercício de cargos" (*ibidem.:* 89. Grifos do autor)

Na eleição para prefeito e vereadores em Estrela do Sul, naquele ano de 2008, ficara patente o interesse de ambas as facções de destacar a pertença a grupos de elite socioeconómica local, os quais podem ser analogamente inferidos como o "patronato", ou o "patriciado".
Jacinto Borges, funcionário público com cerca de 65 anos de idade, bancário, passou a amealhar significativo capital político quando venceu a eleição para prefeito de Estrela do Sul, em 1982. Seu primeiro mandato teve, inegavelmente, como intuito primordial, a refundação simbólica do município. Os principais prédios públicos da cidade foram reconstruídos ou receberam remodelações que os aproximaram esteticamente dos edifícios congêneres de sua cidade natal, no estado de Minas Gerais. Depois de períodos intermitentes como prefeito, retomou o cargo de prefeito em 2004, realizando uma gestão contraditoriamente concebida pelos interlocutores como eficiente e autoritária. Sua sucessão, em 2008, foi facilitada pelo uso, por seus opositores, de um discurso emocional, que buscava se sobrepor aos argumentos de Borges acerca de suas competências administrativas.
O 'discurso' que o destituiu do poder foi o da capacidade económica de João Costa, aliada à imagem de um político humanista, generoso, personificada por Moacir Ferreira. Além destes dois protagonistas, os mesmos atributos pessoais eram distribuídos entre seus apoiantes de primeira linha, como o «empresário» «bom patrão», Licínio Porto, ex-prefeito de Estrela do Sul, com dois mandatos de prefeito, exercidos entre 1996 e 2002.
Costa, especialmente, teve sua jornada ao poder facilitada pela repetição de sua capacidade de gerar riqueza e de obter sucesso financeiro pessoal. Foram estes atributos, formadores de sua «pessoa» (Chaves, op. Cit., 1996), alimentados pelas histórias sobre a compra de vastas propriedades rurais e pelos boatos acerca de sua empresa sediada na capital de um dos estados mais ricos do país, que lhe garantiram a criação de sua imagem de

---

1O uso das terminologias aplicadas por Darcy Ribeiro, neste trabalho, cumpre o objectivo de oferecer parâmetros de entendimento dos fatos observados. Trata-se de um estudo incipiente. A escolha de um autor brasileiro tem um significado útil aos meus anseios como pesquisador, ao tempo em que a dívida deste autor para com Weber ajuda-me a perceber uma aplicação da teoria do sociólogo alemão ao contexto brasileiro. Obviamente, eu considero certas limitações do pensamento de Ribeiro, tendo em vista seu viés excessivamente estruturalista.

«bom político» (Chaves, 1996)[2]. Para este caso estrelense, é interessante perceber como João Costa posicionava-se, nos eventos de campanha, sempre ao lado de Moacir Ferreira, que então contava com enorme apelo popular, num caso peculiar de simbiose de imagens públicas e um exemplo interessante de «consagração» (Bourdieu, 2007: 192). Costa sempre fazia questão de exibir seu poder económico. Mesmo nas situações em que predominavam certa horizontalidade entre ele e os seus correligionários de classes mais baixas, buscava demonstrar seu «*status*» e, por ele, alcançar cada vez maior «prestígio» (Weber, 1982), este consubstanciado no seu actual pertencimento ao segmento económico proeminente da localidade[3].

Esta situação é diversa das muitas outras apresentadas em trabalhos sobre o tema, em que o político busca, no bojo da campanha, equiparar-se aos eleitores (por ex., Chaves, *op. Cit*.: 142). Costa, por sua vez, teve que, entre agosto e outubro, legitimar sua pretensão ao poder e o fez pelas vias usuais de afirmação de pertencimento à elite dominante, condição anteriormente exclusiva dos que ostentavam prestígio advindo de descendência. Esse pertencimento passou a lhe garantir, inclusive, proeminência sobre assuntos de natureza privada dos que ocupavam os estratos sociais mais baixos. Por exemplo, em casos de convalescença, Costa oferecia o pagamento das custas de tratamento; para antigos amigos em dificuldades, financiava «do próprio bolso» o pagamento de dívidas. Sem acesso a serviços ou funções burocráticas e sem uma origem que o justificasse, restava-lhe tão somente a afirmação de seu poder económico para a criação de redes de entreajuda do tipo clientelar. Entretanto, ainda faltava justificar suas pretensões políticas.

A afirmação do capital econômico continua a ser a regra definidora de candidaturas para fins eleitorais no Brasil. O que costura a relação entre candidato e eleitor e, consequentemente, a adesão deste a determinada facção costuma ser, na maior parte dos casos, o viés do favor e da obrigação (Palmeira, 1992). Estas redes, consubstanciadas por obrigações recíprocas, entretanto, são construídas ao longo de muitos anos, de modo que a legitimação de uma candidatura leva em conta capitais políticos erigidos durante a vida de determinado indivíduo. No caso em tela, não. Costa utilizou-se do poder económico para, em três anos, comprar, literalmente, o *status* que passou a apresentar como bandeira política individual à comunidade local, numa interessante transmutação do seu «capital económico» em «capital social» (Bourdieu, 2007).

A rápida transformação de Costa ocorreu ao longo do período eleitoral de 2008. Em palanque, passou de "filho da terra" a "grande empresário", depois a "coordenador da campanha" e, finalmente, a "liderança política". Este percurso vem sendo percorrido por muitos indivíduos interessados em assumir cargos electivos no Brasil. Trata-se de «gestores» privados que transferem à sua imagem pública características de racionalidade e competência, que os tornam como que predestinados ao poder, por seu próprio mérito.

Esta disputa entre indivíduos pertencentes ao mesmo «grupos de *status*» (Weber, 1982: 218) autoriza-me a novamente utilizar a terminologia de Ribeiro (1987) para inferir que «Patronato» e «Patriciado» vem-se alternando nas instâncias de poder, em especial nas instâncias locais, no Brasil.

Este fato pode revelar que, embora tenha sido a pressão popular por «mudança», na Estrela do Sul de 2008, a mola propulsora da candidatura vitoriosa do 13, não foi do 'povo' a força determinante da candidatura de Moacir Ferreira, excepto pelas aferições um tanto questionáveis das pesquisas de intenção de voto levadas a cabo no município, entre 2004 e 2006.[4]

---

2 Há uma incursão possível em relação ao comportamento de Costa nesta eleição, que implica relacionar sua disposição à compra de propriedades, além da ostentação de sua riqueza por meio de automóveis e de uma grande casa, a um esforço de repetir um certo «*habitus* de classe» (Bourdieu, 2007b: 97) dominante, o qual foi, ao longo das últimas décadas, delineados pelas famílias tradicionais, depois por Borges e, mais recentemente, por Licínio Mendes. Esta performance de homem rico favorece a uma análise mais apurada de sua personalidade. Para este estudo, fica a constatação de que o *habitus* de classe pode ser aprendido, bem ao modo explicitado por Goffman (1985), sendo ele «uma forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe» (Bourdieu, *id ibid*.).

3Valho-me da noção de "grupos de status" (Weber, 1982: 218), os quais seriam "gerados pela estima social, do tipo positivo ou negativo, ou *honra* (grifo do autor), constituindo agregados com estilos de vida distintos" (Sobral, 1999: 121). Max Weber (1982: 211-228).

4 É preciso referir desde logo que esta campanha foi marcada pelo uso de uma regra do tribunal Superior eleitoral, que permitiu a Moacir, 72 horas antes do pleito renunciasse em favor de Costa, causando perplexidade entre os petistas que, segundo se ouvia no palanque após a renúncia, havia «emprestado» o partido à coligação. Voltarei a este ponto adiante.

A julgar pela sobreposição entre as agendas eleitoral e a judicial, poder-se-ia dizer que, o 'aonde ir' ficou a cargo da classe dominante[5]. Longe de ser uma luta de classes, ou uma «insurreição popular» (Ribeiro, *op. Cit.*: 84), a alterar a estrutura de classes na localidade, o que houve foi uma nova transferência de poder entre um grupo e outro, dentro da mesma classe dominante. O processo eleitoral ficou a mercê de regras legais que passaram ao largo da vontade popular, evidentemente.

Ocorre que, mesmo a partir de uma agenda da classe dominante, o candidato precisa apresentar elementos simbólicos que possam legitimar sua candidatura e o fazer amealhar um resultado eleitoral indiscutível. Diante desta necessidade, Costa optou por, como dito anteriormente, incorporar simbolicamente valores e comportamentos muito próprios das elites locais. Uma vez que «a honra de *status* normalmente se expressa pelo fato de, acima de tudo, poder esperar-se um *estilo de vida* específico por parte de todos os que desejam pertencer ao círculo» (Weber, 1982: 66. Grifos do autor), cumpre agora perceber o conteúdo material e simbólico que ajudou Costa a reapresentar-se a Estrela do Sul como o «filho que retorna» «bem sucedido».

Uma bela casa, fazendas adquiridas de famílias tradicionais, rápida reputação de milionário, belos carros e o ar solene com que interagia em público com os antigos conhecidos, foram os principais elementos que o fizeram refazer sua identidade junto aos estrelenses. Contudo, foi durante a campanha eleitoral, que seu *status* passou a compor o imaginário local, devido à sua ocupação de lugar de destaque no palanque do 13[6]. Desde o primeiro comício, ele esteve em primeiro plano nos comícios e passeatas, fazia uso do microfone entre os últimos a discursar, era saudado efusivamente por muitos dos outros que o ladeavam nestas circunstâncias e, assim, passava a figurar entre os indivíduos eminentes da localidade.

Toda aquela circunstância lhe dizia respeito[7]. A presença ao seu lado de Cícero Chaves, do qual comprara uma propriedade em 2006, bem como do seu irmão, José Chaves, deputado federal entre 1978 e 1982, que falava «em nome da tradição» e, especialmente, a presença de Moacir Ferreira, cuja figura não prescindia de algum aval administrativo e mesmo económico, ao longo da campanha, fizeram com que todo o palanque fosse, paulatinamente, passando a depender de Costa e de sua força económica. O «grande coordenador da campanha», novidade na história eleitoral de Estrela do Sul, fora, desde logo, identificado como o grande financiador e, tendo em vista a «cultura» de reciprocidade que reina nas relações sociais do Brasil[8], aos poucos,

---

5 De certo, é grande a tentação de aplicar a este caso a teoria de Leal (1975). Preferi ser parcimonioso, contudo não posso negar que ela é aplicável em parte ao que tento demonstrar. Goldman e Sant'anna (1996: 15-16), ao fazerem uma retrospectiva das abordagens sociológicas sobre o processo partidário eleitoral brasileiro, atêm-se ao que, segundo eles, seria uma concepção daquele autor sobre o eleitor, quando do predomínio do coronelismo. Dizem os autores que, para ele (Leal), "o eleitor não seleccionaria livremente seus candidatos; ratificaria, apenas, preferências ditas em seu nome."

6 Nas palavras de Palmeira e Heredia (1995): «Se o lugar do comício, como vimos, é um espaço hierarquizado, onde o palanque representa uma espécie de centro; e se o palanque é percebido, pelos que estão embaixo, como o lugar exclusivo de autoridades, convidados e artistas, o espaço do palanque é, ele próprio, hierarquizado».

7 Pode-se até especular se o ritual formalizado no palanque não se prestava, antes, a exaltar as características que Costa fazia questão de imprimir à sua identidade, todas elas ligadas ao sucesso financeiro e ao cuidado para com a sua empresa e seus funcionários. Este distanciamento entre o palanque e o público presente (Palmeira e Heredia, *op. Cit.*, 1995) certamente ajudara Costa a, rapidamente, subir de um espaço a outro, tendo saído de Estrela do Sul povo e retornado, décadas depois, como uma autoridade. A campanha eleitoral serviu-lhe de oportunidade de exibição massiva de sua imagem. No imaginário popular local esta sua apresentação em palanque passou a rapidamente ressignificar sua individualidade para seus conterrâneos.

8 Penso ser interessante retomar aqui a ideia de Wolf sobre o trânsito entre amizade emocional e a constituição de uma relação do tipo patrono-cliente (2003, 108-109). No caso de Costa, o que o palanque mostra é que este ciclo se inverteu, de modo a, desde uma relação francamente baseada na troca de favores, vermos nascer um laço de amizade instrumental e, por fim, sem grande lastro de franqueza, percebermos o surgimento – ou a declaração – de amizades de cunho emocional. Contudo, pode-se questionar quais foram os ganhos obtidos pelos seus novos clientes, muitos deles pertencentes a famílias tradicionais e que não vieram posteriormente a afirmarem-se como seus amigos. Esta análise carece de tempo e deverá partir das reflexões de Eisenstadt e Roniger sobre "the social condition generating patron-client relations" (1984: 203-219)

toda esta dependência estendeu-se também para o espaço de baixo, onde estavam «os dois públicos» (Palmeira e Heredia, *op. cit.*: 56) do comício.
As falas de Costa ajudaram-me a antever sua intencionalidade de vir a ocupar o cargo de prefeito, na medida em que elas aludiam à vinda, por meio de sua intervenção, de projetos inovadores ao município. Se, por um lado, Elísio Borges apresentava seu capital político personificado na presença de lideranças estaduais e nacionais, «amigos seus de longa data», Costa tinha seu próprio poderio económico como principal avalista de suas «propostas» políticas – ele foi colocado como um futuro «bom político», até o momento em que, dias antes do pleito, assumiu a candidatura de Moacir[9] e passou a ser referido como «grande liderança política», pelo apresentador.

2. O partido «emprestado»

Não dou como certa a cooptação do diretório municipal do Partido dos Trabalhadores (PT) a partir de combinações baseadas em favorecimento financeiro. Ocorre que, para uma facção que precisava afirmar-se como alternativa política frente às elites locais e que apresentava amplos índices de aceitação popular em 2008, é de estranhar o modo como o PT entrou e saiu desta campanha. A única certeza é a de que a sua presença na coligação - assim como os capitais económicos de Costa e o apelo popular de Moacir - foi fundamental para a vitória.
O ponto inicial foi, obviamente, o «carisma» de Moacir. Expoente local do DEM, foi trazido ao PT em 2006. Estava-lhe, a partir de então, garantida a articulação de sua imagem à do então presidente, Luis Inácio Lula da Silva, e seu governo. Lula na ocasião ocupava a posição de «melhor cabo eleitoral do Brasil» e a condição de usar os símbolos de seu partido e a sua fotografia somavam grande prestígio, sem dúvida, ao capital político da facção petista em Estrela do Sul.
Em seu discurso no último comício da campanha, horas depois de haver sido indicado por Moacir como substituto na chapa que sairia do processo vencedora, Costa homenageou o anterior candidato, repetiu promessas sobre as quais disse serem «propostas», refazendo seu compromisso para com o povo «massacrado por este prefeito idiota», Elísio Borges. Ao final, agradeceu ao PT pelo «empréstimo feito à sigla (sic), para que (ele) concorresse com o nº 13». Gabou-se da multidão que o ouvia, pediu «voto de confiança para todos nós» e finalizou agradecendo «pelo momento feliz, de alegria»[10].
O uso da palavra «empréstimo» qualificava a autorização do partido para, conforme a Resolução 22.717, do TSE, possibilitar a substituição do candidato petista por outro representante de qualquer partido da coligação. Além disto, o fato de a renúncia de Ferreira haver ocorrido em prazo exíguo o suficiente para que permanecessem na urna a sua foto e o número 13, pareceu-me como uma negação explícita da máxima de Weber, segundo a qual, a reacção do partido «é orientada para a aquisição do *poder* social, ou seja, para a influência sobre a

---

9Não é para menos que o *slogan* de sua administração seja «O Futuro Começa Agora». Costa foi reeleito em 2012, apesar de sua primeira gestão apresentar resultados muito aquém dos «compromissos» assumidos na campanha em estudo. Seu personalismo e sua auto-referência tornaram Costa, para mim, numa figura de certa obviedade quanto às suas motivações políticas. O sentido de refundação de sua administração, expresso neste *slogan*, e a sua obsessão em fixar sua imagem junto ao povo, fazem dele, a meu ver, uma espécie de «Tieta do Agreste» que, na obra de Jorge Amado, representa a aventureira que deixa a cidade empobrecida e humilhada e retorna a ela detentora de poder económico e de capacidade de ter o destino da cidade em suas mãos. Estudos futuros confirmarão esta suspeita, ou acabarão por localizar Costa em uma rede de poder político maior do que a que ele conseguiu apresentar a Estrela do Sul, ao longo da campanha, visto que sua biografia nebulosa mantém-se distante de ser devidamente esmiuçada.

10Minha impressão pessoal dos discursos de Costa ao longo da campanha é similar à que apresentei sobre as falas de Moacir Ferreira: desarticulados e até incompreensíveis, fosse pela sua flagrante inexperiência em falar a multidões, ou pelo mal uso da linguagem. Ao contrário de Moacir, no entanto, Costa apresentava porte físico firme, sem quaisquer sinais de embriaguez ou entorpecimento. Pelo contrário, seus olhos brilhantes e o sorriso duro a mim passaram a impressão de se tratar de um homem em pleno controlo de suas faculdades.

acção comunitária» (*op.cit*. 1982: 227). O PT optou por abrir mão de mais um território onde pudesse alcançar o fim esperado. Note-se que, na eleição de 2012, o PT não chegou a eleger sequer um vereador. O directório municipal sustenta-se pela aproximação oportunista de deputados estaduais e federais petistas sem, contudo, renovar seus quadros localmente. Em nada o «tapete vermelho» de 2008 parece ter favorecido o PT em Estrela do Sul[11].

Uma das hipóteses que este trabalho levanta é a de que o PT tenha se incluído na campanha apenas para afirmar-se, frente à população, como fonte de prestígio político[12]. A disposição de encampar esta luta contra os desmandos da administração de Borges, em outros tempos aliados do governo estadual petista, pode ser compreendida, todavia, mais como um resultado de combinação de interesses privados do que como uma manifestação de apreço ideológico a um movimento de contornos populares.

Se se considerar a hipótese de Costa ter sido, junto com a equipe coordenadora da campanha do 13, desde o início, o arquitecto desta estratégia de conquista do poder local, tem-se que, provavelmente, os acordos que geraram a candidatura e reuniram a facção em torno de Ferreira e do PT, foram resultados de uma movimentação na classe dominante deflagrada pela chegada de Costa, ator sem capitais sociais, de cuja influência económica desequilibrava o jogo de forças e fazia com que, ao menos momentaneamente, todos, inclusive o «povo» estrelense, sucumbissem à força do seu poder de compra.

3. «Roubo» ou negociação?

Durante uma campanha eleitoral, o grande trabalho de um candidato é o de sustentar atributos que confiram *prestígio* à sua identidade. Nas palavras de Scotto, «um candidato deve encontrar uma forma de deixar de ser indivíduo e se constituir em pessoa, com história, biografia e relações pessoais» (1996: 171). Esta contraposição indivíduo[13]-pessoa é um dos cernes da antropologia brasileira, flagrante em situações de disputa eleitoral[14]. Em Estrela do Sul não poderia ser diferente.

Enquanto a facção do 13 ostentava maior organização e opulência no material de campanha, a facção do 11[15], capitaneada por Elísio Borges, apresentava-se sempre muito simplesmente, com material impresso visivelmente mais barato. A capacidade de troca de cada grupo poderia ser medida pela qualidade do material que distribuía. As expectativas de ganho dos eleitores também variavam de acordo com a capacidade da facção de demonstrar maior organização e qualidade na campanha. «O palanque está bonito!», foi o que me disse um interlocutor, diante do palanque do 13 ainda vazio. Ela logo completou: «parece palco de show».

Esse estado de ânimo acompanhava a todos, inclusive candidatos a vereador. Por outro lado, a facção do 11 parecia triste, por não conseguir retribuir o assédio do ávido público. Disse-me um vereador, candidato derrotado à reeleição: «o povo hoje não pede, o povo rouba». Este não parecia assustado com o intenso mercado de favores que se instalou no município durante a campanha, mas com o fato de as pessoas parecerem jogar com as discrepâncias económicas das duas facções, de modo ao pedido de favor tornar-se, segundo ele, «verdadeiras ameaças», vindo a serem colocados em causa, inclusive, nuanças conhecidas de sua vida privada. Sendo assim, o que para ele parecia um martírio, para candidatos da outra facção parecia a situação ideal. Os

---

11 No primeiro turno das eleições de 2014, Dilma Rousseff conseguiu 49% dos votos em estrela do Sul contra 61% em todo o estado da Bahia, enquanto o candidato a governador petista, Rui Costa, ficou em segundo lugar com 25% dos votos na localidade, contra 54% no estado.

12 Em 2008, em muitos outros municípios baianos, o PT abriu mão de apresentar candidato a prefeito, a fim de compor com candidatos do PP, mesmo partido de Elísio Borges, que faz parte da base de sustentação dos governos estadual e federal.

13 Dummont (1985).

14 Lemenhe (2006) busca analisar este fenômeno com a descrição de um político do Ceará. Em seu artigo, ela demonstra como, ao longo da vida, diferentes facetas de sua identidade foram ressaltadas, a depender das circunstâncias eleitorais.

15 Os números das facções correspondem aos seus respectivos partidos. 13 – PT e 11 – Partido Progressista (PP).

carros de som dos candidatos a vereadores do 13 ostentavam também a mesma capacidade de «fazer jorrar dinheiro».

Houve uma eleitora que me revelou seu voto num determinado candidato a vereador, cuja plataforma sustentava-se na economia agrícola. Ela me disse, inicialmente, «voto nele, porque vai ser bom para o produtor rural». Insisti um pouco mais sobre os critérios de sua escolha e ela acabou por assumir:

> a fazenda dele fica depois da minha. Como eu sei que Moacir (a conversa se deu no meio do período eleitoral) vai ter muito apoio (externo, nomeadamente dos governos estadual e federal) para fazer muitas melhorias, eu acho que ele vai pavimentar estradas rurais e, com certeza, vai pavimentar a estrada que dá na fazenda dele (vereador) e, assim, eu ganho também" (sic).

Esta fala elucidou-me como os sinais de prestígio de Moacir Ferreira e do PT, com a aludida facilidade de acesso a fontes de recursos públicos e os consequentes benefícios a advirem desta proximidade, contaminavam a todos os seus seguidores. Outrossim, mostrou-me também a existência de uma mentalidade de locupletação, que se perpetua na forma como os eleitores pensam e exercitam a política, em suas relações com os detentores de cargos electivos, num exemplo cabal de relações patrono-clientes, em sua acepção mais usual (Scott, 1986). Esta atitude pode ser ainda a expressão de um mecanismo de perpetuação de uma certa «cultura política» à brasileira (Kusrschnir e Carneiro, 1999). Por outro lado, esta disposição para a negociação de arranjos mais complexos, que, para o candidato perdedor da facção 11, parecia «roubo» pode, como expressado pela eleitora ruralista, revelar-se como uma genuína negociação que engendra interesses públicos e privados. Isto, a meu ver, implica a revelação de um amadurecimento, ou mesmo de uma evolução, das relações entre candidatos e eleitores.

As eleições locais no Brasil estão a atravessar um período em que mecanismos tradicionais de conquista de votos demonstram desgaste. O primeiro deles pode ser sentido na elaboração de uma campanha vitoriosa calcada no «desejo de mudança» da população em estudo. Desde os estudos de Leal (1949), em que factores subjectivos do eleitor foram dados como pouco influentes ou mesmo inexistentes em eleições em pequenos municípios brasileiros, a Antropologia da Política desenvolveu-se no sentido de demonstrar as transformações neste quadro (Goldman e Sant'anna, 1996).

As dimensões subjetivas como, por exemplo, a simpatia por determinado candidato, as demandas individuais e colectivas, para além dos interesses de patrões e grupos hegemónicos locais, passou a assumir o núcleo das pesquisas sobre o tema (Palmeira, 1992 e Goldman e Silva, 1998). Além disso, as análises de cenários eleitorais parecem mostrar que a agenda popular aumentou sua influência sobre o planeamento de campanhas e vem definindo os termos com que os atores políticos passaram a pautar suas intervenções públicas.

Em Estrela do Sul, o que evidenciava-se a deliberada decisão, repetida por diferentes membros da comunidade local, de negar o apoio a um candidato e optar pela facção oposta, ainda que, ao final, o indivíduo eleito não correspondesse àquele que fora inicialmente apontado como candidato. Penso que esta relação de parcela considerável da população local para com a campanha eleitoral possa abrir caminho para um novo estudo sobre o fenómeno da «adesão» (Palmeira, 2010). As motivações para a escolha de determinado candidato passaram a recair sobre outros meandros da vida nacional como, por exemplo, o aumento da eficácia de programas estatais de distribuição e de geração de trabalho e renda, agora entendidos pelos eleitores como Direitos e não mais como favores pessoais.

Este cenário de disseminação de políticas públicas de correcção de desigualdades sociais parece atuar em detrimento de factores como o carisma e o poder económico de indivíduos e grupos locais, ainda que estes continuem engendrados nas estruturas tradicionais, baseadas no clientelismo e sejam fundamentais para a legitimação de candidaturas a cargos eletivos.

Tais programas sociais acabam por se tornar moedas de troca política, somando-se aos demais elementos que compõem o sistema de relações clientelares a que me referi. A observação das eleições seguintes fez-me acreditar que a política brasileira passa por uma transição entre tipos de relações de cunho clientelar, a ponto de se antever o estabelecimento do que Piattoni (2001) ajuda a designar como «clientelismo corporativo».

A exploração da imagem do ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, pode ser um indicativo desta nova realidade. No Brasil, a transferência de prestígio de uma personalidade política com maior capital político a outra, numa espécie de «consagração» (Bourdieu, 2007)[16] ainda é comum e se assenta muitas vezes numa combinação de capitais económicos e sociais. A partir de 2006, com Lula, pode ter ocorrido o mesmo fenómeno, todavia sem que a imagem do ego de maior prestígio compartilhasse o "*status* de classe" (Weber, 1982) dominante, tendo seu impressionante capital social sido aferido quase exclusivamente pelo bom manejo de capital político, especialmente a partir de sua actuação como Presidente da República. Assim, pode ter havido uma primeira ruptura entre a relação, sempre sentida no Brasil, de preponderância do poder económico sobre o político.

Como me disse um eleitor idoso, «depois de Lula um pobre não tem mais medo de votar em outro pobre». Sendo assim, por que Costa precisou afirmar continuadamente seu *status* de elite, a partir da demonstração de suas riquezas materiais? A resposta leva-me a crer que a população local manteve a estratégia de mudança, sendo as qualidades dos candidatos secundárias diante da necessidade de se desligarem de um passado de opressão, o qual Borges personificava. Vejamos, a fim de clarearmos a postura dos eleitores estrelenses, como se desenvolveu o 'pacto' entre a população de Estrela do Sul e o seu novo prefeito, João Costa, a partir de 2009.

O desenrolar de sua atuação administrativa mostrou que as garantias de competência e «firmeza» não eram de todo efectivas. Já em 2010 a cidade sinalizava grave crise, percebida e comentada pelos habitantes, mesmo aqueles que, no pleito anterior, compuseram o «tapetão vermelho» pelas ruas, durante a campanha eleitoral. Os problemas foram se agravando, tornando-se muito comuns os boatos sobre acções da polícia federal e do ministério público, com vistas à sua cassação. Ainda que houvesse processos por malversação a correr na vara judicial de Estrela do Sul, Costa foi reeleito com ampla maioria em 2012, ironicamente concorrendo contra Moacir Ferreira, que nesta ocasião veio filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e articulado a Jacinto Borges.

Na campanha de 2012, Costa optou por acentuar sua afro descendência e por desenvolver um discurso baseado na ideia de que os estrelenses, «apesar de pobres, sabem administrar», num flagrante descompasso em relação à tática de 2008, ancorada na demonstração de sua superioridade económica. Em 2012, outra diferença fez-se notar ao longo do período eleitoral, relatada por muitos intervenientes, qual seja, a ausência de «grandes nomes» no palanque dos 'coquis'[17], ainda que deputados e gestores da esfera estadual petistas tenham concorrido para sedimentar sua auto designação como bom gestor.

As motivações para o voto em Costa, nas eleições de 2012, variavam, de acordo com o que me diziam os diferentes interlocutores. Intrigava-me, especialmente, a mudança de posição de Moacir e o modo como ela fora percebida pelos eleitores que, quatro anos antes, choraram pela sua intempestiva renúncia. Justificavam-se apelando para o fato de Moacir ter sido condenado pelo processo que corria contra ele no pleito de 2008. Outra razão era constantemente indicada: a «certeza» de que Moacir entrara naquela campanha de 2008 «comprado» e que desde então, «pelo alcoolismo e pela falência financeira», tinha perdido todo o prestígio.

Novamente, os factores financeiros surgem como definidores das adesões e das lealdades. Contudo, outros compromissos garantem a manutenção do pacto de lealdade personalista. Ao longo dos anos de sua gestão, Costa conseguira, à custa do endividamento e da desorganização das contas públicas, «encaixar os amigos» no serviço público municipal. Desta forma, o projeto político de 2008 fora mantido até 2012, uma vez que os eleitores que aderiram ao seu projeto de poder conquistaram ou mantiveram o chamado «acesso à prefeitura».

Penso ser interessante, a despeito da flagrante faceta económica – por vezes ilícita, diga-se – nas relações de populares com as elites políticas locais, perceber-se a evidente intenção colectiva de influir nos rumos do município, ainda que os interesses atendidos não possam ser incluídos no rol dos interesses públicos.

---

16 Este fenómeno reflecte-se no que analistas eleitorais comumente chamam de 'transferência de voto'. Neste endereço, há um exemplo de análise do termo por um cientista político, tendo em vista as eleições em Teresina, capital do Piauí, em 2008: *http://www.portalaz.com.br/coluna/cleber_de_deus/115867_a_transferencia_de_votos_entre_candidatos.html*

17 Apelido da facção liderada por João Costa. Segundo interlocutores, tal apelido deve-se apenas à cor do pássaro, e não por qualquer característica mais específica da personalidade do então candidato.

O importante parece ser a crescente impressão de que, seja pela locupletação ou pelo beneficiamento por programas e projetos sociais, «a voz do povo foi ouvida» e de que o voto «vale um pouquinho mais do que valia antigamente».

Ainda assim, convém buscarmos compreender em que medida e por quais razões os capitais económicos ainda são preponderantes nas escolhas eleitorais. Pode-se dizer que a identificação de João Costa com o sector económico a que Ribeiro (1987) chama de "patronato" tenha-lhe possibilitado conquistar a confiança da população e lhe facilitado o caminho até a prefeitura. Complementarmente, há que se sublinhar que foi a construção da imagem de político «humano» de Moacir Ferreira, com a exacerbação de suas características de docilidade e de cuidado para com o povo, o que sustentara a campanha vitoriosa do 13, em 2008. Costa somou em si as duas características. Desenvolveu-se a teatralização, nos meses de campanha, da metamorfose de «boa pessoa» num «bom político» (Chaves, 1996).

Costa valeu-se de uma apresentação embotada de seus atributos pessoais para alcançar um lugar entre as elites de Estrela do Sul, todavia, sem haver sido consagrado com o prestígio de Lula e de Ferreira, ele não teria alcançado seu intento. A interpretação para este fato assenta-se na simbologia imbrincada, em 2008, sobre as imagens destes dois atores. Lula trazia consigo a marca dos programas sociais, que já haviam impactado positivamente a vida das pessoas mais pobres.

Estes programas consubstanciavam os discursos nos palanques e, nas ruas, as falas de eleitores e políticos buscavam articular seus posicionamentos em torno da manutenção das políticas públicas, em especial aquelas de transferência e de geração de renda. Pode-se dizer que tais programas tornaram-se as principais moedas de troca tanto nas eleições de 2008 como de 2012 e, assim, os alegados atributos de «bom empresário» de Costa combinavam-se com a espectativa geral de manutenção e mesmo de ampliação dos programas federais. Em 2012, sua origem humilde foi o remédio para recriar a sua aproximação com o pública, dada a baixa avaliação de sua gestão, atenuada pela distribuição de casas populares e pelo aumento de beneficiários dos programas de distribuição de renda.

Em relação ao «humanismo» de Moacir, alardeado em 2008 e recuperado sem a mesma força em 2012, viu-se que a sua afirmação, especialmente ao longo da campanha de 2008, cumprira a função de dotar toda a facção com o mesmo atributo de generosidade. A resposta do eleitorado, como percebi em inúmeras conversas, não estava calcada no que se poderia chamar de altruísmo ou despreendimento, visto que tinham interesses materiais muito palpáveis, traduzíveis na palavra «acesso» aos programas sociais ou a empregos e contratos públicos.

Por outro lado, a encenação da consternação e do carinho tinha, diferente dos eventos analisados nas etnografias brasileiras sobre política local, o extremo significado de uni-los em torno da negação do que acreditavam ser uma gestão autocrática de Borges, ajudando-os a abrir, com os sinais de definitiva adesão à campanha petista, em 2008, os caminhos para que, ao menos simbolicamente, houvesse uma «política nas mãos do povo». Apesar da perseverança dos traços personalistas e financeiros, há que se enxergar neste caso a ocorrência de um passo adiante, além de uma flagrante demonstração de falência de um sistema político que interpõe os interesses financeiros das elites aos populares.

A continuidade da observação leva a crer que, cada vez mais, os capitais económicos vão perdendo força diante da necessidade de aprimoramento da gestão do Estado brasileiro. A queda de privilégios e de favores pode demorar, porém são claros os sinais de enfraquecimento daquele sistema político. Ao reflectir sobre o que me disse aquele candidato a vereador, segundo o qual, «o povo não pede mais, o povo rouba», pode-se inferir que os habitantes de Estrela do Sul, de modo geral, começaram a se apropriar da política, pelas vias que a trajectória das eleições brasileiras lhes tem permitido fazer. Esta apropriação parece ocorrer com mais força a partir da implementação de políticas públicas que visem cumprir Direitos Sociais e o surgimento de novos atores políticos no estado da Bahia e no Brasil.

A julgar pelo discurso de Alzira Mendes, vice prefeita eleita junto com Costa em 2008 e em 2012, proferido no último comício da campanha nacional de 2010, na presença do então candidato a governador, Geddel Vieira Lima, segundo o qual «o eleitor não é mais o mesmo» –, fica a suspeição de que os políticos locais já começaram a perceber a cisão entre poder económico e capital político, de modo a abalar o modelo tradicional de relação patrono-cliente a que me referi anteriormente. Todavia, devido à noção de «acesso» estar contaminada pela

constante luta por empregos públicos e outros contractos de prestação de serviços, não descarto a alternativa de análise pautada na tendência de manutenção, ou mesmo de aprofundamento, daquele padrão clientelar de trocas, fartamente descrito em estudos sobre eleições locais brasileiras[18].

Outro ponto que se me afigura como promissor para os passos futuros das pesquisas sobre eleições no Brasil diz respeito à evolução do desenho das campanhas eleitorais, nos municípios brasileiros. Minha etnografia tem demonstrado a implementação de uma estratégia complexa, que combina eficazmente os comícios aos demais eventos de rua e aos programas de rádio, assim como a outros elementos de disseminação de informações, como panfletos.

Além destes elementos de propaganda, batalhas judiciais ajudam na criação de caminhos alternativos, demonstrando a existência de brechas legislativas que põem em causa a consistência das instituições democráticas brasileiras. Pode-se concluir que o uso eficiente de normas de Direito Eleitoral tem vindo a funcionar como mecanismo eficaz para facilitar ou impedir candidaturas e exercícios de cargos públicos, deslocando a influência das relações entre políticos e eleitores para a esfera judicial.

Isto, inclusive, suscita uma atenção muito especial sobre tais instituições democráticas, uma vez que toca outras noções importantes que permeiam os estudos da Antropologia da Política, desde a validade da democracia representativa ao papel desempenhado pelos partidos políticos na consolidação da vontade popular. Este trabalho deve considerar, obviamente, a profusa "economia de trocas simbólicas" (Bourdieu, 2007), baseada na ostentação e na permuta de capitais políticos entre os concorrentes e entre estes e seus eleitores, no intrincado jogo de honras e favores. A ocorrência de denúncias e a abertura de processos são fatos amplamente divulgados pelos veículos de comunicação locais, em especial os cibernéticos e as redes sociais digitais, de modo que as ações políticas tornam-se objetos contantes nas análises dos cidadãos.

Esta continuidade da vivência dos fatos políticos pelos habitantes das localidades, consubstanciadas pelas avaliações da qualidade da gestão ou pela ocorrência de ações judiciais, altera a noção de "tempo da política", como proposta por Palmeira e Heredia (1995). Estes autores buscam demonstrar que a participação do cidadão em eventos políticos restringe-se ao período eleitoral, de modo à acção governamental estar, via de regra, desconectada das reivindicações de grupos representativos de cidadãos locais. Minha etnografia confirma que este *tempo da política* é cuidadosamente demarcado no calendário do ano eleitoral.

Contudo, a percepção das políticas públicas como objectos de promessas e avalistas do prestígio dos candidatos, bem como a 'judicialização' das gestões públicas e das candidaturas, fazem-me supor que a atenção do eleitorado esteja migrando de um campo de favorecimento eminentemente privado para outro, ligado à actuação estatal. Portanto, os olhos e os corações dos eleitores parecem estar-se voltando à aferição de eficácia administrativa como critério de escolha eleitoral, de modo a tornar a política numa actividade perene. É deste ponto que acredito estar a democracia brasileira preparando-se para um salto qualitativo que, ainda que não elimine o clientelismo, transfigure-o num contorno da vida política nacional que ajude a separar as esferas públicas e privadas do âmbito das negociações de interesses individuais ou colectivos e da participação política.

---

18 Sobral e Almeida (1981: 668-9) descrevem fenómeno semelhante, ocorrido em Portugal, quando da alteração do quadro político deste país, representada pela "emergência e institucionalização de organizações horizontais" que, entretanto, não invalidam o sistema de cooptação eleitoral baseado no clientelismo, configurando o que Mouzelis (*apud* Sobral e Almeida) chama de "autonomia relativa da esfera política em relação à estrutura de classe".

Bibliografia

BOURDIEU, P. (2007). *O Poder Simbólico*. Trad.: Fernando Tomaz. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CHAVES, C. A .(1996). *Eleições em Buritis: A Pessoa Política*. In: Palmeira, M. e Goldman, M. (orgs). *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro. Contra Capa Livraria Ed. P. 127-164.

DUMONT, L. (1985) *O Individualismo: Uma perspectiva antropológica da ideologia*

moderna. Rio de Janeiro. Ed. Rocco.

EINSENSTADT, S. N. e RONIGER, L.. (1984). *Patrons, Clients and Friends: Interpersonal relations and the structure of trust in society*. Cambribge, Uk. Cambridge University Press.

GOLDMAN, M. e SANT'ANNA, R.S. (1996). *Elementos para uma Análise Antropológica do Voto*. In: Palmeira, M. e Goldman, M. (orgs). *Antropologia, Voto e Representação política*. Rio de Janeiro. Contra Capa Livraria Ed.

GUIMARÃES, M. (2012). *A "Festa da Política" e a criação de um "Bom Político"*. Tese de Mestrado. ICS-UL. Disponível http://repositorio.ul.pt/handle/10451/8477 [Último Acesso a 15/12/2014];

KURSCHNIR, K. e CARNEIRO, L. P. (1999). *As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política*. In: Estudos Históricos, V. 24. P. 227-250.

LEMENHE, M. A . (2006) *Uma Carreira Política e Vários Modos de Legitimação*. In: Palmeira, M e Barreira, S. *Política no Brasil*. Rio de Janeiro. Relume Dumará. P. 247-266.

PALMEIRA, M. (1992). *Voto: racionalidade ou significado?*, In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 20, p. 26-30.

_____. (2010). *Política, facções e Voto*. In: Palmeira, M. e Heredia, B. *Política Ambígua*. Rio de Janeiro. Relume Dumará. P. 15- 26.

PALMEIRA, M. e HEREDIA, B. (1995). *Os Comícios e a Política de Facções*. In: Palmeira, M. e Heredia, B. (2010) *Política Ambígua*. Relume Dumará/NUAP, Rio de Janeiro, p. 27-80.

PIATTONI, S. (2001). *Clientelism, Interests, and Democratic Representation – The European Experience in Historical and Comparative Perspective*. Cambridge Unversity Press.

RIBEIRO, D. (1987). *Os Brasileiros: 1. Teoria do Brasil*. 9ª Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro. Ed. Vozes.

SCOTT, J. (1986). ¿Patronazgo, o Explotación?. In: Gellner, E. et al. Patronos y Clientes. Barcelona. Ediciones Jucar.

SCOTTO, G.(1996). *Campanha de Rua, Candidatos e Biografias*. In: Palmeira, M. e Goldman, M. (orgs). *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro. Contra Capa Livraria Ed. P. 165-181.

SOBRAL, J. M.. (1999). *Trajectos: o Presente e o Passado na Vida de uma Freguesia da Beira*. Colecção Análise Social. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais.

SOBRAL, J. M. e ALMEIDA, P. G. T.. (1981). Caciquismo e Poder Político: reflexões em torno das eleições de 1901. In: Análise Social, v. XVIII, pp. 649-671. Lisboa. Último acesso [08 Agosto 2012] *http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223400131E6mWB0rx5Ir71IL0.pdf*

WEBER, M. (1982 [1963]). *Ensaios de Sociologia*. (Trad,: Waltensir Dutra. Revisão Técnica: Prof. Fernando Henrique Cardoso). Rio de Janeiro. LTC Ed.

WOLF, E. (2003). *Antropologia e Poder*. Org.: FIELDMAN-BIANCO, B. e RIBEIRO, G. L.. Brasília, DF. Editora da Universidade de Brasília; São Paulo, SP. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Campinas, SP. Editora Unicamp.

Desenhos institucionais e participação social na proposta de gestão compartilhada da Prefeitura de Belo Horizonte[1]

Márcio Simeone Henriques
simeone@fafich.ufmg.br

Laura Nayara Pimenta
lanapi05@gmail.com

Resumo: O presente artigo analisa o desenho institucional participativo na relação entre a Prefeitura de Belo Horizonte (Estado de Minas Gerais, Brasil) e seus cidadãos, com a criação da Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Compartilhada. A noção de desenho institucional é importante para compreender o potencial e as limitações das formas de participação, principalmente por remeter a três aspectos principais: quem participa; como são formadas e tomadas as decisões e como estas se vinculam às políticas públicas. Ainda que a proposta de gestão compartilhada preze pela criação de canais que possibilitem uma ação conjunta entre Estado e sociedade civil, devemos considerar que, atualmente, estas instâncias apresentam desenhos institucionais que constituem uma modalidade de comunicação pública e dão um contorno às interações entre o poder público e os cidadãos e, especialmente, às interlocuções com as diversas formações de base comunitária organizadas na cidade. Tal processo permite examinar diversos dilemas relativos à institucionalização dessas relações.

Palavras-chave: Comunicação Pública; Gestão Compartilhada; Desenhos Institucionais; Participação Social.

1. Introdução

O início da construção de um Brasil democrático teve seu marco formal na Constituição Federal de 1988, que consagrou o princípio de participação da sociedade civil e a crescente criação de espaços públicos de interlocução. Após a promulgação desta Constituição, surgiu a aposta na possibilidade de ação conjunta entre Estado e sociedade civil, visando a um aprofundamento democrático que tem como característica distintiva o princípio de participação da sociedade, subjacente ao próprio esforço de criação de espaços públicos onde o poder do Estado pudesse ser compartilhado com a sociedade.

Contudo, essas transformações demandam modelos de gestão pública que sejam inovadores e que atendam ao que está preconizado nas legislações ambientais e urbanas (Lei das Águas e Estatuto da Cidade, por exemplo). É nesse contexto que surge a ideia de gestão compartilhada, que propõe um sistema que abrange cooperação, compartilhamento, transparência e protagonismo social como forma de promover o exercício democrático. Esta noção nos chamou a atenção pelo fato da Prefeitura de Belo Horizonte criar uma secretaria para tratar especificamente das questões relacionadas a esta proposta de gestão – a Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Compartilhada, o que nos leva a questionar quais são as intenções da PBH com esse modelo e que mudanças ele implica nos processos comunicacionais, ou seja, nas formas de interlocução entre Estado e sociedade civil. Essa nova forma de gestão pública culmina, principalmente, em arranjos institucionais que devam possibilitar a participação social nos negócios públicos, colocando novas demandas para a comunicação do poder público. A implantação de canais participativos onde se possa dialogar sobre políticas públicas faz com que o poder público tenha que se moldar a um novo tipo de relação com os cidadãos, buscando estabelecer com a sociedade civil um relacionamento de interlocução e cooperação. Desse modo, entendemos que o processo de comunicação pública não se restringe a ser simplesmente informativo, a fim de o poder público prestar contas aos cidadãos das atividades que realiza ou informar sobre o uso de seus diversos serviços. Todavia, o desafio da comunicação não está apenas no relacionamento com os cidadãos. Os arranjos institucionais dos canais participativos interferem

1 Trabalho apresentado ao GT80: A democracia em tempos de neoliberalismo

fortemente no potencial de interlocução no processo de comunicação pública. A normatividade desses canais conforma os processos comunicacionais, podendo, inclusive, impor barreiras que dificultem a relação entre o poder público e a sociedade civil ou, ao invés disso, possibilitar uma maior interação entre as partes.
Considerando esse contexto, o presente artigo pretende abordar o significado e as implicações do sistema de gestão compartilhada, compreendendo a relação entre sua arquitetura institucional e os processos comunicativos que nela ocorrem. Para isso, traremos para a discussão o caso da Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Compartilhada de Belo Horizonte. Utilizamos para este estudo, além da pesquisa bibliográfica, a análise de documentos obtidos diretamente da SMAGC – como o Boletim Gestão Compartilhada –, bem como das informações disponibilizadas no Portal Gestão Compartilhada[2], onde encontramos mapas, gráficos e tabelas com dados sobre a capital. Além disso, realizamos entrevista em profundidade com a Gerente de Mobilização Social da Gestão Compartilhada da PBH[3].

2. Gestão Compartilhada, Instâncias Participativas e Desenho Institucional

Nos últimos anos, o termo gestão compartilhada tem sido bastante utilizado, principalmente em sentidos que convergem no fato de considerarem a participação dos interessados – clientes, usuários, cidadãos – na gestão de iniciativas públicas ou privadas. Segundo Costa (2009), o termo é recorrente nos textos que se referem aos modelos de gestão adotados em programas de desenvolvimento regional, em bacias hidrográficas, escolas e projetos de Ciência e Tecnologia que valorizam o protagonismo local.
Registros pioneiros do uso do termo encontram-se na Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, também conhecida como "Lei das Águas" e no Programa Escola Autônoma de Gestão Compartilhada (hoje Escola Comunitária de Gestão Compartilhada), da Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Tocantins (NÔLETO, 2009). Em ambos os documentos o termo apareceu no ano de 1997 e inaugurou a ideia de descentralização da gestão e de participação da comunidade nos processos de gestão e tomada de decisão das políticas públicas citadas. Ainda que estes tenham sido os primeiros registros do termo no Brasil, a noção de gestão compartilhada – baseada em princípios de intersetorialidade, descentralização da gestão e participação da comunidade – já estava presente nas diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) desde a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007).
Além disso, o Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257/2001 – dedica alguns artigos à chamada Gestão Democrática da Cidade, cujas disposições remetem a um conceito de gestão pública compromissada com o processo de participação social. Para Torrecilha (2013), estas noções do SUS e do Estatuto da Cidade se aproximam, guardadas as devidas proporções, do que é entendido atualmente por gestão compartilhada, uma vez que esta, para a autora, é a possibilidade de se criar um espaço de participação para obter os melhores objetivos, para tomar decisões sobre políticas públicas, demandar serviços públicos, financiamentos, execução financeira e gestão de pessoas, bem como a transparência nas atividades realizadas no território.
Já Costa (2009), argumenta que a noção de gestão compartilhada refere-se a novos desenhos institucionais que "compartilham" algumas dimensões da gestão ou da realização de uma iniciativa de interesse comum. Assim,

> a gestão compartilhada é um modelo de gestão que parte da premissa de que o Estado não é mais capaz de empreender sozinho todos os programas e projetos de interesse público. Por outro lado, pretende superar o anti-estatismo que estava presente nos modelos gerenciais de inspiração liberal, pois admite o seu papel de indutor da participação e do próprio desenvolvimento. Desse ponto de vista, o sucesso da ação pública depende da cooperação com a Sociedade e o Mercado. Inscreve-se também como uma nova forma de governança local. (COSTA, 2009, p.4)

---

2 Portal Gestão Compartilhada. Disponível em: <http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/>. Acesso em: 2 fev. 2014.

3 A Gerente de Mobilização Social da Gestão Compartilhada de BH, Heloisa Schmidt de Andrade, nos concedeu uma entrevista no dia 25 de abril de 2013, quando da fase exploratória da pesquisa.

Ainda que essa nova proposta de gestão preze pelo controle social e pela criação de canais de participação que possibilitem uma ação conjunta entre Estado e sociedade, devemos considerar que estas instâncias, tais como as conhecemos hoje, apresentam desenhos institucionais que interferem substancialmente no potencial participativo das mesmas. As variações nesses desenhos podem favorecer ou colocar obstáculos à qualidade dos processos participativos e deliberativos, assim como afetar a capacidade decisória e o funcionamento desses espaços.

Para Fung (2006), essas condições múltiplas da governança pública moderna formatam instituições participativas que são igualmente complexas em pelo menos três maneiras. Primeiro, os modos de participação contemporâneos são diversos, com arranjos institucionais diferentes, não existindo uma forma canônica de participação direta. Em segundo lugar, a participação pública avança segundo múltiplos propósitos e valores, não se prendendo a um único objetivo. Por último, os mecanismos participativos não são uma alternativa rígida à representação política ou à administração especializada, mas as complementam. Nesse sentido, Fung (2006) defende que a participação pública funciona em sinergia com a representação e a administração, a fim de produzir práticas mais desejáveis e melhores resultados na tomada de decisão coletiva.

Considerando essa diversidade dos canais participativos Fung (2006) argumenta que três questões de desenho institucional são importantes para a compreensão do potencial e dos limites das formas participativas: quem participa; como são formadas e tomadas as decisões e como estas decisões se vinculam às políticas públicas. Não entraremos nos detalhes sobre a seleção de quem participa, mas ressaltamos que o autor considera cinco mecanismos comuns de seleção dos participantes: o subconjunto auto-selecionado (os que participam são aqueles que têm interesses especiais na participação); o recrutamento seletivo; a seleção aleatória; a seleção dos interessados leigos e dos interessados profissionais. Para o autor, estes dispositivos contrastam com mais dois mecanismos familiares de seleção: as eleições de políticos profissionais e os mecanismos do serviço público profissional que selecionam os administradores, técnicos especializados e funcionários das nossas burocracias públicas. Eles também contrastam com o público em geral**,** associações secundárias e locais informais de discussão (FUNG, 2006).

Como nosso interesse se concentra nas possibilidades de expressão e tradução das opiniões e preferências dos públicos, é fundamental que compreendamos como esses públicos tomam decisões nas instâncias participativas. No que se refere a essa tomada de decisão, Fung (2006) defende que existem seis principais modos: a participação como espectadores; a expressão de preferências; a discussão das preferências; a agregação ou negociação; a deliberação e a decisão feita por funcionários públicos por meio do conhecimento técnico. Grande parte das pessoas que participam de eventos, tais como audiências públicas e reuniões comunitárias, participam apenas como espectadoras, que recebem informações sobre alguma política ou projeto. Contudo, Fung (2006) afirma que existem poucas reuniões públicas em que todo mundo é apenas um espectador, pois quase todos os fóruns oferecem oportunidades para alguém expressar suas preferências ao público presente, seja por meio de perguntas ou livre manifestação em momentos de microfone aberto. Já outras discussões são organizadas de forma a permitir aos participantes explorarem, desenvolverem e até mesmo transformarem as suas opiniões e preferências. Nessa situação, os participantes geralmente discutem suas questões com os outros, ao invés de simplesmente ouvirem especialistas, políticos ou defensores.

O autor ressalta que os mecanismos que empregam estes três primeiros modos de tomada de decisão poucas vezes traduzem as opiniões ou preferências dos participantes em uma visão coletiva. Na maioria das audiências públicas, por exemplo, as autoridades comprometem-se a não mais do que receber o testemunho de participantes, considerando seus pontos de vista em suas próprias deliberações posteriores. Alguns locais, no entanto, tentam desenvolver uma escolha coletiva através da combinação da negociação, da deliberação e do conhecimento técnico. O mais comum deles é o método de "agregação ou negociação". Neste modo, os participantes sabem o que querem e a tomada de decisão agrega as suas preferências em uma escolha social – muitas vezes mediada pela influência e pelo poder que eles trazem. O "dar e receber" da negociação permite que os participantes encontrem a melhor alternativa disponível para avançar nas preferências conjuntas que eles têm (FUNG, 2006).

No caso da deliberação, Fung (2006) destaca que os participantes deliberam para descobrir o que querem, individualmente ou em grupo. Em canais destinados à deliberação, os participantes normalmente trocam perspectivas, experiências e razões entre si para desenvolverem os seus pontos de vista e descobrirem seus interesses. Todavia, ele observa que muitas das políticas e decisões públicas são determinadas não por meio de negociação ou deliberação, mas sim através do conhecimento técnico dos funcionários cuja especialização profissional lhes convém para a resolução de determinados problemas. Este modo geralmente não envolve cidadãos, pois é o domínio dos planejadores, reguladores, assistentes sociais, professores e diretores, policiais, e assim por diante.

Ainda sobre o processo de tomada de decisão, Avritzer (2008) observa que é possível diferenciar pelo menos três formas pelas quais a sociedade civil pode participar da decisão política. A primeira é o que o autor nomeia de desenho participativo de baixo para cima. Esse desenho permite a livre entrada de qualquer cidadão no processo participativo, sendo que o poder público propõe o aparato institucional, mas é a sociedade civil que escolhe o que será pautado. A segunda maneira pela qual a sociedade civil pode participar da tomada de decisão é por meio de um processo de partilha do poder, que consiste em canais nos quais atores estatais e atores da sociedade civil participam simultaneamente, existindo sanções em casos de não instauração do processo participativo (como é o caso dos conselhos de políticas públicas). Além dessas duas formas, há também o modelo de ratificação pública, no qual se institui um processo em que os atores da sociedade civil não participam da decisão, mas são chamados a referendá-la publicamente (AVRITZER, 2008). Essa classificação proposta por Avritzer (2008) pode nos ser útil para podermos compreender, de forma mais ampla, os desenhos institucionais participativos previstos na atuação da SMAGC, para que possamos refinar esta compreensão a partir das categorias elencadas por Fung (2006).

Todavia, observamos que em muitas arenas sociais a realidade da tomada de decisão coletiva está muito aquém, de inúmeras maneiras, do ideal democrático. Este déficit pode ser percebido em situações de privação de direitos, da influência desigual operando através de mecanismos formais e informais, da apatia política e alienação, da desinformação e má interpretação dos arranjos institucionais por parte da sociedade. Desse modo, é necessária uma inovação democrática contínua para que a participação não seja tão restrita ou meramente figurativa. Essa inovação, por sua vez, requer uma infraestrutura cívica que inclua cidadãos que olhem para frente sem descanso, bem como líderes políticos e defensores que não primem apenas pelas suas preferências políticas, mas atuem por melhorias nos processos de governação democrática.

3. O processo comunicativo e o potencial de influência

Nos processos participativos, um problema importante em relação aos desenhos institucionais é perceber como as decisões que os participantes tomam tornam-se políticas, bem como o potencial que eles têm para influenciar as autoridades institucionalizadas. Diante disso, Fung (2006) elenca cinco categorias de influência e autoridade que emergem nesse contexto. Em muitos espaços participativos, o participante apenas busca obter benefícios pessoais ou cumprir um senso de obrigação cívica, sendo esta a primeira categoria defendida pelo autor. No entanto, outras instâncias participativas exercem uma influência indireta sobre o Estado e seus agentes, alterando ou mobilizando a opinião pública, exercendo uma influência comunicativa por meio de testemunho ou pela probidade do processo em si. Esta categoria de influência comunicativa pode nos dizer sobre a tentativa do autor considerar as estratégias que os públicos têm de contornar a institucionalidade das instâncias participativas e partir para uma ação mais direta, o que evidencia um dilema gerado pela institucionalização da participação.

Um terceiro mecanismo através do qual os fóruns participativos exercem influência sobre a autoridade pública é a dita “assessoria e consulta”. Neste modo, os funcionários preservam sua autoridade e poder, mas comprometem-se a receber a opinião dos participantes (FUNG, 2006). Não obstante, alguns poucos mecanismos de participação exercem o poder direto. De acordo com o autor, tal poder pode ser exercido em dois níveis: em uma situação de co-governança ou em contextos de autoridade participativa direta. No

caso da co-governança, os cidadãos que participam se juntam com os funcionários em uma espécie de parceria para fazerem planos e políticas ou desenvolverem estratégias para a ação pública. Em um nível mais elevado, as instâncias participativas ocasionalmente exercem autoridade direta sobre as decisões ou recursos públicos, controlando, planejando ou implementando projetos de desenvolvimento local. Contudo, cabe ressaltar que ocasionalmente é possível que ocorra uma co-governação ou uma autoridade direta por parte dos cidadãos, pois as relações de poder que permeiam a máquina estatal raramente permitem que se delegue a tomada de decisão ao público considerado leigo. Esta é uma questão problemática, principalmente quando se assume que é um "Estado democrático". Se não é dado o devido poder aos cidadãos, como pode se falar em democracia?

Mesmo com esses entraves, podemos considerar que a categoria de co-governança de Fung está intrinsecamente relacionada ao discurso da proposta de gestão compartilhada de Belo Horizonte que, para seus gestores, trata-se de uma maneira de ampliar o diálogo, a parceria com a sociedade na hora de governar a cidade (PBH, 2011). Entretanto, Avritzer (2008) observa que o êxito desse sistema participativo não está somente ligado ao desenho institucional, mas sim à maneira como se articulam desenho institucional, organização da sociedade civil e vontade política de implantar arranjos participativos. Diante disso, cabe ressaltar que os desenhos institucionais são objetos da ação humana, e não apenas incidem sobre esta ação. Eles são construções sociais, isto é, não se autorrealizam, mas são objetos de intervenções humanas, deliberadas ou não, que influem sobre a própria instituição criada. Portanto, podemos considerar que essas instituições resultam de processos de escolhas, decorrem da decisão e da ação humanas e correspondem a valores que são difundidos socialmente, o que as tornam sensíveis aos atores que interagem no seu interior, no seu entorno e com elas. Nesse sentido, tanto podem incidir sobre a ação humana, quanto são objeto desta ação.

Por serem produtos humanos, essas instituições não se constituem por acaso. Cada dimensão do desenho institucional dos canais participativos é pensada pelos gestores e políticos com a intenção de conformarem uma especificidade de participação para aquele canal, seja para dizer que permitem o controle social ou para efetivamente deixá-lo acontecer. Não obstante, a sociedade civil também tem condições de realizar mudanças, de influenciar aspectos do desenho. Tal influência só se torna possível quando os cidadãos, os membros da sociedade civil, fortalecem seus laços de cooperação e solidariedade através das interações comunicativas, o que pode aumentar a potência cívica da sociedade, possibilitando uma participação qualificada nas instâncias disponibilizadas pelo poder público, o que permite maiores chances de respostas às suas reivindicações.Poderíamos adicionalmente afirmar que outro fator importante para essa capacidade de influência é uma comunicação pública que atue no sentido de favorecer não só a participação em si, mas o fluxo de informações e o conjunto de relações entre os atores envolvidos, bem como garantir a ampla publicidade de todo o processo e a mobilização dos públicos envolvidos (ZÉMOR, 1995; HENRIQUES, 2010). Assim, cada desenho institucional orienta e configura modos de interação entre poder público e cidadãos que definem possibilidades e limites para o exercício da influência por meio das instâncias participativas. Porém, essas influências não estão totalmente circunscritas às instâncias e aos canais formais de participação, pois os públicos buscam também outras formas de ação – de expressão – que extrapolam esses limites, mas podem incidir sobre a tomada de decisão segundo a permeabilidade das instituições às diversas demandas e em função de sua necessidade de *accountability*. É, portanto, essa complexa rede de influências que constitui o processo de comunicação pública, inclusive com o sentido de por em questão o próprio modelo de participação que se adota.

4. Comunicação Pública em Processos de Gestão Compartilhada

A comunicação pública implica várias significações e correntes, indo desde premissas mais simplistas ligadas às técnicas comunicativas governamentais até as relações mais subjetivas e abstratas entre os cidadãos e o poder público. Não é nossa pretensão detalhar todas as vertentes teóricas sobre a comunicação pública neste artigo, mas nos interessamos por aquelas que nos esclarecem as formas como a sociedade civil se articula para

se inserir em um contexto comunicativo cercado de normatividade, permitindo uma possível interlocução entre as partes.

Esteves (2011) define a comunicação pública como aquela que é constituída no espaço público e veiculada pela (ou para a) opinião pública, exercendo um efeito estruturante sobre as diversas práticas comunicacionais e simbólicas. O autor postula a comunicação pública assim definida como o próprio objeto da Sociologia da Comunicação, numa tal abrangência "que procura dar conta da enorme variedade de recursos e práticas comunicacionais que se apresentam nos nossos dias e, num âmbito ainda mais ambicioso, compreender o papel da comunicação na formação de nossas sociedades e na estruturação da vida social de um modo geral" (idem, p. 147-8).

Esteves (2011) ainda argumenta que, em termos práticos, a comunicação é o meio através do qual as reivindicações de legitimidade referentes à justificação dos atos do poder público são feitas por todos aqueles a quem esses mesmos atos se dirigem. Assim, a comunicação pública é um meio, por excelência, para a cidadania, colocado à disposição da sociedade, ou seja, dos destinatários em geral dos atos de governação. Dessa forma, o autor entende que a comunicação pública "consiste num processo permanentemente em aberto, que será sempre passível de ser aprofundado ou aperfeiçoado – no sentido de um conhecimento mais exigente e rigoroso, de uma agonística mais abrangente, ou de uma argumentação mais elaborada (em termos racionais)" (idem, p. 203). Sob esta perspectiva, a comunicação pública é uma dinâmica ampla, que constitui uma vida pública, mas também possui um caráter institucional, já que as estruturas do poder público definem formas de interação específicas entre poder público e cidadãos

Desta forma, restringir nosso olhar às estratégias governamentais para promover o relacionamento com os cidadãos, como encontramos em Pierre Zémor (1995), pode ser útil e operacional para fazer um recorte e verificar alguma parte desse processo, mas não para se referir à compreensão da comunicação pública como um todo. Para o autor, as finalidades da comunicação pública não devem estar dissociadas das finalidades das instituições públicas e é por isso que justifica seu foco na comunicação formal que diz respeito "à troca e à partilha de informações de utilidade pública, assim como à manutenção do liame social cuja responsabilidade é incumbência das instituições públicas" (idem, 1995, p. 5). Neste caso, o acento na prática comunicativa se coloca em compreender a relação existente entre o modelo institucional (do poder público) e as possibilidades de comunicação demandadas num contexto democrático. Desse modo, a comunicação pública não se limitaria somente à difusão de informações de interesse público pelos órgãos de governo, mas asseguraria as relações entre Estado e cidadãos e contribuiria para facilitar a ação e garantir o debate público.

Não obstante, a comunicação pública também tem uma interface institucional que dá forma à interação das partes envolvidas na interlocução. Segundo uma lógica de especialização administrativa, a comunicação se constitui dentro de uma estrutura burocrática, mas não se reduz à mera intervenção profissional. Além de dar forma aos processos comunicacionais, a institucionalidade dos canais participativos e fóruns de interação que o poder público adota também conformam a ação da população, interferindo na organização e articulação de grupos e de comunidades que pretendem se inserir neste contexto e ganhar condições de interlocução.

Como ressaltamos na seção anterior, a arquitetura institucional de uma instância participativa é fruto da ação humana e está intrinsecamente relacionada aos valores que são difundidos socialmente no momento de sua concepção. Contudo, tais instâncias são desenhadas por especialistas e técnicos que pouco se baseiam nas expectativas e preferências dos cidadãos, mas sim naquilo que eles concebem, baseados em pesquisas técnicas e percepções do social, como sendo o melhor. A possibilidade que os cidadãos têm de modificar o *design* desses canais é mínima.

Diante disso, podemos elencar pelo menos três ações cabíveis para que os cidadãos se insiram nesse contexto e tentem alguma chance de interlocução. Uma dessas atitudes é a adequação dos cidadãos às normativas impostas pela instância, conhecendo seu funcionamento, as possibilidades que ela oferece, capacitando-se para a participação. Outra atitude, segundo Dryzek (2002), é a utilização de agentes extraconstitucionais, tais como manifestações, boicotes, eventos midiáticos, entre outros, para promover uma influência direta no poder público, contornar os bloqueios gerados pelos desenhos institucionais, ou reivindicar a modificação desses desenhos. Além disso, os cidadãos podem utilizar parcerias com autoridades políticas do poder Legislativo ou

do próprio Executivo para tentar influenciar a modificação desses canais ou até mesmo alcançar seus objetivos mais rapidamente.

Assim, o processo amplo e aberto da comunicação pública se orienta e formata conforme os limites impostos por este desenho. Esses limites podem demandar uma comunicação que seja meramente informativa ou possibilitar melhores meios para estimular a participação, mantendo as condições essenciais de publicidade das instâncias participativas. Contudo, essa formatação da comunicação não é algo construído ingenuamente, o que o torna difícil de ser apreendido. Para tentarmos compreender essa conformação, a próxima seção procura abordar a dita "gestão compartilhada" da Prefeitura de Belo Horizonte, de modo que possamos encontrar pistas sobre as suas implicações em termos comunicacionais.

5. A Proposta de Gestão Compartilhada de Belo Horizonte

Apresentada por seus gestores como a capital com maior histórico de participação cidadã na gestão pública, Belo Horizonte utiliza canais como o Orçamento Participativo, conferências, fóruns, audiências públicas, assembleias, Planejamento Participativo Regionalizado, entre outros, na tentativa de melhorar a vida das pessoas. Tentando dar continuidade a esse histórico, a Prefeitura de Belo Horizonte criou, em 2011, a Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Compartilhada – SMAGC, cujo objetivo é dinamizar, organizar, expandir e integrar todas as atuais formas de participação da cidade. Deste modo, a Prefeitura acredita estar estimulando a mobilização social, a capacitação dos representantes da sociedade e a criação de novos espaços dialógicos, ampliando a cooperação institucional e proporcionando maior transparência nas atividades governamentais (GESTÃO COMPARTILHADA, 2014).

Mas, afinal, como a PBH compreende a gestão compartilhada? De acordo com as informações obtidas no boletim Gestão Compartilhada da Prefeitura de Belo Horizonte, esta "deve ser uma forma de radicalizar a democracia, ampliando as possibilidades de participação e controle social na gestão daquilo que é de interesse público" (PBH, 2011, p.1).

Para alcançar esses objetivos, podemos presumir que a SMAGC apresente uma localização estratégica no organograma da Prefeitura, bem como possua uma organização interna que seja tão complexa quanto o que ela deseja realizar. Ao analisarmos a estrutura organizacional da PBH, percebemos que a secretaria está vinculada à Secretaria Municipal de Governo. Tal Secretaria é responsável pela integração dos múltiplos interesses que transitam pelo município. Ela planeja e coordena, com a participação dos órgãos e entidades da Administração Pública, as políticas de mobilização social. Além de gerenciar as atividades de apoio às ações políticas da administração municipal, cabe à Secretaria de Governo assessorar o município nas atividades de representação política e em assuntos de natureza técnico-legislativa. O fato da SMAGC estar vinculada a esta Secretaria a confere uma posição estratégica dentro da estrutura da PBH, pois suas ações podem auxiliar e interferir no planejamento municipal, conferindo maior legitimidade às suas ações políticas.

Todavia, para que a atuação da SMAGC seja realmente estratégica, ela deve apresentar uma estrutura organizacional que lhe confira tal capacidade. Por meio do seu organograma institucional[4], observamos que é composta por 10 unidades administrativas gerenciais de 1.º nível, duas gerências de 2.º nível e três gerências de 3.º nível, conforme ilustra o quadro a seguir:

4 Utilizamos a última atualização do organograma realizada pela Gerência de Desenvolvimento Organizacional da PBH em 17 de novembro de 2014.

Quadro 1 – Níveis hierárquicos das gerências da SMAGC

<table>
<tr><th>1º Nível</th><th>2º Nível</th><th>3º Nível</th></tr>
<tr><td>GECD: Gerência de Coleta e Estruturação de Dados;</td><td rowspan="5">GEMAD: Gerência de Modelagem e Armazenamento de Dados;</td><td rowspan="4">GESUMO: Gerência de Suporte à Mobilização;</td></tr>
<tr><td>GDFC: Gerência de Difusão e Formação Comunitária;</td></tr>
<tr><td>GPRI: Gerência de Produção de Informações;</td></tr>
<tr><td>GMSO: Gerência de Relacionamento e Mobilização Social;</td></tr>
<tr><td>GEMB: Gerência de Eventos de Mobilização;</td><td rowspan="3">GESUAR: Gerência de Suporte à Articulação;</td></tr>
<tr><td>GEAR: Gerência de Articulações de Redes;</td><td rowspan="6">GEPOP: Gerência de Planejamento do Orçamento Participativo.</td></tr>
<tr><td>GECL: Gerência de Acompanhamento de Colegiados;</td></tr>
<tr><td>GREI: Gerência de Relacionamento Intersetorial;</td><td rowspan="3">GSMAGC: Gerência de Suporte à SMAGC.</td></tr>
<tr><td>GDOC: Gerência de Desenvolvimento Organizacional da Gestão Colegiada;</td></tr>
<tr><td>GESS: Gerência da Sala de Situação</td></tr>
</table>

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da SMAGC.

Não entraremos aqui nas competências de cada gerência, mas algumas nos instigam, pois dizem mais sobre a complexidade de se ter muitos desenhos institucionais e da posição pedagógica que a Secretaria tenta assumir. Assim, as gerências de Relacionamento e Mobilização Social; de Suporte à Mobilização; de Suporte à Articulação; de Articulação de Redes e de Difusão e Formação Comunitária, são interessantes ao nosso olhar, conforme descreveremos a seguir.

A Gerência de Relacionamento e Mobilização Social, referenciada legalmente pelo artigo 56 do Decreto 14.281[5], objetiva coordenar, em parceria com os gestores das diversas áreas do Executivo, as ações referentes à gestão participativa no Município. Tal coordenação envolve ações pontuais, como a promoção de discussões; a realização de diagnósticos; a produção de espaços de discussão e de informações; o incentivo ao desenvolvimento de atividades destinadas à ampliação de conhecimento; o apoio à elaboração de projetos para a captação de recursos destinados à produção de conhecimento; a coordenação do levantamento de informações e a elaboração de textos – tudo sobre, ou envolvendo, a gestão participativa do município. Estão subordinadas a esta gerência as gerências de Suporte à Mobilização e Suporte à Articulação.

À Gerência de Suporte à Mobilização compete, segundo o artigo 56B do Decreto 14.281, apoiar as atividades de elaboração de diagnóstico sobre a situação da gestão participativa no município; as atividades de promoção de eventos de mobilização social; as atividades destinadas a ampliar e qualificar a representatividade da participação social nos processos de gestão compartilhada; as atividades de fortalecimento da cidadania, de forma a qualificar o diálogo entre a Administração municipal e a sociedade e coordenar o levantamento de informações e a elaboração de textos referentes à gestão participativa nos órgãos e entidades do Executivo. No que se refere à Gerência de Suporte à Articulação, suas atribuições são as mesmas da de Suporte à Mobilização, excetuando-se o apoio às atividades de promoção de eventos de mobilização social.

5 Decreto n º 14.281, de 18 de fevereiro de 2011. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, Ano XVII - Edição 3771, 19 fev. 2011.

O artigo 56E do Decreto 14.281, que direciona o olhar para as comunidades, preconiza que a Gerência de Articulação de Redes deve atuar nos 40 territórios de gestão compartilhada, abrindo e fortalecendo os canais de interlocução entre Administração Municipal e as organizações locais. Além disso, ela deve promover a integração e o fortalecimento de redes de organizações comunitárias, grupos organizados, redes sociais, entidades e lideranças representativas do Município, por meio da execução de atividades destinadas a ampliar e qualificar a representatividade da participação social nos processos de gestão compartilhada da cidade. Dando continuidade a esse olhar, o artigo 56F do Decreto 14.281 atribui à Gerência de Difusão e Formação Comunitária a competência de produzir, em articulação com a Assessoria de Comunicação Social do Município, instrumentos de comunicação social para o repasse de informações acessíveis aos diferentes públicos. Não obstante, a gerência deve implementar estratégias educativas relacionadas aos processos de gestão compartilhada e realizar atividades de fortalecimento da cidadania, de forma a qualificar o diálogo entre a Administração municipal e a sociedade civil, especialmente nas atividades de planejamento participativo.
Ao menos em princípio a PBH se mostra preocupada em qualificar e mobilizar os representantes da sociedade civil, de modo a fortalecer a cidadania e aprimorar a qualidade dos fóruns participativos e das discussões neles ocorridas. Por outro lado, esses decretos evidenciam uma preocupação em construir um diagnóstico sobre as formas de participação existentes no Município, para que se possa elaborar, posteriormente, um embasamento que paute a formatação de todos esses canais. Assim, fica claro que o próprio desenho fica sujeito a uma intervenção técnica especializada.

6. Dilemas na comunicação entre poder público e cidadãos

A proposta da PBH de congregar todas as formas de participação existentes na cidade sob a égide de um órgão único forneceu boa oportunidade para um exame em caráter exploratório sobre as questões de desenho institucional, naquilo que respeita à formação comunicacional das influências. O Orçamento Participativo, os colegiados – 23 Conselhos de Políticas Públicas e 9 Conselhos Tutelares – o Planejamento Participativo Regionalizado, as Conferências de Políticas Públicas e a mobilização social para a participação nessas instâncias estão a cargo dessa secretaria para a qual Belo Horizonte foi dividida em 40 territórios de gestão compartilhada, a fim de envolver os cidadãos no planejamento urbano da cidade. Essa divisão teve como referência interna os bairros da capital, agrupando-os segundo uma lógica socioeconômica, de infraestrutura e de características do espaço urbano, desconsiderando-se os aspectos associativos e o relacionamento entre as comunidades. Assim, foram criados comitês gestores em cada território, que ficaram responsáveis pelo encaminhamento de propostas ao Planejamento Participativo Regionalizado.
Entretanto, a PBH não pretende envolver apenas as formas institucionalizadas mais tradicionais no sistema de gestão compartilhada. O seu objetivo declarado é

> incorporar, na gestão compartilhada, não apenas quem formalmente ocupa funções de direção ou coordenação em organizações, conselhos municipais, mas também aqueles que coordenam grupos e movimentos religiosos, culturais ou esportivos, representantes do setor econômico e empresarial, da juventude, de referências populares, entre outros (PBH, 2011, p.1).

A própria Gerente de Mobilização da SMAGC evidencia essa preocupação ao descrever o mapa de relacionamento em construção pela equipe. Devido ao fato do Orçamento Participativo ser o expoente de participação no Município, quando se falava em controle social e em envolvimento da comunidade a Prefeitura recorria somente às gerências do OP para convocar a população para suas conferências e assembleias. Contudo, a Gerente afirma que existem muitos outros fóruns e canais de participação que não eram considerados para compor a lista de pessoas que seriam contatadas, convocadas para a participação. Foi daí que a ideia de criar um mapa das diversas formas de participação, dos múltiplos elos de relacionamento entre a Prefeitura e a comunidade – que não seja só o OP – surgiu. Esse mapa deve permitir que a SMAGC identifique os diversos canais de participação para que possa congregá-los sobre sua responsabilidade.

Todavia, essa iniciativa de congregação das instâncias traz uma série de dilemas em relação à interlocução com os públicos e suas possibilidades de influência e em nossa análise destacamos dois aspectos: (a) a multiplicidade de desenhos institucionais; (b) a rigidez das formas de interlocução institucionalizadas.

(a) *Multiplicidade de desenhos institucionais* - O fato de envolver o Orçamento Participativo e os Colegiados, já abarca duas diferentes formas de tomada de decisão – a primeira de "baixo para cima" e a segunda uma partilha de poder (AVRITZER, 2008). Além disso, há mecanismos de decisão que utilizam a participação aberta a todos os cidadãos, mas também processos decisórios que ocorrem por meio de representação. Congrega instâncias com diferentes desenhos institucionais, que variam desde formas mais agregadoras de participação até formas mais exclusivas. Enquanto algumas instâncias apresentam oportunidades mais efetivas de participação e de reconhecimento dos atores, gerando certa integração de objetivos e conferindo legitimidade à participação, outras criam certos obstáculos à participação, principalmente de atores isolados ou menos institucionalizados, possibilitando maiores chances de "domesticar", através das regras e modelos de atuação, os movimentos dos participantes. Desse modo, a proposta de gestão compartilhada da PBH não implicaria apenas um processo de partilha de poder. Ela é muito mais complexa que isso.

Percebe-se que existe um paradoxo entre as pretensões e a formatação da Gestão Compartilhada da PBH. Ao mesmo tempo em que a Secretaria diz que pretende fomentar uma maior participação social nas suas mais diversas instâncias participativas, capacitando os cidadãos para isso e propiciando um maior controle social, a multiplicidade de arranjos institucionais que os diferentes canais participativos apresentam podem inibir ou até mesmo confundir os cidadãos que desejam participar. Essa dificuldade de conciliar aspectos institucionais muito diferentes exige que se tenha um exaustivo processo mobilizador com os participantes, motivo pelo qual a proposta da SMAGC enfatiza as ações pedagógicas. A própria Secretaria assume a necessidade de ensinar, capacitar para que os cidadãos e grupos tenham condições de participar segundo suas regras, como é evidenciado nos terceiros incisos dos artigos 56B, 56C e 56E do Decreto nº 14.281: "III - apoiar as atividades destinadas a ampliar e qualificar a representatividade da participação social nos processos de gestão compartilhada do Município", e no inciso segundo do artigo 56F do mesmo decreto: "II - implementar estratégias educativas relacionadas aos processos de gestão compartilhada".

(b) a rigidez das formas de interlocução institucionalizadas - Nossa análise permite observar que um dos dilemas da gestão compartilhada é encontrar formas institucionais funcionais, legítimas, inclusivas e que ao mesmo tempo sejam suficientemente flexíveis para abarcar potencialmente as diversas opiniões e preferências dos cidadãos. A gerente entrevistada destaca que para superar os entraves os canais participativos devem ser flexíveis e que a atuação da SMAGC deve se pautar na integração de quatro eixos: comunicação, educação, cultura e fortalecimento das instâncias participativas.

Qualquer que seja a escolha com relação à estrutura institucional, o que se espera é que a forma de interlocução entre as partes esteja dentro dela, postulando quem pode falar e quando, inclusive. O fato é que não há como escapar de algum tipo de institucionalidade, já que a própria democracia precisa se reger por regras e normas, mas, nem tudo pode reduzir-se a ela. Seria de esperar do gestor público não apenas uma escuta formal, mas que ele também seja sensível a várias outras formas de manifestação de opiniões, preferências e demandas dos cidadãos, porém, há neste aspecto uma confrontação permanente com os limites impostos pelas regras formais.

A questão da participação institucionalizada acaba trazendo outros impasses para o processo de gestão compartilhada. Ao institucionalizá-la, os públicos também se tornam institucionalizados, ou seja, precisam tomar uma forma mais definida e se apresentarem publicamente revestidos de alguma representatividade. A própria Gerente de Mobilização, o Boletim de Gestão Compartilhada e as atribuições das gerências que exploramos neste artigo demonstram esta institucionalização da sociedade civil gerada pela Gestão Compartilhada. Nesses documentos e na entrevista realizada, não encontramos referências de que a SMAGC lida com a esfera pública difusa, ou com cidadãos leigos sem interesses na participação. Eles só ratificaram que as ações da SMAGC envolvem coordenadores de grupos e movimentos religiosos, culturais ou esportivos, representantes do setor empresarial, da juventude e lideranças comunitárias, ou seja, a sociedade civil institucionalizada.

> Essa é uma preocupação básica do modelo democrático em BH: além de se preocupar com a consolidação das instâncias de participação, utiliza diretrizes para a inversão

> de prioridades. Em outras palavras, isso significa priorizar investimentos em áreas, ou a favor de **grupos**, que estiveram historicamente privados de benefícios[6].

A institucionalização tende a fechar em padrões de ação, tende a uma formalização, o que contrasta com as relações de tipo comunitário – mais informais, dinâmicas e abertas. Quando os públicos formam coletivos menos ou mais institucionalizados, boa parte de seu potencial de influência, que deriva de suas possibilidades em aberto de ampliação e formação de uma opinião pública, se perde. Paradoxalmente, essa organização também pode aumentar a influência dos públicos, já que pelas vias formais o reconhecimento institucional tende a aumentar esse poder de influência até certo ponto. Contudo, essa lógica é sempre complexa para que os públicos lidem com ela (o que escapa aos limites deste artigo).

7. Considerações Finais

A constituição de espaços públicos de discussão representa o saldo positivo das décadas de luta pela democratização, expresso especialmente pela Constituição de 1988, que foi crucial para a implementação destes espaços de participação dos cidadãos na gestão da sociedade. No entanto, essas transformações exigem modelos de gestão pública que sejam inovadores e que atendam ao que está preconizado nas legislações ambientais e urbanas, o que faz surgir, daí, a ideia de gestão compartilhada. Tal noção, como vimos, propõe um sistema que abrange cooperação, compartilhamento, transparência e protagonismo social como forma de promover o exercício democrático, culminando, principalmente, em arranjos institucionais que possibilitem esse protagonismo.

Os desenhos institucionais das instâncias participativas que surgem desse processo são compostos de muitas variáveis, podendo ser combinados de muitos modos diferentes. Cada modalidade coloca possibilidades e limites distintos à interação e à interlocução com os cidadãos, o que reflete no potencial de influência das políticas públicas que os cidadãos podem ter. As regras desses desenhos podem criar oportunidades e constranger certas ações, conformando, assim, o processo amplo e aberto de comunicação pública. Além de incidirem sobre a comunicação, os arranjos institucionais também interferem na organização da sociedade civil. Nesse cenário, os cidadãos buscam confrontar esses arranjos, ora se organizando e buscando estratégias de ação dentro dos limites de influência possíveis neste desenho, ora desafiando esses próprios limites ou agindo fora deles para conseguir manifestar publicamente opiniões e preferências. Em ambos os casos, recorrem a estratégias de mobilização social.

Nossa análise permite observar que a dificuldade de lidar com múltiplos arranjos institucionais - que variam desde formas mais inclusivas até as mais limitadoras – e a rigidez das formas institucionalizadas implicam em dilemas e desafios à comunicação pública, como a necessidade de encontrar modelos institucionais que sejam sensíveis a outras formas de manifestação de preferências e demandas dos cidadãos e a necessidade dos públicos se adaptarem aos formatos das instâncias participativas e de aumentarem sua capacidade de influenciar as decisões do poder público. Fica evidente que a tentativa da SMAGC de abarcar diferentes instâncias participativas, com desenhos múltiplos, acaba gerando a necessidade de criar um processo pedagógico/mobilizador para "ensinar" a comunidade a participar. Essa necessidade de capacitar cidadãos cria um entrave: como defender uma proposta de compartilhamento e controle social sem que aqueles que a legitimarão, ou seja, os cidadãos, não conseguem compreender "sozinhos" como participar de seus processos?

Esses e outros dilemas nos aparecem quando pensamos em um processo de gestão compartilhada, principalmente pelo que é trabalhado pela Prefeitura de Belo Horizonte. Longe de esgotar a discussão, não cremos num ideal participativo canônico, mas sim diferentes institucionalidades que devem se adaptar da forma mais democrática às demandas dos diferentes públicos, buscando o justo meio entre a burocracia e o controle social.

---

6 PBH. Participação cidadã. Disponível em: <*http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/participacao-cidada*>. Acesso em: 14 de dez. 2014.

Referências bibliográficas

AVRITZER, L. (2008), "Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático", *Opinião Pública*, 14 (1), pp. 43-64.

COSTA, F. L. (2009), "A que serve a noção de gestão compartilhada?", *XIV Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública,* Disponível em *http://siare.clad.org/fulltext/0063267.pdf* [consultado em 11-2-2014].

DRYZEK, J.S. (2002), *Deliberative democracy and beyond: liberals, critics, contestations,* Oxford: Oxford University Press.

ESTEVES, J. P. (2011), *Sociologia da comunicação,* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

FUNG, A. (2006), "Varieties of participation in complex governance"**.** *Public Administration Review,* 66, pp. 66-75.

GESTÃO COMPARTILHADA (2014), *Apresentação,* Disponível em *http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/*apresentacao, [consultado em 2-2-2014].

HENRIQUES, M. S. (2010), *Comunicação e Mobilização Social na prática de polícia comunitária.* Belo Horizonte: Autêntica.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (2007), *Manual de Orientações para Contratação de Serviços no Sistema Único de Saúde.* Brasília: Ministério da Saúde.

NOLÊTO, E. A. P. (2009), *Gestão Compartilhada: Autonomia da Escola,* Brasília: II Congresso Consad de Gestão Pública.

PBH (2011), *Boletim Gestão Compartilhada: Ampliando a Participação Popular em Belo Horizonte,* Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte.

TORRECILHA, M. L. (2013), *A Gestão Compartilhada como Espaço de Integração na Fronteira Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai).* Tese de doutoramento, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ZÉMOR, P. (1995), *La Communication Publique,* Paris: PUF

Um olhar sobre o processo de descentralização em Moçambique - mecanismos de accountability pública: Orçamento Participativo e os Conselhos Consultivos Locais.

Saide Jamal[1]
saide.jamal@gmail.com

Resumo: O texto pretende explorar as dinâmicas sociais e políticas que se vivem em Moçambique no âmbito das reformas políticas iniciadas na década de 1990, concretamente os processos de descentralização e desconcentração do Estado central, a partir de uma dimensão local de perspetiva *bottom-up*, procura igualmente analisar os mecanismos de accountability pública implantados como meios de participação popular nos processos decisórios dos governos locais, tendo particular atenção ao orçamento participativo e os conselhos consultivos locais. Nestes termos, me faço valer da leitura das dimensões da descentralização e desconcentração que articulam os distintos poderes locais. Constata-se porém, que em Moçambique coexistem no mesmo espaço-tempo, pressupostos e poderes políticos de origens e atuações diferentes e, por vezes, conflituantes na sua lógica da procura pela democracia local. Sendo assim, o processo de participação das comunidades locais na governação local, dilui-se nos conselhos consultivos locais e no orçamento participativo.

Palavras-chave: descentralização, accountability pública, orçamento participativo, conselhos consultivos locais, Moçambique.

1. Introdução

A democracia, como um processo de construção permanente de um ideal político, social e normativo, assenta no pressuposto da autoridade partilhada entre atores políticos ou sociais, através de processos de participação, de cidadania, de direitos e deveres individuais e coletivos.

Nestes termos, seja qual for o espaço-tempo e o contexto histórico, o conceito da democracia somente ganha sentido quando situado nas práticas e nas interações sociais. Assim, pode-se inferir que a construção da democracia deve ser orientada para os diferentes níveis e escalas de relacionamento, à luz da justiça e da boa convivência social.

O contexto no qual se desenrola o processo de democratização articulada das conceções do Estado (Williams, 2003) deixa em aberto a possibilidade e a responsabilidade de criação de mecanismos e instituições nacionais e locais que possam garantir a operacionalização dos ideais do projeto democrático através do processo de delegação do poder legitimado pelo sufrágio universal que igualmente encarrega-se da deslocação do poder do centro para a periferia.

Em Moçambique, este processo de deslocação do poder, do centro para a periferia, encontra suporte no n˚ 1 do artigo 263˚ do Título XII, capítulo IV (princípios organizatórios) da Constituição da República, que estipula que a "organização do Estado e o funcionamento dos órgãos do Estado a nível local obedecem aos princípios de descentralização e desconcentração, sem prejuízo da unidade de ação e dos poderes de direção do Governo".

No caso da descentralização do Estado, o Governo central de Moçambique atribui aos órgãos locais (Vilas e Cidades) a autoridade para administrar o território sob a sua jurisdição. Entretanto, deve existir, de acordo com

---

1 doutorando do programa "Human Rights in Contemporary Societies" do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, os seus interesses de investigação centram-se nas questões ligadas ao direito à terra, água e saneamento, descentralização democrática e poder local em África.

a lei[2], uma partilha de responsabilidades e autoridades entre o governo central e os órgãos locais de governação por forma a responder da melhor maneira às necessidades dos cidadãos e cidadãs.
Apesar deste suporte legal, Bernard Weimer (2012) sublinha que a operacionalização da descentralização democrática depende, (no caso moçambicano), das iniciativas políticas nacionais e de projetos políticos externos. Sendo assim, a intensidade e aplicabilidade de projetos democráticos varia de país para país e depende das especificidades locais, cabendo ao Estado a definição dos limites dentro dos quais ocorrem as formas democráticas de participação política e de prestação de contas.
Neste sentido, e para uma visão apropriada das diversas possibilidades de concretização da descentralização do Estado contemporâneo e da participação pública nos processos de tomada de decisão e governação local, importa que, segundo a proposta de Nabais (2007), a descentralização deve ser vista e encarada em função das obrigações políticas e administrativas do Estado à dois níveis (descentralização e desconcentração).
Com base neste pressuposto, proponho-me a explorar neste texto, a interseção entre os mecanismos de accountability pública (que lhe vou designar de prestação de contas), Orçamento Participativo e os Conselhos Consultivos Locais, para estabelecer a ligação com a democracia local articulada com lógicas distintas de poder que coexistem, sobretudo, nas comunidades locais em Moçambique.
É nesta matriz que, Meneses (2009) remete-nos para uma leitura atenta das relações constantes nas distintas forças e atores envolvidos no campo da gestão local, de modo a melhor compreender tais processos. Ou seja, acentua a necessidade de uma análise mais sofisticada da relação entre a democracia local - a partir da intervenção popular *bottom-up* - e os diferentes poderes locais Estatais e não-Estatais.

2. Descentralização

A descentralização pode ser entendida como um processo planificado que tem por objetivo, produzir mudanças na geografia e na sociologia de um dado poder central, a favor de "níveis de poder" mais baixos da administração do Estado, sem pôr em causa as forças políticas que a constituem e que controlam a distribuição da riqueza, dos recurso e do tal poder (Weimer, 2012:2-3). Entretanto, entende-se assim que esta perspetiva implica uma análise política e económica, na qual se estabelecem não somente as forças e os agentes, mas também os conflitos de interesses.
Neste termos, aprofundar as dimensões da descentralização remete-nos á uma reflexão sobre a relação entre o objeto a descentralizar, os atores envolvidos, o espaço-tempo e as várias agendas que entram em cena nos contextos políticos e sociais específicos. Isto é, como anteriormente referido, o processo de descentralização não somente é influenciado e condicionado por fatores internos, mas também por toda uma conjuntura política e ideológica vigente, que desempenha um papel fundamental na estruturação das reformas políticas dos Estados.
Assim, Aguiar Mazula (1998)[3] perceciona a descentralização como sendo um processo de criação de entidades autónomas distintas e paralelas ao Estado central[4], apesar de, em alguns casos, ocorrer sem implicar a transferência definitiva (*descentralização administrativa*) ou parcial (*delegação)* da autoridade do titular originário das funções para o incumbido de exercer o poder de decisão e implementação.
Em vários países do *Sul Global*[5], a adoção do modelo de democratização e descentralização político-administrativa do *Norte*, tem sido uma das condições dos governos ocidentais (doadores), Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial para o apoio ao desenvolvimento e luta contra a pobreza[6], na crença de que

2 Ver lei 3/94, de 13 de Setembro e lei 2/97, de18 de Fevereiro.

3 Ministro que participou no delinear das políticas de descentralização em Moçambique.

4 Não se confunda neste caso com o Estado Paralelo de Boaventura de Sousa Santos.

5 Refiro-me neste caso, não de um sul geográfico, mas sim de países considerados subdesenvolvidos e os de economias emergentes que se localizam na periferia do sistema económico mundial.

6 Para o caso de Moçambique, podem tomar-se como exemplo os programas de ajustamento estrutural e outros empréstimos para financiamentos de programas de desenvolvimento.

a descentralização administrativa de matriz ocidental é o garante da manutenção da liberdade política que sustentará a participação popular.
Nestes termos, constata-se que este facto tem se mostrado problemático devido à existência em África, particularmente em Moçambique, de várias lógicas de poder local (autarquias, órgãos locais do estado e poderes tradicionais) com características e modelos de descentralização e participação próprios e que coexistem no mesmo espaço-tempo.
Entretanto, apesar de tal diversidade, na opinião de Boaventura de Sousa Santos, o paradigma normativo do Estado moderno assume unicamente o direito do estado e que a unidade deste, pressupõe a unidade do direito. A verdade é que coexistem na sociedade moçambicana vários sistemas jurídicos e políticos com lógicas às vezes conflituantes, o que torna o campo político "local" ainda mais conturbado.
Esta dimensão por vezes conflituosa de coexistência de sistemas (Estatal e não-Estatal) permite uma leitura extrapolada dos principais desafios das sociedades africanas (Jamal, 2014:14) vistos por Boaventura de Sousa Santos como sendo:

> "os da incorporação das múltiplas práticas, identidades e normas culturais numa forma de administração que reflita e afirme as identidades e as normas de todos os cidadãos e cidadãs, articulando o direito à igualdade com o reconhecimento da diferença".

Ainda assim, o poder local (Estatal) prossegue livremente a realização das suas atribuições, através dos seus próprios órgãos locais, em busca de um maior espaço de funcionamento autónomo e de envolvimento da comunidade.

3. Perspetiva histórica da descentralização em Moçambique

Moçambique localiza-se geograficamente na costa oriental de África. Divide a sua fronteira norte com a República da Tanzânia; a noroeste com o Malawi e Zâmbia; a oeste, com o Zimbabwe; a leste é banhado pelo oceano índico e ao sudoeste com a Suazilândia e África do Sul. Entretanto, devido a sua localização e relação política na região, integra dentre várias organizações regionais, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).
A tentativa de compreender as dinâmicas sociopolíticas de Moçambique contemporâneo, remete-nos para uma avaliação das complexidades conjunturais e das ruturas e continuidades do Estado colonial e do pós-colonial (Meneses, 2009:12) - visto que é a partir dessa avaliação que se torna possível a compreensão das relações entre o "tradicional" e o "moderno", entre o "passado", o "presente" e o "futuro" no mosaico de conhecimentos do sistema de administração pública em Moçambique.
Pois, a autoridade colonial e imperial portuguesa em Moçambique baseada em relações de poder desigual assimétricas às várias fontes de poder tradicionais presentes, primou pela (re)produção de dinâmicas de expropriações e apropriações de práticas e discursos que, atualmente influenciam a administração pós-colonial.
É partindo desta tensão dicotómica entre o "tradicional" e o "moderno" que se pode entender o hibridismo político-jurídico inscrito no imaginário social e político, o qual revela o grau de interferência autoritária colonial nas culturas políticas tradicionais da época colonial (Santos e Meneses, 2006; Meneses e Santos, 2008) e mais tarde, pela influência das diferentes correntes ideológicas (socialismo e neoliberalismo) que atravessam o mosaico da atuação do Estado como formas de regulação social (Meneses, 2009:13).
Assim, o complexo encontro entre os aspetos sociais, culturais, políticos e epistemológicos dentro do sistema local de regulação social, fruto das várias práticas sociais que se entrelaçam, é embebido de distorções que tendem a relegar para a mediocridade e ao não reconhecimento daqueles discursos, práticas e conhecimentos que não se inscrevem no cânone da gramática política dominante.
Refiro-me concretamente, àquelas que não vão de encontro ao projeto político modernizador do Estado – com as consequências e conflitos daí resultantes – reproduzindo, assim, as "práticas do colonialismo" que impôs às

epistemologias locais, um "recolher obrigatório" assumindo assim a burocracia e a ciência modernas como os únicos veículos organizacionais e explicativos do mundo (Meneses, 2007)[7].

Contudo, entende-se que é nesta matriz que se inscreve o projeto de descentralização política e administrativa do Estado contemporâneo em Moçambique, como um produto da convergência de processos da democratização moderna e as dinâmicas constitutivas dos complexos sistemas jurídicos e políticos locais que se imbricam e geram novas formas de Estado plural, ou "*Estado Heterogéneo*" de Boaventura de Sousa Santos.

Entretanto, o atual processo de descentralização do poder em Moçambique debate-se com esta pluralidade de legalidades e legalismos, que subjazem à heterogeneidade do Estado moderno, e que, não raras vezes, levam a relações conflituosas e sob tensão ideológica constante, devido a algumas incompatibilidades entre as práticas dos legalismos tradicionais e o projeto "modernizador" da administração do Estado.

Nestes termos, afigura-se inútil tentar compreender os processos de descentralização democrática no contexto moçambicano sem a incorporação dos atores locais (não Estatais) que reivindicam posições e se afirmam como autoridades locais - embora algumas vezes à margem do próprio Estado (Faria e Chichava, 1999) -, levando assim à sua inscrição e reconhecimento no panorama político moçambicano.

Se, no plano global, o esgotamento do fordismo[8], o desmoronamento dos edifícios decisórios e a sobreposição das práticas de governação, levou a transformações sociais e políticas[9], em Moçambique esses fluxos de matriz global tiveram nos fatores internos os seus principais catalisadores, conferindo-lhes uma dinâmica própria e abrindo assim espaços para um novo constitucionalismo híbrido.

Portanto, falar da descentralização em Moçambique a partir de uma abordagem histórica sem analisar o papal dos atores internacionais, constitui igualmente uma visão unipolar que certamente deixará um campo de penumbra bastante acentuado. Quando me refiro a atores internacionais, neste caso, pretendo registar o papel dos "programas de ajustamento estrutural"[10] do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial.

Entretanto, se retomarmos o fio à meada (descentralização) para apurar o impacto (económico, social e político) das políticas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial aplicadas em vários países, particularmente em Moçambique - que tinham como objetivo a redução do peso da dívida externa dos países altamente endividados por causa da desestruturação económica mundial (crise do petróleo, aumento da taxa de juros e queda dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais), o que levou a busca pelos mercados financeiros mundiais para saldar o serviço da dívida (Fernandes, 2009:111-112) -, constatamos que os efeitos de tais medidas se fazem sentir até aos dias que correm.

Importa aqui salientar que as políticas de ajustamento estrutural implementadas em tais países, que até então se erguiam dos efeitos da guerra de libertação colonial e almejavam a garantia de harmonia social, enfrentaram situações de suicídio político (Thompson, 2004:188), na medida em que abdicaram do sonho de construção de uma nação autônoma, independente, soberana, e coesa onde os Estados desempenhariam um papel fundamental na organização socioeconómica e política dos seus povos.

Num contexto em que o Estado tinha a responsabilidade primária de garantir o bem estar social, em Moçambique, a magnitude da devastação social de tais políticas foi suficiente para a alienação da legitimidade do Estado às ONGs - que cumpriam a missão da disponibilização de assistência social (Brito, 2003:179).

O Programa de Reabilitação Económica (PRE) iniciado em 1987, teve como o seu principal foco, a reabilitação da economia através da alavancagem da produção interna e da restauração de um nível mínimo de consumo e de salários, bem como o resgate financeiro para fazer face ao serviço da dívida que em finais de 1984 atingira

---

7 De salientar que em Moçambique, no período pré-colonial coexistiram vários projetos de Estado. Para detalhes, ver Meneses (2007).

8 Termo criado por referência a Henry Ford em 1914 para referir o modo de racionalização da produção capitalista através de inovações técnicas e melhorias organizacionais, com o objetivo de incentivar a produção em massa e o consumo social.

9 Ver Francisco, D. (2007). "Territórios chamados desejo" da largueza dos conceitos à contenção das experiências". Coimbra: Revista Crítica de Ciências Sociais, 77, pp. 165-199.

10 Programa levado a cabo pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional destinado a concessão de empréstimos a países subdesenvolvidos.

uma cifra de 2,4 mil milhões de dólares, o equivalente a 120% do produto Interno Bruto de Moçambique (Fernandes, 2009:113).

Entretanto, estas reformas "impostas" pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, consistiram segundo Fernandes (2009), maioritariamente nos cortes da despesa pública (saúde, educação), liberalização da economia, aumento dos preços básicos, reforço da capacidade do Governo na promoção do sector privado e adoção de políticas de privatizações das empresas Estatais.

Como consequência, verificou-se uma redução de empregos no sector público e queda gradual nos níveis de utilização dos serviços públicos, com impacto significativo nos estratos sociais mais pobres. Entretanto, o leque de consequências destas políticas estendeu-se às relações das redes clientelares entre o Estado e as populações e a sua posição de maior empregador foi posta em causa pela redução dos mecanismos que o legitimam perante as populações (Thompson, 2004:190).

É neste contexto de vulnerabilidade e instabilidade que a filosofia dos programas do Banco Mundial passou a considerar os aspetos de dimensão social a partir de uma articulação entre os programas de ajustamento estrutural e os objetivos de combate à pobreza, e consequente reformulação do PRE, passando a designar-se PRES (Programa de Reabilitação Económica e Social). Nestes termos, o Banco Mundial enfatiza o seu apoio ao processo de democratização e à boa governação através de programas de descentralização vistos como a melhor solução na distribuição de recursos a nível local (Fernandes, 2009).

Tal como nos outros países da região austral de áfrica, o processo de democratização e pacificação, em curso desde os anos de 1980, inscreve-se num conjunto de reformas político-administrativas praticamente inevitáveis á luz da conjuntura política e económica internacional de que Moçambique é parte.

Assim, neste plano de reformas, assenta o acordo Geral de Paz assinado pelo Governo da Frelimo[11] e a Renamo[12] a 04 de Outubro de 1992 em Roma, que colocou fim ao longo conflito armado, e abriu espaço para o relançamento do processo de democratização do país e a implementação de políticas que culminaram com a realização das primeiras eleições gerais multipartidárias a 28 de Junho de 1994.

Em consequência desse processo, a adoção do multipartidarismo e a democracia multipartidária constituíram então as grandes inovações da reforma constitucional de 1990, a qual consagra, no seu preâmbulo, que Moçambique é um Estado de Direito Democrático alicerçado na separação e independência dos poderes e no pluralismo (CR – revista em 2004).

Contudo, como consequência do pluralismo e da democracia previstos na CR por um lado, e implementação de tais reformas por outro lado, a Assembleia da República monopartidária aprovou a "primeira" lei da descentralização – a lei 3/94, de 13 de Setembro, no âmbito do programa da reforma dos órgãos locais (PROL) em curso desde 1991 (Faria e Chichava 1999:1), que previa a divisão administrativa do país em 128 distritos municipais rurais e 23 distritos municipais urbanos, constituídos por três órgãos municipais (Presidente, Assembleia e Conselho Municipal), incluindo as autoridades tradicionais no processo de consulta e tomadas de decisões locais particularmente em questões relacionadas com o uso da terra (Fernandes, 2009:116).

Trata-se de um percurso histórico importante na (re)ligação do Estado às comunidades locais, a qual se tornou mais efetiva com a realização das primeiras eleições autárquicas em 30 de Junho de 1998. Como anteriormente referido, a descentralização do poder e a democracia local em Moçambique surgem a partir dum contexto integrado na chamada onda da "democratização da África".

Sendo um processo novo, estranho e antagónico às aspirações do então regime político implantado sob a égide da "tradição centralista", na qual o poder central detém o controle sobre todo o sistema político administrativo das diferentes escalas nacionais e centraliza a planificação da economia, o Estado moçambicano optou por

---

11 Frente de Libertação de Moçambique, fundado em 1962 em Tanzania por Eduardo Mondlane. Este movimento/partido político uniu vários movimentos de cariz nacionalista e liderou a luta de libertação de Moçambique, contra o colonialismo Português. Com a proclamação da Independência Nacional a 25 de Junho de 1975 encabeçou a liderança do governo de transição e dos governos seguintes.

12 Resistência Nacional de Moçambique, movimento armado fundado em finais da década de 1970 por André Machangaissa que se opôs aos ideais da Frelimo acabando por desencadear uma guerra civil de 16 anos.

abrir-se para a descentralização de "caráter gradual" do poder central aos níveis mais baixos (mantendo o controlo a nível central). Por conseguinte, vislumbra-se aqui uma oportunidade de entrada de novos atores (democraticamente eleitos e não-democraticamente eleitos) num cenário político bastante heterogéneo.
É na procura de uma lógica da autonomia da democracia local que as tensões deste processo dinâmico e multidimensional se estruturam, e dão corpo a novas referências do Poder Local, elemento mais tarde incorporado na lei 3/94, a partir da alteração dos artigos 188 a 196 da Constituição da República de 1990 e substituída pela lei 2/97, de 18 de Fevereiro, como resposta aos resultados eleitorais do partido da oposição (Renamo), potencialmente ameaçadores para a hegemonia política local da Frelimo.
Desta feita, a administração pública moçambicana estrutura-se pelo princípio da descentralização e desconcentração para incorporar a atuação de vários poderes que subsistem no panorama político do país. O que, consequentemente, promove a modernização e a eficácia dos serviços públicos, sem prejuízo da unidade dos poderes de decisão do governo, plasmado no art. 8 da CR, que prevê o Estado moçambicano como sendo um "Estado unitário" (CR 1990:7). Mesmo sendo unitário, porém, respeita os princípios da subsidiariedade e da autonomia local (descentralização administrativa territorial), e promove a aproximação dos serviços aos cidadãos (descentralização administrativa funcional) através dos "Órgãos Locais do Estado".

4. Democracia Local e prestação de contas

Começo esta seção a partir de uma preocupação de Robert A. Dahl, no seu livro *On Democracy*. O autor questiona a democracia a partir da seguinte indagação: Precisamos realmente de um guia? Porque devemos eleger a democracia em detrimento das democracias como o modelo ideal de gestão dos Estados?
E como a democracia pressupõe uma partilha de autoridade e incorpora um conjunto considerável de conceitos como a paz, a justiça, os direitos humanos, e o desenvolvimento, a descentralização de poderes pode ser vista como uma via para o fortalecimento destes conceitos e consequentemente da democracia. É nesta linha que procuro extrapolar o âmbito da questão de Dahl e ir mais longe ao procurar entender o porquê de considerar a descentralização democrática como um método mais eficaz de gerir um Estado.
A descentralização democrática pressupõe não somente a deslocação parcial, temporária ou definitiva da autoridade do centro do poder para os níveis mais baixos, como também prevê a prestação de serviços descentralizados e consequentemente a prestação de contas (accountability política e de gestão). Entendo que seja esta a razão pela qual Moçambique elegeu a descentralização administrativa como um dos princípios fundamentais da administração estatal, prevista no capitulo IV "Órgãos Locais do Estado" da CR, 2004.
Para os objetivos deste trabalho, torna-se necessário uma análise dos mecanismos de participação popular, a partir de uma perspetiva de "baixo para cima", isto é, da localidade ao distrito -, por serem estes, os que concentram a maior parte da população moçambicana. A meu ver, é importante perceber as articulações entre os vários poderes que coexistem nestes espaços, e como estes se relacionam com as comunidades locais no processo de gestão pública.
Como se pode notar, direciono as perguntas para o ramal da descentralização, para incorporar a participação popular neste processo de gestão pública e completar a dose da proposta deste trabalho. Pois, só assim, julgo ser possível falar-se de uma democracia de alta intensidade (Santos, 2010) baseada numa prestação vertical de contas. Logo, saem à superfície, dentre várias, as seguintes preocupações: será possível uma democracia local sem descentralização? E como articular com os vários mecanismos locais de participação e prestação de contas dos governos.

5. O papel da prestação de contas na democracia

A ideia da cultura democrática requer a criação de espaços para o diálogo permanente e construtivo entre os poderes instituídos e a comunidade. Esse diálogo far-se-á através dos mecanismos de participação e de prestação de contas.

A prestação de contas tem tido um protagonismo crescente nas discussões em torno da condição democrática das sociedades atuais pela tendência verificada de um enfraquecimento deste tipo de processos.
Entretanto, o conceito de prestação de contas traduz no fundo os canais disponíveis ou possíveis para o diálogo. Logo, torna-se assim, numa ferramenta útil para a compreensão dos processos de regulação social que desafiam ou reforçam o *status quo*. Ademais, constitui um mecanismo essencial de reforço de regras e normas que permite o controlo e a regularidade e, em última análise, sustenta a vida social organizada (Tetlock, 1985 *apud* Carvalho, 2008) que pode, num sistema complexo, constituir o elo de ligação entre os decisores e os sistemas sociais mais baixos (Carvalho, 2008).
A prestação de contas pode ser definida, genericamente, como a obrigatoriedade ou condição de prestar contas (explicações ou justificações) a outro (ou outros) pelo desvio entre o acontecimento pelo qual é responsável e as expectativas ou normas relevantes e, eventualmente, sofrer as consequências por esse desvio (Cummings & Anton, 1990).
De acordo com Bovens (2006), existem múltiplos mecanismos de prestação de contas no contexto político. Por exemplo, no contexto Português: a prestação social de contas a grupos de interesses, *opinion makers* e *media*, e a prestação diagonal de contas a empresas financiadoras, clientelas e mercados podem entrar em conflito com a prestação política de contas ao cidadão e a sociedade civil (Carvalho, 2008). No meu entender, esta situação de conflitualidade entre mecanismos de prestação de contas ocorre também em Moçambique.
Por outro lado, acresce que no contexto africano no período pós-colonial, a ascensão de governos de tradição nacionalista, restringindo os movimentos ou ideologias rivais e das oposições partidárias e concentrando recursos e poder político num número reduzido de indivíduos constitui, a meu ver, uma ameaça que ainda hoje prevalece ao processo dialógico entre os governos locais e as comunidades e, por conseguinte, à construção democrática.
No caso de Moçambique, Faehndrich entende que a representatividade dentro dos Conselhos Locais (CLs) é filtrada pela ligação que se têm com o partido no poder, assim, a qualidade da participação democrática popular torna-se insignificante ou até mesmo inexistente, dado que a seleção acaba por constituir um "prémio" pela lealdade enquanto membro do partido-Estado (Faehndrich, 2012).

6. Os níveis locais de desconcentração do Estado

Localidade

Segundo o atual quadro administrativo legal em Moçambique, entende-se por localidade, "a unidade territorial base da organização da administração local do Estado na qual se estabelecem os primeiros contatos dos Órgãos Locais do Estado com as comunidades locais e as respetivas autoridades" (Lei dos órgãos locais do Estado)[13].
Entretanto, as atuais localidades, maioritariamente criadas nos anos de 1974, período de transição para a independência, no qual se estabelece constitucionalmente a independência e a unidade administrativa de Moçambique, organizada em províncias, distritos e localidades (CR, 1975; Decreto-lei n° 6/75, de 18 de Janeiro), constituíram o ponto de encontro e controle social através das *células* do Partido-Estado (Frelimo), os chamados: *grupos dinamizadores das localidades* (Chichava, 1999).
Sendo assim, as localidades constituídas nos anos de 1979 e 1980, para além da carga constitutiva legal, acabam por se assumir como sendo frutos das células do Partido Frelimo para manter a hegemonia partidária na escala local.
Pois, atendendo que mais da metade da população Moçambicana vive em zonas rurais e constitui uma fração significativa para a sobrevivência e manutenção do poder burocrático. Logo, a colaboração dos chefes das localidades para a (re)aproximação do partido-Estado tornam-se inevitáveis, tendo em vista a manutenção e fidelização do eleitorado.

13 As localidades incorporam as povoações, aldeias e outros aglomerados populacionais localizados no respetivo território (regulamento dos Órgãos locais do Estado).

Assim, os chefes das localidades, como entidades que representam a autoridade central da administração do Estado dentro da respetiva localidade, promovem em nome do Estado, e de acordo com o plano económico e Social do governo, ações de desenvolvimento económico, social e cultural da localidade, através da mobilização, organização e participação da comunidade local na procura de soluções para as questões locais (n° 1 e 2, art.50 da Lei 8/2003, de 19 de Maio).
Sendo assim, como parte deste processo de democratização e consolidação da participação das comunidades e identificação de problemas locais (DM n°67/2009, de 17 de Abril), o Estado institui dentro das localidades, os conselhos consultivos das localidades para, em representação das comunidades, garantirem a ligação entre estas e os órgãos locais do Estado. Assim, é neste órgão de consulta da administração local onde o Estado busca soluções para as questões locais, mediante o envolvimento das respetivas comunidades.
Entretanto, na sua composição e atuação no seio das comunidades, o Conselho Consultivo da Localidade tem sido tema de vários debates e críticas na medida em que na prática inclui maioritariamente os membros dos grupos dinamizadores (antigas células do partido Frelimo) e o chefe da localidade.
No entanto, entenda-se que por si só esta prática não constitui problemática, mas sim, a partir do momento em que reduz toda a comunidade a ideologia de um só partido, elimina as disputas partidárias e periga o desenvolvimento da democracia local.
O Conselho Consultivo da Localidade é constituído por membros da sociedade civil, eleitos ao nível dos povoados[14] como uma mera formalidade de legitimação, que na prática acaba por ser uma replica das "assembleias da localidade" (órgão criado no período socialista, com o intuito de disseminar as diretivas do governo central para as comunidades locais).
Entretanto, o conselho consultivo da localidade é basicamente constituído pelos líderes das comunidades e os membros das organizações do partido Frelimo (Gonçalves, 2005) o que o torna assim, um campo de convergência dos representantes da comunidade e do partido-Estado. No entanto, no âmbito de participação no processo de resolução de problemas locais, os conselhos consultivos reúnem-se em *Assembleia da Localidade.*

Posto Administrativo

Desde o primeiro projeto de construção do Estado pós-colonial, o posto administrativo sempre representou a unidade territorial imediatamente inferior ao distrito. O posto administrativo constitui o veículo de transporte de orientações do distrito para as localidades tendo em vista a garantia da aproximação efetiva dos serviços da administração do Estado para as populações e assegurar maior participação destes na realização dos interesses locais.
Para tal, o território do posto administrativo corresponde ao total da área ocupada pelas respetivas localidades que se encontram no seu ordenamento, podendo em certos caso abranger das áreas das autarquias locais compreendidas no respetivo território. O que acaba por conflituar com outros poderes locais - neste caso com o poder autárquico.
Neste caso, o posto administrativo representado pelo *chefe do posto*, que normalmente é auxiliado por 2 ou 3 funcionários públicos que asseguram a ligação entre as autoridades administrativas do Estado e as comunidades locais através da organização e implementação de orientações do governo distrital.
Deste modo, o posto administrativo leva o Estado à comunidade e garante o fornecimento de serviços públicos. Contrariamente ao que acontece com o chefe da localidade, o chefe do posto administrativo por não ser eleito pela comunidade local (mas nomeado pelo ministro da Administração Estatal) pode não granjear muita simpatia no seio das comunidades locais, salvo quando recorre a alianças com os chefes tradicionais.
As localidades bem como os postos administrativos organizam normalmente, reuniões com as populações para auscultação sobre o funcionamento da administração pública local e para canalizar informações provenientes do governo distrital. Esses encontros que podem igual serem orientados para duas perspetivas, sendo uma das

14 Constitui a mais pequena das sub-unidades sócio-politicas e territoriais em Moçambique. Esta, não é formalmente parte da divisão administrativa do estado.

sessões do governo distrital e a outra, paras as várias sessões alargadas aos outros atores locais (para discutir os planos de desenvolvimento do distrito).
Assim, ao nível do posto administrativo, a participação das comunidades tende a não ser efetiva. O Conselho Consultivo do Posto Administrativo embora com o papel claramente definido, ainda assim, envolve atores de níveis da localidade e do povoado, para dentre vários assuntos, discutirem o saneamento dos projetos a serem financiados pelo Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD). Este é composto por um número mínimo de vinte membros e um máximo de quarenta (Guião dos Conselhos Locais) na tentativa de representar o maior número possível de interesses do posto administrativo. Mas, na prática, parece-me orientado ao projeto de reforço institucional do que propriamente a um espaço de consulta e participação.
Nestes termos, o processo de participação e prestação de contas do posto administrativo se dilui nas Sessões do Governo Distrital, Orçamento Participativos (em alguns municípios) e da Presidência Aberta e Inclusiva. Prova disso, é a Lei dos Órgãos Locais do Estado que concebe (na alínea f, art. 47 da lei 8/2003, de 19 de Maio) de forma pouco clara o processo de prestação de contas, por exemplo, a quem este órgão presta contas e em que termos. O que por um lado, abre espaços para a discricionariedade na prestação de contas, potenciando assim a perceção de falta de transparência na gestão pública.

Distrito

Na divisão administrativa de Moçambique, o Estado concebe o país em 11 províncias e 128 distritos, que neste caso, são as unidades territoriais imediatamente inferiores a província. Integra no seu espaço territorial, os povoados, localidades e postos administrativos.
O distrito como unidade sociopolítica congrega o administrador distrital (representante da autoridade central do Estado no respetivo território) e o governo distrital (que se subdivide em serviços e representa os ministérios). Isto é, a administração distrital replica ao nível do distrito o mapa funcional do governo provincial do qual se subordinam (Faria e Chichava, 1999). Entretanto, no âmbito da desconcentração e descentralização, o distrito é definido como o centro de planificação inclusiva através da promoção da participação das comunidades e das autoridades comunitárias no desenvolvimento socioeconómico e cultural do respetivo território.
Com papeis bastante claros, e orientados para o desenvolvimento local, compete a esta unidade territorial realizar o programa do Governo, o Plano Económico e Social e o Orçamento do Estado através do acompanhamento, verificação e decisões sobre aspetos de decisões do governo.
À semelhança do que acontece nos postos administrativos em relação à participação e prestação de contas, a Lei dos Órgãos Locais do Estado é pouco clara na prestação vertical de contas, incidindo mais na prestação horizontal de contas. Apesar de em alguns casos esta ser feita por via de outros mecanismos, como o observatório de desenvolvimento, "algumas" visitas do administrador distrital aos postos administrativos e localidades, consultas comunitárias, sessões extraordinárias do governo distrital alargadas aos lideres comunitários, sessões do conselho consultivo do distrito.
No contexto da descentralização em curso em Moçambique, são estabelecidos os conselhos consultivos locais, neste caso, o distrital que é composto por um número mínimo de trinta membros e um máximo de cinquenta. Nesses conselhos normalmente discutem-se assuntos ligados à aprovação de projetos para financiamentos pelo Fundo de Desenvolvimento Distrital, como ocorre nos níveis hierárquicos mais baixos.
Sendo assim, os Conselhos Consultivos Locais, desempenham a função de arbitragem no processo de atribuição de financiamentos aos projetos das comunidades locais, e por outro lado, servem de elo de ligação entre o Estado central, partido Frelimo e a população local, numa lógica de manutenção do eleitorado através de estratégias de fidelização.

7. A tentativa de descentralização do Estado Moçambicano

A descentralização constitui um dos princípios-chave da organização da administração pública em Moçambique. Neste âmbito o Estado implanta as autarquias locais ou poder local à luz do n°1 do art.135 da Constituição da República, para responder aos interesses das respetivas populações.

Nestes termos, concebe um pacote legislativo que regula a implantação e funcionamento dos tais poderes. Assim, a Constituição da República de Moçambique consagra no Título XIV o Poder Local o qual compreende as Autarquias locais.
As autarquias são, segundo o n° 2 do art. 272 da Constituição da República, "pessoas coletivas públicas dotadas de órgãos representativos próprios que visam a prossecução dos interesses das populações das respetivas zonas de jurisdição". Como se pode constatar, está aqui patente por um lado a figura de uma entidade munida de poderes e legitimidade para atuar em 'defesa' das comunidades locais e por outro lado as comunidades que devem interagir no processo de gestão dos interesses comuns[15].
E para tal, as autarquias compreendem um órgão deliberativo (Assembleia Municipal) e outro executivo (Conselho Municipal) dirigido por um presidente (Presidente do Conselho Municipal). Neste âmbito, a assembleia municipal e o presidente do conselho municipal são eleitos por sufrágio universal, secreto e direto dos cidadãos eleitores residentes na circunscrição municipal.
Conselho Municipal, constitui o órgão executivo colegial do município responsável pela operacionalização do plano económico e social através da interação com os cidadãos. No âmbito da descentralização, compete ao Conselho Municipal garantir o fornecimento dos serviços públicos à população respetiva.
Nestes termos, a participação das comunidades nesse processo é condicionada à representação destas por via da Assembleia Municipal, e outros mecanismos de participação tais como o orçamento participativo, a presidência aberta, e algumas visitas extraordinárias dos membros do Conselho Municipal às comunidades locais.

8. Mecanismos locais de participação e de prestação vertical de contas

Na presente seção, talvez a parte mais importante deste texto sem descredibilizar as outras, dedicar-me-ei a uma análise qualitativa dos mecanismos de prestação vertical de contas dos governos locais em Moçambique assumidos como medidas de reforço da participação e consolidação da democracia local, num contexto de tensões entre os diferentes poderes locais que coexistem no mesmo espaço-tempo.
Tomando como ponto de partida de que a prestação de contas (das autarquias e dos órgãos locais do Estado) é uma característica central da democracia, prevista nas leis: 11/97, de 31 de Maio, e 8/2003, de 19 de Maio[16] e evidenciada no relatório do CIP, sobre a transparência, áreas de risco e oportunidades de corrupção em seis autarquias Moçambicanas. Julgo importante analisar profundamente os mecanismos concebidos pelo Estado e vistos como sendo eficazes, transparentes e promotores de um desenvolvimento local participativo das comunidades principalmente no contexto rural (Fernandes, 2009:137).
No entanto, é sobre tais mecanismos de prestação de contas que me vou centrar a seguir: designadamente vertical e horizontal, nos quais - a prestação vertical de contas é feita para os munícipes, e a horizontal é principalmente para a Assembleia Municipal, aos órgãos de tutela e para a terceira seção do Tribunal Administrativo (CIP, 2007:11-14).
Assim, entre várias razões que podem conduzir à escolha de certos enfoques, opto por abordar com mais profundidade os mecanismos de prestação vertical de contas, particularmente os Conselhos Consultivos Locais e o Orçamento Participativo, por se tratar de espaços aparentemente "descontaminados" de influências partidárias onde a ideia de uma democracia de alta intensidade (Santos, 2008), de consenso e participação tem sido defendida a vários níveis como a única que torno o distrito, uma verdadeira unidade de planificação.

Orçamento Participativo (OP)

O Orçamento Participativo é um processo social e político muito dinâmico, sendo, por isso, difícil extrair a partir dele muitas projeções (Santos, 2002:111). É a partir desta constatação de Boaventura de Sousa Santos que abordarei algumas questões sobre o OP em Moçambique.

---

15 Mais detalhes ver n° 2 do art.1 da lei 2/97, de 18 de Fevereiro.

16 Ver também Decreto 11/2005, de 10 de Junho.

No entanto, devida à ausência em Moçambique de uma política e estratégia nacional de implementação do orçamento participativo, a análise deste será em certo modo especulativa e deixará algumas lacunas, visto que a sua harmonização varia de município para município. Sendo assim, torna-se necessário a criação de uma estratégia global que harmonize as ações de participação e contribua para a melhoria da governação local.
Apesar da inexistência de uma política integrada e estratégia nacional, Moçambique adota o OP como um mecanismo de participação das comunidades para a definição de ações prioritárias dentro da circunscrição territorial a que pertencem, como por exemplo: recolha de lixo, reabilitação de estradas e gestão do meio ambiente.
O orçamento participativo, como um meio de promoção da participação dos cidadãos em decisões que dizem respeito à justiça (re)distributiva, à eficácia decisória e à responsabilidade do governo local (Santos, 2002), logo, o envolvimento ativo dos cidadãos contribui para o fortalecimento da democracia local.
O orçamento participativo (descentralização) e a planificação participativa[17] (desconcentração) deveriam a meu ver, constituir o centro dos vários mecanismos locais de participação da comunidade na governação porque, não somente contribui para a justiça (re)distributiva, melhor prestação de serviços públicos, como também resulta numa maior prestação vertical de contas e por conseguinte, maior probabilidade de transparência na governação local.
Em Moçambique, a participação da comunidade no processo de planificação local é assegurada pelos Conselhos Consultivos Locais onde, juntamente com o Estado, se discutem questões prioritárias locais. Entre as quais o orçamento do Estado para fazer face aos planos, económico e social e estratégico do respetivo distrito.
O que em certa medida atribui "algum grau" de legitimidade aos Conselhos Consultivos Locais, de solicitarem explicações ao Estado sobre a execução do plano e do respetivo orçamento. Como se pode constatar, o conselho consultivo como um simples fórum de consulta não possui nenhum poder sancionatório e nem forca legal sobre o Estado, para fazer cumprir o plano. Nestes termos, nota-se que está em causa o cumprimento de uma mera formalidade.

Conselhos Consultivos Locais (CCLs)

Segundo o artigo 2 do Guião dos Conselhos Locais, o "Conselho Local é um órgão de consulta das autoridades da administração local, na busca de soluções para questões fundamentais que afetam a vida das populações, o seu bem-estar e desenvolvimento sustentável, integrado e harmonioso" (DM n˚67/2009, de 17 de abril).
Partindo da hipótese de que a participação dos cidadãos, comunidades locais, associações e organizações da sociedade civil no processo de gestão local pode melhorar a procura de soluções para problemas locais, e pode igualmente incrementar o grau de responsabilização do poder burocrático no cumprimento da sua missão e consequentemente a prestação de contas.
O Estado moçambicano aprovou através da Resolução 40/2012, de 20 de Dezembro, a política nacional de descentralização e a respetiva estratégia de implementação designada "Política e Estratégia de Descentralização" (PED) que se funde na tradição e nas práticas democráticas em curso no país, a partir dos exemplos e subsídios das práticas participativas nas zonas libertadas (período da luta de libertação nacional), práticas que se estenderam por todo o país através dos grupos dinamizadores[18].
Assim, a criação das assembleias do povo em 1977 e a escolha dos seus respetivos conselhos executivos ao nível dos distritos e localidades, a estruturação das cidades e bairros comunais, em princípio terá inspirado a ideia da conceção de uma estratégia de participação nacional mais próxima das tradições político-históricas dos moçambicanos.

---

17 Ver adiante na seção dos Conselhos Consultivos Locais.

18 Organizações de base em moçambique no período pós-independência que mais tarde, por volta de 1978 transformaram-se em células do partido Frelimo (movimento de guerrilha que liderou a guerra colonial e assumiu posteriormente o poder político com da declaração da independência a 25 de junho de 1975).

Nestes termos, os Conselhos Consultivos Locais, como iniciativa do governo central (top-down) para as comunidades, são estabelecidos na perspetiva de que sejam catalisadores do bem estar das comunidades locais, através da participação popular nos processos de discussão, elaboração e implementação dos planos de desenvolvimento distrital (AfriMAP, 2009:145).

No entanto, apesar de ser uma iniciativa do governo central para responder aos interesses locais do Estado e da Comunidade não constitui membro do aparelho do Estado. Mas sim, um fórum de caráter consultivo e informativo sem poder legislativo e nem coercivo no seio da respetiva comunidade.

Dentre as várias características do modelo democrático liberal, o respeito pelos direitos e interesses legítimos dos "administrados" e a garantia destes através da representação, constituem o centro da ideologia política que Moçambique se propõe a levar avante, na medida em que no âmbito do funcionamento dos órgãos locais do Estado observam os tais princípios (n.˚ 3 do art.3 da lei 8/2003, de 19 de Maio). Sendo assim, afigura-se importante o envolvimento e participação da comunidade no processo de desenvolvimento local (n.˚1 do art.100 do decreto 11/2005, de 10 de junho).

O Conselho Consultivo Local apesar de concebido como um fórum de produção de opiniões para a política da governação e, por conseguinte, envolvimento e participação popular nos assuntos de interesses locais, *de facto* cabe a este, a missão de aprovar os projetos passíveis de financiamento pelo Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD) e a monitoria dos planos de desenvolvimento local[19].

Como se pode constatar que, na procura de harmonia social e soluções de problemas locais o Estado representado ao nível local pelos seus órgãos (OLE), possui a responsabilidade a dois eixos: (i) promover e respeitar os direitos e liberdades individuais e coletivas e; (ii) criar condições necessárias para a participação dos cidadãos na governação (DM 67/2009, de 17 de abril).

Assim, a missão do Estado deve necessariamente passar pela procura de formas e estratégias mais inclusivas de participação do maior número possível de cidadãos de modo a tornar mais transparente o processo de governação. No entanto, deve igualmente garantir a prestação de contas não só aos órgãos de escalões superiores ou partidos políticos nos quais representam. Mas, sobretudo, à população.

Formas de participação - neste aspeto, o Estado presta contas à comunidade através das sessões dos Conselhos Consultivos Locais, (2 sessões ordinárias ao longo do ano e algumas extraordinárias) nas quais são apresentadas matérias ligadas ao processo de governação que não envolvem a gestão financeira (por, o Estado entender tratar-se de uma componente técnica do processo). Assim, a participação e consulta das comunidades no processo de gestão pública a nível local é garantida via interação com os conselhos consultivos locais em quatro níveis: povoação, localidade, posto administrativo e distrito (Decreto 11/2005, de 10 de Junho e DM 67/2009, de 17 de abril).

Por essa via, as comunidades participam na governação local através dos Conselhos Consultivos Locais, isto é, são representadas por organizações, comités, fóruns locais ou comissões de trabalho. Reduzindo assim, a possibilidade de existência de uma democracia direta e intensiva.

Em meu ver, o grande dilema deste processo de governação reside na dicotomia "governante" e "governado", dado que, avistam-se aqui questões que se negam a calar, na medida em que se procura entender até que ponto o poder está nas mãos do povo. Ou por outras, poderá esse povo, por exemplo em Moçambique, ter o poder de decisão sobre os processos de gestão pública? Ou permanecerá um órgão de consulta do Estado? De quem depende a decisão final?

Como se pode constatar, o modelo decisório da partilha da autoridade entre os órgãos locais do Estado e o Poder Local é mínimo, apesar de ser garantida a tomada de decisão somente com a consulta e o aval das comunidades, através de encontros dos comités comunitários, a decisão final dependerá do Estado.

O que não deixa de ser problemático e complexo, dado que transparece aqui o cumprimento de uma mera formalidade na medida em que a comunidade local não possui perante ao Estado, nenhum poder sancionatório, cabendo somente a aceitação e vinculação ao programa proposto. O que em última medida, pode condicionar o processo de prestação de contas do Estado à comunidade.

---

19 Anteriormente designado Orçamento de Investimento para as Iniciativas Locais – OIIL, criado no âmbito da iniciativa do atual Presidente da República, Armando Emílio Guebuza que aloca recursos financeiros para implementação de ações de combate à pobreza a partir da criação de emprego e do aumento da produção e produtividade (Pereira, 2012).

Como disse antes, a outra forma de participação da comunidade no processo de gestão pública está ligada à elaboração e monitoria dos planos de desenvolvimento do distrito (Plano Económico e Social e o Orçamento Distrital – Pesod e; Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital – Pedd).
Segundo o guião dos conselhos consultivos locais, para a elaboração dos tais planos[20] é inevitável a conjugação com os restantes mecanismos de planificação nacional, nomeadamente: Agenda 2025; Programa Quinquenal do Governo (PQG); Cenário Fiscal de Médio Prazo; e o Plano de Ação para a Redução da Pobreza (DM 67/2009, de 17 de abril).
Sendo assim, a monitorização dos planos de desenvolvimento distritais na qual a comunidade procura avaliar o grau de cumprimento das prioridades definidas no momento da elaboração, vem a lume, uma série de constrangimentos, uma vez que a implementação de tais planos depende maioritariamente de recursos financeiros, que nem sempre são disponíveis em quantidades suficientes para a concretização do plano. O que em certa medida dificulta a responsabilização sobre o incumprimento.

9. Conclusão

A participação da comunidade no processo de gestão pública, representada pelos Conselhos Consultivos Locais, apesar de espelhar um certo envolvimento da população, julgo que ainda está longe de ser um momento de participação efetiva dos cidadãos, na medida em que geram-se internamente, dinâmicas e grupos de interesses às vezes antagônicos que em certa medida põe em causa a transparência destes processos.
E como o processo de prestação de contas e de fornecimento de informações surge como uma ferramenta fundamental para a inteligibilidade e a transparência de todo o processo, logo, a participação e prestação de tais contas acaba por ser condicionado aos interesses internos, que a informação é orientada de forma cautelosa, selecionada para servir interesses específicos que não comprometem a manutenção do *status quo* dos atores políticos.
Para ser mais específico, dado que a responsabilização e prestação de contas pressupõe obtenção de informação relevante, e tal, constitui elemento de vantagem entre determinados grupos, torna-se comum a desinformação, ou até mesmo informações contraditórias no seio dos Conselhos Consultivos Locais, levando assim a um clima de ausência de responsabilidade, impunidade e suspeita de corrupção.
Em suma, podemos constatar que os órgãos locais do Estado prestam "contas" à comunidade através dos Conselhos Consultivos Locais (sem poder sancionatório). No entanto, o mesmo não sucede quando se trata do Poder Local, que este último normalmente presta contas "somente" a Assembleia Municipal (órgão legislativo de âmbito municipal dotado de poder sancionatório). O que não deixa de ser um paradoxo, dado que como poder eleito pela comunidade, mais do que outro qualquer, tem a responsabilidade da gestão pública municipal e consequentemente a prestação de contas mais abrangente e efetiva.
Por fim, se fizermos uma leitura atenta sobre esses processos, facilmente concluímos que a legislação moçambicana não prevê a prestação de contas do governo distrital à sociedade civil - constatação igualmente apurada no Guião de Consulta para a Participação Comunitária e da Sociedade Civil na Promoção da Boa Governação – âmbito distrital, o que propicia várias interpretações às vezes divergentes sobre o conteúdo passível de prestação de contas dos governos locais.

20 Em relação aos ciclos de planificação, ver DM 67/2009, de 17 de abril.

Bibliografia

AFRIMAP. (2009), "Moçambique - Democracia e Participação Política." Londres –Joanesburgo: Relatório publicado pelo AfriMAP e pela Open Society Initiative for Southern Africa.

BOVENS, M. (2006), "Analysing and Assessing Public Accountability: A conceptual framework". *European Governance Papers,* (EUROGOV) nº C-06-1.

BRITO, L. (2003), "Os Moçambicanos, a política e a democracia", in Santos, Boaventura de Sousa & Trindade, João C. (orgs.), *Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique.* 1 Volume, Porto: Afrontamento, 179-194.

CARVALHO, S. S. (2008), "Um olhar sobre os mecanismos de prestação de contas nos processos de democratização dos países africanos", trabalho apresentado no âmbito do seminário democracia no sul do doutoramento interdisciplinar democracia no século XXI. Coimbra: CES (não publicado).

CIP. (2007), *Relatório do estudo sobre a transparência, área de riscos e oportunidades de corrupção em seis autarquias Moçambicanas*. Maputo: CIP.

CHICHAVA, J. C. (1999), *Participação comunitária e desenvolvimento. O caso dos grupos dinamizadores em Moçambique*. Maputo: INLD.

CUMMINGS, L. & ANTON, R. (1990), "The logical and appreciative dimensions of accountability". In Srivastva, S. & Cooperrider, D. (eds.), *Appreciative management and leadership: The power of positive though and action in organizations*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers.

DAHL, R. A. (1999). *On Democracy*, Yale University Press.

FAEHNDRICH, M. (2012), "Decentralization and Local Councils in Mozambique: Overcoming the Institutional Constraints on Democratic Local Governance". Essay on Development Policy. NADEL MAS 2010-2012.

FARIA, F. & CHICHAVA, A. (1999), "Descentralização e Cooperação descentralizada em Moçambique". *Documento de reflexão*, Disponível em *http://adelsofala.org.mz/pdfs/descentraliza%E7%E3o_e_coopera%E7%E3o_descentralizada_em%20_mo%E7ambique.pdf*, [consultado em 2-4-2014].

FERNANDES, T. M. (2009), *O Poder Local em Moçambique: Descentralização, pluralismo jurídico e legitimação*, Porto: Afrontamento.

FRANCISCO, D. (2007). "Territórios chamados desejo" da largueza dos conceitos à contenção das experiências". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 77, pp. 165-199.

GONÇALVES, E. (2005), "Finding the Chief: Political decentralization and traditional authority in Mocumbi, southern Mozambique". *Africa Insight*, 35 (3), pp. 64-70.

JAMAL, S. (2014), "Poderá o Tribunal Africano de Direitos Humanos e dos Povos ser emancipatório?" trabalho apresentado no âmbito do seminário de Escalas e Mobilização dos Direitos Humanos do doutoramento em Human Rights in Contemporary Societies. Coimbra: CES (não publicado).

MAZULA, A. (1998), "Quadro institucional dos distritos municipais" – apresentação in Mazula, A. et al. *Autarquias Locais em Moçambique. Antecedentes e Regime Jurídico*. Lisboa - Maputo.

MENESES, M. P. (2009), "Poderes, direitos e cidadania: O 'retorno' das autoridades tradicionais em Moçambique". *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 87, pp. 9-42, Disponível em http://rccs.revues.org/1428, [consultado em 17-3-2014].

MENESES, M. P. (2007), "Pluralism, Law and Citizenship in Mozambique", Coimbra: *oficina do CES*, nº 291.

MENESES, M. P. & SANTOS, B. S. (2008), "The Rise of a Micro Dual State: The case of Angoche (Mozambique)". Yaounde: *Trabalho apresentado a Conferência do CODESRIA.*

NABAIS, J. C. (2007). *A autonomia financeira das autarquias locais.* Coimbra: Almedina.

PEREIRA, J. (2012), "A descentralização ajuda a reduzir a pobreza política em Moçambique?", in Brito, Luis et al (2012), *Desafios para Moçambique.* Maputo: IESE. SANTOS, B. S. (2010), *A gramática do tempo. Para uma nova cultura política - Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática,* Vol. IV. Porto: Afrontamento.

SANTOS, B. S. (2002), *Democracia e Participação: o caso do orçamento participativo de Porto Alegre.* Porto: Afrontamento.

SANTOS, B. S. & MENESES, M. P. (2006), *Identidades, colonizadores e colonizados: Portugal e Moçambique*. Coimbra: Relatório final do Projeto, POCTI/41280/ SOC/2001.

THOMPSON, A. (2004), *An Introduction to African Politics.* Londres: Routledge.

WEIMER, B. (ed.) (2012), *Moçambique: descentralizar o centralismo: economia política, recursos e resultados.* Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

WILLIAMS, G. (2003), "Democracy as idea and democracy as process in Africa". *The Journal of African American History,* 88 (4), pp. 339-360.

Legislação usada

Constituição da Republica de Moçambique. 2004; 1990; & 1975.

Lei n.º 8/2003, Boletim da República, I Série n.º 3 de 19 de Maio, (estabelece princípios e normas de organização, competências e de funcionamento dos órgãos locais do Estado nos escalões de Província, Distrito, Posto Administrativo e de Localidades).

Lei 11/97, Boletim da República. I Série, n.º 22, de 31 de Maio, (estabelece o Regime Jurídico-Legal das Finanças e do Patrimônio das Autarquias).

Lei 2/97 de 18 de Fevereiro, (cria o quadro jurídico para a implementação das Autarquias locais).

Lei n.º 3/94, Boletim da República, I Série n.º 3 de 13 de Setembro, (Lei dos Distritos Municipais).

Decreto-lei n˚ 6/75, de 18 de Janeiro (estabelece a nova divisão administrativa de Moçambique).

Decreto n.º 11/2005, Boletim da República, I Série n.º 23 de 10 de Junho (aprova o Regulamento da Lei dos Órgãos Locais do Estado).

Diploma Ministerial n.º 67/2009, de 17 de abril (aprova o guião sobre a organização e funcionamento dos órgãos locais) entre o MAE e MPD.

Resolução n˚ 40/2012, de 20 de Dezembro, (Política nacional de descentralização e a respetiva estratégia de implementação denominada - Política e Estratégia de Descentralização).

Participação, democratização e institucionalização: em que níveis?

Participação, democratização e institucionalização: em que níveis?

Ana Maria Rodrigues de Oliveira[1]
ana.maria@uol.com.br

Resumo: A experiência em algumas instâncias de participação e decisão dos cidadãos em nível local, como o Orçamento Participativo (OP), tem demonstrado que a efetivação do processo democrático depende não somente do seu nível de institucionalização, mas também de fatores de relevância como a disposição política do governo. Essa "vontade" tem que ser traduzida em meios concretos de prestação de contas, investimentos em mais recursos, pessoal técnico, mobilização dos moradores, sem os quais a democratização pode ficar comprometida e a participação direta não se constituir em alternativa para o envolvimento dos cidadãos na vida pública, em face dos problemas da crise da representação política. Alguns governantes e secretários municipais fazem questionamentos à institucionalização demasiada do mecanismo, que poderia dificultar o aperfeiçoamento da própria instância, ao passo que lideranças acreditam que ela viria garantir a continuidade do OP. Essa tensão deve ser examinada à luz de algumas contribuições teóricas e da prática de cidadãos, lideranças e governantes. O exemplo estudado é o do Orçamento Participativo da cidade de Belo Horizonte, no estado brasileiro de Minas Gerais. Faz-se um breve histórico dessa experiência e se dá destaque a um estudo de caso sobre a realização do Orçamento Participativo em sua modalidade digital, no ano de 2011.

Palavras chave: Participação. Orçamento Participativo. Institucionalização. Democracia.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é discutir em que medida, nos processos de cunho democrático como o Orçamento Participativo (OP), referenciado na experiência de Belo Horizonte, a institucionalização é um fator decisivo para o seu aperfeiçoamento e continuidade. Ao mesmo tempo, busca identificar que outras exigências são igualmente relevantes, tais como a disposição política e os investimentos feitos, ou não, pela Administração municipal, tendo-se como metas a elevação e a qualificação da participação política dos cidadãos e o aprofundamento do processo democrático.

Diversos autores ligados às Ciências Sociais consideram o OP, que foi adotado pioneiramente em cidades brasileiras, como um instrumento inovador em termos de gestão pública e de geração de oportunidade para a participação direta dos moradores na definição de prioridades quanto à realização de empreendimentos na cidade. Ele permite que os cidadãos decidam sobre a destinação de uma parte dos recursos do orçamento municipal. O OP também se destaca por gerar um processo de debate entre os moradores, envolvendo-os nas questões da vida coletiva. Os estudiosos admitem, por outro lado, que, dada a sua complexidade e as exigências que sua prática impõe, esse instrumento de política pública precisa ser constantemente aperfeiçoado.

Wampler (2003, p. 64) destaca que o OP é "uma instituição democrática inovadora que amplia os limites da democracia representativa", à medida que incorpora os cidadãos ao processo de tomada de decisões e estimula a delegação de autoridade. Através dele, os cidadãos envolvem-se diretamente com as questões públicas, participam da tomada de decisões e adquirem uma compreensão sobre as possibilidades e os limites das ações dos governantes. O OP ainda possui um caráter de justiça redistributiva, uma vez que os investimentos aprovados contemplam demandas de diferentes segmentos da sociedade.

Avritzer (2003, p. 14) afirma, por sua vez, que "o OP é uma forma de rebalancear a articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa", com base em quatro elementos que o caracterizam: a soberania

---

1 Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Professora da Faculdade de Comunicação e Artes da PUC Minas.

é cedida a um conjunto de assembleias que definem os critérios de universalidade participativa e todos os cidadãos se tornam membros, com igual poder de deliberação; o OP reintroduz elementos de participação e de delegação; envolve um conjunto de regras da deliberação determinadas pelos próprios participantes; caracteriza-se pela tentativa de reversão das prioridades de distribuição de recursos públicos em nível local.

Navarro (2003) introduz um elemento questionador, ao lembrar que uma parcela dos pesquisadores compartilham, atualmente, algum grau de ceticismo em relação às possibilidades de crescimento do OP, à sua capacidade mobilizadora e, principalmente, em relação aos impactos que ele promove em termos de mudanças macrossociais. Ressalta, porém, que quase todos eles reconhecem que o OP tem mudado a realidade, ao propiciar benefícios aos moradores das cidades que o adotam.

Sob o ponto de vista de autoridades públicas envolvidas com a execução do OP, há uma concordância sobre alguns resultados que ele gera. Lemos (2005, p. 21) observa que o Orçamento Participativo "tem uma relação estreita, orgânica, com o processo de planejamento". A implementação do OP exige a prática de se montar um pacote de obras relacionado a um determinado montante de recursos, sob a exigência da elaboração de projetos técnicos, o que será submetido à população. "Na verdade, o Orçamento Participativo é uma decisão política, mas que implica um círculo virtuoso político, democrático e técnico também, em que a relação de todas estas partes e a construção de um planejamento participativo constituem o eixo central de todo o processo". (LEMOS, 2005, p. 24).

Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, possui cerca de 2,3 milhões de habitantes, dos quais 1,8 milhão são eleitores no município. O município é subdividido administrativa e geograficamente em nove Administrações Regionais[2]. Para efetivar o OP, a Prefeitura de BH (PBH) precisa contar com o trabalho e empenho dos servidores públicos, especialmente daqueles ligados às áreas de Planejamento, Gestão Compartilhada, Comunicação Social, Informática, e das nove Administrações Regionais.

Tanto a preparação como a execução impõem vários desafios à Administração municipal e às lideranças de bairros. A fase de preparação inclui decisões sobre a forma de seleção das obras a serem apresentadas à população, a definição dos recursos a serem aplicados, as estratégias de comunicação e de mobilização dos cidadãos, a organização das assembleias locais e regionais na modalidade presencial, as linhas gerais para a preparação do *site* e aplicativos para o processo de votação no caso da modalidade do OP Digital.

As lideranças de bairros, as lideranças religiosas e ligadas às diversas associações têm um papel decisivo, pois colaboram para mobilizar os moradores. Uma vez que as Administrações Regionais dispõem de pouco pessoal, são essas lideranças que fazem um trabalho "corpo a corpo" com os moradores, para incentivá-los a participar e distribuem o material de divulgação. Por sua vez, servidores das Secretarias Regionais afixam cartazes em locais públicos como escolas, centros culturais, postos de saúde.

O Orçamento Participativo tem sido adotado de forma ininterrupta desde 1993. Nestes 21 anos, a cidade mantém a experiência através de três modalidades: o OP Regional, que é o precursor dos três e se realiza com rodadas de assembleias; o OP Digital, implementado em 2006 e no qual os cidadãos votam através da Internet; e o OP Habitação, que data de 1996 e possui uma dinâmica diferente dos demais.

O OP Regional foi criado em 1993, na gestão do Prefeito Patrus Ananias (1993-1996), representando a Frente BH Popular, liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A cada dois anos, os moradores se reúnem nos bairros e em assembleias regionais para escolherem, através do voto direto e numa segunda fase da eleição de delegados, as obras a serem executadas pela Prefeitura (PBH). Implantado em 1996, o OP Habitação possibilita à população decidir sobre como aplicar recursos para a construção de moradias, envolvendo ainda o Conselho Municipal de Habitação.

O OP Digital foi implementado em 2006 e, desde então, teve edições em 2008, 2011 e 2013. Inicialmente, deveria ocorrer de dois em dois anos, mas, para evitar que sua realização coincidisse com anos eleitorais, a PBH decidiu transferi-lo para os anos ímpares. Sua dinâmica consiste na utilização do portal da Prefeitura onde é hospedado o *site* que contém os mecanismos para a votação dos moradores. Desde 2011, a partir da gestão do Prefeito Márcio Lacerda (2009-2012), do Partido Socialista Brasileiro (PSB), a PBH adotou alguns mecanismos inovadores para o processo de comunicação entre os moradores e a PBH, como a implementação

2 As nove Regionais são: Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova.

de sua página nas redes sociais, *Facebook* e *Twitter*, e a realização de *chats (*conversas virtuais), durante o período de votação através do *site*.

2. Institucionalização: em que nível

Como abordado no item anterior, o Orçamento Participativo (OP) se enquadra em um novo modelo de gestão da cidade. Ele "busca democratizar a relação Estado-sociedade, ampliando o controle democrático sobre os recursos e as políticas municipais". (SOMARRIBA, 2005, p. 89). Ainda segundo a autora, espera-se que ele contribua para aumentar o envolvimento dos cidadãos com a administração do município, passando estes a perceber, com maior clareza, as relações entre as decisões dos governantes e as necessidades de seu dia a dia.
Também foi mencionada, antes, a história acumulada pelo OP em Belo Horizonte, construída em larga medida por diferentes atores como servidores, autoridades públicas, lideranças e moradores. Segundo uma liderança da Regional Noroeste[3], o OP está consolidado na cidade a tal ponto que, se um prefeito empossado pretender acabar com ele, correrá o risco de ter o fim de sua vida política e o descrédito em relação à sua administração. Por outro lado, o OP está sob uma ameaça latente, porque não foi ainda institucionalizado.
Um servidor público ligado ao OP na mesma Regional também expressa receio. Ele comenta que, entre diversas lideranças, há a expectativa de que o OP venha a ser objeto de um projeto de lei na Câmara dos Vereadores de BH, garantindo-se-lhe um percentual de recursos na receita do município. Para ele, há o desejo de que um grupo de vereadores encampe essa proposta, mas reconhece: "há muita disputa política em torno do OP. Há vereadores que são contrários até hoje e não acreditam no OP, que tira muito poder deles. Antes havia uma barganha, hoje a comunidade não depende de vereadores para obter obras". [4]
Existe uma relação de conflito estabelecida em função do OP. Azevedo e Mares Guia (2005) lembram que o Legislativo municipal era, no início, muito refratário ao novo procedimento, mas "[...] terminou por abrir mão – ou pelo menos por reduzir consideravelmente – o exercício do seu poder de veto no que se refere às prioridades definidas pelo Orçamento Participativo". (AZEVEDO; MARES GUIA, 2005, p. 80).
Somarriba (2005) relata que, nos primeiros dois anos da implantação do OP, de 1994 a 1995, houve muita resistência de vereadores de oposição. Depois, muitos deles decidiram aderir à proposta, fazendo presença constante nas assembleias locais e regionais do OP, defendendo obras e cobrando a realização das atrasadas. Ao mesmo tempo, ocorreu um processo de mão dupla: algumas lideranças decidiram candidatar-se a vereadores. "Da mesma forma, lideranças populares atuantes junto ao OP candidataram-se ao cargo de vereador e buscaram capitalizar politicamente sua participação nas várias atividades do OP". (SOMARRIBA, 2005, p. 9). Em pesquisa por ela realizada sobre as eleições de 1996, verificou-se um conjunto expressivo de "candidatos do OP", isto é, vinculados e defensores da proposta, tanto pertencentes à coligação liderada pelo PT, como a partidos de oposição.
Uma lógica parecida foi vista na eleição ao cargo de prefeito. O candidato Célio de Castro, que era vice-prefeito na gestão de Patrus Ananias e apoiava expressamente o OP, concorreu na eleição de 96 por uma coligação liderada pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro) e venceu o pleito.
De acordo com Azevedo e Mares Guia (2005, p. 79), algumas condições prévias foram favoráveis à consolidação do OP em BH. "Ainda que de maneira tímida, a articulação com as instâncias organizadas da sociedade já estava presente em vários dos setores da máquina pública municipal, manifestando-se desde o final dos anos 70". A partir desse período, foram criadas as Administrações Regionais que, uma vez fortalecidas em gestões como a do Prefeito Patrus Ananias, contribuíram para o processo de descentralização, e, num segundo momento, os Conselhos Comunitários representativos. A essas condições favoráveis, somou-se a estrutura interna da PBH, com uma proposta política clara e técnicos competentes:

---

3 Entrevista realizada em dezembro de 2011 pela autora.

4 Entrevista realizada em dezembro de 2011 pela autora.

> [...] a Secretaria Municipal de Planejamento teve papel central na concepção do formato e na execução do Orçamento Participativo em Belo Horizonte. Além de contar com pessoal qualificado, a Secretaria era detentora de grande força política e do controle de importantes 'recursos críticos' de natureza orçamentária. Agregue-se, ainda, a sintonia fina que estabelecia com a Secretaria Municipal da Fazenda. (AZEVEDO; MARES GUIA, 2005, p. 78).

Apesar desse quadro favorável, o processo político no entorno do OP é contraditório e há disputa político-partidária. O servidor da Noroeste comenta que, diante do atraso na realização de certas obras já aprovadas no OP, alguns vereadores utilizam esse fato para criticar a Prefeitura e fazer uma espécie de "trampolim", angariando apoio a seu mandato. Daí resulta que as informações muitas vezes chegam truncadas à comunidade. De um lado, as lideranças informam sobre o que está acontecendo, de outro certos vereadores e assessores tentam influenciá-la de outra maneira. "Prejudicam o processo, criando um nível de descrédito em relação ao OP".[5]

2.1 Garantias ao aperfeiçoamento do OP

No Brasil, o orçamento público é realizado nos níveis federal, estadual e municipal. Os municípios têm autonomia relativa na estipulação das receitas e despesas. Comentando essas prerrogativas, Santos (2005) lembra que as receitas podem ser tanto locais, resultantes de impostos e tarifas, como derivam de transferências federais ou estaduais. "O orçamento participativo e o seu enquadramento institucional não têm reconhecimento jurídico formal. Esse reconhecimento só poderia provir da Câmara de Vereadores, embora dentro dos limites da legislação federal e estadual". (SANTOS, 2005, p. 466).
Uma vez que a aprovação do orçamento municipal é uma prerrogativa da Câmara de Vereadores, a Prefeitura limita-se, em termos estritamente jurídicos, a submeter à Câmara a proposta orçamentária. No entanto, acrescenta Santos:

> [...] visto que a proposta do Executivo é sancionada pelas instituições do orçamento participativo e, portanto, pelas organizações e associações de cidadãos e das comunidades que delas participam, para a Câmara Legislativa a proposta orçamentária do Executivo torna-se, em termos políticos, um fato consumado, tendo em conta os riscos políticos que os parlamentares correriam se votassem contra [...] (SANTOS, 2005, p. 466).

A institucionalização do OP pode, de um lado, garantir a sua continuidade e, de outro, dificultar algum mecanismo para seu constante aperfeiçoamento. Essa opinião é compartilhada pelo ex-Prefeito Patrus Ananias e pelo ex-Secretário Municipal de Governo, Luiz Soares Dulci.
Na visão do ex-Prefeito, o OP deveria ser normatizado quanto aos seus princípios básicos, deixando-se a possibilidade de que ele venha a ser modificado quanto a outros fatores como em relação à definição do número de participantes, aos temas a serem discutidos, ao montante de recursos a serem destinados. A institucionalização do OP viria dar-lhe um respaldo jurídico, mas sem risco de burocratização. "É preciso deixá-lo como uma força política na sociedade. E é próprio da democracia participativa ser dinâmica, dialética, ser trabalhada em diferentes contextos históricos". [6]
Segundo ele, deve-se almejar uma participação ampliada da sociedade. O OP pode ser acoplado a outras instituições participativas, como os Conselhos; é preciso envolver a participação popular no planejamento da cidade, estipulando recursos progressivos para a decisão das pessoas e dando poder a elas. Em sua gestão, ele

---

5 Entrevista realizada em dezembro de 2011 pela autora.

6 Entrevista realizada em fevereiro de 2012 pela autora.

enfrentou dificuldades com a Câmara dos Vereadores. Como alternativa, procurou chamar os parlamentares ao diálogo e envolvê-los com a proposta do OP.

O ex-Secretário de Governo[7] lembra que os vereadores eram convidados a participar de assembleias do OP. Depois que o PT foi criado, já na fase de elaboração de seu programa, levou-se em conta o grande legado da chamada nova esquerda e a influência de pensadores como Paulo Freire, Antônio Cândido, Marilena Chauí. Chegou-se à síntese de que a democracia representativa era necessária ao país, que possui uma enorme população, mas deveriam ser implementados mecanismos de participação direta. A Prefeitura de BH, no atributo de Poder Executivo, decidiu compartilhar a decisão sobre o orçamento com os moradores e deixou claro que a intenção não era a de esvaziar as atribuições do Legislativo.

No início, como o OP estava em fase de experimentação, acreditava-se que ele não deveria ser objeto de um projeto de lei, que exigiria um nível de detalhamento e poderia lhe retirar flexibilidade. Acrescenta o ex-Secretário: "Acho que vale a pena institucionalizá-lo de modo a permitir a ele aperfeiçoamento, uma evolução. Sem engessá-lo". Ele reconhece que ainda não foi superada a resistência do Legislativo quanto a uma perda do seu papel. Por isso, deveria ser feito um trabalho de convencimento junto aos vereadores e à população, tornando claro que o OP é uma iniciativa do Executivo no âmbito de suas prerrogativas e que ele não confisca atribuição do Legislativo, o qual talvez precise abrir-se mais à participação popular.

3. OPD 2011: Falta de vontade política e investimento

No início deste artigo, chamou-se a atenção para outros desafios que envolvem o Orçamento Participativo. Alguns deles referem-se à maior quantidade e à qualidade da participação política dos cidadãos, fatores que são influenciados pelo projeto político da gestão municipal, pela "vontade" política desses governantes e por sua determinação em investir ou não no aperfeiçoamento do OP.

Apesar dos avanços inegáveis da experiência do OP em Belo Horizonte, um estudo de caso sobre o Orçamento Participativo Digital (OPD) em 2011[8] mostra que, em função de a gestão do Prefeito Márcio Lacerda (2009-2012), do PSB, manter um projeto político diferente de seus antecessores e demonstrar pouca "vontade" política em relação ao OP, os resultados da votação em 2011 foram muito inferiores aos das edições em 2008 e 2006.

Em 2011, a PBH, sob a gestão Lacerda, implementou a terceira edição do OPD. O processo de preparação começou, a rigor, dois anos antes, porque foram detectadas algumas falhas em relação a 2008, como a existência de listas irregulares de votação por meio digital. Diante desse tipo de problema nos procedimentos de segurança, o Ministério Público Estadual (MPE) demandou certos ajustes à PBH. Ela então criou um Grupo de Trabalho (GT), constituído por representantes da Auditoria Geral, Procuradoria Geral do Município, Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento e Gestão, Assessoria de Comunicação Social, Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte e MPE.

A fase de preparação incluiu decisões sobre a forma de seleção das obras a serem apresentadas à população, a definição dos recursos aplicados, que totalizaram R$ 50 milhões (equivalentes a US$ 26,7 milhões)[9], as estratégias de comunicação e de mobilização, as linhas gerais para a preparação do *site* do OPD e aplicativos para o processo de votação. Ficou estabelecido que, diferentemente de 2008, em que os cidadãos escolheram uma só obra de caráter estruturante na cidade, os moradores poderiam escolher uma obra por Regional, como aconteceu em 2006. Já nessa etapa, começam a ser registrados alguns problemas de não incentivo à participação política. Apesar de as lideranças ligadas ao OP terem feito reivindicações para participarem do processo de seleção das obras, elas não foram convocadas pela PBH. O processo de decisões foi conduzido, basicamente, de forma interna pela Prefeitura.

---

7 Entrevista realizada em janeiro de 2012 pela autora

8 O estudo de caso foi feito no âmbito da tese de doutorado da autora, sob o título Comunicação, participação política e tensões da democracia no governo local: o Orçamento Participativo Digital 2011 em BH.

9 Convertidos pelo câmbio de US 1,00 = RS 1,758, conforme informação do Banco Central do Brasil, para 30/12/2011.

Uma representante da Gerência do Orçamento Participativo[10], ligada à Secretaria de Planejamento, reconheceu que faltou ampliar esse processo participativo. Ela explicou que certos critérios nortearam a escolha das obras, como a existência de algumas já aprovadas e não concluídas na cidade; estudos técnicos sobre a viabilidade de várias delas; e a apresentação de sugestões de lideranças durante as reuniões do Planejamento Participativo Regionalizado (PPR), instância criada pela gestão Lacerda visando propor um planejamento a longo prazo para o município, mas que gerou desconfiança entre participantes se o OP seria extinto ou não.

Um avanço nesse processo se deu em relação à aplicação das novas tecnologias de informação a fim de mobilizar os moradores. A Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) propiciou formas de interação através de espaços abertos às opiniões no *site* do OPD e nas redes sociais. Durante o período de votação, do dia 21 de novembro a 11 de dezembro de 2011, foram realizadas cinco conversas virtuais (*chats)*. Em cada uma delas, um representante da PBH dava esclarecimentos aos moradores sobre obras em questão ou tiravam dúvidas quanto à votação. Outras estratégias consistiram em enviar notícias para a imprensa local e utilizar o jornal DOM (Diário Oficial do Município) para divulgar informações sobre o OPD.

Houve um empenho em divulgar informações sobre o OPD, tendo sido investidos recursos suficientes na produção de material impresso, como *folders* e o "Jornal do OP", distribuído em locais como escolas, postos de saúde, centros culturais. No entanto, ao transferir para o mês de novembro (um mês antes do início da votação) a divulgação massiva na cidade, a Prefeitura correu o risco de que muitos moradores não ficassem sabendo do OPD. É possível afirmar que a PBH não valorizou o caráter processual e pedagógico dessa fase de debates no OPD, que deve anteceder a votação. Como mostra parte da literatura sobre o OP, para haver um debate qualificado, é preciso valorizar e dinamizar o lado educativo da experiência.

Na Regional Barreiro, um fator fundamental na mobilização foi a participação de lideranças religiosas, não apenas da Igreja Católica, mas também ligadas a outras religiões. Muitas delas se dispuseram a ir de casa em casa para convidar os moradores a participarem do OPD. Em consequência desse fato, ao final da votação na cidade, entre as obras eleitas nas nove Regionais, a do Barreiro - a revitalização da Rua Antônio Eustáquio Piazza -, foi a que apresentou o maior número de votos, 7.052, seguindo-se uma obra para tratamento de fundo de vale na Av. Basílio da Gama, na Regional Norte, com 5.086 votos.

Foi possível acompanhar o *site* do OPD durante 22 dias (uma vez por dia) e a página da PBH no *Facebook* durante 33 dias, entre 10 de novembro e 12 de dezembro, o que coincidiu em grande medida com o período de votação. Nesses dois espaços virtuais, foram registradas muitas indagações, dúvidas e também comentários críticos em relação à não execução de obras já aprovadas no OP. Críticas se destacaram em relação à não implementação da obra para a reforma da Praça São Vicente, na Regional Noroeste, que fora a vencedora no OPD de 2008.

Alguns comentários colocavam em dúvida a construção de uma alça viária no bairro Belvedere, na Regional Centro-Sul, que havia sido derrotada no OPD 2008. Tanto no *site* do OPD como na página no *Facebook*, moradores perguntavam se a PBH teria usado os recursos destinados à reforma na Praça São Vicente para a obra no Belvedere, bairro de população de renda elevada.

Frente a isso, a Gerência do OP postou uma nota no *site,* informando que a obra em realização no Belvedere era de responsabilidade da Empresa Leroy Merlin, a título de contrapartida definida pelo licenciamento ambiental. Esclarecia, ainda, que a obra na Praça São Vicente tinha sido incorporada ao projeto de revitalização do Anel Rodoviário, que dependia do Governo Federal. Alguns moradores fizeram fortes críticas à PBH, enquanto outros se diziam "decepcionados" e mostravam desânimo para votar de novo.

Uma representante da Gerência do OP admitiu que a Prefeitura foi tímida em informar os cidadãos sobre estas questões. Poderia ter usado outros meios de comunicação para esclarecer os moradores sobre os fatos. Uma das lideranças da Regional Noroeste havia previsto que a não execução da reforma na Praça São Vicente poderia influenciar negativamente a votação no OPD 2011. Ele indagava sobre como as lideranças iriam convencer os moradores a votar, se a Prefeitura não havia cumprido o compromisso firmado no OPD 2008.

10 Entrevista realizada em 23 abril de 2012 pela autora.

3.1. O protagonismo dos moradores

Uma experiência exitosa de comunicação ocorreu no Bairro Tupi B, Regional Norte. A iniciativa foi proposta por moradores que, ao final da votação, conquistaram a realização da obra para tratamento de fundo de vale na Avenida Basílio da Gama. A forma de mobilização mostrou como é possível que cidadãos exerçam protagonismo.

Esses moradores foram de casa em casa para sensibilizar os vizinhos sobre a importância da aprovação da obra e criaram formas inovadoras de interação, através de um *blog,* o que suscitou interesse tanto por parte da Prefeitura, como de alguns meios de comunicação de massa. A Rádio Itatiaia, que tem grande audiência na cidade, produziu reportagens no local e convidou lideranças para participarem de programas de entrevistas em seu estúdio. Posteriormente, a Rede Globo de Televisão e o jornal local Hoje em Dia deram destaque à mobilização.

Um morador do Bairro Tupi[11], que nunca participou de associações comunitárias, conta que, como já havia uma grande torcida em favor de duas outras obras na Regional, era necessário criar uma estratégia em favor da obra na Basílio da Gama, onde há esgoto a céu aberto e falta de atenção das autoridades. A partir de reuniões, decidiu-se cadastrar, junto à PBH, um local de votação em uma residência. O grupo comprou papel, canetas e fitas adesivas para fazer material de divulgação e elaborou um cronograma de visitas a casas e locais de comércio.

Paralelamente, o jornal comunitário Comunidade em Ação - criado pelo jornalista Marcos Silva, morador do Bairro Tupi, e distribuído mensalmente de forma gratuita - publicava notícias sobre a mobilização. A partir daí, Silva e sua equipe decidiram criar o *blog* SOS Basílio da Gama, postando depoimentos dos moradores, fotos do local e pequenas mensagens conclamando os cidadãos a votar. Percebendo o envolvimento da comunidade, a Prefeitura criou um *link* de acesso ao *blog (http://sosbasiliodagama.blogspot.com)* no *site* do OP.

De acordo com o morador, o *blog* foi primordial para a vitória da obra na Basílio da Gama, pois ajudou a sensibilizar não só moradores da região, como também de outras Regionais. Ele percebeu essa repercussão durante as perguntas de alguns jornalistas que o entrevistaram. Um outro resultado dessa mobilização foi que a Regional Norte tornou-se a segunda colocada no total de votos dados às quatro obras concorrentes em cada Regional, superando a Noroeste, que tem um importante histórico de participação e ficou em terceiro lugar neste OPD 2011.

3.2 Os resultados da votação

Em dezembro de 2011, os números da votação foram divulgados no portal da PBH, através do "Relatório do resultado da votação no OP Digital 2011". No documento, são apresentadas as estatísticas sobre o total de votos e de votantes, números por Regional, por faixa etária, por gênero, em cada um dos 21 dias de votação, nas três semanas.

Na comparação entre as votações dos três OPDs já realizados, é importante se levar em consideração que a metodologia aplicada em 2011 foi a mesma de 2006, isto é, contemplou a possibilidade de o cidadão votar em até nove obras, sendo uma por Regional. Já em 2008, cada cidadão votava em apenas uma obra de caráter estruturante na cidade. A Tabela 1, a seguir, traz os principais dados comparativos dos três OPDs.

11 Entrevista realizada em dezembro de 2011 pela autora.

Tabela 1 – Comparativo dos resultados de votação no OPD - 2006, 2008 e 2011

Itens	OPD 2006	OPD 2008	OPD 2011	Variação		
				2008/2006	2011/2008	2011/2006
Votantes	172.938	124.320*	25.378	–28 %	–80%	–85%
Votantes/eleitores	9,93%	7,02%	1,39%	–	–	–
Total de Votos	503.266	124.320*	92.724	**	***	–2%
Dias de Votação	45	25	21	–44%	–16%	–53%

(*) Pela metodologia de 2008, o total de votantes é igual ao total de votos.
(**)Total de 2008 não é comparável com o de 2006, dado que a metodologia é diferente.
(***)Total de 2011 não é comparável com o de 2008, dado que a metodologia é diferente.
Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte e TSE - elaboração da autora para sua tese de doutorado

Os dados da tabela são eloquentes. Observa-se, inicialmente, que houve uma redução acentuada na participação dos moradores nos OPDs. Se, em 2006, o total de votantes foi de 172.938 (equivalentes a expressivos 9,93% do eleitorado de Belo Horizonte), já em 2008 verifica-se uma significativa redução deste número, para 124.320 votantes (7,02% do eleitorado da cidade, queda de 28%). Mas a queda mais acentuada se verificou no OPD 2011, onde apenas 25.378 eleitores participaram do processo (equivalentes a 1,39% do eleitorado), redução de 80% em relação ao OPD 2008 e de 85% em relação ao OPD 2006.
Também em relação ao total de votos, há uma queda expressiva. A diferença de metodologia pode explicar, em parte, a forte redução no número de votos em 2008 (124.320), quando se votava em apenas uma obra, em relação a 2006 (503.266), quando se votava em até nove obras. Mas a comparação entre 2006 e 2011, em que a metodologia era a mesma, revela uma redução superior a 80% no número de votos. É importante, por outro lado, levar-se em consideração que houve uma diminuição significativa no número de dias de votação, de 45 dias em 2006, para 25 dias em 2008 e 21 dias em 2011 (redução de 53%), com provável impacto no número de votantes e de votos. De todo modo, o que o resultado de 2011 revela é uma participação muito inferior à verificada nos OPDs de 2006 e 2008.
É possível elencar estes fatores explicativos para o resultado da votação no OPD 2011:

- a não execução da obra na Praça São Vicente, vencedora no OP 2008, na Regional Noroeste, e a insuficiente resposta da PBH para justificar os motivos, o que denota problemas de transparência e prestação de contas. A obra na Praça São Vicente tinha sido escolhida, no OPD 2008, por 48.173 moradores, número quase o dobro do total de votantes no OPD 2011 (25.378) (BELO HORIZONTE, [2009]).
- a exclusão das lideranças na seleção de obras a serem votadas – diferentemente do que acontecera em 2006 -, o que gerou questionamentos sobre o nível de participação desses atores nas decisões adotadas;
- a falta de informações regulares, ao longo do ano, sobre obras já aprovadas e ainda não executadas no OP;
- a decisão de se estabelecer um período muito próximo à votação para se fazer uma ampla divulgação sobre o OPD;
- a exigência de maior número de informações ao eleitor para habilitá-lo à votação;
- a redução do número de dias de votação;
- a aposta excessiva nas redes sociais e a pequena utilização de meios de comunicação de massa, como a televisão;

- possíveis dificuldades, por parte das lideranças, em mobilizar os cidadãos, por não terem contado com o apoio de equipes especializadas e por terem disposto de pouco tempo para o trabalho com os moradores;
- fatores ligados à estrutura funcional da PBH: a equipe responsável por atividades essenciais ao gerenciamento do OP é pequena e, apesar de todo o esforço demonstrado por alguns servidores, não se conseguiram aperfeiçoamentos institucionais no OPD 2011, em relação às edições anteriores. Seria necessário um investimento maior em pessoal, em meios de trabalho e o envolvimento de servidores de outros órgãos da PBH para atuarem, de alguma maneira, como mobilizadores do OPD.

Mas, acima de tudo, os dados da Tabela 1 indicam que, apesar da adoção de mecanismos inovadores de interação entre os moradores e a PBH e o empenho dos setores responsáveis pelo OPD, houve uma inequívoca perda de prioridade política do OP na gestão Márcio Lacerda. O OPD pareceu significar, para essa Administração, um programa a cumprir sob pena de ficar desacreditada, muito mais do que uma aposta consistente num instrumento de democratização do Governo Municipal.

Os resultados do OPD 2011 contrariam, em boa medida, a experiência histórica do OP em BH, que tem sido valorizada pelos estudiosos juntamente com a de outras cidades brasileiras, como Porto Alegre.

Na avaliação de um ex-assessor de Planejamento, que trabalhou na implementação do OP a partir de 1993[12], nesses últimos anos a Prefeitura de BH tem garantido uma estrutura mínima para o OP. Segundo ele, em termos políticos, o OP perdeu a organicidade que tinha nas gestões anteriores, tornando-se, aos poucos, uma distinção das administrações petistas.

A seu ver, o aperfeiçoamento do OP dependerá de sua inserção no processo de construção do que se quer para a cidade, através de um planejamento estratégico, do avanço na participação popular e da ampliação do debate entre os moradores previamente ao processo de votação. Entre algumas propostas que a gestão municipal poderia adotar, ele destaca: a adoção do processo de escolha dos administradores regionais pelos moradores; a criação de um parlamento administrativo em cada Regional, com a participação das lideranças e direito a voto sobre as questões do dia a dia; a participação popular nos focos mais importantes; o uso de instrumentos sociométricos para definir intervenções localizadas.

4. Conclusão

Passando-se às considerações finais, é possível afirmar que a experiência do Orçamento Participativo em Belo Horizonte foi exitosa ao longo de mais de duas décadas, a partir de 1993, mas vem enfrentando problemas quanto ao volume e à qualidade da participação dos cidadãos. Essa constatação se dá paralelamente ao fato de que continua a ser relevante o papel das lideranças comunitárias na mobilização de cidadãos e na reivindicação por maior espaço nas decisões adotadas pela Prefeitura.

Do ponto de vista da gestão municipal, o aperfeiçoamento no OP demanda, no atual momento, mais vontade política dos governantes e investimentos como a estipulação de mais recursos no orçamento para a tomada de decisão dos moradores, incentivo à equipe de servidores, adequação da máquina administrativa a desafios ligados à governança eletrônica. Por outro lado, destaca-se a iniciativa do setor de Comunicação Social que tem procurado ampliar os mecanismos de interação entre a Prefeitura e os moradores e incentivar a interação entre eles mesmos, como se registrou no caso da mobilização na Regional Norte.

Retomando-se a questão inicial deste artigo, isto é, a institucionalização do OP e em que nível ela deve ocorrer, tendo-se por base as contribuições dos autores citados e as observações de participantes do OP em BH, é possível argumentar que este mecanismo de participação direta poderia ser normatizado, como meio de garantia de sua continuidade, especialmente frente aos riscos de sua interrupção por uma gestão não identificada

12 Entrevista realizada em novembro de 2011 pela autora.

com a participação popular. Mas essa medida não pode gerar entraves para que o OP seja constantemente aperfeiçoado, como é típico de sua natureza. Por tratar-se de uma instância complexa, que envolve importantes decisões, diferentes etapas e atores sociais diversos, demanda mudanças periódicas.

Referências

Avritzer, L. (2003), O Orçamento Participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. In L. Avritzer, Z. Navarro (Org.), *A inovação democrática no Brasil: o Orçamento Participativo*. São Paulo, Cortez, pp. 13-60.

Azevedo, S., Mares Guia, Virgínia. (2005), Reflexões sobre o Orçamento Participativo de Belo Horizonte: potencialidades e desafios. In S. Azevedo, R. Fernandes. (Org.), *Orçamento Participativo -construindo a democracia*. Rio de Janeiro, Revan, pp. 71-88.

Belo Horizonte. Prefeitura Municipal. *Orçamento Participativo Digital*. Disponível em http://pt.slideshare.net/prefeituradebh/orçamento-participativo-digital-2011-10190223 [consultado em 27-6-2013].

Belo Horizonte. (2009), Prefeitura Municipal. *Plano de empreendimentos: orçamento participativo 2009/2010*. Belo Horizonte, PBH.

Lemos, M. B. (2005), O Orçamento Participativo de Belo Horizonte e o planejamento da cidade. In S. Azevedo, R. Fernandes. (Org.), *Orçamento Participativo -construindo a democracia*. Rio de Janeiro, Revan, pp. 21-24.

Navarro, Z. (2003), O "Orçamento Participativo" de Porto Alegre (1989-2002): um conciso comentário crítico. In L. Avritzer, Z. Navarro (Org.), *A inovação democrática no Brasil: o Orçamento Participativo*. São Paulo, Cortez, pp. 89-128.

Oliveira, A. M. R. de. (2014) *Comunicação, participação política e tensões da democracia no governo local: o orçamento participativo digital 2011 em Belo Horizonte*. 2014. 134 f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Santos, B. S. (2005), Orçamento Participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva. In B. S. Santos (Org.), *Democratizar a democracia – os caminhos da democracia participativa*. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. pp. 455-559.

Somarriba, M. (2005), Orçamento Participativo e Comportamento Eleitoral da População de Belo Horizonte. In S. Azevedo, R. Fernandes. (Org.), *Orçamento Participativo -construindo a democracia*. Rio de Janeiro, Revan, pp. 89-106.

Wampler, Brian. (2003), Orçamento Participativo: uma explicação para as amplas variações nos resultados. In: In L. Avritzer, Z. Navarro (Org.), *A inovação democrática no Brasil: o Orçamento Participativo*. São Paulo, Cortez, pp. 61-86 .

Democracia X Governabilidade
A construção do programa neoliberal no Brasil

Ana Lúcia de Sousa[1]
ana.sousa@ufrr.br

Resumo: Este trabalho tem por objetivo explicitar o processo de inserção do Brasil no capitalismo mundial hegemonizado pelo neoliberalismo, no final do século XX, com ênfase nas consequências desse processo para a frágil democracia brasileira. O desenvolvimento das ideias e políticas neoliberais no país significou uma forte limitação ao processo democrático, que foi adequando-se às exigências do novo regime de acumulação financeirizado. Concentração do poder decisório da distribuição e uso da riqueza produzida no Brasil para os centros financeiros mundiais, aumento do desequilíbrio dos três poderes clássicos: executivo, judiciário e legislativo, com preponderância do poder executivo, forte campanha midiática evocando a construção de um "consenso nacional", tudo em nome da tal "governabilidade", resultaram no esvaziamento do conceito de democracia, com sua redução ao ritual do voto, promovido pelo credo neoliberal e seu ordenamento econômico, permitindo a coexistência do regime junto com um modelo de produção extremamente excludente.
Palavras chave: Democracia; Neoliberalismo; governabilidade.

Abstract: This work aims at explaining Brazilian insertion process in the hegemonic world capitalism in the late XX century, emphasizing the consequences of this process to the fragile Brazilian democracy. The development of ideas and neoliberal politics in the country has meant a huge limitation to democracy as process, which had been settled by the new financial accumulation regime demands. The concentration of decision power related to the use and distribution of wealth produced in Brazil heading to world financial centers; the increase of inequity amount classic state powers: executive, judiciary, and legislative, having the executive predominant power; and strong media campaigns calling for a national consensus, all for a desirable "governability", created the emptying of democracy as a concept, being reduced to the vote ritual, promoted by neoliberal beliefs and its economic order, allowing a coexistence of a regime bonded to an extremely excluding production model.

Keywords: Democracy; neoliberalism; governability.

O presente texto pretende discutir o processo de implementação das políticas neoliberais no Brasil, na década de 1990, dando ênfase nas implicações desse processo para a democracia no país. Isso significa entender a forma como se deu o processo de inserção do Brasil na dinâmica do capitalismo mundial financeirizado, com hegemonia das ideias e práticas neoliberais, ou seja, de que maneira e até que ponto o país respondeu às pressões dos centros capitalistas mundiais pela adoção dessas políticas, para, então referir os impactos desse processo para a frágil democracia brasileira.

Um olhar mais apurado sobre o cenário político, econômico, cultural e social do Brasil, na década de 1990, nos permite perceber que as respostas institucionais às demandas das grandes empresas nacionais e multinacionais e dos organismos internacionais, responsáveis pela gestão capitalista no mundo, os chamados organismos multilaterais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio), com suas teorias propulsoras do mercado livre e do Estado mínimo, são intensamente positivas - sob a ótica dessas teorias, é óbvio.

Na década de 1980, o fim do regime militar, imposto no país na década de 1960, trouxe à cena política a ampliação das lutas populares, da capacidade de organização social. Pôde-se observar a multiplicação de

---

1 Professora Associada da Universidade Federal de Roraima – UFRR/Brasil. GT 80 – A Democracia em tempos de Neoliberalismo.

organizações sociais tentando interferir nas políticas públicas no plano local, o crescimento do movimento sindical e também o nascimento de organizações mais amplas, com interesse nas questões nacionais, situadas além, mas não de forma excludente, dos partidos políticos, com realização de eventos, como a Plenária Pró-participação Popular na Constituinte, que ilustram, claramente, o desejo de maior participação popular nas decisões públicas, expressão da exigência de democracia em todos os níveis (Comparato, 1987).

Nesse período, as forças progressistas buscaram soluções aos problemas sociais criados pela crise que o país atravessava - junto com os demais países da América Latina -, decorrente da dívida externa e do novo contexto econômico internacional, quando a inflação se tornou a grande vilã na vida dos brasileiros, com base num conjunto de valores hierarquizados a partir de um objetivo central: o bem-estar econômico e social da população brasileira (Fiori, 2001). Nesse sentido, as lutas e discussões em torno da elaboração da nova Constituição, em 1988, de modo geral, e em torno da elaboração de leis específicas para a educação, a saúde, a moradia, entre outras questões importantes para garantir condições dignas de vida para a população são exemplos claros.

A ampla mobilização política dos setores populares possibilitou conquistas consideráveis no plano jurídico-institucional, com a Constituição Federal de 1988, bem como com uma série de outras leis menores, regulamentando questões específicas importantes, como a Lei de Diretrizes e bases da educação Nacional e a regulamentação do Sistema Único de Saúde, dentre outros mecanismos importantes, que criaram na sociedade brasileira a expectativa de que o país avançava numa ordenação jurídico-política pautada no bem estar da sociedade.

Ocorre que essa conquista social realizava-se ao mesmo tempo em que, no plano internacional, acirrava-se a contra reforma neoliberal, que colocava em xeque o Estado do bem-estar social. Dessa forma, enquanto no Brasil eram proclamados direitos democráticos e incipientes instrumentos de regulação da dinâmica capitalista, no plano internacional esses mecanismos estavam sendo questionados em nome da desregulamentação, flexibilização e privatização da economia.

As eleições presidenciais de 1989 refletiam esse conflito que polarizou, no segundo turno, dois projetos claros: um, reformista, que tinha como norte os valores apontados acima e que compreendia a necessidade de construção de uma nova coalizão de forças capaz de proporcionar um desenvolvimento nacional com base nesses valores; e outro, claramente vinculado à conservação dos privilégios e da dominação do capital, do latifúndio e da oligarquia estatal. A recomposição do bloco de forças de centro-direita, ancorada pela mídia, deu suporte ao projeto conservador, que resultou vencedor, trocando a doutrina da "segurança nacional" - que vigorou no país durante o regime ditatorial militar - pelo neoliberalismo.

Nesse processo, as discussões que dominaram o cenário político e ideológico na segunda metade dos anos 1980, como democracia e participação popular, foram cedendo lugar e sendo substituídas por uma agenda economicista que demonstrava com clareza os rumos que o país tomaria: os conceitos de construção democrática, participação popular, justiça social foram substituídos por estabilização monetária, governabilidade, produtividade e competitividade.

Foi nesse contexto que surgiu o "Plano Real", programa de estabilização econômica calcado nos dogmas monetaristas do FMI, que instituiu o real como moeda nacional, tendo como base a paridade com o dólar norte-americano.

O Plano tinha como principal objetivo a estabilização dos preços, o que resultava atrativo face à superinflação que o país enfrentava, desde a década de 1980, e aos sucessivos fracassos de planos econômicos elaborados com objetivos semelhantes: Plano Cruzado, Plano Verão, Planos Collor I e II.

Segundo Singer (1999), o Plano Real descende mais ou menos diretamente do Plano Cruzado. A equipe econômica que o formulou, sob comando de Fernando Henrique Cardoso (FHC), era, em grande parte, formada por membros da equipe que elaborou o Plano Cruzado, e que estava convicta de que a estabilização deveria ser alcançada mediante políticas recessivas, cortando salários reais (mas não lucros e rendas patrimonialistas) e provocando excesso de oferta para impossibilitar a elevação de preços.

O ajuste fiscal foi, desde o início, um dos pilares do plano, pois a equipe econômica então no poder apontava como causa da inflação um excesso de oferta de dinheiro, gerado pelo déficit do setor público. Daí a necessidade de um ajuste fiscal, que veio com a criação do Fundo Social de emergência, formado por uma parcela de valores que a União repassa ordinariamente a Estados e Municípios. Esse fundo, à disposição do Governo

Federal, representou uma recentralização da receita fiscal pela União, em detrimento de Estados e Municípios, revertendo, na prática, a descentralização dessas receitas garantidas na Constituição de 1988.
Singer (1999) afirma que a questão do equilíbrio orçamentário é uma verdadeira obsessão ideológica no Brasil, pois a redução drástica do déficit público promovida por Collor de Melo e Itamar Franco, entre 1991 e 1994, não impediu as altas taxas de inflação do período, e no quatriênio 1995-98 – primeiro governo de FHC – o déficit se elevou substancialmente, enquanto a inflação se manteve em níveis baixos, com tendência de declínio. Entre as medidas adotadas pelo governo sob pretexto de atingir o equilíbrio orçamentário, estavam a privatização de empresas públicas de serviços (eletricidade, água, telefonia) e as reformas do Estado e da previdência. Mesmo com essas medidas, e o patrimônio público ter sido leiloado, a dívida líquida do setor público continuou aumentando nesse período: a relação dívida líquida/PIB, que era de cerca de 29% ao final de 1994, chegou a 41% em 1998 (Matoso, 1999). Tal aumento argumenta Singer (1999), deve-se às políticas do governo de arrocho de crédito e juros elevados, que levou a economia à recessão três vezes entre 1995 e 1998 – as crises mexicana, em 1995, asiática em 1997, e da Rússia, em 1998, foram enfrentadas basicamente da mesma forma: corte de crédito e elevação das taxas de juros -, e não ao desequilíbrio na previdência ou às folhas de pagamento do funcionalismo público, como quis fazer acreditar o governo. Assim,

> Apesar de todas as provas em contrário, a tese de que a inflação sempre é causada por excesso de gasto público é sustentada por evidentes motivos ideológicos. Como os liberais acreditam que os mercados, deixados livres, sempre se equilibram, eles não podem admitir que a incessante elevação do índice de preços possa ser provocada por disputas entre setores da própria sociedade civil. De modo que é vital para eles sustentar que qualquer inflação se origina no setor público e só pode ser debelada mediante um ajuste fiscal acompanhado por políticas monetárias restritivas. Esta postura tem para eles a vantagem prática de que as políticas preconizadas provocam a queda da demanda efetiva (a procura global pelos produtos postos à venda), o que de fato tende a estabilizar preços e demais valores sem que o Estado e os setores organizados tenham que monitorar e controlar a variação dos mesmos (Singer, 1999: 30).

Outro pilar de sustentação do Plano Real, para garantir a estabilização dos preços, foi a chamada "âncora cambial" – taxa cambial fixada em US$ 1,00 = R$ 1,00. Esta, aliada à abertura dos mercados – já iniciada no governo Collor e agora intensificada -, resultou num crescimento acentuado das importações, em todos os ramos - alimentação, eletrodomésticos, têxtil, etc. -, representando um choque para a indústria nacional que, ou foi obrigada a baixar seus preços ou, por vezes, não teve condições de resistir à concorrência em que estava colocada. Até porque a maior parte desses artigos era importada não de países desenvolvidos, detentores de produtos de marcas mais prestigiadas, mas de países asiáticos em que o custo do trabalho era ainda menor que no Brasil (Singer, 1999).

> No primeiro semestre de 1994, o Brasil importou mercadorias no valor de 13,1 bilhões de dólares; no segundo semestre, quando o plano real começou a viger, este valor subiu a 20 bilhões. De um semestre a outro, a nossa importação subiu 52,7% em valor. (...) Obviamente, a estabilização via 'âncora cambial' estava exigindo o dispêndio de grandes quantidades de divisas no exterior. O segredo do sucesso do Plano Real estava no rápido aumento da entrada de capitais externos no país, refletidas no saldo da balança de capitais: 10,1 bilhões de dólares em 1993, 14,3 bilhões em 1994 e 30,7 bilhões em 1995 (Singer, 1999: 32).

Os preços dos produtos industriais caíram, é óbvio, de imediato, em função dos preços dos produtos importados, com consequente queda da inflação.
Assim, em termos de seu objetivo principal, a estabilização dos preços, o Plano Real foi um sucesso. Um sucesso que não pode ser descrito apenas em termos da estabilidade econômica, que permitiu, apesar dos seus altos custos sociais. A eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1994, em primeiro turno deve-se, fundamentalmente, à sua apresentação como responsável pelo plano, bem como a sua capacidade

de aglutinação das forças políticas, numa aliança de centro-direita. Com efeito, a coalizão de forças formada em torno do novo presidente mostrou, de forma clara, uma confluência de interesses em torno das propostas supostamente "modernizadoras", mas que de fato implicavam a adesão completa e incondicional aos termos do "Consenso de Washington" e das políticas neoliberais.

Com efeito, o primeiro mandato de FHC mostrou sua face logo de início, com a inviabilização do projeto social contido na Constituição de 1988, por meio de uma reforma/revisão constitucional que, a pretexto de acabar com supostos "privilégios", ou "injustiças", ou ainda como "financeiramente insustentáveis", atacou frontalmente os direitos sociais: a 'reforma da previdência' é exemplo claro desse processo.[2]

Uma análise sobre os chamados 'gastos sociais' do governo entre 1995 e 1998, em setores como educação, saúde, trabalho, assistência e previdência social, demonstra como foram tratadas as políticas sociais no período: cortes nos orçamentos dessas áreas são constantes, sob pretexto do ajuste fiscal, penalizando sobremaneira as populações mais carentes, principais usuárias desses serviços.[3]

A reeleição de FHC significou, obviamente, a continuidade desse processo. A grande imprensa nacional, sempre tão empenhada em anunciar as propostas do governo como as "únicas possíveis" para o "bem" do país, já não conseguia esconder o fato de que os recursos destinados aos chamados 'programas sociais' do governo não tinham sido empregados, embora o lançamento de cada um desses programas tivesse se dado com grande publicidade.

Analisando a questão da soberania dos Estados nacionais e sua relação com a globalização econômica, Fiori (2001) observa que a soberania dos Estados latino-americanos foi sempre frágil, e que a aplicação uniforme das políticas e reformas neoliberais, nessa região, com a desregulação dos mercados e abertura das fronteiras econômicas, tem significado a submissão das moedas e economias desses países às decisões dos países centrais e dos agentes financeiros privados globais. Um processo que, naturalmente, não se deu unicamente de fora para dentro, mas

> Resultou da decisão política e econômica dos estados mais poderosos e soberanos e dos seus agentes econômicos privados, e só avançou na medida em que se encontrou com a adesão entusiástica das elites políticas e econômicas locais que sempre lucraram, economicamente, com a condição de anexo geoeconômico e geopolítico do mundo anglo-saxão (Fiori, 2001: 69).

Enquanto os países da América Latina, em geral, viviam a crise da dívida externa, com índices de inflação que os deixaram arrasados socialmente, os países de capitalismo avançado já se preparavam para intervir nesses países, apontando "saídas", nas reuniões de cúpula dos países ricos, via organismos internacionais, para resolver a crise dos países subdesenvolvidos, introduzindo nesses as políticas do programa ultraliberal. Na década de 1970, a estabilidade monetária passou a ser o objetivo principal dos oligopólios dos países centrais, para garantir o controle pleno dos mercados mundiais.

O pensamento conservador, que está nas bases desse processo, apontava os "excessos de políticas sociais e de democracia" como responsáveis pelas crises financeiras, fertilizando as opções econômicas com a ideologia apropriada.

A saída apontada para a crise da América Latina foi a renegociação de sua dívida externa, para que esses países continuassem a ter acesso aos investimentos estrangeiros. Obviamente, a renegociação da dívida

---

2 Ver sobre o assunto Werneck Vianna (1999) e Paulo Neto (1999). Neto afirma que o projeto de FHC, no que toca às políticas sociais, fere especialmente a seguridade social "porque nela está o nervo das políticas centrais para as massas trabalhadoras". Isto se dá em duas orientações gerais: a privatização e a mercantilização. A primeira refere-se especialmente à política de assistência, transferida para a sociedade civil, de forma despolitizada, reduzindo-a à filantropia, retirando-lhe o estatuto de direito social. Já a mercantilização envolve prioritariamente a saúde e previdência: trata-se de, reservado ao Estado um papel residual, entregar ao mercado a organização e gestão dos seguros sociais e de saúde. (87 / 88)

3 José Paulo Neto (1999: 86) aponta dados sobre a redução de recursos para implementação de políticas sociais, nas áreas apontadas acima, entre 1995 e 1998, sinalizando que os recursos cortados foram remanejados e investidos em áreas de interesse do grande capital, especialmente no pagamento dos serviços das dívidas interna e externa.

envolveu a aceitação de um programa de reajustes estruturais, necessários às reformas liberais em curso no mundo. No centro desse processo, a abertura de suas economias ao grande capital internacional através da desregulamentação dos mercados de capitais e da privatização do patrimônio público.

A abertura comercial e financeira do Brasil - intensificada por Collor de Melo - foi fortemente consolidada por Fernando Henrique, tornando-se incompatível com qualquer projeto de desenvolvimento ou de políticas setoriais de defesa da produção e do emprego nacionais. Ao contrário, tais propostas foram caracterizadas como corporativistas ou inflacionárias (Matoso, 1999), fazendo vista grossa para o fato de os países ricos, que vêm impondo as reformas liberais na periferia do sistema, adotarem políticas protecionistas.

As consequências dessa política no mercado de trabalho foram dramáticas. Não apenas o desemprego alcançou níveis alarmantes, como o emprego formal contraiu-se mesmo quando a economia cresceu; ao mesmo tempo em que aumentava a informalidade e a miséria.

As taxas de crescimento e de desemprego na década de 1990 são representativas desse processo: a taxa de crescimento do PIB, de 5,9% em 1994 foi caindo até chegar a 0,7 em 1998; enquanto a taxa de desemprego subia de 5,1% em 1994 para 7,5% em 1998 (Matoso, 1999). O crescimento do desemprego continuou subindo, chegando a 12,3% em 2003, de acordo com o IBGE.

As políticas de combate ao desemprego, porém, situaram-se no campo da desregulamentação do mercado de trabalho, ou seja, da flexibilização das regras de contratação, uso, remuneração e dispensa da força de trabalho (Matoso, 1999).

Ao mesmo tempo em que o desemprego atingia níveis alarmantes, com todas as consequências acarretadas nos planos pessoal, familiar e social, as condições e relações de trabalho tornaram-se cada vez mais precárias, sobretudo pelo aumento do emprego por conta própria e sem carteira assinada. Um contexto desolador para a ação sindical, que foi substancialmente restringida.

Todas as medidas adotadas pelo Estado brasileiro no sentido de cumprir as metas acertadas no acordo com os credores internacionais, monitorado pelo FMI e BIRD, eram dissimuladas com um discurso em prol da "governabilidade": é preciso – diziam - que o povo compreenda e aceite as "doses amargas" de um remédio necessário para fazer o país "avançar" rumo à "modernidade"; é preciso privatizar, para que o Estado, saneado, possa se tornar "governável"; é preciso que os trabalhadores não se rebelem, que o povo se cale, que aceite as ações do governo, em nome da tal "governabilidade".

Segundo Fiori (1997), as palavras de ordem "governabilidade" e "reformas estruturais" constituem o núcleo duro da estratégia liberal conservadora que vinha se impondo na sociedade. Para ele, o conceito de governabilidade é indeterminado e indeterminável do ponto de vista teórico. Trata-se, afirma ele, de uma "categoria estratégica", cujos objetivos podem variar segundo o tempo e o lugar, mas será sempre situacionista. E questiona:

> Por que, por exemplo, uma alta taxa de inflação seria melhor indicador de ingovernabilidade do que uma alta taxa de desemprego? Por que o desequilíbrio fiscal mais do que o desequilíbrio comercial? Ou, ainda, por que uma baixa taxa de crescimento mais do que uma alta taxa de miséria e concentração de renda? (Fiori, 1997: 39).

Fiori lembra que o termo 'governabilidade' surgiu nos anos de 1960, com uma acepção, e foi tomando outros significados nos anos subsequentes. Nos anos de 1960, quando o pensamento conservador qualificava as crises dos países industrializados e da periferia capitalista como "crise da democracia", causada, naturalmente, pelo "excesso de democracia", o debate, que se dava em torno da "construção democrática", foi desviado para a ideia de "estabilidade política" que podia ser ainda substituída por "preservação da ordem" ou "governabilidade". Na década de 1980, essa ideia foi redefinida, sofrendo influências da chamada 'Nova Economia Política' que, ao elaborar a crítica aos conceitos da teoria clássica, introduziu na política a ideia de sociedade como a soma de interesses individuais, mediatizados por escolhas racionais. Nesse sentido, as instituições políticas (Estado, governos, sistemas políticos) deviam agir de forma a dar o mais amplo espaço para as relações entre esses interesses, limitando o máximo possível as atividades ainda submetidas ao poder regulador dos Estados (Fiori, 1997).

Foi com essa face que o termo foi se inscrevendo no espaço político brasileiro, quando se começou a construir, a partir do final dos anos de 1980, mas de modo acentuado nos anos 1990, um consenso, para o qual a mídia teve papel preponderante, no sentido de minar todas as resistências à implementação das reformas neoliberais que, segundo seus principais defensores, levaria o país à era da 'modernidade', apontando para uma perspectiva de globalização enquanto 'integração' de todos os povos, com homogeneização progressiva da riqueza e do desenvolvimento por meio do livre comércio e livre circulação de capitais.

Tratou-se, na verdade, da adesão quase religiosa de nossas elites ao projeto liberal-conservador personificado por Margareth Tatcher (Inglaterra) e Ronald Reagan (EUA).

Um processo que impôs nos países periféricos – agora batizados de "mercados emergentes" (suprime-se a condição de país para enfatizar a condição de mercado, dando clara manifestação da primazia da economia sobre a política) – a necessidade de correr atrás dos investimentos financeiros, numa concorrência desenfreada, com ampla oferta de vantagens para investimentos em seus territórios (o que implica redução de níveis salariais, eliminação de regulamentações dos mercados de trabalho e redução de cargas fiscais). Essa competição se deu (se dá ainda) não apenas entre os países, mas entre Estados e municípios de um mesmo país. A postura da maioria dos governadores de Estados brasileiros nos últimos anos mostra com clareza essa realidade, que estimula a 'dessolidarização' econômica interna de cada espaço nacional e a fragmentação social dos próprios países (Fiori, 2001).

Outro aspecto dessa adesão é a necessidade de tornar esses mercados atraentes para os investimentos estrangeiros, minimizando-se os fatores de risco com relação a seus investimentos. Isso significa manter estáveis as expectativas dos investidores por meio de uma imagem externa de credibilidade, dando-lhes a certeza da manutenção das 'regras do jogo'.

Ora, na medida em que a economia desses países fica dependente das flutuações internacionais de capitais, a existência de crises internas pode provocar uma fuga desses capitais para outras regiões, o que faz com que os governantes assumam uma postura de impedir a manifestação de qualquer forma de oposição, no sentido de construir uma imagem de consenso nacional em torno das políticas que vêm implementando.

Dessa forma, as democracias extremamente frágeis da América Latina vão sendo limitadas cada vez mais, adequando-se às exigências do novo regime de acumulação financeirizado. Nas palavras de Fiori:

> (...) o funcionamento desse "modelo de desenvolvimento" requer o isolamento dos seus administradores com relação a qualquer tipo de demanda ou reivindicação interna, o que supõe a despolitização radical das relações econômicas, o enfraquecimento dos sindicatos, a fragilização dos partidos políticos e dos parlamentos e, finalmente, a redução ao mínimo indispensável da vida democrática (Fiori, 2001: 129/130).

O Presidente FHC conseguiu, ao longo dos anos de 1990, amalgamar os mais distintos interesses em favor do projeto político e econômico neoconservador, com ampla sustentação dos meios de comunicação de massa, instrumento fundamental da construção – rápida e eficaz – do consenso em torno dessas políticas, levando aos mais distantes cantos do país a ideia de que estava sendo feito não apenas o melhor possível, mas a única coisa que poderia ser feita para inserir o país no "mundo globalizado". Este naturalmente, pintado com as cores dos países do chamado primeiro mundo, ou melhor, com o lado rico e desenvolvido desses países. Um mundo com notória identificação com os Estados Unidos da América.[4]

Todas as demandas sociais possíveis de perturbar a ordem em curso foram convenientemente neutralizadas, seja no movimento sindical, cada vez mais fragmentado e desorganizado; nos movimentos pela reforma agrária com as sucessivas tentativas de desmobilizar e desmoralizar o Movimento dos Sem-Terra (MST); seja no movimento indígena, barrado quando tentou buscar um lugar nas comemorações dos 500 anos do "descobrimento" do Brasil.

Outro espaço em que fica evidente a deteriorização da democracia na última década do século XX é a concentração do poder decisório da distribuição e uso da riqueza produzida no Brasil para os centros financeiros

---

4 Sobre o papel da mídia nesse processo, ver Kucinski, Bernardo. A Mídia de FHC e o fim da razão. In: Lesbaupin, Ivo (org). *O Desmonte da Nação: balanço do Governo FHC*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

mundializados, o que repercute no desequilíbrio dos três poderes clássicos: executivo, judiciário e legislativo. Se os dois últimos ofereciam alguma resistência, em certos momentos, a projetos do poder executivo, não era difícil fazê-los entender e aceitar a "justeza" das intenções governamentais em nome da tal "governabilidade". Mas foi no legislativo, no Congresso Nacional, que se demonstrou a mais completa subserviência a um conjunto de proposições governamentais, aprovadas, nessa instância, como um "rolo compressor". Com efeito, não apenas o governo teve, praticamente em todos os momentos, o Congresso a seu favor, como fez uso e abuso das medidas provisórias, instrumento tão criticado por Fernando Henrique Cardoso, por ser antidemocrático, quando senador da república. Nas palavras de Comparato (1999), o Presidente da República não se limitou a exercer um poder absoluto apenas no ramo executivo do Estado, ele foi também legislador:

> O volume de medidas provisórias editadas e reeditadas, a maior parte delas sem a menor relevância ou urgência, já ultrapassa largamente o número de leis votadas pelo Congresso Nacional, desde a promulgação da constituição. Mesmo quanto à iniciativa das leis, a preponderância do executivo é esmagadora: durante as últimas legislaturas, mais de 80% dos projetos de leis aprovados pelo Congresso foram de iniciativa do "Presidente da República" (Comparato, 1999: 18).

É importante registrar que o Presidente teve, ao longo desse período, a maioria dos parlamentares ao seu lado, fruto da coalizão de forças que o elegeu em 1994 e reelegeu em 1998, além de contar com as campanhas da mídia, que pressionavam o Congresso em favor das propostas do governo. Mesmo assim, em momentos de maior conflito no âmbito do poder legislativo, quando o governo se via ameaçado em alguma de suas propostas, o uso de expedientes grosseiros e profundamente antidemocráticos se fez presente, como ameaça de corte de verbas parlamentares ou a sua liberação em troca da fidelidade às propostas do governo. Isso sem falar em claros indícios de compra de votos para aprovação da emenda da reeleição, cujo processo de investigação foi devidamente abafado pelos próprios aliados do governo, que, embora negue tais expedientes, não conseguiu evitar denúncias da mídia em torno do assunto.

Outro expediente comum no dia-a-dia do governo FHC faz parte da estratégia de considerar as opções feitas por seu governo em termos político, econômico e social, com fortes implicações no campo cultural, como as "únicas possíveis". Nesse sentido, todas as manifestações contrárias à afirmação dessa política foram classificadas como atrasadas, pois contra o 'progresso' do país e sua modernização. Em seus discursos, ficava clara a intenção de desqualificar opositores da 'ordem' por meio de termos que vão de "neobobos", "incompetentes" até "neofascistas".

Os resultados da implementação desse projeto para a frágil democracia brasileira são significativos. Lins & Stepan (1999), em análise da transição e consolidação da democracia em países do sul da Europa e da América do Sul,[5] classificaram o Brasil como um caso de "democracia não consolidada". Tal classificação se dá a partir da análise de cinco componentes críticos considerados necessários para uma democracia consolidada: um sistema de lei e justiça ao qual o cidadão possa recorrer; uma sociedade civil capaz de dar voz a suas reivindicações; um Estado que desempenhe as funções coletivas de importância vital; e uma sociedade econômica que produza tanto imposto quanto riqueza. Segundo os autores, cada um dos cinco componentes apresentam problemas que, não havendo mudanças importantes, podem levar a um colapso da democracia.

Uma pesquisa nacional realizada pelo Instituto Datafolha, em 1992, sobre democracia demonstrou que apenas 42% da população brasileira considerava a democracia preferível a qualquer outra forma de governo, e considerando apenas a população de baixa renda, esse número cai para 35%. Outra pesquisa, realizada em 2001 pelo instituto de pesquisa chileno Latinobarômetro, no Brasil conduzida pelo Ibope, constatou que o regime democrático perdeu respaldo em toda a América Latina. Na resposta à pergunta sobre a preferência à democracia, as respostas foram as seguintes, em %:

5 Os países são: Espanha, Portugal, Grécia, Uruguai, Argentina, Chile e Brasil

A democracia é preferível a qualquer outro tipo de governo

	1995	1996	1997	1998	2000	2001
Argentina	76	71	75	73	71	**58**
Bolívia	s.d	64	66	55	62	**54**
Brasil	**41**	**50**	**50**	**48**	**39**	**30**
Chile	52	54	61	53	57	**45**
Colombia	s.d	60	69	55	50	**36**
Costa Rica	s.d	80	83	69	83	**71**
Equador	s.d	52	41	57	54	**40**
El Salvador	s.d	56	66	79	63	**25**
Guatemala	s.d	51	48	54	45	**33**
Honduras	s.d	42	63	57	64	**57**
México	49	53	52	51	45	**46**
Nicarágua	s.d	59	68	72	64	**43**
Panamá	s.d	75	71	71	62	**34**
Paraguai	52	59	44	51	48	**35**
Peru	52	63	60	63	64	**62**
Uruguai	80	80	86	80	84	**79**
Venezuela	60	62	64	60	61	**57**

Fonte: Folha de S. Paulo. 06/08/2001. A - 9.

Pelo quadro, percebe-se que houve, no Brasil, um aumento do número de pessoas apoiando a democracia, nos anos de 1996 e 1997, seguido por uma drástica redução nos anos seguintes, chegando, em 2001, a um índice de 30%, bem inferior ao de 1992, de 42%. Pior, a pesquisa indica que o Brasil só perde para El Salvador, onde apenas 25% da população acha a democracia preferível.

Os indicadores sociais correspondentes aos anos de 1990, principalmente com relação à distribuição de renda, desanimam prognósticos mais otimistas: em 2003 o Brasil era vice-campeão em desigualdade de renda no mundo, perdendo apenas para Serra Leoa, um pequeno país africano que foi colônia inglesa até 1961, e que tem uma economia basicamente agrária. Segundo dados do Banco Mundial, em 1998 o Índice Gini (que mede a distribuição de renda no mundo) do Brasil era 60,1 - o de Serra Leoa, o primeiro em desigualdade de renda, é 62,9. Quanto maior o coeficiente, maior a desigualdade de renda (Gonçalves, 1999: 62). Essa situação de desigualdade permanece no Brasil: de acordo com a Síntese dos Indicadores Sociais (SIS/2011) do IBGE, divulgado em novembro de 2012, os 20% mais ricos concentravam, em 2011, 57,7% do total da riqueza nacional, enquanto os 40% mais pobres ganhavam apenas 11% dessa riqueza. Ou seja, o Brasil continua sendo um dos primeiros em todas as listas que medem desigualdade de renda e concentração de riqueza, e isso explica o elevado nível de pobreza num país que uma das maiores economias do mundo, com abundantes recursos naturais.[6]

O aumento dos problemas com relação à segurança pública, com o aumento da criminalidade, inclusive do crime organizado, o subumano regime carcerário e suas contínuas ondas de rebelião; o aumento da miséria física e social, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, mas não exclusivamente, situações que o Estado tenta responder com políticas assistencialistas, denunciam claramente a falta de políticas públicas capazes de viabilizar condições de vida dignas para grande maioria da sociedade.

6 De acordo com o "Relatório Territorial Brasil 2013", da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil ainda é um dos países com maior desigualdade social do mundo.

A inserção do país no espaço mundial das finanças privadas e desreguladas via projeto neoliberal, portanto, teve como consequência uma deteriorização das condições de vida da população. Realidade que o Brasil compartiu com toda a América Latina.

Os progressos e benefícios da economia globalizada se restringiram e concentraram nos países mais ricos. O estreitamento do acesso dos países periféricos ao conhecimento e às tecnologias de ponta, cada vez mais concentrados naqueles, coloca esses países na condição de meros "consumidores" dos progressos tecnológicos. Considerando as condições internas desses países, apenas uma pequena parcela de suas populações tem acesso, e parcial, a esses benefícios.

Atilio Boron (1999), discutindo a questão da democracia na América Latina no contexto da reestruturação neoliberal em curso, formula duas perguntas essenciais:

> As reformas estão criando uma sociedade boa, melhor que a que tínhamos antes?
> Essas reformas estão conduzindo a uma sociedade mais justa, humana, democrática, próspera, libertadora e ecologicamente sustentável?

O autor argumenta que um simples olhar para a realidade latino-americana pode provar que não caminhamos nessa direção, na medida em que a miséria prolifera nas cidades e nos campos, o número de crianças nas ruas é crescente, os desempregados são numerosos, o aumento do trabalho precário, da criminalidade, tudo isso aponta para uma sociedade dividida em dois polos: um que já não consegue e não quer ocultar sua opulência; e outro que já não pode mais ocultar sua indigência (Boron, 1999: 55, 56).

Percebe-se, assim, que as mudanças que vêm se verificando nos últimos trinta anos, no mundo, e nos últimos vinte anos, no Brasil, estão longe de se limitar aos espaços da economia. Da mesma forma estão longe de "modernizar" o Brasil no sentido de fazê-lo "avançar", como falava Collor e, em seguida, FHC. Se é verdade que tais mudanças servem para inserir o país no "mundo globalizado" – leia-se economia ou finanças globalizadas -, não é menos verdade que essa inserção se dá à custa do aumento da exploração dos trabalhadores, da extinção do pouco que se conseguiu até hoje em termos de direitos sociais e trabalhistas, bem como da imposição de uma concepção de mundo cujo parâmetro é a lei do mercado, ou seja, pautada na competição e no individualismo exacerbado; concepção de vida que, no limite, elege a capacidade de consumo como símbolo de sucesso e cidadania.

Em meio a esse quadro, torna-se mais pertinente o questionamento de Boron (1999): a quanta pobreza e exclusão um regime democrático pode resistir?

O esvaziamento do conceito de democracia, com sua redução ao ritual do voto, promovido pelo credo neoliberal e seu ordenamento econômico, tem permitido a coexistência do regime junto com um modelo de produção extremamente excludente. Nesse contexto, a política é uma dimensão cada vez mais restrita na vida dos cidadãos.

Podemos concluir, assim, que a introdução do neoliberalismo no Brasil, como pensamento hegemônico e definidor das políticas adotadas teve, e tem tido, ainda, impacto significativo no âmbito da vida social, abalando fortemente o processo de construção da democracia, tornando esta um mero conceito, devidamente instrumentalizado e operante para manutenção da ordem dominante, mas completamente esvaziado de seu conteúdo definidor de relações sociais concretas, pautadas na ideia de direitos políticos e sociais.

Francisco de Oliveira (1999) nos lembra que, no Brasil, todo esforço de democratização, de criação de uma esfera pública, de fazer política, decorreu quase inteiramente da ação das classes dominadas; e de como as classes dominantes sempre usaram sua força (com expedientes o mais abusivos possível) para anular essa construção, a participação, tão fundamental para a formação da cidadania.

Nesse sentido, a retomada do pensamento e da ação crítica é vital, para que, a partir das instituições que temos (sindicatos, partidos, associações, entre outras), possa ser iniciado um processo não apenas de resistência, mas também de construção de uma realidade diferente da que se nos apresenta.

Referências Bibliográficas

BORON, Atílio A. "Os *"novos leviatãs"* e a *pólis* democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina". In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Organizadores). *Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?* Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BRASIL. *Constituição Federal*. Brasília, 1988.

COMPARATO, Fábio Konder. *Educação, Estado e Poder.* São Paulo, SP: Ed. Brasiliense, 1987.

COMPARATO, Fábio Konder. "Réquiem para uma Constituição". In: LESBAUPIN, Ivo (Org). *O Desmonte da Nação: balanço do Governo FHC*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FIORI, José Luís. *Brasil no Espaço.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FIORI, José Luís. *Os Moedeiros falsos.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GONÇALVES, Reinaldo. "Distribuição de riqueza e renda: alternativas para a crise brasileira". In: LESBAUPIN, Ivo (Org). *O Desmonte da Nação: balanço do Governo FHC.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

IBGE. *Síntese dos Indicadores Sociais* (SIS). 2011.

KUCINSKI, Bernardo. "A Mídia de FHC e o fim da razão". In: LESBAUPIN, Ivo (Org). *O Desmonte da Nação: balanço do Governo FHC.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

LESBAUPIN, Ivo (org). *O Desmonte da Nação: Balanço do Governo FHC*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

LINS, Juan J. & STEPAN Alfred. *A transição e consolidação da democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

MATOSO, Jorge. "Produção e emprego: renascer das cinzas". In: LESBAUPIN, Ivo (Org). *O Desmonte da Nação: balanço do Governo FHC.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Relatório Territorial Brasil 2013.* 2013.

OLIVEIRA, Francisco de & PAOLI, Maria Célia (organizadores). *Os Sentidos da Democracia: Políticas do dissenso e a hegemonia global.* Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

PAULO NETO, José. "FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras". In: LESBAUPIN, Ivo (Org). *O Desmonte da Nação: balanço do Governo FHC.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SINGER, Paul. "A Raiz do desastre social: a política econômica de FHC." In: LESBAUPIN, Ivo (Org). *O Desmonte da Nação: balanço do Governo FHC.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SINGER, Paul. *Globalização e Desemprego: diagnostico e alternativas.* São Paulo, Contexto. 1999.

WERNECK VIANNA, Maria Lúcia. "As armas secretas que abateram a seguridade social." In: LESBAUPIN, Ivo (Org). *O Desmonte da Nação: balanço do Governo FHC.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

O eleitor «terceira via» no Brasil (2002-2010)[1]

Bruno Mello Souza[2]
bmellosouza@yahoo.com.br

Resumo: As eleições presidenciais brasileiras têm se pautado, desde os anos 1990, pela polarização entre Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), sendo que a anterior hegemonia dos tucanos no final do século passado reverteu-se para os petistas, no poder desde 2002. Assim, tem-se fortalecido nos últimos anos a ideia de uma terceira via, que em 2014 plasmava-se em Eduardo Campos, falecido em desastre aéreo e substituído pela vice Marina Silva. Assim, este trabalho objetiva analisar, em 2002, 2006 e 2010, como têm se configurado e evoluído algumas das características dos eleitores "terceira via". Busca-se, com dados dos Estudos Eleitorais Brasileiro (ESEB), examinar este perfil através das respostas fornecidas pelos simpatizantes dos terceiros colocados em cada pleito- Anthony Garotinho, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 2002; Heloísa Helena, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em 2006 e Marina Silva, do Partido Verde (PV), em 2010- a questões como representatividade e avaliação dos partidos, satisfação com a democracia e opinião sobre obrigatoriedade do voto, além de percepções acerca de PT e PSDB.
Palavras-chave: Eleições; Brasil; PT; PSDB; terceira via

1. Introdução

Quando por volta das 20 horas do dia 5 de outubro de 2014 os dados do Tribunal Superior Eleitoral indicavam a definição do segundo turno das eleições presidenciais entre Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT) e Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), tínhamos no Brasil a confirmação de uma polarização histórica entre os dois partidos. Se a partir de meados nos anos 1990 tivemos uma hegemonia tucana no principal cargo de poder estatal do país, elegendo e reelegendo Fernando Henrique Cardoso (1994 e 1998), a partir de 2002, os petistas viraram o jogo com quatro vitórias consecutivas na disputa pelo governo federal, duas de Luiz Inácio Lula da Silva (2002 e 2006), e duas de Dilma Rousseff (2010 e 2014). Cabe ressaltar que em todos estes pleitos, os dois primeiros colocados foram dos dois partidos em pauta, o que reforça mais ainda essa polarização.

Entretanto, este cenário de polarização não exclui o fato de que, desde o início da mesma, existe uma tendência progressiva de crescimento de candidaturas de terceira via nos primeiros turnos das eleições presidenciais brasileiras. E esta tendência ganhou combustível extra quando, no dia 13 de agosto de 2014, caía em Santos o avião de Eduardo Campos, do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Com isso, sua vice, Marina Silva, que já havia sido terceira colocada no pleito de 2010, assumiu a cabeça da chapa, e ganhou a chance de disputar a presidência uma vez mais. Despontou como favorita para disputar, com vantagem, um segundo turno com Dilma Rousseff. Entretanto, sua candidatura perdeu fôlego e ensejou uma nova velha disputa entre PT e PSDB no turno decisivo das eleições, vencido, ao fim, pelos petistas.

Se por um lado a permanência da polarização entre os dois principais partidos demonstra uma consolidação desta disputa, não é menos verdade que o crescimento das candidaturas de terceira via se coloca não só como uma possibilidade de disputa real nas próximas eleições, como vai consolidando, no mínimo, um tipo de eleitorado que necessita cada vez mais ser ouvido e conquistado por aqueles partidos que polarizam a disputa nesta e nas próximas eleições. Deste modo, ganha significado e relevância um estudo que proponha

---

1 Trabalho aprovado para apresentação no GT 80, do XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Lisboa, 2015.

2 Mestre e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil). Bolsista PDSE CAPES, Processo 99999.003916/2014-06.

analisar o comportamento e algumas das predisposições deste eleitorado que ao longo do tempo vai buscando uma alternativa à já clássica disputa entre PT e PSDB. Se no momento este eleitorado ainda não conseguiu chegar a um percentual que permita a uma candidatura de terceira via romper o ciclo de disputas entre os dois partidos principais, não é menos verdade que tal eleitorado ganha, no mínimo, uma capacidade considerável de desequilibrar a disputa entre petistas e tucanos em eleições vindouras.

Assim, o presente estudo busca verificar algumas das características deste eleitorado de terceira via, entre 2002 e 2010, utilizando para isto dados de *surveys* dos Estudos Eleitorais Brasileiros (ESEB), e examinando, a partir destes dados, como estes sujeitos se posicionam em questões referentes a representatividade e avaliação dos partidos, satisfação com a democracia e opinião sobre obrigatoriedade do voto, além de percepções acerca de PT e PSDB. Inicialmente, apresentamos um breve histórico das eleições presidenciais brasileiras desde 1994, ano este que marca o início da polarização, nas campanhas, entre os dois partidos.

2. Breve histórico das eleições presidenciais brasileiras (1994-2014)

2.1. Eleições de 1994: o Real venceu

O contexto eleitoral de 1994 apresentava, em um primeiro momento, um cenário de favoritismo de Lula, fortalecido pela organização da Caravana da Cidadania pelo PT, na qual o candidato percorreu o país e ganhou adesão por parte do eleitorado (Gugliano & Jerez, 1996). Entretanto, o rumo da campanha começou a mudar em julho de 1995, a partir da entrada em circulação de uma nova moeda, o Real, plano elaborado pelo então ministro da fazenda do governo de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso (F.H.C.), que viria a candidatar-se à presidência. F.H.C. colocou-se, assim, como uma espécie de "pai do Real", contando, para isto, com um posto privilegiado institucionalmente (Almeida, 1999). Deste modo, criou-se um movimento de aglutinação das diferentes elites políticas e econômicas em torno da candidatura de F.H.C., e contra Lula (Gugliano & Jerez, 1996).

A partir do início oficial da campanha, F.H.C. tratou de vincular diretamente sua candidatura ao Plano Real, assumindo o posto de criador do mesmo e, assim, colocando-se como o candidato mais adequado para dar continuidade bem-sucedida e segura à nova moeda. Nesse sentido, a conquista da estabilidade econômica seria o primeiro passo em direção à resolução dos demais problemas do país durante seu mandato (Porto & Guazina, 1999). O diagnóstico corrente neste cenário era o de que o Real conseguiu derrubar a inflação, baixar os preços e elevar o nível de emprego no país, o que gerou um ambiente de otimismo e apoio popular (Idem, 1999). Nesta esteira da campanha, cabe ressaltar também que, em meio a este apelo, F.H.C. tratou também de ocultar sua aliança com partidos conservadores como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido da Frente Liberal (PFL), como bem salientam Gugliano e Jerez (1996):

> *La estrategia de Cardoso estaba basada, además de la ya comentada instrumentalización de la imagen del intelectual y de la nueva moneda, en otra reveladora directriz: la desvinculación de Fernando Henrique Cardoso de sus socios de coalición. Em los espacios televisivos dedicados a la disputa presidencial nunca apareció el candidato a vicepresidente, que era designado por el PFL; en los reservados a las proporcionales aparecían los candidatos de los respectivos partidos sin mencionar referencia alguna a la coalición. La intención de ocultamiento, a la vez que exitosa, era patente para los observadores atentos* (Gugliano & Jerez, 1996: 74).

> Lula, por sua vez, trata de rotular F.H.C. como sendo o candidato que representava os latifundiários, banqueiros e o próprio governo, comparando-o a Fernando Collor[3]. A principal estratégia do petista era a de tentar desmoralizar o adversário tucano (Porto & Guazina, 1999). No que tange ao Plano Real, Lula adotou uma postura bastante crítica em alguns momentos, taxando-o como um plano eleitoreiro, de caráter passageiro, e que não trazia benefícios ao povo. Essa postura foi alternada com críticas mais cautelosas, quando o candidato afirmava que daria continuidade ao Real em seu governo (Porto & Guazina, 1999; Almeida, 1999).

Ao fim e ao cabo, prevaleceu a ideia de que o continuador ideal para o novo plano econômico, aumentando os salários e combatendo a miséria, era mesmo o seu criador, Fernando Henrique Cardoso, o que se plasmou no resultado das urnas, com vitória do candidato do PSDB ainda no primeiro turno.

Gráfico 1- Resultado das eleições presidenciais de 1994 (%)

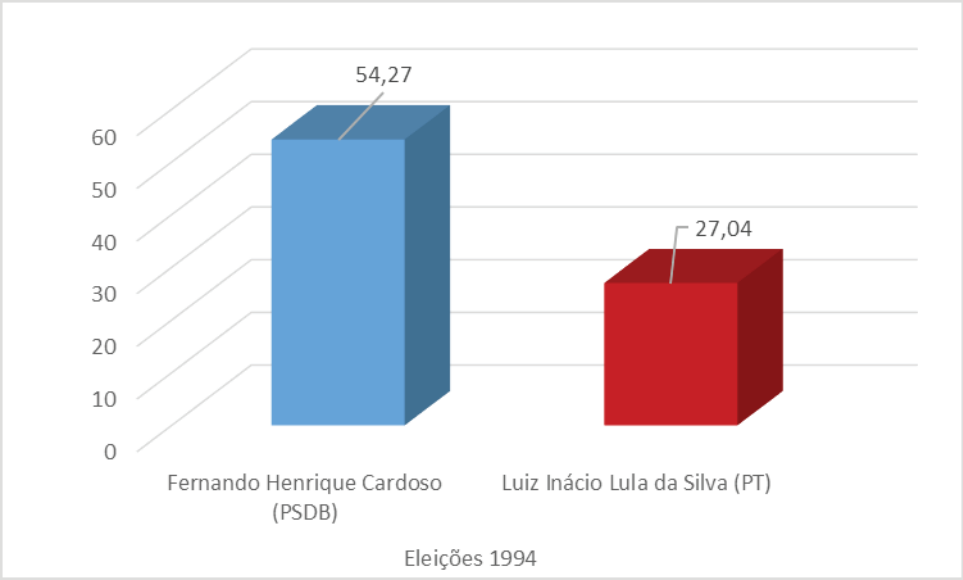

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

2.2. Eleições de 1998: F.H.C., uma vez mais

As eleições de 1998 foram marcadas como as primeiras do novo período democrático brasileiro em que estava posta a possibilidade de reeleição do presidente. E tão logo obteve do Congresso Nacional o direito de concorrer à reeleição, o governo tratou de esvaziar o processo de sucessão, transformando o mesmo numa espécie de ritual de recondução de Fernando Henrique ao cargo, uma simples formalidade permeada pelas eleições (Miguel, 1999). O candidato tucano gozava de índices razoáveis de aprovação popular e, para ele, localizado como estava neste ponto, não era algo interessante discutir alternativas à sua gestão ou prioridades políticas divergentes. Na busca de diminuição dos debates, os sustentadores da candidatura da situação aprovaram no parlamento uma legislação eleitoral que diminuía o espaço para o debate eleitoral, conseguindo, entre outras coisas, a diminuição do tempo de campanha no rádio e na televisão, reduzindo de quatro vezes por semana durante dois meses para três vezes por semana durante 45 dias (Idem, 1999).

Por seu turno, os principais candidatos oposicionistas destacavam em seus programas principalmente a questão do desemprego, apresentando-o como sendo o principal problema social do Brasil (Idem, 1999). Lula

3 Presidente eleito em 1989, renunciou ao cargo em 1992 em meio a um processo de *impeachment* provocado por denúncias de corrupção em seu governo.

também buscou destacar a questão da seca e da fome no nordeste do país, apresentando o desemprego como consequência da política econômica do governo F.H.C. e a fome do nordeste como resultante da falta de sensibilidade dos governantes para com as causas sociais (Idem, 1999).
O cenário econômico era dado num panorama no qual se destacava o agravamento da crise financeira russa, repercutindo fortemente em bolsas ao redor do globo, inclusive no Brasil. A estratégia de F.H.C. nesse sentido foi a de enquadrar tal crise de um modo que lhe beneficiasse, identificando como origem do problema uma questão externa, que escapava às responsabilidades do governo brasileiro; nesse sentido, o mote utilizado foi de que ao país somente caberia proteger-se da melhor forma possível, e assim, era fundamental contar com uma equipe experiente e com profundo conhecimento dos meandros do Estado brasileiro e dos movimentos relativos ao jogo financeiro internacional (Idem, 1999). Luis Felipe Miguel (1999) ainda complementa:

> O enquadramento era hábil. Por um lado, Fernando Henrique eximia-se de responsabilidade pela crise; por outro, apresentava-se como o único capaz de resolvê-la. De quebra, cutucava seu principal adversário, já que o discurso conservador comumente associa o Partido dos Trabalhadores à "incerteza" quanto aos resultados das reformas sociais que seu programa prevê. Diante de um panorama mundial de tantas incertezas, não seria conveniente adicionar um novo elemento de dúvidas (Miguel, 1999: 7/8).

A campanha oposicionista, por sua vez, tratou de utilizar um outro ângulo para abordar a crise. Principalmente o programa de Lula responsabilizou a política econômica adotada pelo governo federal pela debilidade do país diante das oscilações dos mercados em nível mundial. O PT não negava a existência da crise externa, mas buscava questionar o porquê de o Brasil encontrar-se tão exposto e suscetível a ela. Pode-se resumir a ópera, segundo Miguel (1999) da seguinte maneira: enquanto o enquadramento da situação era o de que havia uma única fonte dos males, qual seja, a crise financeira mundial, a oposição apresentava uma fórmula diferente: o cenário preocupante era resultado de uma fórmula que associava a crise internacional com a política econômica adotada pelo governo federal. Mais uma vez, a estratégia vencedora, ainda em primeiro turno, foi a do PSDB, pautando sua campanha no *know how* de F.H.C. e sua equipe, que, uma vez tendo estabilizado uma moeda no país, também poderia superar a crise econômica colocada em tela.

Gráfico 2- Resultado das eleições presidenciais de 1998 (%)

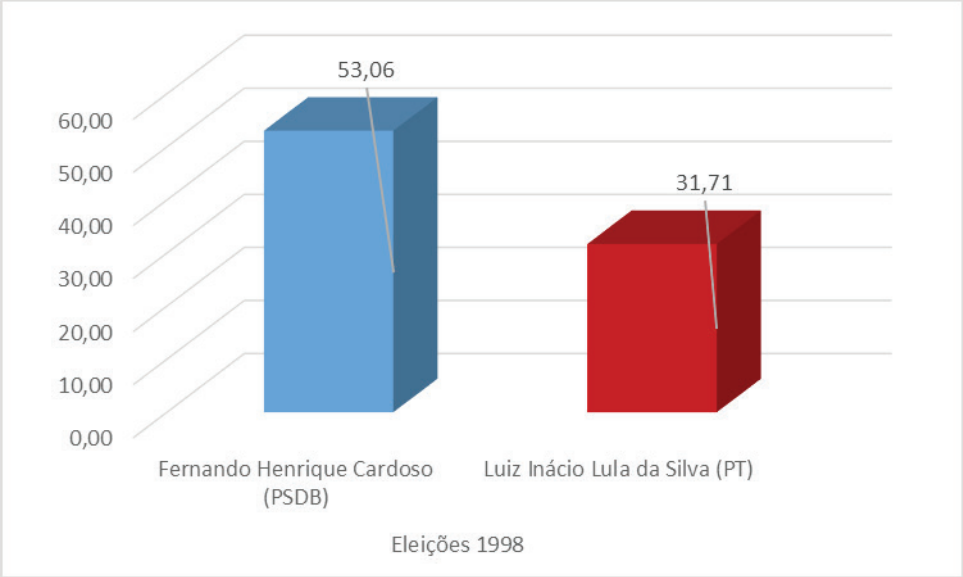

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

2.3. Eleições de 2002: a esperança vence o medo

O segundo governo de Fernando Henrique foi marcado pelo agravamento da crise mundial, e com a dificuldade de governo para lidar com a mesma. Desenhava-se, finalmente, um cenário favorável à candidatura do PT e de Lula. A campanha teve permeando sua pauta o conflito da esperança, vinda da possibilidade mais real do que nunca de uma vitória de um partido com origens nas classes populares e trabalhadoras, contra a insegurança propagada por aqueles que, na voz da atriz global Regina Duarte, "sentiam medo".

Segundo Baquero (2007), foram cinco os principais fatores que levaram o PT à vitória no pleito de 2002: (1) a mudança programática do partido, que gradativamente se afastou das teses mais radicais de uma esquerda socialista para apregoar práticas reformistas, aproximando-se, assim, do eleitor de centro; (2) o papel fundamental do *marketing* político, criando a imagem de um Lula mais leve, conciliador, definido à época como um "Lula paz e amor"; (3) o desgaste dos partidos que foram governo com F.H.C., e o esgotamento das teses neoliberais; (4) a combinação de alianças do PT, juntando-se, por um lado, com outros partidos de esquerda e, por outro, com setores mais conservadores da sociedade, como banqueiros e empresários; (5) a "Carta aos Brasileiros", por meio da qual Lula buscava acalmar os credores nacionais e internacionais, afirmando que em caso de vitória do PT, o governo cumpriria os contratos assumidos e pagaria em dia os juros provenientes da dívida externa e dos contratos com o Estado (Baquero, 2007).

Esta postura mais agregadora de Lula e do PT era provavelmente o último elemento que faltava para a conquista do poder no governo federal. O sentimento de mudança se viu refletido, agora, num caminho que parecia mais seguro. Tal postura levou a que as tentativas de infligir medo à população, vindas da campanha do adversário José Serra e do PSDB, terminassem por ser até os dias de hoje, motivo de galhofa quando são recordados fatos ocorridos em pleitos presidenciais disputados no Brasil. Prevaleceu a esperança e o anseio daqueles que agora, por meio do voto, viam a possibilidade concreta de depositar sua confiança num governo de esquerda, esperança esta refletida com rara precisão e felicidade no refrão do *jingle* da campanha petista: "É só você querer, e amanhã assim será. Agora é Lula, agora é Lula, é Lula".

Gráfico 3- Resultado das eleições presidenciais de 2002 (%)

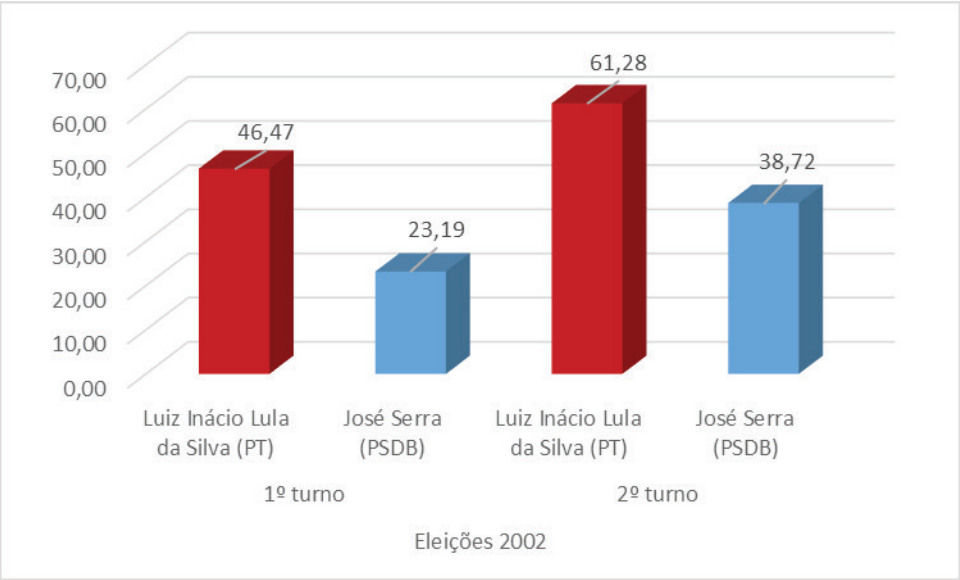

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

2.4. Eleições de 2006: vitória mais de Lula do que do PT

Após quatro anos de governo, Lula voltaria ao pleito para buscar sua reeleição tendo agora como principal rival Geraldo Alckmin, do PSDB. E, nesta eleição, Baquero (2007) constata uma radical alteração no panorama. Um dos aspectos para os quais o autor chama a atenção é para a mudança do eixo de relação Lula/PT. A figura do presidente, neste cenário, assume centralidade no processo de negociação política, relegando seu partido a segundo plano (Baquero, 2007).

A campanha de reeleição de Lula utilizou como principal âncora a defesa das políticas sociais implementadas/ampliadas pelo governo, entre as quais se destaca o Bolsa Família, principalmente nas regiões mais pobres do país (Power & Hunter, 2007 *apud* Baquero, 2007), onde o presidente passou a ser conhecido como uma espécie de "pai dos pobres". Tal centralidade, força e carisma de Lula propiciaram que o candidato deixasse de lado o partido, que em 2002 havia desempenhado papel fundamental em sua eleição. Este panorama, no qual a figura do presidente torna-se maior e mais representativa do que o próprio partido reflete, segundo Baquero (2007) uma velha tradição personalista no Brasil, que para Martins (2002) foi preservada ao longo do tempo.

A postura de Lula, mantendo sua imagem descolada da do PT, foi estratégica no sentido de que o partido, com algumas de suas principais lideranças, estava envolvido em escândalo de corrupção que tomou os noticiários em 2005[4]. Enquanto o partido saía bastante enfraquecido do processo junto à opinião pública, a imagem do presidente se mantinha imune, e mais do que isso, fortalecida, contando com altos índices de aprovação por parte da população (Baquero, 2007). Isso não significa, segundo Baquero (2007), que outros fatores também não tenham contribuído para o êxito do presidente, como por exemplo, a habilidade em colocar o oposicionista Alckmin como um defensor das privatizações e representante do governo de Fernando Henrique, o que levou o candidato tucano a uma rejeição por grande parte do eleitorado (Idem, 2007), chegando a inclusive perder votos entre o primeiro e o segundo turno do pleito.

Ademais, o contexto do ano de 2006 também foi propício para o intento de reeleição de Lula porque havia um otimismo moderado dos cidadãos, principalmente das classes populares, decorrente do bom momento macroeconômico, com moderado crescimento, e o avanço em algumas áreas sociais, além da continuidade do processo democrático formal como forma legítima de representação (Baquero, 2007). Todos estes elementos levaram Lula a manter-se como presidente brasileiro por mais quatro anos.

Gráfico 4- Resultados das eleições presidenciais de 2006 (%)

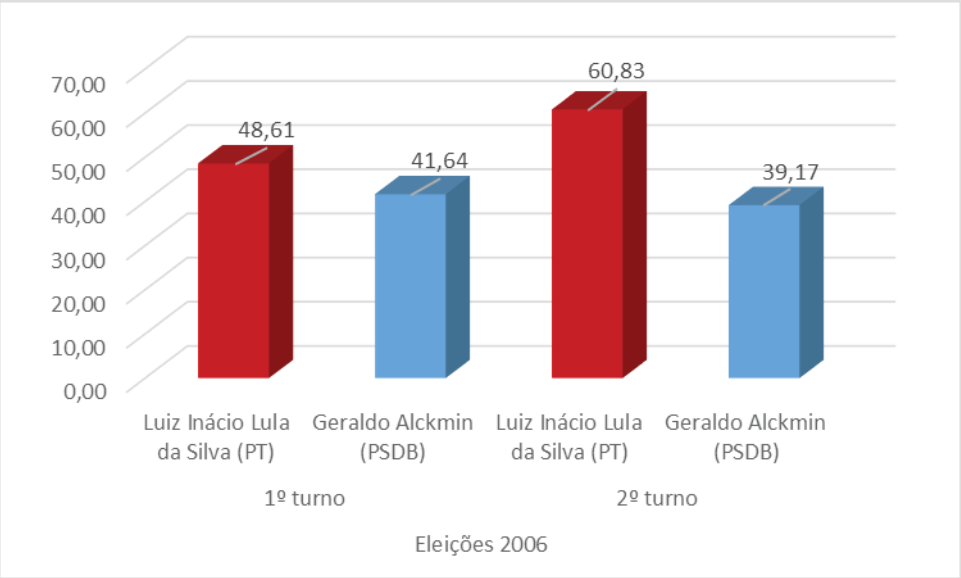

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

4 Este escândalo foi chamado de "mensalão", e foi denunciado pelo então deputado federal pelo Rio de Janeiro, Roberto Jefferson, do PTB. Consistia, a grosso modo, na compra de votos dos parlamentares, apoiando o governo federal.

2.5. Eleições de 2010: Lula intocável, melhor para Dilma

Após dois mandatos de Lula, antecedidos por dois mandatos de F.H.C., chegava a hora de PT e PSDB disputarem a "negra", cada qual com seus candidatos que jamais haviam sido presidentes, Dilma Rousseff, pelo lado petista, e José Serra, pelo lado tucano. Martins (2012) enfatiza também que este pleito era o primeiro que, desde a redemocratização, ocorreria sem Lula como candidato, mas estava, por outro lado, repleta da imagem do presidente.

Desde 2008, o então presidente Lula tratava de apresentar Dilma como a "mãe do Programa de Aceleração do Crescimento" (PAC), e nas entrelinhas, já colocava a então ministra-chefe da Casa Civil como potencial candidata à presidência da república. Neste contexto, Dilma Rousseff aparecia como uma possível nova eleição de Lula, como uma figura que ensejaria uma reeleição virtual do presidente (Martins, 2012). Martins sublinha que na campanha, se já havia no imaginário popular o sentimento de dois tempos distintos (de F.H.C. e de Lula), o presidente direcionaria seus esforços para reforçá-lo e enaltecer as conquistas de seu governo (Idem, 2012).

Pelo lado do PSDB, o partido trazia consigo algumas lições do pleito anterior. A estratégia de Lula de contrapor seu governo ao de F.H.C., tornando Alckmin um mero reflexo de seu colega de partido e ex-presidente, havia sido extremamente bem-sucedida. Com isso, José Serra buscou distanciar-se do embate Lula e F.H.C., tentando não se colocar como opositor direto do presidente, evitando, assim, ataques diretos a Lula. Em sua campanha, Serra buscava mostrar que os avanços do país não iniciaram com o PT, mas sim com o Plano Real, que fora formulado e consolidado por seu parceiro de partido, Fernando Henrique Cardoso (Idem, 2012).

Nessa esteira, os tucanos acreditaram que não atacar o presidente e mostrar Serra como o mais preparado, seria a chave de uma possível vitória. O horário eleitoral do PSDB não apenas poupou Lula, como tentou surfar no sucesso do presidente, apresentando Serra como o mais capacitado para seguir o governo Lula. O problema encontrado pela campanha tucana foi a declaração explícita do apoio do presidente à candidatura de Dilma Rousseff, no próprio horário eleitoral gratuito. Esvaziou-se, assim, o lugar de divergências e críticas que há anos o PSDB ocupava em relação ao PT, o que abriu caminho para o crescimento da candidatura petista (Idem, 2012). No segundo turno, nem a invocação maniqueísta de temas polêmicos como o aborto, crenças religiosas, e nem mesmo a tentativa de emplacar a ideia de uma agressão a Serra por parte de militantes petistas com uma pedra, que depois se constatou ser uma bolinha de papel, desmentida por sua vez por um perito chamado pelo Jornal Nacional como não sendo uma bolinha de papel, mas sim um mortífero rolo de fita adesiva, adiantaram para Serra vencer o pleito. O PT se mantinha no poder pela terceira eleição consecutiva.

Gráfico 5- Resultado das eleições presidenciais de 2010 (%)

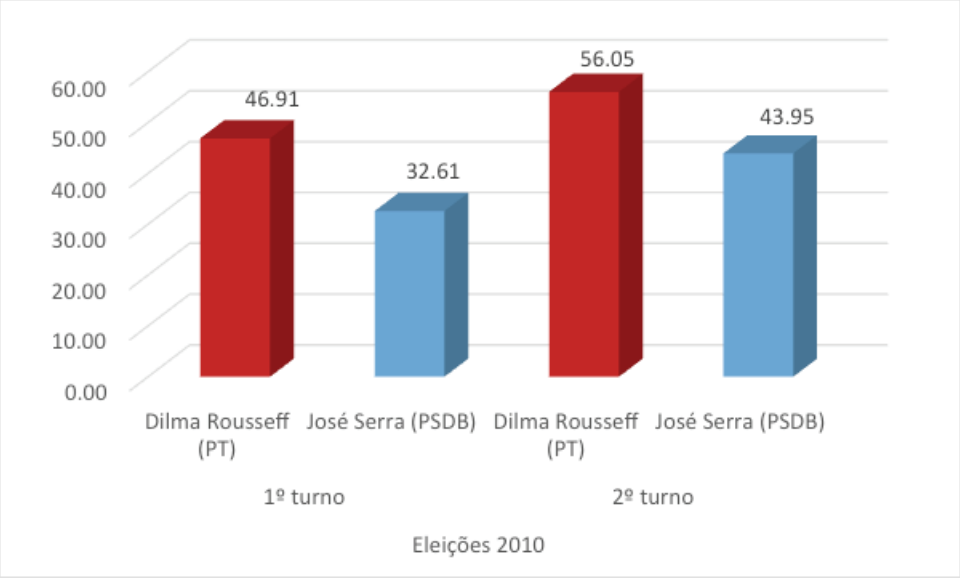

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

2.6. Eleições 2014: Marina morre na praia, e a polarização continua

O cenário eleitoral de 2014 sofreu uma forte sacudida quando, no dia 13 de agosto, caía na cidade de Santos o avião do candidato Eduardo Campos, do PSB, vitimando fatalmente o ex-governador do estado de Pernambuco. Com isso, a vice Marina Silva assumiu a ponta da chapa, adquirindo mais uma oportunidade de concorrer à presidência da república- ela já havia disputado o posto em 2010, ficando em terceiro lugar; à época, Marina estava no Partido Verde (PV).

Sua candidatura, embalada pela comoção com a morte de Campos, decolou, e Marina Silva despontou como favorita a disputar, com vantagens, o segundo turno com a candidata à reeleição, Dilma Rousseff. Entretanto, a candidata do PSB enredou-se em suas próprias contradições e na esquizofrenia de uma campanha que dizia querer "o que há de bom em todos os lados" e apostava numa "nova política" que até hoje não se sabe ao certo o que é. Aécio Neves, do PSDB, cresceu com sua candidatura, posições e propostas um tanto mais claras, e tomou o espaço de Marina Silva, chegando ao segundo lugar no primeiro turno e emplacando com força a sua campanha no segundo. Confirmou-se, assim, pela sexta eleição consecutiva, abarcando um espaço temporal de 20 anos, a tendência à polarização entre tucanos e petistas, com os dois partidos ocupando invariavelmente as duas primeiras posições nas disputas presidenciais deste período.

Gráfico 6 – Resultados do primeiro turno das eleições presidenciais de 2014 (%)

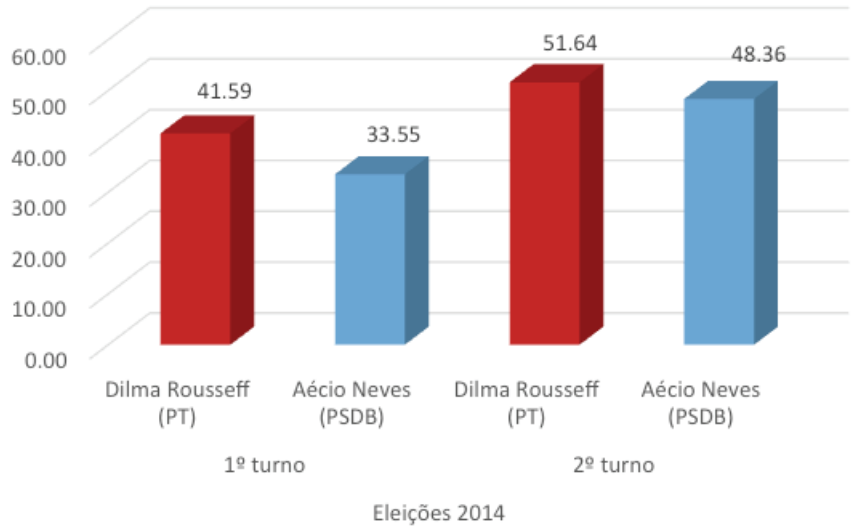

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Em disputa acirradíssima, Dilma Rousseff venceu Aécio Neves no segundo turno e confirmou a hegemonia petista verificada nos últimos pleitos, sempre no embate direto com os candidatos indicados pelos tucanos. No entanto, mesmo considerando a permanência do cenário de polarização entre PT e PSDB, as eleições de 2014 sinalizam, também, uma tendência de crescimento das candidaturas de terceira via. Tais candidaturas vêm, ao longo do tempo, progressivamente aumentando seus percentuais, e por isso mesmo, analisar o comportamento destes eleitores torna-se relevante não só do ponto de vista da análise do perfil de eleitores para uma possível vitória futura de uma força que destoe da dicotomia PT/PSDB, mas também porque estes votos, se ainda não são suficientes para a vitória do próprio candidato em tela, são valiosos quando se trata de disputas de segundo turno. O gráfico abaixo apresenta a evolução eleitoral das campanhas de terceira via[5] nos últimos anos.

5 Por candidaturas de terceira via se está considerando pura e simplesmente as candidaturas que terminaram em terceiro lugar nos respectivos pleitos.

Gráfico 7- Evolução das candidaturas de terceira via no Brasil (1994-2014) (%)

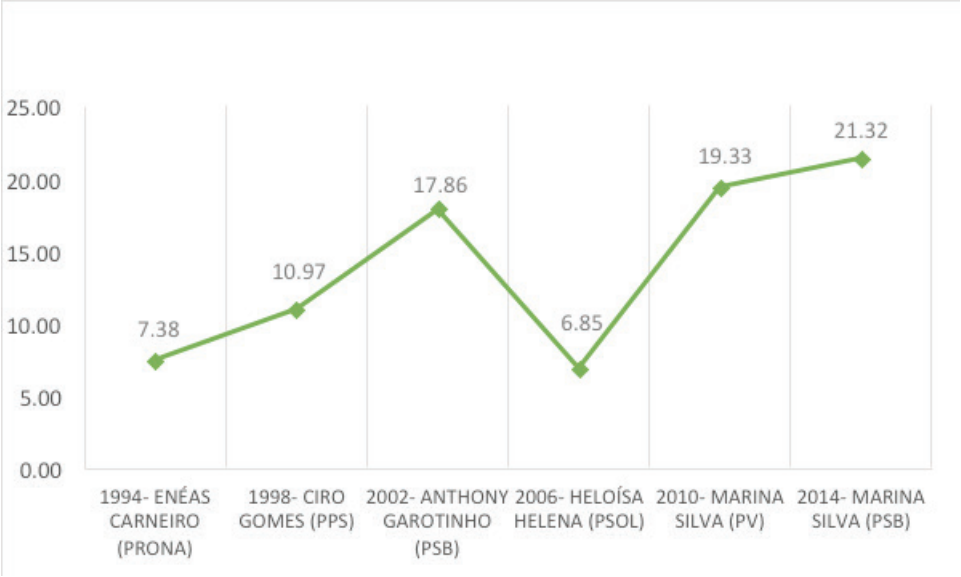

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

É possível notar no gráfico acima que nos últimos 20 anos, efetivamente, tem ocorrido o fenômeno de crescimento das candidaturas que se colocam como terceira força no Brasil. A única candidatura que rompeu esta tendência foi a de Heloísa Helena, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em 2006. Tratava-se de uma candidatura de extrema esquerda, com um caráter mais voltado ao protesto do que propriamente a disputar com condições minimamente reais, o maior posto executivo do Estado brasileiro. De resto, as candidaturas, que à exceção da ultranacionalista de Enéas, sempre se localizaram no eixo de centro-esquerda do espectro político brasileiro, apresentaram crescimento percentual significativo. As candidaturas de terceira via praticamente triplicaram seu percentual de votos nos últimos 20 anos.

Exatamente por este motivo, a próxima seção deste artigo destina-se a examinar as opiniões e percepções destes eleitores de terceira via em relação a aspectos que dizem respeito à democracia brasileira e aos dois partidos que polarizam a disputa presidencial nos últimos anos, com dados dos Estudos Eleitorais Brasileiros, nos anos de 2002, 2006 e 2010.

3. Percepções e opiniões dos eleitores de terceira via no Brasil (2002-2010)

O já demonstrado crescimento percentual dos eleitores de terceira nos últimos 20 anos de pleitos nacionais, instiga uma investigação do que, afinal, estes cidadãos pensam, seja em termos de suas relações com o sistema democrático vigente no país, a percepção e avaliação dos partidos e suas inclinações concernentes aos dois partidos que têm polarizado as disputas no Brasil desde 1994. Os dados utilizados são dos Estudos Eleitorais Brasileiros, do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 2002, 2006 e 2010[6]. Iniciamos a análise com uma percepção mais ampla a respeito da democracia no país, verificando o que os eleitores dos candidatos de terceira via responderam quando perguntados sobre a satisfação com este sistema político.

6 Amostra de 2002: 2513; de 2006: 1000; e de 2010: 2000.

Gráfico 8 - Satisfação com a democracia no país (%)

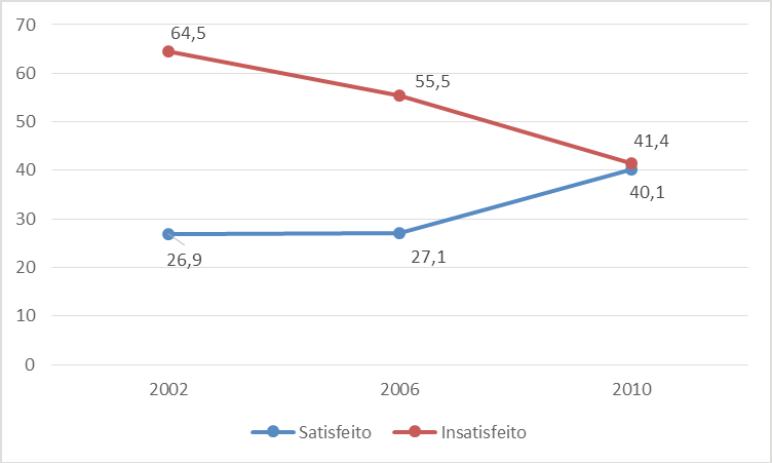

Fonte: ESEB.

n (2002)= 263, n (2006)= 39, n (2010)= 328
* Em "satisfeito" agregou-se "satisfeito" e "muito satisfeito"; em "insatisfeito" agregou-se "nada satisfeito" e "pouco satisfeito".

De um modo geral, tem havido um aumento da satisfação dos eleitores de terceira via para com a democracia no Brasil. Entre 2002 e 2006, há uma estabilidade entre os que afirmavam sua satisfação, flutuando em 27%, e aumentando consideravelmente em 2010, quando tal percentual alcança 40% dos entrevistados. Cabe ressaltar ainda a queda progressiva dos que afirmam estar insatisfeitos, ou seja, a dimensão negativa da satisfação apresenta uma notícia ainda mais promissora para a democracia do ponto de vista da opinião pública deste tipo de eleitor. É necessário ressalvar, entretanto, que os movimentos de junho de 2013 podem ter causado um impacto de reversão neste cenário, no sentido de que se verificou muito de um discurso anti-institucional, com certa repulsa inclusive aos partidos e aos políticos de maneira genérica. Se por um lado os dados apresentam dados relativamente positivos em termos de avaliação mais ampla, é interessante examinar, por outro, como se dá a relação com a democracia de maneira mais prática, ou seja, do ponto de vista atitudinal, os eleitores de terceira via compareceriam às urnas se isto não fosse obrigatório no Brasil?

Gráfico 9 - Votaria se não fosse obrigatório (%)

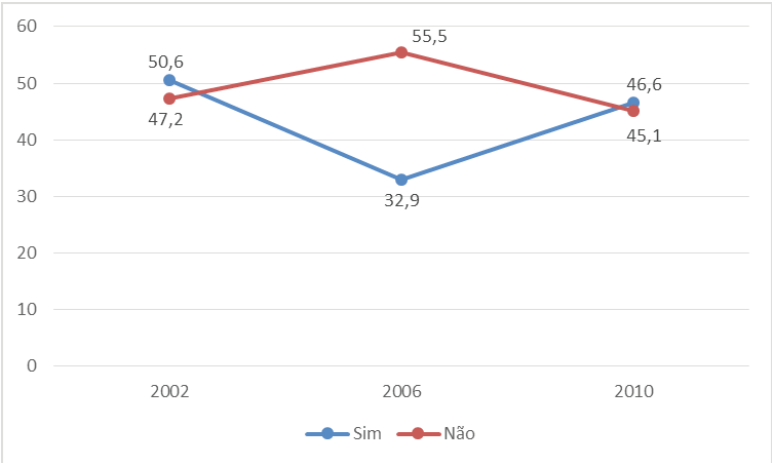

Fonte: ESEB.
n (2002)= 263, n (2006)= 39, n (2010)= 328

É possível perceber primeiramente que o auge da descrença deste tipo de eleitor ocorreu em 2006, após o escândalo do mensalão, quando a terceira via foi uma candidatura mais radical de esquerda, incorporada por Heloísa Helena, do PSOL. Neste ano, apenas 33% dos eleitores de terceira via afirmavam que votariam de qualquer modo, independentemente da obrigatoriedade. Em 2002 e 2010, os percentuais apresentam-se mais equilibrados para os dois lados, sempre próximos dos 50%, mas, ainda assim, há uma pequena queda entre aqueles que afirmaram que votariam mesmo que este ato não fosse compulsório. Vistas as dimensões da democracia e do voto, agora cabe examinar o tipo de relação que estes eleitores estabelecem para com as instituições que são- ou deveriam ser- as representantes políticas por excelência dos cidadãos, os partidos políticos. Inicialmente, verificamos se estes sujeitos se veem identificados com algum dos partidos nacionais.

Gráfico 10 - Algum partido representa sua forma de pensar? (%)

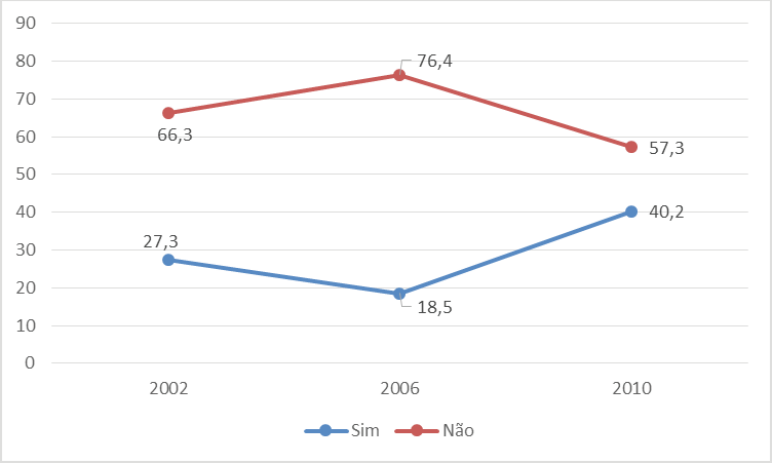

Fonte: ESEB.

n (2002)= 263, n (2006)= 39, n (2010)= 328

Chama a atenção o fato de que a identificação com partidos políticos sofreu variações importantes ao longo do período verificado. Entre 2002 e 2006 ela sofreu um decréscimo de quase 10%- recordando uma vez mais aspectos como o mensalão e o tipo de candidatura de protesto que representavam Heloísa Helena e o PSOL no segundo ponto temporal. Após isso, em 2010, o índice de identificação dos simpatizantes de candidatos de terceira via- neste caso, de Marina Silva- praticamente dobra, chegando aos 40%. Mais uma vez, é importante enfatizar que há uma possibilidade considerável de que esta tendência sofra um revés quando, no futuro, se examinem os dados de 2014, num ambiente de maior revolta e insatisfação da sociedade civil para com os partidos e demais instituições políticas. Depois de verificar a identificação com os partidos brasileiros, o próximo gráfico nos permite um passo além, observando como estes eleitores avaliam na prática os partidos políticos existentes no país.

Gráfico 11- Avaliação dos partidos políticos (%)

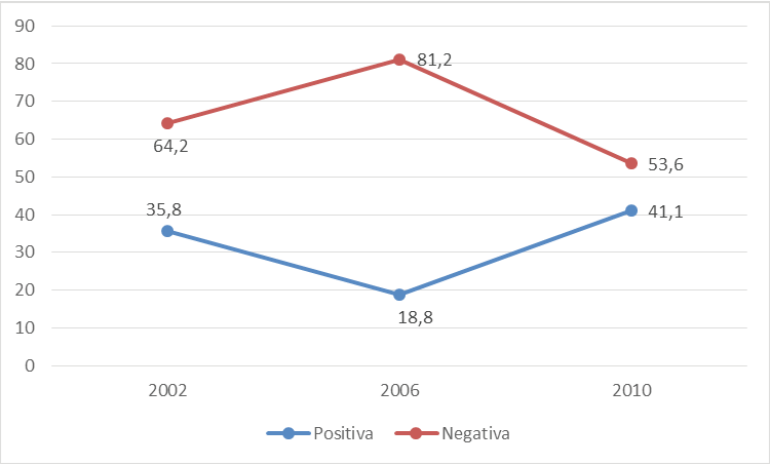

Fonte: ESEB.

n (2002)= 263, n (2006)= 39, n (2010)= 328
*Em "positiva" agregou-se "ótima", "boa" e "regular para boa"; em "negativa" agregou-se "péssima", "ruim" e "regular para ruim".

Novamente, é possível notar com bastante clareza o quanto o contexto eleitoral de 2006 fora problemático em termos institucionais no Brasil. Ali, temos o pico de avaliação negativa dos partidos do país (mais de 80% dos eleitores de Heloísa Helena, na época). E, repetindo algumas das tendências anteriormente verificadas, em 2010 ocorre uma certa recuperação do âmbito institucional brasileiro junto aos eleitores de terceira via, ainda que a avaliação negativa prepondere em todos os pontos de tempo sobre a avaliação positiva. Uma vez observada a relação dos eleitores de terceira via com os partidos brasileiros de forma geral, cabe, por fim, indagar: e no que concerne aos partidos hegemônicos, PT e PSDB, qual é a opinião destes eleitores? Tal pergunta ganha importância na exata medida em que se nota o crescimento do eleitorado de terceira via no Brasil. Se esse perfil de eleitor ainda não emplacou um presidente da república, não é menos verdade que seu voto ganha um peso substancial que pode ser decisivo, no mínimo, para desequilibrar a disputa entre petistas e tucanos nos próximos pleitos. Assim, começamos com a opinião que estes sujeitos possuem sobre o PSDB.

Gráfico 12 - Opinião sobre o PSDB (%)

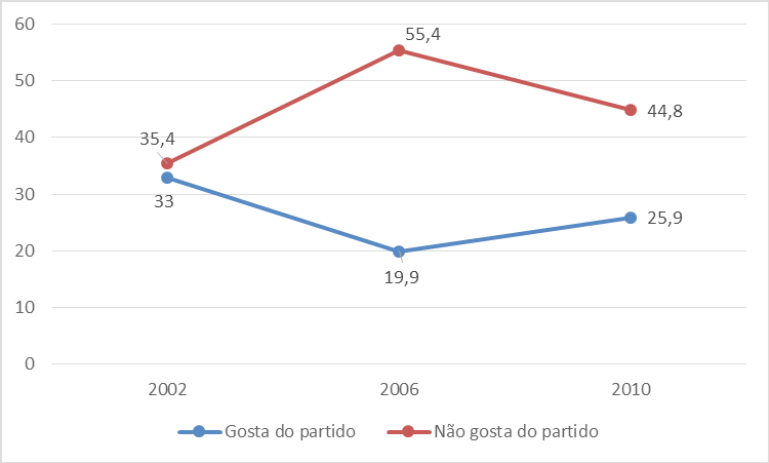

Fonte: ESEB.

n (2002)= 263, n (2006)= 39, n (2010)= 328
* A questão original possuía uma escala que partia de "não gosta do partido", passava por valores de 1 a 9, e chegava a "gosta muito do partido". Assim, de "não gosta do partido" até o valor 4, agregou-se como "não gosta do partido"; do valor 6 até "gosta muito do partido", agregou-se como "gosta do partido". O valor 5, que era exatamente o valor do meio, não foi agregado a lado nenhum.

Nota-se que em 2002, os eleitores de Anthony Garotinho eram os que possuíam maior simpatia pelo partido tucano. Em 2006, como seria de se esperar, o desprestígio deste partido junto aos simpatizantes da candidatura do PSOL chega ao seu auge, com 55% dos eleitores afirmando não gostarem do PSDB. Em 2010, a rejeição ainda é bastante considerável junto aos então eleitores de Marina Silva, porém diminui razoavelmente. A seguir, examinamos a opinião que estes cidadãos têm ao longo do tempo em relação ao PT.

Gráfico 13 - Opinião sobre o PT (%)

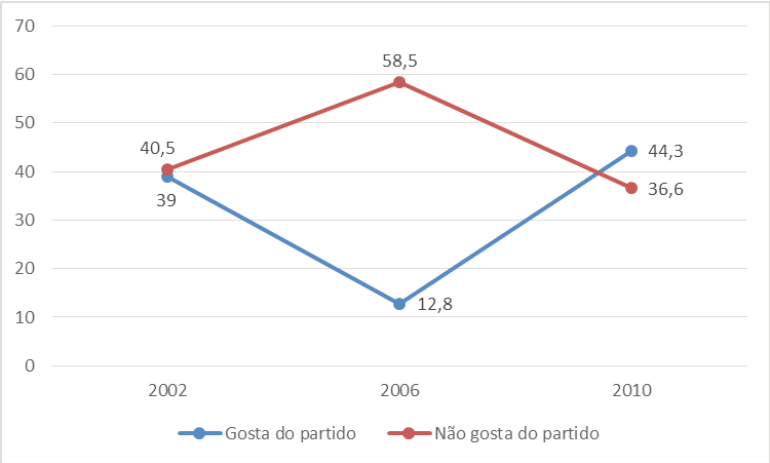

Fonte: ESEB.

n (2002)= 263, n (2006)= 39, n (2010)= 328
* A questão original possuía uma escala que partia de "não gosta do partido", passava por valores de 1 a 9, e chegava a "gosta muito do partido". Assim, de "não gosta do partido" até o valor 4, agregou-se como "não gosta do partido"; do valor 6 até "gosta muito do partido", agregou-se como "gosta do partido". O valor 5, que era exatamente o valor do meio, não foi agregado a lado nenhum.

Novamente, como já se pudera notar no que tange ao PSDB, percebe-se um equilíbrio em relação ao eleitorado da terceira via no ano de 2002, e um aumento muito significativo da rejeição ao PT em 2006, rejeição esta maior inclusive que a que o mesmo eleitorado de Heloísa Helena tinha em relação ao PSDB. Em 2010, porém, a simpatia em relação ao PT aumenta junto ao eleitorado de terceira via, sendo que os simpatizantes de Marina Silva à época inclusive respondiam em maior percentual que gostavam do Partido dos Trabalhadores. Deste modo, o espaço de diálogo com estes eleitores alternativos aos dois partidos principais parecia ser, ao menos até 2010, maior para os petistas. No entanto, o cenário de 2014 apresentou fatos que também podem reverter essa tendência em análises futuras, uma vez que Marina Silva, desta vez, manifestou apoio ao PSDB de Aécio Neves no segundo turno do pleito, o que pode aumentar significativamente a margem do partido tucano para se aproximar deste eleitorado crescente nos próximos movimentos do jogo eleitoral brasileiro.

4. Considerações finais

Neste artigo, buscou-se verificar a ascensão de candidaturas de terceira via no cenário eleitoral brasileiro, e as percepções que os eleitores destas candidaturas têm apresentado acerca de temas como democracia, voto e partidos políticos nacionais. Como para que haja uma terceira via é necessário que haja, antes, outras duas, o primeiro passo seguido neste estudo foi o de realizar uma varredura sobre o cenário de polarização existente nas eleições presidenciais no país, apresentando como se desenharam os pleitos entre os anos de 1994 e 2014, sempre com as presenças de PT e PSDB nas duas primeiras posições, além de enfatizar com dados do Tribunal Superior Eleitoral o flagrante crescimento das candidaturas de terceira via- na maioria das vezes colocadas no centro-esquerda do espectro político- neste panorama.

Em seguida, por meio de dados originários dos ESEB de 2002, 2006 e 2010, examinou-se como os eleitores terceira via têm se colocado nos últimos pleitos em termos de orientações sobre a democracia, o voto, e identificação e avaliação dos partidos políticos, destacando, ao fim, a opinião destes entrevistados sobre PT e PSDB.

O período examinado apresentou um aumento da satisfação dos eleitores de terceira via para com o funcionamento da democracia e equilíbrio (flutuação em torno de 45-50%) entre aqueles que votariam e aqueles que não votariam se ir às urnas não fosse obrigatório. Em relação a essa variável, tal equilíbrio é rompido em 2006, no auge da descrença popular sobre a política, quando um ano antes haviam ocorrido as denúncias de suborno de parlamentares por parte de lideranças do PT, que ficou popularmente conhecido como mensalão.

No que tange aos partidos políticos em si, verifica-se uma queda da identificação destes eleitores com os mesmos entre 2002 e 2006, seguida por um aumento muito significativo em 2010, com a mesma tendência sendo encontrada quando tratamos da avaliação dos partidos políticos, o que demonstra, uma vez mais, a crise institucional instaurada no ano de 2006. E quando se examina as posições dos entrevistados em relação aos dois partidos hegemônicos nas campanhas presidenciais, nota-se uma maior rejeição ao PSDB do que ao PT, o que poderia ser uma janela para um maior diálogo dos petistas para com os eleitores de terceira via.

Entretanto, é fundamental ressaltar que o cenário eleitoral de 2014 apresentou traços que podem subverter muitas destas tendências, a começar pela maior simpatia dos eleitores ora verificados pelo Partido dos Trabalhadores. Isso porque, neste último pleito, ocorreu um desgaste muito grande do PT, em uma disputa acirradíssima com o PSDB, na qual Marina Silva, por exemplo, apoiou o candidato tucano Aécio Neves na disputa do segundo turno contra Dilma Rousseff. O sentimento de antipetismo, que já era bastante notável em grande parte da população nos últimos anos, exacerbou-se de maneira dramática no pleito de 2014, o que pode significar uma maior possibilidade de eleitores terceira via se aproximarem do PSDB em ocasiões futuras.

Outro aspecto importante que surge como componente que pode modificar algumas tendências trata-se do fervilhante movimento de junho de 2013 ocorrido no Brasil durante a Copa das Confederações organizada pela *F*édération *Internationale de Football Association* (FIFA). Naquele momento, verificou-se o crescimento de um forte apelo antipartidário e institucional. Quando tal movimento se expandiu em direção à direita, perdendo o foco inicial- a exigência de redução das tarifas do transporte público- este sentimento de revolta atingiu em cheio o PT e a presidente Dilma Rousseff. Nesse sentido, além da tendência maior de simpatia

do eleitor terceira via pelos petistas, outros elementos podem sofrer drásticas mudanças de configuração em análises que poderão ser empreendidas logo em frente, tais como o aumento da satisfação com a democracia e da identificação e boa avaliação dos partidos políticos brasileiros. A busca de tais respostas será fundamental em estudos que venham a ser realizados daqui por diante, com a importante complementação que dados de 2014 poderão fornecer, com o intento de melhor compreender o cenário democrático brasileiro e seus possíveis desdobramentos em um futuro não muito distante.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, J. (1999), "Lugar de fala, polissemia e paráfrase nos discursos de FHC e Lula sobre o Plano Real". Ícone, I (4), pp. 168-202.

BAQUERO, M. (2007), "Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006). *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, pp. 231-259.

GUGLIANO, A.; JEREZ, A. (1996), "Las elecciones brasileñas de 1994: ¿continuidad o cambio?". *América Latina Hoy*, 13, pp. 73-79.

MARTINS, J.M.L. (2012), *Política para eleitor ver:* imaginários sociais e performances de Serra e Dilma no horário eleitoral de 2010. Dissertação de Mestrado, Fortaleza, UFC.

MARTINS, P.H. (2002), "Cultura autoritária e aventura da brasilidade". In BURITY, J., *Cultura e identidade:* perspectivas multidisciplinares, Rio de Janeiro, XX Editora, pp. 65-104.

MIGUEL, L. F. (1999), "Mídia e eleições: a campanha de 1998 na Rede Globo". *Dados*, v. 42, n. 2.

PORTO, M. P.; GUAZINA, L. (1999), "A política na tv: o horário eleitoral da eleição presidencial de 1994". *Revista Contracampo,* v. III.

O banco mundial, o FMI e economia argentina: o neoliberalismo de Meném e o neodesenvolvimentismo de Kirchner

Fernando Marcus Nascimento Vianini
fernandomvianini@gmail.com

Resumo: Neste artigo, buscaremos analisar as principais medidas políticas e econômicas no governo argentino entre 1989 e 2007. Durante o mandato de Carlos Meném, a economia e a sociedade sofreram com o avanço neoliberal, que foi revertido com a ascensão de Néstor Kirchner ao poder. Buscaremos também demonstrar o apoio dado pelas instituições multilaterais à adoção do receituário do Consenso de Washinton durante o governo de Meném , através dos documentos do Banco Mundial e do FMI.

Palavras-chave: Argentina, neoliberalismo, Banco Mundial, FMI.

1. Introdução

Na Argentina a crise econômica e a hiperinflação, herdadas dos anos 1980, levaram o presidente Carlos Meném a fazer um rearranjo institucional em direção à proposta neoliberal. Contudo, apesar de resolver a hiperinflação e a crise da década de 1980, a adoção de certas medidas neoliberais durante a gestão de Carlos Meném e mantidas pelo governo de oposição de Fernando De la Rúa resultaram numa crise econômica, política e social sem precedentes na Argentina, que alçaram Néstor Kirchner ao poder. Neste momento, as políticas econômicas foram reorientadas em direção ao neodesenvolvimentismo. Almejamos então abordar a trajetória econômica da Argentina desde a posse de Carlos Meném, em 1989, até o final do governo de Néstor Kirchner, em 2007, dando ênfase às perspectivas predominantes do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI).
Objetivamos apreender dois pontos. O primeiro refere-se à reação destas instituições frente às reformas econômicas encabeçadas pelos governos argentinos. E o segundo é buscar o ponto de inflexão na opinião do Banco Mundial e do FMI a respeito da condução da economia argentina. Inicialmente, percebemos que ambas as instituições apoiaram as medidas realizadas pelo governo Meném. A abertura econômica, a liberalização financeira e as privatizações, foram decisões amplamente comemoradas pelos economistas destas instituições. À medida que a economia argentina entra em colapso, durante o governo de Fernando De la Rúa, as instituições financeiras procuraram se eximir das responsabilidades pela adoção do modelo neoliberal, criticando a condução das políticas econômicas pelo governo, somente restaurando sua confiança na Argentina no governo de Néstor Kirchner. Contudo, as instituições nunca atribuem ao modelo neoliberal às razões da crise, mas sim à má condução das reformas pelos governos argentinos.

2. Antecedentes

Após a Segunda Guerra Mundial, podemos identificar um movimento de convergência da economia capitalista no sentido da admissão de significativa ação regulatória do Estado, associada às políticas macroeconômicas de perfil keynesiano. Em 1973, com a crise do petróleo evidencia-se o esgotamento do crescimento econômico inaugurado no pós-guerra. As pressões salariais e fiscais, associadas aos sindicatos e à expansão dos gastos públicos pressionavam a lucratividade dos empreendimentos capitalistas. Na década seguinte, a crise da dívida e o colapso das economias do leste europeu fragilizaram as alternativas mais visíveis às alternativas liberais. Da primeira Rodada Uruguai do GATT até a criação da OMC, passando pelas prescrições contidas no que foi chamado Consenso de Washington, foram definidas as normas que deveriam estabelecer um novo padrão de regulação das economias capitalistas e das relações econômicas

internacionais. As medidas sugeridas dirigiam-se, principalmente, aos países periféricos, aos quais se atribuía o fraco desempenho econômico da década de 1980 à presença de mecanismos que, pouco tempo antes, pareciam ser responsáveis pelo êxito no alcance de um patamar industrial significativo (Chang, 2004).
Na década de 1990, exauridos das poucas soluções encontradas, os postulados do Consenso de Washington, com sua característica neoliberal se tornaram a principal alternativa para esses países. No contexto latino-americano, o Consenso de Washington destacou as raízes de seus problemas na estratégia de desenvolvimento adotada no período pós-guerra, baseada no modelo de industrialização via substituição de importações. O Estado era visto como sufocante e as estatais, fortemente protegidas pelo Estado, assumiram setores que poderiam ter sido ocupadas pelo setor privado, o que reduzia a competitividade externa e desestimulava as exportações.
A Argentina, ao longo da década de 1970, já havia experimentado políticas de abertura econômica durante o regime militar. Entretanto, ainda prevalecia um ambiente nacionalista, o que tornava os militares cautelosos com a dimensão desta abertura, não obstante não dispusessem de um projeto de desenvolvimento com o alcance de seus congêneres brasileiros. Ademais, todos os setores que viviam sob a proteção estatal resistiram fortemente ao liberalismo. Inclusive os grandes grupos econômicos resistiram a algumas medidas a partir do momento em que estas os afetavam diretamente (Romero, 2006). Tais resistências serão progressivamente minadas ao longo do processo político que se sucede à queda da ditadura militar, enredada em dificuldades para condução da política econômica, sitiada pela crítica e ação de atores diversos e abatida pela derrota da aventura militar nas Malvinas.
Com o retorno da democracia, Raúl Alfonsín ficou na presidência entre 1983 e 1989. Apesar de ter fornecido uma considerável contribuição institucional, ao ter restabelecido a plena vigência das instituições republicanas e democráticas, o seu governo foi marcado pela hiperinflação que minou o crescimento econômico do país ao final de seu mandato.

3. O Banco Mundial e o FMI no governo Meném (1989-1999)

Carlos Meném, presidente da Argentina entre 1989 e 1999, fez carreira no interior do Partido Justicialista (PJ). Almejando a presidência da república, Meném foi capaz de se articular com grupos muitas vezes opositores, teceu alianças com os grandes interesses corporativos, empresários, Igreja Católica, sindicatos, militares e dirigentes locais. Em sua campanha, prometeu o "salariazo" e a "revolução produtiva", atraindo diversos outros segmentos da sociedade argentina. Assumiu a presidência tendo como o principal desafio a organização de um Estado economicamente falido, "assolado por uma forte inflação, com a moeda enfraquecida, trabalhadores com salários defasados e uma grande tensão social" (Romero, 2006: 254).
No princípio, procurou eliminar qualquer forma de entrave que poderia ocorrer na condução de suas reformas. O primeiro passo foi ampliar o poder executivo, num momento em que a oposição estava enfraquecida. Logo consegue a aprovação pelo congresso de duas leis fundamentais para as reformas subseqüentes: a Lei de Emergência Econômica, que suspendia todo tipo de subsídios, privilégios e regimes de incentivo, autorizando inclusive a demissão de empregados das estatais e a Lei de Reforma do Estado, que declarou a necessidade de privatizar uma longa lista de empresas estatais, cabendo ao presidente a execução, criando mecanismos para que as privatizações de empresas e negócios estatais fossem efetuadas totalmente ou parcialmente.[1]

1 A lei 23.696 de agosto de 1989 declara em estado de emergência a prestação de serviços públicos, a execução de contratos a cargo do setor público e a situação econômica financeira da administração pública, entidades autárquicas, empresas estatais, sociedades anônimas com participação estatal, obras sociais, entidades financeiras oficiais, bancos públicos e todo ente que tenha a participação majoritária de capital estatal. Esta lei garantiu ao poder executivo nacional a intervenção em qualquer uma dessas entidades acima citadas, englobando todas as instituições públicas, exceto as universidades. Além disso, garante ao poder executivo a criação, fusão, extinção ou transformação de quaisquer empresas públicas, novas ou já existentes. A lei 23.697 é a Lei de Emergência Econômica, que, por sua vez, declara a suspensão de subsídios e subvenções, suspensão dos regimes de promoção industrial, mineira, além de mudanças tarifárias e na organização do Banco Central. Ambas as leis estão disponíveis em: ARGENTINA. Información Legislativa y Documental (INFOLEG). Disponível em http://infoleg.mecon.gov.ar, [consultado em 20-05-2011].

O segundo passo foi sobre o poder judiciário, com a criação de mais quatro vagas para juízes na Suprema Corte, garantindo uma maioria favorável ao governo no poder judiciário. Por fim, seu esquema de governança fechava no patrimonialismo e na corrupção:

> "O "palácio" era tanto sua residência particular, quanto a sede do poder público, e uma confusão similar se instalava a respeito do tesouro público, às vezes confundido com uma bonificação de guerra. [...] A corrupção, amplamente usada para aparar resistências e cooptar adversários, selou um pacto entre os membros do grupo governante, tão sólido quanto o pacto de sangue que unira os militares durante a ditadura. [...] Em suma, tecnicamente falando, o país era governado por uma quadrilha" (Romero, 2006:264-265).

Para solucionar o problema da hiperinflação, Meném seguiu alguns dos postulados do Contexto de Washington: desvalorizou a moeda, ajustou as tarifas dos serviços públicos e dos combustíveis, concedeu um aumento de salário inferior à inflação e deu início às privatizações (Ferrer, 2006). A Entel, responsável pelo sistema de telecomunicações, foi a primeira a sofrer com este processo. Na mesma época ainda foram vendidas as Aerolíneas Argentinas, várias empresas petroquímicas, além de diversos canais de televisão. Os ministros da economia de Meném implementaram o Plano BB, que consistia no aumento das tarifas, redução de gastos públicos, suspensão dos subsídios e incentivos fiscais, aumento de impostos sobre exportações, desvalorizações cambiais e compressão dos salários. Todavia, o plano fracassa. Em dezembro de 1989 foi adotado o "Plano Bonex", baseado na elevação das taxas de juros a níveis acima da inflação e na reestruturação da dívida pública. Entretanto, ao ser retomado o pagamento da dívida externa com o FMI, a hiperinflação de finais da década de 1980, voltou com força total.

Os sucessivos fracassos destes planos alçaram um novo economista ao Ministério da Economia, Domingo Cavallo. Este conseguiu a aprovação da Lei de Conversibilidade, que estabelecia a paridade cambial fixa, em abril de 1991. Foi também estabelecida uma redução das tarifas, que resultaram no fim da fuga de capital nacional para o dólar, na queda da inflação, no reaquecimento da economia e no aumento do consumo (Romero, 2006). As privatizações continuaram. Responsável pelo petróleo argentino, a YPF, foi privatizada, mas com o Estado controlando parte das ações.

A Argentina mostrava que era capaz de resolver todos os problemas econômicos abraçando o neoliberalismo. As agências multilaterais, em especial o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, se valiam da condição argentina, afirmando que o país era um exemplo a ser seguido pelos demais países emergentes (Beinstein, 2001).

No campo externo, contudo, o México convivia com problemas acumulados na área econômica. Em 1994, Ernesto Zedillo tentou resolver o problema dos déficits nas contas externas, alterando a política econômica do país. Assim que isto ocorreu, houve fuga de capitais, que exigiu a implementação de um pacote de ajuda financeira. As economias mais abertas logo sofreram com a Crise do México. O governo Meném rapidamente agiu: cortou orçamentos, reduziu salários dos funcionários públicos e aumentou os impostos. As empresas conseguiram contornar a sobrevalorização do peso, graças aos salários baixos dos funcionários e à melhoria na produtividade. Neste contexto, com o relativo sucesso obtido com suas reformas econômicas que acabaram com a hiperinflação e com a oposição desorganizada, Meném consegue sua reeleição. Contudo, durante o segundo governo de Meném o desemprego e a dívida externa eram problemas para os quais já não se conseguia encontrar soluções (Romero, 2006).

Em 1996, Cavallo iniciou uma nova série de privatizações e conseguiu que fosse declarada emergência provisória, o que afetava diretamente as remessas de dinheiro da união para as províncias. Na impossibilidade de pagar os salários dos funcionários públicos, muitos governadores tiveram que vender bancos provinciais e empresas públicas, além de reduzir o quadro de funcionários. A insatisfação da sociedade e dos políticos aumentava e a relação entre Meném e Cavallo se estremeceu. Os peronistas barraram a Lei de Orçamento de 1996 e Cavallo, contrariado com a falta de apoio de Meném, passou a criticá-lo abertamente e também a toda a base de apoio a ele dentro do governo. Quando o pacto entre Meném e Cavallo é rompido, Cavallo cai

do Ministério. Em seu lugar assume Roque Fernández que não alterou as políticas econômicas coordenadas por Cavallo. Os correios, os aeroportos e o Banco Hipotecário Nacional foram privatizados. As ações do Estado sobre a YPF foram por fim vendidas para a empresa Repsol, da Espanha (Romero, 2006).

Em 2 de julho de 1997, ocorre outro choque externo, vindo do leste asiático. A partir do momento em que o governo tailandês deixa sua moeda flutuar livremente, sua desvalorização provoca uma turbulência na economia regional, causando uma crise financeira em todo o mundo. "Até o último momento, o FMI e o Banco Mundial, cultivavam a imagem do milagre da economia de mercado no leste asiático, e assim continuaram fazendo mesmo após a eclosão da crise" (Beinstein, 2001: 14) Porém, em alguns dias o que antes era destacado por estas instituições como centros dinamizadores da globalização e da economia de mercado, o leste asiático passou a ser considerado perigoso para os investimentos, infestado de especuladores e de governantes irresponsáveis e corruptos.

Outros países foram seguindo a quebradeira geral. Após a crise da Tailândia, Coréia e Japão não suportaram e sofreram um significativo baque econômico. A crise destas economias asiáticas desencadeou uma queda na procura de matérias-prima e conseqüentemente causou uma baixa nos seus preços. Isto resultou num agravamento da situação da Argentina, pois houve uma diminuição da receita devido à queda das exportações, já que a matéria-prima argentina era mais cara que a de outras economias que já haviam desatrelado a moeda nacional do dólar norte-americano. A Rússia logo entrou em crise. E por fim, o Brasil na tentativa de minimizar os danos, desvaloriza sua moeda, golpe considerado por Carlos Meném fatal à economia argentina (Valle-flor, 2004).

A crise de 1998 foi mais profunda que a de 1995. O aumento dos juros da dívida, o encolhimento das fontes de crédito, a baixa nos preços das *commodities* e a recessão compunham o cenário enfrentado pelo governo Meném, que passou a receber uma oposição cada vez mais organizada. Após o Plano Cavallo, o crescimento da economia argentina passou a depender da entrada de capitais externos. Para garantir essa entrada de capitais, o país adotou um câmbio fixo, o que aumentava a confiança dos investidores, embora aos poucos erodia todo o sistema produtivo internacional.

Entre 1989 e 1999, a combinação de abertura comercial e câmbio fixo levaram a Argentina a uma situação calamitosa. Quanto mais visível era a fragilização econômica do país, mais a economia se deteriorava. Ao final da década, todos os ganhos obtidos pelo Plano Cavallo foram perdidos, além da deterioração dos índices sociais. Nas eleições parlamentares de 1997, o Partido Justicialista sofreu uma grande derrota. O partido de oposição, Unión Cívica Radícal (UCR), juntamente com a Frepaso, avançou nestas eleições. As duas agremiações formaram a "Aliança pela Justiça, o Trabalho e a Educação", disputando as eleições e saindo vitoriosas. O PJ, por seu turno, mergulhara em disputas internas, abrindo caminho para que Fernando De la Rúa se elegesse em 1999.

Realizada essa breve trajetória sobre o governo Meném, passamos então às instituições multilaterais: Banco Mundial e FMI. Ao final da década de 1980, o Banco Mundial ressaltava a urgência da realização de políticas de correção macroeconômica para a Argentina.[2] No cerne dos problemas econômicos estavam identificados a dívida externa, os gastos públicos, a inflação e os subsídios.[3] O aumento dos gastos públicos em relação ao PIB, sem reforma nas taxas e impostos, o crescente custo dos subsídios voltados para a indústria e serviços públicos, as medidas protecionistas do governo que preservavam a indústria da competição externa, eram vistos pelo Banco Mundial como os fatores que trouxeram o caos econômico enfrentado pela Argentina.[4] Para o FMI, a intervenção do Estado apenas contribuía para a criação de

---

2 WORLD BANK. The World Bank annual report 1989. Disponível em *http://documents.worldbank.org/curated/en/1989/01/700587/world-bank-annual-report-1989*,[consultado em 20-12-2011].p. 130.

3 WORLD BANK. The World Bank annual report 1990. Disponível em *http://documents.worldbank.org/curated/en/1990/01/700363/world-bank-annual-report-1990*,[consultado em 20-12-2011]. P. 129-130.

4 WORLD BANK. Argentina: Reforms for price stability and growth. Disponível em *http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/1989/07/08/000009265_3960928060440/Rendered/PDF/multi0page.pdf,* [consultado em 14-01-2011].

barreiras no comércio, subsídios e taxas sobre importação, causando desequilíbrios fiscais e distorções comerciais.[5]

Como assinalado acima, ao assumir a presidência, Meném anunciou seu programa de reformas estruturais, que pretendia a estabilidade macroeconômica, através da austeridade e reformas fiscais, da suspensão da lei "*Compre Argentino*" [6], da diminuição dos gastos públicos e da redução das tarifas comerciais.[7] Outro programa de Meném foi o de privatizações, no qual foram fechadas ou vendidas praticamente todas as empresas públicas, tais como as linhas aéreas e companhias de telecomunicação. A estatal de petróleo perdeu seu monopólio e o governo se comprometeu com a diminuição da atuação do sistema público bancário.

O Banco Mundial afirma que três fatores foram fundamentais para o processo reformista argentino: a legislação, o controle do governo sobre o Congresso e a supervisão e coordenação centralizadas. A instituição destaca também o processo transparente e aberto de privatização, a manutenção de um diálogo com grupos de interesse, a cooperação entre o poder executivo e o legislativo.[8] É perceptível como o Banco Mundial ignorou o fato da cúpula governista ter sido a maior beneficiária em boa parte dos processos de privatização do país, haja vista que nas concepções de diversos outros escritores e pesquisadores as privatizações se caracterizaram pela alta corrupção e pela única preocupação de fazer caixa, agradando apenas os economistas do FMI e do Banco Mundial e os grandes empresários argentinos (Romero, 2006).

Antes da crise do México, o FMI mostrava-se otimista em relação ao crescimento dos países em desenvolvimento, destacando o sucesso daqueles cujas economias estavam voltadas para o mercado internacional.[9] O diretor do FMI afirmou que as consequências da Crise Mexicana estavam nas respostas dadas pelo governo. Enquanto o México afastou os investidores e desvalorizou a moeda nacional, o governo argentino deu uma resposta eficaz, transformando a crise em uma oportunidade.[10]

Após 1994, apesar das reformas terem controlado a hiperinflação da década anterior, a economia Argentina aberta estava sujeita a todo tipo de intempérie econômica exterior. Todavia, o Banco Mundial acreditava que a economia dos países latinos estava suficientemente diversificada, a ponto que a crise econômica de um país não repercutiria nos demais, aconselhando o aprofundamento das reformas neoliberais e o livre comércio como soluções para a manutenção do crescimento econômico. [11] Anos depois, com a crise nas economias asiáticas, a Argentina desmoronaria. O Banco creditava à crise ao baixo preço das *commodities*, ao fraco desempenho do setor agrícola devido ao *El Niño*, à redução dos investimentos e à queda no comércio mundial.[12]

---

5 IMF. **World Economic Outlook – 1993**. Disponível em *http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/weo0593/*, [consultado em 15-11-2011].

6 A lei "*Compre Argentino*" obrigava a administração pública, as empresas concessionárias de serviços públicos e as empresas estatais de comprar exclusivamente materiais, mercadorias e produtos de origem argentina, garantindo mercado às indústrias e prestadoras de serviço nacionais. Ao suspender esta lei, o presidente visava indica o abandono do protecionismo estatal que muitas empresas recebiam para os credores internacionais. Ver: *http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/60000-64999/64611/norma.htm*.

7 WORLD BANK. **The World Bank annual report 1992.** Disponível em *http://documents.worldbank.org/curated/en/1992/01/440177/world-bank-annual-report-1992*,[consultado em 20-12-2011].p. 143.

8 WORLD BANK. **Argentina's privatization program.** Disponível em *http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/1993/09/01/000009265_3970716142348/Rendered/PDF/multi0page.pdf*, [consultado em 11-01-2011].

9 IMF. **World Economic Outlook – 1993**. Disponível em *http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/weo0593/*, [consultado em 15-11-2011]. p. 6.

10 IMF. **Drawing Lessons from the mexican crisis: preventing and resolving financial crises** – the role of the IMF. Disponível em *http://www.imf.org/external/np/sec/mds/1995/mds9508.htm* [consultado em 10-10-2011].

11 WORLD BANK. **The World Bank annual report 1996.** Disponível em *http://documents.worldbank.org/curated/en/1996/08/442241/world-bank-annual-report-1996*,[consultado em 20-12-2011]. p. 110.

12 WORLD BANK. **The World Bank annual report 1999.** Disponível em *http://documents.worldbank.org/curated/en/1999/01/437658/world-bank-annual-report-1999*,[consultado em 20-12-2011]. p. 75.

4. O auge da crise argentina: 1999 e 2002

Fernando de La Rúa assumiu a presidência da Argentina em 10 de dezembro de 1999. Na "Carta aos Argentinos", em que divulgava suas principais intenções, estabeleceu que fossem respeitados os principais programas e diretrizes do governo anterior, mantendo a conversibilidade e as privatizações. Ainda de acordo com este documento, o que diferenciaria seu governo do anterior seria o desenvolvimento economicamente sustentável com distribuição de renda.

Havendo optado pela continuidade da conversibilidade, Fernando de La Rúa tinha uma árdua missão pela frente (Ferrer, 2006). Deveria tratar de satisfazer os requerimentos dos mercados, que duvidavam de sua força para reduzir o déficit fiscal, e dos cidadãos, cada vez mais insatisfeitos devido aos problemas sociais. O desemprego, a diminuição da atividade industrial, a falência das pequenas e médias empresas e a queda nas exportações fizeram com que fosse mais difícil para o governo equilibrar as contas fiscais (Valle-flor, 2004). O governo, então, criou e aumentou alguns impostos, para tratar dos problemas fiscais das províncias, mas cortou impostos que incidiam sobre o investimento direto, visando reaquecer a economia. O FMI passou a dar apoio substancial ao governo, que obteve financiamento externo, mesmo com as crises russa e brasileira.

O governo reduziu os salários dos empregados públicos e impulsionou reformas na legislação trabalhista A tentativa de reforma da legislação trabalhista levou à renúncia do vice-presidente em outubro de 2000, causando uma crise política. Logo depois, o ministro da economia renuncia. Em seu lugar assumiu Ricardo López Murphy, cujas principais diretrizes eram a manutenção da paridade entre o dólar e o peso e o aprofundamento do ajuste fiscal. Murphy buscou enxugar ainda mais o Estado, reduzindo gastos com as universidades e subsídios aos combustíveis da Patagônia. Todavia, boa parte da opinião pública repudiou as atitudes do ministro, tanto que semanas após sua nomeação como ministro, renunciou ao cargo. Neste contexto, a perda de confiança dos investidores domésticos e estrangeiros se generalizou. Apesar do novo empréstimo das instituições internacionais, a recessão agravou-se, assim como as exigências do FMI na redução do déficit orçamental. Como resultado, Domingo Cavallo foi reempossado Ministro da Economia.

Entre março e julho de 2001, Cavallo adotou algumas medidas para reverter os problemas de dívida externa e recessão econômica, taxando as transações financeiras, diminuindo a carga tributária sobre setores estratégicos e promovendo os Planos de Competitividade, que destinavam incentivos fiscais e instrumentos de política comercial. Por fim, Cavallo ampliou o sistema de conversibilidade. A paridade fixa entre o peso e o dólar foi substituída pela paridade entre a moeda nacional e um pacote de moedas, que incluía o Euro. O efeito esperado era reforçar o peso no mercado internacional e diminuir a dependência nacional ao dólar. Entretanto, a economia nacional, que já não andava bem, foi afetada pela recessão da economia mundial após os atentados terroristas de 11 de setembro. Impossibilitado de conseguir financiamento no exterior, o governo novamente reduziu os salários dos funcionários públicos, limitou os levantamentos dos depósitos bancários e as transferências de fundos para o estrangeiro.

Nas eleições de outubro de 2001, a base aliada perde as eleições legislativas. O forte desemprego e a baixa produtividade, aliada à contínua crise social e econômica causaram muito descontentamento popular, a tal ponto que vários saques ocorreram em diversos locais do país. Em dezembro de 2001, ocorreu uma greve geral, que levou à demissão de Cavallo. Dias depois, os panelaços na frente da Casa Rosada leva De La Rúa à renunciar. Após a renúncia, a presidência ficou sem um mandatário, pois o vice-presidente já havia renunciado meses antes. Em 20 de dezembro, o presidente do Senado, Ramón Puerta, assume interinamente a presidência da Argentina. Através de um acordo com o justicialismo na Assembléia Legislativa, oposição e governo elegem Adolfo Rodriguez Saá como presidente da nação em 23 de dezembro. Na tentativa de acalmar os ânimos da população, eleições diretas são convocadas para o início de marco de 2002. Saá renuncia no dia 30 de dezembro, voltando o cargo ao presidente do Senado, Ramón Puerta. Este, no mesmo dia, renuncia, passando a presidência para o presidente da Câmara, Eduardo Camaño.

Em 2002, no dia primeiro de janeiro, o senador Eduardo Duhalde é escolhido o novo presidente após diversas negociações entre os partidos políticos. Duhalde nomeia Jorge Remes Lenicov como Ministro da Economia. A primeira medida de Lenicov foi conseguir a aprovação pelo Congresso da Lei de Emergência Pública e de Reforma do Regime Cambial, que encerrava com a paridade entro o Peso e o Dólar. Ao fim da

conversibilidade, as estratégias exportadoras tiveram que se adaptar a um novo contexto, no qual a moeda nacional se encontrava desvalorizada, os salários reais em queda e os preços relativos reajustados. Lenicov também anunciou a pesificação das dívidas bancárias, das tarifas e reestruturou o sistema financeiro, bancário e cambial. O Ministro da Economia viajou a Washington para explicar o alcance de suas reformas econômicas, objetivando acalmar os financiadores internacionais. Entretanto o FMI exigiu um programa sustentável do governo, que implicava a livre flutuação da moeda argentina sem interferência do Banco Central, aumentos das tarifas nos serviços privatizados, cortes orçamentários, diminuição do gasto público e, para proteger os bancos estrangeiros.

Para enfrentar a crise, Eduardo Duhalde criou o programa "Chefes de Família", que barrava algumas exportações, principalmente do setor agrícola e petrolífero, que eram os que mais se beneficiavam com a desvalorização do peso. Também criou o Plano Federal de Saúde, com acesso gratuito aos medicamentos e com a prescrição de remédios com o nome genérico. Lenicov, ao fracassar numa tentativa de reforma do sistema bancário renuncia. Em seu lugar assume Roberto Lavagna. Ao final do governo Duhalde a economia argentina volta a crescer. O dólar alto incentiva uma nova onda de industrialização via substituição de importações e o setor exportador reverte o quadro de déficits na balança comercial.

A adoção de alguns postulados do neoliberalismo na economia argentina durante o governo Menem foi bem vista pelo Banco Mundial. A abertura econômica e as privatizações foram largamente elogiadas pela instituição. Em 1999, o Banco Mundial defendia que a Argentina estava em seus estágios finais para uma transformação econômica de sucesso, obtida através das medidas de abertura econômica e da realização das privatizações e da reforma cambial. Nos anos seguintes, entre 2000 e 2001, o Banco ainda se mostrava confiante com a recuperação econômica da Argentina, apesar da crise. A instituição afirma que deu ajuda de 400 milhões de dólares para garantir as reformas governamentais que focavam o combate à crise econômica, visando reverter o pessimismo do mercado[13] e chamando a atenção para o desemprego, para a pobreza e para a desigualdade, problemas sociais recorrentes no país.[14]

Contudo, o Banco Mundial passa a reconhecer alguns desequilíbrios na economia argentina, pois durante a expansão econômica, o crescimento não se deu de forma homogênea entre todas as regiões e entre os setores. Ele reconhece o tratamento diferenciado para as empresas. Enquanto as grandes empresas obtiveram boas oportunidades no mercado internacional, as pequenas e médias empresas (PMEs) foram confrontadas com o desafio de desenvolver estratégias de negócio para garantir seus nichos na nova arena. Para o Banco, as PMEs foram obstruídas por diversos constrangimentos no enquadramento jurídico e econômico, tais como as dificuldades de aquisição de informação e tecnologia e ao acesso insuficiente ao financiamento.[15]

Em 2002, por fim, o Banco Mundial reconhece que a Argentina está numa profunda crise econômica, social e política sem precedentes. A instituição destaca que a retração econômica ocorria desde 1998. Ainda evidencia a queda dos preços das *commodities* e o clima desfavorável que enfraqueceu a produtividade.[16] Ao longo dos anos, diversas tentativas foram feitas para reativar o crescimento, para que melhorassem as finanças públicas e a dívida externa, mas estas não atingiram o resultado esperado.

Do mesmo modo que o Banco Mundial, o FMI acreditava no início dos anos 2000, que a economia argentina estava muito melhor nos anos 2000 que na década de 1980. As reformas dos anos 90 abriram as portas do

---

13 WORLD BANK. **The World Bank annual report 2003.** Disponível em *http://documents.worldbank.org/curated/en/2003/06/2617775/world-bank-annual-report-2003-vol-1-2*,[consultado em 20-12-2011]. P. 109.

14 WORLD BANK. **The World Bank annual report 2001.** Disponível em *http://documents.worldbank.org/curated/en/2001/01/2089130/world-bank-annual-report-2001-year-review*,[consultado em 20-12-2011]. p. 85.

15 WORLD BANK. **Small and Medium-Sized enterprises in Argentina:** A Potential Engine for Economic Growthand Employment. Disponível em *http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2002/10/04/000094946_02092004005797/Rendered/PDF/multi0page.pdf*, [consultado em 16-09-2011].

16 WORLD BANK. **The World Bank annual report 2000.** Disponível em *http://documents.worldbank.org/curated/en/2001/01/1000455/world-bank-annual-report-2000-vol-1-2-annual-review-summary-financial-information*,[consultado em 20-12-2011]. P. 69.

país para o investimento externo direto, reduziram as taxas sobre os produtos e aumentaram o consumo. A Argentina era um exemplo de crescimento econômico para os demais países em desenvolvimento.
A recessão brasileira inevitavelmente causou impacto no MERCOSUL, desta forma a Argentina, que possuía fortes aços econômicos com o Brasil, teve seu setor externo bastante prejudicado. De acordo com o FMI o melhor caminho para a Argentina seria então a manutenção das políticas que salvaram o país da inflação, entre elas o regime de *currency board*, mantido pelo governo De La Rúa, que exigia uma disciplinada política orçamental. Também era preciso a flexibilização do mercado de trabalho e a intensificação das reformas econômicas, fortalecendo a competitividade e reduzindo o desemprego.[17]
Quando enfim, a crise econômica se instala no país, o FMI reafirma sua postura de ajuda à Argentina. Durante parte da década de 1990, o Fundo salienta ter ajudado através de conselhos e financiamento as decisões internas de reformas políticas e econômicas no país. Em 2001, várias medidas fiscais foram realizadas e a instituição continuou dando suporte financeiro e qualquer outro apoio adicional ao país. Contudo, a instituição estava mais cautelosa com a nova situação econômica do país. No ano seguinte, os atentados de 11 de setembro e a crise argentina abalaram a economia global, principalmente nos países dependentes de financiamento externo. No auge da crise, o FMI avaliava a extensão do impacto da crise argentina na América Latina. A inflação voltava, ao mesmo tempo em que a demanda diminuía. A desconfiança dos investidores e as pressões dos financiadores agravavam ainda mais a situação argentina.[18]
Por fim, para o FMI a crise da Argentina poderia ser resolvida através da revisão da política financeira, evitando a inflação e restaurando a confiança dos investidores e do sistema bancário, através do melhoramento das políticas sociais, haja vista o aumento nas estatísticas que indicam a pobreza e a severidade da crise em relação a estes.

5. O neodesenvolvimentismo de Kirchner

Néstor Kirchner assumiu o governo argentino em 25 de maio de 2003. Em seu discurso o presidente enfatizou as diferenças claras que existiriam entre seu mandato e o dos predecessores das décadas de 1980 e 1990. Prometeu recuperar o político, o coletivo e o público. Ao recuperar estes elementos, Kirchner garantiu a supremacia da política sobre a economia, dizendo que não iria ceder às pressões das corporações econômicas que se beneficiaram nos anos 1990, invertendo a relação entre a economia e política vigente na última década.
Ao assumir, Kirchner assume duas iniciativas: a remoção das cúpulas militares e a ofensiva contra os juízes da Suprema Corte incorporados durante o governo Menem. A remoção da cúpula das forças armadas se deu através da aposentadoria de oficiais, o que fortaleceu movimentos que lutavam para punir os militares que violaram direitos humanos durante a ditadura. A iniciativa contra os juízes da Suprema Corte se deu ainda no governo Duhalde, que ressaltou os laços destes juízes com a corrupção durante o governo Menem. Néstor Kirchner, por seu turno, transferiu publicamente a tarefa de julgar os membros da corte para o congresso, salientando que esta medida era fundamental para o processo "regenerador" do país. Kirchner também deu continuidade ao cargo de diversos dirigentes aliados nos cargos ministeriais do governo Duhalde.
O governo de Kirchner foi marcado por três grandes rupturas com a gestão de Menem e de De la Rúa. A primeira ruptura ocorreu com o término do regime de conversibilidade. O FMI previa o retorno da hiperinflação e uma situação caótica na economia do país sem previsão de recuperação. Entretanto, a reativação econômica da Argentina se deu logo ao final do currency board. Posteriormente, foram feitas diversas tentativas de renegociar a dívida externa por meio de acordos com o FMI. Neste ponto, a Argentina alcançou acordos mais benéficos que aqueles obtidos por outros países que também renegociavam sua dívida.

---

17 IMF. **World Economic Outlook – 1999**. Disponível em *http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/1999/01/*, [consultado em 15-11-2011]. P. 12

18 IMF. **World Economic Outlook – 2002**. Disponível em *http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2002/01/*, [consultado em 15-11-2011]. p. 26.

O segundo ponto de ruptura no governo Kirchner se deu nas relações internacionais. Durante o governo Menem, os Estados Unidos foram escolhidos como o principal parceiro político e econômico do país. Mas, o governo de Néstor Kirchner teria como prioridade uma aliança com o Brasil e com o Mercosul.

O terceiro ponto foi a política econômica. Para isso manteve no cargo de ministro da economia, Roberto Lavagna, que já vinha exercendo este papel desde o final do governo de transição de Duhalde. O governo Kirchner adotou duas estratégias para a recuperação econômica. A primeira delas foi o chamado "modelo do dólar alto", isto é, manter o valor da moeda nacional inferior ao valor do dólar para estimular as exportações, a produção de bens transacionáveis e, por fim, a redução da dependência de capital financeiro internacional. A segunda estratégia foi a adoção de uma âncora monetária, que fazia o controle da inflação indiretamente. Este controle também se dava através de subsídios e insumos industriais constantemente engendrados pelo governo.

Em 2003, o cenário econômico enfrentado por Kirchner era desastroso. O país vinha enfrentando anos de recessão, com uma parte significativa da população abaixo da linha de pobreza e 18% da população desempregada em 2002. A reativação econômica ocorreu aos poucos. O setor exportador foi o carro-chefe deste início de recuperação econômica, mudando os preços relativos a favor da produção doméstica e impulsionando o setor produtivo de bens de consumo. Desta forma, iniciou-se um novo processo de substituição de importações. O governo lançou um programa de subsídio aos desempregados e os salários reais aumentaram, incrementando o consumo. A inflação foi controlada e o desempenho do setor de exportações continuou a ter grande importância. O processo de substituição de importações conectou-se positivamente à recuperação da renda interna e, em 2003, o consumo interno tornou-se o carro-chefe do crescimento econômico.

O comportamento de Kirchner com relação aos empresários foi bastante variável. Os representantes dos grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros, reunidos na AEA (Associación Empresária Argentina) e os representantes do setor financeiro, por exemplo, mal conseguiram se reunir com Kirchner, enquanto os pequenos e médios empresários foram procurados pelo presidente por diversas vezes. A única exceção foi o setor petroleiro, com o qual Kirchner possuía boas relações desde seu mandato de governador. Também aumentou as obras públicas em infra-estrutura, estradas e transportes. E voltou suas atenções para a promoção das Pequenas e Médias Empresas, aumento dos investimentos na indústria e das exportações, recuperação do consumo interno e superávit fiscal.

Alguns estudiosos chamam este período de neo-desenvolvimentismo. Este período seria marcado por características do desenvolvimentismo da década de 1970, baseado na inclusão social, na gestão de conflitos sociais, na economia comandada pelo Estado e na revitalização do mercado interno. O neo-desenvolvimentismo é uma estratégia de crescimento baseada na prudência macroeconômica, numa intervenção estatal moderada e na re-industrialização. A paz social foi restabelecida graças às políticas sociais, à inclusão política e às premissas positivas com relação ao emprego.

Desde o princípio, o Banco Mundial ressaltou o papel do governo Kirchner com o aumento dos gastos sociais e a reestruturação do sistema bancário. Com 20% da população vivendo com menos de dois dólares por dia, o Banco liberou uma série de empréstimos voltados para o saneamento, saúde e educação. [19] O Banco também voltou sua atenção para a manutenção do crescimento econômico e para a geração de empregos.[20] O que se via sobre o Banco Mundial é que, no período anterior à posse de Kirchner, suas preocupações estavam voltadas para a questão social argentina, onde o cenário era marcado pelo desemprego e por parte da população se dirigindo para abaixo da linha da pobreza. Ao longo do mandato de Néstor Kirchner a posição cautelosa do Banco ganha contornos mais otimistas com relação ao futuro da Argentina. Contudo, para o Banco, não foram as medidas neoliberais que resultaram na situação econômica e social calamitosa em que se encontrava a Argentina em 2001. Mas sim a sobrevalorização do peso, os choques externos e a política fraca do governo anterior. A sobrevalorização do peso prejudicou as exportações argentinas, em um cenário em que as demais

---

19 WORLD BANK. **The World Bank annual report 2003.** Disponível em *http://documents.worldbank.org/curated/en/2003/06/2617775/world-bank-annual-report-2003-vol-1-2*,[consultado em 20-12-2011].

20 WORLD BANK. **The World Bank annual report 2007.** Disponível em *http://documents.worldbank.org/curated/en/2007/06/8514626/world-bank-annual-report-2007-vol-1-2-year-review*,[consultado em 15-11-2011].

moedas dos países em desenvolvimento já estavam desvalorizadas. Em segundo lugar, as crises econômicas dos países asiáticos, e depois da Rússia e do Brasil, secaram o financiamento externo, do qual a Argentina era dependente. E, por fim a política de De la Rúa em manter a conversibilidade afetou negativamente a economia do país. Certamente estes elementos contribuíram para a crise, mas a principal causa para a crise econômica foi a adoção das medidas neoliberais.

Para o FMI, a recuperação econômica da América Latina após as crises dos anos 90, se deu graças à demanda externa de commodities. Entretanto, após um período de rearranjos internos, a própria demanda interna destes países passou a fomentar o desenvolvimento econômico. A Argentina deve sua recuperação econômica principalmente à atuação do setor exportador, beneficiado pelo alto valor do dólar. Posteriormente, o crescimento do PIB se deu graças ao consumo interno. O FMI também atribuiu à queda nas importações uma notável causa para o recrudescimento da atividade industrial nesta região.[21]

De acordo com o FMI, em contraste com a hiperinflação da década de 1980 e com a recuperação da década seguinte, o governo Kirchner aproveitou-se das condições econômicas favoráveis para fortalecer suas posições fiscais, financiar suas obrigações com a dívida e melhorar sua estrutura de pagamento, elogiando o crescimento contínuo e a redução do desemprego.[22] Contudo, o Fundo chama atenção para as taxas de pobreza que continuaram altas e, mesmo com o rígido controle sobre os preços dos produtos e a estabilização alcançada, havia risco do retorno da inflação.[23]

O programa de Kirchner e foi bastante elogiado pela diretoria do FMI, na medida em que tinha como metas a busca pela disciplina fiscal e o aumento dos investimentos. Ademais, a direção do FMI diz que o governo precisava reduzir todas as possíveis vulnerabilidades, apesar de estacar que as reformas não seriam fáceis de serem executadas devido à presença da oposição e por aqueles que tiverem interesses setoriais prejudicados.

Quando, em 2005, a Argentina paga boa parte dos empréstimos antes dos vencimentos, o FMI se surpreende com a rápida recuperação do país.[24] De acordo com o Fundo, o crescimento da Argentina se encontra sustentado sobre três pilares: manutenção de uma taxa de câmbio competitiva, prudência fiscal e política de atração de investimentos. Tal crescimento repercutiu nas condições socioeconômicas, no aumento do consumo, na queda do desemprego e na diminuição da pobreza. [25]

6. Considerações finais

Acima, procuramos salientar as principais medidas políticas e econômicas no governo de Carlos Meném, Fernando de la Rúa e Néstor Kirchner. Sobre o governo Meném, destacamos a lei de conversibilidade, as privatizações e a desestruturação da economia argentina como um todo devido à implantação de diversas medidas neoliberais. Neste contexto, o Banco Mundial e o FMI destacaram a boa condução da economia pelo governo argentino. A Argentina havia se tornado um caso paradigmático para as instituições na adoção das reformas estruturais.

Todavia, após as crises externas, a situação argentina se complica, pois como exportadora de commodities passa a sofrer com a concorrência de países que não possuíam as amarras da conversibilidade. No auge da crise, durante o governo de Fernando de la Rúa, as instituições multilaterais recomendavam o aprofundamento das reformas neoliberais, num cenário em que o neoliberalismo já mostrava seus limites e entregava à Argentina

---

21 IMF. **World Economic Outlook – 2003**. Disponível em *http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2003/01/*, [consultado em 15-11-2011]. p. 30.

22 Ibidem. p. 37.

23 Ibidem. p. 32.

24 IMF. **IMF completes first review of Argentina's stand-by and grants waivers.** Disponível em http://www.imf.org/external/np/sec/pr/2004/pr0416.htm, [consultado em 15-07-2011].

25 IMF. **World Economic Outlook – 2004**. Disponível em *http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2004/01/*, [consultado em 15-11-2011].p. 29.

um país socialmente desestruturado graças ao desemprego.
As crises institucional, política e econômica que atingiram a Argentina, abriram caminho para a ascensão de Kirchner e seu pacote de medidas econômicas que centravam mais a participação do Estado, baseado na inclusão social e na revitalização do mercado doméstico. A recuperação econômica vivida pela Argentina durante o governo Kirchner não foi resultado somente da melhoria no mercado internacional, como afirma o FMI. As medidas do governo, tais como a renegociação da dívida externa e a continuidade do modelo de dólar alto e da suspensão da conversibilidade, foram fundamentais para a reativação da economia e, consequentemente, para a melhora dos indicadores sociais.
Resta, por fim, que a Argentina encontre um caminho estável para seu crescimento econômico e para a solução de seus principais conflitos sociais.

Bibliografia

BEINSTEIN, J. (2001), **Capitalismo Senil**. Rio de Janeiro: Record.

CHANG. H. (2004), **Chutando a Escada.** São Paulo: Editora da UNESP.

FERRER, A. (2006), **A economia argentina**. Rio de Janeiro: Elsevier.

IMF. **World Economic Outlook**. Disponível em *http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/weo0593/*, [consultado em 15-11-2011].

ROMERO, L. A. (2006), **História contemporânea da Argentina.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

VALLE-FLOR, Maria Amélia, (2004), **A Crise Argentina.** Universidade Técnica de Lisboa: Lisboa.

WORLD BANK. **The World Bank annual report.** Disponível em http://www.worldbank.org/en/about/annual-report,[consultado em 20-12-2011].

GT 81
Imaginar Pertenças, Repensar Identidades: Cartografias, Linguagens e Narrativas sobre Turismo Genealógico em Espaço Luso-Afro-Brasileiro

As memórias de Vó Maria: revisitando e (re)construindo a identidade do espaço rural nordestino

Josilene Ribeiro de Oliveira[1]

Dominique Jacques-Jouvenot[2]

Resumo: Este artigo discorre sobre as possíveis relações entre turismo rural e turismo genealógico a partir da análise empírica de um caso no Nordeste do Brasil. O estudo exploratório, de caráter qualitativo, na comunidade rural Chã de Jardim, localizada no estado da Paraíba, onde um grupo de jovens instalou o Restaurante Vó Maria, sugere que na interação com os turistas que visitam o estabelecimento, muitos deles descendentes de migrantes, ocorre a ressignificação do modo de vida e a (re)construção da identidade do espaço rural, assim como a (re)constituição da memória coletiva da comunidade por meio do reencontro entre gerações, seus saberes e fazeres. Os resultados preliminares da investigação sugerem que as práticas de turismo rural e de turismo genealógico são convergentes quanto à centralidade das noções de identidade, memória e autenticidade, aplicadas às estratégias de produção da experiência turística.

Palavras-chave: Identidade; Memória; Experiência turística; Turismo rural; Chã de Jardim.

Introdução

Viagens motivadas pela busca "das raízes" genealógicas ou simplesmente para rever a família e os amigos estão normalmente associadas à reconstituição de trajetórias, narrativas e histórias de vida, nas quais as paisagens, as sonoridades, a gastronomia e a arquitetura constituem os elementos de referência para a memória estabelecer laços entre o presente e o passado, produzindo uma experiência de (re)encontro entre pessoas e lugares vividos e/ou imaginados.

Para muitos turistas, visitar a terra natal, conhecer onde seus antepassados nasceram e/ou moraram, degustar as bebidas e a comida regional, observar a paisagem da qual já ouviram falar, significa construir vivências e experiências próprias que servem de ponte entre o presente e um passado rural do qual todos os nordestinos fazem parte de algum modo. Para outros, sem raízes rurais, significa ir ao encontro de lugares imaginados e sobre os quais ouvem muitas estórias e narrativas. Desse modo, levantamos a hipótese de que há uma correlação entre o turismo rural e o turismo genealógico. Outra hipótese é que a memória é o elo que permite aos residentes e aos visitantes acessar um repertório, construir e comunicar a identidade do espaço rural.

---

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (Brasil) e École Doctorale Langages, Espaces Temps, Sociétés da Université Franch-Comté (França), tem mestrado em Sociologia e é professora da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: josilene.ro2011@gmail.com.br

2 Doutora em Sociologia, professora titular e diretora do Laboratoire de Sociologie et d'Anthropologie (LaSA) de l'Université de Franche-Comté. E-mail: dominique.jacques-jouvenot@univ-fcomte.fr

Para testar tais hipóteses, iniciamos um estudo observacional a partir de uma pesquisa documental e empírica, usando o método qualitativo, na comunidade rural Chã de Jardim, localizada a 7 Km da cidade de Areia, no estado da Paraíba, Nordeste brasileiro, ao lado da Reserva Estadual Mata do Pau Ferro[3], a beira da Rodovia Estadual PB 79, sendo esta última responsável por interligar as cidades de Areia e Remígio.
As 200 famílias que aí moram, viveram dentro da área definida hoje como Reserva, a qual pertenceu e foi explorada por donos de engenhos de processamento de cana de açúcar - dos quais ainda há vestígios -, até a desapropriação[4] do terreno, ocorrida em função da construção da barragem da Vaca Brava. Assim, podemos dizer que os próprios moradores[5] da Comunidade Chã de Jardim são de certo modo migrantes ou descendentes de migrantes, isto é, pessoas deslocadas, movidas de seu lugar primevo.
Nosso objetivo, com essa investigação exploratória, é identificar as relações entre turismo rural e turismo genealógico e discutir como as atividades turísticas interferem na identidade de turistas, de residentes e do próprio espaço rural nordestino.
Primeiramente argumentamos que o êxodo rural nordestino no século XX criou uma demanda por viagens de retorno, estimulando o desenvolvimento do turismo rural e do turismo genealógico no Nordeste. Assim, apresentamos algumas pistas para entender as raízes rurais e a evolução da migração interna no Brasil. Depois tratamos da relação entre os conceitos e a prática do turismo rural e turismo genealógico e, no terceiro momento, discutimos como a memória possibilita dar sentido a experiência turística, julgando sua autenticidade, e ressignificar os elementos da cultura regional de modo a (re)construir a identidade do espaço rural.

Do campo para cidade: movimentos migratórios dos nordestinos no século XX

O fenômeno da migração interna (ou regional) e externa deu ao Brasil o título de país de migrantes. Tal fenômeno é explicado na maioria das vezes pelo viés econômico-demográfico, que coloca em evidência a busca por melhores condições de vida e de trabalho dentro do próprio país ou, mais recentemente, para o exterior (MATOS, 2012). Sob esse viés, defende-se que são geralmente os residentes nas regiões mais pobres e menos desenvolvidas que se deslocam em busca de oportunidades nas metrópoles mais desenvolvidas.
De acordo com Cunha (2012:30):

> Nossa história demográfica mostra que a migração, em suas diferentes modalidades, esteve presente em todas as fases do processo de desenvolvimento econômico/social e ocupação territorial no país. Desde a imigração estrangeira, incluindo o triste período do tráfico de escravos, principalmente no século XIX, passando pelo amplamente conhecido e discutido êxodo rural dos anos 1950, 1960 e 1970, até os dias de hoje, quando a mobilidade intermunicipal de mais curta distância ganha atenção por sua importância nas dinâmicas locais, a verdade é que os deslocamentos espaciais da população constituem um aspecto central para compreender o processo de redistribuição demográfica no território nacional, bem como as causas e consequências das desigualdades regionais e sociais que, infelizmente, até hoje caracterizam o Brasil.

---

3 A unidade de conservação formada por fragmento de Mata Atlântica foi criada através do decreto nº 14.832 de 19 de outubro de1992, abrangendo uma área de 607 ha do antigo sítio "Vaca Brava", e pertence hoje ao Governo do estado. A reserva ecológica da Mata do Pau Ferro foi recategorizada como parque estadual através do decreto nº 26.098, de 4 de agosto de 2005 (SUDEMA, 2014). O nome Pau ferro vem da Árvore Pau Ferro que existia abundantemente em seus domínios e que em razão de uma madeira adequada à confecção de móveis está completamente extinta nessa Reserva.

4 Quatro engenhos ocupavam a área desapropriada para Reserva e construção da barragem, que atualmente abastece os municípios de Esperança, Remígio e outros distritos próximos. Porém, há escassez no abastecimento de água na cidade.

5 Para saber mais sobre a Comunidade Chã de Jardim e como ela envolveu-se com o turismo, leia o nosso trabalho: "Elementos Culturais e Identitários da Ruralidade Paraibana: o papel da memória na construção do discurso turístico", publicado nos Anais do IX Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável e disponível em: <http://143.107.95.102/prof/kasolha/citurdes/anais/pdf/eixo6/GT6_7.pdf>

Desse modo, constata-se que os fluxos migratórios internos acentuaram-se em determinados períodos históricos, relacionados com o processo de urbanização e de industrialização do país, que ocorreu rapidamente durante o século XX (CUNHA, 2012), levando a uma forte migração de nordestinos do campo, espaço frequentemente assolado por secas recorrentes, para as cidades, especialmente para o Sul Maravilha[6], entre os anos 1950 e 1960.

Os habitantes da região Nordeste também migraram em grande número para a região da Amazônia, no início do século, quando esta prosperava economicamente em função do Ciclo da Borracha[7]. E durante a construção do Distrito Federal – Brasília, na região Centro-Oeste, na década de 1950, muitos juntaram-se a tantos outros trabalhadores no fornecimento da mão de obra para erguer a Capital do País e, após a conclusão das obras, que duraram 4 anos, por lá fixaram residência.

Apesar do fenômeno da migração interna não ser uma particularidade do Nordeste do país (ver Tabela I), nesse estudo nos interessa especificamente a mobilidade rural - também denominada de êxodo rural, dessa região. Nesse sentido, ressaltamos que são os adultos jovens, em idade produtiva, que deixam o campo com maior frequência, o que tem provocado o esvaziamento progressivo do território, bem como o envelhecimento da população rural, fenômenos ainda não dimensionados com precisão na região nordestina.

Tabela 1. Número de migrantes de seis períodos, Brasil e regiões, e relação (em %) do número de migrantes para a população rural do ano-base.

Item[1]	Período					
	1950–1960	1960–1970	1970–1980	1980–1991	1991–2000	2000–2010
Brasil						
Migrantes	5.419.055	8.908.981	12.489.278	10.340.087	9.070.981	5.604.627
Migr./pr. base %	16,34	22,85	30,02	26,42	25,17	17,61
Norte						
Migrantes	69.791	95.878	(254.205)	(219.343)	1.024.137	163.278
Migr./pr. base %	4,84	5,08	(10,57)	(6,51)	23,68	4,20
Nordeste						
Migrantes	2.846.062	2.546.393	3.474.871	4.037.359	4.209.048	2.207.535
Migr./pr. base %	21,51	17,27	20,81	23,12	25,18	14,95
Centro-Oeste						
Migrantes	(112.763)	(26.663)	754.664	657.128	458.758	153.867
Migr./pr. base %	(21,51)	(1,58)	33,22	32,00	26,01	9,98
Sudeste						
Migrantes	2.495.498	5.715.661	4.432.268	3.108.978	1.685.673	1.898.952
Migr./pr. base %	21,10	43,16	40,35	34,43	22,44	27,78
Sul						
Migrantes	113.276	549.214	4.058.668	2.744.885	1.693.061	1.178.764
Migr./pr. base %	18,97	7,40	43,88	37,99	29,58	24,64

[1] Migr./pr. base % = relação (%) do número de migrantes para a população rural do ano-base.

Fonte: Adaptado de Alves, Souza e Marra (2010).

6 A expressão Sul Maravilha foi muito utilizada durante as décadas de 1950 a 1970, em referência ao processo interno de migração dos nordestinos fugitivos da seca para o Sul e o Sudeste do país, locais onde a industrialização propiciava oportunidades de melhores condições de vida. Assim, cidades como São Paulo, tornaram-se destino de muitos nordestinos, que muitas vezes deixavam suas famílias no lugar de origem. A expressão também é uma referência direta aos contrastes regionais do país.

7 Período que durou cerca de 50 anos, o ciclo da borracha compreende um momento de ascensão econômica e social do Brasil em decorrência da extração e comercialização da borracha, bem como à migração interna, que chegou a atrair 47.000 pessoas para região (VIANA, 2009).

Em relação aos movimentos migratórios dos nordestinos, a partir da Tabela 1, podemos observar que: na década 1950-1960, o Nordeste perdeu 21,5% de sua população rural; na década 1960-1970, perdeu 17,3%; na década 1970-1980, 20,8%; na década de 1980-1990, 23,1% e; de 1991-2000, 25,9%. Observa-se também que na década de 2000-2010, comparando-se aos outros decênios, ocorreu a queda mais expressiva no êxodo rural, registrando-se o percentual de 14,9% de perda da população rural do Nordeste.

Conforme dados do Censo Demográfico 2010, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dentre os migrantes inter-regionais, os 9,5 milhões de nordestinos são a maioria (53%) entre os 17,8 milhões brasileiros que residem em região diferente daquela em que nasceram. Destaca-se ainda que 66% desses migrantes residem no Sudeste, região que continua sendo o principal polo industrial brasileiro.

Oficialmente, dos 191 milhões de brasileiros, apenas 29,8 milhões estão no meio rural, ou seja, apenas 15,6% da população do Brasil (IBGE, 2010). Ressalvamos que a delimitação da área rural no Brasil é fruto de uma legislação controversa[8] e que em função disso os números do censo sobre a população rural e urbana são contestados por alguns estudiosos da ruralidade brasileira, que argumentam que caso fossem utilizados critérios mais coerentes a população rural brasileira seria muito maior do que aquela indicada pelos dados dos censos (WANDERLEY, 2013).

Políticas públicas de fixação do homem do campo, evitando novos ciclos de migração, têm sido colocadas em prática pelo Governo brasileiro, as quais incluem programas de reforma agrária, extensão rural, microcréditos, programas sociais de redistribuição de renda, dentre outros. Pode-se aventar que a queda dos números do êxodo rural no último decênio é reflexo de tais políticas.

Contudo, as desigualdades nas condições sociais e econômicas entre cidade e campo no Brasil persistem e o êxodo rural continua. Os jovens continuam deixando o campo por diversas razões objetivas e subjetivas, dentre elas: falta de emprego; limitações da agricultura familiar e da educação no campo e; o estigma do atraso e da ignorância que ainda recai sobre aqueles que residem em áreas rurais. Assim, o envelhecimento crescente da população rural e o esvaziamento do campo causam inquietação em relação ao futuro da ruralidade e de todo um conjunto de tradições relacionadas ao modo de vida do homem do campo (PEIXOTO, 2002).

De acordo com Peixoto (2002:s/p):

> Esse fenômeno de "desaparecimento" físico e simbólico é sustentado, quer por fluxos aglutinadores do crescimento voraz de cidades e de zonas suburbanas, quer por movimentos de despovoamento e de abandono dos meios rurais. Em suma, a situação instável, conflitual, imprevisível e contraditória que caracteriza o mundo rural transporta indicadores de uma crise profunda e prolongada que se estende aos mais variados aspectos: economia e formas de organização social, paisagens e ideologias, modos de vida, de habitar e de trabalhar.

O turismo tem sido visto como uma alternativa, por sua capacidade de gerar emprego e renda, principalmente para os jovens, dando condições para sua manutenção no campo. A revalorização da cultura do mundo rural, aliada ao maior interesse da população urbana pelas qualidades intrínsecas desse espaço – natureza, qualidade de vida -, são apontados como responsáveis pela consolidação do turismo rural (PEIXOTO, 2002).

No caso do turismo rural no Nordeste, acreditamos que o anterior processo de migração dos nordestinos no século XX também tenha influências sobre esse recente interesse pelo campo e o atual fluxo de regresso temporário de muitos turistas que acorrem as suas raízes rurais.

Sabendo que o turismo rural assim como o turismo genealógico são fenômenos recentes, na sequência, discutimos os conceitos e as possíveis correlações entre tais atividades turísticas.

---

8 Considerado por alguns estudiosos um "entulho autoritário", o Decreto-Lei nº 311, de 02 de março de 1938, ainda em vigor e no qual se baseia o IBGE para a elaboração dos censos demográficos, da margem a uma grande instabilidade na demarcação dos espaços urbanos e rurais, ao outorgar aos municípios a prerrogativa de definir o que é urbano e o que área rural. Ocorre que, com o objetivo de aumentar a arrecadação de impostos, frequentemente, os municípios definem como urbanas áreas de baixa densidade populacional com características predominantemente rurais (WANDERLEY, 2013).

Da cidade para o campo: dinâmicas entre turismo rural e turismo genealógico

O turismo rural (TR) é definido como o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (BRASIL, 2006).
Essa definição adota uma concepção de meio rural baseada na noção de território, com ênfase no critério da destinação da terra e na valorização da ruralidade. Logo, estão sendo privilegiados simultaneamente o uso que é feito da terra para práticas agrícolas e a cultura, associada ao modo de vida rural, ou seja, a coesão social, a cultura comunitária, a relação com a natureza e a paisagem, e o modo de produção familiar (BRASIL, 2006).
Desse modo, podemos afirma que:

> [...] O processo de consumo mítico do turismo é, neste contexto, o mundo rural na sua globalidade, as suas culturas, os seus modos de vida, *detentores de uma pureza e de uma autenticidade*[9] que se tornou uma forte atracção turística (JOAQUIM,1997: 75).

No Brasil o TR ainda é um fenômeno relativamente novo, que começou a desenvolver-se há pouco mais de 30 anos. Suas práticas estimulam a comercialização e o consumo da cultura regional, que deixa de ter apenas valor simbólico e passa a ter valor monetário. Nesse contexto, elementos como gastronomia, música, literatura, arquitetura passam a ser redefinidos, agregando novos saberes populares e formais, como pode ser visto, por exemplo, na transformação do artesanato em souvenir.
Dessa forma, as atividades de turismo rural produz novas experiências e contribui para a (re)construção da identidade do lugar e dos seus residentes, sob suas diferentes formas de apresentação, incidindo sobre o patrimônio e a cultura.
Segundo o Ministério de Turismo (2003: 6), o TR tem seu crescimento explicado por duas razões:

> [...] a necessidade que o produtor rural tem de diversificar sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos, *e a vontade dos moradores urbanos de reencontrar suas raízes*[10], de conviver com a natureza, com os modos de vida, tradições, costumes e com as formas de produção das populações do interior.

Como veremos a seguir, a evocação ou busca das raízes como motivação de viagem é partilhada tanto por praticantes do turismo rural como do turismo genealógico. Outro ponto em comum é a valorização da cultura e do patrimônio transformados em produtos turísticos.
Um crescente interesse pela genealogia vem sendo observado em países da Europa nos últimos anos. No entanto, foi nos Estados Unidos, na década de 1930, que se iniciou esse processo, o qual ganhou relevância a partir da década de 1960, quando muitos afroamericanos inspirados pelos avanços sociais e políticos adquiridos pelos movimentos *Black Arts* e *Black Power*, no final da década de 1960 e início da de 1970, começaram a fazer peregrinações a África (FINLEY, 2005). Com a publicação da obra "*Roots: The Saga of an American Family*", lançada em 1976 pelo estadunidense de origem afrodescendente, de Alex Haley, adquiriu intensidade. O livro, que relata as buscas do autor por suas origens, foi traduzido para 32 idiomas e fez grande sucesso, sendo adaptado para uma série televisiva (GARRAWAY, 2006), tornando-se assim um marco da popularização do que se denomina atualmente por Turismo Genealógico (TG).
De acordo com Legrand (2006: s/p), o turismo genealógico **é "uma forma singular de** deslocamento através da qual os migrantes e seus descendentes tentam reaproximar-se geograficamente, em caráter temporário, de um lugar de origem, que se mantém separado do seu espaço residencial[11]". Essa autora, que estudou as políticas de turismo face ao fenômeno da migração de retorno na Irlanda - país que, em 2003, recebeu 510.000 visitantes para os quais a principal motivação de viagem era conhecer o país de seus ancestrais -, afirma que:

---

9 Grifo nosso.

10 Grifo nosso.

11 Tradução livre do original em francês.

> Partis à la découverte de leur propre identité, ils n'ont de cesse de vouloir fouler la contrée de leurs ancêtres pour mieux conforter leur sentiment d'appartenance et enrichir, sous le coup de cette expérimentation, leur propre mémoire (LEGRAND, 2006: s/p).

A pesquisadora Cheryl Finley, em seus estudos sobre diáspora e memória cultural, sugere que o turismo genealógico refere-se a um tipo específico de viagem, relacionada à busca de identidade, em que se visitam monumentos, locais históricos e outros lugares de interesse na esperança de responder perguntas sobre suas origens e compreender como eles definem a si próprios (FINLEY, 2005:39). Segundo a autora, o conceito de "Turismo de Raízes", empregado frequentemente como sinônimo de turismo genealógico, está atrelado mais especificamente ao fluxo constante e regular de turistas afro-americanos, que viajam em função da necessidade de encontrar e validar uma herança cultural autêntica, tanto na África como em locais de memória significativos ao longo do Atlântico Negro, como Salvador e o Recôncavo na Bahia (FINLEY, 2005: 38-39).
Segundo Fourcade (2010: s/p) «o turismo de raízes adota numerosas configurações, que moldam em função do contexto histórico e político, de suportando distintas interpretações e práticas[12]». Para a referida autora, essa diversidade se acentua diante da globalização, a qual favorece claramente os deslocamentos, a abertura ao outro e a redefinição de identidades.
Para Mércia Queiroz, pesquisadora brasileira que estudou o turismo genealógico na Bahia na perspectiva **étnica,** turismo genealógico e turismo de raízes **são** um sub-segmento do turismo cultural e t**ê**m atraído significativa atenção em vários lugares do mundo e, recentemente no Brasil (QUEIROZ, 2008).
Mais do que simplesmente lazer, o turismo genealógico ou turismo de raízes **é caracterizado por uma viagem de retorno as origens, onde tudo começou. Logo, tem como fio condutor a memória**, a imaginação e as narrativas sobre trajetória de vida e como resultado a construção da identidade individual, de laços afetivos e sentimentos de pertencimento. Sua singularidade, como defendido pelas referidas autoras, reside justamente em seu caráter de um busca pessoal de resposta para a pergunta: de onde eu vim? Desse modo, o turismo genealógico pressupõe um movimento anterior de separação voluntária ou forçada do lugar de origem, presente tanto em movimentos de migração como em diásporas, como nos casos de judeus e de africanos.
Dessa forma, verificamos que a motivação de viagem no TR e no TG tem por base a história do indivíduo e/ou a trajetória de sua família, em geral, relacionada a movimentos de migração ou diásporas, e o posterior desejo do migrante ou de seus descendentes de retornar a terra dos ancestrais para conhecer suas origens e, no caso de muitos nordestinos, manter contato com possíveis parentes que ainda residam no local e que tenham ficado para trás.
A seguir, ao problematizar as relações entre as pessoas, o espaço, os objetos e o lugar no Restaurante Vó Maria, discutimos a centralidade da memória como "guia" da viagem e chave explicativa para compreender a produção da experiência turística no âmbito do turismo rural e do turismo genealógico, tanto do ponto vista do turista como da comunidade receptora.

A relação entre identidade e memória na produção da experiência turística

Conforme nossa hipótese, tanto no TR como no TG, a memória é elo que permite aos residentes e aos visitantes acessar um repertório, construir e comunicar a identidade do lugar. Assim, adotamos como pressuposto que « a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total » (CHAUÍ, 1995, p. 125), mas que ao mesmo tempo, não se resume ao ato de recordar, pois sua função vai mais além:

> [...] a memória, não sendo um simplesmente ato de recordar, revela os fundamentos da existência, fazendo com que a experiência de vida integre-se ao presente, oferecendo-lhe significado e evitando, dessa forma, que a humanidade se perca no pre-

12 Tradução livre do original em francês.

> sente contínuo, caracterizado por não possuir raízes e lastros. Presente muitas vezes caracterizado pela ausência de conteúdo identitário (DELGADO, 2010, p. 60).

De acordo com Halbwachs (1990), a memória individual se forma através das relações mantidas pelos indivíduos com os grupos aos quais pertencem, de modo que a comunicação e a interação são essenciais à formação da memória coletiva e individual, não existindo uma sem a outra.
Nesta perspectiva, no âmbito do turismo rural e do turismo genealógico, as viagens são um recurso para construção de memória e de conteúdo identitário, através de um contato mais próximo com os grupos de pertencimento, os objetos, o espaço e o lugar onde viveram os ancestrais. Ao mesmo tempo, a memória também é um meio para aproximar os turistas dos seus antepassados, dos lugares e experiências destes.
Conforme Finley (2005:1):

> A memória desempenha função central no turismo de raízes. Como a herança, ela é, de certa forma, uma mercadoria intangível e uma construção social que media as experiências, as ações e as expectativas dos indivíduos. É oferecida ao turista para consumo e é o que os próprios turistas interpretam e representam para autenticar suas experiências naqueles lugares e torná-las significativas. A memória também molda as "expectativas" dos turistas de raízes, guiando suas esperanças para algum tipo de conexão com seu passado ancestral.

Devemos destacar que a ausência de contato de direto, o afastamento de um grupo, a ruptura de laços afetivos, proveniente de situações de diáspora ou migração, como no caso de muitos nordestino que deixaram a região Nordeste, não significa ausência de memórias, pois graças as representações, as imagens e as narrativas que chegam aos descendentes de migrantes, é possível construir um memória coletiva, é possível imaginar lugares e suas paisagens.
Para Fourcade (2010), o turismo de raízes transforma os turistas em "peregrinos da memória" de seus ancestrais, ao percorrerem roteiros de visitas que se articulam em torno de lugares públicos e espaços privados, com o objetivo de imaginar como era a vida comum e como viviam seus antepassados.
A legitimação de um lugar, um objeto, uma paisagem pode ser presumida a partir da indicação de sua aprovação pelos turistas com a tomada de fotografias. De acordo com Finley (2005:5):

> A fotografia é a ação de autenticação líder entre os turistas. Indivíduos armados das mais básicas câmeras descartáveis, ou da mais sofisticada tecnologia digital, se engajam em uma intensa e constante atividade fotográfica que documenta pontos de interesse histórico, membros de seu grupo ou detalhes de curiosidade arquitetônica ou estética.

Dentro da experiência turística, a relação do indivíduo com o lugar é aflorada pelos sentidos. As paisagens, as músicas, os aromas, os sabores e as texturas, constituem as marcas particulares de uma cidade, uma região, um vilarejo e são simultaneamente signo e significado. São, portanto, elementos constituintes da identidade do lugar.
Muitos turistas viajam guiados por suas memórias olfativas, gustativas, auditivas e táteis, ou seja, sua memória sensorial, na busca de uma experiência autêntica que o faça voltar ao passado, reviver a experiência de seus ancestrais.

Memórias e produção da autenticidade no Restaurante Rural Vó Maria

Dentro das estratégias de produção da experiência turística, especial cuidado é adotado pelos agentes[13] de turismo com a construção da identidade do lugar, pois é preciso produzir um "cenário autêntico". Conforme

13 O termo agente de turismo é aqui empregado em sentido abrangente, referindo-se a todos aqueles que colaboram na produção e oferta turística.

Finley (2005:4), seja uma viagem para visitar ruínas ou para a praia, « [...] a noção de autenticidade é central à sedução do turismo como uma indústria. »
Desse modo, identificamos a outro ponto intersecção entre o turismo rural e o turismo genealógico: a importância da autenticidade do lugar visitado. Desse modo, a consolidação de uma destinação turística, no contexto do turismo rural e genealógico, implica, além da (re)construção da própria identidade do turista, a produção de representações que tornem a localidade atrativa aos olhos do visitantes, que precisam julgar a experiência autêntica.
Destacamos que a autenticidade não deve ser pensada a partir de critérios fixos, por não possuir um sentido universal, mas sim como um produto das interações entre sujeitos sociais, que lhe atribuem significados e sentidos distintos, conforme a experiência vivida por cada um (GRÜNEWALD, 2009).
Portanto, há uma negociação entre turistas e residentes, mediada por diversos atores, na qual « [...] espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão [...] experiências intersubjetivas e coletivas» pelos quais se legitimam ou contestam determinados valores, imagens e representações da cultura (BHABHA, 1998:19).
Em outras palavras, é a memória que irá permitir que os turistas deem sentido a experiência turística e validem os elementos culturais, o patrimônio e a identidade do lugar como autênticos. Nesse sentido, também estamos tratando a memória como uma construção social, resultante das interações entre as pessoas, objetos, espaços e lugares e suas representações.
No Restaurante Vó Maria, na Comunidade Chã de Jardim, observa-se que a organização dos espaços e das memórias, representadas nos artefatos que remetem à história e narrativas sobre o povo nordestino, desempenham uma função de autenticação entre os próprios moradores da comunidade e os visitantes.
Para entender melhor como esse "apelo à memória e à autenticidade" é concebido, passamos a uma descrição breve do Restaurante Rural Vó Maria, instalado na Comunidade Rural Chã de Jardim, às margens de uma Rodovia PB 79.

Origem do nome do Restaurante

O nome escolhido para o Restaurante pelo grupo de jovens empreendedores que o dirige e fundou é um exemplo disso. Segundo os líderes do grupo, o nome Vó Maria é simultaneamente uma homenagem às suas avós, pois a maioria deles tem pelo menos uma avó cujo primeiro nome é Maria, e uma reverência à Maria, mãe de Jesus, em uma clara alusão a religiosidade, outro elemento da ruralidade nordestina. Além disso, segundo eles, dos pratos servidos aos objetos de decoração usados no Restaurante, tudo foi inspirado nas recordações e memórias da casa de suas avós e de seus antepassados.

Edificação e estrutura

O restaurante compreende uma edificação de um piso, isolada por todos os lados (sem nenhuma outra edificação ao redor), feita de tijolos aparentes, com quatro cômodos e um grande salão (na forma de terraço) aberto na lateral esquerda e na parte da frente. È nesse salão-terraço que ficam dispostas mesas e bancos em madeira e nele que as refeições serão servidas. Uma porta comunica esse salão com a loja de artesanato e outra com a cozinha, esta última sendo a única parte da edificação que prevalece a modernidade do revestimento em cerâmica e dos utensílios domésticos, em cumprimento as regras da Vigilância Sanitária para a manutenção dos alimentos.
Não há muros que separem o interior do exterior do edifício, assim quem passa na Rodovia vê a movimentação interna e vice-versa. Porém, no entorno da edificação, há, do lado esquerdo, um plantio de uma pequena horta suspensa que serve exclusivamente a cozinha do restaurante; na frente, há um pequeno pátio, onde foi plantado um pequeno jardim de flores silvestres e uma árvore-sombreiro, estando ainda em fase de crescimento. A lateral direita é normalmente usada para o estacionamento de automóveis e motocicletas. Os ônibus, que costumam trazer grupos maiores, geralmente alunos de escolas ou universidades, costumam ser estacionados ao lado da Rodovia.
A vila onde estão instadas as casas dos moradores da Comunidade fica do lado oposto ao Restaurante, ou seja, a Rodovia separa os dois espaços – Restaurante e Vila. Todavia, isso não significa haja uma separação espacial

entre a área destinada aos turistas, pois o parquinho de diversões para as crianças fica do lado da Vila e atende ambos os grupos. Além disso, os turista que vem busca das atividades de trilha na Mata Pau Ferro normalmente são recebidos e passam pela sede da Associação de Moradores, que está edificada do lado da Vila.

Figuras 1: Na fotografia da esquerda a foto tomada a partir da rodovia mostra a Rodovia PB-079 separando o Restaurante Vó Maria das casas da Comunidade Chã de Jardim; A fotografia da direita traz a vista do salão de refeições para o exterior (Foto da autora/ Arquivo do Restaurante, 2013).

A decoração do ambiente

O estilo da decoração do Restaurante é rústico, ou seja, nada de adornos sofisticados ou peças de mobiliário modernas nas áreas públicas. O forro do teto foi desenvolvido pelas artesãs da comunidade, trata-se de esteiras de palha. As luminárias do teto são em cipó trançado, no estilo de cesto e balaios.
Um longo balcão de alvenaria, no fundo e à direita do salão de refeições, é usado para dispor os alimentos para que os clientes se sirvam a vontade. Incorporado ao balcão, há dois fogareiros alimentados a carvão, usados para manter alguns alimentos quentes. Uma porta, ao lado desse balcão, dá acesso a cozinha do restaurante. Um carro de boi, em tamanho miniatura, foi confeccionado especialmente para dispor talheres e pratos, e também dificulta a o acesso dos turista a porta da cozinha pois na frente destae ao lado do referido balcão dos alimentos.
Uma cortina feita com pequenas bonecas de pano delimita a passagem do salão para o corredor que dá aos fundos da edificação. Uma parede decorativa[14] separa o salão de refeições dos banheiros e nela foram colocas quadros com imagens de santos católicos. Uma cortina-viva, composta por pequenas vasos de hortaliças e flores penduradas criam uma delimitação entre o salão de refeições e a lateral esquerda (Ver Figuras 2). Três cadeiras de balanço feitas com cipós trançados também estão dispostas ao longo da lateral esquerda.

Figuras 2: Fotografia da esquerda traz visão do interior do Restaurante com cortina-viva e parede decorativa; Fotografia da direita apresenta balcão com alimentos (Foto da autora/Arquivo do Restaurante, 2013).

14 A parede decorativa foi feita em taipa, um estilo de construção tradicional e de baixo custo, muito usado por famílias de camponeses carentes devido ao seu baixo custo, pois são erguidas com varas entrelaças e preenchida com barro, de modo artesanal, geralmente, em mutirão.

As paredes que separam o salão de refeições da cozinha e da loja de artesanato são receberam como adornos vários itens típicos de cozinha dos camponeses nordestinos, tais como conchas, ralos de milho, arupembas etc. Sobre as mesas estão sempre dispostos uma moringa de barro com água potável, uma cuia[15] com farinha de mandioca, e copos, paliteiro e porta guardanapo de alumínio, sendo esses objetos típicos nas casas de agricultores tradicionais.

A loja de artesanato

Antes da abertura do Restaurante Vó Maria, a loja já existia e funcionava dentro da sede da Associação de Moradores. Nela eram comercializados as polpa de frutas[16], produzidas na fábrica[17], coco verde, mel de abelha e de engenho, rapadura, frutas, e peças de artesanato confeccionadas pelas mulheres da comunidade. Com a construção do Restaurante, para facilitar o acesso dos freqüentadores do restaurante, um cômodo foi destinado a loja, que se comunica com o Restaurante por uma porta lateral e com o exterior por meio de uma entrada independente que está voltada para o pátio e para Rodovia. A polpa continua sendo o principal produto vendido, mas a oferta foi diversificada com outros produtos, tais como panelas de barro, panos de pratos pintados à mão, bordados, produzidos por artesãs de outras comunidades.

A materialização da memória por meio da gastronomia

Ademais de apreciar o lugar e suas paisagens, seus espaço e seus objetos de decoração peculiares, o turista que vai a um restaurante deseja comer. Portanto, claro que a comida é o atrativo principal, sobretudo, considerando que o ato de alimentar-se passou a ter conotação de lazer, prazer e satisfação, fatores que colocam a gastronomia em destaque dentro da experiência turística.

A gastronomia, conforme Fagliari (2005), refere-se à alimentação humana e, em sentido mais restrito, às características e técnicas específicas de preparação de alimentos de uma determinada região ou povo. Sua relevância para o turismo baseia-se, de um lado, na cultural, por meio de valorização da culinária tradicional, e, de outro, na oferta diferenciada de atrativo turístico para os visitantes.

Destacamos que a cultura miscigenada do Nordeste brasileiro proporcionou um patrimônio gastronômico único, formado especialmente pelas heranças indígena, portuguesa e negra, sendo este patrimônio um forte atrativo.

A galinha caipira, a farofa d'água, o feijão verde, a macaxeira, a farinha de mandioca, o arroz na graxa, a buchada de bode, o pirão e o jerimum são os destaques do cardápio do Restaurante, representando para os nordestinos suas raízes e traduzindo um conjunto de relações com o lugar. Esses pratos procuram despertar os sentidos dos turistas por meio de seus aromas, texturas e sabores, transformando a alimentação em um momento nostálgico, que faz emergir sentimentos e memórias.

Nas palavras de Fourcade (2010: s/p), « *D'une certaine manière, le retour aux racines est un voyage producteur de traces qui cristallisent les liens avec un passé retrouvé et une terre ancestrale désormais inscrite dans la géographie sentimentale de chacun*. »

O fato da comunidade rural Chã de Jardim estar inserida na Zona da Mata Agreste, onde por muito tempo predominou o cultivo da cana de açúcar e onde ainda hoje encontram-se em funcionamento alguns engenhos,

---

15 A cuia ou cuité é um recipiente feito do fruto da cuieira ou cabaceira, usada tradicionalmente pelos agricultores para medir farinha ou outros grãos na roça.

16 A polpa de fruta processada na fábrica é fornecida pelos pequenos agricultores da região, que produzem no modelo de agricultura familiar. Assim, cerca de 100 famílias no total são beneficiadas pelo projeto, que inclui também moradores de sete assentamentos existentes na redondeza.

17 Construída desde 1996 pela Prefeitura e pelo Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba (CCA) para gerar renda e trabalho para os moradores da Comunidade, a fábrica esteve fechada durante dez anos e foi ativa pelo mesmo grupo de jovens que abriu o Restaurante Vó Maria e está sob administração desse grupo.

deixa traços nas refeições servidas no Restaurante Vó Maria.
Usados como sobremesa ou como ingredientes de outros tipos de doce, a rapadura e o melaço da cana de açúcar são produzidos nos engenhos da região, que também se dedicam a produção da cachaça. Os doces caseiros são assim um elemento da cultura regional, usados estrategicamente para construir a noção de autenticidade da experiência turística no espaço rural nordestino. Além de servidos como sobremesas no próprio Restaurante, eles podem ser comprados na Loja ao lado.
Acompanhando as refeições, são servidos sucos de frutas da região, cultivadas e colhidas pelos agricultores da Comunidade, os quais são responsáveis também pela produção dos legumes, verduras, alguns grãos e parte das carnes utilizados na preparação dos pratos servidos no Restaurante. O valor pago pelas refeições é fixo e o turista pode servir-se à vontade.
Nos finais de semana, o local recebe em média 250 pessoas para o almoço e 50 para o "Pôr do Sol de Maria", que se trata de um lanche servido no fim da tarde, acompanhado da apresentação de uma artista local, que canta músicas religiosas, finalizando com a apresentação da Ave Maria Brasileira, durante o pôr do sol. Os frequentadores do Restaurante, sejam eles denominados de turistas rurais ou turistas genealógicos, conscientemente ou não, estão consumindo o patrimônio material e imaterial da cultura nordestina, revisitando e (re)construindo a identidade do espaço rural nordestino.

Considerações finais

Em primeiro lugar, o caso em estudo permite concluir que, dos materiais empregados aos artefatos de decoração, o Restaurante Rural Vó Maria apela diretamente às memórias da comunidade Chã de Jardim, dos nordestinos e dos seus visitantes, para construir uma representação autêntica do modo de vida rural, sendo muitos dos elementos culturais ali presentes escolhidos justamente com esse objetivo.
Em segundo, observamos que as memórias parecem ganhar "materialidade", sendo reconstruídas e atualizadas através da comida servida, da música tocada ao vivo, da decoração rústica, das panelas de barro onde os pratos são servidos, do colorido do tecido de chita usado no fardamento do pessoal de serviço, do artesanato vendido na loja, e da linguagem utilizada no atendimento aos turistas.
Em terceiro, ao observar as relações das pessoas com os objetos, os alimentos, o espaço e o lugar no Restaurante Vó Maria, podemos entrever que tanto no turismo rural como turismo genealógico ocorre um movimento reflexivo e contínuo, em que a memória é explorada como recurso estratégico para construção da noção de autenticidade da experiência turística e da identidade do lugar, ao mesmo tempo, memória e identidade são (re) construídas a partir da experiência turística. Ambas desempenham uma função chave, permitindo aos turistas e residentes darem sentido e significado à atividade turística. Destarte, o turismo é entendido como uma prática social que pode reaproximar os indivíduos de suas raízes.
Em quarto lugar, concordando com Finley (2005: 2), é preciso alertar para o fato de que « na era atual de turismo global, a própria memória se torna uma mercadoria – uma coisa a ser comprada, vendida e comercializada». Nessa perspectiva, nos perguntamos: Quais as perspectivas do turismo rural e genealógico diante da banalização do uso da memória como uma mercadoria? Se isso pode representar um gargalo para continuidade de tais práticas turísticas, deve-se pensar também no possível desinteresse das gerações futuras pelo mundo rural, haja vista a diminuição dos fluxos migratórios do campo para a cidade, registradas nos últimos anos.
Noutra perspectiva, mais algumas questões sobre as quais devemos refletir são: Como manter viva as tradições, as memórias, a cultura do mundo rural se seus habitantes continuarem migrando em busca de melhores condições de vida nas cidades? Não seria, pois, o turismo rural e o turismo genealógico uma forma de gerar trabalho e renda, bem como despertar nos jovens sentimentos de identificação e pertencimento ao lugar de origem de seus antepassados, como vimos na Comunidade Rural Chã de Jardim? Não seria, portanto, o turismo de raízes uma alternativa para não deixar serem apagadas e para manter viva as memórias de Vó Maria?

Referências

ALVES, Eliseu; SILVA E SOUZA, Geraldo da; MARRA, Renner. (2011), **Êxodo e sua contribuição à urba**nização de 1950 a 2010. In: *Revista Política Agrícola*. Ano XX – No 2 – Abr./Maio/Jun. 2011. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br /index.php/RPA/article/view/61> [consultado em: 10-11-2014].

BHABHA, Homi. (1998), *O local da cultura.* Belo Horizonte: UFMG.

BRASIL. (2003), *Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil*. Brasília: Ministério do Turismo. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/ export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Diretrizes_Desenvolvimento_Turismo_Rural.pdf> [consultado em: 09-11-2014].

BRASIL. (2006), *Marcos Conceituais*. Ministério do Turismo. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf> [consultado em: 02-11-2014].

CUNHA, José Marcos Pinto da. (2012) Retratos da Mobilidade Espacial no Brasil: Os Censos Demográficos como Fonte de Dados. In: *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana.* Brasília, Ano XX, Nº 39, pp. 29-50, jul./dez. 2012 Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/remhu/v20n39/v20n39a03.pdf [consultado em: 05-11-2014].

FINLEY, Cheryl. (2005) "Autenticando Masmorras, Branqueando Castelos". - Salvador: *Catálogo da Mostra Pan Africana de Arte Contemporânea*. Disponível em: http://www.videobrasil.org.br/pan_africana/ENSAIO_CHERYL.pdf [consultado em: 03-12-2014].

FAGLIARI, Gabriela Scuta. (2005). *Turismo e alimentação*: análises introdutórias. São Paulo: Roca.

FOURCADE, Marie-Blanche. (2010), Tourisme des racines: Expériences du retour. *Téoros – Revue de Recherche en Tourisme*. 29-1, 2010. Disponível em: <http://teoros.revues.org/483> [consultado em: 14-10-2014].

GARRAWAY, Jasmin. (2006), El *turismo de raíces, un segmento con enorme potencial de desarrollo*. Disponível em: <http://www.caribbeannewsdigital.com/noticia/el-turismo-de-raices-un-segmento-con-enorme-potencial-de-desarrollo>. [consultado em: 10-11-2014]

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. (2009), The Contingency of Authenticity Intercultural Experiences in Indigenous Villages of Eastern and Northeastern Brazil. In:*Vibrant* v.6 n.2. July to December 2009. pp. 52-80. Disponível em: <http://www.vibrant.org.br/ english/presentation.htm> [consultado em: 08-11-2011].

QUEIROZ, Mércia Maria Aquino de. (2008). *Turismo de raízes na Bahia*: um estudo sobre a dinâmica do Turismo Étnico (Afro) na Bahia: os casos do Pelourinho / Salvador e da Festa da Boa Morte / Cachoeira. Dissertação de Mestrado. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Salvador. Disponível em: <http://afro-latinos.palmares.gov.br/_temp/sites/000/6/pdf/Dissertacao_Turismo_de_Raizes_na_Bahia_Mercia_Queiroz.pdf>. [consultado em: 12-11-2014].

HALBWACHS, Maurice. (1990), *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.

LEGRAND, Caroline (2006). Tourisme des racines et confrontations identitaires dans l'Irlande des migrations. In: *Diasporas, histoire et societies.* nº 8, pp. 162-171.

MATOS, Ralfo. (2012), Migração e urbanização no Brasil. In: *Revista Geografias*. Belo Horizonte 08(1) janeiro-junho de 2012. pp. 07-23

PEIXOTO, Paulo. (2002), *Os meios rurais e a descoberta do patrimônio*. Comunicação apresentada ao Centro de Estudos Sociais - Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em: < http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/175.pdf?CSRF_TOKEN=94d9b0df77f8f9e4387ac4144c11183ebd6e6b50> [consultado em: 03-08-2013].

WANDERLEY, Maria Nazareth B. ; FAVARETO, Arilson. (2013), A singularidade do rural brasileiro: implicações para tipologias territoriais e para a elaboração de políticas públicas. In: MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel. (Orgs.). *Concepções da ruralidade contemporânea*: as singularidades brasileiras. Brasília: IICA. (Série DesenvolvimentoRural Sustentável; v.21).

Turismo, memória, pertença e identidade na província de Malanje (Angola)

Autor: Samuel Varela Spínola[1]
e-mail: spinolasv@gmail.com

Resumo: Nesta comunicação pretendemos apresentar e discutir com a comunidade de cientistas sociais e das humanidades dos países de língua oficial portuguesa um projecto de doutoramento (em curso) cujo objectivo principal consiste em analisar e compreender, em perspectiva sociológica, o lugar da memória no processo de construção sociocultural de um "lugar turístico". O projeto propõe um recorte empírico sobre a província de Malanje (Angola) e visa analisar, separada e detalhadamente, o lugar reservado à memória dos espaços (principais "lugares de memórias" e respectivas representações socioculturais), assim como à memória dos próprios indivíduos, atores em contexto, divididos para fins operacionais em três categorias principais: angolanos residentes em Malanje, portugueses que viveram ou passaram em Malanje, angolanos emigrados oriundos de Malanje. Os lugares ultrapassam o simples lugar físico dado as relações que se estabelecem, ganhando o estatuto de território, espaço este onde sedimentam a construção da realidade social.
Esta construção basea-se no quotidiano das comunidades, que foram passando as suas práticas por várias gerações até se tornar em padrao/modelo que caracterize as culturas, os hábitos, enfim a vida da população.
No final, espera-se que este trabalho, embora embrionário, possibilite uma discussão alargada e enriquecedora em torno das cartografias, linguagens e narrativas sobre turismo genealógico e o seu papel na (des)construção identitária em espaço Luso-Afro-Brasileiro contemporâneo.

Palavras-chave: memória, identidade, construção sociocultural e lugar turístico.

Abstract: In this communication we intend to present and discuss with the community of social scientists and humanities of Portuguese -speaking countries a PhD project (ongoing) whose main objective is to analyze and understand in sociological perspective , the place of memory in the construction process sociocultural a " tourist place " . The project proposes an empirical cut over the province of Malanje (Angola) and aims to analyze separately and in detail , the place reserved for the memory of the spaces (main " memory places" and their socio-cultural representations) as well as the memory of the individuals themselves , actors in context, for operational purposes divided into three main categories : Angolans living in Malanje , Portuguese who lived or passed in Malanje , Angola emigrants coming from Malanje . The places beyond the simple physical place as the relationships established , winning the territory status , a space where sediment construction of social reality.
This construction builds on noted daily life of communities , we were passing their practices for several generations until it became standard on / model that features the cultures , habits, and people's lives .
In the end, it is expected that this work , although embryonic , enables a broad discussion and enriching around cartography , languages and narratives of genealogical tourism and its role in the (un) identity construction in Luso -Afro -Brazilian contemporary space .

Keywords: memory, identity, socio-cultural construction and tourist place

---

1 Licenciado e Mestre em Turismo e Desenvolvimento pela Universidade de Évora. Doutorando em Sociologia na mesma Universidade. Diretor do curso Turismo, Gestão Hoteleira e Animação na Universidade Metodista de Angola desde 2012. Foi docente na Universidade de Cabo Verde (UniCV) e Instituto Superior das Ciências Económicas e Empresariais em Cabo Verde (ISCEE). Foi responsável das Relações Públicas da Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde (EHTCV) em 2011.

Introdução

A presente comunicação enquadra-se no I Congresso da AILP, XII CONLAB no âmbito das ciências humanas e sociais.
Sob o lema: " Imaginar Pertenças, Repensar Identidades: Cartografias, Linguagens e Narrativas sobre Turismo Genealógico em Espaço Luso-Afro-Brasileiro", aparenta ser pertinente apresentar uma comunicação que vai ao encontro do projecto para a tese de doutoramento em curso.
O objectivo principal consiste em analisar e compreender, em perspectiva sociológica, o lugar da memória no processo de construção sociocultural de um "lugar turístico".
A história da província escolhida para a prelecção da comunicação ilustra ligações de pessoas que por vários factores tiveram que abandonar a província. Restam algumas nostalgias dos tempos vividos escutados nas divagações e numa imenente vontade de voltar. Nesta senda verifica-se uma viagem no tempo, pelas memórias que marcaram outrora os seus quotidianos…
Com uma procura, mesmo que ainda só mental, os atores vagueiam pelas ruas e artérias dos espaços, baseando nas imagens vividas. Entrando no real, muitos saem a procura destes espaços, agora como turistas/visitantes aos lugares "agora turístico".
Os espaços procurados são ou foram preenchidos com as vivências do quotidiano até ao ponto de se tornar em territórios onde desenrolam o dia-a-dia das comunidades solidificando a construção duma realidade social única, identitária e singular. Essa identidade é construida através das memórias dos habitantes. São-lhes intrínsecos. Nesta linha de pensamento pretende-se medir até que ponto esta identidade está presente na construção da identidade de três grupos escolhidos, com algumas caractericas em comum, bem como outras que as diferenciam.

O objetivo preconizado nesta comunicação leva-nos a analisar alguns conceitos pertinentes. Eleitos por excelências a abordagem dos conceitos relacionados com a construção social da realidade, a memória, a identidade e lugares/espaço. Acoplados a estes conceitos surgem vários outros adjetivados aos quais exigem que se analisem dentro de quadros teóricos existentes para o melhor enquadramento e debate.

Memória

As memórias referem-se sempre a representações de algo, de algum objeto, de alguma estória ou de algum espaço/lugar, pessoas, comunidades… elas identificam sempre "algo" ao qual se veiculam diferentes valores que as memórias guardam dos contextos histórico-culturais. As memórias são nitidamente imateriais. Materializam-se nos objetos que representam, outros asseguram o seu carácter de imaterialidade e de intangibilidade. Conforme (Jorge, 2003:12), os referidos objetos "são suportes de uma herança evidentemente". Esta herança constitui um património que foi legado a partir dos antecessores. Este património corresponde a memórias que guardam representações culturais de uma determinada comunidade.
Referindo-se aos espaços em estudo os lugares, acabam por constituir patrimónios que fizeram parte da vida das pessoas que em momentos viveram em Malanje; deixaram alguns "objetos" que perpetuam suas memórias representadas no tangível e as vivências das comunidades. «Os patrimónios consagram os valores da memória» (ibidem:15).
As memórias a que o autor se refere caracterizam-se por um certo grau de intangibilidade e intemporalidade, ou seja, objetos representados podem já não existir, podem já ter sofrido algumas transformações, mas resistem no tempo através das memórias legadas que passam de gerações em gerações.
Cientes de que os estudos que se pretende levar a cabo, há possibilidades de encontrar memórias que vagueiam num espaço vazio sem possibilidade de serem tocadas, mas, intrinsecamente mostram representações sólidas de laços de pertença vinculadas no passado, nos lugares vivenciados e nas gerações não existentes fisicamente, mas perpetuados pelas memórias.

As memórias aparecem nas representações dos objetos culturais e identitários, distinguindo a comunidade ou povo que representa. As práticas dessas comunidades advêm de um tempo longínquo, dos antecessores que acabam por "tatuar" na memória dos viventes. Materializam em muitas sociedades através de representações de objetos artísticos, *souvenirs,* artesanatos, contos músicas, estórias, mitos…conforme afirma Jorge (idem) «assim existe sempre um discurso da memória mediatizado pelas expressões coletivas das comunidades humanas que as diferentes produções artísticas veiculam e cuja substância tem uma natureza certamente patrimonial». Ora, a memória constitui o património de uma determinada comunidade.
Esta perspectiva de memória/património vai ao encontro do objeto em estudo no sentido de incidir sobre o tangível e o intangível, que se conservam na memória dos malanjinos e das pessoas que outrora legaram ao território Malanje.
Burke (2000: 69) sublinha que os historiadores se interessam pela memória por dois motivos: por ela ser uma fonte histórica e por ser um fenómeno histórico. Constitui também um fenómeno social na medida em que a própria construção da sociedade se assenta nos traços identitários que são transmitidos dentro das comunidades de gerações em gerações.

Leite, (2003: 24) refere-se às questões de valoriza**ção do património salvando que «**na perspectiva das teorias correntes da valorização do património, a cidade moderna é cada vez mais entendida como um projeto cultural». Esse projeto consubstancia-se na memória dos lugares físicos, mas também de espaços não físicos, de ambientais, sensações, práticas de coexistência social, espaços de estórias, urbanidades, contemporaneidades, etc.

> Sabe-se que a modernidade da forma como foi introduzida nos territórios colonizados, destes Angola não foge à regra - tinha um projeto de mudar o patamar da vida das populações autóctones, sem qual a convivência com o colonizador reduzir – se - ia em fragmentações constantes, que mesmo assim aconteceram (Sousa, 2012: 18).

Identidade

As identidades possuem uma herança de significados e valores, ligados à memória e a um discurso que confirme a ideia de pertença a uma comunidade ou sociedade. Assim, a memória é importante no processo de formação identitária dos indivíduos e dos grupos, o que os leva a buscar fazer-se conhecer e reconhecer como um processo histórico dentro de uma determinada sociedade.
De acordo com Castells (1999) **«t**oda e qualquer identidade são construídas. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem e para quê isso acontece**».** Essa construção que Castells destaca sustenta a ideia do processo da construção dentro de uma cultura/sociedade que advém de gerações passadas, solidificando-se aos poucos até ao ponto de caracterizarem, de identificarem e de distinguirem os elementos que fazem parte desse grupo.
A identidade, para além de destacar características, também diferencia um grupo, uma sociedade das outras. Em síntese, «a identidade é marcada essencialmente pela diferença» (Woodward, 2000: 9).
Importa, pois, identificar os diversos referenciais a partir dos quais a identidade é construída, como afirma Castells na citação acima. «A identidade também está intimamente ligada ao conceito de representação social pois, se a identidade é marcada pela diferença, significa que pode estar em constante rivalidade ao que lhe é exterior» (Bertone de Oliveira Sousa, s/d:7). Mais do que uma competição, podemos encontrar choques de identidades, em que haja influências provocadas por vários fenómenos que caracterizam a globalização. Neste caso, podemos destacar a actividade turística, que por sua vez pode modificar os tais referenciais da identidade de uma comunidade.
Michael Pollak (1992: 203) enumera três características distintivas da identidade: os limites de pertença a um grupo, a continuidade temporal e o sentimento de coerência, ou seja, de que os elementos que compõem um indivíduo ou um grupo estão de facto unificados e que a quebra desse sentimento (de unidade e continuidade) podem acarretar.

> Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como colectiva, na medida em que ela é também um factor extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (...) A memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais (Pollak, 1992: 200).

Dado a influências múltiplas, a identidade não é estática. Embora tenha características padronizadas de modo a estabelecer uma certa estabilidade e passar de gerações em gerações, é necessário deixar em aberto esse dinamismo que possa existir devido aos fatores exteriores. No domínio dos estudos em turismo, e na era da globalização, discute-se frequentemente o modo como, muitas vezes por conveniências somos obrigados a aceitar novas identidades a fim de "vender" o que outros espectadores pretendem, questionando assim a identidade sócio–cultural de indivíduos e lugares em vista de uma possível mercantilização.

Stuart Hall (2001) enriqueceu sobremaneira os estudos sobre a identidade na sua obra intitulada "A identidade cultural da pós-modernidade". Num primeiro momento toda a análise de Hall recai especificamente sobre o conceito "identidade". No quadro da teoria social, o conceito é debatido na sua vertente mais de diferentes autores e pontos de vistas. Stuart aponta o argumento segundo o qual: «as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado». (Hall, 2005:7)

Transversalmente, o trabalho de Stuart tem como objetivo explorar as questões sobre a identidade cultural na modernidade tardia; avaliar se existe uma "crise de identidade", em que consiste essa crise e em que direção ela está indo. Assim, como questões de partida Hall lança as seguintes: "Que pretendemos dizer com a crise de identidade? Que acontecimentos recentes nas sociedades modernas precipitaram essa crise? Que forma ela toma? E quais são as suas consequências potenciais?

Hall (2001) assume a complexidade do conceito de identidade, o seu pouco desenvolvimento e a pouca compreensão que tem obtido na ciência social contemporânea, assim como as deficientes afirmações conclusivas acerca do conceito.

De acordo com Stuart, analisados os pontos sobre os quais recaem as ideias dos teóricos que tem estudado este tema (Zygmunt Bauman, Woodward 2000, Pozenato 2003, Barretto 2000, entre outros, verifica-se uma certa crise de identidades. Estes vêm nas mudanças estruturais as transformações das sociedades modernas no final do século XX. Esses teóricos consensualizam em torno de uma certa fragmentação contemporânea a nível das paisagens culturais de classe, género, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade.

Como forma de aclarar o seu pensamento, Hall (idem) apresenta-nos três concepções de identidades: a primeira "o sujeito do iluminismo", a segunda "o sujeito sociológico e a terceira o "sujeito pós-moderno". Verifica-se uma procura para a caracterização dos três sujeitos contextualizados nas suas épocas, histórias e estórias.

O sujeito do iluminismo é apresentado como individuo centrado, unificado, dotado de capacidades de razão de consciência e de ação; contínuo e idêntico; destaca-se também como núcleo interior do indivíduo o "sexo masculino".

O sujeito sociológico é apresentado com uma certa complexidade do mundo moderno. Este sujeito tem enorme dependência. O seu núcleo interior não é autónomo e autossuficiente. Refere-se a sua formação na relação com "outros importantes para ele", que mediavam os valores, sentidos e símbolos.

Hall (2001) explica que a cultura identidade é formada na interação "eu" e a sociedade. Mostra a moldagem que a sociedade impera sobre o homem, o sujeito. A sua formação já não é exclusivamente dependente do próprio indivíduo, mas sim, do contexto onde ele está inserido. "«A pessoa tem um núcleo ou essência interior que é o eu real», mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais "exteriores" e as identidades que esses mundos oferecem. Ainda Stuart afirma que no caso do sujeito sociológico a identidade "sutura", costura o sujeito à estrutura.

Já no que diz respeito ao sujeito pós-moderno a identidade estável, unificada está fragmentando. Este sujeito é composto por várias identidades às vezes contraditórias e não resolvidas. Destaca-se as mudanças estruturais e institucionais que provocaram as mudanças profundas no sujeito. A identificação perdeu a estabilidade para ganhar um certo carácter provisório variável e problemático.

> A identidade torna-se uma "celebração móvel": formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. "É definida historicamente, e não biologicamente. (...) à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis". (Hall, 2006: 12).

É explícito a identidade estar ligada ou pertencer a uma determinada cultura, com suas regras. Toda a identidade de um indivíduo, ou seja individual, acaba por convergir numa coletividade. Esta identidade coletiva está ligada a sistemas culturais específicos dos seus próprios meios. Como refere o autor:

> [n]esta perspectiva a identidade é compreendida como culturalmente formada e, por sua vez, está ligada a discussão das identidades coletivas, como as identidades regionais e nacionais e outras que formam quadros de referência e sentidos estáveis, contínuos e imutáveis por sob as divisões cambiantes e as vicissitudes de nossa história real (Hall, 1996: 68).

O conceito identidade como substantivo faz nada mais que identificar na prática, diferenciar num individuo o carácter representativo das marcas do seu grupo de pertença, onde trabalham muito as representações coletivas. Essas representações com significados que a própria comunidade atribui dentro dum processo histórico-cultural.

Na visão de Hall (2001) «as identidades de um povo são características únicas e singulares. E as identidades locais sofrem mudanças por vários fatores**».** Visto no quadro do Turismo, constitui um dos momentos de choques de pessoas com identidades e culturas totalmente diferentes.

Neste contexto, o nosso objeto de estudo por sua vez questiona essa possibilidade de haver influências do sector turismo na identidade social e cultural do anfitrião. Pois, o referido sector implica interação entre atores.

No domínio da sociologia, o estudo da identidade tem em Giddens um expoente contemporâneo notável. Hall (2005) não lhe é indiferente, trazendo para dentro da sua discussão. Para Giddens «nas sociedades tradicionais o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contém e perpetuam a experiência de gerações» (Hall, 2005: 14).

Sendo a sociedade dinâmica, os lugares, as culturas e as identidades podem sofrer alterações.«Os significados não são estáveis, mas sim modifica a medida que o indivíduo vai enfrentando novas experiências». (Santos, 2004: 59).

Ao referirmo-nos ao estudo de memória e identidade, tendo em conta os autores supracitados, fica explicito que a definição da própria identidade cultural implica distinguir os princípios, os valores e os traços que marcam, não apenas em relação a si própria, mas frente a outras culturas, povos ou comunidades.

«Os objetos culturais consistem nos elementos simbólicos característicos de tradições, ideias e crenças» (Parsons, 1982). Todavia, a própria cultura corre o risco de ser mercantilizado. A identidade acaba por traduzir e constituir um símbolo da cultura. Resta perceber se esta identidade é um contínuo e autêntico ou se é moldado perante a influência das atividades turísticas e não só.

Hall (2001), na sua dissertação que intitulou descentração do pensamento ocidental do séc. XX – descoberta do inconsciente por Freud, ilustra a contribuição de Freud para a questão da identidade. «A identidade, a sexualidade, a estrutura dos nossos desejos são formados com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente, que funciona de acordo com uma lógica muito diferente daquela da razão».

A ideia de Freud é também sustentada de certa forma pelo Lacan, em que sustenta que a imagem do "eu inteiro e unificado" é formado em relação com os outros, nas complexas negociações com o inconsciente na 1ª infância nas fantasias paternas e maternas que as crianças têm (fase do espelho). Salienta-se neste ponto o papel dos agentes socializadores, em destaque a família, onde a formação do indivíduo assume certas figuras como modelo.

Sustenta ainda que a pessoa vivencia a sua própria identidade como se ela estivesse reunida e «"resolvida" – origem contraditória da identidade; mas, na realidade, "a identidade permanece sempre incompleta", está sempre "em processo", sempre "sendo formada; processo em andamento; nós continuamos em busca da identidade e construindo biografias. A identidade é preenchida a partir do nosso exterior». (Hall, 2001: 36-37).

Na mesma obra, Stuart fala sobre "as culturas nacionais como comunidades imaginadas." Nesta premissa Stuart lança as seguintes perguntas: "o que está acontecendo à identidade cultural na modernidade tardia"? "Como as identidades culturais nacionais estão sendo afetadas ou deslocadas pelo processo de globalização"? (Ibidem: 50).
Dado ao teor das perguntas torna-se importante a abordagem do autor a fim de fazer uma analogia com o espaço que se pretende investigar.
«A identidade nacional é uma "comunidade imaginada" (Benedict Anderson, 1983 cit. Por Hall, 2001). Esta afirmação abre discussão a volta do conceito identidade e sua imaterialidade. "Vida vivida na imaginação"». Salienta-se aqui a característica da imaterialidade da identidade. Os traços culturais que são assumidos pelas comunidades, chegam através dos feitos dos seus antepassados. Vários fatores mostram esta ideia de "comunidade imaginada": a origem das nações- perda pelos mitos do tempo, narrativa das nações, origens na continuidade, na tradição e na intemporalidade, invenção da tradição, o mito fundacional, o povo ou folk puro. (idem)

Espaços, lugares, território e turismo

Os lugares turísticos por excelência carecem de uma conceptualização. Os estudos académicos sobre lugares e territórios constituem objetos de estudos de várias áreas do saber. No que concerne à área de Sociologia encontramos vários autores que o abordam. Destaca-se o Henri Lefebvre, David Harvey, Sharon Zukin, Saskia Sassen, Doreen Massey. Também Giddens e Foucault, entre muitos outros, incorporam o espaço na forma como compreendem a construção da realidade social. Dos autores que já estudaram temas relacionados com espaços, lugares e territórios, destaca-se Max Weber (1966), em "*The City"*, em que o autor trabalhava estas questões no que concerne a urbanização em si.
Nos anos 70, autores próximos da teoria marxista concretizaram a discussão sobre o sistema capitalista e a reprodução de desigualdades sociais na produção do espaço (Harvey, 1973; Lefebvre, 1974; Castells, 1977). Também, Vieira (2007) na sua obra intitulada *"Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo, uma perspectiva estratégica"* realça várias questões que vão ao encontro do trabalho a ser desenvolvido. O autor foca os pontos ligados à importância do espaço territorial e do espaço turístico.

Os estudos no âmbito das ciências sociais relacionados com o espaço ou lugares, durante alguns tempos, só se radicavam nas questões do espaço físico, meio ambiente/natureza. Mais do que isso pode ser estudado no âmbito das relações que se estabelecem nos determinados espaços. Relações do quotidiano, das vivências dos elementos que fazem parte de determinadas sociedades.

Para Giddens (1989), existe espaço para uma teoria social que ultrapasse os limites clássicos entre as ciências sociais e concretiza esta orientaç**ão na centralidade que atribui «à problemática do distanciamento es**paço-tempo das relações sociais» (Pires, 1988: 231). O autor sublinha a relevância de considerar a "situabilidade" da interação no tempo e no espaço (Giddens, 1989:89). Considera, ainda, que a maioria dos cientistas sociais trata o tempo e o espaço como meros ambientes de ação, e que estes não têm sido capazes de pensar os sistemas sociais na sua constituição através do espaço/tempo.
Giddens (1991), no seu trabalho "*As Consequências da Modernidade"*, refere o deslocamento do espaço do lugar provocado pela modernidade. O autor afirma o conceito de lugar enquanto "cenário físico da actividade social" (Giddens, 1991: 26-27). Acrescenta ainda que «a separação do espaço do tempo, fator que irá estimular o surgimento de relações entre outros ausentes, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face». Gieryn (2000), na sua apresentação das várias formas como se tem tratado o espaço na sociologia, defende:

> Um papel central para o lugar, mas defende que em vez de uma sociologia do espaço ou do lugar, toda a sociologia deve incluir uma sensibilidade para o lugar. O lugar estabiliza e dá durabilidade às categorias, diferenças, hierarquias estruturais da sociedade; compõe os padrões de interação presencial que constituem a formação de redes e a ação coletiva; incorpora e assegura normas culturais intangíveis, identidades, memórias…(Gieryn, 2000: 473).

Lefebvre (1974) terá sido dos primeiros autores modernos a teorizar sobre o espaço enquanto produto e produtor social.

> "O processo de produção social do espaço reporta-se a uma relação dialética entre: as práticas sociais, relativas ao quotidiano vivido; as representações do espaço, constituídas por imagens e símbolos concebidos por produtores "oficiais" do espaço (planeadores/urbanistas); e os espaços de representação, referentes às representações dos habitantes e outros utilizadores» (Lefebvre, 1974:42-43; 48-49).

Segundo o autor, são vários os espaços sociais que se interpenetram e sobrepõem não só no social mas também no plano físico espacial. Para este autor:

> «o espaço não é uma coisa entre outras coisas, nem um produto, entre outros produtos: em vez disso, subsume coisas produzidas, e abrange a sua inter-relações em sua coexistência e simultaneidade - a sua (relativa) ordem e/ou desordem (relativa). É o resultado de uma sequência e um conjunto de operações e, portanto, não pode ser reduzida à categoria de um simples objeto. Ao mesmo tempo, não é nada imaginado, irreal ou "ideal" acerca disso, em comparação, por exemplo, com a ciência, representações, ideias ou sonhos". (ibidem: 73).

O conceito de espaço, na perspectiva de vários autores apresenta uma complexidade de componentes. Tem um carácter multidimensional. Marques (2010), afirma que para se proceder à análise conceptual de espaços, torna-se necessário defini-lo como sendo detentor de '*Composicionalidade'*, ou seja, o espaço só pode ser compreendido em todas as dimensões que o constituem. Para o autor, este sincronismo expressa as propriedades do espaço que é simultaneamente produto e produtor, movimento e imutabilidade, processo e resultado, lugar de partida e de chegada. Considera que o espaço possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo apenas parte. Assim, «o espaço pode conter elementos da natureza, mas também é formado pelas diversas dimensões sociais resultantes das relações que os sujeitos estabelecem entre si, aos níveis da cultura, da política ou da economia. Por outro lado, os sujeitos são produtores de espaços ao estabelecerem relações diversas, sendo produtos dessa multidimensionalidade**» (Marques, 2010:** 77). As premissas do autor ilustram uma certa vida ao espaço. Já não se limita a constituição física do espaço, mas sim ao produto espaço e espaço como produtor das relações entre atores. Ao mesmo tempo o espaço aparece como palco onde decorrem o quotidiano dos elementos constituintes. Dentro do "espaço". Encontramos vários espaços, conforme sublinha Sousa Marques:

> "O espaço contém todos os tipos de espaços sociais que resultam das relações entre os sujeitos, e entre estes e a natureza, transformando assim esse espaço, alterando as paisagens, construindo territórios, regiões e lugares". Nestes espaços focados pelo autor apercebe-se a necessidade de existência de uma certa harmonia, daí que se fala da *complementaridade,* sendo visto como a qualidade pela qual o espaço social complementa o espaço envolvente (espaço natural, espaço geográfico)." (Idem)

Associado ao conceito espaço surge o conceito território que, também, destaca as questões relacionadas com as relações que se estabelecem em determinados espaços.

> O *território* é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Os *territórios* formam-se no *espaço* geográfico a partir de diferentes relações sociais. O *território* pode ser definido como uma fracção do espaço geográfico e/ou de outros espaços materiais ou imateriais (Marques, 2010:78).

O espaço é apresentado como um palco onde os atores sociais se relacionam.

> O espaço contém todos os tipos de espaços sociais que resultam das relações entre os sujeitos, e entre estes e a natureza, transformando assim esse espaço, alterando as pais-

> agens, construindo territórios, regiões e lugares. A *complementaridade* é a qualidade pela qual o espaço social complementa o espaço envolvente (espaço natural, espaço geográfico). (Fernandes, 2005, in Marques, 2010:78).

«Dessa forma é produzido um espaço geográfico e/ou social específico: o t*erritório*. O *território* é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de *poder*». (Ibidem, p.79). O território assume aqui uma certa inexistência física a fim de apresentar para além do espaço físico as relações sociais que se estabelecem.

O conceito de *território*, que entretanto foi adquirindo forma, pode ser definido como um espaço socialmente construído, possuidor de recursos naturais e detentor de uma história construída pelos homens que nele habitam, através de convenções de valores e regras, de arranjos institucionais que lhes conferem expressão, e de formas sociais de organização da produção (ibidem: 78). Para este autor,

> os *território*s movimentam-se e fixam-se sobre o espaço geográfico. O *espaço* geográfico de uma nação é o seu *território*. E no interior deste *espaço* há geralmente uma multiplicidade de territórios. São as relações sociais que transformam o *espaço* em *território* e vice-versa, no entanto, o *espaço* é um *a priori* ao passo que o *território* se caracteriza por ser um *aposteriori* (idem).

Relação espaço/território e o Turismo

O turismo acontece num determinado lugar. E é no lugar, no espaço e no território que acontecem as relações sociais entre atores de diferentes sociedades. A ligação das relações sociais com o espaço, o território e o lugar e o turismo constitui uma área de investigação da Sociologia do Turismo. Aliás, Dias (2003: 18) atesta que a «Sociologia do Turismo é o estudo do turismo, utilizando o instrumental teórico da Sociologia para analisar as relações sociais encontradas nas atividades turísticas e seus desdobramentos». Para este autor, compete à Sociologia do Turismo «o estudo sistemático das relações sociais e da interação entre indivíduos e grupos relacionados com a actividade turística…» (idem). No turismo, a interação social pode envolver todos os atores do turismo: turistas, anfitriões, sector público e privado do turismo. Assim, a temática que se pretende trabalhar ganha um enfoque maior para os lugares turísticos, a comunidade e o turista.

A construção sociocultural dos lugares turísticos exige que se faça uma explanação acerca do espaço na sua mais variada adjetivação que possa assumir. Mostra-nos para além do espaço/lugar físico os espaços que são construídos através do quotidiano do homem e da sua história. Espaços construídos baseados na identidade e sentido de pertença a uma determinada comunidade, num dado lugar, onde os atores possuem um sentido de pertença aos seus antecessores. Os espaços físicos passam a ser territórios através das relações estabelecidas, dos quotidianos que marcam o desenrolar da vida da comunidade, conforme foi salientado. Deste modo, a atenção recai sobre as relações entre o turista e a comunidade anfitriã. E é nesse sentido que se estabelece a relação entre o lugar, o espaço e o território.

Rodrigues (1997) propõe uma sistematização das dimensões espacial e territorial do turismo a partir de três elementos organizadores: os pólos compostos pelas áreas emissoras de turistas, os pólos definidos pelas áreas receptoras e as linhas de ligação desses pólos, por onde circulam os turistas e as informações. É, especialmente, nas áreas receptoras que podemos identificar o território do turismo ou o *lugar turístico* por excelência. A autora sugere a possibilidade de três tipos de relações entre turismo e território:

a) pode existir território sem turismo;

b) pode existir um turismo sem território;

c) podem existir territórios turísticos.

Estes são entendidos como "territórios inventados e produzidos pelos turistas, mais ou menos retomados pelos operadores turísticos e pelos planejadores" (Knafou,1996: 72). O território pode ser entendido como «uma rede de relações sociais que, a par da sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma

alteridade: a diferença entre 'nós' (o grupo, os membros da coletividade ou 'comunidade', os *insiders*) e os 'outros' (os de fora, os estranhos, os *outsiders*)» (Souza, 2001). Ele envolve sempre uma dimensão cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de "controle simbólico" sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação) (Haesbaert, 2004). Note-se que os territórios são construídos e desconstruídos socialmente. Sublinhe-se que quando o turismo impõe as suas funções numa vila ou cidade, o território transforma-se num território turístico. O território turístico pode ser entendido como um produto social em permanente transformação (Cruz, 2002).

Os espaços são elementos fundamentais para a relação do turismo com a cultura, para a relação social entre os turistas e a população receptora do turismo. Os papéis de uns e outros são diferentes, tal como os significados que dão a cada elemento material ou imaterial. Na ótica de Cravidão (2006), o lugar faz parte da essência do ser humano. «Engloba elementos físicos e culturais e no que refere à realidade turística, ambos os elementos são necessários para que o turista possa de certa forma compreender e apreciar o lugar. «O lugar é um elemento fundamental na formação e construção da cultura turística» (Wearing et al. in Cravidão e Marújo, 2012).
Em termos de identificação com os espaços, as pessoas identificam-se com determinados lugares e culturas. «O senso do lugar surge quando as pessoas sentem uma ligação especial ou a relação pessoal com uma área na qual o conhecimento local e os contatos humanos são significativamente mantidos» (Sharma, 2004: 278).

A Construção da realidade social

A construção da realidade social constitui objecto do estudo da sociologia do conhecimento que levanta muitas interrogações em vastas áreas do saber. Tanto a sociologia como a filosofia possuem as suas linhas de questionamentos acerca do modo como a realidade social é construída.
Berger e Luckmann, na sua obra "A construção Social da Realidade – um livro sobre a sociologia do conhecimento", abordam diversas questões que ajudam no esclarecimento.
Associam essa construção a determinados contextos em que o homem se encontra inserido. «A compreensão da "realidade" e do "conhecimento" se situa de certa maneira, num meio termo entre a do homem comum e a do filósofo. O homem comum por norma, não se preocupa com aquilo que é "real" para ele e com o que "conhece", a não ser que tropece num problema qualquer» (Berger e Luckmann, 2010: 14)
Por outro lado os autores mostram a posição do sociólogo, que difere das outras posições pela imposição da própria disciplina em causa. «O sociólogo é forçado, quanto mais não seja pela própria logica da sua disciplina, a questionar se a diferença entre as duas realidades não pode ser compreendida em termos das diferenças entre as duas sociedades»(idem). Neste sentido apercebe-se uma certa relatividade entre os vários pontos de vistas acerca da construção da realidade social.
Os autores ilustram a génese do estudo da sociologia do conhecimento. Entre eles destacam Mannheim, Max Scheler na Alemanha, o pensamento Marxista, o pensamento Nietzscheano e Historicismo (ibidem: 17). Por outro lado destaca-se os trabalhos desenvolvidos por Merton, Parsons. Geiger (ibidem: 23).
A realidade social é construída baseada na realidade do quotidiano. Esta realidade, conforme afigura Berger e luckmann são por excelências privilegiadas e predominantes: «**é impossível ignorar, e até difícil, di**minuir a sua imperiosa presença» (ibidem: 33). Esta visão ilustra o peso da realidade do quotidiano sobre as sociedades e sobre a própria construção social da realidade. Esse quotidiano que muitas vezes passa despercebido dos olhares é objectos ricos a serem estudados, pois fazem parte da realidade. Conforme afirma Pais (2002: 33), «O quotidiano não é uma parcela isolável do social».
A construção dessa realidade dá-se na interacção com outros membros da sociedade. Os autores são claros em relação a este aspecto ao ponto de afirmarem que: «de facto, não posso existir na vida quotidiana sem estar sempre em interac**ção e comunicação com os outros» (ibidem:** 35).
Esta relação na vida quotidiana entre os actores suscita certos comportamentos ou maneiras de ser que estabelece um certo padrão ou modelo. Verifica-se uma subjectividade de cada individuo que acaba por assemelhar a uma objectividade generalizada. O agir dos diferentes actores no palco social assemelha-se ao ponto de serem consideradas naturais. Podemos afirmar que estão padronizadas. Para Berger e Luckmann:

> sei que a minha atitude natural em relação a este mundo corresponde a atitude natural dos outros, que também eles compreendem as objectivações graças às quais este mundo é ordenado, que eles também organizam este mundo em torno do «aqui e agora» do seu estar nele e no qual têm projectos de trabalho (idem).

A construção da realidade social nem sempre se deu ou dá-se de forma ordenada e pacificada. O que nos é comum, que nos acompanha no dia-a-dia torna-se de fácil compreensão. Existe a realidade do outro que nos é estranho e por vezes acaba por ser problemática. Nestes casos há uma necessidade de inteirar a realidade que constitui o padrão do outro. Berger e Luckmann mostra-nos a veracidade da ideia ao afirmar que "a vida quotidiana divide-se em sectores que são apreendidos por rotina e outros que se me apresentam com problemas de um ou outro tipo" (ibidem: 36).

O dinamismo da sociedade provoca alterações nos mais diversos sectores. O que é realidade hoje, pode não vir a ser amanhã. As circunstâncias provocam necessidades de reajustamentos e reconfigurações das realidades. O quotidiano apresentado como sector não problemático, pode ser afectado na medida em que possam surgir novidades e mutações. Esta situação é sustentada pelos autores supracitados: "mas mesmo o sector não-problemático da realidade quotidiana só o é assim até a nova situação, ou seja, até que a sua continuidade seja interrompida pelo aparecimento de um problema" (idem).

A realidade que constrói uma sociedade é baseada no próprio quotidiano. É neste quotidiano que decorrem todas as acções do actores ao longo do tempo, ao ponto de petrificar e ser aceite quase que inconscientemente por parte dos elementos da sociedade. Conforme Pais (2002: 79) «No quotidiano experimentam-se tensões, conflitos, posição ideológicas, mudanças, crises»… Essas experimentações todas aconteceram na vida do homem e continuam a fazer parte. De modo que, a sua própria construção acontece ao longo da sua formação e integração num determinado meio.

Conclusão

A actividade turística mexe com factores de várias ordens. Desde culturais, ambientais, sociais…os lugares hoje turísticos nem sempre foram contruidos com o intuito turístico. Estes espaços foram e muitos ainda são palcos do dia-a-dia das comunidades. Nestes palcos movimentam-se atores diversos epor variadissimos motivos.

Malanje constitui um palco de movimentações de atores que actuam, movidos pela ligação que têm com o espaço fisíco, com as identidades baseadas nas memórias, com ligações que tiveram com o espaço (neste caso os portugueses), que viveram em Malanje outrora, mas que ainda se apercebe uma certa nostalgia do quotidiano vivido… e por fim, dos próprios oriundos de Malanje que vivem nas várias diásporas.

As memórias caracterizam-se por um certo grau de intangibilidade e intemporalidade. Possui uma certa especificidade que identificam, caracterizam e diferenciam certas comunidades das outras. De uma forma geral todos defendem as suas próprias culturas e suas identidades. Pretendem defender e perpetuar a memória dos seus antecessores, tantos nos meios tangíveis e intangíveis. Memória de lugares onde o quotidiano fez criar uma relação íntima. Os atores que atuaram ou ainda atuam em Malanje possuem as memórias que os legam aos antepassados. Mesmo os que não estão devem possuir uma certa nostalgia dos modelos que moldaram a sua formação como homem.

Com a globalização o turismo entre outros fenómenos sociais tendem a provocar modificações. Existem algumas resistências, ou pelo menos tentativas, mesmo quando as inovações são impostas. De facto, pode-se até destruir os objetos, os espaços, mas a memória tem a vantagem de conservar representações, culturas e identidade de um determinado povo. A mesma globalização faz com que a circulação de pessoas seja mais facilitada, daí os referidos autores ganharem maiores possibilidades de saírem em buscas de lugares que outrora marcaram os seus quotidianos.

O quotidiano do homem desenrola-se num quadro de espaço e tempo. Nesse quotidiano, acontecem vários fenómenos que caracterizam as interações entre atores sociais. Nesta linha encontramos o conceito do 'espaço social' que é utilizado em sociologia para designar sobretudo o campo das inter-relações sociais. Aliás Simmel (1986: 643, cit. Por Giddens 1989), refere que «o espaço social é entendido como um campo de forças onde

os agentes sociais se definem pelas suas posições relativas». Refira-se, todavia, que é necessário verificar a relação existente entre o espaço natural e o espaço social que é construído num determinado contexto. A própria sociedade produz o espaço social em ligação também com o espaço natural, onde este constitui um contexto, um palco de funções diversas dos atores, da divisão do trabalho e da diferenciação.

A construção do quotidiano focado recai sobre as coisas comuns do dia-a-dia. Muitas vezes a importância que se dá aos acontecimentos ditos banais fica aquém dum facto com importância para o objecto do estudo da sociologia. Todavia, acabam por solidificar e identificar uma determinada sociedade, num determinado espaço.

Neste contexto o espaço é apresentado com todo o seu envolvente, acabando por apresentar uma certa complementaridade. O carácter social do espaço Malanje em questão, acaba por dar vida e favorecer um certo dinamismo baseado nas relações que atualmente se estabelecem, bem como nas relações que as memórias guardam acerca do palco onde as ações aconteceram. Estas ações de uma forma ou outra marcaram os vários atores malanjinos ou portugueses, durante percursos vividos ao ponto de se criarem laços de identidades com o espaço geográfico, mas também com os sujeitos das relações. Contudo, pretende-se fazer uma certa mensuração desta relação com o espaço "Malanje".

Para além do espaço em si os homens, (atores), estando dentro do espaço tomado como palco acabam por relacionar, interagir ao ponto de criar um território.

Conforme Marques (2010) sublinha que os territórios movimentam-se e fixam-se sobre o espaço geográfico e, é no interior deste *espaço, que* há geralmente uma multiplicidade de territórios. Esta premissa ilustra claramente a ideia de que o território não é considerado um espaço físico, tangível e palpável. De facto, as relações que se estabelecem dentro do espaço é que o transforma em território, dado que o espaço em si, preexiste ao território.

Na literatura é possível encontrar pontos de vistas de autores que vêm um certo dinamismo no "território" e outros com visões mais estáticas.

> Se por um lado existem aqueles que teimam em perceber o *território* com uma configuração estática, há outros que chamam insistentemente a atenção para a realidade complexa e dinâmica, e em permanente mutação, que os *territórios* apresentam e que, em sua opinião, mais não são do que o reflexo das dinâmicas físicas, socioeconómicas e culturais do contexto local». (Gehlen e Riella, 2004: 20, in Marques, 2010: 79).

No que refere à relação do Turismo com os espaços/lugares constituem temas muito atuais a serem explorados ainda pela Sociologia. A actividade turística acontece num determinado lugar, escolhido por várias motivações por parte do consumidor turista. Neste "lugar" verifica-se interação constante com os atores sociais, com os profissionais da área que, por sua vez, tem uma especial relação com o espaço envolvente.

As actividades turísticas causam impactos positivos e negativos nos territórios. No que concerne, à importância do território para o turismo, a ordenação e a gestão territorial tornam-se, assim, instrumentos fundamentais para a transformação de vantagens. O turismo é um fenómeno social e, portanto, «o espaço turístico tem inevitavelmente a componente territorial» **(Vieira, 2007:** 63). Sustentado no autor, e tendo em conta as componentes gerais que diretos ou indiretamente estão interligados ao turismo, o território ganha relevo aqui, no seu âmbito social e cultural. Saliente-se que o território possui os seus costumes e leis que norteiam o quotidiano dos seus atores através de padrões estipulados no determinado espaço.

Devido ao multifacetismo do turismo, os territórios no seu todo acabam por proporcionar relações dos turistas com o espaço em si, bem como as várias atividades que decorrem num determinado território. O sistema turístico de um destino mostra-nos estas várias ligações do fenómeno turístico onde se destaca os espaços de movimentação dos atores que fazem parte do sistema e dos seus respectivos lugares/espaços/territórios. Tanto na região geradora, no destino, como nas regiões de rotas de trânsito, o espaço físico e não só, ganha importância. Espaços referenciados que já atingiram o patamar de serem transformados em territórios, dados às movimentações, às relações, aos regulamentos e poder.

Assim, Malanje não escapa ao processo de globalização, das componentes do sistema turístico, às memórias que se formou do espa**ço, das identidades que esta** petrificou, do sentido de pertença dos atores que já não vivem em Malanje, mas viajam a procura das mesmas ruas, mesmas casas onde viveram.

De certo que esta memória que foi conservada, quando foi transportada para o presente, onde o ator tenta re-

viver as "coisas nostálgicas", depara com alterações, que possa provocar desencantamento e necessidade de readaptar, re-identificar com a realidade ora encontrada.
Várias questões se podem levantar a volta do assunto, várias reações possam surgir por parte dos atores. Dando sequência ao projeto, acredita-se na possibilidade de obter respostas práticas às inquietações, mas sublinhando que um tema rico e vasto deixará sempre caminhos para novas investigações e reflexões.

Bibliografia

Berger, Peter L. e Luckmann, Thomas. (2010). *A construção social da realidade,* "um livro sobre a sociologia do conhecimento. (Trad. Ernesto de carvalho)" Brasil, 3ªed. Dinalivro.

Burke, Peter. (2000) *Variedades de História Cultural.* Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

Castells, Manuel. (1999). *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra.

Cruz, R. (2002). *Política de Turismo e Território.* Contexto, São Paulo.

Dias, Reinaldo (2003). *Sociologia do Turismo,* **São Paulo: editora Atlas S.A.**

Gieryn, Thomas F. (2000), *A space for place in sociology,* in Annual Review of Sociology, pp. 463-496. Disponível em http://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.soc.26.1.463, [consultado em 12-11-2014].

Gehlen, Ivaldo; Riella Alberto (2004). "Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável", *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, p. 20.

Giddens, A. (1991). *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes editora.

_____ . (1989). *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes editora

Hall, Stuart. (2001). *A identidade cultural na pós-modernidade.* Rio de Janeiro: DD&A.

Haesbaert, Rogério (2004). *O mito da desterritorialização*: do "fim dos territórios" à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Knafou, R. (1996). *Turismo e Território*. Por uma abordagem científica do turismo. In: Adyr A. B. Rodrigues (org.). *Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais.* São Paulo: HUCITEC.

Lefebvere, Henri. (1991). Production of Space, Cambridge, Blackwell Publishers. Marques, António Pedro Sousa (2010). *Da Construção do Espaço à Construção do Território* in Fluxos & Riscos n.º1 (p. 75 – 88)

Leite, Ana Cristina. (2012). Lisboa: *Memórias da cidade intangível.* In Manuel João, *A matéria do património – memórias e identidades* (pp. 23-27).

Marques, António Pedro Sousa (2010). *Da Construção do Espaço à Construção do Território* in Fluxos & Riscos n.º1 (p. 75 – 88), disponível em http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/3293/1/Da%20construu%C3%A7%C3%A3o%20do%20espa%C3%A7o%20%C3%A0%20construu%C3%A7%C3%A3o%20do%20territ%C3%B3rio.pdf [consultado em 12-11-2014]

Marujo, Maria Noémi e Cravidão, Fernanda. (2012). *Turismo e Lugares: Uma visão Geográfica*, in Pasos – Revista de turismo y património cultural, Vol.10, nº3, pp. (281-288).

Nicolás, D. H. (1996): Elementos para un análisis sociogeográfico del Turismo In Adyr A.B. Rodrigues (org.) *Turismo e Geografia. Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais*. São Paulo: HUCITEC.

Pais, José Machado. (2002). *Sociologia da vida quotidiana.* Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais.

Parsons, Talcott. (1969). *Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas*. São Paulo: Pioneira.

____. (org.), (1968), *A sociologia americana: perspectivas, problemas, métodos.* São Paulo: Cultrix.

Pollak, Michael. (1992), *Memória, esquecimento e Silêncio*. In Estudos Históricos. São Paulo. Cpdoc/FGV.

Rodrigues, A. B. (1997): *Turismo e Espaço. Rumo a um conhecimento transdisciplinar* São Paulo: Editora HUCITEC.

_____ (org): *Turismo e Geografia. Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais.* São Paulo: Editora HUCITEC.

Sharma, K. (2004). *Tourism and regional Development,* New Delhi, Samp and Sons.

Sousa, Fonseca. (2012). *Etnografia de Angola,* "Entre a pesquisa e o desenvolvimento de políticas culturais", Luanda, ed. Mayamba Kunyonga.

Souza, Lopes (2001). *O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento.* In Castro, I. ; Gomes, P. C. da C.; Corrêa, R. L. (2001) (Orgs.).*Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Woodward, Kathryn. (2000). *Identidade e diferença: uma identificação teórica e conceitual.* In Tomaz Tadeu (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 2ª ed. Petrópolis - RJ: Vozes.

GT 82
Estratégias identitárias e distinção urbana no campo das migrações estudantis

Jovens em trânsito: viagens, identidades e formação entre jovens no mundo contemporâneo

Alessandra S. Barreto[1]

Resumo: A mobilidade acadêmica é um tipo muito específico desse fluxo de pessoas e com características de ser temporária, fundamentalmente quando referida às políticas públicas para educação superior. No entanto, é importante destacar alguns aspectos na análise dessa mobilidade contemporânea. Essa modalidade de migração – a migração temporária, para estudar – é objeto de trabalhos que destacam desde os conflitos no processo de integração na sociedade acolhedora e no meio acadêmico (Morais e Silva, 2011), a formas de sociabilidade, manifestações e produção artísticas e processos de patrimonialização (Calvo, 2013; Santos, 2010), ou ainda formação de elites nacionais e de internacionalização do conhecimento (Almeida, Canedo, Garcia, Bittencourt, 2004). Neste trabalho buscamos pensar a alteridade e as estratégias formuladas pelos estudantes para lidar com situações sociais e culturais enfrentadas no processo migratório (adaptação, exclusão, mal entendidos culturais, reificação de estereótipos e representações sobre determinados grupos sociais – quer das sociedades acolhedoras, quer das sociedades de destino) como dimensão fundamental para entender seus projetos.

Palavras-chave: juventude, fluxos urbanos, sociabilidade, trajetórias, alteridade, mediação

O número de alunos estrangeiros que se destinam ao Brasil tem crescido nos últimos anos. De acordo com dados do Itamaraty, o número de vistos temporários (Vitem IV) emitidos para estudantes estrangeiros subiu de 5.770, em 2005, para 12.547 em 2013. Com esse incremento, novos convênios e políticas para a mobilidades estudantil vem sendo implantadas. Dentre essas políticas e programas no nível da graduação, podemos citar o PEC-G, criado em 1965. O Programa volta-se para o gerenciamento e amparo de estudantes estrangeiros de países em desenvolvimento, contemplando atualmente 23 países do continente africano, 25 da América Latina e Caribe e 7 de países asiáticos. Todavia, além do PEC-G, as universidades brasileiras mantêm programas de cooperação com universidades de diversos países, para além das instituições de ensino de países contemplados pelo PEC-G[2].

---

1 Fez mestrado e doutorado em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, do Museu Nacional/ UFRJ. Foi bolsista de Pós-doutorado no Departamento de Antropologia do ISCTE/Lisboa entre 2008 e 2009 (CNPq). Atualmente é Professora do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (RJ/Brasil) onde desenvolve pesquisas nas áreas de Antropologia Urbana e Antropologia da Política. Tem publicado sobre os seguintes temas: associativismo imigrante, mobilidade de jovens, carreiras, mediação cultural e política, etnografia urbana. Integra os grupos de pesquisa NARUA - Núcleo de Estudos em Artes, Ritos e Sociabilidades Urbanas/UFF e Cultura Identidades sociais e política/ UFRJ.asbarreto@id.uff.br

2 A Universidade Federal Fluminense possui convênio com 15 universidades da Alemanha, 1 de Angola, 14 da Argentina, 4 da Áustria, 1 de Barbados, 2 da Bélgica, 1 da Bolívia, 3 do Canadá, 3 do Chile, 3 da China, 14 da Colômbia, 1 da Coréia do Sul, 1 da Costa Rica, 1 do Equador, 22 da Espanha, 10 de Estados Unidos, 2 da Finlândia, 40 da França, 2 da Holanda, 1 de Honduras, 17 da Itália, 1 do Japão, 7 do México, 3 de Moçambique, 2 da Noruega, 1 do Paraguai, 3 do Peru, 26 de Portugal, 4 do Reino Unido, 1 da República Dominicana, 1 da República Tcheca, 7 da Rússia, 1 de São Tomé e Príncipe, 1 da Suécia, 1 da Turquia, 3 da Ucrânia e 2 do Uruguai.

Mas esses números refletem pouco a complexidade dos processos migratórios, as motivações e os variados tipos de migração. A mobilidade acadêmica é um tipo muito específico desse fluxo de pessoas e com características de ser temporária, fundamentalmente quando referida às políticas públicas para educação superior. No entanto, é importante destacar alguns aspectos na análise dessa mobilidade contemporânea. O primeiro refere-se ao caráter mais elitista dessa mobilidade, o segundo à constituição de alternativas e ampliação dos programas de mobilidade internacional nas universidades federais brasileiras, assim como as possibilidades de financiamento. Nesse sentido, percebemos que estudantes de segmentos de camadas médias e camadas populares têm integrado tais programas, mesmo que ainda não configurem a maioria dos atingidos por tais políticas. Entretanto, essa gradativa ampliação nos permite inclusive pensar novas formas de cosmopolitismo e de diálogo intercultural.

Essa modalidade de migração – a migração temporária, para estudar – é objeto de trabalhos que destacam desde os conflitos no processo de integração na sociedade acolhedora e no meio acadêmico (Morais e Silva, 2011), a formas de sociabilidade, manifestações e produção artísticas e processos de patrimonialização (Santos, 2010), ou ainda formação de elites nacionais e de internacionalização do conhecimento (Almeida, Canedo, Garcia, Bittencourt, 2004).

A perspectiva que adotamos neste trabalho não selecionará uma nacionalidade ou grupo étnico específico, ou ainda um programa/convênio, pois buscamos compreender o acionamento das múltiplas possibilidades de pertencimentos e composições identitárias pelos sujeitos sociais, assim como apreender os limites desses campos de possibilidades (Velho, 1994) na composição das apresentações de si. Nesse sentido, pretendemos entender como se dá tal apresentação e a busca por constituir-se coletivamente, em grupo (por classe social, étnica, nacionalidade, gostos e consumos etc.). Interessa-nos pensar a alteridade e as estratégias formuladas pelos estudantes para lidar com situações sociais e culturais enfrentadas no processo migratório (adaptação, exclusão, mal entendidos culturais, reificação de estereótipos e representações sobre determinados grupos sociais – quer das sociedades acolhedoras, quer das sociedades de destino).

Neste artigo apresentaremos cinco jovens estudantes estrangeiras vinculadas ao Programa de mobilidade estudantil da Universidade Federal Fluminense que, narrando suas trajetórias e projetos, nos colocam questões fundamentais sobre como pensar o trânsito como elemento constitutivo de suas identidades, os desafios de (re) inventar a cultura (a delas e a nossa) e de se constituir a partir e no diálogo antropológico que nos propusemos.

.1 Diane: *a ideia de partir...*

Diane é francesa, de Lyon, e tinha 20 anos quando a conhecemos durante uma de suas aulas no curso de Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense. Conversamos com ela a respeito de nossa pesquisa e ela escolheu marcar nossa conversa para 21 de novembro, às 14h. Era dia de Zumbi dos Palmares, e na praça da Cantareira havia um evento comemorativo com a distribuição gratuita de feijoada. Apesar do feriado estadual, a UFF não havia paralisado suas atividades, marcamos de nos encontrar, então, em frente ao bandejão do Gragoatá. Pouco tempo depois do horário estabelecido ela chegou e nos disse que ainda não havia almoçado, pois quando estava saindo de casa, no bairro Santa Rosa, havia se acidentado com sua bicicleta. Então nos perguntou se poderíamos aguardá-la comer a feijoada que estavam servindo na praça. Sim, claro, respondemos. Quando retornou fomos em busca de um lugar apropriado para realizar a entrevista já que também iríamos filmá-la. Começamos a conversa com ela nos dizendo que sempre tivera "a ideia de partir, mas que era muito vaga". Para as outras pessoas que viviam aquela experiência de mobilidade ela achava que essa vontade era mais afirmada, sempre expressa de forma mais racional ou objetiva.

No início do seu curso universitário, ela havia hesitado porque tinha uma namorada e não gostaria de deixá-la. Após terminar o relacionamento, ela conheceu um professor de pesquisa que falava aos alunos sobre a importância da experiência de mobilidade e então ela decidiu se inscrever no programa de intercâmbio. Apesar de não conhecer o Brasil, e na prova de geografia de "fim de escola" não se lembrar "nem da capital, ou só da capital" ela decidiu vir ao país após ir a um restaurante de músicas latinas nas férias de verão de 2012: e ao escutar a música nacional sentiu a vontade de "partir ao Brasil um dia".

Chegou em setembro de 2013 e encontrou uma amiga francesa que havia morado com ela em Lyon no ano anterior e que já estava no Brasil desde agosto. Antes do início das aulas, viajou para Belo Horizonte, Ouro Preto e ficou hospedada durante uma semana em um apartamento no Rio de Janeiro, enquanto o proprietário do imóvel carioca ficou no seu, em Lyon. Ao chegar a Niterói fez aulas de português e foi morar em um pensionato. Como era um lugar muito restritivo mudou-se para uma república onde já morava outra 'francesa', a Julie. Para ela era muito agradável poder morar com alguém de seu país, pois dizia que "estava sofrendo muito por não poder falar bem" com os brasileiros. Dizia que era "muito feio" a maneira como ela falava português. A dificuldade em falar também era a de entender, quase não compreendia o que os professores diziam nas aulas. Mesmo assim, achava a "vida universitária brasileira bem mais dinâmica", as pessoas "mais motivadas" que na França onde a Antropologia tinha pouco peso em "relação a outras disciplinas". Achava a UFF "um lugar de encontro", para onde podia ir mesmo que não fosse ter aulas, para conversar e conhecer pessoas. Foi lá que conheceu sua atual namorada, na fila do Bandejão. Após iniciar o relacionamento disse que não se sentia mais sozinha, "nem com muita saudades da França".

Quando indagamos se a viagem ao Brasil havia provocado nela alguma mudança, iniciou a resposta afirmando que era "muito difícil dizer". Prosseguiu afirmando que por estar com pessoas tão diferentes, isso provocava uma "reflexão sobre ela mesma". Disse que quando queria partir ao Brasil "achava que ia descobrir o mundo, uma outra cultura". Mas agora achava que "aquilo que você poderia saber sobre a cultura de um país é muito superficial. Você tem que ler se você quer saber sobre o país realmente. Você tem que saber a história do país." Isso ela considerava que poderia fazer na França, sem precisar viajar. Aqui ela dizia que não tinha muito tempo para ler sobre a cultura brasileira, então achava que seu conhecimento sobre o país era "muito superficial." Então não pensava que "descobrir uma outra cultura e também ter outro ensinamento em aula" era o mais importante, e sim a reflexão que ela fazia sobre si mesma: "Eu acho que eu pensei sobre a minha vida...sobre a minha vida de antes.. Que bizarro! Eu penso muito antes e penso muito depois.. porque tenho dificuldade de pensar o que estou vivendo aqui", finalizou, rindo.

.2 Julie: *pensava que poderia ser brasileira...*

Julie é a colega de turma e de república de Diane que também conhecemos em sala de aula. Filha de pais belgas, sua família tinha o costume de mudar-se de país periodicamente, então, ela nasceu na Argentina, morou na Suíça, Brasil, África do Sul, Bélgica e há cinco anos vivia na França onde estudava Comunicação e Ciência Política na Universidade de Lyon.

Quando chegou, em setembro de 2013, era, portanto a segunda vez que residia no Brasil. Na primeira, viveu na Amazônia, dos três aos sete anos, pois o pai trabalhava pela proteção da floresta amazônica". As lembranças daqueles tempos são marcadas pelo contrastante do calor brasileiro com o frio suíço, pela infância "sem televisão e jogos eletrônicos" e pelo contato com um grupo indígena que vivia isolado - que "não costumavam conhecer gringos e nem brasileiros" - cujos integrantes apertaram suas "bochechas bem vermelhas". Do período que viveu na África do Sul, conta que era um lugar onde era "muito difícil ser branca": "a gente quase não podia sair de casa". Esse fato era muito ruim para ela, pois diz gostar de se "misturar com a população do país no qual vive."

Escolheu retornar ao Brasil para realizar o intercâmbio, pois "falava a língua" e considerava "meio difícil" ir para um país sem dominar o idioma, apesar de também admirar seus amigos franceses que estão aprendendo o português por aqui. O fato de gostar das pessoas brasileiras" e considerar "o brasileiro muito aberto" também foi preponderante em sua escolha.

Apesar de não conhecer nem o estado, nem a cidade do Rio de Janeiro, escolheu vir para cá, pois a "Universidade era boa", "a cidade maravilhosa", "tinha o mar", "era grande" e "muito cultural". Ao chegar, ficou três dias na Ilha do Governador, RJ, na casa do seu "padrinho" - um aluno da UFF incumbido de recepcionar os estrangeiros que chegam pelo Programa de Mobilidade. Além de hospedá-la inicialmente, ele a ajudou com as "coisas administrativas" necessárias ao chegar ao país, as quais Julie considerava bem mais complicadas que na França.

Além de acompanhar as disciplinas, Julie também fazia aulas de capoeira desde que chegara. O desejo de aprender essa "coisa entre arte e luta" surgiu na adolescência quando vinha passar as férias na enseada de Coroa Vermelha, próximo a Porto Seguro, na Bahia e assistia as apresentações de grupos locais. Diz que "gostava muito" de ver, mas tinha "medo e vergonha de fazer". Então começou a praticar na Europa, "porque era mais fácil, porque era todo mundo estrangeiro". Antes de viajar estava tendo aulas em sua universidade, em Lyon, com um professor brasileiro, de Niterói. Ao chegar ao Brasil, matriculou-se em um curso oferecido por um ex-aluno do seu professor anterior. Para ela, a capoeira é "uma coisa que simboliza muito o Brasil", e por meio da qual está podendo conhecer "pessoas bem diferentes daquelas da faculdade". É uma elite, com certeza". Julie considera que "o estrangeiro que fica só na faculdade não conhece o país", pois "o Brasil é quase como se fosse, assim, diferentes países". Também por isso ela acha "muito importante ter amizade com brasileiros" e "não ficar o tempo todo com os estrangeiros". Mas depois de um tempo diz ficar com "saudade de falar francês e de algumas coisas de amizade", pois considera as relações entre brasileiros diferentes daquelas que viveu. "É meio difícil explicar, mas as relações de amizade são mais efêmeras que na Europa. No Brasil tem uma expressão que as pessoas falam 'Ah, depois a gente se vê' e tipo, eu tenho a impressão que quando as pessoas falam isso a gente não vai se ver, pois a pessoa não tem seu número, não tem nada seu. Mas eu não tô falando que é uma coisa ruim, é diferente, porque eu também acho que é uma coisa que te deixa mais rica, porque você vai conhecendo várias pessoas o tempo todo. Uma dessas amigas francesas é Diane, com quem mora em uma república em Santa Rosa.

Crescendo e vivendo em tantos países distintos, Julie diz que a nacionalidade é "uma coisa que não tem muito sentido", a qual ela "não sabe exatamente porque existe" já que, como ela, há várias pessoas que não se consideram do seu próprio país. Ela acha que é "do mundo", que "pegou um pouquinho de cada cultura" que conheceu. Exatamente por isso diz que se sente perdida quando tenta pensar "quem ela realmente é". Narra que quando está com os franceses e eles falam de alguma coisa, por exemplo, de um desenho animado da infância deles, ela não conhece porque, afinal, não cresceu lá. O mesmo acontece no Brasil, onde também se sente estrangeira, apesar de dizer que até "pensava que poderia ser brasileira". Mas ao chegar ao país se deu conta de que "tem uma diferença cultural muito forte, mesmo conhecendo a língua, morando aqui e estando aqui de férias." Na França, ela até se sentia "uma brasileira de coração", e apesar das pessoas até a confundirem com brasileira pelo fato de não possuir "sotaque" e também porque ela conhece alguns aspectos da cultura nacional, "como o arroz e o feijão, a macaxeira", ela conclui que o fato de vir para cá a deixou ainda mais perdida, já que se deu conta de que "também não é daqui".

.3 Marcella: *se sente menos estrangeira no Brasil...*

Marcella cursava duas disciplinas nas Ciências Sociais da UFF. Alemã, nascida em Ratisbona, na Bavária, estudava Antropologia Social e Cultural e Ciências Políticas na Universidade de Tübingen. Contou-nos que sua mãe é alemã e seu pai italiano e que desde pequena viajava à Itália. Antes de iniciar o curso universitário, foi para Guatemala, onde ficou por dois meses. No começo de 2013, viajou para Armênia estabelecendo-se lá por cerca de noventa dias com o objetivo de fazer o trabalho de campo obrigatório para a conclusão de seu curso universitário. Exatamente naquele dia que marcamos a entrevista completavam-se três meses que ela havia chegado ao Brasil. Nunca tinha ficado tanto tempo fora da Alemanha, apesar de ter viajado para muitos países do mundo (nos continentes europeu, americano e africano). Porque tinha interesse na América Latina e conhecera brasileiros que haviam feito intercâmbio em seu país, escolheu o Brasil como destino desta vez. Sua vontade era de conhecer e morar no Rio de Janeiro.

Assim que chegou ao Aeroporto Internacional do Galeão, RJ, voou direto à Recife e permaneceu por lá cinco dias com os amigos brasileiros que havia conhecido na Alemanha tempos antes. Quando retornou ao estado do Rio de Janeiro foi direto para a casa onde sua amiga Nicolla – que tem dupla nacionalidade: alemã e brasileira – já estava morando, em Niterói, localizada no bairro São Francisco. Morou lá por dois meses e se mudou com a amiga para o apartamento de um alemão no Flamengo, RJ, com o qual obtiveram contato por meio do site Facebook. Disse que mesmo nunca querendo morar com outro alemão, uma vez que gostaria de aprender

a língua portuguesa, foram para lá porque ele foi "simpático" e escrevia em português. A decisão de ir morar no Rio de Janeiro foi tomada, pois tinha o desejo de morar em uma cidade grande. Ela tinha a impressão de que Niterói era bem parecida com a cidade de Tünbigen onde estudava, do mesmo tamanho e com a "cultura bem similar". Afirmou que "em dois meses já estava na rua e encontrava alguém que conhecia para pelo menos dizer oi".

Mesmo considerando que "talvez seja um clichê" afirma que os alemães acham o "Rio mais aberto" já que em seu país havia "muitas situações em que não era acolhida". Quando chegou ao Brasil "nunca imaginava que seria capaz de fazer um caminho" da sua casa até a universidade, pois "não sabia nada, não sabia a língua, não conhecia ninguém, não podia falar". Mesmo achando que ainda "não podia falar" disse que agora já estava tudo melhor, pois "rapidamente todo mundo queria ajudá-la e logo ela aprendeu como pegar um ônibus e perguntar algumas coisas". Apesar dessa dificuldade de expressão contou que se sente menos estrangeira no Brasil que na Armênia ou na Guatemala, pois considera que a "cultura brasileira" é mais parecida com a sua, "mesmo sendo muito diferente".

Em sua reflexão, viajar sempre foi uma possibilidade e uma necessidade. Conta que foi muito influenciada pelos pais: da mãe herdou o gosto pela viagem e do pai outro destino para sempre ir. Disse que gosta de aprender outras línguas e que se sentia perdida na Itália, pois as pessoas não compreendiam o que ela falava. "E era sempre uma crise de identidade, por isso sempre queria aprender as línguas" para poder se sentir capaz de se comunicar com as pessoas. Para ela, viajar era bom para acostumar-se a outras maneiras de pensar, "para ter mais paciência".

.4 Nicolla: *um pouco diferente dos outros intercambistas...*

Nicolla possui dupla nacionalidade, já que o pai é alemão e a mãe brasileira. A união de seus pais teve início quando ele veio ao Rio de Janeiro trabalhar na empresa em que sua mãe era contratada como secretária. Tempos depois, resolveram se casar e foram para Alemanha, onde as duas filhas nasceram, em uma cidade localizada ao norte do território alemão.

Nicolla, é a filha mais velha, narra que já nasceu "assim com a língua portuguesa, com a cultura portuguesa... (*sic*) cultura brasileira.. a comida... de tudo um pouquinho". Mas que na verdade "nos primeiros anos de infância ela foi mais alemã que brasileira", pois só vinha ao país a cada dois anos para visitar seus parentes, e não falava tão bem o português, mesmo com "sua mãe forçando". Nas escolas que cursou na Alemanha, conta que nunca teve problemas por conta da dupla nacionalidade, que sempre foi "tratada como uma alemã normal, mesmo que não se parecesse" fisicamente com uma (tinha os cabelos negros e cacheados). Ela nos ressaltou esse fato já que na Alemanha "muitos estrangeiros tem problemas de discriminação".

Antes de ingressar no ensino superior, fez um intercâmbio nos Estados Unidos onde realizou um "*general stude*" para descobrir "quais eram seus interesses". Fez um curso de espanhol, outro de piano, até gostar do de economia – especialidade que ela passou a estudar na Universidade de Tübingen, quando retornou ao seu país natal. Porque já tinha essa experiência de estudo internacional, ela já tinha cumprindo certa obrigatoriedade de realizar intercâmbio, que é sempre "sugerido" aos estudantes de sua universidade. Mesmo assim, Nicolla conta que quis vir ao país, "para conhecer suas raízes", pois desde os quatorze anos passou a "se interessar mais pelo Brasil", pela música brasileira, e começou a ter mais contato com os amigos daqui.

Quando chegou ao Rio de Janeiro, sua avó e seu tio foram buscá-la no aeroporto e a levaram à cidade onde moram, São João do Meriti, RJ. Conta que 'já entrou direto na sua família" e se sentiu "em casa muito rápido". Ela pensou que fosse precisar de mais tempo para se acostumar, pois a mãe sempre falava que apesar da aparência brasileira "ela era mais alemã", enquanto a irmã "tinha uma cara mais brasileira, ela era assim mais solta", a despeito de suas características físicas se assemelharem mais com as do pai.

Depois de ficar um tempo na casa de sua família brasileira, se mudou para Niterói, para uma espécie de república, no bairro São Francisco, onde morou com Marcella por dois meses, até se mudarem para o Flamengo, na cidade do Rio, onde dividem apartamento com outro alemão. Ela narra que é muito bom estar em companhia dos amigos alemães, mas que é preciso "tomar cuidado com isso" para não ficar só com os amigos que são

intercambistas. Diz que sai muito com Marcella, mas "o problema é que falam muito em alemão", apesar de tentarem mudar, de tentarem conversar em português, "no final elas sempre acabam terminando em alemão". Além dos amigos alemães, convive também com um grupo de franceses que são moradores do bairro Santa Tereza. Já em relação ao convívio com os brasileiros, costuma estar com sua família (que visita mais ou menos a cada três semanas em São João do Meriti), e com um grupo de alunos do curso de Educação Física que conheceu por intermédio de outro amigo alemão. Juntos eles participam de um Projeto de Extensão da UFF denominado "Extramuros", cujo objetivo é reunir pessoas distintas para conhecer e explorar lugares da cidade de Niterói. Os passeios são sempre aos sábados, e Nicolla contou que já foram ao Parque da Cidade, à Fortaleza de Santa Cruz e que o próximo destino seria o Costão de Itacoatiara.

Quando perguntamos como era sua rotina no Brasil, nos respondeu com a dúvida, "não sei, o tempo passa tão rápido, na verdade eu nem sei o que eu estou fazendo". Em relação às aulas que acompanha na UFF considerava que são muito diferentes daquelas de sua universidade, porque aqui "você conhece o professor e o professor te conhece". Lá só "havia palestras que são em salas que cabem trezentos alunos. O professor fala e a gente vai anotando e aqui você discute na sala de aula".

Quando perguntamos como se ela se sentia diante da dupla nacionalidade, Nicolla nos respondeu que sempre fazia essa pergunta para si mesma, procurando se reconhecer. Depois de pensar um pouco, complementou que no Brasil se sente como sendo sempre a alemã e na Alemanha como sendo sempre a brasileira. Porém, sente que se identifica mais com o povo brasileiro, "talvez porque eles são um pouquinho mais abertos, mais acolhedores". Mesmo tendendo a se reconhecer como brasileira, disse que "é difícil" e que acha que "vai ser sempre assim: entre os dois".

Contou-nos também que está pensando em ficar mais tempo no Brasil para fazer um estágio, e que quando terminar a faculdade na Alemanha, que pretende voltar para cá, já que consegue se "imaginar viver aqui, trabalhar aqui". Para ela, as viagens – que fez durante toda a vida, pela Europa, África e América – deixam "as pessoas mais abertas". Afirma que seus amigos que nunca saíram do lugar onde nasceram "são muito fechados e veem o estrangeiro de outra forma". Em sua reflexão, "pessoas que já viram outras coisas, que já falaram com outras pessoas, com outras culturas tem, assim, a mente um pouquinho mais aberta."

.5 Teodora: *a possibilidade de devolver o conhecimento...*

Conhecemos Teodora quando ela estava hospedada na casa de uma vizinha de alunos vinculados a esta pesquisa e estreitamos os laços quando ela foi morar em um quarto de uma república que frequentavam. Com vinte anos, ela tem a nacionalidade mexicana e pertence a um grupo indígena de origem asteca e língua Nahuatl, onde é chamada de Yemi. Quando ela completou dezoito anos passou a estudar Gestão Intercultural na Universidade VeraCruzana Intercultural, localizada no centro da cidade de Ixhuatlán del Madero, deixando a pequena comunidade onde morava, Pahua Grande, que ficava mais ao interior do mesmo município. Sua irmã já estava na universidade e se dedicava ao mesmo curso. Ela é a mais nova de uma família de nove filhos, três dos quais moram nos Estados Unidos. Seus pais se dedicam ao plantio de amendoim e milho – principal atividade da comunidade onde nasceu.

A mobilidade acadêmica para o Brasil surgiu como oportunidade quando ela foi selecionada por seus professores para ocupar a única vaga disponível, no convênio estabelecido entre sua universidade e a UFF. Chegou ao país no final do mês de setembro de 2013. Atrasou-se duas semanas por conta de greves e protestos que aconteciam no México e que retardaram os trâmites necessários. Arrumou duas grandes malas para trazer ao Brasil, mas só pode despachar uma, excedia o peso. Desembarcou em São Paulo achando que Niterói ficava há poucos quilômetros da capital paulista. Pediu informação e disseram para ela ir para Rodoviária do Tiête, pegar um ônibus para o Rio de Janeiro. Chegou as 21 horas na Rodoviária Novo Rio e pediu a um taxista para levá-la a um hotel em Niterói. No dia seguinte precisou pegar outro táxi com destino ao Aeroporto Internacional do Galeão para trocar a moeda mexicana pela brasileira. Dias depois, quando se dirigiu à UFF para se apresentar, foi informada que a recepção aos alunos em mobilidade já havia acontecido e que ela teria que aguardar o próximo mês para começar a ganhar a bolsa auxílio. Mas antes disso, precisaria abrir uma conta bancária. Como o

serviço estava em greve nacional, seu dinheiro acabou e ela precisou recorrer aos seus professores no México. Nesse período de privações, alternou sua morada entre as casas de alguns professores brasileiros que eram conhecidos de seus docentes mexicanos. Também ficou hospedada junto de sua amiga Joyce, que conheceu por intermédio de seu "padrinho" Adrian, no morro do Preventório, na região de Charitas. Conta que gostou bastante da experiência de conhecer uma favela brasileira e pode se aproximar de uma realidade que não via na universidade.

Somente um mês e meio depois de chegar ao país conseguiu receber as bolsas-auxílio da UFF e de sua universidade e conseguiu alugar um quarto em uma república onde morava com dois estudantes brasileiros. Antes de conseguir se estabelecer, sentia muita saudade de sua família e tinha pensado em regressar diversas vezes. Porém na única oportunidade que conseguiu falar com os pais nesse período (eles não possuíam internet, nem telefone e precisavam "viajar ao México" para poderem se comunicar com a filha) eles disseram que ela deveria continuar aqui, sem adiantar seu retorno – uma vez que tinha decidido viajar. Aos poucos, porém, foi se sentido em casa. O costume de cozinhar todas as noites a uniu aos outros integrantes da república, os permanentes e aqueles que estavam ali de passagem. Passou a conviver mais com eles do que com outros brasileiros ou intercambistas. Quando retornava das aulas, dizia que ia aos supermercados sempre com esperança de encontrar os ingredientes para cozinhar os pratos mexicanos, mas como não os encontrava, precisava sempre improvisar. Por intermédio de sua amiga Joyce visitou uma escola pública de Niterói, localizada no bairro Santa Bárbara, para falar aos alunos sobre "a cultura mexicana" e da "tradição da festa do dia dos mortos." Nessa data, nos dia dos mortos, no Brasil, perguntou aos amigos como eram os festejos e se surpreendeu quando a resposta foi a de que eles "não faziam nada".

Na UFF, vinculou-se ao curso de Ciências Ambientais. Narrou que os conteúdos das aulas eram bem distintos daqueles que aprendia em seu país. Aqui se ensinava a fazer licenças ambientais para implementação de projetos empresariais, "um aprendizado para servir ao capitalismo". Lá suas disciplinas voltavam-se para a mediação das relações entre o Estado mexicano e os grupos indígenas. Ainda que fosse de encontro aos seus interesses primeiros ou às suas posições políticas, Teodora dizia que era bom aprender como se fazia grandes projetos e que esse conhecimento poderia ser útil para ajudar os grupos indígenas na elaboração de cooperativas para a venda dos produtos alimentícios que produziam. Em seu discurso, destacava a possibilidade de devolver o conhecimento aos grupos indígenas como a grande importância da experiência de mobilidade que estava realizando. Se no início contava os dias para regressar ao México, contou-nos que chegou a pensar até em estender sua permanência no país para poder fazer um estágio. Porém, a universidade em que estuda, exigia que essa atividade fosse feita lá. De qualquer maneira, mesmo tendo retornado ao final de janeiro, Teodora dizia que planejava voltar para fazer um curso de mestrado e ficar mais tempo no Brasil.

Estrangeiras, intercambistas, estudantes, jovens

Cada uma dessas cinco jovens nos coloca diante distintos repertórios utilizados em sua leitura do mundo[3]. Nesse sentido, sua compreensão é dada pelas interpretações que as pessoas fazem desse mundo, as ideias e julgamentos que formam, e as viagens ocupam um lugar de destaque como uma chave de leitura possível.

Todas as jovens estudantes apresentavam a marca de viagens em suas trajetórias. Mesmo no caso de Teodora cuja trajetória individual não era até então marcada por viagens ao exterior, já tinha experiências a partir de seus irmãos que são migrantes nos Estados Unidos, o que nos revelou a relação desses fluxos com as dinâmicas de sobrevivência e reprodução social de sua família. Dessa forma, a migração assim como as "viagens" de sua vila para "o México", como ela própria enuncia e qualifica esse deslocamento, faziam parte da vida de Teodora e marcavam fronteiras físicas e simbólicas das travessias necessárias a constituição de si e de seu grupo.

Em todas as narrativas percebemos como as relações anteriores ao processo migratório não apenas foram

3 Pretendemos explorar em outro momento a avaliação de nossas interlocuras sobre os convênios e programas, assim como as formas de atuação da universidade no processo de recepção e integração das estudantes a fim de pensar "de perto e de dentro"as políticas de internacionalização e sua gestão. Nas narrativas acima, em diversos momentos aparece os "problemas" enfrentados com a burocracia, o desconhecimento dos trâmites universitários locais, a etiqueta social, a questão financeira e de moradia etc.

fundamentais como podemos pensá-las como constitutivas do próprio processo, na medida que relacionam pessoas, objetos e imagens já em trânsito antes mesmo do deslocamento físico de nossas interlocutoras: as músicas, as representações, os relatos de familiares, amigos e conhecidos, o contato com estrangeiros em suas cidades de origem, a internet, os jornais, a televisão.

A condição temporária de nossas interlocutoras põe em relevo a situação de liminaridade (Turner, 1974), onde a conduta adequada nem sempre é conhecida ou performatizada adequadamente, as situações de prova e de aprendizado são constantemente enfatizadas e há uma expectativa de mudança de status no fim do processo. A categoria *intercambista* aparece com distintas ênfases em cada uma de nossas conversas e de forma voluntária. O interessante é notar que denota uma "forma da relação"; é em algum nível a situação intermediária entre um estrangeiro genérico e o estudante jovem. Marca a liminaridade e o status diferenciado ao mesmo tempo.

A despeito das diferenças entre as narrativas das cinco jovens e de suas trajetórias, a mobilidade aparece remetida não exclusivamente, ou ainda de forma mais decisiva, a uma escolha profissional, sobre suas carreiras, mas sim a importância da experiência da alteridade, das possibilidades de transformações de si mesmas, ou ainda de sua atuação diferenciada no seu universo social de origem (projeto familiar ou projeto de ser mediador cultural, por exemplo). Dessa forma, apesar da mobilidade acadêmica referir-se necessariamente a estudantes universitários, este universo apresenta similaridades com o estudado por Santos (2010) em sua dissertação sobre jovens estrangeiros que participaram de programa de intercâmbio cultural no Rio Grande do Sul. Um desses aspectos diz respeito à "busca de transformação de si", podendo ser entendida, nos termos da autora, como um ritual de passagem. Esta mesma construção narrativa apareceu em pesquisa anterior que realizamos com jovens estudantes do Programa de mobilidade internacional da Universidade Federal de Uberlândia (MG). Naquela altura, notamos que a temática da identidade juvenil perpassa a questão dos processos de identificação com o outro, a chamada busca de si, onde a consciência da identidade individual só era possível pelo reconhecimento do outro. Mesmo que a busca dessa identidade individual fosse dada como resultado de experiências individuais, deveria ser considerada como fruto de ritualizações próprias de experiências coletivas (Pais, 2006). Assim, nas culturas juvenis há uma espécie de reconhecimento intersubjetivo, num caráter de alteridade generalizada. (De Paula e Barreto, 2011)

O desejo de participar de uma experiência de intercâmbio faz dos jovens indivíduos "do mundo", mesmo que a vinculação a uma localidade e aos laços familiares ou mesmo às raízes ou a sua terra natal sejam expressas por tais atores como vínculos importantes. Sabemos das restrições financeiras enfrentadas por alguns desses indivíduos, principalmente daqueles oriundos de países em desenvolvimento econômico que revela aspectos elitizados dos fluxos transnacionais que, como afirma Friedman (2000), "revelariam um mundo transnacional das elites". Não se trata, conforme salienta Morales (2011:19) de atribuir um

> "efeito liberador para todos, pela via de um "transnacionalismo cultural" vinculado aos fluxos, […]. Entretanto devemos considerar uma ampliação do sentido do termo "cosmopolita" na contemporaneidade, na medida em que ininterruptos fluxos de pessoas de diferentes status econômicos entrelaçam países e continentes, com maior ou menor "direito à mobilidade", sujeitos a graus variados de restrições, mas que não por isso deixam de projetar suas vidas sobre um mapa global.

Por fim, gostaríamos de mencionar a dimensão da globalização e do cosmopolitismo, agora pluralizado, na tentativa de refletir acerca dos fluxos que não se definiem exclusivamente nem pela migração econômica, nem pela de elites.

O cosmopolitismo desses jovens põe em cena o potencial de metamorfose desses atores e a capacidade de ressignificar códigos culturais, assim como de objetificar sua própria cultura no diálogo com os outros". A preparação de comidas "típicas" na integração com outros estudantes e co-residentes, ensinar sua língua a outros colegas da universidade tornam-se estratégias para a constituição da sociabilidade cotidiana, da mesma forma que entrar em escolas ou grupos de capoeira, escolas de samba ou de danças como forró. Não podemos deixar de citar as festas como lugares de sociabilidade e seu potencial de ampliação da circulação dos estudantes estrangeiros, tendo em vista que possibilita que conheçam outros lugares da cidade, ou mesmo outras cidades, outros "públicos" que não somente o universitário e que sua sociabilidade não fique restrita aos contatos com

outros estudantes estrangeiros (principalmente, da mesma nacionalidade[4]).

> Ser cosmopolita, remetendo à dimensão dos indivíduos, daria a estes acessos a mais e diferentes códigos, culturas, estilos de vida, visões de mundo, etc. É importante insistir que isso pode ser obtido de várias maneiras. O comerciante que viaja pelo mundo, o aventureiro que transita por diversos continentes, o diplomata, os marujos são protótipos dos indivíduos que, em princípio, apre- sentam potencial para desenvolver uma perspectiva menos localista. Mas, por outro lado, a viagem não tem um efeito mágico que transforma os indivíduos, dissolvendo a sua socialização e anulando valores, crenças, preconceitos, gostos, anteriormente constituídos através de participação em sua cultura e meio de origem.
>
> Está em jogo uma plasticidade sociocultural que se manifesta na capacidade de transitar e, em situações específicas, de desempenhar o papel de mediador entre distintos grupos e códigos. O cosmopolitismo pode ser interpretado como expressão desse fenômeno que não é apenas espacial-geográfico mas um potencial de desenvolver capacidade e/ou empatia de perceber e deci- frar pontos de vista e perspectivas de categorias sociais, correntes culturais e de indivíduos específicos. (Velho, 2010:19)

Nesse sentido, pensar as dimensões culturais da globalização (Appadurai, 1996; Abélès, 2008) significa também pensar nos níveis de interconexão e na constituição de subjetividades individuais remetidas a sentimentos de pertencimento a um mundo global, sem que tal sentimento implique a ruptura com localismos, identidades culturais e vínculos territoriais. Assim, a capacidade de mover-se entre o local e o global, o potencial de metamorfose dos indivíduos (Velho, 1994) e o papel da imaginação (Appadurai, 1996) estruturam novas formas de conceber e de ser/estar no mundo.

Bibliografia

ALMEIDA, Ana Maria F., CANEDO, Letícia Bicalho, GARCIA, Afrânio, Bittencourt, Agueda Bernadete (Orgs.). (2004), *Circulação Internacional e Formação Intelectual das Elites Brasileiras*, Campinas, SP: Editora da Unicamp.

APPADURAI, Arjun. (1996), *Modernity at large; cultural dimensions of globalization*, Mineapolis: University of Minnesota Press.

CALVO, Daniel Malet. (2013), "Procesos de revalorización patrimonial en el barrio de Alfama: el papel de los estudiantes Erasmus en la tematización de la ciudad", *Etnográfica*, vol. 17 (1), pp31-50.

CLIFFORD, James. (2000), "Culturas Viajantes". In: Arantes, Antonio (org.). *O espaço da diferença*, Campinas: Papirus.

DE PAULA, Jessica N. e BARRETO, Alessandra, "Passagens e paisagens: os circuitos dos jovens universitários estrangeiros em Uberlândia MG", *Horizonte Científico*, vol 5, no. 2. 2011.

HANNERZ, Ulf. (1992), "The global ecumene as a network of networks". In: A. Kuper. (Ed.), *Conceptualizing society*, London: Routledge.

MORAIS, Sara e SILVA, Kelly. (2011). "Estudantes de países africanos de língua oficial portuguesa nas universidades brasileiras: tensões de sociabilidade e dinâmicas identitárias". Paper apresentado no XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Salvador.Disponível:http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1322154637_ARQUIVO_ConlabSara Kelly.pdf [consultado em 20/06/2014]

4 Não tratamos aqui dos pertencimentos religiosos de nossas interlocutoras, pois este foi pouco ou não mencionado nas conversas. No entanto, em outras entrevistas e outros trabalhos é uma dimensão importante e que coloca novas questões para a reflexão sobre as formas e condições da interação.

MORALES, Anamaria. (2011), *Vidas imaginadas na migração Norte-Sul: europeus na Bahia da globalização.* Tese de doutoramento, Salvador: Programa de Pós-graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia..

PAIS, J. M. (2006). "Buscas de si: expressividade e identidades juvenis". In: Almeida, M. Isabel Mendes de; Eugenio, F.(orgs.). *Culturas Juvenis: novos mapas do afeto*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

SANTOS, Denise Silva dos. (2010), *Jovens e rituais de passagem: um estudo etnográfico de experiências de intercâmbios culturais de estudantes estrangeiros no Rio Grande do Sul.* Dissertação de mestrado, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

SUBUHANA, Carlos. (2007). "Estudantes Moçambicanos no Rio de Janeiro, Brasil: sociabilidades e redes sociais". *Imaginário*, USP, v. 13, n. 14, pp.321-355.

TURNER, V. W. (1974), *O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura*, Petrópolis: Vozes.

VELHO, Gilberto. (1994), *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (2010) Metrópoles, mediação e cosmopolitismo. *Horizontes Antropológicos*, Vol.16 n.33, pp.15-23.

WAGNER, Roy. (2010), *A invenção da cultura*, São Paulo: Cosac Naify.

Coerção, Comércio e Fluxos Imigratórios: Análise Exploratória e Comparativa entre Dois Municípios de Imigração Alemã no Estado do Espírito Santo.

Vinícius Lordes Dias[1]

André Carlos Busanelli de Aquino[2]

Resumo: O estudo investiga as estratégias de coerção utilizadas no comércio em dois municípios de colonização alemã do Estado do Espírito Santo, Domingos Martins e Santa Maria de Jetibá. Os dois municípios da análise, embora tenham sido colonizados por alemães, têm origens imigratórias diferentes. Santa Maria de Jetibá teve a colonização dos alemães do norte (Hesse do Reno), os Pomeranos e os de Domingos Martins vieram do centro da Alemanha (Região montanhosa do Hunsrück). Baseados na teoria institucionalista, analisamos alguns aspectos das sociedades coletivista e individualista nestes municípios. Buscamos levantar hipóteses explicativas para a influência das origens imigratórias na escolha das estratégias de coerção no comércio destas comunidades. O estudo aponta diferenças entre as estratégias de coerção no comércio de comunidades com características coletivistas e individualistas, destacando a interação entre os agentes, entre grupos diferentes e interação dos agentes pertencentes a um mesmo grupo. Foi realizada uma análise institucional comparada a partir de triangulação de evidências advindo de estudos de casos naqueles municípios. Foram realizadas entrevistas com respondentes escolhidos aleatoriamente nos municípios a fim de validar as evidências da pesquisa. Uma das limitações deste estudo foi a impossibilidade de identificar todo o fenômeno institucional como um resultado advindo da interação dos agentes em períodos históricos diferentes (GREIF, 1994, 1998), ou seja, captar a interação dos agentes acerca da cooperação do início da imigração seria impossível, por isso usamos aproximações em evidências.

Palavras-chave: Coerção; Comércio; Imigração; Fluxos Imigratórios; Luteranos.

1. Fluxos Imigratórios: Uma Introdução

No Brasil, a experiência com movimentos imigratórios teve seu início no século XVIII, tais movimentos tiveram o objetivo de povoamento do território, bem como a proteção do território da colônia, tendo em vista as possíveis invasões a estas terras. A motivação para o presente estudo decorre da necessidade de se considerar a interação entre agentes de diferentes origens culturais, ao longo do tempo, e os impactos desta interação na economia local. O movimento imigratório, sobretudo no período colonial, teve por finalidade estabelecer fortificações militares, para garantia de defesa do imenso litoral e das regiões mais vulneráveis para o estímulo populacional (BITTENCOURT, 2006, P. 218). A colonização no Estado do Espírito Santo, inicialmente, foi patrocinada pelo Regime Imperial com a criação de quatro importantes colônias: Colônia de Santa Isabel, em 1847 com imigrantes alemães; a Colônia de Rio Novo, em 1855; a Colônia de Santa Leopoldina, em 1857 e Colônia de Castelo, em 1880 (NAGAR, 1895, P. 11). Na colônia de Santa Isabel, atualmente a região do município de Domingos Martins, onde habitaram os imigrantes alemães vindos da região de Hunsrück (Costa do Cachorro), na Prússia, atual Alemanha, região do rio Reno. A colônia de Santa Leopoldina, atualmente mu-

1 PGA/UFF – Programa de Pós Graduação em Antropologia/Universidade Federal Fluminense e IFES – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo; viniciuslordes@ifes.edu.br.

2 FEA-RP/USP – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo. aaquino@usp.br.

nicípio de Santa Maria de Jetibá, abrigou, nesta fase, imigrantes alemães da região da Pomerânia, litoral norte da Prússia, atualmente território entre a Polônia e a Alemanha.
O objetivo deste estudo é investigar, comparativamente, as estratégias de coerção no comércio entre dois municípios de origem alemã, Domingos Martins e Santa Maria de Jetibá, que possuem culturas diferentes, apropriadamente no contexto deste estudo, chamamos aqui de "cultura germânica" e "cultura pomerana", bem como a influência das origens imigratórias na escolha de tais estratégias, considerando aspectos das sociedades coletivistas e individualistas (GREIF, 1994) para isso, realizamos uma análise institucional comparada baseada na técnica de triangulação de evidências advindos de estudo de caso. Buscamos evidências em fontes macroeconômicas, bem como entrevistas com sujeitos escolhidos aleatoriamente e informações históricas acerca das origens imigratórias dos dois municípios.
Langholm (2009) aponta que devido às raízes medievais de Lutero a coerção econômica era vista como uma forma ruim, tal forma não se referia a uma coerção física, mas nas relações comerciais. Esta forma de coerção consistia na exploraçãoda necessidade da parte contrária, a fim de obter condições mais favoráveis nas transações (LANGHOLM,2009). Greif (1994) aponta evidências de aspectos de sociedades tipicamente coletivistas e individualistas, que nos servem de base na análise e o desenvolvimento deste estudo.
Utilizamos a análise histórica para captar os aspectos institucionais das comunidades de origem imigratória alemã, pois esta análise indica a importância de um elemento específico na formação destas comunidades – as crenças culturais compartilhadas – uma parte do composto institucional da interação dos agentes e que pode afetar a evolução e persistência de diversas organizações sociais (GREIF, 1994). O mesmo autor propõe que se siga um procedimento analítico para tratar com a informação histórica numa abordagem baseada em equilíbrio para as instituições (GREIF, 1998), dada a impossibilidade de se identificar todo o fenômeno institucional como um resultado endógeno, ou seja, emergido em função da interação entre agentes, ao mesmo tempo.
A partir de estudos comparados entre dois municípios de colonização alemã no estado do Espírito Santo e triangulação de evidências (SCANDURA e WILLIAMS, 2000) e, buscamos responder às seguintes questões: Se as comunidades de imigração alemã tiveram origens imigratórias diferentes, sob aspectos institucionais diferentes, o comércio local utiliza-se de estratégias diferentes para lidar com a interação entre os agentes? Sendo estas estratégias aceitas pelos agentes, por que eles as utilizam? E, como estas estratégias se relacionam com as outras interações sociais na comunidade?

2. Alguns Conceitos Estruturantes

Um grupo de indivíduos submetidos a um conjunto de regras e convenções é entendido como uma comunidade, tais regras e convenções, neste estudo, são consideradas instituições. Estas estabilizam a interação entre os indivíduos de um grupo, não se limitando às transações comerciais. O sistema de regras, crenças, normas e organizações que juntas geram a regularidade dos comportamentos sociais são entendidas como instituições (GREIF, p. 30, 2006). Estas instituições são um sistema social de fatores que atuam sobre o comportamento dos agentes de uma comunidade.
Para Greif (2005) as instituições não seriam as regras em si, mas uma coevolução entre regras e coerção, sustentando a endogeneidade institucional, ou seja, aquelas que surgem das interações básicas entre os agentes. As instituições completam as informações dos outros jogadores, através de regras de conduta. Não são apenas as regras formais que criam instituições, mas as crenças que os indivíduos têm nas mesmas (GREIF, 2005; AOKI, 2001). Por exemplo, o comportamento religioso dos indivíduos é visto na comunidade como sendo um fator redutor da incerteza (MONTGOMERY, 1996), pois que estando sob o mesmo conjunto de regras podem escolher o relacionamento entre eles para reduzir a incerteza nas transações e promover mecanismos de coerção para os que apresentem comportamentos não aceitos por tal conjunto de regras. Indivíduos que estão sob o mesmo conjunto institucional podem ter comportamentos de interação entre si baseados em reputação, neste aspecto, o comportamento religioso reduz a incerteza das relações para o indivíduo alocar seu tempo e bens entre "*commodities*" religiosas e seculares tanto quanto para maximizar o tempo de vida (atual) e a sua utilidade após a vida (IANNACCONE, 1998).

Para Aoki (2001) e Greif (1994) o homem é racional e maximiza o seu bem estar, seja na forma de relacionamentos na comunidade, seja em transações comerciais. Uma comunidade se caracteriza pelo agrupamento de indivíduos, racionais e maximizadores de bem-estar que são direcionados por normas de condutas sociais e convivendo sob as mesmas condições históricas, geográficas e sociais. Para Greif (2005), os fatores culturais geram um conjunto de regras orgânicas iniciais a uma comunidade, estas regras evoluem para instituições privadas orgânicas e instituições públicas projetadas, tais elementos coexistem e coevoluem com a interação dos indivíduos.

As instituições que emergem da interação entre os indivíduos surgem informais, ou seja, organicamente, tais instituições são conhecidas como "*crenças culturais*" na visão de Greif (1994), estas se mantêm assim, até que sejam substituídas por outras, estas instituições podem influenciar nas instituições formais. Para Greif (1994) e North (1990, 1991), as instituições formais são denominadas como "*regras do jogo*". As crenças culturais seriam então a transmissão de valores culturais entre membros de diferentes gerações que convivem durante algum tempo em uma comunidade. A perpetuação e manutenção de tais crenças dependem da interação com as crenças emergentes em uma mesma comunidade. As instituições informais, com o passar do tempo, evoluem e se transformam em um padrão de comportamento, que é costumeiro e auto coercivo. Para Aoki (2001), as regras impostas, formais ou informais, podem deixar de ser aplicáveis ou funcionais. Em ambientes onde as instituições formais são inexistentes ou apresentam significantes lacunas, as instituições privadas emergem da interação entre indivíduos, com o objetivo de assegurar o *enforcement*[3] (GREIF, 2005).

A interação frequente leva à cooperação, e os resultados podem motivar os agentes a manterem a cooperação. Tais interações facilitam punições informais para desvios de comportamentos, estas mesmas interações afetam as estratégias de coerção utilizadas pelos indivíduos na comunidade. Para Greif (2005), existem dois pilares institucionais, que seriam assim denominados: *CEI - coercion-enforcing institutions* (*enforcement*) e *CCI - coercion-constraining institutions* (coerção). As instituições de *enforcement* se ocupam em restringir o comportamento dos indivíduos e as instituições de coerção ocupam-se em distribuir o poder de coerção entre os diversos agentes presentes na sociedade, fazendo com que as do primeiro pilar sejam cumpridas. Estas instituições impõem restrições aos agentes e são consideradas quando existem possibilidades significativas de penas dadas pelo desvio de comportamento dos agentes, são representadas pelos códigos, escritos ou não. As instituições de coerção têm a função de garantir a efetividade nos direitos de propriedade e de proteger tais direitos (GREIF, 2005) e são representadas pela efetividade em se fazer cumprir o código. Estas, interagem e co-evoluem direcionando o comportamento dos agentes e suas interações sociais (GREIF, 2005). Desta interação surge um conjunto de crenças compartilhadas, como uma representação resumida das informações sociais que indicam como as coisas funcionam (AOKI, 2001).

As instituições de coerção podem emergir numa comunidade através de ostracismo, um agente da comunidade que desrespeita as regras, é deixado em segundo plano pela comunidade. Este conceito é tratado em Aoki (2001). Por exemplo, um indivíduo inserido em certa comunidade deixa de cumprir seus pagamentos no comércio local. Ele deixa de ser convidado para festas da comunidade e passa a frequentar a igreja com a condição de ocupar os últimos assentos. Os mecanismos de *enforcement* e coerção garantem a efetividade do sistema de regras. Nos primeiros, os interesses individuais são resguardados por valores ou crenças e o ostracismo representaria o tipo de punição mais efetivo. Os outros podem ser públicos ou privados. Os interesses individuais são resguardados pela força e as prisões e multas são formas de punição (GREIF, 2005).

As instituições surgem como resposta às necessidades de um grupo ou da sociedade de forma intencional ou espontânea. A forma intencional decorre da ação organizada de agentes legisladores, é a ordem pública ou *public-order*; ou agentes privados, ordem privada projetada ou *designed private-order*; e a forma espontânea decorre da interação natural entre os agentes, a ordem privada orgânica - *organic private-order* (GREIF, 2005). Já as instituições *designed private-order* emergem como resultado da demanda de empreendedores no con-

3 Este termo parece não ter tradução literal. Uma tradução mais aproximada seria "aplicação de uma lei ou norma". Utilizaremos aqui o conceito de Greif (2005) que define *enforcement* como um conjunto de regras escritas ou não, que dependem de mecanismos de coerção para que sejam cumpridas. Desta forma, por considerar que tradução do termo não transmite a ênfase que procuramos dar à palavra, manteremos o termo em inglês do decorrer do trabalho.

texto de custos percebidos a fim de alterar a estrutura institucional. Finalmente, mudanças nas regras formais podem ser feitas como resultados de mudanças legislativas, *public-order*, que alteram a jurisprudência. Tais instituições ajudam a proteger os direitos de propriedade dos agentes envolvidos. Os direitos de propriedade determinam como um recurso será usado e podem assumir várias formas e ser formais ou informais, tácitos ou implícitos, fortes ou fracos (GREIF, 2004). Os indivíduos de uma comunidade podem escolher proteger seus direitos de propriedade baseados nas crenças culturais, instituições informais que podem garantir certa eficiência na proteção destes direitos. Um indivíduo de uma comunidade pode acionar a terceira parte, ou seja, o conjunto de regras políticas/legislativas (AOKI, 2001) para resolver problemas de violação dos direitos de propriedade, sendo ele pertencente a uma comunidade cujo conjunto de crenças culturais, ou seja, a crença nas instituições que podem garantir os direitos.

Uma comunidade que está sob uma crença cultural baseada na instituição informal, por exemplo, a base teológica, pode ser direcionada para tratar determinados conflitos através de um grupo decisório, clube ou irmandade. Para Iannaccone (1998), a igreja pode ser vista como modelo de clube onde os indivíduos que participam ativamente desta comunidade, alocam seus direitos de propriedades sobre "*commodities*" religiosas e seculares. Este clube gera em um associado uma resposta ótima a uma mudança no "preço" de tal "commodities", por exemplo, abstém-se de algo ou deixa algum grupo não religioso assumindo um padrão ótimo de comportamento (IANNACCONE, 1998).

2.1. Instituições Informais: Base teológica luterana

Nesta seção trataremos a base teológica luterana como instituição informal, além de alguns aspectos históricos contemporâneos e aspectos históricos originais baseados em documentos como "A Confissão de Augsburgo" e "As 95 Teses" de Martin Lutero.

As principais instituições informais da base luterana são (i) o código luterano (ii) justificação; (iii) a lei e (iv) a predestinação. A seguir, discutiremos estas instituições, os impactos destas e como funcionam os seus mecanismos de coerção. Tais instituições são consideradas como formas básicas de instituições, Aoki (2001) denomina estas formas de proto-instituições, que seriam "*formas primeiras de instituições*". Estas instituições surgem de forma simples, através do conjunto de experiência dos indivíduos com instituições básicas como regras de propriedade e normas sociais (AOKI, 2001), e evoluem para um padrão de comportamento, costumeiro e autocoercivo.

Na visão teológica de Lutero, a concepção do divino compartilhada entre os indivíduos é chamada de lei, esta lei opera como uma instituição que orienta os indivíduos a fim de reduzir comportamentos irregulares, desviantes de outros indivíduos perante o código de conduta compartilhado. Assim como a lei, a predestinação, em termos institucionais, é um código de conduta compartilhado, pois é ligada ao entendimento de que para obter a "salvação da alma" os indivíduos aceitariam um desígnio divino, a vontade de Deus em salvar a todos. Este conceito deriva da ideia de vocação profissional em Lutero, que preconiza que a vocação é aquilo que o ser humano tem de aceitar como *desígnio* divino, ao qual o homem tem de se "dobrar" (WEBER, p. 77, 2004).

Em Lutero, a inserção dos agentes em profissões "*pré-destinadas*", é a emanação direta da vontade divina e, portanto, transforma-se em uma obrigação religiosa para o indivíduo permanecer na posição social e nos limites em que Deus os confinou (WEBER, p. 146, 2004). O mecanismo de coerção derivado desta interação institucional é a "auto-coerção", o juízo de não cumprir o desígnio de Deus na vida cotidiana, este mecanismo de coerção é gerado no indivíduo que estando no mundo material, vê a possibilidade de não usufruir o mundo imaterial adequadamente. Outra interação informal entre os indivíduos é a justificação. Esse conceito em Lutero aponta que a Bíblia é o cânon central do Protestantismo, ou seja, a regra geral compartilhada entre indivíduos sob a mesma base teológica, de onde se inferem as regras especiais, este termo teve sua inspiração nas cartas do apóstolo cristão Paulo. Para tal apóstolo o termo significa a "declaração pessoal" de absolvição de que alguém está em conformidade com a lei. Apresentamos na tabela 1 as principais instituições e os mecanismos de coerção.

Tabela 1: Principais instituições informais da base teológica luterana

Instituições informais	Definição	Mecanismos de coerção
Fé	Expectativa dos outputs do indivíduo na sensação de segurança, na interação com outros agentes, com o objetivo de maximizar o seu próprio bem estar.	Autocoerção. O indivíduo que, fazendo parte do clube, quebra o contrato, é deixado de lado pelo grupo, ocorrendo assim o ostracismo.
Justificação	Expectativa de maximização atemporal do bem estar do indivíduo orientado por um código de conduta.	Coerção social. Ao infringir os códigos escritos o indivíduo se justifica perante Deus. Entretanto, tal indivíduo sofre afastamento e esquecimento por parte do grupo .
Código de Conduta (código luterano)	Conjuntos de crenças compartilhadas acerca da concepção humana de Deus e dos meios para se alcançá-lo.	Coerção social.Limitação de abusos sociais através de códigos civis e de conduta; E através da lei teológica que desvenda o divino ao homem , tornando o homem seu próprio árbitro.
Predestinação	Expectativa que um agente tem em maximizar o seu bem estar atemporal na vida cotidiana	Autocoerção. A culpa por não poder cumprir o desígnio divino na vida cotidiana.

Fonte: Elaborado pelo autor

Para Greif (1994), nas sociedades apontadas como coletivistas os indivíduos interagem principalmente com seu grupo e o "*enforcement*" é dado por sanções morais, instituições informais. E nas sociedades individualistas as regras são desenvolvidas de forma a satisfazer o interesse dos indivíduos, por exemplo, os legisladores. As sociedades coletivistas são caracterizadas pela estrutura social "segregada", no sentido de que cada indivíduo interage individualmente e socialmente, principalmente com membros de um grupo religioso, étnico ou familiar específico (GREIF, 1994). Um aspecto a ser considerado é que o contrato de *enforcement* é alcançado através de instituições econômicas e sociais informais, e os membros destas sociedades sentem-se envolvidos na vida de outros membros desta sociedade. Por outro lado, nas sociedades individualistas a estrutura social é integrada, no sentido de que as transações econômicas são conduzidas entre pessoas de diferentes grupos e os indivíduos mudam frequentemente de um grupo para outro (GREIF, 1994), este tipo de comportamento requer cuidados de proteção na interação entre os indivíduos. O contrato de *enforcement* é alcançado principalmente através de organizações especializadas como a corte.

3. Metodologia e Algumas Evidências

Realizamos uma análise exploratória e comparativa entre dois municípios de colonização alemã no estado do Espírito Santo através de estudos de casos comparados. Tais comunidades alemãs possuem formações culturais diferentes - "germânica" e "pomerana". Inicialmente realizamos uma revisão de literatura baseada nos trabalhos de Greif (1994) "*Cultural Beliefs and the Organization of Society: A Historical and Theoretical Reflection on Collectivist and Individualist Societies*" publicado no Journal of Political Economy e "*Historical and Comparative Institutional Analysis*" publicado em 1998 na The American Economic Review e em Aoki (2001) Toward a Comparative Institutional Analysis, publicado pelo MIT Press. Nesta etapa, ainda foi realizada uma revisão da literatura pertinente a historiografia do Espírito Santo, para se encontrar dados e evidências. No segundo momento, realizamos um recorte nas comunidades que tiveram os aspectos históricos de imigração semelhantes, a fim de controlarmos os efeitos ao longo do período histórico. Estas comunidades são Domingos Martins e Santa Maria de Jetibá. Baseados em Rölke (1996) e Santos et al. (1992) chegamos ao contexto histórico das regiões alemãs que originalmente imigraram para o Espírito Santo.

Inicialmente inspirado em Aoki (2001), no caso da irrigação dos campos de arroz, na vila de Tokugawa, Japão no período entre 1603 a 1867 onde aconteciam dois domínios de jogos simultâneos e interligados, o jogo da irrigação e o "social". O jogo é composto por *N* jogadores, jogando um jogo comum, chamado "jogo da irrigação", onde os agentes transacionam um bem comum a toda a comunidade. E um jogo simultâneo de intercâmbio social na comunidade sobre um número infinito de tempo. No domínio do jogo da irrigação dos campos de arroz, os agentes participantes têm a opção de escolher os mesmos conjuntos de estratégias {cooperar ou gazetear a cooperação} nas tarefas coletivas de construção, manutenção e uso do sistema de irrigação. O domínio irrigação está interligado com o domínio social, portanto, os agentes que não cooperam na comunidade sofrem sanções da mesma. O tipo de sanção que as famílias que não cooperam é o ostracismo, podendo esta família ser excluída do convívio social. O domínio intercâmbio é jogado repetidamente e ao início de cada estágio de jogo qualquer família pode ser excluída, por outras famílias, de participar da produção e consumo dos bens sociais (AOKI, 2001). Propomos dois domínios de jogos que acontecem simultaneamente. O domínio [comércio] e o domínio [social]. Levaremos em consideração, em ambos os domínios, o conjunto institucional dos agentes. O desenvolvimento do conjunto institucional está próximo de um jogo em equilíbrio onde as regras influenciam a atuação dos jogadores e estes geram demandas para novas regras (Aoki, 2001). Neste aspecto, consideramos o efeito de crenças compartilhadas passadas entre gerações. No comércio, os agentes que transacionam escolhem entre as estratégias {pagar ou não pagar}.

Buscamos as bases na análise histórica pela compreensão sobre a construção, transformação e incorporação dos valores e das ações do homem ao longo do tempo. Tal forma de análise permite resgatar as trajetórias de indivíduos, organizações e movimentos, reduzir a distância entre o discurso e a prática e, não se limitando à narrativa de acontecimentos, pressupõe sua análise e interpretação (GOODMAN e KRUGER, 1988). As evidências são baseadas em três fontes distintas (i) entrevistas, (ii) observação não participante e (iii) dados estatísticos secundários da população. Os informantes foram escolhidos aleatoriamente nos municípios para podermos ter uma interpretação dos respondentes sobre as questões relacionadas ao fenômeno. Buscamos, assim, fazer uso da triangulação de técnicas de pesquisa com o objetivo de aumentar a amplitude na descrição, explicação e compreensão do fenômeno em estudo (SNAPE e SPENCER, 2003. p. 21).

Realizamos uma fase exploratória nas comunidades, a partir de um roteiro de questões semi-estruturado para serem respondidas pelos agentes. Buscamos agentes, aleatoriamente escolhidos, que estivessem no comércio e se denominassem luteranos, a fim de captarmos as estratégias de coerção no comércio sustentadas pelas origens imigratórias e institucionais, levando em consideração aspectos históricos das comunidades da análise. Utilizamos a estrutura de análise exploratória, devido à carência de estudos que relacionem as origens imigratórias alemãs à atividade econômica do comércio. A etapa exploratória teve como objetivo alcançar uma aproximação inicial à atividade econômica, conhecer o território a ser estudado, formar uma ideia inicial dos principais atores na região e das fontes de dados disponíveis. Após a fase exploratória realizamos entrevistas com 62 agentes nas comunidades, utilizando um outro roteiro de questões estruturadas, tal roteiro nos serviu de orientação e tinha como objetivo captar nas respostas dos indivíduos evidências que pudessem mostrar os aspectos de sociedades coletivistas e individualistas, bem como os aspectos institucionais compartilhados entre eles. Os respondentes foram selecionados aleatoriamente, estando sob o mesmo conjunto de regras, a fé luterana. O questionário foi desenvolvido com o objetivo de simular a realidade dos respondentes para captar efeitos propostos pelo contexto institucional. Após as entrevistas serem transcritas foi realizada análise de conteúdo das mesmas.

A análise de conteúdo foi inspirada em Bardin (2004). Após a transcrição das entrevistas, posicionamos os respondentes em pares por exercerem as mesmas funções profissionais na comunidade (por exemplo, comerciante, comerciário, estoquista, estudante, dona de casa, etc...) com o objetivo de captar a percepção dos agentes quanto às crenças compartilhadas ao longo do tempo e as estratégias de coerção utilizadas no comércio de ambas as comunidades.

Os imigrantes alemães que chegaram ao Espírito Santo foram originários de duas áreas diferentes, uma parte dos imigrantes veio da região do Hunsrück, na Prússia com formação montanhosa alta, instalaram-se no local que atualmente chama-se Domingos Martins. A outra parte veio do Norte, da região do Hesse, parte litorânea com formação montanhosa baixa, instalando-se no local atualmente chamado de Santa Maria de Jetibá, estes

alemães eram originários da Pomerânia, portanto de cultura pomerana. Ambos os imigrantes chegaram motivados pelo governo que tinha o objetivo de povoar e proteger o território da Capitania do Espírito Santo vieram em dois momentos distintos 1847 e 1873 respectivamente.

Alguns registros históricos indicam que as crenças culturais podem ter influenciado as escolhas dos agentes de ambas as comunidades tanto quanto eventos sociais e políticos. Um dos indícios primários de crenças compartilhadas de influência sobre as escolhas dos agentes seria a orientação dos agentes quanto aos códigos de conduta, neste aspecto os alemães "germânicos" chegaram ao Espírito Santo entre católicos e luteranos, como mostra a tabela 8. Entretanto, entre os alemães "pomeranos" os agentes estavam sob o código luterano.

Um aspecto de herança ainda observado entre os alemães "pomeranos" é que eles mantêm a língua pomerana falada entre eles no convívio cotidiano, entretanto este aspecto tem sofrido mudanças por causa da geração. Observamos na fase exploratória da pesquisa que os alemães pomeranos tentam proteger-se dos "estrangeiros" com o dialeto falado entre os pares. Aqui não utilizamos o estrangeiro com a mesma chave de leitura que Georg Simmel (SIMMEL, 1983) o faz, apenas apontamos que o "estrangeiro" (entre aspas) representa a estes indivíduos uma ameaça, e isso pode ter explicações em suas raízes históricas.

Os imigrantes alemães que chegaram para a atual região de Domingos Martins originalmente chegaram em número de 39 famílias, sendo 160 pessoas aproximadamente. Destas famílias, 23 estavam sob o código de conduta católica e as 16 famílias restantes estavam sob a orientação do código luterano. Os imigrantes alemães que povoaram a região que atualmente chama-se Santa Maria de Jetibá estavam todos sob a orientação do código luterano. A tabela 2 apresenta alguns dados comparativos entre as duas comunidades.

Tabela 2: Dados Comparativos entre os municípios

	Domingos Martins	**Santa Maria de Jetibá**
Imigrantes [1]	Alemães	Alemães (Pomeranos)
Número de Imigrantes que chegaram na capitania [3]	39 famílias prussianas (aproximadamente 160 pessoas)	1467 pessoas 2
Orientação religiosa na imigração[3]	Católica / Luterana (23 católicas e 16 famílias luteranas)	Luterana
Ano de Início da Imigração [1]	1847	1872 e 1873
Região de Origem [3]	Região montanhosa do Hunsrück, na Prússia, região do rio Reno	Hesse do Reno
Nome do Distrito [2]	Santa Isabel	Santa Leopoldina
Nome do Município a que pertencia [1]	Vianna	Cachoeiro de Santa Leopoldina
Número de Estabelecimentos rurais no recenseamento de 1920[2]	1448	1746
População no município em 1890[4]	5.141	1.800
Base Econômica antes de 1840 [1]	Cana de açúcar	Cana de açúcar
Base Econômica a partir de 1840 [1]	Café	Café
[1] Enciclopédia dos Municípios, IBGE, 1956. [2] Recenseamento de 1920, IBGE. [3] Santos et. al, 1992 [4] Recenseamento de 1890. IBGE.		

Fonte: Elaborado pelo autor

3.1. Aspectos Individualistas: Domingos Martins

A primeira colônia de imigração a ser criada no território do Espírito Santo foi a Colônia de Santa Isabel, fundada em 1847. Os imigrantes vindos para o Espírito Santo eram de origem alemã, da região de Hunsrück (Costa do Cachorro), na Prússia, atual Alemanha, região do rio Reno, região de grandes formações montanhosas. Chegaram a um local chamado Cuité, entre os rios Jacu e Braço Sul, com o objetivo de cultivar e povoar a terra. Neste lugar instalaram-se 47 famílias de imigrantes alemães, totalizando 163 pessoas (IBGE, 1956). Predominantemente os imigrantes professavam a fé católica, entretanto, no movimento imigratório chegaram também famílias luteranas para esta colônia (como mostrado na tabela 2). O sustento destes colonos era a família e suas comunidades, sobretudo a comunidade religiosa. Inicialmente havia entre os colonos cooperação, independente de religião. Entretanto, por volta de 1856 houve desentendimentos entre católicos e luteranos, pois o pastor luterano não aceitava o batismo feito pelo padre católico (SANTOS et, al, p.28, 1992). Este problema foi resolvido após ser levado ao conhecimento do Governo Imperial e da ordem. Outro evento que mostra a interação entre os agentes orientados por códigos católicos e luteranos foi a construção da torre da igreja de Domingos Martins. A comunidade luterana encomendou três sinos e quando estes chegaram não era possível levá-los até o município por causa do peso. Os luteranos pediram a um fazendeiro católico para emprestar o carro de boi para levarem os sinos (SANTOS et, al, p.26, 1992). Uma evidência da interação dos agentes orientados por códigos católicos e luteranos foi a construção da primeira capela, que foi construída para realização de cultos das duas religiões, construídos pelos leigos (SANTOS, P. 21, 1992). Nas sociedades individualistas a estrutura social é integrada, as transações econômicas são realizadas entre pessoas de diferentes grupos e os agentes mudam freqüentemente de um grupo para outro (GREIF, 1994), isto requer dos agentes um cuidado de proteção nas interações. Outra característica desta sociedade é que os contratos de *enforcement* são alcançados através de organizações especializadas (GREIF, 1994) como cortes, legisladores, dentre outros.

3.2 Aspectos Coletivistas: Santa Maria de Jetibá

No ano de 1867 chegaram ao Espírito Santo os primeiros colonos suíços, em número de 60, que instalaram a sede da colônia dentro da área demarcada, às margens do rio Santa Maria da Vitória, lugar ainda hoje denominado Suíça, em homenagem a esses imigrantes. A colônia, então, passou a ser considerada Colônia de Santa Maria. Os pomeranos, entretanto, constituíram a maioria, entre os imigrantes que vieram para Santa Leopoldina, entre 1857, data de chegada dos primeiros colonos e 1877, data que se identifica como o fim da Imigração Alemã. (IBGE, 1956). Os pomeranos vieram da região norte da Alemanha que ficava situada entre a Alemanha Ocidental e a Polônia, fazia parte da Alemanha desde o ano de 1200 (SANTOS et, al, p.39, 1992). Entretanto, dois terços deste território foram anexados à Polônia e a outra parte ficou vinculada a Alemanha.
Os alemães "pomeranos" que chegaram aqui estavam sob o código de conduta luterano em sua totalidade, chegaram na Colônia de Santa Leopoldina e migraram para um lugar acima desta colônia, este lugar estava entre vales e vegetação fechada, onde atualmente é o município de Santa Maria de Jetibá. Esta seria uma evidência de que os indivíduos, por causa da herança histórica, se protegeram do invasor. Outra evidência pode ser vista na manutenção da língua pomerana que é uma língua não escrita, somente falada entre os pares[4]. Estes dois aspectos citados anteriormente são apontados na definição de Greif (1994) a respeito da característica da sociedade coletivista. Neste tipo de sociedade os agentes interagem principalmente com seu grupo e os contratos de *enforcement* são dados por sanções morais, instituições informais (GREIF, 1994). A estrutura desta sociedade é chamada de "segregada", pois os indivíduos interagem individualmente e socialmente, sobretudo com membros de um grupo religioso, étnico ou familiar específico (GREIF, 1994).
Os aspectos de interação entre agentes que compartilham do mesmo código de conduta são apresentados na tabela 3, acerca dos dados comparativos de religião entre as duas comunidades.

---

4 Quando este estudo foi realizado, em decorrência da pesquisa de mestrado realizada em 2007, a língua pomerana era apenas uma língua oral e compartilhada desta mesma forma, entretanto, por esforços diversos dos poderes municipais e estaduais foi editada gramática e dicionário pomeranos pelo pesquisador Ismael Tressman.

Tabela 3: Dados Comparativos de Religião em Domingos Martins e Santa Maria de Jetibá

Município	Religião	
Domingos Martins	Católica apostólica romana	17163
	Igreja evangélica de confissão luterana	10563
	Outras religiões evangélicas	79
	Outras religiões/ Sem religião	2754
	Total da população do município	30559
	Religião	
Santa Maria de Jetibá	Católica apostólica romana	5865
	Igreja evangélica de confissão luterana	20812
	Outras religiões evangélicas	831
	Outras religiões/ Sem religião	1266
	Total da população do município	28774

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2000.

4. Identificando Estratégias

Os alemães "pomeranos" e "germânicos" tiveram origens imigratórias diferentes, vindos do norte e do sul respectivamente, estavam sob conjuntos institucionais semelhantes, entretanto no contexto dos fluxos imigratórios que ambas as comunidades sofreram havia interações diferentes. Para captarmos reflexos das escolhas dos agentes e as interações nas comunidades, buscamos evidências nas comunidades através de entrevistas com pessoas que se denominaram luteranos que atuam profissionalmente no comércio e pessoas que não atuam profissionalmente no comércio, para podermos captar as diversas nuances das atividades que aconteciam simultaneamente na sociedade e no comércio nas duas comunidades.

No primeiro momento, ainda na fase exploratória da pesquisa, entrevistamos 7 agentes do comércio de Santa Maria de Jetibá afim de levantarmos algumas evidências a respeito das estratégias de coerção no comércio sustentado pelas origens imigratórias. Utilizamos um roteiro de questões semi-estruturado para orientar-nos acerca das perguntas dirigidas aos agentes, este roteiro foi aplicado nas duas comunidades da análise. Observamos na comunidade uma "rede de informações" entre os comerciantes locais. Um dos agentes entrevistados disse "*...quando a gente não recebe a gente se comunica entre a gente...*" Outro respondente disse "*...a gente perdia o controle, mas deixava o mal pagador de lado e a gente se comunicava com os outros comerciantes sobre ele*". Os agentes do comércio de Santa Maria de Jetibá interagem entre si a fim de diminuir custos de informações acerca dos compradores, "*...a população conhecia todo mundo... havia uma comunicação entre os comerciantes... Hoje a gente continua se comunicando mas o comércio evoluiu...*" Esta "rede" não é formal, embora haja a presença de órgãos oficiais para informações sobre o crédito, os agentes interagem com o objetivo de diminuir a assimetria informacional entre comerciantes e compradores. Observamos, no jogo do comércio a interação de cooperação entre os agentes desta comunidade a fim de coibir o comportamento dos agentes não cooperativos.

Durante algum tempo os comerciantes de Santa Maria de Jetibá faziam transações comerciais com a "moeda" caderneta, como um dos entrevistados apontou "*...Cadernetinha era moeda corrente no comércio...*". Ou seja, os agentes compradores tinham crédito nos comércios e pagavam suas contas ao final do período da colheita de café. A prática de uma "moeda paralela" ainda permanece nesta comunidade, entretanto ela assume outras formas como nota promissória, cartão de crédito do banco cooperativo e crediário. Notamos a presença de transações com esta "moeda" baseada na reputação dos agentes compradores como aponta um comerciante "*A*

gente usa a caderneta com cliente que começou com a gente ... porque se fizer boleto ou cadastro ele se sente ofendido... claro, os bons clientes". Quando perguntado sobre o uso de cartão de crédito este mesmo comerciante disse *"...quase ninguém tem cartão de crédito não compensa o aluguel de outra bandeira porque é de três em três meses (o uso)... a gente usa dinheiro ou cheque e ainda faz a cadernetinha com alguns clientes...*". Um outro comerciante entrevistado quando perguntado se ainda usava caderneta ou alguma outra forma de promissória disse "*A gente usava caderneta, depois passamos para crediário... Todo mundo se conhecia e a gente usava o caderninho, nem precisava assinar nota... O prazo era quando a gente queria...*".

Quando os comerciantes eram perguntados sobre o que acontecia com o aquele comprador que não honrava com os compromissos de pagamento, observamos que havia um certo tratamento social com estes, como aponta um dos entrevistados *"...O cliente era mal visto na sociedade... Isso acontecia mas tinha muito cara-de-pau que ia pra festa com a roupa que a gente vendeu e ainda falava mal da gente...*" outro entrevistado destaca que mesmo havendo uma interação entre os indivíduos, como a amizade, havia a comunicação no comércio e aquele que não pagava era deixado de fora do grupo. Quando perguntado se o aquele que não pagava as contas era deixado de lado disse *"...Infelizmente ele fica mal visto, se ele deve a mim provavelmente ele deve ao comércio inteiro. A gente tem clientes que devem a gente, e a gente continua amigo, mas o crédito acabou...*" Um dos respondentes quando perguntado sobre se a comunidade excluía o indivíduo que não pagava no comércio chamou a atenção para o código de conduta luterano, "*...Na igreja (luterana) não vejo discriminação porque a igreja não sabe... a igreja não se importa, no comércio tem discriminação a gente sabe pela comunicação, numa festa na igreja ela não é discriminada, mas é mal vista...*".

Na comunidade de Domingos Martins, ainda na fase exploratória, entrevistamos 5 indivíduos, sendo 2 comerciantes e o restante não-comerciantes, com o objetivo de levantarmos evidências a respeito da coerção no comércio local. Utilizamos o mesmo roteiro de questões para orientar as perguntas a fim de podermos controlar os aspectos institucionais no campo.

No comércio de Domingos Martins, notamos a presença de transações feitas com a caderneta no passado, entretanto hoje ainda há transações realizadas com esta "moeda", mas são feitas só para os chamados "de confiança" pelos comerciantes, notamos a presença da reputação dos indivíduos no comércio, um dos respondentes disse *"...Quem não cumpre a palavra quebra uma regra...*" Outro respondente não-comerciante disse "*...o estranho pode trazer outras culturas...*" indicando a presença de evolução nas relações do comércio, ou seja, antes era com a caderneta e hoje este tipo de transação só é feita entre indivíduos da própria comunidade.

Na comunidade de Domingos Martins os comerciantes têm o serviço de proteção ao crédito como fonte principal de consulta a respeito dos agentes compradores, é possível observar o número de estabelecimentos comerciais com bandeiras de cartões de crédito, indício de proteção do comércio. Diferentemente da comunidade de Santa Maria de Jetibá que mantém uma "rede informal de informação". Esta rede em Domingos Martins existe, porém não ficaram explícitas nas entrevistas. Entretanto, quando perguntados sobre como a comunidade trata os indivíduos que não pagam um comerciante disse: "*...Se ele não paga no comércio é porque ele já está devendo em outros lugares, trata os outros mal e não paga a quem deve...*" Outro entrevistado não-comerciante disse "*Se ele no comércio não paga já deve tá devendo na igreja... e em outros lugares... ele já é manjado... com esse comportamento ele fica manjado... fica mal visto na comunidade...*"

Na comunidade de Domingos Martins, quando eram perguntados sobre as formas de coerção utilizadas no comércio e na comunidade observamos mecanismos como a coerção social do indivíduo mal pagador, um dos entrevistados não-comerciante disse "*...aconteceu aqui um caso em que Fulano foi 'desmoralizado' na frente de todo mundo no comércio... o dono disse 'eu não vou te vender porque você está devendo, você está desacreditado'... 'Não venda pra fulano que fulano está devendo na outra loja'...*". A coerção social era mais explícita no passado, como aponta um entrevistado "*...Na igreja já foi assim... os que não pagavam sentavam nas últimas filas da igreja... Isso já foi assim... quem tava devendo podia ser deixado fora da comunidade...*", entretanto, os entrevistados não explicitaram se hoje ocorre o mesmo.

Nas sociedades coletivistas, da interação emergem regras e normas de conduta que geram mecanismos de coerção do grupo envolvido, esta característica pode ser devida a interação dos indivíduos em grupos específicos. Entretanto, nas sociedades individualistas a coerção é feita, geralmente, utilizando uma terceira parte, neste caso a corte, devido ao relacionamento dos indivíduos entre grupos distintos.

Após a fase exploratória da pesquisa, realizamos mais duas visitas ao município de Santa Maria de Jetibá e duas em Domingos Martins com o objetivo de entrevistar indivíduos sob o código de conduta luterano, com atividades profissionais no comércio e fora do comércio para podermos captar a interação dos agentes na sociedade e os mecanismos de coerção utilizados por eles. Foram entrevistados 62 agentes, sendo 31 em cada uma das comunidades. Utilizamos um roteiro de questões estruturadas, tais questões foram desenvolvidas com objetivo de caracterizar um experimento onde os agentes respondentes eram questionados sobre "o que fazer no caso se determinada coisa acontecesse hoje", o objetivo destas entrevistas era encontrar evidências sobre a interação social coletivista e individualista. Após as entrevistas foi realizada a transcrição do conteúdo e análise dos dados. Observamos na resposta de alguns indivíduos da comunidade de Santa Maria de Jetibá a presença de resolução dos problemas na comunidade através da negociação. Entretanto, na comunidade de Domingos Martins quando perguntados sobre resolução de problemas de direitos de propriedade os alemães "germânicos" foram unânimes em responder que acionariam a justiça.

Quando perguntado sobre a possibilidade de um imóvel de sua posse ser invadido um indivíduo não-comerciante de Santa Maria de Jetibá disse "*...Eu acho que daria para negociar. Se houvesse a necessidade de eu ceder um pedaço da minha terra, eu cederia... Se fosse família necessitada, eu cederia um espaço para trabalhar...*" Outro indivíduo disse, a respeito da mesma questão "*...Bom, eu ficaria entrando em acordo, eu ficaria conversando com essas pessoas. Procuraria (advogado) porque seria legal, sabe, de uma forma a gente se entender como pessoas. Estaria conversando, mostrando o que é meu de direito e o que é direito deles, as pessoas que estariam invadindo também...*" Um pequeno empresário desta comunidade disse "*...Eu tentaria entrar em acordo com as pessoas que invadiram ou, sei lá, de repente, ceder uma parte. Não falo ceder tudo, né?!...*" Um comerciante respondeu "*...Se eu tivesse, assim, um tanto que daria para dividir, tudo bem. Até poderia ceder um pouco, se tivesse muito. Mas como, se eu tivesse pouco, então não...*". Observamos nesta comunidade que não houve unanimidade quanto a acionar a justiça, ou seja, a terceira parte como na comunidade dos alemães "germânicos". Pudemos observar na comunidade dos alemães "pomeranos" a descrença na instituição pública, uma respondente que atua no comércio, quando perguntada se procuraria algum advogado para resolução de problemas de propriedade disse "*...Isso eu também iria. Mas só que no Brasil não resolve muita coisa não...*" Apontando para evidências de que as instituições privadas têm papel na interação entre os indivíduos daquela comunidade.

As questões foram elaboradas a fim de captar a influência da instituição informal – código luterano - nas estratégias de coerção dos agentes na comunidade. Após a análise feita com base nas transcrições observamos que o que diferenciava as respostas dos agentes alemães "germânicos" dos alemães "pomeranos" eram as formas de proteção de um bem imóvel e as estratégias de coerção escolhidas pelos indivíduos das comunidades a fim de se protegerem.

5. Considerações finais

Buscamos investigar, através de uma análise institucional comparada, a influência das origens imigratórias nas estratégias de coerção utilizadas no comércio dos municípios de Domingos Martins e Santa Maria de Jetibá. Consideramos que as estratégias utilizadas derivam das características de sociedades coletivistas e individualistas, sendo Domingos Martins com características individualistas e Santa Maria de Jetibá com características coletivistas, pela forma com que estas comunidades tratam seus mecanismos de coerção.

Observamos, sob aspectos institucionais, que a comunidade de Santa Maria de Jetibá e Domingos Martins tiveram interações entre códigos de conduta católicos e luteranos, entretanto, em Santa Maria de Jetibá observamos maior interação entre os agentes sob o código de conduta luterano ao longo do tempo. Na comunidade de Domingos Martins os indivíduos interagiram entre grupos diferentes, ou seja, entre códigos de conduta luterano e católico.

Encontramos evidências de que os fluxos imigratórios impactaram o composto institucional e determinam a interação nas comunidades. Em Domingos Martins descaracteriza a necessidade de cooperação na zona rural, as propriedades contam com seus próprios recursos, os indivíduos do município de Santa Maria de Jetibá

precisaram cooperar mais ao longo do tempo, os comerciantes se conhecem e têm uma rede de comunicação informal, passando por cima até de questões familiares. Em Domingos Martins, observamos que a cooperação no comércio não está explícita, embora haja um órgão que regularize questões de crédito, a rede entre comerciantes não é explícita, pode ser um indício de proteção entre os comerciantes para com "os estrangeiros". Num determinado momento histórico os indivíduos de Santa Maria de Jetibá tiveram que cooperar mais, quando chegaram ao ES, trazendo as lembranças da Pomerânia, lembradas até hoje. Em Domingos Martins a cooperação é lembrada, bem como o ecumenismo entre católicos e luteranos, o que caracteriza um aspecto de organização social individualista.

Verificamos que no domínio social, a interação das regras da comunidade com as estratégias do jogo no comércio tem influências dos aspectos coletivistas em Santa Maria de Jetibá, e individualistas em Domingos Martins. Os aspectos de crenças compartilhadas ao longo das gerações (GREIF, 1994; AOKI, 2001). Tais crenças são tratadas como a base teológica predominante nas comunidades. A interação de grupos orientados por compostos institucionais diferentes caracteriza uma sociedade individualista que pudemos observar no município de Domingos Martins. Pudemos observar em Domingos Martins que historicamente a maioria era católica e misturou-se com os luteranos ao chegarem ao Espírito Santo. Entretanto, Santa Maria de Jetibá era, na sua maioria, formada por luteranos que interagiam entre si logo, compartilhando as mesmas regras de condutas os agentes resolviam seus problemas entre eles.

Observamos que nas sociedades coletivistas os indivíduos, quando não se comportam de forma honesta, tem seu convívio na sociedade restrito, podendo frequentar festas e outras reuniões sociais, porém é mal visto, por causa da rede informal de comunicação, os não-honestos são conhecidos por todos os comerciantes e deixam de ter crédito.

Na sociedade individualista houve um tempo em que o comércio tinha estratégias de coerção severas, entretanto, hoje, com a interação dos alemães com outros indivíduos, houve uma evolução das estratégias de coerção no comércio. Os alemães "germânicos" tendem a acionar a justiça (terceira-parte) com o objetivo de solucionar problemas relacionados ao comércio e ao mal pagador.

Sugerimos, além da minimização das limitações já apontadas, que outros estudos testem a influência das origens imigratórias no consumo dos indivíduos destas comunidades, bem como a ampliação deste estudo para uma comparação institucional de origens imigratórias diferentes da alemã, por exemplo, a origem imigratória italiana, levando em consideração aspectos históricos, relevo, clima e geografia. Sugerimos ainda um estudo que verifique, a partir de dados agregados bancários, o comportamento de crédito e poupança dos indivíduos considerando as crenças compartilhadas entre os eles.

Referências

AOKI, M. (2001), *Toward a Comparative Institutional Analisys*. Massachusetts: MIT Press.

BARDIN, L. (2004), *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BITTENCOURT, G. (2006), *História Geral e Econômica do Espírito Santo – Do engenho colônia ao complexo fabril-portuário*. Vitória: Multiplicidade.

GOODMAN, R. S. & KRUGER, E. J. (1998), "Data dredging or legitimate research method? Historiography and its potential for management research". *The Academy of Management Review*, 13 (2), pp. 315-325.

GREIF, A. (1994) "Cultural Beliefs and the Organization of Society: a historical and theoretical reflection on collectivist and individualist societies". *The Journal of Political Economy*. 102 (5), pp. 912-950.

GREIF, A. (1998) "Historical and Comparative Institutional Analysis". *The American Economic Review*. 88 (2), pp. 80-84.

GREIF, A. (2006), *Institutions and the Path to the Modern Economy – Lessons from Medieval Trade*, Cambridge: University Press.

GREIF, A. (2005), "*Commitment, Coercion, and Markets: the nature and dynamics of institutions supporting exchange"*. In C. Ménard, M.M. Shirley (eds.), *Handbook of New Institutional Economics*. Norwell: Kluwer Academic Publishers, pp. 727-786.

IANNACCONE, L. (1998), "Introduction to the Economics of Religion". *Journal of Economic Literature*, 36 (3), pp. 1465-1496.

IBGE, (1956), *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*.

LANGHOLM, O. (2009), "Martin Luther's Doctrine on Trade and Price in Its Literary Context*"*. *History of Political Economy*, 41(1), pp. 89-107.

MONTGOMERY, J. D. (1996), "Contemplations on the Economic Approach to Religious Behavior*"*. *The American Economic Review*, 86 (2), pp. 443-447.

NORTH, D. C. (1990), *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press.

NORTH, D. C. (1991), "Institutions*"*. *Journal of Economic Perspectives*. 5 (1), pp. 97-112.

RÖLKE, H. R. (1996) *Descobrindo Raízes Aspectos Geográficos, Históricos e Culturais da Pomerânia*. Vitória: UFES.

SANTOS, E. S. & KILL, M. A. & BIGOSSI, R. & MURARI, J. B. (1992), *História, Geografia e Organização Social e Política do Município de Domingos Martins*. Vitória: Brasília Editora.

SIMMEL, G. (1983), "O estrangeiro". In E. M. Filho (org.), *Sociologia*. São Paulo: Ática, pp. 182-188.

SNAPE, D. & SPENCER, L. (2003) "The foundations of qualitative research" In R. Jane, L. Jane (eds.), *Qualitative research practice: a guide for social science students and researchers*. London: Sage Publications, pp. 1-23.

WEBER, M. (1904 [2004]) *A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (trad. J. M. M. Macedo) São Paulo: Cia das Letras.

Desafios e limites da integração dos estudantes em intercâmbio na sociedade de destino

Leonardo Francisco de Azevedo (UFJF)[1]
Aline Cristina Laier (UFJF)[2]
Rogéria Campos de Almeida Dutra (UFJF)[3]

Resumo: Baseando-se em investigações realizadas entre intercambistas - estudantes africanos no Brasil e estudantes brasileiros no exterior - o presente trabalho pretende refletir sobre as dificuldades encontradas por estes estudantes em situação de deslocamento no processo de integração na sociedade de destino. Tal reflexão está embasada pela perspectiva de Simmel, para quem os "estrangeiros" mantêm uma relação simultânea de proximidade e distância com os "nativos", estando em contato com os elementos daquela sociedade, mas sem estar organicamente ligados a ela por laços pré-estabelecidos. Estes intercambistas demonstram que apesar de trazerem consigo o projeto universalista da integração entre povos e culturas, encontram limites em sua inserção, criando estratégias específicas de socialização e integração na sociedade de destino.

O intercâmbista como estrangeiro

As dinâmicas migratórias têm sido objeto de reflexão pelas ciências sociais sob diferentes perspectivas, sejam elas internas a determinada cidade ou país, sejam entre regiões e países. Contudo, ainda há muito a se pesquisar sobre os intercâmbios acadêmicos, um tipo de movimento migratório cada vez mais presente no mundo contemporâneo.

Conforme problematizado por Calvo (2013), o intercâmbio se define pela junção de várias características migratórias distintas, como imigrantes trabalhadores, residentes estrangeiros e emigrantes em retorno, configurando novas mobilidades e gerando diferentes imagens sobre seu "destino". Este fenômeno também afeta a economia local, onde turismo, estudos e trabalho se cruzam.

No presente trabalho, buscaremos analisar essa experiência a partir da relação dos estudantes com a sociedade de destino. Apesar de haver subentendido, por trás destes projetos de internacionalização do ensino superior, o pressuposto do universalismo da ciência ocidental moderna, os estudantes enfrentam, em suas experiências, uma série de limitações que colocam em xeque esse "cosmopolitismo" pretendido.

Conforme afirma Simmel (1983) o estrangeiro ocupa uma posição singular no grupo ou sociedade de destino, determinada pelo fato de não pertencer originalmente àquela rede. O estrangeiro, portanto, não está totalmente próximo nem totalmente distante da sociedade para onde se foi, se encontrando em um espaço intermediário àquele grupo. Essa condição de distância se dá, sobremaneira, porque, por mais que ele esteja próximo, ele não está organicamente ligado àquele grupo ou sociedade por laços estabelecidos de parentesco, localidade ou ocupação; logo, o estrangeiro não está totalmente amarrado a nenhum compromisso que afeta sua percepção ou compreensão daquela sociedade "estranha", estando mais livre para vivencia-la a partir de sua própria perspectiva. Ou seja, "os estrangeiros não são realmente concebidos como indivíduos, mas como estranhos de um tipo particular: o elemento de distância não é menos geral em relação a eles que o elemento de proximidade." (SIMMEL, 1983, p. 187)

Podemos compreender o intercambista, desta forma, como um tipo específico de "estrangeiro", que por mais que desenvolva certa "espontaneidade" em terra estrangeira, não consegue se sentir inteiramente parte daquele lugar. Logo, a ideia do não pertencimento sempre estará presente, obrigando estes atores a buscarem formas

---

1 Mestrando em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora. Contato: leonardoazevedof@gmail.com

2 Doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora. Contato: alineclaier@gmail.com

3 Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. Contato: rcadutra@uol.com.br

diversas de socialização e construção de relações sociais locais. Obviamente o fato dos intercambistas se configurarem como um tipo específico de migrante - já chegam na sociedade de destino com data marcada para voltar, ou seja, são temporários - faz com que estabeleçam ali uma relação distinta das estabelecidas por outros tipos de migrantes. Talvez não carreguem o estigma (GOFFMAN, 1988) dos migrantes clandestinos que se inserem em posições subalternas, contudo, mantem e produzem, durante sua estadia, certo estranhamento.

Calvo (2013), ao fazer uma revisão bibliográfica acerca de estudantes em situação de intercâmbio – neste caso, os intercambistas Erasmus, que circulam sobretudo, por países da União Europeia – afirma que há peculiaridades em torno deste tipo de migração, como a relativa juventude dos sujeitos e a duração demarcada de sua estadia. Neste contexto, estes estudantes constroem diversas formas de produção de subjetividade (Pais, 1990; Jafari, 1992 *apud* CALVO, 2013), ligadas às funções rituais e estruturais desta viagem (Graburn 1989 [1977], 2001; Turner y Turner 1978; Nash 1996 *apud* CALVO, 2013). Além disso, estes estudantes, como novos sujeitos globais, não se localizam nem no centro nem na periferia da indústria turística, participando da produção e construção de signos distintivos, tanto na sociedade de origem, quanto na sociedade de destino (Bourdieu 1998 *apud* CALVO, 2013). Trata-se, portanto, de um tema profícuo em reflexões envolvendo o projeto da migração estudantil - da decisão de migrar, das experiências vivenciadas e do retorno ao país de origem. Assim como as possibilidades que se abrem com a ampliação dos horizontes nas vivências adquiridas, como a decisão pela permanência ou por outros deslocamentos.

A partir destas considerações, cabe apresentar alguns relatos de campo em que demonstram essa condição "especial" dos intercambistas, que por mais que seja permeada por diversas especificidades no contexto migratório, não consegue se socializar e integrar na sociedade de destino como um "nativo", ou conforme suas expectativas. O presente trabalho se baseará, empiricamente, em duas pesquisas de mestrado realizadas em Juiz de Fora – Minas Gerais – Brasil. Ambas têm como foco a questão do intercâmbio, sendo que uma se dedica a investigar os estudantes oriundos de países africanos em Juiz de Fora; e a outra foca suas reflexões em torno da experiência de estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em países estrangeiros.

Estudantes africanos em Juiz de Fora

A emigração estudantil de africanos iniciou-se décadas antes do processo de descolonização dos seus países - iniciados a partir de 1950. Aos jovens "assimilados e evoluídos"[4], oriundos das colônias portuguesas e francesas em África, eram concedidas bolsas de estudo para cursar o ensino superior nas metrópoles já entre as décadas de 1930 e 1950 (MUNGOI, 2008). A presença destes estudantes no Brasil não é um fenômeno recente. Desde a década de 1960, jovens de países como Guiné Bissau, Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Thomé e Príncipe cruzam o Atlântico em busca da formação no ensino superior, ocorrendo aumento substancial a partir da década de 90.

O intercambio de estudantes africanos para Brasil possui características que o diferencia de outros intercâmbios. Primeiramente, jovens provenientes de países africanos, principalmente Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP[5] - viajam na maioria das vezes para cursar todo o ensino superior no Brasil, através do

---

4 Segundo Mungoi, os termos assimilados e evoluídos foram utilizados no contexto da implementação da política de assimilação (*assimilation)* pelos governos português e francês, respectivamente para designar as pessoas que assimilavam os valores culturais dos colonizadores, tornando-se cidadãos portugueses e franceses. Geração composta por uma minoria de jovens que falavam fluentemente português ou francês em seus países de origem e alguns deles chegaram a assumir lugares de destaque nas metrópoles. (MUNGOI, 2008: 14)

5 Em termos geográficos os PALOP localizam-se em diferentes regiões do continente africano: Angola e Moçambique localizam-se na África Austral enquanto que Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe localizam-se na África Ocidental. As suas dimensões em termos de território apresentam uma grande variedade; as diferenças são enormes também em termos de população: Moçambique tem mais de 20 milhões de habitantes enquanto que Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe em conjunto têm apenas cerca de 2,3 milhões de habitantes. (PEREIRA, 2005) Mais informações em: http://aabdev.files.wordpress.com/2009/05/relatorio-de-estudo-portugal-e-os-palop.pdf

"Programa Estudante Convênio" – PEC-G[6], estabelecendo redes específicas que os interliga tanto dentro da própria localidade, como entre as cidades brasileiras.

Em relação aos estudantes na cidade de Juiz de Fora[7], a maioria é proveniente dos PALOP. Esta realidade pode ser explicada pela criação da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), em 1996, responsável pela intensificação das relações diplomáticas e cooperação Sul-Sul entre os seguintes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe e o Timor-Leste (PEREIRA, 2005).

Os acordos firmados entre os países membros do PALOP e o Brasil se pautam numa espécie de "ajuda humanitária"- por parte do Brasil - via campo educacional, no sentido de investimento intelectual e técnico, que visa preparação do sujeito para atuação no projeto de desenvolvimento e modernização de seus países.

Há neste sentido um contexto específico que condiciona a vinda destes jovens para o Brasil, resultado de acordos diplomáticos cuja apropriação, por parte da sociedade brasileira, encontra-se permeada de representações sobre a "África" e as relações entre o Brasil e este continente. E certamente, os estudantes se confrontam com este imaginário – traduzido nas mais diversas "expectativas" dos brasileiros quando aqui se estabelecem. A primeira delas é a dificuldade com a língua, ou seja, com o idioma oficial dos PALOP. Muitos estudantes têm o português como segunda, ou terceira língua, se comunicando entre eles através do crioulo, passando por situações de desconforto, e até de acusação (GOFFMAN, 1988) por falarem "errado", seja o crioulo, seja o português diferente do português falado no Brasil.

Outra dificuldade que se destaca é decorrente da relação diplomática e econômica entre Brasil e países africanos, no qual nosso país assume postura hegemónica. Estes estudantes têm uma visão crítica em relação à postura dos brasileiros e dos gestores do PEC-G em suas universidades, que, segundo eles, assumem um caráter assistencialista do programa, como se fosse "caridade" a disponibilidade de vagas nas universidades brasileiras.

Elton[8] (32 anos), foi estudante do PEC-G em 2000 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Natal. Participou do processo seletivo de mestrado na mesma instituição, concorrendo diretamente com outros brasileiros, e atualmente cursa o doutorado em Economia na Universidade Federal de Juiz de Fora. Para o estudante

> ... já passou da hora de ficar claro para os africanos e para os brasileiros que não estamos aqui por piedade. O Brasil possui interesses econômicos importantes na África, o Brasil tem potencial e quer se tornar potência. Então estamos aqui não só para atender os interesses nossos e dos nossos países, mas também para atender os interesses do Brasil, que quer criar mercado na África, então quer que a África se desenvolva também por interesses próprios.

---

6 6O PEC-G foi criado pelo governo brasileiro como um acordo bilateral de cooperação educacional e cultural, com o objetivo de auxiliar a formação superior de estudantes oriundos de países em via de desenvolvimento. Surgiu no ano de 1920 atendendo os países latino-americanos e intensificou-se a partir da década de 1940, com o aumento da migração desses estudantes. A partir de 1964, estes convênios passam a ser articulados pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE). Do surgimento do PEC-G em 1920 até os dias atuais, foram assinados cinco protocolos entre o MRE e o MEC, onde são definidas e redefinidas as normas de funcionamento do programa. No segundo protocolo, assinado em 1974, o PEC-G passa a abarcar outros países situados fora da América Latina, quando passa a contemplar também os países africanos, notadamente os países membros do PALOP. (MUNGOI: 2008; GUSMÃO, 2008). Atualmente, cerca de 2.700 estrangeiros estão no Brasil, através desse Programa, para cursar gratuitamente a graduação em uma universidade federal, estadual ou particular. (BRASIL,2010)

7 Os dados apresentados pela SRI – Secretária de Relações Internacionais – da Universidade Federal de Juiz de Fora aponta que o número de estudantes do PEC-G na UFJF no período de 2007-2012 são os seguintes: 2007: 17; 2008: 24; 2009: 27; 2010: 29 ; 2011: 31; 2012: 29. E os estudantes do PEC-G cursando a graduação na UFJF no ano de 2012 são dos seguintes países: Angola, Cabo-Verde, Congo, Paraguai, Gana, Guiné-Bissau e Equador.

8 Todos os nomes dos estudantes africanos são fictícios de modo a preservar a identidade dos interlocutores da pesquisa.

A partir de entrevistas em profundidade foi possível observar outras dificuldades de adaptação destes estudantes em Juiz de Fora. Os relatos de David, caboverdiano e morando no Brasil há quatro anos, enfatizam a decepção com as interações com os brasileiros, repletas de apelidos, piadas e brincadeiras de conotação preconceituosa que o faziam se sentir mal. David fala de uma vida em Cabo Verde mais "comunitária", onde as pessoas se conhecem desde criança; de uma solidariedade e uma confiança das quais ele sente saudade. E a transição brusca para outro país - de desconhecidos com códigos de conduta distintos, posturas e valores diferentes - fora sentida de forma muito intensa. Relata momentos nos quais houve discussões ou críticas por parte de alguns brasileiros nos momentos em que ele e outros intercambistas conversavam em crioulo[9]:

> [...] não é para falar mal dos brasileiros... sua raiz as vezes é mais forte que você, entende? [...] Imagine que você está estudando nos EUA e só fala em inglês, daí você encontra outros brasileiros. Então, sem querer você vai falar português, sabe?! Sua cultura é mais forte do que você. Você fala a sua língua mais depois volta ... eu não sou perfeito, eu erro! Todo mundo erra, já passei muitas coisas sinistras aqui velho...

Este não é um caso isolado, pois não só o crioulo causa estranhamento entre os brasileiros, como também o português falado pelos estudantes do PALOP. Foram relatados casos de estudantes serem advertidos a falarem direito o português, pois não eram compreendidos na "língua que falavam". Tiago refere-se à experiência de constrangimento quando fez uma pergunta ao professor em sala de aula e este o criticou pelo modo como falava "errado":

> [...]ele me ofendeu sabe, faltou dizer que eu era burro, que não sabia falar. Meus amigos me consolaram, pois fiquei mal, reclamei na diretoria, mas acho que nada aconteceu com o professor. Eles não entendem que falo um português diferente e que estou aqui tentando aprender.

Paulo, de Guiné Bissau, tem 23 anos e é aluno do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Juiz de Fota (UFJF), ingresso pelo PEC-G no ano de 2012. Portanto, durante a entrevista – agosto de 2013 - estava a menos de um ano no Brasil. Pertencente a uma família de classe média de Bissau, traz o seguinte relato:

> No início passei uma crise, fiquei arrependido e de querer voltar, eu acho até que é normal. Pois todos quando chegam se sentem sozinhos, começando tudo novo: lembro da vida que eu tinha lá... era mais fácil. Nem todo momento aqui é bom, né? Em Guiné Bissau eu morava com a família, era "cuidado" aqui tenho que ser mais responsável, pagar as contas me pressionou muito no início.

E complementa referindo-se às dificuldades encontradas na integração com os brasileiros : "*diferença nas turmas, sabe? Têm uns que te cumprimentam, outros que não te cumprimentam, e eu não convivi com isso sabe. Lá* [Guiné Bissau] *todo mundo convive junto, brinca junto... mas agora já estou acostumado aqui no Brasil."*

Observa-se portanto que estes interlocutores adotam um discurso de extrema "valorização do lar". David fala de Cabo Verde, fazendo uma comparação a respeito do caráter e da personalidade dos caboverdianos e brasileiros, deixando claro, por exemplo, que os caboverdianos são mais "amigos", "leais", "respeitosos". Contudo, apoia-se em seu julgamento na estereotipia fazendo referências a um brasileiro genérico, que "brinca muito" e "desrespeita". Sua fala narra as dificuldades em estabelecer relações de amizade com estes brasileiros a princípio, trazendo toda responsabilidade – de uma experiência conflituosa – para estes. Ao dizer, por exemplo, que "está aprendendo a lidar" com os estudantes brasileiros e que antes era "bobo", subentende-se que ficar "esperto" é desenvolver uma espécie de malícia na qual ele seja capaz de interagir neste "outro" universo social. Ao mesmo tempo, fala de sua decepção com alguns africanos, ou seja, os conflitos não se restringem entre ele e os brasileiros, os conflitos são, portanto, parte do contexto social no qual se encontra

---

9 Além disso, se tornou perceptível durante a pesquisa que falar em crioulo é algo que os remete a um pertencimento comum. Eles descontraem e se divertem assim. Na maioria das vezes, quando se encontram, se saúdam em crioulo, falam e riem bastante.

inserido; é também parte do processo de adaptação do estudante no Brasil e das questões subjetivas e objetivas que implicam em cursar o ensino superior em outro país.

A acusação da falta de autenticidade, contudo, está presente também na forma com que os universitários brasileiros viam os africanos As festas "africanas", por exemplo, organizadas por estes estudantes durante sua estadia na cidade, eram divulgadas como espaço de socialização entre africanos oriundos de diversos países – Guiné-Bissau, Angola, Cabo Verde, Moçambique e Congo – e entre estes e os brasileiros. Através de músicas, danças e comidas "típicas", traziam como propósito celebrar a "cultura" de seus países bem como sua origem comum, ou seja, o continente africano. Contudo, no que se refere às interações entre estes jovens e os brasileiros, vale destacar que haviam grupos mais próximos que outros. A maioria dos participantes dos eventos eram africanos ou negros brasileiros, sendo os brancos uma nítida minoria. As músicas tocadas nestes eventos eram primordialmente africanas, ou, como alternativa, músicas de artistas negros, americanos ou brasileiros através de ritmos como funk, o samba e o pagode.

Certa vez, numa casa de festas em Juiz de Fora, a festa "Angola Night" , organizada por estes estudantes, foi alvo de severas criticas de universitários (brancos) brasileiros, que nela permaneceram após o encerramento de outro evento programado no mesmo espaço. A transição entre as duas festas se deu através da troca do Dj, permanecendo os públicos dos dois eventos no mesmo local. Houve quem questionasse a "qualidade" da festa africana, conforme disse um rapaz, estudante de Jornalismo: "*mas olha essa música, você chama isso de cultura?* - A música que tocava neste momento era zouk[10] e depois, quando começou a tocar funk brasileiro acrescentou: *mas eles tocam músicas brasileiras, as piores. Isso é falta de cultura.* Criticando novamente o tipo de música disse ainda que os africanos deveriam tocar músicas que realmente falam da "cultura africana", que ele achava que conhecia mais a cultura africana que os africanos, que só faziam "curtir" o pior do que tinha na música brasileira. Falava de uma nostalgia que remetesse a um passado, a uma cultura estática; dançar e cantar como os africanos estavam fazendo não poderia ser a celebração de uma cultura.

Este mesmo rapaz e seu amigo, ambos homossexuais, também encontraram dificuldades e participar das rodas de danças femininas, sendo por duas ou três vezes advertidos pelo namorado de uma das africanas. Sentindo-se hostilizado, comenta: *Não tem gay na África não? Será que eles não entendem que eu sou uma menina"*?[11]

Tais questões observadas nessa festa mostram alguns dos limites para interação entre (alguns) brasileiros e (alguns) africanos. Se por um lado alguns estudantes brasileiros estranham a expressão artística e festiva destes intercambistas, estes por sua vez também não toleram bem a presença de grupos como gays e lésbicas em suas festas. A gramática cultural que permite o intercâmbio mostra que estes também possuem limites. Ao organizar as festas, estes estudantes se propõem, de alguma forma, a intensificar contatos procurando contornar a dificuldade de inserção nas redes locais.

---

10 Zouk é uma dança semelhante à lambada, comum em regiões caribenha, como Haiti, mas também em países africanos, como Cabo Verde.

11 De fato a questão da igualdade de gênero e a questão dos homossexuais em países como Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique e Congo – países da maioria dos interlocutores e estudantes africanos em Juiz de Fora, não é debatida como já acontece no Brasil – em movimentos LGBT, entre outros. Pelas conversas que tive com vários estudantes a homossexualidade é considerada perversão, "safadeza" e algo que deve ser eliminado da sociedade. Durante uma a entrevista com um estudante congolês – já munida desta experiência que meu amigo homossexual me relatara – questionei sobre o tratamento dado aos homossexuais em seu país. Carlos disse que os homossexuais são realmente "excluídos" da sociedade. Há um local separado no qual eles podem ficar, mas na sociedade "mais ampla" ou eles não frequentam ou devem esconder o que são com o risco de serem presos, linchados ou mortos. Numa outra entrevista, um estudante de Guiné-Bissau e outro de Cabo verde também falaram que "essa safadeza era um absurdo, não pode de jeito nenhum". E que homossexuais correm o risco de serem espancados ou mortos se descobertos. *Um deles chegou a dizer: lá não tem isso não, igual aqui no Brasil, descarado. Em Cabo Verde nunca vi uma bicha. Não dá pra aguentar essa safadeza não!*

Por fim, cabe destacar a questão do racismo no Brasil e a relação dos estudantes africanos com esta realidade no país. As dificuldades de integração de intercambistas africanos toca, de alguma forma, nas especificidades do racismo na sociedade brasileira, da desigualdade social e do "mito da democracia racial":

> No Brasil por exemplo, se o negro sobe um pouquinho na vida ele não vai querer namorar uma negra... por isso dizem que no Brasil negro adora as loiras! A gente vê os jogadores de futebol. Têm que "lavar a cabeça deles tirar isso".... Por isso eu adoro os negros americanos.[...] Hoje se você for pesquisar na internet, 90% dos negros que são celebridades nos EUA são casados com outros negros. Eles crescem junto, estão mantendo isso... Aí se você for perceber clipes de música negra americana, mulheres que aparecem de biquíni e as vezes peladas são sempre mulheres brancas... a mulher negra eles preservam, não expõem não. Eles fazem isso para chamar a atenção dos negros e das negrinhas. Eles não usam isso pra menosprezar o branco não, é só para crescerem e serem iguais. Aqui não, é o contrário. Muitos amigos meus brasileiros me perguntaram: "e aí, cadê a sua loira?" (Carlos)

Paulo e Carlos afirmam que esse "auto-engano" dos negros repercutem nas relações amorosas entre negros e brancos no Brasil. Para ambos, quando um negro brasileiro alcança um nível diferenciado ele vai preferir se relacionar com mulheres brancas:

> Essas neguinhas aqui da universidade não querem saber de negro não, elas acham que se ficarem com um negro vão ser mal vistas. As vezes a gente vai num baile e dá em cima de uma negra – brasileira – ela não te dá mole não – mas se depois ela vê que você tá pegando uma branca ela já te olha diferente, já te acha respeitável. E se você chegar nela de novo – na mesma noite - ela vai querer. Já aconteceu isso comigo mesmo. E depois cheguei na dela e falei sobre isso, dela ser metida. Hoje ela nem olha mais na minha cara. A gente não entende isso não. (Carlos)

Carlos afirma ainda que durante os primeiros dois anos na universidade não conviveu com africanos, preferiu ficar mais afastado, se dedicando exclusivamente aos estudos. Mas quando começou a se enturmar mais percebeu que negras e negros brasileiros tendem a se aproximar mais da rede dos africanos que os brancos: *as negras se sentem mais a vontade no meio dos africanos, não se sentem rejeitadas e tal*. Ele riu e acrescentou: *os africanos têm medo de só ficarem com negras por causa disso.... de não ficarem com brancas também, de não viverem a "experiência completa"*.

Há uma clara contradição nesta última fala de Carlos e seus amigos. Ao mesmo tempo em que se valoriza o fato dos negros estadunidenses relacionarem-se "negros com negras", e que brasileiros com maior poder aquisitivo "preferem as loiras", ele afirma que muitos africanos temem não viver "a experiência completa" não ficando com as brancas brasileiras. A "experiência completa" também pode ser pensada como uma "inserção mais plena", na qual a cor e a origem dos africanos seja "anulada", de forma a não impedir uma relação amorosa com as brancas, e a palavra "medo" sugere que esta questão possa apontar para um conflito, um questionamento sobre o quão podem se inserir e se relacionar africanos(as) e brasileiros(as).

David afirma inclusive ter vivenciado situações de discriminação por ser negro e africano no Brasil. Em meio à narrativa das dificuldades pela qual passou para se adaptar aqui - a saudade da família e dos amigos - relata também experiências desagradáveis em relação a ser africano na universidade*: "aqui no Brasil têm muitos preconceituosos mesmo, muito racista velho! Eu vi... eu vivi isso"*. Disse que no início do curso se sentia constantemente constrangido devido a brincadeiras que faziam referência a sua origem africana e a sua cor. Já nos primeiros dias de aulas as pessoas começaram a apelida-lo, no intuito de que aquilo "pegasse", e ele disse ter achado estranho "um bando de desconhecidos fazendo aquilo". Disse que pediu que parassem e explicou que não gostava. Chegou a falar sério – chamou o rapaz num canto e o intimidou - com um colega de classe, pedindo pra não falar aquilo nunca mais. Disse que alguns também ficavam cochichando enquanto ele passava: *olha lá o africano*! Afirma ainda que por não gostar das brincadeiras ficou com fama de ser muito sério, que ouviu de algumas pessoas que ele "não sabe brincar". Esta questão era muito importante para ele, pois sempre voltava ao assunto.

> mas é o que falo, não adianta você fazer uma piada onde todo mundo vai rir, e a piada é com você e você fica puto, não adianta... Eu acho que o povo brasileiro, ele brinca muito, sacou? E não tem noção de quando se deve parar ou não... e eu acho que é algo muito errado.[...] Não, sério então... aqui no Brasil têm muitos preconceituosos mesmo, muito racista velho. Racista pra "caralho". Na universidade têm cara!

Em diversas ocasiões foi possível ouvir reflexões sobre preconceitos sofridos por africanos. Principalmente referente ao desconhecimento dos brasileiros acerca da realidade africana, tratando-os como se viessem de tribos e selvas, indagando-os se onde moravam havia casas ou transparecendo a noção de África como um país e não um continente com vários países.

Estes problemas de convivência, ao que parece, não se reduzem ao contexto da cidade de Juiz de Fora, estando presente em outras partes do Brasil, como pode ser observado durante o I Encontro Internacional dos Estudantes PEC-G e PEG-PG[12], realizado em Recife, em 2013. Os participantes relataram situações de discriminação tanto por parte de estudantes brasileiros quanto por professores e agentes administrativos sendo considerados "estudantes de segunda classe". Uma moça de Cabo Verde, por exemplo, disse que ouvira de uma estudante que *ela estava ocupando o lugar de dois estudantes brasileiros.*

Outro rapaz de Benin dissera: não adianta só ensinar português (língua) e coisas sobre o Brasil para nós. Vocês [brasileiros] têm que aprender sobre a África e sobre preconceito.

Fica claro, a partir de todos os dados apresentados acima, que, por mais que estes estudantes africanos ou mesmo os agentes institucionais possam acionar uma série de elementos que indiquem a proximidade, diálogo e relação estreita entre os países africanos e o Brasil, estar na condição de "estrangeiro" impede com que estes estudantes consigam se inserir de forma harmônica nesta sociedade. Estes estudantes, diferentemente de intercambistas brasileiros que ficam apenas um tempo em países estrangeiros, ficam vários anos no Brasil, realizando graduação e pós-graduação, mas mesmo assim não escapam da condição liminar em que se encontram, ficando limitados, na maioria das vezes, à interação com outros intercambistas, principalmente africanos. Situação semelhante vivenciam os estudantes brasileiros no exterior.

Estudantes brasileiros no exterior

Dada a impossibilidade do pesquisador acompanhar os intercambistas durante suas estadias no exterior, optou-se por metodologias distintas, com vistas a conseguir apreender, de alguma forma, como esta experiência no exterior afetaria o projeto de vida destes sujeitos e quais os elementos culturais e sociais foram fundamentais para definir esta situação. Uma das metodologias utilizadas – cujo resultado apresentaremos aqui – consistiu em realizar entrevistas com estes estudantes em dois momentos: antes da viagem, observado suas expectativas e planos em torno do intercâmbio; e depois da viagem, observando como foi a experiência e quais as dificuldades, desafios encontrados. Foram entrevistados, ao todo, sete intercambistas, alunos da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que viajaram para cidades dos seguintes países: Portugal, França, Itália, Coréia do Sul, Angola, Argentina e Estados Unidos. A seguir apresentaremos dados de algumas destas entrevistas que dialogam, de alguma maneira, com o objetivo do presente trabalho.

Andreia, em entrevista antes da viagem, em agosto de 2013, afirmava estar animada com a possibilidade de morar em Paris e estudar na Sorbonne. Seu plano inicial era de lá permanecer durante um ano estudando francês (Andreia faz Letras e tinha objetivo de se tornar professora de francês no Brasil) no país berço da língua francesa; nenhum outro país francófono teria o mesmo papel para ela. Acreditava, portanto, que um ano em Paris a faria fluente em francês, o que depois se tornaria um diferencial em seu currículo no Brasil. Entretanto, na entrevista que concedeu após seu retorno, em julho de 2014, observou-se grande frustação em relação a seu projeto com a viagem. O plano inicial de ficar um ano foi reduzido para seis meses, sendo uma das causas a falta de condições econômicas para se manter no exterior. A principal queixa de Andreia, contudo,

12 Programa de Estudante-Convênio - Pós-graduação

foi em relação à impossibilidade de treinar seu francês e conseguir se inserir nas redes de sociabilidade entre os franceses.

> E... basicamente lá era um bairro de imigrante, sabe? Tinha bastante imigrante, e foi assim, foi o que me deixou mais assim...porque a gente quase não ouvia o francês, sabe? Muita gente falando...várias línguas misturadas...e, por isso mesmo, a gente quase não ouvia o francês. E quando ia pra, pra Paris mesmo, pro centro, era muito turista...então ouvia um pouco mais de francês mas era assim... [...] Então, assim, os franceses mesmo, assim, são muito fechados, né.../tão na universidade mesmo, o pessoal que era nativo assim, a gente quase não consegui fazer amizade...já a gente conseguiu fazer muita amizade com os estrangeiros que /tavam estudando lá também, e só. Falar francês, aquela coisa de ficar falando francês o dia inteiro foi...pouco. (trecho da entrevista, 31/08/2014)

Andreia não teve nenhum sucesso em construir amizades com franceses ou estabelecer laços de sociabilidades com "nativos". Afirmou já ter ouvido falar que os franceses eram "frios", mas não imaginava que seria da forma como foi, nem mesmo no ambiente da faculdade;

> Não, a gente, na universidade, era só "oi", "tudo bem?", "tchau", acabou... Sair assim ,chegar: "vão marcar? Vão fazer alguma coisa?", isso aí, não. E assim, a gente sem... a gente sentiu muito aquela coisa assim, de você ser estrangeiro e de você pedir uma informação e a pessoa, assim, simplesmente... "ai, que saco, estrangeiro", sabe? Não...não querer falar com você... [...] eu descobri o seguinte: eu gosto da língua, e passei...e...e...separei totalmente a língua do país, dos falantes e tudo, sabe? .. eu achava que as pessoas eram diferentes, que eles iam ser mais abertos, sabe? Que o fato de eu gostar tanto da língua deles, que isso pra eles ia ser uma coisa legal... falar: "poxa, um estrangeiro que gosta tanto da minha língua", né, "vindo pra cá pra estudar", assim, não foi...pra eles a gente não passa de...de...ninguém, sabe? [...] A gente acabou ficando entre a gente [outros intercambistas brasileiros], que a gente não tinha... não tinha...assim, amigos franceses, não tinha outros...então a gente andava entre a gente e falava português o tempo inteiro.

A partir do depoimento acima, observa-se a dificuldade de Andreia em conseguir se inserir na dinâmica cultural local, pois, na condição de estrangeira, tornava-se impossível conseguir acessar determinados significados no país de destino. Além disso, o ideal cosmopolita, representado pela ideia da Andreia de que as pessoas teriam o desejo de que sua língua fosse conhecida universalmente, não encontrou eco na realidade.

Rita foi para Coimbra, Portugal. Ficou cinco meses por lá e sua principal queixa também foi a dificuldade em conseguir se socializar com portugueses.

> Eu acho que eles [os portugueses] tem um pouco de dedos ao lidar com os brasileiros. Eu encaro isso como uma forma de se proteger, porque eles sabem que nós temos as piadinhas, as brincadeiras. Então o que eu percebi foi isso. Não achei eles, em nenhum momento grosseiros, pelo menos não comigo. [...] Eu acho eles meio fechados. E também, por eu estar convivendo com pessoas daqui, você acaba se fechando, de certa forma. Mas eu fiz muita amizade com italianos. [...] Eu acho que os intercambistas são muito mais abertos, por se compreenderem, estarem na mesma situação, do que os portugueses. Até mesmo porque eu acho que os portugueses se fecham muito no grupo deles, também.

Sobre a condição de ser uma intercambista brasileira, Rita afirmou que em Portugal, apesar da distância, a língua era fundamental para garantir uma proximidade maior do que em outros países da Europa que ela visitou (como Itália e França).

Ricardo, estudante de Direito na UFJF, ficou nos Estados Unidos por 10 meses. Morou em Teaneck, em New Jersey. Antes de ir afirmou que escolheu Estados Unidos, sobretudo por um desejo de adolescente, desde quando começou a estudar inglês e assistir seriados americanos. Entretanto, Ricardo, ao chegar lá, teve certa

decepção em relação ao que era ser americano e a dificuldade dele em conseguir se integrar àquele estilo de vida.

> Eu tinha uma visão muito romantizada, televisionada dos americanos que não se tornou real. São muito fechados, muito na deles, não tem essa questão de proximidade, de contato. Os meus amigos foram estrangeiros que estavam na mesma situação que eu, então a gente acabou nos agrupando. Depois, com muito custo, que fiz amizade com americano, que foi esse cara que eu morei, um garoto que fiz três matérias com ele. Foi muito difícil ter esse contato. A cidade [...] eram casas "esparsadas", você não vê contato. Não se via muro, não se via grade. Você tinha essa falsa sensação de que os vizinhos se gostam, mas não tem nada disso. Há uma cerca que não existe fisicamente, mas ela existe na cabeça. É a vida sua, aquela vida corrida, tudo muito pragmático.

A partir dos relatos acima fica claro a descontinuidade entre a expectativa de integração na sociedade de destino e da possibilidade de sociabilidade com moradores "nativos" que é frustrada, fazendo com que a principal possibilidade de relacionamento destes intercambistas seja também com outros intercambistas, que se encontram na mesma situação liminar.

Cosmopolitismo e pertencimento e local

O principal desafio colocado para os intercambistas, a partir dos relatos acima, é o confronto entre um ideal cosmopolita, partindo de um pressuposto de universalidade do mundo a partir da modernidade ocidental, versus dinâmicas culturais locais, que não necessariamente respondem a esse ideal de cultura global forjado idealmente. Ou seja, a "cultura" (CUNHA, 2009) dos países para onde esses estudantes vão já possuem dinâmicas e organizações próprias, que não necessariamente correspondem a esse ideal cosmopolita. Obviamente há dinâmicas urbanas que comportam uma maior diversidade cultural , mas que não corresponde, necessariamente, às cidades para onde estes e estas estudantes vão. Cabe pensar de que forma a ideia do cosmopolitismo como um projeto individual é possível para estes atores, frente às adversidades que encontram.
Para Velho (2010), o cosmopolitismo é largamente entendido como uma oposição ao localismo, sendo a cosmópolis a indicação de um mundo sem fronteiras, de características universalistas. Neste sentido, a circulação, o trânsito, a troca e a interação contribuiriam para a cosmopolitização. Por outro lado, o cosmopolitismo na sociedade moderna-contemporânea se associou a valores e perspectivas individualistas, sendo elemento constitutivo de trajetórias e projetos de vida. Logo, uma das principais características de um mundo cosmopolita seria a coexistência de diversos mundos sociais e correntes culturais que expressariam diferentes modos de relacionamento e interação com a realidade, bem como múltiplos pertencimentos e identidades simultâneas. Assim, haveria mundos mais restritos, que perpetuaria uma escala de valores associada à localidade e bairros e mais colada a uma tradição, e mundos mais abertos e dinâmicos, voltados para a mudança e mobilidade.
Já Rapport (2002) define cosmopolitismo como um hábito mental, uma propensão e prática dotadss de importância vital para a inculcação de uma ordem social global "pós-nacional". Nestes termos, estar em casa não seria sinônimo a um tipo de fundamento nacionalista, pois o pertencimento do indivíduo se daria no trânsito, na participação em diferentes ambientes socioculturais. Para o autor, o judeu, ao contrário da percepção negativada de um grupo identitário desenraizado e ligado a valores não-patrióticos, seria um grupo exemplar da capacidade de incorporar esta ordem "pós-nacional", com a capacidade de conviver com diferentes concepções do mundo e práticas cotidianas, característica cada vez mais comum no contexto multicultural atual.
Appiah (1998), ao fazer um "artigo-manifesto" em defesa do cosmopolitismo, afirma que o cosmopolita celebra o fato de haver diferentes modos locais de ser, se contrapondo ao desejo da homogeneidade global dos humanistas. Segundo o autor, o cosmopolitismo que ele defende valoriza a variedade de formas humanas de vida social e cultural, em que haja diferenças locais de moralidade. Nestes termos, as pessoas serão livres para escolher as formas locais de vida humana em que querem viver. Assim, cosmopolitas podem ser patriotas (amar seus países: não apenas os que nasceram, mas os que cresceram e os que vivem) e, sobretudo, terem

liberdade para criar a si mesmo um leque de opções socialmente transmitidas nas quais se possa inventar suas identidades, refletindo sobre as atuais e forjando novas.

Entretanto, por mais que haja essa ideia do cosmopolitismo como ideal, cabe pensar como definir a experiência do intercâmbio para assim pensar sua relação com as sociedades de destino. Compreendemos, no presente trabalho, que a experiência do intercâmbio, longe de ser a imersão total em determinada sociedade, é definida por um período liminar, em que os estudantes deixam em suspensão vários marcadores sociais da diferença e se socializam, sobretudo com outros intercambistas, de forma mais igualitária e fraterna.

Turner (2013), ao estudar os rituais de passagens da sociedade Ndembu, retoma a reflexão de Van Gennep, lembrando que os ritos de passagem são caracterizados por três fases: a primeira seria a de separação, que significa o afastamento de um indivíduo ou grupo da estrutura social; a segunda fase é a da margem (ou limiar), que é o despojamento dos atributos sociais passados ou futuros daqueles sujeitos; e a terceira fase é a de agregação, que é quando consuma-se a passagem e o sujeito ritual retoma um papel determinado na estrutura social.

Este autor explora de forma detalhada a segunda fase, a fase liminar. As pessoas em fase liminar possuem uma condição ambígua, pois elas escapam à rede de classificações que organizam e as localizam em determinado espaço cultural, mas as entidades liminares não escapam completamente destas características, apesar de não se situarem inserido nelas. Nesta fase, os sujeitos são despojados de qualquer elemento diferenciador. Todos estão em iguais condições, homogeneizando-se distinções de classe ou posição. Tal situação cria, entre os indivíduos protagonistas destes ritos, o sentimento de camaradagem e igualitarismo. Nesta situação, prevalece-se um estado de transição; totalidade; homogeneidade; igualdade; ausência de diferenciação de classe; altruísmo; suspensão dos direitos e obrigações de parentesco, dentre outras características. O autor, ao situar este debate para contextos diversos, coloca que nas sociedades complexas, pessoas liminares ou marginais são aquelas que não se esforçam por, necessariamente, ocuparem determinada posição social ou representar papéis, e estão mais abertas para entrar em relações vitais com outros homens.

Não se pode considerar o intercâmbio como um rito de passagem *stricto sensu,* mas entende-se que muitas das características que definem a fase liminar podem ser encontradas na experiência destes estudantes fora do país. Confrontados com a condição de "estudantes brasileiros" ou "estudantes africanos", grande parte dos marcadores sociais que os definiam no país de origem são colocados em segundo plano, obrigando-os a lidar com os elementos que caracterizam a identidade de estudante, universitário, jovem, estrangeiro.

Ao compreender o intercâmbio desta forma, torna-se inteligível a dificuldade dos intercambistas em se socializarem com os "nativos". Ora, a forma de vivenciar a cidade e as dinâmicas locais, bem como as rotinas e atividades que desempenham na cidade para onde se vai são distintas dos moradores locais, fazendo com que haja redes de sociabilidade paralelos, que se cruzam, mas nunca se interconectam totalmente.

5) Referências bibliográficas:

BRASIL, Portal. Brasil.gov.br. Ministério da Educação. Educação para estrangeiros: Programa PEC-G e PEC-PG. Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/sobre/educacao/educacao-para-estrangeiros/programa-pec-g. Acesso em: 29 de set. 2012.

CALVO, Daniel Malet. (2013). "Procesos de revalorización patrimonial en el barrio de Alfama: el papel de los estudiantes Erasmus en la tematización de la ciudad". *Etnográfica*, 17(1), pp. 31-50.

CUNHA, Manuela Carneiro da (2009). *Cultura com aspas e outros ensaios de antropologia*, São Paulo: Cosac Naify.

GOFFMAN, Erving.(1988) *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, Rio de Janeiro, Editora LTC.

GUSMÃO, Neusa. África e Brasil no mundo acadêmico: diálogos cruzados. (2008) In: *Colóquio Internacional Saber e Poder,* 10, 2008. Campinas, UNICAMP, Disponível em: http://www.fae.unicamp.br/focus/textos/GUSMAO%20-%20Africa%20e%20Brasil %20no%20mundo%20academico.pdf . [consultado em: 20-07- 2012].

MUNGOI, Dulce Maria Domingos Chale (2004). *"O Mito Atlântico": Relatando experiências singulares de mobilidade dos estudantes africanos em Porto Alegre no jogo de reconstrução de suas identidades étnicas.* Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre, 2006. Disponível em: http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/8028 [consultado em: 13-08-2012].

SIMMEL, Georg. (1983). "O estrangeiro". In: Evaristo Moraes Filho (org.), *Simmel*. São Paulo: Ática. pp. 182-188.

TURNER, Victor. (2013). *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*, Petrópolis: Editora Vozes.

VELHO, Gilberto. (2010). "Metrópole, cosmopolitismo, mediação". *Horizontes Antropológicos*, 16 (33), pp. 15-23.

"O que significa ser negra na universidade?" um olhar sobre a condição de estudante após as ações afirmativas no ensino superior brasileiro.

Joana Celia dos Passos[1]

Resumo: A presença negra historicamente negada no meio acadêmico brasileiro, no contexto atual provoca reações diversas, quer seja por parte de grupos conservadores, quer seja, por grupos que não somente defendem a implantação das ações afirmativas, mas realizam ações que acolhem e fortalecem estudantes negros e negras no cotidiano da universidade. O presente trabalho tem como objetivo apresentar resultados de uma pesquisa que buscou compreender como tem se dado a inserção das mulheres negras na universidade no contexto das ações afirmativas. Evidencia-se uma maior presença de estudantes negras na Universidade Federal de Santa Catarina após a implementação do Programa de Ações Afirmativas e percebe-se um posicionamento crítico destas na participação acadêmica.

Palavras-chaves: ações afirmativas, desigualdades raciais, mulheres negras

Introdução

"É preciso discutir o que significa ser negra na universidade". Essa frase pronunciada por Dandara[2], uma estudante negra cotista desencadeou grande parte da discussão que aqui apresento. Referia-se ela à necessidade de um tratamento específico pela universidade sobre os diferentes aspectos da vida acadêmica dos estudantes que adentraram o espaço acadêmico a partir da implantação das políticas afirmativas: das sociabilidades ao currículo dos cursos, dos procedimentos administrativos às avaliações de aprendizagem, do acesso à permanência nos cursos, da iniciação científica à pós-graduação.

O relato da estudante expõe a necessidade de a universidade brasileira, num contexto de ações afirmativas[3], articular a igualdade (política redistributiva) e o reconhecimento (política de identidade) para a efetiva inserção de estudantes negras e de camadas populares na vida acadêmica. Neste sentido, Santos (2008:194) alerta que "uma política de igualdade centrada na redistribuição social da riqueza não pode ser conduzida com sucesso sem uma política de reconhecimento da diferença racial, étnica, cultural ou sexual e, vice-versa". É o adensamento dessas duas dimensões que potencializam a redução das disparidades sócio raciais na sociedade brasileira e, portanto, na universidade. Mas, como realizar a articulação entre essas duas dimensões (igualdade e reconhecimento) quando o pressuposto predominante é que as desigualdades se originam exclusivamente da dimensão sócio econômica? Como as mulheres negras cotistas têm vivenciado a sua condição de estudante? Essas são as questões que trazemos a discussão nesse trabalho com a intenção de problematizar o modo como tem se dado a inserção das estudantes cotistas negras na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) após a implementação do Programa de Ações Afirmativas (PAA). Ou seja, o objetivo da investigação foi compreender como tem se dado a inserção dessas mulheres no contexto acadêmico.

---

1 Professora Dra em Educação, no Centro de Ciências de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. (joana.passos@ufsc.br)

2 Nome fictício

3 As ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, cujo entendimento se amplia na medida em que, não somente visa ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, mas também corrigir ou aplacar os efeitos presentes dessa discriminação praticada no passado (GOMES, 2003).

As ações afirmativas no ensino superior brasileiro

Nas últimas décadas, uma série de fatores têm provocado mudanças – lentas, é certo – no modo como o racismo é interpretado e combatido no Brasil. Ainda não é possível afirmar que a ideologia da democracia racial foi superada, em nome do reconhecimento explícito da presença do racismo no cotidiano do país, mas, o tema deixou de ser marginal para receber atenção sistemática de intelectuais, governantes, lideranças sociais e políticas, entre outros.

A atenção referida deve-se ao enfrentamento sistemático do racismo e das desigualdades raciais pelos movimentos negros ao longo da história brasileira. Contudo, foi a participação ativa da delegação brasileira, em especial dos movimentos negros, na III Conferência Internacional sobre o Racismo, Discriminação Racial, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas, ocorrida em 2001, na cidade de Durban, na África do Sul, a principal determinante para que o Estado assumisse uma agenda voltada para a superação das desigualdades raciais na sociedade brasileira, entre elas, as políticas de ações afirmativas no ensino superior.

As ações afirmativas no ensino superior colocam em pauta uma série de questões sobre a universidade pública e sobre as relações raciais na sociedade brasileira. Trazem à cena uma discussão que não pode mais ser adiada: o papel da universidade frente aos desafios contemporâneos e a sua efetiva democratização. Já não é mais possível ignorar o impacto positivo dessa política no interior das universidades, até então, um espaço tradicionalmente reservado, sem qualquer constrangimento, à elite política, econômica e cultural (PAIVA e ALMEIDA, 2010). O campus está mais plural e democrático, mas, não menos conflituoso e desafiador, exigindo que a universidade redescubra sua função social.

A recente implementação de políticas afirmativas tem provocado debates calorosos na sociedade brasileira que tanto revelam as múltiplas formas discursivas de manifestação do preconceito racial, como também, ampliam a discussão acerca dos limites da abrangência das políticas (pretensamente) universalistas. E ainda, instigam militantes e gestores públicos ao diálogo na tentativa de consolidar políticas que beneficiem a população negra.

Ao analisarmos o acesso à universidade verificamos que o pertencimento de sexo não tem impedido as mulheres de chegarem às universidades, sendo o número total de matrículas na educação superior ao dos homens no decorrer de toda a década. De acordo com o IPEA (2011, p. 21) as mulheres têm apresentado um número superior ao dos homens no acesso à universidade. Em 2009 a taxa de escolarização das mulheres no ensino superior era de 16,6% enquanto que a dos homens era 12,2%. Mas, quando agregada a variável raça/cor ao sexo vai se perceber que são as mulheres brancas que superam em número de matrículas[4] os homens, também brancos: "a taxa de escolarização de mulheres brancas no ensino superior é de 23,8%, enquanto, entre as mulheres negras, esta taxa é de apenas 9,9%" (IPEA, 2011:21). O que se percebe é que o movimento de acesso das mulheres brancas não pôde ser feito pelas mulheres negras confirmando que o sexismo conjugado ao racismo assevera os desdobramentos negativos, as desigualdades, em todas as dimensões de vida das mulheres.

De acordo com Valverde e Stocco (2009) tem diminuído a distância da razão de representação entre brancos e negros no ensino superior de 5 em 1993 para 3 em 2007; apesar de argumentarem que isso se deve às conquistas das ações afirmativas destacam um dado preocupante pois observam que os indicadores educacionais de homens negros são superiores aos das mulheres negras. Sabe-se que as condições econômicas das mulheres negras dentro da divisão social e sexual do trabalho na sociedade capitalista brasileira neste início do século XXI é árdua: exercem os trabalhos mais penosos e ocupam o topo das estatísticas das chefes de família, arcando sozinhas com a educação dos filhos e manutenção da casa e quando muito, conseguem permanecer nos estudos até o fim do ensino médio (CARREIRA, 2011). Isso tudo nos desafia a examinar a inserção acadêmica das estudantes negras por meio das ações afirmativas.

O ano de 2001 marcou o início da implantação das ações afirmativas no ensino superior por universidades públicas brasileiras: a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte

4 A presença de mulheres no ensino superior tem sido maior em áreas consideradas tradicionalmente femininas como Pedagogia, Serviço Social, Enfermagem e Biblioteconomia. Estudos sobre os cursos de graduação realizados por Beltrão e Teixeira (2008) apontam que mesmo havendo mais cursos com maior participação de homens, as mulheres têm forçado a entrada em todas as carreiras.

Fluminense (UENF) inauguraram o sistema de cotas por exigência da Lei Estadual nº 3708. Seguiram-se a essas a Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UFMS) em 2002 e a Universidade de Brasília (UnB) em 2003. As experiências iniciais dessas universidades foram fundamentais não só porque ousaram e comprovaram a viabilidade das cotas, mas, porque pautaram e assumiram o debate público sobre as desigualdades raciais, o racismo e a importância das ações afirmativas na sociedade brasileira, sem o amparo legal[5].

Somente sete anos depois, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) adere à essa política. O Programa de Ações Afirmativas (PAA) implantado no ano de 2008 foi concebido como um "instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e de estímulo à permanência na Universidade" e apresentava como objetivos:

> - Promover uma formação humana e antirracista com impacto nos currículos das carreiras profissionais a partir de uma política de acesso, de permanência e de inserção sócio profissional dos/as alunos/as da universidade;
> - Implantar uma política pública de ação afirmativa, de inclusão de alunos oriundos da rede pública de ensino, negros e indígenas numa instituição de ensino superior com alta qualidade de ensino, pesquisa e extensão;
> - Direcionar investimento público para diminuir os efeitos das desigualdades e discriminações socioeconômica e étnico-racial no ensino superior, oportunizando o acesso e a permanência na Universidade de segmentos historicamente excluídos e discriminados;
> - Contribuir para o desenvolvimento de estratégias institucionais compatíveis com os desafios criados nas IES, a partir da implantação de sistema de reserva de vagas para acesso de estudantes oriundos da rede pública de ensino, negros e indígenas (Resolução 008/CUN/2007).

Para consolidar seu propósito de ampliar a presença na universidade de setores da sociedade brasileira em desvantagem social como estudantes de escolas públicas, negros e indígenas, o PAA estabeleceu cinco ações institucionais prioritárias, quais sejam: a) preparação para o acesso aos cursos de graduação (divulgação e oferta de curso pré-vestibular, entre outras); b) acesso aos cursos com o sistema de reserva de vagas (cotas) e a criação de vagas suplementares; c) política de acompanhamento e permanência do aluno na Universidade; d) política de acompanhamento da inserção sócio profissional dos alunos egressos; e) ampliação de vagas ofertadas; e, por fim, f) criação de cursos noturnos.

Em consonância com o PAA a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em seu Plano de Desenvolvimento Institucional construído para o período 2010-2014, declara ter como um dos seus objetivo: ampliar o acesso qualificado e a efetividade dos processos de formação e estabelece como uma de suas metas, o aprimoramento dos mecanismos de acesso à Universidade e o acompanhamento das ações do Programa de Ações Afirmativas, por meio de sua avaliação e proposição de mecanismos relacionados às distintas dimensões e aos seus resultados (UFSC, 2010).

Após estudos e acompanhamento sistemático do PAA é possível afirmar que, embora se reconheçam avanços em relação ao acesso de estudantes negros, indígenas e de baixa renda, nesses sete anos, os objetivos previstos ainda estão por se materializar, principalmente, no que se refere à promoção da "formação humana antirracista com impacto nos currículos das carreiras profissionais" e ao investimento de recursos públicos capazes de diminuir as desigualdades e discriminação sócio econômicas. No entanto, as dificuldades na implantação das ações afirmativas não são exclusivas dessa universidade, principalmente no que se refere às políticas de

5 Somente em 2012 foi sancionada Lei federal que assegura a reserva de vagas (cotas) para estudantes de escolas públicas, negros e indígenas.

permanência[6] dos estudantes, como apontam os estudos de Santos (2009), Heringer e Ferreira (2009), Marçal (2012), Santos (2012), Gonçalves (2012) e Doebber (2012).
No período compreendido entre 2008 e 20012 o número de estudantes negros passou de 8,5% a 13, 75% e os estudantes de escola pública passaram de 25% a 41%. Quando se acrescenta à raça/cor a variável sexo os indicadores revelam que as mulheres negras passaram de 7% a 13,5%. Os dados indicam que há uma alteração significativa do perfil estudantil da universidade e ainda mais, constata-se que os objetivos que se pretende com as políticas de ações afirmativas estão sendo alcançados.
Os índices acima tomam maior vulto quando se observa mais detidamente a presença física desses/as sujeitos no campus universitário: são outras corporeidades, estéticas, sociabilidades que materializam a partir de seus corpos negros e indígenas a diversidade étnico-racial e também expõem a complexidade das relações raciais no Brasil tensionando a cultura acadêmica, hegemonicamente branca.
Para Carvalho (2005) a presença de estudantes negros e indígenas nas salas de aula oferece uma oportunidade para que a universidade revise e amplie "teorias e currículos quase que exclusivamente ocidentalizantes e eurocêntricos" (p. 48). E ainda, continua o autor, "novas especializações e áreas de pesquisa, disciplinas e até cursos de pós-graduação haverão de surgir como resultado dessa nova convivência inter-étnica e inter-racial" (p. 48). Contudo, vale aqui refletirmos: não se estará colocando muita responsabilidade nos estudantes negros e indígenas ao se criar essas expectativas sobre suas presenças nas universidades brasileiras?
Em 29 de agosto de 2012 foi sancionada a Lei Federal n.º 12.711/2012 que estabelece a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas e negros nas instituições federais de ensino superior e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio contribuindo com a perspectiva da democratização do ensino superior.

Os desafios em ser estudante cotista negra na universidade.

Um dos principais argumentos favoráveis às ações afirmativas no ensino superior tem sido que a universidade pública brasileira precisa refletir, no seu interior, a diversidade étnico-racial da população. Os/As novos/as sujeitos que entram em cena na universidade trazem consigo as marcas de suas trajetórias de desigualdades e questionam a cultura acadêmica instituída. A expectativa é que as ações afirmativas provoquem mudanças não só no pensamento acadêmico, mas, também na convivência acadêmica. Neste sentido,

> É fundamental que jovens brancos, negros e indígenas acompanhem juntos seus cursos e possam misturar suas biografias individuais, até agora tão distantes, uns aprendendo com os outros a lidar com o abismo social que foi colocado entre eles na presente geração de brasileiros. Ao invés das projeções mútuas e dos temores à distância, os estudantes brancos e negros terão que enfrentar concretamente suas diferenças e inventar mecanismos de diálogo necessários para a cooperação que deles se espera se queremos de fato integrar nossa sociedade já altamente segregada (CARVALHO,2005: 49)

A aposta é que novas sociabilidades possam ser experienciadas de modo a promover relações sociais e conhecimentos acadêmicos menos estratificados/as entre brancos e negros. No entanto, os/as estudantes negros/as em geral ao entrarem na universidade experimentam o *stress* da exclusão que atinge os estudantes brancos de baixa renda e moradores das periferias. Porém, para o/a universitário/a negro/a ao *stress* de classe soma-se o *stress* racial (CARVALHO, 2005:79).

---

6 Estamos considerando aqui a permanência como condições materiais/econômicas e simbólicas que permitam aos estudantes cotistas se manterem na universidade no tempo adequado a sua formação com qualidade social. De acordo com Gomes (2009) para a "permanência bem sucedida" é preciso assegurar aos estudantes o aprendizado de língua estrangeira, o domínio dos instrumentos acadêmicos para a elaboração de projetos de pesquisa, a inserção dos em projetos de pesquisa, ensino e extensão, condições adequadas para a participação dos estudantes negros em congressos e fóruns acadêmicos fora de sua universidade de origem, a inserção das questões raciais nos currículos da graduação e a preparação dos estudantes para a pós-graduação.

O que se percebe é que além do desafio socioeconômico para a permanência na universidade e do racismo institucional, os/as estudantes cotistas negros/as e indígenas ainda terão que lidar com todos os meandros da cultura acadêmica[7] para realizar com êxito o percurso universitário.
A perversidade do racismo provoca danos à construção identitária negra gerando os medos, as dúvidas e o sentimento de não pertencer a esse lugar – Universidade – marcando as trajetórias das estudantes no campus. As estudantes explicitam também a ausência de um acolhimento institucional que possibilite a inserção aos códigos e siglas do meio acadêmico e do campus. São trabalhadoras que não dispõe do mesmo tempo que outros estudantes para se ambientar em relação aos espaços da instituição.

> Eu tinha medo de entrar na Biblioteca da UFSC e fazer alguma coisa errada, é tolice né? Mas durante um semestre todo eu não pisei dentro da biblioteca porque eu não sabia como funcionava, então eu não utilizei a biblioteca, eu não utilizava a comida, não peguei o ticket alimentação. (Quênia)

> A gente chega assim com muito medo. Não sabe que universo que a gente tá pisando. Tu quer, quer, quer. Mas, chega **aqui é outro mundo**. São outras pessoas, são outras reações. Então tu tem que aprender como lidar com esse outro mundo. Porque eu sabia que eu queria estar aqui. Porém **parecia que aqui não era o meu lugar**. (Ruanda) (grifos da pesquisadora).

A sensação que estudantes cotistas têm de "estar fora do lugar" também foi identificada por Doebber (2011) e Gonçalves (2012) onde constataram que para os estudantes cotistas negros "a universidade é vista como um outro mundo". Carvalho (2005:78) considera que quando adentram a estrutura universitária os/as estudantes sofrem "uma crescente sensação de carência de uma capital simbólico específico que às vezes serve de etiqueta e de senha de entrada e que, mesmo não contando diretamente como critério de desempenho curricular, abre portas de acesso aos espaços setorizados de privilégio e poder".
Para reverter essa situação "a primeira tarefa que o estudante deve realizar quando ele chega à universidade é aprender o ofício de estudante" (COULON, 2008:31), ainda que este seja um *status* provisório. Portanto, o/a cotista negro precisa "afiliar-se", aprender o oficio de estudante do ensino superior, aprender os códigos da cultura acadêmica, "aprender a tornar-se um deles para não ser eliminado ou auto eliminar-se" (IDEM, 2008:31). Para Coulon (2008) a entrada na universidade é como uma passagem, daí a necessidade do sujeito "passar do estatuto de aluno ao de estudante". A transição de estudante de ensino médio à estudante universitário; a transição de trabalhadora para trabalhadora-estudante universitária ou de mãe para estudante universitária exige uma apropriação de códigos da rotina acadêmica que vão desde a relação com o tempo, espaço até as regras do saber. Em relação ao tempo, o calendário letivo na universidade é entrecortado em semestres, créditos, horas aulas; as aulas têm outra duração, o número de disciplinas e de atividades propostas nem sempre cabem nos tempos de vida dos estudantes; o ritmo é outro; as provas e seminários acontecem de diferentes momentos e várias vezes por disciplina. As mulheres trabalhadoras e/ou mães vão precisar adequar seus tempos familiares e domésticos para viverem a "afiliação". Os espaços do campus são infinitamente maiores que a escola frequentada no ensino médio; há necessidade de um mapa para se localizar, identificar os lugares e nem sempre esses lugares são de fácil identificação. As aulas, por exemplo, podem acontecer em diferentes centros do campus universitário, os grupos não são os mesmos em todas as disciplinas. No que se refere a relação com o saber Coulon (2008, p. 35) alerta que "ele [o saber] é totalmente modificado quando se entra na universidade, ou pela amplitude dos campos intelectuais abordados, ou em razão de uma maior necessidade de síntese ou ainda, por

7 Cultura acadêmica, é aqui compreendida, como a multiplicidade de sentidos, significações e finalidades que ao longo da história foram atribuídas à universidade em seus principais eixos de atuação: ensino, pesquisa e extensão, considerando, os sujeitos que fazem o cotidiano da instituição universitária e o contexto histórico, social, econômico e cultural onde a universidade está situada. Contudo, a cultura acadêmica também é a soma de todo o tipo de aprendizagens e também de ausências e silenciamentos.

causa do laço que o ensino superior estabelece entre esses saberes e a atividade profissional futura".
Ao trazermos aqui a análise de Coulon (2008) convém questionarmos: como a universidade tem contribuído com o processo de "afiliação[8]" dos/as estudantes cotistas negro/as, de modo a possibilitar sua permanência com sucesso? As narrativas que apresentamos a seguir indicam que ainda há muito a ser feito para assegurar a inserção e afiliação estudantil de cotistas negras.
Quando adentram a estrutura universitária os/as estudantes sofrem "uma crescente sensação de carência de um capital simbólico específico que às vezes serve de etiqueta e de senha de entrada e que, mesmo não contando diretamente como critério de desempenho curricular, abre portas de acesso aos espaços setorizados de privilégio e poder" (CARVALHO, 2005:78).

> Eu acho que **a universidade não está pronta porque ela necessita que os alunos cheguem prontos de tudo, prontos na leitura, na escrita,** na fala e é essa cobrança que você consegue ver em sala de aula quando você **tem um colega que já viajou pro Canadá, pra França, pra Alemanha, que estudou em escola particular e que o menino tem um tête à tête mais pronto pro professor**. (...) **O professor perguntou pra cada um de nós... ele queria um breve histórico da gente e eu fui a última a entregar o papelzinho e não tinha muita coisa importante no meu papelzinho**. Quem eu sou? Eu sou mãe, dona de casa, agora bolsista. **Eu botei que eu participava de um projeto da educação e não pareceu muito relevante aquilo e eu fui medindo assim os alunos que falavam as coisas que o professor achou interessante**... "Ah, você toca? Toca o que?", aí isso pra ele isso também era interessante, se o aluno era músico, qual instrumento ele tocava, então... **o status social começa por aí porque se você conseguiu ter todo esse tipo de embasamento quando você estava no ensino médio, se você conseguiu se dar bem, se a sua família conseguiu te oferecer isso tu não se torna diferente na sala de aula, é inevitável**. (Quênia[9]) (grifos da pesquisadora)

As relações no âmbito da sala de aula são reveladas nos depoimentos das estudantes. Além da questão racial e de classe social, o aspecto geracional é mais um fator que pode contribuir com as desigualdades na permanência das mulheres e que precisa ser observado nas práticas sociais e pedagógicas na universidade, afinal, como diz a professora Petronilha Beatriz Gomes e Silva (2011:13):

> É sabido que aprender-ensinar-aprender, processo em que mulheres e homens ao longo de suas vidas fazem em refazem seus jeitos de ser, viver, pensar, os envolve em trocas de significados com outras pessoas de diferentes faixas etárias, sexo, grupos sociais e étnico-raciais, experiências de viver. Tratar, pois, de ensinos e de aprendizagens é tratar de identidades, de conhecimentos que se situam em contextos de culturas, de choques e trocas entre jeitos de ser e viver, de relações de poder.

Para Quênia "a universidade não está pronta" para a diversidade de trajetórias de vida e de percursos escolares que constituem os novos sujeitos que adentram ao espaço acadêmico. As expectativas dos docentes e dos estudantes mais favorecidos socialmente expectativa em relação aos estudantes cotistas e negros são outras e porque não dizer, são menores. Desse modo, ao aprender o ofício de estudante e dominar "os inúmeros códigos que balizam a vida intelectual" (COULON, 2008: 41) exige que as estudantes saibam demonstrar aos professores que adquiriram as competências acadêmicas necessárias à "sobrevivência" (IDEM: 42) na universidade. Afinal, no imaginário construído socialmente, oportunidades e sucesso escolar não estão para o horizonte da população negra. Depreciada, estigmatizada, adjetivada pejorativamente como grupo social inferior, a es-

---

8 "Método através do qual alguém adquire um status social novo" (COULON, 2008: 32).

9 Nome fictício.

tudante negra pode interiorizar sentimentos negativos e de inferioridade em relação a si mesmo e ao grupo negro, em que "o lugar do negro é o lugar de seu grupo como um todo e do branco é o de sua individualidade. Um negro representa todos os negros. Um branco é uma unidade representativa apenas de si mesmo" (PIZA, 2002:72).

Quênia ao falar sobre sua entrada na UFSC traz junto consigo as histórias de tantas outras mulheres de sua comunidade. As jornadas acumulativas de trabalho expõem as desigualdades de gênero sofridas pela maioria das mulheres negras.

> Pra mim há sempre a dificuldade porque **quem é dona de casa que já tem uma família não pode dizer "Olha, hoje final de semana, eu não estou pra ninguém, eu não vou fazer nada, eu não vou assistir televisão com você, eu não vou lavar roupa, não vou fazer comida**..." não tem isso porque há uma cobrança e quando você fala de status... eu venho de uma comunidade, eu sou do Maciço, né? As mulheres lá não têm essa vontade de prosperar não com dinheiro, mas... intelectualmente. (Grifos da pesquisadora).

O perfil de mulheres adultas com idades diferenciadas daqueles estudantes que recém saíram do ensino médio é ignorado pelo professor, com isso, as mulheres negras adultas de periferia enfrentam mais um tipo de exclusão.

> esse lance da idade também é muito crítico porque você não está na mesma "vibe" que a galera. Esse pessoal mais jovem tem uma facilidade de captar as coisas que a gente que teve que correr atrás não vai ter, não é a mesma caminhada e **o que eu senti na universidade é essa mania de jogar todo mundo junto como se todo mundo fosse igual**. A gente é mais velha e tem os outros meninos que... não é que eles sabem mais, mas eles têm mais tempo de ler e todas essas coisas que a gente já sabe. Então eles ficam juntos e eu acredito que eles sejam de um poder aquisitivo melhor, apesar de alguns meninos trabalharem, quer dizer, trabalham pra si não trabalham pra alimentar outras bocas, né? (Quênia) (grifos da pesquisadora)

Quênia demonstra ter discernimento sobre as diferenças e desigualdades nas relações intergeracionais e de classe que ainda persistem no espaço universitário. Não se refere às questões raciais, entretanto, afirmou em seu depoimento ter sofrido racismo no mercado de trabalho e tem participado de um núcleo de pesquisa para saber mais sobre os negros. Conciliar trabalho e estudo reduz e por vezes impede que as estudantes posam viver plenamente a experiência universitária, quando não impedem a permanência destas. Neste sentido, a condição de estudante cotista e negra na universidade precisa ser compreendida como o direito de ter

> condições materiais, físicas, mentais e culturais que permitam o acesso ao conhecimento, mesmo que de forma gradativa, processual, para que ele possa levar adiante o curso no qual ingressou, de forma que possa se sentir diferente em função da origem e do pertencimento étnico-racial, mas não discriminado em função do conhecimento que não pode construir por ter vindo de uma escola pública, no seu conjunto, abandonada pelo Estado, por não possuir tempo e condições materiais suficientes para se dedicar à preparação para a vida universitária, para gozá-la em sua plenitude (PORTES e SOUSA, 2012:14)

O racismo em muitos casos negado publicamente é reafirmado nas práticas cotidianas, como relata Nigéria[10], sobre as atividades de estágio em hospitais. Em um deles, uma mãe se recusou a receber o atendimento da estudante ao filho que tinha passado por cirurgia pediátrica. Seus colegas e professores a acolheram solidariamente. Em outra situação, era frequente funcionários do hospital confundirem a jovem com enfermeira ou assistente social, ainda que ela se apresentasse como estudante de medicina e tivesse o nome do curso em seu jaleco.

---

10 Nome fictício.

> Quando a gente chega no HU: "Chegaram os alunos da medicina". Aí no meu jaleco está escrito: Nigéria, MEDICINA. Daí eles chegam pra mim: «Ai que legal! Você é da assistência social?" e eu digo: "Não, Enfermagem". "Não". "De que curso você é?". Eu não tenho problema nenhum, se eu fosse da assistência social, mas no meu jaleco está escrito Nigéria, MEDICINA! E você percebe que as pessoas leem.

Outra situação chama a atenção em seu depoimento a seguir, o preconceito racial e de gênero expressa o resultado de um sistema de dominação que classifica e inferioriza para justificar as relações de poder:

> o meu colega porque na minha dupla, o William, ele tem olhos verdes e é loiro, então, às vezes eu explicava as coisas pra ele, às vezes ele me explicava. Quando eu estava fazendo alguma coisa eu falava "aqui dá pra fazer assim nesse ferimento", daí as pessoas olhavam... "Ah, mas a estagiária está ensinando o doutor?" E eu dizia: Nós dois somos estagiários, nós dois estamos na mesma classe. (Nigéria)

Ruanda[11] traz em seus depoimentos situações provocadas por colegas suas em relação a professoras negras que atuavam no curso. Estas foram denunciadas na secretaria e coordenação do curso, inclusive com abaixo assinado das estudantes.

> Fizeram abaixo assinado pra tirar a professora I e falaram da R na secretaria. Mas, tivemos várias professoras brancas horríveis, ruins. Eu falei pra turma: vocês não foram falar porcaria nenhuma das outras e por que vocês foram falar dessas? (...) se elas fossem professoras negras, mas naquele padrãozinho que não incomoda ninguém, até elas [as alunas] aceitavam, agora como elas não eram, a J também não é, a R não é, a I também não é padronizada. São negras que não baixam a cabeça, são negras que dizem pra que vieram, porque vieram, e isso aí incomoda muita gente, e principalmente aquele povo da minha sala que ali tirou todas as máscaras. Elas não admitem, mas aqui ali foi totalmente preconceito.

A experiência acadêmica acaba restrita à frequência às aulas dificultando a participação em atividades extracurriculares, como palestras, seminários, iniciação científica, monitorias e até as conversas desinteressadas ou informais. Nesse sentido, como orientam Portes e Sousa (2012:14) a permanência precisa ser entendida como direito do estudante ter

> condições materiais, físicas, mentais e culturais que permitam o acesso ao conhecimento, mesmo que de forma gradativa, processual, para que ele possa levar adiante o curso no qual ingressou, de forma que possa se sentir diferente em função da origem e do pertencimento étnico-racial, mas não discriminado em função do conhecimento que não pode construir por ter vindo de uma escola pública, no seu conjunto, abandonada pelo Estado, por não possuir tempo e condições materiais suficientes para se dedicar à preparação para a vida universitária, para gozá-la em sua plenitude.

Algumas considerações

O déficit de cidadania (Silvério, 2019) da população negra desafia o modelo de universidade em pleno século XXI.. O perfil dos estudantes da UFSC vem se modificando e com a presença desses novos sujeitos também se modifica, ainda que lentamente a própria universidade. Essas mudanças provocam tensionamentos na atual estrutura social e acadêmica, não somente pelo aspecto da permanência material mas, também pela permanência simbólica.

---

11 Nome fictício.

As estudantes negras focalizadas aqui nesse texto revelam situações pelas quais passam grande parte das/os estudantes negras/os, mas, as dificuldades no universo acadêmico têm lhes feito reagir afirmativamente. Grupos criados pelos/as próprios/as estudantes, compostos e coordenados em sua maioria por mulheres, como o Coletivo Kurima, Coletivo 4 P e o Grupo Gestão Estudantil Universitária tem atuado tanto no apoio à permanência de estudantes cotistas como politicamente promovendo discussões e atividades culturais antirracismos.

No entendimento de Carvalho (2004) a presença de negros/as e indígenas na dinâmica da instituição universitária deve enriquecer sua produção de saberes e forçar uma revisão do eurocentrismo subalternizante e absoluto que marca a vida universitária brasileira.

Tão desafiador quanto as condições econômicas necessárias para que os estudantes negros/as cotistas possam realizar com êxito o percurso universitário é a cultura acadêmica da universidade, os discursos, as representações, as motivações, as normas éticas, as concepções, as visões, e as práticas institucionais de alguns profissionais. Desmistificar concepções preconceituosas que permeiam representações e práticas cotidianas opressoras no interior da universidade e permitir que perspectivas epistemológicas interculturais e multirraciais sejam tomadas como referências, configuram como grandes desafios para a universidade que se almeja democrática.

Estes são desafios políticos institucionais que as universidades brasileiras inexoravelmente precisam enfrentar no âmbito de sua autonomia. Podem elas apontar soluções já demandadas pelos movimentos sociais, comunidade acadêmica e sobretudo pelos estudantes cotistas, iniciativas que certamente alargam seu espectro democrático, eixo basilar de sua missão junto à sociedade brasileira.

Referências

ANDREWS, G.R. (1997). Ação afirmativa: um modelo para o Brasil. In: SOUZA, J. (Org.) **Multiculturalismo e racismo**: uma comparação Brasil-Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15.

BRASIL, Presidência da República. **Lei Federal** 12.711/2012.

CARREIRA, D. (2011). **Informe Brasil – Gênero e Educação**. São Paulo: Ação Educativa.

CARVALHO, J. J. Ações afirmativas como base para uma aliança negro-branca-indígena contra a discriminação étnica e racial no Brasil. In: GOMES, N. L.; MARTINS, A.A. **Afirmando direitos: acesso a permanência de jovens negros na universidade**. Belo Horizonte ; Autêntica, 2004.

_____. **Inclusão étnica e racial no Brasil**: a questão das cotas no ensino superior. São Paulo: Attar Editorial, 2005.

DOEBBER, M. B. (2011). **Reconhecer-se diferente é a condição de entrada tornar-se igual é a estratégia de permanência**: das práticas institucionais à constituição de estudantes cotistas negros na UFRGS. Mestrado Acadêmico em Educação, Porto Alegre, UFRGS.

GOMES, J.B. B. (2005). A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro. In: SANTOS, S.A. **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Diversidade, p.45- 80.

GOMES, N. L. (2012). Relações étnico-raciais: educação e descolonização dos currículos. **Revista Currículo sem fronteiras**. Porto Alegre, v.12, n.1, pp. 98-109. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf. Acesso em 12 de 12/2012.

GONÇALVES, C. P. (2012). **Eu sempre estava fora do lugar**: perspectivas, contradições e silenciamentos na vida de cotistas. Mestrado em Letras e Linguística, Goiânia: UFG.

HERINGER, R.; FERREIRA, R. (2009). Análise das principais políticas de inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil no período 2001-2008. In: PAULA, M.; HERINGER, Rosana (Org.). **Caminhos convergentes**: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Stiftung, p. 137-194.

IPEA. (2011). **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

MARÇAL, J.A. **A formação de intelectuais negros(as):** políticas de ação afirmativa nas universidades brasileiras. Belo Horizonte: Nandyala, 2012

PAIVA, A. R.;ALMEIDA, L.C. (2010). Mudanças no campus: falam os gestores das universidades com ação afirmativa. IN: PAIVA, A. R. (Org.) **Entre dados e fatos**: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras. Rio de Janeiro: Pallas Ed.,p. 75-115.

PASSOS. J.C. As ações afirmativas na cultura acadêmica curricular da UFSC: resistências e desafios**. Relatório de Pesquisa**, Florianópolis, UFSC, 2013.

PIZA, E. (2002). Porta de vidro: entrada para branquitude. In: BENTO, M.A., CARONE, I. **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, p. 59-90.

PORTES, E. A.; SOUSA, L. P. (2012). **O nó da questão**: a permanência de jovens dos meios populares no ensino superior público. Rio de Janeiro. Flacso:UERJ. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CC8QFjAA&url=http%3A%2F%2F-www.flacso.org.br%2Fgea%2Fdocumentos%2Fseminario_10_anos%2FApresentacao_Ecio_Portes.pdf&ei=koKkUtDNCMLekQemvYA4&usg=AFQjCNHr_lLs07vd3baGhLllPzXtP-R3UA&sig2=PU-a3N-2PRW5KBCGCbf79Pw. Acesso em 10/05/2013.

SANTOS, D.B.R. (2009). **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. Doutorado em Educação, Salvador, UFBA. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11778/1/Tese%20%20Dyane%20Santos.pdf Acesso em 10/08/2014

SANTOS, J. T.; QUEIROZ**,** D.M. (2012). O impacto das cotas na Universidade Federal da Bahia (2004-2012). In: SANTOS, J.T. (Org.). **O impacto das cotas nas universidades brasileiras** (2004-2012). Salvador: CEAO, p. 37-65.

SANTOS, B.S. **A gramática do tempo para uma nova cultura política**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008

SILVA, P. B.G. (2011). Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. In: FONSECA, M.V.; SILVA, C.M.N.; FERNANDES, A. B. **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, pp 11-37.

SILVÉRIO, V. (2009). Evolução e contexto atual das políticas públicas no Brasil: Educação, desigualdade e reconhecimento. In: PAULA, M.; HERINGER, R. (orgs). **Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação HeinrichBoll, ActionAid, p. 13- 38.

UFSC, **Resolução Normativa** Nº 008/CUN/2007. Florianópolis, 2007.

UFSC, **Relatório de Avaliação das cotas sociais e étnico-raciais no período de 2008 – 2012**. Florianópolis, 2012.

VALVERDE, D.; STOCCO, L. (2009). Notas para a interpretação das desigualdades raciais na educação. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina.

Aprendizagem de PLE, etnografia e formação intercultural: "Estranhamentos" e Significações de estudantes estrangeiros / intercambistas no Brasil.

Walkiria França Vieira e Teixeira
walkiriateixeira@gmail.com

Míriam Lúcia dos Santos Jorge
miriamjorge@gmail.com

RESUMO: O trabalho centra-se na formação da competência linguístico-comunicativa e cultural de estudantes estrangeiros no Brasil. Utilizamos a etnografia como ferramenta para exploração das percepções dos alunos sobre a cultura brasileira, observar-atribuir sentidos ao "invisível" aos próprios brasileiros (Busnardo, 2010), vivenciar uma outra cultura e levantar os "estranhamentos culturais" (Roberts, 2000), confrontá-los com sua cultura natal (Niederauer, 2010). De acordo com Tsvetkova & Karastateva (2001) a abordagem etnográfica permite ao estudante atuar como observador-analista do próprio aprendizado, promove sua competência intercultural (Jordan, 2001), e desenvolve sua "sensibilidade antropológica" (Pocock, 1975). No estudo, colocamos o aluno como analista-observador das práticas sociais cotidianas, confrontando-as com sua realidade, refletindo diariamente sobre os eventos de seu cotidiano, em lugar de ser mero aprendiz fechado em uma sala de aula (Busnardo, 2010). Os resultados das análises indicam como os cursos de PLE, segunda língua ou língua adicional criam oportunidades para reflexão e compreensão da outra cultura sem "julgamentos e comparações etnocêntricas", oportunizando pensar sua cultura por meio de outra (Niederauer, 2010).

PALAVRAS-CHAVE: Português como Língua Estrangeira, etnografia, formação intercultural, intercâmbio.

1. Introdução

Este trabalho discute a formação estudantes intercambistas no Brasil no contexto da oferta de um curso de Língua Portuguesa e Cultura Afro-Brasileira (LPCA) em uma grande universidade federal de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Além de contribuir para o desenvolvimento linguístico comunicativo dos estudantes, o contexto desse curso, a etnografia foi a ferramenta utilizada como abordagem para a exploração das percepções dos alunos sobre a cultura brasileira.

A formação dos intercambistas é compreendida como uma oportunidade única de levar o aluno-aprendiz da língua/cultura estrangeira a vivenciar uma outra cultura buscando levantar e discutir os "estranhamentos culturais" (Roberts, 2000) que surgem a partir da experiência de confrontação com a sua cultura natal (Niederauer, 2010) ou mesmo com outras culturas que lhes sejam familiares.

Para a formação dos alunos, buscamos ampliar as experiências de formação cultural dos aprendizes, baseando-nos na afirmação de Jordan (2001), segundo a qual a proficiência linguística por si só não é suficiente para que o aluno consiga se comunicar no idioma estrangeiro, pois a competência comunicativa é vista como um conhecimento holístico, tornando-se necessário que o estudante desenvolva também um entendimento sobre como as conexões e as interações entre língua e cultura funcionam. Sendo assim, é necessário que o aluno-aprendiz entenda os hábitos e as práticas do dia-a-dia da cultura em questão.

Discutimos, portanto, um projeto de ensino em que a etnografia foi uma ferramenta importante para a exploração das percepções dos alunos sobre a cultura de Belo Horizonte, uma cidade brasileira,no estado de Minas Gerais, com uma população de aproximadamente dois milhões e meio de habitantes.

2. A etnografia na formação de intercambistas aprendizes de língua e cultura

O curso de Língua Portuguesa e Cultura Afro-Brasileira foi organizado a partir de módulos de língua e cultura, com ênfase nos conteúdos relacionados aos legados da diáspora africana no Brasil. Os aspectos culturais cotidianos foram objeto de análise e discussão por meio da introdução de atividades que chamamos de "Você como Etnógrafo". Ao iniciarmos o projeto, utilizamos a etnografia como ferramenta para a exploração das percepções dos alunos sobre a cultura brasileira, ou seja, o aluno atuando como observador crítico do ambiente, dos eventos e de suas experiências cotidianas.

Recentes estudos têm apresentado a etnografia como uma abordagem que vem se tornando popular na busca por estudar os aspectos sociais e culturais de uma dada sociedade ou cultura. Assim, para Tsvetkova (2001), a etnografia é utilizada como uma metodologia no ensino de línguas, proporcionando aos estudantes o que Pocock (1975) chama de desenvolver uma 'sensibilidade antropológica', que desperta a conscientização da necessidade de utilizar o método da etnografia como ferramenta de pesquisas em seus estudos no exterior como parte integrante de sua educação linguística.

Nesse sentido, a etnografia foi empregada como abordagem para o estudo do modo de vida de um outro grupo a partir da sua perspectiva. Os antropologistas se utilizam desse método para ajudá-los a entender as práticas culturais de outros grupos.

Como etnógrafos, ao levantar os dados e observar as diferenças culturais, buscamos colocar os alunos frente a frente com uma outra cultura diferente da sua. A partir da percepção e da observação das diferenças, o aluno-etnógrafo tem a oportunidade de refletir sobre a outra cultura a partir da comparação com a sua cultura.

De acordo com Tsvetkova (2001), a abordagem etnográfica oferece ao estudante a oportunidade de explorar de maneira mais detalhada os padrões culturais de comportamento de sua própria cultura, e com isso, levar o estudante a compreender melhor a cultura dos outros.

Para a formação dos estudantes intercambistas, a etnografia pode proporcionar a oportunidade de levar o aluno-aprendiz da língua/cultura estrangeira a vivenciar uma outra cultura buscando levantar os "estranhamentos culturais" (Roberts, 2000). Neste sentido, vislumbramos que o aluno-aprendiz tem a oportunidade de vivenciar a experiência de confrontação de outra cultura com a sua cultura natal (Niederauer, 2010).

Além disso, a etnografia foi usada por ser uma abordagem que permite ao aluno atuar como observador e analista do seu aprendizado (Tsvetkova & Karastateva, 2001; Busnardo, 2010), promover a sua competência intercultural (Jordan, 2001) e apresentar a oportunidade para que esses alunos desenvolvam uma "sensibilidade antropológica" (Pocock, 1975).

Tsvetkova (2001: pp. 2) explica que Damen (1987) define os princípios da etnografia como padrões de comportamento, "atitudes culturalmente específicas que dão às pessoas a sensação de pertencer a um grupo, e as diretrizes para a ação sob certas circunstâncias". A autora também explica que ao atuar como etnógrafo, o pesquisador deve conhecer bem a sua cultura, suas crenças e atitudes, seus padrões de comportamento. A partir desse conhecimento, é possível, por meio de uma atitude etnográfica, compreender como as interpretações sobre a cultura em estudo são influenciadas pelo observador, afim de reconhecer crenças culturais e propor atitudes alternativas. Além de tudo isso, a pesquisa etnográfica "deve visar a estudar as culturas, sem permitir julgamentos".

Relativamente aos intercâmbios acadêmicos, Tsvetkova (2001: pp. 4) afirma que, "para aproveitar melhor a estadia no exterior, o estudante precisa ser capaz de questionar e analisar o que vê, lê e ouve". Portanto, a abordagem etnográfica pode ajudá-lo a compreender melhor as outras pessoas e facilitar a comunicação. Segundo a autora, se por uma lado vivenciam-se choques culturais, por outro, o estudante intercambista pode se tornar mais que um "mero turista" enquanto estiver fora do seu país, (re)construindo e negociando suas interpretações culturais.

No ensino da cultura, o trabalho da sala de aula é expandido para os espaços de convivência espontânea, selecionados pelos próprios aprendizes. Sendo assim, na compreensão da cultura estrangeira, a etnografia pode colocar o aluno como analista e observador das práticas sociais cotidianas, confrontando-as com a sua realidade, em lugar de ser apenas um mero aprendiz fechado em uma sala de aula (Busnardo, 2010). Para Tsvetkova (2001: pp. 4), os resultados da observação etnográfica podem levar os estudantes a aprender pela

experiência, e não só pelos livros, aprender como questionar as realidades estrangeiras, aprender sobre os fatos e as razões dos acontecimentos, a se comunicar mais com as pessoas, e a desenvolver um entendimento crítico sobre si mesmos e sobre os outros.
Os pressupostos teóricos da etnografia nos processos de aprendizagem de língua desdobraram-se na proposta de uma abordagem de ensino que fizesse do aluno um observador e atribuidor de sentidos àquilo que, muitas vezes, está "invisível" para os próprios brasileiros.
Neste sentido, optamos por considerar nossos alunos como aprendizes-etnógrafos, sendo que os mesmos eram solicitados a, diariamente, refletir sobre os eventos de seu cotidiano, a partir de possíveis estranhamentos e da atribuição de sentidos a esses estranhamentos.
Neste trabalho, apresentamos, portanto, os estranhamentos dos alunos e os diversos significados sobre os estranhamentos vivenciados pelos próprios estudantes, a partir de dados coletados com um grupo de cinco estudantes intercambistas, alunos de português como língua estrangeira de duas universidades da Carolina do Norte, matriculados em cursos de Português para Estrangeiros e em mobilidade / intercâmbio na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

3. O Projeto: estudantes intercambistas como etnógrafos

Na proposta de ensino aqui discutida, os alunos são considerados como aprendizes-etnógrafos. A etnografia, nos processos de aprendizagem de língua, faz do aluno um observador e atribuidor de sentidos àquilo que, muitas vezes, está "invisível" para os próprios brasileiros. Logo, a etnografia foi usada como uma abordagem que permite ao aluno atuar como observador e analista do seu aprendizado (Tsvetkova & Karastateva, 2001).
Na pesquisa etnográfica, a coleta de dados é feita por meio da observação, notas de campo, transcrições de entrevistas, conversas informais, fotografias e filmagens, realizadas pelos alunos-aprendizes. Todo o material coletado é utilizado posteriormente como material para análise e importante fonte de informação para os alunos e também para discussão e reflexão em sala de aula, além de ser utilizado pelas professoras-pesquisadoras, para a continuidade da pesquisa.
Os estudantes passam a desenvolver diversas atividades que envolvem a coleta de dados mediante a observação e o estranhamento das situações vivenciadas em seu dia-a-dia, desenvolvendo a partir dessa coleta, hábitos de criticidade e reflexão com relação aos estranhamentos sobre a outra cultura.
A coleta de dados e as notas de campo envolvem os alunos em várias atividades, pois os mesmos precisam entrevistar pessoas, saber como funcionam as práticas e os diversos hábitos locais, e depois tomar notas, redigir, escrever, e levar para a sala de aula para que os temas e assuntos sejam discutidos com os colegas, tornando-se parte fundamental de seu aprendizado.
A fim de que os estudantes participantes do curso de LPCA compreendessem nossa proposta, apresentamos uma folha de atividades (*worksheet*) que deveria ser preenchida antes de todas as aulas para a discussão com a professora do curso e também como troca de experiências entre os alunos. A entrega dessa folha de atividades foi acompanhada da justificativa da introdução dessa atividade no curso. O propósito explicitado para os estudantes foi o de criar oportunidades de aprendizagem para além da sala de aula e multiplicar as experiências individuais na cidade de Belo Horizonte pelo número de participantes do grupo. Em cada aula de língua ou cultura, haveria tempo para que os alunos discutissem entre si e com os professores os registros feitos na folha de atividades. O enfoque das discussões foi orientado pelos seguintes tópicos/perguntas:

a) O que eu vi?
b) O que eu pensei e/ou senti sobre o que eu vi?
c) O que eu não entendi?
d) Com o que eu comparei?
e) O que eu vou contar aos meus amigos sobre essa experiência?

Na pergunta "o que eu vi", buscou-se identificar o evento que provocou estranhamento no estudante. A resposta para essa pergunta teve caráter principalmente descritivo, pois os estudantes eram levados a descrever os fatos que causavam o estranhamento e, neste sentido, os alunos precisavam descrever oralmente durante a aula, e

também relatar de forma escrita todos os fatos vivenciados.
Em seguida, a pergunta "o que eu pensei e/ou senti?" buscou depreender os impactos do evento no estudante, tanto cognitivos quanto emocionais. Esse segundo registro ampliaria a descrição do evento, justificando a importância do mesmo no olhar do observador, levando-se em conta os sentimentos que tal evento despertasse nos estudantes.
A pergunta "o que eu não entendi?" buscou criar uma oportunidade diferente de explicitação do evento causador do estranhamento. A incompreensão de um fato ou comportamento poderia gerar problematizações sobre o porquê de aquela experiência ser diferente a ponto de captar o olhar e provocar a reflexão do observador. Assim, as experiências vivenciadas pelos estudantes provocavam discussões e problematizações interessantes em sala de aula, que sempre eram feitas levando-se em conta a cultura de cada estudante.
A comparação com outras culturas foi eliciada pela pergunta "com o que eu comparei?", que explicitamente sugeria que o estudante comparasse aquela experiência com alguma outra informação cultural que o estudante tivesse. Como cada aluno trazia uma experiência diferente, as discussões em sala de aula foram enriquecedoras para todos, pois os temas compartilhados envolviam diferentes visões dos fatos e dos estranhamentos.
Finalmente, a última questão "o que vou contar para os meus amigos?" significava a oportunidade de o estudante, após atribuir significados diferentes e compreender o evento na cultura brasileira, registrar sua avaliação da experiência.
Assim sendo, as folhas de atividade cumpriram o papel de diários de campo, onde eram anotadas as informações das observações realizadas, e as mesmas eram levadas para discussões em sala de aula. Os diários de campo tendem a ter uma descrição mais densa dos eventos observados, enquanto a folha de atividades objetivou o registro das percepções e análises dos eventos. Na sala de aula, eram discutidas as observações, negociadas as interpretações e problematizadas as consequências daquelas diferenças culturais. Portanto, por meio do registro nas folhas de atividade, os intercambistas iniciaram sua reflexão a partir do *self* (Jordan, 2001), observando como as experiências em Belo Horizonte diferenciavam-se daquelas em sua cultura de origem. Estranhando a cultura local, ele, estudante vindo de fora, pode descrever as observações "através dos olhos de um forasteiro cultural" (Jordan, 2001: pp. 2).
Por meio dessa prática, buscamos criar oportunidades para que os alunos desenvolvessem uma "sensibilidade antropológica" (Pocock,1975), por serem levados à reflexão diária sobre os eventos de seu cotidiano, a partir de possíveis estranhamentos e da atribuição de sentidos a esses estranhamentos. Além disso, foram criadas, para os alunos, oportunidades de apresentação, reflexão e discussão dos estranhamentos vivenciados e os diversos significados sobre esses diferentes estranhamentos em que todos foram envolvidos.
Como exemplos de atividades, os alunos foram convidados a observar, na hora do almoço, os comportamentos dos membros da comunidade universitária, com questões como: Como se servem? O que eles comem? O que mais fazem enquanto comem? Como se organizam no espaço da cantina? Como se organizam as filas? Como interagem com os funcionários..., dentre outras questões. Os alunos foram convidados a descrever as observações de forma detalhada e a fazer um breve relatório sobre o que observaram durante o almoço, como ponto de partida para compreenderem a tarefa.

4. Observações e estranhamentos

Durante as aulas, os alunos eram convidados a apresentar as anotações das observações de campo, levantando a partir dessas observações, as reflexões sobre os estranhamentos vivenciados e os diversos significados sobre esses estranhamentos e, por meio das discussões em sala de aula, socializavam esses estranhamentos com os colegas, construindo seu processo de aprendizagem da cultura estrangeira.
Alguns exemplos apresentados pelos alunos-etnógrafos são relatados a seguir, acompanhados das discussões que possibilitaram:

4.1. A hora do almoço

Os estudantes almoçavam, na maioria das vezes, em uma das cantinas dentro da Universidade, e foram convidados a descrever as observações e a fazer um relatório sobre o que observavam durante o almoço. Como ponto de partida para a atividade, sugerimos aos alunos observarem o comportamento das pessoas, em como se servem, o que eles comem, o que mais fazem enquanto comem, dentre outras questões.
Para os estudantes, esta foi uma experiência diferente, a começar pela comida que era muito diferente do que eles estavam acostumados. Eles relataram não ter restaurantes com sistema de *self-service* como os encontrados aqui no Brasil, além do tipo de comida também ser diferente. Os alunos explicaram que não têm um horário específico para o almoço, eles normalmente fazem uma pequena pausa para comer um sanduíche e voltam em seguida para as aulas.
Sobre a comida, quase todos os estudantes relataram comer sanduíches ou pizza no almoço, mas alguns estudantes comentaram comer saladas e uma carne - geralmente frango ou hambúrguer, mas nenhum deles têm o hábito de comer arroz e feijão como os brasileiros. E eles comentaram não ter coragem para experimentar muitas das comidas servidas no restaurante, ou que depois eles presenciaram durante a estadia no Brasil.
Os estudantes comentaram achar interessante a distribuição das pessoas na cantina, pois todos se servem em filas bem organizadas, depois se dirigindo às mesas. Relataram também achar interessante que muitos estudantes conversam e se relacionam bem com os funcionários da cantina.
Mas o principal relato de estranhamento percebido por todos os alunos foi de que no Brasil, as pessoas normalmente não têm pressa na hora do almoço, eles comem e conversam por bastante tempo nas mesas, situação oposta ao que é vivenciado principalmente pelos americanos, que comem apenas um sanduíche e voltam para suas aulas.

4.2. O Flanelinha

Observando, pela janela, a movimentação da rua à noite, a aluna percebeu a presença de um homem correndo para cima e para baixo do quarteirão. Ela pensou que poderia ser um portador de sofrimento mental até que viu alguém lhe entregando algum dinheiro. Ela não conseguiu atribuir nenhum significado especial ao fato e manteve-se curiosa até sua aula. Na aula, foi explicado que aquela homem possivelmente era um *guardador de carros* ou *flanelinha*. Como a moradia estudantil onde a aluna morava é em uma região de muitos restaurantes, as vagas para estacionar nas ruas são escassas e os flanelinhas ajudam os motoristas a estacionarem seus carros, além de proteg6e-los de roubos e furtos.
A aluna compreendeu o papel desempenhado pelo homem: cuidar dos carros dos clientes de restaurantes em troca de pagamento. No entanto, não entendia o porquê da existência dos *flanelinhas*. Naquele momento, o estranhamento da aluno determinou a necessidade de uma compreensão da cultura brasileira para além de um conjunto de hábitos , costumes e comportamentos. Compreender o flanelinha exige compreender a questão do trabalho no Brasil, do sub-emprego, a insegurança nas ruas, as relações entre as classes sociais, a desigualdade social etc. Assim, a observação de um simples evento do cotidiano, já naturalizado aos olhos brasileiros, permite uma discussão de caráter político sobre as consequências das desigualdades no Brasil.

4.3. Pontualidade

É bastante comum as referências sobre a impontualidade do brasileiro. No caso de nossos estudantes, houve relatos sobre como era difícil entender se haveria atraso ou não nos eventos, tais como encontro com amigos ou alguma atividade cultural. Um aluno observou que sempre tinha de ficar esperando pelo início de uma atividade, ainda que chegasse na hora marcada. Os alunos discutiam a impontualidade, na perspectiva da falta de respeito ou consideração com quem ficava esperando. A solução apontada por uma aluna foi que ela só saía de casa depois de saber que a pessoa com quem havia marcado já tinha se deslocado para o local do encontro.
Nesse caso, a observação pode ser discutida a partir da relação que as diferentes culturas estabelecem com o tempo e as relações sociais. Os atrasos são relativos as relações pessoais e profissionais? Os serviços de

transporte também se atrasam? As pessoas nunca se atrasam nos Estados Unidos? Qual o conteúdo das justificativas pelo atraso? O que ela diz sobre a pessoa que se atrasou?

A problematização originada pelas perguntas propostas levam a compreensão dos comportamentos e expectativas de brasileiros e estrangeiros para além do entendimento de que há culturas pontuais e culturas impontuais, mas diferenças interpretações e relações com o tempo, como no caso das expressões tempo é dinheiro e o tempo não volta, por exemplo.

4.4. Código de vestimenta

A estudante observou que viu na rua uma mulher, aparentemente indo para o trabalho, com os cabelos molhados. Aquilo lhe causou estranhhamento, pois sair vestida para o trabalho e com os cabelos molhados não parece estar certo. Teria a mulher saído atrasada para o trabalho? Outras estudantes também deixavam a moradia estudantil de cabelos molhados. O estranhamento surge da comparação com as mulheres americanas ou europeias, que seguem códigos específicos para vestirem-se para o trabalho. Sair de cabelos molhados não parecia ser uma prática entre as estudantes estrangeiras. Na sala de aula, a discussão foi sobre os cabelos das brasileiras, anelados, longos, africanos. Os cabelos ondulados não ficam bonitos quando secados com secador, a secagem natural, pelo sol e pelo vento, pode deixar os cachos mais bonitos. Além de tudo, no calor do verão de Belo Horizonte, tomar banho logo pela manhã e sair de cabelos molhados pode prolongar a sensação de frescor. As estudantes estrangeiras, parecem fazer maior uso de secadores de cabelo e penteados no dia a dia. Assim, foi possível entender os códigos de vestimenta, o que traz a dimensão da construção social dos corpos, incluindo a mulher brasileira, tão falada em nossos discursos. Assim, outros elementos culturais se fizeram visíveis na aula de língua e cultura.

5. Considerações

Os resultados das análises das práticas indicam como os cursos de língua portuguesa como segunda língua, língua estrangeira ou adicional podem criar, tanto para os alunos quanto para os professores, oportunidades para a reflexão e compreensão da outra cultura sem "julgamentos e comparações etnocêntricas, além da oportunidade de pensar sua própria cultura por meio de outra" (Niederauer, 2010). Os eventos culturais que os alunos identificaram foram oportunidades para se discutir, em sala de aula, um conteúdo determinado pelos próprios estudantes.

De acordo com Jordan (2001), os alunos que utilizaram a abordagem etnográfica como ferramenta para a aprendizagem da língua-cultura estrangeira se sentiram mais bem preparados que outros alunos que não utilizaram essa abordagem. No caso da experiência relatada nesse artigo, os resultados seguiram nessa direção. Como tivemos outros grupos de estudantes, que não utilizaram a abordagem da etnografia em sua experiência, pudemos perceber que o aprendizado dos primeiros estudantes não obteve o mesmo êxito e que os estudantes que utilizaram a abordagem etnográfica como ferramenta de aprendizagem, tiveram oportunidades de discutir uma gama maior de questões culturais e o aprendizado foi mais relevante.

Para Jordan (2001, p.3), alguns alunos relatam que depois é difícil parar de fazer etnografia, que "a experiência com a etnografia não é um simples instrumento em termos acadêmicos, mas que gera mudanças permanentes na percepção e interação dos estudantes que participam das pesquisas".

Em síntese, a possibilidade de trabalhar a etnografia se mostrou bastante produtiva na formação de intercambistas. É possível, portanto, compreender que esse é um caminho que pode ser seguido por professores de português língua estrangeira, desde que devidamente formados para trabalhar nessa perspectiva. Percebemos a necessidade de se formar professores que possam mediar as percepções que os estudantes têm das culturas locais, por meio do contraste crítico e da construção de conhecimentos históricos, culturais e sociais que podem mediar a compreensão das leituras do mundo (Freire, 1970) por aqueles externos a um contexto socio-histórico-cultural específico.

Referências bibliográficas:

BUSNARDO, J. Contextos Pedagógicos e Conceitos de Cultura no Ensino de Línguas Estrangeiras; In: SANTOS, P.; ALVAREZ, M. L. O. (Orgs). (2010) *Língua e Cultura no contexto de Português Língua Estrangeira*. Campinas: Pontes.

DAMEN, Louise. (1987), *Culture Learning: The Fifth Dimension in the Language Classroom.* Reading, Mass.: Addison-Wesley Pub. Co., Sandra J. Savignon consulting editor.

FREIRE, P. (1970), *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo, SP.

JORDAN, S. (2001), Writing the Other, Writing the Self: Transforming Consciousness through Ethnographic Writing. *Language and Intercultural Communication,* 1, pp. 40-57.

NIEDERAUER, M. E. F. Estranhamentos Culturais em sala de aula de Português para Estrangeiros. In: SANTOS, P.; ALVAREZ, M. L. O. (Orgs). (2010) *Língua e Cultura no contexto de Português Língua Estrangeira*. Campinas: Pontes.

POCOCK, D. (1975), *Understanding Social Anthropology*, London: Hodder and Stoughton.

ROBERTS, C. (2000), Introduction to Ethnography for Language Learners, In: LARA: *Learning and Residence Abroad*. Oxford: Oxford University Press.

TSVETKOVA, N.; KARASTATEVA, V. (2001), *Ethnography? (What) Does it have to do with Language Education?* BETA IATEFL.

Migrações Internacionais: um retrato das novas elites intelectuais

Thaís Rangel Vieira
Doutoranda em Ciência Política – Universidade Federal Fluminense.
thas.rangel@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisarmos as motivações e expectativas que, no mundo de hoje, levam estudantes a migrarem de seus países em busca de conhecimento mas, sobretudo, refletirmos o papel do intelectual.
Em um contexto complexo, em que o processo de Globalização alterou as relações de conexão e interdependência de Estados e pessoas, influenciando mesmo o caráter da Educação, buscamos discutir o processo de migração estudantil como um mecanismo moderno de formação de elites intelectuais para responder a demanda de uma Economia cada dia mais global e exigente; as vantagens e desvantagens desse processo e, por fim, uma tentativa de resgatarmos o papel do intelectual e do conhecimento enquanto fomentadores de idéias, de críticas e por que não de embates contra o *status quo*, e não, muitas vezes, o de fabricante de mais exclusão e diferenças.

This article aims to analyze the motivations and expectations that, in today's world, lead students to migrate from their countries in search of knowledge, but, above all, to reflect about the intellectual's mission.
In a complex context, in which Globalization has changed the connections and interdependence between States and people, influencing the character of Education, we discuss the student migration process as a mechanism of formation of intellectual elites to meet the demand of an economy more and more global and demanding; the advantages and disadvantages of this process, and finally, an intention to rescue the role of the intellectual and knowledge as promoters of ideas, criticisms and, why not, of clashes against the *status quo*, and often not the supporter of more exclusion and differences.

Introdução:

Através das últimas três décadas, o escopo da interconectividade global tornou-se evidentemente crescente em todas as esferas, da econômica à cultural.
A integração econômica mundial tem intensificado a expansão global de comércio, finanças, trabalho, gerando uma verdadeira interdependência internacional, por exemplo entre Estados, empresas e comunidades.
A literatura sobre esse processo é vastíssima, e podemos nos apropriar de diferentes definições sobre esse fenômeno: uma definição sociológica, como a de Anthony Giddens que afirma: «*The intensification of worldwide social relations which link distant localities in such a way that local happenings are shaped by events occurring many miles away and vice versa*» (Giddens, 2001:21); uma economicista, na leitura de Gilpin: «*The integration of the world-economy*» (Gilpin, 2001:364); ou ainda a perspectiva crítica de Scholte: «*De-terrotorialization – or ... the growth of supraterritorial relations between people*» (Scholte, 2000:46).
Contudo, a despeito das diferentes interpretações que encontramos na literatura especializada sobre esse fenômeno, o que nos interessa nessa nova realidade é que com o aumento de toda essa infra-estrutura de comunicação global, as idéias, culturas e informação também se tornaram transnacionais, levantado discussões sobre as tendências tanto de um maior senso de solidariedade global, quanto, em muitos casos, do lado oposto, recrudescendo hostilidades entre culturas, nações e grupos étnicos. Da mesma forma que encontramos argumentos de uma homogeneização do mundo, com uma cultura global que faz com que áreas urbanas se pareçam cada vez mais umas com as outras; que a noção de tempo-espaço esteja colapsando ao diminuir nossas velhas idéias de espaço geográfico e tempo cronológico através da velocidade das mídias modernas; ou mesmo a noção de que vivemos uma cultura cosmopolita, onde as pessoas passaram a pensar globalmente para agir localmente, também encontramos críticas poderosas à Teoria da Globalização, como a de Hirst e Thompson

que defendem que tudo isso não passa de um mito, tendo em vista que a Globalização é muito desigual e assimétrica em seus efeitos. (HIRST & THOMPSON, 2003)

A questão é que nesse cenário, com suas características positivas ou não, pessoas – com suas culturas – também estão em movimento aos milhões, seja legal ou ilegalmente. A migração global encontra-se, hoje, quase na mesma escala dos grandes movimentos do século XIX, mas transcendendo todos os continentes. E é nesse contexto que localizamos a migração estudantil: pensando o processo de Globalização tanto como um acelerador da internacionalização da Educação Superior, por um lado, mas também como um modo de responder às novas pressões econômicas da era global, com conseqüências nem sempre positivas.

Tomemos por exemplo o Brasil. Entre as diversas parcerias e investimentos instituídos nos acordos entre o Brasil e diferentes países, sobretudo os países que compõem a PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa)[1], estão a luta pela erradicação da pobreza, desigualdade e exclusão; o estreitamento de relações políticas e econômicas; a questão do desenvolvimento sustentável e da Educação, sendo a última uma das agendas mais significativas. Nesse tocante, uma das pautas prioritárias da cooperação entre os países é a política de cooperação institucional para a Educação Superior de Graduação e Pós-graduação, pautados principalmente na migração estudantil e na transferência e cooperação técnico- científica.

Os processos de internacionalização que envolvem trocas universitárias, científicas e culturais não são um fenômeno recente. Especificamente no caso do Brasil, essa política de internacionalização da Educação caminha para um século de existência. Conhecidos atualmente como PEC-G e PEC-PG (Programa de Estudantes-Convênio de Graduação e de Pós-Graduação) esses programas educacionais datam da década de 20; outrora administrados somente pelo Itamaraty e, desde o final da década de 60, por Protocolos conjuntos, com prazos indeterminados, por dois Ministérios: o de Relações Exteriores (MRE), por meio da Divisão de Temas Educacionais (DCE) e o da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Ensino Superior, (SESu), além da parceria das Instituições de Ensino Superior participantes do Programa. Trata-se de programas de cooperação onde o Brasil oferece vagas em universidades brasileiras a estudantes de países em desenvolvimento da África e da América Latina, com vistas ao desenvolvimento e atualmente são regidos pelo Decreto 7.948, publicado em 2013, que lhes conferiu maior força jurídica. [2]

É inegável o aspecto positivo dessas políticas para todos os países envolvidos e não é nosso objetivo discutir essas políticas em si. Mesmo por que entendemos que a mobilidade estudantil é um importante instrumento para a internacionalização da aprendizagem, gerando muitas vezes a conseqüente melhoria da qualificação profissional e aquisição de experiências, fruto do rompimento das barreiras geográficas e físicas e do intercâmbio cultural. Contudo, o que queremos propor antes disso, é pensarmos as motivações desses migrantes, buscando compreender o papel que a Educação passa o cumprir nesse caso. Nossa hipótese é a de que em muitos casos a migração de estudantes reflete uma necessidade de internacionalização de conhecimento para adequação às novas realidades da Economia mundial, da formação de elites intelectualizadas que se tornam cada vez mais necessárias para darem conta dos processos de desenvolvimento de seus países, buscando responder a demandas de mercado, mas que, não raro, infelizmente, esses estudantes ganham em tecnicismo o que perdem em liberdade intelectual.

---

1 Os países integrantes do PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – são: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste que, juntos com o Brasil e Portugal compõe a CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Como afirma Gusmão (2012), «A primeira sigla indica a pertença a um tronco lingüístico comum, decorrente da colonização portuguesa, a segunda sigla revela o pertencimento lingüístico e agrega aos componentes, a dimensão da cooperação técnica, econômica, política, que tem por meta a formação comunitária e a aproximação transnacional desse bloco no rearranjo das forças globais.»

2 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7948.htm. Acesso em 13.dez.2014

Conhecimento como moeda.

Diferentes pesquisadores tem se dedicado a compreender o fenômeno da migração estudantil e buscado contribuir para a compreensão dessa dinâmica enquanto uma resposta da sociedade a novas realidades e exigências, tanto do mercado quanto do próprio sistema educacional.

Como bem afirma a Professora Dra.Suely Ferreira, a partir da década de 80, ganhou força a interpretação de que o mercado passou a moldar e condicionar o processo educativo, forçando-o a adaptar-se a um modelo competitivo. Segundo a autora, «*ganha força a perspectiva de que a sociedade e a economia devem estar assentadas no conhecimento como estratégia de competitividade, tanto no cenário local quanto no internacional*» (Ferreira,2012:457) . Nesse sentido, na medida em que a Educação Superior e a Ciência passam a ser consideradas como fatores de produção e «*parte integrante da economia, mercadorias ou quase mercadorias, em países centrais, da periferia e da semi-periferia*» (Sguissardi,2006:1035), percebemos que o conhecimento passa a se transformar em valor econômico e social. O reforço dessa concepção econômica do processo de Educação é uma característica que nos chama a atenção nessa nova leitura globalizada do mundo.

A Universidade, pensada outrora como um berço de idéias, ganha para além dessa perspectiva novas competências: a função de habilitar o estudante a criar inovação, a ser competitivo, a ser um agente de desenvolvimento econômico e social, ser empreendedor, ser apto a lidar com as exigências do mercado globalizado; ou seja, «*uma maior qualificação de recursos humanos é, cada vez mais, considerada pelos governos como fator essencial da competitividade econômica entre os países*.» (Neves & Balbachevscky,2009:106). Quer dizer, o conhecimento universitário passa a exercer um papel de moeda de troca, quase um "Soft Power", proporcionando aos Estados, aonde esses estudantes aplicarão seus conhecimentos, a garantia da qualificação de seus futuros cientistas, engenheiros, policy- makers assim por diante. A partir do momento em que a universidade passa também a sofrer as conseqüências da globalização, o processo educativo torna-se um mecanismo de ascensão social ainda mais poderoso, contudo, torna-se, por que não dizer contraditoriamente, mais «*individualista e excludente*» como afirma Zamberlam. (Zamberlam,et al, 2009:18).

Excludente, ressaltemos, por que muitos permanecem de fora das possibilidades que essa experiência pode proporcionar. E, mesmo para os que tem a oportunidade de migrarem em busca de qualificação, o resultado pode não ser o almejado. A concepção de que os alunos migrantes, ao retornarem aos seus países de origem, assumirão posteriormente uma posição de relevância em suas sociedades enquanto mão de obra estratégica, muitas vezes termina apenas na esperança. Os estudantes migram vislumbrando promessas de empreendimento, de estabilidade financeira ou mesmo inserção política no seu retorno, mas que ao fim e ao cabo resultam mais em status que em efetiva ascensão social, com a real melhoria da qualidade de vida da família. Obviamente que na maioria dos casos esse conhecimento adquirido é de extrema relevância para a realidade social desses jovens, mas não há uma relação óbvia de causa/conseqüência nessa soma, tendo em vista que a absorção deles pelo mercado não é garantida. Sem renegar as enormes vantagens da internacionalização da Educação, não podemos nos furtar em admitir que esse processo têm seus aspectos negativos.

Ademais, se analisarmos a internacionalização da Educação como uma resposta à Globalização e, por sua vez, pensarmos a Globalização como um mito, essa exclusão é ainda mais evidente. Como argumentam Hirst e Thompson, na verdade, a economia mundial não é assim tão global, tendo em vista que o comércio, investimentos e fluxos financeiros ainda encontram-se concentrados entre grandes blocos, como América do Norte, Europa e Ásia; e que, portanto, essa noção de uma economia realmente global nos engana, não só por estar fora do nosso controle como por evitar que desenvolvamos políticas para controlar as economias nacionais. Para eles, a idéia de obedecermos ao mercado global é um mito e, logo, qualquer tentativa de nos adaptarmos exclusivamente a isso também é inócua.

Segundo, a Globalização é muito desigual em seus efeitos. Superestima-se a extensão e profundidade dessa universalização de direitos, deveres e acessos. Nessa chave, o "global" de fato atinge somente uma pequena parte da humanidade, visto que as forças que estão sendo globalizadas são convenientemente aquelas do mundo ocidental capitalista e não se enquadram a todos igualmente; privilegiando uma certa visão de mundo em detrimento de outras tantas. Essa interpretação, apesar de extrema, diríamos, nos ajuda a compreender os porquês dessa exclusão persistente, ao nos lembrar que há grandes perdedores surgindo também por causa da

Globalização, uma vez que ela representa o sucesso do capitalismo liberal em um mundo dividido economicamente. E, desta forma, talvez um dos resultados dessa Globalização seja permitir meios mais eficientes de exploração das nações (e populações) menos favorecidas em nome dessa "abertura".

Como diriam os céticos da Globalização como Hisrt, Thompson e Rosenberg, a desigualdade está profundamente incluída no processo de Globalização. Para os mais ricos, esse processo pode, de fato, refletir o encolhimento do mundo, mas para os mais pobres, a larga maioria da humanidade, Globalização está diretamente associada a profunda noção de desempoderamento e desautorização.(ROSENBERG, 2006). E nesse caso, a migração estudantil no processo de internacionalização do conhecimento é um bom exemplo de como as oportunidades de "empoderamento" são bastante desiguais.

Por outro lado, temos a interpretação mais positiva desse processo. Uma leitura que enxerga oportunidades. Na busca de responder às exigências do mercado, o ensino e a pesquisa passam também a privilegiar os interesses estratégicos e comerciais dos países, fazendo da educação universitária o lócus gestor e propagador, muitas das vezes, de interesses científicos e tecnológicos voltados para a economia de países em desenvolvimento. Neste sentido é evidente que a migração estudantil pode ser considerada um bom exemplo de como «*o acesso a educação superior é visto como importante mecanismo de redução da desigualdade de oportunidades e como fator de promoção da mobilidade social*» a despeito de se atribuir crescente relevância econômica à educação.

Como vimos, dependendo da interpretação adotada, leremos a migração estudantil por uma ótica diferente. E, uma vez que essa discussão ainda carece de muita análise, nosso objetivo é, tão somente, o de popularizar as vantagens e desvantagens desse processo. A crítica que fazemos, todavia, é a essa quase responsabilidade de energizarem a economia de seus Estados que os alunos migrantes têm/sentem ao retornarem para seus países de origem. Como concluem diversos pesquisadores da área, a questão da migração estudantil não se trata de "*um simples deslocamento de indivíduos, assim como nenhuma outra modalidade de migração, mas sim, uma promessa de desenvolvimento para seus países de origem*" (Gusmão, 2006 apud Souza, 2011). O fluxo migratório para fins de estudo e qualificação normalmente está diretamente relacionado à conformação dos mercados de trabalho local/ global. Não por acaso, a circulação internacional de estudantes, em muitos casos, por conta de seus financiamentos, diz respeito a processos relativos à configuração dos Estados emergentes e seus projetos de desenvolvimento. Como afirma Gusmão, é bem verdade que esses propósitos se realizam, na sua larga maioria, através de jovens que buscam no exterior uma formação qualificada na intenção de integrarem as realidades emergentes de seus países. Mas o que nos perguntamos é até que ponto aquilo que é esperado dessa elite intelectualizada, pelos projetos de desenvolvimento nacionais, está em consonância com a realização de seus projetos pessoais de vida e qual o papel que podemos esperar desses "cérebros" enquanto intelectuais que são?

Pensemos esses estudantes/migrantes, por um momento, não como mão de obra qualificada, não como respostas á demandas econômicas, não como arrimos de família, mas como pensadores e intelectuais. Qual seu papel enquanto tal?

Papéis do Intelectual

Buscando fomentar ainda mais essa discussão crítica sobre a moderna "Economia da Educação", pensemos a busca por conhecimento enquanto uma forma de consumo. Em sua obra "The Consumer Society", Jean Baudrillard analisa a sociedade contemporânea ocidental através do fenômeno do consumo de objetos, o que ele intitula de "o sistema de objetos". Em sua conclusão, ele defende que:

> It has to be made clear from the outset that consumption is an active form of relationship (not only to objects, but also to society and to the world); a mode of systematic activity and global response which founds our entire cultural system. (BAUDRILLARD, 1998: Conclusion)

Ele nos mostra, com perspicácia, como corporações gigantes fomentam desejos incontroláveis de consumo, criando novas hierarquias sociais que substituíram a antiga diferença de classes. Se trouxermos esse raciocínio para a nossa discussão, podemos traçar o mesmo paralelo entre mercado globalizado e conhecimento enquanto um objeto de consumo. Ao consumirmos conhecimento, adentramos outras esferas sociais, mudamos padrões de comportamento, nos integramos ao sistema econômico... ou não!

Quando ele afirma que: «the washing machine serves as an appliance and acts as an element of prestige, comfort etc… All kinds of other things may be substituted here for the washing machine as signifying element» (BAUDRILLARD, 1998:50), ele nos mostra o que está para além do objeto em si. Que muito mais que facilitar a vida cotidiana, o 'objeto de consumo" empodera o indivíduo; muda sua maneira de lidar com o mundo. Parafraseando Baudrillard, eu ousaria dizer que conhecimento, hoje, é a nova máquina de lavar.

Assim como na lógica de sinais, ou de símbolos, objetos não são mais relacionados de nenhuma maneira específica a uma função ou necessidade, precisamente por que respondem a uma lógica diferente, uma lógica social ou uma lógica do desejo; para o qual passam a funcionar como um campo inconsciente de significados; assim também podemos dizer do conhecimento, que ao se tornar um "objeto de consumo", altera sua função ou papel.

Em um mundo de rápida comunicação, de trocas de informações cada vez mais velozes, de economias globais e mercados internacionalizados; o conhecimento ganhou status de moeda muito valiosa; uma moeda que promete promover a "Revolution of Well Being", assim como os objetos de Baudrillard.(BAUDRILLARD, 1998:52)

Contudo, não podemos nem devemos nos restringir a essa concepção. A despeito do caráter consumista atrelado ao conhecimento, urge resgatarmos, fomentarmos, preservarmos a liberdade intelectual, o pensamento crítico, a propagação do conhecimento científico e humanístico que um dia foi preeminente nas universidades. A sua razão de ser. Avançar, adaptar-se as novas demandas faz parte do processo de modernização, mas lutemos para que a universidade não esqueça suas aspirações essenciais e que o conhecimento seja um reflexo dessa consonância. Assim sendo, o que essa juventude intelectualizada, que foi buscar conhecimento tão longe, pode/deve/merece fazer com esse conhecimento além de responder às demandas do mundo global?

Edward W.Said, em sua obra "Representações do Intelectual", nos oferece algumas sugestões. Ele nos presenteia com uma instigante definição de quem é o intelectual e qual o papel desse detentor de conhecimentos, para além de uma visão utilitária.

Nessa coletânea de conferências proferidas pelo autor em 1993, Said defende o papel público do intelectual exatamente como acreditamos ser seu maior objetivo. Precisamente um outsider, um perturbador do *status quo*. Segundo Said:

> Uma tarefa do intelectual reside no esforço em derrubar os estereótipos e as categorias redutoras que tanto limitam o pensamento humano e a comunicação (...) falar de intelectuais precisamente como aquelas figuras cujo desempenho público não pode ser previsto nem forçado a enquadrar-se num slogan, numa linha partidária ortodoxa ou num dogma rígido.(Said,2005:10-12)

O problema que ele levanta não é tanto a sociedade de massa como um todo ou as demandas econômicas da modernidade, mas antes os que estão dentro do sistema, especialistas, grupos de interesses, profissionais de toda ordem que moldam a opinião pública, tornando-a conformista e encorajando a confiança naqueles que administram e/ou estão no poder. Como ele ressalta, pessoas bem relacionadas promovem seus interesses particulares com muita propriedade e são dos intelectuais a responsabilidade de questionar o *status quo*: os nacionalismos patrióticos, os pensamentos corporativos, as injustiças sociais, a manutenção e adequação dos privilégios de classes, étnicos ou de gênero, por exemplo.

Como afirma o autor «o mundo está mais abarrotado do que nunca de profissionais, especialistas, consultores; numa palavra, povoado de intelectuais cujo papel principal é conferir autoridade com seu trabalho enquanto recebem grandes lucros.» (SAID,2005:14) Esse é seu grande questionamento. Claro que os intelectuais se deparam com um conjunto de escolhas e essas escolhas representam não somente alguma coisa para seus respectivos públicos como se auto-representam diante de si mesmos. E não raras são as vezes em que os intelectuais tornam-se servos dessa realidade. Aliás, boa parte de nossa discussão até aqui reflete essa idéia ao associarmos o processo de internacionalização do conhecimento ás demandas da economia. Afinal, nessa chave, a instrução passa a representar um recurso de poder que define quem está apto e quem não está para cumprir as exigências do mercado de trabalho, deixando no ostracismo aqueles de não se enquadram no perfil.

O que sugere Said é que «o principal dever do intelectual é a busca de uma relativa independência em face

de tais pressões». Daí sua caracterização do intelectual como um exilado; aquele que busca os mecanismos e linguagens necessárias para falar a verdade ao poder. (SAID,2005:15) [3]

Ao ressaltar o papel do intelectual como um outsider, diz Said, reconhecemos como nos sentimos amarrados às circunstâncias e autoridades sociais, e como essa poderosa rede de autoridade, por exemplo, meios de comunicação, corporações, empresas, governos, nos impossibilitam, muitas vezes, de realizar qualquer mudança, nos deixando apenas a oportunidade de testemunhar as desigualdades.

Contudo, seu discurso é o da defesa de um espírito de oposição mais que de acomodação. Para ele «o ideal romântico, o interesse e o desafio da vida intelectual devem ser encontrados na dissensão contra o *status quo*, num momento em que a luta em nome de grupos desfavorecidos e pouco representados parece pender tão injustamente para o lado contrário deles». (SAID,2005:16)

Vale ressaltar que, assim como o autor que nos inspira, não defendemos que os intelectuais devam adotar uma postura queixosa, mas sim insurgente, que é uma condição solitária e muitas vezes indigesta, mas sempre melhor do que a "tolerância gregária com o estado de coisas", nas palavras de Said. Como ilustra sua citação:

> E difícil para um intelectual enfrentar essa ameaça sozinho e por conta própria, e mais difícil ainda encontrar um modo consistente, coerente com suas crenças, e ao mesmo tempo permanecer livre o bastante para evoluir, abraçar novas idéias, mudar a cabeça, descobrir coisas novas ou redescobrir o que foi posto de lado no passado. O aspecto mais complicado de ser um intelectual é representar o que se professa por meio do trabalho e de intervenções, sem se enrijecer numa instituição ou tornar-se uma espécie de autômato agindo a mando de um sistema ou método. Qualquer um que tenha sentido a satisfação de ser bem-sucedido nisso e ao mesmo tempo conseguir manter-se alerta e firme poderá avaliar como essa convergência é rara. (SAID,2005:121)

O que acreditamos ser o papel do intelectual é exatamente o que Gramsci definia como "Intelectual Orgânico". Para Antonio Gramsci, os intelectuais orgânicos são aqueles que se encontravam ativamente inseridos nos contextos sociais, envolvidos com as demandas da sociedade, lutando constantemente para mudar mentalidades e expandir mercados. Neste caso, são aqueles que não se acomodam com o status vigente, nem buscam por isso; ao contrário, «os verdadeiros intelectuais nunca são tão eles mesmos quando, movidos pela paixão metafísica e princípios desinteressados de justiça e verdade, denunciam a corrupção, defendem os fracos, desafiam a autoridade imperfeita ou opressora». (GRAMSCI apud.SAID,2005:21)

Toda essa defesa de Said vem do receio de que o intelectual possa tornar-se apenas mais um profissional ou uma figura encaixada em um determinado contexto social. Dividimos essa angústia com ele, visto que os que trabalham em qualquer área relacionada com pesquisa, divulgação ou promoção de conhecimento são intelectuais no sentido Gramsciano. Como afirma o sociólogo americano Alvin Gouldner, citado por Said, os intelectuais formaram há muitos anos uma nova classe, e os administradores intelectuais na verdade, substituíram as velhas classes abastadas. Entretanto, os intelectuais atingem a um público muito menor, restringindo-se ao que ele considerou chamar de "cultura do discurso crítico" (GOULDNER,apud.SAID, 2005:24), ou seja, criou-se uma linguagem, um *modus operantis* próprio de cada área do conhecimento que se tornou especializada e utilizável entre si. Os especialistas e seus conhecimentos específicos dirigem-se uns aos outros numa "língua" usualmente incompreensível por quem não conjuga do mesmo conhecimento.

Insistimos nessa mesma bandeira, a de que o intelectual não é um profissional sem rosto ou um mero componente de uma determinada classe, qualificado para exercer uma função e responder positivamente as mais distintas demandas, mas, sobretudo, um indivíduo com um papel público na sociedade, dotado de vocação para pensar, articular e propagar uma mensagem, um ponto de vista, um desejo, uma filosofia de vida, um atitude; uma indignação de (e também para) um público. Logicamente, essa posição não é fácil. É sempre uma prática fora da zona de conforto ou, nas palavras do autor,

---

3 Nesse caso, entendemos que o autor define como Verdade o ponto de vista que desvela as desigualdades ou quaisquer outras manifestações que firam a dignidade humana ou seus mais básicos direitos, com base nos Princípios Universais. Tomando o cuidado de não desenvolvermos maiores discussões sobre conceitos como Verdade ou Justiça, visto que são extremamente dialéticos e não é nossa proposta. (Grifo meu)

> um papel que encerra certa agudeza, pois não pode ser desempenhado sem a consciência de se ser alguém cuja função é levantar publicamente questões embaraçosas, confrontar ortodoxias e dogmas (mais do que produzi-los); ou seja, alguém que não pode ser facilmente cooptado por governos ou corporações, e cuja *raison d'être* é representar todas as pessoas e todos os problemas que são sistematicamente esquecidos ou varridos para debaixo do tapete. (SAID, 2005:26)

Seguindo nessa crítica, todo conhecimento reproduzido por aquele que o detém trás consigo valores, posições de onde partiu e também a maneira como se insere no mundo social. Portanto, não existe um intelectual pra si e para o outro, ou melhor, um intelectual público e outro privado. Nunca seremos apenas porta-vozes de uma determinada posição dissociada daquilo que eu mesmo represento. O que penso e desejo se reproduz no meu agir no mundo e vice-versa. Por essa razão, Said defende a idéia de que o conhecimento deve servir para incomodar, para nos fazer pensar e questionar o mundo e não somente nos tornar competentes.

Conclusão

O conhecimento não custa pouco. O ensino formal, a educação dos jovens até que ingressem na força de trabalho, custa cerca de um décimo do Produto Interno Bruto, na maioria dos países desenvolvidos e hoje já alcança marcos semelhantes, em muitos países em desenvolvimento. Portanto, não corremos o risco de errar ao afirmar que a formação de conhecimento já é o maior investimento em todos os países desenvolvidos e um dos maiores objetivos dos emergentes. E o retorno que um país obtém sobre o conhecimento certamente será, cada dia mais, um fator determinante de sua competitividade. Cada vez mais seu sucesso econômico e social pode ser mensurado por sua produtividade de conhecimento. (DRUCKER, 1999: 177)

Some-se a isso o fato das significativas mudanças econômicas e sociais que o processo de Globalização impôs aos mercados, Estados e também às Universidades, promovendo alterações substanciais na maneira que passamos a compreender a aquisição de conhecimento. Assim sendo, o que temos presenciado é uma nova maneira de conceber a Universidade e sua finalidade, que para responder às demandas da "reestruturação produtiva do capital",[4] assumiu como finalidade a formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho, um maior enfoque em criação de inovações tecnológicas competitivas e, incentivo ao empreendedorismo.

Este é o cenário no qual discutimos a migração estudantil. A internacionalização da Educação, sobretudo da Educação Superior reflete os efeitos dessa Globalização. Somente no contexto dessa relação entre mundo globalizado e juventude conseguimos compreender as motivações e anseios desses estudantes, assim como identificarmos os pontos positivos desse encontro de culturas e desenvolvimento de múltiplos saberes, mas também os pontos negativos do condicionamento do processo educativo para adaptar-se a um modelo cada dia mais competitivo, que reflete os interesses do mercado capitalista.

Nosso objetivo, longe de esgotar o debate, foi o de incitar a discussão sobre nosso papel enquanto intelectuais, defendendo a atividade intelectual enquanto promoção da liberdade humana e do conhecimento, que sirva para promover valores universais e garantia de liberdades e não somente enaltecer a competência.

Como bem argumenta Said, «governos continuam a oprimir abertamente as pessoas, graves erros judiciários ainda acontecem, a cooptação e inclusão de intelectuais pelo poder continuam a calar sua voz e o desvio dos intelectuais da sua vocação é ainda muitas vezes uma realidade» (SAID,2005:32). Ao resgatarmos um pouco da antiga narrativas de emancipação e esclarecimento, características da Idade Moderna, nossa intenção foi propor que o conhecimento e a informação, seja ele obtido aonde for, fruto dessas "trajetórias nômades estudantis", expressão cunhada por Gusmão, ou por uma maior amplitude de oportunidades nas universidades e escolas de seus próprios países, ganhe força, como uma arma poderosa, para lutarmos contra as desigualdades desse mundo.

---

4 Idéia de adequação ao mercado globalizado, trabalhado por Ferreira (2012).

Bibliografia:

BAUDRILLARD, Jean. (1998). *The Consumer Society: Myths and Structures*, NY: Sage Publication.

DRUCKER, Peter Ferdinand. (1999) *Sociedade pós-Capitalista*. São Paulo: Pioneira

FERREIRA, Suely. (2012). "Reformas na Educação Superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011)". *Linhas Críticas*, Brasília. DF: n36 maio/ago 2012.pp 455-472.

GIDDENS, A. (2001 [1991]) *The Consequences of Modernity: Self and Society in the Late Modern Age.* Cambridge Polity Press and Stanford, CA: Stanford University Press.

GILPIN, R. (2001) *Global Political Economy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

GUSMÃO, Neusa.M.Mendes. (2006). "Trajetos Identitários e Negritude: jovens africanos no Brasil e Portugal". *Impulso,*Piracicaba: 17(43): pp. 45-57.

HIRST, P, and THOMPSON,G. (2003) "Globalization: A Necessary Myth?", in HELD, D & McGrew, A. (eds), *The Global Transformations Reader*, 2nd Ed. Cambridge: Policy Press, pp98-106.

NEVES, Clarissa Baeta; BALBACHEVSKY, Elizabeth.(2009). "Financiamento da educação superior: lições da experiência internacional". 2◦ Ciclo de Seminários Internacionais. *Educação no século XXI: modelos de sucesso*. Rio de Janeiro: SENAC.

ROSENBERG, J. (2006). "Globalization Theory: A Postmortem' International Politics", 42 (1): pp2-74.

SAID, Edward W. (2005). *Representações do Intelectual: As Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras.

SCHOLTE, J.A. (2000) *Globalization: A Critical Introduction*. London: Macmillan.

SGUISSARDI, Valdemar. (2006) "Reforma Universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro" in *Educação & Sociedade,* Campinas, vol27 (n.96.Especial), pp.102-15

SOUZA, Lorena Francisco de (2011). "Migrações na sociedade Moderna: o caso dos estudantes Africanos no Brasil". *XI CONLAB*, 07-10ago, 2011. Salvador: UFBA.

ZAMBERLAM, J.Corso, BOCCHI, L.Filippin; J &KÜLKAMP, W. (2009). *Estudantes internacionais no processo globalizador e na internacionalização do Ensino Superior.* Porto Alegre: Solidus.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7948.htm. Acesso em 13.dez.2014

GT 83
Metodologias participativas e dialógicas para a construção de um conhecimento científico-social emancipatório

Discriminação, cultura e religiosidade: reconhecimento de direitos

Aline Andrighetto[1]

Resumo: O intuito da pesquisa é explicar a importância do reconhecimento de identidades culturais para o papel democrático no Brasil, e sua importância para a perspectiva da concepção liberal de democracia e a reconstrução da sociedade cultural, a qual deve atender as expectativas sociais e priorizar as violações de Direitos Humanos em práticas discriminatórias. Coloca que o estudo sobre a origem das culturas e dos povos teve por consequência a revalorização do paradigma das identidades junto às Ciências Humanas. Menciona alguns pontos na história do país onde se evidenciam ideais de preconceito contra a sociedade. Procura demonstrar na legislação vigente a proteção dos grupos vulneráveis a estas práticas abusivas, no tocante a noções de garantia e proteção para uma sociedade mais justa e solidária. Coloca a Importância do reconhecimento a liberdade de culto reconhecido pela Constituição Federal, como parte da construção cultural da sociedade. Neste sentido, faz-se importante o debate para a construção do papel social da religião em sociedade multiculturais e compreender de que maneira se coloca o papel humano de respeito as culturas e sua religiosidade em um sentido racional, humano e moral de respeito a todas as etnias.

Palavras- chave: Importância; Reconhecimento; Religiosidade; Cultura; Racismo.

Abstract: The aim of the research is to explain the importance of recognizing cultural identities for the democratic role in Brazil, and its importance to the perspective of the liberal conception of democracy and the reconstruction of the cultural society which must meet social expectations and prioritize Human Rights violations in discriminatory practices. Puts the study of the origin of cultures and peoples has led to the upgrading of the paradigm of identities along the Humanities. Mentions some points in the history of the country where evidence of bias against the ideal society. Seeks to demonstrate the current legislation protecting groups vulnerable to such abuse, in relation to notions of guarantee and protection for a more just and caring society. Puts the importance of recognizing freedom of worship recognized by the Constitution as part of the cultural construction of society. In this sense, it is important for the debate to build the social role of religion in multicultural society and understand how it puts the human moral of respect regarding the role of culture and their religion in a rational, human sense and all ethnicities.

Key word: Importance; recognition; religiosity; culture; Racism.

---

1 Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI); Bacharel em Direito e pós-graduada em Direito Ambiental pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí); membro do grupo de pesquisa "Novos direitos na sociedade globalizada"; registrada no CNPq e base de sustentação da linha de pesquisa "Direito e Multiculturalismo" do Mestrado da URI, Santo Ângelo, RS. alineandrighetto@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Em um primeiro momento, faz-se importante mencionar a identidade do ser humano e suas diferenças. A tentativa de compreender biológica e socialmente a realidade das coisas e dos meios faz parte de uma pré-concepção do processo de efetivação da identidade e da diferença. Identificar, portanto, significa reconhecer um objeto por meio da determinação de invariáveis, cujas características determinam a coisa na sua unidade e individualidade durante o tempo de sua existência.
Por outro lado, diferenciar significa estabelecer variações que não são determinantes a um objeto como indivíduo, mas que determinam uma mínima lógica que pressupõe um preparo de informações, como racionalização primeira e originária da natureza. Por isso, torna-se difícil, muitas vezes, situar quem é quem no jogo das diferenças, nas relações desiguais de poder, de quem se posiciona na condição de dominante ou de dominado, uma vez que em todos os grupos culturais existem os discriminados e os discriminadores.
Mencionar questões como reconhecimento e diferença é necessário, na perspectiva da concepção liberal de democracia, a reconstrução da política deve atender à sociedade civil no que se refere às intervenções na sociedade política à qual está subordinada. Dessa forma, o pensamento democrático se transformará fortemente. O que o artigo busca é mencionar através de sentença proferida em caso recente sobre violação de liberdade a culto religioso a necessidade de se rever o aparato judicial existente e o reconhecimento por parte do poder judiciário dos grupos minoritários, os quais devem em sua máxima proteção e respeito, reconhecendo direitos históricos e legados deixados pelos povos que habitaram o Brasil. Menciona que a religiosidade é de suma importância para o processo de reconhecimento da identidade, pois governa a vida espiritual do homem e mantém entre eles um conjunto de práticas. No que se refere à população negra é importante ressaltar as condições históricas as quais ligam- os a sociedade brasileira. O objetivo deste artigo é demonstrar o poder que a influência da religiosidade exerce sobre a sociedade através de suas raízes históricas e como a sociedade atual aceita esta cultura.

1- RECONHECIMENTO CULTURAL

O ser humano deve ser visto como alguém que precisamente, por meio da aceitação de outros, se sente reconhecido e, consequentemente, em comunhão com estes, possibilitando a sua disposição de igualmente reconhecer o outro em sua originalidade e singularidade. "[...] movimentos de emancipação também visam a superação de uma cisão ilegítima da sociedade, a autocompreensão da cultura pode não sair ilesa" (HABERMAS, 2002, p.239). Isto porque, a compreensão do outro em suas relações e interesses necessita de uma reinterpretação do papel do homem.
Há uma diferenciação quando se trata de reivindicar reconhecimento para identidades coletivas ou igualdade de direitos culturais. Isto porque sociedades multiculturais, ou povos que no passado lutavam por independência e autonomia, hoje lutam por igualdade de direitos. O reconhecimento da forma de vida e das tradições culturais e exige garantias de *status* ou sobrevivência.
Para Honneth, "Uma forma tradicional de reconhecimento jurídico dessa espécie já concede ao sujeito, como vimos, uma proteção social para sua 'dignidade' humana (2003, p.181).
Há uma necessidade permanente de valorização de igualdade entre os sujeitos, pois quando há a interligação entre Estado de Direito e Democracia, é possível que o sistema venha a ensejar condições de vida social menos desiguais para as diferentes identidades culturais hipossuficientes.
Honneth afirma ainda que a autocompreensão cultural de uma sociedade determina critérios pelos quais se orienta a estima social das pessoas, já que suas capacidades e realizações são julgadas intersubjetivamente, à medida que cooperam na implementação de valores culturalmente definidos. Por outro lado, a forma de reconhecimento está ligada também à pressuposição de um contexto de vida social, cujos membros constituem uma comunidade de valores mediante a orientação por concepções de objetivos comuns (2003, p.200).

É nesse sentido que surgem os questionamentos acerca da diversidade de identidades, como devem ser definidas, e se devem ser relacionadas especificamente com as culturas. A tendência para a consolidação e difusão de uma ou de algumas poucas linhas de força de alcance global surge como mais nítida no campo da economia do que no campo da cultura. Esse quadro relativo à identidade cultural não se manifesta apenas no chamado mundo subdesenvolvido ou em desenvolvimento. Existem alguns parâmetros culturais, os quais devem ser observados para se identificar as diferenças a partir de uma economia. D'Adesky menciona neste sentido que se pode identificar a raça, a religião e a língua como fatores fundamentais, a história como o epicentro de uma herança cultural comum, de maneira que a consciência de pertencimento e a vontade de viver em conjunto tonam-se expressões de determinada comunidade cultural (2009, p.38).

No sentido de verificar identidades culturais há de se falar em vários modos que aparecem como reveladores de tempos de crises e de imprevisibilidades. Sem dúvida, o nacionalismo assim como o racismo canaliza reações e sentimentos distintos. O retorno às origens culturais e suas reações por parte das nações podem traduzir a perda das certezas na ideia de progresso, ou seja, o sentimento de perda de um futuro.

O estudo sobre a origem das nações e o retorno às reivindicações culturais dos povos teve por consequência a revalorização do paradigma das identidades junto às Ciências Humanas. O culto do passado predispôs a própria disciplina de História a se mobilizar na construção de memórias e de identidades particulares. Esse fato adquiriu uma dimensão inédita no mundo, em que se inventam entidades nacionais encontradas na construção de um passado.

O que se percebe, falando em diversidade, é que as demandas multiculturais vêm crescendo cada vez mais e proporcionam uma crescente ampliação nos direitos constitucionais na maioria dos Estados. Não bastam, entretanto, as lutas pelo reconhecimento serem traduzidas em termos normativos constitucionais, mas também em termos de ações políticas no campo institucional mediante a realização de políticas públicas que buscam afirmar e administrar as diferenças culturais, e de identidade utilizando estratégias que contemplem componentes linguísticos, sociais, econômicos, educativos, entre outros. Segundo menciona Geertz:

> [...] a antropologia tem tentado encontrar o seu caminho para um conceito mais viável sobre o homem, no qual a cultura e a variabilidade cultural possam ser mais levadas em conta do que concebidas como capricho ou preconceito e, no entanto, ao mesmo tempo, um conceito no qual o principio dominante na área, "a unidade básica da humanidade", não seja transformado numa expressão vazia (1989, p.27).

Nesse sentido, a centralidade do Direito quando relacionada a diversidades multiculturais é vista não somente com um mecanismo de regulação social. Torna-se necessário destacar que as políticas de reconhecimento, tanto em termos normativos constitucionais como em termos de políticas públicas, apresentam alguns problemas, como por exemplo, as demandas particulares que transformam direitos em diferenças culturais, muitas vezes podendo sobrecarregar o Estado com uma pressão social cuja legitimidade este não possa instaurar em função da falta de instrumentos políticos.

A história cultural substitui a ambígua história das mentalidades. Pode-se dizer que os conceitos de cidadania trouxeram realidades diferentes à pessoa que prezam muito mais pelos ideais de igualdade e interessa-se por outros níveis de análise, como algumas noções de comunicação distintas que implicam: a transmissão, a aquisição, o dito, o pensado, o imaginado e o criado.

No que concerne ao contexto brasileiro, à questão cultural e às interrogações inerentes aos efeitos da globalização, tem-se que o fenômeno da globalização acentua o sentimento de perda de identidade, ou seja, em um mundo de metamorfoses, se a globalização proporciona novas solidariedades planetárias, como ecologia e direitos humanos, elas devem reforçar as necessidades de reconhecimento das diferenças.

Menciona Geertz:

> Os usos da diversidade cultural, de seu estudo, sua descrição, sua analise e sua compreensão, têm menos o sentido de nos separarmos dos outros e separarmos os outros de nós, a fim de defender a integridade grupal e manter a lealdade do grupo, do que o sentido de definir o campo que a razão precisa atravessar, para que suas modestas recompensas sejam alcançadas e se concretizem (2001, p.81).

Num mundo sem fronteiras e sem referências, a busca por identidades se acelera, favorecendo múltiplas solidariedades, portadoras de identidades de substituição, em níveis nacional, local e individual, podendo modificar os modos de vida das pessoas e a própria cultura, ou seja, a globalização provoca uma fragmentação e uma uniformização. Desse sentimento de instabilidade, que conduz o indivíduo a incessantes tomadas de riscos, resultam os "mal-estares" da identidade contemporânea, como bem constata Giddens (1991).

Enfim, o que se pode concluir é que o conhecimento é que leva o homem a crescer dentro de seu grupo, o que de certo modo faz com que se crie uma integração cultural, melhorando as relações e buscando sanar diferenças com respeito às exigências e potencialidades de um povo.

2- DISCRIMINAÇÃO HISTÓRICA

A história do Brasil no período Colonial menciona a discriminação e o preconceito existentes no país desde o seu início. Em 1822, ao proclamar a independência de Portugal, o Brasil ainda mantinha mão de obra escravista baseada na exploração do homem e de sua força de trabalho, que era vista como propriedade privada de quem a comprava.

A sociedade escravocrata era uma ordem social com base na produção e na utilização da força de trabalho de afrodescendentes escravos. Ao longo dos tempos os portugueses povoaram um país com grandes dimensões, o qual possuía unidade territorial, idioma próprio, cultura e religião. A herança dessa exploração portuguesa foi uma população carente de uma formação cidadã, onde se desconsiderou a dignidade da pessoa humana. Não houve a preocupação de construir uma sociedade republicana, pois aos conquistadores preponderou a intenção de obter riquezas e retornar ao seu país (WILLEMAN, 2012).

Os nativos habitavam o território brasileiro quando aqui aportaram os portugueses. Vivendo em grupos, falavam diversas línguas e apresentavam vários estágios de organização. Praticavam a agricultura e sua economia era de subsistência. Com o processo de colonização foram reduzidos a pequenos grupos e suas terras invadidas/usurpadas. Os portugueses atuavam como os novos proprietários, e receberam, por via do tráfego, milhões de africanos para o trabalho escravo.

Os africanos possuíam sua própria cultura, pois eram nações diferentes que aqui se faziam representar por meio das suas várias e diversas características, tanto culturais quanto religiosas. A religião deste povo foi fundamental para a resistência e conservação de aspectos culturais e contribuiu para a construção da identidade e solidariedade. A noção de territorialidade como espaço de reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica põe em xeque a visão tradicional que associa terra e pura utilidade econômica. São comunidades a reivindicar o "pleno exercício dos direitos culturais", no qual o seu "território" é elemento essencial (BALDI, 2014, p.02).

Sabe-se que muito do culto religioso existente hoje no Brasil é fruto da cultura africana. No Brasil Colônia, os escravos eram impedidos de cultuar suas divindades, e para exercer seus cultos, sua língua e suas práticas, muitas vezes precisavam fingir o culto católico, o que garantiu a permanência de sua cultura até a atualidade. Por si só isso já justifica a quebra do preconceito do branco contra o negro. Além disso, a proibição do exercício do idioma, bem como da autoidentificação por seu próprio nome de batismo foi comum durante toda a escravidão, o que provocou a perda de muito das características de identidade deste povo, as quais foram cerceadas e até mesmo tornadas crime – como o caso da capoeira (2012).

Depois de formalmente abolida a escravatura, iniciaram-se casos de segregação violenta com a intervenção policial e de outras autoridades de templos, já que o Brasil racista sempre se autoproclamou católico. Percebe-se, então, que a cultura africana se coloca de maneira muito importante no que diz respeito às crenças hoje perpetuadas, pois advém de um conjunto de mitos e cultos. Segundo Canclini:

> As teorias do étnico e do nacional são, em geral, teorias das diferenças. Por outro lado, o marxismo e outras correntes macrossociológicas (tais como as que se ocupam do imperialismo e da dependência) dedicam-se à desigualdade. Em alguns autores encontram-se combinações de ambos os enfoques, como certos enfoques do nacional em estudos sobre o imperialismo ou contribuições à compreensão do capitalismo em especialistas da questão indígena. Quanto aos estudos sobre conectividade e desconexão, concentram-se nos campos comunicacional e informático, com escasso impacto nas teorias socioculturais (2009, p.55).

Alguns fatores concorreram para desestabilizar a imagem de paraíso que detinha o Brasil, cuja origem provém das elites brancas criadas por cientistas sociais. A democracia racial foi um dos maiores e mais poderosos mecanismos de dominação ideológica produzidos no mundo (GONÇALVES, 2006, p.67).

Depreende-se, contudo, que a língua tem oferecido aos negros e mestiços no país uma estrutura de inteligência no sentido de compreenderem a própria existência por meio de experiências vividas em um momento de confusão entre inclusão e exclusão. Sabe-se que a democracia, naquele período, favoreceu àqueles que dela obtiveram vantagens econômicas, sociais e políticas. Foram os negros e os mestiços que ao adentrarem na sociedade organizaram movimentos de protesto para denunciá-lo. Gohn coloca que:

> A presença dos movimentos sociais é uma constante na história política do país, mas ela é cheia de ciclos, com fluxos ascendentes e refluxos (alguns estratégicos, de resistência ou rearticulação em face à nova conjuntura e às novas forças sociopolíticas em ação) (2010, p.41).

Na história brasileira percebe-se que organizações negras são muito centradas, lideradas por pequenos grupos que se destacaram em projetos políticos a fim de reivindicar melhores oportunidades para a sociedade, como: mudanças nos padrões sociais, reivindicando direitos iguais e possibilidade de receber o mesmo tratamento de imigrantes europeus (GONÇALVES, 2006, p.69).

Até um passado recente, a necessidade de consciência do problema da discriminação não era um fenômeno isolado da estrutura de poder brasileira, mas colocava em questão o sistema de representações étnicas em vigor naquele momento, pois o que a elite branca mais temia era que negros e mestiços ocupassem cargos de poder.

Com base na legislação e com tantas preocupações relacionadas às minorias étnicas, pode-se dizer que o Brasil possui uma diversidade muito vasta e deve sim preocupar-se em preservar e defender as raízes do país que hoje possui uma diversidade de valores. Há de se pensar no grande absurdo que se comete transformando esta riqueza em opressão e luta.

Pode-se mencionar nesse sentido a Lei nº 7.716/1989, a qual refere crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, que deve ser divulgada e incorporada na busca pelos direitos das minorias e no combate da discriminação. No Brasil não há respostas sociais e econômicas para as desigualdades sociais, tampouco para as diferenças e as agressões, especialmente para aquelas que decorrem de condutas ou atitudes preconceituosas e discriminatórias. É preciso acabar com os problemas que criminalizam condutas, pois há compulsão em criminalizá-las, ao mesmo tempo em que são banalizadas as situações, asseverando que cadeia é a solução para todos os males ou ameaças. Como consequência estabelecem-se punições severas, fazendo com que os juízes nunca as apliquem às pessoas encontradas em culpa. Essa lei que criminaliza as condutas é obtusa, porque não enfrenta a gravidade do problema da discriminação e do preconceito no Brasil.

O Código Penal, em seu art. 140, estabelece a possibilidade de criminalização de agressão verbal como injúria. Neste sentido cabe atentar para dois artigos da Constituição Federal de 1988, o Art.

215 que menciona que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Segundo menciona o referido artigo, todos são tratados como iguais no sentido da dignidade essencial de sua contribuição cultural, incluindo-se aí as minorias. Já o art. 216 determina que o patrimônio cultural brasileiro, os bens de natureza material e imaterial, individuais ou e conjunto são formadores da sociedade brasileira. A Constituição de 1988, ao contrário das anteriores e ainda que não tenha utilizado qualquer terminologia de "multicultural" ou "intercultural", estabelece premissas e coordenadas para pensar a diversidade étnico-racial, social e cultural em patamares diferenciados (BALDI, 2014).

Sua interpretação leva a concluir que uma pedra é uma pedra, mas se for uma pedra insculpida, pintada ou lavrada, é um bem cultural. Assim também um tronco de árvore; mas se for um tronco trabalhado que se converta em um totem, em uma escultura ou em um adereço, passa a ser produto da cultura. Então, todos esses, "individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à memória, à ação dos diferentes grupos formadores da sociedade", são patrimônio cultural brasileiro, e devem ser respeitados e tratados de forma respeitosa de acordo com sua cultura e costumes.

O Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.288/2010) foi aprovado para dirimir questões e dúvidas sobre igualdade e intolerância étnica. O qual foi designado para garantir a população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e as demais formas de intolerância étnica.

O referido Estatuto menciona ainda que é dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da sua pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais. Com relação às normas constitucionais relativas aos princípios fundamentais, aos direitos, às garantias fundamentais e aos direitos sociais, econômicos e culturais, o documento adota uma diretriz política e jurídica, bem como orienta a inclusão das vítimas da desigualdade étnico-racial, a valorização da igualdade étnica e o fortalecimento da identidade nacional brasileira. Percebe-se, com isso, que os direitos das minorias estão sendo reconhecidos de maneira gradativa e com instrumentos hábeis e facilitadores. O homem precisa entender a respeitar o semelhante, mesmo que seja sob a força normativa.

Estabelece um repensar do conceito de "comunidade tradicional" (conceito existente na Convenção 169-OIT, da qual o Brasil é signatário), rompendo com: a) o pensamento eurocêntrico que parte do pressuposto de que o conhecimento tradicional associado (e toda a fitoterapia relacionada), as cosmologias étnicas, a associação com a presença indígena ou negra, a especificidade cultural, o manejo sustentável da economia são símbolos de que tais saberes, temporalidades, diferenças e escalas são inferiores e, portanto, devem manter-se ignorados, silenciados, eliminados e/ou condenados à inexistência ou irrelevância; b) o etnocentrismo, que entende as culturas como atemporais –ou quando distintas, como "presas ao passado"- e, portanto, impossíveis de serem alteradas. As "comunidades tradicionais"- das quais os quilombolas, faxinalenses e ribeirinhos são exemplos- não são representantes de um passado, nem "vestígio", nem meros "remanescentes": são parte da estrutura agrária do presente e tão modernas e contemporâneas quanto os agricultores que utilizam transgênicos ou os pesquisadores de células-tronco. Mais que isto: a insistência no critério de autodefinição (como previsto na Convenção nº 169- OIT) é outro elemento questionador do etnocentrismo da sociedade - os critérios de "classificação social" são, em geral, fruto de "heterodefinição" (de que "negro" e "homossexual" são casos clássicos) (BALDI).

Ações afirmativas são medidas especiais tomadas com o objetivo de assegurar progresso adequado de certos grupos raciais, sociais ou étnicos ou indivíduos que necessitem de proteção, e que possam ser necessárias e úteis para proporcionar a tais grupos ou indivíduos igual gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais, contanto que, tais medidas não conduzam, em consequência, à manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais, e não prossigam após terem

sido alcançados os seus objetivos. “A constituição faz valer exatamente os direitos que os cidadãos precisam reconhecer mutuamente, caso queiram regular de maneira legítima seu convívio com os meios do direito positivo” (HABERMAS, 2002, p.229).
A possibilidade de adoção de ações afirmativas tem amparo nos arts. 3º e 5º, ambos da Constituição Federal/88 e nas normas da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, integrada ao nosso ordenamento jurídico pelo Decreto n. 65.810/69. A forma de implementação de ações afirmativas no seio de universidade e, no presente caso, as normas objetivas de acesso às vagas destinadas a tal política pública fazem parte da autonomia específica trazida pelo artigo 53 da Lei n. 9.394/96, desde que observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.Portanto, somente em casos extremos a sua autonomia poderá ser mitigada pelo Poder Judiciário, o que não se verifica nos presentes autos.
Coloca Baldi que:

> Existe uma dificuldade de reconhecer a própria diversidade étnico-cultural, associado ao padrão de “monoculturas da mente”, ou seja, a reprodução do saber científico, da linearidade do tempo, da escala universal, da lógica produtivista e da naturalização das diferenças. Ou seja, a produção do “diferente”, do “outro”, como “ignorante”, “atrasado”/”arcaico”/”prémoderno”,“local”/”tradicional”,improdutivo” e “inferior”(BALDI, 2014).

O ingresso na instituição de ensino como discente é regulamentado basicamente pelas normas jurídicas internas das universidades, logo a fixação de cotas para indivíduos pertencentes a grupos étnicos, sociais e raciais afastados compulsoriamente do progresso e do desenvolvimento, na forma do artigo 3º da Constituição Federal/88 e da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, faz parte, ao menos - considerando o nosso ordenamento jurídico atual - da autonomia universitária para dispor do processo seletivo vestibular.

3. A VIOLAÇÃO A LIBERDADE DE CULTO

O conceito de cultura, segundo Geertz não possui referentes múltiplos nem qualquer ambiguidade fora do comum, pois denota um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida (1989, p.66).
Em um contexto religioso pode-se mencionar que os símbolos sagrados funcionam como referência para determinado povo. Eles objetivam as preferências levando a um senso comum nas condições de vida impostas e apoiam crenças, neste sentido, pode-se dizer que a religião ajusta as ações humanas. O homem possui uma dependência tão grande em relação aos símbolos e sistemas simbólicos a ponto de serem eles decisivos para sua viabilidade como criatura, e em função disso, sua sensibilidade à indicação e até mesmo a possibilidade de enfrentar um aspecto da experiência, provoca ansiedade e intolerância. Em certos momentos estudar a maneira como homens e mulheres vivem torna-se complexo, fala-se em estágios evolutivos, ideias e práticas. Segundo Geertz:

> Podermos ver-nos confrontados com um mundo no qual simplesmente já não existam mais caçadores de cabeças, estruturas matrilineares ou pessoas que fazem a previsão do tempo através de vísceras do porco. As diferenças sem dúvida continuarão a existir- os franceses jamais comerão manteiga com sal. Mas os bons e velhos tempos de lançar viúvas na fogueira e do canibalismo não voltam mais (2001, p.68).

Não apenas os antropólogos, mas todos terão que aprender a compreender as diferenças mais sutis de ordem moral, estética, cognitiva, e acima de tudo sobre valores e sua justificação.

> Os usos da diversidade cultural, de seu estudo, sua descrição, sua análise e sua compreensão, tem menos o sentido de nos separarmos dos outros e separarmos os outros de nós, a fim de defender a integridade grupal e manter a lealdade do grupo, do que o sentido de definir o campo que razão precisa atravessar, para que suas modestas recompensas sejam alcançadas e se concretizem (2001, p.80).

Neste sentido, é importante tocar no assunto violência, pois a concentração de violência (tumultos, assassinatos, rebeliões e guerras civis), nos mostra o quanto se torna importante como tudo acontece e o que pode ser feito para impedir, bem como para mostrar que os conflitos em si, cegam os seus demandantes e da uma imagem enganosa ao conflito. "Existem questões mais profundas em ação do que a mera desrazão, a qual, afinal de contas, todas as iniciativas humanas estão sujeitas, e não apenas as que dizem respeito ao Sentido de tudo" (GEERTZ, 2001, p.156). Há uma busca pela identidade e seu reconhecimento, o que obriga o homem a tomar uma causa para si, para ser identificado em determinado grupo.

Não foram apenas identidades religiosas, mas também étnicas, linguísticas, raciais e difusamente culturais que ganharam maior destaque político nos anos decorridos desde que a descolonização destroçou os impérios de além- mar, da queda do Muro de Berlim, do colapso da União Soviética, e o fim da Guerra Fria, estas destroçaram as grandes relações de poder. A proliferação de identidades políticas autônomas estimula identidades específicas e intensamente sentidas. A projeção de grupos e lealdades religiosas definidos em todos os aspectos da vida coletiva, faz parte de um movimento de construção de um novo mundo, diverso e irregular. Falando de um campo internacional, o contato de diferentes religiões, onde há crenças diferentes, a convivência é tensa.

> As diferenças de crenças, às vezes muito radicais, são mais diretamente visíveis, com frequência crescente, e mais diretamente encontradas: prontas para a suspeita, a preocupação, a repugnância e a alteração. Ou, supondo eu, para a tolerância e a reconciliação, ou até para atração e a convenção – ainda que estas, no momento, não sejam exatamente comuns (GEERTZ, 2001).

A religião, sem interioridade, sem uma sensação banhada em sentimento de que a crença importa, e importa tremendamente, de que a fé sustenta, cura, consola, corrige as injustiças, melhora a sorte, garante recompensas, explica, impõe obrigações, abençoa, esclarece, reconcilia, regenera, redime ou salva, faz-se por uma dose de convencionalismo. Será que algum credo chega a ser suficiente para seus fins? Será que a visão religiosa dá poder a pessoa que busca, para qualquer fim? Acredita-se que o fim é político, econômico, há um intuito de ambição dentro deste imaginário. Há uma distância entre as convenções religiosas e suas práticas, entre crença e comportamento, há uma separação entre o social e o cotidiano. "A religião é, portanto, um sistema gerador de sociabilidade e de comunidade" (D'ADESKY, 2009, p.52).

No caso do Brasil, onde as identidades étnicas e suas heranças culturais confrontam-se em relações desiguais, suas raízes remontam o período colonial. A identidade brasileira continua tendo como referência a identificação do poder monárquico. Segundo menciona D'Adesky, em sua chegada ao novo território, os negros africanos foram imediatamente inseridos num diferente quadro simbólico religioso, numa ruptura total com a realidade anterior as sociedades africanas. A relação dos negros com a sociedade colonial fora marcada no plano religioso pela conversão obrigatória à religião do senhor e por um passado de perseguição aqueles que tentaram se manter fiéis às práticas de seus ancestrais (2009). A proliferação de cultos de origem negra no Brasil mostra que as origens estão presentes, constituem elementos das camadas populares da sociedade as quais afirmam sua cultura e

apesar de todo o preconceito e discriminação os quais fora submetida, a religião africana conseguiu sobreviver no novo território. "Terreiros de candomblé, a umbanda e o espiritismo continuam sendo fonte de afirmação existencial étnica" (2009, p.53).
O ataque aos cultos de umbanda e candomblé é um ataque de viés racista principalmente por se tratar de religiões praticadas sobretudo por pobres e negros, o que não é reconhecido é a herança histórica, o legado que estes povos deixaram e deixam na construção do Brasil.
Jessé de Souza menciona:

> Essa hierarquia valorativa implícita e ancorada institucionalmente de forma invisível enquanto tal é que define quem é ou não 'gente', sempre segundo seus critérios contingentes e culturalmente determinados e, por consequência quem é ou não cidadão, na medida em que a eficácia da regra da igualdade, que constitui a noção de cidadania precisa estar efetivamente internalizada e incorporada pré- reflexivamente, também nesta dimensão subpolítica da opacidade cotidiana, para ter validade efetiva (2003, p.180).

No Brasil, assim como na América Latina, ponto primordial houve durante a apropriação política e discursiva pelas classes populares no contexto social. Neste período, a busca pelo reconhecimento de direitos, tornou-se sinônimo de maiorias marginalizadas e pobres. Segundo Lopes "a questão dos direitos humanos é o aparecimento do sujeito popular e marginalizado como sujeito ativo da defesa da dignidade humana" (LOPES, 2006).
A violência contra classes populares já existia durante este período e se estende até a atualidade, um exemplo de violência contra a classe pobre no Brasil, foram execuções e castigos feitos aos negros e índios que ocorreram há um século. Estas relações devem ser compreendidas não apenas pelo lado violento, mas do conteúdo dos direitos sociais e econômicos que se relacionam aos movimentos populares.
Segundo Lopes

> "[...] ocorre uma ampliação da pauta dos direitos humanos que passa a abranger as condições de sobrevivência (reprodução), isto é, os direitos econômicos. Como o ordenamento jurídico não garante o direito de quem não tem, as reivindicações são mais políticas do que jurídicas" (2006).

Nota-se que direitos sociais neste período, passam a ser conquistado mediando reivindicações sociais e movimentos coletivos. A partir daí passa-se a um nível em que os direitos humanos tornam-se direitos de cidadania, pois são instrumentos criados para defender a pessoa humana não de um indivíduo qualquer, mas do exercício abusivo do poder político. A vítima desta violação é quase sempre subordinada ao autor o qual acaba por violar sua dignidade. Como exemplo tem-se o abuso de poder do Estado, que é ameaça permanente, na maioria das vezes abuso de poder econômico.
Espera-se do poder Judiciário é que saiba reconhecer a importância destes povos e que faça-se justiça para que episódios como este de intolerância e ganância contra cultos e igrejas não ocorra, e que se possa assegurar a pluralidade religiosa pautada no respeito e dignidade sobre as religiões.

> [...] concretizações da dignidade da pessoa humana, mas também pelo fato de que da dignidade decorrem, simultaneamente, obrigações de respeito e consideração (isto é, de sua não violação) mas também um dever de promoção e proteção, a ser implementado inclusive- consoante já referido relativamente aos assim designados direitos sociais- por medidas positivas não estritamente vinculadas ao mínimo existencial [...] (2012, p.118).

A busca de padrões abrangentes deve ser simplesmente abandonada, como um resto da busca antiquada do eterno, do real, do essencial e do absoluto. Não existem, segundo se afirma, narrativas mestras sobre a identidade, a tradição, a cultura ou qualquer outra. O que há, são acontecimentos, pessoas e fórmulas incoerentes (GEERTZ, 2001).

A Carta Constitucional, em harmonia com a concepção contemporânea de Direitos Humanos, demonstra sua universalidade e indivisibilidade de direitos. Ela consagra a universalidade de direitos à medida que estabelece dignidade da pessoa humana como valor primordial para o Estado Democrático de Direito e a indivisibilidade ao colocar ao lado da categoria de direitos civis e políticos a categoria de direitos econômicos, sociais e culturais como direitos e garantias fundamentais (BARROSO, 2009, p.430).

Construir o papel social e psicológico da religião não está relacionado ao fato de encontrar relações entre os rituais específicos e os laços sociais seculares específicos. Trata-se de compreender de que maneira as noções dos homens, e as disposições as quais estas induzem neles, dão um colorido a seu sentido do racional, do pratico, do humano e do moral. E mais, até onde isso alcança e quais são os resultados efetivos para a compreensão da religião. Discutir o papel do culto dos ancestrais na regulamentação da política, dos festins, da adoração, da divinização para reforço do controle social ou dos ritos de iniciação, não constituem uma análise de crenças, pois há necessidade de uma análise teórica no campo simbólico, o que demanda um conhecimento profundo sobre determinada religião.

CONCLUSÃO

O estudo sobre a origem das culturas e dos povos teve por consequência a revalorização do paradigma das identidades junto às Ciências Humanas. Tivemos antes mudanças maciças, continentais, na sensibilidade religiosa, cujo impacto na vida humana, como pode- se perceber, apesar do caráter maltrapilho que elas tiveram, foi radical e profundo, constituindo uma vasta reformulação do julgamento e da paixão.

A proliferação de cultos de origem negra no Brasil mostra que as origens estão presentes, constituem elementos das camadas populares da sociedade as quais afirmam sua cultura e apesar de todo o preconceito e discriminação os quais fora submetida, a religião africana conseguiu sobreviver no novo território. Neste sentido, é importante reconhecer que o direito de culto reconhecido pela Constituição Federal se faça valer e que construir o papel social da religião não está relacionado ao fato de encontrar relações entre os rituais específicos e os laços sociais seculares específicos, mas se trata de compreender de que maneira as noções dos homens, e as disposições as quais estas induzem neles dá-se um sentido do racional, humano e moral.

REFERÊNCIAS:

BALDI, César Augusto. (2010), *Justiça Federal: Racismo, terras e Direitos Humanos*. Disponível em: < http://democraciaejustica.org/cienciapolitica3/sites/default/files/justica_federal_racismo_terras_e_direitos_humanos_-_cesar_baldi_2010.pdf> [consultado em 25-5- 2014].

BALDI, César Augusto. (2008), *As comunidades quilombolas e o seu reconhecimento jurídico*. Disponível em: http://6ccr.pgr.mpf.mp.br/documentos-e-publicacoes/artigos/docs_artigos/artigo_cesar_augusto_baldi.pdf [consultado em 25-5- 2014].

BARROSO, Luis Roberto. (2009), *Interpretação e aplicação da Constituição*. 7. ed. São Paulo: Saraiva.

CANCLINI, Néstor Garcia. (2009), *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade.* 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ.

D'ADESKY, Jacques.(2009), *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil.* Rio de Janeiro: Pallas.

GIDDENS, Anthony. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp.

GEERTZ, Clifford. (1989), *A interpretação das culturas*. LTC Editora, Rio de Janeiro, RJ.

GEERTZ, Clifford. (2001), *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,

GOHN, Maria da Glória. (2010), *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha B. Gonçalves e. **O jogo das diferenças:** o multiculturalismo e seus contextos. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HABERMAS, Jürgen. (2002). *A inclusão do outro: estudos de teoria política.* Edições Loyola. São Paulo.

HALL, Stuart. (2006), *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A.

HONNETH, Axel. (2003), *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. de Luiz Pepa. São Paulo: Ed. 34.

LOPES, José Reinaldo de Lima. (2006), *Direitos sociais: teoria e prática*. São Paulo: Método.

SARLET, Ingo Wolfgang. (2012), *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 9 ed. Porto Alegre: livraria do advogado editora.

SOUZA, Jessé. (2003), *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da mo-dernidade.* Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.

TAYLOR, Charles. (1994), *Multiculturalismo***.** Lisboa, Portugal: Instituto Piaget.

WILLEMAN, Estela Martini & LIMA, Guiomar Rodrigues de. (2010), "*O preconceito e a discriminação racial nas religiões de matriz africana no Brasil".* Revista Uniabeu, 03. Pp.70-94. Disponível em: <http://www.uniabeu.edu.br/publica/index.php/RU/article/view/60/120>. [consultado em 11-6- 2014].

A universidade como espaço de produção de utopias sociais: apontamentos sobre as Incubadoras de Cooperativas Populares no Brasil

Manuela Salau Brasil
Universidade Estadual de Ponta Grossa
manu_lela2@hotmail.com

Resumo: No bojo das crises brasileiras dos anos 1990 as universidades reagem com a criação das "Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares", cujo objetivo é contribuir para a construção e fortalecimento das bases de uma forma de economia anticapitalista: a economia solidária. Para isso, trabalham no acompanhamento e assessoramento de grupos de trabalhadores para a geração de trabalho e renda, num processo interdisciplinar que visa não apenas atender a dimensão econômica, mas que promove outra forma de viver e se relacionar na sociedade. Nesta comunicação pretende-se investigar as metodologias destas incubadoras e avaliar em que medida elas são produtoras de utopias sociais, compreendendo utopias não apenas como resistência e crítica, mas também como proposição. Além de fomentar a articulação entre saber acadêmico e popular, tais metodologias são propícias para o encontro entre ciência e imaginação, realidade e esperança, baseados em práticas concretas e projetos de um futuro melhor.

Palavras-chave: incubadoras, utopia, universidade, economia solidária, Ernst Bloch.

Introdução

Em nossa comunicação defenderemos a hipótese de que há em curso um movimento, a partir das universidades brasileiras, que se converte ou pode se converter em um espaço privilegiado de produção de utopias sociais. Referimo-nos às Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares, instituídas em algumas universidades do país com o objetivo de fomentar outra forma de viver em sociedade, denominada de economia solidária. Para argumentar a favor dessa possibilidade, estruturamos nosso texto da seguinte forma: Iniciamos com um breve histórico sobre o surgimento e as principais características da economia solidária na economia brasileira, para na seqüência fazermos um relato sucinto sobre as incubadoras universitárias de cooperativismo popular. Na seqüência, introduzimos o tema das utopias, com destaque para a leitura a partir de Ernst Bloch. Finalmente, tecemos algumas considerações que sinalizam para a defesa de que estas incubadoras são ou podem ser produtoras de utopias sociais, considerando a perspectiva da utopia concreta.

1- A economia solidária

Nas duas últimas décadas do século passado o Brasil conviveu com uma crise econômica que, entre outras conseqüências, agravou a pobreza e exclusão social de um número crescente da população. O aumento do número de trabalhadores desempregados e em trabalho precário foi uma dos resultados mais dramáticos desta conjuntura, que apesar de atingir não apenas os mais pobres, impingiu a eles um maior sacrifício. É sobre este contexto que os trabalhadores reagem, e o fazem retomando práticas e princípios que remetem ao socialismo utópico e ao movimento cooperativista do século XIX, atualiza-o para sua época.

O cooperativismo do séc. XIX foi ele também uma reação dos trabalhadores, neste caso à crise do nascente capitalismo. Seu exemplo emblemático é a Cooperativa de consumo dos "Pioneiros Equitativos de Rochdale", fundada em 1844 na Inglaterra, a partir da união entre o movimento cooperativo e sindical. O grupo adotou uma série de princípios que até hoje norteiam o cooperativismo e a economia solidária.

Esta versão recente, que mistura o antigo com o novo, que mescla necessidades e vontades, que enseja ação e utopia, denomina-se de economia solidária. Ela assume a solidariedade, cooperação e autogestão como princípios organizadores não apenas do trabalho, mas da vida. O trabalho realizado nos empreendimentos é fonte de renda para seus trabalhadores, mas é também um exercício de autonomia e de como é possível produzir, comercializar, distribuir e consumir em sintonia com um mundo mais justo e igual. Embora emergido em época de crise, ela não se resume a uma medida econômica, muito menos a um paliativo para minimizar problemas gerados pelo sistema que permitiu que ela se instalasse. Ao contrário, a economia solidária é uma prática assentada em um projeto de transformação da sociedade, logo, uma utopia social.

Ela reúne trabalhadores em cooperativas, associações, clubes de troca (com ou sem o uso de moedas próprias) - , empresas recuperadas (oriundas de fábricas falidas), feiras e grupos informais e que atuam em empreendimentos econômicos solidários de produção de bens, prestação de serviços, comercialização, trocas, finanças solidárias, que estão construindo na prática uma "outra economia". Independente de seus formato jurídico e de sua área de atuação, são os princípios e as práticas que delimitam sua existência.

Podemos admitir que a economia solidária encarna um projeto utópico que repõe a utopia do cooperativismo. Ao mesmo tempo em que é uma prática, é também um projeto, e a discussão sobre seus limites e alcance é capaz de vitalizar as esperanças utópicas em meio a um contexto de crise do capitalismo.

Vislumbramos o campo da economia solidária no Brasil em três segmentos: um deles, e o mais importante, é formado pelos coletivos de trabalhadores, aqui denominados de empreendimentos econômicos solidários.

Quanto ao segundo segmento, nos referimos às estruturas governamentais criadas em âmbito municipal, estadual e federal que visam estimular a economia solidária através de políticas públicas. Citamos o caso do governo federal que criou, em 2003, uma Secretaria Nacional de Economia Solidária como parte de seu Ministério do Trabalho e Emprego.

O terceiro segmento é composto por entidades apoiadoras como ONGs, sindicatos, ramos da Igreja e também as universidades. O apoio das Universidades se dá através das chamadas incubadoras de cooperativas populares, nosso objeto de reflexão. Antes de nos determos sobre elas, convém ressaltar que os três campos citados devem estar em permanente inter relação para que, num trabalho em rede, possam de fato fortalecer a economia solidária. A constituição de fóruns - regionais, estaduais e do fórum brasileiro de economia solidária - facilita esta articulação.

Com estes destaques, passamos a descrever muito brevemente o funcionamento das incubadoras citadas, com especial ênfase da Rede de Incubadoras de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs).

2- Incubadoras Universitárias

A crise brasileira dos últimos 20 anos do século passado mobilizou também professores, pesquisadores e alunos das universidades que se interrogavam sobre seu compromisso em propor respostas concretas aos problemas econômicos e sociais enfrentados pela sociedade. Nesta conjuntura se evidenciou as insuficiências teóricas produzidas e reproduzidas pela academia frente ao contexto que desafiava as correntes teóricas predominantes que nada contribuíam para explicar, compreender e transformar os efeitos da crise no trabalho e na vida dos trabalhadores. Da soma entre os questionamentos teóricos e a cobrança por um papel mais ativo das universidades, especialmente em épocas de crise, nascem as incubadoras universitárias de cooperativismo popular.

Importante notar como novamente a crise aparece como fator motivador que, para além de questionamentos e críticas, pode impulsionar reações de cunho prático. Parra chama a atenção para o fato de que tais incubadoras tem inspiração em movimentos sociais históricos, como o cooperativismo, sindicalismo e outros movimentos operários. De acordo com Parra (1999:157):

> Ao mesmo tempo que o conteúdo fundante das incubadoras nada tem de novo, ele se reorganiza no presente a fim de compreendê-lo como uma realidade entrecortada por diferentes temporalidades e contradições, possibilitando assim a emergência da criação na teoria e prática social.

O trabalho das incubadoras populares exige outra relação não apenas com a sociedade, mas com a própria universidade; são espaços multi e interdisciplinares onde pesquisa, ensino e extensão estão articuladas aos saberes populares.

Com este espírito, foi criada a primeira incubadora de cooperativa popular em 1996, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, inaugurando uma experiência exitosa e que deu origem a 2 redes interuniversitárias - Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho) e a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. (ITCP) , que juntas somam atualmente cerca de 100 incubadoras universitárias. Ambas são apoiadoras da economia solidária tanto na questão teórica quanto prática, numa relação constante com os demais segmentos que compõe o campo da economia solidária, mencionados anteriormente.

As razões para que as incubadoras estejam localizadas nas universidades se apóiam em motivações que destacam sua independência em comparação a outras instituições, além do papel que assumem ou deveriam assumir diante da sociedade. No primeiro aspecto, ressaltamos sua relativa independência se comparada às esferas políticas tradicionais, portanto, não são dependentes ou tão dependentes de exigências partidárias ou governamentais e menos afetadas por descontinuidades de mandatos políticos.

No segundo aspecto, citamos seu papel de vanguarda, mantendo permanentemente uma disposição tanto para a crítica quanto para proposições. A universidade é ou deveria ser um ambiente favorável a reflexões e ações, unindo ciência e imaginação, sobretudo, a coragem e a disposição pela busca do novo.

Destacar a responsabilidade das universidades não significa atribuir-lhe exclusividade ou protagonismo nos processos sociais. Sobre isso, concordamos sobre:

> O papel que [a universidade] desempenha nesse processo é o de formar quadros, transferir tecnologia e projetos experimentais que possibilitem o acúmulo de informações para o debate nacional sobre novos modelos. (GUIMARÃES, 1999: 15)

Trata-se então de discutir as questões macro e atuar no micro; elaborar diagnósticos críticos e propor modelos que possam sirvam de referência e discussão; não exercer o protagonismo, mas também não se enclausura em seus muros; não substituir outras instituições ou movimentos sociais, mas trabalhar em rede e de forma participativa e ousada, especialmente para a proposição do novo.

Geralmente as incubadoras constituem-se não como um órgão, setor ou departamento da universidade, mas sim um programa de extensão onde atuam alunos de graduação e pós-graduação, funcionários, professores e voluntários.

Seu objetivo principal é incubar empreendimentos econômicos solidários, ou seja, empreender esforços para a consolidação dos mesmos, capacitando seus trabalhadores para a geração de trabalho e renda a partir dos princípios da economia solidária, propiciando práticas e vivências anticapitalistas. Em suma, a incubação é o período de tempo necessário para que o empreendimento e seus trabalhadores se fortaleçam a tal ponto de não mais precisarem dela.

O empréstimo da palavra vinda do vocabulário médico para nomear o mecanismo de funcionamento das incubadoras universitárias justifica-se pelo fato de que em ambas as situações trata-se de operacionalizar medidas que garantam uma passagem transitória, porém eficaz e definitiva, capaz de corrigir ou solucionar os problemas e fragilidades originais.

A heterogeneidade dos empreendimentos não permite a aplicação de um modelo pré-determinado e único para todos eles, entretanto, há uma metodologia de trabalho que é comum e que pode ser explicada através das seguintes fases: pré-incubação, incubação e graduação.

A pré-incubação é o tempo destinado ao mútuo conhecimento entre o grupo de trabalhadores e a equipe da incubadora: os trabalhadores têm acesso a aspectos fundamentais da economia solidária bem como sobre o processo de incubação, e as equipes das incubadoras realizam, em conjunto com os trabalhadores, um diagnóstico sobre a realidade de seus participantes e do empreendimento.

A partir disso, projeta-se um plano de incubação do qual fazem parte uma dimensão política e cultural, através de conhecimentos acerca da economia solidária e temas associados, como também contempla outras que atendem demandas mais objetivas, como as de caráter econômico, contábil, jurídico e administrativa. Todo o

processo é permeado por uma dimensão mais subjetiva que se refere a um convite para refletir sobre o futuro, favorecendo os sonhos, a esperança, as utopias. O trabalho com economia solidária não se contenta com atingir objetivos para o momento presente, mas serve como ponta de lança a favor de um futuro melhor.

A finalização desta etapa culmina com a graduação do grupo, quando ele conquista a autonomia num sentido amplo, ou seja, não restrita a dimensão material. Na perspectiva de que economia solidária não se resume a uma estratégia econômica, a autonomia perpassa pela conciliação entre necessidades e desejos, urgências e esperanças, presente e futuro. Com a graduação o empreendimento deixa de ser assessorado pela incubadora para tornar-se parceiro dela na luta pela utopia da transformação social. Na comparação com as incubadoras hospitalares, é o momento em que o empreendimento ganha, - neste caso, conquista, - sua "alta".

Inicialmente o termo desincubação nomeava esta fase final do processo, mas sua substituição pelo termo "graduação" confere-lhe um outro status que o identifica com o próprio ambiente universitário e que sugere uma conquista, algo positivo. Há também uma fase posterior, a pós-graduação, onde os empreendimentos participam de atualizações com as equipes das incubadoras e onde a integração em redes é mais fortemente estimulada.

Sobre a metodologia de incubação, pesa uma suspeita constante sobre sua duração, que diferente de outras assessorias ou cursos, tem prazo delimitado a priori. Sobre isso, Parra (1999: 159) esclarece:

> Há que se fazer uma diferenciação para com as metodologias de formação em massa, utilizadas em alguns programas governamentais e até por algumas ONGs, muitas vezes sobre a crença da efetividade produtiva. Ao invés de descolar-se da realidade material e simbólica, consideramos fundamental o processo artesanal – o que não é parcelar – de produção conjunta da melhor forma de ação e reflexão social, ou seja, aquela que nasce dentro do próprio processo de intervenção a partir do universo do grupo incubado.

De fato, a decisão pela graduação de um empreendimento econômico solidário incubado é alvo de constantes avaliações, além de cobranças por parte daqueles que não compreendem as peculiaridades que compreendem tal empreitada. Mesmo no ambiente universitário, trata-se de uma lógica que afronta as metodologias reproduzidas pela maior parte da instituição, causando desconfiança e resistências internas. Uma forma de contornar estas dificuldades é a divulgação constante da proposta e do trabalho realizado pelas incubadoras, além de converter tais atividades em pesquisa e na produção de novos conhecimentos.

Um exemplo concreto pode ser verificado nas feiras de comercialização dos produtos produzidos por trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários incubados - realizadas por várias incubadoras - e que não raro, sofrem questionamentos de toda a ordem por membros da comunidade universitária. Uma das formas para enfrentar este desafio é transformar as feiras em espaços de formação e promoção da economia solidária, geralmente através de atividades como distribuição de folders e cartilhas, realização de rodas de conversa, oficinas, atividades culturais e clubes de trocas. Ou seja, potencializa-se o espaço da feira, transformando-o em espaço de formação para trabalhadores e comunidade universitária.

Não podemos idealizar a receptividade de tais atividades dentro da universidade, nem mesmo minimizar os enfrentamentos que nascem dentro da própria instituição, até porque não é possível conceber a comunidade universitária comungando de uma mesma perspectiva crítica e emancipatória. Não podemos esquecer, ao contrário, que elas abrigam também posicionamentos conservadores que se orientam pela manutenção e refinamento do sistema capitalista.

A integração entre saber acadêmico e popular, entre teoria e prática, entre projeto e ação, em uma metodologia que subverte a racionalidade da própria instituição, pode ser capaz de provocar mudanças para além da realidade dos empreendimentos, com repercussões para a dinâmica interna das universidades. Um processo lento, com certeza, mas com potencial para quebrar as barreiras entre universidade e comunidade, com reverberações no ensino, pesquisa e, mais radicalmente, na própria extensão.

Os desafios e as conquistas compartilhadas por alunos, professores, técnicos, voluntários das incubadoras e dos trabalhadores dos empreendimentos fazem coro a um movimento nacional que não é apartado dos muros

da academia e da sociedade. Neste processo, não apenas os trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários se beneficiam por prováveis êxitos na incubação, mas a própria equipe das incubadoras, que, imbuída pela crença no potencial da economia solidária, também investe no projeto de uma sociedade anticapitalista, ou seja, está igualmente comprometida teórica e emocionalmente com tal utopia.

A fim de incorporarmos a utopia neste debate, dedicamos a ela as próximas considerações, em especial, as contribuições de Ernst Bloch.

3- Utopia

Para sustentarmos a hipótese de que a utopia está presente nas incubadoras universitárias e no universo da economia solidária, nos apoiamos nas seguintes premissas: a) a utopia é um conceito controverso e polissêmico; b) a utopia é um conceito atual; c) a utopia é uma categoria científica.

Sobre o primeiro aspecto, é importante reconhecer que as controvérsias que rondam o conceito tem origem nas imprecisões que marcam o significado da palavra e que acabam determinando a ambivalência que sobrevive até os dias atuais. Inaugurado como gênero literário, assume outras acepções e toma lugar em outros debates: no entanto, seu significado − vulgarizado − é fortemente identificado como idéia impossível, ilusória, ingênua e fantasiosa.

A palavra utopia foi criada por Thomas More, que assim nomeia a ilha imaginária e também o título de sua principal obra: « A utopia ou o tratado da melhor forma de Governo» (1516). O livro é dividido em duas partes: a primeira, escrita em 1516, consiste numa crítica à sociedade inglesa; a segunda parte, escrita um ano antes, descreve a ilha de "Utopia", supostamente visitada por Rafael Hythlodeo em suas viagens com Américo Vespúcio. As notícias trazidas por Vespúcio sobre o "novo mundo" , inspiração para a ilha de More, impressionavam pela forma com que o novo continente era descrito.

Muitos autores avaliam esta obra como o relato de uma sociedade perfeita, logo impossível. O próprio More, já não mais descrevendo, mas analisando a ilha, considera: «... reconheço de bom grado que há na república utopiana muitas coisas que eu desejaria ver em nossas cidades. Que desejo, mais do que espero ver.» (MORUS, 1997: 167). Esta última frase do livro talvez sirva para corroborar a noção de utopia em que o desejo carece de possibilidade para tornar-se real.

Importa reter que a criação da palavra utopia foi ulterior às manifestações de conteúdos utópicos, o que sustenta nosso argumento de que a utopia é imanente ao ser humano. A partir desta premissa estamos convencidos de que não deve haver uma vinculação obrigatória e linear entre o conceito e a obra de More.

Sobre isso, Baczko atesta:

> A ambigüidade e a polissemia do termo 'utopia' são notórias. [...] É grande o perigo de cair, efectivamente, na ilusão de que o objecto da pesquisa sobre a utopia coincide com o texto paradigmático de Moro. [...] Acresce que a utopia não é, modo algum, um conceito neutro. (BACZKO, 1985: 347).

Se por um lado desfaz-se uma simplificação que relaciona utopia apenas com a obra que lhe empresta o nome, por outro corre-se o risco de abrir demasiadamente o campo de possibilidades de exploração deste conceito.

A versatilidade ou falta de rigor com o uso da palavra nos faz lembrar o aviso de Buey: «Não só no País das Maravilhas, senão que também aqui embaixo, a capacidade de nomear, de dar nome às coisas, é essencial para conhecer e para mudar o mundo». (BUEY, 2007: 7).

É legítimo inferir que a difusão da palavra não se reverteu em um conceito mais aprimorado - ou sequer discutido. Ao contrário, a vulgarização emprestou-lhe a predominância de uma visão depreciativa e acrítica.

No intuito de conferir-lhe um sentido positivo e legítimo, trazemos a preocupação em se delimitar um *corpus* teórico para os estudos sobre utopia, e para tanto optamos pela sistematização elaborada por Backo , que agrega as pesquisas sobre utopia em cinco grupos, assim divididos:

> a) Pesquisas sobre o gênero literário puro, as 'utopias romanescas' e sua história, processos narrativos, estratégias discursivas, etc.[...] b) Pesquisas sobre o pensamento utópico, a sua evolução, os temas orientadores, as suas ramificações, etc. [...] c) Trabalhos sobre as utopias postas em prática, a história e a sociologia das comunidades exemplares restritas que se propuseram materializar a idéia-imagem da alteridade social nas suas instituições, modo de vida, relações sociais e humanas [...] d) Estudos sobre os materiais simbólicos com que operam as utopias, assim como as suas combinações específicas, sobre as relações historicamente variáveis entre utopias e os mitos sociais, os milenarismos, messianismos, etc. e) Estudos sobre as utopias num 'período quente', em que a criatividade utópica se intensifica e as utopias mantêm relações particularmente intensas como os movimentos sociais, as correntes ideológicas, o imaginário colectivo, etc., o que permite fazer ressaltar, nomeadamente, as linhas de força da evolução do fenômeno utópico, as particularidades históricas das diversas formas de discurso utópico, as funções sociais variáveis da utopia. etc. (BACKO, 1985: 155).

Nesta miríade de significados, encontramos abrigo para sustentar que, apesar da polissemia, ou talvez por isso mesmo, a utopia é uma categoria também atual, onde nos encontramos com a segunda premissa.
O fim da utopia, anunciada no final do século XX, é mais uma das tantas mortes forjadas com o intuito de enterrar a modernidade. A este respeito, Buey (2007: 295) considera:

> A partir desta última fecha [1990], cuando los medios de comunicación tratan del 'fin de la utopía' se refieren habitualmente a 'ausencia de ideas alternativas', a 'reconciliación con la realidad existente', a 'reconocimiento del fracaso de las experiencias socialistas del siglo XX', a 'aceptación del triunfo del nihilismo' y cosas así.

Refutamos esta tese, assim como admitimos que a utopia se ressente da dinâmica social, como nos lembra Baczko (1985: 346):

> Em determinadas épocas, as utopias não passam de um fenômeno marginal e isolado. Noutras, porém, a criatividade utópica intensifica-se. À medida que o número de textos utópicos aumenta, uma singular afinidade une as utopias às estruturas mentais e às idéias mestras da época. A utopia mantém, pois, relações múltiplas e complexas com as idéias filosóficas, as letras, os movimentos sociais, as correntes ideológicas, o simbolismo e o imaginário colectivos. As fronteiras das utopias tornam-se tanto mais móveis quanto mais abarcam a dinâmica social e cultural. Oferecem estruturas de acolhimento às esperanças colectivas em busca de uma idéia moral e social, intervindo assim como agente activo que contribui para a cristalização de sonhos confusos. [...] Constituem um dispositivo de eficácia variável que garante um esquema colectivo de interpretação e unificação, simultaneamente, do campo das experiências sociais e do horizonte de expectativas, recusas, temores e esperanças, que rodeia aquele campo.

Apesar do engodo do "fim das utopias", reconhecemos que há períodos em que ela se manifesta mais intensamente que outros, em especial os períodos de crise. No entanto, ela está presente em todos os períodos históricos e em todas as sociedades, por isso, ao invés do fim da utopia, advogamos em nome da onipresença da utopia.
Não é preciso um minucioso resgate histórico para comprovar esta característica, uma vez que o homem é um ser dotado da capacidade de pôr em teste os projetos imaginados.
Desta capacidade resultaram diversas experiências – bem sucedidas, frustradas, interrompidas, abandonadas, inacabadas – mas que demonstram a vitalidade desta força utópica, no contrapé do desinteresse teórico, da banalização de seu significado e das condições sociais e políticas adversas.

Ao fim e ao cabo, para além das aparências e das teses acadêmicas (e políticas), a realidade tem exemplos que realçam a vitalidade da energia utópica, em especial, através dos movimentos sociais. Com efeito, o discurso do fim das utopias é rejeitado no plano teórico, e mais ainda, no plano concreto. Somos impulsionados a um olhar sobre as manifestações que revelam ou podem revelar sua atualidade e vitalidade, neste caso, os movimentos sociais, e entre eles, a economia solidária.

E para pensar a partir da utopia como categoria polissêmica, atual e científica, contemplando então a terceira premissa anunciada, nos rendemos à contribuição teórica do filósofo alemão Ernst Bloch.

Nossa tese é de que Bloch acolhe e explica a utopia, redimindo-a do sentido depreciativo e elevando-a a condição de categoria imprescindível para se pensar uma sociedade diferente.

O autor não repele o sentido da utopia como impossibilidade, mas ao lado dela enxerga outras que são possíveis de realização. De acordo com ele:

> [...] a categoria do utópico possui, além do sentido habitual, justificadamente depreciativo, também um outro que de modo algum é necessariamente abstrato ou alheio ao mundo, mas sim inteiramente voltado para o mundo: o sentido de ultrapassar o curso natural dos acontecimentos. (BLOCH, 2005: 22)

Para Bloch, a utopia é gestada nos "sonhos diurnos", os quais carregam projeções e antecipações do futuro elaboradas pela imaginação do ser humano. Mas nem todo o sonho diurno tem o potencial utópico, pois muitos deles geram fantasias irrealizáveis, chamadas por ele de utopias abstratas. É este o significado usual do termo, que, banalizado, tornou-se sinônimo de impossibilidade e até mesmo de certa ingenuidade, como ele próprio admite.

O que Bloch nos ensina é que, além destes, os sonhos diurnos podem produzir utopias concretas, ou seja, utopias possíveis de serem realizadas. Esta possibilidade se dá pela presença de condições subjetivas e objetivas numa realidade informada pelos movimentos de tendência e latência.

Importa sublinhar que, mesmo diante destas condições satisfeitas, não há garantias de concretização de uma utopia; não há espaços para certezas, apenas para possibilidades. Aos sonhos devem corresponder possibilidades reais, dentre as muitas possibilidades advindas de uma realidade como processo ou, de outro modo, de um futuro em aberto. A interpretação da categoria possibilidade ganha relevo, uma vez que dela advém a diferença significativa entre utopia concreta e abstrata, e por este motivo o autor elabora quatro níveis distintos.

O primeiro deles concebe o possível como aquilo que é capaz de ser enunciado e pensado, mesmo que indique uma relação contraditória ou impossível. Logo, trata-se de um "possível formal", em que o possível ganha um conteúdo excessivamente amplo e irreal, e seu descompromisso com a realidade gera ilusões e otimismo fraudulento.

Se o primeiro nível é determinado apenas pelo pensar, nos três níveis seguintes soma-se o conhecer. Não obstante, o possível é sempre parcial, e todos eles são expressos na forma de um juízo hipotético (de premissas não confirmadas) ou por um juízo problemático (premissas não confirmadas em conjunto com outras não conhecidas).

Sobre o segundo nível de possibilidade, Bloch (2005: 224) sentencia: «A possibilidade objetivo-factual designa, assim, sempre um estado gradual da fundamentabilidade objetivo-científica em conformidade com o caráter incompleto do conhecimento científico das condições factualmente disponíveis».

Neste caso, o conhecimento parcial sobre o objeto abre caminho para enunciados e suposições do juízo problemático, e por isso o possível ainda é muito abrangente.

Enquanto convive com «[...] uma pergunta que continua repercutindo, no modo de uma reserva factual», o terceiro nível de possível - «possível conforme a estrutura do objeto real» (possível objetal) distingue-se na medida em que

> [...] emerge, a saber, na medida em que não diz respeito ao nosso conhecimento de algo, mas a esse algo propriamente, como algo que pode vir a ser de um modo ou de outro. [...] não vive das condicionantes insuficientemente *conhecidas*, mas

> das condicionantes insuficientemente *manifestadas*. Ele não designa, portanto, um conhecimento mais ou menos suficiente das condições, mas designa o condicionante mais ou menos suficiente *nos próprios objetos e nas suas disposições*. (BLOCH, 2005: 227).

Ainda que seja um avanço em relação ao anterior, visto que "disposições superam enunciados", Bloch alerta (2005, p. 226): «Porém, o que resulta é justamente um possível ainda aberto, mesmo existindo o conhecimento suficientemente completo das condições existentes».

Se nos enunciados a preocupação é com o conhecimento em si, com a objetividade, nas disposições o centro é o próprio objeto de conhecimento, daí seu "caráter objetal". Disto, tem-se que

> O possível objetal é o parcialmente condicionado pelo objeto conforme o gênero estrutural, tipo, contexto social, contexto legal das coisas. Assim sendo, o parcialmente condicionado manifesta-se aí como estando estritamente bem fundado no objeto [...] e só como tal transmitido ao conhecimento hipotético ou problematizador como abertura do tipo mais ou menos estruturalmente determinado. (BLOCH, 2005: 228).

De fato, há duas condições – as internas e as externas - que devem ser igualmente observadas, sem que o cumprimento de apenas uma delas seja suficiente:

> Uma florescência com certeza pode fazer madurar o fruto dentro de si mesma com a plena condicionalidade interna, mas se faltar a condição externa plena de bom tempo, o fruto permanece meramente possível. (BLOCH, 2005: 229)

Bloch (2005: 229), embora recomende que as duas condições devam estar presentes, e que a plenitude de uma não compensa a ausência da outra, põe acento na condição interna, ou seja, no fator subjetivo: «[...] ele é o que menos pode tornar-se efetivo sem entrelaçamento, sem a interação com os fatores objetivos da possibilidade, isto é, com as potencialidades daquilo que, na proporção do amadurecimento das condições externas, realmente pode ocorrer ou ao menos pode ser encaminhado».

Assim, « [...] 'possibilidade' significa aqui tanto o poder [..] interno e ativo, como o poder-ser-feito [...] externo e passivo; assim sendo o poder-ser-diferente divide-se em poder-fazer-diferente e poder-tornar-se-diferente.» (BLOCH, 2005: 229).

Temos até agora que o primeiro nível de possibilidade é somente pensável, o segundo nível é possível de acordo com o sujeito e o terceiro diz respeito à "própria coisa" (BICCA, 1987).

É no "possível objetivo-real" que a diferença entre o realmente possível e o objetivamente possível faz-se notar:

> *Objetivamente* possível é tudo aquilo cuja ocorrência pode ser cientificamente esperada, ou que pelo menos não pode ser excluída com base no mero conhecimento parcial de suas condições dadas. *Realmente* possível, em contrapartida, é tudo aquilo cujas condições ainda não estão integralmente reunidas na esfera do próprio objeto, seja porque elas ainda estão amadurecendo, seja sobretudo porque novas condições – ainda que mediadas pelo existente – concorrem para a ocorrência de um novo real. (BLOCH, 2005: 195).

Tal pressuposto extrapola o limite da consciência – aquele que tudo admite – e dá suporte ao novo, ao utópico. Mais uma vez o autor se apressa em desfazer qualquer fonte de engano e por isso avisa não se tratar aqui de "utopias malfeitas", aquelas cuja possibilidade é irreal, mas, sim, de utopia concreta, que «[...] tem na realidade do processo um correspondente: o do *novum* mediado.» (BLOCH, 2005: 195).

Este último nível corresponde à possibilidade real ancorada no ainda-não-existente, na configuração de uma utopia concreta.

> [...] não reside numa ontologia acabada do ser do que existiu até o momento, mas na ontologia, a ser renovadamente fundada, do ser do ainda-não existente, que descobre futuro até mesmo no passado e na natureza como um todo. No espaço antigo, ela traça assim, de maneira mais plena de conseqüências, o seu novo espaço: a possibilidade real é o espaço que, em termos categoriais, está à frente do movimento material enquanto processo; ela perfaz o caráter específico de área justamente da realidade situada na linha de frente de seu desenrolar. (BLOCH, 2005: 234).

Recordamos que a possibilidade real é também parcial, e que dela não se deve esperar apenas o que está aparente:

> O realmente possível principia com o germe em que foi disposto o vindouro. O que nele está pré-formado procura desdobrar-se, todavia não como se anteriormente já existisse, comprimido no menor espaço possível. O próprio 'germe' ainda se encontra diante de muitos saltos; no próprio desdobramento, a 'disposição' desdobra-se em pontos de partida sempre renovados e mais precisos de sua *potentia-possibilitas*. **Logo, o possível real no germe e na disposição nunca é algo pronto de modo estanque, que, como algo existente em forma diminuta, apenas tivesse de concluir o crescimento**. Ao contrário, ele preserva a sua abertura como desdobramento que realmente significa evolução, não como mero despejamento ou evacuação. A *potentia-possibilitas* reiteradamente faz com que a raiz original e a *origo* do fenômeno em processo permanente tornam-se originárias num novo nível, com um conteúdo latente renovado. (BLOCH, 2005: 235, grifo nosso.).

A possibilidade real extrapola o existente e deixa-se refletir através de símbolos, que apesar de encobertos em seu conteúdo, têm nas cifras a oportunidade de sua visualização. «... a partir da luz do possível real ocorre, enfim, a percepção de um núcleo real no conceito do simbólico.» (BLOCH, 2005: 236). Possível, portanto, é o que faz sentido para uma realidade ainda-não-concretizada, mas que se faz ver em meio aos símbolos e cifras reais e aos processos de latência e tendência.

> [...]o mundo mesmo está cheio de cifras reais e símbolos reais, repleto de *signatura rerum* em termos de coisas que abrigam significado em seu núcleo. Nessa sua significância, eles apontam bem *realiter* para a sua tendência e latência de 'sentido', de um sentido que possivelmente um dia acolherá totalmente o homem e suas questões. (BLOCH, 2005: 237).

É o possível de um mundo em processo, que conta não apenas com os sonhos, com os julgamentos, com a vontade e as condições imediatas de mudança, sequer está à mercê da contingência, mas é um processo que conta com a decodificação de seu sentido como forma de guiar-se pelos movimentos de latência e tendência. Nas palavras de Bloch (2005: 238):

> Um processo permanente, uma imagem ativa da esperança de um mundo melhor, mediada pela tendência, um ideal instigante, um símbolo de teor profundo: é isso que permanece sendo as perspectivas reais, elas próprias antecipadoras, da possibilidade real – constituindo as dimensões de linha de frente.

Sobre a compreensão das categorias tendência e latência, Bloch (citado por BICCA, 1987: 33) explica:

> 'Tendência é, dentre outras coisas, a aspiração que surge quando uma realização é impedida violentamente; latência é o conteúdo utópico no reprimido, que legitima e substancia a tendência. Ambas, tendência e latência, encontram-se na própria

> realidade, mais notadamente nas épocas intermediárias, onde o velho não perece e o novo não se realiza, ou seja, exatamente onde nos encontramos hoje.'

A partir daí, Bicca (1987: 31) analisa a tendência como «[...] a contribuição de Bloch para a teoria do materialismo histórico. [...] elemento relevante da crítica blochiana do determinismo [...] teoria social e histórica orientada pela práxis[...]» e também como:

> [...] uma outra denominação para as [...] referidas 'redes de relações de condições, cheias de tensão' que mantém a realidade em movimento. Em sua orientabilidade, ela independe do arbítrio individual. Entretanto, a vontade humana pode fazer parte da tendência global. Em outras palavras, quando se tratar de movimentos transformadores, a vontade individual deverá ser adequada a ela, contanto que seja compreendida como relação orientadora, a qual – uma vez corretamente analisada – deve ser usada para que objetivos de transformação imaginados se deixem alcançar. Das 'leis' tendenciais emerge o espaço da liberdade e da contingência. (BICCA, 1987: 34).

Em relação à latência, nos informa Nascimento sobre sua relação com a ideia de incompletude de um futuro prenhe de possibilidades ainda não realizadas, próprias do processo histórico. (NASCIMENTO, 2008).

Convencido da exigência de "realizar a possibilidade", Bloch declara:

> O homem é alguém que ainda tem muito pela frente. No seu trabalho e através dele, ele é o constantemente remodelado. Ele está constantemente à frente, topando com limites que então já não são mais limites; tomando consciência deles, ele os ultrapassa. (BLOCH, 2005: 243).

O possível abre espaço tanto para a esperança quanto para o medo, e o ser humano tem papel fundamental para estimular um ou outro. E, desafiando o discurso intenso do fim das utopias e da desesperança, um olhar atento consegue perceber, em meio à realidade presente, sementes de utopias sociais.

Para Bloch, os períodos de mudança são épocas propícias aos sonhos diurnos e férteis para acentuar esperanças e incentivar o novo. Tendo como referência o renascimento, Bloch (2005: 119) analisa:

> No ar dessas primaveras históricas vibram planos em busca de execução, idéias em incubação. Jamais os atos prospectivos foram mais numerosos e mais comuns do que então, jamais o antecipatório nelas foi mais pleno de conteúdo, jamais a sintonia com o que vem chegando foi mais irresistível. Todas as épocas de mudança estão assim repletas, até sobrecarregadas com o ainda-não-consciente. [...] essas épocas laboram em problemas que, na realidade dada, praticamente ainda não se apresentaram nem mesmo de modo embrionário.

Holz concebe a filosofia de Bloch como própria de um período de transição, e as categorias "Entremundos" e "Umbral de época" seriam representativas desta condição. Sobre a primeira, explica: «[…] Bloch introdujo, para caracterizar la estructura peculiar de las épocas de transición en las cuales se entrecuzan el desmoronamiento de una formación social y la formación de una nueva, sin que la fisionomía de lo nuevo sea reconocible ya de un modo claro.» (HOLZ, 2007: 24).

A respeito do "umbral de época", Holz (2007: 25) admite:

> […] considera el movimiento que conduce de un período al próximo en el *continuum* de la historia.[...] son las topologias de las formas de desarollo de los entremundos; estos existen sobre umbrales y como umbrales. Cuando la herencia del pasado persiste 'superada' en el presente y en el futuro, los entremundos son una cámara del tesoro de una riqueza presente de recuerdo y anticipación.

Sendo assim, a transição é composta pela mescla de elementos que aliam a herança do antigo com as fundações do novo, deixando expostas as contradições inerentes à passagem entre "dois mundos".

> Quien vive en uno de tales umbrales de época, en un período de decadencia de un orden social y, al mismo tiempo, en la gestación y ascenso de un nuevo orden social, posee una cabeza de Jano: un rostro vuelto hacia el pasado, del que extrae las formas y contenidos de su pensamiento; un rostro que mira al futuro, cuyas formas están moldeándose, cuyos contenidos están determinándose en su universalidad genérica, no aún en su nueva especificidad que surge de las formas de movimiento del nuevo tipo de sociedad. (HOLZ, 2007: 30).

Holz observa uma espécie de cumplicidade entre os períodos de transição e o surgimento de utopias. Isso posto, é legítimo aventarmos a hipótese de que estamos vivenciando um processo de transição, favorável, portanto, a "fermentação" de utopias - abstratas e concretas. A nosso juízo, períodos de transição são aqueles períodos de crise que a história teima em revelar como profícuos em utopias postas em experimentação, portanto, de produção de utopias concretas.

Utopia concreta sugere um oxímoro aos olhos daqueles que não conseguem pensar a utopia descolada da ilha de More. Mais uma vez a história da palavra quer se impor, a despeito dos argumentos que versam sobre a amplitude que o termo adquiriu desde então.

Na concepção de Bloch, utopia concreta é práxis emancipadora e revolucionária, em que não há lugar para niilismo, ceticismo tampouco determinismo. A esperança autêntica não redunda em contemplação nem se contenta em tornar-se sonho; ela gera utopias que podem e pedem para serem concretizadas mediante a ação humana. A reunião das condições objetivas e subjetivas, sob orquestração desta última, pode viabilizar cenários antecipados de uma sociedade melhor.

Assim, advogamos a tese de que a economia solidária, como utopia concreta, tem nas incubadoras universitárias de cooperativas populares um espaço privilegiado para sua produção, promoção e difusão, sem garantia de resultados predeterminados, mas prenhes de possibilidades de realização.

Considerações Finais

Nas páginas iniciais do primeiro volume de um de seus principais livros "Princípio Esperança", Ernst Bloch anuncia: "Pensar é transpor". O sentido de transposição denota a riqueza e singularidade de sua compreensão sobre a realidade e sobre a utopia. Transpor não é limitar-se ao que existe e tampouco apegar-se a ilusões. Transpor tem o sentido de reparar naquilo que não está aparente, naquilo que ainda não se apresenta por inteiro, mas que nem por isso deixa de ser real.

Nas palavras de Bloch (2005: 14) a transposição: «...capta o novo como algo mediado pelo existente em movimento, ainda que, para ser trazido à luz, exija ao extremo a vontade que se dirige para ela.»

Realizar esta transposição não é tarefa fácil, pois está na contramão das formas condicionadas de pensamento, difundido inclusive no ambiente universitário. Para que ela seja possível, é necessário que se enxergue a potencialidade e a antecipação inscritas no movimento da história, visível para aqueles que não se contentam com o que está apenas evidente.

Percebidos estes movimentos, legitima-se a esperança de uma sociedade diferente, uma sociedade melhor. E neste sentido a imaginação tem papel determinante, uma vez que ela antecipa aquilo que ainda não existe, mas que pode tornar-se realidade. Faz parte deste exercício, enxergar, vitalizar e investir em possibilidades que possam render frutos utópicos.

Das contribuições de Bloch sobre as condições para que imaginação, sonhos, esperanças e otimismo viabilizem-se como utopias concretas, diferenciando-as das abstratas, é que aventamos a hipótese de que as incubadoras são espaços privilegiados para a produção de utopias sociais.

Nestes espaços a capacidade de transpor tem se mostrado potencialmente mais ativa, fazendo do presente

um ensaio para um futuro melhor. E se isso é verdade, o é não pela imposição das teorias acadêmicas ou pelo trabalho de pesquisadores que se debrucem por um tal tema, mas pelo encontro entre trabalhadores das universidades e da comunidade, motivados e motivadores de uma mesma utopia.

As metodologias de incubação servem de referência para experimentações sociais, com o cuidado para não manter-se no isolamento das pequenas experiências, como também não ter a pretensão de reproduzi-las indistintamente em uma escala macro. O desafio não reside em oferecer modelos prontos para serem copiados, mas sim, para serem discutidos e para serem desafiadores do presente.

Os modelos experimentados nas incubadoras são exercícios para o novo, apontando para horizontes, muito mais do que para caminhos. Longe de qualquer determinismo, mantendo o alerta de Bloch, julgamos que nestes espaços há uma riqueza de imaginação que, quando aliadas às ações práticas, produzem utopias possíveis de se concretizar, amalgamando o desejo e as esperanças daqueles que já se arriscam no difícil exercício de transpor.

Referências

BACZKO, B. (1985), Utopia, Enciclopédia Einaudi, v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda.

BICCA, L. (1987), Marxismo e Liberdade, São Paulo: Loyola.

BLOCH, E. (1967), O homem como possibilidade, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

BLOCH, E. (2005), O princípio esperança, Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, v.1

BUEY, F. F. (2007), Utopias e ilusiones naturales, Barcelona: El Viejo Topo.

GUIMARÃES, G. (1999), Sindicalismo & Cooperativismo. A economia solidária em debate: transformações no mundo do trabalho, São Paulo: Reproarte.

HOLZ, H. H. (2007), Ernst Bloch: entremundos y umbral de época. In: VEDDA, M. [Comp.] Ernst Bloch: tendencias y latencias de un pensamiento. Buenos Aires: Herramienta, pp.23-46.

NASCIMENTO, C. (2008), Autogestão: economia solidária e utopia. Otra Economía, Buenos Aires, v.II, n. 3, p. 27-40, Disponível em: http://www.riless.org/otraeconomia/nascimento3.pdf, [consultado em 13-3-2009].

PARRA, H. (1999), Uma experiência no fio da navalha. In. Democracia e Autogestão, Temporaes, Departamento História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo: Universidade de São Paulo, pp. 157-170.

Sociologia pública e engajamento: controvérsias na teoria sociológica contemporânea

Keila Lúcio de Carvalho
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
keilalucio@yahoo.com.br

Resumo:
Este artigo apresenta uma reflexão sobre a sociologia pública, através de um estudo das contribuições de Michael Burawoy e das principais críticas dirigidas a essa proposta, em torno das polêmicas acerca do engajamento dialógico com públicos no interior da sociedade civil. Tamanha reação no interior dos círculos acadêmicos parece indicar que a sociologia pública pode ser considerada um ponto focal de batalhas sobre o futuro da sociologia. Minhas primeiras aproximações com a temática permitem indicar que se localiza aí uma das principais contribuições da sociologia pública à teoria sociológica contemporânea.

Palavras-chave: Sociologia pública; Engajamento; Michael Burawoy; Teoria Sociológica.

Os principais argumentos norteadores da ideia de sociologia pública foram apresentados por Burawoy em torno de onze teses[1], com o objetivo de amparar a defesa de uma sociologia capaz de consagrar-se não apenas como ciência, mas como força moral e política. Para os propósitos deste artigo, não recuperarei exaustivamente as onze teses de Burawoy (2005a), apenas as linhas gerais de sua argumentação teórica e metodológica em torno da questão do engajamento da sociologia e, por sua vez, do sociólogo enquanto ator político.

1. A Sociologia pública como prática dialógica

Segundo o autor, o desenvolvimento da sociologia acadêmica, principalmente norte-americana, resultou em uma especialização baseada na ideia de "ciência pura" – pretensiosamente livre de valores – que retirou, ao menos transitoriamente, o compromisso moral da sociologia de contribuir para a realização de mudanças na sociedade. Entretanto, segundo Burawoy (2005b), a posição da "ciência pura", de que pesquisa deve ser completamente isolada da política é insustentável: seu caráter antipolítico não é menos político que o engajamento público em si. Justamente nesse projeto de uma ciência pura e aplicada da sociologia é que Burawoy propõe a sociologia pública, cuja tarefa consiste em superar positivamente o perfil predominantemente acadêmico e profissional da disciplina, através do engajamento da sociologia com diferentes públicos fora do mundo acadêmico, visando ao fortalecimento da sociedade civil (2005b). Ainda segundo o autor:

> Temos passado um século construindo um conhecimento profissional, traduzindo o senso comum em ciência, então, agora, estamos mais do que prontos para nos envolvermos numa sistemática retradução, devolvendo o conhecimento àqueles de onde esse conhecimento veio, tornando questões públicas para além de problemas privados e regenerando, assim, a fibra moral da sociologia. Localiza-se aqui a promessa e o desafio da sociologia pública, o complemento e não a negação da sociologia profissional (Burawoy, 2005a: 5).

Cabe destacar que a importância da proposta da sociologia pública está relacionada tanto à posição de Burawoy como presidente da ASA à época – e, posteriormente, como presidente da Associação Internacional de

1 As onze teses de Burawoy foram apresentadas em sua conferência *For public sociology*, publicada na *American Sociological Review* (2005a). As onze teses de Burawoy correspondem a uma clara alusão às *Teses sobre Feuerbach*, que consistem em onze breves notas filosóficas escritas por Karl Marx em 1845.

Sociologia (ISA)[2] – quanto à sistematicidade de sua proposta. Juntos, tais elementos configuram-se importantes balizadores para a análise da pertinência da sociologia pública e seu lugar na teoria sociológica contemporânea.

A intenção de Burawoy trata, então, de um apelo para a revitalização da sociologia em direção a uma sociologia pública, que poderia ser capaz de resgatar a "vocação moral" da sociologia. Trata-se, portanto, não apenas de uma reconceitualização do pensamento sociológico, mas de uma reformulação da prática sociológica. É neste sentido que podemos apontar a sociologia pública como um importante foco de disputa acerca do caráter da sociologia e de seu futuro enquanto conhecimento – e ação – sobre a vida social.

A sociologia pública propõe um diálogo dos sociólogos a respeito da natureza da sociedade, seus valores e questões pertinentes à sua condição como públicos. Ou seja, trata-se de transformar os problemas privados dos variados públicos em questões públicas[3]. Assim, a sociologia pública diz respeito a uma concepção de conhecimento e prática sociológica que envolve a produção de uma sociologia engajada com os diferentes públicos da sociedade civil através de um diálogo permanente sobre valores. Os públicos são entendidos como dinâmicos e nos quais participam os sociólogos, tanto da criação analítica de categorias humanas como "públicos" quanto da transformação dos mesmos. Além disso, os sociólogos podem – e devem –, segundo Burawoy, constituir-se como público e, desse modo, como atores políticos.

A configuração proposta por Burawoy – sociólogos que se constituem como atores políticos e que estejam em diálogo constante com os demais públicos – pressupõe não somente uma pluralidade de públicos, mas compromissos axiológicos distintos. Em outras palavras, o objetivo consiste em apontar para a necessidade de diálogo com os públicos, o que, em si, não determina o conteúdo dos posicionamentos políticos e morais desses mesmos compromissos. Isso porque, para Burawoy, toda sociologia repousa sobre um conjunto de valores e são esses valores que se tornam objeto de discussão e diálogo entre os sociólogos e os públicos. Como existe uma pluralidade de públicos e de valores, Burawoy (2005a) defende a existência de uma multiplicidade de sociologias públicas, desde as mais liberais até as mais críticas[4].

A própria sociologia pública é classificada ainda, segundo Burawoy, como tradicional ou orgânica, a depender da forma pela qual a sociologia é colocada em diálogo com o público correspondente. A sociologia pública tradicional é aquela sociologia que, embora trate de assuntos de interesse público, não estabelece uma relação dinâmica com os públicos. Nesse sentido, o público da sociologia pública tradicional são os leitores de colunas sociológicas de jornal, estudantes de sociologia, dentre outros. Segundo Burawoy, «o sociólogo público tradicional instiga debates dentro ou entre públicos, embora ele ou ela possa realmente não participar deles» (Burawoy, 2005a: 7). Os públicos os quais a sociologia pública tradicional dialoga são amplos, passivos e rarefeitos, com uma presença meramente amorfa. Enquanto isso, a sociologia pública orgânica trabalha em conexão dialógica com os públicos, que participam ativamente dessa interação. A relação estabelecida se caracteriza, segundo Burawoy (2005a), como um «processo educativo mútuo»[5]. A sociologia pública orgânica é desempenhada junto a movimentos sindicais, associações de moradores, organizações de luta por direitos,

---

2 Até alguns meses antes da finalização deste trabalho, Burawoy era presidente da Associação Internacional de Sociologia (Comitê Executivo 2010-2014). Foi membro do Conselho Executivo da Associação Americana de Sociologia (ASA) entre 2000 e 2005, estando na presidência da referida associação entre 2003 e 2004. Segundo Zussman e Misra (2007), o discurso de Burawoy em ocasião de sua presidência da ASA em 2004 resgata uma longa tradição na referida organização de discursos presidenciais que refletem sobre a disciplina e sua direção. Mas, segundo os autores, a novidade trazida por Burawoy diz respeito ao apelo a uma nova prática, para além da reconceitualização do pensamento sociológico (Zussman; Misra, 2007).

3 Uma importante referência para Burawoy neste sentido são as contribuições de Wright Mills, considerado "líder da sociologia pública tradicional" (Burawoy, 2005a: 9). Segundo Mills (1975), a sociologia deveria assumir seu caráter reflexivo, em constante diálogo com a vida cotidiana. Essas reflexões estão presentes na obra *A Imaginação Sociológica*, publicada originalmente nos Estados Unidos em 1959.

4 Tal consideração não impede, contudo, a defesa de Burawoy por uma determinada concepção de sociologia pública, que o autor afirma manter diálogo com a teoria marxista. Essa questão será retomada posteriormente.

5 Paulo Freire e Antonio Gramsci aparecem como importantes referências para Burawoy pensar o papel do sociólogo público orgânico.

dentre outros. Nesses casos, os públicos são mais ativos, locais e densos. Assim, a sociologia pública possui interesse em estabelecer um diálogo com públicos extra-acadêmicos a respeito de questões de relevância para a sociedade. Burawoy confere, portanto, uma ênfase no conhecimento reflexivo direcionado a uma audiência de públicos da sociedade civil, sendo que o sociólogo pode estabelecer uma relação orgânica ou tradicional com os referidos públicos.

Ao final de sua conferência dedicada à sociologia pública, Burawoy (2005a) oferece algumas pistas do ideal normativo que ampara esse programa: trata-se da ideia de que a sociologia tem seu público localizado na sociedade civil – entendida em sua necessária oposição ao Estado e ao mercado. Mas, quem são esses públicos, extra-acadêmicos, aos quais Burawoy se refere?

Ainda que não apresente uma definição sistematizada de sua concepção de *público*, Burawoy aponta algumas considerações ao longo de seus trabalhos sobre a sociologia pública que permitem compreender o sentido de sua proposição. Uma primeira consideração de Burawoy é a existência de uma diversidade de públicos, com variadas orientações axiológicas (2005b). Para o autor, a definição de público supõe o mapeamento dos arranjos nacionais e, consequentemente, a avaliação das inter-relações de diferentes públicos no interior da esfera pública.

O que Burawoy parece destacar é a necessidade de fazermos regenerar a ideia de "público" nos dias de hoje. Em uma de suas famosas onze teses, que trata da «multiplicidade das sociologias públicas» (2005a: 7), Burawoy considera a existência de múltiplas sociologias públicas porque elas refletem diferentes tipos de público e várias formas de dialogar com eles.

De forma geral, Burawoy considera o *público* como uma categoria de pessoas que conformam certas identidades plurais e que podem ser localizadas no âmbito da esfera pública. Assim como a categoria de público é marcada por sua pluralidade no nível empírico, a ideia de esfera pública é categorizada como uma arena competitiva, embora fraca no que se refere à sua capacidade de atuação e mobilização, comparativamente ao Estado e ao mercado (2005a). Por outro lado, dada a atuação privilegiada da sociologia no âmbito da sociedade civil, a esfera pública aparece como um espaço de disputa possível, através do engajamento público (2005a).

A sociologia pública tem como objetivo promover engajamento público tendo em vista a necessidade de fortalecimento e democratização da sociedade civil, em tempos atuais de fundamentalismo de mercados e tirania dos Estados (Burawoy, 2009a). Assim, a vitalidade da sociologia está enraizada na sociedade civil. É neste sentido que Burawoy sinaliza a especificidade da sociologia enquanto campo de conhecimento. Mais importante que apontar a sociedade civil como objeto privilegiado da disciplina, Burawoy afirma que o ponto de vista sociológico corresponde ao ponto de vista da sociedade civil, «por meio da qual eu me refiro às organizações, associações e movimentos que não fazem parte nem do Estado nem do mercado. Sem a sociedade civil, não apenas a sociologia pública desaparece, mas também a sociologia» (2009a: 240-41).

Isso significa que os diversos pontos de vista da sociedade civil definem e constituem a unidade do olhar sociológico, por este permitir apreender as condições sociais dos fenômenos existentes no mundo – inclusive o mercado e o Estado. A filiação da sociologia à sociedade civil significa, portanto, que a sociologia pública, ao estabelecer diálogos com os mais diferentes públicos, representa os interesses da humanidade como um todo.

É na conferência presidencial da ASA que Burawoy apresenta, ainda que de forma breve, o que entende por sociedade civil, definindo-a como «um produto do capitalismo ocidental do final do século XIX, que produziu associações, movimentos e públicos externos tanto ao Estado quanto à economia» (Burawoy, 2005a: 24). Na mesma conferência, Burawoy havia apontado, ainda que de forma breve, o caráter contraditório, marcado por cisões e dominações que, de maneira alguma, contemplaria a sociedade civil como uma espécie de «comunitarismo harmonioso» (2005a: 24). Assim, a sociedade civil é entendida como um campo de disputa, sendo, na presente conjuntura, o melhor espaço para a defesa da humanidade, auxiliada pelo estímulo de uma sociologia pública de matriz crítica.

Como a sociedade civil é dividida e marcada por conflitos internos, com a sociologia não seria diferente. A própria sociologia refletiria, de certa forma, os processos sociais em curso na sociedade civil e as ambiguidades desses processos. Para Burawoy, a sociedade civil pode pressionar os mercados e Estados a serem abertos democraticamente, mas também pode, inclusive, conspirar para a reprodução das desigualdades e opressões. É nesse sentido que a sociologia pública, apoiada pela sociologia crítica, não pode simplesmente endossar qualquer

manifestação vinda da sociedade civil. A sociologia crítica deve, antes de tudo, clarificar as possibilidades e perigos que envolvem a defesa da sociedade civil como um bastião contra as usurpações empreendidas pelo Estado e pelo mercado (Burawoy, 2004).

Essas constatações colocam em cena alguns elementos que merecem destaque. Em primeiro lugar, a natureza conflitiva das relações entre Estado, sociedade e mercado. Em segundo lugar e, consequentemente, os antagonismos presentes no interior da sociedade civil, que a caracteriza como espaço de consentimento e resistência. Por fim e dessa maneira, os públicos não podem ser tomados como homogêneos, mas que se orientam por identidades plurais, cujos interesses podem chocar-se uns com os outros. De todo modo, os esforços para explicar a história, os fundamentos e os processos internos das categorias de público, esfera pública, e sociedade civil, através do trabalho de reconstrução teórica a partir da síntese empírica, não deve ser dispensado. É neste sentido que tomar tais categorias como ideais normativos deslocados de uma análise das condições históricas que engendram e transformam essas categorias, é uma solução aqui desprezada.

Como Burawoy argumenta, as cisões presentes no interior da sociedade civil são reproduzidas na divisão do trabalho no interior da sociologia, já que esta reflete, em última instância, a própria sociedade. Assim, outra questão que atravessa a ideia de sociologia pública diz respeito à validade científica da sociologia. A caracterização da sociologia pública é realizada de forma a contemplar a potencialidade de intervenção da sociologia na disputa política da sociedade sem, contudo, abandonar o rigor acadêmico e a busca da objetividade científica – o que, em si, não pressupõe neutralidade em relação aos valores. Nesse sentido, a sociologia pública é formulada conjuntamente a uma teoria da "divisão do trabalho sociológico". Cabe relembrar que as ferramentas teóricas e conceituais utilizadas pelo autor possuem o objetivo de mobilizar as seguintes questões, cruciais para reconstruir e revitalizar o debate sociológico: para quem e para que fazemos sociologia.

De acordo com a teoria da divisão do trabalho sociológico, Burawoy busca demonstrar que a sociologia pública não constitui o único horizonte possível para a sociologia, mas se insere em uma "divisão do trabalho" que inclui também a sociologia para políticas públicas, a sociologia profissional e a sociologia crítica[6].

Segundo Burawoy (2005a), são as questões "para quem" e "para que" fazemos sociologia que norteiam o conhecimento sociológico e que o divide em quatro tipos de perspectivas diferentes, caracterizadas por sua interdependência na sociologia para políticas públicas, profissional, crítica e pública – a partir de um claro investimento na sociologia pública como conhecimento privilegiado de defesa da sociedade civil. Estas questões, longe de serem arbitrárias, dizem respeito à gênese da sociologia e às suas potencialidades teóricas e normativas. As sucessivas ondas do desenvolvimento do capitalismo e do mercado não são, portanto, reduzidas a uma consequente sucessão de tipos de conhecimento. O que Burawoy (2007a) busca enfatizar é justamente o inverso: como as sucessivas condições históricas reconfiguram o conteúdo das relações entre Estado, mercado e sociedade civil que, em última instância, condicionam as relações entre os quatro tipos de conhecimento sociológico.

Os conflitos disciplinares entre essas divisões refletem, de certa maneira, os conflitos presentes nas articu-

---

6 A especificidade da sociologia no conjunto das diversas disciplinas e a institucionalização da divisão do trabalho sociológico demarcada por Burawoy, embora possuam consequências metodológicas pertinentes à abordagem que busco privilegiar, não serão desenvolvidas neste artigo. Por ora, cadê destacar que a sociologia pública aparece, no interior da divisão do trabalho, como um ideal teórico e prático que depende da sociologia profissional. Assim, a sociologia profissional – em sua condição hegemônica no contexto atual da organização disciplinar da sociologia nos EUA – representa uma condição à própria existência da sociologia pública, já que consiste em um conhecimento instrumental dirigido a um público acadêmico e que estabelece o rigor científico da formulação de teorias, conceitos, métodos e técnicas de pesquisa sociológica, garantindo que as exigências científicas e a objetividade do conhecimento estejam asseguradas. Já a sociologia para políticas públicas tem como objetivo prover soluções para problemas de caráter público e coletivo e se define por sua provisão de serviços a partir de um conhecimento instrumentalizado a públicos extra-acadêmicos. Por fim, a sociologia crítica visa a analisar os fundamentos – analíticos e normativos – da sociologia profissional, através de sua relação com uma audiência acadêmica a respeito de um conhecimento que se caracteriza por sua reflexividade sobre o próprio objeto da sociologia profissional – teorias, conceitos, métodos e técnicas de pesquisa sociológica são questionados e avaliados. Segundo Burawoy, «a sociologia crítica é a consciência da sociologia profissional, assim como a sociologia pública é a consciência da sociologia para políticas públicas» (Burawoy, 2005a: 10).

lações e processos sociais que engendram cada um desses campos. As próprias disputas em torno da proposta da sociologia pública são manifestações, segundo Burawoy, de um embate pela (re)articulação da divisão do trabalho sociológico. As lutas internas da sociologia e suas divisões, além de representarem uma interdependência positiva para a disciplina, não ofuscam o fato de que «os sociólogos compartilham de um programa distintivo, enraizado na defesa e na expansão da sociedade civil» (Burawoy, 2009a: 234). Somente quando as divisões forem reconhecidas como positivas ao desenvolvimento da disciplina – através de uma colaboração intradisciplinar – é que Burawoy parece ver realizar o ideal normativo da sociologia pública. Isso porque, segundo o autor, a tarefa de reconstrução disciplinar consiste em transformar a sociologia *em* si para a sociologia *para* si: da divisão antagônica e fragmentária do trabalho sociológico, marcada por «intrigas palacianas inúteis», rumo a uma «divisão sinérgica e simbiótica do trabalho, transformada num movimento social pela expansão da esfera pública, enraizada numa sociedade civil poderosa e autogerida» (2009a: 243).

A sociologia pública, essencial ao nosso tempo, consiste, dessa forma, em uma sociologia *para* os públicos – a partir de uma saudável distinção da sociologia *dos* públicos promovida pela sociologia profissional. Não se trata, portanto, de uma reivindicação de uma popularização da sociologia profissional, mas do esforço em disseminar uma prática dialógica distinta da sociologia (Burawoy, 2005b), especialmente a partir de uma interação orgânica com os públicos para além da academia. Sua indicação e preferência por um público privilegiado – os "subalternos" – para a sociologia pública não, retira, assim, a possibilidade de interlocução com os mais variados públicos. Essa é uma das questões que será abordada a seguir, quando trataremos da sociologia pública a partir de seus aspectos mais metodológicos e, especialmente, de seu potencial de transformação da prática sociológica[7].

Dessa maneira, a relação entre ciência e valores é aprofundada por Burawoy em sua crítica à ideia de ciência pura. Isso porque, para Burawoy (2004), a consideração de que a "ciência pura" busca estar completamente isolada da política não é uma posição menos política que o engajamento público em si. «Ao afastar-se dos valores, a ciência pura fica sem base para contestar a destruição das condições de sua própria existência» (Burawoy, 2005b: 165).

Pelas razões já apontadas e devido aos fenômenos de privatização e mercantilização característicos da "terceira onda", a "ciência pura" não teria mais lugar na tradição sociológica, uma vez que a sociologia está envolvida diretamente com o engajamento junto à sociedade civil, local e global. A sociologia pública combina, então, a postura valorativa com o engajamento disciplinado.

Foi apresentado anteriormente que, para Burawoy, a sociologia pública não tem valor normativo intrínseco, já que depende tanto dos compromissos de valor dos sociólogos individuais quanto do diálogo entre os valores defendidos pelos diferentes públicos na sociedade civil. Os valores devem formar o fundamento autoconsciente da pesquisa sociológica e cabe à sociologia crítica tornar manifestos esses pressupostos valorativos, unindo-os reciprocamente. Os valores são, portanto, centrais à prática sociológica, cabendo à sociologia pública dialogar com distintos valores que são mobilizados pela sociedade civil. Desse modo, segundo Burawoy, não se trata de "livrar" a sociologia dos valores, mas saber quais valores têm sentido em determinado contexto (Burawoy, 2005b).

Por outro lado, é o diálogo profícuo entre os quatro tipos de sociologia que permite que a sociologia não se torne simplesmente uma ideologia. A necessidade de objetividade do conhecimento científico é ressaltada por Burawoy em sua ênfase nas contribuições da sociologia profissional, por esta mobilizar normas científicas de validação dos enunciados de verdade como base de legitimação. Trata-se de normas fundadas no diálogo entre programas de pesquisa, com suas pressuposições, modelos, questões próprias, aparatos conceituais e teorias em desenvolvimento.

---

7 Cabe destacar que, somente para o interesse de exposição dos argumentos que busco destacar, neste projeto, estou "separando" os interesses metodológicos e teórico-conceituais de Burawoy presentes na ideia de sociologia pública. O processo de investigação levado a cabo por Burawoy – cuja reconstrução crítica é o interesse desta pesquisa – não é compreendido por mim como etapas estanques, mas em sua totalidade, que é, ao mesmo tempo, lógica e histórica. Da mesma maneira, essa observação vale para o ideal normativo de sociologia pública, que se relaciona diretamente com os pressupostos analíticos do autor.

Na décima primeira tese, Burawoy vai mais longe em sua formulação e apresenta com mais clareza sua concepção de sociólogo como ator político – ou, nas suas palavras, como militante[8]. O apelo de Burawoy é para que os sociólogos abandonem seus nichos e partam para a cena pública em um "contra-ataque centrado na sociedade civil" (2009a: 242), emergidos «de seus nichos e casulos acadêmicos para assumir seus lugares e influir na direção da sociedade» (2009a: 234).

No entanto, a constatação de uma pluralidade de públicos e de contradições no interior da sociedade civil não impede que Burawoy indique a perspectiva do "socialismo sociológico" como parte integrante do seu projeto normativo de sociologia pública. Desse modo, considera o engajamento com "utopias reais" uma visão de socialismo possível, que coloca a sociedade civil em uma posição privilegiada (2005c) em relação à tirania dos Estados e ao fundamentalismo de mercados.

A história do pensamento sociológico revela um cenário de intensas controvérsias em torno das questões de ordem metodológica e epistemológica recuperadas por Burawoy. Essas questões serão apresentadas à luz de um balanço bibliográfico do debate em torno da sociologia pública, embora as categorias de Burawoy permaneçam como referenciais para a análise. O mais importante aqui é evidenciar que os pontos mais intensos de polêmica ilustram questões controversas da disciplina, que ainda não são suplantadas pela teoria sociológica contemporânea.

Uma hipótese aqui levantada é que as críticas mais intensas à sociologia pública estão concentradas no caráter dialógico da sociologia pública em relação aos públicos. Minhas primeiras aproximações com a temática permitem indicar que localizam-se aí uma das principais contribuições da sociologia pública à teoria sociológica contemporânea.

2. As guerras da sociologia pública[9]

A proposta da sociologia pública formulada por Burawoy foi alvo de diversas críticas. Essas "guerras da sociologia pública", como denomino aqui, foram travadas em uma série de eventos, debates, periódicos e dossiês, que serão importantes referências bibliográficas para a pesquisa de construção da tese. Após delinear alguns contornos iniciais que o debate entre os *mainstreams* e os sociólogos mais radicais, serão apontadas alguns questões de pesquisa, com o objetivo de "abrir" a sociologia pública.

Conforme já foi apontado, a ideia de sociologia pública de Burawoy repousa sobre uma variedade de distinções. Um primeiro conjunto de críticas opera entre os diferentes tipos de público e entre diferentes tipos de conhecimento. Burawoy ressalta ainda uma terceira distinção, entre Estado, sociedade civil e mercado, sempre tendo como preocupação buscar a especificidade da sociologia.

Levando em consideração a separação, para fins analíticos, entre o plano conceitual e o plano prático da disciplina, seguiremos essa sugestão para a apresentação das questões que mais interessam a este artigo. Assim sendo, o conjunto de críticas à sociologia pública que será recuperado, de forma breve, neste trabalho, está relacionado às considerações especialmente relativas ao engajamento do sociólogo nas questões públicas e, portanto, políticas. Segundo Zussman e Misra (2007), a preocupação mais profunda dos sociólogos que estão "nervosos" com as perspectivas apontadas por Burawoy é que a sociologia pública vai politizar a sociologia, ao invés de investir na qualidade científica baseada em uma independência intelectual. Além dos numerosos debates e diálogos sobre a sociologia pública, será apontada também a emergência de uma contraproposta com o objetivo de "salvar" a sociologia da sociologia pública.

Embora Burawoy tenha insistido no fato de que a sociologia pública não está relacionada a determinados valores *a priori*, o fato de ser declaradamente marxista fez com que muitos críticos tivessem uma postura

---

8 Expressão inspirada na obra de Alvin Gouldner, *The Sociologist as Partisan: Sociology and the Welfare State*.

9 Denominação inspirada no artigo de Burawoy (2009c) *The Public Sociology Wars*, da coletânea *Handbook of Public Sociology* organizada por Vincent Jeffries.

bastante cética em relação a um pretenso descompromisso com uma ideologia de esquerda[10].

Lynn Smith-Lovin (2007) questiona se Burawoy seria tão simpático à ideia de sociologia pública se ela contemplasse valores de direita. Além disso, afirma que a sociologia pública pode minar o desenvolvimento do conhecimento sociológico, justamente por carregar um forte conteúdo valorativo. O problema parece não consistir no fato de que sociólogos individuais possam se envolver em questões públicas e políticas e que façam de sua profissão um engajamento. Para a autora, a questão problemática da sociologia pública é que isso se daria como projeto disciplinar coletivo. Assim como para Stinchcombe (2007), politização diz respeito à intromissão de preocupações políticas nos interesses intelectuais e científicos da sociologia (Smith-Lovin, 2007).

Segundo Stinchcombe (2007), uma pretensão duvidosa da proposta de Burawoy é a de que os sociólogos possuem algo de relevante a dizer ou dialogar com os mais variados públicos. Mas, assim como Smith-Lovin, Stinchcombe é simpático à participação política individual, embora crítico da participação coletiva pela disciplina, já que a introdução de valores representaria uma corrosão dos padrões profissionais disciplinares.

Já para Boyns e Fletcher (2005), a sociologia pública é uma tentativa equivocada de corrigir os problemas de engajamento público e da identidade disciplinar, que cercam a disciplina ao longo das últimas décadas. Alguns pontos de crítica são evidenciados pelos autores, na tentativa de apresentar as limitações desse programa. Em primeiro lugar, a suposta filiação da sociologia pública ao marxismo contribui para ressaltar as divisões existentes dentro da disciplina. Em segundo lugar, o avanço público da sociologia em direção a uma agenda voltada para uma "sociologia para públicos" em vez de uma "sociologia dos públicos" impõe limitações no desenvolvimento de uma interface pública. Em terceiro lugar, a falta de uma agenda metodológica para a sociologia pública levanta questões sobre como a sociologia pode competir dentro de um clima contestado da opinião pública. Em quarto lugar, as questões de coerência disciplinar não seriam necessariamente resolvidas pela sociologia pública, e seriam potencialmente exacerbadas pela invocação da sociologia pública como uma nova identidade disciplinar. Em quinto lugar, uma identificação enganosa é feita entre o conhecimento científico e a estrutura hegemônica da profissão. Finalmente, o idealismo da sociologia pública em defesa da sociedade civil é explorado como um gesto utópico semelhante à tentativa de Habermas para reviver a esfera pública.

O que os autores buscam propor é que somente o desenvolvimento de um programa forte de sociologia profissional pode conformar um meio para reparar os problemas da disciplina, problemas esses evidenciados a partir da emergência do projeto da sociologia pública. Ou seja, estão preocupados com «a crise de legitimação endêmica à sociologia que decorre de questões sobre as possibilidades de engajamento público da sociologia e a coerência da sua identidade disciplinar» (Boyns; Fletcher, 2005: 6). Isso significa que, para os autores, no lugar de energias dedicadas ao desenvolvimento de uma sociologia pública, os esforços deveriam ser primeiramente direcionados para reforçar a coerência do conhecimento disciplinar da sociologia e do desenvolvimento de um programa forte de sociologia profissional. Os autores alertam sobre a face ideológica da sociologia pública – uma espécie de "conluio" entre a sociologia pública e o marxismo – e um problema na chave conceitual acerca do termo *público*. Destacam que, na tese final sobre sociologia pública, Burawoy afirma que o objetivo da sociologia consiste em ser "militante", orientada para a "defesa do social" e para o revigoramento da sociedade civil, sendo impulsionada por uma orientação ideológica marxista que não seria uniformemente compartilhada por aqueles que são pessoalmente investidos na disciplina:

> O ensaio de Burawoy "The Critical Turn to Public Sociology" só agrava essa situação, invocando as duas últimas de teses de Marx como uma epígrafe e depois relacionando diretamente a sociologia pública ao desenvolvimento das "utopias socialistas". Tal conexão explícita serve para prescrever uma agenda normativa

10 Embora sob uma perspectiva distinta, a relação entre a sociologia pública e o marxismo é também apontada por Calhoun (2005), quando afirma que «para além de sua [de Burawoy] agenda da sociologia pública, existe um esforço para recolocar a sociologia marxista». Em outro trecho, considera que Burawoy esteja preocupado em superar uma versão do marxismo pós 1970, desvinculado dos movimentos sociais (Calhoun, 2005: 357-58).

> potencialmente problemática para sociologia pública, segmentando ainda mais a disciplina ao longo das linhas ideológicas e reforçando o conluio entre a sociologia pública e o marxismo (Boyns; Fletcher, 2005: 10).

Para Brint (2005), é o suposto potencial de querer "mudar o mundo" que torna a sociologia pública tão problemática (Brint, 2005), já que os sociólogos não se confundem com atores políticos. Enquanto os sociólogos precisam estar em conformidade com as teorias, o fato de identificar-se como atores políticos significa estar preso às visões de mundo, às crenças e aos valores. É nesse sentido que, segundo Brint (2005), Burawoy reduz a importância da sociologia profissional, baseada na pesquisa empírica orientada pela teoria, ao invés de aumentar sua influência.

Tendo como base o cenário brasileiro, Schwartzman (2009) afirma, diferentemente de Burawoy, que «é no mundo acadêmico, da liberdade de pesquisa e do rigor científico, que deveria estar a âncora que desse ao sociólogo a liberdade de trabalhar com autonomia e independência intelectual nos outros setores» (2009: 277). Apesar de apontar para a necessidade de a sociologia estar relacionada às questões públicas, o foco, segundo Schwartzman, deve ser o esforço, ainda incompleto no país, em «consolidar uma sociologia que mantenha sua independência e sua relevância, tanto em relação aos rituais acadêmicos quanto em relação às organizações e movimentos sociais com os quais dialoga ou dos quais participa» (Schwartzman, 2009: 277).

Um autor que apresenta um tom mais crítico (e irônico) à sociologia pública de Burawoy é Mathieu Deflen (2005). A principal questão apontada por Deflen (2005) se refere a uma crítica do que considera a sociologia pública um disfarce velado de uma versão particularista do chamado "marxismo sociológico"[11]. A institucionalização da sociologia pública teve início, segundo Deflen, a partir a aprovação contrária à guerra do Iraque em 2003, pelos membros da ASA. Segundo o autor, o problema não está no ativismo sociológico individual, nem no caso de uma sociologia ativista tomar posições políticas, contanto que somente o desenvolvimento de uma ampla gama de "ativismos sociológicos" seja capaz de oferecer uma situação pertinente de ligação da disciplina com as questões públicas mais gerais da sociedade – já que existe uma pluralidade de alternativas nas lutas morais e políticas.

Uma análise semelhante é oferecida por Jonathan Turner (2005, 2009), para quem a sociologia pública compõe um pensamento de esquerda, que vai infundir ideologia à face pública da sociologia. A questão apontada por Turner refere-se ao fato de que a sociologia, ao se orientar ideologicamente, pode escapar ao controle da explicação científica. Turner propõe construir uma "engenharia social", que enfatize a necessidade da neutralidade dos valores e a possibilidade de uma ciência natural do mundo social. Segundo o autor:

> Não é necessário que os sociólogos digam às pessoas que elas têm problemas; elas já o sabem. Dessa forma, não necessitam de sociólogos de vanguarda para engajá-las em torno de um movimento ou organização. Elas, geralmente, já têm capacidade para tanto. O que precisam é do conhecimento – imparcial e preciso – sobre o mundo social, que pode ser utilizado pelos públicos, clientes, formuladores de políticas ou quem tiver um problema de organização social (Turner, 2009: 263).

Desse modo, as primeiras aproximações com as diferentes respostas críticas e entusiastas permitem considerar que a sociologia pública intensificou a reatualização de questões caras às mais diversas tradições sociológicas. As críticas a uma politização perigosa da sociologia e a compartimentalização por meio da divisão do trabalho sociológico parecem, contudo, as mais recorrentes. Minhas primeiras leituras acerca desse embate parecem sugerir que se localizam, nesses dois eixos, as principais contribuições da sociologia pública à teoria sociológica contemporânea.

---

11 Na trilha de que o «conhecimento sociológico não pode desafiar o mundo» (Deflen, 2005), o autor elaborou, já em 2005, o site da campanha "Save Sociology" (www.savesociology.org), com o objetivo de salvar a sociologia da sociologia pública e dos valores.

3. Considerações Finais

Conforme busquei sinalizar neste artigo, minha intenção é problematizar a sociologia pública à luz de algumas questões teórico-conceituais e metodológicas que considero significativas, já que considero que essa proposta recoloca e reatualiza antigas controvérsias ao longo da história da disciplina na teoria sociológica contemporânea. Estou ciente que a ausência de consenso é inerente à própria gênese das ciências sociais. Por esse motivo, tão importante quanto apresentar a sociologia pública é realizar um balanço do intenso debate que foi suscitado com a apresentação da proposta por Burawoy, na condição de presidente da ASA, em 2004.

A intenção de recuperar algumas leituras críticas, no primeiro momento em que a sociologia pública foi lançada, consiste em analisar a reação ensejada e em que medida podemos apostar na sociologia pública enquanto um projeto duradouro, seguindo o questionamento de Calhoun (2005), ou seja, pensar seus limites e possibilidades na atualidade.

Uma hipótese que pretendo trabalhar na tese é que uma das críticas mais fortes ensaiadas em direção à ideia de sociologia pública questiona seu horizonte de intervenção política, a partir da valorização de uma prática dialógica com segmentos da sociedade civil. Essa concepção de intervenção e diálogo no interior da sociologia representaria, segundo os autores que recuperei neste trabalho (Boyns, Fletcher, 2005; Brint, 2005; Turner, 2005, Deflen, 2005; Smith-Lovin, 2007; Stinchcombe, 2007), uma politização perigosa que colocaria em risco o caráter científico da sociologia e, por esse motivo, representaria uma ameaça à sua própria existência enquanto área de conhecimento. Grande parte dessas leituras identificou na sociologia pública uma tentativa de resgatar o pensamento marxista para o interior da sociologia. Nesse aspecto, foram feitas referências ao fato do próprio Burawoy se declarar marxista, mas também a conhecida formulação do "marxismo sociológico", em conjunto com Erik Olin Wright[12].

É nesse sentido que compreendo a sociologia pública como um ponto de batalhas sobre o futuro da disciplina. As primeiras "guerras da sociologia pública" que recuperei neste artigo, recolocaram em cena alguns elementos, subjacentes às questões apontadas, que merecem destaque. As tensões entre engajamento e reconhecimento científico não podem ser deslocadas de uma discussão sobre a natureza do conhecimento sociológico, sempre mediado por processos mais amplos, relacionados à materialidade das condições sociais.

Assim, considero as indicações apontadas como pistas para pensarmos os limites e as possibilidades da sociologia pública na teoria sociológica contemporânea – ou, relembrando a questão de Calhoun (2005), se a sociologia pública é um projeto duradouro. De qualquer forma, as leituras e análises que busquei apontar neste artigo me permitem considerar, desde já, a pertinência da sociologia pública, nem tanto pelas respostas que Burawoy buscou oferecer, mas pelas questões e embates que suscitou. Nas palavras do próprio autor, «fazemos nossa própria sociologia, mas não sob as condições de nossa própria escolha».[13]

---

12 Segundo Burawoy e Wright (2000), a tarefa de reconstruir o marxismo como uma teoria coerente deve estar amparada em uma teoria da reprodução contraditória das relações de classe capitalistas, ao invés de uma teoria marxista da trajetória histórica. A proposta do marxismo sociológico busca identificar os processos causais dentro da sociedade capitalista que têm amplas implicações para a natureza das instituições em tais sociedades e as perspectivas para a emancipação humana. Nesse sentido, o socialismo não deve ser entendido como resultado de um processo teleológico ou uma necessidade histórica, mas como o resultado potencial da estratégia, da restrição e da contingência. Segundo Braga (2009, 2010), em um cenário ainda predominantemente positivista da sociologia, o debate contemporâneo da sociologia pública é uma oportunidade para problematizarmos as relações entre a sociologia crítica e o marxismo. O desafio consistiria em localizar a sociologia marxista na sociologia pública, como espaço privilegiado para desenvolver tanto teorias quanto programas de pesquisa e, também, alicerçar um projeto político.

13 Esta frase (Burawoy, 2009b: 225) é uma alusão à clássica de que «os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado» (Marx, 2002: 21).

Referências

BOYNS, D. & FLETCHER, J. (2005), "Reflections on public sociology: Public relations, disciplinary identity, and the strong program in professional sociology". *The American Sociologist*, 36 (3-4), pp. 5-26.

BURAWOY, M. (2004), "Public sociologies: Contradictions, dilemmas, and possibilities". *Social Forces*, 82 (4), pp. 1603-1618.

____ (2005a), "2004 presidential address: for public sociology". *American Sociological Review*, 70 (1), pp. 4-28

____ (2005b), "Third-Wave Sociology and the End of Pure Science". *The American Sociologist*, 36 (3), pp. 152-165.

____ (2005c), "The critical turn to public sociology". *Critical Sociology*, 31 (3), pp. 313-326.

____ (2007a), "The Field of Sociology: Its Power and Its Promise". In: D. Clawson, R. Zussman, J. Misra, N. Gerstel, R. Stokes, D. Anderton, M. Burawoy (eds.), *Public Sociology.* Fifteen Eminent Sociologists Debate Politics and the Profession in the Twenty-first Century, Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, pp. 241-258.

____ (2009a), "A sociologia pública em tempos de Barack Obama", *Caderno CRH*, 22 (56), pp. 233-244.

____ (2009b), "Cultivando sociologias públicas nos terrenos nacional, regional e global". In: R. Braga, M. Burawoy, *Por uma Sociologia Pública*. São Paulo: Alameda, pp. 135-159.

____ (2009c), "The Public Sociology Wars". In: V. Jeffries (ed.), *Handbook of public sociology.* New York: Rowman & Littlefield Publishers, pp. 449-473.

BURAWOY, M.; WRIGHT, E. O. (2000), *Sociological Marxism*, Disponível em http://www.ssc.wisc.edu/~wright/SocMarx.pdf, [consultado em 30-6-2014].

BRAGA, R. (2009), O pêndulo de Marx: sociologias públicas e engajamento social. In R. Braga, M. Burawoy, *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda, pp. 67-116.

____ (2010), "Entrevista com Ruy Braga. Entrevista concedida a Nicolau Dela Bandera e Leonardo Fontes". *PLURAL,*17 (1), pp. 175-196.

BRINT, S. (2005), "Guide for a perplexed: on Michael Burawoy's 'public sociology'. *The American Sociologist*, 36 (3), pp. 46-63.

CALHOUN, C. (2005), "The promise of public sociology". *The British Journal of Sociology*, 56 (3), pp. 355-363.

DEFLEM, M. (2005), "Public Sociology, hot dogs, apple pie, and Chevrolet". *The Journal of Professional and Public Sociology*, 1 (1), pp. 1-18.

MARX, K. (2002 [1852]), *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann.* São Paulo: Paz e Terra.

MILLS, C. W. (1975), *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.

SMITH-LOVIN, L. (2007), "Do We Need a Public Sociology? It Depends on What You Mean by Sociology". In: D. Clawson, R. Zussman, J. Misra, N. Gerstel, R. Stokes, D. Anderton, M. Burawoy (eds.), *Public Sociology.* Fifteen Eminent Sociologists Debate Politics and the Profession in the Twenty-first Century, Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, pp. 124-134.

SCHWARTMAN, S. (2009), "A sociologia como profissão pública no Brasil". *Caderno CRH*, 22 (56), pp. 271-279.

STINCHCOMBE, A. (2007), "Speaking Truth to the Public, and Indirectly to Power". In: D. Clawson, R. Zussman, J. Misra, N. Gerstel, R. Stokes, D. Anderton, M. Burawoy (eds.), *Public Sociology.* Fifteen

Eminent Sociologists Debate Politics and the Profession in the Twenty-first Century, Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, pp. 135-144.

TURNER, J. (2005), "Is public sociology such a good idea?" *The American Sociologist*, v. 36 (3-4), pp. 27-45.

____ (2009), "Contra a Sociologia Pública: será ela a melhor forma de tornar a Sociologia relevante?". *Caderno CRH*, 22 (56), pp. 255-269.

ZUSSMAN, R.; MISRA, J. (2007), "Introduction". In: D. Clawson, R. Zussman, J. Misra, N. Gerstel, R. Stokes, D. Anderton, M. Burawoy (eds.), *Public Sociology.* Fifteen Eminent Sociologists Debate Politics and the Profession in the Twenty-first Century, Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, pp. 3-22.

A contribuição das pessoas com deficiência para a ecologia de saberes, temporalidades e reconhecimentos na educação superior[1]

Nome: Elizabete Cristina Costa[2]

Resumo: Apresenta o movimento advindo da presença das pessoas com deficiência na Universidade Metodista de São Paulo entre 2005 e 2010, respondendo ao seguinte problema: - O que emerge e o que tem sido esvaziado com o advento da presença das pessoas com deficiência na universidade? Trabalha com a hipótese que o paradigma da inclusão vem ao encontro do paradigma emergente e, por conseguinte, a presença/reivindicação das pessoas com deficiência na universidade contribui para uma revisão epistemológica na transição paradigmática desta contemporaneidade. Faz opção pelo estudo dos cotidianos, por entendê-lo como possibilidade de aproximação desta complexa realidade educacional, o que possibilitou à tessitura da tese na forma de quinze crônicas que defendem quatro argumentos. 1. Corporeidades desviantes confrontam o sujeito universal e exigem a superação da monocultura do saber. 2. Diferentes formas de sensoriamento do mundo promovem o alargamento dos espaços pedagógicos. 3. O modelo social de deficiência aponta para a necessária revisão dos critérios meritocráticos rumo à neutralização das fronteiras dicotômicas entre as diferenças. 4. A inclusão carrega uma tonalidade utópica porque exige a consciência antecipatória das ecologias dos saberes.

Palavras chave: universidade, inclusão, pessoas com deficiência, ecologia dos saberes, epistemologias emergentes.

Introdução

Transito, desde 2005, pelos caminhos da construção de um espaço educacional inclusivo e percebo-me, diariamente, imersa num *não-lugar* e à beira das ciladas do reducionismo. Como no fio da navalha, vivencio a linha tênue das fronteiras ambivalentes pois, com perplexidade, percebo a ambivalência dos processos inclusivos no movimento liminar da exclusão/inclusão na universidade. Ora as pessoas com deficiência são reconhecidas e respeitadas em seus caminhos alternativos para a construção do conhecimento. Ora essas mesmas pessoas são capturadas pelas monoculturas do saber ou do fazer na universidade.

Neste contexto, em 2009, assumi o desafio de expor, numa pesquisa de doutoramento (Costa-Renders, 2012), toda a rede de relações e processos advinda da emergência das pessoas com deficiência, com seus saberes, temporalidades e linguagens, no cotidiano de uma universidade, a saber, a Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Considerando a presença/reivindicação das pessoas com deficiência na educação superior, como pesquisadora, me vi a perguntar pela a contribuição do movimento destas diferenças para outras linguagens e epistemologias neste campo educacional. Neste sentido, trabalhei com a inclusão, entendendo-a como um tema ancorado no hipertexto da transição paradigmática contemporânea, tendo em perspectiva o paradigma educacional sistêmico e complexo.

Este texto apresenta, portanto, os resultados de um doutoramento cujo objeto de pesquisa foi o movimento advindo da presença das pessoas com deficiência, bem como das práticas inclusivas desenvolvidas na UMESP (São Paulo, Brasil) entre 2005 e 2010. Os referenciais da sociologia das ausências e emergências, do modelo

---

1 Este trabalho foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação, Brasil.

2 Doutora em Educação pela UNICAMP (2012) na área de Ensino e Práticas Culturais, possui mestrado em Ciências da Religião pela UMESP (2006) e Especialização em Administração e Gestão Escolar pela UNIR (2003). Graduada em Pedagogia (1998), atuou como assessora pedagógica para inclusão das pessoas com deficiência na UMESP de 2005 a julho de 2014. Atualmente é professora na UFABC, no Centro de Ciências Naturais e Humanas, na licenciatura de Filosofia. Compõe a equipe de pesquisadores do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferenças (LEPED) da UNICAMP. Em seu trabalho, destacam-se os temas: educação inclusiva, formação de professores para o atendimento educacional especializado (AEE) e epistemologias emergentes.

social de deficiência, da acessibilidade, bem como do paradigma da inclusão foram utilizados para responder ao seguinte problema investigativo: o que emerge e o que tem sido esvaziado (ou desperdiçado) com o advento da presença das pessoas com deficiência na educação superior? A hipótese apresentada foi que a presença das pessoas com deficiência na universidade contribui para uma revisão epistemológica importante rumo à superação da hierarquização dicotômica dos sujeitos e dos saberes, vindo ao encontro do paradigma emergente.

O presente artigo organiza-se em três partes. Primeiro, apresento como tem se dado *A inclusão de pessoas com deficiência numa universidade brasileira* neste início do século 21. A partir deste cenário contextual, compartilho com os leitores *As narrativas da inclusão numa complexa tessitura investigativa,* a qual exigiu a composição do texto final de pesquisa na forma de quinze crônicas comentadas. Por fim, defendo a contribuição das pessoas com deficiência para *As ecologias de novos saberes, temporalidades e reconhecimentos na universidade* no percurso de quatro argumentos.

1. A inclusão de pessoas com deficiência numa universidade brasileira

No Brasil, o Censo Escolar de 2006 registrou que, entre 2003 e 2005, o número de estudantes com deficiência matriculados na educação superior passou de 5.078 para 11.999 alunos, representando um crescimento de 136% em dois anos. A UMESP, por sua vez, registrou, um pouco mais tarde, por meio dos seus balanços sociais, o mesmo movimento. Se, em 2005, eram 31 pessoas com deficiência que ali chegaram, em 2010, somavam-se 142 pessoas com deficiência que, contraditoriamente, já haviam passado por esse espaço educacional. Digo, contraditoriamente, porque primeiro chegaram, por insistência, as pessoas e, depois, por reivindicação, as condições de acesso e permanência.

As rotas dos sujeitos e a gestão dos processos[3] nesta universidade testemunharam a possibilidade de acesso mas, também, as diversas barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais que, cotidianamente, continuavam sendo impostas a este grupo social. Por exemplo, em 2010, havia 142 pessoas com deficiência num universo de 28.032 estudantes matriculados na UMESP (Umesp, 2010). Isto nos leva indagar: o que representam 142 pessoas com deficiência num universo de 28.032 estudantes? Entendo que, para quem descreve tais rotas, são sujeitos que, de repente, chegaram à universidade e, pela estranha presença, reivindicam as condições de acesso às quais tem direito e das quais necessitam para que se garantam suas oportunidades na educação superior.

Ultrapassando as fronteiras desta universidade, em 2010, 23,9% da população brasileira possuía algum tipo de deficiência, o que equivale a cerca de 46 milhões de pessoas (IBGE, 2010). No campo da educação superior brasileira, num universo de 6,5 milhões de estudantes universitários, havia 20.019 pessoas com deficiência matriculadas. O que corresponde a 0,34% do total de estudantes na educação superior. Isto nos leva a outra indagação. Diante da grandeza do primeiro número (46 milhões de pessoas com deficiência), se faz necessário perguntar: - O que se passa na educação superior para que este público não chegue a 1% dos estudantes universitários? Entendo que tais números insinuam que, quando se trata das pessoas com deficiência na educação superior, falamos mais de ausência do que de presença.

No decorrer dos séculos, a monocultura do ser e saber na universidade produziu a presença de uns em detrimento da ausência de outros, bem como legitimou a meritocracia estritamente individual desconsiderando a perspectiva social da mesma. Entendo que a subalternização dos saberes imposta pela "razão indolente" (Santos, 2008) estreitou o caminho de acesso à educação superior também para as pessoas com deficiência. Mas ao que se refere tal racionalidade? Nos termos de Santos, a razão indolente, como um instrumento de produção da não-existência, se apresenta com as seguintes faces, "a razão impotente (determinismo, realismo), razão arrogante (livre arbítrio, construtivismo), razão metonímica (reducionismo e dualismo) e razão prolépticа (evolucionismo, progresso)" (Santos, 2008: 97).

Numa visão panorâmica do movimento de ingresso das pessoas com deficiência nos espaços educacionais no decorrer da história, pela razão indolente, predominaram a classificação, seleção, exclusão ou segregação destes sujeitos nas instituições de educação especial. Todavia, esta naturalização e legitimação da segregação educacional das pessoas com deficiência passou a ser questionada nesta contemporaneidade. Sim, apenas, a partir do final do século 20, percebe-se um movimento mundial no sentido, primeiro, da integração, que se trata

3 Estes são dois, dos três eixos nos quais se organiza o texto da tese defendida, a saber: As rotas dos sujeitos, A gestão dos processos e A ecologia dos saberes.

de uma inserção parcial, numa seleção prévia dos aptos ao ingresso nas escolas comuns. E depois, na década de 80, ganha força o movimento pela inclusão, como "inserção escolar de forma radical, completa e sistemática" (Mantoan, 2003), de forma que todas as crianças e adolescentes devam frequentar as salas de aula do ensino regular.

Entendo, portanto, a inclusão na educação superior como uma das faces deste movimento inclusivo que começou na educação básica no final do século 20. Penso que tal movimento, lá iniciado, alavancou uma demanda maior pela inclusão das pessoas com deficiência na educação superior no início do século 21. Especialmente, porque as crianças com deficiência que ingressaram nas escolas comuns, estimuladas pela convivência com as diferenças, alcançaram melhor desenvolvimento e condições para ingresso na educação superior.

No percurso das rotas dos sujeitos e na gestão dos processos inclusivos na UMESP, constatei que o meio pode provocar novas possibilidades para a vida das pessoas com deficiência quando rompe com a naturalização da incapacidade e anuncia que há saberes diferentemente sábios em cada pessoa. Assim, "os movimentos educacionais em favor da inclusão seguem outros caminhos, que contestam fronteiras entre os espaços simbólicos das diferentes identidades" (Mantoan, 2009: 11) e, ao fazê-lo, desenham novos percursos de ensino e aprendizagem também na educação superior. No meu entendimento, tais percursos se dão pela ecologia de novos e diferentes saberes, temporalidades e reconhecimentos neste campo educacional. Todavia, numa metáfora da tessitura, posso dizer que há nós importantes neste complexo processo.

Quem já teceu sabe que os fios não são sempre lineares e ininterruptos. Os nós fazem parte do trabalho da tecelã e são inusitados – interrompem sem se anunciar. Se partirmos da metáfora da tessitura, já nos é possível apontar alguns nós que aparecem na composição de um espaço educacional inclusivo nos e com os cotidianos universitários. Analisemos alguns nós desta tessitura inclusiva:

- Quem são as pessoas com deficiência? Se a vulnerabilidade humana é uma condição antropológica, insistir na visibilidade das pessoas com deficiência seria um reducionismo. A deficiência é alvo de suspeitas ou possibilidade do *devir-outros* sentidos para a vulnerabilidade*?*!
- Quais os sentidos possíveis para *inclusão*? Se a inclusão pode ser mais um instrumento de governação neoliberal (como captura para um sistema), defendê-la seria cair numa cilada. A inclusão é alvo de suspeitas ou possibilidade do *devir-outros* movimentos na educação superior?!
- Quais são os sentidos possíveis para a universidade nesta contemporaneidade? Se a meritocracia estritamente individual é fundamento para o ingresso na educação superior, defender a universidade inclusiva exige romper com o paradigma dominante. A *universidade inclusiva* é fato ou subjaz à ambivalência de sua invisibilidade e emergência?

São evidentes os problemas semânticos e sistêmicos envolvidos neste processo de construção do espaço educacional inclusivo. Diante desses entraves, precisei colocar essa tessitura no chão da transição paradigmática contemporânea, tendo em perspectiva o entremundos e os elementos constitutivos das fronteiras dicotômicas. Portanto,

- Não foi possível falar das pessoas com deficiência sem problematizar a dicotomia capaz / incapaz, com vistas a nossa condição antropológica comum: a complexa humanidade;
- Não foi possível falar da inclusão sem problematizar a dicotomia exclusão / inclusão com vistas aos movimentos próprios da pertença e reconhecimento mútuo: a ambivalência do movimento inclusivo;
- Não foi possível falar da universidade inclusiva sem problematizar a dicotomia universalização / meritocracia com vistas a construção social do *ser humano:* a face social da meritocracia.

Se os fios seguem imbricados nesses nós, há que, em nosso trivial cotidiano, mesmo frente aos sinais de cansaço e omissões, seguirmos imbricados pela «curiosidade aprendente e solidária» (Assmann, 2004) do *devir.* Assim, passo a citar algumas situações que exemplificam como o ingresso do grupo social das pessoas

com deficiência na universidade contribuiu para esse *devir-outros* movimentos epistemológicos na UMESP. Inicio considerando o movimento das diferenças no sentido da superação de relações classificatórias, seletivas e excludentes, bem como da ampliação da possibilidade epistemológica nos seguintes termos:

- Ao disponibilizar, além do acervo bibliográfico em tinta, um acervo digital acessível, todos poderiam ler na educação superior – espaço aberto para o movimento dos diferentes códigos de leitura;
- Ao inserir, além da língua oralizada, uma língua sinalizada em sala de aula (no caso do Brasil, a Libras), a subalternidade das línguas e dos sujeitos surdos poderia ser rompida – espaço aberto para o movimento dos saberes diferentemente sábios;
- Ao construir caminhos acessíveis, todos poderiam vir, ir e chegar aos estudos superiores – espaço aberto para o trânsito de diferentes sujeitos.

Todavia, nos cotidianos universitários, a ambiguidade do movimento das diferenças se colocou abruptamente nestas mesmas ações. Sobre este complexo processo, discorro a seguir.

Primeiro, na leitura de uma produção textual de um estudante cego, foi possível perceber que construir o acervo digital não atenderia às condições de acessibilidade para todos. Se, por um lado, muitos estudantes não tem acesso ao conhecimento e à tecnologia assistiva para esta leitura; por outro, precisamos de tempo histórico e vontade política para a produção de um acervo digital equivalente ao acervo em tinta. Enfim, percebe-se nas produções de estudantes cegos que a gama de opções do estudante vidente com o acervo em tinta ainda é infinitamente maior. O estudante cego não pode simplesmente passear entre os livros num grande acervo, ele conta, na maioria das vezes, somente com os livros indicados para digitalização[4] ou produção no código de escrita tátil – o Braile.

Segundo, ao adentrar nos processos de tradução e interpretação simultânea em Libras, pode-se perceber, na sala de aula, uma cilada: a diferença pode produzir um gueto e cristalizar as antigas fronteiras do território ouvinte e do território surdo – na manutenção de suas ignorâncias próprias. Quando há um estudante com surdez na sala, na maioria das vezes, cria-se uma ilha nesta sala de aula.

Terceiro, não foi possível falar de inclusão na educação superior, sem considerar que este não é um campo inclusivo. Trabalhar com os eixos de acessibilidade física, comunicacional e atitudinal não garante que todos possam chegar aos estudos superiores – a educação superior brasileira é inerentemente meritocrática em seus processos classificatórios e seletivos.

Como é possível, portanto, a universidade inclusiva no Brasil? Como os processos decorrentes da presença/reivindicação das pessoas com deficiência na educação superior podem contribuir para o paradigma epistemológico emergente? Essas indagações, que nasceram nos e dos cotidianos da UMESP, me levaram a buscar novos caminhos investigativos sobre os quais discorro a seguir.

As narrativas da inclusão numa complexa tessitura investigativa

Esta foi uma pesquisa que teve como corpus, os *Diários de Campo,* escritos por mim, como assessora pedagógica para inclusão na UMESP, entre os anos de 2005 a 2010. Assim, tomei em perspectiva os movimentos dos cotidianos universitários, entendendo que, nos cotidianos, há saberes, fazeres, valores e emoções contra-hegemônicos num movimento próprio de reinvenção de sentidos, a partir das ações dos seus praticantes.

O corpus desta investigação exigiu, portanto, uma pesquisa participante, com uma metodologia que considerasse a relação indissociável entre os sujeitos, a observadora, o objeto observável e o próprio processo de observação. Neste sentido, fiz opção pela escrita de uma tese composta por crônicas comentadas, entendendo que esta linguagem literária possibilitaria o diálogo com os praticantes dos cotidianos (Certeau,1994) que me acompanharam nos processos de construção de um espaço educacional inclusivo.

---

4 Esta era a realidade da UMESP nos anos de 2005-2010. Todavia, em 2011, a universidade adquiriu nova tecnologia no sentido do acesso ao acervo bibliográfico pelos estudantes com deficiência, a saber, o *Book Reader* que possibilitou a leitura dos textos em tinta e ampliou a acessibilidade ao acervo bibliográfico desta instituição.

As crônicas, então, se colocam como pequenas narrativas que, no processo da tessitura de uma rede de memórias, transformam-se em fios condutores de um movimento não-linear em toda a tese. Ou seja, o estilo literário da crônica possibilitou tanto a valorização dos depoimentos e das memórias registradas nos *Diários de Campo* da assessoria pedagógica para inclusão, como a tessitura de um texto num modelo circular. Ou seja, o texto final de pesquisa não se segue o tempo cronológico, mas, sim, o tempo *kairós:* o tempo oportuno às múltiplas temporalidades dos saberes diferentemente sábios e dos reconhecimentos recíprocos.
A seguir, a tabela 1 sinaliza esta complexa tessitura, ao apresentar tanto as crônicas como os movimentos que a presença/reivindicação das pessoas com deficiência dispararam neste processo educacional inclusivo.

Tabela 1 (Costa-Renders, 2014)

Eixo temático da tese	Título da Crônica	Movimento inclusive
As rotas dos sujeitos	Dança com os olhos	O movimento da cadeira de rodas para as rodas da dança leva a um manifesto pela inclusão.
	Um passarinho na minha varanda	O estranhamento da corporeidade, que transgride os limites de um território, neutraliza fronteiras e cria novas rotas na educação superior.
	Ser outro do outro	A hospitalidade é posta à prova no entremundos do ato expulsor e do reconhecimento recíproco.
	Uma cadeira na praça	A presença das pessoas com deficiência na universidade tem potencial revolucionário ao aponta para a construção social das incapacidades.
	Não se poderia esconder	Os rastros das pessoas com deficiência rompem a invisibilidade e emergem nos cotidianos.
A gestão dos processos	Uso restrito	Um visitante questiona as barreiras, sinalizando o valor da mobilidade na universidade.
	A receita do bolo	A pergunta pelo *Como é que se faz* aponta para a angústia advinda do desconhecimento e para a inércia frente aos desafios postos pela inclusão.
	Porto seguro	O intérprete da língua de sinais rouba a cena dos tradicionais atores em sala de aula.
	Monitor Desligado	A inclusão dos estudantes cegos denuncia o uso restrito do espaço educacional.
	Uma ilha na sala de aula	A inserção da língua de sinais em sala de aula aponta para a contradição entre monoculturas e ecologias nos processos inclusivos.
As ecologias	Imaginações e conflitos	A inclusão exige o protagonismo das pessoas com deficiência na imaginação de outra universidade.
	Ausências e emergências	A presença/reivindicação das pessoas com deficiência anuncia a ecologia dos saberes.
	O tempo em três tempos	Há possibilidade de alargamento do tempo presente nos cotidianos da universidade.
	A aluninha	A reciprocidade do olhar nos afeta e insinua os reconhecimentos advindos da inclusão.
	Utopias?	A invisibilidade e emergência da universidade inclusiva sinaliza um horizonte utópico.

Encontros, conversas, depoimentos, inquietações, reuniões, decisões, projeções, ações, narrativas, imagens, sons, rotina, ruptura, todos estes elementos passaram a compor as memórias que, registradas nos *Diários de Campo*, serviram como fio constitutivo da escrita das quinze crônicas comentadas. Estas quinze crônicas foram compostas por diferentes sujeitos que exerciam diferentes papéis na comunidade acadêmica de referência – a UMESP. Todas as pessoas - estudantes, professores, intérpretes de Libras, assessores, visitantes e gestores - foram identificadas com nomes fictícios, conforme solicitação do Comitê de Ética em Pesquisa, no sentido de preservar sua privacidade neste processo inclusivo descrito na tese de doutoramento.

Quanto a mim, atuei na tessitura desta rede de memórias, como autora de algumas crônicas e como comentarista de todas elas. Por um lado, eu, propositalmente, procuro não fazer uma análise das crônicas, apenas parto do movimento próprio destes tempos/espaços narrados. Fiz tal opção por entender que a análise incorreria, provavelmente, no reducionismo do movimento inclusivo nos termos de uma teoria geral. Por outro lado, na escrita das crônicas, o processo iniciava com uma revisita aos *Diários de Campo*, bem como aos e-mails e imagens por mim arquivados. Assim, como havia uma relação indissociável entre os sujeitos, a observadora, os objetos observáveis e o próprio processo de observação, o texto final de pesquisa foi escrito num movimento entre a primeira e terceira pessoas.

As crônicas foram narradas na primeira pessoa, sendo compostas por depoimentos de diferentes sujeitos, em diferentes tempos e espaços, entre os quais me incluo. Estas se constituíram, portanto, num processo de tessitura com um fio composto por diálogos, depoimentos e memórias registradas nos diários em tempos diferentes, num esforço contínuo da minha parte, em preservar a fala de cada uma das pessoas que contribuíram nos processos inclusivos mencionados. Algo indispensável numa metodologia de pesquisa que pretenda ser participativa.

Na escrita do texto final de pesquisa, eu também me apresento em primeira pessoa na introdução, nas dobradiças (duas pausas intermediárias aos eixos da tese, com uma síntese do caminho até então percorrido) e nas considerações finais. Todavia, os comentários das crônicas apresentam-se, como textos dissertativos, na terceira pessoa.

Entendo que o estilo literário da crônica possibilitou a valorização dos depoimentos e das memórias registradas nos diários pesquisados, bem como a tessitura de um texto num modelo circular, onde será possível aos leitores iniciarem a leitura pela crônica que desejarem. Como uma narração informal de episódios e histórias nos/dos/com os cotidianos, numa relação intimista entre tempo e memória, a crônica possibilitou dizer muitas coisas por meio da "dita" conversa fiada. Pela leveza, brevidade, densidade, sensibilidade, humor e angústia, em síntese dramática, as crônicas trazem toda a complexidade da tessitura de uma rede de memórias no cotidiano de uma universidade.

Retomando o caminho investigativo, a base teórica deste percurso contou com os referenciais teóricos da educação inclusiva, bem como da sociologia e filosofia da educação. Amparou-se em Maria Teresa Eglér Mantoan (2009), a discussão sobre o paradigma educacional inclusivo. Na busca de entendimento das ambiguidades do processo inclusivo na universidade, a sociologia das ausências e das emergências de Boaventura de Sousa Santos (2008) trouxe luz à contribuição das pessoas com deficiência na transição paradigmática contemporânea. Hugo Assmann (1994) e Edgar Morin (2002), por sua vez, contribuíram na leitura da complexa condição humana, onde a corporeidade ganha centralidade nas discussões epistemológicas.

A pesquisa nos/dos/ com os cotidianos, por sua vez, teve como base os estudos de Nilda Alves (2001), possibilitando expor, em uma tese de doutoramento, toda a rede de relações advinda da emergência das pessoas com deficiência nos/dos e com os cotidianos de uma universidade brasileira. Categorias como tessitura, redes, movimentos, todas as fontes, narrar a vida e literaturizar a ciência, praticantes dos cotidianos, memória, narrativas, uso, consumo, conversas estavam, para mim, como links num hipertexto, no *devir-outro* texto no movimento dos leitores. Entendi que, no entremundos das práticas inclusivas neste campo educacional, seriam necessárias pequenas narrativas que, no processo de uma tessitura, transformar-se-iam em fios condutores de um movimento não-linear em guiado pelos leitores. Ir e vir entrelaçando pensamentos já apresentados e, ainda, por vir, foi o caminho escolhido entre contos e pontos.

Como pretendia investigar o movimento das diferenças provocado por uma presença/reivindicação na universidade, utilizei, como instrumental de leitura dos *Diários de Campo,* a sociologia das ausências e a sociologia

das emergências de Boaventura Souza Santos. Do "estar ou sentir-se entre" poderiam nascer epistemologias liminares que dariam visibilidade às experiências sociais até então desperdiçadas por uma universidade que se acostumou a pensar em termos de uma só racionalidade – dicotômica e hierárquica. O desafio, portanto, foi trabalhar com a racionalidade dos reconhecimentos recíprocos e da interdependência. Essa discussão, em Boaventura de Souza Santos, assume os termos da racionalidade cosmopolita fundada em "três procedimentos meta-sociológicos: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução" (Santos, 2008: 94). Busca-se "pensar os termos das dicotomias fora das articulações e relações de poder que os unem" (Santos, 2008: 101), possibilitando a transformação de ausências em presenças, o reconhecimento da incompletude de todos os saberes e a emergência de saberes diferentemente sábios.

Precisei, portanto, aproximar as principais formas sociais de não existência (Santos, 2008) às objetivações socialmente impostas às pessoas com deficiência, quando estas assumem formas desqualificadas de existir na sociedade. Numa pesquisa anterior[5], concluída em 2006, eu já havia localizado as objetivações socialmente impostas às pessoas com deficiência nos discursos e espaços eclesiais. Tal pesquisa apontara para as objetivações das pessoas com deficiência nos seguintes termos:

- O ignorante: quando se foca as limitações corporais e intelectuais (como impedimento do aprender) e perpetua-se a ignorância pela desconsideração das formas diferenciadas de viver e de aprender;
- O residual: quando a segregação (em instituições especializadas ou na própria casa) torna-se uma forma de esconderijo para o ser humano que não cabe nos moldes socialmente estabelecidos como "normais";
- O inferior: quando a diferença naturaliza dicotomias hierárquicas (normal/anormal, eficiente/deficiente, capaz/ incapaz, inferior/superior, etc.) e classifica as pessoas e saberes entre melhores e piores;
- O local: quando a acessibilidade (física, comunicacional, atitudinal) não se torna um bem comum, através da construção de um mundo em padrões preestabelecidos impostos aos mais diversos espaços sociais – seja na arquitetura, na linguagem ou na cultura;
- O improdutivo: quando os padrões de produtividade estabelecem a desqualificação das pessoas que não apresentam determinadas habilidades para o mercado de trabalho e, consequentemente, legitimam o sistema assistencialista-caritativo e a impossibilidade de as pessoas com deficiência assumirem o protagonismo de suas vidas. (Costa-Renders, 2009: 23).

Se a sociologia das ausências permite localizar as formas de produção das monoculturas na sociedade, a sociologia das emergências propõe a substituição das monoculturas por ecologias. Neste sentido, a presença das pessoas com deficiência nos estudos superiores também nos remete à sociologia das emergências, especialmente, em três desafios.

- A convivência com outros sujeitos e seus saberes nos desafia ao reconhecimento da nossa compartilhada ignorância nos termos do princípio da incompletude de todos os saberes (Santos, 2008) posto pela *ecologia dos saberes*.
- A consideração da multitemporalidade no processo de construção do conhecimento questiona as relações de dominação mais resistentes, ou seja,aquelas que assentam nas hierarquias entre temporalidades (Santos, 2008), sinalizando a *ecologia das temporalidades* e seus tempos flexíveis.
- O reconhecimento recíproco, que cria novas exigências de inteligibilidade recíproca (Santos, 2008) por meio de diferentes linguagens, afirma a *ecologia dos reconhecimentos*.

5 Trata-se de minha pesquisa de mestrado, realizada em 2006, que foi publicada com o seguinte título. *Educação e espiritualidade*: pessoas com deficiência, sua invisibilidade e emergência.

Especialmente, no contexto da UMESP, entre os projetos em desenvolvimento desde 2005, se destacam as ecologias provocadas pela convivência entre as pessoas com e sem deficiência, quer sejam docentes, discentes, estudantes ou famílias. Esta mistura, pelo movimento da inclusão, rompeu a barreira da invisibilidade e do silêncio neste campo educacional. Vejamos o depoimento do estudante Felipe a este respeito:

> Devo citar, ainda, os momentos em que minha passagem pelo projeto proporcionou-me inclusão. Foram dois momentos distintos. O primeiro foi ao começar a frequentar as aulas de dança. Foi a inclusão em uma nova atividade, em um novo círculo de pessoas e relações, em uma nova oportunidade de desenvolvimento pessoal. O segundo aconteceu quando comecei a participar das apresentações. Elas me tornaram alguém capaz de agregar valor à sociedade a partir de um trabalho artístico, de levar cultura às pessoas, de contribuir com o mundo em que vivemos. Foi, portanto, uma inclusão em outra esfera, que só foi possível em consequência da primeira. A inclusão parece um processo que ocorre em efeito dominó, uma leva à outra, que por sua vez, leva a outra e assim por diante (Quartero, 2010: 194-195).

Na composição desta tese, percebi que Felipe tinha razão, parece que a inclusão se produz em efeito dominó. Começa em determinado lugar ou grupo, mas não se fixa ali. Como movimento, provoca e é provocada, se dilata, invade territórios desconhecidos e se emancipa.

Epistemologicamente, portanto, tive muito a perguntar na perspectiva da criação de novos *loci* de enunciação. Propus-me, portanto, seguir perguntando pela corporeidade humana, na busca de uma reformulação conceitual do que se entende por educar na complexa sociedade contemporânea. A pista mais significativa, neste sentido, seria "a existência de uma relação estreita (praticamente uma coincidência) entre processos vitais e processos cognitivos" (Assmann, 1994: 116) na morfogênese do conhecimento. Noutras palavras,

> Se realmente aceitamos despedirmo-nos do empirismo e do positivismo raso que afirmam os fatos como verdade, e se concordamos que toda realidade é construção perceptiva do real, então, talvez seja possível fazer as pazes com o único real plenamente afirmável: o de que somos corporeidades imersas em relações sociais de construção de significações / sentidos para o viável (e até para o inviável!). O rumo da navegação (as decisões conscientes) só pode ser definido dentro desse complexo processo criativo e construtivista de modelos de leitura do real. Mas as energias que tornam possível avançar brotam, em larga medida, do bojo de processos auto-organizativos nunca plenamente apreendidos em nosso limitado aprender. A construção da realidade tem que se apoiar na auto-organização do vivo. (Assmann, 2001: 138)

Assmann entende a corporeidade como a "globalidade do sistema auto-organizativo do nosso corpo como um todo, em tudo o que somos e fazemos" (Assmann, 1994: 112). O corpo seria, então "a instância fundamental e básica para articular conceitos centrais para uma teoria pedagógica" (Assmann, 1994: 113). Tal proposição desafia-nos a respeitar e aprender com a singularidade da corporeidade das pessoas com deficiência e as linguagens próprias dos seus processos de construção do conhecimento nos e com os cotidianos da educação superior.

As ecologias de novos saberes, temporalidades e reconhecimentos na universidade

A presença das pessoas com deficiência nos cotidianos da universidade nos remeteu a uma constatação importante: novos e diferentes sujeitos estão chegando à educação superior brasileira e sua presença, por si só, é reivindicação. Este movimento tem contribuído significativamente para a desestabilização das dicotomias hierárquicas clássicas - homem/mulher; branco/negro, rico/pobre, normal/anormal que tornaram invisíveis as diferentes e complexas corporeidades dos sujeitos.

A ecologia de novos saberes e temporalidades aponta para as hipóteses correspondentes às perguntas geradoras desta investigação. Minha primeira hipótese era que somente as condições de acessibilidade física e

comunicacional não garantem que todas as pessoas possam ingressar e permanecer na educação superior, pois o caráter meritocrático individualista, legitimado por processos classificatórios, seletivos e excludentes, se impõe também às pessoas com deficiência pelo esvaziamento ou desperdício de suas experiências no campo educacional. Portanto, haveria muito a se trabalhar epistemologicamente para oferecer as condições de acessibilidade atitudinal na educação superior. A segunda hipótese levantada apontava que a educação inclusiva vem ao encontro do paradigma emergente e, por conseguinte, a presença/reivindicação das pessoas com deficiência na universidade poderia contribuir para uma revisão epistemológica importante na transição paradigmática desta contemporaneidade. Tais hipóteses confirmaram-se nesta investigação e oportunizaram a defesa de uma tese: a presença/reivindicação das pessoas com deficiência na educação superior, num movimento inclusivo, contribui para as epistemologias emergentes.

Posso dizer, portanto, que a presença das pessoas com deficiência na educação superior contribui para uma revisão epistemológica nos seguintes termos. 1. A presença das corporeidades desviantes confronta o sujeito universal e exige a eliminação das barreiras advindas da monocultura do saber. 2. As diferentes formas de sensoriamento do mundo promovem o alargamento dos espaços pedagógicos na universidade. 3. O modelo social de deficiência aponta para a necessária revisão dos critérios meritocráticos no sentido da neutralização das fronteiras dicotômicas entre as diferenças, uma vez que o mérito é também socialmente construído. 4. A inclusão carrega a tonalidade utópica porque exige uma consciência antecipatória, ou seja, o princípio da emancipação de todos os sujeitos antecede a educação inclusiva.

Vejamos estas premissas defendidas em outros termos. Sigo, neste artigo, apresentando quatro argumentos a favor da contribuição das pessoas com deficiência para a ecologia dos novos saberes, temporalidades e reconhecimentos exigidos pelo paradigma da inclusão.

Primeiro, entendo que a presença/reivindicação das pessoas com deficiência na universidade confirmou o fato de que não existe um sujeito universal e, numa inversão, exigiu o reconhecimento da complexidade humana, bem como a consideração das diferenças fora de um sistema de hierarquização das mesmas. Noutras palavras, esta presença, testemunhada nas quinze crônicas comentadas, apontou que não existe o surdo, não existe o cego, não existe o deficiente, bem como não existe a pessoa com deficiência, pois tanto a diferença como a vulnerabilidade são condições antropológicas que se colocam a todos nós. No entanto, tal constatação, que requer a emergência dos diferentes sujeitos, carece do trabalho de tradução nos termos do reconhecimento da incompletude de um saber e da necessária inteligibilidade recíproca.

Este primeiro argumento me levou a perguntar: quem são as pessoas com deficiência? Se a vulnerabilidade humana, transversalmente, nos atinge no ciclo próprio da vida, insistir na visibilidade da pessoa com deficiência é um reducionismo nos termos da governação da vulnerabilidade na personificação do deficiente. Confirma-se, portanto, que é necessário colocar o paradigma educacional da inclusão no chão da transição epistemológica contemporânea, tendo em perspectiva os elementos constitutivos das fronteiras dicotômicas. Por um lado, não é possível falar da inclusão sem problematizar a dicotomia exclusão / inclusão com vistas aos movimentos próprios da pertença e reconhecimento mútuo no campo educacional. Por outro lado, não é possível falar da pessoa com deficiência sem problematizar a dicotomia capaz / incapaz, tendo em vista tanto a nossa condição antropológica comum - a vulnerabilidade, quanto os impedimentos sociais incapacitantes que se colocam, especialmente, a este grupo social.

O segundo argumento, que se fundamenta no princípio ético democrático do direito à educação, contribui para a transição paradigmática contemporânea, quando exige a superação da naturalização do mérito estritamente individual no campo educacional e aponta para o mérito socialmente construído. Importa dizer, portanto, que, desde as rotas dos sujeitos até a gestão dos processos inclusivos na universidade, foi possível perceber que o modelo social de deficiência contribuiu tanto para a percepção da inconsistência do mérito individual que se ampara na dicotomia capaz/incapaz, quanto para a percepção do valor da acessibilidade física, comunicacional e atitudinal para a emancipação dos sujeitos.

Se o modelo social de deficiência apontou o quanto e como a funcionalidade das pessoas é determinada pelas condições sociais que lhes são impostas, entende-se que tanto a capacidade quanto a incapacidade podem ser resultantes das condições de acessibilidade física, comunicacional e atitudinal dispostas nos diferentes ambientes, inclusive nos educacionais. Ainda, este movimento, que diz respeito ao reconhecimento da incapacidade

compartilhada entre sujeitos e sociedade, leva ao reconhecimento da interdependência e da vulnerabilidade como condições antropológicas que afetas todas as pessoas. Portanto, subjaz esta problemática, o fato de que a injustiça cognitiva também assenta na injustiça social e de que a educação inclusiva está diretamente relacionada à defesa dos direitos humanos. O que me leva a afirmar, novamente, que há um conteúdo ético neste movimento pela revisão epistemológica do paradigma educacional dominante.

Se não há mérito estritamente individual, portanto, há que se considerar a construção social do mérito. Tal inversão foi necessária para a construção das condições de acesso à educação superior porque teve o poder de neutralizar as fronteiras dicotômicas e hierárquicas postas neste campo educacional - capaz/incapaz e competente/incompetente, bem como questionou seus tradicionais processos seletivos. Precisamos, portanto, construir novos critérios para o ingresso na educação superior. Talvez, um caminho seja a integração dos resultados da vida acadêmica com a história social do candidato. Entendo que algumas das políticas afirmativas em desenvolvimento no Brasil, como as cotas nas universidades públicas, sinalizam os primeiros passos na direção dos novos critérios meritocráticos na educação superior.

O terceiro argumento, que afirma a contribuição da presença/reivindicação das pessoas com deficiência às epistemologias emergentes, é decorrente do anterior e diz respeito ao evidenciamento das diferentes formas de sensoriamento do mundo, num movimento de emergência da corporeidade como centro das abordagens pedagógicas inclusivas. O movimento cotidiano da inclusão de pessoas com deficiência na educação superior apontou para a necessária centralidade da corporeidade humana no processo educacional inclusivo, desde a definição das condições de acessibilidade necessárias até a constituição dos caminhos pedagógicos alternativos que possibilitem a emergência dos saberes diferentemente sábios, das multitemporalidades e dos reconhecimentos. Não se trata de uma preocupação funcionalista ou utilitarista com o atendimento educacional especializado (AEE), mas, sim, da percepção das múltiplas maneiras em que a corporeidade humana afeta a educação, exigindo os caminhos alternativos para ser e aprender nos sistemas educacionais.

O movimento das corporeidades desviantes rompeu as monoculturas, criando um vazio que possibilitou as ecologias no campo educacional. Noutras palavras, se, no predomínio de uma epistemologia geral, a corporeidade do educando precisava submeter-se ao rigor do único saber. Nos tempos da transição paradigmática, especialmente, a corporeidade das pessoas com deficiência, pelo desvio próprio das suas formas de sensoriamento do mundo, colocou em xeque o *imprinting* cultural da incapacidade, anteriormente, legitimado pela monocultura da capacidade.

Num simples mapeamento das novas práticas advindas da presença/reivindicação das pessoas com deficiência na UMESP, ampara-se o meu quarto argumento: a emergência dos diferentes sujeitos leva à emergência da universidade inclusiva, bem como a emergência da universidade inclusiva continua possibilitando a emergência dos diferentes sujeitos em meio à ambivalência da transição paradigmática. Eis o tom utópico da educação inclusiva: o *continuum* da construção da emancipação de todas as pessoas.

Como um movimento que se sustenta numa construção coletiva e permanente da consciência antecipatória, a educação inclusiva cria um horizonte utópico para os sistemas educacionais, desde a educação infantil até a educação superior, quando transcender o possível é condição para conhecer o possível, bem como conhecer o possível é condição para transcender a realidade no marco do possível. Entendo que a educação inclusiva requer transcender a realidade tal qual se tem apresentado a nós nesta contemporaneidade, pois esta trata também do educar para a esperança, nos termos do respeito ao ser humano como um ser com necessidades e desejos. O princípio da emancipação dos sujeitos antecede, portanto, a educação inclusiva.

Considerações Finais

Como num anel reflexivo, a presença/reivindicação das pessoas com deficiência numa universidade promoveu um encontro, abrupto e imprevisto, que suscitou processos de construção das condições de acesso e permanência neste campo educacional. Tais processos, por sua vez, ampliaram as possibilidades de reconhecimento e inteligibilidade recíproca que continuaram suscitando outros processos que garantam acesso à educação superior para diferentes sujeitos. Nesta ampliação das possibilidades de acesso, o ciclo da emergência de novos sujeitos,

temporalidades e saberes ganhou possibilidades de continuidade no campo educacional pesquisado – a saber, a UMESP, uma universidade brasileira.

Neste texto, defendo a contribuição deste movimento, advindo da presença das pessoas com deficiência na universidade, para a ecologia de novos saberes e temporalidades na educação superior. Todavia, reconheço que tal movimento se dá de forma não linear e acentua a complexidade da transição paradigmática nesta contemporaneidade. Noutras palavras, tensões e conflitos, bem como avanços e retrocessos fazem parte desta tessitura contínua, mas não linear.

Nestes termos, primeiro, é preciso dizer que a inclusão de pessoas com deficiência na educação superior, como um movimento das diferenças numa complexa tessitura, depara-se com as tensões próprias das relações fronteiriças entre o paradigma dominante e o paradigma emergente. Portanto, foi preciso colocar o movimento de inclusão no chão da transição paradigmática contemporânea, tendo em perspectiva o *entremundos* e os elementos constitutivos das fronteiras dicotômicas clássicas, como capaz/incapaz ou normal/anormal. Noutra perspectiva, todavia, a presença/reivindicação das pessoas com deficiência neste campo educacional pode contribuir para o paradigma educacional emergente.

Segundo, é preciso mencionar que considerar o complexo processo de construção de um espaço educacional inclusivo, desde as rotas dos sujeitos até a ecologia dos saberes e temporalidades, exigiu um caminho investigativo capaz de retratar os cotidianos de uma universidade nos termos da invisibilidade e emergência da universidade inclusiva. Na perspectiva dos estudos dos/nos/com os cotidianos, escolhi a linguagem literária das crônicas, como pequenas narrativas que se transformaram em fios condutores de um movimento não linear que dá corpo à tese defendida: a inclusão das pessoas com deficiência na educação superior contribui para uma revisão epistemológica importante neste campo educacional.

Terceiro, reintero que a contribuição das pessoas com deficiência ao campo educacional passa pela superação das monoculturas clássicas, tais como: o sujeito universal, o saber, o código de escrita, a modalidade linguística, etc. Desta forma, das ausências às emergências, caminhamos da monocultura para a ecologia de novos saberes, temporalidades e reconhecimentos na educação superior a partir da inclusão também das pessoas com deficiência neste cenário.

Neste movimento inclusivo, as corporeidades desviantes possibilitaram o *devir-outros* num campo educacional. A saber, a presença/reivindicação das pessoas com deficiência na universidade apontou para a confrontação do sujeito universal, para o reconhecimento das diferentes formas de sensoriamento do mundo, para a necessária revisão dos critérios meritocráticos, bem como para uma consciência antecipatória, pois o princípio da emancipação de todos os sujeitos antecede o paradigma da inclusão.

Numa ecologia de saberes e temporalidades, a sensibilidade solidária, a interdependência e o reconhecimento mútuo são aptidões humanas que possibilitam a superação de preconceitos tanto em relação à potencialidade das pessoas com deficiência - como catalisadoras de práticas e valores novos, quanto em relação à convivência cooperativa que as pessoas, com ou sem deficiências, estabelecem entre si na instituição comum de ensino - como a constituição de redes de solidariedade numa universidade.

Referências Bibliográficas

ALVES, N. (ed.) (2001), *Pesquisa no/do cotidiano das escolas*, Rio de Janeiro: DP&A.

ASSMANN, H. SUNG, J. (2000), *Competência e sensibilidade solidária*, Petrópolis, Vozes.

ASSMANN, H. (1994), *Paradigmas educacionais e corporeidade*, Piracicaba: Unimep.

BRASIL/INEP (2006), *Censo Escolar 2006*, Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/brasil.pdf, [Consultado em 06-03-2014].

BRASIL/IBGE (2010), *Censo Demográfico 2010*, Disponível em: http://censo2010.ibge.gov.br/. [Consultado em 03-03-2014].

BRASIL/MEC (2008), *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*,

Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf, [Consultado em 10-09-2011].

CERTEAU, M. (1994), *A invenção do cotidiano*, Petrópolis: Vozes.

COSTA-RENDERS, E. C. (2009), *Educação e espiritualidade, pessoas com deficiência, sua invisibilidade e emergência*, São Paulo: Paulus.

COSTA-RENDERS, E.C. (2012), *Invisibilidade e emergência da universidade inclusiva na tessitura de uma rede de memórias*. Tese de doutoramento, Campinas: Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

MANTOAN, M.T.E. (2009), Atores da inclusão na universidade: formação e compromisso, Campinas: Unicamp.

MORAES, M. C. (1997), *O paradigma educacional emergente*, Campinas: Papirus.

MORIN, E. (2003), *O Método V*, Porto Alegre: Sulina.

ONU. (2006), *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência 2006*, Disponível em: http://www.acessibilidadeweb.com/luso/Convencao.pdf, [Consultado em 23-02-2012].

QUARTERO, F. (2010), *Valiosa vida,* Rio de Janeiro: Livre Expressão.

SANTOS, B.S. (2008), *A gramática do tempo – para uma nova cultura política*, São Paulo: Cortez.

UMESP (2005), *Projeto Melhor é Nossa Causa*, São Bernardo do Campo: Da autora.

UMESP (2008), *Projeto Pedagógico Institucional 2008-2012*, São Bernardo do Campo, Da autora.

UMESP (2010), *Balanço social da UMESP*, São Bernardo do Campo, Da autora.

Lista de Tabelas

COSTA-RENDERS, E.C. (2014), *Tabela 1*. São Bernardo do Campo: Da autora.

A imaginação sociológica e as possibilidades de diálogos emancipatórios com os jovens na escola brasileira

Diego Greinert de Oliveira1

Rafael Antonio da Luz Sanches2

RESUMO: Este trabalho visa apresentar possibilidades de intervenção das Ciências Sociais na Escola Brasileira através da Imaginação Sociológica proposta por Charles Wright Mills. A pretensão é de criar diálogos e reflexões para os estudantes do Ensino Médio brasileiro e observar quais as possibilidades de ações que esses jovens podem ter. Outro aspecto é perceber qual o papel de mediação que as Ciências Sociais possibilitam trazer para a politização e participação pública e coletiva desses adolescentes. O objetivo norteador é tentar aproximar cada vez mais os jovens das Ciências Sociais através da criação de diálogos que relacionem o conhecimento científico com o cotidiano dos mesmos, visando à emancipação dos sujeitos através da apropriação de um ferramental teórico de leitura e entendimento da realidade. Para isso será mobilizado um aparato teórico-metodológico de conceituação sobre as juventudes, a Imaginação Sociológica e a importância da participação dos estudantes na vida social.

PALAVRAS-CHAVE: JUVENTUDES; IMAGINAÇÃO SOCIOLÓGICA; CIÊNCIAS SOCIAIS; EDUCAÇÃO; PARTICIPAÇÃO SOCIAL.

INTRODUÇÃO

A Sociologia, como ciência, busca entender e teorizar sobre as formas de organização social que emergiram a partir do surgimento da era moderna. Já a Sociologia, como disciplina escolar, tem o papel de levar para os jovens estudantes as várias teorias sobre as sociedades modernas desenvolvidas por diversos autores das Ciências Sociais[3].

Uma das principais justificativas para a inserção dessa ciência como disciplina escolar é o seu caráter crítico, isto é, uma forma diferenciada de olhar o mundo e as relações entre os indivíduos presentes nele. Porém a luta pela inserção dessa disciplina no Ensino Médio brasileiro se deu de forma conturbada.

Nesse *paper* separaremos em tópicos as discussões sobre o histórico da Sociologia no Brasil e recortaremos para o Estado do Paraná, pois as ações desse Estado em relação ao ensino da Sociologia teve um histórico diferenciado de outros Estados do país, pois as discussões sobre a inserção da Sociologia na Educação Básica pelo Estado datam do início dos anos de 1990, e as discussões na universidade a respeito do ensino da Sociologia nas escolas datam do final da década de 1980 na Universidade Estadual de Londrina.

O próximo tópico versará sobre a imaginação sociológica, termo cunhado por Mills (1975) que apresenta um método de como é possível se utilizar da Sociologia para observar o cotidiano. Em complemento a isso, faremos uma discussão sobre as juventudes, baseadas nos escritos de Dayrell (2003; 2007) e Dayrell e Reis

---

1 Docente no Colégio Uninorte Júnior da Faculdade Norte Paranaense na cidade de Londrina, Paraná; Graduado em Ciências Sociais licenciatura e bacharelado (2012) pela Universidade Estadual de Londrina; Possui especialização em Ensino de Sociologia pela Universidade Estadual de Londrina (2014); mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (2013-2015); Membro do Observatório da Educação - OBEDUC/C. Sociais; membro do LENPES/UEL. diego_pnd@hotmail.com/diegocsuel@gmail.com.

2 Docente temporário na Rede Estadual de Educação do Paraná (2014) Graduado em Ciências Sociais (2013) pela Universidade Estadual de Londrina. rafaelsanches_@msn.com

3 Entendemos as Ciências Sociais como a área de conhecimento que abarca a Antropologia, a Ciência Política e a Sociologia.

(2007), que estão presentes na Escola, pois passa a ser o nosso foco a tríade, escola/ensino da Sociologia, as juventudes e as possibilidades de diálogos entre o ensino da Sociologia e as juventudes.
Para isso, nos utilizaremos das discussões propostas por Silva (2005) e Gasparin (2005) acerca do método da Pedagogia Histórico-crítica e as possibilidades de utilização desse método na Educação Básica[4]. Assim buscaremos elucidar como é possível utilizar esse método para a construção de diálogos que venham enriquecer a vida dos jovens no interior das escolas com o ensino da Sociologia, sendo essa capaz de proporcionar aos jovens uma visão diferenciada da realidade.

HISTÓRICO DA DISCIPLINA NAS ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

A sociologia tem uma história de idas e vindas aos currículos escolares do país. Sua introdução como disciplina curricular é parte integrante do seu próprio processo de institucionalização no Brasil. Alinhando reconhecimento acadêmico ao reconhecimento social da ciência. A intermitência da adoção da Sociologia no Brasil demonstra de certa forma a preocupação humanística ou não dos projetos políticos em vigência no país durante todo o período de institucionalização.
Na década de 1930 surgiram os cursos de Ciências Sociais no país, em 1933 na Escola Livre de Sociologia e Política e em 1934 na Universidade de São Paulo ambas na cidade de São Paulo, em 1935 na Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro, e em 1938 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. Essa criação dos cursos superiores, conjuntamente a vinda de professores estrangeiros convidados para lecionar no Brasil, possibilitou o desenvolvimento e a constituição de um núcleo de pensamento sociológico no país e também a formação de novos quadros intelectuais e técnicos para dar suporte ao Estado Novo pensando o País à época.
A primeira entrada da Sociologia no sistema de ensino ocorreu em 1891 a partir da reforma educacional de Benjamin Constant, aparecendo com o título Sociologia e Moral, durante apenas um ano. Seu próximo aparecimento data de 1925, a partir da Reforma Rocha Vaz que exigia o conteúdo nas avaliações do vestibular (Paraná, 2008: 48).
Em meados de 1920 a Sociologia também passou a integrar o currículo de formação de educadores primários e secundários no Rio de janeiro e em Pernambuco. Com a reforma e a centralização do sistema de ensino no país, a Sociologia chega aos cursos de formação complementar, e de preparação para o Ensino Superior. Já com a Reforma Capanema de 1942 a disciplina é retirada.
Nos anos de 1940 a Sociologia permanece nos currículos das Escolas Normais, intitulada como Sociologia Geral e/ou Sociologia da Educação. Sem dúvida, afirmam as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná (DCEB/PR) (2008), a formação dos professores para o Ensino Secundário foi um fato de extrema importância para a consolidação da Sociologia enquanto uma disciplina curricular.
Já a exclusão da Sociologia do Ensino Secundário levantou um debate intenso no país, entre os especialistas envolvidos estavam Antônio Cândido, Luiz Aguiar da Costa Pinto e Floresta Fernandes. Dessa forma, a educação é apresentada como processo socializado que depende formalmente da vontade política dos dirigentes, colocando-se a questão dos avanços e retrocessos frequentes durante o processo de consolidação da Sociologia no sistema formal do ensino. Portanto, a intermitência reconhecida hoje é indicador do processo político e suas intenções a partir da escolha das disciplinas formativas e culturais (Paraná, 2008: 49).
São raros os manuais de Sociologia durante as duas primeiras décadas do século XX[5], encontrando-se apenas os de autores como Paulo egydio de Carvalho e Francisco Pontes Miranda, dois juristas e autores de "*Contribuição para a história philosophica da sociologia*" e *"Sistema de ciência positiva do direito"*, respectivamente (Paraná, 2008: 49).

---

4 É importante destacar que o Estado do Paraná adota a Pedagogia Histórico-crítica como norteadora dos docentes da Educação Básica, inserida nos documentos oficiais como as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná (2008).

5 Para informações mais detalhadas sobre os manuais de Sociologia ver Meucci (2007).

Considerada um problema social, a educação era vista como objeti analítico da Sociologia que teria o papel de recuperar sua função na sociedade. Um exemplo dessa perspectiva pode ser vista no movimento da Escola Nova.

Durante a ditadura militar a Sociologia foi excluída das grades do Ensino Secundário, permanecendo de forma muito fraca nos cursos de magistério, com diversas denominações e conteúdos. Nas políticas educacionais de 1971 a Sociologia foi tratada a partir disciplinas nominadas como Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira e Ensino Religioso.

Já no período da transição democrática, nos anos de 1980, havia a expectativa de abertura para a disciplina. Contudo, a partir de novas Constituições Estaduais de 1989, foram frustradas todas as possibilidades. Em 2001, Fernando Henrique Cardoso, à época Presidente da República, justificou o não retorno da disciplina devido à falta de profissionais para atender a demanda.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, abriu-se a possibilidade para o retorno da disciplina aos currículos escolares, mas as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM/2011) alterou o sentido da LDB/96, e o conteúdo da Sociologia deveria ser tratado a partir de uma perspectiva interdisciplinar, não garantindo de fato uma disciplina específica de Sociologia. Só em 2007 é que o Conselho Nacional de Educação (CNE), com base na lei 9.394/96, obrigava aos Conselhos Estaduais de Educação (CEE) à regulamentar a oferta da Sociologia e da Filosofia no Ensino Médio. Em 2 de Junho de 2008 foi aprovada a alteração do artigo 16 da lei 9.394/96 que incluía, então, a Filosofia e a Sociologia em todas as séries no Ensino Médio (Paraná, 2008: 51).

Mas é só a partir da Lei Federal de nº 11.684 de 2008, sancionada pelo então presidente em exercício do Brasil José Alencar, que a Sociologia encontra-se inserida como disciplina obrigatória nos currículos do Ensino Médio Brasileiro. Assim,

> **O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º O art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 36". IV – serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio (BRASIL: LEI Nº 11.684, DE 2 DE JUNHO DE 2008). (grifos do documento).

A SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO DO PARANÁ

Nos anos de 1980 ocorreu um grande ciclo de reformas no sistema de ensino da Educação Básica, com debates nas cidades de Londrina e Curitiba no Estado do Paraná, visando o retorno da Sociologia e da Filosofia ao Ensino Médio. Com sua conclusão em 1990, a Sociologia não foi considerada como uma disciplina obrigatória, tornando-se facultativa às escolas a sua implantação.

Em 1998, na Universidade Estadual de Londrina, um projeto de extensão denominado "A sociologia no ensino médio" resultou na implementação da disciplina em todas as escolas do Núcleo Regional da Educação de Londrina em 1999.

Mesmo que em 1997 e 1998 a Sociologia tenha sido incluída na base nacional comum dos currículos escolares, em 2000, com a determinação da diminuição total das cargas horarias das aulas fez com que a Sociologia fosse uma das primeiras a ser cortada.

Não obstante todos os problemas e reveses, nos anos de 2002 e 2003 a disciplina foi mantida em 50% das escolas do Paraná e professores concursados para a disciplina foram contratados a partir de 2005. Com a obrigatoriedade do ensino da Sociologia em 2007, em todas as escolas de Ensino Médio do Paraná a Sociologia foi implementada, sendo a escola livre para determinar qual a série em que deveria ser trabalhada.

Dessa forma, a trajetória do Ensino de Sociologia, sem uma tradição pedagógica ainda consolidada devido a sua grande intermitência no âmbito nacional e estadual, é marcada por toda a desvalorização e dificuldade de consolidação da disciplina na grade curricular da educação básica no país (Paraná, 2008: 53-54).

Assim surge a necessidade da formação de professores para a rede básica de educação a fim de suprir a demanda de professores nessa área do conhecimento. Não só a formação de professores foi necessária, mas também a formulação de documentos norteadores do Ensino de Sociologia no Ensino Médio. Nesse caso, podemos destacar as Orientações Curriculares Nacionais (OCN) de 2006, as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná (DCEB/PR) de 2006, com uma reedição de 2008, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) 2011. Cabe aqui evidenciar que existe nos documentos oficiais um diálogo sugestivo a respeito da atuação profissional dos professores de Sociologia nas escolas. A evidência nesses documentos é que a Sociologia pode ser uma disciplina capaz de proporcionar aos estudantes uma visão crítica da realidade, ou melhor, da vida cotidiana dos estudantes, o que muitas vezes não é compreendido como interligado com o espectro mais amplo do mundo social.

A IMAGINAÇÃO SOCIOLÓGICA

O ponto de partida desse *paper* é o método proposto por Charles Wright Mills em seu livro "A imaginação sociológica" de 1975. O método denominado como "a imaginação sociológica" – homônimo a obra – busca delinear um caminho que propicie ao indivíduo estabelecer relações entre a sua biografia e a história mais ampla da sociedade em que se insere, isto é, perceber a relação entre os indivíduos (incluindo a si mesmo) e a sociedade. Mills (1975) propôs, a partir da afirmação de que "raramente [os indivíduos] têm consciência da complexa ligação das suas vidas e o curso da história mundial (...)" (Mills, 1975: 10), determinar o que, segundo ele, a imaginação sociológica proporciona. De acordo com Mills (1975),

> A imaginação sociológica capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo, em termos de seu significado para a vida íntima e para a carreira exterior de numerosos indivíduos. Permite-lhe levar em conta como os indivíduos, na agitação de sua experiência diária, adquirem frequentemente uma consciência falsa de suas posições sociais (Mills, 1975: 11).

E, adiante Mills (1975: 12) alerta que "a imaginação sociológica nos permite compreender a história e a biografia e as relações entre ambas, dentro da sociedade. Essa a sua tarefa e a sua promessa".
Acreditamos que a imaginação sociológica pode constituir-se como um método operacionalizável ao qual o docente[6] pode utilizar como orientação para as suas aulas de Sociologia na Educação Básica, em conjunto com seus conhecimentos e os conteúdos estruturantes dos documentos oficiais[7]. Justamente por esse fato nos propomos a abrir um diálogo com a proposta de Mills (1975). O autor também alerta para o fato desse método permitir que os indivíduos alcancem a habilidade necessária para colocar em prática a imaginação sociológica, pois essa imaginação,

> É a capacidade de ir das mais impessoais e remotas transformações para as características mais íntimas do ser humano – e ver as relações entre as duas. Sua utilização se fundamenta sempre na necessidade de conhecer o sentido social e histórico do indivíduo na sociedade e no período no qual sua qualidade e seu ser se manifestam (Mills, 1975: 13-14).

O que nos interessa dessa proposta é a possibilidade de um caminho pedagógico que se inicia no cotidiano dos estudantes, ou seja, na vida prática vivida pelas pessoas, e se interliga aos aspectos mais abstratos da teoria

---

6 Faz-se necessário alertar para o fato que Mills (1975) não propõe esse método especificamente para os docentes da escola. Porém acreditamos ser possível utilizar essa metodologia para trabalhar com os jovens na escola.

7 Por documentos oficiais podemos relacionar aos produzidos no âmbito do Estado, pois são documentos norteadores da educação básica, tanto a nível estadual como a nível federal, como as OCN (2006), as DCEB (2008) e as DCNEM (2011).

sociológica trabalhada pela Sociologia como disciplina escolar. Esse movimento pode enriquecer o ensino da Sociologia nas escolas, pois permite ao estudante observar a relação que se estabelece entre as discussões propostas pela Sociologia e o seu dia a dia, o que pode permitir mais conexões de sentido entre a sociologia e a "vida real".

Aqui abrimos espaço para outra discussão: quem é o sujeito que estamos nos propondo a observar no interior das escolas? Nosso recorte é feito para analisar as juventudes presentes no Ensino Médio das escolas brasileiras[8].

OS SUJEITOS E AS JUVENTUDES DA ESCOLA

Por *sujeito* queremos dizer: um ser humano, ligado a características como o desejo, por exemplo, que estabelece relações com outros sujeitos, é um ser social, pois estabelece relações com esses outros sujeitos e que socializa de diversas formas com os mesmos. Segundo Charlot (2000) esse é um ser singular, pois é "[...] um exemplar único da espécie humana, que tem uma história, interpreta o mundo, dá sentido a esse mundo, a posição que ocupa nele, as suas relações com os outros, a sua própria história, a sua própria singularidade" (Charlot, 2000: 33). Assim podemos entender que os sujeitos possuem papel ativo em suas relações sociais. Dessa forma, pensar os jovens do Ensino Médio brasileiro como sujeitos e trabalhar com eles a temática das juventudes pode abrir espaço para discutir assuntos da Sociologia na escola.

O Ensino Básico no Brasil compreende duas modalidades de ensino e abarca uma multiplicidade de sujeitos jovens: o Ensino Fundamental que é dividido em duas partes, sendo elas o Ensino Fundamental I (do 1º ao 5º ano) e o Ensino Fundamental II (do 6º ao 9º ano); a outra modalidade é o Ensino Médio (da 1ª a 3ª série). A disciplina de Sociologia se insere no Ensino Médio, sendo da 1ª a 3ª série. A média de idade dos estudantes nessa modalidade corresponde entre os 14 anos até os 18 anos[9].

Para discorrermos sobre a temática das juventudes nos utilizaremos dos escritos de Dayrell e Reis (2007), Dayrell (2003; 2007). Os autores evidenciam que a juventude não é um grupo estático, mas sim vários grupos com interesses diferentes, trazendo para o debate a categoria *juventudes*. Os jovens trazem consigo identidades em construção, ao mesmo tempo individuais e coletivas, que são reforçadas ou lapidadas no interior dos grupos ao qual se inserem ao longo da juventude. Os grupos muitas vezes evidenciam características peculiares que determinam desde gostos a estilos musicais, a vestimenta e formas de comportamento. O fato de haver diversos grupos com interesses, intenções e necessidades próprias diferentes, evidencia a intenção dos autores de salientar que é necessário pensar esse período da vida dos sujeitos no plural, portanto em vez de juventude fala-se em juventudes. Segundo Dayrell (2007),

> O mundo da cultura aparece como um espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais, no qual os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil. Longe dos olhares dos pais, educadores ou patrões, mas sempre tendo-os como referência, os jovens constituem culturas juvenis que lhes dão uma identidade como jovens. Estas culturas, como expressões simbólicas da sua condição, manifestam-se na diversidade em que esta se constitui, ganhando visibilidade por meio dos mais diferentes estilos, que têm no corpo e seu visual uma das suas marcas distintivas. Jovens ostentam os

8 Nosso recorte se fecha nas juventudes por entendermos que a relação com o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) possuí um currículo e uma metodologia diferente da proposta do Ensino Médio brasileiro e nossa proposta busca fazer essa análise justamente no Ensino Médio. Outro aspecto é estarmos nos propondo a discutir as juventudes, por entendermos que esses grupos de indivíduos, os jovens, se organizam em grupos diferentes, com regras de convivência e experiências diferentes uns dos outros. Por isso nos utilizaremos do termo juventudes e não apenas juventude, como sendo um grupo homogêneo. Discutiremos adiante sobre as juventudes baseado nos trabalhos de Dayrell (2003; 2007), Dayrell; Reis (2007).

9 Também por esse motivo manteremos nosso foco nas juventudes do Ensino Médio e não na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

> seus corpos e, neles, as roupas, as tatuagens, os *piercings*, os brincos, dizendo da adesão a um determinado estilo, demarcando identidades individuais e coletivas, além de sinalizar um status social almejado (Dayrell, 2007: 1110).

A questão cultural, a esfera do trabalho, a afirmação de sua própria identidade – tanto individual quanto coletiva – a relação do namoro, do "ficar"[10] faz parte desse universo das juventudes. Concordamos novamente com Dayrell (2003) que,

> A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona (Dayrell, 2003: 42).

Essa juventude, pelo menos uma parte dela, está nas escolas. No interior da escola, essa juventude se socializa, indivíduos entre si, grupos, os grupos entre si, etc. Observar isso é uma das características da Sociologia, pois, não se trata apenas de jovens ou grupos de jovens, mas sim relações sociais entre esses sujeitos e/ou grupos, que vão delimitar suas ações, características, enfim, a sua convivência.

Nas aulas essas relações sociais se mantêm, por meio de trabalhos de grupos, nas participações em discussões propiciadas em sala ou nas próprias conversas durante o período de aula. Dessa maneira os docentes de Sociologia podem se apropriar e problematizar determinadas temáticas ou assuntos surgidos em salas de aula para ensinar Sociologia de maneira interligada a exemplos do cotidiano dos estudantes.

Se utilizar desse cotidiano dos jovens para ensinar a Sociologia é imprescindível, pois assim pode-se demonstrar ao estudante qual é a importância das discussões feitas no interior das Ciências Sociais e como esse conhecimento acumulado pode fazer parte da sua vida, como pode fazer sentido às discussões da Sociologia.

Ileizi Silva (2005) faz um debate sobre formas de se ensinar a Sociologia no Ensino Médio. A autora propõe uma relação entre a biografia dos estudantes e o ensino dos autores clássicos da Sociologia Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim. Sua proposta reside na ideia de se trabalhar tais autores a partir das temáticas surgidas nos relatos biográficos dos estudantes. A relação com a família e com a escola possibilita discutir os escritos abordados por Émile Durkheim, a questão do trabalho e da desigualdade a partir do viés de Karl Marx, a perspectiva da relação entre indivíduo e sociedade pelo ponto de vista de Max Weber.

Os relatos dos estudantes são importantes para trabalhar com a Sociologia na escola, pois a partir das suas falas, seus conhecimentos, os docentes podem escolher por quais caminhos percorrer e quais as demandas surgidas em sala de aula que os possibilitam ir por diferentes caminhos para trabalhar com a disciplina em sala de aula.

O método do qual Silva (2005) se vale em sua proposta é o desenvolvido por Gasparin (2005). Tal método consiste em cinco etapas a serem desenvolvidas na sala de aula: a prática social inicial, que são as experiências e os conhecimentos tanto de docentes quanto de estudantes, discutidas através de diálogos iniciados pelo docente; a problematização, momento no qual o docente tem o papel de identificar as principais problemáticas levantadas da prática social inicial e discuti-las de modo a iniciar o próximo passo; na instrumentalização, o docente deve apresentar as teorias dos autores escolhidos para trabalhar determinada temática; a catarse, momento em que o docente deve verificar se os estudantes conseguiram e o que conseguiram incorporar sobre as discussões propiciadas no momento da instrumentalização; e o último passo é a prática social final, que tem o papel de confrontar a sua prática social inicial com a final e perceber quais elementos daquela discussão possibilitaram novas visões sobre suas primeiras experiências.

A obra de Gasparin (2005) é intitulada como *Uma didática para a Pedagogia Histórico-crítica*. Esse trabalho é baseado na teoria proposta por Demerval Saviani (2000; 2009). Essa teoria, a *Pedagogia Histórico-crítica*, busca apresentar uma nova teoria pedagógica, que se desvencilhe da Pedagogia Tradicional e da Pedagogia da Escola Nova. Saviani (2000; 2009) estabelece uma crítica sobre essas duas teorias pedagógicas para que

---

10 Segundo Dayrell (2007) "Na área afetiva, predomina a ideia do "ficar", quando tendem a não criar compromissos com as relações amorosas além de um dia ou de uma semana" (Dayrell, 2007: 1113).

possa apresentar a sua. Ao mesmo tempo em que esse autor está desenvolvendo sua teoria, outro autor está desenvolvendo a mesma proposta em outra universidade brasileira. José Carlos Libâneo (1994) em seu livro *Didática* formula a teoria da *Pedagogia Crítico-social dos conteúdos*. As duas teorias de Libâneo (1994) e de Saviani (2000; 2009) estão versando sobre os mesmos temas e com as mesmas intenções. O que os diferencia é que Libâneo (1994) dá mais ênfase nos meios para aplicar essa teoria, enquanto Saviani (2000; 2009) tem um foco maior nos sujeitos. É possível observar as semelhanças entre os autores com as seguintes passagens: Para Libâneo (1994),

> O que importa é que os conhecimentos sistematizados sejam confrontados com as experiências socioculturais e a vida concreta dos alunos, como meio de aprendizagem e melhor solidez na assimilação dos conteúdos. Do ponto de vista didático, o ensino consiste na mediação de objetivos-conteúdos-métodos que assegure o encontro formativo entre os alunos e as matérias escolares, que é o fator decisivo da aprendizagem (LIBÂNEO, 1994, p. 70).

E para Saviani (2009),

> Uma pedagogia articulada com os interesses populares valorizará, pois, a escola; não será indiferente ao que ocorre no seu interior; estará empenhada em que a escola funcione bem; portanto, estará interessada em métodos de ensino eficazes. **Tais métodos situar-se-ão para além dos métodos tradicionais e novos**, superando por incorporação as contribuições de uns e de outros. Serão métodos que estimularão a atividade e iniciativa dos alunos sem abrir mão, porém, da iniciativa do professor; favorecerão o diálogo dos alunos entre si e com o professor, mas sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente; levarão em conta os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico, mas sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos do processo de transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos (SAVIANI, 2009, p. 62) grifos meus.

Justamente por essa perspectiva abordada pelos dois autores citados acima e pela discussão feita por Gasparin (2005) optamos por utilizar o método proposto por Gasparin. Esse método busca aproximar o docente dos estudantes, pois já no momento da prática social inicial os docentes precisam dar voz aos estudantes. Estimular a participação do estudante é imprescindível para a realização dessa atividade, visto que a tentativa do docente deve ser a de criar diálogos com os estudantes. Isso aponta para os diálogos que a Sociologia pode proporcionar aos estudantes e como essa pode fazer sentido no seu cotidiano.

Assim esse método preferencialmente deve ser feito para unidades de discussão e não apenas para uma aula. O problema é que no Ensino Médio brasileiro há normalmente cinco aulas por dia, cada uma com o tempo total de cinquenta minutos. O tempo não é favorável para que o docente consiga desenvolver qualitativamente sua aula. Outro ponto, no método de Gasparin (2005), é que as aulas não precisam ser fixas, mas dependendo dos questionamentos surgidos em sala o docente possa mudar os rumos daquela determinada aula. Cinquenta minutos de aula para seguir os cinco passos propostos por Gasparin (2005) pode ser, em muitos casos, insuficientes, o que pode vir a prejudicar o trabalho docente.

Sendo assim, para se otimizar o tempo disponível, podem ser realizados diálogos com os estudantes, da mesma forma proposta por Silva (2005), através de relatos biográficos dos estudantes, tanto orais quanto escritos. Mas também, pode-se utilizar relatos temáticos sobre determinados assuntos presentes no cotidiano dos estudantes. Isso abre espaço para que os docentes tenham a possibilidade de lançar mão de vários autores e temáticas para desenvolver com os jovens presentes nas escolas.

POSSIBILIDADES DE DIÁLOGOS ENTRE AS JUVENTUDES E A SOCIOLOGIA

Várias ideias para trabalhar a Sociologia com os jovens podem surgir no decorrer do período escolar, ainda mais se for levado em conta que cada turma na escola é uma em si, com perspectivas e questionamentos diferentes uma da outra. As necessidades surgem de acordo com cada uma e o docente, com sensibilidade, pode conseguir perceber quais são as necessidades e anseios de cada turma. Dessa forma, ele pode escolher, dentre os seus conteúdos planejados para o bimestre ou ano, os mais propícios para aquela determinada turma. Por exemplo, no ano de 2014 no Brasil, houve alguns acontecimentos que podem mostrar aos jovens da escola, como a Sociologia faz parte do seu cotidiano. As eleições presidenciais, os 50 anos do golpe da ditadura militar no país, ocorrida em 1964, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) – comissão instituída com o intuito de investigar crimes ocorridos no período ditatorial (1964-1985) que envolviam militares e funcionários públicos[11], sem contar as manifestações ocorridas nas ruas de todo o país em meados do ano anterior, de proporções jamais vistas na história da recente democracia brasileira.

Tomando como base o trabalho de Silva (2005), que propõe ensinar a imaginação sociológica com base nos autores clássicos da Sociologia e com base no método desenvolvido por Gasparin (2005), nos propomos a pensar o modelo para o trabalho docente da Sociologia a partir de incursões temáticas que incluam fatos e acontecimentos contemporâneos, tais como os exemplos elencados anteriormente.

Gostaríamos de selecionar um dos exemplos citados acima para discorrermos sobre como utilizar a imaginação sociológica, o método da Pedagogia Histórico-crítica proposto por Gasparin (2005), para dotar de sentido histórico, mas contemporâneo, o ensino da Sociologia como disciplina cujo público alvo são os diversos sujeitos jovens do Ensino Médio brasileiro, tentando mostrar como é possível relacionar a biografia, o cotidiano, a linguagem sociológica e os acontecimentos que do ponto de vista dos jovens muitas vezes podem ser vistos como desvinculados das suas próprias realidades.

Dentre as temáticas que podem ser abordadas, optamos por desenvolver sobre as eleições no Brasil em 2014, pois ela teve uma peculiaridade em relação às anteriores, uma disputa muito acirrada para a Presidência da República no segundo turno. No primeiro turno um dos três candidatos favoritos à presidência Eduardo Campos do Partido Socialista Brasileiro (PSB) faleceu vítima de um acidente de avião. Assim, Marina Silva, vice-candidata do partido tornou-se candidata a presidência e passou a conquistar uma porcentagem expressiva de votos. A disputa passou a ser então liderada por Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) – buscando a reeleição – e a disputa do segundo lugar – que levaria as eleições ao segundo turno – ficou entre Marina Silva (PSB) e Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

O segundo turno aconteceu entre Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB). Marcado por uma campanha política forte, de ambos os lados, a disputa acirrou-se dia após dia até o pleito em vinte e sete de outubro de 2014. A primeira parcial dos resultados saiu com 49% dos votos para Aécio Neves e 51% Dilma Rousseff, aumentando a tensão de todos os que acompanhavam a apuração, o resultado final deflagrou a reeleição de Dilma Rousseff (PT) com 51,64% dos votos.

Um processo eleitoral como esse, com características únicas se levado em consideração a recente história pós-redemocratização do país, coloca em evidência a política, o sistema eleitoral-partidário, bem como visões de mundo; mesmo que "embutidas" nos planos de governo dos partidos. Prato cheio para reflexões sociológicas e oportunidade favorável ao movimento de interligação dos três planos que viemos abordando até aqui como "âmbitos" que merecem ser interseccionados a fim de dotar de sentido a Sociologia como disciplina escolar: o conhecimento sociológico acumulado (teoria) a biografia dos sujeitos do Ensino Médio (subjetivo) e os acontecimentos da "vida real" que podem ser tratados como objetos de investigação sociológica (empírico/objetivo).

Cabe a cada docente trabalhar de acordo com a forma que melhor entende para ensinar os jovens. Aqui faremos uma sugestão de aula, o que não quer dizer que essa seja ideal para se discutir essa temática.

Ao iniciar a discussão os docentes podem explicar que por algumas aulas eles trabalharão em sala de aula com

---

11 O relatório final da investigação feita pela comissão foi entregue à Presidente da República Dilma Rousseff no dia 10/12/2014.

a temática das eleições de 2014 para a Presidência da República. No primeiro momento eles podem pedir aos estudantes que façam um texto com a seguinte pergunta: como uma eleição tem relação com o meu cotidiano? A partir daí é interessante que o docente conceda tempo em sala de aula para que os estudantes escrevam. É facultativo pedir aos estudantes que coloquem seus nomes em suas redações. Não assinar a redação pode colaborar com o estudante; isto é, sentir-se menos coagido ou tímido para dissertar sobre o assunto.

Após a leitura das redações o docente poderia selecionar trechos dos textos dos estudantes para iniciar a aula. É muito provável que surjam diversas asserções diferentes, o que poderá ilustrar diversos pontos importantes nas discussões em sala de aula. Suponhamos que surja uma série de asserções que apresentam a seguinte opinião dos estudantes: "eu não gosto de política, só existem pessoas corruptas lá; não concordo com essa coisa de só PT-PSDB ganharem as eleições para presidente; por que só PT e PSDB chegam ao final das eleições na maioria das vezes?; por que só tem corrupção na política?; Eu não gosto do PT porque eles só dão esmola para os pobres. Eu acho que tem que ensinar a pescar e não dar o peixe como eles fazem"; enfim, essas são algumas asserções que podem aparecer nas redações dos estudantes, o que na realidade aparecerão muitas outras asserções que possibilitam o trabalho com essa temática.

É provável que o docente tenha trabalhado o tema da formação do Estado brasileiro. Neste caso, isso será de grande validade para trabalhar a temática das eleições no Brasil, caso contrário, será importante que se realize essa discussão para explicar aos estudantes os aspectos históricos da formação do Estado no Brasil. Ao explicar aos jovens, por exemplo, a questão do patrimonialismo no Brasil, como que o poder do Estado era barrado nas grandes fazendas, e tentar trazer isso para o momento presente trará possibilidades de discussões importantes. Uma delas será de debater com os estudantes sobre a condição análoga a de escravo nos dias atuais com as empresas de confecção, em grandes fazendas espalhadas pelo país, ou no caso de muitos estrangeiros ilegais morando no Brasil e trabalhando em condições semelhantes. Isso pode ajudar a exemplificar como o poder de muitas pessoas as colocam em condições tirar vantagens de outras em situações mais precárias de vida.

Retomando a aula, já com conceitos como patrimonialismo, por exemplo, o docente pode começar a explicar como funcionava a questão eleitoral no período ditatorial (1964-1985), demonstrando de que forma o governo ditatorial fechou o congresso, criou dois partidos, sendo um da situação e outro da oposição, como as lutas de várias pessoas nas ruas e dos sindicatos conseguiram ter força para em 1982, nas eleições diretas para governadores dos Estados, conseguirem vencer em vários Estados do país. A formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), passaram a ter muito peso na questão política, na luta pelo fim do regime ditatorial. Mas também deve ser evidenciado que o regime ditatorial foi quem fez a transição para o período democrático, quais os traços que eles deixaram na política brasileira e outros acontecimentos importantes da época.

É nesse período, pode evidenciar o docente, que surge também o Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB). Mas anterior ao PT e ao PSDB, existe o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB – ex-MDB, partido que era a oposição durante o regime militar, partido que venceu para governar vários Estados brasileiros em 1982). Esse partido teve grande importância para o cenário político brasileiro, pois havia grande apoio popular por ser o único representante de oposição ao regime militar que era regularizado pelo próprio regime. Porém, esse partido passou a gerar um descrédito com parte expressiva da população, sendo um dos principais motivos o fato de o partido não conseguir controlar a inflação corrente durante a década de 1980 e início dos anos 1990.

Em 1993, com a formulação do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) ficou muito conhecido como seu mentor e se candidata à presidência da República; logrou a vitória no pleito e assumiu o cargo em 1994. Depois, em 1998 é reeleito à presidência novamente até 2002, quando foi eleito Luiz Inácio 'Lula' da Silva (PT), reeleito em 2006 cumprindo seu mantado até 2010. Em 2011 foi eleita a primeira Presidente mulher do Brasil. Em 2014 ela foi reeleita na eleição mais disputada desde a redemocratização do Brasil em 1989, ano das primeiras eleições diretas pós-regime militar.

Após explicado esse histórico, o docente pode começar a explicar o que é corrupção e como funciona a corrupção no sistema público e no privado, explicar de onde vem essa noção de corrupção e mostrar aos estudantes que a corrupção não vem de apenas quinze ou 20 anos atrás, mas sim de muitos e muitos anos. Mas apresentar também que atualmente o fato desses dados serem mais investigados e mais divulgados, dá uma

falsa impressão que eles acontecem mais e em determinados governos do que outros. Mas que na verdade essa é uma realidade que perdura há muito tempo no Brasil.
Outro ponto que o docente pode desenvolver é sobre as políticas públicas de assistência social, que assumem uma característica nacional a partir do final da década de 1990. Se o docente tiver em mente a pretensão de desmistificar a ideia de que esse tipo de programa assistencial só sustenta pessoas preguiçosas e outros adjetivos pejorativos, é necessário que ele explique a questão da desigualdade social no Brasil, a crescente inflação no Brasil de 1974 até 1994 e a pobreza que essa inflação gerou. A explicação da presença maior ou menor do Estado, dependendo da ideologia que esse carrega tem muita influência sobre a vida política e a dos indivíduos no país. Maior em um sentido de investimento em serviços públicos e nas empresas nacionais e menor em um sentido de privatizações e abertura das portas para empresas internacionais ou para importações.
O docente também pode explicar as ideologias dos partidos políticos no Brasil, mostrar quais são as correntes que concordam com determinado tipo de pensamento e como outros concordam com o contrário. Explicar também a questão das alianças políticas, mas também as outras esferas que estão além da Presidência da República, como a Câmara dos Deputados e o Senado, o que são os ministérios, para que servem, enfim, a estrutura da esfera política brasileira.
Essa discussão pode levar os estudantes a entenderem o que faz um partido, quais as suas ideias, por que eles agem de uma determinada forma e não de outra, e mais, tentar estabelecer sempre o diálogo com os textos escritos pelos estudantes e com as falas desses em sala durante as aulas. A intenção é mostrar para esses estudantes como a vida política tem interferência direta e indireta no seu cotidiano.
Em todo esse período o docente deve tentar mostrar como a Sociologia faz a sua análise sobre essas discussões políticas e como ela pode capacitar os jovens a olhar para a realidade de uma forma diferenciada, a perceber que as coisas nem sempre são tão óbvias como, por exemplo, o político que faz suas promessas, mas quando ganha a eleição "não faz nada que prometeu". A explicação do docente sobre os temas anteriores é importante para que nesse momento ele explique para os estudantes como o jogo de forças no interior da esfera política é mais complexo do que chegar ao poder e cumprir suas promessas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que gostaríamos de ressaltar no final desse *paper* é que a Sociologia no interior das salas de aula das escolas brasileiras pode ser operacionalizada para um trabalho significativo em relação à forma dos jovens olharem para o seu cotidiano.
De um ponto de vista mais abstrato buscamos mostrar como é possível utilizar a Sociologia para mostrar como o âmbito mais amplo da sociedade pode influenciar os jovens/sujeitos e os grupos aos quais eles participam e como a Sociologia pode ajuda-los a visualizar de forma diferente e até desnaturalizar muitos acontecimentos que em um primeiro momento pode parecer banal, mas que na verdade não o é.
Muitas vezes existe uma distância entre o discurso sociológico produzido na academia e o discurso das salas de aula no Ensino Médio, o que pode acabar distanciando os debates que devem ocorrer entre universidade e escola, pela produção do conhecimento de ambas as partes.
O trabalho de relacionar os debates da Sociologia como ciência e a biografia do jovem, isto é, a intersecção entre teoria e prática, pode evidenciar a importância da Sociologia, inclusive para os jovens estudantes. Mas, para isso, é preciso problematizar a maneira de se fazer tal intersecção aliada à transposição da linguagem e do arcabouço específico da sociologia como ciência para o léxico da sociologia como disciplina, o que não é das mais fáceis tarefas; quer dizer, estabelecer uma intersecção simbiótica, durante o trabalho docente nas salas de aula do Ensino Médio, entre o conteúdo acumulado da Sociologia, a biografia dos jovens/sujeitos e os acontecimentos que aparentemente dizem respeito somente a "sociedade mais ampla". Esse é um trabalho que exige dedicação, tanto do docente quanto também do discente
Para nós esse é um movimento possível de ser realizado em aulas de Sociologia no Ensino Médio, orientadas pelo método da imaginação sociológica e da Pedagogia Histórico-crítica, mas também com o conhecimento sobre os jovens/sujeitos presentes na sala de aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. (2008) "Lei 11.684/2008". Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm, [consultado em 03-12-2012].

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. (2011) "Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio". Parecer CNE/CEB no. 5/2011. Aprovado em 4 de Maio de 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. (2006) "Orientações Curriculares para o Ensino Médio". Vol. 3 – Brasília:. 133 p.

CHARLOT, B. (2000) "*Da relação com o saber: elementos para uma teoria*", Porto Alegre: Artes Médicas Sul.

DAYRELL, J. (2003). O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, (24), 40-52. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300004&lng=en&tlng=pt [consultado em 19-11-2014].

_____. (2007) "A escola "faz" juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil". *Educação e sociedade*, 28 (100), 1105-1128, Disponível em www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2228100.pdf,[consultado em 19-11-2014].

DAYRELL, J., REIS, J. B. (2007), "Juventude e Escola: Reflexões sobre o Ensino da Sociologia no ensino médio". Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife. Disponível em http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=138&Itemid=171, [consultado em 21-11-2014].

GASPARIN, J. L. (2005), *Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica.* 3. ed. Campinas: Autores Associados.

MEUCCI, S. (2007), "Sobre a rotinização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas". *Revista Mediações*, 12 (1), 31-66, Disponível em http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3386/2758, [consultado em 21-11-2014].

MILLS, C. W. (1975), *A imaginação sociológica*, Rio de Janeiro: Zahar Editores.

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (2008). "Diretrizes Curriculares de Sociologia para o Ensino Médio". Curitiba.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-crítica**: primeiras aproximações. – 7ª ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

_____. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. – 41ª ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SILVA, I. L. F. (2005) "A imaginação sociológica: desenvolvendo raciocínio sociológico nas aulas com jovens e adolescentes". Roteiro apresentado no mini-curso do Simpósio Estadual de Sociologia, promovido pela Secretaria de Estado de Educação do Paraná, Curitiba. Disponível em http://www.uel.br/grupo-estudo/gaes/pages/arquivos/Ileizi%20MINI%20CURSO%20A%20Imaginacao%20Sociologica.doc, [consultado em 17-11-2014].

Fazer com, em diferença: desafios do "outro" como sujeito nas políticas culturais

Andrieve Martins Santos de Paula
Universidade Federal Fluminense/UFF andrievmsp@hotmail.com
Angélica de Souza Pinheiro
Associação de Remanescentes do Quilombo Santa Rita do Bracuí/ARQUISABRA, Angra dos Reis/RJ angelicanegrajongueira@yahoo.com.br
Elaine Monteiro
Universidade Federal Fluminense/UFF – elaine@vm.uff.br
João Alípio de Oliveira Cunha
Universidade Federal Fluminense/UFF joaocunha@id.uff.br
João Paulo da Silveira Santos
Centro de Referência de Estudo Afro do Sul Fluminense/CREASF, Jongo de Pinheiral/RJ – jpsilveira.santos@hotmail.com
Lucas César Rodrigues da Silva
Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, Associação Jongo Dito Ribeiro, Fazenda Roseira, Campinas/SP – lsilva1975@ig.com.br
Luciana Adriano da Silva
Associação de Remanescentes do Quilombo Santa Rita do Bracuí/ARQUISABRA, Angra dos Reis/RJ – luciana-jongo@hotmail.com
Suellen Cristina Tavares
Associação Cultural Jongo da Serrinha/RJ1 suellentavares@gmail.com

RESUMO: A partir da experiência do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, programa da Universidade Federal Fluminense, discute-se as contribuições da Educação Popular e da Ecologia dos Saberes na inserção do "outro" como sujeito nas políticas públicas. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, com a autodeclaração, permitiu que indivíduos e grupos se autoafirmassem como sujeitos de direitos. A conquista de direitos pressupõe o enfrentamento de conflitos historicamente colocados por uma postura colonial de negação da alteridade e de privilégios das elites. Isso se evidencia quando políticas culturais reconhecem a importância de sujeitos invisíveis e silenciados na constituição do patrimônio cultural do país, como negros e indígenas. Com a metodologia de trabalho denominada *fazer com, em diferença,* desenvolvida junto com jongueiros e jongueiras

1 Este artigo é escrito por oito autores: cinco lideranças jongueiras, dois estudantes de graduação, e uma professora universitária. Por isso, usaremos, na maior parte do texto, a primeira pessoa do plural e tentaremos um exercício de polifonia a partir dos diálogos estabelecidos e das experiências coletivamente construídas e compartilhadas. Avisamos ao leitor que, sempre que possível, sentimentos, vivências e experiências de jongueiros e jongueiras dialogarão com o discurso acadêmico. Este diálogo sustenta a compreensão crítica de nossos percursos e de nossas práticas, assim como nos aponta caminhos que ainda temos que percorrer juntos para a construção de um conhecimento científico-social emancipatório. Não por acaso, em um país como o Brasil, que acalentou durante tanto tempo o mito da democracia racial (e ainda acalenta), dos oito autores, a única branca é a professora universitária. Como, neste texto, ela é minoria, nos auto-referenciaremos como *negros e negras*, termo compreendido como o conjunto dos indivíduos pretos e pardos da população brasileira, segundo critério de classificação racial utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Resta ainda a observação de que dos cinco jongueiros e jongueiras, duas são graduadas em uma universidade pública, um está cursando a graduação, também em universidade pública, e dois estão prestando os exames de acesso à universidade.

e materializada em reuniões de articulação, oficinas, seminários, realização de eventos e de atividades de ensino na universidade, procura-se contribuir com as reflexões sobre o conhecimento científico-social emancipatório.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro – Jongo do Sudeste - Educação Popular – Ecologia dos Saberes – Política Cultural – Salvaguarda do Patrimônio Imaterial

1 – UM POUCO DA NOSSA HISTÓRIA:

Olha moça, eu sou negro
Que não tenho emprego,
Que bongo serê?

Mas pode ter certeza
Que eu não ponho mesa
Pra outro comer.
(Mestre Joaquim Raimundo Ramos,
Caxambu de Porciúncula/RJ)

Em uma sociedade onde *ser negro* era ruim, assumir nossas heranças culturais é muito importante, pois podemos mostrar para a sociedade o quanto o povo negro tem contribuído para o desenvolvimento do país. Nos assumimos como negros e negras porque esta é uma questão de identidade, de raiz, está no nosso sangue, é uma questão de honra. Se nos negamos negros, estamos desvalorizando a luta dos nossos antepassados. Não foi em vão que muitos lutaram, outros perderam suas vidas, foi para que hoje possamos nos assumir: somos jongueiros e jongueiras sim, quilombolas sim, negros e negras sim, pesquisadores e pesquisadoras de nossa própria história.
Somos detentores e detentoras de um bem que é reconhecido como patrimônio cultural do Brasil. Este é um processo bem interessante porque somos guardiãs e guardiões de uma cultura que sofreu vários tipos de discriminação. Atualmente, as coisas mudaram, podemos assumir o que somos sem sofrer tantas represálias, e isso é uma conquista nossa.
No Jongo, o poder não é só de um, não se faz sozinho, é necessário um grupo, uma comunidade, para fazer Jongo. Ser jongueiro é, acima de tudo, respeitar os mais velhos, que são os guardiões da cultura, pois é através deles que aprendemos um dos maiores valores do Jongo: respeitar e valorizar o outro.
Saravá jongueiro velho,
Que veio pra ensinar,
Que Deus dê a proteção
Pra jongueiro novo,
Pro jongo não se acabar.
(Jeferson Alves de Oliveira,
Jongo de Guaratinguetá/SP)

O Jongo, forma de expressão de matriz africana, referência em regiões dos estados do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, de São Paulo e de Minas Gerais, é de origem bantu, cuja influência foi fundamental na cultura brasileira. Esta origem vincula-se à chegada de nossos antepassados africanos no sudeste brasileiro.
De acordo com Slenes (2007:116), a grande maioria dos africanos trazidos para a região sudeste entre 1795 e 1850 era da África Central, uma única "área cultural", cuja *"liga" é dada não apenas pela herança lingüística bantu, mas também pelo fato de que seus povos "compartilham da mesma visão do universo e da mesma ideologia política"*. Ainda segundo o autor, a grande maioria dessas pessoas descobriu desde muito cedo que tinha muito em comum.
Nos terreiros das fazendas de café do Vale do Paraíba, de acordo com registros de viajantes e de historiadores que remontam ao século XIX, os jongos eram cantados e dançados, ao ritmo da percussão do tambor grande

e do candongueiro[2], e cumpriam várias funções: diversão, desafio, reverência aos ancestrais, religiosidade, comunicação, crônica do cotidiano. Slenes (2007:115), ao referir-se ao estudo realizado por Stanley Stein no município de Vassouras na década de 40, menciona a natureza comunitária e o poder de articulação do jongo:

> Apesar da rivalidade entre mestres jongueiros, seus cantos durante o trabalho orientavam um esforço coletivo. Além disso, as danças e canções nas noites de sábado visavam honrar a *macota*, os anciãos da senzala. Finalmente, a presença de escravos de outras propriedades nessas festas e os convites transmitidos para eles através de cantos de trabalho cifrados sugerem a existência de um nexo social mais amplo, mantido por uma rede de comunicação em que jongos e jongueiros desempenhavam um papel significativo.

No dia 15 de dezembro de 2005, o *Jongo no Sudeste* foi registrado no Livro de Registro das Formas de Expressão como Patrimônio Cultural do Brasil. Dois dias depois, durante o X Encontro de Jongueiros, no município de Santo Antônio de Pádua, no estado do Rio de Janeiro, houve a Proclamação Pública do Registro do Jongo como Patrimônio Cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Ministério da Cultura (Minc).

A proclamação pública foi feita diante de integrantes de quatorze comunidades jongueiras, com muitas homenagens aos mestres e aos líderes dos grupos ali representados. O título de patrimônio e a realização do X Encontro de Jongueiros em Santo Antônio de Pádua não foram mera coincidência, mas resultado de decisão política do coletivo jongueiro que se organizava em encontros anuais e de esforço tanto por parte dos organizadores do X Encontro quanto por parte da equipe do IPHAN para que as datas coincidissem e houvesse a celebração de uma grande conquista das comunidades. Como afirmam Abreu e Mattos (2007:69): *O jongo tornava-se a primeira manifestação de canto, dança e percussão realizada por comunidades do Sudeste identificadas como afro-brasileiras que recebia o cobiçado título.*

A conquista do *cobiçado título* resulta também de avanços importantes na sociedade brasileira, como a promulgação da Constituição Brasileira de 1988. Dela decorreram leis complementares e um conjunto de dispositivos legais e administrativos que garantiram a criação de políticas setoriais públicas que ampliaram os direitos de cidadania. A Constituição, em seu Artigo 216, traz o reconhecimento da "cultura do povo" como patrimônio do país e prevê, de forma inédita, a criação de dispositivos legais para políticas culturais públicas voltadas para as manifestações da cultura popular. Ao longo das décadas de 1990 e 2000, com a ampliação da concepção de cultura e a de patrimônio cultural, setores do Estado e da sociedade civil trabalharam pela criação de novos instrumentos legais que ampliassem também as ações do Estado na política de patrimônio cultural do país.

Em 1997, como resultado da "Carta de Fortaleza"[3], produzida no Seminário *Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de gestão*, aprofundou-se o debate em torno das concepções sobre salvaguarda de bens imateriais e sobre a criação de instrumentos legais e administrativos de preservação dos bens culturais de natureza imaterial. No ano seguinte, foram criados a Comissão Interinstitucional para elaborar a proposta de regulamentação do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial e o Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (GTPI), que prestava assessoria à Comissão. Como resultado do trabalho do GTPI e da Comissão destaca-se, no ano de 2000, a publicação do Decreto n. 3.551 que *Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro* e cria o *Programa Nacional de Patrimônio Imaterial.*

Ainda no ano de 2000, foi desenvolvido o instrumento técnico do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), metodologia voltada à produção de conhecimento sobre bens culturais, com o objetivo de subsidiar políticas patrimoniais. A partir de então, foram produzidos inventários de bens de natureza imaterial que começaram a gerar registros de patrimônios imateriais no país e, consequentemente, impulsionaram a política de salvaguarda do patrimônio imaterial.

---

2 O tambor grande, denominado de tambu ou caxambu faz par com o tambor de dimensão menor, o candogueiro, ambos tocados nas rodas de jongo. Em algumas comunidades, há ainda a presença da puíta, tambor de fricção, assemelhado a uma grande cuíca.

3 Disponível em http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=268

> "(...) O decreto, acompanhando discussões internacionais, elevou à categoria patrimônio os bens culturais de natureza imaterial, como por exemplo, manifestações musicais, artísticas e religiosas. Dentre os objetivos do decreto estão a preservação da diversidade étnica e cultural do país, a sua disseminação para todos os segmentos da sociedade, e a melhoria de vida dos praticantes do patrimônio cultural imaterial. Tais objetivos do presente decreto mostram uma preocupação com os detentores dessas práticas e também um reconhecimento de que esses agentes sociais e culturais populares nunca foram valorizados. O Programa Nacional de Patrimônio Imaterial permite que os praticantes de culturas antes negligenciadas utilizem recursos de órgãos governamentais para a melhoria de vida e inclusão social.(...)" (ABREU e MATOS, 2007:47)

Pode-se afirmar que, como uma das conquistas da Constituição Brasileira de 1988, a novidade da década de 2000, no âmbito do patrimônio imaterial, foi, portanto, o reconhecimento, a participação e a presença do Estado, com iniciativas concretas de identificação, inventário, registro e salvaguarda deste patrimônio. Coube ao MinC, por meio do IPHAN, a gestão da política de patrimônio imaterial e a criação de estrutura para geri-la. Foi assim que em 2004 foi criado o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI/IPHAN) e a ele foi incorporado o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular[4] (CNFCP), que até então era vinculado à Fundação Nacional de Arte (Funarte).

1.1– Patrimônio *de quem* e *para quem*?

A liberdade não ficou do nosso jeito,
Deram nossa liberdade,
Cadê nossos direitos?
(Mestre Manoel Moraes,
Quilombo Santa Rita do Bracuí,
Angra dos Reis/RJ)

Ao reconhecer e valorizar os bens culturais de natureza imaterial, o Estado brasileiro depara-se com o desafio de dialogar com os detentores dos saberes e práticas culturais, como preconizam orientações contidas nos documentos legais. Além disso, se vê diante da exigência de formular políticas que reconheçam as práticas culturais e seus praticantes, identificando quem são, como vivem e, sobretudo, de quais estratégias lançaram mão para a manutenção de suas práticas culturais ao longo do tempo. O fato realmente novo quando o Estado cria condições para que os detentores do patrimônio atuem como sujeitos na construção da política de salvaguarda é a possibilidade de colocar em diálogo as várias concepções em questão, assim como permitir diferentes formas de apropriação das ações derivadas de tal política. Buscar a compreensão de patrimônio por parte dos sujeitos envolvidos, buscar a identificação dos meios e motivos que garantiram a salvaguarda do patrimônio ao longo do tempo, e participar do diálogo sobre as diversas concepções e apropriações, constituem desafios do diálogo nas políticas públicas de cultura.
Para nós, jongueiros e jongueiras, sermos detentores (as) de um bem que hoje é reconhecido como patrimônio cultural do Brasil vai além do reconhecimento, é a legitimação de um bem cultural que sempre foi patrimônio para jongueiros (as) de comunidades tradicionais. Primeiramente, significa que a luta de nossos ancestrais para manter essa cultura viva continua pelos herdeiros desse patrimônio, chegando hoje a ser um patrimônio brasileiro reconhecido pelo Estado. Muitos jongueiros (as) viveram o Jongo à flor da pele, resistindo firmemente

---

4 O Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular teve a sua origem na Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, criada em 1958 e vinculada ao Ministério da Educação e Cultura. Em 1976, a Campanha é transformada em Instituto Nacional do Folclore, que fica vinculado à Funarte. Em 1997, o Instituto é transformado em Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, e permanece vinculado à Funarte até 2004, quando passa ao DPI/IPHAN.

aos preconceitos e a todos os tipos de violência racial. Sermos detentores de um bem como este é sermos responsáveis por mostrar e trazer todo o saber que se passa de geração para geração na forma oral, trazer conosco todos os preceitos e responsabilidades de um povo que usa o Jongo para fazer suas tramas, cantar seus lamentos, declamar seus versos, cultuar seus santos, mas, além disso, fazer de seu bem maior, uma cultura, uma arte, e uma forma de vida.

Gonçalves (2009:26), ao problematizar o patrimônio como categoria de pensamento, afirma que *ela não é simplesmente uma invenção moderna*, que tem caráter milenar e que ela é *extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana*. O autor defende a tese de que, em geral, ao se atribuir à sociedade moderna, em fins do século XVIII, com os processos de formação dos Estados Nacionais, a constituição do patrimônio como categoria de pensamento em nossa sociedade, vários autores omitem o seu caráter milenar.

Ao defender a tese do patrimônio como categoria universal de pensamento, Gonçalves (2009:28) chama a atenção para a dimensão mágica e simbólica do patrimônio:

> Afinal, os seres humanos usam seus símbolos sobretudo para agir, e não somente para se comunicar. O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar idéias e valores abstratos e ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas. (2009:31)

O autor defende que a própria categoria patrimônio deve ser pensada etnograficamente, *tomando-se como referência o ponto de vista do outro* (2009:32). E, com base nesta posição, conclui que não pode responder qual a melhor opção em termos de políticas de patrimônio, que apontar para dimensão universal da categoria patrimônio pode levar à compreensão dos motivos pelos quais indivíduos e grupos, em diferentes culturas, usam-na, e que *estamos diante de um problema bem mais complexo do que sugerem os debates políticos e ideológicos sobre o tema do patrimônio.*

Valorizar a riqueza da herança cultural africana implica na obrigação, e na contradição, de também reconhecer o lugar de subalternização e estereotipia vinculado a negros e negras na sociedade brasileira e no compromisso com a transformação desta realidade. Os indicadores sociais evidenciam, de maneira incontestável, as desigualdades existentes entre brancos (as) e negros (as) no que se refere aos níveis de escolaridade, inserção no mercado de trabalho, renda, acesso à saúde, mortalidade (especialmente entre jovens), entre outros.

É evidente que a questão do patrimônio imaterial é novidade para o Estado, mas não para as comunidades jongueiras. Por se tratar de um patrimônio que se constitui nos saberes e práticas de indivíduos, comunidades, e grupos, o diálogo com os sujeitos que carregam consigo o patrimônio é condição para a elaboração de políticas culturais públicas. As parcerias estabelecidas na construção destas políticas apresentam avanços e impasses e colocam para os envolvidos a discussão de outro conceito diretamente ligado ao patrimônio, o de salvaguarda, especialmente quando, no diálogo com o Estado, os integrantes da sociedade civil são negros e negras, agora detentores de um patrimônio cultural do Brasil.

Outra observação importante é a definição de patrimônio imaterial da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, celebrada em Paris, em 17 de outubro de 2003, na UNESCO, e ratificada pelo Brasil, pelo Decreto-Legislativo 22, de 08 de março de 2006, traz em si a noção de autorreconhecimento:

> 1. Entende-se por "patrimônio cultural imaterial" as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - **que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural**. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (...)".(UNESCO, 2003, Artigo 2.1, *grifos nossos*)

O dinamismo do patrimônio imaterial mantém significativa relação com aspectos sociais, históricos e culturais dos grupos e indivíduos que o produzem e recriam. A viabilidade do patrimônio imaterial articula-se, na Convenção, à salvaguarda, o que em outros termos significa a adoção de medidas que incidam sobre a melhoria das condições de vida de pessoas que mantêm saberes e práticas transmitidas intergeracionalmente. Exatamente por terem sido responsáveis pela manutenção dessas práticas vivas, resistindo e recriando-as ao longo do tempo, mantêm suas matrizes e sua história viva nas comunidades.
O princípio do autorreconhecimento e da autodeclaração, presentes na Constituição, não apenas no campo da cultura, mas também em outras áreas da vida em sociedade, como no caso das comunidades quilombolas, dá uma nova dimensão aos direitos de cidadania. A possibilidade de indivíduos, grupos e comunidades se autodeclararem negros, quilombolas, detentores de bens culturais relevantes para a constituição do patrimônio cultural do país, entre outras, faz com que a cidadania não seja outorgada, mas reivindicada, e coloca aqueles que a reivindicam na posição ativa de sujeitos da política.
Para a sociedade os novos marcos legais parecem atribuir novo sentido à cidadania, uma vez que os direitos, outrora outorgados, podem agora ser reivindicados por indivíduos e coletividades. Afinal, como afirma Santos (2007:20), "*A cidadania pode começar com definições abstratas, cabíveis em qualquer tempo e lugar, mas, para ser válida, deve poder ser reclamada.*"

2 – Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, uma grande parceria onde a troca de saberes é a base:

No final do ano de 2007, com o intuito de ampliar os recursos para a construção de políticas públicas de salvaguarda de bens registrados, o IPHAN e o Minc estabeleceram parcerias com instituições para a implantação de Pontões de Cultura de Bens Registrados, vinculados ao Programa Cultura Viva, do próprio Minc, que fora criado no ano de 2004. A concepção do Programa Cultura Viva, ao potencializar, com recursos, pontos de cultura existentes no país, assim como o investimento na criação de redes de pontos de cultura, se adequava a muitas recomendações existentes nos inventários e pesquisas dos bens registrados. O IPHAN, por sua vez, contava à época com recursos extremamente limitados para a salvaguarda do patrimônio imaterial em geral e, em particular, do *Jongo no Sudeste*, devido às necessidades impostas por sua abrangência regional. Em um seminário realizado no mês de dezembro daquele ano, com a participação de lideranças jongueiras, de representantes do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, do Departamento de Patrimônio Imaterial, das superintendências do IPHAN, da Universidade Federal Fluminense, de consultores, parceiros e colaboradores, foi debatido o projeto de criação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. Ficou decidido que a instituição gestora do Pontão de Cultura seria a Universidade Federal Fluminense (UFF).
A UFF já tinha àquele momento uma participação relevante no trabalho de pesquisa e extensão com as comunidades jongueiras, iniciado no ano de 1996. A universidade descentraliza suas atividades em alguns *campi* no interior do estado, onde há presença de comunidades jongueiras. Tanto no Noroeste quanto no Sul do estado do Rio de Janeiro, a presença da universidade fortaleceu a realização dos Encontros de Jongueiros.
Em 2008, iniciaram-se as atividades do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu[5], que se constitui programa de ensino, pesquisa e extensão da UFF, desenvolvido em parceria com comunidades jongueiras, e articulador de

5 No momento de criação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, sua denominação foi discutida com jongueiros. Como o Pontão tem abrangência regional e reúne várias comunidades, nota-se que em algumas delas a denominação da manifestação cultural é "jongo" (Costa Verde do estado do Rio de Janeiro, Vale do Paraíba, comunidades de São Paulo e no norte do Espírito Santo), em outras é "caxambu" (Noroeste do estado de Rio de Janeiro, Zona da Mata Mineira, e em algumas comunidades no sul do Espírito Santo). Há ainda comunidades que enfatizam a diferença entre o "jongo" (ponto cantado) e o "caxambu" (dança e nome do tambor grande tocado na roda de jongo). Diante dessas diferenciações, foi feita a opção pela manutenção dos dois nomes na denominação do Pontão de Cultura. Da mesma forma, neste texto, adotam-se frequentemente os dois termos nas referências à manifestação e ao patrimônio cultural do Brasil.

ações do plano de salvaguarda do "Jongo no Sudeste", construído coletivamente no ano de 2011[6]. As ações do Pontão do Jongo/Caxambu se organizam em três eixos: articulação e distribuição; capacitação e qualificação; difusão e divulgação. O trabalho é realizado com quinze comunidades na região sudeste. Pela abrangência regional, é uma espécie de Pontão itinerante. Sua base é uma sala na universidade, de onde são coordenadas e organizadas todas as ações, que são desenvolvidas de forma descentralizada nas comunidades. O grande desafio, desde o início das atividades, tem sido desenvolver as atividades *com* os jongueiros e não *para* eles, o que significa, em muitos momentos, a troca de papéis e de lugares de enunciação. Trocar de lugar implica em constatar a presença de outras lógicas e práticas e recriar formas de desenvolvimento de projetos coletivos. Após sete anos de trabalho, vemos que no Pontão do Jongo/Caxambu é possível desenvolver um trabalho horizontal, de qualidade e consequente, devido às parcerias estabelecidas, ações de troca e de respeito entre as comunidades jongueiras tradicionais e a universidade pública.

Desde o início das atividades, a premissa de que jongueiros e jongueiras são sujeitos das ações desenvolvidas *com* a universidade e não objeto de ações desenvolvidas *pela* universidade tem sido o grande desafio, exercício cotidiano, e diferencial na relação de parceria, pois a concepção das comunidades como objeto de pesquisa, por exemplo, ainda é muito presente na academia.

De certa maneira, o programa também contribui para que as comunidades tenham mais visibilidade perante o poder público, especialmente os poderes locais. Ao mesmo tempo, ele tem funcionado como agente encorajador. Por meio dos encontros e trocas de saberes e de experiências possibilitados pelas múltiplas ações desenvolvidas, encorajou as comunidades a quererem sempre o melhor, e a lutar para que o melhor seja realizado para o bem de toda a comunidade e do coletivo de comunidades jongueiras. Nas várias oficinas, reuniões e seminários, jongueiros e jongueiras tiveram voz. Nas palavras de uma das autoras deste texto, *acabamos, pelo menos nas ações que são de nossa responsabilidade, com aquela prática de "outro" contar a nossa história, nós temos capacidade para contá-la. Podemos afirmar que somos pesquisadores da nossa própria história.*

O Pontão consolidou ainda um trabalho que já existia através dos jongueiros e jongueiras, articulando relações entre as comunidades e mobilizando ações para serem desenvolvidas nas comunidades. Mas o programa foi além, pois essas ações e articulações mobilizaram tanto comunidades quanto jongueiros (as) na articulação de seus próprios conhecimentos, lutas, e questões, como a religiosidade, o racismo, e a questão territorial. O trabalho junto no Pontão tem permitido também a apropriação de várias ferramentas que muitas vezes não são de fácil acesso para as comunidades, como escrever e elaborar projetos para a concorrência em editais, e as atividades que envolvem a apropriação pelas comunidades da linguagem audiovisual. Houve grandes mudanças individuais e coletivas da juventude jongueira, por exemplo.

Em nossos três eixos de ações, realizamos encontros de jovens jongueiros, reuniões de lideranças, oficinas (elaboração de projeto, audiovisual, cidadania digital, identidade negra, entre outras) e produzimos filmes e livros. Todo esse trabalho tem contribuído para uma reflexão profunda de temas presentes nas comunidades afro-brasileiras, tendo sempre como objetivo a construção de uma identidade negra, a integração das comunidades jongueiras, o combate ao racismo e ao preconceito religioso, ao machismo, e à violência de maneira geral.

As reuniões de articulação promovidas pelo programa são espaços de reflexão e debate entre os jovens jongueiros acerca de sua condição e da própria cultura afro-brasileira. Os encontros entre os sujeitos culturais, discutindo e apresentando suas conquistas e problemas nas comunidades, são fundamentais para pensarmos a condição do jovem negro jongueiro na sociedade brasileira. Ter as comunidades no dia a dia trabalhando junto deixa o trabalho vivo e dinâmico e, como nossa metodologia sempre foi essa, de "fazer junto" e não "para", nossas ações expressam demandas reais que atingem as comunidades cotidianamente. Nesse sentindo, vemos que o trabalho desenvolvido no Pontão contribui para o fortalecimento das comunidades de jongo e também traz para a universidade saberes de matriz africana que ainda são pouco discutidos em entre seus muros.

---

6 www.pontao**jongo**.uff.br/**plano_de_salvaguarda**

2.1– Processos de Trabalho:

> *Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.* (Freire, 1985, p.15)

Todas as pessoas que constroem o trabalho no Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu possuem participações distintas, que combinadas fazem o programa acontecer. Todas são protagonistas, cada uma com seu diferencial. As etapas do trabalho (planejamento, execução das ações, sistematização do material produzido nas atividades, e avaliação) estão no mesmo patamar de importância. Toda a equipe (professores, estudantes e comissão de coordenação composta por jongueiros e jongueiras) tem acesso às etapas de desenvolvimento do trabalho, com olhares voltados para as questões objetivas que são apresentadas, mas também para as questões subjetivas, não só da equipe, mas de todos.

Inicialmente, era difícil vermos como nossas opiniões poderiam ajudar a construir uma ideia e, no Pontão, vemos assim, pois todos têm sua participação na construção do trabalho, desde o lado administrativo, passando pela organização do trabalho, as divisões de tarefas, até a hora de desenvolver a ação. Quando trabalhamos ou participamos de um grupo assim e, de fato, realizamos ações juntos, é muito gratificante. *Fazer com, em diferença* significa fazer junto cada passo dado.

Trabalhamos de forma íntegra, em uma relação direta e de afeto entre equipe da universidade, jongueiros e jongueiras. Acreditamos que o trabalho ainda esteja no início, tendo em vista que ainda há muitas batalhas pela frente para a garantia de direitos sociais, mas o programa já é vitorioso. Após diversas atividades, vemos que muitos jongueiros e jongueiras já conseguiram se apropriar de ferramentas (projetos e editais públicos) que possibilitarão maior visibilidade para os detentores da cultura e organização para os embates com a estrutura burocrática do Estado.

Com relação à pesquisa, de acordo com a metodologia de trabalho, pautada na construção coletiva das ações, identificamos hoje duas formas diferenciadas de produção de conhecimento. Há pesquisas acadêmicas desenvolvidas por professores e estudantes de graduação e de pós-graduação que têm como campo de investigação comunidades integrantes do Pontão de Cultura e temáticas a elas relacionadas. Mas há também um conjunto de conhecimentos que tem sido produzido ao longo do desenvolvimento das próprias ações, no *fazer com, em diferença*, que se dá coletivamente entre professores, estudantes, jongueiros e jongueiras.

Temos construído juntos, nos diálogos que se estabelecem nas várias ações, conhecimentos sobre diversas temáticas como patrimônio, salvaguarda de um patrimônio imaterial, identidade negra das comunidades jongueiras, organização comunitária, papel dos jovens nas comunidades, papel da universidade, mediação, e sobre a própria metodologia de nosso trabalho.

Tais temáticas não estavam dadas inicialmente, foram percebidas e trabalhadas ao longo do processo e tem se desdobrado em artigos e textos que refletem o conhecimento produzido. O desafio que se faz constante é o do diálogo permanente entre ação e reflexão, teoria e prática.

Reconhecemos que este tipo de pesquisa, desenvolvido a partir de questões emergentes, de forma articulada com as comunidades, apresenta um *modus operandi* diferenciado da pesquisa acadêmica que poderíamos chamar de "tradicional" e que também é desenvolvida no âmbito do Pontão de Cultura. Mas o fato de ser desenvolvida de forma diferenciada não retira da mesma o seu caráter acadêmico e o mérito da produção de conhecimento. Identificamos neste tipo de pesquisa características que a associam a princípios metodológicos da pesquisa participante, tais como:

a) *Ela responde de maneira direta à finalidade prática a que se destina, como um meio de conhecimento de questões sociais a serem participativamente trabalhadas;*
b) *Ela é um instrumento dialógico de aprendizado partilhado e, portanto, como vimos, já possui organicamente uma vocação educativa e, como tal, politicamente formadora;*
c) *Ela participa de processos mais amplos e contínuos de construção progressiva de um saber popular e, no limite, poderia ser um meio a mais na criação de uma ciência popular;*

d) *Ela partilha, com a educação popular, de toda uma ampla e complexa trajetória de empoderamento dos movimentos populares e de seus integrantes.* (Brandão, 2006:46)

Estamos, no trabalho do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, discutindo permanentemente a relação da universidade com as comunidades jongueiras, que parece adquirir hoje novas dimensões, em função da complexidade das questões relacionadas à mediação institucional, sobretudo na relação com o Estado e no processo de elaboração e implementação de políticas públicas.

Produzir conhecimento sobre esta metodologia de trabalho, no momento atual, é fundamental. As opções teóricas e metodológicas estão vinculadas a um posicionamento ético e político perante a sociedade. Certamente, nos filiamos às metodologias participativas de pesquisa junto aos movimentos sociais. Se os movimentos, em suas linguagens, práticas e pautas de reivindicações se transformam, as práticas de pesquisa com eles se modificam, mas, especialmente no trabalho junto aos movimentos sociais, há determinados compromissos éticos e políticos que definem alinhamentos e opções, tal como: *Homens e mulheres de comunidades populares são vistos como sujeitos cuja presença ativa e crítica atribui sentido à pesquisa participante.* (Brandão, p.31)

O "fazer com, em diferença" é o que norteia o nosso trabalho e, ao mesmo tempo, é desafio cotidiano. Lidar com diferentes pessoas, com perspectivas, subjetividades, vivências e pensamentos diversos é complicado. Mas, como complicado não significa impossível, temos nos saído muito bem. A elaboração e execução de ações consequentes só foram possíveis por conta do trabalho em conjunto com os principais parceiros, as comunidades e lideranças jongueiras. Com isso, o "fazer com" significa fazer junto a cada passo dado, é toda a essência do Pontão, e tem sido um aprendizado profissional e pessoal constante. Não é pensar as atividades "de cima para baixo", mas sim de maneira democrática, deixando sempre à frente a elaboração coletiva. Esse trabalho de elaboração e execução das atividades em conjunto muitas vezes esbarra nas particularidades de cada um (a) envolvido (a), mas são os diferentes pontos de vista em prol de um objetivo comum que tem feito o sucesso do programa.

Como observa Santos (2005), a ação coletiva se constrói em torno de um projeto comum e requer um equilíbrio entre estrutura e ação. No caso das comunidades jongueiras, as reuniões de articulação, viabilizadas pelo Pontão de Cultura, se constituíram como uma espécie de fórum das comunidades, que não teria se fortalecido, criado um espaço público de discussão e um coletivo se não fossem as ações concretas das oficinas, organizadas de forma descentralizada nas comunidades, junto com as lideranças e com a participação de um número maior de pessoas das comunidades. Foram as oficinas que fizeram com que o *fazer com* e não *fazer para* não fosse mero efeito de retórica. Elas foram a possibilidade de realizações concretas, consecução de objetivos estabelecidos em conjunto, encontros e trocas, e alargamento das possibilidades do Pontão no interior das próprias comunidades. Os vários seminários realizados incentivaram as lideranças a participar cada vez mais. Através desses seminários, jongueiros e jongueiras afirmam ter podido aprender uns com os outros, a lutar pelo melhor para suas comunidades. De acordo com uma das lideranças: *Tivemos voz, coisa que antes não tínhamos. Isso para minha comunidade foi um passo importante. Hoje podemos pedir uma reunião, sem medo de qual será a pauta porque já vamos com a pauta pronta. Podemos exigir nosso direito sem ter medo.*

Trabalhamos no terreno da cultura, lidamos com comunidades tradicionais, grupos de jongo, quilombos, é muita diversidade, e é também por isso que o programa não funcionaria se tivéssemos outra metodologia de trabalho. Desta maneira, vemos que a parceria, a articulação e o compromisso são os elementos que pavimentam o "fazer com, em diferença" do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu.

O papel institucional da universidade tem implicado na reflexão sobre nós mesmos. Do lugar institucional de onde falamos na relação com as comunidades, observamos que fomos levados pelo Coletivo Jongueiro e pelas relações que com ele estabelecemos por meio de nossas atividades específicas, ao estabelecimento de uma parceria que nos tem feito refletir constantemente sobre qual é o nosso papel institucional junto às comunidades. Isso se evidencia nas mudanças que o programa tem provocado em processos formativos de estudantes de graduação que nele se integram como bolsistas de pesquisa e de extensão.

Eles afirmam que após a entrada no Pontão e com a relação (de amizade, parceria e trabalho) que têm com jongueiros e jongueiras, suas vidas se transformaram. Todos possuem experiências anteriores em outros locais de trabalho e vivências em outros coletivos, mas foi no Pontão que entenderam e aprenderam a trabalhar em

equipe. Entendem que os integrantes da equipe, mesmo muito diferentes, se complementam para realização das ações do programa da melhor maneira possível. O Pontão trouxe a oportunidade única de ter uma relação direta com as comunidades, fazendo com que tivessem um olhar diferenciado, no sentido de que as comunidades não são objeto de pesquisa, mas que as pessoas que nelas vivem são sujeitos, que resistem e lutam pela conquista de seus direitos na sociedade. Com as comunidades, puderam ver como seus integrantes se relacionam e estão envolvidos e comprometidos com a salvaguarda do Jongo/Caxambu. O carinho e respeito dos jovens jongueiros com seus "mais velhos" é algo que chama muito a atenção dos estudantes, que afirmam ter agregado para suas vidas esse comprometimento e o respeito não só pelo Jongo/Caxambu, mas também pelas expressões culturais e religiosas de matriz africana.

No Pontão, dizem ainda, vislumbraram a possibilidade real de articular a teoria adquirida na academia com a prática do trabalho no programa. E essa situação de relacionar a teoria com a prática é uma questão que atinge uma parcela considerável dos estudantes que estão nos cursos da área de Ciências Humanas. Conhecer as comunidades e principalmente ter contato com as lideranças, ouvir suas histórias e vivências, é algo transformador, na visão dos estudantes, desmistificando aquela ideia de que o saber está só nas escolas e universidades. Afirmam ainda aprender muito conhecendo essa expressão cultural que é o Jongo/Caxambu. Por conta da metodologia de trabalho adotada, conseguiram também transitar por diversas áreas de conhecimento. Por ser um programa de pesquisa e extensão, o Pontão tem a possibilidade de trabalhar com bolsistas de vários cursos, como Serviço Social, Comunicação Social, História, Produção Cultural, Pedagogia, Cinema, entre outros. Neste sentido, os estudantes têm sempre a oportunidade de conhecer novas pessoas, cursos, e conhecimentos que agregam ao trabalho no Pontão e à sua formação.

Outra questão é a do programa os ter ajudado na afirmação de sua própria identidade negra e na apropriação de alguns conceitos como os de raça e etnia. Em relação aos fazeres, foi no programa que aprenderam a criar oficinas, organizar seminários, trabalhar e pensar coletivamente, e ter um posicionamento político mais ativo e consistente na universidade.

Em muitas atividades organizadas no Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, trabalhamos com a Lei 10.639/2003, que obriga o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares. Discutimos a sua importância, a apropriação da mesma por jongueiros e jongueiras, para que seja usada como ferramenta política, e o cuidado com a verificação de seu cumprimento nas escolas dos territórios jongueiros. Com isso, tivemos que nos apropriar do conteúdo da Lei e às temáticas que a afetam para a execução mais consequente de nossas ações. Essa movimentação de estudar e discutir a lei têm sido fundamental para trabalhar a História e a Cultura Afro-Brasileira nas escolas e na UFF e tem derivado em iniciativas de novos coletivos. A partir de sua participação nas atividades do Pontão do Jongo, estudantes do Curso de História criaram um coletivo com a finalidade de trabalhar a cultura negra em escolas públicas, tendo em vista que o não cumprimento da Lei 10.639/03 ainda é uma realidade, principalmente no interior do estado do Rio de Janeiro. Atualmente, o coletivo "Cultura negra na escola" realiza oficinas, seminários, debates, eventos, entre outras atividades, e trabalha em parceria com o Pontão do Jongo e com outros projetos da UFF.

Ainda na visão dos estudantes, além de possibilitar novos encontros, o Pontão oferece oportunidade de novas vivencias. Com alguns parceiros não estabelecem só relações de trabalho, mas também relações de amizade e de confiança.

2.2 – Comunidades Jongueiras e a Universidade Federal Fluminense:

O Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu tem permitido a circulação entre comunidades e universidade, na perspectiva de que não é só a universidade que vai até as comunidades, mas de que estas também circulam pela universidade em diversas atividades. Essa circulação tem permitido o compartilhamento de saberes e práticas de ambos os lados e tem possibilitado o debate sobre o acesso à universidade.

Historicamente temos uma universidade que sempre procurou atender a demandas bem especificas, tendo como prioridade atender as demandas do mercado. Nos dias atuais, ainda temos uma Universidade muito elitizada e excludente que não interage com o conjunto da população. Infelizmente a universidade, de maneira geral, se limitar a "produzir" o conhecimento e não se preocupa em buscar e agregar conhecimentos de "fora dos seus

muros". Embora haja certa mudança na participação da universidade na sociedade brasileira, acreditamos que ainda é muito pouco.

Percebemos que em relação aos projetos de pesquisa, poucos estão voltados para a sociedade e pretendem ser atuantes na mesma. Os projetos de extensão, que geralmente possuem uma participação mais ativa da sociedade, permanecem em uma relação de inferioridade com relação aos projetos de iniciação científica, o que demonstra uma produção acadêmica voltada para a si e não para a sociedade. E muitos desses projetos adotam a postura de usar as comunidades como o objeto de pesquisa, se apropriando de seus conhecimentos sem dar nada em troca, em uma posição verticalmente hierarquizada. Mesmo assim, no interior da própria universidade, há polos de resistência que trabalham pela sua transformação. O Pontão é um desses polos de resistência que consegue fazer com que haja uma relação construtiva entre a universidade e a população. Nele, conseguimos ver funcionar efetivamente a universidade em seu tripé (ensino, pesquisa e extensão), relacionando "saberes populares" com "saberes acadêmicos".

Estamos discutindo racismo, inclusão, popularização da universidade, cotas raciais, entre outros temas, a universidade tem um papel de destaque na elaboração das ações. Neste sentido, a UFF, não toda ela, mas grupos (extensão, pesquisa, estudos e coletivos de alunos) ao longo dos anos vêm realizando atividades e trabalhos exemplares que contribuem para maior organização e fortalecimento dos grupos e comunidades jongueiras.

Acreditamos que a relação que estabelecida com a UFF possibilitou para nós, jongueiros e jongueiras, a percepção de que temos potencial para ir mais longe, além dos limites das nossas terras, seja o quilombo ou a comunidade. Segundo um dos autores deste texto, a UFF, com o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, o ajudou e o capacitou para interagir com outras pessoas, para saber cuidar, estudar, e respeitar a sua comunidade como uma comunidade com um diferencial muito grande, trata-se de uma comunidade tradicional. O ajudou a enxergar o valor histórico que tem, não só dentro da sua comunidade, mas também dentro da sua casa, em suas mãos e em sua voz. Viu que o que a UFF fez foi só despertar uma pessoa que ainda não sabia o que fazer e hoje vê o Jongo/Caxambu como trabalho, cultura, dança, arte, amor, respeito, religião e família. É algo que tem aprendido e, ao mesmo tempo, passando adiante, pois só assim o Jongo não vai acabar.

Para outra autora, jongueiros e jongueiras mudaram a forma de ver a sociedade, passaram a compreender que são sujeitos de direito. Começaram a acreditar que poderiam frequentar uma universidade federal, não apenas como ouvinte em um seminário, mas sim na qualidade de alunos. Os incentivos dos professores parceiros foram fundamentais para que pudessem vislumbrar o ingresso na universidade. Como relata: *Fui para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Consegui isso porque antes eu conheci a UFF e alguns professores que me incentivaram a dar um passo importante em minha vida.*

Desde o ano de 2012, com recursos oriundos do PROEXT (Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação), o Pontão do Jongo trabalha em parceria com a Rede de Jovens Lideranças Jongueiras. Com uma Comissão de Coordenação da Rede, a equipe da universidade realiza o planejamento anual de todas as ações. Uma das principais ações tem sido a reunião de articulação com as jovens lideranças jongueiras. Na reunião, há o momento dos informes das comunidades como um dos pontos centrais, pois é sempre o ponto de partida para as discussões e os debates subsequentes. Consideramos os informes o momento em que jovens jongueiros compartilham seus problemas e conquistas, e é nesse momento que a coletividade se expressa mais nitidamente. Essas reuniões têm contribuído para formação e consolidação dos jovens jongueiros em verdadeiras lideranças para seus respectivos grupos.

Mas, sem dúvida, uma das ações mais simbólicas e expressivas é a realização de uma disciplina de graduação sobre o Jongo/Caxambu na UFF. A disciplina leva o título de "Jongo/Caxambu: Patrimônio Afro-brasileiro na Universidade" e tem sido muito bem recebida pela comunidade acadêmica. Muitos alunos, maioria negros, tem visto nas aulas um espaço de resistência e de fortalecimento político para enfrentar o racismo institucional que ainda reina na universidade. Cada encontro conta com a presença de alguma comunidade, professor parceiro do programa, ou liderança jongueira. As aulas tem adotado a mesma metodologia do Pontão do Jongo, de "fazer com, em diferença". Por isso, os encontros têm sido bem dinâmicos, com muitas trocas de saberes. A disciplina é pautada nos pressupostos da ecologia de saberes proposta por Santos (2004). Procuramos iniciar, ainda de forma experimental, o percurso inverso, da sociedade para a universidade. O objetivo é, cada vez mais e de forma permanente, trazer mestres e lideranças jongueiras para o desenvolvimento de atividades de

ensino na universidade. Buscamos também o diálogo com experiências já desenvolvidas no Brasil de criação de disciplinas de graduação compartilhadas entre professores da universidade e mestres da cultura popular.

3– Considerações finais:

O burro foi na escola pra aprender o ABC
A professora ensinou o burro não sabe ler
Não sabe ler, não sabe ler, o burro não sabe ler!

Eu quero o burro deputado, o burro não sabe ler!
Eu quero o burro no senado, o burro não sabe ler!
Ponha o burro na escola, o burro não sabe ler!
Tira o burro da favela, o burro não sabe ler!
Eu quero o burro com mestrado, o burro não sabe ler!
Burro com doutorado, o burro não sabe ler!
Não sabe ler, não sabe ler, o burro não sabe ler!
Eu quero o burro presidente...
(Gilberto Augusto, liderança jongueira de Piquete/SP)

A salvaguarda como garantia de direitos tem sido concebida por comunidades jongueiras que têm uma história de resistência e de articulação como possibilidade de afirmação e valorização de sua identidade negra e de combate ao racismo. Nesse contexto, elas se organizam na busca de condições sociais que garantam a possibilidade das pessoas continuarem fazendo o Jongo/Caxambu de forma digna e de terem acesso e participação na vida social mais ampla, por meio da garantia de direitos que diminuam as desigualdades existentes entre negros e brancos na sociedade brasileira. Nesse sentido, a parceria entre comunidades e universidade, em nossa experiência, tem sido fundamental.

O trabalho desenvolvido no Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu deu visibilidade a duas questões que emergiram da parceria universidade/comunidades. Tais questões têm sido desenvolvidas pelo programa, mas merecem aprofundamento: a necessária inclusão de negros e negras na universidade, por meio de políticas de ação afirmativa; e a descolonização dos saberes da universidade, por meio do reconhecimento e da legitimação da História e da Cultura Afro-Brasileira no espaço acadêmico. A disciplina "Jongo: patrimônio Afro-Brasileiro na universidade", concebida, planejada, e desenvolvida com a Rede de Jovens Lideranças Jongueiras evidenciou muito as duas questões. Por um lado, jovens lideranças jongueiras comprometidas com a partilha generosa dos saberes de suas comunidades mas conscientes de que para virem a transformar, de fato, a realidade de desigualdades em que as mesmas vivem, apesar de serem patrimônio cultural do Brasil, precisam se qualificar no ensino superior para ocuparem postos de trabalho na sociedade. Por outro lado, jovens estudantes negros e negras que, ao compartilharem os saberes de lideranças e mestres na universidade, afirmaram poder, pela primeira vez, se identificar nesse espaço, reconhecer sua própria história contada pelos *seus*. Nesse sentido, a sociedade brasileira e a universidade ainda têm muitos desafios a enfrentar.

Procuramos, nesse texto, escrito por tantas mãos, de forma tão diversa, expressar o significado do trabalho desenvolvido para cada um de seus autores e para o coletivo que se articula no Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. Queremos registrar que este foi um primeiro exercício de escrita coletiva. Esperamos poder aprofundar as questões aqui colocadas em outros trabalhos, ampliar o diálogo, e colaborar para a construção de um conhecimento científico-social emancipatório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, M., SOIHET, R & GONTIJO R. (orgs) (2007) *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ABREU, Martha e MATTOS, Hebe (2007) *Jongos, registros de uma história* in LARA, S.H. e PACHECO, G. *Memória do Jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein, Vassouras, 1949.* Rio de Janeiro, Folha Seca; Campinas, SP, CECULT.

BRANDÃO, C.R. (2006) *A pesquisa participante e a participação da pesquisa – Um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina*. In BRANDÃO, C.R. e STRECK, D.R. (Orgs.) Pesquisa Participante: O Saber da Partilha. Aparecida, SP, Ideias e Letras.

FREIRE, P. (1985) Extensão ou Comunicação? 8ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

GONÇALVES, J.R.S. (2009) *O patrimônio como categoria de pensamento* in ABREU, R. e CHAGAS, M. (Orgs.) *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Lamparina.

IPHAN, Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, in http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do;jsessionid=3C2FC8C2C138004A6E5D183E2D048AF3?id=12689&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional, consultado na internet em 08/06/2011.

LARA, S.H. e PACHECO, G. (2007) *Memória do Jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein, Vassouras, 1949.* Rio de Janeiro, Folha Seca; Campinas, SP, CECULT.

MONTEIRO, Elaine e SACRAMENTO, Mônica. *Pontão de Cultura de Bem Registrado e Salvaguarda de Patrimônio Imaterial: a experiência do Jongo no Sudeste*. Texto apresentado no Seminário Internacional de Políticas Culturais: teorias e práxis – 01 a 07 de Junho de 2010. Rio de Janeiro – Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/10-ELAINE-MONTEIRO.1.pdf

SANTOS**,** Boaventura Souza.(2005) *Pela mão de Alice*. São Paulo: Cortez.

_____. (2004) *A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo, Cortez.

SLENES, R.W. *"Eu venho de muito longe, eu venho cavando": jongueiros cumba na senzala centro-africana* in LARA, S.H. e PACHECO, G. (2007) *Memória do Jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein, Vassouras, 1949.* Rio de Janeiro, Folha Seca; Campinas, SP, CECULT.

Reflexões críticas sobre metodologias do campo patrimonial a partir de uma perspectiva feminista e decolonial

Patrícia Duarte Rangel[1]
João Paulo Pereira do Amaral[2]

Introdução[3]

Esta comunicação apresenta uma pesquisa de mestrado em curso[4] e desenvolve algumas colocações feitas pelos autores em trabalho anterior[5]. O objetivo aqui é, com base na revisão bibliográfica realizada na mencionada dissertação, explorar propostas e possibilidades de construção do Patrimônio Cultural a partir de metodologias participativas que incluam a perspectiva de grupos subalternizados, inspiradas pelas iniciativas de *co-labor*, de pesquisa-ação participativa e pesquisa descolonizada ativista (Domínguez, 2012; e Xóchitl, 2008).

Para tanto, será necessário discutir a constituição do campo patrimonial no Brasil a partir de uma perspectiva crítica e atual, atenta ao fato de que este é um território flanqueado por incessante disputa política e constante transformação, tendo as últimas décadas testemunhado uma prolífica aproximação com as Ciências Sociais, observada na ampliação da noção de *patrimônio cultural* (BRASIL, 1988; UNESCO, 1989; BRASIL, 2000; UNESCO, 2005), tendo por base, por um lado, uma definição de cultura como modos de vida e representações de mundo (o que inclui o reconhecimento da dimensão imaterial dos bens culturais) e, por outro lado, o princípio do relativismo cultural de respeito às diferentes formas culturais, aos valores e referências de cada grupo, que devem ser compreendidos a partir de seus contextos.

Cientes de que o Patrimônio Cultural é, ademais, um campo disciplinar recipiendário de contribuições das mais diversas áreas de conhecimento, buscamos revisar algumas narrativas oficiais e alguns dos valores basilares que sustentam e reproduzem hierarquias, silenciamentos e opressões, dimensões especialmente problemáticas do Patrimônio Cultural aos olhos das teorias feministas e dos estudos subalternos e de-coloniais[6]. Nesse diapasão, organizamos esta comunicação em três seções: o primeiro momento trata de um rápido esclarecimento sobre os pressupostos que orientam nossa reflexão; a segunda parte compreende a primeira etapa da pesquisa descolonizada (a desconstrução), reunindo três questionamentos que nos parecem os mais urgentes ao nosso campo de conhecimento. A última parte representa um esforço em avançar para a segunda etapa da pesquisa descolonizada (de construir conhecimento em outros moldes), tratando das possibilidades que nos parecem relevantes para repensar o Patrimônio Cultural. Por fim, ofereceremos algumas considerações e conclusões.

---

1 Patrícia Rangel possui graduação em Relações Internacionais pela PUC-Rio, mestrado em Ciência Política pelo IUPERJ e doutorado em Ciência Política pela UnB. Atualmente, realiza pós-doutorado na Universidade de São Paulo, com pesquisa vinculada ao projeto "50 anos de feminismo (1965-2015): novos paradigmas, desafios futuros". Foi bolsista recém-doutora junto ao Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN, onde desenvolveu investigação sobre expressões culturais associadas a práticas tradicionais de mulheres.

2 João do Amaral é poeta e cronista independente com experiência em projetos de arte-educação e educação ambiental de cunho libertário. Bacharel em Ciências Sociais pela UFRJ atuou como consultor sobre o patrimônio cultural imaterial e atualmente é aluno do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN. (Universidade de São Paulo, pdrangel@gmail.com) / João Paulo Pereira do Amaral (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, joaoppdoamaral@gmail.com).

3 A pesquisa da qual este artigo é parte recebeu o apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ao qual agradecemos pelas bolsas concedidas.

4 A dissertação de João do Amaral deverá ser defendida em 2015.2, no âmbito do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN.

5 RANGEL, P. & AMARAL, J. (2014) *Reflexões críticas sobre o campo patrimonial a partir de uma perspectiva feminista e decolonial*. Trabalho apresentado no II CONGRESO DE ESTUDIOS POSCOLONIALES y III JORNADAS DE FEMINISMO POSCOLONIAL – Buenos Aires, 9, 10 y 11 de Diciembre, 2014.

6 LANDER (2005), CASTRO-GÓMEZ y GROSFOGUEL (2007), LEYVA & SPEED (2008), MIGNOLO (2010).

A proposta, obviamente, não se esgota aqui. Espera-se, contudo, que o artigo seja útil e que novas reflexões sejam feitas e acumuladas, de forma a enriquecer os entendimentos e fomentar novas formas de gestão das políticas públicas sobre os patrimônios culturais. Registramos, como fizeram Leyva & Speed (2008) a seu turno, que a crítica decolonial não é nova. Nosso artigo pretende somar argumentos ao projeto de produção de conhecimento a partir das margens e tem como ambição contribuir para desafiar a ciência e a política colonialista que ainda são hegemônicas em nossas percepções, reflexões e práticas no campo patrimonial.

1. Pontos de partida: pressupostos centrais de nossa reflexão crítica

Nesta comunicação, buscamos nos aproximar de perspectivas que muito têm a oferecer à reflexão sobre patrimônio cultural, mas que ainda não foram satisfatoriamente exploradas e apropriadas pelos especialistas. Acompanhando o esforço de superação do eurocentrismo e celebração da pluralidade e da diversidade cultural, preocupamo-nos em compreender alguns elementos nos quais o Patrimônio Cultural se sustenta e que são perpassados por relações de poder, reafirmação de hierarquias, subalternidades e pelo silenciamento da polissemia sob um discurso homogeneizador de nação.

Inspirado no grupo sul-asiático, surgido na década anterior, é constituído em 1992 o Grupo de Estudos Subalternos Latino-americanos, que, a partir de questionamentos acerca da classificação étnica sobre a qual os estados-nação da região se desenvolveram, procura refletir sobre as variadas dimensões e efeitos do processo colonial. Como assinalam Aníbal Quijano (2014) e Enrique Dussel (1994), colonialismo se refere ao processo de constituição de uma estrutura de poder que implicou na formação de novas relações socais intersubjetivas, fundamento de um novo tipo de poder colonial e que daria as bases da sociedade como a conhecemos. Ainda que intimamente vinculado ao colonialismo, a colonialidade, por sua vez, é apresentada por Quijano como um conceito distinto, baseada na imposição de uma classificação social, notadamente de base racial/étnica (e à qual acrescentamos de gênero), como fundamento de um sistema de relações de poder que opera nas mais diversas dimensões da vida. (QUIJANO, 2014). Enquanto o colonialismo denotaria uma relação política e econômica de dominação colonial de um povo ou nação sobre outro, a colonialidade se refere a um padrão de poder que não se limita às relações formais de exploração ou dominação colonial, mas envolvem também as diversas formas pelas quais as relações intersubjetivas se articulam a partir de posições de domínio e subalternidade. Neste sentido, a colonialidade sobrevive ao colonialismo, podendo ser observada nas relações de aprendizagem, no senso comum e na alto-imagem dos povos, o que leva Ballesteros a afirmar que "en un sentido, respiramos la colonialidad en la modernidad cotidianamente" (Ballesteros, 2003, p. 131).

A partir destas questões, entendemos que aos patrimônios culturais subjazem discursos construídos em torno da memória e do esquecimento e a partir dos quais podemos refletir sobre as relações de poder ao longo do tempo e o processo de construção e preservação de marcos simbólicos destas relações. Tal questão, entretanto, não nos parece apenas cognitiva ou discursiva, senão que também epistemológica e política, dizendo respeito à legitimidade atribuída aos diferentes discursos e memórias sobre os bens culturais. Desta forma, o patrimônio cultural não é neutro e tampouco é meramente técnica a atividade preservacionista - afinal, nada que é social pode ser compreendido por uma lógica exógena ao funcionamento da sociedade, como aponta Chantal Mouffe (2000).

Consideramos a atual política patrimonial brasileira, como veremos, lugar privilegiado para novas práticas de gestão e organização e para que o saber acadêmico acople o saber popular na geração de conhecimento sobre as manifestações culturais. Neste sentido, pretendemos refletir sobre a aproximação da questão patrimonial com uma nova relação epistemológica e de poder, incluindo os chamados detentores das manifestações culturais na gestão das políticas públicas e na construção de conhecimento sobre suas práticas e saberes.

2. A primeira etapa da pesquisa descolonizada: desconstruindo o Patrimônio Cultural

Isto posto, passemos à empreitada desta seção, que corresponde à primeira etapa da pesquisa descolonizada, nos termos de Chandra Mohanty (apud Domínguez, 2012). Segundo a autora, este tipo de investigação possui dois momentos: o primeiro é negativo (de desconstrução e desmantelamento da lógica de pesquisa eurocêntri-

ca) e o segundo, positivo (de construção e criação). A epistemologia científica e a lógica moderna eurodescendentes são limitadas em função de, tomando de empréstimo as reflexões de Boaventura de Sousa Santos (2008), serem dominadas pela razão metonímica, incapaz de aceitar que a compreensão do mundo é muito maior do que a compreensão eurocêntrica dele. Neste sentido, é necessário propor outro modelo de construção de conhecimento que descentralize a própria razão como a concebemos, quiçá algo como a sociologia sentipensante de que falava Fals Borda (2009) ou, como apresenta Catherine Walsh (2009), na possibilidade de considerarmos os sentimentos, artes, saberes e práticas populares ocultados e subalternizados como aparato político e existencial não só legítimo como central para a pensarmos novos modelos de construção de saber e prática política. Antes, porém, e como primeiro momento, elencaremos três problemas que nos parecem centrais à compreensão do Patrimônio Cultural no Brasil em outros moldes: um é de ordem epistemológica, o segundo é histórico e o último, institucional. Todos, obviamente, são problemas políticos e imbricados, tratados aqui separadamente para fins analíticos.

Primeira crítica: o problema etimológico do uso de "patrimônio" para falar da cultura que queremos viva

A etimologia, como bem escreveu Cláudio Moreno, ao estudar o significado inicial das palavras, diz menos sobre uma suposta "verdade originária que ficou encoberta sobre o manto do tempo" (2013:52), e mais sobre as concepções de mundo e crenças de nossos antepassadas/os e sobre nós mesmas/os, quando nos debruçamos sobre vocábulos ainda em uso. Destarte, o esforço de realizar uma análise crítica do que se pensa, produz e escreve no campo do patrimônio cultural tem como primeiro desafio refletir sobre o termo *Patrimônio*. Como se sabe, sua origem é o latim *patrimonium*, que significa herança paterna (Vogt, 2008) ou tudo o que pertence ao *pater*, pai (Funari & Pelegrini, 2009). *Pater*, neste caso, não se refere ao *genitor* (palavra que é grafada da mesma maneira em português e latim), mas a uma figura jurídica definida pelo antigo direito romano: o *senhor*, aquele cuja vontade pessoal é lei, o que tem poder de vida e morte sobre todos os que formam seu domínio (Chauí, 2001). Pátria e patrimônio, portanto, referem-se etimologicamente ao poder patriarcal e ao que está sob seu domínio.

A partir deste *detour* etimológico, atentos ao fato de que todas as idéias, palavras e coisas têm significado e história, como alertou Joan Scott (1990), levantamos duas questões: não seria problemático que as representações culturais que herdamos e que pretendemos transmitir às gerações futuras sejam vinculadas a um termo exclusivamente associado ao masculino? É adequado falar de um bem público (e, portanto, coletivo e indivisível) no sentido de *herança*, legado material, propriedade privada e senhorial? Apontaremos em seguida algumas ponderações.

As teorias feministas certamente responderiam à primeira pergunta negativamente, discorrendo sobre a naturalização dos padrões institucionalizados de valores culturais que privilegiam as masculinidades (Fraser, 1986 e 1997). Como explicam Della Porta & Diani (2000), a cultura contribui para dar sentido às experiências de vida dos indivíduos. Por ser elemento fundamental da vida social, associar a cultura e a identidade cultural a *patrimonium*, ao *pater* e ao universo masculino desencadeia consequências que não podem ser ignoradas. A capacidade destrutiva da concepção androcêntrica (no sentido de invisibilizar as existências e experiências não-masculinas) está justamente em seu exercício cotidiano e nos processos de socialização mais básicos de um sistema de crenças que naturaliza o masculino como universal.

Esse referencial tem impactos diretos sobre a distribuição de recursos de poder e sobre as formas em que homens e mulheres são representados coletivamente. Não foi à toa que a semiótica política dedicou muita atenção ao recurso narrativo como instrumento de poder: parte-se do princípio que é necessário narrar para existir, defender e representar algo para que esse algo adquira existência (Avelar, 2001). A universal referência androcêntrica situa o feminino em posição de inferioridade, o que obviamente se desdobra na utilização de palavras e reforça assimétricas relações de poder, em um processo de retroalimentação. A supremacia masculina se materializa nos recortes dados à História, nos papéis e padrões sociais, no trato cotidiano entre as pessoas e, obviamente, na linguagem.

Raramente se questiona o uso do masculino em plurais que englobam substantivos biformes, heterônimos e uniformes, assim como pouco se problematiza a regra de registro dos verbetes em dicionários de língua portuguesa, nos quais os adjetivos são definidos unicamente em sua forma masculina (encontra-se, por exemplo, as palavras "alto", "bonito" e "rápido", nunca "alta", "bonita" e "rápida"). Nesse sentido, Carole Pateman (1983) adverte sobre o uso da palavra *homem* para fazer referência à *humanidade* e providencia exemplos de como as mulheres foram deixadas de lado na história das instituições sociais e culturais - história essa que pertence ao campo da retórica e da política. A mesma autora registra que mulheres são ensinadas a não se sentirem ofendidas pelo uso de uma linguagem masculina ("homem" significando "ser humano", "patrimônio" significando "propriedade" ou "legado", "hombridade" significando "caráter íntegro" ou "coragem", só para citar poucos exemplos), mas que não devem usar palavras femininas para fazer referência a coisas universais[7].

A supremacia masculina se materializa também no apagamento das experiências das mulheres e na desvalorização do conhecimento por elas construído em detrimento de uma ciência positivista, androcêntrica e colonial com presunções de objetividade. Por não reconhecerem o patriarcado como elemento estruturante da sociedade, as teorias e metodologias tradicionais dificultam a realização de estudos que busquem compreender a participação das mulheres na vida social e as atividades que são determinadas pelo gênero (Harding, 1987). Por outro lado, vertentes do feminismo (principalmente a teoria do ponto de vista - *standpoint theory,* como Donna Haraway) argumentam que apesar de toda versão da realidade poder ser considerada verdadeira, grupos e indivíduos subalternos acabam tendo uma visão privilegiada no sentido de perceber e problematizar as estruturas de dominação (como o patriarcado e o racismo) que lhes oprimem, o que não ocorre com os grupos dominantes (Leyva & Speed, 2008).

Daí a relevância da teoria feminista e dos estudos de gênero, um campo intelectual que revela distorções, exclusões, contradições e transcende as fronteiras das "teorias verdadeiras", focando em tensões/desigualdades e que se distingue por privilegiar os estudos sobre a coletividade feminina como um grupo politicamente relevante e sobre as relações sociais de gênero (Machado, 1994). Tal campo seria orientado por uma lógica denominada por Haraway de "objetividade feminista" ou "saberes situados": uma objetividade possível, não uma transcendente como aquela proposta pela ciência positivista, que trata do real enquanto objeto fixo. Ou seja, o foco é a possibilidade de um diálogo localizado, onde o sujeito fala e explicita a posição de onde observa o mundo e reúne informações para analisar realidades ou discursos. Trata-se de um diálogo entre um sujeito situado e um objeto que possui fronteiras delimitadas a partir daquele com quem se dialoga.

Retomando a segunda pergunta ("é adequado falar de um bem público no sentido de *herança*?"), cabe enfatizar que a noção original de patrimônio não é pública: o dono do *patrimonium* é o senhor, o chefe (*pater*) que detém a propriedade absoluta da terra, das plantações, do gado, dos edifícios e de tudo mais que nela exista (Chauí, 2001). Neste sentido, como se daria a apropriação dos patrimônios culturais vinculados às memórias do poder por parte dos que nunca tiveram patrimônio ou poder? Para refletir sobre estas questões, valendo-nos ainda do mote etimológico, vale lembrar que o pensamento social brasileiro, notadamente nas figuras de Raymundo Faoro, Sergio Buarque de Holanda, Oliveira Vianna e Florestan Fernandes e a partir de uma tipologia weberiana das formas de dominação (no interior da qual se conceitua o patriarcado e o patrimonialismo) destacam como o patriarcado e a dominação patrimonial se mantiveram praticamente inalterados por um período da história brasileira que vai, pelo menos, até o Estado Novo (1937-1945), momento em que se funda o SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional[8]. O patriarcado e o patrimonialismo conformaram uma estrutura de poder sobre a qual se delineou a cultura política e o Estado brasileiro, desenvolvendo "atavismos e arquétipos institucionais tipicamente patriarcais" (Silveira, 2006: 7).

À parte as adaptações a que cada autor submeteu o conceito weberiano original, em virtude da interpretação que davam às singularidades do processo histórico brasileiro de formação do Estado e da nação, em geral destaca-se as implicações e transformações da ordem estamental e das relações de dominação patrimonial ex-

---

7 A autora lembra que quando sufragistas inglesas utilizaram a palavra "mulher" significando "ser humano" para defender a lei de sufrágio feminino, em 1867, o mesmo argumento foi rejeitado.

8 Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, fundado em 1937, atual IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

istentes em Portugal e as implicações deste processo histórico para a cultura política brasileira, notadamente no que se refere à relação da população com os que controlam o poder local e do acesso ou vínculos da população com o Estado. Em linhas gerais, graças a essa composição estrutural, a população brasileira não participaria diretamente na vida política, tendo acesso a ela apenas em atividades subordinadas. A cultura política brasileira seria marcada, por um lado, pelo alheamento e desinteresse pela política por parte da população em geral e, por outro lado, pela crença de que o exercício do poder político seria parte de privilégios inalienáveis de determinados setores.

As origens de tal estrutura datam do início da empreitada colonizadora de Portugal, cuja base foi a família patriarcal centrada na união do homem branco e da mulher indígena (Souza, 2006). A família então reunia em si a totalidade da sociedade, agrupando tanto o elemento dominante – o senhor e sua família – quanto os subalternos – bastardas/os, dependentes e escravas/os. A partir deste modelo definiram-se as bases da política e da cultura da sociedade colonial, na qual o *pater* era a autoridade máxima, e onde os grupos políticos foram constituídos à imagem da família patriarcal, na qual os vínculos biológicos e afetivos uniam o chefe a seus/suas descendentes e colaterais, formando um todo (Holanda, 2006). A colonização portuguesa – a mais duradoura empreitada colonial européia – trouxe especificidades ao caso brasileiro. Seja em termos do processo de constituição do Estado independente, seja no que diga respeito ao eurocentrismo e à colonialidade em nossa cultura, como veremos, o Brasil se constitui como um país virado ao mar.

Consideramos essas questões centrais à medida que nos auxiliam a interpretar a conformação de um universo semântico por meio do qual, por sua vez, parte de nossa sociedade tem interpretado a si mesma ao longo do tempo, alem de nos possibilitar refletir sobre as implicações das representações de cidadania (para usar um termo anacrônico) historicamente institucionalizadas no Brasil. Conhecer os processos e interpretações sobre a formação das instituições e da cultura política brasileira contribuirá para o entendimento das continuidades e descontinuidades, potenciais e obstáculos a uma política pública tanto mais participativa e democrática.

Segunda crítica: a invenção de um passado colonial europeu e católico como um problema político e histórico

A década de 30 do século passado foi palco de uma ampla reforma do Estado brasileiro que, iniciada durante o governo constitucional, teve seu ápice a partir da instauração do regime autoritário, em 1937. Um conjunto de medidas, como a introdução, em 1934, da obrigatoriedade do concurso público para cargos de carreira ou a elaboração do estatuto dos funcionários públicos, em 1939, são exemplos de uma reestruturação institucional e de uma reconfiguração das estruturas de poder – com forte centralização em detrimento das oligarquias regionais – no bojo das quais se identifica, para além de um modelo de Estado, um projeto de nação (Schwartzman, 2000; Bomeny, 1999; Barbalho & Rubim, 2007).

Neste contexto, o Ministério da Educação e Saúde (que abrigou o Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), sob o comando de Gustavo Capanema de 1934 a 1945, tem lugar de destaque. Os primeiros anos de sua gestão são tempos de elaboração do Plano Nacional de Educação, lançado em 1937, e no qual a educação aparecia como o meio de criar uma cultura nacional comum e disciplinar as gerações, a fim de "produzir uma nova elite para o país. Uma elite católica, masculina, de formação clássica e disciplina militar", segundo coloca Schwartzman (2000, p. 218). Neste projeto que Helena Bomeny chama de a "criação de um homem novo para um Estado Novo" (1999, p. 139), nas décadas de 1930 e 1940 surgem diversas instituições culturais que, por um lado, projetarão a nação e, por outro, construirão para ela a ancestralidade que a justifique, como o Serviço Nacional de Teatro, o Instituto Nacional do Livro, o Instituto Nacional do Cinema Educativo, além do Departamento de Imprensa e Propaganda que coordenava diversas áreas, como radiodifusão, teatro, cinema, turismo e imprensa (Barbalho, 2007).

Considerando-se os estudos de Chuva (2009), Rubino (1991) e Motta (2000), pode-se dizer que o período inicial de atuação do SPHAN foi o período mais significativo na construção e disseminação de uma imagem e uma significação sobre o patrimônio histórico e artístico nacional e sua gestão e que não houve alteração nos critérios e na tipologia de bens tombados ao longo dos anos. Segundo a síntese proposta por Falcão (1984), ao analisar os bens tombados em nível federal nas primeiras décadas de atuação do órgão,

> indica tratar-se de: a) monumento vinculado à experiência vitoriosa branca; b) monumento vinculado à experiência vitoriosa da religião católica; c) monumento vinculado à experiência vitoriosa do Estado (palácios, fortes, fóruns, etc) e na sociedade (sedes de grandes fazendas, sobrados urbanos etc) da elite política e econômica do país. (p. 28 *apud* CHAGAS, 2009, p. 106).

A constituição política sobre os patrimônios culturais no Estado brasileiro pode ser entendida, então, desde o âmbito mais geral de sua vinculação a uma estrutura de cultura e poder, apresentada acima, até seu atrelamento à política educacional/cultural de formação da nação, levadas a cabo na primeira metade do século XX. Tendo em vista que a identificação de valores culturais em determinados bens não é automática, auto-evidente ou natural, quando uma expressão é eleita como patrimônio cultural, não se pode esquecer de quem o elegeu como tal, a partir de que valores, em nome de que interesses e de que grupos (Fonseca, 2003; Carsalade, 2012). Silvana Rubino afirma que:

> O SPHAN elegeu um Brasil antepassado que exclui alguns atores contemporâneos ao delimitar claramente de quem "descendemos". Não é um discurso da superioridade branca, lusitana e cristã conferido pela detração do outro e sim pela sua exclusão, por meio da construção de um elo de ligação com o passado que remete bisavós, antepassados e ancestrais dignificados (Rubino, 1996: 103).

Neste sentido, vale notar que o esforço de construção de um passado colonial que se coadunasse com o projeto civilizatório moderno teve seguimento ao longo da história do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e assim, décadas de práticas de preservação patrimonial em torno de um determinado sistema de classificação significa mais que a disseminação e popularização de categorias classificatórias, mas a sedimentação de concepções e de valores. Como coloca Alfonso Torres Carrillo, é a partir das versões do passado e do controle sobre a memória que se estruturam identidades e se (re)definem relações de poder e possíveis visões de futuro que perpassam a sociedade (Carrillo, 2003: 199). É preciso, portanto, rever o passado para que escrevamos o futuro, sobretudo quando o passado colonial construído denota a colonialidade do patrimônio, ocultando sujeitos primordiais da história e limitando os devires possíveis.

Terceira crítica: o problema do personalismo na formação e desenvolvimento institucional do Iphan

> **Lélia Coelho Frota** – Foi o prestígio do Dr. Rodrigo, na realidade, que implantou o IPHAN de uma maneira definitiva...
> **Judith Martins** – Exato. Ele misturava amizade com trabalho, e a gente, então, fazia por amor. Ganhava-se muito pouco, mas trabalhava-se com muito amor. E foi uma verdadeira alfabetização no setor, porque ninguém conhecia nada. O que os arquitetos recém-formados conheciam desse trabalho de restauração de obras? Foi tudo aprendido aqui, na prática, na própria execução. Fazendo e aprendendo" (Entrevista a Judith Martins, em Thompson, 2009:31 e 34).

Se toda teoria é feita para alguém e com algum propósito (Cox, 1981) e a história é escrita pelos vencedores, como afirmou George Orwell, a forma como é narrado o percurso de uma instituição diz muito sobre ela. As narrativas tradicionais sobre o desenvolvimento do IPHAN sugerem que a instituição foi construída com base nos feitos de gestores e intelectuais vanguardistas como Gustavo Capanema, Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Excluem-se nessas narrativas a trajetória de muitas pessoas que, ocupando diversas funções (principalmente as desvalorizadas e corriqueiras), viabilizaram e estruturaram o órgão e sua rotina institucional. Produzir heróis para protagonizar a história e apagar práticas e atores cotidianos é um mecanismo coerente com a lógica do patriarcado. Basta observar a história oficial da humanidade, que teve como narrador principal a coletividade masculina e, como objeto, os feitos de alguns homens considerados sublimes, para dar-se conta de que nossos relatos são pautados pelas estruturas de poder hegemônico, atribuídas a elites masculinas e européias.

As equipes da fase inicial do órgão eram formadas por pessoas indicadas, majoritariamente intelectuais influenciados pelo Movimento Modernista ou ideologicamente afinados com as concepções vigentes. Desta forma, o instituto foi, ao menos neste período inicial, idealizado e comandado por pessoas próximas a Rodrigo (amigos e convidados), como Manuel Bandeira, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Carlos Drummond de Andrade, Alcides Rocha Miranda, José de Souza Reis, Luís Saia, entre tantos outros[9]. Dr. Rodrigo, como era chamado, é amplamente reconhecido pelo esforço de organizar a atuação do Serviço "sem esperar compensações ou reconhecimento"[10], a ponto de ter inspirado termos como "rodriguismo" (Gilberto Freyre) e "a lição de Rodrigo" (Lúcio Costa), sinônimos de mérito e trabalho árduo.

Nas primeiras décadas de existência, a estrutura e o projeto do órgão de preservação patrimonial no Brasil foram instrumentalizados como propriedade pessoal, uma vez que seus recursos[11] eram distribuídos segundo a vontade do *pater* ou chefe entre sua rede de vínculos pessoais e com base em relações assimétricas de poder pautadas pelo apagamento de subalternos, i.e., elementos intermediários (os profissionais que se encarregavam das atividades menos prestigiosas) e mulheres – estas, ainda que não sejam excluídas do mundo público, são inseridas nele com um *status* inferior. Ao interpretar as figuras protagonistas da chamada fase heroica do IPHAN como *patriarcas*, faz sentido entender o apagamento de figuras, como Judith Martins, Lygia Martins Costa, Alda Pinto Menezes, Hanna Levy, Hélcia Dias, Heloísa Alberto Torres, das quais pouco se ouve falar, apesar de terem contribuído consideravelmente para que o IPHAN se tornasse a instituição que é hoje. Nas palavras de Carlos Drummond de Andrade: "Nada para D. Judith Martins, além da ridícula aposentadoria? Nem a medalhinha de mérito, concedida a tantos? Será isto maneira de estimular novas Donas Judiths?" (1971).

Não pretendemos, com o exposto, realizar uma crítica anacrônica, mas sim colocar em perspectiva alguns lugares-comuns de nosso campo, que mexem com sentimentos de lealdade e com o imaginário sobre a instituição. Ademais, como se pode ler em citação feita por Schwartzman (2000), o ocultamento das mulheres, dos quais o mencionado acima é eufemístico, ainda que ilustrativo, fundamenta-se numa concepção maior vigente à época e cuja ancestralidade os patrimônios consagrariam.

> Os poderes públicos devem ter em mira que a educação, tendo por finalidade preparar o indivíduo para a vida moral, política e econômica da nação, precisa considerar diversamente o homem e a mulher. [...] Assim, se o homem deve ser preparado com têmpera de teor militar para os negócios e as lutas, a educação feminina terá outra finalidade que é o preparo para a vida do lar. [...] Ora, é a mulher que funda e conserva a família, como é também por suas mãos que a família se destrói. Ao Estado, pois, compete, na educação que lhe ministra prepará-la conscientemente para esta grave missão (Capanema, apud Schwartzman, 2000: 123).

A preservação do patrimônio histórico e artístico no Brasil nasce em contexto autoritário e aparece como estratégia estética de construção de sentido e identidade, prática à qual subjaz um padrão eurodescendente e que redundará ao longo das décadas em ocultamentos de memórias e seus sujeitos, situação que se expressa concretamente nas dificuldades encontradas no que diz respeito ao estabelecimento de uma política participativa na gestão dos patrimônios culturais no Brasil de hoje.

Diferentemente da concepção de política patrimonial norteada pelo interesse público entendido sob o ponto de vista do Estado, como subjaz ao Decreto 25/1937, que inaugura a prática preservacionista no país, a Constituição de 1988 (ainda em vigência) referencia a perspectiva da política patrimonial a partir dos diversos segmentos componentes da sociedade brasileira e apresenta a participação dos indivíduos e grupos que compõem

---

9 No mesmo sentido, aposentando-se em 1967, Rodrigo indicou seu auxiliar imediato para a Direção do Patrimônio: o arquiteto Renato Soeiro, que lá permaneceu por doze anos e manteve a política que Dr. Rodrigo imprimira ao órgão (OLIVEIRA, 2008:28).

10 Trecho da Ata da 12ª sessão ordinária do Conselho Consultivo do Sphan.

11 Usamos o termo "recursos" ao longo do texto para fazer referência não só ao sentido econômico, mas também a elementos simbólicos, cargos, capital social.

uma manifestação cultural como essenciais às diferentes etapas da política patrimonial. O artigo 216 da atual Constituição Federal define como patrimônio cultural os bens materiais e imateriais "portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira". Essa perspectiva de apreender a cultura a partir de uma dimensão valorativa e referencial pode ser vista também como uma transição do conceito de *patrimônio histórico e artístico* para o conceito de *patrimônio cultural,* de forte cunho antropológico e que enfatiza a diversidade não só da produção material, como também dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais (GONÇALVES, 2007). Não obstante, sabe-se que não são todos os grupos sociais que possuem condições de transformar em patrimônio os bens culturais que sejam referenciais para si, uma vez que é necessário mobilizar recursos para acessar as ferramentas das políticas públicas sobre os patrimônios culturais. Por exemplo, além de órgãos públicos vinculados à cultura, apenas associações formais da sociedade civil podem solicitar o registro de determinado bem cultural como patrimônio do Brasil, o que exclui grupos que se associem de modo diverso do formato jurídico eurodescendente, como populações tradicionais ou grupos diversos de matriz africana ou ameríndia, cujos patrimônios permanecerão periféricos.

A patrimonialização de um objeto ou manifestação cultural pode ser entendida como o processo de seleção e sistematização de um determinado aspecto da cultura, atribuindo-lhe um valor diferenciado e sobre o qual se constrói um discurso do gênero técnico-científico. Aquela manifestação cultural, agora patrimônio, passaria a ter, então, um sentido e valor novo, por um lado e, por outro, "*subúrbios*", discursos/sentidos não oficiais, não sistematizados, oriundos do senso comum e da cotidianeidade da prática cultural (Geertz, 1997). Como bem lembra o argumento da perspectiva social, de Iris Marion Young (2006), sociedades desiguais impõem experiências diferenciadas associadas à posição que as pessoas ocupam. Todas elas possuem uma perspectiva única, fruto de suas experiências[12]. A perspectiva dos grupos dominantes, por sua vez, é tida como uma *não perspectiva*, como universal. Seria necessário, portanto, prezar pela presença dos chamados *detentores* em todos os espaços de deliberação para evitar a homogeneização de suas expressões e representações, visto que suas perspectivas só podem ser por eles oferecidas.

Ao basear a política de preservação na noção das referências culturais dos segmentos detentores dos bens, considerando que estas devam ser compreendidas a partir de seus contextos, a questão patrimonial no Brasil de hoje suscita aquilo que Foucault (1999) chamou de *a insurreição dos saberes submetidos*: a valorização de saberes que haviam sido desqualificados frente ao saber científico. Esta, por sua vez, articula-se com a noção de *ecologia dos saberes* (Santos, 2010), que parte do princípio de que não há noções absolutas e universais de ignorância e conhecimento: todos os conhecimentos ignoram algo e todas as ignorâncias têm algo a ensinar. Segundo Mercedes Domínguez (2012), é buscando a combinação de tipos distintos de conhecimentos que se pode encarar a ciência de forma contra-hegemônica.

Por fim, vale lembrar que a efetividade da ideia de "direitos culturais" pressupõe "a vigência de outros direitos (não só direitos políticos, os de primeira geração, como os direitos econômicos e sociais, de segunda geração) e a consciência da cidadania como valor" (Fonseca, 1996: 163). Sua implementação, como destaca Cecília Londres (idem) depende, desta forma, de uma cultura política democrática, o que ainda não figura no horizonte de possibilidades do Ocidente na contemporaneidade. Se a própria concepção de um patrimônio cultural mais amplamente representativo é recente na história institucional e jurídica do estado brasileiro, o trânsito e absorção deste conceito pelos diversos órgãos do estado e sua apropriação por parte das diferentes esferas do poder público que se imbricam na gestão patrimonial ainda é demasiado incipiente. Quanto mais lentamente o Estado, em seus diversos segmentos, tem metabolizado estas concepções, mais demoradamente se tem posto em prática políticas públicas devidamente abrangentes. Quiçá a experiência acumulada possibilite reflexões promissoras e subsídios tanto para um entendimento quanto para a concepção e conformação de legislação apropriada, no sentido de que quando não for possível aplicar ou aperfeiçoar o direito estabelecido, que seja criada jurisprudência sui generis adequada à gestão de um patrimônio cultural mais representativo da sociedade brasileira em sua diversidade.

---

12 Inseridos nela, estão opiniões ou interesses – que podem ser representados – e perspectivas – que não podem ser representadas por outros. Desta forma, Anne Phillips (2001) sugere que determinadas demandas são mais bem protegidas quando são representadas por quem compartilha das mesmas experiências.

3. A segunda parte da pesquisa descolonizada: construindo novas metodologias

Nesta seção, trataremos do momento positivo da pesquisa descolonizada, que corresponde à construção de propostas e sugestões de encaminhamento que contribuam para reconhecer contribuições locais e as estratégias alternativas de conhecimento. Urge fazê-lo a partir de uma perspectiva decolonial, tornando visíveis as experiências e iniciativas de movimentos alternativos e grupos subalternos, dando-lhes credibilidade. Para tanto, esforçar-nos-emos em refletir sobre uma perspectiva, métodos e procedimentos participativos, colaborativos e decoloniais na construção de conhecimentos sobre os bens culturais e as limitações práticas encontradas no cotidiano de sua implementação e gestão.

Essa etapa deve ser adepta de uma desobediência epistêmica às regras do conhecimento científico como o conhecemos, colonial e eurocêntrico por excelência, abrindo caminho para a (re)construção de novas estratégias metodológicas de *fazer-conhecimento* que adote as experiências dos grupos subalternizados, distinguindo o conhecimento oficial e de base eurodescendente dos conhecimentos outros, em uma virada epistemológica decolonial (*giro epistémico descolonial*) que os afaste da retórica e da lógica coloniais (Mignolo, apud Leyva & Speed, 2008, p.9). No que toca o campo preservacionista, apresentaremos aqui os princípios de algumas metodologias participativas, colaborativas e de-coloniais, associando-os aos pressupostos da atual política patrimonial do IPHAN, tratando-os como lugar privilegiado para a construção de conhecimento a partir de saberes não hegemônicos e para uma gestão participativa e emancipatória sobre a política patrimonial no Brasil. Esperamos, com essa proposta, realizar um exercício que contribua para uma reflexão acerca de uma concepção e gestão mais integradora e inclusiva dos patrimônios culturais.

Em 2004, o IPHAN publica um ato administrativo institucional (portaria 299/2004), a fim de orientar a formulação, implementação, acompanhamento e avaliação do Plano de Preservação de Sítios Históricos Urbanos. Tal instrumento partia do pressuposto de estabelecer a construção de um processo participativo entre sujeitos públicos e privados para a preservação de sítios urbanos tombados como patrimônio cultural do Brasil. Tal instrumento, ainda em vigor, não foi, contudo, implementado. Anos mais tarde, em 2011, o IPHAN publica o "Método para a Coleta e Sistematização de Informação, Monitoramento de Gestão e Avaliação de Resultados da Política de Salvaguarda de Bens Registrados" [como patrimônio cultural imaterial do Brasil], no qual traz a orientação de que os instrumentos de avaliação sejam desenvolvidos sob a perspectiva dos segmentos sociais e tendo em vista a especificidade de cada situação, contendo, ainda, algumas orientações básicas para subsidiar uma avaliação mais ampla e o aperfeiçoamento da política pública sobre os patrimônios culturais. Prevista e apresentada como fundamental no referido Método, uma avaliação participativa das ações de salvaguarda não foi, contudo, desenvolvida. Neste sentido e quanto projeto epistêmico e metodológico emancipatório, buscamos aproximar aquelas iniciativas institucionais na gestão dos patrimônios culturais no Brasil das estratégias colaborativas de um projeto decolonial. Pensadas como um conjunto de práticas multidisciplinares e compromissos intelectuais e éticos entre investigadoras/es profissionais e uma comunidade ou grupo intencionalmente criado para esta finalidade (LEYVA & SPEED, 2008; DOMINGUEZ, 2012), as reflexões acerca da pesquisa-ação e da pesquisa de co-labor encontram nas concepções atuais sobre os patrimônios culturais no Brasil e sua gestão lugar promissor para desenvolverem-se.

Uma das bases da pesquisa-ação participativa é a proposta de que investigadora/es profissionais e comunidade identifiquem conjuntamente os problemas a resolver, deliberem ações a respeito e avaliem autonomamente o processo. Por sua vez, segundo Xochitl Leyva e Shannon Speed, sua experiência sobre a investigação de co-labor consistiu na realização de um trabalho conjunto e contínuo, desde a apresentação do projeto até a busca de estratégias específicas de trabalho, mantendo-se a pesquisa sempre aberta e em constante construção e transformação coletiva e colaborativa. É neste sentido que as autoras referem-se a estas experiências mais como "estratégias colaborativas" que um corpus metodológico acabado (2008, p. 52). A noção de referência cultural, central à concepção de patrimônio cultural vigente no Brasil hoje, aparece como uma forma de orientar a gestão patrimonial, deslocando o foco dos bens *em si* para a *dinâmica* social de atribuição de valores, o que significaria buscar formas de se aproximar do ponto de vista daqueles que vivenciam diretamente as práticas culturais patrimonializadas, o que significa trazer à arena novos sujeitos e suas perspectivas como especialmente relevantes nas negociações de limites e chancelas na gestão sobre o patrimônio cultural. (FON-

SECA, 2003). Na prática cotidiana, porem, evidencia-se a colonialidade e subalternidade com que não raro são inseridos novos sujeitos e objetos na política patrimonial, reverberando nas limitações à implementação mais eficaz das diretrizes que dizem respeito a uma política participativa e gestão colaborativa na salvaguarda dos patrimônios culturais. Pela própria lógica da colonialidade, reformas constitucionais e institucionais que incluam referências culturais mais amplas, buscando reconhecer patrimônios culturais representativos dos mais diversos segmentos formadores da sociedade brasileira, não necessariamente levarão à conquista e/ou consolidação de outros direitos e a uma mais profunda e substancial mudança na estrutura hegemónica sem que reflitamos sobre as relações intersubjetivas de dominação e subalternidade nas quais estamos imersos.

Um caso concreto temos observado em relação à salvaguarda de um patrimônio cultural imaterial do Brasil. A Viola-de-cocho é definida pelo IPHAN como um instrumento musical de forma e sonoridade sui generis produzido na região da bacia do Rio Paraguai nos estados brasileiros de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, destacando-se como um instrumento fundamental em gêneros musicais e manifestações culturais ligadas à religiosidade e à ludicidade de parte da população do centro-oeste brasileiro (IPHAN, 2008). Diferentemente de outros instrumentos musicais de uso popular, confeccionados tanto por artesãos tradicionais quanto em escala industrial, a viola-de-cocho é produto exclusivamente artesanal, confeccionada com matérias-primas extraídas da fauna e da flora do pantanal mato-grossense, maior planície inundável, tendo seu modo de fazer sido inscrito no Livro dos Saberes como Patrimônio Cultural do Brasil em 2005.

Nas reuniões realizadas para a elaboração de ações de salvaguarda do modo de fazer a Viola-de-Cocho, no estado brasileiro de Mato Grosso do Sul, nos primeiros meses de 2012, estiveram envolvidos representantes de organizações culturais não governamentais, representantes da fundação de cultura municipal e detentores do bem cultural. Foram relatadas pelos presentes as dificuldades em torno do processo de salvaguarda na região, notadamente após o falecimento de uma gestora local, apontada como figura mobilizadora e que centralizava as ações em torno daquele bem cultural. À primeira vista pareceu-nos que os participantes das reuniões estavam em uma relativa suspensão, como que à espera de uma nova figura aglutinadora e mobilizadora das ações. A partir daí, diversas reuniões foram pensadas especificamente na valorização de ações realizadas pelos detentores autonomamente em suas realidades e na distribuição de responsabilidades entre os gestores culturais. Esperava-se que ao longo daquele processo se fosse construindo e consolidando o empoderamento, a gestão autônoma e participativa, a sustentabilidade das ações de Salvaguarda e a consequente e crescente vitalidade e continuidade das manifestações culturais que compõem o universo da Viola-de-Cocho, pondo em contato e buscando dinamizar o aparato técnico-burocrático e a relação entre os detentores, reavivando memórias e dando andamento a parcerias diversas. Como saldo observaram-se, ao longo daquele ano de 2012, novas adesões e um princípio de organização promissor, crescente e constante, ainda que lento.

Porem era sempre flagrante o desconforto por parte dos detentores, quando nas reuniões era mencionada constituição de um Comitê Gestor. Isso poque os grupos que vivenciam as manifestações culturais relacionadas à viola-de-cocho seguem se reunindo especificamente para apresentações e celebrações religiosas, mantendo a espontaneidade e ausência de uma organização formal como característica. Neste sentido, a participação nas reuniões e deliberações aparecia com o caráter espontâneo, desinstitucionalizado e pontual com o qual se reuniam os detentores para a realização de suas práticas culturais. À parte as dificuldades institucionais em lidar com pessoas físicas, a sequência das ações evidenciaram a colonialidade e a sutileza de seus mecanismos. Segundo o Dossiê de Registro do Modo de Fazer a Viola-de-Cocho como Patrimônio Cultural do Brasil, publicado pelo IPHAN,

> observa-se que a preservação desse bem está diretamente relacionada à transmissão permanente da tradição musical: ao *estímulo às novas gerações de apreender e apreciar musicalidades diversas e alternativas àquelas veiculadas pela indústria do entretenimento*." (IPHAN, 2009: 83). (grifo meu)

Não obstante estas recomendações, são recorrentes as iniciativas de aproximação daquele instrumento às composições eruditas ou a músicas associadas às veiculadas pela indústria do entretenimento, desprivilegiando as práticas dos que vivenciam a manifestação cultural e contrariando uma recomendação central à salvaguarda, citada acima. Apesar da política patrimonial vigente orientar a busca pela perspectiva dos diversos segmentos

sociais componentes da sociedade brasileira, as ações de salvaguarda não têm privilegiado as referências culturais identificadas, apesar das manifestações de diversos detentores do bem cultural sobre a musicalidade e sonoridade associadas à viola-de-cocho. Diversos quadros da administração pública, nas diferentes esferas do Estado, ainda se mostram insensíveis no que diz respeito às questões relacionadas ao patrimônio cultural dos subalternos. Por outro lado, tanto as instituições quanto seus quadros são relativamente neófitos no que se refere às recentes diretrizes e procedimentos em relação ao patrimônio cultural, notadamente no que diz respeito à participação social. Neste sentido, tem parecido mais delicada a mobilização dos agentes do Estado do que uma mobilização social em torno da salvaguarda dos bens culturais de natureza imaterial.

Nas primeiras páginas desta comunicação, afirmamos que à seleção de bens a serem patrimonializados subjazem discursos construídos em torno da memória e da identidade e que a partir deles podemos refletir sobre as relações de poder ao longo do tempo e o processo de construção e preservação de marcos simbólicos destas relações. Tal questão não nos parece apenas cognitiva ou discursiva, senão que epistemológica e política, dizendo respeito à legitimidade atribuída aos diferentes discursos sobre os bens culturais e às diferentes formas de "geri-lo", inclusive (ou sobretudo) as não institucionais, o que significa uma relação política de submissão de sabres, memórias, práticas e seus sujeitos. Uma colonialidade que se expressa concretamente nas dificuldades encontradas para o estabelecimento de uma política participativa na gestão da salvaguarda dos patrimônios culturais no Brasil.

Considerações Finais

Este artigo, longe de uma tentativa de solucionar questões, buscou desconstruir algumas concepções comuns concernentes ao patrimônio cultural e a práticas institucionais de preservação no Brasil, argumentando que todo conhecimento é situado e parte de uma perspectiva de gênero, classe, posição social e ideologia política, consonantes, pois, com os/as autores/as do pensamento decolonial que nos servem de referência.

A preservação patrimonial no Brasil nasce em contexto autoritário e aparece como estratégia estética de construção de sentido e identidade, prática à qual subjaz um padrão estético eurodescendente e uma colonialidade do poder e do saber que redundará, ao longo das décadas, em ocultamentos de memórias e seus sujeitos, situação que se expressa concretamente nas dificuldades encontradas no que diz respeito ao estabelecimento de uma política participativa na gestão dos patrimônios culturais no Brasil de hoje. Neste sentido, para que uma mudança paradigmática e epistemológica seja possível, há que buscar inicialmente uma mudança de linguagem que rompa com a herança colonial das Ciências Humanas e que ultrapasse os limites geopolíticos e ideológicos do passado. Como vimos, ainda que existam os espaços institucionais e legislativos, há que se desconstruir os padrões das relações intersubjetivas.

> El punto aquí es poner la diferencia colonial en el centro del proceso de la producción de conocimientos (Mignolo, 2000). La 'otredad epistémica' de la que hablamos no debe ser entendida como una exterioridad absoluta que irrumpe, sino como aquella que se ubica en la intersección de lo tradicional y lo moderno. […] Nos referimos a una resistencia semiótica capaz de resignificar las formas hegemónicas de conocimiento desde el punto de vista de la racionalidad posteurocéntrica de las subjetividades subalternas. (CASTRO-GÓMEZ y GROSFOGUEL, 2007, p 20-21).

Para esta resistência e ressignificação semióticas, Catherine Wlash propõe que busquemos pedagogias que perpassem duas vertentes fundamentais. Primero que permitam um pensar a partir da condição ontológica e existencial racializada dos colonizados, buscando compreensões próprias da colonialidade em suas múltiplas dimensões. Em segundo lugar, pedagogias que sejam construídas em relação a outros setores da população, o que significaria levar à visibilização e ressemantização de manifestações culturais até então ocultadas ou subalternizadas. Em termos de gestão patrimonial, tal perspectiva proporcionaria um crescente envolvimento entre diversos setores da sociedade, num processo e exercício de criação e transformação de um projeto político, social, epistêmico e ético novo. (WALSH, 2009).

Acreditamos que o momento é especialmente frutífero para incursões de abordagens heterodoxas e novos conceitos fundamentais não apenas para a aproximação com os saberes, celebrações ou formas de expressão que são referências para os diversos grupos que compõem a sociedade brasileira, mas também para a experimentação de formas de organização e gestão mais participativas.

Ficamos, por fim, com a provocação expressa no título desta comunicação: repensar o patrimônio em outros moldes, de forma que ele não reproduza ou sustente privilégios de classe, raça, gênero e que possa sublevar suas bases coloniais e patrimonialistas. Que não seja *patrimonium*, que não seja herança, que não seja patriarcal. Que sirva para democratizar a cultura, promover a diversidade, combater hegemonias. Que seja também um meio de aproximar e forjar alianças entre grupos sociais distintos, em vez de ferramenta de segregação e expressão de hegemonia. Que seja, portanto, *matrimônio cultural*.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, C. (1971), "Dona Judith", *Jornal do Brasil*, 01/05/1971.

AVELAR, L. (2001), *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP.

BALLESTEROS**,** Elsa Flores. (2003). *Lo nacional, lo local, lo regional en el Arte Latinoamericano: de la modernidad a la globalización y la antiglobalización*. Huellas, Busqueda em Artes y Diseño. Mendoza, Argentina, número 3, pp. 31-44.

BALLESTRIN, Luciana. (2013). América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, pp. 89-117.

BORDA, Orlando Fals. (2009). *Una sociología sentipensante para América Latina.* Bogotá, Colombia, CLACSO/Siglo del Hombre Editores.

BOMENY, H. (1999), "Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo". In PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

CAPANEMA, G. (1937), Conferência proferida por ocasião do centenário do Colégio Pedro II, 2 de dezembro de 1937. Série PI, apud SCHWARTZMAN, 2000: 123.

CARSALADE, F. (2012), *A ética das intervenções*. Palestra ministrada na Oficina do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN. Petrópolis, RJ. Dezembro de 2012.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago y GROSFOGUEL, Ramón. (2007). "Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico". En: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (compiladores). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, pp. 9-23.

CHAUÍ, M. (2001), *Brasil. Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

COX, R. W. (1981). "Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory". *Millennium: Journal of International Studies* 10(2): 126-55.

DELLA PORTA, D. & DIANI, M. (2000), *Social Movements*: An Introduction. UK. Blackwell Publishers.

DOMINGUEZ, M. (2012), "Nuestra experiencia en la investigación descolonizada activista de co-labor: la forma de proceder en lo concreto". Comunicação apresentada no Seminario (Virtual) Internacional Creación de Prácticas de Conocimiento desde el Género, los Movimientos y las Redes, 3 de abril de 2012.

FONSECA, M.C. (2003), "Referências culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio". In: *O Registro do Patrimônio Imaterial:* Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

_____. (1996), "Da Modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24.

FUNARI, P.P. & PELEGRINI, S. (2009), *Patrimônio histórico e cultural:* Passo a Passo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

GEERTZ, Clifford. (1997) *O Saber Local. Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa*. Petrópolis, RJ. Vozes.

GROSFOGUEL, Ramón y MIGNOLO, Walter. (2008). *Intervenciones Descoloniales: una breve introducción.* Tabula Rasa. Bogotá, Colombia, n. 9, pp. 29-37.

HARAWAY, D. (1995), "Saeres Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial" *Cadernos Pagu* (5), pp. 07-41.

HARDING, S. (1987), *Feminism and Methodology*. Bloomington/ Indianapolis: Indiana University Press.

HOLANDA, S. (2006), *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (2007). *Patrimônio*: práticas e reflexões. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC.

_____. (2008). *Modo de Fazer Viola-de-Cocho*. Brasília: IPHAN/DPI.

LANDER, E. (2005), "A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais". *Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autônoma de Buenos Aires, Argentina.

LEYVA, X.; SPEED, S. (2008), "Hacia la investigación descolonizada: nuestra experiencia de co-labor". In LEYVA X., BURGUETE A., SPEED, S. (eds.), *Gobernar (en) la diversidad: experiencias indígenas desde América Latina. Hacia la investigación de colabor*. México D.F., CIESAS, FLACSO Ecuador y FLACSO Guatemala.

MACHADO, L. (1994), *Campo intelectual e feminismo: Alteridade e subjetividade nos Estudos de gênero*. Brasília, Série Antropologia.

MASSON, S. (2010), "Transformación de la investigación desde las prácticas feministas poscoloniales. De vuelta a mi experiencia etnográfica y activista con Tzome Ixuk". In: LEYVA, X. et al. (eds.), *Conocimientos y prácticas políticas: reflexiones desde nuestras prácticas de conocimiento situado*. CIESAS, Unicach, Programa Democratización y Transformación Global-UNMSM, México, D.F.

MIGNOLO, Walter D. (2007). "El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura un manifiesto". En: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (compiladores). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, p. 25-46.

_____. (2008) *La opción descolonial*. Letral – Revista Eletronica de Estudios Transatlaticos de Literatura. Universidad de Granada. Espanha. Número 1, pp. 4-22. Disponível em: http://www.proyectoletral.es/revista/index.php?id_num=2

_____. (2010), *Desobediencia epistémica, Pensamiento independiente y Libertad de-colonial*. CIDECI Las Casas A.C. y UNITIERRA Chiapas, San Cristóbal de Las Casas.

MOHANTY, C.T. (2008), "Bajo los ojos de Occidente Academia Feminista y discurso colonial". In: NAVAZ, L. & HERNÁNDEZ, R. (eds.). *Descolonizar el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes.* Ediciones Cátedra, España, Madrid.

MORENO, C. (2013), *O prazer das palavras*: volume 3. Porto Alegre: L&PM.

MOTTA, L. & SILVA, M.B. (1998) (eds.), *Inventários de identificação*. Rio da Janeiro: Iphan.

MOUFFE, C. (2000), *The Democratic Paradox*. London, New York. Verso.

OLIVEIRA, A.F. (2008), "O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil". *Cadernos do CEOM,* Chapecó, v. 21, n. 29.

PALERMO, Zulma. (2008). *Conocimiento "otro" y conocimiento del otro en américa latina.* Revista Estudios digital nº 1. Disponível em:

PATEMAN, C. (1988). *The Sexual Contract*. Stanford: Stanford University Press.

PHILLIPS, A. (2001). "De uma Política de Idéias a uma Política de Presença?". *Estudos Feministas*, vol. 9, nº 1, pp. 268-290. Disponível em:

http://www.revistaestudios.unc.edu.ar/articulos/articulos/palermo.php

RANGEL, P. & AMARAL, J. (2014); "Reflexões críticas sobre o campo patrimonial a partir de uma perspectiva feminista e decolonial". Trabalho apresentado no II CONGRESO DE ESTUDIOS POSCOLONIALES y III JORNADAS DE FEMINISMO POSCOLONIAL – Buenos Aires, 9, 10 y 11 de Diciembre, 2014.

SANDOVAL, P. (2009), *Repensando la subalternidad. Miradas críticas desde/sobre América Latina*. Lima, IEP; SEPHIS.

SANTOS, B. (2008), *Conocer desde el Sur. Para una cultura política emancipatória.* Editorial Universidad Bolivariana, Santiago.

_____. (2002), *A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência*. São Paulo, Cortez.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H.M., COSTA, V.M. (2000), *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: FGV.

SCOTT, J. (1990), "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação e realidade,* Porto Alegre, v. 16, n. 2, pp. 5-22.

SILVEIRA, D. (2006). "Patrimonialismo e a formação do Estado brasileiro: uma releitura do pensamento de Sergio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Oliveira Vianna". Disponível em:

http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/view/25998/25561.

SOUZA, J. (2006). *A construção da Subcidadania: Para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

THOMPSON, A. (ed.) (2009). *Entrevista com Judith Martins*. Série Memórias do Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc.

VOGT, P.O. (2008). "Patrimônio cultural: um conceito em construção". *MÉTIS: história & cultura* – v. 7, n. 13, pp. 13-31.

WALSH, Catherine. (2009). "Interculturalidad Crítica Y Pedagogía De-Colonial: Apuestas (Des) De El In-Surgir, Re-Existir Y Re-Vivir". Em: Vera Candau (Org.), *Educação Intercultural hoje em América latina: concepções, tensões e propostas.* Rio de Janeiro, Editora 7 Letras, PUC-Rio de Janeiro, pp. 12-42.

_____. (2007). *¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales*. Nómadas, n. 26, Universidad Central, Colombia, pp. 102-113.

YOUNG, I.M. (1990). *Justice and the politics of difference*. Princeton University Press.

Documentos oficiais

BRASIL. Decreto nº 6.177, de 1º de agosto de 2007. Promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005.

BRASIL. Decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que Constituem Patrimônio Cultural Brasileiro. Cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Ata da 12ª sessão ordinária do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2fls. 31/07/1946 Disponível em http://portal.iphan.gov.br, [consultado em 01-07-2014].

UNESCO. Convenção Para Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Paris, 2005.

_____. Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore. Paris, 1989.

Trançando Idéias – Práticas Pedagógicas na Diáspora Africana A Estética nas Práticas Pedagógicas e a Circulação de Ideias na Diáspora Africana.

Neli Gomes da Rocha[1]

William Barbosa[2]

Resumo: Pretende-se aqui apresentar experiências pedagógicas em espaços educacionais brasileiros visando a implementação da lei 10.639/03, as estéticas negras como "fio condutor" do debate. O projeto TRANÇANDO IDEIAS - Oficina de Tranças (2005/2008) e posteriormente ORI – OFICINA DE TRANÇA - Entre o Estético e o Político (2009/2014), surge da inquietação diante das constantes práticas estigmatizadoras que ainda são realidade no ensino brasileiro no que tange aos traços físicos de educandos e educadores. As oficinas buscam, a partir de diversos formatos e níveis de aprofundamento reflexivo, debater sobre os significados do cabelo crespo no imaginário social, seus modos de ver e de serem vistos, a partir da perspectiva da produção e circulação de ideias no contexto da diáspora negra. O Ori (cabeça humana como sede do conhecimento e do espírito) enquanto condutor de simbologias e linguagens desde a transmissão oral, o saber escrito e o imagético na interdependência com diversas configurações sociais.

Palavras-chave: experiências pedagógicas, estética negra, auto-estima, estigma, lei 10.639/03.

INTRODUÇÃO

A oficina ORI – OFICINA DE TRANÇA foi elaborada visando instigar a discussão entre as temáticas - relações raciais, gênero, estética, auto-estima – buscando provocar subsídios para pensar possibilidades na construção de uma identidade afro-descendente, atuando pedagogicamente a partir da alteração do Art. 26ª da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei n.° 10.639/03) que insere no currículo de todo o sistema educacional Brasileiro, particular e público, o ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira em todos os níveis e modalidades de ensino.

Busca-se, através a oficina, problematizar com os participantes, como ocorre a construção de uma identidade negra e o seu papel na auto-estima da população brasileira, através da estética por meio da arte capilar. As tranças como expressão da cultura africana e afro-brasileira, parte de nossa memória coletiva[3] na diáspora africana. Objetiva-se a valorização da história, cultura e estética negra, africana e afro-brasileira, perpassando a história oficial, a diáspora africana e as estórias dos indivíduos participantes da oficina, buscando contextu-

---

1 Graduada em Ciências Sociais pela UFPR (primeira turma de cotistas raciais); Mestre em Sociologia pela UFPR; Doutorado Pós-graduação em Sociologia UFPR, linha de Produção e Circulação de Ideias. Atua como professora na área de Pensamento Social Brasileiro e das Relações Raciais no Brasil. Integra o Núcleo de Estudos Afro brasileiros da UFPR na área de Estética Negra, Mídia e Memória. Produtora Cultural – SANKOFA produções. Contato: neligr@ufpr.br. Nascida em Teresina, Piauí/BRASIL, filha de comerciante/quitandeiro e dona de casa. Em 2000 passou a morar em Curitiba-Pr-Brasil. Realizou a vida escolar e acadêmica em instituições públicas brasileiras. Atualmente bolsista CAPES. Mãe de José Abdias, 4 anos.

2 Ativista do Movimento Negro desde 1986; Graduando de Pedagogia da UFPR; Integra o Núcleo de Estudos Afro brasileiros NEAB/UFPR; Formador do Projeto A Cor da Cultura; Produtor Cultural – SANKOFA produções. Contato: wbarbosa@gmail.com. Nascido no Rio de Janeiro filhos de pais quilombolas e se dedica a educação contra o racismo desde os anos 80 já tendo atuado em 20 dos 26 estados brasileiros.

3 Mémória coletiva segundo HALBWACHS, 1990.

alizar as informações e formações dos participantes no que tange a diversidade político-ideológica, cultural, estética e suas implicações sociais. No convidar as pessoas para o embelezamento dos cabelos, a partir dos trançados, informa-se qual a contribuição dos africanos para o desenvolvimento do mundo moderno e qual o lugar do afro descendente em toda essa engrenagem social brasileira ainda hoje. Desde quando chegam ao Brasil negros africanos escravizados? Como eram suas culturas? Como se comunicavam ou comercializavam? Como transmitiam às novas gerações informações? Quais as maneiras de cuidar do corpo e do espírito? Como elas podem ser identificadas nas entranhas sociais? O que nos chega até hoje?

TRANÇANDO IDÉIAS – Memórias de uma oficina

No início do ano de 2005 surge no Rio de Janeiro, a partir de uma experiência com um grupo de trançadeiras na ONG ESTIMATIVA a ideia de realizar em espaços diversos, oficinas de tranças (para homens e mulheres) e, com isso, debater sobre a relação com o cabelo crespo. Nascia o "Trançando Idéias" e, naquele momento, o intuito era, através do trançado do cabelo, proporcionar aos participantes da oficina, a experiência, a apreensão real do manejo com a estrutura capilar e visava experimentar o uso do trançado, seja qual fosse o formato dos fios, mas não só.

Para o primeiro encontro, realizado no SESC de Madureira/RJ, foi mobilizado, em toda a cidade do Rio de Janeiro, trançeiros e trançeiras, e também, o público em geral. O evento foi estruturado em duas partes uma conceitual e uma prática. A parte conceitual utilizou referenciais baseados nos aprendizados teóricos do curso realizado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros - IPEAFRO[4] no início dos anos 80. Em sua abordagem, o curso, trouxe, a partir da perspectiva do Pan-africanismo[5], o contexto sócio-histórico e filosófico que insere os afros descententes da diáspora e os africanos no cento da construção da humanidade. Além disso, a oficina visa colaborar com os conteúdos didático-pedagógicos no que se refere ao resgate da história e cultura africana e afro-brasileira a partir da alteração da Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira, lei 10639/03, tendo como fio condutor a cabeça (ori em yorubá). A parte prática ficou a cargo de trançeiros e trançeiras com seus respectivos modelos. Cada tranceira/modelo permitia a seis participantes por vez a troca de experiências, informações sobre os trançados, histórias dos antigos e assuntos outros. A recepção do público foi surpreendente e a partir disso foi possível catalogar pessoas que possuíam o conhecimento de trançar, em geral mulheres, espalhadas pelas periferias da região do Rio de Janeiro, de outras cidades e estados.

Em 2007, o projeto "Trançando Idéias" chega ao Paraná através de um convite do Núcleo de Estudos Afro Brasileiros da Universidade Federal do Paraná – NEAB/UFPR[6], e em parceria para ser uma atividade de extensão universitária. Neste momento, a oficina adquire visibilidade midiática na capital do Paraná e atinge públicos

---

4 O Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros, no Rio de Janeiro, atua na recuperação da história e dos valores culturais negros, no sentido de assegurar o respeito à identidade, integridade e dignidade étnica e humana da população afro-brasileira. Trabalha com fóruns, cursos, pesquisas, exposições, publicações, memória e patrimônio.

5 "Doutrina nascida no EUA no final do século XIX exprimindo reivindicações dos negros norte americanos e caribenhos, tinha foco o continente africano entendido como a pátria de que a escravidão os privou [...] Discutindo e propondo estratégias no âmbito dos direitos humanos, da questão feminina, da juventude, dos idosos e da população negra em geral", segundo a Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana, autoria Nei Lopes, 2004, p. 511-512.

6 A partir da iniciativa de estudantes cotistas raciais da UFPR, com o apoio, do então, coordenador do NEAB, professor Paulo Vinicíus B. da Silva, a parceria com a ONG ESTIMATIVA, APP sindicatos e outros profissionais da educação possibilitou a viabilidade do "Trançando Ideias em Curitiba", o encontro entre: trançeiras, do Rio de Janeiro e Paraná , e educandos do Paraná. A oficina ficou sob responsabilidade de Neli Gomes da Rocha NEAB/UFPR, então graduanda, e Jana Guinond – ONG ESTIMATIVA. O mesmo formato do rio de janeiro foi utilizado: 1. a parte conceitual, William Barbosa, realizada na UFPR com 70 inscritos; 2. a parte prática, em escolas públicas de Curitiba, com as trançadeiras, Margarida e Cláudia Vitalino, William Barbosa, Neli Gomes da Rocha e Jana Guinond totalizando a participação 10 pessoas na logística da atividade, estudantes universitários e secundaristas; e cerca de 300 educandos do ensino fundamental e médio como modelos à serem trançados.

diversos: cabeleireiras convencionais; trançadeiras de Curitiba e região metropolitana; jovens quilombolas do Paraná; educadores da rede pública e privada; educandos de escolas públicas; estudantes universitários cotistas raciais ou não. A proposta permitiu o diálogo entre o saber escrito e o saber oral, memórias de práticas de traçados muitas vezes reservado ao âmbito privado e com pouca visibilidade, enquanto área de conhecimento complexo, assim como, parca possibilidade de fonte de renda especializada - *artesã capilar*. O encontro possibilitou diversos contatos e impressões conforme nos contou a trançadeira profissional Débora Caroline Pereira[7] compartilhando seus conhecimentos com outras jovens trançeiras do Paraná, entre o saber escrito e o saber oral transmitido pelas tranças:

> Quando comecei a fazer tranças, eu só sabia trançar reto, fios soltos, toda vez que eu queria aprender uma trança nova com desenho eu observava uma trançeira mais experiente. No papel ia criando aquela trança até conseguir fazê-la na cabeça do manequim. A cada tentativa no inicio e não saia perfeita, mas eu partia até conseguir reproduzir o desenho com tranças. (Débora, curitibana, trançadeira)

O interesse do público na temática surpreendeu todos os envolvidos na organização da oficina durante aqueles 4 dias de intensa atividades prático-teórico. Ao final, a conclusão primeira, tratava-se de uma demanda real, o interesse em aprender sobre a técnica e para além dela, percebê-la e problematizá-la enquanto prática pedagógica nos vários níveis de ensino. Muitos foram os desdobramentos daquele encontro.

Em 2008, a convite do Núcleo da Diversidade da Secretaria de Estado de Educação do Paraná - SEED-PR, a oficina foi ministrada no Encontro de Educadores Negros e Negras do Paraná que reuniu 600 professores durante uma semana para o estudo e experiências didático-pedagógicas para a implementação da lei 10639/03. Com isso inicia-se também a participação em cursos de formação de professores da rede pública do estado e nos Fóruns de Educação para a Diversidade do estado; Seminários organizados pelos Movimentos Social Negro, organizado no Estado a exemplo da ONG Rede de Mulheres Negras (2009/2011); Associação dos Profissionais da Educação – APP; oficinas solicitadas por professores da educação desde a infantil, o fundamental, o médio e o EJA; Eventos realizados pela UFPR entre 2007 e 2014, (com a colaboração logística do NEAB/UFPR).

Percebendo a lacuna na produção de conhecimento que articule práticas pedagógicas, estética, auto-estima, identidade e a lei 10639/03, a atividade acaba por adquirir ao longo do tempo maior complexidade. Surgem outras demandas a serem desenvolvidas, outras perspectivas da estética negra, indo além dos trançados e adentrando ao debate sobre os valores sociais agregados às técnicas de manejo com os crespos, assim como envolvendo diferentes interesses e profissionais tendo como elo de ligação entre eles o "fio condutor" do cabelo crespo.

ORI – OFICINA DE TRANÇA. Entre o Estético e o Político – Lutas e Marcos Legais

A participação da oficina no encontro de formação de professores no Paraná implicou em um repensar dos referenciais teóricos e um reordenamento a estrutura da oficina a fim de agregar o artigo 26ª da LDB (modificado pela lei 10639/03 e posteriormente pela lei 11645/08), e a resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE/CP01/2004 que aprovou as diretrizes curriculares para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro brasileira e africana e o parecer CNE/CP03/2004, bem como o que aponta o Plano Nacional de implementação da diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro brasileira e africana, resultado dos seis encontros denominados Diálogos Regionais sobre a implementação da lei em 2009.

---

7 Jovem negra curitibana, filha de pai negro e mãe branca, aprendeu sozinha diversos modelos de trançados e em pouco tempo se profissionaliza, faz capacitações técnicas e especializa-se em traças e apliques. Em 2009, abre sua pequena empresa, seu espaço e permanece contribuindo dentro e fora de seu estabelecimento com a valorização das tranças para na diáspora africana.

Segundo pesquisas diversas, NASCIMENTO & NASCIMENTO (2000), MEDEIROS (2005), SILVA (2008), CARDOSO (2008), o tema da educação para os afro descendentes, aparece primeiramente colocado explicitamente entre as reivindicações apresentadas no Manifesto à Nação Brasileira, resultado da Convenção Nacional do Negro Brasileiro (1945 – São Paulo; 1946 – Rio de Janeiro), articulada e organizada pelo Teatro Experimental do Negro – TEN de Abdias Nascimento e com reivindicações publicadas no jornal O Quilombo, que diz:

> Enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos brasileiros negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares (QUILOMBO, 1948, p.3).

No período entre as décadas de 1940 e 70 é observada uma hegemonia nos discursos das ideias de que esse país seria uma democracia racial, segundo pesquisas de MEDEIROS (2005); SILVA (2008); CARDOSO (2008), podendo-se supor a influência de autores clássicos da sociologia brasileira e seus escritos das décadas anteriores (10, 20, 30) que, aliada aos períodos de autoritarismo político no qual passamos, embargou "as possibilidades de crescimento e amadurecimento político das organizações do movimento negro brasileiro do séc. XX "(CARDOSO, 2008, p.57).

Nos fim dos anos 70 ocorrem no Brasil possibilidades de mudanças dentro do regime que vigorava no então Estado Brasileiro e, com isso, as questões de desigualdades raciais tomam novo impulso, como nos fala SILVA (2008) que a partir da 'inclusão de quesito sobre raça na PNAD de 1976 há a retomada das "pesquisas e a reorganização dos movimentos negros". Balizados por estudos internacionais e por toda uma bibliografia que se encontra presente na historiografia desde Joaquim Nabuco, ativistas e pesquisadores iniciaram um grande trabalho no intuito de dar visibilidade a contribuição dos africanos a história da humanidade e a história do Brasil, mas que ainda aqui, nas elites, percebia-se uma ideia no que tange a matriz africana, mais precisamente nos dizeres do Prof. Amadou - Mahtar M'Bow, Diretor Geral da UNESCO entre os anos de 1974 a 1987:

> Durante muito tempo, mitos e preconceitos de toda espécie esconderam do mundo a real história da África. As sociedades africanas passavam por sociedades que não podiam ter história. Apesar de importantes trabalhos efetuados desde as primeiras décadas do século XX por pioneiros como Leo Frobenius, Maurice Delafosse e Arturo Labriola, um grande número de especialistas não africanos, ligados a certos postulados, sustentavam que essas sociedades não podiam ser objeto de um estudo científico, notadamente por falta de fontes e documentos escritos. (M'BROW, Coleção História da África prefácio, 2010)

Segundo CARDOSO (2008), nesse período nasce em maio de 1978 na cidade de São Paulo, o MUCDR – Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, mais tarde MNU – Movimento Negro Unificado, e com ele os protestos negros, movimentos de rua, de mobilização, de agitação política, experiências educacionais que vão movimentar a sociedade em relação ao tema até o início dos anos 90. É nesse período que, segundo SILVA (2008) ganha "vigor" o conceito de 'mito da democracia racial' formulado pelo sociólogo Florestan Fernandes em 1964.

Para SILVA (2008), nesse período se observa uma "multiplicação de organizações, formas de atuação e reivindicações dos movimentos negros, ao mesmo tempo em que as pesquisas sobre relações raciais avançaram quantitativa e qualitativamente", sendo esses esforços somados e direcionados "para a crítica ao mito da democracia racial", onde diversas pesquisas e estudos (por exemplo, PINTO (1981); ROSEMBERG (1985); GONÇALVES (1985)) "apontaram as acentuadas desigualdades entre negros e brancos no Brasil".

Desse período até as pré-conferências temáticas para a II Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Xenofobia e Intolerância Correlata ocorrida em Durban em 2001, poucos avanços ocorreram. A preparação para essa conferência da participação brasileira provocou uma mobilização nacional. Um comitê foi elaborado e, em seu relatório, dentre as propostas anotadas relata: a "produção de material didático-pedagógico dirigido especialmente para a educação infantil; a produção de material didático-pedagógico relativo

à história, à cultura e à tradição negras, incluindo-os nos currículos escolares fundamental, médio e superior" (BRASIL, 2001).
Segundo Cavalleiro, nesse período:

> O horizonte que se abriu foi o da construção e da implementação do plano de ação do estado brasileiro para operacionalizar as resoluções pós-Durban, em especial as voltadas para a educação, quais sejam:
> - Igual acesso à educação para todos na lei e na prática.
> - Adoção e implementação de leis que proíbam a discriminação baseada em raça, cor, descendência, origem nacional ou étnica em todos os níveis de educação, tanto formal quanto informal.
> - Medidas necessárias para eliminar os obstáculos que limitam o acesso de crianças à educação.
> - Recursos para eliminar, onde existam, desigualdades nos rendimentos educacionais para jovens e crianças.
> - Apoio aos esforços que assegurem ambiente escolar seguro, livre da violência e de assedio motivados por racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata.
> - Estabelecimento de programas de assistência financeira desenhados para capacitar todos os estudantes, independentemente de raça, cor, descendência, origem étnica ou nacional a freqüentarem instituições educacionais de ensino superior. (BRASIL, 2006, p.18-19)

Entretanto, somente no início do ano de 2003, para combater a discriminação racial e promover a valorização étnico-racial, o Governo Federal assinou a lei 10639/03 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e inclui "nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira". No entanto, no decorrer dos anos seguintes vê-se certa inoperância diante da implementação da referida lei, sendo ela provocada e articulada por professores sensíveis e-ou militantes do movimento negro como nos conta Cavalleiro:

> Tendo em vista os desdobramentos na educação brasileira, observam-se os esforços de várias frentes do Movimento Negro, em especial os de Mulheres Negras, e o empenho dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e grupos correlatos criados em universidades, que buscam a estruturação de uma política nacional de educação calcada em práticas antidiscriminatórias e anti-racistas. (BRASIL, 2006,p.19)

Diante da alteração no cenário nacional que a lei provocou, foi que nos diversos campos onde a questão étnico-racial não tinha eco, se expandiu. Os avanços dos estudos e das publicações sobre as relações étnico-raciais perpassavam diversas áreas do conhecimento indo desde os trabalhos sobre etnobotânica, química, etnomatemática[8] até os de descolonização do pensamento brasileiro[9]. E assim todo o conteúdo teórico da oficina é redirecionado, de forma afrocentrada, a fim de contribuir com os educadores na interlocução com os educados, frente aos conteúdos programáticos à luz do plano de implementação de 2009 e a disseminação dos valores civilizatórios africanos e afro-brasileiros[10].

---

8 Cf. Renato Nogueira Jr (2010): "o padrão geométrico dos cabelos lanosos (crespos) trançados pode ser objeto de estudo [...] pode significar uma oportunidade para estimular modos de aprendizagem matemática e princípios artísticos"

9 Os estudos de Gilmer (1999), Eglash (2002), Gerdes (2008, 2011) e Gomes (2006) encaminham para novos olhares sobre as práticas de trançar cabelos nas comunidades africanas diaspóricas, como também sobre os cabelos lanosos dos negros colocados nos discursos "oficiais" como inferiores pelos grupos hegemônicos coloniais.

10 Ver detalhes em www.acordacultura.org.br

ORI - OFICINA DE TRANÇA E SEUS CONCEITOS

Desde quando chegam ao Brasil negros africanos escravizados? Como vieram ao Brasil esses? A que grupos pertenciam? Como eram suas culturas? Como se comunicavam? Como comercializavam? Como transmitiam às novas gerações informações? Como todas essas experiências se amalgamaram no Brasil? Como elas podem ser identificadas nas entranhas sociais? O que nos chega até hoje? O que sabemos sobre elas?
Para o ocidente todo o seu início acontece num momento clássico da história datada a partir da contribuição da Grécia e de Roma, consolidada pelo cristianismo, pois somente eles deixaram registros sobre sua história. Mas para os africanos e os da diáspora, faltava um olhar sobre a África, de dentro como o observado por M'BROW:

> Se a *Ilíada* e a *Odisseia* podiam ser devidamente consideradas como fontes essenciais da historia da Grécia antiga, em contrapartida, negava-se todo valor a tradição oral africana, essa memória dos povos que fornece, em suas vidas, a trama de tantos acontecimentos marcantes. Ao escrever a historia de grande parte da África, recorria-se somente a fontes externas a África, oferecendo uma visão não do que poderia ser o percurso dos povos africanos, mas daquilo que se pensava que ele deveria ser. (M'BROW, Coleção História da África prefácio 2010)

Ideias socializadas, reforçadas ou sedimentadas por livros, históricos para uns e sagrados para outros, com a bíblia e o alcorão. São apresentadas perspectivas sobre a prática do ser humano conhecida como escravidão e expõem condutas a serem seguidas pelo amo com seu escravo[11], trechos como "o corpo escravo estava à mercê do amo" e "a alma do escravo não se via afetada pela sua condição de servil" apontam essas praticas de dominação sobre o outro. Trechos de traduções do alcorão e outros textos sagrados como o *Hadiths* (escritos do Islamismo data do séc. VII) são tratados nos estudos de MOORE (2007) que nos traz "a naturalização da escravidão negra encontra sua fonte de legitimação na lenda mulçumana segundo a qual 'Ham', filho de Noé, e ancestral dos negros, foi condenado a ser negro por causa do seu pecado [...] Essa história dá um exemplo interessante dos objetivos e da utilização dos mitos" (MOORE, 2007, p.86) .
Temos ainda no imaginário brasileiro a ideia de que a população com ascendência africana, em especial aqueles que carregam seus traços característicos, o cidadão preto/pardo ainda circunscrito ao imaginário de atávico, de "o outro", o "diferente" e o "distante", mesmo na atualidade "naturalizou-se" a constante associação depreciativa às características de sua aparência, sua estética negra, a exemplo, "cor de burro quando foge", "carapinha", "macaco", "tição", "cabelo duro". Estereótipos socialmente construídos e disseminadores de subalternidade, desumaniza e reifica a oposição ao belo. Para autores como Mariza Corrêa (2001):

> se não foi explicitado em leis discriminatórias, como a segregação racial norte-americana, o racismo enquanto crença foi na superioridade de determinada e na inferioridade de outras, teve larga vigência entre os nossos intelectuais no período final do século passado [século XIX] e no início deste [século XX], sendo o ponto central de suas análises a respeito de nossa definição como povo e nação. (CORRÊA, 2001, p.43)

Entre as elites influentes e "letradas" surgia o dilema sobre o futuro do país enquanto nação, a construção da definição de Brasil e do que é ser brasileiro. Desta feita, a produção de ideias sobre a composição social

---

11 Segundo Moore (2007) "o Alcorão não advoga ou justifica a escravidão em lugar algum, mas o texto certamente admite a escravidão como fato natural da vida [...] texto n.2, seção II, argumenta que a sabedoria divina não era buscar formas de libertação dos escravizados, sendo o ato de libertá-los facultativo à consciência de seu dono ou ao seu temor a Deus." (MOORE, 2007, p.85) de maneira similar acontece com a Bíblia.

e racial brasileira se apresenta em vários contextos como: mídias[12], nos espaços escolares[13], nas seleções de trabalho e emprego[14] (com a ideia de "boa aparência"), nos clubes de entretenimento, de esporte e de diversão. Espaços de sociabilidade e interlocução historicamente imbuídos de valores morais próprios de seu período e, por óbvio, não estão isentos das "verdades cientificas", assim como as situações de distinção social ou de discriminação de marca.

"Cabelo ruim", "Cabelo de Bombril", "Pixaim", "Carapinha", "Cabelo bandido, está preso ou armado" são adjetivos contemporâneos atribuídos aos cabelos crespos, utilizados para depreciar indivíduos em diversos espaços desde o educacional, de embelezamento ou campo de profissional. O sociólogo cubano Carlos Moore nos informa que

> em uma ordem pigmentocrática, são as diferenciações da cor da pele, da textura do cabelo, da forma dos lábios e da configuração do nariz que determinam o status coletivo e individual das pessoas na sociedade. Mudar o fenótipo do segmento subalternizado, sempre no sentido de uma maior concordância com as feições e a cor do seguimento dominante, é um objetivo obsessivamente compulsivo neste tipo de sociedade (MOORE, 2007, p.260)

Para aquele e aquela que traz em seu corpo as marcas de sua ascendência, o indivíduo negro, sua subjetividade estabeleceu-se ao longo do desenvolvimento brasileiro na relação entre aceitação e rejeição de sua ascendência africana expressa pela cor de pele, pelo cabelo ou formato de nariz, característicos dos descendentes de africanos. Sua representação transita entre **a negação de si** (e o ato de adequar-se a normatividade para ser incorporado ao convívio social) à **ideia de resistência** (não subjugação aos padrões estéticos de base eurocêntrica, com valores afrocêntricos).

A nosso ver, os arquétipos agem como reminiscências de visões eurocêntricas, impregnadas de alusão à estética negra coisificada, que influenciam na maneira que se constrói o olhar sobre a alteridade geração a geração. Seja nos centros urbanos ou no meio rural, as pessoas de alguma maneira acessam informações em busca se adequar para atingir algum objetivo, nesse bojo, até mesmo redefinir sua percepção sobre o próprio corpo e cabelo, para acessar o que se deseja: o trabalho, o marido, as amigos da escola, etc. Por isso, as visões reiteradas da literatura, do meio musical, do campo publicitário, do meio escolar e profissional nos informam sobre concepções construídas ao longo do tempo, inculcadas e naturalizadas no imaginário social. Linguagens simbólicas que agem de forma subliminar no cotidiano. O sociólogo Oracy Nogueira, com base em estudos produzidos nos anos 1950, nos diz o autor, "Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem." (NOGUEIRA, 2007, p.292) e os apresenta a perspectiva das relações raciais no Brasil como algo que não raro ocorre a sobreposição de: diferença social/classe e de pertencimento racial, estabelecendo uma relação desproporcional de tratamento entre classe e raça.

---

12 Após os anos 1970 houve um considerável avanço na produção de estudos que analisam dados sobre a representação social brasileira com base em dados censitários. Sobre a Imprensa escrita temos: Roger Bastide, "A Imprensa negra do estado de São Paulo";"História da imprensa no Brasil", Nelson Werneck Sodré; Na TV aberta Brasileira, estudo de Joel Zito de Araújo, "A Negação do Brasil – 30 anos de TV brasileira"; no cinema, "O negro brasileiro e o cinema, de João Carlos Rodrigues"; no rádio, "Cor, Profissão e Mobilidade. O negro e o Rádio de São Paulo", de João Batista B. Pereira; na música, "A cor do sucesso: sete razoes de orgulho para a comunidade negra", de Aroldo Macedo e Oswaldo Faustino".

13 Livros didáticos, "O Racismo no Livro Didático", Paulo V. B. da Silva; no ambiente escola infantil, "Do silêncio do lar ao silencio escolar";

14 O Mercado de Trabalho brasileiro é objeto de análise, trabalhos como o de Oracy Nogueira, anos de 1950; Bento, 2000 e recorrentes estudos e publicações do IPEA expõem as desigualdades persistentes neste campo.

CONCLUSÃO

O contato com uma literatura que contempla a participação e a contribuição dos africanos para a história da humanidade e para a história do Brasil através de autores inseridos no embate das propostas do Pan-Africanismo, de Franz Fanon a Beatriz Nascimento; de Abdias Nascimento a Alice Walker. A participação no curso Sankofa propiciou uma redefinição do olhar e do lugar central no entendimento sobre a questão dos afro descendentes da diáspora e também dos africanos em seu tempo e no aqui e agora.

É perceptível que o entendimento, presente em todas as culturas na história da humanidade, sobre como a cabeça ocupa em todo o corpo humano um lugar de cuidado e de crucial importância física e simbólica. Com isso, é possível propor que ao 'mexer' na cabeça podemos ativar nossa "memória ancestral" e assim, repensar um ser no mundo, diferenciado do qual o ocidente nos legou.

Repensar-mo-nos, em todos os aspectos da vida social a partir de nossas origens negro-africana. Por isso rever a história da contribuição dos afrodescendentes ao mundo somente pode se dar por uma tomada de consciência através da 'cabeça'. A exemplo do sentido que a cabeça adquire para as jovens do grupo Himba da Namíbia que são adornadas para uma cerimônia de entrada na vida adulta, onde seus cabelos são tratados com óleo de palma (azeite de dendê), argila e durante uma semana toda a comunidade se prepara. No ritual, as mais velhas orientam as mais jovens nos segredos; os homens fazem-lhes a corte. Confirmando assim os dizeres proverbiais do povo a Akan: *"Se wo were fi na wosankofa a yenkyi"* que traduzido ficaria "Não é errado voltar atrás pelo o que esqueceste".

Essa consciência sobre a cabeça o 'ori'- não só a cabeça física aquilo me faz a possibilidade de me tornar eu, mas também minha cabeça ancestral aquilo que me conecta aos meus, ao orum, ao ayê e a tudo o que existe entre eles. O *Ori*, enquanto, possibilidade de transmissão do conhecimento ancestral a nós afro descendentes da Diáspora Africana na experiência social brasileira, conforme o pesquisador Nei Lopes na Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana nos informa:

> **ORI** - na tradição dos orixás, denominação da cabeça humana como sede do conhecimento e do espírito. Também, forma de consciência presente em toda a natureza, inclusive animais e plantas, guiada por uma força especifica que é o orixá." (LOPES, 2004, p.498).

Poderíamos, com isso, distinguir as pessoas pelos seus cuidados com o cabelo e com a cabeça? Sua classe social (família tal, grupo tal), sua condição social (solteiro, casado, viúvo), sua função social (sacerdote, guerreiro), assim como aponta pesquisadores da temática:

> Os estudos sobre as esculturas africanas, ao mostrar a evolução histórica dos penteados, revelam-nos todo um percurso de mudança, recriação e extinção deles. Ao estudá-los juntamente com dados históricos, relatos dos viajantes e exploradores, mapas e desenhos, podem os recompor um pouco do contexto cultural e histórico de povos que viveram séculos passados e que nem sempre nos deixaram registro escrito.
>
> Um bom exemplo dessa recomposição é o estudo sobre o penteado em forma de cruz usado pelos luba, desaparecido progressivamente na primeira metade do século XX. O penteado em forma de cruz refletia o status social de certas princesas. Assim, um penteado ritual feito ráfia chamando kibanga identificava as mulheres encarregadas da cozinha real (GOMES, 2006, pp.334-335)
>
> Os diversos povos africanos reproduziam nos seus penteados formas encontradas no seu meio natural [...] Podemos observar que, embora apresentem transformações, os penteados complexos continuam sendo uma forte marca estética do negro na diáspora. (GOMES, 2006, p.344).

Se pensarmos que aos africanos, que escravizados, vieram ao Brasil e trouxeram em sua bagagem interna seus conhecimentos e práticas sociais. Em todos os lugares onde os africanos da diáspora estão presentes no globo, a trança, os dreads, o torço, o turbante e outras tantas manifestações de cuidado com a 'cabeça' através da tradição oral, os fazem co-participar dessa "memória ancestral" independentemente de sua consciência etnicorracial.

> As experiências africanas marcadas na memória dos grupos afro-brasileiros são, extremamente, ricas e complexas. Trançar cabelos pode simbolizar uma homenagem de cunho religioso como está colocado acima ou uma prática social de cunho estético em busca do embelezamento herdado por nossos ancestrais africanos (GOMES 2006).

A relação com o próprio corpo envolve questões de subjetividade e contradições. O tema miscigenação é um deles, em especial aos indivíduos mais claros e mestiços e o histórico de maior mobilidade social. Situação outrora apontada em estudos sociológicos dos anos 1940-1950, e presente como denúncia de ativistas negros, sobre o processo de branqueamento, possibilidade que muitos recorrem para serem aceitos e inseridos no meio social desejado. LOPES (2011)[15] o embelezamento da mulher negra, historicamente passa pelo branqueamento de traços, visando a mobilidade social, e estabelecem "padrões de beleza apropriados para os negros", manuais de conduta de civilidade, formas de superação dos vícios como álcool, fumo, incentivo ao trabalho honesto e hábitos civilizados.

Cientes da inevitável necessidade de trazer à público a subjetividade que a discriminação à brasileira toma forma no contexto escolar, midiático, familiar, social busca-se, através da oficina, repensar a construção de uma identidade negra. O intuito volta-se ao "olhar" atento sobre a diversidade presente nos mais diversos âmbitos sociais, a relevância em trabalhar a auto estima da população negra brasileira através da estética e da conscientização de educadores (as) e educandos(as) no que se refere a *arte capilar – tranças* como ferramenta ideológica de legitimação da cultura africana e da Diáspora Africana presente nos afro-brasileiros, re-afirmando a visão positiva diante da diversidade étnico-racial. "O negro quando assume o seu cabelo de negro assume também o seu papel na sociedade como pessoa negra" (Lody, 2000, p.58).

Para GOMES (2000, 2001, 2003) e LODY (2000) traços como os cabelos crespos são "memoráveis símbolos corporais distintivos de identidade étnica, de inserção e mobilidade social, além de mecanismo de reconhecimento pelo direito à identidade pela diferença". Nessa perspectiva, os direitos à igualdade de tratamento e acesso pleno à cidadania passam pelo auto reconhecimento de pertença. As atividades que apontam para a aplicação da lei 10639/03 tendem a ressaltar a questão dos afro descendentes como mudança na legislação e que, devido a isso, suas praticas pedagógicas precisam ser alteradas. A Trançando Idéias tende a problematizar esses caminhos de reflexão a partir de um pensamento onde o legado dos africanos da diáspora precisa ser de ordem afrocentrada.

Bibliografia

ANTONACCI, Maria Antonieta. Memórias ancoradas em corpos negros – São Paulo: Educ, 2013.

BENTO, M.A.S. (2002). Branqueamento e Branquitude no Brasil, Em: I., Carone & M.A.S. Bento (Orgs.). *Psicologia social do racismo:* estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil, (pp. 25-58), Petrópolis: Vozes;

COUTINHO, C.L R. (2005). *Estética Negra: o jornal como fonte de pesquisa*, Programa de Pós- Graduação em História regional e local, Universidade do Estado da Bahia. Retirado em: 09 ago. 2010, do site: <http://www.alb.com.br>.

CRESWELL, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*,(Luciana de Oliveira da Rocha, trad.), Porto Alegre: Artmed.

15 Fonte "Beleza e ascensão social na imprensa negra paulistana – anos 1920-1940".

CRUZ, T.P. (2013). Os cabelos mágicos: identidade e consumo de mulheres afrodescendentes no instituto beleza natural. (dissertação de mestrado). Programa de Pó-Graduação – Universida Federal da Bahia.

DOMINGUES, P.J. (2002). Negros de alma branca? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. *Estudos Afro-Asiáticos,ano 24*, n. 03, 563-599. Retirado em: 15 de maio 2013, no site:<www.scielo.com.br>.

BYRD, AD., THARPS, L.L., (2001). *Hair story : untangling the roots of black hair in America*. New York: St. Martin's Press.

FERNANDES, F. (2008). *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Globo.

_____ (2007). *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Globo.

FIGUEIREDO, A. (1994). *Beleza pura:* símbolos e economia ao redor do cabelo do negro. Monografia para a conclusão do curso de Ciências Sociais. 53 folhas. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia,Salvador.

_____ (2002). *Cabelo, cabeleira, cabeluda, descabelada: identidade, consumo e manipulação da aparência entre os negros no Brasil.* Trabalho apresentado na ANPOCS, 2002.

_____. (2002) *Novas elites de cor: estudo sobre profissionais liberais negros de Salvador*. São Paulo. Annablume. Sociedade Brasileira de Instrução/Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

_____ (2012). Classe média negra: trajetórias e perfis. Salvador. EDUFBA. 2012.

_____. FIGUEIREDO (2010). Identidade, Consumo e Aparência entre as mulheres negras no Brasil. In: PIRES, Antonio Liberac Cardoso Simões e OLIVEIRA, Rosy (org.). p. 223-239. Curitiba. Ed. Progressiva.

FLORES, M.B.R. (2007). Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza, Chapecó: Argos;

FREYRE, G. (1986). *Casa-grande & senzala*: *formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal,* São Paulo, Círculo do Livro.

_____. (1969) *Novo mundo nos trópicos*. São Paulo, Nacional/EDUSP.

_____. (1990) *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro, Record.

GOMES, Nilma L. (2008). *Sem perder a raiz – Corpo e Cabelo como símbolo de identidade negra.* 2.ª ed.. Belo Horizonte: Autêntica.

_____. (set/out/nov./dez, 2002). Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? Revista Brasileira de Educação, Campinas, n.21, p.40-51,.

LIMA, M. E. O. (2002). *Normas Sociais e Racismo: Efeitos do Individualismo Meritocrático e do Igualitarismo na Infra Humanização dos Negros,* (Tese de Doutorado), Instituto Superior de Ciências do Trabalho da Empresa - ISCTE. Retirado em: 03 de out. 2012, do site: <www.marcuseugenio.wordpress.com>.

_____, & VALA, J. (2004, jan./abr.(b)). Sucesso social, branqueamento e racismo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, ,(pp. 11-19). Retirado em: 16 de fev. 2013, do site: <www.scielo.com.br>.

_____, & VALA, J. (2005). The colour of success: Effects of the social and economical performance on the whitening and on the infrahumanization of Blacks in Brazil. *Psicologia USP*, *16* (3), 143-165. Retirado em: 16 de fev. 2013, do site: <www.scielo.com.br>;

LODY, R.G.M. (2004). *Cabelos de axé: identidade e resistência.* Rio de Janeiro: Senac Nacional.

LOPES, M.A.O. (ORG) (2011). *Beleza e Ascensão Social na Imprensa Negra Paulistana, 1920-1940.* São José: Premier

LOPES, N. (2004). Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana, Selo Negro.

MALACHIAS. R. (2007). Cabelo Bom. Cabelo Ruim. *Coleção percepções das diferenças*. Negros e brancos na escola. (4), São Paulo: NEINB.

NASCIMENTO, A. & NASCIMENTO, E.L. (2000). "Reflexões sobre o Movimento Negro no Brasil, 1938-1997" In: GUIMARÃES, Antonio S. ª e HUNTLEY, Lynn (orgs.) **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra. (pp. 203-236).**

PAIM, A.S. (2007). *Aparência física*, *Estereótipos e inserção profissional:* um estudo sobre a profissão de Secretariado Executivo segundo a percepção das estudantes de secretariado. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

ROCHA, N.G. & BARBOSA, W. (2014). *Ori-oficinas de tranças:* reflexão sobre práticas pedagógicas e circulação de ideias na diáspora africana, trabalho apresentado no 8º Congresso Brasileiro de Pesquisadores (as) Negros(as), Belém-PA. Retirado em: 21 de ago. de 2014, do site:<http://www.copene.org/conteudo/view >.

RAMOS, Guerreiro. *O problema nacional brasileiro*. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

SANT'ANNA, D. B. (2005). Cuidados de si e embelezamento feminino: fragmentos para uma história do corpo no Brasil. Em: Sant'Anna, D. B. (org.), *Políticas do corpo*, São Paulo: Estação Liberdade.

SANTOS, J.T. (2000) ***O negro no espelho: imagens e discursos nos salões de beleza* étnicos**. Estudos Afro-Asiáticos, nº,38, pp. 49-66. 2000.

Santos, E.V. & Silva, P. (2011, maio). *Representações sociais da estética negra,* Trabalho apresentado no 7º Congresso Norte-Nordeste de Psicologia, Salvador. Retirado em 21 de abr. de 2013, do site: < http://www.conpsi7.ufba.br/ >;

Tajfel, H., & Turner, J.C. (1986). The social identify theory of intergroup behavior. Em: Worchel, S., & Austin W.G. (eds.), *Psychology of intergroup relations*, Chicago: Nelson;

Ecologia de saberes e formação de professores: A qualidade da educação em bases comunitárias.

Alexandre Silva Virginio[1]

Este artigo objetiva identificar as possibilidades dos professores como tradutores de cultura através da prática da 'ecologia de saberes'. Inserido em projeto de investigação sobre a formação continuada docente, o diálogo intercultural entre docentes de escolas públicas, pesquisador, alunos universitários e comunidade escolar (pais e alunos) apresenta-se como instrumento de valorização dos saberes gerados pela experiência e de dilatação dos universos culturais. Valeu-se da pesquisa-ação para, através de um exercício diagnóstico preliminar, apreender as condições sócio-ambientais e culturais que antecedem a constituição da 'sala do professor: rede de oficinas temáticas'. Em essência, os fins da educação e a perspectiva de partilha horizontal de saberes foi matriz de questões destinadas a apreender as disposições dos professores em dialogar e/ou partilhar com a comunidade escolar os temas e dilemas pertinentes à educação e, em especial, sobre as demandas que envolvem a formação continuada de professores. Os resultados indicam que há disposição dos professores em construir relações mais próximas com a comunidade escola, a despeito das representações tecnicistas da docência e do caráter abstrato que a cidadania assume, tanto nas práticas profissionais, quanto nas práticas sociais relacionadas ao contexto ondem atuam. As interpretações que sustentam sobre a mesma é refém dos condicionamentos institucionais dificultando, assim, a assumpção do papel de gente social ou mesmo de tradutor de cultura.

Palavras-chave: Formação de professores, diálogo, pesquisa-ação, ecologia de saberes, trabalho de tradução.

1. Nota introdutória.

A formação continuada dos professores em bases comunitárias constitui-se em uma proposta de levar a efeito a 'ecologia de saberes'. Como parte integrante de uma pesquisa, que pretende identificar demandas e perfil sócio-cultural dos professores, este artigo procura delinear as características contextuais da perspectiva de diálogo entre professores e comunidade escolar, marcadamente no que tange ao tema da formação profissional dos primeiros.

Por princípio, procurou-se situar as questões que envolvem a formação continuada docente. Em continuação, o leitor pode conhecer o significado que a 'pesquisa-ação' assumiu, neste estudo preliminar, como trama metodológica. Por extensão, o universo empírico é apresentado de modo a delinear os termos em que a realidade e seus atores se apresentam. O que ela pode nos revelar, por agora, é produto da perspectiva de análise que a 'ecologia de saberes' nos oferece e que procurou-se, resumidamente e na seguência expor. O conteúdo desta relação ocupa as aproximações com a 'sala do professor', inclusive na seção que pretende arrematar este texto. A luz do que precede, o leitor pode cotejar suas propriedades indo além desta introdução.

---

1 Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é professor do Departamento de Sociologia desta Universidade. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Educação e Políticas de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: classes populares, participação, democracia, emancipação e sociedade. Sua temática de pesquisa é a Formação de Professores. Foi secretário de educação da cidade de Alvorada/RS (1997-2004). Além disso, é colaborador externo do Grupo de Investigação de Pedagogia Social e Educação Ambiental da Faculdade de Ciências da Educação da Universidade de Santiago de Compostela – Galicia/ Espanha e da Ong Povoacão: Educação Cidadã. Contato e-mail: alexvirginio@uol.com.br Fones: (0055) 51-33685034 e (0055) 51-99711942.

2. A formação continuada dos professores

A formação continuada destina-se ao desenvolvimento pessoal e profissional dos professores, notadamente no que aporta à compreensão dos seus conhecimentos, dos conhecimentos dos outros, de novos conhecimentos, condicionados e contextualizados socialmente e historicamente. Como processo de desenvolvimento humano, ultrapassa as fronteiras das instituições, da sala de aula, de um ou outro curso, de encontros intermitentes. Ela incorpora as trajetórias dos professores aos contextos sócio-político-cultural e históricos que os abrigam (Alvarado-Prada et al. 2010). Em seu cerne, a formação continuada de professores diz respeito aos espaços-tempos em que estes profissionais, individualmente ou em equipe, vivenciam experiências de aprendizagem e/ou de investigação visando melhorar seus conhecimentos, competências e disposições, de modo a aperfeiçoar sua atuação profissional. Congrega, como objetivo maior, qualificar os processos educativos e formativos de seus alunos e/ou comunidades onde atuam (Marcelo Garcia, 1999).

Não obstante, conforme já assinalamos em outra ocasião (Virginio, 2012), as questões de conteúdo e de metodologia seguem sendo, de modo geral, vicissitudes ainda não equacionadas. Das práticas formativas (reuniões pedagógicas, palestras, seminários, encontros, cursos, projetos especiais, etc.) poucas são aquelas que conseguem superar as formas tradicionais, geralmente instrucionistas, de formação docente. O que parece imperar são processos de formação marcados por forte fragmentação do conhecimento e cujo excesso de especialização - na lógica do acúmulo de conteúdos disciplinares - pouco contribui para a compreensão das transformações produzidas em todos os níveis da vida social, ou mesmo para a resolução de problemas com os quais os professores são confrontados no seu dia a dia, quiçá os pertinentes ao contexto onde atuam (Benincá & Araujo, 2004; Charlot, 2005).

Em oposição, vários tem sido os estudos a valorizar o pensamento prático do professor nas propostas e/ou programas de formação de professores. Tais perspectivas tem assinalam que o saber teórico torna-se insípido se não relacionado aos contextos e experiências práticas. O saber da experiência docente resignifica o saber teórico inicial que é, na prática cotidiana, retraduzido, reconfigurado a partir do diálogo com outros saberes e/ou contextos de experiência. Portanto, qualquer proposta de formação que se pretende séria, haveria que considerar as condições do trabalho docente; as condições de produção de sua formação, especialmente de leitura; as formas cotidianas de experimentação da docência, sua produção e os saberes nelas gestados; bem como as representações e crenças, mais ou menos partilhadas com seus pares e com a comunidade escolar (Silva, 2009; Tardif, 2002; Marcelo Garcia, 1999; Mizukami, 1996; Pérez Gómez, 1992).

Em resultado, conhecer estes domínios remete a uma dinâmica sócio profissional que não pode ser deixada de lado, especialmente quando a formação continuada de professores é objeto de política pública. Não há como negar a importância da educação continuada, em especial, se consideramos a velocidade e a natureza com que as mudanças e/ou o desenvolvimento das ciências, da tecnologia, das culturas e das formas de expressão tem afetado e condicionado a vida na contemporaneidade. Isto posto, a relevância da formação continuada dos professores é confirmada tanto pelo que aporta às necessidades dos educandos, quanto pelas respostas que oferece às demandas sociais. O lamentável, porém, é que esta formação não tem dialogado com as necessidades da escola pública (Fundação Vitor Cívita, 2011; Alvarado-Prada et al. 2010). Estas necessidades, aliás, ultrapassam a função de ensinar. De modo crescente, destaca Ilma Veiga (2012: 15);

> Dela são exigidas, cada vez mais, a função de ensinar e a ocupação educativa dos tempos livres com ações pedagógicas. A escola deve ser cada vez mais próxima à realidade. Muitos dos problemas enfrentados por ela relacionam-se com a crescente diversidade cultural e social dos alunos. No entanto, essa diversidade pode ser encarada não apenas como um problema, mas também como uma força, caso o currículo deixe de ser homogêneo e passe a dar espaço e voz à própria escola.

Além do mais, não basta assinalar um plano estratégico para a formação inicial e continuada dos professores, como bem a legislação baliza (Brasil, 2009). Forçoso se faz procurar relacionar as situações e condições de trabalho docente, suas respectivas representações sobre os termos da formação docente e os objetivos da

escola/educação, de modo que o planejamento e conteúdo da formação docente ganhem em conexão com as propriedades, potencialidades, dilemas ou dificuldades que os contextos escolares e comunitários apresentam. De fato, a dimensão sociopolítica da educação[2] e da escola coloca exigências ao trabalho pedagógico e, por consequência, sobre a formação continuada docente em seu papel de agente social. Portanto, as inovações no 'que fazer docente' sugerem o protagonismo destes, tanto no âmbito da racionalidade científica, quanto na dimensão ético-política (Veiga, 2012; Virginio, 2012). Trata-se de fazer perceber a escola, por parte dos estudantes e de suas famílias, como um processo político cujos objetivos diversos podem servir para "[...] explorar o relacionamento entre as experiências escolares dos estudantes e as forças sócio-políticas que moldam a cultura dominante[3]" (Giroux, 1997: 89). Isto faz com que a profissão docente ultrapasse os limites dos fundamentos pedagógicos que a orientam desafiando os professores, também, a se constituírem em importantes agentes políticos e culturais (Nóvoa, 1995).

Em face desta necessidade é que se coloca a relevância de nossa proposta de investigação e de aprofundamento de estudos sobre o conteúdo de processos reflexivos que envolvem a formação continuada docente. A pesquisa em causa, em sua problemática, sugeriu um conjunto de questões: o que pensam os professores sobre os 'vazios' em sua formação profissional e sobre as alternativas colocadas para saná-los? No que as representações dos professores sobre suas exigências de formação se identificam com o projeto educativo da escola? No que as interpretações dos professores sobre o conteúdo de sua formação correspondem ao que os alunos e a escola precisam? Em que medida as características das comunidades que atendem são elementos problematizadores da práxis docente?

Nesta perspectiva, o que o leitor tem em mãos é apenas um primeiro recorte deste estudo. Nosso objetivo foi diagnosticar as congruências e as irredutibilidades entre o que pensam os professores sobre as funções da escola e a realidade das comunidades onde atuam. Por extensão, tratamos de expor alguns traços da vida cotidiana destas comunidades e, também, de apreender a disposição dos professores em dialogar com outros sujeitos sociais sobre questões da educação, especialmente sobre sua formação. Em suma, procuramos estabelecer, ainda que preliminarmente, as condições sociais, ambientais e culturais com as quais a formação continuada de professores através da ecologia de saberes terá que lidar.

A seguir apresentamos os pressupostos e o caminho metodológico percorrido. Na sequência, expomos alguns indicadores da cidade de Alvorada, bem como algumas assertivas sobre os sujeitos de nosso estudo. Logo após, tratamos do conteúdo das categorias 'ecologia de saberes' e 'tradutores de cultura'. Foi partir delas, ainda que sem exclusividade, que analisamos o conteúdo dos dados empíricos. Nossa argumentação continuou, por extensão, nas considerações finais.

3. A pesquisa-ação como trama medodológica.

Os estudos sobre formação continuada de professores tem assinalado a necessidade de que os espaços formativos considerem tanto a prática dos professores como ponto inicial da formação, quanto o protagonismo destes na consecução da mesma. Com efeito, o objeto empírico subjaz à etapa de mobilização e sensibilização

---

2 No âmbito da educação, e considerando as lutas por complementaridade entre cidadania e economia, senão expressão de experiências e/ou disputas em torno da economia política, Florestan Fernandes (1979) destacava a demanda por fortalecimento da função sociológica da escola, isto é, do trabalho destinado a formação para discussão e atuação na vida política. Nestes termos, muito das questões pertinentes às necessidades educacionais do país remetem, segundo ele, à tarefa de formação da juventude visando assumir papéis políticos na sociedade democrática. Com efeito, quanto mais alheia ao seu papel político destinado a manipulação racional das condições externas do processo educacional, pouco a escola poderia influir na "[...] qualidade das influências inerentes às condições neutras, favoráveis e adversas da situação concreta [...]" (Fernandes, 1959: 187).

3 Ainda que a referência a este grupo não apresente exclusividade. O discurso das culturas vividas, como forma de identificar e perceber que as experiências de vida apresentam elementos de autoprodução social, que tanto incorporam quanto reproduzem formas de viver e leituras de mundo (Giroux, 1997).

à participação na 'sala do professor'. Como espaço-tempo de co-formação, destina-se a ação conjunta entre professores, alunos bolsistas[4] e comunidade escolar. Não esqueçamos que, no que respeita às funções da escola, a partilha de saberes e valores é sancionada socialmente. Portanto, é palco de tensões entre diferentes aspirações sócio-culturais e econômicas vinculadas, ademais, às condições sóciopolíticas que sancionam o trabalho da instituição escolar[5]. Disto decorre que a comunidade tem o direito de intervir no campo da autonomia profissional dos professores. De acordo com José Contreras (2012: 76),

> [...] Pretender anular a intervenção social na educação, no campo da autonomia profissional, seria equivalente a pretender a submissão da sociedade àqueles que se autointitulam elite cultural, decidindo unilateralmente o conteúdo do ensino e sua direção moral e política. Nem sequer a suposta posse de um conhecimento científico, como base de legitimação do exercício profissional, poderia dar aval à pretensão de exclusão da comunidade, e de seus membros, nas decisões sobre sua vida individual e coletiva.

Por consequência, e atendendo a relevância do tema e do problema colocado, trabalhou-se, teórica e metodologicamente, com 'pesquisa-ação'. Este é o tipo de pesquisa que procura conciliar teoria e prática, formação e ação, aprendizado e resultado, pesquisador e pesquisado. Não esqueçamos que o conhecimento científico é sempre provisório e que os próprios padrões de pesquisa estão sujeitos à mudança, não havendo, portanto, tecido metodológico 'empacotado'. Pelo contrário, a metodologia poderia estar, com algum cuidado, se moldando e se aperfeiçoando no caminho mesmo da pesquisa-intervenção-ação.

Em realidade, o objetivo aqui seria estabelecer linhas de trabalho e organização que deságüem em benefício coletivo. Destarte, temos aqui processo educativo, formativo, dialógico, participativo, de cidadania ativa (Franco, 2005). Em síntese, tem-se "[...] coleta de informação no contexto da ação; discussão da informação entre atores, e entre atores e pesquisadores, para clarificar problemas e intenções, e para trabalhar diretrizes da ação social" (Demo, 2004: 99). Deste modo os professores, como também os alunos desta universidade, seriam os principais responsáveis pela execução do projeto.

Não seria o caso de pensar em situações de maior protagonismo dos professores no que concerne a sua formação profissional? Os professores não são mais do que meros consumidores da pesquisa e/ou formação realizada por outros? No mesmo tom, como não considerar como direito da comunidade o debate e a deliberação sobre o sentido e o valor educativo? À comunidade não cabe o direito de conhecer tanto o contexto de um mundo plural, desigual e injusto, quanto o que caracteriza as práticas profissionais dos professores e as consequências que desencadeiam? Isto nos remete ao que pode aportar a pesquisa-ação ao ensino.

Nesta direção, o conhecimento na pesquisa-ação assume um duplo sentido. De um lado, cumpre o desígnio de produzir ações destinadas a compreender o objeto e/ou o problema em questão e, ao fazê-lo, transformar tal compreensão em produção de conhecimento. Por outro, deve ser capaz, como produto de processos interativos, dialógicos e colaborativos, de produzir ações destinadas à transformação que pode ser, ademais, nas representações que os atores sustentam sobre as situações analisadas (Thiollent, 2007). Em conexão com a 'ecologia dos saberes' a metodologia da pesquisa-ação oportuniza aos participantes observarem e refletirem sobre o que pensam e fazem os outros, reconstruindo suas percepções e compreensões (Franco, 2005; Thiollent, 2007).

Portanto, o que temos como proposta de intervenção é a realização de reuniões com a participação de pais,

---

4 Tanto de extensão universitária, quanto de iniciação científica.

5 Em realidade, o que está em questão aqui é o caráter político da educação. Ou seja, na medida em que a educação nas possibilidades, presentes e futuras, dos indivíduos de produzir efeitos a partir de suas oportunidades, constitui-se variável interveniente nas pretensões de justiça e de igualdade social, temas consorciados ao conjunto de dimensões do trabalho docente. De fato; "A educação não é um problema da vida privada dos professores, mas uma ocupação socialmente encomendada e responsabilizada publicamente". Daí decorre que "[...] faz total sentido discutir-se a prática profissional do ensino a partir do valor real que este possui para o alunado como oportunidade educativa, bem como a função real que possui como compensação radical de diferenças sociais" (Contreras, 2012: 88 – 91).

professores e alunos do 9° ano do Ensino Fundamental. O ensejo para o diálogo serão os indicadores socioeconômicos e educacionais de Alvorada. Assim, o ponto seminal das ações da 'sala do professor' serão as inquietações e/ou demandas preliminares de formação trazidas pelos professores, no que respeita aos dilemas e práticas cotidianas; pelos pais, considerando a natureza dos contextos por onde transita sua existência; pelos alunos, a partir do significado que conferem à escola, a vida na comunidade e suas perspectivas de futuro.
Este estudo apresenta a cidade de Alvorada como ambiente empírico. Trata-se de município localizado na região metropolitana de Porto Alegre, RS, Brasil. Ali estamos investigando as escolas da rede municipal de ensino e, mais particularmente, o perfil profissional e cultural dos professores. De partida, tratamos da coleta de dados por meio dados estatísticos, observação e a realização de entrevistas. De um total de dez entrevistas, sete foram com professoras, uma com um professor e duas com mães das comunidades atendidas pelas escolas. Destarte, cumpre assinalar que a constituição da 'sala do professor' está em sua fase embrionária, senão motivacional. Por ocasião da escrita deste artigo, encontramo-nos em meio às entrevistas com professores e pais. Do conteúdo das mesmas buscou-se apresar as representações, motivações, concepções e interpretações dos atores relacionadas às questões escolares e sociais. Como tomo particular verificamos a disposição dos atores em compor o grupo responsável por dar concretude à sala. No espaço a seguir tratamos de apresentar e analisar as propriedades dos primeiros passos desta caminhada.

4. O cenário e os sujeitos da pesquisa.

Alvorada é o segundo município mais pobre do Estado do Rio Grande do Sul se tomarmos como referência o PIB per capita. Segundo dados do IBGE (apud ODM, 2010), o censo de Alvorada revelou que na cidade 8,1% de pessoas estão abaixo da linha da pobreza e indigência. Além disso, em 2010, os indicadores apontam que a participação dos 20% mais pobres da população foi de 5,1% (Atlas Brasil, 2014). Neste mesmo ano, a participação dos 20% mais ricos foi de 48,6%, quase 10 vezes superior à dos 20% mais pobres. Alvorada é o município gaúcho com maior incidência de Aids em relação à população. Segundo dados divulgados pela Secretaria Estadual da Saúde, foram registrados 97,7 casos em 2011 para cada 100 mil habitantes.
Os índices educacionais apontam a existência de pessoas, na faixa dos 15 anos em diante, em situação de analfabetismo correspondendo a 3,93% (FEE, 2010). Os dados da educação no município sugerem ser simétricos a esta realidade. Não menos dramático é o fato de que, também em 2011, 12,4% das crianças de 7 a 14 anos não estavam cursando o ensino fundamental. A taxa de conclusão, entre jovens de 15 a 17 anos, era de 45,8%. No que tange a distorção idade-série, os números não são melhores. Entre alunos do ensino fundamental, estão com idade superior à recomendada nos *anos iniciais*, 25,3% e nos *anos finais*, 38,6% (IBGE apud ODM, 2010).
Mais do que isto, não é menos urgente reverter o quadro de reprovação escolar da rede municipal. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 4,81% eram analfabetos, 52,65% tinham o ensino fundamental completo, 30,03% possuíam o ensino médio completo e 2,90%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27% (Atlas Brasil, 2014). Atualmente, em média 26% dos alunos matriculados nos anos finais do ensino fundamental reprovam.
Este é o contexto no qual destacamos os sujeitos de nossa pesquisa**.** À julgar pela cidadania precária da comunidade local, resta pouca dúvida quanto à importância do trabalho do professor quando considerada a tarefa educativa, ponto nodal desta categoria profissional. Ainda que os docentes apresentem personalidades, identidades, valores, saberes, motivações, expectativas e interesses diferenciados, eles constituem um 'corpo profissional', isto é, uma profissão. Esta é resultado do domínio de saberes, de capacidades, da observação de certos códigos, regras, linguagens e condutas que lhe confere certo prestígio, reconhecimento, autonomia e poder, manifesto, sobretudo, na autorização legal para o exercício de suas atividades profissionais (Dubar, 2005).
Neste sentido, podemos assumir como definição que ser professor é dominar um conjunto de saberes técnicos e teóricos sobre determinada disciplina ou área do conhecimento; apresentar um conhecimento razoável acerca das ciências da educação e da pedagogia; agir, refletir e participar ativamente da elaboração de seus

conhecimentos; ter capacidade de incorporar à prática docente os saberes gestados na experiência com seus alunos e com aptidão para interpretar e interagir com os sentimentos, formas de pensar e atuar destes, mormente com flexibilidade, autonomia, iniciativa, responsabilidade e certa imprecisão (Tardif & Lessard, 2005; Tardif, 2002).

Inobstante, cumpre atentar para o fato de que muito da competência profissional docente decorre da compreensão de como os contextos condicionam seu exercício profissional e das disposições de fazer este intervir no âmbito daquele. Em verdade, muitos docentes mostram-se inflexíveis e impermeáveis ao que os implicados, prejudicados ou interessados possam pensar ou precisar. O professor deste grupo é o "*expert* infalível", cujo pensamento não alimenta dúvidas, seguro que está em seus preconceitos, estereótipos, visões consolidadas e dominantes, portanto que não sugere questionamentos às situações e/ou objetivos assumidos pela instituição educativa e por seus especialistas (Elliott apud Contreras, 2012).

Ademais, temos que levar em conta que os públicos (alunos e comunidade) que atendem apresentam singularidades que, em interação com a ação docente, caracterizam contextos e/ou situações sociais e educacionais que podem trazer nuances próprias às demandas de formação continuada. Nas ciências sociais podemos buscar em Durkheim (1971) elementos de uma tradição que assinala a influência da sociedade, dos fenômenos sociais exteriores ao indivíduo, sobre as consciências particulares. O fato incontornável é que os indivíduos, ao longo de sua trajetórias, são condicionados pela cultura, por seus processos de socialização. Hodiernamente, admite-se que as posições, disposições e ações dos indivíduos decorrem das conexões, ou mesmo da reflexividade, que envolve múltiplas experiências sociais (Setton, 2008; Lahire, 2006; 1997).

Em resultado, os pais e os alunos compõem um público dessemelhante, cuja configuração passa por dimensões contextuais específicas. Suas vidas apresentam formas de ser, estar, pensar, sentir e proceder condicionadas por relações, interações e representações de toda ordem, de ocupação profissional, de orientação sexual, de lazer, de consumo e produção cultural, de etnia, de religiosidade, de formas de associação, de trânsito migratório, de composições familiares diversas, de referências espaciais ora urbana, ora rural, de confinamento, de hábitos de higiene, de sistemas de valores, de carências, de insatisfações, de uma variedade insondável de subjetividades, de compromissos, de interesses, de motivações. São também pessoas que, em seu cotidiano, apreendem e expressam uma variedade de códigos, de formas de linguagem, de símbolos, de experiências, de emoções, de memória coletiva, de invenção, de intervenção política e de projetos de vida. Por conseguinte e pelo exposto, quer nos parecer que conhecer e dialogar com o *ethos* de vida dos pais e dos alunos torna-se relevante aos objetivos deste estudo.

Em consequência, identificamos como público alvo desta ação de pesquisa os professores em efetivo exercício nas escolas públicas municipais de Alvorada no ano de 2014. Realizou-se algumas entrevistas com este público. Para efeito deste texto apresentaremos os depoimentos correspondentes. Da mesma forma, o clima de conversa (Kaufmann, 2013) construído com as mães que entrevistamos possibilitou a observação de outras lógicas e interpretações sobre a realidade, mormente a partir de aspectos de sua vida cotidiana.

5. Ecologia de saberes e o trabalho de tradução.

A perspectiva de construir um fórum híbrido para discutir e deliberar sobre os termos da formação docente encontra, na obra de Boaventura de Sousa Santos, mesmo que não exclusivamente, uma contribuição singular. Para ele (Santos, 2005; 2009), os saberes, inclusive o científico, não estão imunes ao princípio da incompletude. Por exemplo, se a análise da dinâmica do comportamento das classes populares em sua relação com o todo do complexo societário se der a partir de um campo conceptual que privilegie termos como falsa consciência, alienação, ignorância, arcaísmo, atraso etc., estaremos desconsiderando outras formas de resistência e de saberes que não passam, necessariamente, por algum ideal de organização coletiva. De outra parte, corremos o risco de sermos alvos da indiferença, porque incapazes de perceber a riqueza implícita na lógica interna à vida das classes populares (Contreras, 2012).

Por este prisma, a 'ecologia dos saberes', de acordo com Santos (2006), tem como princípio que todas as formas de saber são prenhas de incompletude. A propriedade e pertinência dos saberes devem ser consideradas a partir de sua capacidade de corresponder às demandas contextuais. O que há é a adequação de um saber a um certo contexto que, por vezes, coloca desafios que demandam o recurso à outros saberes de modo a se distanciar da ignorância. Porém, isto não deve ser confundido com relativismo. A ecologia de saberes não quer dizer equidade entre todas as formas de saber. Trata-se de diferentes formas de saber que, em relação horizontal e a partir de diferentes critérios de verdade, promovem contextos cognitivos (sociais) mais justos e democráticos. A abertura de contextos de diálogo serve para expor as contradições das racionalidades que, ainda que produtos da experiência, são manifestações de entorpecimento ideológico que impede a compreensão e conduz a complacência com a rejeição, a marginalização e a exclusão. De fato, a reflexão crítica possibilita que a razão abra-se ao domínio de categorias que nem todos dominam (Santos, 2006; Contreras, 2012).

A natureza deste diálogo entre diferentes conhecimentos favorece "[...] a maior participação dos grupos sociais envolvidos na concepção, na execução, no controle e na fruição da intervenção" (Santos, 2009: 51). Em resultado, como perspectiva singular de relação com o saber, a ecologia de saberes pretende ser um recurso disponível para as lutas emancipatórias e contra-hegemônicas em curso. Ou ainda, em termos mais particulares, o contato com novas informações e/ou saberes pode provocar revisões nas formas corriqueiras de interpretar e atuar na realidade. Nos termos de Anthony Giddens (1991; 1997), este movimento de reflexividade significa o exame e a revisão das práticas sociais a partir do bloqueio das rotinas da vida social e/ou da percepção da mesma. O acesso a outros saberes desestabiliza os saberes tácitos fazendo com que o ator coloque em dúvida a forma como pensa e como atua. Por decorrência, pode haver mudança nas motivações, nas justificações, nas estratégias e formas de atuar. Neste processo de reflexividade o saber (científico) constitui-se elemento importante de revisão das práticas sociais.

A possibilidade de enriquecimento mútuo, conforme Santos (2009), paga tributo ao 'trabalho de tradução'. Segundo ele (2009: 53); "Através da tradução, torna-se possível identificar preocupações comuns, aproximações complementares e, claro, também contradições inultrapassáveis". Através da tradução, em consonância com a perspectiva da ecologia dos saberes, busca-se a maximização da contribuição de cada saber no desafio da compreensão da realidade. Mais do que isto, a tradução vislumbra o diálogo e o confronto de culturas. Noutras palavras, a superação da dominação requer não só a crítica às causas e efeitos intrínsecos como, substancialmente, o recurso a um pensamento que vise alçar à realidade o que há de original, singular, de autenticidade no dominado, para além de sua posição na relação de dominação.

As práticas sociais são, da mesma forma, objeto do trabalho de tradução. Tem como fito alcançar diferentes formas de organização e objetivos de ação. O trabalho de tradução visa, portanto, identificar o que aproxima e o que diferencia as práticas sociais em diferentes experiências sociais. Se, por um lado, o trabalho de tradução requer uma postura eminentemente democrática, condição para o acesso recíproco à diversidade de saberes e práticas, ele, por outro, não é menos político no sentido de reagir ao que considera injusto, porquanto inaceitável, e conferir significado e inteligibilidade a um mundo diverso e complexo. O que ele faz é apreender, na diversidade e pluralidade do real, aqueles saberes e práticas que podem representar um consenso mínimo entre as culturas.

No âmbito da educação, a aspiração à emancipação sugere a conexão entre a prática profissional do professor em torno de um currículo aberto ao contexto social. Isto pressupõe reconhecer que a justiça cognitiva a ser construída a partir da 'tradução de saberes' não está separada da construção de uma sociedade justa e democrática. De acordo com Contreras (2012: 204) "[...] a educação só pode se transformar atuando também, e simultaneamente, na comunidade na qual tem lugar". Nesta direção, o professor como 'tradutor de cultura' é aquele que alimenta-se e reparte, com a comunidade onde atua, modos de razão que, em não sendo formas distorcidas de pensamento, oportuniza a revisão de crenças, de interpretações, de medos, de ilusões, de aspirações ou de perspectivas de vida. Resta saber, concretamente, em que medida os professores estão dispostos a realizar este 'trabalho de tradução', de despirem-se de seus preconceitos e de sua própria verdade, de modo a assumirem uma conversa informal, aberta e cooperativa com outros grupos sociais (Bauman, 2014).

A síntese dos 'saberes' exposta logo acima indica que a proposta de nosso projeto de intervenção sugere ser percebido como espaço tempo desestabilizador, de concepções e de práticas sociais, porquanto educacionais.

Portanto, além de pretender explorar as possibilidades humanas, nutre a expectativa da vivência de outras formas de sociabilização. Em suma, a experimentação de um movimento em direção ao outro, ao diferente; uma abertura a outras possibilidades de interpretação e de compreensão, enfim, de construção solidária e coletiva de conhecimentos, de práticas sociais e de propostas formativas destinadas a oferecer meios para remover o entulho que impede a liberdade de pensamento e de ação.

6. A sala do professor: aproximações preliminares

A margem inaugural da sala do professor foi a realização das entrevistas. Até o momento não foi possível realizar as entrevistas com os alunos. Registre-se que os entrevistados não participam da mesma comunidade escolar. A escolha dos mesmos procurou atender a maior diversidade possível no universo das escolas municipais de Alvorada. Deste modo, os atores inquiridos situavam-se em escolas que atendiam mais ou menos alunos, em comunidades mais ou menos vulneráveis socialmente. É o conteúdo destas entrevistas que permitiram as aproximações preliminares com a perspectiva da 'sala do professor' e que passamos a analisar logo a seguir.
Como ponto de congruência das entrevistas destacamos as interpretações dos atores quanto à perspectiva de participar da 'sala do professor'; os temas que sugerem para sua formação; as características da comunidade onde estão situadas as escolas e; as expectativas de qualificar a educação escolar**.** Nesta textualidade, a ênfase recai sobre os professores, seja pelo que pode representar a 'sala' para eles, seja pelo que pensam sobre a educação e sobre contexto de sua realização. Em paralelo, a ideia foi apreender aspectos de seu capital cultural que contribuem, em nosso juízo, para elucidar o sentido social e político de seus processos reflexivos e de sua ação educacional e social. Não obstante, atente-se para o fato de que a escola é um ambiente diverso e plural. Portanto, é um ambiente em que os professores não manifestam, necessariamente, os mesmos princípios, valores, conhecimentos, interesses, aspirações, análises, pretensões, desejos, sentimentos, emoções, medos, perspectivas e expectativas. Com efeito, suas manifestações oscilam na complexidade que existe entre o domínio de temas próprios à sala de aula e o envolvimento com questões comunitárias e/ou sociais mais amplas.
Nestes termos, encontramos marcas de intersecção no depoimento dos docentes, bem como manifestações singulares. A ideia de participar da 'sala do professor', por exemplo, recebeu boa acolhida entre os entrevistados. A maioria vislumbrou uma possibilidade de envolver os pais com a educação, de poder ser valorizado e de problematizar temas de seu interesse. Registre-se que conhecer os modos de viver e de pensar dos pais e/ou da comunidade não esteve no horizonte dos professores. Nesta lógica, mesmo a concordância dos professores não evitou, por parte de alguns, a manifestação de certa relutância e ceticismo com o fato de colocar-se em diálogo com pais e alunos em torno de temas e/ou questões ligadas à formação continuada, ou mesmo próprias a educação escolar. Além disso, a quase totalidade dos professores não participou de situações de planejamento de ações de formação continuada. Os depoimentos a seguir são sintomáticos desta interpretação.

Entrevistador: Você aceitaria se reunir com pais e alunos para discutir o diagnóstico, problemas prioritários e eventuais ações direcionadas à formação continuada de professores, bem como temas afins?

Maristela[6] (36 anos, 15 anos de docência, Professora de anos iniciais): [...] Seria bom porque eu acho que daí a gente poderia colocar pra eles o que a gente vivencia em sala, que eles não tem a visão de sala de aula, de 30 alunos em sala de aula convivendo com outras turmas e a gente ter a visão deles assim, o que eles pensam [...]

Angelita (39 anos, 2 anos de docência, Professora de anos iniciais): [...] eu noto aqui na escola que os alunos [...] que eles tem bastante maturidade, eu vejo assim que eles entram em nossa sala de aula, dão um aviso alguma coisa que eles tão preparando pra formatura deles e eles as vezes interagem bem com os alunos sabe ... eles tem umas ideias legais assim ... bem mas eu acho que surgiriam questão meio estranhas assim por que é sobre formação de professores né, acho que surgiriam questões difíceis assim que não é possível [...].

6 Registre-se que todos os nomes dos entrevistados são fictícios.

Raquel (33 anos, 10 anos de docência, Professora de Matemática): [...] pois é num primeiro momento [...] eu acho isto legal, [...] no momento em que pais e alunos estão aqui e entendem que a gente estuda eu acho que isto de certa forma valoriza a profissão [...]será que estes pais saberiam realmente [...] bem eu acho que até serviria pra valorização da gente na sociedade [...] talvez se eles participem do processo será que eles não vão dar mais importância né ... de repente assim olha, olha lá o professor vai fazer tal coisa pra trazer pra eles aqui [...]

Os testemunhos revelam ainda, por parte dos professores, reserva quanto a participação dos pais em reuniões de planejamento da formação docente. Eles apresentam dúvidas quanto às qualidades daqueles às questões ou problemas educacionais. Por decorrência, a disposição em refletir sobre educação, em conjunto com membros da comunidade, não está livre de representações, por vezes incompatíveis, sobre o potencial cognitivo da comunidade escolar. De um lado, o que subjaz a interpretação docente é que os pais, na medida em que participassem desta 'sala' estariam ali mais para aprender do que para contribuir. Em síntese, a horizontalidade que permeia a ecologia de saberes encontra resistência em hierarquias internalizadas e naturalizadas que colocam em suspeição, precipuamente, os saberes populares. De outro, e contraditoriamente, a contribuição dos pais revela-se, em potencial, portadora de esclarecimentos pertinentes aos processos de socialização de seus filhos. Tais saberes correm o risco de ficarem alheios ao conhecimento e à compreensão docente.

As desconfianças acerca da contribuição da comunidade à formação continuada dos professores talvez possa ser explicada pelo teor das demandas desta formação apresentadas por estes últimos. De modo geral, as temáticas sugeridas para sua formação não ultrapassam o universo da sala de aula ou mesmo o campo da pedagogia e áreas afins. Dentre eles destacamos psicologia (adolescência; comportamento humano), alfabetização, informática e inclusão. Em contraste com a qualidade de vida das comunidades onde as escolas estão inseridas, tais temáticas sugerem que a qualificação dos professores, a partir dos conteúdos que estas áreas congregam, coaduna-se com um currículo escolar instrumental. Aliado a isto, alude a uma prática profissional tecnicista, isto é, que não problematiza os vínculos sociais de sua atuação. Apesar de sensíveis às carências da comunidade, as conexões entre sua prática política com o contexto social mais amplo quase nunca ultrapassam o campo das intenções. Nas entrevistas abaixo o leitor pode apreender o significado desta distância entre o que os professores manifestam como interesse formativo e os desafios cotidianos que a comunidade luta para contornar.

Pesquisador: Que temas lhe estimulam a buscar a formação continuada?

> Rogério (48 anos de idade, 6 anos de docência, Professor de história) : [...] o que me atrai é esta coisa da pré-história americana, eu gosto muito de trabalhos de pesquisadores que trabalham a história mas de um ângulo diferente da história tradicional [...] que abordam tanto sobre a questão muitas vezes da influência da natureza sobre a cultura e a sociedade, que historiadores muitas vezes veem isto com um certo preconceito como se fosse determinismo biológico e não é isso, mas que geralmente tem efeito [...]
>
> Eliane (49 anos, 29 anos de docência, Pedagoga): [...] por exemplo a escola propõe assim o encontro vai ser sobre tal coisa e a gente não tem opção, tem que participar [...] lá na outra escola volta e meia eles tão fazendo encontro até de dicção não sei o que e eu vou eu gosto [...] de informática e daí eu vou e a gente sempre aprende alguma coisa [...]
>
> Claudia (37 anos, 10 anos de docência, Professora de História): [...] a parte de teoria da educação eu estudo muito pouco, não estudo isto [...] porque entender como o meu aluno entende é fundamental assim e eu não estudo isto, estudo muito pouco; agora a parte do conteúdo pra mim é fundamental assim o de história [...].
>
> Pesquisador: Liziane, conte um pouco da sua história de vida, como que a senhora chegou aqui ... mora aqui desde quando?

Liziane (29 anos, 2 filhos, Ensino Fundamental Completo, Mãe de aluno): [...] aqui em Alvorada já faz 9 anos que eu moro ... antes eu morava na Santa Rosa, depois no Porto Seco. [...] depois que eu me mudei pra cá ficou mais difícil né [...] Se eu pudesse eu não moraria aqui por causa tipo assim que é muito perigoso, que é comentado né [...] eu não tenho a garantia assim de deixa meus filho assim ir no mercado ou deixa eles joga bola aqui na rua eu não gosto, é só no pátio, o portão é cadeado [...] aqui falta agua que tu não tem noção, é de tu te desacorsoá e é só aqui, eu acho que aqui é um lugar que é bem esquecido, tem ruas cheias de lixo, o pessoal é pobre e é relaxado [...] é gente consumindo droga naqueles mato que eu canso de vê quando vou pro trabalho [...] se o senhor for alí pra cima o senhor vai vê uma pracinha, toda detonada, não tem uma árvore, é no sol assim ó, quem é que vai curtir uma pracinha assim [...] aqui pra dentro só tem dois ônibus [...] eu vou a pé pra escola onde eu trabalho, eu levo 20 minutos caminhando [...] eu não gosto de trabalha ali né mas fazê o que se a gente não tem estudo né então a única coisa que toca pra nós é limpa chão, fazê faxina, é a única coisa né, por isso que eu te falei que eu queria uma chance, queria volta a estuda, queria podê muda minha vida pra dá um futuro pros meus filho [...] só que com o salário que eu ganho, como? [...] De lazer assim eu procuro saí com as crianças, a aí a gente passeia, leva eles nas piscina, pra jogá bola [...] na TV eu gosto de vê noticiário, filme, novela eu não gosto muito [...] eu leio a bíblia né, livros assim eu não tenho hábito de lê né [...] eu frequento a igreja evangélica né, que fica aqui atrás, eu vô assim uma ou duas vez por semana [...] as música que eu mais gosto é sertanejo e pagode [...] cinema eu gosto de vê, filme de drama, suspense, infantil, só não gosto de terror [...] a **internet** a gente tem o wi-fi né, agente tem a TV a cabo e o telefone, a gente tem aquele pacote [...] na internet eu pesquiso receita, sobre alguma coisa que passou na TV, noticiário que eu perdi, coisas assim e tem facebook, watsapp [...] pra mim o celular eu não fico sem o meu celular, não consigo mais fica sem o celular, eu não me vejo mais sem o celular , liga pros meus filho [...] eu queria tem um trabalho melhor, voltar a estudar, faze um curso que me dê benefício né [...] queria mudar de vida né, melhorá assim em função dos meninos

Pesquisador: Dona Neiva, conte um pouco da sua história de vida, como que a senhora chegou aqui?

Neiva (34 anos, 6 filhos, 4° ano do Ensino Fundamental, Mãe de aluno): [...] eu nasci em Alvorada, não me criei como família assim né, os meus pais que me criaram já faleceram; a minha mãe é viva, mora na Ambú ... assim o que que acontece, minha mãe me deu com 2 mês, então a gente não tem aquela convivência [...] eu estudei até a 4ª série e depois eu parei, este negócio de saí, coisinha nova, daí já engravidei, já casei e assim foi e daí pra diante; daí fiquei com o pai dela 4 anos e dai não deu certo e separamo; daí vim mora pra cá com ela; daí conheci o pai dos meus cinco e tô com ele até hoje mas tamos naquelas né [...] antes eu morava com meu pai, daí o meu pai faleceu, daí cabeça fraca eu tinha um terrenão, daí eu peguei e vendi, botei fora um baita dum terreno, daí comprei aqui [...] aí me criei sozinha, não tive o apoio de ninguém, fui trabalha, eu trabalho desde os 14, em casa de família, depois nas reciclage, fui fazê faxina, trabalhei em restaurante e hoje eu limpo alí no hospital [...] Meu esposo é pedreiro assim avulso não tem carteira assinada assim; [...] mora aqui é bom; antigamente tinha muito tiroteio, agora não, é tranquilo assim, as crianças vão sozinha pro colégio; [...] a única coisa ruim é o pó, o Prefeito não arruma; aquela rua do colégio é horrível, uma buraqueira, aqueles matagal é horrível a gente já pedimo [...] e alí é perigoso tem cara alí fumando coisa, as crianças passam por alí e é ruim né a gente se preocupa né [...] ônibus não tem muita linha, depois das 8 só descendo lá na faixa, leva uns 40 minutos [...] Meus planos pro futuro é terminar minha casa, dá uma coisa melhor pras criança; eu trabalhava num restaurante, daí eu quis saí um pouco porque a gente trabalhando a gente não consegue fazê nada, não consegue porque é pouco o dinheiro entendeu [...]

Sobre o depoimento acima não é demais registrar que durante a entrevista a filha mais velha (17 anos) chupava um pirulito enquanto assistia a televisão conferindo pouca atenção, inclusive, à sua irmã (2 anos) que estava no banho. Aliás, tão logo saiu do banho foi para o colo da mãe que concedia esta entrevista na área ao lado da casa. Alí o vento era forte, portanto pouco apropriado para uma criança pequena que acabara de sair do banho

e que, até a semana anterior, estava no hospital em função de problemas respiratórios. Da mesma forma, desde nossa chegada à casa desta mãe sentimos o mau cheiro do lugar. O ar nauseabundo rivalizada com a imagem do sofá da sala, tomado pela sujeira e pelo efeito do suor dos corpos, onde as crianças estavam para assistir televisão. A realidade é tão ou mais indigna se considerarmos que não há áreas de lazer ou praça próxima à moradia. Assim, o lazer, seja para a mãe, seja para o conjunto da família, malgrado as iniciativas das crianças, fica restrito às propriedades do celular ou às horas em frente à televisão. O programa preferido da Dona Neiva são as novelas.

O cotidiano desta mãe confere contornos semelhantes ao dia a dia da maioria dos moradores dos bairros e vilas de Alvorada. Os indicadores econômicos, sociais e educacionais da cidade encontram paralelo nas dificuldades financeiras das famílias, na restrição às oportunidades de estudo e fontes de renda, no alargamento do tempo destinado à locomoção, no constrangimento dos espaços físicos, na limitada capacidade de discernimento, na dificuldade em construir cenários futuros face escolhas que interferem nos destinos da família, na intolerância que ofusca a razão por ocasião dos conflitos, na autoridade exercida sem mediação, no sequestro dos sonhos, da esperança e de outras, quiméricas, perspectivas de melhorar a qualidade de vida. Pois este cenário, e as questões que ele e nele subjaz, raras vezes é objeto de atenção curricular nas escolas. Em verdade, a outra face desta moeda está no conteúdo da palavra cidadania, presente tanto no discurso profissional docente, quanto nos projetos pedagógicos das escolas.

A falta de oportunidade representada pelas trajetórias destas duas mães é proporcional ao capital cultural das mesmas. Além da baixa escolaridade, as atividades de lazer e/ou o uso do tempo livre, que já é restrito em função dos cuidados com o lar e com os filhos, são constrangidas pela falta de dinheiro e pelas condições de cidadania onde residem. A ausência de espaços públicos qualificados e seguros faz com que momentos de descanso, de convivência com a família ou com vizinhos seja, praticamente, ilusório. Morando em bairros com infraestrutura precária (ruas sem pavimentação e esburacadas, escolas distantes do local de moradia, transporte público desconfortável e com horários dilatados, praças depredadas ou sem manutenção) e em empregos que lhe aportam baixos salários e quase nenhuma satisfação pessoal, o acesso à diversidade cultural sequer é almejada. O mundo da TV, da indústria cultural de massa ou do que as TICs oportunizam sequestram o tempo, as horas e os dias que a ciência, a literatura, o teatro, os museus, o cinema, exposições de arte, a arquitetura, a dança, a música, requerem enquanto 'saberes' necessários à cidadania.

Em consequência e de modo paradoxal, muito da perspectiva da função e da qualificação da educação passa, segundo os professores, por uma formação que privilegie os termos da cidadania. Tais termos, para os professores, perpassam a conscientização, a luta por direitos, a formação em valores e de certa socialização em normas sociais. De modo geral os professores valorizam a participação. Não obstante, sequer as instâncias de participação funcionam de modo a potencializar o diálogo e a cooperação entre professores, pais e alunos. A participação mais efetiva dos pais ocorre na entrega (trimestral) de avaliações ou em atividades festivas; o grêmio de alunos simplesmente não tem lugar nas escolas e, as referências quanto ao Conselho Escolar destacam seu caráter burocrático, administrativo, senão formal e legitimador das deliberações das direções ou mesmo dos professores.

> Raquel (33 anos, 10 anos de docência, Professora de Matemática): [...] mais importante é ser um cidadão, saber praticar a cidadania assim eu acho que isto assim o mais importante [...] cidadania pra mim é tu saber respeitar o próximo, é tu saber até onde vai o teu limite, é tu saber assim que se tu consegui te construir como ser é muito mais importante do que o ter, é tu saber respeitar os espaços públicos, é tu saber te portar em diferentes lugares, é tu saber exercer assim os teus direitos, é tu entender como é que a máquina funciona, como que o sistema funciona, como é que funciona o poder político, como funcionam todas as estruturas enfim, é tu poder participar ativamente disto aí [...] eu acho o que tá faltando é reunir as escolas, que houvessem discussões que viesse à tona o que tá legal o que não tá legal, tentar projetar coisas melhores assim, tentar motivar estes alunos [...] tentar inserir estes alunos mais dentro da realidade enfim [...].

> Monique (33 anos, 2 anos de docência, Professora de anos iniciais): [...] o papel da escola seria formar cidadãos críticos, conscientes mas [...] educar no sentido de regras, de como ele deve ser comportar, o que ele deve fazer, o que ele não deve fazer ou [...] nós acabamos escolarizando e educando o nosso aluno, a família não assume o seu papel [...].
>
> Roberta (39 anos, 5 anos de docência, Professora de anos iniciais): [...] eu acho que a escola é uma grande oportunidade de emancipar vidas, de fazer as crianças, as pessoas né cidadãs, formar elas pra esta condição [silêncio] penso que social, penso que [silêncio] desta maneira como eu falei, de participar mesmo, de dar oportunidade de crescer, de [...] o meio social que eu estou hoje é bem carente, carente mesmo e ele traz experiências bem fortes, então o papel do professor está meio ligado a isto [...] aquela pergunta que eu faço quase que diariamente pros meus alunos: 'O que tu vai querer ser?' 'Qual é o teu sonho?'[...] às vezes as crianças vem meio dormente assim, não tem expectativa de futuro, acha que a vida é aquela ali mesmo sabe, então eu acho importante alguém assim que abra a mente delas, pra começar a ver que tem uma vida diferente [...] tem que querer sonhar, tem que buscar as coisas melhores que tragam felicidade, que tragam um conforto maior pra elas [...] então é dar oportunidades concretas, verdadeiras que eu ainda vejo que o professor em alguns lugares é só ele mesmo a ferramenta, é só ele mesmo então [...].

Tais expectativas relativas à função da educação e/ou de qualificação da educação e da formação comunitária não significa que haja relações de partilha, de cooperação, ou mesmo, que as interações entre professores, pais e alunos tenham como mediação a cidadania precária em que estão submersas as comunidades escolares. A capacidade reflexiva dos professores encontra dificuldades em reconhecer os condicionantes institucionais e sociais colocados à sua forma de pensar, às representações sociais que incorpora, ou mesmo a sua prática docente. Pelo exposto até aqui, percebe-se que há uma 'razão normativa' que fundamenta as perspectivas docentes. Ela está presente no conceito de cidadania que sustentam, na relação entre aprendizagem escolar e qualidade de vida futura, nos temas propostos à sua formação, na desatualização curricular diante dos predicados objetivos, valorativos e relacionais das e nas comunidades onde desenvolvem seu trabalho e na inobservância do potencial, praxiológico e formativo, como atributos da função docente.

7. À guisa de uma possível conclusão.

O resultado deste estudo tem seu alcance limitado pelo caráter embrionário de sua natureza. Portanto, nossas conclusões remetem mais para questões em aberto do que para achados definitivos. Em realidade, nosso intento foi apresentar o cenário, em suas propriedades, da 'sala do professor'. Situada em universo mais abarcativo de investigação, as questões que colocamos ao conteúdo da formação continuada docente demanda, ainda, o que outros procedimentos de pesquisa possam ainda nos revelar.

Tendo isto presente, apresentamos o leitor aos elementos próprios à profissão docente sem deixar de destacar as insolvências de sua formação, sobretudo no que respeita a dimensão política da mesma. A julgar pelos indicadores de nosso objeto empírico, os professores e a comunidade de Alvorada/RS, é possível assegurar a importância que a formação continuada dos professores pode representar para a qualificação da consciência social.

O que nos autoriza sustentar esta posição encontra guarida na combinação entre ecologia de saberes, pesquisa-ação e trabalho de tradução. Foi com estas ferramentas teórico-metodológicas que este estudo exploratório procurou identificar as condições sócio-ambientais e culturais para o estreitamento das relações entre professores e comunidade escolar. O que constatamos, de início, é que os professores apresentam saberes, crenças e representações sobre 'o que lhe cabe na profissão' que pouco ultrapassam as fronteiras institucionais. Os saberes da comunidade, mais ou menos fundados na experiência da vida cotidiana, quando muito remete a sensações e/ou emoções marcadas por comiseração. À qualidade de vida precária e às relutantes imagens de futuro o que os professores apresentam são o convite a assumir, como estratégia de vida, o ascetismo weberiano: "O que tu vai querer ser?' 'Qual é o teu sonho?".

Este é somente a expressão do que pode significar os obstáculos que envolvem o diálogo entre sujeitos cujos interesses estão mais ou menos relacionados à qualidade da educação. Entretanto, destaque-se que relação entre professores e comunidade assume um cariz, preponderantemente, burocrático, hierárquico, administrativo, normativo ou mesmo reprodutor (nos termos de Bourdieu!). Com efeito, o diálogo como potencialidade da capacidade de reflexão e da racionalização da comunidade, sob o signo da democracia, da participação ativa, da liberdade política e da igualdade social, não é apreendido como tema 'que me diz respeito'. Assim, aos dilemas sociais e suas implicações culturais, os professores aportam preocupação, mas não responsabilização. Nesta direção, não é possível antecipar o conteúdo da sala do professor. No entanto, e considerando o que a realidade revelou até aqui, imaginamos ser necessário um ou mais encontros preliminares com os professores. Os mesmos serviriam para problematizar, mais do que questões ou temas da formação docente, a natureza e pertinência dos saberes que os sujeitos se valem para interpretar seu contexto, mais ou menos imediato, orientar suas escolhas, construir relações, edificar ações ou projetar futuros. Mais do que isto, uma 'antessala' da 'sala do professor' serviria para construir vínculos entre a educação escolar e a diversidade, as desigualdades e as injustiças e, quem sabe, construir novos compromissos com a comunidade.

Referências:

ALVARADO-PRADA, Luis Eduardo; FREITAS, Thais Campos; FREITAS, Cinara Aline. Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas. In: *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 10, nº 30, p. 367-387, maio/ago. 2010.

*ATLAS BRASIL, 2014***.** Alvorada, RS. Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/alvorada_rs. Acesso em 23 de setembro de 2014.

BAUMAN, Zygmunt. *¿Para qué sirve realmente um sociólogo?* Buenos Aires: Paidós, 2014.

BENINCÁ, Elli; ARAÚJO, Elenita T. G. O diálogo no cotidiano do educador. In.: MÜHL, Eldon Henrique & ESQUINSANI, Valdocir (orgs.). *O diálogo ressignificando o cotidiano escolar*. Passo Fundo: UPF, 2004.

BRASIL, 2009. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. DECRETO N° 6755/2009. Brasília: MEC/SEB, 2009. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/D6755.htm. Acesso em 05 de março de 2013.

CHARLOT, Bernard. *Relações com o saber, formação de professores e globalização*: questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CONTRERAS, José. *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2012.

DEMO, Pedro. *Pesquisa Participante*: saber pensar e intervir juntos. Brasília: Liber Livro Editora, 2004.

DUBAR, Claude. *A socialização*: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

FEE 2010. Resumo Estatístico RS: Municípios do Rio Grande do Sul com mais de 100 mil habitantes - Alvorada http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pop_estado_mapa2_municipio.php?municipio=Alvorada&id=9 Acesso em 17 de abril de 2013.

FERNANDES, Florestan. *Ensaios de sociologia geral e aplicada*. São Paulo: DIFEL, 1959.

_____. *Mudanças Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da Pesquisa-Ação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

FUNDAÇÃO VITOR CÍVITA, 2011. Formação continuada de professores: uma análise das modalidades e das práticas em Estados e Municípios brasileiros. São Paulo: FVC, 2011. Disponível em www.fvc.org.br/pdf/relatorio-formaçao-continuada.pdf Acesso em 26 de outubro de 2012.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

_____. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In. GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich & LASH, Scott. *Modernização reflexiva*: Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1997.

GIROUX, Henry *Os professores como intelectuais*: Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

KAUFMANN, Jean-Claude. *A entrevista compreensiva*: um guia para pesquisa de campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LAHIRE, Bernard. *Sucesso escolar nos meios populares*: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MARCELO GARCÍA, C. *Formação de Professores***:** para uma mudança educativa. Trad. Isabel Narciso. Porto: Porto Editora, 1999.

MIZUKAMI, M. G. N. Docência, trajetórias pessoais e desenvolvimento profi ssional. In: REALI, A. M. M. R.; MIZUKAMI, M. G. N. *Formação de professores*: tendências atuais. São Carlos: EDUFSCar, 1996.

NÓVOA, António (org.). *Profissão professor*. Porto, Portugal: Porto editora, 1995

ODM, 2010. Indicadores municipais: Alvorada/RS. Disponível em http://www.portalodm.com.br/relatorios/rs/alvorada, Acesso em 23 de abril de 2013.

PÉREZ GÓMEZ, A. O pensamento prático do professor – A formação do professor como Profissional Reflexivo. In: NÓVOA, A. (Org.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional e autores, 1992. P.93-114.

SANTOS, Boaventura de Souza. *O Fórum Social Mundial*: Manual de uso. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra, PT: Almedina, 2009, p, 23 – 71.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. *Introdução ao Tema Socialização***.** Jun/2008Disponível em http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/11994/11994.PDFXXvmi=067KfsP10cIPGIBBonvO4mse3HpcwMMx-SUj9o9aolTf3CRE1fbPkxjAC20OANC8GxrQWC2mZVD2xuHALSq6rKG5NHTnuwwc5033C5qB24E-BzmblfCsIn9NbRIznf7Al7EpJKQlMU1nunAQEcjnAtbMmUmKatlwB0WlLOHzKJXf7x7MKqalV-m8ihv4s0p0BqXWdNFMxoKNwiUk4mupjSzDa5HD58EHADENqkBZJlNhEJCJ689q1J4bPMPUVu-Dw8ik. Acesso em 05 junho de 2012.

SILVA, Marilda da. *Complexidade da formação de professores* : saberes teóricos e saberes práticos / Marilda da Silva. – São Paulo : Cultura Acadêmica, 2009.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. *O trabalho docente***:** elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A aventura de formar professores. Campinas, SP: Papirus, 2012.
VIRGINIO, Alexandre Silva. Educação e sociedade democrática: interpretações sociológicas e desafios à formação política do educador. Revista *Sociologias*, ano 14, n° 29 jan/abr 2012, p. 176-212.

GT 84
Subjetividade na Crise do capitalismo contemporâneo

O olhar sociológico voltado para o indivíduo a partir das perspectivas de Richard Sennett, Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim[1]

Gabriela Maria Farias Falcão de Almeida[2]

RESUMO
Durante muito tempo, a preocupação da Sociologia estava relacionada à sociedade e aos fenômenos gerais. Com isso, predominava o conceito de personagem social que, para Danilo Martucelli, designava as ações e experiências dos indivíduos em função de sua posição social. Esse modelo entrou em crise a partir de críticas de estudiosos, que apontavam a necessidade de um equilíbrio entre a abordagem da sociedade e do indivíduo. A Sociologia do Indivíduo emerge, então, como uma tentativa de se recorrer ao indivíduo para se explicar o social. Diante disso, o presente trabalho tem o objetivo de promover uma discussão entre três autores que recorrem aos indivíduos para discutirem problemas sociais: Richard Sennet, Ulrich e Elisabeth Beck. O primeiro tem como central na abordagem o trabalho no capitalismo flexível enquanto os outros dois se focam na modernidade. Todos estão preocupados em discutir os efeitos da globalização a partir das experiências e trajetórias individuais.
Palavras-chave: capitalismo flexível, modernidade, globalização, individualização

1 Introdução

Ao questionarmos qual o objeto da Sociologia, podemos encontrar definições semelhantes à que o pesquisador Anthony Giddens (2010, p. 2) dá: "[...] É o estudo da vida social humana, grupos e sociedades. É uma tarefa fascinante e perturbadora em que o tema de estudo é o nosso próprio comportamento enquanto seres sociais". O autor acrescenta que a maior parte dos indivíduos vê o mundo de acordo com as características de suas vidas, com as quais já estão familiarizados. A Sociologia, então, mostra a necessidade de se adotar uma perspectiva mais abrangente do modo como somos e das razões pelas quais agimos. Ele afirma:

> Ensina-nos que o que consideramos natural, inevitável, bom ou verdadeiro pode não o ser, e que o que tomamos como "dado" nas nossas vidas é influenciado por forças históricas e sociais. Compreender as maneiras ao mesmo tempo sutis, complexas e profundas, pelas quais as nossas vidas individuais refletem os contextos da nossa experiência social é essencial à perspectiva sociológica (GIDDENS, 2010, p. 2).

Durante boa parte das décadas, desde o surgimento da disciplina no século XIX, houve uma grande preocupação em se explicar os fenômenos sociais, deixando claro que o estudo sobre os indivíduos estavam na esfera

---

1 Artigo apresentado no Grupo de Trabalho 84 – Subjetividade na rise do Capitalismo Contemporâneo ,no XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro (Conlab), realizado entre os dias 01 e 05 de fevereiro de 2015 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em Portugal.

2 Jornalista, cientista social e mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa. Atualmente, cursa o doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Contato: gfalcaoalmeida@gmail.com.

da Psicologia. Isso nos faz refletir sobre a relação entre as duas dimensões: a social e a individual, que acabam por gerar uma série de discussões sobre o objeto de estudo da Sociologia. A respeito disso, o estudioso Perry Anderson (ANDERSON apud MARTUCELLI; SINGLY, 2012, pp. 9-10) afirma: "Os indivíduos não são anteriores à sociedade. São indivíduos sociais e, neste sentido, seu caráter social não é posterior a sua individualidade. [...] É ilusório fazer da experiência dos indivíduos o objeto principal da análise social"[3].

Danilo Martucelli (2007) afirma que um dos grandes méritos da Sociologia foi durante muito tempo a capacidade de interpretar um número importante de situações e condutas sociais, desiguais e diversas com a ajuda de um modelo quase único. É assim que as experiências pessoais eram interpretadas a partir de sistemas organizados de relações sociais, num modelo que tem como principal expoente o que o autor denominou de "personagem social", que é explicado da seguinte forma:

> Cada indivíduo ocupa uma posição e sua posição faz de cada um deles um exemplar único e típico de diferentes camadas sociais. O indivíduo se encontra imerso em espaços sociais que "geram", através de um conjunto de "forças" sociais, suas condutas e vivências (e pouco importa a noção empregada para dar conta desde processo-sistema, campo ou configuração (MARTUCELLI, 2007, p. 6).

Esse modelo pareceu cada vez menos pertinente no decorrer da complexificação das estruturas sociais e, portanto, da fragilidade da noção de sociedade como um todo integrado. Não faz mais sentido uma descrição posicional dos indivíduos ou da conduta dos atores. Trata-se, na verdade, de um tipo de abordagem que passou a não fazer mais sentido numa sociedade que estava se desfazendo a partir de uma nova estrutura de hábitos e valores completamente distintos daqueles da época do surgimento da Sociologia. Para Martucelli (2007, p. 16), a disciplina, durante décadas, afirmou coisas contraditórias simultaneamente, por um lado a dissociação entre o objetivo e o subjetivo (que caracterizam a modernidade) e, por outro lado, a articulação estrutural de todos os elementos da vida social (por meio da idéia de sociedade).

Fazia-se necessário, a partir daí, um novo tipo de abordagem que não mais se focasse nos atores sociais, a partir de entendimentos como os de que questões que atingem os indivíduos estão extremamente ligadas aos problemas mais gerais. Isso não quer dizer, no entanto, que se tratam de questões apenas individuais, restritas às áreas de estudo da Psicologia. É a partir dessa crítica do modelo de personagem social que foi percebida a necessidade de se estudar a relação dos acontecimentos gerais e os individuais. Passou-se a se questionar a partir das experiências dos indivíduos se seria possível se refletir sobre fenômenos mais gerais. A mirada sociológica passa a se voltar para o indivíduo. Martucelli e Singly (2012, p. 11) colocam que autores como Marshall Berman e George Simmel se interessam não apenas pelos grandes acontecimentos do mundo, mas também pelo que se observa nas ruas e na vida dos nossos contemporâneos. Eles acrescentam que:

> De nada serve ler os grandes processos sociais se é incapaz de compreender a vida das pessoas: a forma como vivem, lutam e enfrentam o mundo. Mais que uma simples perspectiva de análise, que supõe teorias e métodos particulares, a Sociologia do Indivíduo é uma sensibilidade intelectual e existencial (MARTUCELLI; SINGLY, 2012, p. 11).

Eles ainda chamam a atenção para o fato de o indivíduo que é tratado na Sociologia do Indivíduo não está fora do social. Ele só existe porque toda a sociedade, com suas instituições e normas, pede que ele exista. Martucelli (2012, p. 11), em texto de autoria própria, argumenta que o estudo da sociedade contemporânea mostra-se, dessa forma, inseparável do imperativo específico que obriga o indivíduo a constituir-se enquanto tal. O autor pontua que, progressivamente, foi se impondo na Sociologia a necessidade de reconhecer a singularização crescente das trajetórias pessoais, o fato de que os atores tenham acesso a experiências diversas tendem a singularizá-las ainda quando ocupem posições sociais similares. Para o referido estudioso, o processo de constituição dos indivíduos, então, converter-se-ia no verdadeiro elemento da análise sociológica.

Frente a esse contexto, é proposto neste trabalho um debate entre os sociólogos norte-americano Richard Sennett e os alemães Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim, autores cujas idéias estão mais próximas de uma abordagem com o olhar mais voltado ao indivíduo. Ambos utilizam o indivíduo como chave analítica para se

---

3 Os textos em língua estrangeira são de tradução própria. Portanto, os eventuais erros são de minha responsabilidade.

entender problemas sociais mais amplos. Enquanto para Sennett o elemento central de sua leitura é o trabalho, para Ulrich e Elisabeth Beck é a modernidade. Porém, o conceito fundamental para os dois é a globalização, tendo a noção de capitalismo como algo forte. Ambos trazem a idéia da reflexividade que, para autores como Bourdieu, é algo altamente residual. Dessa forma, é o intuito do presente texto colocar o pensamento desses autores com o objetivo de refletirmos melhores sobre a crise das abordagens sociológicas, que se focavam ou que ainda se centralizavam na análise mais gerais dos acontecimentos.

2 Richard Sennett e o capitalismo flexível

No livro "A corrosão do caráter" (2009, p. 9), Richard Sennett coloca como categorias analítica central o capitalismo flexível, que ataca as formas rígidas da burocracia, bem como os males da rotina cega. Nele, pede-se aos trabalhadores que sejam ágeis, estejam abertos a mudanças em curto prazo e que assumam riscos continuamente, além de dependerem cada vez menos de leis e procedimentos formais. Ele (2009, p. 10) acrescenta que: "Diz que, atacando a burocracia rígida e enfatizando o risco, a flexibilidade dá às pessoas mais liberdade para moldar suas vidas". No entanto, essa aparente liberdade traz à tona uma série de crises pelas quais os indivíduos estão passando nesse cenário econômico. São crises de valores e de caráter, que são os traços pessoais que damos a nós mesmos e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem. Para o autor, o novo capitalismo flexível impõe como questões centrais sobre o caráter:

> Como decidimos o que tem valor duradouro em nós numa sociedade impaciente, que se concentra no momento imediato? Como se podem buscar metas ao longo prazo numa economia dedicada ao curto prazo? Como se podem manter lealdade e compromissos em instituições que vivem se desfazendo ou sendo constantemente reprojetadas? (SENNETT, 2010, p. 10).

Para refletir sobre essas questões, ele traz à tona trajetórias de vida de pessoas aleatórias, mas cujos exemplos são bastante ilustrativos dessas angústias trazidas pelo capitalismo flexível. Ele começa descrevendo a rotina e os objetivos de Enrico, um imigrante italiano que trabalhava como faxineiro nos Estados Unidos. Sua vida se resumia, basicamente, ao trabalho para poder juntar dinheiro e, assim, custear o estudo dos filhos. Ele conseguia calcular o seu tempo: sabia, por exemplo, quando iria se aposentar. Enrico era fortemente impelido pelo sonho americano de mobilidade ascendente para os filhos. Sennett entra nos questionamentos sobre os efeitos do capitalismo flexível a partir das trajetórias de Rico, o filho do italiano, que ascendeu socialmente, conseguindo bom estudo e emprego, mas que parecia rejeitar o estilo do pai. Enquanto a esposa de Rico dirigia uma equipe de contadores, ele abriu uma pequena empresa de consultoria, que fazia com que tivesse que correr de um lado para outro em resposta aos mutáveis caprichos ou idéia dos clientes. É interessante perceber que Sennett (2009, p. 18) relata que Rico não tinha um papel fixo que lhe permitisse dizer aos outros: "É isto o que faço, é por isso que sou responsável". Ele temia que as medidas que precisava tomar e a maneira como tinha de viver para sobreviver na economia moderna houvessem posto sua vida emocional, exterior, à deriva. As mudanças institucionais no mercado de trabalho pareciam mexer diretamente com as angústias de Rico, ainda que ele não se desse conta de tal fato. Diferente do tempo do pai, Rico vivencia a era do trabalho a curto prazo, por contrato ou episódico, em que as tarefas não são claramente definidas, com redes caracterizadas pelos laços fracos, que se concretizam no trabalho de equipe, em que a equipe passa de tarefa em tarefa e muda de pessoal no meio do caminho. Dessa forma, Sennett questiona como Rico pode dar o exemplo de compromisso mútuo, de lealdade para os filhos em meio a um mercado que tem como característica principal os laços fracos. Para além dessa crise, ainda havia o fato de que a esposa precisava ser transferida de cidade por causa do trabalho, o que fazia que eles não criassem laços, por exemplo, com a vizinhança. Ou, ainda, nas palavras do autor:

> Se eu fosse explicar mais amplamente o dilema de Rico, diria que o capitalismo de curto prazo corrói o caráter dele, sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável (SENNETT, 2009, p. 27).

Vemos que o caso de Rico é bastante comum no sistema em que vivemos, que exige que encaremos como algo necessário essa flexibilidade. Agora, é preciso que estejamos dispostos a mudar de trabalho, de moradia, de

cidade, entre outros. É preciso combatermos o tempo rotineiro, tão característico da sociedade moderna e da ordem industrial, contexto em que Rico estava imerso. É como se passássemos a "controlar" o nosso tempo, porém não nos damos conta do que essa flexibilização traz consigo uma série de responsabilidades e queda de limites entre e o trabalho e a vida familiar, por exemplo. A idéia de "trabalhe para você mesmo" carrega a mensagem de que a pessoa tem que estar disponível todo o tempo. A vitória contra a rotina pode deixar um vazio existencial nos indivíduos.

Além do exemplo de Rico, Sennett descreve a vida de Rose, que é proprietária de um bar em Nova Iorque, que foi chamada para trabalhar numa agência de publicidade especializada em bebidas. Ela aceitou o desafio, que a fez estar em contato constante com tópicos do mundo flexível: "mudança", "oportunidade" e "novo". Ela se sentia o tempo todo sendo testada, bem como com a sensação de estar sempre começando de novo, embora não soubesse em que posição estava. Ela não conseguia perceber sequer a existência de medidas objetivas que se aplicassem a fazer um bom serviço. Além disso, ela sentia que já estava fora dos padrões etários, pois a flexibilidade equivale a juventude e ela se considerava velha, pois já tinha mais que cinqüenta anos. Esse receio também acontecia com Rico. Nesse contexto, o elemento central na análise de Sennnett é o risco que, no cenário do capitalismo flexível, torna-se normal, comum ou, ainda, um ato de heroísmo (SENNETT, 2009, p. 94): "A própria instabilidade das organizações flexíveis impõe aos trabalhadores a necessidade de 'trocar' de vaso, isto é, de correr riscos com seu trabalho". Ele ainda acrescenta o pensamento de um dos autores que será posteriormente discutido no presente texto, Ulrich Beck:

> A disposição de arriscar, porém, não deve ser domínio apenas de capitalistas de risco ou indivíduos extremamente aventureiros. O risco vai se tornar uma necessidade diária enfrentada pelas massas. O sociólogo Ulrich Beck declara que, 'na modernidade avançada, a produção social da riqueza é sistematicamente acompanhada pelas produções sociais de riscos (SENNETT, 2009, p. 94).

Acompanhando do risco, vem a ideia de fracasso que, para o autor, é um grande tabu moderno. É como se a oposição entre o sucesso e o fracasso transmitisse a ideia de responsabilização individual ou do "Eu não sou bom o bastante". Ele utiliza o exemplo dos trabalhadores da IBM, altamente qualificados, que ou foram demitidos ou tratados como escrituários inferiores ou faxineiros. Isso os deixou crises profundas, pois dedicaram anos de suas vidas àquela empresa. Ele resume essa idéia:

> Um eu maleável, uma colagem de fragmentos em incessante vir a ser, sempre aberto a novas experiências – essas são as condições adequadas à experiência do trabalho de curto prazo, a instituições flexíveis e ao constante correr riscos. Mas, há pouco espaço para compreender o colapso de uma carreira, se se acredita que toda história de vida é apenas uma colagem de fragmentos (SENNETT, 2009, pp. 159-160).

Todos esses casos de trajetórias de vida acabam por ter como questão central: "Como construir narrativas num contexto de capitalismo flexível?". Tratam-se de crises de valores e de problemas nos indivíduos que não são meramente psicológicos, mas que têm relação direta com patologias sociais e, principalmente, contemporâneas. São narrativas singulares, mas ao mesmo tempo comuns. Num contexto de esgaçamento total dos laços sociais, surgem perguntas do tipo: Como nos responsabilizamos, nos comprometemos numa situação de fluidez absoluta? O que significa liberdade, responsabilidade, compromisso com o outro?.

Os exemplos podem nos submeter à idéia de que Sennnett utiliza personagem social, conceito colocado na introdução deste trabalho: o autônomo, a pessoa mais velha em um novo emprego, os funcionários de longa data que são demitidos. Porém, é preciso perceber a singularidade dessas trajetórias. São exemplos para refletirmos sobre problemas sociais mais gerais, mas ao mesmo tempo não podem ser utilizados como estruturais nem determinísticos. Eles nos fazem perceber que questões que, na discussão do personagem social, certamente seriam relegadas ao psicologismo, são tratadas pela Sociologia do Indivíduo como ligadas às patologias sociais. Podemos perceber o que Brym et al. pontua ao discorrer sobre a Sociologia:

> Você sabe há bastante tempo que vive em sociedade; no entanto, pode ser que, até o momento, não se tenha dado conta plenamente de como a sociedade vive em você. Padrões de relações sociais afetam seus pensamentos e sentimentos mais íntimos e influenciam suas ações e, portanto, ajudam a definir quem você é (BRYM et al., 2006, pp-7-8).

3 Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim: a modernidade e a individualização

Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim promovem uma discussão acerca de um diagnóstico do que tem significado os impactos da segunda modernidade na vida dos indivíduos e de como eles se constituem enquanto tal. O que caracteriza esse período de reestruturação capitalista são quebras de narrativas, incongruências estruturais. A preocupação dos autores é com o "tornar-se indivíduo" ou, posto em questão: quem é esse indivíduo contemporâneo? Eles começam por discorrer sobre o caso da Alemanha Oriental e dos países do Leste Europeu que, após a queda do Muro de Berlim, nos anos 90, viram-se diante de uma a liberdade que não tinham antes, bem como de um novo estilo de vida ocidental que implicava numa guinada para um processo cada vez maior de individualização. Para eles (BECK; BECK-GENRSHEIM, 2002, p. 2), esse conceito significam tanto a desintegração de formas sociais previamente existentes, como o aumento da fragilidade de categorias como classe e status social, papeis de gênero, família, vizinhança etc ou, como no caso da Alemanha Oriental, está ligado ao colapso de normas sancionadas pelo estado, quadros de referências e modelos. Eles questionam (BECK; BECK-GENRSHEIM, 2002, p. 2): "[...] Que novos modos de vida estão emergindo onde os velhos, ordenados pela religião, a tradição ou o Estado, estão quebrando?". Isso leva a outro aspecto que eles explicam da seguinte forma:

> Trata-se, simplesmente, que nas sociedades modernas novas exigências, controles e restrições estão sendo impostas em indivíduos. Através do mercado de trabalho, o Estado e as instituições de bem-estar, as pessoas estão amarradas em uma rede de regulamentações, condições, ressalvas. Do direito à pensão para proteção de seguro, de bolsas de estudo para as taxas de imposto: todos estes são pontos de referências institucionais que marcam o horizonte dentro do qual o pensamento moderno, planejamento e ação devem ocorrer (BECK; BECK-GENRSHEIM, 2002, p. 2).

Esse cenário que transmite a ideia de que os indivíduos são todos livres é o mesmo que os impõe o que os autores denominam por "biografia do faça você mesmo[4]", que é sempre uma biografia do risco ou da "corda bamba", um estado de permanente comprometimento. As decisões passam a ser de responsabilidade dos indivíduos que, livres, são penalizados por erros ou fracassos.

> A escolha errada de carreira ou apenas o campo errado, agravada pela espiral de infortúnio privado, divórcio, doença, a casa recuperados - tudo isso é simplesmente chamado de má sorte. Esses casos trazem à tona o que sempre foi secretamente nos cartões: a biografia do faça você mesmo pode rapidamente se tornou a biografia do colapso (BECK; BECK-GENRSHEIM, 2002, p. 3).

Porém, esse processo de individualização não foi uma opção dos indivíduos. Inspirando-nos no que Jean Paul-Sartre coloca ao discorrer sobre o existencialismo, os indivíduos estão condenados a ser livres. Neste caso, estão condenados à individualização.

> A individualização é uma compulsão, ainda que paradoxal, para criar, para encenar gerenciar, não só a própria biografia, mas os laços e redes que o rodeiam e para fazer isso em meio a mudanças de preferências e em sucessivas fases de vida, enquanto que constantemente se adaptam às condições do mercado de trabalho, o sistema de ensino, o estado de bem-estar e assim por diante (BECK; BECK-GENRSHEIM, 2002, p. 4).

Os indivíduos devem ser capazes de planejar as suas vidas a longo prazo, de se adaptar às mudanças e de organizar e improvisar, estabelecer metas, reconhecer obstáculos, aceitar derrotas e sempre tentar novos começos. Além disso, na perspectiva dos autores, precisam de iniciativa, tenacidade, flexibilidade e tolerância à frustração (BECK; BECK-GENRSHEIM, 2002, p. 4). Eles devem estar preparados para as oportunidades, perigos e incertezas. Podemos perceber isso cotidianamente, por exemplo, com pessoas que sofrem de depressão e que são vistas como responsabilizadas por estarem assim. Problemas sociais, como doenças, vícios e desemprego passaram a ser vistos como de culpa e responsabilidades individuais. No entanto, eles acabam por serem dire-

4 Do-it-yourself biography.

tamente transformados em disposições psicológicas, em sentimentos de culpa, ansiedade, conflitos e neuroses. Ao mesmo tempo em que a modernidade permite a idéia de que é possível fazer por si mesmo o seu destino, parece não levar em consideração as questões sociais, que muitas vezes interferem nesse processo. Esse processo de individualização é visto no presente, mas também representa algo que será constatado no futuro. Podemos questionar: que liberdade é essa que obriga os indivíduos a serem livres? Os autores colocam que o que, às vezes, vê-se é uma prevalência da anomia em relação à autonomia.

Nesse contexto, as rotinas e as instituições são entendidas como tendo uma função desorientadora. Porém, a sua destruição pode ter conseqüências negativas na vida dos indivíduos, como estresse e depressão. Trata-se do que os autores pontuam como quebras da linearidade. Antes, na sociedade industrial, na primeira modernidade, as rotinas eram altamente definidas e orientadoras das vidas das pessoas. Agora, com a quebra delas, cada um é responsável pela sua dinâmica de vida e pelos seus horários. O que se vê, muitas vezes, são indivíduos confusos, perdidos e desamparados.

Um exemplo que eles mostram é o do casamento que, antes não servia à felicidade individual, mas era um meio de se alcançar a sucessão familiar e material. A estabilidade da ordem social e hierarquia dependiam dele. Segundo os autores:

> O casamento não foi realizado em conjunto com o amor, a auto-descoberta e auto-terapia de dois assalariados buscando um ao outro e a si mesmos, mas foi fundada em obrigação religiosa e materialmente ancorada nas formas conjugais de trabalho e de vida (BECK; BECK-GENRSHEIM, 2002, p. 9).

Com o desenvolver da modernidade, o casamento se tornou uma filial do Estado, sendo legalmente ordenado. A ordem mundial do casamento tornou-se a ordem individual que deve ser questionada e reconstruída pelos indivíduos. Trata-se de uma situação individual dependente de instituições. (BECK; BECK-GENRSHEIM, 2002, pp. 11-12). Nesse contexto, em outras esferas da vida, parece que o desejo das pessoas cada vez mais é por ter sua "própria vida[5]", isto é, elas querem assumir o controle de suas vidas, independente das demais ou de instituições. Elas querem ser as autoras de suas histórias, que criam suas identidades individuais. No entanto, isso implica em assumir responsabilidade por infortúnios pessoais e eventos imprevistos. Segundo os autores:

> Dinheiro significa o seu próprio dinheiro, espaço significa o seu próprio espaço, mesmo no sentido elementar de uma pré-condição para uma vida que você pode chamar o seu possuir. Amor, casamento e paternidade são obrigados a ligar e manter unida a própria história de vida centrífuga do indivíduo. Seria apenas um pequeno exagero para dizer que a luta diária por uma vida própria tornou-se a experiência coletiva do mundo ocidental. Ela expressa o resto de nosso sentimento comum (BECK; BECK-GENRSHEIM, 2002, p. 22).

Eles evidenciam que, para entendermos o sentido de coesão social, é preciso começarmos a partir do reconhecimento de que o individualismo, a diversidade e o ceticismo estão inscritos na cultura ocidental. Na era global, a vida não é mais sedentária ou vinculada a um lugar específico, mas sim viajante, literal e metaforicamente, uma vida nômade, em que é gasta em carros, aviões, telefone, internet, que caracterizam uma transnacionalidade alongada além das fronteiras Os autores denominam por "globalização das biografias[6]", que significa, na verdade uma poligamia de lugar: as pessoas estão casadas com vários lugares ao mesmo tempo. Para eles (BECK; BECK-GENRSHEIM, 2002, p. 25): "A transição da primeira para a segunda modernidade é também uma transição de lugar monogamia para colocar a poligamia". Neste contexto, espera-se que as pessoas vivam as mais diversas e contraditórias identidades e riscos transnacionais e pessoais. A individualização significa destradicionalização.

É preciso entendermos o curso e as conseqüências de processos de individualização no seio da sociedade, que são de interesse para que compreendamos grandes mudanças sociais na fase avançada da modernidade. Segundo os estudiosos em questão:

---

5 A life of one´s own.

6 Globalization of biographies

> Há fortes indícios de que eles tendem a trazer uma mudança no significado social e no padrão de tais estruturas centrais do mundo da vida, como a família (casamento, paternidade), os papéis de gênero, relações com a comunidade, as relações de trabalho e filiações partidárias e que eles ajudam a explicar os "novos movimentos sociais" e comportamento político em geral, incluindo a questão do consenso e governabilidade nas sociedades modernas (BECK; BECK-GENRSHEIM, 2002, p. 31).

A individualização, para eles, pode ser entendida como um produto do mercado de trabalho, manifestando-se na oferta e na aplicação de uma variedade de habilidades. Eles colocam que os indivíduos se tornam relativamente independentes dos laços sociais herdados ou recém-formados, como família e a vizinhança. Ao tornarem-se independentes, a vida deles assume uma qualidade independente que, pela primeira vez, torna possível a experiência de um destino social. Eles também chamam a atenção para o isolamento que os grandes centros urbanos promovem. Muitas pessoas preferem ficar fechadas em seus apartamentos a terem relações na rua ou com os vizinhos.

Os autores também discorrem acerca da "tirania das possibilidades". Isso está inserido na ideia de que a individualização significa autonomia, emancipação e liberdade. É como se agora tivéssemos muitas possibilidades e só coubessem aos indivíduos as escolhas. Nas palavras deles (BECK; BECK-GENRSHEIM, 2002, p. 27): "Hoje, mesmo o próprio Deus tem que ser escolhido". As pessoas se tornam responsáveis por decidir sobre as mais diversas esferas de suas vidas. Por exemplo, a ideia é de que se elas se alimentam mal e desenvolvem problemas como obesidade é por culpa própria e não por uma série de *fast-foods* espalhados pelos lugares nem tampouco as condições econômicas que não permitem o contrário. Isso é uma quebra com a primeira modernidade, das possibilidades já dadas. Porém, essas escolhas mascaram as condições sociais que, muitas vezes, cerceiam essa aparente liberdade. Na verdade, trata-se de um discurso fortemente propagado pelo liberalismo de que os indivíduos são todos iguais.

Um aspecto de grande importância na leitura dos referidos autores é o risco, que sofre cada vez mais o processo de individualização. Como conseqüência disso, temos que os problemas sociais são cada vez mais percebidos em termos de disposições psicológicas, como sentimentos de culpa, inadequações pessoais, ansiedade e neuroses. É preciso, na cultura do *self*, ter preparo para situações de conflito, capaciedade de conflitos, coragem etc. Nas sociedades modernas, diferentemente das tradicionais, é preciso aprender a lidar com as incertezas no cotidiano, com as decisões a serem tomadas e as consequências dessas, sejam positivas ou não.

4 Discussão acerca das ideias dos referidos autores

Richard Sennett, Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim mostram as quebras de narrativas que são características, na abordagem de Sennett, do novo capitalismo flexível e, nas dos demais autores, da segunda modernidade. O sociólogo norte-americano deixa isso muito claro no exemplo de Rico, cuja narrativa diferia drasticamente da do seu pai, que pôde vivenciar a linearidade e o controle do tempo através do trabalho, do dinheiro, da rotina de um modo geral. O filho já não podia fazer isso e estava à mercê das constantes mudanças no mercado de trabalho e das suas mudanças de cidades por causa disso. A geração que vive essa quebra da rotina parece ter lutado tanto por isso, mas ao mesmo tempo não sabe o que fazer. Sennett argumenta:

> O tempo de curto prazo, flexível, do novo capitalismo parece excluir que façamos uma narrativa constante de nossos labores e, portanto, uma carreira. Mas, não arrancar dessas condições algum senso de continuidade e propósito seria literalmente faltarmos a nós mesmos (SENNETT, 2009, p. 146).

Ulrich e Elisabeth Beck (2002, p. 32) afirmam que a educação está ligada com a seleção, exigindo, daí, expectativas do indivíduo de mobilidade ascendente. Essas expectativas permanecem em vigor mesmo em casos em que essa mobilidade ascendente é uma ilusão. Essa idéia está ligada à história de Rico, que teve os estudos custeados através do trabalho do pai e, assim, pôde ascender e entrar no mercado de trabalho desejado. Porém, é justamente o trabalho o elemento central e estruturador das crises que ele apresenta em relação a valores. No entanto, a possibilidade de ascensão social é justamente uma das grandes propagandas do liberalismo,

que se funda no indivíduo e em sua liberdade. É como se ninguém ou nenhuma instituição pudesse impedir o seu desenvolvimento, mas apenas suas impossibilidades pessoais. Isso está ligado não só ao processo de individualização, como Ulrich e Elisabeth Beck apontam, mas à ideia de fracasso, que Sennett trabalha ao discorrer sobre os trabalhadores da IBM. Ao mesmo tempo que somos indivíduos livres e responsáveis por nossas escolhas, temos o peso da obrigação de lidar com o fracasso e é como se não conseguíssemos conectá-los a mudanças mais gerais ou estruturais. Se tenho mais de cinqüenta anos e não consigo mais emprego, a culpa é minha, que nessa idade estou desempregada ou que não fiz cursos para me capacitar. Além disso, os indivíduos ainda têm que lidar com a concorrência entre si, que causa o seu isolamento dentro de grupos sociais homogêneos.

Essa questão está ligada diretamente ao risco. Sennett mostra que o correr risco passou a ser um imperativo no novo capitalismo flexível. É preciso arriscar em estar mudando de emprego, de fazer investimentos próprios sem a certeza de que vai ter algum retorno, de mudar de cidade ou estado etc. É necessário estar sempre passando por testes e começando do zero. Quem não fizer isso, é como se estivesse condenado ao fracasso por culpa própria. Sennett (2009, p. 103) coloca: "Numa sociedade dinâmica, as pessoas passivas murcham". Segundo ele, o risco envolve mais que simplesmente oportunidade: a pessoa que se apresenta ao novo patrão ou grupo de trabalho tem que ser atraente e estar disponível. Isso pode ser notado, por exemplo, em empresas que demitem os funcionários e, posteriormente, contratam-nos sob a forma de terceirização ou de consultoria. Depois disso, inverte toda a lógica de responsabilização, que passa da empresa para os indivíduos e que os torna responsáveis pelos riscos. Essa é a ideia de individualização dos riscos sobre a qual Ulrich e Elisabeth Beck argumentam. É preciso saber lidar com as frustrações:

> [...] Decisões, aquelas possivelmente indecidíveis, dentro das diretrizes que levam a dilemas -, mas as decisões que colocam o indivíduo, como um indivíduo, no centro e, correspondentemente, penalizam os estilos de vida e comportamentos tradicionais (BECK; BECK-GENRSHEIM, 2002, p. 4).

Sennett (2009) ainda afirma que a oposição entre sucesso e fracasso transmite a ideia de que, se temos indícios de conquistas materiais, não seremos perseguidos por sentimentos de insuficiência e incompetência. Isso tem a ver com a ideia de ter sua "própria vida", que Ulrich e Elisabeth Beck colocam. A partir do momento em que vivemos no novo capitalismo flexível a era do "trabalhe para você mesmo", temos muito da noção da "vida própria", aparentemente sem interferências. No caso de Rico, ele tem a sua vida própria e a ilusão de que domina o seu tempo. Mas, vive correndo de um lado para o outro e tem que arcar, por exemplo, com o prejuízo de ficar doente. Isso acontece em contextos de trabalhadores autônomos que, se deixar de trabalhar um dia, estão deixando de ganhar dinheiro. Isso acaba gerando um ciclo de exaustão no trabalhador, que não pode sequer tirar férias, pois não tem nenhuma fonte de renda durante aquele período.

5 Considerações finais

Os autores abordados neste trabalho nos ajudam a entender as seguintes questões: Como é que chegamos ao ponto de sermos responsáveis por todas as coisas? Ou, ainda: que forças sociais estão criando esse sujeito autônomo e, muitas vezes, visto como feliz?

Através do diagnóstico da realidade social, os autores constroem uma análise sociológica a partir do indivíduo e isso não faz com que caiam no psicologismo. Fica bastante claro, a partir das leituras deles, que patologias sociais podem se tornar problemas individuais. Ulrich e Elisabeth Beck pontuam que, quase toda a sociologia, através de um "viés congênito", é baseada em uma negação da individualidade e do indivíduo. Eles acrescentam:

> Quase toda a sociologia, através de um "viés congênito", é baseada em uma negação da individualidade e o indivíduo. O social tem sido quase sempre concebido em termos de tribos, religiões, classes, associações e, sobretudo, mais recentemente, de sistemas sociais. Os indivíduos eram o elemento intercambiável, o produto das circunstâncias, as máscaras de personagens, o fator subjetivo, o ambiente de sistemas, em suma: o indefinível (BECK; BECK-GENRSHEIM, 2002, pp. 14-15).

Conforme eles colocam, a Sociologia deve repensar seus conceitos e sua rotina de pesquisa. É preciso estarmos atento a quem é esse indivíduo no mundo globalizado ou, nos termos de Sennett, capitalista flexível e de Ulrich e Elisabeth Beck, moderno e, principalmente, individualizado. Em ambos os contextos, vivenciamos um individualismo. Para os três autores, estamos diante de um contexto de nomadismo, pois as pessoas têm que estar dispostas a irem para qualquer lugar em nome do trabalho. Vivenciamos isso no Brasil através de concursos públicos, em que as pessoas que passam têm que estar disponíveis a irem a qualquer parte do país.

A discussão dos autores nos faz refletir sobre o objeto de estudo da Sociologia e nos mostra o quanto temos que olhar para os indivíduos com o intuito de entendermos contextos mais amplos. Eles nos mostraram que é possível construir análises sociológicas a partir dos indivíduos. Percebemos que problemas vivenciados no nosso cotidiano, como depressão, desemprego, crises econômicas, têm uma ligação extrema com o capitalismo e a globalização. E, como todos nós estamos inseridos nesse contexto, acabamos não nos dando conta de que, muitas vezes, reproduzimos, por exemplo, essa visão de que cada um é responsável pelo seu sucesso ou fracasso. Acabamos não questionando todo o processo da individualização que existe por trás de muitos discursos de culpabilidade dos indivíduos.

6 Referências

BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. (2002), **Individualization**. Londres, Thousand Oaks, Nova Delhi: Sage.

BRYM, J. Robert et al. (2006), **Sociologia: sua bússula para um novo mundo**. São Paulo: Thomson.

GIDDENS, Anthony. (2010), **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MARTUCCELLI, Danilo. (2007), **Cambio de Rumbo: la sociedade a escala del individuo**. Santiago: LOM Ediciones.

_____; SINGLY, François de. (2012), **Las Sociologías del Individuo**. Santiago: LOM Ediciones.

SENNETT, Richard. (2009), **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record.

Agricultura alternativa, subjetividade e capitalismo cognitivo

Ricardo Luiz Sapia de Campos:[1]

RESUMO: O capitalismo contemporâneo se caracteriza pela capacidade de explorar todas as esferas da vida. Distingue-se da sociedade salarial produzindo, expropriando e privatizando "valor conhecimento". A pesquisa busca entender as relações entre produção, reprodução e apropriação do conhecimento a partir da chamada agricultura alternativa desenvolvida no interior do estado de São Paulo no Brasil, e dum programa específico do SEBRAE chamado AGROSEBRAE. Uma agricultura (*fair trade*, produção orgânica, permacultura, selo verde, etc.) que se coloca como "alternativa" diante da produção massificada e principalmente diante das mazelas criadas pelo sistema, como o uso excessivo de agrotóxicos, agressão ao meio ambiente, etc. A comunicação pretende intercambiar experiências do caso português na busca pela valorização de aspectos autóctones contrapostos aqueles da sociedade industrial por vezes patrocinado pela Comunidade Européia, como o caso da cultura de oliveiras. Considerarei a valorização e auto valorização deste processo alternativo e empreendedor, como "resistência produtiva".

Palavras Chave: capitalismo cognitivo, agricultura alternativa, subjetividade, saber e conhecimento.

O Agrosebrae e a experiência Brasileira

O Brasil assim como outros países ditos desenvolvidos ou vis-à-vis em vias de desenvolvimento passa por transformações que podem ser resumidas como sendo resultados da crise do chamado capitalismo industrial. Trata-se duma nova organização produtiva que "recupera na transformação" saberes e conhecimentos (GORZ, 2005) valorizados no circuito de mercados.

A flexibilização traz dentre outras coisas, Harvey (2008) a valorização da diversidade (sabores, estética etc.) rompendo com o conceito "padrão" e massificado de produção e consumo de massas. Na esteira deste processo as instituições de maneira geral são permeadas por transformações que buscam captar este potencial produtivo traduzindo em representação. No Brasil, grosso modo, o SEBRAE é a instituição modelo que capta este novo potencial produtivo transformando em representação.

Criada em 1972 e antecipando no Brasil a crise da sociedade salarial, surge como entidade privada sem fins lucrativos tendo como propósito fomentar o empreendedorismo. Trabalha com o potencial produtivo dos pequenos e médios empreendimentos que se auto-organizam valorizando o conhecimento de maneira canalizá-lo na forma duma pequena empresa.

O slogan do SEBRAE instituído oficialmente em 2008 é: "Quem tem conhecimento vai para frente". Trata-se de fomentar o desenvolvimento via matrizes duma nova economia com valores como preservação ambiental, cooperativismo, participação social, emprego, qualidade de serviços, desenvolvimento local e principalmente empreendedorismo. A aposta do SEBRAE é que a nova economia que se forma com a crise da sociedade salarial funda-se no conhecimento e na capacidade empreendedora de transformar este conhecimento em produtos aceitos pelo mercado e nucleados como empresas que se relacionam num mix de cooperação e competição.

> O maior capital de uma empresa é o conhecimento. E a capacidade de usá-lo para desenvolver produtos, idéias e serviços é o melhor diferencial competitivo. Há uma grande quantidade de informação disponível nos mais diferentes meios (jornais, revistas, rádio, televisão, bibliotecas, internet etc.). Essas informações, quando úteis e

---

1 UFG – Universidade Federal de Goiás – FCS – Faculdade de Ciências Sociais Goiânia; Programa de Pós graduação em Ciências Sociais da UNESP – Universidade Estadual Paulista campus de Araraquara; FAPESP - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo e GT – Grupo de Estudos Capitalismo Cognitivo, ruralidade e agricultura Email: sapiacampos@yahoo.com.br. GT 84: Subjetividade na Crise do capitalismo contemporâneo

> aplicáveis, geram conhecimento dentro da empresa, o que é fundamental para a inovação de produtos, serviços, processos, marketing e organizacional. Para melhorar a utilização desse conhecimento, os pequenos negócios podem implementar a gestão do conhecimento. Ela nada mais é do que o conjunto de atividades e práticas que permitem à empresa criar, registrar, compartilhar, proteger e usar os conhecimentos mais importantes para gerar inovações e trazer benefícios econômicos para ela mesma. (SEBRAE, 2014.)

Em 1997 o SEBRAE, diante da verificação de potencial produtivo e a explosão de pequenas empresas ligadas á agricultura e de alguma maneira as sociedades rurais, propõe a experimentação do programa piloto SAI – Sistema Agroindustrial Integrado. Trata-se inicialmente da metodologia e dos princípios e objetivos da instituição, agora destinados a agricultura e ao potencial produtivo e de construção de mercados que se formava. O desafio é adequar sua ação – gerenciamento, planejamento produtivo, inovação, captação de recursos, marketing, etc.- a um público novo. Incorporando e, portanto, transformando, a contento da instituição ás primeiras experiências, o SAI passa por reformulações principalmente em 2001 e 2009. A guisa dos resultados extraídos a partir do projeto piloto, o SAI atua flexibilizando aplicativos de acordo com cada caso, e realidades difusas avaliadas sempre em proveito da instituição. O AGROSEBRAE aparece como resultado das experiências com o projeto piloto seguindo a mesma matriz metodológica do SAI, porém, melhor adequada e transformada com vistas á cada realidade.

O modelo SEBRAE de gestão e organização funciona bem diferente da organização do conhecimento produtivo que se tinha com o capitalismo industrial. Desde a Primeira Revolução Industrial, conforme é sabido, a produção funcionava expropriando o saber e reproduzindo o conhecimento de forma uniforme e massificada. O trabalhador produtivo vendia para o capital sua força de trabalho bem como sua capacidade de escolha e decisão. Era um mero executor de tarefas rotineiras e pré programadas. O capital detinha os meios materiais de produção bem como o conhecimento produtivo. Com o consumidor acontecia a mesma coisa. Não havia liberdade de escolha e decisão o consumo era pré definido pela indústria sendo que o consumidor era receptor passivo. A frase mais emblemática deste período atribuída a Henry Ford que diante da expansão da linha de produção automobilística inaugurando o sistema de organização produtiva e gestão do trabalho a que se convencionou chamar de taylorista-fordista havia afirmado que "todos os carros são bons desde que sejam um Ford T preto".

Pois bem, todas as políticas de formação e qualificação do trabalho deste período tinham como objetivo ocupar postos de trabalho já existentes. Portanto, trabalhador deveria ser treinado e preparado segundo um cabedal de conhecimento pré concebido (pelo capital) do qual mais eficiente e produtivo este trabalhador seria tanto melhor fosse capaz de reproduzir sem desvios conteúdos previamente definidos. Os cursos de formação e qualificação profissional, e que pese a participação dos sindicatos dos trabalhadores neste processo, eram tal qual mais competente na medida em que metodologicamente (via treinamento) conseguiam reproduzir módulos fechados de formação.

Com a crise do capitalismo industrial a vida torna-se "business" conforme apontou André Gorz (2005). A vida do trabalhador passa a ser o capital mais valioso eliminando as diferenças entre trabalho e não trabalho, entre produtivo e improdutivo. A vida torna-se mercadoria nos elementos mais periféricos, "supérfluos" e fluídicos. Sendo que todos estes aspectos difusos dotados de valor são objetos de expropriação. O consumidor torna-se agente ativo sendo que no limite é quem determina o consumo. Detentores de capacidade ou conhecimento produtivo, vis-à-vis prescindem do comando empreendendo e conciliando trabalho (execução) com conhecimento (concepção).

Para o SEBRAE interessa exatamente este público de "trabalhadores produtores" que na prática auto-empreendem. O SEBRAE atua metodologicamente e em várias frentes (organização, marketing, gestão, gerenciamento, captação de recursos, etc.) exatamente reunindo maneiras de codificar, portanto de transformar, o saber em conhecimento. Ao contrario das instituições burocratizadas do período industrial o SEBRAE transforma o saber produtivo destes agentes mediante participação e métodos difusos em resultados valorizados pelo mercado.

O AGROSEBRAE atua captando este potencial produtivo que se constitui em novos mercados formado por pequenos e médio empresários. Faz isso atuando exatamente nos nichos de produção que normalmente, quer no sistema de produção, como caso mais emblemático dos produtos orgânicos, quer na recuperação de sabores e valores ligados aos alimentos e a alimentação como no caso do movimento *slow food*, se apresentam como alternativa a produção e ao consumo de massa.

Contextualização dum recorte de pesquisa

A região de Araraquara é institucionalmente compreendida dentro da antiga divisão agrícola de Ribeirão Preto a qual se destaca como região de vocação agrária. Mesmo sendo marcante a presença do assalariamento agrícola voltado para os grandes complexos produtivos, principalmente da cana-de-açúcar, a região è apontada como com vocação para as pequenas empresas agroindustriais. Segundo o cadastro do INCRA (1995), havia só no município de Araraquara, aproximadamente 890 propriedades rurais, sendo que destas 750 tinham uma extensão territorial que variava entre 01 a 50 alqueires. Segundo dados do LUPA (2009) existem um mil cento e cinqüenta propriedades rurais no município, das quais 47,04% variam entre 10 e 20 hectares representando um total de 541 propriedades. Um percentual bastante alto se comparada com outras regiões e municípios do Estado (LUPA, 2009).

O último LUPA aponta algumas mudanças em relação comparativa com o levantamento anterior de 1995/96. Este último aponta o aumento significativo do número de propriedades entre um e quinhentos alqueires[2] enquanto as propriedades de quinhentos até dez mil alqueires sofreram significativa diminuição. O maior aumento, da ordem de 27,3% no período, foi de propriedades que variavam entre cinco e dez alqueires seguida com 24,7% das propriedades que têm entre dez e vinte alqueires. Ocorre que as propriedades entre um e dois alqueires aumentou 27% no período, o maior aumento, praticamente igual àquelas entre cinco e dez alqueires. (LUPA, 2009).As propriedades entre cem até duzentos alqueires aumentaram apenas 3,1% e entre duzentos e quinhentos alqueires 2,3%.

Estes números são importantes para pensar a emergência e o crescimento das experiências ditas alternativas. O projeto, ainda em andamento, indica existirem mais de duzentas empresas ou propriedades ditas alternativas estimando existirem mais de quinhentas ocorrências do tipo.

A condição de alternatividade é dada por características que envolvem escolhas qualitativas. Produção alternativa (orgânica, *fair trade*, livre de agrotóxico, etc.), ou mesmo com diferenciais de produção sustentável, sem agressão ao meio ambiente, ou propondo diferentes formas de produzir (mandala, permacultura, sistemas rotacionados, etc). O interesse foi atribuir valor qualitativo como diferencial do sistema ou modelo de produção convencional.

Uma característica marcante que define este tipo de produção agrícola de tipo alternativa é que diferentemente d algumas pregações apologéticas não existe choque ou incompatibilidade de modelos, sugerindo inclusive, a interdependência simbiótica entre eles. No mais das vezes a alternatividade é possibilitada pela garantia de renda com parte da propriedade destinada ao modelo convencional[3].

---

2 No Brasil existe uma gama de medidas em alqueires como o "Alqueire Mineiro", "Alqueire do Norte", "Alqueirão" ou "Alqueire Goiano" e o "Alqueire paulista". O Ministério da Agricultura e Reforma Agrária reconhece esta diversidade ainda que os dois mais utilizados são o Alqueire Mineiro com 48.400 mil metros quadrados e o Alqueire paulista com 24.200 metros quadrados. No caso nos referimos ao alqueire paulista.

3 A pesquisa demonstrou entre outras que a maior parte das produções que foram consideradas alternativas apenas foi viabilizada dado que o proprietário garantiu sua sobrevivência inicial e a manutenção dos gastos domésticos via produção convencional. No caso trata-se mais do fornecimento de cana-de-açúcar ou arrendamento de terras para as usinas de produção de açúcar e álcool da região.

Agricultura Alternativa

A pratica duma agricultura alternativa ligada à percepção do ato-agrário[4] é expressão deste novo momento de subjetivação que acontece com a crise do fordismo e do modelo de produção e consumo rígidos. Distintas: agricultura biodinâmica, agro ecologia, ecogastronomia[5], produção orgânica, *fair trade*, organizações como o movimento *slow food*, Terra Madre ou Arca do gosto, ou mesmo outras mais ligadas às técnicas de produção como sistema mandala[6], permacultura[7], etc.

Ainda que exista uma tentativa de encerramento do conceito procuro trabalhar o termo (agricultura alternativa) de maneira aberta permeando possibilidades. Entendo agricultura alternativa como prática (ação) agrícola permeada e carregada de significados e saberes humanos, o que *de per si* se contrapõe (se alterna) a um tipo de agricultura praticado em tempos da sociedade industrial. A pluralidade de significados ligados á práticas comunitárias carregadas de valores humanos dista e possibilita a "agricultura alternativa" em contraponto aquela agricultura pensada como produção de alimentos e, portanto, apenas como "calorias e *comodites*".

Dentre as definições, ao que parece, aquela proposta pelo movimento *slow food* , inclusive recuperando a autoria do interessante conceito de "ato agrário", é a que melhor se aproxima desta abertura de possibilidades que antes e encerrar permeia de possibilidades o entendimento da "prática" duma agricultura alternativa.

> O **consumidor** orienta o mercado e a produção com suas escolhas e, aumentando sua consciência sobre estes processos, ele ou ela assumem um novo papel. O consumo se torna parte do ato produtivo e o consumidor se torna então um **co-produtor**. O **produtor** exerce um papel importante no processo, trabalhando para alcançar a qualidade, tornando sua experiência disponível e acolhendo os conhecimentos e saber-fazer dos outros.
> O esforço deve ser comum e deve ser feito com a mesma consciência e espírito interdisciplinar, como a ciência da gastronomia.
> Cada um de nós é chamado a praticar e disseminar um novo, mais preciso e baseado em três pré-requisitos básicos e interconectados. A qualidade do alimento deve ser: bom, limpo e justo. ao mesmo tempo mais amplo conceito de qualidade do alimento, (Slow Food, 2007)

A escolha dos alimentos é um ato produtivo em si que aproxima cada vez mais o agente social na figura, sem distinção, dum produtor-consumidor. O trabalho enquanto ação do sujeito confunde sem distinguir a figura do consumidor que faz escolhas e opta amparado em seu gosto, senso estético, valores morais e consciência ética. O produtor é um produtor de alimentos e produtos diferenciados e alternativos quando consome dirimindo a produção.

---

4 Ato que congrega a figura do produtor e do consumidor com forte potencial de subjetividade atinente á escolha. Para o movimento *Slow food* comer de maneira limpa, justa e com sabor (bom) é um ato produtivo em si. O termo é atribuído ao poeta agricultor norte americano *Wendel Berry* que aponta que "comer é um ato-agrário", pois produzir alimentos é uma prática cheia de significados e deve ser considerado um ato gastronômico.

5 Movimento que prega o uso de alimentos saudáveis, produzidos de maneira sustentável e sem uso de agrotóxicos ou mesmo conservantes químicos. Valoriza sabores e saberes locais via preservação e conscientização ambiental, biodiversidade e responsabilidade social.

6 Trata-se de sistema de produção sustentável e com pouca necessidade de energia. Produção em círculos concêntricos tendo na base o reservatório de água donde são criados peixes. A partir deste centro se distribui a água e irriga as diversas e combinadas culturas produzidas em círculo por vários motivos além da irrigação também a construção de barreiras naturais que impede o dificulta a permeabilidade de pragas favorecendo o controle biológico.

7 Trata-se de sistema de produção agrícola criada por ecologistas australianos *Bill Mollison* e *David Holmegren* na década de setenta. A idéia básica é trabalhar com a natureza se aproveitando desta força sem contrariar. Trata-se dum sistema holístico de produção agrícola. É sustentável e economicamente viável trabalhando com três princípios básicos: o cuidado com a terra, com as pessoas e a partilha de excedentes.

O trabalho agrícola, conforme ponderam *Hardt* e *Negri* (2005) além de se singularizar diante de todo e qualquer outro tipo de atividade se constitui no maior desafio para pensar a ação coletiva do novo milênio. Quer se preserve ou não n'alguns recortes temáticos e de investigação a figura do camponês, o mais importante é a singularidade vital que assume o trabalho agrícola.

> O trabalho agrícola continua sendo extremamente diferente da mineração, do trabalho industrial, do trabalho nos serviços e outras formas de trabalho. A vida agrícola tem uma relação impar com a terra, desenvolvendo uma relação simbiótica com a vida dos elementos – o solo, a água, o ar, a luz do sol. (E aqui podemos reconhecer claramente o potencial de que a agricultura se torne biopolítica). A agricultura é, e sempre será uma forma singular de produção e de vida, e, no entanto – este tem sido nosso ponto primordial – os processos da modernização têm criado relações comum de produção e troca que são compartilhadas pela agricultura e outras formas de produção. (p. 165)

Os autores claramente apontam um tipo de trabalho que se singulariza com relação a todo e qualquer tipo de trabalho principalmente pelo caráter vital (dos elementos vitais compondo um caráter afetivo: produção de valor afeto). Portanto, o caráter biopolítico do trabalho agrícola permite a produção de afeto circundante nos fluxos lingüísticos e no cotidiano da cooperação coletiva no fluxo do trabalho, de mercados e enfim em toda forma da vida em comum.

Capitalismo Cognitivo e a conexão com o caso português.

A tese do capitalismo Cognitivo dialoga diretamente com as transformações estruturais que tem acontecido na matriz produtiva nas últimas décadas. Recupero aqui a definição e o debate acerca do tema, postulando uma leitura das transformações apontadas acima pela via da produção do conhecimento. Para Bernard Paulré (2011), bem como para autores como, Christian Marazzi (2011); Antonio Negri (2011); André Gorz (2005), dentre outros, o capitalismo cognitivo pode ser definido como:

> (...) a acumulação essencial do capitalismo contemporâneo é a acumulação cognitiva, assumida no sentido lato, compreendendo o conhecimento, a informação, a comunicação, a criatividade, em suma, as atividades da mente. É o papel central dessa acumulação que diferencia o capitalismo cognitivo do período histórico do qual recentemente saímos, o capitalismo industrial. Nesse último contexto, a acumulação é centrada principalmente no capital físico e na organização do trabalho. No período pós industrial (ou cognitivo), o investimento físico e a organização do trabalho não desaparecem, mas não são mais centrais e não constituem mais a orientação essencial da acumulação e do progresso. (p. 235-6)

Trata-se, portanto, dum postulado que enfatiza que a acumulação e a expropriação do comum continuam sendo à base do capitalismo. O que muda com relação ao período do industrialismo é que agora se expropria o valor do conhecimento que é em si produtivo. A base material continua existindo, mas o que na verdade é valorizado é a idéia, a subjetividade, e no limite o conhecimento cristalizado em determinado produto.

Para André Gorz (2005) o saber se constitui e se confunde com a identidade cultural do sujeito, e que, portanto, faz dele (sujeito) que na *new econome* torna sua vida um *business*:

> O saber é, antes de tudo, uma capacidade prática, uma competência que não implica necessariamente conhecimentos formalizáveis, codificáveis. (...) Eles não são ensinados; aprendem-se-nos pela prática, pelo costume, ou seja, quando alguém se exercita fazendo aquilo que se trata de aprender a fazer. Sua transmissão consiste em apelar à capacidade do sujeito se produzir a si próprio. (...) O saber é apreendido quando a pessoa o assimilou ao ponto de esquecer que teve e aprendê-lo. (...) Os saberes comuns ativados pelo trabalho imaterial não existem senão em sua prática

> viva, e por ela. Eles não foram adquiridos ou produzidos em vista de trabalho que podem realizar ou do valor que podem assumir. Eles não podem ser destacados dos indivíduos sociais que o praticam, nem avaliados em equivalentes monetários, nem comprados ou vendidos. (p. 32-3)

Temos, portanto, uma situação na qual o saber se distingue do conhecimento, haja vista que este segundo pode ser codificado, portanto transmitido "em bloco" ou apostilado. Com o saber, diferentemente isso não acontece. O melhor exemplo desta diferença pode ser dado entre se conhecer a gramática (código) duma língua e saber falar a língua produzindo o que ela tem de vivo que é a comunicação.

A subjetivação determinando a ação social via valorização de conteúdos estéticos, afetivos ou em suma ligados a experiência formadora de saberes, é sugestiva de ser entendido a partir de Portugal ou mais propriamente do Alentejo. Ao que parece o caso dos olivais é um caminho tanto possível quanto "didático" para experimentar este intercâmbio. Porções de terras destinadas à plantação de oliveiras do sul de Portugal são adquiridas por empresas espanholas do Leste europeu ou mesmo da África. São grandes empresas ou corporações que buscam maximizar a produção em fluxo e tempo recorde. Contudo chocam com uma cultura ou *modus vivendi* típico de uma região que se formou a partir dum tipo de prática agrícola quase integrativa com a natureza. Ou mesmo numa consorciação pouco agressiva com pastagens para o gado e a criação de porcos. A cultura milenar dos olivais no sul da Europa está ligada ao próprio desenvolvimento das populações. No caso dos olivais em especial trata-se de um tipo de produção avessa ao fluxo da aceleração do tempo. A nossa hipótese é que existam casos significativos de produção alternativa (que alterne ao modelo do agronegócio no mais das vezes financiado pela Comunidade Européia) pululando no contexto Europeu. Hipótese embasada em rápidas experiências de campo e também na consideração da condição autóctone das vilas e comunidades espalhadas pelo território alentejano que se estruturaram via um *savoir-faire* intimamente ligado a cultura dos olivais.

A experiência portuguesa via rasgo no Alentejo tem mobilizado debate acerca das drásticas conseqüências ao meio ambiente como desaparecimento de espécies nativas, mudança ou extinção de cursos de água via plantação intensiva de olivais trazida por empresas espanholas[8]. A marca espanhola "Oliveira da Serra", por exemplo, tem posição de liderança no mercado mundial de azeite com plantações intensivas[9] no Alentejo fazendo parte do grupo SOS *Corporación Alimentaria*. Conforme aponta Dias (2008)

> Os sistemas de rega implantados para o olival conduzem à artificialização das linhas de água e à destruição de galerias ribeirinhas, como se pode constatar, com maior incidência, em várias explorações agrícolas em Beja, Ferreira do Alentejo, Vidigueira, Serpa e Moura (...) Uma década depois de vários empresários espanhóis terem iniciado a plantação de novo olival no Alentejo e quando, neste momento, a área ocupada por esta monocultura já atinge quase 40 mil hectares, conforme dados fornecidos ao PÚBLICO pelo Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas. (2008)

Soma-se o fator pernicioso do uso intensivo de agrotóxicos em plantas como os olivais que até o advento da produção intensiva dispensava esta prática. O sistema tradicional ainda constitui a maior parte da produção

---

8 Provavelmente o marco mais emblemático seja a construção da lagoa – Barragem de *Alqueva* no Rio *Guadiana* numa parceria entre Espanha e Portugal. Um longo e polêmico processo que teve início em 1968 e que foi concluído apenas em 2013. Trata-se dos maiores lagos artificiais da Europa Ocidental que com o objetivo de produzir energia e dispor água para irrigação destruiu paisagens naturais e populações nativas como o caso do município de Aldeia da Luz. Um mega empreendimento pensado para a produção de alternativa a partir da destruição de "locais" milenares.

9 São conhecidos, e, portanto, classificados três sistemas no Alentejo o tradicional aprimorado milenarmente com até duzentas plantas por hectare, demorando até vinte anos para começar a produzir e podendo produzir por séculos; o intensivo com o dobro de plantas por hectare, sistema de irrigação e inicio da produção em sete anos, podendo ser produtiva por décadas; e, o sistema super-extensivo com até mil e duzentas plantas por hectare e que começam a produzir no terceiro ano de planta.

de azeitonas do Alentejo mesmo considerando que muitas propriedades resistem agonizantes. Todavia existe um grupo considerável de propriedades e produções que se constituem valorizando e viabilizando a policultura mediterrânica via mercados menores ou localizados. São produções sustentáveis e viabilizadas de forma sustentável consorciadas com a produção de mel, cortiça, pastagens, ervas medicinais, etc. Em regiões do sul da Espanha, por exemplo, com atenção para a Andaluzia, existe o chamado "azeite de quinta" produções pequenas e localizadas que exploram nichos de mercado rotulando o azeite como proveniente de olivais plantados possivelmente pelos romanos ou mesmo os gregos; Noutros pontos do mediterrâneo tem-se o hábito de apadrinhar árvores milenares com o intuito tanto de preservá-las quanto de melhorar seu bem estar.

A nossa hipótese é que tanto no caso brasileiro quanto no caso português exista uma convivência intrincada entre estas distintas experiências produtivas. Longe da perspectiva da replicar modelos, penso que tanto o caso português quanto o brasileiro, dentro das diferenças que os singularizam, sustentam um verdadeiro laboratório de pesquisa que permite pensar este agente de tipo novo que se coaduna num sujeito que diante da ação (do trabalho) recupera sua capacidade intelectiva, ou seja, de concepção.

Existe, portanto, uma diferença fundamental deste momento com relação à apropriação típica do capitalismo industrial amparado na produção de valor a partir da expropriação do trabalho. Agora, dada a fluidez do valor construído e reconstruído cotidianamente na cooperação lingüística, no afeto e, portanto, num *savoir-faire*[10] que não pode ser completamente expropriado, o conhecimento, diferentemente do trabalho, não pode mais ser completamente expropriado.

Conclusões ou aporte para pensar a crise do capitalismo contemporâneo.

Desde Marx a sanha do capitalismo consiste em se apropriar (indevidamente) da produção social. O que caracteriza e singulariza as fases anteriores, conforme apontam Gorz (2005), e Lazzarato e Negri (2001), dentre outros, é que existia um determinante material ligado ao "reino das necessidades" que garantia esta expropriação. Ainda que preservada a formula, o que singulariza o atual momento tido como dum capitalismo cognitivo, segundo os próprios autores, é o fato deste se estruturar basicamente sob aspectos vitais e subjetivos, portanto imateriais. Ainda que o produto material permaneça, assim como é mantida a exploração sobre o trabalho, o capitalismo cognitivo se sustenta apropriando-se de valores e de formas de vida que acabam sendo cristalizadas em produtos com suas marcas e a carga de informações, signos e significados que tais produtos carregam. Estamos assim diante duma produção de tipo novo, conforme aponta Gorz (2005) sobre a definição de riqueza:

> O "capitalismo cognitivo" é um capitalismo que sobrevive à debilidade de suas categorias fundamentais. Essas categorias fundamentais, trabalho, valor e capital, manifestam-se somente através da troca de mercadorias e possuem uma substancia comum: a quantidade de trabalho abstrato, em forma de mercadoria, mensurável em unidade de tempo. A quantidade de trabalho médio cristalizada em mercadorias determina no final a relação de equivalência – o valor (de troca) das mercadorias. (p. 59)

Sendo o saber, um saber de tipo novo bastante próximo da identificação do conceito francês de savoir-faire, este não pode mais ser reduzida a antiga fórmula da teoria do valor, uma vez que o que está posto é um valor que não pode ser expropriado. Pelo menos não pode ser apropriado na métrica "absoluta" da teoria do valor.

Por definição, o que caracteriza e define este tipo de produção alternativa é justamente este saber de tipo novo fluindo de forma rizomática em fluxos de comunicação lingüística e produzindo a si mesmo na medida em que coopera.

---

10 A terminologia francesa *savoir-faire* carregada de significados e que não possibilita tradução é a que melhor se aproxima deste potencial tido como conhecimento produtivo. *Savoir-faire* nada mais é que "saber fazer" tratando-se de termo e expressão francesa que designa conhecimento cotidiano, reiterado ao longo do tempo, e que não pode ser transmitido senão pelo ato da sua execução e aplicação de todo potencial cognitivo e afetivo.

Bibliografia

DIAS. C. (2008) *Plantação de olivais ameaça meio ambiente no Alentejo: Especialistas alertam para os perigos da nova moda vinda de Espanha*, Online 1 Disponível em : http://www.publico.pt/ciencia/noticia/plantacao-de-olivais-ameaca-meio-ambiente-no-alentejo-1348066 (consultado em 10.12.2014)

GORZ, A. (2005), O *Imaterial: conhecimento, valor e capital*, São Paulo: Annablume.

HARDT, M. e NEGRI, A. (2005) *Multidão: guerra e democracia na era do império*: Rio de Janeiro: Record.

HARVEY, D. (2008) *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola

LAZZARATO, M. & NEGRI, A.(2001), *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*, Rio de Janeiro: DP&A.

MARAZZI, C. (2011) *A violência do Capitalismo financeiro*. In FUMAGALLI A. e MEZZADRA, S (eds.) Crise da Economia Global: mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos, (org.), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 23-74.

NEGRI, A. (2011) *Algumas reflexões sobre o rentismo na "Grande Crise" de 2007 (e seguintes). In*: FUMAGALLI A. e MEZZADRA, S (eds.)A Crise da Economia Global: mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 353-36

PAULRÉ, B. (2011) *Capitalismo Cognitivo e financeirização dos sistemas econômicos*. In FUMAGALLI A. e MEZZADRA, S (eds.) A Crise da Economia Global: mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 233-264.

PROJETO LUPA 2007/2008(2009), *Censo Agropecuário do Estado de São Paulo*, São Paulo: IEA, CATI, SAA.

SEBRAE (2014), *A gestão do conhecimento nos pequenos negócios*, Online, 1 (1) Disponível em: http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/A-gest%C3%A3o-do-conhecimento-nos-pequenos-neg%C3%B3cios (Consultado em 20/11/2014)

SLOW FOOD BRASIL, (2007) Bom, Limpo e Justo: *Manifesto Slow Food para a Qualidade,* Online 1 (1). Disponível em*:* http://www.slowfoodbrasil.com/campanhas-e-manifestos/38-manifesto-bom-limpo-e-justo (Consultado em 11/12/2014)

PAULRÉ, B. (2011) *Capitalismo Cognitivo e financeirização dos sistemas econômicos*. In FUMAGALLI A. e MEZZADRA, S (eds.) A Crise da Economia Global: mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 233-264.

Significados do trabalho para jovens de uma univerdade pública do sul do Brasil

Maria Luisa Carvalho
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, mluisacarvalho@utfpr.edu.br

Marilene Zazula Beatriz
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, marilenez@utfpr.edu.br

Erica Yuko Miyoshi Koono
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, erikinha_ymk@hotmail.com

Giovane Negrini
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, giovanenegrini@gmail.com

RESUMO O estudo buscou compreender os significados que jovens universitários atribuem ao trabalho num contexto pós reestruturação produtiva e de crise do capitalismo. Tratou-se de uma pesquisa exploratória, qualitativa, pautada na Psicologia Sócio-Histórica. A metodologia incluiu três grupos focais com jovens estudantes dos cursos de Engenharias e Ciências Exatas de uma universidade pública federal do sul do Brasil e a análise de conteúdo para o tratamento dos dados. Os resultados indicaram que, em sua maioria, esses jovens acreditam que sua vivência profissional será distinta da dos seus pais: terão um diploma universitário, mais possibilidades de escolha, esperam trabalhar na área que gostam e julgam que o êxito profissional decorrerá do esforço individual. Esses jovens naturalizaram as relações de trabalho capitalista, desconsiderando as dimensões históricas, sociais e econômicas, tendo uma visão alienada do trabalho.

Palavras-chave: significados do trabalho, psicologia, jovens universitários, ciências exatas e engenharias.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo discutir os significados do trabalho para jovens universitários (as) brasileiros (as) das áreas de Ciências Exatas e Engenharias de uma instituição pública do sul do Brasil. Interessou em particular, compreender que rupturas e continuidades em relação às gerações anteriores fizeram-se presentes nesses significados a partir das crises do capitalismo da década de 70 do século passado em diante.

Após essa época, o capitalismo inicia uma nova fase caracterizada pelo deslocamento da produção para a especulação financeira e pelo toyotismo como modelo de gestão, dentre outros. O valor excedente relativo passa a ser buscado pela diminuição do tempo e do valor do trabalho por meio da redução maciça dos (as) trabalhadores (as) efetivos (as) e a intensificação do trabalho daqueles (as) que permanecem empregados (as). Com o toyotismo, a mais-valia não se baseia apenas na quantidade de trabalho, mas a ela são somados outros elementos como: a gestão do capital do conhecimento, a participação, o comprometimento, a disciplina coletiva e o aprisionamento da subjetividade (Aktouf, 2004). No Brasil, tais mudanças foram intensificadas a partir da década de 1990, com a abertura econômica durante o governo de Fernando Collor de Mello e a implementação de políticas neoliberais no governo de Fernando Henrique Cardoso. Para Hirata (2011), esses processos não se alteraram, mas se intensificaram a partir da crise de 2008.

A perspectiva teórica na qual se baseou este estudo foi a Psicologia Sócio-Histórica que considera que o trabalho ocupa um lugar central na constituição da subjetividade, uma vez que a maneira como ele é organizado conforma modos de agir, pensar, sentir, enfim de ser. Salienta-se, porém, que não se trata de uma visão determinista, à medida que considera que há possibilidades, por parte do sujeito, de construir outros modos de trabalhar e de

vivenciar o trabalho e, portanto, de constituir-se, pois parte-se do pressuposto que a subjetividade é dialética. Pautando-se nessa abordagem, considera-se que a reestruturação produtiva não implicou apenas mudanças na organização do trabalho, mas também na produção de um (a) novo (a) trabalhador (a), de um novo sujeito e de novos significados do trabalho. Por significados, na perspectiva da Psicologia Sócio-histórica, entende-se as ideias ou conceitos acerca da realidade, que são produzidos historicamente e apropriados pelo sujeito por meio da linguagem, constituindo a base social de sua consciência (Leontiev, 1983). Assim, para essa pesquisa, entende-se por significados do trabalho as idéias e os conceitos que o sujeito tem a respeito do trabalho e, que são produzidos historicamente e conformam as relações/vivências de trabalho e a subjetividade.
Para articular e discutir estas questões o artigo será dividido da seguinte forma: primeiramente apresentar-se-á a contextualização teórica, seguida da metodologia, da apresentação de resultados e as considerações gerais.

1. Contextualização Teórica

1.1 A concepção de subjetividade na perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica

Tradicionalmente na Psicologia, a compreensão do desenvolvimento da subjetividade tem sido orientada pela perspectiva natural, como se cada pessoa tivesse seu desenvolvimento determinado pelo fato de ter nascido de humanos, condicionado ao seu amadurecimento biológico. A Psicologia Sócio-histórica contesta tal perspectiva e, propõe que, sem desconsiderar a influência da filogênese e da ontogênese, uma pessoa torna-se humano apenas quando passa a ter uma intensa e duradoura relação com grupos sociais e, consequentemente, com uma cultura (sociogênese).
Desta forma, o ser humano difere de outros animais, pois estes para garantir sua sobrevivência apenas se adaptam ao meio (natureza). Já o ser humano busca, além da adaptação, a transformação da natureza de acordo com suas necessidades e a de seu grupo social.
O desenvolvimento do psiquismo do ser humano é, portanto, um processo histórico e social, e depende fundamentalmente de suas relações sociais e da apropriação da língua e da cultura historicamente demarcadas. As experiências das gerações anteriores também são apropriadas, tendo em vista que os humanos desenvolvem as funções psicológicas superiores - raciocínio lógico, pensamento abstrato, capacidade de planejamento, memória, entre outras – gerando a capacidade de seguir em frente a partir da apropriação de conhecimentos que são construídos e repassados coletivamente. Segundo Vigotsky (1933/1988, *apud* Aita & Facci, 2011:36) "assevera que toda função psicológica superior aparece em dois planos, sendo primeiramente interpsíquica (nas atividades coletivas e sociais), para depois tornar-se intrapsíquica (como propriedades internas do pensamento), ou seja, aparece no plano externo e é internalizada".
De posse, disso, o homem se humaniza, apropriando-se dos conteúdos culturais e lentamente começa a interferir no mundo objetivo, conseguindo compreender os *significados* do que está sendo repassado e, ao mesmo tempo construindo, num movimento de ir e vir (de forma dialética), do mundo objetivo ao mundo subjetivo e vice-versa, os *sentidos* destas mesmas coisas e conceitos que perpassam a sociedade. Podemos dizer, então, que a construção da subjetividade acontece de forma lenta e singular, com o contato do sujeito com o meio social em que está inserido, de acordo com o momento histórico, com as normas, as regras e os valores repassados por este mesmo grupo social, ou seja pela cultura, por meio da apropriação de uma determinada língua. A subjetividade é construída, criando sentidos que podem ser transformados a medida em que se torna consciente do meio e das relações sociais, gerando novas ações, muitas delas consideradas ações reflexivas. Neste sentido, segundo Leontiev (1978/1983: 44), a subjetividade pode ser considerada como "uma propriedade do sujeito ativo". Ou para Aita & Facci (2011: 4) "O homem constrói, assim, sua essência em sua existência, em sua atividade prática chamada trabalho".
Considerada essa relação dialética entre subjetividade e trabalho, passa-se a seguir a apresentar as recentes mudanças no contexto do trabalho e suas possíveis implicações para os significados que os (as) jovens lhe atribuem, o que implica em novas vivências e modos de ser, ou seja, em novas relações com o trabalho, com os demais humanos e consigo mesmos (as).

1.2 Reestruturação produtiva e trabalho

A crise estrutural do capitalismo na década de 1970 originou-se nos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão, alastrando-se, gradativamente, aos demais países. Desencadeou uma nova reestruturação produtiva caracterizada pelo advento do modelo toyotista de gestão, precarização do trabalho (intensificação, desemprego, perda de direitos trabalhistas), representando não uma ruptura com o modelo toytista-fordista, mas uma continuidade do processo de racionalização da produção capitalista e de manipulação do trabalho vivo. Essa reestruturação produtiva implicou em inovações econômicas (macroeconomia neoliberal), geo-econômicas (novos territórios e espaços do mercado mundial), politicos-institucionais (Estado Neoliberal), culturais (pós-modernismo), organizacionais (toyotismo), tecnológicas (revolução micro-eletrônica) e sócio-metabólicas (mercantilização da vida) (Alves, 2007).

No Brasil, assim como em outros países, essa reestruturação produtiva gerou demissões em massa. Se a década de 1980 foi conhecida como a "década perdida" devido aos altos índices de inflação, à recessão e ao desemprego, a situação se intensificou a partir da década de 1990, com os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, quando a abertura econômica e a implantação de políticas neoliberais foram acirradas.

Na área da engenharia, estudo realizado por Gutierrez (2011) indicou que as políticas neoliberais implantadas no Brasil a partir de 1990 promoveram uma redução de cerca de 30% dos postos formais de engenheiros no país, especialmente devido às privatizações, o que levou a migração desses profissionais para o setor privado, passando a atuar como pequenos empresários ou em bancos. Esse cenário, para o autor, explica a atual falta desses profissionais no mercado de trabalho brasileiro.

Após esse longo período de redução de postos de trabalho, no Brasil, a partir de 2002, observou-se a queda nos índices de desemprego, que passaram de 11,2% no final de 2001, para 4,7% em outubro de 2014 (Blog do Planalto, 2014). Políticas governamentais como Plano de Aceleração do Crescimento (obras de infraestrutura), "Minha Casa, Minha Vida" (programas de habitação), Pré-sal (exploração de petróleo e gás) contribuíram para geração de empregos em diversas áreas, incluindo as de engenharias e ciência exatas, focos desse estudo.

Avanços também foram observados nas políticas de educação implantadas a partir de 2000, com os governos dos presidentes Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef, os quais promoveram a expansão do ensino superior público. Diversos programas foram criados com o intuito de aumentar a oferta, o acesso e a permanência dos (as) estudantes nessas instituições educacionais, possibilitando a inclusão da população de menor poder aquisitivo e de grupos étnicos historicamente marginalizados (negros e índios). Dentre essas ações pode-se citar o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Sistema de Seleção Unificado (SISU) e a Lei de Cotas (reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, afrodescentes e indígenas). Em relação ao ensino superior privado, implantou-se o sistema de concessão de bolsas por meio do Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Entretanto, a crise financeira internacional de 2008 intensificou o processo de precarização do trabalho (redução de salários, perdas de direitos, adoecimento mental, vínculos temporários, entre outros) e o desemprego (Hirata, 2011). No Brasil, a diminuição de oferta de emprego formal entre os jovens (18 a 24 anos) permaneceu sendo maior em relação ao das demais faixas etárias. Embora dados do relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) tenham indicado uma redução de 2,485 milhões de jovens desempregados em 2012 para 2,371 milhões no segundo trimestre de 2013 (Ehlert, 2104), o documento do ano anterior trouxe dados de que os índices de jovens desempregados passaram de 44,5% no ano de 2008 para 51,2% em 2012, indicando que as melhorias sociais e de trabalho geradas pelo crescimento econômico na América do Sul não beneficiaram os jovens de forma significativa (OIT, 2013).

Na área das engenharias, estudos contradizem o discurso do senso comum que alardeia uma falta crônica de profissionais na área, decorrente do crescimento econômico recente no Brasil, indicando que essa escassez não é comprovada por dados empíricos, ao menos não em todas as áreas. Apesar de dados positivos como a queda nos índices de desemprego na área (de 4% em 2000 para 2% em 2010) e o aumento de engenheiros em ocupações típicas, os salários não tem se diferenciado de outras profissões de nível superior, e observou-se um maior fluxo de recém-formados do que a demanda, provavelmente decorrentes das políticas educacionais

citadas (Gusso & Nascimento, 2014; Salermo, Lins, Araújo, Gomes, Toledo & Nascimento, 2013)
O que os estudos citados acima constataram foi que o número reduzido de profissionais na área das engenharias se concentra na faixa etária de 35 a 59 anos, o que seria uma decorrência da já citada falta de valorização da profissão durante as décadas de 1980 e 1990. Assim, segundo os dados empíricos, a dificuldade presente reside em encontrar profissionais disponíveis para ocupar cargos de chefia mais elevadas como gerentes. Além disso, estudos identificaram outros fatores para explicar a suposta falta de profissionais no mercado como: baixa qualidade da formação, debilidades em competências específicas e pouca mobilidade para regiões afastadas dos grandes centros. Ou seja, o que se verifica é que não se trata de um déficit quantitativo mas qualitativo.
A reestruturação produtiva descrita gerou mudanças significativas igualmente na dimensão subjetiva a partir dos novos formatos organizacionais e relações de trabalho. O fim da estabilidade de emprego presentes no taylorismo, criou a mentalidade de que o profissional deve ser flexível e que não deve temer riscos e incertezas. Consoante a essa questão, a carreira e a qualificação passaram a ser vistas como responsabilidades individuais e não mais atreladas à empresa. Os modelos de gestão tornaram-se referência para as demais esferas da vida (família, educação, etc). Da mesma forma, houve grande valorização da ciência e da tecnologia, também apontadas como solução para todos os problemas. O (a) trabalhador (a) "tipo bovino de Taylor" tornar-se o (a) "empreendedor (a) polivalente" que deve atender às demandas conflitantes das empresas: ser competitivo (a) e cooperativo (a); proativo(a) e obediente às normas; flexível e perfeccionista; focado (a) na carreira individual e leal à empresa (Grisci, 2000; Lima, 1995; Nardi, 2006; Sennet, 2009).
Diante desse contexto, cabe indagar quais as implicações sobre o significado do trabalho para a juventude.

1.3 Juventudes e significados do trabalho

Roberti (2013) afirma que as dimensões conscientes (e acrescentaríamos as inconscientes), fisiológicas e éticas do trabalho se constituem em processo, se transformam e se interagem. Assim, diante das transformações historicamente constituídas do trabalho, as novas gerações de trabalhadores (as) estabeleceram outras relações e significados com o mesmo, que também não são homogêneos uma vez que as formas concretas em que se dá a vivência são distintas e que não há como falar em juventude, mas sim em juventudes, uma vez que fatores como: classe sociais, condições econômicas, escolaridade, etnia, dentre outros, conformam diferentes modos de subjetivação, de ser jovem e de suas relações com o trabalho.
Pesquisas realizadas com estudantes brasileiros (as) (Coutinho & Gomes, 2006; Oliveira, Fischer, Teixeira, Sá & Gomes, 2010 idem tem que citar todos os autores¿) demonstraram que o trabalho continua a ocupar um papel central na constituição do sujeito, em especial na construção da identidade adulta, sendo associado a significados positivos, como algo bom, valorizado socialmente, sendo fonte de prazer, independência financeira e psicossocial. Aspectos negativos também foram identificados como associação do trabalho ao cansaço físico e às barreiras impostas por questões de preconceito referente a gênero e a cor.
Em estudo realizado com jovens brasileiros (as) participantes de um programa do governo federal voltado à escolarização e qualificação profissional de jovens de baixa renda (ProJovem), Roberti (2013) verificou uma perspectiva otimista, de realização pessoal e de valorização do trabalho e dos estudos, da busca pela formação de uma profissão, tendo em vista não apenas a sobrevivência. Identificou também uma mudança em relação à geração anterior, para a qual a realização pessoal se subordinava ao trabalho, sendo que para a juventude de hoje a relação se inverte: o trabalho se subordina à realização pessoal. Observou ainda o autor, maior individualismo, em contraponto a uma identidade coletiva no trabalho, considerando que isso torna os (as) jovens mais vulneráveis às dificuldades estruturais e específicas do ambiente de trabalho e às manipulações ideológicas por não terem vivenciado outros momentos históricos do trabalho. Entretanto, o autor destacou que nem tudo foi ruptura, e que os (as) jovens estudados (as) possuíam ainda a expectativa do "bom emprego", a ambiguidade entre o impulso humanizador, criativo do trabalho *versus* a alienação e a opressão da vida pelo trabalho ou por sua ausência. O trabalho ainda ocupava lugar central nas vidas desses (as) jovens, não apenas no que se referia à necessidade de sobrevivência, mas como uma dimensão existencial, moral e social. Percebeu-se também um temor em relação ao desemprego. Como aspecto contraditório, o estudo indicou que embora possuíssem maior escolaridade, os (as) jovens não conseguiam suplantar a qualificação e a experiência das gerações de trabalhadores (as) mais antigas.

Aragão (2008) apontou uma divergência em relação aos efeitos das novas configurações do trabalho para a juventude. Por um lado, aponta que há aqueles que consideram que a globalização e a revolução tecnológica produziram um cenário de incerteza em relação ao trabalho, sendo os (as) jovens amplamente afetados pelo desemprego. Porém, há os que consideram que a juventude atual estabelece uma outra relação com o trabalho, distinta da dos pais, não mais se dedicando de forma exagerada ao trabalho e aos dilemas vinculados a sua centralidade (trabalhar para ter sucesso, para ser reconhecido, medo do desemprego). Ressalta, porém, que isso é mais comum entre jovens com curso superior, do que para aqueles (as) de camadas mais pobres cujo trabalho vincula-se à sobrevivência.

Os resultados do estudo de Aragão (2008) com jovens universitários (as) apontaram que esses (as) representavam o trabalho como associado à remuneração e à realização profissional, pessoal e intelectual. A autora considera que isso representa uma projeção do desejo de obtenção de reconhecimento social e independência, porém, os (as) jovens consideraram que o tempo da graduação seria insuficiente para alcançá-los. Predominou uma visão positiva do trabalho, não sendo associado a fatores como sofrimento, estresse e adoecimento. Para esses (as) jovens, o trabalho também ocupava um lugar central vindo, em primeiro lugar, em relação à família e amigos, devido à competitividade que exigiria muitas horas e energia para o trabalho e consideraram esse cenário como inevitável. O estudo ainda indicou uma expectativa de ganho financeiro superior ao dos pais, especialmente nos casos em que os (as) filhos (as) tinham maior escolaridade do que eles, julgando essa mudança como uma "evolução natural", desconsiderando os aspectos históricos.

Outro dado relevante no estudo de Aragão (2008) foi o de que a metade dos (as) jovens colocaram o trabalho como prioridade e a outra metade o lazer. As alegações foram o desejo de serem reconhecidos (as) profissionalmente e até de que sem o trabalho não há lazer, devido aos custos financeiros envolvidos. Consideraram a qualificação e a educação contínuas como formas de se garantir a inserção e a permanência no trabalho. Aliado a essa questão, o esforço e o empenho próprio apareceram como as soluções para ser bem sucedido no trabalho. Esses jovens não demonstraram temor do desemprego, como se o considerassem um risco "para os outros" que são fracassados e que não lutam. A autora, porém, afirma que percebeu uma contradição, pois embora esse medo não fosse explicito, nas entrelinhas observou-se certa apreensão, o temor de não falhar. Para esses (as) jovens, no tempo dos pais as questões do trabalho eram mais brandas, mais fáceis, pois, em suas percepções, havia menos competições e exigências.

Aragão (2008) considerou que os (as) jovens universitários (as) estudados (as) indicaram uma permanência da ética do trabalho associando-o a valores como: honra, dignidade, produtividade, utilidade e vendo-a como uma forma de inserção social, seja por meio da produtividade, seja por meio do consumo por ele possibilitado, seja ainda pelo sentido de pertencimento a um grupo (trabalhadores). Desejavam realizar um trabalho vinculado a sua área de formação e conciliarem trabalho e vida familiar, ter uma estabilidade financeira e até profissional (via concurso público).

Em pesquisa realizada com jovens, Mota & Tonelli (2013) identificaram que prevaleceu a associação do trabalho como meio de ganhar dinheiro e adquirir bens, seja referente a subsistência (jovens de baixa renda), seja ligado ao consumo como viagens ao exterior, automóveis (jovens de maior renda). O dinheiro advindo do trabalho foi visto como condição para alcançar independência e a felicidade por meio do consumo. O segundo fator mais destacado pelos (as) jovens foi "trabalhar pela família", sendo que para aqueles (as) de baixa renda isso significava uma necessidade presente de auxiliar os pais e para os (as) de classe média representava ter condições financeiras para constituir sua família no futuro.

Almeida (2004) considera que o acesso ao ensino universitário gerou uma expectativa de ascensão social que nega o antagonismo entre as classes, o que não ocorre necessariamente devido a saturação do mercado de trabalho gerado pela maior oferta de profissionais com essa qualificação. Para a autora, esse cenário fez com que o (a) jovem se envolvesse menos na vida universitária e se preocupasse mais com o "após"- sua inserção profissional. Ressalta a autora que há todo um contexto ideológico, reproduzido na mídia e na própria universidade, de que o (a) estudante está ali para estudar, não para fazer política. Em seus estudos o discurso crítico, quando presente, foi pouco fundamentado, associando política a partidos, demonstrando aversão e descrédito aos mesmos. As ações coletivas reduziram-se à participação despolitizadas em centros acadêmicos, assim como em grupos religiosos e ações de altruísmo.

Portanto, com o objetivo de compreender os significados que jovens universitários (as) de cursos nas áreas de Engenharia e Ciências Exatas de uma universidade pública federal do sul do Brasil atribuem ao trabalho e, depois de discutir as crises do capitalismo e suas implicações para a organização e significados do trabalho para a juventude, passar-se-á a apresentar os aspectos metodológicos desta pesquisa.

2. Aspectos metodológicos

A presente pesquisa constituiu um estudo exploratório de cunho qualitativo sob a perspectiva sócio-histórica. Tal perspectiva busca superar os reducionismos das concepções empiristas e do individualismo, no intuito de compreender os sujeitos como históricos, datados, concretos, marcados por uma cultura especifica e, que, ao produzirem e reproduzirem a realidade social são ao mesmo tempo, produzidos e reproduzidos por ela (Bock, 2011).
Os objetivos específicos foram: identificar o que é trabalho para os (as) jovens universitários (as), quais as expectativas, bem como os temores e receios que possuíam em relação ao futuro profissional e identificar como os (as) jovens s pesquisados (as) percebiam as diferenças dos significados do trabalho para os pais e para eles (as).

2.1 Participantes

A população desta pesquisa compreendeu estudantes de graduação das Engenharias e Ciências Exatas regularmente matriculados (as) em uma universidade pública do sul do Brasil, no ano acadêmico de 2013. A amostra selecionada foi por conveniência considerada a partir de três das seis turmas de Psicologia Aplicada ao Trabalho ofertadas semestralmente e das quais as pesquisadoras eram docentes. A amostra foi composta por 22 estudantes, no entanto, para efeito desta pesquisa foram considerados (as) 20 dos 22 participantes, pois dois deles possuíam idade bem superior aos dos demais sujeitos da pesquisa (49 e 34 anos), não se enquadrando no público-alvo (jovens). Todos os (as) demais estudantes compreenderam a faixa etária de 20 a 23 anos. Destes, 14 eram do sexo masculino e 06 do sexo feminino.
Com relação aos cursos matriculados seis participantes responderam que faziam Engenharia Elétrica seguido de cinco estudantes do curso de Engenharia Mecânica, quatro de Engenharia de Controle e Automação, dois responderam que cursavam Bacharelado de Sistemas de Informações, dois de Engenharia Eletrônica e somente um respondeu que estava cursando Arquitetura e Urbanismo.
Dos (as) 20 participantes, oito disseram possuir experiência profissional anterior, 10 alegaram não ter tido nenhuma experiência e dois não responderam. Com relação ao momento da pesquisa, 10 estudantes comentaram que estavam trabalhando ou estagiando (sendo que três estavam trabalhando fora da área do curso, dois trabalhavam na área do curso e cinco estavam estagiando na área de estudo), três estudantes alegaram que não estavam nem trabalhando e nem estagiando e sete não responderam.

2.2 Instrumento

Esta pesquisa teve como base um levantamento de dados de fonte primária. Tais dados foram coletados por meio de grupos focais (Flick, 2009) a partir de um roteiro de entrevista semi-estruturado. O roteiro abordou as seguintes questões: significado do trabalho, futuro profissional (expectativas, ações para alcançá-lo e dificuldades), o que é ser bem sucedido, diferenças entre o trabalho para os (as) jovens e o de seus pais, influência da família na escolha profissional.

2.3 Local da Pesquisa

A Universidade, onde a pesquisa aconteceu, localiza-se no sul do Brasil, no Estado do Paraná. Surgiu em 1910 como escola de ensino profissional primário (Escola de Aprendizes Artífices) em áreas de alfaiataria, marcenaria, mecânica, dentre outras, voltada à qualificação de meninos entre 10 a 13 anos oriundos da população de baixa renda. Gradativamente, foi expandindo sua oferta de cursos e níveis de escolaridade.

Em 1978, tornou-se o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), passando a ministrar cursos de graduação e pós-graduação. Finalmente, em 2005, transformou-se em Universidade Tecnológica Federal.

No momento do estudo, a Universidade era composta por 14 *campi*, sendo dois em Curitiba (capital do Estado do Paraná) e os demais em outras cidades do interior do estado. Oferecia 247 cursos, sendo 18 técnicos, 117 graduações, 76 especializações *lato sensu*, 30 mestrados e 6 doutorados. Sua comunidade era composta por 2.363 docentes, 1.026 técnicos-administrativos e 32.318 estudantes. A pesquisa foi realizada no campus de Curitiba.

2.4 Procedimentos

Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme determinação das leis brasileiras, sob o número CAAE (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética) 22452713.2.0000.5547, de 12/12/2013, os (as) estudantes das turmas escolhidas foram contatados (as) em sala de aula para verificar se havia o interesse em participar da pesquisa. Em seguida, foram marcadas a realização dos grupos focais com aqueles (as) estudantes que aceitaram participar da pesquisa, durante seu horário de aula.

Ao todo, foram realizados três grupos focais nas seguintes datas: 16 e 17 de dezembro de 2013 e em 14 de março de 2014. Vale ressaltar que, apesar da pesquisa ter como condicionante, estudantes matriculados (as) no ano letivo de 2013, houve a realização de um grupo focal em 2014, pois a Instituição de Ensino estava com o calendário escolar atrasado devido a reposição de dias de greve. Portanto, apesar de constar 2014, o ano letivo era o correspondente a 2013. Os dois primeiros grupos contaram com oito e seis participantes, respectivamente, e aconteceram em um miniauditório devidamente preparado com a instalação de microfones, de um gravador de voz e de uma filmadora, em uma mesa oval que comportou todos (as) os (as) participantes. O último grupo focal, composto por oito estudantes, foi realizado em uma sala de aula convencional, munido de um gravador e de uma filmadora. Cada grupo focal teve a duração média de 100 minutos ou o equivalente a duas horas/aula.

Inicialmente foi lido aos estudantes o "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido" onde foram expostos: os objetivos da pesquisa, a utilização do gravador e da filmagem, o sigilo por parte dos pesquisadores e do grupo, bem como o direito do (a) participante em interromper ou ver os resultados da pesquisa a qualquer momento. Os (as) estudantes que aceitaram participar assinaram o termo supramencionado, em duas vias, sendo que uma via ficou com o (a) participante e a outra com os pesquisadores. Em seguida, o conteúdo das gravações foi transcrito, analisado e interpretado conforme os objetivos da pesquisa.

Com relação ao tratamento dos dados, foram empregados procedimentos descritivo-qualitativos, por meio da análise de conteúdo, que tem como objetivo "(...) conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça" (Bardin, 1977: 44), identificando sentidos e compreensão. A procura foi por temas com conteúdo comum e pelas funções destes temas. As categorias de análise foram definidas a partir dos objetivos geral e específicos supramencionados, bem como foram estabelecidas outras categorias a partir da análise dos grupos focais, a saber: Trabalho, Futuro profissional e Diferenças entre o trabalho para os (as) jovens e para seus pais. Destas três categorias abriram-se sub-categorias assim definidas: Trabalho (Naturalização da organização de trabalho capitalista; Prazer e sofrimento; Independência *versus* dependência e Tempo); Futuro Profissional (Adquirir experiência e abrir a própria empresa; Qualidade de vida *versus* trabalhar duro; Aprendizagem contínua; Dificuldades de definir o futuro) e Diferenças entre os jovens e seus pais acerca do trabalho (Possibilidade de escolha; Gênero e trabalho).

Portanto, depois da transcrição literal, cada grupo foi analisado. Separou-se em categorias de análise seguindo o roteiro de entrevista semi-estruturado. Cada categoria foi simbolizada por uma cor. Assim, mapeou-se o conteúdo por cores a medida em que o tema ocorreu de acordo com a fala de cada integrante da pesquisa ainda separado por grupo focal. Em seguida, depois do texto por grupo ter sido colorido, iniciou-se uma análise por grupo de cada um dos temas principais e, ao final, houve o agrupamento e a análise dos três grupos.

Por isto, após a exposição e os esclarecimentos sobre a metodologia adotado no presente estudo passar-se-á a apresentação e a discussão dos resultados encontrados.

3. Apresentação e discussão dos resultados

3.1 Trabalho

- *Naturalização da organização do trabalho capitalista*

Percebeu-se que a maioria dos (as) jovens estudados (as) apresentou uma perspectiva individual a respeito do trabalho, naturalizando as relações e a organização de trabalho capitalistas. Por exemplo, houve relatos de que pretendiam, inicialmente, trabalhar como empregados (as) até adquirirem experiência, para então, terem sua própria empresa, ainda que julgassem que o (a) empresário (a) trabalhe e tenha mais responsabilidades do que o (a) trabalhador (a). Desta forma, reproduzem a lógica explorador-explorado e a divisão entre trabalho intelectual e operacional, conforme a fala de um jovem: "ter alguém que trabalhe para ele".

A contestação dessa visão foi rara e apareceu no comentário de um jovem do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação que afirmou que, por esta área não ser regulamentada, é comum o profissional "levar trabalho para casa", o que implica em uma precarização do trabalho e não em "incompetência" como apresentado pelos outros jovens. Outro comentou que o a rotina de trabalho do engenheiro é intensa, com demandas constantes por parte dos superiores. A perspectiva do trabalho coletivo apareceu apenas na fala de um jovem que ressaltou que em grupo pode-se compartilhar conhecimentos e a carga do trabalho não se torna tão intensa.

- *Prazer e sofrimento*:

Predominou uma visão positiva a respeito do trabalho, relacionando-o a aspectos pessoais como: fazer o que gosta, ser uma atividade prazerosa, realizar um sonho, ter autonomia, poder criar. Além de se fazer o que gosta, apenas dois jovens ressaltaram que o trabalho deve envolver igualmente o benefício à sociedade. Outros dois comentaram que, além de gostar do trabalho, este deve estar aliado ao ganho financeiro. Ainda em relação a isso, chamou atenção o fato de que não houve ênfase sobre a dimensão financeira do trabalho, que foi destacada apenas por um estudante. Porém, não há como afirmar se de fato, para o grupo pesquisado, o dinheiro não ocupa um lugar relevante ou se sentiram constrangidos em tocar no tema. Portanto, predominou dentre os (as) jovens universitários (as) entrevistados (as), uma visão positiva do trabalho, sendo que apenas um deles foi enfático em associar o trabalho ao sofrimento, o que envolvia atividades desqualificadas, que ninguém quer fazer, que exigiam esforço associado a uma obrigação, ou seja, o trabalho como oposto de algo que dá prazer.

- *Independência versus dependência*

Apenas uma jovem relacionou o trabalho à transição da dependência para independência dos seus pais e que o trabalho representava autonomia, experiência, conhecimento, reconhecimento, esforço e responsabilidade. Uma outra estudante remeteu o trabalho à questão da tutela: ter uma chefia que a oriente sobre o que fazer, o que pode estar vinculado ao fato de que ainda era estudante e sentia-se insegura em relação ao seu desempenho profissional.

- *Tempo*

Quatro jovens fizeram uma associação entre trabalho e tempo, porém com perspectivas distintas: dois associaram o trabalho como uma forma de ocupar o tempo, alegando que o ócio era desagradável e, uma estudante comentou que, tendo em vista que a maioria dos (as) alunos (as) estudavam em período integral, o trabalho contribuía para quebrar a rotina de estudos. Por outro lado, para uma das estudantes, apesar de já ter planejado sua carreira, o trabalho foi associado à obrigação, à algo que a privava do tempo para outras atividades, como lazer e de estar com família.

Pode-se perceber que consoante aos estudos de Aragão (2008), Coutinho & Gomes (2006), Oliveira et al. (2010) e Roberti (2013), os (as) jovens atribuíram ao trabalho um papel central em suas vidas, associando-o a aspectos positivos, sendo fonte de prazer, subordinando-o à realização pessoal e não o limitando a uma questão financeira. Naturalizaram as relações de trabalho capitalistas, sendo que alguns acreditavam que o curso superior e o esforço pessoal lhes possibilitarão ascender de trabalhador (a) à empresário (a).

3.2. Futuro Profissional

- *Adquirir experiência e abrir a própria empresa;*

Em relação ao futuro profissional, predominou a idéia de inicialmente trabalhar como empregado, ocupando cargos de gestão ou não, adquirir experiências, para então, abrir seu próprio negócio. Conforme já apontado no item sobre "Trabalho", ter o próprio negócio foi visto de forma idealizada, sendo associado à autonomia, ao poder, à possibilidade de criação, ao fazer o que gosta. O êxito foi apontado por um aluno como vinculado à "sorte" e à "coragem de arriscar". O percurso profissional foi apresentado de forma naturalizada, com uma sucessão de passos lineares, sendo que chamou a atenção o fato de que em nenhum momento foi demonstrado temor do desemprego ou menção à qualquer dificuldade ao longo dessa trajetória. A carreira acadêmica foi pouco abordada – apenas dois estudantes a vislumbraram como uma possibilidade – sendo que para um deles, seria uma opção para "quando estiver amadurecido e cansado" de trabalhar em empresas.

- *Qualidade de Vida versus Trabalhar Duro*

Houve uma ênfase em desejar um futuro em que houvesse um equilíbrio entre vida profissional e pessoal. Os (as) jovens destacaram inclusive que ser um profissional bem-sucedido era ter uma vida com qualidade e conforto, o que implicava convívio com a família, lazer, viagens, momentos de relaxamento, além de trabalhar com o que se gosta. A questão financeira foi vista como um meio para conseguir tais propósitos. Apenas três alunos associaram ser bem sucedido com o ser reconhecido pelo seu trabalho e somente uma jovem relacionou tal questão com a contribuição com o coletivo, beneficiando os outros, conforme indicam nos seguintes depoimentos:

> P3: "Eu acho que pra você definir o seu futuro, é... o trabalho, você não deve pensar também só no trabalho, mas o que eu quero tipo... pensar, "ah, eu quero construir uma família, eu quero ter filhos... eu quero poder viajar... eu quero todo dia alguém me ligando..." Então, quando você vai definir a tua... a tua carreira, você também tem que definir o que você quer pra sua vida. [...] ter mais tranquilidade pra poder construir uma família, e também ter um trabalho lá mais tranquilo."

> P3: "É, como ele falou... a sociedade... vê uma pessoa... bem sucedida que... anda de terno, é... passa o final de semana... com a família, mais... eu acho que... um cara bem sucedido é... o cara que... é feliz com aquilo que... que tá trabalhando, né. Não adianta eu sê (sic)... um alto executivo de uma... de uma grande... multinacional, e... sê (sic) um cara totalmente estressado, não consegui ... é... pega um mínimo de... de coisas prazerosas, não só dentro de casa, mas também dentro do seu trabalho. Né? Conseguir fazer um link entre esses dois mundos: familiar e profissional."

Percebeu-se uma contradição na fala dos (as) estudantes uma vez que quando se referiram ao futuro profissional associaram-no ao fazer o que gosta e a ter qualidade de vida, porém quando questionados (as) sobre o que seria preciso fazer para alcançar o êxito profissional, afirmaram que era necessário "*trabalhar muito e viver pouco*", sacrificando-se, reduzindo a vida ao trabalho.

Tanto na fala dos (as) jovens nos grupos focais quanto em observações das pesquisadoras em suas atividades docentes, percebeu-se que os (as) estudantes vivenciam uma intensa rotina de estudos e alto nível de exigência por parte de alguns (as) professores (as) - "*terror psicológico*" - já apresentando dificuldades em conciliar os estudos com a vida pessoal. Para alguns (as) esta pressão excessiva é negativa, podendo levar à desistência do curso. Enquanto para outros (as), tal pressão tornava-os (as) mais resistentes às condições adversas. Hipotetizamos, portanto, que terão dificuldades para romper com esta lógica de sacrifícios, sobrecarga e pressão quando se inserirem profissionalmente no mercado de trabalho.

- Aprendizagem contínua

Quatro estudantes apontaram a necessidade de aprendizagem continua ao longo da vida profissional, sendo que dois deles destacaram que isto se deve à concorrência. Para um deles este processo se inicia já na graduação com a busca de estágios e de experiências profissionais que lhes fornecessem conhecimentos abrangentes. E para outro se daria por meio de uma pós-graduação (especialização), sendo o mestrado e o doutorado direcionados para aqueles (as) que quisessem seguir a carreira acadêmica.

Chamou a atenção dos pesquisadores que, embora no momento da pesquisa existisse um programa de intercâmbio estudantil (Ciência Sem Fronteiras) amplamente divulgado na Universidade, somente um estudante destacou que o mercado valoriza a vivência em outro país.

- Dificuldade de Definir o Futuro

Observou-se nos (as) jovens uma indefinição em relação à escolha da área especifica dentre seu curso na qual pretendiam atuar após formados (as). Destaca-se que a maioria estava no início-metade do curso e que não tinha experiência profissional, o que poderia explicar essa dúvida. Para alguns (as) a definição dependeria da iniciativa do (a) aluno (a) que deveria buscar informações e experiências para subsidiar suas escolhas profissionais. Um aluno apresentou uma postura mais passiva, aguardando essa definição através do contato com disciplinas que estão por vir. Uma aluna comentou que é muito difícil fazer um planejamento de longo prazo, pois as próprias experiências poderiam fazer com que ela redefinisse seu caminho profissional. Apenas uma aluna afirmou ter clara a área em que pretende atuar, tendo inclusive planejado as etapas para sua carreira profissional.

Embora não tivessem claro o campo especifico em que atuarão, cinco estudantes afirmaram que pretendiam trabalhar na área do curso. Apenas dois discordaram, dizendo que prestarão um concurso público para qualquer área, sendo que um também cogitava abrir um negócio não vinculado ao curso realizado.

Apenas um jovem comentou que será comum mudar constantemente de emprego (média de 8 meses e máximo de 3 anos de permanência) ao longo de sua trajetória de trabalho. Acreditava que isso é bem-visto pelas empresas, sendo um sinal de que a pessoa é um bom profissional, disputado pelo mercado.

Um aspecto que chamou a atenção em relação às expectativas quanto ao futuro profissional foi de que em nenhum momento os jovens mencionaram a questão do desemprego. Ao que parece, os estudantes não o consideravam como um evento possível em sua trajetória. A impressão que se teve foi que eles acreditavam que o diploma universitário lhes dará uma espécie de imunidade em relação à precarização do trabalho e, que os percalços são devido a questões individuais e não sociais (falta de iniciativa, incompetência, entre outros). Hipotetizamos que isso se deva a fatores como o imaginário criado na instituição de que quem se forma ali será um profissional disputado no mercado de trabalho, bem como pelas noticias divulgadas na imprensa brasileira de que faltarão profissionais nas áreas de Engenharias no Brasil, dados já questionados pelos estudos citados (Gusso & Nascimento, 2014, Salermo et al. 2013).

Condizente aos estudos de Aragão (2008), os (as) jovens estudados (as) demonstraram expectativas de que no futuro profissional trabalhem na sua área de formação, alcancem estabilidade financeira e possam conciliar trabalho e qualidade de vida. Porém, como apontado, em relação a esse último aspecto, observou-se uma contradição, a medida em que ao longo da graduação submetem-se a grandes cargas e exigências de estudo e consideravam que é preciso trabalhar duro para ter êxito profissional.

Ainda em relação ao futuro profissional, percebeu-se uma naturalização das relações de trabalho capitalistas, uma postura alienada e individualista. Esses aspectos podem ser ilustrados na crença no mito do empreendedor; ao classificarem como incompetência e não sobrecarga o fato do (a) trabalhador (a) levar tarefas para casa; ao considerarem a troca constante de emprego como decorrente apenas da iniciativa e da competência do (a) trabalhador (a), desconsiderando a fragilidade dos vínculos empregatícios e a possibilidade de demissões. Consoante com o estudo de Aragão (2008), os (as) jovens estudados (as) apontaram a qualificação e a educação contínuas, o esforço e empenho próprio como formas de garantir a inserção e a permanência no trabalho, não demonstraram temor ao desemprego, o que indica uma reprodução da ideologia da meritocracia. Inseridos num contexto de reestruturação produtiva, com redução dos direitos trabalhistas, desemprego, intensificação do ritmo e carga de trabalho, conforme apontou Roberti (2013), tais jovens tornam-se mais vulneráveis em relação

ao enfrentamento dessas dificuldades estruturais uma vez que não possuem uma identidade e organização de classe, estando mais sujeitos às manipulações ideológicas.

Conforme alertou Almeida (2004), o acesso ao ensino universitário gerou uma expectativa de ascensão social que nega o antagonismo entre as classes, o que não ocorre necessariamente devido à saturação do mercado de trabalho gerada pela maior oferta de profissionais com essa qualificação. O contexto ideológico, reproduzido na mídia e na própria universidade, é de que o estudante está ali para estudar, não para fazer política. Na experiência das pesquisadoras, enquanto docentes, percebeu-se de forma clara essa questão. A cultura organizacional com decisões centralizadas, a sobrecarga de estudos e o nível de exigência, a estrutura física da Universidade e curricular dos cursos proporcionam maior individualismo entre os/as alunos/as pesquisados/as e uma fraca, quase nula, participação no movimento estudantil.

3.3 Diferenças entre os jovens e seus pais acerca do trabalho

- Possibilidades de escolha

Dentre as diferenças citadas, os (as) jovens destacaram que, ao contrário da maioria dos pais, eles (as) podem cursar o ensino superior o que imaginavam que lhes possibilitará ascensão social (financeira e de *status*). Em função disso, também julgavam que terão maiores opções de escolhas em relação às ofertas de trabalho, realizando atividades menos desgastantes e mais intelectualizadas (mentais) do que seus pais e avós. É importante considerar que os cursos escolhidos pelos jovens eram cursos integrais e que exigiam uma dedicação de tempo total, dificultando seu acesso a algum tipo de trabalho remunerado. Como se tratavam de jovens advindos (as) da classe trabalhadora, ao que tudo indica, os pais trabalhavam para que os (as) filhos (as) pudessem ascender na vida e ter melhores condições de escolhas.

A experiência de maior liberdade em relação aos pais já se iniciou na escolha profissional. Ao remeterem-se a eles, várias pessoas disseram que desde cedo começaram a trabalhar, abandonando os estudos, para poder auxiliar ou constituir família. A maioria dos (as) jovens (as) disse que foi apoiada pelos pais a estudarem, não havendo uma influencia ou pressão na escolha de determinada área de formação. Dentre os (as) jovens pesquisados (as), apenas seis afirmaram que houve influência direta dos pais na escolha do curso, sendo os motivos apontados: exercer uma profissão com retorno financeiro, mais qualificada, dar continuidade aos negócios da família ou seguir a profissão dos pais. Como já comentado, os resultados indicaram que as prioridades desses pais foi de que os (as) filhos (as) estudassem e que pudessem ter oportunidades que não tiveram. Um dos estudantes comentou que a única exigência dos pais foi a de que fosse aprovado em uma universidade pública, que no Brasil é gratuita, uma vez que não teriam condições financeiras de arcar com os custos de uma instituição privada. Talvez a não interferência dos pais na escolha deva-se aos (às) filhos (as) optarem por uma área (ciências exatas e engenharia) e uma universidade de *status*, uma vez que um estudante comentou que os cursos nas áreas de humanas e artes "*não são consideradas profissões, porque não dão dinheiro*".

Aliado a essas questões, ou seja, com possibilidade de cursar um ensino superior na área que desejou, com perspectivas de maior liberdade de escolha das ofertas de trabalho, diferentemente dos pais, esses (as) jovens associaram o trabalho mais a "fazer o que gosta" do que a necessidades de sobrevivência, buscando, como já comentado em outro tópico, conciliar vida profissional com vida pessoal, tendo qualidade de vida, corroborando com os estudos de Roberti (2013) que verificou, por parte dos (as) jovens, uma perspectiva otimista, de realização pessoal e de valorização do trabalho e dos estudos, da formação de uma profissão, tendo em vista não apenas a sobrevivência.

- Gênero e trabalho:

Duas estudantes comentaram que, ao contrário das mães que eram donas de casa, terão uma profissão, trabalharão fora, o que foi associado a uma maior independência. Destaca-se que, no Brasil, as profissões nas áreas de ciências exatas e engenharias ainda são predominantemente masculinas, sendo que as estudantes enfrentam preconceitos dentro da própria instituição e no mercado de trabalho. Ou seja, acabaram rompendo duas barreiras em relação às mães: ter uma vida profissional em uma área predominantemente masculina.

Os aspectos apontados acima indicaram que, como para os pais, o trabalho continuou a ser central na vida desses (as) jovens.

Percebeu-se, entretanto, rupturas dos significados do trabalho para os (as) jovens em relação a seus pais (acesso ao ensino superior, adiamento do ingresso na vida laboral, maiores possibilidades de escolha da profissão e ocupações futuras, possibilidades de maior ganho financeiro, dentre outros), corroborando, em partes, com os resultados do estudo de Aragão (2008). Porém, como já destacou a autora, esses significados são mais presentes entre jovens com curso superior, do que entre aqueles de camadas mais pobres cujo trabalho ainda vincula-se à sobrevivência.

Conforme apontado no tópico "futuro profissional", os (as) jovens apresentaram como contradição o fato de desejarem uma ruptura em relação aos pais no que diz respeito a conciliar trabalho e qualidade de vida, porém, afirmaram que para ter êxito profissional é preciso trabalhar duro, o que já fazem desde a graduação.

4. Considerações finais

Este estudo proporcionou a aproximação aos principais significados atribuídos ao trabalho por jovens estudantes dos cursos de Engenharias e Ciências Exatas num contexto de pós reestruturação produtiva e de crise do capitalismo.

Os significados encontrados durante este estudo concentraram-se em *Trabalho* (Naturalização da organização de trabalho capitalista; Prazer e sofrimento; Independência versus dependência e Tempo); *Futuro Profissional* (Adquirir experiência e abrir própria empresa; Qualidade de Vida versus trabalhar duro; Aprendizagem contínua; Dificuldades de definir o futuro.) e *Diferenças entre os jovens e seus pais a cerca do trabalho* (Possibilidade de escolha; gênero e trabalho). Tais significados parecem estar coerentes com o atual contexto sócio-econômico-cultural, pois percebeu-se que os (as) jovens apenas reproduziram as relações de trabalho capitalistas, não demonstrando qualquer questionamento crítico sobre o modelo de produção existente. Ao contrário, muitas vezes, culpabilizaram o próprio indivíduo por não conseguir ser bem sucedido.

Pode-se observar que predominou uma visão positiva e individualista a respeito do trabalho, relacionando-o a aspectos pessoais como: fazer o que gosta, ser uma atividade prazerosa, realizar um sonho, ter autonomia e poder criar. Não destacaram a dimensão social do trabalho: contribuição para sociedade, ação coletiva, dentre outros.

Em relação ao futuro profissional, a naturalização das relações de trabalho capitalistas apareceu fortemente nos depoimentos: parecem resignados (as) em começar a carreira "por baixo", galgar cargos de gestão e depois abrir seu próprio negócio reproduzindo novamente o ciclo de explorador *versus* explorado. O percurso profissional é traçado como se fosse uma sucessão de passos lineares e sem percalços (ex. desemprego). Hipotetiza-se que isso se deva a fatores como o imaginário que é criado na instituição de ensino de que quem se forma ali será um profissional disputado no mercado de trabalho, bem como à reprodução das idéias de meritocracia.

Percebeu-se também que os (as) jovens enfatizaram o desejo de um futuro em que houvesse um equilíbrio entre a vida profissional e a pessoal, sendo a questão financeira um meio para conseguir tais propósitos. Porém, contraditoriamente, afirmaram que será preciso "*trabalhar muito e viver pouco*" e vivenciam uma intensa rotina de estudos, apresentando dificuldades em conciliar os estudos com a vida pessoal. Hipotetizou-se, portanto, que terão dificuldades para romper com esta lógica quando se inserirem profissionalmente no mercado de trabalho.

Dentre as diferenças que percebem entre a vivência de trabalho dos seus pais e as perspectivas para as suas vidas profissionais, observou-se que para os (as) jovens, foco deste estudo, o trabalho estava mais associado a "fazer o que gosta", buscar qualidade de vida, do que a uma necessidade de sobrevivência.

Os resultados indicaram, portanto, que, em sua maioria, esses (as) jovens acreditam que sua vivência profissional será distinta da dos pais: terão um diploma universitário, mais possibilidades de escolha, esperam trabalhar na área que gostam e julgam que o êxito profissional decorrerá do esforço individual. Esses (as) jovens naturalizaram as relações de trabalho capitalista, desconsiderando as dimensões históricas, sociais e econômicas, tendo uma visão alienada do trabalho.

Referências Bibliográficas

AITA, E. B. & FACCI, M. G. D. (2011), "Subjetividade: uma análise pautada na Psicologia Histórico-Cultural." *Psicologia em Revista,* 17 (1), pp. 32-47.

ALMEIDA, L. L. (2004), "A juventude universitária e a nova sociabilidade: continuidade ou ruptura?" *VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciência Sociais.* Disponível em http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/LorizaLacerda.pdf, [consultado em 09-11-2014].

AKTOUF, O. (2004), *Pós-globalização, administração e racionalidade econômica***:** *a* síndrome do avestruz. São Paulo: Atlas.

ALVES, G. (2007), *Dimensões da reestruturação produtiva:* ensaios de sociologia do trabalho.2ª ed. Londrina- Praxis; Bauru: Canal 6.

ARAGÃO, E. F. (2008), "Os sentidos do trabalho para jovens universitários". *O público e o privado,* 11, Disponível em http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=136&path%5B%5D=206, [consultado em 10-11-2014].

BARDIN, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Martins Fontes.

BOCK, A. M. B. A Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In BOCK, A. M. B.; GONÇALVES & M. G M. e FURTADO, O. (Orgs). (2011). *A Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia.* 5ª. Ed. SP: Cortez.

BLOG DO PLANALTO. (2014), "Desemprego no Brasil cai ao menor nível para outubro da série histórica, diz IBGE", Disponível em http://blog.planalto.gov.br/desemprego-no-brasil-cai-ao-menor-nivel-para-outubro-desde-2002-diz-ibge/, [consultado em 11-11-2014].

COUTINHO, M. C. & GOMES, J. S. (2006), "Sentidos do Trabalho: Reflexões a partir de uma Oficina Vivencial Desenvolvida com Jovens". *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 1 (1), pp.1-13, Disponível em http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalapip/Sentidos_do_Trabalho_-_Reflexoes_a_partir...MC_Coutinho.pdf, [consultado em 11-11-2014].

EHLERT, A. (2014), "Taxa de desemprego é maior entre a população jovem", Disponível em http://www.bemparana.com.br/noticia/299932/taxa-de-desemprego-e-maior-entre-a-populacao-jovem, [consultado em 13.11.2014].

FLICK, U. (2009). *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed.

GÓIS, C. W. L. (2005), *Psicologia Comunitária:Atividade e Consciência*. Fortaleza, CE: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.

GRISCI, C. L. I. (2000), *Trabalho, tempo e subjetividade*: a reestruturação do trabalho bancário. Tese de doutoramento, Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

GUSSO, D. A. & NASCIMENTO, P. A. M. M. (2014), "Evolução da Formação de Engenheiros e Profissionais Técnico-Científicos no Brasil entre 2000 e 2012*".*

Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/convite/debate_brasil_escassez_gusso.pdf, [consultado em 10 -11-2014].

GUTIERREZ, A. (2011), *Engenheiro, política e sociedade no contexto da reestruturação capitalista brasileira*. Tese de doutoramento, Campinas: Instituto de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

HIRATA, H. (2011), Tendências Recentes da Precarização Social e do Trabalho: Brasil, França, Japão. *Caderno CRH*, Salvador, 24 (spe 01), pp. 15-22, 2011.

LEONTIEV, A. N. (1983 [1978]). *Actividade, conciencia e personalidad. Habana: Pueblo e Educación.*

LIMA, M. E. A. (1995), *Os equívocos da excelência*: as novas formas de sedução na empresa. Petrópolis: Vozes.

MOTA, K. S. & TONELLI, M. J. (2013), "Trabalhar? Para Quê? Percepções Sobre Trabalho Entre Jovens de Diferentes Estratos Sociais." *IV Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho.* Disponível em http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnGPR/engpr_2013/2013_EnGPR141.pdf, [acesso em 08-11-2014].

NARDI, H.C. (2006), *Ética, trabalho e subjetividade***:** trajetórias de vida no contexto do capitalismo contemporâneo. Porto Alegre: UFRGS.

OLIVEIRA, D. C., FISCHER, F. M., TEIXEIRA, M. C. T. V., SÁ, C. P. de & GOMES, A. M. T. (2010), "Representações sociais do trabalho: uma análise comparativa entre jovens trabalhadores e não trabalhadores**."** *Ciência saúde coletiva*, 15 (3), pp. 763-773, Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232010000300019&script=sci_arttext. [consultado em 11-11-2014].

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). (2013), "Global Employment Trends for Youth 2013: A generation at risk". International Labour Office, Disponível em: file:///C:/Users/Estudos%20Sociais/Documents/jovensmai2013%C3%ADntegra_1021.pdf, [acesso em 13-11-2014].

ROBERTI, L. H. (2013), O trabalho como centralidade da condição juvenil. *Revista Pedagógica,* 15 (30), pp.315-344. Disponível em http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/1573, [consultado em 10-11-2014].

SALERMO, M. S., LINS, L.M., ARAÚJO, B.C. P. de O., GOMES, L. A. V., TOLEDO, D. & NASCIMENTO, P. A. M. (2013) "Uma proposta de sistematização do debate sobre falta de engenheiros no Brasil". Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/convite/debate_brasil_escassez_td_sal.pdf, [consultado em 14-11-2014].

SENNET, R. (2009), *A corrosão do caráter.* 14ª ed. Rio de Janeiro: Record.

Afinando as emoçoes: uma clínica, muitas práticas

Edna de Assunção Melo Chernicharo
ednaamc@gmail.com

Regina Glória Nunes Andrade
reginagna@terra.com.br

Figura 1: Sala de Atendimento

A Clínica Afinando as Emoções começou a ser inscrita no simbólico do território do Centro Cultural Cartola ao final da minha dissertação de mestrado, em 2010.

Nomeada de orientação psicanalítica, buscou apoio em teorias que acreditam que "o psicanalista não tem língua para falar, ele opera na língua que é dirigida a ele, seu saber é vazio, trata-se de saber produzir o saber a partir do encontro" (FIGUEIREDO, p. 50).

Nos encontros realizados com as pessoas do Centro Cultural Cartola, a presença de um psicanalista de formação e com atuação em clínica em outro espaço instaurou uma convocação: a construção, dentro daquele território, de uma prática clínica.

Inicialmente, o meu trabalho de atendimento tendeu à semelhança de um consultório com seu dispositivo clínico; contudo, o território do Cartola não era, como dito a princípio, voltado para demandas de atendimentos de cunho clínico particularizado, esse território prioritariamente visa a trabalhar com projetos em oficinas voltadas para arte e vida, não para a saúde mental.

A partir da presença ali de um representante do mundo *psi*, criou-se uma demanda para que uma clínica se estruturasse como mais uma oferta de serviço oferecido aos assistidos no Centro Cultural Cartola. Parece ter-se operado uma "transdução" (SIMONDON, 1964 apud DUFOUR, 2009), operação pela qual uma atividade se propaga progressivamente no interior de um domínio, fundando essa propagação, fazendo surgir então "um sujeito do inconsciente que sai sempre, sem luta, do chapéu psicanalítico" (DUFOUR, 2009, p. 125), ou seja, a fundação da Clínica Afinando as Emoções hoje já recolhe seus efeitos de propagação, na medida em que outros psicólogos e psicanalistas, ligados a diferentes Universidades (UESA e UERJ), vêm ao Centro Cultural Cartola estabelecer contato, apontando para a possibilidade futura de incluir esse trabalho na rede de trabalhos intersetorias, advindos do terceiro tempo da reforma psiquiátrica. Campos outros de atuação para os psicanalistas que se deixam convocar por essas demandas para além do campo da saúde mental estritamente, conforme se refere Figueiredo.

> O trabalho em rede e, ainda, na perspectiva intersetorial, eis o novo desafio. Isso quer dizer que já não se está mais na saúde. O caminho a seguir vai da saúde à educação, à assistência e ao desenvolvimento social e meio ambiente, aos direitos humanos, envolvendo o trabalho, a justiça, a cultura, o esporte e o lazer (FIGUEIREDO, 2011, p. 57).

Nessa perspectiva, Figueiredo também afirma que "os psicanalistas já saíram do consultório" (2011, p. 46), a partir dos deslocamentos promovidos pela reforma psiquiátrica iniciada nas décadas de 60 e 70. Hoje, a prática clínica de orientação psicanalítica sofreu deslocamentos promovidos pela reforma e, nas últimas décadas do ano 2000, até os dias atuais, encontra-se em um terceiro tempo: o das redes. Desse modo, o trabalho intersetorial, em rede, vem a ser "o mais recente estágio da chamada reforma psiquiátrica" (FIGUEIREDO, 2011, p. 59).
Nesse sentido, a Afinando as Emoções também pode ser considerada como um efeito ulterior à reforma psiquiátrica, e se vê engajada no movimento em que se propõe a "articular clínica, intervenção e pesquisa [...] e a enfrentar o desafio de relacionar o plano mais restrito da clinica com o que é da ordem das relações políticas[1] entendidas de forma ampla" (RIBEIRO, 2011, p. 21).
A prática clínica de orientação psicanalítica está afinada com as práticas intersetoriais nas quais se estrutura por meio das ferramentas de orientação psicanalítica fundamentada em conceitos que visam ao atendimento dos sujeitos em suas singularidades.
É claro que, na escuta do um a um, o que se vai decantar é o que do grupo reverbera em cada sujeito e que o faz procurar o atendimento particular, diferente do trabalho no coletivo cuja dimensão recortada é o que de cada sujeito reverbera no grupo. "O que podemos esperar do sujeito é sua localização, também pontual e evanescente, e não que o sujeito seja confundido com o paciente, que se comporte dessa ou daquela maneira" (FIGUEIREDO, p. 60).
Dizer de uma prática clínica de orientação psicanalítica em contexto institucional é dizer de uma intervenção que se deve orientar por um fazer cuidadoso.

> Divórcio existente entre clínica e política como um dos efeitos do individualismo moderno, na medida em que consolidou de forma hegemônica o entendimento de que a clínica, de forma geral, e não apenas a clínica em saúde mental, é uma ação voltada para a atenção ao sofrimento individual, enquanto a ação política visa à garantia de que todos possam exercitar direitos e deveres universais (RIBEIRO, 2011, p. 25).

A prática na Clínica Afinando as Emoções é uma ação empreendida como possibilidade de resposta ao individualismo ao qual se refere Ribeiro (2011, p. 31): "forma de ampliar a ação social e política da psicanálise, [...] maneira a inventar novas estratégias clínicas que não fiquem restritas ao lócus e à práxis psicanalíticas tradicionais".
Também é uma proposta inspirada na circulação do caso, "é um método de abordagem a que se tem acesso através do sujeito, a partir dos elementos que ele traz" (FIGUEIREDO, 2011, p. 61). Mais ainda:

> Não percamos tempo em discutir se é possível para a psicanálise se engajar nesse campo, se o psicanalista pode ou não pode praticar seu oficio, se vale ou não a pena, se vou ou não vou. [...] Estamos sempre trabalhando no limite do impossível, desde Freud. A decisão é um ato do qual não se tem retorno.

Prática *primus inter pares*

A Clínica Afinando as Emoções, instituída como clínica *no* social, pode ser identificada como uma prática de orientação psicanalítica, por fundamentar-se nos aportes teóricos da psicanálise e por sustentar um laço social cujo princípio fundante é privilegiar a escuta singular de cada sujeito.

---

1 Política a qual se refere Ribeiro e com a qual concordamos: "Atividade reflexiva que orienta a ação, no contexto das relações mantidas em determinada comunidade. Em sentido que deriva do que ocorria na antiga Grécia, quando os cidadãos se reuniam no centro da *polis* para decidir a forma como se dariam as relações entre eles e o futuro da cidade" (RIBEIRO, 2011, p. 22).

Figura 2: Menino Solando

A nomeação de orientação psicanalítica visa a sustentar o primordial da teoria aqui privilegiada, com base na ética e nos conceitos de inconsciente, recalque, pulsão e transferência, fundamentalmente. É importante ressaltar que a prática clínica inaugurada no Centro Cultural Cartola instaura-se a partir de uma prática coletiva, construída por meio de técnicas e conceitos teóricos de outros campos de saber como a análise institucional, o grupo operativo e a relação intersubjetiva.

O destaque *no* social remete à prática que se utiliza dos conceitos psicanalíticos e que foi instituída em território que trabalha com cultura e arte, no caso, o Centro Cultural Cartola, e que não que ser confundida com um trabalho voltado exclusivamente para atender e intervir com os menos favorecidos economicamente.

Para demonstrar a singularidade da prática clínica *no* social de orientação psicanalítica, é preciso atentar para o valor semântico do conectivo *no* (função da preposição em), para expressar que se trata de uma prática realizada no campo social das interrelações subjetivas, despidas dos aspectos econômicos característicos de atendimentos realizados por clínicas sociais, com ênfase na prestação de um serviço generalizado.

Pode parecer uma sutil diferença, mas é por meio dela que desejo marcar essa prática que não se confunde com uma prática assistencialista, sustentada muito mais pelos aspectos econômicos do que por sua complexidade ética teórica.

Freud (1919[1918]), em sua antevisão a respeito das linhas de progresso na terapia psicanalítica, justifica, de modo análogo, a proposta de atendimento oferecido pela Clínica Afinando as Emoções, ao sugerir a aplicação, em larga escala, da terapia como uma possibilidade inevitável. Para isso, usa de uma metáfora, ao comparar a fusão do "ouro puro da análise livre" com o "cobre da sugestão direta" com o acesso que os pobres deveriam ter ao tratamento analítico, tal como a um tratamento cirúrgico. Contudo, não é isso que se quer aqui destacar. Se Freud, por um lado, defende o atendimento para pobres no sentido de acesso a todos, por outro, ele deixa claro que não existe padrão de atendimento que não seja pela via da escuta singular de cada sujeito, que é construído pela linguagem e não pelo dinheiro ou status social. Sustenta, inclusive, o que não se deve fazer em hipótese nenhuma:

> Transformar um paciente, que se coloca em nossas mãos em busca de auxílio, em nossa propriedade privada, a decidir por ele o seu destino, a impor-lhe os nossos próprios ideais, e, com o orgulho de um Criador, a formá-lo à nossa própria imagem e verificar que isso é bom (FREUD, 1919[1918], p. 207).

As recomendações proferidas por Freud dizem respeito, sobretudo, a uma orientação de caráter ético e é com ela, e por meio dela, que se pode entender a prática específica aqui abordada, no caso, a que se insere no contexto particular do território sociocultural do Centro Cultural Cartola.

Parafraseando novamente Freud, a Clínica Afinando as Emoções quer ser uma prática entre muitas, "embora seja, para dizer a verdade, "*primus inter pares*" (FREUD, 1933[1932], p. 191), no sentido de que, mesmo estando inserida num território de prestação de serviços aos menos favorecidos de toda ordem, ela está ali para dar voz aos sujeitos que dela necessitam, independente do viés econômico.

Na verdade, eu não sabia que atuar sob a égide de projetos socioculturais iria me permitir estabelecer uma prática clínica, que não se configura nos moldes de uma clínica padrão, com enquadre específico, à semelhança dos realizados em consultórios particulares.

Também não era certa a possibilidade de nomeação dessa prática, que contempla tantas outras atividades desenvolvidas em grupo e que poderia ser denominada de orientação psicanalítica. Contudo, uma teoria não se faz sem a ação das pessoas e de uma abordagem que abarque aspectos múltiplos inerentes à condição humana.

> O psicanalítico não se confunde com a prática de uma linguagem, de um dialeto, menos ainda, com a adesão a um sistema doutrinário. Trata-se de acolher o desproporcional, o atemporal, o irredutível, o trágico e o paradoxal como aspectos decisivos dos nossos 'objetos', para assim pensá-los e elaborá-los. Deste modo, o caráter paradoxal dos objetos se transfere para nossas teorias e para nossas práticas (FIGUEIREDO, 2009, p.18).

A Clínica Afinando as Emoções instaura-se nessa interseção, entre uma prática que não quer ser estigmatizada, por oferecer atendimento em território que contempla projetos socioculturais para os menos favorecidos, e também não quer ser nomeada de popular pelo viés da gratuidade, mas quer, antes de tudo, ser reconhecida como uma prática desenvolvida em território *psic*ossociocultural do Centro Cultural Cartola.

Não se trata de levantar uma cortina de fumaça e dizer diferente sobre o mesmo; ao contrário, é antes um movimento de resistência em não se deixar enquadrar pelo viés econômico no que ele traz de preconceituoso do fazer clínico.

Exemplificando: o Centro Cultural Cartola, como referido em Chernicharo (2010), é um lugar que se dá a ver de maneira meio camaleônica, isto é, sabe que tem um poder de sedução e o aproveita em beneficio próprio. Tal característica pode estar referida à cultura mangueirense dos desfiles, da exibição, do espetacular.

Mas, a despeito dessa questão narcísica, é comum verificar-se ali como os profissionais que atuam nas oficinas são vistos pelos visitantes; parecem fazer parte de um espetáculo para turistas – questão que os vem incomodando. Em pesquisa de campo, pude perceber que eles protegem seus alunos dessas "visitações zoológicas", porque perceberam que atuar com população oriunda de comunidades, ainda mais se na Mangueira, é estar sempre em exposição para visitações.

Para fundamentar a proposta de clínica *no* social, destaca-se o texto Freud (1919[1918]) que se refere à aplicação, em larga escala, da terapia como uma possibilidade inevitável, garantindo o acesso do pobre ao tratamento analítico. Na prática clínica, entendo que o acesso vislumbrado por Freud dizia respeito aos aspectos econômicos no sentido de uma psicanálise para todos e não para uns e outros, distintos em classes econômicas.

> Quando isto acontecer, haverá instituições ou clínicas de (pacientes externos)[2], para as quais serão designados médicos analiticamente preparados, de modo que homens que de outra forma cederiam à bebida, mulheres que praticamente sucumbiriam ao seu fardo de privações, crianças para as quais não existe escolha a não ser o embrutecimento ou a neurose, possam tornar-se capazes, pela análise, de resistência e de trabalho eficiente. Tais tratamentos serão gratuitos (FREUD, 1919[1918], p.210).

Ao tratar também da questão do gratuito, Freud (1919[1918]) tocava numa situação que pertencia ao futuro, mas já apontava as implicações éticas que devem sustentar uma prática que se quer nomear de orientação psicanalítica e não filantrópica. A atualidade de Freud nesse texto permite dizer dessa prática que se funda em

2 Ambulatórios.

saber e avança em um fazer ampliado, "fundindo o ouro e o cobre".
Tal qual sua sustentação teórica, essa prática, de acordo com Figueiredo, tem por finalidade propor:

> Um atravessamento de paradigmas, onde velhas separações e oposições, vigentes no plano das teorias são vigorosamente desfeitas e transpostas em novas perspectivas na qual se criam pensamentos e estilos clínicos que fazem justiça à pulsão, e às relações de objeto; que levam em conta, de um lado, desamparo e dependência original, e, de outro, desejo; que pensam em termos de conflito, e de déficit; que investigam as dimensões da fantasia, e do trauma, vale dizer, dão atenção ao intrapsíquico e ao intersubjetivo (FIGUEIREDO, 2009, p. 18).

Também com a essa mesma compreensão proposta por Figueiredo (2009), a Clínica Afinando as Emoções encontra sua sustentação na discussão de que o social, como tecido das relações intersubjetivas, exige na contemporaneidade novas maneiras de se fazer uma clínica que responda às novas maneiras de subjetivação e que exigem uma prática implicada em seu contexto socioeconômico.
No Centro Cultural Cartola, as crianças e jovens têm acesso livre à sala da Afinando as Emoções; tanto podem vir encaminhados pelos professores, pelo pessoal administrativo, como também aparecem de forma espontânea. Esse livre trânsito, constituído no decorrer do meu trabalho, transformou-se numa característica singular do atendimento para todos que estabelecem demandas.

REFERENCIAS

ANDRADE, Regina [et. al.]. Fronteiras e Diversidades Culturais no século XXI. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.

_____. *Territórios sem Fronteiras.* O Social no Contemporâneo. Editora CIA de Freud e FAPERJ, Rio de Janeiro, 2014.

CHERNICHARO, Edna de Assunção Melo. - Cartola-Grafia: causa do Centro Cultural Cartola. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2010.

_____.- Centro Cultural Cartola: Lugar que acontece. In: ANDRADE, R, e VAZ, C .-Território Verde e Rosa . Editora CIA de Freud e FAPERJ, Rio de Janeiro, 2010.

_____.- Causa Cartola: Causa sociocultural . In: ANDRADE, R, e VAZ, C .-Território Verde e Rosa. Editora CIA de Freud e FAPERJ, Rio de Janeiro, 2010.

_____.-Centro Cultural Cartola: um espaço de preservação de memória. In: ANDRADE, R, e VAZ, C .Territórios sem Fronteiras: O Social no Contemporâneo. Editora CIA de Freud e FAPERJ, Rio de Janeiro, 2014.

_____.De "Las meninas de Velasquez" a "Las meninas de Cartola": ensaio sobre o fazer clínico como espaço livre de fala e produção de discurso. In: ANDRADE, R, e VAZ, C .Territórios sem Fronteiras: O Social no Contemporâneo. Editora CIA de Freud e FAPERJ, Rio de Janeiro, 2014.

DANTO, Elizabeth Ann. - *Freud's Free Clinics:* Psychoanalysis & Social Justice, 1918-1923. New York, Columbia University Press, 2005.

DUFOUR, Dany Robert. – Economia de mercado e economia psíquica. In: SPAPIRO, Ana; AMORIM, Marília (Org.). – Clínica da pós- modernidade, formas de subjetivação, violência e de desimbolização. Rio de Janeiro: Bapera, 2009.

FIGUEIREDO, Ana Cristina. – *Psicanálise e atenção psicossocial*: clínica e intervenção no cotidiano. In: Vários Autores. – *Psicanálise e intervenções sociais*. Porto Alegre: APPOA, 2011.

FREUD, Sigmund. –. *Linhas de progresso na terapia psicanalítica*. [1918]. In: *Obras completas*. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XVII 1987.

_____.– Conferência XXXIV. *Explicações, aplicações e orientações*. In: _____. *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos*. [1932 (1936)]. In: *Op. cit.*, vol. XXII.

RIBEIRO, Eduardo Mendes. – A psicanálise nas Instituições: clínica e política. In: Vários Autores.*Psicanálise e intervenções sociais*. Porto Alegre: APPOA, 2011.

O Projeto Neodesenvolvimentista e a crise do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como sujeito da contestação social

Ana Elisa Cruz Corrêa
aecorrea@gmail.com

Resumo: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem vivenciado nas últimas décadas uma crise programática e organizativa. Isto pode ser demonstrado ao compararmos a organização após a chegada do PT ao governo federal em relação às suas características fundantes que marcaram as décadas de 1980 e 1990. A combatividade e a radicalidade que davam ao MST um grande potencial anti-sistêmico, expressa principalmente através de sua principal ferramenta de luta - a ocupação de terras -, vem sendo progressivamente substituída por projetos voltados aos assentamentos que visam a produção e distribuição de alimentos via parcerias com o Estado e, em alguns casos, com a iniciativa privada. De uma organização contra-hegemônica o MST tem se conformado cada vez mais em uma organização **da** ordem que pretendia contestar. Nosso objetivo é apresentar quais seriam as determinações estruturais parte do processo histórico que levou a essa transformação. Assim, identificamos duas determinações que em nossa opinião teriam constrangido a organização para que tomasse esses "novos" rumos: as transformações do capital no campo e o papel político do petismo no governo federal e seu "projeto neodesenvolvimentista".

Palavras Chave: MST - PT - Crise - Determinações Estruturais - Neodesenvolvimentismo

1 – O MST em tempos de crise

As transformações vivenciadas pelo MST nas últimas décadas tem inquietado aqueles que, "por dentro" ou "por fora" da organização, apostaram no seu potencial anti-sistêmico: que acreditaram e lutaram para que a prática política desse organismo da classe trabalhadora fosse norteada pela crítica social radical. Embora as pretensões revolucionárias sejam sinceras em muitos de seus militantes e simpatizantes que ainda buscam realizar essa empreitada, não há dúvidas sobre as origens reformistas do MST. O movimento sempre foi, e segue sendo, afinal de contas, um movimento de luta pela REFORMA agrária. Contudo, durante certo período de nossa história foi possível defender que, no Brasil, um movimento por reforma poderia não ser um mero movimento por reforma.

O potencial anti-sistêmico do MST estaria condensado em sua principal forma de luta, a *ocupação de terras*. Esta, marcada pelo embate frontal com o Estado e o capital no campo, produziu experiências radicalizadas, que fizeram do MST um dos maiores e mais importantes movimentos das últimas décadas. Ao longo dos anos 2000, observamos o progressivo abandono da que, até então, era a principal tática do MST na luta por reforma agrária, a ocupação de terras e a constituição de acampamentos. Esta prática tem sido progressivamente substituída pelo enfoque no desenvolvimento econômico e social dos assentamentos já existentes via convênios e parcerias com o governo, e mesmo com parcelas do empresariado rural[1]. Como veremos mais adiante, há uma redução drástica das ocupações de terra, o que ocorre simultaneamente ao estabelecimento de parcerias com órgãos públicos e privados focadas na produção e distribuição de alimentos. Há, portanto, uma inversão de prioridades entre o acampamento (ocupação) e o assentamento (produção). Essas mudanças foram expressas no Programa Agrário do VI Congresso Nacional do MST de fevereiro de 2014 em afirmações de que seria necessário abandonar a bandeira da Reforma Agrária Clássica e se instituir um novo tipo de reivindicação, que foi denominada Reforma Agrária Popular. Ainda que afirmem aí a necessidade de se continuar a realizar ocupações de terra, o foco principal da organização passou a ser a produção agroecológica e cooperativada como forma de viabilização dos assentamentos.

1 Sobre essas parcerias ver o artigo: *MST S/A* do Coletivo Passa Palavra, disponível em www.passapalavra.info

Partimos, nessa pesquisa, da reflexão crítica apresentada na que ficou conhecida como *Carta dos 51*. Trata-se de um documento que a nosso ver pode ser considerado um marco importante de abertura à crítica a esses novos rumos do MST, quebrando um silêncio macabro que parecia pairar sobre a esquerda brasileira. Essa Carta expõe os motivos da saída de 51 militantes do MST e suas organizações correlatas, MTD, Consulta Popular e Via Campesina. Sinteticamente o documento expressa a problemática em seu momento político e anuncia algumas questões que pretendemos aprofundar:

> É preciso considerar que vem se conformando uma ampla aliança política, consolidando um consenso que envolve as principais centrais sindicais e partidos políticos, MST, MTD, Via Campesina, Consulta Popular, em torno de um projeto de desenvolvimento para o Brasil, subordinado às linhas políticas do Governo, conformando assim uma esquerda pró-capital. (CARTA DE SAÍDA DE NOSSAS ORGANIZAÇÕES)[2]

É inegável que o MST contribuiu direta ou indiretamente para o que melhor se produziu como alternativa às organizações tradicionais de esquerda (partidos e sindicatos), principalmente com relação à experiência organizativa e à prática política em defesa dos trabalhadores. É prática corriqueira que as maiores organizações de esquerda latino-americanas projetem no MST a imagem de um movimento radical e organizador exímio das massas em luta por Reforma Agrária. Vale ressaltar também que a atuação do MST se estendeu para além do meio rural, se consolidando como experiência exemplar de um grande movimento social de massas. Sua influência está presente em organizações populares rurais e urbanas as mais diversas, e mesmo em práticas de partidos políticos e sindicatos combativos.

Condições adversas permeiam o contexto social e político vivenciado pelas esquerdas de todo o mundo, devido, pensamos, a dois elementos centrais. Primeiramente podemos apontar a **crise dos projetos modernizadores**, incluídas aí as experiências do **socialismo real e da modernização conservadora** na periferia. Em segundo lugar temos de modo simultâneo e correlato o processo de **consolidação da crise estrutural** do capital e a consequente resposta ensaiada pelo sistema em prol da tentativa de manutenção da acumulação de capital, a implementação do arcabouço neoliberal. Esse quadro geral aterrorizante para as organizações de esquerda, senão para a humanidade, tornaram quase um pecado a elaboração da crítica aberta a uma organização que prestou contribuições inestimáveis às lutas sociais em um passado recente.

O que ocorreu com o MST não difere muito da trajetória de outros movimentos populares e partidos de esquerda em todo mundo que, durante o século XX, se colocaram em algum momento de sua trajetória contra a ordem social capitalista passando, nos anos 2000, ao amoldamento e mesmo à apologia a essa mesma ordem.

Nosso objetivo não é promover qualquer forma de denuncismo ou "caça" aos responsáveis pelo processo que essa organização tem expressado, mas compreender as determinações estruturais de uma totalidade em movimento dentro de um processo histórico decorrido nas últimas três décadas. Poderíamos também aplicar ao MST essas afirmações de Menegat:

> Dito em outros termos, é muito simplificador pensar que o PT e a CUT se tornaram estes esteios de uma ordem social horrorosa apenas por motivações morais. Só existiria traição de uma causa onde as condições para a sua realização continuassem operando. Nas primeiras eleições diretas para presidente da república, em 1989, tanto a intenção de reatar o fio da meada com o pré-1964, como o programa de distribuição de riqueza ficaram expostos em suas limitações. O leitor lembrará facilmente que o colapso do leste europeu, que era uma das experiências que inspiravam este programa, não foi produzido por um embargo econômico e tampouco por uma invasão militar. Ele desmoronou em seus fundamentos. A classe trabalhadora brasileira, por seu turno, já não tinha força, unidade e condições objetivas no início dos 1990 para dar outra direção ao espírito do tempo. (MENEGAT, 2013: 15)

2 Disponível em: http://passapalavra.info/2011/11/48866

Furtar-se à crítica e à busca por suas raízes mais profundas é permanecer em um imobilismo reprodutivo que apenas reforça a ordem que necessitamos radicalmente superar. É por reconhecermos a importância histórica crucial do MST para as lutas dos setores oprimidos e explorados pela ordem do capital, e por nutrirmos um enorme respeito à luta dos que participaram dessa construção histórica, que pretendemos identificar o processo social no qual tem se transformado como organização: a adesão do MST a um projeto de desenvolvimento nacional para o campo promovido pelo governo petista e alianças com setores do capital. Consideramos, entretanto, que essa é a expressão contemporânea de um processo anterior em que esse movimento social está inserido, marcado pela crise estrutural do capital, acompanhada pela crise do socialismo real, e também a crise das alternativas críticas a esse sistema. Podemos, assim, indicar muito sucintamente o nosso objeto de análise como: **o MST em tempos de crise**.

2 - O MST e o neodesenvolvimentismo petista

Gradualmente se descortinou ao longo dos anos 2000, com a chegada dessa esquerda histórica ao poder institucional, um penoso cenário em que os movimentos sociais e políticos aderiram ao supostamente "novo" projeto de desenvolvimento nacional e, assim, garantiram a continuidade de sua própria existência. Essa busca se expressa concretamente nas formas em que as principais organizações da esquerda brasileira desses últimos trinta anos tem dialogado com esses governos em busca de recursos econômicos, políticos e sociais. Consideramos fundamental identificar como se deu e ainda está se dando esse processo no caso da relação entre o MST e o projeto de desenvolvimento nacional para o campo que se busca instaurar via governo federal petista. Vejamos primeiramente alguns elementos históricos sobre a relação entre o MST, o PT e a luta por reforma agrária.

O Partido dos Trabalhadores surgiu no início da década de 1980 como expressão autêntica das lutas da classe trabalhadora estando intimamente relacionado à luta sindical que deu origem à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à luta pela terra que originou o MST. Essas três organizações emergiram e se consolidaram em torno de um projeto político elaborado nos marcos da luta pelo fim do regime ditatorial e pela redemocratização do país. Portanto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra possui uma história atrelada diretamente ao surgimento do Partido dos Trabalhadores.

MST e PT em conjunto com outras forças sociais progressistas como a CUT e a CPT (Comissão Pastoral da Terra) defenderam durante o Governo Sarney a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), que sofreu diversas limitações devido à disputa com as forças conservadoras, e nunca foi de fato implementado como programa de governo. Gonçalves (2006:185) afirma que: "Os assentamentos do primeiro período do PNRA foram implantados nas áreas de extensão agrícola, de colonização ou, majoritariamente, nas áreas de tensões fundiárias transformando-os, desde o seu nascedouro, em uma medida de atenuação de conflitos sociais."

A relação entre PT, MST e CUT se estendeu ao longo das décadas e pode-se até mesmo afirmar que "a história das organizações se confundem". Silva (2012) identifica a composição da foto de encerramento do 3° Encontro Nacional do MST realizado em Piracicaba em 1987 na qual a bandeira do movimento está ladeada pelas bandeiras da CUT e do PT. Segundo Engelmann & Duran (2012), a defesa da Reforma Agrária foi retomada pelo PT após a ditadura militar e perpassou as campanhas presidenciais de 1989 a 2002. No programa eleitoral de 1989 a Reforma Agrária foi considerada fundamental para eliminar a concentração da riqueza e promover o desenvolvimento da agricultura e da economia.

Notamos que, ao longo da década de 1990, houve um relativo afastamento do MST em relação ao PT. O partido, e mesmo sua correlata central sindical, a CUT, iniciaram um processo de institucionalização que o MST vivenciou apenas uma década mais tarde. No caso do PT, isso se expressou no foco na via eleitoral, já no caso do movimento sindical podemos observar esse processo a partir da formação das câmaras setoriais tripartites. (TUMOLO, 2004) Diferentemente dessas organizações, durante esse período, o MST vivenciou uma radicalização na luta pela terra devido, em grande medida, à política conservadora e repressora dos governos FHC em relação aos conflitos agrários. Especialmente nos anos de 1996 e 1997, além de sofrer com

a coerção do governo FHC, o MST enfrentou, em algumas regiões do Brasil, o esgotamento de sua base social estritamente camponesa. Essas contradições geraram uma série de respostas, algumas delas extremamente radicalizadas, dentro do MST.

A luta pela Reforma Agrária clássica, isto é, pela desapropriação e distribuição de terras, que nesse momento se empreendia, estaria longe de se configurar como um projeto revolucionário ou socialista para o campo. Essa bandeira histórica do MST propunha o parcelamento da terra e o fim do latifúndio como meio de gerar justiça social enquanto possibilitaria um impulso ao desenvolvimento do capitalismo nacional. A superação de formas arcaicas de produção, que destravariam o sistema econômico do país, se daria através do parcelamento da terra e da proliferação da pequena propriedade produtiva. Porém, dentro dos limites de uma proposta reformista de desenvolvimento nacional, como veremos, surgiram possibilidades organizativas e programáticas que apontavam para muito além deste projeto.

Nesse período, a **ocupação/acampamento** sofria com a repressão aberta do Estado e dos latifundiários, o que promoveu um potencial explosivo, uma **radicalidade** que se colocou como necessidade, ao se realizar um embate frontal com as forças do capital no campo. Muitos militantes foram forjados a ferro e fogo no calor desses embates, e compuseram ao longo da história do movimento o setor responsável pelas ocupações, a *Frente de Massas*.

Apesar desta trajetória distinta durante a década de 1990, o MST nunca se opôs oficial e diretamente à política de institucionalização petista ou cutista. Arriscamos apontar que o principal motivo desta postura é identificado por Silva (2012), nos Cadernos de Formação do MST de 1998, em que se mantém explicitamente a crença na eleição de Lula como meio para realizar a Reforma Agrária. Neste texto, o movimento aponta que a desconcentração fundiária se realizaria através de dois elementos combinados: um amplo movimento popular organizado e a ação do Estado Democrático e Popular. Essa concepção ficou conhecida como a estratégia da "pinça", em que as transformações estruturais se dariam através da combinação entre esses dois braços, a luta institucional e a luta de massas como forma de pressão social. (IASI, 2006) Nesse caso, o governo federal petista cumpriria a primeira função, enquanto o MST realizaria a segunda.

Muitas são as mudanças entre o programa agrário de 1989 e o de 2002, o que se torna ainda mais complexo no início do segundo mandato de Lula, em 2007. Contudo, a eleição de Lula e a formulação do II Plano Nacional de Reforma Agrária estimularam, no início dos anos 2000, a noção de que esse seria um governo em disputa, e que, portanto, não poderia ser tratado como inimigo.

> A luta pela Reforma Agrária e as Tarefas do MST, apresentado no XII Encontro Nacional do MST, realizado entre 19 a 24 de janeiro de 2004, em São Miguel do Iguaçu-PR, estava a seguinte recomendação: *Devemos ter o cuidado de não tratar o governo federal como se fosse inimigo. Nossa avaliação é de que é um governo em disputa, que tem um compromisso histórico com a reforma agrária e por tanto (sic) devemos pressioná-lo para que acelere a reforma agrária. Nisso, o Plano Nacional de Reforma Agrária jogará um papel importante para unificar o governo também. Isso significa que vamos criticá-lo quando erra, mas que vamos apoiar em tudo o que fortalecer avanços para a reforma agrária (*SILVA, 2012: 6)

O que contraditoriamente vemos nos anos subsequentes é o abandono do II PNRA, que tinha como meta o assentamento de um milhão de famílias. Ariovaldo Umbelino, professor de geografia da *USP* e um dos formuladores do II PNRA afirma no artigo, com o título "Lula dá adeus à Reforma Agrária", publicado no site do MST em dezembro de 2008:

> Mas, a primeira e principal conclusão que se pode tirar do balanço do II PNRA, é apenas e tão somente uma: o governo Lula do Partido dos Trabalhadores também não fez a reforma agrária. Afinal esperava-se que Lula cumprisse sua histórica promessa de fazer a reforma agrária, a pergunta então deve ser: porque também seu governo não faz a reforma agrária? E, a resposta também é uma só: seu governo decidiu apoiar totalmente o agronegócio.

Esta denúncia de Umbelino foi reiteradamente manifesta por intelectuais, militantes e apoiadores ligados ao MST. Essa situação foi marcada por aparentes contradições, pois o movimento ao mesmo tempo em que critica o governo, mantem o apoio nas campanhas eleitorais e, estabelece relações ainda mais estreitas, em diversos âmbitos do governo petista. Contudo, para compreendermos essas questões é necessário compreender em qual quadro essas opções políticas foram tomadas, isto é, quais as condições em curso para se realizar uma reforma agrária clássica e qual a estrutura econômica em dinâmica transformação no campo brasileiro. Neste momento da reflexão nos mantemos no âmbito da política e, portanto, ainda relativamente no campo das aparências, que contém em si também importantes aspectos sobre as grandes contradições em questão.

As políticas agrárias dos governos Lula e Dilma se concentram em precários projetos de produção/distribuição, somados a programas de assistência social para o campo. Estes seriam realizados em detrimento de uma política ampliada de reforma agrária, isto é, foi praticamente abandonada a possibilidade de realização de novos assentamentos e se conformou uma postura de conivência ou impotência do INCRA face ao agronegócio. Ariovaldo Umbelino afirma explicitamente: "Surge, assim, um novo tipo de lógica entre o governo do PT e os movimentos sociais e sindicais: um finge que faz a reforma agrária, os outros fingem que acreditam." Eliel Machado (2009) afirma que a política agrária do governo Lula seria marcada pela redução de assentamentos, o não alcance das metas do II PNRA e o benefício direto ao agronegócio, em especial ao setor sucroalcooleiro. Essa constatação é também apontada por Engelmann & Duran (2012) ao compararem os programas agrários de 1989 e 2002 :

> Ao compararmos os dois Programas Agrários do PT percebemos algumas diferenças estruturais. Enquanto em 1989, o objetivo central era enfrentar a concentração fundiária no país, a partir da desapropriação de latifúndios e uma política estrutural de desenvolvimento capitalista para o campo e a indústria. Passados 13 anos, em 2002, a reforma agrária passa a categoria de plano de desenvolvimento rural de combate à pobreza, mediante a desapropriação de latifúndios improdutivos ou áreas ilegais (griladas ou com trabalho escravo). Nesse cenário, a proposta de reforma agrária do PT substitui a democratização fundiária, de enfrentamento ao latifúndio, por um programa de criação de assentamentos, restrito a áreas improdutivas ou ilegais e a reestruturação de assentamentos antigos.

Essa situação levaria inicialmente a uma pressão do MST com aumento das ocupações em 42% em 2003, mas que seria seguida de uma caída drástica em 2005 pelo temor de que a pressão social desgastasse o governo Lula, e Alckmin vencesse as eleições de 2006. (GONÇALVES, 2006:188)

Como poderíamos explicar, portanto, o imobilismo e a agoniante submissão deste que ainda é considerado o maior e mais significativo movimento social da América Latina ao governo petista que após uma década no poder não realiza a principal bandeira do movimento, a reforma agrária?

Podemos identificar com alguma facilidade a relação partidária-eleitoral entre MST e PT que nos saltaria aos olhos como explicação aparente. Em todas as eleições presidenciais e mesmo municipais até hoje realizadas o MST manifestou seu apoio ao PT, apesar de ter enfrentado críticas externas e internas que atestavam a necessidade do movimento ter autonomia em relação ao governo e aos partidos políticos. Podemos citar o apoio às duas eleições de Lula, bem como o apoio à Dilma nas últimas eleições presidenciais expresso por João Pedro Stédile, dirigente nacional do MST, em entrevista ao Jornal Brasil de Fato[3]. Além disso, pudemos observar a relação do MST com o processo de cisão da "Articulação de Esquerda", corrente petista da qual participavam alguns dirigentes nacionais do movimento. Esta cisão levou à fundação de uma nova corrente interna ao PT, a *Esquerda Popular e Socialista.* Essa corrente foi inaugurada na Escola Nacional Florestan

---

3 *José Serra é derrota para trabalhadores* - entrevista de João Pedro Stédile para o Brasil de Fato. Acessado em 05/09/2012:http://www.brasildefato.com.br/node/3333.Ver *Stedile: Dilma permitirá avançarmos mais em conquistas sociais,* notícia de 17/08/2010: http://www.vermelho.org.br/noticia.phpid_secao=1&id_noticia=135240

Fernandes (ENFF), principal centro de formação do MST, localizada em Guararema/SP[4]. Por fim, citamos a carta de solidariedade do MST a José Genuíno e José Dirceu devido à sua condenação pelos crimes do mensalão, comparando esse julgamento à criminalização das lutas sociais[5].

Consideramos, no entanto, que essa é apenas mais uma forma de se atestar os fatos e não de explicá-los ou problematizá-los. Para compreendermos como o MST se relaciona com essa política governamental, é necessário que combinemos o progressivo abandono da principal forma de luta histórica do movimento - a ocupação de terras - com os dados que apontam para a consolidação de uma relação estreita com políticas de desenvolvimento para o campo.

Vale uma reflexão sobre o momento político que vivenciamos na América Latina no início os anos 2000, que acabou por impulsionar nos anos subsequentes a elaboração dos projetos neodesenvolvimentistas. Esse elemento político que constrange estruturalmente o MST para novos rumos é parte de um processo político latinoamericano.

A década de 2000 foi marcada por manifestações auto-declaradas de resistência social ao neoliberalismo na América Latina. Observamos diversas formas de sublevação popular e um rechaço via eleições a candidatos que se apresentaram explicitamente como neoliberais. Assim emergiram os governos "progressistas" eleitos democraticamente ao longo desta década na maior parte dos países latino-americanos. Esses governos foram considerados por muitos intelectuais e militantes como uma "guinada à esquerda", e até mesmo como uma "onda vermelha" que recobria o continente. Essa "onda" seria uma *novidade* no cenário político da América Latina, pois pela primeira vez na história, forças políticas formadas historicamente no seio das esquerdas, dos movimentos indígena, popular e sindical, participariam simultaneamente de coalizões de governo em um conjunto significativo de países. Com alto nível de otimismo, conformou-se um clima consensual na esquerda progressista de que estes governos seriam a resposta ao neoliberalismo e a expressão social de uma "vontade de mudança". Integrantes da esquerda, acadêmica e militante, indicaram que esta mudança estaria já em curso a partir da simples eleição desses candidatos.

Nos últimos anos emergiram leituras críticas à atuação destes governos e consideravelmente frustradas em relação às otimistas expectativas do início dos anos 2000. Progressivamente observamos um maior ceticismo quanto à esperada descontinuidade da política econômica em relação aos governos direitistas da década de 1990, somada a uma política social compensatória precária promovida pelos supostos "governos do povo".

Esta política "responsável" foi e ainda é apresentada por intelectuais da "esquerda moderada", além de algumas figuras orgânicas dos governos "progressistas", que passaram a se definir como implementadores de um "novo" tipo de projeto socioeconômico: o *projeto neodesenvolvimentista* ou *novo desenvolvimentista.* Este combinaria o desenvolvimento econômico com uma política social assistencialista universal que levaria, através da intervenção do Estado na economia e na "questão social", ao desenvolvimento do capital industrial produtivo e a uma melhoria substancial dos padrões de vida dos trabalhadores. (CASTELO, 2011: 194)

Este projeto se fundaria em uma retomada da política econômica desenvolvimentista promulgada nos países latinoamericanos antes das ditaduras militares e da "onda neoliberal". Segundo Prado e Meireles:

> Atualmente, esse quadro de "volta ao passado" dos ideais nacional-desenvolvimentistas se revela tanto no plano da política como na academia. Após a ofensiva neoliberal, que varreu a América Latina na década de 1990, e a posterior onda de contestação popular iniciada com o século XXI, que levou ao poder governos considerados na época em um sentido amplo de centro-esquerda, a ideia de desenvolvimento renasceu das cinzas, tanto nos discursos políticos como nos meios acadêmicos, dando espaço a uma nova variação do desenvolvimentismo. Passada a onda neoliberal e a ressaca

---

4 *"Esquerda Popular e Socialista é a nova tendência nacional do PT - Nova corrente do PT foi fundada em congresso, neste final de semana, na Escola Florestan Fernandes do MST, em Guararema*." Notícia de 6/12/2011 disponível no site do PT- SP, acessado em 30/05/2012: http://www.pt-sp.org.br/noticia/p/?id=7816.

5 "Aos camaradas José Dirceu e José Genuíno" da Pagina do MST, 22/11/2013. Disponível em: http://www.mst.org.br/node/15477

> promovida pela contestação popular, a maré atual é o novo-desenvolvimentismo. (PRADO&MEIRELES, 2012: 184)

No Brasil, a "nova onda progressista" foi marcada pelos dois mandatos do Governo Lula que se apresentaram como uma resposta às políticas neoliberais, isto é, governos que se propuseram estabelecer uma política **diferenciada** dos governos anteriores. A diferença residiria em beneficiar-se o capital industrial em detrimento do financeiro, ampliando projetos sociais e buscando a melhoria das condições de vida do "povo brasileiro". Segundo Fiori, a mudança do governo petista em relação aos governos neoliberais se expressaria no segundo mandato do governo Lula no lema do "desenvolvimentismo com inclusão social":

> (…) suas primeiras medidas e propostas são muito claras: **seu objetivo estratégico não é construir o socialismo, é "destravar o capitalismo" brasileiro**, para que ele alcance altas taxas de crescimento capazes de criar empregos e aumentar os salários de forma sustentada, fortalecendo a capacidade fiscal de investimento e proteção social do Estado brasileiro. Com esse objetivo, o governo Lula está retomando o velho projeto desenvolvimentista que remonta à década de 1930 e que só foi interrompido nos anos 90. Mas, ao mesmo tempo, está querendo criar uma vontade política por meio de **uma grande coalizão social e econômica, que reúna as várias vertentes do desenvolvimentismo brasileiro, conservadoras e progressistas**, que estiveram separadas durante a ditadura militar. (FIORI, 2007:58)

Segundo Vera Cepêda (2012), no novo desenvolvimentismo o Estado teria função de articular desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, no sentido da redistribuição de renda e da busca pela equidade social, combinando políticas de crescimento com políticas de distribuição. A centralidade distributiva seria o principal diferencial do novo desenvolvimentismo em relação ao desenvolvimentismo da década de 1970 e seria realizada nos governos Lula e Dilma por programas como os PAC's I e II (*Programa de Aceleração do Crescimento*), o ProUni (Programa Universidade para Todos), programas de combate à pobreza como o Bolsa Família e o aumento real do salário mínimo. (BRESSER-PEREIRA, 2011)

Nossa reflexão se direciona aqui para a articulação deste projeto com os movimentos sociais populares que se mantiveram com alto nível de combatividade até a chegada dessa esquerda histórica ao poder. Nesse sentido, Boito Jr. (2012) nos fornece elementos sobre o que considera a única via possível para a política da esquerda hoje: a íntima relação entre o neodesenvolvimentismo e os movimentos populares. Afirma que o governo petista articularia uma *Frente Neodesenvolvimentista* reunindo setores da burguesia interna vinculados ao capital industrial produtivo, representados principalmente pela FIESP, setores sindicais como a CUT e a Força Sindical, e movimentos sociais populares, em especial o MST. Ainda que o autor considere que existam divergências internas na composição dessa frente e uma série de contradições que colocariam os movimentos popular e sindical em uma condição de desvantagem perante os setores burgueses, para Boito Jr. esses três polos, em momentos críticos, se uniriam formando uma blindagem em torno do governo petista com o objetivo de garantir sua continuidade e viabilidade, opondo-se a um setor conservador e direitista defensor das políticas neoliberais e amparado pelo capital financeiro internacional.

> Foi assim em 2002 na eleição presidencial de Lula da Silva; em 2005, na crise política que ficou conhecida como "Crise do Mensalão" e chegou a ameaçar a continuidade do governo Lula; em 2006, na reeleição de Lula da Silva para a presidência da República, e novamente em 2010 na campanha eleitoral vitoriosa de Dilma Rousseff. Em todos os momentos críticos citados, a sobrevivência dos governos neodesenvolvimentistas esteve ameaçada e, em todos eles, importantes associações patronais, centrais sindicais, movimentos camponeses, movimentos populares por moradia bem como o eleitorado pobre e desorganizado apoiaram, com manifestações dos mais variados tipos ou simplesmente com o seu voto, os

> governos e as candidaturas Lula da Silva e Dilma Rousseff. Ao agirem assim, tais forças sociais, mesmo que movidas por interesses distintos, evidenciaram fazer parte de um mesmo campo político. (BOITO JR, 2012)

Apesar de questionarmos a existência de uma burguesia interna produtiva que entre em conflito aberto com setores de uma burguesia financeira caracteristicamente estrangeira, a tese de Boito Jr. nos fornece elementos no que tange ao quadro de composição entre setores populares e setores burgueses via mediação do governo petista. Esse panorama de composição de classes, como veremos adiante, se recoloca em vários momentos como no caso das parcerias estabelecidas entre setores burgueses e MST via intermediação estatal. Nesses casos, as forças sociais e seu potencial de revolta são neutralizados ao se embrenharem na ilusão da possibilidade de uma recuperação do crescimento que levaria o Brasil ao ranking do primeiro mundo, possibilitando a transferência direta de renda através da generalização de programas de assistência social.

Esta leitura está fundada na crença de que caminhamos em uma estrada linear rumo ao desenvolvimento e que nosso sucesso como nação nessa empreitada dependeria em grande medida da capacidade de gestão dos governantes. Aqui está contida a ideia de que os BRICS seriam as novas potências emergentes das periferias do sistema, a promessa de que nos realizaríamos como o "País do Futuro". Temos, portanto, a adesão a um projeto político que passa a se apresentar como alternativa aos falidos projetos anteriores. Esse processo gera um constrangimento político, em que o MST é colocado no "canto do ringue", como afirmou um de seus dirigentes nacionais em entrevista recente. Sua principal bandeira histórica torna-se inviável devido a uma série de fatores históricos que estão para além de seu controle como organização, ao mesmo tempo em que se apresenta um projeto governamental da esquerda progressista em que seria possível realizar parte de suas demandas, nesse caso, voltada aos assentamentos. Conforma-se aí uma determinação política que devemos compreender em sua totalidade, sem simplesmente acusar os dirigentes do MST de terem abandonado sua bandeira de luta fundadora, a reforma agrária, ou mesmo sua principal tática de luta, a ocupação de terras. Soma-se a isso a crença histórica da esquerda brasileira em projetos de desenvolvimento nacional.

Paulo Arantes (2004) no artigo "Fratura Brasileira do Mundo" parte da constatação desse imaginário contrapondo-o ao que identifica nas últimas décadas como um processo mundial de formação de "periferias" nas grandes cidades do centro do capitalismo mundial, enquanto se desenvolvem importantes elementos do capitalismo desenvolvido nos "antigos" países periféricos. Ocorreria então um desaburguesamento da classe média e uma reproletarização da antiga classe operária industrial, "enterrando o mito *embourgeoisement* das camadas trabalhadoras no capitalismo organizado ao longo do pós-guerra" (ARANTES, 2004:33)

Teríamos mundialmente - nas grandes cidades dos antigos centros e periferias do capital- sociedades partidas em dois: "em que uma aflita maioria está espremida entre uma *underclass* sem esperanças e uma classe superior que recusa quaisquer obrigações cívicas." (*idem)* Com o encolhimento das camadas intermediárias, teríamos esse fosso social entre uma enorme força de trabalho degradada e descartada e operadores hipervalorizados, o que marcaria a formação de um novo dualismo, uma nova espiral de subdesenvolvimento: a segunda periferização do mundo. Mediante esse quadro, os governos das periferias passariam a "exportar" modelos de gestão de uma sociedade cindida com altos níveis de segregação social. Esses modelos, mais facilmente reproduzidos por sociedades fraturadas de nascença, seriam marcados por uma violência brutal em políticas de "tolerância zero" mescladas com os empreendimentos da "cidade-empresa", em um jogo dinâmico de linha tênue entre o legal e o ilegal:

> Num país de dualização originária, o próprio Presidente da República pode anunciar impunemente que muitos milhões de seus compatriotas de baixa ou nula empregabilidade serão devidamente rifados pela reengenharia social em curso, sendo além do mais saudado pelo distinto público pela audácia da isenção sociológica com que lida com os fatos da vida nacional. (ARANTES, 2004:49)

Os processos barbáricos de desagregação social convivendo lado a lado com polos avançadíssimos do capital passariam a compor a tônica de nossa época. Assim, o Brasil se realizaria de fato como o "país do futuro", pois

seríamos a vanguarda na gestão de uma crise generalizada e irreversível das formas de sociabilidade que nos restam. Essa seria a tal tendência à "brasilianização do mundo" e o Partido dos Trabalhadores, com seu projeto de conciliação e contenção das lutas sociais, seria exímio gestor da barbárie em curso. Aqui não podemos deixar de mencionar a função dos movimentos sociais históricos, que de exímios organizadores das massas passam a exímios controladores das massas.

As consequências são dramáticas tanto para as históricas quanto para as jovens organizações que lutaram e lutam pelos direitos sociais e políticos. Sampaio Jr. (2011) é certeiro ao afirmar que "nenhuma organização passou incólume pelo desastre. Todas sofreram traumáticos processos de fragmentação e divisão e muitas tiveram sua própria sobrevivência posta em questão". Pinassi (2009) corrobora essa posição ao afirmar que o governo Lula seria notável por combinar o PAC aos programas sociais, agradando "a Deus e ao diabo", e criando uma ilusão de mudanças ao mesmo tempo em que promove a manutenção de uma enorme desigualdade social. O "lulismo" ao se conformar em um novo gestor do capital com alta capacidade de controle das forças sociais seria responsável por, ao mesmo tempo, criar e amenizar as mazelas da classe trabalhadora.

Chegamos à característica central desses novos governos que confluem em torno do projeto neodesenvolvimentista: **sua capacidade de contenção das lutas sociais e de suas principais formas organizativas**.

A chegada desta "esquerda progressista" ao controle político nacional alterou perversamente a dinâmica da relação Estado/movimentos sociais, que passou a ser marcada por uma política de controle administrado da luta de classes. As lutas radicalizadas e abertamente antigovernistas e antiburguesas, marcadas por grandes marchas, greves e ocupações das décadas de 1980 e 1990, aos poucos tem sido substituídas por negociações e acordos tácitos no interior dos aparelhos estatais, pela inserção de militantes como funcionários de órgãos públicos e como assessores políticos da esquerda progressista, bem como pela constituição de projetos sociais de políticas públicas compensatórias e intermitentes que se viabilizam via parcerias entre Estado, movimentos e iniciativa privada. Ao se propor a participar de um projeto de administração social, ainda que com o verniz neodesenvolvimentista, o MST passa a se colocar no lugar de gestor da tragédia social contra a qual lutou durante décadas. Nesse sentido, não é uma simples perda de combatividade ou recusa à crítica, mas uma adesão consciente à política conservadora de associação direta ou indireta da pequena produção rural com o grande capital no campo, bem como articulações com governo e capital financeiro visando linhas de crédito e acordos de compra e venda da produção dos assentamentos, que passam então a estar centrados na mesma lógica do lucro capitalista que um dia o movimento combateu, muito embora a justificação de todo o processo venha devidamente embaladas na agradável ideologia autocomplacente da produção agroecológica.

Porém, há um processo estrutural em curso, que colocou em cheque a continuidade das principais organizações da antiga esquerda socialista dos anos 1970 e 1980. Esse cenário foi marcado internacionalmente pela crise do socialismo real e pela expansão e consolidação de setores do capital via política econômica neoliberal como resposta à crise estrutural. Politicamente, o estágio atual do sistema econômico político no Brasil, e mesmo na América Latina, aparece em um quadro marcado por uma alternância entre coerção e consenso, que parece ter sido bem sucedida para a repressão e controle dos projetos críticos radicalizados. Apresentamos por fim alguns dados e elementos concretos que expressam o entrelaçamento das determinações estruturais dos rumos do movimento: a conjuntura política e a dinâmica do capital no campo.

3 - As determinações estruturais e as transformações do MST: da ocupação à conciliação

A determinação histórica mais aparente no caso do MST está no âmbito da política: a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal em 2003 e a constituição do projeto neodesenvolvimentista. Esse processo foi também construído por setores do MST, assim como o debate sobre a reforma agrária esteve presente nos programas políticos do partido. A estratégia em curso, a luta por reformas que geraria um acúmulo de forças - o *programa democrático popular* - bem como a *tática da pinça* - combinação entre o braço da pressão popular e o da ação institucional -, estavam articulados em torno da histórica aliança MST/PT. Com a chegada de Lula ao planalto em 2003, se consolidou a crença no interior do MST de que este seria um governo em disputa e não um governo inimigo.

A campanha pela reeleição de Lula que se inicia ainda em 2005 foi crucial para a paralisação das ocupações de terra, bem como o progressivo abandono de outras ações radicalizadas como a ocupação de prédios públicos. Foi o início de um longo processo de negociação que desembocou na paralisação da reforma agrária como constituição de novos assentamentos, e na instituição de políticas públicas e parcerias focadas na produção agrícola dos assentamentos já existentes.

Arriscamos afirmar que essa conjuntura política, a chegada e permanência do PT no planalto federal, é o impulso que faltava para que o movimento se acomodasse à ordem capitalista. Porém, o MST já vinha sendo pressionado por um elemento da realidade objetiva difícil de ser contornado. Assim, chegamos à determinação estrutural que vai um pouco mais a fundo do que a explicação via rumos do PT e de sua relação com o movimento: **as mudanças da estrutura do capital no campo**.

Vivemos um contexto de generalização do agronegócio que passa a subordinar por diversos mecanismos a agricultura familiar/camponesa e um enrijecimento da política pública em relação à distribuição de terras, mesmo em relação às públicas e/ou improdutivas. Os pequenos produtores se vêem irremediavelmente subordinados às grandes multinacionais, seja para venda de sua produção, seja para a compra de insumos agrícolas[6]. A essa condição subordinada somamos um sério problema quanto à manutenção da bandeira da "reforma agrária clássica". Como lutar pela distribuição de terras improdutivas quando a maior parte das terras cultiváveis estaria sendo utilizada produtivamente e com alto grau tecnológico pelos gigantes do agronegócio?

Além disso, há a problemática de uma imprecisão crescente na identificação da fronteira entre o campo e a cidade, o rural e o urbano, a produção agrícola e a produção industrial. A produção agrícola se caracteriza hoje, em especial na região sudeste, por um altíssimo grau tecnológico de mecanização e está enredada em uma ampla cadeia produtiva que perpassa espacialmente o campo e a cidade de forma ininterrupta e fluída. Essa característica também se expressa na base social que compõe o MST atualmente. Nas últimas décadas muitas das famílias que aderiram ao movimento foram recrutadas nas periferias dos grandes centros urbanos, sendo que muitas nunca tiveram contato direto com o meio rural. Em muitos casos as gerações de seus pais e avós seriam provenientes diretos do campo, mas toda sua vida teria se constituído nas periferias urbanas.

A expansão e consolidação do agronegócio nos anos 1990 dificultou portanto a manutenção da bandeira da reforma agrária clássica, hoje considerada derrotada pelo próprio MST. Assim, a saída encontrada pela organização é a constituição de uma nova bandeira, a reforma agrária popular. Ainda que afirmemos a necessidade de se continuar a realizar ocupações de terra, o foco principal desta bandeira passou a ser a produção agroecológica e cooperativada como forma de viabilização dos assentamentos. Nas palavras de João Paulo Rodrigues, dirigente nacional do MST em entrevista à Repórter Brasil:

> No capitalismo brasileiro, não há espaço para reforma agrária clássica e não podemos cair no idealismo de dizer que por nossa vontade vai ter. Se a sociedade está dizendo que o agronegócio resolve as demandas principais da agricultura e a esquerda não tem força suficiente para impor um novo modelo, precisamos manter uma luta tática pela reforma agrária, um modelo que estamos chamando de reforma agrária popular. O que é essa luta tática? É acumularmos força suficiente para ir arrancando do governo conquistas que possam garantir a organização de um território com produção agroecológica, agroindústria e um conjunto de medidas na área de educação e de saúde que sejam referências para a sociedade. (…) Antes você tinha a possibilidade de o capitalismo distribuir terra, hoje não tem mais. Nós não vamos viver no Brasil uma situação de assentar 100 mil famílias por ano, 200 mil famílias por ano.
> *Isso se foi?*

6 Sobre a subordinação do pequeno produtor às grandes empresas do agronegócio ver: FARIAS, Luiz Felipe. *Agronegócio e luta de classes: Diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital no complexo citrícola paulista*. Dissertação de Mestrado, Campinas, 2012.

> Pela vontade do estado e da classe dominante, esse ciclo se encerrou. Vamos ter que impor a derrota pela produção agroecológica, produzindo comida boa de qualidade. E isso passa a ser uma prioridade tão importante quanto conquistar latifúndio[7].

As transformações do capital no campo fundamentam as determinações objetivas que levaram o movimento à adesão a esse projeto nacional de desenvolvimento. É a partir dessas condições que cai drasticamente o número de novas ocupações e acampamentos, ao mesmo tempo em que a estrutura do movimento parece se voltar para a política de créditos, parcerias e administração de cooperativas. É consolidada a crença na possibilidade de inclusão através desses mecanismos das famílias assentadas ainda não incluídas no mercado. A crítica ao sistema parece ter se transformado em uma irremediável luta por inclusão social e econômica.

No artigo "MST adere a estratégias capitalistas" publicado no portal online do IG em outubro de 2013[8] são levantados, em tom elogioso, dados impressionantes sobre as cooperativas do MST. Produções como suco de uva integral, leite e derivados e arroz orgânico embalado a vácuo levam à cifra de 100 milhões por ano faturados por sete cooperativas do movimento sem terra. Segundo o subtítulo da matéria: "um negócio e tanto para quem imagina que da 'roça' dos sem-terra só sai conflito." Segundo essa fonte, esse faturamento poderia classificar o MST como uma empresa de médio para grande porte segundo critérios do BNDES.

Podemos questionar a legitimidade de um artigo como esse, produzido por um órgão da grande mídia burguesa. Porém, o curioso é justamente vermos a possibilidade de se enaltecer o MST hoje através das lentes de um capitalista empreendedor, o que se expressa no tom elogioso da matéria. Aí se atesta que o MST seria hoje o líder na destinação de alimentos para merenda escolar após o sancionamento da lei que define que 30% desses alimentos devem provir da agricultura familiar. O artigo chama atenção para os 10 milhões de hectares de terra e mais de 400 mil famílias pertencentes ao movimento, que teria uma produção com qualidade de "fazer inveja" aos grandes produtores rurais.

Além disso, aqui se apresenta uma nova estratégia para a questão agrária, que se encaixa perfeitamente na nova concepção de "reforma agrária popular", difundida pelo movimento em seu último congresso realizado no início de 2014. Uma síntese objetiva é elaborada pelo jornalista ao identificar um coordenador da cooperativa como um "com terra" e agora "empreendedor rural", afirmando que "o MST está acoplando à sua estrutura de esquerdista os métodos e estratégias do capitalismo de mercado" e esta seria sua nova trincheira na luta contra seu arqui-inimigo, o agronegócio.

> Essas parcerias, segundo o militante [Altamir Bastos - MST/RS], permitem aos assentados traçar metas de produção em escala e, seguindo estratégia de mercado, conquistar no longo prazo quase o monopólio dos alimentos orgânicos, um mercado tratado com certo desdém pelo agronegócio, mas um ponto de afirmação para o MST.

Para garantir a distribuição dessa produção, o artigo cita um contrato com a prefeitura de São Paulo que destinaria alimentos como arroz orgânico, arroz parabolizado e feijão. Esse fato é parte de um panorama mais amplo de programas assistenciais do governo federal destinados à garantia da distribuição da produção dos assentamentos. Somado a um estreitamento das relações com o INCRA através inclusive da entrada de alguns militantes como funcionários do órgão federal, foram implementados programas durante os governos Lula para a comercialização da produção dos assentamentos como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), vinculado ao Fome Zero, que se tornou a principal política de comercialização da agricultura familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. (SILVA, 2012)

No artigo "MST S/A" se atesta a contradição da atuação do MST nesses eventos. Na Cúpula dos Povos o

---

7 *MST 30 anos: 'Estamos no canto do ringue'*, entrevista de João Paulo Rodrigues ao Reporter Brasil, 11/02/2014. Disponível em: http://reporterbrasil.org.br/2014/02/mst-30-anos-estamos-no-canto-do-ringue/

8 Ver: *Com agricultura familiar, MST adere a estratégias capitalistas*, por Vasconcelos Quadros, IG São Paulo, 14/10/2013. Disponível em: http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-10-14/com-agricultura-familiar-mst-adere-a-estrategias-capitalistas.html

movimento criticou as corporações, atestando o grande fracasso da Rio + 20 onde teriam ocorrido retrocessos, segundo o MST, "agora materializados na proposta de economia verde, na maquiagem verde do capital, que pretende mercantilizar a vida.[9]" Porém, simultaneamente à participação na Cúpula dos Povos, lideranças do MST foram à cúpula oficial da Rio + 20 e participaram do painel "Segurança e Soberania Alimentar". Nesse encontro, em conjunto com representantes do governo e diretores de uma multinacional, anunciou-se uma parceria entre o MST e o Grupo Pão de Açúcar.

> Essa transação comercial — em que a principal rede varejista [retalhista] do país comprou 15 toneladas de arroz orgânico da Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita, do Rio Grande do Sul — foi anunciada como a maior já realizada entre o Movimento e um mercado, sendo intermediada e tendo o apoio do programa Brasil Sem Miséria, do governo federal. E, a crer na declaração do diretor de relações institucionais do grupo, Paulo Pompilio, a intenção é que as negociações se ampliem, pois envolvem a preocupação com a questão ambiental e social, claro, valorizando a "produção de alimentos sem agrotóxicos ou defensivos".
> Milton Formazieri, da coordenação nacional do MST, justificou a transação dizendo: "Parece contraditório, mas sentimos a necessidade de expor e divulgar mais sobre o movimento para a **classe média**, mostrar que nossa produção é social e ambientalmente sustentável" (PASSA PALAVRA, 2013, grifo nosso)[10]

Outro convênio significativo, também carregado das contradições que permearam a parceria com o Grupo Pão de Açúcar, foi o estabelecido com a Fíbria, empresa recém-criada através de financiamento do BNDES e que surge da fusão entre a Aracruz Celulose e a Votorantim, duas gigantes internacionais da produção e exportação de celulose no mercado mundial. Esse convênio, intermediado pelo governo federal, o governo estadual petista da Bahia e com participação da ESALQ/USP, garantiu uma área de dez mil hectares, antes propriedade da empresa, para um projeto de assentamento de mil e duzentas famílias e de criação de uma escola agroecológica florestal. Segundo os porta-vozes da Fíbria: "*Queremos ensinar aos jovens do MST como usar ciência e educação para desarmar um antagonismo desnecessário*, adiantou Penido.[11]" E em matéria no jornal Valor Econômico foram expressas as seguintes posições:

> *Muda-se a relação entre capital e trabalho*, analisa Paulo Kageyama, pesquisador da ESALQ, da Universidade de São Paulo. (…) *É um marco no convívio do agronegócio com a agricultura familiar*, afirma José Penido, presidente do conselho de administração da empresa. A questão, diz ele, é de consciência, mas também de sobrevivência do negócio. *A estratégia é superar antagonismos e encarar os problemas historicamente agudos no Sul da Bahia*, ressalta o executivo. Ao seu lado, Márcio Matos, da direção nacional do MST, garante: *Chegamos a um novo paradigma de negociação sobre passivos, diálogo que surgiu a partir de relações conflituosas e* ***se repetirá junto às demais empresas do setor.***[12] (grifo nosso)

---

9 Documento oficial final da Via Campesina na Cúpula dos Povos. Disponível em: http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/noticias-2/53-cupula-dos-povos/1141-a-via-campesina-na-rio20-os-povos-disseram-nao-a-economia-verde

10 "MST S.A." (2ª Parte). Por Passa Palavra, 10/04/2013. Disponível em: http://passapalavra.info/2013/04/75271

11 *Ideologia, engajamento e métricas são receita de empresas-referência em sustentabilidade,* notícia de 02/12/2011. Disponível no site: http://www.amcham.com.br/regionais/amcham-sao-paulo/noticias/2011/ideologia-engajamento-e-metricas-sao-os-ingredientes-de-sustentabilidade-da-natura-fibria-e-du-pont. Acesso em: 02/12/2011

12 *Alianças inéditas,* notícia do Valor Online publicado em 23/07/2012. Está disponível em: http://www.valor.com.br/empresas/2760226/aliancas-ineditas (acessada em 30/08/2012)
A parceria também foi noticiada no site da Fíbria e está disponível em: http://fibriamkt.tauvirtual.com.br/2012/0725.htm (acessada em 30/08/2012)

Vale lembrarmos que em oito de março de 2006, duas mil mulheres ligadas à Via Campesina e ao MST realizaram uma ação de denúncia em uma área da empresa Aracruz Celulose, que hoje se tornou Fíbria. A ação de 2006 ocorreu em um centro de pesquisa da Aracruz sobre o manejo do eucalipto, no município de Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul. Tal ação pretendia denunciar o impacto do cultivo extensivo de monoculturas de eucalipto que, ao formar o conhecido "deserto verde", destruiria a biodiversidade, deterioraria o solo, secaria os rios e geraria poluição e contaminação através das fábricas de celulose. Essa ação foi publicamente apoiada pela direção do MST no período em questão como uma forma de luta legítima contra o agronegócio, e foi considerada pela esquerda radical um marco nas formas de luta até então empreendidas contra esse setor. Cinco anos depois, em 2011, temos essa parceria firmada entre MST e a herdeira da Aracruz, a Fíbria. Nada em uma mão, nada na outra, e por intermédio dos governos petistas, em um quase passe de mágicas, o inimigo se torna em parceiro.

Estes não são casos isolados e o fato de não ser uma prática generalizada não retira o peso de seu significado e a possibilidade de seu alcance futuro. Impossível negar o impacto de um relato amistoso sobre o clima de comemoração na parceria com a Fíbria expresso pelo correspondente do jornal Valor Econômico:

> Foi um acontecimento histórico. O aroma da galinhada exalava na recepção aos convidados no Assentamento Jaci Rocha, município do Prado (BA), quando chegaram as lideranças dos dois lados em questão: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Fíbria, produtora de celulose e papel que detém quase 170 mil hectares no Extremo-Sul da Bahia. Não faz muito tempo, encontros do gênero só aconteciam nos corredores dos tribunais para a solução litigiosa de conflitos. Desta vez, o motivo era de festa: a inauguração de uma escola agroflorestal para jovens de assentamentos da região e outras partes do Brasil, destinada a fomentar práticas sustentáveis e uma nova cultura no campo.[13]

Atestamos assim uma alteração dos marcos das disputas em torno da questão agrária. As lutas pelo parcelamento de terras que marcaram a história do MST são progressivamente substituídas por formas negociadas que buscam viabilizar a manutenção dos trabalhadores assentados no campo. Para viabilizar, portanto, o desenvolvimento do capitalismo no campo com a inclusão das cooperativas no mercado capitalista através de programas públicos de incentivo à produção e distribuição e de parcerias com grandes corporações aprovadas através da mediação estatal. Essa guinada em direção ao enquadramento à ordem se justifica pela necessidade de se lutar por uma "boa causa" nos limites da realidade contemporânea: a sobrevivência dos assentamentos rurais em um projeto de desenvolvimento rural que beneficiaria toda a sociedade brasileira.

Claro que, se olharmos para quem sempre viveu com quase nada e sobrevive a duras penas nos assentamentos rurais conquistados pelas lutas do MST, uma nova possibilidade de se produzir e melhorar as condições de vida dessa população parece louvável. Contudo, é impossível esquecermos que a conquista da terra se deu à custa de muita luta gerando uma organização antes nunca vista e uma militância radicalizada que, em um certo período histórico, apontou para a necessidade de se superar os limites reformistas do próprio movimento, inserindo-se na dinâmica da luta revolucionária. Como podemos defender abertamente que assentamentos que são fruto dessa luta garantam sua dignidade via parcerias com o agronegócio ou grandes corporações de distribuição de alimento? E, mesmo no caso da postura de combate ao agronegócio que o movimento nos tem apresentado, como podemos defender que uma bandeira histórica como a reforma agrária se transforme em uma disputa comercial via inserção de produtos agroecológicos nas prateleiras dos supermercados?

A viabilização da agricultura familiar através desse modelo, isto é, a consolidação da reforma agrária popular, seria, a bem da verdade, a possibilidade de uma inserção subordinada ao consolidado complexo industrial e financeira do capital no campo.

---

13 Ver: *Alianças Inéditas*, Jornal Valor Econômico, 23/07/2012. Disponível em: http://www.valor.com.br/empresas/2760226/aliancas-ineditas#ixzz21RzT8b42

4 - Bibliografia

ARANTES, P. (2004) "Fratura Brasileira do Mundo" IN: ARANTES, P. *Zero à Esquerda*. São Paulo: Conrad.
BOITO JR, A. (2012) As bases políticas do neodesenvolvimentismo, *Fórum Econômico da FGV/São Paulo*. Disponível em: http://www.eesp.fgv.br/
BRESSER-PEREIRA, L. (2011) "O Brasil e o Novo Desenvolvimentismo". Disponível em: www.bresserpereira.org.br, pp. 76 a 85.
BUZZETO, M. (1999) Nova Canudos e a luta do MST no Estado de São Paulo. *Revista Lutas Sociais,* n. 6.
CARTA de saída das nossas organizações (MST, MTD, Consulta Popular e Via Campesina) e do projeto estratégico defendido por elas. Novembro de 2011, disponível em: www.passapalavra.org
CEPÊDA, V. (2012) "Inclusão, democracia e novo desenvolvimentismo*". Estudos Avançados 26 (75)*, pp. 77 a 90.
ENGELMANN, S. & DURAN, A. (2012) Questão Agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST, *Revista Eletrônica do CEMOP*, nº 02.
FERNANDES, B. (2008) O MST e as reformas agrárias no Brasil. *Revista OSAL*, ano IX.
FIORI, J. (2007) As vitórias da esquerda na América do Sul. *Margem Esquerda*, n. 9, Dossiê: América Latina: continuísmo ou rupturas?
GOLDFARB, Y. (2006) DO CAMPO À CIDADE, DA CIDADE AO CAMPO: O PROJETO COMUNAS DA TERRA E A QUESTÃO DOS SUJEITOS DA REFORMA AGRÁRIA. Revista AGRÁRIA, USP, São Paulo, Nº 5.
GONÇALVES, R. (2006) Assentamentos como pactos de (des)interesses nos governos democráticos. *Revista espaço acadêmico*, n. 65.
GOULART, D. (2011) O ANTICAPITALISMO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO – MTST. Tese de doutorado, Unesp, Marilia, 2011.
IASI, M. (2006) *As Metamorfoses da Consciência de Classes – o PT entre a negação e o consentimento*, São Paulo: Expressão Popular.
MACHADO, E. (2009) Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais, *Lutas Sociais,* n.21/22.
MENEGAT, M. (2013) "A crítica do valor bate à sua porta". Prefácio In: BRITO, Felipe & ROCHA, Pedro. *Até o último homem*. São Paulo: Boitempo.
PINASSI, M. (2009) O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política. *Revista Herramienta,* Buenos Aires.
PRADO, F. & MEIRELES, M. (2012) Teoria Marxista da Dependência Revisitada: contribuições a crítica do neodesenvolvimentismo. In: CASTELO, R. (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*, são Paulo: Pão e Rosas.
SAMPAIO JR., P. (2011) "Metástase da crise e aprofundamento da reversão neocolonial", In: *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, pp. 85-96.
SILVA, L. (2007) *Práticas Organizativas do MST e relações de poder em assentamentos/acampamentos do Estado de São Paulo.* Tese de Doutorado, UFSCar, São Carlos.
_____, (2012) *A Trajetória do MST nos anos 2000: avanços e recuos na luta pela reforma agrária no Brasil*.
TUMOLO, P. (2002) *Da contestação à conformação. A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
UMBELINO, A. (2008) Lula dá adeus à Reforma Agrária, *Jornal Brasil de Fato*.

A subjetividade dos jovens no capitalismo globalizado

Marisa Feffermann[1]

Resumo: Na sociedade do capitalismo globalizado especificamente na América Latina observa-se o recrudescimento da tendência totalitária em virtude do acirramento da contradição do desenvolvimento tecnológico atrelado à reprodução da miséria e das desigualdades sociais. Nesse mundo tecnologizado, o progresso conduz á legitimação da intolerância através da padronização e valorização de condutas sociais calcadas no binômio superioridade - inferioridade.

As conseqüências da derrocada do *welfare state* apontam para o declínio de um modelo de proteção social e suas formas institucionais; e a redução da capacidade de oferta de emprego ao mesmo tempo em que se aprimoram os processos de desregulação do trabalho e sua conseqüente desqualificação. (Castel, 1998; Garland, 2001). A exclusão desta parcela da população da vida da sociedade, concorre simultaneamente para a desestruturação de laços comunitários e para o desenvolvimento de outros processos, como a violência. A violência, a exclusão, as discriminações por gênero, os vários racismos, a pobreza, os problemas do meio ambiente e a questão da fome tornam-se questões globais. Estes fatores expressam um cenário social com imensos desafios, dentre os quais a produção de uma miserabilidade estrutural que por sua vez tem encontrado como resposta uma crescente política de criminalização.

Observa-se a exigência da sociedade aterrorizada por um rigor punitivo traduzido em penas severas para os transgressores e a criminalização generalizada de condutas. Este cenário é pouco promissor para jovens que fazem parte dos segmentos da população mais afetados pela desigualdade social, pelas políticas de ajuste econômico neoliberais e pela falta de efetividade das políticas sociais, portanto os efeitos da violência agudizam-se, capturando, sobretudo, os jovens. Os jovens aparecem como retrato projetivo da sociedade, condensando angústias, medos, assim como esperança em relação às tendências sociais percebidas no presente e aos rumos que essas tendências imprimem para a conformação social futura. (FEFFERMANN, 2006).

Palavras-chave: juventude, violência, subjetividade.

O processo crescente de "globalização", no qual o "regime de acumulação mundial predominantemente financeiro" afeta diversos países de modo "contraditório, heterogêneo e desigual" (Ianni, 1993, p 25). Concretiza-se a pressão exercida pelo capital financeiro para a abertura de fronteiras nacionais, para a transformação das empresas estatais em privadas e "desregulação" das relações de trabalho. O desemprego e a precariedade das relações de trabalho são consequências deste processo, pois a instalação de novas tecnologias foram utilizadas tanto para organizar seu processo de internacionalismo, quanto para modificar fortemente suas relações dos trabalhadores. Configura-se o afrouxamento da histórica aliança entre a economia de mercado, o Estado de bem-estar social e a democracia. O capital concentrado se adensa, ainda mais, nas mãos de multinacionais com um novo perfil: grupos financeiros com dominância industrial, com elevado grau, inclusive de organização, de financismo e intensificação das posições do capital rentista. As políticas sociais sofrem o processo de mercantilização, distanciando-se, portanto, da perspectiva de proteção social (CASTRO, 2010). Nessa lógica, o que impera é o mérito individual e se desconstrói a noção de universalidade dos direitos. A globalização

---

1 Mestre e doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP. Atualmente é pesquisadora do Instituto de Saúde da SES/SP, da FLACSO/ Brasil. Tem experiência na área de Pesquisa em Psicologia, com ênfase em Psicologia Educacional e Social, atuando principalmente :saúde mental, juventude, violência, tráfico de drogas, Primeiro Comando da Capital - PCC, gangues, educação, violência na escola. Cursando o Programa Postdoctoral de Investigación en Ciencias Sociales, NIñez y Juventud (CLASCO). Membro do Grupo de Trabalho - Infancia y Juventud: Políticas, Culturas e Instituciones Sociales da CLACSO. Autora do Livro: Vidas Arriscadas: o cotidiano de jovens trabalhadores do tráfico de drogas. mfeffermann@gmail.com

da economia e a ideologia neoliberal, hoje hegemônicas, implicam para alguns países (como o Brasil), uma política de ajuste com abertura para o mercado externo, contenção de gastos públicos e, como consequência, a diminuição do Estado com a privatização das ações sob sua responsabilidade, que passam a ser reguladas pela lei do mercado.

A tecnologia e a expansão ilimitada do capitalismo apresentam efeitos desastrosos e incontroláveis, não podendo servir de referência para a construção ético-moral. Um sistema baseado na competição; na propriedade privada dos meios de produção; na exploração; no lucro e na desigualdade social produz efeitos irreparáveis para as relações interpessoais. As transformações tecnológicas e de organização aplicadas ao sistema produtivo incidiram diretamente sobre o trabalho e vêm provocando demissões de vulto entre os trabalhadores. Assim a derrocada do welfare state, aponta para o declínio de um modelo de proteção social e suas formas institucionais, tal como a redução da capacidade de oferta de emprego ao mesmo tempo em que se aprimoram os processos de desregulação do trabalho e sua consequente desqualificação. (Castel, 1998; Taylor, 1999; Garland, 2001). Nesse mundo tecnologizado, o progresso conduz a legitimação da intolerância através da padronização e valorização de condutas sociais calcadas no binômio superioridade – inferioridade. Outras consequências da tendência do capitalismo global é o enclausuramento do espaço público, a diminuição dos serviços públicos (saúde, educação e cultura) e o aumento do funcionamento autoritário do poder político. (Zizek, 2013, p.104). A racionalidade tecnológica acarreta consequências globalmente irracionais

A estrutura violenta do capitalismo insurge e se configura como um Estado Punitivo e controlado que prioriza os mecanismos repressivos, acirrando as formas de vigilância social das populações empobrecidas. As políticas do Estado para os jovens que vivem nas periferias e morros das grandes cidades **são o encarceramento e a execução sumária**, realizada na maioria das vezes por agentes de Segurança Pública do Estado, consideradas ameaça à ordem instituída da sociedade burguesa. **O modelo da guerra aplicado à Segurança Pública** significa uma verdadeira ditadura contra os pobres que cotidianamente sofrem a militarização na sua vida social com uma permanente suspensão de todas as garantias constitucionais. A ordem pública passa a se confundir com o controle da criminalidade, àqueles que estão fora do lugar normativo do trabalho e transformá-los em símbolo da violência. É o que Wacquant (2001, p. 7) denominou como "a remediação de um 'mais Estado' policial e penal a um 'menos Estado' econômico e social", e ainda completou que tal penalidade neoliberal é ainda mais funesta em países atingidos por fortes desigualdades de condições de vida e desprovidos de tradição democrática. É quando as questões sociais se tornam questões de polícia.

A exclusão desta parcela da população da vida da sociedade, concorre simultaneamente para a desestruturação de laços comunitários e para o desenvolvimento de outros processos, como a violência. Observa-se o enfraquecimento dos laços sociais, desde a insegurança no emprego à crise das relações sociais entre as pessoas (Hobsbawm, 2000; Bauman, 1998; Garland, 2001). Essa realidade tende a combinar altos índices econômicos com elevados índices de marginalização de indivíduos das atividades produtivas organizadas, excluindo-os, ou melhor, incluindo-os de forma marginal da vida em sociedade, o que concorre simultaneamente para a desestruturação de laços comunitários. O resultado é que a dimensão do outro desaparece: a perspectiva de uma vida em comunidade e dos propósitos humanos se deterioram no conjunto da vida social.

A crise contemporânea da acumulação do capital tem como consequência e emergência do Estado Penal em detrimento do Estado Social o processo de criminalização dos pobres. Este processo é marcado pela intensificação dos preconceitos em relação aos pobres (criminalização) e articula políticas governamentais assistencialistas com a ampliação da repressão.

No campo penal, as ideias conservadoras constituíram-se em um forte polo de atração ideológica. Os pensadores neoliberais norte-americanos atacaram os pressupostos do Estado fordista-keynesiano, responsabilizando-o de não resolver a pobreza e permitir a proliferação de condutas consideradas criminosas.

O conceito de Estado Penal[2], o encarceramento em massa[3] é a tônica do atual estágio de reprodução capitalista,

---

2 Um elo cada vez mais forte entre as renovadas políticas de bem-estar e penal, tem-se os meios para constatar que o explosivo crescimento do alcance e da intensidade da punição

3 No plano mais baixo da escala social, o encarceramento serve para neutralizar e estocar fisicamente as frações excedentes da classe operária, notadamente os membros despossuídos dos grupos estigmatizados.

na medida em que a repressão estatal aos pobres vem crescendo na medida em que se ampliam a negação do acesso aos direitos sociais historicamente conquistados. Onde, o Estado social não se consolidou em sua plenitude, as poucas garantias conquistadas sucumbe ante o "Estado Punitivo", cuja a assistência social dá lugar à atuação policial e carcerária. O Estado brasileiro atua como a administração dos Estados totalitários, que como afirma Adorno (1985) em elementos do anti-semitismo, "procede ao extermínio daqueles segmentos da população que se tornaram anacrônico, é apenas o carrasco que executa veredictos econômicos há muito anunciados" (p.192). A gradativa implantação de medidas neoliberais (1980) - onde a nova ordem mundial começa a aparecer com seus corolários de globalização do mercado, Estado Mínimo, flexibilização do trabalho, desestatização da economia, competitividade, livre comércio e privatização – temos uma massiva produção de insegurança, medo, pânico articulados ao crescimento do desemprego, da exclusão, da pobreza e da miséria.

Ao buscar hegemonia, o Estado utiliza-se de práticas repressivas, sempre justificadas pela necessidade de impedir o desequilíbrio, a desarmonia nas funções da sociedade. Assim, reforça o exercício da violência dos grupos dominantes, e é institui o monopólio da violência pelo Estado, que determina suas regras e valores. Os agentes do Estado utilizam-se da força legítima do Estado para hostilizar, aterrorizar e muitas vezes exterminar o diferente. As mortes em massa dos jovens pobres e negros, acolhidas com complacência pelo Estado e pela sociedade civil, demonstram o caráter evidente da instrumentalização do sistema penal na produção do extermínio físico e moral dessa parcela da população.

Diante desta realidade observa-se o recrudescimento da tendência totalitária em virtude do acirramento da contradição do desenvolvimento tecnológico atrelado à reprodução da miséria e das desigualdades sociais e de uma crescente política de criminalização das parcelas mais pobres da população. As ofertas do Estado para os jovens que vivem nas periferias e morros das grandes cidades são o encarceramento e a execução sumária, realizada na maioria das vezes por agentes de Segurança Pública do Estado, consideradas ameaça à ordem instituída da sociedade burguesa. O modelo da guerra aplicado à Segurança Pública significa uma verdadeira ditadura contra os pobres que cotidianamente sofrem a militarização na sua vida social com uma permanente suspensão de todas as garantias constitucionais.

Instituem-se normas para o desenvolvimento equilibrado de uma sociedade, que são cristalizadas, impedem o surgimento do novo e, consequentemente, determina o diferente como desviante. O diferente é rotulado como anormal, e todas as providências são tomadas para refutar estas práticas, inclusive com a utilização de violência.

Desta forma, qualquer atitude que perturbe a manutenção da ordem estabelecida deve ser extirpada e para isso têm-se o poder, aplicado de modo autoritário, e os efeitos dos textos legais. Assim, o poder, entendido como a capacidade de impor determinada vontade com relação à violência, é forma de imposição, pela força material, dessa vontade. No entanto, o fracasso das políticas públicas que deveriam ser executadas pelo Estado, não é considerado como indutor de violência.

No Estado Penal ou se elimina ou se encarcera, a eliminação ocorre por diferentes vias, pelos agentes do Estado, quando ocorrem as incursões nos territórios empobrecidos das cidades brasileiras, sempre com a lógica das operações de repressão/ "combate" ao tráfico de drogas.

O inimigo nestas incursões torna-se toda a população que vive no local, a estigmatização territorial, expande a lógica da criminalização, desta forma todos lá vivem tornam-se suspeitos em potencial e são criminalizados. Ou ainda pelo encarceramento, que retira de circulação os sujeitos perigosos, e assim lhes impõe o estigma social permanente, agora de ex-presidiários, o ciclo de marginalização se completa, com a responsabilização do indivíduo frente as mazelas da sociedade. E ainda se elimina, pelos agentes não oficiais de controle social, sãos os grupos de extermínio, as milícias, responsáveis por inúmeras chacinas que ocorreram e ocorrem na história recente do país.

Os jovens moradores das favelas são eliminados também na guerra do tráfico, pela disputa letal pelo domínio de territórios de venda de drogas. Importante ressaltar que estar o não ligado ao tráfico não determina está eliminação, todo jovem que vive nestes territórios é passível de receber uma "bala perdida" ou de ser morto com a justificativa de ter ocorrido por causa de um "auto de resistência". Toda juventude desta forma é criminalizada. A violência Estatal contra negros e pobres se relaciona com as necessidades de controle àqueles que representam ameaças reais ou simbólicas ao acúmulo de riquezas da classe dominante. A criminalização

da juventude pobre, negra e empobrecida é uma forma de controle social e de justificar a violência e principalmente do Estado e dos detentores do poder de se eximir da responsabilidade desta realidade. Dentro dessa lógica repressiva, os excluídos passaram a ser designados pelos discursos oficiais e da mídia como um inimigo interior do Estado contemporâneo e por isso, passam a ser vigiados, punidos e extirpados do convívio social. O medo é utilizado como mecanismo para justificar, legitimar atitudes das classes privilegiadas e para disciplinar e controlar as classes subalternas.

O empenho da mídia em noticiar de forma espetacular situações relacionadas com o crime: transformam a violência em uma atração privilegiada, exaltando os crimes mais violentos e apresentando-os como sendo o principal evento do cotidiano das regiões periféricas das cidades. Os meios de comunicação de massa constituem assim mecanismos para incitar valores e crenças que reafirme a sua identidade como indústria cultural. A violência e a criminalidade tornam-se mercadoria privilegiadas, o que justifica a espetacularização do crime, superando, não raro, a fronteira do que é passível de constatação empírica. (Albrecht, 2000). Ocorre uma escamoteação dos dados da realidade, promovendo a violência como um produto rentável e aguçando a sensação de medo e a consequência é uma quase que uma exigência popular para o aumento da intervenção punitiva. O sensacionalismo e o que é espetacular tornam-se ingredientes imprescindíveis para a efetivação dessa cultura. Assim, o medo tendem a estar na gênese de processos de estigmatização de grupos que visam legitimar a perpetuação das desigualdades, a elaboração de políticas institucionais de exclusão e até de genocídio.

Os veículos de comunicação anunciam o aumento da violência e a necessidade do intensificação das políticas de segurança nas principais metrópoles brasileiras. O discurso do medo é construído no espaço social e as relações sociais passam a ser pautadas pela desconfiança e pela disputa entre iguais. Esta é um campo propício para busca de um culpado para esta situação, um bode expiatório. A classes empobrecidas passam a ser alvo das políticas repressivas de controle social e da segurança: os jovens negros e pobres moradores das regiões periféricas das cidades.

Obscurecesse o problemas de desigualdade e falta de condições econômica a partir da lógica da criminalização dos pobres, estigmatizando as suas ações, cultura e lugar de moradia. Estes fatores expressam um cenário social com imensos desafios, dentre os quais a produção de uma miserabilidade estrutural que por sua vez tem encontrado como resposta uma crescente política de criminalização.

Observa-se a exigência da sociedade aterrorizada por um rigor punitivo traduzido em penas severas para os transgressores e a criminalização generalizada de condutas. Este cenário é pouco promissor para jovens que fazem parte dos segmentos da população mais afetados pela desigualdade social, pelas políticas de ajuste econômico neoliberais e pela falta de efetividade das políticas sociais, portanto os efeitos da violência agudizam-se, capturando, sobretudo, os jovens.

Nesta realidade, a subjetividade é deglutida pela modernidade, pela tecnologia, a razão individual dissolve-se na lógica da razão instrumental e os valores éticos e estéticos perdendo os seus fundamentos racionais, o que passa a valer é unicamente o esforço de autoconservação: a capacidade de reflexão dos indivíduos está cada vez mais em processo de extinção. Assim, a identidade, em grande parte, é constituída a partir de modelos fornecidos pela indústria cultural, que garantirá a sua adaptação social. A cultura clamando pelo igual, pela indiferenciação fortalece-se, pois mantém sua configuração e tende a impedir a constituição de indivíduos capazes de experenciar, de viver racionalmente enquanto seres pensantes.

O reconhecimento da alteridade e da diferença pelo sujeito na atualidade torna-se cada vez mais difícil e essas diferenças são imediatamente transformadas em signos hierárquicos infalíveis de superioridade e inferioridade. A intolerância se funda então na impossibilidade de convívio do sujeito e do grupo social com a diferença do outro. O sujeito não podendo suportar qualquer diferença étnica, racial, religiosa, estética e política atua no sentido da invalidação e anulação da diferença. A violência passa a ser o desenlace inevitável.

Em decorrência disso, a naturalização da violência acarreta uma sensação de impotência para lidar com a realidade: os indivíduos, destituídos de força para agir, não percebem a capacidade que têm para modificar a si próprios e ao mundo. No entanto, a ameaça do medo constante gera consequências tais como: falta de solidariedade, indiferença para com a miséria, tolerância com a corrupção e impunidade; a situação banal da violência torna-se um forte aliado para sua precipitação. Assim, uma sociedade que se mantem pela ameaça da

exclusão daqueles que não seguem as suas regras, provoca continuamente a necessidade do estabelecimento de preconceitos como forma de defesa individual.

Por outro lado aceitar o diferente seria admitir que existe algo imprevisível e assim, fonte de perigo. O objetivo é integrar todos os indivíduos no sistema através de um processo de identificação direta: cada um assumir a ordem vigente e assimilá-la à sua própria substância. O indivíduo passa a pensar o mundo em categorias. O "ticket"[4] é a esterotipia, é a forma de responder a angústia do desconhecido.

Os indivíduos tendem a ser diretamente socializados pela sociedade de consumo, o pensamento submete-se às leis econômicas que regem estas instituições ao invés de conduzir suas decisões mediadas pela tensão entre as pulsões, a consciência moral e a realidade externa.

Promete-se o que não se pode cumprir. Mais que isso: impedem a reflexão sobre a frustração do desejo.

É este quadro que se delineia na atualidade, a violência, literalmente toma corpo. O sujeito produzido pela cultura de massa, na ausência de projetos sociais compartilhados encara o outro apenas como objeto. A violência, geralmente, caracteriza-se pela competição, pela pretensão do sujeito perceber-se melhor e de funcionar como um predador do corpo do outro para o usufruto próprio.

Nestas condições, a sociedade deixa de servir para a proteção do sujeito. O aumento dos problemas sociais impele o sujeito a buscar responsáveis e vive-se em estado de medo, que fomenta o preconceito e a intolerância. Geralmente é sobre o jovem que recai o desdobramento desse medo, a raiva, e ideologicamente a sociedade procura justificar estas atitudes. A sociedade generaliza a situação e passa a julgar qualquer jovem pobre que vive na periferia.

Os jovens passam a protagonistas, e ao mesmo tempo sofrem a violência, a discriminação, a intolerância. Os estereótipos são impostos e com isto a sociedade se desresponsabiliza deste encargo, assim as conseqüências para estes jovens são desastrosas. A relação de dominação perpassa o cotidiano de alguns jovens que buscam no grupo, e muitas vezes no tráfico de drogas, um lugar de destaque. Reproduzem a relação de dominação a que são submetidos na sociedade em geral.

Como pensar a construção das subjetividades de jovens que desde muito cedo são rotulados e sobrevivem através e apesar dos clichês, dos estereótipos de pobres, negros e perigosos?

Sugere-se que o limiar entre a lei e o que está fora da lei apresenta-se cada vez mais tênue, e se torna difícil perceber as regras que modelam as condutas individuais e sociais.

Os jovens aparecem como retrato projetivo da sociedade, condensando angústias, medos, assim como esperança em relação às tendências sociais percebidas no presente e aos rumos que essas tendências imprimem para a conformação social futura. A sociabilidade do jovem passa a ser totalmente relacionada à contemporaneidade.

É importante compreender a juventude no seu contexto histórico e social. Estamos diante de múltiplas juventudes, que expressam realidades e dinâmicas múltiplas e diferenciadas. A juventude é uma categoria relacional fundada em representações sociais. Desta forma, ao buscar discutir a questão da juventude nas manifestações deve-se olhar a complexidade e diversidade que compõe esta categoria. A 'juventude', por suas características, sua perplexidade e ambivalência, que alterna dúvida e construção de certezas, manifesta momentos de desequilíbrio e descontentamento, e assim surge como categoria propícia para simbolizar os dilemas contemporâneos. Nos jovens, o desejo de experimentar o novo está acompanhado por incertezas, pela avidez de conhecimentos, pelo espanto e indefinições cotidianas de uma realidade que, simultaneamente, atrai e atemoriza. Os jovens passam a ser associados à rebeldia, condição que é acirrada quando alguns grupos juvenis expressam atitudes que podem ressignificar normas e padrões sociais vigentes. A um só tempo, o jovem aparece como retrato projetivo da sociedade, condensando angústias, medos, assim como esperanças em relação às tendências sociais percebidas no presente, e aos rumos que essas tendências imprimem para a conformação social futura. A sociabilidade do jovem está totalmente relacionada à contemporânea. (Feffermann, 2006) A juventude catalisa as tensões sociais como também as exterioriza, tornando-se vitrine de conflitos sociais. E a violência pode corresponder, sob formas variadas, a esforços de afirmação e de participação em um mundo contraditório, buscas de pertença e reconhecimento. Os jovens pertencentes às classes subalternas vivem em dupla situação de risco, pois, vivendo uma socialização incompleta, têm poucas oportunidades de integração

4 Adorno e Horkheimer (1985) "mentalidade do ticket"

no mercado de trabalho, aspecto reforçado pela baixa escolaridade; assim, são alvos fáceis para as drogas e o álcool e, quando surpreendidos ao cometerem infrações, a reprimenda pode custar-lhes a vida. Para os jovens da periferia, crescer é uma empreitada que ele deve enfrentar sozinho, um salto no escuro.
Assim, as atitudes discriminantes em relação aos jovens são produzidas e reforçadas pela indústria cultural, que ao assimilar as diferenças, imputam ao jovem a responsabilidade pela distorção da ordem que deve ser mantida. A indústria cultural anuncia a existência destes jovens, ou quando morrem ou por suas atitudes espetaculares, o que serve para reforçar o estereótipo estabelecido para eles. Todas as intenções que vão ao encontro de reafirmar esta condição são louvadas e sempre justificadas como necessidade para garantir a segurança da sociedade. Assim a indústria cultural, a um só tempo, contribui na formação deste preconceito e cria mecanismos para eliminar não o preconceito, mas o sujeito estereotipado.
Os estereótipos são impostos e com isto a sociedade se desresponsabiliza deste encargo, assim as conseqüências para estes jovens são desastrosas. Desta forma, é relevante considerar as formas de sociabilidade dos jovens na atualidade, pois é no grupo que o jovem busca reconhecimento social, constrói a sua identidade, e manifesta suas ilusões de consumo e de poder.
A sociedade escolhe um protagonista da violência atual, vítima e ator – a juventude – que então corporifica o estigma de responsável pelo "perigo generalizado"3.
A violência juvenil pode corresponder**,** e sob formas variadas, a esforços de afirmação e de participação em um mundo contraditório. Nesse contexto, a vulnerabilidade é um aspecto que caracteriza estes jovens.

Constrói-se assim o processo de criminalização da juventude. No Brasil, a criminalização ocorre em especial com a juventude negra, pobre e moradora de territórios periféricos das grandes cidades. A criminalização da juventude pobre, negra e empobrecida é uma forma de controle social e de justificar a violência e principalmente do Estado e dos detentores do poder de se eximir da responsabilidade desta realidade. Dentro dessa lógica repressiva, os excluídos passaram a ser designados pelos discursos oficiais e da mídia como um inimigo interior do Estado contemporâneo e por isso, passam a ser vigiados, punidos e extirpados do convívio social. O medo é utilizado como mecanismo para justificar, legitimar atitudes das classes privilegiadas e para disciplinar e controlar as classes subalternas.
Como pensar no engajamento de um jovem numa sociedade que participa de sua exclusão e que é justamente o que ele denuncia? A lei neste caso está à margem da realidade. Ela é, por assim dizer, marginal porque não interpreta a realidade da criança e do jovem, mas antes, lhes impõe uma realidade segundo o ideal.
Num país de direitos não incorporados, um ato de infração configura-se como recusa recíproca de integração; a condição marginal que a sociedade impõe à juventude da periferia se faz acompanhar de recusa destes jovens aos comportamentos socialmente aceitos.
A presença do Estado nas periferias das grandes cidades tem se dado, principalmente, pela repressão, no âmbito do sistema de segurança pública, como se o característico principal da população das classes subalternas fosse o que a associa como 'classe perigosa', considerando-se que em outros setores, como saúde, educação, saneamento básico, lazer, cultura, por exemplo, o Estado tem se mostrado pouco eficiente e, às vezes, omisso diante da magnitude desses aspectos. O Estado se utiliza de seu poder legítimo de força para imprimir o seu princípio, e das artimanhas dos meios de comunicação para sustentar este propósito.
Os discursos dos seus representantes legais, inseridos em uma política de tornar democrático o Estado, permanecem imbuídos de arrazoado com práticas repressoras, autoritárias e muitas vezes corruptas.
Nesta realidade é muito complexo falar em lei e ordem quando, como afirma Melmann (2000), vive-se em "estado de delinqüência generalizada". A violência, conseqüência da desigualdade de classe, por exemplo, é ideologicamente naturalizada, não reconhecida e até negada como algo que surge em condições históricas específicas.
Calligaris(1998), "membros de uma sociedade moderna – se forem excluídos de seus benefícios ou mesmo do sentimento de pertencer a sua comunidade – não têm como reconhecer a autoridade de uma lei que, na representação moderna, é fundada justamente no consentimento da comunidade da qual eles permanecem excluídos" (p. 61)**.** Assim, o transgressor que, por não poder reconhecer a lei de uma comunidade da qual se sente excluído, encontra-se ainda mais excluído pela resposta repressiva, recebida não mais como manifestação da lei, mas como mera violência ou vingança.

Estes aspectos ficam explícitos, especialmente, nos jovens brasileiros, entre 15 e 24 anos, a faixa mais atingida pela violência criminosa - tanto vítimas quanto atuantes. Calligaris (1998, p. 62) afirma que, para estes jovens, "qualquer indicação de sua efetiva e, ou mesmo eventual exclusão da comunidade implicaria automaticamente uma crise da autoridade da lei: se eles não fazem parte ou são ameaçados de não fazer parte da comunidade, a lei – segundo a representação moderna, que seria para eles a única – não tem autoridade para eles". Assim, não é possível reconhecer uma autoridade fundada na comunidade da qual eles se sentem, e são, excluídos. Mas os jovens não padecem somente de ameaças de privação econômica. Na verdade, a associação entre juventude e violência criminosa deve ser inserida no quadro mais geral da história da infância na modernidade. Eles são considerados sujeitos sob tutela e por isso não fazem plenamente parte da comunidade, embora sejam, em princípio, obrigados a endossar e aceitar suas leis. Deste ângulo, poder-se-ia concluir que não eles têm que reconhecer a lei de uma comunidade da qual ainda não fazem parte e, portanto, acolher as regras que lhes são impostas simplesmente porque são percebidas como violência perpetrada contra eles por uma maioria constituída por adultos. A violência responderia assim à violência.

Ou seja, diante da recusa do reconhecimento simbólico desses jovens, diante do desprezo e da indiferença a que estão submetidos espera-se que a instância da lei se faça valer pela força bruta. Ainda mais, os jovens discriminados utilizam-se do caráter irracional da cultura vigente, e ao se rebelarem, tentam demonstrar a responsabilidade ou a co-responsabilidade da sociedade diante dos seus atos. Excluídos, reafirmam o obstáculo e o medo que a sociedade e a cultura têm ao enfrentar o diferente, e os mecanismos sociais e culturais utilizados para transformar o outro em desigual, criando estereótipos e preconceito com relação a eles. Estes jovens apresentam a ausência de perspectivas e uma luta pela preservação da vida, movida pela presença da perspectiva de morte.

Como todos os indivíduos, não aceitam desprezo e humilhações e freqüentemente respondem com violência física. Contudo, as forças são desiguais, e os comportamentos destes jovens transgressores reverberam ecos, que afirmam cada vez mais a sua responsabilidade pela violência.

Marcados e rotulados, estes jovens vivem a sua história, carregando o peso da mentira manifesta e, no entanto, persistente. Marcas profundas que aos poucos vão delineando a sua definição de caminhos, de escolhas e respostas. Verdades que justificam qualquer ação contra eles.

Condenam-se esta prática e seus agentes, antes de se tentar entender o que acontece com esses jovens, inseridos num contexto de perda de valores, de frustrações, de falta de expectativas, de violência.

Urge entender a mortalidade desses jovens, este antagonismo violento, que a todo momento demonstra imenso grau de intolerância, ao se perder a possibilidade da aceitação do outro. Estes jovens respondem à lógica vigente, discriminam qualquer diferença, classificam, rotulam, estereotipam, funcionam como um perfeito espelho dessa sociedade que os rejeita, que os excluí.

Os jovens agrupam-se na busca de uma identidade. Estes jovens vão a procura da possibilidade de autonomia ou vão a procura de lugar de continência e encontram grupos heterônomos, que são guiados pela lógica do pensamento dominante. Agem numa tentativa de catalisar um modelo de identidade que a sociedade não os oferece, mas impõe e requisita. Por outro lado, o jovem encontra nos grupos de seus próximos a possibilidade de se destacar, de tornar-se sujeito. Mas, se num primeiro momento, esta é a finalidade, percebe-se que muitos destes grupos transformam-se e passam a ter como propósito, implícito ou explícito, a manutenção das condições sociais. Os jovens vão à procura da autonomia ou de lugar de continência, encontrando grupos heterônomos guiados pela lógica do pensamento dominante. Buscam no grupo um lugar de visibilidade. Reproduzem a relação de dominação a que são submetidos, na sociedade em geral.

O ingresso em uma gangue pode ser uma forma de expressar o descontentamento frente a esta realidade, que em princípio criminaliza estes jovens e negam a possibilidade de uma cidadania plena, a garantia dos seus direitos sociais não fragmentados. Escutar as suas manifestações é uma forma de encontrar brechas para uma política pública que garanta verdadeiramente o direito destes jovens. Estes jovens denunciam ou podem denunciar a partir de suas políticas/ações a ausência do Estado produtor de políticas públicas emancipatórias e a presença de políticas de Estado punitivas.

Na tentativa da construção de uma subjetividade que deveria ser construída na experiência, na relação com o outro e no encontro da quase impossibilidade desta construção. Estes jovens vão a procura da possibilidade de

autonomia ou vão a procura de lugar de continência e encontram grupos heterônomos, que são guiados pela lógica do pensamento dominante. Agem numa tentativa de catalisar um modelo de identidade que a sociedade não os oferece, mas impõe e requisita.

A "exclusão social" ou inclusão marginal, a necessidade de ser reconhecido, o desejo de pertencer, a busca de realização das promessas da Indústria Cultural, o fato de serem jovens e a necessidade de correrem riscos são alguns dos ingredientes que levam jovens urbanos a se integrarem no universo das gangues e do tráfico de drogas. Um universo associativo ambíguo, cheio de refúgios e esconderijos, mas que só se realiza por ações espetaculares. Em "Educação após Auschiwitz, Adorno (1986) adverte quando a irracionalidade do controle social é tomado como processo civilizatório: "Quanto mais apertada a rede, mais quer-se sair dela, muito embora sua própria estreiteza o impeça. Isso aumenta a raiva contra a civilização. A revolta contra ela é brutal e irracional "(p.35)".

Estes jovens vivem esta realidade e a cada momento se emaranham nas malhas desta rede, que constitui-se cada vez mais fina. Todavia ao deslocarem podem encontrar uma brecha, uma possibilidade ainda que remota. Vivem numa ambigüidade, de querer estar dentro e lutar para sair desta rede, desta trama. Resta saber de que rede querem sair ou entrar. A cultura imposta pela indústria cultural os envolve com promessas de inclusão a qualquer preço e os impede através da discriminação, dos estereótipos de integrar esta mesma rede. A brecha pode surgir neste pequeno espaço onde a contradição possibilite uma reflexão, uma individuação ou na impossibilidade de tornarem-se sujeitos.

Esses jovens discriminados utilizam-se do caráter irracional da cultura vigente, e ao se rebelarem, tentam demonstrar a responsabilidade ou a co-responsabilidade da sociedade diante dos seus atos. Excluídos, reafirmam o obstáculo e o medo que a sociedade e a cultura têm ao enfrentar o diferente, e os mecanismos sociais e culturais utilizados para transformar o outro em desigual, criando estereótipos e preconceito com relação a eles. Estes jovens apresentam a ausência de perspectivas e uma luta pela preservação da vida, movida pela presença da perspectiva de morte.

Condenam-se esta prática e seus agentes, antes de se tentar entender o que acontece para que esses jovens, inseridos num contexto de perda de valores, de frustrações, de falta de expectativas, de violência.

Numa realidade onde a lógica da brutalidade nivela por baixo os sentimentos, todos se sentem vulneráveis: todos buscam atacar primeiro; todos vivem sob o temor da represália. O clima de insegurança e o vivido persecutório generalizam-se. Posto que o inimigo está em todo o lugar e pode apresentar-se nas situações mais imprevistas, sob qualquer aparência, tem-se que nomeá-lo e dar-lhe uma visibilidade imaginária qualquer. A palavra violência vira uma entidade. E daí que nasce o medo social, o pânico com características fóbicas. O invisível e imprevisível parecem dessa maneira corporificarem-se. A fantasia da Violência paralisa nosso pensamento e nossas ações, aumentando o sentimento de impotência. (Costa, 1993)

Desta forma, considerar que a violência é de responsabilidade quase total do indivíduo é compactuar com a barbárie que se vê no dia-a-dia. A responsabilidade de sobrevivência é atribuída unicamente ao indivíduo, em uma sociedade que não lhe assegura muitas vezes o direito à vida. Estes aspectos buscam ir de encontro aos estudos que atribuem a responsabilidade a estes jovens, e/ou aos seus parentes, por toda a violência que se verifica nos dias de hoje. O preconceito produzido pela ideologia, por meio da indústria cultural e pelos agentes do Estado, imprime nestes jovens um estigma, que muitas vezes é revertido para a sociedade com a mesma ou maior violência**.** Numa sociedade antagônica ao próprio indivíduo, todos os recursos são empreendidos para suportar o sofrimento. O medo serve como instrumento de reprodução da configuração de relações sociais excludentes e autoritárias enraizadas na sociedade brasileira, principalmente das relações entre os jovens.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

ADORNO, T. et HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento.* Trad. de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed., 1985.

ALBRECHT, P. El derecho penal en la intervencíon de la política populista. In: ROMEU CASABONA, Carlos Maria (dir.). *La insostenible situación del derecho penal.* Granada: Instituto de Ciencias Criminales de Frankfurt. Área de Derecho Penal de la Universidad Pompeu Fabra, 2000. p. 471-487.

ALVES, A. C. A violência oculta na violência visível: A erosão da lei numa ordem injusta. IN: PINHEIRO, Paulo Sérgio e outros (org.). *São Paulo sem medo – um diagnostico da violência urbana*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

BANDEIRA, Lourdes e SUAREZ. Mireya. *Ordem publica, discriminação e Repressão*. In: Violência policial: Tolerância zero?. Goiânia: UFG, 2001.

BAIERL, L. F. *Medo social: da violência visível ao invisível da violência*. São Paulo: Cortez.2004

BATISTA, V. M.. *O medo na cidade do Rio de Janeiro*: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. *Você tem medo de quê?* Revista do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, São Paulo, n. 53, p. 367-378, 2005.

_____:. Loic Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal.Rio de janeiro. REVAN. 2012

BAUMAN, Z.. Medo líquido. Rio de Janeiro: Zahar. 2008

CALDEIRA, T. P. do R. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*, trad. Franklin de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: editora 34, EDUSP.

CALLIGARIS, C. Lei e comunidade: com algumas propostas. In.: PINHEIRO, P. S. et al, *São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência urbana*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998, p. 59-72.

CALLEGARI, A. L., WERMUTH. M. Â. D.. Medo, direito penal e controle social. Pensar, Fortaleza, v. 15, n. 2, p. 337-354, jul/dez. 2010

CAMPOS, P. H. F.; TORRES, A. R. R.; GUIMARÃES, S. P. *Sistemas de representação e mediação simbólica da violência na escola*. Educação e Cultura Contemporânea, v. 1, n. 2, p. 109-132, 2004.

CHAUÍ, M.. "Sobre o Medo". In: CARDOSO, S. [et. al.] *Os sentidos da paixão*.São Paulo: Cia. das Letras.. 1995)

CHAUI, Marilena. Direitos Humanos e Medo. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/humanismo/chaui.html. Acesso em: 16 de outubro de 2010.

CHAUI, Marilena BRASIL Mito fundador e sociedade autoritária; http://www.fag.edu.br/professores/anderson/Direito/Dir.%201.%20per%EDodo/7011303-Marilena-Chaui-Brasil-Mito-Fundador-e-Sociedade-AutoritAria.pdf

COSTA, J. F. Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

_____, J.F. O medo social. Veja. 25 anos, reflexões para o futuro. São Paulo: Abril, 1993

DUBET E WIEVIORKA

http://www.unige.ch/fapse/life/livres/alpha/D/Dubet_Wieviorka_1995_A.html. Acessado in 02/10/2012

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C da. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2005.

ESPINHEIRA, Gey. *Sociedade do Medo*. Salvador: EDUFBA, 2008

FREUD, S. Além do princípio do prazer (1920). In.: *Obras Completas*, vol XVIII, Rio de Janeiro, Ed. Imago, 1976.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Ânimos temoratos: uma leitura dos medos sociais na corte notempo das regências*. Tese de mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1995.

KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.

MELMAN, C. Alcoolismo, delinquência e toxicomania: uma outra forma de gozar. São Paulo: Editora Escuta, 2000.

MIRA Y LOPES, Emílio. Os Quatro Gigantes da Alma: o medo, a ira, o amor e o dever. 24ª ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2005.

PINHEIRO, P. S.. *Policia e consolidação democrática: o caso brasileiro*. IN: PINHEIRO, P. S. e outros (org.). *São Paulo sem medo – um diagnostico da violência urbana*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998

ROCHA, L.C. *A prisão dos pobres.* Tese de doutorado - Instituto de Psicologia da USP. São Paulo: 1994.. 2001

ROLNIK, R. *São Paulo*. São Paulo: Publifolha, 2001. (Coleção Folha Explica).

SANTOS, L. O. dos. O Medo Contemporâneo: Abordando suas Diferentes Dimensões. PSICOLOGIA CINCIA E PROFISSÃO, 2003, 23 (2), 48-55

SILVA, J.. *Violência policial e ideologia dos algozes e vítima*. In: Violência policial:]tolerância zero?. Goiânia: UFG, 2001.

SOLOMON, R. C. The cross-cultural comparison of emotion. In: _____.Emotions in sian Thought. Albany: State University of New York Press) 1995.

VELHO, G. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, G.; ALVITO, M. (Orgs.). *Cidadania e violência.* 913 estudos, Goiânia, v. 35, n. 5, p. 901-913, set./out. 2008. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Ed. da FGV, 2000. p.11-25.

ZALUAR, A. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: VELHO, G.; M. ALVITO, M. (Orgs.). *Cidadania e violência.* Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Ed. da FGV, 2000. p. 49-69.

"Maquinarias do pensamento": o conhecimento socialmente produzido e a crise capitalista contemporânea

Scheilla Nunes Gonçalves[1*]

Resumo: O presente artigo se concentra em lançar o que parecem ser algumas pistas sobre o trajeto no qual a ciência se torna força produtiva e se entrelaça com o processo autocontraditório do desenvolvimento da forma social capitalista, desembocando no contexto regressivo da crise estrutural contemporânea. Objetiva, deste modo, chamar a atenção para o curso que segue o conhecimento socialmente produzido, uma vez que este parece ter degenerado seu potencial elucidativo em sombra que obscurece os escombros que são acumulados sob a égide de seu desenvolvimento. A dificuldade colocada para que o sujeito compreenda a objetividade por ele produzida, e para que se reconheça como parte desta, resulta na incapacidade de autorreflexão da razão objetiva. Se assim for, o que explica a incoerência entre uma forma social que se supõe racional e o seu conteúdo irracional configurado pela acumulação capitalista?

Palavras-chave: ciência, técnica, conhecimento, crise do capitalismo, razão, máquina.

1. Introdução

No atual momento histórico do capitalismo, a confiança acrítica nos atributos de um aparente desenvolvimento racional promovido pela ciência, mantém a sociedade subsumida a esta lógica preponderantemente irracional. As desigualdades colossais aparecem historicamente como fenômenos transitórios a serem superados com o avanço e a aplicação sistemática de conhecimentos técnico-científicos,[2] e o casamento entre a ciência e a tecnologia produtiva fundamentado na divisão do trabalho ocorre sem que sequer sejam ponderadas suas consequências nocivas. A imunidade positivada da ciência é o invólucro de uma substância social conservadora que encobre o fato de que sua própria forma e práticas neste sistema sejam expressões diretas do fetichismo; assim, fica obscurecida a percepção de que as contradições estruturais do capital transformam as imensas potencialidades criativas do desenvolvimento científico em realidades destrutivas.

O progresso científico se torna a forma exata de satisfação social, não obstante o fato de que as necessidades elementares de uma parte significativa da população mundial não são satisfeitas. Seria possível perguntar: por que a palavra ciência na atualidade é sempre associada à tecnologia? Ou, por que as universidades são comumente chamadas de fábricas de diplomas? Ou ainda, qual o sentido de um progresso científico que tem como marca incontestável seu potencial destrutivo – tanto dos recursos naturais quanto dos próprios seres humanos? Contudo, o discurso tecnológico fetichista afasta qualquer possibilidade de serem levantadas questões que problematizem as escolhas sociais históricas, no sentido de mirar qualquer horizonte diferente. O horror do atual tempo histórico não consegue esconder nem o desemprego estrutural, nem a fome que persiste, nem a destruição dos recursos naturais, mas se apoia num constructo constrangedor que não permite o questionamento das benesses prometidas pelos avanços tecnológicos que seguem seu curso "independente" – até porque não deve parecer necessário medir a viabilidade de expandir o alcance social dessas benesses.

O reconhecimento do caráter histórico determinado da forma social capitalista deve impulsionar questões que só poderão ser superadas a partir do "conhecimento da gravidade do estado de coisas a que se chegou" e da

---

1 * Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e professora substituta do Departamento de Serviço Social de Niterói da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: scheillanunes@gmail.com. Texto referente à comunicação que se insere no GT84.

2 Sem desconsiderar, é claro, o empenho em propagar as saídas moralistas que atribuem ao ajustamento moral dos indivíduos a possibilidade de corrigir os "desequilíbrios sociais". As disfunções não são tratadas como consequência do todo, mas como impropriedade da parte.

"urgência de tratar as coisas e os sintomas pelo seu devido nome" (MENEGAT, 2003, p. 24). O presente artigo objetiva chamar atenção para o curso que segue o conhecimento socialmente produzido, uma vez que este parece ter degenerado – junto ao desenvolvimento do capitalismo – seu potencial elucidativo em sombra que obscurece os escombros que são acumulados sob a égide de seu desenvolvimento. A dificuldade colocada para que o sujeito compreenda a objetividade por ele produzida, e para que se reconheça como parte desta, resulta na incapacidade de autorreflexão da razão objetiva.[3] Procura-se com este texto lançar o que parecem ser algumas pistas (poucas que sejam) sobre o trajeto no qual a ciência se torna força produtiva e se entrelaça com o processo contraditório do desenvolvimento da forma social capitalista desembocando no contexto regressivo da crise estrutural contemporânea. Deste modo, procura-se sugerir a necessidade de serem somadas forças no movimento de promover o encontro entre a razão objetiva e as atrocidades de nossa história, questionando o que explica a incoerência entre uma forma social que se supõe racional e o seu conteúdo irracional configurado pela acumulação capitalista.

2. O conhecimento científico como força produtiva e os impactos do seu desenvolvimento avançado

Inicialmente, é importante notar que o que ocorre com a ciência não pode se explicar desprendendo-a da realidade na qual ela está inserida – que é resultado de relações e processos sociais históricos. A ciência não se desenvolve a partir de uma lógica própria permanente, o tipo de direcionamento e os recortes de pesquisa com os quais se preocupam os cientistas na atualidade (e ao longo do desenvolvimento do capitalismo) são engendrados pelas exigências objetivas do desenvolvimento do processo de produção capitalista. Trata-se de uma ciência que corresponde a uma ordem social historicamente determinada; assim, os obstáculos estão colocados sobre os pilares objetivos de determinações contraditórias. A afirmação de Marx nos *Grundrisse* nos ajuda a mapear as implicações envolvidas entre a ciência e o desenvolvimento das forças produtivas:

> O desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social geral, conhecimento, deveio força produtiva imediata e, em consequência, até que ponto as próprias condições do processo vital da sociedade ficaram sob o controle do intelecto geral e foram reorganizadas em conformidade com ele (2011a, p. 589).

Nesse sentido, é importante considerar o trajeto pelo qual a ciência se torna força produtiva imediata. No processo de desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, a criação da maquinaria, que subtrai do "trabalhador coletivo" (força ativa do processo de produção anterior) seu princípio ativo determinante, marca o surgimento de uma força específica deste modo de produção. O aprofundamento da divisão do trabalho transforma de tal maneira as já então mecânicas operações dos operários que o mecanismo é introduzido em seu lugar. Na medida em que as ferramentas são reunidas em um mesmo instrumento de trabalho, o capital prescinde do trabalho imediato como princípio determinante da produção material (embora não ocorra o mesmo com a produção de valor), transformando a ciência em força produtiva direta. A partir de então a divisão do trabalho pressupõe um caráter científico para o processo de produção que corresponde à divisão entre concepção e execução e representa a materialização do fetichismo fundamentado no domínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo. A inversão característica da coisificação do processo produtivo capitalista, ganha, deste modo, uma realidade "tecnicamente palpável".

> Toda produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é apenas o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador: só, porém, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável. Mediante

3 Entende-se por razão objetiva aquela que não é apenas formal, restringindo-se à subjetividade, mas que se amplia atingindo a realidade.

> sua transformação em autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto que domina e suga a força de trabalho viva (MARX, 1984a, p. 43-44).

O uso da tecnologia como fator de concorrência entre capitais é que leva o capitalista individual a se valer do uso da maquinaria, e não suas vantagens gerais (como, por exemplo, a diminuição do esforço braçal do trabalho humano); contudo, ocorre que a desvalorização da força de trabalho aparenta ser um processo autônomo – produto de uma lógica imanente advinda da própria máquina. A lógica imanente que opera nas transformações do processo produtivo do capitalismo não é outra senão a do "valor que se valoriza"; nas palavras de Marx:

> O valor passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, transformando-se numa entidade que opera automaticamente. [...] Na verdade, o valor torna-se aqui o agente de um processo em que, através do contínuo revezamento das formas dinheiro e mercadoria, modifica sua própria magnitude como valor excedente, se afasta de si mesmo como valor primitivo, e se expande a si mesmo (2011b, p. 184).

Romero (2005) explica que a autonomização dos instrumentos de trabalho frente ao trabalhador marca a passagem da subsunção formal para a subsunção real do trabalho ao capital.[4] Nesse ínterim, efetua-se a separação entre concepção e execução na medida em que se expropria o conhecimento dos agentes ativos, materializando o saber numa forma a eles externa (ROMERO, 2005). Subordina-se, deste modo, o processo de produção à ciência e esta última à valorização do capital.

A ciência e a técnica[5] no modo de produção capitalista são concebidas de maneira subordinada à lógica produtivista pautada pelo tempo mínimo e não de acordo com sua utilidade social (ROMERO, 2005). Assumem, portanto, a funcionalidade específica que movimenta a valorização do valor, evidenciando, sobretudo no marco do capitalismo contemporâneo, a progressiva perda de conteúdo das atividades humanas – constatação estranha para uma sociedade que se supõe racional. Decorre deste processo, portanto, a impossibilidade de conciliar a produção para o uso (sob o critério da necessidade) e a necessidade de expandir o valor de troca, o que, por conseguinte torna a produção para a troca um fim em si mesma, a despeito de precisar corresponder a qualquer demanda real. O uso real acaba por ser subsumido pelo mero ato da transação comercial subordinando quaisquer ponderações de necessidades humanas à um perverso metabolismo social invertido. Como bem define Mészáros,

> A [mesma] determinação socioeconômica da disjunção estrutural entre o uso (correspondente à necessidade humana) e a produção orientada para o valor de troca, responsável por colocar em movimento os prodigiosos avanços produtivos do capital, também prenunciava desde o início as futuras complicações e, à medida que o tempo passou, cada vez mais se afirmou como uma força extremamente problemática e, em última análise, destrutiva e autodestrutiva. A produção do *valor de uso* tornou-se impiedosamente *subordinada* aos imperativos do *valor de troca* sempre em expansão, progressivamente transformando este último em um poder auto-sustentado. Como tal, ele se tornou não apenas *indiferente* às necessidades humanas, mas ativa e diametralmente *oposto* a elas, apropriando-se, sem levar em conta as conseqüências, dos recursos materiais e intelectuais finitos da sociedade em sua qualidade de *antivalor*

---

4 A subsunção formal corresponde às relações de produção que são apenas formalmente capitalistas, uma vez que o capital ainda não se apropriou materialmente do processo de trabalho através do revolucionamento dos meios de produção. A subsunção real corresponde às relações de produção efetivamente capitalistas, porquanto são criadas forças produtivas próprias que subordinam por completo o processo de trabalho ao capital (ROMERO, 2005).

5 Entende-se por ciência, uma das formas racionais da sociedade humana; entende-se por técnica, a essência do saber que não visa conceitos e imagens, nem o prazer do discernimento, mas apenas o método, a utilização do trabalho de outros, o capital (ADORNO & HORKHEIMER, 2006).

> *de uso necessariamente* auto-orientado e autoperpetuador (2010, p. 268-269 – grifos do autor,).

Com o amadurecimento do capitalismo, que se expressa na plena industrialização de todos os ramos da economia e na crescente mecanização do âmbito da circulação e da superestrutura, desenvolve-se uma constante pressão para acelerar a inovação tecnológica porquanto a redução de outras fontes de mais-valor implica na ininterrupta busca de "rendas tecnológicas" que são obtidas exclusivamente pela permanente renovação tecnológica.[6] Nesta perspectiva, a terceira revolução tecnocientífica é engendrada pelos esforços efetuados pelo capital no movimento de superação do período de recessão durante as décadas de 30 e 40 do século XX. A economia armamentista tem um importante papel neste movimento porquanto suas necessidades técnicas de desenvolvimento oferecem a tecnologia da automação como possibilidade para aplicação em processos de produção consecutivos e automáticos que se tornam independentes do contato humano direto.[7] O emprego da nova tecnologia se propaga paulatinamente e de forma progressiva pelas esferas produtivas no intuito de diminuir drasticamente os custos salariais diretos, o que significa a eliminação de trabalho vivo do processo produtivo.
As transformações impulsionadas pela terceira revolução tecnocientífica, que têm como ponto alto a substituição da eletromecânica pela eletrônica e a informatização crescente do processo de automação, são operadas no processo produtivo. A alteração substancial do processo produtivo tem fortes impactos no processo de trabalho e respectivamente em seus mecanismos de controle que sofrem profundas alterações. Substituem-se as formas organizacionais – base do processo produtivo do período anterior – pelas novas tecnologias, configurando um novo modelo de produção "flexível" que redireciona tanto o processo de trabalho quanto o mercado, os produtos e os padrões de consumo. Esse tipo de acumulação designada flexível "envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas" (HARVEY, 2010, p.140).
A flexibilidade e a mobilidade aumentam poderes que permitem aos empregadores pressionar de forma mais dura o controle do trabalho sobre uma força de trabalho já enfraquecida pelo aumento progressivo do desemprego.[8] A construção de focos de produção flexível, em regiões que não possuíam tradição industrial anterior, incide sobre o trabalho organizado e implica níveis de desemprego, que passa a ser denominado estrutural. Assim como na projeção de Marx, no que se refere à relação entre os avanços tecnológicos e o processo produtivo, aponta-se que a revolução tecnológica, efetivamente, implica, com o amadurecimento do capitalismo, uma brutal economia de trabalho vivo, marginalizando grande parte da população.[9]
Nesse sentido, o capitalismo contemporâneo se depara com o decisivo limiar entre a automação parcial e a automação total sobre o qual se equilibra a partir da terceira revolução tecnocientífica. À medida que a eliminação de trabalho vivo do processo de produção efetivamente impõe limites ao crescimento da massa de mais-valor, torna-se notório um limite lógico do modo de produção capitalista. O que significa dizer que,

---

6 "Rendas tecnológicas" consistem em superlucros oriundos da centralização do progresso técnico - invenções capazes de baixar o custo das mercadorias não são incorporadas por um ramo de produção aplicando-se por todos os concorrentes uma vez que são impedidas por barreiras impostas pela estrutura do capital monopolista, quais sejam: controle de patentes, proporções do investimento mínimo, obstáculos na entrada e etc. (MANDEL, 1985).

7 Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Estados Unidos se impõe como grande potência imperialista mundial, atribuindo a si mesmo o papel de destruir qualquer ameaça ao domínio do capital; a Guerra Fria e a eterna corrida armamentista são expressão desse movimento norte-americano que tem como baliza real o fortalecimento da indústria armamentista cuja rentabilidade se torna fundamental para a economia do país. (MANDEL, 1985).

8 O rearranjo sociopolítico que tem início a partir destas transformações giram em torno do desmonte do Estado de Bem-estar Social europeu, que segue em curso. No âmbito do processo de trabalho inclui a rápida reconstrução e destruição de habilidades e o retrocesso do poder sindical sobre o qual se estabelecia uma das estruturas políticas do regime fordista.

9 "Um desenvolvimento das forças produtivas que diminuísse o número absoluto de trabalhadores, isto é, que possibilitasse à totalidade da nação o cumprimento de sua produção total em menor período de tempo, provocaria uma revolução, porque marginalizaria a maior parte da população [...]" (MARX apud MANDEL, 1985, p. 145).

ao adentrar a sua fase tardia, o capitalismo evidencia o movimento autocontraditório no qual a maturação do desenvolvimento consiste em sua própria negação.[10]

Ora, se para sua autopreservação o capital não pode automatizar por completo a produção material, o que se enfatiza é que a tendência a diminuir trabalho criador de valor através de constantes renovações tecnológicas vai pesar sobre o capital em sua fase tardia atravancando sua capacidade de interromper a queda na taxa de lucros através da elevação da taxa de mais-valor. Neste sentido, é relevante a caracterização de Mandel a respeito do capitalismo tardio e do seu desenvolvimento tecnológico:

> [...] a marca distintiva do imperialismo e de sua segunda fase, o capitalismo tardio, não é um declínio nas forças de produção mas um acréscimo no parasitismo e no desperdício paralelos ou subjacentes a esse crescimento. A incapacidade inerente ao capitalismo tardio, de generalizar as vastas potencialidades da terceira revolução tecnológica ou da automação, constitui uma expressão tão forte dessa tendência quanto a sua dilapidação de forças produtivas, transformadas em forças de destruição: desenvolvimento armamentista permanente, alastramento da fome nas semicolônias (cuja produtividade média do trabalho se viu restrita a um nível inteiramente sem relação ao que é hoje possível, em termos técnicos e científicos), contaminação da atmosfera e das águas, ruptura do equilíbrio ecológico, e assim por diante [...] (1985, p. 151).

Logo, as transformações do processo produtivo realizadas pela sociedade burguesa e protagonizadas pelo desenvolvimento técnico e científico representam enormes êxitos alcançados pelo desenvolvimento tecnológico, mas trazem à luz as imanentes contradições de um desenvolvimento incontestavelmente condicionado pela lei do valor sobreposta às necessidades humanas. Se é considerada a participação (não coadjuvante) do complexo militar-industrial no mencionado desenvolvimento tecnológico, torna-se incontornável a percepção de que os critérios da acumulação capitalista sequer levam em conta a sobrevivência dos seres humanos, porquanto são configuradas forças produtivas com alto poder de destruição da humanidade. Ocorre que a possibilidade de impulsionar a criação de tecnologia e, pela mesma via, alimentar o ciclo de produção e consumo do capital, perpetua a indústria armamentista, sem que sejam ponderados seus efeitos nocivos e, tampouco, as verdadeiras necessidades humanas. Como bem explica Mészáros:

> O complexo militar-industrial remove com sucesso as restrições tradicionais do circuito de consumo definido pelas limitações dos apetites dos consumidores. Nesse aspecto, ele corta o nó górdio altamente intrincado do capitalismo 'avançado' ao reestruturar o conjunto de produção e consumo de maneira a remover para todos os efeitos e propósitos, a necessidade de consumo real. Em outras palavras, aloca uma parte maciça e sempre crescente dos recursos materiais e humanos da sociedade a uma forma de produção parasitária e que se auto-consome, tão radicalmente divorciada e, na verdade, oposta a real necessidade humana e seu consumo correspondente, que pode divisar como sua própria racionalidade e finalidade última até mesmo a total destruição da humanidade (2002, p. 688).

3. A contradição em processo devém crise estrutural

As grandes transformações produtivas reafirmam a entrada numa fase do sistema capitalista em que o capital alcança sua maturidade; contudo, o domínio absoluto do capital que tudo transforma em mercadorias, evidencia a percepção de que "a maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão" (ADORNO &

10 "O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza" (MARX, 2011, p. 588).

HORKHEIMER, 2006). À medida que as possibilidades civilizatórias parecem se exaurir, evidencia-se a barbarização que se generaliza nas formações econômicas e sociais do capitalismo tardio, atingindo a totalidade da vida social ao realizar uma expropriação em escala planetária que coloca em risco inclusive a preservação do planeta e alerta para o caráter necessariamente destrutivo da produção capitalista. O capitalismo contemporâneo que é resultado das transformações ocorridas desde a década de setenta se inscreve num quadro de crise estrutural.[11]

Sinaliza o quadro de crise estrutural do capital a finitude dos artifícios encontrados historicamente para driblar as crises. As possibilidades de expansão que puderam oxigenar o sistema anteriormente, chegam ao seu limite à medida que o capitalismo alcança todo o globo com sua estrutura desigual e centralizadora. A partir da terceira revolução tecnocientífica, as renovações tecnológicas que expurgam trabalho vivo não encontram mais quem possa absorvê-lo na proporção e velocidade necessárias, deixando descoberta a dificuldade de manter elevada a extração de mais-valor. A criação de novos produtos não consegue alavancar uma onda expansiva, uma vez que a produção baseada na microeletrônica não mobiliza a enorme quantidade de trabalhadores que foi mobilizada pela produção fordista (MENEGAT, 2008). Neste contexto, as grandes corporações multinacionais, como representantes do capital em sua fase tardia, buscam dissimular suas contradições inexoráveis com renovadas estratégias de sobrevida.

As transformações societárias que ocorrem a partir da década de setenta marcam, portanto, o período em que a ordem do capital se planetarizou e o esgotamento da "longa onda expansiva" do desenvolvimento do capitalismo que estava garantindo nas décadas anteriores um crescimento significativo para o capital. A redução da taxa de lucro é a razão pela qual e sobre a qual incide a necessidade de uma ofensiva econômica e política do capital. A força de trabalho humano, que sob a ordem capitalista é mercadoria, tem seu valor substancial desvalorizado pelo "progresso" técnico, as legislações em torno do trabalho assalariado estabelecidas por meio de grandes lutas sociais são desconfiguradas e o pensamento neoliberal pretende ocultar qualquer vestígio delas. Explode o desemprego e todas as formas de superexploração por meio do subemprego, da precarização, e inclusive, do trabalho escravo.

A capacidade excedente inutilizável das grandes corporações as obriga a buscar a reestruturação racionalizada capaz de intensificar o controle do trabalho. Os investimentos em mudanças tecnológicas, a procura por novos nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais frágil, e a iniciativa de empreender fusões e estratégias para acelerar o tempo de giro do capital, são medidas acionadas na contra-tendência da crise para a sobrevivência do capital (NETTO, 2010).

Formas ideológicas que objetivam legitimar um sistema supostamente direcionado ao progresso devem explicar a crise como resultado de escassez e não de excesso – sempre falta "mais capitalismo". Neste sentido, o capital, diante da crise, pretende elaborar explicações que tenham como horizonte a recuperação econômica enquanto solução capaz de favorecer a todos. Enquanto sinais alarmantes apontam os gastos equivocados do Estado como o vilão da crise, a estrutura capitalista aprofunda seu excesso de atrocidades afastando suas possibilidades progressistas e utilizando justamente a figura do Estado para esconder suas feridas.

A chamada crise fiscal do Estado, denunciada a partir de 1973, seria consequência de uma inflexão na receita e no gasto público. Ocorre que no momento em que se observa a depressão dos fatores de crescimento e a queda da taxa de lucros, a ampliação das demandas por proteção social (em função das estratégias keynesianas que compõem o pacto welfariano) se torna um incômodo insuportável. A queda da taxa de lucros impulsiona o questionamento do custo direto e indireto da força de trabalho e implica na resistência para o atendimento das necessidades dos trabalhadores. A preservação da carga tributária para a população indica um redirecionamento do fundo público no curso dos interesses do capital caracterizando um Estado de Bem-estar "às avessas" que favorece o empresariado (BEHRING, 2009).

Na verdade, a defesa neoliberal de cortes nos gastos públicos consiste num argumento utilizado com a intenção

---

11 "É através das crises que se configura plenamente a história do capitalismo como movimento marcado por avanços, paralisações, retrocessos e revoluções profundas nas bases técnicas e institucionais ainda dentro deste modo de produção. [...] a crise é essencial para definir a temporalidade típica do regime social presidido pelo capital" (GRESPAN apud MENEGAT, 2003, p. 215).

de diminuir os custos sociais do Estado e impor o redirecionamento do fundo público combinado à diminuição de taxação sobre o capital.[12] Compreende-se que o Estado capitalista surge para sustentar a classe dominante através das funções primordiais de reprimir e integrar – de forma distinta, mas entrelaçada – e de garantir as "condições gerais de produção", [13] estabelecendo uma mediação direta entre infra e superestrutura. Entretanto, no capitalismo tardio, o Estado vai incorporar uma quantidade progressivamente maior de setores produtivos e reprodutivos às "condições gerais de produção" que financia. No intuito de interferir nas dificuldades de valorização do capital, o Estado oferece oportunidades adicionais para que o capital encontre investimentos lucrativos, como na indústria de armamentos, de "proteção" ao meio ambiente, através da "ajuda" a outros países, e na realização de obras de infraestrutura. O fato é que nestes casos é o subsídio do Estado que torna o investimento efetivamente lucrativo.

Portanto, o Estado capitalista passa a conjugar além de funções diretamente econômicas, o reforço à ideologia da economia onipotente, que através de seus poderes técnicos é capaz de assegurar crescimento constante, consumo ilimitado e deste modo, uma sociedade integrada. Para se inserir na dinâmica do capitalismo contemporâneo, o Estado nacional deve orientar-se por políticas neoliberais que consolidem a quebra de barreiras políticas no sentido de garantir a rentabilidade do capital; reestruturação produtiva, mundialização e flexibilidade, são o conteúdo da normativa de competitividade.

Entre o fim da década de setenta e a década de oitenta, representantes governamentais de diversos países assumem o protagonismo das fortes inflexões político-econômicas, que reivindicam a teoria do "neoliberalismo" enquanto diretriz de pensamento e administração econômicos. O neoliberalismo vai se constituir como teoria das práticas políticas e econômicas que propõe que o bem-estar dos seres humanos pode ser alcançado através da liberalização das liberdades e capacidades empreendedoras individuais, fundamentada nos direitos à propriedade privada, ao livre mercado e ao livre comércio. As reviravoltas destrutivas desse processo de "neoliberalização" impactam não apenas as estruturas institucionais e de poder, mas também as relações sociais, o âmbito do trabalho, as novas combinações de tecnologias, as atividades reprodutivas, as formas de ligação à terra, os modos de pensamento e de vida.

> Em suma, o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo. [...] Na medida em que julga a troca de mercado 'uma ética em si capaz de servir de guia a toda ação humana, e que substitui todas as crenças éticas antes sustentadas', o neoliberalismo enfatiza a significação das relações contratuais no mercado. Ele sustenta que o bem social é maximizado se se maximizam o alcance e a freqüência das transações de mercado, procurando enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado (HARVEY, 2011, p. 13).

Assim, construções ideológicas neoliberais distorcem termos como liberdade, cidadania e democracia, reforçando-as enquanto elucubrações abstratas. A desregulamentação é apresentada como um mecanismo de modernização que eleva a sociedade civil, livrando-a de um Estado "protetor". Não obstante suas empobrecidas formulações teóricas, o discurso neoliberal convence as massas (não apenas através de formas discursivas, mas também da historicamente necessária coerção) de que suas estratégias no enfrentamento da crise são as únicas possíveis, e a abordagem técnica destas estratégias supostamente as tornaria neutras. Compõe esse senso comum uma confiança cega nos valores do mercado, na possibilidade de alcançar estabilidade social através de relações mercantis seguras.

---

12 Considerando o impacto da reestruturação produtiva que pulveriza a grande indústria e propicia o crescimento da informalidade, o que dificulta a arrecadação pelas fontes da seguridade social e produz com isso fortes implicações na carga tributária, percebe-se que é o capital quem mais onera o Estado através de suas necessidades de preservação.

13 Por "condições gerais de produção" entende-se a disposição de condições gerais sociais e técnicas para o processo de produção – tais como meios de transporte, de comunicação, lei e ordem estáveis, mercado nacional com um sistema monetário, Estado territorial, sistema educacional apropriado às necessidades de expansão econômica do capitalismo, e etc. (MANDEL, 1985).

Nesse contexto, a corrida em direção à "flexibilização" engendra a hipertrofia de atividades financeiras, decorrentes tanto da superacumulação quanto da especulação descontrolada. As atividades financeiras vão se tornando progressivamente autonomizadas de regulações estatais ou nacionais e apresentam – por meio do desenvolvimento de tecnologias de informação – uma incomparável mobilidade espaço-tempo.[14] Este fenômeno é acompanhado pela segmentação da produção que se transforma de maneira horizontalizada e descentralizada promovendo mobilidade à esfera produtiva com estruturação de redes supranacionais.

A exaltada globalização econômica está diretamente relacionada ao processo de financeirização do capital e à formação de redes supranacionais nas unidades produtivas. Para perseguir mercados e a realização de superlucros, as grandes corporações comandam articulações supranacionais de integração compostas por megablocos que intensificam o nível de competitividade intermonopolista e reconfiguram o panorama político-econômico do mundo. É a liberalização e a desregulamentação que levam à abertura dos mercados nacionais e permitem sua conexão em tempo real promovendo a integração internacional dos mercados financeiros (NETTO, 1996).

A aceleração do tempo de rotação do capital fixo gerada pela busca de superlucros através de "rendas tecnológicas" também incide sobre o tempo de rotação do capital circulante. Ocorre que a necessidade de reconverter continuamente capital circulante em capital fixo acelera o processo em que as empresas convertem seu capital total em capital fixo e adquire capital circulante por meio de créditos bancários. O estabelecimento de uma lógica baseada na inversão da relação entre o ciclo de crédito e o ciclo industrial, e na crescente sincronia internacional do capital industrial, expressa a vulnerabilidade que pode ser medida pela crise que ataca o sistema monetário internacional.[15]

Sociedades anônimas multinacionais formam um mercado monetário organizado mundialmente e procuram se proteger a qualquer custo de perdas repentinas no câmbio, da possibilidade de serem recolocadas barreiras de controle de moedas ou capitais. Mas, o fato é que a despeito de todos os esforços empreendidos, o capitalismo tardio expressa em cada uma de suas estratégias de recuperação a sua dificuldade para valorizar o valor ilimitadamente: ainda que o capital possa se esforçar para impedir que a inflação moderada se torne exorbitante, ele não é capaz de fazer com que a expansão do crédito internacional o transforme em dinheiro.

A expansão do crédito, ao estender a capacidade de consumo das pessoas através do endividamento e criar condições de investimento para as empresas quando há capacidade ociosa, restabelece temporariamente os requisitos necessários para o funcionamento da máquina financeira. Contudo, a oferta ilimitada de crédito empurra o capital até o limite extremo que corresponde à impossibilidade de extrair excedente do trabalho humano suficiente para reproduzir as cifras astronômicas de capital fictício.[16] É o Estado quem vai assumir a hedionda tarefa de sustentar essa ficção por meio de ações, empréstimos, ou da impressão direta de papel-moeda.[17]

A dívida pública dos Estados que cresce muito mais rapidamente que a economia está diretamente vinculada à bolha financeira explosiva que se desprende dos processos reais de acumulação.

Aqui se conectam os diversos agentes do cenário de crise mundial: um dos maiores responsáveis pela dívida pública dos Estados (sobretudo dos EUA) é o financiamento da indústria armamentista para manutenção do aparato militar e da economia de guerra, se considerarmos que a produção permanente de armas é necessária para solucionar o problema do capital excedente, ao mesmo tempo em que impulsiona a aceleração da inovação tecnológica, fica evidente a vinculação desses agentes em meio a exigência de encontrar estratégias de enfrentamento da crise e a maneira que são utilizados os mecanismos financeiros apoiados em capitais fictícios para forjar a eternidade do modo de produção capitalista a despeito da crise de acumulação real fundamentada na necessidade de elevar a massa de mais-valor.

---

14 As novas tecnologias de informação vinculam-se à necessidade de acumular, transferir, armazenar, analisar e usar uma grande quantidade de dados que possam orientar decisões no mercado global.

15 Se até a década de setenta pode-se afirmar que a especulação financeira acompanhava relativamente o ritmo e o volume da acumulação real, a partir deste marco as movimentações financeiras se desconectam do processo produtivo de forma que a relação entre a acumulação real e a especulação financeira se torna absolutamente assimétrica. O sobe e desce alucinado de índices como o Dow Jones expressa abertamente a lógica fictícia que sustenta a economia mundial.

16 Capital fictício é o capital que se baseia na especulação e na expectativa de ganhos futuros (MARX, 1984b).

17 É interessante notar a passagem do ouro ao papel-dinheiro: na medida em que o segundo, diferentemente do primeiro, pode ser produzido ilimitadamente, perdem-se os parâmetros para o processo de endividamento.

Assim, diante das fortes mudanças no processo produtivo e do peso do desenvolvimento tecnológico, tanto na aceleração das contradições sintomáticas quanto no discurso que se supõe neutro em defesa desta ordem social, sublinha-se a necessidade de ir mais fundo no debate destas questões. O envolvimento da ciência e, portanto da produção do conhecimento, no curso das transformações que constituem o capitalismo contemporâneo, evidenciam a interferência decisiva dos seus avanços para a multiplicação de forças e modalidades de destruição, para manipular a obsolescência programada e tantas outras práticas vinculadas às estratégias de sobrevida do capital no confronto da crise estrutural. Deste modo, parece imprescindível questionar a função que se atribui ao conhecimento, em que pese todas as suas potencialidades inerentes, no condicionamento de um metabolismo social que estabelece para além de uma sociedade contemporânea em crise, projeções de futuro ainda mais assustadoras.

A exuberância da produtividade em escala social ampliada (promovida pelo trabalho abstrato) paradoxalmente associa-se à marginalização de grandes parcelas da sociedade sem que estas possam realizar suas necessidades essenciais. Os avanços técnicos que representam maior capacidade de apropriação da natureza, sequer têm como critério a destruição desta última, de forma a não considerar nem mesmo a sua finitude. Os burburinhos mais ou menos alarmantes em torno da necessidade de preservar o meio ambiente e dar um caráter socialmente responsável à produção, não alcançam o questionamento real do desenvolvimento das forças produtivas. O monumental aparato tecnológico do capitalismo do século XXI é o reflexo perfeito da "monumentalização da irracionalidade do sistema" (MENEGAT, 2003, p. 213); o amontoado de coisas acumuladas serve apenas para alimentar a estrutura fetichista de uma forma social que se supõe comandada por homens conscientes e não se mostra capaz de ao menos alimentar concretamente a totalidade dos mesmos.

As contradições objetivas do capital pressionam os tênues elementos civilizatórios na fase contemporânea do capitalismo, alargando a névoa que ganha densidade numa vida social marcada pela tensão constante do medo e da angústia. A irracionalidade da esfera econômica – que, vale lembrar, utiliza a perpetuação da indústria armamentista como uma estratégia de sobrevida fundamental – se apresenta camuflada em alegorias conceituais que objetivam conferir uma racionalidade específica que possa dar sustentação à aparência socialmente necessária de uma estrutura que desmorona. Não obstante todos os lapsos em que o invólucro sutil se rompe (mostrando com muita brutalidade os métodos violentos sem os quais o capitalismo nunca conseguiu seguir o curso de seu desenvolvimento), até parece verossímil a eficiência técnica dos conceitos alegóricos que direcionam a economia mundial. A despeito da miséria e do desespero que se amontoam pelas cidades junto ao emaranhado de coisas produzidas ininterruptamente, são repetidas as "verdades racionais" de uma realidade absolutamente irracional.

> Faces étnicas de uma mesma miséria que cinicamente os sociólogos da ordem chamam de neopobreza, como se um dia aqueles estômagos, flagrados por seus rostos sulcados na fotografia de um Sebastião Salgado, se tivessem divertido na fartura da terra. Seriam outras tantas faces deste mesmo dilema o desemprego estrutural, que empilha milhares de pessoas nas calçadas dos grandes centros urbanos do terceiro mundo, gritando dez horas por dia a oferta de bugigangas de uma natureza muito semelhante das que outrora encantavam os primeiros moradores dessas paragens, só que agora, todos somos surpreendidos pelo mesmo encanto, que se tornou tétrico, e que prenuncia como o fim a cada esquina. Não muito distante destes lugares, as gravatas e seus ternos bem cortados se regozijam em 'montanhas de dívidas' que os de fora deste estranho ritual terão que pagar, e novamente, por meio de suas vidas ou com suas existências danificadas, seja numa guerra, seja na escravidão de se viver num mundo em que a 'reprodução social vira-se abertamente contra o seu conteúdo' (MENEGAT, 2003, p. 217).

4. O conhecimento socialmente produzido e a degeneração do conteúdo de uma forma social em crise

As poucas pistas lançadas até aqui culminam na busca de outras tantas que possam oferecer uma lente mais precisa na elucidação da incoerência entre uma forma social que se supõe racional e o seu conteúdo arruinado que se configura como uma "calamidade triunfal" (ADORNO & HORKHEIMER, 2006, p.17). No livro "A dialética do esclarecimento" – sobretudo no primeiro capítulo, "O conceito de esclarecimento" –, Adorno e Horkheimer nos oferecem uma argumentação crítica que, em sua potencialidade, parece conter subsídios fundamentais para que seja possível aprofundar a questão colocada.

Os autores elaboram uma crítica ao projeto do esclarecimento que, enquanto um projeto teórico que busca apreender de forma racional o mundo, alavanca a modernidade. Apontam os limites do movimento progressivo impulsionado por este projeto, uma vez que este se pretende a superação do mito, mas se torna ele próprio o reflexo do poder mítico. Através de imagens da Odisseia[18], eles buscam mostrar o entrelaçamento entre a racionalidade e a realidade social e no mesmo movimento, entre a natureza e a dominação da natureza; afirmam, neste sentido, que ao assumir a intenção exclusiva de dominar a natureza e encontrar os meios para alcançar este fim, o esclarecimento, no lugar de superá-lo se converte ele mesmo em mito, porquanto ao invés de livrar o homem do medo, cristaliza a transcendência do que é desconhecido no que é conhecido, e, por essa via, também o horror no que é natural. São destruídas junto aos deuses, as distinções. Substituem-se espíritos e demônios locais pelo céu e sua hierarquia, as "práticas de conjuração do feiticeiro e da tribo, pelo sacrifício bem dosado e pelo trabalho servil mediado pelo comando" (ADORNO & HORKHEIMER, 2006, p. 20 -21).

> O paradoxo da fé acaba por degenerar no embuste, no mito do século XX, enquanto sua irracionalidade degenera na cerimônia organizada racionalmente sob o controle dos integralmente esclarecidos e que, no entanto, dirigem a sociedade em direção à barbárie. (ADORNO & HORKHEIMER, 2006, p.29).

No intuito de dominar a natureza – sem reconhecer sua impotência, enquanto parte da natureza, para alcançar tal propósito – unicamente para empregá-la, exercendo domínio sobre esta e sobre os próprios homens, o esclarecimento cria o princípio de identidade entre a ideia e o mundo, de maneira que a ideia só precise exercer domínio sobre a natureza e não de fato conhecê-la. Nesta perspectiva, a ciência universal (unitária) pretende forjar um sistema do qual se possa deduzir toda e qualquer coisa; a multiplicidade das figuras se reduz à posição e à ordem, a história ao fato, as coisas à matéria. A construção dessa lógica formal pretende alcançar a calculabilidade do mundo, transformando o heterogêneo em comparável reduzindo-o a grandezas abstratas – tal como ocorre no processo de trabalho. A natureza se converte em mera objetividade e ao mesmo tempo em que o homem aumenta seu poder, ele perde o discernimento sobre o que exerce o poder.

Ao contrário de negar o dado imediato, o conhecimento que se fundamenta no formalismo matemático restringe-se a perceber, a classificar e calcular, utilizando para tal propósito a figura mais abstrata do imediato: o número. Deste modo, o pensamento se reduz a uma aparelhagem matemática que comporta a validação do mundo como sua própria medida; isso porque ao passo que a maquinaria do pensamento subjuga a realidade, contenta-se em reproduzir o existente, ratificando a brutalidade com a qual o indivíduo é enquadrado nesse processo.

> Quanta violência foi necessária antes que as pessoas se acostumassem a uma coordenação tão simples é impossível determinar. [...] Os símbolos assumem a expressão do fetiche. A repetição da natureza, que é o seu significado, acaba sempre por se mostrar como permanência, por eles representada, da coerção social. [...] Na imparcialidade da linguagem científica, o impotente perdeu inteiramente a força para se exprimir, e só o existente encontra aí seu signo neutro (ADORNO & HORKHEIMER, 2006, p. 30-31).

---

18 Para os autores, a imagem de Ulisses preso ao mastro de seu barco representa a personificação da experiência burguesa (MENEGAT, 2003).

A forma pela qual a linguagem se acopla às coisas é muito parecida com a forma pela qual o valor é acoplado aos resultados do trabalho. A noção de validade científica promove através da linguagem o arbítrio do conhecimento permitido por meio do critério de efetivação do aparato técnico que impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas – o conceito de paradigma coincide com as "necessidades de ajustes permanentes das formas de organização do sistema" (MENEGAT, 2003, p. 194).

> Semelhante à coisa, à ferramenta material – que pegamos e conservamos em diferentes situações como a mesma, destacando assim o mundo caótico, multifário, disparatado do conhecido, uno, idêntico – o conceito é a ferramenta ideal que se encaixa nas coisas pelo lado por onde se pode pegá-las (ADORNO & HORKHEIMER, 2006, p. 43).

Renuncia-se, portanto, ao sentido, substituindo a causa pela regra e pela probabilidade expressas em fórmulas. Elimina-se a contradição, o conflituoso, e nesse sentido, são obscurecidas a particularidade e a historicidade; assim, se torna mais densa a névoa que desconfigura a capacidade de compreensão da sociedade diante da barbárie. A liberdade forjada para livrar o homem da submissão ao poder mítico se apresenta na realidade como astuta perpetuação da dominação. A ideia – tanto quanto a criminalidade – passa a ser vigiada sob a égide de comportamentos considerados decentemente racionais. O fetiche se espalha como "uma paralisia sobre a vida" e o indivíduo se torna tão pouco representativo da real qualidade dos homens quanto o "valor o é dos objetos de uso" (ADORNO & HORKHEIMER, 2006, p.35). O progresso capitalista protagonizado pelos avanços do conhecimento científico (de)forma o indivíduo para ser conduzido pela aparelhagem técnica, forçando o homem a esquecer de si, a se autoalienar.

Os elementos elencados se acumulam na forma de uma barreira monumental situada entre os sujeitos e a capacidade de compreensão da objetividade por eles produzida. O movimento autocontraditório do capital, que traga a subjetividade humana, reduz a qualidade do sujeito à de sujeito monetário, evidenciando o potencial degenerativo não apenas do curso que segue o conhecimento socialmente produzido, mas da humanidade como um todo, se permanecendo no fluxo desse movimento. Subordinada à lógica de valorização do valor, a humanidade estabelece como próprias as prioridades do capital e perde a clareza de quais são as suas próprias prioridades e necessidades gerais mais elementares. Deste modo, conduz-se para autodestruição conjugada à destruição dos recursos naturais.

No caminho que leva os homens da mitologia à logística, a razão se materializa em máquinas que os mutilam "mesmo quando os alimentam". No percurso através do qual a lei do valor impera sobre as necessidades subsumindo seu caráter objetivo, cresce a miséria dos povos "enquanto antítese da potência e da impotência", porquanto ocorre na mesma proporção em que se agiganta a capacidade para eliminar a miséria (ADORNO & HORKHEIMER, 2006, p.43). Ao serem efetivamente separados, empobrecem-se pensamento e experiência, de maneira que quanto mais se complexificam as estruturas concebidas pelo dialeto conceitual do intelecto para as quais o homem é ajustado, tanto mais se esvaziam as experiências de que ele é capaz. O extermínio das qualidades se projeta da ciência para a experiência dos povos (e vice versa) refletindo a imaturidade dos indivíduos, como um contraponto à maturidade do sistema; "o absurdo dessa situação, em que o poder do sistema sobre os homens cresce na mesma medida em que os subtrai ao poder da natureza, denuncia como obsoleta a razão da sociedade racional" (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p.43).

Assim, o que se ressalta a partir da crítica encontrada na obra de Adorno e Horkheimer (2006) é a urgente necessidade de ser efetuada uma autorreflexão da razão, uma vez que o pensamento parece ter perdido a capacidade de refletir sobre si mesmo. Parece importante evidenciar que os avanços do conhecimento geral conquistados pelo desenvolvimento do capitalismo não representaram nenhum progresso da compreensão da sociedade sobre ela mesma. Isso porque a aparência dos procedimentos racionalizados não faz com que o todo adquira o estatuto de racional (MENEGAT, 2003). Com este texto, se pretende apenas sugerir a necessidade de perguntar ao pensamento sobre ele mesmo, para que com este ponto de partida seja possível reconstruir no presente os nexos históricos que nos circunscrevem no contexto regressivo de crise estrutural.

Das pistas que podem ser lançadas, no sentido de romper com os termos da identidade que adéqua o pensamento à realidade, e também o contrário, promovendo a transformação de todas as práticas humanas em produção

de valor, ressaltam-se os nexos que podem ser feitos entre o curso que segue a produção de conhecimento na sociedade capitalista e as elaborações de Marx a respeito do fetichismo da mercadoria. A partir da crítica da economia política elaborada por este autor, sabe-se que a expansão e a acumulação de capital estão fundadas na exploração do trabalho humano; contudo, o trabalho humano que é a substância do capital, tem sua importância determinante encoberta pelo o que o autor chama de fetichismo da mercadoria.

> O caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma mercadoria, donde provém? Dessa própria forma, claro. A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos dos trabalhos como valores; a medida por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho, toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho. [...] Chamo a isso de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias (MARX, 2011b, p. 94).

Portanto, o desenvolvimento do capitalismo, que transforma a atividade humana produtiva em produção de mercadorias, se efetiva através da troca quantitativa entre qualidades distintas e condiciona o metabolismo do homem com a natureza à acumulação como fim em si mesmo. É neste sentido que se pode considerar invertido um processo social no qual as relações humanas são abstraídas de seu conteúdo ao serem sobrepostas por uma objetividade social fundamentada no valor atribuído à mercadoria que, como um invólucro, oculta o caráter social do trabalho (MENEGAT, 2011).

Deste modo, a tautologia desse modelo sistêmico nos transportou do momento em que foram criadas expectativas de libertação da sociedade guiada pela racionalidade, ao momento em que a crise estrutural escancara o colapso da forma social capitalista, e sua lógica imanente destrutiva que mantém a humanidade submetida ao arrastar de correntes de sua imaturidade. A máquina projetada pelo pensamento – que transforma a ciência em força produtiva imediata – e a maquinaria do pensamento – que enxerga a natureza como um mecanismo – são faces de uma mesma moeda, e produto de uma lógica intempestiva de valorização do valor que não conhece barreiras. O mesmo ímpeto que quer excluir todas as contradições aprisiona a razão objetiva sob os escombros acumulados ao longo da história do capitalismo. Diante do conteúdo arruinado e irracional da forma social capitalista, parece importante a reflexão em torno da autocrítica da razão, e, sobretudo, dos caminhos para os quais somos levados se não nos questionarmos o sentido de seguirmos seu curso, em silêncio.

5. Referências

ADORNO, T. & HORKHEIMER, M. (2006), *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

BEHRING, E.R. (2009), Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da Sociedade Civil. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social*: direitos sociais e competências profissionais- Brasília: CEFESS/

ABEPSS/UnB-CEAD, p.69-86.

HARVEY, D. (2010), *Condição Pós-moderna*. 20ª. ed. São Paulo: Edições Loyola.

_____. (2011), *O neoliberalismo*: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola.

MANDEL, E. (1985), *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural.

MARX, K. (2011a), *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial.

_____. (2011b), *O capital*: crítica da economia política. São Paulo: Civilização Brasileira, v. I, tomo 1.

_____. (1984a), *O capital*: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, v. I, tomo 2.

_____. (1984b), *O capital*: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, v. III, tomo 1.

MENEGAT, M. (2003), *Depois do fim do mundo*: a crise da modernidade e a barbárie. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ.

_____. (2008), Sem lenço nem aceno de adeus: formação de massas em tempo de barbárie: como a esquerda social pode enfrentar esta questão? *Revista Praia Vermelha*, número 18, Rio de Janeiro: PPGSS UFRJ.

_____. (2011), Os giros dos ponteiros do relógio no pulso de um morto. *Revista Epos*, Rio de Janeiro: IMS / UERJ / FAPERJ.

MÉSZÁROS, I. (2010), *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial.

_____. (2002), *Para além do capital*: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo.

NETTO, J.P. (1996), Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão. *Serviço social e Sociedade*, número 50. São Paulo: Cortez, p. 87-132.

_____. (2010), Uma face contemporânea da barbárie. Conferência. In: *III Encontro Internacional Civilização ou Barbárie*. Serpa.

ROMERO, D. (2005), *Marx e a técnica*: um estudo dos manuscritos de 1861 – 1863. São Paulo: Expressão Popular.

DO LUGAR DA CULTURA NAS RUÍNAS.

Paula Kropf
paulakropf@gmail.com

Resumo O trabalho pretende apresentar ideias da pesquisa de doutorado em curso sobre o conceito de cultura, angulado pela análise da formação social e seus marcos históricos. No plano investigativo, a busca pelo referencial teórico de Raymond Williams e E. P. Thompson, à medida que pensaram a experiência inglesa pelas práticas culturais. Nestes autores, a cultura se torna parte constituinte do modo de produção social e nele se constitui. Daí, operar uma transposição analítica para as particularidades do atual estágio da sociedade capitalista na periferia; pinçando a possível tentativa de pensar o Brasil. Considerando a cultura enquanto parte inseparável de um todo, logo, prática social, inscrita em um tempo onde as relações são radicalmente operadas pela mediação da troca.

Nesse sentido, a cultura participa da sociabilidade na atualidade pelo viés da lógica capitalista. Fica a pergunta, para posterior esmiúce, se há chance dela se constituir, face à desintegração, fôlego transformador.

Palavras-chave: cultura, capitalismo, formação social do Brasil.

Esta pesquisa é parte de um processo mais amplo, que é a própria trajetória investigativa como um todo, iniciada na graduação. Seu último momento chave, que desencadeou os questionamentos aqui sinalizados, foi a conclusão da dissertação de mestrado. Esta tentava discutir as possibilidades de representação do mundo atual no teatro, a partir da experiência brasileira em dois momentos chave: o período de efervescência cultural - em torno do golpe de 64 e, o retorno do teatro de grupo na cidade de São Paulo a partir da década de 90. Destas observações, e principalmente, da constatação da dificuldade e dos sufocantes limites impostos como parte de uma sociedade dominada pela forma mercadoria, surgiu a inquietação de pensar sobre os sentidos da palavra cultura.

Eis aí um termo amplo, que pode ser entendido a partir de significados diversos, de acordo com a definição de cada campo do saber. Interessa-nos aqui especialmente a elaboração do conceito a partir de alguns autores que, sobretudo, o fizeram considerando uma perspectiva histórica, e trazendo à tona, pode meio da construção teórica e reflexiva, as suas inúmeras contradições. Isso quer dizer que o estudo dos sentidos da palavra cultura aqui empregado segue a intenção de observá-lo na realidade, permeado pelas relações sociais de um determinado tempo histórico, e como isso lhe confere, mais do que particularidades, a ideia de estar em movimento.

Pois então se propor pensar o que é cultura hoje exige, antes de tudo, entender o que é este lugar que chamamos de hoje. Como estão estabelecidas as relações sociais no agora? Qual é o eixo organizador que rege e desencadeia consequências no presente?

O título deste trabalho - *Do lugar da cultura nas ruínas* - carrega já uma adjetivação ao tempo presente. Ruína. Pelo entendimento, que será desenvolvido amplamente na tese, acerca destes tempos como regressão, destruição, cujo progresso é falho e o processo civilizatório é uma promessa que não se realizará positivamente, somente o seu inverso.

Benjamin, em seu artigo *Sobre o conceito de história*, apresenta suas ideias acerca da história, do papel do materialismo histórico diante da realidade. Para ele, a história se apresenta como um acúmulo constante de ruínas, onde os fatos históricos trazem consigo um conceito de progresso como dogma, universal.

> O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tem-

> pestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso. (BENJAMIN, 1987 : 226)

A opção pela crítica, na construção de um pensamento social sobre o processo histórico, se faz de modo a abandonar ilusões que possivelmente engessam fatos e conceitos, se esquivando de suas possibilidades de mútua correspondência.

Os elementos que balizam esta tentativa de reflexão tomam como pressuposto dois horizontes, que dão conta também de situar a pesquisa no contexto brasileiro e concentrá-la em suas particularidades. O primeiro, de Roberto Schwarz, em seu ensaio *Os sete fôlegos de um livro*, em que afirma, na discussão sobre sermos uma sociedade cuja formação é incompleta ou concluída, que, de algum modo a nossa unidade cultural nos indica pertencedores de um todo e que este faz parte da subjetividade de cada um. Continuando, na possibilidade da cultura nos fazer um todo é que reside o seu *elemento de antibarbárie*. Entretanto, Schwarz não deixa de mencionar que isto pode soar idealista, dado que tudo está sob a égide mercantil. (Schwarz, 1999)

Para avançar com mais perguntas, temos a leitura de Marildo Menegat, que nos leva, pelas mãos, ao seguinte fim de linha: vivemos hoje uma sociedade que desmorona e tem que ter algo que a mantenha em pé; a violência.

> A violência do Estado contra os de baixo não tem mais o senil papel de impedir que formas mais razoáveis de distribuição da riqueza na modernidade em expansão se efetivem, mas de conter o processo de dissolução de uma modernidade em fim de linha. E a violência da própria sociedade é uma nítida manifestação de seu processo de dissolução. (MENEGAT, 2013 : 14)

Oras, se a violência é o elemento que permite ainda algum fôlego para esta forma social continuar andando, há aí uma contradição entre este dado e a possibilidade da cultura como um elemento antibarbárie. Também ela, a cultura, enquanto parte de uma totalidade social, já não corresponde mais apenas a um processo construtivo e carrega consigo o aspecto regressivo do estado atual? Uma observação mais atenta do real, corajosamente disposta a enfrentá-lo de modo radical, daria indicações de que as coisas parecem ir por este caminho.

A cultura então, ao ser composta pela contradição de carregar uma potência emancipatória e, ao mesmo tempo, se constituir de tonalidades regressivas em aprofundamento, se vê colocada em uma equação onde "matar a charada" não é tão óbvio assim.

Há mais um elemento para desenhar a questão, obtido a partir de uma leitura de Marx[1], com base nos seus escritos sobre o trabalho e o trabalho excedente. Nos *Grundrisse*, Marx vai falar sobre o trabalho excedente como forçado – uma vez que não é pago. Logo, não sendo possível se negar a realizar as horas de trabalho não pagas, é possível interpretá-lo como violência. E, em tempos de crise e desemprego estrutural, esta violência está disponível para poucos, e cada vez mais disputada; aos milhares que não conseguem a ela se submeter, resta a violência de serem eliminados, ou ainda, evitar que atrapalhem os difíceis passos adiante do capital.

As chaves acima podem ser tomadas como provocações para pensar de que maneira algumas experiências no campo da cultura se inscrevem enquanto práticas sociais no seu tempo histórico – seja aderindo ou resistindo ao modo de organização e produção da vida. Sobretudo, se dedicando a perceber as tentativas de experiências críticas, e nelas talvez a possibilidade de construção de um horizonte que intente a supressão do capitalismo. Onde o que esteja em jogo seja tornar real um estado de coisas em que se possa acreditar na felicidade e na arte enquanto realidade e não mais uma promessa para um futuro incerto.

É sobre esta tarefa ao nosso tempo que Menegat vai fazer referência, como única alternativa restante aos que vivem este amargo presente.

---

1 Estudo sobre a obra *Grundrisse*, de Marx, do primeiro semestre de 2013 até meados de 2014. Realizado sob a forma de seminário de estudos, organizado pelo professor Marildo Menegat.

> Como dizia Kafka, a esperança existe, mas não para nós. O uso comum da palavra 'barbárie' deve nos levar a este conhecimento. Com ele pode-se ainda medir a grandeza de uma espécie que um dia sonhou, por meio de suas mais elevadas inteligências, um mundo em que a abundância de recursos seria a senha para o reino da liberdade. Salvar a possibilidade deste mundo para as futuras gerações é o nosso dever nesta esquina sombria da história. Que este nosso ato possa inspirar – pela grandeza e dor com que está impregnado – as esperanças com que estas gerações poderão construir o seu tempo, é o último vestígio do que não fomos mas poderíamos ter sido. (MENEGAT, 2003 : 25)

2- Ensaios da cultura em tempos de crise

A liberdade permanecerá uma promessa ambígua da cultura enquanto sua existência depender de uma realidade mistificada, ou seja, em última instância, do poder de disposição sobre o trabalho dos outros.
Theodor Adorno[2]

Em geral todos os objetos da vida e do mundo deixaram de ter qualquer valor qualitativo próprio no capitalismo sem limites desta virada de século, mas tão só o seu valor econômico, que lhes confere vendabilidade.
Robert Kurz[3]

Qual é o lugar da cultura numa sociedade de mercado onde tudo é submetido à oferta e à procura, à concorrência e à vontade de comprar?
Anselm Jappe[4]

As relações dos indivíduos entre si e com a natureza foram profundamente transformadas, bem como o seu modo de produzir a vida, com o advento do tempo histórico a que demos o nome de modernidade. A negação do passado, e da herança das formas tradicionais como base, constrói um cenário pautado por uma permanente *"[...] sensação avassaladora de fragmentação, efemeridade e mudança caótica"*. (HARVEY, 2007 : 21)

Justificadas por uma (falsa) promessa de progresso, mas substantivamente em função das necessidades inerentes à lei do valor, que opera no sentido de uma incessante superação dos seus próprios limites, as mudanças cumprem a totalização e o aprofundamento do modo de produção capitalista em esfera global. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como tudo, passa a se orientar exclusivamente por este fim, a valorização do valor. Marx faz frequentes referências à busca constante pela acumulação do valor como aspecto de um processo interminável. Extraído dos *Grundrisse*, diz Marx: *"Fixado como riqueza, como forma universal da riqueza, como valor que vale como valor, o dinheiro é, portanto, o impulso permanente de continuar para além de seu limite quantitativo: processo sem fim."* (MARX, 2011 : 210)

Dentro deste quadro, o capitalismo desemboca atualmente – se considerarmos a partir da década de 70 em diante, em uma situação de crise estrutural. Este contexto de mudanças, fragmentação e inovação produz implicações para o modo de organização da vida e das relações sociais. Disto, fala Harvey:

> Se a vida moderna está de fato tão permeada pelo sentido do fugidio, do efêmero, do fragmentário e do contingente, há algumas profundas consequências. Para começar, a modernidade não pode respeitar sequer o seu próprio passado, para não falar do de qualquer ordem social pré-moderna. A transitoriedade das coisas dificul-

---

2 ADORNO, Theodor. *Crítica cultural e sociedade*. In: Indústria Cultural e Sociedade**.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

3 (KURZ, 2004 : 126)

4 (JAPPE, A. O gato, o rato, a cultura e a economia. In: *Crédito à morte: a decomposição do capitalismo e suas críticas.* São Paulo: Hedra, 2013)

> ta a preservação de todo sentido de continuidade histórica. Se há algum sentido na história, há que descobri-lo e defini-lo a partir de dentro do turbilhão de mudança, um turbilhão que afeta tanto os termos da discussão como o que está sendo discutido. A modernidade, por conseguinte, não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes. (HARVEY, 2007 : 22)

Esse processo de rupturas e fragmentações colocado pelas transformações operadas com o advento da modernidade traz consequências, dentre tudo, também para a cultura. Considerando os elementos trazidos acima, o ponto de partida da investigação em curso, com os estudos durante o doutorado, sai em busca de pensar o lugar da referida dimensão cultural numa sociedade em crise. Em outras palavras, a tentativa seria de compreender em quais condições a cultura está/existe nesta sociedade, considerando o atual estado das coisas – o capitalismo maduro, operante sob a lógica da lei do valor. Quais são os impactos desta forma social no seu modo de elaborar/produzir cultura? O que é cultura hoje e quais são os sentidos e significados para a vida construídos nestes tempos?

Um dos elementos impulsionadores da curiosidade sobre as questões levantadas, o ponto que instigou a investigação teórica a tomar os rumos acima sugeridos são algumas pistas presentes no texto de Roberto Schwarz, chamado *Os sete fôlegos de um livro*. Nele, recuperando rapidamente o percurso das ideias desenvolvidas, Schwarz (1999) adota, como ponto de partida para a discussão acerca da questão da formação nacional, a obra *Formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido, onde este, ao nos mostrar que o sistema literário brasileiro havia se completado, indica que também o processo formativo já acontecera. A afirmação de que a literatura brasileira estava formada é sustentada pela existência de três elementos – autor, obra e público – que estão em interligação.

> Com efeito, no caso da literatura brasileira tratava-se de historiar uma formação que já se havia completado: acompanhando o argumento do mesmo Antonio Candido, em Machado de Assis temos um escritor cuja força e peculiaridade só se explicam pela interação intensa e aprofundada entre autores, obras e público, interação que comprova em ato a existência do sistema literário amadurecido. (SCHWARZ, 1999 : 18)

Pensando no contexto mundial, o processo modernizador não se realizou de maneira uniforme em todo o planeta. Nos países centrais, se concluiu plenamente, no entanto, considerando o dado histórico, nos países periféricos, é algo que não se realizou (e tampouco o fará) de forma integral. Ao contrário, é na desintegração que reside o modo de inserção destas sociedades no movimento de progresso do capitalismo.

Em meio à crise estrutural de um capitalismo amadurecido, cujos frutos mais nos colocam diante de um estado de regressão, e desmonta a promessa de progresso atrelada ao processo civilizatório, como fica então a ideia de formação hoje? No referido ensaio, Schwarz aponta três hipóteses para se pensar a ideia de formação hoje. Todas elas, de um modo geral, se encaminham no sentido de que o progresso rumo à promessa de modernidade nos moldes dos países do centro é uma ilusão que não se efetivará, pois assim é a necessidade de regulação das relações no capital. Em uma destas possíveis vertentes, nos chama a atenção para *a cultura como um elemento antibarbárie*. É válido trazer aqui a longa citação:

> Uma é de que ela, que é também um ideal, perdeu o sentido, desqualificada pelo rumo da história. A nação não vai se formar, as suas partes vão se desligar umas das outras, o setor 'avançado' da sociedade brasileira já se integrou à dinâmica mais moderna da ordem internacional e deixará cair o resto. Enfim, à vista da nação que não vai se integrar, o próprio processo formativo terá sido uma miragem que a bem

> do realismo é melhor abandonar. Entre o que prometia e o que se cumpriu a distância é grande.
> Outra perspectiva possível: suponhamos que a economia deixou de empurrar em direção da integração nacional e da formação de um todo relativamente auto-regulado e auto-suficiente (aliás, ela está empurrando em direção oposta). *Se a pressão for esta, a única instância que continua dizendo que isso aqui é um todo e que é preciso lhe dar um futuro é a unidade cultural que mal ou bem se formou historicamente, e que na literatura se completou. Nessa linha, a cultura formada, que alcançou uma certa organicidade, funciona como um antídoto para a tendência dissociadora da economia. Contudo vocês não deixem de notar o idealismo dessa posição defensiva. Toda pessoa com algum tino materialista sabe que a economia está no comando e que o âmbito cultural sobretudo acompanha. Entretanto, é preciso reconhecer que nossa unidade cultural mais ou menos realizada é um elemento de antibarbárie, na medida em que diz que aqui se formou um todo, e que esse todo existe e faz parte interior de todos nós que nos ocupamos do assunto, e também de muitos outros que não se ocupam dele.*
> Outra hipótese ainda: despregado de um projeto econômico nacional, que deixou de existir em sentido forte, o desejo de formação fica esvaziado e sem dinâmica própria. Entretanto, nem por isso ele deixa de existir, sendo um elemento que pode ser utilizado no mercado das diferenças culturais, e até do turismo. A formação nacional pode ter deixado de ser uma perspectiva de realização substantiva, centrada numa certa autonomia política-econômica, mas pode não ter deixado de existir como feição histórica e de ser talvez um trunfo comercial em toda linha, no âmbito da comercialização internacional da cultura. Enfim, ao desligar-se do processo de auto-realização social e econômica do país, que incluía tarefas de relevância máxima para a humanidade, tais como a superação histórica das desigualdades coloniais, a formação não deixa de ser mercadoria. (SCHWARZ, 1999 : 57-58) [grifos nossos]

A ilusão de que as nações periféricas deveriam caminhar no sentido de atingir um estado de desenvolvimento concluído, aos moldes dos países centrais, foi desconstruída pelos autores que se voltaram a pensar o processo formativo brasileiro[5]. No entanto, passados alguns anos, o que se observa, ao olhar para o real, é que também na Europa e América do Norte este modelo de modernização que outrora se efetivou e foi referência para o restante do mundo, se encontra em destruição. Há aí, talvez dentre outras, duas constatações, mais ou menos evidentes, de acordo com a coragem em encarar a dura verdade, a serem feitas. A primeira é a de que não há chance de se considerar, sob argumentos válidos e, no mínimo, coerentes, a sociedade capitalista como um sistema bem-sucedido, ao passo que o seu desenvolvimento diretamente implica a destruição da vida. A outra corresponde ao fato de que o capitalismo não era um estágio necessário para uma sociedade melhor, e que, principalmente, seu fim não significa o despertar automático de formas sociais mais justas, coletivas e emancipadas. O fim do capitalismo, se olharmos atentamente para os acontecimentos diários, pode representar o fim da possibilidade de existência humana no planeta. A ideia de que o fim do capitalismo, se não suprimido com a construção autoconsciente de uma nova forma social, poderá coincidir com o fim da possibilidade de existência de vida no planeta, é elaborada teoricamente por Menegat. A partir do seu desenvolvimento do conceito de barbárie, apresenta a falta de alternativas não destrutivas dentro da lógica capitalista. Sobre isso:

> Mas no horizonte nada se move senão a fumaça da destruição. A globalização é o mundo unido pelas catástrofes. Não é o caso de se opor a ela um nacionalismo que procurasse reviver a era primata da sociedade burguesa, até porque esta nada tem

5 Para uma leitura sobre o desenvolvimento brasileiro, considerando a discussão apresentada acima, segue a seguinte indicação bibliográfica: OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

> de idílico. Estamos acossados junto ao muro do horizonte, ou inventamos o que até hoje não se tentou, isto é, uma revolução mundial que não seja traída, ou, certamente, pereceremos nos escombros do capitalismo que desmorona sobre nossos ombros. (MENEGAT, 2012 : 181)

À possibilidade da cultura, por supostamente ainda conter certa força de unidade, significar um espaço de resistência ao processo dissociador gerado pela economia, está colocada uma contradição. A própria dimensão cultural, que é parte deste processo formativo e por conta disso adquire traços que em alguma medida organizam a vida social, também se encontra hoje sujeita às determinações econômicas (e o próprio Schwarz assinala isso no longo trecho citado acima). A economia se tornou um fim em si, e tudo o que existe o faz em primeiro lugar atendendo às exigências e interesses deste processo automático ativado pela lei do valor. Nesse sentido, a cultura participa da sociabilidade na atualidade autoconsiderando diretamente a sua incorporação aos ditames do capital. Fica a insistência na pergunta sobre suas chances – se elas existem - de se constituir, em meio à desintegração, enquanto fôlego para passos rumo a um destino diferente.

3- "A estética da modernização"

Robert Kurz, em seu texto *"A estética da modernização – da cisão à integração negativa da arte"*, coloca em debate a cisão entre a vida e a arte, a partir de uma tonicidade crítica inscrita e relacionada aos marcos da sociedade moderna. Já no primeiro parágrafo, ele enuncia os limites da arte nesta forma social:

> Que ela exiba a beleza ou a estética do feio, que exerça a crítica radical ou busque a descoberta da riqueza de formas da natureza, que tenha orientação realista ou fantástica: a arte ficará sempre separada da sociedade por uma parede que pode ser de vidro transparente, mas é intransponível. (KURZ, 2004 : 111)

O que Kurz quer dizer é que a arte fica restrita a uma categoria fragmentada, dentro das inúmeras cisões operadas pelo projeto da modernidade, separada da vida propriamente dita. Deste modo, é condicionada ao lugar do objeto, a ser colecionável e consumível. Ainda que tenha as pretensões mais radicais ou críticas, as criações humanas, tomadas enquanto arte, ficam reduzidas ao campo da exposição, perdendo a sua potencialidade de mediação com o mundo. Ele aprofunda e direciona sua observação: *"Para as elites capitalistas o artista não é mais o bobo da corte, mas sim – e no melhor dos casos – um fornecedor especial, como o mercador de vinhos ou o confeiteiro."* (KURZ, 2004 : 112)

Negando a tendência moderna em tomar o seu modo de existência como único e eterno, na qual caberia encaixar essa percepção naturalizadora da cisão arte e vida, nos aponta as diferenças nas quais se compreendiam o lugar da arte e da cultura nas sociedades antigas. Conforme anteriormente indicado a partir da leitura de Harvey (2007), também destaca que este traço de fragmentação das esferas da vida corresponde à estrutura moderna da sociabilidade, e reduz o homem a condição de ser apenas *"o ponto de intersecção entre as estruturas sistêmicas"*. (KURZ, 2004 : 113)

Nas sociedades antigas, a existência não se fragmentava em áreas funcionais separadas. *"As sociedades antigas, predominantemente agrárias, não* ***tinham*** *uma cultura, mas elas* ***eram*** *uma cultura."* (KURZ, 2004 : 113) Ao direcionar as ideias para esse traço constitutivo das civilizações pré-modernas, traz junto as diferenças entre o sentido da cultura nos distintos modos de organização social. É possível aqui aproximá-lo de Raymond Williams[6], à medida que este desenvolve uma reflexão conceitual acerca da cultura, enfatizando seu aspecto de constante transformação, no bojo das mudanças advindas com o processo histórico.

O autor inglês discute o conceito de cultura a partir do pressuposto de que o termo vem sofrendo alterações

---

6 Aqui foram utilizadas as seguintes obras do autor:
WILLIAMS, Rayomnd. *Introdução*. In: Cultura e sociedade: 1780 – 1950. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1969.
_____. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. (pp. 15 – 21/ 276 – 294)

de significado à medida que acompanha as transformações e contextos históricos. Williams (1979) diz que, inicialmente, o termo cultura era designado para expressar a ideia de cultivo, da natureza e do homem. *"'Cultura', antes dessas transições, era o crescimento e cuidado de colheitas e animais, e, por extensão, o crescimento e cuidado das faculdades humanas"*. (WILLIAMS, 1979 : 18) Com o advento da sociedade moderna, destaca o fato de que algumas palavras recebem novos sentidos, dentre elas está a cultura. Além disso, indica que o significado do termo está relacionado, assim como as suas decorrentes alterações de acordo com o movimento histórico, ao de outras duas palavras: sociedade e economia.

Esta modificação do significado equivale a alterações no modo de vida e pensamento, decorrentes das transformações ocorridas na forma de organização das relações sociais. Nesse sentido, para Williams (1969), a palavra cultura:

> Anteriormente significara, primordialmente, 'tendência de crescimento natural' e, depois, por analogia, um processo de treinamento humano. Mas este último emprego, que implicava, habitualmente, cultura *de* alguma coisa, alterou-se, no século dezenove, no sentido de cultura como tal, bastante por si mesma. Veio a significar, de começo, 'um estado geral ou disposição de espírito', em relação estreita com a idéia de perfeição humana. Depois, passou a corresponder a 'estado geral de desenvolvimento intelectual no conjunto da sociedade'. Mais tarde, correspondeu a 'corpo geral das artes'. Mais tarde ainda, ao final do século, veio a indicar 'todo um sistema de vida, no seu aspecto material, intelectual e espiritual. (WILLIAMS, 1969 : 18)

Na mesma direção, as observações de Arendt (1972) sobre o sentido da cultura na organização da vida, se encaixam neste conjunto de tentativas de indicar a forma de compreensão do conceito escolhida para este estudo. Segundo a autora, sua origem remete a uma ideia de cultivo, criação e preservação da natureza, tornando a mesma adequada à experiência humana. Em suas breves palavras aqui citadas, vai afirmar que:

> A cultura – palavra e conceito – é de origem romana. A palavra "cultura" origina-se de *colere* – cultivar, habitar, tomar conta, criar e preservar – e relaciona-se essencialmente com o trato do homem com a natureza, no sentido do amanho e da preservação da natureza até que ela se torne adequada à habitação humana. Como tal, a palavra indica uma atitude de carinhoso cuidado e se coloca em aguda oposição a todo esforço de sujeitar a natureza à dominação do homem. (ARENDT, 1972 : 265)

O modo como é descrita a relação com a natureza explicitada na citação acima apresenta a evidência nítida de uma ruptura nos tempos atuais. Tornar a natureza adequada à habitação humana, sob o princípio de sua preservação, não corresponde mais ao modo como os indivíduos realizam suas atividades e vida. A relação com a natureza não se pauta mais pela necessidade de garantir o bem-estar coletivo dos homens, e sim pela sua apropriação em função do processo de valorização do valor. Para garantir sua continuidade, é preciso extrair, alterar, destruir; qualquer ação que seja potencialmente fonte de valor. Sendo assim, se pode dizer que o significado de cultura anteriormente constituído não mais encontra expressão na forma social predominante, o capitalismo tardio.

Em uma sociedade que não *tem,* mas é uma cultura, esta faz parte da totalidade do modo de vida não fragmentado, não enquanto um instante da exposição. A arte não é um produto a ser consumido, estanque e independente, ela é experiência inseparável da vida, e *"sempre a expressão de um modo de existência cultural único e coerente"*. (KURZ, 2004 : 114)

Precisas são as palavras dele ao continuar elaborando a cultura como parte de um todo integrado:

> Em uma *sociedade como cultura*, capaz de integrar também a morte, a arte passava a ser necessariamente um componente da vida diária, e como tal totalmente impensável como expressão de uma esfera esterilizada e morta *atrás de um vidro*. Mas até por

> isso, ela não era arte como arte, mas antes um determinado momento de um contexto social integrado. O *artista* só poderia, portanto, ser reconhecido como tal pela sua capacidade técnica e não como representante social *da* arte. (KURZ, 2004 : 117)

A arte, não estava colocada como uma especialização cuja prática se restringia a pequenos grupos; não estava vinculada à troca comercial. A arte era parte de um conjunto de elaborações dos sentidos e significados da vida. A criação artística e as formas culturais elaboradas se constituíam como a própria vida, como parte de um processo de constituição da mesma, do pensar, do sentir e do imaginar esta experiência de uma forma emancipada. Com a modernidade, a arte passa da posição de finalidade para meio para o acúmulo de capital. Inverte-se aí a lógica das relações e, se antes as coisas estavam orientadas sob a vontade dos homens, agora são eles e suas ações que se orientam para atender às necessidades das coisas[7]. A necessidade da troca, do se por em circulação, é operante de modo totalizador. Afora a especialização, ainda os indivíduos que pretendem uma crítica desta sociedade por meio de linguagens artísticas, precisam encontrar meios de subsistência, seja comercializando suas criações ou por outras alternativas que trazem limitações ao exercício do processo criativo. Aprofundando:

> Se o conteúdo central e o objetivo da sociedade se tornam um fim em si mesmo cindido, então a vida necessariamente se rebaixa a um mero resto. A expressão da vida para além das cisões sistêmicas e das esferas funcionais complementares do mercado e do Estado, da economia e da política, da concorrência e do direito, é degradada ao refugo do lazer; e em algum lugar em relação a resto difuso está não somente a religião, mas também a arte e a cultura colocadas em esferas particulares. Todas as coisas que um dia foram decisivamente importantes para os homens, todas as questões existenciais, e assim todas as finalidades e formas de expressão estética ligadas a essas questões se transformaram nesse *resto* insignificante e os seus representantes têm que brigar pelas migalhas caídas da mesa do monstruoso fim-em-si. A situação da arte e da estética torna-se particularmente absurda. (KURZ, 2004 : 119-120)

Ao cortar em fatias a experiência da vida, como forma de efetivar a finalidade essencial da sociedade, que é externa aos indivíduos, o que se tem como oferta é uma existência marcada pela impossibilidade de realização plena de toda a potencialidade humana. O que antes eram aspectos fundamentais para a humanidade, encontram-se deslocadas secundariamente dando lugar a interesses distintos e opostos. À medida que tudo o que existe passa a estar orientado por uma intencionalidade que atende a ampliação quantitativa do capital – uma coisa, a vida deixa de ser o eixo em torno do qual as ações humanas se desenvolvem. Reduz-se então a um *mero resto*.

Se atender a um fim automático vem se traduzindo em destruição, do planeta e dos seres vivos que nele habitam, a sustentação do predomínio desta lógica se desdobra nas mais variadas expressões, sempre marcadas pela violência e desigualdade. O artista, dentro desta sociedade, se apropria das cenas cotidianas do capitalismo, e as transforma em arte. É a estetização da forma social capitalista a que se refere Kurz.

> [...] a arte inicia sua própria cisão e a *estetizar* aquilo que dá à luz. Não é somente o seu próprio dilema que se torna assunto estético, mas toda a gritante esquizofrenia capitalista. Quando a estrutura capitalista, entretanto, não é criticada, mas estetizada, os corpos destroçados por granadas, as mulheres violentadas, as crianças famintas e a obscenidade do poder aparecem como simples objetos estéticos. (KURZ, 2004 : 121)

---

7 Em Marx: *"Seu próprio movimento social possui para eles a forma de um movimento de coisas, sob cujo controle se encontram, em vez de controlá-las."* (MARX, K. *A mercadoria*. In: O Capital: Crítica da economia política. Tomo 1, v. 1São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 43-78. p. 72-73)

Este movimento de estetização do real por uma via não crítica (embora muitas vezes assim se autointitule), da suposta denúncia, não carrega consigo, segundo o autor, uma possibilidade de emancipação; ao contrário, funcionaria para a reprodução do estado estabelecido. Diante disto, segue-se com alternativas cada vez mais escassas de caminhos para uma arte emancipadora. Ao passo que a lógica capitalista busca superar seus limites e ampliar sua dominação, a cultura e a arte se encontram muito distantes dos seus significados pré-modernos. Afora servir ao modo de produção como mais uma mercadoria "necessária", o que foi sobre o cultivo da vida, das ideias e dos sentidos, com vistas ao reino da liberdade, não ecoa mais entre nós. A não ser como reprodutora destes elementos circunscritos dentro dos limites da forma social existente.

O que predomina para hoje é a cultura do entretenimento que consola os indivíduos e os amansa diante da realidade, em vez de colocá-los em crise, onde a falta de saídas coloca a procura como única alternativa. Entretanto, é preciso não deixar de assinalar a existência de algumas experiências que insistem na tentativa de se colocar na contramão deste fluxo; também estes, ainda que construindo olhares diferentes e obtendo pequenas conquistas, seguem submersos no emaranhado da acumulação de valor. Embora em tempos de fragmentação absoluta, a supressão deste horror só se dará pela totalidade; não é possível salvar a cultura ou política ou outra esfera isoladamente. A justificativa da importância de uma radicalidade substantiva na prática anticapitalista reside aí.

> Também a própria arte só pode ser superada positivamente quando conscientemente se tornar momento de um novo movimento social que transcenda o antigo marxismo do movimento operário e ponha a nu as raízes que têm produzido o sistema de cisões e separações funcionais. Uma integração cultural da sociedade em novos e mais elevados graus de desenvolvimento só será possível quando se tiver destruído o fim em si da economia e superado a cisão fundamental entre os sexos. O pressuposto de um novo debate emancipatório é hoje a legítima defesa contra a economificação capitalista do mundo. (KURZ, 2004 : 131)

A perspectiva radical com relação à defesa da supressão do modo de produção capitalista como um todo é compartilhada também por Jappe (2013). Ambos entendem que uma cultura emancipatória está articulada como parte de um processo de construção de uma forma social assim empenhada; onde os indivíduos novamente não *tenham,* mas *sejam* uma cultura.

> A capitulação incondicional da cultura frente aos imperativos econômicos é apenas uma parte da mercantilização cada vez mais total de todos os aspectos da vida. E não se pode colocá-la em discussão apenas no que tange à cultura sem considerar a ideia de romper com a *ditadura da economia* em todos os níveis. Não há razão nenhuma para que a cultura, e apenas ela, deva conseguir salvaguardar sua autonomia em relação à lógica pura do lucro se nenhuma outra esfera também não puder fazê-lo. (JAPPE, 2013 : 210)

Este é um tempo para o qual as questões postas nos exigem respostas difíceis de elaborar. E estas se tornam cada vez mais urgentes. Não há saídas isoladas para a arte, ou a cultura, ou qualquer outra dimensão da vida social. A saída, se ela for possível, só se construirá como um projeto de sociedade, que recupere as fragmentações e as reconstrua em sua totalidade perdida. Por essa razão, se coloca como grande certeza a importância de continuarmos a ensaiar a elaboração de uma compreensão deste mundo e toda sua complexidade, e junto dela a sua crítica. Sem abandonar a radicalidade.

4- Referências

ADORNO, Theodor. *Crítica cultural e sociedade*. In: Indústria Cultural e Sociedade**.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARENDT, H. *A crise na cultura: sua importância social e política.* In: Entre o passado e o futuro. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Magia e Técnica, Arte e Política*. Ensaios Sobre Literatura e História da Cultura. Obras Escolhidas. Vol. 1. São Paulo, Brasiliense, 1987.

CANDIDO, A. *Formação da Literatura Brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 1964. (Volumes 1 e 2)

HARVEY, D. *A condição pós-moderna.* São Paulo: Loyola, 2007.

JAPPE, Anselm. *Crédito à morte:* a decomposição do capitalismo e suas críticas. São Paulo: Hedra, 2013.

KURZ, R. *Com todo vapor ao colapso*. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF – PAZULIN, 2004.

_____. *Os últimos combates*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARX, Karl. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política; tradução: Mario Duayer. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRj, 2011.

_____. *O Capital*: Crítica da economia política. Tomo 1, v. 1São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MENEGAT, M. *Depois do fim do mundo: a crise da modernidade e a barbárie*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2003.

_____. *Estudos sobre ruínas*. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2012.

_____. *Prefácio: A crítica do valor bate à sua porta*. In: Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social. Organizadores: Felipe Brito e Pedro Rocha de Oliveira. São Paulo: Boitempo, 2013.

SCHWARZ, Roberto. *Seqüências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade:* 1780 – 1950. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1969.

_____. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. pp. 7-86.

_____. *Políticas do Modernismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Desenvolvimento e diversidade cultural no trânsito entre cultura e economia: o caso do Capim Dourado[1]

Thais Alves Marinho[2]
thais_marinho@hotmail.com

Resumo: Esse artigo visa discutir como o anacronismo identitário atual, que delimita um ambiente de diversidade cultural, após frustrar a linearidade racionalista da modernidade capitalista, ao invés de deflagrar a decadência desse pretenso sistema universalista se rearticula aos seus parâmetros, por meio do mercado e das conectividades técnico-informacionais. A análise gira em torno de um estudo de caso sobre os conflitos sociais e a subjetividade identitária entre os atores envolvidos na produção de artesanato de capim Dourado, na região do Jalapão, em Tocantins. O sucesso do artesanato de capim dourado, tanto em âmbito nacional, quanto internacional, reflete o retorno às tradições e a valorização cultural, que podem ser compreendidos como uma tentativa de preencher o vácuo deixado pela perda da transcendentalidade da cultura no ambiente de desencaixe da modernidade capitalista globalizada da atualidade. Tais embates nos permitem compreender como a valorização cultural e identitária pelo mercado pode significar a satisfação da dignidade e do bem estar social dos artesãos de capim dourado pela superação da inclusão periférica na economia, alavancando o desenvolvimento local, enquanto desencadeia novos conflitos.
Palavras-chave: Subjetividade, capitalismo, desenvolvimento local, economia criativa, identidade e tradição

INTRODUÇÃO

A atual organização da produção e da comercialização de artesanato do capim dourado no Jalapão[3] em Tocantins (antiga região norte de Goiás) é elucidativa dos conflitos inaugurados e desencadeados pela modernidade no Brasil, especialmente no tocante às concepções de desenvolvimento nacional. Na atualidade, esse saber tradicional tem sido reapropriado pelo mercado em âmbito nacional e internacional, após décadas de esquecimento e desvalorização, já que a expectativa de progresso nacional esteve associada até então à produção de mão de obra para as crescentes indústrias (FERNANDES, 1972). Àqueles jalaponenses que não migraram em direção às grandes cidades se integrando a sociedade de classes e satisfazendo os apelos do progresso nacional se ampararam nesse conhecimento sócio-técnico de manejo da natureza. Esse se tornou o vínculo das construções simbólicas locais, fundamentando o sentido de comunidade e territorialidade desses artesãos, descendentes de índios e negros, que durante todo o século XX estiveram deslocados no tempo e no espaço diante os anseios racionalistas e universalistas da crescente economia de mercado, e por isso, se tornaram emblema do atraso, do sertão, da periferia.

---

1 Este trabalho recebeu financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superios – CAPES, por meio do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG, por meio de apoio financeiro para participação em evento científico (edital 02/2014)

2 Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UNB) e Pós-doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professora de sociologia e do Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Formação de Professores e Humanidades da PUC Goiás, assessora de pesquisa do Instituto Dom Fernando (PROEX/PUC Goiás). Membro do grupo de pesquisa Cultura, Memória e Desenvolvimento (CMD/UNB/CNPQ), do grupo Sócio-Antropologia dos Patrimônios, Museus e Acervos (GPMUSA/UFS/CNPQ), do grupo Políticias Públicas, Direitos e Democracia (UNISINOS/CNPQ), colaboradora do Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (UFG), líder do Laboratório de Economia Criativa de Goiás (EcoCria/PUC Goiás) e editora adjunta da Revista Arquivos do CMD.

3 Atualmente a região do Jalapão é formada por oito municípios do Estado do Tocantins: Ponte Alta do Tocantins, São Felix do Tocantins, Lizarda, Santa Tereza do Tocantins, Lagoa do Tocantins, Novo Acordo, Rio Sono e Mateiros.

Isso porque o advento da modernidade inaugurou uma nova forma de organização social pautada em ideais universalistas que se sustentava em uma concepção individualista e racionalista de indivíduo e sociedade (ROUANET, 1993). A institucionalização desses ideais pelo Estado Moderno passa a gerir de forma utilitária as práticas, os costumes, as crenças e as identidades sociais nos diversos campos da vida, acirrando um movimento histórico e estrutural que alavanca a reprodução do modo de produção capitalista, pela despolitização da esfera pública como avalia Habermas (1962). Nessa lógica, a cultura perderia sua transcendentalidade e se tornaria mais um capital, uma reserva, um recurso, gerida por gestores sociais que visam não só a construção de uma identidade nacional, mas também a complementação do desenvolvimento econômico, ao transformar atividades sociais em propriedades intelectuais e patrimônios da humanidade (CANCLINI, 1993).

Esse sistema ideológico e econômico tem como marca a desigualdade combinada, já que é permeado por heterogeneidades e hierarquizações entre forças nacionais e internacionais, dominantes e dominadas, centro e periferia, urbano e rural, civilizado e atrasado. Essa dualidade aparentemente delimitada, no entanto, ao se objetivar propõe transformações inesperadas, já que tais instâncias são articuladas, enquanto corpos constituidores de uma mesma estrutura interrelacionada obrigatoriamente pela esfera do mercado e pela instantaneidade tecnológica dos meios de comunicação e de transportes (SANTOS, 2002).

Apesar dessa articulação, nesse ambiente de aprofundamento da integração econômica, política e social, impera a desigualdade, enquanto marca estrutural (FRIEDMAN, 1985). Os embates entre as diferenças de saberes, acessos, práticas, discursos, identidades, lógicas impedem uma compreensão universal da cultura eleita enquanto universal. A gestão de suas diretrizes cognitivo-instrumental, prática-moral e estética expressiva, utilizadas como estratégias geopolítica e ideológica de homogeneização da racionalidade moderna, não consegue afastar a perspectiva metafísico-religiosa, transmitida tanto pela herança grega e judaica, quanto pela herança afro-indígena, inseridas no cristianismo latino, tampouco conseguem afastar a cultura e as tradições locais, das crenças e das práticas individuais e comunitárias, formando um "self pontual" (TAYLOR, 1997), adaptado a condutas metódicas de vida. A esses grupos tradicionais resistentes, como os jalaponenses, restam a desvalorização no mercado de trabalho e a ausência ou falso reconhecimento de suas identidades (TAYLOR, 1998), por isso, em muitos casos, constituem guetos de sobrevivência, onde o território se torna o fundamento de suas construções simbólicas (YÚDICE, 2006).

Tal desencontro de nexos na regulação das ações individuais e grupais tem sido tratado numa visão reducionista em termos de exclusão ou marginalização social, ignorando os diversos embates e conflitos fundados ora em elementos ontológicos (identitários), ora por outros de cunho lógico-formal, ou virtual, ou territorial protagonizados por tais grupos. Assim, mesmo que de forma periférica, como já alertara José de Souza Martins (1997), esses grupos e indivíduos constroem e criam formas próprias de inclusão, utilizando os meios ofertados pelo próprio sistema que os oprimem, como avalia Lifschitz (2011) ao tentar compreender o fenômeno das neocomunidades. Logo, a integração transcultural, possibilitada pelo intenso fluxo de pessoas, bens, saberes e serviços contribui, na realidade, para uma ressemantização dos limites entre tempo e espaço de comunidades locais, possibilitando que protestos isolados se encontrem e constituam redes de movimentos de resistência e contracultura, que explicitam lógicas de atuação e concepções de mundo muito distintas das expectativas racionalistas do estado e da economia, o que acirram os conflitos sociais (MARTIN-BARBERO, 2004).

Esse anacronismo identitário, após frustrar a linearidade racionalista, no entanto, ao invés de deflagrar a decadência desse pretenso sistema universalista se rearticula aos seus parâmetros, especialmente pelas conectividades técnico-informacionais, e se impõem de modo a constituir suas novas diretrizes (ORTIZ, 2003). Tal absorção prosaica das identidades e culturas locais no movimento global, como salienta Yúdice (2006) se manifesta nas concepções de agenciamentos, empoderamentos, empreendedorismo e performatividades, e demonstram sua aceitação formal pelas agências globais e estatais (RUBIM e ROCHA, 2012), que agora discursam pela preservação das tradições como forma de manter a biodiversidade e como fonte de inovação que

alavanca o capital e o mercado, fundamentando o setor da Economia Criativa[4].
É nesse contexto de multiplicidade de subjetivações indissociáveis da tradição e dos localismos tomados agora como base para experimentação do desenvolvimento local, na medida em que se constituem como bens simbólicos que impulsionam o mercado nacional e internacional, que se inserem os conflitos aqui estudados. Tais embates giram em torno da gestão da territorialidade, da patrimonialização e do reconhecimento identitário, bem como da modernização e da mercantilização dos saberes e recursos seculares. O intuito desse trabalho, portanto, é compreender como esse momento de valorização cultural e identitária pelo mercado pode significar a satisfação da dignidade e do bem estar social dos artesãos de capim dourado pela superação da inclusão periférica na economia, alavancando o desenvolvimento local. Para tanto, realizo um estudo de caso em um dos municípios da região do Jalapão, Ponte Alta do Tocantins, para compreender como os conflitos travados pelos artesãos do capim dourado visam combater as forças hegemônicas e hierarquizantes do mercado, garantindo a proteção de sua propriedade intelectual e identitária sobre os recursos naturais e sobre a produção e comercialização de seu artesanato.

O DESENVOLVIMENTO DO CAPIM DOURADO NO JALAPÃO

A utilização do capim dourado para o artesanato é secular, muitos indicam sua origem na tradição indígena, estes costuravam o capim dourado com a seda de tucum para produzir utensílios domésticos como suportes para panelas e cestas. Mas foi com a lendária Dona Miúda (*in memorium)*, cujo nome é Guilhermina Ribeiro da Silva, moradora do povoado de Mumbuca, localizado no município de Mateiros, na região norte do Estado de Goiás[5], que o artesanato do Capim Dourado ganhou fama.
Dona Guilhermina nasceu em 1928, era filha de indígena com afrodescendente, residentes na zona rural de Mateiros desde 1919 onde se mantinham pela agricultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte, como tantos outros grupos de negros rurais, agora chamados de "quilombolas"[6]. Desde pequena observava a arte de sua mãe que produzia o que hoje chamamos de *souplats*, um suporte para panelas quentes, além de cestas para armazenar o algodão que seria fiado e depois tecido, também faziam chapéus (veja figura 1 abaixo), usados para proteção contra o sol durante o manejo das roças. Quando ainda era moça e sua mãe já era falecida, Dona Miúda resolveu retomar o conhecimento adquirido quando criança, que se fixara como um rastro de recordação (RICOEUR, 1993), porque se encantava com a beleza do brilho do capim dourado, como afirma sua filha "Detô". Logo, descobriu que a fibra da folha do buriti era melhor para costurar o capim, demonstrando a capacidade de atualização das tradições.

---

4 Esse setor está relacionado aos desdobramentos da Indústria cultural a partir da década de 1960, que visava aliar arte e economia de forma massificada. Esta definição restrita mostrou-se insuficiente, uma vez que os avanços nas tecnologias de informação e comunicação, software e, em particular, a rápida emergência e massificação da Internet tiveram um impacto significativo nestas atividades, não permitindo o seu enquadramento em nenhuma das categorias convencionais, o que as excluía do campo das artes e da cultura. O conceito de indústria criativa busca englobar essa categoria, surge no início da década de 90, na Austrália, mas é no final deste período que obtém maior relevância ao ser inserido nas políticas definidas pelo *Department for Culture, Media and Sport* (DCMS) do Reino Unido, com a criação do *Creative Industries Unit and Task Force*, em 1997. No *Creative Industries Mapping Document* as Indústrias Criativas são definidas como aquelas que têm a sua origem na criatividade, competências e talento individual, com potencial para a criação de trabalho e riqueza através da geração e exploração da propriedade intelectual. Ver: HOWKINS, J. *The Creative Economy*: How People Make Money From Ideas. Londres: Penguin Books, 2001. Ou ALVES, Elder P. Maia (2012). A economia criativa do Brasil: modernização cultural, criação e mercado. Dossiê: Cultura e desenvolvimento - o advento da economia criativa. Revista Latitude. Ed. UFal. V. 6, n. 2

5 Após 1988, o Estado de Goiás é divido, sendo que a região norte (onde estão localizados os municípios estudados) passa a constituir um novo Estado: Tocantins.

6 O quilombo Mumbuca fora certificado pela Fundação Cultural Palmares em 2006.

Figura 1 - Chapéu tradicional

Figura 2 - Souplat

Figura 3 - Brincos

Figura 4 – Bolsas

Figura 5 - Capim Dourado (in natura)

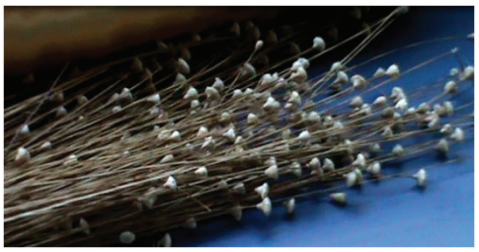

Fonte: Thais Alves Marinho

Percebemos, que as paixões e sensos estéticos, de tão naturais e dinâmicos, se complexificam no processo de atualização e redimensionamento constante da memória, num persistente revisitamento e redirecionamento, que ocorre, por sua vez, de acordo com as arbitrariedades da dialética do tempo e dos acontecimentos, que articula o que ficou perdido, com o que está acontecendo, com o que ainda virá.

Muitos entrevistados relataram que era comum o uso do chapéu nas roças, mas quando os camponeses iam às cidades conseguir mantimentos escondiam o adorno por vergonha e por medo dos comentários. Isso porque o chapéu valorizado na região era feito de couro, o que indicava o refinamento estético de seus usuários, enquanto o chapéu de capim dourado acabava servindo como diacrítico da identidade afro-indígena, associada ao atraso e à selvageria. Essas estratégias de distinção social, como denuncia Bourdieu (2007), são fundadas numa estrutura relacional, cujo foco está nas práticas de consumo cultural primordialmente, e marginalmente nos fatores econômicos, já que em muitos casos, os usuários de chapéu de couro viviam em condições financeiras semelhantes aos grupos rurais.

Por outro lado, tais práticas distintivas, fundadas em diretrizes universalistas condicionam o não reconhecimento das identidades particulares desses artesãos do capim dourado, gerando situações de discriminação, opressão, falta de oportunidades que geram ou a marginalização ou a inclusão periférica no sistema social. Tais tensões se manifestam na construção identitária em termos de insegurança, de sofrimento psíquico, de perturbações psicossomáticas, de depressões nervosas, *stress* que levam a impossibilidade de emancipação e de autonomia individual, nos termos racionalistas.

Mas, essa discriminação não incomodava Dona Miúda, isso porque, como afirma Taylor (1998), apesar da ausência de reconhecimento institucional influenciar nas identidades grupais pelo seu caráter dialógico, é a orientação e comunicação com nossos outros significantes (como a família), mesmo quando estes desaparecem de nossas vidas, que define a ontologia dessa identidade. Por isso, Dona Miúda passou a produzir além dos itens que sua mãe fabricava, também bolsas, porta moedas e miudezas. Quando ia ao Piauí e Bahia, na década de 1950 a 1990, comercializar sua produção de farinha de mandioca e arroz e comprar tecido, sal, óleo e outros utensílios, Dona Miúda levava seu artesanato que era apreciado pela elite do lugar. Seus principais compradores eram fazendeiros e comerciantes, que os usavam para adornar suas residências. Logo, foi ensinando seus filhos, sobrinhos e netos, que levaram o conhecimento a outros moradores do Jalapão.

Com a idade Dona Miúda deixou de comercializar seus produtos fora do Mumbuca. A divisão de Goiás e consequente emancipação do Estado do Tocantins em 1988, possibilitou que diversas instituições fossem formalizadas visando a ampliação de cidadania e o desenvolvimento do novo estado que surgia, houve melhorias na região, o que possibilitou aos moradores dispensar as longas idas a outros estados para adquirir recursos, conseguiam ali mesmo em Mateiros, ou mesmo Palmas, a nova capital do Estado.

Em 1989 é criada a Fundação Natureza do Tocantins (NATURATINS), em 1990 ocorre a criação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Tocantins – Sebrae-TO. Como consequência a região passou a adquirir maior visibilidade e atrair turistas, que se admiravam com o trabalho de Dona Miúda. O crescente turismo gerou a necessidade de preservação e patrimonialização, que se formaliza a partir de 2001, com a criação do Parque Estadual do Jalapão. Pela riqueza de seu bioma e por apresentar uma vasta área de cerrado contínuo e conservado se torna uma área de Proteção Ambiental do Jalapão (APA), que se conecta a sul com a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, e a norte com o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, a partir de 2002, que engloba ainda Piaui, Maranhão e Bahia, ambos administrados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Esse ambiente abriga cachoeiras, nascentes, dunas, chapadas que se tornam atrativos para os turistas aventureiros, que por outro lado, veem também em busca da cultura do local, especialmente entre os meses de junho e agosto, quando ocorrem os festejos de Ponte Alta.

O protagonismo de Dona Miúda logo fica conhecido e em parceria com o Sebrae funda a Associação dos Artesãos de Capim Dourado de Mumbuca, em 2000, numa ação pioneira. Essa dinâmica da cultura local, possibilita a revalorização do território e a reconstrução de práticas e saberes tradicionais, que ativa a memória para salvaguardar os resquícios do patrimônio material. Nesse processo "agentes da modernidade", como o SEBRAE, promovem a reconstrução simbólica e material de territórios comunitários e de saberes tradicionais por meio de técnicas e dispositivos modernos, assim como ocorre com as neocomunidades observadas por Lifschitz (2011). Assim, ao invés de hibridação, como trata Canclini (1993), essas neocomunidades são reformuladas sobre seus territórios tradicionais, produzindo "autenticidades" culturais espacialmente e simbolicamente delimitadas, e que ainda satisfazem as demandas de mercado.

À medida que o Parque do Jalapão atraía turistas, o artesanato foi sendo valorizado e sua produção estimulada pela crescente demanda. O sucesso da associação de Mumbuca se espalha pela região marcada pela vida árdua e ausente de oportunidades. Durante o Rally dos Sertões em 2001, que passou por Ponte Alta do Tocantins, o secretario de Turismo do município, Valtair Daniel, observou que havia demanda por parte dos turistas pelo artesanato que estava sendo exposto, embora não fosse comercializado na cidade. Apenas a filha caçula de Dona Miúda, Dalvanice, conhecida por Detô, que morava na região desde 1992 produzia e vendia para Palmas. Por intermédio de um parente, comercializava potes, porta joias, *souplats* (veja figura 2 acima), chapéus e bolsas (veja figura 4 acima), como sua mãe. O então secretário de turismo decidiu buscar ajuda junto ao SEBRAE para a disseminação desse conhecimento.

O SEBRAE então patrocinou a ida de uma ex-moradora de Ponte Alta, que se casara com um dos sobrinhos-neto de Dona Miúda, conhecido por Pelé, para ensinar o que havia aprendido com Dona Miúda, quando estivera em Mumbuca. Dona Raimunda de Pelé, embora tenha resistido no inicio, decidiu ministrar o curso para 20 pessoas, mediante pagamento pelos seus serviços. Apenas 12 se formaram. Logo a filha de Dona Miúda, Detô, residente em Ponte Alta, também passou a ensinar em sua casa, e cada um que aprendia ensinava outro, até que toda a cidade estava envolvida na produção do artesanato. A Associação de Ponte Alta foi formada a partir desse encontro, em 2002, e teve Dona Raimunda de Pelé como primeira presidente. Depois de um breve mandato, abandonou o cargo e criou outra associação em Mateiros, onde residia.

Desde então, os associados de Ponte Alta participam periodicamente de cursos ofertados pelo Sebrae de controle financeiro, técnicas de venda, *design* de bijuterias, manutenção do *site* criado pelo Sebrae para a Associação, entre outros. A Associação também se inscreve em editais públicos, como o Prêmio Dona Miúda, ofertado pela secretaria de Cultura do Estado do Tocantins, visando obter financiamento para melhorias no empreendimento. O conhecimento e as verbas adquiridas geraram uma inovação no comércio e na produção do artesanato. Agora produzem além dos produtos tradicionais anéis, pulseiras, colares, presilhas de cabelo, porta canetas, porta joias, capim em tela, sendo um novo produto criado constantemente. O acesso à internet possibilitou a ampliação da venda e a exportação dos produtos. Muitos pedidos são feitos por meio dessa mídia,

que facilita a comunicação e a divulgação dos produtos. Os pedidos de países como Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Espanha, Portugal são comuns e rotineiros, outros estados do país também compram como Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Santa Catarina, entre outros.

Tal realidade significa, como avalia Rubim (2012), que na contemporaneidade as relações entre cultura e economia, não se restringem mais àquelas exercidas pelos mecenatos, as afinidades entre tais categorias passam agora a serem patrocinadas, não de forma individual ou corporativa como forma de defesa dos modelos de apropriação como ocorria no passado, mas associadas a um componente de *marketing*, que elege a cultura como uma marca, que certifica não só a origem, como sua autenticidade. A regulação estatal sobre esse processo é aos poucos transferida para o financiamento privado, por meio de leis de incentivo à cultura, que se fundamenta no resgate à tradição por meio de técnicas modernas.

A SUBJETIVIDADE E OS CONFLITOS DO ARTESANATO DO CAPIM DOURADO

A organização do artesanato de capim dourado em Ponte Alta do Tocantins revolucionou a cidade, que passou a ser agraciada com melhorias em vários âmbitos estruturais e logísticos, como a construção de estradas, acesso à internet e telefonia móvel, infra-estrutura para atendimento aos turistas, entre outros. O crescente interesse pelo local e pelo artesanato, por parte da sociedade civil, como turistas, comerciantes, acadêmicos, pesquisadores, jornalistas, "ongeiros", advém de uma combinação única entre tradição, criatividade, recursos naturais, empreendedorismo, turismo e festejos.

O principal parceiro da Associação dos Artesãos de Capim Dourado Pontealtense é o SEBRAE que oferece periodicamente consultorias e reconhecimento institucional, por meio do Premio Top 100, por exemplo. Em 2011 por meio de um convênio com o SEBRAE, a Associação recebeu orientação de Marcelo Rosenbal, arquiteto do Programa Caldeirão do Hulk, que criou uma coleção de sua autoria para a Associação, chamada de Coleção Jalapa, o material é reproduzido pelos artesãos e vendido pela associação sem a necessidade de pagamento de direitos autorais.

A Prefeitura Municipal de Ponte Alta oferece apoio logístico, cedendo espaço para a sede da Associação e a Secretaria de Cultura do Estado do Tocantins oferece apoio financeiro por meio de prêmios e editais, como o Prêmio Dona Miúda de 2012. A organização não governamental PEQUI – Pesquisa e informação do Cerrado e a Naturatins oferecem reconhecimento institucional e consultorias sobre o manejo e a extração sustentável do capim dourado, por meio de oficinas e cursos de capacitação. A Agência de Desenvolvimento Sustentável do Jalapão oferece apoio financeiro e logístico, por meio de editais do Ministério Do Desenvolvimento Agrário. Além disso, o governo estadual e federal, patrocinaram a construção ou reforma de estradas de acesso, diminuindo as distâncias entre a região e a capital do Estado, oferecendo o mínimo de infra-estrutura necessária para o desenvolvimento local.

O sucesso da comercialização do capim dourado não só ampliou as possibilidades de sobrevivência como permitiu o acesso desses moradores a novos saberes, novos bens, novas tecnologias, novos padrões estéticos e éticos, novas oportunidades, novos horizontes, mas também novos conflitos. Agora, existem conflitos burocráticos, relativos à administração dos recursos financeiros, à comercialização do artesanato e à produção local, mas também existem conflitos identitários, relativos aos direitos de propriedade intelectual, de exploração do capim dourado e de massificação dos saberes tradicionais. Os conflitos se iniciam, portanto, desde a extração e distribuição da matéria prima, até a organização, comercialização e distribuição da produção dos artesanatos.

O protagonismo da associação na gestão da produção sempre foi motivo de controvérsias, isso porque, os artesãos tradicionalmente produzem de forma individualizada e autônoma, com base numa lógica de subsistência familiar, que não visa apenas o lucro, como na lógica capitalista, mas também o prazer obtido durante e após a produção. Á medida que a Associação se formaliza, propõe a coletivização da produção. Em muitos casos, a diretriz adquirida durante os cursos de capacitação ofertados pelo SEBRAE é de que a produção seja otimizada por meio da divisão do trabalho, seguindo uma lógica de linhas de produção, onde cada artesão confecciona apenas uma parte do produto todo, que deveria ser montado em série, o que garantiria maior oferta

de produtos e preços mais baixos, e consequentemente maiores lucro, que deveria ser dividido entre os vários autores das peças comercializadas.
Essas diretrizes da produção possibilitou que em 2008, os artesãos da associação ganhassem o Premio Top 100 do SEBRAE que acontece quadrienalmente, e possibilita aos ganhadores expor e comercializar, sem custos, suas peças em diversas feiras pelo Brasil afora. Já que a produção era feita de forma coletiva, o prêmio foi concedido à Associação como um todo. Essa conquista ampliou a visibilidade de seus produtos em nível nacional, mas também gerou divergências de opiniões entre os associados, já que nem todos puderam ter seus produtos expostos e comercializados nas feiras.
Além disso, muitos artesãos alegam que essa divisão do trabalho nem sempre é feita de forma equilibrada, há sempre alguém que produz mais que os demais, ou que trabalha em mais frentes, impedindo uma divisão justa dos lucros e dos méritos. Do mesmo modo, alegam que tal lógica produtiva não gera motivação em produzir, já que não há autoria nas peças produzidas, impossibilitando o sentimento de satisfação e orgulho de ver uma peça pronta, ou de criar um novo produto. Após esse descontentamento e de muitas discussões na gestão da produção, a associação decide então não mais interferir na produção dos artesanatos, ela passa a atuar apenas como revendedora dos produtos de seus associados. Para tanto, retém 10 % do lucro para as vendedoras e para a manutenção do local, e cobra uma taxa inicial de 50 reais, e mensal de 6 reais de cada membro.
A produção, então, volta a ser individualizada, ou familiar, como em muitos casos. Logo, cada artesão deixa seus produtos consignados na associação, quando são vendidas as peças, recebem o mesmo valor estabelecido, deduzido a comissão da Associação. Os custos com a mensalidade e com a comissão cobrados pela associação fez com que alguns artesãos não se associassem à mesma, como é o caso da filha de Dona Miúda, Detô, que produzia e comercializava individualmente antes mesmo do surgimento da Associação, ela também não participou dos cursos do SEBRAE, continuando a produção tradicional do artesanato que aprendera com sua mãe.
Em outros casos, os associados mantêm sua filiação com a associação, mas realizam vendas sem os vínculos associativos, desse modo, ficam com todo lucro da venda. Em muitos casos, esses associados praticam essa venda em suas próprias residências, outros criaram blogs e/ou sites próprios, outros ainda abriram sua própria loja e oficina de artesanato. Essa abertura do mercado aumenta o poder de barganha dos compradores, o que diminui o preço dos produtos, pela alta competitividade, além disso, permite a ação de "atrevessadores", que compram o artesanato e mesmo a matéria prima, com um preço muito baixo e revendem à comerciantes de Palmas que supervalorizam os preços. Apesar de não impedir esse tipo de atuação, a associação fica temerosa com seu enfraquecimento e perda do poder de barganha, como afirma o atual presidente Edgar.
Esse novo modelo de produção possibilitou que um número maior de artesãos comercializasse seus produtos e conseguisse se inserir em práticas de consumo antes vistas como inacessíveis, além de se tornarem empresários, muitos puderam adquirir (ou reformar) casa própria, automóvel, televisão, telefone, computador, entre tantos outros bens que não constituíam parte de suas cotidianidades antes da valorização do capim dourado.
Além da associação, outros 16 artesãos de Ponte Alta exportaram em 2012 na faixa de até 1 milhão de dólares, conforme dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins e da Secretaria de Comércio Exterior – SECEX do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Além disso, o Prêmio TOP 100 do SEBRAE 2012 foi concedido, dessa vez, a apenas um dos artesãos do Jalapão, Valtair Daniel, que se destacou pela sua produção criativa e inovadora. Esse artesão, após presidir a associação decidiu montar seu próprio ateliê, que conta com um espaço aconchegante e moderno, comercializa seus produtos internacionalmente por intermédio de sua loja virtual. No entanto, continua como membro atuante da associação, sempre que possui um pedido grande, redistribui a demanda para os melhores artesãos da associação, já que a qualidade é uma de suas marcas registradas.
Além desses entraves, com a disseminação do conhecimento artesanal, muitos compradores de Palmas passaram a comprar com os "atravessadores" o capim em estado de matéria prima e a confeccionar suas próprias peças. Esse movimento gerou a diminuição do capim dourado, explorado à revelia e em grande quantidade e também estacionou o comércio do artesanato na Associação. Esse movimento, no entanto, fora logo coibido pelas autoridades pressionadas pelos artesãos do Jalapão, por meio da Portaria 092/2005 do Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins.

Essa portaria se baseia no conhecimento secular das comunidades do Jalapão sobre a extração sustentável do Capim Dourado e determina que apenas as hastes podem ser colhidas após 20 de setembro, sendo que as flores (capítulos, ou frutos) devem ser cortadas e dispersas no solo logo após a colheita, possibilitando a germinação de novas plantas. Ademais, a portaria proíbe que as hastes de capim dourado saiam da região *in natura,* podendo apenas serem comercializadas em forma de artesanato. Estas regras visam garantir a produção de sementes (que ocorre apenas a partir do início de setembro) e sua manutenção nos campos úmidos, para que as populações de capim dourado possam se manter, naturalmente. Além disto, pretende-se garantir que o capim dourado gere renda para artesãos da região do Jalapão, sendo vendido já como artesanato, com valor agregado. No entanto, à medida que o conhecimento sobre o manejo com tal matéria prima se dissemina, surgem novas habilidades com o capim dourado que desafiam a associação. Recentemente, um dos artesãos, visando agilizar sua produção, criou uma máquina que permite a junção do capim em hastes enroladas por fios de cobre, estas hastes são utilizadas especialmente na produção de bijouterias e semijoias (veja figura 3 acima). Mas, teve um efeito colateral. Tanto as máquinas quanto as hastes passaram a ser comercializadas à revelia, como não constituem artesanato, e sim um tipo de manufatura, o preço cai à medida que cresce a produção. Muitos compradores das hastes são moradores de Palmas que as utilizam como matéria prima para produção de artesanatos e outros produtos, concorrendo com o artesanato do Jalapão e contrariando a Portaria da Naturatins, que visava coibir essa concorrência.

A solução encontrada pela associação, temerosa com a perda de mercado e da identidade do capim associada ao Jalapão, é ampliar a portaria 092/2005, para que impeça tanto a venda das máquinas quanto das hastes, que podem ser desmontadas e reutilizadas em estado *in natura* (veja figura 5 acima). A tramitação desse processo encontra-se em diálogo entre a associação e as autoridades locais. Outra solução é a produção de um selo que garante que a peça de artesanato adquirida tem origem no Jalapão e fora confeccionada com capim extraído de forma sustentável, respeitando a maturação e renovação da planta, como indica a portaria estadual. Esse pedido de indicação geográfica (IG) e indicação de procedência (IP), do artesanato confeccionado à mão em capim dourado na região do Jalapão, foi realizado por meio da Associação de Artesãos em Capim Dourado da Região do Jalapão (AREJA) junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). A AREJA representa as nove Associações, distribuídas em oito municípios (Ponte Alta, Tocantins, São Felix do Tocantins, Lizarda, Santa Tereza do Tocantins, Lagoa do Tocantins, Novo Acordo, Rio Sono e Mateiros, que possui uma associação no centro urbano e outra no quilombo de Mumbuca) do Jalapão e conta com cerca de 3000 artesãos cadastrados. Embora o selo de indicação geográfica tenha sido concedido em agosto de 2011, pelo INPI, ainda não está sendo utilizado, devido a brigas políticas locais. Segundo, depoentes de Ponte Alta, como Valtair Daniel, há fortes interesses dos comerciantes de Palmas em impedir sua utilização, já que o selo desvalorizaria a produção feita fora do circuito do Jalapão. Embora, como afirma Yúdice (2006), o gerenciamento desse campo de forças performativas deve buscar legitimar os grupos, ações e representações num quadro de ressignificação identitária, agenciando a autonomia e empoderamento dos envolvidos, de forma não hierárquica, tampouco totalizadora, a inserção no mercado tende a gerar a hierarquização e a individualização competitiva, como assinala o conflito em torno da propriedade intelectual sobre o artesanato de capim dourado e sobre os direitos de extração da matéria prima. Além disso, há uma divergência sobre a adequação das peças produzidas de acordo com os procedimentos estabelecidos para obtenção do referido selo, como indica Ana Claudia Matos da Silva, presidente da AREJA.

De todo modo, o reconhecimento institucional concedido aos artesãos jalaponenses em forma de prêmios, editais e portarias por parte do governo municipal, estadual e federal, e também por parte de entidades privadas e filantrópicas, que visam proteger suas tradições e gerar possibilidades de participação no mercado, indica que não mais prevalece o modelo que desconsidera as identidades particulares dos indivíduos em prol de identidades nacionais e políticas. Como indica Lopes (2012), portanto, não existe mais isonomia do Direito, já que a hegemonia consensual passa a ser inclusiva. No caso dos jalaponenses, tanto a Portaria da Naturatins, quanto o pedido de propriedade intelectual feito ao INPI, por exemplo, se tornam tecnologias sociais de inclusão, proteção de direitos e ampliação de cidadania, baseados na originalidade e autenticidade de suas tradições e identidade, fundadas em saberes seculares.

Logo, apesar da competição por esse mercado promissor, o reconhecimento identitário por meio do artesanato do capim dourado demonstra que há aceitação estatal e mercadológica em relação às tradições desses artesões.

Sua inserção social, política e econômica possibilita a satisfação de sua cidadania, pelo menos no tocante ao consumo, já que como afirma Canclini (2001), na globalização atual muitas perguntas dos cidadãos são respondidas mais pelo consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa do que pelas regras abstratas da democracia ou da participação coletiva em espaços públicos. Isso porque o consumo não é meramente um ato irracional ou um gasto desnecessário, é sim um espaço onde se reorganiza parte da racionalidade econômica, política e psicológica social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a abolição da escravatura o destino tomado pelos afrodescendentes foi diverso, muitos foram absorvidos pela indústria de massa, no contexto das grandes cidades, outros decidiram retornar à África, retorno este que fora incentivado pelas autoridades nacionais, muitos outros procuraram refúgios em áreas isoladas, como nos antigos quilombos ou permaneceram nos arredores das grandes fazendas, onde podiam dar continuidade à sua agricultura de subsistência. O projeto de construção da nação brasileira, não esteve preocupado com o destino desse contingente de afrodescendentes e dos indígenas, a menos que constituíssem mão de obra para a crescente indústria na zona urbana do país que se limitava à região sudeste. No centro-oeste e na região norte do país, muitos desses grupos de camponeses traçaram seu próprio destino à margem das ambições nacionais, reproduzindo formas próprias de identidade e sociabilidade, embasados em suas próprias tradições, crenças e saberes, adquiridos de seus anscentrais e de sua relação com o território e com os recursos naturais próprios do cerrado.

No âmbito das cidades dos entornos, onde a racionalidade civilizatória se infiltrava por meio da gestão burocrática, que em muitos casos, convivia com as práticas reinventadas do coronelismo clientelista brasileiro de antanho, tais grupos tradicionais percebiam a diacronia de seu modo de vida, ao mesmo tempo em que tinham acesso às novas diretrizes racionalistas. A distinção social entre os diferentes grupos durante os contatos, ora levava à desvalorização de sua cultura e de suas práticas sócio-simbólicas, (por isso, sentiam vergonha dos chapéus feitos de capim dourado), ora reafirmava a fricção étnica, e o consequente apego à sua identidade específica, como ocorre com Dona Miúda e seus familiares que se recusam a deixar seu território, tampouco a abandonar seus costumes, apesar dos constrangimentos da sociedade inclusiva e das dificuldades do estilo de vida mantido por esse grupo de negros tradicionais, agora reconhecidos como "quilombolas".

No caso do quilombo de Mumbuca é justamente o artesanato do capim dourado o catalisador do reconhecimento da identidade territorial do grupo, pautado em diretrizes multiculturais, seguindo o ícone étnico-quilombola. Essa abertura e resgate a formas de vida que um dia foram promulgadas como extintas pelo ideal progressista de construção da nação, ocorre devido a uma nostalgia romântica, motivada pela carência e ausência dessa ruralidade autêntica na rotina ultratecnológica das cidades. Isso porque, ao agenciar desencaixes e reencaixes entre tempo e espaço, retirando a transcedentalidade da cultura e substituindo o vácuo deixado por símbolos massificados e patrimônios da humanidade, o processo de globalização atual, fundado sobre o intenso fluxo técnico-informacional, gera uma alta produtividade do novo e um constante descarte de classificações de fórmulas, que geram insegurança e incerteza. Tal sentimento, por sua vez, desperta o retorno à tradição, à um tempo mítico e originário onde tais aflições ainda não assolavam a psique humana.

É desse modo, que as identidades específicas, bem como os grupos e comunidades fundados em saberes tradicionais e seculares, conseguiram se objetivar para além de suas fronteiras territoriais, especialmente aqueles cuja organização local conseguem formar um novo mercado, cuja essência está na reatualização do passado no presente, como ocorre com as associações de artesãos do capim dourado, mesmo que contem com a ajuda de "agentes da modernidade". Isso porque, para o Estado e para o mercado, essa se torna uma possibilidade para que a cultura funcione como complementação ao desenvolvimento econômico, sem, no entanto, perder sua suposta autenticidade, nem desperdiçar as competências criativas de seus produtores.

Esse advento, pela abertura ao mercado, se torna também extensivo aos demais grupos citadinos, que embora adotassem um estilo de vida urbano, e rejeitassem a identidade quilombola, tem sua história marcada pelo estigma do atraso e pelas tradições e recursos da zona rural do entorno, protagonizadas por seus antepassados

afro-indígenas, e pela morosidade das cidades do interior. Além disso, por entender melhor as demandas dos consumidores do artesanato e terem maior acesso às instituições governamentais e da sociedade civil que apoiam tais empreendimentos, os artesões citadinos, como os de Ponte Alta, conseguem com muita criatividade, novos recursos e saberes tecnológicos, modernizar a técnica secular, inovando e diversificando os produtos, e aumentando a produção e a distribuição dos mesmos, de forma a atender as necessidades, conveniências e gostos estéticos e imediatistas de seus consumidores. Nesse sentido, o acesso à internet se torna crucial para os empreendedores de Ponte Alta.

A atuação da associação, bem como de órgãos públicos, privados e comunitários na emancipação do artesanato do capim dourado, demonstra que a comunicação entre as culturas advindas do processo de globalização e mundialização, acirram um processo de descontinuidade cultural, que medeiam a significação dos discursos maciços e seus usos sociais, que enfatizam a cultura popular, a partir da memória territorial, mas que também acirram conflitos identitários e lógico formais. Logo, as lógicas modernas de competição, de extração e distribuição dos recursos naturais e de gestão da produtividade e da comercialização desse produto artesanal conflitam com as práticas e motivações tradicionais de produção e com a autenticidade da identidade local desse saber secular.

Podemos perceber então que a força performativa desses conflitos identitários faz com que a cultura se torne um recurso que gera e atrai investimentos, especialmente por meio da propriedade intelectual, se tornando um novo vetor para o desenvolvimento local e nacional. Esse é o argumento que alimenta a crescente economia criativa, cuja expectativa é acirrar o desenvolvimento econômico e turístico locais, contribuindo para a riqueza nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. (2007) **A distinção:** crítica social do julgamento. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/Zouk.

CANCLINI, N. G. (1993) "Políticas culturais na América Latina". **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, jul, v. 2 , n. 2, pp. 39-51.

CANCLINI, N. G. (2001) **Consumidores e Cidadãos:** conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ.

FERNANDES, F. (1972) **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar.

FRIEDMAN, M. (1985) **Capitalismo e liberdade.** São Paulo: Nova Cultural.

HABERMAS, J. (1962) **Mudança estrutural da esfera pública**. RJ: Tempo.

LIFSCHITZ, J. A. (2011) **Comunidades tradicionais e neocomunidades**. RJ : Contracapa/FAPERJ.

LOPES, J. R. (2012) "As ações culturais coletivas e o questionamento do campo normalizador dos direitos". In: J. R. Lopes; J. L. Bica; C. A. Gadea. (ed). **Periferias, territórios e saberes**. São Leopoldo, RS : Óikos/FAPERGS/CAPES, p. 51-68.

MARTIN-BARBERO, J. (2004) **Ofício de cartógrafo; travessias latino-americanas da comunicação na cultura**. SP: Loyola.

MARTINS, J. D. S. (1997) **A exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus.

ORTIZ, R. (2003). **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Braziliense.

RICOEUR, P. (1993) **Tempo e Narrativa**. Campinas-SP: Papirus.

ROUANET, S. P. (1993) **Mal-estar na modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras.

RUBIM, A. A. C.; ROCHA, R. (2012). **Políticas culturais**. Salvador: EDUFBA.

SANTOS, B. D. S. (2002). **Globalização:** fatalidade ou utopia? Porto: Afrontamento.

TAYLOR, C. (1997) **As Fontes do Self**. São Paulo: Edições Loyola.

TAYLOR, C. (ed.) (1998) **Multiculturalimo. Examinando a Política de Reconhecimento**. Lisboa: Instituto Piaget.

YÚDICE, G. (2006) **A conveniência da cultura:** usos da cultura na era global. Belo Horizonte : Editora UFMG.

Tempo, experiência e criação: articulações entre subjetividade, imaginário e política em Jean-Paul Sartre e Paul Ricoeur

Tais de Lacerda Gonçalves Massiére[1]

Resumo: O momento histórico que atravessamos tem contribuído para tornar os sujeitos cada vez menos capazes de produzir sentidos singulares para a existência e cada vez mais propensos à adesão acrítica às visões de mundo hegemônicas. No contexto de empobrecimento da experiência que marcou a modernidade, Jean-Paul Sartre e Paul Ricoeur ressaltaram a capacidade humana de criação de novos sentidos para a realidade a partir da superação daquilo que está previamente estabelecido. Em suas obras, enfatizaram o lugar ocupado pelas narrativas de si, pelas narrativas do imaginário e pelas narrativas coletivas na constituição da subjetividade e da intersubjetividade. Frente ao desafio de compreensão dos dilemas humanos contemporâneos, proponho refletir sobre as articulações entre subjetividade, imaginário e política em Sartre e Ricoeur, destacando o lugar ocupado pelas narrativas na constituição de sentido para o tempo.
Palavras-chave: Subjetividade; Contemporaneidade; Narratividade; Jean-Paul Sartre; Paul Ricoeur.

1. O "empobrecimento da experiência": reflexões sobre o tempo presente

Na busca por uma compreensão da realidade humana em sua complexidade, é fundamental mantermos um olhar dirigido para pensar as questões éticas do nosso tempo que se revelam no cotidiano das trocas sociais. Torna-se importante, assim, refletir sobre o modo como o dia-a-dia se constrói e que tipo de imagens, mensagens e histórias circulam nos espaços da vida comum, buscando perceber de que forma os sujeitos se apropriam das narrativas da cultura para dar sentido para as suas vivências.

Jean-Paul Sartre (1905-1980) e Paul Ricoeur (1913-2005), dois importantes representantes da filosofia francesa contemporânea, testemunharam o desenrolar da crise de sentido que marcou a modernidade e que hoje nos alcança na contemporaneidade. Trilhando trajetórias pessoais e intelectuais singulares, tiveram em comum o interesse em utilizar elementos da perspectiva fenomenológica de Edmund Husserl (1859-1938) e Martin Heidegger (1889-1976) para pensar sobre a capacidade humana de criar sentido para a existência. Dessa forma, cada um buscou, de uma forma particular, abordar o lugar ocupado pelas narrativas na constituição da experiência temporal.

Para compreender as contribuições trazidas por Sartre e Ricoeur para uma reflexão sobre o tempo presente, faz-se necessário, inicialmente, discutir alguns aspectos relativos ao modo de viver contemporâneo.

No célebre texto *O narrador*, Walter Benjamin afirma que "a arte de narrar está em extinção" (Benjamin, 1992: 28). Em sua perspectiva, "é como se uma capacidade que nos parecia inalienável, a mais segura de todas, nos tivesse sido tirada: a capacidade de trocar experiências" (Benjamin, 1992: 28). O autor nos diz que uma das transformações ocorridas na modernidade foi a diminuição do valor dado à comunicação da experiência por meio de narrativas, que antes cumpriam uma função de transmissão de "conselhos" sobre as vivências humanas através das gerações. Criamos modos de viver que contribuem para um esvaziamento de sentido, para uma redução da capacidade de transformar nossas vivências em narrativas singulares. Para Benjamin, esse "empobrecimento da experiência" constitui "uma espécie de nova barbárie" (Benjamin, 1986: 196).

Trazendo esta temática para pensar os modos de viver no mundo atual, Giorgio Agamben afirma: "o homem

---

1 Psicóloga, Mestre em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Brasil). Possui experiência como professora na Universidade Federal do Amazonas e na Universidade Estácio de Sá. Atualmente, cursa Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ e, como bolsista CAPES, encontra-se em período de estágio doutoral na Universidade da Beira Interior (UBI, Portugal). Tem como campo de pesquisa pensar as articulações entre subjetividade, narratividade e temporalidade na perspectiva de Jean-Paul Sartre e Paul Ricoeur. lacerda.tais@yahoo.com.br

moderno volta para casa à noitinha extenuado por uma mixórdia de eventos – divertidos ou maçantes, banais ou insólitos, agradáveis ou atrozes –, entretanto nenhum deles se tornou experiência" (Agamben, 2008: 22). A dificuldade em criar sentido para as vivências humanas está ligada ao modo de organização da vida social que se tornou predominante no mundo em que vivemos. A partir das análises de Jean Baudrillard, chegamos ao ponto em que o consumo invade toda a vida (Baudrillard, 2007: 19), ajustando coletivamente os consumidores a um código, sem suscitar qualquer solidariedade coletiva (Baudrillard, 2007: 86). Na discussão trazida por este autor, a "personalização" da mercadoria revela-se como uma estratégia que promete o alcance de uma "autenticidade" por meio do consumo de objetos.

Nesse contexto, vai perdendo espaço a capacidade que cada sujeito possui em re-significar sua própria existência e vai ganhando espaço a postura de adesão acrítica aos modelos pré-fabricados de viver. A sociedade de consumo busca "dominar *a diferença* onde antes havia contradição." (Baudrillard, 2007: 95, grifo do autor). A contradição, que costumava funcionava como motor de rupturas e transformações, passa a ser negada. Há, então, o predomínio de uma lógica que busca controlar as diferenças e disciplinar os sujeitos a se adequarem a um conjunto de códigos pré-fabricados.

Nesse contexto, a mídia ocupa um papel crucial na difusão de certas perspectivas de mundo hegemônicas. Ao discutir a articulação entre os meios de comunicação social e as configurações políticas contemporâneas, Noam Chomsky (2003), observador atento e crítico da história dos Estados Unidos, discute algumas estratégias de manipulação da opinião pública utilizadas em seu país.

Ele menciona: a criação de uma comissão governamental de propaganda no governo de Woodrow Wilson, transformando uma população pacifista em uma população fomentadora da guerra; a incitação do medo frente ao "Terror Vermelho", quase eliminando por completo os sindicatos, a liberdade de imprensa e a liberdade de pensamento político; a criação de um "método científico" para pôr fim às greves de trabalhadores ocorridas nos anos 30 transformando grevistas em ameaças à harmonia social perante a opinião pública; e, mais recentemente, as tentativas empreendidas pelos governos norte-americanos em distrair a atenção dos graves problemas sociais internos pela criação de sucessivos inimigos externos.

O aspecto mais interessante das análises de Chomsky é o destaque que é dado a uma ideia de fundo que esteve presente em todos esses momentos de manipulação da mídia e que continua a ser reiterada nos dias de hoje. Trata-se da ideia – explicitamente afirmada por Walter Lippmann, que esteve envolvido nas comissões de propaganda do governo de W. Wilson – de que é realmente *necessário* utilizar os recursos midiáticos para "*fabricar consentimento*" – ou seja, para conseguir a concordância das pessoas para coisas que não querem por meio de técnicas de propaganda. Isso porque, segundo Lippmann, a opinião pública é incapaz de distinguir quais são os interesses comuns que realmente importam, precisando, assim, ser orientada por uma "classe especializada" (Chomsky, 2003: 15-16). Caberia, assim, à "classe especializada" tomar decisões e dirigir as coisas nos campos político, econômico e ideológico, e caberia ao "rebanho tolo" ocupar o lugar de simples "espectador" (Chomsky, 2003: 17-18).

Chomsky aponta que a lógica que orienta tal forma de pensamento consiste na ideia de que as pessoas são "demasiadamente estúpidas" e que, se tentassem elas mesmas conduzir seus interesses, iriam causar perturbações. Desse modo, faz-se mesmo *necessário* "domesticar o rebanho tolo e não consentir que este se enfureça, vagueie e destrua coisas" (Chomsky, 2003: 18-19). As estratégias para fabricar consentimento, entreter, distrair ou aterrorizar o público são, assim, "justificadas". Enquanto as decisões são tomadas por aqueles que "realmente compreendem" a realidade social, o público olha para outra coisa, como a *Super Bowl* (Chomsky, 2003: 35). É interessante pensar aqui sobre essa questão do controle do olhar. Os meios de comunicação nos dizem para onde olhar e o que devemos olhar, orientando a perspectiva que lançamos sobre a realidade. Frente a isso, o desafio passa a ser resgatar a capacidade humana de criar um distanciamento crítico com relação ao que nos é apresentado, de modo a possibilitar que novos olhares, novos *perfis* da realidade se revelem. Isso envolve uma postura de questionamento frente às narrativas hegemônicas, tendo em mente que todo discurso é criado e posto em circulação a partir de certos interesses e visando difundir certas visões de mundo.

A perspectiva fenomenológica traz justamente a noção de que não há uma visão única e absoluta da realidade, mas sim, que nosso horizonte de significados e valores é constantemente criado a partir do modo como os

sujeitos constituem sentido para suas vivências e do modo como escolhem participar do processo histórico. O imaginário surge como possibilidade ampliação de nossas perspectivas frente à existência, sendo parte integrante da criação de caminhos de ação política. Neste campo temático, Jean-Paul Sartre e Paul Ricoeur irão trazer uma valiosa contribuição para pensar o papel do imaginário na constituição da subjetividade e da política.

2. A re-criação de si e do mundo pela narrativa: subjetividade, imaginário e política em Sartre e Ricoeur

Jean-Paul Sartre parte da noção de que a existência de cada sujeito se mostra como *projeto* e considera que o modo de relação mais fundamental do ser humano com o mundo consiste em um movimento de construção de sentido para a realidade. Ao apropriar-se das narrativas da cultura, o sujeito é lançado em meio a um horizonte de significados e valores. Constrói, assim, sua "leitura" do mundo, ao mesmo tempo em que age no mundo e produz transformação na cultura. Em *A transcendência do Ego* (1994), Sartre dedica-se a esclarecer a sua concepção de *eu* a partir de uma perspectiva não substancialista da consciência. Suas reflexões nesta obra nos permitem pensar que o processo de constituição do *eu* somente ocorre a partir da mediação das narrativas que o sujeito constrói sobre si no momento em que elabora uma reflexão sobre suas vivências. É fundamental destacar que, na visão de Sartre, tal reflexão não acontece no isolamento. Em *O ser e o Nada (*2005), ao tratar do tema do *olhar*, o autor expõe sua concepção acerca das relações intersubjetivas. Com base em sua perspectiva, é possível considerar que, ao mesmo tempo em que o outro fornece os elementos básicos que utilizamos para construir modos de narrar nossas vivências, não podemos apagar as narrativas construídas pelo outro acerca de nós mesmos a partir de sua condição de liberdade. Na obra escrita por Sartre sobre a vida de Jean Genet (2002a), podemos ver de que forma a narrativa produzida pelo outro tornou-se crucial no decorrer do processo de subjetivação de Genet. Nesta narrativa biográfica, vemos o quanto o outro fornece os termos, as noções, as palavras que usamos para definir a nós mesmos, para termos uma referência cerca de nossa identidade.

É importante que se compreenda que, na perspectiva de Sartre, a subjetividade não é fruto de um fechamento do sujeito em si mesmo, mas sim, é resultado de um processo que é mediado pelas narrativas que circulam na cultura, estas que estão sempre impregnadas de um conjunto de significados e valores. Ao abordar a relação dos sujeitos com a materialidade, Sartre destaca em *Crítica da Razão dialética* (2002b) que o sujeito constitui seu lugar na história a partir do modo como se apropria das possibilidades da cultura para agir e produzir suas obras. Ao trabalhar a relação entre objetividade e subjetividade, formula a noção de que, ao surgir no mundo, o sujeito depara-se com um mundo *prático-inerte*. Desse modo, os objetos da cultura aparecem com determinados significados sedimentados que o sujeito desvela a partir da relação dialética que estabelece com a materialidade. Nessa relação, o sujeito não é um receptor passivo do universo de significados da cultura, mas sim, projeta seus próprios valores no mundo no momento mesmo em que desvenda o campo da materialidade. Assim, quando estamos envolvidos nesse processo, "prolongamos nossa subjetividade nos fatos e nos projetamos ininterruptamente nesse mundo aparentemente dado e imutável" (Ewald et al. 2012: 760). Neste jogo dinâmico com o mundo material, encontramos possibilidades para dar sentido às nossas vivências, especialmente por meio das narrativas que encontramos disponíveis na cultura e por meio das narrativas que nós mesmos elaboramos.

Produto de uma *práxis* transformadora da linguagem, a narrativa literária surge como um objeto da cultura que possibilita dar expressão à experiência temporal vivenciada pelos sujeitos. Ao apreender os modos de narrar e os posicionamentos éticos veiculados pelas obras literárias, cada sujeito encontra as ferramentas simbólicas que utilizará para criar suas próprias narrativas.

Em *O imaginário*, Sartre (1996) propõe que, enquanto a percepção coloca seu objeto como existente, real e presente, a imagem coloca seu objeto a partir da negação da existência natural e presente deste. A imagem caracteriza-se, dessa forma, pela colocação do objeto como um "nada de ser", o que se produz por uma negação do real. É, aqui, fundamental ter clareza acerca do modo como Sartre compreende essa negação:

> Se é certo que o imaginário nega o real, a concepção de negação na filosofia sartriana implica a conservação daquilo que é negado: se o imaginário nega o percebido, essa negação não é abstrata, ela parte do real e o mantém o tempo todo como pano de fundo. (Souza, 2011: 124)

Podemos, então, entender que o imaginário é o ato da consciência que nega e mantém aquilo que nega como *analogon*, ou seja, "uma matéria que permite que o ausente melhor se mostre" (Souza, 2011: 124). Ao efetuar a negação do mundo real, a arte o mantém como pano de fundo negado. Na filosofia de Sartre, a transcendência não se separa da imanência, de modo que o imaginário implica uma constante relação com o mundo. Nesse sentido, se a arte se afasta do real, "é para melhor voltar à realidade, para melhor compreender o sentido daquilo que é vivido", de modo que tal afastamento contribui para promover uma volta "mais compreensiva, e portanto crítica, ao mundo real, a nossos atos". (Souza, 2011: 126). Com a noção de engajamento Sartre busca enfatizar o inescapável comprometimento do homem no mundo. Na apresentação à revista *Les Temps Modernes*, ressalta: "o escritor está *em situação* na sua época; cada palavra tem ressonância. Cada silêncio também." (Sartre, 1960: 119, grifos do autor)

Em sua perspectiva, o leitor não se mantém passivo diante da narrativa. Sartre (2006) enfatiza que toda obra literária faz *apelo à liberdade do leitor*, para que ele possa vivenciar e re-constituir o empreendimento de linguagem iniciado pelo escritor. Desse modo, a imaginação do leitor não apenas representa, mas é chamada a recompor o objeto, tendo, assim, uma função constitutiva. Este envolvimento com a narrativa literária abre para o leitor a possibilidade de um retorno mais crítico e reflexivo ao seu cotidiano de relações.

No percurso de Sartre, a articulação entre literatura e realidade social ganha especial destaque a partir do contexto histórico trazido pela Segunda Guerra Mundial. Nos relatos do autor, fica claro que, em um mundo em plena transformação, a narratividade surge como uma prática social que permite dar expressão às inquietações e aos dilemas éticos vivenciados pelos sujeitos. Como dar sentido a um mundo que se despedaça? Sartre lança mão de peças de teatro, contos, romances, e diversas outras modalidades textuais. Ele visa "fazer uma literatura de situações extremas" (Sartre, 2006: 164), através da qual possa suscitar no leitor uma reflexão crítica sobre questões éticas fundamentais. A narratividade é concebida pelo autor como uma prática social capaz de produzir transformações na relação entre o sujeito e a cultura. O escritor, ao criar suas narrativas, precisa encontrar um meio de trabalhar a linguagem para compor uma narrativa singular. Sua atividade é um movimento de superação dos significados e valores recebidos e institucionalizados pela cultura. Cada escritor se apropria da linguagem de maneira singular para expressar algo que será, então, re-significado pelo público de leitores.

No percurso do filósofo francês Paul Ricoeur, a narratividade também possui um lugar privilegiado na articulação entre subjetividade e cultura. Segundo o autor, é através da mediação das narrativas que elaboramos maneiras de dar sentido para a vivência da temporalidade. A noção de narrativa como um "tecer da intriga" é utilizada por Ricoeur para pensar tanto a narrativa de ficção quanto a narrativa histórica. Em conjunto, essas duas grandes classes de discursos narrativos contribuem para refigurar a experiência humana do tempo, sendo que a ficção toma empréstimos da história tanto quanto a história toma empréstimos da ficção. (Ricoeur, 2010: 140)

É no ato de leitura que a função de mediação da narrativa se exerce. A narrativa se mostra aí como discurso vivo que torna possível um re-ordenamento de sentido para o mundo, nos permitindo ter novas perspectivas sobre a realidade. Ricoeur ressalta que "não existe narrativa eticamente neutra" (Ricoeur, 1991: 139-140), isso porque toda narrativa lança mão da linguagem para tornar visíveis certos significados e valores. Dessa forma, a narratividade abre a possibilidade de transformação do mundo ético em que vivemos.

Introduzindo a noção de "mundo do texto", Ricoeur (1986) busca marcar uma posição que ultrapassa, ao mesmo tempo, a hermenêutica romântica e o estruturalismo. Enquanto a hermenêutica romântica buscava apreender a "alma do autor", o estruturalismo buscava reconstituir a estrutura da obra. A noção de "mundo do texto", elaborada por Ricoeur, está ligada à questão da referência ou denotação do discurso, que diz respeito à pretensão de uma proposição de atingir a realidade. Assim, situada entre a pré-compreensão do mundo da ação e a sua transfiguração pelo leitor, a narrativa faz o papel de *mediação* entre o "mundo do texto" e o "mundo da ação".

Para dar sentido às suas vivências, o sujeito se apropria dos modos de narrar que encontra na cultura, que possibilitam a ele adquirir os recursos simbólicos necessários para elaborar uma *compreensão de si*. De acordo com Ricoeur, ao buscar compreender o texto, o leitor *compreende-se diante do texto*. Assim, em seu contato com um texto, o leitor não apenas lê palavras impressas, mas envolve-se com a narrativa de modo a projetar ali suas possibilidades mais próprias. O encontro com o "mundo do texto" torna-se, para o leitor, a oportunidade de re-significar a existência. É o constante contato com as narrativas da cultura que fará com que a *narrativa de si* não se enclausure em uma *identidade substancial*, mas sim, possa ser sempre re-escrita, constituindo-se em uma *identidade dinâmica*.

Segundo Ricoeur, a identidade somente pode ser pensada como *identidade narrativa*, podendo tal noção ser aplicada tanto a uma comunidade histórica como a um sujeito singular. Ao propor um modelo de identidade *dinâmica*, Ricoeur ressalta que a identidade narrativa pode incluir a mudança, a mutabilidade, na coesão de uma vida. (Ricoeur, 2010: 419). Sua perspectiva se contrapõe à visão solipsista do sujeito descobrindo-se por um fechamento em si. Para Ricoeur, o existente somente é capaz de criar uma *compreensão de si* por meio do envolvimento com os modos de narrar e posicionamentos éticos disponíveis nas narrativas da cultura.

A noção de *identidade narrativa* nos auxilia a pensar o lugar da narratividade na articulação entre subjetividade e cultura. Somente somos identificados como sujeitos a partir de uma narrativa que é construída sobre nós. Somente conseguimos dar sentido ao fluxo incessante do vivido, quando nos envolvemos na operação que reúne, unifica e condensa aquilo que é heterogêneo e desconexo em uma totalidade de sentido. O modo como, em nossas investigações de pesquisa, concebemos esse processo de construção identitária é crucial para definir o caminho que seguiremos em nossa compreensão da articulação entre subjetividade e cultura. O que Ricoeur propõe com a noção de *identidade narrativa* é pôr em cena a importância da *narratividade* na construção da identidade de indivíduos e de comunidades históricas.

As narrativas de ficção, como obras do imaginário, possuem um importante papel na transformação do olhar que lançamos sobre o mundo da ação. Ao negarmos uma realidade previamente estabelecida, é possível a experimentação de novos modos de agir e de *descrever* a realidade. O que inicia esse processo é uma imagem que surge como totalidade integrada que ajuda a articular novos sentidos. Assim, o "aumento icônico" promovido pelas narrativas de ficção pode contribuir para ampliar nossa capacidade de projetar imagens de mundo, o que ganha expressão no campo da ação. Ricoeur traz a concepção de que a imaginação possui uma função relacionada com a capacidade de o existente ter uma distância crítica frente ao real (Ricoeur, 1986: 216). Nesse sentido, a imaginação é considerada como um instrumento de crítica ao real. A teoria da metáfora nos convida a relacionar a imaginação a um certo uso da linguagem, concebendo-a como um aspecto da inovação semântica, característica do uso metafórico da linguagem.

Quando a predicação literal dá lugar a um sentido metafórico, a imaginação fornece uma *imagem* a um *sentido emergente*. Assim, para Ricoeur, antes de ser uma percepção desvanecida, a imagem é um *sentido emergente* (Ricoeur, 1986 : 219). Aplicada à ação, a imaginação possui uma função projetiva que se integra à dinâmica do agir. Ela é parte do processo que engendra as nossas ações. Sem imaginação, não há ação, propõe Ricoeur. Ao projetarmos uma ação, precisamos ser capazes de vislumbrar os meios necessários para alcançar os fins desejados. Segundo Ricoeur, por meio da imaginação podemos antecipar e "experimentar" possíveis cursos de ação (Ricoeur, 1986: 224).

Com base na perspectiva da fenomenologia, referência de Paul Ricoeur, as ações humanas estão sempre vinculadas a um movimento da consciência intencional que aponta para certos fins a partir da negação daquilo que está dado. A imaginação constitui uma imagem daquilo que se almeja alcançar, a partir da suspensão de uma realidade dada. O real é *irrealizado* para que algo novo possa surgir. Diferentes imagens de futuro podem ser vislumbradas imaginariamente. O que é fundamental quando se pensa em tudo o que se refere ao campo da práxis, da construção dos significados e valores que regem a vida em comum (ética) e das decisões tomadas no âmbito coletivo (política). Vê-se aí uma via de articulação entre estética, ética e política em Ricoeur. Recorremos à imaginação para medir o alcance de nosso poder de agir. Através da imaginação, eu esquematizo meus projetos, crio uma "imagem" ou "figuração" dos meus desejos, e faço variar imaginariamente possibilidades para minhas ações. A imaginação possui como função geral, desenvolver possibilidades práticas, o que a vincula à utopia. Por situar-se em "lugar nenhum", a utopia nos oferece um olhar renovado sobre a realidade.

Expandindo o campo dos possíveis, é um salto para fora daquilo que está dado. Aponta para outros modos de viver e põe em questão a legitimação que geralmente é atribuída aos sistemas de autoridade de uma sociedade.

3. Considerações finais

Em suas obras, Jean-Paul Sartre e Paul Ricoeur põem em cena o processo de surgimento de uma consciência histórica capaz de produzir sentido para o tempo a partir da criação de narrativas de si, de narrativas do imaginário e de narrativas coletivas. Construindo uma ligação entre imaginário e política, os autores articulam campos que geralmente são pensados de maneira separada, contribuindo para que possamos compreender que o campo simbólico é atravessado por posicionamentos éticos e que o campo ético é atravessado por mediações simbólicas.

Por destacarem a capacidade humana de criar um distanciamento crítico com relação ao que está previamente estabelecido na realidade, Sartre e Ricoeur nos auxiliam a encontrar meios para escapar ao automatismo e ao conformismo da vida contemporânea. A perspectiva dos autores, ao considerar a articulação dinâmica entre os sujeitos e a cultura, chama a atenção para o fato de que o processo histórico está em aberto e faz-se por um constante movimento de criação de sentido. A capacidade de re-criação de si e do mundo, constantemente enfatizada pelos autores, abre uma via par o questionamento dos modelos e códigos pré-estabelecidos no contemporâneo, tendo aí o imaginário um lugar crucial na renovação dos modos de narrar nossas experiências e na constituição de sentido para o processo histórico.

Sartre e Ricoeur enfatizam que cada sujeito possui a capacidade de produzir narrativas acerca de si mesmo, ao buscar dar sentido à experiência temporal, utilizando os recursos de linguagem encontrados na cultura para empreender a busca por constituir um eu, uma identidade. Sartre fala em produção poética do eu, que ocorre quando o existente, no momento da reflexão, posterior ao vivido, utiliza os termos e noções que têm ao seu dispor para constituir uma essência, para narrar-se como tendo certas características particulares. Em Sartre, a identidade é concebida como identidade histórica, como um processo de totalização que nunca se encerra e que depende da ação do para-si em sua relação com a história. Já Paul Ricoeur, desenvolve a noção de identidade narrativa, apontando que a identidade de uma pessoa ou de uma comunidade histórica se apóia em uma construção narrativa, trata-se de uma identidade que é engendrada na relação dialética com a cultura.

Em um contexto de fragmentação e incerteza, surge a urgência em refletir sobre o modo como construímos nossa própria existência na relação com o outro e com as obra da cultura. Sendo assim, refletir sobre o lugar da narratividade na obra de Sartre e Ricoeur pode abrir caminhos para repensar possibilidades éticas e estéticas para a existência no mundo contemporâneo.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, G. (2008), *Infância e História: destruição da experiência e origem da história,* Belo Horizonte: Editora UFMG.

BAUDRILLARD, J. (2007), *A sociedade de consumo,* Lisboa: Edições 70.

BENJAMIN, W. (1992), "O narrador". In W. Benjamin, Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política, Lisboa: Relógio D'Água Editores, pp. 27-57.

_____. (1986), "Experiência e Pobreza". In W. Benjamin, Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos, São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, pp. 195-198.

CHOMSKY, N. (2003), *A manipulação dos media: os efeitos extraordinários da propaganda*, Mem Martins: Editorial Inquérito.

EWALD, A., MATTOS, A., CASTRO, F. (2012), "Liberdade, alienação e criação literária: reflexões sobre o homem contemporâneo a partir do existencialismo Sartriano". *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1808-428120120003&lng=es&nrm=iso, [consultado em 15 de dezembro de 2014].

RICOEUR, P. (2010), *Tempo e narrativa*. I. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

_____. (1991), *O si-mesmo como um outro*. Campinas, SP: Papirus.

_____. (1986), *Du texte a l'action : essais d'herméneutique II*. Paris, Seuil.

_____. (2010), *Tempo e Narrativa*. III. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

SARTRE, J-P. (1994), *A transcendência do Ego: esboço de uma descrição fenomenológica*. Tradução e introdução de Pedro M. S. Alves. Lisboa: Edições Colibri.

_____. (2005), *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Trad. Paulo Perdigão. 13. ed. Petrópolis: Vozes.

_____. (2002a), *Saint Genet: ator e mártir*. Trad. Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes.

_____. (2002b), *Crítica da razão dialética: precedido por Questões de método*. Texto estabelecido e anotado por Arlette Elkaïm-Sartre; trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro: DP&A.

_____. (2006), *Que é a literatura?*. Tradução Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Editora Ática.

_____ (1996) *O imaginário - Psicologia fenomenológica da imaginação*. São Paulo: Ática.

_____ (1960), "Apresentação da revista Les Temps Modernes". In Sartre, *Situações II,* Lisboa: Publicações Europa-América.

SOUZA, T. (2011), "O movimento entre a estética e a ética em Sartre: a prosa e a compreensão dos paradoxos humanos". In A. P. Ewald. (org.), *Subjetividade e Literatura: harmonias e contrastes na interpretação da vida*, Rio de Janeiro: NAU/FAPERJ, pp. 169-204.

Ideologia como política da vida[1]

Kelin Valeirão
kpaliosa@hotmail.com

Resumo: Este trabalho busca, amparada em categorias do pensamento de Marx e Foucault, pensar como o conceito de ideologia presente na obra *A Ideologia Alemã* de Marx e Engels atua como um dispositivo biopolítico. Inicialmente, trata-se de (re)visitar algumas expressões que o conceito vem assumindo, sobretudo com o pensamento de Marx. A ideologia é apresentada como uma subjetividade de múltiplas cabeças; é talvez um dos mais controversos no âmbito das Ciências Sociais. Num segundo momento, detém-se ao sentido da biopolítica. Cronologicamente, é visível a sua expansão, de uma aplicação quase local para domínios cada vez mais amplos. Num terceiro momento, investiga-se a ideologia atuando como um dispositivo biopolítico – agencia a vida da população. Neste cenário, a população aparece como objeto de investimento econômico, de controle que normaliza os corpos e as condutas, orientando os sujeitos a atuarem num mundo marcado pelo mercado e pela competição.

Palavras-chave: ideologia, biopolítica, política da vida, Marx, Foucault

> *O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão.* (Foucault)

O conceito de ideologia tem recentemente se tornado, de alguma forma, problematização no discurso acadêmico. Parte da razão para isso têm sido algumas das novas e radicais articulações. Sem dúvida, o conceito constitui um rico instrumento elaborado pelo pensamento humano para a explicação de seus próprios processos de expressão, possibilitando aos homens compreender a análise filosófica da ideologia sob três perspectivas, a saber: a epistemológica (conhecimento), a axiológica (valoração) e a antropológica (existência humana).

Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã*, irão provar que o homem como ser social e o primado da economia constituem as premissas para o conceito de ideologia. Uma vez que, todo fenômeno social é desdobramento de uma determinada formação econômica, o trabalho passa a ser o agente determinante na diferenciação entre o homem e o animal.

---

1 Não foi por acaso que o filósofo italiano Giorgio Agamben notou que o último texto escrito por Foucault e também por outro filósofo francês, Gilles Deleuze, tematiza sobre a vida. O texto de Foucault entregue à revista *Revue de Metaphysique el Morale* em abril de 1984 e publicado no ano seguinte, é a reescrita do artigo escrito em 1978, intitulado *La vie: l'experiencie et la science*. Nesta singela homenagem ao mestre Canguilhem, Foucault formula uma curiosa definição: a vida sendo capaz de erro. Segundo o autor, devemos nos questionar acerca das teorias do sujeito, uma vez que todo o conhecimento, mais do que se abrir à verdade do mundo, enraíza-se nos erros da vida. Foucault conclui sua reflexão cogitando que a fenomenologia poderia introduzir, no campo da análise, o corpo, a sexualidade, a morte, o mundo percebido; o cogito permanecia nela central, nem a racionalidade da ciência tampouco a especificidade das ciências da vida poderiam comprometer seu papel fundador. É a essa filosofia do sentido, do sujeito e do vivido que Canguilhem opôs uma filosofia do erro, do conceito do vivente, como uma outra maneira de abordar a noção de vida. O texto de Deleuze, *L'immanence: une vie*, foi publicado dois meses antes de sua morte, na revista *Philosophie*, onde o autor esboça o caráter impessoal da vida, não atribuível a um sujeito, sendo imanência absoluta. Trata-se de recuar de qualquer centro de individualização em direção a uma experiência sem consciência, numa zona incerta com a vida biológica no fio condutor que vai do recém-nascido ao moribundo. É aqui que o texto de Deleuze, seguindo a esteira de Foucault, entra num terreno perigoso. Para Foucault a vida se torna resistência ao poder quando o poder assume como objeto a vida e acrescenta, neste caso, também que as duas operações pertencem a um mesmo horizonte: quando o poder se torna biopoder, a resistência se torna poder da vida, poder vital que vai além das espécies, dos meios e dos caminhos desse ou daquele diagrama.

Para Machado (2010), a ideologia efetiva-se como expressão de uma classe – a burguesia –, em seu posicionamento limitado com as demais. Portanto, a burguesia necessita de um organismo regulador que assegure sua propriedade e seus interesses, fazendo uso, em último caso, da violência, mas preferindo a repressão por meio de ideias. Governar é o lema! Não um governo que busca a verdade, mas um governo que busca a adesão à ideologia burguesa.

Um viés de análise do contexto é proposto por Maurizio Lazzarato[2]. Para o autor de *As revoluções do capitalismo*, o limite do marxismo é o de reduzir o agenciamento maquínico ou corporal à produção (basicamente, à divisão do trabalho) e de aproximar a expressão, as transformações incorporais, os acontecimentos, à ideologia. O capitalismo não se trata apenas de um Drama Universal, mas de uma multiplicidade de dramas sociais que precisam ser levados em conta.

Segundo Lazzarato, muito influenciado pela leitura deleuziana, "para compreender a dinâmica do capitalismo, devemos buscar não mais as forças 'imensas, exteriores e superiores' da dialética (capital/trabalho), mas as forças 'infinitamente multiplicadas, infinitesimais e intrínsecas'" (LAZZARATO, 2006: 63). Neste sentido, afirma que a lógica da contradição, que constitui o motor do drama universal, pode ser vista como uma argumentação pobre e reducionista.

Cabe salientar que Lazzarato (2006) não nega a pertinência da análise marxiana da relação capital/trabalho, mas a pretensão de reduzir a sociedade e a multiplicidade de relações de poder que a constituem em termos de relações de comando e obediência que se exercem no interior da fábrica ou na economia. Outrossim, as relações econômicas devem ser integradas em um quadro mais amplo de gestão da vida[3], o biopoder e sua dupla técnica de poder: disciplinar e biopolítica.

Outra análise proposta é a de Geoffroy de Lagasnerie[4] em *A última lição de Foucault*. Para Lagasnerie (2013), devemos entender que o próprio Marx defendia que devíamos compreender a positividade do capitalismo a partir da compreensão e aceitação de que a classe burguesa é uma classe autenticamente revolucionária, à medida que, "transformou as relações econômicas, emancipou os indivíduos dos pertencimentos tradicionais; substituiu as relações feudais de sujeição por relações jurídicas entre homens dotados de direitos formalmente 'iguais' e pelo viés de mecanismos de mercado" (LAGASNERIE, 2013: p.33). É num espírito idêntico que Foucault nos convida a abordar o neoliberalismo, uma vez que no pensamento neoliberal o filósofo teria encontrado os instrumentos para desenvolver uma filosofia da emancipação política para o nosso tempo.

1.1 UM DISPOSITIVO BIOPOLÍTICO...

> *Entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante.* (Foucault)

Entre um e outro livro, curso ou entrevista, Foucault procura esclarecer o que entende por dispositivo e por biopolítica – um esclarecimento, muitas vezes adiado, realizado de diferentes formas. Como sabemos, ambos os conceitos são bastante escorregadios. Inicialmente vou me ater ao termo dispositivo. No *Vocabulário de Foucault* (2009), é caracterizado, no mínimo, por cinco diferentes ideias, a saber: 1) constitui uma rede de relações que podem ser

---

2 Sociólogo e filósofo italiano residente em Paris, aborda temáticas em torno do capitalismo cognitivo, trabalho imaterial, biopolítica, dentre outras tantas. Ademais, a obra de Lazzarato é importante para este trabalho na medida em que fornece novas perspectivas de análise da sociedade contemporânea.

3 Para Lazzarato (2006), normalmente os marxistas aceitam a descrição de sociedade disciplinar feita por Foucault, sob a condição de considerá-la como complemento da análise marxiana do modo de produção capitalista.

4 Sociólogo francês, entre outros estudos, aborda temáticas em torno da análise foucaultiana do neoliberalismo. Segundo Lagasnerie (2013), o objetivo de Foucault não foi denunciar o neoliberaismo, tampouco defendê-lo, mas fazer dele uma ferramenta de crítica ao pensamento político tradicional, à filosofia do direito e à teoria social.

estabelecidas entre elementos heterogêneos; 2) estabelece a natureza do nexo que pode existir entre elementos heterogêneos; 3) tem uma função estratégica; 4) define-se por sua gênese (predomínio do objeto estratégico e constituição do dispositivo propriamente dito); 5) permanece como tal na medida em que tem lugar um processo de sobredeterminação funcional. Ao longo de seu pensamento, Foucault faz referência a dispositivos disciplinares, dispositivos de poder, dispositivos de saber, dispositivo carcerário, dispositivo de sexualidade, dispositivo de aliança, dispositivo de subjetividade, dispositivo de verdade, entre outros.

Ainda no que tange ao dispositivo, cabe apontar, em nível de informação, dois autores que escreveram textos a fim de especificar o termo, respectivamente: Gilles Deleuze e Giorgio Agamben. Certamente Foucault tem uma dívida para com Deleuze no que tange à paternidade do termo dispositivo, porém gostaria de ater-me panoramicamente à conferência proferida no Brasil, por Agamben, em setembro de 2005. Trata-se de *O que é um dispositivo?* Neste ensaio Agamben apresenta, como hipótese, que a palavra dispositivo é um termo técnico decisivo na estratégica de pensamento de Foucault, sobretudo no final dos anos setenta, quando se debruça sobre o que chama de governamentalidade ou governo dos homens. Entretanto, embora seja corrente o uso do termo, carece de uma verdadeira e própria definição.

> Na entrevista de 1977, *Le jeu de Michel Foucault*, podemos entender o dispositivo em si como uma rede que se estabelece entre um conjunto heterogêneo que inclui virtualmente qualquer coisa (linguística e não linguística), assim como uma função estratégica concreta que se inscreve em uma relação de poder.

Na tentativa de traçar um estudo genealógico do termo no interior da obra de Foucault, Agamben (2005) enuncia *A Arqueologia do Saber*, onde Foucault não faz uso do termo dispositivo, mas algo próximo: positividade (*positivité*). Embora o filósofo não defina a fonte, possivelmente seja o ensaio de Jean Hyppolite, intitulado *Introduction à la philosophie de Hegel*, especificamente no capítulo III – *Raison et historie. Les idées de positivité et de destin*. Neste estudo encontramos a análise de duas obras de Hegel do período de Berna e Frankfurt (1795-1796), a saber: *O espírito do cristianismo e o seu destino* e *A positividade da religião cristã*. Para Hyppolite, segundo a interpretação de Agamben, o conceito de positividade está no centro da perspectiva hegeliana

Se 'positividade' é o nome que, segundo Hyppolite, o jovem Hegel dá ao elemento histórico, com toda a sua carga de regras, ritos e instituições impostas aos indivíduos por um poder externo, mas que se torna, por assim dizer, interiorizada nos sistemas das crenças e dos sentimentos, então Foucault, tomando emprestado este termo (que se tornará mais tarde 'dispositivo') toma posição em relação a um problema decisivo, que é também o seu problema mais próprio: a relação entre indivíduos como seres viventes e o elemento histórico, entendendo com este termo o conjunto das instituições, dos processos de subjetivação e das regras em que se concretizam as relações de poder. O objetivo último de Foucault não é, porém, como em Hegel, aquele de reconciliar os dois elementos. E nem mesmo o de enfatizar o conflito entre estes. Trata-se para ele antes de investigar os modos concretos em que as positividades (ou os dispositivos) atuam nas relações, nos mecanismos e nos 'jogos' de poder (AGAMBEN, 2005: 10-11).

Na busca do contexto moderno no qual o dispositivo aparece deparamo-nos com outro termo: trata-se da *oikonomia* que, em grego, significa a administração do *oikos* – modo pelo qual administra a sua casa, a sua vida e o mundo. Neste cenário, o termo latino *dispositio*, dispositivo, vem para assumir em si toda a complexa esfera semântica da *oikonomia* teleológica, uma vez que os dispositivos dos quais fala Foucault estão conectados à herança teleológica, podendo ser "reconduzidos à fratura que divide e, ao mesmo tempo, articula em Deus ser e práxis, a natureza ou a essência e o modo em que ele administra e governa o mundo das criaturas" (AGAMBEN, 2005, p.12).

Ademais, os dispositivos foucaultianos adquirem uma crucial importância quando se cruzam não somente com a positividade do jovem Hegel, mas também com a *Gestell* do último Heidegger

Quando Heidegger, em Die technik und die kehre, escreve que Ge-stell significa comumente 'aparato' (Gerät), mas que ele entende com este termo 'o recolher-se daquele (dis)por (Stellen), que dis(põe) do homem, isto é, exige dele o desvelamento do real sobre o modo de ordenar (Bestellen)', a proximidade deste termo com a dispositio dos teólogos e com os dispositivos foucaultianos é evidente. Comum a todos esses termos é a referência a uma oikonomia, isto é, a um conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é de administrar, governar, controlar e orientar, em um sentido em que se supõe útil, os comportamentos, os gestos e os pensamentos dos homens (AGAMBEN, 2005: 12).

Na maneira como é empregado por Foucault, o termo dispositivo envolve uma complexidade que enreda a questão do governo, sendo caracterizado como o encontro das técnicas de dominação e do eu. Resumidamente, podemos entendê-lo, como

> [...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentadas, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópica. Em suma: o dito e o não-dito (...). O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. Ele foi o caso, por exemplo, da absorção de uma massa de população flutuante que uma economia de tipo essencialmente mercantilista achava incômoda: existe aí um imperativo estratégico funcionando como matriz de um dispositivo, que pouco a pouco tornou-se o dispositivo de controle-dominação da loucura, da doença mental, da neurose (FOUCAULT, 1982f: 244).

Conforme o exposto, dispositivo é a rede que pode se estabelecer no englobamento do dito e do não-dito. É o encontro estabelecido pelo sujeito entre os discursos e as práticas, já que é este que constitui a rede. Seguindo esta lógica, é importante descrever os discursos e as práticas, assim como as estratégias e as táticas, a partir dos objetos de análise utilizados por Foucault. Da mesma forma, cabe investir nos meios pelos quais esses objetos se configuram como tecnologias de um poder exercido pelo Estado – tanto individualizar quanto totalizador – tendo como alvo o corpo e a vida.

A ciência, na tentativa de potencializar o corpo e torná-lo mais uma das expressões da capacidade humana de domínio, perpetuou essa relação de controle. Outrossim, o corpo é a própria natureza sobre a qual o indivíduo investe como se fosse um artifício, estabelecendo uma relação de reciprocidade entre ela e o artifício e, portanto, de si mesmo como coisa, em que é difícil fazer distinções quanto ao limite entre um e outro. É dessa maneira que o corpo pode ser entendido como sendo o próprio meio, pois é apenas outro elemento manipulado para se obter um efeito sobre a população

> Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação (FOUCAULT, 1987: 25-26).

O investimento sobre o corpo apresenta um caráter não apenas de controle disciplinar, mas fundamentalmente de domínio biopolítico – ação sobre o corpo da população, seus desejos e emoções. Se retomarmos as reflexões do nascimento da biopolítica, percebemos que é justamente com o sistema capitalista que origina a necessidade de racionalizar os problemas colocados à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de indivíduos enquanto população.

Quando Foucault cogita que o nascimento da biopolítica é concomitante ao surgimento do capitalismo e o faz partindo de três esferas: a Medicina de estado, na Alemanha, no início do século XVIII, com a Ciência Estatal; a Medicina urbana, na França, no fim do século XVIII, com o que chamou de pânico urbano e, por fim, a Medicina da força de trabalho, na Inglaterra, do segundo terço do século XIX, com a *Lei dos pobres*. Através destas três esferas o autor fornece a problematização do uso da medicina para o controle político e não centrado na preocupação com o bem-estar e/ou a saúde da população.

Se apartar a terceira direção da medicina social, a medicina da força de trabalho, na Inglaterra. Ela surge em torno da saúde do proletariado, mas em detrimento da burguesia. Com a *Lei dos pobres* temos a assistência e o controle da saúde da classe proletária e, consequentemente, a proteção da classe burguesa, uma vez que o pobre, de forma gratuita, vai ser tratado e a burguesia não corre o risco de ser afetada por doenças transmitidas pela classe proletária. Em suma, o serviço médico constitui um controle populacional de interesse da burguesia, assegurando a segurança política. Aqui, temos um exemplo da ideologia dominante operando como dispositivo biopolítico ao gerenciar os fenômenos biológicos, ao reduzir completamente ao âmbito da animalidade.

A ideologia, dispositivo de subjetivação, encarna no indivíduo particular. Para Gallo (1998), a ideologia, fenômeno social por excelência, atua satisfatoriamente apenas quando o indivíduo, ao nível micropolítico, age no cotidiano, segundo certos esquemas de ação. Nesta situação, a ideologia pode ser um agenciamento, ao nível macropolítico, estruturando o mundo da produção material e da produção abstrata, logo, regulando toda a vida do complexo social. Essa lógica faz de cada indivíduo uma célula ideológica, reproduzindo a realidade social da ideologia. E ainda cabe afirmar que

> Todo fenômeno social, para ser eficaz, deve estender seus tentáculos por toda a sociedade, deve formar uma teia, da qual cada um dos indivíduos seja um dos nós. Por isso e para isso surge a ideologia, como uma secreção da estrutura social; poderíamos comparar a sociedade a uma ameba descomunal que lança seus pseudópodes na direção de cada indivíduo, fagocitando-o, levando-o e fazendo dele apenas mais uma de suas múltiplas partes. A ideologia 'fabrica' o indivíduo que a sociedade deseja e do qual necessita (GALLO, 1998: 145).

A ideologia dominante conduz as condutas anulando as singularidades em benefício de uma redução do sujeito à necessidade do Capitalismo, à configuração de uma identidade que é calcada no biológico, totalizando e massificando os sujeitos como espécie. Para produzir um efeito de realidade, um encantamento eficaz sobre os indivíduos, a ideologia apresenta o Capitalismo como a única forma possível de vida. É dessa maneira que o indivíduo está submetido e, portanto, em mecanismo de dominação, é adaptado às engrenagens do sistema

> O mundo da ideologia é um grande teatro, no qual a sociedade oferece o palco com a devida cenografia e iluminação, distribui os papéis individuais e dirige a encenação toda. A esse ato de 'distribuição dos papéis', Guattari denomina de subjetividade, ou produção de subjetividade. Podemos dizer que a máquina de produção estabelece uma rede de relações que atravessa todo o corpo social, levando-o a pensar e a agir no restrito panorama que a máquina constrói, no restrito paraíso da produção. Um modo de produção é algo muito mais abrangente do que a maneira pela qual uma sociedade produz; mais que isso, é a forma pela qual ela **se produz** e a maneira pela qual ela **se reproduz**. Além de constituir-se numa estrutura de produção material, um modo de produção é também uma instância produtora de ideologia que produz consciências que vão reproduzir, em cada ato mínimo da vida cotidiana, aquele modo de produção, até que a mera possibilidade de se pensar em agir de forma diferente não passe de possibilidade, constantemente exorcizada pela sociedade e pelo próprio indivíduo (GALLO, 1998: 145).

A ideologia dominante com suas audaciosas estratégias funciona, portanto, como meio, no mesmo sentido identificado por Foucault (2008b) a respeito do dispositivo biopolítico. Ou seja, podemos entendê-la como um dos meios*, locus* em que se materializam os investimentos sobre a vida.

Segundo Foucault (1982b, 1982d, 1982e, 1982f, 1987, 1988, 1999, 2008a, 2008b), o corpo caracteriza-se como uma das variáveis (a mais importante!) de manipulação e controle da população. Tal compreensão deve-se ao fato da entrada da vida na história como o limiar da modernidade biológica. Entretanto, não podemos esquecer que, embora Marx tenha potencializado a preocupação com a ideologia dominante, falsa consciência ou consciência invertida, o corpo não foi posto de lado. Na verdade, a partir do pensamento de Marx podemos compreender o corpo como mais uma das variáveis de manipulação e controle, uma vez que o corpo constitui a única mercadoria que o proletariado detém, ou seja, sua força de trabalho contida em seu corpo vivo.

A lógica do Capitalismo compreende, no mínimo, dois tempos específicos, a saber: tempo de trabalho – no pensamento de Marx opera essencialmente com o conceito de ideologia; e tempo de vida – no pensamento de Foucault opera essencialmente com o conceito de biopolítica. O importante é perceber que este segundo, no

sistema capitalista, acaba sendo também um tempo de vida útil para o trabalho. Ademais, segundo Giuseppe Cocco (2013, p.12), "o trabalho material de transformação da natureza passa a depender do trabalho imaterial, isto é, da produção de subjetividade, na mistura de tempo de vida e tempo de trabalho":

> Tempo de vida e tempo de trabalho se misturam na circulação de afetos, informações e conhecimentos. Os serviços e os territórios que suas redes desenham tornam-se os espaços desse novo tipo de produção cuja produtividade não depende mais (apenas) da eficiência do agenciamento fabril (ou seja, da composição orgânica do capital fixo e variável e sua relação salarial), mas da geração (no sentido mesmo da geração da vida) de outro tipo de capital, aquilo que é chamado de capital humano, intelectual ou social. É o que Marx chamava, nos *Grundrisse*, de *general intellect* (COCCO, 2013: 13).

Dito isso, vale destacar que, ao problematizar a ideologia dominante como um dispositivo biopolítico, emergem os modos de subjetivação que são hodiernos, ou seja: Como se dão as relações de poder? Quais suas estratégicas de controle no tempo presente? Qual diagnóstico é possível fazer delas? Neste sentido, configura-se uma zona de intersecção entre as perspectivas teóricas de Marx e Foucault, o que nos parece uma postura teórica produtiva que oferece um melhor instrumental filosófico-político para pensar o campo educacional na contemporaneidade.

1.2 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA A LEGITIMIZAÇÃO IDEOLÓGICA DA BIOPOLÍTICA

> *O indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação 'ideológica' da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama a 'disciplina'.* (Foucault)

Em 1989, com a queda do muro de Berlim, surge um balizador na história de conflitos ideológicos. Com o enfraquecimento de um mundo marcado por ideologias a própria escola acaba sendo afetada. Se entendermos que a ideologia é uma concepção de mundo, não podemos esquecer que a educação faz parte dessa concepção. Assim, a ideologia como dispositivo de subjetivação constitui os conceitos e valores particulares de um grupo social passados a todos como se fossem universais.

Historicamente o homem se constitui humano por meio da educação, que é também ideológica. Não há conhecimento desinteressado! Na contemporaneidade, ainda é comum nos depararmos com professores ideólogos, mesmo entre os que proclamam que a ideologia é uma ideia vaga e ultrapassada.

Segundo Severino (1986), o papel da educação está intrinsecamente vinculado ao desvendamento das relações que interligam o discurso pedagógico com o discurso ideológico. Nisso reside a afirmação de que a ideologia pode ser vista enquanto categoria explicativa do conhecimento humano.

Ao adotar a análise de Marx, percebemos que coerente com seus princípios, o filósofo não explicou a sua concepção ideológica apenas em termos de um esquema teórico universal, mas tematizou as questões da situação histórica concreta de sua época, criada pelo estágio de desenvolvimento em que se encontrava o capitalismo – luta de classes (burguesia e proletariado).

Um exemplo do binômio ideologia e biopolítica está presente no texto intitulado *Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir da obra de Michel Foucault*, de Sylvio Gadelha, que estabelece a Educação no Estado Novo como um fenômeno biopolítico. Nesta obra, Gadelha faz uso do Estado Novo (1937-1945), instituído por Getúlio Vargas, para avistar relações possíveis entre biopolítica e educação, apontando como a educação brasileira pôde ser agenciada ao exercício biopolítico.

Gadelha visualiza a educação num país como o Brasil na passagem do século XIX para o século XX, onde se apresenta um momento histórico extremamente pobre e atrasado, cenário de grandes desigualdades sociais e de uma educação limitada às elites. Neste contexto, com o advento do Estado Novo os censos estatísticos realizados sobretudo na área da saúde e da educação apontam a urgente necessidade de o país educar-se e modernizar-se para o progresso e a ciência.

Com a publicação do decreto 3.200, em 19 de abril de 1941, que dispunha sobre a organização e proteção à família, Gadelha aponta que o que estava em jogo era um projeto notavelmente biopolítico, "cuja formulação inicial partiu do Ministério da Educação e Saúde, cujo funcionamento implicava uma série de outras instâncias governamentais e cujo conteúdo fazia prevalecer a importância crescente dos novos saberes atinentes à biopolítica" (GADELHA, 2009, p.196). Contudo, o que tudo indica é que a relação mais importante entre educação e biopolítica durante o Estado Novo recai na construção e consolidação da nacionalidade brasileira, pois num país como o nosso – étnico e culturalmente pluralista – seria difícil definir um sentimento genuíno de nacionalidade brasileira.

Aqui, podemos identificar o Estado Novo comprometido com a gestão biopolítica em, pelos menos, dois fenômenos: família e raça. A família[5] é uma estratégia numa gestão biopolítica: conforme apontado por Foucault na aula de 21 de março de 1979, do curso *Nascimento da Biopolítica*, a família constitui uma forma de economia global além, é claro, de a família ter um papel fundamental no zelo pelo capital humano da criança. Nesta lógica argumentativa, a grande preocupação com a herança não deve assentar no sentido clássico do termo – um bem material –, mas focar na herança via a transmissão do capital humano. Para a transmissão e formação do capital humano, é necessário o investimento de tempo, de cuidados, de recursos financeiros e de uma série de outros fatores que constituem este capital humano chamado criança

> Capital humano, o capital da criança, capital esse que produzirá renda. Essa renda será o quê? O salário da criança quando ela se tornar adulta. E, para a mãe, que investiu, qual renda? Bem, dizem os neoliberais, uma renda psíquica. Haverá a satisfação que a mãe tem de cuidar do filho e de ver que seus cuidados tiveram sucesso. Pode-se portanto analisar em termos de investimento, de custo de capital, de benefício psicológico, toda essa relação que podemos chamar, se vocês quiserem, de relação formativa ou relação educacional, no sentido bem amplo do termo, entre mãe e filho (FOUCAULT, 2008b: 334-335).

A generalização da grade de inteligibilidade do *homo oeconomicus* ao não econômico permite que o gerenciamento da população em sua forma neoliberal compreenda não somente o que é público, mas também aquilo que talvez ainda possa se dizer privado – como, por exemplo, a relação mãe-filho. Assim, o controle sobre a vida nas teorizações foucaultianas se dá não somente pelo gerenciamento da população pela ação sobre os fenômenos que lhe são próprios, mas também pelas estratégias de controle e manipulação das relações humanas em seu todo. Com o intuito de estar em condições de concorrência no mercado

> *Homo oeconomicus* como parceiro da troca, teoria da utilidade a partir de uma problemática das necessidades: é isso que caracteriza a concepção clássica do *homo oeconomicus*. No neoliberalismo – e ele não esconde, ele proclama isso –, também vai-se encontrar uma teoria do *homo oeconomicus*, mas o *homo oeconomicus*, aqui, não é em absoluto um parceiro da troca. O *homo oeconomicus* é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o *homo oeconomicus* parceiro da troca por um *homo oeconomicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de sua renda (FOUCAULT, 2008b: 310-311).

O *homo oeconomicus* está diretamente vinculado à economia de toda uma série de técnicas comportamentais e de métodos que consistem em "acarretar respostas cuja sistematicidade poderá ser notada e a partir da qual

---

5 Na atualidade, a preocupação com a família é cada vez mais latente. Um exemplo concreto é o Programa Bolsa-Família (PBF), instituído pela Lei 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04, que atende mais de 13 milhões de famílias no território nacional brasileiro.

será possível introduzir outras variáveis de comportamento" (FOUCAULT, 2008b: 368). A grosso modo, no horizonte do neoliberalismo encontra-se, para Foucault, "uma sociedade na qual haveria otimização dos sistemas de diferença, em que o terreno ficaria livre para os processos oscilatórios, em que haveria uma tolerância concedida aos indivíduos e às práticas minoritárias". E acrescenta: "haveria uma ação, não sobre os jogadores do jogo, mas sobre as regras do jogo, e, enfim, na qual haveria uma intervenção que não seria do tipo da sujeição interna dos indivíduos, mas uma intervenção de tipo ambiental" (FOUCAULT, 2008b: 354-355).

Ao encontro a este raciocínio, um viés de problematização que oferece importantes elementos para pensar os mecanismos de governamento nas sociedades contemporâneas diz respeito às revoluções do capitalismo propostas por Lazzarato. O autor propõe a passagem da sociedade disciplinar à sociedade de controle[6], não somente associada às transformações do capitalismo, mas também à potência de multiplicidade[7]. Neste sentido afirma

> Nas sociedades de controle, a finalidade não é mais auferir antecipadamente os lucros, como nos regimes de soberania, nem combinar e aumentar a potência das forças, como nas sociedades disciplinares. Nas sociedades de controle, a questão é efetuar os mundos. A valorização capitalista fica subordinada, doravante, a essa condição (LAZZARATO, 2006: 99).

Nas sociedades de controle, há uma multiplicação da oferta de mundos. Isso fica perceptível através dos meios de consumo, de informação, de lazer, entre outros. Esta oferta de mundos é constituída "pelos agenciamentos de enunciação, pelos regimes de signos em que a expressão recebe o nome de publicidade e em que a expressão constitui uma solicitação, um comando". Estes comandos são "formas de avaliação, de julgamento, repertório de crenças trazido para o mundo, a respeito de si mesmo e dos outros" (LAZZARATO, 2006: 100), tratando-se de mundos vazios de singularidades.

Levando esta discussão para o cenário educacional, talvez pelo justo motivo de as sociedades de controle serem nulas em singularidades, temos a sensação de que, sendo tudo possível, não há mais nada a ser feito; e esta desagradável sensação de impotência acaba abarcando as diferentes instituições da sociedade, dentre elas a escola, causando uma sensação de crise[8] entre o esperado e o alcançado.

Podemos inferir que a escola atua como uma instituição disciplinadora a serviço da sociedade, num plano individual (sujeito) e num plano coletivo (ordem social), e esta sensação de crise cotidiana relaciona-se com o descompasso entre a escola e a sociedade atual, uma vez que o mundo globalizado anda num ritmo acelerado enquanto a escola continua praticamente a mesma. A escola é a mesma, os conteúdos são os mesmos, o que muda é que, em diferentes momentos históricos, há diferentes formas de governamento das crianças numa instituição que permanece a mesma. Ademais, mais do que nunca, esta chamada crise da educação também está associada à necessidade de reconfiguração da escola para atender a demandas que se multiplicam rapidamente e de forma diferenciada.

---

6 Lazzarato apresenta três fenômenos que, segundo Tarde, caracterizam as sociedades de controle, a saber: "1. a emergência da cooperação entre cérebros e seu funcionamento por fluxos e por rede [...]; 2. dispositivos tecnológicos arrojados que agem a distância e que dobram e amplificam a potência de ação das mônadas [...] ; 3. os correspondentes processos de subjetivação e sujeição: a formação dos públicos [...] (LAZZARATO, 2006: 76).

7 Pela expressão "potência de multiplicidade" Lazzarato está defendendo que a análise da relação capital/trabalho feita por Marx é bastante limitada, porque reduz "a sociedade e a multiplicidade de relações de poder que a constituem em termos das relações de comando e obediência que se exercem no interior da fábrica ou na economia" (LAZZARATO, 2006: 63-64) e o autor sugere que entendamos as relações econômicas integradas às sociedades disciplinares e suas técnicas de poder: a disciplinar e o biopoder.

8 A crise é relacional, pode ser entendida como algo negativo e também como algo positivo. A etimologia grega da palavra assim como a forma latina não denota um sentido negativo mas, sim, uma tomada de decisão que busca separar o verdadeiro do falso. Outrossim, a crise, como momento crítico, proporciona a possibilidade de reflexão no sentido de tentar mudar os acontecimentos e evoca, inclusive, uma certa positividade.

A sociedade de controle é associada à sociedade que chamamos de pós-moderna[9], que se agencia através de mecanismos de controle a fim de capturar corpos flexíveis. Enquanto a sociedade disciplinar referencia os procedimentos disciplinares, a sociedade de controle começa a elaborar suas próprias técnicas e seus próprios dispositivos. Resumidamente, "as sociedades de controle são assim caracterizadas pelo emprego das tecnologias de ação a distância, mais do que pelas tecnologias mecânicas (sociedades da soberania) ou termodinâmicas (sociedades disciplinares" (LAZZARATO, 2006: 77).

Esta crise das instituições constituídas na Modernidade, ou seja, este deslocamento da sociedade disciplinar para a sociedade de controle está associado às modificações do capitalismo. Panoramicamente, podemos apontar três experiências de governo que se efetivaram na primeira metade do século XX: o nazismo, o socialismo de Estado e o Estado de bem-estar. Essas três experiências representam a inflação dos aparelhos governamentais destinados à planificação, condução e controle da economia. A partir da constatação de que se está governando demais, o liberalismo se desdobra em dois: o liberalismo alemão e o liberalismo norte-americano. Em suma, o que pretendemos salientar aqui é que as transformações do liberalismo ao neoliberalismo incluem a desvinculação da economia de mercado das políticas de *laissez-faire*. Isso acontece no momento em que os neoliberais expõem a teoria da competição pura. Assim, o neoliberalismo vai-se situar sob o signo de uma intervenção permanente, desnaturalizando as relações sociais e econômicas.

O sujeito não tem mais um *a priori* econômico, comportando-se de diferentes formas no mundo. Nessa lógica neoliberal, o Estado apresenta uma nova governamentalidade, uma nova maneira de conduzir a conduta das pessoas, assumindo a postura de uma grande empresa econômica onde há uma maximização da liberdade individual. Nisso reside a constatação de que o sujeito ideal é o capaz de participar competindo livremente e sendo suficientemente competente para competir fazendo suas próprias escolhas. Entendido isso, percebemos que a sociedade neoliberal resgata e (re)integra os velhos dispositivos disciplinares, implicando uma lógica de guerra, mesmo que em tempos de paz, uma vez que "não estamos sendo mais confrontados por restos de sociedades tradicionais que deveriam continuar sendo modernizadas, mas por verdadeiros ciborgues que articulam o que há de mais antigo e arcaico com o que existe de mais moderno" (LAZZARATO, 2006: 105). Neste sentido

> Em seus escritos mais visionários, Marx fala do trabalho não mais como uma atividade direta de transformação da matéria, mas como uma atividade de controle da produção. É exatamente isso o que acontece hoje em dia; no entanto, no capitalismo contemporâneo, controlar significa prestar atenção aos acontecimentos. Trabalhar é estar atento aos acontecimentos, quer estes se produzam no mercado, quer sejam produzidos pela clientela ou no escritório: é colocar em marcha uma capacidade de agir, de antecipar, de estar à altura dos acontecimentos. Isso implica poder aprender com a incerteza e as mudanças, portanto, poder tornar-se ativo diante da instabilidade e produzir em conjunto, a partir dos marcos 'comunicacionais' (LAZZARATO, 2006: 109).

A nova tecnologia de governo, presente na sociedade atual, faz com que a escola, enquanto máquina de governamentalidade, esteja cada vez mais preocupada em formar sujeitos autônomos, sujeitos que saibam conduzir a si mesmos. Em suma, a escola atua como uma maquinaria encarregada de preparar competências que orientem os futuros sujeitos-clientes a atuarem num mundo marcado pelo mercado e pela competição. E este mundo globalizado é entendido como nova desordem mundial, uma vez que "ninguém parece estar no controle agora" (BAUMAN, 1999: 66). Todavia, com isso não queremos afirmar que a escola esteja livre dos

---

9 De forma muito geral, a sociedade pós-moderna está associada à condição que estamos vivendo hoje no chamado capitalismo contemporâneo. A sociedade pós-moderna representa uma reação ou afastamento da sociedade moderna; e está ligada a uma reação cultural, representando a perda de confiança no projeto universal proposto pela corrente iluminista. Assim, a condição pós-moderna traz a incerteza e a ambivalência. Para uma melhor compreensão, *vide* Zygmunt Bauman (1998, 1999a, 1999b, 2001).

mecanismos de controle; ao contrário, a instituição está cada vez mais se deslocando de uma lógica disciplinar para uma lógica de controle.

A passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle permite entender as mudanças pelas quais a instituição escolar vem passando desde a última década, a fim de tornar-se a instância de produção do novo sujeito moral, flexível, tolerante e supostamente autônomo, requerido pelas novas modulações do controle que gravitam entre o Estado e o mercado neoliberal. Nesse processo, tornaram-se decisivas novas tecnologias informacionais, nutricionais, educativas e físicas, as quais se destinam a ampliar as capacidades corporais e cognitivas dos indivíduos, que devem se tornar empreendedores de si mesmos.

O novo sujeito, que substitui o sujeito disciplinado da modernidade, será o produto de novas técnicas de controle e governamento neoliberal. Trata-se agora de produzir um sujeito capaz de responder às demandas flexíveis do mercado, objetivo que orienta obsessivamente os investimentos familiares e as intervenções governamentais do Estado sobre o campo da saúde e do corpo das populações. Todas elas visando fomentar a atitude autoempreendedora capaz de produzir o capital humano exigido pelos tempos que não param de correr.

Acreditamos que, perante este poder sobre a vida, é apresentada e problematizada a possibilidade de pensar a ideologia e a biopolítica como uma política da vida, ou seja, "uma política irredutível à política de morte na qual tende a culminar um poder soberano imunitário que se afirma enquanto tal como um poder de dominar, dirigir, manipular e mesmo matar a vida" (SÁ, 2010: 13). Com os estudos deixados em suspenso por Marx e Foucault, temos novas e mais alargadas possibilidades para se pensar os dispositivos biopolíticos na contemporaneidade, principalmente na área da Educação.

1.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o exposto, a pesquisa problematiza como o conceito de ideologia e de biopolítica articulam-se, incitam-se e potencializam-se no cenário da vida. Para isso, inicialmente evidenciamos o termo dispositivo envolvido numa complexidade que enreda a questão do governo, sendo caracterizado como o encontro das técnicas de dominação e do eu.

O investimento sobre o corpo apresenta um caráter não apenas de controle disciplinar, mas fundamentalmente de domínio biopolítico. Do mesmo modo, podemos compreender a ideologia dominante como um dispositivo biopolítico ao centrar suas estratégias de controle sobre a população. Ambos apontam para a impossibilidade de se ignorar a realidade desenhada pela coexistência de elevado número de pessoas e a consequente atenção despendida para a elaboração de estratégias de subjetivação que deem conta dessa realidade.

A ideologia dominante conduz as condutas anulando as singularidades em benefício de uma redução do sujeito à necessidade do Capitalismo, à configuração de uma identidade que é calcada no biológico, totalizando e massificando os sujeitos como espécie. Para produzir um efeito de realidade, um encantamento eficaz sobre os indivíduos, a ideologia apresenta o Capitalismo como a única forma possível de vida. É dessa maneira que o indivíduo está submetido e, portanto, em mecanismo de dominação, é adaptado às engrenagens do sistema.

Concluindo esse esforço, podemos afirmar que pouco sobra em comum entre ideologia e biopolítica se levarmos em consideração que estamos lidando com dois diferentes paradigmas. Contudo, uma importante convergência entre esses conceitos merece ser abordada. Trata-se de ambos estarem comprometidos com uma arte de governar via um processo de subjetivação que tem resquícios na consciência e no corpo da população. Mesmo com estratégias solitárias, as obras de Marx e Foucault tocam-se com cumplicidade, talvez por um único instante, para logo se (re)afastarem. Soa estranho assinalar estes autores como parceiros, talvez aonde eles mais se excluam respectivamente, o conceito de ideologia e a noção de biopolítica. Ao projetar-se uma zona de intersecção entre dois distintos paradigmas, os riscos são grandes, mas as possibilidades que se abrem são igualmente grandes e possíveis.

BIOGRAFIA

ABBAGNANO, N. (1962), *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou.

AGAMBEN, G. "O que é um dispositivo?". In: *Outra Travessia*. Florianópolis: UFSC, pp.9-16.

ALIAGA, L; AMORIM, H; MARCELINO, P. (2011), *Marxismo: Teoria, História e Política*. São Paulo: Alameda.

BOTTOMORE, T (2001), *Dicionário do pensamento marxista.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

CASTRO, E. (2009), Vo*cabulário Foucault*: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

CASTRO, E. (2011), *Lecturas foucaulteanas*: Uma historia conceptual de la biopolítica. Buenos Aires: Editorial Universitaria.

COCCO, G. (2013), "Introdução". In: *Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, pp.32-46.

ESPOSITO, R. (2010), *Bios: Biopolítica e Filosofia.* Lisboa: Edições 70.

FOUCAULT, M. (1977), "Le jeu de Michel Foucault". In: *Ornicar? Bulletin périodique du champ freudien*, n. 10, julho de1977, pp.62-93.

FOUCAULT, M. (1982), *Microfísica do Poder*. Trad. e Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal.

FOUCAULT, M. (1982a), "Nietzsche, a genealogia e a história". In: *Microfísica do Poder*. Trad. e Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, pp. 15-37.

FOUCAULT, M. (1982b), "O Nascimento da medicina social". In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, pp. 79-111.

FOUCAULT, M. (1982c), "Sobre a Geografia". In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, p.153-165.

FOUCAULT, M. (1982d), "Soberania e disciplina". In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, pp.179-191.

FOUCAULT, M. (1982e), "O olho do poder". In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, pp.209-227.

FOUCAULT, M. (1982f,), "Sobre a História da Sexualidade". In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, pp.243-276.

FOUCAULT, M. (1984), História da Sexualidade, vol II – *O Uso dos Prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

FOUCAULT, M. (1987), *Vigiar e Punir: nascimento da prisão.* Petrópolis: Vozes.

FOUCAULT, M. (1988), História da Sexualidade, vol I – *A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

FOUCAULT, M. (1995), "O sujeito e o poder". In: *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*, DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul (Orgs). Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 231-249.

FOUCAULT, M. (1997), *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

FOUCAULT, M. (2008a), *Segurança, Território, População (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes.

FOUCAULT, M. (2008b), *Nascimento da Biopolítica (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes.

GADELHA, S. (2009), *Biopolítica, governamentalidade e educação*: introdução e conexões a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

GALLO, S. (1998), "Subjetividade, Ideologia e Educação". In: *Perspectiva*. Florianópolis, v. 16, n. 29, 1998, pp.133-152.

LAGASNERIE, G. (2013), *A última lição de Michel Foucault*. São Paulo: Três Estrelas.

LAZZARATO, M. (2006), *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MARX, K; ENGELS, F. (2007), *A Ideologia Alemã:* crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo.

Reflexões Sobre a Imagem do Narciso na Atualidade

Fabiana Aparecida Almeida Lawall Valle[1]

Resumo: Propõe-se realizar um recorte sobre o tema do narcisismo, analisando a sua exacerbação na contemporaneidade, evidenciando três pontos de reflexão: o desenvolvimento da ideia de narcisismo para a psicanálise; uma apreciação da cultura contemporânea demonstrando a exaltação do narcisismo que afeta o sujeito; e uma contemplação sobre o papel da análise na descentralização do sujeito, promovendo uma experiência com a alteridade por meio da transferência. Trata-se de um trabalho realizado por pesquisa bibliográfica, tendo como base a teoria psicanalítica.
Palavras-chave: narcisismo; contemporaneidade; clínica psicanalítica; transferência.

Introdução

Freud, a partir de seu texto "Sobre o narcisismo: uma introdução" (1915), iniciou uma análise sobre o tema, abordando as então chamadas neuroses narcísicas. Nestas, o investimento libidinal está voltado para o próprio sujeito. Freud ainda abordou o narcisismo em "Psicologia de grupo e análise do ego" (1921) e "O ego e o id" (1925). Após Freud, outros autores também debruçaram-se sobre tal tema, como Lacan, em seu texto "O estágio do espelho como formador da função do eu" (1966) e mais atualmente, Birman, em seu livro "Mal-estar na atualidade" (2001), dentre outros.

Quando analisa-se o quadro da sociedade na atualidade, constata-se sem dificuldades que o sujeito encontra-se entorpecido e anestesiado em seu próprio eu, sem disposição para vivenciar relações de alteridade.

Muitas transformações ocorridas nas últimas décadas, como a globalização e o discurso da liberdade absoluta dão ao sujeito a sensação de poder incondicional, de controle irrestrito sobre si mesmo e sobre o mundo, contribuindo para o enfraquecimento das relações com a alteridade e para a exacerbação do narcisismo.

Diante do autocentramento, o sujeito busca soluções rápidas para aliviar seus sofrimentos. Como não consegue lidar com seu próprio desejo, busca conforto em alternativas de alívio imediato, na contrapartida da psicanálise, que não oferece a cura, mas permite que o sujeito depare-se com sua falta, e assim com o seu desejo, permitindo a ele posicionar-se diante do seu sintoma.

Na clínica, muitas vezes, verifica-se um sujeito entorpecido, com dificuldades para representar e simbolizar, que não consegue vivenciar seus lutos, que não consegue deparar-se com o seu desejo, e o que motiva sua vida é o imperativo de gozar.

Em seu texto "Psicologia de Grupo e Análise do Ego" (1921), Freud evidencia a importância do grupo social, do coletivo, nos aspectos relacionados com a subjetividade dos indivíduos. Assim, considerando que a subjetividade está estreitamente relacionada com aspectos da coletividade, podemos assinalar que as mudanças que aconteceram ao longo do tempo na forma do sujeito se relacionar com aquilo que o rodeia e consigo mesmo favoreceram o destaque dessas configurações do sofrimento psíquico. (Faveret, 2007).

Ao colocar-se em uma posição de escuta, sustentando inicialmente a posição daquele que sabe, o analista propicia o despertar da transferência. O sujeito faltante procura no analista aquilo que poderia completar o que lhe falta. O encontro com o outro em análise, e o descentramento que isto envolve, torna o sujeito capaz de deparar-se com sua falta, permitindo que o desejo apareça, e surja a possibilidade de lidar com o sofrimento, trabalhando na contramão do imperativo de gozar que a sociedade atual tenta impor.

Este estudo será realizado evidenciando três aspectos: em uma primeira parte será desenvolvida a ideia de

---

1 Psicóloga residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Adulto, com ênfase em doenças crônico-degenerativas do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora. Especialista em Psicanálise: subjetividade e cultura, pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro do Núcleo de Investigação Psicossomática (NUIPSO). fablawall@yahoo.com.br

narcisismo para a psicanálise. Em uma segunda parte realizar-se-á uma apreciação da cultura contemporânea evidenciando a exaltação do narcisismo que afeta o sujeito. Numa terceira parte será realizada uma reflexão sobre o papel da análise na descentralização do sujeito.

1. O Narciso

Segundo Machado (1990), Narciso era um jovem muito belo, que desprezava o amor. A sua lenda é transmitida de modos diferentes e a versão mais conhecida é a de Ovídio, em Metamorfoses. Nela, Narciso era filho do deus Céfisio e da ninfa Liríope. Quando nasceu, seus pais consultaram o adivinho Tirésias para saber o futuro da criança. Tirésias disse que Narciso teria vida longa, desde que jamais contemplasse a própria figura. Durante a vida, Narciso foi objeto de amor de inúmeras mulheres, mas ele ficava insensível a todas elas. A ninfa Eco também apaixonou-se por ele, e como as outras, foi desprezada, decidindo esconder-se em uma caverna até esmorecer e esperar pelo dia de vingar-se de Narciso. Um dia a deusa Nemesis ouviu as lamentações da ninfa e fez com que em um grande dia de calor, depois de uma caçada, Narciso se debruçasse sobre um lago, nele viu seu rosto tão belo e imediatamente ficou apaixonado, e debruçado ali ficou, admirando sua imagem até morrer. Vive-se em um momento no qual o indivíduo debruça-se sobre o encantamento da própria imagem, e a alteridade é posta à prova. Freud (1915) faz uma introdução ao tema do narcisismo. Segundo ele, as ditas neuroses narcísicas são aquelas nas quais o indivíduo investe sua energia libidinal nele mesmo.

Em um primeiro momento, a criança encontra-se em um estado que Freud chamou de "auto-erótico" (Freud, 1915: 93). Este seria um estado inicial da libido, no qual as pulsões atuam de forma dispersa e não há um eu constituído.

O princípio da unidade corporal será alcançado graças a uma ação psíquica que marcará a passagem do auto-erotismo para o narcisismo. Para que o indivíduo abra mão da satisfação que ele obtém do próprio corpo é preciso que ele se depare com a possibilidade de satisfações externas, isso ocorre à medida que ele tem suas necessidades básicas de cuidados atendidas por uma fonte também prazerosa.

O ser humano depende desde o início de um outro que lhe garanta a sobrevivência (através da proteção, alimentação, cuidados com a higiene) e o desenvolvimento (através da relação de afeto, da linguagem, da inserção num grupo social, da transmissão cultural). Segundo Faria (1966), esse outro, que geralmente é a mãe, é quem oferece os cuidados básicos e organiza o caos inicial em que o bebê está imerso nomeando, interpretando e simbolizando o mundo que o rodeia.

Por um momento a mãe busca satisfazer de prontidão as necessidades do bebê. A partir de um choro oferece-lhe o seio para satisfazer sua fome, ou agasalha-o para que ele fique aquecido do frio. E o bebê segue seu reinado mantendo seus desejos satisfeitos como em um passe de mágica. O bebê durante um período é salvaguardado dos dissabores e infortúnios da vida (Faria, 1966).

Com o passar do tempo, a mãe demora para atender o filho, e surge um terceiro nesta relação (pai, trabalho), e o bebê destronado percebe que é "um" no mundo e não "o" no mundo. Assim, tenta recuperar a perfeição experimentada sob a forma de um *eu ideal*.

A formação de um ideal aumenta as exigências do eu, constituindo um fator poderoso a favor do recalque, já que qualquer ranhura nessa imagem idealizada pode ser tomada como uma ameaça grave à sua existência.

O *eu ideal* está vinculado às vivências narcísicas e apresenta-se como um resquício do ideal de completude.

A criança tem como seu primeiro objeto de amor um ou o outro dos pais. Um menino, por exemplo, desenvolve uma catexia de objeto para com a mãe, e toma o pai como seu modelo, como seu ideal. "A identificação esforça-se por moldar o próprio eu de uma pessoa segundo o aspecto daquele que foi tomado como modelo". (Freud, 1921: 116) – *ideal do eu*.

De acordo com seu *eu ideal*, o sujeito encara o outro, a alteridade, como uma ameaça, como um inimigo, pois este abala seu sistema de referência. De acordo com o *ideal do eu* o outro é visto como uma abertura para o possível que lhe coloca a vivência de uma experiência de intersubjetividade e alteridade. A possibilidade do desejo só é possível se o sujeito pende para o pólo alteritário, pois "a condição de possibilidade do desejo é que o outro se apresente como algo sedutor e atraente o bastante, capaz de despertar a possibilidade de satisfação desejante do sujeito". (Birman, 2001: 297).

Vamos, assim, analisar algumas mudanças que ocorreram na contemporaneidade e sua relação com a exacerbação do narcisismo, e a intolerância em relação à alteridade. Ao observar-se alguns fenômenos da atualidade, verifica-se com facilidade um sujeito entorpecido em seu próprio eu, envolvido por sua própria imagem.

2. O Narciso e a Atualidade

Vive-se grandes paradoxos diante dos fenômenos midiáticos, da globalização, da rede mundial de computadores – a internet. Ao mesmo tempo em que há um discurso a favor da diferença, que preza pela liberdade de escolha, que é contra os pré-julgamentos, a mídia dita como as pessoas devem ser, como devem se comportar, como devem se vestir. Quando se é diferente do modelo estabelecido pela mídia, há um sentimento de estranheza, mesmo diante de um cenário que favorece a relação com a alteridade. Como conseguir lidar com a diferença em uma sociedade paradoxal, que, ao mesmo tempo prega a liberdade de escolhas e determina a maneira com que todos devem pensar e conduzir a vida?

A globalização é um fenômeno capaz de derrubar as barreiras entre tempo e espaço. Da mesma forma que este fenômeno mantém os sujeitos atualizados acerca do mundo que os rodeia, também imprime nestes a marca do imediatismo. Tudo deve ser feito no plano do "aqui e agora", rompendo, se possível, as barreiras entre o tempo e o espaço. Assim, o sujeito encontra-se imerso em tarefas e deveres que deve cumprir de forma rápida e precisa para sobreviver no mercado de trabalho e na própria vida em sociedade. Têm-se a impressão de que o tempo está cada vez mais curto. Não há tempo disponível para se pensar o que vai ser feito**,** o tempo que se tem é utilizado apenas com a ação. O homem passa a agir de forma mecânica, cumprindo horários e deveres, seguindo a sua rotina pré-estabelecida, evitando os imprevistos – que levam a pensar e consequentemente a "perder tempo". Como conseguir então, no meio de tantos afazeres e de tão pouco tempo, um momento para reflexão sobre si mesmo? Como "ser" em uma sociedade que prega o "ter" e o "fazer" como formas de pertencimento?

Outro fator importante de mudança na sociedade está relacionado com a Ciência. Os avanços da Ciência contribuíram muito para melhorias nas condições de existência da humanidade. Muitas são as descobertas que colaboraram para a cura de doenças pensadas anteriormente como incuráveis, para aliviar dores, para proporcionar qualidade de vida, para retardar a morte. Novas técnicas da biologia molecular e de recombinação do DNA possibilitaram sequenciar e mapear os genes, permitindo o conhecimento da função de cada um no organismo. Este tipo de conhecimento, entretanto, traz muitas discussões. Zatz (2000), aponta que a partir do mapeamento genético será mais fácil trabalhar com a prevenção de determinadas doenças, sendo possível tratar Alzheimer, diabetes e hipertensão, por exemplo, antes mesmo do aparecimento dos sintomas dessas enfermidades. Entretanto, a genética terá peso determinante na constituição do sujeito? E quanto ao peso das experiências subjetivas? O quê pensar da implicação do sujeito com sua própria vida? O vislumbre de tantas descobertas científicas causa a irreal sensação de que, na atualidade, o enigma do ser humano foi desvendado juntamente com o seu código genético. Tenta-se explicar, a partir dos genes, a maneira de um sujeito ser como é ou de fazer algo como faz. Pesquisas sugerem que o comportamento agressivo pode ser causado por uma deficiência no cromossomo X, que acarreta algumas consequências para o funcionamento "normal" do organismo (Brunner et al. 1993). Trabalhos também polêmicos sugerem que a homossexualidade masculina, o "bom-humor" e o otimismo têm influências genéticas (Hu et al. 1995).

Verifica-se que não existe mais lugar para o sofrimento subjetivo, afinal, um indivíduo que sofre, não consegue fazer parte do espetáculo da sociedade, não exerce fascínio sobre as outras pessoas, e por isso, procura cada vez mais, soluções rápidas para tamponar o sofrimento psíquico para enfim retornar aos holofotes do palco social. O indivíduo encontra-se mergulhado na dificuldade de reflexão. Nestas condições, não pode permitir sentir algo que o faça parar, como uma dor física, por exemplo, entregando-se, em decorrência disso, ao uso de medicamentos, mesmo sem necessidade, para ter alívio imediato de suas dores. Desdobra-se daí, muitas vezes, a toxicomania, como uma outra forma de não deparar-se com o sofrimento**.** O uso de algumas drogas pode causar uma "alegria instantânea", um nível de prazer que tira o sujeito de sua realidade, permitindo que ele não pense em mais nada que não seja seu prazer. Esse tipo de substância pode ser considerada como uma "poção mágica que impossibilita o reconhecimento do sofrimento inerente à existência, impedindo, então, a

constatação das desilusões que a vida inevitavelmente provoca em qualquer ser humano" (Birman, 2001: 202). O imperativo da felicidade destaca-se. O mercado de trabalho assumiu o discurso de que os trabalhadores devem se sentir felizes em seu campo de atuação. Alega-se que trabalhadores (ou colaboradores, como muitas vezes são chamados) satisfeitos produzem mais, assumem mais responsabilidades, envolvem-se de maneira intensa com as suas atividades, mesmo que o trabalho não ofereça condições mínimas de valorização e respeito. Assim, quando há críticas sobre o modelo vigente, estas são tidas como expressão de um funcionamento patológico do sujeito. Há que se calar diante da alienação. Foucault (1980: 47) diz que "deve haver um estado ideal em que o ser humano não conhecerá mais o esgotamento dos trabalhos penosos, nem o hospital que conduz à morte".

Os psicofármacos adquirem cada vez mais notoriedade no mercado farmacológico, pois os laboratórios que os produzem apresentam a "garantia" de domínio dos sintomas através de pesquisas que indicam a funcionalidade dos medicamentos de maneira rápida. Entretanto, enquanto os sintomas são tamponados, o sujeito volta a viver sobre os padrões exibicionistas de uma sociedade mergulhada na própria imagem. "As ditas drogas medicinais visam conter as angústias e o sofrimento para capacitar o indivíduo para as mazelas do narcisismo". (Birman, 2001: 169).

Relacionado ao uso de psicofámacos, podemos refletir sobre as dificuldades do sujeito de vivenciar os lutos que a vida inevitavelmente provoca. De maneira geral, o luto expressa a reação diante de uma perda, seja ocasionada pela morte ou pelo afastamento do objeto amado.

Ao observar-se mais detidamente o estado de luto, percebe-se que esta experiência é a mais próxima que o homem tem com a morte, uma vez que a própria morte não pode ser experimentada. Dessa forma, o indivíduo na condição de enlutado passa a notar mais nitidamente a sua condição de mortal, conscientizando-se sobre a transitoriedade da vida e os limites da sua existência.

Rodrigues (1983) aborda que algumas mudanças significativas ocorridas, principalmente, a partir da compreensão do indivíduo na sociedade moderna, contribuíram para uma nova maneira de negar a morte, pois as emoções e as demonstrações de sentimentos passam a ser altamente controladas.

Nesta perspectiva, percebe-se o quanto a morte tornou-se indizível, pois, para não sofrer mais e diante da inadequação de seu sofrimento num âmbito mais amplo, o enlutado se cala. Existe, desta forma, como afirma o mesmo autor, um afastamento da dor da perda no cotidiano já que, um não fala por não ter quem o ouça, quem o compreenda, e o outro não ouve para não incomodar e também para não envolver-se. E então permanece o silêncio, que guarda no fundo uma angústia, um sofrimento contido.

3. O Narciso e a Clínica Psicanalítica

Repercutem na clínica os efeitos da exacerbação do narcisismo na contemporaneidade. Observa-se um sujeito que busca alívio imediato para o seu sofrimento, para ser recolocado no espetáculo social, observa-se também a dificuldade de deparar-se com seu desejo, dificuldade de elaboração, simbolização.

Assim como quem procura um médico, em geral, busca alívio imediato para uma dor física, o sujeito, por não conseguir suportar sua dor subjetiva, também busca na psicanálise uma cura instantânea[2].

O analista confronta-se com uma importante questão: como desempenhar o manejo da técnica psicanalítica diante deste sujeito que encontra-se entorpecido e anestesiado diante do seu próprio eu?

Em 1921, Freud declara que: "só o amor atua como fator civilizador, no sentido de ocasionar a modificação do egoísmo em altruísmo". (Freud, 1921: 114)

Ora, em análise existe a possibilidade do amor por meio da transferência. Assim, a psicanálise não procura a "cura" de seus analisandos para recolocá-los dentro do espetáculo social, mas de certa forma os conduz para uma experiência com a alteridade, com a diferença, através dos laços transferenciais.

---

2 Entretanto, Ávila alerta que "a psicanálise não pretende abolir os sintomas como o médico, que visa sempre uma cura rápida e um pronto alívio. Diferentemente age o psicanalista, que busca levar o seu 'paciente' a investigar o seu próprio sintoma. O psicanalista, portanto, trabalha na interioridade dos sintomas; com a 'doença' e não contra ela". (1996, p. 135).

"A transferência[3] implica na repetição de um sentido que insiste em ser realizado. O inconsciente do paciente coloca o analista em determinado lugar para que esta repetição aconteça. Com isto, o paciente pode experimentar seu vivido antes de nomeá-lo". (Freud, 1920: 31). Com isto, observa-se a importância da transferência como via de trabalho na análise, conforme expressa Freud em suas obras "A dinâmica da transferência" (1912), "Sobre o início do tratamento" (1913) e "Observações sobre o amor transferencial" (1915), dentre outras.

O sujeito contemporâneo busca incessantemente tamponar seu vazio, aparecendo na clínica de forma apagada, desconectada, sem conseguir endereçar uma pergunta sobre o seu sofrimento.

Aquilo que o mercado e a ciência oferecem não é suficiente. A própria busca pela análise, por vezes, baseia-se na tentativa de inserir o analista em uma relação de consumo, considerando-o como um produto a ser adquirido e depois descartado, conforme o prazer que se obtém. Busca-se o saber, uma resposta sobre o que causa o sujeito, e espera-se que o analista o detenha.

Ao colocar-se em uma posição de escuta, sustentando inicialmente a posição daquele que sabe, o analista propicia o despertar da transferência. O sujeito faltante procura no analista aquilo que poderia completar o que lhe falta.

A análise não mascara a falta, ao contrário, faz com que ela se evidencie e possibilita ao sujeito se perguntar sobre o que ele quer. Com isso, ele tem a possibilidade de elaboração, ao invés de apenas incorporar cada vez mais objetos para tentar amenizar o sofrimento.

Observa-se assim, que o encontro com o outro em análise, e a descentralização que isto envolve, torna o sujeito capaz de deparar-se com sua falta, permitindo que o desejo apareça, e fornece a possibilidade de lidar com o sofrimento, trabalhando na contramão do imperativo de felicidade que a sociedade atual tenta impor.

Para que a análise aconteça é necessário o rompimento do eixo narcísico do eu, para que o sujeito possa se deparar com a sua falta e assim com o seu desejo. Para romper com o eixo narcísico é necessário que o sujeito consiga investir sua libido em um objeto que está para além dele mesmo. Assim, a transferência é fator fundamental para o trabalho analítico.

Na transferência o paciente coloca o analista em um lugar favorável para a repetição de um sentido que insiste em ser realizado. Assim, ele experimenta seu vivido antes de nomeá-lo. Ao dirigir-se ao outro (o analista), o sujeito rompe com sua centralização, pois dedica sua libido ao diferente.

A transferência é o componente analítico principal para que isto ocorra. Ora, sem a transferência a análise cai no campo da impossibilidade. Não existe análise sem transferência. E se, por meio da transferência, o sujeito dirige sua libido a outro que não nele mesmo, pode-se considerar a clínica psicanalítica como uma ruptura ao cenário de glorificação narcisista da contemporaneidade.

Considerações Finais

O caminho que foi desbravado na realização deste trabalho conduziu-nos para um recorte do narcisismo na contemporaneidade, revelando uma exaltação do mesmo.

Fenômenos contemporâneos advindos das inovações científicas, bem como do mercado capitalista, favoreceram o reinado do sujeito narciso da atualidade, um sujeito autocentrado, incapaz de admirar a diferença, encarando a alteridade como uma ameaça, pois aquele que é diferente abala o seu sistema referencial.

Destacaram-se como importantes fenômenos que contribuem para a exaltação narcísica da atualidade, o controle midiático, que tenta ditar como as pessoas devem ser e agir; a globalização e o desenvolvimento da rede mundial de computadores – a internet, que imprimem no indivíduo contemporâneo a marca do imediatismo; as pesquisas genéticas, que apesar de contribuírem para melhorias nas condições de vida, também fortalecem a fantasia de que o homem foi desvendado juntamente com seu código genético, e assim, está de fadado a

3 A transferência, segundo Laplanche e Pontalis (1992), "trata-se de uma repetição de protótipos infantis vivida com um sentimento de atualidade acentuada. A transferência é classicamente reconhecida como o terreno em que se dá a problemática de um tratamento psicanalítico, pois são a sua instalação, as suas modalidades, a sua interpretação e a sua resolução que caracterizam este". (p. 514).

viver de maneira pré-determinada; os psicofármacos, que prometem dominar o sofrimento, e assim recolocar os indivíduos no espetáculo social.

Diante de tal pano de fundo, o sujeito encontra-se imerso na própria imagem, com dificuldades de deparar-se com o próprio desejo, com dificuldades de elaboração e simbolização. Não consegue responder ao que acontece a ele, e a sua falta, que diz respeito ao sujeito inconsciente, e que permite o aparecimento do desejo, é insuportável. O imperativo do gozar rege a atualidade. O sujeito busca formas para obter satisfação completa e imediata. Não consegue lidar com a falta. Deseja ser completo, soberano. Para lidar com seu sofrimento subjetivo, busca alívio instantâneo em mecanismos que propõe cura rápida. Quanto mais rápido se livrar do sofrimento, mais rápido retorna ao palco social.

Em contrapartida, a psicanálise não promove a cura, mas conduz o sujeito a uma investigação do seu sintoma, possibilitando a ele se posicionar de uma forma diferente frente ao seu sofrimento.

Para que a análise aconteça é necessário o rompimento do eixo narcísico do eu, para que o sujeito se depare com a sua falta e assim com o seu desejo.

Para romper com o eixo narcísico é necessário que o sujeito consiga investir sua libido em um objeto que está para além dele mesmo. Assim, a transferência é fator fundamental para o trabalho analítico.

Na transferência o paciente coloca o analista em um lugar favorável para a repetição de um sentido que insiste em ser realizado. Assim, ele experimenta seu vivido antes de nomeá-lo. Ao dirigir-se ao outro (o analista), o sujeito rompe com sua centralização, pois dedica sua libido ao diferente, àquele que possui um suposto saber.

Freud postulou, em 1921, que somente o amor é capaz de transformar o egoísmo em altruísmo. E na clínica, verifica-se a possibilidade do amor transferencial[4].

Com isto, conclui-se que diferentemente de mecanismos de controle social que procuram tamponar o sofrimento e com isto manter o sujeito em seu arcabouço narcísico, para que este continue vivenciando dentro dos padrões de uma sociedade exibicionista, a psicanálise procura afrouxar a essência narcísica do sujeito, para que a sua falta apareça, e assim, ele possa lidar com seu desejo, e não apenas com o gozar sem limites que o social impõe.

A transferência é o componente analítico principal para que isto ocorra. Ora, sem a transferência a análise cai no campo da impossibilidade. Assim, não existe análise sem transferência. E se, por meio da transferência, o sujeito dirige sua libido a outro que não nele mesmo, pode-se considerar a clínica psicanalítica como uma ruptura ao cenário de glorificação narcísica da contemporaneidade.

Referências Bibliográficas

ÁVILA, L. A. (1996), *Doenças do corpo e doenças da alma.* São Paulo: Escuta.

BIRMAN, J. (2001), *Mal-estar na atualidade*: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BRUNNER, H. G. et al. (1993), Abnormal behavior associated with a point mutation in the structural gene for monoamine oxidase A. *Science,* Nova Iorque, 5133 (262), pp. 578-580.

FARIA, M. R. (1998[1966]), *Introdução ao trabalho de crianças*: o lugar dos pais. São Paulo: Hacker Editores.

4 Sobre o amor tranferencial, Freud registra que "não obstante, o amor transferencial caracteriza-se por certos aspectos que lhe asseguram posição especial. Em primeiro lugar, é provocado pela situação analítica; em segundo, é grandemente intensificado pela resistência, que domina a situação; e, em terceiro, falta-lhe em alto grau consideração pela realidade, é menos sensato, menos interessado nas consequências e mais ego em sua avaliação da pessoa amada do que estamos preparados para admitir no caso do amor normal. Não devemos esquecer, contudo, que esses afastamentos da norma constituem precisamente aquilo que é essencial a respeito de estar enamorado". (1915, p.93).

FAVERET, B. M. S. et. al. (2007), Eros no Século XXI: Édipo ou Narciso? *Tempo Psicanalítico.* Rio de Janeiro, 39, pp.35-50.

FREUD, S. (1996[1910]), Cinco lições de psicanálise. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago Editora.

_____ . (1996[1912]), A dinâmica da transferência. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago Editora.

_____ . (1996[1913]), Sobre o início do tratamento. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago Editora.

_____ . (1996[1915]), Observações sobre o amor transferencial. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago Editora.

_____ . (1996[1915]), Sobre o narcisismo: uma introdução. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago Editora.

_____ . (1996[1920]), Além do princípio do prazer. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago Editora.

_____. (1996[1921]), Psicologia de grupo e análise do ego. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago Editora.

_____ . (1996[1925]), O ego e o Id. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago Editora.

FOUCAULT, M. (1980), *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro; Forense Universitária.

HU, S. et al. (1995), Linkage between sexual orientation and chromosome Xq28 in males but not in females. *Nature Genetics*, Reino Unido, 11(1), pp. 248-256.

LACAN, J. (1998[1966]), O estágio do espelho como formador da função do eu. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

LAPLANCHE, J., & PONTALIS, J. –B. (1992), *Vocábulo da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.

MACHADO, J. (1990), *Dicionário de mitologia grega e romana*. Lisboa: Asa.

RODRIGUES, J.C. (1983), *Tabu da morte***.** Rio de janeiro: Edições Achiamé.

ZATZ, M. (2000), Projeto Genoma Humano e Ética. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo. 14(3). 2000.

Enquanto uns choram, uns vendem lenços.

Lana Veras[1]

Carlos Mendes Rosa[2]

RESUMO: O provérbio "não ter aonde cair morto" nunca fez tanto sentido. O que a mercantilização dos rituais funerários contemporâneos revela sobre as maneiras com as quais as pessoas têm lidado com a morte e o morrer na atualidade? Quais flagrantes processos de exclusão podemos localizar no capitalismo contemporâneo, que transformou até os rituais funerários em produtos de consumo inacessíveis à maioria da população? Observa-se um acentuado estreitamento entre as realidades morte e consumo, indicando uma transposição da lógica comercial de mercado às práticas funerárias tradicionais e com redução do espaço destinado ao luto e ao sofrimento, categorias com cada vez mais frequência equiparadas a condições patológicas. Evidenciando que os modos atuais de lidar com as repercussões subjetivas da perda envolvem processos de mercantilização, patologização, medicalização e espetacularização. Percorrendo esse questionamento se ramificam reflexões sobre a relação das pessoas com o tempo, com o envelhecimento e com a finitude.

Palavras-chave: Morte; Rituais funerários; Mercantilização; Subjetividade; Contemporaneidade.

1-Introdução

O ditado popular tomado de empréstimo para título desse trabalho, "*Enquanto uns choram outros vendem lenços",* frequentemente apropriado por alguns empresários do ramo funerário, dá mostras do entrelaçamento atual entre as dimensões mercantis e os rituais funerários.

Este trabalho busca compreender o que os rituais funerários contemporâneos revelam sobre as maneiras com as quais as pessoas têm lidado com a morte e o morrer na atualidade. As modificações desses rituais, com sua aproximação da esfera mercantil, são compreendidas como sinalizadores das mudanças dos nossos modos de viver, das nossas subjetividades.

Apesar de reconhecer que a ligação das práticas funerárias com a dimensão econômica não é novidade alguma na história humana - pelo contrário, essa relação tem se constituído quase como regra - há que se notar algumas peculiaridades do nosso tempo: um progressivo estreitamento entre as temáticas morte e consumo e uma transposição da lógica comercial de mercado às práticas funerárias tradicionais.

É verdade que valores financeiros já foram empregados, em diversos graus, nas cerimônias funébres de outrora, assim como hoje. No entanto, os sentidos e significados dessas práticas assumem diferenças marcantes. Atravessados pelo consumo, os "enlutados" de hoje não mais investem dinheiro apenas em prol da salvação da alma do morto, ou da distinção social da família. Eles pagam pelos produtos, serviços e mercadorias que representam a sua maneira de lidar com a morte, com a dor, com o sofrimento, permeada pela negação e dissimulação. O investimento financeiro, antes dedicado às preocupações com o *post-morten,* se reverte na direção de práticas que protejam os sobreviventes do sofrimento ou do pesar de se defrontarem com a finitude. Como já ressaltado, antes de sua transformação em "serviços funerários" os rituais funerários não eram isentos de alguma relação financeira, frequentemente mediada pelas igrejas e suas irmandades. Porém, é na contem-

---

1 Psicóloga, doutora em psicologia social pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, professora adjunta da Universidade Federal do Piauí. lanaveras@hotmail.com

2 Psicólogo, doutorando em psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio, pesquisador associado do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Intervenção Social (LIPIS) da PUC-Rio, professor de psicologia no IBMR - Centro Universitário. carlosmendesrosa@gmail.com

poraneidade que as características rituais tradicionais das práticas fúnebres se modificam no sentido de uma lógica que privilegia o mercado de consumo. Os elementos que circundam o morrer e a morte são transformados em produtos que seguem o padrão dos demais setores do comércio. Há a criação de necessidades de consumo na área funerária que se submetem à moda, ao império da novidade, ao quadro econômico, às flutuantes tendências do mercado, ao aumento do lucro e aos domínios da publicidade.

As cifras monetárias, que, em alguns momentos históricos, foram dedicadas ao bem estar futuro da alma do morto, são, hoje, aplicadas no corpo morto, frequentemente em benefício do enlutado, de maneira que esse corpo não emita sinal algum da morte que o tomou. A venda e o consumo de serviços como *necromaquiagem* e *tanatopraxia ou tanatoestética* mostram não somente as técnicas que são utilizadas na maquiagem dos mortos, como também as estratégias atuais de maquiagem da morte. A função simbólica dos rituais fúnebres tem sido modificada, equiparadas a outros eventos sociais, tem sido, desveladamente, regidas pelas lógicas do consumo e da negação.

2- Consumo e mercado funerário

Percebe-se que, em nossa sociedade contemporânea, quem compra algo tem maior facilidade de reivindicar suas garantias em relação ao produto consumido do que a pessoa que reivindica não um produto, mas um direito humano. Questionamentos próprios aos cidadãos, a respeito de seus direitos e representantes, por exemplo, não tem mais respostas oriundas dos processos democráticos ou movimentos sociais, mas a partir do consumo e dos meios de comunicação em massa (CANCLINI, 2008).

Dentro da lógica de uma sociedade de consumidores o processo de mercantilização não acontece somente em relação a objetos e serviços, mas se estende a subjetividades e a pessoas. A transformação das pessoas em mercadoria, subtítulo de publicação do filósofo Bauman (2008, p.26), propicia, segundo este autor, uma versão modificada do cogito de Descartes, que hoje soaria melhor como: "Compro, logo sou". A compreensão desta questão é facilitada pelas reflexões da Psicóloga Fátima Severiano, quando declara que: *"Agora a mercadoria além de incorporar/alienar as relações sociais que a produziram também incorpora e aliena aspectos subjetivos referentes à felicidade*, liberdade, personalidade e realização humana". (SEVERIANO, 2007, p.53)

Refletir sobre o consumo em uma época que não são vendidos somente produtos, mas "estilos de vida", nos abre caminho para pensar a comercialização de produtos funerários como a mercantilização de "estilos de morte" e, dessa maneira, também a possibilidade de venda de "estilos de luto". Chegou o momento em que, segundo Lipovetsky (2007, p.128): "todas as esferas da vida social e individual são reorganizadas de acordo com os princípios da ordem consumista", não havendo resistências a esses processos apontados como única alternativa possível ou desejável. Na direção dessa constatação, a psicanalista Maria Rita Kehl se refere a um "imperativo mercadológico", que, com um funcionamento ditatorial, recusa todas as possibilidades de pouca rentabilidade e aponta o imperativo da novidade como escolha, agindo com forte intolerância ao que não seja administrado pela ordem do consumo e do lucro. (KEHL, 2005, p.237)

Essas constatações já haviam sido adiantadas por Adorno em sua publicação "A indústria cultural", quando o autor enfatiza que a sociedade estaria sendo regida por um princípio que sustentaria que todas as necessidades poderiam ser satisfeitas pela indústria cultural, na forma de objeto comercializável, de produto de consumo. (ADORNO; HORKHEIMER, 1986).

As repercussões dessa lógica do consumo sobre as práticas funerárias são intensas. Os rituais funerários, outrora envolvidos pelo poder familiar e comunitário, agora passam a ser uma *expertise* técnica de grupos profissionais que reivindicam exclusividade na função. Viver em uma "economia do dinheiro", afirma David Harvey se referindo a Marx, faria com que deixássemos de depender diretamente de pessoas do nosso círculo pessoal passando a: "*uma situação em que dependemos de relações impessoais e objetivas com outras pessoas.",* de modo que o dinheiro se tornaria a verdadeira comunidade. (HARVEY, 2008, p. 98)

A comercialização do produto funerário segue as estratégias mercantis comuns aos demais setores. Uma necessidade do setor é desmistificar seu produto, desfazendo suas históricas ligações com sofrimento, tornando-o mais atraente, esse efeito é obtido por meio de variadas táticas, como a ligação com a tecnologia, com o luxo,

com a técnica, com o profissionalismo, com a medicalização e com a psicologização, com o novo e moderno, com as tendências de moda e mesmo com o humor, a exemplo do texto de uma peça publicitária da empresa do ramo funerário Sinaf *"Nossos clientes nunca voltaram para reclamar" e "Cremação: uma novidade quentinha da Sinaf"*.

A esfera comercial que envolve os procedimentos funerários brasileiros teve, nas últimas décadas, marcada influência do modelo norte americano. As diversas entidades representativas do setor, e as próprias empresas, frequentemente explicitam, com orgulho, em seus sites e demais materiais de divulgação, essa "inspiração". É possível reconhecer os reflexos dessa escolha no crescimento dos procedimentos de tanatopraxia, na estética dos novos cemitérios privados e mesmo na nomenclatura adotada, a exemplo dos *funeral homes (*centros de velórios*)* e da publicação "*Diretor Funerário*", periódico direcionado aos empresários da área, em referência aos *Funeral Directors* americanos.

A gestão do corpo morto, tradicionalmente creditada à família e à comunidade, tem sido transposta para uma dimensão prioritariamente técnica, profissional e mercantil.

A este modelo norte americano, no qual a maioria do setor funerário brasileiro tem efusivamente se espelhado, a Jornalista dedicada a reportagens de denúncia, Jessica Mitford, chamou de "*The American Way of Death",* em referência ao famoso "*The American Way of life".* O mesmo termo foi usado para dar título ao seu livro, publicado nos Estados Unidos ainda em 1963. (MITFORD, 2008)

O escrito causou grande impacto na mídia americana da época, permanecendo por semanas na primeira posição da lista do *New York Times* de livros mais vendidos e houve vigoroso debate sobre os elevados lucros envolvidos no mercado funerário. A resposta da indústria funerária foi dada na mesma intensidade, porém em sentido contrário, as denúncias feitas pela jornalista a respeito dos altos custos dos funerais chegaram a ser apontadas como um "*complô comunista*" e como um "*ataque à religião cristã*" (MITFORD, 2008).

Trinta e cinco anos após a publicação da primeira edição de *The American Way of Death,* Jessica Mitford afirmava que a questão essencial não havia sido alterada, apesar de haver acontecido uma grande discussão à época da primeira edição e de terem sido criadas normas e associações de defesa do direito dos consumidores, a jornalista percebeu que o setor desenvolveu novas estratégias de mercado, criando renovadas necessidades e formando grandes conglomerados monopolistas.

Outra publicação relevante a respeito do mercado funerário, neste caso o mercado francês, foi efetivada por Pascale Trompette (2008). Com o título *Le marché des défunts*, o autor discute as modificações nas maneiras com as quais os franceses lidam com a morte e o morrer.

Também se dedicou a temática o historiador Vovelle (1983, 1993), que faz referências às relações entre a morte e a esfera econômica em várias de suas publicações, notadamente no capítulo *Mourir aujourd'hui* de sua obra de referência "*La Mort et l'Occident: de 1300 à nous jours", como também no tópico "Grandes funérailles et mort commercialisée",* de outra publicação sua: *L'heure Du grand passage: chronique de La mort.* Na concepção de Vovelle (1993, p.97), houve um momento histórico em que a gestão funerária tornou-se um problema social econômico e urbanístico nas cidades, que não mais sabiam o que fazer com seus mortos. De maneira que a organização foi se desenvolvendo ao redor de dois sistemas diferentes: o municipalizado, em locais com influência francesa, e o privado, deixado a cargo das empresas comerciais, no mundo anglo-saxão, sistema este que prevalecerá nos Estados Unidos, dando início a uma indústria próspera.

No processo de transferência da gestão da morte para o âmbito técnico, profissional e científico, um ator emerge como protagonista nessa cena: a medicina. O processo de institucionalização da morte utiliza-se de seu ocultamento com a finalidade de proteger a organização da desordem ocasionada pela morte, que passa a ser vista, frequentemente, dentro de uma perspectiva de fracasso técnico. A medicalização atua oferecendo soluções científicas para os dilemas que envolvem o adoecimento e a morte; e a mercantilização transforma essas soluções em mercadorias e as vende, transformando as atividades sociais e as experiências humanas. (HOWARTH; LEAMAN, 2004).

No cenário da segunda metade do século XX, a morte volta à cena, ao menos em algumas esferas acadêmicas e intelectuais. Inicialmente escritores, a exemplo de Tolstoi, com A Morte de Ivan Ilitch, e filosófos expõem críticas ao modelo vigente, posteriormente historiadores como Ariès, Elias, Morin, Vovelle e mais recentemente psicólogos e outros profissionais assumem uma posição contestatória em relação à referida negação da

morte. Devemos nos perguntar se a quantidade de debate sobre a interdição da morte sinalizaria um momento de sua liberação? Medicalizada e mercantilizada a morte teria deixado de constituir um tabu na sociedade contemporânea? Vovelle (1983) chama atenção para esse movimento em um tópico denominado "*La redécouverte de La mort"*, referindo-se aos novos discursos sobre a morte com o subtítulo: "do silêncio à invenção de um tema".

Observamos o surgimento, inclusive, de uma "área do saber" uma espécie de especialidade, a tanatologia, que se apropria das discussões sobre o tema. Já existe no Brasil diversos cursos reconhecidos com esse título, que forma "Tanatólogos", além de inúmeras formações e capacitações. Os "terapeutas do luto" também entram em cena e estão presentes em hospitais, clínicas escolas e funerárias. Nas redes sociais da internet se multiplicam perfis de grupos de estudos e equipes profissionais que abordam a temática do luto, além dos perfis das próprias empresas e associações ligadas ao setor funerário.

Sim, a morte parece sair de seu total ocultamento, mas ela não ressurge para ocupar qualquer posição. O espaço dado à morte não é ligado a um lugar vivencial, mas a um lugar na vitrine. Tratá-la com o tamanho pudor, outrora evidenciado pelo historiador Ariès, prejudicaria quaisquer serviços e produtos que possuíssem alguma ligação com ela, de modo que é fácil compreender o empenho dos empresários do setor funerário preocupados com a "desmistificação da morte".

A morte saiu da invisibilidade? A princípio sim, mas não enquanto experiência de dor, paralisação, sofrimento, reflexão, impotência ou resignificação. Somente é permitida ao tempo em que constrói consumidores de uma gama de produtos ligados a ela, desde cuidados médicos no processo de morrer, medicalização do luto, psicoterapias, toda a ampla rede de serviços funerários e até produtos em geral como turismo, cosméticos, vestuário, jornal... A morte é visível quando a morte vende.

No entanto, a relação de muitos homens contemporâneos com a morte tem sido, atualmente, permeada pelo distanciamento, pela técnica, pela institucionalização, pela medicalização e pela mercantilização. A maneira como lidam com a passagem do tempo, com o envelhecimento e com a morte sofreu muitas mudanças e, hoje, há uma frequente tentativa de apagar ou disfarçar os indícios desses processos. Assim, a técnica e o mercado oferecem tratamentos estéticos, cirurgias plásticas ou mesmo intervenções virtuais nas imagens, de forma que a aproximação das pessoas com o envelhecimento e com a morte seja postergada. É cultivada, simultaneamente, uma expectativa de que o envelhecimento possa ser paralisado e a morte adiada, indefinidamente, por meio dos avanços da tecnologia biomédica.

Na psicanálise entende-se que falar de algo, constitui um primeiro passo no processo de elaboração da coisa em si. Entretanto, tal acepção foi apropriada pelo imaginário popular de forma muito simplista. O que levou as pessoas a acreditarem que apenas a fala, em si, já seja o próprio processo do elaborar. Ocorre que muitas vezes a fala pode, ao contrário da implicação, criar um distanciamento em relação àquilo sobre o que se pretende falar. É um processo de ocultação através do muito falar. Isso tem vários nomes dentro da teoria psicanalítica (Roland Gori chama de "muralhas sonoras", Pichon-Rivière denomina de "objeto epistemofílico", entre outros), o certo é que tais processos podem ser vistos com frequência no comportamento das pessoas em relação à morte.

Fala-se sim da morte nos dias atuais, porém de uma forma desimplicada, cuja finalidade é por vezes a banalização do fenômeno, ou muitas vezes, em sintonia com o atual quadro social, sua espetacularização. O que pouco se vê é uma fala permeada pelo desejo de elaborar os medos atávicos que este significante porta e também a falta a que tal evento conduz; falta essa que nos remete sempre e novamente à falta fundante de todos os seres humanos.

Foi mesmo o fundador da psicanálise quem apontou essa dinâmica na sociedade do seu tempo e a qual nós nunca abandonamos. "Uma convenção inexplícita faz tratar com reservas a morte do próximo. Enfatizamos sempre o acaso: acidente, infecção, etc., num esforço de subtrair o caráter necessário da morte. Essa desatenção empobrece a vida" (Freud, 1916, p. 300).

A interdição da morte na sociedade contemporânea tem relações com "o imperativo da felicidade", com os conceitos psiquiátricos de "melhor que bem" e com a construção de uma sociedade performática. Não há espaço, em uma sociedade que assim se configura, para lidar com as questões do tempo, do sofrimento, do desamparo e da solidão, que a perspectiva da finitude humana levanta.

Trata-se da miríade da eterna juventude, renovada não só como a grande ambição da nossa época, mas principalmente como uma promessa que, logo estará à disposição de todos – todos aqueles que tenham condições de pagar por isso (Sibilia, 2008).

Inicialmente monopólio das confrarias e irmandades, depois sob o controle do serviço público e posteriormente submetido à Igreja; a gestão econômica dos rituais funerários se encontra, hoje, sob o domínio do mercado, que os submeteu à lógica da técnica. De modo que, quem "dirige" o ritual funerário não é mais o sacerdote, o religioso ou mesmo a família, mas o cerimonialista, o tanatopraxista ou outro profissional "habilitado" tecnicamente e contratado para lidar com as questões relativas à morte.

Outro fator que impulsionou a transformação dos rituais funerários em produto foi a migração da morte, do domicílio para os hospitais, promovendo a especialização e racionalização técnica do tratamento dos mortos e despojando-os de qualquer aura religiosa. A história do comércio funerário teve por muito tempo a concorrência entre seus três atores principais, Estado, Igreja e Mercado, mas assiste, agora, à vitória deste último. (TROMPETTE, 2008)

As modificações nas práticas funerárias, observadas hoje em dia, estão relacionadas com as alterações na maneira como nossa sociedade tem lidado com o tempo, com o envelhecimento e com a morte. O que antes era considerado como "rituais funerários" agora existe, também, como "serviços funerários", compreendidos como produtos de consumo, segmentados entre faixas de poder aquisitivo e submetidos à lógica do mercado. A presença de símbolos religiosos significativos para o morto e sua família, de rituais ligados a crenças sobre o destino do morto e do apoio social da comunidade para com a família enlutada tem dado lugar a práticas comerciais que propagam o ideal de que a técnica especializada é capaz de gerir melhor o que antes estava sob o poder da família.

Submetida à lógica mercantil, a morte se transforma em um produto como outro qualquer e o sucesso de vendas das empresas é calcado, como nas outras áreas do consumo, na construção de desejos e necessidades. A desqualificação dos rituais tradicionais obedece à necessidade que o "comércio da morte" tem de aumentar suas vendas, de modo que a novidade, o "império do efêmero" se constitui como a mola propulsora para o aumento dos lucros. O mercado funerário, como nos demais ramos comerciais, também possui suas associações, seus sindicatos e suas feiras.

No Brasil, um dos grupos mais importantes do mercado funerário organiza, de dois em dois anos, a Funexpo, uma feira de exposição de produtos e serviços funerários que tem sido chamada de "a bienal da morte". Nesses encontros, assim como nos eventos de moda e de carros, como *Fashionweek* e salão do automóvel, são lançadas as novas tendências do mercado funerário.

Já existe, inclusive, uma tabela de preços ao consumidor de funerais, com os valores sugeridos pela ABREDIF – Associação Brasileira de Empresas e Diretores do Setor Funerário**.** A explanação sobre o setor, contida no site*,* retrata de forma clara e objetiva a maneira como os rituais funerários foram transformados, na contemporaneidade, em produtos de consumo como quaisquer outros, sendo destituídos de seus valores simbólicos, tradicionais, pessoais ou religiosos. É o que podemos observar na afirmação: "*Há uma certa mistificação em torno do segmento funerário, mas no fundo a atividade se assemelha a qualquer outro ramo de negócio.",* que se segue ao título, **"***SETOR NÃO É DIFERENTE DOS DEMAIS"* (FUNEXPO, 2011).

Assim, a competitividade atual cria mais e mais "novidades" no mercado funerário. Antes a tradição dos costumes dava a sensação de que sabíamos o que fazer, hoje nos perdemos diante das vitrines de desejos implantados e, sempre, insatisfeitos. O morto passa a se chamar *cliente primário* e seu velório e enterro se passa de maneira parecida com seus outros rituais como casamento, formatura e parto, onde seus movimentos e sentimentos são encenados, sob a direção de uma equipe especialista em cada caso. O poder é dado à técnica: "*eles sabem o que fazer*", nós, não mais. Somos dirigidos, temos o direito de escolher sim, mas somente entre as possibilidades que o mercado nos oferece.

O local de realização do velório também mudou, migrou da sala da casa do falecido, lugar identitário, relacional e histórico, para os salões de velórios alugados por empresas especializadas, um não-lugar, onde não existe identidade, relação nem história. O conceito de não-lugar, aqui apresentado, refere-se à concepção de Marc Augé, que afirma que: "*A supermodernidade é produtora de não-lugares (...) um mundo onde se nasce em uma clínica e se morre num hospital."* (AUGÉ, 1994, p.74-75). Para algumas famílias, além de antiquado, o velório em casa chega a ser proibido.

Semelhante ao pensamento dos *fast-foods,* os *fast-velórios* oferecem kits, pacotes, com opções pré-selecionadas de acordo com os desejos e possibilidades financeiras da família ou, como nomeado no conto de Jair Santos (2006), do "cliente primário", o morto. Assistimos, então, a uma "Mc Donalização" da morte? Podemos responder com a ajuda da afirmação de Sebastien Charles: *"Os sistemas de representação se tornaram objetos de consumo e são tão intercambiáveis quanto um carro ou um apartamento."* (LIPOVETSKY; CHARLES, 2004, p.30).

Assim, se a propaganda de margarina nos promete uma família exemplar e sorridente, se o lançamento automobilístico nos dará poder e mulheres e se somente o novo celular nos conectará com o mundo, divulga-se, também, que existe uma forma feliz de lidar com a morte, com o morrer e com o luto, e essa forma está à venda. Segundo essa perspectiva, Jorge Coelho Soares, psicólogo, interessado em compreender essas emergentes configurações da subjetividade, cita três pilares constitutivos desta nova modernidade globalizada: o mercado, a eficiência técnica e o indivíduo, este imerso no imediatismo e no excesso.

Surge uma cultura do hiper, assentada na hipermodernidade, no *hiperconsumo* e no *hipernarcisismo.* Como esse novo homem, em tempos de hipermodernidade se relaciona com sua finitude? Jorge Soares afirma que: "*O homem hipermoderno tende a ver a morte como uma traição, cometida pela tecnociência, que se apresentou a ele como onisciente e onipotente, que lhe prometeu eterna juventude e imortalidade*" (SOARES; DANTAS, 2006).

A morte afronta, portanto, essa perspectiva de utopia da imortalidade e deve ser escamoteada, escondida e quem morre "deletado", lembra a pesquisadora Paula Sibília (2008). O morrer deixa de ser um momento já esperado do desenvolvimento humano para se configurar como uma derrota; muitos profissionais de saúde usam termos como "*perder o paciente", "lutar contra a doença", "guerra química", "bombardeio de radiação", "vítimas do câncer", "defesas baixas", "invasão tumoral*" e outras denominações de caráter militar, estudadas por Susan Sontag (2002) em seu livro "*A doença como metáfora".*

A autora Paula Sibília acredita que estamos vivenciando uma época limítrofe, uma passagem a outro projeto político, sociocultural e econômico. Ela questiona: "*Como influem todas essas mutações na criação de "modos de ser"? De que maneira elas acabam nutrindo a construção de si? De que modo essas transformações contextuais afetam os processos pelos quais alguém se torna o que é?*" (SIBÍLIA, 2008, p.15).

Esse período de transição também é notado pelo jornalista e professor Adauto Novaes, no livro "*A condição humana: as aventuras do homem em tempos de mutações"*, em que ele observa que, com o advento da revolução tecnocientífica, estamos na confluência de dois mundos, um que ainda não começou inteiramente e outro que não se completou ainda. O autor entende que a pergunta de nosso tempo é: "*o que é feito da condição humana em um mundo que dedica uma reverência religiosa à mercadoria como se essa exercesse uma potência sobrenatural sobre o homem?"* Novaes (2009, p.9-15).

Poderemos ainda nos questionar a que artigo do estatuto do direito do consumidor recorreremos quando, mesmo comprando a margarina do comercial, nossas famílias continuem envolvidas em conflitos interpessoais, quando, mesmo adquirindo o carro mais moderno, permanecemos solitários, quando, mesmo comprando o celular de última geração, ainda estejamos enfrentando o fantasma do desemprego e quando, mesmo contratando todos os serviços de famosas redes funerárias, continuemos sentindo dor, pesar e dificuldades em lidar com a ausência das pessoas que amamos e com a nossa própria finitude?

3- Da abreviação do tempo destinado ao sofrer

Ao pensar na relação do Homem com o tempo e com a finitude, são pertinentes os questionamentos: Qual o tempo destinado ao sofrer na sociedade ocidental contemporânea? De que maneira o período do luto é abreviado em uma época que valoriza, e mesmo impõe, o "ser feliz"?

Vivenciar a alternância entre vivências de felicidade e de tristeza faz parte da experiência pessoal da maioria dos seres humanos, porém, na contemporaneidade, a proporção esperada de cada um desses polos tem sido bastante modificada. Estamos diante do que podemos chamar "Imperativo da Felicidade" (FREIRE FILHO, 2010), pois a felicidade é colocada como condição indispensável de bem estar e sucesso pessoal e as formas

apontadas pela sociedade para sua obtenção são as mais diversas, contudo em sua maioria ligadas ao consumo e à imagem.

No entanto, não é suficiente ser feliz, em uma sociedade do "Culto da Performance" (EHRENBERG, 2010) temos que ser o mais feliz dentre os outros. Se estamos bem, por que não podemos ficar melhor? Esse é o pressuposto do conceito de "melhor que bem", muito utilizado na chamada "Psiquiatria cosmética", que concebe o uso dos medicamentos psicotrópicos não só como auxilio às pessoas com quadros patológicos, mas como potencializador de características desejáveis em uma sociedade performática.

As fronteiras entre tratamento e aperfeiçoamento, segundo o psiquiatra Benilton Bezerra, estariam indefinidas, e a psiquiatria se voltaria: "Não apenas ao tratamento, mas ao alívio do sofrimento inerente à vida cotidiana e aos limites naturais da vida, bem como pela produção biotecnológica de estados de felicidade" (BEZERRA, 2010, p.121). Vivências e estados subjetivos, antes considerados como indissociáveis do viver de qualquer pessoa, têm figurado como patológicos ou indesejáveis, de modo que devem ser tratados ou evitados. Bezerra (2010) observa que a compreensão do sofrimento psíquico como instrumento de transformação pessoal, presente nas correntes psicodinâmicas e fenomenológico-existenciais, vem dando lugar a concepções diferentes, que classificam o sofrimento como desnecessário e mesmo patológico. Um exemplo dessa realidade é a medicalização da tristeza e do luto.

O luto é um processo multidimensional de reação a uma perda, seja simbólica ou concreta, validada ou não pela sociedade a que o indivíduo pertence. A reorganização do enlutado acontece por meio da oscilação entre o enfrentamento e o afastamento da dor da perda. Dificuldades na alternância entre esses dois polos podem indicar complicações no processo de luto, pois os dois recursos são importantes para sua elaboração. (CASSELATO *et al*, 2009).

Ademais, as respostas emocionais à morte não são universais, seus tipos, suas expressões e sua compreensão são "assuntos de cultura" (PARKES, LAUNGANI; YOUNG, 2003). No entanto, os professores Horwitz & Wakefield, das áreas de sociologia e serviço social, respectivamente, discutiram a questão da transformação da tristeza em patologia, na publicação *A tristeza perdida.*

Eles argumentam que o aumento dos diagnósticos de casos de Transtorno Depressivo Maior não derivaria de incremento da incidência da doença, mas da sobreposição de categorias conceitualmente diferentes, tristeza e depressão, o que permitiria a patologização massiva da tristeza. Desde a antiguidade, passando pelo século XIX e até meados do século XX a sociedade e a psiquiatria adotaram uma abordagem contextual à depressão. Porém essa postura se modificou quando o *DSM* (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorder)*, na sua versão *DSM-III,* substituiu essa abordagem pela sintomática. (HORWITZ; WAKEFIELD, 2010).

Contudo, os "sintomas" que as pessoas apresentam, quando estão passando por uma tristeza intensa relacionada a alguma situação de sua vida ou ao luto, podem ser idênticos aos da Depressão Maior, no entanto o contexto é diferente. Em uma compreensão que considere o contexto, teremos um posicionamento; em outra, que focalize apenas os sintomas, como preconiza o *DSM atual, uma* atitude diversa.

A sociedade contemporânea tem elegido a medicalização do viver como alternativa para lidar com essas questões. Assim, a medicalização não só da tristeza, mas de outras vivências humanas, do nascimento à morte, coloca no domínio técnico âmbitos antes não pertencentes à clínica médica. Podemos perceber uma profusão de novos rótulos como TDAH, Alienação Parental, *Bulling*, que transferem para a expertise profissional circunstâncias antes geridas pelas famílias, de modo que também o poder é transferido.

Mesmo processos anteriormente encarados como presentes na vida comum tem sido medicalizados,como, por exemplo, ansiedade, oscilações de humor, menstruação, nascimento, infertilidade, menopausa, calvície, envelhecimento e morte. Ao que parece, em uma sociedade que cultua a performance, a tolerância com as diferenças tem diminuído.

A que e a quem serve a transformação de situações antes aceitas como variações do modo de ser das pessoas em doenças medicalizáveis? Adorno compreendia uma sociedade emancipada não pela sua uniformidade, mas pela conciliação de suas diferenças. Pórem, o que temos hoje é a determinação cada vez mais rígida de uma única direção a seguir, as várias novas possibilidades que a contemporaneidade nos apresenta não são senão facetas do mesmo Homem Unidimensional já descrito por Marcuse (1973) em: *A Ideologia da Sociedade Industrial*.

Podemos notar que a dimensão que se configura como preponderante continua sendo a do capital e a do mercado. As empresas farmacêuticas estão imbricadas neste processo, apresentando como solução a intervenção medicamentosa e estabelecendo um ciclo pernicioso: os grandes lucros da indústria farmacêutica são mantidos por meio de financiamento de pesquisas, congressos e demais atividades médicas e, em troca, os profissionais assumem a medicação como a alternativa primeira em suas intervenções.

Diante dessas observações, podemos perceber que a proposta que a contemporaneidade nos faz em relação ao sofrimento está ligada a uma promessa de extinção do sofrer. Esse objetivo seria alcançado por meio da coação a que somos submetidos em direção à abreviação de uma vivência dolorosa ou a seu rápido esquecimento. Uma forma de esquecer, que não se dá no sentido nietzschiano, como afirma Ferraz (2010), pois, desse ponto de vista, o esquecimento poderia ser comparado ao processo de digestão, havendo descarte de alguns elementos não necessários ao ser, porém, existindo uma assimilação do que seria necessário para o seu crescimento e desenvolvimento.

Partindo dessa concepção, não haveria uma oposição entre o esquecimento e a memória. De maneira que, sobre o tempo permitido a esse esquecer, Ferraz (2010, p.118-119) enfatiza: "Como em toda digestão, o processo se dá no tempo e precisa da paciência requerida pelo tempo (...) Portanto esquecer é todo o contrário da pressa e da lógica da descartabilidade que impregna o regime de vida contemporâneo". Em contraponto ao processo de ruminação e elaboração que o esquecimento nessa perspectiva demanda, lidamos atualmente com a visão de que somos "*homus deletabilis*", termo que dá título ao livro de Ferraz. A substituição da metáfora digestiva pela tecnológica evidencia que o esquecimento, que nos é cobrado hoje, não admite assimilações ou processo de ruminação, ele deve acontecer na velocidade em que apertamos a tecla "*delete*" e não deve deixar marcas ou vestígios, como quando clicamos em "excluir".

Qual seria então o tempo para lidarmos com o sofrimento resultante da morte de alguém que amamos? Equivaleria ao tempo, por vezes lento, do esquecimento como digestão? Com todos seus processos de ruminação, elaboração, assimilação, transformação e descarte? Ou consistiria no tempo de um clique na nossa "tecla delete", obtido muitas vezes por via biotecnológica fornecida pelo mercado?

4- A última impressão é a que fica: a morte como espetáculo

Após as questões sinalizadas nesse artigo, podemos perceber que não parece haver ruptura no enquadramento da morte e da perda como tema tabu. Apenas é permitido socialmente que ela ocupe locais determinados: o lugar de espetáculo, de produto, da técnica, da banalização e mesmo do humor.

Continua vedado o aprofundamento de questões ligadas, por exemplo, à expressão de sentimentos de dor e pesar, à vivência do luto fora de um local de patologização ou às demandas existênciais promovidas pela consciência da própria finitude.

Partindo da argumentação do ditado popular às avessas, "A última impressão é a que fica", o comércio funerário vende toda espécie de produtos ligados à imagem do corpo morto, que deve se assemelhar ao vivo, ou mesmo superá-lo em beleza e, pasmem, "vivacidade". Essas são promessas comuns a muitos serviços de necromaquiagem ou tanapraxia, oferecidos pelas empresas que organizam o *"Último evento social que essa pessoa vai ter"*, e, assim como um casamento, formatura ou aniversário deve ser executado da melhor maneira possível, segundo as empresas.

A autoridade sobre o morto migra das instituições família e igreja em direção às equipes profissionais, tanto de saúde como funerárias. Movimento que expressa a progressiva medicalização e mercantilização da morte, como da vida. As preocupações antes direcionadas à alma são devotadas ao corpo do morto e o foco recai com mais intesidade sobre o bem estar dos enlutados do que sobre os destinos da "alma" da pessoa falecida.

É de uso popular antigo e corriqueiro no Brasil expressões como: "Não ter onde cair morto" e "está pela hora da morte", ambas fazem referência ao custo, em cifras, que a morte e os rituais funerários representam aos sobreviventes, ou ao próprio morto. Essas relações econômicas e comerciais que circundam a maneira como lidamos com os mortos, em nossa sociedade, tem se intensificado na contemporaneidade. A mercantilização atinge a morte e seus rituais, transformando-os em mais um produto comercializável. Visto que, com a licença da junção dos dois ditados da sabedoria popular: "*Ter onde cair morto está pela hora da morte!"*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. (1986) *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

AUGÉ, M. (1994), *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papirus.

BAUMAN, Z. (2008), *Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BIRMAN, J. (2010), Muitas felicidades?! O imperativo de ser feliz na contemporaneidade. In: J. FREIRE FILHO (ed.), *Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade*. Rio de Janeiro: FGV.

CANCLINI, N. G. (2008) *Consumidores e cidadãos*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

CASSELATO, G.; MAZORRA, L.; FRANCO, M.H.P.; TINOCO, V., (2009) Luto complicado: considerações para a prática. In F. S. SANTOS (eds.), *A arte de morrer: visões plurais*. Bragança Paulista: Comenius. v. 2

EHRENBERG, A. (2010) *O Culto da Performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. Aparecida: Idéias & Letras.

FERRAZ, M. C. F. (2010), *Homo deletabilis: corpo, percepção, esquecimento do século XIX ao XXI*. Rio de Janeiro: Garamond.

FREIRE FILHO, J. (ed.) (2010), *Ser feliz hoje: reflexões sobre o imperativo da felicidade*. Rio de Janeiro: FGV.

FREUD, S. (1916), Reflexões para os tempos de guerra e morte. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud,* vol.XIV. Rio de Janeiro: Imago.

HARVEY, D. (2008), *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola.

HORWITZ, A. V.; WAKEFIELD, J. C. (2010), *A Tristeza Perdida: como a psiquiatria transformou a depressão em moda*. São Paulo: Summus.

HOWARTH, G.; LEAMAN, O. (2004), *Enciclopédia da Morte e da Arte de Morrer*. Lisboa: Quimera.

KEHL, M. R. (2005), Muito além do espetáculo, In A. Novaes (ed), *Muito além do espetáculo*. São Paulo: Senac.

LIPOVETSKY, G.; CHARLES, S. (2004), *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla.

MARCUSE, H. (1973), A Ideologia da Sociedade Industrial. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

MITFORD, J. (1963), *The American Way of Death*. Simon and Schuster: New York.

NOVAES, A. (2009), *A condição humana: as aventuras do homem em tempos de mutações*. São Paulo: Edições SESCSP.

PARKES, C. M.; LAUNGANI, P., YOUNG, B. (2003), *Morte e Luto Através das Culturas*. Lisboa: Climepsi Editores.

ROUANET, S.P. (1993), *Mal-estar na Modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras.

SANTOS, J. F. (2006), *Cybersenzala*. São Paulo: Brasiliense.

SEVERIANO, M. F. V. (2007), *Narcisismo e publicidade: uma análise psicossocial dos ideais de consumo na contemporaneidade*. São Paulo: Annablume, 378p.

SIBILIA, P. (2008), *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova fronteira.

SOARES, J. C.; DANTAS, M. A. (2006), *Considerações sobre a morte e o morrer na hipermodernidade*. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 6, n. 2, p. 89-104.

SONTAG. S. (2002), *A Doença como Metáfora*. Rio de Janeiro: Graal.

TROMPETTE, P. (2008), *Le marché des défunts*. Paris: Presses de Sciences.

VOVELLE, M. (1983), *La Mort et l'Occident: de 1300 à nous jours*. Evreux: Galimard.

VOVELLE, M. (1993), *L'heure Du grand passage: chronique de La mort*. Evreux: Galimard.

GT 85
Estudos Feministas: da Pesquisa às Políticas

Feminismo acadêmico e antropologia feminista no Brasil: Trânsitos e deslocamentos entre militância e produção de conhecimento1

Alinne de Lima Bonetti[2]

RESUMO: Historicamente, no contexto brasileiro, a relação entre feminismo e antropologia tem sido marcada por uma tensão (Heilborn, 1992), oriunda do embate entre militância e produção de conhecimento. Tal peculiaridade implicou na constituição instável de um campo feminista acadêmico antropológico, que ainda não pode ser considerado como uma "subcomunidade epistêmica" (Salgado, 2011), tal como as experiências mexicana e estadunidense. A partir dos resultados de uma pesquisa documental e bibliográfica sobre o campo antropológico feminista brasileiro, que objetivou investigar a sua constituição (as pesquisadoras pioneiras, as influências políticas e epistemológicas, os recursos teóricos, analíticos e metodológicos), este texto pretende problematizar aspectos do desenvolvimento deste campo relativos a sua histórica instabilidade e a sua mais recente, e crescente, consistência na tradição antropológica brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia – feminismo – epistemologia – militância – Brasil

INTRODUÇÃO

Esta análise parte de uma pesquisa que se preocupou em compreender o campo político feminista que se formou no Brasil a partir dos anos 1970 até os anos 2010 no âmbito universitário, o que se convencionou chamar de feminismo acadêmico. Deste universo mais amplo, elegeu-se um universo em particular: o campo da antropologia feminista. Ainda instável na tradição antropológica brasileira, este campo disciplinar tem se mostrado mais consistente a partir de meados dos anos 2000, com a incidência do marcador geracional. Houve, assim, uma questão que foi perseguida: como se configura este campo ao longo dos anos de consolidação do feminismo acadêmico no Brasil?

No decorrer de minha trajetória acadêmico-profissional venho investigando a relação gênero e poder em suas diferentes dimensões e manifestações. Mais recentemente tenho me dedicado a refletir sobre as configurações do campo político feminista, na sua dimensão movimentalista (Bonetti, 2000, 2003a e 2007). O interesse e as

---

1 Esta pesquisa conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A participação neste evento foi possível em virtude do apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2 Antropóloga, licenciada em Ciências Sociais pela UFRGS (1997), mestra em Antropologia Social pela UFSC (2000) e doutora em Ciências Sociais, área estudos de gênero, pela Unicamp (2007). Dentre os seus temas de interesse e pesquisa estão: gênero, poder, política, feminismo, desigualdades e suas interseccionalidades, teoria feminista, antropologia feminista e teoria antropológica. Principais publicações: BONETTI, Alinne e SOUZA, Ângela (orgs). Gênero, mulheres e feminismo - Coleção Bahianas 14. Salvador: Edufba, 2011; BONETTI, Alinne e FLEISCHER, Soraya (orgs). Entre Saias Justas e Jogos de Cintura. Florianópolis e Santa Cruz do Sul: Editora Mulheres e EDUNISC, 2007.

investigações sobre esta dimensão do campo político feminista tem se desdobrado em diferentes produções, tais como a organização[3] do Simpósio Temático Gênero, deslocamentos e militâncias no âmbito do Seminário Internacional Fazendo Gênero em 2010, o Grupo de Trabalho Gênero, deslocamentos, militâncias e democracia que tiveram lugar nas reuniões da Anpocs em 2011 e 2012 e na Reunião Brasileira de Antropologia em 2012 e o Grupo de Trabalho Gênero, política, feminismos e desenvolvimento[4], que teve lugar no XV CISO – Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais.

O interesse em reunir pesquisadoras/es que lidassem com o campo de estudos feministas e de gênero e militâncias, em especial com os movimentos feministas, veio com o intuito de mapear as principais questões, temas, conceitos, teorias e métodos que atualmente constituem esse campo de investigação. Ademais, obviamente, o intuito de uma rede de diálogos sistemáticos sobre este campo. Para além das questões trazidas pela variedade de pesquisas apresentadas, da diversidade temática e de abordagens em todas essas experiências, em especial, chamou-me a atenção, por um lado, a relevância do feminismo acadêmico para a constituição de um consolidado campo epistemológico associada a uma significativa sub-problematização teórico-metodológica desta dimensão do feminismo. Por outro lado, e ligada a esta consolidação, evidencia-se uma importante questão geracional, seja pela presença de jovens pesquisadoras/es e pesquisadoras/es jovens, seja pelo crescente interesse investigativo sobre a relação juventude/feminismo, tema que tem ocupado as reflexões feministas desde o início dos anos 2000 (Bonetti, 2003b), mas ainda pouco explorado analiticamente (Facchini e Lins, 2011).

Protagonista relevante e muito lembrado da história do novo feminismo brasileiro (Grossi, 1998 e Goldberg, 1987), surgido a partir da década de 1970, o feminismo acadêmico confunde-se e caracteriza as mobilizações feministas do período (Pinto, 2003). Ele surge num contexto propício de implantação e expansão de cursos de pós graduação em Ciências Sociais no Brasil nos anos 1970. Data do início desta década a iniciativa pioneira de um curso monográfico sobre Família e Relações entre Sexos na graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia (Grossi, 2010). Desde então, a partir de diferentes investimentos e iniciativas, o campo feminista acadêmico vem se desenvolvendo e consolidando "através de reuniões em grandes encontros acadêmicos por área, formação de núcleos de pesquisa e grupos de trabalho em encontros, constituição de periódicos e redes nacionais e regionais, bem como encontros interdisciplinares em gênero e feminismo" (Adrião, 2008: 204). Destaca-se o grande investimento da Fundação Carlos Chagas, em especial durante o período de 1978 a 1998, por meio do aporte de recursos para financiamento de pesquisas na área (Sorj e Heilborn, 1995; Zirbel, 2007; Adrião, 2008 e Grossi, 2010).

Mesmo com tamanha presença e relevância, esta dimensão do campo político feminista tem sido pouco problematizada como objeto de investigação *per se*, com importantes exceções (Costa e Bruschini, 1993; Zirbel, 2007 e Adrião, 2008). Qual a sua configuração, campos de forças e tensões? Quais são suas principais linhagens teóricas? Que conceitos forjou? Poder-se-ia identificar uma teoria feminista/de gênero genuinamente brasileira? Quais seus métodos? Estas reflexões se agudizam a partir da experiência docente no Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade (BEGD). Criado em 2008, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), é um dos mais significativos resultados dos investimentos do feminismo acadêmico que marca os quase trinta anos de história do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, o NEIM/UFBA[5], no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Trata-se de um Bacharelado interdisciplinar, com corpo docente pequeno, com diferentes perspectivas disciplinares e teóricas: Antropologia, Sociologia, História, Ciência Política e Letras.

---

3 Tais Simpósios e Grupos de trabalho foram organizados em conjunto com as Professoras Elisete Schwade (UFRN) e Miriam Grossi (UFSC).

4 Este, por sua vez, foi organizado em parceria com o Professor Alexandre Zarias (UFPE/Fundaj).

5 Em 2005 foi criado o Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPGNEIM. Para maiores informações: http://www.ppgneim.ffch.ufba.br/

Tal experiência, inédita no país, reatualiza antigas questões que ocupam as pesquisadoras do tema: de um lado a relação entre produção de conhecimento e militância e, de outro, a própria expansão do feminismo, tomado aqui como uma ideologia política, no que diz respeito à sua capacidade de angariar novas/os adeptas/os, de transmissão do legado político feminista e da própria mobilização política. Está explicitamente recolocada aqui a questão geracional. O feminismo acadêmico seria, atualmente, um dos principais modos de renovação e reprodução desta ideologia política e de produção de conhecimento?

Estes questionamentos oriundos desta experiência assomam-se à uma reflexão que vem ocupando parte dos meus investimentos investigativos e analíticos sobre o campo político feminista, em especial a partir do início dos anos 2000: qual a contribuição e o lugar da Antropologia, minha formação disciplinar, dentro deste campo de formação acadêmica feminista?

Ao longo do curso do doutorado, num dos centros de excelência em estudos de gênero do país, fui aprendendo a ouvir e a consolidar esse interesse frente às mais sofisticadas teorias feministas que me produziam um certo "incômodo". Incômodo que me instigou a compreender e explicitar qual seria o lugar da Antropologia no vasto e multi-disciplinar campo da teoria feminista. Lancei-me o desafio de refletir sobre a viabilidade de uma Antropologia Feminista, tão fortemente consolidada na tradição antropológica estadunidense e timidamente mencionada na tradição brasileira, e também sobre o caráter político que essa adjetivação implica para a disciplina. Foi assim que me deparei com uma Antropologia Feminista e com as suas preocupações acerca do poder. Passei a refletir sobre como conciliar essas duas matrizes reflexivas – a crítica feminista e a crítica antropológica – na análise que empreenderia sobre aquelas pessoas com quem pesquisava.

Foi desta forma que, na tese, busquei incorporar mais profundamente a crítica da antropologia feminista à teoria antropológica canônica, trazendo à tona os debates epistemológicos sobre as relações de poder na produção de conhecimento antropológico, bem como a adoção do gênero como uma categoria simultaneamente analítica e epistemológica, e não como uma categoria descritiva que investiga as relações sociais de gênero, a construção das identidades de gênero e dos seus respectivos papéis na sociedade (Bonetti, 2007 e 2009).

Essas reflexões encontraram ressonância e, compartilhadas com outras colegas, surtiram alguns frutos, como a organização do livro Entre Saias Justas e Jogos de Cintura, lançado em abril de 2007, que reúne a experiência de trabalho de campo de antropólogas em formação, oriundas das universidades brasileiras (Bonetti e Fleischer, 2007a), a coordenação do Grupo de Trabalho *Entre pesquisar e militar: Contribuições e limites dos trânsitos entre pesquisa e militância feministas*, no Seminário Fazendo Gênero – Florianópolis, 2006, em que se reuniu um grupo bastante interessado de pesquisadoras e pesquisadores de diferentes áreas das Ciências Sociais, com a predominância de antropólogas, a fim de se pensar coletivamente nas ambivalências, tensões, contribuições e limites vindos da relação entre militância e pesquisa acadêmica e a proposição de uma Rede Brasileira de Antropologia Feminista, que passou a ter existência na rede virtual (Bonetti e Fleischer, 2007b e Bonetti, 2011). Registra-se, ainda, a organização[6] do Fórum de Pesquisa *Antropologia Feminista no Brasil? Reflexões e desafios de um campo em construção*, no âmbito da Reunião Brasileira de Antropologia em 2008 e a participação na Mesa Redonda La Antropologia feminista hoy: desafios teóricos y políticos en un mundo globalizado, no âmbito do X Congreso Argentino de Antropologia Social, ocorrido em Buenos Aires entre 29 de novembro e 02 de dezembro de 2011.

O acúmulo de reflexões e questionamentos que imbricam feminismo acadêmico e antropologia feminista levaram-se a identificar a necessidade de resgatar a história do diálogo e da relação nem sempre confortável entre antropologia e feminismo acadêmico no Brasil (Heilborn, 1992; Sorj e Heilborn, 1999, Gregori, 1999, Strathern, 1987), seus desdobramentos, suas produções, abordagens, questionando a possibilidade de configuração deste campo disciplinar no Brasil contemporâneo. Impõem-se questões como: o que dizer da antropologia

6 Foi organizado em conjunto com a Profa. Dra. Miriam Vieira (Unisinos).

feminista brasileira? Quais são as pioneiras fundadoras deste campo? Quais as suas principais obras? Como pensam a relação entre militância e produção de conhecimento? Como pensam o encontro geracional na reprodução da antropologia feminista na academia? Como se caracteriza esse campo atualmente? Quais são seus temas, conceitos-chaves, referenciais teóricos?

Do problema investigado e sua abordagem

A relação entre Antropologia e Feminismo na academia brasileira é antiga (Heilborn, Franchetto e Cavalcanti, 1981; Heilborn e Sorj, 1999 e Grossi, 2010) e ambivalente. Em análise sobre o campo antropológico brasileiro de estudos de gênero, Grossi (2010) identifica que "a produção antropológica brasileira sobre a temática de gênero vincula-se estreitamente ao desenvolvimento do feminismo como ideário político e como reflexão teórica que emerge no Brasil a partir dos anos 1970" (p 295). A ambivalência se caracteriza pelo contraste entre notável frente a existência de muitas antropólogas que se identificam como feministas (Gregori, 1999; Grossi, 2010; Machado, 2010) e a ausência do adjetivo feminista, de forma a caracterizar a Antropologia – talvez subsumido pela locução de gênero.

Tal peculiaridade pode estar relacionada com as formas que assumiram da relação estabelecida entre academia e militância no Brasil, em especial no campo feminista. Heilborn (1992), num levantamento crítico sobre a Antropologia da Mulher no Brasil, identifica uma mudança no nome dos grupos de trabalho que passaram a ocorrer nas Reuniões da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) em 1980, de Antropologia da Mulher para "Representação e Gênero", em 1988, e "Relações de Gênero", em 1990. Segundo a autora, tal mudança, além de representar uma virada conceitual, deve-se a um "desejo de driblar uma classificação tida como um 'objeto menor' dentro do campo da Antropologia. Estamos [pesquisadoras/es da área] sem dúvida inseridas/os em um conjunto maior de relações de força e legitimidade que configuram um campo intelectual" (1992: 95). Identifica-se aqui a "pouca disposição das acadêmicas feministas em assumir uma posição de confronto ou de isolamento na academia" (Heilborn e Sorj, 1999), não incorporando a contribuição da radicalidade crítica da teoria feminista para o enfrentamento do campo intelectual, como aconteceu nos Estados Unidos, por exemplo. Lá registra-se a existência de uma seção de Antropologia Feminista (a Associação de Antropologia Feminista - AFA) dentro da Associação Americana de Antropologia (AAA).

As relações de força e legitimidade podem ser melhor compreendidas na formulação de Gregori (1999), sobre a situação de liminaridade em que se viam as antropólogas feministas face a uma dupla resistência de que eram alvo. Por um lado, essa resistência vinha do próprio movimento feminista que via com desconfiança a produção acadêmica. Por outro, da própria academia "cujas concepções mais objetivistas do conhecimento sempre afirmaram o risco de que a identificação com o objeto nos transformasse em 'pesquisadoras pela metade', e que o papel do intelectual estaria reduzido a instrumentalizar transformações sociais e, quando muito, a organizar ou divulgar teorias nativas" (1999: 228).

No entanto, tais configurações do campo disciplinar que nasce da intersecção entre Antropologia e Feminismo tem se modificado. Em levantamento recente encomendado pela ANPOCS acerca da constituição dos estudos sobre gênero, sexualidade e reprodução no Brasil, Miriam Grossi (2010) assevera que

> Gênero, sexualidade e reprodução são três temas relacionados entre si que fazem parte de um mesmo campo de estudos – campo interdisciplinar com forte influencia teórica da Antropologia em suas pesquisas, o qual tem sido designado de estudos feministas, teorias feministas ou estudos de gênero. Em algumas tradições intelectuais contemporâneas, em particular sob inspiração e influencia dos estudos anlgo-saxônicos, chama-se a esse campo de Antropologia Feminista, denominação que tem sido reivindicada no Brasil pela nova geração de antropólogas" (Grossi, 2010: 293).

Há, aqui, elementos relevantes que merecem ser destacados e que apontam para a construção do problema de investigação deste projeto. Desde o surgimento do campo feminista acadêmico antropológico no Brasil nos

anos 1970, tal campo permanece instável até meados dos anos 2000 a partir da presença de uma nova geração de antropólogas que reivindica essa nova denominação para o campo de estudos que reúne gênero, sexualidade e reprodução (Grossi, 2010). Experiência distinta de outros contextos acadêmicos, como o estadunidense e o mexicano que constituíram uma "subcomunidade epistêmica" (Salgado, 2011). Há, portanto, uma importante inflexão no campo feminista acadêmico da antropologia a partir do marcador geracional que leva ao questionamento acerca das condições de possibilidade desta inflexão. Contando-se com apenas um estudo que trata da relação tensa entre feminismo e antropologia dentro do campo acadêmico feminista (Heilborn, 1992), há um hiato na história da antropologia brasileira, por um lado, e na do feminismo acadêmico, por outro, sobre os meandros desta relação. Assim, este projeto se propõe a investigar como se constitui este campo desde seus primórdios, nos anos 1970, até os dias atuais, nos anos 2010, buscando estabelecer quem são as suas pioneiras, as influências políticas e epistemológicas, os recursos teóricos, analíticos e metodológicos que fomentaram tal inflexão. Com isto, busca compreender se esta inflexão representa o estabelecimento de linhagens femininas (Corrêa, 2003) e feministas na Antropologia brasileira, redundando na Antropologia feminista.

Ainda não existem estudos que tragam essas respostas. Do levantamento bibliográfico feito, registra-se poucos que refletem sobre a relação entre antropologia, feminismo e academia brasileira. Um dos únicos a enfrentar mais diretamente essa relação é o de Maria Luiza Heilborn (1992) citado acima, intitulado *Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil*. Tal texto compõe a coletânea *Questões de Gênero*, organizada por Albertina Costa e Cristina Bruschini, oriunda do Seminário *Estudos sobre Mulher no Brasil: Avaliação e Perspectivas* promovido pela Fundação Carlos Chagas em 1990, "com o objetivo de discutir a produção científica brasileira até aquela data, sobre as temáticas mulher e gênero" (Adrião, 2008: 223).

Em seu texto, Heilborn (1992) apresenta importantes sugestões metodológicas, bem como analíticas para se pensar a constituição deste campo de estudos no Brasil. Como orientação metodológica, a autora segue Bourdieu em seus estudos sobre a constituição do campo intelectual francês: "verificação dos agentes de produção ali presentes, listagem obras, de temas, bibliografia convergente. Isto, combinado com a análise da obra e do que também está, ou se considera, fora das fronteiras delimitadas" (Heilborn, 1992:94). No que diz respeito às questões analíticas, a autora assevera que os estudos preocupam-se com valorização da mulher e tropeçam em poucas reflexões, redundando no que considera um "mimetismo da militância" (idem). Para ela o problema está na falta de reflexão sobre a relação entre produção de conhecimento e militância. Chama a atenção para a necessidade de se pensar esta relação a partir de alguns critérios: "1) grau de relativização das convicções ideológicas; 2) coerência teórico-metodológica e 3) pertinência das questões investigadas" (idem, 97-98).

Além deste balanço crítico sobre o campo estrito da antropologia e feminismo no Brasil, há outros dois que tangenciam o campo antropológico feminista e que tratam mais especificamente do campo de estudos de Gênero nas Ciências Sociais brasileiras. Tratam-se dos capítulos Estudos de Gênero no Brasil, escrito por Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj, que compõe o volume de Sociologia da Coleção *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995),* lançado em 1995 e o Gênero, Sexualidade e Reprodução, escrito por Miriam Grossi que compõe o volume de Antropologia da Coleção Horizontes das Ciências Sociais no Brasil, lançado em 2010, ambas coleções promovidas pela Anpocs. Da leitura destes balanços podemos depreender, por um lado, algumas características do campo antropológico feminista e, de outro, caminhos investigativos a serem percorridos nesta pesquisa.

No que diz respeito aos temas que compõe o campo de estudos de gênero em geral e o antropológico feminista/ de gênero em particular, é recorrente a aparição de pesquisas sobre as relações entre gênero e violência, gênero e classe, masculinidades, gênero e questões étnico-raciais, gênero e religiões; sexualidade e temas correlatos tais como amor, homossexualidades, travestilidades, prostituição e pornografia; reprodução e seus derivativos tais como maternidades, paternidades e parto, novas tecnologias reprodutivas, homoparentalidade, aborto. No que diz respeito ao tema reprodução, é relevante a influência feminista no âmbito da antropologia

da família e parentesco, como destaca Claudia Fonseca (2003 e 2010). Tais pesquisas originam-se de centros específicos de produção de conhecimento antropológico, que se organizam da seguinte forma, conforme proposição de Miriam Grossi (2010):

> O momento pioneiro se inicia nos anos 1970/1980, quando a produção se dá prioritariamente nas seguintes instituições: Unicamp, USP, UFBA, UnB, UFRJ E UFRGS. O segundo momento ocorre nos anos 1990/2000, quando são criados novos programas de pós graduação em Antropologia e a área consolida-se com a criação de publicações acadêmicas específicas de gênero. E o terceiro momento, contemporâneo, caracteriza-se por uma multiplicação geométrica de instituições que desenvolvem estudos de gênero e sexualidade, tanto em espaços acadêmicos quanto fora deles (p.295).

A estes centros de produção de conhecimento antropológico sobre gênero, correspondem algumas/ns autoras/es, conforme destaca Grossi (2010): Ruth Cardoso e Eunice Durham (USP); Peter Fry, Verena Stolcke, Mariza Corrêa e Suely Kofes (Unicamp); Zahidé Machado Neto (UFBA); Claudia Fonseca, Maria Noemi Brito (UFRGS); Mireya Suarez, Lia Machado e Rita Segato (UnB); Gilberto Velho, Luis Fernando Dias Duarte, Bruna Franchetto, Maria Luiza Heilborn e Maria Laura Cavalcanti. Somam-se a estas referências, as produções de antropólogas como Miriam Grossi (UFSC), Guita Debert e Maria Filomena Gregori (Unicamp), Cecília Sardenberg (UFBA), Parry Scott (UFPE). Já encontramos aqui um rico panorama do qual partir para implementar o projeto de pesquisa.

Além disto, do levantamento bibliográfico inicial para a constituição deste projeto identifica-se algumas importantes fontes para a pesquisa documental e bibliográfica sobre o campo antropológico feminista acadêmico. De um lado tem-se a possibilidade de fazer levantamento dos principais programas de cursos sobre as temáticas que compõem o campo de interesses feministas oferecidos em Pós Graduações de Antropologia e em Graduações em Ciências Sociais; de outro, há a pesquisa no banco de dados do CNPq sobre Grupos de Pesquisa e projetos financiados sobre os temas. Nos registros e anais de encontros da Anpocs, da RBA e da SBPC identificar Grupos de Trabalho, Mesas Redondas e trabalhos apresentados sobre a área temática. Já nos encontros acadêmicos feministas como REDOR, REDEFEM e Fazendo Gênero buscar identificar a atuação de antropólogas. Outra fonte imprescindível de pesquisa são os arquivos da Fundação Carlos Chagas, bem como as suas produções bibliográficas, instituição que desempenhou papel fundamental para a consolidação do feminismo acadêmico no Brasil.

Um locus de pesquisa que merece ser melhor explorado é a Rede Brasileira de Antropologia Feminista (RBAF), que passou a ter existência virtual na rede mundial de computadores, em 2006 no âmbito do Seminário Internacional Fazendo Gênero VII. A RBAF iniciou com grande entusiasmo e adesão: no seu ato de criação contabilizavam-se em torno de 80 pessoas. No que diz respeito ao número de associadas/os, a RBAF teve seu apogeu entre os anos de 2008 e 2009, quando chegou a contar com em torno de 300 associadas. Atualmente este número caiu para 197 associados/as; destas, 150 são identificáveis como mulheres, 35 como homens e 12 sem identificação de identidade de gênero. Pelo rápido levantamento feito acerca dos perfis das associadas, percebe-se que a grande maioria daquelas que possuem informações disponíveis interessam-se pelos temas de gênero, sexualidade, feminismo. Não há, em seus currículos, nenhuma referência à antropologia feminista, com raríssimas exceções. Será interessante de aprofundar o conhecimento sobre estas/es integrantes da Rede e compreender como se posicionam sobre a antropologia feminista.

Penso que todos estes elementos apontam para a necessidade de empreender um projeto de pesquisa que escrutine os meandros da constituição deste nicho do feminismo acadêmico que é o antropológico bem como para a sua viabilidade. Com esta pesquisa busca-se contribuir para o desenvolvimento da Antropologia brasileira, por meio da reflexão sobre a forma pela qual se estabelece a relação entre antropologia e feminismo na história da disciplina no Brasil, da identificação de possíveis linhagens feministas e da compreensão das condições de possibilidade da estabilização da Antropologia Feminista como uma área de conhecimento específica.

QUESTÕES METODOLÓGICAS

Esta pesquisa definiu como universo de investigação três conjuntos de espaços para coleta de dados: 1) os sítios eletrônicos de universidades brasileiras identificadas como nichos de produção antropológica e feminista, a partir da pesquisa bibliográfica exploratória. São elas: UFBA, UFPE, UFRJ, USP, Unicamp, UnB, UFRGS, UFSC. Em particular, a investigação procurou se concentrar nas grades curriculares de cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais e Antropologia com vistas a identificar a incidência do feminismo na formação de pesquisadoras/es e, com isto, a produção e reprodução do campo antropológico feminista; 2) anais de principais congressos, reuniões e encontros da antropologia brasileira como Associação Nacional Pós Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), bem como os anais dos principais encontros e congressos da produção feminista brasileira, tais como Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas (REDEFEM), a Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações Gênero (REDOR) e o Seminário Internacional Fazendo Gênero. O objetivo era o de identificar as principais produções acadêmicas (projetos, grupos de pesquisa, trabalhos apresentados) a partir da perspectiva feminista bem como principais autoras, temas, questões de pesquisa, categorias de análise utilizadas e influências teóricas e 3) Sítios eletrônicos da Fundação Carlos Chagas (FCC) e do Conselho Nacional Pesquisa (CNPq), deste último, em particular, o Diretório de Grupos de Pesquisa de forma a levantar informações sobre a institucionalização de núcleos e grupos de pesquisa sobre o campo feminista e antropológico.

Para abarcar este os objetivos e a complexidade do universo de pesquisa, a realização da investigação foi planejada em duas etapas. A primeira estava voltada para o mapeamento do campo de investigação, por meio de pesquisa documental e bibliográfica a partir de uma pesquisa exploratória anterior. A segunda etapa previa entrevistas semi-dirigidas com pesquisadoras/es-chave no campo, a partir dos dados levantados na etapa anterior.

No que diz respeito à identificação dos nichos acadêmicos, após uma primeira tentativa de levantamento geral de dados sobre as universidades identificadas em pesquisa exploratória que se mostrou pouco produtiva, centrou-se o foco numa experiência em particular, o que se convencionou denominar o complexo USP/Unicamp, elegido a partir de critérios históricos como ser a primeira faculdade de Ciências Sociais do Brasil e por ter um dos primeiros núcleos de pesquisa sobre a problemática feminista (aqui entendida como a preocupação teórica e analítica acerca da condição feminina, da assimetria de gênero e de poder, bem como da articulação entre os diferentes marcadores sociais da diferença).

Do universo dos anais de encontros, optamos por privilegiarmos os anais dos Encontros da ANPOCS, pois é um marco para a instituição do campo acadêmico feminista com a criação do primeiro Grupo de Trabalho (GT) em 1980 que reuniu pesquisadoras em torno da temática feminista, intitulado "Mulher e Política[7]". Em paralelo, iniciamos um levantamento sobre a REDOR, um dos mais antigos espaços de produção feminista no Brasil. Cada um destes universos estava a cargo de uma bolsista de iniciação científica e, a responsável pela REDOR acabou afastando-se da pesquisa em função de questões pessoais e este universo de investigação ficou em suspenso. Na investigação nos sítios do CNPq e da FCC, duas bolsistas ficaram responsáveis por cada um dos espaços, levantados dados concomitantemente. Contudo, no que diz respeito à FCC, a bolsista responsável não deu continuidade à pesquisa. Assim, desta parte do universo de investigação, enfocou-se na pesquisa sobre os grupos de pesquisa no diretório do CNPq.

7 Conforme explicitam Ana Alice Costa e Cecília Sardenberg, no artigo "Teoria e Práxis Feminista Na Academia os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras", de 1989.

SÍNTESES PARCIAIS POSSÍVEIS

Do material coletado durante a pesquisa, podemos tecer algumas considerações mais gerais sobre a constituição do campo da Antropologia Feminista no Brasil. Embora o recorte temporal tenha sido estabelecido como 1970, década historicamente importante para a consolidação do feminismo mundial, segundo os dados coletados, pode-se afirmar que a configuração histórica do campo da Antropologia Feminista no Brasil tem início na década de 1980. Um elemento de destaque para este processo foi a constituição de núcleos e grupos de pesquisa Universidades brasileiras pois desempenharam papel fundamental para a configuração. Num primeiro momento, estes espaços eram caracteristicamente interdisciplinares – a exemplo da própria teoria feminista - agregando pesquisadoras de diversas áreas das Ciências Humanas, como Ciência Política, Sociologia, Antropologia, História, etc. Destacam-se como os pioneiros neste campo: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM)/UFBA, fundado em 1983; o Núcleo de Estudos da Mulher e das relações de Gênero (NEMGE)/USP, fundado em 1985 e o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (NEPeM)/UnB, fundado em 1986. Neste período, como categorias de análise e temáticas de pesquisa predominantes, destacam-se: mulher, patriarcado/ condição feminina, família, violência doméstica, direitos da mulher.

Na década de 1990 encontramos uma ampliação dos núcleos, que ainda guardam características interdisciplinares, mas há uma crescente predominância da perspectiva antropológica. Percebe-se, também, a incorporação da categoria de análise "gênero", que ganha centralidade nas perspectivas teóricas e analíticas, o que se evidencia nos próprios nomes dos núcleos, como por exemplo, o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS)/UFSC, fundado em 1991 e o Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, criado em 1993. Há, ainda, dois importantes núcleos que, embora não sejam explicitamente constituídos a partir da perspectiva feminista estrito senso, constituem-se em torno de temáticas que fundamentam a pesquisa feminista e, com isto, contribuíram para a constituição do campo com a sua produção. São eles o Núcleo de Antropologia e Cidadania (Naci)/UFRGS, em 1995, e o Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (NUPACS)/UFRGS, em 1989. Nesta década, destacam-se como predominantes as temáticas relações de gênero, masculinidades, violência doméstica, direitos das mulheres e cidadania, movimentos feministas e LGBTT, novas tecnologias reprodutivas, sexualidades, curso da vida e geração, família e parentesco, gênero e questões raciais.

Outra característica importante a ser destacada sobre estas duas primeiras décadas da Antropologia Feminista no Brasil é a de que se trata de um fenômeno majoritariamente feminino, isto é, as pesquisadoras que constituem este campo neste período são mulheres. Os anos 2000 testemunham uma grande proliferação de núcleos de pesquisa e grupos de pesquisa que passam a ter características cada vez mais disciplinares; há, portanto, a predominância da perspectiva antropológica na sua constituição. As categorias de análise que caracterizam este período são gênero, sexualidade, diferença, marcadores sociais e interseccionalidades, com grande predominância desta última categoria. As temáticas que se destacam dizem respeito a reflexões sobre corporalidades, relações etnicorraciais, sexualidades dissidentes, racismo, sexismo e homofobia. Como exemplares deste período, destacamos Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade Diadorim (NUGSEX Diadorim)/UneB, criado em 2003 e o Núcleo de Estudos sobre os Marcadores Sociais da Diferença (NUMAS)/USP, inaugurado em 2007. Nesta década e na subsequente verifica-se um aumento expressivo da presença de pesquisadores homens no campo da Antropologia Feminista Brasileira.

No que diz respeito mais especificamente à utilização da categoria interseccionalidade, relevante ferramenta de análise do campo teórico feminista, cabe tecer algumas considerações. Ao se recortar o universo de pesquisa a partir da análise dos anais dos Encontros Anuais da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, é possível problematizar de maneira mais direta algumas características particulares constitutivas do campo antropológico feminista brasileiro, relativas aos marcadores de gênero e raça. Escrutinando as produções publicadas nos Anais, no período de 1970-2010), chamou a atenção a reiterada referência à identificação da necessidade de incorporação a articulação dos marcadores sociais da diferença, em específico, gênero e raça tendo-se em conta o contexto brasileiro. A necessidade se justifica, nos argumentos apresentados pelas autoras, em função da necessária complexificação da compreensão das matrizes de desigualdade constitutivas dos contextos pesquisados, bem como, da incorporação das inflexões e questionamentos oriundos dos debates das teorias feministas em âmbito mundial (Chanter, 2011). Contudo, esta identifi-

cação da necessidade de incorporação dos marcadores de gênero e raça nas análises não se efetivaram. Embora haja o reconhecimento da necessidade de articulação das categorias, a sua presença é discreta e não efetiva, seja como tema de pesquisa, seja como ferramenta conceitual e referencial teórico. Este dado nos remete a uma característica própria do campo teórico feminista nos anos 1980, conforme já analisado (Piscitelli, 2008): há a identificação da urgência de incorporação da interseccionalidade dos marcadores sociais da diferença para a complexificação das análises sobre o mundo social, de maneira a não priorizar única e exclusivamente a categoria gênero, contudo esta relevância não se traduz nas análises.

> "Na história do pensamento feminista, a relação com outras diferenças têm sido tensa, uma vez que algumas correntes consideravam que dar peso a elas debilitava um pressuposto político relevante: a identidade entre mulheres. Os escritos críticos de finais da década de 1980 tendem a reconhecer essas diferenças. Entretanto, esse reconhecimento nem sempre se expressou no plano analítico e, quando ele existiu, muitas vezes privilegiou uma única diferença articulada a gênero" (Piscitelli, 2008: 265).

Deste primeiro tratamento dos dados podemos identificar algumas pesquisadoras-chave para a constituição do campo da Antropologia Feminista Brasileira, que compõem o grupo de potenciais entrevistadas da segunda etapa da pesquisa. Do Complexo USP/Unicamp destacamos como pioneiras as antropólogas Profa. Ruth Cardoso (já falecida), Profa. Verena Stolcke (atualmente na Universidade Autônoma de Barcelona) e Profa. Mariza Corrêa (aposentada Unicamp); da UFBA, a antropóloga Cecília Sardenberg; da UnB, as antropólogas Mireya Suarez (aposentada UnB) e Lia Zanotta Machado; da UFSC, Miriam Grossi e da UFRGS, as antropólogas Maria Noemi Britto (já falecida), Claudia Fonseca (aposentada UFRGS) e Ondina Leal.
Outro aspecto a ser mencionado como um caminho analítico a seguir, diz respeito às hipóteses explicativas para a não incorporação efetiva das interseccionalidades dos marcadores sociais da diferença nas análises que constituem historicamente o campo da antropologia feminista brasileira, muito embora haja a identificação de sua importância. Uma análise possível aponta para o fato de que

> "ao modo do pensamento feminista liberal, que ao investir na luta pela igualdade contra o patriarcado invisibilizou as experiências radicalmente distintas das mulheres negras e brancas, como apontado por bell hooks (Chanter, 2011), nas suas três primeiras décadas (1970-2000), a antropologia feminista brasileira repetiu o mesmo equívoco invisibilizador das alteridades complexas (Bonetti, 2009) representadas pela articulação entre gênero e raça, reproduzindo, assim, um pensamento feminista que trazia uma única mulher como universal (branca, de classe média). Na última década analisada (2000-2010), a tendência apresentada foi a de transformação do campo antropológico feminista no que tange à incorporação das temáticas e categorias de análise relativas ao entrecruzamento de gênero e raça" (Bonetti e Campelo, 2014).

referências bibliográficas

ADRIÃO, K. G. (2008). *Encontros do Feminismo – Uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia*. 2008. Tese Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

BONETTI, A.L. e CAMPELO, D. (2014). "A eloquente discrição: a articulação entre gênero e raça na constituição da Antropologia Feminista Brasileira a partir dos Encontros da ANPOCS (1970 – 2010)". 1a Semana de Gênero e Diversidade da UFBA: A Profissão, A Ética e A Política, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BONETTI, A. L. (2011). "Antropologia Feminista: o que essa antropologia adjetivada?" In A. L. BONETTI e SOUZA, A. M. F.L. (eds), *Gênero, mulheres e feminismo* - Coleção Bahianas, 14, Salvador, Edufba, p. 41-56.

BONETTI, A. L. (2009). "Etnografia, gênero e poder: Antropologia feminista em ação". *Revista Mediações*, 14, pp.105 – 122.

BONETTI, A. L. (2007). *Não basta ser mulher, tem que ter coragem: uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista do Recife – PE*. Tese Doutorado em Ciências Sociais, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

BONETTI, A. L. (2003ª). "Entre femininos e masculinos: negociando relações de gênero no campo político". *Cadernos Pagu*, v.20, pp.177-203.

BONETTI, A. L. (2003b). Relatório da Oficina *Sujeições Cumulativas: classe, gênero, etnia, geração* com o eixo temático *Movimentos Feministas, Cidadania e poder* do II Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais: Identidade, Diferenças e Mediações, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina.

BONETTI, A. L. (2000). *Entre feministas e "mulheristas": Uma etnografia sobre Promotoras Legais Populares e novas configurações da participação política feminina popular em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

BONETTI, A. L. e FLEISCHER, S. R. (org) (2007ª), *Entre Saias Justas e Jogos de Cintura*. Florianópolis/ Santa Cruz, Editora Mulheres/EDUNISC.

BONETTI, A. L. e FLEISCHER, S. R. (org) (2007b), *Entre pesquisar e militar: Contribuições e limites dos trânsitos entre pesquisa e militância feministas.* Brasília, Centro Feminista de Estudos e Assessoria.

CHANTER, T.(2011). *Gênero: conceitos-chave em filosofia*, Porto Alegre, Artmed.

CORRÊA, M. (2003), *Antropólogas e Antropologia*, Belo Horizonte, Editora da UFMG.

COSTA, A. O. e BRUSCHINI, C. (orgs) (1993). *Uma questão de gênero*. São Paulo, Editora Rosa dos Tempos/ Fundação Carlos Chagas.

COSTA, A. A. e SARDENBERG, C. (2008), "La trayectoria del feminismo académico y la creación del Programa de Estudios Interdisciplinares sobre Mujeres, Género e Feminismo".http://www.pathwaysofempowerment.org/archive_resources/la-trayectoria-del-feminismo-academico-y-la-creacion-del-programa-de-estudios-interdisciplinares-sobre-mujeres-genero-e-feminismo (consultado em 30/10/2014) .

FACCHINI, R. e LINS, I. (2011), "Dossiê Feminismos Jovens". *cadernos pagu* (36), pp.9-24.

FONSECA, C. (2003). "De afinidades a coalizões: Uma reflexão sobre a transpolinização entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia". *Revista Ilha* 5(2) pp. 5-31.

FONSECA, C. (2010). "Família e parentesco na antropologia brasileira contemporânea". In L.F.D. DUARTE (Coord). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil. Antropologia*. São Paulo, ANPOCS, pp. 123-154.

GOLDBERG, A. (1987), *Feminismo e Autoritarismo: A metamorfose de uma Utopia de Liberação em Ideologia Liberalizante*. Tese de Mestrado em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GREGORI, M. F. (1999), "Estudos de gênero no Brasil -Comentário crítico". In S. MICELI (org.), *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) – Sociologia*, São Paulo, Editora Sumaré/Capes/Anpocs, pp. 223-235.

GROSSI, M. (2010), "Gênero, Sexualidade e Reprodução". In L.F.D. DUARTE, (Coord). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil. Antropologia*. São Paulo, ANPOCS, pp.: 293-340.

GROSSI, M. (1998). "Feministas Históricas e Novas Feministas no Brasil", *Antropologia em Primeira Mão*, 28, pp. 01-30.

HEILBORN, M. L.; SORJ, B (1999). "Estudos de gênero no Brasil", In S. MICELI (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995): sociologia.* São Paulo, Sumaré/Capes/Anpocs, pp. 183-223.

FRANCHETTO, B. et al. (1981), "Antropologia e Feminismo". In B. FRANCHETTO et al. *Perspectivas Antropológicas da Mulher 1*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, pp:11-48.

HEILBORN, M. L. (1992), "Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil" In A. COSTA e C. BRUSCHINI (orgs.), *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro/ São Paulo, Rosa dos Tempos/ Fundação Carlos Chagas, pp.:93-126.

MACHADO, L. Z. (2010). *Feminismo em movimento*. São Paulo, Editora Francis.

PINTO, C. R. J. (2003). *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

PISCITELLI, A. (2008), "Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências

de migrantes brasileiras", *Sociedade e Cultura*, 11 (2), pp.: 263-274.

SALGADO, M. P. C. (2011). *Pioneras de la antropología feminista en México.* Comunicação apresentada na MR 03 - La antropología feminista hoy: desafíos teóricos y políticos en un mundo globalizado no X Congreso de Argentino de Antropologia Social, realizado na Universidad de Buenos Aires, Ciudad Autonoma de Buenos Aires, Argentina, de 29/11 – 02/12.

STRATHERN, M. (1987), "An awkward relationship: The case of feminism and anthropology", *Signs: Journal of Women in Culture and Society* 12(2), pp. 276-292.

ZIRBEL, I. (2007). *Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

Ubuntu: "Sou quem sou, porque somos todos nós!" - Integração Internacional, Relações de Gênero e Igualdade Racial.

Violeta Maria de Siqueira Holanda[1]

Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra[2]

Maria do Socorro Camelo Maciel[3]

RESUMO: O objetivo da pesquisa é ressaltar a Integração Internacional no âmbito das Relações de Gênero e Igualdade Racial, a partir da atuação do Núcleo de Políticas de Gênero e Sexualidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), com a participação de integrantes de nacionalidades distintas, tais como Brasil (Maciço de Baturité), Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Entende-se que a atuação do Gênero, cada vez mais intensa, vem se tornando plural, já não podendo ser silenciado e tão pouco desconsiderado no âmbito das relações internacionais. Ademais, é uma ferramenta conceitual, política e pedagógica central quando se pretende elaborar e implementar projetos que tem como foco formas de organizações sociais, hierarquias e desigualdades geradas a partir das relações sociais (Louro, 2010). No processo investigativo das experiências contextualizadas e historicizadas pelas mulheres e a população LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Transformistas e Intersexo) a noção de "experiência" enquanto prática construtora dos sujeitos nos ajuda a entender as diversas identidades construídas a partir das práticas sociais apresentadas (Kofes, 1997), bem como a articulação de práticas e representações, sobretudo, nas sociabilidades dos grupos e espaços de luta e afirmação de projetos comuns, apresentando-se como um termo médio necessário entre o ser social e a consciência social (Thompson, 1987).
PALAVRAS-CHAVE: INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL. RELAÇÕES DE GÊNERO. IGUALDADE RACIAL.

I. As Relações de Gênero no Âmbito Internacional

Nos dias atuais – globais e interdependentes – não há como negar a existência dos denominados emergentes atores das Relações Internacionais, em especial dos grupos sociais e do próprio indivíduo no âmbito da sociedade internacional, na qual se intensificam com destacada firmeza. Segundo Oliveira (2011), o ator potencial internacional é aquele que apresenta habilidade de influenciar, que ostenta certo protagonismo e faz uso de poder de confluência. Diferentemente dos atores tradicionais, caracterizados por constantes e reiteradas atuações, os atores emergentes lutam para conquistar espaço na sociedade internacional e pelo reconhecimento entre os demais atores como o caso de gênero, seja na atuação de grupos feministas, seja na atuação de grupos da população LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Transformistas e Intersexo).

---

1 Doutora em Ciências Sociais. Professora Adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB/BR). Grupo de Pesquisa "Núcleo de Políticas de Gênero e Sexualidades/UNILAB". E-mail: violeta@unilab.edu.br

2 Doutor em Letras na Área de Literatura e vida social. Professor Substituto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB/BR). Grupo de Pesquisa "Núcleo de Políticas de Gênero e Sexualidades/UNILAB". E-mail: carloseduardo.bezerra@unilab.edu.br

3 Assistente Social da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB/BR) e Mestra em Educação. Grupo de Pesquisa "Núcleo de Políticas de Gênero e Sexualidades/UNILAB". E-mail: socorroas@unilab.edu.br

Gênero, nesse sentido, apresenta-se atualmente como forte poder de influência, participando dos Fóruns Mundiais e destacando-se nos debates com os demais atores, articulando movimento de pressão social e política, mobilizando-se dinamicamente, divulgando suas pesquisas, teorias e práticas. Portanto, sua atuação, cada vez mais intensa, vem se tornando plural, já não podendo ser silenciado e tão pouco desconsiderado no âmbito das Relações Internacionais. Oliveira (2011), sublinha a importância da questão de gênero no cenário internacional:

> Trata-se, sem dúvida, de emergente ator em expansão, conquistando gradativamente seu espaço, consolidando importantes atividades no cenário complexo e contemporâneo das Relações Internacionais, desafiando modelos estatocêntricos e paradigmas realistas, desenhos de estado natureza hobbesiano e a arte maquiavélica de fazer vencer a guerra, compartilhando suas experiências e saberes com os demais atores, passando a coexistir ao lado dos atores não estatais. (OLIVEIRA, 2011:72).

No campo dos estudos feministas, estudiosas e estudiosos ligados aos estudos lésbicos, de etnia e raça contribuem particularmente para a teorização e reflexões atentas à diferença. Diferentemente dos estudos feministas cuja construção teórica era marcadamente conduzida por mulheres brancas, heterossexuais, urbanas e de classe média, as análises hodiernas destacam os papéis dos sujeitos, ao mesmo tempo, homens ou mulheres, de variadas etnias, classes, sexualidades, nacionalidades, que participam de diversas crenças religiosas e partidárias. Portanto, estamos diante de múltiplas identidades, onde sujeitos e grupos distintos se mobilizam de diferentes modos, provocando momentos de alianças, mas também de conflitos, nem sempre passíveis de serem compreendidos de forma única. Dessa forma, os vários "marcadores sociais" obriga-nos a estarmos atentos a compreensão das diversas contradições sociais, particularmente, àquelas relacionadas as sociedades capitalistas, machistas, racistas e colonialistas.

A redução das desigualdades de gênero e raça é um desafio pertinente no contexto das políticas públicas mundiais, em que a luta por condições dignas de vida e oportunidades iguais para todas as pessoas faz parte da história construída em diferentes espaços, por diferentes sujeitos, de diferentes maneiras. No privado e no público, ativistas em todo o mundo questionam o preconceito e a rígida divisão entre homens e mulheres, que produzem relações cristalizadas e desiguais de poder. Gerações de mulheres e homens têm dedicado parte de suas vidas, algumas e alguns toda a sua vida, à construção de um mundo de igualdades: igualdade entre mulheres e homens, que respeite as diferentes orientações sexuais; igualdades raciais e étnicas, que façam com que as diferenças de cor e origem também sejam apenas mais uma expressão da rica diversidade humana; igualdades de oportunidades para todas as pessoas.

No campo internacional, diversos instrumentos de defesa dos direitos humanos são pactuados pelos países em busca das desigualdades de gênero e raça, entre eles, estão: Declaração e Plataforma de Ação da III Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (Viena, 1993); Declaração e Plataforma de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994); Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará (1994); Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995); Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW (1979); Declaração e Programa de Ação da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban, 2001); Cúpula do Milênio: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000); Recomendação nº. 90, de 29 de junho de 1951, da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre a igualdade de remuneração de homens e mulheres trabalhadores por trabalho de igual valor; Convenção nº. 100, de 29 de junho de 1951, da OIT, sobre a igualdade de remuneração de homens e mulheres por trabalho de igual valor; I Conferência de Direitos Humanos de pessoas LGBT em África (Ilhas Canárias, 2010).

Do ponto de vista das políticas públicas, os dados demográficos oferecem referências básicas para a identificação e projeção de demandas sociais. Em 2010, a Organização das Nações Unidas (ONU) divulga relatório que expõe a desigualdade de gênero na vida pública no mundo. Eis alguns dados:

Na educação, em nível global, a taxa de meninas em idade escolar matriculadas na escola primária aumentou de 79 para 86% no período de 1999 a 2007. Mas na África Ocidental e Central existia uma das menores taxas

do mundo, com menos de 60% das meninas em idade escolar, matriculadas na escola. No ensino superior, o domínio dos homens foi invertido em nível global e o equilíbrio entre os sexos mudou em favor das mulheres, exceto na África Subsaariana e na Ásia Meridional e Ocidental. A divisão de gênero digital é generalizada. Em geral, é mais pronunciada entre os países menos desenvolvidos, com baixa penetração de Internet, embora também seja evidente em vários países desenvolvidos, com alta penetração de Internet (ONU, 2010. pág. 52-53, 62, 72).

Na saúde, apesar do aumento na proporção de mulheres que receberam assistência pré-natal, a África Subsaariana sozinha registrou 270 mil mortes maternas em 2005, isto é, metade das mortes maternas no mundo. Já no trabalho, Mulheres entre 25 e 54 anos agora têm maior taxa de participação no mercado de trabalho na maioria das regiões, em comparação com os anos de 1990. Os salários das mulheres representam entre 70 e 90% dos salários de seus colegas masculinos. "O emprego vulnerável" – trabalho por conta própria e contribuição para o trabalho familiar – é predominante na África e na Ásia, especialmente entre as mulheres. Esses trabalhadores sofrem com a precariedade e falta de redes de segurança. A maternidade continua a ser uma fonte de discriminação no trabalho. Mesmo com a legislação protegendo a maternidade, muitas mulheres grávidas ainda perdem seus empregos, e processos nesta área são comuns nos tribunais (ONU, 2010. pág. 34-35, 78, 87, 97, 104).

No âmbito da violência doméstica, as mulheres são submetidas a diversas formas de violência: física, sexual, psicológica e econômica – tanto dentro como fora de suas casas. Taxas de mulheres vítimas de violência física pelo menos uma vez na vida variam 12% a mais de 59%, dependendo de onde vivem. A mutilação genital feminina mostra uma ligeira diminuição na África. (ONU, 2010. pág. 130, 131, 135-136).

No âmbito do meio ambiente, as mulheres nas zonas rurais da África Subsaariana são geralmente responsáveis pela coleta de água. Uma viagem de ida e volta para a fonte de água leva em média uma hora e 22 minutos em áreas rurais na Somália e uma hora e 11 minutos em áreas rurais na Mauritânia. A maioria das famílias na África Subsaariana e no Sul e Sudeste da Ásia utilizam combustíveis sólidos para cozinhar ou fogões tradicionais sem chaminé, afetando desproporcionalmente a saúde das mulheres. (ONU, 2010. pág. 44,147-150). A pobreza atinge as famílias de mães solteiras com filhos pequenos. Têm mais probabilidade de serem pobres do que os pais monoparentais com filhos jovens. As leis existentes limitam o acesso das mulheres à terra e outros tipos de propriedade, na maioria dos países da África e cerca de metade dos países da Ásia. Elementos da desigualdade de gênero no que diz respeito aos direitos de herança foram identificados em 45 dos 48 países africanos analisados e em 25 dos 42 países asiáticos. (pág.161-163,169).

Todos estes tópicos, se referidos à população LGBT em África, ainda não estão medidos, uma vez que só recentemente o movimento LGBT africano se organizou para requerer respeito aos direitos humanos da pessoas LGBTs. Esta organização deu origem a algumas associações e ONGs fundadas naquele continente, como a já citada LAMBDA MOZY, de Moçambique.

Os números sobre saúde, sobretudo no que diz respeito às pessoas acometidas de AIDS variam de país para país e de grupo para grupo, havendo, em alguns casos uma estimativa abaixo da realidade como denuncia matéria recente publicada pela Ango Notícias (2014). Os dados mais recentes, em Angola, por exemplo, são do biênio 2010 – 2011, presentes no Relatório sobre o Progresso do País para dar Seguimento aos compromissos da Seção Especial sobre VIH e SIDA, da Assembleia Geral das Nações Unidas, 2010 – 2011. Neste relatório encontram-se dados sobre a população HSH (Homens que fazem sexo com homens) e sobre a violência de gênero. No primeiro caso, o relatório aponta que, após realizada um "inquérito específico" em Luanda, 61 % dos homens de 18 a 24 anos inqueridos disseram-se bissexuais, 24% homossexuais e 15 % gays.

Em 2010, realizou em Tenerife, nas Ilhas Canárias, a I Conferência de Direitos Humanos de pessoas LGBT em África, no período de 8 e 9 de abril daquele ano. Pela mídia, sobretudo graças à internet, sabe-se se casos de morte decorrente de ataques homofóbicos. Em alguns países, os abusos físicos são seguidos também de internamentos como denuncia o núcleo LGBt da Amnistia Internacional em Portugal. Na citada matéria, afirma-se que em Angola, S. Tomé e Moçambique que estas práticas são desenvolvidas pela população com apoio de autoridades, o que torna os casos ainda mais graves. Países africanos estão na lista daqueles que condenam a homossexualidade com pena de morte como é o caso da Mauritânia, Sudão, Somália, Iran, Afeganistão, alguns estados da Nigéria.

Diante dos dados, é preciso considerar que o enfrentamento dos grandes desafios assumidos pelo poder público, a começar pelo combate a todas as formas de discriminação, exige necessariamente que se compreenda a determinação de gênero, raça e etnia no conjunto dos problemas sociais a serem enfrentados e superados.

II. Os Estudos de Gênero no Contexto da Integração Internacional

O estudo de gênero é um campo muito novo dentre as pesquisas científicas sociais, é preciso entender que a mulher e a população LGBTI nunca estiveram tanto no centro da temática da humanidade e em consequência disso, existe uma constante produção de estudos, investigações e teorias. Buscando a compreensão do conceito de gênero em amplitude geral, é preciso entender duas diferenciações básicas: a primeira, biológica, referenciada nos aspectos corporais da anatomia e características estruturais, que distingue a humanidade, logicamente, em homens e mulheres ou machos e fêmeas; a segunda, por sua vez, centra-se nos valores culturais atribuídos a representação da imagem simbólica da ação humana, dessa forma classifica os dois gêneros, delimitando-os pela sua capacidade social.

É importante destacar que o segundo fator de distinção foi estabelecido numa construção polissêmica, pois cada civilização se desenvolveu, estabelecendo seus próprios códigos culturais, teoria testificada no artigo de Dias (2003), no qual a autora comenta que "cada cultura, cada etnia, cada comunidade, cada grupo, estabeleceu normas para lidar com os seres humanos do sexo masculino e do feminino destinando-lhes atribuições as quais considerava próprias à natureza de cada um" (p. 17).

Joan Scott (1991), em sua publicação sobre gênero, o qual a escritora considera uma temática importante e presente na história da produção científica, conceitua-o como "um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um forma primeira de significar as relações de poder"(p.14). Sobre o mesmo ponto de vista, também fundamentado na construção histórico-cultural do signo feminino, foi formada a identidade social da mulher, definida por Fagundes (2003) em sua produção textual:

> A identidade feminina é um construto histórico cultural; resulta da interação entre a consciência que uma pessoa tem de pertencer ao sexo feminino e as consequências sociais concretizadas nas relações com o outro. Estas relações permitem que o ser humano se desenvolva do ponto de vista psicológico e social, assimilando normas, valores e comportamentos que vão compondo a sua identidade. (FAGUNDES; 2003, p. 63).

Por conseguinte, o gênero e a identidade como frutos dessa construção histórica, baseada nos papéis representados na perspectiva do relacionamento interpessoal, colocaram os seres humanos em patamares assimétricos; isso significa que o gênero superior masculino fomenta supremacia e dominação sobre a o grupo inferior feminino. Ideologia que fez as mulheres, ao longo de sua representação na sociedade, sofrerem diante de limitações impostas por barreiras sociais e culturais, além de legislação aplicada; implicando numa desigualdade na relação de gêneros, considerada até por muitos pensadores, irreversível.

Porém as iniciativas nascidas tanto no desejo institucional de alguns organismos mundiais (a exemplo da Organização das Nações Unidas – ONU), redes de mulheres e organizações comunitárias, como também na opinião pública dos atores da sociedade civil (em sua grande maioria composta por feministas), têm desencadeado uma série de transformações que favorecem os direitos femininos como ideais de um segmento humanitário universal.

Mais recentemente, destacam-se as contribuições de Judith Butler, especialmente em seu livro *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade (5. ed, 2013) no qual a pesquisadora faz uma crítica intrínseca ao feminismo, podendo ser colocada na esteira de Michel Foucault e sua crítica genealógica, trabalhando com conceitos como "heterossexualidade compulsória", "atos performativos" com os quais analisa o ser mulher ao se perguntar: "Ser mulher constituiria um 'fato natural' ou uma performance cultural, ou seria a 'naturalidade' constituída mediante atos performativos discursivamente compelidos que produzem o corpo no interior das categorias de sexo e por meio delas?" (2013, p. 9) e segue adiante em seus questionamento ao dizer que: Explicitar as categorias funcionais de sexo, de gênero e desejo como efeitos de uma formação específica de

poder supõe uma forma de investigação crítica, a qual Foucault, reformulando Nietzsche, chamou de 'genealogia'. A crítica genealógica recusa-se a buscar as origens do gênero, a verdade íntima do desejo feminino, uma identidade sexual genuína ou autêntica que a repressão impede de ver; em vez disso, ela investiga as apostas políticas, designando como *origem* e *causa* categorias de identidade que, na verdade são *efeitos* de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos. A tarefa dessa investigação é centrar-se – e descentrar-se – nessas instituições definidoras: o falocentrismo e a heterossexualidade cumpolsória. (Idem) Butler investiga o gênero como uma construção discursiva e acha nesta investigação um modo eficaz de problematizar "a hierarquia dos gêneros e a heterossexualidade compulsória". (2013, p. 8) É assim que ela afirma: "A heterossexualidade compulsória e o falocentrismo são compreendidos como regimes de poder/discurso com maneiras frequentemente divergentes de responder às questões centrais do discurso do gênero: como a linguagem contrói as categorias de sexo?" (Idem, p. 10) esta entre outras é a contribuição de Butler aos estudos de gênero.

Igualmente importante, já no campo da teoria *queer*, é a contribuição de Beatriz Preciado, sobretudo em seu livro *Testo Yonqui* (Madrid, Espasa, 2008), ainda sem tradução para o português. Em *Testo Yonqui*, Preciado elabora conceitos importantes para a teoria *queer* e a atualização dos estudos de gênero, tais como "era farmacopornográfica", considerada como um "nuevo tipo de 'gubernabilidad del ser vivo", que surge com o final da Segunda Guerra Mundial e é fruto do alto investimento científico feito sobre o sexo e a sexualidade durante a Guerra Fria. Preciado afirma que as principais indústrias deste período – a era farmacopornográfica – são a indústria farmacológica dos hormônios e demais recursos químicos de conformação corporal, o que permite o uso para as sexualidades heteronormativas e para as heterodissidentes, como o caso das transsexualidade, dado como exemplo a própria Preciado que, no livro em causa, fala da auto aplicação de testosterona em gel. Preciado concorda com Butler quanto às "ficciones somáticas" [ficções somáticas] relacionada à repetição performativa de gênero. Porém, para Preciado, gênero não é somente uma operação cultural, mas uma possibilidade tecnológica de alteração do corpo que, na era farmacopornográfica, "...no es una materia pasiva, sin un interfaz tecno-orgánico, un sistema tecno-vivo segmentado y territorializado por diferentes modelos políticos (textuales, informativos, bioquímicos).

No âmbito das Relações Internacionais, no final dos anos 1980, as abordagens propõem a ampliação da perspectiva de análise para além do exercício do poder masculino nas organizações militares e nas estruturas do Estado Soberano *hobbesiano*. Contrapondo-se às abordagens estatocêntricas nas quais o poder militar e a guerra constituem elementos fundamentais sugerem a abertura de espaço para as relações entre os grupos sociais e os indivíduos enquanto elemento de ruptura de fronteiras. O gênero como ator nas Relações Internacionais pressupõe considerar "um complexo conjunto de relações de diversos tipos de atores – tanto de indivíduos ou grupos sociais quanto de representantes governamentais, organizações e coletividades internacionais e grupos particulares – cujos interesses ultrapassam limites nacionais, atuando em plano internacional e âmbito global." (OLIVEIRA E SILVA: 2011, p. 28). Nessa direção, Oliveira e Silva (Op. Cit.) destacam as contribuições de Cynthia Enloe, J. Ann Tickner, Jill Steans e Brooke Ackerly.

Cynthia Enloe levanta reflexões sobre as relações de gênero na política internacional a partir de elementos emblemáticos com o intuito de questionar e investigar a relação de gênero não visível na política internacional. Ao analisar o estrelato de Carmem Miranda, o nacionalismo político, a vida paralela de esposas de importantes personagens políticos, a autora aborda a dependência dos agentes do poder militar e diplomático em relação à feminização das mulheres e à artificial da noção de masculinidade.

A autora, fazendo uso do método empírico, passa a analisar a construção histórica da relação de gênero no âmbito das Relações Internacionais, no que se refere ao emprego do poder, formação do Estado e a questão da segurança nacional enquanto ferramentas do realismo político, para legitimar a exclusão das mulheres nas tomadas de decisão das políticas governamentais. (OLIVEIRA E SILVA: 2011, p. 60)

Na análise que faz na obra *Bananas, Beaches and Bases* (ENLOY *Apud* OLIVEIRA E SILVA: 2011, p. 57) afirma que as mulheres ao mesmo tempo em que atuam como atores nas decisões tomadas pelos mentores da política, são marginalizadas por eles, daí decorrendo a proposta de tomada das Relações Internacionais numa perspectiva social pluricêntrica.

J. Ann Tickner voltou-se para o problema da ausência das mulheres no campo de investigação das Relações Internacionais "propondo pensar sobre como a disciplina de Relações Internacionais poderá ser vista, se a

questão de gênero for incluída como categoria de análise e se as experiências das mulheres fizerem parte do universo do conhecimento da construção de suas teorias" (*Idem*, p. 61). Trata-se de descortinar as assimetrias de gênero ocultas nas teorias e nas práticas das políticas mundiais. Tickner argumenta que as consolidadas qualificações de indefinição em torno da compreensão sobre a segurança nacional e até da sua caracterização, pelos realistas, como ingênuas ou irreais, escondem uma visão masculinizada e parcial da realidade, pois segurança nada significa se for construída na insegurança dos outros, o que pressupõe remeter a compreensão de segurança como ausência de violência, seja militar, econômica ou sexual.

As contribuições de Jill Steans partem da proposta de responder a duas questões básicas da teoria feminista relacionadas com a posição hegemônica do realismo na teoria das Relações Internacionais e com o significado do realismo enquanto ortodoxia. Dessa forma a autora procura mostrar formas distintas de discutir preocupações convencionais da disciplina de Relações Internacionais e desconstruir a ideia do realismo fundado em verdades eternas. Na esteira desse pensamento a autora demonstra que

> a realidade é construída pelo entendimento intersubjetivo de um mundo complexo, social e político. A construção do significado também envolve o uso da imaginação e simbolismo. O poder é profundamente implicado na construção do conhecimento, categorias e conceitos, que são empregados para construir nossa realidade. (OLIVEIRA E SILVA: 2011, p. 64)

A autora alerta para a relevância das críticas feministas por considerá-las poderosos instrumentos de exposição das bases de gênero fora dos conceitos centrais do realismo. Na sua contribuição, descortina ainda, a forma pela qual, elementos como a imaginação e o simbolismo são empregados em textos realistas.

Refletindo na direção da crítica das Relações Internacionais estatocêntricas Brooke Ackerly juntamente com Maria Stern e Jacqui True defendem que as transformações observadas na política mundial têm se refletido com a mesma intensidade no campo das Relações Internacionais e nesse sentido, a agenda internacional vem se mobilizando para responder às reivindicações além-fronteiras de cidadãos e ativistas mobilizados em fóruns internacionais. Assim, novas abordagens teóricas se fazem necessárias para efetivamente responder a tais reivindicações. É nesse sentido que estudiosos das Relações Internacionais vêm se voltando cada vez mais para os direitos humanos, a economia política, a desigualdade, a paz, a segurança humana, as normas, as leis internacionais e os atores não-governamentais, bem como reflexões e inspirações de metodologias feministas na disciplina.

A bibliografia aqui exposta aponta para leituras importantes na área de gênero e muito pode ser associado aos títulos apresentados. É fato que as questões relacionadas a gênero contam com importantes nomes de pesquisadoras e de pesquisadores brasileiras e brasileiros como Guacira Lopes Louro, Richard Miskolci, Alexandre Flemming Câmara Vale, Miriam Goldenberg, Juliana Frota da Justa Coelho, entre outras. Suas contribuições à área estão presentes na bibliografia. É igualmente importante citar nesta revisão de literatura a contribuição de organizações africanas para o desenvolvimento dos estudos de gênero em África, como, por exemplo, o estudo intitulado *Atitudes perante a homossexualidade nas cidades de Maputo, Beira e Nampula*, realizado pela Organização Não Governamental (ONG) Lambda Mozi, de Moçambique, e publicado em 2013. Neste estudo, tem-se dados importantes para o conhecimento da vida da população LGBTI em Moçambique, especialmente, nas cidades citadas. Estes dados podem ser comparados aos dados brasileiros e, assim, estabelecer relações e pontes entre as realidades brasileira e africana.

III. Integração Internacional: Experiências do Núcleo de Políticas de Gênero e Sexualidades (NPGS) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab) se insere em um contexto dinâmico marcado pela cooperação entre o Brasil e os países parceiros do continente africano e asiático (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São tomé e Príncipe, Moçambique e Timor Leste). Essa configuração não só é representativa dos laços históricos partilhados, mas também e, principalmente, da perspectiva de um porvir que está se construindo nesse processo de integração e cooperação. De acordo com sua lei de criação Nº 12.289/2010, seu estatuto e diretrizes que regem a UNILAB, a universidade aponta em seus objetivos:

> VIII. promover a cooperação, a mobilidade acadêmica e o intercâmbio com diversas instituições científicas, acadêmicas e culturais (nacionais e internacionais), ampliando e potencializando o avanço do conhecimento e da cultura;
> IX. contribuir para que o conhecimento produzido no contexto da integração acadêmica entre as instituições de países de língua portuguesa seja capaz de se transformar em políticas públicas de superação das desigualdades;
> X. propor, implementar e acompanhar acordos, convênios e programas de cooperação internacional que contribuam para a inserção da educação superior brasileira no cenário internacional e para o fortalecimento da cooperação solidária, com ênfase nos países de língua portuguesa;
> XI. preservar e difundir os valores éticos e de liberdade, igualdade e democracia, visando implementar políticas, programas e planos que concretizem as atividades-fim da instituição;
> (Fonte: Estatuto da UNILAB. Cap.2. Art. 6. Parágrafos VIII a XI).

Como um processo de mão dupla em que o conhecimento gerado é marcado pelo diferencial que confere as diretrizes da UNILAB, suas ações deverão potencializar novos horizontes epistemológicos e a formação de quadros de professores/as e pesquisadores/as comprometidos/as com a realidade social que os cerca. A questão da defesa dos direitos humanos, do respeito à ética e à diversidade fortalece a luta pelo direito à igualdade de gênero e racial, bem como o exercício pleno da sexualidade nos países de atuação da universidade.

Neste contexto, ressaltaremos a integração internacional no âmbito das relações de gênero e igualdade racial, a partir da atuação do Núcleo de Políticas de Gênero e Sexualidades (NPGS), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). O NPGS foi criado em setembro de 2013, é um órgão vinculado à Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis, e tem por objetivos:

> I – Integrar-se a outros Núcleos de Gênero com vistas à socialização de conhecimento e fortalecimento de parcerias acadêmicas.
> II- Adotar a perspectiva da missão institucional da UNILAB em relação à integração internacional, dedicando-se aos estudos das relações de gênero e sexualidades em interface com as relações étnico-raciais.
> III -Disponibilizar suporte técnico aos/às acadêmicos/as e demais profissionais que desenvolvem atividades de pesquisa, ensino e extensão, a fim de contribuir para visibilidade e reconhecimento das temáticas desenvolvidas pelo Núcleo e acompanhar os projetos de ensino, pesquisa e extensão de professores/as que compõem a equipe do Núcleo.
> IV- Estabelecer parcerias com outros Núcleos, laboratórios e instituições, dentro e fora da UNILAB, interessados em desenvolver projetos referentes às temáticas propostas pelo Núcleo para a difusão e produção dos conhecimentos.
> V- Possibilitar aos/às graduandos/as e pós-graduandos/as da UNILAB, e aos/às demais interessados/as, o diálogo com profissionais, sociedade civil e instituições afins aos objetivos do NPGS/UNILAB, através de formação acadêmica, com palestras, cursos, seminários e oficinas, visando à qualificação das atividades desenvolvidas pelo Núcleo.
> VI- Organizar e disponibilizar materiais produzidos através de projetos de ensino, pesquisa e extensão vinculados ao Núcleo, visando difundir conhecimentos acerca das temáticas.
> VII- Proporcionar ações que contribuam para difundir o debate na área dos estudos de gênero, feminismos, sexualidades, enfrentamento à violência contra a mulher, à lesbo-homo-transfobia e a atitudes de preconceito e discriminação.
> VIII- Produzir materiais pedagógicos que auxiliem no desenvolvimento de atividades vinculadas às temáticas desenvolvidas pelo Núcleo.

> IX- Divulgar resultados de atividades desenvolvidas pelo Núcleo e por profissionais vinculados/as ao NPGS/UNILAB por meio de publicações, mídias e participação em eventos.
> X- Constituir-se como espaço interdisciplinar acerca das temáticas abrigadas pelas linhas de pesquisa do NPGS/UNILAB.
> XI- Proporcionar ações que contribuam com o debate, reflexões e processos de formação, envolvendo educação e sexualidade na formação inicial e continuada, considerando os Direitos Sexuais como Direitos Humanos Universais.
> XII- Enfrentamento ao preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (inciso IV do art. 3º da Constituição Federal), bem como fomentar a defesa do rigor das punições da violência contra a mulher no âmbito doméstico ou familiar (lei Maria da Penha, nº11. 340/2006) e demais leis criadas em âmbito nacional, estadual e municipal visando ao respeito à diversidade de gênero.
> (Fonte: Regimento Interno do NPGS. Cap.2, Artigo 3º, 2014).

Constituindo-se enquanto espaço interdisciplinar de formação e atuação o NPGS tem reunido sistematicamente alunas e alunos, professoras e professores e demais servidores e servidoras em torno de debates acerca das relações e gênero, sexualidades, racismos, homofobia, dentre outras temáticas. No entanto, as relações internas cotidianas de integração entre pessoas de diversas nacionalidades é o que nos chama à atenção inicialmente, pois denotam experiências singulares de trocas e convivências (nem sempre, necessariamente, amistosas).

Essa diversidade de situações vivenciadas fazem emergir contradições prementes na Unilab, tais como casos de violência contra a mulher entre estudantes, casos de homofobia e lesbofobia entre estudantes, funcionários e funcionárias e episódios de assédio moral, os quais colocam questões ao NPGS e exigem esforços cotidianos para seu enfrentamento. De outra parte, os esforços realizados pelo Núcleo na direção desse enfrentamento vêm constituindo retorno social e ético compatível com o papel estratégico que ele vem assumindo no cotidiano da Unilab, posto que o NPGS vem representando tanto o lugar dos estudos, pesquisas e debates teóricos, quanto o espaço acolhedor para aqueles e aquelas que sofrem diferentes violações. Desta forma, o acolhimento às estudantes em situação de violência, àqueles e àquelas que vivenciam casos de homofobia, lesbofobia ou assédio moral vem contribuindo para sua consolidação enquanto espaço propício ao fomento de ações e reflexões sobre a tais violações.

No que se refere aos processos de acolhimento os princípios expressos nos planos, decretos, programas e legislações nacionais, estaduais e municipais brasileiros, tais como a Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual (Brasil sem homofobia), o Decreto Nº 7.037/09 e a Constituição Federal de 1988 têm balizado as ações, seja de intervenção direta, de curto prazo, quanto os planos para o desenvolvimento de ações de longo prazo. Ademais, o acolhimento dos sujeitos em qualquer situação de violação implica intersetorialização e interdisciplinaridade, assim, o NPGS vem pressionando as instituições especializadas presentes no Maciço de Baturité, nas várias esferas, bem como diferentes atores institucionais das áreas sociais, jurídicas e educativas à realização de ações conjuntas diretas para acolhimento/atendimento, encaminhamento aos equipamentos institucionais competentes e tomada de providências no sentido do fortalecimento da rede de atendimento e redução dos danos provocados pelas violações sofridas.

Outro conjunto de ações vem sendo desenvolvido no sentido da prevenção das violações, através da formação de Comissão Interna para o desenvolvimento de ações imediatas e de planejamento a médio e longo prazo, com previsão de início durante o primeiro bimestre de 2015.

Em março de 2014, iniciamos o projeto de extensão intitulado "Nzinga: Cultura, Capoeira e Gênero no Maciço de Baturité". O projeto tem por objetivo integrar pessoas no contexto cultural da capoeira e das relações de gênero, através do diálogo entre a comunidade e a UNILAB, na atuação em parceria de integrantes do Grupo de Capoeira Feminino do Maciço de Baturité e do NPGS. Estão sendo realizadas oficinas temáticas relacionadas à cultura, arte, capoeira, gênero, sexualidades e diversidade nos municípios de Redenção, Acarape, Baturité e Mulungu. Nota-se que os jovens da região, bem como os alunos estrangeiros, participam das atividades

promovidas pela universidade, ampliando o conhecimento sobre as questões de gênero e diversidade, além do fortalecimento de suas identidades enquanto capoeiras e afrodescendentes.

Também no plano das ações diretas foram realizados eventos de natureza nacional e internacional, ao longo de um ano de atividades, vários eventos foram promovidos na Unilab, e seus pesquisadores e suas pesquisadoras participaram de eventos em outras universidades e demais instituições brasileiras. Dos eventos realizados na Unilab, destacam-se o I Tríduo da Diversidade, evento que, em 2014, serviu de preparação para a recepção da professora francesa e pesquisadora *queer* Marie Hélène Bourcier.

Ainda neste ano na Unilab, em parceria com a ONG Fábrica de Imagens, realizamos o festival Curta O Gênero com a apresentação de curtas metragens, palestras sobre a Ditadura civil militar brasileira e os seus efeitos na vida da população LGBT. Ambos os eventos citados contaram com a participação da comunidade e de movimentos sociais.

Fora da Unilab, estivemos no Encontro Internacional da Associação Brasileira da Homocultura (ABEH), realizado na Universidade Federal de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul, onde apresentamos comunicações orais e coordenamos um grupo de trabalho. Neste evento, a professora Luma Andrade foi convidada a integrar a nova diretoria da associação, na qualidade de conselheira, e colocamos a candidatura da Unilab em sediar o evento em 2016. Estivemos também no evento Corpo, gênero e sexualidade, realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora, em Minas Gerais, do qual participamos coordenando um eixo temático sobre gênero em países lusófonos.

Em parceria com o grupo de pesquisa Oritá, sediado na Unilab, recebemos a Professora Dra. Celeste Fortes, de Cabo Verde, que nos apresentou a sua tese. Em parceria com o NEAAB (Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros/UNILAB), recebemos o sheik Dadiarra Modibo, que falou da relação entre a sexualidade e o islã. Neste sentido, o NPGS da Unilab se constrói em parceria com outros núcleos, grupos, instituições, com o movimento social, com práticas de mobilidade e cooperação internacional, movimentando a Unilab e as cidades nas quais ele se relaciona.

IV. Referências Bibliográficas

COELHO, Juliana Frota da Justa (2012), Ela é show: performances trans na capital cearense. Rio de Janeiro: Multifoco.

Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher - CEDAW (1979), Disponível em: http://www2.mre.gov.br/dts/cedaw_p.doc. Acesso em 15.12.2014.

Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará (1994), Disponível em: http://www2.mre.gov.br/dts/violencia_e.doc. Acesso em 15.12.2014

Convenção nº. 100/1951 da Organização Internacional do Trabalho – OIT: Sobre a igualdade de remuneração de homens e mulheres por trabalho de igual valor. Disponível em:http://www.ilo.org/public/portugue/region/ampro/brasilia/info/download/conv_100.pdf. Acesso em 15.12.2014

CORES. Jornal da comunidade LGBT moçambicana. Cúpula do Milênio - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.Disponível em: http://www.un.org/spanish/millenniumgoals/index.html. Acesso em 15.12.2014

BRASIL. Presidência da República (2009). Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto Nº 7.037/09 (Aprova o programa Nacional de Direitos Humanos). Brasília. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007- 2010/2009/Decreto/D7037.htm. Acesso em 15.12.2014.

_____. Presidência da República (2006), Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Lei 11.340/06. Lei Maria da Penha. Brasília, de 7 de Agosto de 2006.

_____. Presidência da República(2005), Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília.

_____. CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação (2004), Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde.

_____. Presidência da República (1988), Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília.

BUTLER, Judith (2013), Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

_____. (2013) Judith Butler: la question de la fondation de l'État d'Israel se pose. Peut-il être refondé?. In: Libération. Samedi, 7 Décembre 2013. p. 29 – 31.

Declaração e Plataforma de Ação da III Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (Viena, 1993). Disponível em: http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/Onu/Confere_cupula/texto/texto_3.html. Acesso em 15.12.2014.

Declaração e Plataforma de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo,1994). Disponível em: http://www.unfpa.org/icpd/docs/icpd/icpd_spa.pdfe http://www.pnud.org.ve/cumbres/cumbres05.html, Acesso em 15.12.2014.

Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995). Disponível em: http://www.onu.org/documentos/confmujer.htm. Acesso em 15.12.2014.

Declaração e Programa de Ação da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban, 2001). Disponível em: http://www.mulheresnegras.org/doc/Declafinal.pdf. Acesso em 15.12.2014.

FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho (2003), Ensaios sobre identidade e gênero. Salvador: Helvécia.

GILMAN, Douglas B.; LAWSON, Sandra (2012), The Power of The Pur**se:** Gender Equality and Middle-Class Spending. Goldman, Sachs & Co, 2009. Disponível em: http://www.goldmansachs.com/our-thinking/topics/women-and-economics/power-of-purse.pdf. Acesso em: 06 ago. 2012.

GOLDENBERG, Mirian. (Org.) (2010), O corpo como capital: estudos sobre gênero, sexualidade e moda na cultura brasileira. 2. ed. São Paulo: Estação das Letras e Cores.

GONZALEZ, Maria José Jung (2014), A Mulher e o seu Direito: panorama global dos Direitos Humanos da Mulher. Disponível em: <http://relacoesinternacionais.com.br/tag/relacoes-de-genero/> Acesso em: 27 jan. 2014.

LAMBDA MOZI (2013), Atitudes perante a homossexualidade nas cidades de Maputo, Beira e Nampula. Lambda Mozi: Maputo, 2013.

_____ (2012), EH! Estudos homossexuais. Expressões da Homossexualidade em Maputo. V. I. Maputo, 2012.

LOURO, Guacira Lopes (2013), Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica.

_____(2010), Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes.

_____(2010), FELIPE, Jane & GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.) (2010), Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes.

MONDAINI, Marco (2008), Direitos humanos. São Paulo: UNESCO/Contexto.

OLIVEIRA, Odete Maria de (Org)(2011), Relações Internacionais: a questão de gênero. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES UNIDAS (ONU). The World's Women 2010: Trends and Statistics: ano de 2010. Disponível em: http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/Worldswomen/WW2010pub.htm# Acesso em: 27 de jan. 2014.

PRECIADO, Beatriz (2008), Testo Yonqui. Madrid: Espasa.

SCOTT, Joan (1993), Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Recife: SOS Corpo e Cidadania.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES(2013), Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Pequim, 1995. Disponível em: http://www.sepm.gov.br/Articulacao/articulacao-internacional/relatorio-pequim.pdf. Acesso em: dez.2013.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Relatório sobre a violência homofóbica no Brasil: ano de 2012. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012. Acesso em: 27. jan. 2014.

Recomendação nº. 90/1951 da OIT: Sobre a igualdade de remuneração de homens e mulheres trabalhadores por trabalho de igual valor. Disponível em: http://www.ilo.org/public/portugue/region/ampro/brasilia/info/download/rec_90.pdf. Acesso em 15.12.2014

Recomendação nº. 165/1981 da OIT: Igualdade de oportunidades e de tratamento para homens e mulheres trabalhadores com encargo de família. Disponível em: http://www.ilo.org/public/portugue/region/ampro/brasilia/info/download/rec_165.pdf. Acesso em 15.12.2014

Modelos de Desenvolvimento da Mulher Rural: O programa de auscultação à mulher rural em Angola

Ermelinda Liberato
ermelinda.liberato@gmail.com

Resumo: Dando seguimento à prossecução dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM), o governo angolano tem elaborado projetos de estudo e políticas tendo em conta a melhoria da condição da mulher na sociedade. Um dos exemplos dessa atividade é o programa "Auscultação à Mulher Rural", que teve como objetivo ouvir a mulher rural de modo a elaborar políticas tendo em vista a melhoria da sua condição. Em que consiste este progama, quais os reais objetivos do mesmo, quais são os critérios que definem a mulher rural angolana, são apenas alguns dos pontos que pretendemos analisar na presente comunicação.
Palavras-chave: mulher, rural, desenvolvimento, Angola

Introdução

O debate em torno do papel da mulher na sociedade, bem como a questão da igualdade entre os géneros nunca foi tão intenso como aquele que temos registado nos últimos anos. No caso do continente africano, onde Angola se insere, essa questão assume uma dimensão ainda maior pois esta é apontada como um dos maiores entraves para a melhoria das condições de vida no continente e consequentemente, o seu desenvolvimento.
Ao longo dos anos, a mulher angolana foi relegada para uma posição inferior àquela que era dada ao homem, isso apesar de Mendes ter referido, em 1958, que é na mulher africana, e não no homem, que assenta toda a base económica (Mendes, 1958). Por outro lado, não nos podemos esquecer do papel e do peso que os valores culturais e a tradição ainda têm na sociedade angolana, tipicamente africana, onde a mulher é relegada para a condição de subalternização ao homem, e o seu espaço de afirmação é reduzido (Silva, 2011). Igualmente não nos podemos esquecer de um passado colonial que terminou apenas a 40 anos e quando os angolanos deveriam estar a alterar este cenário, mergulharam em 27 anos de guerra civil, que destruiu não só as infraestruturas e o tecido económico do país, mas sobretudo, a sociedade angolana, matando milhares de cidadãos, mutilando outros tantos, impedindo a construção da tão ansiada Nação angolana.
Alcançada a paz em 2002, visualizam-se novos cenários e perspectivam-se novos desafios. Aqui, uma vez mais, a posição da mulher na sociedade assume destaque e os debates em torno desse assunto aumentam um pouco por todo o lado. A pressão internacional e de certa forma nacional, da sociedade civil e da opinião pública em geral, tem levado a um multiplicar de discursos em torno da emancipação da mulher. E porquê a emancipação da mulher? Porquê que nos últimos anos a "condição" igualdade de género passou a ser quase uma exigência nos acordos de cooperação e nas políticas externas dos diferentes estados?[1] Porquê esta tónica no papel da mulher? Afinal, quem e a mulher rural? Aquelas que respeitosamente chamamos "mamã" e que pegam na enxada e vão para as lavras cultivar a mandioca e o milho? Fala-se tanto de industrializar o país, de desenvolver o sector não petrolífero, de dinamizar a agricultura e o campo. Mas incluímos estas populações nestes discursos ou não passam disso mesmo, discursos de académicos e analistas económicos? Pensamos no papel que estas mulheres irão desempenhar nesta dita dinamização agrícola?
Toda esta pressão em torno da igualdade de género, um pouco imposta pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), tem conduzido a um aumento do discurso em torno da posição da mulher bem como ao aumento da sua representação em cargos políticos e de decisão. Angola tem neste momento, no governo, 8 mulheres a ocuparem pastas ministeriais, nomeadamente, Pescas, Indústria, Comércio, Ambiente, Ciência e

1 No caso da União Europeia, considerou-se que a luta pela igualdade de género é uma condição essencial dos acordos de cooperação que aquela instituição firma com os países externos. Faz parte da sua política interna e externa a inserção desse objetivo. É por isso que a Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD) da União Europeia está vinculada muitas vezes ao objetivo da igualdade de género.

Tecnologia, Cultura, Família e Promoção da mulher, Assuntos Parlamentares; 6 secretárias de estado: Assistência Social, Ensino Geral e Acão social, Família, Justiça, Finanças, Estado e Cooperação. Mas são pastas que, se analisarmos bem, estão voltadas para a família e para a educação. As pastas mais sensíveis como economia, defesa, administração interna, relações internacionais, petróleos, permanecem em mãos masculinas. E num pais com 1 246 700 km² e 18 províncias, apenas duas governadoras: Lunda-Sul e Cabinda, sendo estes dados apontados pelas Nações Unidas como "um bom resultado em termos de participação política feminina no país" (UNCTAD, 2013: 16). Mas parece que tal avanço é muito mais evidente no meio urbano, o que nos leva a questionar sobre a posição da mulher rural.

Quem é a mulher rural?

A definição em torno do conceito de mulher rural tem que ser bem trabalhada afinal, o fato de viver no meio rural não a torna diferente das outras mulheres, sobretudo aquelas que vivem nas áreas urbanas. A mulher rural é aquele elemento do sexo feminino que reside no meio rural e com efeito, assume um quotidiano típico daquele ambiente, meios de vida ligados ao campo e toda uma estrutura familiar própria do meio em que se insere. A mulher rural dispende o seu tempo entre o trabalho no campo, nomeadamente a agricultura, o cuidado dos filhos e da casa. Esta faceta da vida da mulher rural ligada à execução de actividades produtivas tem importância económica para a subsistência familiar e até da comunidade (Silva, 2011: 22). O Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU) define a mulher rural como:

> "Todo o cidadão do género feminino com idade igual ou superior a 16 anos cujas relações sociais e económico-profissionais decorrem do contacto directo com as fontes de produção primárias, num ambiente relacionado com a produção e colheita com a terra e com a natureza" (MINFAMU, 2014: 2).

Por outro lado, identificar a mulher rural como aquela cujas fontes de rendimentos estão intimamente relacionados com a terra e com o primeiro sector, parece-nos constituir um conceito excludente porque cada vez mais, vem aumentando o número de mulheres no meio rural que exercem actividades fora do sector agropecuário. Sendo assim, na presente comunicação definiremos a mulher rural como aquela que vive e realiza as suas actividades produtivas e reprodutivas dentro do espaço rural , que, em Angola, pode ser caraterizado por "indicadores que denotam um modo de vida precário, revelado por: estilo de vida simples, à margem das tecnologias e do mundo letrado; recurso à ferramentas tradicionais e obsoletas; atividade produtiva ligada à agricultura de subsistência e pastorícia" (Silva, 2011: 22).

No caso angolano, por exemplo, as famílias rurais estão intimamente ligadas às actividades agropecuárias auxiliadas por actividades não agrícolas como a venda de diversos produtos no mercado informal, constituindo a informalidade a "principal fonte de renda para os agregados familiares chefiados por mulheres" (UNCTAD, 2013: 46). As mulheres no meio rural angolano, "além do trabalho doméstico e da atenção às crianças, devem cuidar de todos os aspectos relacionados com a subsistência familiar, inclusivé da produção de alimentos e criação de animais de pequeno porte, bem como da colecta de água e lenha. As mulheres trabalham em média 15 horas por dia, tanto em casa quanto no campo" (UNCTAD, 2013: 43).

Pensamos que a mulher rural em Angola deve ser entendida a partir da abordagem do *continuum* rural porque o contacto entre o meio rural e o centro urbano nunca foi tão intenso como o que se verifica actualmente e acreditamos que tais contactos introduzem inúmeras transformações naquilo que é o quotidiano das famílias rurais em geral e em particular na mulher rural.

Desenvolvimento rural

O aumento da participação da mulher na vida pública, particularmente no setor rural, onde a cultura continua a ser o principal meio de socialização, caminha a passos lentos, daí a necessidade de se criarem cada vez mais programas que mudem esse panorama. A contínua "subaternização da mulher e a redução do seu espaço de afirmação" (Silva, 2009: 28) no meio rural indicam a urgente necessidade de se criarem programas que mudem

esse cenário. Por outro lado, olhando para o perfil económico das mulheres deparamo-nos com uma realidade ainda mais desanimadora pois concentra-se maioritariamente no setor agrícola, precisamente o setor mais rudimentar da estrutura económica angolana. Em 2008 aproximadamente 3,85 milhões de angolanas trabalhavam na agropecuária, o que corresponde a mais ou menos 80% da população feminina em idade ativa" (UNCTAD, 2013: 43).

A necessidade de alterar este cenário desalentador levou à introdução de medidas no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 elaborado pelo governo angolano em 2012. Este documento estabelece assim como objectivos para a mulher rural, a serem empreendidos nesse periodo (2013-2017) as seguintes prioridades:

1 - Apoiar as Parteiras Tradicionais em matéria de capacitação e fornecimento de kits
2 - Apoiar as Iniciativas de Micro Finanças e Empreendedorismo no Meio Rural
3 - Apoiar a organização e as Associações e cooperativas, para criação, aumento e sustentabilidade de alimentação para as famílias
4 - Promover o conceito de Qualidade de Vida nas comunidades, através da capacitação de Mulheres - Chefes de família em matéria de aproveitamento de produtos locais e melhoria nutricional
5 - Promoção do Desenvolvimento Comunitário e Local no Meio Rural
6 - Assegurar a promoção e advocacia da alfabetização e em Línguas Nacionais para mulheres no meio rural
7 - Promover a realização do Fórum Nacional da Mulher Rural
8 - Promover a realização de um documentário sobre a situação da Mulher camponesa (MINPLAN, 2012: 112)

Bem como programas que visam o desenvolvimento rural, com destaque para:

1. Promover programas específicos e programas transversais para dar resposta aos problemas do mundo rural e estabelecer a correspondência entre a qualidade de vida dos centros urbanos e do meio rural
2. Promover o desenvolvimento rural integrado
3. Estimular a criação de organizações comunitárias que podem servir como instrument de controlo social e de expressão das necessidades e capacidades das comunidades pobres para superar as barreiras do desenvolvimento económico e social
4. Buscar maior eficácia da intervenção pública, privada e associativa na gestão do desenvolvimento rural
5. Fortalecer as instituições a nível nacional, provincial e municipal para evitar sobreposições e criar uma capacidade institucional para monitorar a qualidade ambiental
6. Promover o desenvolvimento comunitário e da qualidade de vida, assegurando a ligação entre as comunidades e a sociedade como um todo
7. Definir e promover projectos que contribuam para a melhoria da condição e integração da mulher rural no processo de desenvolvimento (MINPLAN, 2012: 112).

É nesta senda que o governo angolano, em colaboração com diversos parceiros, tem elaborado e aprovado diversos programas que visem o apoio, a capacitação e a melhoria das condições de vida no meio rural, com destaque para a mulher rural (MINFAMU, 2014: 10-27). Para o efeito, foram desenvolvidas, durante o ano de 2013, as seguintes ações:

- Treinamento e capacitação de mais de 659 parteiras tradicionais (117% da meta estabelecida para 2013);
- Distribuição de 1540 Kits às parteiras tradicionais (274% da meta de 2013);
- Realização de palestras e seminários sobre a saúde materno infantil;
- Constituição de clubes de camponesas e apoio às mulheres beneficiadas com o micro- crédito rural;
- Foram entregues a 260 famílias rurais 26 moinhos para micro indústrias, 30 máquinas de costura, 308 fogareiros e 281 candeeiros a petróleo;
- 19.841 Mulheres frequentam os módulos 1, 2 e 3 do PAAE (Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar);
- O programa de promoção à mulher rural beneficiou 30.193 famílias, representando 47,1% da meta estabelecida para 2013;
- Para o programa de estruturação económica e produtiva das comunidades rurais beneficiaram 11. 839 famílias representando 63, 65% da meta estabelecida para 2013.
- Realizou-se a organização social de 2.733 famílias e 16 dinamizadores rurais nas diferentes comissões de desenvolvimento; procedeu-se ao registo de 13.837 famílias em várias aldeias.

Porém, apesar do esforço empreendido, os dados apresentados não são muito animadores, sobretudo se tivermos em conta que, segundo os dados provisórios do censo populacional e habitacional realizado em Maio de 2014, o universo de mulheres no mundo rural corresponde a 470.418 mil mulheres (INE, 2014).
No âmbito do Programa Nacional de Combate à Fome e à Pobreza foi ainda criado o cartão Cuia que tem como objectivo ajudar os mais carenciados, de forma a oferecer melhores condições de vida e minimizar algumas dificuldades enfrentadas pelas populações (Angop, 2014). O cartão cuia, renovado anualmente, tem um saldo mensal de 10.000 Kwanzas (AKZ) que deve ser gasto, nas lojas aderentes ao programa, em produtos que constituem a cesta básica. Este programa irá permitir que os agregados familiares mais carenciados, sobretudo aqueles liderados por mulheres tenham acesso aos bens essenciais de sobrevivência.

O Fórum Nacional de Auscultação à Mulher Rural

Dando seguimento a estas medidas, foi organizado, em 2014, o Fórum Nacional de auscultação à mulher rural, que decorreu entre 5 de Junho e 7 de agosto do corrente ano, um programa que visava sobretudo auscultar a mulher rural bem como fazer um levantamento das principais preocupações da mulher rural a partir das suas próprias palavras e perspectivas. O programa arrancou no município do Bailundo, província do Huambo e durante todo o processo foram auscultadas "mais de quarenta mil mulheres no meio rural e periurbano em todas as províncias do país" (Angop, 2014b).
O fórum estruturou-se em diferentes níveis, obedecendo à própria estrutura administrativa do país, ou seja, comunal, municipal, provincial e posteriormente, central.
O processo foi liderado, a nível central, pelos ministérios da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU) e Administração Pública Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), que por sua vez orientaram o processo a nível provincial através das respectivas representações. Nas divisões administrativas inferiores - municípios e comunas, realizaram-se os encontros comunais, que deram origem aos municipais e estes por sua vez deram origem às conferências provinciais (ADRA, 2014).
Foram constituídas equipas que realizaram os inquéritos às famílias, posteriormente, os administradores comunais e municipais juntaram esforços e organizaram fóruns onde foram apresentados os resultados preliminares dos respetivos inquéritos, deixando igualmente espaço para os participantes tecerem os seus comentários e darem contributos para a melhoria do processo em si. Estes resultados foram posteriormente entregues aos órgão provinciais que tratou de organizar os fóruns provinciais que contou com a presença de membros do executivo e respetivos governadores provinciais onde se elaborou, para cada província, um relatório final (ADRA, 2014).
No final do processo de auscultação local pelas diferentes zonas do país, foi realizada, no dia 25 de Julho, em Luanda, mais concretamente na localidade da funda, uma mesa redonda subordinada ao tema "Modelos de Desenvolvimento da Mulher Rural", com especialistas de diferentes áreas do saber, que tiveram assim a oportunidade de emitir o seu parecer sobre o modelo a adoptar para o desenvolvimento da mulher rural (Angop, 2014d). Esta mesa redonda visava apresentar e discutir os resultados preliminares do processo de auscultação à mulher rural, servindo igualmente como ensaio para o Fórum Nacional da Mulher Rural.
Os resultados deste processo de auscultação foram apresentados, pelo presidente da república, no Fórum Nacional da Mulher Rural, que teve lugar no Centro de Conferência de Belas, em Luanda, no dia 7 de agosto. De entre as principais preocupações apontadas pelas mulheres rurais, destacam-se: o acesso à terra e aos recursos naturais e tecnológicos; o acesso ao crédito para aquisição de equipamentos e materiais para a agricultura, o acesso à energia eléctrica, água e saneamento básico; acesso ao emprego e à formação técnico-profissional; a alfabetização, o ensino e a educação; a saúde e "kits" para as parteiras tradicionais, a habitação; a igualdade de género e a participação; a violência doméstica; a cultura; os seus hábitos tradicionais positivos; o registo de nascimento e a obtenção do bilhete de identidade, entre outros (Angop, 2014b).
Tendo terminado as diferentes etapas do fórum, várias perguntas ainda se encontram sem resposta: o que levou o governo angolano a auscultar as mulheres rurais para identificar os problemas que estas enfrentam mas que já são conhecidos? Qual o nível de participação e envolvimento das comunidades locais na elaboração, execução desses programas, quem os define e a sua sustentabilidade? Qual a participação dos diferentes grupos organizados da sociedade civil e dos cidadãos angolanos no geral? que perspetivas para o futuro? Depois da auscultação, o que está a ser feito para minorar os constrangimentos ressaltados pelas mulheres auscultadas?, entre muitas outras.

Conclusão

A mulher angolana tem assumido um papel de destaque na sociedade e os discursos em torno da sua emancipação desdobram-se a uma velocidade nunca antes constatada. Porém, no que toca à mulher rural, o panorama não parece ser muito animador pois estas continuam a enfrentar sérios constrangimentos no seu quotidiano. Assentes sobretudo nas normas tradicionais, a mulher rural tem ainda um longo percurso até poder ver satisfeitas as suas necessidades básicas. E foi precisamente com o intuito de saber, sob o ponto de vistas destas mulheres rurais quais os maiores constrangimentos que querem ver ultrapassados, que o governo angolano criou o programa de auscultação à mulher rural, onde estas poderão expor as suas maiores preocupações.
É necessário criar uma política de desenvolvimento rural que inclua todos os actores sociais neste espaço. Apesar do desenvolvimento rural e da igualdade de género ocuparem lugares de destaque no Plano Nacional de Desenvolvimento aprovado pelo executivo angolano e para ser implementado entre 2013 – 2017, este não define medidas concretas e objetivos específicos, tendo estes ficado reservado para o Plano Nacional de Desenvolvimento da Mulher Rural. A atualidade do tema não nos permite aprofundar casos concretos, porém ficamos a acompanhar a evolução do processo.

Bibliografia

ADRA. (2014). "Processo de auscultação à mulher rural", Luanda: ADRA.

Angop. (2014a). **"**Angola Inicia Fórum Nacional de Auscultação à Mulher Rural". Disponível em**:** http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2014/7/32/Angola-Inicia-Forum-Nacional-Auscultacao-Mulher-Rural,7c64b206-00bf-4b8b-aa83-a24013a79459.html. [Consultado em: 15-12-14].

Angop. (2014b). "Discurso do Presidente da República no Fórum da Mulher Rural". Disponível em: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2014/7/32/Discurso-Presidente-Republica-Forum-Mulher-Rural,e5b62fba-550f-4ca5-aa75-45ec00fa3529.html. [Consultado em: 15-12-14].

Angop. (2014c). " População do Mussende vai Beneficiar do Cartão Cuia". Disponível em: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2014/8/40/Cuanza-Sul-Populacao-Mussende-vai-beneficiar-Cartao-Cuia,aef1cc15-be4d-4651-9b17-b300ab4dbc63.html. [Consultado em: 15-12-14].

Angop. (2014d). "Minfamu Realiza Mesa Redonda sobre os Modelos de Desenvolvimento da Mulher Rural". Disponível em: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2014/6/30/Minfamu-realiza-mesa-redonda-sobre-modelos-desenvolvimento-mulher-rural,6d74f050-00f3-4c42-8a9c-496459e87108.html. [Consultado em: 15-12-14].

Instituto Nacional de Estatística (INE). (2014). *Resultados Preliminares: Recenseamento Geral da População e Habitação – 2014*, Luanda: INE.

Mendes, A. (1958). *A Huíla e Moçâmedes: Considerações sobre o Trabalho Indígena*, Lisboa: junta de Investigações do Ultramar.

Ministério da Família e Promoção da Mulher. (2014). *Estamos Juntos,* 19, 1º Trimestre, Luanda: MINFAMU.

Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial (MINPLAN). (2012). *Plano Nacional de Desenvolvimento 2013 – 2017*, Luanda: MINPLAN.

Silva, E. "Tradição e Identidade de Género em Angola: ser Mulher no Mundo Rural", *Revista Angolana de Sociologia,* 8, 2011, pp. 21-34.

UNCTAD. (2013). *Quem se Beneficia com a Liberalização do Comércio em Angola? Uma Perspetiva de Género*, Nova Iorque e Genebra: Nações Unidas.

Uso do Tempo e Trabalho Não Remunerado (TNR) em Cabo Verde Participação e intensidade: Principais evidências e impacto no debate das políticas públicas

Carlos Mendes[1]

Maritza Rosabal[2]

RESUMO: O aprofundamento do conhecimento sobre as causas e fatores estruturais das desigualdades e da exclusão social, são fundamentais para a adoção de políticas públicas que tomem em consideração a diversidade das necessidades e a justeza das medidas. **É** nessa perspetiva, que o Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade de Género e a ONU-Mulheres, estabeleceram uma parceria com o Instituto Nacional de Estatística a fim de realizar uma pesquisa sobre o Uso de Tempo, a qual foi realizada entre Outubro e Dezembro de 2012. O presente artigo descreve o quadro teórico que sustenta a realização das Pesquisas sobre o Uso do Tempo na sua interface com o Trabalho N**ão** Remunerado (TNR) e a sua importância para o bem-estar social. Inclui a descrição do processo de criação de parcerias e das competências nacionais. Revela os elementos subjacentes às opções da equipa de pesquisa e os procedimentos metodológicos, assim como os resultados obtidos e o impacto na agenda de debate sobre as políticas públicas.

Os resultados são apresentados em tabelas, que incluem a intensidade e a taxa de participação no TNR, e a diferença entre homens e mulheres tanto na participação, como na intensidade. A informação quantitativa faz-se acompanhar de textos descritivos e explicativos quando possível. A pesquisa evidenciou, que os papéis sociais de género e as lacunas das políticas públicas em vigor, continuam transferindo a maior parte do peso do TNR para as mulheres, especialmente para as mais pobres. O processo de divulgação das evidências obtidas, gerou em debate sobre a necessidade de que as políticas sociais tenham em conta a pertinência da criação de um sistema de cuidados, que privilegie o cuidado de crianças e idosos, promova a conciliação entre a vida laboral e familiar, outorgue especial atenção às cuidadoras e valorize a contribuição económica do trabalho não remunerado.

Palavras-chave: uso do tempo, trabalho remunerado, trabalho não remunerado, reprodutivo, produtivo

A IMPORTÂNCIA SOCIO ECONOMICA DO TRABALHO NAO REMUNERADO

Em todas as sociedades são desenvolvidas atividades de carácter social e coletivo, orientadas para o mercado, que são consideradas produtivas porque produzem bens, que em conjunto constituem a riqueza social. Esse trabalho situa-se na esfera pública, se realiza para o mercado e pressupõe-se que gera a riqueza económica da sociedade. É economicamente valorado, socialmente prestigiante e denominado produtivo. Por ser, geralmente remunerado, chamasse-lhe trabalho remunerado (TR). Também se realizam atividades no âmbito privado (doméstico familiar), para satisfazer as necessidades quotidianas de alimentação, higiene, saúde, manutenção da casa, cuidado das crianças e cuidado de adultos dependentes ou de pessoas idosas e doentes, que garantem a manutenção e a reprodução da vida e dos valores e costumes da comunidade. Tradicionalmente constituem o trabalho reprodutivo.

Os estudos de género questionam a exclusão do trabalho doméstico e de cuidados familiares do âmbito económico e produtivo De acordo com Esquivel (2011), a utilização da denominação trabalho produtivo para

---

1 Demografo do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. Coordenador, pelo INE do Inquérito sobre Uso do Tempo e TNR; Email: Carlos.Mendes@ine.gov.cv

2 Gestora Nacional de Programas da ONU Mulheres. Cabo Verde. Coordenadora pelo ICIEG/ONU Mulheres do Inquérito sobre Uso do Tempo e TNR; Email: maritza.rosabal@unwomen.org; rrosabalmaritza@gmail.com

definir o desenvolvido na esfera mercantil é limitante, porque «'todo trabalho é produtivo, tem custos de tempo e energia, e contribui para o bem-estar das pessoas'». Ao denominar o trabalho não remunerado (TNR), realizado nos agregados familiares, de reprodutivo, contribuímos para o «invisibilizar e para obscurecer a sua relevância económica»

Segundo Esquivel (2011) o TNR, que emerge de relações sociais e contratuais como a conjugalidade, *é*:

> Doméstico porque se realiza fora da esfera mercantil; de cuidados porque contribui para o bem-estar das pessoas; não remunerado porque não se recebe nenhum salário pela sua realização, e reprodutivo porque é essencial para a manutenção e reprodução da força de trabalho e da vida e para manter as condições de sustentabilidade do sistema económico no seu conjunto.

Contudo, a importância económica o TNR não é nem contabilizada nem socialmente reconhecida: quando nos exercícios censitários, um membro do agregado familiar declara como ocupação principal o trabalho doméstico ou de cuidados no seu próprio agregado, e por isto **não** estar disponível, para o mercado de trabalho, é considerado estatisticamente parte da população economicamente inativa.

Na base da invisibilidade económica encontram-se as abordagens económicas tradicionais e não a natureza da produção - são bens e serviços que quando produzidos fora do âmbito do agregado familiar, (no mercado) **são geralmente,** remuneradas (Esquivel, 2011). No entanto, **não são suficientemente valoradas nem económica, nem socialmente**, mas «'se concentram em sectores feminizados, e se realizam em condições laborais e salariais precárias'» (Coello, et al. 2013: 27).

Os estudos de género, fizeram evoluir a leitura do mundo do trabalho. Cada vez se atribui maior importância as atividades reprodutivas, porque nelas se integram atividades organizadoras das condições de vida, imprescindíveis para que o resto da estrutura socioeconómica funcione. S**ão** as que regeneram as gerações, as que garantem o bem-estar físico e emocional, o apoio psicológico e afetivo dos integrantes da família, assim como a manutenção das relações sociais. Segundo Aguirre (2009)

> O trabalho reprodutivo é aquele necessário para reproduzir a força de trabalho e a vida, tanto presente como futura» **constituem as** «bases invisíveis do bem-estar social porque subsidiam o trabalho produtivo: se não há pessoas que realizem a limpeza e a manutenção da casa, as compras, a preparação de alimentos, que cuidem de crianças, de idosos ou dependentes etc, a pessoa ou pessoas que, no agregado familiar, realiza ou realizam o trabalho produtivo, estariam impossibilitados de o realizar.

Do ponto de vista social, em função do sexo, são assignados pelas normas e valores sociais vigentes responsabilidades e tarefas diferenciadas. No mundo ocidental, tradicionalmente eram os homens que realizavam o denominado trabalho produtivo, enquanto eram as mulheres, quem asseguravam todo o trabalho reprodutivo. Esta diferenciação é denominada nos estudos feministas divisão sexual do trabalho, sendo o trabalho doméstico, na maioria dos países, considerado um mandato social exclusivo da família, ancorado na referência de que em cada agregado familiar deve existir uma mulher ou várias dedicadas ao cuidado dos seus membros. A apesar da integração massiva das mulheres ao mercado de trabalho, elas não estão eximidas socialmente das responsabilidades e papeis tradicionais vinculados à reprodução social e os homens participam debilmente nestas atividades.

A dedicação ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerados, condiciona a carreira profissional das mulheres, e tem um impacto negativo na sua autonomia, ao longo de todo o ciclo de vida, assim como no gozo pleno da cidadania, sobretudo se consideramos que pelo facto das políticas de bem-estar basearem-se no regime contributivo, o aceso aos benefícios do sistema de proteção social de muitas mulheres depende da sua relação com os membros da família que estão no mercado de trabalho. Ainda, n**ão obstante no quadro económico e social atual, o nível de bem-estar das pessoas depender da sua relação com diferentes esferas institucionais (mercado, estado, voluntariado, família), as evidências empíricas mostram que ainda, os papéis sociais atribuídos em função do sexo, a divisão sexual do trabalho e as políticas sociais em vigor, continuam transferindo o** peso do TNR às mulheres.

Segundo Coelho (2013: 25)

> Para analisar a economia no seu conjunto, é fundamental considerar a interação entre sua dimensão até agora invisível (reprodutiva) e as dimensões mercantis (produtivas). O centro prioritário de atenção deve ser o bem-estar e a sustentabilidade da vida, enfatizando os benefícios que gera este trabalho

> reprodutivo para todo o conjunto social (não apenas no plano individual), porque sem ele, todo o resto dos processos socioeconómicos não acontecem.

Como afirmam Garcés (2009)

> A economia feminista tem dado um contributo muito importante na análise do trabalho. A reprodução da força de trabalho como conceito, na atualidade, é visto como um processo social e económico. O cuidado e as atividades domésticas começam a ser reconhecidos como um trabalho que gera valor e por tanto como parte integrante do fluxo económico das sociedades (...) implica a produção de bens e serviços, atividades, relações e valores relativos às necessidades mais básicas e relevantes da existência humana e para a reprodução das pessoas

Consequentemente, mediante as TNR reprodutivo as famílias sustêm o funcionamento da economia, pelo que não pode ser ignorada a responsabilidade coletiva na sustentabilidade da vida e a geração de bem-estar, e o facto de essa responsabilidade ter de ser assumida tanto no âmbito privado como no âmbito público.

O RECURSO AOS INQUÉRITOS SOBRE O USO DO TEMPO PARA TORNAR VISIVEL O TNR

De acordo com Aguirre (2008: 16), o estudo do tempo

> Tem um papel central como revelador e estruturador das atividades das pessoas e como medida das desigualdades sociais. Para o estudo das relações de género é uma dimensão chave porque proporciona evidências empíricas de situações pouco visíveis, pelo que pode ser considerado como um marcador social das relações de género e da desigual distribuição de tarefas e ocupações entre os sexos. Mediante a medição do tempo se avança teórica e empiricamente no conhecimento da organização social e económica do TNR doméstico e de cuidados e do papel das mulheres na economia e no bem-estar coletivo.

Ainda de acordo com a autora, os inquéritos sobre Uso do Temo, não foram pensados como um instrumento de medição desse tipo de trabalho. Segundo Esquivel (2009)

> nos países anglo sáxone se referenciavam no quadro do debate sobre o trabalho doméstico, buscando compreender a relação entre a produção e a reprodução da força de trabalho, mas também eram referenciados nos debates sobre o desenvolvimento

Segundo Esquivel, (2009: 5) a Plataforma de Acão de Beijing (1995)

> Referiu a necessidade de elaborar diagnósticos que permitissem visibilizar as desigualdades de género, e desenvolver meios estatísticos apropriados para reconhecer e tornar visível em toda a sua extensão o trabalho das mulheres e todas as suas contribuições à economia nacional, incluindo o sector não remunerado e o agregado familiar.

Nas pesquisas sobre o Uso do Tempo, trata-se no essencial de contabilizar o tempo que as pessoas invertem no TNR domestico e de cuidados, já seja na sua casa, na de algum familiar ou amigo (realizada como forma de apoio gratuita), ou na comunidade, indo para alem do âmbito familiar restrito, o que destaca o facto do agregado familiar não ser a única instituição responsável pelo cuidado dos seus integrantes. Estas pesquisas permitem:

- Dar visibilidade à contribuição das famílias para garantir o bem-estar social e a articulação entre a esfera familiar e as outras fontes de bem-estar;
- Tornar estatísticamente visível a divisão sexual do trabalho entre os membros do agregado familiar e na sociedade;
- Chamar a atenção, com base em evidências para as limitações que o trabalho reprodutivo significa para o exercício dos direitos das mulheres (sociais, económicos, políticos etc);
- Dispor de dados para estimar o impacto ou acontribuição do trabalho reprodutivo não remerado no PIB;

A divulgaçao dos resultados possibilita a abertura de espaços de debate sobre o desenho de políticas **públicas mais adequadas às necessidades das famílias.** De acordo com Araya (2003) actualmente estas pesquisas

são consideradas uma fonte de informação útil para o conhecimento das condições de vida da população e mesmo nalguns países já constituem exercícios periódicos. Por exemplo, na Holanda e na Dinamarca se realizam estas pesquisas de 5 em 5 anos, na Inglaterra e na França cada 10 anos, enquanto em Canadá este inquérito integra o General Social Survey.

A International Association for Time Use Research (IATUR), criada 1988 fomenta o desenvolvimento de Estudos sobre Uso do Tempo e realiza anualmente uma conferência internacional.

PROCESSO E INTRUMENTOS DA PESQUISA SOBRE O USO DO TEMPO E TNR

Tendo em atenção, o estado dos processos de produção de informações estatísticas e o vazio existente no que respeitava a utilização do tempo e ao contributo do TNR para a economia nacional, o Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG), em parceria com a ONU Mulheres e o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), planificou para o biénio 2010-2012 a «capacitação duma equipa nacional para a realização do estudo sobre uso do tempo e contribuição das atividades reprodutivas para o PIB»[3].

A implementação do processo iniciou-se com a participação duma equipa (integrada por um técnico do Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais do Instituto Nacional de Estatística (INE) e uma técnica do ICIEG no 2º Seminário Internacional de Estudos sobre o Uso do Tempo, realizado em 2010 no Rio de Janeiro, Brasil, organizado pela ONU Mulheres em colaboração com o Instituto Brasileiro de Estadística (IBGE). Esse evento tinha como objetivo harmonizar os enfoques metodol**ógicos para obter indicadores do** uso do tempo a nível internacional, incluindo a classificação de atividades, a recolha de dados e as opções de tratamento, assim como a utilização dos dados para o desenvolvimento de políticas públicas.

A participação da equipa cabo-verdiana, permitiu a sua aproximação aos diversos aspetos metodológicos e ao quadro teórico conceptual destas pesquisas, conhecer diferentes abordagens na implementação dos processos de recolha de informações e comparar os resultados obtidos em diferentes momentos. Também permitiu:

> «**...**conhecer, as boas práticas, as dificuldades e as insuficiências vivenciados pelos diferentes países na implementação das pesquisas e sistematizar as práticas e estratégias metodológicas que vão ao encontro da realidade cabo-verdiana, e aceder **à documentação** de referência»[4].

Como resultado, foi elaborado um relatório contendo um quadro de referência sobre as possíveis opções metodológica para a realização dum inquérito sobre o Uso do Tempo e para a seleção do modelo de pesquisa utilizado por Uruguai como uma referência possível para Cabo Verde.

A intermediação dos escritórios da ONU Mulheres de Uruguai e de Cabo Verde permitiu que em Março de 2011 se realizasse um ateliê envolvendo as equipas do ICIEG, do INE e do Centro de Investigação em Género e Família da Universidade de Cabo Verde (CIGEF), e que o mesmo contasse com o apoio técnico do Instituto Nacional de Estatística de Uruguai[5] e da Facultade de Ciências Sociais da Universidade da República. Nele foi desenhado o Quadro de Referência Teórico Metodológico para a Pesquisa. Na sequência do mesmo, em Novembro desse ano realizou-se um Ateliê[6] que permitiu a familiarização com os instrumentos de recolha de informações e a elaboração desses instrumentos para 1ª Pesquisa do Uso do Tempo de Cabo Verde.

---

3 ICIEG (2010). Programa + Género

4 Relatório de Missão. Setembro de 2010. Carlos Mendes (INE) e Maritza Rosabal (ICIEG).

5 Nubia Pagnotta

6 Contou com a participação de técnicos do INE - Alice Mota, Carlos Mendes, Mariana Neves, René Charles Sylva, do ICIEG - Catarina Ressurreição, Mário Márquez, Maritza Rosabal e ONU Mulheres – Clara Barros, e com a orientação da Professora Associada Karina Batthyany Facultade de Ciências Sociais da Universidade da República

Instrumentos utilizados na aplicação do inquérito e no tratamento das informações

Atendendo ao estado do desenvolvimento da cultura estatística de Cabo Verde, assim como as dificuldades inerentes a medição do tempo ao nível de proficiência exigido para uma abordagem do registo de tempo do "tipo diário", optou-se pela Lista curta de Atividades, previamente estabelecidas e validadas pela equipa de pesquisa. O questionário foi organizado em secções com perguntas claras e simples (35). As questões foram agrupadas em áreas e subáreas e introduzidas sob a forma de um "Classificador ou lista de atividades:

1. Trabalho doméstico familiar
2. Tempo de deslocação e transporte
3. Atividades de lazer
4. Cuidado de crianças
5. Cuidado de pessoas dependentes e/ou doentes
6. Apoios prestados a membros de outros agregados ou outros familiares gratuitamente
7. Apoios recebidos de membros de outros agregados familiares
8. Apoios prestados à comunidade a título de voluntariado

O Inquérito sobre Uso do empo e TNR, realizou-se como um modulo do Inquérito Multiobjectivo Continuo (IMC) em 2012[7]., o que permitiu contar com dados completos acerca de quem era a pessoa entrevistada, e das características do agregado. As questões foram respondidas pela pessoa informante, identificada como principal responsável pelas tarefas domésticas, que respondeu por si e por cada membro do agregado familiar que cumprisse o requisito de ilegibilidade (ter idade igual ou superior a 10 anos).

Finalizada a fase de recolha dos dados, e por se tratar da primeira iniciativa do tipo em Cabo Verde, que colocava vários desafios técnicos à equipa cabo-verdiana, realizou-se, em Março de 2013, uma visita de estudos ao Uruguai, que permitiu

> «Aprofundar os conhecimentos sobre o tratamento e divulgação das informações recolhidas; conhecer a organização, a dinâmica e o funcionamento das instituições nacionais uruguaias que coordenam e colaboram na promoção da igualdade de gênero e na produção de informação estatística com um enfoque de género; familiarizar-se com as políticas e as melhores práticas para identificar aquelas que podiam ser adaptadas ao contexto Cabo Verde, especialmente na área de empoderamento econômico das mulheres e as que tomam em consideração o impacto do trabalho reprodutivo para a economia nacional; e identificar as linhas de base para fortalecer e ampliar as relações de cooperação entre Uruguai e as instituições cabo-verdianas, sobretudo no domínio da produção estatística e de promoção da igualdade de género ao nível da formulação de políticas, estudos e pesquisas»[8].

Como resultado, os exercícios de exploração dos dados da pesquisa (Junho e Julho de 2013) contaram com o apoio técnico da Coordenação da Unidade de Seguimento de Programas da Direção de Monitorização e Avaliação do Ministério de Desenvolvimento Social de Uruguai[9] e da Coordenação do Sistema de Informação de Género do Instituto Nacional das Mulheres de Uruguai[10]. Ainda contou com a contribuição de especialistas de diferentes áreas do saber - produção de estatísticas, economia, sociologia, antropologia, psicologia e história, os quais estiveram representados por técnicos do INE e docentes de Universidades Cabo-verdianas, assim como de representantes de diferentes sectores e organizações comprometidas com a promoção da igualdade

---

7 Contou com o apoio técnico e financeiro da ONU Mulheres e do UNPFA.

8 Relatório da Visita de Estudos a Uruguai – Março 2013: António Duarte, Presidente do Instituto Nacional de Estatística; Carlos Alberto Mendes, Estatístico-Demógrafo do INE e Coordenador da Pesquisa sobre o Uso do Tempo; Talina Silva, Presidenta do ICIEG; Maritza Rosabal, National Programme Officer do Escritório da ONU Mulheres en Cabo Verde

9 Lorena Custodio. Docente da Faculdade de Ciências Sociais (UDELAR). Em 2013, coordenadora da Unidade de Seguimento de Programas da Direção de Monitoramento e Avaliação do Ministério de Desenvolvimento Social de Uruguai

10 Valentina Perrota, Investigadora da área de Género. Docente do Departamento de Sociologia da Universidade da República (Uruguai).Coautora do Relatório sobre a Pesquisa do Uso do Tempo de Uruguai (2008). Em 2013 Coordenadora do Sistema de Informação de Género do Instituto Nacional das Mulheres do Ministério de Desenvolvimento Social.

de género.
No tratamento das informações as questões medidas foram a participação das pessoas no TNR, expresse em percentagens e a intensidade da participação, determinada pelo tempo que dedicam às atividades nas quais participam, expresse em horas e minutos. Posteriormente no aprofundamento do processo de exploração realizaram-se dois exercícios (i) estimação da pobreza do tempo, baseado no **Índice de Excesso** de Tempo proposto por Boltvinik (1992) e na metodologia deste índice desenvolvida em Damián (2003) como *proxy* da pobreza de tempo a fim de classificar os agregados em pobre ou não pobre de tempo, cujos resultados integram este artigo e (ii) a ilustração, com recurso a analise e aos resultados de vários estudos qualitativos desenvolvidos no Laboratório de Investigação de Género do CIGEF, dos principais resultados quantitativos obtidos[11].

OS PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA SOBRE USO DO TEMPO E TNR

As mulheres participam mais e dedicam quase o dobro do tempo dos homens ao TNR semanalmente, especialmente no âmbito ao trabalho doméstico

Em Cabo Verde cerca de 82% da população de 10 anos ou mais realiza TNR e as pessoas despendem em média quase 1/3 do seu tempo semanal (cerca de 52:09) nesse trabalho. Os dados apontam para a existência de profundas desigualdades socias em função do sexo tanto na participação como na intensidade no TNR, sendo a brecha entre os sexos mais notória em relação à intensidade do que em relação à participação: Cerca 90% das mulheres declararam realizar TNR, enquanto nos homens, esta taxa é de cerca de 73%. As mulheres declararam dedicar cerca de 63:00 horas semanais ao TNR, e os homens apenas cerca de 38:00.

Gráfico 1.Taxa de participação (%) no TNR, segundo as suas componentes, por sexo, MUT, Cabo Verde, 2012

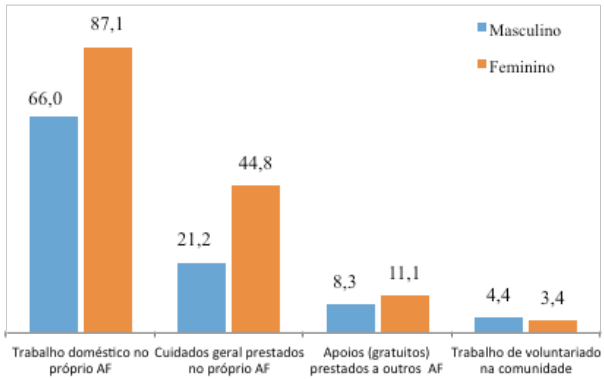

Fonte: Elaboração própria com recurso aos micros--dados do IMC/ MUT-2012 (INE)[12]

Gráfico 2.Tempo médio semanal (h:m) no TNR, segundo as suas componentes, por sexo, MUT, Cabo Verde, 2012

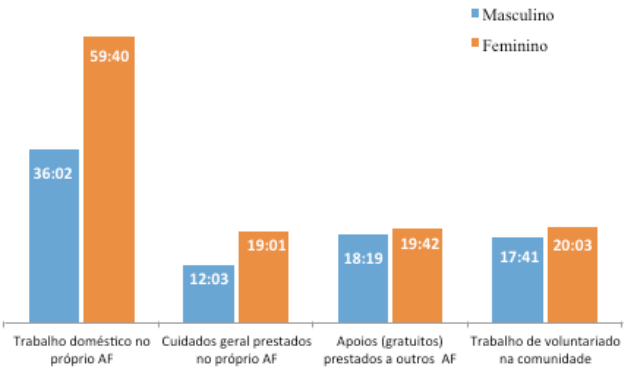

Fonte: Elaboração própria com recurso aos micros-dados do IMC/ MUT-2012 (INE)

As maiores taxas de participação e o maior tempo médio semanal dedicado às mesmas são registadas no trabalho doméstico (77% e 49:35). Este é o trabalho que integra as atividades que garantem as necessidades reprodutivas básicas dos membros do agregado, e consequentemente do próprio agregado – preparação, confeção e transporte de alimentos, limpeza e arrumação do alojamento, cuidados com o vestuário e com o calçado, pagamento de faturas, reparação e consertos da habitação, compras, atividades agrícolas ou pecuárias, pesca, caça

11 Trabalho realizado pelo Professor Carlos Anjos, divulgado na apresentação dos resultados da Pesquisa, que ainda esta em fase de edição.

12 Inquérito Multi Objetivo Continuo (IMC) / Modulo Uso do Tempo (MUT) / Instituto Nacional de Estatística (INE).

e recolha de frutos/legumes e similares para a subsistência e, buscar, transportar ou armazenar água ou lenha. Na segunda posição encontra-se a componente de cuidados prestados a dependentes, correspondendo a taxa de participação e tempo médio semanal dedicado de 33% e 27:25 respetivamente. Este trabalho integra o cuidado prestado a crianças, idosos ou outros adultos dependentes. Inclui dar ou ajudar banho, vestir, ou ajudar a vestir, alimentar, levar/ir buscar a passear ou brincar, levar/ir buscar a consulta médica ou ajudar nas tarefas escolares. O apoio gratuito (voluntários) a outros agregados (9.7% e 19:07) e o trabalho voluntário prestados à comunidade (3.7% e 18:43), são as atividades com menores taxas de participação, mas que por vezes exige maior intensidade.

O fosso de género mais visível tanto na taxa de participação como no tempo dedicado ao TNR verifica-se nas atividades circunscritas ao espaço privado, nomeadamente trabalho doméstico: (87% para as mulheres e 66 % para os homens). As mulheres dedicam quase o dobro do tempo médio semanal em relação aos homens (59:40 contra 36 horas). No trabalho voluntário prestados à comunidade, que é uma componente vinculada ao espaço público, regista-se uma ligeira diferença, em termos de participação 3,4 % para os homens contra 4,4 %, para as mulheres, mas os homens dedicam semanalmente menos tempo que as mulheres (17:41 e 20:03 respetivamente).

As atividades de limpeza do alojamento (53,2%) e as ligadas à alimentação (51 %) são as componentes dos trabalhos domésticos com maiores taxas de participação. Na limpeza e cuidado da roupa, compras e criação de animais, carregar água regista-se uma taxa de participação total de 23,3% e 28,9% respetivamente. Observa-se ainda que a menor taxa de participação (4,4 %), corresponde às atividades de manutenção e gestão externa. Relativamente ao tempo dedicado as componentes do trabalho doméstico, verifica-se que as pessoas dedicam mais tempo à preparação de alimentos (26:50) e à criação e cuidados de animais (20:46). As pessoas dedicam menos tempo semanal, **à**s compras (13:46) e às atividades de limpeza e cuidados de roupas (15:59).

Os maiores fossos de género nas taxas de participação são registados na preparação e confeção de alimentos (cerca de 43 pontos percentuais a mais para as mulheres comparativamente a homens) e na limpeza de alojamentos (32 p.p a mais para as mulheres comparativamente a homens). As atividades de manutenção e gestão externa são as que est**ão** mais equilibradas quanto à participação por sexo. Aliás é a única componente de trabalho doméstico em que se regista mais participação masculina que feminina, fazendo com que o fosso de género seja de cerca de 2 p.p a menos para as mulheres comparativamente a homens (a taxa de participação nas mulher é de 3,6 % e nos homens é de 5,3 %).

A participação de homens e mulheres no trabalho doméstico é manifestamente desigual, o que se traduz numa profunda divisão sexual do trabalho, na medida em que os homens e as mulheres não realizam as mesmas tarefas, nem dedicam o mesmo tempo a estas atividades. As taxas mais elevadas da participação das mulheres registam-se nas tarefas de preparação/confeção de alimentos (72%) e na limpeza/arrumação da casa (65,6%). A maior taxa de participação dos homens se regista nos trabalhos de Manutenção, reparação e gestão externa (59%) e na criação de animais, carregar água, recolha, transportar ou armazenamento lenha (4%).

Gráfico 3. Tempo médio semanal (h:m) dedicado ao trabalho doméstico, por sexo, MUT, Cabo Verde, 2012

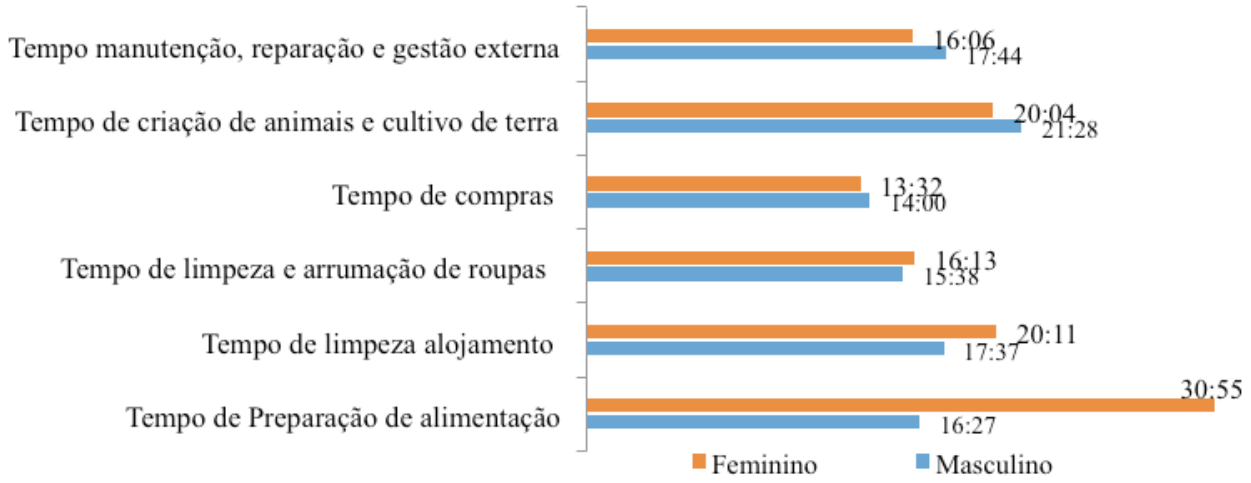

Fonte: Elaboração própria com recurso aos micros- dados do IMC/ MUT-2012 (INE)

As maiores brechas de género são registadas na preparação de alimentos (em que o tempo dedicado pelas mulheres é claramente superior ao tempo dedicado pelos homens), a limpeza de alojamento (em que as mulheres dedicam, em média, 2:34 semanal mais que os homens). Nas atividades de reparação, manutenção e gestão externa eles dedicam, em média, cerca de 1:38 a mais que as mulheres as mesmas.

Nas atividades domésticas que são realizadas no foro íntimo do agregado (a preparação de alimentos e limpeza do alojamento) regista-se menor participação e intensidade da participação dos homens. Por conseguinte o fosso de género é maior. Em contrapartida, os homens aumentam a sua participação e a intensidade da participação nas atividades que são realizadas no âmbito público (manutenção e gestão externa, criação de animais, e cultivo).

Nas componentes de cuidados, a taxa de participação das mulheres é o dobro da taxa de participação dos homens (45 % contra 21 %), em relação ao tempo médio semanal despendido nos cuidados é de cerca de 19 h e12h respetivamente para mulheres e homens.

A idade, o nível de conforto e o nível educativo têm um impacto diferenciado no uso do tempo de mulheres

Idade

A análise por grupo etário permite equacionar a reprodução dos estereótipos de género nos processos de socialização de crianças e adolescentes, assim como verificar se as desigualdades de **género** acentuam-se ou não à medida que homens e mulheres vão assumindo plenamente os papéis que lhes são assignados socialmente. Os grupos de idade foram definidos por forma a ilustrar as diferenças dos papéis sociais nos TNR por sexo em cada grupo etário:

- ✓ Grupo 10-14: abrange a 1ª fase da adolescência onde a autoridade materna e paterna ou de outros membros adultos da família é determinante na participação de rapazes e raparigas nos TNR; este grupo é considerado ainda como parte de grupo das pessoas potencialmente dependentes[13]
- ✓ 15-19: inicia-se e consolida-se o processo de autonomia;
- ✓ 20-24: no nosso país, existe um elevado número de jovens que nesta etapa da vida entram no mercado laboral, iniciam o processo de constituição da nova família, mas outros continuam dedicados fundamentalmente ao estudo;

13 Convencionalmente define-se para as questões demográficas e socioeconómicas os grupos de pessoas menores de 15 anos (0 a 14 anos) e os de 65 anos ou mais como fazendo parte de grupos economicamente das pessoas dos grupos de idade de 15 a 64 anos.

✓ 25-44: as pessoas estão fortemente vinculadas à constituição e desenvolvimento da família e à reprodução humana;
✓ 44-64 anos: ainda as pessoas continuam no mercado de trabalho, mas normalmente ja não tem crianças pequenas;
✓ Grudo de 65 anos ou mais: engloba a população considerada idosa e potencialmente dependente.

A taxa de participação entre os homens diminui à medida que a idade aumenta, no entanto entre as mulheres este padrão é variável. Registando-se as taxas de participação mais elevadas entre os 15 e 19 anos e entre os 25 e 44 anos.

A intensidade no TNR diminui à medida que aumenta a idade independentemente do sexo: o tempo médio semanal varia de cerca 33:30, para cerca de 40:30 para os homens e, de, 42:25 a 74:50 entre as mulheres, mas a diferença entre os sexos é notória, sendo menor no grupo 10-14 anos, onde as raparigas despendem, em média, cerca de 9h semanais a mais que os rapazes, e maior no grupo de 45- 64 anos (34:19 horas).

Os dados indicam que o peso e a responsabilidade do TNR das mulheres aumentam à medida que se afastam da adolescência (passando de 87 % no grupo de 20-24 anos para 94% no grupo de 45-64 anos), ao passo que entre os homens diminui, passando de 74 % para 64%. A partir dos 20 anos há um aumento consistente da participação feminina, em detrimento de uma descida consistente da participação masculina.

Por tipo de atividades, os dados indicam que o maior fosso de género, no referente ao tempo dedicado aos trabalhos domésticos concentra-se nos grupos etários de 25-44 (28:35) e 45-64 anos (32:02), e o menor regista-se na faixa etária dos 10-14 anos (cerca de 7:40).

Registam-se variações **p**ouco significativas no caso dos homens: inicia-se com 31:51 horas (nas idades de 10-14 anos) e atinge o máximo de 38:44 horas (45-64 anos)., mas entre as mulheres à medida que aumenta a faixa etária aumenta o número de horas dedicado ao trabalho doméstico: de 39:326 horas (10-14 anos) a 70:47 horas (45-64), sendo o tempo médio semanal dedicado, ao trabalho doméstico pela população feminina, na faixa etária dos 15 aos 64 anos, praticamente o dobro do tempo médio dedicado pelos homens.

E na faixa etária de 45-64 anos, onde se regista o maior fosso de género: enquanto entre as mulheres a taxa de participação é de 92 % entre os homens é 60%. É também nessa faixa etária que se situa o maior fosso de tempo médio semanal dedicado ao trabalho doméstico (sendo que as mulheres dedicam em média cerca de 32:08 semanais a mais que os homens).

Gráfico 4. Taxa de participação (%) nas atividades do trabalho doméstico por grupos etários e sexo, MUT, Cabo Verde, 2012

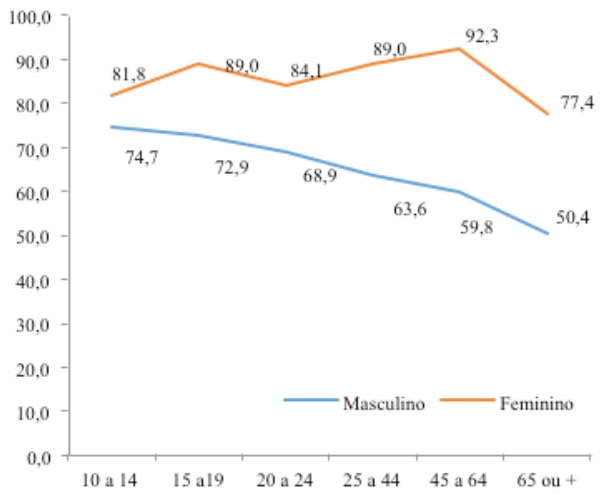

Fonte: Elaboração própria com recurso aos microsdados do IMC/ MUT-2012 (INE)

Gráfico 5. Tempo medio semanal (h:m) dedicado ao trabalho doméstico por grupos etários e sexo, MUT, Cabo Verde, 2012

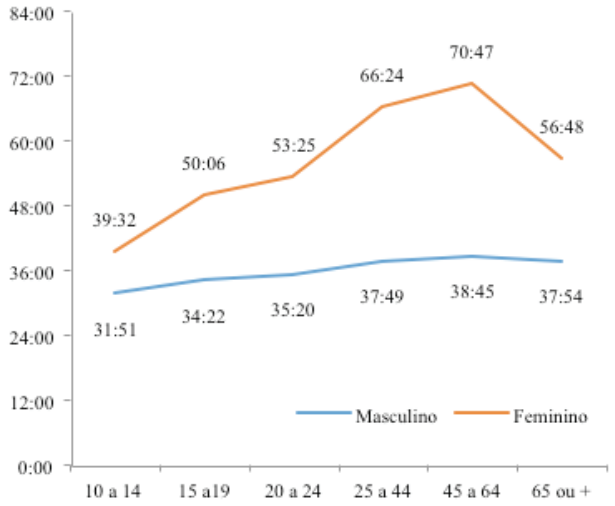

Fonte: Elaboração própria com recurso aos microsdados do IMC/ MUT-2012 (INE)

Nível de instrução

De uma maneira geral o aumento do nível de instrução faz aumentar a participação nos TNR, passando de 80 % nas pessoas sem nível de instrução ou com nível máximo primário para 85 % nas pessoas com nível de instrução médio ou superior, mas reduz a intensidade: de 55:49 nas pessoas sem nível de instrução ou com nível máximo primário para 49:06 nas pessoas com nível de instrução médio ou superior.
Entre as mulheres a taxa de participação é a mesma, independentemente do **nível de instrução** (cerca de 90 %). Nos homens, aumenta à medida que aumenta o nível de instrução: de 69 % com **nível máximo o primário para 78 % com nível médio ou superior.**

Tabela 1. Taxa de participação (%) e tempo médio semanal (h:m) dedicado ao TNR por sexo, segundo nível instrução, MUT, Cabo Verde, 2012

Nível de instrução	Sexo			Ambos os sexos			Diferença feminino/ masculino	
	Masculino	**Feminino**						
	Taxa de Participação (%)	Tempo Médio Semanal (h:m)	Taxa de Participação (%)	Tempo Médio Semanal (h:m)	Taxa de Participação (%)	Tempo Médio Semanal (h:m)	Taxa de Participação (%)	Tempo Médio Semanal (h:m)
NMP	68,7	38:31	90,1	67:46	79,7	55:49	21,3	29:15
Secundário	76,4	37:44	90,6	57:25	83,3	48:10	14,2	19:41
NMS	78,1	38:19	90,1	56:47	84,6	49:06	12,0	18:28

Fonte: Elaboração própria com recurso aos micros- dados do IMC/ MUT-2012 (INE)
Nota: NMP: Máximo primário; NMS: Médio ou superior

O aumento do nível de instrução têm um impacto direto para a diminuição do fosso de género nas atividades domésticas e de cuidado, principalmente entre as mulheres porque reduz a intensidade de 67:46 para 56:47. No caso dos homens a tendência é a mesma mas a diferença é menos expressiva: de 38:31 para 38:19.

Nível de conforto.

Independentemente do **nível de conforto**[14], as mulheres têm uma taxa de participação superior à dos homens no TNR, mas regista-se decréscimo desta com o aumento do nível de instrução: 75:02 nas mulheres com nível de conforto Muito Baixo e 57:38 nas com nível de conforto Muito Alto. Nos homens tanto a participação como a intensidade nos TNR reduz com o aumento do **nível de conforto**, por exemplo a intensidade passa de 43:38 para 31:51.

14 O índice de conforto é um indicador compósito construído com base nos bens dos agregados familiares, das características do alojamento e acesso a certos serviços sociais de base com vista a caracterizar o nível de vida dos agregados familiares na ausência de variável que caracterizam a pobreza monetária (rendimento, despesa etc).Trata-se de um indicador multidimensional denominado "Índice de conforto", elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística desde 1998. A partir de 2010 este índice vem sendo aprimorado através da aplicação de técnicas estatísticas sofisticadas como é caso de análise em componentes principais (ACP). Após a aplicação do ACP constrói-se 5 grupos de amplitudes iguais a partir do ranking dos valores deste índice e encontra-se a percentagem de agregados para cada um dos respetivos grupos. Atualmente o nível de conforto é medido numa escala ordinal com 5 categorias: 1- muito baixo, 2- baixo, 3- médio,4- alto; 5- muito alto" (INE-CV, IMC-2012).

Tabela 2. Taxa de participação (%) e tempo medio semanal (h:m) dedicado ao TNR por sexo, segundo nível de conforto do agregado, MUT, Cabo Verde, 2012

Nível de conforto	Sexo				Diferença feminino/ masculino	
	Masculino		**Feminino**			
	Taxa de Partici-pação (%)	Tempo Mé-dio Semanal (h:m)	Taxa de Partici-pação (%)	Tempo Médio Semanal (h:m)	Taxa de Partici-pação (%)	Tempo Médio Semanal (h:m)
Muito Baixo	83,0	43:38	92,5	75:02	9,5	31:24
Baixo	76,6	41:30	88,3	67:37	11,7	26:07
Medio	72,4	38:40	92,6	64:07	20,2	25:27
Alto	70,2	37:52	88,4	60:08	18,2	22:16
Muito alto	73,1	31:51	91,3	57:38	18,2	25:47

Fonte: Elaboração própria com recurso aos micros- dados do IMC/ MUT-2012 (INE)

O aumento do nível de conforto influencia visivelmente na diminuição do fosso de género, especialmente no que respeita à intensidade, indicando que a pobreza de tempo está relacionada com a pobreza em termos de rendimento, e, que os efeitos das desigualdades sociais de género são mais profundos para as mulheres do nível de conforto muito baixo comparativamente às mulheres do nível de conforto mais elevado.

Gráfico 6. Tempo medio semanal (h:m) dedicado ao TNR por sexo, segundo nível de conforto do agregado, MUT, Cabo Verde, 2012

Gráfico 6. Tempo medio semanal (h:m) dedicado ao TNR por sexo, segundo nível de conforto do agregado, MUT, Cabo Verde, 2012

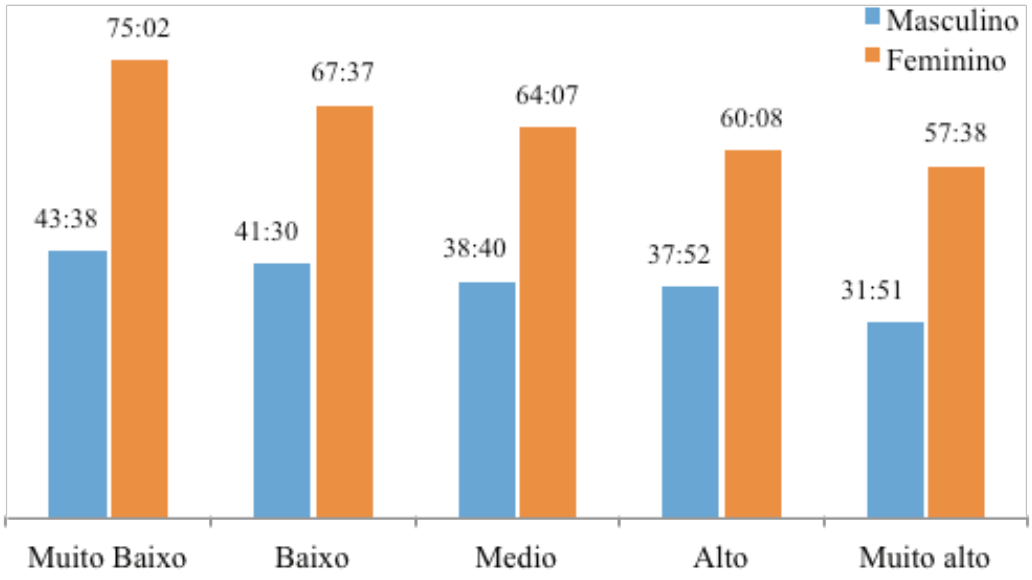

Fonte: Elaboração própria com recurso aos micros- dados do IMC/ MUT-2012 (INE)

O estatuto perante o mercado de emprego, e o meio de residência influenciam as desigualdades de género

Emprego

As abordagens económicas tradicionais ao considerar o trabalho" apenas a produção mercantil na condição remunerada, contribuíram também para que os termos trabalho e emprego sejam utilizados indistintamente, pelo que geralmente quando se diz que uma pessoa não trabalha, apenas significa, que não tem emprego ou

não exerce uma atividade remunerada. Nem ela, nem a sociedade valoriza e reconhece o TNR como uma contribuição para o bem-estar individual e social.
Para distanciar-nos desta abordagem, no tratamento das informações, optamos por utilizar a denominação "população não disponível para o mercado de emprego" ao invés da "população inativa". Como resultado obtivemos as seguintes categorias: população empregada; população desempregada; e população não disponível para o mercado de emprego[15].
Os dados mostram que o estatuto da pessoa perante a atividade económica **não impacta na variação nem da taxa de participação**, nem no tempo dedicado às atividades reprodutivas, mas mantem-se o fosso de género em todas as categorias. Os maiores fossos se encontram entre as pessoas empregadas ou à procura de emprego (cerca de 20 p.p a mais para a participação das mulheres nas duas situações). Relativamente à intensidade no TNR a diferença é de 27:17 e 24:23 horas a mais para as mulheres nas duas situações respetivamente para pessoas empregadas ou à procura de emprego.
O fosso é relativamente menor entre as pessoas que não estão disponíveis para o mercado de emprego (cerca de 15 p.p e 23:21 a favor das mulheres). Contudo, independentemente da posição das mulheres face ao mercado de emprego elas dedicam, em média, um dia a mais por semana ao TNR do que os homens.
Ainda que globalmente, as pessoas e "não disponíveis para o mercado de trabalho" participam ligeiramente mais no TNR comparativamente às pessoas empregadas ou à procura de emprego, mas com menor intensidade. Por exemplo as mulheres nessa categoria participam menos comparativamente (89%) **às mulheres empregada**s (92%), e as desempregadas (93%). O tempo dedicado ao TNR destas também e inferior (58:31) comparativamente as desempregados (63:h) e as que empregadas (67:46).

Tabela 3. Taxa de participação (%) e tempo medio (h:m) semanal dedicado ao TNR por sexo, segundo a situação perante a atividade económica, MUT, Cabo Verde, 2012.

Estatuto na atividade económica	Sexo				Ambos os sexos		Diferença feminino/ masculino	
	Masculino		**Feminino**					
	Taxa de Participação (%)	Tempo Médio Semanal (h:m)	Taxa de Participação (%)	Tempo Médio Semanal (h:m)	Taxa de Participação (%)	Tempo Médio Semanal (h:m)	Taxa de Participação (%)	Tempo Médio Semanal (h:m)
PE	71,7	40:29	91,5	67:46	80,8	54:58	19,8	27:17
PD	72,9	38:38	92,6	63:01	81,5	50:59	19,7	24:23
PNME	73,9	35:10	88,9	58:31	82,3	49:31	15,0	23:21
TNR geral	**72,6**	**38:10**	**90,3**	**62:52**	**81,5**	**52:09**	**17,6**	**24:42**

Fonte: Elaboração própria com recurso aos micros- dados do IMC/ MUT-2012 (INE)
Nota: **PE**: População empregada; **PD**: População desempregada; **PNME**: População não disponível para o mercado de emprego

Os homens "não disponíveis para o mercado de trabalho" participam mais nos TNR (74 %) comparativamente aos empregados (73 %) ou à procura de emprego (72 %), mas a intensidade **é inferior nos homens** não disponíveis (35:10) do que nos desempregados (38:38) e empregados (40:29).
A participação no TR não exime as pessoas de participar e de dedicar tempo ao TNR. Como resultado dessa situação, essas pessoas vêm duplicada sua jornada de trabalho. São as mulheres, que estão no mercado ou à procura de emprego, as que participam mais e com maior intensidade no TNR, o que mostra que o peso e a responsabilidade com o bem-estar do agregado familiar e da sociedade, como um todo, recai precisamente sobre elas.

15 Tomando com referencia o Censo do INE (2010), classificamos perto de 40% da população como "não disponível para o mercado de trabalho" por serem estudantes, 18 % por possuírem responsabilidades pessoais ou familiares e 10% por questões de saúde, acidente ou incapacidade permanente para trabalhar.

Gráfico 7. Tempo medio semanal (h: m) dedicado ao TNR, segundo tempo dedicado ao TR, por sexo, MUT, Cabo Verde, 2012

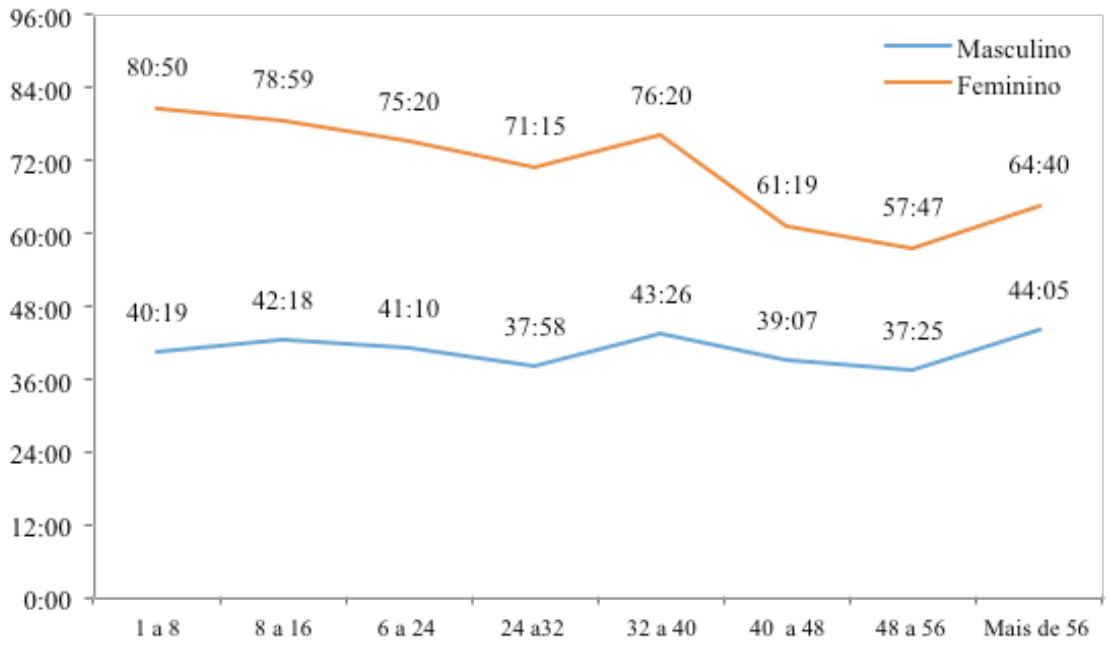

Fonte: Elaboração própria com recurso aos micros- dados do IMC/ MUT-2012 (INE)

Meio de residência

O meio rural é o contexto no qual, além das atividades domésticas e de cuidados, o TNR também inclui o desenvolvimento de atividades ligadas à agricultura e a pastorícias destinadas exclusivamente à subsistência do agregado familiar, incluindo a apanha, o transporte e o armazenamento de água e lenha.

Tabela 4. Taxa de participação (%) e tempo medio semanal (h: m) dedicado ao TNR por sexo, segundo zona de residência MUT, Cabo Verde, 2012

Meio	Sexo				Ambos os sexos		Diferença feminino/ masculino	
	Masculino		**Feminino**					
	Taxa de Participação (%)	Tempo Médio Semanal (h:m)	Taxa de Partici-pação (%)	Tempo Médio Semanal (h:m)	Taxa de Participação (%)	Tempo Médio Semanal (h:m)	Taxa de Participação (%)	Tempo Médio Semanal (h:m)
Urbano	72,8	36:38	91	61:00	82	50:29	18,3	24:22
Rural	72,5	40:48	89	66:09	80,8	55:05	16,6	25:21

Fonte: Elaboração própria com recurso aos micros- dados do IMC/ MUT-2012 (INE)

Contudo a taxa de participação nos TNR é ligeiramente superior (82 %) no meio urbano do que no rural (81 %), mas a intensidade do TNR e superior no meio rural do que no urbano (55:00 e 50:30 respetivamente). Verificasse que a o fosso entre mulheres e homens, na participação é maior no meio urbano (18,3 p.p), do que no rural (16,6 p.p), mas que respeito a intensidade e maior no meio rural (25:21) do que no urbano (24:22). As mulheres rurais dedicam, em média cerca de 5 horas a mais ao TNR do que as mulheres do meio urbano. No caso dos homens a situação é inversa, e dedicam perto de 4 horas a menos, do que os homens que residem no medio urbano ao TNR.

A maior proporção do trabalho realiza-se fora do mercado e é executado pelas mulheres

A carga global de trabalho é um indicador sintético que traduz a intensidade, em termos de horas total de TNR e TR realizados ao longo do dia (período de 24 horas). Para o seu cálculo soma-se o tempo total do TNR e do TR e calcula-se o peso relativo do TNR na carga global dividindo o tempo total dedicado em TNR pelo tempo total de trabalho realizado (TNR mais TR).

Gráfico 8. Distribuição (%) da carga global de trabalho (TR +TNR) da população de 10 anos ou mais, MUT, Cabo Verde, 2012

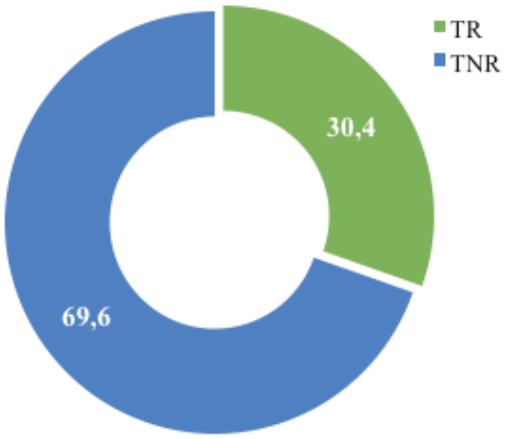

Fonte: Elaboração própria com recurso aos microsdados do IMC/ MUT-2012 (INE)

Gráfico 9. Distribuição (%) da carga global de trabalho (TR +TNR) da população de 10 anos ou mais, por sexo, MUT, Cabo Verde, 2012.

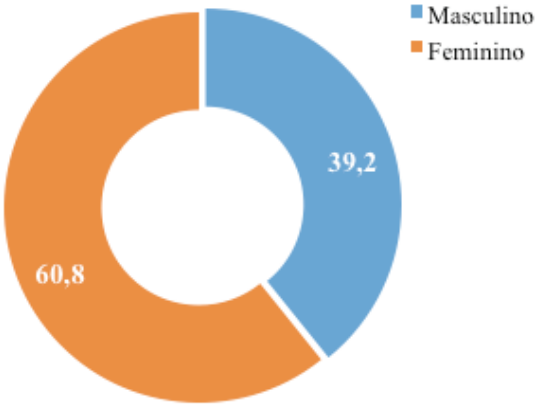

Fonte: Elaboração própria com recurso aos microsdados do IMC/ MUT-2012 (INE)

Em Cabo Verde o TNR, tem o maior peso relativo a carga global de trabalho (70 %), e o trabalho mercantil pelo qual se percebe uma remuneração, em género, bens ou espécies, representa apenas cerca de 30% de total das atividades realizadas. Apesar do extraordinário volume do TNR, e de ser a base imprescindível para que o resto da estrutura socioeconómica funcione, nunca tinha sido contabilizado, nem reconhecido como trabalho no âmbito da contabilidade nacional nem no seio da sociedade.

A participação das mulheres no TNR corresponde a 68,3 % e a participação de homens corresponde a 31,7%. Esta diferença traduz-se num fosso de género de 36,6 p.p, ou seja mais de 2/3 do total de TNR são realizados pelas mulheres. Existe um profundo fosso de género (22 p.p), na carga total trabalho, sendo o das mulheres o dobro da dos homens (61% e a 39% respetivamente). A predominância das mulheres no TNR, revela a existência de um modelo de sociedade patriarcal e evidencia, igualmente a divisão sexual do trabalho da sociedade cabo-verdiana. Esta situação provoca a privação de tempo causada pela excessiva jornada de trabalho, limitando as oportunidades de um pleno desenvolvimento das mulheres.

Gráfico 4. Taxa de participação (%) nas atividades do trabalho doméstico por grupos etários e sexo, MUT, Cabo Verde. 2012

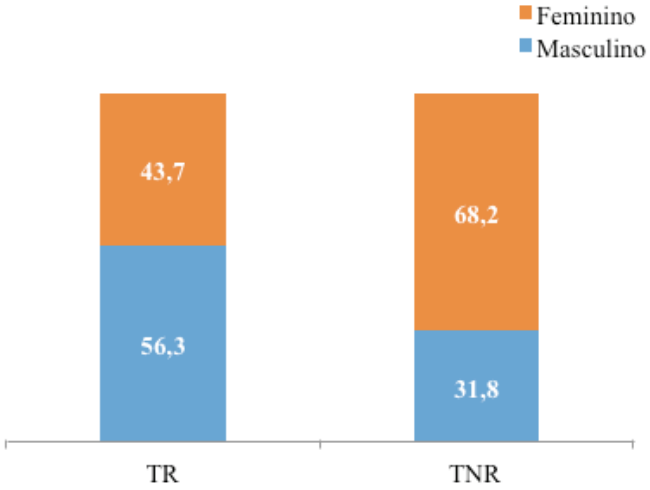

Fonte: Elaboração própria com recurso aos micros- dados do IMC/ MUT-2012 (INE)

Gráfico 11. Distribuição (%) do TR e do TNR segundo sexo, MUT, Cabo Verde, 2012

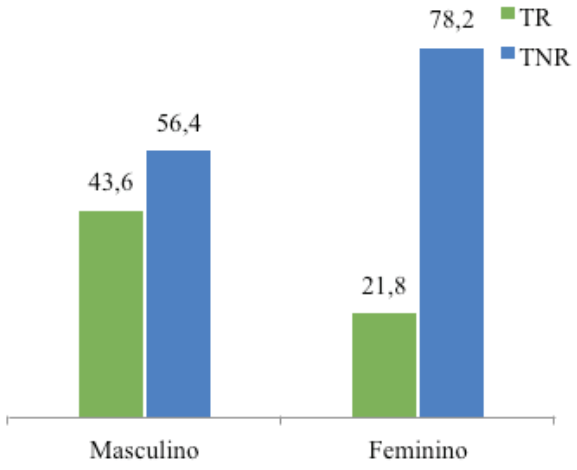

Fonte: Elaboração própria com recurso aos micros- dados do IMC/ MUT-2012 (INE)

Entre as mulheres a repartição o TNR e o TR se distribuem de maneira desigual (correspondendo uma diferença de 56 p.p). Entre os homens a diferença entre a participação no TNR e TR é de cerca de 13 p.p.
No que se refere ao TR, os dados indicam uma maior participação dos homens do que das mulheres (56,3 % e 43,7 % respetivamente), resultando numa diferença de 12,6 pontos percentuais. Essa situação pode ter um impacto negativo na autonomia económica, atual e futura das mulheres, se tomarmos em consideração que os benefícios do gozo pleno da cidadania, depende da participação das pessoas no mercado de trabalho.

A POBREZA DE TEMPO: ALGUNS INDICADORES GLOBAIS

A medição da pobreza de tempo foi um exercício baseado no quadro teórico conceptual proposto por Vickery, 1977. Utilizou-se o Índice de Excesso de Tempo proposto por Boltvinik,1992 e a metodologia deste Índice desenvolvida em Damián, 2003, para calcular uma *proxy* da pobreza de tempo a fim de classificar os agregados em pobre ou não pobre de tempo.

Gráfico 12. Distribuição (%) de agregados segundo estatuto de pobre ou não de tempo

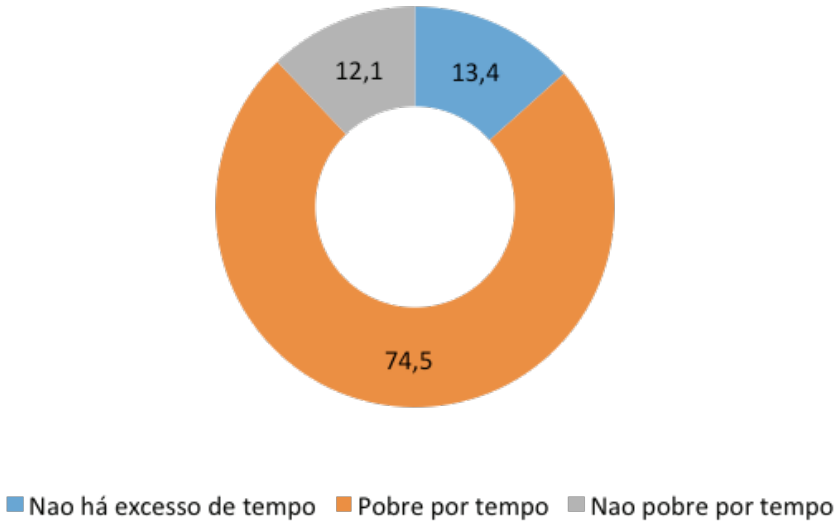

Fonte: Elaboração própria com recurso aos micros- dados do IMC/ MUT-2012 (INE)

A Pesquisa mostrou que, em cerca de 75 % de agregados residem pessoas com pobreza de tempo- 80 % chefiados por homens e 68 % chefiados por mulheres.

Há maior proporção de agregados pobres de tempo, entre aqueles com menores de 10 anos, mas a proporção de agregados pobres de tempo aumenta com o número de membros independentemente de ter ou não menores de 10 anos.

Grafico 13. Pobreza de tempo por sexo do representante, IUT, 2012

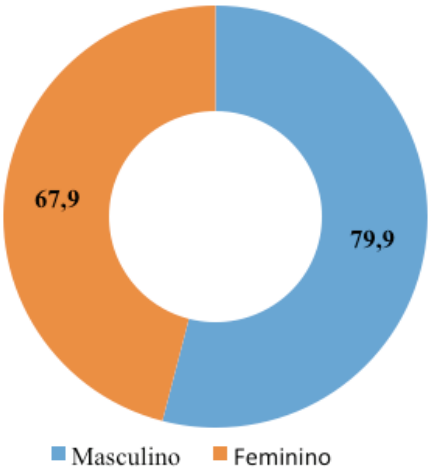

Tabela 5. Percentagem de agregados, com pessoas de 15 a 70 anos, pobre de tempo por características de agregado

	Com membros < 10 anos	
Num. Membros	Não	Sim
< 4	69,6	56,6
4 a 8	85,3	82,5
>=9	95,9	90,6
Total	**73,7**	**77,3**

Fonte: Elaboração própria com recurso aos micros- dados do IMC/ MUT-2012 (INE)

O IMPACTO DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS SOBRE AS POLITICAS PÚBLICAS

Os resultados da pesquisa foram amplamente debatidos, com especial destaque para as questões referentes às evidências empíricas de que em Cabo Verde, como em outros países, os papéis sociais de género, a divisão sexual do trabalho e as políticas públicas em vigor, continuam transferindo a maior parte do peso do trabalho não remunerado para as mulheres, especialmente para as mais pobres. Outro especto relevante das discussões foi a visibilidade proporcionada à contribuição das famílias para garantir o bem-estar social, destacando que esta perspetiva pode influenciar positivamente na mudança do discurso em circulação, que responsabiliza exclusivamente à família pela crise de cuidados que o país vivencia.

Nos debates as discussões começaram a girar em torno do facto das evidências empíricas apontarem para a necessidade de reconhecimento social do trabalho de cuidados dimensionado como uma questão de direitos e de justiça social, considerando-o na sua interface com a macroeconomia, chamaram a atenção para o facto de nas análises macro económicas a contribuição proveniente da económica dos cuidados, que é assegurada pelas famílias e dentro destas especialmente pelas mulheres, permanece na invisibilidade, o que reflete-se na omissão nas políticas públicas de aspetos que são justamente, os de maior resiliência das múltiplas modalidades das desigualdades de género. Esta ligação emerge a visibilidade que a pesquisa dá à contribuição das famílias para garantir o bem-estar social, destacando-se que esta perspetiva pode influenciar positivamente na mudança do discurso em circulação, que responsabiliza exclusivamente à família pela crise de cuidados que o país vivencia.

Outra questão trazida para o debate foi o facto das análises macro económica não tomarem em consideração a contribuição proveniente da económica dos cuidados - que é assegurada pelas famílias e dentro destas especialmente pelas mulheres, permanece na invisibilidade. Foi apontado ainda que esta situação reflete-se na omissão nas políticas públicas de aspetos que são justamente, os de maior resiliência das múltiplas modalidades das desigualdades de género.

Desta forma nas discussões começou a chamar-se a atenção para os vazios de cuidados e para o facto de este vazio ir para além da simples injunção da família e das mulheres como espaço e agentes de cuidado respetivamente, fazendo emergir a oportunidade de recentrar as discussões sobre as estruturas das famílias cabo-verdianas, colocando em pauta a necessidade de substituição da agenda de correções das "famílias cabo-verdianas em crise", por uma agenda da equidade de género no uso do tempo, que utilize como referente uma conceção de proteção social, mais inclusiva e igualitária, e que possibilite ir alargando as garantias tanto na horizontalidade (mais pessoas) como verticalmente (garantindo mais benefícios).

Tomando como referencia as questões levantadas, o ICIEG, o INE, o CIGEF e a ONU Mulheres promoveram a constituição de um grupo de trabalho que tem como objeto o equacionamento das políticas de promoção e previdência social em vigor. De acordo com o documento produzido esse trabalho deve (i) privilegiar, valorizar e capitalizar as ações em curso ou projetadas para serem implementadas a curto ou medio prazo; (ii) utilizar uma ótica que considera a política pública como um investimento com benefícios objetivos e sustentabilidade garantida, sobretudo pelo retorno social e a diminuição dos custos futuros com ações corretivas ou repressivas; (iii) articular um conjunto diverso de respostas e supere fórmulas assistencialistas com efeitos limitadores na eficácia e na sustentabilidade do desenvolvimento humano; (iv) integrar a saúde materna e infantil, a proteção económica básica para as mulheres durante a gravidez, parto e pós-parto, e o cuidado das pessoas dependentes e menores de idade, como aspetos indispensáveis da segurança social.

CONCLUSÕES

Manifesta-se uma substancial desigualdade de género na participação no TNR na frequência, mas é a medição do tempo a que permite visibilizar com maior nitidez as desigualdades sociais e de género em Cabo Verde.

O ciclo de vida impacta de forma diferenciada na população feminina e masculina:

- ✓ A partir dos 15 anos de idade e ao longo de todo o ciclo de vida, o tempo dedicado pela população feminina ao trabalho não remunerado é quase o dobro do dedicado pela população masculina ao mesmo.
- ✓ A frequência e a intensidade da participação da população feminina no trabalho invisível não remunerado aumenta constantemente à partir da adolescência e ao longo de todo o seu ciclo de vida. So dimunui a partir dos 65 anos.
- ✓ A frequência e a intensidade da participação da população masculina mantem-se praticamente inalterável ao longo do do ciclo de vida (constituir família e/ou ter filhos ou filhas não tem grande impacto na sua participação no TNR).

O nível de instrução impacta diferenciadamente na população masculina e feminina

- ü Na população feminina a taxa de participação no TNR não varia com o aumento do nível educativo, mas varia com o tempo dedicado na actividades (perto de 10 horas semanais a menos quando se passa do "sem nível de instrução para o nível médio ou superior)

ü Na população masculina, quanto maior é o nivel educativo maior é a sua participação nas actividades reprodutivas, mas a intensidade varia muito pouco (cerca 2 horas semanais mais quando se passa do "sem nível de instrução para o nível médio ou superior).

O nivel de conforto impacta diferenciadamente na participação e na intensidade da participação da população masculina e feminina. Ou seja quando se aumenta no nível de conforto reduz-se tanto a participação como em intensidade outempo dedicado as actividades reprodutivas. Atendendo a situação a analises e re equacionamento das politicas publicas deve estar direccionado para a introdu**ção duma perspetiva integradora que:** (i) considere a segurança social como um direito humano universal, não associado apenas ao regime contributivo e aos programas assistenciais (ii) estime e tome em consideração os custos económicos e sociais da reprodução e cuidado das pessoas dependentes; e (iii) ultrapasse a representação da assinação obrigatória das tarefas de cuidado às mulheres.

BIBLIOGRAFIA

AGUIRRE, R. (2009) – *Las bases invisibles del bien estar social. El trabajo no remunerado en Uruguay,* Montevideo. Doble Clic Editoras

AGUIRRE, R. et al. (2008).*Uso del tiempo y trabajo no remunerado en Uruguay*, Montevideo: Doble Clic Editoras

ARAYA, M. J. (2003) *Un acercamiento a las encuestas sobre el uso del tiempo con orientación de género*, Santiago de Chile: CEPAL. Unidad Mujer y Desarrollo

COELLO CREMADES, R. & PÉREZ, OROZCO A. (2013) C*ómo trabajar la economía de los cuidados desde la cooperación internacional para el desarrollo. Aportes desde la construcción colectiva,* Sevilla: Agencia Andaluza de Cooperación Internacional para el Desarrollo.

DAMIÁN, A. (2003). *La pobreza de tiempo. Una revisión metodológica. Estudios Demográficos y Urbanos,* México DC: El Colegio de México

ESQUIVEL V. (2009). *Uso del tiempo en la ciudad de Buenos Aires*, Buenos Aires: Instituto de Ciencias. Universidad Nacional General Sarmiento.

ESQUIVEL V. (2011). *La economía del cuidado en América Latina. Poniendo los cuidados en el centro de la agenda*, El Salvador: Procesos Gráficos

GARCÉS, R. R. & AVELLANEDA PÉREZ, A. (2009) Ecuador: *El impacto de la crisis Económica desde la perspectiva de género,* Quito: ILDIS-FES

Mulheres legislam para mulheres? o caso das deputadas do Rio Grande do Sul/Brasil (2011 – 2015)

AMaria Lúcia Moritz
Email: marialuciamor@ig.com.br

Resumo: A presença da mulher na política institucional no Brasil tem sido bastante tímida e mesmo com a lei de cotas, a representação feminina parlamentar é muito pequena nos três níveis. Tomando o estado do Rio Grande do Sul, atualmente, as deputadas ocupam apenas 14,5% das cadeiras na Assembléia Legislativa. Frente a essa situação, propomos analisar a produção legislativa de sua autoria identificando se as parlamentares legislam a partir de um recorte de gênero. Ou seja, as (oito) deputadas gaúchas colocam seu mandato a serviço da melhoria da condição de vida das mulheres? Também buscaremos compreender como as deputadas estaduais constróem o gênero feminino, a partir da análise dos seus discursos em comemoração ao "dia internacional da mulher" entre 2011 e 2014. Os dados serão debatidos à luz das teóricas feministas.

Palavras-chave: gênero - deputadas estaduais – Assembléia Legislativa – Rio Grande do Sul

1. Introdução

A presença da mulher na política institucional no Brasil tem sido bastante tímida, principalmente, se for comparada com os avanços conquistados na área dos direitos e na sua inserção no mercado de trabalho. Recentemente os brasileiros reelegeram Dilma Rousseff para mais um mandato presidencial, mesmo assim, as mulheres continuam sendo minoria nas instâncias de poder nos três níveis (local, estadual e nacional). Um claro exemplo é o resultado da eleição de 2014: dentre os 27 estados, apenas uma mulher elegeu-se Governadora e na Câmara dos Deputados elas conquistaram 10% dos assentos, havendo um pequeno crescimento da bancada feminina comparando-se com o pleito anterior, apesar da lei de cotas estar em vigor no país desde 1995.[1] Esse baixo percentual coloca o Brasil na 131º posição no ranking mundial em participação de mulheres no Parlamento[2].

O Estado do Rio Grande do Sul (RS) não foge ao padrão nacional quanto à restrita representação feminina na política institucional, especialmente, na esfera parlamentar. Ao longo de seus 125 anos de história republicana, a Assembléia Legislativa do RS contou com apenas 25 representantes. Na legislatura que está se encerrando (2011-2015) são apenas oito deputadas, em um universo de 55 cadeiras, e a bancada feminina que assumirá em fevereiro de 2015 totaliza 12,7% do plenário, onde houve a perda de uma vaga.[3] [4] A mesma sub-representação se repete na bancada federal gaúcha, apenas em 1994 o Rio Grande do Sul elegeu, pela primeira vez, representantes

---

1 Em números absolutos o Brasil tinha 45 deputadas federais e 10 senadoras, após o pleito de 2014 passaram a ser 51 deputadas e 12 senadoras, em um universo de 513 e 81 vagas, respectivamente. Fonte: TSE. Acesso em 10/10/2014.

2 A posição brasileira no ranking mundial é apontada pela União Interparlamentar, órgão vinculado à ONU. Fonte: www.ipu.org. Deve-se alertar que os dados que constam no site foram atualizados em 01/10/2014, ou seja, ainda não estava incorporado o resultado das eleições brasileiras ocorridas em 05/10/2014. Acesso em 20/11/2014.

3 As oito deputadas estaduais eleitas em 2010 foram: Ana Affonso, Marisa Formolo, Míriam Marroni e Stela Farias, todas do PT; Juliana Brizola (PDT); Maria Helena Sartori (PMDB); Silvana Covatti (PP) e Zilá Breitenbach (PSDB). No início de 2011, Stela Farias foi nomeada Secretaria Estadual da Administração e Recursos Humanos e, em fevereiro de 2012, Míriam Marroni assumiu como Secretária Geral do Governo. No período de seus afastamentos da Assembléia as vagas de ambas foram ocupadas por suplentes homens. Houve nova alteração na composição do Legislativo gaúcho no início de 2013 quando cinco deputados renunciaram a seus mandatos porque foram eleitos Prefeitos no pleito municipal de 2012. Tendo em vista esse resultado eleitoral, a suplente Elisabete Felici (PSDB) assumiu uma dessas vagas em caráter definitivo.

4 As sete deputadas eleitas para o período 2015-2019 são: Silvana Covatti (PP); Any Ortiz (PSDB); Regina Becker (PDT); Míriam Marroni e Stela Farias, ambas do (PT); Manuela D'Ávila (PCdoB) e Liziane Bayer (PSB).

femininas para a Câmara e para o Senado.[5] Passados 20 anos desta eleição o cenário desfavorável às mulheres pouco se alterou, e a bancada gaúcha na Câmara dos Deputados vem declinando ao longo da última década: em 2002 eram quatro, passou para três em 2006 e em 2010 contava com duas deputadas federais. A 55ª. legislatura (2015 – 2019) iniciará reduzida a uma representante do RS, Maria do Rosário (PT), reeleita para seu terceiro mandato.

Atualmente a legislação eleitoral brasileira determina que 30% das vagas nas listas partidárias, na disputa para o Legislativo, sejam ocupadas por mulheres. Ao longo de quase 20 anos de vigência dessa lei a maioria dos partidos nunca cumpriu o percentual determinado pela lei de cotas. Esse descumprimento era favorecido pela falta de previsão legal de sanção às legendas partidárias que não atingissem o referido índice.[6] Devido a forte mobilização dos movimentos feministas, essa legislação sofreu alteração em 2009[7] e entre as mudanças promovidas estavam: garantia às mulheres a 5% do fundo partidário para a criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação feminina; a presença de, no mínimo, 30% de mulheres nas listas eleitorais dos partidos; e por fim, a lei reservou 10% do tempo de propaganda eleitoral às candidatas. Essas alterações geraram uma expectativa positiva, isto é, aumentaria o número de candidaturas femininas em 2010 e, conseqüentemente, potencializaria a eleição de mais mulheres para o Poder Legislativo. Entretanto, as novidades introduzidas surtiram um efeito prático parcial, sim, houve um crescimento numérico significativo de candidatas em relação às eleições de 2006, quase duplicando a oferta de candidaturas femininas entre os dois pleitos [8] e sim, aumentou o número de mulheres eleitas, mas esse ocorreu em um patamar muito pequeno, saindo de seis para oito deputadas estaduais, no caso do Rio Grande do Sul. Também é *mister* chamar a atenção para o fato de que permaneceu o não cumprimento da norma legal, pois os partidos no RS reservaram 24,4% de espaço para as candidatas mulheres em suas listas partidárias, índice abaixo dos 30% exigidos por lei. Outra permanência é que, novamente, não ocorreu a punição dos partidos que desrespeitaram a legislação.

Frente a este cenário é fundamental a discussão sobre gênero e política, especialmente o tema da sub-representação feminina. Vários pesquisadores, com distintas abordagens, buscam entender as razões da baixa representação política das mulheres e indicam caminhos para sua superação, entre elas a adoção da lei de cotas. Mesmo havendo uma avaliação positiva sobre a sua implementação, ainda não temos trabalhos que comprovem uma correlação direta entre maior oferta de candidaturas femininas e resultado positivo, ou seja, se mais candidatas concorrendo resultará necessariamente em mais mulheres eleitas. Entre os diversos estudos que abordam os limites e a eficácia da lei de cotas temos a contribuição das autoras Archenti e Tula, elas afirmam:

> Pueden identificarse três tipos de condicionamientos para la efectividad de las leys de cuotas: a) ciertos rasgos de la cultura política, b) las características particulares del sistema electoral, y c) los contenidos de las normas que establecen la acción afirmativa (ARCHENTI Y TULA, p. 14, 2008).

De acordo com as pesquisadoras a vertente culturalista está associada aos valores, costumes e crenças existentes na sociedade e o quanto essa dimensão subjetiva condiciona a prática política. Especialmente no contexto latino-americano, onde predomina uma "cultura política patriarcal", isso afeta negativamente a eficácia das cotas. Do ponto de vista normativo é importante que a lei preveja uma ordem nas listas partidárias e assim venha a garantir um equilíbrio na representatividade de ambos os sexos. E o terceiro aspecto refere-se ao modelo institucionalista, onde algumas características do sistema partidário e eleitoral são importantes para o resultado, mais ou menos, efetivo das cotas.

---

5 As deputadas federais eleitas em 1994 foram Yeda Crusisus (PSDB) e Ester Grossi (PT) e a 1ª. senadora gaúcha foi Emília Fernandes (PTB). Desde então, a bancada feminina do Rio Grande do Sul não ultrapassou o número de quatro eleitas e vem diminuindo a cada eleição.

6 A ausência de punição pelo descumprimento da lei de cotas foi um dos temas presentes na literatura que debate a ausência de sua efetividade. (ARAÚJO, 2005, 2009)

7 Refere-se à Lei 12.034 , aprovada em 09 de julho de 2009 e normatizou o pleito de 2010.

8 No RS o índice de candidatas mulheres ao cargo de deputada federal foi de 11,83% nas eleições de 2006 passando para 23,16% em 2010. No caso da Assembléia Legislativa foram 13,8% no pleito de 2006 e em 2010 esse índice aumentou para 24,4% de mulheres candidatas. Fonte: TRE/RS.

Independente da extensa discussão sobre a (in)eficácia das cotas, algumas respostas sobre isso já foram obtidas e a principal conclusão aponta para a necessidade de introduzir outros mecanismos para que se possa reverter o histórico desfavorecimento das mulheres no campo da política institucional. Não é nosso objetivo aqui debater os motivos deste quadro, mas cabe chamar a atenção para o consenso de que suas razões são multicausais e sendo assim, deve-se pensar em estratégias de reversão no âmbito normativo, institucional e cultural. Entre elas destacamos, por exemplo, levar em consideração se a lei é cumprida, ou não, e que sanções estão previstas para este caso; repensar a forma de recrutamento partidário; regular a questão do financiamento das campanhas eleitorais visando privilegiar as candidatas, visto que tradicionalmente os partidos não costumam investir em candidaturas femininas, exceto quando essas candidatas já possuem algum capital ou apresentam expressivo potencial de votos. Ou seja, as mulheres que se lançam numa campanha eleitoral têm mais obstáculos a enfrentar do que os homens, e precisam superar o pequeno apoio partidário e a falta de recurso econômico, entre outras dificuldades. Vários pesquisadores tem se dedicado a analisar a relação entre financiamento e desempenho eleitoral, entre eles temos a contribuição de Sacchet e Speck que afirmam,

> Entre as mulheres dos partidos, é consensual o argumento de que elas disputam eleições em desigualdade de condições com os homens. Um dos obstáculos centrais (...) refere-se ao desequilíbrio entre o financiamento de campanhas masculinas e femininas. (SACCHET e SPECK, p. 418, 2012)

Além da questão da sub-representação outros temas tem sido objeto de investigação dentro da temática de gênero, por exemplo, estudos que analisam os impactos da ausência das mulheres para a qualidade da democracia ou àqueles que avaliam as suas ações quando detentoras de mandato. É neste último eixo que o presente trabalho se insere e para dar conta do que estamos propondo vamos enfocar o desempenho legislativo das deputadas estaduais do RS no período entre 2011 e 2014. Mais especificamente, analisaremos o conjunto de proposições de autoria dessas representantes com o objetivo de entender se, ao ingressarem no Parlamento, elas colocam em prática, ou não, ações que defendam os direitos das mulheres. As perguntas que buscamos responder são: as deputadas gaúchas colocam seu mandato a serviço da melhoria da condição de vida das mulheres? Suas ações visam reduzir as desigualdades de gênero? Em resumo, ao assumir um mandato eletivo para quem elas legislam? Como suporte teórico para responder a essas indagações vamos recorrer ao debate conceitual sobre representação política, a partir da classificação de Pitkin (1967). Dentre as quatro dimensões apresentadas pela autora vamos enfocar duas em específico: a representação descritiva e a substantiva. Consoante ao conceito de representação, agregaremos o debate promovido por Phillips (1995; 1998) sobre "políticas de identidade" e "políticas de presença". Antes, porém, iniciaremos abordando o perfil sócio-político das deputadas estaduais e o cenário eleitoral do RS em 2010. Finalizaremos o trabalho com algumas notas conclusivas.

2. Perfil das deputadas eleitas no Rio Grande do Sul em 2010

No Rio Grande do Sul tivemos 133 mulheres que se apresentaram para concorrer ao cargo de Deputado Estadual em 2010. Com a maior oferta de candidaturas femininas gerou-se a expectativa que aumentariam as chances de mais mulheres se elegerem para o Legislativo estadual. Finalizada a apuração dos votos constatou-se que essa expectativa não se confirmou: o que se viu foi uma diminuta bancada feminina de apenas oito deputadas, frente a um plenário majoritariamente masculino com 47 parlamentares. Ou seja, o índice de 14,5% de representação de mulheres estava muito longe do percentual de 24,4% de candidatas que entraram na disputa por uma vaga na Assembléia Gaúcha.

Para traçar o perfil sócio-demográfico das eleitas e sua biografia política recorremos aos dados fornecidos pelas suas fichas de inscrição junto ao Tribunal Regional Eleitoral/RS e as informações constantes nos *sites* pessoais das candidatas. Essas informações nos fornecem um conjunto de variáveis, tais como idade, escolaridade, estado civil e profissão; bem como nos dão um panorama da sua trajetória política, o que nos permite detectar seu vínculo partidário (partido, número de filiações), carreira política (mandatos e cargos anteriores, votação) e origem política (sua forma de entrada na política: herança ou inserção social).

As oito mulheres que conquistaram mandatos como deputada estadual em 2010 são provenientes de cinco partidos distintos e apesar da pulverização partidária a maioria possui um perfil ideológico de centro-esquerda.

As eleitas foram: Ana Affonso, Marisa Formolo, Miriam Marroni e Stela Farias, todas do PT; Juliana Brizola do PDT; Maria Helena Sartori do PMDB, Zilá Breitenbach do PSDB e Silvana Covatti do PP. Ao encerrar a contagem dos votos para a Assembléia Legislativa alguns dados chamaram a atenção, além do pequeno crescimento da bancada feminina, as eleitas fizeram votações expressivas (todas acima de 30 mil votos), sendo que duas delas haviam sido campeãs de voto: Silvana Covatti foi a deputada estadual mais votada entre os 55 eleitos; e Juliana Brizola teve o melhor desempenho entre seus colegas do PDT.[9] Além de uma, das duas vagas em disputa para o Senado, ter sido conquistado por uma mulher, e com grande votação. Esse dado é importante porque nos permite afirmar que o eleitorado gaúcho não apresenta resistência em votar em mulher, o que ocorre é uma concentração de voto em algumas candidatas, o que acaba por excluir do processo a grande massa de candidaturas femininas. As resistências devem ser buscadas em outras áreas, por exemplo, a literatura especializada, tem destacado a estrutura político eleitoral do país como um obstáculo a ser enfrentado pelas candidaturas femininas, assim como a questão do financiamento de campanha, entre outros aspectos conforme já foi destacado acima. (ARAUJO, 2001, 2005, 2009, 2013).

A partir das variáveis selecionadas para a análise (idade, escolaridade, estado civil e profissão) podemos sintetizar que as deputadas eleitas são, em sua maioria, (6) casadas, (6) possuem acima de 45 anos e tem escolaridade elevada.[10] Neste quesito chama a atenção que todas as parlamentares ingressaram em um curso superior, mesmo que não o tenha concluído, caso de duas deputadas. Sendo que a sua atuação profissional está concentrada na área da educação, com exceção de uma parlamentar que é formada em Direito.[11] Mesmo tendo uma formação educacional mais qualificada as mulheres ainda encontram muita dificuldade em ter sucesso na vida pública. O estado civil também assume especial importância, na medida em que vai ao encontro da afirmação dos autores Miguel e Biroli (2010) que apontam para a dificuldade das mulheres em se dedicarem integralmente à carreira política, visto que existem "imperativos familiares" que elas também devem dar conta e que acabam por afetar o seu desempenho na esfera pública.

Este conjunto de variáveis sócio-demográficas aponta para "mulheres maduras" atuando na esfera da representação estadual e esse perfil vai ao encontro de outro importante dado, a maioria das eleitas já era detentora de mandato. Ou seja, das oito representantes, cinco buscavam reeleição e as outras três eram vereadoras, sendo que uma delas já havia sido deputada estadual.[12] Essa característica traduz que as mulheres que conquistaram assento no Parlamento gaúcho, majoritariamente, possuem uma longa trajetória na vida política, corroborando assim o "perfil de maturidade" encontrado na variável idade.

Entre as eleitas identificam-se dois grupos, as que entraram na política por herança familiar, Silvana Covatti; Maria Helena Sartori e Juliana Brizola. Esta última herdeira política do avô e as outras duas, entraram na política institucional pelas mãos de seus maridos. E um outro grupo, do qual fazem parte as demais cinco parlamentares, que ingressaram na vida pública a partir da militância política.

Em 2006 a professora Silvana Covatti (PP) elegeu-se deputada estadual pela primeira vez, no rastro eleitoral do seu marido, Vilson Covatti, que possui longa carreira política[13] e postulava uma vaga na Câmara dos Deputados, e com quem fez parceria. Passados quatro anos a "dobradinha eleitoral" se repetiu e ambos foram reeleitos. De acordo com informações de sua pagina pessoal, Silvana sempre acompanhou o marido na política, atuando "nos bastidores" e, a partir de um determinado momento, decidiu se candidatar. Na eleição de 2014 ampliou

---

9 Neste pleito Silvana conquistou 85.604 votos e Juliana obteve 61.305.

10 Em trabalho anterior de minha autoria em conjunto com a colega Rosangela Schulz, intitulado *Mulheres diferem de homens na política? Comparação entre candidaturas femininas e masculinas ao cargo de Deputado Estadual nas eleições RS/2010* e apresentado no IV Congresso Uruguaio de Ciência Política (Montevidéu; outubro/2012), analisamos comparativamente o perfil das deputadas e dos deputados estaduais do RS.

11 A advogada é Juliana Brizola e a deputada Miriam Marroni é formada em Psicologia, mas atuava profissionalmente na área de psicologia educacional. .

12 Importante destacar que uma das vereadoras, Miriam Marroni (PT) já havia sido deputada estadual por dois mandatos, mas no pleito de 2010 estava exercendo mandado como vereadora em Pelotas.

13 Vilson Covatti começou sua carreira política como vereador no município de Frederico Westphalen/RS (1982-1986), de deputado estadual/RS (1995-1999/1999-2003/2003-2007) e de deputado federal (2007-2011/2011-2015), sempre pelo PP.

sua votação para 89.110 votos e repetiu a façanha de ser a mais votada do seu partido, mas não foi a campeã estadual de votos.[14]

Juliana Brizola (PDT), advogada, foi a segunda mulher mais votada em 2010, é neta do ex-governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro Leonel Brizola e sempre usou o capital político do avô em suas campanhas[15]. Foi eleita vereadora de Porto Alegre em 2008 com excepcional votação. A expressiva votação para vereadora somada à herança familiar e à militância na Juventude Socialista do PDT, onde foi presidente estadual, contaram para o convite para o cargo de secretária municipal da Juventude na primeira gestão de José Fogaça na Prefeitura de Porto Alegre, quando realizou a 1ª Conferência Municipal da Juventude. No pleito de 2014 não conseguiu reeleger-se e ficou na primeira suplência do partido.

Maria Helena Sartori (PMDB), professora aposentada, é esposa de José Ivo Sartori que possui longa carreira política, foi prefeito de Caxias do Sul/RS[16] e recentemente elegeu-se Governador do Estado do RS. Filiada ao PMDB desde 1974, Maria Helena concorreu à deputada estadual nas eleições de 2002 quando obteve 26.330 votos e ficou como suplente, mas já em 2003 assumiu a titularidade permanecendo na Assembleia Legislativa até o último ano da legislatura. Em 2006 foi Líder do Governo Germano Rigotto[17]. Foi presidente estadual do PMDB Mulher do Rio Grande do Sul e vice-presidente nacional do PMDB Mulher na região sul do Brasil. Concorreu à reeleição em 2014 e não obteve sucesso, ficando na terceira suplência do seu partido. A partir de janeiro de 2015 irá desempenhar a função de 1ª. Dama do Estado.

Além de Silvana Covatti e Maria Helena Sartori, outras três candidatas buscavam a reeleição em 2010[18]: Zilá Maria Breitenbach (PSDB), Stela Farias e Marisa Formolo, ambas do PT.

A pedagoga Zilá Breitenbach (PSDB) iniciou sua carreira política como Vice-prefeita de Três Passos/RS, tornando-se Prefeita por dois mandatos (1997-2000/2001-2004). Em 2007, Zilá chega ao parlamento gaúcho pelo PSDB pela primeira vez com 25.106 votos, quando também exerce o cargo de Líder do Governo Yeda Crusius, passados quatro anos reelege-se deputada estadual. Sua carreira pode estar relacionada à atuação na política municipal, especialmente como Secretária da Educação e da Saúde, e ao sucesso de seus mandatos como prefeita quando implementou uma gestão participativa com a comunidade, parceria que gerou projetos que a tornaram destaque nacional como prefeita empreendedora[19]. Novamente tenta a recondução para a Assembléia Legislativa na eleição de 2014, mas não foi bem-sucedida.

Na bancada feminina do PT duas deputadas foram reeleitas, uma era estreante no cargo e a outra candidata voltava a ocupar uma vaga na Assembléia Legislativa. A petista Stela Farias, professora estadual, militou na pastoral da juventude e no CPERS-sindicato, onde foi dirigente. Tem longa carreira política eleitoral: foi vereadora (1992-1996) e prefeita de Alvorada/RS por dois mandatos (1996-2000/2000-2004). Elegeu-se deputada estadual em 2006 e foi reconduzida ao cargo quatro anos depois. No início do mandato, fevereiro de 2011, licenciou-se do cargo para assumir a Secretaria Estadual da Administração e Recursos Humanos, onde permaneceu até o início de 2013. Recandidatou-se em 2014 e conquistou um novo mandato com 41.719 votos.

A parlamentar Marisa Formolo (PT), professora, militou no movimento estudantil, nas organizações de estudantes católicos, fundou o DCE da Universidade de Caxias do Sul (UCS), foi presidente de diretórios e associações e coordenadora do Movimento Nacional dos Direitos Humanos. Sua carreira política eleitoral teve inicio com o cargo de vice-prefeita de Caxias do Sul (1997-2001). Foi deputada estadual na legislatura 2007-

---

14 Na eleição de 2014 a campeã de votos foi Manuela D'Avila, deputada federal pelo PCdoB que resolveu candidatar-se à Assembléia Legislativa e obteve 222.400 votos.

15 Juliana não é a única neta de Brizola que construiu carreira política, possui mais dois irmãos: Carlos Brizola (Brizola Neto) deputado federal (2007-2011) e de Leonel Brizola Neto, vereador do Rio de Janeiro (2009-2013).

16 José Ivo Sartori iniciou sua carreira como vereador em Caxias do Sul/RS em 1976, foi eleito deputado estadual por cinco mandatos (a partir de 1982) e deputado federal (2002) cargo que abdicou ao ser eleito prefeito de Caxias do Sul/RS (2004-2008/ 2008-2012).

17 As informações constam no site http://pmdb-rs.org.br/scripts/el_deputado.php?id=72, acesso 20/set 2012).

18 A sexta deputada estadual que tentou reeleição foi Jussara Cony, do PCdoB, mas não conseguiu um novo mandato.

19 Site http://deputadazila.com.br/, acesso em 29 jul/2012.

2011 e reeleita em 2010. No pleito municipal de 2012 estava cotada para disputar a Prefeitura de Caxias do Sul, mas acabou abrindo mão de concorrer. Buscou a reeleição em 2014, mas não teve sucesso na sua tentativa.

Miriam Marroni (PT), psicóloga especialista em educação, não consta da lista das deputadas com herança política, embora seu marido seja o deputado federal Fernando Marroni (PT). No caso da parlamentar é necessária uma ressalva: o casal iniciou sua carreira no mesmo período quando militavam no movimento estudantil e sindical, mas cada um possui carreira solo. É importante destacar que atuam em "dobradinha" nos pleitos eleitorais, fator que, sem dúvida, importa muito em termos de gastos de campanha. Miriam elegeu-se vereadora por quatro mandatos, sendo três consecutivos, na Câmara de Vereadores de Pelotas. Por duas vezes foi eleita deputada estadual. Em 2011 foi Líder do Governo na Assembléia Legislativa e entre fevereiro de 2012 até janeiro de 2013 exerceu a Secretaria-Geral de Governo de Tarso Genro (PT). Voltou ao Parlamento estadual e foi reconduzida para mais um mandato no pleito de 2014 com 39.409 votos.

Ana Affonso (PT)[20], professora municipal, foi eleita para seu primeiro mandato no parlamento estadual em 2010, entretanto, não era novata na disputa eleitoral. Foi vereadora do município de São Leopoldo/RS por duas legislaturas (2005-2009/2009-2010), chegando a ocupar a Presidência da Câmara dos Vereadores e também foi Secretária Municipal. Iniciou sua militância nos movimentos sociais e da juventude, foi presidente do Sindicato dos Professores de São Leopoldo (2001 – 2003), além de ter sido Diretora de escola. Em 2011 assumiu a vice-presidência do Partido dos Trabalhadores no Estado do RS. Agora em 2014 tentou reeleger-se, mas não conseguiu.

Nessa breve trajetória política das oito deputadas estaduais merece destaque a militância de alguma delas. Dentre as eleitas, apenas duas não iniciaram sua carreira através da militância[21], as demais militaram em: movimento estudantil (2); núcleos partidários - juventude e mulher (2); movimento jovem e sindical (2). Essa experiência é importante ser destacada porque ajudará na análise da atuação das parlamentares a ser abordada na próxima seção.

Finalizaremos o perfil sócio-político das deputadas estaduais com a variável filiação partidária. Embora o tempo de filiação não seja divulgado por todas as parlamentares, é possível afirmar que todas elas estavam filiadas ao mesmo partido há 10 anos ou mais. Todas as oito parlamentares eleitas em 2010 também se mantiveram fiéis ao partido selecionado para construir suas carreiras políticas. A longa carreira da maioria das mulheres demonstra alto índice de fidelidade partidária, independente da posição ideológica do partido.

O quadro geral sobre o desempenho das candidaturas femininas no Rio Grande do Sul vem ao encontro dos estudos destacados na Introdução do presente trabalho. O número de candidatas cresceu sem que houvesse um aumento significativo no número de deputadas estaduais eleitas. Porém, alguns aspectos chamam atenção no pleito de 2010 em relação ao gênero: (1) entre as mulheres que foram eleitas para o Poder Legislativo há campeãs de votos; (2) o RS elegeu-se uma senadora sem vida partidária e com expressiva votação; (3) a chapa vitoriosa para o Governo do Estado tinha como vice uma mulher (Abgail Pereira/PCdoB); (4) o eleitorado gaúcho não apresenta resistência em votar em uma candidatura feminina.

3. Deputadas Estaduais do RS: é possível uma Representação Substantiva?

No Brasil, as mulheres participaram de movimentos de oposição à ditadura militar, estiverem presentes na redemocratização, mas sua entrada nos espaços de poder é restrita, especialmente seu acesso no âmbito do Poder Legislativo, fato que se repete em todas as Unidades da Federação. A baixa representação feminina nessa esfera é duplamente preocupante, pois é nesta arena política que os diferentes grupos sociais, com recortes de gênero, raça/etnia e classe, e de diversos matizes ideológicos se fazem representar e pressionam para terem suas demandas atendidas. Na medida em que há a exclusão de um grupo, este não se faz representado e, conseqüentemente, não terá quem defenda seus interesses. Assim se fecha o círculo vicioso da exclusão.

---

20 Ana Affonso nasceu no Uruguai e com dois anos mudou-se para o Brasil.

21 As que não tiveram experiência em militância foram Silvana Covatti (PP) e Zilá Breitenbach (PSDB).

Antes de avançarmos na análise da produção legislativa das deputadas estaduais do RS, cabe uma breve reflexão sobre o conceito de representação. Sua definição é objeto de uma extensa produção acadêmica, mas para fins deste trabalho vamos resgatar a importante classificação de Hanna Pitkin (1967). De acordo com esta autora, a representação política desdobra-se em quatro dimensões, a saber: formalista, simbólica, substantiva e descritiva. Para fins deste trabalho vamos abordar brevemente as duas últimas tipologias. O modelo descritivo diz respeito à consonância das características dos eleitores refletidas nos eleitos e que podem incluir gênero, raça/etnia, ocupação, entre outras características. Qualquer identidade que venha a ser compartilhada entre o/a representante e suas bases enquadra-se na representação descritiva. Já a definição de representação substantiva envolve as ações promovidas pelo/as representantes com o intuito de melhorar a vida dos eleitores. Sinteticamente pode-se dizer que para o primeiro tipo importa "quem são" o/as representantes, já a segunda dimensão tem a ver com "o que fazem" esse/as representantes. A partir dessas duas definições e aproximando-as do nosso objeto de estudo, representação política feminina, pode-se estabelecer como pressuposto que as mulheres quando eleitas colocam o seu mandato a serviço deste grupo social. Então, podemos esperar que as deputadas gaúchas também se enquadrem no modelo de representação substantiva e exerçam o seu mandato a partir de um recorte de gênero e assim, promovam ações que visem a melhoria na condição de vida das mulheres.

Entretanto, estudos recentes apontam que essa associação não é tão imediata e está longe de ser uma regra geral. Como afirma Mackay (apud Johnson 2014: 148), "la presencia de mujeres en Parlamentos y legislaturas no se traduce simple ni automáticamente em acciones sustantivas a favor de la categoria inestable mujeres y sus discutibles intereses". Ou seja, não basta "ser mulher" para que haja uma automática identificação entre as representantes e entre elas e as bandeiras do movimento de mulheres. Assim, constituir-se em um ator coletivo que vai passar a atuar em bloco e em defesa dos interesses deste grupo não é um caminho linear. É preciso considerar que o campo político é muito hierarquizado e a atuação parlamentar, independente de gênero, é atravessada por diversas variáveis e elas, em maior ou menor grau, impactam no desempenho do/as representantes. Os fatores que influenciam são os mais variados, por exemplo, questão ideológica e/ou vínculo partidário, funcionamento interno do Legislativo, prestígio/influência ou capacidade de articulação do/a parlamentar, conjuntura política, entre outros. Analisando a atividade parlamentar das deputadas federais brasileiras, entre 1999 e 2006, os autores Miguel e Biroli afirmam,

> Entre as eleitas, há mulheres de diferentes posições políticas, e algumas adotam posturas francamente conservadoras no que diz respeito às relações de gênero. Mesmo quando há simpatia pelas idéias feministas, raras vezes elas são uma prioridade no exercício do mandato, dado que os compromissos com outros interesses – categorias profissionais, movimentos sociais, base geográfica – tendem a ser mais cruciais. (MIGUEL e BIROLI, p.118, 2011)

Também a teórica feminista, Anne Phillips (1995) aponta para os limites da imediata associação entre ser mulher e a defesa de uma agenda feminista. Sua principal preocupação é a inclusão de atores coletivos na esfera política, refletindo sobre a atuação política desses atores no sentido de reduzir as desigualdades estruturais. Entretanto, a autora reconhece que a *maioria das pessoas tem múltiplas identificações de grupos, e que é característica dos grupos se formarem e se esvaírem*. (Phillips 1993: 96). Ou seja, a idéia dessa autora reforça a afirmação anterior, em que a identidade feminina e a sua constituição como sujeito/ator político vai além de sua condição de gênero e passa por outros condicionantes.

A partir do perfil sócio-político da bancada feminina percebe-se vários pontos de aproximação entre as deputadas estaduais (idade madura, ideologia de centro-esquerda, longa trajetória e experientes politicamente), entretanto isso não as levou a tornarem-se um "ator coletivo" atuando de forma articulada em torno de uma agenda feminista no decorrer do mandato. Cabe destacar que além de ser numericamente inexpressiva, a bancada das mulheres foi encolhida, tendo em vista que duas deputadas foram atuar no Executivo como Secretárias de Estado e os suplentes que assumiram as vagas eram homens. Isso nos leva a pensar na "Teoria da Massa Crítica" (Dalherup, 1988; 2003; 2006) que ao defender a política de cotas afirma, sucintamente, que uma quantidade mínima de mulheres pode fazer diferença na esfera parlamentar. Daí o patamar entre 30% e 40% ter

sido estabelecido para a adoção das cotas. O argumento era que, mesmo não sendo majoritárias, se as mulheres atuarem em grupo em determinadas questões podem vir a fazer diferença. Aqui temos a primeira dificuldade das deputadas estaduais gaúchas, sendo apenas 14,5% do plenário elas conseguem fazer a diferença no sentido de conseguir pautar temas de interesse das mulheres e/ou aprovar proposições com viés de gênero? Isso nos remete a outra questão: será que as mulheres formam alianças quando se elegem para o Parlamento? Além dessas, outras indagações foram levantadas por outros pesquisadores e passou a ser importante estudar como os atores políticos no exercício de um mandato parlamentar atuam na defesa de um maior igualitarismo de gênero. Vários estudos têm sido produzidos analisando os resultados legislativos naqueles países em que a lei de cotas foi adotada e possui efetividade. De acordo com Araújo,

> Foram constatadas evidências a favor , mas também contrárias à sugerida pela Teoria da Massa Crítica. (...) Há evidências de alterações na agenda, mas também de situações nas quais as mudanças políticas não ocorreram mesmo em situações de presença expressiva de mulheres. (ARAÚJO, p.13, 2013)

Ou seja, a partir dos dados empíricos disponíveis e dos estudos realizados até o momento, não é possível afirmar que apenas o aumento quantitativo de mulheres no Legislativo vai resultar, necessariamente, em efetivas ações parlamentares em defesa dos interesses desse grupo. Tal como acontece com a lei de cotas, mesmo que necessária, ela sozinha não é suficiente para aumentar a representação política feminina, o mesmo é válido para a atuação das mulheres em arenas maciçamente ocupadas por homens. Sendo assim, voltamos ao ponto de partida desse item e invalida-se a expectativa apontada, onde esperava-se que as deputadas gaúchas promoveriam ações no exercício de seu mandato, visando a melhoria na condição de vida das mulheres.

Com base na análise do material empírico, estabeleceu-se uma categorização da produção legislativa das deputadas estaduais do RS a partir de uma versão adaptada da classificação utilizada por Miguel e Biroli (2011).[22] Este autor trabalha com as seguintes categorias: *hard politics*, *soft politics* e *middle politics,* de forma sucinta elas são entendidas assim: h*ard politics* diz respeito a gestão da economia e gestão do Estado; *soft politics* refere-se aos temas "sociais" e *middle politics* dá conta de assuntos de abordagem mista. O autor também estabelece outros dois itens, "questões irrelevantes" e "outros". Este último inclui temas dispersos e de difícil categorização, e no primeiro item, são incorporadas as "homenagens". Tomando como referência estudos comparativos internacionais, Miguel e Biroli trabalham com a seguinte hipótese, *esperava-se que as mulheres se concentrassem em soft politics e os homens, em hard politics.* (2011, p.111) Tal hipótese é confirmada pelos autores ao final de seu trabalho.

Nesse trabalho estamos levando em consideração as seguintes proposições: Projeto de Lei (PL), Projeto de Lei Complementar (PLC), Proposta de Emenda Constitucional (PEC) e dois tipos de Requerimento (RCE e RGE).[23] Todas essas proposições apresentadas pelas parlamentares no decorrer de seu mandato serão analisadas, independente de terem virado norma legal ou não. Isso porque, no Brasil e também nas Unidades federativas, o funcionamento do Poder Legislativo é muito centralizado e o processo de tramitação das proposituras é bastante lento, pois além de serem analisadas por, no mínimo, duas Comissões Permanentes, percorrem um longo caminho até que sejam apreciadas em plenário. Todo esse processo é regrado pelo Regimento Interno e também depende da articulação política dos líderes partidários, do prestígio do autor da matéria, da relevância do tema e da conjuntura política.

A primeira constatação sobre a produção legislativa das deputadas estaduais entre 2011 e 2014 é que 1/3 das suas proposituras foram aprovadas ou sancionadas. Um percentual elevado se compararmos com as taxas de sucesso das deputadas federais brasileiras, onde estudos recentes apontam um índice muito baixo, variando entre 1,5% e 4,5%, conforme o autor, ao passo que quando tomado o conjunto dos parlamentares, tanto homens

---

22 Luís Felipe Miguel utiliza essa classificação em seu capítulo "Mulheres, Carreira e Campo Político". In: **Caleidoscópio Convexo** – mulheres, política e mídia. São Paulo: Edit. UNESP, 2011, pp. 75 – 124.

23 Essas siglas denominam, respectivamente, Requerimento de criação de Comissão Especial (REC) e Requerimento de realização de Grande Expediente (RGE).

como mulheres, esse percentual varia entre 5% e 7%.[24] Na tabela a seguir têm-se a quantidade e a distribuição, conforme o tipo de matéria e a sua tramitação.

Tabela 1: Tipo de Proposição x Situação

Tipo de Proposição	N	Situação		% de sucesso
		Aprovada/Sancionada	Em tramitação/análise	
PL	58	19	39	32,8%
PLC	6	0	6	0
PEC	1	1	--	100%
RCE	8	3	5	37,5%
RGE	4	2	2	50%
Total	**77**	**25**	**52**	**32,5%**

Fonte: site da Assembléia Legislativa do RS (www.alergs.gov.br)

Os dados acima dão um panorama geral da produção legislativa das deputadas estaduais entre 2011 e 2014. A atuação das representantes está voltada principalmente para os dois tipos de Projetos de Lei (PL e PLC), totalizando 64 proposituras. São também com os PLs que elas obtém maior sucesso, ou seja, mais de 30% deles viraram leis. Os Requerimentos são matérias pouco utilizadas pelas parlamentares, foram apenas 12, e eles dividem-se em dois grupos: os RGEs, basicamente pedidos de homenagens através da realização de um "Grande Expediente Especial", por exemplo, homenagear o "Dia Internacional da Mulher"; e os RCEs, que requerem a criação de Comissões Especiais para tratarem de assuntos específicos.

As três deputadas com maior número de proposição são: Silvana Covatti (PP) com 13, Marisa Formolo (PT) e Zilá Breitenbach (PSDB) autoras de 12 matérias cada uma. Também é Silvana quem mais conseguiu aprovar projetos de lei, foram seis PLs sancionados. Porém, todos eles podem ser enquadrados no item "questões irrelevantes", pois basicamente tratam de homenagear cidades do interior do RS com títulos. Por exemplo, declara o município de Frederico Westphalen "Princesa do Médio-Alto Uruguai" ou Almirante Tamandaré do Sul como "Terra do Gaitaço". Outra parlamentar bastante atuante foi Juliana Brizola, deputada de primeiro mandato, que apresentou nove matérias e teve quatro PLs sancionados e uma PEC promulgada. Suas proposituras visavam criar o "Museu da Legalidade" e instituir a semana comemorativa ao Movimento da Legalidade[25], além de determinar que as escolas estaduais fornecessem aos seus alunos a biografia da personalidade que dá nome à instituição de ensino. Basicamente, a atuação da deputada Juliana Brizola no Legislativo estadual estava voltada para a área da educação, tradicional bandeira política de seu avô e de seu partido, PDT.

Ana Affonso (PT) foi outra deputada que também apresentou nove proposições legais e foi bem sucedida em três PLs, mas diferentemente das demais colegas de Assembléia, sua produção estava mais voltada para os interesses de gênero. Sua atuação é a que mais se aproxima da definição de representação substantiva. Entre os projetos de lei de sua autoria e que foram sancionados, destacam-se aquele que instituiu a "política de atendimento integrado às mulheres vítimas de violência"[26] e o que criou o OBSERVA MULHER-RS[27],

24 Dados apresentados por Miguel, op. cit.,p.110.

25 O avô de Juliana, Leonel Brizola quando Governador do RS encabeçou em 1961um movimento defendendo a posse do vice-presidente João Goulart na Presidência da República, já que o presidente havia renunciado e forças conservadoras resistiam em dar-lhe posse. Esse movimento ficou conhecido como "Campanha da Legalidade".

26 Este é o PL 180/2012, sancionado em 18/11/2013.

27 Refere-se ao PL 179/2012, sancionado em 18/11/2013. O terceiro PL (403/2011) de autoria dessa deputada e que foi sancionado criava o "Dia Estadual de Luta pela Educação Infantil" (em 11/07/2012).

nome dado ao "Sistema Integrado de Informações de Violência contra a mulher no Estado do RS". As demais matérias legais apresentadas por esta representante do PT foram protocoladas no ano de 2012 e ainda estão tramitando na Assembléia Legislativa a espera de "parecer". Essas proposições também referem-se aos interesses das mulheres, especificamente ao combate à violência feminina, por exemplo, "política pública de apoio à mulher vítima de violência" e "inibição de atos de violência praticados contra mulher". [28] Ana Affonso também requereu a realização de um Grande Expediente Especial em homenagem ao "Dia Internacional da Mulher".[29] As demais proposituras de autoria dessa deputada referem-se `a área da cultura, da educação infantil e meio-ambiente.

Suas colegas de bancada também foram muito pró-ativas, mas somente Marisa Formolo teve um PL de sua autoria sancionado[30]. Ela, juntamente com as deputadas Miriam Marroni e Stela Farias protocolaram 24 matérias legais no período selecionado e a maioria desses projetos ainda aguarda "parecer" ou foi "retirado" pela própria autora. Das 11 proposições de Marisa Formolo, apenas uma afeta diretamente as mulheres, aquela que "estabelece o fornecimento de perucas aos pacientes com alopécia por causa do tratamento de quimioterapia" (PL 165/2012). Esse PL ainda está em tramitação no Legislativo e pode ser enquadrado, de acordo com a classificação de Miguel (2011), como *middle politics*, pois trata-se de um tema misto que abrange a área da saúde e tem como público-alvo mulheres e crianças em tratamento quimioterápico. As demais matérias apresentadas por esta parlamentar referem-se ao "meio-ambiente" (transporte de carga perigosa e uso de agrotóxico) e à educação (ensino profissionalizante). Já Miriam Marroni protocolou 10 PLs, mas não teve nenhum projeto que virou lei e suas proposições distribuem-se em assuntos variados, tais como: direito do consumidor de telefonia móvel, direito de grupos específicos (idosos e homossexuais) e assistência social (dependentes químicos e filhos de apenadas).

Como já foi destacado, a deputada Zilá Breitenbach (PSDB) apresentou 12 projetos e teve três que viraram lei.[31] Estes tratavam da "Semana do câncer de colo-retal", normatização da prestação de contas das ONGs que recebem dinheiro público e campanha educativa aos jovens que freqüentam shows culturais e esportivos alertando sobre o uso de drogas. Outros PLs de autoria dessa parlamentar podem ser classificados como "questões irrelevantes" já que fazem homenagens aos municípios, por exemplo, declara a cidade de Carazinho como "Capital da Hospitalidade" e Cachoeira do Sul como "Capital Estadual do Arroz". Essa parlamentar também esteve preocupada com a renovação da frota de transporte escolar e com a prevenção e combate à violência aos profissionais do ensino. Todas essas matérias ainda aguardam "parecer" no âmbito das Comissões da Assembléia Legislativa. O conjunto de proposições da deputada Zilá também podem ser classificadas como *soft politics.*

Maria Helena Sartori (PMDB) teve dois PLs sancionados, um que instituiu a "Semana de Luta contra o câncer de mama" e o outro que tratava da prevenção de acidentes e violência escolar.[32] As demais seis proposições de autoria dessa deputada tratam de diversos temas, desde alterar a lei que criou a Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR), como propor a criação da Região Metropolitana da Serra Gaúcha, legislar sobre a remuneração do funcionalismo público e homenagear uma figura dando-lhe seu nome ao Laboratório de Referência Enológica (LAREN). Este último foi vetado em plenário e as demais matérias legais ainda continuam tramitando na Assembléia Gaúcha.

Outros dois importantes projetos de interesse das mulheres entraram em vigor no Rio Grande do Sul em 2013, mas nenhum deles teve como autora uma das oito representantes femininas. Um projeto teve como proponente o Poder Executivo e o outro foi de autoria do deputado Edegar Pretto (PT). Este parlamentar apresentou uma proposição contra a violência doméstica (PL 368/2013) e ele também lidera uma frente parlamentar de

---

28 Matérias que dizem respeito ao PL 181/2012 e aos PL 320/2012 e 321/2012, respectivamente.

29 RGE 2/2012.

30 Foi o PL 116/2012 (5/08/2014) referente aos portadores de doença renal.

31 São os PLs 162/2011, 220/2011 e 283/2011.

32 PL 131/2011 (5/07/2011) e PL 150/2011 (26/06/2011), respectivamente. Também foi promulgado o PL 156/2013 (31/03/2014) que altera a lei 8.820 que trata do ICMS.

combate a violência às mulheres. Já a matéria originária do Governo, PL 344/2013, trata da "utilização da linguagem inclusiva de gênero no âmbito da Administração Pública Estadual". O governador Tarso Genro ao assumir criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres[33] e dos 26 cargos de secretários de Estado, cinco foram ocupadas por mulheres e a liderança do Governo na Assembléia Legislativa também foi exercida por uma deputada.[34] [35]

Como já foi dito, as deputadas estaduais tiveram uma alta taxa de sucesso na aprovação de suas propostas, entretanto elas não formaram oficialmente uma "bancada feminina", entendida enquanto um ator coletivo organizado com vistas a atuar em bloco, atendendo interesses específicos da agenda das mulheres. Cada deputada ao fazer suas proposições agiu individualmente, e as razões para suas iniciativas legislativas terem sido bem sucedidas devem ser buscadas em outro lugar, talvez o índice de aprovação tenha ocorrido justamente porque elas protocolavam projetos com temas diversos e assim conseguiram angariar apoios junto aos demais parlamentares. Talvez se seus mandatos estivessem pautados por uma agenda de gênero não obtivessem o mesmo sucesso.

A produção legislativa das parlamentares do RS aqui analisada revela uma preocupação com os temas sociais e quase nenhuma ênfase nas áreas da hard politics, como economia e infraestrutura. Tal perfil de iniciativa de matéria legal aproxima as deputadas gaúchas das soft politics, mesma característica encontrada por Miguel e Biroli (2011) quando estudaram as congressistas brasileiras (1999 – 2006). De acordo com este autor há uma expectativa que as mulheres atuem na área social, mas também podemos considerar que elas estejam voltadas para essa temática porque aí podem encontrar maior facilidade para angariar apoio de seus pares do que se estiverem legislando sobre temas que "tradicionalmente" são de domínio masculino como as hard politics. Dessa forma os estereótipos femininos também são reforçados na esfera parlamentar tal como ocorre na sociedade em geral.

Considerações Finais

Para finalizar nosso estudo vamos retomar as questões levantadas ao longo deste trabalho: as deputadas gaúchas colocam seu mandato a serviço da melhoria da condição de vida das mulheres? Suas ações visam reduzir as desigualdades de gênero? Ao assumir um mandato eletivo, para quem elas legislam? Será que as mulheres formam alianças quando se elegem para o Parlamento? A partir da análise do conjunto de 77 proposições apresentadas pelas deputadas estaduais do RS, entre 2011 e 2014, constatamos que as parlamentares têm em comum uma forma individualizada de atuar e possuem uma agenda diversificada de temas cujo foco principal são as matérias na área social, as chamadas *soft politics*. Essas ações das deputadas estão voltadas para legislar para vários grupos minoritários, entre eles também estão as mulheres. Logo, seus mandatos não estão pautados exclusivamente pelos interesses das mulheres e nem promovem uma agenda com viés de gênero. Sendo assim, não é possível identificar nelas uma representação do tipo "substantiva", exceto o caso da deputada Ana Affonso (PT) que prioritariamente coloca seu mandato a serviço da luta das mulheres e está empenhada em combater a violência às mulheres.

Até o momento o material empírico coletado aponta para uma reduzida atuação dessas parlamentares no intuito de contemplar questões de gênero, especialmente na minimização da desigualdade enfrentada pelas mulheres ou na melhoria de sua condição de vida. A constatação mais evidente é que ainda falta engajamento institucional na luta pelos direitos de igualdade entre os gêneros. Mesmo que as parlamentares sejam poucas numericamente e não estejam atuando enquanto um ator coletivo, a sua presença em plenário contribui para chamar a atenção

---

33 Esta Secretaria aderiu ao "Pacto Nacional pelo Enfrentamento à violência contra a mulher" e também promoveu diversas ações, entre elas: "Escuta Lilás"; Programa Pró-Equipe de Gênero e Raça; Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; Programa Verão numa boa; Projeto Cimento e Batom; Sala Lilás; Patrulha Maria da Penha, etc.

34 Logo no início do Governo Tarso as nomeadas foram: Abigail Pereira/Turismo, Jussara Cony/Meio-ambiente, Marcia Santanna/Secretaria Especial das Mulheres, Stela Farias/Administração e Vera Spolidoro/Comunicação Social.

35 No ano de 2011 a líder do Governo foi a deputada Miriam Marroni.

para alguns problemas que as mulheres enfrentam no seu cotidiano, como por exemplo a questão da violência doméstica. Futuramente seria interessante desenvolver uma agenda de pesquisa analisando comparativamente a produção legislativa dos deputados e deputadas estaduais com vistas a captar até que ponto temas femininos atravessam, ou não, os respectivos mandatos.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, C. (2013). "Cotas Femininas e financiamento de campanha". *Cadernos Adenauer* XIV, pp.11-30.

ASSEMBLÉIA DO RIO GRANDE DO SUL. http//www.alergs.gov.br (Consultado em 05- 11-2014)

JOHSON, N. (2014). "La bancada femenina em Uruguay: um "actor crítico" para la representación sustantiva de las mujeres em El Parlamento". *América Latina Hoy*, 66, pp.145-165.

PITKIN, H. (1967) The Concept of Representation. Berkeley: University of California Press.

PHILLIPS, A. (1993) Democracy and difference. Cambridge: Polity.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. http//www.tse.gov.br (Consultado em 30-10-2014)

ARCHENTI, N. & TULA, M.I. (2008) – Algunas cuestiones iniciales sobre las leyes de cuotas – In N. Archenti & M. I. Tula (eds) Mujeres y Política em América Latina, Buenos Aires: Heliasta, pp.9-29.

MIGUEL, L.F. & BIROLI, F. (2011). Caleidoscópio Convexo: mulheres, política e mídia. São Paulo: Editora UNESP.

SACCHET, T. & SPECK, B. (2012). "Dinheiro e sexo na política brasileira: financiamento de campanha e desempenho eleitoral em cargos legislativos" In ALVES, J.E.D, PINTO, C. R. J & JORDÃO, F. (eds) Mulheres nas eleições 2010, São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, pp. 417-452.

A memória e o lugar do feminino e masculino nas famílias negras: estruturando nova epistemologia

Rute Rodrigues Dos Reis[1]

Resumo: O presente artigo é resultado de parte da pesquisa desenvolvida com famílias negras na cidade de São Paulo nos períodos de 2007 a 2010. O trabalho teve como objetivo reconstruir através das histórias de vida de homens e mulheres negros os lugares que esses ocupam no espaço da família negra. Vale ressaltar que a história da família negra é parte da história de resistência e de reinvenção na diáspora, assim faz todo sentido falar na especificidade dessa construção bem como nos lugares sociais e lugares de sentidos ocupados por esses sujeitos. A memória de homens e mulheres revela não apenas experiências particulares, mas reconstrói as histórias negadas que precisa ser registrada.

Palavras chaves: Memória, Famílias Negras, Relações de Gênero

Até a década de 1970, a promiscuidade era reconhecida como presente no dia a dia do cativeiro, a julgar pela informação de que os casamentos entre escravos seriam pouco comuns. Tal promiscuidade resultava do estágio de desenvolvimento do negro ou do próprio sistema, na qual o africano desenraizado encontrava-se junto a pessoas estranhas, em condições extremamente adversas (FREYRE, 1992).

Também a partir da década de 1970, novos estudos, baseados principalmente em novas fontes demográficas e focalizando especialmente o Sudeste do país, têm contestado a antiga visão da vida sexual e familiar dos escravos. Nessas novas análises coloca-se em questão o pensamento anterior, que afirmava não haver organização na vida familiar escrava. Slenes (1999), no estudo intitulado *Na senzala uma flor,* realizado na região de Campinas, São Paulo, demonstra que havia vida familiar organizada nas senzalas, ao verificar que em propriedades médias e grandes a existência significativa de laços de parentesco que define como "parentescos simples", aqueles entre conjugues, pai, mãe e filhos. Apesar de identificar um desequilíbrio numérico entre homens e mulheres causado pelo tráfico de escravos, apresenta dados qualitativos, sugerindo que a constituição de famílias (inclusive extensas, incorporando pessoas não aparentadas) interessava aos escravos como parte de uma estratégia de sobrevivência dentro do cativeiro.

O desequilíbrio demográfico também foi objeto de análise de Russel-Wood (2005). Em *Escravos e libertos no Brasil colonial* ele observa que, na realidade peruana do início do século XVII e as regiões de mineração do Brasil um século depois, havia uma predominância avassaladora de homens negros tanto na área rural como na urbana, e que a ocupação e os talentos estavam relacionados às oportunidades de mobilidade e de casamento.

No artigo de Isabel Cristina Ferreira dos Reis intitulado *Uma negra que fugio, e consta que já tem dous filhos: fuga e família entre escravos na Bahia oitocentista,* resultado de estudo a partir da coleta de anúncios de fugas de escravos em periódicos baianos e da documentação policial de várias localidades da província no século XIX, revela que as fugas de escravos eram constantes e a caça intensa. Seu interesse é demonstrar em que medida as fugas de um mesmo engenho apresentam laços de parentesco tanto entre pai, mãe, filhos, irmãos e parentes, quanto entre casais de escravos casados legalmente ou que mantinham relação consensual – parceiros afetivos denominados "amásios" e "camaradas" pelos anúncios.

Esses são alguns exemplos de mulheres negras na condição de cativeiro que conseguiam fugir levando as crianças, na esperança de criar seus filhos como se fossem pessoas livres. Para a autora, não há indícios, no material analisado, de que a prática de fuga sem levar os filhos fosse recorrente.

---

1 Pós Doutoranda em Educação na Universidade de São Paulo USP. Atualmente participa da pesquisa *O multiculturalismo contemporâneo nas escolas: reconhecimento e afirmação de histórias e culturas urbanas negadas*.rute.reis@yahoo.com.br

Essas mulheres expressam, no comportamento rebelde, a inconformidade da condição servil à qual estavam submetidas, e buscam superar tal condição não na individualidade, mas em família, que também não pode ser entendida apenas pelos laços de sangue. Um dos anúncios analisados relata a fuga de duas crioulas: Maria Joana, de 45 anos, e sua filha Custodia, de 20, que por sua vez levou uma filha de 2 meses. Essa ligação está expressa no trecho abaixo:

> Na família escrava senhorial havia mãe, filhos e irmãos apenas; note que, em todos os casos, são mencionados mãe e irmãos. O pai quase sempre não existe, num discurso senhorial, porque não é figura significativa da definição do escravo, já que é o estatuto da mãe que garante aquele de filhos. Mesmo assim, não se pode dizer que, por não estar presente no discurso senhoria, o pai estivesse ausente da vida do escravo. Embora mais rara, a presença do pai também aparece na cadeia de solidariedade com o negro em fuga (REIS, 2007, p.45).

A família e as afetividades escravas são fruto de rebeldia, em lugar de serem fator de acomodação.
Em estudo realizado na cidade de Taubaté, Maria Aparecida Papali (2003) *em Escravos, libertos e orfãos: a construção da iberdade em Taubaté (1871-1895)*, apresenta a luta das mães, na pós-abolição, pela tutela de seus filhos, já que a prática de manter as crianças sob a guarda do senhor era estratégia para manutenção do trabalho escravo. Ao recorrerem à justiça, deparam com um sistema a serviço das estruturas de poder que será utilizado para manter as crianças separadas de suas mães. A identificação de liberta, preta e parda continha todos os preceitos preconcebidos em relação a essas mulheres. Seus filhos tornam-se crianças e jovens desvalidos, que deveriam ser dados a tutores para criá-los. A mulher negra perdia para o judiciário brasileiro e membros da elite o direito à maternidade.
Casar ou não, eis a questão, os casais e as mães solteiras escravas no litoral sul-fluminense, 1830-1881, um estudo de Márcia Cristina de Vasconcellos (2002) alerta para o fato de que pensar a família cativa deve ser considerado um desequilíbrio entre os sexos, decorrente da preferência do tráfico atlântico por homens e o desinteresse senhorial para dificultar a comercialização dos escravos. Isso não quer dizer que, mesmo com tais elementos adversos, não houvesse espaço para a formação de famílias e, consequentemente, para maior presença de crianças legítimas e de cativos casados e viúvos.
Os inventários na região do litoral sul-fluminense, região cafeeira de Mambucaba, analisados por Vasconcellos (2002), demonstram que a maior parte era de famílias matrifocais. Dos documentos analisados, 43 famílias eram constituídas apenas pela mãe e seus filhos e 12 por casais com ou sem filhos. Os dados acima são ilustrativos e demonstram a dinâmica e a complexidade em compreender o movimento de constituição da família negra. A autora identifica que, no final do século XIX, há um processo de diminuição de casamentos de mulheres crioulas e aumento de famílias matrifocais, dados obtidos através dos inventários.
A autora ainda identifica diferença na função do casamento para os crioulos e para os africanos. Para estes últimos, o matrimônio significava um dos caminhos para a ressocialização e oferecia aos envolvidos vantagens emocionais, além da possibilidade de estreitar amizades e criar laços de compadrio. Para os crioulos, o casamento geraria a ampliação e confirmação de laços estabelecidos. Para ambos, a família seria um lugar de criação e preservação de espaço de resistência dentro da sociedade escravista e legado de experiências deixadas para seus descendentes, na elaboração de um universo próprio. Conclui que podemos entender as famílias matrifocais como resposta à ilegitimidade, em que o nascimento de filhos era um caminho para o estreitamento de laços de compadrio a serem estabelecidos com outros escravos, especialmente no caso das madrinhas.
Para Slenes não se pode negar que, embora a formação da família cativa respondesse a uma estratégia senhorial, ela também apresentou-se como espaço em que experiências e memórias eram transmitidas e uma possibilidade de os escravos obterem o mínimo de autonomia, com sua função desestabilizadora.
Em *Filhos de estranhos*, as histórias de uma família negra, Kathryn Morgan (2002) resgata histórias de sua família e das experiências da escravidão no sul dos Estados Unidos, em que uma das mais expressivas personagens resgatadas nas narrativas é sua tataravó Caddy. Foi Caddy que estabeleceu na família a tradição de contar histórias oralmente, usando experiências pessoais que iam desde estratégias de luta na fuga das fazendas até o lidar com os brancos, a solidariedade familiar, o respeito próprio, a decência e a dignidade. Sobre o papel dessas histórias Morgan afirma:

> Dizer que conflitos internos, ódio e desprezo racial foram destruídos por essas histórias, não seria verdadeiro. Elas serviam ao propósito de diminuir sentimentos de inferioridade racial, imposto a nós, quando crianças. Eu sei que falta aqui, muita sabedoria aprendida e transmitida por outros negros a seus descendentes, pois, eu estou certa que Caddy tinha muitos semelhantes por esta terra toda (p. 52).

Parte das histórias era baseada em experiências da vida real, disfarçadas através do "primo anônimo" [2], para nos impedir de saber quem realmente tinha sido envolvido. Caddy expressa a crença na família, e busca (re) construí-la, resistindo a dispersão resultante do escravismo. Ainda criança, ela perde o contato da mãe. Com o fim da escravidão, ela a encontra vivendo em uma fazenda, e dedica-se a cuidar dela até sua morte, aos noventa e dois anos, o que, para a época, não era comum.
Segundo Slenes (1999) a família cativa – nuclear, extensa, intergeracional – contribui decisivamente para a criação do que define como uma "comunidade escrava" [3], dividida pelas condições e política da escravidão, mas unida em torno de experiências, valores e memórias partilhadas, apesar de identificar essas famílias como matrifocais, questão que o autor não desenvolve.
Scott (1990) *em O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico,* o termo matrifocalidade identifica uma complexa teia de relações montadas a partir do grupo doméstico em que, apesar da presença do homem na casa, é favorecido o lado feminino do grupo (p. 39). Apesar de uma definição expressiva, é importante refletir a respeito das controvérsias e imprecisões que envolvem o conceito de matrifocalidade.

A família negra na diáspora: memórias que revelam

A questão central colocada por Woortman (1987) em *A família das mulheres*, na década de 80 é compreender em que medida é relevante, para a compreensão de padrões de parentesco e de papéis sexuais contemporâneos, o fato de que a "classe baixa" emergiu, em grande parte, de uma situação secular de escravidão.
Para Woortman, o problema era controvertido, no entanto, lança um caminho possível de compreender tal questão, é preciso considerar a experiência histórica como fundamental na construção e reconstrução dos padrões de parentesco e de papeis sexuais nas famílias negras. Nesse sentido:

> Ao considerar os possíveis efeitos da escravidão, é preciso ter em mente que, não obstante certos denominadores comuns, existiram não um, mas vários tipos de escravidão no Brasil, e que diferentes tipos de subordinação escrava podem ter condicionado diferentes possibilidades de vida familiar para o escravo (Ibid.,p. 225).

A combinação de senhorialismo, patriarcalismo, estagnação econômica (reforçando o próprio senhorialismo) e reprodução interna (biológica) da força de trabalho favorecia o desenvolvimento de unidades familiares relativamente estáveis entre os escravos. Nesse sentido, é possível que tenha havido melhores chances para os escravos urbanos. Num tal contexto, pode ser que a relação entre senhor e escravo tenha tomado um caráter paternalista, e que tal paternalismo tenha estimulado a constituição de uma família escrava. Os laços de compadrio entre senhores e escravos, e também entre senhores e a "mãe preta" são um exemplo disso. Mas é muito provável, por outro lado, que tais laços afetivos estivessem concentrados nas relações com escravos domésticos. Ademais, cuidados paternalistas com o bem-estar do escravo não excluíam a violência ou o tratamento abusivo, identificados pela literatura, legando-nos descrições dos castigos impostos a escravos, assim

---

2 Morgan diz que o uso do termo traduzia-se na estrategia de não nomear os membros da família envolvidos nas situações relatadas. Fica expressa em todas as narrativas apresentadas o sofrimento vivenciado pela família diante do racismo, o que parece poder ser amenizado quando o personagem e ocultado e a experiencia apropriada por todos.

3 Aspas do autor.

como dos instrumentos de punição e tortura. Independentemente de quão paternalista possa ter sido o sistema escravista, ele era "benevolente" para com o escravo, na medida em que este se adequasse ao padrão de subordinação e de subserviência exigido pelo senhor.

Nessa linha de pensamento, Woortman estrutura algumas questões, que nessa análise também é relevante: em que medida existiu uma família escrava composta de marido, mulher e filhos; se tal família existiu, em que medida poderia o pai biológico ser também pai sociológico, isto é, em que medida poderia o "genitor" ser também o "pater", tal como definido pelos termos do modelo ideológico dominante; que sentido faria tal unidade "família nuclear" para o africano, nascido e socializado num sistema social em que esta última não tinha o mesmo sentido ideológico, tendo padrões de parentesco muito diversos que, nas interpretações etnocêntricas, ganhava o caráter de promiscuidade. Há que se considerar que, na situação de desequilíbrio demográfico resultante da combinação entre altas taxas de mortalidade e dependência do tráfico para a renovação da força de trabalho, é possível supor que alguma forma de "arranjo poligínico" ou "poliândrico" tenha se configurado, ambos implicando a formação de unidades matricentrais, mais do que famílias elementares. Esse elemento é extensamente destacado na obra de Bernardo (2003).

Uma prática em voga no século XIX era a de atribuir a determinados escravos do sexo masculino, selecionados por seus atributos biológicos, reais ou supostos, o papel de "reprodutores". Na realidade, tal prática dificilmente permitia que se desenvolvessem quaisquer possibilidades de vida familiar no sentido convencional; por outro lado, provavelmente estimula o desenvolvimento de unidade matricentradas (Woortman, p.228).

Em 1869, foi promulgada uma lei proibindo a venda separada de membros de uma mesma família. Por outro lado, a lei preocupava-se mais com a separação dos filhos com relação à mãe do que com relação ao pai ou do que com separação dos cônjuges. Mais uma evidência também é revelada pelo padrão de nominação: as crianças escravas eram nominadas a partir da mãe, e não do pai. Algumas vezes, ao nome da mãe era acrescentado o do senhor. A Lei do Ventre Livre, de 1870, pode ser compreendida como um elemento legal que incentivou a forma alternativa de família. Além de cunhar o termo "família" para designar a relação dos até então definidos como filhos de escravas e mãe escrava (Bernardo, 2003). Durante muito tempo, a economia escravista dependeu de uma contínua importação de escravos e também, a partir de certo momento, do tráfico inter-regional, em ambos os casos compreendendo o comércio, principalmente, de escravos masculinos.

O paternalismo não eliminava a desumanização do escravo, configurando-o apenas de forma distinta. Se de um lado o paternalismo, combinado à estabilidade demográfica, permitia a existência de famílias escravas, é bem possível que afetasse diferencialmente a homens e mulheres, num sistema em que a extrema dependência contradizia o próprio conceito de masculinidade. O escravo poderia ser um "genitor", mas dificilmente um "pater". De fato, dificilmente poderia ser um homem, no pleno sentido da palavra, tal como dado por uma ideologia patriarcalista.

Até que ponto uma identidade escrava permitia a identidade de homem-pai se, de um ponto de vista material, o sistema não o permitia? Em que medida poderia o escravo realizar os valores e normas de proteger sua família, governá-la e transmitir status, dimensões essenciais da categoria de marido-pai? É possível que os escravos vivessem em "famílias nucleares". No entanto, é igualmente possível, de um lado, que "família nuclear" significasse uma violação de padrões de parentesco africanos. Por outro lado, numa ordem patriarcal seriam necessárias mais que formas "pequenas" e "simbólicas" para a realização do padrão de masculinidade. Ademais, se o marido poderia ter sido o homem da casa "de fato", não era do de "jure".

Ainda na esfera do simbolismo, seria possível especular sobre a relação entre humano e o homem, condição negada ao escravo. Os dois conceitos estão evidentemente relacionados, e parece difícil preservar o status de homem no sistema que o desumaniza. A masculinidade era uma noção central ao sistema cultural dominante. Dado o modelo patriarcal em que "marido-pai" significava autoridade e controle, como poderia tal papel ser desempenhado por alguém que não "possuía" sua esposa e filhos e que não era nem ao menos proprietário de si próprio? Que papel paterno era permitido ao escravo, se sua mulher e filhos podiam ser vendidos? Não parece muito provável que o sistema escravista estimulasse padrões familiares organizados em torno da autoridade paterna. Vai se consolidando a ausência de uma tradição familiar paterna, que não chega a se afirmar plenamente, dadas as condições que se seguem à abolição. Para algumas análises historiográficas a existência das famílias nucleares, ocorreu porque seus senhores o permitiram e não porque o escravo tinha o direito inegável

a uma vida familiar. Também é possível que fosse uma forma de transferir para o próprio escravo os custos de sua reprodução como pessoa e como força de trabalho, através de uma dupla jornada de trabalho. Destaca-se que o marido-pai, separado da esposa e dos filhos, mulheres e crianças eram considerados uma unidade, mesmo que apenas do ponto de vista comercial.

Florestan Fernandes (1978) em *A integração do Negro na sociedade de classes*, elabora sua análise sobre situação da população negras nas primeiras décadas do século XX na cidade de São Paulo. Segundo o autor, o negro emergiu da escravidão sem contar com uma tradição de fortes laços familiares, para enfrentar uma situação que não favorecia o desenvolvimento de tais laços. Por outro lado, emergiu de um sistema que parecia enfatizar a unidade mãe-filhos, minimizando o status de marido-pai, para enfrentar uma situação em que dificilmente o homem desempenha tal papel nos termos do modelo dominante, o que resulta nas *famílias incompletas*. A categoria de família incompleta será relacionado as vicissitudes econômicas do ex-escravo e seus descendentes.

Os fatores desse estado de anomia identificado pelo autor, e que dará o tom de sua análise, não só se transformaram em interesse sociológico para compreender a integração do negro nas sociedades de classe, bem como os efeitos deste para a ascensão social da população negra. Por essa razão, o trabalho de Fernandes tornou-se uma referência, numa abordagem que buscava compreender nos termos das estruturas de classe a reprodução da miséria que se abateu sobre a população negra. No entanto o caminho para compreensão desses fatores desconsidera as especificidades históricas. O que vai diferenciar tal análise daquelas reconhecidamente racistas é o fato de não ser mais na base biológica que buscará a explicação para a desigualdade, mas sim numa defasagem cultural inerente ao grupo em questão. Nos termos de Fernandes, as condições de anomia social não só preservaram o nível de pobreza inicial da população negra paulista, continuamente, de várias maneiras, convertendo o pauperismo numa constante do estilo de vida do negro e no processo de seu ajustamento normal ao mundo urbano. Tornou-se um círculo vicioso gerado pela miséria, que aprisiona o homem em níveis de existência que se aviltam e se degradam progressivamente, qualquer que seja a disposição ou o esforço empenhado, voluntariamente, no sentido contrário.

O autor indica o teor melânico será um elemento de distinção nos acessos e conquistas. Os mestiços mais claros, especialmente, quando se deparam com condições econômicas e socioculturais favoráveis, mudam de categoria racial, classificando-se como brancos e sendo muitas vezes aceitos com tal, inclusive para fins relacionados ao mercado matrimonial, o que será elemento de diferenciação também em outros campos da vida social. "Por outro lado, a identificação de 'mulatos escuros' e até de 'mulatos claros' com o grupo negro leva muitos 'indivíduos de cor' a se classificarem pura e simplesmente como 'pretos'. (p. 81) Observa que o negro e o mulato não encaram a miscigenação apenas como "técnica" de classificação e de ascensão social, mas veem nela um "meio" de extermínio racial.

Esse processo de exclusão sofrido pela população negra a impediu de participar da vida econômica, social e cultural daquela civilização que agora se fazia em termos urbanos. Ficavam condenados a um isolamento disfarçado, ajustando-se deficientemente a esse mundo através da herança sociocultural transplantada do antigo passado rústico do escravo para a condição de liberto.

As categorias de *herança sociocultural* e *transplante do antigo regime*, soma-se às conexões explicativas do círculo vicioso estabelecido, e a exclusão permanente do negro e do mulato das formas de sobrevivência, nascidas da revolução urbana e industrial. Na medida em que podia ser identificado por aquela herança, o negro via-se barrado daquelas formas de ganhar a vida. Na medida em que isso acontecia, ele não tinha nenhuma possibilidade real de absorção gradativa pela civilização urbana e industrial, elemento de perpetuação como expresso no trecho abaixo.:

> (…) Assim, a vida em condições permanentes de desorganização social convertia-se numa tradição cultural e numa cadeia invisível. Esta só podia ser rompida, de moldo insofismável, num ponto: quando o "negro" se atrevia a quebrar as arestas de sai concepção rústica do mundo e a afrontar o código ético da sociedade inclusiva (FERNARNDES, p. 111).

Essa tradição à qual o autor se refere, pode ser vista no modelo de habitação que o negro, em suas palavras, adotou. Definido como o *ideal de viver no cortiço*, o qual se arraigou profundamente, em seu entender, *na*

gente negra. Não sabiam o que era *decência* e *conforto*, preferindo morar assim, em habitações coletivas, na proximidade de numerosas famílias estranhas. Essa *opção* afetará outras áreas da vida social do negro.
A co-habitação refletia-se de modo direto na desorganização da vida sexual. As crianças aprendiam precocemente os segredos da vida, sabendo como os adultos procediam para ter prazer sexual, como se perpetua a espécie e se processa o parto, quando iriam receber um novo irmãozinho etc. O padrasto ou amásio tendia a aproveitar as oportunidades para seduzir a filha da companheira e para entreter-se sexualmente com meninos ou rapazes do mesmo sexo. Fernandes vê na própria tradição cultural do *meio negro* a explicação para tais identificações. Entende-se que tudo isso sucedia porque o negro e o mulato "são mais quentes, vivem obcecados por sexo e encontram maiores facilidades para converter o sexo num derivativo e numa fonte de prazer". Aponta a *promiscuidade* dos porões e dos cortiços como a *causa* dessas propensões e discute-se muitos seus dois efeitos básicos: a *mãe solteira* e os *filhos naturais*. Nesse sentido, não foi a família que se desintegrou, como instituição social, de cuja consequência emergiram certas inconsistências na socialização dos indivíduos. Mas é a própria família modelo que não se constitui e não faz sentir seu influxo psicossocial e sociocultural na modelação de personalidade básica, no controle de comportamentos egoísticos ou antissociais e na criação de laços de solidariedade moral.
Apesar dos avanços dessa análise, a contradição mantêm-se a não identificar a existência da família como instituição social integrada, tendo suas raízes numa estrutura social e psicossocial da constituição do caráter do negro, cabe ressaltar que o caráter aqui não é compreendido como resultado de um elemento genético, mas está tão arraigado nas práticas sociais e são reproduzidos como elemento de uma "certa naturalidade", exemplo disso é não serem fenômenos isolados.
Continuando na trilha do pensamento de Fernandes. O autor coloca a seguinte questão: *Qual teria sido a saída possível para tal situação?* Florestan nos dá a resposta. O que poderia ter sido corrigido se essas estivessem encontrado meios mais rápidos de "participação da herança sociocultural da comunidade inclusiva e tivessem absorvido mais depressa seus modelos de organização da família", é muito provável que aqueles problemas sociais não se propagariam nem se perpetuariam nas mesmas proporções. Ou seja, a ausência da transposição de um modelo estruturado e conectado com a modernidade sobre o rústico seria a causa da ausência de superação do processo de anomia. Nas palavras de Florestan: (…) *em termos específicos, sua influência negativa tópica não ia na direção de "desintegrar a família", mas no sentido inverso, de impedir sua rápida constituição e consolidação. Isso permite formar uma imagem global da situação histórico-social considerada.* (p.117).
A incapacidade institucional e a ausência de controle em corrigir os efeitos mais destrutivos funcionavam como fatores de preservação ou de agravação do status quo, isto é de perpetuação das condições vigentes de desorganização social. Isso se reflete no estado de abandono em que viviam as crianças e os menores, *largados* e *sem ter quem tomasse conta deles*.

> A mãe solteira, quando ficava com o filho e o criava, tinha de deixá-lo no cortiço. Alguma mulher (parente ou amiga) "toma conta da criança". A mãe casada ou amasiada – com o pai da criança ou com outro homem – com frequência "trabalha fora" e "saía cedo para o serviço". Se uma avó, tia ou irmã mais velha morasse com eles, haveria quem assumisse certa responsabilidade pela criança. Caso contrário, a situação seria idêntica à anterior. A criança ficaria entregue a si mesma, pois a maneira de "tomar conta" dos vizinhos incluía duas polarizações negativas (p. 132).

Aqui não se consideram os laços de solidariedade construídos como forma de resistência da população negra e que garantiram a sobrevivência significativa dessa população. Essas trocas solidárias, trazidas pela análise de Fernandes, mas não consideradas por ele, remetem-nos a pensar a centralidade do papel das mulheres na manutenção da família do ponto de vista econômico e simbólico, mas também no espaço da casa e na coletividade negra. Nesse caso, há elementos para sustentarmos e validarmos a tese de uma família negra e a centralidade da mulher nessa família.
Apesar de não identificar a consolidação da família negra, Fernandes acredita ser através dessa instituição que operava universalmente no *meio negro*, com condições para organizar e orientar a manifestação dessas

influências. De outro lado, a operação de influências socializadoras mais amplas, organizadas e orientadas pela sociedade inclusiva (como através das escolas), dependia estreitamente do grau de integração e de estabilidade do grupo doméstico. A família torna-se o elemento irradiador de acesso e sucesso em outras instituições, dado que o trecho abaixo apresenta:

> Onde este não atingiu um mínimo de unidade e de persistência, a "criança negra" não teve possibilidade de receber aquelas influências; inversamente, onde o grupo doméstico alcançou um mínimo de integração e de estabilidade, a absorção dos mecanismos de socialização da sociedade inclusiva tornou-se mais intensa e eficaz (FERNANDES, p. 152).

Fernandes traz como exemplo a condição de imigrante em sua análise, não só como exemplificação, mas como modelo a ser seguido, pois entre eles a família sempre servia, direta ou indiretamente, de alicerce à rápida ascensão econômica, social e política. Embora a família integrada não pudesse criar nem fomentar, por si mesma, as oportunidades de classificação profissional e econômica, é indiscutível que ela se erigia sobre uma espécie de regulador do aproveitamento ótimo dessas oportunidades. O processo de mudança histórica, com o fim da escravidão oficial e as transformações estruturais decorrentes desta, é parcialmente compreendido como fator determinante. O que em suas palavras ganha o seguinte significado:

> Ora, a transplantação afetou severamente o curso do desenvolvimento da "família negra". Não se pense que isso ocorreu porque a mudança tenha sido demasiado súbita e rápida. As razões são mais profundas. De um lado, é preciso considerar que a absorção dos modelos institucionais brasileiros de organização da família mal tinha iniciado. A instabilidade econômica e social da "população de cor" no mundo urbano prejudicou de várias maneiras essa tendência, retardando-a, solapando-a ou pervertendo-a gravemente (FERNANDES, p. 153).

Nesta perspectiva analítica, a transplantação introduziu influências adversas à consolidação da família negra, ao mesmo tempo em que restringiu ou anulou a eficácia adaptativa dos modelos de organização da família, herdados do passado rústico. Essa família, encontrada em São Paulo durante as três primeiras décadas do século XX, foi definida como uma família incompleta por Fernandes, em que o arranjo mais frequente consistia no par, constituído pela mãe solteira ou sua substituta eventual, quase sempre a avó e seus filhos ou filhas. Dessa forma, a família tanto podia tender para um elevado grau de integração e de estabilidade (como ocorria, normalmente, entre os *negros ordeiros*, também chamados na tradição cultural como *negros de elite*), quanto podia exibir graus variados de desintegração e de instabilidade.

Fernandes destaca, que o amasiamento não representava, por si mesmo, um obstáculo à estabilidade estrutural e à normalidade funcional. Mesmo entre os negros *direitos* e *ordeiros*, ferrenhamente apegados ao código tradicionalista e à rígida etiqueta, esse tipo de arranjo matrimonial era posto em prática. Nesses casos, somente o estatuto legal introduzia alguma diferença característica com relação à família propriamente integrada e constituída segundo os padrões dominantes na sociedade inclusiva.

O autor apresenta dados de que os negros e mulatos que tiveram essa oportunidade de se transplantaram já casados (ou amasiados) para São Paulo compartilhavam de certas convicções (como a obrigação de sustentar a mulher ou de viver com ela, de cuidar dos filhos, de manter a vida doméstica de modo decente etc.) e estavam mais propensos a enfrentar os sacrifícios impostos pela manutenção da família.

Os negros que superaram o estado de anomia foram influenciados pelos imigrantes, especialmente o italiano, o negro e o mulato, descobriram no convívio ou na observação a importância da família. A insegurança econômica e a debilidade de certos laços sociais impediram uma imitação rápida e construtiva dos comportamentos do imigrante. "(…) O negro ou o mulato 'ordeiros', propensos a 'respeitar' a família, nos porões ou nos cortiços podiam ser estimulados nessa direção" (ibid, p. 155).

Relativo a mulher negra, Fernandes, afirma que estas não estava plenamente envolvida e identificada com os valores sociais, que incluíam o casamento, a família e as obrigações domésticas. Ele exemplifica com o caso da mãe solteira que procurava livrar-se dos filhos, abandonando-os em instituições de caridade, dando-os ou

entregando-os aos cuidados de terceiros para "não perder a liberdade". Em outro trecho relata que, em muitos casos, haveria até a anuência dos patrões para que as empregadas criassem os filhos no serviço. Estas se recusavam, porque teriam de "ficar presas", tomando conta da criança durante a noite. Como a família se achava em plena formação, os indivíduos não adquiriam, antes do casamento, do amasiamento ou da vida sexual mais ou menos livre, associada à idade adulta, atitudes e comportamento que suscitassem identificação ou lealdade relativamente fortes diante dos valores consagrados pela sociedade inclusiva e das obrigações sociais deles decorrentes.

Nessa perspectiva de análise, a ausência de superação de um modelo rústico arraigado a vida social do negro é um dos elementos estruturantes da perpetuação da sua condição, outro ponto de destaque refere-se à receptividade sociopática que impede que outras configurações se consolidem. No caso da composição da família negra, às interferências sociopáticas mais frequentes associavam-se o empobrecimento permanente desse núcleo. A ausência do pai não só impedia o funcionamento normal da instituição, privada dos papéis masculinos do marido (ou companheiro, amásio etc.), do pai e do chefe da casa. Ela prejudicava, irremediavelmente, o equilíbrio básico (tanto estrutural quanto funcional) do agrupamento, fazendo com que os demais papéis se concretizassem de modo deformado: acúmulo das obrigações dos membros adultos presentes e responsáveis (a "mãe solteira" ou sua substituta eventual, quase sempre a avó materna; ausência de clima moral para socialização dos membros, principalmente dos mais jovens, resultando em influências que atuavam para a desintegração.

No caso da família integrada, sua condição não está propriamente em sua estrutura e funcionamento, mas no padrão de sua integração dinâmica à ordem social da sociedade inclusiva. Ou seja: o processo de convivência e aproximação, as referências da família branca, representadas aqui pelos imigrantes italianos e que *criavam o ambiente* que contribuía para o equilíbrio da vida doméstica, como analisado anteriormente. Mas reconhece nesse universo um tipo de família que foge à regra:

> Ao lado da família incompleta ou desintegrada existia também a "família negra" integrada. Em regra, ela tendia para o tipo de família conjugal: o afã de manter as aparências de "bom nível de vida", com renda mais ou menos baixa, pressupunha uma repulsa decidida da solidariedade agregativa(FERNANDES, p. 163).

Assim elencam-se as condições biopsíquicas não como limitadoras: faltaram ao negro o ao mulato os suportes perceptivos e cognitivos que a herança sociocultural para alicerçar uma *boa organização do comportamento humano.*

> (…) Entendia-se, de modo franco, que o pauperismo, a desorganização da família, o alcoolismo, a vagabundagem, a prostituição, a criminalidade etc. constituíam "sintomas naturais" e, por assim dizer, o dividendo fatal das propensões biológicas, psicológicas e antissociais do "homem de cor" (FERNANDES, p. 189).

Sob essa perspectiva analítica, a frequência da matrifocalidade, identificada em grandes concentrações de descendentes, não se deve ao fato de um passado escravo muito menos reconhecê-la como (re)elaboração e (re)significação na diáspora de elementos da africanidade, mas a continuidade da escravidão para a liberdade marginalizada. Marca dessa desqualificação fica evidente nas categorias como "*famílias incompletas", "mundo rústico", "ideal de viver no cortiço", "obcecados por sexo"*, apresentadas insistentemente pelo autor e que tem sido nas últimas décadas referência no campos das ciências sociais. Mas que identificarmos como não superado os problemas tanto do ponto de vista teórico como ideológico. No entanto, faz-se necessário nos localizarmos e retornarmos ao referencial que contempla nossa opção analítica e que fica expresso nas palavras de Woortman , *Além de ter sido escravo, o negro foi africano. De fato, nos termos das classificações culturais locais, muitos, se não a maioria, ainda o são, como o são de também os não-negros enquanto participantes de um sistema de crenças e de valores trazidos da África* (p. 245).

O exemplo dado por Woortman expressa esse entendimento, ao identificar que o pobre da Bahia, independentemente de sua raça, ao participar de cultos afro-baianos, está mergulhado em um universo simbólico que ajuda

a moldar a ideologia familiar contemporânea, mesmo que pouco ou nada saiba sobre os padrões de parentesco da ancestralidade africanos.

Bernardo (2003) salienta que uma das características fundamentais da diáspora é a criatividade, que permite, de forma às vezes desordenada, fecundações inesperadas. Essa desordem promove uma possibilidade sincrética que estará presente em todas as fecundações culturais que, por sua vez, estão relacionadas também a fatores históricos e socioeconômicos (p.37). Aqui se propõe outra forma de olhar a realidade negra. Como Gilroy (2001), o Atlântico é visto como uma unidade de análise única e complexa em suas discussões do mundo moderno, devendo-se utilizá-la para produzir uma perspectiva explicitamente transnacional e intercultural expressa nas experiências de exílios temporários, transferência e deslocamento. Ele enfatiza que:

> A propensão não-nacional da diáspora é ampliada quando o conceito é anexado em relatos antiessencialistas da formação de identidade como um processo histórico e político, e utilizando para conseguir uma afastamento em relação à ideia de identidades primordiais que se estabelecem supostamente tanto pela cultura como pela natureza. Ao aderir à diáspora, a identidade pode ser, ao invés disso, levada à contingência, à indeterminação e ao conflito (p 19).

Cabe destacar trechos apresentados por Gilroy quando pensa a constituição do pensamento intelectual negro através de duas perspectivas. As passagens que se seguem são ilustrativas:

> Campbell via a África como sua terra-mãe (motherland), ao passo que Delany, mesmo quando se referia à África com o pronome feminino, persistia em chamar o continente de pátria (fatherland). Desejo sugerir que essa obstinação expressa algo profundo e característico sobre a percepção de Delany da relação necessária entre nacionalidade, cidadania e masculinidade. Provavelmente ele tenha sido o primeiro pensador negro a produzir o argumento de que a integridade de seus chefes masculinos de domicílios e, secundariamente, a integridade das família sobre as quais eles presidem. O modelo que ele propunha alinhava o poder do cabeça masculino do domicílio na esfera privada com o status nobre do soldado-cidadão que o complementava na esfera pública. O discurso de Delany, hoje, é o de um supremo patriarca. Ele buscava uma variedade de poder para o homem negro no mundo branco, que apenas poderia ser erigida nas fundações fornecidas pelos papéis de marido e pai (ibid., p. 76).

No que se refere às mulheres, o mesmo autor apresenta que:

> As mulheres deveriam ser educadas, mas apenas para a maternidade. A esfera pública seria domínio exclusivo de uma cidadania masculina esclarecida, que parece ter se orientado pela concepção de Rousseau da vida civil em Esparta. Delany pode hoje ser reconhecido como progenitor do patriarcado do Atlântico negro (id., ibid).

O lugar central da sexualidade, nos discursos contemporâneos da particularidade racial ou gênero é a modalidade na qual a raça é vivida.

A masculinidade ampliada e exagerada tem se tornado a peça central de uma cultura de compensação, que timidamente afaga a miséria dos destituídos e subordinados. Essa masculinidade e sua contraparte feminina relacional tornam-se símbolos da diferença que a raça faz. Ambos são vividos e naturalizados nos padrões distintos de vida familiar, aos quais supostamente recorre à reprodução das identidades raciais. Essas identidades de gênero passam a exemplificar diferenças culturais imutáveis que aparentemente brotam da diferença étnica absoluta. Questioná-las e à sua constituição da subjetividade racial é imediatamente ficar sem gênero e colocar-se de fora do grupo de parentesco racial. Vivenciar a mesma raça por meio de determinadas definições de gênero e sexualidade também tem se mostrado eminentemente exportável.

> As formas de ligação e identificação que isto possibilita no espaço e no tempo não podem ser confinadas dentro das fronteiras do está-nação e correspondem estreitamente à experiência vivida. Elas podem até criar novas concepções de nacionalidade na interação conflituosa entre as mulheres que silenciosa e privadamente reproduzem a comunidade nacional negra e os homens que aspiram serem seu cidadãos-soldados públicos (ibid.,179).

Pode-se identificar um processo de corporificação desse universo africano. Roupas e nomes africanos são assumidos e usados. Essas práticas corporais da sensibilidade africana imaginada podem fornecer uma barreira contra os efeitos corrosivos do racismo, da pobreza e da pauperização nos indivíduos e comunidades. Mas é profundamente significativo que ideias sobre masculinidade, feminilidade e sexualidade sejam tão proeminentes nessa jornada redentora de volta à África (ibid., p. 361).

Geração, autenticidade e autoridade política animam a crença de que as crises políticas e econômicas contemporâneas dos negros no Ocidente são basicamente crises de autoconvicção e identidade racial. Essas crises são vividas mais intensamente na área das relações de gênero, em que a reconstrução simbólica da comunidade é projetada sobre a imagem do casal heterossexual padrão.

Gilroy (2001) e Oliveira (2004) destacam como a pós-modernidade tecnológica e capaz de dissolver a distância e criar novas e imprevisíveis formas de identificação e afinidade cultural entre grupos que residem muito afastados entre si. Ao permitir que elementos culturais específicos da juventude negra se consolidem como linguagem de aproximação estética, musical e corporal, possibilita que percepções de masculinidades e feminilidades dialoguem e também se estruturem.

Nas palavras de Gilroy:

> A ideia de diáspora poderia ser entendida como uma resposta a essas incitações – um erupção utópica do espaço na ordem temporal linear da política negra moderna, que reforça a obrigação de que espaço e tempo devam ser considerados em relação, na sua interarticulação como o ser racializado (p. 369).

Ao analisar a diáspora contemporânea através da obra e expressão de Bob Marley, Gilroy (2007) em *Entre campos,* conclui que o poder translocal de sua voz dissonante invoca estas possibilidades e um parentesco escolhido e reconhecidamente político que é ainda mais precioso devido a sua distância das suposições mutiladoras da solidariedade automática fundada em vínculos de sangue ou de terra (, p. 161). Como alternativa à metafísica da "raça", da nação e da cultura delimitada e codificada nos corpos, a diáspora é um conceito que problematiza a mecânica cultural e histórica do pertencimento. Ela perturba o poder fundamental do território na definição da localização e consciência. Assim:

> Ela identifica uma rede relacional, produzida de modo característica pela dispersão forçada e pela saída às pressas e relutante. (…) Sob este signo, os fatores de impulsão são uma influência dominante. A urgência deles decorrente faz da diáspora mais do que um sinônimo em voga de peregrinação ou nomadismo. O termo possibilita uma fissura histórica e experiencial entre lugares de residência e lugares de pertencimento. (ibid., p. 152).

As diferenças de gênero se tornam extremamente importantes nessa operação antipolítica, porque são o signo mais proeminente da irresistível hierarquia que deve ser restabelecida no centro da vida diária em que a integridade da raça ou da nação, portanto, emerge como a integridade da masculinidade. Na verdade, ela só pode ser uma nação coesa se a versão correta de hierarquia de gênero foi instituída e reproduzida, com a família é o eixo para estas operações tecnológicas. Ela conecta os homens e mulheres, os garotos e garotas à comunidade mais ampla a partir da qual eles devem se orientar se quiserem possuir uma pátria real ou simbólica. Assim, considera como um dos mais poderosos componentes daquilo que experimentamos como identidade racial é regular e frequentemente ideias particulares sobre sexualidade e do que experimentamos como conflito entre homens e mulheres. Nas palavras de Gilroy, esse tom específico é, em si mesmo, expressão da diferença racial.

Essa não é a única fonte de ideias sobre a subjetividade negra, mas muitas vezes é a mais poderosa. Por mais tendencioso que possa parecer, acredito que isso normalmente contrabalança a importância do racismo e seus efeitos centrípetos sobre a constituição de comunidades raciais.

> Um sentido precioso da particularidade negra é construído a partir de vários temas entrelaçados que culminam nesta inesperada assinatura do tempo. Eles fornecem os acentos, repousos, pausar e tons que possibilitam o desempenho da identidade racial. Juntas, elas traçam a linha entre passado e presente, que é tão importante nas culturas expressivas negras. Elas fogem à oposição estéril entre tradição e modernidade, afirmando a prioridade irredutível do presente (GILROY, p. 378).

Considerações finais

A família negra tem sido lugar fundamental para a reconstituição das memórias e histórias do negro na sociedade brasileira. Ela preserva tudo, que ficou relegado ao não registro, registros estes permeados por expressões da dominação. A própria história da família negra é resultado desse processo de dominação e negação de sua existência. Existência essa que quando considerada expressão da pura desordem da qual era elemento de negação dos poderes instituídos.

O reconhecimento da família negra, como guardião dessa memória subterrânea que resistiu a todo o processo de destruição fica e simbólica nos coloca na esteira de uma forma diversa de pensar e reconhecer os caminhos de conhecimento. Os registros, aqui são submetidos à vida concreta de sujeitos que a cada geração mantem o que foi dito, acrescenta o vivido e projeta o esperado. Conhecimento vivo que transpõe a dureza, a neutralidade e mantem o valor em si ao revelar história que a história apagou ou não quis contar.

Os registros da memória que a cada relato, para além de expressar os sentidos para o indivíduo, vai ganhando significado coletivo, na medida, que os relatos ajudam a construir a história do povo negro na diáspora. Remete à marcas físicas e de sentidos que nos liga.

As dimensões de tempos e espaços são expressões e constroem numa relação dialógica. Falar das mães, das avós, das tias, não está situado em um tempo determinado, seja ele cronológico ou geracional. Os tempos se cruzam não só no que perpetua da opressão, mas da busca de superação das velhas e novas formas de opressão, que ganham novas formas e roupagens para mulheres e homens fundado num mesmo elemento que os uni, o ser negro.Assim a memória torna-se o elemento da resistência pujante, aquela que não deixa. Não se busca com essa análise desconsiderar o processo de opressão sofrido pelas mulheres negras. No entanto para compreender as relações de poder estruturado nas famílias negras é preciso compreender que masculino e que feminino historicamente ali se consolidou.

O tempo se revela na descrição dos espaços, que invariavelmente remete aos sabores, as comidas, as comilanças e aos encontros proporcionados por esses momentos. O momento onde a família apresenta a sua extensão. Assim é a preparação das comidas de santo no Candomblé. A grande família se reúne para a preparação da grande celebração.

Seja a família de santo ou a família consanguínea / estendida, o alimento é parte constitutiva da própria existência, que à mesa ou à esteira renova seus laços de aliança e perpetua a história do seu povo. É assim, através de muitas histórias que outra história do conhecer e do conhecimento vai sendo tecida. O que podemos chamar de outras epistemologias.

Referências bibliográficas:

ABOIM, S. *Masculinidades na encruzilhada: hegemonia, dominação e hibridismo em Maputo*. *Anál. Social*, abr. 2008, no.187, p.273-295. ISSN 0003-2573.

ALMEIDA, M. V. (2004). *Outros destinos Ensaios de Antropologia e Cidadania*. Lisboa: Campo das Letras.

_____. (2004). *Outros destinos Ensaios de Antropologia e Cidadania*, Campo das Letras.

BADINTER, E. (2005) *Rumo equivocado*, Rio de Janeiro; Civilização Brasileira.

BERNARDES, M. T. C. C. (1983), *Mulheres educadas. Rio de Janeiro do século XIX, 1840 – 1890*, Tese de Doutorado, USP.

BERNARDO, T. (1998). *Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo. EDUC: UNESP.

_____ (2003). *Negras, mulheres e mães. Lembranças de Olga de Alaketu*, São Paulo/ Rio de Janeiro: Educ/ Pallas.

FLORENTINO, M.; Góes, J. R. (1997). *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 – c.1850.*Civilização Brasileira: Rio de Janeiro.

FREYRE, G. (1992). *Casa Grande & Senzala*. (28ª ed.). Rio de Janeiro. Record.

GIACOMINI, S. M. (1989) *Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*, Petrópolis, Vozes.

GIROY, P. (2001) *O Atlântico Negro*. *Modernidade e dupla consciência*, São Paulo, Rio de Janeiro, 34/ Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

_____ (2004). Entre *Campos: Nações, Culturas e o Fascínio da raça*, São Paulo: Annablume.

MORGAN, K. L. (2002) *Filhos de Estranhos*. *As histórias de uma família negra.* São Paulo. Terceira Margem.

MUNANGA, K. (1996) *As facetas de um racismo silenciado*. IN: Raça e Diversidade, São Paulo, Edusp.

OLIVEIRA, P. P. (2004). *A construção Social da Masculinidade*. Ed. UFMG, IUPERJ.

REIS, I. C. F. (2007). *Famílias Negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850 – 1888.* Tese de Doutoramento. Unicamp.

_____ (2000). "*Uma negra que fugio e consta que já tem dous filhos": fuga e família entre escravos na Bahia oitocentista*. Bahia. Afro-A'sia, nº 23.

RODRIGUES, N. (1988). *Os africanos no Brasil*. (7ª ed.). Brasília, Ed. da Unb.

SCOTT, J. (1992) *História das mulheres*. In: BURKE, Peter. (Org.) A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP.

SLENES, R. (1999). *Na Senzala Uma Flôr – Esperanças e recordações na Formação da Família Escrava*; Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

SOUZA, I. S. (1991) *Resgate da identidade na travessia do movimento negro: arte, cultura e política*, Tese Doutorado, USP/IP.

VASCONCELLOS, M. C.(2002). *Casar ou Não, Eis a Questão. Os casais e as Mães Solteiras Escravas no Litoral Sul-Fluminense*, 1830-1881. Estud. Afro Asiátic., Rio de Janeiro, v.24, nº 2.

WILSHIRE, D. (1995) Os usos do mito, da imagem e do corpo da mulher na re-imaginação do conhecimento. In: Gênero, Corpo, Conhecimento. Rosa dos Tempos.

WOORTMANN, K. (1987). *A família das mulheres*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília CNPq.

Métodos qualitativos e gênero: abordagens mais equitativas na construção do conhecimento

Maria de Lourdes Novaes Schefler

Resumo: O texto discute a constituição de pesquisas participativas e sua aplicabilidade à produção de conhecimentos, ressaltando sua adequação aos pressupostos teórico-metodológicos do feminismo – entendido como um campo político que enseja mudanças na ordem política e social – o que requer práticas pautadas em marcos conceituais, estratégias e métodos que contribuam na transformação das relações de gênero. Apresentam-se os resultados de uma experiência de pesquisa-ação, realizada no âmbito de um programa governamental dirigido a mulheres rurais no estado da Bahia-Brasil, que tem como referência o Método Análise-Diagnóstico de Sistemas de Atividades sob o enfoque de Gênero e Gerações. Este procedimento permite abordagens e análises construídas entre a macro e a micropolítica, considerando as dimensões objetivas e subjetivas na constituição dos sujeitos e uma leitura crítica, mediante processos participativos e interativos de investigação, planejamento e ação, que induzem mudanças nas dimensões práticas e estratégicas de gênero, como quer o projeto emancipatório feminista.

Palavras-chave: Feminismos, Gênero e Gerações, Pesquisa-ação, Mulheres rurais.

Introdução

Á medida em que se fortalecem e avançam os movimentos de mulheres agricultoras brasileiras, os temas relacionados ao trabalho da mulher rural, não circunscritos ao assalariamento, ganham importância e estão cada vez mais presentes nas discussões sobre o futuro da agricultura brasileira[1]. De fato, a crescente mobilização e organização das mulheres no campo, não só ampliou o foco das lutas dos movimentos sociais, travadas nos espaços públicos – produzindo seu deslocamento para a esfera do cotidiano, politizando-o – como resultou na conquista de significativos espaços na agenda pública do país. Para isso, as mulheres vêm produzindo um eloqüente debate e uma intensa ação política em todo o território brasileiro, em prol da visibilização do seu trabalho, afirmação de sua identidade e conquista de posição social como cidadãs e sujeitos do desenvolvimento.

O artigo trata dos desdobramentos resultantes dessa movimentação política – que se fez mais intensa no Brasil, nas três últimas décadas – inserindo-se no contexto das reorientações temáticas e teórico-metodológicas que alimentam os debates atuais sobre o mundo rural, para discutir a constituição das pesquisas participativas, sua evolução e aplicabilidade na produção de conhecimento, visando evidenciar sua adequação aos pressupostos teórico-metodológicos do feminismo – entendido como um campo político que enseja a transformação da ordem política e social, e que requer, portanto, a produção de conhecimentos e práticas que se pautem em marcos conceituais, estratégias e métodos de trabalho que resultem mudanças nas relações de gênero.

Neste trabalho pretendo contribuir nesse sentido, apresentando resultados parciais de um estudo mais amplo que focaliza as mulheres rurais em três dimensões: nas organizações ou movimentos sociais, no trabalho e na

1 As mulheres rurais brasileiras encontram-se organizadas autonomamente, como é o caso do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC – (constituído anteriormente como Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, Movimento de Mulheres da Amazônia – MAMA, entre outros, ou como grupo organizado internamente nos movimentos sociais existentes, a exemplo do Setor de gênero do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

vida cotidiana. No presente texto tratarei exclusivamente da dimensão trabalho, onde trago algumas reflexões sobre o trabalho da mulher na produção familiar, fundamentadas, primordialmente, em informações originadas de estudos desenvolvidos com base na utilização da metodologia Análise-Diagnóstico de Sistemas de Atividades sob o enfoque de Gênero e Gerações realizado junto uma à comunidade rural, objeto de política pública pelo Governo do estado da Bahia- Brasil.

Trata-se de uma experiência de pesquisa inovadora, onde utilizo estratégias de transversalização de dimensões sociais na análise da realidade rural, lançando mão de experiências em uso no meio rural[2]. Do método original foram utilizados conceitos, procedimentos metodológicos e sua seqüência no processo de pesquisa-ação-capacitação, a partir do que foram inseridos novos elementos e categorias de análise mais próximas à realidade brasileira – particularmente a do Nordeste do País – e que também dessem conta de evidenciar a trama das relações de gênero e intergeracionais atinentes ao trabalho na unidade rural familiar[3]. As palavras de Sandra Bartky, citada por Bandeira (2005:5) "Feministas não fazem perguntas diferentes dos outros, elas fazem as mesmas perguntas de uma forma diferente" expressa a idéia de introdução de outras perspectivas de análise a um método em uso, contida nesse trabalho. Não sem tropeços, essa preocupação esteve presente em todo o caminho trilhado pelos movimentos feministas, no sentido de buscar questões pertinentes à posição social das mulheres para evidenciá-las como sujeitos do mundo rural.

Além desta introdução, apresento um breve apanhado sobre os métodos e abordagens mais recentes da pesquisa em Ciências Sociais, para destacar a adequação de pesquisas qualitativas, participativas e interativas aos estudos feministas. Recupero as abordagens iniciais sobre a organização do trabalho na agricultura familiar, ressaltando os primeiros questionamentos das teorias feministas, bem como algumas constatações sobre o trabalho feminino nesses contextos, que se valeram de categorias de análise introduzidas pelas teorias feministas. A seguir apresento esquematicamente os pressupostos, os principais passos do método e resultados da pesquisa, destacando alcances e contribuições no processo de subjetivação, emancipação e constituição das mulheres como sujeitos de transformação.

2. Relações de gênero, mulheres e envelhecimento no campo: breve reflexão metodológica

No debate envolvendo agricultores familiares e comunidades camponesas, as ciências sociais têm encontrado um contexto empírico diferenciado daquele que "classicamente" enfrentaram com a ajuda da sociologia rural ou mesmo da antropologia de populações camponesas. À percepção de novos problemas, abrem-se novas perspectivas analíticas centradas nas "mediações da história concreta que se faz e se desfaz, das transformações tanto das estruturas quanto dos sujeitos" SILVA (1999:16). Verificam-se "o aprofundamento e alargamento do eixo da exploração-dominação, ao serem incorporadas outras dimensões que permitem um melhor entendimento de como a realidade encontra-se codificada, segundo: classe, gênero, raça/etnia e idades/gerações".

---

2 A metodologia da pesquisa em questão, já validada anteriormente, teve como principal referência o Método Análise-diagnóstico de Sistemas Agrários, desenvolvido no Instituto Nacional Agronômico Paris-Grignon (INAP-G), da França. Sob a minha coordenação, esse estudo contou com a participação de Gustavo Ramos e Eliete M. Jordão, na realização dessa experiência em comunidades rurais do estado da Bahia, através do Programa Viver Melhor, implementado pela CAR. O trabalho aqui apresentado refere-se exclusivamente à Comunidade Córrego das Pratas, no Município de Pau Brasil, Território Litoral Sul da Bahia

3 Ver referenciais utilizados na pesquisa em: DUFUMIER, Marc. *Lês projets de développement agricole – Manuel d'Expertise* (Paris, CTA-Kartala, 1997) traduzido no Brasil por Vitor de Athayde Couto e editado pela EDUFBa (2007); Ver também Garcia Filho. Guia Metodológico – Diagnóstico de sistemas agrários, Brasília: Projeto de Cooperação técnica INCRA/FAO (s/d).

Tais deslocamentos situam-se no âmbito da crise paradigmática que vem sendo vivenciada pelas ciências humanas e que teve como um dos principais pontos de questionamentos o abandono, em definitivo, das preocupações com o papel exercido pelo indivíduo nas transformações sociais. Estudiosos questionavam que as explicações científicas se concentravam mais no exame das estruturas e dos processos, do que no papel dos indivíduos, e em conseqüência, não davam conta de explicar a complexidade das sociedades de forma cientificamente satisfatória. ALVES FILHO (2006:11) Estudos produzidos pela diferentes correntes do pensamento científico passam a redimensionar a relação entre indivíduo e sociedade, a vincular teorias sobre ação e estrutura, desenvolvendo estudos empíricos que possibilitem diluir as rígidas linhas divisórias existentes entre o plano das análises macro e micro e repensar estruturas e processos para poder melhor re-introduzir o papel do ator.

Ao par dessas questões, coloca-se em discussão o paradigma do fazer científico hegemônico ou, o da produção de um conhecimento socialmente neutro, universal e que se quer superior. Contesta-se esse conhecimento que refuta toda forma de saber não formalizado e não estruturado, que não corresponda ao modelo hegemônico de ciência, que se diz neutro – a serviço de toda a sociedade indiscriminadamente (empresários, a classe dominante em geral, aos trabalhadores, aos setores socialmente excluídos, aos camponeses, aos homens e as mulheres, aos indígenas, aos jovens e aos idosos), o que pressupõe uma utilização acrítica, por qualquer segmento social e pelo próprio mercado, sem qualquer tipo de constrangimento ético.

Contrapondo-se a essa visão, surgem modelos alternativos de pensar o mundo. Nos estudos agrários, por exemplo, atualmente dialogam dois campos de produção científica que se colocam em contraposição ao paradigma científico hegemônico: a agroecologia, ou as agroecologias[4] – onde se situa atualmente um conflito paradigmático na agricultura (entre biotecnologia transgênica e agroecologia) – e a teoria feminista – em permanente tensão com a ciência androcêntrica e patriarcal.

Ambas convergem questionando os já mencionados pilares básicos do paradigma científico dominante: a neutralidade, universalidade e a superioridade do conhecimento e discutem a credibilidade de um saber cuja produção se faz dissociado dos sujeitos, das suas experiências e valores culturais e da própria influência do senso comum[5].

No campo dos estudos feministas, o sucesso da categoria gênero encontrou um terreno extremamente favorável num momento de grande mudança nos referenciais teóricos vigentes nas ciências sociais, em que a dimensão da cultura passou a ser privilegiada sobre as determinações da sociedade. Assim como em outras correntes de pensamento, a teoria feminista propunha que se pensasse a construção cultural das diferenças sexuais, negando o determinismo natural e biológico. A dimensão simbólica, o imaginário social, a construção dos múltiplos sentidos e as interpretações no interior de uma dada cultura passaram a ter relevância em relação às explicações econômicas ou políticas.
Assim, conforme sentencia RAGO (1998:31) o modo feminista de pensar rompe, com os modelos hierárquicos de funcionamento da ciência e com vários dos pressupostos da pesquisa científica. Sem dúvida alguma, acrescenta a autora, "[...] há um aporte feminino e feminista específico, diferenciador, energizante e libertário que rompe com um enquadramento conceitual normativo, o qual se expressa: a) no questionamento da produção do conhecimento, entendida como processo racional e objetivo para se atingir a verdade pura e universal e na

---

4 Pode-se definir as agroecologias como a aplicação dos princípios que regem o funcionamento dos sistemas naturais na agricultura, com base na ciência agronômica, juntamente com outras ciências, como as ciências sociais, no conhecimento acumulado dos sistemas indígenas e no saber dos agricultores (COUTO FILHO *et al*, 2004).

5 De acordo com CAPORAL e COSTABEBER (2004), a Agroecologia se consolida como enfoque científico na medida em que este campo de conhecimento se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores(as), o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar não apenas o *desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis*, mas também processos de *desenvolvimento rural sustentável*.

busca de novos parâmetros de conhecimento; b) na superação desse conhecimento, como um processo meramente racional com a incorporação da dimensão subjetiva, emotiva, intuitiva no processo do conhecimento, questionando a dicotomia corpo/mente, sentimento/razão.

A maior contribuição do feminismo à produção do conhecimento, entretanto, está na construção de novos significados na interpretação do mundo. Com isso propõe uma nova relação entre a teoria e a prática, observando-se nessa relação o delineamento de um novo agente epistêmico, não isolado no mundo, mas parte desse mundo, não isento e imparcial, mas subjetivo e afirmando sua particularidade (RAGO ,1998:32). Ao contrário do desligamento do cientista em relação ao seu objeto de conhecimento, o que lhe permitiria construir um conhecimento neutro, livre de interferências subjetivas, o pensamento feminista vê com bons olhos o envolvimento do sujeito com o seu objeto. Sob esta ótica, o conhecimento é construído dialogicamente por indivíduos em interação, onde se confrontam pontos de vista, teorias e hipóteses, reafirmando-se a idéia de que de que não existe um método pronto. Por conseguinte, o caminho da descoberta se constrói caminhando, interagindo.

Os principais pontos da crítica feminista à ciência focalizam o seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista. As feministas denunciam uma ciência que pensa a partir do conceito universal de homem e que remete ao homem branco, heterossexual, civilizado do primeiro mundo, excluindo todos aqueles que não se enquadram neste modelo de referência. O pensamento feminista também defende o relativismo cultural, admitindo a possibilidade de não ser a única forma de interpretação do mundo e enfatiza a historicidade dos conceitos e a coexistência das temporalidades múltiplas. A esse respeito (HARDING *apud* RAGO, 1998:33) afirma que a historiografia feminista (...) *tem seu caminho metodológico aberto para a possibilidade de construir as diferenças e explorar a diversidade dos papéis informais femininos*.

A categoria gênero, construída pelo feminismo, surge para afirmar o caráter fundamentalmente social das desigualdades entre os sexos. Incorporada cada vez mais à prática científica, a teoria feminista propõe [...] *uma análise mais complexa do social do ponto de vista da articulação de suas relações mais determinantes,* assevera BRITTO DA MOTTA (2002:35), mas não sem ressalvas. Em seus inúmeros estudos a autora destaca a ausência de análises articulando as relações de gênero e as idades–gerações. Em um desses momentos, ao retomar a trajetória teórica do feminismo, ressalta questões presentes no debate feminista atual para chamar a atenção à ausência de uma visão conjunta e articulada destas duas importantes dimensões relacionais, argumentando que:

> " [...] a idade, bem reconhece a Antropologia, é um componente bio-sócio-histórico estruturador na organização das sociedades, inclusive com definição simbólica forte, e as gerações são parte essencial da dinâmica coletiva que as impele ou lhes imprime continuidade social; ambas as esferas realizadoras ou participantes das relações de poder na sociedade". Impossível, portanto, ignorá-las ou menosprezar sua importância analítica, principalmente na construção de diferenças ou desigualdades sociais" BRITTO DA MOTTA, 2002:37)[6].

Em um outro momento Britto da Motta volta a chamar a atenção para "[...] essa falta de articulação da dimensão temporal das idades e gerações, à estruturalmente onipresente gênero", considerando "[...] que se constitui em certa falha teórica – o deixar, em grande parte dos estudos feministas, quase intocado, o contexto geracional". Por outro lado, considera, a autora, "parte significativa dos estudos sobre grupos de idade e cate-

6 A noção de geração é polissêmica e imprecisa. Na definição sociológica de Karl Mannheim diz respeito a um coletivo de indivíduos que vive em determinada época ou tempo social, tem idades aproximadas e estão sujeitos às mesmas condições estruturais MANNHEIM (1928). Esta noção é reafirmada por ATTIAS-DONFUT (1995) para quem: as gerações agrupam pessoas em um mesmo grupo de idade, cujas experiências vividas pautam-se em referências sociais e históricas comuns que vão orientar suas concepções de mundo.

gorias geracionais – os jovens, os idosos – ignoram a importância decisiva das relações de gênero na dinâmica dessas populações. Em resumo, cada ângulo teórico reluta em constituir-se em par com o outro" não levando devidamente em conta, conforme lembra a autora, que "há uma lógica que preside a vida social na análise articulada das relações entre os sexos/gêneros e os grupos etários e geracionais". Apoiando-se em BALANDIER (1977) argumenta "serem essas as estruturas primeiras, fundantes da vida social, aquelas que emergem ao primeiro plano da vida social nos momentos de crise" BRITTO DA MOTTA (2005:7).[7]

Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos nas Ciências Sociais, as pesquisas sob o ângulo feminista, têm exigido um "novo olhar", especialmente nos trabalhos desenvolvidos com mulheres trabalhadoras, idosas, mulheres que sofrem violência, moradoras das periferias urbanas e comunidades rurais, demandando crescentemente das(os) pesquisadoras(es) feministas a construção de um caminho metodológico que garanta visibilidade e dê voz aos "novos sujeitos" afirmando a sua particularidade. As metodologias qualitativas e interdisciplinares com suas diferentes ferramentas vão recobrindo aspectos e dimensões, permitindo essa construção, por estabelecerem em suas práticas metodológicas, estreita intimidade com aspectos da vida e do sentimento humano, suas complexidades e diversidades, envolvendo narrativas, trajetórias de vida e biografias.

Os resultados de estudos, que lançam mão de relatos orais, têm contribuído para desvendar questões anteriormente obscuras na análise de grupos específicos. A memória oral, por exemplo, acrescenta BOSI (2003:73) "é fecunda quando exerce a função de intermediário cultural entre gerações". Trata-se, então, de mergulhar nas subjetividades, fazendo das narrativas, das histórias de vida, ciência. Salienta-se, contudo, que, sob essa perspectiva, o indivíduo não pode ser pensado, senão em relação as suas condições concretas de existência, em seus aspectos históricos, sociais e culturais, visto que, o conflito individual não é resultado exclusivo de vivências privadas e subjetivas, mas é também determinado por dispositivos de poder, produzidos por condições sócio-históricas específicas.

Já o trabalho com histórias de vida PISCITELLI (1989:153) afirma que sua riqueza "[...] reside em se outorgar um lugar de privilégio à experiência vivida, em sentido longitudinal, e em possibilitar a integração de percepções individuais e pautas universais de relações humanas, através de articulações temporais". Ecléa Bosi (Brasil) e Paul Thompson (Inglaterra) estão entre os que privilegiam a fala dos que não escrevem, não lêem, mas pensam e sentem um mundo que lhes é próprio. BOSI (2005:82) destaca que "cabe à memória a religiosa função de unir o começo ao fim, de tranqüilizar as águas revoltas do presente alargando suas margens". Ainda no campo da história, Odile Dias afirma que:

> "[...] nas últimas décadas, os avanços da investigação científica têm colocado a "necessidade de documentar a experiência vivida das mulheres, a fim de que possa emergir não apenas a história da dominação masculina, mas, sobretudo, os papéis informais, as improvisações, a resistência das mulheres (...) Uma história engajada jamais se restringe aos discursos normativos sobre as mulheres" DIAS (1994:374).

Aplicadas ao meio rural, as teorias e os procedimentos qualitativos de investigação nas análises de gênero têm contribuído para mostrar a subordinação e a sub-valorização do trabalho das mulheres nas atividades produtivas e reprodutivas. O paradigma dominante na economia reforça essas desigualdades duplamente: ignora o trabalho reprodutivo não-pago, tornando invisível a maior parte do trabalho feminino e ignora a divisão sexual do trabalho. FALQUET, J. (2005) chama a atenção de que a divisão sexual do trabalho, o modelo de família e a cultura, são questões que estão profundamente interligadas e que se constituem os pilares do sistema patriarcal de opressão. Reside aí grande parte das dificuldades de transformação das relações de gênero no meio rural, em particular, na produção camponesa que se apóia no trabalho familiar, cujo modo de vida se sustenta no trabalho

---

7 BALANDIER (1977: 71) afirma que em toda formação social a diferenciação dos sexos e dos grupos de idade constituem-se o substrato sobre os quais se formam e se desenvolvem as relações de desigualdade e de dominação.

das mulheres. Isto explica, em parte, porque os sistemas de valores patriarcais nesse segmento produtivo são mais arraigados e, portanto, mais difíceis de serem transpostos.

3. Dilemas e avanços que acompanham os debates sobre as mulheres rurais no regime de trabalho familiar: uma breve reflexão

Na literatura brasileira e internacional é bem recente a consideração das mulheres rurais como sujeitos nos temas relacionados à agricultura familiar e a reforma agrária. A família é a referência analítica nos estudos que discutem o papel histórico da agricultura familiar, no contexto das transformações do campo brasileiro. Essa concepção igualitária dos sujeitos revela-se problemática, primeiro, porque nega o fato de que estamos inseridos em uma realidade marcada por uma distribuição desigual de poder entre os sexos, na qual a mulher tem uma situação desprivilegiada (SORJ, 1992). Segundo, porque a análise desses temas envolve, necessariamente, relações sociais que articulam, simultaneamente, a luta pela terra (acesso e/ou permanência), pela sobrevivência e pela afirmação de uma identidade política, cuja referência é a família, mas, na qual, a mulher tem um importante protagonismo (SCHEFLER, 2002).

Os estudos clássicos sobre as estratégias de reprodução adotada na agricultura camponesa destacam a diversidade dos sistemas de cultivo aí desenvolvidos e as lógicas que orientam as escolhas e decisões das famílias em diferentes sociedades. O entendimento da dinâmica do trabalho familiar é considerado por analistas do tema, um importante recurso no estudo das sociedades rurais (KAUTSKY, 1974; CHAYANOV, 1974; GARCIA JR., 1983; TAVARES DOS SANTOS, 1978; WOORTMANN & WOORTMANN, 1997) Essas análises tornam evidente que a agricultura camponesa constrói estratégias de reprodução com base em lógicas próprias, sendo o trabalho organizado a partir da família, obedecendo a critérios de divisão de atividades entre os membros do grupo, segundo o sexo e a idade[8].

As feministas buscaram aprofundar e entender o que subjaz a essa lógica, revelando as relações de poder que orientam ou determinam a divisão familiar do trabalho ou, a divisão sexual do trabalho que funda a agricultura camponesa, originando-se daí as principais ferramentas de análise para o entendimento da posição da mulher e da natureza de seu trabalho na agricultura familiar.

O conceito de gênero introduzido pelo feminismo passou a ser utilizado para expressar as relações sociais fundamentadas em desigualdades socialmente construídas, rejeitando claramente o determinismo biológico, ou a naturalização das categorias masculino e feminino, mas também homem e mulher. A conceituação de sexo e gênero, portanto, "abriu caminho para a desnaturalização, tanto das identidades sexuais quanto da divisão sexual do trabalho e das assimetrias/hierarquias sociais com base no sexo, demonstrando a sua historicidade e, portanto, a possibilidade de transformação e transcendência das desigualdades sexuais" (SARDENBERG, 2002:54).
Ainda de acordo com essa autora, a vida em sociedade é marcada pelo entremear de relações sociais que se estruturam tanto a partir do modo de produção organizador da sociedade em questão – e que dá origem às desigualdades e relações sociais de classe – quanto de diferenciações culturalmente percebidas e elaboradas, notadamente, as de sexo/gênero, idade/geração, raça/etnia, dentre outras. Acrescentando (LOURO, 2001:32-33) assinala que a construção das identidades de gênero são historicamente constituídas e constituintes dos sujeitos – identificados como masculino ou feminino – identidades que são múltiplas, plurais e que se transformam, não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também na articulação com as histórias pessoais,

---

8 Os estudos de Chayanov sobre o campesinato russo, do início de século XX, por exemplo, assinalam que nesta organização a família é o núcleo definidor da capacidade de trabalho, sendo que a quantidade de trabalho existente para suprir as necessidades do grupo define-se em função da composição (número de homens e mulheres) e o desenvolvimento (idade dos membros) da família CHAYANOV (1974).

as identidades sexuais, étnicas, de raça e de classe. Entre outros empreendimentos, os estudos feministas se propõem a desconstruir o caráter permanente da oposição binária que corresponde às instâncias do masculino-feminino, a exemplo de: produção-reprodução; razão-emoção; público-privado, desmontando a lógica de dominação que sustenta a ordem patriarcal dominante.

Tentando explicar as desigualdades que permeiam o trabalho das mulheres no mundo rural, as feministas se enfrentaram inicialmente com inúmeros equívocos de natureza teórico-conceitual e metodológicos. Alguns destes remontam aos estudos iniciais produzidos no âmbito da Sociologia do Trabalho. Segundo Maria Ignez Paulilo, tais análises, fortemente influenciadas pelo marxismo e, centrados no operariado urbano, partiam do suposto de que a liberação das mulheres passaria, necessariamente, por sua independência financeira, fruto da inserção individual no mercado de trabalho, o que resultou em um forte "viés urbano" nos estudos sobre o trabalho feminino no campo. Para essa autora "[...] o campesinato sempre foi um tema de difícil articulação dentro do marxismo e isso se refletiu nos estudos feministas" (PAULILO, 2004:230).

Na agricultura familiar as feministas se depararam com dificuldades em definir o que é trabalho doméstico e o que seria trabalho produtivo. Afinal, conforme salienta Paulilo (2004:245) "o conceito de "trabalho produtivo" foi cunhado para situações em que se dá a extração da mais valia", o que não se aplica à produção familiar que tem como objetivo o consumo, a satisfação das necessidades, em outras palavras, o *valor-de-uso*. Conforme assinala Ariovaldo Umbelino de Oliveira essa produção é realizada pelo grupo familiar para o consumo imediato e para o mercado (excedentes não consumidos) os quais, por sua vez, são trocadas no mercado por mercadorias não produzidas na unidade familiar, movimento que se expressa na fórmula M-D-M. Não se trata, portanto, de um movimento de circulação capitalista, onde o objetivo é o valor de troca e a acumulação de mais valia: "[...] a lógica da produção camponesa está assentada na forma simples de circulação de mercadorias, onde se tem a conversão de mercadorias em dinheiro e a conversão de dinheiro em mercadorias, ou seja, vender para comprar" (OLIVEIRA, 1991:52).

> Visto sob essa ótica, todo o resultado do trabalho masculino e feminino realizado internamente ou externamente à unidade familiar, consumido diretamente ou trocado no mercado, constitui-se valor de uso, logo, está envolvido na reprodução social do grupo familiar. Por conseguinte, o entendimento da dinâmica de reprodução da família agricultora – inclusive do ponto de vista das avaliações econômicas – não pode desconsiderar o que, como e quem efetivamente contribui nas estratégias de reprodução social da família Esse entendimento, ademais, exige que se leve em conta fatores e variáveis que não se restrinjam ao funcionamento da unidade familiar do ponto de vista estritamente econômico, mas que se considere a diversidade de interesses em jogo, decorrentes das diferentes posições ocupadas por seus membros na hierarquia familiar (filhos esposa, pai) e da atribuição de gênero, nas diferentes esferas das relações sociais CARNEIRO, (2008:261)

As análises de WOORTMANN (1987:87-88) sobre famílias pobres da cidade de Salvador – Bahia já sugerem que se pense a atividade doméstica no contexto da agricultura familiar, sob outra perspectiva que foge a visão economicista dominante. Para esse autor, uma unidade doméstica pode ser considerada uma organização econômica, de realização e troca de serviços e pode ser, como em grupos camponeses, ao mesmo tempo uma unidade de produção e de consumo, em ambos os aspectos, informada por um código de parentesco, ou seja, pela categoria família. Percebe-se que o autor faz uma crítica ao que em geral se entende por "atividade econômica", ou seja, esta atividade tradicionalmente é entendida em termos de uma economia de mercado, onde o trabalho é uma mercadoria como as outras. A atividade que não pode ser "vendida" é, nesta perspectiva, considerada "improdutiva", categoria em que se enquadram as tarefas domésticas. O autor afirma ainda que, "na sociedade brasileira, o grupo doméstico organiza uma divisão social do trabalho que atribui ao marido-pai e aos homens, em geral, o papel de provedor de renda e à esposa-mãe o da prestação de serviços". Entretanto, acrescenta

> "[...] as atividades femininas não são menos econômicas que as do marido, pois as esposas usam certos "meios de produção" (panelas, frigideiras, fogão, etc.) e certas "matérias-primas" (o alimento cru) e, com esses recursos disponíveis, produzem bens e serviços a serem consumidos pelos membros da unidade doméstica, segundo padrões socialmente definidos. Suas tarefas não remuneradas, ainda que de forma indireta, geram renda (WOORTMANN, 1987:87-88).

Conclui que o papel da mulher é tão econômico quanto o do marido, pois a família não teria condição de reproduzir-se economicamente sem o trabalho dos dois. Em um minucioso estudo antropológico sobre o modo de vida de camponeses no nordeste brasileiro, o autor destaca o processo de trabalho como "a articulação das forças produtivas com relações sociais de produção". O processo de trabalho não é "[...] apenas algo que se faz. É também algo que se pensa. É uma "linguagem", por meio da qual, além de se construir a hierarquia e o gênero, se reflete sobre a condição humana". Assinala que os camponeses constroem não apenas espaços agrícolas, mas também espaços sociais, incluindo o modo de saber fazer dos camponeses e suas famílias. Este saber fazer do camponês constitui um modelo de apreensão e de construção do mundo e é por isso que é "também um processo moral" (WOORTMANN & WOORTMANN, 1997:10 e 159).

A introdução pelo feminismo de uma perspectiva integradora às análises sobre o trabalho feminino na agricultura familiar segue nessa direção, quando questiona a visão estritamente mercantil do trabalho e assim supera grande parte dos dilemas relativos ao reconhecimento do trabalho das mulheres rurais. Sob essa perspectiva, examinam-se conjuntamente o mundo do trabalho (a produção) e o mundo doméstico (da reprodução). De fato, sem este tipo de enfoque torna-se impossível mensurar o trabalho da mulher na agricultura, particularmente no âmbito da exploração familiar, onde as fronteiras entre o trabalho doméstico não remunerado e o trabalho remunerado dentro e fora da casa são extremamente permeáveis. Esta abordagem permite que seja revisada a separação conceitual artificial entre a unidade doméstica e o trabalho, a produção e a reprodução, o econômico e o social que impedem a apreciação dos processos de mudança da sociedade rural contemporânea em todas as suas dimensões (SCHEFLER, 2002:27).

> Entre os esquemas analíticos propostos para a análise do trabalho na exploração agrícola familiar, AYALES, et. al. propõe que se considere: 1) Trabalho produtivo – refere-se a todas as atividades, cujo produto pode ser destinado ao mercado e ao auto-consumo; 2) Trabalho reprodutivo – destina-se a manter e reproduzir a força de trabalho familiar, distinguindo-se aí três formas: a) trabalho reprodutivo no sentido biológico; b)trabalho reprodutivo diário (manutenção física da força de trabalho) e c) trabalho reprodutivo de socialização (educação e formação da força de trabalho); 3) trabalho comunitário – refere-se a trabalhos realizados para a comunidade e dentro da comunidade, como sejam, atividades religiosas, culturais, de ajuda mútua, dentre outras (AYALES, et. al., 1996:28)

Essa abordagem requer mudança no eixo de reflexão com respeito aos conceitos de público e privado, separação esta fictícia e artificialmente construída pelo sistema patriarcal e reforçada por outros sistemas de dominação. A análise integradora anula as fronteiras entre as funções produtivas e reprodutivas e considera que as relações de gênero perpassam as diferentes esferas, cujas demarcações são fluídas, historicamente e espacialmente situadas. Esta análise supõe a superação da visão patriarcal que define o espaço privado – como aquele onde se estabelecem as relações familiares e se desenvolve o trabalho reprodutivo, portanto, utilizado preferencialmente pelas mulheres e o espaço público – aonde se desenvolvem as atividades produtivas, de lazer, os intercâmbios sociais, sendo este o espaço do poder político, utilizado pelos homens.

Para as estudiosas feministas a associação espaço privado-reprodução-mulheres e espaço público-produção-homens é uma construção equivocada que não suporta comparações transculturais, nem históricas. Trata-se de um falso dualismo, visto que: 1) Essa tríplice associação não pode ser generalizada, pois nos espaços

rurais de países subdesenvolvidos uma parte considerável das atividades entra no âmbito da economia de auto-consumo (não havendo solução de continuidade entre trabalho produtivo e reprodutivo). 2) A associação da moradia como espaço privado, apresenta problemas, pois muito freqüentemente a moradia coincide com o lugar onde se desenvolve o trabalho reprodutivo remunerado. Ex: a fabricação de queijos pelas mulheres rurais; a prestação de serviços terceirizados às indústrias em áreas urbanas. 3) Reprodução social e espaço público aparecem como uma associação possível, pois, principalmente nas sociedades industrializadas têm ocorrido mudanças quanto à localização da reprodução social, de modo que o trabalho reprodutivo se realiza cada vez mais fora da moradia: creches, escolas maternais, refeitórios de empresas e outros. 4) A idéia da escassa utilização, ou não utilização de espaços públicos pelas mulheres também não corresponde à realidade de diferentes países e regiões, como pôr exemplo, as atividades de recolhimento de lenha e transporte da água, a partir de longas distâncias da moradia. (MARTINEZ, et. al., 1995:60)[9].

Na verdade, a separação entre espaços públicos e privados, atribuídos respectivamente às atividades produtivas e reprodutivas, não existe no mundo real de forma tão rígida e generalizada, notadamente na realidade da pequena agricultura familiar, como nos fazem supor os estudos tradicionais, de linha marcadamente economicista e androcentrista. Essa separação no estudo dos fenômenos sociais e econômicos, consagrada nos círculos acadêmicos, corresponde a uma divisão artificial que impede uma adequada apreensão dos processos, os quais são, ao mesmo tempo, econômicos, sociais e políticos. Tais concepções e correspondentes métodos de análise engessam a realidade em categorias rígidas e produzem os elementos teóricos, que, falseando a realidade, fornecem os argumentos que justificam ações discriminadoras ou excludentes em relação às mulheres.

4. As análises sobre a divisão do trabalho na agricultura familiar na perspectiva de gênero

Apoiados no instrumental analítico aportado pelas teorias feministas, os estudos atuais sobre o trabalho da mulher no meio rural, não só questionam as noções de atividade econômica, trabalho e produção, trabalho e não-trabalho, como já incorporam as noções de trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. As discussões atuais centram-se na construção teórica do conceito de reprodução social, como processo que implica na reprodução biológica e da força de trabalho, a reprodução dos bens de consumo e de produção e a reprodução das relações de produção (PACHECO, 2006). Não obstante esses avanços, essa autora ressalta que a dicotomia entre produção e reprodução e a questão da subordinação das mulheres – questionada como produção histórica do sistema patriarcal e do sistema capitalista – continuam presentes nas estatísticas, nas práticas sociais e nas políticas públicas. Por conseguinte, os diferentes espaços, trabalhos e atividades ainda são hierarquizados socialmente e não têm o mesmo reconhecimento.

A grande maioria das pesquisas realizadas em diferentes regiões do Brasil, notadamente a partir da década de 90, sobre questões relacionadas ao trabalho da mulher na agricultura familiar, reafirmam a sub-valorização e subestimação do trabalho feminino. Partem do entendimento de que a divisão familiar do trabalho que funda a agricultura camponesa é a forma de divisão do trabalho social oriunda das relações sociais de sexo, historicamente e socialmente moldadas. Na definição de KERGOAT (apud FALQUET, 2006:213 e 214) ela tem por característica a determinação prioritária dos homens, à esfera produtiva, e das mulheres, à esfera reprodutiva, assim como, simultaneamente, a captação pelos homens das funções que possuem forte valor social *agregado* (políticos, religiosos, militares, etc.)". Para a autora, a divisão sexual do trabalho "tem dois princípios organizadores: o princípio da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquia (um trabalho de homem 'vale' mais que um trabalho de mulher)"[10]

A divisão sexual do trabalho está profundamente relacionada às representações sociais vinculadas a mulheres

9 Texto original em espanhol, tradução minha.

10 Grifos da autora.

e homens. O mundo do trabalho pertence aos homens, é constitutivo da sua identidade masculina, daí porque, muitas vezes as mulheres demonstram estranhamento a esse mundo, chegando mesmo a afirmar que "o homem trabalha porque é homem e a mulher porque não tem jeito, precisa", ou seja, isso seria uma contingência, não é próprio da mulher. (SCHEFLER 2002:28). O mesmo vale para a classificação do trabalho: pesado (de homem) e trabalho leve (de mulher) embora elas o realizem indistintamente (PAULILO, 2004:245).

As análises evidenciam também que o trabalho feminino no meio rural é invisibilizado, não é remunerado, e é socialmente desvalorizado. Em estudos que realizei, no Sudoeste do Estado da Bahia, em 2002, pude reafirmar que, pelo fato de as mulheres serem na naturalização das atribuições de gênero, as responsáveis pela reprodução social do grupo, as atividades produtivas desenvolvidas por elas são consideradas como parte das tarefas atribuídas ao papel de mãe e esposa, tidas pelos homens e por elas mesmas como "ajuda" ou definidas socialmente como atividades complementares às atividades masculinas. Grande parte do que é produzido por elas não se destina ao mercado, é consumido na unidade familiar, e é difícil de ser contabilizado. Até mesmo o trabalho feminino na esfera considerada produtiva é de difícil mensuração, visto que é descontínuo, fragmentado, irregular e não definido. Realizado de forma alternada com as inúmeras atividades domésticas ou outras atividades de natureza diversa, muitas vezes em substituição ao trabalho de um outro membro da família, o trabalho da mulher não aparece, não lhe é atribuído valor (SCHEFLER, 2002:29)[11].

A referência ao termo "ajuda", utilizada como sinônimo de complementaridade, remete às causas da invisibilidade, que, em geral, contém uma conotação moral e o sentido de preservação dos laços de solidariedade e de obrigações recíprocas que devem unir marido e mulher, presentes nas regras do contrato conjugal. Quando casada a mulher passa a dever obrigações ao marido, inclusive "ajudá-lo no trabalho na lavoura". Maria José Carneiro questiona a naturalização da divisão sexual do trabalho, baseada na idéia da complementaridade entre o trabalho desenvolvido pelos membros da família e chama a atenção para o fato de que a importância das atividades femininas na reprodução social camponesa possa ser neutralizada por um sistema de classificação sobre as relações de gênero no interior da família e na sociedade, sustentado em valores hierárquicos. Segundo suas palavras:

> "[...] é bastante significativo que a complementaridade de fato seja traduzida por representações sociais que enfatizam a hierarquia, a autoridade e a dominação masculina sobre a mulher" e conclui:." [...] O sentido de complementaridade entre as atividades masculinas e femininas, não exclui, a meu ver, a desigualdade e a hierarquia que preside as relações de gênero" (CARNEIRO, 2006, p .49).

Diz ainda que se deve atentar para a necessidade de ampliação das possibilidades de trabalho para as mulheres rurais e de reconhecimento desse trabalho, ainda invisível e considerado complementar, sem, contudo, abrir mão de aprofundar o entendimento sobre o significado dessa invisibilidade. Esse cuidado resulta da constatação presente na vasta literatura feminista de que a participação da mulher no mundo do trabalho é condição necessária, mas não suficiente para transformar a sua posição social e garantir a sua autonomia na família e na sociedade.

Não se trata, portanto, de colocar em dúvida a importância do trabalho feminino e da independência econômica no processo de autonomização das mulheres. Nesse caso, vale tanto considerar a observação de PAULILO, (2004:229 e 237) quando afirma que "o direito de tomar decisões sobre a própria vida pode ser desvinculado da obtenção de um salário individual, mas não do acesso a uma renda própria", quanto às ressalvas de Carneiro e Teixeira (1995) com as quais me alinho. Essas autoras ressaltam o risco de se estar naturalizando a valorização social que atribui à produção, e logicamente ao homem, um valor central neste sistema social. Nesses

---

11 Posição semelhante expressa nas categorias "ajuda" e "trabalho" foram encontradas no caso de esposas de agricultores franceses, conforme ressaltado por CARNEIRO (2006).

termos, no que se refere ao debate sobre a identidade social e o papel político das mulheres rurais, o aspecto reprodutivo e o universo dos valores femininos continuam recebendo a mesma valorização atribuída pelo sistema dominante, ou seja, continuariam desvalorizados. Nesse sentido (CARNEIRO E TEIXEIRA, 1995, s/p) afirmam que:

> "o *bias* produtivista que predomina na construção da identidade da mulher rural tem como subseqüência a afirmação da situação de dupla exploração da força de trabalho feminina, na medida em que legitima e sustenta a inserção da mulher na produção sem que esse esforço seja acompanhado por um questionamento da divisão sexual do trabalho doméstico de maneira a liberar a mulher de parte de suas atribuições".

Nesse sentido as autoras sugerem maior ênfase na atribuição do valor 'trabalho' às atividades domésticas femininas, o que poderia levar a uma outra valorização de sua imagem, por parte da sociedade e do homem, e a uma possível mudança nas relações de força dentro do espaço doméstico. A metodologia explorada nessa pesquisa segue nessa direção. Busca justamente verificar o peso e a importância das diferentes atividades realizadas na unidade rural familiar, incluindo-se as atividades domésticas.

5. O contexto e a pesquisa: método, resultados e considerações relativas ao trabalho doméstico na unidade rural familiar

A Comunidade Córrego das Pratas, situada no Município de Pau Brasil, Território Litoral Sul, objeto dessa pesquisa, integra-se à denominada região cacaueira do estado da Bahia- Brasil. Aqui, a monocultura do cacau, ao longo das décadas, produziu diferentes impactos negativos, contribuindo para a concentração da terra, a destruição ambiental e o acirramento das desigualdades sociais. Aí vivem cerca de 100 famílias em propriedades dispersas, de dimensões variáveis (entre 4 a 500 ha), constituídas, em sua grande maioria, de parceiros ou meeiros (80% das famílias dispõem de contrato de arrendamento). Tal condição deve-se à decadência do cacau, ocasionada por sucessivas crises, decorrentes das oscilações de preços no mercado internacional, e, principalmente, pela ocorrência da patologia "vassoura de bruxa", fatos que induziram os tradicionais "cacauicultores" a transformarem as relações de trabalho, antes, predominantemente assalariadas, em arrendadas, repassando os riscos da produção aos trabalhadores e trabalhadoras sem terra e/ou agricultores familiares com áreas insuficientes para exploração de culturas permanentes. Reproduz-se aqui uma situação perversa em que as famílias assumem os riscos da exploração da terra alheia, embora permanecem na condição de trabalhador sem terra, mascarando-a.

Essa condição, aliada a outros fatores de ordem social e cultural, tem favorecido o esvaziamento do campo, principalmente da população feminina e jovem. De fato, às oscilações da produção cacaueira, somam-se a falta de incentivos à diversificação da produção, as dificuldades de crédito, ATER , a debilidade da infraestrutura (produtiva, de comercialização, transporte, energia) e de promoção social (educação, comunicação, saúde, saneamento). Tais fatores dificultam a permanência da população no campo, favorece o êxodo para os centros urbanos, ameaçando a sucessão rural e aprofundando a pobreza desses grupos socialmente mais vulneráveis.

O estudo consistiu na aplicação do método Análise-diagnóstico de Sistema de Atividades sob o segundo Gênero e Gerações, junto a 23 famílias da comunidade, com a participação homens e mulheres de diferentes idades e gerações. A pesquisa apóia-se em alguns pressupostos: a) a família e a comunidade rural são lócus de relações de troca, de reciprocidade intergeracionais, mas também de tensões e disputas por posições nesses contextos b) a diversidade e a complexidade da agricultura familiar; c) a tendência à pluriatividade – fenômeno também extensivo ao meio rural atrasado (plurirriatividade defensiva); d) a noção de agricultura multifuncional: a atividade agrícola não se limita à produção para o mercado, mas se estende à oferta de serviços e bens (materiais

e imateriais) à sociedade; e) as virtualidades da produção tecnológica alternativa (as agroecologias) que tem como princípio a sustentabilidade sócio-ambiental e, como *lócus* privilegiado, a agricultura familiar; f) a necessidade de mecanismos que dêem visibilidade ao trabalho feminino, indiquem novos arranjos organizativos e valorizem os sujeitos da unidade familiar.

Apoiada no Método Análise-diagnóstico de Sistemas Agrários incorporam-se algumas inovações que consistem em: 1) se considerar os sistemas de atividades da agricultura familiar, noção já conhecida no meio científico, a qual não se restringe ao sistema de produção agrícola, mas, decorre de uma combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, dentro e fora da unidade de produção familiar, em que se configura a pluriatividade; 2} agregar á análise as categorias gênero e gerações, com ênfase nas relações intergeracionais no âmbito familiar, comunitário e territorial. 3) reconhecer que a unidade de decisão e de gestão da família não se centra unicamente na produção agrícola e na autoridade masculina e, sim, no conjunto de atividades realizadas pelos membros da família que efetivamente trabalham para sobrevivência, reprodução e formação do patrimônio familiar.

A incorporação desses procedimentos na pesquisa consiste, concretamente, num exercício de transversalização de novos enfoques – sistema de atividades, pluriatividade, gênero e gerações – às abordagens em uso no campo dos estudos rurais. A pesquisa segue passos e etapas previamente definidas na metodologia. Considera-se desde a dimensão mais ampla e geral do sistema internacional, nacional e regional, até a dimensão mais micro (espaço doméstico), analisando-se os sistemas de atividades e seus subsistemas. O processo de investigação, assim como a produção e utilização dos instrumentos metodológicos seguem as seguintes etapas da análise:

a) leitura de paisagem; b) entrevistas históricas: levantamento dos fatos ecológicos, técnicos e socioeconômicos. c) definição do sistema de atividades, identificando aspectos de gênero e gerações; c) elaboração da pré-tipologia dos sistemas de atividades – SA e categorias de famílias produtoras – FP (primeiras hipóteses). d) apresentação do conceito de Unidade de Trabalho Familiar – UTF e suas características: masculina, feminina, infantil, adulta, idosa; levantamento do calendário de trabalho; d) definição da tipologia de – SA e FP e) apresentação do conceito de subsistema de atividades: de cultivo, criação e beneficiamento, quintal, atividades não-agrícolas (a exemplo de artesanato, comércio) e trabalho doméstico; f) análise microeconômica dos SA, segundo diferentes enfoques: econômico, sócio-cultural, de gênero e geração, ambiental e agroecológico: f.1. cálculo do rendimento dos SA e da renda das famílias agricultoras, enfatizando a participação de homens e mulheres de diferentes grupos de idade; f. 2. cálculo de renda dos subsistemas de cultivo, criação e beneficiamento, quintal, atividades não-agrícolas, trabalho doméstico (renda oculta); f. 3. comparação gráfica e análise de eficiência dos SA. f. 4. integração dos SA. Com base nas análises propor diretrizes para o planejamento dos SA, segundo gênero e gerações.

Entre os principais conceitos que fundamentam o método, destaca-se o *sistema de atividades*, compreendido como a combinação (no tempo e no espaço) dos recursos disponíveis para a obtenção das produções vegetais e animais e outras e a realização de atividades não-agrícolas – incluindo-se o trabalho doméstico – de onde se identificam os subsistemas. O sistema de atividades compreende a unidade de gestão e de decisão das famílias, reunindo as duas categorias – trabalho e gestão – numa categoria-síntese: a família rural. Além da composição do sistema de atividades, elabora-se a tipologia de famílias considerando possíveis combinações da condição da mulher e do homem e outros membros da família (por faixa etária) que trabalham em atividades agrícolas, não-agrícolas e domésticas, o que permite uma maior aproximação da divisão sexual do trabalho na unidade familiar, objeto de análise.

A incorporação do enfoque de gênero e gerações permite, assim, investigar o tempo de trabalho despendido por todos os membros da família indistintamente (segundo sexo e idades) e como é distribuído o poder de decisão internamente à unidade familiar. Essa abertura metodológica possibilita a estimação da renda das mulheres agricultoras familiares na renda total das famílias, tornando evidente a importância do trabalho doméstico na

composição do tempo de trabalho dos membros da família, necessário à sobrevivência e reprodução do sistema de atividades da unidade familiar[12].

A estimação do trabalho da mulher levou em conta o custo de oportunidade da força de trabalho doméstico na região onde está situado o objeto do estudo – quanto vale mensalmente o emprego doméstico na cidade mais próxima ou na região. Esse valor varia em tempo e espaço e, em geral, não corresponde à integralidade dos direitos que todo trabalhador doméstico já conquistou constitucionalmente, no Brasil. Esse custo de oportunidade, nessa proposta metodológica, foi denominado renda oculta[13].

Há uma dualidade na idéia da renda oculta, pois é uma renda que não existe de fato, não é monetária. Embora signifique concretamente trabalho incorporado da família, os membros da família não recebem pelo trabalho na realização das atividades domésticas, portanto, é uma renda omitida (oculta). As atividades domésticas, são realizadas pelas mulheres juntamente com as atividades dos quintais, entremeadas a outras. Analisando o trabalho doméstico entre mulheres proletárias. (BRITTO DA MOTTA& MACHADO NETO, 1983:62) referem-se ao tempo racional (o tempo da racionalidade capitalista) e o "tempo natural" como aquele que é vivido pelas mulheres na realização deste tipo de trabalho, o qual poderia ser concebido como (...) uma espécie de "tempo-a-temporal", aparente contradição que expressa a própria contradição gerada pela articulação das formas de articulação capitalistas e "não-capitalistas". Para os autores o trabalho doméstico, pela sua própria dinâmica, pela sua absorvência, pelo tipo de rotina em que se realiza, constitui-se num "continuum de fazer-desfazer-fazer-desfazer que aparece na vida dos sujeitos que o executam, afinal, como algo quase imponderável, difícil de ser medido e de ser planejado".

O Subsistema Trabalho Doméstico é interdependente do Subsistema Quintal e, igualmente neste último, a família obtém renda não-monetária, destinada ao auto-consumo, comum na agricultura familiar. Em ambos os subsistemas, cabe a estimação da renda, pois a família consome e se beneficia de bens agrícolas e não agrícolas e serviços que são produzidos internamente pela própria família, abstendo-se de comprá-los ou contratá-los no mercado. Enfim, tanto o trabalho para o auto-consumo quanto o trabalho doméstico, na agricultura familiar, não possuem valor de troca; apenas valor de uso, mas, são estratégicos na composição da renda da família.

Considerações finais

Nesse trabalho buscou-se apresentar os resultados de uma pesquisa que teve como referência a metodologia Análise-Diagnóstico de Sistemas de Atividades sob o enfoque de gênero e gerações com o objetivo de ressaltar a adequação de abordagens qualitativas , interativas e participativas como a pesquisa-ação, notadamente nos campos onde o conhecimento pode e deve ser efetivamente mobilizado à análise e conseqüente busca de soluções de problemas reais, tendo em vista a transformação social, como é o caso dos estudos feministas. Neste caso, destaca-se como principal ganho, o entendimento pelas mulheres, participantes dessa pesquisa da lógica que organiza a produção e as relações entre os atores/atrizes desta cena: a unidade rural familiar. Entre outros resultados, a pesquisa lhes permitiu uma leitura crítica da sua posição social, na família, na comunidade e na sociedade em geral, à luz das relações hierárquicas e assimétricas de gênero e das relações intergeracionais que se expressam nesses contextos.

---

12 Ver a respeito (PAULILO, 2004, p. 244). Essa autora analisa o trabalho doméstico sob vários ângulos e chama a atenção sobre importância do trabalho "reprodutivo" na produção das novas gerações, cuja responsabilidade recai quase que exclusivamente sobre as mulheres.

13 Ver mais informações sobre o método em SCHEFLER, Maria de Lourdes N. Caderno de Orientações metodológicas para Formadores: metodologia análise – diagnóstico de sistemas de atividades sob o enfoque de gênero e gerações-Manual técnico, Salvador: REDOR, 2007. Disponível em: http://www.neim.ufba.br/wp/publicacoes/

Ademais, lhes permitiu: a) analisar criticamente o trabalho doméstico e sua importância na reprodução social dos seres humanos, compreendendo-o não como acessório, complementar, ajuda ou como "não trabalho". Sendo estratégico ao sistema de atividades, seu papel não é "complementar" – conceito que pressupõe uma hierarquização das posições sociais dos sujeitos na unidade rural familiar; b) mensurar a contribuição do trabalho feminino, com destaque para o trabalho doméstico na composição da renda total da família; c) constatar que a unidade familiar, apesar de representar uma coletividade, evidencia relações desiguais entre os membros da mesma unidade, relações estas que, em certa medida, refletem-se na divisão dos espaços na propriedade, no tempo dedicado a cada atividade e na importância e valor que lhe é atribuído, o que se expressa numa oposição entre masculino e feminino e entre jovens e idosos. d) Em relação à divisão dos espaços, identificar a relação do trabalho doméstico com os quintais, implicados no valor do trabalho produtivo ou reprodutivo da mulher (estímulo à expansão dos Subsistemas Quintal, considerando-se sua eficiência quanto à produtividade da terra, do trabalho e das relações agroecológicas que nele existem[14].

Coerente com o propósito emancipatório do feminismo, além dos aspectos investigativos, a metodologia contribuiu: a) o estabelecimento de relações mais equitativas de investigação, planejamento e ação b) para um processo de construção social do conhecimento contemplando dimensões participativas, interativas, reflexivas e críticas, logo, formativas e potencializadoras da transformação social. b) a construção social de um conhecimento capaz de mobilizar e produzir subjetividades c) o delineamento de ações que refletem as realidades e as perspectivas dos sujeitos envolvidos, implicando em mudanças práticas e estratégicas que contribuam para fortalecer seu *empoderamento* d) Delineamento de um plano de ação ou projeto coletivo.

Referências

ALENTEJANO, P. R R. (2000), O que há de novo no rural Brasileiro? São Paulo: Terra Livre, n. 15, p. 87 a 112.

AYALES, I. (1996), *Gênero, comunicación y desarrollo sostenible*: aportes conceptuales y metodológicos. Ivannia Ayales … [et. al.]. San José, C. R.: Instituto Interamericano de Cooperación para la agricultura. Proyecto Comunicación, Gênero y Desarrollo Sostenible. IICA/ASDI.

BANDEIRA, L. (2005), *Avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas.* Brasília: CEPAL-SPM, Janeiro.

BRITTO DA MOTA, A & MACHADO NETO, Z. (1983), Tempo de mulher – Tempo de Trabalho entre mulheres proletárias em Salvador In: *1º Seminário sobre Capitalismo e Força de Trabalho. Mestrado em Ciências Sociais*. Salvador-Ba: UFBa, p 59-72.

BRUMER, A. (2008), Relações de gênero em Assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: LOPEZ, Adriana L. e ZARZAR, Andréa Butto (Orgs.). *Mulheres na Reforma Agrária:* a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, p. 219 a 240.

CARNEIRO, M. J. (2008), Em que consiste o familiar da agricultura familiar? In: COSTA, Luiz Flávio.de C.; FLEXOR, Georges; Raimundo. SANTOS (Orgs.). *Mundo Rural Brasileiro:* ensaios Interdisciplinares. Soropédica-R.J: EDUR, p. 255 a 270

_____. (2006), Acesso a terra e condições sociais de gênero: reflexões a partir da realidade brasileira. Quito: *VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural*.

CARNEIRO M. J. & TEIXEIRA V. L. (1995), Mulher rural nos discursos dos mediadores. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, 5 São Luiz, MA: 47ª. Reunião Anual da SBPC, p. 45-57.

14 Ver a respeito da contribuição das mulheres na preservação de sistemas agroflorestais em PACHECO, M. E. L. (2004).

CHAYANOV, A. V. A. (1974), *La organización de la unidad económica campesina.* Traducción de Rosa María Russovich. Buenos Aires,Argentina: Nueva Visión.

FALQUET, J. (2006), Três questões aos movimentos sociais "progressistas": contribuições da teoria feminista à análise dos movimentos sociais. In: *Lutas & Resistências,* v.1,. Londrina: Lutas & Resistências, p.212-225.

GARCIA Jr., A. R. (1983), *Terra de trabalho*. Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e terra.

KAUTSKY, K. ***A questão agrária***. (1974), Trad. de C. Iperoig. São Paulo: Proposta Editorial Ltda.

LOURO, G. L. (2001), *Gênero, sexualidade e educação*: uma perspectiva pós-estruturalista. 4ª ed. Petrópolis: Vozes.

MARTINEZ, A. S; MOYA, J. M. R; MUÑOZ, M. A. D. (1995), Mujeres, Espacio y Sociedad: *Hacia una Geografia Del Gênero.* Madrid: Editorial Síntesis, Colección Espacios y Sociedades. Serie Mayor.

OLIVEIRA, A. U. de. (1991), *A agricultura camponesa do Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto.

PACHECO, M. E. L. (2004), *Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero* Rio de Janeiro: FASE.

_____**.** (2006), *Construindo um diálogo: Feminismo e Agroecologia* Entrevista concedida a Articulação de Mulheres Brasileiras. Disponível em www.agroecologia.org.br, [consultado em 11-02-2013].

PAULILO, M. I. (2000) Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. Dossiê As agricultoras do Sul do Brasil. In: *Revista Estudos Feministas.* v.12, n.1. Florianópolis: UFSC, p. 229-252.

SARDENBERG, C. M. B. (2002), A Mulher Frente a Cultura da Eterna Juventude: Reflexões teóricas e pessoais de uma feminista "cinquentona". In: FERREIRA, S. L.; NASCIMENTO, E. R. (Orgs.). *Imagens da Mulher na Cultura Contemporânea.* Salvador: NEIM/UFBA, p. 51 a 68.

SCHEFLER, M. de L. N. (2002), *Mulheres guardiãs da terra e da vida: um estudo de caso sobre o papel multifuncional da mulher na organização familiar.* Dissertação de Mestrado. Salvador: Curso de Pós-Graduação. Departamento de Geografia. Instituto de Geociências – UFBa

SORJ, B. (1992), Relações de gênero e teoria social. In: *Reunião da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais*, Minas gerais: Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. (1978), *Colonos do vinho*. São Paulo: Hicitec.

WOORTMANN, K. (1987), *A família das mulheres.* Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda. Co-edição com o Conselho de Desenvolvimento Científico e Universitário- CNPQ.

WOORTMANN, E. F. & WOORTMANN, K. (1997), *O trabalho da terra:* a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: UnB.

Desigualdades de gênero e práticas de justiça: um estudo sobre processos de guarda de crianças e adolescentes

Autora: Fabiane Simioni
fabi_simioni@hotmail.com

Resumo: As demandas judiciais de guarda compartilhada ou exclusiva para homens estão inseridas em um contexto legal que permite a dissolução das uniões convencionais e dos casamentos. Trata-se de um conflito que envolve a afirmação dos direitos de paternidade dos homens que articula a dimensão legal e moral de direitos. No sistema de justiça brasileiro, a guarda compartilhada fez a passagem de total desconhecida nas práticas de justiça até o ano 2000 (SIMIONI, 2007), para uma proposta de equidade de gênero para pouquíssimos autores (MARQUES, 2009; PEREIRA, 2005). Podemos afirmar que no contexto legislativo, houve uma ruptura com o padrão sistemático de atribuição da guarda às mulheres. Por outro lado, até que ponto essa ruptura se reflete nas práticas de justiça? A partir dessa pergunta, este trabalho demonstrará, com base na pesquisa empírica e na revisão bibliográfica, que há uma invisibilidade sobre as desigualdades de gênero em relação aos conflitos familiares judicializados, especialmente em demandas de guarda de crianças e adolescentes.
Palavras-chaves: parentalidade – processos judiciais – desigualdade de gênero

Introdução

As demandas judiciais de guarda compartilhada ou exclusiva para homens estão inseridas em um contexto legal que permite a dissolução das uniões convencionais e dos casamentos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2000), no estudo sobre os registros civis da década de 1990 a 2000, em mais de 80% das dissoluções das uniões (legais ou convencionais) as crianças e os adolescentes menores de 18 anos de idade ficaram sob a guarda das mães.

Na década seguinte, de 2000 a 2010, o IBGE (2010) registra que 87,3% dos divórcios concedidos no Brasil tiveram a responsabilidade pelos filhos atribuída às mulheres. Se a ideia de um filho sem pai – desconhecido ou ausente por escolha própria - não provoca qualquer estranhamento, a ideia de que uma criança não necessita da mãe é praticamente um insulto moral, quando não uma aberração a incitar uma rigorosa reprimenda social e legal.

Entretanto, destaca-se o crescimento do compartilhamento da guarda de crianças e adolescentes entre os cônjuges. De 2001 para 2011, houve elevação no percentual de guardas compartilhas após o rompimento conjugal e houve redução do percentual daqueles cuja guarda é responsabilidade dos homens. A guarda dos filhos sob exclusiva responsabilidade dos homens em 2000 era de 5,9%, em 2005 se eleva para 6,1% e em 2010 diminui para 5,6%. A taxa de guardas compartilhadas, em 2010 é equivalente ao percentual de guarda exclusiva dos homens. Em 2011 e 2012 manteve-se em 5,4%.

Contudo, essas percentagens são pequenas em relação ao universo das guardas concedida às mulheres. Em 2011 e 2012, as estatísticas de registro civil destacam a manutenção da hegemonia das mulheres na responsabilidade pela guarda dos filhos menores. Em 2011, 87,6% dos divórcios concedidos no Brasil tiveram a responsabilidade pelos filhos delegada às mulheres. Em 2012, esse índice é de 87,1%. A preponderância das mulheres na guarda dos filhos menores é observada em todas as Unidades da Federação.

Estamos diante de um cenário em que os homens têm postulado a guarda de suas filhas e filhos após o rompimento da união conjugal. Trata-se de um conflito que envolve a afirmação dos direitos de parentalidade dos homens que articula a dimensão legal e moral de direitos.

No sistema de justiça brasileiro, a guarda compartilhada fez a passagem de total desconhecida nas práticas de justiça até o ano 2000 (SIMIONI, 2007), para uma proposta de equidade de gênero para pouquíssimos autores (MARQUES, 2009; PEREIRA, 2005).

Em 2008, com a aprovação da Lei 11.698/2008, o ordenamento jurídico brasileiro institui a possibilidade da guarda compartilhada ser uma opção formal para a determinação judicial da guarda, a critério do juízo responsável. Dois anos depois, a Lei 12.318/2010 inclui a alienação parental como causa para a alteração da guarda de crianças e adolescentes. Ambas as leis foram fortemente influenciadas por organizações da sociedade civil que militam pelos direitos de parentalidade masculina, entre as quais citamos SOS Papai (SP)[1], Associação de Pais e Mães Separados (SP)[2], Pai Legal (SP)[3], Pais por Justiça (RJ)[4] e Pais para Sempre[5].

Podemos afirmar que no contexto legislativo, houve uma ruptura com o padrão sistemático de atribuição da guarda às mulheres. Por outro lado, até que ponto essa ruptura se reflete nas práticas de justiça? A partir dessa pergunta, este trabalho demonstrará, com base na pesquisa empírica e na revisão bibliográfica, que há uma invisibilidade sobre as desigualdades de gênero em relação aos conflitos familiares judicializados, especialmente em demandas de guarda de crianças e adolescentes.

A centralidade do conceito de gênero, como ferramenta analítica e epistemológica, se dá em razão da crença essencialista, referente as noções de feminino e masculino em corpos biológicos de mulheres e homens, que estrutura as concepções sobre família e parentalidade presente nas práticas e representações do campo jurídico. Desde o pressuposto da presença e da invisibilidade, em geral nas sociedades contemporâneas, de assimetrias de gênero no campo jurídico, pergunta-se se tais assimetrias são mitigadas ou consolidadas, particularmente nas demandas judiciais de guarda de crianças e adolescentes, que em sua maioria envolvem, no mínimo, uma disputa entre homens e mulheres (sejam mães e pais, avós e avôs, tias e tios, madrastas e padrastos). Busca-se evidenciar tais assimetrias, a partir da verificação dos sentidos de ser mãe e ser pai (parentalidades no feminino e no masculino) reconhecidos e legitimados pelos agentes jurídicos e consubstanciados nos dados da pesquisa empírica realizada.

Portanto, adoto a orientação de Flax (1992), no sentido de que o conceito de gênero somente é útil como categoria de análise social, quando o usamos de forma autocrítica e socialmente engajada, como uma ferramenta para refletir a respeito das formas alternativas de pensar sobre as relações hierárquicas de poder e sua repercussão nas subjetividades. Do contrário, adverte a autora, corremos o risco de reproduzir as próprias relações sociais que estamos tentando entender.

Dessa forma, em acordo com essa perspectiva teórica que opera com o conceito de gênero de forma a relativizar e problematizar o feminino e o masculino, optei por um 'saber localizado' (HARAWAY, 1995), onde há uma infinidade de redes de conexões, com capacidade parcial de traduzir conhecimentos entre comunidades (de profanos e de profissionais) muito diferentes e diferenciadas em termos de poder. A proposta de Haraway (1995), a qual nos filiamos, é de que a localização do saber se dá pela 'objetividade corporificada': um saber que subverte as noções de neutralidade e 'objetividade masculinista' da ciência ocidental moderna.

Portanto, o princípio da dúvida se expressa questionando o vivenciado e transformando-se em certezas parciais, situadas, limitadas, de modo a responder por uma pequena verdade parcial que está em construção (BONETTI, 2010, p. 173). No nosso caso, a neutralidade e a objetividade estão atravessadas pelas perspectivas políticas e teóricas da pesquisadora, o que tensiona e dinamiza as fronteiras entre sujeito e objeto do conhecimento, idealmente pensadas para ser capaz de uma produção de saber neutro.

1. Metodologia de pesquisa

A metodologia de pesquisa contempla tanto a revisão bibliográfica interdisciplinar dos marcos conceituais de família, relações de gênero e parentalidades, quanto uma pesquisa empírica. Os marcos conceituais pertencem aos referenciais teóricos do Direito de Família, como também dos estudos de gênero, situados em um espectro mais amplo das ciências sociais e humanas, que vai da antropologia aos estudos literários.

---

1 http://www.sos-papai.org.br

2 http://www.apase.org.br

3 http://www.pailegal.net

4 http://www.paisporjustica.blogspot.com.br

5 http://pais-para-sempre.blogspot.com.br/

Os dados empíricos provém fundamentalmente da pesquisa documental com processos arquivados no Arquivo Judicial Centralizado (AJC), órgão do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, referentes ao período de 2000 a 2013, oriundos de um foro regional da cidade de Porto Alegre, no Brasil[6]. Optou-se por uma pesquisa não representativa, isto é, onde não há intenção de trabalhar com todo o universo dos processos findos cujo objeto, principal ou secundário, seja a distribuição da guarda de crianças a adolescentes, do período de 2000 a 2013, de um foro regional de Porto Alegre. Tampouco, se trata de uma pesquisa amostral, no sentido estrito ou operacional do termo, uma vez que a análise e interpretação dos dados se referem a uma parcela dos documentos de um todo não totalmente identificado. Os processos findos analisados, por outro lado, compõem uma seleção não totalmente aleatória de unidades de análises, dado que o acesso ao banco de dados do sistema Themis foi intermediado por uma servidora pública. Dessa forma, como não há certeza quantitativa sobre o universo dos processos findos com tais características, a pesquisa documental realizada é classificada como não representativa com manejo intencional de casos, a partir dos critérios acima explicitados.
Em um primeiro levantamento, com o termo de busca 'guarda', dada a precariedade de ferramentas para o refinamento de pesquisa no sistema Themis[7], chegamos a um volume de 455 processos (ver Tabela 1). Esse montante não representa o total de processos de guarda arquivados naquele foro regional, naquele período. Trata-se de uma amostra selecionada de casos, organizada pela própria servidora que operacionalizou a busca no sistema Themis, tomando-se o cuidado de buscar uma proporcionalidade por ano.

Tabela 1 – tipos de resolução dos processos[8]

Tipos de resolução dos processos	Proporção
Homologação de acordos	56,2%
Sentenças com mérito	33,5%
Sem informação no sistema	9,9%
TOTAL DE PROCESSOS	**455**

Fonte: Arquivo Judicial Centralizado – Poder Judiciário do Rio Grande do Sul

Considerando os objetivos propostos, fiz um recorte nesse universo de 455 processos no sentido de desprezar aqueles que resultaram em homologação de acordos, que se extinguiram por razões de natureza processual (sem resolução de mérito) e os processos sem informação sobre o tipo de sentença proferida (demais decisões – cv).

Esse recorte se fez necessário, uma vez que o serviço de pesquisa e localização de processos findos do AJC é limitado, contando com poucos recursos humanos e centralizando semelhantes pedidos de pesquisa acadêmica de todo o estado do Rio Grande do Sul. A prioridade, conforme explicação do coordenador do serviço, é para as demandas internas da casa, ou seja, solicitações dos próprios órgãos do Poder Judiciário do estado, por iniciativa das partes. Além dessa limitação, há também uma dificuldade prática de localização desses processos findos, uma vez que a inserção dos dados dos processos não é uniforme, ou seja, os sistemas de catalogação são diversos com registros diferenciados das informações sobre os mesmos.

---

6 Os dados empíricos analisados neste trabalho têm origem na pesquisa qualitativa de doutorado em direito da autora.

7 O sistema Themis é um *software* desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul para informatização das atividades de magistradas e servidoras do Poder Judiciário. Portanto, de uso exclusivamente interno destas profissionais. Os processos findos objetos da análise tramitaram sob resguardo do segredo de justiça e, portanto não são acessíveis *online*. Dessa forma, para obter informações sobre processos sigilosos em direito de família, tivemos que recorrer a intermediação do sistema Themis, através da colaboração de uma servidora de cartório, designada pelo magistrado responsável por aquela vara da família e sucessões.

8 A tabulação dos dados, em cada uma das categorias, resultam em decimais infinitos. Portanto, as porcentagens foram arredondadas para menos. O desvio total é de 0,4%.

Dessa forma, foram analisados somente 33,5% dos processos inicialmente catalogados nesse primeiro levantamento, pois dizem respeito aos casos em que o sistema Themis registra a resolução do processo por sentença com mérito. A análise qualitativa então se limitou a 102 processos efetivamente localizados e disponibilizados pelo serviço de pesquisa do AJC.
A partir da tabulação dos dados colhidos, foi possível agrupar e comparar as informações de acordo com algumas categorias. Em relação aos tipos de sentenças, tivemos uma maioria de processos com sentenças de procedência, ou seja, com o deferimento do pedido principal de guarda (ver Tabela 2).

Tabela 2 – tipos de sentenças

Tipos de sentenças – processos localizados	Proporção
Procedência	83,3%
Improcedência	9,80%
Parcial procedência	6,86%
TOTAL DE PROCESSOS	**102**

Fonte: Arquivo Judicial Centralizado – Poder Judiciário do Rio Grande do Sul

Outro critério que norteou a análise documental foi a identificação das partes (demandantes) dos processos, conforme segue na tabela 3.

Tabela 3 – tipos de demandantes

Demandantes	Quantidade de processos
Avós maternas (em conjunto com seus companheiros ou sozinhas)	33
Avós paternas (em conjunto com seus companheiros ou sozinhas)	17
Tias maternas e paternas (em conjunto com seus companheiros ou sozinhas)	18
Madrastas / padrastos	5
Irmãs	2
Pai	21
Mãe	6
TOTAL DE PROCESSOS	**102**

Fonte: Arquivo Judicial Centralizado – Poder Judiciário do Rio Grande do Sul

Nesse conjunto de processos em que a parentela demanda a guarda, observamos que as avós e as tias (maternas e paternas) são responsáveis pelo ingresso de mais 65% dos pedidos de guarda (ver Tabela 3). Dada a expressiva prevalência desse grupo de demandantes, podemos considerar que para a população dessa região de Porto Alegre, predominantemente de grupos populares, as questões relativas à guarda de crianças e adolescentes dizem respeito mais a regularização jurídica de uma situação fática de ausência dos pais, seja voluntária ou não, do que derivada de uma situação de rompimento de relações conjugais. Nesse sentido, o dado reforça a ideia de que a opção pelo casamento ou pelas uniões estáveis não é predominante nesse grupo.
Isso nos permite evidenciar (ver Tabela 4) que, na ausência das figuras parentais (mãe e/ou pai), a linhagem materna (entre avós e tias) predominantemente, assume os encargos em relação às crianças e adolescentes, sugerindo, portanto, a manutenção e a reprodução da ideia de que as mulheres e sua parentela feminina 'naturalmente' exercem as funções e papeis de cuidadoras. Excluindo-se os processos acionados por madrastas/padrastos, irmãs, pai/mãe (34 processos), temos a distribuição de processos entre as linhagens na proporção de 61,7% para a materna e 38,2% para a paterna.

Tabela 4 – tipos de demandantes por linhagens parentais

Demandantes por linhagens parentais	Quantidade de processos
Linhagem materna (avós e tias, em conjunto com seus companheiros ou sozinhas)	42
Linhagem paterna (avós e tias, em conjunto com seus companheiros ou sozinhas)	26
TOTAL DE PROCESSOS	**68**

Fonte: Arquivo Judicial Centralizado – Poder Judiciário do Rio Grande do Sul

Cabe destacar que, no conjunto dos processos em que os ascendentes demandam a guarda, encontramos apenas oito (8) processos, cujos autores eram homens (ver Tabela 5).

Tabela 5 – demandantes do sexo masculino

Demandantes do sexo masculino	Quantidade de processos
Avôs (viúvos, maternos e paternos)	4
Padrastos (união estável com as mães das crianças)	3
Tio (viúvo, materno)	1
TOTAL DE PROCESSOS	**8**

Fonte: Arquivo Judicial Centralizado – Poder Judiciário do Rio Grande do Sul

Nesses casos, tanto os avôs quanto os padrastos contavam com o consentimento das mães. O tio materno viúvo demandava a regularização da guarda fática, em função da ausência de notícias e contato com os pais dos sobrinhos sob sua responsabilidade. Em 5 casos, o pedido desses homens tinha por motivação a inclusão de crianças nos respectivos sistemas de benefícios previdenciário e de saúde exclusivo de membros e dependentes do Ministério do Exército, da Polícia Militar ou do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPE), e resultaram em sentenças de improcedência (ver Tabela 6).
Quanto a classificação das sentenças nos dois grupos de demandantes (ver Tabela 6 e 7), temos a seguinte proporção: 87,3% sentenças de procedência, 9,45% de improcedência e 2,7% de parcial procedência.

Tabela 6 – tipos de demandantes e resultado das sentenças

Demandantes	Procedência	Improcedência	Parcial procedência
Avó paterna (sozinhas)	10	1	1
Avós paternos (casados)	3	0	0
Avô paterno (sozinho)	1	1	0
Avó materna (sozinhas)	24	0	1
Avô materno (sozinho)	2	1	0
Avós maternos (casados)	2	3	0
Tia paterna (sozinha)	6	1	0
Tia materna (sozinha)	8	0	0
Tios paternos (casados)	2	0	0
Tio materno (sozinho)	1	0	0
Padrastos	3	0	0
Madrastas	2	0	0
Irmãs	2	0	0
Total	**64**	**7**	**2**

Fonte: Arquivo Judicial Centralizado – Poder Judiciário do Rio Grande do Sul

No outro conjunto, com processos em que o pai ou a mãe eram autores, tivemos 21 processos em que os homens-pais eram autores do pedido de guarda das filhas e filhos e 6 processos em que as mães eram autora, sendo majoritárias as sentenças de procedência (ver Tabela 7).

Tabela 7 – pai/mãe e resultado das sentenças

Demandantes	Procedência	Improcedência	Parcial procedência
Pai	17	2	2
Mãe	3	0	3
Total	**20**	**2**	**5**

Fonte: Arquivo Judicial Centralizado – Poder Judiciário do Rio Grande do Sul

Destaca-se nesse cenário, a escassez de recursos interposto em grau de apelação. Em apenas 2 processos houve recurso de apelação, sendo os mesmos interpostos por mães, nos quais houve a manutenção das sentenças de 1º grau. Nos dois casos, as mulheres não eram demandantes e sim requeridas nos processos movidos pelos pais de suas filhas e filhos.

Em um caso, a recorrente pretendia a reforma da sentença que determinou que uma filha ficasse sob a guarda da mãe e a outra, com o pai. No outro caso, a recorrente alegava que a principal causa para a fixação da guarda com o pai da criança deixara de existir, pois ela estava separada do padrasto do filho que agredia fisicamente a ambos.

Nesses processos analisados, a maioria é assistida pela Defensoria Pública. No caso dos pedidos de guarda realizada pelos homens, a proporção de advogados particulares é um pouco maior do que nos casos em que outros familiares pedem a guarda, nos quais os serviços de assessoria jurídica universitária estão mais presentes.

Em relação às sentenças, observamos duas situações. Quando as mães transferem aos homens os cuidados parentais de filhas e filhos, o pedido de guarda regulariza juridicamente a situação fática vivenciada. Nesses processos, pouco mais de 21% de casos, as mães não foram localizadas, o que necessariamente resultou em sentenças de procedência.

No restante dos casos, tivemos sentenças de mérito com a angularização da relação jurídica processual, isto é, com a manifestação do polo passivo da demanda.

Assim, encontramos 17 processos com sentença de procedência, 3 com parcial procedência e 3 com improcedência do pedido. Em um processo, cuja sentença era de procedência, havia um acordo entre mãe e pai para que a guarda fosse dada ao pai, sendo o mesmo homologado.
Em um processo a avó paterna, com a concordância do pai, requeria a guarda. Nesse caso, a sentença foi de improcedência do pedido, porque, de acordo com aquela decisão, o pai tinha condições para continuar no exercício da guarda.
Houve também 3 processos cuja sentença foi de parcial procedência. Em um processo, a autora era a mãe que requeria a reversão da guarda do filho para si, pois o mesmo havia ficado sob os cuidados paternos depois da separação judicial. Nesse caso, a autora obteve a guarda, mas não foi deferido integralmente seu pedido de pensão alimentícia.
Em um outro, o pai requeria a guarda das duas filhas, mas a sentença determinou a guarda de somente uma das filhas, sendo que a outra permaneceria sob os cuidados da mãe.
Por fim, um outro processo teve o pedido do autor julgado parcialmente procedente porque as alegações de maus tratos da mãe guardiã não restaram comprovadas, sendo deferido e regulamentado o regime de visitação paterna.
Em relação aos 17 processos cujas sentenças são de procedência, chama a atenção o fato de que em 5 deles, há uma relativa concordância da mãe ou não resistência a pretensão de guarda do pai, seja por inércia processual, quando as mães foram localizadas, citadas e intimadas em todos os atos processuais, mas não contestaram e não constituíram assessoria jurídica para acompanhar os atos processuais. Nesses casos, as mães voluntariamente entregaram as crianças aos cuidados dos respectivos pais, ou ainda reconheceram não ter condições emocionais e materiais para cuidar das filhas e filhos, seja porque são dependentes químicas ou porque não dispõem de moradia adequada sequer junto a rede familiar extensa.
Em 3 processos, a motivação para que os homens-pais ingressassem com demandas de guarda é o próprio desejo das filhas e filhos adolescentes que optaram por esse arranjo familiar.
Em apenas 1 processo restou comprovada as alegações de negligência materna em relação aos maus tratos praticados contra seu filho, por parte de seu companheiro usuário de drogas, sendo a própria mãe também vítima de violência doméstica.
Os dados da pesquisa documental apontam para um conjunto de circunstâncias que orientam tanto as demandas das usuárias e usuários do sistema de justiça quanto as decisões judiciais sobre a determinação da guarda de crianças e adolescentes. Se a Lei 11.698/2008 teve como ponto de partida a crítica aos privilégios culturais das mulheres em relação à guarda, observamos que no conjunto dos processos analisados, a lei pouco incidiu sobre os discursos apresentados. A parentalidade masculina era, via de regra, reconhecida nas situações em que não sofria objeção das mães ou da parentela materna.
Analisando a proporção entre demandantes e demandados, observamos que as mulheres são demandantes em 63,3% dos casos, o que evidencia que as práticas de justiça, em direito de família, lidam com um público demandante majoritariamente feminino, conforme segue na tabela 8.

Tabela 8 – espécies de processos por sexo do demandante

ESPÉCIES DE PROCESSOS	MULHERES	HOMENS
Execução de alimentos	4	0
Ação de alimentos e visitas	11	3
Revisional de alimentos	2	3
Oferta de alimentos	0	3
Exoneração de alimentos	0	2
Regulamentação de visitas e alimentos	1	1
Busca e apreensão	2	0
Guarda, alimentos e visitas	10	1
Separação/divórcio/dissolução união estável, partilha e pensão	4	7
Investigação de paternidade e alimentos	2	1
Interdição	2	1
Total	**38**	**22**

Fonte: Arquivo Judicial Centralizado – Poder Judiciário do Rio Grande do Sul

Outro dado que chama a atenção é que o pedido por pensão alimentícia está disseminado em quase todos os tipos de processos, a exceção da busca e apreensão e da interdição, nos quais os procedimentos se referem a objetos distintos. Nesse sentido, analisando o perfil socioeconômico das usuárias temos que a maior precariedade das condições materiais de subsistência das mulheres chefes de família corroborara o dado de que elas são as principais demandantes de pensão alimentícia, nesse estudo de caso, em Porto Alegre.

Se as mulheres são as principais demandantes (63,3% dos casos), não causa surpresa a veiculação de relatos de violência doméstica intrafamiliar. Para as mulheres, a medida protetiva deveria garantir a intervenção do Estado e a restrição de alguns direitos dos ex-companheiros, incluindo-se a proibição de aproximação e contato com a ofendida, extensiva aos familiares, conforme o §3º, do artigo 19, da Lei Maria da Penha. Nesse sentido, Lavigne & Perlingeiro (2011, p. 291) referem que as medidas protetivas de urgência (artigos 18 a 21, da Lei Maria da Penha) põem em relevo o dever do Estado de salvaguardar, em sede de cognição sumária, a liberdade de ação da mulher, seus filhos e familiares envolvidos em situação de risco objetivo e iminente.

De outro modo, para os agentes jurídicos, no contexto das práticas de justiça, o exercício do direito de visitas, enquanto direito de crianças e adolescentes, não poderia ser obstaculizado, ainda que houvesse uma medida protetiva de urgência em uma situação de conflitualidade doméstica e intrafamiliar. Sob o argumento de que é preciso superar a ruptura traumática do laço conjugal para privilegiar a relação paterno-filial, a fórmula do 'interesse superior da criança' aparece como mais um reforço ao conteúdo do papel materno, pois as mulheres-mães devem superar individualmente a violência doméstica e colaborar para a manutenção da parentalidade masculina.

O paradoxo é que de um lado, o discurso dominante na doutrina se afirma no sentido de que a 'nova família' afirmada pela Constituição Federal de 1988, pautada pelo afeto, solidariedade e cooperação não admite a ingerência do Estado, sobretudo no que se refere à intimidade de seus membros (Pereira, 2005; Oliveira, 2002; Monteiro, 2004). Por outro, quando o Estado, através do sistema de justiça, é chamado a intervir na violação dos direitos das mulheres em situação de violência doméstica e intrafamiliar, as práticas de justiça em direito de família relativizam essa intervenção para, mais uma vez, reforçar a ideia de que algumas famílias, em geral a de grupos populares, necessitam ser governadas, no sentido de retomarem sua adequada funcionalidade. Schuch (2009, p. 245) chama a atenção para algumas práticas do sistema de justiça que, centradas em um modelo de família que privilegia os vínculos emocionais entre pais e filhos, próprios dos sistemas de valores de camadas médias e altas da população brasileira, nem sempre são adequadas às dinâmicas de grupos populares.

A medida protetiva gerava dúvidas entre as partes quanto ao exercício do direito de visitas. Para dois magistrados que presidiam as audiências etnografadas a medida protetiva para as mulheres não impedia o direito de visitas dos pais em relação às filhas e filhos. Podemos supor que há uma divergência na compreensão dos efei-

tos das medidas protetivas de urgência para filhas e filhos, quando são abordadas em varas não especializadas de violência doméstica e intrafamiliar.

Perfil das usuárias e usuários do sistema de justiça em uma vara de família e sucessões

Em relação ao perfil profissional, em geral, os homens estão inseridos em mercados de trabalho mais diversificados, se comparados às mulheres. Durante a pesquisa encontramos profissões como motoboy, cobrador de ônibus, auxiliar de serviços gerais, vigilante, garçom, auxiliar de pedreiro, vendedor ambulante, policial militar, eletricista, professor, servente de pedreiro, motorista de taxi, safrista, pequeno agricultor, técnico em oncologia, técnico em enfermagem, auxiliar de mecânico, artesão, frentista, gesseiro, pequeno comerciante, pintor, jardineiro. Ainda há os que referem o recebimento de benefícios previdenciários (auxílio doença) ou aposentadorias.

Em relação às mulheres, a maioria, refere o trabalho doméstico, remunerado ou não, como principal atividade. Também encontramos, em menor número, professoras, técnicas em enfermagem, vendedoras autônomas, engenheiras, além de aposentadas e beneficiárias da previdência social. O maior acesso dos homens autores de pedidos de guarda a assistência jurídica privada pode ser explicada por sua maior inserção no mercado de trabalho em ocupações com maior renda que o trabalho doméstico, predominante entre as mulheres.

Nas audiências de conciliação, o mais comum é a parte requerida não contar com assessoria jurídica. Portanto, os acordos realizados nessas audiências, em geral, são feitos quando a parte requerida está em posição de desvantagem porque não tem acesso à orientação jurídica naquele momento. O esclarecimento da não obrigatoriedade de assentimento para o acordo é mencionado sobretudo quando a parte requerida não concorda com os termos propostos. Nesse caso, ou o juiz ou a defensora pública que assiste a parte autora explicam à parte requerida que é necessário que ela procure a DP ou um advogado particular para apresentar a contestação. Entretanto, mesmo não havendo acordo na audiência de conciliação, as tentativas de composição e encerramento conciliatório do processo se estendem em todas as oportunidades em que as partes se encontram em audiência com os agentes jurídicos.

Teoria do reconhecimento e práticas de justiça em processos de guarda de crianças e adolescentes

De um lado, o ordenamento jurídico brasileiro reconhece a equidade de condições para a parentalidade de mulheres e homens, por outro não é problematizada a mútua construção dos privilégios da maternidade compulsória e da paternidade periférica. Esse paradoxo se expressa no conjunto dos dados coletados nessa pesquisa como também nas pautas das organizações sociais presentes nos debates legislativos que culminaram com a aprovação das leis da alienação parental e da guarda compartilhada. Esses dados, por sua vez, também evidenciaram o quanto o pertencimento socioeconômico é determinante no engajamento em uma luta pelo reconhecimento dos direitos de parentalidade masculina.

As propostas de reivindicação dos direitos do pai, no Brasil, tornaram-se conhecidas através da divulgação dos trabalhos das poucas organizações e grupos da sociedade civil que se dedicam ao tema, tais como SOS Papai (SP), Associação de Pais e Mães Separados (SP), Pai Legal (SP), Pais por Justiça (RJ) e Pais para Sempre. As organizações citadas participaram ativamente na elaboração e aprovação da lei sobre a guarda compartilhada e, mais recentemente, na lei que inclui a alienação parental como causa para a alteração da guarda de crianças e adolescentes (Lei 12.318/2010).

O conjunto das pesquisas aqui desenvolvidas aponta no sentido de um engajamento na parentalidade masculina a partir da confrontação e depreciação, da desconstrução do reconhecimento ao modelo de parentalidade feminina. O dado que emerge das pesquisas realizadas é muito diferente daquilo que se convencionou denominar por 'novos homens'. Estes sujeitos seriam aqueles que individualmente pretendem abandonar o padrão de masculinidade hegemônica e aderem, nos limites de suas condições pessoais, aos cânones de equidade de gênero nas relações domésticas e não domésticas, numa ação fortemente orientada pelo pertencimento ao *ethos* (sistema referencial simbólico) de uma classe média intelectualizada. Essas duas expressões de reivindicação da parentalidade masculina está necessariamente veiculada aos seus contextos sociais específicos.

No caso das organizações que protagonizaram os debates sobre a lei da alienação parental ou da guarda compartilhada, observamos uma pauta de reivindicações associadas aos direitos de parentalidade masculina, no sentido de reforçar sua singularidade e seus valores, marcadamente liberais, individuais e burgueses. Não há um discurso público interessado em superar as condições do reconhecimento de parentalidade periférica, para além do contexto de rompimento da relação conjugal com as ex-companheiras. Com efeito, há o reconhecimento de que determinados homens não pretendem se desvincular da parentalidade após o fim da relação conjugal, o que mobiliza uma luta através da reivindicação de direitos especiais acionados no contexto de reivindicação da guarda de crianças e adolescentes. De fato, há uma apropriação de parte desses agentes de uma gramática da injustiça. Entretanto, conforme nos alerta Pinto (2008, p. 44) há diferenças significativas entre a luta que se dá pela superação das condições do reconhecimento, isto é, pela desconstrução da própria condição, e a luta que reforça as identidades, buscando direitos especiais.

Seriam os agentes de justiça sensíveis às reivindicações de parentalidade dos homens em processos de guarda de crianças e adolescentes? A resposta não é simples ou direta porque as sensibilidades jurídicas estão atravessadas por questões inerentes ao próprio funcionamento do sistema de justiça, na tradição da *civil law*.

Primeiro, nesse tipo de demanda há a necessidade de que as partes explicitem e provem porque devem ter as filhas e os filhos consigo e porque o 'outro' não poderia ter ou permanecer com eles. Dito de outra forma, há uma construção jurídica que coloca em posições opostas e hierárquicas mulheres e homens, no que diz respeito ao exercício da parentalidade. Se um homem, que em geral não fica com a guarda das filhas e filhos depois da separação, pretende reivindicar a guarda deverá provar que é capaz de melhor satisfazer os interesses de uma criança ou adolescente, e ainda, fazer prova de que a ex-companheira não está desempenhando adequadamente seu papel parental.

Segundo, há diferenças materiais e simbólicas construídas e reproduzidas através de práticas institucionalizadas entre os sujeitos de intervenção (usuárias e usuários do sistema de justiça) e os sujeitos de ação (agentes jurídicos). Em uma disputa judicial há a pressuposição de que todos os sujeitos envolvidos estão igualmente constituídos de maneira autônoma e com capacidade ativa frente às exigências da própria institucionalidade. É como se, de fato e de direito, agentes jurídicos e usuárias e usuários do sistema de justiça, estivessem todos posicionados horizontalmente, em paridade de condições para defender discursiva e racionalmente seus pontos de vista. Nesse jogo, cada um e cada uma desenvolve diferentes estratégias circunscritas pelos termos prescritos dos marcadores identitários de classe social, gênero, raça/etnia e geração, entre outros. Mulheres e homens, portanto, acionam diferentes argumentos e lançam mão de estratégias para melhor veicular aquilo que os agentes jurídicos buscam verificar, a partir de suas próprias pressuposições em relação ao estatuto de gênero das usuárias e usuários do sistema de justiça.

Dessa forma, os conteúdos genéricos e abstratos da dignidade humana são condição para que o reconhecimento de direitos se expresse nos conflitos judiciais. O dilema posto é que tais conteúdos e condições não podem ser descolados dos marcadores identitários que nos posicionam em uma sociedade hierárquica e desigual, como a brasileira.

O reconhecimento à pessoa e à sua dignidade, portanto, se expressa principalmente nas suas singularidades identitárias, onde se apresentam as diferenciações e hierarquizações sociais. As singularidades ou marcadores identitários se referem as expressões de diferenciação de sexo, gênero, raça/etnia, classe social, orientação sexual, construídas para nós e por nós, no interior das estruturas de poder existentes. É aqui que o valor ocidental da igualdade se põe em debate, porque a universalidade dos direitos individuais se expressa no âmbito de uma igualdade formal, estritamente legal. Há uma espécie de cegueira normativa na cristalização do vínculo entre igualdade de direitos e tratamento uniforme (igual respeito e igual consideração) por parte dos agentes jurídicos.

Dada a invisibilidade do contexto delineado nas disputas de guarda, buscamos explorar os discursos que reclamam o reconhecimento das condições de parentalidade de um homem, durante ou após o rompimento da conjugalidade, o que tem sido pouco explorado no campo do direito de família brasileiro. Nesse sentido, é importante perceber se a teoria do reconhecimento tem alguma contribuição para a análise da pergunta de pesquisa. Buscamos no referencial teórico sobre a categoria analítica do reconhecimento, em Axel Honneth, Judith Butler e Nancy Fraser, um registro não metafísico e aberto à investigação empírica sobre a parentalidade dos homens na contemporaneidade.

De acordo com Mendonça (2009, p. 145), o reconhecimento na esfera do direito seria responsável pela garantia da universalização da dignidade, fomentando o auto respeito, na medida em que possibilita aos sujeitos verem-se como dignos do mesmo respeito que os demais. Nesse sentido, o reconhecimento pelo direito é importante porque atua na construção do auto-reconhecimento dos sujeitos como iguais e, portanto, com paridade participativa nas ações e lutas sociais. Como sintetiza a professora Céli Pinto (2008, p. 36ss), só existe o dominado que se opõe a dominação quando este se reconhece como tal. É ao se auto-reconhecerem como sujeitos da falta, entendida aqui como desrespeito, que os indivíduos tornam possível sua luta por reconhecimento.
Convém admitir, entretanto, como faz Pinto (2008, p. 36) que reconhecimento é um conceito polissêmico e sua redução a uma definição exclusiva retira tanto seu valor heurístico para a teoria social, como sua potencialidade na luta por justiça.
Se de um lado, dissemos que há uma limitação na mobilização dos procedimentos jurídicos operada através da construção discursiva de oposição entre a parentalidade feminina e a masculina, por outro, há vários estudos na antropologia que demonstram o quanto os julgamentos/processos judiciais não se limitam aos objetos das ações, adentrando em questões identitárias e de estilo de vida pessoal.
No descompasso evidente entre a perspectiva dos litigantes e a dos agentes jurídicos, nos interessa observar aquilo que caracteriza a dimensão moral em torno do reconhecimento da qualidade ou do *status social* de um homem em uma demanda de guarda de crianças ou adolescentes.

A luta por reconhecimento dos direitos do pai

Os debates em torno da teoria do reconhecimento têm sido centrais para autores contemporâneos inspirados por Axel Honneth, Judith Butler e Nancy Fraser que buscam contribuir para a construção de um pensamento crítico sobre a sociedade contemporânea.
Honneth e Butler trabalham a categoria do reconhecimento a partir da tradição hegeliana. Assim, defendem que o reconhecimento é condição para o desenvolvimento de uma identidade necessária para a participação na esfera pública. O espaço público seria o campo de relações situadas fora do contexto doméstico ou da intimidade onde as interações sociais efetivamente tem lugar.
De outra parte, Fraser seguindo a tradição kantiana, pretende demonstrar que a categoria do reconhecimento pode ser melhor explicada de acordo com um padrão universal de justiça, a partir do pressuposto de igual valor do ser humano (Mattos, 2004, p. 149-150). A proposta de Fraser (2007, p. 107) é tratar o reconhecimento como uma questão de *status* social. O não reconhecimento não significaria a depreciação da identidade de um grupo, mas sim sua subordinação social, como privação da participação paritária na vida social. A igualdade, portanto para Fraser, seria a única forma de estabelecer justiça, sem entrar em avaliações de valores, uma vez que não haveria nenhuma concepção de boa vida universalmente compartilhada, e nenhuma que possa ser estabelecida por uma autoridade.
Pondera Pinto (2008, p. 41) que sendo impossível admitir que exista uma essencialidade para a igualdade e para justiça social, estas noções sofrem do mesmo problema da noção de 'boa vida'. São todas elas condições negociadas através da história por embates sociais e variam com o tempo. Nenhum deles tem lugar privilegiado a partir do qual possa ser descrito. Para a autora (2008, p. 43), a questão do reconhecimento colocada por Fraser e Honneth tem uma distinção que é fundamental para o entendimento da própria controvérsia em que se colocam. Fraser pode distinguir o reconhecimento da distribuição porque não associa tais noções a atores, mas a princípios de justiça e a remédios, isto é, a políticas públicas. Honneth, de forma diversa, parte de uma ação do sujeito que se auto-define como objeto do reconhecimento. Esta ação exige a presença do outro; tratando, pois, de mediar a conflitualidade intersubjetiva entre os próprios sujeitos, mas também aquela que diz respeito às relações destes sujeitos e as estruturas materiais determinantes e imperativas (NOBRE, 2003, p. 16).
Nesse caso, a noção de conflito está mais presente em Honneth (2003), como se pode observar em seu conceito de luta social:

> [...] processo prático no qual as experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir como motivos da ação, na exigência coletiva para relações ampliadas de reconhecimento (2003, p. 138).

Para explicar o surgimento e a luta destes movimentos, o conceito de reconhecimento necessita enfrentar a questão da identidade e, principalmente, da constituição do sujeito de luta. E neste momento o reconhecimento não é apenas uma questão de justiça social, mas de auto-reconhecimento, de auto-estima e de luta pelo reconhecimento do outro (PINTO, 2008, p. 45).

Genericamente, poderíamos colocar em uma mesma categoria social os sujeitos de luta configurados nos grupos e associações que reivindicam uma parentalidade masculina diferente daquela considerada tradicional, ou seja, distante do contato mais estreito com a prole depois do rompimento da relação conjugal. Compartilham de experiências individuais que colocam em questão a própria condição de homem e de masculino em relação ao exercício da paternidade. Articulam-se pelo sentido compartilhado de injustiça, de que não haveria razões para a desigualdade no tratamento jurídico nos processos de guarda de filhas e filhos. Postulam coletivamente uma discussão sobre as práticas e as representações sociais no que toca as demandas do ambiente doméstico e intrafamiliar, para se alcançar uma equidade de gênero.

Entretanto, essa aglutinação sofre uma cisão quando observamos os discursos e as estratégias veiculadas. No caso dos grupos que participaram dos recentes debates legislativos sobre a guarda compartilhada e a alienação parental, como também dos casos dos processos analisados nessa pesquisa, observamos que não há uma problematização sobre as próprias condições de subalternização da parentalidade masculina. A identidade desse sujeito de luta se afirma e se sustenta sobre a inadequação da parentalidade feminina. Não há uma discussão de fundo sobre a própria identidade masculina, mas sobre uma porção específica dessa identidade, a parentalidade, em um quadro muito específico de disputa de guarda.

A análise das reivindicações dos homens pelo reconhecimento de seu *status* social de pais após o rompimento conjugal apontam para uma estratégia ambivalente: ora apostam em uma masculinidade não hegemônica, matizada pela capacidade afetiva, ora investem no valor moral da identidade de provedores das condições materiais de subsistência dos membros da unidade doméstica. Observamos a atualização do repertório de questões e de disputas nas relações de gênero quando confrontamos os sujeitos com sua performatividade discursiva dirigida para o campo jurídico. Até que ponto, o sistema de justiça está disposto a reconhecer a noção de parentalidade veiculada por estes homens? Essa demanda poderá ser reconhecida intersubjetivamente como expressão de igual respeito e igual consideração? Significa dizer que nessa situação, todas as partes envolvidas devem situar seu discurso e suas demandas de forma a satisfazer a categoria moral e jurídica do 'melhor interesse da criança'. O sistema normativo em geral, e do direito de família, em especial, opera com presunções não positivadas que orientam as definições em relação à parentalidade. Tais presunções expressam a reiterada prática de atribuição exclusiva da guarda para as mães, rejeitando *a priori* a ideia de uma prática compartilhada de cuidados, de co-parentalidade.

Se o feminismo contribuiu inequivocamente para a alteração das representações sociais das mulheres no interior das lutas sociais de modo mais abrangente, inclusive desestabilizando as fronteiras entre o doméstico e o não doméstico, a discussão acadêmica e as mobilizações políticas sobre masculinidades contra hegemônicas parecem mais promissoras quando visibilizam a distribuição desigual do ônus das assimetrias e desigualdades de gênero, inclusive para os próprios homens.

De acordo com Pinto (2008, p. 38), mesmo considerando que a injustiça não exista somente por força do auto-reconhecimento dos agentes, observamos que sob a bandeira genérica da luta pelos direitos dos pais, emergem distintas concepções sobre masculinidade e parentalidade.

Para compreender essa questão voltamo-nos para o campo normativo, seguindo a trilha de Butler (2010): como se produzem as normas que definem, descrevem e categorizam a idéia de uma coparentalidade ou parentalidade compartilhada?

O campo normativo, em oposição ao ontológico, considera a diferença de poder que distingue os sujeitos entre os que serão reconhecidos e os que não. Nesse sentido, avaliar como avanço ou retrocesso a luta dos pais pelos direitos de parentalidade dependerá do modo pelo qual a avaliação considerará os impactos de tal reorganização dos papeis parentais e de gênero na conformação de uma sociedade mais justa e igualitária socialmente, sobretudo atenta as desigualdades de poder historicamente apropriadas para estabelecer sujeitos dominantes e dominadores.

De acordo com Butler (2010, p. 194), a produção do reconhecimento a sujeitos coligados (sujetos coalicionales) dependente do intercambio intersubjetivo, como algo dinâmico e revisável, marcada por conversas e

negociações. Trata-se de ter direito não somente de ser reconhecido, mas também de participar do debate sobre os requisitos, os critérios para o processo de reconhecimento. A autora critica essa perspectiva porque o reconhecimento se converteria em uma prática de ordenação e regulação dos sujeitos segundo normas pré-estabelecidas. Trata-se de operar o modelo de reconhecimento a partir de um determinado marco normativo que pressupõe algumas características, as quais definem os sujeitos tornando-os objetos de reconhecimento.

Esse modo de funcionamento do marco é o não-pensamento, para Butler (2010, p. 200). Trata-se de um modelo normativo que necessita de um mapa de realidade capaz de assegurar o juízo, ainda que esse mapa seja falso. É uma forma de juízo que falsifica o mundo com o objetivo de determinar o juízo moral propriamente dito como signo de determinado privilégio e de certa perspicácia cultural. Não necessitamos entender, somente e sempre julgar.

Dessa forma, esse grupo de autoras e autores, a partir de distintos pressupostos teóricos, enfrenta os desafios propostos pela Teoria do Reconhecimento e nos possibilita pensar sobre as chances de sua aplicabilidade em contextos tão diversos, como no caso em discussão. Ainda, nos instiga a vislumbrar as categorias empíricas de igualdade e reconhecimento como centrais para a compreensão dos contextos normativo e performativo das representações sobre família, parentalidade e parentesco dos sujeitos envolvidos nos procedimentos de disputas judiciais de guarda de crianças e adolescentes.

Nesse sentido, por *reconhecimento* entendemos a luta de grupos subalternizados para alterar sentidos partilhados ou valorizar singularidades culturais. Considerando a parentalidade masculina como uma categoria social historicamente construída como periférica, como os homens poderiam alterar os sentidos ou se valorizar singularidades nas disputas por guarda de crianças e adolescentes? As lutas por reconhecimento se pautam pelas diferenças/singularidades? Quando homens requerem a guarda, estão reivindicando igualdade ou a peculiaridade de sua condição?

Para Honneth (2003), a luta por reconhecimento deveria então ser vista como uma pressão, sob a qual permanentemente novas condições para a participação na formação pública da vontade vêm à tona. No caso da forma de reconhecimento do direito, são postas em relevo as propriedades gerais do ser humano. No caso da valoração social, são postas em relevo as propriedades que tornam o indivíduo diferente dos demais, ou seja, as propriedades de sua *singularidade*. no centro da vida moderna, uma permanente tensão, um permanente processo de luta, porque nesta nova forma de organização social há, de um lado, uma busca individual por diversas formas de autorrealização e, de outro, a busca de um sistema de avaliação social (HONNETH, 2003, p. 204ss). O modelo da luta por reconhecimento passa a ser visto como o ponto de vista normativo, a partir do qual é possível definir o estágio atual do desenvolvimento moral da sociedade (HONNETH, 2003, p. 270). Explicita, então, uma gramática, uma semântica subcultural, na qual as experiências de injustiça encontram uma linguagem comum, que indiretamente oferece a possibilidade de uma ampliação das formas de reconhecimento (*ibid*., p. 272). Permite explicar acontecimentos sociais como estágios de um processo de formação moral que se dá por meio do conflito e cuja direção é dada pela idéia-guia da ampliação das relações de reconhecimento (*ibid*., p. 273).

Os dados da pesquisa nos mostram que estamos tratando das duas hipóteses: os homens reivindicam a garantia da igualdade formal, no sentido de que não serão, a priori, descartados da possibilidade de exercer a guarda das filhas e filhos. Ao mesmo tempo, há uma demonstração de insatisfação com o privilégio cultural das mulheres (com a desigualdade) e, portanto, a necessidade de lançar mão de estratégias que possam gerar, no mínimo, uma dúvida sobre se a mulher é realmente a melhor alternativa para atender os interesses superiores das crianças e fomentar uma imagem de valorização da parentalidade masculina.

Nesse sentido, a parentalidade feminina sendo culturalmente compulsória, se afirma e se reproduz na parentalidade masculina acessória. Portanto, os homens, com interesse na disputa pela guarda das filhas e filhos, estariam questionando o próprio privilégio de um estatuto periférico nas relações parentais, com base em uma gramática da igualdade formal em relação às mulheres.

As reivindicações dos homens pelo reconhecimento de seu status social de pai após o rompimento conjugal apontam para uma estratégia ambivalente. Observamos a atualização do repertório de questões e de disputas nas relações de gênero quando confrontamos os atores com suas práticas e com sua performatividade discursiva dirigida para o campo jurídico.

Considerações finais

A partir dos dados coletados na pesquisa documental, observamos que as condições para o exercício de uma guarda exclusiva paterna se referem, majoritariamente, ao status socioeconômico e a representação social de 'trabalhador' dos homens. A reprovabilidade dos agentes jurídicos em relação aos homens quanto ao não cumprimento da obrigação alimentar era muito enfatizada em determinadas circunstâncias. Em determinados casos, a defesa do direito das filhas e filhos realizada pelos agentes jurídicos era mais aguda ou porque a prole era excessivamente numerosa ou porque a estética e o estilo de vida, não eram compatíveis com o ideal de honra do 'homem respeitável e trabalhador'.

Homens com alguma especialização profissional com possibilidades de empregos formais, como técnicos em enfermagem ou situados em mercados de trabalho considerados em expansão, como da construção civil, eram considerados 'malandros' quando ofereciam resistência ao pagamento da pensão alimentícia ou quando declaravam em juízo que preferiam ser presos porque antecipavam a decisão de não pagar a pensão.

Em relação aos homens pais jovens, tanto nos estudos sociais quanto nas audiências, havia uma preocupação com aqueles que gostavam de festas, ou que portavam tatuagens, correntes e pulseiras. Como poderiam ser bons pais e, merecedores da guarda, se à noite, não estavam em casa com suas filhas e filhos? O padrão feminino hegemônico de cuidado parece ser atraído para avaliar a capacidade do exercício parental para os homens. Da mesma forma que as mulheres que apresentavam um comportamento mais destoante, ou seja, elas também gostavam das festas, havia uma certa censura. De outra parte, os gastos com tatuagens e correntes eram sinais ostensivos que marcavam, de acordo com a representação dos agentes jurídicos, uma maior preocupação com a estética pessoal do que com os custos com relação às filhas e filhos.

As informações coletadas na pesquisa documental evidenciaram a necessidade de que o pai, que pretende a guarda, tenha ou o auxílio de uma companheira, ou de sua própria mãe [avó paterna da criança], para dar conta da rotina de cuidados materiais e afetivos de filhas e filhos. Em nenhum dos processos analisados, havia um pai sem algum apoio da rede extensa de parentesco ou de uma companheira ou esposa. Houve um caso em que a avó paterna postulava a guarda e a sentença foi de improcedência, no sentido de que o pai, mesmo concordando expressamente com o pedido, tinha condições de ele próprio exercer as funções parentais e a guarda, com a continuidade do apoio de sua mãe para cuidar de seu filho. Tal orientação, construída a partir do estudo social realizado, foi incorporada pelos agentes jurídicos, nessa situação em especial.

Nesse sentido, observamos que o apoio da rede familiar em relação às mulheres não é exigido com a mesma evidência quando comparado a situação dos homens, o que naturaliza a noção de cuidado como prática e função essencialmente feminina. A fixação do domicílio doméstico junto à casa materna ou de familiares para as mulheres não aparece com a mesma intensidade ou relevo se comparada com o quadro das condições ideais para a substituição da guarda ou mesmo o reconhecimento da guarda fática em exercício pelos homens. No caso das mulheres, quando há uma continuidade do exercício da guarda de crianças e adolescentes, e se coloca em dúvida esse exercício, quando o ex-companheiro postula a substituição a guarda, o que parece ser mais importante é a verificação objetiva se a mãe coloca em risco o desenvolvimento de sua filha ou filho, independente dos recursos materiais e humanos que disponha para adequadamente responder as necessidades materiais e afetivas deles. Em outras palavras, mesmo sendo bastante adversa a situação sócio-econômica, esta condição por si, não justifica a alteração da guarda. Esse mesmo critério não serve para balizar a análise das condições dos homens para a reversão da guarda. Como não estão no exercício da guarda, as condições materiais e os recursos humanos disponíveis interessam na avaliação das condições para o oferecimento de um ambiente adequado para a formação e educação de crianças e adolescentes, como também suas condições pessoais para o desempenho das funções parentais.

Não obstante vários estudos indicarem a transformação do modelo tradicional de paternidade e um maior envolvimento dos homens nas esferas doméstica e parental, entre grupos de classe média, parece consensual a constatação de que persistem assimetrias de gênero e mecanismos de (re)produção de definições tradicionais do papel do pai e da mãe pelas quais a paternidade tende a ser mais periférica, menos requisitada para os homens do que a maternidade para as mulheres.

Nesse cenário, a coerção patriarcal se expressa em um padrão duplo de regência das normas que distribuem

autonomia de forma diferencial entre pais e mães. Para mulheres e homens são atribuídos papéis feminino e masculino cujos símbolos e normas sociais definidoras os colocam em posições hierarquicamente desiguais. Estes símbolos e normas interpelam o modo pelo qual são constituídas as subjetividades e o engajamento em projetos de família. Essas normas estão intimamente relacionadas a um conjunto de condições materiais e legais que não são intrinsecamente necessárias, mas apenas ideológica e arbitrariamente formatadas, com base em um discurso hegemônico da divisão convencional dos papéis sexuais.

Referências bibliográficas

BONETTI, A. de L. (2010). O rei está nu! O diário de campo cru e a exposição das etnógrafas. In: SCHUCH, P.; VIEIRA, M. S.; PETERS, R. (orgs.). *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, p. 165-176.

BUTLER, J.(2010). Marcos de guerra: las vidas lloradas. Barcelona: Paidós.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R.(2008). Existe violência sem agressão moral? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 135-146.

FLAX, J. (1992). Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, H. B. de. *Pós-modernismo e Política*. Rio de Janeiro: Rocco, p. 217-250.

FRASER, N.(2007). Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, São Paulo, n.70, p. 101-138.

HARAWAY, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu,* Campinas, n. 5, p. 7-41.

HONNETH, A.(2003). *Luta por reconhecimento*: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34.

IBGE. *Estatísticas do Registro Civil*, Brasília, v. 27, 2000.

_____. *Estatísticas do Registro Civil,* Brasília, v. 37, 2010.

_____. *Estatísticas do Registro Civil,* Brasília, v. 38, 2011.

_____. *Estatísticas do Registro Civil,* Brasília, v. 39, 2012.

LAVIGNE, R. M. R.; PERLINGEIRO, C. (2011). Das medidas protetivas de urgência – artigos 18 a 21. In: CAMPOS, C. H. de (coord.). *Lei Maria da Penha*: comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 289-305.

MARQUES, S. O. (2009). *Princípios de direito de família e guarda dos filhos*. Belo Horizonte: Del Rey.

MATTOS, P. (2004). O reconhecimento, entre a justiça e a identidade. *Lua Nova*, São Paulo, n.63, p. 143-161.

MENDONCA, R. F. (2009). Dimensão intersubjetiva da auto-realização: em defesa da teoria do reconhecimento. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* São Paulo, vol. 24, n.70, p. 143-154.

MONTEIRO, W. de B.(2004). *Curso de direito civil*: direito de família, v. 2. 37. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva.

NOBRE, M.(2003). Luta por reconhecimento: Axel Honneth e a Teoria Crítica. In: HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34.

OLIVEIRA, J. S. de (2002). *Fundamentos constitucionais do Direito de Família*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

PEREIRA, R. da C. (2005). *Princípios fundamentais norteadores do direito de família*. Belo Horizonte: Del Rey.

PINTO, C. R. J. (2008). Nota sobre a controvérsia Fraser-Honneth informada pelo cenário brasileiro. *Lua Nova*, São Paulo, n. 74, p. 35-58.

SCHUCH, P. (2009). *Práticas de Justiça*: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA. Porto Alegre: Ed. UFRGS.

SIMIONI, F. (2007). As relações parentais e de gênero no Direito de Família brasileiro: estudo de caso sobre a guarda compartilhada. In: BRAUNER, M. C. C. *Biodireito e Gênero*. Ijuí: Ed. Unijuí, p. 107-133.

Violência de gênero em Cabo Verde: construções de legalidades e significados de gênero

Nome: Miriam Steffen Vieira[1],

Resumo: Apresentarei brevemente a pesquisa que realizei sobre violência contra mulheres em Porto Alegre/Brasil para posteriormente buscar alguns elementos comparativos a partir da criminalização da violência baseada no gênero, em Cabo Verde. Nesta comparação contrastiva, vou ressaltar, basicamente, a construção de políticas e usos da noção de gênero que acompanham esses processos, ensaiando algumas interpretações sugeridas por meus estudos até este momento.

Palavras-Chave: Violência de Gênero, Cabo Verde

Introdução

Na minha trajetória de pesquisa tenho trabalhado com gênero, principalmente com políticas públicas relacionadas à violência de gênero. No caso do Brasil, as políticas públicas no campo da "violência contra as mulheres" são associadas a dois processos interligados. Um primeiro, a uma atuação feminista que privilegiou esta agenda política desde fins dos anos 1970, com mobilizações políticas diante da impunidade judicial em relação aos crimes de homicídio contra mulheres sob o argumento de "legítima defesa da honra". Um segundo, a um processo de especificação dos sujeitos de direitos no bojo de uma agenda internacional ligada à defesa dos direitos humanos, que gerou normativas internacionais de proteção aos direitos das mulheres, os chamados "direitos humanos das mulheres", nomenclatura que articulou a criação de diversas ONGs brasileiras nos anos 1990 (Cf. Bonetti, 2000). Este processo está na base de políticas de combate à violência contra mulheres, culminando com a criminalização da "violência doméstica e familiar contra a mulher" (Lei n. 11.340/2006) (Cf. Santos & Izumino, 2005; Vieira, 2011). Na pesquisa que desenvolvi, denominei este processo de "feminismo de direitos", procurando pensar uma categoria analítica em torno de um feminismo concentrado na agenda da violência e voltado a uma interlocução com o judiciário e desde uma perspectiva de ações afirmativas (Vieira, 2011).

Neste trabalho apresento alguns resultados preliminares de pesquisa em andamento sobre construção de legalidades e significados de gênero na aprovação e implementação da lei que criminalizou a "violência de gênero" em Cabo Verde, em 2011 (Participação no Conlab através do Programa AEX/CAPES).

Sobre a criminalização da Violência Baseada no Gênero (2011) em Cabo Verde

Cabo Verde é um país insular, formado por dez ilhas, sendo nove habitadas. Fica na costa ocidental da África, a 455 Km de Senegal. Colônia de Portugal, Cabo Verde foi descoberto em 1460 e gradualmente povoado por portugueses e africanos da costa adjacente, levados para o trabalho escravo em Cabo Verde ou para o tráfico negreiro. No processo colonial, Cabo Verde serviu basicamente de entreposto para o comércio de escravos no outro lado do Atlântico. A independência de Cabo Verde se deu em 1975, portanto, trata-se de um processo de formação de instituições do Estado bem mais recente, aspecto importante no estudo sobre a construção de políticas públicas.

Inicialmente em regime de partido único, o PAIGC – Partido Africano pela Independência de Guiné-Bissau

---

1 Doutora em Antropologia Social (UFRGS, 2007). Professora no PPG em Ciências Sociais da UNISINOS-RS. Professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade de Cabo Verde e professora associada ao Centro de Investigação em Género e Família da Universidade de Cabo Verde (Cigef/Uni-CV). Autora do livro "Categorias jurídicas e violência sexual: uma negociação com múltiplos atores" (Ed. UFRGS, 2011).

e Cabo Verde (que com o golpe de estado na Guiné, em 1980, passou a PAICV, envolvendo, a partir daquele momento, apenas a República de Cabo Verde), nos anos de 1990 passou a ser multipartidário, envolvendo mudanças constitucionais (Constituição da República, 1992; alteração no Código Penal, em 1993; Código Família-Decreto-Legislativo n. 12-C/97) e sociais em diversos âmbitos, sendo as mais significativas para o tema aqui tratado, o surgimento de organizações da sociedade civil e de organismos governamentais voltadas à condição feminina e mudanças legais que culminaram com a aprovação de Lei Especial contra a Violência Baseada no Gênero (Lei n. 84/VII/2011), de 2011 (Cf. Rosabal, 2011; Monteiro, 2009; Gomes, 2011).

A primeira organização de mulheres foi criada em 27 de março de 1981, a Organização de Mulheres Cabo-verdianas (OMCV). As principais ações envolveram a introdução de uma política de planejamento familiar, mudanças constitucionais no âmbito dos direitos das mulheres (Novo Código de Família, Despenalização do Aborto) e políticas de integração da mulher no desenvolvimento como ações voltadas à diminuição do analfabetismo, principalmente no meio rural, e criação de jardins infantis. Esta entidade permanece na atualidade, com representação em diversas ilhas. Desde 1991, com o multipartidarismo, a OMCV passou a desenvolver seu trabalho como organização não-governamental (ONG), ou seja, autônoma em relação a partidos políticos, desenvolvendo trabalhos sobre saúde sexual e reprodutiva, como prevenção do HIV/AIDS e violência de gênero (orientações jurídicas) e principalmente no micro-crédito e orientação profissional para mulheres, que consiste em empréstimos para o auto-emprego das mulheres.

Logo a seguir foi criada a Associação de Apoio à Auto Promoção da Mulher no Desenvolvimento (MORABI), em 1992. Assim como a OMCV, a MORABI desenvolve ações em saúde sexual e reprodutiva, violência de gênero (atendimento psicológico) e especialmente micro-crédito para mulheres como políticas orientadas ao "empoderamento" das mulheres.

Entre meados dos anos 1990 e inícios dos anos 2000 foram criadas algumas associações que vão conformar o campo de políticas de gênero, promoção dos direitos das mulheres e desenvolvimento como a VERDEFAM - Associação Cabo-verdiana para a proteção da família, em 1995; Associação de Mulheres Empresárias e Profissionais de Cabo Verde (AMEPCV), de 1999; a Associação Cabo-verdiana das Mulheres Juristas (AMJ), de 2001; a Rede de Mulheres Parlamentares (RMP-CV), de 2002, e a Rede de Mulheres Economistas de Cabo Verde (REDEMEC), de 2003. No âmbito da atuação no combate à violência de gênero, a AMJ presta atendimento jurídico e a REDEMEC fornece auxílio financeiro provisório para instalação das mulheres.

No campo das ações governamentais foi criado, em 1994, o Instituto da Condição Feminina, com o objetivo de "promover políticas que contribuem para a igualdade de direitos entre homem e mulher e, a integração efetiva e visível da mulher em todos os domínios da vida social, econômica e política do país". Interessante observar a mudança na nomenclatura, realizada em 2006. Visando a sua adequação a uma linguagem dos instrumentos de proteção internacionais, passou a ser denominado Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade do Gênero (ICIEG).

Esta mudança na nomenclatura pode ser observada nas planificação das ações governamentais realizadas pelo ICIEG: Plano de Ação Nacional de Promoção da Mulher (1996-2000), II Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Gênero - PNIEG (2005-2009, com modificações e prorrogação para o período 2008-2011) e, em 2008, no Plano Nacional de Ação para o Combate à Violência Baseada no Gênero.

Deste percurso de construção de um campo voltado à "violência baseada no gênero", resultou a Lei no. 84/VII/2011, que estabelece "medidas destinadas a prevenir e reprimir o crime de violência baseada no género". Este processo envolveu a elaboração de planos estratégicos, a realização de formações em gênero e VBG, ações em rede, assim como o apoio de organismos internacionais sediados em Praia como as Nações Unidas, a Embaixada dos Estados Unidos e a Cooperação Espanhola.

As palavras-chave foram democracia, desenvolvimento e gênero. No discurso das organizações há menção às normativas internacionais de proteção aos direitos das mulheres e a um contexto internacional favorável, primeiramente por ter sido anunciado pela ONU, em 1975, a Década da Mulher (coincidindo com a independência de Cabo Verde) e, posteriormente, quando Nações Unidas considera a equidade de gênero como um dos principais objetivos do milênio para o desenvolvimento. Interessante observar que, no caso brasileiro, as narrativas que acompanharam as lutas no campo dos direitos das mulheres estavam, como em Cabo Verde, mencionando a Década da Mulher, mas, diferente de Cabo Verde, que ressalta os "objetivos do milênio para

o desenvolvimento", no Brasil o enfoque foi para direitos humanos, especialmente a partir do congresso de Viena, em 1993, que deu origem a expressão "direitos humanos das mulheres".
A circulação internacional de práticas, ideias e conceitos pode ser vislumbrada especialmente na relação entre organismos internacionais, órgãos governamentais e entidades da sociedade civil voltadas à igualdade de gênero. Numa etnografia do projeto-"Reforço de capacidade das ONGs no âmbito do Plano Nacional de Violência Baseada no Gênero" (jan/fev, 2009), organizada pelo ICIEG, com recursos da então UNIFEM, foi possível observar as mesmas práticas que acompanhei enquanto assessora técnica numa ONG brasileira voltada aos direitos das mulheres, assim como uma similaridade dos temas abordados (gênero, direitos das mulheres, gestão de projetos, advocacy/plaidoyer, estratégias de comunicação e técnicas pedagógicas), evidenciando a circulação transnacional de formas de gestão de entidades e agendas políticas neste campo.
Esta transnacionalização, no caso de Cabo Verde, ocorre não apenas pelo financiamento e monitoramento internacional - desde a presença de profissionais de organismos internacionais nas entidades até o acompanhamento através de projetos em execução, relatórios e consultorias-, mas também pela própria trajetória dos/as profissionais, formadas no exterior, e por redes de amizade entre ativistas e profissionais, colocando em ação uma seletividade na formulação das políticas (Cf. Anjos, 2006; Dezalay, 2000; Badie & Hermet, 1993), sendo que a homogeneização de práticas e ideias que acompanham estas políticas transnacionais não implica num consenso quanto aos seus significados (Alvarez, 2000; Thayer, 2001; Aguiar, 2007). Neste sentido, desenvolvo aqui um argumento sobre um certo uso do conceito de gênero em Cabo Verde, denotando "equilíbrio" das relações de gênero.

A noção de "equilíbrio" nas relações de gênero

Num texto já clássico no campo dos estudos de gênero, Scott (1995) apresenta o desenvolvimento deste conceito com o objetivo de conduzir a uma construção teórica do gênero enquanto uma categoria analítica útil de análise histórica. A autora situa algumas abordagens descritivas do gênero e que, portanto, não apresentam potencial analítico. Este uso descritivo se refere à existência de fenômenos empíricos, sem interpretar, explicar ou atribuir causalidade. Entre os usos descritivos, destaca abordagens que apenas substituem o termo mulheres por gênero, em sintonia com um contexto de busca de legitimidade para os estudos feministas nas ciências sociais dos anos 80, nos Estados Unidos:

> Nessas circunstâncias, o uso do termo gênero visa sugerir a erudição e a seriedade de um trabalho, pois "gênero" tem uma conotação mais objetiva e neutra do que "mulheres". "Gênero" parece se ajustar à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo. Nessa utilização, o termo "gênero" não implica uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem tampouco designa a parte lesada (e até hoje invisível). Enquanto o termo "história das mulheres" proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo gênero inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça. (Scott, 1995: 75)

Este movimento no campo acadêmico – da utilização estratégica do termo "gênero" por ser mais palatável na medida em que se distancia do ativismo feminista - pode ser transposto ao campo político para explicar uma forma de incorporação despolitizada do conceito de gênero e descolada da dimensão de poder, como pretendo sugerir adiante, a partir da noção de "equilíbrio de gênero" no contexto político de aprovação da Lei n. 84/VII/2011, que definiu a violência baseada no gênero como crime público em Cabo Verde.
Outro uso descritivo do gênero destacado por Scott (1995) refere-se à dimensão relacional do gênero, ou seja, está amparada na ideia de que "qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro" (Scott, 1995: 75), não podendo-se realizar análises em separado. Aliada a esta percepção, está a dimensão de gênero como construção cultural, "para designar as relações sociais de sexo" (Scott, 1995: 75), entretanto, ela critica que tais abordagens descritivas não apresentam potencial analítico por considerar gênero como uma dimensão específica da vida social, comumente relacionada aos estudos sobre família e concentrando-se nas áreas que envolvem as relações entre os sexos e não aspectos da vida política ou relações internacionais, por exemplo.

Para Scott (1995), a dimensão do poder é um atributo essencial do conceito de gênero como categoria analítica, "gênero estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social" (Scott, 1995: 90). Ou seja, não se restringe às relações entre os sexos, mas é um princípio de organização social. Nesta perspectiva é que a autora apresenta a sua clássica definição de gênero: "(1) o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder" (Scott, 1995: 86).

A partir destas observações conceituais, passo a apresentar alguns elementos sobre o uso da noção de gênero no contexto de construção e aprovação da lei que criminalizou a chamada violência baseada em gênero, a partir de dados etnográficos coletados no período entre 2009 e 2010. Inicio com alguns trechos de diálogos sobre feminismo estabelecidos com lideranças de organizações não-governamentais (ONG) que integram a Rede de Atendimento à Vítima de Violência Baseada no Gênero, criada em 2006.

A primeira vez que escutei a auto-designação como feminista foi por uma liderança de origem popular com trajetória em organizações de mulheres desde o início dos anos 1980. Ela contou sobre como foi questionada por uma brasileira se era ou não feminista, ao responder afirmativamente, comentou que esta preocupação de uma definição enquanto feminista não está tão presente em Cabo Verde, onde "consideram que as mulheres que defendem as outras, que defendem os direitos das mulheres, são feministas .... mas outras nem sequer sabem o que é feminismo" (Diário de Campo, doravante DC, 16.01.09).

No contexto de uma formação sobre VBG, em uma aula sobre direitos das mulheres, a professora, uma jovem jurista com atuação em uma ONG neste campo, apresentou um histórico da participação social das mulheres desde as lutas pela independência e, sobre a proteção legal às mulheres, observou que:

> O desenvolvimento sustentável e os direitos das mulheres passam por isso, pela questão de que as mulheres são a maioria da população mundial: não se trata só da proteção de uma classe vulnerável, mas da proteção para o desenvolvimento. [...] Não sou feminista, sou simplesmente racional! (DC, 16.01.09)

O que também escutei de outra liderança de ONG, aparentando mais de 60 anos e que vem das lutas pela independência, quando explicava que este histórico de ativismo tem a ver a "igualdade":

> Nós temos mais da metade da população feminina, e nós temos que ter uma participação para estarmos realmente a contribuir com o desenvolvimento do país. Não se pode desenvolver uma terra, um país, só com os homens. É um delírio não trabalhar com as mulheres! Não é nada de feminismo. (DC, 23.02.2009)

Estes trechos não podem ser tomados como expressões predominantes da recepção do ideário feminista em Cabo Verde, pois podem sugerir desde uma intenção de evitar-se demasiada vinculação da agenda local a dimensões talvez pouco reconhecidas deste movimento social e de suas diferentes correntes de pensamento, como também uma crítica à pretensão universalista do discurso feminista ocidental, no sentido proposto por Mohanty (2008). Chamo atenção apenas para o caráter propriamente quantitativo destas abordagens, lembrando dos usos descritivos de gênero, conforme apresentados por Scott (1995), em referência a sujeitos empíricos, quase que numa quantificação aritmética e, menos, num sentido crítico às relações de poder entre os sexos.

Neste mesmo sentido, destaco o uso da expressão "equilíbrio de gênero" no contexto de um evento acadêmico, em referência à quantidade de homens e mulheres a comporem uma mesa de debates; como em debates específicos sobre violência de gênero, onde foi comum levantar-se a questão: "mas e os homens?", questionando sobre o tratamento legal à violência sofrida por homens em seus relacionamentos afetivo-conjugais. Este aspecto também esteve presente na apresentação e discussão da Lei na Assembleia Nacional, como veremos adiante.

Não estou generalizando este uso do gênero como equilíbrio, mas busco destacar o lugar que ocupa e o modo como ganhou força, particularmente, neste campo que problematiza a violência. Em outras arenas, o equilíbrio de gênero é ressaltado, entretanto, vem claramente acompanhado de uma crítica social às desigualdades de gênero que pesam sobre as mulheres. Um exemplo é o da participação das mulheres na política. Por um lado, documentos institucionais apresentam a paridade no governo como um indício da democracia no país, por outro, o ativismo de mulheres denuncia a desigualdade de oportunidades de participação das mulheres em processos de tomadas de decisões políticas, em todas as esferas da vida social. Neste caso, o argumento de

uma igualdade numérica apenas num nível de participação política é fortemente criticado por não contemplar as desigualdades de gênero em outros níveis da política partidária como da vida social (Cf. Monteiro, 2009; Gomes, 2011).

A expressão gênero acabou por se cristalizar no título e objeto da Lei, entretanto, como nos informa Rosabal (2011), o uso desta designação foi tema de debate no contexto mesmo de sua construção, quando existiam dúvidas sobre a expressão mais adequada: se violência contra as mulheres ou se violência de gênero. Por fim, esta última expressão consolidou-se; vejamos algumas discussões a respeito, durante a sessão plenária de apresentação da lei na Assembleia Nacional, em julho de 2010.

Primeiramente, a deputada que fez a apresentação pública da lei esclareceu que esta difere da Lei Maria da Penha, que serviu-lhe de base, "mas não seguimos esta lei, porque falam muito sobre a violência doméstica e nós queríamos uma lei que fosse abrangente, que suportasse quer a mulher quer o homem", de modo a identificar esta possibilidade na conceituação de "violência baseada no género". A mesma preocupação aparece na fala de um deputado, na mesma sessão pública de apresentação da Lei, na Assembléia Nacional, em julho de 2010, segundo o qual, a lei "é um ganho para o país, um ganho para a edificação de um estado democrático, um ganho para a construção de uma sociedade saudável, um ganho para a protecção das mulheres, para a protecção dos homens".

No debate público em torno da VGB há um reconhecimento das desigualdades de gênero e do modo como atingem desfavoravelmente as mulheres, entretanto, argumento que a ênfase conferida à noção de equilíbrio de gênero acaba por esvaziar o conteúdo político em torno desta forma de violência. Problematizo, basicamente, os efeitos sociais deste privilégio conferido à noção de equilíbrio neste contexto de judicialização dos conflitos de gênero.

É desta perspectiva que podemos situar outras expressões de circulação transnacional, como a ideia de "família desestruturada", que, por exemplo, no contexto brasileiro serviu tanto para a estigmatização de grupos populares quanto para restrições ao exercício de direitos (Cf. Fonseca & Cardarello, 1999). No caso de Cabo Verde, ainda no contexto de votação da lei, tematizou-se o lugar do Estado em conflitos tidos como de ordem privada, gerando um desacordo quanto ao caráter público ou semi-público da lei. Neste sentido é que a noção de gênero como equilíbrio abriu um terreno fértil para a defesa da família em detrimento dos direitos individuais das mulheres, conforme ilustra a fala do então bastonário da Ordem dos Advogados, no Jornal da Noite, sobre a lei que criminalizou a violência de gênero: "aqui [em Cabo Verde] você tem que ponderar qual é o bem jurídico prioritário e se nós dizemos que a família é a base da sociedade, você tem uma lei que pode levar à destruição das famílias" (TCV, Jornal da Noite, 19/04/2011).

Considerações Finais

Nesta apresentação abordei algumas dimensões da transnacionalização de uma agenda política feminista que, a partir de uma crítica a padrões de gênero predominantes, visa uma democratização das relações de gênero (Alvarez, 2000). Focalizei, basicamente, processos de construção de legalidades em torno da violência de gênero. A partir de uma pesquisa anterior realizada no Brasil (Vieira, 2011), procurei fazer um contraste com o contexto da criminalização da violência de gênero em Cabo Verde. O olhar direcionado à Cabo Verde não teve a intenção de produzir um juízo moral sobre recepções locais de correntes do pensamento feminista, mas, focalizando a produção de legalidades e sua pretensão universalista, procurei demonstrar o modo como a nomenclatura produzida em torno do gênero envolve significados locais particulares. Ou seja, que processos de transnacionalização de políticas colocam em circulação internacional um vocabulário comum, mas com distintos significados e usos.

No caso de Cabo Verde, inicialmente observei que, de forma distinta da criminalização da violência contra as mulheres no Brasil, focalizam-se as relações de gênero. Enquanto no contexto brasileiro, as políticas em consideração às hierarquias de gênero visam à garantia de direitos ao segmento mais atingido pelas desigualdades – as mulheres, em Cabo Verde, em que pese a lei e lutas sociais também levarem em consideração às desigualdades de gênero, o privilégio legal foi conferido à categoria gênero, podendo a lei ser utilizada por

mulheres ou homens no contexto de conflitos de gênero.
Neste sentido, desenvolvi o argumento de que a ênfase na noção de "equilíbrio de gênero" pode ser comparada aos usos descritivos do conceito de gênero na academia, tal como sugere Scott (1995), marcando um distanciamento em relação ao ativismo feminista e uma despolitização do gênero, uma vez que não contempla a noção de poder presente no seu arcabouço conceitual. De forma similar, sugiro que a noção de "equilíbrio de gênero" pode ser entendida como uma estratégia política de evitação do conflito, na medida em que não problematiza configurações de gênero desiguais que estão na base dos conflitos de gênero.
Lembro que este texto esteve direcionado aos usos de gênero em Cabo Verde, no contexto da criminalização da violência baseada no gênero. Deixei de problematizar a produtividade de um olhar inverso, no sentido de colocar em diálogo algumas discussões cabo-verdianas contemporâneas -- que visam fugir a uma polarização de identidades com base em atributos de gênero, assim como da crescente produção de bibliografias e de ativismos sociais em torno de masculinidades, em Cabo Verde -- com atuais reflexões sobre a aplicação da Lei Maria da Penha no Brasil e o incipiente olhar para os efeitos dos desequilíbrios de gênero sobre os homens e a constituição de masculinidades (Soares, 2012).
Numa proposta de análise contrastiva de construção de políticas Brasil-Cabo Verde, para finalizar, proponho uma aproximação quanto ao modo como as desigualdades raciais são enfrentadas no Brasil, com o modo como o "equilíbrio de gênero" aparece no discurso público cabo-verdiano. Refiro-me, nomeadamente, ao modo como no Brasil se desenvolveu um posicionamento contrário às ações afirmativas com base no argumento de que conduziria a uma "polarização racial" e, consequentemente, a um "conflito racial" (Cf. Fry, 1995-96; Guimarães, 2003). Neste sentido, este debate sobre o uso da categoria raça e pertinência das ações afirmativas no Brasil serviram de inspiração para problematizar a apropriação do gênero como "equilíbrio" e de seus efeitos sociais no âmbito da judicialização de conflitos de gênero em Cabo Verde.

Referências Bibliográficas

ANJOS, J. C. (2006), *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde*: lutas de definição da identidade nacional, Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ALVAREZ, S. E. (2000), "A 'globalização' dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 1990 e desafios para o novo milênio." In S. E. Alvarez, E. Dagnino, A. Escobar (eds.), *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*: novas leituras, Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 383-426.

AGUIAR, D. (2007), "As redes feministas transnacionais e as organizações internacionais: diferentes visões do processo de desenvolvimento". *Cena Internacional*, 9 (1), pp. 140-165.

BADIE, B.; HERMET, G. (1993), *Política comparada*, México: Fundo de Cultura Económica.

BONETTI, A. (2000), *Entre feministas e mulheristas*: uma etnografia sobre Promotoras Legais Populares e novas configurações da participação política feminina popular em Porto Alegre. Dissertação de Mestrado, Florianópolis: UFSC/CPGAS.

DEZALAY, Y; GARTH, B. (2000), "A dolarização do conhecimento técnico profissional e o Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15 (43), pp. 163-176.

FONSECA, C. e CARDARELLO, A. (1999), "Os direitos dos mais e dos menos humanos". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 5 (10), pp. 83-121.

FRY, P. (1995/1996), "O que a Cinderela negra tem a dizer sobre a 'política racial' no Brasil." *Revista USP*, São Paulo, (28), pp. 122-15.

GOMES, C. (2011), *Mulher e poder: o caso de Cabo Verde*, Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

GUIMARÃES, A. S. A. (2003), "Como trabalhar com "raça" em sociologia". *Educação e Pesquisa*, 29 (1), pp. 93-107.

MOHANTY, C. T. (2008), "Bajo los ojos de Occidente: academia feminista y discursos coloniales". In L. S. NAVAZ; R. A. H. CASTILLO (eds.). *Descolonizando el feminismo*. Valencia: España, Instituto de la mujer, Ediciones Cátedra, Universidad de Valencia, p. 117-163.

MONTEIRO, E. F. (2009), *Mulheres, Democracia e Desafios Pós-colonial*: uma análise da participação política das mulheres em Cabo Verde, Praia: Universidade de Cabo Verde.

ROSABAL, M. (2011), "As faces (in)visíveis da violência de género." In C. A. Silva e C. Fortes. (eds.), *As mulheres em Cabo Verde: experiências e perspectivas*, Praia: Ed. Uni-CV, pp. 141-166.

SANTOS, C. M. e IZUMINO, W. P. (2005), "Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil." *Revista E.I.A.L. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, 16(1), pp. 147-164.

SCOTT, J. (1995), "Gênero: uma categoria útil de análise histórica." *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 2 (20), p. 71-100.

SOARES, B. (2012), "A 'conflitualidade' conjugal e o paradigma da violência contra a mulher." *Dilemas*, 5 (2), pp. 191-210.

THAYER, M. (2001), "Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão." *Estudos Feministas*, 9, pp. 103-130.

VIEIRA, M. S. (2011), *Categorias jurídicas e violência sexual*: uma negociação com múltiplos atores. Porto Alegre: UFRGS.

Com o diabo na cabeça": Um estudo sobre ressignificações do masculino e do feminino no contexto da Lei Maria da Penha[1].

Janaína Sampaio Zaranza[2]

Resumo: Este trabalho desenvolve-se através de narrativas de homens e mulheres que passaram pela Lei Maria. No Brasil, a mudança no paradigma de denúncia e criminalização masculina teve uma reviravolta, mediante a deslegitimação do homem, no sentido de poder unitário e resoluto. Como objetivo geral deste trabalho, portanto, devo fazer uma discussão mais ampla da situação da mulher e do homem, no âmbito de conjugalidades heterossexuais, na tentativa de identificar pontos cruciais para a compreensão dos possíveis novos processos de reaprendizagem do feminino e do masculino, quando a mulher aciona o dispositivo jurídico da Lei Maria da Penha. A metodologia utilizada é a etnometodologia, Bertaux(2010), Turner(1974,1985, 2004), Giddens(2003) relaciono as narrativas de homens e mulheres sobre o acionamento da Lei Maria da Penha, os significados e ressignificados de ambos, neste momento atual caracterizando padrões antigos e novos do ser feminino e masculino. Construindo outras subjetividades direcionadas para este novo momento social.

Este trabalho apresenta algumas considerações de minha pesquisa de doutorado em Sociologia/UFC/ Brasil. A delimitação do campo da pesquisa evidencia um trabalho social de instituições de atendimento e combate à violência de gênero, doméstica e intrafamiliar que possui ressonância no corpo social e revelam-me movimentos actanciais da relação homem e mulher. Sei que esta nomenclatura abrange vários tipos de violência para com criança, idoso, mulher, etc., mas minha escolha destaca-se no campo relacional onde emergem os conflitos de parceiros íntimos que estão envolvidos com a mulher que recorre à Lei Maria da Penha.

As narrativas relatam como mulheres e homens passaram pela Lei Maria da Penha, desde o Boletim de ocorrência, a prisão em flagrante; também os momentos após o fato da prisão acontecer, as medidas protetivas; a audiência, a prisão na captura, e no presídio, os testemunhos, a libertação, à volta, ou a separação, a liberdade provisória do homem atendido pelo Núcleo de Atendimento ao Homem Autor de Violência Contra a Mulher - NUAH[3].

Todo este movimento significante é lugar social sobre o qual me debruço: sobre essas instâncias se verá as (re) ssignificações produzidas ou induzidas nas identidades e subjetividades dos sujeitos envolvidos.

Como objetivo geral deste trabalho, portanto, devo fazer uma discussão mais ampla da situação da mulher e do homem, no âmbito de conjugalidades heterossexuais, na tentativa de identificar pontos cruciais para a compreensão dos possíveis novos processos de reaprendizagem do feminino e do masculino, quando a mulher aciona o dispositivo jurídico da Lei Maria da Penha.

Assim é que percorro um campo teórico que para delimitar-se deve configurar uma análise do percurso de mulheres e homens no acionamento da Lei Maria da Penha, capaz também de levar a uma compreensão dos dados estatísticos sobre este dispositivo e a uma relação de reconhecimento das identidades que estão se ressignificando.

---

1 Palavras Chaves: Violência, Lei Maria da Penha, Significado, resignificado, Denúncia, testemunho.

2 Doutoranda da Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, professora da Faculdade Maurício de Nassau.

Possui licenciatura(1996) e bacharelado(1999) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará, Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará(UFC), Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, na linha de Pesquisa Diversidades Culturais, estudos de gênero e processos identitários, bolsista vinculada ao CNPQ. Trabalha, hoje, na área de Sociologia e antropologia, com ênfase em Violência, processos relacionais e identitários, atuando principalmente nos seguintes temas: Dimensões da Violência estrutural e subjetiva, colonialismo e pós colonialismo, estudos culturais, educação, sociologia, movimentos sociais, direitos humanos, violência simbólica e violência doméstica.

3 Instituições sociais que trabalham nos casos de violência contra mulher no Brasil, e principalmente Fortaleza, Ceará.

Demostrando o estado operacional das mudanças do percurso de denúncia das violências, a mulher pode apontar também mudanças de relação no âmbito do mundo vivido. Desse modo é que, operando com a lei como dispositivo de coerção, lugar de onde se podem capturar movimentos de falas e posições diversas, se poderá supor ver algo das novas reinvindicações sociais, em termos de costumes, que estão em circulação hoje. O que clamam ou o que dizem os sujeitos das relações íntimas e sociais[4] - mulheres e homens – quando aquela aciona o dispositivo jurídico da lei Maria da Penha?

Nesse construto, devo partir realmente da categoria de gênero como uma lógica de entendimento da violência contra mulher – objetivando alcançar estruturas conceituais significantes, tais como: feminino, masculino, conjugalidade. Como relações heterossexuais, neste lugar do recorte escolhido, desvelam papéis de gênero socialmente construídos para a mulher e pelo homem? Os aspectos normativos que regulam estas relações quando a violência é registrada, sendo condicionados e condicionantes – recursividade que o pensamento complexo nos auxilia a pensar –, como estão a delimitar poderes ante o sistema social legal?

O conceito de gênero, para designar desigualdades relacionadas a papéis sexuais culturalmente constituídos, pode ser considerado como uma conquista epistemológica, na medida em que contribui para desnaturalizar a opressão de um sexo sobre o outro. Para Joan Scott (1990), "… gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para diferenças corporais".

Neste caso, o conceito de gênero é um ponto de analise fundante para estabelecermos novas conexões tanto sobre sexualidade como as relações sociais. Gênero, aqui, sendo compreendida como a base das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, bem como um modo de dar significado às relações de poder (Scott,1993).

Para Osterne e Frota (2009) utilizar gênero como categoria analítica para entender o contexto das relações violentas dos homens contra as mulheres amplia o olhar sobre o fenômeno à proporção que possibilita a compreensão das diferentes formas de relações entre os sexos nos espaços de convívio individual e social. Ainda segundo as autoras, na formulação de Scott, gênero delimita "espaços sociais", compara valores, constrói diferenças, constitui e ao mesmo tempo justifica hierarquias. (OSTERNE, FROTA 2009, p.7)

Ainda para as autoras, o conceito de gênero passou a ser utilizado para caracterizar uma relação, como a construção social do sujeito feminino e masculino. Já para Heilborn (1990) citada por Osterne (2001, p. 117) a palavra gênero, gramaticalmente falando, significa o "[...] 'emprego de desinências diferenciadas para designar indivíduos de sexos diferentes ou ainda coisas sexuadas'[...]." Todavia, este termo ganhou outros significados, passando a exprimir a diferença "[...] entre atributos culturais inerentes a cada um dos sexos e a dimensão biológica dos seres humanos." (OSTERNE, 2001, p.117)

Ortner(1972)[5] reflete sobre a condição da mulher na sociedade universal, com o texto "está a mulher para o homem assim como a natureza está para cultura", "O status secundário feminino na sociedade é uma realidade legitimada, sendo uma verdade universal, um fato pan cultural".

Dessa forma intento contribuir para a compreensão do feminino e do masculino, no âmbito relacional, quando se manifestam na esfera institucional do dispositivo legal nomeado Lei Maria da Penha.

A experiência com esse convívio onde vigem instigantes contradições no processo relacional indivíduo e sociedade mesclava-se com as advindas dessa nova realidade legal da vigência da Lei Maria da Penha – o que orientou a escolha desta temática

---

4 Para Sarti (2001) haveria uma diferenciação entre as duas tendências principais no interior da corrente feminista do movimento de mulheres, entre os anos 70 e 80 , que exprimiam o próprio movimento. A primeira, mais voltada para a atuação pública das mulheres, investindo em sua organização política, concentrando-se principalmente nas questões relativas ao trabalho, ao direito e à redistribuição de poder entre os sexos. Foi a corrente que posteriormente buscou influenciar as políticas públicas, utilizando os canais institucionais criados dentro do próprio Estado, no período da redemocratização dos anos 80. A outra vertente preocupa-se, sobretudo, com o terreno fluido da subjetividade, com as relações interpessoais, tendo no mundo privado seu campo privilegiado. Manifestou-se principalmente através de grupos de estudos, de reflexão e de convivência. Nestes grupos ressoava a idéia de que o "pessoal é político". (2001:pp.31-48).

5 Site pesquisado : http://www.academia.edu/4203043/49943566_ORTNER_Sherry_Esta_a_mulher_para_o_homem_assim_como_a_natureza_para_a_cultura 19/06/2014, 07:14.

Tive a oportunidade conviver com as situações estudadas, junto às instituições de enfrentamento à violência contra a mulher. Lugares destinados à pesquisa que delimitam não somente a escolha institucional, como ressalta Giddens (2003), são espaços que estabelecem a natureza localizada da interação social, através dos quais as atividades cotidianas dos indivíduos são coordenadas. Nessa visada, o*s locais não são apenas lugares, mas cenários de interação de modo particularmente persuasivo, os cenários são usados cronicamente - e, em grande parte, de maneira tácita - por atores sociais para confirmar o significado em atos comunicativos.* Mas é importante anotar desde aqui que os cenários se também são determinados pelos sujeitos, influenciam substancialmente o caráter serial dos encontros e são influenciados por este.

Outro autor, que revelou considerações pontuais foi Turner, a e b.1974,1982, 2005; entre as leituras identifiquei os Dramas, rituais e performances como campo teórico chave para entender o objeto trabalhado. A teoria elaborada por Turner em seu estudo de rituais e dramas sociais desvela diferentes níveis simbólicos de argumentações.

Nesse trabalho observei diversas instituições e sujeitos que dela fazem parte, entre mulheres e homens atendidos por profissionais. Entre os enfoques encontrados no campo, quando comecei a estabelecer o *lócus* de pesquisa, olhava para lugares, nele observando personagens e trama. Para Turner, os ritos são um momento situado dentro e fora do tempo, dentro e fora da estrutura social profana, e que se tornam visíveis, mesmo que efemeramente, ocasionando certo reconhecimento no símbolo, quando não na linguagem. Rompem, então, com um vínculo social generalizado que deixou de existir, e entretanto, concomitantemente, apresenta-se fragmentado em uma multiplicidade de laços estruturais (1974, p.118)

Em Turner, tem-se a separação de dois modelos; o primeiro marca uma sociedade cujo sistema é estruturado, diferenciando sujeitos e posições frequentemente hierárquicas, posições político-jurídico-econômicas com muitos pontos de avaliações separando os homens de mais ou de menos.

O segundo, que surge de maneira evidente no período liminar, é a sociedade considerada como um "comitatus" não estruturado, rudimentarmente estruturado e relativamente indiferenciado - uma comunidade, uma comunhão de indivíduos iguais que se submetem em conjunto à autoridade geral dos anciãos rituais (TURNER, 1974, p.119).

De acordo com a análise do autor, poderíamos compreender que há um período de transição entre as duas, pois estamos em uma sociedade de sistema estruturado, com as divisões sociais, políticas e econômicas, mas encontramos um período liminar que mostra transformação para novo lugar social. Haveria transformações dos sujeitos, quando um movimento de afastamento é feito, após o marco da denúncia ao dispositivo da lei?

Para encontrar as comunidades ditas acima, observei a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) e do interior, e na zona metropolitana conversei com mulheres que estavam realizando o Boletim de ocorrência e acionando a medida protetiva. Observei também homens presos em flagrante delito por violência doméstica; e delegadas e escrivãs, no Juizado Especial da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Fóruns do interior, onde não havia o Juizado Especial da Mulher instalado.

Conversei com mulheres que haviam acionado a Lei Maria da Penha, e que estavam com o inquérito já em andamento, com homens presos pela lei, além de juízas, promotoras, assistentes sociais e policiais da escolta e da guarda; no Núcleo de Atendimento de Autor de Violência Doméstica contra Mulher (NUAH), como também no Fórum entrevistei os autores de violência julgados e atendidos pelo NUAH, como também a advogada, a juíza, o promotor que atende aos casos. No Centro de Referência do Município de Fortaleza, entrevistei mulheres, advogadas e as profissionais de atendimento - entre elas encontramos também pedagogas, psicólogas, sociólogas, e historiadoras.

Cotidianamente, visitava-os e refleti que o espaço institucional foi o meio para chegar aos narradores da história a ser contada. Ambos, mulheres e homens, estão movendo processos denunciatórios mediante a Lei Maria da Penha, como também movem operadores do circuito de justiça criminal da lei (tanto do jurídico, como da polícia civil e militar). Nesse ambiente vasto, mas focalizado, como estamos a dizer, pude urdir o campo empírico desta pesquisa.

Cenários em movimento: e, no entanto, as mulheres se movem!

Fui realizando a pesquisa, constituindo tanto dados quantitativos como fazendo entrevistas compreensivas com mulheres e com homens, na DDM, no Juizado da Mulher; nas delegacias da capital e do interior; no Núcleo de Atendimento de Autor de Violência Doméstica contra Mulher (NUAH); no Fórum de Fortaleza, além do próprio Centro de Referência, de onde eu vinha de atuar como profissional.

Diante das visitas observava desde a geografia as interações que eram pontuadas no lugar, no Juizado Especializado da Mulher, ao entrar no juizado, vê-se que este está dividido em pedaços de espaços destinados a cada ator social. Homens e mulheres não ficam no mesmo espaço. Havia a sala onde aguardavam serem chamados, mas ao chegarem ficavam na expectativa de vê-los passar pelo jardim que dá acesso à entrada da sala de audiência. Daí os veria – refiro-me aos homens - subir para a cela, e assim é que eles poderiam ser vistos por elas antes da audiência. Era frequente ouvir: - *Como ele emagreceu, valha como está magro!* E um compungido: - *Meu Deus, como está feio, mas como estou com saudade*... E, se havia uma economia dos afetos dividindo e multiplicando saudades, havia uma geopolítica institucional dos lugares e posições na escuta e fala que ali se sucediam.

O espaço para mulheres parecia agradável, com espaço para sentar, muitas oficinas e rodas de conversa. O andar trôpego, contudo, dizia de outra realidade. Sempre, ali, ao entrar sentia a possibilidade de prosseguir com a pesquisa, mas, de certa forma, ao adentrar no espaço masculino, tinha vontade de correr e nunca mais voltar: eram ameaças de variada natureza, que eu julgava nunca poder esquecer.

Sempre nas quintas-feiras eu saía para o juizado, por ser o dia da audiência - dia de escuta do réu preso. Eles ficavam amontoados em uma cela de 4X6m. Entre dezesseis a vinte homens, dependendo do dia. O cheiro fétido de algo podre e guardado há muito tempo, a sensação de que um deles poderia sair dali e pôr a vida de uma mulher em risco me espantava um pouco; o medo de algum perder o discernimento e ter uma crise era sempre uma possibilidade. E afinal, havia uma relação presente, contudo.

Entre as falas dos policiais, eles diziam que "*dentro das grades é tudo um santo... Mas ao saírem viram uns diabos...*". A audiência era entre trinta minutos a uma hora, dependendo de quantas pessoas testemunhavam. Alguns deles já vinham pela terceira vez e o pedido de soltura não saía, não por ser algo demorado, mas sim, negociado; os homens que tinham mais condições saíam em uma semana; outros ficavam mais tempo, entre duas semanas a três meses[6].

Ao serem chamados para audiência "os Marias da Penha"[7] desejavam sorte e a saída um do outro, em uma evidente solidariedade que se armava entre eles; e sempre pareciam verbalizar o desejo da esperança.

Alguns, após serem presos, passavam pela DDM e depois eram levados para a captura, na delegacia central de Fortaleza. Como a DDM não tem cela, os homens são levados para esse outro espaço, para serem presos, o inquérito até ser instaurado e levado para o inquérito e *descerem para o presídio*[8]. E eu continuava a rota para delinear o campo empírico da pesquisa.

Havia relatos de que no presídio que os homens eram tratados como estupradores, pois *batiam em mulher,* e era corrente que poderiam sofrer represálias no espaço prisional. Documentos mostravam que os primeiros homens a serem presos pela Lei Maria da Penha foram violentados sexualmente pelos outros no presídio. Após estes eventos, eles foram encaminhados para a *ala evangélica* do presídio, onde se dizia ainda que se não obedecessem seriam punidos[9].

No Juizado, a cada pedido de encaminhamento para audiência os presos eram motivo de gozação; os guardas não deixavam por menos, e sempre saía uma piadinha em torno de sua situação. A atitude dos guardas relatada

---

6 Existem algumas pesquisas que mostram que o homem preso , sempre é pobre, sem condições de defesa. Na realidade, encontrei homens com mais poder aquisitivo, mas com certeza eles saiam mais rápido.

7 Nome dados aos homens pelos próprios presos.

8 Fala nativa.

9 Entre as punições estava apanhar dos "xerifes" das celas.

nos documentos e pesquisas mostrava que eles sempre davam sua opinião no momento das entrevistas dizendo: *aqueles maria da penha eram burros* por estarem ali, pois a lei tinha mudado e eles deveriam se acostumar[10]. Quando os entrevistava, pareciam dizer, em se referindo a mim: o que ela está fazendo aqui de novo? Na posição de Marias da Penha, em vários momentos da entrevista, na cela, em particular, enquanto aguardavam a audiência, via em seus olhares a revolta por terem sido presos pela Lei 11340. Vários deles diziam: "*Eu sou trabalhador, não era para eu estar aqui, não*"... A sensação de terem sido presos por serem agressores de mulheres deixava-lhes perplexos.

Até 2006, não seria tão fácil prendê-los. O relato do sofrimento pela prisão, a raiva exposta em suas falas, no momento da entrevista, a indignação por estarem ali *trancafiados*[11]... A revolta. A cada relato havia uma relação de afirmação, ora de ambígua negação que era constituída com o outro que representava o poder que o aprisionava ante um processo ao qual estava atado.

> Quando eu sair daqui, ela vai ver (...) (Na DDM; homem de 28 anos,)
> Eu fiz coisas erradas, mas estou com saudade das minhas filhas (...) (interlocutor,43 anos, Juizado da mulher)

Buscando ainda delinear o universo da pesquisa, em sua tinta e cenário, eu ia à Delegacia de Defesa da Mulher – Fortaleza, construindo cotidianamente um saber novo para mim, já que agora eu me situava de outro lugar. Sempre ia às segundas e quartas - às segundas por ser após o fim de semana, e sempre as mulheres fazem queixas após esse período. Estando lá, sentia ora medo, ora revolta; mas também cumplicidade com as mulheres; surpreendia-me, porém, buscando humanidade na prisão dos homens.

"Quantos não vi algemados no corrimão da escada, algemados um a um a um ferro na parede!" – eu anotava em meu Diário de Campo. E que quantidade de mulheres que sofriam violência de gênero, doméstica – eu as via com o semblante aterrorizado... Nas suas narrativas mostram a indignação de estar naquele espaço de denúncia. A fala dos homens e das mulheres personagens se avivava mediante os ouvintes; e ora contavam os mínimos detalhes, ora calavam bruscamente.

A equipe de policiais (escrivãs) se dividia para instaurar os boletins, que poderiam tornar-se inquéritos, ao acionarem a Lei. Verificavam-se testemunhos. Gravidades – se havia algo mais grave, a escuta era feita pelas delegadas; os policiais (mulheres e homens) sempre estavam fazendo giros na viatura, realizando algum mandato ou apreensão.[12]

Os homens amontoados, a prisão, o chamado para audiência, o flagrante. A delegacia, a revolta. O medo das mulheres, a pergunta sobre o que seria depois. Eu anotava.

Entre as suposições levantadas, observei como a mulher vive sua singularidade na condição de "vítima"[13] de violência como uma subversão de sua identidade. Será que o seu discurso iria mudar a realidade que vivenciaria após a denúncia? – elas se viam perguntando-se. Como essa construção social se transmudava da ordem do natural para o social, portanto, mutante? Como visualizar o passado e o hoje, com as mudanças das leis, a partir de falas postas nestes diversos lugares de captura? Como ficaria o lugar deste homem socialmente estigmatizado, mas que perdeu a "autorização" de bater? E a mulher que traz o estigma de ter sofrido violência conjugal – o que seria o (des)afeto depois? A partir deste ponto nodal, para onde conflui todo esse universo aqui delineado, como uma tatuagem em minha pele, construo indagações como buscar "o ponto de vista feminino" e o "masculino" sobre o vivido nesse percurso de denúncia. Anúncio?

---

10 No capitulo III falaremos deste processo como um processo civilizatório que a maioria dos homens não vê desta forma (ELIAS, 2004). Além de perceber a novas construção dos costumes (Thompson, 1963)

11 Expressão nativa.

12 Considerado como diligência poderia ser para pegar as roupas e utensílios de mulheres que irão ser abrigadas, ou documentos que no momento do conflito elas deixavam para trás.

13 Definição de vítima traz pontos importantes a serem discutidos. A mulher passa por um momento de vitimização, mas várias delas percorrem outros caminhos. Saindo desta terminologia, assim, utilizei este termo entre aspas devido não concordar com a conotação que a palavra vítima tem em relação à mulher que sofre violência, é como se esta fosse incapaz de qualquer reação diante da situação vivenciada. (Gregori, 1993, Pg.123)

O movimento ritualizado da Lei Maria da Penha me levava a esta visão panóptica. Desse modo é que entre as delegacias do Interior desenvolvi um trabalho mais presente em Sobral/ Ceará/ Brasil. Impressionou-me o fato desta delegacia atender toda a zona norte do Ceará. Neste visgo cotidiano, entramos em um espaço onde as mulheres ficavam esperando para darem seus testemunhos em um momento oportuno. Neste meio tempo, entre-tempo ou tempo de espera - que às vezes demoravam muito mesmo - , tive condições de escutar mais profundamente algumas mulheres, homens e a delegada titular responsável pela delegacia.
No Fórum de Sobral encontrei facilidade tanto de conversar com a equipe de trabalho da Execução da Lei, como com as mulheres ouvidas. Entrevistei as promotoras do Núcleo de Promotores especializados em violência doméstica e os policiais do Ronda e da Polícia Civil.
Agora, com maior tempo de pesquisa, eu via entre as queixas o sentimento que se bipartia: havia aquelas mulheres que não sentiam a necessidade de se separarem, mas de arrenegar do (parceiro/marido/companheiro), dar "*um susto para que ele possa voltar melhor para dentro de casa*". E aquelas que queriam sair e não havia *para onde ir*[14].

Enquanto eu fazia observação na Delegacia da Zona Metropolitana de Maracanaú coletava dados estatísticos; observava a geopolítica do espaço e as temporalidades do processo ritual dos parceiros nas relações, agora afastados em certo sentido. Que produções significantes eram geradas nesse afastamento – etapa da liminaridade que eu parecia ver agora nas mulheres denunciantes?

A Delegacia da Zona Metropolitana em Caucaia oportunizou-me dados estatísticos, que estavam a ser gerados para a execução do perfil da violência no estado do Ceará.

Na Delegacia de Juazeiro, um lugar paradigmático: devido à religiosidade e ao patriarcalismo daquela sociedade, visualizamos uma série de crimes envolvendo mulheres e seus companheiros. Além de monitorar os dados estatísticos, analisei documentos que evidenciavam esta realidade -material importante para o entendimento das relações de violência nesta região. Como observa Frota e Santos (2012).[15]

> As duas mulheres mortas estão inseridas em um universo de 97 vítimas que perderam a vida de maneira violenta no Ceará em 2014. Os números, ainda não consolidados, são da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) e se referem a mortes registradas até o último dia 28 de abril. Nesse mesmo período, em todo o Estado, 1.419 pessoas foram vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs), que abrangem os homicídios, latrocínios (roubos seguidos de morte) e lesões corporais seguidas de morte). De acordo com os números de mulheres mortas por violência no Estado, Fortaleza lidera, com 46 casos registrados. Em seguida, os municípios da região metropolitana Maracanaú, Eusébio e Caucaia tiveram, cada um, cinco mulheres mortas por violência no ano. Em Juazeiro do Norte, no Cariri, quatro mulheres foram mortas neste ano. Em Maranguape, Crateús e Limoeiro do Norte houve duas vítimas em cada município em 2014.[16]

Já retornando a Fortaleza, visitei algumas vezes o Núcleo de Atendimento de Autor de Violência Doméstica contra Mulher(NUAH/ Fórum), para acompanhar e entrevistar homens apenados pela Lei que já estavam em liberdade provisória. Localizado em uma das salas do Fórum Clóvis Beviláqua (em Fortaleza) permanece como espaço de atendimento ao homem agressor[17]. Lá tive condições de observar e entrevistar homens atendidos pelo Núcleo, profissionais e o promotor que da parceria ao trabalho do Núcleo, participando das palestras e rodas de conversa. Estes têm que manter frequência em 10 rodas de conversa, sendo importante a repercussão

---

14 Por ser a quatro horas de Fortaleza, e não existir Casa Abrigo, as mulheres ficavam à mercê do que poderia acontecer durante o chamado "ciclo da violência". Muitas delas ainda traziam o estigma de serem desacreditadas pelos familiares. Procurá-los já seria difícil, ficando algumas vezes impossível a saída desta mulher de casa.

15 Frota, M. H.de Paula F. e Santos, V. M., O femicídio no Ceará: machismo e impunidade? Fortaleza, Ed. UECE, 2012.

16 Postado por Portal C1 Cariri nesta segunda-feira, 5 de maio de 2014 | 06:40

17 Linguagem nativa.

destas rodas na mentalidade destes homens, sobre a temática da violência. Conversei com a juíza da Vara de Execuções e com o promotor de Justiça do Juizado de Fortaleza, com os profissionais e com os homens atendidos. Foi um dos espaços mais interessantes, pois eles se colocavam após a saída da prisão e estavam programados a comparecer 10 encontros sobre educação de gênero.

> Neste momento vi o relato de alguns homens, minha escuta acionava diferenças entre o que diziam para mim e para a advogada, o psicólogo do grupo. Eles continham algumas palavras quando estavam na frente deles. O relato mostrava a importância que eles davam para o curso, não digo que todos fizessem isso, entretanto, alguns estava lá por serem mandados pela justiça. As reapredizagens de ser homens, sexo masculino, macho, é algo não absoluto, mas para alguns deles a construção dessa masculinidade, referisse a outros termos, como a necessidade de afirmar a sua masculinidade, conflitos com a sogra, ciúmes, drogas, bebida, obsessão. (Diario de Campo)

Necessidades do Campo empírico...

Levando em consideração a máxima sócio-antropológica do "estranhar o que é familiar"[18], assumi a tarefa de voltar a cada local antes visitado no trabalho exercido no Centro de Referência. Senti a necessidade de estranhar o que é familiar, aprofundar no cotidiano e a vida de mulheres e os homens que passaram pela lei. "Foi de extrema importância para tentar pôr-se no lugar do outro e de captar vivências e experiências particulares".[19]
A escolha dos espaços e lugares se deu por investir em locais que mantinham um trabalho de enfrentamento à violência contra mulher [20]. Assim, escolhi acompanhar dados das Delegacias de Defesa da Mulher de toda a região cearense. Os municípios que tem delegacia da Mulher foram procurados para levantamento estático, tendo dados de Fortaleza, Maracanaú, Caucaia, Sobral, Iguatu, Juazeiro, entre os anos de janeiro 2010 a junho de 2014. Entre as delegacias pesquisadas estive em Fortaleza, Sobral, Maracanaú e Caucaia. Não por ser somente um dado estatístico, mas os números falam, entre essa realidade saíram pesquisas importantes para aferir este cotidiano[21] [22]
No site "Compromisso e atitude[23] encontramos 25 pesquisas relacionadas a estas realidades evidenciando um lugar paradigmático em nossa sociedade.

---

18 No texto observando o familiar (1974)

19 Da Matta analisou esta mesma questão no texto "exótico em familiar e o familiar em exótico". Em O ofício do etnólogo ou como ter "antropological blues" in Publicações do programa de Pós –Graduação, em Antropologia Social do Museu Nacional, 1974.

20 O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher foi lançado em agosto de 2007, como parte da Agenda Social do Governo Federal. Consiste em um acordo federativo entre o governo federal, os governos dos estados e dos municípios brasileiros para o planejamento de ações que consolidassem a Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres por meio da implementação de políticas públicas integradas em todo território nacional. O Pacto apresentou naquele momento, uma estratégia de gestão que orientava a execução de políticas de enfrentamento à violência contra mulheres, no sentido de garantir a prevenção e o combate à violência, a assistência e a garantia de direitos às mulheres. A proposta era organizar as ações pelo enfrentamento à violência contra mulheres, com base em quatro grandes eixos/áreas estruturantes.(Site: http://www.spm.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/copy_of_texto-base-do-pacto-nacional-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-a-mulher(17.07.2014, hora 05:30 min),

21 Lei Maria da Penha não serviu para diminuir mortes de mulheres no país, aponta estudo do Ipea -Pesquisa divulgada hoje mostrou que o RS é o quinto Estado com menor taxa de assassinato de mulheres no país por Kamila Almeida - 25/09/2013 | 10h13(Site pesquisado: http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/09/lei-maria-da-penha-nao-serviu-para-diminuir-mortes-de-mulheres-no-pais-aponta-estudo-do-ipea-4280577.html)

22 Irei aprofundar este tema no cap 1, pag.

23 http://www.compromissoeatitude.org.br/sobre/dados-nacionais-sobre-violencia-contra-a-mulher/

Dados Nacionais sobre violência contra mulher 1980 a 2010

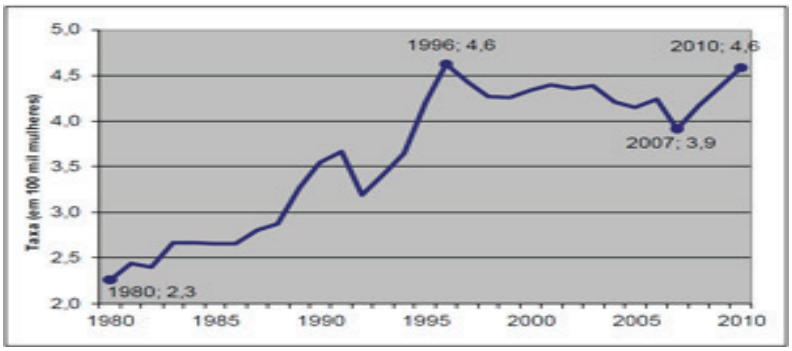

Fonte: Compromisso e Atitude - 2014

Revelam que entre 1980 e 2010 foram assassinadas mais de 92 mil mulheres no Brasil, 43,7 mil somente na última década. Segundo o mapa da Violência 2012[24], o número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, o que representa um aumento de 230%. Em comparação com o mapa de 2013, ligados a homicídio e juventude no Brasil os dados mostram que, de 2001 a 2011, o índice de homicídios de mulheres aumentou 17,2%, com a morte de mais de 48 mil brasileiras nesse período. Só em 2011 mais de 4,5 mil mulheres foram assassinadas no país.

Os dados do site revelam que o crescimento efetivo acontece até o ano de 1996, período que as taxas de homicídio feminino duplicam, passando de 2,3 para 4,6 homicídios para cada 100 mil mulheres *(ver gráfico acima)*. A partir desse ano, e até 2006, as taxas permanecem estabilizadas, com tendência de queda, em torno de 4,5 homicídios para cada 100 mil mulheres. No primeiro ano de vigência efetiva da lei Maria da Penha, 2007, as taxas experimentam um leve decréscimo, voltando imediatamente a crescer de forma rápida até o ano 2010, último dado atualmente disponível, igualando o máximo patamar já observado no país: o de 1996.

Outro dado constatado foi que, segundo a Central de Atendimento à Mulher, somente em 2013 foram registrados 532.711 chamadas, totalizando quase 3,6 milhões de ligações desde que o serviço foi criado em 2005. Entre os relatos de violência, os principais autores são, em 81% dos casos, pessoas que têm ou tiveram vínculo afetivo com as mulheres. A violência física fica com 54% dos casos relatados e a psicológica, 30%. Entre outros dados colocados teve denúncias de cárcere privado com 620 denúncias e de tráfico de pessoas 340 e em relação à violência sexual foram registradas ainda 1.151 denúncias. Pode ser que o conhecimento disso mostre a integra dificuldade que estamos vivenciando, onde a maioria de mulheres morre pontualmente em nosso país.

Personagens em ação...

Entre as personagens instituídas pela pesquisa de campo, senti a necessidade de, como fez Woolf ao escrever Orlando(1928), seu livro autobiográfico, ter a precisão de movimentar a construção de seu personagem, um homem que se transforma em mulher, ou melhor, uma mulher que se transforma em homem para poder se estabelecer na sociedade elizabetina, a autora à frente de seu tempo percebe que o espaço dado as mulheres, por muitas vezes estabelece um lugar ínfimo. Articulações entre Orlando homem e Orlando mulher enfatiza os papéis de gênero, as atribuições de cada, e principalmente, normas estabelecidas para cada sexo/gênero.

Estabelecendo um elemento crítico para analisarmos trazemos Beauvoir em *O Segundo Sexo* (1986), a mulher não nasce mulher, torna-se mulher... (Beauvoir, 1986) e Boris[25] em Falas de Homens: a construção da subjetividade feminina,

> ... o homem não nasce homem: ele torna-se homem. Se a masculinidade pode ser ensinada e ser construída, não há dúvida de que ela pode ser transformada, já que o que se construiu pode, então, ser 'demolido' ou 'desconstruído', para ser, novamente, construído.(BORIS, 2002, p. 17)

---

24 Mapa da Violência 2012 divulgado pelo Instituto Sangari.

25 BORIS, Georges Daniel Janja Bloc. Falas de homens: a construção da subjetividade masculina. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002.

Como Boris, Barbieri (1991) contribui para aprofundar as discussões enfatizando a necessidade de perceber a questão de gênero de maneira relacional. A discussão sobre estudos de homens e masculinidades, não vem diminuir as contribuições a análise de gênero. Cornell(1987,1995,1997) refere-se como masculinidade:

> Em vez de tentarmos definir a masculinidade como objeto (um caráter de tipo natural, uma conduta padrão, uma norma), necessitamos nos centrar nos processsos e relações por meios dos quais homens e mulheres levam vidas envolvidas no Gênero. A masculinidade(...) é, ao mesmo tempo, a posição nas relações de gênero, as práticas pelas quais os homens e as mulheres se comprometem com essa posição de gênero e os efeitos destas práticas na experiência corporal, na personalidade e na cultura.(Cornell, 1997, p 35)

Assim constrói um sistema dicotômico e classificatório expressa a divisão simbólica, entre o mundo para masculino e feminino(Bourdieu, 1995). Corrêa (1996) relata a questão do patriarcado, como uma categoria explicativa para a subordinação feminina. O conceito de patriarcado, esclarecido por Saffioti, é mais específico que a idéia de gênero por expressar o "regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens" (SAFFIOTI, 2004, p. 44), deixando clara a direção da opressão. Segundo esta, o patriarcado não se trata de uma relação privada, mas civil; confere direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, de forma quase irrestrita, sendo este um de seus elementos basilares; configura um tipo de relação hierarquizada, presente em todos os espaços da sociedade, não apenas na família; possui base material; corporifica-se, e, por fim; representa uma estrutura de poder baseada na ideologia e na violência.

Butler (2001) analisa a materialidade do corpo e a perfomatividade de gênero, contestando a categoria do sexo nesta engendrada relação, em primeiro lugar pontua que as diferenças sexuais são evocadas pelas diferenças materiais, mas principalmente por uma demarcação discursiva. A categoria "sexo" é, desde início, normativa, parafraseando Butler ao afirma que Foucault considerava "um ideal regulatório".

> (...) o sexo não apenas funciona como norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz corpos que governa, isto é, toda força regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir – demarcar, fazer, circular, diferenciar – os corpos que controla (Butler , 2001, pg.153 e 154).

O espaço que as mulheres e homens de hoje tentam culturalmente, socialmente, construir algo para além das possibilidades de algo fundante no gênero, e não no sexo. " Sexo é construído como algo inabalável". Essa noção interfere na vida e dimensão de macho e fêmea.

Ao ler *Orlando* de Virginia Woolf, senti algo para além do constituído, ao apresentar tantas epifanias em cada parágrafo, visualizei uma realidade que para a autora em sua época e em seu tempo seria avassalador. O livro demarca a transição do século XIX para o século XX, o processo civilizatório constituía-se dentro dos termos, normas, padrões a serem seguidos.

Como Foucault ressalta em Nós Vitorianos (1988, 7). Entretanto, Woolf (1928) fugiu dedes arquétipos, das vivências, que seriam tidos como valores de outros tempos e dimensões. A narração passa em cerca de 350 anos, envolvendo processos, histórias, vivências que enfatizam um ser e as transformações de sua época e do tempo. Tempo esse, que pode ser hj, ontem ou amanhã...

Mas por que trazer Orlando para minha qualificação? Quero apresentar um sensível pensamento que ao se construir tantos eus, revela a inspiração para podemos entender como o tempo de certa forma provoca tantos conflitos.

> Toda ela se obscureceu e harmonizou, como quando se acrescentava a pincelada necessária para dar relevo e solidez a uma superfície, e o que raso se torna profundo e o próximo distante; e tudo isso é contido como a água pelas paredes de um poço. De modo que agora obscurecida e quieta, e convertida com o acréscimo desse Orlando, nisso que, com ou sem

> razão, se chama um só eu, um eu real. E ficou silenciosa. Pois é provável que, quando as pessoas falam alto, os eus (dos quais pode haver mais de dois mil) tenham consciência de sua divisão e se esforcem por se pôr em comunicação, se estabelece, ficam silenciosos. (Woolf, 1978, 176 e 177)

Falo não somente, da construção do enredo, mas do tipo e necessidade de se ausentar do tempo cronológico para falar das transformações de tempo vindouro, de transformações pessoais, das transformações dos sujeitos e das subjetividades. Necessito dizer que ao iniciar o livro percebe a necessidade de trabalhar com esta construção de gênero, que reconhecem homens e mulheres será necessário vivenciar tantas diferenças e desigualdades, enquanto somos seres que precisamos um dos outros, mas não numa dimensão de dependência, mas de construção (...), logo denomina '*Orlando como Homem – ele – porque não havia dúvida a respeito de seu sexo, embora a moda do tempo concorresse por disfarçá-lo'* – mas seus posicionamentos mostravam um ser constituído como macho, pensamentos, ações e reações. *Outro tanto jurava Orlando fazer coisas de meninos. Como, porém contava só dezesseis anos, e era muito criança para cavalgar com eles pela África, ou pela França, fugia de sua mãe e dos pavões do jardim, e ia para o sótão atacar e atravessar e esfatiar o ar com sua espada(...)(idem, 07).*

Marco aqui como a escritora idealizou sua autobiografia, estabelecendo a necessidade de vivenciar o lado masculino e usufruir desta posição tanto ficcional, como interpretativa. A dimensão da postura do outro, a vivência de ser o macho mesmo que idealizado, concedendo a experiência de ser o que está distante de si, ser o outro.

É neste posicionamento que busco mediar Woolf com o meu objeto, articulando as posições de cada um dos interlocutores, sendo estes mulheres ou homens. Será que a lei Maria da Penha pode ser vista como algo além de nosso tempo, e ações? Não posso responder isto, imediatamente, mas faço isso na construção de minha tese.

Assim, trabalhei com alguns campos; literatura, dados quantitativos, qualitativos, e uma literatura extensa, neste momento denominei trabalhar com mulheres e homens que foram entrevistados em vários locais, pontuados acima, os denomino-os por nomes próprios, entre o material trabalhado apresento os personagens desta pesquisa.

Entre as certezas que desenvolve está em analisar a categoria de narração e a técnica de histórias de vidas considerando o trabalho de Bertaux(2010).

Outro olhar pode ser instituído por Veena Das(2011) trabalha a exposição das identidades reconhecidas no cotidiano da pesquisa, nas quais encontro situações de testemunho[26] femininas e masculinas. A partir daí, a trajetória de denúncia percorrida facilitou a observação do objeto, descobri que a categoria testemunhos (Das, 2008) poderia ser uma das nuances a ser trabalhadas. No início queria visualizar a trajetória de homens e mulheres que tivessem acionado a lei. Mas, depois percebi que a narrativa expressa homens e mulheres que estão construindo novas aprendizagens de gênero por ambos, auxiliava a identificar as principais violências, a *força de aplicabilidade da lei (fazendo menção ao Estado de direito e sobre as vidas que são mortas, para ele vidas nuas.(Agambem,2002).*

Das para construir um panorama epistemológico e metodológico a autora interage com os estudos sobre o sofrimento social, analisando um conjunto de situações onde a linguagem pode falhar. Em vários textos, a autora (1990, 1996, 1997, 2000, 2006) trata da violência social inserida no dia a dia de mulheres indianas. Esta violência não é qualquer tipo de violência, mas aquela que provoca um ponto de desvio tanto na vida daqueles que sofreu diretamente quanto aqueles que são imaginária e historicamente trabalhados por ela. Das(1990) explicita-os como, eventos críticos (*critical events*) a estas circunstâncias provocadoras, caracterizados pela brutalidade de instituições como a família, o Estado ou grupos religiosos ou econômicos, etc, tanto em países

---

26 o significado de testemunhar a violência – de falar em nome da morte de relações. Alguns antropólogos se perguntam se a noção de testemunho pode ser posta como lugar analítico a partir do qual escrever, porque argumentam que o forte substrato cristão desse conceito o torna uma categoria inadequada, quando não suspeita, para o trabalho antropológico. Considero essa posição excessivamente restritiva, como se outras culturas (p. ex., o Islã e o Hinduísmo) não tivessem imaginação literária do ocidente, a figura de Antígona como testemunha fornece uma espécie de mito fundador que explora as condições sob as quais a consciência pode encontrar uma voz no feminino.

pobres da América Latina, da África.

A autora analisa a violência como um ao invés de considerar a violência como um elemento social cujas causas são distantes e indefinidas ou interagindo na autoridade do sujeito e da patologia, Das persegue os efeitos que certos acontecimentos críticos agenciam nos discursos e nos corpos daqueles que são, habitualmente, os principais e os primeiros a receberem a violência do Estado e da família: crianças e mulheres.

Trabalhando, principalmente com mulheres, mesmo aquelas que não sofreram na sua própria pele a violência de uma experiência social disruptiva - mas que ainda assim mantêm a lembrança, volver a significação de suas vidas e de seus corpos no cotidiano.

Para entender o sentido proposto por Das (1997, 1998) remetemos a Wittgenstein e as contribuições do filósofo americano Stanley Cavell (1999). Este trabalho traz a experiência das mulheres submetidas a eventos críticos, com a instituição de novas possibilidades subjetivadas em meio à fragmentado social e familiar provocada por estas circunstâncias, é preciso recuperar, mesmo que brevemente, aquilo que ela sugere garantir sua existência subjetiva e social.

A violência por muitas vezes é incompreendida por suas razões, ficando externo ao processo de civilização. Esta violência que não pode ser reconhecida como "humana", que coloca em jogo o próprio status de humano daquele que a perpetra, fica sem palavras. O que acontece com esta violência, com a memória desta violência? Como esta violência pode ser recuperada e como ela atua sobre os sujeitos, construindo espaço de identificação na própria violência.

Para Das, o sentido das ações está no cotidiano, um conhecimento que está presente nos meios e que não seriam apenas através da linguagem. São apresentados por imagens e recursos *estéticos* que se erguem pela língua e também com o próprio corpo. O cotidiano exerce papel principal expressão e recuperação dos sentidos dados, feito de indivíduos, afetos e conflito. A violência e a exclusão só não podem ser entendidas se não tiverem atreladas as ações que são expressas como sofrimento social e reações posicionadas não só como práticas individuais, impregnadas no cotidiano. Escolhas feitas, despreocupadas, sem intenção.

Mas essa aposta no cotidiano não pretende indicar que há *alguém* que resiste no cotidiano, pois não há, necessariamente, este agente da resistência: ao menos não se deve falar de uma resistência calculada; mas de uma existência possível. Isso não significa que não existam sujeitos que interfiram na realidade, e que se trate de uma pura submissão aos jogos de linguagem.

Para isso o discurso será entendido como a estratégia priorizada a ter a intenção, problematizar e analisar, de dentro, (na medida em que define e esclarece um espaço social, constituído por sujeitos que desempenham seus papéis) a partir de uma perspectiva sócioantropológica, a "lógica das práticas" institucionais que envolvem o controle e a responsabilização da atividade policial. Dessa maneira, a ênfase direcionada recai a entender que:

> (...) os discursos [o dito, a fala] são feitos de signos [que remetem a conteúdos e representações]; mas o que fazem é mais que utilizar esses para designar coisas. É esse mais que os tornam irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso aparecer e que é preciso descrever (Foucault: 1986, p. 56).

Diante de tantos sujeitos de pesquisa, fiquei desejando compreender como a subjetividade expressa uma séria de possibilidades de entendimentos a pesquisa. Quando atribuo subjetividade vem com a perspectiva de Grossi (1993:225-226), explica que ajudará mediar à dimensão da subjetividade com o auxilio de relacionar os sentimentos das mulheres e homens utilizando a subjetividade no trabalho de campo através da leitura de depoimentos, denúncias e emoções passadas pelos relatos expostas em suas falas, relatos e experiências em torno dos boletins, denúncias e processos.

Elias (1993) ressalta a contribuição da mudança histórica, evidencia a ação não individualizada, mas através do entrelaçamento de pessoas originando assim uma ordem sui generis, mais forte que a vontade de uma pessoa isolada. É essa ordem estabelecida que verse o processo civilizador.

> O estudo desses mecanismos de integração, porém, também é relevante, de modo mais geral, para a compreensão do processo civilizador. Só se percebermos a força irresistível com a qual uma estrutura social determinada, uma forma particular de entrelaçamento social, orienta-se, impelida por suas tensões, para uma mudança

> específica e, assim, para outras formas de entrelaçamento, é que poderemos compreender como essas mudanças surgem na mentalidade humana, na modelação do maleável aparato psicológico, como se pode observar repetidas vezes na história humana, desde os tempos mais remotos até o presente (Elias, 1993, p. 195).

A compreensão do processo civilizador é construída através estas formas de entrelaçamento social, sistematizando as mudanças necessárias para uma mentalidade civilizada, para além do aparato psicológico, através do entrelaçamento entre as pessoas e a forma de conviver. Vejamos como o interlocutor, refere-se a isso:

> Deixa eu falar um pouco aqui. Falar assim, a respeito, eu entendo o lado que a mulher tem o sexo frágil, é, a mulher já se torna mais sensível que o homem, né, mas eu quero falar, eu quero falar assim, mais a respeito assim ó, biblicamente falando dentro da palavra de Deus; a palavra de Deus diz lá no livro de II Timóteo, se não me engano, capítulo três, que a mulher ela não pode de maneira alguma exercer nenhuma autoridade sobre o homem porque primeiro foi criado Adão e depois a Eva. Tipo assim, as leis, as pessoas que fazem as leis de hoje em dia elas tão indo contra a palavra de Deus, só quem não conhece que não consegue entender, porque assim ó, Deus ele fez o homem para a mulher e a mulher para com o homem e lá fora eles já tão autorizando homem se casar com homem e mulher com mulher então isso é tudo contra a palavra de Deus, né, que o próprio Deus deixou escrito lá que isso é abominável aos olhos dele; da mesma forma o, o apóstolo Paulo ele escreveu nas segundas cartas de Timóteo, capítulo três que o homem, a mulher não pode exercer autoridade sobre o homem, porque o homem é a cabeça, o homem é o cabeça. Mas eu entendo, eu não sou contra, tipo assim, o homem chega em casa drogado, embriagado, espanca a mulher, mete a peia na mulher, aí eu concordo, tem que ser preso, mas assim, que nem foi o caso, assim, dos irmãos né? Porque o meu caso aqui já foi discussão de família, com meus pais, meus irmãos porque eu tava na química, no crack, tá entendendo; só quem sabe é quem convive, né; eu tava pedindo dinheiro pra usar droga, aí a família ficou, minhas irmãs nervosa e tal dentro de casa - eu não tô aqui pra defender o meu lado, até porque eu tô aqui, já tô pagando, eu creio que hoje eu vou embora, no meu caso foi só uma discussão, ameaças, essas coisas, discussão verbal - , mas levando pro lado aqui do contexto aqui dos irmãos que têm esposa, essas coisas, eu acho que ele deveria assim olhar de outra forma, porque a mulher, porque assim, da mesma forma que o irmão de camisa amarela aí falou, a mulher ela pega ligou aqui... Ele tá me ameaçando' a polícia, a polícia ela chega, a polícia ela chega ela não escuta a tua versão não, ela já chega tacando as pulseira de prata já e te levando, ele não quer escutar a tua versão, o que é que aconteceu, não! Ele já leva. Se eles ganha ou não, isso aí não é problema meu, mas que eles não escuta a versão do acusado, eles têm que escutar! [homem falando ao fundo] Porque por muita das vez, por muita das vez, por muita das vez a pessoa entra lá, um exemplo: entra um ladrão de galinha sai um ladrão de banco, porque a cadeia ela é uma escola do crime viu, tem muita gente que entrou lá que só roubava uma bicicleta, um celular e hoje em dia tá extorquindo, roubando e até matando lá dentro. Tem cidadão pai de família lá dentro que não sabe nem o que é cadeia, não sabe nem o que é cadeia."(interlocutor, Juizado da Mulher, abril /2013)

Estes textos não oficiais foram considerados pela autora como "documentos à margem por relatarem as angústias, os desejos, e as dificuldades que envolvem o trabalho de campo". Segundo a perspectiva da autora, tais relatos constroem outro texto acerca da experiência subjetiva do antropólogo em campo denominando-os, "relatos de intimidade".

BIOGRAFIA

ALMEIDA, Vale de Miguel, **Uma interpretação antropológica da Masculinidade**, Lisboa: Fim de Século Edições, 1995.

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos**. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

CORREA, Mariza. **Vida em Família: uma perspectiva comparativa sobre "crimes de honra" / Family Life: a comparative perspective on "crimes of honour"**. 1. ed. Campinas: Pagu/Unicamp, 2006. v. 1. 516 p.

DERBET,G.G. In: CARDOSO, Ruth (org.). **A aventura antropológica.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____, Guita Grin. **Quando a vítima é mulher**: análise de julgamento de crimes de estupro, espancamento e homicídio. Brasília/DF: CEDAC, 1987.

_____, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena & PISCITELLI, Adriana (orgs.). **Gênero e distribuição da justiça**: as delegacias de defesa da mulher e a construção das diferenças. Coleção Encontros. Campinas/ SP: Núcleo de Estudos de Gênero –PAGU/Unicamp, 2006a.

DEBERT, G. G.; SIMÕES, J. A**. Envelhecimento e velhice na família contemporânea.** São In E. V. de Freitas et al. (orgs.). **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Guanabara e Koogan, , 2006. pp 1366-1373.

DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (org.). **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.17-38.

DURHAM, E. **Família e reprodução humana**. In: FRANCHETTO, B; CAVALCANTE, M. L;

HEILBORN, M.L. (Orgs.). **Perspectivas antropológicas da mulher 3**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. pp.15-44.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes.** 2º vol. Rio de Janeiro: Zahar, 1994

ELIAS, Norbert. **Envolvimento e Alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento de uma prisão.** Petrópolis: Vozes, 1987.

_____ . **História e sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____**.História e sexualidade II: o uso dos prazeres.** Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____.**Sobre a História da Sexualidade. In**: **Microfísica do poder.** 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000. P.243 – 27.

_____. **Os intelectuais e o poder – conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: Microfísica do poder.** 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

Frota, M. H.de Paula F. e Santos, V. M., O femicídio no Ceará: machismo e impunidade? Fortaleza, Ed. UECE, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1988.

GÓMEZ, Olga Amparo Sánchez. Feminicidios en Colombia. 2007 – 2009. Bogotá: Casa de la Mujer, Funsarep, Ruta Pacífica, Vamos Mujer, 2010.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra; São Paulo, SP: ANPOCS, 1993.

_____, Maria Filomena. Feixes, paralelismo e entraves: as delegacias de defesa da mulher de São Paulo e as instituições. **Primeira Versão**. Vol. 132. Campinas/SP: IFCH/Unicamp, 2005.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de gênero e sexualidade**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998. 17 p.

Heilborn, M. L. (2004). Dois é Par. Gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Garamond Universitária.

JAGGAR, Alison M. e BORDO, Susan R. **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

JILL, Radford e Diana Russell, ***Femici tem coordenado ações de: the politics of woman* killing** (Twayne Publishers, New York, 1992)

MINAYO, M. C. de S **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 6 ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MORAES, A. F., Universal e Local nas Expressões da "Violência Conjugal". In: **Revista de Ciências Sociais**, Volume 37 – número 2 – 2006.

PONCIONI, P. A 'Feijoada': negociação e violência nas práticas policiais de mediação de conflitos. **Revista Praia Vermelha**, ESS/UFRJ, RJ, n.14/15, 1º/2º sem. 2006, p. 156–183. Disponível em http://www.ess.ufrj.br/download/revistapv_14_15.pdf. Acesso em 28.09.2010.

PORTELLA, A. P. et al. Homens: Sexualidades, direitos e construção da pessoa, Recife: SOS Corpo – Gênero e cidadania : Instituto Papai, 2004.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". In: **Revista Educação e Realidade** n.2, vol.15. Porto Alegre: 1990, pp.5-22.

_____, Joan W. Entrevista com Joan Wallach Scott. **Revista Estudos Feministas**, n. 1, 1998, p. 115.

_____. Joan W. Gênero: uma categoria útil de analise histórica. **Educação e realidade.** Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul. Dez 1990.

SCOTT, P. A família brasileira diante das transformações no cenário histórico global. In: SCOTT, P; COUTO, M. T. (Orgs.). Família, teoria social e identidade brasileira **Revista Anthropológicas**, Recife, ano 9 v 16 (1). Editora Universitária da UFPE, 2006. pp.217-242

RIFIOTIS, T. "As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a judicialização dos conflitos conjugais". **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, 19(1), 2004.

_____T. Alice do outro lado do espelho: Revisitando as matrizes das violências e conflitos sociais. In: **Revista de Ciências Sociais ,** Volume 37 – número 2 – 2006.

RIFIOTIS, T. Nos campos da violência: diferença e positividade. **Antropologia em Primeira Mão**. (19). Florianópolis, SC: UFSC, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SALEM, T. (1978). O velho e o novo: um estudo de papéis e conflitosfamiliares. Petrópolis, RJ: Vozes.

_____.(2007). O casal grávido. Disposições e dilemas daparceria igualitária. Rio de Janeiro: Editora FGV

SINGLY, F. de (2007). Sociologia da família contemporânea (C.E. Peixoto, Trad.). Rio de Janeiro: Editora FGV.

SOIHET, Raquel. "Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano", in: **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997.

VÁSQUEZ, Patsilí Toledo. Tipificar el Feminicidio? In: Anuário de Derechos Humanos. Universidad de Chile, Facultad de Derecho, Nº 4, ano 2008.

ZAHARIADIS, Nikolaos. (1995). *Markets*, **States, and Public Policies: Privatization in Britain and France**. Ann Arbor: University of Michigan Press.

_____. (1999**). "Ambiguity, Time and Multiple Streams"**. In Sabatier, Paul A. (ed.) *Theories of the Policy Process*. Oxford, Westview Press.

Zaranza, J.S. Meninas Mulheres – Histórias de violência no contexto da Rua, Monografia de Conclusão de Curso de Ciências Sociais,UFC, 2004.

Sites pesquisados:

RUBIN, G. S. The traffic in women: notes on the political economy‟ of sex. In: RAITER, R. (Ed.). Toward anthropology of women. Nova York: Monthly Review Press, 1975.

BUTLER, J. "Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo". In: LOURO, G. L. (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 151-172.http://www.ufscar.br/cis/wp-content/uploads/Guacira-Lopes-Louro-O-Corpo-Educado-pdf-rev.pdf

Comentário de Adriana Piscitelli- http://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a09.pdf

Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. Gayle S. Rubin- http://wmst419.drkissling.com/winter2011/wp-content/uploads/2010/12/Rubin1984.pdf

Tráfico sexual – entrevista*Gayle Rubin com Judith Butler- http://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a08.pdf

HEILBORN, M. L. e SORJ, B. "Estudos de gênero no Brasil". In:O que ler na Ciência Social Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Dubar, C. **Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos*** **htt**p://dx.doi.org/10.1590/S0101-73301998000100002 file:///C:/Users/hp/Desktop/cadernos_de_campo_n13_177-185_2005-libre.pdf 10.07.2014

Mulheres em formação: expressão do patriarcado numa história de empoderamento[1]

Sonia M. de Souza Brito[2]

Iole Macedo Vanin[3]

Esta comunicação objetiva apresentar as primeiras reflexões teóricas do projeto "Formação técnica, profissão professora: expressões identitárias das estudantes da Escola Técnica Federal da Bahia"(ETFBA), desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da UFBA. A contextualização deste fenômeno evidenciou que a formação profissional feminina constituiu-se em formas de empoderamento das mulheres brasileiras. Assim, a partir do Estado da Arte dos estudos acerca deste processo, buscamos analisar a trajetória da formação técnica das brasileiras, num contexto de feminização da atividade do magistério, no século XIX, atrelada a questões econômicas e sociais e sua consolidação, ao longo do século XX, a partir de representações generificadas, construídas para esta profissão. Finalizamos com uma discussão sobre o difícil e lento acesso das brasileiras à formação nas áreas tradicionalmente ocupadas por homens, num processo também identificado como elemento de empoderamento feminino.

Palavras-chaves: Brasil. ETFBA. Formação Técnica. Representações Generificadas. Empoderamento.

Introdução

> *(...) criticar a própria estrutura de um relato apresentado como universal, nas próprias palavras que o constituem, não somente para explicitar os vazios e os elos ausentes, mas para sugerir uma outra leitura possível.*
>
> *PERROT (1995: 9)*

Ao elucidar este significado para a tarefa de escrever uma história das mulheres, Michelle Perrot (1995: 9) nos apresenta a possibilidade de, desempenhando o que designa de um "empreendimento revelador e transformador", estabelecer novas perspectivas históricas e historiográficas para o sujeito "mulheres".

É esta a noção que mobiliza e impulsiona esta proposta de escrever sobre a trajetória histórica da formação técnica das mulheres brasileiras, com o objetivo de fazer um resgate do processo de inserção feminina no contexto da formação profissional. Parte-se do princípio de que «as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução, que elas são agentes históricos e possuem uma historicidade relativa às ações cotidianas, uma historicidade das relações entre os sexos.» (PERROT, 1995: 9)

Assim, uma proposta de contar a história do processo formativo de mulheres brasileiras, impõe esclarecer, antes de tudo, sobre de que história e de que lugar se fala. Assumimos, aqui, uma posição política do lugar de quem reconhece que fazer a história das mulheres é também estar imbuída numa luta feminista e que a história que se pretende narrar é, sobretudo, uma história das mulheres, numa perspectiva de gênero.

---

1 Trabalho apresentado no primeiro congresso da AILP, XII CONLAB, em fevereiro de 2015, no GT85B – Gênero, sexualidades e políticas públicas.

2 Doutoranda do Programa de Pós Graduação Estudos Interdisciplinares em mulheres, gênero e feminismo da Universidade Federal da Bahia. Professora do Instituto Federal da Bahia. E-mail soniasbrito@gmail.com.

3 Doutora em História pela Universidade Federal da Bahia; Professora do Departamento de Ciência Política. E-mail iolevanin2007@gmail.com

Assume-se, então, uma posição política inserida no contexto do próprio movimento feminista, com a intenção de fazer uma história dinâmica, que se envolva em intercâmbios interdisciplinares e com compromissos com a teoria e a política feminista. Uma história que, em termos metodológicos, extrapole a narrativa linear, e assuma o compromisso de ser «um relato complexo, que leve em conta, ao mesmo tempo, a posição variável das mulheres na história, o movimento feminista e a disciplina da história» (SCOTT, 1992: 65). É, também, uma postura de questionamento à prioridade dada aos homens em detrimento das mulheres, em grande parte dos relatos históricos e, acima de tudo, um desafio, a tão proclamada "competência histórica" de fazer um relato completo e de considerar o homem universal como objeto intrínseco da história.

Numa situação emblemática, é possível apontar o século XIX como o momento em que a mulher passará, ainda que não sistematicamente, a estar presente nos relatos históricos e, também, como aquele em que a mulher brasileira iniciará seu processo de formação profissional, ainda que de forma restrita. No que se refere à historiografia, este é o tempo de uma escrita positivista, de perspectiva política, organizada em torno dos acontecimentos públicos, onde as mulheres são sempre invisibilidades. Também é o tempo em que, sob a base da ideologia positivista, se formará a noção de nação no Brasil e que, impulsionadas por questões de ordens econômica e social, elas passarão a ter acesso à educação formal.

No final do século XIX e primeiras décadas do século XX, a história que começa a falar da mulher oculta o âmbito privado e o cotidiano e é, por isto, uma história que não considera nem torna visíveis as mulheres comuns. Os primeiros relatos sobre as mulheres perpetuam o modelo positivista da ênfase no personagem político, que se sobressaiu na esfera do público. Ainda na primeira metade do século XX, tem inicio um movimento, dentro das universidades ocidentais, que questionará os escritos históricos centrados no viés político-economicista e buscará dar maior visibilidade às mulheres na história e estudos historiográficos.

> Algumas estudiosas da história das mulheres pensavam que o enfoque mais prometedor consiste na 'nova história social' (...) este enfoque se centrou na classe trabalhadora, pobres e desfavorecidas ou a mulher 'silenciada' – empregadas domésticas, trabalhadoras assalariadas, as mães solteiras, as ativistas sindicais, as prostituta e as bruxas. Outras ressuscitaram a história da elite, a maioria das mulheres ocidentais, brancas que se tornaram ponto alto da história das ideias, da cultura, da arte e da música, da literatura, do direito, da medicina, da educação e da política. (OFFEN, 2009: 17)

É neste contexto que, como agentes históricos, as mulheres passam a ter visibilidade, a partir da emergência de novos temas, de novos objetos, sob a perspectiva do padrão masculino da História Social, sempre preocupada com as questões da resistência social e das formas de dominação política.

A partir da década de 1970, um movimento mais forte apontou para uma nova perspectiva no que tange ao estudo sobre as mulheres. Surge, então, uma noção historiográfica que traz para o centro da pesquisa histórica os espaços das relações sociopolíticas entre os sexos, ou de gênero e as questões das mulheres subordinadas. Este movimento será responsável por dar visibilidade às mulheres que foram abandonadas pela historiografia tradicional, escutando de forma cuidadosa as vozes das mulheres e descobrindo numerosas fontes. «Elas memorizam e interpretam as experiências femininas, suas palavras e ideias, suas atividades e contribuições» (OFFEN, 2009: 16)

Este movimento foi, sem dúvida, resultado da crescente e perturbadora pressão das mulheres que invadiram as universidades e criaram seus próprios núcleos de estudo e pesquisa. Assim, forçaram a inclusão de novos sujeitos femininos no discurso histórico, desde as trabalhadoras e militantes, até as bruxas, as prostitutas, as freiras, as parteiras, as loucas, as domésticas, as professoras, entre outras. Segundo Rago (1998:41), «a ampliação do conceito de cidadania, o direito à história e à memória não se processavam apenas no campo dos movimentos sociais, passando a ser incorporados no discurso, ou melhor, no próprio âmbito do processo da produção do conhecimento».

Para Scott (1992), este também é o momento em que as ativistas feministas reivindicaram uma história, ampliam seu campo de questionamento e passam a documentar variados aspectos da vida das mulheres no passado. A década de 80 marcou o rompimento, definitivo, com a história política, a partir da adoção do gênero como categoria de análise. Este é o momento do "rompimento" na forma de fazer e contar a história, uma vez que a

maioria dos que passam a usar o termo gênero se denominam historiadoras feministas e assumem o desafio de mudar a escrita da história.

Escandón (1992) apresenta o movimento feminista, com sua preocupação em situar as mulheres como sujeitos históricos e sua defesa na necessidade de avaliar a presença e o significado das mulheres, em uma sociedade e num momento determinado, como responsável pela reincorporação das mulheres na história. Partindo da ideia de que existe uma forma de «olhar no feminino» os fatos históricos, esta autora argumenta sobre a necessidade de perguntar sobre estes «no feminino», o que pressupõe dar ênfase a temas e problemas relevantes para as mulheres.

De acordo com a autora perguntar no feminino pressupõe analisar os papeis que mulheres e homens desempenham numa sociedade, numa perspectiva relacional, assim como indagar como a feminilidade se define desde o status à posição e papel que a mulher desempenha em relação com a posição e o papel dos homens.

> Um enfoque desta perspectiva necessariamente modifica a visão do que se entende tradicionalmente como história (o exercício do poder) e modifica também as premissas das categorias de análises históricas, ao privilegiar como objeto de análise a relação entre os gêneros. As relações entre os sexos se convertem então em uma categoria social, em uma construção social dada em um tempo e espaço determinados e não em uma relação condicionada pela biologia. (ESCANDÓN:13-14)

Este é, portanto, o momento em que a dificuldade em viabilizar a integração e a tarefa de reescrever a história exigiu dos historiadores das mulheres novas reconceitualizações e a necessidade de pensar a diferença. O termo gênero apresenta-se, então, como categoria capaz de teorizar a diferença sexual, de dar conta do aspecto relacional e de, pensado em termos de contextos social e cultural, abranger diferentes sistemas em suas relações com outras tantas categorias, como classe, raça/etnia, geração etc.

A proposta de utilização do conceito de gênero no campo da história marcou um movimento de transformação e, principalmente, de combate ao determinismo biológico. Utilizando a abordagem sócio-histórica do gênero, as historiadoras das mulheres defendiam que a utilização do gênero como categoria conceitual, promove um «engajamento político na perspectiva de promover a igualdade dos gêneros e o acesso das mulheres tanto à autonomia individual quanto ao poder político e econômico». (TILLY: 44)

Nas últimas décadas do século XX, no contexto da expansão dos enfoques e procedimentos pós-estruturalista nas ciências sociais, as relações de gênero vem de forma ambiciosa buscando uma transformação fundamental nos padrões de conhecimento.

> A reflexão histórica e sociocultural revelaria estratégias operativas para essa transformação: umas ligadas aos métodos e conceitos da historia social – mais discutindo-os e reformulando-os profundamente – e outras, as últimas, em extrema dependência das evoluções da antropologia e da linguística.(SANDOICA, 2004: 35)

De diferentes formas de expressão e perspectivas, ainda que tendendo a uma convergência de objetivos, estudos se apresentam como expressões da memória coletiva da história das mulheres, formando um leque de manifestações de variados lugares e representações, como Joan Scott, Michelle Perror` Louise Tilly, Luisa Passerini, entre outras. Neste contexto, os estudos sobre as mulheres e as relações de gênero se apresentam, para a história social, como espaço de experimentação, com novas fontes e técnicas, e se constituem em instrumento do pensamento sobre os usos e significados da historiografia, principalmente da história social e cultural.

A compreensão Scottiana de gênero como campo primário no qual e por meio do qual o poder é articulado, permite ao historiador entender os significados de gênero sob a organização concreta e simbólica da vida social. Garante, ainda, compreender as formas como determinados referenciais, entre eles o controle e acesso diferenciado aos recursos materiais e simbólicos, estabelecem distribuição de poder. Nesta perspectiva, gênero pode ser identificado como produto e como parte das relações de poder.

Ao criticar a proposta desconstrutivista de pensar a história das mulheres, de Scott, Tilly (1994:30) aponta

que uma história social voltada para uma análise de problemas oferece uma possibilidade real de operar uma ligação entre conhecimento de gênero, experiência das mulheres no passado e história em geral. Reconhece, entretanto, os méritos das historiadoras das mulheres em visibilizar suas experiências, oferecendo-lhe uma interpretação crítica. Aponta a importância destas "pioneiras" que colocaram as mulheres, suas atividades, suas concepções, assim como as suas diferenças de classe, raça, origem e condições, numa posição de atores da história.

Para esta autora, «este processo de reabilitação teve um grande peso não somente no desenvolvimento geral dos objetos da história, mas também na formação da consciência feminista e numa maior compreensão, por parte do público, da desigualdade dos sexos» (TILLY, 1994: 59)

Contar a história da formação técnica das mulheres brasileiras, numa perspectiva de gênero, representa, no contexto dessa discussão, uma opção historiográfica pelos pressupostos de uma história social/cultural, pensada e articulada com os estudos que evidenciam as formas pelas quais as representações e os símbolos constroem gênero e relações sociais. Entende-se, assim, que os pressupostos das duas concepções historiográficas não se excluem, ao contrário, se complementam e permitem a diversificação das respostas acerca do contexto histórico analisado. Parte-se do princípio de que a história que se quer contar leva em conta as experiências heterogêneas das mulheres, em suas interações com as diferentes relações de poder, de classe e de sexo e, principalmente, aquela em que as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da história.

Também representa uma posição política feminista, pois, compreendendo que não existe produção neutra, assume-se a postura consciente de estar contribuindo para afirmação das mulheres como sujeitos e objetos da história. Para o descrédito das correntes historiográficas ancoradas na análise de um sujeito humano universal, excludente em relação às mulheres, evidenciando a influência destas na vida pública e, principalmente, provando que a vida privada tem uma dimensão pública. E ainda, para a introdução da diferença, para «fragmentação de uma ideia universal de 'mulheres' por classe, raça, etnia, geração e sexualidade», substituindo a crença na possível identidade única entre as mulheres por outra, firmada na certeza da existência de múltiplas identidades. (SOIHET; PEDRO, 2007: 287)

Formação técnica das mulheres brasileiras: uma história em construção

> *Historicamente, em geral, as mulheres têm estado do outro lado do exercício do poder, do lado da condição de subalternidade. Não puderam decidir sobre suas vidas, não se construíram como sujeitos, não exerceram ou exercem o poder e não o acumulam, mas o reproduzem, não para elas mesmas, mas para aqueles que de fato o têm controlado sempre.* (*Costa 1993:19)*

O modelo de mulher constituído no Brasil desde o período colonial era o da Virgem Maria, a imagem católico-cristã da pureza, da abnegação e dedicação indelével à famìlia. Cerceada de sua liberdade, privada do livre arbítrio e sufocada em sua individualidade, a mulher brasileira deveria ser educada sob as bases da moral cristã, para ser boa filha, irmã, mãe e conhecedora inigualável dos afazeres domésticos e das prendas do lar.

Assim, até o século XIX, a mulher brasileira ficou excluída de qualquer direito relativo à educação profissional. A própria Constituição Imperial determinava uma formação diferenciada para as mulheres, que deveria ocorrer em escolas separadas dos homens, com um currículo não profissionalizante, destinado à formação de donas de casa prendadas e obedientes a seus pais e seus maridos e conhecedoras da doutrina católica. Também a primeira Lei de Instrução Pública do Brasil, de 1827, determinava a instrução para as mulheres como necessária, pois elas são responsáveis pela primeira educação dos filhos.

Esse tipo de instrução, destinada a atender as demandas de uma sociedade patriarcal e claramente sexista, se concretizou nas famílias mais abastadas. Visando educar suas mulheres para serem mães, capazes de dar as primeiras lições aos filhos, contratavam preceptoras, professoras primárias, na maioria das vezes europeias,

para ensinarem às meninas as primeiras letras, as boas maneiras, as prendas domésticas, além do conhecimento das artes e da música. O objetivo de preparar as mães para auxiliar a escola na educação dos filhos homens, particularmente no que tange a formação moral, acabou por iniciar o processo de formação feminina, incorporadas ao sistema de forma a garantir sua manutenção.

Mesmo a formação para o exercício do magistério, profissão feminizada ao longo do período republicano, continuou sob o controle masculino durante a maior parte do século XIX. As primeiras escolas normais para a formação de professores, criadas entre 1835 a 1880, permaneceram destinadas aos homens, embora, aos poucos, foram deixando de atraí-los, pois os salários baixos e as difíceis condições de trabalho acabavam por direcionar a um desinteresse da maior parte da população com acesso à educação.

O processo de feminização do magistério ocorrerá, portanto, por questões econômicas que indicou o abandono gradativo dos poucos homens que optavam pelo magistério, vez que a desvalorização salarial da profissão impedia-os de continuarem na carreira docente. Por outro lado, o acesso, ainda que restrito, das mulheres a esse processo formativo representou uma forma de buscar uma possibilidade real de sustento para mulheres das camadas menos abastadas da sociedade.

Proclamada a República em 1889, a perspectiva de modernização apresentava-se no imaginário dos brasileiros como algo concreto e naturalmente associada ao novo regime. As primeiras décadas do século XX, anunciaram um modelo de progresso urbano que seria fundamental para a transformação do perfil social do país, assim como de um novo estilo de vida que exigiria mudanças em diferentes ambitos e setores da sociedade. No campo educacional, diferentes formas de tranformações ocorreram, ampliando a própria concepção de educação. Isto promoveu uma renovação nas instituições por ela responsável, como a família, a escola , a fábrica e passou a englobar novos protagonistas, como a criança e a mulher.

O processo de urbanização do país, marcado pelo surgimento de novos grupos sociais, como os imigrantes, as categorias médias e as de operários e trabalhadores do comércio, vai dar, assim, um novo tom às demandas sociais, caracterizadas pelas novas expectativas e práticas educativas e outras oportunidades de trabalho. É no interior desta nova dinâmica socioeconômica que um novo estatuto de escola se institui.

> O magistério se tornará, neste contexto, uma atividade *permitida* e, após muitas polêmicas, *indicada* para mulheres, na medida em que a própria atividade passa por um processo de ressignificação; ou seja, o magistério será representado de um modo novo na medida em que se feminiza e para que possa, de fato, se feminizar. (LOURO, 1997: 95)

Embora continuasse marginalizada, a mulher, então responsável direta pela educação dos filhos, passou a despertar uma atenção do Estado, identificada como um dos instrumento do progresso prometido pelo regime. A óbvia necessidade de instruir a mulher para que ela pudesse dar conta de educar adequadamente o filho homem, trouxe para o centro do pensamento educativo e da reflexão pedagógica o problema de gênero. Para Cambi (1999: 638) este processo indicou uma concepção que colocou «em dúvida o modelo tradicional de formação caracterizado como 'sexista' (vinculado apenas ao modelo masculino, visto como superior e universal...)».

Entretanto, este processo se deu sob a perspectiva de conciliar a docência com o tradicional e enraizado papel da mulher e seus afazeres domésticos. A compreensão de que casamento e maternidade constituíam a natural e verdadeira carreira feminina, impõe que, para não ser considerado um desvio social, qualquer outra atividade profissional deveria se ajustar a ela. «Em seu processo de feminização, o magistério precisou, dessa forma, tomar de empréstimo atributos que são tradicionalmente associados às mulheres, como o amor, a sensibilidade, o cuidado, entre outros, para que pudesse ser reconhecido como uma profissão admissível ou conveniente». (LOURO, 1997: 96) Dessa forma é «permitido» às mulheres acessarem as escolas de formação docente, mas sob a perspectiva androcêntrica de educação e currículos generificados, constituídos de normas e práticas em consonância com as concepções hegemônicas do feminino.

Embora atrelada à necessidade de caráter sexista e sob os princípios de uma concepção patriarcal e androcêntrica, a educação feminina vai ganhando espaço. Amplia-se ao longo da década de 1920, quando uma movimentação em torno de questões sociais mobilizará setores da sociedade no questionamento ao analfabetismo

e na defesa do ensino gratuito. Estes elementos são elucidativos das novas possibilidades que se abrirão, neste contexto, à instrução feminina, assim como do aumento do número de mulheres que passarão a ter acesso à formação escolar.

O acesso feminino à instrução no Brasil, desde o início, foi marcado pela questão de classe: apenas as mulheres dos setores mais abastados da sociedade brasileira conseguiam acessar níveis mais elevados de instrução, enquanto a educação dos setores menos privilegiados ficava restrita à aprendizagem das primeiras letras e às prendas domésticas. Ainda assim, a educação das mulheres oriundas de setores economicamente e socialmente privilegiados, esteve sob o controle da igreja católica. Em seus internatos para «moças de boa família» generificava a formação, identificando como principio fundante da educação feminina a preservação da moral cristã, a formação para o lar e para o casamento e a obediência inquestionável ao poder masculino dentro e fora de casa.

Também se apresentava identificada pela questão racial e étnica, vez que mesmo as mulheres pobres que conseguiam acessar a formação escolar estavam marcadas pela identidade étnica hegemônica, ou seja, eram pobres, mas brancas. Isso quer dizer que as mulheres negras ou de origem indígenas continuavam excluídas dos direitos formais e informais, pois não eram visibilizadas num sistema de educação conservador, tradicionalmente generificado e dominado pelos representantes das categorias brancas hegemônicas.

Nos anos 20, o aprofundamento do processo de abandono masculino ao magistério e o aumento de escolas normais não religiosas que atendiam a um público feminino, necessitado de se inserir no mercado de trabalho, garantem uma ampliação do acesso de mulheres de categorias menos abastadas à formação. Como consequência disso ocorre a ampliação do processo de feminização do magistério primário. Para Almeida (1998: 71), «o maior motivo de as mulheres terem buscado o magistério estava no fato de realmente precisarem trabalhar».

A transformação do magistério em uma profissão feminina também pode ser explicada pela forte associação entre o trabalho docente e as ocupações tradicionalmente destinadas à mulher, a de ser filha, mãe, esposa. Assim, ser professora era como dar continuidade ao ser doméstica, que cuida da casa, dos filhos, os educa e lhes dá os primeiros ensinamentos. Além disso, era a possibilidades de exercer uma profissão sem ter que abandonar os tradicionais afazeres e papeis sociais desempenhados pelas mulheres.

Durante o período do governo Vargas (1930-1945), o modelo urbano-industrial se consolida, a partir de uma política de Estado, concebida com o objetivo de constituir as bases do desenvolvimento capitalista do país. Apontando para novas e crescentes demandas de formação profissionais, este modelo econômico impulsionou, ainda no Governo Provisório, a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, responsável pelos primeiros decretos sobre educação, pela inserção na Constituição de 1934 do Conselho Nacional de Educação e, em 1942, já no governo ditatorial estadonovista, pelas leis orgânicas do ensino, através da implementação da reforma encampada pelo Ministro Gustavo Capanema.

No que se refere ao ensino industrial e profissional, a Reforma Capanema concebeu a partir da Lei Orgânica do ensino profissional, um ensino mantido pelo sistema oficial, mais procurado pelas categorias sociais mais abastadas e outro pelas empresas através do SENAI e SENAC, destinados a atender as classes menos favorecidas. Tal dualidade correspondia à divisão econômico-social do trabalho e definia, segundo Romanelli, (1985:169) «o sistema educacional, de modo geral, como um sistema de discriminação social», perpetuando a tradicional e já consolidada distinção entre o trabalho intelectual e o trabalho manual.

Nesta perspectiva a educação concebida pela Reforma Capanema estava destinada a

> servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais. (...); uma educação destinada a elite, outra educação urbana, uma para jovens que comporiam 'exército de trabalhadores necessários à utilização da riqueza potencial da nação' e outra para as mulheres. (SCHWARTZMAN et al, 1984:189).

Para as mulheres, a reforma recomendava que a educação fosse realizada em estabelecimento de frequência exclusivamente feminina, constituindo as escolas normais domésticas, urbanas e agrícolas, destinadas à formação de professoras para o ensino doméstico e, principalmente, o ensino normal, administrado pelo Estado, para atender as escolas primárias.

Previa, também, o chamado «ensino doméstico», assim dividido: o ensino *doméstico geral*, para meninas a partir dos 12 anos, com certificação final de «dona-de-casa» e o *ensino doméstico industrial*, desenvolvido nas escolas industriais para mulheres, cujo objetivo era habilitá-las «para o trabalho na indústria dentro e fora do lar», e o *ensino doméstico agrícola*, que visava «a formação de profissionais capazes de orientar, dirigir ou auxiliar as atividades relacionadas com a vida rural».

> Em todos os casos, as diferenças destes cursos profissionalizantes femininos com os demais, destinados aos homens, eram principalmente de sexo e função, e não tanto de saber. O "doméstico" é claramente usado em substituição a "profissional". O ensino agrícola visava, por exemplo, "a formação de profissionais capazes de orientar, dirigir ou auxiliar as atividades relacionadas com a vida rural"; já o ensino doméstico agrícola procurava preparar a mulher para atividades dentro e fora do lar, como colaboradora de todas as atividades relacionadas ao sistema produtivo agrário. (SCHWARTZMAN et al, 1984:190)

Significativo, neste contexto, é o fato de nenhum desse tipo de formação garantir o acesso das mulheres à educação superior, à universidade, uma vez que esta só poderia ser acessada através do ensino secundário comum, geralmente destinado aos homens.

Como se pode observar, ainda que as brasileiras tenham avançado em termos de alcance aos direitos a elas negados, nas primeiras décadas do século XX, como por exemplo, o direito ao voto, adquirido na década de 1930, em termos profissionais o cenário brasileiro pouco ou nada mudou para as mulheres. Até a década de 1970 o magistério era a área profissional considerada naturalmente destinada à mulher, o que explica, em parte, a dificuldade das mulheres acessarem a formação técnica industrial, num país em processo de desenvolvimento e de crescimento de seus polos industriais.

Entre os anos de 1968/69 a Diretoria do Ensino Industrial e o Ministério da Educação estabeleceram convênios com países do Leste Europeu, no sentido de reequipar algumas escolas federais e outras do SENAI, com máquinas e equipamentos diversos. Esta reestruturação técnica, vivenciada pelo ensino industrial brasileiro, relaciona-se com o processo de modernização produtiva, decorrente da expansão capitalista no país que exigia a qualificação e formação de técnicos industriais.

Parte integrante do projeto de desenvolvimento econômico de base autoritária, este processo insere-se num contexto político-ideológico marcado pela acentuação do regime ditatorial, instalado pelos militares a partir de 1964.

> A partir de 1964 o ensino técnico e a educação brasileira em geral, como elementos componentes da superestrutura social, passam a se organizar no sentido de atender às novas necessidades criadas pela transformação de base econômica, qual seja, as transformações operadas para dinamizar a economia na direção do avanço da (re) produção da acumulação capitalista, agora ainda mais integrada ao capitalismo de nível mundial (MACHADO, 1989: 65-66)

No contexto da formação de trabalhadores, o país vivenciou um intenso debate em torno do objetivo da educação de 2º grau, que assumiu, a partir da Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º Graus, de 1971, um caráter finalizador, com a determinação da obrigatoriedade da profissionalização. Para os administradores educacionais do Regime Militar, a Lei 5.692/71 visava, sobretudo, garantir uma finalidade própria ao ensino de 2º grau, diferente da mera função propedêutica.

A criação do I e do II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (PNDE), em 1971 e 1975, respectivamente, marcam a opção do Brasil pela aceleração do crescimento econômico, apesar da crise mundial do petróleo e da recessão econômica. Contendo programas específicos, como a implantação dos Corredores de Transportes, do Programa Petroquímico e do Programa de Comunicações, estes planos encaminham para a criação de cursos técnicos em áreas afins e para profundas mudanças na política da educação profissional.

Assim, Escolas Técnicas do país serão envolvidas por este processo de reestruturação e passará, nesta década, por grandes transformações na sua estrutura orgânico-administrativa e nos seus processos acadêmicos, com novos parâmetros definindo sua dinâmica didático-pedagógica. Na Escola Técnica Federal da Bahia – ETFBA, por exemplo, estas mudanças estão diretamente relacionadas com as transformações econômicas ocorridas na região metropolitana de Salvador, com a criação do CIA, o surgimento do Pólo Industrial de Camaçari, entre outros, determinando um processo de concentração populacional e produtivo.

Esta intensificação industrial e urbana provocou o crescimento do sistema educacional, na medida em que os governos militares tomaram medidas para atender a demanda crescente por vagas e qualificação profissional. Embora historicamente as mulheres já tivessem iniciado, em décadas anteriores, um movimento de busca pela formação, este é o momento em que, no Brasil, as mulheres se mobilizarão no sentido de garantir uma formação técnica industrial. Isto explica a crescente presença de estudantes do sexo feminino em escolas marcadas como espaços masculinos, assim como o aumento de mulheres qualificadas atuando no mercado de trabalho em funções, até então, reservadas aos homens.

As manifestações promovidas pelas mulheres contra as formas de opressão permitiram que elas ocupassem papéis até então reservados aos homens no campo profissional. Entretanto, a inserção de um número expressivo de mulheres no mercado de trabalho se deu de maneira diferenciada e desigual, ou seja, em condições subalternas e com salários menores aos pagos aos homens para desempenhar a mesma função e serviço. Além disso,

> o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, infelizmente não se deu na velocidade que é demandada pela população feminina, nem de maneira a incorporar as necessidades e expectativas diferentes que condicionam a entrada e a permanência das mulheres no mercado de trabalho (FREITAS, 2004:13).

Ainda que a invisibilidade das mulheres, produzida a partir de discursos que apresentam o privado e o mundo doméstico como seu espaço natural, já vinha sendo gradativamente rompida, as atividades por elas desempenhadas continuavam rigidamente controladas e dirigidas por homens, apresentadas como secundárias, de apoio, ou auxílio. Nos anos de 1970, muitas carreiras pretendidas por mulheres que ingressavam nas escolas técnicas de todo o pais, buscando uma formação técnico-industrial, eram consideradas masculinas. As empresas, em sua maioria, ainda preferiam homens e quando apresentavam interesses em empregados do sexo feminino, ofereciam salários inferiores aos que pagavam aos seus funcionários do sexo masculino.

> Em contraposição a isso, como consequência das transformações estruturais do mercado de trabalho industrial a nível internacional e nacional com os programas de 'qualidade e produtividade' ditados pelo novo modelo de acumulação primitiva, cresce, assustadoramente, a incorporação de mulheres trabalhadoras no setor de prestação de serviços (neste caso estamos falando do setor de alimentação e limpeza, ou seja, setores terceirizados), estes considerados, também, como setores femininos que absorvem um grande contingente da mão de obra subcontratada e de baixa remuneração e não por acaso, onde predomina o trabalho feminino classificado como trabalho desvalorizado e não qualificado. (PACHECO, 1997:56)

Referenciando-se em Kergoat (1986) e Lobo (1991), Pacheco (1997: 56) analisa que a baixa participação das mulheres nos setores mais dinâmicos da indústria brasileira na década de 1970, principalmente em áreas onde o trabalho tende a exigir maiores níveis de qualificações, pode, a princípio, ser explicado pela dificuldade de acesso feminino ao processo de qualificação. Entretanto, chama a atenção da necessidade de se discutir outras significados do saber-fazer feminino que não se inscrevem unicamente do contexto do processo produtivo. Nesse debate, interessa-nos entender que as razões dessa reduzida incorporação estão localizadas nas práticas e representações assimiladas historicamente pelas mulheres brasileiras. Estar ou não qualificadas para determinadas atividades se relaciona, principalmente, com a forma como se dá a separação entre a concepção e execução das tarefas.

Também no que tange à formação superior, a década de 1970 é marcada pela predominância masculina em áreas de profissionalização ainda consideradas redutos dos homens. Em estudo sobre a situação feminina na

Universidade Federal da Bahia, Passos (1997), tomando como referência os anos de 74 e 84, nos indica o perfil de gênero dos cursos oferecidos, então, na instituição. Assim, a autora apresenta a forma como a universidade representa um espaço que reproduz a tendência generificada que caracteriza o mundo do trabalho naquele contexto. Um bom exemplo disso pode ser representado pelo perfil masculinizado das engenharias e feminizado de profissões das áreas da educação e da saúde, principalmente dos cursos de licenciaturas, pedagogia, psicologia, enfermagem, farmácia e nutrição e praticamente todos da área de Artes.

Para Tosi (1981 apud PASSOS, 1997:143), as profissões mais feminizadas são «aquelas que comportam uma extensão do domínio social de seus papeis de mães; como educadoras – encarregadas de transmitir o patrimônio cultural e, como servidoras, devotadas ao serviço dos outros». Em outras palavras, aquelas profissões consideradas convenientes à biológica função de procriadora e aos papeis sociais de esposa e mãe.

O mesmo estudo indica o perfil de classes que caracteriza a escolha pela profissão dos baianos, no referido período, apresentando o curso de letras como aquele que mais atrai mulheres de camadas sociais menos abastadas. Neste caso, além das questões ideológicas responsáveis por introjetar nas pessoas os lugares que cada um deve ocupar e definir papeis a desempenhar, «também a questão social e as formas de produção vão definir essas escolhas e os lugares que homens e mulheres devem ocupar». (PASSOS, 1997:146)

Formação profissional feminina: uma história de empoderamento

> *Não parece ser possível compreender a história de como as mulheres ocuparam as salas de aula sem notar que essa foi uma história que se deu também no terreno das relações de gênero: as representações do masculino e do feminino, os lugares sociais previstos para cada um deles são integrantes do processo histórico. (LOURO 2006:478)*

Se a presença das mulheres nos bancos da escola, se profissionalizando, parece algo natural nos nossos dias, a história desse processo é demarcada por uma luta de afirmação, que encontra no movimento feminista sua maior e mais legítima expressão. «As mulheres que estão nas escolas hoje se constituem, não somente pelas e nas práticas cotidianas imediatas, mas também por todas as histórias que as atravessaram». (Louro, 2006: 477-78)

E essa é uma história de militância política, atravessada pela luta por direitos individuais, particularmente pelo sufragismo e pelo acesso à educação formal, que ganhou forma concreta em vários países a partir do século XIX e que no Brasil encontra em pioneiras como Nísia Floresta Brasileira Augusta, uma de suas principais expressões. Sardemberg e Costa (1993:15) apresentam-na como a primeira voz do pensamento feminista, cujas obras, no século XIX, «marcam o despertar de uma consciência crítica da condição feminina na nossa sociedade», num debate em torno do direito à educação e à profissionalização da mulher. As autoras resgatam no nosso passado, as condições de subordinação da mulher brasileira: uma sociedade formada por um patriarcado enraizado, historicamente, pelas relações senhoriais dos períodos colonial e imperial e pela exclusão da mulher de qualquer forma de direitos, numa nascente república que, paradoxalmente, se proclamava liberal ao declarar constitucionalmente que todos são iguais perante a lei.

Em um contexto político-social de extrema limitação dessas noções, onde a igualdade formalmente garantida, não atingia os códigos patriarcais, que continuavam submetendo as mulheres ao espaço do doméstico e à vontade do pai e do marido, a luta por igualdade empunhava a bandeira do direito ao voto, à educação e a profissionalização. Eram travadas, principalmente, «por mulheres letradas, das camadas médias urbanas, que utilizarão como principal veículo para suas reivindicações a palavra escrita, através de livros e publicações em jornais literários, voltados para o público feminino». (SARDENBERG; COSTA, 1993: 9).

No Brasil, o acesso da mulher ao trabalho se dará nas mesmas condições de inferioridade a qual estava submetida no espaço doméstico, o que justificará o pagamento de salários inferiores aos dos homens, embora com

as mesmas jornadas de trabalhos excessivas e insalubres. Isto representará o motor gerador da conscientização que dará origem ao movimento feminista no final do século XIX e sua afirmação no século XX.
Será essa a condição que impulsionará a passagem do discurso feminista para a ação, na luta pela conquista por direitos jurídicos/políticos, sobretudo o sufrágio. Faz parte desse movimento o surgimento de jornais feministas em diferentes pontos do país, como o jornal «O Sexo Feminino», lideradas por mulheres ilustradas da classe média, como Francisca S. da M. Diniz, e a organização da luta das mulheres, no início do século XX, em torno da conquista do voto feminino, reforçada pelas criações, em 1919, do «Partido Republicano Feminino» e da Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, que posteriormente será transformada em Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) (SARDENBERG; COSTA, 1993: 17). Representam grandes marcos dessa luta, a concessão do direito de voto às mulheres, na formação da Constituinte de 1932, a incorporação desse direito na Constituição de 1934 e a eleição, neste mesmo ano, da primeira deputada federal, Bertha Lutz. Esta luta, entretanto, não se esgotou com os avanços institucionais, com o acesso aos direitos individuais e com a presença das mulheres nas escolas e no mundo do trabalho, inclusive em profissões marcadas, tradicionalmente, pela sua exclusão. Para Scott (1992: 69)

> No espaço aberto pelo recrutamento de mulheres, o feminismo logo apareceu para reivindicar mais recursos para as mulheres e para denunciar a persistência da desigualdade. As feministas na academia declararam que os preconceitos contra as mulheres não haviam desaparecido, ainda que elas tivessem credenciais acadêmicas e profissionais, e se organizaram para exigir uma totalidade de direitos, as quais suas qualificações presumivelmente lhes davam direitos.

A partir desta realidade, Scott (1992:70) apresenta a oposição entre «profissionalismo» e «política», como «parte da autodefinição da profissão como uma prática especializada, baseada na posse compartilhada de extensivo conhecimento adquirido através da educação». Reconhece que as profissões e as organizações profissionais estão estruturadas hierarquicamente, na medida em que os estilos e padrões dominantes operam no sentido de incluir ou excluir.
No Brasil, ou em outros países, a década de 1970 foi marcada por acirrados debates em torno de questões relativas à submissão das mulheres, assim como pela incorporação, no espaço acadêmico, de reflexões acerca do papel social da mulher, da igualdade de direitos e de oportunidades. Desses debates surgirão teorias que possibilitarão respostas às demandas oriundas do movimento feminista.
Sob influência de um «feminismo moderno», articulado em torno da afirmativa de que «o pessoal é político», desenvolvido na Europa e nos Estados Unidos, a partir da década de 70, as feministas brasileiras encontrarão respaldo ideológico para acirrar os debates em torno de questões como a divisão sexual do trabalho e o papel tradicional da mulher na família e na sociedade. Paradoxalmente, será exatamente no contexto da repressão e do autoritarismo imposto pelo regime militar, que o feminismo brasileiro irá resurgir, como movimento de resistência, na década de 1970.
E é sob a perspectiva desse movimento feminista que as mulheres brasileiras se empoderam, assumem espaços antes restritos aos homens, se colocam em funções e desenvolvem atividades antes exclusivamente masculinas. O crescente acesso das mulheres à profissionalização em áreas generificadas, naquele contexto, representa um elemento importante neste processo de empoderamento. Embora se apresente como alguns passos num caminho que elas precisarão trilhar nas décadas posteriores, os anos de 1970 assumem significante papel na construção histórica da formação feminina e no processo de visibilidade das mulheres brasileiras.

Considerações Finais

A trajetória histórica da formação das mulheres aqui apresentada, demonstra que a educação representa um significativo fator de acesso ao mundo trabalho, uma vez que maior nível de escolarização amplia as possibilidades de participação nas atividades produtivas. Entretanto, isto nem sempre equivale à construção de equi-

dade em relação à condição social e econômica masculina e às atividades e papeis que o homem desempenha na sociedade. Isso porque o mundo produtivo continua atravessado por princípios e normas androcêntricas, como também pelo próprio papel exercido pela escola na manutenção de regras sociais patriarcais, reforçando a tradicional condição da mulher, seus papeis de esposa, mãe, cuidadora e destinada a atividades profissionais que reproduzem esta condição e papeis.

A urbanização e industrialização vivenciadas pelo Brasil, a partir do final do século XIX, foram fundamentais para a mudança de determinados valores culturais, constituindo-se em fatores de construção de oportunidades de escolarização das mulheres brasileiras. Entretanto, não foram suficientes para promover a igualdade de oportunidades e acesso a determinadas profissões.

Invisibilizadas em contextos sociais de atraso e subdesenvolvimento, as mulheres conseguem impor suas presenças na escola formal e no mundo do trabalho nas sociedades que ampliam suas possibilidades de desenvolvimento. Assim, no Brasil republicano, caracterizado por um crescente processo de industrialização e urbanização, principalmente a partir dos anos 30, as mulheres conseguirão impor uma atitude positiva que lhes permitiu abrir as portas da escola e do mundo do trabalho.

Isto, entretanto, se dará sob a tutela militante do chamado movimento feminista, que surge no país no final do século XIX, atravessa as primeiras décadas do século XX imbuído da defesa dos direitos ao voto, ao acesso à educação e à profissionalização e chega aos anos 70 com uma força capaz de se colocar na defesa por maiores espaços de participação da mulher em diferentes setores da sociedade.

Propondo-se analisar a crescente participação das mulheres brasileiras em todas as atividades, dando visibilidade à importância do movimento feminista neste processo, Rago (2003: 2) apresenta como este movimento emergiu, a partir da década de 1970, com forte pressão questionadora «não só da opressão machista, mas dos códigos da sexualidade feminina e dos modelos de comportamento impostos pela sociedade de consumo».

Assim, no contexto das críticas à sociedade patriarcal capitalista, as feministas impunham, além da linguagem própria, uma forma particular de pensar a si mesmas, numa perspectiva de incorporar o universo feminino na esfera pública. Dessa forma «as questões do mundo privado, da subjetividade, da família, da sexualidade, das linguagens corporais ganharam visibilidade de dizibilidade» (RAGO, 2003: 5), passam a serem discutidos em diferentes espaços de produção, favorecendo a busca por novos conceitos capazes de enunciá-los e interpretá-los.

Referência bibliográfica

ALMEIDA, J. S. de. **Mulher e Educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: Editora. UNESP, 1998.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

COSTA. Ana Alice Alcântara. **As donas do poder**. Salvador: NEIM/UFBA – Assembleia Legislativa da Bahia, 1993

ESCANDÓN. Carmem Ramos. *La nueva história, el feminismo y la mujer.* In. ESCANDÓN, C.R. (org)**. Género e História.** México: Instituto Mora/UAM. 1992. p.7-37

HILSDORF, M.L.S. **História da Educação Brasileira**: leituras. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2005.

LOBO, Elizabeth S. **A Classe Operária tem Dois Sexos:** trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Louro, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ : Vozes, 1997.

_____. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das mulheres no Brasil.** 5.ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 443-481.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Educação e divisão social do trabalho**: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

OFFEN, Karen. **História de las Mujeres**. La Aljaba segunda época. Revista de Estudios de la Mujer**.** V. XIII, Ano 2009. Luján: Universidad Nacional de Luján, Universidad Nacional de la Pampa. Argentina .

PACHECO, Ana Claudia Lemos. Uma caracterização do trabalho feminino no Pólo Petroquímico de Camaçari-Ba, In: COSTA, ANA ALICE Alcântara e ALVES, Ivia Iracema (Orgs) **Ritos, Mitos e fatos**: Mulher e Gênero na Bahia. Coleção Bahianas. Salvador: NEIM/UFBA, 1997, pp 55-62.

PASSOS, Elizete Silva. Presença feminina nos cursos de Graduação da \universidade Federal da Bahia. In: COSTA, ANA ALICE Alcântara e ALVES, Ivia Iracema (Orgs) **Ritos, Mitos e fatos**: Mulher e Gênero na Bahia. Coleção Bahianas. Salvador: NEIM/UFBA, 1997, pp. 135-150.

PERROT, M. Escrever uma história das mulheres*:* relato de uma experiência. In.: **Cadernos Pagu**, n. 4, 1995. p. 9-28. Disponível em:

http://www.ifch.unicamp.br/pagu/sites/www.ifch.unicamp.br.pagu/files/pagu04.02.pdf

PINSKY, Carla Bassanezi *Estudos de Gênero e História Social*. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril/2009.

RAGO, M. *Epistemologia feminista, gênero e história*. In.: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. (org.) **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 21-41.

_____. Os feminismos no Brasil*:* dos "anos de chumbo" à era global. **Revista Estudos Feministas. Nº** 3, janeiro/ julho 2003

ROMANELLI, O. de O. "História da Educação no Brasil (1930 / 1973)" Petróplis-RJ, Vozes, 1985

SANDOICA. Elena Hernandez. História de las Mujeres como historia social. In: SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1976.

SCOTT, Joan Wallach. *História das mulheres*. In. BURKE, Peter (org) **A escrita da História.** Novas perspectivas. São Paulo: Unesp. 1992. p.63-95.

SOIHET, R.; PEDRO, J.M. *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero*. In.: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 54, 2007. p. 281-300.

SCHWARTZMAN. S, et al. **Tempos de Capanema**. Editora da Universidade de São Paulo e Editora Paz e Terra, 1984.

TILLY, Louise A. ***Gênero, História das Mulheres e História social***. Cadernos Pagu, Nº 3, 1994, Campinas/ SP. p 29-62.

Política e gênero no cotidiano: o projeto Mulheres da Paz em Porto Alegre/Brasil

Anelise Gregis Estivalet
anegregis@hotmail.com

Resumo: Fatos relativos à violência e as políticas sociais que lhes são concernentes, como também as discursividades orientadas à promoção da cidadania tem transformado as esferas pública e privada da vida de mulheres residentes em periferias urbanas. Assim, esta investigação buscou identificar a singularidade da atuação das mulheres na política do cotidiano no espaço das comunidades onde vivem, aproximando-se da perspectiva de construção do sujeito mulher (segundo Judith Revel). O campo de investigação foram as atividades do projecto "Mulheres da Paz" (Ministério da Justiça/Brasil), desenvolvidas em Porto Alegre/Brasil, entre 2010 e 2012. O objetivo central foi comprender como se organiza a participação das mulheres em tal iniciativa governamental quando atuam no espaço público, desde práticas individuais e/ou coletivas no trato da violência e, mais especificamente, como as mulheres, ao receberem capacitação em direitos humanos, passaram a se constituir enquanto sujeito das políticas. A investigacão utilizou referenciais metodológicos que abarcaram a análise de documentos, a realizacão de entrevistas semiestruturadas e a observação em campo. Neste interim, concluiu-se que o projecto possibilitou a criação de espaços nos quais as potencialidades das mulheres emergem, produzindo novas significações para suas própias trajetórias.

Palavras-chave: Política, gênero, violência, cotidiano, política pública.

1. Introdução

Mesmo que os homens representem aproximadamente 90% das vítimas de homicídio no país, isto não significa que as mulheres estejam livres da violência, mas, sim, que os mecanismos de controle e dominação a elas impostas, simplesmente por serem mulheres, incluem um repertório mais amplo de crimes que não necessariamente acabam em homicídio: ameaça, estupro, espancamento, controle das relações pessoais, assédio moral, torturas física e psicológica, além do homicídio.

No contexto da proposição de políticas para tentar diminuir a incidência de atos violentos contra as mulheres, criaram-se projetos como tentativas de resposta à necessidade de predispor dotações sociais para ampliar as oportunidades às mulheres e tentar diminuir a incidência de atos violentos contra elas. Este seria o caso, segundo entendemos, do Projeto Mulheres da Paz, no Brasil.

Ao constituir a mulher enquanto sujeito das políticas, e entendendo sua atuação como possuidora de singularidade nas relações cotidianas, procurar-se-ia levar a público as posições das mulheres frente às situações de dominação. Ao que parece, tais políticas propõem que a mulher passe a ter expressão e reconhecimento públicos como agentes políticos na sociedade civil.

A proposta, aqui, busca analisar a atuação das mulheres no espaço público, problematizando certa invisibilidade das práticas destas como sujeitos históricos, ainda que saibamos que elas participaram de eventos da história humana. E, neste sentido, discutimos como as instituições sociais incorporam a questão de gênero nos seus pressupostos em políticas sociais.

O universo de pesquisa comportou 205 mulheres que atuaram como Mulheres da Paz em Porto Alegre/Brasil, no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). A busca concentrou-se, então, em compreender a singularidade da atuação da mulher cotidianamente no espaço público enquanto sujeito político em territórios vulneráveis. Dessa forma, dividimos o presente artigo em quatro momentos. No primeiro, são apresentados os referenciais teóricos para a construção desse artigo. No segundo e terceiro momentos, tratamos das condições e técnicas que foram utilizadas na pesquisa, situando quando e como os dados foram produzidos, assim como o universo com o qual dialogamos. Em um quarto momento temos como objeto de análise o perfil

das mulheres, assim como a resignificação de trajetórias através da revalorização de experiências e uma nova responsabilidade política assumida. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

Mulheres, política e violência no cotidiano

Historicamente, fez parte da cultura política tradicional encarar como natural a apatia das mulheres no âmbito público. A recente institucionalização da cidadania das mulheres, muitas vezes caracterizada como uma cidadania fragilizada, reflete a priorização, por muitos anos, dos papéis fundamentais no interior da esfera doméstica, ainda hoje desprestigiada e desvalorizada no mercado político. Inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais daquilo que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas.

> A cidadania encontra um significado no cotidiano, tendo ressonância no envolvimento e no convívio de homens e mulheres em dois importantes âmbitos de sociabilidade extrafamiliar: a vida de bairro e o mundo da política. Estes espaços estendem-se para além das paredes doméstico/familiares, formando redes de relações junto à coletividade, reforçando e alimentando um sentimento de pertencimento comum. Hoje, o envolvimento nestes espaços é fácil para toda a população, mas historicamente neles reafirmava-se, em termos simbólicos, uma marca sexuada. Com efeito, falar dos próprios bairros e envolver-se na tomada de decisões que buscam alcançar melhores condições de existência fez parte da sociabilidade feminina tradicional, enquanto conversar de política e envolver-se na militância mais ampla foi uma prática socializadora tradicionalmente masculina (Cappellin apud Pandolfi, 1999: 213).

As mulheres, mesmo sendo mais numerosas na população brasileira e, alcançando nos últimos anos índices significativos de chefia familiar[1], ainda não aparecem ou tem pouca visibilidade social e política. Suas demandas cotidianas, apesar de atingirem toda a população (creches, vagas ou melhorias nas escolas, postos e equipamentos de saúde etc.), acabam ficando num universo de reconhecimento restrito, e as conquistas quando ocorrem são localizadas na maioria das vezes. As mulheres, mesmo tendo participação preponderante na maioria das ações coletivas públicas, ainda parecem invisíveis em muitos setores. Rosaldo (1995) aporta orientação epistemológica pertinente ao afirmado acima:

> O lugar da mulher na vida social humana não é, de qualquer forma direta, um produto das coisas que ela faz, mas do significado que suas atividades adquirem através da interação social concreta. Para buscar o significado, precisamos lidar com o sujeito individual, bem como com a organização social, e articular a natureza de suas inter-relações, pois ambos são cruciais para compreender como funciona o gênero (p.16).

---

1 Cabe assinalar que, muitas vezes, trata-se de uma chefia atribuída pelo abandono masculino, sendo a mulher mãe a única provedora da família. Estudos demonstram que existe uma forte relação entre pobreza e chefia feminina. Lopes e Gottschalk (1990) demonstram que as famílias chefiadas por mulheres estão numa situação estruturalmente mais precária, mais independente de variações conjunturais, quando comparadas com as famílias pobres, equivalentes no ciclo familiar, que têm chefe masculino presente, dadas as diferenças nas formas de inserção da mulher no mercado de trabalho. Podemos dizer, então, que as famílias desfeitas são mais pobres e, num círculo vicioso, as famílias mais pobres desfazem-se mais facilmente.

Passando ao contexto de realização da pesquisa, as comunidades periféricas, geralmente observamos uma forte incidência de atos violentos, onde os mecanismos sociais de reprodução da dominação patriarcal sobre as mulheres são somados à ausência ou insuficiência de políticas de estado e equipamentos e serviços públicos, interdições ao direito de ir e vir (principalmente devido ao conflito entre os grupos de tráfico de um mesmo território e à falta de recursos econômicos), presença do crime organizado e da violência policial. Essas mulheres estão ainda mais expostas à violência, por mais que esta esteja em todas as esferas sociais. Nessas comunidades, o Estado normalmente, em virtude da ação policial, acaba não sendo bem visto pela comunidade em geral porque ora atua como agente da violência, ora como cúmplice dos grupos ligados ao crime. O acesso às delegacias é praticamente inexistente e, muitas vezes, denunciar agressões às autoridades pode significar expor-se à violência e à humilhação ou à retaliação no próprio local de moradia. Segundo Ciconello (2010):

> As desigualdades de gênero, econômica e o racismo afetam a população predominantemente negra e pobre, criando múltiplos obstáculos à autonomia das mulheres que habitam estes espaços. A violência doméstica e a sexual são mais constantes porque a circulação de armas e o uso da força estão legitimados (p. 19).

De outra parte, enquanto sujeitos principais das ações coletivas as mulheres também podem representar um novo e possível modo de reconfiguração de experiências individuais e coletivas. Para Touraine (2007), as mulheres, por terem vivido a dominação em suas experiências, poderão vir a ter ações mais gerais, de recomposição de todas as experiências individuais e coletivas. Em "Mundo das Mulheres" ele analisa o novo protagonismo da mulher na sociedade:

> A identidade que as mulheres afirmam, não é somente a rejeição da dominação social; ela é, sobretudo, a afirmação da experiência vivida da própria subjetividade que emergiu e, conseqüentemente, a confirmação da capacidade de pensar, de agir, de esperar ou de sofrer por si mesma. (Touraine, 2007: 32)

Propomos trabalhar com o conceito de gênero como campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. Esse conceito, segundo Scott (1995) «legitima e constrói relações sociais; eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política». A proposta é de se incorporar outra dimensão aos estudos de gênero, colocando a dimensão da prática política cotidiana da mulher como prática dotada de dinâmica própria.

Neste sentido, para Dias (1994) «o cunho renovador da história social das mulheres, ao concentrar-se nos papéis informais e nas mediações sociais, abre espaço para a relativização das normas e das temporalidades fixadas ».

Para Judith Revel (2010), torna-se necessário criar e manter espaços e estratégias que possam funcionar como operadores constituintes. Cria-se, também, uma nova forma de olhar e de se olhar entre os ocupantes desses espaços.

> La idea del devenir-mujer la trabajamos a partir del concepto de Deleuze del "devenir minoritario". Este concepto no significa para nada una idea de lo cuantitativo: no es "ser menos". La otra acepción de este devenir minoritario significa estar por fuera de lo mayoritario, entendiendo mayoritario como aquello que reproduce al mecanismo del poder. Devenir minoritario entonces supone una redefinición de lo que es política a través de la potencia de la subjetivación, lo cual se opone a las relaciones de poder que se montan sobre la vida (…) El devenir-mujer de la política es un devenir minoritario porque implica el desarrollo de estrategias alternativas que pasan a través de la subjetivación y la creación de nueva comunidad, o de nuevos sentidos para la vida común. Y es esta nueva forma de vida común lo que me parece que caracteriza las modalidades en que se da actualmente la resistencia.

Neste ínterim, cotidiano e poder constituem o fulcro do estudo. Para Agnes Heller (1985) apesar da mimese e da alienação inerente à vida cotidiana, é sempre possível a individuação e a configuração de novas atitudes. O cotidiano envolve uma margem de liberdade, certa possibilidade de equilíbrio entre a individualidade e o ser genérico:

> A ordenação da cotidianidade é um fenômeno nada cotidiano; o caráter representativo, provocador, excepcional transforma a própria ordenação da cotidianidade numa ação moral e política (p.41).

Tomando revisão feita por Pais (2003), apropriar a noção de cotidiano enuncia opções teórico metodológicas que, orientando itinerários em campo, traz como pressuposto a existência de certa criatividade social em curso nas práticas diárias, nos momentos em que desafiados, produzimos alternativas ao fazer, ao conviver, ao amar, ao brincar, ao celebrar. Condensa, enfim, a aposta em certa inventividade constituinte das relações sociais que, se não promove mudanças estruturais, reorganiza ao menos os contextos que vivenciamos.

Trata-se do locus de acontecimento da vida, das rotinas, da feitura dos vinculos sociais e das bricolagens que se produzem a partir daí e, também, o contexto da pesquisa que temos feito. Considera a pertinência de tal categoria passa pelo reconhecimento do vivenciado, dos sentidos construídos que, sem perder de vista o estrutural, não devem se perder nas abstrações da generalização.

Nesse caso, Melucci (2001) traz uma análise provocativa. O autor menciona que a sociedade contemporânea vive o paradoxo de intensificar simultaneamente o estímulo às práticas autonomizantes e a ampliação dos artifícios de controle, de maneira que os sujeitos vivem suas experiências na disputa por caracterizarem sentidos para suas práticas, narrando sistematicamente suas identidades frente às alteridades que se lhes apresentam.

Já segundo Touraine (1977), em uma situação dada, a possibilidade de o ator dar sentido a suas próprias condutas permanece sempre aberta, por oposição ao sentido já dado pelo sistema social. O dinamismo dos sujeitos/atores é visto em termos culturais, de confronto de valores (uns firmados e outros reivindicados). Estes elementos, Touraine denomina-os "dialética de criação e controle".

E, neste ínterim, encontramos em Deleuze (2002) certa ênfase à importância da análise da biopolítica do cotidiano:

> Quando encontramos um corpo que convém à nossa natureza e cuja relação se compõe à nossa, diríamos que sua potência se adiciona à nossa: as paixões que nos afetam são de alegria e nossa potência de agir é ampliada e favorecida (p.34).

De outra parte, aproximando-nos da ação estatal na implementação de políticas públicas, Touraine (1977) conclui que "nas sociedades dependentes, o único agente capaz de aglutinar as forças presentes nos segmentos populares é o Estado, enquanto força política exterior, agente unificador de uma sociedade cortada em dois" (p.37). O Estado, ao responder às inquietações sociais, estaria repondo a ordem e abrindo caminhos para a mudança pela institucionalização de novas formas de relações. No entanto, a tendência é que essas inquietações nunca tomem uma proporção maior e fiquem sempre subordinadas à ação do Estado.

Exemplos relacionado a tal problemática, surgem na década de 80 na América Latina em países como Peru, Argentina e Chile os chamados cursos de "Capacitação Legal" das mulheres que se propunham a promover o conhecimento das leis às mulheres e dos mecanismos jurídicos possíveis de serem usados. No Brasil, a idéia de criação do Projeto "Mulheres da Paz" baseou-se numa proposta iniciada em 1992 em São Paulo através de uma articulação entre a União de Mulheres de São Paulo e a organização não-governamental Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero. A proposta era criar uma alternativa à mulher e à sua comunidade na resolução de seus conflitos, conhecimento de seus direitos, espaços públicos, exercício da cidadania, acesso à justiça, à saúde e políticas públicas. A finalidade do projeto seria, então, que essas mulheres pudessem multiplicar os conhecimentos adquiridos, mediando situações conflituosas e oferecendo alternativas de encaminhamento. A experiência mostrou que nos casos de violência contra a mulher, mostra-se muito mais eficaz a intervenção de outra mulher da própria comunidade, sensibilizada, que acessará a vítima sem violar sua intimidade, proporcio-

nando-lhe conforto e conhecimento de seus direitos, sua cidadania e necessidade de mudança dessa realidade. Contudo, de acordo com Gohn (2010), a partir dos anos 1990, inicia-se uma nova proposta política de distribuição e gestão dos fundos públicos brasileiros que passam a focalizar projetos pontuais que abarcam crianças, mulheres, jovens etc., contribuindo, de certa forma para a desorganização das antigas formas de organização social com suas demandas e reivindicações. Esses novos projetos passam a propor que a população não apenas reivindique, mas participe da proposição das políticas.

A proposta de "governança" estaria em absorver as demandas da população, excluindo-a do processo decisório, mas procurando organizá-la na luta por seus descontentamentos; ou seja, a participação seria, de certa forma, controlada.

Mas, por outro lado, quando problematizamos a implementação de políticas públicas desde as condições de gênero e a ambiência cotidiana, entendemos que se explicitam as tensões e relações de poder a configurar a realização de projetos sociais in loco, enunciando mais que dominação dos sujeitos. Para Cocco e Negri (2005):

> Algo que nos leva ao debate sobre essa esfera intermediária que foi chamada de "governança". Se o termo é completamente sobredeterminado pela retórica do mercado, a noção de uma instância intermediária de governo flexível e descentralizado é adequada aos movimentos biopolíticos: é isso que aconteceu com o orçamento participativo de Porto Alegre, com as formas mais avançadas de Planejamento Estratégico das cidades como foi o caso no ABC paulista, com os movimentos regionais e de organização local. O outro lado da "governança" é o fato, pois, da radicalização democrática e da construção do comum: aqui, a esfera intermediária da "governança" pode coincidir com aquela da radicalização democrática, onde a democracia é o "fazer multidão": a cooperação das singularidades que se mantêm tais (p. 207).

Concomitante ao estabelecimento dessas políticas, e da tensão que instaura, surge também uma nova forma de encarar a segurança pública, tendo uma proposta muito mais preventiva do que repressora frente à sociedade. Nesse âmbito, foi criado o PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), que se destina a articular ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas. Propõe, portanto, articular políticas de segurança com ações sociais e priorizar a prevenção e ações diretas nas causas que levam à violência.

Metodologia

O entendimento aqui é de que para uma melhor compreensão da realidade a qual nos propomos pesquisar, foi necessária a utilização de referenciais metodológicos que abarcassem tanto instrumentos de abordagem qualitativa quanto quantitativa. Para tanto, essa pesquisa analisou dados e documentos para levantar dados quantitativos sobre o perfil das mulheres da paz de Porto Alegre. Foi utilizada também a técnica da observação participante. Acompanhamos o período de capacitação inicial das mulheres que ocorreu entre os meses de março e abril de 2011. As mulheres recebiam a capacitação em seus territórios de origem, sendo que tinhamos 8 turmas de 40 mulheres divididas em turmas de aulas à noite (4 turmas) e aulas nos finais de semana (4 turmas), considerando que as atividades eram desenvolvidas em 4 (quatro) diferentes bairros de Porto Alegre: Bom Jesus, Cruzeiro, Lomba do Pinheiro e Restinga Velha. Durante o período de capacitação ocorreu um grande número de desistências, tanto porque algumas mulheres conseguiam uma atividade profissional quanto pela necessidade de cuidado com os filhos ou, ainda, porque mesmo o curso iniciando em março as mulheres só receberam a primeira parcela de bolsa-auxílio no final do mês de maio de 2011, ou seja, praticamente 03 após o início do curso. Das 320 mulheres selecionadas para participarem do projeto, 205 conseguiram terminar a capacitação inicial. Essas, segundo a Coordenação Local do Projeto, seriam as capacitadas para serem Mulheres da Paz. Quanto à composição final do universo de pesquisa, considerando o total de 205 mulheres,

tivemos a seguinte configuração: 60 (sessenta) na Restinga Velha, 52 (cinquenta e duas) na Lomba do Pinheiro, 50 (cinquenta) na Bom Jesus e 43 (quarenta e três) na Cruzeiro.

O Projeto Mulheres da Paz

O Pronasci[2], de acordo com sua norma legal, instituiu quatro projetos para compor o elenco de ações do Programa: I) Reservista Cidadão; II) Proteção de jovens em território vulnerável (Protejo); III) Mulheres da Paz; IV) Bolsa Formação. Teoricamente, seriam projetos que deveriam ocorrer interligados muitas vezes um dependendo da efetividade do outro.

O Pronasci trabalha com o estabelecimento dos chamados Territórios de Paz, que seriam as zonas de violência mais conflagradas. As regiões selecionadas em Porto Alegre caracterizam-se por terem apresentado taxa média de homicídios (2004-2006) superiores a 80 por 100 mil habitantes na faixa etária de 15 a 24 anos, e um número elevado de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas. As regiões selecionadas foram: Vila Bom Jesus (zona leste), Restinga Velha (extremo sul), Cruzeiro (Centro-Sul) e Lomba do Pinheiro (zona leste).

O Projeto Mulheres da Paz tem como objetivo incentivar mulheres, por meio de transferência direta, a construir e fortalecer redes sociais de prevenção e enfrentamento às violências que envolvem jovens expostos à violência. Ao todo, desde 2008, 46 convênios foram celebrados entre a União, Estados e Municípios. Os Estados contemplados são: Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. O número de mulheres beneficiadas girou em torno de 17.000. Foram investidos entre 2008 e 2010 aproximadamente R$ 65 milhões. O município de Porto Alegre recebeu R$ 896.000,00 para executar o projeto em 2 (dois) anos no intervalo 2010/2011.

Tem sido um dos objetivos do "Mulheres da Paz" formar e fortalecer lideranças comunitárias que poderão tornar-se multiplicadoras de informações. O Projeto vem sendo proposto como política nacional, cabendo aos municípios a execução dos projetos e o gerenciamento dos recursos.

Para participar do Projeto, a interessada deveria preencher os seguintes requisitos: ter idade mínima de dezoito anos completos, comprovada pela apresentação de documento pessoal de identidade; ter renda familiar de até dois salários mínimos; comprovar capacidade de leitura e escrita; residir em área que constitua foco territorial do PRONASCI; e ter disponibilidade de 12 horas semanais para efetuar trabalho comunitário. Em contrapartida, as mulheres da paz deveriam realizar trabalho comunitário que envolvesse visita às famílias próximas de sua residência, comparecimento à reunião com a equipe multidisciplinar quinzenalmente e promoção de reuniões comunitárias mensais.

Ao todo, foram aproximadamente 600 inscritas. Destas, 400 preencheram os requisitos e passaram à segunda fase de seleção, na qual passaram por uma entrevista com uma equipe multidisciplinar. Foram selecionadas, então, 320 mulheres (eqüitativamente distribuídas entre os quatro territórios) para participarem do Projeto. A atuação na comunidade iniciou após freqüentarem a capacitação inicial (duração de 30 dias)[3], quando 205 mulheres foram aprovadas para tornarem-se Mulheres da Paz.

A proposta do projeto inclui a pauta da resolução de conflitos através da mediação, pois entende que os res-

---

2 BRASIL. Lei n. 11.530, de 24 de outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, e dá outras providências.

BRASIL, Decreto n. 6.490, de 19 de junho de 2008. Regulamenta os arts. 8º-D e 8º-E da Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007 e revoga o Decreto no 6.390, de 8 de março de 2008.

BRASIL. Lei n. 11.707, de 19 de junho de 2008. Altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007.

3 Os temas da capacitação foram: formação sociojurídica realizada mediante cursos de capacitação legal, com foco em direitos humanos, gênero e mediação pacífica de conflitos; desenvolvimento de atividades de emancipação da mulher e de reeducação e valorização dos jovens e adolescentes; e colaboração com as ações desenvolvidas pelo Protejo (projeto pertencente ao PRONASCI que busca o atendimento de jovens entre 15 e 24 anos.), em articulação com os Conselhos Tutelares.

identes na comunidade são especialistas nos problemas cotidianos e na realidade em que esses problemas se situam e, portanto, têm o conhecimento relevante necessário para sua solução. Assim dispõe como objetivo o empoderamento da comunidade para promoção de condições para o desenvolvimento social local, ou o encorajamento ao diálogo comunitário, permitindo ações preventivas ao conflito, buscando promover situações de segurança coletiva.

Reflexões...

Passando à análise dos dados propriamente dita, cabe caracterizarmos minimamente as condições sócio demográficas das pessoas com quem produzimos a pesquisa.

Em campo, dialogávamos com mulheres chefes de famílias consideravelmente numerosas (3 e 4 filhos), cujas rendas poderíamos reunir em dois agrupamentos principais: 60,5% com ganhos familiares mensais de até um salário mínimo[4] e 32,4% com ganhos entre um e dois salários. Além disso, havia um segmento com rendimento familiar bem mais precarizado (5,4% com até R$150,00/mês), mas em quantidade pouco expressiva.

No que tange à faixa etária, encontramos mulheres em um espectro bastante amplo, dos 18 aos 70 anos. Percebemos, no entanto, uma relativa concentração no grupo com idade entre 18 e 25 anos (20,3%), possivelmente resultante da maior dificuldade deste segmento para encontrar ocupações remuneradas. No mais, percebemos uma distribuição bastante equânime entre as faixas. Nesse sentido, o gráfico abaixo é ilustrativo:

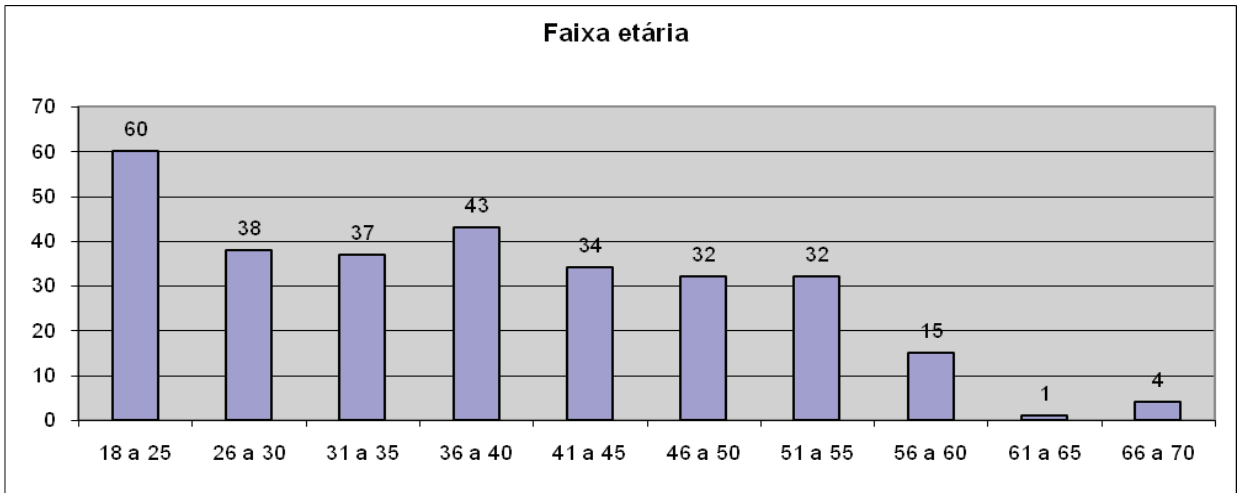

Gráfico 1: Número de mulheres atuantes no 'Projeto Mulheres da Paz', conforme distribuição de faixas etárias (Fonte: Secretaria de Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana/Prefeitura Municipal de Porto Alegre)

Percebemos uma distribuição também equilibrada na escolaridade indicada pelas mulheres. Concentrava-se na educação básica, distribuída entre o ensino fundamental e médio nas seguintes proporções: 24,7% com EF incompleto; 20,6% com EF completo; 27,4% com EM incompleto; e 25,7% com EM completo[5].

4 Considera-se para o salário mínimo o valor de R$622,00.

5 Para inscrever-se no Projeto era condição saber ler e escrever, o que excluía mulheres analfabetas existentes nas comunidades.

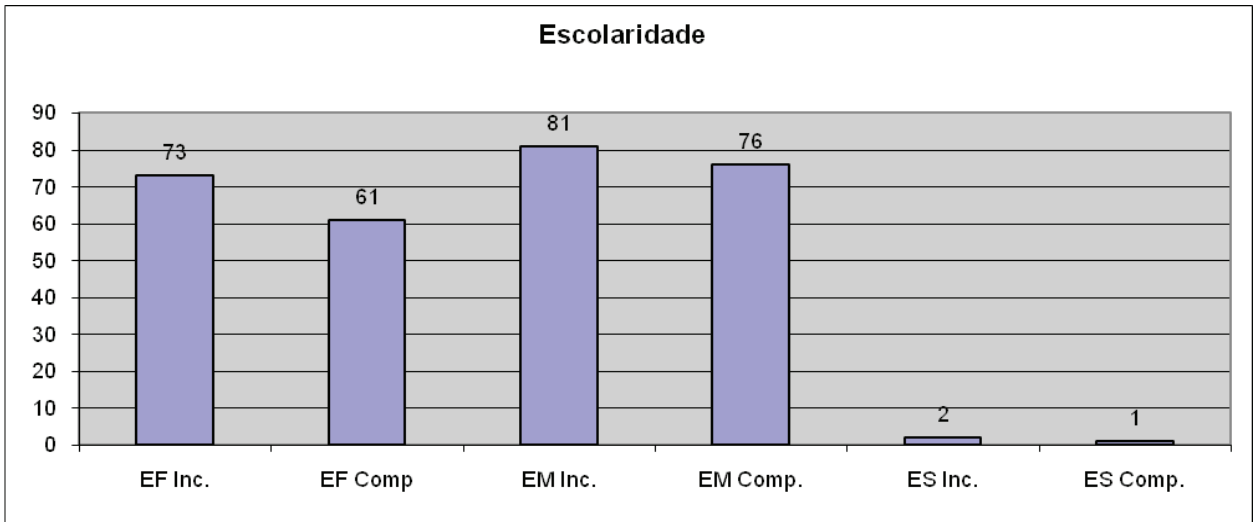

Gráfico 2: Número de mulheres conforme distribuição de escolaridade
(Fonte: Secretaria de Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana /Prefeitura Municipal de Porto Alegre)

Quando consultadas sobre sua atuação comunitária antes do ingresso no Projeto Mulheres da Paz, a maioria (64,2%) manifestou não ter participação. Os 27,4% que afirmaram atuar mencionaram, por exemplo, a inserção em associações de moradores, em reuniões do orçamento participativo, em encontros de conselhos municipais. Merece destaque a constatação relativa à menor participação anterior entre as mulheres mais jovens (de 18 a 25 anos), que associamos à necessidade de cuidado de filhos pequenos e, neste ínterim, à demanda por ocupações comunitárias que vinculassem ganhos pecuniários (como é o caso do Projeto).

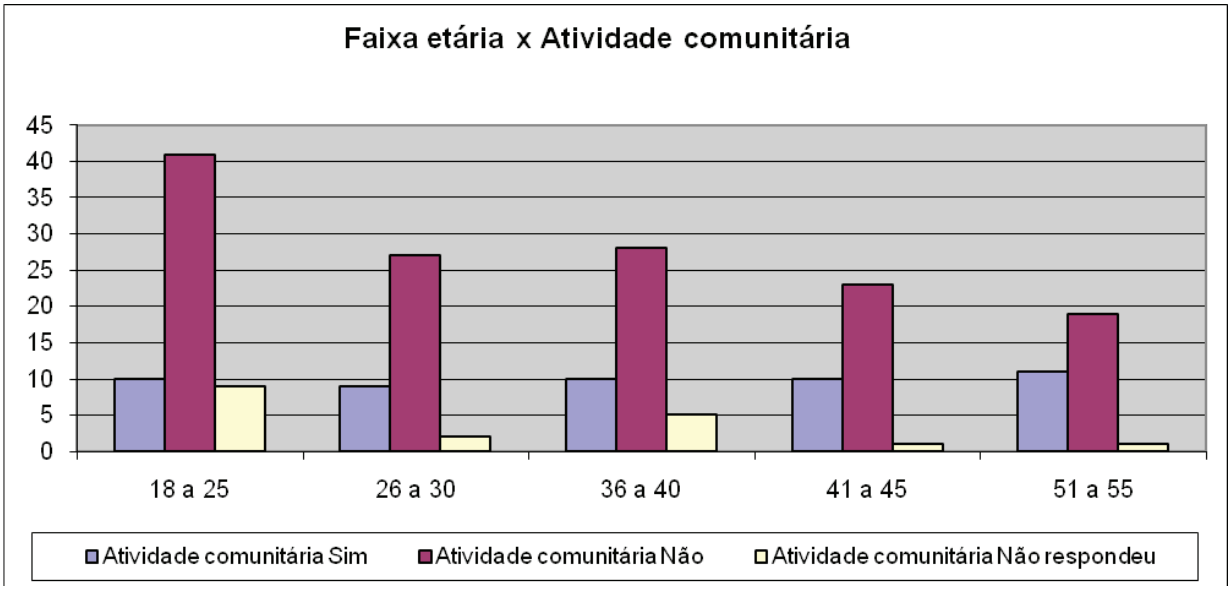

Gráfico 3: Mulheres distribuídas conforme faixa etária e atividade comunitária pregressa
(Fonte: Secretaria de Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana /Prefeitura Municipal de Porto Alegre)

Consoante com tal informação é a tendência à ampliação de renda familiar mensal entre as respondentes mais idosas, sobretudo com idades entre 36 e 40 anos. Nesta faixa, 40% das mulheres recebem entre um e dois salários mínimos, contra 20% entre aquelas com 18 a 25 anos.

Outra constatação que podemos destacar é a sutil tendência ao crescimento da atuação comunitária pregressa quando cotejada à escolarização, no âmbito da educação básica. O gráfico abaixo apresenta uma ampliação das respostas positivas à participação se nos atentarmos à oscilação do ensino fundamental incompleto ao médio completo.

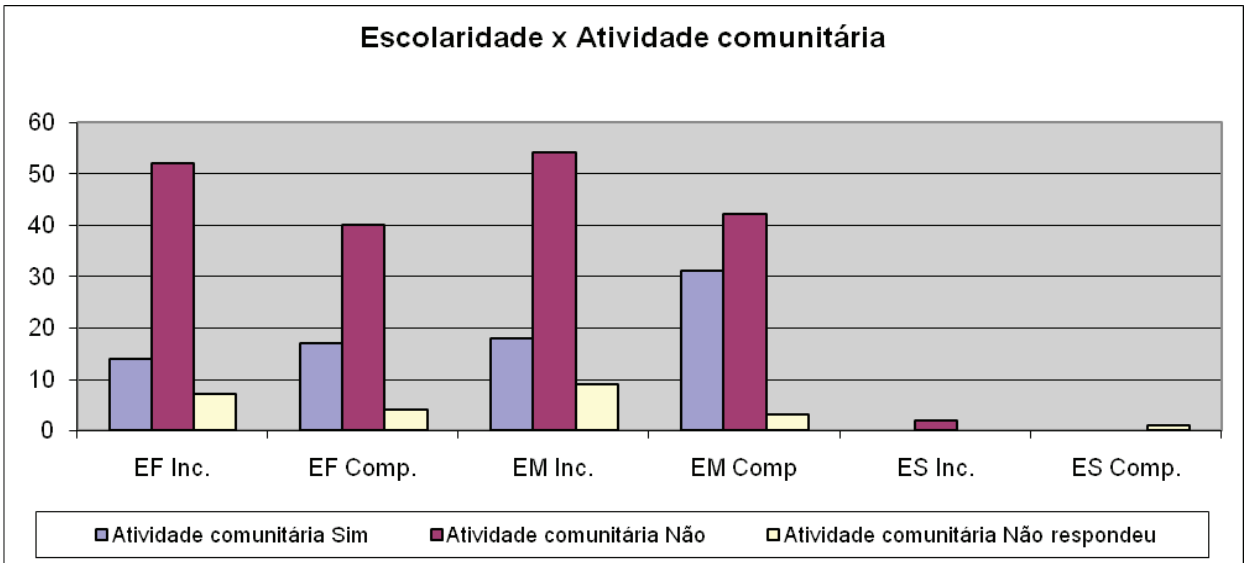

Gráfico 4: Mulheres distribuídas conforme escolaridade e atividade comunitária pregressa
(Fonte: Secretaria de Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana /Prefeitura Municipal de Porto Alegre)

Esse dado precisa ser contrastado, porém, com os tipos de atuações elencadas pelas participantes do Projeto: quando consultadas, associaram a atuação comunitária a vinculações relativamente institucionalizadas e com reconhecimento público, experiências estas que exigiriam o trânsito por espaços e saberes formais, o que poderia, então, estar relacionado à maior escolarização presente entre aquelas que lograram atuação.

Quanto à análise qualitativa, das redações que as 205 mulheres escreveram ao final da capacitação inicial destacamos, principalmente, a possibilidade que essas mulheres encontraram, por meio da participação no Projeto, de resignificarem suas trajetórias através da revalorização de suas experiências. As mulheres falam sobre as mudanças que ocorreram em suas relações sociais e na visão que tem de si mesmas. Um dos relatos apresentados nos diz: *"aprendi que tenho que respeitar quem é diferente de mim e prezar por uma vida com mais serenidade, harmonia e união. Hoje em dia eu olho a minha realidade e a da minha comunidade com outros olhos"*. Outra fala também nos esclarece a esse respeito: *"agora sei como lidar com os próprios problemas que acontecem na minha casa, antes eu não sabia que tinha que ter diálogo". Estou melhor para lidar com o meu "eu", com a minha família e com o meu trabalho"*.

Além de ressignificarem suas trajetórias, elas valorizam o conhecimento adquirido, desenvolvem a autoestima, a autonomia e a importância da convivência e da troca de experiência com outras mulheres do grupo: *"aprendi as leis que eu não conhecia e gostei de poder trocar experiências e da integração com outras mulheres. Agora me sinto capaz esclarecer dúvidas de outras pessoas, antes eu achava que não tinha capacidade para isso"*. Outra mulher ainda complementa: *"muita coisa eu achava que sabia e estava completamente errada. A cada dia que passa aprendo alguma coisa nova e onde buscar ajuda quando preciso. Aprendi coisas que eu nem imaginava que pudessem existir"*.

Vários foram os relatos de mulheres que estavam há muitos anos fora do ambiente escolar e, com a participação no Projeto, sentiram-se motivadas e voltarem a estudar. Elas consideravam um papel muito importante dentro de suas comunidades o de ser uma "Mulher da Paz" e fazer parte de um projeto social: "*a partir de agora vou passar a ser 'vista' e me sinto motivada"*. Enquanto mulheres eles entendiam, também, que tinham uma atuação singular nas suas comunidades ao participarem do Projeto: *"o projeto mulheres da paz usa a experiência e a força da mulher"*.

Elas assumem um sentimento de responsabilidade política e engajamento para com suas comunidades. Muitas alimentavam iniciativas empreendedoras realizando campanhas e oficinas em suas comunidades, ademais de criarem grupos de atuação com relação às áreas de saúde, educação, assistência social. Outro fator relevante é que apesar dessas mulheres pertencerem a diferentes vilas dentro de um mesmo bairro elas integravam-se de forma espontânea. Diante disso, percebemos que o que divide as comunidades é o crime e não as pessoas. Criaram-se, dentro do Projeto, 'grupos de apoio' entre as próprias mulheres, especialmente, com relação às mulheres da comunidade vítimas de violência doméstica.

Ao atuarem como Mulheres da Paz passaram-se a sentir-se no direito de exigir do poder público e efetividade de suas ações: *"acho que aprendemos bastante mas quero saber se os encaminhamentos que dermos darão algum resultado"*. Destacamos, igualmente, e, considerando a experiência pregressa das mulheres da paz com atividades comunitárias, que aquelas que já tinham atuação passaram a ocupar espaços de maior importância e que, na maioria das vezes, eram ocupados primordialmente por homens. Já aquelas que não possuíam experiência pregressa passaram a participar de várias instâncias decisórias de suas comunidades. É como se, ao participarem do Projeto, elas passassem a considerar sua capacidade de participação, então, nessas instâncias.

Diante das reflexões expostas acima, foi possível perceber que através da atuação das mulheres da paz o projeto buscou fortalecer as práticas políticas e sócio-culturais desenvolvidas pelas mulheres na sua comunidade. Ao se organizarem em grupos dentro da comunidade possibilitaram a articulação com outras redes e fizeram valer, de certa maneira, suas necessidades e reivindicações mais importantes, inclusive por elas reivindicarem melhores condições de vida, maior acesso à justiça e uma vida menos violenta e mais digna dentro de suas comunidades.

Vítimas de diferentes tipos de violência, doméstica ou institucional, ou quando os membros de sua família também são vitimizados, presos ou mortos, principalmente seus filhos, as mulheres é que correspondem como principais vítimas da violência criminal. É interessante, para fins de complementação e ilustração de nossa análise que, do universo pesquisado, ao menos 1/3 das mulheres da paz, já tinham sido vítimas da violência doméstica ou criminal antes do ingresso nas atividades em foco. No que se refere à violência policial, 44% das mulheres declararam já terem sido desrespeitadas por policiais, sendo que do percentual de 44%, sofreram agressão verbal 81% e 19% agressão física por parte da polícia.

Considerações finais

Mesmo com as limitações que um projeto social tem intrinsecamente foi possível verificar que o projeto o qual nos propomos a pesquisar possibilitou a criação de espaços nos quais as potencialidades das mulheres puderam emergir (potência do agir); lugares que possibilitaram a troca de experiências e, consequentemente, produziram novas significações para suas próprias histórias. Ou seja, a partir da criação de espaços que possibilitaram a emergência das subjetividades dessas mulheres, foi possível que elas encontrassem outras estratégias de vida e criassem oportunidades para constituírem-se no espaço onde vivem. A importância está em reconhecer as subjetividades e proporcionar espaços de afirmação dessas mulheres.

No encontro dessas mulheres elas passaram a vislumbrar a possibilidade de vivenciar o espaço público. Ao ocupar o espaço público, essas mulheres permitiram-se conviver, relacionar-se com a diversidade e autoafirmar-se. De acordo com Arendt (2001), exploramos o reconhecimento e a afirmação dos sujeitos que se dão ao ocupar o espaço público, aquele espaço entre dois, no qual homens e mulheres de ação podem formular "em concerto" seus juízos, agir como cidadãos da polis. Elas passam a partilhar de uma responsabilidade política comum que ocorre quando da descentralização da gestão da coisa pública, envolvendo a participação das próprias mulheres residentes nos territórios de paz. Para a expansão da cidadania é preciso que as mulheres estabeleçam novas formas de relações sociais na comunidade.

Bibliografia

ARENDT, H. (2001), *Poder e violência,* Rio de Janeiro: Relume Dumará.

COCCO, G. & NEGRI, A. (2005), *GloBAL: biopoder e lutas em uma América Latina globalizada,* Rio de Janeiro: Record.

CICONELLO, A. [et al]. (2010), *Segurança Pública e cidadania: uma análise orçamentária do Pronasci,* Brasília: Inesc.

DELEUZE, G. (2002), *Espinosa: filosofia prática,* São Paulo: Escuta.

DIAS, M. (1994), "Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças." *Revista Estudos Feministas*, 2, pp. 373-382.

GOHN, M. (2010), *Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*, Petrópolis: Vozes.

HELLER, A. (1985), *O cotidiano e a história*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LOPES, J. & GOTTSCHALK, A. (1990), "Recessão, pobreza e família: a década mais do que perdida". *São Paulo em Perspectiva,* 4 (1), pp. 100-109.

MELUCCI, A. (2001), *Vivencia y convivencia: teoría social para una era de la información,* Madri: Trotta.

PAIS, J. M. (2003), *Vida cotidiana – enigmas e revelações,* São Paulo: Cortez.

PANDOLFI, D. [et al.] (Org.) (1999), *Cidadania, justiça e violência,* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

REVEL, J. (2010), "Prefazione". In C. MORINI, *Per amore o per forza: Femminilizzazione del lavoro e biopolitica dei corpi*, Verona: Ombre Corte.

ROSALDO, M. (1995), "O uso e o abuso da Antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural". *Revista Horizontes Antropológicos*, 1 (1), pp. 11-23.

SCOTT, J. (1995), "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Revista Educação e Realidade,* 20 (2), pp. 71-99.

SLAKMON, C., MACHADO, M., BOTTINI, P. (Orgs.) (2006), *Novas direções na governança da justiça e da segurança.* Brasília: Ministério da Justiça.

TOURAINE, Alain. (2007), *O mundo das mulheres*, Petrópolis: Vozes.

TOURAINE, Alain. (1977), "Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes". In J. ALBUQUERQUE (org.), *Classes médias e políticas no Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Dimensões do gênero na implementação do Programa Bolsa Família: reflexões a partir de uma etnografia em Rio Tinto, Paraíba, Brasil

Pedro Francisco Guedes do Nascimento[1]

Resumo: O Bolsa Família, programa de transferência de renda condicionada, do Governo Federal no Brasil completou dez anos de existência sendo considerado uma iniciativa importante de atenção aos considerados pobres e extremamente pobres. A despeito de seus impactos positivos, vários estudos têm indicado desdobramentos das políticas de inclusão social que implicam em reforço a normas de gênero, sobretudo, em termos de uma "moralidade materna" e uma "educação da maternidade". Este trabalho pretende discutir elementos desse processo a partir de pesquisa etnográfica em andamento destacando as dinâmicas locais para o cumprimento das condicionalidades do programa, sobretudo na área da saúde. Serão levadas em conta a definição das obrigações a serem cumpridas pelas famílias beneficiárias; as estratégias de acompanhamento dessas condicionalidades e os sujeitos envolvidos nesse acompanhamento. Considera-se a articulação entre gênero, políticas públicas, família e as noções mais gerais acerca dos "pobres" como destinatários dessas políticas públicas.

Palavras-chave: Estratégia Saúde da Família; Programa Bolsa Família; Condicionalidades na Saúde; Gênero; Maternidade

Introdução - Pesquisando a articulação entre família, saúde e políticas públicas

O interesse em pesquisar a relação entre serviços de saúde e as condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) começou a surgir quando desenvolvia pesquisa em Maceió, Alagoas, sobre serviços voltados a saúde reprodutiva na rede pública de saúde.

Embora em minhas pesquisas anteriores sempre me deparasse com a preocupação das agentes comunitárias de saúde em anotarem em seus formulários o peso e altura das crianças, naquele momento, em 2011, a pergunta: "Já levou seu filho pra pesar?" era muito mais recorrente, e invariavelmente uma das primeiras a serem feitas. Ao perguntar a uma das agentes de saúde sobre essa ênfase, ela comentou que as mulheres se preocupavam que se não fizessem isso poderiam "perder o Bolsa Família".

Aquela pesquisa em Maceió continuou focada na busca por compreender como estava organizada a rede de atenção à saúde, de modo a garantir ou não meio de contracepção às mulheres atendidas. Ali se aprofundou meu interesse na relação entre as visões correntes sobre os pobres, por parte dos profissionais de saúde. Os discursos controlistas; a percepção dos pobres como aqueles que não se cuidam e, assim, são responsáveis por suas condições de vida, se explicitavam ali. Em todos eles era às mulheres que as principais expectativas se dirigiam (NASCIMENTO; MELO, 2014).

Foi a partir daí que pistas trazidas por outros pesquisadores sobre as compreensões mais gerais do Sistema Único de Saúde como o "plano de saúde do pobre" começaram a me chamar mais atenção. Esses questionamentos me acompanharam até o encerramento da pesquisa em Maceió e a minha transferência da UFAL para a UFPB. Em meu novo local de trabalho, na busca por iniciar uma nova investigação, era claro que gostaria de pesquisar o acompanhamento, feito pelos serviços de saúde, das famílias beneficiárias do PBF, fazendo parte de um conjunto já em crescimento de pesquisas sobre esse Programa (ver PIRES; REGO, 2013, entre muitos outros). De que forma é feito esse acompanhamento? Esses serviços estariam identificando (ou criando) algum novo

---

1 Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais – Universidade Federal da Paraíba, Campus IV, Litoral Norte e no Programa de Pós Graduação em Antropologia. Líder do Grupo de Pesquisas Gênero, Saúde e Direitos Humanos – Mandacaru; Pesquisador do GRUPESSC – Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura.pedrofgn@uol.com.br

tipo de distinção entre aquelas famílias? Haveria uma reificação da vinculação entre mulheres e maternidade nesse processo?

Esse tipo de perguntas, certamente, estava relacionado a uma inquietação pessoal frente às muitas questões frequentemente veiculadas pela mídia e em comentários feitos por diferentes pessoas sobre os (maus) usos do PBF, dentre eles até a consideração de que mulheres estariam tendo mais filhos para se beneficiarem do programa. No entanto, como contribuir para o debate sobre a multiplicidade de questões envolvidas em duas políticas públicas como o SUS e o PBF sem me perder nesse tipo de especulação e acusação?

Procurando uma via de investigação menos escorregadia para minhas inquietações e curiosidades busquei informações sobre o PBF desde já interessado nas chamadas condicionalidades, particularmente aquelas na área da saúde.

Chamou-me a atenção naquele momento um conjunto de matérias veiculadas na imprensa que reproduziam conteúdo do site do Ministério de Desenvolvimento Social, de agosto de 2012, como o título: "Bolsa Família registra maior acompanhamento de saúde desde 2005". A matéria informava que: "No acompanhamento por região, o destaque é o Nordeste, que monitorou 76,09% das famílias inscritas, superando os 74% da vigência anterior. Nos estados, Roraima aparece em primeiro lugar no número de famílias acompanhadas, com 84,9% das cadastradas. Em seguida vêm o Rio Grande do Norte, com 79,8%, e a Paraíba, com 79,3%.".[2]

O que esses números poderiam significar em termos do desenvolvimento dos serviços de saúde? Como se chegava a esses dados? O que colocava o estado da Paraíba nesse lugar de destaque? Nesse momento não existia clareza de minha parte sobre como se dava esse acompanhamento por parte da saúde, e o significado das condicionalidades. No entanto, devo dizer que me ocorriam imagens de um mutirão de profissionais para identificar as famílias faltosas no melhor estilo "A polícia das famílias".

O desenvolvimento da pesquisa até este momento tem sido marcado pela identificação dessa relação entre as duas políticas, tentando articular o entendimento da política pública em sua concepção e a aproximação em um lócus específico, a partir de três serviços de saúde na zona rural de Rio Tinto e um na zona urbana. Esse contato direto com os serviços de saúde se deu a partir do mês de outubro do ano 2013.

Essa comunicação se centrará no contexto da produção dos enunciados sobre o PBF e suas condicionalidades, seus efeitos práticos e as classificações que eles geram. Para compreender a forma como tem se dado a gestão das condicionalidades da saúde em um cenário específico, em um primeiro momento, apresentarei em linhas gerais o PBF; a lógica envolvida na exigência das condicionalidades e, particularmente, a forma como as condicionalidades da saúde são apresentadas. Destacarei aí, a partir de uma análise preliminar de material destinado (pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS) aos profissionais de saúde as expectativas de atuação desses profissionais e a forma como essa expectativa de atuação se cruza com concepções mais amplas do Sistema Único de Saúde (SUS), particularmente do Programa Saúde da Família (PSF). Em um segundo momento, apresentarei a partir de alguns relatos etnográficos a forma de gestão dessas condicionalidades, como nos tem sido possível acompanhar nesse primeiro momento da pesquisa. A partir de falas de algumas profissionais de saúde e de mulheres beneficiárias do Programa discutirei os diferentes sentidos associados às condicionalidades e algumas estratégias locais, por parte dos serviços de saúde para alcançar o cumprimento das condicionalidades por parte das famílias beneficiárias. Na terceira e última parte dessa comunicação retomarei a discussão sobre as exigências de condicionalidades, da forma como tem sido considerada por críticos que vêem nessa modalidade uma expressão da biopolítica, assim como a reflexão feita por pesquisadoras feministas sobre a reificação de lugares de gênero na efetivação dessas políticas.

Rio Tinto/PB – O campo da pesquisa

O município de Rio Tinto está situado na microrregião do Litoral Norte do estado da Paraíba, com uma população de 22.976 habitantes, distando 54 km da capital, João Pessoa. O território do município contempla

2 http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2012/agosto/bolsa-familia-registra-maior-acompanhamento-de-saude-desde-2005.

as áreas da Reserva Indígena Potiguara (Monte-Mór). A economia local é baseada na monocultura da cana-de-açúcar que é fornecida para usinas situadas nas circunvizinhanças do município (Miriri, Monte Alegre e Japungu) presentes de forma marcante na paisagem e na vida dos moradores da região. Além do trabalho nos canaviais, os trabalhadores locais investem na agricultura familiar, produzindo milho, feijão, macaxeira, inhame e batata doce, bem como na atividade da pesca pelos ribeirinhos.

O município surgiu historicamente a partir do estabelecimento da Companhia de Tecido de Rio Tinto, fundada por um teuto-sueco, Herman Theodor Ludgren, naturalizado brasileiro com atividades econômicas estabelecidas inicialmente em Pernambuco, na década de 1920. Após a aquisição de terras de proprietários de engenhos locais, como também de terras habitadas por índios Potiguaras e cobertas por mata atlântica, foi instalada a fábrica têxtil cuja produção se iniciou em 1924 (SOUSA, 2013, p. 120-121; PALITOT, 2008).

Em fins da década de 1960, em decorrência da crise econômica e da modernização da indústria têxtil, a fábrica passa por instabilidades, fazendo demissão em massa de trabalhadores em 1970. Em 1975, as terras dos Lundgren foram vendidas ou arrendadas para o cultivo da cana-de-açúcar por ocasião da criação do Programa Nacional do Álcool, destruindo parte da reserva de Mata Atlântica da região.

Para a história local, é em torno dessa atividade fabril que trabalhadores se fixaram e deram origem à cidade, emancipada em 1956 (Lei Estadual nº 1622 de 06 de dezembro de 1956). Igualmente, a paisagem local é fortemente marcada pela presença dos canaviais. De todos os sítios é possível avistar-se a plantação de cana de açúcar, sendo as ruas em muitos casos margeadas pela área da usina. Ao longo da pesquisa é recorrente a associação dos moradores entre uma fase antes e depois da chegada das usinas. Se por um lado, há uma referência positiva à chegada de serviços e equipamentos de saúde e educação e os empregos provindos das usinas, por outro, há certa nostalgia de um tempo em que ali "era tudo mato", sem a pressão das usinas, sem poluição...

Começando a pesquisa: nos postos de saúde e na Secretaria de Assistência Social

Já nos contatos iniciais com a Secretaria Municipal de Saúde foi-nos sugerido conhecermos uma Unidade de Saúde da Família instalada na zona rural. Rio Tinto possui nove unidades de saúde da família, sendo três na zona rural e seis na zona urbana (Vila Regina, Salema, Rio do Banco, Tanques, Piabuçu, Cinco Ruas, Cravassu, Palmeiras, Conjunto Novo). Desde os primeiros contatos com a equipe de saúde nos chamou atenção a forma como se referiam a um dos quatro *sítios* (comunidades rurais) em que o PSF estava dividido. Embora à primeira vista nos parecesse haver pouca distinção entre os quatro sítios, este emergia sempre como um lugar problemático – na fala da coordenadora da Atenção Básica, da médica, da enfermeira, das agentes de saúde.

Na conversa com a enfermeira do PSF, perguntei se havia alguma diferença entre os quatro sítios em termos das condições econômicas e sociais. Ela disse que ali era a localidade mais pobre. Além de mais pobre, seria o mais problemático, em sua visão, reunindo todo o tipo de mazelas: muita pobreza, violência, drogas; "até prostituição tem". Eu perguntei, arriscando uma hipótese, se aqueles problemas apontados por ela teriam a ver com a proximidade da sede do município (em relação aos demais sítios da área, mais afastados, reforçando de algum modo a ideia de que o *mal* é sempre externo...), mas ela disse com uma franqueza desconcertante: "Não; é porque é onde tem mais pobreza mesmo".

Além de acompanharmos a dinâmica de atendimentos nas unidades, interagindo com as pessoas na sala da espera, temos feito muitas incursões pela área, sozinhos, ou na companhia das agentes comunitárias de saúde. Esse contato direto com a população residente no sítio é alternado com conversas com os profissionais de saúde, particularmente as agentes de saúde, bem como com a recepcionista da unidade que é também auxiliar de serviços gerais.

O trabalho de campo nas unidades de saúde tem sido alternado com visitas à Secretaria de Assistência Social, onde temos conversado com as pessoas que vão até aquele local em busca de informações sobre o seu cadastro no PBF ou para resolver algum problema no recebimento do benefício.

O Bolsa Família e as condicionalidades[3]

Por alguma razão, eu acreditava que ao tratarmos da relação entre o Bolsa Família e os serviços de saúde, este fato seria mais imediatamente percebido pelos profissionais de saúde. Certa dificuldade de me fazer entender sobre o que queríamos pesquisar deixava ainda mais a sensação de que não seria possível conhecer esses caminhos pelo contato direto com os profissionais.

Uma das questões que se destaca nesse ponto é que não parecia haver por parte dos profissionais de saúde, qualquer demanda específica que envolvesse usuários dos serviços de saúde que são beneficiários do PBF. As conversas com a enfermeira do PSF remetiam sempre à ideia de que as atribuições referentes àquela população são mais amplas e não haveria especificidade em relação aos beneficiários do PBF.

Antes de avançarmos nessa compreensão será necessário contextualizar resumidamente o que é o PBF e o que são as condicionalidades, particularmente, as condicionalidades na saúde; as responsabilidades dos profissionais de saúde nessa questão; os mecanismos para o seu monitoramento.

O PBF é definido como um programa de transferência direta de renda [condicionada] direcionado a famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como "foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R$ 70 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos".

A referência às condicionalidades é apresentada já quando são anunciados os eixos principais do PBF:

> a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

Há benefícios específicos para famílias com crianças, jovens até 17 anos, gestantes e mães que amamentam. A seleção das famílias para o Bolsa Família é feita com base nas informações registradas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (o CadÚnico), instrumento de coleta e gestão de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil.

Gostaria de destacar o entendimento enunciado acima de que as condicionalidades "reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social". Dessa forma, são entendidas ao mesmo tempo como uma responsabilidade do estado de garantia de acesso a esses serviços, e uma "contrapartida" ou "compromisso" da população beneficiária. A compreensão é de que:

> As Condicionalidades são os compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família quanto pelo poder público para ampliar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos. Por um lado, as famílias devem assumir e cumprir esses compromissos para continuar recebendo o benefício. Por outro, as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social.

Este ponto, que retomaremos à frente, tem gerado controvérsia dividindo os que aclamam seus resultados de levar serviços a famílias que não os teriam daqueles que se perguntam, por exemplo: se alimentação e saúde são direitos, porque deveria se exigir contrapartidas das pessoas que recebem o benefício? (ZIMMERMANN, 2010)

Continuando a compreensão da definição das condicionalidades, o próprio MDS informa que "as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê". De acordo com essa compreensão, cabe ao poder público "fazer o acompanhamento gerencial para identificar os motivos do não cumprimento das condicionalidades. A partir daí, são implementadas ações de acompanhamento das famílias em descumprimento, consideradas em situação de maior vulnerabilidade social".

Com base em uma lógica que toma os beneficiários como indivíduos que tomam decisões racionais, como se

3 Informações disponíveis em http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades

tivessem por meta maximizar benefícios a partir do mesmo ponto de vista dos idealizadores da política, o MDS orienta como deveria ser o encaminhamento para que o benefício não chegue a ser "bloqueado, suspenso ou até mesmo cancelado", em caso de descumprimento das condicionalidades:

> A família que encontra dificuldades em cumprir as condicionalidades deve, além de buscar orientações com o gestor municipal do Bolsa Família, procurar o Centro de Referência de Assistência Social (Cras), o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (Creas) ou a equipe de assistência social do município. O objetivo é auxiliar a família a superar as dificuldades enfrentadas.

As condicionalidades na saúde I: expectativas de articulação entre o SUS e o PBF

O MDS reconhece que, nas etapas de acompanhamento das ações na saúde das famílias beneficiárias, duas políticas do Ministério da Saúde são centrais: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) e a Estratégia de Saúde da Família.

Um olhar para as condicionalidades no campo da saúde nos indica que estas estão em consonância com princípios do SUS, particularmente aqueles que têm orientado as políticas voltadas à Atenção Básica, desde a instalação do PACS e sua transformação em PSF, que passou a entender a saúde da família como uma estratégia para sua ação.

O Manual de orientações sobre o Bolsa Família na saúde, em sua 3ª edição[4] apresenta de forma mais detalhada os compromissos dos beneficiários com o PBF; reafirma que o SUS é responsável pelo acompanhamento da saúde das famílias beneficiárias e explicita os pressupostos na base dessas exigências:

> As famílias pobres e extremamente pobres podem ter maior dificuldade de acesso e de frequência aos serviços de Saúde. Por este motivo, o objetivo das condicionalidades do Programa é garantir a oferta das ações básicas (saúde, educação e assistência social), potencializando a melhoria da qualidade de vida das famílias e contribuindo para a sua inclusão social. Essas condicionalidades são os compromissos que as famílias assumem quando fazem parte do Programa.

Dentre as ações que devem ser ofertadas, no que se refere às condicionalidades, destacam-se aquelas voltadas a "todas as gestantes e crianças menores de 7 anos de idade": fazer a inscrição do pré-natal e comparecer às consultas; participar de atividades educativas sobre aleitamento materno, orientação para uma alimentação saudável da gestante e preparo para o parto; levar a criança à unidade de saúde para a realização do acompanhamento do crescimento e desenvolvimento; participar de atividades educativas sobre aleitamento materno e cuidados gerais com a alimentação e saúde da criança; cumprir o calendário de vacinação da criança. Vale destacar que para todas essas ações, o mesmo documento enfatiza que as mesmas estão "de acordo com o preconizado pelo Ministério da Saúde". Do mesmo modo, afirma que são "universais, ou seja, devem ser ofertadas a todas as pessoas que procuram o SUS".

Ainda ao se referir ao acompanhamento, no site da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (Departamento de Atenção Básica/Ministério da Saúde)[5], é possível percebermos mais elementos sobre os significados das condicionalidades:

> O acompanhamento da Saúde dos beneficiários vai além do simples registro de informações nos Mapas de Acompanhamento e transmissão de dados pelo Sistema de Gestão do PBF na Saúde. A assistência às crianças, gestantes e nutrizes beneficiárias permite identificar situações de risco à saúde, possibilitando atuar e auxiliar na busca de alternativas para sua constante melhoria.

---

4 Disponível em http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/manual_orientacoes_bf_3a_edicao.pdf

5 http://dab.saude.gov.br/portaldab/pnan.php

Nessa definição vai ficando mais claro de quem são as responsabilidades por esse acompanhamento:

> As equipes de Saúde da Família, **em especial o Agente Comunitário de Saúde (ACS), têm papel central na promoção à Saúde da Criança e à Saúde da Mulher como um todo**. Os ACS estimulam e orientam as nutrizes e famílias sobre o valor do aleitamento materno exclusivo; promovem o acompanhamento do pré-natal das gestantes; acompanham o crescimento e desenvolvimento infantis, identificando rapidamente aquelas com desnutrição, e também excesso de peso e, orientam toda a família sobre a importância da promoção da alimentação e nutrição adequadas para a saúde". (grifo meu)

Com relação ainda às atribuições das equipes de saúde no PBF na Saúde estabelecidas pela Política Nacional de Alimentação e Nutrição[6], as ações de saúde no PBF vão sendo detalhadas e envolvem: o pré-natal das gestantes; o retorno para a consulta após o parto; a orientação alimentar; o monitoramento do crescimento e desenvolvimento das crianças; e o monitoramento da vacinação infantil.

Ao destacar as "contribuições importantes dos ACS para o PBF na saúde", nas quais "o ACS também tem um papel fundamental" o documento destaca que essas compreendem, "a orientação às famílias beneficiárias sobre diversos aspectos de saúde e registro no Mapa de Acompanhamento das informações das condicionalidades da saúde juntamente com a equipe de saúde".

Da observação dessas atribuições, podemos destacar algumas questões. Uma delas, citada explicitamente no texto da cartilha de orientação aos profissionais, é a ênfase colocada na responsabilidade das ACS. Embora seja uma atribuição que já faz parte das demandas do PSF, sua articulação com um novo programa chama a atenção. Os mapas de acompanhamento vêm se juntar a um conjunto vasto de outros registros já sob a responsabilidade das ACS. Essa expectativa de que as ACS ocupam uma posição estratégica, de intermediária, nas relações entre os serviços de saúde e a "comunidade" já foi discutida por outros pesquisadores (SCOTT, 2001; VICTORA; KNAUTH; OLIVEIRA, 2008) e foi apontado o que há de idealização nessa expectativa, além de efetiva possibilidade de ocupar igualmente "dois lugares" – "parte da equipe de saúde" e "parte da comunidade".

Essas expectativas (indicadas nos manuais oficiais e na prática do serviço) acerca das agentes de saúde continuam a postar e esperar dessas personagens o resultado principal da busca e acompanhamento das famílias. Da forma como é exposto no texto, além dessa expectativa, chama a atenção o fato de que se recorre a um idioma da "satisfação" do profissional como elemento para justificar seu investimento no projeto de acompanhamento: "O acompanhamento é uma tarefa muito gratificante para o agente, pois, é o momento em que se observam os resultados das ações de toda a equipe de saúde sobre a sua comunidade".

Em que pese o reconhecimento de que as agentes de saúde relatam uma relação de preocupação com as famílias que trabalham e demonstram interesse nas atividades que desenvolvem, os relatos de precarização das condições de trabalho são constantes e apontam para os limites da definição de atribuições com base no idioma da satisfação do profissional com os resultados obtidos: distância que se percorre a pés, ou se paga uma moto ou outro transporte; excesso de formulários a serem preenchidos; resistência e mesmo ameaça por parte de pessoas da área a suas intervenções.

Da forma como está exposto de modo sequenciado a referência à "saúde da criança" e "saúde da mulher" remete a uma compreensão do domínio "materno-infantil" cujas limitações e reificação já foram largamente analisadas e criticadas pelo movimento feminista (*cf* VILELA; MONTEIRO, 2006); um enfoque que se tenta superar em termos programáticos e discursivos há bastante tempo.

As condicionalidades da saúde II: algumas percepções da parte da equipe de saúde e de mulheres que recebem o Bolsa Família

Quando pensamos especificamente sobre a forma como o acompanhamento das beneficiárias tem sido feito, além dessa ênfase no papel das ACS, considerarmos outros condicionantes que se mostraram relevantes em

6 http://nutricao.saude.gov.br/atribuicoesEquipesPbf.php

nosso campo de pesquisa. Uma questão referida são os caminhos necessários para a alimentação do SISVAN, seus possíveis obstáculos e desencontros: lógicas internas do grupo e problemas estruturais dos serviços, principalmente zonas "descobertas" [sem cobertura] pelos serviços de saúde, sobretudo por falta de pessoal.
As agentes de saúde relataram também resistências das mulheres em frequentarem a unidade de saúde e ameaças por parte dos homens para que as mulheres não realizassem, por exemplo, exames ginecológicos. É nesse contexto da resistência, que ouvimos uma fala instigante que se repetiu ao longo do tempo sobre os usos feitos do PBF não só pelas mulheres beneficiárias, mas pelas agentes de saúde. De que forma o Bolsa Família estaria "ajudando" as agentes de saúde a cumprirem suas metas?
Uma das agentes de saúde na primeira unidade de saúde que conhecemos, já em nosso primeiro contato contou que entre as mulheres "existe um tabu; as mulheres de mais de 40 se acham velhas, e já não querem fazer os exames" básicos como o citológico e mamografia. Foi ela quem primeiro nos disse que pra que as mulheres façam os exames "tem que falar do Bolsa Família. Aí elas fazem". Falou também de mães que não querem levar os filhos pra vacinar, mas "quando se fala na Bolsa Família elas vão. Sempre funciona, é só falar", diz se dirigindo a uma das pesquisadoras. Pouco depois dirá em um tom mais alto da voz, rindo: "O Bolsa Família tem ajudado muito a gente. Falou bolsa família todo mundo se mexe".
Além da presença das condicionalidades como elemento a pressionar as pessoas a cumprirem as metas da saúde, ficamos sabendo de outros recursos. A técnica de enfermagem de uma das unidades de saúde, ao comentar que os homens praticamente não buscam os serviços de saúde nos disse que "estando com as vacinas dos filhos em dia os trabalhadores das usinas ganham uma espécie de abono familiar". Segundo ela, a equipe da unidade de saúde emitiria os comprovantes para serem entregues às usinas.
Após essas colocações gostaria de destacar algumas das questões centrais que têm até esse momento se insinuado em campo. Com relação àquele dado inicial apresentado sobre a cobertura do acompanhamento das condicionalidades na saúde, o estado da Paraíba continua em uma posição de destaque tendo passado de uma cobertura do acompanhamento de beneficiários pela saúde em 2012 de 79,3% para 79,8% em 2013. O município de Rio Tinto na segunda vigência de 2013 – julho a dezembro – apresentou uma cobertura de 86,2%, acima da meta pactuada de 80%, de acordo com informações disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Saúde.
Certamente esse número isolado não pode dizer do que efetivamente tem acontecido e, como tentei deixar claro, o objetivo aqui é mais entender como essa dinâmica tem se estabelecido e menos os resultados em termos das metas estabelecidas pela política. De todo modo, como vem sendo argumentado nos dois tópicos anteriores, há uma convergência entre os elementos centrais da política e algumas das práticas locais de acompanhamento das condicionalidades.

As condicionalidades como reprodução das normas de gênero?

Gostaria de trazer dois exemplos de situações acompanhadas por mim que podem ilustrar os tipos de relações que têm me interessado para entender a complexidade entre equipes específicas de serviços básicos de saúde; a articulação com outro programa federal; o sistema de acompanhamento; as carências do serviço – e as interpretações locais sobre contrapartida e merecimento. No primeiro exemplo (o caso de Cláudia) essa interpretação implica em ser considerada uma "boa mãe". No caso de Anete, o segundo exemplo, a imagem acionada é a de uma mulher que "se cuida"
Eu havia ido à secretaria de saúde para conversar com o funcionário responsável pelo SISVAN, tentando entender melhor como funcionava esse sistema. Enquanto esperava a pessoa responsável, conheci Cláudia, uma mulher que entrava na sala um tanto apressada. Ela achou que eu trabalhava ali e me perguntou sobre o rapaz que poderia informá-la sobre "um erro que veio no Bolsa Família, um desconto que apareceu" no pagamento do seu benefício. Eu disse que também estava lá pra falar sobre esse assunto, em função de uma pesquisa que estava realizando e sugeri que ela se informasse na recepção com a funcionária.
Depois de ela se informar que precisaria esperar, nos sentamos lado a lado nas cadeiras da recepção e puxei assunto com ela. Perguntei o que tinha havido, se era algo com o Bolsa Família, e ela me disse que sim, tinha vindo um desconto no seu pagamento. Enquanto me contava, ela remexia em sua bolsa procurando algo que achei ser o papel com o desconto referido por ela. Ela me mostra um comprovante impresso da casa lotérica,

o extrato de seu pagamento do Bolsa Família. Logo me chamou atenção um aviso na parte inferior do papel, onde ela me apontava. "Posso pegar?", perguntei. Ela disse que sim e percebi que estava escrito em letras grandes:

FAMÍLIA NÃO REALIZOU ACOMPANHAMENTO NA SAÚDE NO SEMESTRE PASSADO PROCURE A EQUIPE DE SAÚDE MAIS PERTO DE SUA CASA CRIANÇAS DEVEM VACINAR PESAR E MEDIR E GESTANTES INICIAR O PRE NATAL O QUANTO ANTES MOTIVO ACOMPANHAMENTO SAÚDE

Ela dizia não entender o que ocorrera, ao mesmo tempo em que deixava ver que conhecia parte dos meandros do benefício que recebia: "Não pode ter nada a ver com a saúde, porque eu recebo dela aqui que já tem sete anos [me apontando a filha que a acompanhava]; a saúde só tem que pesar até cinco anos; e meus outros dois meninos também são maior. Ao invés de a coisa [o dinheiro] aumentar faz é diminuir". Falava de forma rápida, com indignação, parecendo impaciente.

Ela tinha me dito no início que tinham descontado 20 reais. Eu perguntei se podia copiar aquilo que estava escrito em meu caderno ["não vou copiar seus dados, só esse aviso"]. O seu comprovante era de um pagamento total de 246 reais, sendo 80 reais de "Programa de auxílio de emergência financeira" e 166 de "Bolsa Família". Quando comento esse valor ela diz "então o desconto foi maior". Ela diz que antes recebia R$ 282 reais. Digo que vou calcular a diferença e faço isso com a calculadora do celular (284 – 246 = desconto de R$ 36 reais). Ela balança a cabeça lateralmente com rapidez indicando discordância, enquanto pega a conta de luz pra me dizer "Veja, só de conta de luz eu pago isso". Pude ver 46 reais e alguns centavos.

Ficamos conversando, eu insistindo sobre as possíveis razões praquele desconto, já que os filhos não estavam mais em "idade de pesar". Ela diz que não trabalha, está estudando, voltou a estudar pra ver se consegue uma coisa melhor na vida. Vive para cuidar das crianças, levar para escola e ela também que está na oitava série. Mora em Barra de Mamanguape (distrito de Rio Tinto), lá não tem PSF e ela tem que se deslocar à unidade de Tanques.

Eu pergunto se a ACS não teria ido a sua casa nesse período, e ela diz que lá não tem agente de saúde, "tá descoberto", a mesma expressão usada pelos profissionais para os casos de uma área sem cobertura de uma agente comunitária. Segundo ela, há mais de dois anos sem agente de saúde. Houve até um concurso para agente, que ela também fez, mas que "não deu em nada, nem devolveram os 40 reais da inscrição, nem deram satisfação, disseram que foi anulado". Volta a falar no tom de revolta do início quando fala dessa anulação do concurso.

Uma funcionária da secretaria que ouviu parte da conversa, do balcão onde estava, falou para Cláudia que talvez o problema tenha a ver com alguma falta dela, mas Cláudia insiste que seus filhos não estão nessa faixa mais. A funcionária diz que às vezes é algo com a mulher que "não fez o citológico, mesmo o pré-natal, aí o SISPRENATAL pode indicar algo". Segundo ela, há casos em que se a mulher não fizer todas as consultas de pré-natal isso pode interferir, pois "os sistemas estão todos interligados". Disse ainda que "a agente de saúde só tem a ver até os cinco anos de idade, depois é a escola [o que Cláudia já tinha indicado saber]; pode ser alguma coisa da mãe".

Cláudia diz que faz os exames em clínicas particulares. A funcionária diz que nesse caso ela tem que ir à sua unidade de saúde e mostrar o exame "pra poder dizer no sistema que foi feito". Fala também que foi feito o recadastramento recentemente e que talvez tenha a ver com algo nesse recadastramento. Em outros momentos, pergunta pelo marido de Cláudia e me olha certas vezes com um ar irônico parecendo buscar cumplicidade para o fato de que pudesse haver alguma irregularidade no cadastro de Cláudia. Cláudia desconversa, diz que seu marido não vive em casa, trabalha fora, só está em casa no fim de semana. A funcionária não desiste, dizendo, "então, mas ele participa não é?". E Cláudia diz que sim que "ele ajuda com as coisas dos filhos".

Já estávamos nessa espera há quase uma hora e Cláudia se exaspera porque tem uma reunião na escola de sua filha às 14 horas e ela não poderia perder. Cláudia havia me dito que já tinha ido à Secretaria de Ação Social, mas disseram que ela tinha que ir até a Secretaria de Saúde primeiro. Ela já começava a listar o número de vezes que tinha ido, considerando que teria que voltar no dia seguinte. Ela explicara para a funcionária que não pode sair de manhã porque tem que levar as crianças para escola. "E eu também estudo com elas", ela repetia; o ônibus sai às 11h40.

Cláudia tinha 28 anos e me disse que calculou que ia terminar os estudos lá pelos 32 anos. Que não queria fazer o curso supletivo, mesmo com as insistências das pessoas. "No supletivo não aprende nada. Quero estudar

bem pra poder arrumar um emprego melhor". Ela diz que não quer trabalhar no que tem disponível na Barra de Mamanguape onde mora. Quando pergunto os tipos de trabalho, se existem, ela diz: "Nada, menino; é só o marisco, o mangue, ou então casa dos outros. Eu não quero não. Receber desaforo pra ganhar pouco; prefiro estudar".

Quando consegui conversar com o funcionário (após Cláudia ter desistido de esperar para não perder seu compromisso coma filha na escola), ele quis demonstrar o funcionamento do sistema a partir do caso de Cláudia. Especula sobre o que pode ter acontecido mostrando-me o mapa da segunda vigência de 2013 do sistema "Bolsa Família na Saúde": "No semestre anterior, a agente da área onde ela mora pode tê-la procurado e não ter encontrado". Depois percebeu que os filhos dela não tinham perfil obrigatório (mais de sete anos) e imaginou outra possibilidade: ela podia ter passado "um semestre sem ir ao médico", o que seria uma justificativa para aparecer uma restrição em seu cadastro – o que o espanta. No entanto logo depois, consultando seu colega de trabalho na mesa ao lado, ele lhe diz o que Cláudia já havia dito: a área estava descoberta, ou seja, sem agente de saúde. Ele considera que pode ser isso, aumentando o leque das possibilidades para uma irregularidade em um cadastro.

Desde o início da conversa com Cláudia ela me falou que estudava. Essa insistência parecia querer criar a imagem de uma mulher comprometida com seus filhos, que vivia para cuidar deles. Não há nada que me faça desconfiar das razões de Cláudia, apesar da busca por cumplicidade da funcionária quando inquiria Cláudia sobre se ela trabalhava e também seu marido. Parecia pairar o fantasma de que houvesse alguma irregularidade de Cláudia e não um possível erro do "sistema".

Após essa conversa com o funcionário do setor de "processamento de dados", a minha compreensão sobre os caminhos do acompanhamento das condicionalidades apenas se complexificava. Ficava claro como estava longe de entender todas as nuanças envolvidas. No entanto, aquele episódio era sugestivo de algumas das inquietações que dão origem a essa pesquisa. Por um lado, evidenciavam-se as divergências entre a consideração de obrigatoriedade das condicionalidades e o sentido de compromisso que Cláudia parecia querer produzir. Por outro lado, se parecia inexistir um conhecimento efetivo do que estava sendo interpretado como "um desconto" no benefício de Cláudia e as razões "do sistema", vários problemas estruturais para o cumprimento da condicionalidade iam se anunciando. De todo modo, mesmo quando parecia engajada em defender o que entendia ser um direito seu, era a partir de seus compromissos como mãe que Cláudia justificava "merecer" o benefício.

Com o desenvolvimento da pesquisa, novos elementos surgiram fazendo-nos ampliar a compreensão acerca da forma como têm sido gerenciadas as condicionalidades. Aqueles comentários das agentes de saúde de que o Bolsa Família as estaria ajudando tem se evidenciado na fala de muitas mulheres com quem temos conversado. O comentário mais recorrente é que, uma vez recebendo a bolsa, além dos cuidados em levar criança pra vacinar e acompanhar o peso, as mulheres têm ouvido que elas mesmas devem ir até o posto de saúde regularmente para acompanhamento de saúde, particularmente para "fazer o citológico".

Se o contato com Claudia se deu de forma episódica na sala de espera da secretaria de saúde, nas conversas nas residências das pessoas o assunto tem retornado de forma mais clara. Certa vez, conversando com Anete, uma mulher de 51 anos, casada e que mora com o marido e o filho adulto, ela me disse:

> Foi... exigiram que pra fazer o citológico... Porque quem tem filho assim aí faz citológico e tudo, mas tem que levar também que o menino tá estudando, tem que levar aquele negócio de estudo e tudo... aí eu como não tenho nenhum menino estudando aí faz o citológico.

Eu fiquei curioso com essa afirmação assim tão direta e quis saber quem teria lhe falado dessa forma, e Anete disse: "A gente tem que fazer. A agente de saúde, todo mês ela pega o peso da gente e a altura... Aí de seis em seis meses a gente faz o citológico que é pra levar pra lá... pro bolsa família". Eu perguntei quem havia falado que o fato de ela fazer o citológico e acompanhar peso e altura tinha a ver com o Bolsa Família ela disse: "Isso quem disse pra gente foi a enfermeira", complementando que afirmaram também que quem não fizesse alguma dessas solicitações do serviço "podia perder" o benefício: "Disseram que a gente tinha que fazer... 'Vocês já fizeram o citológico?'. Não. Pois tem que fazer. Na secretaria a gente sempre escuta isso". Eu digo: "É? Em qual secretaria? "Na de rio tinto. É... a gente sempre, sempre escuta isso aí pra fazer o citológico por causa do bolsa família porque se não fizer perde... Aí tá certo, a gente faz".

Eu escutei esse relato, totalmente inquieto, interpretando aquilo tudo como uma forma de controle, um tanto chocado, mas antes que eu fale qualquer coisa, Anete redireciona o rumo da conversa dizendo o que acha dessas exigências, sem que eu a pergunte:

> Mas isso aí é até um negócio que é bom porque tem muita mulher... [pausadamente] que é assim... tem vergonha de ir no posto... fazer um citológico... não sabe como é que tá o seu problema porque a gente tá vendo a gente por fora, mas por dentro a gente não tá vendo né, aí tem muitas que não vai porque 'eu não vou porque eu tenho vergonha'... Nunca foi ao posto pra saber como é que tá pra fazer uma consulta, só vai quando tiver já morrendo se acabando... E isso aí por uma parte é muito bom, é muito bom, porque tá ali sabendo como é que a gente tá, né, a gente tá ali acompanhada pelo médico a gente tá vendo como é como não é... Minha irmã mesmo ela diz: "tu só vive nos médico direto né?". [eu rio, e ela ri também] Eu tenho que me tratar...

Se Anete apresenta uma fala de consonância com o discurso dos profissionais com quem conversamos, seja na área da saúde ou da assistência social, é importante dizer que a maior recorrência dessa percepção tem se dado por parte dos profissionais. São argumentos que apontam para uma compreensão geral acerca das condicionalidades que estão em consonância com uma percepção mais geral sobre a população com a qual lidam. No caso, em particular, da exigência do exame citológico, ele está em completo desacordo com o que é propugnado oficialmente, ainda menos o acompanhamento de peso e altura. Como vimos acima, as condicionalidades na saúde se referem a crianças de até 5 anos e mulheres grávidas ou que estejam amamentando.

Comentários Finais

Dessa forma, percebemos que a noção corrente, por parte de profissionais e da população em geral é que as condicionalidades são formas de pressionar as pessoas que recebem a bolsa a cumprir certas "obrigações". Nesse sentido, mesmo a noção de contrapartida e compromisso se perde, distanciando-se da ideia de que as condicionalidades serviriam para que os "pobres e extremamente pobres" acessassem direitos básicos como saúde e educação e permitissem a cobrança da garantia desses direitos por parte do Estado. É possível afirmar que desde o momento do cadastramento e acompanhamento das condicionalidades está em jogo um processo de definição de lugares com base na compreensão do que é o programa e quem são seus destinatários (*cf* MARINS, 2014)

Ao retomar o caso de Cláudia que tentava provar ser uma boa mãe e ao refletir sobre os usos mais difusos dessa noção de condicionalidades, minha análise converge para os mesmos argumentos que algumas autoras têm identificado na base das políticas que estariam comprometidas com certa moralidade materna (FONSECA, 2012) e "educação da maternidade" (MEYER; KLEIN; FERNANDES, 2012; KLEIN; MEYER; BORGES, 2013; PIRES, 2013b). Nesse processo, a pesquisa tem apontado como diferentes sujeitos estão envolvidos nessa produção, tendo aqui sendo destacada de forma mais específica e preliminarmente, a ação de profissionais de saúde em um contexto específico.

Não se trata apenas de fazer uma acusação aos profissionais envolvidos no acompanhamento das condicionalidades. Tampouco se trata de uma crítica ao PBF, não reconhecendo os pontos positivos associados a essa iniciativa. O que precisa ser aprofundado é o reconhecimento de que esses impactos positivos na vida das pessoas e que os direitos envolvidos no Bolsa Família não devem dizer respeito apenas ao combate à fome e garantia de acesso a serviços básicos. A partir dos elementos aqui analisados, identificamos na forma de implantação dessa política elementos de controle sobre aspectos da vida das mulheres que podem ser vistos como parte de um processo mais amplo de consolidação do controle de seus corpos, onde, de acordo com Foucault, se articulam a "anátomo-política do corpo humano" com uma "bio-política da população" (FOUCAULT, 1988: 131). A garantia de alguns direitos não pode ser feito à revelia do reconhecimento à autonomia das mulheres e da pauta feminista de reivindicação por direitos sexuais e reprodutivos.

Referências Bibliográficas

FONSECA, C. (2012), "Tecnologias globais de moralidade materna: as interseções entre ciência e política em programas "alternativos" de educação para a primeira infância". In C. FONSECA, F. ROHDEN, P. MACHADO, Paula (eds.), *Ciências na Vida: Antropologia da ciência em perspectiva*, São Paulo: Terceiro Nome, pp. 253-275.

FOUCAULT, M. (1988), *História da Sexualidade: A vontade de saber*, 11ª Ed. Rio de Janeiro: Graal.

KLEIN, C., MEYER, D. E., BORGES, Z. N. (2013) "Políticas de inclusão social no Brasil contemporâneo e educação da maternidade". *Cadernos de Pesquisa*, pp.906-923 set./dez. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742013000300009&script=sci_arttext, [consultado em 3-4-2014].

MARINS, M. T. (2014), "Repertórios morais e estratégias individuais de beneficiários e cadastradores do bolsa família". *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, pp. 543– 562, outubro. Disponível em http://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/index.php?area=revista&revid=18 [consultado em 4-11-2014].

MEYER, D., KLEIN, C., FERNANDES, L. P. (2012), "Noções de família em políticas de "inclusão social" no Brasil contemporâneo". *Estudos Feministas*. Florianópolis, pp. 433-449. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2012000200005&script=sci_arttext [consultado em 3-4-2014].

NASCIMENTO, P., MELO, A. C. (2014), "'Esse povo não está nem aí': as mulheres, os pobres e os sentidos da reprodução em serviços de atenção básica à saúde em Maceió/Alagoas". In J. FERREIRA, S. FLEISCHER, Soraya (eds.), *Etnografias em serviços de saúde***.** Rio de Janeiro: Garamond, pp. 267-297.

PALITOT, E. M. (2008), "A terra dos índios esquecidos: o processo de territorialização dos potiguara de Monte-Mór". In R. K. LIMA (ed.), *Antropologia e Direitos Humanos 5*. Brasília; Rio de Janeiro: ABA; Booklink, pp. 114-165.

PIRES, F., REGO, W. D. L. (eds.), (2013), "Dossiê 10 anos do Programa Bolsa Família". In ***Política e Trabalho. Revista de Ciências Sociais***. N. 38.

PIRES, F. (2013b), "Comida de criança e o Programa Bolsa Família: moralidade materna e consumo alimentar no semiárido". In *Política e Trabalho - Revista de Ciências Sociais*, n. 38, 2013b, pp. 123-135. Disponível em http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14575 [consultado em 5-4-2014].

SCOTT, P. (2001), "Agentes comunitários e saúde reprodutiva: uma experiência recente no nordeste brasileiro". In M. C. OLIVEIRA, M. B. ROCHA, (eds.) *Saúde Reprodutiva na esfera pública e política*. Campinas: Editora da Unicamp/NEPO, pp. 49-69.

SOUSA, M. S. (2013), *Representações sociais do adoecimento e da cura em usuários do SUS – Rio Tinto.* Tese de doutoramento, Campina Grande: Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande..

VICTORA, C., KNAUTH, D., OLIVEIRA, F. A. (2008), "A ambigüidade dos agentes comunitários de saúde". In C. CAROSO (ed.) *Cultura, Tecnologias em saúde e Medicina. Perspectiva antropológica*. Salvador: EDUFBA, pp. 247-256.

VILLLELA, W., MONTEIRO, S. (2005), "Atenção à saúde das mulheres: historicizando conceitos e práticas" In W. VILLLELA, S. MONTEIRO (eds.), *Gênero e Saúde: Programa Saúde da Família em questão*. São Paulo: Associação Brasileira de Saúde Coletiva - Abrasco; Fundo de População das Nações Unidas -UNFPA, pp. 13-28.

ZIMMERMANN, C. R. (2010), "As políticas sociais e os Direitos: Apontamentos sobre o Programa Bolsa Família na região Nordeste". In J. BURITY, J., C. RODRIGUES, M. SECUNDINO (eds.), *Desigualdades e Justiça Social, Volume I: dinâmica estado-sociedade*. Belo Horizonte: Argvmentvm, pp. 45-58.

Políticas públicas de gênero no brasil: uma análise do plano nacional de políticas para as mulheres na região amazônica

Luziene Corrêa Parnaíba
luzienecp@hotmail.com

Sylvio Marinho da Pureza
sylvioramires@hotmail.com

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo, analisar as políticas públicas de gênero formuladas no Brasil nos últimos 10 anos. Interessa-nos, sobremaneira, pesquisar o processo de formulação, implementação e execução do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) seguindo o modelo de descentralização política implementado através da Constituição de 1988. Justificamos nossa pesquisa baseados no entendimento de que existem poucos estudos que busquem analisar e compreender formulação e aplicabilidade da política pública do gênero na região amazônica, em que pese suas particularidades culturais, étnicas, territoriais, fronteiriças, além dos desafios próprios das desigualdades intragêneros, permeadas por questões econômicas, políticas e sociais. Desse modo, nossa proposta concentra-se, mais especificamente, na análise da capacidade de execução no âmbito nacional e local do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres na região amazônica, norte do país.

Palavras-chave: Políticas Públicas para as Mulheres. Gênero. Território. Descentralização.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo trazer elementos para reflexão da política pública de gênero formulada no Brasil, nos últimos anos. Parte desse esforço concentra-se no entendimento de que conceito de gênero, como categoria de análise, é muito importante para explicar as desigualdades entre as pessoas, não obstante, é apenas parte de uma construção social complexa de identidade, hierarquia e diferença. A raça, a etnia, a classe são outras categorias socialmente construídas que se intersectam com o gênero para determinar a localização social dos indivíduos. Ou seja, gênero faz uma intersecção com outros eixos de subordinação, de modo a tornar mais complexo os avanços do projeto feminista.

A atual política nacional para mulheres, resultado das lutas dos movimentos de mulheres e feministas que se inicia no Brasil, desde o período da ditadura, está concentrada em um plano, chamado *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres,* doravante PNPM. Este Plano surge no governo Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), a partir da realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres que envolveram, em todo o seu processo, mais de 120 mil mulheres de todo o país. As deliberações dessa conferência subsidiaram o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que foi elaborado por um grupo de trabalho interministerial, coordenado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República. O plano possui três edições – nos anos de 2004, 2007 e 2013 – todavia, nossa atenção nesse momento se volta à sua mais recente formulação, que compreende o triênio 2013-2015, implementado um ano após a posse da primeira mulher presidente no Brasil, Dilma Rousseff.

Interessa-nos, sobremaneira, evidenciar a participação social, a importância da presença de alguns atores, sobretudo das mulheres, na proposição de políticas e no processo de construção deste Plano, além da importância dos atores governamentais e não-governamentais, na construção da agenda das políticas públicas de gênero.

Em suma, partimos do entendimento de que existem poucos estudos que busquem analisar e compreender a formulação e aplicabilidade da política pública do gênero na região amazônica, em que pese suas particular-

idades culturais, étnicas, territoriais, fronteiriças, além dos desafios próprios das desigualdades intragêneros, permeadas por questões econômicas, políticas e sociais.
Desse modo, nossa proposta concentra-se, mais especificamente, na análise da capacidade de execução no âmbito nacional e local do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres na região norte do país.

2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO NO BRASIL

As políticas públicas são resultado de um processo histórico, intensificado após a Segunda Guerra Mundial, cujos estudos ainda são relativamente recentes. A partir da década de 1950 seu estudo começa a adquirir autonomia e *status* científico com a produção de trabalhos nos Estados Unidos com foco na ação do Governo, e na Europa com destaque para o papel do Estado.
Não há uma definição unívoca sobre o que seriam as políticas públicas. O conceito depende do enfoque teórico adotado e do contexto político e social no qual as políticas se aplicam. Dye (2010) mostra que as políticas públicas são, antes de tudo, resultados de um processo que envolve diferentes estágios e atores sociais, assim, o processo de formulação de políticas públicas (*policymakingprocess*) compreende as seguintes etapas: identificação do problema; formação de agenda; formulação; legitimidade; implementação e avaliação da política.
No Brasil, quando se trata de políticas públicas de gênero, como é caso do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), é precípua a necessidade em demonstrar que a presença das mulheres na luta política e social por uma agenda de gênero é inquestionável. Igualmente, partimos da assertiva de FARAH (2004 b, p. 48), pois "ao adotar o conceito de gênero como referência para análise, procurou-se chamar a atenção apara a construção social e histórica do feminino e do masculino e para as relações sociais entre os sexos, marcadas em nossa sociedade por uma forte assimetria".
Para Sorj (2002), a persistência de altos níveis de pobreza e o aprofundamento das desigualdades sociais legitimadas, embora não exclusivamente, por valores personalistas, patrimonialistas e hierárquicos colocam constantes desafios à incorporação das ideias e práticas feministas no contexto social brasileiro. Assim,

> A abertura do processo de formulação e de implementação de políticas públicas, associada à democratização, parece favorecer uma maior permeabilidade das agências estatais às necessidades da comunidade. Assim, embora sejam minoritárias nas experiências analisadas aquelas que surgiram como resposta a movimentos locais (de abrangência municipal, estadual ou regional), há diversas iniciativas que mostram haver um reconhecimento da diversidade de gênero, passando a desenvolver ações que atendam a necessidades específicas e diferenciadas de mulheres, sob influência de mulheres da localidade de implementação do programa. Isso sugere que a consciência prévia da relevância da questão de gênero não é o único caminho para que essa dimensão seja integrada a programas governamentais. Tão importante quanto a tal consciência parece ser a efetiva democratização do programa ao longo de sua implementação, no sentido de torná-lo permeável às necessidades efetivas da comunidade a que se destina (FARAH, 2004 b, p.67).

Destarte, como nossa intenção é problematizar o campo das políticas públicas através da perspectiva de gênero, gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que, já a partir do final da década de 1970, o movimento feminista – ampliado como movimento de mulheres – tornou-se elemento ativo a favor do restabelecimento democrático, em que, de acordo com BASTED (1994, p. 40), "no processo de redemocratização, a estratégia do movimento de mulheres se expandiu em diversas direções, que influenciaram os organismos governamentais na elaboração de políticas públicas relativas à mulher". Daí a relação necessária em atrelar parte das lutas políticas das mulheres nos últimos 50 anos, à atual política nacional para a mulher.

2.1 A luta das mulheres no processo de redemocratização

De acordo com Fougeyrollas-Schwebel (2009), o feminismo como movimento de luta de mulheres só se manifesta como tal na segunda metade do século XX. Essas lutas partem do reconhecimento das "mulheres como específica e sistematicamente oprimidas, na certeza de que as relações entre homens e mulheres não estão inscritas na natureza, e que existe a possibilidade política de sua transformação" (p.144). Na mesma linha de raciocínio, a autora esclarece que os movimentos feministas devem ser distinguidos dos movimentos populares de mulheres, que não expõem frontalmente a exigência de direitos específicos para as mulheres. É dizer:

> A associação entre 'movimentos de mulheres' e 'movimentos feministas' assume significações diferentes segundo as representações que façam das feministas muito burguesas do final do século XIX e no começo de século XX, muito radicais e inimigas dos homens depois dos anos 70. Durante os anos 70, a expressão 'movimento de mulheres' é freqüentemente utilizada como forma reduzida para 'movimento de liberação das mulheres'; por esse fato, ela pôde ser associada ao feminismo mais radical. Daí, ás vezes, a diversidade e a confusão na oposição entre movimentos feministas e movimentos das mulheres (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p.144).

Seguindo essa perspectiva, acreditamos a expressão "movimento de mulheres" representa as mobilizações de mulheres com um objetivo único, ou seja, falar de "movimentos feministas", nos permite designar sob uma mesma denominação as diversas formas de movimentos de mulheres.
Já o conceito de feminismo aqui utilizado, coaduna com o que Soares (1998) preceitua, pois parte-se do princípio de que feminismo é a ação política das mulheres. Dessa forma, "engloba teoria, prática ética e toma as mulheres como sujeitos históricos de transformação de sua própria condição social" (p.33). Nesse sentido,

> Como sabemos, o movimento feminista surgiu e construiu suas principais formulações, práticas e instituições em diálogo criativo com valores e princípios incorporados na tradição ocidental de democracia liberal. O processo de desenvolvimento político no Brasil, entretanto, não seguiu o mesmo caminho e ainda está muito distante de praticar uma democracia que corresponda aos padrões dos países desenvolvidos, sobretudo no que diz respeito à garantia dos direitos civis e sociais. O deslocamento entre o contexto liberal e democrático, que deu origem ao ideário feminista, e a recepção e assimilação deste à realidade social e política brasileira impõem importantes desafios às práticas feministas no Brasil (SORJ, 2002, p.99).

Durante os 21 anos que o Brasil esteve sob o regime militar, as mulheres estiveram à frente nos movimentos populares de oposição criando suas formas próprias de organização, lutando por direitos sociais, justiça econômica e democratização. A partir dos anos 1970 configuram-se diversos espaços de organização das mulheres, o desafio que se colocava à época estava estreitamente ligado à democratização e globalização. Mais especificamente, a luta das mulheres no Brasil nos anos 60, 70 e 80 é definida da seguinte forma:

> A presença das mulheres na arena política foi, assim, construída no período da ditadura, a partir dos anos 60, sendo um dos elementos que contribuíram para os processos de mudanças no regime político, além disso, mulheres também compuseram a coluna vertebral de muitas das organizações de sociedade civil e de partidos políticos de oposição que com êxito desafiaram regras autoritárias durante os anos 70 e início dos 80 (ALVAREZ, 2004).

As mulheres neste período tiveram espaço para uma maior ação política em contraposição ao imaginário social que as vê como cidadãs, nas palavras de Soares (1998), despolitizadas ou intrinsecamente apolíticas. Para essa mesma autora, o movimento feminista que reapareceu no Brasil nesse período, teve algumas características dos movimentos que surgiram na Europa e nos Estados Unidos nos anos 60. Ainda assim, o movimento de mulheres em nosso país carrega uma forte característica de heterogeneidade.

Nos anos 1980, o país é marcado pela reconstrução das instâncias da democracia liberal: reorganização partidária, eleições para os diversos níveis de reelaboração da Constituição do país, eleições presidenciais. A questão da democracia, presente na constituição dos movimentos sociais, agora se coloca na relação desses com o Estado – a incorporação das suas reivindicações. As políticas públicas passam à agenda desses movimentos. De acordo com Farah (2004 a), sob o impacto da democratização e da luta de movimentos feministas e de movimento de mulheres, desde os anos 80, tem ocorrido, no Brasil, um processo gradual de incorporação da problemática das desigualdades de gênero pela agenda governamental.

A inclusão da questão de gênero na agenda governamental ocorreu como parte do processo de democratização, o qual significou a inclusão de novos atores sociais no cenário político e, ao mesmo tempo, a incorporação de novos temas pela agenda pública.

2.3 A origem das políticas públicas de gênero no Brasil

Sobre a origem do debate e sistematização das políticas públicas de gênero, é Alvarez (2004), que nos mostra essa evolução e materialização político partidária. De acordo com a autora, nos governos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), no começo dos anos 80, criaram-se os primeiros conselhos da condição feminina, que tiveram diversos nomes, mas quase sempre eram denominados "conselho". O primeiro foi criado em 1982, em São Paulo, a primeira delegacia também, em 1985.

Na década de 80 foram implantadas as primeiras políticas públicas com recorte de gênero. Tal é o caso da criação do primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina, em 1983, e da Primeira Delegacia de Defesa da Mulher, em 1985, ambos no Estado de São Paulo. Essas instituições se disseminaram a seguir por todo o país. Ainda em 1985 foi criado o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, órgão do Ministério da Justiça. Foi também a mobilização de mulheres que levou à instituição do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1983. Sem deixar de lembrar que a própria Constituição, de 1988, também é reflexo de uma forte mobilização das mulheres.

Nos primeiros governos municipais do Partido dos Trabalhadores (PT), as feministas petistas insistiram em criar instâncias nitidamente estatais que teriam poder deliberativo e executivo, assim acabando com a confusão entre movimento/Estado, supostamente gerada pelos conselhos tucanos/peemedebistas e, assim também, respeitando e resguardando a autonomia dos movimentos feministas e de mulheres. Um importante momento de teste, de avaliação da capacidade do PT, em responder a uma plataforma de política de gênero feminista, foi o período da Constituinte.

Nesse sentido, Godinho (1998) afirma que a partir de 1988, com vitórias em um número muito mais significativo de prefeituras, em capitais brasileiras como Vitória, Porto Alegre e São Paulo e cidades como Campinas, Santos, Santo André e São Bernardo, num total de 36 prefeituras, que o PT ampliará sua elaboração de política municipal, introduzindo inovações como abertura de espaços de participação popular, orçamento participativo; é também nesse momento que irá se colocar o desafio das políticas públicas em relação às mulheres. O resultado, entretanto, foi uma política tímida que não se propôs a mudanças significativas para a vida das mulheres. E ainda,

> A crítica se fundamentava na incapacidade destes organismos como articuladores e implementadores de políticas de governo e na sua existência prioritariamente como instrumentos de propaganda dos governos que procuravam se legitimar como interlocutores do movimento dentro do Estado. Diante dessas críticas, a proposta elaborada e defendida no interior das Secretarias de Mulheres do PT demandava a criação de organismos executivos, com caráter de implementação de políticas públicas em con-

> junto com outros organismos de governo. Para que isso se efetivasse, obviamente, seria necessário garantir um nível real de poder, com competência e autonomia financeira e administrativa para que se pudesse garantir a integração de um ponto de vista de gênero na atuação global do executivo (GODINHO, 1998, p.24).

No momento em que tais situações se colocam, fica a certeza da necessidade em ampliar a presença de mulheres nos espaços de poder, conforme preceitua Godinho (1998, p.30) "como elemento importante para romper com o caráter de excepcionalidade que torna ainda mais difícil o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos integrais". Diante disso, juntamo-nos à afirmação de FRASER (2002), que aponta para a importante tarefa de considerar as implicações mais abrangentes que afetam as políticas feministas. "uma política feminista atual precisa ser bidimensional, articulando a política de reconhecimento com a política de redistribuição, somente uma política assim pode evitar o truncamento da agenda feminista e o concluio com o neoliberalismo" (p.74).

3. O PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Indubitavelmente, como já indicamos anteriormente, a luta das mulheres, nos últimos, pela ampliação e efetivação de direitos foi constante. SIMÕES e MATOS (2012, p. 18) observam que tal luta pode ser dividida em quatro momentos: o primeiro seria a conquista do sufrágio em 1932; o segundo, nos anos 70, a luta contra a ditadura; o terceiro, nos anos 80, a luta no processo de redemocratização do país, considerado como passagem para, o quarto momento, que, com efeito: "alcançou um novo nível de institucionalização através da criação, em 2003, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, na entrada do Partido dos Trabalhadores no Governo Federal". E ainda:

> (1) a institucionalização efetiva das demandas das mulheres e do feminismo por intermédio da entrada (ainda parcial) delas no âmbito do poder Executivo e Legislativo; (2) da criação de órgãos executivos de gestão de políticas \públicas no âmbito federal, estadual e municipal; (3) a consolidação da institucionalização das ONGs e das redes feministas e, em especial sob a influência do feminismo transnacional e da agenda internacional dos direitos humanos e das mulheres; (4) uma nova moldura para a atuação do feminismo: trans ou pós-nacional, onde são identificadas uma luta por radicalização anticapitalista e uma luta radicalizada pelo encontro dos movimentos feministas com outros movimentos sociais no âmbito das articulações globais de países na moldura Sul/Sul (a exemplo do Fórum Social Mundial e das lutas feministas e das mulheres contra ideologias neoliberais (MATOS, 2010, p.17).

Quando se trata das mulheres e de seus direitos sociais, percebemos a persistência das profundas desigualdades intragêneros e, apesar de todos os avanços conquistados no campo socioeconômico, cultural e político, existem ainda muitos desafios a ser superados. Reforça esse fato a afirmação de SIMÕES e MATOS (2012, p. 33): "a construção sócio-política desafiadora em relação ao gênero, recentemente, se transformou num fator de grande importância para a formulação de políticas públicas no Brasil", de modo que: a agenda atual dos movimentos feministas e de mulheres no Brasil incluiu um conjunto bastante abrangente de demandas que estão especialmente elencadas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM).

Nesta seção, para tratar do Plano Nacional de Políticas paras as Mulheres (PNPM), vamos nos valer da conceitualização de Farah (2004 b), que afirma que a política pública pode ser entendida como um curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos, refletindo ou traduzindo um jogo de interesses. Um programa governamental, por sua vez, consiste em uma ação de menor abrangência em que se desdobra uma política pública. Nesse sentido, gostaríamos de reiterar que:

> Tal incorporação nem sempre significa, no entanto, 'aderência' à agenda de gênero. Embora haja já em curso uma série de iniciativas locais que interferem sobre

> a desigualdade de gênero, incorporando a agenda construída por movimentos de mulheres nas últimas décadas, há ainda muitas políticas e programas que, embora focalizem as mulheres ou a elas dirijam módulos de programas mais gerais, acabam por reiterar desigualdades de gênero, reafirmando uma posição tutelada e subordinada da mulher tanto no espaço público como no privado (FARAH, 2004 a, p.139).

Nesse sentido, nossa proposta de pesquisa se constrói a partir do questionamento levantado por Soares (2004), quando fala dos organismos criados com a finalidade de proposição, planejamento e, em alguns casos, execução de políticas públicas voltadas para a construção da igualdade entre homens e mulheres, combater preconceitos e ampliar o acesso das mulheres aos bens públicos, que estão sendo implementados já há quase uma década, através do PNPM, a nível municipal, principalmente, e em geral nas administrações do Partido dos Trabalhadores, em pelo menos dois âmbitos merecem uma reflexão: qual é o espaço que está sendo construído, o que são estas coordenadorias, assessorias ou secretarias, onde se localizam na estrutura do Estado e quais ações realizam que impactam a qualidade de vida das mulheres?

1.1 Características do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)

Atualmente o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), completa sua primeira década de existência. Com base nas informações obtidas no Relatório de Implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) de 2005, e na atual formulação do PNPM (2013-2015), podemos descrever que seu processo de elaboração tem início com a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), convocada pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, realizada de 15 a 17 de julho de 2004 em Brasília.
Em julho do mesmo ano, fomentada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), realizou-se a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (1ª CNPM), com 1.787 delegadas que debateram as suas agendas e elaboraram o I PNPM. O processo como um todo envolveu mais de 120 mil mulheres em todas as regiões do país.
Em agosto de 2007, ocorreu a 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2ª CNPM), com a participação de 200 mil mulheres, das quais 2.800 constituíram a delegação na etapa nacional, que sistematizou um conjunto de propostas e demandas ao Estado brasileiro. A partir das resoluções da 2ª CNPM, foi elaborado o II PNPM.
Já a partir de 2010, com a edição da Lei nº 12.314, a titular da pasta da SPM tornou-se Ministra de Estado. Em 2012, por meio do Decreto nº 7.765, de 25 de junho de 2012, foram feitas modificações na estrutura e nos cargos que integram a SPM. A intenção, segundo informações do Plano, é contribuir para o fortalecimento institucional do organismo responsável pelas políticas para as mulheres junto ao governo federal.
O processo de elaboração do PNPM 2013 –2015, partiu das determinações constantes nas resoluções de caráter geral da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, bem como das demais resoluções aprovadas. No mandato de Dilma Rousseff, primeira mulher presidenta do Brasil, a Secretaria de Políticas para as Mulheres assume maior protagonismo e liderança – como reafirmado pela presidenta em sua fala durante a 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: "Eu tenho o compromisso inabalável – e reafirmo aqui – de aprofundar as políticas de igualdade de gênero no nosso país" (Anais da 3ª CNPM).
O Plano está organizado em dez capítulos. Cada capítulo tem seus objetivos gerais e específicos, metas, linhas de ação e ações. O primeiro capítulo trata de igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país. O segundo capítulo traz ações para construção de educação para igualdade e cidadania, contribuindo para promover o acesso, a permanência e o sucesso de meninas, jovens e mulheres à educação de qualidade, com ênfase em grupos com baixa escolaridade. O terceiro capítulo enfoca a saúde integral das mulheres, os direitos sexuais e os direitos reprodutivos, visando promover a melhoria das condições de vida e de saúde das mulheres em todas as fases do seu ciclo vital. O quarto capítulo é dedicado ao enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres. O capítulo cinco tem por objetivo fomentar e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão. O capítulo seis trata de desenvolvimento

sustentável com igualdade econômica e social, para democratizar o acesso aos bens da natureza e aos equipamentos sociais e serviços públicos. O capítulo sete tem por objetivo promover o fortalecimento econômico e o direito à vida de qualidade das mulheres no meio rural, respeitando as especificidades das mulheres do campo e da floresta e comunidades tradicionais, com garantia do acesso a terra, bens, equipamentos e serviços públicos. O capítulo oito agrega ações nas áreas de cultura, esporte, comunicação e mídia, para a construção de uma cultura igualitária, democrática e não reprodutora de estereótipos de gênero. O capítulo nove enfrenta questões relacionadas ao racismo, sexismo e lesbofobia, para combater o preconceito e a discriminação baseadas na orientação sexual e identidade de gênero. E o capítulo dez promove a igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência, para a garantia do protagonismo dessas mulheres nas políticas públicas, bem como em seu acesso a equipamentos e serviços públicos. Além desses dez capítulos, há também a preocupação com gestão e monitoramento, para bem implementar, acompanhar e monitorar o PNPM 2013-2015, com integração das ações e articulação entre os diferentes órgãos dos governos federal, distrital, estaduais e municipais.

3.2 O PNPM na região Amazônica

Em nossa pesquisa, de forma mais ampla, interessa-nos, fundamentalmente, analisar a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), na região Amazônica, dando especial atenção à sua mais recente formulação que compreende o triênio 2013-2015, apresentada um ano após a posse da presidenta Dilma Rousseff. É precípuo esclarecer que tal análise será feita concomitantemente à observância da formulação/aplicabilidade da referida política, através de uma perspectiva crítica teórico-conceitual que relaciona e busca compreender as políticas públicas partindo de uma premissa de descentralização – ressaltamos que em nosso escopo de pesquisa constam dois elementos convergentes fundamentais: a política neoliberal e o processo de redemocratização no Brasil – que não apenas reconhece a necessidade em envolver diferentes atores nas decisões políticas, mas, sobretudo, reconhece que, na contemporaneidade, as políticas públicas no Brasil, notadamente a política pública para a mulher (de gênero), precisa ser pesquisada a partir de um panorama crítico que avalie as relações entre o central (Governo Federal) e o local (Estados e Municípios) no processo de pesquisa da política pública.

Soares (2004), afirma que o papel do Estado é determinante na construção da igualdade, mas não só na regulação das leis que coíbem a discriminação, também como agente de mudanças culturais e das condições de vida das mulheres, na proposição de políticas que incorporem as dimensões de gênero e raça. O Estado nas suas ações não é neutro em relação às desigualdades presentes na sociedade e ao assumir, dentro de sua organização, um lugar para a construção de políticas que visem a igualdade, como são, por exemplo, as coordenadorias ou as secretarias de políticas para as mulheres, também dialoga com concepções que acreditam que a condição de subordinação das mulheres será superada sem que seja imperativa uma ação do Estado, que isto deverá acontecer naturalmente na sociedade. Ou seja,

> talvez, este tipo de raciocínio seja uma das explicações das dificuldades que os gestores públicos têm em compreender a necessidade das políticas públicas que incorporem gênero e raça e do papel que jogam estes mecanismos do aparelho do Estado, como as coordenadorias ou secretarias de políticas para as mulheres. O estado precisa reconhecer as demandas específicas das mulheres e admitir a existência dessas desigualdades e do seu papel determinante nas ações capazes de combater as desigualdades. Aceitar é um primeiro passo, mas não o suficiente. È indispensável incorporar na sua agenda a construção da igualdade (SOARES, 2004, p.114).

Dito isso, esclarecemos que não desconsideramos problematizar, no processo de condução da referida política pública nos estados da região norte, a consistência conceitual e empírica da democracia atrelada às Conferên-

cias Públicas Nacionais compreendidas aqui – e conforme preceitua o PNPM[1] – como o principal processo de descentralização da política pública e, por isso, indutoras de maior democratização e eficiência no que tange às políticas públicas direcionadas às mulheres no Brasil.

Juntamo-nos nossas concepções às de SOUZA (2007, p.62): quando afirma "o dimensionamento do novo desenho adquirido pelo espaço local hoje francamente depositário de grandes responsabilidades políticas, impõe a necessidade de estudos que tenham por objeto de análises territorialmente localizadas".

Esta incursão sobre o PNPM como política pública para a mulher atrelada ao entendimento da natureza do poder local – em observância da implementação dessa política na região norte do país – suas virtualidades atuais e como se coloca a instância política no país, constituem, a nosso ver, questões-chave para uma análise consistente da relação entre poder local e a implementação da referida política pública. Desse modo, demonstramos a importância da investigação, sobretudo em função da escassez de trabalhos que busquem compreender a realidade político-social das mulheres na Amazônia, região norte do Brasil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Alvarez (2004), existem alguns estudos comparativos sobre os organismos institucionais e políticas públicas para as mulheres em nível nacional, mas temos pouca reflexão teórica e poucos estudos empíricos sobre o seu funcionamento em nível municipal e estadual. É nesse sentido que se coloca nossa proposta em pesquisar as políticas públicas de gênero no Brasil, em especial, do atual Plano Nacional de Política para as Mulheres (PNPM), sobretudo na sua proposta de pactuação de ações nos diversos níveis, dando uma maior responsabilidade aos estados e municípios, pois nestas instâncias se concentram em maior parte as ações, programas e projetos que poderiam dar um real impacto na vida das mulheres brasileiras nas mais diversas regiões do país.

Partimos do pressuposto teórico de descentralização das políticas públicas em âmbito nacional e subnacional, e por isso, propomos uma pesquisa territorialmente localizada do PNPM na região Amazônica.

Desse modo, consideraremos dois elementos importantes constitutivos dessa política pública: a centralidade na formulação, nos últimos anos, de políticas de gênero, com isso, o protagonismo que o PNPM assumiu na última década, com a posse da primeira presidente mulher do Brasil, assinalado pelo discurso oficial do Governo de Dilma Rousseff, em especial, sua mais recente formulação do triênio 2013-2015. Assim como, o desempenho democrático quando se trata do papel dos conselhos gestores e conferências realizadas para implementação e execução dessa política pública.

Desses pressupostos, decorre a principal hipótese que norteará nosso processo investigativo: a de que as características atuais de formulação, avaliação, desempenho e aplicabilidade de políticas públicas no Brasil, depositárias de uma proposta política descentralizada, que através da Constituição de 1988 redimensiona poderes políticos nas esferas central e local de governo, pode encontrar uma dificuldade maior de implementação ou eficácia na região amazônica. Somam-se a isso as adversidades e desigualdades próprias de gênero e território no Brasil.

---

1 "Insere-se assim, no âmbito dessa política, o paradigma da responsabilidade compartilhada: não cabe apenas ao organismo de políticas para as mulheres promover a igualdade de gênero, mas a todos os órgãos dos três níveis federativos. Para tanto, o PNPM é implementado com base na transversalidade, tanto do ponto de vista horizontal (entre os ministérios) quanto do vertical (porque ele responde nos níveis estadual, distrital e municipal às conferencias realizadas nesses âmbitos e também porque precisa da parceria dos governos estaduais, distrital e municipais para obter resultado" (PNPM, triênio 2013-2015, p. 7).

BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ, Sonia. (2004),"Falas do Estado ou o estado das falas das mulheres nas administrações democrático-populares". *Políticas públicas de igualdade e gênero*, 8, pp. 103-110.

GODINHO, Tatau& SILVEIRA, Maria Lúcia. (2004), *Politicas Publicas e igualdade de gênero*, São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher.

BASTED, L. A. L. (1994), "Em busca do tempo perdido: mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993". *Revista Estudos feministas*, 2, pp. 38-54.

BRASIL. (2004), "Relatórios das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres".*Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)*, Disponível em http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes-2013, [consultado em 15-9-2013].

BRASIL. (2013), "Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)". *Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)*, Disponível em http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes-2013. [consultado em 15-9-2013].

DYE, T. R. (2010),*Understanding Public Policy*, Boston: Longman.

FARAH, M. F. S. (2004 a),"Políticas públicas e gênero".*Políticas públicas de igualdade e gênero*, 8, pp. 127-142.

FARAH, M. F. S. (2004 b), "Gênero e políticas públicas". *Revista Estudos feministas*, 12(1), pp. 47-71.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. (2009), "Movimentos feministas". In H. Hirata, F. Laborie, H. Le Doare, D.Senotier (eds), *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, pp. 144-149.

FRASER, N. (2002), "Políticas feministas na era do conhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero".*Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora.34.

GODINHO, T. (1998), "O PT e o feminismo". InA. Borba, N. FARIA, T. Godinho (eds.), *Mulher e política: gênero e feminismo no partido dos trabalhadores*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, pp. 15-32.

SIMÕES, S. & MATOS, M.(2012),*Ideias modernas e comportamentos tradicionais: a persistência das desigualdades de gênero no Brasil*,Belo Horizonte: Fino Traço.

SOARES, V. (1998), "Muitas faces do feminismo no Brasil". InA. Borba,N. Faria, T. Godinho (eds.), *Mulher e política: gênero e feminismo no partido dos trabalhadores*, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, pp. 33-54.

SOARES, V. (2004), "Políticas públicas para igualdade: o papel do Estado e diretrizes". *Políticas públicas de igualdade e gênero*, 8, pp. 113-126.

SOUZA, R. G. (2007). "Poder local e gestão de políticas públicas". InE. V. Francisco & C. C. Almeida (eds.),*Trabalho, Território, Cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas*, São Paulo: Cortez.

SORJ, B. (2002). "O feminismo e os dilemas da sociedade brasileira". In C. BRUSCHINI & S. UNBEHAUM (eds.), *Gênero, democracia e sociedade brasileira*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, pp. 98-107.

Longe demais das capitais: diferenças e desigualdades

Eliana Teresinha Quartiero[1]

Henrique Caetano Nardi[2]

RESUMO: Este trabalho discute como verdades acerca de diferenças hierarquizadas se apresentam nas práticas da implantação do curso Gênero e Diversidade na Escola, oferecido pelo Ministério da Educação para professoras/es da rede pública de ensino. O curso, oferecido na modalidade à distância, aborda as temáticas de gênero, sexualidade, raça e etnia, tendo formado mais de 40 mil professoras/es em todo Brasil. Um extensivo processo de classificação dos indivíduos está estabelecido no cotidiano escolar, vamos problematizar como as dinâmicas de diferenciação do humano normatizam e conformam o fazer pedagógico e vão se apresentar como desafio quando buscamos transformar o cotidiano escolar, o qual tem se apresentado como discriminatório e pouco permeável às diferenças. Percebemos que transformar as verdades e saberes que marcam os sujeitos e nos colocam, a todos/as, dentro de uma escala de valor requer uma desnaturalização ou deslocamento crítico dos marcos normativos que as possibilitam

Palavras chave: Formação de professores; Diversidade sexual; Direitos humanos; Políticas públicas; Educação a distância.

Introdução

Neste artigo discutimos como se estruturam os discursos acerca da diferença/desigualdade na implantação do curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), oferecido pelo Ministério da Educação para professoras/es da rede pública de ensino. O curso, oferecido na modalidade a distância, aborda as temáticas de gênero, sexualidade, raça e etnia, tendo formado mais de 40 mil professoras/es em todo Brasil. Os questionamentos que apresentamos emergiram ao longo da pesquisa de campo de um doutoramento (Quartiero, 2014), no qual problematizamos como diferenças hierarquizadas e distâncias estabelecidas entre quem forma e quem é formado se apresentam na ação desta política pública; a qual busca afetar o ambiente escolar e estabelecer relações que se fundamentem no respeito às diferenças.

O espaço escolar é considerado como produtor de desigualdade (SILVA, 2000; LOURO, 1999, 2001), mas também é visto como motor de mudanças, isto é, um espaço onde é possível construir novas atitudes frente ao outro e novas formas de convivência social. Os enunciados que apontam o processo escolar como potencializador de mudanças nas relações sociais, como um espaço de formação de cidadãos, coloca a escola em um lugar de destaque para diversas políticas públicas, como alvo de intervenções múltiplas. Assim, na direção de

---

1 Professora da Universidade Estadual de Santa Catarina. Doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atuando principalmente nos seguintes temas: formação de professores, direitos humanos, educação a distância, políticas públicas, relações de gênero e sexualidades. Membro do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero - NUPSEX - do Instituto de Psicologia da UFRGS.
elianaqu@gmail.com

2 Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Diretor do Instituto de Psicologia da Universidade do Rio Grande do Sul. É Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX) do Instituto de Psicologia da UFRGS e pesquisador associado do Institut de Recherche Interdisciplinaire sur les Enjeux Sociaux (IRIS-EHESS). Tem experiência na área de Psicologia, Sociologia e Saúde Coletiva, com ênfase em Psicologia Social, atuando principalmente nos seguintes temas: subjetividade, sexualidade, diversidade sexual, relações de gênero, trabalho, saúde do trabalhador, políticas públicas e ética .
hcnardi@gmail.com

transformar a sociedade, uma das abordagens mais recorrentes é a formação de docentes e gestores, incluindo como conteúdo a discussão das diversas discriminações e alinhando estas a uma ótica dos direitos humanos.
A escola se constituiu como espaço de passagem obrigatório para todos os sujeitos em sua inserção na sociedade, princípio este estabelecido na Constituição Federal de 1988. No entanto, se coloca aí uma demanda paradoxal, ou seja, que ao mesmo tempo remete à inserção em uma sociedade que é injusta e desigual e atribuiu à escola o papel de alavanca para a transformação dessa mesma sociedade. No contexto atual, as relações escolares são, na maior parte dos casos, ainda atravessadas por situações de violência e desrespeito que convocam uma intervenção.

> Diferentes manifestações de preconceito, discriminação, diversas formas de violência - física, simbólica, o *bullying* -, homofobia, intolerância religiosa, estereótipos de gênero, exclusão de pessoas com deficiência, entre outras, estão presentes na nossa sociedade, assim como nas nossas escolas. A consciência desta realidade é cada vez mais forte entre os educadores e educadoras. Como afirmou um professor numa das pesquisas que realizamos recentemente, "as diferenças estão bombando na escola". (CANDAU, 2010: 756)

Metas e objetivos de formação permeiam os planos de governo, sobretudo no campo da educação, remetendo para um tratamento específico a grupos historicamente discriminados no país, salientando-se o acesso e permanência na escola. Neste contexto de discussões foi gestada a proposta do curso GDE como formação continuada para professores/as que já estão atuando na rede pública de ensino, direcionado àqueles/as que estão no ensino fundamental.
Idealizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e efetivado através de parceria com o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), o British Council[3] e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), o GDE foi pensado como uma ferramenta para contribuir com a construção de uma política educacional voltada para promoção da igualdade de gênero, raça/etnia e orientação sexual, que atingiria o Brasil inteiro através da modalidade da EAD.
A igualdade está colocada como um dos valores fundamentais no mundo ocidental. Constituída na modernidade, esta metanarrativa institui que todos os seres humanos são ou nascem iguais; essa afirmação propiciou que se ampliassem alguns direitos, porém, os movimentos sociais, sobretudo dos países do sul do globo (feminismo, movimento negro e LGBT, entre outros) têm criticado as apropriações dos discursos de direitos civis e políticos na forma que foram constituídos na modernidade, pois podem esconder as diferenças culturais, políticas e nas relações de poder presentes em nosso cotidiano e, por vezes, camuflados por um discurso de igualdade (Santos, Boaventura, 2009). Podemos perceber esta tensão no texto do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH I) onde se salienta que há a necessidade de listar uma série de sujeitos (categorias identitárias), cuja legitimidade enquanto plenamente humanos tem sido negada:

> Direitos humanos são os direitos fundamentais de todas as pessoas, **sejam elas** mulheres, negros, homossexuais, índios, idosos, pessoas portadoras de deficiências, populações de fronteiras, estrangeiros e emigrantes, refugiados, portadores de HIV positivo, crianças e adolescentes, policiais, presos, desposuídos e os que têm acesso a riqueza. **Todos, enquanto pessoas**, devem ser respeitados e sua integridade física protegida e assegurada. (BRASIL, 1996: 3, grifos nossos)

Podemos perceber enunciados de direitos humanos, tomados como universais e relacionados ao modelo educacional construído na modernidade, os quais vão se sustentar/constituir verdades vinculadas a um sistema de classificação e hierarquização, tendo como organizador um princípio da homogeneização. Esse princípio esbarra na injunção paradoxal que descrevemos acima, ou seja, que convoca a inserção social em uma sociedade desigual apostando que a educação (que é produto dessa mesma sociedade), possa transformá-la. No processo de aprendizagem, tal como estabelecido pelo conhecimento ocidental, constituímos um olhar classificatório que utilizaremos para o restante de nossas vidas. Há a necessidade de ensinar com igualdade, pois ela é um princípio constitucional, afirmado em todas as políticas educacionais, mas qual igualdade está sendo pensada e criada na escola e nas formações de professores/as?

---

3 O British Council é uma organização sem fins lucrativos que atua em mais de 100 países, tem como objetivo estabelecer parcerias entre estes países e o Reino Unido nas áreas de educação, artes, esportes e língua inglesa.

Em nossa discussão assumimos a posição que se pode sim buscar a construção da igualdade, mas não estamos nos referindo/reportando a um entendimento de que somos todos iguais, não nos amparamos em conceito universalizante do humano. Nesta pesquisa temos o entendimento que diferença está relacionada a um extensivo processo de categorização dos indivíduos e que nesse processo de esquadrinhamento das pessoas em identidades não há igualdade possível, a intervenção necessária seria da ordem de contestar o modelo de categorização, burlando/transformando as normas que o definem. Este posicionamento teórico-político demanda problematizar as verdades instaladas no fazer pedagógico. Sabemos da imensa necessidade de modificar as atitudes preconceituosas e discriminatórias em relação a categorias marcadas: negras, homossexuais, pobres, etc, porém nossa contribuição consistiria em problematizar as normas e o processo de categorização que estigmatizaram essas diferenças. Vamos pensar a diferença como um processo de diferenciação (SILVA, 2000) que acontece no interior de relações de poder e que se estabelecem a partir de "lugares de enunciação" próprios a um determinado contexto.

> A sujeição mais tenaz da diferença é, sem dúvida, a das categorias, pois elas permitem – ao mostrar de que diferentes maneiras pode dizer-se o ser, ao especificar de antemão as formas de atribuição do ser, ao impor de certa maneira, o seu esquema de atribuição dos entes – preservar, no cume mais alto, a sua quietude indiferenciada. As categorias regem o jogo das afirmações e das negações, fundamentam em teoria as semelhanças da representação, garantem a objetividade do conceito e do seu trabalho; reprimem a diferença anárquica, dividem-na em regiões, delimitam os seus direitos e prescrevem a tarefa de especificação que têm de realizar os seres. Por outro lado, podemos ler as categorias como as formas 'a priori' do conhecimento; mas, por outro lado, aparecem como a moral arcaica, como o velho decálogo que o idêntico impôs à diferença (FOUCAULT, 2000: 103)

Propomos discutir como o funcionamento de verdades acerca da diferenciação do humano normatiza e conforma o fazer pedagógico e vai se apresentar como desafio quando buscamos ensinar de outras formas ou ensinar valores alinhados aos direitos humanos.

A nossa problematização se direciona às formas como diferenças hierarquizadas e as distâncias estabelecidas entre humanos se configuram nas práticas desta formação (GDE) destinada ao respeito às diferenças. Perguntamos-nos como os/as agentes envolvidos/as compreendem o contexto no qual se inserem e se, nesse processo, propõem separações sistemáticas entre as pessoas? De forma complementar, perguntamos, ainda, como estas divisões afetam uma proposta de construção de equidade? Considerando, também, que a conquista de relações mais igualitárias implica em deslizamentos identitários, desestabilizando a posição dos sujeitos no mundo (nas relações de poder) e que, para que esse objetivo seja possível, pode/deve questionar a atuação profissional docente.

Nossa intenção é compreender como (e se) emergem as marcas de verdades/preconceitos estabelecidas no campo da educação no contexto de implantação de uma formação direcionada a provocar mudanças na atuação docente. Entendemos que no momento em que se busca transformar uma rotina escolar entram em cena difíceis negociações com o estabelecido e com a possibilidade de outras/novas intervenções pedagógicas serem colocadas em movimento, pois, para que isso aconteça, é necessário deslocar-se de uma posição já construída e cristalizada.

A construção do corpus e a problematização como ferramenta de pesquisa

Em Santa Catarina foram oferecidas duas edições do GDE pela Universidade Federal de Santa Catarina para educadoras/es da rede pública de ensino com duração de 180 horas. A primeira edição do curso, em 2009, aconteceu em 10 municípios, localizados em diferentes regiões do estado, em pólos de apoio presencial do Sistema UAB. A segunda edição do curso iniciou no final de outubro de 2012 e finalizou em junho de 2013. Foi realizada em 5 pólos de educação à distância no interior do estado e 2 turmas no pólo de Florianópolis. Em nossa pesquisa buscamos acompanhar o oferecimento do curso em duas cidades do interior de santa Catarina – uma com 24.000 habitantes e outra com 7.000 habitantes onde foram realizadas edições desta formação em 2009 e em 2012, respectivamente. Na construção de nossa reflexão utilizaremos como material de análise,

entrevistas realizadas com a equipe de profissionais da universidade que ofertou o curso (coordenação, professoras e tutoras) e, nas duas cidades, com as equipes dos polos de educação à distância e com professoras que participaram como cursistas.

Nosso pesquisar se orientou pela perspectiva genealógica de Michel Foucault (1979; 2005), que propõe problematizar a naturalização dos objetos e indivíduos, ou seja, tomar como foco as condições de possibilidade e de emergência das verdades que os constituem, explicitando sua construção, como um processo de cunho social e histórico. Utilizamos a problematização enquanto exercício do pensamento, onde interessa perceber verdades que se legitimam neste campo específico, considerando suas condições de possibilidade. Neste sentido, buscamos, através do relato da experiência destes diferentes agentes do processo apreender a forma como se estabelece a rede enunciativa e sua sustentação em determinadas relações saber-poder. Ao descrever estas experiências nos deparamos com as condições de possibilidade para a implantação do GDE nessas localidades e das dinâmicas de veridificação envolvidas. Concebemos o processo de pesquisar como uma atitude, um ethos, onde a crítica daquilo que somos seja, ao mesmo tempo, uma análise histórica dos limites nos quais estamos situados e a prova de sua ultrapassagem possível. (FOUCAULT, 1994).

Neste estudo não temos intenção produzir análises definitivas, mas compreender o processo, descrever as formas de funcionamento, as verdades instituídas, buscando o que está naturalizado nas ações, nas maneiras de ensinar.

Para a produção do corpus de pesquisa, utilizamos entrevistas semiestruturadas e com esse instrumento, não tivemos o propósito de captar/descobrir verdades de como esses/as profissionais discutem e tratam as situações que dizem respeito a valores acerca de gênero, sexualidade e raça/etnia, mas sim, utilizamos as entrevistas como ferramentas para mapear os enunciados com efeito de verdade que estão instalados e que se constituem neste campo de saber/poder. Propomos às pessoas entrevistadas que elas contassem suas experiências com o GDE, como se envolveram nesta formação, como perceberam o processo por que passaram, tendo em mente a posição de enunciação que se coloca a cada sujeito.

Este enfoque teórico também nos dará suporte para, ao invés de denominar previamente os sujeitos como portadores de identidade, olhar os processos de subjetivações disponíveis para que estes sujeitos se compreendam e se relacionem com outras identidades propostas pelos jogos de verdade. Como coloca Judith Butler: "há normas sexuais e de gênero que, de uma forma ou outra determinam o que e quem será "reconhecível" e o que e quem não, e devemos ser capazes de ter em conta esta diferente localização da "reconhecibilidade"[4]. (BUTLER , 2009: 324).

Fomos constituídos/formados em contextos de práticas pedagógicas que, desde a modernidade, utilizaram enunciados para nomear o outro, como "anormal", "especial", "diferente", "diverso". A tarefa central desta pesquisa é a desnaturalização deste processo, pensar como esta construção de categorias tem uma influência fundamental no desenvolvimento das práticas pedagógicas. Deste modo, este trabalho se propõe a rever as formas como se estabilizam as relações entre diferença/desigualdade e igualdade no processo desta formação. Um processo normalizador está presente no fazer pedagógico, ele ocorre através de comparações, entre os sujeitos e através do olhar que se lança para os comportamentos em referência a como deveríamos nos comportar e ser. A referência à norma é uma característica comum da pedagogia. Os indivíduos são convocados a seguir determinadas regras; educar, em seus termos mais clássicos e práticos, tem consistido, tem exigido ensinar normas de comportamento, de conhecimento, atitudes (Gore 2000). Pode-se perceber a produtividade do poder como um preceito fundamental da atividade pedagógica.

Diferença e desigualdade na formação:

Quando propomos pensar sobre os enunciados de diferença, buscando diagramar as práticas que se estabelecem a partir dos significados que são atribuídos a identidades situadas neste lugar marcado como diferente, consideramos que esta demarcação se constitui como um processo relacional, ou seja, sempre se é diferente

4 Tradução nossa.

de algo ou alguém e nesta demarcação se produzem desigualdades. Neste sentido traremos alguns trechos de entrevistas onde se apresentam lógicas de demarcações de diferenças e sugerem valorações às identidades e modos de viver.

Sim, já eu trabalhei em uma outra escola que tinha um aluno que ele não brincava, no recreio, ele ficava o tempo todo sentado na porta e os outros não queriam brincar com ele e eu dizia: vai brincar, e ele, não quero, não quero. E acontecer dos meninos escreverem na carteira dele, por que ele tinha um jeito diferente eles chamavam apelidos para ele, bicha, viado, disso daquilo. (...) diferente, o jeito dele, é diferente (...) a gente não sabe se é uma escolha dele ou..... (cursista 2009)

Em pesquisas realizadas com professores/as, Vera Candau (2010) relata que "predominavam depoimentos em que a igualdade era concebida como um processo de uniformização, homogeneização, padronização, orientado à afirmação de uma cultura comum a que todos e todas têm direito a ter acesso". Quando este entendimento sobre igualdade se estabelece, o lugar que é constituído para a diferença é o de oposto à igualdade, habitado pelos diferentes de todos, diferentes seriam aqueles que possuem características identitárias que são associadas à "anormalidade". Neste contexto "o termo diferença, nos depoimentos dos educadores, é freqüentemente associado a um problema a ser resolvido, à deficiência, ao déficit cultural e à desigualdade."(CANDAU, Vera Maria, 2010: 758). E, como conseqüência, os professores argumentam que não saberiam como trabalhar com este público diferenciado.

O curso GDE, nos pólos alvos desta pesquisa, teve uma significativa participação de professoras que atuam na educação especial, que estavam locadas nas escolas das APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) e estas educadoras se sentiram convocadas ao curso pois trabalham com o diverso, o diferente, aqui colocado como aquele público que necessita o Atendimento Educacional Especializado, que é sujeito/alvo das políticas de inclusão, aqui entendida como o atendimento aos alunos com algum tipo de deficiência.

O GDE, eu fiquei sabendo aqui na APAE, logo eu tive interesse, diversidade na escola, o tema me chamou a atenção pelo fato de eu já trabalhar na educação especial (...) E eu fui fazer. O conteúdo não... a diversidade na escola, quando nós pensamos na diversidade nós pensamos mais nesta diversidade de alunos: aluno especial, aluno com dificuldade, aluno com autismo, mas o curso também direcionou bastante para o gênero, as escolhas de, como o aluno hoje....os tipos de família, opção sexual do aluno, bastante direcionado nisto que a gente não estava acostumada em ver cursos nesta área, achei muito importante, se trabalhou muito nesse lado, que hoje existe um preconceito muito grande. (cursista 2009)

Este olhar para a diferença como relacionada ao do espaço de alunos/as que necessitam atendimento diferenciado na escola, localiza estes/as como os/as que apresentam especificidades, não são como os outros, tem uma aprendizagem diferente, e conseqüentemente os/as docentes necessitam outra formação, ou mais formação para desenvolver este trabalho pedagógico.

Como tratar aquele aluno quando ele é, qualquer diferença que ele tenha seja uma deficiência seja uma diferença cultural ou familiar, do meio de que ele venha, como a opção sexual dele seja diferente, de como a gente estar lidando com esta criança, por que as vezes desde criança ela já mostra uma maneira diferente da outra criança e a gente possa perceber que ele possa ter uma escolha diferente, uma opção sexual diferente da daquilo que ele é. E que a gente possa saber respeitar, como lidar com esta situação, perante os outros também e estar contribuindo. O curso deu bastante dicas, ele foi, eu tenho o livro lá e olho de vez em quando por que eu achei assim bem interessante e, que precisa.(cursista 2009)

A preocupação com as diferenças no processo educativo torna-se, assim, uma preocupação com o diferente, busca-se conhecer categorias, aumentam as denominações para acomodar todos estes sujeitos e surge uma demanda de como educá-los. Observamos que, nesta lógica, o normal (o igual) permanece como algo desejável, necessário e positivo, quanto aos diferentes deve-se tratar com respeito: "(...) a "diversidade" na educação nasceu com a ideia de (nosso) respeito, aceitação, valorização e tolerância para com o outro. Isto é particularmente problemático (...)" (SKLIAR, C., 2005: 19). Um desafio que se coloca acerca da proposta de aceitação "de todas as diferenças" seria que esta pode trazer consigo práticas pedagógicas que apontam para inúmeras diferenças deslocadas do mapeamento das específicas legitimidades de cada nomeação e as conseqüências desta categorização para os indivíduos que ali são identificados.

Na verdade como professora eu gosto muito de me atualizar em relação a comportamento, saber o que as pessoas estão pensando. Por que a sociedade está de acordo com uma diversidade, tanto cultural quanto de sexualidade, quanto de etnias. E a escola, hoje, principalmente a nossa que tem 640 alunos, então são 640 pessoas, cada uma diferente da outra. (;;;) Então temos alunos descendentes de italianos, de alemães, de portugueses, temos alunos negros, temos alunos homossexuais, temos alunos de famílias completamente diferentes do convencional, que hoje dificilmente temos aquela família que segue o modelo patriarcal, então nós temos que conhecer tudo isso para saber como lidar com certas situações. (cursista 2012)

Candau e Anhorn (2000) identificam que nos anos 1980 e 1990 houve um progressivo reconhecimento das diferentes culturas presentes no tecido social brasileiro e um forte questionamento do mito da democracia racial (CANDAU e ANHORN, 2000: 2). Este reconhecimento das várias identidades e/ou culturas vem atravessado pela lógica de que esta diversidade seria natural aos grupos humanos, assim como enriquecedora.
Foi tudo muito bom, a questão do racismo, a diversidade, que a diversidade é tudo, até um mendigo, tudo faz parte, tem que estar preparada. (cursista 2009)

Nas Políticas Públicas, atender a diversidade passou a ser requisito desejável e imprescindível nos discursos democráticos. Em nome da promoção da igualdade de oportunidades e de combate à discriminação, o conceito de diversidade passa a ser estratégia nas políticas públicas. Ferre (2001: 197), entretanto, chama a atenção de que os discursos sobre a "identidade, diferença e diversidade falam do tudo e do nada dos seres humanos". A retórica do respeito às diferenças transformou-se num eufemismo utilizável em qualquer argumentação das políticas públicas e sociais (Ferre, 2001: 197).
A constatação de uma maior diversidade, na prática cotidiana na escola, não provoca um total rompimento com a lógica de uma homogeneidade da categoria aluno, pois permanece a percepção que em outro momento havia mais iguais, entrando em choque com o fenômeno da "proliferação da diferença". A norma está presente como referência, ela corresponde àquele aluno que não necessita ser nomeado, enquanto que a diferença é a que está sempre nos outros: o negro, o índio, o deficiente físico, categorias que na atualidade se ampliaram. Há um movimento em que se constituem categorias para nomear estas muitas diferenças com as quais se devem lidar. Com a busca da universalização de acesso à escola também as questões de classe se colocaram de forma mais marcada e vão mapear, dentro dos municípios, as escolas onde há "*um público melhor"* e aquelas que "*tem de tudo"*.
Uma maneira de olhar para a diversidade está associada aos movimentos sociais, especialmente os de cunho identitário, articulados em torno da defesa das chamadas políticas de diferença. Como direito à diferença, a diversidade articula-se à exigência de reconhecimento na esfera pública de grupos definidos como minoritários, subalternos. Essa reivindicação, no Brasil, partiu de alguns setores do movimento feminista e do movimento negro nos anos 1980, intensificando-se nos anos seguintes, quando passa a envolver também os movimentos indígenas e das pessoas com deficiência, LGBT e outros grupos.
Os colegas, elas notavam nos colegas sendo preconceituosos com o menino, mas o próprio menino não havia se manifestado, como fazer nesta hora? A criança está procurando uma identidade, ela ainda não achou. E como dizer para os outros: deixa livre, deixa a vontade, não fica pressionando. Ninguém tem que ser homem ou ser mulher, é o que decidiu ser, então eu não sei o que eu faria, se eu tivesse na sala. (cursista 2012)

A maioria dos movimentos sociais, no Brasil e no exterior, usou e ainda usa como estratégia para conquistar direitos, o que Joan W. Scott (2005), e outros autores/as, chamam de paradigma da igualdade e da afirmação das identidades. Ativistas defendem que todas as pessoas devem ter direitos iguais, já que todos/as somos seres humanos, mas somos diferentes em muitos aspectos, aí se justifica a necessidade da reivindicação por direitos específicos que contemplem as particularidades de cada grupo. Estas reivindicações são percebidas no ambiente escolar e vão provocar discussões quanto à legitimidade destes grupos.
As colegas falam bichona, negão, e eu falo, olha não pode! Eu estudei, isso não pode! (cursista 2012)

A concepção de que todos os indivíduos deveriam ser tratados igualmente legitima a busca daqueles que não são contemplados em seus direitos (educação, trabalho, propriedade, cidadania) a reivindicarem a inclusão,

denunciando um modelo de sociedade que garante a igualdade para uns e a nega para outros. Este movimento, segundo Joan Scott traz um paradoxo:

> (...) os termos do protesto contra a discriminação tanto recusam quanto aceitam as identidades de grupo sobre as quais a discriminação está baseada. De outro modo, podemos dizer que as demandas pela igualdade necessariamente evocam e repudiam as diferenças que num primeiro momento não permitiram a igualdade. (SCOTT, Joan, 2005:14)

A disponibilização de novos termos e identidades possibilita que as pessoas tenham acesso a essas *novas* identidades e que, através disso, elas passem a se identificar como tais, ou seja, sugere que algumas pessoas irão se encaixar nestas posições identitárias. Como sinaliza Judith Butler, manifestações, esforços legislativos ou demandas por políticas públicas, na forma contemporânea de Estado, são demandas em nome de um sujeito identificável pelo Estado. No entanto, ela sugere que há necessidade de desnaturalizar a ideia de sujeito político, como portador de uma essência previamente dada, e reconhecer o caráter contingente da sua construção, tendo presente que são os próprios processos de deslegitimação social que vão constituir estes sujeitos. (BUTLER, 1998; 2002)

Joan W. Scott defende que diferenças não são aspectos univocamente estabelecidos e reconhecíveis. Para ela, deveríamos evitar a armadilha de tomar as diferenças como dadas e, ao contrário, tornar visíveis os processos sociais que as criam. A diferença é o resultado da "designação do outro, que distingue categorias de pessoas a partir de uma norma presumida (muitas vezes não explicitada)." (SCOTT, 1998: 297). Marisa Vorraber Costa afirma que há um ímpeto normalizador na instituição escolar onde são percebidos cada vez mais estranhos e questiona sobre este processo afirmando que seria necessário desessencializar as identidades e evidenciar sua historicidade, "problematizar as identidades em sua face construída, produzida nas injunções políticas do poder no interior das sociedades e das culturas". (COSTA, 2008: 492).

...quando começa a colocar as categorias trans, parece que só se quer achar etiquetas para colar nos outros, sem deslocar de verdade no fundo: por que precisa de uma etiqueta, afinal de contas?(tutor/a do GDE 2012)

Há formas de sexualidade para as quais não há um vocabulário adequado, precisamente porque as lógicas de poder que configuram como pensamos o desejo, os atos sexuais, não pensam certas formas de sexualidade. Há diversas formas de exigir reconhecimento, pois para ser sujeito é necessário ser inteligível, ser um sujeito requer, em primeiro lugar, cumprir com normas que governam o reconhecimento.

e eu sempre tive esta curiosidade da diversidade, porque eu tenho uma irmã que ela é... homossexual, (...) Para ela foi muito sofrido, aquilo ali. Então este curso, para mim, nossa! Ela colocou para mim assim: tu não gosta de homem? Gosta, para mim é diferente, eu gosto de mulher. Mas só que ela era, com este curso eu consegui descobrir que minha irmã era bi, os dois, que ela era, como é que a gente diz, aquilo que muda de roupa e ...porque ela não gostava de roupa, ela preferia roupa masculina, mas tipo assim, em festas, em casamentos, neste tipo de coisa ela botava um vestido, arrumava o cabelo, se maquiava, porque a mãe... E também ela...é homossexual, bi e travesti, porque ela,...Meu deus ela é tudo isso, tudo isso. Então o curso foi muito bom. (cursista 2009)

Na experiência desta cursista podemos perceber o seu alívio em poder traduzir, trazer à compreensão, por meio de uma classificação, os comportamentos incompreensíveis da sua irmã. Ela utiliza o seu aprendizado no curso para categorizar, colocando a irmã em uma ordem inteligível (para ela) o que até então não se adequava, não fazia sentido. Ela relatou que após este processo no curso voltou a falar com sua irmã, "sentou para conversar" e:

eu só pedi para ela, eu disse que respeitava as opções dela, só que dentro da minha casa eu queria que ela tivesse respeito, a mesma coisa a gente na casa dela. São duas mulheres que vivem juntas, mas a gente, eu nunca vi elas dançando juntas, eu nunca vi elas se abraçando, se beijando, nunca, (...) .porque assim como nós que achamos que somos normais não fazemos, eu acho que não é legal, ela pode ter as intimidades dela na casa dela, dentro do quarto dela, foi isso que eu pedi para ela. (cursista 2009)

Uma apropriação do conteúdo aprendido no curso pode ser a constatação de que vários sujeitos diferenciados existem. A política propõe as identidades e estas são apropriadas pelos sujeitos, de uma forma individual e com

referência ao conhecido. Assim, a normalidade está pressuposta e as outras identidades são tomadas/apreendidas em uma comparação de intensidades quanto à norma. A comparação está sempre acontecendo e medindo o quanto este *outro* se afasta da marca regulatória e o quanto é possível a este sujeito se afastar para continuar sendo compreensível.

Um dos mecanismos colocados em funcionamento pelas diferentes políticas públicas, como também pelo dispositivo escolar, é a prática de definir, de classificar e atribuir identidades a esses muitos outros que ficam na posição de objetos sobre o qual o saber vai se debruçar. "As categorias são efeitos de poder" (POPKEWITZ, 2006: 19) que reafirmam as normas, sendo elas mesmas que determinam o conjunto de distinções que colocam os indivíduos como diferentes. A incessante tarefa de classificar, nomear e ordenar o mundo, característica constitutiva da modernidade, coloca em movimento uma lógica ambígua que pretende assimilar as diferenças, num processo que implica domesticar, agregar, mas, ao mesmo tempo, demarca a diferença.

Estes padrões são desenvolvidos e reformulados, e às vezes entram em crise ao serem reformulados, porque são vetores de poder e história. Judith Butler (2011) salienta que a possibilidade de reconhecimento não é ofertada a todos seres humanos, alguns têm acesso ilimitado à inteligibilidade, pois são aqueles que sintetizam e representam a normalidade, para outros, esta garantia não está estabelecida, a reconhecibilidade está sempre em movimento e sempre deriva de uma negociação com as formas de poder.

Meu marido e meus filhos são preconceituosos, tanto o meu marido como os meus filhos, eles não gostam de negro, eles não gostam de bichinha, como é que uma professora, eu me sinto mal, como é que eu, professora, fui educar eles numa coisa que é normal, eu ainda digo para o meu marido, nós temos dois filhos homens, um já tem 23, outro tem 18, mas a gente não sabe o dia de amanhã. Ele diz: se ele virar bicha eu mato ele a pau! (cursista 2012)

Joan Scott, no texto "A Invisibilidade da experiência" (1998), questiona a premissa de que se retratar a experiência de grupos "invisibilizados" socialmente seja a maneira mais adequada para questionar a estigmatização, o preconceito, os processos de designação do outro como diferente. Segundo Scott, as pesquisas que têm por objetivo relatar e mesmo tornar visível a experiência de algum grupo minoritário tendem a perceber as identidades e as experiências como dadas, ao invés de reconstruir e entender os processos sociais que criaram as identidades e as diferenças.

Teve uma formação de sexualidade que chamaram 3 ou 4 travestis para dar depoimento da trajetória nas escolas delas, mas eu tenho um sério receio com este tipo de atividade, quase estamos colocando um exemplar de pessoa estranha aqui, não de uma pessoa estranha, mas de um nativo, olha como eles existem! E eles falaram da trajetória deles na escola e o que eu devo fazer? Tirar uma foto para mostrar para os meus alunos? Que isso existe? (tutor/a do GDE 2012)

Algumas propostas de intervenção consistem em apresentar às/aos estudantes uma visão superficial das diferenças, neste processo o outro aparece sob a rubrica do curioso e do exótico. Além de não questionar as relações de poder envolvidas na produção da identidade e da diferença, essa estratégia as reforça, ao construir o outro por meio da marca de estranho. Em geral, a simples apresentação deste outro, nessas abordagens, é considerada suficiente; entretanto, é importante problematizar os processos de categorização que permitem que algumas pessoas sejam alvo de preconceitos. Há necessidade de pensarmos acerca dos termos que constroem as possibilidades para cada pessoa. Quando colocamos a diferença como algo outro, como o exótico, estes sentidos trazem conseqüências não tão interessantes para problematizar a instalação de igualdade no acesso aos direitos e nas lógicas da inteligibilidade.

Os discursos que se referem à diferença constituem e produzem significados, uma das dinâmicas mais presentes no ambiente escolar se refere às distâncias instituídas para a diferença, *situando-a no outro,* esta marcação da diferença em indivíduos ou grupos retira o caráter relacional da sua produção e permite que as práticas sejam pouco questionadas. Algumas construções de diferença, como o racismo, colocam fronteiras fixas e imutáveis entre grupos, que vão ser sinalizados como inerentemente diferentes. Outras construções de diferença vão utilizar distintos argumentos de classificação que acionam hierarquias. Pudemos perceber em campo a utilização de enunciados que defendem a luta contra os preconceitos convivendo com o ensino de categorias a serem aceitas/respeitadas.

...aí tu tava discutindo uma coisa, questão de diversidade sexual e ba, ba, ba e o cara vinha com aquela máxima: eu não tenho nada contra homossexual, mas tem gente que exagera um pouco (professor/a GDE 2009, 2012)

"Se, por um lado, há enunciados que defendem o direito à singularidade, à liberdade, à privacidade, à diferença, isso não suspende, muito pelo contrário, a promoção de novas normatizações". (VIANA, A ,2004: 65). No movimento pelo reconhecimento de modos de viver, podemos perceber um alargamento da norma, no entanto, esta prática não questiona o marco da normalidade, apenas permite um trânsito, uma aproximação com o estranho, tornando-o mais humano. Este movimento necessita manter limites quanto às possibilidades de distanciamento do padrão, mantém-se a necessidade de manter uma racionalidade de continuidade, uma total ruptura não é compreensível.

O reconhecimento em questão

Importante salientar que nem todos os atos de conhecimento são atos de reconhecimento. Ainda que se afirme que uma vida deve ser compreensível para ser aceita como vida, os esquemas de inteligibilidade condicionam as possibilidades de aceitação.

> O problema não é apenas como incluir mais pessoas dentro dos padrões existentes, mas considerar como as regras existentes conferem reconhecimento de forma diferenciada. Quais novas normas são possíveis e como são produzidas? O que podemos fazer para produzir uma maior igualdade de condições de reconhecibilidade? (BUTLER, 2010: 19)

A perspectiva que se centra a formação de professoras/es em divulgar a existência de sujeitos diversos se mostra ineficiente para construir práticas pedagógicas que realizem um deslocamento da instalação de identidades e diferenças. Nossa análise indica a necessidade de problematizar os processos de normalização que nos habilitam de maneira desigual. É necessário questionar quais subjetividades estão se constituindo neste processo de escolarização, considerando que as práticas pedagógicas, discursivas e não discursivas, reproduzem e demarcam identidades no ambiente escolar, instituindo o modo como eles/as devem perceber, falar e ver o mundo e a si mesmas/os. As dinâmicas classificatórias sobre o humano estão sedimentadas em relações de poder/saber que conformam práticas.

Como a precarização de certos sujeitos está vinculada a persistência e reprodução de certas regulações, podemos pensar que transformar tais situações de desigualdade requer que contribuamos para o desnaturalização ou deslocamento crítico dos marcos normativos que as possibilitam . Se apresenta a tarefa de utilizar ferramentas conceituais para problematizar em que medida essas regras inviabilizam certas vidas, mostrar como se apresentam vários mecanismos sociais , políticos e culturais (e acadêmicos) pelos quais certas vidas são desumanizadas. Propondo não apenas tornar visível e buscar um reconhecimento imediato destas pessoas, mas transformar as verdades e saberes que marcam os sujeitos e nos colocam, a todos/as, dentro de uma escala de valor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL (1996). Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos***.** Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Ministério da Justiça.

BUTLER, Judith. (1998), Fundamentos contigentes: o feminismo e a questão do "pós-modernismo". *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 11-42.

BUTLER, Judith. (2002), "Como os corpos se tornam matéria". *Revista de Estudos Feministas*, Entrevista vol. 10, n.1. Florianópolis: UFSC, p.155-167.

BUTLER, Judith. (2009), "Performatividad, precariedad y políticas sexuales", *Revista de antropología Iberoamericana* AIBR, Vol 4, Nº 3, pp. 32-336. Disponivel em: http://www.aibr.org/antropologia/04v03/criticos/040302.pdf

BUTLER, Judith. (2010) **Marcos de Guerra**. Lãs vidas lloradas. Buenos Aires: Paidos.

BUTLER, Judith. (2011), "Vida precária". *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, n.1, p. 13-33.

CANDAU, V. M. (2010), "*As diferenças fazem diferença? Cotidiano escolar, interculturalidade e educação em direitos humanos*". Rio de janeiro: PUC-Rio, Disponível em: <http://www.novamerica.org.br/.../As%20diferencas%20fazem%20diferenca...>. Acesso em: 9 abr. 2011.

COSTA, Marisa Vorraber. (2008), "Currículo e pedagogia em tempo de proliferação da diferença" In: *Trajetórias e processos de ensinar e aprender*: sujeitos, currículos e culturas – XIV ENDIPE; Porto Alegre: Edipucrs.

FERRE, Núria Perez de Lara. (2001), "Identidade, diferença e diversidade" In: LARROSA, Jorge**;** SKLIAR, Carlos. *Habitantes de Babel.* Política e poética da diferença. Belo Horizonte:Autêntica,. p. 105-118.

FOUCAULT, M. (2000), Theatrum Philosoficum. Em: *Um diálogo sobre os prazeres do sexo e outros textos.* (J. L. Barreto; M. C. G. Cupertino, Trad.) São Paulo: Landy. p. 77-118

FOUCAULT, Michel. (1994), *Dits et écrits*: Vol. IV. Paris: Gallimard.

GORE, J. (2000), "Disciplinar los cuerpos: sobre la continuidad de las relaciones de poder en pedagogía", en Popkewitz, T.; Brennan, C. (coords) *El desafío de Foucault: discurso, conocimiento y poder en la educación.* Barcelona: Pomares-Corredor, p.228-249.

LOURO, Guacira Lopes. (1999), "Pedagogías da sexualidade" , In *O corpo educado. Pedagogias da sexualidade*, Autêntica, Belo Horizonte.

LOURO, Guacira Lopes. (2001), "Teoria Queer: Uma Política Pós-Identitária para a Educação". In:*Revista Estudos Feministas* . V.9 n.2 Florianópolis: IFCH,

POPKEWITZ, Thomas. (2006), "Tecnologia como prática cultural: morfologias de governamento." In: SOMMER, Luís Henrique; BUJES, Maria Isabel Edelweiss (Orgs.). *Educação e cultura contemporânea:* articulações, provocações e transgressões em novas paisagens. Canoas: Ed. Ulbra.

QUARTIERO, Eliana**. (**2014), "**Longe demais das capitais:** distâncias e desigualdades. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: Henrique Caetano Nardi.

SCOTT, Joan W. (1998), "A Invisibilidade da Experiência" . In: *Projeto História* v. 16. São Paulo, fevereiro de 1998, p.297-325.

SCOTT, J. W. (2005), "O enigma da igualdade". *Estudos Feministas,13*(1), 11-30.

SKLIAR, C. (2005), "Poner en tela de juicio la normalidad, no la anormalidad. Políticas y falta de políticas en relación con las diferencias en educación". *Revista Educación y Pedagogía,* 15(41), 11-22.

SANTOS, Boaventura de Souza. (2009), "Direitos Humanos: o desafio da interculturalidade". In: *Revista Direitos Humanos*, SEDH-Brasília, n. 2, p. 10-18,

SILVA, Tomaz Tadeu. (2000), *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes.

VIANA, Adriana.(2004), "Considerações sobre os sujeitos dos direitos sexuais". In: Veriano Terto Jr., Ceres Gomes Victora e Daniela Riva Knauth (orgs). Direitos Sexuais e Reprodutivos como Direitos Humanos. *Caderno Corpus*. Séries Especiais – nº 1/04, Porto Alegre, julho de 2004

Comparando percepções: deficiência intelectual e sexualidade numa APAE do interior de São Paulo - BR.

Julian Simões
julian_sociais@yahoo.com.br

Resumo. Buscarei colocar lado a lado distintas perspectivas de como é construída a noção de deficiência intelectual e quais as implicações no modo como é percebida a sexualidade dos alunos matriculados na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de uma cidade do interior do Estado de SP. Se para os professores da APAE a deficiência intelectual é sinônimo de falta, para os alunos da Associação deficiência é uma das múltiplas configurações do existir humano. Se, apoiados por sua noção de deficiência, os professores assumem a sexualidade dos alunos como descontrolada e por isso perigosa, os próprios alunos assumem a sexualidade como uma maneira de amenizar sua condição. Assim, privilegiarei perceber como ambas as noções se regulam e como essas levam ao limite as normatividades sexuais que tensionadas se reconfiguram.

Palavras-Chave: APAE, Deficiência Intelectual, Gênero, Sexualidade.

1 – Introdução.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Vila de Santa Rita[1] estava em festa. O burburinho e a incontornável agitação dos alunos preenchia as dependências da instituição. Nas salas de aula, na quadra improvisada ou no gramado era possível conversar e participar de umas das variadas brincadeiras em que os alunos estavam envolvidos. Resolvi caminhar pela Associação a fim de mapear o que acontecia. Não demorei a entender que essa não era uma boa estratégia. A andança pelas dependências da instituição não me fornecia nada além de um contato superficial com o que ocorria nos diferentes cantos da APAE. Por conta disso, resolvi me sentar em um dos bancos que ficava em frente a tal quadra improvisada.

Minutos depois fui abordado pelo aluno de uma das turmas do período da tarde chamado Gustavo[2]. Mal havia recebido seu cumprimento e ele encadeou uma série de perguntas que me deixou completamente desorientado. "Tio, é verdade que eu preciso olhar para atravessar a rua?", me perguntou o garoto. Balançando a cabeça positivamente, disse a ele que, todas as vezes que necessitasse ir de um canto para o outro, devia olhar para os dois lados da rua antes de prosseguir. A cada resposta dada outra pergunta era disparada. "Tio, eu vou me machucar se eu for atropelado?"; "eu vou morrer se eu for atropelado, tio?"; "Morrer dói, tio?". Ainda um pouco atordoado com a última das perguntas realizada pelo garoto, respondi que eu nunca havia morrido e, por conta disso, não sabia dizer se morrer doía ou não. Contudo, disse a Gustavo que, diferentemente do que acontecia nos desenhos animados em que se podia nascer mais de uma vez, morrer não tinha volta.

Satisfeito com minha resposta o menino se levantou e me disse: "Morrer é só uma vez, né tio? Tem que tomar cuidado para não morrer, né tio?". Pensativo com o que acabara de ouvir de Gustavo, fui conversar com a professora Lourdes. Ouvindo atentamente o que era dito por mim, a professora leva as mãos à boca em sinal de surpresa e me diz: "Tá vendo como é difícil, Julian? Por isso que eu fiquei com receio de falar que eu estava grávida. Eu não tenho domínio sobre esses assuntos. Como é que eu explico pra eles se me perguntarem como eu engravidei?". Sem saber o que responder, apenas concordei com Lourdes. Assim sendo, assumi como uma das tarefas das minhas investigações durante o mestrado discutir os "assuntos difíceis" enunciados por Lourdes e os demais professores. Busquei discutir a sexualidade de pessoas com deficiência intelectual.

---

1 Durante o texto serão adotados nomes fictícios para preservar a identidade dos interlocutores da pesquisa.

2 Gustavo é um dos alunos que frequentam as aluas do período da tarde. Tem 13 anos de idade, é diagnosticado como Deficiente Intelectual Moderado, Autismo e Psicose infantil. Para uma discussão mais aprofundada dessas categorias de classificação médica ver: SIMÕES (2013; 2014).

Durante as manhãs do primeiro semestre de 2012 meu destino foi a APAE de Vila de Santa Rita. Acompanhei de perto as atividades desenvolvidas na turma da professora Lourdes composta por 9 alunos. Dessa maneira, o objetivo desse texto é sintetizar algumas das formulações por mim defendidas em minha dissertação de mestrado (SIMÕES, 2014). Por uma questão didática dividi o texto em dois momentos diferentes. No primeiro deles apresento a categoria "deficiência intelectual", formulada pelos professores da APAE, e a categoria "diferença", formulada pelos alunos da Associação. No segundo momento, busquei entender como as noções de deficiência intelectual e de diferença atuam na construção do desejo afetivo e/ou sexual destes.

2 – Deficiência intelectual e diferença na APAE de Vila de Santa Rita.

2.1 – Sobre deficiência intelectual: O que dizem os professores.

Na APAE de Vila de Santa Rita "crianças", "excepcionais", "mais ou menos desenvolvidos intelectualmente" entre outras categorias são utilizadas para se referir aos alunos lá matriculados. Elas demarcam uma diferença entre pessoas *com* deficiência e pessoas *sem* deficiência. Demarcam posições sociais desiguais, bem como, uma condição de dependência atrelada aos assim categorizados. Contudo, essa formulação não é uma particularidade dos profissionais vinculados à instituição. Há uma dificuldade de toda a sociedade em lidar com as diferenças explicitadas pelas pessoas com deficiência intelectual. Dessa maneira, não se trata de negativar a forma como esses profissionais cuidam dos matriculados na Associação de Pais e Amigos, mas de evidenciar que as razões por de trás desse modo de cuidar são no mínimo paradoxais e colocam a todos nós importantes questões sobre políticas de gestão de vidas. Sendo assim, seria bastante injusto exigir apenas desses profissionais uma abordagem inovadora de tratamento dos alunos da Associação de Vila de Santa Rita.

Durante os primeiros dias de pesquisa de campo em 2012, "estagiário" era a maneira como os profissionais da Associação me chamavam. Por conta disso, tanto os professores como as técnicas especialistas se preocuparam em fornecer dados ligados a como se aplicavam e como os alunos reagiam às atividades propostas. A ênfase situava-se em termos que privilegiavam a capacidade, a habilidade e independência de cada um dos alunos. Assim, foi muito comum ouvir, por exemplo, que Antonio[3] pertencia ao grupo de alunos "mais desenvolvidos intelectualmente[4]", uma vez que as atividades propostas a ele eram realizadas de modo eficiente, ou melhor, eram realizadas aos moldes do que os professores esperavam para a atividade. Era importante que cada aluno demonstrasse compreender as sutis diferenças entre as cores possíveis e não possíveis para se pintar olhos das personagens, por exemplo. Também era importante saber os limites e os contornos que separavam a cabeça dos braços e estes do restante do corpo.

Ser capaz de compreender o roteiro subentendido de realização das atividades propostas demonstrava um bom nível de desenvolvimento intelectual. Tal nível era ligado ao grau de comprometimento intelectual. Dessa maneira, Antonio apreendia esse roteiro de realização de atividades. Em compensação Vânia[5], por exemplo, era considerada pelos professores como uma aluna "menos desenvolvida intelectualmente". As tarefas propostas para a moça não eram cumpridas como o esperado. Os desenhos eram pintados "de qualquer jeito" e ainda era necessário relembrá-la constantemente dos procedimentos a serem seguidos.

Outro fator importante que indica o "nível de comprometimento intelectual" dos alunos é o que os professores chamam de "grau de autonomia". Nesse caso em questão "autonomia" deve ser entendida como a capacidade

---

3 Antonio é um dos alunos da turma da professora Lourdes. Tem 32 anos de idade e diagnosticado com Deficiência Intelectual Moderada necessitando tomar remédios.

4 Essa nominação também possuía algumas variantes. "Mais desenvolvidos intelectualmente", "mais desenvolvidos", "mais capacitados" e "menos comprometidos intelectualmente" eram utilizados como termos sinônimos. O mesmo acontecia com os termos "menos desenvolvidos intelectualmente", "menos desenvolvidos", "menos capacitados" e "mais comprometidos intelectualmente".

5 Vânia é uma das alunas da turma da professora Daniela. Tem 22 anos de idade e diagnosticada com Deficiência Intelectual Leve decorrente de um grave atropelamento aos 11 anos de idade.

de realização das atividades básicas de vida diária. São consideradas básicas as atividades como: fazer a higiene pessoal, se alimentar sozinho, lembrar-se de tomar medicamentos, mas também conseguir andar sem aparelhos. Tal situação implica em poder correr, pular, se equilibrar, entre outros fatores diversos que indicam uma boa capacidade de movimentação espacial. Neusa[6] é, segundo os professores, uma das alunas com menor "grau de autonomia", já que passa a maior parte do tempo sentada em uma cadeira de rodas. Além do mais a garota movimenta os braços descontroladamente não conseguindo segurar copos, talheres ou alimentos. Necessita de ajuda para tomar banho, não consegue pronunciar palavras compreensíveis e não pode ir de um lado para o outro sem ser assistida por outra pessoa. Todas as suas atividades de vida diária são realizadas por intermédio de algo ou alguém o que atesta o alto grau de dependência da garota.

Jânio[7], considerado como um dos alunos "mais autônomos" possui uma experiência diferente da de Neusa. Todas as atividades de vida diária são realizadas pelo rapaz sem dificuldade alguma. Sua higiene pessoal é impecável nunca sendo necessário lembra-lo de lavar as mãos antes das refeições ou depois de alguma tarefa com tinta. Não é preciso o lembrete para fazer a higiene bucal após as refeições. Consegue comer sozinho, faz exercícios físicos e ajuda seus pais com serviços manuais. Andar, correr ou se equilibrar não é um problema para o rapaz sendo um dos mais "eficientes" nas atividades que envolvem movimentos corporais e coordenação motora.

É importante destacar que o "desenvolvimento intelectual" não necessariamente tinha como referência o diagnóstico médico que indicava qual o tipo de deficiência intelectual de cada um dos matriculados. Havia uma referência às limitações corporais, às doenças associadas, mas não necessariamente ao tipo de deficiência intelectual diagnosticada em cada um deles. Os professores, a fonoaudióloga, a terapeuta ocupacional e a fisioterapeuta procuravam dividir suas impressões entre mais e menos "desenvolvidos intelectualmente" por meio da realização bem sucedida das tarefas propostas.

Passadas as primeiras notei uma migração de uma preocupação com os processos de aprendizagem para o "cuidado especial" que os alunos necessitavam. Isso não quer dizer que os termos, a separação e a organização dos matriculados foram completamente abandonadas. Apenas indica que por de trás das formulações fundadas na aprendizagem existia uma percepção ainda mais complexa sobre a pessoa com deficiência intelectual. Quando meu status era de "voluntário" não havia pudores em utilizar categorias que demonstrassem dependência que, segundo essa perspectiva, era própria da pessoa com deficiência intelectual. Refiro-me em particular à categoria "especial" e a categoria "excepcional". Essas categorias indicavam exigências, necessidades, obrigações e cobranças diferenciadas em relação às pessoas sem deficiência intelectual. Diferenças percebidas por um referencial de desvantagem, incapacidade e falta. Não se esperava dessas "pessoas especiais" grandes feitos e realizações. Desde as tarefas mais simples, como as propostas nas APAE, até as mais complexas, como prosseguir os estudos, trabalhar e casar, esperava-se o não cumprimento. Dessa maneira, criava-se uma ideia de que sem o auxílio dos pais e/ou responsáveis às pessoas com deficiência intelectual não conseguiriam experimentar uma vida menos marcada pela desvantagem.

Outra categoria que ajuda a compreender esse referencial pautado na dependência, limitação e, em alguns casos, interdição, ou seja, a categoria "criança". É bem verdade que aproximar criança de deficiência intelectual não é uma particularidade da APAE de Vila de Santa Rita. Parte da bibliografia na área de educação especial já indicava para a aproximação[8]. De todo modo, chama atenção o movimento operado pelos professores para desabilitar as capacidades dos alunos. Chama ainda mais atenção o investimento em desabilitar o desejo afetivo e sexual dessas que são diagnosticadas como pessoas com deficiência intelectual. Tal aproximação de significados sugere a tentativa de gestão de vidas em que algumas só se mantém vivas através da proteção. À criança associa-se a vulnerabilidade e incapacidade de se defender sozinha.

---

6 Neusa é filha de uma das professoras do período da tarde. Tem 10 anos e diagnosticada com Deficiência Intelectual Moderada. Apesar de matriculada no período da tarde, com frequência acompanha as atividades no período da manhã.

7 Jânio é aluno da turma da professora Lourdes. Tem 23 anos de idade e é diagnosticado com Deficiência Intelectual Leve.

8 Ver Maia (2006), Glat & Freitas (1996), Gherpelli (1995), França-Ribeiro (1995).

No mundo social partilhado pelas pessoas sem deficiência intelectual, crianças ocupam um status inferior ao de adultos. Desse modo, necessitam serem auxiliadas no banho, na cozinha, nos deveres escolares, enfim, nas mais diversas tarefas da vida cotidiana. Todavia, nada pesa tanto quanto a interdição da criança ao seu próprio desejo sexual. Como me diziam os professores da APAE de Vila de Santa Rita, a pureza infantil não deve ser "perturbada por prazeres da carne", já que são, indiscutivelmente, atributos do universo adulto. Dessa maneira, chamar as pessoas com deficiência intelectual de "crianças" é coloca-las no mesmo estatuto de dependência e interdição. Entretanto, diferentemente das crianças, a infantilização atribuída às pessoas com deficiência intelectual não é passageira ou circunstancial, mas sim uma condição imutável de vida.

Dias antes de iniciar meu último mês de pesquisa de campo na APAE, Juliana – diretora da Associação – me incumbiu de uma tarefa que transforma novamente meu status. A diretora havia me feito um pedido e com isso me colocado na posição de "representante" da Associação de Pais e Amigos. A tarefa era simples, mesmo assim não deixava de ser interessante o fato de ter sido eu o encarregado de entregar convites oficiais em nome da APAE às empresas e indústrias da Cidade. Antes de explicar como deveria proceder, Juliana me mostrou o texto dos convites. Não pude deixar de notar que o termo utilizado destoava dos que circulavam no dia a dia da Associação. "Pessoa com deficiência intelectual" era o termo constantemente repetido no texto elaborado pela direção para se referir aos alunos até então tratados como "excepcionais", "especiais" ou "crianças". Interessado por essa nova forma de nominar os alunos, procurei investigar em quais circunstâncias "pessoa com deficiência intelectual" era utilizada. Tive oportunidade de me tornar o "representante" da APAE em mais duas ocasiões semelhantes. Em todas essas ocasiões, para se referirem aos alunos, utilizava-se a categoria de "pessoa com deficiência intelectual".

Dessa maneira, ficou bastante evidente que em situações nas quais o público alvo eram pessoas sem deficiência era necessário comunicar a condição diferenciada das pessoas atendidas pela Associação. Utilizar o termo enfatizando a condição de pessoa com deficiência criava uma distinção entre aqueles que precisavam de ajuda – especificamente os alunos – e aqueles que podiam ajudar – quaisquer pessoas sem deficiência. Além do mais, o termo se alinhava as políticas de inclusão desenvolvidas pelos Governos Estadual e Federal que utilizavam a categoria de "pessoa com deficiência" em seus documentos oficiais[9]. Portanto, a terminologia é adotada pela direção em situações de divulgação do trabalho realizado pela APAE ou em situações de arrecadação de fundos para manutenção das atividades da Associação. A categoria continua significando uma condição de dependência e incapacidade tal qual a movimentada pelas categorias "excepcionais", "especiais", "mais desenvolvidos intelectualmente".

2.2 – Sobre "diferença": O que dizem os alunos.

Categorias como "excepcionais", "mais comprometidos", "menos comprometidos", "normal", "anormal" não refletem como os alunos se percebem. É possível entender que essas categorias não conseguem delinear a experiência vivida por essas pessoas[10]. Tive a certeza dessa incompatibilidade depois de uma longa conversa com Jânio, Douglas[11] e Antonio nos fundos do prédio. Enquanto conversávamos, os rapazes terminavam algumas das atividades manuais que haviam sido incumbidos. A certa altura da conversa, Douglas disse que já fazia um tempo que estava pensando, mas que somente agora cogitava a possibilidade de não mais frequentar a APAE. Ouvindo a afirmativa de Douglas, Antonio dispara um curto, porém enfático, discurso sobre a precipitação das palavras do companheiro de turma. Dizia ele: "deixa a APAE acabar pra você ver! Aí, você terá que ir para a Escola Normal e você vai ver o que é bom". Imediatamente perguntei para os rapazes se já haviam frequentado alguma instituição de "Ensino Normal". Antonio me disse que já tinha frequentado várias, mas que desistiu de todas "por não acompanhar". Continuou afirmando que tinha feito até a terceira série e que

9 Brasil (2008), FENAPAE (2011).

10 Para uma reflexão mais aprofundada sobre a noção de identidade advinda das categorias deficiência e deficiência intelectual ver Lopes (2013; 2014).

11 Douglas é um dos alunos da turma da professora Lourdes. Tem 23 anos de idade e é diagnosticado com Deficiência Intelectual Moderada.

não gostava de fazer prova, pois ficava muito nervoso no período das avaliações. Completou afirmando que preferiu vir para APAE, pois "aqui aprendo alguma coisa e não preciso fazer prova".

Instigado pela fala do rapaz, perguntei se não havia algo que ele gostava durante o tempo em que ele frequentou a "Escola Normal". Apressadamente Antonio me respondeu que não. Antes mesmo de pensar em perguntar qual o motivo específico para a constatação que acabara de me dizer, o rapaz prosseguiu sua fala e frisou: "Sabe o que é, tio? A gente que está aqui na APAE é diferente, não consegue acompanhar as atividades. O pessoal aqui demora mais para aprender as coisas, aí fica mais difícil, né?". Quietos Douglas e Jânio balançavam a cabeça positivamente como se estivessem aprovando a fala de Antonio. Essa não era a primeira vez em que a noção de *diferente* era acionada pelos alunos para justificar sua própria condição. Em uma das manhãs do mês de abril, Douglas entrava na sala de aula completamente indignado repetindo que não tinha "problemas mentais". O rapaz enfatizava que somente era *diferente,* que tinha "dificuldade de aprender as coisas". A indignação do garoto direcionava-se ao tio de Pâmela, aquela que ele dizia estar namorando. Segundo Douglas, o tio da moça pediu para que ela se afastasse dele por conta dos "problemas mentais" do jovem.

O que me chamou atenção nesse ocorrido estava na percepção de si. A própria condição de deficiência era assumida pela chave da *diferença*, seja ela diferença de habilidades, diferença de capacidade, diferença de aprendizagem ou mesmo a diferença ocasionada por algum "problema de saúde". Em diversas outras situações já havia notado que os alunos conseguiam perceber seus próprios limites de ação. Os alunos conseguem perceber que há um código operando e que nesse código eles nem sempre são inseridos do lado "legal", "normal" ou "saudável", por assim dizer. A noção internalizada pelos frequentadores da APAE de Vila de Santa Rita de que são diferentes das pessoas sem deficiência intelectual, funda-se na conscientização de estarem limitados a um número pequeno de tarefas possíveis de serem realizadas e de quais grupos podem se inserir.

Segundo Brah (2006) o conceito de diferença está associado a uma variedade de significados em múltiplos discursos. Dessa maneira, a autora propõe um esquema analítico onde se articulam discursos e práticas que inscrevem relações sociais, posições de sujeito e subjetividades. A diferença passa a explicitar as normas pelas quais pessoas ou grupos são marcados como diferentes. Ressalta como as fronteiras entre essas pessoas ou grupos são constituídas, mantidas ou dissipadas. E é exatamente esse processo que pode ser percebido quando os alunos da APAE se denominam como diferentes. O que está em questão no discurso elaborado por eles não é apenas uma distinção retórica simplista em que se demarca um "eu" e um "outro". O que se pode perceber é a enunciação das normas sociais que organizam grupos, que criam fronteiras, e no caso em questão que demarcam pessoas sem deficiência e pessoas com deficiência.

Voltando alguns parágrafos lembraremos que na fala de Antonio o que o saber médico indica ser uma pessoa com deficiência intelectual é articulado por ele como uma diferença. Isso quer dizer que a diferença passa a ser enunciada como experiência, como um processo que desestabiliza o status em que ele e seus companheiros são colocados *a priori*. Se antes o marco distintivo a ser reforçado era a diferenciação entre aqueles chamados de pessoas *sem* deficiência intelectual daqueles chamados de pessoas *com* deficiência intelectual, agora, pela chave da diferença, pode-se reformular essa compreensão. É possível afirmar que a experiência reconfigura postulados por não ser uma realidade pré-determinada, já que em última instância é uma construção cultural.

Já na fala de Douglas, podemos perceber a montagem e a articulação historicamente variável dos regimes de poder, os elementos constitutivos da diferença como relação social. É no momento em que o tio de Pâmela pede que Douglas se afaste de sua sobrinha o instante em que os modos de diferenciação entre ser ou não uma pessoa com deficiência intelectual são organizados em termos de formações *estruturadas* (BRAH, 2006). A categoria "pessoa com problemas mentais" utilizada pelo tio da garota destaca as posições sociais estruturadas de modo desigual e hierarquizado. Dessa maneira, mais do que localizar configurações desiguais de poder, a diferença como relação social é pensada como uma categoria cultural. Isso acaba por sublinhar a existência de sistemas de significação e representação que edificam o conceito de deficiência intelectual – implícita na expressão "problemas mentais" – como desvantagem.

Por isso, o que fica evidente quando se compara as duas falas é que, como afirma Scott (2005), a diferença vem sendo representada como um traço fundamental ou natural de um grupo enquanto norma padronizada. Somente aqueles que se afastam do indivíduo ou grupo normativo são considerados diferentes. Quando Antonio enuncia a diferença como diversidade, o que se torna evidente é a multiplicidade de concepções sobre a existência hu-

mana. Quando o tio de Pâmela enuncia a diferença como desvantagem o que fica evidente são os mecanismos e práticas regulatórias, que excluem e discriminam indivíduos e grupos intitulados como "diferentes". Eis então que a diferença enunciada pelos alunos explicita um complexo debate, que como afirma Pierucci (1990) pode se configurar em uma cilada, quando discursos potencialmente desestabilizadores – como é o dos alunos – são incorporados por práticas conservadoras como a tio de Pâmela ou mesmo com o diagnóstico médico.

Tendo como horizonte esse modo de percepção enunciado pelos alunos, é impossível não notar o desencontro com o que é retirado dos prontuários de atendimentos[12]. Saber que Cláudia[13] tem Síndrome de Down e por isso é considerada deficiente intelectual moderada, ou saber que Denis[14] teve Paralisia Cerebral, Hidrocefalia e é considerado deficiente intelectual moderado, não importa muito para como cada um dos alunos percebem os companheiros de turma. Essa distinção através dos diagnósticos médicos é eficiente apenas para os profissionais, mas não para os alunos.

Deficiência intelectual assumida como diferença – no molde enunciado pelos alunos – marca a especificidade da experiência histórica, política e cultural. Essas especificidades da experiência desafiam as construções essencialistas de fronteiras entre aqueles que são considerados pessoas sem deficiência intelectual daqueles que são considerados pessoas com deficiência intelectual. Contudo, existem especificidades constituintes desse modo singular de ser explicitado pelos matriculados da APAE. "Ser diferente" parece um esforço em verticalizar as relações estabelecidas entres os alunos com deficiência intelectual e os professores e demais pessoas sem deficiência intelectual. Porém entre eles próprios, há modos de distinção horizontais que se entrecruzam e marcam posições sociais específicas, todavia constantemente negociadas. Nessas hierarquizações os marcos distintivos não são constituídos pela chave do "mais comprometido intelectualmente" ou "menos comprometido intelectualmente" como é compreendido pelos professores. São constituídos pela capacidade de decisão por si, pela performance bem sucedida de gênero e pela boa comunicabilidade.

Observei duas maneiras de distinção. Distingue-se através da capacidade de decidir por si, como também se distingue através de um relacionamento ou possível relacionamento afetivo e/ou sexual via namoro e casamento. Ambas devem ser percebidas pela sua dupla relação estabelecida, ou seja, tanto se distingue dos professores, pais e/ou responsáveis por meio da "decisão por si", como também se distingue dos companheiros de turma por meio da mesma capacidade de decidir por si. O mesmo acontece com o relacionamento ou possível relacionamento afetivo e/ou sexual via namoro e casamento. Distingue-se dos professores por esses estarem namorando ou casados, como também se distingue dos companheiros de turma por poderem namorar ou casar. Ao meu modo de encarar os fatos, essa segunda forma de hierarquização revela o modo como são articuladas as concepções sobre as pessoas com deficiência intelectual. Isso quer dizer que através do namoro e casamento podem-se explicitar quais fronteiras sociais operam e distinguem as pessoas com deficiência intelectual das pessoas sem deficiência intelectual. Também traz à tona os discursos incorporados e resignificados pelos alunos sobre como agem as distinções de gênero e sexualidade. É por meio do namoro e casamento que as noções de assexualidade e de hipersexualidade – que veremos a seguir – são desestabilizadas. O que está em jogo não é ser ou não ser uma pessoa com deficiência intelectual, e sim ser ou não ser uma pessoa diferente.

Há pelo menos dois motivos para enfatizar essa formulação elaborada pelos alunos. O primeiro diz respeito ao contraste entre a concepção dos professores da APAE (falta, incompletude e desvantagem) e a concepção dos próprios alunos (diferença, mas não desvantagem). O segundo está na articulação entre essas concepções e a sexualidade dos matriculados na Associação. Exatamente sobre esse entrelaçamento que abordo na seção seguinte.

---

12 Ver Simões (2013; 2014).

13 Cláudia é uma das alunas da turma da professora Lourdes. Tem 23 anos de idade e é diagnosticada com Deficiência Intelectual Moderada devido a Síndrome de Down.

14 Denis é um dos alunos da turma da professora Lourdes. Tem 18 anos de idade e é diagnosticado com Deficiência intelectual Moderada. Teve Paralisia Cerebral e passou por um procedimento cirúrgico devido a Hidrocefalia.

3 – Deficiência intelectual e sexualidade na APAE de Vila de Santa Rita.

3.1 – O que se diz sobre a sexualidade dos alunos.

Como vimos, para os professores, é a falta, incompletude ou anormalidade o que delimita a experiência de uma pessoa com deficiência intelectual. Assim, o corpo deficiente é pensado como condição marcada pela exceção. Como consequência assume-se uma perspectiva de que as capacidades dos alunos com deficiência intelectual jamais serão plenas. Por tanto, o estatuto de anormal instituído pela deficiência qualifica negativamente todas as tentativas de interação social dos matriculados (GERPHELLI, 1995 ; GLAT, 1992). Isso fica bastante explicito quando o discutido passa a ser a sexualidade dos alunos. No entanto, vale lembrar que o tema é cercado de tabus e que a Associação de Vila de Santa Rita talvez seja o principal ambiente onde essas "questões polêmicas" podem ser discutidas. Segundo Giami, falar de sexualidade é encarado pelos profissionais das instituições como algo necessário, pois passa "uma imagem de abertura, de tolerância e de capacidade de questionamento quanto aos problemas da sexualidade" (2004:60).

Na APAE não se pode deixar de notar que a discussão é fundamentada por um conjunto normativo que visa comparar a chamada sexualidade anormal do aluno com deficiência intelectual a um tipo específico de sexualidade tida como normal, saudável e aceitável. Tendo como guia essa condição de "sujeito atípico" a sexualidade dos alunos matriculados na instituição passa também a ser encarada como atípica. Isso necessariamente implica em um tratamento específico de gestão dessa "sexualidade atípica". Foram duas as possibilidades por mim encontras de gestão da sexualidade dos alunos da Associação: a assexualidade ou a hipersexualidade. Ambas merecem atenção e cuidado, uma vez que são encaradas como sexualidades dissidentes. São tratadas pelo mesmo princípio de anormalidade, contudo, são compreendidas por meio de dispositivos de regulação diferenciados.

Há ainda outro grupo de alunos que se distancia dessas duas categorizações. No entanto, por sua condição de pessoa com deficiência intelectual são "potencialmente mais sexualizados" quando se toma como referência as pessoas sem deficiência intelectual. Esse grupo não é colocado ao lado dos alunos considerados hipersexualizados, já que os primeiros podem participar dos encontros de educação sexual. Assim, estes são ensinados a disciplinar sua sexualidade de maneira adequada. Essa separação entre "assexuados", "hipersexualizados" e "potencialmente mais sexualizados" está intimamente ligada ao que os professores dizem ser o "grau de comprometimento intelectual" dos alunos. Quanto maior o "comprometimento intelectual" é atribuído ao aluno, maior a chance deste ser categorizado como assexuado ou hipersexualizado. Quanto menor o "grau de comprometimento intelectual", maior a chance deste ser considerado como potencialmente mais sexualizados.

A assexualidade atribuída aos alunos está intimamente ligada às manifestações de carinho, afeto e ingenuidade. Assim o contato estabelecido por esses é sempre visto como "desprovido de conteúdo libidinal" (GIAMI, 2004). Em outros termos isso quer dizer que não há carga sexual nos gestos, nos toques, nos abraços, nos beijos e nas falas. Não há também ênfase na genitalidade e as manifestações afetivas não estão associadas aos "prazeres carnais" atribuídas ao universo adulto. Por conta disso, há um encadeamento lógico onde assexualidade, crianças e pessoas com deficiência intelectual são vistas quase como sinônimos. Tal percepção visa desabilitar qualquer manifestação que apreenda como sexualizadas a afetividade dos alunos da APAE. Nesse contexto a assexualidade é uma composição que inclui afetividade encarada necessariamente como ausência de conteúdo libidinal, inocência, infantilização, vulnerabilidade e dessexualização dos toques corporais, seja no próprio corpo do aluno ou no corpo de outra pessoa com a qual estabeleça contato. São considerados assexuais a maioria das mulheres classificadas como "mais comprometidas intelectualmente" e as crianças de ambos os sexos.

O grupo de alunos que nominei de "potencialmente mais sexualizados" está mais próximo dos hipersexualizados, contudo não são vistos como estes. É necessária essa separação por dois motivos em especial. O primeiro deles está ligado ao fato de estes alunos "potencialmente mais sexualizados" frequentarem os encontros de educação sexual. Essas reuniões são o lugar privilegiado de policiamento do sexo (FOUCAULT, 2010), pois informam aos frequentadores valores e condutas compartilhadas socialmente pelas pessoas sem deficiência

intelectual. Nos encontros são fornecidas informações sobre os comportamentos sexuais esperados tais como, não se masturbar frequentemente e muito menos em público, não tentar tocar e beijar todas as pessoas com as quais é estabelecida uma interação. O segundo dos motivos é consequência direta do primeiro visto que só participam dos encontros de educação sexual os alunos "menos comprometidos intelectualmente". Dessa maneira, sexualidade e desenvolvimento intelectual estão intimamente ligados. Como a noção de deficiência intelectual é vista pelo referencial da falta, já indicado anteriormente, quanto menor for essa falta maior é a possiblidade de controlar os "impulsos sexuais". Esse controle, afirma Foucault (1993), advém de um poder-saber que regula o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não apenas pela proibição.

Ao se encontrar no meio do caminho entre a "assexualidade" e a "hipersexualidade", os "potencialmente mais sexualizados" revelam supostos que insistem na criação de uma sexualidade específica das pessoas com deficiência intelectual regida pelos impulsos de sua natureza descontrolada. Criando, ficticiamente, a ideia de que há um tipo de sexualidade humana correta, saudável e normal, tal suposto indicaria a diferenciação substancial entre essa "sexualidade anormal" e a "sexualidade normal" das pessoas sem deficiência. Tal suposto ganha ainda mais força quando o descontrole é performatizado pelo grupo chamado de hipersexuais. Indubitavelmente vista como a manifestação mais perigosa da sexualidade das pessoas com deficiência intelectual, os hipersexualizados instauram um momento de crise em todas as suas manifestações de afeto, toques e desejo, uma vez que representam poderes perigosos (DOUGLAS, 1976).

Assim como acontece com o grupo chamado de assexuais, compõe o grupo dos hipersexualizados os alunos considerados como "menos desenvolvidos intelectualmente". A maior parte dos alunos que constitui esse grupo são homens. Enquanto no primeiro grupo a sexualidade é inteiramente desabilitada transformando-se quase em um "corpo natural" sem libido, no segundo grupo a sexualidade é movida por uma "selvageria libidinal" (GIAMI, 2004) cujo controle, domínio e manifestação fogem ao comando deles. Esse "impulso sexual transbordante" é a característica comum entre todos categorizados como "hipersexuais". Não havia toque ou aproximação física que fosse encarada como uma manifestação de afeto sem conteúdo sexual. A preocupação de que os toques em corpos alheios se tornassem relações sexuais concretas ficava escancarado nos discursos circulados na APAE. Mesmo duvidando da capacidade de concretização de uma relação sexual com penetração não se descartava a possibilidade que o intercurso sexual pudesse ocorrer. Para os professores, há uma imprevisibilidade típica da condição de pessoa com deficiência intelectual que é intrínseca aos alunos e, por esse motivo, incontrolável e saturada de desejos sexuais.

Também é assombroso aos professores o contato do aluno com deficiência intelectual com o próprio corpo. A descoberta dos prazeres advindos do próprio corpo através da masturbação é a etapa inicial de experimentação da sexualidade. Como bem disse Foucault, é o corpo e todos os efeitos do prazer que nele têm sua morada o ponto de focalização e regulação. A masturbação, continua ele, "vai ser a forma primeira da sexualidade revelável, quero dizer, da sexualidade a revelar. O discurso da revelação, o discurso de vergonha, de controle, de correção da sexualidade, começa essencialmente na masturbação" (2010:165). Alan[15], mas não apenas ele, quase sempre tinha suas idas ao banheiro cronometradas. Na oportunidade em que a turma da professora Daniela ficou sob minha responsabilidade uma das recomendações dadas por Juliana dizia respeito às idas ao banheiro. "Se algum deles quiser ir ao banheiro", dizia ela, "você pode deixar ir sozinho, só fique de olho no tempo em que eles ficam no banheiro, já que eles podem estar fazendo alguma coisa lá". Não entendi muito bem o que era esse "alguma coisa" que a diretora se referia. Um tempo depois entendi que a recomendação tinha a ver com o receio de um deles se masturbarem ou manterem contato físico com o corpo de outros alunos. Sem muito esforço associativo, ficava claro que a masturbação é investida de um poder perigoso capaz de desencadear uma série de outros "desejos e prazeres aberrantes". Na fala e também nas práticas dos professores é perceptível uma agregação entre prazer, desejo e impulso sexual como essencialmente descontrolados. Garantir o bem estar desses alunos com deficiência intelectual é minimizar o acesso às praticas de satisfação de prazer dessas sexualidades disparatadas (FOUCAULT, 1993). Aos assexuados a negação, aos hipersexualizados a vigília e aos "potencialmente mais sexualizados" a disciplina informada nos encontros de educação sexual.

---

15 Alan é um dos alunos da turma da professora Daniela. Tem 32 anos de idade e é diagnosticado com Deficiência Intelectual Moderada.

Assim é possível a construção de uma coerência reguladora acerca da sexualidade. O que se esquece, como bem afirma Butler, é que esse ideal regulador não passa de uma "norma e ficção que se disfarçada de lei do desenvolvimento a regular o campo sexual que se propõe a descrever" (2008:194).

3.2 – Sobre namoro e casamento: o que dizem os alunos.

Para os alunos o estado civil dos professores sempre foi umas das informações crucias para que estes se localizassem socialmente. As responsabilidades advindas de um namoro e principalmente de um casamento são partes constitutivas da mudança de status que esses vínculos podem fornecer e fornecem. Ainda que adquirir responsabilidade se transforme em cumprimento de horários ou compromissos, as vantagens em migrar de um status de "criança" para um status de namorado(a) ou esposo(a) é fundamental para pensar na gestão das vontades, desejos e anseios afetivos e/ou sexuais. Aos professores da APAE, aos pais e/ou responsáveis é dada a inquestionável possibilidade de manter relações afetiva e sexual sem quaisquer impedimentos ou restrições. Na prática isso não quer dizer que pessoas solteiras, ou mesmo algum dos alunos, não possam manter vínculos afetivos e/ou sexuais passageiros. Entretanto, existe um código operante bastante potente que diz ser apropriado manter relações sexuais somente após o casamento. Tais valores formam uma barreira sobre as vontades, os desejos e os anseios afetivo e/ou sexuais dos alunos que só pode ser ultrapassada, sem muitas consequências morais com a concretização de um namoro, e, sobretudo de um casamento. Desse modo, na perspectiva dos alunos o principal marco distintivo entre eles e os professores, pais e/ou responsáveis é a vivencia, por estes últimos, de um status onde a sexualidade é gerida muito mais pela positividade da concretização do ato afetivo e/ou sexual do que pela negatividade dos tabus proibitivos a esses atos.

A possibilidade de mudança aberta pelo namoro e casamento se torna ainda mais evidente quando os alunos se diferenciam entre si. Para entender essa relação criada por meio desses vínculos afetivos e/ou sexuais, é necessário compreender quais são os elementos constituintes dessa relação. No contexto em que a pesquisa foi realizada existem estilos de masculinidade e feminilidade variados. Entretanto, há um desses estilos que, pelos atributos compartilhados tanto por alunos com deficiência intelectual como pelos professores e profissionais, são repetições estilizadas de atos (BUTLER, 2008) que delimitam homens e mulheres de sucesso. Tais repetições produzem o efeito do gênero através da estilização do corpo, que por sua vez deve ser entendido como a forma pela qual "gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero" (BUTLER, 2008:200).

Sendo assim, é característica importante demonstrar domínio sobre as normatividades que distinguem socialmente homens de mulheres. Antonio é considerado – tanto pelos alunos quanto pelos professores – um dos principais referenciais de masculinidade dali. O rapaz é alto, tem ombros largos e braços fortes. A ajuda que dá aos pais na roça ou mesmo em serviços manuais mais pesados modela em seu próprio corpo uma espécie de virilidade que se materializa em força e resistência física. Em dias mais quentes costuma se vestir com bermudas e camisetas estampadas com temas de esporte radicais, surf ou alguma menção a times de futebol considerados pelos alunos da APAE como tipicamente pertencentes ao "universo masculino". Em dias mais frios veste calça jeans, as mesmas camisetas e blusas em tons escuros. Para proteger os pés o calçado escolhido é o tênis. O único acessório que ajuda na composição do visual do rapaz é um grande relógio preto presente no braço esquerdo.

Jânio e Dênis, os outros dois rapazes que fazem parte da turma de alunos da professora Lourdes, experenciam masculinidades diferenciadas e menos prestigiosas. No caso de Jânio, por exemplo, a virilidade materializada pela força e resistência física é ainda menos potente do que no caso de Douglas. Apesar de também ajudar seus pais na roça e nos serviços manuais mais pesados é a atribuição de "rapaz trabalhador" o que se constitui como um atributo incontestavelmente masculino. A responsabilidade com horários, prazos, mas, sobretudo, o cumprimento do papel de provedor de um futuro lar o que torna o rapaz um dos candidatos a possíveis vínculos de namoro e casamento. Enfim, vários outros estilos de masculinidade são possíveis na Associação. Entretanto são os referencias mobilizados por Douglas e em especial por Antonio àqueles que constituem uma performance de gênero que estabelece homens, e também mulheres, de sucesso.

Obviamente que nos processos constitutivos dessa possível relação afetiva e/ou sexual há também estilos de feminilidade que podem ser percebidos. Karen é a interlocutora privilegiada e nos ajuda a compreender quais

os elementos formadores desse estilo de feminilidade de sucesso. Sempre bem alinhada, a moça juntamente com duas outras alunas do período da tarde, as irmãs Cibele e Cátia[16], representam o referencial de feminilidade privilegiado na instituição. Karen é bastante preocupada com sua aparência. Na "festa da família" realizada na segunda quinzena do mês de maio de 2012, Karen estava maquiada como nunca. Os olhos eram marcados por uma sombra de cor bastante vibrante. As unhas estavam bem pintadas, as orelhas enfeitadas por extravagantes brincos e os braços ornados com diversas pulseiras. Vestia calça jeans comprada especialmente para a ocasião, tênis e uma blusa com estampas em preto e branco. Na mesa de seus familiares ainda era possível encontrar sua inseparável bolsa de cor preta. Há uma preocupação em atrelar sinais de feminilidade ao corpo através de acessórios. Porém tais adereços não devem portar um significado social atrelado à vulgaridade, insinuação e indecência.

Inicialmente é pelo zelo com sua vestimenta que é constituído um marco distintivo entre Karen e as demais moças da instituição. Talita[17] costumeiramente vestia calça jeans, camiseta da APAE bastante desgastada pelo uso e tênis igualmente desgastado. Raramente usava brincos, maquiagem e esmaltes. O único adereço presente em seu corpo era uma pulseira verde e branca do seu time favorito, o Palmeiras. Durante a festa ocorrida na segunda quinzena de maio, o visual composto por calça jeans, camiseta – só que dessa vez sem estampa da APAE – e tênis era reproduzido por Talita. A grande diferença estava no estado de conservação das roupas que visivelmente eram menos desgastadas pelo uso. Desse modo, é inescapável a importância dada à aparência e a vestimenta como forma eficaz de performatizar feminilidade prestigiosa e, como vimos no caso dos rapazes, masculinidade prestigiosa[18].

No entanto, acompanhando o dia a dia da turma algo mais é explicitado através da presença de Karen. É fundamentalmente quando a garota está em sala que as noções do que é ser homem e do que é ser mulher ficam fortemente delimitadas. Isso não quer dizer que as outras moças ou mesmo os rapazes não saibam mobilizar essas noções. Contudo, pela posição de prestígio assumida por Karen é ela quem desencadeia essa série de articulações lógicas que vem a ser mobilizadas em outras situações cotidianas. Uma dessas vivências cotidianas desemboca no processo de diferenciação entre os próprios alunos, ou seja, o segundo modo de diferenciação operacionalizada pela distinção via namoro e casamento. Em meu primeiro dia na instituição Juliano[19] apressadamente vem em minha direção e logo emenda uma questão sobre meu estado civil, disse: "você é casado, é? é casado"? Surpreso com a pergunta, disse a ele que eu não era casado e retribuí a pergunta com a mesma indagação. Monossilábico, Juliano me responde apenas "não" e segundos depois cai na risada. Essa foi a primeira, mas não a única vez em que fui indagado sobre meu estado civil. Vários outros alunos me perguntaram exatamente a mesma coisa. Inicialmente não compreendi o que significava essa pergunta, porém hoje posso afirmar que ela indicava um modo privilegiado dos alunos descobrirem se me encontrava no mesmo status que os professores e os profissionais da Associação.

Durante toda minha permanência na instituição ouvi conversas sobre namoro e casamento. Douglas mencionou inúmeras vezes que gostava de beijar e ficar com as garotas. As histórias contadas pelo rapaz são muito curiosas e repletas de brigas, desentendimentos e alguma fábula. Uma dessas "ficadas" contadas por ele aconteceu durante os festejos de comemoração do aniversário da cidade de Vila de Santa Rita no mês de março.

---

16 Cibele tem 19 anos, é baixa, branca, espontânea e bastante falante. Sempre muito cheirosa é considera pelos alunos, mas também pelos professores, como uma das três meninas que representam o referencial de feminilidade. Diagnosticada com Deficiência Intelectual Leve, vive com os pais e os outros dois irmãos (Cátia e Mauro) também deficientes intelectuais. Cátia tem 21 anos, é baixa, branca, um pouco acima do peso e bastante falante. Assim como sua irmã é considerada como uma das três meninas que representam o referencial de feminilidade priorizado na APAE. Diagnosticada com Deficiência Intelectual, vive com os pais e os outros dois irmãos (Cibele e Mauro) que também são alunos da APAE.

17 Talita é uma das alunas da turma da professora Lourdes. Tem 16 anos de idade e é diagnosticada com Deficiência Intelectual Leve.

18 Para uma discussão da importância do vestuário na consolidação de uma identidade social masculinizada ou feminilizada, ver: CANO (2004).

19 Juliano é um dos alunos da turma da professora Daniela. Tem 26 anos de idade e é diagnosticado com Deficiência Intelectual Severa.

Acompanhado por um responsável, Douglas participou de um dos cinco dias de festa. Segundo ele a paquera começou antes do show culminando em um "beijinho" e um telefone anotado na agenda. Perguntado pela professora Lourdes sobre o que se seguiu depois do beijo, Douglas respondeu brevemente com um "nada", uma vez que passaram o restante da festa conversando. Quando perguntei se nos dias que se seguiram à festa ele havia ligado para a moça a resposta por ele fornecida foi: "não liguei, não. Minha mãe não deixa." Nem duas semanas depois, Douglas anunciava que tinha uma nova namorada e chamava-se Pâmela.

Diferentemente de Douglas, Suelem orgulhosamente falava em detalhes sobre seu relacionamento amoroso. Segundo ela, já faz sete anos que se relaciona com Robson que "estuda na escola normal no período da noite". Incentivando a garota a falar perguntei o que mais Robson fazia. Sulem passou a enumerar as atribuições do rapaz, dizia: "ele trabalha de empacotador no mercado e tem 31 anos de idade". A moça ainda completou que Robson era "um irmão da igreja" e que a visitava com alguma frequência. Mais tarde descobri que o rapaz era um companheiro de turma de quando ela ainda frequentava a APAE de São Joaquim. Atualmente está matriculado como aluno do Programa de EJA, ou nos dizeres de Suelem está matriculado na "escola normal". Segundo as informações encontradas no prontuário, esse é o terceiro relacionamento vivido pela moça.

Em um dos raros momentos de comunicação de suas vivências, Antonio disse sucintamente que no início dos anos 2000 namorou uma moça que morava no bairro São José. Tentei descobrir mais informações sobre a garota, contudo Antonio sempre desconversa quando lhe era perguntado algo sobre a antiga namorada. Posteriormente, soube via alguns professores que a tal "moça" não era uma pessoa com deficiência intelectual e era mais nova que o rapaz. Pelo que Antonio deixou a entender havia uma vida sexual ativa durante o relacionamento. Por uma série de motivos não consegui recolher informações mais detalhadas sobre essas relações. Em conversa com a psicóloga da instituição fui informado que cinco outros alunos – quatro rapazes e uma moça – também mantiveram relações sexuais fora da APAE. Ainda segundo Suely, dentro da instituição não houve casos desse tipo de troca afetiva e/ou sexual. Apesar do teor da informação, Suely não contou mais detidamente as condições em que as relações sexuais se concretizaram.

De todo modo, o importante a se reter do exposto, está na maneira como é mobilizada pelos alunos a relação de namoro. Namorar pode ser visto de duas maneiras. Há um grupo que compreende o namoro como um vínculo afetivo e talvez sexual que deve ser negociado e partilhado por um parceiro que também deseja a relação. Isso quer dizer que a negociação necessariamente é estabelecida através de um envolvimento dialógico, onde as situações palpáveis de vivência de ambos os membros da relação fornecem os elementos para esse diálogo. Enfim, são trocas e atos concretos que conformam a relação como um todo. Há outro grupo de alunos – suponho que seja a maioria no período da manhã – que percebe o namoro como uma relação unilateral que depende apenas de suas vontades. Quase não há trocas, não há negociações e em geral a relação opera muito mais no plano da enunciação do que no plano concreto. Majoritariamente os relacionamentos são curtos e os parceiros são facilmente trocados por outros considerados mais interessantes. Isso não quer dizer que o contato físico seja inexistente, entretanto os beijos, os abraços e as possíveis relações sexuais são esporádicos e pouco frequentes. Nessa forma de apreensão do namoro qualquer manifestação de simpatia, envolvimento, atenção ou contato físico é tomado como fato incontestável de existência do relacionamento.

Em geral essa noção é bastante fantasiosa e explicita muito mais o anseio pelo namoro do que o namoro propriamente dito. É importante salientar que o vínculo estabelecido por essa forma de apreender o namoro não pode e não dever ser infantilizada. Há, por parte dos alunos, um reconhecimento das vantagens proporcionadas por um envolvimento desse tipo. Desse modo, penso que guardadas as devidas particularidades em cada um dos modos de apreensão sobre o que se configura "namorar", a relação tende a operar com um meio de inserção. Namorar significa se inserir no mesmo conjunto de possibilidades que os professores, pais e/ou responsáveis se inserem, sobretudo quando se trata das possibilidades afetivas e sexuais.

O mesmo também pode ser dito do casamento, porém esse tipo de vínculo chama atenção pela sua dupla dimensão. Na primeira dimensão busca-se criar vínculos afetivos e possivelmente sexuais entre os membros da relação. Se pensarmos o caso da Antonio e Cibele entenderemos bem o que significa essa dimensão. Nesse caso, todas as vezes que se fala em casamento há um interesse real para que a relação se concretize. É importante salientar que neste caso o interesse é apenas por parte de Antonio. Contudo, quando os alunos se referem à possibilidade de um casamento estão levando em conta a motivação e a demonstração de interesse já ex-

istente entre eles. Em outras palavras o que estou querendo dizer é que nessa primeira noção o casamento seria a consequência e a reafirmação de um interesse anterior manifestado pelos membros dessa relação. Essa noção não apresenta muitas distinções da noção da primeira noção de namoro descrita acima, porém vale indicar que se casar denota um vínculo mais durador e mais difícil de ser desfeito.

Já a outra dimensão da noção de casamento é oposta a esse sentido relatado acima. Em situações de deboche ou mesmo provocação é muito comum os alunos acionarem o casamento como forma de xingamento. Assim, o casamento também é acionando para configurar e retratar algo indesejado. Em uma discussão entre eles quando os argumentos não são suficientes para "desmoralizar" o outro ou mesmo para convencer de que o outro está errado, é recorrente utilizarem o casamento como modo de dar cabo a discussão. No entanto, a pessoa selecionada na situação é alguém que não está na linha de prestígio ou que não represente uma conquista bem sucedida. Em uma discussão entre Talita e Douglas ouvi a seguinte afirmativa de Talita: "Você não pode falar nada não, você vai casar com a Patrícia[20] que é o seu amorzinho". Essa última parte da frase é proferida em um tom muito forte de deboche. A reação de Douglas foi bastante repulsiva à afirmação de Talita, além de ficar bastante irritado com tal suposição. Isso me levou a pensar que o escárnio também configura uma possibilidade para o casamento.

A relação estabelecida é uma relação de insucesso e não consentida. Não há interesse em permanecer ou mesmo supor a possibilidade de estabelecimento de uma relação entre as pessoas que não demonstram interesse uns pelos outros. É interessante perceber que a aceitação do estabelecimento da relação se dá pelo sucesso da performance da feminilidade ou da masculinidade. Se Talita tivesse dito a Douglas que ele iria se casar com Karen as coisas mudariam de contorno. Mesmo não havendo interesse declarado de Karen por Douglas e de Douglas por Karen, ambos representam ideais de feminilidade e a masculinidade. Desse modo, não seria um escárnio se Talita tivesse inferido uma possível relação entre Douglas e Karen, muito pelo contrário, seria até uma indicação de sucesso na relação. Esse segundo modo como é compreendido o casamento explicita a composição de uma hierarquia fundada na inter-relação de diversos marcadores sociais. É a excelente internalização de uma norma de gênero, do que é ser masculino ou do que é ser feminino, como vimos mais cima, que elenca os possíveis parceiros. Associado a isso está à mudança de status de "criança" para "adulto" através de uma idade social. Essa idade é fundada na aquisição de responsabilidades que tem a ver com a expansão social das limitações até então por eles vivenciada. A concretização de uma relação sexual também é algo que denota uma consciência sobre próprio corpo que extrapola a dimensão "anormal" colocada pelo senso comum para com a pessoa deficiente intelectual. Assim, vemos uma experiência singular articulada pelos alunos que nada tem de descontrolada ou atípica.

4 – Considerações Finais.

No cruzamento das percepções apresentadas por esse texto sobre "deficiência intelectual" e "sexualidade", salta aos olhos uma tensa relação entre uma "sexualidade deficiente" defendida pelos professores e uma sexualidade como forma de satisfação de desejos afetivos e sexuais como operada pelos alunos da Associação. Em ambos os casos os corpos deficientes sexualizados são tomados como poderes capazes de tencionar um conjunto de normas sexuais. Gregori (2008) propõe chamar essa relação entre prazer e perigo de *limites da sexualidade*.

> Tais limites indicam, de fato, um processo social bastante complexo relativo à ampliação ou restrição de normatividades sexuais, em particular, sobre a criação de âmbitos de maior tolerância e os novos limites que vão sendo impostos, bem como situações em que aquilo que é considerado abusivo passa a ser qualificado como normal. A maior contribuição da antropologia tem sido a de apontar que essa fronteira é montada, considerando a multiplicidade de sociedades e de culturas, por hierarquias, mas também pela negociação de sentidos e significados que resultam na expansão, restrição ou deslocamento das práticas sexuais concebidas como aceitáveis

20 Patrícia tem 37 anos de idade, diagnosticada com Deficiência Intelectual Severa apresenta comportamento obsessivo com momentos de agressividade.

> ou "normais" e aquelas que são tomadas como objeto de perseguição, discriminação, cuidados médicos ou punição criminal (GREGORI, 2008:577-578).

Se como vimos os professores e profissionais da APAE tomam "deficiência intelectual" como sinônimo de falta, desvantagem e incapacidade, os alunos matriculados na Associação de Vila de Santa Rita, indicam ser "deficiência intelectual" uma das múltiplas configurações do existir humano. Se apoiados por sua noção de deficiência os professores assumem a sexualidade dos alunos como descontrolada e por isso perigosa, os próprios alunos assumem a sexualidade como uma maneira de amenizar sua diferença e como um prazer que nada tem de anormal. A intenção do texto foi reconstruir os caminhos pelos quais uma normatividade, a sexual, é circunstancialmente estabilizada pela reiteração e repetição de convenções que são visibilizadas e ocultadas na medida em que esse processo repetitivo se desenvolve (BUTLER, 2000). Minha preocupação foi perceber como deficiência intelectual regula a sexualidade, como a sexualidade regula a deficiência intelectual e como essas levam ao limite as normatividades sexuais que tensionadas se reconfiguram.

5 – Referências Bibliográficas.

BRAH, Avtar (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, 26.

BRASIL (2008). *A convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada.* Brasília, CORDE.

BUTLER, Judith (2000). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. *In.: LOURO, Guacira L(org.). O corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade.* 2ª Edição: Belo Horizonte, Editora Autêntica.

_____. (2008), *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CANO, Gabriela (2004). Amélio Robles, andar de soldado velho: fotografia e masculinidade na Revolução Mexicana. *Cad. Pagu* , Campinas.

DOUGLAS, Mary (1976). *Pureza e Perigo.* São Paulo: Editora Perspectiva.

FENAPAE (2011). *Inclusão Social da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla trabalho, emprego e renda.* Brasília: FENAPAE.

FOUCAULT (1993), Michel. *História da Sexualidade I:* a vontade de saber. 13ª edição, Rio de Janeiro: Edições Graal.

_____. (2010) *Os anormais. Curso no Collège de France (1974-1975).* São Paulo: Martins Fontes.

FRANÇA-RIBEIRO, H.C.F. *Orientação sexual e deficiência mental: estudos acerca da implementação de uma programação.* São Paulo, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1995 (Tese de Doutorado).

GIAMI, Alain (2004). *O anjo e a fera*: *Sexualidade, Deficiência Mental, Instituição.* São Paulo: Casa dos Psicólogos.

GHERPELLI, M. H. B. V (1995). *Diferente, mas não desigual – A sexualidade no Deficiente Mental.* São Paulo: Editora Gente.

GLAT, Rosana. e FREITAS, R.C (1996). *Sexualidade e deficiência mental: pesquisando, refletindo e debatendo sobre o tema.* Rio de Janeiro: Sette Letras.

GLAT, Rosana (1992). A sexualidade da pessoa com deficiência mental. *Revista Brasileira de Educação Especial,* Marília, (1)1.

GREGORI, Maria Filomena (2008). Limites da sexualidade: violência, gênero e erotismo. *In.: Revista de Antropologia*, São Paulo, (51)2

LOPES, Pedro (2013). Negociando a deficiência intelectual: Percursos e dilemas na construção de identidades e subjetividades. In.: *Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência* – SEDPcD/ Diversitas/USP Legal – São Paulo.

_____. (2014), *Negociando deficiências: identidades e subjetividades entre pessoas com "deficiência intelectual"*. São Paulo: FFLCH/USP. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi (2006). *Sexualidade e deficiências.* São Paulo: Editora Unesp.

PIERUCCI, Antonio Flávio (1990). Ciladas da Diferença. *In.: Tempo Social; Rev. Social. USP.* São Paulo: (1).

SASSAKI, Romeu Kazumi (2006). *Como chamar as pessoas que têm deficiência?* São Paulo, dezembro de 2006 (mimeo).

SCOTT, Joan W (2005). O enigma da igualdade. *In.: Estudos Feministas.* Florianópolis: 13(1):216.

SIMÕES, Julian (2013). Algumas notas sobre "deficiência intelectual" e sexualidade em uma APAE do Interior de São Paulo. *In.: Anais do 37º Encontro Anula da ANPOCS.*

_____. (2014) *Assexuados, Libidinosos ou um Paradoxo Sexual? Gênero e sexualidade em pessoas com deficiência intelectual.* Campinas: IFFCH/UNICAMP. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Relações de gênero e atividades produtivas no Quilombo de São Braz, Recôncavo da Bahia

Jurema Machado de Andrade Souza
jurema.machado@ufrb.edu.br

Resumo: Em São Braz, comunidade quilombola localizada no município de Santo Amaro da Purificação, região do recôncavo da Bahia, a pesca e a mariscagem se configuram como as principais atividades desenvolvidas por mulheres e homens. Agentes sociais de São Braz diferem as duas atividades: a pesca é a coleta de peixes e camarão, e muito embora seja realizada majoritariamente por homens, também é realizada por mulheres. A mariscagem é a coleta de crustáceos e molusculos diversos, como o caranguejo, siri, o siri de mangue, ostra, sururu, etc, e é uma atividade realizada por mulheres e homens. Entretanto, os homens são chamados de pescadores e as mulheres de marisqueiras. A partir dos relatos de duas pescadoras e marisqueiras de São Braz, este artigo apresenta as suas percepções sobre seus modos de vida, o contexto social em que estão inseridas, e as relações de gênero que se configuram a partir das atividades produtivas desenvolvidas por mulheres e homens.

Palavras-chave: gênero, pesca, mariscagem**, recôncavo, Bahia**

Na comunidade quilombola de São Braz, cerca de 446 famílias vivem tradicionalmente da pesca, mariscagem, da agricultura, coleta de frutos, bem como da comercialização das atividades extrativista[1].
Registros históricos assinalam que a ocupação das terras onde hoje a comunidade de São Braz está localizada remonta ao início de 1700, quando foi construída uma capela e sobrado na área onde hoje a população se concentra, e que fazia parte do complexo de Engenhos e Fazendas, que caracterizou a expansão colonial de toda a região do Recôncavo da Bahia. (OTT, 1996; SCHWARTZ, 1985, 2001). A exemplo do contexto histórico de outras comunidades quilombolas na Bahia, as terras do Engenho de São Braz, bem como a Ilha onde se localizava o Engenho da Cajaíba, após decadência da economia local, foram abandonadas pelos antigos proprietários. Essas terras foram ocupadas tradicionalmente pelas famílias de ex-escravos, e outras oriundas de localidades próximas, combinando o uso comum de mangues, ilhas e braços de mar para pesca e coleta de frutas com a posse familiar para a implantação de roçados e de pequenos quintais.
A apropriação das áreas de uso comum, bem como as práticas extrativistas não são vivenciadas da mesma forma por homens e mulheres, e é por esta razão que pretendo apresentar e discutir as distintas formas do processo produtivo e as atuações de homens e mulheres no contexto de São Braz.

O Campo e os Gêneros

A pesquisa que propiciou esta reflexão foi realizada no âmbito do grupo de pesquisas "Memórias, Processos Identitários e Territorialidades no Recôncavo da Bahia, sediado no Centro de Artes, Humanidades e Letras, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, MITO/UFRB. O trabalho de campo do projeto mais amplo foi de caráter etnográfico e documental[2].
Entretanto, detive-me mais especificamente a acompanhar as marisqueiras nas suas idas ao mangue e locais

1 Relatório do Projeto de Pesquisa "Relações de Gênero entre Pescadores e Marisqueiras Quilombolas no Recôncavo da Bahia". MAIA, Suzana; SOUZA, Jurema M. A.; COMIN, Ana Paula. CNPq. 2013.

2 A equipe de pesquisa foi formada por mim, pelas pesquisadoras Suzana Maia e Ana Paula Comin, e as estudantes Samyr Uhuru, Laiza Mailane, Milena Caetano, Roseni Santana, Janaína Ríber, Greicy Kelly, Maria das Candeias, Ana Cláudia Santos.

mais afastados do povoado. Momentos em que pude registrar suas memórias, histórias de vida, e a percepção que têm do trabalho realizado distintamente por mulheres e homens.

Já a produção de dados propriamente dita remeteu a nossa percepção e análise para certos conceitos muito próprios da antropologia social. Conceitos como "agência[3]" e "sociabilidade[4]", por exemplo, que foram elaborados à luz de outras pesquisas sobre comunidades tradicionais, e priorizaram as relações entre gênero e habilidades produtivas (Overing, 1999; McCallum, 2005; Belaunde, 2001). Do mesmo modo, em que o próprio trabalho de campo ensejou uma maior reflexão acerca do objetivo geral do projeto, ou seja, entender como se processa a construção dos gêneros nos seus campos específicos de atuação no processo produtivo, mais notadamente o de pesca e mariscagem.

A pesca e a mariscagem se configuram como as principais atividades desenvolvidas por mulheres e homens. Os agentes sociais de São Braz diferem as duas atividades: a pesca é a coleta de peixes e camarão, e muito embora seja realizada majoritariamente por homens, também é realizada por mulheres. A mariscagem é a coleta de crustáceos e molusculos diversos, como o caranguejo, siri, o siri de mangue, ostra, sururu, etc, e é uma atividade realizada por mulheres e homens. Percebemos que os homens são os que mais vão para a maré, entretanto, a identidade de marisqueira está associada, também, às mulheres que compram ou recebem os mariscos e os "cuidam" em seus domicílios. Cuidar do marisco significa, por exemplo, como no caso do siri, ferver, catar, preparar para o consumo da família, ou simplesmente negociar. A expressão "ir para a maré" é frequentemente referida e funciona como uma expressão generalizada que representa tanto a retirada de mariscos no mangue e nas coroas, bem como a pesca com rede em algum braço de mar.

A partir das perspectivas e do modo de vida de duas mulheres pescadoras e marisqueiras, moradoras de São Braz, apresentarei como se configuram as relações entre homens e mulheres nas atividades produtivas, bem como são construídas as identidades de gênero à luz das práticas cotidianas. Como veremos, essas identidades estão longe de representar algo estanque e completamente definido. Elas são processuais, conflitivas, e intersectam modalidades de identidades discursivamente construídas – raciais, de classe, étnicas, sexuais e regionais --, o que torna impossível separar gênero de intersecções políticas e culturais, nas quais é, invariavelmente, produzido e mantido (BUTLER, 1990, p.3).

Pescadoras e Marisqueiras

Por que em São Braz os homens são chamados de pescadores e as mulheres de marisqueiras? Essas classificações estão associadas às práticas tradicionais de organização do trabalho produtivo, e às relações associadas aos gêneros. Às mulheres sempre foi destinado os espaços de coleta próximos às residências, como o mangue e as chamadas coroas, em função das suas obrigações de cuidados com as crianças e a casa. Já aos homens era facultado o direito de avançar por córregos e braços de mar, onde poderiam colocar redes e encontrar maior variedade de pescados. Entretanto, essas posições, apesar de se perpetuarem ao longo do tempo, não são fixas e, como pretendemos demonstrar apresentam divergências significativas em torno das expectativas relacionadas a cada gênero. Como veremos adiante, não coresponder às tais expectativas poderá trazer consequências duras para as mulheres, além da própria falta de reconhecimento no mundo do trabalho.

Inácio e Leitão (2012) destacam que os direitos femininos relacionados à pesca artesanal só foram reconhecidos em 1979, através do registro, acesso à Carteira Nacional de Pesca, previdência social, aposentadorias, etc. Hoje, ainda, as mulheres enfrentam resistência para ter seu direito garantido, pois é o presidente da Colônia

---

3 Deste modo, procuramos relacionar ao conceito de gênero o de agência, ou seja, um conceito que refere à capacidade de ação que constitui as pessoas e seus corpos e atua em um mundo de interações, produção, troca e consumo. O gênero, vale lembrar, pré-existe a um corpo, a uma pessoa, é conhecimento feito corpo

4 Socialidade é definida em contra-distinção à sociabilidade. A primeira se refere à produção constante de relações sociais de cunho morais, ou seja, relações valorizadas moralmente no interior de uma comunidade. O seu foco principal é, pois, a vida diária e a ênfase analítica repousa na produção e na reprodução. A segunda enfatiza as relações com o exterior, que transcendem o doméstico e a vida diária (McCallum 2005).

de Pesca, invariavelmente um homem, que tem a atribuição de confirmar a atividade pesqueira. É importante destacar aqui, então, que ainda prevalece a visão de que quem trabalha no mar é o homem. A predominância da atividade coletora, de cuidado e comercialização por parte da maioria das mulheres se configura como um dos motivos para esta relação desigual na cadeia produtiva da pesca. E complementam que apesar da Lei n. 11.959, de 2009, incluir várias atividades desenvolvidas por mulheres, ainda não há uma satisfatória incorporação, por parte dos presidentes das colônias, como ações legitimadas na cadeia produtiva da pesca.
Em São Braz encontramos um caso emblemático, que apresentaremos a seguir:
Murí, 57 anos, desde os 10 trabalha na maré. Ela é reconhecida por muitos, entre mulheres e homens, como mestre de pesca.
Eles falam que eu sou mestre de pesca porque eu sei fazer tudo maré. Sei baixar rede, sei pescar de rede. Eu ganho na maré igual um homem. Vão quatro, cinco homens na maré comigo e ganho igual a eles. Se eles vão remando, eu também vou. Se eles escolhem, eu também escolho. Se eles puxam o chumbo, eu puxo outro. Chega num ponto os homens voltam pra casa e eu volto pra maré pra correr o muzuá, eu coloco muzuá, também.

1. Muzuás para pegar siri. São Braz. Foto: Roseni Santana, 2012.

Com orgulho, Murí nos conta que sai às três da manhã para pescar em São Francisco do Conde, e ir ao mercado, na mesma localidade, para vender o pescado. Apesar de todas essas habilidades e algum reconhecimento que aparenta receber da comunidade, Murí ainda não conseguiu se aposentar, e ficou muito tempo sem receber o defeso. Ela conta que entregou seus documentos na Colônia de Acupe, inclusive os recibos de pagamento à Marinha, mas o presidente da Colônia disse que os documentos não estavam lá, que deveriam estar "debaixo do colchão". Ela acredita ter sido proposital a perda dos seus documentos e atribui a seu forte temperamento, pois havia brigado com a esposa do presidente da Colônia. Murí está inscrita há cerca de 30 anos, mas nunca recebeu a carteira.
A concepção de que a atividade pesqueira é uma condição essencialmente masculina é um dos maiores entraves para uma maior articulação e mobilização das mulheres neste quesito. Elas próprias referem à atividade de pesca como "algo difícil", "trabalho pesado pra homem mesmo que é quem tem força". Ou seja, a invisibilidade do trabalho feminino e do esforço que ele requer embaça a percepção que as mulheres têm delas mesmas.
Pra ir pra Dom João mesmo por aqui a maré tá calma. Se tiver maré forte mulher não vai, é muito vento. Homem tem força, né? De leão. Mas antigamente tinha um monte de mulher aqui que ia... Mainha ia, não sei

quem, não sei quem... Mas só homem mesmo porque a maré é de banda e não tem como cortar, porque a gente anda na malita cortando a malita e, quando a maré é de banda não tem como cortar porque ela vem assim, se a gente for cortar ela enche a canoa (Anísia e Murí).

Tem um canal que pega aqui de São Brás pra São Francisco, mas a gente só pode ir se a maré tiver toda cheia, se tiver vazia a gente não passa, porque a maré seca no meio, se a gente for fica presa na lama, só sai de lá com a maré cheia de novo. Quando tá seca a gente tem que ir por baixo é muito mais longe, a gente leva umas duas horas remando, e se agente tiver lá a maré é contra, ela vem de Santo Amaro descendo, acompanha o rio, o rio vem junto com a maré e é uma força danada de canoa, é brabo, mais a gente vai assim mesmo eu, Mouri. (Anísia)

Ao mesmo tempo em que referem à particular força dos homens, mencionam sua coragem e habilidade em enfrentar a força das águas. Elas disseram que, idealmente, nos dias de hoje, ir para lugares mais distantes e onde a maré sofre alteração, o mais apropriado é ir de barco ou canoa a motor. Quando indagamos sobre quem na comunidade possui esse tipo de embarcação, elas mencionaram que existem 3 canoas a motor e um barco, todos pertencentes a homens. Ou seja, o fato dos homens irem para lugares mais distantes ocorre, na maioria das vezes, em função do acesso privilegiado que eles têm a embarcações mais seguras e modernas.

2. Peixe Embira. São Braz. Foto: Roseni Santana, 2012

Anísia, 46 anos, também nasceu em São Braz e sua família é toda de lá. Acompanhou a mãe nas saídas de canoa desde os 8 anos de idade. No início da juventude começou a viajar para Salvador e Rio de Janeiro para trabalhar como empregada doméstica. Refere que sempre que dava errado, ela sabia que poderia voltar e viver de mariscar.

Ah, oxente, eu tinha uns 9 anos de idade...eu comecei cedo não foi de agora não. Fora que eu mariscava aqui em São Brás né, oito, nove anos de idade, a gente tudo pegava siri, siri de linha. Antigamente tinha muito siri. A gente amarrava comida na linha, lá jogava e vinha com aquele jererezinho, chegava aqui cozinhava, catava e vendia pra ajudar minha mãe porque meu pai não morava com minha mãe, meu pai abandonou a gente bem pequenininha, nós éramos sete irmãos, só que dois vivem em Salvador e cinco aqui e, quando a gente foi crescendo foi saindo pra trabalhar eu mais minhas quatro irmãs: uma mora em Salvador, uma mora na Nova Conquista, e mora eu e meu outro irmão aqui, e os dois mais velhos mora lá na Nova Conquista.

A gente vende todos os dias aqui. Se agente for trabalhar todo dia de verdade, até nas férias, a gente ganha

dinheiro até umas horas de maré, não precisa se matar de trabalhar não. Vai trabalhando devagarzinho só pra sobreviver não é pra ficar rico não, viver, não passar fome, dar comida aos filhos, que eu criei meus três filhos, eu que crio, o pai nem liga não dá nada, também eu larguei ele de fora, deixei pra lá, não vou ficar me aborrecendo não, eu não posso me estressar, pra meu cabelo não cair e nem meu coração parar né? (Anísia)

3. Sirí de Mangue. Após retirado do Muzuá o siri é mantido em baldes com folhagem até ser ferventado e catado para consumo ou comercialização. São Braz. Foto: Equipe do projeto, 2012.

Anísia, diferente de Mourí, não é reconhecida como pescadora, nem mestre de pesca, mas realiza todas as atividades de mariscagem, como ela mesma diz "faço tudo no mangue". Ambas orgulham-se em dizer que gostam de trabalhar para elas mesmas, não são empregadas de ninguém. Anízia não se reconhece, nem é reconhecida como pescadora pois não possui rede, ou reça, não coleta peixes ou camarão.

Eu só tenho um barco, eu trabalho somente com siri e ostra, pego muita ostra! Muzuá eu tenho pouco, eu não tenho muito não. Nós ganhamos esse barco pouco tempo: eu, Muri, uma galera daqui de São Braz, dez pessoas ganharam, aquele barco de fibra. Agora ficou ótimo pra gente, bem melhor, Ave Maria, que maravilha!

Eu marisco mesmo, tudo que você imaginar eu faço, a única coisa que eu não faço é tirar caranguejo a braço, mas quando ele está andando a gente corre atrás pra pegar...eu nunca tirei também porque eu nunca liguei. (Anísia)

4. Coleta de mariscos no mangue. São Braz. Foto: Roseni Santana, 2012

As principais unidades de paisagem identificadas por elas foram a ilha de Cajaíba, o mangue, as coroas e o mar aberto. Particularmente, a Ilha de Cajaíba é o lugar de excelência para a pesca dos melhores peixes, e o acesso a coleta de frutas diversas, em especial a cajá. Em São Braz, mas também em outras comunidades pesqueiras do Recôncavo da Bahia, a percepção local remete à criação de uma terminologia própria que identifica os diversos elementos da paisagem natural.

Em pesquisa realizada na comunidade de Acupe, vizinha a São Braz, o pesquisador Francisco José B. Souto registrou que "o chamado mar aberto corresponde à área de águas mais profundas que se abre para a Baía de Todos Santos. Os limites proximais são as ilhas da Cajaíba e Piaçaba, já pertencentes ao Município de São Francisco do Conde, mas de larga utilização por pescadores de Acupe" (SOUTO, 2004, p.124). Em São Brás essa percepção também está presente, vide a referência que as nossas interlocutoras fazem ao mencionar os lugares mais distantes para pescar.

Ainda segundo Souto, o mangue é reconhecido por pescadores e marisqueiras como a porção dominada pela vegetação, e onde se encontra o caranguejo, o aratu, o siri-de-mangue, as ostras, os sururus e certos tipos de peixes. As coroas são classificadas localmente em: coroas de areia, coroas de cascalho, e coroas de lamugem (formada por areia e lama). As duas primeiras são mais encontradas nas enseadas e no leito do rio, enquanto as últimas são mais comuns nas bordas do mangue.

"Quando submersas, as coroas são visitadas diariamente por pescadores na pesca de siris, utilizando a groseira, e na pesca de camarões e mirorós, utilizando a reça e a redinha. As coroas de lama, emersas na maré baixa, formam "praias" que são utilizadas largamente pelas marisqueiras de bebe-fumo. As coroas também são reconhecidos habitats de vários tipos de peixes e mariscos. Assim como as enseadas, as coroas são visitados principalmente por pescadores de camarões, que trabalham com uma rede de deriva chamada localmente de rede de reça, e de peixes, que utilizam uma arte de pesca conhecida localmente como rede de fundo" (Bezerra Souto, 2004, p.122).

5. Vista do mangue e do local de saída das canoas. São Braz. Foto: Roseni Santana, 2012.

Murí não possui a reça de camarão, só a reça para pegar peixe. É comum os homens possuírem este tipo de ferramenta, porém, entre as mulheres, só uma outra pescadora, Lucinha, a possui.
A dela é de camarão [referindo-se a Lucinha]. A minha é zero porque é de peixe, o vão é maior. E aí vou levando minha vida. (Mourí)

Anísia diz que "nunca ligou pra ter uma rede", já Mourí sempre utilizou e produziu a sua própria reça.

Eu que tenho uma rede, eu boto ela na maré, pego peixe e quando o peixe acaba tome-lhe pau pra dentro da rede, aí eu tenho que trazer a rede pra terra... Antes de você chegar eu tava tirando a rede. Você não viu uma rede lá na porta, não? Uma reça? Você sabe o que é reça? Aquilo ali que é reça! Só que ali é de peixe... Você bota ela, atravessa no mar, o mar passa aqui, né? Você atravessa ela, amarra aqui de um lado e passa pra o outro lado e amarra no outro lado do mangue. No outro dia de manhã você chega lá, tem um bocado de peixe. (Mourí)

Nós: E como faz pra saber os números? Compra ou a pessoa mesma faz?
Mouri: Você compra a peça da rede, compra o chumbo, compra a postiça, compra o cordão. Isso é agulha, você pega a agulha e vai entalhando.
Nós: Ah...entendir. Quando termina de entalhar, bota a postiça na parte de cima da corda, você bota a postiça em cada vão aqui. É aí que sai esse número? Se é zero ou 0,30?
Mouri: não, 0,30 é o nome da rede.
Nós: Mas se você quiser pode fazer uma rede 0,30.
Mouri: Posso. Eu posso que eu mesmo sei entalhar, posso comprar a rede e enficar o pau aí. Sempre vem alguém pra ajudar sabe, mas quem faz as coisas é o dono.

6. Homens entalhando a rede. São Braz. Foto: Janaína Riber, 2011.

Não obstante todas as desigualdades de gênero enfrentadas pelas mulheres, em seus relatos percebemos um certo espírito de solidariedade entre homens e mulheres, e entre as famílias como um todo, e a percepção de que a extração de recursos naturais é realmente algo coletivo, que pode ser feito sozinho ou em grupo.
Durante a nossa conversa, logo após Mourí nos contar que deixa a rede e no dia seguinte ela está cheia de peixes, uma bolsista do projeto, indagou se "ninguém mexia", ou seja, se outras pessoas que passassem por ali antes dela não poderiam aproveitar-se do seu pescado. Todas nós rimos muitos, e Mourí e Anízia relataram:
"Aqui quem não mexe minha filha pelo amor de Deus?" (Mourí)
"Mexe...eles tira os dele e deixa lá pra gente...mas é assim mesmo". (Anízia)
"Aqui ninguém come nada só não, aqui é uma comunidade, comunidade é pra isso". Aqui temos nossas amizades (Mourí)
"Aqui se a gente não tiver o barco, espera eles ir e depois dar a gente pra ir... aí fala assim, não pode pegar lá no porto, aqui só amizade, não tem nada daquela arrogância é meu não pegue não, a gente nem liga, depois a gente senta no bar, junta tudo e vamos tomar cerveja...se um sentir uma dor todo mundo corre pra acudir, socorrer, então é bom...tudo unido aqui". (Anízia)

Joana Overing (1999), em pesquisa com os Piaroa, povo indígena da Amazônia venezuelana, já havia chamado a atenção para aspectos da vida cotidiana que sobressaem em relação a outros de caráter mais externo. De fato, em São Braz, as percepções e os diversos depoimentos que presenciamos sobre as atividades de pesca e mariscagem remetem-nas a certas habilidades específicas e essenciais à vida diária. Sem dúvidas, tal como orienta o conceito de socialidade, a arte de mariscar e pescar está atrelada às relações domésticas e de parentesco. Mourí, por exemplo, mas outras várias mulheres, também, começou a ir para o mangue e a maré ainda criança, e ia acompanhando sua mãe. Certa vez, a indagamos se sua mãe também era pescadora, se colocava rede, etc. Ela nos disse que não, sua mãe, como ela e tantas outras, trabalhou de doméstica nas cidades, contudo sabe viver mesmo é de mariscar, mas não pesca. Por exemplo, a única mulher que sabe entalhar uma rede em São Braz é ela (Mourí). Aprendeu sozinha, olhando os homens fazer, e eles diziam que ela nunca iria conseguir: "*os caras dizia que eu não acertava e terminei acertando e, até hoje eu faço. Da maré sei fazer quase tudo*". Muito embora ela tivesse aprendido desta maneira, menciona, que quando era mais jovem, os homens nunca permitiram que ela os acompanhasse em uma pescaria. Hoje, ela diz, "vou com eles como se fosse igual".
As mulheres que vivem em um contexto como este, de viver no e do mangue e maré, têm em suas trajetórias muitos acontecimentos emblemáticos relacionados a eles. Quando Mourí procurou dar ênfaze a sua precoce iniciação na mariscagem, relatou um acontecimento que pode propiciar a justa medida do que estamos dizendo:

"Eu ia nascer dentro do mangue, quase eu ia nascer na ponta do lavador. Como ela [a mãe] tava com as companheiras, levou ela pra casa e trouxe pra Santo Amaro, quando chegou na maternidade, se demora mais um pouquinho eu ia nascer lá mesmo. Eu não dei muito trabalho pra nascer" (Mourí)

"Sempre ia com mainha e ficava espiando ela mariscar, eu sempre gostei de maré e quando ia com qualquer pessoa ficava olhando. Hoje mesmo coloquei minha rede, você amarra aqui, atravessa ao mar. E sei também costurar rede. Costurei muita rede pra ganhar dinheiro, já fiz de tudo nessa vida, só não fiz roubar". (Mourí)

Ela também nos explica por que sua mãe, e outras mulheres preferem a coleta de ostra, sururu e outros crustáceos que são retirados do mangue:
"Rapaz, se você ficar aqui, nessa maré daqui, se você vim pra esse lado aqui, qualquer hora você pode ir pra casa, você acha dois baldizinho de ostra, sururu e vem embora, mas se você for pra São Francisco do Conde... eu saí e cheguei sete horas da noite, já tava na novela das sete quando cheguei aqui, por causa da maré. Pra vim de São Francisco do Conde você tem que esperar, porque o mangue seca todo". (Mourí)

Mourí consegue fazer isso, pois, apesar de ter tido três casamentos, nunca viveu muito tempo com nenhum desses companheiros, sempre menciona que "não tem muita paciência pra homem, prefere viver só com os filhos". Já a maioria das mulheres realiza coleta em locais próximos das casas, cuida do beneficiamento e preparo do pescado, que pode ter sido extraído por elas, pelo marido e filhos, ou adquirido de outros através de negociação comercial.
Anízia também desenvolveu a habilidade acompanhando principalmente sua mãe, e sempre acentua a sustentabilidade que a maré ou o mangue trazem às mulheres e seus filhos. É uma garantia!
Aprendi vendo o pessoal, vendo minha mãe, os vizinhos... Aí fui aprendendo. Quando ela [mãe] chegava no porto a gente carregava os mariscos pra trazer pra casa, eu e meus irmãos...Nadar eu aprendi sozinha, uma vez quase morro afogada, a água saiu me arrastando, ela me bafou e me levou...daí eu aprendi a nadar sozinha. Eu nado faço um bocado de coisa...é ótimo aqui na maré né, Mouri? Delícia! Eu não tenho assim...porque é um trabalho de lama...mas é ótimo, a gente toma muita surra de mosquito de mutuca...é um sofrimento mas, a gente tem o que tirar.

Em todo o contexto de São Braz é inegável uma grande presença de mulheres no mangue e nas coroas extraindo ostra, sururu, bebe-fumo, etc. Entretanto, os homens são referidos como aqueles que mais vão para a maré. Porque eles têm obrigação, tem que ter dinheiro na mão. A gente também tem obrigação, eu mesmo que sou solteira, moro sozinha mais meus filhos, eu tenho que ir pra sustentar meus filhos, e eles têm mulheres, tem direito [leia-se dever] de ir. Algumas mulheres que tem o marido e trabalha na feira vendendo camarão. Ele vai pega o marisco dá a mulher pra vender na feira e depois paga aos pescadores. Tem mulher que não vai pra maré aqui porque elas negociam com o próprio marisco. Já foram pra maré antigamente, só que com o tempo ficam velhas de idade e vai procurando outra coisa pra não continuar dentro da lama porque é horrível, a lama fica na cintura da gente...agora pense a gente saindo com um balde de ostra com cada lama pior que outra! (Anízia)

A mulher que é casada desenvolve outras atividades relativas à pesca e mariscagem, o que pode incluir a própria mariscagem, ou simplesmente, cuidar do marisco e comercializá-lo.
O chamado atravessamento é inerente a todo o circuito de comercialização. A pessoa que pratica a extração poderá passar o pescado para outro através de uma transação comercial, e este outro ainda o negocia dentro da própria comunidade ou fora dela. Geralmente, o chamado atravessador é alguém de lá mesmo, da própria família, ou algum outro morador. O lucro está previsto na negociação, e há, aqui e ali alguma tensão nessa questão, sem contudo representar um desgaste nas relações sociais internas. Quando perguntamos sobre a existência, ou não, de atravessadores, Anízia respondeu:
Até umas horas, e quem ganha dinheiro é eles. A gente vende siri aqui de 18 e eles vendem de 25, 30 não sei quanto...Eu já vi isso na minha cara, a mulher comprou ostra na minha mão e perguntou quanto era, eu disse que era 12 reais, depois chegou um rapaz de fora e ela vendeu a mesma ostra por 30 reais! Na minha cara e

nem ficou com vergonha! Eu disse: Oh pra isso rapaz! É gente daqui mesmo. Compra na mão da gente barato e leva pra Santo Amaro, Candeias, São Sebastião do Passé, que eles levam mercadoria, e não é a toa que ficam atrás da gente pra comprar.

Uma certa transação comercial também se faz presente quando a ida à maré envolve um grupo com pessoas de distintas famílias, não obstante, exista uma lógica interna que regula esse tipo de empreitada:
Quem regula as coisas é o dono da rede porque às vezes a rede é sua mas a canoa é de outro, o dinheiro tem que ser do dono da rede porque se lascar a rede tem que ter a parte da rede e a parte do dono da rede, mesmo se ele não for pescar o responsável ali tem a parte da rede porque se lascar essa rede tem que comprar o material então tem o dinheiro da rede e do dono da canoa. Então quando ele vai é melhor pra ele que ele ganha duas vezes mais, o dono...porque quem é ajudante que vai ajudar ganha somente a pescaria menor, quem ganha maior é o dono da rede" (Anízia).

Como vimos, não possuir os instrumentos, como rede e barco, ou canoa, não impede o desenvolvimentos das atividades de pesca, entretanto, a regulação sobre a divisão do pescado fica a cargo de quem possui estes meios. Neste sentido, podemos compreender um outro elemento na tendência das mulheres em estarem mais restritas à mariscagem: elas podem mariscar por perto de casa, ou, quando desejam ir para uma "coroa", só é preciso pegar uma canoa emprestada, ou ir "de carona". Em 2012, a prefeitura de Santo Amaro, em função do reconhecimento de São Braz como uma comunidade pesqueira e quilombola, recebeu do Governo Federal recursos para compra de canoas de fibra, que deveriam ser destinadas às mulheres de São Braz. Foram a essas canoas que Anízia e Mourí se referiram anteriormente.

Considerações finais

Em São Braz, mulheres e homens podem exercer atividades produtivas complementares. Em um esquema de reciprocidade que em nada remete ao modelo, recorrentemente tratado nas Ciências Sociais, de "divisão do trabalho sexual". Por outro lado, no campo do reconhecimento e da efetivação de direitos, as mulheres ainda enfrentam dificuldades e empecilhos em decorrência da percepção de que a atividade pesqueira é uma condição essencialmente masculina. Os laços de reciprocidade garantem uma "vida em comunidade", como nos disse Anízia. O que reforça um modo de vida que caracteriza muitas comunidades tradicionais do Brasil, mas, ao mesmo tempo, está particularizado no contexto etnográfico de São Braz. Esse cotidiano de trocas e de construção e relações de gênero através das atividades produtivas está em constante transformação. Seja em função das dinâmicas próprias dos agentes sociais de São Braz, seja em função das interferências externas.
Anízia, Mourí e outras tantas mulheres de São Braz experenciaram contextos diferentes daquele onde foram criadas. Viajaram para trabalhar como empregadas domésticas em Salvador e Rio de Janeiro, por exemplo, e sempre referiram a importância de voltar para São Braz e ter um espaço de onde pudessem retirar a sobrevivência de maneira mais livre e autônoma. A pesca e a mariscagem são atividades produtivas que requerem habilidade, convivência e aprendizado, em uma estreita relação de pertença com o lugar e as pessoas que alí vivem. Escutamos com especial atenção a uma observação de Anízia a respeito da sua filha, quando menciona que ela, quando criança, não a acompanhava na mariscagem, nem marisca nos dias de hoje.
Ela não foi pescar não, ela começou a estudar também, como o colégio sempre teve tudo, ela ia de manhã, quando era de tarde ela ia pro projeto chamado PET [Programa de Erradicação do Trabalho Infantil] e ela foi crescendo nesse PET, cresceu bastante, ela não tinha nem tempo de ir pra maré, e o pet ainda ajudava, mandava um dinheirinho pras mães, pra as crianças não trabalhar mesmo, também recebo ajuda do bolsa família e, minhas filhas não chegou a trabalhar na maré, não. Quando vai, vai de brincadeira mas não pra trabalhar, Raíssa toma é bastante banho(risos). (Anísia)

7. Criança em São Braz. Foto: Roseni Santana, 2012.

De maneira muito interessante, Ana Carolina Mendes problematiza a proibição do trabalho de filhos e filhas de quebradeiras de coco babaçu, no Estado do Maranhão. O objetivo principal do seu estudo "foi refletir como as atuais leis de proteção à infância impactam a reprodução social de comunidades tradicionais" (Mendes, 2011, pp109). Ela procurou "reunir elementos para as análises dos possíveis impactos desestruturantes que tais leis podem provocar na teia de relações sociais, econômicas e simbólicas que envolvem a reprodução das comunidades tradicionais..." (Ibid).

Como é sabido largamente, o conhecimento tradicional é passado de uma geração para outra, e a interrupção desse fluxo poderá sim trazer consequências de muito desequilíbrio para uma coletividade como a de São Braz. Processos de descontinuidade, principalmente aqueles que atingem comunidades tão negligenciadas historicamente pela sociedade em geral e pelo poder público, podem resultar em uma grande desestruturação social, que requer, desde já, a nossa atenção e reflexão.

Sem dúvidas a maior escolarização por parte dessa nova geração em São Braz reflete algo muito positivo, isso é inegável. Os jovens podem sonhar e fazer planos que suas mães, pais e avós sequer julgavam possíveis, como cursar uma universidade, por exemplo. Entretanto, isso não pode fazer subsumir um modelo de coletividade que prime ainda por laços de solidariedade e reciprocidade; sem esquecer a autonomia, tão afirmada pelas nossas interlocutoras. Ademais, o decreto[5] que regula o que vem a ser trabalho infantil refere-se ao modelo de trabalho patronal, o que, de nenhum modo, é o que presenciamos em São Braz.

Um outro grande desafio para a comunidade de São Braz diz respeito às constantes investidas externas, especialmente do grande capital, em cima do seu território tradicional. Segundo Maldonado (1994) "durante muito tempo, os estudos que incorporaram, do ponto de vista social, a percepção e a organização do espaço na ordenação de mundo dos grupos a que se referem no seu relato científico, deixaram escapar uma das suas expressões mais vivazes que é a de territorialidade" (Pp 35). Essa perspectiva agora se impõem, visto que as comunidades pesqueiras estão nacionalmente mobilizadas em torno da regularização de um território pesqueiro. Estes territórios estão ameaçados pela aquicultura empresarial e grandes empreendimentos, como é o caso, em São Braz, da possibilidade de construção de um grande empreendimento hoteleiro na Ilha de Cajaíba. Esse empreendimento, por enquanto suspenso, é só um elemento dentro do grande projeto desenvolvimentista previsto para a região do Recôncavo da Bahia, que sem dúvidas representa uma grande ameaça à sobrevivência das comunidades tradicionais na região, e mais particularmente às mulheres.

5 Organização Internacional do Trabalho. Convenção 138, Recomendação 146, Convenção 182, Recomendação 190. (OIT apud Mendes, 2011)

Referências Bibliográficas

BELAUNDE, L. E. (2001), *Viviendo Bien: Género y Fertilidad entre los Airo-Pai de la Amazonía Peruana*. Lima: CAAP.

BUTLER, J. (1990), *Feminism and and the Subversion of Identity*. London: Routledge: Chapman & Hall, Inc.

INÁCIO, P. H. D., LEITÃO, M. R. de F. A. (2012), "Pesca, gênero e políticas públicas: uma introdução à história da articulação de mulheres pescadoras de Pernambuco". In: LEITÃO , M. R. de F. A., CRUZ, M. H. S. (eds). *Gênero e Trabalho: Diversidades de experiências em Educação e Comunidades Tradicionais*. Florianópolis: Mulheres.

McCALLUM, C. (2005), *O conceito de socialidade na teoria antropológica*. Mimeo.

MALDONADO, S. (1994), *Mestres e Mares. Espaço e indivisao na pesca marítima.* Annablume.

MENDES, A. C. M. (2011), "A política de erradicação do trabalho infantil no contexto das comunidades tradicionais: o dilema imposto às quebradeiras de coco babaçu". In: MARTINS, Cynthia Carvalho Et Al (eds.), *Insurreição de Saberes: práticas de pesquisa em comunidades tradicionais*. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas.

OVERING, Joanna. (1999), "Elogio do Cotidiano: A Confiança e a Arte da Vida Social em uma Comunidade Amazônica". *Mana*, 5(1):81-107.

OTT, C. (1996) *Povoamento do recôncavo pelos engenhos 1536-1888*. Salvador: Editora Bigraf.

SOUTO, F. J. B. (2004), *A ciência que veio da lama: uma abordagem etnoecológica das relações ser humano/ manguezal na comunidade pesqueira de Acupe, Santo Amaro-BA*. Tese de doutoramento, São Carlos: UFSCAR, 2004.

SCHWARTZ, S. B. (1985) *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia das Letras.

_____ (2201) *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Florianópolis: EDUSC.

Educação, infância e homens: uma estranha tríade

Ana Paula Tatagiba
atatagibab@gmail.com

Resumo: A presença dos homens nas atividades de cuidado dirigidas a bebês e crianças não é bem vista nas instituições de educação infantil cariocas. Argumenta-se que há uma impossibilidade de defesa e ingenuidade que, associada ao afeto característico do feminino, não pode ser posta em risco, assumindo-se as mulheres como mais confiáveis para esse trabalho. Assim, a constituição social do "ser mulher" e "ser homem" aglutina as reflexões realizadas, destacando-se as masculinidades. Fruto de pesquisa desenvolvida em creches públicas sediadas na cidade do Rio de Janeiro (2009-2012), tem-se os objetivos de conhecer as trajetórias profissionais dos agentes auxiliares de creche do sexo masculino, compreendendo em que medida a reflexão sobre a inserção masculina em um território feminino pode contribuir para o estabelecimento de relações igualitárias entre os gêneros. Com um *corpus* formado pelas entrevistas realizadas, a obra foucaultiana subsidia a análise do discurso empreendida.
Palavras-chave: infância, educação, gênero, masculinidade, discurso.

1. Introdução

O ano de 1996 constituiu-se em um importante momento de inflexão para o atendimento prestado às famílias brasileiras, no que tange à educação da infância prestada no âmbito público.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente, doravante LDBEN, (Brasil, 1996), a Educação Infantil - nas modalidades creche (destinada às crianças de 3 meses a 3 anos) e pré-escola (para crianças até 5 anos)[11] – passou a fazer parte dos sistemas de ensino, distanciando-se da área de assistência ao qual esteve, historicamente, vinculada.

Na cidade do Rio de Janeiro, foi longo o período de preparação para que a Prefeitura se adequasse à legislação: de 2000 a 2007 várias providências foram tomadas para concretizar essa alteração. As primeiras medidas efetivas, nesse sentido, foi a alocação de professoras do quadro efetivo da Secretaria Municipal de Educação para supervisionar as creches, no ano de 2002. Em 2003, essas educadoras assumiram o cargo de Direção nessas instituições.[22]

Desta forma, apenas em 2007 foi realizado o primeiro concurso público para Agente Auxiliar de Creche – primeiro cargo criado a fim de dar uma organicidade ao trabalho das instituições de educação infantil, rompendo com a inserção precária das trabalhadoras que eram contratadas através de organização não-governamentais.

A realização desse certame possibilitou a inserção dos homens em atividades que, anteriormente, eram majoritariamente desenvolvidas por mulheres. Essa inserção, porém, suscitou resistências e mal-estar, já que há um reconhecimento social de que as tarefas de educação e cuidados de crianças pequenas deve configurar-se como encargo feminino.

Esse cenário ofereceu o pano de fundo a realização de pesquisa, cujos resultados esse trabalho divulga, com o objetivo geral de compreender as bases que alicerçam a ordem sexo/gênero, analisando os empeços à sua superação.

Convém esclarecer que por "ordem sexo/gênero", entende-se as prescrições feitas a mulheres e homens que, baseadas em um dado biológico, determinam padrões obrigatórios para a expressão da feminilidade

---

1 A LDBEN previa o atendimento até 6 anos de idade. A partir de 2009, com a Lei ....., essa faixa etária passou a ser vinculada ao primeiro ano do Ensino Fundamental.

2 Para maior conhecimento acerca dessa transição, indica-se a leitura de "O que os olhos não vêem: políticas e prática na Educação Infantil carioca" (Barbosa, 2006) composto por estudo referente às etapas desse processo de significativas mudanças.

e masculinidade sob a perspectiva heteronormativa. Tal perspectiva, para além de trazer à lembrança, aspectos referentes à expressão do desejo sexual, robustece-se com um elenco de prescrições para homens e mulheres, indicando posturas e comportamentos que lhes seriam mais adequados e que ganharam status de "normais".

Atualmente, a rede pública carioca, que é a maior da América Latina, é composta por 1673 instituições, sendo 504 destinadas à Educação Infantil (entre creches e Espaços de Desenvolvimento Infantil – EDI - públicos) e que são responsáveis pelo atendimento de 51.249 crianças de 3 meses a 5 anos e 11 meses (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2014).

Para a efetivação da referida pesquisa, de cunho qualitativo, 22 instituições de diferentes Coordenadorias Regionais de Educação foram visitadas, tendo-se realizado 19 entrevistas com representantes de diferentes segmentos: agentes auxiliares de creches, diretoras das creches e pessoas da comunidade em que essas instituições estas inseridas. A fim de proceder a Análise do Discurso, definiu-se um *corpus* formado por 9 entrevistas que puderem ser gravadas, com o aval das entrevistadas e dos entrevistados.[33]

2. Masculinidades

O interesse pelo *masculino*, na esfera internacional, remonta aos anos 1960, no bojo da segunda onda feminista e da emergência do movimento homossexual. Assim, se nos Estados Unidos e Inglaterra, os *men's studies* já viessem "há algum tempo inspirando novos trabalhos" (Heilbron e Carrara, 1998); os anos finais do século XX, no Brasil, marcaram a realização de eventos que comprovam que o meio acadêmico assumira o homem, o ser masculino, como objeto de estudo e pesquisa.

Buscando uma aproximação com os estudos referentes às masculinidades, verificou-se que alguns trabalhos iniciais, em solo brasileiro, estão vinculadas a encontros realizados para discussão da temática, a saber: I Simpósio do Homem – São Paulo, 1985 (Costa, 1985), I Seminário sobre Identidade Masculina - Rio de Janeiro/1992 (Nolasco, 1995), IV Simpósio de Psicologia Analítica da Associação Junguiana do Brasil, cujo tema foi "O masculino em questão" - Rio de Janeiro/1996 (Boechat, 1997) e o I Encontro Paranaense de Estudos de Gênero: Mulheres, Homens e Relações de Gênero no III Milênio – Curitiba/1998 (Adelman; Silvestrin, 2002).

Diferentes autores buscam identificar os porquês do tema *masculinidade* ser pautado por pesquisadores brasileiros, principalmente, a partir dos anos 1990.

Para Karen Giffin (2005) esse interesse "emergiu com força nos estudos de gênero no Brasil nos últimos anos", vinculado aos estudos sobre sexualidade e saúde reprodutiva. E, ainda que já nos anos 1960, houvesse homens querendo participar das discussões, tal participação foi vetada, dada a luta das mulheres contra a dominação masculina (Giffin, 2005).

Sócrates Nolasco ressalta que, desde os anos 1970, e mais enfaticamente a partir dos anos 90, grupos de homens começaram a ser organizados na América do Sul (exceto no Brasil), Canadá e EUA, para discutir "O que é ser homem" e como o sê-lo na contemporaneidade, buscando articular a concepção de masculinidade com o envolvimento masculino com a violência, a paternidade e o reconhecimento no trabalho, entre outras temáticas (Nolasco, 1995: 16, 18, 22).

Tomando o sexo biológico como "ponto de referência [...] das múltiplas organizações subjetivas" – embora reconheça que este não seja "um destino" (Nolasco, 1995: 17) -, Sócrates Nolasco analisa que as expressões "homem-feminino" e "mulher-masculina" evidenciam que homens e mulheres associam determinados comportamentos seus a padrões característicos "do outro sexo", buscando legitimá-los. No entanto, assim agindo, continuam presos aos estereótipos sexuais (Nolasco, 1995: 19).

A indeterminação sobre o que seria esse novo homem faz com que estes "operem categorias já determinadas" (Nolasco, 1995: 20), daí o "homem-feminino" servir, ainda que temporariamente, para identificar, por

3 As pessoas participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A realização do trabalho foi autorizada pelo Comitê de Ética da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil pois a Secretaria Municipal de Educação não conta com Comissão específica para essa finalidade.

exemplo, os homens que se preocupam em cuidar dos filhos, já que esta ação compõe o rol de tarefas cuja responsabilidade costuma recair sobre as mulheres.

Ao examinar que a "determinação anatômica não se sustenta mais" (Nolasco, 1995: 25), Nolasco ressalta que tanto a organização quanto o desenvolvimento da subjetividade dos homens foram postas em xeque e o masculino enquanto "categoria universalizante e totalizadora, está sem sentido" na atualidade (Nolasco, 1995: 26-27).

Já em *Um Homem de Verdade* (Nolasco, 1997), Sócrates Nolasco vincula a chamada "crise masculina" a uma crise existente nos valores sociais, imersa num "vácuo moral". Tal crise, que questiona o *homem de verdade* - preocupado com a sua "reputação de macho", alicerçada sob sua adjetivação como vitorioso, conquistador, poderoso, ostentador de prestígio social e cujo sentimento de identidade apoia-se no sexo, abre possibilidades para a transformação da intimidade, com o estabelecimento de relações interpessoais mais efetivas entre os próprios homens e com as mulheres (Nolasco, 1997: 25).

A forma como a paternidade é vivida, com estímulo ao envolvimento com os filhos e o cotidiano doméstico, é reiterada; assim como se problematiza o "ideal de masculinidade presente no patriarcado [que] empobrece o campo de possibilidades de satisfação emocional que pode ser experimentado por um homem" (Nolasco, 1997: 25).

Maria Luiza Heilbron e Sérgio Carrara (1998) analisam que a temática ganhou relevância, a partir dos estudos de gênero e sexualidade, quando a emblemática ascensão do homem à condição de objeto de estudo conferiu visibilidade a um sujeito que, até os anos 1970, estava subsumido "como representante universal da espécie humana" (Heilbron; Carrara, 1998: 373).

Esses autores avaliam que, para além das reivindicações feministas, os anos 1990 foram marcados pela realização de conferências internacionais importantes[44] nas quais o envolvimento dos homens foi apontado como fundamental no âmbito das políticas sociais relacionadas à sexualidade e aos direitos humanos. Nestes eventos, os temas violência doméstica e disseminação da AIDS entre mulheres com parceiros fixos foram destacados (Heilbron; Carrara, 1998: 372).

Pelo exposto, é importante situar a obra de autores internacionais como Almeida (1995), Elisabeth Badinter (1993) e Pierre Bourdieu (2010) que têm fundamentado muitos trabalhos desenvolvidos no Brasil.

Rico trabalho etnográfico realizado durante um ano na aldeia portuguesa de Pardais, forneceu o suporte empírico para que o antropólogo português Miguel Almeida (1995) revisse, em *Senhores de si...*, como as questões de gênero foram colocadas desde o seu mito fundador - a gênese bíblica - até o século XX.

Socializando o aprendizado obtido ao longo do seu "esforço para explicitar os processos e relações sociais que constituem a masculinidade hegemónica [monogámica, heterossexual e reprodutiva], o modelo central que subordina as masculinidades alternativas" (Almeida, 1995: 15-16), Almeida analisa que este ideal de masculinidade têm justificado a vigilância exercida sob as diferentes expressões do homem, como as atitudes diante dos conflitos, o jeito de falar e de vestir-se (Almeida, 1995: 155-242).

Para o autor, o conceito *masculinidade hegemónica*, cunhado por R. W. Connell (1997) é central, pois "permite uma concepção mais dinâmica de masculinidade, entendida assim como estrutura de relações sociais, em que várias masculinidades não-hegemónicas subsistem" (Almeida, 1995: 150-155).

Raewyn W. Connell analisa que a "*masculinidad hegemónica* no es un tipo de carácter fijo, el mismo siempre y en todas las partes. Es, más bien, la masculinidad que ocupa la posición hegemónica en un modelo dado de relaciones de género, una posición siempre disputable" (Connell, 1997, grifo da autora).

Segundo Miguel Vale de Almeida, a hierarquização do "mundo masculino" e do "mundo feminino" evidenciou-se, durante a pesquisa que realizou, com a valorização do primeiro, num contexto em que "a desigualdade entre homens e mulheres não é vista como um processo social mas como uma realidade ontológica. Os dominadores não têm 'complexo de culpa', as(os) dominadas(os) resignam-se" (Almeida, 1995: 242).

Almeida situa a importância do corpo neste processo, sinalizando que a Antropologia ainda estava a dever

---

4 Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, Áustria, 1993), Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, Egito, 1994), Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social (Copenhague, Dinamarca, 1995) e IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, China, 1995).

estudos "a partir" dele e não "sobre ele". Enfatiza também perspectivas para os estudos de gênero, para além "da focagem da sexualidade ou da divisão masculino/feminino como divisão homens/ mulheres" (Almeida, 1995: 243). Sugere ainda que estes devem transpor as "clivagens" existentes entre as abordagens que enfatizam a "estrutura social e a ordem" (representada por Durkheim), a "ênfase na história e na economia política", conforme os estudos de Marx e a "ênfase na acção e na constituição do sentido", constante dos estudos de Weber, confluindo de forma a entender-se que:

> [...] os significados culturais de determinadas construções sociais do género são, primeiro, prévios aos indivíduos e constituintes de um quadro ordenador para a reprodução humana e social; em segundo lugar, participam de disputas pelo poder, dependendo das diferentes estruturações deste ao longo da história e participam de uma economia política do sexo (hoje, uma "economia-mundo" do sexo e do género)" (Almeida, 1995: 245).

Para Elisabeth Badinter, o "tornar-se masculino", bem mais do que uma determinação genética, envolve requisições de variadas ordens (psicológica, social e cultural), tendo em mente o quanto "ser homem" implica um vigoroso trabalho (Badinter, 1993: 3): o comportamento viril deve ser "fabricado" e o ser humano que o encarnará, passa a ser um "artefato", já que, parece haver sempre a ameaçadora impressão de que pode dar uma pane, vindo a apresentar defeito (Badinter, 1993: 4).

A autora parte da historicização da crise masculina desde o século XVII, na França, para caracterizar a questão da masculinidade nas sociedades industriais, com a reafirmação da virilidade masculina e o temor em relação à homossexualidade. A relação mãe-filho e o necessário processo de diferenciação masculina, bem como os ritos de iniciação que o concretiza, também são mencionados pela autora que recorre à Psicanálise para fundamentar esses pontos de vista.

As concepções "homem mutilado" e "homem reconciliado" oferecem o suporte para que Badinter discuta, em profundidade, tanto as repercussões dos processos psicológicos vividos pelos homens - engendrados a partir da relação estabelecida com a mãe -, quanto a necessidade de que se forje uma masculinidade baseada na androginia – alternativa para que os homens aliem a diferenciação masculina do universo feminino à reconciliação com sua própria feminilidade. Lembra a autora que as mulheres trafegam muito bem por estes dois universos – masculino e feminino – e que os homens podem obter sucesso nesta mesma empreitada; muito embora, tais deslocamentos não sejam neles incentivados.

Em sua compreensão, a "revolução paternal" – com o exercício ativo da paternidade - seria o grande impulsionador do processo de reconciliação do homem antes mutilado, possibilitando-lhe dar um "salto triplo": "o requestionamento de uma virilidade ancestral, a aceitação de uma feminidade temida e a invenção de uma outra masculinidade, compatível com ela [a feminidade]" (Badinter, 1993: 188).

A partir da leitura de proposições de um outro intelectual francês, também tem-se a oportunidade de reflexionar sobre a contraposição "eterno/arbitrário" nas questões que conformam as relações de gênero.

A observação de Pierre Bourdieu de que "é preciso realmente perguntar-se quais são os mecanismos *históricos* que são responsáveis pela *des-historicização*[55] e pela eternização das estruturas da divisão sexual e dos princípios de divisão correspondentes" (Bourdieu, 2010, grifos do autor). Por esse processo de "eternização", pretende o autor lembrar o quê as pessoas interessadas nos estudos de gênero já lêem de relance, passando a vista rapidamente por esse trecho da reflexão, dada a frequência com que surge nas reflexões nesse campo: "aquilo que, na história, aparece como eterno não é mais que o produto de um trabalho de eternização que compete a instituições interligadas tais como a família, a igreja, a escola, e também, em uma outra ordem, o esporte e o jornalismo". Dessa forma, denunciar, cada vez mais, essa engenhosa engrenagem consiste em "reinserir na história e, portanto, devolver à ação histórica, a relação entre os sexos que a visão naturalista e essencialista dela arranca" (Bourdieu, 2010: 5).

O autor recoloca a premência de consideração da "necessidade socio-lógica" do estabelecimento dessa relação

---

5 Sobre detalhes do urgente trabalho de *reconstrução da história do trabalho histórico dessa des-historicização*, indica-se a leitura de Bourdieu (2010: 100-106).

entre humanos de um ou outro sexo, em que pese sua historicidade e contingência, e do quão "É característico dos dominantes estarem prontos a fazer reconhecer sua maneira de ser particular como universal" (Bourdieu, 2010: 78).
Bourdieu vincula a masculinidade a uma espécie de "nobreza" (2010: 75), desenvolvendo a discussão sobre a dominação masculina, articulando-a com violência simbólica – "violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exercer essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, […] do desconhecimento, do reconhecimen-to ou, em última instância, do sentimento" (Bourdieu, 2010: 8). Aponta ele a necessidade de restituição à *doxa* e sua paradoxidade, "demonstrando os processos que são responsáveis pela transformação da história em natureza, do arbitrário cultural em *natural*" (Bourdieu, 2010: 8); citando o sistema educacional um lócus privilegiado dessa transmutação.
Para esse autor,

> A divisão dos sexos [...] está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas 'sexuadas'), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação) (Bourdieu, 2010: 17).

Para quem se dedica ao estudo das masculinidades, toda a reflexão de Bourdieu contribui para por em xeque "o princípio do primado da masculinidade" (Bourdieu, 2010: 100); importando, sobremaneira, também que, ainda com a "a inércia do *habitus*, e do *direito*, ultrapassando as transformações da família real, tenda a perpetuar o modelo dominante da estrutura familiar e, no mesmo ato, o da sexualidade legítima, heterossexual e orientada para a reprodução" (Bourdieu, 2010: 107), mudanças importantes começam a ser sentidas: a "dominação dos homens" hoje já ser algo discutível, a necessitar de defesa e justificativa – processo que é resultado de vigoroso trabalho do movimento feminista –
É curioso, contudo, que Pierre Bourdieu ao interrogar-se sobre a atuação da Família, da Igreja e do Estado no tratamento dessa temática, minimize a influência da primeira, ao avaliar que:

> [...] se a unidade doméstica é um dos lugares em que a dominação masculina se manifesta de maneira mais indiscutível [...] o princípio de perpetuação das relações de força materiais e simbólicas que aí se exercem se coloca essencialmente fora desta unidade, em instâncias como a Igreja, a Escola ou o Estado e em suas ações propriamente políticas, declaradas ou escondidas, oficiais ou oficiosas (Bourdieu, 2010: 138).

Sempre norteando-se pela idéia de *habitus*, aí, segundo Bourdieu está também a base explicativa para o sentimento de renúncia que seria característico da "natureza feminina": as mulheres são educadas para abrirem mão do "jogo do poder", participando dele, tão somente, por "procuração", vinculada a um homem, a quem dedica cuidado e do qual espera segurança (Bourdieu, 2010: 97). Diante disso, a *libido dominantis* (desejo do dominante) relaciona-se com a renúncia da *libido dominandi* (o desejo de dominar). Esta última, por sua vez, é alicerçada pela *"illusio* original" através da qual os homens são preparados pela sociedade para os muitos jogos sérios da vida, do qual um dos mais expressivos é a guerra (Bourdieu, 2010: 98, 92).

3. A Análise do Discurso: (re)conhecim entos do Campo

Após a realização das entrevistas, um aspecto que salta aos olhos, de posse das entrevistas transcritas, é a recorrente menção ao pronome pessoal na terceira pessoa – ela -, definindo um lugar de tomada de decisão e comando. Há, também, recorrente acionamento das figuras do "bom pai" e do "bom marido", na busca pela desejada confiança:

Relato 1
Veio minha mãe […] e minha esposa conhecer a creche. Elas vieram aqui, foram em outra creche. Gostaram daqui. (Relato de Gael)

Relato 2
P: Você estava falando que, quando soube que foi aprovado, você visitou algumas creches.

E: É, até para poder saber um pouco.

P: Só que não veio sozinho.

E: Exatamente, eu levei a minha esposa até porque eu sabia que ia ter um certo desconforto, por ser homem. Então, levei até por uma questão de imagem, né? "Pô ele é pai de família", ele é casado, a esposa dele tá aqui. Já é um certo cartão de visita para eu poder me prevenir. Eu visitei as creches com ela e assim que eu cheguei aqui, a dona Raica trouxe a gente para dentro, conversou e a gente comentando. Aí ela falou, a minha esposa depois me relatou: "Não, a dona Raica foi muito bacana, trouxe a gente pra dentro, conversou, mas se eu fosse uma mãe de creche, eu ia ficar desconfortável em deixar a minha filha", que, na época a minha filha tinha ela tinha 7, 8 anos... (Relato de Bento)

Relato 3
Mas que as mães ficaram muito assustadas, ficaram... Um homem na creche. Acha que homem é... O quê? Tarado? (Relato de Nollan)

Relato 4
P: E quem se colocou mais nessa reunião?
E: Quem se colocou mais, assim, foram as mães e as avós... (Relato de Bento)

Relato 5
"Aí, eles foram se acalmando mais. Mas mesmo assim durante as outras semanas, era assim: eu era uma novidade. Eu ficava com a sala aberta, as pessoas vinham, ficavam olhando. Aí apontava... Tinha mães que chegava, lá fora, ficava se juntando, se mobilizando com outras pra reclamar...Até que a direção ajudou, falava com elas que não, que a gente ia continuar trabalhando, que a gente fez concurso público". (Relato de Gael)

Relato 6
"A recepção não foi assim, tão... Foi difícil. Então aí, como a minha irmã já tinha sido diretora de escola pública há 22 anos, então, e ela conhecia a minha irmã, aí ela começou a relaxar". (Relato de Nollan)

Relato 7
"Eu falava: 'Deixa que eu vou dar banho.' Não falava assim pra ele: 'Não, ô... não dá banho, não'. Eu não falava isso, entendeu? Eu pegava e eu ia e falava: 'Leo, vai mandando as crianças que eu vou dando banho'. […] Então, eu tentei assim, de uma certa forma, eu acho, a gente tem esse negócio de mãe, de tentar proteger, eu quis deixar ele um pouco fora disso. Por que sei lá, acusar... Porque se, por ventura, viesse a acontecer alguma coisa, alguma criança... 'Ah, o tio Leo mexeu...' 'Não, o tio Leo não mexeu, não. O tio Leo nem dá banho". (Relato de Ada)

Essa remissão ao domínio do signo, contudo, não se coaduna com as proposições de Foucault, já que ele dirá que:
[…] gostaria de mostrar […] , que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva (Foucault, 2010: 55).

Quando o autor alude "às palavras e às coisas" remete quem o lê à questão da representação. Em *As Palavras e as Coisas*, livro pioneiro de Foucault, lançado em 1966, ele discorre longamente sobre a linguagem, seu poder de representação desde a época clássica, situando a "Gramática Geral".

Valorizada nos séculos XVII e XVIII, a Gramática Geral teria por objeto próprio o estudo do discurso, entendido como "sequência de signos verbais" (Foucault, 2007: 115). Isso só se romperá no final do século XVIII, quando, em seu entendimento, o "trabalho", a "organização" e o "sistema flexional" forjaram mudanças no sentido representacional. Condições exteriores à própria representação justificariam essa mudança. Nesse tempo,

> Para ligar a representação de um sentido com uma palavra, [era preciso] recorrer às leis puramente gramaticais de uma linguagem que [...] está submetida ao sistema rigoroso de suas modificações fonéticas e de suas subordinações sintéticas; se na idade clássica, as línguas tinham uma gramática porque tinham o poder de representar; agora representam a partir dessa gramática (Foucault, 2007: 326).

Para Foucault, com isso: "a representação perdeu o poder de criar, a partir de si mesma, […] os liames que podem unir seus diversos elementos" (Foucault, 2007: 328).

Prosseguindo, o autor comenta que, no século XIX, a teoria de uma 'articulação representativa" que definia as palavras e as individualizava - "reportando-se ao conteúdo que podiam significar' (Foucault, 2007: 408) - , cede lugar ao estudo das "variações interiores" da língua. Por meio dessas, "as palavras agora caracterizar-se-iam, primeiramente, por sua morfologia e pelo conjunto das mutações que cada uma de suas sonoridades pode eventualmente sofrer" (Foucault, 2007: 408).

É assim que "a linguagem se dobra sobre si mesma, adquire sua espessura própria, desenvolve uma história, lei e uma objetividade que só a ela pertencem" (Foucault, 2007: 409). Retomando certa "densidade enigmática", através da linguagem pode-se "inquietar as palavras que falamos, […] denunciar o vinco gramatical de nossas ideias, […] tornar de novo ruidosa e audível a parte de silêncio que todo discurso arrasta consigo quando se enuncia" (Foucault, 2007: 412).

Toda essa digressão permite a compreensão do afastamento que o autor propõe da questão representacional. Ele adverte: "de uma análise como a que empreendo, as *palavras* estão tão deliberadamente ausentes quanto às próprias *coisas* [...]; fica-se, tenta-se ficar no nível do próprio discurso [que não "é" o texto, que ora ganha relevo quando observa-se a recorrência de um pronome "ela" (Foucault, 2010: 54, grifos do autor).

Na análise de Michel Foucault:

> […] gostaria de mostrar que os "discursos", tais como podemos ouvi-los, tais como podemos lê-los sob a forma de texto, não são […] um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras […]; gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; […] (Foucault, 2010: 54-55).

Um dos pilares importantes para a Análise do Discurso, baseada no que propugna, é salientada:

> […] uma tarefa diferente, que consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (Foucault, 2010: 55).

Na tentativa de aproximação com essa proposta do autor, observa-se que a persistente alusão ao "ser feminino" está articulada às relações de poder. Essas mulheres, ocupando diferentes espaços na vida dos homens, são destacadas por atuarem como espécies de fiadoras da boa índole desses, gerando uma proximidade que garante uma inserção mais fácil nesse território.

No contexto das vinte e duas creches visitadas, quem "aplica a lei" são as pessoas que ocupam o cargo de Direção: são mulheres, professoras do quadro efetivo da Prefeitura, que ocupam este posto porque foram escolhi-

das em reconhecimento aos "bons serviços prestados", ao longo de muitos anos de trabalho, além de terem boa articulação política no âmbito da Coordenadoria Regional de Educação a qual sua matrícula está vinculada.
Igualmente, ao estudar a ocorrência do suplício ("físico" – definido como "ação imediata e direta do carrasco sobre o corpo do 'paciente" (Foucault, 2011: 51), Foucault esclarece que o "executor não é simplesmente aquele que aplica a lei, mas o que exibe a força" (Foucault, 2011: 51).
Ao "aplicarem a [sua] lei", as diretoras costumam lembrar, também que, em virtude de direitos constitucionais, que assegura a igualdade entre homens e mulheres, nada pode ser feito para que um homem que foi legitimamente aprovado em um concurso público não exerça o seu cargo. Tais aspectos compõem a tentativa que, por vezes, têm de fazer com que outros discursos circulem. Assim, eles têm o direito de ali estarem, se não por "gosto" delas, pela força da lei.
Não obstante, essas mesmas professoras "exibem a sua força", como "mulheres-mães" "mulheres-diretoras", ao assumirem como seus os "medos" demonstrados pelas famílias (pais, mães e avós) e a assentirem que, de fato, os homens que chegam para trabalhar como agente auxiliar de creche não devem desenvolver todas as atividades inerentes ao seu cargo.
Entre a dúvida do que pode ser consentido ou não, parece, para elas, ser melhor não arriscar, embora, o trato diário com os rapazes não seja difícil: o outro aparece para justificar as interdições.
Por outro lado, vale ressaltar que, contemporizando, essas gestoras também colocam-se, difundindo argumentos que justificam a chegada deles na instituição:

> "Quando eu cheguei aqui, a dona Junia achou por bem, assim, para não me expor ou, não que ela não achasse normal, ela desde que eu entrei aqui ela foi muito clara: 'Você vai fazer tudo, você pode fazer tudo'. […] Então, ela, quando tinha uma mãe que ia ficar desconfortável, em saber que o filho ou a filha ia ficar com um homem, ela […] dava uma quebrada na mãe. Então, ela sempre foi muito do meu lado, apostando em mim... Mas no primeiro ano, para não me expor muito... Porque criou um certo desconforto na comunidade, algumas mães e tal, ela pediu para que eu não desse banho". (Relato de Bento)

Esses relatos oportunizam a lembrança da assertiva de Michel Foucault: "O suspeito, enquanto tal, merecia sempre um certo castigo; não se podia ser inocentemente objeto de suspeita" (Foucault, 2011: 43). O relato de Gael reforça isso, pois, conforme narra, estar em exibição foi a tática usada na tentativa de driblar determinadas desconfianças:

> "Aí, eles foram se acalmando mais. Mas mesmo assim durante as outras semanas, era assim: eu era uma novidade. Eu ficava com a sala aberta, as pessoas vinham, ficavam olhando. Aí apontava... Tinha mãe que chegava, lá fora, ficava se juntando, se mobilizando com outras pra reclamar... Até que a direção ajudou, falava com elas que não, que a gente ia continuar trabalhando, que a gente fez concurso público. Então, aí com o tempo foi acalmando. Até hoje... Mas hoje é mais oculto a questão do preconceito, eles não demonstram tanto. Mas às vezes em algumas situações a gente acaba vendo que ainda tem" (Relato de Gael).

Resignação e ressignificação do dito parecem corroborar a análise de Foucault de que: "É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma 'polícia' discursiva que devemos ativar em cada um de nossos discursos" (Foucault, 2010a:35). Assim, nos relata Bento: "eu deixava a porta aberta. As pessoas passavam... Ficavam olhando. Agora até que melhorou. Mas de vez em quando ainda tem".
É importante examinar que, ainda que em luta diária, as vozes desses AACs, por vezes, encolhem-se, de certa forma são interditadas – tidas como "palavra proibida", fazendo com que os/as AACs coloquem-se como meros ouvintes por que, como bem analisa Foucault:

> […] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa (Foucault, 2010a:8-9).

Considerando-se o tabu que é falar sobre o toque do corpo infantil - um corpo sobre o qual "não se tem o pátrio poder" (como na relação entre pais e filhos)- , a conotação sexual que essa temática faz suscitar é motivo de muitos comentários. Dessa forma, as reuniões feitas pelas Direções com as famílias ganham um "sentido ritualístico". No entendimento foucaultiano,

> […] o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar deter-minada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção (Foucault, 2010a:39)

E se há interdição dos enunciados que os/as AACs gostariam de proferir nessas reuniões, em todo um ritual em que ouvem mais do que falam, é porque, articulando discurso, desejo e poder – articulações perceptíveis pelas interdições, a análise de Foucault é ratificada:

> […] o discurso […] não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que […] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (Foucault, 2010a:10).

No âmbito das instituições visitadas, pensando-se estritamente na experiência "da desconfiança" que os homens vivenciam, a substituição do dis-curso que apela "ao cultural", de base heteronormativa, demorará a chegar, pois, como estes analisam, cada "ele" novo que chegar, deverá fazer o seu próprio caminho: "Claro que eu sofri discriminação e quem chegar, de onde... Vai sofrer discriminação. Com certeza. Agora, você vai ter que conquistar o espaço" (Relato de Nollan).
Em *A vontade de saber*, Foucault pretende "fazer a história" das

> instâncias de produção discursiva (que, evidentemente, também organizam silêncios), de produção de poder (que, algumas vezes têm a função de interditar), das produções de saber (as quais, frequentemente, fazem circular erros ou desconhecimentos sistemáticos) (Foucault, 2010b: 19).

Ele salienta que a intensificação dos discursos sobre sexo foi essencial pra o funcionamento dos mecanismos do poder estabelecidos na sociedade européia do século XVII. Sociedade esta que se empenhou em "focalizar o discurso no sexo" e na "majoração constante e uma valorização cada vez maior do discurso sobre o sexo; e que se tenha esperado desse discurso, cuidadosamente analítico, efeitos múltiplos de deslocamento, de intensificação, de reorientação, de modificação sobre o próprio desejo" (Foucault, 2010b: 29).
O século XVIII marcou o surgimento de uma "política do sexo" – definida como a "necessidade de [regulá-lo] por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor da proibição" – no qual Estado e indivíduo passaram a tecer disputas em torno dos discursos e saberes em relação ao tema (Foucault, 2010b: 31; 33).
O autor vincula diretamente "a intensificação dos poderes à multiplicação dos discursos" (Foucault, 2010b: 36), observando que, até mesmo em relação às faixas etárias mais jovens, proliferaram as referências ao sexo:

> A partir do século XVIII, o sexo das crianças e dos adolescentes passou a ser um importante foco em torno do qual se dispuseram inúmeros dispositivos institucionais e estratégias discursivas. É possível que se tenha escamoteado, aos próprios adultos e crianças, uma certa maneira de falar do sexo, desqualificada como sendo direta, crua, grosseira. Mas, isso não passou da contrapartida e, talvez da condição para funcionarem outros discursos, múltiplos, entrecruzados, sutilmente hierarquizados e todos estreitamente articulados em torno de um feixe de relações de poder (Foucault, 2010b: 36).

Contribuindo para as discussões sobre o discurso em seu trabalho, Foucault, ainda se remetendo ao sexo das/para as crianças, observa, em relação ao silêncio que:

> Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discrição é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silên-cios e são parte integrante das estratégias que apóiam e atravessam os discursos (Foucault, 2010b: 34).

Em alusão às "discursividades distintas" sobre o sexo, o autor destaca que demógrafos, biólogos, médicos, psiquiatras, psicólogos, além dos interessados nas discussões sobre a moral e a política, contribuíram para a formação de uma unida e "complexa rede" de "formas de dizer" sobre o sexo (Foucault, 2010b: 40).

No século XIX, no entanto, há o estabelecimento da hegemonia dos discursos científicos biológicos e médicos - através da reprodução e do sexo, respectivamente -, estruturando-se, no dizer de Foucault, uma *scientia sexualis* – prática discursiva que, entre outros desdobramentos, redundou na organização da temática "sexualidade" (Foucault, 2010b: 79).

É assim que, sob outro ângulo, trabalhos como o de Lena Lanza (2006), focado nas instituições hospitalares, também não deixou de contextualizar que:

> Para a sociedade, torna-se difícil imaginar que homens possam adentrar um espaço considerado feminino por séculos, sem levarem consigo suspeitas de homossexualidade. Profissões como dançarina, cabeleireira, esteticista, aeromoça e secretária também se constituem no imaginário popular, como tipicamente femininas, e a presença do homem vem sempre acompanhada de dúvidas e questionamentos [quanto à sua orientação sexual], quando a escolha é realizada nessas áreas (Lanza, 2006: 40).

De fato, essas reflexões oportunizam a apreensão do quanto o discurso da heteronormatividade organiza os grupos sociais. Heteronormatividade essa que, bem mais do que referir-se ao desejo e às práticas sexuais, remetendo-se à heterossexualidade, compõe-se de prescrições para as pessoas em todas os aspectos do viver em sociedade.

Esse discurso heteronormativo é tão abrangente que determina posturas adequadas a cada sexo (na família, nas escolhas profissionais, na forma de sentar, falar, reivindicar, debater, demonstrar afeto); dizem do que é próprio ao homem, do que é inerente às mulheres.

E ainda que pareça contraditório – porque as mulheres que hoje labutam no campo educacional como trabalhadoras assalariadas muito se mobilizaram e lutaram para poderem ter acesso a educação e ao mercado produtivo – é esse discurso heteronormativo que, ao que tudo indica, está sendo defendido quando criam-se empeços à atuação masculina como AACs.

A leitura dos relatos evidencia a defesa dos "lugares de cada um", de acordo com o que "o corpo diz" sobre o que cada um é: homem ou mulher. E ainda que, a temática da orientação sexual não tenha sido abertamente debatida nas entrevistas realizadas, na defesa da heteronormatividade – através de posturas conservadoras de uma dada ordem do sistema sexo/gênero – essas mulheres atuam como "guardas nas fronteiras", para que tudo fique em seu lugar, porque, ao que parece, deve ficar bem clarificado que "mulher faz isso", "homem faz aquilo". Além de se poder ser "homem" ou "mulher", nada mais é comentado, inexistindo.

Considerando que o quantitativo de homens que chegam às instituições de educação infantil é, ainda, pouco significativo - além da luta pela manutenção das relações de poder estabelecidas nesse território, em que as mulheres sabem, como ninguém, o que fazer e, definitivamente, têm liderança -, parece estar-se, também, diante de uma precaução homofóbica silenciosa, pelo terror que parece instalar-se no território-creche, como se pairasse o pensamento de que "se não delimitar-se bem o que é de cada sexo, onde vamos parar?".
Nesse sentido, o relato de um educador - cuja gravação não foi autorizada e por isso não constou dos estratos de entrevistas aqui divulgados - também não deixa dúvida quanto à extensão da repercussão do ingresso de um homem no quadro funcional da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, para desempenhar tarefas para as quais tem-se como "certa" a atuação de uma mulher. Todos brincavam no pátio da instituição, quando um homem, com ligações com o tráfico de drogas, aproximou-se do portão. De acordo com o educador,

"Ele estava armado e falava: ¾ Rapá, o quê que tu tá fazendo aí? Tu não é homem, não? Fazendo trabalho de mulher, cara!"

As indagações raivosas e intimidadoras, vindas de um "macho", portando uma arma de fogo, ao bradar "Tu não é homem, não?" apela para o enquadramento desses trabalhadores como bem propugna o discurso heteronormativo.
Da mesma forma, Bento, um dos entrevistados, relatou ter ouvido de uma colega: "Celi chegou aqui e perguntou se você era gay, trabalhando com crianças...". Dessa forma, é difícil furtar-se à reflexão a que Michel Foucault convida:

> Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso […] fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes (Foucault, 2010a:10).

Judith Butler é uma das autores com as quais o diálogo se faz necessário na reflexão sobre essa nuança do tema em estudo. Ela inscreve o termo "matriz heterossexual" em seu *Problemas de gênero*, entendendo-o, a partir das leituras de Monique Witting e Adrienne Rich, como "a grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados" (Butler, 2008: 216).
Rich colabora, especificamente, com sua construção de "heterossexua-lidade compulsória" referente à hierarquizante liderança discursiva e epistemo-lógica dessa "inteligibilidade do gênero" que impõe uma certa coerência: algo como "corpo - inserção natural - vivência sócio-sexual" que pode ser exemplificada, *grosso modo*, como a equivalência, por encadeamento entre, "ter um pênis" – ser macho – viver a masculinidade" de um lado e, como uma outra opção, "ter nascido com vagina" – ser fêmea – viver a feminilidade" (Butler, 2008: 216).
Fabíola Rohden e Sérgio Carrara (2008: 18) referem-se ao investimento social que é feito para o estabelecimento de "categorias de identidade pessoal ligadas à orientação sexual", num compósito: "prática de relações sexuais com alguém que, naturalmente, tem a genitália diferente da minha" + casamento + geração de filhos(as), comentando que "normas sociais, nesse caso, a 'hereronormatividade', [são] espécies de roteiros, mapas que orientam as condutas e as percepções de si".

4. Considerações Finais

A fecundidade da temática aqui estudada ainda não tem o mesmo respaldo, em se considerando a importância a ela atribuída pelo Poder Público e os profissionais diretamente envolvidos no dia-a-dia das instituições.
Esmaecidas em meio a diferentes demandas de trabalho, vinculadas tão somente ao campo da "cultura", as necessidades de debate que têm no *gênero* a sua referência, ainda não são assumidas de forma a se debater a hierarquização das visões sociais dirigidas a tudo o que se vincula ao "ser feminino" e ao "ser masculino".

As mudanças ocorridas a partir de 1950, ampliadas no início do século XXI, parecem servir como argumento de que, atualmente, "não há mais diferenciações" entre homens e mulheres, já que "todos podem tudo".

Nesse cenário, em que há uma "pseudo-igualdade", preconceitos e estereótipos continuam fortalecendo o isolamento e a ocorrência de violências, sem que se tematizem as relações de poder ainda imbuídas nas relações estabelecidas entre os seres humanos, independentemente da sua identidade de gênero.

Nesse sentido, a educação da infância é área a merecer grandes investimentos. Como as instituições educacionais ocupam uma relevante presença em suas vivências, são lócus privilegiados para se denotar ações educativas e de convite ao debate, envolvendo diferentes gerações.

Bibliografia:

ADELMAN, M. e SILVESTRIN, C. B. (Orgs.) (2002), *Gênero Plural*. Curitiba: Ed. UFPR.

ALMEIDA, M. V. (1995), *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*, Lisboa: Fim do Século.

BADINTER, E. (1993), *XY: a identidade masculina*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BARBOSA, A. P. T (2006). *O que os olhos não vêem... Práticas e políticas em Educação Infantil no Rio de Janeiro*, Dissertação de mestrado, Niterói: Departamento de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense.

BOECHAT, W. (Org.) (1997), *O masculino em questão*, Petrópolis: Vozes.

BOURDIEU, P. (2010), *A dominação masculina* (trad. M. H. Kühner), 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Título original: La domination masculine.

BUTLER, J. (2008), *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CONNELL, R. (1997), "La organizacion social de la masculinidad". In: VALDÉS, T.; OLAVARRÍA, J. *Masculinidad/es. Poder y crisis*. Santigo de Chile: FLACSO; Ediciones de Mujeres.

FOUCAULT, M. (2007), *As Palavras e as Coisas*, São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2010a), *A Ordem do Discurso* (trad. L. F. A. Sampaio), 20 ed. São Paulo: Edições Loyola.

_____. (2010b), *História da Sexualidade: a vontade de saber*, São Paulo: Editora Graal.

_____. (2011), *Vigiar e punir. Nascimento da prisão* (trad. R. Ramalhete), 39 ed. Petrópolis: Vozes. Título original: Surveiller et punir.

GIFFIN, K. (2005), "A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico", *Revista Ciência & Saúde Coletiva*. v. 10, pp. 47-57, Disponível em www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a05v10n1.pdf [consultado em: 24-04-2009].

HEILBORN, M.L.; CARRARA, S. (1998), "Em cena, os homens...", *Revista Estudos Feministas*, IFCS/UFRJ, v. 6, n. 2, pp. 370-374.

LANZA, L. B. (2006), *Enfermeiros-homens: uma nova identidade em construção*, Tese de doutoramento, São Paulo: Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Disponível em www.dominiopublico.gov.br [consultado em: 15-11-2011].

NOLASCO, S. A. (1995), "A desconstrução do masculino: uma contribuição crítica à análise de gênero". In: NOLASCO, Sócrates (Org.). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (2014). *Educação em números*. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/educacao-em-numeros>, [consultado em: 19-10- 2014].

RODHEN, F.; CARRARA, S. (2008), "O percurso da experiência Gênero e Diversidade na escola". In: RODHEN, F.; ARAÚJO, L.; BARRETO, A. (Orgs). *Os desafios da transversalidade em uma experiência de formação on line: curso Gênero e Diversidade na Escola*. Rio de Janeiro: CEPESC, pp. 9-27.

GT 86
Juventude, pobreza e resistências sociais

Jovens no campo e o uso das novas tecnologias da informação e comunicação (ntic) nas suas práticas cotidianas.

Nadja Rinelle Oliveira de Almeida[1]

Maria Isabel Silva Bezerra Linhares[2]

Janaina Sampaio Zaranza[3]

RESUMO: Este estudo teve como foco conhecer os modos de vida dos jovens/as moradores de um assentamento rural localizado no município de Santana do Acaraú, no estado do Ceará e perceber de que maneira estes/as jovens fazem uso das novas tecnologias e agregam ao seu cotidiano no campo. Para o desenvolvimento das discussões teóricas, alguns autores foram importantes como Carneiro (2007), Castells (2003), Levy (1999), Sales (2010), dentre outros. Como percurso metodológico, nos baseamos na pesquisa de natureza qualitativa de caráter etnográfico. Para o desenvolvimento da pesquisa esteve presente o diário de campo, a observação, a entrevista. Neste caminhar percebemos que eles/as realizam vários circuitos pelo ciberespaço apesar das dificuldades que encontram para navegar pela pouca acessibilidade a internet, realizada pelo celular através de telefonia móvel. Entretanto eles/as encontram outras saídas para continuar usufruindo das novas tecnologias, utilizando o celular para escutar música, jogar, bater papo através de mensagens de texto ou acessando a *lan house* na cidade quando há mobilidade até a escola ou universidade. São visíveis as mudanças ocorridas no estilo da juventude, principalmente, daqueles que vivem no campo. São novos modos de vida que acabam fugindo dos costumes entrelaçados no local em que estão fincadas suas raízes, embora eles estejam presentes.

Palavras- chave: Juventude do campo. Novas tecnologias. Modos de vida.

---

1 Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Mestre e atualmente doutoranda do Programa de Pós graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC), vinculada à linha de pesquisa Educação Ambiental, Juventudes, Arte e Espiritualidade. Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) desde agosto de 2013. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Culturas Juvenis (GEPECJU) e do Grupo de Estudos Pesquisas Juventudes e Sociedade. nadjarinelle_234@hotmail.com

2 Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Especialização em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade de Brasília (UNB), Especialização em Metodologia da Pesquisa Social (UVA) e Mestrado em Gestão Pública (UVA). Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), vinculada à linha de pesquisa Processos de Trabalho, Estado e Transformações Capitalistas. Bolsista da CAPES desde agosto de 2011. É Professora Assistente da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Pesquisadora e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Culturas Juvenis (GEPCJU) e coordenadora da linha de pesquisa "Juventude, Trabalho e Políticas Públicas. isabelblinhares@yahoo

3 Possui licenciatura(1996) e bacharelado(1999) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará, Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará(UFC), Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, na linha de Pesquisa Diversidades Culturais, estudos de gênero e processos identitários, bolsista vinculada ao CNPQ. Trabalha, hoje, na área de Sociologia e antropologia, com ênfase em Violência, processos relacionais e identitários, atuando principalmente nos seguintes temas: Dimensões da Violência estrutural e subjetiva, colonialismo e pós colonialismo, estudos culturais, educação, sociologia, movimentos sociais, direitos humanos, violência simbólica e violência doméstica. inazaranza@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva relatar alguns percursos realizados pelo Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira, na Universidade Federal do Ceará (UFC), onde buscamos focar o nosso olhar sobre o modo de vida dos/as jovens do campo e pensar este cenário entrelaçado com o uso das tecnologias digitais, a partir do acesso a internet.

Para realizarmos esta trajetória, tivemos como sujeitos participantes os/as jovens assentados/as do assentamento rural Alvaçan Goiabeiras, localizado no município de Santana do Acaraú, Ceará. Sob o ponto de vista geográfico, este imóvel possui 2.128,2 ha e 20.589 de perímetro. Dista há 5 km da sede do município, 42 km da cidade de Sobral e 245 km da capital cearense. Nele residem, atualmente, 71 famílias assentadas e 72 agregadas divididas em nove comunidades[4]: Oriente, Águas Belas, Goiabeiras, Córrego das Almas, Floresta, Serrote Chato, Dois Irmãos, Alvaçan e São Luís, totalizando 672 pessoas.

Pensar o acesso desses/as jovens as tecnologias digitais no campo é nos remeter as "as profundas transformações resultantes dos processos sociais mais globais - a urbanização, a industrialização, a modernização da agricultura" (WANDERLEY, 2000, p. 89) nos levando a refletir que o campo não pode mais ser visto de maneira homogênea e linear.

Santos (2010, p. 11-12), ao investigar alguns jovens do agreste de Pernambuco, verificou que:

> Além das buscas no google à procura de sites para a realização das pesquisas escolares, o orkut é a mídia preferida pelos jovens rurais entrevistados para falar com os amigos; enviar fotos. Alguns chegam a declarar que preferem muito mais conversar pelo MSN, do que pessoalmente porque ficam mais destravados.

Conforme o pensamento de Sales (2011, p. 07), o acesso à internet entre jovens rurais e urbanos não são opostos.

> Percebemos, durante a pesquisa, que, se para os jovens pobres da periferia de Fortaleza esses meios de interação têm significado de liberdade, pertencimento, visibilidade e inclusão, para os jovens dos assentamentos rurais o acesso à internet representa não só a oportunidade de interagir com as pessoas, mas também um espaço de abertura, de se sentir parte deste universo rápido e fascinante que a rede possibilita.

É possível perceber que os/as jovens do campo assim como os/as jovens da cidade nutrem o mesmo interesse por acessar a internet e interagir nas redes sociais.

E que através do ciberespaço[5], esses/as jovens do campo produzem formas diferenciadas de se comunicar, de se trabalhar e de se divertir, pois são várias pessoas conectadas ao mesmo tempo, dispostas a compartilhar dados pessoais, fotos, opiniões, desejos, sentimentos e conhecimentos. Com isso, o jovem do campo, em seu espaço geográfico, vai conhecendo outras realidades sociais, atravessando fronteiras, compartilhando ideias.

Segundo Lemos (2006), o ciberespaço é efetivamente desterritorializante, dando a ideia de não-lugar como um espaço constituído por um fluxo de informações. O autor acrescenta, ainda, que toda mídia, da escrita à internet, cria processos que permitem driblar o constrangimento do espaço e do tempo.

Essa desterritorialização contida no ciberespaço também foi defendida por Recuero (2004). Ao mesmo tempo em que o ciberespaço desterritorializa as relações sociais, ele lhes propõe novos sentidos, novos significados. Esses sentidos são apropriados pelos indivíduos e, então, modificados, reconstruídos e redefinidos. Castells (2003, p. 10) já havia defendido essa ideia, conforme se observa a seguir.

> O ponto de partida desta análise é que as pessoas, as instituições, as companhias e a

---

4 Segundo plano do INCRA, as diversas subáreas do assentamento são denominadas localidades. Já os assentados denominam como comunidade. Irei utilizar a denominação dos assentados.

5 Segundo Levy (1999) o ciberespaço denominado também como "rede" é o novo meio de comunicação surgido da interconexão mundial de computadores. Esse termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que abriga, assim como os seres humanos que navegam e o alimentam.

> sociedade em geral transformam a tecnologia, qualquer tecnologia, apropriando-a, modificando-a, experimentando-a. Esta é a lição fundamental que a história social da tecnologia ensina, e isso é ainda mais verdadeiro no caso da internet, uma tecnologia da comunicação.

No ambiente da internet, as pessoas atualmente estão tendo a possibilidade de construir um novo padrão de relações sociais quando passam a se apropriar, a modificar, a experimentar e a interagir nesse mundo sem fio *on-line* e *off-line.* O resultado dessas ações no ciberespaço pode ser considerado como "cultura da internet" (CASTELLS, 2003) já que as produções sociais são criadas, nesse ambiente, pela cultura de cada indivíduo inserido nesses nós interconectados.

Vivemos um novo momento histórico de comunicação universal que transpõe barreiras geográficas, históricas, culturais a partir de um processo de mutação nas formas de sociabilidade. Entretanto, para esses autores, tais manifestações só são viáveis devido à presença do ciberespaço e às suas possibilidades, capazes de romper as barreiras espaço-temporais e proporcionar a interação entre as pessoas, mesmo que elas estejam distantes geograficamente e, o mais interessante, em tempo real.

Com isso vai surgindo no campo novas formas de organização social, novas formas de socialização, ganhando novos contornos nas ações desses/as sujeitos nas esferas políticas, econômicas e culturais, porém,

> a diminuição do isolamento do campo não garante algumas condições de acesso a determinados bens e serviços. A transformação é muito lenta [...] Mesmo no seu ritmo, a paisagem do campo vai mudando, e junto com ela, o modo de vida, as formas de interação, os valores, a comunicação [...]. (SALES, 2010, p. 27).

Para além das limitações impostas pelas condições econômicas, que impedem muitos/as jovens do campo de possuírem um computador doméstico e navegar pelo ciberespaço, embora isso não os impeça de criar alternativas para acessar a internet quando utilizam as *lan houses*, o celular e o laboratório de informática da escola onde estudam.

É nestas limitações e alternativas de acesso a internet que devemos perceber que este jovem do campo não pode ser apreendido em uma realidade homogênea, visto apenas sob a ótica do isolamento.

> Quem já teve a oportunidade recente de conviver com jovens rurais sabe o quanto eles são, sob vários aspectos, semelhantes a muitos jovens que vivem nas cidades. Eles se vestem modestamente, mas com roupas consideradas dentro do padrão da moda jovem. Gostam de conviver com o grupo de amigos. Como qualquer outro jovem, têm suas preferências quando se trata de artistas, grupos musicais ou equipes esportivas. Assistem às novelas televisivas, participam das campanhas eleitorais e acompanham, pelos noticiários das emissoras de televisão, o que acontece no país e no mundo. (WANDERLEY, 2007, p. 31).

Não podemos negar que muitas áreas rurais brasileiras ainda vivenciam o isolamento, carecem de serviços públicos, como saúde, educação, lazer, falta de oportunidade de trabalho para o segmento juvenil inserido nesse universo. Entretanto, muitos/as jovens do campo conseguem vivenciar formas de vida que, até um passado recente, eram característicos e distintos dos/as jovens do meio urbano, como as roupas, os gestos, as linguagens, as preferências e o uso da internet. Homogeneizar e desconhecer os modos particulares dessa juventude em uma sociedade mais ampla é estagnar nessa discussão.

MERGULHOS PELO CAMPO

Fundamentadas na pesquisa qualitativa de caráter etnográfico, buscamos conhecer o modo de vida dos jovens/as do assentamento rural Alvançan Goiabeiras, realizando observações, todas relatadas no diário de campo. As entrevistas também fizeram parte desta trajetória. Tivemos na pesquisa a participação de oito jovens, entre homens e mulheres. O critério de escolha deu-se através de uma pesquisa exploratória, apontando para os/as

jovens que tivessem uma familiaridade com o uso da internet.
Na visão de Denzin e Lincoln (2006, p. 17):

> A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para o mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

Na história da abordagem qualitativa bem como no seu desenvolvimento recente, a etnografia e a observação participante desempenharam um papel fundamental (ANGROSINO, 2009). Muito do que se conhece sobre relações sociais do campo, sabe-se através da pesquisa etnográfica. Esse tipo de pesquisa nos oferece vários métodos de coleta de dados, ou seja, combina observações editadas no diário de campo, participação, entrevistas mais ou menos formais e possibilita uma abertura para a criação de técnicas que podem ser construídas a partir do local da pesquisa.
Este encontro, este movimento no olhar, esta construção do caminhar é de suma importância quando se trata de pesquisas com juventude. Isso se confirma com Damasceno (2005, p. 15) quando ela apresenta um novo jeito de fazer pesquisa quando se trata de juventude.

> A necessidade de buscar formas inovadoras, no que concerne aos procedimentos de investigação e à postura dos pesquisadores, veio em decorrência de nossa trajetória de pesquisa com jovens, tendo em vista que os recursos como questionário e entrevista se revelaram pouco eficazes na abordagem com a juventude, daí foram surgindo modos alternativos que permitiram trabalhar com estes atores sociais utilizando teatro debate, vídeo-clips, músicas, filme-debate.

Sales (2005, p. 75) comunga com Damasceno ao relatar que:

> Sendo uma pesquisa qualitativa, privilegiamos o trabalho de campo utilizando técnicas que possibilitassem a escuta dos sujeitos, como entrevistas individuais e grupais, observação, oficinas e discussão de temas específicos. Buscamos não somente conhecer, mas estivemos sempre abertos às possibilidades[...]

As entrevistas podem ser utilizadas de duas formas. Podem constituir a estratégia dominante para a recolha de dados ou podem ser utilizadas em conjunto com a observação, a análise de documentos e outras técnicas. Em todas as situações, a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo. (BOGDAN; BLIKEN, 1994).
A utilização do diário de campo para registrar os mergulhos no cenário investigado é imprescindível. Ele, na verdade, é um "amigo silencioso" (MINAYO, 1998) que não pode ser subestimado quanto à sua importância. Nele, diariamente, colocam-se as percepções, as angústias, os questionamentos e as informações que não são obtidas através da utilização de outras técnicas.
O caderno de campo pode ser pensado também como um dos instrumentos de pesquisa. Ao registrar, na linha dos relatos de viagem, o particular contexto em que os dados foram colhidos, permite captar uma informação que os documentos, as entrevistas, os dados censitários, a descrição de rituais – obtidos por meio do gravador, da máquina fotográfica, da filmadora, das transcrições – não transmitem (MAGNANI, 1997).
Para consolidar o uso do diário de campo, a observação foi imprescindível, pois, além das competências da fala e da escuta, utilizadas nas entrevistas, a observação é outra habilidade cotidiana metodologicamente sistematizada e aplicada na pesquisa qualitativa. As observações envolvem praticamente todos os sentidos – visão,

audição, percepções, olfato. Esse método se ajusta no processo da pesquisa ao se distanciar dos eventos observados a fim de evitar influenciar os pesquisados (FLICK, 2009).
Definir os caminhos da pesquisa e descobrir outros e neste movimento nos familiarizarmos com os métodos foi de suma importância neste processo. Buscamos neste trajeto seguir os objetivos presentes na proposta desta pesquisa, mas, sobretudo deixamos nos conduzir também pelas cenas que mudam de lugar, sempre que nos permitirmos ser espectadores e enxergar os sujeitos para além das suas falas.

AS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (NTIC): COMO O USO DA INTERNET SE ELABORA NO COTIDIANO DOS/AS JOVENS DO CAMPO?

Nos percursos da pesquisa de campo contabilizamos no assentamento a existência de dez computadores. Dos/as oito jovens participantes da pesquisa, três utilizavam um computador de mesa e um jovem usava um *netbook* em suas residências. Desses/as jovens, apenas uma navegava em casa por disponibilizar de internet a rádio fornecida pelo provedor e só realizava acessos fora dela quando estava viajando. Os outros três jovens, embora acessassem em casa pelo *modem* utilizando a internet fornecida pela empresa de telefonia móvel, várias vezes precisavam realizar outras rotas para estarem conectados tendo em vista que o sinal era ruim.
Essa situação levava os/as jovens a se deslocarem até a casa de um assentado que possuía internet a rádio ou a cidade em busca de uma *lan house* para conseguirem estar conectados. Quando perguntamos a escolha da operadora para acesso à internet eles/as responderam: "É mais barato, custa só 0,50 centavos o acesso por dia, por isso que a gente prefere ela, mais ela é ruim, lenta".
Para descobrirmos como eles/as realizavam esta navegação e de que maneira eles/as viviam esta experiência, deixamos que eles/as relatassem inclusive seus trajetos iniciais, como mostra a fala desses/as três jovens:

> A primeira vez que mexi no computador foi lá em casa, no computador do meu irmão pra desenhar. No computador eu sei mexer na internet e pra jogar, assim eu não sei de tudo ainda porque a mãe ainda ta ajeitando pra fazer meu curso mais eu já fiz meu *email* e meu *facebook* e pesquiso na internet pra os trabalhos da escola. Aqui não tem internet aquela que paga todo mês porque assim é difícil, o dinheiro todo mês né, mais ai o pai comprou um *modem* que tem pra vender pra colocar o chip da tim e ai a gente só faz colocar crédito, é assim que eu e meu irmão entra na internet, quando tem crédito ou quando vou pra Santana com meu irmão ou quando eu vou pro Projovem que eu vou pra o centro cultural. (E, homem, 16 anos, segundo ano do ensino médio).
> Quando eu estudava no Nazaré no começo do ano, eu fui pesquisar um trabalho e eu não conseguia de jeito nenhum ai eu pedi a Dulcine né, Tia Dulci que fica lá na sala da informática, como é que mexe nisso aqui, eu to doida pra fazer este trabalho aqui né procurar este trabalho, como mexe nisso aqui eu quero aprender, ela disse minha filha é assim, assim assado né, ai tem que botar o copiar, ela mandava eu descendo né quando eu terminava aquelas parte, ai pronto teve essa primeira vez ai, depois fui fazer o meu orkut com as amiga lá na Porcinia. Até hoje eu vou lá na casa do meu namorado ele fica mexendo lá e nem pra pegar aquela tartaruguinha eu não pego porque não gosto de pegar num que não é meu, eu vou lá é para Porcinia quando eu quero mexer sozinha. (R, mulher, 22 anos, ensino médio).
>
> Desde o momento que comecei a mexer no computador e na internet eu não tenho vergonha de dizer que vivo no assentamento. Lembro que fui para o computador a primeira vez para fazer meu *msn* e meu *orkut,* depois com o tempo eu fiz meu *facebook*. Pra mim a internet é muito boa, legal, eu gosto de acessar pra me comunicar com os meus amigos, ver as atualizações dele, eu coloco as minhas atualizações,

> fotos, também é bom pra os trabalhos da faculdade e da escola. (L, homem, 22 anos, superior incompleto).

Os depoimentos de Elano, Rosário e Laércio rompem com a ideia de que os/as jovens do campo não acessam a internet. Encontramos jovens com interesses diversos ao acessar a internet: Uns gostam de sites que forneçam informações para agregar às atividades escolares; outros usam esses sites, mas preferem as redes sociais como entretenimento, ou seja, esta acessibilidade à internet propicia, no cotidiano desses/as jovens, uma teia de significados.

No entanto, para acessar a internet alguns/as desses/as jovens realizavam várias rotas: deslocam-se de sua residência até a casa de um amigo no assentamento que possua computador com internet a rádio; vai até a cidade ou opta pelo celular. Entretanto, algumas vezes, o sinal não chega ao lugar onde moram, então, não conseguem se conectar, principalmente, quando o sinal de telefonia móvel vem de uma operadora que não é de boa qualidade, como apontam Isadora e Laércio:

> Assim, quando eu vou acessar a internet eu vou na casa do Dedé que fica perto da minha casa, vou lá na rua (se refere a sede) ou fico tentando olhar no celular mais eu não gosto. Não gosto de passar muito tempo sem ver nada sabe na internet, porque as noticia é importante pra fazer a redação na escola e também gosto de ver meu *orkut* e meu *facebook*. (I, mulher, 16 anos, segundo ano do ensino médio).

> Eu acesso a internet no *netbook* do meu irmão, quando ele não tá em casa que eu to afim de dar uma volta em Santana com o meu primo eu vou pra casa das minhas amigas pra acessar. Quando precisa passar algum *email* assim pra Liduina ai eu vou logo em Santana pra Porcinia. (L, homem, 22 anos, superior incompleto).

Essa transitoriedade entre a vida no campo e ao mundo virtual seria para Carneiro (2007) o desejo de conjugar dois mundos: a tradição representada pela família, altamente valorizada como universo afetivo além de expressão e condição de pertencimento à localidade e à cultura de origem e a "modernidade", que se traduz ao descobrir e ao realizar seus desejos e projetos como ter acesso a internet, possuir um *notebook*, ingressar na universidade, e etc.

Contudo, o fato de possuir um computador, de ter acesso a internet e de interagir com outras pessoas nas redes sociais não significa que os modos de vida destes/as jovens venham a se modificar, embora a possibilidade de

> convivência com o inusitado, de navegar na internet e criar condições de escolhas, estabelecer diálogo com outras pessoas, se apropriar de outras linguagens, construir novos conhecimentos, sentir-se capaz de adentrar nos espaços do outro (urbano). (SALES, 2011, p. 07).

Se configure como uma oportunidade de criar visibilidade, de exercer o direito de ser visto e ouvido, construir experiências externadas ao local em que vivem, pois são linguagens e códigos que passam a existir para esses/as jovens e que podem gerar mudanças na forma de se colocar diante das situações vivenciadas no dia a dia.

Como a prática humana é "baseada na comunicação, a internet transforma o modo como nos comunicamos e, ao usá-la de muitas maneiras, conseguimos transformar a própria internet" (CASTELLS, 2003, p. 10) e o estilo de vida a partir dela.

> Na internet eu uso o *google* pra pesquisar e fiz até um curso do SENAR saúde rural, foi minha sobrinha que me inscreveu, ai eu fiz. Nas redes sociais eu acesso o face, ele é muito de fazer amizade, me ajuda a conhecer pessoas, mais amigos, eu conheço muita gente no face, eu aprendo muita coisa quando vou mexendo. Lá no *facebook* teve muita gente que fazia muito tempo que num sabia o paradero deste povo e quando foi agora eu descobri o povo pela internet no *facebook* mesmo, é só mais assim né, eu acesso mais assim né pra fazer amizade. (Penha, 26 anos, ensino médio).

Ao navegar pela internet esses/as jovens têm a possibilidade de encontrar informações, pessoas, pensamentos. Um mar de subjetividades que são injetados como um passe de mágica na rede em tempo real e que estimula a criar diversas maneiras de se comunicar e de construir aprendizados sem necessariamente sair do seu espaço físico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trilhar caminhos para buscar conhecer, entender e construir reflexões sobre os usos, as experimentações e os enlaces das tecnologias digitais nas experiências cotidianas dos/as jovens do campo foi instigante pelos vários significados que são postos, principalmente quando esta experiência é combinada com os modos de vida da cidade, que passa a existir na vida desses/as jovens também pelo acesso a internet, especialmente as redes sociais. Com isso, há a construção de novos olhares e experiências que passam a ser associadas a um modo de vida que é oferecido pelo campo.

Apesar de termos procurado compreender o uso da internet no cotidiano dos/as jovens do campo, estas particularidades entre os/as jovens do campo e da cidade não poderiam ser deixadas de lado, pois se o uso da internet possibilita a construção de novas experiências no campo, estas são inerentes aos costumes próprios do seu lugar e dos valores repassados pelas famílias.

Percebemos que, embora esses/as jovens se sintam bem na casa dos pais e de morar próximo aos familiares, desejam associar a este modo de vida, outros elementos que possam complementá-lo, como equipamentos que proporcionem lazer, acesso a educação e ao trabalho fora da agricultura, que segundo eles só a cidade consegue oferecer.

E o contato com este universo pode se apresentar como esta possibilidade, quando permite a esses/as jovens ampliar conhecimentos e sua rede de relacionamentos, para além de criar diferentes relações, fazer amigos, trocar experiências, conhecer pessoas e manter contato com aqueles que estão distantes, rompendo fronteiras (SALES, 2011). O que atrai esses/as jovens a estar conectados são as múltiplas possibilidades de relacionamentos e informações oferecidas por esse ambiente virtual.

Eles/as rompem ainda com a ideia de que os jovens/as residentes no campo não tem acesso ao ciberespaço e as informações abrigadas a ele, embora seja importante destacar a presença da exclusão digital provocada pela ausência de ações por parte do poder público que possam promover à inclusão digital através da implantação de ilhas digitais e de acesso a internet no campo, destacando-se o assentamento investigado.

REFERÊNCIAS

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante.** Tradução de José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BOGDAN, Roberto C.; BLIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação.** Porto: Editora: Porto, 1994.

CARNEIRO, Maria José. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. *In*: CARNEIRO. Maria José; CASTRO. Elisa Guaraná de. (org.). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da internet:** reflexões sobre a internet, negócios e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

DAMASCENO. Maria Nobre; SALES. Celecina Veras (org.) **O caminho se faz ao caminhar: elementos teóricos e práticas na pesquisa qualitativa**. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

DENZIN, Norman K; LINCOLIN, YVONNA S. **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. Tradução Sandra Regina Netz. 2ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FLICK, Uwe. **Introdução a pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

IPECE. **Perfil básico municipal de Santana do Acaraú, Ceará**. 2011.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu Costa. São Paulo: Editora 34, 1999 (Coleção TRANS).

LEMOS, André. **Ciberespaço e tecnologias móveis. Processos de territorialização e desterritorialização na cibercultura.** Trabalho apresentado no Congresso internacional Lusocom, 2006.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. O velho e bom caderno de campo. Revista Sexta Feira, n. 1, p. 8-12, maio 1997.

MINAYO, Maria Cecilia de S. (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, Vozes, 1998.

Plano de desenvolvimento do assentamento Alvaçan Goiabeiras. PDA/PRA. Terra 3 – reconhecido pelo INCRA, 2005.

RECUERO. Raquel. Webrings: as redes de sociabilidades e os weblogs. **Revista Sessões do Imaginário da Famecos**. PUCRS. Edição 11, 2004.

SALES. Celecina de Maria Veras. Pesquisa qualitativa: cartografando novos percursos na produção de conhecimento. In: DAMASCENO. Maria Nobre; SALES. Celecina Veras (org.) **O caminho se faz ao caminhar: elementos teóricos e práticas na pesquisa qualitativa**. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

_____.Juventude, espaços de formação e modos de vida. **Revista Temática Digital (ETD)**, Campinas, v. 12, n. esp., p. 24-41, set. 2010.

_____. **Juventudes, Novas Experimentações, Conexões e Interatividade.** Texto apresentado no XV Congresso Brasileiro de Sociologia. Curitiba, jun. 2011.

SANTOS. Maria Salett Tauk. **Juventude rural e Cibercultura: A inclusão digital é ainda um sonho.** Texto apresentado no 3º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação. UFPE, dez. 2010.

WANDERLEY, Maria Nazaré. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. *In*: CARNEIRO. Maria José; CASTRO. Elisa Guaraná de. (org.). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o "rural" como espaço singular e ator coletivo. **Revista Estudo Sociedade e Agricultura.** 15 out. 2000, p. 87-145.

Da juventude: sobre demarcações, classificações e formas de resistência

Hildon Oliveira Santiago Carade[1]

Resumo: Os estudos sócio-antropológicos da juventude se esmeraram em compreender os jovens como sujeitos do presente, em vez de projeções para o futuro. Assim, eles destacaram a "agência" deles frente à dinâmica constituída por sistemas de classificação engendrados por categorias de raça, classe e gênero. Desta forma, teríamos, de um lado, um mundo repleto de constrangimentos; e de outro, indivíduos resistentes às lógicas dominantes. Baseando-me em etnografia realizada nos bairros do Calabar e do Alto das Pombas - comunidades populares da cidade de Salvador, Brasil - pretendo discutir essa demarcação entre lógica dominante e lógica da resistência. Em um contexto onde as ações em prol de inclusão social têm sido patrocinadas pelo Estado e por instituições transnacionais, pretendo, enfim, operar o seguinte deslocamento: em vez de me centrar na competência dos jovens, pontuarei os domínios e aspectos da autoridade adulta que sustentam as relações e o engajamento deles no mundo.

Palavras-chave: juventude; agência; etnografia urbana.

Estado, governo, sociedade… Sempre quando refletimos sobre as maneiras de pensar, de agir e de sentir que exercem poder de coerção sobre os indivíduos, recorrentemente, paira em nossas mentes a imagem de pelo menos uma destas três entidades. Mas porque insistimos nelas? Porque não perguntamos pelos nomes verdadeiros das pessoas que estão em suas sendas? Devíamos deixar as instituições, quaisquer que sejam elas, em paz. "As pessoas defendem-se, casam-se, descasam-se, atiram-se às passagens de nível, poupam durante dez anos para visitarem a Tailândia, depois contam umas às outras se sobrevivem. Deixam uma carta escrita, pelo menos. Desempenham o papel de serem donos de si" (Jorge, 2009: 94). Uma instituição não.

Porém, antes de deixamos estas três instituições em paz, nos concentremos, ao menos por um instante, em uma delas, qual seja, o Estado. Assim como Max Weber (2006), Pierre Bourdieu (2014) também tentou analisar esta instância não a partir das suas possíveis finalidades (manutenção da ordem; garantia dos direitos inalienáveis do cidadão; assegurar o caráter isonômico da justiça; etc. etc.), mas através de seus implementos. Na ótica do primeiro, o implemento por excelência do poder estatal seria o monopólio legítimo da violência física; para o último, tratar-se-ia do privilégio de outra espécie de violência, a saber, a simbólica. Devo salientar que em muito me apraz a perspectiva do segundo autor. Por um lado, porque ela, habilidosamente, nos delineia as formas pelas quais (notadamente, os discursos racionais-legais, os rituais de investidura de cargos e as rotinas burocráticas) o Estado inculca estruturas cognitivas ao conjunto dos agentes submetidos à sua jurisdição. Em suas próprias palavras, "uma das funções mais gerais do Estado é a produção e a canonização das classificações sociais" (Bourdieu, 2014: 38). Por outro, porque ela nos recomenda certa vigilância epistemológica, na medida em que o nosso próprio pensamento - as categorias de análise que utilizamos para interpelar a realidade social - tem tudo para ser o produto mesmo do poder estatal.

Assim sendo, ainda de acordo com Bourdieu (2014), para entender esta dimensão simbólica do efeito de Estado há que se compreender a lógica da ação dos agentes que constróem o discurso estatal - os legistas, os juristas, dentre outros. Neste sentido, em sendo o Estado uma entidade que existe pela crença, espera-se de nós a análise daqueles que, por assim dizer, cumprem o seu sacerdócio. Evoquemos, então, os nomes verdadeiros das pessoas!

---

1 Hildon Oliveira Santiago Carade é Mestre em Antropologia, possui experiências de trabalho de campo nas sub-áreas da antropologia urbana, antropologia política e antropologia das instituições. Atualmente, cursa o doutorado em Antropologia (UFBA) hildoncarade@yahoo.com.br

Dito isto, gostaria, pois, de apresentar um nome. Em uma manhã qualquer de maio de 2013 eu conheci Manuela. Naquela ocasião, tive a oportunidade de ouvir o relato sobre o trabalho que ela estava realizando na comunidade do Calabar, uma área favelizada da cidade de Salvador, cuja posição geográfica apresenta a seguinte peculiaridade: estar próxima a bairros de perfil classe média e média-alta que compõem a orla atlântica da capital baiana, quais sejam, a Barra, a Graça, a Vitória e a Ondina. Não me alongarei nos detalhes. Quero apenas que o leitor memorize as subsequentes imagens históricas: uma localidade carente em serviços públicos e infra-estrutura urbana; uma população - majoritariamente formada por afrodescendentes - que vivia, pelo menos desde a década de 1980, um cotidiano imposto pelas disputas em torno das duas facções que comandavam o tráfico de drogas local; e certa crônica policial da cidade a estigmatizar esse lugar como sendo um antro de perdição, violência e selvageria.

Manuela estava, pois, a me contar sobre as vicissitudes do seu trabalho comunitário na localidade. De como teve de conquistar a confiança dos moradores; de como teve de exercitar a arte do diálogo; de como se afeiçoou às crianças e os adolescentes… De acordo com ela, toda a sua atividade tem por foco a categoria "prevenção", o que implica postular o futuro no presente, através de cálculos, ansiedades e imaginações. Essa linha preventiva deve estar centrada na órbita dos menores de idade. Minha interlocutora entende que, antes da chegada dela e de todo o seu pessoal no bairro, esses sujeitos não tinham outra opção a não ser a entrada no mundo do tráfico de drogas, quando do período de transição da adolescência para a fase adulta. Assim, no prédio onde funciona a sua organização, são oferecidos, principalmente para este público especifico, toda a sorte de cursos profissionalizantes e de educação informal tais como aulas de informática, de música, de judô, de capoeira; curso pré-vestibular; oficinas de carpintaria, de construção civil e de conserto de eletrodomésticos; dentre outros. Em sua ótica, para os moradores locais, a comunidade equivaleria a uma "redoma", redoma esta que outrora era do crime. Quando eles, os residentes, colocam o pé na Avenida Centenário - principal via de acesso ao bairro, de onde pululam prédios e equipamentos públicos de perfil classe média - eles estariam entrando em contato com um outro "mundo", onde as pessoas se vestem melhor do que eles, possuem carros do ano e outros bens materiais que lhes são inacessíveis. Como dizer para um jovem que fora nascido e criado ali, como afiançar para ele - que viu seu pai, seu amigo e demais familiares se envolvendo no comércio de entorpecentes - existir a possibilidade de um destino diferente? - pergunta ela retoricamente. O seu ofício, pois, é mostrar que outros horizontes são possíveis, para além do envolvimento na esfera da criminalidade. Para o menino ali da esquina, a chance de ser um músico; para a menina sentada na calçada, a probabilidade de ser uma professora. Mas, qual seria, enfim, a profissão de Manuela?

Bem, Manuela não seria a melhor forma de tratamento. Capitã Manuela é o título que lhe é mais apropriado. Ela é policial e estava ocupando o cargo de comandante da Base Comunitária de Segurança do Calabar. Tal como no Rio de Janeiro, as comunidades do Calabar e do Alto das Pombas (favela vizinha) foram recentemente ocupadas por forças policiais a partir da construção da chamada *Base Comunitária de Segurança*, doravante BCS. O objetivo desta política de segurança do governo baiano é semelhante o das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) carioca: desarticular o tráfico de drogas em determinadas localidades que sofrem com o cerco imputado pelo comércio de substâncias ilegais. De acordo com o geógrafo James Freeman (2012), a criação da UPP é parte integrante do projeto do Rio de Janeiro para o recebimento de grandes eventos esportivos, a saber, a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Posso afirmar o mesmo em relação à criação das BCS's em Salvador, haja a vista o fato de a capital baiana ter sido escolhida como uma das cidades-sede para a realização do torneio futebolístico. Ainda segundo Freeman (2012), a ocorrência de tal política de segurança pode ser explicada através do que David Harvey chama de "acumulação por espoliação", estratégia que coloca como duas faces de uma mesma moeda a conquista militar imputada pelo Estado e a captura de ativos pela força, para criar saídas à expansão do capital privado. Para além deste enfoque na chamada "acumulação por espoliação", quero sublinhar as conexões entre esta "nova" modalidade de gestão tutelar sobre territórios e populações com o processo maior de construção nacional (*nation building*), processo este que encontra no dualismo *civilização-barbárie* um tropo recorrentemente reanimado, reimplantado e por vezes negado nas mais diversas esferas societárias (Collins, 2008; Pacheco de Oliveira, 2014).

Para melhor clarificar o meu ponto de vista, e o que ele tem a ver com o tópico concernente à juventude contemporânea, deixe-me oferecer um sumário do meu argumento. Em primeiro lugar, como já havia afirmado

Nikolas Rose (2000) no concernente ao contexto britânico, sustento que a implantação de políticas para o controle do crime tem menos a fazer pelo controle do crime em si mesmo e mais a fazer em prol de concepções genéricas em torno do governo da ordem moral. Isto desemboca na discussão feita por Pacheco de Oliveira (2014) sobre o uso da categoria "pacificação" no tocante à gestão urbana da cidade do Rio de Janeiro. De acordo com ele, tal termo, ao endossar as dimensões de inclusão e de civilização, coloca em filigrana o papel da ocupação policial das áreas favelizadas das grandes metrópoles como sendo uma *missão civilizatória* - restaurar o controle estatal sobre os territórios ocupados pelo tráfico. Haveria aqui, segundo o autor, "uma clara analogia com as 'pacificações' coloniais, dirigidas contra as aldeias dos autóctones que não se submetiam voluntariamente às autoridades administrativas e religiosas da época" (Pacheco de Oliveira, 2014: 138). Assim sendo, as favelas de hoje equivaleriam aos sertões e às aldeias indígenas de outrora. Por fim, esta *missão civilizatória* tem na infância e na adolescência as suas maiores preocupações. Como já fora sugerido por Terry Woronov (2009), em sua análise sobre o *suzhi jiaoyu* (isto é, educação para a qualidade) na China, as crianças e os adolescentes apareceriam, no bojo das políticas governamentais, como formas de realização do futuro. Eles não apenas representariam o futuro; seriam também o sítio onde o destino glorioso da nação estaria sendo edificado. Isto recoloca o problema da agência e dos atos de resistência juvenis para o terreno do além e do aquém, para o horizonte do que ainda está por vir.

Assim sendo, proponho o seguinte deslocamento: em vez de me centrar na competência dos jovens, pontuarei os domínios e aspectos da autoridade adulta que sustentam as relações e o engajamento deles no mundo. Foi com este objetivo que eu comecei este texto com o relato da capitã Manuela. Minha questão aqui, se o leitor me permite parafrasear Clarice Lispector (1998), não é saber quem o jovem é; mas entre os quais ele está[2].

Entretanto, por que falo em deslocamento? Eis aqui a resposta. No tocante à pesquisa social, os estudos sócio-antropológicos e, atualmente, o campo auto-intitulado de "youth studies", têm confirmado e firmemente estabelecido um paradigma centrado na agência juvenil (Bordonaro, 2012), paradigma este que pretendo propor algumas rotações. Tentando entender os adolescentes como sujeitos do presente em vez de projeções para o futuro - uma recusa em conceitualizar a juventude como uma fase liminar, numa crítica aos trabalhos antropológicos clássicos tais como Mead (1928) e Malinowski (1929) -, esta agenda vislumbrou a vida destes sujeitos como sendo dinâmica e constitutiva de (e constituída por) sistemas de significados que são sempre produzidos na intersecção das categorias de raça, classe, gênero, sexualidade, cidadania e posição geográfica[3]. Do meu ponto de vista, esta abordagem tem promovido uma essencialização de toda a sorte de ações juvenis, como se todas elas fossem criativas e/ou demonstração da propalada agência dos sujeitos. No concernente às populações consideradas em "estado de risco" e/ou "vulnerabilidade social", suas ações são majoritariamente ou vistas como endossando as relações de dominação ou como uma forma de resistência a elas. O argumento contra os políticos profissionais e os *policy makers* sublinha o não reconhecimento por parte deles do jovem como um agente político e um sujeito de direito capaz de fazer suas próprias escolhas. Neste sentido, "as noções de agência repousam sobre a ideia de que agir livremente é um ato em conformidade com a razão e que a liberdade apenas é possível na total ausência de constrangimentos e de relações de poder" (Laidlaw apud Bordonaro, 2012: 422, tradução minha).

Assim como James Holston (2008), tenho aprendido com a antropologia feminista que a agência humana também produz entrincheiramento, persistência e inércia. Logo, os cidadãos podem ativamente perpetuar regimes restritivos à cidadania plena. Como sustentou, por exemplo, Saba Mahmood (2005), em sua análise das práticas de um movimento pietista feminino, no contexto do revivalismo islâmico no Egito, o agenciamento dos indivíduos não pode ser entendido apenas como um correlato à resistência, uma reação à dominação, mas também como uma disposição para a ação não necessariamente comprometida com a modificação de um dado *status quo*.

Dito isto, voltemos, pois, ao relato da capitã Manuela. Quando tive a oportunidade de conhecê-la, a BCS estava prestes a completar dois anos de atividade nas localidades do Calabar e do Alto das Pombas. Logo, nossa

---

2 Citação original: "minha pergunta, se havia, não era: 'que sou', mas 'entre os quais eu sou'" (Lispector, 1998: 27).

3 Ver por exemplo: Ramos-Zayas (2012); Garcia (2012); Hansen (2008); Roth-Gordon (2008); Pribilsky (2007), dentre outros.

conversa teve um tom avaliativo sobre a ação da Polícia Militar nesta área. Diferentemente dos morros cariocas, onde houve confrontos diretos entre policiais e traficantes, por estes arrabaldes não aconteceu nenhuma espécie de resistência ao cerco militar. Antes da instalação da BCS propriamente dita, toda a área fora cercada pelas brigadas mais especializadas da corporação policial. Poucas prisões foram feitas; estas foram motivadas ou por conta do porte de armas ilegais ou em virtude da apreensão de pacotes de drogas. Após os policiais se instalarem em um prédio na zona central da comunidade do Calabar, o padrão de ocorrências criminais foi mantido. De acordo com minha interlocutora, eles identificaram a violência doméstica como o principal problema criminal no bairro. Daí, promotores e representantes dos direitos das mulheres foram convocados a prestar esclarecimentos e fomentar à conscientização sobre a importância da denúncia deste ato infracional.

Todavia, um fato lhe é um pouco intrigante. Segundo ela, em todos os locais onde ela havia trabalhado, em áreas favelizadas como as comunidades do Calabar e do Alto das Pombas, a figura do adolescente em conflito com a lei era o tipo mais recorrente. O mesmo não tem acontecido em seu atual posto de trabalho. Conforme o seu relato, seriam homens, pais de família em torno dos 25 anos, o perfil de sujeito flagrado cometendo algum ato infracional. "São pouquíssimos os casos de jovens infratores, que a gente tem de encaminhar ao Juizado da Infância e da Juventude", disse ela.

Embora tenha havido pouquíssimos casos de crianças e adolescentes envolvidos no mundo do crime, a capitã sustenta que eles seriam o próprio foco e sentido da operação policial nos bairros. De acordo com ela, muitos ainda questionam o qualificativo "comunitário", pois acreditam que o trabalho social não é uma prerrogativa da Polícia Militar. "Ah, o policial vai dar aula de judô? Temos de entender que ele está fazendo uma prevenção; ao incluir essa criança em uma atividade de esporte, estamos fazendo uma ação de prevenção para que no futuro ela não se envolva com outras coisas", sustentou ela. Em sua ótica, aqueles que são excessivamente críticos ao militarismo, aqueles que só vislumbram o corpo policial como sendo uma instância repressiva, estão perdendo de vista o caráter preventivo das ações comunitárias. "Por exemplo, agora na festa de dois anos da BCS nós iremos fazer um baile de debutantes com as meninas que estiverem fazendo 15 anos. Quem vai dançar com elas? Os policiais", relatou ela. "A rigor, os policiais têm alguma obrigação de dançar valsa? Não! A gente entende que é uma comunicação, um envolvimento necessário para se prevenir a violência sim", concluiu.

Algumas reflexões precisam ser feitas sobre esse "império da prevenção". Em primeiro lugar, todo o raciocínio da capitã é condicionado pela seguinte ideia, ora proferida por representantes do alto escalão do poder judiciário, ora sustentada por bastiões do saber acadêmico[4]: a de disputar cada menino e menina com o tráfico (Souza, 2006). Logo, os adolescentes são *a priori* classificados como sendo suscetíveis à entrada na esfera da criminalidade. Criminoso em potencial, o "jovem favelado" de hoje nos lembra o "índio bravo" de outrora (Pacheco de Oliveira, 2014). Se para os missionários a recaída no paganismo, por parte dos indígenas, era indício da obra do demônio sobre humanos caracterizados como tendo uma natureza frágil e duvidosa, e seria este o motivo para eles serem constantemente vigiados, para os jovens moradores de áreas favelizadas, a vigília é ideologicamente sustentada diante à percepção nutrida pelas autoridades policiais de a favela ser em si mesma um lugar amoral, predisposta à toda sorte de vícios e corrupções morais. Neste sentido, é sob o prisma da regeneração e redenção destes lugares que a ocupação policial é entendida e justificada. Conforme a narrativa da capitã, desde o momento em que a presença militar se tornou ostensiva até o dia em que a conheci, foi registrado apenas um homicídio em toda a área do Calabar e do Alto das Pombas. O efetivo de 101 policiais tem garantido a paz local. De início, confessou ela, a população ficara temerosa; nunca ela havia tido contato com um contingente tão significativo de militares. O mais difícil foi fazer os moradores se acostumarem com a rotina da abordagem policial e com o cotidiano de devassamento de suas vidas. Porque, segundo ela, o ambiente era de risco; era necessário, pois, tomar ciência de todos os lugares; prestar atenção a todos os fatos; e tomar nota de qualquer comportamento tido como suspeito. Os bons resultados obtidos pela

4 De acordo com Jessé Souza (2006), esta ideia é a mesma que guia todo o raciocínio do antropólogo Luis Eduardo Soares et al. no livro *Cabeça de Porco*. O tema da invisibilidade social dos pobres e negros é a pedra de toque de toda a argumentação dos autores acerca das causas subjetivas do crime. Daí, a tarefa das instituições e das políticas públicas de segurança seria trazer esses indivíduos à lume, à esfera da visibilidade social, evitando a entrada deles no domínio da criminalidade.

empreitada - notadamente, a redução da violência para índices próximos ao zero; e o esvaziamento em torno da liderança do tráfico de drogas nas localidades - repercutiram positivamente na crônica da cidade, fazendo da instalação da BCS uma nova epopéia civilizatória, sendo evidente aqui o paralelo com a criação das UPP's cariocas (Pacheco de Oliveira, 2014).

Esta epopéia civilizatória coloca a infância e a juventude como o centro de toda a intervenção. Ao reanimar o dualismo *civilização-barbárie*, a ocupação policial vislumbra no corpo da criança e do adolescente a garantia da vitória da civilização contra a selvageria. No corpo destes sujeitos se cruzarão os destinos do indivíduo e da nação. Oferecer a eles "novas" oportunidades de integração ao mercado de trabalho equivale também a uma oportunidade para a nação se livrar de um cancro que tem ferido de morte toda espécie de sociabilidade, a saber, a violência. Neste sentido, como sugere John Collins (2008), as experiências das pessoas mimetizariam o desenvolvimento histórico da sociedade brasileira, desenvolvimento este que tanto fez para temperar as perspectivas de cada cidadão.

Desta maneira, não há como situar a agência e os atos de resistência juvenis na consciência individual dos agentes. Assim como Holston (2008), enfatizo a localização destas ações nos fluxos históricos de uma dada comunidade política, embora reconheça a autonomia do sujeito em não se restringir às dicotomias fomentadas pela "razão de Estado" tais como legal/ilegal; público/privado; selvageria/barbarismo, dentre outros. Mesmo líderes locais e entusiastas do trabalho comunitário também enxergam a infância e a adolescência sob a perspectiva de uma tendência, de uma formação de caráter, a ser confirmada ou rejeitada no futuro. Vejamos mais de perto.

Também em maio de 2013, me dirigi à quadra de esportes do Calabar para assistir a última rodada do 9º Campeonato da Escolinha de Futebol do bairro. Trata-se de uma iniciativa abraçada pela própria comunidade, uma forma de garantir aos adolescentes uma oportunidade de lazer e entretenimento. Após o término das partidas, os campeões foram premiados. Com o término das premiações, Marcelinho, um dos técnicos dos times, me acompanhou até a saída. No caminho, ele me explicou como são organizadas estas atividades. "Está vendo esse jogo aqui? A gente veio arrecadando dinheiro do pessoal e conseguiu os 350 reais para comprar os troféus, as medalhas e os *kits* esportivos", explicou ele. Em sua ótica, este trabalho é uma forma de dar uma opção às crianças do bairro. Muitas delas possuem pai e/ou parentes que estão envolvidos com o tráfico de drogas, garantiu ele. "Veja, trata-se de crianças que vivem em situação de risco, e onde as políticas públicas não entram, a gente entra", disse ele.

Nesta nossa conversa, Marcelinho "encheu a bola" de Waldomiro, o técnico principal da escolinha de futebol. De acordo com ele, muitas vezes a iniciativa é patrocinada pelo próprio dinheiro dele. "Os uniformes, as chuteiras, inclusive a lavagem das roupas, com amaciante, são feitas por Waldomiro", fez questão de frisar. De início, Marcelinho discordava da metodologia do seu parceiro, porque, em seu ponto de vista, ele era e é muito severo com as crianças. Contudo, ele paulatinamente foi percebendo que não tem outra forma de ser respeitado a não ser falando grosso. "Não estamos lidando com filhos de médicos, de advogados e de doutores", disse ele. "Valter vai lá dá os esporros dele, depois eu e Josemir [o terceiro técnico] damos uma acalmada na coisa. Mas Waldomiro é como se fosse um pai para esses meninos. Eles o respeitam mais do que seus próprios pais. Não tem outra forma de agir a não ser sendo severo mesmo", completou.

Ao final de nosso bate-papo, Josemir veio ao nosso encontro e uma vez tendo ciência do teor do nosso diálogo, ele resolveu colocar em cena a figura de Leandro Floquet, uma das antigas lideranças do tráfico de drogas na localidade que havia sido morto em um combate com a polícia em meados de 2010, no período brevemente anterior à implantação da BCS. De acordo com ele, Leandro era um dos únicos da família que havia estudado, tinha segundo grau completo; era dançarino e modelo, mas sofreu pressão familiar para assumir funções no comércio ilegal de entorpecentes, como se ele não tivesse outra opção de vida. Marcelinho afirmou que o filho de Leandro está na escolinha de futebol e me descreveu a sua figura: "Você não reparou em um menino quieto, todo arrumado, um tipo que é diferenciado?", perguntou. "É um de cabelo liso, com a franja caindo sobre o rosto, todo na dele e mais branquinho?", retruquei. "É esse mesmo! É como se a gente tivesse vendo o pai dele. A gente tem medo que ele tenha a mesma sorte, embora a gente saiba que a pressão sobre ele será bem menor porque a família Floquet foi praticamente dizimada", disse ele.

Leandro teve a mesma sorte de seu pai, que por sua vez tivera a mesma sorte de seu progenitor e assim sucessivamente… Todos eles eram envolvidos com o tráfico de drogas; todos eles foram mortos em confrontos

com policiais. O que as lideranças locais temem é a repetição inexorável desta história. Assim sendo, eles classificam as gerações futuras a partir do seguinte dilema: recapitular ou não a trajetória familiar. A criança e o adolescente são, desta maneira, vislumbrados como os agentes capazes de redimir os pecados de seus ante-passados pessoais. Porém, esta redenção só se dará no futuro; daí o presente ser este horizonte de ansiedades, disputas e esperanças; o terreno mesmo onde o além e o aquém serão ao menos imaginados.

À guisa de conclusão, algumas palavras ainda precisam ser ditas sobre o método que guiou esta análise. No afã de dar voz às crianças e aos adolescentes, tentando livrá-los de uma perspectiva "adultocêntrica" que os silencia e os reifica como sendo um "outro" destituído de subjetividade e autonomia, o paradigma dominante na pesquisa social [centrado, como já afirmei, na agência humana] terminou mergulhando no problema oposto, a saber, o do individualismo metodológico. Esqueceram a lição dada por Pierre Bourdieu (1983) a respeito da relação complementar entre juventude e velhice e a disputa geracional implícita nos atos classificatórios. "Somos sempre o jovem ou o velho de alguém", disse ele (Bourdieu, 1983: 113). Enfim, para melhor entender os dilemas que estão colocados aos jovens de hoje, mais importante que interrogar sobre a sua identidade, é tentar entender quais são os caminhos que tornam esta identidade, qualquer que seja ela, possível.

Referências

BORDONARO, Lorenzo (2012), Agency does not mean freedom: Cape Verdean street children and the politics of children's agency, *Children's Geographies*, 10 (04), pp. 413-426.

BOURDIEU, Pierre (1983), A juventude é apenas uma palavra. In: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, pp. 112-121.

BOURDIEU, Pierre (2014), *Sobre o Estado*: cursos no Collège de France (1989-1992). São Paulo: Companhia das Letras.

COLLINS, John (2008), "But what if I should need to defecate in your neighborhood, madame?": empire, redemption, and the "tradition of the oppressed" in Brazil World Heritage Site, *Cultural Anthropology*, 23 (02), pp. 279-328.

GARCIA, Lorena (2012), *Respect Yourself, Protect Yourself*: Latina Girls and Sexual Identity. New York: NYU Press.

HANSEN, Karen Tranberg (2008), *Youth and the city in the global south*. Indiana: Indiana University Press.

HOLSTON, James (2008), *Insurgent citizenship*: disjunctions of democracy and modernity in Brazil. New Jersey: Princeton University Press.

JORGE, Lídia (2009), *A costa dos murmúrios*. Alfragide: Dom Quixote.

LISPECTOR, Clarice (1998), *A paixão segundo G. H.* São Paulo: Editora Rocco.

MALINOWSKI, Bronislaw (1929), *The Sexual Life of Savages*. Boston: Beacon Press.

MAHMOOD, Saba (2005), *Politics of piety*: the Islamic revival and the feminist subject. New Jersey: Princeton UP.

MEAD, Margaret (1928), *Coming of Age in Samoa*: A Psychological Study of Primitive Youth for Western Civilization. New York: HarperCollins.

PACHECO DE OLIVEIRA, João (2014), Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios, *Mana*, 20 (01), pp. 125-161.

PRIBILSKY, Jason (2007), *La Chulla Vida*: Gender, Migration and the Family in Andean Ecuador. New York: Syracuse University Press.

RAMOS-ZAYAS, Ana (2012), *Street Therapists*: Race, Affect, and Neoliberal Personhood in Latino Newark. Chicago: The University of Chicago Press.

ROSE, Nikolas (2000), Government and control, *British Journal of Criindology*, 40, pp. 321-339.

ROTH-GORDON, Jennifer (2008), Racing and erasing the playboy: slang, the transnational youth subculture, and racial discourse in Brazil, *Journal of Linguistic Anthropology*, 17 (02), pp. 246-265.

SOUZA, Jessé (2006), É preciso teoria para compreender o Brasil contemporâneo? Uma crítica a Luis Eduardo Soares. In: _____. *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 117-151.

WEBER, Max (2006), *Ciência e Política*: duas vocações. São Paulo: Cultrix.

WORONOV, Terry (2009), Governing China's children: governamentality and "education for quality", *Positions*, 17 (03), pp. 567-589.

Jovens egressos de medida socioeducativa de internação nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri: desafios entre o estigma e a inclusão social[1]

Gabriela Pessoa Marques[2]

Resumo: O presente trabalho busca fazer uma análise da realidade dos jovens egressos de medida socioeducativa de internação residentes na região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Esta análise surge a partir da experiência de estágio em Serviço Social no "Programa Se Liga", uma política pública do estado de Minas Gerais destinada ao atendimento e acompanhamento dos jovens egressos de medida socioeducativa de restrição e privação de liberdade. A partir dessa experiência, foi possível perceber a necessidade de se pensar e desenvolver um trabalho que busque a inclusão social efetiva deste público tão estigmatizado pela sociedade e pela mídia brasileira. Primeiramente, faremos um recorte acerca das intervenções do estado junto aos adolescentes acusados de práticas infracionais, em seguida um ensaio sobre a realidade local dos jovens egressos de medida socioeducativa de internação, e, por fim, uma análise dos desafios colocados ao trabalho junto a estes jovens no esforço pela superação dos estigmas e na consolidação da inclusão social.

Palavras-chave: Juventude, Serviço Social, Medida Socioeducativa, Estigma.

1. Introdução

O presente artigo pretende discutir quais as possibilidades no trabalho do Serviço Social junto aos jovens egressos de medida socioeducativa de internação nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, problematizando as intervenções do Estado e a política de atendimento socioeducativo na realidade local. As reflexões contidas neste trabalho são provenientes da minha experiência de estágio em Serviço Social e, consequentemente, do meu contato com os jovens, com as realidades locais, com a política de atendimento socioeducativo, com os/as trabalhadores desta política, com as famílias dos jovens e, sobretudo, com o trabalho do Serviço Social na política de atendimento socioeducativo. Este trabalho é um relato da minha experiência de estágio, contendo meus questionamentos e uma breve análise - ancorada no acúmulo teórico adquirido na graduação, bem como no projeto ético político da profissão - dos desafios colocados ao profissional do Serviço Social inserido na política de atendimento socioeducativo.

A experiência aqui tratada ocorreu a partir da minha inserção, como estagiária, no Programa Se Liga, que é uma política pública do estado de Minas Gerais[3] executada pela Organização Não Governamental (ONG) Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania (UJUCI/MG) em parceria com a Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUASE), vinculada à Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais (SEDS/MG). O Programa Se Liga é uma política pública destinada ao atendimento dos jovens/adolescentes egressos do sistema socioeducativo de internação e semiliberdade no estado de Minas Gerais, e tem como objetivo central, a redução dos índices de reincidência infracional dos jovens/adolescentes, realizando o acompanhamento aos jovens/adolescentes desde o processo de desligamento da medida socioeducativa até um ano após o desligamento. Cabe destacar que o Programa Se Liga não é continuação da medida socioeducativa, a adesão ao Programa é voluntária, respeitando a escolha dos jovens/adolescentes egressos. O Programa é executado por equipes profissionais regionalizadas, atuando diretamente no território habitado pelos jovens/adolescentes, através de um acompanhamento planejado que vise construir com os jovens/adolescentes novas oportunidades no retorno

---

1 Artigo apresentado para o XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro no GT Juventude, democracia, participação e subjetividades.

2 Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: gabipessoa_m@hotmail.com

3 Resolução Nº 1415/2013 de 16 de julho de 2013

deles ao convívio social. As regionais do Programa ficam, preferencialmente[4], nas cidades que têm Centros Socioeducativos de Internação e/ou Casas de Semiliberdade. O acompanhamento realizado pela equipe do Se Liga é desenvolvido a partir dos estudos de caso, atendimentos individuais, visitas domiciliares, oficinas etc. A partir da elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), que é um instrumento de trabalho construído juntamente com o jovem/adolescente durante o primeiro atendimento individual, se inicia o planejamento das ações. O PIA é um instrumento de trabalho que visa sistematizar a trajetória de vida dos jovens/adolescentes e as suas demandas a partir dos eixos: profissionalização, trabalho, educação, saúde, família/comunidade e esporte/lazer. Com base nas demandas apresentadas pelos jovens/adolescentes é desenvolvido o acompanhamento planejado e articulado com os aparelhos públicos e privados da região que eles habitam.

A inserção no campo de estágio é um momento ímpar no processo de formação profissional, é o momento de conhecer o cotidiano da profissão a partir do arsenal teórico-metodológico e ético-político apreendido durante a graduação. O estágio desperta a necessidade de investigar a realidade a ser mediada, de forma que na minha experiência de estágio foi fundamental conhecer não só as demandas dos jovens/adolescentes, como também, conhecer as oportunidades concretas de atendimento destas demandas, a fim de desenvolver um trabalho que promova oportunidades de vida para além da prática infracional, dos estigmas e da violência.

Isto posto, este trabalho é composto por três partes: primeiro faremos um recorte histórico das intervenções do Estado diante dos jovens/adolescentes acusados de práticas infracionais e da política de atendimento socioeducativo, com base na doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente contida no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)[5]; em seguida será feito um compilado das informações sobre a realidade local (Vales do Jequitinhonha e Mucuri) dos jovens/adolescentes egressos de medida socioeducativa de internação; por fim, faremos uma análise dos desafios colocados ao trabalho do Serviço Social junto a estes jovens/adolescentes no esforço pela superação dos estigmas e pela consolidação da garantia de direitos destes jovens no retorno ao convívio familiar e comunitário.

2.Recorte das Medidas Socioeducativas no Brasil

A década de 1990 representou um marco legal para a política destinada à criança e ao adolescente no Brasil, quando no dia 13 de julho de 1990 foi aprovada a Lei Nº 8.069 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A aprovação do ECA revogou, simultaneamente, o antigo "Código de Menores"[6] que "focalizava o 'menor em situação irregular', que poderiam ser crianças pobres, abandonadas e infratoras" (Bernal, 2004: 25). É necessário destacar que a revogação do Código de Menores e a aprovação do ECA se deram no contexto político de redemocratização do país. O cenário de violência e violação de direitos instaurado pela ditadura militar no Brasil refletiu diretamente na política destinada à infância, com ações repressivas, fragmentadas e "corretivas". A aprovação do ECA veio após a aprovação da Constituição Cidadã[7] e foi fruto de muita luta dos movimentos sociais, segundo Santos (1998: 143):

> O movimento social especificamente voltado para a infância originou-se na primeira metade da década de 80, intensificando-se a partir de 1985. Essas organizações sociais já se opunham a desumanização, bárbara e violenta que se encontrava submetida a infância pobre no Brasil; a omissão e ineficácia das políticas sociais e das leis existentes em fornecer respostas satisfatórias face da complexidade e gravidade da chamada questão do menor.

A partir do ECA se estabelece então a chamada Doutrina de Proteção Integral, que representa um novo olhar sobre a infância e a adolescência, com um novo modelo de atendimento que busca romper com os estigmas

---

4 Nem todas as cidades que tem Centro Socioeducativo de Internação ou Casa de Semiliberdade têm sede do Programa Se Liga.

5 Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990

6 Lei Nº 6.697/79

7 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

existentes na antiga legislação do "menor". O ECA por meio de uma instrumentação jurídica que reconhece a criança e ao adolescente como pessoa em fase peculiar de desenvolvimento, assegura no seu art. 3º que:

> A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Uma das conquistas obtidas através do ECA foi o reconhecimento do dever do Estado, da sociedade e da família (art. 227) na proteção integral à toda criança e adolescente, conquista sobretudo, no que diz respeito ao dever do Estado, que historicamente se omitiu de promover políticas públicas voltadas para a infância e adolescência. A partir de então foi estabelecida uma política de atendimento, que segundo o artigo 86 "far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios". Esta perspectiva de articulação com a rede de serviços preconizada no ECA é fundamental para a objetivação dos propósitos da lei, que é a proteção integral, de forma que é necessário que se desenvolva um trabalho articulado com todos os setores de serviços, sobretudo as políticas públicas (saúde, educação, assistência etc.), destinados às crianças e aos adolescentes.

A substituição da doutrina do "menor em situação irregular" pela doutrina da proteção integral, inclusive para adolescentes infratores, foi outra grande conquista obtida através do ECA. Dessa forma, a criança ou adolescente que comete um ato infracional (conduta descrita como crime ou contravenção penal – art. 103) também deve receber atendimento que vise a sua proteção integral. De acordo com o ECA são inimputáveis os menores de dezoito anos (art. 104), onde, crianças (0 a 12 anos) que cometerem ato infracional serão sujeitas à medida de proteção e os adolescentes (12 a 18 anos) às medidas socioeducativas. Cabe destacar que a medida a ser aplicada deverá levar em consideração a idade que a criança ou adolescente tinha na data do ato.

O ECA indica quais ações deverão ser destinadas aos adolescentes autores de ato infracional, considerando seus direitos individuais e processuais. O ECA institui as medidas socioeducativas como alternativa para responsabilizar os adolescentes que praticarem atos infracionais, com o caráter pedagógico e punitivo. As medidas socioeducativas devem ser aplicadas conforme o nível de gravidade do ato infracional e respeitar as condições que cada adolescente tem de cumpri-la. As medidas socioeducativas descritas no artigo 112 são: 1-Advertência; 2- Obrigação de reparar o dano; 3- Prestação de serviços à comunidade; 4- Liberdade assistida; 5- Inserção em regime de semiliberdade e 6- Internação em estabelecimento educacional.

Neste trabalho vamos nos ater à medida de internação, posto que este trabalho visa refletir a realidade dos jovens egressos desta medida residentes nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. A medida socioeducativa de internação é a última das medidas e deve respeitar os princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar da pessoa em desenvolvimento (art. 121). Segundo o ECA a medida de internação deve ser aplicada nos casos de grave ameaça e/ou violência à pessoa, nos casos de reiteração no cometimento de outros atos graves ou por descumprimento injustificável de medidas anteriormente impostas (art. 122). A medida de internação só deve ser aplicada ser não tiver outra medida adequada e deverá respeitar o prazo máximo de 3 anos, com liberação compulsória aos jovens que completares 21 anos de idade. Cabe destacar que quando a autoridade judicial competente determina a medida de internação não é estabelecido um prazo determinado para o cumprimento desta, a manutenção ou extinção da medida deve ser avaliada no prazo máximo de seis meses a partir de fundamentação elaborada pela equipe que executa a medida e avaliada pela autoridade judicial competente.

Apesar do ECA sinalizar quais medidas devem ser tomadas junto aos adolescentes autores de ato infracional, houve a necessidade de uma legislação mais completa que atendesse às exigências tanto dos acordos internacionais (Convenção Internacional Sobre os Direitos da Criança, Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Infância e da Juventude e as Regras Mínimas da Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade), como do ECA e da Constituição Federal. Diante dessa necessidade, foi aprovado o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), através da aprovação da Lei Nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012, a fim de regulamentar a execução das medidas socioeducativas.

O SINASE preza pela descentralização na execução das medidas socioeducativas, com a finalidade de aproximar cada vez mais a execução das medidas aos territórios. A Lei Nº 12.594/12 regulamenta as atribuições de cada ente administrativo considerando em seu artigo 2º que:

> O SINASE será coordenado pela união e integrado pelos sistemas estaduais, distrital e municipais responsáveis pela implementação dos seus respectivos programas de atendimento a adolescente ao qual seja aplicada medida socioeducativa, com liberdade de organização e funcionamento respeitados os termos desta lei.

De acordo com o SINASE a execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e de internação é competência dos estados. Para Volpi (2011: 19):

> A medida de internação é responsabilidade das unidades federadas devendo articular-se em rede, objetivando maior coerência nos critérios de aplicação, unificação de procedimentos e viabilização do objetivo maior das medidas socioeducativas que é a inclusão social do adolescente infrator.

Embora existam inúmeras críticas ao método de privação de liberdade com vistas à inclusão social ou reinserção social, este trabalho não irá se fixar nesse debate, posto que não é nosso objetivo. Mas, cabe aqui, fazer um destaque ao paradoxo existente na medida de internação, visto que ela se propõe a reintegrar o adolescente ao convívio social. Oras, é possível reintegrar alguém retirando esse alguém do convívio familiar e comunitário? Como já foi dito, esta crítica não é o nosso objetivo, mas, como este trabalho é fruto da minha experiência de estágio e essa questão esteve presente em quase todas as minhas reflexões sobre o estágio, foi fundamental trazer aqui este questionamento.

Conforme suas pesquisas, Volpi (2011: 64/65) afirma que:

> Para Mendez (1995), qualquer proposta de trabalho com jovens privados de liberdade deve começar por enfrentar dois aspectos. O primeiro diz respeito ao objetivo primordial a ser alcançado pelos programas de atendimento a essa população, os quais devem estar orientados para identificar e reduzir os efeitos negativos da privação de liberdade. O segundo se refere ao conjunto das atividades pedagógicas que devem estar dirigidas para a reintegração a mais rápida possível destes adolescentes ao mundo exterior.

No que se refere à reintegração dos jovens/adolescentes ao meio aberto, o SINASE considera as ações de acompanhamento aos adolescentes após o cumprimento da medida como requisito obrigatório para os programas de atendimento socioeducativo (Art. 11, parágrafo V). Dessa forma, o Programa Se Liga representa a consolidação de um histórico de luta em prol dos direitos do adolescente que pratica/praticou ato infracional. O fortalecimento das políticas públicas destinadas aos egressos de medida socioeducativa de privação e restrição de liberdade é fundamental para a consolidação da proteção integral às crianças e aos adolescentes. É importante destacar que o acompanhamento ao jovem/adolescente egresso deve acontecer respeitando o interesse do mesmo, visando fornecer um amparo institucional no momento de retorno ao convívio familiar e comunitário. Em hipótese alguma o acompanhamento deve ser feito no intuito de vigiar, controlar ou tutelar o jovem/adolescente.

No próximo item iremos falar da realidade local dos jovens/adolescentes egressos da medida socioeducativa de internação residentes nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, através de uma compilação de dados e das minhas reflexões desenvolvidas no período de estágio.

3. Recorte da realidade dos jovens/adolescentes egressos de medida socioeducativa de internação nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Este trabalho é resultado da minha experiência (estudos, atividades, pesquisas, anotações, observações, relatórios etc.) de estágio em Serviço Social no Programa Se Liga durante o período de 11 de junho de 2013 à 21 de março de 2014.

Conforme foi dito anteriormente, o Programa Se Liga atua através de equipes profissionais nos municípios que têm Centros de Internação e/ou Casas de Semiliberdade. A experiência de estágio aqui tratada aconteceu na sub-regional do Vale do Mucuri, localizada no município de Teófilo Otoni-MG, esta sub-regional era vinculada à regional do Vale do Rio Doce, localizada no município de Governador Valadares – MG. Cabe destacar que usei o verbo no passado porque dois meses após a minha saída do programa a sub-regional de Teófilo Otoni

foi extinta e a regional de Governador Valadares ficou responsável pelo atendimento dos jovens/adolescentes que eram atendidos pela sub-regional de Teófilo Otoni, bem como, pelos que já era de sua responsabilidade (Vale do Rio Doce). Como o presente trabalho remete à um tempo específico, iremos tratar aqui dos fatos conforme a metodologia de trabalho que era usada no período do meu estágio. A sub-regional de Teófilo Otoni era responsável pelo acompanhamento dos jovens/adolescentes em processo de desligamento da medida de internação no Centro Socioeducativo São Cosme (CSESCO), localizado no município de Teófilo Otoni.

Conforme foi dito na introdução, o programa Se Liga inicia o seu trabalho com os jovens/adolescente a partir do processo de desligamento, que é sinalizado pela equipe do centro socioeducativo nos estudos de caso, quando é percebido que o jovem/adolescente está prestes a ser desligado da medida socioeducativa. A partir de então o programa inicia o processo de acompanhamento junto aos jovens adolescentes. Cabe destacar que nem todos adolescentes que cumpriram medida socioeducativa no CSESCO foram acompanhados pela equipe do Se Liga de Teófilo Otoni, posto que, devido à falta de vagas nos centros socioeducativos alguns jovens/adolescentes são conduzidos a cumprir a medida em outras regiões. Nestes casos, o programa Se Liga acompanha o jovem/adolescente durante o processo de desligamento e quando o mesmo é liberado da medida, o programa o encaminha para a regional responsável pelo município de residência do mesmo. Conforme já foi indicado, este trabalho irá se ater aos jovens/adolescentes residentes nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

As mesorregiões dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri são compostas por 74 municípios[8] e compreendem um extenso território geográfico. Estas regiões têm alguns dos municípios com o piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)[9] do estado e do país, dado que apresenta, embora que genericamente, as condições de vulnerabilidades a que estão submetidos os habitantes destes municípios.

Durante os oito meses que estive no programa Se Liga, foram atendidos cerca de 21 jovens/adolescentes residentes nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, sendo todos do sexo masculino. Aproveito para esclarecer que uso a expressão jovens/adolescentes porque as idades dos jovens/adolescentes que trata este trabalho oscilaram entre 16 e 22 anos, fase que compreende fim da adolescência e início da juventude, levando em consideração o Estatuto da Juventude[10]. Foi identificado que mais de 50% dos jovens/adolescentes atendidos tinham idade superior aos 18 anos, ou seja, a maior parte do público alvo do programa é jovem e já tinha atingido a maioridade penal. No que tange à identificação racial, cerca de 38% dos jovens/adolescentes se identificaram como negros, 55% como pardos e 7% como brancos.

Com relação à situação escolar, foi percebido que mais de 50% dos jovens/adolescentes não estavam estudando quando foram inseridos na medida socioeducativa de internação, e quanto aos egressos acompanhados no ano de 2013, apenas 25% decidiram frequentar a escola pós desligamento da medida. Ainda com relação à escolaridade, os jovens/adolescentes têm alto índice de defasagem escolar, onde, grande parte deles está com a idade inadequada para a série que cursa. Dos 21 jovens/adolescentes atendidos apenas 9,5% havia concluído o ensino fundamental e os outros 94,5% ainda estavam no ensino fundamental. Durante os atendimentos quando questionados sobre o interesse em estudar no ensino regular, os jovens/adolescentes alegavam que queriam se dedicar à alguma atividade remunerada (trabalho) e não à escola. Quanto ao eixo trabalho/renda, dos egressos atendidos no ano de 2013, 45% foi inserido no mercado de trabalho após o desligamento da medida socioeducativa, dentre os quais apenas 11% conseguiu um emprego com vínculo formal (carteira assinada). No aspecto renda, cerca de 95% dos jovens/adolescentes tem como fonte principal de renda o trabalho de algum membro da família (pai/mãe/padrasto/madrasta/cônjuge) e os outros 5% declararam serem responsáveis pela sua fonte de renda. Com relação a renda per capita das famílias, foi identificado que 38% tem renda de mais de um salário mínimo, 42% tem renda per capita de meio até um salário mínimo e 20% tem renda per capita de menos de meio salário mínimo.

---

8 http://www.mg.gov.br/governomg/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=69547&chPlc=69547&termos=s&app=governomg&tax=0&taxp=5922

9 Fonte: Municípios Mineiros do Vales do Mucuri e Jequitinhonha de baixo IDH-M: um olhar a partir de dados secundários. Projeto 10Envolver: Universidade Federal de Juiz de Fora.

10 Lei Nº 12.852 de 5 de agosto de 2013

O programa Se Liga, além de acompanhar os jovens/adolescentes, realiza também acompanhamento junto às famílias dos mesmos, de modo que, no ano de 2013 foram atendidos treze familiares. Este acompanhamento é feito, sobretudo, através de atendimentos e encaminhamentos para a rede de serviços. O acompanhamento junto aos familiares é feito a partir das demandas apresentadas pelos jovens/adolescentes e pela família, buscando sempre fortalecer os vínculos familiares existentes. É importante sublinhar que o conceito família representa um complexo de relações sociais. Segundo Bruschini (1993:77):

> Não há completa harmonia e unidade interna na família. Esta é o seio de lutas pela individualização de seus membros, que entram em conflito com os esforços do grupo para manter a unidade coletiva. No entanto, é também no cotidiano da vida familiar que surgem novas ideias, novos hábitos, novos elementos, através dos quais os membros do grupo questionam a ideologia dominante e criam condições para a lenta e gradativa transformação da sociedade. É, portanto, como espaço possível de mudanças que se deve observar a dinâmica familiar.

O trabalho junto à família e à comunidade é fundamental para o trabalho do programa, visto que, o processo de retorno ao convívio familiar e comunitário é um momento de resgate dos vínculos construídos pelos jovens/adolescentes nas suas trajetórias de vida.

No que diz respeito ao objetivo central do programa que é a redução dos índices de reincidência, no ano de 2013, dos nove jovens/adolescentes desligados do programa, 4 foram desligados do programa por reiteração na prática infracional (acautelamento ou prisão), 4 foram acompanhados por um ano sem reincidir e um jovem foi desligado por motivo de óbito do mesmo.

Sabemos que a realidade destes jovens/adolescentes é muito mais complexa do que os dados aqui trazidos, todavia, é possível perceber que a maioria dos jovens/adolescentes inseridos no sistema socioeducativo de privação de liberdade têm inúmeras característica em comum, além da idade, como a raça, a situação escolar e a renda. Conforme aponta levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2003: 16):

> O fenômeno contemporâneo do ato infracional juvenil está associado não à pobreza ou à miséria em si, mas, sobretudo, à desigualdade social, ao não exercício da cidadania e à ausência de políticas sociais básicas supletivas e de proteção implementadas pelo estado.

Durante o acompanhamento aos jovens/adolescentes egressos do sistema socioeducativo de privação de liberdade, é possível perceber o contexto de desigualdade social no qual eles estão inseridos, onde o acesso às políticas de educação, saúde, assistência, cultura, entre outras, é uma luta cotidiana.

No próximo item iremos tratar dos desafios colocados ao trabalho do Serviço Social no acompanhamento junto aos egressos, refletindo os limites e as possibilidades para um trabalho que vise o fim do estigma e a garantia de direitos dos jovens/adolescentes aqui tratados.

4. Trabalho junto aos egressos de Medida Socioeducativa de internação: desafios entre o estigma e a inclusão social

Existem vários fatores que enredam os desafios no trabalho junto aos jovens/adolescentes no retorno ao convívio familiar e comunitário. Embora um, dois ou três anos possam parecer que passam rápido, o processo de internação em um centro socioeducativo representa uma ruptura nas relações sociais até então estabelecidas pelos jovens/adolescentes. O retorno ao convívio social é um momento significativo tanto para os jovens, quanto para a sociedade que o recebe.

Durante o processo de estágio fui encontrando inúmeros desafios colocados ao trabalho junto aos jovens atendidos pelo programa, desde a falta de estrutura institucional até um complexo contexto de violência e desigualdade social, A questão da falta de estrutura institucional já é sozinha uma questão complexa, pois envolve não somente a estrutura do programa Se Liga, mas sim todo um aparato público e privado de serviços sociais. Considerando que o ECA e o SINASE sinalizam que o adolescente restrito ou privado de liberdade deve cumprir a

medida em localidade próxima de sua residência, é possível perceber a defasagem no programa de atendimento socioeducativo do estado de Minas Gerais, posto que, o estado que tem 853 municípios[11] conta com apenas 34 unidades[12], sendo 24 centros socioeducativos e 10 casas de semiliberdade. Durante a experiência de estágio ficou visível que uma única unidade de atendimento socioeducativo em meio fechado e uma única sub-regional do programa Se Liga não são suficientes para a região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, primeiro por conta das distâncias, visto que estas regiões compreendem um extenso território, fazendo com que adolescentes cumpram medida num município que fica a mais de 200km de distância da sua residência. Outro aspecto percebido é que os Centros Socioeducativos não consegue atender as demanda de vagas das regiões que atendem, fato que leva adolescentes à cumprirem medida em centros socioeducativos de outras regiões, dificultando mais ainda o trabalho articulado com a rede de serviços dos territórios que os jovens habitam e com a família. Outro fato percebido foi o alto índice de violação de direitos dos jovens/adolescentes devido à falta de estrutura institucional dos programas de atendimento socioeducativo. Tal fato foi identificado através dos relatos dos jovens/adolescentes nos atendimentos, onde muitos deles afirmaram ter ficado mais de cinco dias em unidade prisional adulta, visto que, segundo o ECA, no caso de falta de vaga em centro socioeducativo o adolescente pode ficar no prazo máximo de cinco dias em repartição policial, desde que em seção isolada dos adultos (Art. 185 § 2º). A pequena quantidade de casas de semiliberdade é outro fato a ser avaliado, posto que, segundo o ECA a medida de privação de liberdade deve ser aplicada em último caso. Dessa forma a expansão das casas de semiliberdade seriam uma alternativa para que os jovens pudessem cumprir a medida sem precisar sair do seu convívio familiar e comunitário.

A questão da distância e da falta de estrutura é crucial para avaliarmos o trabalho junto a estes jovens/adolescentes, posto que o Programa se propõe a trabalhar de maneira articulada aos aparatos públicos e privados do território que os jovens/adolescentes habitam. A equipe da sub-regional de Teófilo Otoni era composta por uma assistente social e uma estagiária, o programa funcionava numa sala localizada dentro da casa do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), cedida pela prefeitura. A equipe da sub-regional de Teófilo Otoni está vinculada à regional de Governador Valadares, que tem a equipe composta por uma coordenadora regional, uma psicóloga, uma estagiária, uma assistente social e um motorista. Cabe destacar que a regional conta com um único veículo para atender as regiões do Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e o Vale do Rio Doce. A equipe da sub-regional de Teófilo Otoni trabalhava de maneira articulada com a equipe de Governador Valadares, apesar das dificuldades. Eram realizadas reuniões presenciais e/ou via Skype, contatos telefônicos diariamente, estudos de caso em equipe, enfim, o programa buscava criar estratégias para lidar com a distância e a falta de estrutura, sobretudo da sub-regional de Teófilo Otoni. No que se refere ao trabalho direto (contato) com os jovens, a falta de estrutura é ponto central na avaliação do trabalho realizado, posto que, se o programa representa uma política pública que visa diminuir os índices de reincidência através de um trabalho planejado e articulado, como que uma assistente social, uma estagiária e uma coordenadora vão conseguir atender jovens residentes em, em média, 9[13] municípios diferentes por mês?! Municípios com distâncias consideráveis, vale ressaltar.

Além das dificuldades estruturais do programa, a rede de serviços, sobretudo as políticas públicas, apresentam também inúmeras lacunas na sua estruturação e funcionamento, fato que dificulta ainda mais o trabalho voltado à garantia de direitos dos jovens/adolescentes. A precarização das políticas públicas representa em si uma forma de violação de direitos. Muito se fala da violência cometida pelos jovens através dos atos infracionais, mas e a violência do Estado? É possível perceber um cenário que Iamamoto (2009) identifica como de desmonte das políticas públicas e de mercantilização dos serviços. Segundo Iamamoto (2009:22):

> As múltiplas manifestações da questão social, sob a órbita do capital, tornam-se objeto de ações filantrópicas e de benemerência, e de programas focalizados de combate à pobreza, que acompanham a mais ampla privatização da política social pública,

11 http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mg

12 https://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=339&Itemid=310

13 Esse número é um exemplo, uma média feita com base nos números dos jovens e dos seus respectivos municípios que foram atendidos mensalmente durante meu período de estágio.

> cuja implementação passa a ser delegada a organismos privados da sociedade civil.

As políticas neoliberais desembocam num contexto de desigualdade social (distribuição desigual de renda) e de não acesso aos direitos sociais, ou seja, à cidadania. O crescimento nos índices de medida de internação Brasil afora, mostra que o contexto de desigualdade social tem os levado cada vez mais jovens a se envolver com a criminalidade. Conforme aponta o último Levantamento Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei (2012)[14], houve um crescimento de 10,69% de 2010 para 2011 no quantitativo de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade. Os dados apontam a necessidade de se reformular as políticas públicas, pois a realidade dos jovens internos no sistema socioeducativo de restrição de liberdade é de desigualdade social e de exclusão no processo de cidadania, mostrando que

> Se a cidadania se origina nas sociedades de classes, ela evidencia o não-cidadão, o marginal, evidenciando assim um processo de inclusão ou de exclusão dos sujeitos de uma determinada classe social. (Azambuja, 2007)

A problemática que envolve o trabalho junto aos egressos da medida de privação de liberdade envolve ainda a questão dos estigmas sociais a que os jovens/adolescentes são submetidos. Além de um histórico de tratamento repressivo por parte do Estado (ditadura militar e antigo Código de Menores), existe um apelo midiático que trata os jovens/adolescentes infratores como marginais, reiterando inclusive os discursos mais retrógrados que defendem a redução da maioridade penal. Este estigma de marginal, de delinquente é reproduzido pelo senso comum através dos preconceitos e da discriminação. Volpi (2011) se baseia em Foucault (1996) para caracterizar o estigma social do "delinquente", afirmando que

> Foucault usa a denominação infrator para referir-se àquele que infringiu as normas jurídicas estabelecidas, enquanto delinquente é a condição a que o sistema submete o indivíduo, estigmatizando-o e controlando-o formal ou informalmente, inclusive após ter cumprido sua pena.

Durante o estágio tive a oportunidade de ouvir muitos jovens/adolescentes afirmarem o quanto é difícil se livrar do estigma, muitos afirmam sofrer perseguições da polícia, onde eles não podem nem ir à praça que logo são coagidos, reprimidos e humilhados na frente de todos que estão ao redor. Para acabarmos com essa realidade é necessário que se promova um profundo alargamento da democracia, de forma que a juventude possa construir novos paradigmas de participação social e cidadania. Considerando que o Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993)[15] visa, nos seus princípios fundamentais, o "empenho na eliminação de todas as formas de preconceitos" e a "defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo", é mister que se busque desenvolver um trabalho articulado, crítico e estratégico, a fim de promover, através da participação política, condições concretas de articulação em prol da organização da sociedade na luta pela garantia de direitos e acesso à cidadania desde a infância.

Referências Bibliográficas

AZAMBUJA, G. F. (2007), Adolescentes em conflito com a lei e as medidas socioeducativas: uma experiência no município de Itajaí-SC. Tese de Mestrado, Santa Catarina: Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Itajaí.

BERNAL, E. M. B. (2004), Arquivos do abandono, São Paulo: Cortez.

BRASIL. Constituição Federal de Outubro de 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8.069 de 13 de Julho de 1990.

BRASIL. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Lei Federal 12.594 de 18 de janeiro de 2012.

---

14 http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/SinaseLevantamento2011.pdf

15 Resolução CFESS N. 273, de 13 de março de 1993.

BRUSCHINI, C. (1993), "Teoria Crítica da Família". In M. A. Azevedo, V. Guerra (orgs.), Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento, São Paulo: Cortez, p.77.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de ética profissional do assistente social, Resolução n. 273, de 13 de março de 1998.

SILVA, E., GUERESI, S. (2003), "Adolescentes em conflito com a lei: situação do atendimento institucional no Brasil", Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2933/1/TD_979.pdf [consultado em 05-12-2014]

SANTOS, B. R. (1998), Impasses da Cidadania, Rio de Janeiro: Ibase.

VOLPI, M. (2011), O adolescente e o ato infracional, São Paulo: Cortez.

"Eu Sou o Samba, A Voz do Morro Sou Eu Mesmo Sim Senhor": As Juventudes e a Relação com o Território.

Eduardo Silva dos Santos[1]
edaioros@hotmail.com

Shyrlei Rosendo dos Santos[2]
shyrleirosendouerj@gmail.com

RESUMO
Diversas discussões contemporâneas de juventude vêm demonstrando que as instituições classicamente responsáveis pela socialização estão perdendo espaço, não detendo mais "exclusivamente" o papel da socialização dos jovens. Especificamente ao tratarmos o reconhecimento dos territórios como peça fundamental na construção das identidades juvenis. A partir desta perspectiva o presente trabalho tem por proposta analisar os espaços de socialização alternativos que existem nas periferias urbanas da cidade do Rio de Janeiro, em especial analisando o espaço da favela e as Escolas de Samba dos grupos de acesso do Carnaval Carioca. Perguntando-se: Como os territórios tem se constituído na vida dos jovens, enquanto espaços complementares de socialização? Quais suas influencias na promoção de oportunidades de êxito social? E de que forma tem (ou não), esses territórios contribuídos nas trajetórias escolares e de transição para a vida adulta?

Palavras-chaves: Juventudes, Território, Favela, Samba, Cultura.

1. Favela: Uma Consolidação à Revelia

O território onde vivem os jovens pobres no Brasil tem demissões populacionais expressivas, segundo o Censo de Aglomerados Subnormais 2010 a população residente nestes lugares chegavam há 11.425.644 milhões espalhados pelos Brasil, tendo sua concentração no sudeste. Esta população representa 6% da população total do país. Dos 24.660.494 milhões de jovens compreendidos aqui entre as faixas etárias de 15 a 29 anos, 3.343.631 milhões vivem em favelas, que dependendo do Estado se apresentam: *Favelas* no Rio de Janeiro, *Periferias* em São Paulo, *Vila* no Rio Grande do Sul e etc. Elas chamam atenção pela sua demissão populacional ou forma organizacional, mas normalmente são apontadas como o lugar "origem" da violência, como se toda a violência existente nas cidades tivesse como responsável esses espaços e não a forma desigual de acesso à renda e aos direitos fundamentais tais como; educação, saúde, trabalho, cultura, moradia, transporte.
Desta forma à favela tornou-se o ruído da Cidade e seus sujeitos como os causadores do ruído, isto é; os "não cidadãos" diante dos cidadãos. Devido à quase ausência de abordagens e estudos a mídia teve a hegemonia da categorização, levando a sociedade interpretar os moradores da favela como não componentes da classe trabalhadora. Mas de certo não cabe apenas aos intelectuais a negação, a elite política e cultural carioca repugnou

---

1 Mestrando pelo Programa de Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDU) na área políticas, história e cultura em educação. Orientado pelo Dr. Luis Carlos Gil Esteves; Participa do Observatório Jovem do Rio de Janeiro, grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, coordenado pelo Dr. Paulo Carrano; Pesquisador vinculado ao Núcleo Políticas Públicas em Educação (POPE) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, coordenado pela Dr. Eliane Ribeiro Andrade.

2 Mestranda pelo Programa de Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDU) na área políticas, história e cultura em educação. Orientadora Pós-Doutora Monica Peregrino. colaboradora do Núcleo de Estudos sobre Favela e Espaços Populares da Universidade Federal Fluminense-UFF coordenado pela Doutora Eblin Farage. Pesquisadora vinculada ao Núcleo Políticas Públicas em Educação (POPE) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, coordenado pela Dr. Eliane Ribeiro Andrade.

a forma de produção de moradia, a forma de socialização destes sujeitos, e é tão responsável quanto. Eles carregavam e carregam o estigma da dissonância diante da consonância civilizadora que se almeja historicamente construir no Brasil e que ganha holofotes no Rio de Janeiro, mas como alude SCHEFER (2001),

> [...] Ás vezes, a dissonância é chamada de ruído; e para os ouvidos tímidos até pode ser isso. Porém, a consonância e dissonância são termos relativos e subjetivos. Uma dissonância numa época, geração e/ou individuo pode ser consonância em outra época, geração e/ou individuo. A dissonância mais antiga na historia da musica foi a Terça maior (dó-mi). A última consonância na historia da música foi a Terça Maior (dó-mi). Ruído é qualquer som que interfere. É o destruidor do que queremos ouvir. (SCHEFER, p.69)

Isto é, nas cidades legitima-se como som um determinado comportamento, uma forma de moradia, de socialização e tudo que varia ao modelo dominante de cidade e de indivíduo mesmo sendo seu reflexo "negativo" e "positivo", não é som e sim ruído.

2. Samba e Carnaval: Uma expressão cultural para legitimar o território

Ao analisarmos o conceito de ruído no entendimento de SCHEFER(2001) ou mesmo avançando com WISNIK(1989), percebemos que na tradição ocidental instituída buscou-se marginalizar ao termo ruído, um sistema não previamente inteligível dentro desta mesma tradição audível. Logo percebemos que um dos mecanismos de marginalização da cultura das populações pobres, em especial os escravos recém libertos, se deu para além de molestar o corpo negro, para macular também sua cultura. Assim, termos como *batucadas ruidosas* foram alçadas sobre o samba e outras expressões culturais protagonizadas pelos negros. Onde buscou se preconizar ou mesmo restringir a cultura negra, a apenas uma dança de caráter ginástico recreativo. "*Nele encontramos forma variável, numa estratificação de processos exóticos, oriundos de danças coletivas de caráter ginástico*". Assim SIQUEIRA(1967) tentou definir a expressão cultural em gênese pelos negros. De forma que o tom depreciativo que o mesmo impõe nesta análise é compreendido para delimitar claramente entre esta cultura coletiva com o *Baile* dança de arte elevada segundo o mesmo.

Porém percebemos que se o carnaval chegou tão longe, e inclusive ultrapassando fronteiras nacionais, é porque possui traços culturais muito fortes em suas raízes, como Freixo (2012) em sua candidatura à prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro delimita no seu projeto para o carnaval da cidade: "*Se existe o atual panorama de destaque econômico e midiático - o que engloba até mesmo a transmissão televisiva para outros países -, foi porque foram encontrados referenciais sólidos de crescimento: os rituais, símbolos, ícones, personagens, marcas identitárias e, até mesmo, culinária própria*[3]". O carnaval do Rio e suas escolas de samba não têm apenas função recreativa, mas reforçam também nossa memória coletiva e, principalmente, afetiva. As feijoadas, seus eventos nas quadras de ensaios, nas ruas e a grande culminância anual das Escolas de Samba, os grandiosos desfiles nas avenidas Marquês de Sapucaí e Intendente Magalhães, são ambientes de celebração, porém também são exemplos de espaços de construção de relações afetivas. Processo que vários autores observam ser de extrema importância[4] na construção da identidade dos Jovens, pois as diversas discussões contemporâneas de juventude têm nos mostrado que as instituições classicamente responsáveis pela socialização vêm perdendo seu espaço, não detendo *exclusivamente* o papel da socialização dos jovens, como Juarez Dayrell (2012) aponta:

---

3 Projeto de Marcelo Freixo para o carnaval em sua candidatura para Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro na eleição de 2012 http://www.sidneyrezende.com/noticia/175964;

4 Diversos trabalhos, por exemplo, tais qual o livro de DAYRELL (2012), SOARES (2010), SPOSITO (2005), cada um dentro de sua respectiva área de análise afirma como as conexões afetivas que os jovens constroem influenciam em sua forma de percepção de mundo, trabalho, planos para o futuro e escolarização.

> "Vários estudos indicam que as instituições classicamente responsáveis pela socialização, como a família, a escola e o trabalho, vêm mudando de perfil, de estrutura e também de funções. Por conseguinte os jovens da atual geração vêm se formando, se construindo como atores sociais de forma muito diferente das gerações anteriores, numa mudança de tempos e espaços de socialização. Podemos dizer, com Setton[5], que vem emergindo uma nova configuração cultural, na qual o processo de construção das identidades sociais dos indivíduos passa a ser mediado pela coexistência de distintas instâncias produtoras de valores e referências culturais." (DAYRELL, 2012, pag. 301)

3. Território das populações pobres no Rio de Janeiro: Entre a Favela e o Cortiço

Na história da habitação do Rio de Janeiros os quilombos, os cortiços e as favelas têm contornos significativos como espaço de moradia dos pobres. No entanto, aqui falaremos apenas dos cortiços e das favelas. No início do século XIX foram os cortiços a forma de moradia que mais ganhou expressão na cidade, pois eram neles que a maioria dos moradores se encontrava, sendo eles escravos libertos e brancos pobres. Localizados no centro da cidade, tinham uma tipologia de casarões antigos com cômodos separados por madeiras, e o espaço como, cozinha, banheiro e lavatório era de comum acesso a todos. Formava-se, assim, uma gama de trabalhadores livres que sem residência que veem nos cortiços uma saída. Este "novo" local de moradia foi tido como espaços anti-higiênicos da cidade, porém ressaltamos que não eram os únicos espaços anti-higiênicos da cidade, pois a geografia do Rio de Janeiro contribuía muito para um ambiente insalubre. A cidade era constituída de morros que não permitia a circulação do ar, como nos descrever Abreu:

> O núcleo urbano denso e apertado, cercado de mangues e de terrenos paludosos, cortados por uma enorme quantidade de valas que, por estarem constantemente entupidas por dejetos lançados pela população, não conseguia escoar a água da chuva. (ABREU, 2008, p.68)

Somados ao excesso de habitantes, a ausência de infraestrutura sanitária e os hábitos anti-higiênicos da população, incluindo os monarcas, como os de jogar o lixo na rua e depositar seus dejetos no mar, fazia do Rio de Janeiro uma cidade fétida e suja, propícia à propagação de doenças. Quando os cortiços entram em cena, por volta de 1866, 50% da população da cidade tinha estes locais como forma de moradia, mesmo assim o Estado instala uma "guerra"[6] a eles e não apresenta nenhuma contraproposta a essa população. O ano de 1893 é um marco na historia dos cortiços, pois foi quando o Prefeito da cidade, Barata Ribeiro, autoriza a destruição do mais importante deles, o "Cabeça de Porco", onde residiam quatro mil pessoas.

É entorno dessas questões que a favela adentra em cena, tornando-se uma opção de moradia[7]. Alguns autores consideram os cortiços como extensão das favelas, logo a forma com que o poder público trata com os tratava delonga-se para elas, ou seja, a favela como um problema de ordem urbana sanitária e violência. Porém a prob-

---

5 Maria da Graça Jacintho Setton (2007)

6 Os cortiços foram proibidos pelo Estado como forma de moradia, tanto que proíbe a s reformas dos existentes e a criação de novos. Neste período alguns cortiços pegaram fogo e acredita-se que os agentes do Estado tenham sido os responsáveis por este ato. Para saber mais ver Do Quilombo à Favela de Adrelino Campos 2010.

7 Vale destacar que ações de moradia não são sequencias numéricas, ou seja, surgem os quilombos e com a guerra a eles surgem os cortiços e com o fim deles a favela. Ao mesmo tempo em que existia o Quilombo, existia alguns cortiços e algumas favelas. Mas a questão que se está em jogo é que na medida em que o Estado vai reprimindo o Quilombo, os cortiços ganham expressão, mas ganham também porque vão surgindo elementos que os colocam em cena. Neste caso, com o fim da escravatura os negros não tinham onde morar e migram para o centro da cidade em busca de trabalho e encontram no cortiço uma forma de moradia. As mulheres, por exemplo, tinha a pratica de lavar roupas para fora, fazendo do lugar de moradia um espaço para ganhar dinheiro. A medida que o Estado propõem a sua extinção as favelas, que existiam em menos quantidade passam a ser uma forma de moradia e essa população passa a ocupar os morros.

lemática central, que fez "emergir" os quilombos, os cortiços e mais tarde as favelas refere-se ao direito a terra, negando aos negros e pobres no período Imperial (República Velha) e a gama de favelados que trabalhava na cidade. Mas essa questão não foi e nem está resolvida ela atravessa a sociedade até os dias de hoje, como nos esclarece Campos (2010)

> "[...] A violência grassa no tecido sócio-espacial urbano de algumas metrópoles brasileiras, tem como uma de suas origens a estrutura fundiária estabelecida desde o período imperial. Tal estrutura é consequência da legislação discricionária elaborada pelas elites rurais que dominavam o Legislativo e os cargos chaves do Império, e favoreceu em muito a concentração da propriedade tanto no campo quanto na cidade, proporcionando o aumento das distancias sociais entre os grupos mais pobres e aqueles mais ricos. A concentração de terra ganha significado preocupante no sentido de que foi em sua esteira que se formaram as maiores fortunas do país. Além desse fato, ao impedir que milhares de brasileiros tivessem acesso a parte das terras, ela possibilitou a existência de um exército de miseráveis que vive das sobras da sociedade". (CAMPOS, 2010, p.20)

Podemos observar que a favela "nasce" como um problema histórico, geopolítico e estrutural, que tem origem na omissão do Estado, ao direito a terra. Ao serem "libertos" os negros alforriados não tinham onde morar e veem para cidade em busca de uma vida melhor, uma vez que no campo o direito de ocupar à terra livre do Estado foi impedido pelos grandes fazendeiros com base na violência. Esses sujeitos, negros alforriados, além de não ter o direito à moradia, não tinham o direito de manifestarem sua cultura. Sendo discriminados pela sociedade e tratados como o "problema", eles eram os *outros* (CAMPOS, 2010) da cidade. Eram tratados como caso de polícia, seja porque lutavam pelo acesso a terra, ocupando terrenos livres, como os Quilombos, para a garantia de sua subsistência ou ao exercer sua cultura. E vai ser por meio da violência que o Estado[8] vai remover os moradores dos cortiços e mais tarde das favelas, tentando apagar a historia de seu povo a fim de consolidar um projeto de nação onde os padrões arquitetônicos, urbanísticos e culturais iriam ser os europeus. Todo, ou quase todo o século XX se constituiu com uma "guerra" as favelas. Oras apresentava-se como um problema de ordem sanitária ou de origem da violência, por isso seus moradores são descritos como vagabundos, malandros, negros preguiçosos, o local e refugio de criminosos. Diante deste cenário, as investidas em eliminá-las do mapa são inúmeras, tendo no projeto arquitetônico do engenheiro Frances Donat Alfred Agache, um símbolo. Ele tinha por objetivo dividir a cidade de acordo com as suas funções comerciais, industriais residenciais. Segundo este projeto os pobres seriam removidos do centro do Rio de Janeiro e iriam para os subúrbios e os ricos para a zona sul, que segundo Souza e Barbosa (2005, p.33), *"(...) tais intervenções não estavam voltadas especificamente para os espaços populares mais sim contra eles, identificando-os como obstáculo à marcha civilizatória. (...)"*. Durante boa parte do século o poder público "fechou os olhos" para as favelas, consequentemente elas foram crescendo e surgindo em outros espaços da cidade mesmo a contra gosto da elite. O "fechar os olhos" do Estado se justifica pela necessidade de ter que possuir mão de obra disponível para produção da riqueza e para servir a própria elite. Logo, os pobres, se tornam indispensáveis nelas e a convivência possível. "Abrigou-se" os pobres e "abafou-se" a relação que estes sujeitos constituem com os territórios e entre si. Da mesma forma que se pode ignorar a real necessidade desta população de estarem em perto do trabalho, uma vez que o transporte público não atendia a demanda da população.

O Brasil é um país de demissão continental que possui 8 515 692,27 km2, de extensão, distribuídos por um território heterogêneo composto por 27 estados. Dentre essa heterogeneidade destaca-se a forma de moradia, as favelas ou os "aglomerados subnormais"[9] Segundo os dados do Censo IBGE 2010, no país eles estão distribuídos,

---

8 O Estado carioca para expulsar os moradores dos cortiços e mais tarde as favelas vai por fogo em algumas, demolir outras, tudo na base da violência e sem nenhuma negociação ou aviso prévio. Para saber mais ver o A invenção da favela: do mito de origem a favela.com de Licia do Prado Valladares, e Do Quilombo a Favela de Adrelino Campos.

9 O primeiro Censo de favelas fora feita em 1950, desde então o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) chama as favelas e os lugares onde residem os pobres de aglomerados subnormais, que segundo eles tem determinadas características, para saber mais visitar o site do IBGE.

> "Em 2010, 6% da população do País (11 425 644 pessoas) morava em aglomerados subnormais, distribuída em 3 224 529 domicílios particulares ocupados (5,6% do Brasil). Os domicílios se concentravam na Região Sudeste (49,8%), com destaque para o Estado de São Paulo, que congregava 23,2% dos domicílios do País, e **o Estado do Rio de Janeiro, com 19,1%.** Os estados da Região Nordeste tinham 28,7% do total (9,4% na Bahia e 7,9% em Pernambuco). A Região Norte reunia 14,4%, sendo 10,1% no Estado do Pará. Nas Regiões Sul (5,3%) e Centro-Oeste (1,8%), a ocorrência era menor.". Pg.(CENSO 2010 AGLOMERADOS SUBNORMAIS,2011pg.32)

Vele ressaltar que as favelas são um fenômeno particularmente urbano e isso se deve a fenômenos históricos que já apontamos aqui, como Abolição da escravatura em 1888, mas também ao processo de êxodo rural vivido no país entre as décadas de 40 e 50.

A cidade do Rio de Janeiro tem 6.320.446 habitantes (Censo IBGE 2010[10]), 2.023.744 milhões moram em favelas o que contabiliza 1.332 favelas. Então o que fazer com elas? As favelas e seus moradores *nunca* foram tratados pelo Estado como sujeito de direitos, mas como os excluídos da cidade como diria Nascimento,

> "Se o termo exclusão social diz respeito ao ato de excluir, de colocar à margem um determinado grupo social, o conceito sociológico refere-se sempre a um processo de social de não reconhecimento do outro ou da pura rejeição. Trata-se de uma representação que tem dificuldades de reconhecer no outros direitos que lhe são próprios. Como se representando e representado não fossem semelhantes." (NASCIMENTO, 2000,p.60)

A mais ou menos cinco anos o Rio de Janeiro é palco de intensas mudanças territoriais, sendo elas de ordem paisagística, nas políticas públicas ou na sociabilidade. Pode-se afirmar que as transformações são fruto da escolha da cidade para sediar os Jogos Olímpicos em 2016 e como sede de um dos jogos da Copa do Mundo em 2014. Essas mudanças atingem a todos, inclusive os jovens cariocas que representam 24,1% da população total da cidade (Censo IBGE 2010b)[11]. Mas atingem, sobretudo, os jovens "favelados", uma vez que foram esses territórios que vivenciaram e vivenciam as mais intensas mudanças no campo do acesso aos diretos, depois da "retomada" das favelas pelas forças de segurança do Estado.

Diante do cenário político, um intenso debate teórico sobre a presença e ausência do Estado[12] nas favelas vem acontecendo, seja na academia ou nos movimentos sociais. Desta forma, tanto o Estado, quanto alguns intelectuais e o senso comum filosofam sobre ausência deste nas favelas sob o argumento de que ele não pode garantir direitos da mesma forma que o faz em outros territórios em virtude das favelas serem dominados por grupos criminosos rmados, fazendo "ressurgir" as velhas questões da "Cidade Partida"[13] colocada por Ventura (1994). Na contramão desta perspectiva, autores como Silva (2012) aludem que partida não é a cidade, mais sim o Es-

---

10 Banco de dados do IBGE. Disponível em: http://www.sidra.ibge.gov.br.

11 *Idem*.

12 Aqui se compreende o Estado no sentido Gramsciano, onde este se constitui em um conjunto de aparelhos pelos quais a hegemonia e a repressão são utilizadas pela classe dominante a fim de criar consenso entre as classes subalternizadas da sociedade. Ou seja, Estado seria para o autor italiano "sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção" (GRAMSCI, 2001, p. 244-245). Logo, se o Estado é a soma sociedade civil + sociedade política, podemos dizer que uma das formas pelasquais o Estado se faz presente nas favelas é através da sociedade política, com seus aparelhos, tais como a escola, a saúde, a segurança pública, as infra- estruturas básicas e etc.

13 A "Cidade Partida" foi um termo cunhado por Zuenir Ventura em seu livro com título homônimo, de 1994

tado[14], pois na cidade os cidadãos circulam[15]. Isto é, "partido" é o Estado porque privilegia atender as demandas do capital em detrimento daquelas reivindicadas pelo conjunto dos cidadãos pobres, criando a cidade dos ricos e dos pobres, ou, núcleo e periferia (Abreu, 2008). Neste caminho, reflexões de (Silva & Barbosa 2005a; Silva 2009b; Farage 2012 a; & Santos 2013a) acenam que o Estado sempre esteve presente nos territórios das favelas, desde seu surgimento como apontou Valladares (2005), em seu livro *"A invenção da Favela: Do mito de origem à Favela.com"*.

Farage (2012), ajuda a compreender que o Estado para atender aos interesses do capital, esteve presente sim nas favelas, mas de forma assistencialista, onde a precariedade em assegurar direitos conquistados por essa população tais como; educação, cultura e lazer, e etc. levou a sociedade ao entendimento de que as favelas são espaços da ausência. A "ausência" por parte do Estado neste lugar tem por objetivo manter uma "cidadania da esperança"[16], isto é, a esperança de que um dia os direitos sociais, políticos e econômicos viriam a ser plenos nestes territórios.

O discurso se fortalece sob o argumento de que o Estado não pode e não consegue garantir direitos em territórios dominados por grupos criminosos armados. Todavia, o que acontece é um controle do Estado que garante a subalternização de sujeitos, mantendo-os em bolsões de pobreza, o que Farage (2012) nomeia como "aparente não controle" por parte do Estado.

> [...] O aparente não controle do Estado sobre esses territórios dá-se pelo fato de utilizar formas distintas de controle, como a constituição de políticas públicas assistencialistas, a constituição de centros sociais ligados a políticos, a cooptação sobre lideranças comunitárias por parte do poder público e até mesmo o não controle do território possibilitando o domínio armado pelos grupos criminosos. Na prática, se apresenta como uma forma eficaz de manter os moradores sobre um determinado controle e de alimentar um forte esquema de corrupção, envolvendo desde os grupos criminosos armados até membros da política nacional e o tráfico internacional de drogas e armas. (FARAGE, 2012, p.56).

O discurso da ausência somado com o da cidade insegura foi o disparador para criação do Programa de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) que pudesse retomar o controle sobre o território de forma "pacífica" criando uma polícia de proximidade que possa "trazer a paz" para os moradores cariocas e a cidadania para os das favelas[17]. Vale salientar que a concretização do programa da UPP, embora não seja assumido no discurso oficial do Estado, resulta de algumas experiências anteriores no campo da Segurança Pública no Rio de Janeiro, como por exemplo, a polícia comunitária que surge na década de 80 no Governo Brizola. Desta forma, o discurso oficial é de que a UPP tem base na experiência de Medellín na Colômbia que, segundo Machado (2011), já no país de origem demonstrava declínios.

---

14 "Estado é partido" é afirmação presente no livro "O Novo Carioca" (2012), em uma carta que Jailson Souza e Silva faz para Zuenir Ventura, em resposta ao termo "Cidade Partida". Para Silva (2012), a cidade não é partida, partido é o Estado que atua de forma desigual e preconceituosa nas favelas sobre o prisma de serem territórios de ausências.

15 Afirmar que os sujeitos circulam pela cidade não significa dizer que eles se apropriam da cidade da mesma forma. Mas coloca em questão que a cidade não é partida.

16 Cidadania da esperança é um termo cunhado por mim, entendido como o sentimento que parte significativa da população destes espaços tem em relação à forma precária que o Estado atua nos mesmos. Ou seja, a esperança de que um dia eles terão seus direitos plenamente consolidados, o que significa, por exemplo, ter uma escola de qualidade, ter posto de saúde em que não faltem médicos e etc.

17 Encontra-se no site oficial da UPP que polícia de proximidade significa: "(...) um conceito que vai além da polícia comunitária e que tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública. A atuação da polícia pacificadora, pautada pelo diálogo e pelo respeito à cultura e às características de cada comunidade, aumenta a interlocução e favorece o surgimento de lideranças comunitárias". Acessado em: 20 de Setembro de 2013. Disponível em: http://www.upprj.com.

Objetivando "trazer a paz" para as favelas, a UPP parece assumir o papel de mediador e interlocutor da inserção e garantia de acesso a direitos que se intercalam desde a implementação de políticas públicas à execução de projetos ofertados pelo Estado e Organizações Não Governamentais (ONGs) e as empresas públicas e privadas. Ou seja, a UPP, na verdade, tem sido o braço armado do Estado nas favelas para garantir a implementação de projetos que têm por objetivo o "resgate da cidadania" dos "favelados".

Num cenário histórico onde a maioria dos policiais entende estes territórios como da ausência, logo, não confiam na população local, por entenderam que eles, em especial os jovens, ou fazem parte ou são coniventes com o tráfico, surgem questões: Como uma instituição como a polícia, em especial a Polícia Militar (PM), cujo objetivo é a manutenção da ordem com ou sem o uso do recurso à violência, pode garantir direitos para os pobres, em especial os jovens pobres? A segunda questão é: juventude e polícia podem atuar juntos, em contextos em que nem a polícia confia na juventude e nem a juventude confia na polícia? Seria possível um diálogo "fraterno" e "solidário" entre policiais e juventudes com o intuito de garantir, por exemplo, os direitos necessários para a transição para a vida adulta?

Por outro lado, algumas pesquisas têm mostrado a satisfação da população em relação à presença da polícia, como a realizada pela Fundação Getulio Vargas no Morro de Santa Marta, onde 87% dos entrevistados afirmaram apoio às ações da polícia, visto que o índice de homicídios – seja de policiais, seja da população de forma geral – diminuiu, gerando o sentimento de segurança para a população local e para os bairros do entorno.[18] Apesar disso, outras pesquisas, como as de Cano (2012) e no próprio *site* da Secretaria de Segurança do Estado apontam para o aumento do número de denúncias referentes "à perturbação da ordem (briga entre vizinhos, barulho, entre outras) e à violência doméstica" da mesma forma que a precariedade de serviços de coleta de lixo, ao saneamento básico e etc. O que é contraditório neste cenário é que se a partir da retomada do território onde Estado se faz presente, porque o número de denúncias por parte dos moradores tem sido da "ausência" dele, Estado?

4. A juventude da favela Porque, insistir em estuda-las?

Uma das características marcantes da juventude é o agora, o presente que precisa ser vivenciado e que venha garantir bases sólidas para uma vida adulta. Mas é sabido que só uma parcela mínima dos jovens brasileiros, tem tido acesso a essas bases, tais como; a escola de qualidade, cultura, saúde, lazer, acesso ao trabalho e, principalmente, o direito de participar da vida pública de sua comunidade/bairro/cidade/país. E essa porcentagem mínima nada mais é que um reflexo de políticas públicas "feitas" para frear as desigualdades, contenção da pobreza. Por isso, corroboro com Santos[19] (1972) que deixar de ser pobre não tem haver com ter acesso à mercadoria uma vez que,

> [...] 'pobreza' não só implica um estado de privatização material como também um modo de vida – e um conjunto complexo e duradouro de relações e instituições sociais, econômicas, culturais e políticas criadas para encontrar segurança dentro de uma situação insegura. [...]." (SANTOS, 1972,p.19).

Essa gestão da pobreza, também distingue as formas de ser jovem no Brasil, neste sentido, estudar juventude é uma espécie de "luneta" que pode nos possibilitar estudar a sociedade brasileira e as formas de gestão de pobreza a qual milhões de brasileiros estão submetidos, pois como afirma (Peregrino,2009a),

> [...] Experimentar a juventude, essa espécie de aprendizado da condição adulta, pode significar, neste país, a experimentação de vivencias incomunicáveis por causa das distancias sociais que estão na origem da mesmas: pelas in-

18 Canos, 2012 no relatório Os "donos do morro": uma avaliação exploratória do impacto das unidades de polícia pacificadora (Upps) no Rio de Janeiro. Texto apresentado no Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Maio de 2012. Disponível em: http://www.lav.uerj.br/docs/rel/2012/RelatUPP.pdf, realizado pelo laboratório de Analise da Violência.

19 Saber mais ler, Pobreza Urbana de Milton Santos, 1972.

> stituições que mobilizam, pelo grau de vulnerabilidade ou, ao contrário de suportes sociais que comportam, pelos rituais que expressam, pelas expectativas que geram ou abortam, e, finalmente pelo grau de inserção social que anunciam. [...] (PEREGRINO,2009,p.4)

Ao tratarmos por analisar a partir da instituição escolar contemporânea podemos perceber que as tensões na relação entre as juventudes e a escola são quase evidentes. Se por um lado a comunidade escolar não reconhece o jovem enquanto sujeito complexo, cheio de subjetividades e necessidades especificas, porém como um vir a ser[20], por outro lado o jovem também não consegue medir o efeito produzido pela educação escolar em sua vida, tendo por base a crise de mobilidade social via escola[21] apontada por Sposito(2005). Dentro desse contexto se produzem duas visões distintas: a escola que ensina e a escola que diverte. Se, por um lado, para os docentes e para a comunidade escolar a escola é o espaço de erudição e produção de conhecimento, para os jovens também é o lugar da fruição, ou seja, nessa diversa produção de sentidos a escola tem se constituído em um espaço de disputa.

Essa disputa constante nos remete mais uma vez as relações diretamente ligadas aos contrastes socioeconômicos no contexto das sociedades contemporâneas, como Brenner[22], Carrano e Dayrell(2005) ressaltam, a qualidade de acesso a bens culturais usufruídos por esses jovens das menores faixa de renda no seu lazer e tempo livre tem profundas restrições orçamentárias. O que nos demonstra que muitas vezes o espaço utilizado por esses jovens para desenvolver certas relações afetivas e sociais tem se restringido bastante ao espaço escolar. É ter a chance de, compreender como alguns jovens saem das prisões que foram colocados. Acreditamos que os jovens não são uma categoria que está à margem, acima ou abaixo da sociedade, mas entre como aludiu Santos (2013), ou seja, ela está entre as gerações que a antecedem ou que estão à sua frente. Logo, pesquisá-los pode vir a ser uma possibilidade de compreender como as políticas públicas interferem ou não na vida desses sujeitos. Da mesma forma, tentar compreender como o Estado se relaciona com eles, pois, se é verdade que a favela é o dissonante (Santos, 2013) dentro do consonante da cidade, determinadas Juventudes também serão dissonantes. Para conter essas o Estado aciona o seu braço armado, a polícia. E quem mais se choca com as dissonâncias são os jovens negros e de origem favelada, pois tem sido alvo do extermino e de todas as formas de violência que a polícia pode cometer.

5. A favela da Maré e seus jovens

A favela da Maré é uma área que foi ocupada pelo Exercito Brasileiro em Março de 2013, pela sua importância no cenário carioca, pois está próxima às principais linhas de acesso à cidade do Rio de Janeiro, como as Linhas, Vermelha e Amarela, e a Avenida Brasil. Hoje, com 130 mil habitantes distribuídos em 15 comunidades ao longo da Avenida Brasil, onde 37.131 são jovens, segundo os dados do (Censo IBGE 2010). Em minha monografia de final de curso[23], fiz um estudo sobre o território e o perfil dos jovens da Maré, utilizando a mesma fonte nele foi possível constatar que a favela da Maré,

---

20 Olhar que considera o futuro cidadão, mas não reconhece a cidadania presente nesse sujeito, para aprofundar a idéia ver ABRAMO(2005) e SPOSITO(2005).

21 Termo alcunhado por SPOSITO (2005), para demonstrar que a escola por si só não se constitui no elemento capaz de garantir ascensão social dos jovens, caracterizando desse modo a ambigüidade entre valorização do estudo como promessa futura e uma possível falta de sentido que encontram no presente.

22 Em seu artigo "Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros". BRENNER, CARRANO e DAYRELL (2005) ou Ler KELL (2005).

23 **Detalhes capturados**: um esforço de mapear a favela da Maré tendo a juventude como ferramenta. Monografia (Licenciatura em Pedagogia)- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. Julho de 2013.

> [...] cerca de 90% das ruas são asfaltadas, porém a população sofre com problema de infraestrutura urbana no que tange a rede de saneamento básico e esgoto. Uma população advinda do êxodo rural do início do século XX, predominantemente do norte e nordeste do país e de algumas cidades do sudeste como Minas Gerais, que ao longo dos anos conquistou vinte e seis escolas públicas sendo duas de ensino médio, oito postos de saúde e uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), um Batalhão de Polícia e dois Postos Comunitários de Polícias, um na Vila do João e outro no Parque União. Uma sede da rede de coleta de lixo, um posto da CEDAE e um equipamento de cultura, a Lona Cultura Herbert Vianna. [...]. (SANTOS, 2013, p.119)

Na sequencia, fiz um levantei um breve perfil da população jovem de 15 a 29 anos onde constatei que 50,7% dos jovens se declararam pardos. Em relação ao gênero, a Maré estava bem perto dos indicadores da cidade, onde 49,5% eram homens e 50,5% eram mulheres quando os indicadores da cidade eram de 49,6% de homens e 50,4% de mulheres. Quando tratando os dados sobre responsáveis por domicílio percebi que, dos 41.750 domicílios existentes na Maré, a juventude era responsável por 8.806 onde a predominância de responsabilidade era dos homens. As taxas de jovens alfabetizados eram de 98,5%, bem próximas das taxas da cidade, porém, ao separar por idade e por bairros selecionados de maneira a permitir comparações por contraste, observamos que em bairros onde residem os ricos ou a classe média, bairros da Zona Sul como na Gávea, por exemplo, as juventudes entre as idades de 15 e 25 anos chegava a 100% de alfabetizados.
Os dados de renda utilizados também materializam as desigualdades, ou seja, enquanto um jovem 15 a 17 anos em idade escolar, na Maré, tinha uma renda média nominal de R$ 428,11, os jovens da Gávea tinham uma renda triplicada e os do Flamengo, o dobro. Ao verificar a renda de jovens que estavam inseridos no mundo do trabalho, entre 25 e 29 anos, enquanto um jovem da favela ganhava R$ 741,25, os jovens do Flamengo ganhavam R$ 3.139,82 e da Gávea, R$ 2.944,01.

Tabela 01- Rendimento Nominal médio de pessoas com idade de 15 a 29 anos por Bairro

Valor (em reais) do rendimento nominal médio mensal das pessoas com rendimento de 10 anos ou mais de idade e das pessoas de 15 a 29 anos de idade, segundo faixas etárias selecionadas.					
Ano 2010					
Município e bairros	**Total (pessoas com 10 anos ou mais)**	**15 a 17 anos**	**18 ou 19 anos**	**20 a 24 anos**	**25 a 29 anos**
Rio de Janeiro – RJ	1.997,55	502,08	652,92	898,29	1.389,64
Flamengo	4.665,53	884,6	1.001,06	1.754,70	3.139,82
Gávea	5.313,13	1.227,71	931,45	1.461,58	2.944,01
Vidigal	995,93	447,69	658,99	727,29	836,37
Manguinhos	699,31	435,91	537,78	622,71	664,24
Bonsucesso	1.435,43	502,57	652,04	900,96	1.257,83
Ramos	1.335,68	490,48	719,00	903,5	1.167,26
Rocinha	747,42	495,14	607,24	678,78	742,63
Complexo do Alemão	721,54	455,56	563,14	662,09	722,37
Maré	757,18	428,11	566,81	673,79	741,25

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

Nota: valor do salário mínimo vigente em 2010 = R$ 510,00

O levantamento apontou para a existência de juventudes como indica (Abramo, 1994), isto é, existem inúmeras maneiras de ser jovem. Desta forma, acredita-se que algumas definições e referenciais teóricos que apontam a juventude como uma categoria constituída de sujeitos que estão numa fase transitória e por isso apresentam características de vigor, jovialidade, impulsividade, alegria, marginalidade, apatia e rebeldia são simplistas e implicam num cerceamento e tutela da juventude, definindo que apenas um grupo vai ser jovem, pois, reconhecem apenas uma maneira de ser jovem. Desta forma, compreende-se que os jovens são sujeitos sociais (Dayrell, 2003& Gropp, 2000), que pensam, agem, ou seja, vivem, num movimento dialético e contraditório do seu tempo (Santos, 2013:90).
Contudo, esta ainda não é uma forma dominante de compreender a juventude, em geral, pois muitos dos projetos desenhados para jovens das favelas estão baseados num modelo que os entende como ociosos e delinquentes, por apresentarem uma maneira de ser jovem diferente da dominante. Compreende-se e concorda-se com (Bourdieu,1983) quando este afirma que juventude é apenas uma palavra, ou seja, a noção de juventude está em disputa, constituindo-se, portanto, numa construção social politicamente disputada.

6. "Eu sou o samba, a voz do morro sou eu mesmo sim senhor": as juventudes e a relação com o território.

Até aqui nos demoramos sobre a história do surgimento da favela e falamos um pouco da história da favela da Maré, mas o fizemos preocupados em não causar *"não realidades"* como diria Pierre Bourdieu, porque assim como indica o mesmo autor desejamos a compreensão de que o espaço da favela é fruto de disputas políticas, econômicas e simbólicas e que para ir além do aparente, do reflexo do espelho é adentrar o espelho é preciso construir hábitos.

> "Se o habitat contribui para fazer o hábito, o hábito contribui também para fazer o habitat através dos costumes sociais mais ou menos adequados que ele estimula a fazer. Vê-se, assim, inclinado a pôr em dúvida a crença de que a aproximação espacial de agentes muito distantes no espaço social pode, por si mesma, ter um efeito de aproximação social: de fato, nada é mais intolerável que a proximidade física (vivenciada como promiscuidade) de pessoas socialmente distantes." (BOURDIEU, 2008,p.g165)

E acreditamos que o território no caso da juventude sempre foi o espaço de socialização, uma vez que foi nele que eles cultivam culturas, constroem e reconstroem hábitos, que socializam e lutam por direitos. Buscamos o entendimento de território aqui em um lugar que vivemos que é mais que um conjunto de espaço e objetos, mediante ao qual trabalhamos, circulamos, moramos, mas também construímos símbolos e formas variadas de apreende-lo. Construções essas que explicitam as relações sociais dadas no interior da sociedade em questão.
Na medida em que nas favelas há a ausência de espaço público ou no caso dos existentes da não aceitação de uma determinada forma de existir das juventudes eles vão para uma parte do território que são as ruas e nela realizam as suas atividades. Poderíamos dizer que a rua, hoje, é o primeiro espaço de encontro, da identificação de valores e crenças e do cultivo da mesma dos jovens em especial dos jovens dissonantes. Se numa historia passada eles lutavam para ter espaços de lazer, escolas, etc. Hoje no processo de rejeição ou da não aceitação de sua forma de existir, ou mesmo como refluxo de não aceitação das praticas das instituições socialisadoras eles vão para as ruas. No caso da Maré isso fica evidente nos encontros de rock que acontece toda primeira sexta-feira em frente a um bar em uma das comunidades, porque não encontram abrigo nos espaços de cultura existentes. No caso da juventude do skeite e foi pra rua ao invés de estar na praça, e vão porque as praças são ocupadas por trelês ou mesmo não oferecem a estrutura para exercerem suas atividades, mas também porque descobriu no skate uma forma de se locomover. Também se reflete no caso de uma juventude universitária que contra os princípios ou formas de relação das organizações não governamentais realizaram uma seria de atividades contra a copa e foram para a rua dizer que eram contra o processo de ocupação militar. No que tange ao êxito social, essa juventude vai revelando aos que estão dentro e aos que estão fora que estão construindo uma forma de habitar e de ser jovem.

Acreditamos que se a escola começar a habitar no sentido bourdiano, ela pode contribuir de forma significativa para as trajetórias escolares desses jovens e para transição da vida adulta, que ela pode vir a exercer seu papel que é educar cidadãos capazes de ler o mundo e fazer criticas a ele e propor alternativas na conquista de direitos. Como diz o samba de Zeketi, eles ao se apropriaram do território e mostram ao mundo, desde o lugar ao espaço que tem valores e constroem outros, que embora não sejam o rei do terreiro, são também "donos" dos seus territórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. (2005) **Condição juvenil no Brasil contemporâneo.** In: Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional / [Org.] ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

ABREU, M. de A. (2008) **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP.

BOURDIEU, P. A (1983) Juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de Sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero.

BOURDIEU, P. (2008) Efeitos do Lugar.In: **A Miséria do Mundo.** Rio de Janeiro: 7. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes.

CAMARANO, A. A. (2006) **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: Ipea.

CAMPOS, Andrelino. (2007) **Do Quilombo a Favela:a produção do "Espaço Criminalizado" no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.

CANO, I. (2012) **Os "donos do morro"**: uma avaliação exploratória do impacto das unidades de polícia pacificadora (Upps) no Rio de Janeiro. Texto apresentado no Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

DAYRELL, J. (2003) **O jovem como sujeito social.** Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Set /Out /Nov /Dez N. 24.

DAYREL, Juarez; GOMES, Nilma Lino. (2006) **Formação de agentes culturais juvenis.** In: ENCONTRO DE EXTENSÃO DA UFMG. Belo Horizonte: Proex-UFMG.

FARAGE, E. J. (2012) **Estado, território e cotidiano no complexo de favelas da maré**. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação da Faculdade de Serviço Social, da UERJ.Rio de Janeiro.

FEIXA, C. (1999) **De jóvenes, bandas y tribus***:* antropología de la juventud. Barcelona: Ariel.

GROPP, L. A. (2000) **Juventude**: ensaios sobre sociologia e historia das juventudes modernas. Rio de Janeiro. Editora Difel.

IBGE. **Base de informações do Censo Demográfico** (2010): Resultados do Universo por setor censitário Disponível em: <www.ibge.gov.br/censopopulacinal2011>. [Consultado em 15-4-2013]

KEHL, Maria Rita. (2003) **A juventude como sintoma de cultura**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo / Instituto Cidadania.

MUNIZ, Sodré. (1998) **Samba o dono do corpo**. Rio de janeiro: Muad.

NASCIMENTO, Eliomar Pinheiro. (2000) ***Dos* Excluídos Necessários aos excluídos desnecessário**. No meio da Rua: Nômades, Excluídos e Viradores. Marcel Burszty. (org) - Rio de Janeiro: Gramad.

PEREGRINO, M. (2010) **Trajetórias desiguais**: Um estudo sobre o processo de escolarização pública dos jovens pobres. Rio de Janeiro. Editora Garamond.

BRAZ, Marcelo [org.] (2013) **Samba, cultura e sociedade**: Sambistas e trabalhadores entre a questão social e a questão cultural no Brasil. São Paulo: Expressão Popular.

SANTOS, Milton. (2007 [1988]) *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Editora Edusp.

SANTOS, S. R. (2013) **Detalhes capturados**: um esforço de mapear a favela da Maré tendo a juventude como ferramenta. Monografia apresentada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

SCHAFER, Murray. (1991[1986]) **O ouvido pensante**. São Paulo: Editora UNESP.

SILVA, E. S. (2009) **O contexto das práticas policiais nas favelas da Maré**: a busca de novos caminhos a partir de seus protagonistas. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Serviço Social da PUC-RJ. Rio de Janeiro.

SILVA, J. S. e BARBOSA, J. L. (2005) **Favela-alegria e dor na cidade**. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, X Brasi.

SILVA, L. A. M. **Afinal, Qual e das Upps**? (2010) Disponivel em: www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/**artigo**_machado_**UPPs**.pdf. [Consultado em 15-11-2014]

_____. **Os jovens e os policiamentos nas favelas**. (2012) Disponível em: http://cadeiras.iscte.pt/SDir/APS2012_LuizMachado_TEXTO%20VII%20APS%2031-05-2012.pdf [Consultado em 15-11-2014]

SPOSITO, Marilia Pontes. **Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil**. (2005) In: Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional / [Org.] ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

SPOSITO, M. P.; BRENNER, A. K.; MORAES, F. F. *(*2009) **Estudos sobre jovens na interface com a política**. ___ **O estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006), Volume 2. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm.

VALLADARES, L. P. (2005) **A invenção da favela**: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: FGV.

WISNIK, José Miguel. (1989) **O Som e o sentido**. São Paulo: Companhia das Letras.

Eu sou a Voz do Morro, de Zeketi. Disponível em: http://www.vagalume.com.br/elis-regina/a-voz-do-morro.html#ixzz3LjNpgQ7z [Consultado em 15-9-2014]

Produção literária: tecer o imaginário - espaço preenchido da margem

Ligia Valadares de Almeida[1]

RESUMO: O objetivo deste estudo é analisar como a prática da produção literária interfere, positivamente, na trajetória de indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. A investigação deu-se no Centro Cultural Cartola, situado na comunidade da Mangueira na cidade do Rio de Janeiro, espaço que favorece a experiência individual e social de crianças e jovens por meio da arte literária como leituras e composições de texto, que possibilitam a criação de valores culturais da comunidade e dos indivíduos pelo processo de identificação. As oficinas propunham estímulo à criação e à leitura de textos ficcionais, como um vetor de (re)construção do sujeito e do coletivo, sob o ponto de vista ético e estético. A pesquisa, estruturada sobre a ação, facilitou a dinâmica imaginária. A interação por meio de falas estimulou a imaginação e a reflexão exercendo influência no grupo no indivíduo para construção de si e de seu mundo. A maneira que conduzíamos a pesquisa era sempre no sentido de estimular o imaginário, capturando-o, e a partir disso inseri-lo no mundo da linguagem, da simbolização. O resultado da investigação constatou que a criação ficcional, estimula e desenvolve o imaginário e as representações simbólicas empobrecidas. Observar o efeito reparador da literatura no individuo, e de consolo nos momentos de lutos e de crises de toda ordem foi evidente em situação fronteiriça, pelo uso do mundo interno dessa potente ferramenta psicopedagógica capaz de fortalecer a estrutura psicoemocional do individuo.

Palavras-chave: Comunidade. Literatura. Imaginário. Identidade. Inclusão.Cultura

INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa «Produção literária – Tecer o imaginário» foi desenvolvido com o objetivo de pesquisar no texto literário – produzido por crianças e pré-adolescentes que frequentam o Centro Cultural Cartola (CCC) na comunidade da Mangueira no Rio de Janeiro – as questões de identidade cultural, do imaginário numa perspectiva psicossocial e investigar como a literatura é poderosa influência sobre os fatores de inclusão social, construção de sujeito por meio de uma desconstrução da posição opressiva, incorporando o sistema simbólico vigente e utilizando o estabelecido como forma de expressão de determinada sociedade.

A atenção dirigida a esse trabalho faz parte de um projeto maior, denominado *Construções de cidadania, cuidado de si e saúde com jovens do Centro Cultural Cartola*, que inclui pesquisas, dissertações de mestrado e teses de doutorado. O projeto é coordenado pela Profª. Drª. Regina Glória Nunes Andrade, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Rio de Janeiro.

O Centro Cultural Cartola, organização não governamental (ONG) sem fins lucrativos, fundada em 2001, no intuito de preservar a obra de Cartola, tem como objetivo oferecer ferramentas necessárias à promoção de identidade cultural, inclusão social e desenvolvimento da autoestima, pelo exercício de cidadania, obtenção de liberdade, autonomia, esperança, preservação de tradições e a memória da cultura.

O CCC é lugar de restabelecer a educação pedagógico-cultural, tanto pela história sociocultural de comunidade excluída, de origem afro-brasileira, quanto por iniciativas privadas e governamentais no sentido de ser um "agente de acolhimento".

A concepção do projeto do Centro Cultural Cartola foi possível pelas condições materiais e imaterais de que ele dispõe, tal como o acervo da história do samba e a projeção que o músico e compositor Cartola representa

---

1 Mestre(2012) e Doutoranda(2013) em Psicologia Social - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (UERJ) Instituto de Psicologia – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Psicanalista. Atua na área de literatura e em projetos de comunidades carentes. Romancista. almeidaligia@hotmail.com

como entidade da cultura brasileira. Possuidor das mesmas características dos membros da comunidade da Mangueira, Cartola, de origem humilde, pela arte do samba transformou-se num símbolo de causa social, tendo seu nome marcado pelo samba, bem como por sua contribuição em ações que têm o propósito de «combater a pobreza, a marginalização da população carente, a exclusão social e a falta de esperança no futuro», como esclarece o site oficial (www.cartola.org.br 18/11/2008).

Sem dúvida o CCCartola é lugar de desenvolvimento de relações favoráveis à experiência individual e social de crianças e jovens por meio de ferramentas pedagógico-culturais contemporâneas: dança, orquestra de violinos, música, capoeira, judô, balé e oficinas literárias de leituras e de composições de texto, que possibilitam a criação de valores culturais da comunidade e dos indivíduos pelo processo de identificação.

Os frequentadores e usuários do espaço CCCartola recebem o estímulo do modelo e do exemplo da "entidade Cartola" para se tornarem indivíduos inseridos na sociedade, com autonomia, liberdade e, sobretudo, singularidade. A Instituição possibilita aos jovens experiências grupais e individuais importantes para a dinâmica pedagógico-cultural, essencial ao desenvolvimento social e da individualidade, o que lhes permite o exercício efetivo da subjetividade. Dito de outra forma, a Instituição, como componente da sua realidade social, gera acontecimentos representativos que apontam um caminho para alcançarem seus objetivos.

Os frequentadores, as crianças e os jovens, que experimentam e vivenciam a realidade grupal no CCCartola, desenvolvem fatores necessários a fim de se constituírem como sujeitos, prontos para lutarem pelos seus anseios, desejos e ideais, disso resultando a compreensão do que lhes falta para a expectativa de realização futura de seus desejos, tal como o fez o mestre Cartola.

O espaço CCCartola também propicia aos pesquisadores condições de avaliarem e investigarem, dentre outros aspectos, a estrutura psicológica e o imaginário dos seus participantes, além do pedagógico-cultural, cuja área abriga a tarefa com o texto literário, hoje materializado em narrativas emergentes, que se baseiam quase na escuta testemunhal, em detrimento da imaginativa.

A investigação da prática da escrita tem o objetivo, dentre outros, de desenvolver o imaginário, por intermédio de leituras, trocas de experiências, reflexões do dia a dia, usando todas as ferramentas que privilegiem, de modo efetivo, o imaginário, porque dele dependem os projetos humanos de criação. Um dos objetivos desse projeto é também incrementar práticas e políticas estéticas de expressão escrita, para que todos tenham, desde o início do processo de escolaridade, condições ao acesso do conhecimento, para que possam obter desenvoltura em lidar com a palavra escrita e oral.

A escolha do tema desta pesquisa surgiu dos estudos de psicanálise e de minha experiência com literatura, inclusive como produto e produtora de representações psico-socio-culturais. Para isso, o *imaginário* tem preponderância no arcabouço deste estudo, a fim de que se possa compreendê-lo nessas representações, bem como a partir da investigação da literatura ficcional escrita, numa reflexão sobre a desvalorização pelo empobrecimento do imaginário na modernidade e na pós-modernidade e, principalmente, em culturas que se vêem subjugada, à margem do domínio sociopolítico-cultural, abrangendo também a língua e a ação desmistificadora do homem.

Como funciona o tear, para tecer as narrativas

Faremos em primeira mão uma abordagem reflexiva sobre o porquê de *tecer* e não *tear*. Embora pareça um pouco estranho, mas para o que nos é proposto nesse momento é necessário que se faça uma analogia entre os humanos e os aracnídeos. Esta nos mostra que somente as aranhas possuem fiandeiras e por isso tecem, puxando os fios pelas fúsulas de seu tear, usando os quatro pares de patas locomotoras. Algumas espécies de aranhas têm vida gregária e tecem em conjunto, inclusive caçando insetos alados com suas teias, normalmente utilizadas para aprisionar os objetos de caça. E o homem? Desprovido dessa organização biofísica dos aracnídeos, como tece? Não estenderemos nossa fala a esses interessantes animais que se constituem de um tear que os faz tecer uma incrível variedade de teias visíveis nas formas traçadas, tramadas, tecidas, urdidas pelos fios em nós ou em tessituras sobrepostas e subpostas. Fios que encantam sua teia, mas não podem usar a palavra como objeto de elaboração como nos diz Lacan.

Aqui o verbo *tecer* não é apenas ilustrativo, é também imperativo quando se fala ou reporta ao imaginário. É entrelaçar regularmente os fios, enredar, intrigar. Porque é nele que, segundo Lacan (1974-1975), há consistência, ele adverte:

> O que se demonstra, longamente, em toda a história humana, e que nos deve inspirar uma singular prudência, é que muito da consistência, toda a consistência que já deu suas provas, é pura imaginação. Faço voltar aqui ao imaginário o seu peso de sentido. Consistência, para o falesser, para o ser falante, é o que se fabrica e que se inventa (Lacan, 1974-1975: 30).

Partindo dessa afirmação, a fiandeira do homem repousa no imaginário. É de lá que procede a produção dos fios tecidos pela memória afetiva, figurativa, fios de símbolos, fios ancorados ou à deriva nos sentidos auditivo, visual, tátil, olfativo e do paladar. Sendo assim, a ordem proveniente dessa consistência para o falante é "tecer" as impressões existenciais. O imaginário que não tece é pobre, débil e alienado. Espera-se portanto que sua tessitura tenha efeito de sentido, que para Lacan é a junção do Simbólico e do Imaginário. Um pouco num caminho inverso das aranhas, o homem não tece para caçar e prender objetos e animais, mas para prender os significantes que deverão ser representados simbolicamente, trabalhando dinamicamente na produção de sentido. O simbólico como anfitrião do imaginário pode manifestar-se ora esplendidamente belo, cheiroso, com hábitos saudáveis e trajes nababescos, ornamentados com os mais belos adereços, generoso e dominador, ora ordinário, miseravelmente apresentado, feio, mal cheiroso, dominado, oprimido, estropiado, descolorido e triste. O cenário psicossocial dependerá portanto destas variantes.

Não haveria literatura sem imaginação, invenção, por mais real (realista) que fosse, assim como imaginação sem imaginário. Portanto a literatura é o resultado da tessitura do imaginário (ele próprio um tear tecendo) na junção do simbólico, está aí o efeito do sentido. Antoine Compagnon (2009) nos revela qual função tem a literatura que lança mão do potencial imaginário, ele descreve:

> A literatura de imaginação, justamente porque é desinteressada – uma "finalidade sem fim", assim como a arte se define desde Kant –, adquire um interesse novamente paradoxal. Se ela sozinha pode ter a função de laço social, é, com efeito, em nome de sua gratuidade e de sua largueza em um mundo utilitário caracterizado pelas especializações produtivas. A harmonia do universo é restaurada pela literatura, pois sua própria unidade é atestada pela completude de sua forma , [...]. Na leitura a consciência encontra uma comunhão plenamente vivida com o mundo. Assim a literatura, ao mesmo tempo sintoma e solução do mal-estar da civilização, dota o homem moderno de uma visão que o leva para além das restrições da vida cotidiana (Compagnon , 2009: 35).

A função de nosso trabalho é propiciar às crianças e adolescentes uma atividade de simbolização – abrigando o imaginário – de pensamentos, de narração de sua própria história individual e social costurando fragmentos por meio da escrita e leitura.

Para quem vive num ambiente caótico como as comunidades periféricas (antigas favelas) no Brasil, assim como nos bairros pobres em países da América Latina, um espaço como o Centro Cultural Cartola CCC tem papel fundamental para o encontro do sentimento de continuidade. A vulnerabilidade à qual esses jovens estão submetidos e expostos é a responsável pelos episódios vividos de maneira fragmentada.

Michèle Petit (2008), toma a expressão empregada por um menino em um bairro dito «sensível – espaço no qual se pode evoluir» (Petit, 2008: 28) – que permite um novo desenrolar das possibilidades. Referindo-se às bibliotecas de bairros periféricos, Herbert Read (2001), em *Educação pela arte*, assevera que: «o critério estético persiste ao longo de todo processo do ato de aprender – aprender no sentido de adquirir habilidade para fazer alguma coisa, patinar, tecer, pintar montar um motor» (Read,2001:235). Assim, é possível progredir nesses espaços desenvolvendo habilidades por meio da leitura, do desenho e da escrita, estimulando o imaginário. Dessa forma então, por meio da arte, da criatividade, o CCC não estaria fazendo também o papel do educador? Sem dúvida! A arte promove em sua função educativa inúmeras possibilidades de socialização.

Inserindo o sujeito no social por meio da educação estética como aponta Herbert Read (2001): «quando se educa esteticamente educa-se eticamente, todo aparelho psico-emocional-social do indivíduo se funde para construir o homem que objetivamente e subjetivamente produz a conformidade adaptativa com seu mundo interno e externo» (Read, 2001: 235).

Efetivamente as oficinas de «Produção Literária» estariam cumprindo o papel de mediador e educador e, se quisermos, facilitador de construção do mundo interno e externo dessas crianças pela arte. Herbert Read (2001) segue dizendo:

> O sistema de educação escolar para a população de periferia fracassa na preparação da criança para seu lugar na sociedade. [...] –, então não é de informações que ela precisa, mas de sabedoria, equilíbrio, autorrealização, entusiasmo. [...]. "O lúdico como eu o vejo", diz ele – a arte como eu a vejo –, vai muito mais fundo que o estudo; ele passa além do raciocínio e, iluminando as câmaras da imaginação, estimula o corpo do pensamento e experimenta todas as coisas em ação (Read, 2001: 256).

O CCCartola, além de ser um lugar de ação, desempenha um papel importante por estar dentro de um território onde foi construída a história do samba, tornando-se grande fator de identidade entre os indivíduos e os grupos da comunidade. Seria esse o fator mais importante do CCCartola em relação a outras instituições sociais e culturais em locais de periferia? Certamente! A preexistência de manifestações artísticas como música, letra e dança do samba, como fundadores da cultura afro-brasileira do morro da Mangueira, nos incita afirmar que o CCCartola não surgiu do vazio, do nada. O indivíduo e o social têm e trazem fortes componentes de identidade cultural, indicando que traços imaginários puderam ser representados a partir de uma construção histórica que teve como figura determinante o "Cartola". Sambista, descendente afro-brasileiro, pobre, amante da música, se tornou, com seu inconfundível estilo, representante da voz dos indivíduos periféricos, em especial daquela comunidade. Ele, nascido com o nome de Agenor de Oliveira, foi batizado pelo samba como Cartola. Outra particularidade que perdura até hoje no mundo do samba, sem nenhuma constatação, apenas suposição de traço identitário; é um codinome que os expoentes do samba lhe conferem. Assim, o imaginário coletivo da Mangueira é produzido com estas inscrições, material não suficiente, mas, afirmamos, compatível com aquilo a que se propõe o CCC. Lugar de acolhimento e próprio para investimento material e imaterial humano, favorecendo o trabalho de reconstrução de identidade dos sujeitos, como nos advertiu Herbert Read (2001).

Michèle Petit (2008) admite que o indivíduo é trabalhado pela sua leitura e que, «[...] ao final de uma leitura, o mundo apresentado pelo livro continua tendo uma vida autônoma dentro de nós » (Petit, 2008: 35). Ela segue:

> ao menos é o que diz o filósofo Jacques Derrida: "toda cultura é originalmente colonial [...]. Toda cultura se institui pela imposição unilateral de alguma "política" da língua. O domínio, sabemos, começa pelo poder de nomear, impor e legitimar as designações (Petit, 2008, p. 36).

Levanta-se outra discussão que é a insistência em resistir ao domínio por meio de ações que desenvolvam e busquem tecer esse imaginário como a literatura e as demais atividades estético-artísticas. Partido disso, o CCC oferece ferramentas poderosas para resistir a uma cultura de hegemonia, proporcionando às crianças, por meio de suas oficinas, que o sujeito habitue-se a tecer seu imaginário, a produzir sentido simbolizando-o, portanto impedindo que se tornem dominadas em consequência de um imaginário imobilizado, como diz Derrida, pela imposição da "política" da língua e da dominação da política sociocultural. A experiência nos mostra que um dos meios de estímulo que faz esse aspecto surgir com vigor é estória escrita ou oral; a expressão artístico-literária é um dos modos potentes de inclusão social e desenvolvimento da autoestima, além do que Freud (1969) comenta:

> [...], o escritor criativo retira seu material, e como consegue impressionar-nos com o mesmo e despertar-nos emoções das quais talvez nem nos julgássemos capazes. [...]. Será que deveríamos procurar já na infância os primeiros traços de atividade imaginativa? (Freud, 1969, p. 192).

A indagação de Freud suscita conhecer no trabalho de Geneviève Patte (2012) onde fundamenta sua prática, ou, melhor dizendo, como responde a essa questão: «uma obra literária de qualidade reúne adultos e crianças em torno de experiências íntimas, vividas por cada um à sua maneira. Poucos objetos culturais destinado às crianças oferecem semelhante comunhão» (Patte, 2012:155).

O "tecer o imaginário" está inserido num espaço em condições próprias de comunidades periféricas, espaço esse não de confinamento, mas de acolhimento, hospitalidade, recuperação de reconhecimento que se perde no exílio, na fronteira de um grande centro e na expatriação. A escritora cubana Zoé Valdés (2012) dá seu depoimento de como sua casa era um quarto pobre, e um professor lhe deu os primeiros livros: «eu fazia dedicatórias para mim mesma: Para minha querida Zoé, de Julio Verne» (Jornal O Globo, 15/07/1012). É nesse sentido que Ongs, Centros Culturais como O CCCartola se prestam ao trabalho de «reconhecimento» do indivíduo e do coletivo, não importa a maneira como as narrativas – orais ou escritas – se apresentem para demonstrar o sentimento da continuidade e de reconstrução de identidade pela retomada da tessitura de um imaginário débil, alienado, pobre e rompido.

O que vem se constituindo como questões centrais no séc. XXI são locais globais, centrais e de periferia. Os investimentos nos inúmeros projetos culturais e de toda ordem, por vistos governamentais e privados, estão voltados para a atuação na inclusão e exclusão social por meio de práticas pedagógico-culturais. Segundo Michèle Petit (2008), a apropriação da Literatura como prática pedagógico-cultural estende-se à população pobre de países da América Latina, como Brasil, Chile, Argentina, Colômbia, com grave crise econômica e desastre social. Países como França e Estados Unidos, que lidam com problema de comunidades de indivíduos expatriadas e refugiados da África, Oriente Médio e Extremo Oriente, há muito usam a mesma prática como instrumento de inserção social. Ela orienta que nessa prática:

> A apropriação da Literatura [...]: porque quando aí se penetra, torna-se mais hábil no uso da língua; conquista-se uma inteligência mais sutil, crítica; e também torna-se mais capaz de explorar a experiência humana, atribuindo-lhe sentido e valor poético (Petit, 2008, p. 28).

Por meio do trabalho da Produção Literária – Tecer o Imaginário pudemos constatar a importância da literatura oral e escrita. Concordamos com Michèle Petit, 2009: 71) que: «A resistência da cultura é o direito ao pensamento». Dito de outra forma, só tem direito ao pensamento quem lê e escreve. «Hanif Kureishi, garoto mestiço na Londres suburbana dos anos 1960, filho de paquistanês e inglesa, hoje referência da literatura britânica. [...]. Aos 14 anos comecei a escrever para saber quem era» (Jornal O Globo, 15/07/1012). A leitura praticada numa biblioteca num espaço como o grupo do Tecer o Imaginário possibilita que crianças e adolescentes vivam experiências de intimidade com o texto escrito e por essa via aprendam a pensar bem: com clareza, com crítica. Esses são aspectos fundamentais para desenvolver e dar autonomia, que resiste à cultura da alienação.

Os livros dirigem as criaturas a compreenderem que são possuidoras de direitos e deveres. Quando a prática da leitura no núcleo familiar e nas instituições socioeducativas e escolares é faltosa, então vê-se a grande importância dos centros culturais e Ongs e outros programas privados voltados para a educação pela arte. Na prática da leitura crianças e adolescentes alargam o seu imaginário, em contato com as experiências vividas pelos personagens, sendo eles e suas ações representações simbólicas do imaginário do autor. Na prática da escrita é como se estivessem treinando o imaginário a buscar, captar, raptar e enlaçar – assim como fazem as aranhas prendendo os objetos com sua teia – os objetos, os cheiros, as sensações muitas vezes escondidas, esquecidas, adormecidas no inconsciente, multiplicando em proporção geométrica os significantes. Enfim, o signo como impressões psíquicas que serão transmitidos pelo "som material, a palavra". Portanto, não é pouco o esforço que despende tanto o leitor quanto o escritor para mergulhar no universo imaginário e fazer-se representar pelo universo simbólico; por outro lado, o esforço vem envolvido no prazer de uma viagem solitária e lúdica como aquela a que se atiram as crianças ao tomar seus brinquedos e durante horas construir, destruir e reconstruir suas fantasias.

As histórias originárias de uma cultura são desde sempre narradas oralmente – mitos, lendas, parábolas, histórias familiares, hierarquias, iniciações, representação de gostos herdados, enfim, tudo que constitui a sub-

jetividade individual e o coletivo. A produção da escrita literária propicia às crianças tramar, traçar, engendrar e urdir solitária e prazerosamente seu imaginário e o de sua cultura como queiram. Michèle Petit diz «que sua experiência com a psicanálise ensinou que em grande medida o que determina a vida dos seres humanos é o peso das palavras ou o peso de sua ausência» (Petit,2008: 53). Portanto, trabalhar com a leitura e a escrita pode certamente nos conduzir a uma análise da medida e do modo que ela nos aponta: «[...], ao reorganizar um universo simbólico, um universo linguístico, ao reencontrar um pouco de jogo no uso da língua, poderíamos nos abrir para outros deslocamentos» (Petit,2008:52). Ela aponta para a importância da biblioteca, da leitura, assim como igual importância para a escrita em outras passagens de sua obra, e nos fala:

> contribuição para verdadeira recomposição da identidade [...], identidade como um processo aberto, inacabado, uma conjunção de traços múltiplos, sempre em transformação. Essas recomposições ocorrem numa relação com o que "esta aí", o conteúdo de uma biblioteca, uma cultura, um patrimônio. Porém não um patrimônio imutável, petrificado, ao qual nos submetemos passivamente para nos conformarmos às normas (Petit, 2008: 53).

"Tecer o Imaginário" nos permite defrontar com a questão do sujeito pós-moderno que Hall (1992) pontua como sujeito de identidade fragmentada, subvertendo assim as possibilidades de construção de mundos estáveis, estruturados no sentido de busca de significados do passado capazes de produzir significantes que produzam subjetividades, traços culturais capazes de preservar e fortificar a identidade cultural individual e do grupo. As representações simbólicas nos textos escritos pelas crianças deixam patente a ruptura do "eu" com o social no ponto em que se acha rompido o seu próprio "eu" individual. Percebe-se que, ao serem convocadas e estimuladas a falarem de si, de sua história familiar, da escola e da comunidade, elas respondem «não temos muito assunto>> e parecem perdidas no tempo e no espaço, assim sem modos consistentes de referenciar-se e sem experiências importantes que as conduzam. Mas, quando estimuladas a inventar história (para isso é necessário que se crie uma ambiência, apresentando objetos, palavras, situações, nomes de países, ilhas que permitam pensar e com estes imaginar e criar), percebemos pelo material apresentado que a expressão simbólica é falha e fragmentada, sintoma da segregação de sua própria história: são crianças perdidas e imbricadas em identidades artificiais. Seus personagens são cópias de filme e de TV, vestidos com a mesma roupa, com o mesmo nome e as mesmas ações e trejeitos dos seres cibernéticos.

Sabemos que o imaginário não nasce conosco, como o braço, as mãos, enfim nosso corpo etc... é algo que se desenvolve, que se constrói a partir dos envolvimentos individuais e coletivos, enriquecido e trabalhado pelos estímulos nas relações desde a infância, como aponta Winnicott. Como os sujeitos tecem seu imaginário quando vivenciam universos de horizontes estreitos e identidades deslocadas? Para responder a essa pergunta teremos que entender o que a pós-modernidade fez a este sujeito que Hall (2006) define como 'sujeito de identidade unificada e coerente' (Hall, 2006:12) que foi arremessado a um caminho sem volta. Este sujeito a que o autor se refere era o «de identidade que compunha o núcleo social, exterioridade em consonância com a nossa subjetividade para atender as necessidades objetivas da cultura» (Hall,2006:13), que hoje se vê atolado numa rede de significações e representações, como se fosse um ator que numa só peça representa vários papéis, e a cada um deles trocam-se apenas o cenário e a roupa. Um multiplicador de identidades. Contudo Hall (2009) insiste: é possível criar práticas sociais, políticas e intelectuais que favoreçam a restauração de uma coesão social e individual perdida ou ameaçada. Passo a ele:

> Trata-se, naturalmente, das linguagens compreendidas no sentido de praticas significativas que envolvem o uso de signos; no domínio semiótico, o domínio do significado e da representação. [...]. Igualmente é o lugar dos rituais práticas de ações ou o comportamento social, nos quais as ideologias se imprimem ou se inscrevem. [...]. Esses rituais e práticas sempre ocorrem em locais sociais, associados a aparelhos sociais [...] (Hall, 2011, p. 164).

Assim, o CCC é esse lugar dos rituais e práticas de ações como instituição social e cultural que promove não só a pesquisa, mas condições que possibilitem examinar e desenvolver, dentre outros aspectos, o da estrutura psicológica como o imaginário individual e coletivo, assim como práticas psico-pedagógico-culturais. Isso se vê bem no exemplo que Bourdieu (2011) nos apresenta: os sujeitos "como agentes que atuam e que sabem, dotados de um *senso prático*, de um sistema adquirido de preferência, de princípios de visão e de divisão, de estruturas duradouras» (Bourdieu,2011:42). Os locais sociais dos quais fala Hall (2011) é onde pode se desenvolver o *habitus* proposto por Bourdieu em estratégias de ações nos mais diversos âmbitos. O que fazemos nos grupos do "Tecer o Imaginário" é o *campo* formulado por Bourdieu em que cada agente participa individualmente para se constituir socialmente.

Construir-se a si na cultura por meio da literatura no modelo global

No início da metade do século XX o texto literário muda na mesma frequência e rapidez com que atuam nos meios de comunicação de massa.
A função social da arte e da literatura desde o final do séc. XVIII ao século XIX sempre foi a crítica à sociedade burguesa, mas parece que hoje esse papel está se perdendo, indicativo de submissão a regras mercadológicas e modelos globalizantes de produção cultural. Freud (1969) apontava para o fato de que «A literatura moderna ocupa-se de questões controvertidas, que despertam paixões e encorajam a sensualidade, a fome de prazeres, o desprezo por todos os princípios éticos e por todos os ideais,[...].>> (Freud,1969:192). Ele continua também fazendo menção à música, artes cênicas e artes plásticas como contrárias aos papéis que atestam suas funções. Em tom de profecia Freud (1969) sentia os perigos inerentes à evolução da civilização moderna, por isso grande parte do pensamento moderno sobre vários aspectos da vida subjetiva e psíquica é "pós-freudiano", e o destino do qual se ocupava foi constatado pela direção que tomaram as manifestações artísticas na cultura do final de século XX e início de XXI. Não duvidemos, portanto, que ele, naquele momento, ao ver a arte em grandes conflitos, não significasse negar sua importância essencial no processo de deslocamento dos objetivos sexuais para outros não mais sexuais que, suprimindo os instintos, facilitassem a evolução da civilização. Deslocamento que ele vai chamar de Sublimação e tem como resultado, segundo Freud (1969), «o acervo cultural comum de bens materiais e ideais» (Freud,1969: 193). Lacan, reiterando Freud em torno desse conceito crucial da psicanálise, vai dizer que: «A sublimação eleva um objeto [narcísico e imaginário] à dignidade da Coisa» (Lacan,1988:124). Para Nasio (1989) todas as obras criadas por sublimação

> correspondem a ideais sociais elevados, subjetivamente internalizados sob a forma do ideal do eu do criador. Mas a especificidade das produções intelectuais, científicas e artísticas elaborada com a força sexual de uma pulsão sublimada reside sobretudo em sua qualidade de objetos imaginários (Nasio,1989: 78).

Ainda argumenta Freud que o sacrifício imposto pela renúncia às atividades pulsionais em direção à sublimação é muitas vezes doloroso. Seria esse o motivo que faz surgir o novo modelo que na cultura da pós-modernidade é denominado perverso? Se é doloroso renunciar às pulsões, então prevalece a insistência do sujeito e do social em extrair prazer a todo custo e de qualquer modo. Nesse cenário, Hall (2006) admite a importância de Freud e de pensadores psicanalíticos como Lacan: «Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a 'identidade' e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado da plenitude» (Hall,2006: 39).
O novo modelo é o surgimento do "autor global", aquele que não mais se identifica como inventor e transgressor na literatura e nas artes plásticas senão como produtor da demanda de mercado. Compagnon (2009) diz que «Barthes qualificou a língua como fascista enquanto Foucault, como transgressora», confirmando o que este último professava em seu livro *Foucault, a filosofia e a literatura* (2000), que a literatura é transgressora. Será que o surgimento do "autor global" aniquila ou transgride a função sociológica, antropológica psicológica, ética, científica da literatura, tão importante como análise do social? O que Freud prescrevia no conteúdo do texto literário era na verdade essa fragmentação da qual nos fala Hall (2006), embora fosse ele, como ato de criação estética e produto genuíno da sublimação, inquestionável!

Sendo assim, a literatura será sempre uma via de escoamento do imaginário pela representação simbólica, resultando daí a genealogia de identidade cultural, de forma a construir-se a si e produzir subjetividade; essa será sempre a função do texto literário, como vamos adiante ouvir de Foucault. Em dado momento Hall mostra o desmantelamento da linguagem – principal meio de cultura – e um colapso na simbolização, enquanto Foucault (2000) diz: «Que importa quem fala, disse alguém, que importa quem fala. Creio que se deve reconhecer nesta indiferença um dos princípios éticos fundamentais da escrita contemporânea.>> (Foucault,2000:85).
Os grupos em produção literária do CCCartola, pelo fato de incrementarem práticas e políticas estéticas de expressão escrita, se propõem tanto a produção como o esclarecimento, nos trazendo respostas que constatam o pensamento desses teóricos: a importância da fantasia e da imaginação para a criança no início de escolaridade, porque em geral para pensar é necessário fantasiar. E todas as invenções e descobertas são sempre realizadas nos momentos de fantasia. O ingresso dessas práticas nas escolas seria um forte componente e ingrediente catalisador de autoestima e de infinitas possibilidades de produzir significantes no uso metafórico da palavra para construir a história se si e do seu mundo social e, como consequência, a inclusão social, porque é no bojo desses ingredientes, onde o imaginário é enriquecido, que consequentemente chega-se ao alcance surpreendente do simbólico. Porém o enfraquecimento dessas práticas permite que os possíveis fiquem arruinados, fertilizando a ruptura do sujeito psíquica e socialmente.
Sabemos que a literatura produzida na periferia com o nome de *literatura marginal* vem ressaltando a criatividade nas formas de produção e divulgação de livros, com formas originais de socialização em torno dela e de seu texto. Mas se levanta uma questão crucial e necessária no que concerne à autoria do texto. Nesse momento em que a internet tem todas as ferramentas tecnológicas para publicar e lançar arsenais de textos, o "autor ausente" é o modelo desta forma de produção literária que prolifera como sintoma grave da cultura pós-moderna – e além disso a estética do simulacro nas produções coletivas e grupais. Tendo a cópia como característica da sociedade pós-moderma, a representação simbólica se torna comprometida pelo caráter evanescente do imaginário; assim, o texto literário é colocado em circulação de forma esquizofrenizante.
Quando Lacan faz analogia da tríade R.S.I. com a tríade Inibição, Sintoma e Angústia de Freud, ele assevera que o Simbólico corresponde ao Sintoma assim como a Inibição ao Imaginário e a Angústia ao Real. Partindo dessa afirmação, poderíamos pressupor que o "autor ausente" é mesmo o sintoma, a simbolização em colapso. Neste cenário transformador dos códigos da língua por meio da internet, no uso da linguagem quase sempre utilitária, técnica, o texto literário também tem o tamanho de seus fragmentos.
A leitura – qualquer que seja – faz um deslocamento do escritor e do leitor simultaneamente, de um para o outro, eles constroem-se um ao outro; o escritor muitas vezes revela ao leitor um outro diferente do que pensava ser. Segundo Barthes (2004) a linguagem, assim que é utilizada, mesmo que seja na intimidade mais profunda do sujeito, se torna serva do poder. Para ele, na literatura, sob o efeito dos deslocamentos da língua, o sujeito experimenta uma liberdade, uma revolução permanente da linguagem. Esse é o núcleo que sustenta o papel fundamental da literatura como produção de liberdade, de autonomia, de reinvenção de si e do mundo, de "senhor" entre outros. Dito de outra maneira, o desdobramento de toda relação de escritor e leitores atiça a curiosidade sobre a vida dos personagens e toda sua trama incentiva os leitores a construir as suas próprias vidas, chamando sua atenção para o significado de pertencimento e os estimulando ao domínio sobre a língua. Ainda que de modo embrionário, vão se identificando e desenvolvendo sua subjetividade embora sob grande força de hibridismo cultural.
É pertinente lembrar que a parte imaterial de um texto dependerá sempre de um imaginário: rico ou alienado. O espaço CCCartola, portanto, é o lugar que se presta ao papel de produtor e mantenedor de identidades e subjetividade. A importância de sua função é constatada pela estimulação e geração de idéias, oportunidades, vínculos que evidenciam na disposição das histórias (como são contadas e desenvolvidas pelas crianças) e na influência nas suas histórias individuais e coletivas.
O momento específico da pós-modernidade requer este lugar de acolhimento e reconhecimento de identidade na cultura do sujeito fragmentado. Não seria demais dizer que ali é o ateliê onde é possível "montar" o sujeito pós-moderno, de maneira cuidadosa pegar pedaços de "eus" para uma bricolagem. Seguindo o pensamento de Canclini (2005), não trataremos mais de esculpir o sujeito pós-moderno, este é o seu ponto de contato com Hall (2009) quanto ao sujeito desconectado e fragmentado de que falam. Canclini adverte: «[...]. Quero deter-me

aqui numa das consequências desta nova condição intercultural e transnacional da subjetividade: as dificuldades de manifestar-se como cidadania» (Canclini,2005:205). Vendo dessa forma, reconstruir identidades e subjetividade numa comunidade periférica exige uma missão engenhosa de resgate.

RESULTADOS POSITIVOS OBTIDOS NA PESQUISA

Observamos que as oficinas de "Produção Literária – Tecer o Imaginário" se mostraram como um grande multiplicador de possibilidades. Levando-se em conta que os atores são crianças e pré-adolescentes ainda em processo de formação psicoativa e formação escolar, confrontados à dependência e submissão do universo marginalizado da periferia, a prática no manejo da linguagem facilita a construção deles próprios. Petit (2008) diz quanto ao construir-se a si próprio: «quanto mais formos capazes de nomear o que vivemos, mais aptos estaremos para vivê-lo e transformá-lo. Enquanto o oposto, a dificuldade de simbolizar, pode vir acompanhado de uma agressividade incontrolada» Michèle Petit (2008:36).

A fala de três crianças da "Oficina do Tecer o Imaginário" no CCCartola constatam o que Petit nos afirma. Em um dos encontros, um menino de 11 anos, com problema de dicção, disse exaltado: «Hoje não vou escrever nada, quero fazer a história mais não sei como armar... as palavras são tão pouquinhas». A menina de 13 anos diz: «Os livros têm histórias grandes e eu só faço cinco linhas, estou muito chateada». Um menino de 10 anos escreveu uma história, e em seguida, na mesma folha, fez um desenho complicado. Questionado por que escrevia e desenhava, ele respondeu: «Sabe, eu não sei colocar as palavras, aí eu desenho para contar tudo que eu queria escrever». Entendemos o quanto faltava-lhes a linguagem para se expressarem, por outro lado víamos a fascinação que a cultura exerce sobre eles, o jogo das palavras, as frases veiculadas pelas massas. Apesar da dificuldade em ler e se expressarem pela escrita, eles, dentro do que é possível pela apreensão das histórias de outros autores, embarcam no imaginário destes e num segundo momento, ou simultaneamente, estão despercebidamente embarcando no seu próprio, desenvolvendo outra forma de ver o mundo, emoldurando seu significante de diversas maneiras para suportar o real de suas vidas do dia-a-dia na comunidade.

Preliminarmente uma análise do material pesquisado nos aponta que na produção artístico-cultural da comunidade há sinais aos quais não podemos ficar indiferentes. Estão inseridos nos movimentos periféricos a literatura marginal assim como a arte grafiteira e muralista, cuja força percebíamos desde a década passada, e agora, como indicador de profundo processo de identificação entre os jovens de comunidade de origem. Sem dúvida o acesso à leitura impulsiona a inclusão e a transformação social que certamente são geradores de produção no campo da cultura, dessa maneira uma nova reconfiguração caminha rumo ao que chamamos hoje de *função social da arte.*

A continuação deste estudo diz respeito à importância do imaginário constituído na escrita infantil. Para isso precisamos passar pela literatura do Brasil colonial, recheada de mitos e representada pela vida cotidiana daquela época.

As crianças do CCCartola são herdeiras de um sistema social do final do século XX e, além disso, trazem a marca cultural de um Brasil que viveu 400 anos num sistema colonialista e imperialista.

Em qualquer situação, falar de literatura, de texto de criação literária é pensar na cultura e ideologia. É colocar em cena valores de classes, é dar voz à comunidade. Terry Eagleton vai nos alertar em *Marxismo e crítica literária* em quais condições históricas se produzem:

> As obras literárias não são misteriosamente inspiradas, nem explicáveis simplesmente em termos da psicologia dos autores. Elas são formas de percepção, formas específicas de se ver o mundo; e como tais, elas devem ter uma relação com a maneira dominante de ver o mundo, a "mentalidade social" ou ideologia de uma época (Eagleton,2011, p. 39).

METODOLOGIA APLICADA

Muitas vezes, direcionar crianças a se apropriarem de sua narrativa pela escrita não se constitui tarefa fácil, basicamente por dois motivos: o primeiro é a pergunta feita para dar início a um processo as estimule, ou seja, não seria apenas colocando papel e lápis na mão que se constrói uma história. Tampouco resolveria o impasse mostrando a elas um mundo ao qual não têm acesso, muito embora seja imperativo reconhecer o quanto de positivo seria ultrapassar os limites do morro e da comunidade; o segundo permanece de difícil solução e implica o primeiro: conseguir liberação e estrutura para levá-las do CCCartola, situado na zona norte da Cidade, a monumentos públicos como o Jardim Zoológico, os Museus, o Jardim Botânico, a Cidade do Samba. Os trâmites burocráticos não o permitem. Com isso, era preciso adequar-se ao ambiente e aos dispositivos a mão. A ideia foi mesmo trabalhar com o material disponível: livros de histórias, objetos- palavras, fotografias, bichos, na tentativa de alçá-los dali a outros lugares por meio da imaginação. Os participantes eram colocados em situações que requeriam uma saída, uma escolha, um raciocínio rápido, um estado de reflexão e de compreensão a respeito do conceito da palavra ou do objeto em si.

Por exemplo, foi-lhes mostrada uma coleção de pedras diversas, para, em seguida, uma perguntas ser lançada: Como essas pedras podem crescer dentro da gruta? A explicação vinha respeitando-se a base científica: gotas d'água misturam-se ao calcário. Depois eles retornavam as perguntas: Essas pedras fazem bijuterias? Fazem joias? Como deve ser a caverna? Os ladrões não vão lá roubar?

Assim, a palavra PEDRA desdobrava-se em inúmeros sentidos, era metaforizada, vista sob a ótica de algo precioso, onde se guardam jóias, onde se escrevem palavras, lugar de mistério, beleza, onde se faz rapel. "É gelada como a morte!" – disse um deles.

Chamei tal processo de "aquecimento do imaginário", porque, para que algo do imaginário aparecesse, era preciso desencadear significados que lhes falassem à alma, tal como aconteceu com Proust: o cheiro do bolo que sempre comia na infância lhe aparece em uma desses viagens de trem para a casa de campo, como fazia desde pequeno. De volta a Paris, seu imaginário encontrou as redes simbólicas onde teceu sua obra. E Proust foi um escritor tardio.

As crianças do CCCartola pela imaginação eram arremessadas a grandes aventuras, que iam dos passeios de rios a vôos de asa delta. Era uma verdadeira viagem das idéias da imaginação.

Outra técnica foi pedir que escolhessem de uma a cinco palavras, no máximo. Com a evolução dos encontros, foi possível construir histórias que remetiam a uma única palavra, indicando um progresso em ressignificar escolhas, ou seja, as crianças e os jovens davam corpo a uma única ou quatro ou cinco palavras, recheavam-na(s) de significantes e a(s) usava(m) como coringas. Era um precioso passo para estender o mundo simbólico e aquecer o imaginário. Surgia, daquela prática, um texto/sujeito, cujas palavras eram um tronco donde se espalhavam uma infinidade de ideias criativas. Minayo vem em auxílio para a compreensão da técnica:

> O método é o próprio processo do desenvolvimento das coisas. Lênin nos ensina que o método não é a forma exterior, é a própria alma do conteúdo porque ele faz a relação entre pensamento e a existência e vice-versa (MINAYO, 1992, p.22).

Enquanto Bourdieu(2011) constatou na pratica que, o *habitus* é a estratégia de ações valiosas focadas no objeto dentro do campo no qual se quer investigar, nos mais diversos âmbitos. O que fazemos nos grupos do "Tecer o Imaginário" é o *campo* formulado por Bourdieu em que cada agente participa individualmente para se constituir socialmente.

Esta pesquisa qualitativa tem como característica ir além dos fatos e dos fatores objetivos; a partir desse traço, é possível obterem-se resultados dos fenômenos que se passam fora da observação do pesquisador. Foi necessário trazer para o interior da análise aqui desenvolvida quais seriam o subjetivo e o objetivo dos atores sociais e dos pesquisadores envolvidos, no sentido de compreender qual fato deveria ser valorizado dentre tantos; enfim, o sentido material e imaterial de todo trabalho. Thiollent (1987: 31) considera como pesquisa-ação «a estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo».

O entrosamento que propicia o trabalho participativo pela ação dos atores sociais e dos pesquisadores facilita a compreensão do papel desempenhado pelo CCCartola como instituição. O significado do Mestre Cartola, como entidade representativa de valores positivos, somado às práticas socioculturais aplicadas lá dentro são vetores que desencadeiam construções individuais e coletivas, raízes de autonomia, liberdade, singularidade – características que surgirão sempre pelo viés da intersubjetividade, tão necessário para a construção de sujeito. Minayo apresenta a possibilidade de o método caminhar com o processo do trabalho, o que reforça a validade das anotações do diário de campo. A seguir, portanto, apresentarei algumas anotações desse diário. Na verdade, reforço que tais anotações são alguns recortes dos principais aspectos ali referenciados. validade das anotações do diário de campo. A seguir, portanto, apresentarei algumas anotações desse diário. Na verdade, reforço que tais anotações são alguns recortes dos principais aspectos ali referenciados.

Em 10/05/20012 – A primeira oficina foi inaugural. Falei sobre a literatura de forma mais simples possível. A diferença entre a história que se inventa e a que existe de fato, pautada no acontecimento. As próprias crianças trataram de dar exemplos ligados à cidade e ao noticiário local.

Abordei histórias de escritores conhecidos, como escreviam, como construíam seus personagens, o porquê dos nomes em alguns, como pensar um personagem, e o que seria a inspiração. Pedi que inventassem uma estória em primeira pessoa, como uma autohistória. Não coloquei nenhum objeto como bichos, bonecos ou algumas outras representações, mas pedi que idealizassem como seria uma floresta e que se transportassem para aquele lugar.

Achei interessante levar os alunos à biblioteca, criar uma intimidade com os livros que se viam espalhados pelas diversas prateleiras, além do que era mais confortável para escrever sobre as mesas ali disponíveis. Folhearam alguns, lendo pequenos trechos de histórias e falando de suas preferências. Depois de algum tempo, apresentei-lhes alguns objetos na intenção de que fossem inseridos em sua imaginação. Eram objetos que o CCCartola ofertavas para eventuais brincadeiras: robôs, macacos, princesas.

Em 17/05/2011 – Foi a primeira vez que refleti sobre a ideia de levar sempre um lanche para lhes oferecer. Deste dia em diante, eles contariam com o intervalo para experimentar as guloseimas.

Voltei ao diário para registrar que tais momentos se tornaram de muitas trocas, das lembranças do lanche da escola, da escassez de comida em casa, da comida feita pela avó... Era frequente que, ao me servir de café, o que era destinado apenas para funcionários e visitantes adultos, eles chegassem perto de mim sorrateiramente e falassem com a mão na boca perto do meu ouvido: “Você pode deixar um pouco do seu café para mim?”. Eu quase sempre prometia providenciar com a administração uns cafezinhos, eles ficavam felizes. Eu dizia: “Café é para adulto. Crianças tomam suco!”, ao que retrucavam: “Você está enganada! Em minha casa só tomo café”. Nossa relação passou a ser além da simples pesquisa. Discutíamos gostos! Entendi que nas negociações e trocas de experiências inserem-se dados e manifestações preciosos do próprio objeto.

Em 27/05/2011 – As histórias que haviam sido feitas até ali eram carregadas de vivências do dia a dia na comunidade violência, dificuldades, tristeza, medos e destruição. Raro o momento em que apareciam rastros de alegria, de esperança e amor. Registro esse fenômeno e resolvo ver se existe estrutura para levá-los a outros lugares, que não necessariamente sejam físicos, mas também pelo imaginário.

Os encontros das próximas oficina foram suspensas por algum tempo, porque na comunidade da Mangueira estavam acontecendo frequentes confrontos de policiais e traficantes. Talvez pelo fato de a Mangueira receber uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Tempos depois, o trabalho foi retomado. Antes, porém, fui ao CCCartola e comuniquei o meu retorno e o dos trabalhos das oficinas.

Em 10/08/2012 e em 17/08/2012 – Percebi na volta que o número de crianças redobrou fazia tempo, o que dificultava atender a todos de forma individual. Novas estratégias de trabalho foram adotadas. Dividi a turma em grupos de dois ou três. Dessa vez, pedi que fizessem histórias em capítulos, foi muito difícil. De dez crianças apenas duas conseguiram dar continuidade a mesma história, no outro encontro. Os demais entregaram seus textos prontos ou inacabados, e não deram seguimento. Outros fizeram textos com desenhos.

Em 31/08/2012 – Compareceram seis crianças e faltaram duas. A falta tem sempre motivos como horário, alguém para trazer, dever ou prova da escola. Tenho, às vezes, de fazer negociações que se tornam cansativas. Nesse dia acabei brincando com eles de esconde – esconde, e o lugar preferido deles era debaixo das saias das fantasias da Escola de Samba da Mangueira que permanecem expostas no CCCartola.

Em 14/09/2011 – Tentei estimulá-los com ideias e imagens que pudessem continuar suas histórias. Pedi que pensassem em uma baleia fora da água numa avenida, por exemplo, tentando "andar", arrastando-se. Perplexos, perguntavam: "Isso não é a mesma coisa de bichos que falam?" Respondi que sim, que história era isso; inventar, dar vida a coisas impossíveis. Mais uma vez, não consegui deles histórias com visualizações abstratas, cenas sem mostrar imagens, ou material visual palpável. Percebi que tal estratégia não surtia efeito. Supus que a formulação de conceitos abstratos ainda lhes era difícil. Talvez depois de certo tempo... Sai dali decidida a continuar o trabalho de estimulação imaginária por intermédio de objetos e imagens – ainda necessários à construção de textos.

Considerações Finais

De todos os pontos concebidos durante o tempo da pesquisa, o maior deles foi perceber o quanto é gratificante e prazeroso para as crianças e os jovens suas participações numa atividade que faz do campo educativo e terapêutico um "campo de aventura". A maior parte do que foi investigado e analisado constituiu-se em exemplos de tentativas de libertação. A ausência de constrangimento das avaliações escolares com notas e de algumas atitudes das instituições educacionais clássicas que desqualificam a criança, destruindo-lhe a autoestima, foram pontos positivos.

Talvez pela dinâmica e flexibilidade, o entrosamento dos encontros fez com que eles se abrissem para a atividade psíquica e promovessem o inter-relacionamento de modo mais substancial. Muitos dispositivos são responsáveis pelo resultado, porque a proposta da *Produção Literária: Tecer o Imaginário* abrigava a convivência coletiva, como também se permitia, através das produções textuais, escutar individualmente aqueles sujeitos, respeitando suas expressões e dificuldades, sem imprimir-lhes conotações negativas.

Eu coloquei-me na posição de quem estava ali para atender demandas, que se concretizavam num olhar, na leitura de um texto, numa brincadeira qualquer. Embora os seus ritmos fossem diferentes, havia espaço para que fizessem associações; enfim, existia uma sensação boa de pertencimento e de intimidade com outro mundo que não era possível fora dali.

Eram oferecidos bens culturais, além do que já significa para eles a entidade CCCartola. Sob as palavras se erguiam verdadeiros mundos habitados, onde era possível nomear, amar, odiar, descansar com segurança. As palavras passaram a ser brinquedos de encaixe, de onde surgiam imagens e lembranças que se encaixavam ora numa peça, ora noutra.

Era possível uma elaboração simbólica de suas vivências, mesmo na escassez de experiência. Quantas vezes alguns deles vinham para perto de mim não mais para escutarem as histórias, mas, sim, atrás de acalento. Depois escreviam uma história onde a bruxa se transformava numa "boa mãe".

Seja de que forma for, a literatura tem poder surpreendente de fornecer suporte para as adversidades. Os romances, contos, quadrinhos, crônicas, ensaios, fábulas promovem trocas imaginárias e reais, colocam o pensamento em movimento e facilitam o acesso às representações simbólicas, conduzindo o sentido do indizível. É difícil conectar-se com a experiência de colocar as palavras para transmitir o que se pensa. As palavras e a comunicação falham quando diante de qualquer situação de violência e trauma. Nos livros, o sujeito refugia-se do desespero. O trabalho do escritor é árduo, porque atravessa os abismos para chegar perto dos mecanismos inconscientes e necessários à sublimação. Arranca das entranhas o que está adormecido e, quando volta sozinho, vem carregado de sentido; nas piores dores e perdas, funciona como o balsamo que cura a alma.

Em plenitude e alegria, era dessa forma que eu via a s crianças quando terminavam suas histórias. Apenas uma menina de sete anos vi chorar depois de escrever. Narrava sua queixa da mãe... talvez, tivesse deixado escapar pela escrita algo de atormentador e muito recalcado. Pediu-me que a levasse à psicóloga. Quando lhe expliquei que eu também era psicóloga, ela veio e sentou-se em meu colo. Digno de fato é que o episódio se deu no dia em que levei lindas máscaras venezianas para que eles pudessem criar.

Quanto mais eles estiverem familiarizados com a escrita e com o pensar criativo mais vantagens terão. Petit (2009) aponta para o fato de que "é muito mais difícil ter voz ativa no espaço público quando se é inábil no uso da cultura escrita". Também o trabalho investigativo aqui realizado aponta para o valor e a importância

da literatura num espaço onde frequentam crianças em vulnerabilidade social, e seu efeito transformador de acolhimento.

O CCCarttola, como fomentador de espaço vital, põe suas instalações físicas à disposição, para que sejam ocupadas com propostas que sejam facilitadoras de emergência de sujeito e da produção de identidades. A literatura não é artigo de luxo que deve servir a poucos. Todos devem e têm direito de se apropriarem dela para a usarem quando bem lhes aprouver. O lugar dela propicia comungar dos ideais da vida, elaborar espaços internos.

Finalmente, cabe ressaltar a importância do CCCartola como resistência à discriminação das diferenças e por oferecer novas possibilidades de reconstrução de sujeitos autônomos e menos vulneráveis a todo e qualquer discurso dominante.

Compartilhar a leitura e inventar histórias é transformar a relação com o mundo. Experimentar o sentimento de pertencer à humanidade implica abrir-se para o outro, sentir-se próximo. É dar nome e sentido às experiências existenciais, psicológicas, culturais e ideológicas.

Se, no passado, a literatura, como qualquer outra manifestação artística, assumiu um papel crítico da sociedade burguesa, hoje ela aparenta estar a serviço das demandas mercadológicas; contudo, a força dos novos movimentos da arte nas periferias aponta para uma retomada crítica, com fortes sinais de mudança, o que significa que, mais do que nunca, lugares como o CCCartola podem assumir a dianteira da inclusão e da transformação social, com potencial de reconfigurar indivíduos pela função social da arte.

A importância do CCCartola como resistência é oferecer novas possibilidades de reconstrução de sujeitos autônomos e menos vulneráveis a todo e qualquer discurso dominante, estes que sempre trazem no conteúdo a impossibilidade de pensar. E é no pensar que a liberdade se gesta.

Referências

BHARTES, R. (2004), *Inéditos: crítica*. São Paulo: Editora Martins Fontes.

BOURDIEU, P. (2011), *Razões práticas: sobre a teoria da ação*, Campinas-SP: Papirus.

CANCLINI, N. (2005), *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas de interculturalidade*, Rio de Janeiro: UFRJ.

COMPAGNON, A.(2009), *Literatura para quê?,* Belo Horizonte:UFMG.

EAGLETON, T.(2011), *Marxismo e crítica literária,* São Paulo: UNESP.

FOUCAULT, M.(2000), "Linguagem e literatura". ln: MACHADO, R. (org.). *Foucault, a filosofia e a literatura* , Rio de Janeiro: Zahar, pp.85-154.

FOUCAULT, M.(2009),"Prefácio a transgressão". In FOUCAULT, M. *Ditos e escritos III* (1962): *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*, (1969), Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FREUD, S.(1969), Gradiva de Jensen e outros trabalhos (1906-1908). *Obras completas*, vol IX. Rio de Janeiro: Imago.

HALL, S.(2006), *A identidade cultural na pós-modernidade*, Rio de Janeiro: DP&A.

———— .(2009), *Da diáspora: identidades e mediações culturais*, Belo Horizonte: UFMG.

LACAN, J. (1974-1975), *Seminário R.S.I,* Apostila de circulação interna do Colégio Freudiano do Rio de Janeiro.

————. (1988), *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*, Rio de Janeiro: Zahar.

NASIO, J.(1989), *Lições sobre os 7 conceitos cruciais da psicanálise*, Rio de Janeiro: Zahar.

PATTE, G. (2012), *Deixem que leiam*, Rio de Janeiro: Rocco.

PETIT, M.(2008), *Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva*, São Paulo- editora 34.

————.(2009), *A arte de ler ou como resistir à adversidade*, São Paulo- editora 34.

READ, H.(2001), *A educação pela arte*, São Paulo: Martins Fontes.

Outras fontes

COELHO, A. L. Outras palavras, *O Globo*, Rio de Janeiro, Domingo 15 de julho 2012. Segundo Caderno, p. 2.

SITE

www.centroculturalcartola.com.br

O multiculturalismo contemporâneo nas escolas: reconhecimento e afirmação de histórias e culturas urbanas negadas

Mônica G.T. do Amaral[1]

Maria Patrícia Hetti[2]

Ana Cláudia Florindo Fernandes[3]

Raquel Martins[4]

Resumo: Pretende-se apresentar os resultados de uma pesquisa, cujo objetivo é contribuir para a melhoria do ensino público na cidade de São Paulo, tendo como base a experiência de colaboração interdisciplinar que desenvolvemos em escolas públicas, em torno dos elementos do hip-hop e de outras culturas ancestrais cultivadas pelos jovens nas periferias de grandes cidades brasileiras. Considerando a necessidade de atendimento à demanda das escolas para o cumprimento da Lei 10639/2003, que torna obrigatória a inclusão da história da África e das culturas afro-brasileiras no currículo das escolas públicas e privadas de educação básica, a pesquisa propôs-se a elaborar uma proposta em educação, orientada por uma perspectiva multicultural voltada para a diversidade étnica e cultural presente nas escolas brasileiras. Pretendemos conduzir esta discussão junto aos professores, que, por sua vez, serão estimulados a criar novas estratégias de ensino, em suas respectivas disciplinas, inspirados pelo debate acerca de um ensino culturalmente relevante que se encontra pautado pelos fundamentos teóricos do multiculturalismo. E desse modo, contribuir para fazer avançar os princípios de uma pedagogia crítica e culturalmente relevante. Uma discussão que necessariamente envolve o debate suscitado por T.W.Adorno (1995) a propósito da educação e emancipação, que aponta a necessidade de se oferecer uma diversidade de experiências possibilitando identificações múltiplas. Debate este retomado pelos teóricos do multiculturalismo que, por sua vez, envolve discussões sobre a identidade cultural (Hall, 2006), os hibridismos culturais (Canclini, 2010) e a política de reconhecimento (Taylor, Habermas, Appiah, 2009; Honneth, 2009).

Palavras-Chave: multiculturalismo, educação e letramento – educação, diversidade e alteridade – estética urbana juvenil - culturas populares e educação- identidade cultural e hibridismos culturais – hip-hop, educação e políticas de reconhecimento.

---

1 Mônica do Amaral coordenou a pesquisa sob o título*: Rappers, os novos mensageiros urbanos na periferia de São Paulo*: *a contestação estético-musical que emancipa e* educa (FAPESP: 2010:52002-9), em parceria da FEUSP com a Organização Não-Governamental Casa do Zezinho, Capão Redondo. Coordena o grupo de pesquisa *Multiculturalismo e Educação,* junto ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), desde nov. de 2011. As orientandas de Doutorado Maria Patrícia Hetti e de Mestrado, Raquel Martins, bem como Ana Cláudia Florindo, Mestre em Educação (FEUSP), fizeram parte da equipe de pesquisadores. monicagta@usp.br.

2 Profa do Instituto Federal de Educação Tecnológica de São Paulo e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo-SP-Brasil. Email: patrícia.hetti@uol.com.br.

3 Profa Multidisciplinar no Ensino Fundamental I e Mestre em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo-SP-Brasil. Email: anaflorindo@usp.br.

4 Musicista e Mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo-SP-Brasil. Email: raquelmartins@usp.br

Negro Drama
Negro drama,
Entre o sucesso e a lama,
Dinheiro, problemas,
Inveja, luxo, fama.
Negro drama,
Cabelo crespo,
E a pele escura,
A ferida, a chaga,
A procura da cura.
Negro drama,
Tenta ver
E não vê nada,
A não ser uma estrela,
Longe meio ofuscada.

Passageiro do Brasil,
São Paulo,
Agonia que sobrevive,
Em meio a zorras e covardias,
Periferias, vielas e cortiços...
Racionais MC's, São Paulo, Brasil

Introdução

Iniciamos este artigo com um trecho da letra da música *Negro Drama*, dos Racionais MC's, para pensarmos, do ponto de vista de uma grande parcela de nossa população que tem sido "*historicamente prejudicada*", em que medida o *reconhecimento*, elevado a conceito pelo filósofo Axel Honneth (2009), remete a uma *necessidade real, efetiva*. Necessidade esta que identificamos nas músicas e letras compostas por jovens moradores das periferias de São Paulo, com quem temos realizado oficinas em sala de aula de *rap, break, grafite,* enfim com os diversos elementos que compõem o hip-hop, sem esquecer do 5º elemento - *o conhecimento, diríamos, engajado e comprometido com ideais emancipatórios*.

Nossas pesquisas a propósito de uma educação multicultural voltada à emancipação, com ênfase no papel formativo das culturas ancestrais e contemporâneas historicamente negadas em nosso país, parecem fazer eco às ponderações de T.W. Adorno, em seus estudos sobre *Educação e Emancipação* (1995), oriundos de uma série de debates radiofônicos realizados entre 1959 e 1969.

Segundo o autor, uma educação exclusivamente voltada ao "esclarecimento da consciência", ou seja, pautada na apropriação dos conhecimentos técnicos e científicos, sob o Capitalismo Tardio, não conduz necessariamente ao aprofundamento do sentido de humanidade e a uma experiência formativa tal como preconizara Hegel, em *A Fenomenologia do Espírito*(1939-1941). Obra em que o filósofo alemão sustenta, a propósito da dialética do senhor e do escravo, que o *reconhecimento do escravo não se dará pelo senhor, mas pelo caráter formativo do trabalho*. No item "Consciência de si", da obra *Fenomenologia do espírito*(1939-1941), Hegel sustenta que o reconhecimento só se dá como "reconhecimento recíproco", esclarecendo, no entanto, que no caso do escravo, é pela mediação do trabalho que a consciência surge para o sujeito como consciência para si. Mas, diferentemente de Hegel, a leitura marxista se encontra pautada na "práxis da formação ainda inconclusa do presente", conforme salienta Wolfgang Leo Maar, na introdução à edição brasileira de *Educação e emancipação* (Maar, 1995: 17). Uma interpretação que tornou possível apreender o caráter "deformador" do trabalho alienado sob a égide do capitalismo e que foi apreendido pelos filósofos da Escola de Frankfurt, muito mais como "crise do trabalho formador", a partir do qual Adorno, em particular, pensa a "articulação entre o processo social do trabalho e o processo de formação cultural"(Maar, 1995:17).

A esse respeito, seria importante retomarmos as idéias de Fanon (2008), que atualiza o debate ensejado por Hegel em um sentido contemporâneo no contexto do pós-colonialismo, referindo-se ao sujeito negro que, ao

ser assimilado à ideologia do branco, não encontra no trabalho a condição de sua libertação, mas ao contrário, vê-se aprisionado ao ideal do senhor. Embora, noutro momento da obra, aponte para o necessário passo adiante a ser dado em relação a esta tese de Hegel, salientando como dependerá da ruptura com toda a racionalidade branca, na verdade, prenhe de irracionalidade, e da negação desse outro de si (branco) que nele se inocula, para ir ao encontro de seu corpo negro, do ritmo e da consciência negra em sua "densidade absoluta".

Adorno (1995), embora não mencione a questão racial, pondera sobre o papel da "incultura" ou da "semiformação" alimentada pela formação técnico-científica voltada ao avanço da produtividade, assim como pela Indústria Cultural, que teriam conduzido ao etnocentrismo e à barbárie de Auschwitz. Daí a importância dos estudos da psicanálise articulados pela teoria crítica ao marxismo para se pensar os limites do esclarecimento e da dissolução da experiência formativa. Defende uma formação voltada à emancipação, que seria "resultante da crítica e da resistência à sociedade vigente responsável pela desumanização", capaz de subverter justamente a tendência à "mera apropriação de instrumental técnico e receituário para a eficiência, insistindo no aprendizado aberto à elaboração da história e ao contato com o outro não idêntico, o diferenciado"(Adorno,1995: 27).

O aprofundamento dessas reflexões no contexto contemporâneo, particularmente a propósito das consequências sócio-históricas para países, como o Brasil - cuja formação e desenvolvimento se devem, em grande parte, à diáspora forçada do Atlântico dos povos africanos escravizados, que trabalharam em condições sub-humanas durante mais de três séculos e cujos descendentes foram excluídos da escola e do mercado de trabalho no mínimo até a década de 30 - levou-nos a pensar sobre as consequências do substrato bárbaro em que se forjou o projeto de modernidade brasileiro, do qual ainda somos herdeiros, para a construção da identidade dos jovens afrodescendentes no Brasil. Uma barbárie que se enraíza nesse passado recente, e que se encontra subjacente às atitudes da elite e classes médias, que tendem a se posicionar contrariamente a qualquer avanço nas políticas sociais e na extensão dos direitos à cidadania ao conjunto da população, para os quais urge o reconhecimento das culturas e história das populações historicamente prejudicadas, como tem salientando o filósofo Axel Honneth.

A reelaboração de culturas e identidades das diásporas forçadas do Atlântico e dos novos fluxos populacionais observados no contexto pós-colonial conduziram-nos à investigação sobre o potencial crítico e emancipatório do *hip-hop* para milhares de jovens espalhados pelo mundo que têm encontrado no movimento o respaldo para o enfrentamento do contexto de exclusão ao qual se encontram submetidos na era da globalização e da mundialização da cultura. De outro lado, movidos pela ideia de "telescopia histórica" (Béthune, 2003), estudamos o modo como, por meio de suas manifestações estéticas, as culturas jovens urbanas têm propiciado uma releitura das culturas ancestrais afro-brasileiras pela mediação da tecnologia eletrônica e das mídias sociais.

No campo da educação, a cultura *hip-hop* atualiza o debate iniciado por Adorno a propósito de uma educação emancipatória e crítica, além de contribuir com elementos estéticos, ancorados na matriz africana da cultura, para se pensar uma educação culturalmente relevante, voltada à diversidade. Daí a importância de inserir esta reflexão no contexto do debate do multiculturalismo e da luta pelo reconhecimento, tal como preconizado por Axel Honneth (2009).

A cultura hip-hop e a educação voltada à emancipação

A razão pela qual acreditamos que raps como os do grupo Racionais MC's possam vir a contribuir para uma formação emancipatória e crítica se baseia no próprio conceito de emancipação. De acordo com Adorno, a ideia de emancipação deveria ser inserida "no pensamento e também na prática educacional"(Adorno, 1995: 143). Embora admita a ambiguidade inerente ao próprio conceito de educação voltada à consciência e à racionalidade, dela fazendo parte o objetivo de adaptação, que visa, por sua vez, "orientar os homens no mundo", ficar restrita a esta dimensão seria bastante questionável. A educação por meio da família e da escola, ou mesmo da universidade, consciente deste conformismo, deveria se voltar muito mais à "tarefa de fortalecer a resistência do que de fortalecer a adaptação"(Adorno, 1995: 144). Adorno considerava que a conscientização sobre essa dimensão da ideologia dominante e seus mecanismos de opressão e manipulação seriam a principal via para a emancipação: "a única possibilidade que existe é tornar tudo isso consciente na educação" (Adorno, 1995:154).

Identificamos nas letras dos Racionais MC's que a temática recorrente em suas letras escapava do âmbito em que se inscreviam "pessoas bem ajustadas" (Adorno e Horkheimer, 2006), ou seja, adaptadas, no caso, ao ideário ocidental, branco e etnocêntrico, o qual ainda prevalece em nossa sociedade, como se pode observar na mídia e na cultura escolar dominante. As letras expõem a violência e a segregação a que estão sujeitos os jovens negros e moradores das periferias dos grandes centros urbanos, levando-os, muitas vezes, à morte. Outra temática abordada em suas letras refere-se à proximidade desse jovem com a criminalidade. A abordagem desta questão aponta para o desamparo social experimentado por esse jovem por questões étnico-raciais. Muitas vezes, esse jovem é cooptado pelo crime em decorrência de sua fragilidade psíquica e situação de extrema pobreza. Nesses casos, o crime torna-se uma estratégia para a afirmação de sua existência por propiciar acesso ao consumo e "garantia" de sua sobrevivência, apesar dos riscos e consequências que a criminalidade gera.

Cabe ressaltar que o rap, enquanto gênero musical, compreende diversos estilos, sendo que alguns possuem caráter mais ideológico e político do que outros menos comprometidos com questões sociais, e que, por essa razão, tornam-se mais vulneráveis à cooptação pela indústria cultural. Na atualidade, embora praticamente seja quase impossível identificar alguma manifestação artística que esteja isenta da influência da Indústria Cultural, grupos de rap, como os Racionais MC´s, utilizam suas próprias ferramentas e recursos para sustentar suas produções, mantendo-se em certa medida apartados das tendências dominantes. Culturas populares que são relevantes esteticamente, como no caso do rap, são negadas tanto por preconceito, de natureza social e racial, como por trazerem à tona o passado escravocrata negado em nosso país. Um passado marcado pela barbárie cometida contra indivíduos negros que a ideologia dominante procura camuflar, apoiando-se no mito da convivência pacífica entre brancos e negros, ou como demonstra nossa história, entre o dominador e o explorado.

A temática intrínseca ao rap crítico e engajado no Brasil, além de caminhar em direção contrária às produções massificadas para fins mercadológicos e de entretenimento, rompe com essa dominação pela via estético-musical. As bases de rap são concebidas a partir da utilização de trechos rítmicos ou melódicos de diferentes gêneros musicais. O DJ utiliza o *sampler* para reproduzir e misturar os "fragmentos sonoros", realizando uma espécie de "trituração sonora" (Béthune, 2003) e, desse modo, transforma esse material sonoro em uma nova forma musical. De acordo com o autor, as bases rítmicas americanas são caracterizadas por uma polirritmia que nos faz lembrar a tradição musical afro-americana, com sua comunicação de tambores (*drumstalk*). No Brasil, a configuração rítmica do rap nacional também faz ressoar a tradição africana de se comunicar por meio do ritmo, como ocorrera desde os batuques nas senzalas. O ritmo é atualizado no rap por meio de *sample,* que recorta **células rítmicas extraídas do** soul e do funk norte-americano e, no Brasil, do samba e de outros ritmos regionais.

Gostaríamos de expor algumas das preocupações que têm norteado nossas pesquisas com vistas à melhoria do ensino público em nosso país e que resultaram em uma parceria com o núcleo étnico-racial da Prefeitura de São Paulo, que permitirá a participação conjunta de artistas populares (envolvendo as artes contemporâneas do hip-hop, bem como artes ancestrais, como a Capoeira), pesquisadores da Universidade e professores da rede pública.

A pesquisa de campo e seu delineamento teórico

A pesquisa que apresentamos neste artigo, *Rappers, os novos mensageiros urbanos da diáspora afro-brasileira na periferia de São Paulo: a contestação estético-musical que emancipa e educa,* realizada entre 2010 e 2013, envolvendo um trabalho de dois anos em uma ONG e depois, em uma escola pública, acabou oferecendo o delineamento da experiência que iniciamos este ano, em quatro escolas públicas, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

Gostaríamos de aprofundar o debate sobre o multiculturalismo e a luta pelo reconhecimento das populações historicamente prejudicadas em nosso país, com alguns momentos de nosso projeto de pesquisa que resultaram em teses e dissertações, cujas reflexões encontram-se bem sedimentadas dos pontos de vista, teórico e de campo.

A realização de oficinas de música com ênfase no rap, conduzidas por Raquel Martins, em uma ONG, inicialmente e, depois, em uma escola pública, possibilitou a elaboração e a análise de atividades visando propiciar

aos jovens afrodescendentes – em grande parte, socialmente prejudicados, muitas vezes colocados em situação de risco - um espaço dentro dos ambientes escolares para o desenvolvimento e fortalecimento das identidades étnico-raciais, como estratégia fundamental de sustentação de sua autoestima. As oficinas consistiram em uma pesquisa de campo, tendo o rap nacional, como eixo norteador das atividades musicais. Os adolescentes participantes das oficinas eram afrodescendentes, em sua maioria, principalmente na primeira etapa que ocorreu na ONG Casa do Zezinho, situada no Capão Redondo – bairro periférico da Cidade de São Paulo. A segunda etapa foi realizada em um bairro da zona Oeste – Butantã –, que reúne uma população com maior poder aquisitivo, acesso a melhores condições de trabalho, além de contar com boa infraestrutura socioeconômica. No entanto, a maioria dos jovens que estudavam na escola, provinha de classe social economicamente desfavorecida e residia em comunidades carentes da região. Este contraste geográfico, que revela uma segregação social, forneceu-nos dados significativos para as análises relacionadas à vida desses jovens e de como esta se insere histórica e culturalmente no debate acerca da construção e desconstrução da identidade do adolescente afrodescendente morador das periferias.

Orientando-se pelas ideias de Adorno sobre uma educação crítica e emancipatória, nossa abordagem do rap se fez no sentido de desenvolver junto aos jovens, o potencial crítico a partir da percepção e criação musicais. As atividades incluíram desde a audição de raps, principalmente os produzidos pelo grupo Racionais MC's, bem como outras sonoridades, como as da música de vanguarda, até a elaboração de letras e composição de raps realizada pelos próprios jovens. Nas oficinas, os jovens também realizavam improvisações musicais a partir da execução de instrumentos de percussão afro-indígena. Nessas atividades voltadas à criação musical, os jovens elaboraram, inicialmente, pequenos motivos ou fragmentos rítmico-melódicos, que se estenderam, gradativamente, para posteriores composições de bases de rap desenvolvidas por eles.

Outra pesquisa, coordenada por Ana Cláudia Florindo, abordando o rap e o letramento, teve como objetivo repensar a cultura escolar e o currículo a partir de uma visão multicultural, tomando em consideração o modo de construção da identidade do jovem urbano morador das regiões periféricas das grandes metrópoles, principalmente em São Paulo. Pretendia, desse modo, propor uma ação pedagógica culturalmente relevante, a partir da valorização da formação discursiva e dos conhecimentos produzidos nas comunidades com a qual interagiam e construíam sua linguagem.

O rap apareceu como elemento capaz de superar a lacuna existente entre a cultura escolar e a cultura local, trazendo para dentro da sala de aula um contradiscurso, como alternativa de resistência ao modelo educacional vigente na escola, para que esta viesse a se constituir como um espaço de formação democrática e crítica do aluno.

Cada oficina foi pensada a partir de uma temática, que enfatizava tanto a história do movimento *hip-hop* no Brasil e nos Estados Unidos, país de origem dos *hiphoppers*, quanto a estrutura composicional de sua poesia formular, as técnicas mnemônicas e recursos estéticos empregados. Os jovens conheceram os principais *raps* e *rappers* nacionais (*Racionais MC's, Facção Central, Criolo Doido, Emicida, Sabotage, Z'África Brasil*, entre outros), exploraram toda a oralidade formular do rap como forma de ter acesso à linguagem escrita, visitaram o Museu da Língua Portuguesa, trabalharam com diferentes gêneros do discurso (poemas, entrevistas, biografias, notícias, reportagens, histórias em quadrinhos).Com isso, mergulharam nas camadas mais profundas da interpretação dos sentidos produzidos pelo texto escrito, estudando, inclusive, autores consagrados da literatura brasileira, como o poeta Gregório de Matos.

Gostaríamos ainda de ressaltar a importância do trabalho desenvolvido pela equipe de pesquisadores do grupo *Cultura e identidades,* liderado por Patrícia Hetti, em parceria com a professora de geografia da Escola de Aplicação da USP, situada em uma área central da cidade, região dotada de boa qualidade de serviços públicos. Além de ter desenvolvido em conjunto com os alunos das 7as séries, todo um trabalho de reconhecimento das territorialidades da cidade, com suas desigualdades e injustiças, resultou no final do semestre, em três viagens de campo pela periferia da cidade – a favela San Remo, que fica ao lado da USP, a Brasilândia e a região do Capão Redondo. Ressalte-se que toda essa experiência foi filmada pelos próprios alunos que realizaram, com o apoio técnico de nossa cinegrafista, um documentário sobre essas diferentes territorialidades.

Constatamos, inicialmente, que a construção da autoimagem dos jovens participantes das atividades encontrava-se fortemente marcada pelo poder da indústria cultural, muito mais do que por quaisquer outras referências.

Primeiramente, as discussões voltaram-se para o tema do poder da mídia na "(de)formação" dos jovens e adolescentes da escola.
Assim, percebemos que deveríamos demonstrar aos jovens alunos como as situações e análises da sociedade nos eram apresentadas pela indústria cultural, ao mesmo tempo que, fazê-los entrar em contato com outras visões e olhares sobre a realidade sociocultural que os cercava. Desvelar os mecanismos de opressão e de domínio foi uma forma de proporcionar aos alunos a possibilidade de repensar a construção dos processos de identificação em curso na construção de suas subjetividades e identidades.
Outro momento da oficina visou examinar as condições de vida e cultura da população negra brasileira. O projeto salientou os processos de resistência da população negra residente na periferia, suas lutas pela ocupação dos espaços da cidade, física e culturalmente falando, envolvendo novas territorialidades. Além disso, trabalhou-se com o olhar sobre as classes menos privilegiadas que não tinham acesso aos bens e serviços básicos da cidade, estes restritos a uma pequena parcela de cidadãos. Procuramos fazê-los entrar em contato mais direto com as desigualdades e lutas de pessoas por melhorias em suas vidas, cuja negação de direitos era uma constante. O encontro entre os jovens alunos daquela escola e os jovens moradores de diferentes regiões periféricas da cidade foi fundamental para uma mudança de perspectiva e de olhar dos primeiros.

O debate do multiculturalismo e a questão da cultura popular negra

Peter McLaren (1997), considerado um dos principais autores cujo debate sobre a "educação multicultural pós-moderna" tem sido de suma importância e mesmo inspirador para se pensar uma "educação multicultural e uma pedagogia crítica", tal como fora salientado por Moacir Gadotti na apresentação do livro *Multiculturalismo crítico* (McLaren, 1997). Coincidentemente, nossos estudos a respeito das "novas estratégias pedagógicas baseadas no *hip-hop*", apontavam que justamente essas "novas estratégias" tomavam os escritos de Paulo Freire e as ideias de Peter McLaren como inspiradores e até mesmo norteadores de um ensino capaz de promover justiça social na educação pública urbana, para a qual fora considerado essencial o enfrentamento, não apenas dos conflitos de classe, mas também de natureza étnica (ou racial, terminologia adotada pelo movimento negro no Brasil e nos EUA). De acordo com Gadotti, as pesquisas etnográficas de Peter McLaren nas escolas têm apontado um "caminho mais atual para a educação libertadora", tal como fora defendida por Paulo Freire, ao propor uma "política de resistência à tradição escolar branca, ocidental, cristã e machista", por meio do "multiculturalismo crítico" (Gadotti, 1997: 14).
Orientadas por abordagem semelhante, as atividades realizadas com os jovens no âmbito das oficinas de música se pautaram pelo conceito de uma "educação voltada à emancipação", tal como teorizado por T.W. Adorno (1995). Na atuação em campo junto aos jovens, como forma de conferir materialidade às ideias de Adorno para a construção de uma pedagogia crítica, recorremos às ideias de Paulo Freire no que concerne à educação libertária do sujeito oprimido socialmente. A leitura de sua obra, *Pedagogia do Oprimido* (2010), enriqueceu o aspecto empírico da pesquisa, ao nos apontar a importância de se tomar em consideração a realidade de mundo do educando, que pode ser trabalhada a partir de temas geradores.
McLaren (1997), em suas reflexões sobre o capitalismo global, demonstrou-se particularmente sensível às incidências desta última forma de organização do capitalismo "na produção da subjetividade e identidade" (McLaren, 1997: 23). Um dos maiores problemas que identifica nesse momento histórico é a concepção de que a sociedade tenderia a ir "ao encontro de uma cultura global unificada" (McLaren, 1997: 23). Para se opor a este diagnóstico unificador da cultura, considera pertinente as ideias defendidas por Nestor Garcia Canclini (2010), que sustenta que a despeito das tentativas de se absorver e padronizar as formas de produção material e cultural no mundo contemporâneo, concorre com esta unificação, tanto a inaptidão do capitalismo para universalizar os bens e serviços, como a "resistência dos grupos étnicos que defendem sua identidade".
Depois de apresentar uma leitura crítica às concepções do multiculturalismo envolvidas nas interpretações - *conservadora*, *humanista liberal* e *liberal de esquerda* – defende uma abordagem do *multiculturalismo crítico e de resistência*, que oferece, segundo ele, uma abordagem do "significado pós-estruturalista de resistência", com ênfase no papel que a *língua e a representação* possam ter na "construção do *significado e identidade*"(M-

cLaren 1997:122). Sustenta, a partir desta perspectiva, que os signos e significados estão em permanente deslocamento, sendo fixados apenas temporariamente a partir de determinadas "lutas discursivas e históricas particulares" (McLaren, 1997: 123). De acordo com essa abordagem, perde o sentido a oposição entre a igualdade, de um lado, e a diferença, de outro, sustentadas respectivamente pelas tendências conservadora, liberal e liberal de esquerda. Segundo a *perspectiva crítica*, estas tendências adotam uma concepção essencialista e não conflitual da cultura.

Nesse sentido, as diferenças são compreendidas como sendo sobredeterminadas pelos privilégios de "raça, gênero e classe", que garantem, *não apenas esses privilégios, como também estabelecem* "políticas de significação e de representação social dominantes". Daí a necessidade de se "lutar pelo acesso igualitário aos recursos sociais e transformar as próprias relações de poder", assim como as condições histórico-sociais que as sustentam.

Uma orientação crítica da pedagogia deve apontar, de acordo com o autor, os "*aspectos estruturais de opressão profundos*" que garantem uma dada ordem simbólica e material de dominação, por meio de uma "*consciência intersubjetiva reflexiva*". Ou, como "conscientização", como sustentara Paulo Freire (2010). De acordo com McLaren, a ideologia deve ser compreendida não apenas como o status epistemológico de determinados fatos, mas também como um *conjunto de sistemas discursivos que geram determinadas relações sociais particulares*, *bem como as refletem*. Propõe por fim que tal "*consciência intersubjetiva reflexiva*" seria o início de uma "*práxis verdadeiramente revolucionária*". Propõe que se construam novas narrativas, denominando-as "*narrativas de fronteiras*", fundamentais para se combater, por exemplo, as concepções eurocêntricas de cultura e de currículo, que tendem a associá-las ao Ocidente, excluindo, por exemplo, deste último a cultura da África e de seus descendentes afro-americanos. Ao contrário de uma ética humanista ou pós-moderna de pequenos discursos disruptivos, defende uma "*ética baseada no engajamento, no confronto, no diálogo e na argumentação moral coletiva entre e através das fronteiras*" (McLaren, 1997: 150).

Sugere, por fim, que se convoquem os estudantes a se tornarem mediadores de suas próprias narrativas e a assumirem uma "*perspectiva metacultural*", a partir da qual possam se tornar críticos tanto das narrativas dominantes, como das narrativas das diferenças, muitas vezes, "ocupadas" por discursos dominantes.

Nessa mesma perspectiva metacultural, foi-nos possível articular a proposta de letramento em torno do rap à concepção de uma "pedagogia culturalmente relevante", tal como fora proposta por Duncan-Andrade (2008). De acordo com esta perspectiva, o aluno tem preservada sua cultura, ao mesmo tempo que, ao ser tomado como um dos principais parceiros do professor no processo de planejamento das atividades de ensino, pode atribuir sentido à sua escolarização. Segundo o autor, a educação deve ser um instrumento de transformação social para que as condições socioeconômicas desiguais que atingem a juventude urbana possam ser superadas e os jovens tenham recursos que os mobilizem para o enfrentamento do contexto de pobreza e injustiça social que pesam sobre suas vidas e de suas comunidades.

Em nossa pesquisa, o arranjo entre os saberes oriundos da cultura do aluno, de seus conhecimentos e os raps, responsáveis por retratar os elementos típicos da tradição oral e da cultura juvenil urbana representada pelo movimento *hip-hop*, pretendeu forjar uma discussão a respeito dos múltiplos modos de letramento dos jovens, estabelecendo uma combinação entre os processos de construção de sua identidade e o que a escola pretende ensinar como conteúdos de aprendizagem, particularmente, para a população mais pobre e menos favorecida socialmente. Ou seja, um modo de transmissão que fosse dirigido às vozes desprestigiadas e excluídas da cadeia de produção, distribuição e acesso ao conhecimento.

O multiculturalismo crítico e o multiculturalismo liberal de esquerda

A corrente *multiculturalista liberal de esquerda é apresentada por McLaren como sendo a que* defende tomar-se em consideração as diferenças de valores, estilos e práticas sociais, opondo-se à *ênfase na igualdade das raças,* cuja tendência seria *abafar tais diferenças.* O autor critica esta interpretação do multiculturalismo por considerá-la *essencialista* e por ignorar a *diferença como uma construção histórico-social*. Embora reconheça que a experiência vivida, assim como a raça, a classe, o gênero e a história pessoal possam oferecer indicações

do lugar em que se produz o discurso, esse "processo de produção do discurso precisa ser interrogado para poder entender como a identidade está sendo produzida constantemente através de um jogo de diferença relacionado e refletido por relações, formações e articulações ideológicas e discursivas que se deslocam e se conflitam" (McLaren, 1997: 121).

Embora estejamos de acordo com a ideia sustentada pelo autor de que as identidades pessoais e coletivas sofram frequentes e aceleradas mudanças, tornando-se fluidas perante a ação do mercado e de seus apelos, não há como negar a especificidade do processo histórico vivenciado pelas populações dos diferentes momentos da diáspora negra e de como estes grupos alijados do mercado e dos benefícios sociais têm demonstrado que a luta política pelo reconhecimento de suas origens e cultura passa necessariamente pelo fortalecimento de suas identidades étnico-raciais.

Na verdade, acreditamos ser esta a posição de Stuart Hall, que, a nosso ver, distancia-se de uma concepção essencialista, tal como sugere McLaren.

A desestabilização das identidades subjetivas e culturais

Atenhamo-nos ao argumento central de dois artigos de Stuart Hall para delinear as nuances de seu pensamento no interior do debate dos estudos culturais. O primeiro artigo, *Quem precisa de identidade?* (Hall, 2014), publicado originalmente em 1997, retoma a discussão de outro artigo, intitulado "*Estudos culturais: dois paradigmas"*(Hall, 2009c), publicado originalmente em 1980, no qual o autor faz um balanço das contribuições das correntes *culturalistas e estruturalistas*, corrigindo as leituras excessivamente "empíricas e particularistas" das primeiras e abstratas das segundas, as quais, em razão de sua ênfase na lógica estrutural em detrimento da histórica, abstraem a ação dos sujeitos, uma vez que são concebidos como portadores de estruturas "que os falam" e não como agentes ativos de sua própria história.

No artigo *Quem precisa de identidade?* (2014), Hall, na esteira das formulações desconstrutivistas de Derrida, conserva o termo identidade na pós-modernidade, embora admita sua desestabilização, uma vez que para ele o uso do termo identidade cultural é particularmente "estratégico e posicional" para se pensar o "corpo racializado e etnizado".

Neste texto, procura dialogar com as correntes do pensamento que de algum modo se propuseram a pensar o *descentramento do sujeito*, muitas delas alinhadas ao *pensamento pós-moderno* e que colocavam em questão a noção de *"identidade integral, originária e unificada",* de acordo com as palavras do autor. Diante dos questionamentos suscitados pela psicanálise lacaniana e pela corrente pós-moderna da filosofia à noção de identidade, e até mesmo devido ao essencialismo que se possa depreender do conceito, o autor se pergunta a quem interessaria mais uma discussão sobre identidade.

Em seguida, o autor discorre sobre cada uma das críticas apontadas para sustentar a importância e a atualidade do conceito no contexto das discussões contemporâneas da teoria cultural.

Salienta dois tipos de críticas: a do *desconstrutivismo*, sustentado por Derrida e de autores, como Foucault, que sugerem a necessidade de se precisar o conjunto de problemas para os quais se coloca a *irredutibilidade* do conceito.

A *crítica desconstrutivista* colocou o conceito "sob rasura", sob suspeição, mas na falta de outro conceito aceitou continuar utilizando-o, não mais como algo uno e integral, mas em sua forma *"destotalizada e desconstruída",* no intervalo entre a *inversão* (que torna baixo o que era alto) e a *emergência* de um novo conceito, que não se deixa mais submeter ao regime anterior. O paradoxal, segundo o autor, é que não se pode mais usar o conceito de modo antigo, mas sem o qual determinadas questões não poderiam ser pensadas.

Quanto à reflexão de *Foucault*, o autor embora concorde com este de que seria preciso uma *nova teoria da prática discursiva*, discorda de que se deva abandonar ou abolir uma teoria do sujeito, sustentando, ao contrário, a necessidade premente de *uma reconceitualização da noção de sujeito.*Para tanto, recorre ao *conceito de identificação*, embora o considere tão problemático quanto o de identidade. Mesmo assim, sustenta que devamos nos apoiar tanto nas *teorizações psicanalíticas, quanto nas teorias do discurso,* de modo a renovar as teorias social e cultural.

Para o autor, "*a identificação é um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção*", nunca um ajuste completo. Salienta que, como todas as práticas discursivas, a identificação está sujeita ao *jogo da diferença,* produzindo *efeitos de fronteiras*. Uma proposição que nos pareceu adequada para os processos culturais ou mesmo para a formação de identidades culturais híbridas, sobretudo se pensarmos a sobreposição de culturas que resultou de processos de dominação colonial e pós-colonial.

O fundamental para Hall é identificar *"o ponto de sutura" entre os discursos e práticas que nos interpelam, ou seja, a dimensão social, e os processos subjetivos que nos constroem como sujeitos.* Por fim, recorre a Pêcheux e à psicanálise contemporânea de modo a repensar o conceito de ideologia de Althusser, para analisar como se articula a ideologia e o inconsciente, ou melhor, o modo como o sujeito é interpelado pela formação discursiva por meio da estrutura do falso reconhecimento.

A partir da revisão do conceito, procurando dialogar com esses diferentes campos de reflexão, chega a uma definição própria de *identidade cultural*, tentando demonstrar que não se trata de um conceito essencialista, estático, mas *estratégico e posicional.* Salienta que não está se referindo a um eu estável, o qual permaneceria o mesmo ao longo da história, nem tampouco a um eu coletivo verdadeiro, capaz de estabilizar e garantir o pertencimento cultural a uma determinada unidade sócio-cultural. *Está se referindo às identidades fragmentadas da modernidade tardia, construídas de maneira múltipla a partir de discursos e práticas que se cruzam e se opõem.* Uma interpretação que nos fez pensar sobre as dimensões política e afirmativa, particularmente para as identidades construídas com a diáspora do Atlântico, embora estas se encontrem atravessadas por laços e histórias desfeitas, que se somaram às consequências fragmentárias das migrações internas em nosso país, movidas pelas desigualdades de classe e regionais.

Em seguida, o autor confere maior concretude a essas constantes *mutações* às quais estão sujeitas as *identidades culturais*: perante o avanço dos processos de *globalização* e da *migração forçada do pós-colonialismo*. Ele fala de questões importantes e atuais redefinindo para estas populações a questão das *origens*: de que evocar um passado histórico tem menos a ver com "quem somos" ou "de onde viemos" e mais com "quem podemos nos tornar", "como temos sido representados" e de "como esta representação afeta a forma como nós podemos nos representar". Não por meio de um "retorno às raízes", mas de "uma negociação de nossas rotas". Adverte-nos, entretanto, que se produz uma suturação à história em meio a essa construção fantasmática.

Não se pode esquecer que tais identidades são construidas como parte de *práticas discursivas*, no interior de *jogos de poder* e, o mais importante, como *produto da diferença e da exclusão* e não como unidade idêntica, mas é, *justamente, a partir desta diferença e exclusão, que a identidade assume a aparência de unidade no sentido tradicional.*

Parece-nos ser este o sentido atribuído pelo autor, quando sustenta que é diante *da diferença na relação como o Outro que as identidades podem funcionar como ponto de apoio para as identificações*. Recorrendo a Laclau (1990), demonstra como, por exemplo, a identidade do branco(x o negro) ou do homem(x a mulher) se constróem por meio da *repressão daquilo que a ameaça*, estabelecendo uma hierarquia entre os polos sobre os quais tais identidades são construídas. Portanto, as unidades identitárias são construídas no jogo de poder e de exclusão e por isso nada têm de natural.

Toda essa argumentação se faz no sentido de apontar importantes contribuições para o debate sobre como o *"corpo racializado e etnizado"* é construido no campo do discurso. Reconhece, por fim, a importância política do tema da identidade, cuja teorização só poderá avançar quando forem plenamente reconhecidos, "tanto a necessidade quanto a 'impossibilidade' da identidade, bem como a suturação do psíquico e do discursivo em sua constituição" (Hall, 2014: 130).

Em nossa pesquisa, a abordagem sugerida por Hall, em torno desse "ponto de sutura entre discursos e práticas que nos interpelam" tem sido fundamental para pensar a centralidade do rap para uma educação multicultural. Partindo de uma linguagem transgressora que confere à palavra o valor social de protesto, denúncia e contestação, o rap abriu espaço para a construção de narrativas que retratavam a realidade da vida cotidiana na periferia e deu visibilidade às feridas sociais e dores de uma população prejudicada historicamente, atribuindo significado às práticas sociais vividas por uma parcela dos alunos, que tem sido praticamente excluída da produção do conhecimento, principalmente, o letrado. No decorrer do trabalho, os jovens tiveram a oportunidade de assumir a posição de autores do discurso, identificando-se como sujeitos capazes de reescrever a própria

história, a partir de outro lugar e de outra representação a respeito de si e do outro na prática social de uso da língua.

Como disseram os jovens, com quem desenvolvemos oficinas de *rap* e letramento, em sua composição, *Respeitando a comunidade:* **"**Vamos respeitar a comunidade/Tem muita violência nessa cidade/Tem ódio, rancor e no peito muita dor/Eu levo o sofrimento/Porque na quebrada não tem jeito/Se fechar o olho, RAM!/Perde o respeito.../O muleque levanta a cabeça/Porque na favela/Tem muita tristeza/Sai da ilusão e cai no mundão/Bota o sorriso no rosto/E vem cantar essa canção...".

De acordo com Pêcheux (2006), a posição de autor transita entre dois espaços discursivos: "o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações de sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho de sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações" (Pêcheux, 2006: 51). Assim, entendemos que toda enunciação é uma interpretação, um arranjo discursivo-textual, e não a descrição de uma realidade dada como verdade, demonstrando-se, assim, como todo enunciado pode converter-se em outro enunciado e deslocar-se ideologicamente, abrindo espaço para interpretação. Uma interpretação que considera o entremeio da linguagem, uma região discursiva intermediária, que oscila entre o lugar do não-dito e do já-dito, sendo perpassada pelo simbólico (inconsciente) e pela ideologia na construção de sentidos.

O multiculturalismo e a política do reconhecimento

Apresentaremos algumas das ideias de Charles Taylor (2009), sobre o assunto e o debate ensejado por suas ideias apresentadas em uma edição comentada. Nesta coletânea, tem-se acesso aos comentários do filósofo político Jürgen Habermas, que propõe uma discussão sobre a relação entre a democracia constitucional e o reconhecimento das identidades culturais e Kwame Anthony Appiah, professor de Estudos Afro-americanos e de Filosofia em Harvard, que procurou problematizar as relações entre o reconhecimento das identidades coletivas, o ideal de autenticidade individual e a sobrevivência das culturas.

O trabalho de Charles Taylor(2009), publicado inicialmente em 1992, tem sido bastante debatido nos últimos 15 anos a propósito de temas, como: educação multicultural, feminismo e "separatismo" cultural. A grande contribuição do autor foi ter vinculado, no campo da filosofia política, o *multiculturalismo* à questão da *autenticidade,* argumentando que a discussão sobre a identidade cultural requer, não apenas uma reflexão sobre as *condições sociais* de seu surgimento, mas que esteja imbuída do propósito de *valoração* que a afirme. Uma discussão importantíssima para se pensar a necessidade de reconhecimento das culturas minoritárias e estratégias de proteção de comunidades em risco, conforme salientado pelos apresentadores da coletânea.

Charles Taylor (2009) inicia o debate sobre o *multiculturalismo e a política do reconhecimento*, contrapondo suas ideias ao *falso reconhecimento* que tem sido responsável por "feridas profundas" em suas vítimas que, ao assumirem a autodepreciarão decorrente, desenvolvem um sentimento de ódio a si mesmas, convertendo-se em um dos instrumentos mais potentes de opressão. Defende a *política de reconhecimento* como uma questão ligada, inicialmente, à *dignidade,* tornando-se uma "*necessidade vital*". Mas, para o autor, seria necessário avançar em relação a este debate instaurado pelo pensamento liberal na modernidade, em direção à discussão sobre *identidade* como "*ideal de autenticidade*".

O novo ideal de autenticidade surge, segundo ele, com a decadência do colonialismo e das sociedades hierarquizadas e como parte das sociedades democráticas, que fazem ressaltar o caráter eminentemente *dialógico* da vida humana e da mente humana. Recorrendo ao conceito de "*outros significantes*" de George Mead (1934), sustenta o seguinte: "Sempre definimos nossa identidade em diálogo com as coisas que nossos outros significantes desejam ver em nós mesmos, e à vezes, em luta com elas"(Taylor, 2009: 63, tradução nossa).

O autor expõe, desse modo, como o *discurso do reconhecimento* foi se tornando conhecido em dois níveis: na *esfera íntima*, na formação da identidade, em diálogo e em luta com outros significantes; e na *esfera pública,* como política do reconhecimento igualitário entre diferentes identidades culturais. Um debate que, a seu ver, se impôs ao lado do multiculturalismo, não apenas pelo fato de que as sociedades se tornam cada vez mais multiculturais, mas pelo fato de haver uma "imposição" de algumas culturas sobre as outras, dotadas de uma suposta

superioridade que justifica tal imposição. Ressalta, por fim, algo muito importante: *que se deva conferir, não apenas "igual valor" às diversas culturas, garantindo 'a sobrevivência das mesmas', mas que se "reconheça o seu valor" enquanto tal.* Acredita ser necessário recorrer a "autênticos juízos de valor igualitários" a partir dos quais se possa avaliar "costumes e criações de diferentes culturas" (Taylor, 2006: 110).

Habermas, neste mesmo livro, em seu artigo *A luta pelo reconhecimento no estado democrático de direito*, parte do princípio de que os direitos iguais perante a lei não são suficientes para se garantir uma democracia constitucional; *é preciso que os cidadãos se sintam autores das leis que os governam.* Faz uma distinção entre cultura no sentido mais geral e cultura política, concebida como respeito mútuo dos direitos. A democracia garantiria os mesmos direitos de coexistência às culturas minoritárias em relação às culturas majoritárias. Para Habermas, a luta pelo reconhecimento, investigada por Honneth (2009), harmoniza-se perfeitamente com a teoria individualista do direito, que faz da pessoa individual a portadora dos direitos subjetivos: tratar-se-iam dos direitos individuais de livre associação sem discriminação, que se distanciaria de qualquer ideia de manutenção de cultura intacta.

Outro comentador, K. Anthony Appiah, no artigo publicado nesta mesma coletânea, "*Identidade, autenticidade, sobrevivência - sociedades multiculturais e reprodução social*", concorda com Taylor de que grande parte da vida social e política da modernidade gira em torno da questão do reconhecimento envolvendo a identidade dos indivíduos. Também considera que venha junto com essa discussão a ética da autenticidade. *No entanto, questiona-se se o debate em torno da autenticidade e da identidade deva ser abordado segundo a perspectiva individualista do direito.* Considera fundamental que *a demanda de reconhecimento se dê na esfera política, e não apenas como dimensão individual do ego, e assim possa ser vista como uma forma de modificar o significado social de suas identidades*, conferindo uma orientação positiva ao que antes fora experienciado como negativo. Axel Honneth (2009) considera que se deva avançar na discussão proposta por Habermas em sua conhecida obra *Consciência moral e agir comunicativo* (1989), no sentido de que a ação comunicativa deva ser pensada sob a ótica do conflito social, sendo sua "gramática", a luta por reconhecimento.

Este aspecto destacado por Appiah pareceu-nos fundamental para pensar a *dimensão política da "luta por reconhecimento",* bem como a questão do *conflito social*, apontado por Honneth, que acreditamos estar envolvida na estética e na ética do movimento hip-hop, assim como no papel que este possa vir a exercer na educação das classes e grupos étnicos historicamente discriminados no interior da sociedade brasileira. Daí o nosso *interesse pelos estudos sobre a educação baseada no hip-hop, cujos principais eixos têm sido aprofundados ao longo da pesquisa.*

A título de conclusão

Noutro artigo, *Que negro é esse na cultura negra?* (Hall, 2009b), publicado originariamente em 1992, em que Stuart Hall situa a importância e a atualidade do debate sobre a cultura popular negra, inclusive para se pensar sobre as "estratégias das políticas culturais", recorre a Cornel West que, em seu ensaio "*The New Cultural Politics of Difference*"(1990), propôs uma genealogia da situação presente que teria propiciado as condições de emergência desse debate: em primeiro lugar, "o deslocamento dos modelos europeus da alta cultura", em contraposição à baixa cultura, atribuída à "ralé", ao povo; em segundo lugar, o surgimento dos EUA como centro mundial de produção de cultura de massa; em terceiro, a descolonização do terceiro mundo, que, impulsionada pela luta pelos direitos civis e pela "descolonização das mentes dos povos da diáspora negra", permitiu a emergência de "sensibilidades descolonizadas"(Hall, 2009, p. 318).

Acrescenta a esse quadro geral traçado por Cornel West, algumas qualificações que lhe parecem importantes para se pensar a cultura popular negra. A propósito da segunda qualificação atribuída pelo autor, gostaríamos de nos deter sobre a natureza da globalização da cultura, denominada por alguns de "pós-moderno global", que exige, segundo ele, uma definição mais perspicaz do ponto de vista do negro. Salienta a continuidade, na pós-modernidade, do fenômeno centro-periferia reproduzindo-se de forma extremamente desigual, tal como se observara na alta modernidade. Considera, no entanto, que o pós-modernismo não se constitua propriamente como uma "nova era cultural", mas apenas enquanto uma espécie de "modernismo nas ruas", que

talvez inaugure um redirecionamento da "cultura rumo ao popular – rumo a práticas populares, práticas cotidianas, narrativas locais, descentramento de antigas hierarquias e de grandes narrativas"(Hall, 2009b: 319). Ora, acreditamos que nossas pesquisas apontem nessa mesma direção, valorizando os fenômenos culturais que têm encontrado espaço nas periferias de metrópoles como São Paulo, onde ocorrem saraus de poesia, organizados pela *Cooperifa*, uma associação de "artistas periféricos", batalhas de rimas entre MC's, batalhas de break, além de encontros profícuos entre repentistas, emboladores e rappers.

Sustentamos que devamos voltar nossa atenção justamente para essas culturas populares – em uma combinação entre práticas ancestrais e contemporâneas - como estratégia política de democratização da escola, que tem propiciado, no âmbito de nossas experiências de pesquisa, em parceria com os professores em sala de aula, a construção de um ensino culturalmente relevante.

Ponderamos, nesse sentido, sobre a importância de se promover, por meio da "telescopia histórica" (Béthune, 2003), uma espécie de ruptura de campo na cultura, capaz de liberar seus sentidos antinômicos nos campos da linguagem e dos gestos, suprimidos ao longo da civilização ocidental e da história brasileira, em particular. Daí o nosso interesse em explorar, de um lado, o enraizamento desta cultura urbana (hip hop) em nossas tradições afro-brasileiras da cultura; de outro, identificar em que medida, o avanço da técnica computacional foi utilizado por aqueles a quem foi negado o conhecimento instrumental da música, permitindo-lhes se fazer ver e ouvir pelo conjunto da sociedade e de se recriar estética e socialmente.

Ao possibilitar a ressignificação das experiências vividas na comunidade e a emergência de novos sentidos no imaginário do adolescente, o rap confere à palavra a força da experiência individual e coletiva, imbricada nas narrativas negadas pela história até então em nosso país, no sujeito do inconsciente, individual e coletivo, bem como nas expressões da ideologia. O discurso engajado politicamente provoca a ruptura com uma arte contemplativa e joga o sujeito no "coração da ação" por meio de "atos de linguagem", ao promover uma prática comunicativa real e concreta, performática, que remete a toda uma corporeidade perdida com o advento da escrita e a invenção do alfabeto, além de remeter a uma ancestralidade oral, de matriz africana, representada, particularmente, pela figura do *griot*, mestre na arte de narrar histórias.

A ancestralidade africana aparece, também, na gestualidade do rap, caracterizada pelo improviso e pela música que retrata o jovem negro, ao narrar a vida da gente simples da favela, pondo o corpo em movimento rítmico para esquecer as dores da exclusão, assim como os negros o faziam na época da escravidão. No ritmo sincopado do rap, as batidas dos tambores africanos ressoam, fazendo emergir as raízes africanas da tradição oral, dos cultos e rituais que dão voz à população negra da periferia.

O rap – seja como estratégia de letramento, seja como educação voltada à emancipação, ou ainda como formador de identidades - de acordo com nossa concepção, podem provocar um fazer pedagógico que não pretende impor à cultura local conteúdos que lhes sejam alheios, devendo se constituir, ao contrário, como estratégia de transformação social pela qual a escola precisa passar, repensando o currículo e as práticas cristalizadas de transmissão, os quais, ao invés de acenarem com uma perspectiva de mudança das desigualdades econômicas e sociais que atingem a maioria da juventude urbana, findam por reproduzir um discurso dominante, perpetuando as estruturas ideológicas e de poder.

Uma contribuição importante - tanto do projeto Cultura e Identidades, quanto das oficinas de música - foi ter propiciado aos jovens alunos a descoberta de uma nova visão da história brasileira e um novo olhar sobre o discurso que nos constitui como sujeitos brasileiros. Os alunos desenvolveram um pensar crítico sobre como os indivíduos eram representados na história oficial ministrada na escola, bem como pela indústria cultural. Desta forma, o contato com o discurso preconizado por jovens rappers e moradores da periferia permitiu a desconstrução de uma dada visão de mundo, dando início um novo processo de representação de si mesmos e de seu grupo.

As interpretações sobre a situação da população negra e sobre a cultura negra, por meio do contato com o movimento hip-hop, apresentações de grupos de break, oficinas de capoeira realizadas no trabalho de campo, estimularam nos alunos o interesse pela cultura e história do negro no Brasil. Nas oficinas, os alunos buscaram várias informações sobre o movimento negro e demonstraram grande envolvimento no momento de realizar análises das letras das músicas, especialmente do rap.

A linguagem do rap passou a ser central para a elaboração das letras e das músicas dos jovens alunos, demon-

strando que se apropriaram de uma linguagem da periferia para falar da periferia, da discriminação e dos preconceitos a que estes estão sujeitos. Uma apropriação que demonstrou a construção de um olhar, não mais voltado apenas para suas próprias condições de vida, mas que demonstrava uma identificação profunda com a situação de vida de grupos, até então, invisíveis para eles. Essas novas realidades retratadas por eles, permitiram a reconstrução "por dentro", tanto do processo histórico brasileiro, quanto de nossa sociedade, bem como sobre si mesmos.

Houve uma descoberta da cultura produzida na periferia e a construção de um novo olhar sobre os movimentos organizados pela população. Perceberam como o processo histórico brasileiro, cujo projeto de modernidade, foi desde o início marcado pelas consequências da barbárie da escravidão, conduziu particularmente a população negra a uma situação precária de vida, sem que tivessem, por muito tempo, os direitos civis e sociais minimante respeitados, ficando claro que as conquistas de seus direitos foram consequência das lutas da própria comunidade negra.

Todo esse trabalho multifacetado dentro e fora da sala de aula, apontando novas chaves de leitura de mundo, nos fez refletir sobre como articular um "ensino culturalmente relevante", não apenas para os jovens negros e pobres de nosso país, moradores em sua maioria das periferias das grandes cidades, como também para os demais jovens moradores dos bairros mais privilegiados da cidade, com o debate sobre o multiculturalismo, a cultura popular e a identidade negra, uma vez que estes temas nos pareceram fundamentais para repensar os rumos de nossa escola pública.

Enfim, são questões essenciais para se pensar os interstícios do debate contemporâneo a respeito da *diversidade cultural nas escolas* e de como esse debate pode contribuir para o avanço democrático da sociedade.

Bibliografia

ADORNO, Theodor W. (1995), *Educação e emancipação*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ADORNO, T.W. e HORKHEIMER, M., (2006), D*ialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

AMARAL, M. e SOUZA, M.C.C.C. de.(ed.) (2011), *Educação pública nas metrópoles brasileiras*, São Paulo: Paco Editorial/EDUSP.

APPIAH,K.A.(2009), "Identidad, autenticidade, supervivência. Sociedades multiculturales y reproducción social". In Taylor,C. *El multiculturalismo y la política del reconocimiento*, México: Fondo de Cultura Econômica, pp.213-232.

BÉTHUNE, C.(2003), *Le rap - une esthétique hors de la loi*, Paris: Autrement.

CANCLINI, N.G.(2010), *Culturas híbridas:* estratégias para entrar y salir de la modernidade*,* Buenos Aires: Paidós.

FANON,F. (2008), *Pele negra, máscaras brancas,*Salvador, EDUFBA.

FREIRE, Paulo.(2010), *Pedagogia do Oprimido*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

DUNCAN- ANDRADE, J. M.R. e MORREL, E. (2008), *The art of critical Pedagogy*, New York: Peter Lang.

GADOTTI, M.(1997), "Apresentação- Educação multicultural e pedagogia crítica", In .

MCLAREN, P.(1997), *Multiculturalismo crítico,* São Paulo: Cortez, pp.13-17 .

GIROUX, H. (1992), *Border Crossings*, Nova York e Londres: Routledge.

_____ (2003), *Atos impuros - a prática política dos estudos culturais*, Porto Alegre: Artmed.

HALL, S. (2006), *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade***,** Rio de Janeiro: DP&A Editora.

_____. (2009a), *Da Diáspora – identidades e mediações culturais.* Org. Liv Sovik. Trad. de Adelaine Resende e outros, Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2009.

_____. (2009b), "Que 'negro' é esse na cultura negra?", In Hall, S. *Da Diáspora – identidades e mediações culturais.* Org. Liv Sovik. Trad. de Adelaine Resende e outros. 1ª ed., Belo Horizonte: Ed.UFMG, pp.317-330.

_____. (2009c), "Estudos Culturais: dois paradigmas", In Hall, S. *Da Diáspora – identidades e mediações culturais.* Org. Liv Sovik. Trad. de Adelaine Resende e outros. 1ª ed., Belo Horizonte: Ed.UFMG, pp.123-150.

_____. Quem precisa de identidade? (2014), In Silva, T.T. da(ed.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*, R.J: Ed.Vozes, pp. 103-133.

HABERMAS,J. (2009), "La lucha por el reconocimiento en el Estado democrático de derecho".In In Taylor,C. *El multiculturalismo y la política del reconocimiento*, México: Fondo de Cultura Econômica, pp.155-212.

HABERMAS,J. (1989), *Consciência moral e agir comunicativo,* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

HEGEL,G.W.F. (1939-1941), *Phénoménologie de l'esprit. Tome I*, Trad. par J. Hyppolit*e. Paris: Aubier-Montaigne*.

HONNETH, A. (2009), *Luta por reconhecimento*, São Paulo: Ed.34.

LACLAU, E. (1990), *New Reflexions on the revolution of our time*, Londres:Verso.

MAAR, W.L.(1995) "À guisa de introdução: Adorno e a experiência formativa", In ADORNO, Theodor W., *Educação e emancipação*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp.11-28.

MCLAREN, P.(1997), *Multiculturalismo crítico,* São Paulo: Cortez .

MEAD, G.H. (1934), *Mind, self and society*, Chicago, University of Chicago Press.

PÊCHEUX, M.(2006), *O discurso: estrutura ou acontecimento,* Campinas: Pontes Editores.

TAYLOR, C.(2009), *El multiculturalismo y la política del reconocimiento*, México: Fondo de Cultura Econômica.

WEST, C. (1990), "*The New Cultural Politics of Difference*". In Ferguson, R. et al.(ed.), *Out There: marginalization and contemporary cultures.* Cambridge: MIT Press/ New Museum of Contemporary Art, pp.19-36.

Desigualdades e projetos de mobilidade dos estudantes do ensino médio

Glicia Gripp
gliciagripp@gmail.com
Daisy Hubner
dhubne@gmail.com

Leticia Mafra
leticiatmafra@gmail.com

Resumo: O foco deste trabalho é a noção de projeto de mobilidade, como um eixo de análise das atitudes de jovens. Comparou-se os projetos de jovens de escolas públicas e privadas para verificar se e como as desigualdades de socialização e transmissão familiar influenciam os projetos a curto e longo prazo. A pesquisa foi realizada na cidade de Mariana, Minas Gerais, Brasil, com uma amostra de 200 jovens. Os dados foram coletados através de questionários. Encontrou-se dois tipos de projetos: os estudantes das escolas particulares acreditam que alcançar o futuro almejado depende exclusivamente do esforço próprio e se projetam como profissionais; os estudantes das escolas públicas tendem a acreditar que o futuro é fruto de sorte, dom de Deus, ajuda da família., e se projetam em ocupações sem uma formação profissional, a formação de famílias é um tema central para este grupo.

Palavras-chaves: ensino médio, juventude, projetos de mobilidade

1. Introdução

O tema central deste trabalho se refere à problemática propriamente sociológica das desigualdades. Para Dahrendorf (1969), as questões que a sociologia coloca sobre as desigualdades seriam as seguintes: Porque há desigualdades entre os homens? Quais são as suas causas? Ela pode ser reduzida ou mesmo abolida? Ou nós devemos aceitar que ela é um elemento necessário na estrutura da sociedade humana? As respostas políticas e sociais para essas perguntas, no Brasil, foram parcialmente respondidas: optou-se por uma sociedade igualitária e tenta-se, através de políticas públicas, principalmente de políticas educacionais e políticas de distribuição de renda, diminuir as desigualdades. Até que ponto essas políticas conseguem efetivamente reduzir as desigualdades é a pergunta que resta.

Boudon e Bourricaud (2000) mostram que as desigualdades tendem a se acumular:

> Os que vêm de famílias modestas têm em média menos probabilidade de obter um nível alto de instrução. Os que possuem baixo nível de instrução têm menos probabilidade de chegar a um status social elevado, de exercer uma profissão de prestígio e bem remunerada (Boudon & Bourricaud, 2000: p. 141).

O conceito de vantagem cumulativa aparece frequentemente na literatura das ciências sociais, incluindo a literatura sociológica sobre mobilidade social, pobreza, raça, crime, educação e desenvolvimento humano. Esse conceito surgiu na sociologia do conhecimento de Merton e ele o denominou de efeito Mateus, que seria a capacidade de aumento do reconhecimento para contribuições científicas particulares para cientistas com reputação considerável e a dificuldade desse reconhecimento para cientistas que não possuem reputação. Efeito Mateus deve o seu nome ao Evangelho de São Mateus, "Porque àquele que tem, se dará e terá em abundância; mas àquele que não tem, até aquilo que tem lhe será tirado". O rico fica cada vez mais rico em uma taxa que torna o pobre relativamente mais pobre (Merton, 1968). Walberg e Tsai (1983) estudaram o efeito Mateus na educação, nos Estados Unidos, e Aníbal (2012) em Portugal.

Stanovich (1986) estudou o efeito Mateus na aprendizagem da leitura, mostrando que as deficiências nesse aprendizado vão se acumulando a outras deficiências posteriores, já que a leitura possui um efeito sobre o desenvolvimento cognitivo, ou seja, há uma relação de causalidade entre a capacidade de leitura e a eficácia do processo cognitivo e essa relação é bidirecional e há uma correlação entre o organismo e o ambiente (os organismos diferencialmente avançados ou em vantagem estão expostos a distribuições diversas de qualidade no nível do meio ambiente, ou seja, quanto mais rico um ambiente, mais avançado o organismo se torna).
Ainda em relação ao efeito Mateus, Oliveira e Silva (2006) demonstram os efeitos negativos de uma alfabetização deficiente, não apenas do ponto de vista educacional, mas do ponto de vista de saúde pública: a competência na leitura e na escrita é uma habilidade da qual depende todo o aprendizado escolar e o desenvolvimento deficitário dela compromete a perspectiva de uma vida plena e tem efeitos maléficos na autoestima, no desenvolvimento social e nas oportunidades de obtenção de empregos: "ao final da primeira série essas crianças começam a se sentir menos positivas sobre si mesmas, e quando chegam ao final da escola elementar e média, sua autoestima declinou ainda mais" (Oliveira e Silva, 2006).
Mas, Boudon e Bourricaud (op.cit.) advertem que estudos quantitativos sobre desigualdades sociais mostram que os processos geradores de desigualdades são complexos e mal conhecidos. A desigualdade de oportunidades escolares – a relação entre origem social e nível escolar – é um produto complexo das diferenças relativas aos recursos culturais transmitidos à criança pela família, das diferenças de motivações, do caráter repetitivo das orientações escolares o longo dos estudos. Assim, são essas as variáveis que interessam neste trabalho: recursos culturais transmitidos pela família, motivações, orientações escolares.
O interesse da pesquisa centrou-se sobre os projetos dos jovens em relação ao seu futuro e das diferenças de projetos comparadas às desigualdades existentes entre os jovens. Neste trabalho quer-se compreender as expectativas dos jovens em relação ao seu futuro relacionando-as ao tipo de escola que frequentam e às suas condições socioeconômicas. Pretende-se construir, ao final, modelos de projetos de mobilidade. A pesquisa ocorreu junto aos jovens da cidade de Mariana, Minas Gerais, Brasil.
Mariana é uma cidade do estado de Minas Gerais, primeira vila, primeira cidade e primeira capital. Fundada em fins do século XVII com a chegada dos desbravadores em busca de outro. Em fins deste mesmo século foi uma das maiores cidades produtora de ouro para a coroa Portuguesa.
É uma das cidades que integram o Quadrilátero Ferrífero: a mineração é responsável por 80% do seu Produto Interno Bruto (turismo e serviços, 19,3% e agropecuária, 0,3%)[1]. Em 2010, o IDH de Mariana era de 0.742. Possui 31 pré-escolas, 36 escolas de ensino fundamental, 11 escolas de ensino médio. Possui 03 instituições privadas de ensino superior e um campus da Universidade Federal de Ouro Preto (cursos de História, Letras, Pedagogia, Serviço Social, Administração de Empresas, Economia, Jornalismo).
Em 2010, a cidade tinha 54.219 habitantes, 26.583 homens 2.605 homens entre 15 e 19 anos; 27.626 mulheres, 2.626 mulheres entre 15 e 19 anos. Assim, na faixa etária pesquisada, havia 5.231 jovens entre 15 e 19 anos. Entre 15 e 17 anos, há 3. 237 jovens. 47.642 habitantes residentes na zona urbana.
Em 2012 havia 2.349 matrículas no ensino médio, 274 em escolas privadas e 1.671 em escolas públicas estaduais e 404 em escolas públicas municipais. Há 03 escolas privadas de ensino médio, 04 escolas públicas estaduais e 04 escolas públicas municipais de ensino médio. Havia 192 docentes no ensino médio da cidade, 53 em escolas privadas, 85 em escolas estaduais e 54 em escolas municipais. Os docentes das escolas privadas lecionam também em escolas públicas. Assim, na amostra da pesquisa, os docentes representam uma variável independente. Não há diferenças entre docentes de escolas privadas e públicas.
Em relação à raça/cor, a cidade possui 16.340 brancos, 26.593 pardos, 9.874 pretos, 1.279 amarelos e 133 indígenas.
Uma das características da cidade é a presença de três grandes grupos distintos na cidade: a população local ("nativos"), os empregados das mineradoras (população flutuante, temporária), a comunidade universitária (estudantes e professores, a maioria moradores de outras cidades e regiões, ou seja, também temporários).
Dentro desse universo, a amostra está inserida na população de 3.237 jovens entre 15 e 17 anos, jovens do

1 Fonte dos dados da cidade de Mariana: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pode ser encontrada em http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php, [consultado em 02/12/2014].

segundo ano do ensino médio de duas escolas privadas e quatro escolas públicas estaduais. A amostra compreende 200 jovens, com idades variando entre 16 e 17 anos. O instrumento de coleta de dados foi um questionário composto por cinco partes: informações socioeconômicas, a escola, lazer, sociabilidades e projetos de mobilidade. Neste trabalho apenas os projetos de mobilidade em relação às informações socioeconômicas, especialmente renda familiar, escolaridade dos pais, tipo de trabalho dos pais, e ao tipo de escola onde o jovem estuda (privada ou pública) serão focalizados.

2. Fundamentos da pesquisa

Este trabalho não irá tratar dos debates internos ao campo da sociologia da juventude, abundante na literatura[2]. O que interessa é a expectativa dessas pessoas, de 16 e 17 anos, que se preparam para a vida adulta em uma pequena cidade do interior do país. O que eles esperam do futuro? O que eles esperam do futuro se relaciona com as suas condições socioeconômicas? Relaciona-se com o tipo de escola que frequentam? A hipótese da pesquisa é que os projetos de mobilidade dos estudantes do ensino médio se relacionam tanto com a sua condição financeira, cultural e social quanto com o tipo de escola que frequentam.

Dubet (1973) foi o primeiro autor a utilizar a noção de projetos de mobilidade em relação aos jovens. O autor toma a noção de "projeto de mobilidade" da sociologia do trabalho, empréstimo legitimado pela homologia existente entre as condições de vida dos adolescentes e aquelas dos trabalhadores, e mostra que os jovens e adolescentes elaboram dois tipos de projetos muito distintos, inclusive do ponto de vista subjetivo: o "projeto de mobilidade" e o "projeto de adulto". Sua hipótese metodológica é que é a passagem de um tipo de "projeto de mobilidade" a um tipo de "projeto de adulto", ou, ainda, de um tipo de projeto de "curto prazo" a um tipo de projeto de "longo prazo" que é o índice de um modo de adaptação social.

Na elaboração de Dubet (1973), projeto é, por um lado, o "projeto de mobilidade" do ator e, de outra parte, seu "projeto de adulto", ou seja, a imagem de adulto particularmente valorizada que ele deseja atingir. Esses dois tipos de projeto correspondem a dois níveis de ação social dos adolescentes: ação em uma situação de trabalho (escolar e não escolar) e ação orientada em direção a um estatuto de adulto. A dualidade dos projetos reflete a dialética de criação de normas na adolescência: normatividade no trabalho e normatividade na adolescência propriamente dita, já que a imagem do estatuto de adulto é colocada fora de si, em um movimento idêntico àquele do trabalhador que coloca os objetos fora dele mesmo e reivindica o controle. É importante sublinhar que, quando o autor fala de projeto, fala de um objeto construído, independentemente da significação que ele pode ter para o ator. Mas o projeto pode ser considerado sob outra perspectiva analítica: é um fenômeno cultural na medida em que porta uma orientação em direção de valores privilegiados por uma sociedade ou por uma camada social ou grupo social específico. De qualquer forma, "projeto" é algo que o sociólogo constrói, a partir dos dados brutos fornecidos pelos indivíduos.

O "projeto de mobilidade" está relacionado ao ambiente escolar, à situação escolar do jovem: a partir desta realidade, ele projeta o seu futuro em curto prazo. O "projeto de vida" seria um projeto em longo prazo, mais "cultural", e se relaciona com a imagem de "homem" que o jovem se faz dele no futuro. Ele é portador dos valores e objetivos do adolescente, envolve uma percepção do tempo, uma capacidade de se projetar no futuro e uma percepção de sua situação concreta. Esses dois tipos de projetos são considerados, por Dubet (1973), como índices dos modos de adaptação social dos adolescentes.

Considera-se, neste trabalho, que a utilização dessa ferramenta analítica, projetos – "projetos de mobilidade" e "projetos de vida" –, pode ser útil para compreender a transmissão de disposições realizada pela escola, se essas novas disposições adquiridas se sobrepõem às disposições originais, adquiridas na socialização primária, na família e no grupo de pares, ou não. A tipologia dos projetos de mobilidade e dos projetos de vida dependerá, obviamente, dos dados obtidos.

Explicitados os pressupostos sociológicos da pesquisa, o problema e algumas hipóteses de partida, precisamos definir mais claramente o objeto empírico da pesquisa.

---

2 Ver o artigo de Pais (1990), entre outros.

Há uma longa tradição na sociologia e na antropologia de estudos sobre adolescência e juventude. Dubet (1973) mostra que estudos sociológicos e antropológicos comparativos estão de acordo em demonstrar que, nas sociedades industriais modernas, a adolescência se define pela "passagem" da infância à idade adulta, sem por isso se apoiar em um conjunto de papéis bem determinados. Comparado aos outros períodos da vida, a adolescência parece particularmente mal definida ou é definida pelo vazio e pela ambivalência; nem infância, nem idade adulta, mas ainda infância e já maturidade. Ao contrário do que se produz nas sociedades tradicionais, não há iniciação que marque a entrada em um estatuto de adulto. Embora pareça haver a construção de uma "sociedade de jovens", um conjunto de símbolos, mediações entre normas e valores, aquela parece não constituir um conjunto suficientemente estável e firme para formar uma "civilização", para orientar as condutas dos jovens. Uma "civilização dos jovens" é, no momento, para o autor, muito flutuante, muito localizada a certos grupos, para aparecer como um modelo normativo susceptível de guiar a ação.

Sempre levando em conta de que se trata de uma construção social e não uma essência, atualmente, a adolescência se inscreve na passagem de um estatuto "dado" a um estatuto "adquirido". Enquanto que na infância o estatuto do indivíduo é bem definido, os papéis e as expectativas de papéis são dados, o adolescente é submetido à exigência de adquirir um estatuto de adulto, sem que o ritmo e o modelo de aquisição sejam claramente determinados. À diferença da infância, esse estatuto não é dado pelos pais, mas deve ser conquistado pelo indivíduo. A margem do possível é dependente da posição da família na estrutura social. Para Dubet (1973), se há uma "crise de adolescência", ela é antes de tudo, "crise de integração social". A adolescência só tem sentido dentro de sua orientação em direção a um estatuto de adulto, ela é a tensão em direção ao futuro, a "entrada na vida".

Esta indeterminação de sua posição estrutural torna a adolescência uma época de alternativas e escolhas. A escolha profissional, por exemplo, é, evidentemente, influenciada pelo meio social de origem, as condições econômicas e culturais, mas não há determinismo estrito e, no seio de cada camada, o jovem pode fazer uma escolha. Essa escolha será guiada pelas disposições adquiridas a partir da posição no espaço social que o jovem ocupa, da posição da família, mas também das disposições adquiridas pelo pertencimento a uma escola.

Dubet (1973) lembra que, segundo Piaget, a adolescência é uma etapa na formação intelectual do indivíduo e que o projeto é a sua expressão:

> Intelectualmente, é o advento das operações formais hipotético-dedutivas que permitem ao indivíduo (durante a adolescência) de se descolar de sua visão perspectiva presente, na qual a infância está mais ou menos confinada, para se mover no possível e no que não é atual, e por consequência para se tornar apto a fazer projetos, a construir um programa de vida, a construir teorias que permitem julgar a sociedade ambiente (Dubet, op. cit.)

Assim, escolheu-se os estudantes do ensino médio por se situarem em uma etapa de vida na qual precisam construir um programa de vida, já possuem uma longa escolaridade, tornando, assim, mais fácil observarmos as hipóteses. Supõe-se que os projetos de mobilidade e os projetos de vida dos estudantes reflitam as suas condições de vida, a herança cultural recebida da família e os modos de adaptação social dos jovens refletem essas condições, estas determinadas em grande medida pelo seu pertencimento de classe.

A metodologia de pesquisa foi quantitativa e qualitativa. Os instrumentos de coleta de dados foram questionários (aplicados aos estudantes), entrevistas com professores e depoimentos de ex-alunos das escolas.

3. Os resultados e sua análise

Para esclarecer o universo da pesquisa, é interessante observar os resultados da avaliação do ensino médio realizada pelo Ministério da Educação (Exame Nacional do Ensino Médio – Enem), das escolas da amostra comparadas com o Colégio Objetivo, de São Paulo (o colégio com melhor aproveitamento no país), o colégio Bernoulli, de Belo Horizonte, o segundo melhor aproveitamento no país e o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa, em região geográfica próxima, o sexto melhor aproveitamento nacional:

Tabela 1: Resultados do Exame Nacional do Ensino Médio, comparativamente, em 2013.

	Redação	Linguagens, Códigos	Matemática	Ciências Humanas	Ciências Naturais
Escola particular 1	621,00	555,94	622,62	586,43	563,28
Escola particular 2	521,4	546,4	536,2	502,9	471,1
Escola pública 1	467,24	485,76	496,05	500,27	456,66
Escola pública 2	484,21	475,98	474,95	496,59	447,82
Escola pública 3	584,7	549,0	567,7	512,1	493,7
Escola pública 4	444,0	534,7	492,6	470,4	439,1
Colégio privado Ouro Preto 1	653,1	572,5	667,1	608,1	580,9
Colégio privado Ouro Preto 2	610,0	590,8	682,9	623,6	577,0
Escola pública Ouro Preto 1	458,5	472,5	481,7	494,9	449,0
Escola pública Ouro Preto 2	428,0	470,1	457,6	498,4	438,5
Escola pública Ouro Preto 3	467,3	474,3	500,3	498,6	468,6
Colégio Objetivo (SP)	744,00	661,87	865,20	720,43	715,75
Colégio Bernoulli (BH)	761,28	654,19	827,40	711,84	695,18
Coluni (Viçosa)	762,06	631,60	798,98	700,47	693,85

Fonte: Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira -. Disponível em http://portal.inep.gov.br, [Consultado em 10 de setembro de 2014].

Assim, pode-se perceber que o resultado do Exame Nacional do Ensino Médio para as escolas constituintes da amostra está muito abaixo das outras escolas. É prática na cidade de Mariana, como em muitas cidades do interior, enviar os jovens para cursar o ensino médio em outras cidades, principalmente em cidades grandes. Há um número significativo de jovens marianenses que estudam em outras cidades. Assim, os jovens que estudam na cidade de Mariana são aqueles cujas famílias não possuem capital econômico para enviá-las para uma outra cidade e/ou não possuem o que Bourdieu denomina de capital cultural, e dentro deste principalmente o conhecimento do sistema educacional e estão sujeitos a um ensino mais fraco.

3.1. Características econômicas, sociais e culturais dos estudantes pesquisados

A composição da amostra em termos de cor/raça pode ser observada na tabela:

Tabela 2: Cor/ raça dos estudantes da amostra pesquisada

	Escolas privadas	Escolas públicas	Escolas de distritos (zona rural, noturno)
Branco	50,0%	21,6%	22,2%
Preto	20,6%	20,5%	22,2%
Pardo	29,4%	54,5%	50,0%
Outros (amarelo, indígena)	0%	3,4%	5,6%

Fonte: questionários aplicados na pesquisa

A porcentagem de brancos é maior nas escolas privadas e a de pardos maior nas escolas públicas, enquanto a porcentagem de pretos é praticamente a mesma, em torno de 20%, semelhante à porcentagem da população da cidade (18%).

Em relação ao gênero, nas escolas urbanas, há o mesmo número de homens e mulheres, enquanto nas escolas rurais, há um maior número de mulheres (66,7%). Apenas um estudante deixou em branco essa questão, e esse fato é digno de observação.

A distribuição dos estudantes em gênero pode ser observada na tabela 3:

Tabela 3: As diferenças de gênero na amostra

	Escolas privadas	Escolas públicas	Escolas públicas dos distritos (zona rural)
Masculino	50,0%	50,0%	33,3%
Feminino	50%	50,0%	66,7%

Fonte: questionários aplicados na pesquisa

A idade dos estudantes da amostra se encontra em torno dos 16 aos 18 anos, sendo mais elevada nas escolas públicas. Nas escolas rurais há alunos bem mais velhos. Em termos de idade, temos a seguinte distribuição:

Tabela 4: distribuição da idade dos alunos da amostra

	Escolas privadas	Escolas públicas	Escolas públicas dos distritos (zona rural)
16 anos	55,9%	44,3%	0%
17 anos	38,2%	30,7%	0%
18 anos	5,9%	20,5%	16,7%
19 anos	0%	3,4%	27,8%
21 anos	0%	0%	16,7%
25 anos	0%	0%	11,1%
28 anos	0%	0%	11,1%
29 anos	0%	0%	5,6%
31 anos	0%	0%	5,6%
36 anos	0%	0%	5,6%

Fonte: questionários aplicados na pesquisa

A amostra é composta em grande parte por católicos. Há uma pequena porcentagem de evangélicos nas escolas privadas, uma porcentagem um pouco maior nas escolas públicas, e uma grande porcentagem – um terço – entre os estudantes das escolas rurais. Mas os católicos são maioria e representam em torno de 60 a 65% da amostra. O que varia entre um grupo e outro é a porcentagem de evangélicos, e de outras religiões:

Tabela 5: religião na amostra

	Escolas privadas	Escolas públicas	Escolas públicas dos distritos (rural)
Católica	61,8%	67,3%	66,7%
Evangélica	5,9%	12,5%	33,3%
Protestante	2,9%	1,1%	0%
Católica e Evangélica	2,9%	4,5%	0%
Cristã	2,9%	0%	0%
Espírita	0%	2,3%	0%
Espírita e Católica	2,9%	0%	0%
Nenhuma	2,9%	1,1%	0%
Acredita em Deus	2,9%	2,3%	0%
Testemunha de Jeová	0%	1,1%	0%
Indefinido	0%	1,1%	0%
Adventista do 7º Dia	0%	1,1%	0%
Não respondeu	14,7%	4,5%	0%

Fonte: questionários aplicados na pesquisa

As famílias não são muito numerosas na região. Mas, entre os estudantes das escolas privadas, as famílias possuem um menor número de filhos e nas escolas da zona rural, um maior número.

Tabela 6: Número de filhos das famílias dos estudantes pesquisados

Número de filhos na família	Escolas públicas	Escolas privadas	Escolas públicas de distritos (zona rural)
1	18,2%	14,7%	11,1%
2	30,7%	38,2%	22,2%
3	15,9%	29,4%	11,1%
4	17,0%	17,6%	27,8%
5	10,2%	0%	11,1%
6	2,3%	0%	5,6%
7	1,1%	0%	0%
8	4,6%	0%	11,1%

Fonte: questionários aplicados na pesquisa

Em relação à situação dos pais (casados, divorciados, etc.), nas escolas públicas urbanas observamos uma porcentagem bem maior de pais separados (40,7%) do que em relação às escolas privadas (14,7%) e das escolas da zona rural (11,1%).

Tabela 7: Situação dos pais

	Escolas públicas	Escolas privadas	Escolas públicas de distritos (zona rural)
Vivem junto	51,2%	85,3%	72,2%
Separados	40,7%	14,7%	11,1%
Pai falecido	4,7%	0%	5,6%
Mãe falecida	2,3%	0%	5,6%
Não respondeu	1,2%	0%	0%

Fonte: questionários aplicados na pesquisa

Como esperado, a renda familiar é mais elevada entre os estudantes das escolas privadas, embora tenha uma enorme variação entre esses por causa de bolsas ofertadas pelas escolas a estudantes de famílias carentes (há escolas católicas que oferecem muitas bolsas). 62,5% dos estudantes das escolas públicas urbanas, 77,7% dos estudantes da zona rural e 11,8% dos estudantes das escolas privadas pertencem a famílias com renda familiar mensal abaixo de 03 salários mínimos (€880, aproximadamente).

Tabela 8: Renda familiar

	Escolas públicas	Escolas privadas	Escolas públicas dos distritos (zona rural)
Até 01 SM*	23,9%	0%	33,3%
De 01 a 03 SM	38,6%	11,8%	44,4%
De 03 a 06 SM	17,1%	17,6%	11,1%
De 06 a 09 SM	12,5%	17,6%	0%
De 09 a 12 SM	2,3%	20,6%	0%
De 12 a 15 SM	1,1%	0%	0%
Acima de 15 SM	1,1%	14,7%	5,6%
Nenhuma renda	0%	0%	0%
Não respondeu	3,4%	17,6%	0%

Fonte: questionários aplicados na pesquisa

*Observação: SM = Salário mínimo, valor R$724,00 (€ 229, cotação de 10/11/2014).

A escolaridade dos pais dos estudantes das escolas privadas é maior do que aqueles das escolas públicas, urbanas e rurais. 19,1% dos pais dos estudantes das escolas públicas urbanas, 50% dos pais das escolas públicas rurais não completaram as primeiras quatro séries do ensino fundamental. 24,6% dos estudantes das escolas privadas, 9,1% dos estudantes das escolas públicas urbanas possuem um diploma de ensino superior.

Tabela 9: Escolaridade dos pais

	Escolas privadas	Escolas públicas	Escolas públicas dos distritos (zona rural)
1ª a 4ª série incompleta	0%	19,1%	50,0%
1ª a 4ª série completa/ 5ª a 8ª série incompleto	9,8%	19,1%	5,6%
5ª a 8ª série completo/ ensino médio incompleto	15,7%	18,2%	22,2%
Ensino médio completo/ superior incompleto	21,6%	19,3%	0%
Magistério	0%	0%	0%
Curso técnico/ tecnológico	12,8%	9,1%	0%
Superior completo	24,6%	9,1%	0%
Pós-graduação	0%	0%	0%
Não estudou	0%	1,1%	0%
Não sei	15,5%	5,0%	22,2%

Fonte: questionários aplicados na pesquisa

As ocupações e profissões dos pais dos estudantes da amostra são demonstrados na tabela seguinte:

Tabela 10: O que fazem os pais dos estudantes da amostra: profissão e ocupação

	Escolas privadas	Escolas públicas	Escolas públicas dos distritos (zona rural)
Profissional liberal	14,7%	1,3%	0%
Empresário e proprietário de comércio na cidade	17,6%	1,3%	0%
Operário especializado	26,7%	33,3%	0%
Funcionário público	2,9%	0%	5,6%
Funcionário comércio	2,9%	6,4%	5,6%
Autônomo serviços gerais (bombeiro hidráulico, motorista, mecânico, agente funerário, etc)	17,6%	9,0%	0%
Serviços domésticos (caseiro, jardineiro, etc)	0%	3,9%	5,6%
Trabalhador construção civil (pedreiro, carpinteiro, etc)	0%	16,7%	27,8%
Vigilante	0%	3,9%	0%
Policial	0%	2,6%	0%
Carteiro	0%	1,3%	0%
Lavrador	0%	1,3%	16,7%
Artesão	0%	0%	5,6%
Aposentado	8,8%	5,1%	5,6%
Desempregado	0%	2,3%	0%
Aposentado	0%	0%	5,6%
Não respondeu	8,8%	11,6%	22,2%

Fonte: Dados dos questionários aplicados na pesquisa

As mães dos estudantes das escolas privadas possuem uma escolaridade maior do que aquelas das escolas públicas, urbanas e rurais. 10,2% das mães dos estudantes das escolas públicas urbanas, 50% das mães das escolas públicas rurais não completaram as primeiras quatro séries do ensino fundamental. 38,2% das mães dos estudantes das escolas privadas e 8% das mães dos estudantes das escolas públicas urbanas possuem um diploma de ensino superior:

Tabela 11: Escolaridade da mãe

	Escolas privadas	Escolas públicas	Escolas públicas de distritos (zona rural)
1ª a 4ª série incompleta	0%	10,2%	50,0%
1ª a 4ª série completa/ 5ª a 8ª série incompleto	2,9%	18,2%	11,1%
5ª a 8ª série completo/ ensino médio incompleto	11,8%	19,3%	5,6%
Ensino médio completo/ superior incompleto	26,5%	21,6%	5,6%
Magistério	5,9%	1,1%	5,6%
Curso técnico/ tecnológico	5,9%	4,5%	0%
Superior completo	38,2%	8,0%	0%
Não estudou	0%	1,1%	5,6%
Não sei	8,8%	15,9%	16,5%

Fonte: questionários aplicados na pesquisa

As ocupações e profissões das mães dos estudantes da amostra são demonstradas na tabela 12:

Tabela 12: O que fazem as mães dos estudantes da amostra: profissão e ocupação

	Escolas privadas	Escolas públicas	Escolas públicas de distritos (zona rural)
Profissional liberal	0%	0%	0%
Empresária e proprietária de comércio na cidade	20,6%	0%	0%
Professora	29,4%	8,3%	5,6%
Funcionária pública	2,9%	0%	0%
Autônomas (cuidadora de idosos, crianças, motorista, vendedora, etc.)	17,6%	4,8%	0%
Serviços autônomos (cabelereira, costureira, eletricista,	0%	7,1%	0%
Serviços domésticos (copeira, empregada doméstica, faxineira, cozinheira, etc.)	0%	29,8%	33,3%
Camareira	0%	0%	5,6%
Gari	0%	0%	11,1%
Lavradora	0%	0%	16,7%
Empregada em comércio	0%	10,7%	0%
Técnicos (de saúde, meio ambiente, etc.)	0%	3,6%	0%
Aposentada	2,9%	4,8%	5,6%
Dona de casa	20,6%	22,6%	16,7%
Não sabem/ não responderam	6,0%	8,3%	5,6%

Fonte: questionários aplicados na pesquisa

3.2. Projetos de mobilidade e projetos de vida

Como já era de conhecimento dos pesquisadores, de forma intuitiva e de observação informal, da prática da cidade de enviar os jovens para estudar em grandes centros, um padrão cultural das camadas médias, optou-se por considerar os fatores da percepção do jovem da qualidade de vida em Mariana e da vontade de continuar morando na cidade como variáveis influentes dos projetos de vida e de mobilidade. Os resultados podem ser observados nas tabelas seguintes:

Tabela 13: Vida em Mariana

	Escolas privadas	Escolas públicas	Escolas públicas dos distritos (zona rural)
Muito boa	20,6%	23,9%	27,7%
Boa	64,7%	67,0%	66,7%
Ruim	2,9%	4,5%	0%
Muito ruim	0%	1,1%	0%
NDRA	5,9%	3,5%	5,6%
Não sei	5,9%	0%	0%

Fonte: questionários aplicados na pesquisa

A maioria dos estudantes, de todos os tipos de escolas consideram a sua vida em Mariana como boa ou muito boa, apenas uma porcentagem muito pequena sai fora desse padrão. Mas, por outro lado, uma grande porcentagem de estudantes das escolas privadas (79,4%) e das escolas públicas urbanas (52,3%) não pretendem morar na cidade no futuro, conforme a tabela seguinte:

Tabela 14: Você quer morar em Mariana daqui a 10 anos

	Escolas privadas	Escolas públicas	Escolas públicas dos distritos (zona rural)
Sim	14,7%	44,3%	77,7%
Não	79,4%	52,3%	16,7%
Não sabe	2,9%	1,1%	0%
Não respondeu	2,9%	2,3%	5,6%

Fonte: questionários aplicados na pesquisa

Há um dado importante: do total de jovens pesquisados, 59,8% não querem morar na cidade. Perguntou-se também quais as razões de suas expectativas e as respostas podem ser vistas na tabela seguinte:

Tabela 15: Motivos para sair da cidade, entre aqueles que querem sair

	Escolas privadas	Escolas públicas	Escolas públicas dos distritos (zona rural)
Quer ir para um lugar melhor	5,9%	1,1%	41,7%
Quer morar em uma cidade grande com mais oportunidades de uma vida melhor	64,7%	35,2%	0%
Quer um futuro melhor	20,6%	2,3%	58,3%
Quer conhecer outras cidades	0%	5,7%	0%
Quer ser jogador de futebol	0%	1,1%	0%
Quer estudar fora	0%	2,3%	0%
Não sabe	2,9%	0%	0%
Não respondeu	5,9%	3,4%	0%

Fonte: questionários aplicados na pesquisa

O que chama a atenção é o grande número de jovens que anseiam por imigração, sair da cidade, morar em outro lugar: 79,4% dos estudantes das escolas privadas e 52,3% dos estudantes das escolas públicas urbanas e 16, 7% dos estudantes das escolas rurais. A razão para isso é que eles não percebem possibilidades de um futuro melhor na cidade, com emprego e bons salários (91,2% dos estudantes das escolas privadas e 38,6% dos estudantes das escolas públicas). O motivo para não querer sair da cidade, para esse grupo que pretende ficar de todos os tipos de escolas são os seguintes: não querem se afastar da família e não veem condições de ir para outro lugar.

Os estudantes revelam o seu projeto de mobilidade, ou seja, o que pretendem fazer imediatamente de suas vidas para serem, no futuro, aquilo que almejam, o que pode ser observado na tabela seguinte:

Tabela 16: O que fará daqui a um ano, quando terminar o ensino médio

	Escolas privadas	Escolas públicas	Escolas públicas dos distritos (zona rural)
Ir para a universidade/ faculdade	64,7%	42,0%	44,4%
Ir para a faculdade/ universidade e trabalhar	11,8%	9,1%	5,6%
Trabalhar	8,8%	20,4%	11,1%
Ir para exército, aeronáutica, marinha	0%	4,6%	0%
Fazer curso técnico	0%	11,4%	11,1%
Fazer curso técnico e trabalhar	0%	1,1%	0%
Fazer cursos e trabalhar	0%	0%	11,1%*
Fazer cursos	0%	0%	16,7%*
Não sabe	5,9%	8,0%	0%
Ser atleta profissional	0%	1,1%	0%
Viajar e conhecer o Brasil	2,9%	0%	0%
Não respondeu	2,9%	2,3%	0%

Fonte: questionários aplicados na pesquisa

* Quando eles respondem "cursos", eles se referem a cursos profissionalizantes, segundo informações dos professores.

Ir para o ensino superior faz parte de uma boa parcela dos estudantes das escolas públicas, urbanas e rurais, mas é a maioria entre os estudantes das escolas privadas. O número de estudantes que planeja "fazer cursos" (cursos profissionalizantes de nível médio) e fazer cursos técnicos é elevado entre os estudantes das escolas públicas rurais (38,9%) e inexistente entre os estudantes das escolas privadas.

Os estudantes revelam os seus projetos de vida, ou seja, que adulto eles querem se tornar, como pode ser observado na tabela seguinte:

Tabela 17: O que fará daqui a 10 anos?

	Escolas privadas	Escolas públicas	Escolas públicas dos distritos (zona rural)
Ter uma profissão, trabalhar na área escolhida e ter uma vida estável financeiramente	29,7%	13,6%	0%
Ter uma ocupação de nível técnico/ operário especializado	0%	2,3%	0%
Ser um profissional	17,7%	13,6%	11,1%
Trabalhar	0%	12,5%	11,1%
Trabalhar e ajudar família	0%	0%	11,1%
Ter independência financeira	2,9%	0%	0%
Ter uma vida profissional e casar, ter uma família	5,9%	2,2%	0%
Ter vida profissional, família e casa própria	0%	5,7%	0%
Ter uma profissão e viajar	2,9%	0%	0%
Ter uma profissão e ser rico	2,9%	0%	0%
Ser bem sucedido	0%	1,1%	0%
Ser alguém na vida	0%	0%	5,6%
Casar e ficar rico	2,9%	0%	0%
Casar	2,9%	6,8%	11,1%
Trabalhar e ter família	0%	5,7%	5,6%
Trabalhar e ficar rico	0%	1,1%	0%
Estudar na universidade	5,9%	2,3%	0%
Estudar	0%	0%	11,1%
Estudar e trabalhar	0%	0%	11,1%
Ser independente e ter casa própria	8,8%	0%	0%
Ser professor na universidade	0%	1,1%	0%
Ser jogador de futebol famoso	2,9%	1,1%	0%
Ser policial federal	0%	1,1%	0%
Ser do exército, aeronáutica, marinha	0%	3,4%	0%
Ter passado em concurso público	2,9%	0%	0%
Trabalhar e contribuir para o desenvolvimento da cidade	2,9%	0%	0%
Trabalhar e viajar	0%	1,1%	0%
Viajar pelo mundo	2,9%	4,5%	16,7%
Comprar uma fazenda	0%	1,1%	0%
Ter casa própria	0%	5,1%	0%
Ser jogador de futebol	0%	1,1%	0%
Ser paraquedista	0%	1,1%	0%
Fazer nada	0%	4,5%	0%
Não sabe	5,9%	9,1%	0%
Não respondeu	0%	9,1%	5,6%

Fonte: questionários aplicados na pesquisa

Seria preciso um outro artigo para tratar dos dados da tabela anterior. Mas optou-se por um trabalho mais geral, menos detalhado. Assim, observamos que o projeto profissional faz parte da vida de 59,1% dos estudantes das escolas privadas e 35,1% dos estudantes das escolas públicas urbanas e de 11,1% dos estudantes das escolas públicas da zona rural. 38,9% destes últimos fazem referência ao desejo de trabalhar em algum lugar, encontrar um trabalho ou uma ocupação 16,7% desses mesmos estudantes se referem ao desejo futuro de apenas "viajar pelo mundo" (contra 2,9% dos estudantes das escolas privadas e 4,5% dos estudantes das escolas públicas urbanas).

Sobre a percepção das dificuldades de realização de seus projetos de vida, os estudantes de todos os tipos de escolas não pensam que sejam impossíveis, já que mais de 50% deles, de todos os tipos de escolas, acham que o grau de dificuldade é médio. 23,5% dos estudantes das escolas privadas, 12,5% dos estudantes das escolas públicas urbanas e 11,1% dos estudantes das escolas públicas da zona rural pensam que há uma alta dificuldade de realizar os seus projetos:

Tabela 18: Grau de dificuldade para realizar os sonhos

	Escolas privadas	Escolas públicas	Escolas públicas de distritos (zona rural)
Alto	23,5%	12,5%	11,1%
Médio	64,7%	55,7%	66,7%
Baixo	8,8%	19,3%	22,2%
Não sabe	0%	10,2%	0%
Não respondeu	0%	2,3%	0%

Fonte: questionários aplicados na pesquisa

Sobre os meios para alcançar a realização de seus projetos, os estudantes revelam o esforço próprio, a ajuda da família, dos amigos, e aparece com muita frequência a referência a fatores extraordinários, religiosos ou míticos, como Deus, fé na vida, fé em si mesmo, como mostra a seguinte tabela:

Tabela 19: Quem e/ou o que pode lhe ajudar a alcançar os seus objetivos na vida?

	Escolas privadas	Escolas públicas	Escolas públicas de distritos (zona rural)
Pais/ família	11,8%	17,0%	22,2%
Marido	0%	0%	5,6%
Pais/ família/ amigos	8,8%	11,4%	0%
Família/ namorado	5,9%	3,4%	0%
Esforço próprio	29,4%	18,2%	0%
Força de vontade	11,8%	1,1%	5,6%
Determinação	0%	0%	5,6%
Pais e esforço próprio	8,8%	9,1%	0%
Família/ amigos/ esforço próprio	8,8%	4,7%	0%
Pais/ estudos	5,9%	0%	0%
Família/ amigos/ Deus	5,9%	6,8%	0%
Família/professores/Deus	0%	0%	5,6%
Deus/ família/ namorado	0%	0%	5,6%
Família e Deus	0%	0%	16,5%
Deus/ fé	0%	10,2%	16,5%
Deus/ força de vontade	0%	0%	5,6%
Deus/ amigos	0%	0%	5,6%
Acreditar nos sonhos	2,9%	0%	0%
Nada	0%	1,1%	0%
Ninguém	0%	1,1%	0%
Escola	0%	5,7%	0%
Técnico de algum time de futebol	0%	1,1%	0%
Trabalho	0%	0%	5,6%
Não sabe	0%	6,8%	0%
Não respondeu	0%	2,3%	0%

Fonte: questionários aplicados na pesquisa

Nos dois grupos vemos uma grande parcela de jovens que vê o seu futuro como resultado da ação de terceiros. Esse grupo é maior entre os estudantes de escola pública (32,9%) do que entre os estudantes de escolas privadas (26,5%). 17% dos estudantes das escolas públicas percebem o seu futuro como dádiva de Deus, enquanto esse número é de 5,6% para os estudantes das escolas privadas.
O que mais chama a atenção é que 64,7% dos estudantes das escolas privadas percebem o seu futuro como fruto de seu esforço e esse número é de 33,1% dos estudantes das escolas públicas. Ou seja, apenas 33% dos estudantes da escola pública percebem que seu futuro depende de seu esforço pessoal.

4. A título de conclusão

Dois modelos ou tipo-ideais principais podem ser construídos a partir dos resultados da pesquisa:

Quadro nº. 1: Modelos de projetos dos jovens

Modelo 1	Modelo 2
Ensino superior	Cursos profissionalizantes
Profissionalização	Trabalho (ofício)
Migração para um grande centro, uma cidade grande	Permanecer na região
Esforço pessoal para manutenção do status familiar e/ou mobilidade ascendente	Ajuda de Deus para manutenção do status familiar

Fonte: dados da pesquisa

No primeiro grupo estão os estudantes das escolas privadas, com renda familiar mais elevada, com escolaridade dos pais mais elevada. No segundo grupo estão os estudantes das escolas públicas, urbanas e rurais, com renda familiar mais baixa e escolaridade dos pais mais baixa.
Há poucos casos de projetos de vida irreais: um jovem de escola pública quer ser jogador de futebol famoso, outro quer ser jogador de basquete de um time importante e duas jovens querem casar com homens ricos.
Os dados obtidos são importantes e alguns deles chamam mais a atenção:
a) Há uma grande desigualdade entre os estudantes das escolas públicas e aqueles das escolas particulares: desigualdades de renda, desigualdades de capital cultural (medido pela escolaridade dos pais);
b) O grande número de estudantes que declaram sua vontade de sair da cidade, não só para estudar, mas para morar para sempre, um grande desejo de imigrar para uma cidade maior, para uma cidade que tenha mais oportunidades, segundo eles: 59,8% dos estudantes da amostra total, 79,4% dos estudantes das escolas privadas e 52,3% dos estudantes das escolas públicas;
c) O descompasso existente entre os projetos de vida e de mobilidade e o que os jovens pensam sobre as dificuldades de realizá-los e os meios para os realizar. 73,5% dos jovens das escolas privadas e 75% dos jovens das escolas públicas afirmam não perceberem grande dificuldade em atingir os seus objetivos de vida. Ser médico, engenheiro, empresário, militar, psicólogo, etc., bem sucedido, comprar uma casa, tudo isso não apresenta dificuldade para eles. Isso denota, em primeiro lugar, um grande desconhecimento tanto da educação superior quanto do mercado de trabalho. Denota também o desconhecimento do lugar que ocupam na estrutura social brasileira, já que frequentam escolas com desempenho muito baixo nas avaliações nacionais e terão que concorrer por vagas na universidade com jovens que cursam escolas com desempenho muito superior. Por outro lado, pode também denotar a fragilidade da educação básica brasileira, que não exige esforço dos estudantes;
d) 29% dos jovens das escolas privadas e 18,2% dos jovens das escolas públicas acreditam que a realização de seu projeto de vida depende exclusivamente de seu esforço próprio. Para 11,8% dos jovens das escolas privadas, 1,1% dos jovens das escolas públicas da cidade e 11,2% dos jovens das escolas públicas da zona rural, a realização de seus projetos de vida depende de fé nele próprio ("acreditar em mim"). Para 22,9% dos

jovens das escolas privadas e 13,8% dos jovens das escolas públicas, a realização de seus projetos depende do esforço próprio e da ajuda de familiares e amigos. Para 20,6% dos jovens das escolas privadas, 28,4% dos jovens das escolas públicas e 27,8% dos jovens das escolas públicas da zona rural, o sucesso de seu projeto de vida depende exclusivamente de terceiros, pais, familiares e amigos. E para 11,8% dos estudantes das escolas privadas, 17,0% dos estudantes das escolas públicas e 55,4% dos estudantes das escolas públicas da zona rural, a realização de seu projeto de vida depende exclusivamente de Deus. O que mais chama a atenção nesses dados é o fato de 51,9% dos jovens das escolas privadas, 32% dos jovens das escolas públicas e 0% (nenhum) dos estudantes das escolas públicas da zona rural considerarem a necessidade de esforço pessoal para a realização de seus projetos de mobilidade e de vida. Quanto mais pobre, quanto menos capital cultural familiar, quanto pior a escola, menos necessidade de esforço pessoal o jovem percebe. Mais da metade dos jovens com maior renda familiar, com maior capital cultural percebem a necessidade de esforço pessoal e nenhum dos jovens com menor renda familiar e menor capital cultural. A ambição dos dois grupos também é menor, assim como a existência de projeto de mobilidade e a adaptação;
e) Casar e constituir família estão nos planos de 11,7% dos jovens das escolas privadas e de 37,1% dos jovens das escolas públicas. A vida profissional e de trabalho é referência de todos.

4.1. A questão das desigualdades

As desigualdades existentes entre os estudantes levam a diferenças nos projetos de mobilidade e de vida. De alguma forma, as expectativas em relação ao futuro são baseadas na realidade percebida pelos estudantes. Investigações na área da sociologia da educação mostram o caráter contextualizado das aprendizagens dos estudantes, e a influência da escola e da classe frequentada sobre o futuro escolar (Duru-Bellat, 2003). Tanto o nível médio do grupo quanto sua composição social afetam a progressão escolar e as desigualdades entre os jovens.

Na pesquisa não se pode falar de diferenças entre os professores, já que a maioria deles leciona tanto nas escolas públicas quanto nas particulares. Mas há o ambiente físico e o clima das escolas. As escolas públicas são prédios mal cuidados, cheio de grades, muros altos, portas e portões trancados todo o tempo, de cor acinzentada. A impressão que se tem é que elas se assemelham a uma prisão. As escolas particulares, ao contrário, possuem boa estrutura material, jardins, têm porteiros (os portões são abertos). Há uma grande diferença entre passar uma boa parte do dia em um tipo de escola e em outro. Mas há diferenças também nos materiais didáticos, nos equipamentos das aulas, no suporte para os professores.

Foram coletados também nesta pesquisa alguns depoimentos de ex-alunos de escolas públicas e privadas, que tiveram as duas experiências ao longo de sua trajetória escolar. Em um dos depoimentos, o ex-aluno, agora estudante da universidade, relata que estudou sete anos em uma escola pública (que faz parte da amostra), e depois foi estudar em uma escola particular (também da amostra da pesquisa). Dois meses depois da transferência para a escola particular, os seus pais foram chamados pela coordenação pois ele tinha dificuldades na escrita. Os pais o levaram a um especialista que o diagnosticou com dislexia e ele foi tratado. O que ele ressalta é que, na escola pública, durante sete anos, ninguém notou o seu problema, e os professores eram os mesmos. Outro ex-aluno afirma que os professores se vestem de forma diferente quando vão lecionar na escola pública e quando vão lecionar na escola particular. Essa diferença na vestimenta pode não ser real, mas faz referência ao imaginário do ex-estudante que se sentia menos valorizado pelos professores por estudar em uma escola pública.

Entrevistas com alguns professores que atuam tanto nas escolas particulares quanto nas escolas públicas (10% do total dos professores do ensino médio da cidade) foram também realizadas durante a pesquisa. Queria-se saber as expectativas deles em relação aos seus alunos e se essas expectativas diferiam de acordo com o tipo de escola. Os professores dizem que, nas escolas públicas, os estudantes estão completamente desmotivados por causa da aprovação automática e que há um grande problema de indisciplina nessas escolas. A desmotivação está em ambos os tipos de escolas, mas nas escolas particulares há cobrança dos alunos por parte tanto da escola quanto dos pais. A participação da família foi citada muitas vezes como o ponto principal de diferença. Os estudantes das escolas públicas não pensam muito no amanhã, eles querem “tirar o segundo grau” e fazer

curso técnico, com poucas exceções, os das escolas particulares querem entrar na universidade o mais rápido possível. Os alunos da escola particular são muito firmes no que querem desde cedo enquanto os alunos da escola pública sempre contam com sorte ou ajuda de alguém para concluir seus objetivos, dizem os professores. Há, ainda segundo os professores, grandes diferenças na gestão escolar, na administração, na postura de professores, no material didático.

Os professores se mostram desanimados com estudantes de ambos os tipos de escolas. Nas escolas privadas, eles reclamam da pressão para resultados rápidos, da cobrança da direção e dos pais e da desmotivação dos estudantes. Nas escolas públicas, eles reclamam da desmotivação de todos, direção, professores e estudantes, das más condições de trabalho e de um certo abandono por parte das lideranças.

A diferença entre os dois grupos de estudantes é perceptível ao olhar os questionários: a letra, a escrita, diferem significativamente. Os estudantes das escolas particulares escrevem bem, com letra legível e com poucos erros enquanto os estudantes das escolas públicas têm letras quase ilegíveis e cometem muitos erros na escrita e, às vezes, é quase impossível saber o que eles escreveram.

Voltando a Merton e às vantagens acumulativas, podemos perceber que a escola se torna mais um fator de acumulação de vantagens. Apesar de todo o investimento que se fez na educação pública nas últimas décadas, os resultados parecem ter modificado muito pouco a estrutura social, pelo menos na cidade de Mariana. As expectativas ou projetos de vida dos estudantes estão referidas à manutenção da sua posição no espaço social. Se olharmos as tabelas 10 e 12, de ocupação dos pais, podemos perceber que o futuro desses jovens não será muito fácil, principalmente em uma cidade que vive da mineração, dependente, assim, da economia internacional, e com a previsão de fim dessas atividades em 20 anos (informação obtida em conversas informais com engenheiros de minas e geólogos).

Burgess (2014) trata do que ele chama de "Efeito Londres", um termo utilizado para descrever a elevada performance dos estudantes de Londres em comparação com o restante da Inglaterra. O estudo conclui que os bons resultados das escolas de Londres não são decorrentes do fato da cidade ter melhores escolas, mas sim por causa da composição do alunado. As escolas de Londres são bem sucedidas por causa da composição étnica. Esse resultado leva diretamente ao debate central da sociologia: as mudanças sociais são orientadas pela estrutura ou pela ação (ou agência)? Para aqueles que acreditam que a resposta é a estrutura, os resultados seriam amplamente pré-determinados. Para compreender qualquer fenômeno social, compreende-se o contexto social e desvenda-se os motores sociais que modelam as instituições. Essa visão leva diretamente a Basil Bernstein e sua famosa frase "as escolas não podem compensar a sociedade". Os resultados educacionais são amplamente determinados por padrões sociais: classe, gênero e diferenças étnicas, que são o resultado de interações complexas. Para melhorar a escola, o mais importante é cuidar de questões sociais mais amplas, distribuição de renda, desigualdades econômicas, padrões de cuidados de saúde, etc. Para aqueles que acreditam na ação, a visão é diferente: a privação não é destino, ninguém é prisioneiro das circunstâncias. Classe, gênero e etnia influenciam, mas podem ser superados. Para melhorar as escolas, deve-se transformar a maneira pela qual os professores ensinam e as escolas funcionam. A educação, nesta visão, pode compensar a sociedade.

O governo brasileiro, na última década, esforçou-se para tentar resolver o problema atacando a questão estrutural. Mas, parece, não é possível escolher-se entre estrutura e ação, mas sim tentar uma solução de compromisso entre os dois enfoques. A privação não deveria ser destino e os jovens não deveriam ficar reféns de suas circunstâncias e, portanto, a maneira pela qual as escolas funcionam (a gestão) e a forma pela qual os professores ensinam deveriam ser motivos de políticas públicas relevantes.

Boudon e Bourricaud (2000:147,149) afirmam que a autoridade pública não pode deixar de ter o objetivo de redução das desigualdades de oportunidades escolares, por causa do ideal meritocrático nas sociedades modernas. Algumas medidas políticas podem, segundo os autores, atenuá-las efetivamente. Mas, grande parte dos mecanismos responsáveis pelas desigualdades escapam da intervenção estatal.

Concluindo, os resultados da pesquisa mostram que há uma contradição entre a racionalidade individual e a racionalidade coletiva. Se, para o coletivo – materializado nas políticas públicas educacionais e nas políticas econômicas nacionais e internacionais sobre a importância da escolarização para o desenvolvimento econômico e nas ideologias de vários partidos políticos da educação como libertadora – a escolarização promoveria a mobilidade social. Para o indivíduo, parece que tanto a longa escolarização quanto a mobilidade supõem grandes sacrifícios que os jovens não querem assumir.

5. Referências bibliográficas

ANÍBAL, Alexandra (2012). "Da persistência do 'Efeito Mateus': aprendizagens e reconhecimento de competências em Portugal". Disponível em:
http://www.op-edu.eu/media/Da_persistencia_do_efeito_de_Mateus.pdf, [Consultado em 02 de dezembro de 2014}.

BOUDON, R., BOURRICAUD, F. (2000). *Dicionário crítico de Sociologia*. São Paulo: Ática.

BURGUESS, Simon. (2014). "Understanding the success of London's schools". The centre for Market and Public Organisation, *Working Paper no. 14/333*, outubro de 2014. Disponível em:
http://www.bristol.ac.uk/media-library/sites/cmpo/migrated/documents/wp333.pdf, [Consultado em dezembro de 2014].

DAHRENDORF, R. (1969). "On the origins of inequality among men". In: Béteille, A. (Org.). *Social inequality: select readings*. Harmondsworth, Penguin Books, pp. 16-44.

DUBET, François (1973). "Pour une définition des modes d'adaptation sociale à travers la notion de projet". *Revue Française de Sociologie*, 1973, 14-3, pp. 221-241.

DURU-BELLAT, Marie (2003). "Les apprentissages des élèves dans leur contexte: les effets de la composition de l'environnement scolaire". *Carrefours de l'éducation*, 2003/2, nº. 16, p. 182-206.

MERTON, Robert K. (1968). "The Matthew effect in Science". *Science*, 159:56-63.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e; SILVA, Luiz Carlos Faria (2006). "O impacto das séries iniciais: educação infantil, analfabetismo funcional e equidade". *Anais do Seminário sobre Educação e Equidade,* IETS. Disponível em:
http://www.alfaebeto.org.br/wpcontent/uploads/2013/09/impacto_das_series_iniciais.pdf, [Consultado em 02 de dezembro de 2014].

PAIS, José Machado (1990). "A construção sociológica da juventude – alguns contributos". *Análise Social*, vol. XXV (105-106), pp.139-165.

STANOVICH, Keith E. (1986). "Matthew effects in Reading: some consequences of individual diferences in the acquisition of literacy". *Reading Research Quarterly*, XXI/4, 1986.

Teatro Do Oprimido: A comunicação de uma indignação compartilhada

Saulo Magalhães[1]

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo problematizar a relaçao arte e sociedade no seculo XXI, elucidando como o teatro politico pode comunicar e compartilhart sua indiginaçao ideologica. Assim este processo tem sua base epistemologica na dramaturgia desenvolvida por Augusto Boal, conhecida como Teatro do Oprimido. Essa maneira de se fazer teatro pertence a uma categoria de arte popular comprometida com a relação direta com a vida e que pretende levar ao espaço de encenação a indagação de como resolver conflitos, tanto do cotidiano de seus artífices quanto da classe social ao qual pertencem, tornando-se necessária a apresentação de exemplos práticos que demonstrem tais possibilidades. Para compor o escopo das analises e discussoes sobre arte e sociedade, caminharemos segundo a luz do filosofo frances Jean Marie Guyau que em linhas gerais preconiza que a emoção estética mais completa e mais elevada é uma emoção de um caráter social. Para o autor, a própria metafísica é uma expressão de vida, e de vida social: é a sociabilidade estendendo-se ao cosmo, remontando às leis suprema do mundo, descendo aos seus últimos elementos, indo das causas aos fins e dos fins às causas, do presente ao passado, do passado ao futuro, do tempo e do espaço ao que engendra o próprio tempo e o espaço.

PALAVRAS-CHAVE: Teatro do Oprimido, Arte e Sociedade, Teatro Politico, Estetica Social.

Considerar a atualidade é levar em conta o desejo de melhoria das condições de vida, de trabalho e de emancipação humana que continua sendo uma urgência cada vez mais intensa diante dos aparelhos de controle que a sociedade do consumo desenvolveu. A arte contemporânea, levando adiante o projeto moderno, propõe segundo Bourraid (2009), novos modelos perceptivos, experimentais, críticos, participativos que seguem na direção indicada pelos filósofos iluministas. No entanto, no lugar de se ocuparem de um projeto coletivo de transformação do futuro, tomado em uma perspectiva histórica evolucionista, as práticas de hoje aparecem fragmentárias, isoladas, órfãs de uma visão global de mundo que as livra do peso ideológico.

Nesse cenário se encontra o teatro que, enquanto arte coletiva, precisa estabelecer uma relação entre as pessoas que o praticam e quem o assiste. Diante dessa urgência de emancipação, um fenômeno evidente aqui no Brasil e também em outras partes do mundo tem levado esta arte aos mais variados contextos e ampliado o seu acesso a diversos segmentos da população.

Um processo de resistência nas práticas teatrais cruza a fronteira das salas convencionais do teatro para alcançar e agir em outras esferas: como em projetos comunitários realizados nas periferias e favelas das grandes cidades; em ações na área da educação não formal, fora dos muros das escolas; nos hospitais, nas prisões; em ações patrocinadas por empresas ou nos projetos das organizações não governamentais (ONGs).

A partir da convicção de que o teatro existe dentro de cada um, podendo ser externado em qualquer lugar, a qualquer hora, resistindo a uma filosofia iluminista, surge o Teatro do Oprimido (TO), construído na convicção de que o teatro é a linguagem humana por excelência. “Alguns de nós ‘fazemos’ teatro, mas todos nós ‘somos’ teatro”, afirmava o dramaturgo Augusto Boal criador dessa metodologia.

Através do TO podemos nos ver em ação, comunicando uma indignação compartilhada. Somos capazes de nos observar, de ser protagonistas e espectadores de nós mesmos, o que nos proporciona imaginarmos possibilidades, fundirmos memória e imaginação – dois processos psíquicos indissociáveis –, na medida em que se pode, no presente, reinventar o passado e inventar o futuro.

---

1 Mestre em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Doutorando em Psicologia Social pela mesma instituição. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.saulomagalhaes@yahoo.com.br

1. A DINÂMCIA DO TEATRO DO OPRIMIDO (TO)

Desenvolvido pelo dramaturgo Augusto Boal, o TO pertence a uma categoria de arte popular comprometida com a relação direta com a vida e que pretende levar ao espaço de encenação a indagação de como resolver conflitos, tanto do cotidiano de seus artífices quanto da classe social ao qual pertencem, tornando-se necessária a apresentação de exemplos práticos que demonstrem tais possibilidades. (BOAL, 1988; 2009).

Augusto Boal na década de 60 parece ter baseado seus estudos e suas buscas artísticas a partir da ideia de que o teatro se constitui enquanto acontecimento. Exilado em 1971 por imposição do regime de ditadura brasileiro, organizador e desenvolvedor de teorização e prática teatral pedagógica e, em 2009, condecorado com o título de Embaixador Mundial do Teatro, no ano de sua morte. A trajetória do autor está ligada à manutenção e validação de suas ideias, pelo menos, ao longo dos últimos 60 anos.

Um dos episódios que o impulsionou a criar uma proposta poética própria, a qual ele chamou de Teatro do Oprimido, ocorreu quando o grupo Teatro de Arena, do qual ele fazia parte, havia feito uma apresentação em uma Liga Camponesa no Nordeste. Ao final de representação, que falava de luta e derramamento de sangue em defesa da terra, um dos camponeses se levantou com armas (reais e não cenográficas) convidando os atores a lutar, verdadeiramente, por seus ideais. Muito sem jeito os atores se recusaram a derramar seu sangue em nome da terra, muito embora pregassem isso através de seus discursos teatrais. (BOAL, 1996).

A partir de então, parece ter ficado claro a Boal que o teatro acontece no momento presente, de forma que qualquer espectador pode intervir, manifestar-se, e até mesmo questionar o que vê, como de fato ocorreu nesse episódio relatado. Por causa do tipo de teatro que ele vinha realizando, que de certo forma se propunha a pregar uma moral, ou um ideal, já não lhe parecia mais viável, pelo menos não da maneira como até então o tinha feito.

Boal chega à conclusão de que não há como demonstrar para seus espectadores o modo como eles devem agir, uma vez que ele mesmo não iria proceder de acordo com o que elucidava. Em função dessa experiência Augusto Boal começa a elaborar uma outra maneira de conceber o fazer teatral; suas pesquisas passam a buscar um modo através do qual o teatro possa estabelecer relações conscientes e concretas com seu público. Dessa forma, o TO dá voz ao processo e vai além de como ocorre no teatro pós-dramático, uma vez que não raro a estética do Oprimido chega a dispensar inclusive a participação tanto de artistas profissionais quanto do momento espetacular, onde um trabalho previamente elaborado é apresentado. (BOAL, 1988; 1996; 2009)

A metodologia do TO se desdobra em: Arco-íris do Desejo, Teatro Jornal, Teatro Invisível, Teatro Imagem, Teatro-Fórum, Teatro Legislativo e Estética do Oprimido (BOAL, 1988).

Arco-íris do Desejo, "Método Boal de Teatro e Terapia", são técnicas voltadas ao tratamento de questões interpessoais e individuais, fazendo uma junção de terapia com teatro.

O Teatro Jornal, técnica muito desenvolvida na Ditadura Militar brasileira, tem como objetivo teatralizar notícias de jornal. O Teatro Invisível consiste em fazer teatro, sem identificar ser teatro. Os espectadores, que, no caso, nem pensam ser espectadores, participam como reais personagens da vida cotidiana. O Teatro Imagem é onde aprendemos a falar através de outras linguagens, que não a palavra – principalmente através da imagem.

A Estética do Oprimido por sua vez, é a mais recente pesquisa de Augusto Boal. Ele desenvolve essa pesquisa com base na sua teoria de que somos todos melhores do que pensamos ser, capazes de irmos além de onde imaginamos, porque todo ser humano é expansivo. Visa desenvolver todas as formas estéticas de percepção da realidade com suas três vertentes: Palavra, Imagem, Som.

O Teatro-Fórum consiste em um espetáculo baseado em fatos reais, onde oprimido(s) e opressor(es) entram em conflito de forma clara e objetiva. No clímax, chamado de "crise chinesa" na dramaturgia do Teatro do Oprimido, o oprimido fracassa, a cena congela e espect-atores (platéia) são chamados pelo Curinga (mestre de cerimônias do Teatro do Oprimido) para entrarem em cena, buscando alternativas cabíveis para o problema encenado, formando, assim, um debate feito através do teatro.

> O diretor polonês Grotowski disse certa vez que os espectadores devem ser testemunhas de algo que acontece (...) . No Teatro do Oprimido, contudo, longe de ser testemunha, o espectador é, ou deve exercitar-se para vir a ser, o protagonista da ação dramática (BOAL, 2004: 321-322)

Mas nem sempre foi assim. Aos términos das sessões de Teatro-Foro, assim chamado a priori, havia debates, discussões e opiniões vindas da plateia, porém, esta só indicava o que pensava ser alternativa para que, a partir daí, os atores as encenassem. No entanto, a história que Augusto Boal sempre conta, é que certa vez havia uma senhora gorda na plateia e bufava ao ver a cena encenada e, apesar de dar diversas opiniões, não se contentava. Até que Boal chamou-a para vir ao palco e encenar sua tão falada alternativa: só assim a encenação a satisfez. Foi aí que Boal passou a chamá-lo "Teatro-Fórum" e modificou os debates verbais para ações: "nós sabemos a palavra que
dizemos, mas não sabemos qual será ouvida. O que se fala não é nunca o que se ouve" (BOAL, 1996, p.08).
Por fim, o Teatro Legislativo, que seria um passo adiante do Teatro-Fórum. O Teatro Legislativo é um novo sistema, uma forma mais complexa, pois inclui todas as formas anteriores do Teatro do Oprimido e mais algumas, especificamente parlamentares (BOAL, 1996, p.09). O fragor da experiência do Teatro Legislativo deu-se no mandato de Augusto Boal, eleito vereador do Rio de Janeiro de 1992 à 1996. Por ter como função criar e fiscalizar o bom funcionamento das leis, Boal fez uma junção perfeita de Teatro e Política. Não o "teatro político", mas, sim, o teatro como política. Conseguiu transformar o cidadão em legislador.

> (...) o objetivo do Teatro do Oprimido não é o de terminar um ciclo, provocar uma catarse, encerrar um processo, mas, ao contrário, promover a auto-atividade, iniciar um processo, estimular a criatividade transformadora dos espect-atores, convertidos em protagonistas, cumpre-lhe, justamente por isso, iniciar transformações que não se devem determinar no âmbito do fenômeno estético, mas sim transferir-se para a vida real (BOAL, 2004:345).

A partir da proposta do TO, evidencia-se a caracterização do binômio arte/sociedade como uma dimensão social da arte ou o lugar da arte na sociedade. Essa conexão preconiza, segundo Geertez (1994), que toda ação humana (incluindo a arte) é socialmente construída por meio de símbolos cujos significados estão entrelaçados uns aos outros, formando redes que se diferenciam conforme a diversidade das culturas.

2. GUYAU E A PROPOSTA DE UMA ARTE SOCIAL

Um dos autores precursores do estudo da relação entre arte e sociedade foi o filósofo Jean-Marie Guyau (1854 – 1888), que por muitas vezes foi considerado como o Nietzsche francês. Licenciado em letras aos 17 anos de idade, apaixonado pela poesia e pela filosofia, Guyau estudou os grandes clássicos, como Victor Hugo, Pierre Corneile, Epicteto, Platão e Emmanuel Kant, sempre atravessado pelo ponto de vista sociológico sobre a arte. Guyau (2009) preconiza que a emoção estética mais completa e mais elevada é uma emoção de um caráter social. Para o autor, a própria metafísica é uma expressão de vida, e de vida social: é a sociabilidade estendendo-se ao cosmo, remontando às leis suprema do mundo, descendo aos seus últimos elementos, indo das causas aos fins e dos fins às causas, do presente ao passado, do passado ao futuro, do tempo e do espaço ao que engendra o próprio tempo e o espaço. Em poucas palavras, é o esforço do supremo da vida individual para apreender o segredo da vida universal e para identificar-se com o todo através da própria ideia do todo. Assim, é necessário, para assegurar a sinergia social, produzir simpatia social: eis o papel da arte.
A interdependência, medida pelas influências e conexões, da arte com o seu meio social, sugere-nos o estudo da dimensão social do fato artístico, que se situa num campo vasto, complexo e interdisciplinar. Consequentemente, referir a conexão entre a Arte e a sociedade e sugerir uma dimensão social da arte pressupõe encarar a obra como um produto social, por um lado, e como um elemento constitutivo da própria sociedade, por outro lado. A teoria do reflexo ou da imitação apresenta a arte como espelho da realidade.
Contrariando esta lógica do reflexo, Bourdieu defende que é o campo artístico que exerce um efeito de reestruturação ou de refração devido às suas forças e formas específicas (BOURDIEU 1999 apud FURIÓ, 2000). Neste caso, as instituições e os agentes sociais não atuam diretamente sobre a arte, mas através da estrutura do campo artístico. Desta forma, "as relações entre os fatos artísticos e os fatos sociais são indiretas e de tipo estrutural". (FURIÓ, 2000, p.24). E tal estrutura pode ser entendida a partir de três princípios:

2.1 - A ARTE QUE REINVENTA O REAL

Guyau (2009) enquanto filósofo acreditava que o homem precisa se inventar, precisa criar condições de existir para além de uma natureza da qual ele é parte. A vida como um constante criar-se e recriar-se, a vida como uma forma de arte mais genuína. Vida como movimento, mas também como consciência e memória. Logo o que existe é um homem que precisa se produzir, se inventar no interior de um mundo e de uma natureza. Nesse sentido, para Nietzsche (1996), a arte está diretamente ligada à vida: a arte como "potência de vida" mas também como "potência da vida".

Arte esta que engradece o homem, que o eleve, que o faça querer ir mais longe, que o faça transfigurar-se e também transfigurar a vida, que lhe ofereça novas perspectivas e novos horizontes. A arte como remédio, mas não para expiar as dores ou fechar as feridas abertas, não como consolo para miséria da existência (como o próprio Nietzsche havia pensado inicialmente, ao escrever *A origem da tragédia*), mas como tônico que estimula, que faz crescer, que possibilita a vida apesar e a despeito de toda a dimensão tenebrosa e sombria do ser.

> A arte aqui não tem uma função meramente decorativa e nem serve apenas para expressar sentimentos íntimos do artista, como uma espécie de solipsismo vulgar e delirante. Seu ideal estético não é algo puro, feito apenas para deleite contemplativo do espírito. Ela tem uma ligação maior com a existência e com "os outros". Não se pode pensar a arte sem um encontro com o outro, sem essa ligação com os cidadãos de seu tempo ou com os que ainda estão por vir. A arte é, portanto, um estímulo para o homem ir além de si mesmo, para se transmutar, para se reinventar. (Guyau, 2005, p.21).

Tanto Nietzsche quanto Guyau, falando de diferentes modos, valorizam a arte como experiência coletiva. A arte como forma de eternidade; a vida reinventada, amada, desejada: essa é a ligação que os gregos nos deixaram. Arte potência de vida.

2.2 – A ARTE DO ENCONTRO E DA RELAÇÃO

Não se pode pensar a arte sem esse encontro com o outro. A arte é, portanto, um estímulo para o homem ir além de si mesmo, para se transmutar, para se reinventar, ou seja, a arte como experiência coletiva, um encontro.

A arte de um ponto de vista sociológico é a arte que tem como valor maior o encontro, a perspectiva que o artista tem de ser ele mesmo também os outros em um só tempo. É a arte que expressa, que expõe a multiplicidade que nos habita: somos vários, somos também os outros que nos atravessam, somos as múltiplas "vozes" que nos constituem. O artista tem a chance de recriar o mundo, de transmuta-lo, de transfigurá-lo, conforme pontua Nietzsche (1996), de fazê-lo grandioso, superior à realidade e modelo para a sociedade que o cerca.

Segundo Guyau (2005), não se pode negar que a arte de nosso tempo, em um sentido mais visceral (com suas exceções brilhantes), expressa realmente o vazio de valores e confusão de ideias que o homem experimenta. O que o autor pretende então é determinar o valor e a importância da arte para os homens, para o campo social, que sempre foi sua finalidade maior.

> Mas o verdadeiro sentido da arte é a partilha, ela é fértil e generosa, ela quer se "multiplicar" nos espíritos que a fruem, ela se lança para o mundo, faz algo do artista se comunicar com algo fora dele, e isso independe do grau de "consciência" do artista. Aliás, quanto mais consciente, mais pobre é a arte. A criação transcende o artista porque não é a expressão dele, mas de algo que o penetra e o ultrapassa: a própria vida. (Guyau, 2005, p.27).

2.3 – A ARTE NO PALCO SOCIAL

A arte é social em três diferentes pontos de vista: por sua origem, por sua finalidade e, por fim, por sua própria essência ou lei interna. E um lugar onde esses pontos de vista se convergem é no palco, que para Guyau (2005) deve se configurar como um palco social.

A arte no palco social será – por intermédio do sentimento – uma extensão da sociedade a todos os seres da natureza, e mesmo aos seres concebidos como acima da natureza ou, enfim, aos seres fictícios criados pela imaginação humana. A emoção artística para Guyau (2005) é, portanto, essencialmente social. Ela tem como resultado ampliar a vida individual fazendo com que ela se confunda com uma vida mais ampla e universal. A lei interna da arte é produzir uma emoção estética de um caráter social.

> Dessa forma, a solidariedade social é o princípio da emoção estética mais elevada e mais completa, levando o homem a se transmutar, transfigurar, recriar o seu mundo no palco. Ela não é inócua, não é um mero adorno. Ela precisa ser ativa, e fazer o outro girar, andar, voar, enfim qualquer coisa, desde que o tire de seu próprio mundo e o faça se 'comunicar' com o de fora, romper sua mônada. A arte como um nomadismo, como um elemento de inquietação no seio do sedentarismo mortificante, que possibilita a criação de uma sociedade ideal, na qual a vida atinge o seu máximo de intensidade e de expansão. (Guyau, 2005, p.52).

As relações entre a arte e a sociedade são recíprocas e dinâmicas. Tanto o campo social influencia a produção artística (conforme procura explicar a História da arte, ao reconstruir as circunstâncias em que se concebem as obras, de modo a compreender e a explicar a sua evolução e a sua forma e significado), como a arte condiciona o contexto social. A repercussão social da arte, resultado do seu processo de circulação no seio da sociedade que chega ao seu destinatário ou público consumidor, permite conhecer o raio de ação do campo artístico sobre o campo social, o efeito (interesse, indignação ou indiferença) que a obra desencadeia no público e o seu consumo (interpretação e contemplação ou utilização da obra). Mas qual o resultado disso na contemporaneidade? Quais as polifonias geradas a partir desse arcabouço conceitual?

3. A POLIFONIA NA CONTEMPORANEIDADE

Para discutir a polifonia da arte na contemporaneidade, recorro inicialmente a George Yúdice, que é um autor dominicano radicado nos EUA, e que na sua obra *A conveniência da cultura:* usos da cultura na era global (2006), vai pensar a concepção de "cultura como recurso", ou seja, cultura essa que movimenta a absorção da ideologia e da sociedade disciplinar pela racionalidade econômica e ecológica, enfim uma verdadeira polifonia na contemporaneidade.

Inserida no movimento global das indústrias culturais, que discursam pela preservação das tradições como forma de manter a biodiversidade, a cultura conteria e expressaria elementos importantes para os agenciamentos da sociedade civil, visando o desenvolvimento político e econômico. E trata-se, aqui, de pensar a cultura em um mundo lançado à crise.

Esse quadro traçado por Yúdice (2006) supõe discutir, no passo das transformações contemporâneas e seguindo uma orientação fundada em Foucault, as noções de agenciamento e empoderamento, a performatividade do "cuidado de si", o imperativo social do desempenho, os movimentos culturais e a positivação legal dos processos identitários locais frente às agências globais, além das correspondências fabricadas entre a inovação como alavanca do capital e a cultura.

Segundo o autor, a conveniência da cultura é condicionada pelo contexto, como expressão de uma força performativa, que se configura relacionalmente entre os modos de recepção dos públicos às produções culturais e um campo de força gerado pelas disposições diferentes das instituições estatais e da sociedade civil. Daí que as forças performativas são montagens específicas de vetores que convergem para o estabelecimento

de diferenças significativas entre sociedades nacionais, como acordos interativos, modelos interpretativos e condicionamentos comportamentais que influenciam a produção de conhecimento e produzem uma "fantasia social preponderante". (p.79).

Potencializando essa discussão, Andrade (2003) pontua que só poderemos então pensar o cotidiano que é atravessado por essa 'fantasia social preponderante' levando em consideração a cultura local. Ao traçar a etimologia da palavra cultura (originada da língua latina, que por sua vez vem do verbo latino *célere*, que significa andar daqui para lá, encontrar-se habitualmente em algum lado), nota-se a relevância em se pensar na hierarquia de valores inventados pelas sociedades, em nome do qual somos capazes de prescindir dos instintos naturais. Nesse momento a arte se apresenta ao mesmo tempo como possibilidade e potência na (re)afirmação de uma identidade cultural.

Em outra perspectiva Bourdieu (1999), preconiza que a cultura segue uma lógica de distinção, relativamente autônoma às condições materiais que a determinam, segunda a qual as práticas culturais funcionam como meios de expressão mascarados das divisões e diferenças sociais, em que são reproduzidas, sob formas transformadas ou deslocadas, as condições de existência social e econômica dos indivíduos.

Hoje, no século XXI, assistimos à arte e à cultura serem usadas para melhorar as condições sociais. Yúdice (2006) corrobora que essa noção ao desenvolver a ideia que o povo usa a cultura comunitária para negociar espaço de fala na cidade contemporânea:

> [...] a cultura deixa de ser propriedade de um grupo, mas é um processo estruturado de embates, a cultura não é mais vista como a realização das civilizações, mas a estratégia e meio pelo qual a língua e valores de classes diferentes refletem o senso particular de comunidade, ainda que acomodada ao lugar disponibilizado para aquela comunidade, dentro da disputa de culturas que faz uma nação. Ela é uma luta de significados. (2006, p.126).

Como expressão dessa luta de significados na lógica cultural, como uma forma de comunicação de indignações compartilhadas, está em cena o Teatro do Oprimido que ao tratar de relações culturais e metamorfoses da linguagem, procura abordar as mais diferentes e atraentes formas de transformação na comunicação estética, uma vez que o homem busca na arte sua identificação com o meio ambiente, com a história, com a sociedade e com seu semelhante/diferente outro.

Em um contexto mundial contemporâneo marcado pelas mais variadas formas de opressão, o papel exercido pelas artes, como espaços privilegiados de reflexão e de acesso a um nível de consciência não limitado à dinâmica econômica pura e simplesmente não pode ser negligenciado. As lutas sociais passam também pela busca de fruição estética. Não se pode falar em emancipação de um grupo se forem marginalizadas suas manifestações culturais capazes de unir seus membros pelo reconhecimento do lugar comum, da interpretação do mundo comum, do sentido último da existência que corresponda a algo inteligível para todos os que pertencem ao grupo. Aqui reside o sentido singular e dinâmico do Teatro do Oprimido.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como imaginar que uma estética genuinamente brasileira, mas já internacional em suas constituição e imanência, poderia marcar presença no eixo dramatúrgico contemporâneo? Hoje o Teatro do Oprimido está nos cinco continentes, desempenhando suas atividades dramatúrgicas de modo a ser considerado atualmente um dos fenômenos estéticos mais importantes e notórios do século XX.

A Estética do Teatro do Oprimido parece abrir sem precedentes, essa possibilidade real de encontro da igualdade com a diversidade e da pluralidade com o diálogo, pela busca democrática por soluções pensadas coletivamente, com respeito, porém, às mais variadas linguagens com as quais atribuímos sentido ao mundo.

As lentes com as quais homens e mulheres enxergam o mundo não podem ser iguais, pois os anseios humanos não são idênticos, apesar de suas dores serem muito parecidas em diversas partes do globo. Tampouco estas mesmas lentes podem deixar entrever um mundo em que as diferenças sejam motivo para a opressão. A Estéti-

ca do Teatro do Oprimido está abrindo esta possibilidade real de encontro da igualdade com a diversidade e da pluralidade com o diálogo, pela busca democrática por soluções pensadas coletivamente, com respeito, porém, às mais variadas linguagens com as quais atribuímos sentido ao mundo.
Assim, quando a arte se afasta da vida real e traz uma leitura singular dessa realidade é possível analisar e criticar a sociedade. E essa crítica se dá por não estar envolvido com a obra – o envolvimento impossibilita a análise crítica. Para Boal, a cópia do real reproduz aparências visíveis: duplica o óbvio. "Artistas, nós mergulhamos no fundo do mar para depois pisar em terra firme." (Boal, 2009, p.164)
O método criado por Boal permite que tenhamos uma escuta privilegiada diante daquelas pessoas emudecidas pela diferentes formas de opressão da nossa sociedade, permitindo-lhes que tenham acesso a meios de comunicação mais coletivos. Uma das principais funções da Arte é revelar, tornar sensíveis e conscientes esses rituais teatrais cotidianos, espetáculos que nos passam despercebidos, embora sejam formas potentes de dominação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Regina Glória Nunes (2003) **Personalidade e Cultura:** Construção do imaginário. Rio de Janeiro: Revan.

ADORNO, T.W. (1970) **Teoria Estética.** Editora 70: Lisboa.

BOAL, Augusto. (2009). **A Estética do Oprimido.** Editora Garamond: Rio de Janeiro.

_____. (2004) **Jogos para atores e não-atores**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

_____. (1996) **O arco-íris do desejo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

_____. (1980) **Stop: c'est magique**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

_____. (1988) **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

_____. (1996) **Teatro legislativo, (Versão Beta).** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

BOURRAIAUD, Nicolas. (2009) **Estética Relacional.** São Paulo: Martins.

BOURDIEU, Pierre. (1999) **O poder simbólico.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasi.

FURIÓ, Vicenç. (2000) **Sociología del Arte.** Madrid: Ediciones Cátedra.

GEERTEZ, Clifford. (1994) **Conocimiento local**; ensaios sobre la interpretación de las culturas. Barcelona/ Buenos Aires/México: Paidós.

GUYAU, Jean-Marie. (2009) **A arte do ponto de vista sociológico.** São Paulo: Martins Fontes.

NIETZSCHE, Frederick. (1996) **Cinco prefácios para cinco livros não escritos**. Trad. Pedro Süssekind. São Paulo: Sette Letras.

YÚDICE, George. (2006) **A conveniência da cultura:** usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Trajetória juvenil e vida social na periferia metropolitana de Belo Horizonte

Marco Antônio Couto Marinho
coutomarinho@gmail.com

Resumo: O texto é parte de pesquisa de doutoramento em Ciências Sociais fundamentada empiricamente em etnografia e entrevistas biográficas realizadas junto a jovens e outros moradores da região do Estrela D'alva. A área localiza-se em Contagem, o terceiro município mais populoso num universo de 853 municipalidades do Estado de Minas Gerais e o segundo da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH com 603.442 habitantes (Censo Demográfico 2010). O interesse por tal estudo emergiu de pesquisa anterior, de mestrado, que identificou as periferias metropolitanas como áreas de concentração de homicídios juvenis. A partir desse contexto marcado por tensões, em estado permanente de crise economica e social, os jovens constroem a si mesmos e reelaboram os sentidos de seus percursos de vida por caminhos entrecruzados pelas experiências tidas na "rua": o "caminho do bem", o "caminho do mal" e a "via intermediária".

Palavras chave: Juventude; Trajetória de vida; Periferia metropolitana; Resistências.

Introdução

Este artigo discute a vida social na periferia metropolitana de Belo Horizonte e tem como referência os percursos de Miro e de Faro, a partir de etnografia e entrevistas biográficas realizadas com estes jovens ao longo dos anos de 2013 e 2014[1]. Trata-se de percursos trilhados pela geração que nasceu ou cresceu no ambiente da periferia e cuja biografia espelha as tensões subjacentes as intensas transformações sociais ocorridas na região, bem como a permanência de uma estrutura social metropolitana desigual e socioterritorialmente segregada[2]. O texto inicia-se com a apresentação da sinopse das trajetórias dos jovens e na sequência elas são contextualizá-las no tempo e no espaço nos quais foram construídas por meio de uma breve retrospectiva sobre a urbanização no Brasil tendo como referência a expansão metropolitana de Belo Horizonte vista a partir da ocupação da região do Estrela D'alva[3]. Em seguida são analisados os dilemas e as tensões enfrentados pelos jovens em seus percursos de vida e, por último, uma discussão sobre o sentido da *resistência* notado nas trajetórias juvenis edificadas na periferia metropolitana.

---

1 Todos os nomes próprios utilizados nesse artigo são fictícios, os trechos de depoimentos obtidos de entrevistas são apresentados entre aspas seguidos do nome fictício e número da entrevista, em itálico expressões estrangeiras ou categorias com significado próprio, entre colchetes apresento ao leitor o significado de gírias ou expressões particulares presentes nos depoimentos com intuito de facilitar a compreensão dos mesmos.

2 Por segregação compreende-se a separação de grupos sociais em áreas relativamente homogêneas que podem estar distantes no território, como se observou no padrão de segregação centro-periferia, ou então próximas, mas em espaços delimitados por fronteiras físicas (como os condomínios em áreas ocupadas por população de baixo status) ou ainda separados por fronteiras sociais como no caso das favelas situadas em zonas de média e alta renda. Contudo, a segregação não implica numa sepação absoluta das relações entre os grupos sociais distintos, e sim um meio de condicioná-las a partir de determinadas esferas hierarquizadas.

3 O Bairro Estrela D'alva centraliza os serviços públicos e privados que atendem os moradores residentes em bairros adjacentes como São Mateus, Tijuco e Confisco, bem como às favelas Sapolândia, Francisco Mariano e Morro do Cabrito, conformando assim uma região de convívio social que serve como referência espacial e simbólica para os habitantes dessas áreas. Em função disso, adotei o termo "região do Estrela d'Dalva" como referência para representação da área de desenvolvimento do presente estudo.

2. Apresentação dos jovens: sinopse de suas trajetórias

Faro: Reside no bairro desde que nasceu. No momento da entrevista estava com 21 anos e pela primeira vez vivia fora da casa de seu pai, em um barracão de fundos da residência da família de sua namorada situado no bairro São Mateus. Sua carreira escolar foi curta, encerrou-a aos 14 anos de idade e atingiu somente o Ensino Fundamental – 08 anos de escolarização conforme prescreve a Lei[4]. Desde criança, por meio de sua família, frequentou a igreja evangélica pentecostal Batista onde construiu boa parte de suas referências de vida, apesar de, no momento da entrevista, estar parcialmente afastado da vida religiosa. Aos 11 anos de idade, na igreja, conheceu o *hip-hop* através da dança *break* e, posteriormente, na rua, entre amigos aprendeu o grafite e as rimas da música rap. Ainda na adolescência liderou um pequeno grupo de encontro religioso, de até 6 pessoas, que se reuniam nas residências dos próprios membros, chamado de Célula. Foi aos 13 anos de idade que começou a trabalhar em ocupações informais, em diversas modalidades, como: atendente e auxiliar de cozinha em restaurante, catador de lixo reciclável, auxiliar de construção civil, auxiliar de serviços gerais (limpeza e faxina), menor-aprendiz (1º emprego formal), estoquista em sapataria, pintor de paredes. Na época da entrevista exercia o cargo de "articulador comunitário" no CRAS – Casa Amarela, cuja função era a de mediar o acesso da política de assistência social com seus beneficiários diretos. Conseguiu esse trabalho por meio das participações voluntárias no Programa Conjunto das Nações Unidas – ONU – desenvolvido na região do Estrela D'alva (adiante descrevo os motivos pelos quais o Programa instalou-se no bairro) e, participava da organização de eventos de *hip-hop* e prestava serviços como grafitieiro. Dentre seus projetos de vida vislumbrados para um futuro próximo comentou sobre casamento e o desejo de continuar realizando práticas culturais na periferia relacionadas ao *hip-hop* gospel e, por meio delas, conquistar recursos financeiros que lhe garantam uma vida estável.

Miro: Nasceu na região do norte de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha, e aos 06 anos de idade mudou-se para o Estrela D'alva. Quando o entrevistei tinha 22 anos e morava com a mãe e três irmãos em uma casa de dois cômodos. Durante nossa conversa destacou ser "preto" e "favelado". Ainda criança exercia atividades laborais informais como catar lixo reciclável, embalar compras no minimercado hortigranjeiro e em supermercado do bairro, auxiliar de construção civil, grafiteiro e *guerreiro* no traficou drogas. Desde criança frequentou a igreja evangélica junto à sua família, e na juventude alternou (ou intercalou) períodos de grande dedicação e de abandono da vida religiosa. Entre os 10 e 14 anos, afastou-se da religião, foi um período no qual viveu na rua durante duas semanas por causa de episódios de violência doméstica, nesta época iniciou o consumo de álcool, cigarro e maconha, abrigou-se nas ruas do centro de Belo Horizonte e transitou por áreas nobres da cidade como a Savassi e a região sul. Com 15 anos de idade retornou à igreja e liderou um ministério de dança, gênero *street dance*, e uma célula (grupo de orações em domicílio). Aos 17 anos, abandonou definitivamente a religião em função de punições que sofrera ao violar o dogma que proibia o namoro aos adolescentes. Esse rompimento foi decisivo para sua escolha em envolver-se no tráfico de drogas, onde permaneceu por dois anos consecutivos de sua vida. Na escola passou por fases muito distintas, foi expulso três vezes por indisciplina e uma vez recebeu homenagem por desempenho. Aos 20 anos concluiu o Ensino Médio através de exame de suplência (processo simplificado para obtenção da certificação de conclusão do ensino médio, destinado a jovens e adultos com defasagem escolar). E com 22 anos ingressou no nível superior no curso de Belas Artes - Universidade Federal de Minas Gerais, embora o tenha abandonado logo de início por não possuir meios de manter-se estudando. Na época da entrevista se encontrava desvinculado do narcotráfico e exercia no bairro ações relacionadas à promoção da cultura *hip-hop* como duelo de rimas, dança e mostra de filmes (cineclube). Contudo, por volta de cinco meses após nossa entrevista ele estava foragido da região devido a ameaça de morte de narcotraficantes feita, desde então, não o vi mais. Sobre seu paradeiro perguntei em diferentes ocasiões a outros jovens do bairro e não obtive notícias concretas, alguns diziam que ele estava em São Paulo e outros não sabiam nada a respeito, exceto de que estava vivo e que o motivo de seu desaparecimento teria sido uma dívida com o narcotráfico local.

---

4 BRASIL, Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

3. Traços gerais da expansão metropolitana brasileira: breves considerações

No Brasil a expansão das áreas metropolitanas[5] foi intensificada a partir da década de 1970, período do *milagre econômico* ditado por governos autoritários militarizados por meio de uma política de desenvolvimento econômico desvinculada de um projeto de desenvolvimento social (Davidovich, 2004). Tal política promoveu a concentração de riquezas[6] e induziu a saída compulsória das populações rurais em direção às grandes cidades, proporcionando a expansão do modelo latifundiário no campo simultaneamente a concentração demográfica nas áreas metropolitanas (Vesentini e Portelar, 1988). A fixação das populações migrantes nas metrópoles foi pressionada por dinâmicas de especulações fundiária e imobiliária associadas às políticas habitacionais e de distribuição dos sistemas de transportes coletivos[7]. De tal modo que as populações de parcos recursos materiais tinham como opção ocupar as áreas desprovidas de infraestrutura básica e relativamente distantes dos espaços de maior dinamismo econômico e social[8].

De fato, as promessas de vida melhor forjadas em torno do *milagre econômico* não se concretizaram (Plambel, 1986) e as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por crescimento do desemprego e do subemprego formal e informal, produzindo na RMBH efeitos de proletarização das classes médias e de intensificação da pobreza nas classes baixas. Nos 2000 a crise foi acompanhada da propagação do sentimento de medo que, nas metrópoles, alterou os padrões de segregação social por meio da retração do espaço público e da expansão de espaços privados segregados por muros, grades e fortificações como condomínios fechados e shoppings (Caldeira, 2000). Se nas áreas enobrecidas a criminalidade configurava-se principalmente por eventos contra o patrimônio, nas periferias relacionou-se à violência contra pessoas, com destaque aos homícidios juvenis (Marinho, 2012). A seguir, a expansão metropolitana é narrada a partir da história de ocupação da região do Estrela D'alva, contextualizando sinteticamente o mundo social a partir do qual Miro e Faro elaboraram seus percursos de vida.

4. A expansão metropolitana vista a partir da periferia: a região do Estrela D'alva

A região do Estrela D'alva localiza-se na periferia de um município industrial, Contagem, numa área distante da sua zona industrial e situada na fronteira com o município de Belo Horizonte (FIG.1).

FIGURA 1: Localização da área de estudo – RMBH – 2014

---

5 As regiões metropolitanas foram oficialmente estabelecidas em 1973 através da Lei Complementar nº. 14, nesta data foram criadas oito RM's: São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e Rio de Janeiro (essa última foi institucionalizada em 1974). Em 2010 havia 35 RM's com 85.406.427 habitantes, o que correpondia a 44,7% dos 190.755.799 residentes no paíis (IBGE, 2014).

6 Segundo dados censitários, em 1960 os 10% mais ricos detinham 39,6% da renda nacional enquanto os 40% mais pobres, 11,3%. Em 1980 esses valores eram 51% e 8,8%, respectivamente (IBGE, 1990).

7 Segundo Lúcio Kowarick a especulação imobiliária seguiu a seguinte dinâmica "[…] o novo loteamento nunca era feito em continuidade imediata ao anterior, já provido de serviços públicos […] deixava-se uma área de terra vazia, sem lotear. Completado o novo loteamento, a linha de ônibus que o serviria seria, necessariamente, um prolongamento a partir do último centro equipado. Quando estendida, a linha de ônibus passa pela área não loteada, trazendo-lhe imediata valorização" (1979: 33).

8 Diferentemente da RM's do Rio de Janeiro e de São Paulo, a RMBH atraiu predominantemente fluxos migratórios intraestaduais, ou seja, pessoas de Minas Gerais com baixos níveis de rendimento e de escolaridade que tentavam fixar residência em Belo Horizonte. Contudo, em função da pressão do custo de vida e preço da terra essas populações migravam, intrametropolitanamente, gerando uma considerável mobilidade residencial dentro da RMBH e, a periferia distante tornou-se o destino possível para onde essas populações tendiam fixar residência definitiva (Souza e Brito, 2008).

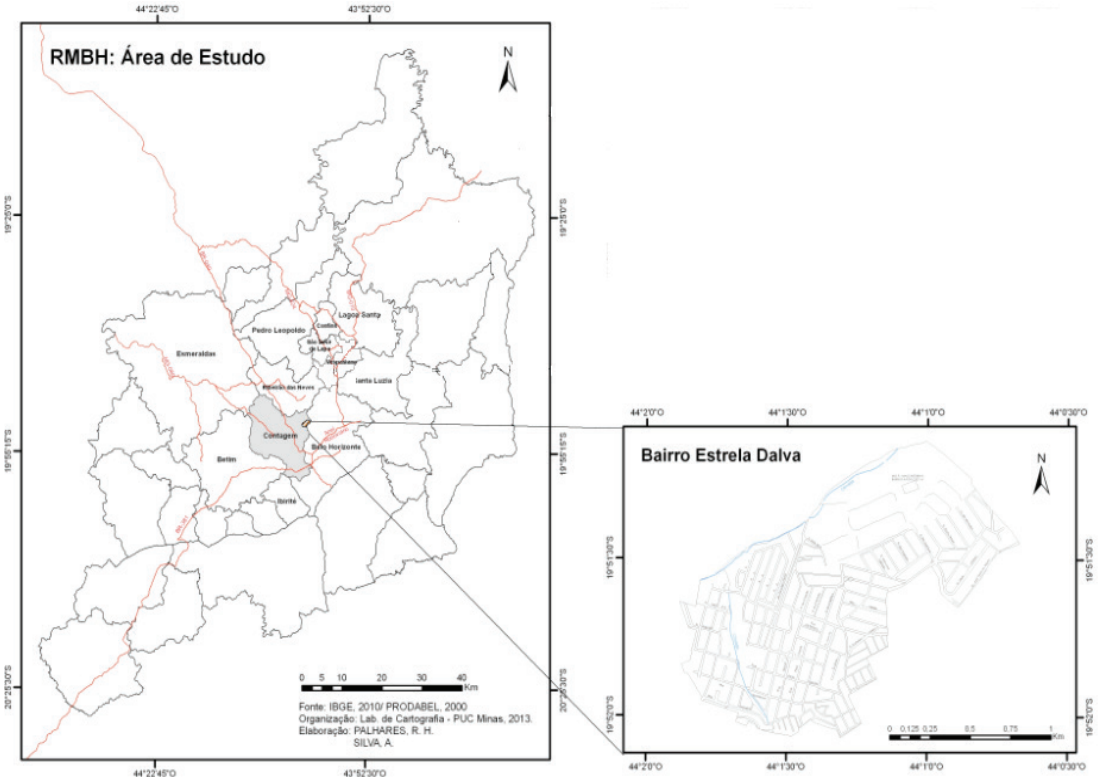

Fonte: IBGE, 2010; PRODABEL, 2000. Elaboração: PALHARES, R. M. SILVA. A.

A ocupação do sítio, segundo relato de moradores antigos, decorreu do parcelamento de fazendas e chácaras de veraneio no início da década de 1980, processo segundo o qual Souza e Brito (2008) relacionam à dinâmica imobiliária destinada à acomodação das populações de baixa renda que não conseguiam fixar-se em Belo Horizonte. Na região, a abertura dos quarteirões e vias decorrentes dos loteamentos irregulares expôs o solo de constituição geológica calcária ao impacto das chuvas tropicais e, com o passar do tempo, eram frequentes os focos de erosão. Em função da ausência de urbanização por mais de 15 anos o processo erosivo evoluiu ao ponto de formar uma cratera que ficou conhecida como "buracão". Segundo os moradores, "cabia um prédio de nove andares no "buracão" e os bairros São Mateus e o Estrela D'alva foram os mais afetados pelo impacto ambiental que, nos anos de 1990, provocou desmoronamento de casas e a morte de pessoas (Registros de Campo, 2013).

Ao longo dos anos de 1990 os moradores por meio da religiosidade católica encontravam um meio para fortalecerem seus vínculos sociais – não existia uma igreja católica na região e eles utilizam suas próprias casas para realizarem novenas e funerais – e assim, através da religião, discutiam os problemas coletivos que afetavam suas vidas cotidianas. Além das precárias condições de trabalho (Plambel, 1996) os moradores da periferia conviviam com a ausência de sistemas de esgoto, de energia, de abastecimento de água, de escolas, posto de saúde, entre outros, além do "buracão". A área concentrava probemas estruturais que passaram a ser alvo de reinvindicações, um período de expansão dos canais populares de participação na recente democracia brasileira, e assim, em 1993 foi registrada a Associação Comunitária dos Amigos do Bairro São Mateus/ACABSM sediada na casa de uma moradora (Lei Municipal nº 2.553).

A associação exerceu papel importante no processo de implantação da infraestrutura urbana básica e, além disso, organizava festas, velórios, sepultamentos, viabilizava registros de crianças e distribuía os benefícios das políticas sociais aos moradores como o *ticket* de leite, o vale gás e as cestas básicas (Registros de Campo, 2013). O "buracão" foi tampado em 1997 a partir de rejeitos e entulhos decorrentes da construção de um shopping em Contagem e, em seu lugar, criou-se uma área pública tão precária quanto o bairro, ou seja, um espaço cimentado e sem nenhum tipo de ornamentação ou equipamento urbanístico. Em 2004 o espaço foi reformado

e passou a chamar-se oficialmente Complexo Linear São Mateus, nele foram construídas duas quadras de futebol e um centro cultural que nunca funcionou[9].

Na virada do novo milênio a ACABSM não exercia papel relevante enquanto agência social de interesse público e a religiosidade católica tão pouco representava uma expressão cultural marcante na periferia[10]. Na região, inúmeras igrejas evangélicas de vertentes pentecostais das mais variadas emergiram em espaços improvisados como garagens e pequenas lojas e, hoje, algumas já possuem templos bem estruturados[11]. Vale destacar que, em 2010, a área já possuía 85,5% dos domicílios interligados à rede de esgoto, 99,7% à rede de distribuição de água, 99,7% à rede elétrica e 99,9% dispunham de coleta de lixo e, além disso, contava com serviços de saúde, de educação e assistência social estatais e duas linhas de ônibus (Censo Demográfico 2010). A região passou por transformações significativas que expressam deslocamentos, da superação de velhos problemas relacionados à infraestrutura ao estabelecimento de novos a partir da expansão da violência e da criminalidade dentro da mesma periferia.

Em 2008 Contagem era o 13º município com maior Índice de Homicídios de Adolescentes – IHA[12] no ranking nacional das municipalidades com mais de 200 mil habitantes, com 4,55 de IHA, e o 26º em relação aos assassinatos de jovens de 15 a 24 anos com taxa de 134,5 por 100 mil habitantes entre os 5.564 municípios brasileiros (Waiselfisz, 2008). Nessa época a região do Estrela D'alva era uma das mais violentas no interior do município de Contagem e, em março de 2010, a área ficou nacionalmente conhecida em função da visibilidade midiática gerada em torno de um toque recolher com duração de 13 dias consecutivos por imposição do narcotráfico local por causa da morte de um jovem pela polícia[13]. Por duas semanas o funcionamento do comércio e serviços públicos e privados que atendiam e abasteciam os moradores ficaram de portas fechadas, além disso, a oferta de transporte coletivo foi reduzida e os que tentaram burlar a ordem imposta pelo narcotráfico sofreram retaliações como ameaças de morte, de vandalismo aos estabelecimentos comerciais, sendo que dois ônibus foram incendiados.

Em 2010 a Organização das Nações Unidas escolheu a região para desenvolver o Programa Conjunto Segurança com Cidadania cujo principal objetivo foi reduzir os homicídios de adolescentes e jovens. A ação da ONU foi realizada no período de julho de 2010 a dezembro de 2012 e foi como conheci e acessei a região por meio da participação voluntária em atividades coletivas que eram desenvolvidas junto aos jovens. Após o término do Programa da ONU permaneci na região por mais de 2 anos e acompanhei a rotina de jovens

---

9 Em função da troca de governos municipais o projeto de implantação do centro cultural foi interrompido, o lugar ficou abandonado e após uma chuva de granizo ficou destelhado. Em 2012 através do projecto social Mídia Tática da ONG Oficina de Imagens e ONU-Brasil o espaço foi reapropriado pelos jovens locais que o utilizavam para realização de eventos de *hip-hop* e produção de materiais de áudio visual e passaram a reivindicar a efetivação do centro cultural, contudo, no local foi implantado um equipamento de assistência social, o CRAS Casa Amarela.

10 Em 1991, 95,0% da população brasileira se declarava católica, em 2010 eram 64,6%, tal mudança foi mais significativa nas grandes cidades, nas periferias principalmente, onde expandiu-se as religiões evangélicas (NERI, 2011).

11 Destaca-se a Primeira Igreja Batista do Estrela D'alva – PIBED que em 2013 concluiu a construção de seu templo principal que conta com acabamento em granito, uma torre com mais de 30 metros de altura, sistema de audio-visual com telão ao centro, tvs de plasma integradas nas laterais, espaço kid's para as crianças com monitoras, dois pavimentos para acomodação de fiéis e é capaz de reunir até 2.000 pessoas por culto. Em frente outro edifício de menor proporção e de acabamento mais simples abriga o escritório geral, um templo para culto de adolescentes e a ONG Terra Santa gerida pela PIBED.

12 O IHA, Índice de Homicídios na Adolescência, estima o risco de mortalidade por homicídio de adolescentes que residem em um determinado território. Foi realizado a partir de trabalho em parceira entre a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SPDCA/SEDH, o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, o Observatório de Favelas e o Laboratório de Análise da Violência – LAV/UERJ.

13 Em média, durante o ano de 2013,cerca de 6 pessoas foram mortas pela polícia no Brasil, uma taxa muito elevada de execuções. Se compararmos o total de pessoas mortas pela polícia brasileira, de 2009 a 2013, com o total das execuções policiais nos EUA em um período superior a trinta anos, de 1983 a 2012, econtramos respectivamente valores semelhantes 11.197 e 11.090 (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2014).

em esferas sociais relacionadas ao *hip-hop*, à religião, ao trabalho, à vida familiar e pública desses sujeitos, todas situadas na própria periferia. Essa geografia expunha novas faces da desigualdade e dos efeitos da segregação sobre os percursos juvenis e tornava evidente o problema da inserção destes jovens à vida social metropolitana.

5. A juventude da periferia: dilemas e percursos para a vida adulta

Os percursos para a vida adulta na contemporaneidade têm sido representados por experiências de vida que culturalmente servem de referência simbólica para demarcá-los como a iniciação sexual, a saída de casa, o primeiro trabalho remunerado, o casamento, o nascimento do primeiro filho (a), entre outras que, no contexto europeu tendem a ocorrer em faixas de idade que mantém alguma estabilidade (PAIS, 2009). Ao analisar dados do *European Social Survey 2008*, o referido autor identificou algumas normas etárias, faixas de idade consideradas mais apropriadas, em média, para o primeiro trabalho (19 anos), a saída de casa (21 anos), o primeiro filho (24 anos), o primeiro casamento (24 anos). Embora tal referência retrate contextos de países muito diversos entre si e distintos s do brasileiro que, entre outras coisas, é atravessado por disparidades sociais profundas, é útil para a reflexão feita neste artigo.

Comparando indicadores educacionais do Brasil e de Portugal, Brandão, Saraiva e Matos (2012) identificam, em 2009, diferenças significativas na quantidade de anos de estudos entre jovens dos dois países. Enquanto no Brasil, em média, apenas 38% dos jovens de 18 a 24 anos haviam completado 11 anos de estudos, em Portugal 56% dos de 20 a 24 anos tinham pelo menos 12 anos de escolaridade. Segundo os autores, o menor investimento na carreira escolar teria relação com a escassez de recursos familiares e com a entrada precoce no mercado de trabalho. Essa diferença identificada entre países, pode ser encontrada entre as diferentes classes sociais no Brasil, conforme expressa a fala do jovem Faro a seguir.

> Aqui, um menino vira homem mais cedo, a menina vira mulher muito mais cedo. Tem que aprender a correr por si mesmo, entendeu? Aprender a se virar no mundo mesmo, porque a situação infelizmente, para nós é que as portas são fechadas muito mais vezes do que são abertas, entendeu? […] A pessoa que não mora na periferia, eu não digo todos é claro, não todos, em geral tem uma vida financeira melhor, mora ás vezes num apartamento ou numa casa legal, num bairro legal, tem um emprego bom, tem condição de manter o menino na escola sem ele ter que trabalhar, entendeu.
>
> A maioria das pessoas aqui não tem como esperar o menino ter que estudar e ter que fazer uma faculdade, de manter o menino estudando para depois começar a trabalhar e entrar no mercado de trabalho. Tem que começar cedo e, infelizmente, ou o menor de idade não consegue o trabalho ou o trabalho é muito pesado ou ele ganha pouco demais e a criminalidade aqui é a forma mais fácil se conseguir uma grana, mais fácil de conseguir um dinheiro bom, entendeu? (Faro, Entrevista 1).

Na periferia muitos de seus habitantes são confrontados desde a infância com a necessidade de contribuírem para a economia doméstica e a arcarem individualmente suas necessidades de consumo. Condição que acarreta na antecipação da adultícia pela necessidade de "evoluírem mais rápido para o cotidiano da vida" como mencionou Faro. Essa antecipação os expõe a situações e riscos que exigem decisões e responsabilidades típicas das relações do mundo adulto e assim comprometem a progressão e a permanência escolar (Cardoso, 2008). Ciente disso, o jovem reconhece que "uma vida financeira melhor, mora ás vezes num apartamento ou numa casa legal, num bairro legal, tem um emprego bom" são condições necessárias para manter o "menino na escola sem ele ter que trabalhar". Além do mais, o mercado ocupacional metropolitano até meados da década de 1990, segundo Cardoso (2008), demandou basicamente por mão de obra

pouco qualificada e, desta forma a escolarização não representava *per se* uma alternativa para obtenção de melhor posição laboral[14].

Se a situação de impasse em relação ao futuro compõe um dos traços mais marcantes da "condição juvenil" atual, em geral, (Pais, 2009), na periferia metropolitana essa incerteza atinge uma intensidade ainda mais profunda. Nessas áreas a transição para a vida adulta é constituída a partir de um cenário em constante estado de crise, corroborando com a percepção de Feltran (2010:45) elaborada sobre a juventude da periferia paulistana de que "[…] os modos de vida da nova geração já são, majoritariamente, conformados pela permanência destas "crises", e sua inescapabilidade." As gerações nascidas ou crescidas na periferia foram confrontadas com essa *inescapabilidade*, e assim, seu *estar no mundo* foi conformado pelas crises como expõe Miro ao refletir sobre dilemas dos caminhos a seguir:

> Então, se eu estou neste mundão aqui, eu tenho que escolher: ou eu vou para o caminho certo ou eu vou para o errado. Qual que é o caminho certo? É trampar [trabalhar], fraga, ter um trampo honesto e ser um cidadão homesto. O caminho errado é traficar, vender droga, entrar pro crime, é roubar fraga. Tipo, você tem esses dois caminhos cara, e aí, qual é o lado que eu vou seguir? Então, você fica na intermediária, você fica no meio, você não sabe se vai para o caminho certo ou para o errado. E você estando no meio a rua vai te ensinando, oh, você tá vendo ali? […] E aí, você entra naquela, pois quando você amplia mesmo os seus conhecimentos é aquilo, porra, eu não quero ser do caminho errado, mas também não quero ser do caminho do bem. Porque o caminho errado é só o errado e o caminho do bem é só o caminho do bem, e a galera do bem às vezes são leigas demais, são alienadas entendeu, eles não querem se informar e nem querem informar as pessoas, mas e agora? Agora, fudeu tudo mano. Porra, então eu vou ser alternativo fraga, eu vou fazer as minhas paradas de bem, mas quando eu ver que está errado eu vou a luta, sabendo que está errado eu vou lutar contra, entendeu, então eu estou nesse meio, inserido nessa intermediária, é esse o peso que a rua te traz, essa responsabilidade. E se você está entrando no errado, segura sua onda então mano, você vai ter que segurar sua onda no errado porque se você não segurar sua onda você cai. E aí você próprio vai se descobrindo, o que você é, qual é o seu papel na sociedade através da rua (Miro, Entrevista 1).

A compreensão de Miro sobre seu *estar no mundo* revela que, ao passo em que se tornava adulto, fase na qual "amplia mesmo os seus conhecimentos", o jovem é confrontado com um leque restrito de percursos, e assim, questiona-se sobre qual caminho seguir. Os caminhos pré-determinados pela sociedade aos jovens da periferia são representados por Miro por meio das categorias "caminho do bem" e "caminho do mal", aparentemente dicotômicas e que explicitam a problemática de inserção social vivida por esses sujeitos. É claro que, a vida dos jovens da periferia não se resume a esse leque tão restrito de escolhas, mas é como se este jovem desfrutasse de um *estatuto social* semelhante ao do "imigrante clandestino" como representado por Feltran (2010: 334). Essa clandestinidade está presente em suas trajetórias no campo ocupacional, geralmente assumem atividades informais ou ilícitas, pelas experiências aprendidas na "rua" e em seus percursos escolares curtos e sinuosos, são sujeitos que situam-se de modo peculiar na vida social. Expondo que seus percursos para a vida adulta sejam constituídos de "caminhos" dos quais os jovens, como no caso de Miro, buscam escapar por meio da construção de "vias intermediárias".

O caminho alternativo como narrado pelo jovem não tem como referência direta as instituições tradicionais como família, escola ou igreja, ele é elaborado por de fora delas como disse Miro "a rua te ensina", "você próprio vai se descobrindo, o que você é, qual é o seu papel na sociedade através da rua". De fato, os repertórios sociais trazidos pela "rua" são significativos nas trajetórias de jovens que, desde crianças, buscam por

---

14 A reestruturação produtiva, interpretada pela literatura brasileira como transição do modelo produtivo industrial fordista para o toyotista que tornou o mercado mais competitivo, aumentou a exigênxia de qualificações e acentou o desemprego e a pobreza urbana, sendo os jovens a categoria mais afectada por essas transformações. Sobre a percepção dos trabalhadores sobre a reestrutuação produtiva no Brasil. Ver: Lombardi (1997).

meio de seus espaços de interação recursos para satisfação de suas necessidades de consumo, de lazer e de entendimento do mundo. Contudo, a "via intermediária" não representa um percurso autônomo dos caminhos do "bem" e do "mal", e sim um trânsito entre eles de modo a evitar cair em suas *armadilhas.*

Nas ciências sociais a "rua" tem recebido interpertações diversas, para Damatta (1991:17), por exemplo, ela não designa meramente uma localização geográfica e sim entidade moral e uma esfera de ação social, um domínio cultural institucionalizado capaz de "despertar emoções, reações, leis, orações, músicas, e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas". Por outro lado, o mesmo autor, ao querer dar relevo ao contraste à proteção representada pela "casa", considera também a "rua" como espaço de um "cotidiano hostil", relacionado à subcidadania imposta pelas hierarquias das relações de mercado e estatais. Logo, a "rua" representa um espaço privilegiado por se constituir do trânsito de ideias e de experiências tidas nas esferas públicas e privadas e, portanto, estabelece a conexão entre fluxos de mundos diversos como propõe Cordeiro e Vidal (2008:485)

> A "rua" como espaço social poderá ser definida como tudo aquilo que está fora de / da "casa". Mas as fronteiras entre um espaço social e o outro são, mais que fluidas, porosas. Facilmente estes espaços (o exterior / a rua; o interior / a casa) se colocam nas coordenadas um do outro.

A fluidez e a porisidade das relações sociais fazem da "rua" um fio condutor de sentidos produzidos em espaços sociais "fechados", e assim, o termo "rua" assume uma polifonia de sentidos e de significados diversos (Cordeiro e Vidal, 2008). Ela representa o espaço público, a própria cidade, e assim, as relações que nela se inscrevem refletem as relações de domínio e as tensões sociais. Nessa perspectiva, as manifestações culturais realizadas na "rua" atingem um sentido público que serve como fator de ajustamento das relações de poder (Cordeiro e Vidal, 2008). De modo que, na periferia a "rua" tem sido disputada por diferentes esferas que buscam legitimidade social, ao mesmo tempo que constitui uma relevante agência moral a partir da qual os jovens buscam as referências para orientarem seus percursos de vida.

A fala de Miro propõe uma dualidade entre dois caminhos que faz alusão à moral religiosa tão marcante na formação social do território da periferia, onde o "trabalhador de bem" corresponderia ao *fiel*, pessoa conformada a realizar grandes sacrifícios sem questionar nem reclamar. Por outro lado, o "caminho do mal" representa uma oposição radical à essa condição temerosa e por isso é infernal como uma guerra pois, "se você não segurar sua onda você cai", ou seja, morre violentamente, fica aleijado ou é preso. O jovem demonstrou conhecer os dois caminhos e que ambos foram percorridos em sua trajetória, sendo a "via intermediária" um meio híbrido entre eles e, por isso, instável como expressou Miro "eu vou fazer as minhas paradas de bem, mas quando eu ver que está errado eu vou a luta, sabendo que está errado eu vou lutar contra". O comportamento orientado pela "via intermediária", cuja referência é a "rua", revela a gramática a partir da qual os jovens elaboram suas formas de *resistência* à condição social da qual estão inseridos como aludido por Feltran (2010).

A seguir, o texto prossegue com relatos de experiências de vida dos jovens e, busca a partir delas, discutir a construção das "vias alternativas" e o sentido de *resistência* que elas assumiam perante os conflitos sociais dos quais se encontravam imersos.

6. Juventude da periferia e resistências: percursos trilhados entre a rua, a religião, o crime e o hip-hop

Os percursos de vida de Miro como os de Faro foram constituídos de experiências elaboradas a partir da religião, da inserção precoce no mundo do trabalho – incluindo circuitos formais e informais, lícitos e ilícitos – de carreiras escolares instáveis e do *hip-hop*, todas elas condensadas pela "rua". Durante a etnografia busquei aproximar-me do universo social dos jovens a partir de incursões em cultos de adolescentes, em uma célula liderada por um jovem do círculo de amizades de Faro[15], em eventos de *hip-hop* e encontros informais em espaços

15 Em 2014 havia mais de 180 células da Igreja PIBED localizadas na região do Estrela D'alva (Registros de Campo, 2014).

públicos da região. Nesses espaços pude notar que o narcotráfico e os casos de violência, envolvendo também a polícia, atravessavam as sociabilidades dos jovens e contribuíam para a construção dos sentidos de suas ações noutras esferas. Nessa perspectiva, descrevo a seguir alguns dos espaços de referência das trajetórias dos jovens, a começar pela religião e a participação em cultos de adolescentes, células e ministérios de dança. Os cultos de adolescentes eram ministrados aos domingos, de 18:30h às 21:00h, em um salão de paredes brancas e telhado de amianto com cerca de 60 cadeiras orientadas para um pequeno palanque localizado ao centro do templo, equipado com som e alguns instrumentos musicais. A disposição das cadeiras demarcava no salão as diferenças de gênero, de um lado assentavam-se os meninos e do outro, as meninas. Os cultos eram conduzidos por pessoas adultas, os adolescentes participavam como fiéis sentados nos bancos ou de pés por meio de palmas e ladainhas religiosas repetidas de modo ritual como "senhor", "glória Deus", "alelúia", "oh pai", "oh senhor". Havia também apresentações de grupos de dança, teatro e música em momentos de abertura ou de encerramento da pregação e, além destes, havia eventos extracultos como gincanas e outros concursos dentro da igreja e congressos e seminários sediados em templos noutros municípios. A participação juvenil não era uniforme, alguns integravam-se mais intensamente e outros pareciam dispersos, e muitas das atividades religiosas requisitavam a quitação de despesas como inscrição, transporte e hospedagem quando ocorriam em outro município. Dentro da igreja os jovens se diferenciavam em função do poder de consumo, nem todos podiam arcar com os custos de determinadas formas de participação religiosa, bem como pelas vestimentas e posse de equipamentos eletrônicos.

Contudo, dentre as particularidades que envolvem a participação juvenil na religião a segregação sexual e a proibição do namoro aos menores de dezoito anos foram mencionadas por Miro e Faro como fatores constrangedores para os jovens que se formam "homem mais cedo" ou "mulher muito mais cedo" (Faro, Entrevista 1). A precocidade da adultícia, nas trajetórias, era representada tanto pela iniciação laboral como pelas experiências sexuais. Para Miro, por exemplo, o beijo na boca foi aos 10 anos e, aos 12 começou a "namorar sério dentro de casa". Esse descompasso entre percursos de vida e normas sociais gerou, a este jovem, impedimentos para o exercício das atividades que desenvolvia na igreja. Entre os seus 15 e 17 anos, período no qual Miro envolveu-se intensamente com a vida religiosa – na escola pregava o evangelho e realizava testemunhos, lia a bíblia em casa ou na de amigos e, ao final de semana dedicava-se à célula e ao grupo de dança – deparou-se com os limites impostos pela instituição à participação juvenil.

> É tipo, quando você está ali tentando fazer a parada certa uma galera chega e diz parabéns uma vez ou outra, você não é bem valorizado, eles não te valorizam entendeu, então quando você erra mano, os caras já vem pra cima de você irmão, você não vai ministrar, você não vai participar disso porque você está errado! Você vai ficar dois meses de castigo porque você fez isso, porque você não tem dezoito anos e ficou com a menina! Você deu um beijo na menina! (Miro, Entrevista 1).

Na igreja Miro notava que acertos e erros tinham pesos diferentes dentro da instituição, de modo que, "fazer a parada certa" gerava menos reconhecimento comparado ao cometimento de um erro, "quando você erra mano, os caras já vem pra cima de você irmão". Nesta lógica poucos erros poderiam comprometer os muitos acertos, pois, proporcionavam um castigo público dentro da comunidade religiosa, além de, impedí-lo de exercer as atividades na célula, no ministério de dança e participar de eventos promovidos pela instituição. Esse desequilíbrio entre acertos e erros expressa um senso de justiça social e Miro como alguém desajustado em relação às normas ratificadas pela igreja. Os jovens conheciam as consequências que o namoro acarretava, significava quase um rompimento religioso como foi comentado por Faro que, aos 16 anos, decidiu namorar, "você quer fazer isso, então faz, mas você não vai poder dançar mais, […] então, quando eu cismei de namorar, você quer saber? eu já sabia disso". Não se tratava de uma decisão simples para jovens que desde crianças possuíam a religiosidade enquanto principal referência herdada das relações familiares, "eu fiz minha vida ali, dentro da igreja" (Faro, Entrevista 2). A religiosidade representava também um lado oposto à criminalidade, uma bandeira a partir da qual os jovens combatiam o crime e remediavam suas consequências, como expõe os percursos narrados por Faro na época em que liderou uma célula aos 14 anos de idade.

> Tinha que ir atrás da pessoa e se o cara tem um problema, ele te liga na madrugada, eu levantava e vamos lá, vamos ver o que está pegando, é uma parada séria. O cara já foi parar no hospital e nós, então, vamos lá. Você entendeu, no João XXIII, no Odilon Behens. Muita coisa já aconteceu, teve um caso que foi de um menino nosso que se envolveu com o tráfico e tal e acabou matando um outro camarada ali por causa de coisa boba, e aí o cara sumiu né. […] Teve um vizinho dele que tinha tomado uma bala no ombro, pegou no ombro, mas passou pelo osso e atravessou o braço dele inteiro e saiu na mão do vizinho dele que foi parar no hospital e a gente foi atrás. Já teve também casos de ter que intermediar algumas coisas, assim tipo briga dos caras, fraga, quando sabia que podia gerar algum conflito a gente ia e sentava com um e, depois sentava com o outro e tentava sentar com todos juntos pra poder resolver (Faro, Entrevista 2).

A prática religiosa era então, orientada pelos jovens, de modo a mediar conflitos nas ruas, becos, esquinas e hospitais, ou seja, fora da igreja principalmente. Os grupos de dança e células eram formados por círculos de amizades e de afinidades juvenis e assim eram utilizados também para o compartilhamento de experiências de vida entre os pares. Na célula, por exemplo, havia um tempo reservado à escuta coletiva dos problemas e um debate sobre as possíveis maneiras de contorná-los. Dentre os problemas estavam conflitos familiares e entre membros da igreja, mas principalmente a busca por trabalho e o envolvimento com a criminalidade, e assim, mesmo os não envolvidos conheciam de perto as consequências trazidas pela adesão ao tráfico. Deste modo, o rompimento com a igreja provocou em Miro uma quebra dos sentidos do mundo do qual participou e defendeu, pois, na periferia a prática religiosa tem sido orientada para o combate à violência e aos homicídios (Birman e Machado, 2012).

> E com os dezessete fui ficando revoltado com algumas coisas que na minha visão eram erradas dentro da igreja, e ainda são, e eu fui e falei, já que está tudo errado, eu vou fazer da maneira que eu acho que é correto, *saca.* Então eu comecei a fazer *umas paradas* e fui sendo vetado de *altas coisas* dentro da igreja e que deu em resultado a minha saída. Nisso, logo que eu saí da igreja eu me envolvi com o tráfico (Miro, Entrevista 1).

A decisão de Miro aos 17 anos não foi um impulso imediatista, os sentimentos de revolta e a ausência de uma "via intermediária" naquele momento de sua vida indicavam ao jovem o "caminho do mal" como alternativa. Ele sabia o que lhe reservava tal experiência, em um período de grande violência na região, as histórias sobre a morte de amigos e as cicatrizes de tiros em seu corpo testemunham essa época difícil de sua vida. A desistência do "caminho do mal", após dois anos nele trilhados, foi possível para Miro por meio de ações de valorização de saberes presentes nos repertórios de vida dos jovens da periferia desenvolvidas pelo projeto social Mídia Tática vinculado à ONU do Brasil. Em meados de 2012 o projeto buscava atrair jovens envolvidos com o narcotráfico para participarem de oficinas de rima, poesia e literatura, produção audio-visual, sem exigir frequência escolar ou comprovantes de rendimentos familiares como geralmente fazem as políticas sociais para juventude (Diagnóstico da Situação da Criança, do Adolescente e do Jovem de Belo Horizonte, 2013).
Os jovens do bairro já exerciam o *hip-hop* na "rua" como mostra Faro no trecho seguinte.

> No começo era algo reservado na igreja, nessa instituição, era tudo feito na igreja, os grupos, era um movimento gospel, um hip-hop mais gospel, era tudo feito na igreja. E aí, foi juntando uma galera, uns meninos que começaram a gostar e tal que começou a unir com a gente também. E aí, a gente meio que expandiu né, e começou-se a fazer não só na igreja mas na rua também. Então, pegávamos um som com pilhas, e quando não tinha pilhas, a gente ligava a extensão na casa de um vizinho e jogava até a rua, e começamos a dançar na rua (Faro, Entrevista 1).

Embora já exixtisse por fora da igreja, foi por meio das ações do Mídia Tática que novas possibilidades de expressão dessa cultura foram apresentadas aos jovens da região. O *hip-hop* passou a representar uma nova "via alternativa" a trilhar e resignificou os sentidos da participação de Miro na vida comunitária, como canal contestatório que contribuiu, inclusive, para despertar no jovem o desejo de retornar à escola. O avanço nos estudos foi estimulado pelo interesse em compor canções rimadas e em participar de duelos de mc's que exigiam ampliar o seu vocabulário e a sua capacidade argumentativa. Nessa época, Miro, junto aos pares, passou a organizar eventos semanais na região como danças, duelos de rimas, apresentação de filmes e documentários ao ar livre em ruas e praças e no espaço casa amarela. Foi um período de expansão da cultura *hip-hop,* entre meados de 2012 a dezembro de 2013, e cada vez mais os grafites em muros e fachadas de lojas, bem como os bonés de aba reta, camisetas de grupos de rap como "Racionais MC's", "Facção Central", toucas, calças largas e correntes grossas dependuradas nos bolsos e pescoços marcavam a presença juvenil no espaço público. Ao mesmo tempo, os jovens utilizavam a plataforma virtual "facebook.com" como recurso de comunicação, encontro e visibilidade entre os pares.

FIGURA 2: Festival de dança de rua e Mostra de filme ao ar livre: E. D'alva-2013

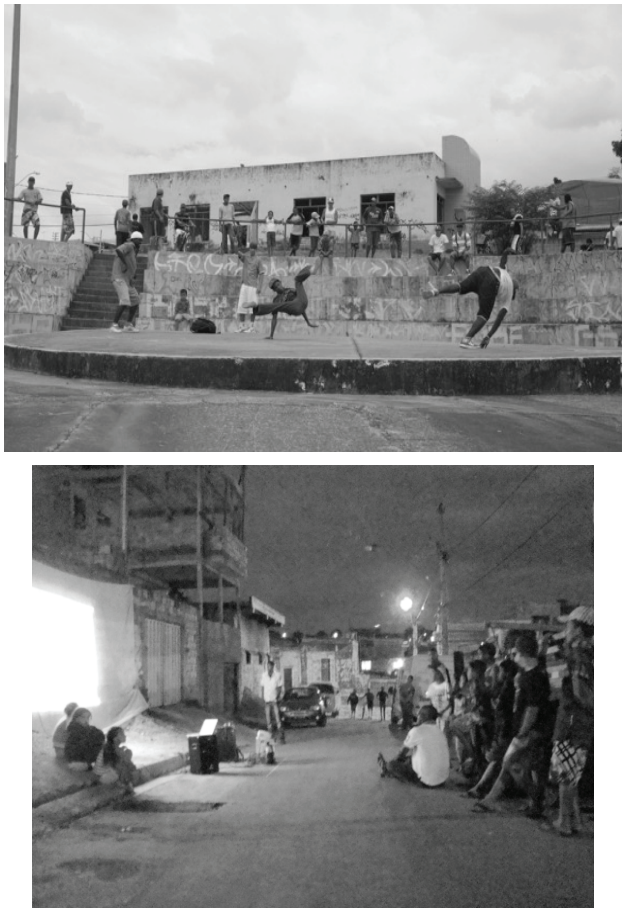

Fonte: Registros de Campo, 2013.

A presença juvenil no espaço público a partir do *hip-hop* expressava na periferia a produção de "políticas de existência" (Ferreira, 2008) a partir de performances corporais e visuais impressas na sua paisagem urbana. A performatividade e a ocupação de campos de visibilidade constituem uma forma de projeção de suas imagens públicas e que convergiam ao sentido "alternativo" impresso pela fala de Miro. As ações em espaços públicos fortaleciam suas identidades e ao mesmo tempo eram úteis para testarem competências individuais valorizadas entre os jovens (Campos, 2010). Conforme este autor, a questão da visualidade é cada vez mais relevante nos estudos sobre as práticas juvenis contemporâneas e assim reconhece "o peso crescente do campo visual na determinação e negociação de identidades e práticas culturais" (Campos, 2010: 116). Corroborando a estratégia adotada por Miro e pelos jovens envolvidos com o *hip-hip*, como Faro, de ocuparem o espaço público e tê-lo como meio de expressão para afirmarem-se publicamente enquanto sujeitos com interesses e motivos próprios e legítimos.

FIGURA 3: Jovens e Graffits: E. D'alva-2013

Fonte: Registros de Campo, 2013.

Conforme Machado Pais (2008: 20) no contexto da vida cotidiana a dimensão visual torna-se um "centro polimórfico", nesse sentido carece interpretação e, ao mesmo tempo, torna-se meio de interpretação "objecto e método de pesquisa". O referido autor também destaca na contemporaneidade a supremacia da visão sobre os demais sentidos ao afirmar que, "nos relacionamentos sociais o lema é cada vez mais 'dar nas vistas' e 'não dar ouvidos' " (Pais, 2008: 33). Deste modo, a propagação de imagens e mensagens difundidas como observado no *hip-hop* na periferia, não servia apenas como cenário para os eventos relacionados a essa culttura, mas demarcavam o desejo de consolidação de um novo espaço de práticas juvenis legítimas fora da igreja, da escola, do trabalho e do tráfico. Os jovens por meio dessas ações compunham também uma nova gramática contrária ao envolvimento juvenil com o crime e, ao mesmo tempo, apresentava-se crítica à religião e a política desempenhada pelos governos[16].

Por outro lado, diferentemente da religião e do tráfico de drogas que possuíam fontes de recursos *seguras*, o *hip-hop* era patrocinado basicamente pelos parcos recursos juvenis. Para realizarem suas atividades os jovens contavam com equipamentos de som emprestados da secretaria municipal de cultura, mas o transporte do material, as tintas para os grafites e tudo o mais ficava por conta deles. Ao permanecerem no *hip-hip* os jovens resistiam às tentações da "forma mais fácil se conseguir uma grana, mais fácil de conseguir um dinheiro bom" (Faro, Entrevista 1), o tráfico de drogas, e à comodidade oferecida pela igreja que possuía espaço, palco, equipamentos e público cativo. Nas diversas ocasiões das quais estive junto a Miro e seus pares notava que não havia um momento destinado a realização de um lanche, nem um sorvete ou cachorro quente, eles simplesmente não consumiam, e não era por oposição ao consumo, mas por falta de recursos, inclusive para realização dos deslocamentos. Apesar disso, buscavam por meio do *hip-hop* inscrever no espaço público uma nova gramática em contraposição às que já vinham sendo impressas pelas agências religiosas e criminais principalmente. Na periferia os pontos de comercialização ilícita de entorpecentes e as igrejas evangélicas pentecostais expandiram-se publicamente nas últimas décadas e se tornaram relevantes marcas da identidade pública dessas áreas. De modo que passaram a representar para a juventude a base de referência moral para construção conceitual dos "dois caminhos" narrados por Miro.

Considerações finais

Na periferia a investigação apontou possibilidades em disputa sendo que, nenhuma delas mostrava-se capaz de oferecer projetos que atendessem aos anseios juvenis durante seus percursos para a vida adulta. Deste modo,

16 Contudo, havia participação de jovens envolvidos tanto no crime como na religião, combinação que expõe o trânsito elaborado pelos jovens entre os "dois caminhos" ao mesmo tempo que buscam a mediação da "rua", um espaço "neutro" fora das instituições família, escola, trabalho e igreja, onde entre pares trocam experiências, saberes e práticas da vida.

os jovens buscavam elaborar percursos alternativos, a "via intermediária", embora passassem invariavelmente pelos caminhos extremos a partir dos quais orientavam suas ações. Como já enfatizado, o caminho alternativo não era aprendido somente dentro das instituições, mas produzido por um movimento de contraponto por meio do qual os aprendizados da "rua" eram tidos como referências para orientação das ações dentro das instituições. É a partir dessa lógica que os jovens produziam ações de *resistência* e que, em muitos casos, assumia um papel de mediação dos conflitos sociais dos quais estavam imersos, cujo envolvimento com a criminalidade representava um dos principais.

Os jovens resistiam dos modos que dispunham, na "via intermediária", na *corda bamba*, pois, o *hip-hop* não oferecia condições de os manterem afastados dos caminhos do "bem" e do "mal" e o tráfico de drogas continuava a ser o meio mais fácil para a aquisição de dinheiro na região como mencionou Faro. Condição que expôs o trânsito de Miro que, pela última vez recorreu ao "caminho do mal" sem conseguir "segurar a onda" e, assim, teve que abandonar a região para não ser assassinado. Miro tentou caminhar entre os dois mundos, mas não conseguiu, até mesmo porque no tráfico, diferente da casa e da igreja, o *vacilo* não é perdoado. A igreja aceita dos fiéis o arrependimento, mas o tráfico, ao contrário, mantém a sua ordem, o seu domínio pela imposição do medo, pelos castigos exemplares. A dureza das leis do tráfico e o fato de essas redes serem constituídas de jovens que cresceram juntos, gerava entre os pares envolvidos, conforme notado no Estrela D'alva, uma certa solidariedade que permitiu a Miro o abandono consentido do crime como foi na época do Mídia Tática, mas não tolerava vacilos. Por outra via, Faro mantêve-se no bairro a partir de percursos próximos à igreja e ao *hip-hop* gospel.

A região apresentou-se como um campo em disputa, entre ordens sociais diferentes, e a população juvenil, geração que nasceu e/ou cresceu no contexto da periferia metropolitana, expôs por meio de seus percursos de vida a instabilidade desse contexto como apresentado pelas experiências dos jovens Miro e Faro. Por fim, reconhece-se que, embora as experiências juvenis na periferia não se resumam obviamente aos caminhos representados pela narrativa dos jovens em tela, estes, constituem referências relevantes para a compreensão da problemática da inserção social destes sujeitos no contexto metropolitano contemporâneo.

Referências

Birman, Patrícia e Machado, Carly (2012), "A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole". *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* Out 2012, vol.27, no.80, pp.55-69.

Brandão, Tânia, Saraiva, Luísa, & Matos, Paula Mena. (2012), "O prolongamento da transição para a idade adulta e o conceito de adultez emergente: Especificidades do contexto português e brasileiro". *Análise Psicológica*, 30(3), pp.301-313.

Caldeira, Teresa (2000), *Cidade de muros:* crime, segregação e cidadania em São Paulo. 2. ed. São Paulo: Editora 34.

Campos, Ricardo (2010), "Juventude e visualidade no mundo contemporâneo: Uma reflexão em torno da imagem nas culturas juvenis". *Sociologia, Problemas e Práticas*, Oeiras, vol., nº.63, pp.113-137.

Cardoso, Adalberto. (2008), "Transições da escola para o trabalho no Brasil: persistência da desigualdade e frustração de expectativas". *Dados*, 51(3), pp. 569-616.

Cordeiro, G. Í. e Vidal, F. (2008), "A rua: espaço, tempo, sociabilidade". *Recensões etnográfica*, novembro de 2009, 13 (2), pp. 483-493.

Damatta, R. (1991), *A casa e a rua*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.

Davidovich, Fany (2004), "A volta da metrópole no Brasil: referências para a gestão territorial". In Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz. *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito.* São Paulo:

Fundação Perseu Abramo, Rio de Janeiro: FASE, pp.197-230.

Diagnóstico da situação da criança, do adolescente e do jovem em Belo Horizonte (2013), *Livro 1: notas teórico-metodológicas e considerações gerais.* Cooperativa de Trabalho de Professores Universidade Livre – Belo Horizonte: São Jerônimo.

Feltran, G. S. (2010), *Fronteiras de tensão*: política e violência nas periferias de São Paulo. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp/CEM.

Ferreira, Vítor (2008), *Marcas que Demarcam*. Tatuagem, Body Piercing e Culturas Juvenis, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

IBGE (1990), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Estatísticas Históricas do Brasil* (2a ed. rev.). Rio de Janeiro, IBGE, vol. 3, Série Estatísticas - Retrospectivas.

IBGE (2014), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico de 2010*. Brasil. Rio de Janeiro.

Kowarick, Lúcio (1979), *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Lombardi, M. R. (1997), "Reestruturação produtiva e trabalho: Percepções dos Trabalhadores". *Revista Educação e Sociedade*, nº61, pp. 64-87.

Marinho, Marco Antônio Couto (2012), *Homicídios e metropolização no Brasil: um estudo a partir da região metropolitana de Belo Horizonte*, Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Neri, Marcelo Cortes (2011), *Novo Mapa das Religiões*. Rio de Janeiro, FGV/CPS.

Observatório das Metrópoles (2012), *Os Estados e a s Regiões Metropolitanas constitutivas do Observatório das Metrópoles no Censo 2010*. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia CNPq/FAPERJ/CAPES. Rio de Janeiro, março.

Pais, José Machado (2008), "O visual e o quotidiano: razões de um encontro". In: J. M Pais, C. Carvalho e N. M. de Gusmão (orgs.), *O visual e o quotidiano*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 19-20.

Pais, José Machado (2009), "A Juventude como Fase de Vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse". *Saúde e Sociedade*, 18(3), 371-381.

Plambel (1986), *A estrutura urbana da RMBH* – V.1 – O processo de formação do espaço urbano 1897-1985. Belo Horizonte: Plambel.

Souza, J., Brito, F (2008), "Expansão urbana de Belo Horizonte e da RMBH: a mobilidade residencial e o processo de periferização nos anos 80 e 90". Anais... XIII *Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina.

Vesentini, J. W; Portelar, F (1998), Êxodo Rural e Urbanização. Sao Paulo: Atica, 32 p.

Waiselfisz, J. (2008), *Mapa da violência dos municípios brasileiros*. São Paulo: Instituto Sangari.

Estratégias de resistência de jovens em situação de violência em Salvador BA

Julie Sarah Lourau Alves da Silva[1]
Universidade Católica do Salvador
juliesarahba@gmail.com

Resumo: A pesquisa trata dos homicídios que atingem principalmente a população jovem e negra de Salvador. Um dos pressupostos é que os poderes públicos a través de suas políticas (e sua midiatização), concorrem a fazer da juventude negra de Salvador uma juventude que se destaque das demais, sendo sempre associada a marginalidade, em seus espaços de vida, em suas criações culturais (música ou dança), e na suas inscrições socioeconômicas (relacionadas a pobreza); ou em termos de falta de recursos (financeiros e estruturais). As minhas dúvidas nesse estágio da pesquisa têm a ver com a metodologia utilizada. A técnica utilizada para recolher os dados respeitou os recortes territoriais oficiais (Areas Integradas de Segurança Pública - AISP); recortes territoriais feitos pelos poderes públicos. Como conseguir inscrever uma pesquisa de campo que se afaste dos estigmas territoriais, quando eles participam dos padrões analíticos? Ou melhor, como fazer uma pesquisa que atue em termos distintos dos referenciais oficiais? Como apreender uma etnografia da cidade que leve em conta fronteiras e margens vividas pelos atores da nossa pesquisa?
Palavras-chaves: Jovens, **música,** territórios, homicídios, antropologia da cidade.

Introdução

A violência no Brasil, e mais ainda na Bahia, traduzida pelos homicídios estourou esses últimos 15 anos. Em Salvador, desde 2011, políticas públicas de segurança são inauguradas junto ao programa Pacto pela Vida com a implantação de bases comunitárias em bairros periféricos. Dados relativos a homicídios são produzidos e uma política de visibilidade faz com que esses dados sejam publicados no site da Secretária de Segurança pública; política que incomoda as lógicas de sigilo da inteligência policial, cujo papel é investigar os crimes e manipular os dados. De fato, esses dados têm efeito imediato de efetividade política, eles desenham fronteiras na cidade que se materializam a través dos recortes administrativos as ditas Áreas Integradas de Segurança Públicas (AISP) e apontam dentro desses recortes espaços de violência nos quais a repressão policial pode ou deve agir com toda força. É com esse tipo de lógica de violência em resposta á violência que acontece nos bairros periféricos uma produção de morte de jovens, majoritariamente negros e mestiços, entre outros justificados pelos auto de resistência[2]. Devido aos dados alarmantes em relação com a produção de mortes dos jovens negros e mestiços dos bairros periféricos, várias campanhas nacionais[3] e internacionais[4] são lançadas; por tanto a realidade não parece mudar. O medo do marginal alimentado pelas mídias autoriza a violência policial e estatal a respeito da população jovem e negra de Salvador. Esse contexto de criminalização é reforçado por uma lógica histórica que assimila o negro ao pobre e o pobre ao ladrão; lógica diretamente ligada aos tempos coloniais e/ou pós-abolição nos quais as populações pobres eram de fato em grande maioria (mas portanto não totalmente) negras : escravos, libres ou escravos de ganho. O medo do número (a população negra sempre ultrapassou em número a população branca no Brasil pois o Portugal é um pais pequeno que teve muitas colônias pelo mun-

1 Pós-doc PNPD, Universidade Católica do Salvador, Bahia. Vice-líder do Núcleo de Pesquisas e Estudos interdisciplinares em Violência, Democracia, Controle social e cidadania (NEVIDE).

2 Quando o policial atira no suspeito que não teria se rendido. Essa produção de morte devida a ação do policial através do auto de resistência é autorizada pela lei.

3 Entre outras, Porque o senhor atirou em mim, Reaja ou será morta, reaja ou será morto, etc.

4 Campanha Jovem Negro Vivo da Amnistia Internacional novembro de 2014, por exemplo.

do) alimentou a crença de um perigo ligado a população negra que devia nessas condições ser mantida em condição de subordinação, exploração e segregação espacial (mesmo que informalmente) na sociedade cuja classe dominante é branca. Esse medo perdura no contexto social atual, adotando novas formas como por exemplo a divulgação pelos programas televisuais diários, tipo Reality Show do estereótipo do 'ladrão' sendo um jovem negro da periferia. Nesses programas, repórteres acompanham a policia nas suas buscas de 'marginais', 'ladrões' ou 'traficantes', sempre em bairros periféricos, o ladrão sempre é pobre e negro – ou mestiço- ressaltando a ideia que a marginalidade só se dá com os pobres, os negros e ainda em espaços periféricos.
Esse ensaio propõe de pensar o espaço urbano a partir das categorias de LEFEBVRE, (2000) de 'Práticas espaciais', 'Representações do espaço', e 'Espaços de representações' aplicadas a uma pesquisa de campo de cunho antropológico, mais especificamente de antropologia da cidade que envolve jovens músicos de um bairro periférico de Salvador, Itapuã[5].

Abordagem teórica

Segundo Lefebvre (2000), o espaço pode ser decifrado a partir de três elementos:
- A prática espacial: Cada sociedade produz seu espaço em um esforço para dominá-lo e apropriá-lo. A prática espacial se dá com o agendamento diário de cada um: 'os percursos, as redes que interligam os lugares de trabalho da vida privada, dos lazeres', (p. 48). Esses percursos têm a peculiaridade de interligar espaços muito diferentes.
- As representações do espaço, ou espaço concebido. Se trata do espaço dos cientistas, dos planificadores, dos urbanistas, tecnocratas que recortam e agenciam. Se trata do espaço dominante na sociedade.
- Os espaços de representações, ou espaços vividos. Se trata dos espaços dos moradores, dos usuários, e também de alguns artistas que descrevem e acham que só estão descrevendo tais como os escritores e os filósofos. Se trata do espaço dominado, vivido que a imaginação tenta apropriar-se e modificar.

Lefebvre descreve uma triplicidade do espaço entre o percebido, o concebido e o vivido. Essas três categorias vão servir de esqueleto a nosso ensaio; retomando o espaço concebido como espaço funcional, o dos recortes administrativos; o espaço vivido é o do bairro para os jovens músicos de Itapuã e a prática espacial ou espaço percebido será as possíveis ou impossíveis ligações com os outros bairros pelos jovens, dentro de uma lógica de abertura/fechamento do familiar que estudaremos.

O espaço concebido ou espaço funcional

Chamei esse espaço de funcional porque ele responde a critérios funcionalistas dos poderes públicos. Ele é ao mesmo tempo produzido a partir dos dados sobre a violência (ele respeita as fronteiras imaginárias das periferias) e ao mesmo tempo ele participa da produção de territórios violentos. Esses recortes administrativos representam o sistema de valor dominante e respeite suas fronteiras morais nas quais a população negra é estigmatizada e alvo de violência policial. Isso se faz presente na nossa pesquisa sobre os homicídios de jovens negros em Salvador.
Nossa proposta de projeto de pesquisa se inscreve na linha de pesquisa do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Violência, Democracia, Cidadania e Controle Social (NEVIDE), liderada por Márcia Esteves Calazans da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania e mais especificamente, no projeto Organização Social do Território: Homicídios de Jovens em Salvador. Nossa pesquisa de campo não aderiu aos recortes administrativos dos poderes públicos – utilizados para a coleta de dados secundários sobre os homicídios- pois eles se revelaram problemáticos.

---

5 Esse bairro não faz parte das mesmas Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) estudadas na pesquisa sobre os homicídios. A escolha de sair dos quadros administrativos foi tomada devido a escolhas epistemológicas que serão explicadas ao longo do trabalho.

A justificativa deste projeto de pesquisa repousa nos dados sempre mais alertantes sobre homicídios dolosos no Brasil, tendo como principais vítimas a população jovem, negra, majoritariamente masculina, dos bairros periféricos de Salvador constitui. Conforme aos dados publicados pela Secretária de Segurança Pública da Bahia, o número de mortes está aumentando dentro do perfil destacado[6].

A Bahia ocupa o terceiro lugar nacional de homicídios dolosos. O recorte por faixa etária, grupo étnico, gênero e territorialização foi também comprovado pela pesquisa iniciada pelo NEVIDE, tendo em vista o levantamento sistemático de mortes publicadas no jornal local A Tarde, de abril a julho durante os anos de 2010 e 2011 e nas ocorrências publicadas no site da Secretaria de Segurança Pública. Portanto, a dimensão territorial foi questionada pelo NEVIDE, já que ela parte de recortes administrativos nos quais os poderes públicos inscrevem suas medidas de ação diretas, podendo servir de desculpas para medidas de repressões severas sem muito discernimento. O NEVIDE[7] destaca:

> A escolha de trabalhar com dados disponibilizados pelo governo revelou-se problemático por estarmos analisando componentes que servem de apoio para construção de políticas públicas neste setor, como é notória, a publicação de tais estatísticas acabam sendo instrumento de manipulação pela gestão pública onde estas são submetidas aos jogos de interesses e arranjos políticos que nem sempre acabam revelando as situações problemáticas que fazem parte do panorama da segurança pública do estado. (CALAZANS, 2013).

De fato, os poderes públicos desenham fronteiras urbanas nas quais eles podem atuar tendo como objetivo a limitação desses dados alarmantes. Assim foram criadas em 2007 as "Áreas Integradas de Segurança Públicas"(AISP), para direcionar as políticas públicas em territórios específicos correspondendo a nichos de alta criminalidade. O que vem ressaltar o NEVIDE é que essas políticas públicas podem ter um efeito catalizador de violência, ou seja, que as medidas constantemente repressivas dos poderes públicos nessas áreas podem também participar do estigma da população. Por isso o estudo teve como proposta analisar como o poder público, através de suas instituições, atua nesses espaços e como se dá o processo de construção das políticas públicas e sua execução nesses espaços.

O estudo vem se concentrar em 2 (duas) das 21 AISP, as duas campeãs em homicídios: a AISP 13 (Tancredo Neves) e a AISP 16 (Periperi). Uma análise do acesso desses bairros aos serviços básicos revelou uma carência e uma má distribuição dos serviços públicos. Por exemplo, São João do Cabrito é um dos três bairros que tem a densidade demográfica a mais elevada da AISP 16 (com 23.137,25 habitantes por km2) e o quinto mais populoso (com 21.284 habitantes). Porém, o bairro contabiliza nenhuma escola (Municipal, Estadual ou de Ensino Superior); apenas uma unidade de saúde (mas sem nenhum hospital ou Unidade de Pronto Atendimento); nenhuma estrutura de lazer e cultura, apenas 9 linhas de ônibus operando no bairro, e ainda nenhuma unidade de Polícia Civil ou Militar. Esse tipo de constatação se encontra também na AISP 13 com os bairros do Cabula ou Pernambués, que se tornaram territórios enormes da cidade que, por falta de infraestrutura, às vezes podem se afastar das definições elementares de urbanização tendo como ponto de partida uma aglomeração de habitação e determinados serviços de primeira necessidade.

Esses casos de "mini cidades" pelo tamanho, e de bairros liminares, em situação limite de urbanização pelas carências de serviços básicos constituem o contexto social dos jovens vítimas da violência e torna-se, desse modo, nosso campo de estudo.

Esses recortes correspondem a visão dominante que coloca nas margens – aqui as periferias das cidades – os bairros pobres, que além de serem constituídos por populações pobres são produzidos pelo Estado que os negam uma infraestrutura básica em termo de serviço de primeira necessidade. O espaço dominante dita suas regras determinando os níveis de carência a quais eles serão submetidos.

Com o intuito de sair de uma imagem preconceituosa da população jovem dos bairros periféricos e das medidas de repressão que decorrem das altas taxas de violência, queremos estudar "de dentro" os mecanismos

---

6 Segundo os dados da secretaria de segurança pública, em 2007 o número de homicídios era de 1.333 e em 2011 de 1524 com picos em 2008 e 2009 de respectivamente 1.733 e 1.736 casos de homicídios.

7 Núcleo de Estudo e pesquisa Interdisciplinar em Violência, Democracia, Cidadania e Controle social.

identitários em jogo através de uma análise das redes que são operadas (familiar, profissional, religiosa, lazer, etc.). Ressaltando assim uma visão mais completa que não se prende a um território único de estigma social. A desconstrução dos limites espaciais será entre os principais vetores de análise. Por isso não pretendemos utilizar os recortes das AISP que serviram no primeiro momento da pesquisa, mas abrir o campo a outros territórios nos quais práticas de resistências, a partir das artes, se fazem presentes.
Dessa forma, junto com Calazans (2013, 2014), cremos que a análise crítica das medidas dos Poderes Públicos servirá para desconstruir os discursos hegemônicos (que querem explicar o crime pelas suas causas), evitando assim uma visão determinista e preconceituosa que "essencializa' o crime e cristaliza a partir de uma determinada população as causas e os efeitos do problema. A pesquisa de campo pretende focar nos mecanismos de criação e de agenciamento das estratégias identitárias dos jovens negros e mestiços, tirando-os de uma imagem monolítica dos seus bairros e de suas identidades e colocando-os nas suas redes quotidianas de atuação.

O espaço vivido e a prática espacial: por uma antropologia da cidade

Abordo agora a questão do bairro e de suas fronteiras identitárias dentro do exemplo de Itapuã[8], que é também o bairro a onde eu moro. Esse bairro é conhecido tanto por suas praias suas belezas, como por sua pobreza, as vezes, sua violência. Quero retomar algumas imagens de Itapuã que me foram passadas quando eu comentava com os colegas/estudantes a onde eu morava.
Conversando recentemente com uma colega originária do sul do Brasil e morando que morava há pouco tempo em Salvador eu me dei de conta da força do conceito de 'Região Moral'. Não por ter debatido a força teórica desse conceito com a colega mas, por ter conversado informalmente sobre meu local de vida. Quando eu comentei que morava em Itapuã, ela ficou espantada, e começou a falar que lá só tinha *farofeiro*, e que ela nunca poderia frequentar uma praia dessa. Ela me perguntava porque eu morava em tal lugar mas não me deixava responder. Finalmente, ela desabafou, 'Mas você gosta de bagunça?!'

Regiões morais

Agier (2009), explica o recorte « regional » que já foi usado pela Escola de Chicago e pela antropologia urbana (Hannerz, 1983) da forma seguinte:

> *"(...) O ponto de vista "regional" ganharia, me parece, se fosse aplicado a qualquer espaço, sem preconceito de limite ou escada. Poderiamos assim registrar a maneira em que um lugar està sendo definido por qualquer tipo de ator urbano (do planificador ao morador de beco). Este sentido do lugar presuponhe a cidade toda como contexto de referência. Ele corresponde a uma cartografia imaginária dos cidadões que vivem em uma certa parte da cidade mas que tem pelo menos alguma ideia, imagem ou experiência das outras partes da cidade"[9]. (Agier 2009:36).*

De fato, a colega mora em um bairro nobre da cidade, dentro de um condomínio fechado, ela possui uma clara ideia a respeito dos bairros periféricos. Através da sua reação percebemos que ela reconhece Itapuã como bairro de praia, porém muito marcado pela população que a frequenta, uma população pobre da redondeza que vem geralmente na praias em família com o isopor cheio de comes e bebes (o que explica o termo de *farofeiro* que

8 A partir de agora, não nos referimos mais ao recorte por AISP, mas tentamos compor outras fronteiras a partir de uma prática espacial e das formas de viver a cidade.

9 « (…) le point de vue « régional » gagnerait, il me semble à être appliqué à tout espace sans a priori de limite ou d'échelle. On s'autoriserait ainsi à enregistrer la manière dont un lieu est défini par les acteurs urbains quels qu'ils soient (du planificateur à l'habitant d'un fond de ruelle). Ce sens du lieu suppose la ville entière comme contexte de référence. Il correspond à une cartographie imaginaire des citadins qui vivent dans certaines parties de la ville tout en ayant sur les autres espaces au moins quelques expériences, idées ou images »

ela utiliza e que representa para ela o cúmulo da bagunça). Ou seja, existe uma cartografia mental da cidade que se dá em função de pressupostos sobre as diferentes áreas da cidade. Agier acrescenta: *"Assim, é a partir de uma configuração particular de critérios morais que a cidade como um tudo se faz espelho de identidades, e talvez "fator de etnicidade"*[10] »[11] (Agier : 40).

Por tanto, nos anos 1970, essas praias eram frequentadas por Caetano Veloso, Maria Bethania, ou ainda Toquinho ou Vinicius de Morais que cantaram Itapuã e o deixaram famoso com a música que se tornou um clássico, *Passar uma tarde em Itapuã*. Na época, Itapuã era um vilarejo de pescadores fora da cidade, cheio de dunas de areia branca. Hoje, o charme da boemia deixou em grande parte o imaginário. No seu lugar, a imagem dos *farofeiros* ganha espaço.

Uma outra conversa informal, com um estudante dessa vez, reforça o conceito de região moral. Um dia, um pouco antes de começar uma reunião do grupo de pesquisa, um estudante[12] veio falar comigo apresentando uma inquietude aparente: 'Professora, estou preocupado com você, eu percebo que existe muita violência em Itapuã, houve mais um assassinato. Você não está com medo? 'Eu, surpresa, tentei recordar algum fato marcante dos últimos dias sem conseguir. Eu finalmente descobri que o estudante não estava falando de um caso específico mas de um imaginário geral relativo a Itapuã, frequentemente alimentado pela mídias. Desse fato, para ele, Itapuã é um lugar violento a onde ocorre diariamente crimes.

Em outro momento, comecei uma pesquisa[13] com 5 jovens músicos de Itapuã, esse mesmo bairro. Nenhum deles apontou o bairro como violento. Todos concordavam em dizer 'Aqui é tranquilo'. Portanto, em dois casos, os jovens souberam relatar exemplos de violência conhecido ou vivido. 1- João falou a respeito das mortes produzidas pelo tráfico mas ele acrescentou que isso não era bem uma violência mas uma regra do jogo. 'São regras claras a respeitar. Só morre quem não respeitou as regras. Não tem segunda chance. Basta cometer um erro para perder a vida'. Ele apontou como casos mais nítidos de violências as brigas do final de semana de pessoas embriagadas que acontecem normalmente nos bares. 2- Pedro diz que o ambiente é muito calmo no bairro por causa do tráfico de drogas. 'Eles', os traficantes, asseguram uma tranquilidade para não chamar a atenção da policia. Pedro mora na 'boca quente', ou seja no local do tráfico. Lá os vizinhos recebem consignas para não brigar, não causar tumulto. Os ladrões não podem roubar lá também. Do seu ponto de vista, a violência só é gerada pela policia que chega de forma violenta, derrubando e chutando as portas das casas. Pedro conta que eles já mataram de um tiro de revolver seu cachorro que ficou latindo muito uma vez que eles tinham entrado abrindo a porta com um chute violento. O pai que estava bem perto do cachorro escapou por pouco do tiro. Portanto Pedro é um dos que gosta de pensar em Itapuã nos seus termos históricos de boemia a partir da evocação de Caetano Veloso ou Dorival Caymmi. Construindo um imaginário positivo em relação ao bairro e ao referencial musical que ele possui.

Com os exemplos de João e Pedro, percebemos que a violência não é mais percebida como uma fatalidade, mas ela aparece como condicionada por alguns fatores tais que o tráfico, o álcool entre outros. Morar em sub-região conhecidas como bocas quentes também se revelou importante para ser alvo da violência policial. De fato, a referência a territórios de violência produz uma reação policial de repressão com uso fácil da arma de fogo. Esse relato confirma a hipótese que os policiais ao definir territórios de violência adoptam nelas um comportamento igualmente violento.

Para dar conta das inscrições espaciais e dos efeitos de encarceramento ou segregação espacial dos seus moradores, proponho uma análise situacional de jovens músicos de Itapuã. Pretendo assim fazer uma leitura do bairro e dos jovens marcados por morar nas margens da cidade e da vida social e econômica em geral. Esses jovens, pela sua ocupação ocupam uma posição que não é marginal mas, fora do padrão puramente produtivo

---

10 Citação extraída de J.L. AMSELLE, « Ethnies *et espaces : pour une anthropologie topologique* » in J.L. AMSELLE et E. M'BOKOLO (Eds), Au cœur de l'ethnie. Ethnies, tribalisme et Etat en Afrique, Paris, La Découverte, 1985, pp.11-48.

11 « Ainsi, c'est à partir d'une configuration particulière de critères moraux que la ville comme un ensemble se fait miroir d'identités, voire « facteur d'ethnicité ».

12 Esse estudante mora em um bairro central de Salvador.

13 Esse trabalho de campo está em curso de realização, os resultados trabalhados são ainda parciais. Os nomes dos músicos foram alterados para não os expor diretamente.

do capitalismo. Em uma margem do capitalismo se coloca a prática artística, pelo menos enquanto ela não é inserida no esquema da mercadoria cultural.
Nossa ideia é de dar conta de uma certa antropologia urbana (Hannerz) ou antropologia da cidade (Agier) na qual serão apontadas as identidades *emic* (dos jovens dos bairro) em relação e/ou oposição com as identidades *etic* vinculadas pelas mídias e que servem de base as políticas públicas. Essas invenções identitárias podem ser vistas como estratégias de resistência a um imaginário negativo relativo a periferia. Os jovens inventam novos possíveis (parafrasando Milton Santos).

Análise situacional e reconstituição das redes

Esse recorte visa a descontruir as normas de espacialização, pois ela não pensa a situação em relação com um espaço, mas em relação com as interações dos atores. Esse contexto pode mudar várias vezes ao dia para o cidadão em função das suas atividades (trabalho, familia, lazer, etc.). O acento não se põe sobre uma dita cultura ou sobre uma estrutura social, mas sobre as interações entre os indivíduos.
Segundo Agier (2009), três elementos compõem a situação observada: a coerência de relato, ou seja, o ponto de vista *emic* dos atores, a coerência das modalidades utilizadas pela sociedade global para trabalhar no nível local e enfim os contextos urbanos e profissionais dos diferentes atores. Ou seja,

> "tem que ser considerados como fatores deteminantes a articulação e os efeitos recíprocos entre as diferentes situações vividas pelos cidadões. Assim a pesquisa revela, mais perto dos fatos, os campos sociais essenciais da vida na cidade e sua importância respectiva", (p.45).

Hannerz (1983), afirma que "os indivíduos atuam vários papéis" no quotidiano e decide chamar "repertório, o conjunto dos envolvimentos situacionais finalizados que constituem o quadro da trajetória existencial de um indivíduo" (p. 136). Da mesma forma, ele decide chamar de "inventário de papéis, o conjunto dos envolvimentos observaveis numa unidade social maior, que seja comunitária ou que seja a sociedade inteira", (p. 136).

As redes familiares de 4 jovens músicos de Itapuã

Henrique não sai de casa, ou melhor dizer, não sai da frente da casa dele ou dos 50 metros ao redor. Ele me fala que aqui é tranquilo. Muito tranquilo. O problema é que ele não está feliz. Ele gostaria morar em outro lugar. Em um outro bairro, Pituba (um bairro mais central e nobre). Morar com músicos. Henrique mora no centro de Itapuã. Diferentemente, Pedro mora em uma margem do bairro e se queixa das irrupções violentas da policia nas casas; o que não acontece no centro de Itapuã. Os dois são músicos. Um de pagode, o samba moderno dos jovens da periferia e o outro de Bossa Nova, o samba intelectual vindo do Rio de Janeiro. Ambos têm suas redes familiar e familial no bairro, nas mediações de sua moradia. Suas redes musicais também são associadas ao bairro: um bloco afro e uma igreja evangélica para Henrique; o colégio, uma rádio de bairro e a Casa da Música[14] para Pedro.
O imobilismo de Henrique é acentuado por um serviço informal que ele faz para os traficantes do bairro. Tendo em vista que ele mora em uma das duas artérias que permitam o acesso de carro a boca quente[15], ele é encarregado de vigiar as idas e volta e principalmente de avisar em caso de chegada da polícia. Esse serviço reforça o fato que ele fica preso a sua casa, ponto estratégico do qual ele não pode se mover. Com Henrique, a análise situacional se fez muito estática, muito localizada. Toda família mora em duas casas subdivididas por andar em função dos núcleos familiais. Os chefes de família em cada núcleo são mulheres (mãe, tias,

14 Espaço consagrado a música no bairro que organiza aulas e apresentações culturais, financiamento público do Estado da Bahia.

15 Lugar no bairro a onde acontece o tráfico.

avó de Henrique). Todas frequentam a mesma igreja evangélica, todas são empregadas domésticas. Henrique abandonou os estudos e quase abandona também a música depois de ter tido um surto psicótico. Portanto, ele é conhecido no bairro como músico (e não por ser envolvido no tráfico, por exemplo). De fato, desde seus 14 anos ele toca com um bloco afro implantado no bairro. Atuação que o levou a tocar durante o carnaval nos circuitos centrais de Salvador. Ele tocou também em uma banda de Pagode com os colegas do bairro (incluindo João que foi meio que iniciado a música por Henrique). Essa banda se apresentou várias vezes em eventos do bairro. Esses últimos tempos, ele quase parou de tocar. Ele explica que ficou loco por ter se apaixonado por um músico famoso de Pagode com quem ele queria tocar. Ele ficou loco porque não conseguiu se aproximar dele. A centralidade no bairro de Henrique não propiciou uma mobilidade. Ele não sai do imobilismo. Ele não beneficia de nenhuma rede fora do bairro depois de ter parado de tocar com o bloco afro. Ele se trancou mais ainda com a depressão causada pela impossibilidade de encontrar seu ídolo.
Pedro não é de Itapuã. Ele veio junto com sua família 7 anos atrás, ainda adolescente. Ele tem 21 anos hoje. Ele gosta muito do bairro. Ele começou a tocar no colégio que organizava todo ano um palco de jovens talentos. Ele conseguiu uma visibilidade com os colegas. Depois ele se tornou animador de um programa de uma rádio local. Ele ganhou mais visibilidade ainda e foi conhecido como alguém que escuta os problemas de amor dos outros. Um sentimental. Essa imagem vem do fato que o programa que ele animava era tarde a noite, e passava mensagem de amor e música para ouvintes apaixonados. Essa imagem de ser sensível e sentimental participou de sua identidade de cantor de Bossa Nova e outras músicas que fala de amor. Ele tem uma pequena rede no bairro na qual ele consegue articular alguns shows. Ele toca sozinho, por escolha. Ele trabalha também na construção civil. Ele mora com sua mulher com quem ele acabou de ter uma filha. A música não teria como sustentar a família. Sua mulher retomou os estudos. Ela tem apenas 16 anos. Morar na boca quente não parece ter maior influência negativa a não ser as intrusões violentas da policia. Pedro tem um circuito inter-bairro que leva ele a articular trabalho, música, estudos e família em diversas sub-regiões do bairro. Ele não fica preso a seu ambiente familial. Ele consegue construir uma identidade que o identifica como o músico romântico, com certo sucesso com as meninas, mesmo que jovem pai de família, responsável.

Estilo musical, identidades e mobilidade

A pesquisa se concentrou sobre 5 músicos sem especificar os estilos musicas. Já que o contexto geral era a violência e a vivencia da cidade, o estilo não parecia ser um dado importante nesse momento da pesquisa. Interessante foi se dar conta de que o estilo musical iria se destacar dentro da fala dos músicos como propiciador de redes. Em função do estilo praticado, as portas da cidade se abrem, ou não.

O Pagode

No caso de Henrique e João, o estilo do pagode combina bem com Itapuã. Eles tocam a música nos palcos do bairro e são reconhecidos como músicos pela vizinhança. Como Vítor destaca, o pagode como o samba de modo geral faz parte da identidade de Itapuã. Existe um reconhecimento e uma demanda por parte da população a respeito desse estilo. O pagode é a versão moderna do samba. Os ritmos são mais acentuados. No samba, a letra já tem um jogo de duplos sentidos que podem ter um campo lexical sensual, mas o pagode acentua isso. O vocabulário se refere de forma muito clara as partes íntimas da mulher, mesmo que guardando sempre o jogo do duplo sentido. 'Rala a rabeta no chão' canta João na sua música sobre um motoqueiro. Rabeta pode ser entendido como peça traseira da moto ou como parte íntima da mulher. Os dois artistas tocam especificamente este estilo musical, sem querer passar para outro estilo e sem misturar com outro estilo. Eles, ao contrário procuram fabricar novas fronteiras dentro do próprio estilo entre o pagode, o groove arrastado, e etc. Cada um com seu toque específico. As produções musicais propiciam a alguns poucos artistas deste estilo muito comercial fama e sucesso. O sonho dos jovens que atuam com esse estilo é associado a essa fama e sucesso. A estética é muito peculiar. Os jovens, mestiços são muito musculosos e as danças que eles mesmos fazem são

bem sensuais. Eles dançam sozinhos e em companhia de dançarino/a/s. Esses cantores são de fato jovens de bairros periféricos nos quais uma produtora apostou. Os outros continuam se apresentando em bairro, com uma fama local. Nesse caso, com frequência, as bandas tem uma duração curta e vem sendo remodeladas. Mas isso não acontece só para as bandas de Pagode.

O rap

O rap apareceu como prática com dois artistas entrevistados, Vítor e Pedro. Em ambos os casos os artistas sofreram preconceito por causa do estilo que por natureza é de crítica social e é associado por muitas pessoas do bairro ao estilo dos traficantes, dos marginais. Em ambos os casos no momento da entrevista o estilo estava sendo abandonado pelos artistas que queriam se tornar músicos de estilos mais populares, mais fáceis de fazer sucesso. Pedro começou a tocar Bossa Nova e MPB (Música Popular Brasileira), nos passos dos artistas que marcaram Itapuã e contribuíram para a construção de sua identidade de boemia e poesia: Dorival Caymmi, Vinicius de Morais, Caetano Veloso, etc. Dorival Caymmi tem uma avenida em seu nome que liga a Orla ao aeroporto e atravessa o bairro. Vinicius de Morais tem uma praça e uma figura o representando. A lagoa do Abaeté que é uma atração turística importante lembra a boemia de Caetano Veloso e os artistas do tropicalismo. Itapuã se vê vestido dos seus belos efeitos ligado a arte e poesia, longe da imagem de violência que por outra parte o caracteriza hoje em dias. Vítor começou a aprender um instrumento, o ukulelê em um centro musical do bairro que oferece aulas grátis para os músicos. Ele integra agora uma banda que mistura o rock, o reggae e o rap, composta por integrantes da aula de música e por colegas do bairro. No caso dele o interesse pelo rap emergiu na adolescência. Ele soube me explicar o quanto o rap não tem seu lugar em Itapuã e depende de uma rede específica dentro da cidade, em determinados bairros como Pelourinho, a Mouraria ou o Rio Vermelho. Esses lugares já são marcados por uma redes de bares e palcos. Itapuã, no seu ponto de vista é ligado ao samba e em uma certa medida ao afro-reggae com a implantação do bloco Malê Debalê no bairro, um dos pioneiros do carnaval.

As redes externas

Vítor tem uma experiência bem diferente de Henrique e Pedro, mesmo que os conhecendo todos. Vítor conseguiu uma bolsa para estudar em um colégio particular, fora do bairro. No bairro nobre da Pituba. Lá, incentivado por uma professora ele escreve textos e logo os canta. Isso foi o primeiro passo para começar a frequentar os palcos de rap. Nenhum palco de rap em Itapuã, só nos bairros mais centrais, Rio Vermelho, Pelourinho e mais recentemente na Mouraria ou em alguns bairros periféricos tais como Cajazeiras. Vítor começou então a frequentar o centro histórico (Pelourinho) e depois o bairro noturno da classe média, o Rio Vermelho. Ele constitui uma rede de amizades ligada ao rap. Itapuã fica seu centro de referência afetivo. Ele nasceu e se criou ai com sua mãe e seu avô, na região central de Itapuã, perto de Henrique. Ele quase não conheceu seu pai que mora em outro Estado no norte do país. Hoje Vítor estuda o direito em uma universidade pública. Por um tempo ele ficou afastado dos palcos de rap, ouvindo os conselhos da mãe. Ela assimila o rap a uma música de marginais e quer uma boa situação para o filho.

Pedro já tinha falado um pouco sobre essa imagem negativa do rap. Ele também tinha começado a tocar e cantar o rap mas seguindo os conselhos da sua família ele passou a tocar Bossa Nova. O conteúdo crítico das letras do rap evoca o mundo do crime. Vítor se afastou um tempo do rap. Ele montou uma banda 'mais aberta', mixturando reggae, rap e rock. Mesmo assim, ele reativou sua rede de rap há pouco. Ele gosta do rap, e depois de estudar o direito sua mãe está mais tranquila com seu futuro.

Vítor tem uma rede ampla na cidade que passa por um núcleo familial em Itapuã, uma rede de palcos de rap pela cidade, e a universidade. No bairro, ele é ligado a Casa da música na qual ele toma aula de violão e frequenta outros músicos, entre outros os integrantes da sua nova banda. Ele tem também no bairro uma rede de amigos de infância com quem ele surfa por exemplo. A diferencia de Henrique, João ou Pedro, ele não ficou preso as fronteiras estritas de Itapuã.

Considerações finais[16]

Essa perspectiva de análise espacial da vida no bairro ajuda a entender e trabalhar o conceito de "cidade arquipélago" de Mongin na qual a cidade não possui mais um centro urbano mas uma multidão de centros e periferias que seguem várias escalas. Assim, cada bairro reproduz à sua escala o esquema de centro e margem. Essa leitura deve ajudar a descontruir a visão monolítica do bairro periférico perigoso e violento, desconstruindo-o em "mini-centro" com alguns nichos de violência, tráfico, etc. Interessante que no nosso campo a margem não tem efeito imediato de produzir marginal pois Pedro que mora na boca quente está portanto muito inserido nas centralidades do bairro graças a suas redes. Ou seja, parece mais importante a rede (a articulação de sociabilidades) que a inserção espacial (que não produz por si o encarceramento).

Vulnerabilidade. O caso de Henrique é exemplar. Mesmo que inserido em determinado momento no circuito musical, uma série de escolha e fatores fazem que ele se fecha no seu ambiente familial. Ele está deprimido e sem muitas perspectivas com a opção do trafico pendente... Não é uma fatalidade mas uma opção que fica quando as outras aparecem distantes. Essa opção acentua o efeito de encarceramento no próprio bairro que se torna uma cela. Portanto como tudo é questão de articulação de sociabilidades, nada impede Henrique de construir novas redes e retomar uma certa liberdade graças a música por exemplo.

Construção. O caso de Pedro é interessante por apresentar uma opção de articulação a partir dos elementos disponíveis no bairro. Em vez de ficar preso dentro da boca quente, a música leva ele a construir e inventar recursos dentro do bairro. Interessante perceber a satisfação de Pedro em relação com sua identidade, a maneira que os outros o percebe, diferente e romântico e a maneira que ele constrói sua identidade em relação com a história da boemia de Itapuã. Um poeta.

Mobilidade. O caso de Vítor demostra a possibilidade de ser de um bairro periférico e conseguir se articular com o resto da cidade. No seu caso, os estudos tem um papel muito importante. Eles propiciam a saída do bairro e abrem as portas da cidade. Dai ele começa a formar redes de sociabilidades e a encontrar outras portas de acesso a cidade através dos palcos de rap.

As trajetórias desses jovens nos levam a vários tipos de construção e agenciamentos identitários que se inserem no contexto da periferia, muito marcada por uma imagem negativa. Portanto fica claro que cada uma dessa trajetória fica marcada por uma grande vulnerabilidade social que, em função da possibilidade de construção de redes de sociabilidades, tem acesso ou não, á portas de saídas e horizontes maiores.

Referências bibliográficas

AGIER, Michel. (2009), Esquisses d'une anthropologie de la ville. Lieux, situations, mouvements. Academia Bruylant, Anthropologie prospective n°5, Louvain-La-Neuve, pp. 152.

CALAZANS, M.E. (2014), Homicídios de jovens em Salvador e as novas tessituras das cidades, Diálogos Possíveis, Dossiê Juventudes, violências e vida na cidade, ISBA. Acesso online: http://revistas.faculdadesocial.edu.br/index.php/dialogospossiveis/issue/current/showToc

CALAZANS, M.E. (2013), Relatório de pesquisa do Núcleo de Estudos Interdisciplinar em Violência, Democracia, Cidadania e Controle social, Relatório dos PIBICS, Salvador, UCSAL, documento interno ao NEVIDE.

HANNERZ, Ulf. (1983), Explorer la ville, Paris, Les Editions de Minuit.

LEFEBVRE, Henri. (2000), La production de l'espace, Anthropos, Coleção Ethno-sociologie, 4ª edição.

MONGIN, Olivier. (2005), La condition urbaine – La ville à l'heure de la mondialisation. Paris, Éditons du Seuil, La couleur des idées.

16 Conclusões ainda provisórias pois a pesquisa ainda está acontecendo.

Protestos de estudantes e internet: as novas formas do movimento estudantil[1]

Naiaranize Pinheiro da Silva[2]

Rosilda Arruda Ferreira[3]

Resumo: A expansão dos Institutos Federais no interior do Brasil tem aberto espaços para uma discussão sobre as condições de implantação da educação profissional pública e sobre como professores, técnicos e estudantes se mobilizam no sentido de lutar por melhores condições de trabalho, estudo e ensino. Nossa proposta é discutir a participação do jovem estudante enquanto ator político e social no interior do Instituto Federal da Bahia a partir de suas ações em redes de comunicação via Internet articuladas em cidades do interior da Bahia, analisados à luz de Castells (2013) como um movimento social em rede. Como fontes de dados foram tratados vídeos, postados na Internet através do Youtube, em que estudantes tornam públicas suas ações, demandas e mobilizações geradas por sentimentos de indignação e esperança, elementos impulsionadores das ações coletivas na atualidade.
Palavras chave: Movimento Estudantil, Youtube, Educação Profissional.

1. INTRODUÇÃO

Juventude e educação são duas categorias que se interpenetram de forma contundente. No caso da educação profissional este envolvimento é significativo no sentido de que os jovens são preparados para o ingresso no mundo do trabalho ao mesmo tempo em que buscam construir o seu lugar no mundo da política e das ações cotidianas. Considerando o espaço da educação formal e os meandros que giram em torno da escola, o processo educativo caminha no sentido de fornecer aos jovens uma diversidade de experiências constituintes de sua cidadania das quais a organização através dos movimentos de estudantes é uma das mais importantes.
Deste modo, a organização dos estudantes através do movimento estudantil é um fenômeno característico no sentido de fornecer ferramentas para sua inclusão e ao mesmo tempo iniciá-lo na vida política, atuando em múltiplas demandas que dizem respeito à garantia do próprio direito a educação, assim como a outros problemas da escola e da sociedade como um todo. A juventude não é uma categoria una, pois é constituída por uma gama de indivíduos que vivem problemáticas muito diversas, por isso há enfoques que privilegiam aspectos distintos quando se propõe a pensar o jovem, como se poderá perceber ao longo das análises realizadas neste artigo.

---

1 Este artigo é uma versão ampliada de artigo apresentado no XXII EPENN, Encontro de pesquisa Educacional do Norte Nordeste, Natal, RN, Brasil, 2014.

2 Professora de Sociologia do Instituto Federal da Bahia, campus Salvador. Licenciatura e Mestrado em Ciências Sociais FFCH/UFBA e Doutoranda em Educação FACED/UFBA. E-mail: Naiaranize@hotmail.com

3 Pedagoga, Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos – SP. É professora aposentada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e atua como Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e como Pró-Reitora de Desenvolvimento de Pessoas da UFBA. Atuou como coordenadora geral durante os anos de 2010 a 2012, da equipe UFBA, do Projeto RIAIPE3 - Programa Marco Interuniversitário para a Equidade e a Coesão Social nas Instituições de Ensino Superior, financiado pelo Programa Alfa da Comissão Europeia.

2. JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

No Brasil, desde a década de 1950 o movimento estudantil sempre apresentou uma forte mobilização e os jovens passaram a ser encarados de forma mais efetiva como impulsionadores de transformações sociais. A crise na universidade, a luta pelo ingresso dos excedentes, e, posteriormente no pós 1964, o movimento estudantil e seu posicionamento contra a ditadura militar, são alguns dos fenômenos que foram observados por Foracchi (1972) e outros autores.

Nesse período o fenômeno do consumo também passa a ser analisado como elemento bastante próximo a temática da juventude, evidenciando as contradições da sociedade capitalista, o que ficou popularizado na crítica feita pelo cineasta Godard a geração de 1968 na França, denominada por ele "os filhos de Marx e de Coca-Cola" (GONZALES, 2008). Ao se constituir como um importante consumidor frente ao mercado evidenciou-se a criação de uma "[...] cultura juvenil que se expressa na expansão do mercado de consumo. Identificando-se não mais como promessa de futuro, mas como presente, a juventude passa a ser encarada a partir de suas características específicas" (OLIVEIRA, 2002, p. 25).

Outro aspecto relevante, presente nos estudos sobre juventude, é o conceito de crise. Todos os movimentos de jovens em vários momentos do século XX são analisados sob o prisma de uma sociedade em crise. Porém a forma como a crise se apresenta pode variar. Isso é visto em Foracchi (1972), como expressão das contradições da sociedade capitalista e também em Spósito que identifica a crise a partir da escola vista como "a ausência de projetos culturais e educativos portadores de algum significado, do esvaziamento do seu sentido para seus alunos" (SPOSITO, 1996, p.101). Crise que se expressa não apenas no contexto da violência escolar, mas de muitas formas de violência as quais os jovens estão sujeitos.

Se na primeira autora a crise é percebida como decorrência da ausência do acesso da classe média a sociedade de consumo, seja através do trabalho ou da universidade, no final dos anos 1980 e durante os anos 1990, a crise se expande. Não tendo resolvido o problema do acesso à escola, somando-se a isso uma profunda crise econômica oriunda dos projetos neoliberais na escola e na sociedade de modo geral, da globalização da economia e aceleração dos processos tecnológicos, ocorreram fortes impactos entre os jovens no campo do trabalho, da comunicação e da cultura.

De outro lado, o processo de reestruturação produtiva eliminou diversos postos de trabalho e se ampliou as demandas dos movimentos sociais, especialmente vinculadas às questões de geração, identidade, gênero e etnia. Sendo assim, o caráter da crise ganhou novas dimensões e o jovem das classes populares passou a ser analisado não apenas como um "problema social" vinculado à criminalidade, embora este ainda seja um dos principais focos de análise, mas também como um sujeito protagonista que busca alterar seu destino, pela política, pela escola ou pela arte.

A partir dos anos 1980, a juventude ressurge nas pesquisas educacionais tendo por foco de análise das orientações abaixo esboçadas, contexto de duas novas vertentes ou seja, "como descoberta do espaço escolar, enquanto modalidade de múltiplas relações, apropriações e redefinições das orientações estatais e das determinações estruturais", ou como "orientações que buscaram resgatar o ponto de vista dos sujeitos, pensados a partir de sua capacidade de produzir orientações e ações de natureza coletiva" (SPOSITO, 1996, p. 97).

> De um lado, porque, ao se tratar dos processos reais que constroem a escola ou que permitem a constituição dos sujeitos de ações coletivas nos movimentos sociais, é preciso incorporar novas categorias de análise, tais como as relações de gênero, as etnias, o tema das gerações, entre outras. Torna-se necessário admitir a diversidade, as diferentes orientações e representações, os ritmos, tempos e espaços que gestam práticas (SPOSITO, 1996, p.97).

Na sociologia baiana o movimento estudantil ressurge como tema, seja discutindo a juventude na resistência a ditadura militar (BRITO, 2008) (OLIVEIRA, 2003) (SILVA, 2009), seja nas ações de contestações e reivindicações de melhorias para a cidade de modo geral como a luta pela meia-entrada em atividades culturais e esportivas e os protestos decorrentes dos aumentos do preço dos transportes coletivos que várias vezes pararam a cidade de Salvador, além da participação em mobilizações mais gerais da sociedade civil como o quebra-quebra de ônibus em 1981 (FERREIRA, 2008) e o movimento pelas "Diretas já" em 1984 (SILVA, 2009).

Na década de 1990, os eventos políticos relativos ao *impeachment* do presidente Collor trazem a juventude ao cenário da política nacional com o Movimento dos "caras pintadas" (MISCHE, 1987).

No Brasil e em toda a América Latina e Caribe, região caracterizada pela pobreza, desigualdade social, desemprego ou emprego precário, resultantes de processos históricos colonizadores e de políticas que não deram a devida importância à juventude destes países, estudos vêm sendo realizados no sentido de identificar como pensam os jovens, ou melhor, quem são os jovens que habitam estes territórios tão diversos, mas que trazem em si muitas similaridades no que tange a diversidade étnica, a desigualdade social e aos problemas relativos à questões de gênero, raça, classe e etnia, bem como as dificuldades enfrentadas no processo de escolarização e ingresso no mundo do trabalho.

De outro lado, há também uma busca por compreender que concepções de política e participação eles trazem uma vez que, os modelos de análise oriundos dos anos 1960, sempre retomados como o período rico de ações políticas juvenis não servem para entendermos essa juventude atual, pois é visível a crítica acerca da exaustão das formas políticas clássicas, ligadas as instituições estatais, a democracia liberal, aos partidos políticos e aos sindicatos.

Segundo Alvarado & Borelli (2012), sobre a juventude da América Latina e Caribe, foram observadas duas tendências de investigação. A primeira, que prioriza aspectos formais da participação política, em que a instituição embora reconheça a capacidade criativa do sujeito jovem, valoriza a sua adaptação e a repetição da ordem estabelecida, entendendo a política como um desenvolvimento do discurso e da ação nos marcos institucionais do Estado-nação. E uma segunda tendência, que compreende a relação política da juventude a partir de categorias que enfatizam o comunicativo e o cultural, as mediações culturais e sua relação com as mudanças no consumo cultural e as mediações estéticas como expressões e práticas departicipação na contemporaneidade.

Concebendo a juventude como um problema recente das Ciências Sociais estas autoras indicam que, enquanto sujeito e ator social, político e cultural, o jovem é produto da sociedade capitalista e da modernidade. Reconhecem ainda que são protagonistas de diversas organizações que desenvolvem projetos e práticas de emancipação alternativas ao capitalismo, constituindo-se como sujeitos sociais que constroem propostas de mudanças. Considerando os estudos iniciados nos anos 1960, elas observam que entre 1980 e 1990 no cenário latino-americano e caribenho há um importante protagonismo juvenil (ALVARADO & BORELLI, 2012).

Ao questionar hipóteses que mantém a ideia de uma juventude caracterizada pela apatia, desinteresse, individualismo e consumismo, convertido como principal compromisso do jovem, elas questionam se este desinteresse não diz respeito a um modo determinado do fazer política, que desconsidera a concepção da política como uma condição da criação humana. Assim as novas práticas de fazer política se constroem dentro e fora dos limites formais de Estado e da sociedade civil e obrigam a construção de novas categorias teóricas, conceituais e metodológicas para compreendê-las.

No Brasil, com a possibilidade do voto aos dezesseis anos, é dado ao jovem, juridicamente, condição de realizar escolhas importantes no que tange a sociedade e à vida política nacional, gerando, a necessidade de verificar as percepções dos jovens a respeito das políticas públicas a eles dirigidas. Numa política educacional esse aspecto diz respeito inclusive à análise da forma como sua cidadania se constrói no cotidiano da escola e do acesso as mais diversas políticas voltadas aos estudantes.

A importância desta participação juvenil na formulação das políticas está em consonância com o Estatuto da Juventude aprovado em agosto de 2013 que prevê em seu Capítulo II, seção I, art. 4º que "O jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude". Na sequência o mesmo artigo enfatiza no inciso II "a efetiva inclusão do jovem nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto". Em vários artigos do referido documento há ênfase na participação e na importância da interlocução juvenil nos espaços públicos. Além da manutenção de direitos já previstos na Constituição Federal, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente (1992).

Os direitos previstos no ECA e no EJU implicam na percepção dos valores expressados pelos jovens e adolescentes, coadunando com Oliveira & Scalon (2013, p. 02) os quais consideram que a análise dos valores é importante nos estudos sobre juventude, pois permite verificar que tipo de sociedade os jovens desejam e se aspectos como o mérito e as capacidade de cada agente são consideradas em sua compreensão da sociedade.

> Neste contexto, pode-se aventar a possibilidade de se analisar até que ponto as desigualdades são percebidas como de fato ou de direito pelos jovens e se esta percepção tem alguma relação com a posição social do agente. Esta linha de investigação pode indicar também a tendência ou não para participação dos jovens em atividades e instituições de caráter cívico, social e político.

Em pesquisa sobre a relação entre juventude, cidadania e cultura cívica, Paiva (2010) se propõe a auscultar a percepção dos jovens do Ensino Médio sobre direitos, participação e confiança nas instituições, em análise comparativa de estudantes de escolas públicas e privadas, em que, segundo a autora, fica evidente a desigualdade social presente no sistema educacional brasileiro. Ela conclui que, mesmo sendo a escola uma instituição de suma importância como pré-requisito à cidadania e fruição dos direitos humanos, pois ela habilita melhor o indivíduo para atuar na esfera pública, é necessária a existência de um mínimo de igualdade, sendo a educação universal o primeiro passo para que as promessas de igualdade e liberdade sejam alcançadas.

Entretanto, o que a autora observa é que a escola "[...] expulsa aqueles que não têm o capital cultural para seguir uma cultura escolar pensada somente para os alunos que tem um ambiente doméstico que deve contribuir para o desempenho do aluno no sistema" (PAIVA, 2010).

Há consenso entre alguns autores estudados (DAYRELL & GOMES, 2007), (SCALLON, 2013), (ABRAMOVAY, 2006) (PAIVA, 2009, 2010) que as políticas voltadas para os jovens devem tê-los como protagonistas e não como meros receptáculos de assistencialismos governamentais, por isso ouvir o que pensam os jovens é o primeiro passo para uma avaliação mais concreta do modo como o IFBA tem alcançado os objetivos propostos em seus documentos institucionais, em nível micro e no nível mais geral das ações do Estado brasileiro no sentido de propor soluções para o problema da desigualdade através do processo de expansão dos Institutos e da adoção de políticas de ações afirmativas e assistência estudantil, como parte da estratégia de garantia do acesso e permanência na escola.

As políticas de ações afirmativas por si só não resolvem o problema da desigualdade se não houver uma nova forma de compreender o significado do conceito de cidadania no Brasil, pautado historicamente pela desigualdade na formação social, a qual valorize a observação dos sujeitos envolvidos na sociedade civil e, em particular nos movimentos sociais, os quais lutam pelo reconhecimento das suas lutas, mas também por dignidade e acesso aos direitos mais básicos, possibilitando assim a aproximação a uma concepção de indivíduo autônomo, igual e digno.

Conceber o jovem a partir do momento atual não elimina a compreensão de que sua condição remete a elementos anteriores tais como as suas relações familiares, escolaridade dos pais, religião, contexto econômico familiar e nacional e, inclusive o lugar onde nasceu. De outro lado, o que cada jovem constrói em sua interação com o mundo, a partir da sua própria ação é importante na análise que faz de si. E nem sempre poderá ser generalizado para outros grupos.

3. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: CONTRADIÇÕES DA EXPANSÃO

A educação profissional da rede federal tem vivido um processo de muitas mudanças. Embora para as antigas escolas técnicas federais tais como o Instituto Federal da Bahia as mudanças mais recentes tenham se iniciado especialmente nos anos 1990 com a "cefetização", do ponto de vista quantitativo o ano de 2006 é o marco da grande ampliação do número de escolas e cidades atendidas pela rede no interior da Bahia, assim como da introdução de políticas de ações afirmativas no então CEFET.

Como dito acima, na década de 1990 a maioria das Escolas Técnicas Federais foram transformadas CEFETs. Na Bahia esta transformação se deu ainda com a união do CENTEC à ETFBA, de modo que a instituição passou a ofertar a formação profissional de nível médio e a formação superior através dos cursos de graduação oferecidos pelo então CENTEC.

A partir deste período, há uma ampliação da oferta de Ensino Superior nesta escola, mantendo, entretanto, a primazia da educação profissional de nível médio, a qual foi alterada pelo Decreto 2.208/1997, que retirava a prioridade da educação profissional de nível médio, impossibilitando de certo modo a profissionalização do

estudante durante o secundário. O CEFET BA passa então a oferecer um curso de formação geral previsto na LDB 9394/96 e há um grande ingresso de estudantes das classes médias na escola, visto que o principal objetivo do secundário passou a ser a preparação para o vestibular, e nestas escolas de manteve um nível de aprovação acima da média das demais escolas públicas e mesmo de algumas da rede privada.

Em 2004 o Decreto 2.208/97 é revogado e o CEFET volta a oferecer educação profissional de nível médio, denominado Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Um curso com duração de quatro anos que associa formação propedêutica com a profissionalização[4]. A partir do governo Lula há uma ampliação do ensino técnico profissional em várias modalidades bem como a interiorização dos institutos.

> [...] no estado da Bahia, a antiga ETFBA, transformada em CEFET em 1993 ilustra esta mudança. No ano 2000 eram 5 (cinco) UNED's (Unidades Descentralizada de Educação) – Barreiras, Vitória da Conquista, Valença, Simões Filho e Eunápolis, além da sede em Salvador. Com a expansão ocorrida nos últimos anos o número de escolas no interior da Bahia passou a 16 institutos e 03 (três) núcleos avançados, com a perspectiva de criação de cinco novos campi este ano (SILVA, 2014).

Pesquisas vêm sendo desenvolvidas nos Institutos Federais de Educação, tanto pelos professores como pelos técnicos educacionais (pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, administradores etc.), os quais têm elaborado estudos no sentido de compreender os múltiplos processos por que passa tais instituições. A política de qualificação[5], acompanhada de melhoria salarial condicionada aos estudos para estes profissionais, transforma–se em estímulo e obrigação, pois qualificar-se implica ao mesmo tempo em uma melhoria salarial e no aprofundamento de temáticas relativas à educação, com o intuito de melhorar a qualidade do atendimento aos estudantes, em que pese uma autocrítica que tais estudos têm menor divulgação interna do que seria desejável e que muitas vezes levam a um desgaste do profissional que fica sobrecarregado, o que reflete nas críticas dos estudantes como veremos mais adiante.

Além dos conflitos supracitados, este processo de ampliação da rede federal de educação tecnológica tem impulsionado conflitos na relação entre estudantes, instituição escolar e prefeituras. Conflitos entendidos aqui como decorrentes da necessidade de ajustes em tais políticas, tendo em vista o acúmulo de anos em que houve uma estagnação na educação profissional brasileira na rede federal, ao mesmo tempo em que vários processos políticos ocorrem paralelamente implicando em uma multiplicidade de demandas por parte do alunado que ingressa nestas escolas. Mas também conflitos decorrentes de uma nova percepção dos direitos por parte dos estudantes que se contrapõem as velhas práticas da política brasileira, acostumada ao clientelismo e ao não cumprimento de acordos e legislações, que muitas vezes se restringiam ao "papel", ou seja, são publicadas, mas não eram cumpridas.

Múltiplos fatores favorecem a existência de conflitos entre os estudantes e as instituições tendo em vista que ao introduzir medidas de inclusão o Estado brasileiro provoca as escolas a se adaptarem as novas demandas oriundas dos estudantes que passam a ingressar nos institutos. As políticas de ações afirmativas, com especial destaque para a introdução de reserva de vagas para afrodescendentes, indígenas, portadores de necessidades especiais; a interiorização dos institutos para regiões com maior índice de pobreza e carência de serviços básicos de infraestrutura, são ilustrativos de processos interseccionais que se dão no interior das escolas, os quais evidenciam problemáticas que dificultam a garantia de permanência dos estudantes na instituição escolar.

---

4 As medidas adotadas pelo governo federal com o uso do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) como certificação de conclusão do ensino secundário (Ensino Médio) exigem novos estudos dentro dos institutos que como o IFBA possuem cursos de 4 anos tendo em vista que os estudantes que completam 18 anos podem com a nota do ENEM concorrer a qualquer universidade brasileira, provocando um tipo de evasão escolar que não é de fato evasão, pois os estudantes antecipam seu ingresso na universidade, sem a conclusão do Ensino Médio ou o fazem concomitantemente.

5 A política de qualificação na verdade ocorre sem que haja uma regulamentação clara das normas de saída para mestrados e doutorados dos profissionais, de modo que este também é um fator de conflitos e disputas entre colegas relativos à carga horária. Além disso, nem sempre é uma opção do servidor qualificar-se naquele momento, mas há certa concorrência interna que os obriga a estudar nem sempre em condições pessoais favoráveis ao mesmo tempo em que nem todos conseguem apoio institucional através de bolsas de estudos, participação em eventos acadêmicos e científicos etc.

O sentido aqui dado para a palavra conflito não tem uma conotação de negatividade, mas parte do pressuposto que no espaço escolar há uma disputa permanente de espaços de poder que é evidenciada na medida em que demandas de grupos sociais específicos retiram a estabilidade e provocam a escola e toda sociedade a rever suas normas de conduta e a postura dos diversos sujeitos em função de mudanças provocadas no atual contexto. Há assim, uma exigência de revisão do currículo, das políticas de assistência estudantil, das identidades dos professores e alunos na construção de um espaço escolar mais democrático e inclusivo e até mesmo da própria representação social que os diversos sujeitos envolvidos no processo educativo têm sobre a formação da sociedade brasileira.

De outro lado, ocorre um processo de construção de uma nova concepção do significado da infância e da adolescência no Brasil, iniciado com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1992) e recentemente ampliado com o Estatuto da Juventude (EJU, 2013), os quais passam a exigir mais cuidados para as crianças e os jovens ao tempo em que enfatizam, como dito antes, a participação dos mesmos como protagonistas das políticas a eles destinadas, bem como nos debates de caráter nacional, relativos a temáticas diversas como a questão ambiental, a educação e os destinos da própria juventude através das conferências de juventude ocorridas nos país.

No que tange a educação, o Estatuto da juventude assegura tanto a participação dos jovens na formulação de políticas públicas como define direitos e prevê a sua participação tanto na formulação como na avaliação das mesmas, constituindo-se cidadãos e cidadãs através da participação social e política e de instâncias de representação juvenil.

A legislação educacional prevê a adoção de ações afirmativas para negros, indígenas, deficientes físicos e estudantes oriundos de escolas públicas com a finalidade de assegurar a democratização do acesso e da permanência, inclusive com a adoção de programas de assistência estudantil, embora com a ressalva que a assistência estudantil é apenas um dos elementos que compõem as práticas necessárias à inclusão dos estudantes. Deve-se ainda considerar que a criação de espaços de interlocução entre estudantes e instituição escolar e comunidade externas, bem como a troca de experiências e aprendizados entre estudantes através de sua participação em eventos estudantis locais, regionais, nacionais e internacionais.

O debate sobre a questão racial, liderado pelo Movimento Negro também tem produzido alterações na discussão sobre desigualdades, as quais são bastante fecundas no campo educacional, de modo que uma nova identidade, especialmente para o jovem negro, vem sendo forjada na luta por mais igualdade e na exigência de respeito à diversidade cultural, o que se concretiza na escola (pelo menos do ponto de vista legal) com a aprovação da Lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino de História da África, assim como na adoção de reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, de famílias afrodescendentes e indígenas no Ensino Superior e na Educação básica ofertada pelos institutos federais de educação.

O ano de 2001 é um marco simbólico, pois com a participação na Conferência de Durban, o Estado passou a atuar no sentido de "um aumento de iniciativas e políticas públicas de promoção da igualdade racial e de inclusão de programas de ações afirmativas, de criação de secretarias específicas" (STROISCH, 2012) as quais tem por finalidade a redução das desigualdades e a promoção de uma igualdade de oportunidades tanto no sentido material como no sentido de justiça social. A mesma autora afirma que a partir de 2003 as políticas educacionais de caráter étnico-racial ganharam maior institucionalidade com a criação da SECAD (Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e Diversidade) e com o Decreto 10.639/2013 que tornou obrigatório o ensino de História da África.

Gomes (2007) considera que a adoção das políticas de ações afirmativas implica no abandono da posição de neutralidade por parte do Estado, o qual passa a atuar efetivamente na busca de maior igualdade social, para este autor o Estado deve reconhecer que a reversão do quadro de desigualdade só ocorre mediante renúncia da sua "histórica neutralidade em questões sociais".

3.1 ATIVISMO ESTUDANTIL EM REDE NO IFBA

É neste contexto que observamos, entre tantos aspectos complexos da expansão da rede federal brasileira de educação profissional de nível médio, o modo como os estudantes do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) tem atuado, através do Movimento Estudantil, no sentido de apresentar suas

demandas ao tempo em que identificamos alguns "nós" na política educacional a partir das manifestações presentes no "Youtube"[6], postadas por alunos do IFBA em diferentes momentos.

O cenário internacional não é menos estimulante no sentido de provocar os jovens para manifestarem-se através da rede de computadores a compartilharem suas insatisfações em variadas questões, as quais, no caso do IFBA são mais frequentes a partir do ano de 2011. Ano que coincide com a "primavera árabe" o que nos leva a crer que o evento internacional exerce influência sobre o modo de tornar públicas suas insatisfações.

O uso da Internet como espaço de divulgação de protestos juvenis, críticas e mobilizações estudantis nas redes sociais tem ganhado cada vez mais adesão, embora assim seja característica do movimento estudantil, a existência de momentos de maior participação e outros com um relativo refluxo. De outro lado, observamos que a o uso da Internet e a postagem de vídeos ganha mais ênfase em 2011 no movimento dos estudantes do IFBA. O que nos leva a crer que o potencial de ativismo dos mesmos tenha sido incitado ou fortalecido a partir da divulgação dos vídeos postados pelos jovens turcos durante a "primavera árabe".

A análise proposta por Castells (2013) de que os movimentos sociais em rede, impulsionadores de ações coletivas são gerados por sentimentos de indignação e esperança pode nos auxiliar a compreender as manifestações ocorridas na Internet.Porém,no caso do movimento de estudantes as ações coletivas podem dizer respeito tanto a questões locais, como podem ser questionamentos mais amplos, bem como bandeiras de luta de ordem nacional ou até mesmo internacional.

> Os movimentos sociais são alavancas de mudanças sociais e tem sua origem nas crises das condições de vida que tornam insustentáveis a existência cotidiana. O movimento estudantil é entendido aqui como um movimento social, embora apresente características que o distingam de outros movimentos e se caracterize entre outras coisas, pela contestação da estrutura social, das normas de comportamento, dos padrões morais e das estruturas de poder (SILVA, 2014).

Dentre todos os indivíduos possivelmente os jovens são os mais influenciados pelas novas tecnologias, e os processos decorrentes da globalização que se manifestam não apenas na difusão de tecnologias de informação, mas também no acesso a culturas e debates que antes levariam muito tempo para estar acessíveis e agora passam a ser divulgados instantaneamente. Novas sociabilidades são produzidas, interferindo na vida cotidiana, nas práticas culturais, bem como nas formas de concepção e de ação política.

A ação dos estudantes em rede, através da Internet amplia uma relação já estabelecida antes da mesma, que é a prática do movimento estudantil de articular-se não apenas com os demais estudantes como também com outros movimentos sociais, partidos políticos e com a Igreja em momentos específicos da história do Brasil. O novo se dá na forma de ação dos indivíduos e ou grupos conectados transformarem o modo de agir em função dos processos tecnológicos e organizacionais, com a autocomunicação, possibilitando uma interação horizontal das redes, numa comunicação em alta escala que se transforma rapidamente (CASTELLS, 2013).

Não são apenas as questões econômicas que tem feito emergir movimentos, mas também questões vinculadas a indignações causadas pela injustiça gritante ou pela esperança de mudanças decorrentes da percepção que, as ações observadas em outras partes do mundo através da Internet servem de estímulo a mobilizações locais. Mas as novas tecnologias da informação (TIC's), nestes movimentos ainda mantém a prática da ocupação do espaço urbano em manifestações de rua, ocupações de prédios etc. combinada a uma existência contínua no espaço livre da Internet (CASTELLS, 2012).

Castells observa a existência de uma ambiguidade, um hibridismo, ao ocupar-se ao mesmo tempo a Internet e o espaço urbano, suas praças e prédios públicos. Originadas a partir das redes sociais, como o *Facebook* ou *twitter*, onde os indivíduos combinam sua participação, os manifestantes combinam os espaços a serem ocupa-

---

6 O Youtube está entre os sites mais usados para a divulgação das ações de movimentos sociais ou de indivíduos que manifestam críticas a todo tipo de problemática. Ele é um site de difusão e compartilhamento de arquivos audiovisuais baseados especialmente na participação dos internautas [...] uma característica atrativa do youtube é o "broadcast yourself", uma espécie de "transmita-se", ou seja, a capacidade de qualquer internauta postar vídeos feitos por ele mesmo através de câmeras ou filmadoras. Podem tanto ser vídeos caseiros como a difusão de músicas, filmes, reportagens, etc. (SILVA, 2014).

dos, bem como que tipo de atividades será realizada. Entretanto, no caso do movimento estudantil, os protestos podem se iniciar na escola, em decorrência de algum fato específico ou após articulações entre grupos de estudantes como, por exemplo, convocações da União dos Estudantes Secundaristas ou do Grêmio Estudantil. No mais, os movimentos sociais tem assumido postura semelhante quanto a Internet e, após a realização dos eventos, ou em alguns casos, mesmo durante sua realização os participantes postam vídeos no Instagran, Facebook ou Twitter, bem como no Youtube dando sua versão dos acontecimentos e informando a população ou os demais membros daquela rede sobre os suas realizações. A facilidade de acesso e produção de vídeos e imagens nas redes sociais, as quais não exigem muito conhecimento, bem como a grande facilidade de interação entre celulares, smartphones, tablets e computadores para que simultaneamente as imagens dos protestos sejam enviadas, com relativa liberdade favorece a proliferação dos mesmos na Internet.

O impacto da Internet sobre os movimentos sociais e a possibilidade de produção de uma esfera pública virtual, mais democrática tem sido estudado por diversos autores, bem como a análise daconstituição de redes de informação e articulação dos protestos, que tornam a mesma um importante mecanismo para visibilidade destes movimentos e de análise da constituição de novas práticas no campo das ações coletivas, especialmente entre os jovens.

A autonomia e certa perda de controle por parte do Estado e das empresas, os quais historicamente monopolizaram os canais de comunicação, com a possibilidade de autocomunicação, permite uma mudança fundamental no domínio da comunicação de massa cujo potencial de processar mensagens possui múltiplos receptores, seja em redes locais ou globais (CASTELLS, 2013).

O conceito de autocomunicação deriva do fato de que "a mensagem é decidida de modo autônomo pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens é autoselecionada"(CASTELLS, 2013, p.12). De um lado, o controle por parte de governos e empresas é difícil de ser realizado porque a comunicação baseia-se em redes horizontais de comunicação interativa, de outro, a comunicação digital é multimodal, ou seja, permite a referência constante a um hipertexto global cujos componentes podem ser remixados pelo autor que comunica segundo projetos de comunicação específicos.

O uso da Internet e das redes sem fio (celulares, tablets, etc) permite o processamento de mensagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma grande quantidade de receptores, independente de questões geográficas. Qualquer ator que possui um equipamento com acesso a Internet pode criar mensagens e transmiti-las em rede através do Facebook, Instagran ou qualquer outra rede social, de onde essas mensagens poderão ser acessadas por milhares de indivíduos, os quais a partir dos "comentários", "compartilhamentos" e "curtições" vão incluindo novas informações, formulando críticas e expondo novas ideias que ultrapassam muitas vezes a intenção da mensagem inicial.

Esta possibilidade assume proporções diversas tanto no sentido de articular movimentos, produzir redes de solidariedade, manifestar indignações etc., como também podem ao criar problemas pessoais para o indivíduo ou instituição (empresas, escolas, governos, etc.) quando o intuito é transmitir mensagens falsas, caluniadoras ou o "cyberbulling" (ROCHA, 2012).

Outra característica da Internet é que ela estabelece novas relações de poder, ou que Castells denomina "contra poder", uma espécie de contra hegemonia, pois a

> tentativa deliberada de alterar as relações de poder, é desempenhado reprogramando-se as redes em torno de outros interesses e valores, e/ou rompendo as alternâncias predominantes, ao mesmo tempo em que se alteram as redes de resistência e mudança social (CASTELLS, 2013, p18).

Ao produzir novos valores e objetivos, os movimentos sociaissão capazes de exercer influência na construção de poderes na sociedade em rede. Mensagens produzidas através de redes autônomas de comunicação horizontal tornam os cidadãos capazes de criar programas para suas vidas, imprimirem seus sofrimentos, suas lágrimas, seus sonhos e esperanças, os quais ao serem compartilhados por outros, subvertem as práticas tradicionais da comunicação.

Um dos principais sites de divulgação de protestos e atividades dos movimentos sociais ou de indivíduos que manifestam críticas a todo tipo de problemática é o "Youtube". Um site de difusão e compartilhamento de arquivos audiovisuais baseados especialmente na participação dos internautas. Além de visualizar online é possível também compartilhar vídeos em outros blogs e sites, como é o caso do Facebook, Instagran e what'sup.

> Os autores contextualizam o Youtube na política de cultura popular participativa, apontando questões importantes de como e por quê esse site é considerado o maior aglutinador de mídia de massa da internet no início do século 21. Ressaltam ainda que o site é uma cocriação de diferentes atores que, pela própria natureza da internet e da ferramenta, se confundem e entram em choque de interesses.
> Nessa perspectiva, a desigualdade de participação e a voz desses atores emergem como questões fundamentais à luz das novas mídias, bem como as tentativas de controle de "qualidade" e conteúdo por parte de anunciantes ou patrocinadores do modelo (BURGUESS & GREEN, 2009, p. 09).

A sua capacidade de "cocriação" é evidenciada por Burgess & Green (2009) como uma das principais utilidades do Youtube. Qualquer um dos seus usuários pode realizarupload de conteúdos, coparticipando da sua construção, pois, "atendendo a um grande volume de visitantes e uma gama de diferentes audiências, ele oferece aos participantes um meio de conseguir ampla exposição" (BURGESS & GREEN, 2009, p.22).

A interação entre diferentes usuários potencializa a participação e a divulgação das informações no que diz respeito a compartilhamentos e difusão de arquivos na Internet, porém, não há uma relação direta entrevisualização,"curtições" e "compartilhamentos" e o comparecimento aos atos de rua.

Uma característica atrativa do youtube é o "broadcast yourself", uma espécie de "transmita-se", ou seja, a capacidade de qualquer internauta postar vídeos feitos por ele mesmo através de câmeras ou filmadoras. Vídeos caseiros, difusão de músicas, filmes, reportagens, etc. tudo emerge nesse espaço onde o descontrole sobre os conteúdos postados gera inúmeros processos especialmente em decorrência de direitos autorais e invasão de privacidade (BURGESS & GREEN, 2009).

O potencial ativista do Youtube também está implícito no próprio nome do site (you=você; tube= televisão), você televisão, um tipo de "faça você mesmo" em que o usuário cria e transmite o que desejar (BRESSAN, 2007). Ele é, em si mesmo, uma forma de intervenção, que potencializa a criação, compartilhamento e difusão, tratando de temas sobre ideologias diversas, interferindo inclusive na audiência das mídias tradicionais.

Todas estas características são bastante atrativas para os jovens, os quais são certamente os maiores produtores de vídeos do Youtube. Uma grande quantidade de vídeos espontâneos que retratam momentos em grupo, vivenciados em ambientes diversos, são objeto de interações variadas, pois tudo que se põe ou expõe na rede pode ser refutado, criticado, contestado, transformado em paródia etc.

A análise dos vídeos postados pelos estudantes do IFBA durante os anos de 2011, 2012 e 2014 deriva da percepção que durante o período escolhido ocorreu uma maior divulgação dos protestos dos alunos do IFBA através da Internet. Consideramos ainda que 2011 é um ano significativo, pois nele são identificadasmobilizações tanto no Brasil como em vários países, geradas por múltiplas demandas. A Primavera Árabe, ocorrida neste ano, segundo Castells (2013), parece ter incitado ou fortalecido a crença do potencial ativista das redes sociais ao por em evidência os eventos ocorridos em países cuja censura e dificuldade de interação com o ocidente sempre foram largamente alardeados.

Ao analisar não apenas a "Primavera Árabe", mas o "*Occupy Wall Street"*, o Movimento dos Indignados na Espanha e os protestos de junho de 2013 no Brasil, Castells (2013) observa que todos estes eventos tem em comum o uso das redes sociais como principal espaço de divulgação e questionamentos oriundos de situações adversas, crises econômicas e insatisfações com a política.

O movimento estudantil chileno, em protesto contra o sistema de ensino, também foi objeto de discussões da grande mídia, especialmente após a morte de um estudante. As inúmeras greves que atingiram a Educação brasileira, foram evidenciadas no vídeo da professora potiguar Amanda Gurgel que denunciou as péssimas condições de trabalho dos professores do Rio Grande do Norte, com mais de dois mil acessos, segundo o jornal Brasil de Fato[7].

Compreendemos assim, que há uma interferência entre os eventos que são compartilhados nas redes sociais e ganham notoriedade na grande mídia (televisão, jornais e revistas de circulação nacional/internacional), no sentido de potencializar novos movimentos entre os estudantes baianos proporcionando o estímulo a divul-

7 http://www.brasildefato.com.br/node/6938

gação das ações locais nas redes sociais. Os vídeos dos estudantes do IFBA refletem a nosso ver a influência do contexto geral potencializado por uma rede de comunicação construída na Internet, no âmbito da sociedade global.

3.2 OCUPAÇÕES DE RUA E INTERNET: A AUTOCOMUNICAÇÃO DOS ESTUDANTES

Nenhum estudante está aqui para se reunir,
estamos aqui para ocupar e exigir"![8]

O movimento estudantil do Instituto Federal da Bahia mantem a histórica tradição de estar em evidencia junto aos estudantes baianos. Deste modo, as manifestações iniciadas no inicio do ano de 2011 em Salvador contra o aumento das passagens de ônibus, tiveram ampla participação dos alunos do IFBA. Em estudo anterior sobre a participação dos estudantes da ETFBA no movimento estudantil pudemos observar suas ações no contexto de transição política dos anos 1980 (SILVA, 2009). De modo geral, os estudantes baianos sempre foram protagonistas do movimento estudantil, e suas lutas foram retratadas em teses e dissertações produzidas no âmbito da Universidade Federal da Bahia (BENEVIDES, 1999; BRITO, 2008; OLIVEIRA, 2002; SILVA, 2009).

Embora haja divergências acerca da participação política da juventude no período atual, alguns eventos tem demonstrado que não existe um refluxo do movimento estudantil, mas uma construção de formas diversas de ação que, ao lado dos protestos tradicionais, muitas vezes com pautas definidas pelos partidos políticos, passam a atuar de forma mais independente e usam a tecnologia a fim de ampliar a difusão sobre suas práticas e suas bandeiras de luta (ABRAMO, 2003; SOUZA, 1999, 2003; SAKAMOTO, 2013).

O fato é que uma característica desse tipo de movimento é a sua maior evidencia em períodos específicos, enquanto em outros aparentemente se amornam as demandas. De outro lado, o uso das redes sociais tem se mostrado um meio eficaz de divulgação das ações, bem como de articulação entre os movimentos dos estudantes em espaços geográficos diversos, além de permitir acesso à informação e trocas de ideias, o que para alguns autores pode servir como estímulo a novas ações.

A necessidade de maior visibilidade fora da Internet ocorre com a ocupação das ruas, especialmente espaços que tenham características simbólicas, como prédiose locais públicos. "Os locais ocupados tem desempenhado um papel importante na história da mudança social como prática contemporânea" (CASTELLS, 2013, p.19) porque criam a comunidade, ao se aproximarem as pessoas superam o medo e ocupam locais carregados de poder simbólico, ou reconhecidos como controladores da vida das pessoas.

A ocupação de espaços públicos é também uma maneira de tornar públicas problemáticas normalmente reconhecidas apenas dentro dos muros da escola. Em alguns vídeos os estudantes mostram a relação nem sempre amistosa com a população durante suas passeatas, onde há um prejuízo do trânsito, o que cria hostilidades e uso de força pela polícia militar. Embora a população seja também beneficiaria de muitas conquistas alcançadas pelos estudantes, porque são seus filhos que estão almejando melhorias coletivas, nem sempre ela concorda com o tipo de eventos tais como paralização de ruas, passeatas que impedem os carros de transitar, de modo que não são raras as vezes em que situações de violência são observadas e estudantes acabam feridos e ou presos.

À medida que indivíduos cujos sentimentos e emoções se aproximam e passam a compartilhar no plano coletivo aquilo que já havia no plano individual, o medo e a ansiedade são substituídos pela esperança e entusiasmo. Castells considera que o movimento social se inicia quando ocorre a ativação emocional dos indivíduos, os quais se conectam a outros num processo de comunicação de uma experiência individual para outra. Num segundo momento, há a propagação dos eventos através da comunicação, o que depende do maior ou menor grau de interatividade entre os indivíduos, e determinará a maior ou menor probabilidade de desencadear a ação coletiva.

No caso do movimento estudantil, esta interação entre ocupação de espaços públicos e redes sociais atua de modo a dar visibilidade ao movimento ao tempo em que cria constrangimentos para as instituições que em geral são contestadas em suas ações. Seja a escola, a prefeitura ou a política e os políticos de forma mais ampla,

8 https://www.youtube.com/watch?v=Eih9gd67Fyk

os estudantes usam a rua e a Internet como forma de produção de uma contra informação que muitas vezes vai de encontro ao que é tornado público na grande mídia. Independente de obter vitórias em todas suas reivindicações as ações estudantis obrigam o poder público a partir de suas instituições a escutar suas demandas e às vezes é nesse contexto que as vitórias são alcançadas, ou seja, ocorre a mudança.

No caso de Salvador, desde o mês de janeiro de 2011 os alunos das diversas escolas já se mobilizavam contra o aumento dos transportes coletivos e prometiam reproduzir uma nova "Revolta do Buzu", um grande protesto de estudantes que paralisou o trânsito por vários dias em nossa cidade no ano de 2003. Na medida em que os protestos foram ocorrendo e ganhando expressão na mídia, nem sempre favorável aos estudantes, novos vídeos foram sendo compartilhados através do Youtube, bem como as convocações pelo tweeter@RevoltaBuzu2011. Os eventos internacionais podem ter ampliado o estímulo para essa proliferação de vídeos, muitos dos quais postados quase que silenciosamente e com poucos acessos entre os jovens. Esta relativa falta de interação que ocorre em alguns vídeos nos faz crer que a noção de sujeito político individual se manifesta, de modo que mais importante que a quantidade de acessos ou a visibilidade, a ação política se manifesta na atitude de estar na Internet, sem necessidade de uma liderança formal onde prevalece o "transmita-se".

São inúmeros vídeos postados no Youtube, com grande variedade de temas e atividades. Manifestações de rua, assembleias e a ocupação da Reitoria em 2011. Um resumo do I Congresso Estudantil do IFBA, ocorrido entre 28/06 a 30/06, realizado no IFBA Simões Filho, foi postado por alunos individualmente e comentado por outros. Ao mesmo tempo em que as questões internas são postas em debate, temas nacionais como a votação do PNE[9] e a luta pelos 10% do PIB[10] para a educação e a construção da Usina de Belo Monte também surgem como pautas nos cartazes das passeatas e alguns estudantes manifestam sua crítica às políticas governamentais e a atuação do Congresso Nacional.

O debate sobre a expansão da educação profissional é um tema recorrente nas passeatas, assembleias, ocupações e filmagens. Em geral a crítica diz respeito à "expansão sem qualidade de ensino". A histórica luta pelo transporte público e pelo passe livre torna-se agora um problema dos estudantes das pequenas cidades, nos vídeos postados pelos alunos do interior. Um vídeo dos estudantes de Seabra-BA, postado em fevereiro de 2014, filmado durante uma manifestação de rua, cujo título, "Prefeito, a culpa é sua. Hoje a aula é na rua"[11], chama a atenção para o problema do transporte estudantil e da infraestrutura urbana (pavimentação e iluminação) no trajeto até a escola. A prefeitura é o lugar evidenciado na filmagem, que mostra em apenas 1,14 minutos as péssimas condições do ônibus escolar municipal, bem como a importância da instituição escola como possibilidade de acesso ao conhecimento e, posteriormente, uma vida melhor.

As audiências públicas do PRONATEC são objeto de crítica dos estudantes, os quais entram em grupo nos auditórios, cantando palavras de ordem e batendo palmas tanto na sessão realizada em Salvador como em Vitória da Conquista, a fim de interromper o debate. Mais uma vez a qualidade da educação de nível federal é questionada na medida em que sua expansão se mostra cada vez mais fortalecida nas políticas do atual governo, abrindo as feridas da carência de professores, de equipamentos e laboratórios.

Atos simbólicos como o "engessamento da educação" realizado na cidade de Barreiras e a "morte da educação", em que os estudantes, vestidos de preto, levaram um caixão à Câmara de Vereadores de Eunápolis são divulgados nas redes sociais, bem como os protestos unificados com os estudantes e professores do IFBA, IFBAHIANO, UFRB E UNEB ocorreram no ano de 2011, durante uma greve que teve apoio dos estudantes do IFBA.

Os alunos de Simões Filho[12] em 12/06/2012 exibem imagens das manifestações estudantis ao som da música "Não é sério" de Charlie Brown Jr. Em pouco mais de quatro minutos do vídeo, eles articulam imagens significativas para a luta estudantil como ônibus coletivos (luta pela meia passagem ou pelo passe livre), policiais

---

9 Plano Nacional de Educação. Projeto de lei 8.035 de 2010. Aprovado em 2013.

10 Produto Interno Bruto.

11 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=45DblJ69VLw> acesso em 10/03/2014. Com 1063 acessos até o dia 03/05/2014.

12 Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=dQASaJ3WgTA> acesso em 02/05/2014.

ao lado das passeatas (a repressão), além de queimarem uma bandeira da UNE, indicando discordância em relação à representação nacional dos estudantes universitários.

"Jornada de lutas – IFBA 2011[13]", publicado em 19/11/2012, tem a seguinte descrição:

> A saga filmatográfica da 1ª Greve Estudantil do Instituto Federal da Bahia traz através de documentos, fotos e vídeos exclusivos todas as atividades desenvolvidas ao longo dos quase 90 dias de greve unificada dos estudantes e servidores da instituição, traçando o caminho desde a articulação inicial do movimento com a fundação da União Estadual dos Estudantes Secundaristas (UEES) do IFBA no I Congresso Estudantil do IFBA -- de 28 a 30 de junho de 2011 –[...] a Ocupação da Reitoria, o ato nacional dos Servidores Públicos Federais grevistas em Brasília,o I Fórum Institucional do IFBA, as manifestações nas Assembleias do PRONATEC nos campis Salvador e Vitória da Conquista, o ato unificado em favor da educação pública na Fonte Novados estudantes e servidores do IFBA, IFBAIANO, UFBA, UFRB e UNEB, as marchas fúnebres daeducação nos municípios de Porto Seguro, Valença e Vitória da Conquista, entre muitasoutraslutas, até o fim da greve (mas não da luta estudantil) no dia 14 de outubro de 2011.

O resumo de tudo que está no filme bem como as mais de 900 visualizações indicam que o referido vídeo foi compartilhado entre muitos estudantes. Para além da visibilidade está a problematização da realidade através da forma como o mesmo é editado e das questões que são postas em evidência. Diretores dos institutos no interior da Bahia, a Reitora e de outros membros da diretoria do IFBA aparecem em situações incomodas e humorísticas, editadas de modo a repetir a mesma cena mais de uma vez.

Ao mesmo tempo em que se posicionam criticamente sobre as condições da escola e da sociedade enfatizam aspectos como a independência político partidária reforçando discussões teóricas que analisam a rejeição dos jovens atuais pelas instituições formais da política.

Este artigo não pretende desenvolver uma análise aprofundada utilizando-se apenas da internet como fonte de pesquisa, não pretendemos averiguar ou verificar a "verdade" das imagens, nem ouvimos pessoas envolvidas a fim de buscar estabelecer outras versões dos fatos tratados, mas, considerando a liberdade do espaço virtual, caminhamos no sentido de observar as práticas dos estudantes à frente do movimento estudantil e suas formas de contestação da ordem estabelecida, algo comum a maioria dos movimentos de jovens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas observações permitiram confirmar análises feitas sobre os jovens e sobre os movimentos sociais em geral que enfatizam novas formas de autonomia no espaço da política com a negação da política institucional e tendência do jovem em afirmar-se ao mesmo tempo como construtor do tempo presente e portador de possibilidades de construção de outro futuro (ALVARADO & BORELLI, 2012; SOUZA, 1999).

O modo de organização dos jovens e, em especial dos jovens estudantes, e como têm se apropriado das novas tecnologias como mecanismo para tornar visíveis seus problemas seja no contexto da escola ou fora dela, permite afirmar que a hipótese de alienação e apatia não é um fenômeno presente em toda a juventude.

Suas formas de organização podem misturar ações de rua e uso das novas tecnologias, porém o que percebemos é a permanência de velhos problemas a serem enfrentados. Assim, frente à expansão dos institutos pelo interior do Brasil, concomitantemente a políticas de inclusão como cotas raciais e sociais, é necessário verificar se a publicidade destes problemas não diz respeito à presença maior de alunos oriundos de famílias carentes que veem seu sonho de acesso a uma escola de melhor qualidade sendo dificultado por questões materiais pessoais, mas também na oferta de uma perda oriunda da falta de equipamentos, professores e melhores condições de estudo e não pelo seu interesse/desinteresse em estudar, além da busca pela democratização do espaço escolar.

---

13 https://www.youtube.com/watch?v=Eih9gd67Fyk

A organização e os mecanismos para tornar visíveis suas lutas têm confirmado que enquanto sujeitos coletivos eles constroem mobilizações a fim de alcançar seus objetivos. Afirmam sua condição de protagonistas e, portanto, de serem capazes de discutir sobre as questões que lhes dizem respeito. Embora aparentemente o impacto e visibilidade dos vídeos não seja tão grande, no que tange à quantidade, sua articulação com outras práticas e formas de divulgação são significativas no sentido da autoria e da liberdade de expressão.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. (1994) Cenas juvenis; punks e darks no espetáculo urbano. Cenas juvenis; punks e darks no espetáculo urbano, São Paulo: Escrita.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. (2006) Juventude, juventudes: o que une e o que separa. Brasília: UNESCO.

ALVARADO, S. V., BORELLI, S. H. S.,VOMMARO, P. (2006) GT Juventud e practicas politicas em America Latina: juventude-politica-cultura em America Latina desde uma perspectiva investigativa plural. In: ALVARADO, S. V., BORELLI, S.H.S.,VOMMARO, P. Jovenes, políticas, acercamientos y diversidades. 1ª ed. Rosario: Homo sapiens ediciones. Ciudad Autonoma de Buenos Ayres.

BENEVIDES, S. C. O. (1999) Proibido Proibir - Uma geração na contramão do poder: o movimento estudantil na Bahia e o jovem. Dissertação de Mestrado, Salvador. Universidade Federal da Bahia.

BRESSAN, R. T. (2007) YouTube: intervenções e ativismos. In Anais do XII Congresso da Comunicação na Região Sudeste/ V Encontro Regional de Comunicação. Juiz de Fora.

BRITO, M. (2008) O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a ditadura militar (1964-1968). Tese de Doutoramento, Universidade Federal da Bahia.

BURGESS, J.; GREEN J. (2009) Youtube e a revolução digital. Como o maior fenômeno da cultura transformou a mídia e a sociedade. São Paulo: Aleph.

CALDERÓN, C. A. E-Investigación em Ciencias Sociales: Adopción y uso de TIC por investigadores sociales de América Latina. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsdl/collect/clacso/index/assoc/D8841.dir/PolicyBriefArcila.pdf . [Consultado em 15/05/2014].

Censo da Educação Básica: 2012 – Resumo Técnico. Brasília: INEP.

CASTELLS, Manuel. (2013) Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

GOMES, J. B. B. (2005) A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direitoconstitucional brasileiro. In: SANTOS, S. A. dos (Org.). Ações afirmativas e combateao racismo nas Américas, Brasília: MEC.

HARVEY, D., MARICATO, E., ŽIŽEK, S. et al. (2013) Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil. São Paulo: Boitempo.

IFBA, Resolução Nº. 10 de 1º de junho de 2006.

IFBA, Resolução Nº. 40 de 27 de outubro de 2010.

OLIVEIRA, A. E. A. (2002) Ressurgimento do Movimento Estudantil Baiano na década de 70. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia.

PAIVA, A.R. (2010) Juventude, Cidadania e cultura cívica possível. In: XXXIV Encontro anual da Anpocs, 2010, Caxambu. Grupo de trabalho Modernização periférica.

ROCHA, T. B. (2012) Cyberbullying: ódio, violência virtual e profissão docente, Brasília, Liber Livro.

SAKAMOTO, L. (2013) Em São Paulo o Facebook e o Twitter foram as ruas. In: HARVEY, David, MARICATO,

Ermínia, ŽIŽEK, Slavoj. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil. São Paulo: Boitempo.

Resumo Técnico da educação profissional (2012). In: Censo Escolar da Educação Básica. Brasília: MEC/INEP.

SILVA, N.P. (2014) Movimento Estudantil e Internet: novas práticas para velhos problemas. XXII EPPEN, Rio Grande do Norte.

SILVA, N.P. (2009) Os alunos da Escola Técnica Federal e a participação na política estudantil nos anos de 1979 a 1989 em Salvador. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia.

SOUSA, J. T. P. (2003) As insurgências juvenis e as novas narrativas políticas contra o instituído. Cadernos de Pesquisa. Disponível em:<http://www.sociologia.ufsc.br/cadernos/Cadernos%20PPGSP%2032.pdf> [consultado em 05/10/2006].

SOUZA, J.T. P. (1999). Reinvenções da Utopia: a militância política de jovens nos anos 90. São Paulo: Hacker Editores.

VAZ, C. et all. Técnicas de recolha de dados em investigação qualitativa. Disponível em: <https://www.academia.edu/504731/Tecnicas_de_recolha_de_dados_em_investigacao_qualitativa> [consultado em 27/03/2014].

GT 87
O governo da e pela cultura. Políticas públicas, socialidades e ontologias em transição

Linguagens de ação pública: maracatu e cultura

Lúcio Bittencourt
lucio.bittencourt@fgv.br

Gabriela Toledo Silva
gatoledosilva@gmail.com

Anny Medeiros
annykmedeiros@gmail.com

Resumo: As ações governamentais para o tema da cultura no Brasil podem ser operacionalizadas conforme diferentes arranjos. São exemplos a ação direta dos governos por meio de suas agências, a criação de mecanismos de renúncia fiscal, o fomento por meio de editais e prêmios públicos, além dos vínculos com organizações não-estatais para a operacionalização de ações específicas. O Programa Federal Cultura Viva, particularmente, representou avanço no sentido de reconhecer e apoiar ações públicas culturais existentes nos territórios, ao mesmo tempo em que tornou evidente as tensões provocadas pelas diferentes linguagens utilizadas pelos atores territoriais e os agentes governamentais. Situação que pode ser observada de maneira especial nos relatos de participantes de coletivos associados ao maracatu no estado de Pernambuco, caso que será detalhado neste artigo a fim de descrever e refletir sobre as múltiplas ontologias presentes em ações públicas culturais.

Palavras-chave: Políticas públicas, cultura, ação pública, Cultura Viva.

Introdução

Nos últimos anos, diversos estudos vêm sendo desenvolvidos no Brasil sobre ações governamentais voltadas para o tema da cultura. Foram organizados novos grupos de pesquisa, programas de pós-graduação, revistas e encontros científicos, permitindo acesso a uma agenda de pesquisa bastante ampla, que mobiliza e articula diferentes conceitos e práticas. Além disso, estão presentes abordagens a partir de diferentes campos de saber, como história, sociologia, antropologia, ciência política e administração, por exemplo. Dentre as contribuições desse movimento, é possível destacar a disponibilização de múltiplas leituras sobre iniciativas desenvolvidas pelo governo federal brasileiro neste tema e o esforço em construir um panorama dessas ações ao longo do tempo (Calabre, 2009; Rubim, 2007; Durand, 2000).

Do ponto de vista da Administração Pública, entendida aqui como um campo do saber que envolve atenção tanto às atividades de governos como sua articulação com outras ações públicas em sentido mais amplo (Frederickson, 1997), esse tema também pode ser visto como particularmente relevante. Isso porque, de um lado, temos aprendido que os governos têm agido a partir de diferentes arranjos para operacionalizar suas ações, e, de outro, que o Estado pode desempenhar diferentes papéis conforme o arranjo. Características que lhe conferem maior complexidade.

Neste trabalho, procuramos definir de maneira mais clara este debate, a partir de duas experiências. Uma delas, envolve a experiência de aproximação com grupos de cultura popular na Região Metropolitana de Recife, Pernambuco, como parte das atividades de supervisão desempenhada por um dos autores na disciplina Imersão Local do curso de graduação em Administração Pública da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EAESP)[1]. A outra, a investigação por uma das autoras sobre a experiência específica do programa Cultura Viva, desenvolvido pelo governo federal brasileiro desde 2003 e que tem papel relevante em ressignificar ações culturais no território - por um lado, por suas características inovadoras em associar governo a ações de cultura popular; por outro, pelas tensões que têm sido mais recentemente percebidas pelos grupos nessa relação.

Nosso objetivo neste trabalho, portanto, é partir de um breve relato da maneira que coletivos relacionados à cultura popular[2] percebem a relação com governos, para refletir sobre a ideia de políticas públicas de ou para cultura. Assim, procuramos descrever e aprender com essas tensões e buscar alternativas conceituais para lidar com a complexidade presente, decorrente do encontro entre diferentes linguagens de ação pública: afinal, seria a noção de políticas públicas suficiente para lidarmos com essas questões?

Nota metodológica

Nossa a abordagem metodológica parte da ideia de que a pesquisa de campo não é uma simples visita a um lugar diferente do que estamos acostumados a frequentar no cotidiano sem dele distanciarmo-nos, conforme trata a ideia de campo-tema:

> Campo é o campo do tema, o campo-tema; não é o lugar onde o tema pode ser visto – como se fosse um animal no zoológico – mas são as redes de causalidade intersubjetiva que se interconectam em vozes, lugares e momentos diferentes, que não são necessariamente conhecidos uns dos outros. Não se trata de uma arena gentil onde cada um fala por vez; ao contrário, é um tumulto conflituoso de argumentos parciais, de artefatos e materialidades (Spink, 2003: 36).

Nosso objetivo, com isso, passa a ser reconhecer e promover o diálogo entre diferentes saberes (Bresler, 2014) presentes no lugar (Spink, 2001), em que a imersão do pesquisador no cotidiano é negociada por meio de conversas situadas (Spink, 2008). Com isso, não pretendemos encontrar, definir ou compreender o que seria "o real", mas conectar esses diferentes aspectos sociais, técnicos e materiais com os quais nos relacionamos durante a prática da pesquisa:

> Não há dados nas nossas investigações porque não há fatos empíricos esperando pacientemente e independentemente para serem interpretados. (...) Não há dados, mas há, ao contrário, pedaços ou fragmentos de conversas: conversas no presente, conversas no passado; conversas presentes nas materialidades; conversas que já viraram eventos, artefatos e instituições; conversas ainda em formação; e, mais importante ainda, conversas sobre conversas. Não há múltiplas formas de coleta de dados e, sim, múltiplas maneiras de conversar com socialidades e materialidades em que buscamos entrecruza-las, juntando os fragmentos para ampliar as vozes, argumentos e possibilidades presentes. (...) Se o processo de pesquisa não é um processo de achar o real ou uma investigação para descobrir a verdade mas, ao contrário, é uma tentativa de confrontar, entrecruzar e ampliar os saberes, precisamos também buscar meios e formas de narrar e veicular nossos estudos que incluem

---

1 Agradecemos a Bruno Casulli, Daniel Mir, Laura Lima, Rafael Leite, Sofia Von Mettenheim, Talita Borges e Vitor Chaves, estudantes do curso de graduação em Administração Pública da FGV-EAESP que desenvolveram as atividades da disciplina Imersão Local em julho de 2014. Suas reflexões, seus olhares e registros contribuíram definitivamente para a problematização que propomos neste trabalho.

2 Utilizamos aqui a ideia de cultura popular não a partir de uma abordagem teórica específica, mas devido à forma como os coletivos com os quais entramos em contato denominam o que fazem.

> e não excluem; que apoiam os debates e não afastam e excluem os debatedores (Spink, 2003: 37-38).

Dessa maneira, este trabalho traz como contribuição, inicialmente, situar ao leitor como os pesquisadores construíram sua aproximação no campo-tema, permitindo acompanhar como as questões e tensões foram surgindo e sendo construídas pelos pesquisadores; para então detalhar como estas percepções dialogaram, posteriormente, com experiências de ações públicas culturais com a perspectiva de questioná-las enquanto conceito e prática. Isto porque o caso do programa Cultura Viva é emblemático para tratar de conflitos e tensões gerados pela articulação de diferentes linguagens de ação, a saber: a linguagem burocrática da política pública e a linguagem cotidiana do que é considerado o "fazer cultural", a ação pública *per se*.

A percepção de coletivos relacionados à cultura popular foi comparada/acrescida ao detalhamento de uma experiência cultural específica, o programa Cultura Viva, para então flexionar o uso e qualificação dos termos políticas públicas e políticas culturais para denominar ação pública, apresentando então a justificativa para se considerar ações de e para cultura.

Narrando a imersão: cultura e governos na região metropolitana do Recife

O curso de graduação em Administração Pública da FGV-EAESP, reformulado recentemente, envolve disciplinas cuja proposta é de que estudantes podem aprender mais sobre as características e os desafios da gestão pública ao se aproximarem de seu cotidiano e suas práticas, em diálogo direto com gestores, técnicos e cidadãos. Nesse contexto, está a disciplina Imersão Local.

Em julho de 2014, a turma foi dividida em seis grupos, cada um deles acompanhado por estudantes de pós-graduação em Administração Pública e Governo da FGV-EAESP, voltados para a imersão por dez dias em políticas públicas localizadas em diferentes regiões do país, relacionadas aos temas de saúde, educação, segurança pública, comunidades quilombolas, desenvolvimento local e cultura. Neste último tema, especificamente, a proposta foi estudar as relações entre governo e as ações culturais na região metropolitana de Recife, Pernambuco.

Caminhar pelas ruas do Recife Antigo é reconhecer parcialmente e pouco a pouco a presença de palavras associadas comumente à ação cultural. Edifícios reconhecidos como patrimônio histórico abrigam instituições voltadas para a preservação e fomento de diferentes linguagens culturais; novos edifícios estão sendo erguidos para esta mesma função, agora com dispositivos tecnológicos que se propõem a transformar a experiência do público com os espaços museológicos; museus, centros culturais governamentais e privados; trechos de exploração arqueológica estão sinalizados e explicados em painéis que ficam no meio da rua. Embora não seja novidade que esses equipamentos também desempenhem o papel de atração turística, promovendo tensões e os chamados contrausos do espaço público (Leite, 2004), é possível observar que novos espaços com também estão sendo construídos especificamente com este objetivo; exemplos são uma marina e um shopping center, partes do projeto urbano cujo nome entra em contradição com o do bairro no qual está situado: Novo Recife[3].

A cada nova conversa, com gestores, técnicos, educadores e visitantes desses espaços, vamos reconhecendo outras iniciativas, coletivos, artistas e espaços – governamentais e privados.

Já em Garanhuns, cidade do interior do estado de Pernambuco situada a pouco mais de 200 km de Recife, o seu Festival de Inverno promove encontros mais diversos. Em primeiro lugar, pelas linguagens artísticas e culturais que estão nas ruas: a banda de pífanos, o teatro mamulengo, os coletivos quilombolas, o afoxé, o hip hop, o maracatu, os terreiros, a literatura de cordel, a música popular brasileira. Há um Casarão para os Pontos de Cultura, onde oficinas promovidas por grupos ligados ao maracatu do baque virado, à capoeira angola, à prática de tuboarte, ao bordado à mão e à iniciação em filmagem estão abertas à participação de qualquer

---

3 Esses projetos têm sido acompanhados de intensos debates e disputas quanto à concepção de cidade em ação no Recife. Como exemplo, é possível citar o movimento #OcupeEstelista, que produziu e divulgou vídeo questionando e buscando interromper o projeto Novo Recife, chamado "Recife, Cidade Roubada". Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=dJY1XE2S9Pk, acesso em 25/11/2014.

interessado. Dentre os vários palcos, há um reservado especialmente para a cultura popular. Participando das oficinas, frequentando o palco, conversando com pessoas, técnicos do governo estadual responsável pela organização do festival e com mestres da cultura popular, vamos conhecendo histórias de origem dos grupos, suas tradições, valores e dificuldades; a relação com governos aparece a partir da perspectiva dos próprios coletivos e aos poucos inverte a expectativa inicial dos estudantes de que políticas públicas culturais devem ser estudadas necessariamente a partir de secretarias, ministérios, fundações ou equipamentos formais. Falar de ação cultural se torna muito mais rico, plural e, principalmente, um assunto que vai além do Estado.

Os brincantes[4] da cultura popular, no entanto, alertam: ainda que seja bonito o encantamento dessa primeira aproximação entre estudantes e a cultura popular pernambucana, o que eles estão vendo ainda não é a cultura popular. Palco, passagem de som, hora marcada para se expressar podem ser importantes para mostrar a ação cultural para outros públicos; mas a cultura popular acontece mesmo nos terreiros, nos lugares onde vivem os mestres, em suas casas. Somente através dessa outra aproximação é que se pode aprender sobre o significado dessas ações. O palco é outra coisa.

Dessa maneira, o grupo de estudantes foi se envolvendo progressivamente com uma das expressões culturais com as quais mais se encantou: o maracatu. Durante os primeiros dias convivendo com participantes de coletivos ligados a esta ação cultural, surpreendeu ao grupo a pluralidade da expressão – passando a compreender os diferentes tipos de maracatu, do baque solto e do baque virado; sua história de resistência – coletivos eram impedidos de se manifestar pelo poder público; a rivalidade histórica entre grupos; o desafio de construir diálogo e cooperação entre eles. Nos dias seguintes, chegamos a visitar a casa de mestres relacionados ao maracatu do baque solto e do baque virado; em meio aos espaços de ensaio, instrumentos, cartazes referentes aos grupos, muriçocas, instrumentos para confecção de fantasias e outros símbolos vinculados à ação cultural, procuramos compreender também como os grupos funcionam e de que maneira se relacionam com o Estado.

Se o Estado já chegou a reprimir a manifestação do maracatu, hoje há diversas ações governamentais que buscam o seu fomento. Um exemplo é o próprio Festival de Inverno de Garanhuns, promovido pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), ligado ao governo estadual; ao criar o palco da cultura popular, o evento abre espaço para que mais pessoas entrem em contato com essas expressões, além de pagar cachê aos grupos. A organização de festivais seria uma das principais iniciativas governamentais no estado de Pernambuco em relação à cultura, envolvendo também as prefeituras, conforme relatado nas conversas com organizadores do Festival e artistas locais: os chamados ciclos festivos – Carnaval, Semana Santa, São João e Natal – são aproveitados como espaço para divulgar e fomentar essas ações culturais. Além disso, o governo do estado sustenta o Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (FUNCULTURA-PE), que realiza seleções públicas por meio de editais que apoiam diferentes linguagens artísticas e culturais; outra iniciativa é o concurso Patrimônio Vivo da Cultura Popular, por meio do qual três mestres ou coletivos da cultura popular são escolhidos anualmente para receber bolsas vitalícias como estratégia para preservação de saberes e práticas ligadas a essas ações culturais. Os três níveis de governo também mantêm diversos equipamentos culturais, como museus, centros culturais e centros de memória, como pudemos observar no Recife Antigo, voltados para essas diferentes linguagens. Finalmente, estão presentes referências ao programa Cultura Viva, do governo federal: voltado para a valorização de iniciativas culturais que já existissem, independentemente de ação governamental específica anterior, procura reconhecer ações como Pontos de Cultura em todo o território nacional, estimulando a criação de uma rede entre eles.

É comum encontrar produtores culturais associados aos grupos de cultura popular. Isto porque muitas dessas iniciativas governamentais envolvem que os coletivos elaborem projetos, planos de trabalho, estabeleçam cronograma para o desenvolvimento de atividades com orçamento correspondente para participar de prêmios e editais de seleção pública. Para inscrição, é muitas vezes necessário reunir documentos como três reportagens de veículos de imprensa que reconheçam a existência e a relevância das ações culturais. Para acessar os recursos, por vezes transferidos em parcelas, é necessário elaborar planilhas de prestação de contas, justificando cada gasto realizado.

---

4 A palavra brincante é utilizada pelos participantes dos coletivos de cultura popular como referência à sua prática.

A questão aqui não seria exatamente a figura do produtor. Há relatos de profissionais que desenvolvem excelentes trabalhos com os grupos, respeitando suas orientações e fazendo a distribuição de recursos de maneira adequada; em outros casos, os produtores parecer motivados apenas pelos ganhos financeiros que consegue obter através das ações desenvolvidas pelos grupos de cultura popular. A principal diferença seria justamente essa: para os mestres, os participantes desses coletivos vivem para a cultura popular; enquanto os produtores vivem da cultura popular, ou seja, têm sua aproximação com essas ações como parte de seu trabalho. A diferença é que, caso essas manifestações se encerrem, o produtor poderia buscar outros trabalhos; já para os brincantes são parte fundamental da sua vida, de seu cotidiano.

É comum ouvir que os mestres de cultura popular têm outras profissões; são aposentados, cortadores de cana, caminhoneiros, porteiros de escolas públicas, mestres de obra, pequenos agricultores ou comerciantes. A dificuldade de acesso ao ensino formal também é frequente. Suas expectativas em relação aos governos, no entanto, não é a de profissionalização, ou seja, de obter remuneração para que pratiquem as ações culturais; tampouco desejam qualquer tipo de proteção – afinal, são iniciativas que resistiram inclusive à marginalização e repressão do Estado. O que entendem ser necessário é a preservação dessas ações, o que se daria a partir do fomento ao terreiro dos mestres de cultura popular; que eles possam continuar existindo.

Nos últimos anos, no entanto, grupos estão enfrentando processos judiciais devido à prestação de contas quanto aos recursos obtidos por meio de prêmios e editais de seleção pública. Embora os mestres tenham cumprido o objetivo de manter e fortalecer as ações culturais que o governo desejava fomentar por meio dessas iniciativas, órgãos governamentais de controle congelaram repasses devido a problemas com a prestação de contas. Reclama-se, por exemplo, de grupos de cultura popular, cuja atividade depende da remuneração de costureiras responsáveis por bordar as vestimentas e seus estandartes, serem forçados a tomarem e registrarem três orçamentos diferentes; regra estabelecida na Lei nº 8.666/93, que regula contratação de serviços e licitações na Administração Pública brasileira. Em resumo: os saberes da cultura popular não estão sendo suficientes para sua manutenção e relação com governos; eles parecem ser considerados menos relevantes que o cumprimento de normas e procedimentos utilizados no cotidiano da administração pública e das políticas públicas, além do uso de ferramentas ensinadas nos cursos superiores de gestão. Trazendo como risco, a extinção dos grupos que se pretendia mesmo preservar.

Ações governamentais em cultura: o arranjo do programa cultura viva

Conforme revela a experiência de imersão na Região Metropolitana do Recife, a operacionalização de ações governamentais voltadas para o tema da cultura, no Brasil, pode acontecer por meio de diferentes arranjos. A ação direta dos governos por meio de suas agências, a criação de mecanismos de renúncia fiscal, o fomento por meio de prêmios e editais de seleção pública e o estabelecimento de vínculos com organizações não-estatais para a operacionalização de ações específicas são alguns exemplos.

Dentre eles, o programa Cultura Viva parte de uma ideia simples: incentivar ações (culturais) que já existem no cotidiano de comunidades e grupos culturais, para que consigam se perpetuar, tornando-se reconhecidos como pontos de cultura ou pontões de cultura. As organizações se candidatam ao edital por meio de um plano de trabalho por elas desenvolvido, contendo as ações que serão realizadas pela organização após sua aprovação. Esse mecanismo, mesmo que simples, empodera comunidades e grupos culturais, já que estipula como será o incentivo - transferência de recursos por meio de convênios, mas não delimita o que será incentivado: se maracatu, mamulengo, contação de histórias, canto lírico, ou outra linguagem artística, considerada tradicional ou não.

O programa Cultura Viva surge em 2004, ano de mudanças no cenário político federal, dado que o PT assume a Presidência da República, e Gilberto Gil assume o Ministério da Cultura (MinC). Além do momento político de transição governamental, a falta de recursos disponíveis para o desenvolvimento de políticas culturais favoreceu a formulação e a implementação do programa Cultura Viva. Célio Turino (2009) destaca a potencialidade de disseminação do programa, utilizando-se das estruturas das organizações culturais, tendo como contrapartida baixo investimento por parte do governo para incentivar novas ações, e assim incrementar (e muitas vezes legitimar) o que já vinha sendo realizado. Ao longo de sua operacionalização foram feitas altera-

ções e adaptações; novas ações foram sendo criadas, enquanto outras ações – concebidas inicialmente - foram extintas.

Seu ponto de partida é a Portaria Ministerial nº 156. Nela é lançado o primeiro edital de seleção para pontos de cultura, vinculados diretamente com o MinC, e inicia-se com a seleção de projetos para pontos de cultura em 2005. Os pontos de cultura são a ação prioritária do programa Cultura Viva. Uma vez selecionadas, as organizações culturais passam a ser reconhecidas como pontos e pontões de cultura, e implementam seu plano de trabalho previamente formulado, apoiadas financeira e institucionalmente pelo MinC, por meio da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural - SCDC (MinC, 2012). Além dos pontos e pontões de cultura, o programa traz ainda a ação de Pontinhos de Cultura, com foco na infância, e algumas ações complementares: Ação Cultura Digital, Ação Griô, Ação Escola Viva e Ação Agente Cultura Viva. As ações complementares correspondem àquelas que podem se somar aos pontos e pontões existentes, mas também incentivam organizações culturais que não sejam pontos de cultura. As ações complementares podem favorecer pessoas físicas, e linguagens artísticas específicas, como, por exemplo, cultura digital e educação. Estas ações complementares têm grande potencial de interação e transversalidade, já que se comunicam e se articulam para o mesmo objetivo: tornar o acesso à cultura mais disseminado. O programa Cultura Viva utilizou-se, ainda, do formato de prêmios para incentivar as organizações, sendo o recurso de cada prêmio repassado à organização cultural selecionada em uma única parcela (Sartor, 2011).

A partir de 2007 estados e municípios realizam convênios com o MinC, dando início às redes estaduais e municipais de pontos de cultura, também conhecidos como "pontos de rede". Consideramos esta a segunda fase do programa, marcada pela parceria de estados e municípios com o MinC, que passam a dividir as responsabilidades financeiras e de gestão, lançar editais e articular pontos de cultura. As relações estabelecidas entre os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) são entendidas no programa como parte da gestão compartilhada (Barbosa et al. 2011). A rede de pontos de cultura então se complexifica, pois um ponto de cultura passou a poder ser vinculado exclusivamente ao MinC, ou ser vinculado a uma secretaria estadual ou municipal e ao MinC. O número de pontos de cultura se amplia com a inserção de novos parceiros, marcando a segunda fase do programa como momento de ampliação e estruturação das novas redes que foram criadas, no qual o órgão governamental "parceiro" (secretarias de cultura estaduais ou municipais) passa a executar também funções de pontão de cultura (Sartor, 2011), e cada novo membro traz, além de si, seus contatos e redes próprias.

Dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação apontam a representatividade que as redes estaduais assumem na segunda fase do programa, dado que 497 organizações culturais tornam-se pontos de cultura em editais de 2004 e 2005, mas é por meio dos editais da rede estaduais e municipais que 1.822 organizações culturais são selecionadas, em 2007. O número de pontos de rede estaduais é superior à soma de todos os editais, e quase quatro vezes maior que o número de pontos de cultura selecionados pelo terceiro edital de 2005. O edital de 2008 insere 493 organizações, e mais 316 organizações em 2009, 215 organizações em 2010, e 251 em 2011. Apesar de serem dados cumulativos, ao longo do tempo cada edital seleciona um número menor de pontos de cultura, em decorrência de restrição orçamentária da pasta, e necessidade de estruturação das redes até então formadas. Vale pontuar que o crescimento da rede de pontos de cultura não reflete crescimento da equipe técnica que coordena o programa no MinC, restrita a poucas dezenas de pessoas responsáveis pelos milhares de pontos de cultura que se acumulam.

Segundo a pesquisa de Barbosa, Medeiros e Lyra (Barbosa et al. 2011), a inclusão de outros níveis de governo disseminou as ações pelo território nacional e aproximou os gestores públicos das secretarias aos pontos de rede, ao mesmo tempo que tornou as ações mais complexas, pois o convênio com redes estaduais representou uma "instância intermediária" pela qual os processos passam (Barbosa et al. 2011). Por exemplo, um ponto de rede deve prestar contas para a secretaria estadual, que por sua vez presta contas para o MinC, enquanto pontos de cultura diretos prestam contas ao MinC.

Após aproximadamente oito anos de implantação do programa Cultura Viva, o crescimento do número de convênios passa a conflitar com os resultados, dado que pesquisas e avaliações realizadas apontam intensivamente limitações encontradas pelos pontos e pontões de cultura na realização dos convênios (Turino, 2009; Silva et al. 2010; Sartor, 2011; Barbosa et al. 2011; Silva et al. 2011). Estas pesquisas indicam "baixa capacidade de gestão" na execução do programa, presente desde a primeira fase do programa e intensificada em sua segunda

fase. Entende-se por esse conceito o despreparo das organizações para lidar com as práticas jurídicas necessárias para a execução de convênios, bem como o reduzido número de técnicos governamentais responsáveis pelo acompanhamento das ações. Em princípio, os pontos e pontões de cultura são incentivos para ações que já existem nas comunidades. Ao submetê-los às regras burocráticas da máquina pública, no entanto, surgem restrições; como, por exemplo, a exigência de estabelecer e seguir um plano de trabalho previamente proposto, ou exigência de adoção de rígidos critérios de prestação de contas sem que houvesse qualquer contato anterior com esse tipo de procedimento por parte das organizações culturais.

Destacamos que os gestores de pontos e pontões de cultura não questionam a necessidade de instrumentos de controle dos recursos e execução dos projetos. O que reforçam é o fato de que a legislação vigente não condiz com a realidade e as práticas dos movimentos culturais (Barbosa et al. 2011:70). A lei de licitações (e contratos da Administração Pública), como é conhecida a lei nº 8.666/1993, exige que as compras sejam comprovadas por nota fiscal, sendo que após um determinado valor estas compras devem ser realizadas por meio de licitações, ou caso a licitação seja dispensada, que haja tomada de preços em pelo menos três "fornecedores". Essas regras, apesar de necessárias para garantir o bom uso dos recursos públicos, inviabilizavam, por exemplo, a aquisição de bonecos que um específico artesão da comunidade faz, por não emitir nota fiscal, ou a contratação de oficineiros para a realização de ações culturais em determinada comunidade, por não ser atividade laboral regularizada.

Muitas organizações, por desconhecer a legislação, gastaram os recursos de forma irregular, como compras sem orçamento em três fornecedores, ou aceitaram recibos ao invés de notas fiscais, dentre inúmeros outros exemplos possíveis, e assim, tiveram suas prestações de contas invalidadas, levando ao questionamento da lei em si. A dificuldade em lidar com a lógica burocrática é apontada pelo idealizador do programa:

> A lógica de convênio é uma lógica ultrapassada. A legislação [Lei nº 8.666/1993] é a mesma para fazer um contrato com uma grande obra de bilhões, como a transposição do rio São Francisco, e um contrato com um ponto de cultura numa pequena localidade no interior da Bahia que vai receber cinco mil reais com meia dúzia de mestres de terreiro. É a mesma lógica, e não tem cabimento. São objetos diferentes (Turino, 2013).

Organizações culturais familiarizadas com procedimentos burocráticos têm menos dificuldades de gestão. São capazes de se manter devido à sua estruturação interna, e reconhecem que organizações com menor estrutura não têm a mesma desenvoltura. Muitas organizações culturais, sobretudo aquelas aprovadas nos primeiros editais, nunca tinham trabalhado com recursos públicos, e tiveram muitas dúvidas sobre seu uso, sendo que a equipe reduzida da SCDC não conseguiu sanar a todas em tempo (Silva et al. 2010). Assim muitas ações foram realizadas sem a devida orientação, invalidando o uso dos recursos de acordo com o exigido pela lei nº 8.666/1993, levando o próprio governo federal a considerar a necessidade de regras específicas para transferências de recursos públicos para organizações culturais.

Os atrasos no repasse de recursos para os pontos de cultura complexificaram a gestão do programa, dado que ações foram realizadas esperando um recurso que não foi repassado, gerando juros e dívidas para os pontos e pontões de cultura. Mesmo organizações culturais com maior estrutura, ou seja, com capacidade para continuar suas ações sem o recurso do ponto de cultura, afirmam que os atrasos são problemáticos.

Dentre outros efeitos da baixa capacidade de gestão do programa Cultura Viva, muito se fala da indefinição das competências dos atores internos ao governo, que se sobrepõem e geram conflito de autoridade e desencontro de informações. Há ainda como efeito da baixa capacidade de gestão, insuficiência dos instrumentos de monitoramento, com ausência de dados sistematizados. A inclusão de estados e municípios intensificou a perda de memória sobre o programa, ao favorecer a pulverização das informações.

O aumento do número de pontos de cultura, o acúmulo de problemas, ressaltados pelos resultados das avaliações e complementados pela experiência adquirida pelos gestores das três esferas, da sociedade civil e dos parceiros, construíram o cenário que levaria ao redesenho do programa Cultura Viva. Ao longo do ano de 2011 foram realizados mutirões para solucionar o gargalo de prestações de contas pendentes, tanto pelo MinC quanto pelas redes estaduais, bem como contratação de consultorias para complementar o trabalho dos gestores públicos, e realização de cursos e formações para os gestores de pontos e pontões de cultura (Silva et al. 2011). Também nesse período surge o PL nº 757/2011. Escrito inicialmente pelas organizações culturais

durante encontros periódicos dos envolvidos no Programa Cultura Viva (as Teias), e apresentado pela deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ),foi aprovado em 22 de julho de 2014, tornando-se a Lei nº 13.018/2014, a qual que institui a Política Nacional de Cultura Viva.

Como resposta aos problemas identificados, uma ação tomada durante o processo de implementação foi a proposição de mecanismos que viessem a alterar dispositivos da Lei de licitações, garantindo maior flexibilidade para as prestações de contas de organizações culturais, como inserir ações culturais na modalidade de objeto especial e considerar casos de ausência de estabelecimentos que emitem nota fiscal, ausência de concorrentes, entre outros fatores que dificultam as prestações de contas de organizações culturais. A medida entende que as necessidades de gastos das organizações culturais têm peculiaridades, seja de disponibilidade regional ou da natureza das compras e, portanto tais gastos podem ser interpretados como objetos especiais, e reflete como o próprio governo federal percebe o impacto da incompatibilidade de linguagens, adaptando as ações em seu percurso.

Construindo diálogos entre as experiências e reconhecendo a complexidade

O que têm em comum os relatos da experiência de Recife e do programa Cultura Viva? De que maneira eles dialogam? Em primeiro lugar, ambos narram e problematizam relações entre cultura e Estado, mediados por políticas públicas de cultura. Mais especificamente, descrevem o encontro e o desencontro entre ações que partem de lugares diferentes. As ações dos brincantes e dos diferentes grupos que constituem o público-alvo do programa Cultura Viva partem de fora do Estado, originando-se em diferentes contextos sociais, culturais, econômicos, institucionais e geográficos. As ações do Estado, seja de proteção, incentivo ou fomento, surgem inseridas na trama institucional da burocracia governamental. Em cada um destes lugares, os atores desenvolvem e mobilizam saberes, técnicas e estratégias para levar a cabo estas ações. São, em suma, ações situadas territorial e temporalmente, sendo impossível analisa-las isoladas de seu lugar (Spink, 2001) ou de seu horizonte (Spink, 2014).

Esse encontro envolve ainda mais personagens. Os agentes das ações culturais incluem não apenas os brincantes do maracatu, por exemplo, mas diferentes tipos de pessoas, agrupamentos e organizações, com diferentes graus de formalidade e tradições. Chamar de "público-alvo" é simplificar uma série de públicos, que podem se interessar ou não por esse tipo de interação com o Estado, ter condições ou não de fazê-lo caso o desejem, e as diversas formas de levá-las a cabo. Ainda, a ideia de público-alvo sugere certa unidirecionalidade das ações, quando na verdade podemos ter ações partindo do Estado para um público, do público para o público, do público para o Estado. Nesse sentido, nos parece mais útil adotar o plural "públicos", pois ele pode sugerir, além da pluralidade, que a qualidade de ser público não seja intrínseca a qualquer ator, e sim uma situação na qual as pessoas se movem de seu caráter privado para o público, afetando outras pessoas além daquelas diretamente envolvidas numa transação (Dewey, 1927). Em outras palavras, é na situação pública que as ações culturais podem encontrar outros agentes, dentre eles, e não apenas ele, o Estado.

As ações que partem do Estado, por sua vez, originam-se numa paisagem povoada por pequenas e grandes repartições, organizadas em diferentes arranjos políticos, atreladas ou não a programas mais amplos ou contínuos, envolvendo, muitas vezes, agentes externos associados ao Estado tanto em sua concepção quanto em sua implementação. O Estado é, tampouco, um ente coeso de onde surgem iniciativas para intervir na vasta realidade que o circunda. Ele envolve, igualmente, um conjunto heterogêneo de ações que se tornam públicas à medida que agregam os atores e tomam a forma de interações com outros públicos.

Estamos falando, portanto, de encontros complexos e heterogêneos de ações tornadas públicas dentro e fora do Estado, normalmente enunciadas sob o cunho de política pública. Uma das maneiras de explicar estes encontros seria dizer que as políticas públicas são formuladas dentro do Estado para resolver problemas objetivos identificados no mundo exterior e executados de maneira hierárquica, sendo possível separar claramente etapas de formulação e de implementação.

Os relatos nos permitem notar que esse encontro está longe de ser unidirecional, linear, racional ou previsível. É uma relação que envolve tensões, e a solução concebida pode não ser o desejado pelos atores envolvidos.

O relato de coletivos ligados ao maracatu nos mostra que o problema identificado pelos governantes ao desenharem os editais e demais instrumentos à disposição dos brincantes não é o mesmo e, portanto, a solução dificilmente seria reconhecida por eles como tal. Na visão de mestres da cultura popular, não ganhar dinheiro com maracatu não é um problema. As ações do governo, no entanto, operam no sentido de viabilizar a profissionalização da atividade.

Uma segunda linha de problematização desses encontros seria argumentar que existem diferentes percepções sobre uma mesma realidade, fazendo com que as representações coletivas desses públicos guiem suas ações. Neste caso, o foco recairia sobre a maneira que os governos problematizam e projetam ações sobre a realidade; e na maneira que os públicos não-estatais representam suas necessidades e demandas. Nas críticas à ação do Estado e nas iniciativas de aperfeiçoamento do programa Cultura Viva estão presentes diferentes assimetrias de visão, o que poderia ser explicado pela diferença de interesses ou de representações, sugerindo que cada parte envolvida teria seus valores e crenças e agiria orientado por elas. Nesse sentido, diferentes concepções de cultura ou de política pública teriam impacto preponderante nesta relação, destacando ora o papel dos paradigmas ou ideias, conformando perspectivas cognitivas de política pública (Surel et al. 2000; Sabatier et al. 2000; Lukic et al. 2013), ora de seus discursos e enunciados (Edelman, 1985; Yanow, 1992; Fischer, 2003; Pollitt et al, 2011).

No entanto, gostaríamos de dar um passo adiante, sugerindo que cada uma das partes deste complexo arranjo tem mais do que uma percepção particular: elas têm saberes, técnicas, códigos e linguagens de ação capazes de gerar diferentes realidades. Neste caso, o encontro entre públicos significa o confronto entre diferentes formas de agir e conceber a ação. As práticas locais, de um e de outro, marcam a interação entre quem está envolvido na concepção de um edital de fomento e quem se inscreve; ou ainda em quem não se inscreve por não preencher algum requisito. Dito isso, podemos entender a importância que mestres de cultura popular atribuíram aos produtores. Eles passam a ser intermediários entre as linguagens de ação dos brincantes e do Estado, respectivamente.

As expressões culturais são consideradas linguagens em si, parte do uso destas linguagens se dá em seus modos de viabilização e operacionalização. Diferentes ações, inseridas em grupos e contextos organizacionais particulares, desenvolvem seus próprios modos de falar sobre o que fazem e de tornar sua sobrevivência possível. O maracatu se apresenta como linguagem do brincante e a política pública como linguagem do Estado. No confronto entre a linguagem burocrática da licitação e da prestação de contas com os meios próprios de fazer e adquirir os insumos culturais, cria-se a oportunidade para o surgimento dos intermediários, que nada mais são do que tradutores; novos personagens que trabalham aproximando as linguagens, saberes e técnicas dos interessados. Essa situação não é novidade no tema da cultura: outros mecanismos de fomento, como a Lei Rouanet, tiveram como consequência a formação de um mercado de organizações intermediárias entre os beneficiários em potencial e o estado.Tampouco lhe são exclusivos: no caso da saúde, os Agentes Comunitários de Saúde da Família, no contexto do Sistema Único de Saúde no Brasil, envolve geralmente moradores locais para desempenharem papel de mediação entre Estado e sociedade, sob a lógica da prevenção; com isso, espera-se estabelecer melhor diálogo entre as ações governamentais e os saberes e contextos locais (Melamed, 1997). Olhando para este tipo de situação, portanto, podemos estender para a arena da cultura o argumento de Spink e Toledo Silva (no prelo) e afirmar que a relação das linguagens deixa de ser apenas uma questão de percepções para passar a performar uma realidade, criando, no seu confronto e articulação, ontologias políticas particulares.

Políticas públicas e cultura

As políticas culturais, como idéia e como prática, têm se tornado cada vez mais presentes no Brasil. Ainda que evoquem diferentes noções de ação cultural e política pública, a política cultural engendra uma teia específica de usos e significados, torneados e difundidos no país principalmente a partir de meados da década de 70.

No campo-tema cultural, começar a usar a categoria política cultural trouxe uma necessária reflexão sobre o trabalho da cultura, sua administração, organização e dimensão política, associando cultura às políticas pú-

blicas. Esta associação, por sua vez, só acontece diante do fortalecimento da "política pública" como instrumento, objeto e prática específica nas universidades, governos e diferentes organizações; ou seja, como uma linguagem específica de ação pública (Spink et al. no prelo).

Os estudos sobre políticas culturais surgiram, sobretudo, no âmbito dos estudos culturais e ciências humanas afeitas às diferentes sub-áreas de atuação comumente associadas à cultura; o que resultou numa discussão bastante aprofundada sobre qual conceito de cultura estaria suposta no binômio política-cultural e, consequentemente, como diferentes concepções de cultura levariam a ações distintas no campo da política cultural (Bennett, 1997; Wolf-Csanády, 1998; Yudice et al. 2002; Yudice, 2003). Trata-se da importante tarefa de reconhecer o caráter pragmático das categorias lingüísticas e tomá-las como indissociáveis das ações que descrevem. O caminho inverso, a discussão sobre o papel que diferentes formas de pensar as políticas públicas exerceram na ideia de política cultural, não parece ter tido a mesma intensidade.

É justamente no bojo desta lacuna que propomos nesta seção olhar mais detidamente para qual a política pública pressuposta na política cultural, questionando as implicações ao associar a cultura às políticas públicas. Se, como argumentamos anteriormente, o uso de determinados termos não se restringe à delimitação de territórios simbólicos para, na operacionalização das categorias, colocar em prática realidades, o que significa associar a ideia de políticas públicas à cultura? A linguagem das políticas públicas tem tido papel central em diferentes lugares, não somente dentro do Estado, onde políticas são desenhadas e analisadas como tal, mas também em universidades e cursos, onde são estudadas e debatidas, ou diferentes fóruns nos quais diversos grupos se ocupam em avalia-las para depois expressarem demandas por ação (Wedel et al. 2005; Colebatch et al. 2010; Spink et al. no prelo). É uma linguagem que extrapola os limites do estado para passar a ser também o idioma no qual reivindicações podem ser a ele dirigidas, tornando-se um princípio central de organização das sociedades (Shore et al. 1997). Mas seria ela a única linguagem?

Estudos de diferentes lugares do mundo têm se dedicado a desnaturalizar a noção de políticas públicas e questionar seu papel central como resposta aos problemas públicos. Esses estudos surgem em diferentes disciplinas e não têm projeto epistemológico comum, mas provocam, com diferentes graus de intensidade e nuances distintas, estranhamento ao termo política pública (*public policy*). E o estranhamento identifica, também, um conjunto de ideias para se opor. Portanto, quando falamos em críticas e questionamentos, a quem e a quê elas se endereçam? A um significado específico do termo *public policy*, que se tornou central na ciência política e também na condução dos governos com o crescimento das carreiras dedicadas à *policy analysis*. Esse significado, considerado por Colebatch o paradigma dominante, consiste em ver o *policy process* como «an exercise in informed problem-solving» (2006: 309), que sugere certa clareza e estabilidade, normalmente relacionado a decisões ou estratégias de líderes (Colebatch et al, 2010). Ele também é chamado de visão instrumental, segundo a qual *public policy* é «a technical, rational, action-oriented instrument that decision makers use to solve problems and affect change» (Shore et al. 1997:5), ou, ainda, um «rational problem solving – directly shaping the way in which development is done» (Mosse, 2005: 2). Esta visão é considerada estadocêntrica, focada na autoridade governamental como legítima e principal – senão única – interventora nos problemas públicos (Thoenig, 2005: 3).

Se o estranhamento é comum, as propostas para lidar com ele são distintas. Para os casos em tela, são de especial importância quatro matrizes de reflexão teórica. Colebatch et al. (2010) propõem que o fenômeno conhecido como *policy* é intrinsecamente ambíguo e pode ser melhor compreendido como uma forma de produção prática de conhecimento: «policy work is how these participants bring their diverse forms of knowledge to bear on policy questions but how this work is done is something that is learned from practice rather than from study» (2010: 12). Os autores identificam um processo crescente de formalização e coesão do discurso da *policy*, e sugerem olhar para o processo de construção e trabalho da política, como experiência coletiva de conhecimento e não somente ou necessariamente seus resultados.

Alguns antropólogos têm se dedicado ao estudo de políticas públicas e trazido importantes contribuições no sentido de chamar atenção para as práticas cotidianas do exercício do poder e de uso dos saberes e técnicas locais, como operações não-lineares, produtivas e performativas:

> Policies belong to – and are embedded within – particular social and cultural worlds or «domains of meaning». But they create as well as reflect those worlds. From our perspective,

> policies are not simply external, generalized or constraining forces, nor they are confined to texts. Rather, they are productive, performative and continually contested. A policy finds expression through sequences of events; it creates new social and semantic spaces, new sets of relations, new political subjects and new webs of meaning. (Shore et al. 2011:1)

Ao invés de partir de um conceito fechado de *policy*, as abordagens antropológicas preferem considerá-la aberta e complexa: a pergunta "*what is policy*?" e como ela funciona deixa de ser um pressuposto para integrar o leque de perguntas de pesquisa (Wedel et al. 2005:34; Shore et al. 1997: 3), abertura semelhante à de Colebatch et al. (2012).

Se a política pública pode ser considerada um domínio de conhecimento, acaba por sê-lo igualmente de formação de repertórios e contestação discursiva. Para além do reconhecimento dos textos e falas da política pública, é importante ressaltar que estes autores enfatizam o aspecto prático dos confrontos de linguagem, dos conflitos envolvidos na centralidade de determinados discursos em detrimento de outros – inclusive da própria ideia de política pública[5]. A influência da ideia de governamentalidade, de Michel Foucault, faz-se presente em muitas destas abordagens, tornando a arte de governar um complexo emaranhado de técnicas e práticas discursivas dignos da mais profunda investigação.

A Teoria-Ator-Rede (*actor-network-theory*) radicaliza estas ideias desenvolvendo uma espécie de semiótica das materialidades, segundo a qual tudo a ser investigado é necessariamente indeterminado, amorfo, transitório e resultante de associações de actantes com outros actantes – pessoas, grupos, objetos, temas, categorias, bichos ou outros agentes não humanos (Callon, 1986; Latour, 1987). A política pública seria, portanto, um actante, dotado de agência própria - destacada de seus feitores para ser ela mesma, em sua forma, conteúdo e nas associações que mobiliza, o agente -, capaz de intermediar, traduzir e transformar ações, performando tarefas e gerando efeitos imprevisíveis. Os actantes, para Latour (1987), são sociotecnologias que operam em rede, mobilizando e agregando aliados. Quanto mais aliados, mais técnica será sua performance e, consequentemente, mais social e político será o actante. Assim como a política pública, a natureza, as ciências e demais fenômenos da vida moderna são também actantes, cuja performance resulta de inscrições, associações e diferentes formas materiais de associação de técnicas e saberes. São, em suma, processos coletivos de produção não apenas de conhecimento, mas de espaços de contestação: realidades políticas (Mol, 1999; Callon et al. 2009)

Dentro dessa perspectiva, o processo de centralidade da linguagem da política pública e, respectivamente, da política cultural, levaria em conta não apenas os discursos sobre a política, mas os materiais e artefatos técnicos que mediam a relação entre os diferentes actantes, como os editais e mecanismos de fomento; ressaltando o protagonismo particular dos documentos, cujas propriedades materiais extrapolam e moldam seus conteúdos textuais e gráficos, tornando-os artefatos essenciais para as ações públicas (Riles, 2006).

Por fim, há alguns autores em língua francesa a preferir o termo ação pública à política pública. Embora em alguns casos ele seja usado como sinônimo de política pública, em outros, sua adoção foi intencional e com o intuito de apresentar uma alternativa à teoria mais convencional sobre governo e públicos. Para Thoenig (2005), ao utilizar outra categoria como ponto de partida para a análise, a política pública se torna uma variável a ser explicada e o governo deixa de ser foco privilegiado de autoridade, permitindo que a institucionalização do poder político possa ser estudada a partir de outros sujeitos. A ação pública, para esse autor francês, é «la manière dont une société construit et qualifie des problèmes collectifs, élabore des réponses, des contenus et des processus pour les traiter. L'accent est mis sur la société plus largement, non pas sur la seule sphère institutionnelle de l'Etat». (Thoenig, 2005). Laborier (2003) argumenta que o termo pode ser entendido de forma ampla, de modo a cobrir tanto as atividades do poder público quanto toda a atividade articulada no espaço público em torno de um bem comum. Vincent Dubois destaca como principal característica da ação pública seu caráter relacional e voltado às práticas: ela é «l'ensemble des relations, des pratiques et des représentations qui concourent à la production politiquement légitimée de modes de régulation des rapports sociaux» (Dubois, 2009). Esse movimento permite descentrar a política e o poder do estado, enxergar suas dimensões dinâmicas e associativas, agregando atores e possibilidades de ação.

---

5 A ênfase prática é reconhecida como "virada prática" nas ciências sociais (Shatzki et al. 2001).

Considerações finais: ação pública cultural

Nesse artigo, nós relatamos duas experiências de encontro entre ações estatais e não estatais que podem ser reconhecidas como culturais e públicas. Procuramos traçar semelhanças e problemáticas comuns a esses encontros para depois trazer reflexões sobre as limitações de uma abordagem convencional de políticas públicas sobre eles.

Ao ver esse encontro sob a ótica instrumental e estadocêntrica de políticas públicas, tenderíamos a explicar as complexas tensões envolvidas nesses encontros como resultado da baixa capacidade de gestão dos atores não estatais, de um lado, ou como uma decisão não acertada de tal ou tal representante político, de outro, tornando a política pública ineficiente. Ou ainda, nesses termos, muitos problemas se resumem à falta de uma política pública. Essa linguagem, no nosso entender, não é suficiente para apreender o que acontece nesses encontros e nem para lidar com eles no cotidiano, pois a política pública é apenas uma entre outras linguagens possíveis de ação pública para lidar com questões públicas.

É interessante lembrar que a utilização do termo políticas públicas para descrever a ação do Estado só se difundiu a partir de meados do século XX, fortemente ligado à sua emergência como tema da ciência política norte-americana e à criação de carreiras de estado e consultorias ligadas à análise de políticas públicas, sugerindo que seria possível avaliá-las e reformulá-las a partir de modelos. O uso do termo na imprensa brasileira ilustrado na Tabela 1 é um forte indício do processo gradual e recente de sua adoção como linguagem.

Da mesma forma, a política cultural passou a ser uma forma relevante para descrever as ações públicas na área cultural a partir de meados dos anos 60, internacionalmente, e meados dos anos 70, no Brasil. Na medida em que a política cultural se torna mais central, seu uso acaba vinculando à tão disputada ideia de cultura os pressupostos de coerência, clareza, continuidade, racionalidade e instrumentalidade associados à política pública e traduzindo para as ações culturais as expectativas oriundas dessa visão de políticas públicas.

Tabela 1 – uso dos termos políticas públicas e políticas culturais na imprensa brasileira

OCORRÊNCIA DE REGISTROS NA IMPRENSA						
Jornal	O Estado de São Paulo		O Globo		Folha de São Paulo	
UF	SP		RJ		SP	
Período	1875 - 2014		1925 - 2014		1960 - 2014	1960 - 2014
	Política(s) Pública(s)	Política(s) Cultural(is)	Política(s) Pública(s)	Política(s) Cultural(is)	Política(s) Pública(s)	Política(s) Cultural(is)
1930 - 1939		6	3	5		
1940 - 1949		10	5	27		
1950 - 1959		73	6	51		
1960 - 1969	6	113	9	130	1	23
1970 - 1979	18	234	29	265	35	179
1980 - 1989	71	398	93	553	242	731
1990 - 1999	729	608	815	551	821	469
2000 - 2009	4662	1205	2758	443	3270	656
2010 - 2014	2552	619	1827	150	975	153
Total	**7633**	3266	5545	2175	**5230**	**2211**

Fonte: elaboração própria.

Assim, propomos adicionalmente que, se a política pública pode ser pensada como uma linguagem específica de ação pública, a política cultural seria uma linguagem particular dentro de um repertório maior de ações ligadas à cultura na esfera pública. Esse movimento permite questionar a centralidade da linguagem das políticas

culturais para olhar, em pé de igualdade, para aquelas com as quais se articula no dia-a-dia, performando esses encontros. Ao invés de vermos políticas públicas ineficientes ou faltantes, vemos um espaço de articulação de linguagens no qual uma delas se apresenta como mais central que a outra, dificultando tanto a descrição dos problemas públicos de cultura quanto enviesando as formas de lidar com eles. O estudo de ações públicas culturais – e não necessariamente de políticas culturais – pode revelar novas formas de se entender e operacionalizar a cultura no espaço público, alertando para seus processos de mediação e conflito. Reconhecendo processos locais de produção de conhecimento e desenvolvimento cotidiano de saberes, podemos aprender com quem faz cultura o que fazem e quem são os públicos envolvidos, evitando que sejam encaixados a priori em categorias pouco significativas para eles mesmos e abrindo espaço para outras linguagens.

Referências bibliográficas

BARBOSA, C. L., MEDEIROS, R. C. F., LYRA, V. M. G. (2011), *Avaliação dos Pontões de Cultura do Programa Cultura Viva. O perfil dos Pontões de Cultura. O Olhar dos gestores do Programa Cultura Viva.* Relatório da Pesquisa Avaliativa do Programa Cultura Viva. IPEA: Brasília.

BENNETT, O. (1997), "Cultural policy, cultural pessimism and postmodernity". *International journal of cultural policy,* 4, 1: 67-84.

BERGER, P. L., LUCKMANN, T. (1974), *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Editora Vozes.

BRESLER, R. (2014), "CLIU – Aproximações e Diálogos". In R. BRESLER, T. L. SANDIM, F. BURGOS, V. PAULICS, *Conexão Local Interuniversitária: diálogo de saberes.* Livro eletrônico disponível em http://ceapg.fgv.br/conexaolocalinteruniversitaria, acesso em 25/11/2014.

CALABRE, L. (2009), *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

CALLON, M., P. LASCOUMES, BARTHE, Y. (2009), *Acting in an uncertain world: An essay on technical democracy* (G. Burchell, Trans.).

COLEBATCH, H. K. (2006), "What work makes policy?". *Policy Sciences* 39, 4: 309-321.

COLEBATCH, H. K., HOPPE, R., NOORDEGRAAF, M. (eds.) (2010), *Working for policy*. Amsterdam University Press.

DEWEY, John. (1972), *The public and its problems: An essay in political inquiry*. Penn State Press.

DUBOIS,V. (2009), «L'action publique». In A. COHEN, B. LACROIX e P. H. RIUTORT (eds.) *Nouveau manuel de science politique*. La Découverte. 311-325

DURAND, J. C. G. (2000), *Política e gestão cultural: Brasil, EUA, Europa*. São Paulo: Núcleo de Pesquisas e Publicações da EAESP/FGV, Relatório de Pesquisa n.13.

EDELMAN, M. (1985), "Political language and political reality". *PS: Political Science & Politics* 18, 01: 10-19.

FISCHER, F. (2003), *Reframing Public Policy: Discursive Politics and Deliberative Practices.* Oxford University Press.

JOBERT, B., MULLER, P. (1987), „L'Etat en action".

LABORIER, P. (2003) "Historicité et sociologie de l'action publique." In LABORIER et TROM, *Historicités de l'action publique*.

LEITE, R. P. (2004), *Contra-Usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: UNICAMP.

LUKIC, M. R., TOMAZINI, C. (2013), "Abordagens cognitivas na análise de políticas públicas na América Latina: um novo olhar sobre velhas questões?". In M. R. LUKIC, C. TOMAZINI, *As ideias também importam: abordagem cognitiva de políticas públicas no Brasil*. Curitiba: Juruá.

MINC, MINISTÉRIO DA CULTURA. (2012), Programa Arte Cultura e Cidadania – Cultura Viva. Disponível em http://www.cultura.gov.br/culturaviva/cultura-viva/ - acesso em dezembro de 2012.

MOL, A. (1999), "Ontological politics. A word and some questions". *The Sociological Review* 47, S1: 74-89.

MOSSE, D. (2005), *Cultivating Development: An Ethnography of Aid Policy and Practice* (Anthropology, Culture and Society Series).

POLLITT, C., HUPE, P. (2011), "Talking About Government: The role of magic concepts." *Public Management Review* 13, 5: 641-658.

RILES, A. (ed.) (2006), *Documents: artifacts of modern knowledge*. University of Michigan Press.

RUBIM, A. A. C. (2007), "Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios". In A. A. C. RUBIM, A. BARBALHO (eds.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA.

SABATIER, P. A., SCHLAGER, E. (2000), "Les approches cognitives des politiques publiques: perspectives américaines". *Revue française de science politique* 50, 2: 209-234.

SARTOR, C. D. (2011), As Políticas públicas culturais e a perspectiva da transformação: a experiência coletiva nos Pontos de Cultura. Rio de Janeiro. 404 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SHORE, C., WRIGHT, S. (eds.). (2003), *Anthropology of policy: Perspectives on governance and power*. Routledge.

SHORE, C., WRIGHT, S., PERÒ, D. (eds.) (2011), *Policy worlds: anthropology and the analysis of contemporary power*. Vol. 14. Berghahn Books.

SILVA, F. A. B., ARAÚJO, H. E. (2010), *Cultura viva: Avaliação do Programa Arte Educação e Cidadania*. Brasília: IPEA.

SILVA, F. A. B. da, ZIVIANI, P., BEZERRA, A. S., VILUTIS, L., SIMOES, R. L. B. A., LIMA, L. P. B., MEDEIROS, A. K. (2011), *Cultura viva: as práticas de pontos e pontões*. Brasília: IPEA.

SPINK, P. K. (2001) "O lugar do lugar na análise organizacional". *Revista de Administração Contemporânea,* 5, n. spe.: 11-34.

SPINK, P. K. (2003), "Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista". *Psicologia & Sociedade*, 15 (2), pp. 18-42.

SPINK, P. K. (2008), "O pesquisador conversador no cotidiano". *Psicologia & Sociedade*, 20 (n. spe).

SPINK, P. K. (2014), "Bringing the horizon back in: the mid-range approach to Organizational Studies". *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, 1 (1).

SPINK, P. K., TOLEDO SILVA, G. (in press), "A(s) Política(s) pública(s) e as linguagens da Ação Pública". To be published In: *Políticas públicas e o desenvolvimento brasileiro*, M. R. LOUREIRO, M. A. TEIXEIRA, (eds.), Editora FGV.

SUREL, Y. (2000), "The role of cognitive and normative frames in policy-making". *Journal of European public policy* 7, 4: 495-512.

THOENIG, J-C. (2005), „Pour une épistémologie des recherches sur l'action publique". In: F. DANIEL, G. de TERSSAC (eds.), *Les dynamiques intermédiaires au coeur de l'action publique*, 285-306.

TURINO, C. (2009), *Ponto de Cultura: O Brasil de Baixo para Cima*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi.

TURINO, C. (2013), Entrevista concedida à autora em 22/01/2013 em São Paulo.

WEDEL, J. R., SHORE, C., FELDMAN, G., LATHROP, S. (2005), "Toward an anthropology of public policy". *Annals of the American Academy of Political and Social Science* 600 (1), pp. 30-51.

WOLF-CSANÁDY, E. (1998), "Whose cultural policies? Value orientations and cultural orientations in politics and society – The case of Germany". *International Journal of Cultural Policy* 4 (2), pp. 389-412.

YANOW, D. (1992), "Silences in public policy discourse: Organizational and policy myths". *Journal of Public Administration Research and Theory* 2 (4), pp. 399-423.

YUDICE, G. (2003), *The Expediency of Culture: The Uses of Culture in the Global Era*. Durham: Duke University Press.

YUDICE, G., MILLER, T. (2002), *Cultural Policy*. London: Sage Press.

Entre o velho e o novo mundo dos vinhos: a cultura em circulação

Felipe José Comunello
felipecomunello@gmail.com

Resumo: Na região serrana de Santa Catarina, durante os anos 1980, as criações de gado e a mata de araucária tornaram-se objeto de festas e rituais. No entanto, as tradições que daí se originaram tem pouco apelo no mercado turístico nacional, que tem como referência turística no sul do Brasil as tradições calcadas na imigração italiana e alemã. Diante dessa situação, promover uma "cultura do turismo" tem sido um dos principais objetivos de profissionais do turismo e lideranças políticas. Com a recente importância da produção e consumo de vinhos "finos", modelos de cultura tem sido forjados por estes agentes. Tais modelos circulam no chamado "mundo dos vinhos", onde a Europa ("velho") tem sido confrontada pelas Américas, África e Oceania ("novo"). A partir de etnografia realizada nesta região e também em Quincy na França, discuto tais modelos e os sentidos atribuídos de acordo com o contexto local e as conexões globalmente constituídas.

Palavras-chave: Vinhos "finos", *cultura* serrana.

Introdução

O turismo tem sido proposto como uma alternativa para o desenvolvimento na região serrana de Santa Catarina, especialmente no município de São Joaquim, por lideranças políticas e empresariais desde os anos 1990. Nos anos 2000 esse município foi escolhido pelo Ministério do Turismo (MTur) para ser um "destino indutor" de turismo, no âmbito da política de regionalização do turismo desse Ministério. Em todo o país foram escolhidos 65 "destinos indutores" de turismo para serem objeto de ações que os levariam a alcançar um determinado padrão de qualidade internacional[1]. Esse padrão de qualidade tem sido interpretado localmente – ao mesmo tempo em que se faz um padrão próprio – por profissionais, empresários e políticos implicados com turismo, com quem fiz minha pesquisa para tese de doutorado, como certas aptidões necessárias ao turismo, dentre as quais o empreendedorismo, e certo espírito cultural no sentido de civilização, *a la* francesa (p. ex. Elias, 1994). Porém, para a maioria de meus interlocutores, a *cultura* serrana não teria as aptidões e o espírito necessários, sendo assim o principal entrave para o desenvolvimento do turismo nessa região. Seja para a maneira como as pousadas e os hotéis devem ser geridos e operados, ou o negocio turístico de um modo geral deve ser conduzido, bem como a forma de governar o turismo regionalmente, as noções em torno à *cultura* serrana estavam sempre presentes durante minha pesquisa. Era quase uma regra, cada vez que alguém me perguntava sobre o que eu estava fazendo aí, ao que eu respondia que era uma pesquisa sobre a identidade regional e o turismo, o interlocutor afirmava para mim categoricamente que o problema estava na *cultura* serrana.

Assim, era em torno da falta de qualificação da mão de obra para o turismo, com destaque para as atividades relacionadas à produção e ao consumo de vinho, que eles expressavam mais claramente o caráter étnico e social dessa reclamação, dirigida às populações não europeias e empobrecidas. Com isso se formam oposições identitárias *pêlo duro* (nativo) *versus italiano* ou *alemão*, *acomodado versus empreendedor*, *atrasado versus moderno*, entre outras. Tais oposições não são exclusivas à Serra Catarinense, sendo encontradas também em outros locais onde existe colonização italiana e alemã no sul do país. Elas são fontes de preocupação mesmo em locais badalados em termos turísticos, como, por exemplo, Gramado no Rio Grande do Sul (Dorneles, 2001).

Nesse trabalho analiso essas oposições identitárias diante da reconfiguração do chamado "Mundo dos Vinhos".

---

1 Para maiores sobre essa política e sobre São Joaquim como "destino indutor" ver Comunello (2014, capítulo 3).

Ao contrário da Serra Gaúcha, até recentemente na Serra Catarinense a produção e o consumo de vinho quase não tinha expressão social e econômica. Isso, porém, tem se modificado consideravelmente desde fins dos anos 1990, quando os efeitos da mundialização dos mercados de vinhos se fizeram notar nessa região e até mesmo na Serra Gaúcha, onde o modelo de colonial foi posto em xeque. A mundialização possibilitou a proeminência do conhecimento "técnico", sobretudo a respeito das variedades de uva e as avaliações de especialistas, sobre o conhecimento "tradicional", que se baseia principalmente no lugar de origem e no prestígio do viticultor. Isso tem sido tratado desde os anos 1990 na literatura especializada como a ascensão do "Novo Mundo" sobre o "Velho Mundo" dos vinhos (Garcia-Parpet, 2004; 2009).

Segundo Garcia-Parpet (2004), na França a mundialização dos mercados possibilitou que vinhos produzidos em regiões condenadas a não receber a mesma valorização dos vinhos de *Appellation d'Origine Controlée* (AOC) pudessem competir em condições de igualdade no mercado internacional[2]. Foi isso que aconteceu com a AOC *Quincy*, a qual é descrita e analisada nesse trabalho com base em etnografia realizada durante estágio de doutorado sandwich. Perante compradores norte-americanos, essa AOC se tornou equiparável aos ícones franceses em termos de vinho como *Bourgogne* e *Bordeaux*. Com isso, uma região até então praticamente desconhecida no "Mundo dos Vinhos" como um *terroir* capaz de produzir bons vinhos veio a ser descoberta. Mas, a definição do que se trata o novo *terroir* dali advindos não é uma questão dada[3]. Para Trubek (2008) *terroir*, assim como *goût du terroir*, se tornaram categorias transnacionais para o discernimento do gosto, devido principalmente a localização da comida e da bebida, como uma espécie de baluarte contra o incrível desconhecido do nosso interdependente sistema alimentar global. Demossier (2011) assinala a condição paradoxal disso no caso da *Bourgogne*, pois enquanto a globalização reforça a distinção de seus vinhos, seja pelo saber fazer do viticultor ou pelos vinhedos únicos, ao mesmo tempo exerce grande pressão pela estandardização da produção ao promover a adoção de uvas como *pinot noir* e *chardonnay*, que não lhes são tradicionais.

Dessa maneira, as relações entre o global e o local tem sido crucial para as definições tanto da maneira como os viticultores podem agir nos contextos em que se encontram, mas também para o destino das novas e velhas regiões produtoras e dos novos e velhos consumidores. Porém, se a definição familiar francesa, "*le cadre familial français*" como disse um conselheiro da *Chambre de Commerce et d'Industrie de la région Centre* para um de minhas interlocutoras, pode ser com certa facilidade identificada no meio vitícola francês, uma identificação equivalente para o Brasil ainda não existe. Particularmente, na região Serrana de Santa Catarina não existe qualquer identificação entre a *cultura* serrana e o vinho. O vinho "fino" cabe assinalar, não é a bebida do trabalhador ou do camponês (nem exatamente do agricultor ou produtor rural). Por isso, as transformações engendradas com a crescente importância da produção e consumo de vinhos "finos" tornaram-se um ponto de referencia para uma nova etiqueta e um novo trabalhador.

Nem essa etiqueta, nem esse trabalhador existem. Ambos são considerados potenciais da *cultura* serrana. Segundo Agamben (1999), a potencialidade não é simplesmente não-Ser, mas sim a existência do não-Ser, a presença de uma ausência, o que nós chamamos de "faculdade" ou "poder". Nesse sentido, o argumento a ser desenvolvido diz respeito a formação de uma etiqueta e de um trabalhador a partir de um potencial que existiria, o qual é enunciado por aqueles que se identificam com uma cultura que é materializado nos vinhos "finos". Sendo assim, cabe observar que "both ethnic groups and commodities are better regarded as objectifications that are used to create and explore projects of value for the population. These often relate more to aspects or potential images of the person than actual persons (Miller, 1997, p. 180)"

---

2 Neste contexto, vinícolas de tradicionais regiões produtoras, como as francesas de *Bordeaux* e *Bourgogne*, tiveram ameaçada a reserva de mercado garantida por sua tradição. Uma reserva de mercado, garantida na França pela pertença a uma AOC, dispositivo institucional que repousa sobre uma base territorial, a qual garante direitos de plantação e fixou historicamente uma hierarquia entre regiões e o poder dos proprietários contra os comerciantes.

3 Segundo Trubek (2008) *terroir* é uma palavra que não pode ser completamente traduzida do Francês, pois está enraizada na cultura deste país.

A *cultura* serrana e a herança do latifúndio

A convite de Nadia, uma de minhas interlocutoras em São Joaquim, fui a uma reunião onde deveria ser apresentado o Plano Setorial de Qualificação – PLANSEQ do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para pessoas vinculadas ao turismo na região serrana de Santa Catarina. Tal plano previa cursos de qualificação profissional para o setor turístico em toda a região. A reunião foi realizada no auditório do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de São Joaquim e estavam presentes representantes de entidades comerciais, de instituições públicas, dirigentes políticos municipais, representantes de órgãos como o Grupo Gestor[4], empresários locais, entre outros interessados no tema vindos também de outros municípios da região.

Lá estavam pessoas que eu havia conhecido durante minhas estadias em São Joaquim, dentre os quais a própria Nadia e Pedro Paulo, ambos da Associação Pró Turismo de São Joaquim, mas também pessoas que eu ainda não havia tido contato. Dentre estas, conheci a então vice-prefeita, Marlene Kayser, a quem me apresentei e foi simpática em me deixar a vontade no local. Era ela quem coordenava o evento, o qual acabou por não ter o objetivo inicial alcançado, pois a representante do MTE (Ana Paula da Silva, diretora do Departamento de Qualificação) não pôde comparecer. Apesar disso, estabeleceu-se um diálogo em torno do tema qualificação, entre as pessoas presentes, particularmente Marlene que o coordenou, um representante do SENAC que expôs a disposição da instituição e o Secretário de Trabalho e Emprego de Lages chamado Luís.

O primeiro a falar foi Luís, expondo uma sentença que parecia jazer latente entre os presentes no auditório do STR: "Nossa região é carente em mão de obra qualificada em todos os setores". Luís dispunha de autoridade entre os presentes, pois representava o poder executivo da maior cidade da região. Sua expressão de desconsolo acentuava a importância do que falava, que parecia consistir em um fardo carregado por ele. Sem demora foi acompanhado por outras pessoas. Karin Bathke, proprietária de uma pousada e membro do Grupo Gestor, argumentou que há oferta de cursos, mas há pouca procura: "A SDR traz, o *Convention* traz, mas as pessoas não fazem. Tem que ter mais propaganda"[5]. Para Karin era necessário incentivar "as pessoas" a estudarem e, expressava que de certa forma fazia sua parte, insistindo com seus funcionários para que oferecessem um atendimento qualificado aos hóspedes. Como uma espécie de conclusão, ela disse: "É mais fácil trabalhar no pomar do que trabalhar no turismo, que tem fiscalização do empregador e do cliente"[6].

Ao final, Luís novamente tomou a palavra e apresentou sinteticamente uma explicação para a falta de procura por qualificação: "Essa falta de interesse pelo trabalho é devido a colonização da região. (...) o latifúndio. As pessoas demoravam um dia a cavalo para visitar um vizinho. Se acostumaram a ganhar tudo". Sugeriu então uma "campanha de amor pelo trabalho". E comparou a necessidade de empenho que um médico tem para se formar. Também foi mencionada a necessidade de tirar do papel muitos projetos e diversas possibilidades que poderiam ser colocadas em práticas a partir do *potencial* da região. Como uma forma de encerrar levantando o astral dos presentes com a perspectiva do *potencial* regional, Marlene disse "nós não sabemos ganhar dinheiro com o turismo... na nossa região tudo que nós fizemos, fizemos bem feito!".

Apesar disso, prospera a ideia de que quem é da região tem dificuldades para se dar bem na vida, enfim, para ter sucesso econômico em seus negócios, especialmente quando a questão é o turismo. Nessa ideia, muitas vezes, os serranos não são personagens de sucesso econômico, papel reservado a não serranos que se estabeleceram aí e souberam aproveitar as *potencialidades* locais. Isso me foi dito certa vez por Valéria, funcionária da Secretária de Desenvolvimento Regional (SDR) de São Joaquim, também participante do Grupo Gestor. Valéria tem formação profissional em turismo e é filha de seu Zanette, um dos mais antigos guias turísticos de São Joaquim.

---

4 Grupo Gestor é um grupo formado por representantes de diversas entidades, responsável por gerir a nível local ações do programa de regionalização do turismo do MTur. Para maiores detalhes ver Comunello (2014, capítulo três).

5 SDR é a Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, com sede em São Joaquim e área de atuação regional, e *Convention* é o Serra Catarinense Conventions e Visitors Bureau, entidade empresarial que atua na promoção de eventos.

6 O trabalho nos pomares de maçã é a principal fonte de emprego em São Joaquim e alguns outros municípios da região. É basicamente um trabalho rural, de baixa qualificação e baixa remuneração quando comparado a trabalhos urbanos como os oferecidos pelo setor turístico.

> O joaquinense é muito acomodado. Ele não tem espirito empreendedor. Não só o joaquinense, mas a região toda. Sempre quando eu me refiro a São Joaquim, eu vou falar sobre a região porque eu trabalho aqui na região, sabe. Você vai ver que os principais investimentos na área do turismo aqui veio de pessoas de fora. Todos. Todos. (...)
> Então a gente vê assim que o que deu certo aqui foram as pessoas de fora. E sabe qual é o principal gargalo deles hoje? Falta de mão de obra. Não tem pessoas qualificadas pra trabalhar nisso. Por quê? Porque as pessoas aqui ainda tão muito voltadas pra questão da agricultura, de trabalhar na época da safra da maçã... eles trabalham durante aquele período e... eu não sei o quê que acontece. Bom, eu sei, na verdade eu sei, precisa a gente trabalhar dessa forma, de conscientizar que o turismo pode ser uma boa oportunidade de geração de emprego. Só que as pessoas não estudam, não se qualificam, não vão em busca. Você vai sentir aqui que as pessoas são acomodadas, são pessimistas. Você vai sentir isso. Eu não sei, isso vale até um estudo, eu já comentei com o pessoal do ACORDE. Nós temos um dos menores índices de desenvolvimento humano aqui. Nós sabemos que isso depende de qualidade de saúde, qualidade de educação. Eu não sei o quê que acontece, se é em função da baixa renda... falta de oportunidade não é. A gente tá vendo que o turismo é uma oportunidade, mas as pessoas não veem isso como uma oportunidade[7].

Coloquei para ela o fato de que eu via na verdade pessoas de São Joaquim, e não apenas os de fora, que tiveram sucesso econômico em São Joaquim, lhe dando um exemplo que me impressionava, que era certa quantidade considerável de carros luxuosos. Sua resposta foi no sentido da ética do trabalho.

> (...) aqui em São Joaquim eu digo assim que tem muito colono. Muitas pessoas que trabalhavam em pecuária, que trabalhavam na agricultura, mas que não vem com essa cultura dos italianos e dos alemães de fomento, de riqueza. Você vai perceber que as pessoas aqui são acomodadas, reclamam demais. Elas esperam muito que as coisas aconteçam pelos outros, mas não por elas[8].

Com isso, vê-se que a riqueza existente na região é "invisibilizada", restando visível aquela que é proveniente do sucesso econômico de empreendedores de fora. A essa altura, cabe fazer uma pequena digressão histórica a respeito da formação econômica e social dessa região.

Das grandes fazendas às vinícolas de vinhos "finos"

A criação extensiva de gado bovino e a exploração da Araucária (*Araucaria angustifolia*) durante boa parte do século XX foi a base econômica da região serrana de Santa Catarina. Nos últimos quarenta anos os pomares de maça tomaram esse lugar em alguns municípios. Recentemente, em torno de quinze a vinte anos pra cá, os vinhedos têm cada vez mais se afirmado nesse cenário. O que mudou entre a época de ouro da criação de gado e a emergência atual dos vinhos não é tão simplesmente o produto pecuário, florestal ou agrícola (boi, madeira, maçã, uva), mas os aparatos tecnológicos, o pessoal empregado ou o tipo de relação com o "sistema global"[9].

---

7 Valéria Zanette. Entrevista concedida ao autor 24/08/11.

8 Valéria Zanette. Entrevista concedida ao autor 24/08/11.

9 Vale assinalar que a integração dessas explorações com o "sistema global" não se resume ao período mais recente com os pomares de maçã e os vinhedos, mas pode ser situada pelo menos no século XVIII, com a interligação dessas fazendas a todo um circuito de abastecimento às minas do centro do país no fornecimento de charque e muares. Tomo emprestado a noção de "sistema global" de Friedman e Friedman (2008), para quem uma abordagem dos sistemas globais deve considerar que o local não é determinado pelo global. "The global is the properties of the systemic processes that connect the world's localities, and this includes their formation as more or less bounded places. There is no global space floating above the local. The global is in empirical terms the arena of interaction among localities. The global systemic refers to

Há significativas diferenças no tempo em que vigoraram e vigoram estas explorações, que podem ser notadas dos pontos de vista social, político, econômico e cultural. Certamente há um predomínio na atualidade da exploração macieira, enquanto força social, econômica e política, mas os legados das grandes fazendas de gado bovino, e o recente peso que as vinícolas têm colocado são também importantes[10].

Tais legados podem ser vistos nas estatísticas socioeconômicas, destacadamente no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)[11]. O município de Cerro Negro possui o menor IDH-M do estado e, entre os dez menores IDH-Ms, dentre o conjunto dos duzentos e noventa e três municípios catarinenses, oito estão localizados na Macrorregião Serra Catarinense[12]. Com certa frequência, em âmbitos diversos, a *cultura* da região tem sido apontada como a causa para esses índices. Assim, o "serrano" e a "serra" seriam "atrasados" devido à configuração de colonização, durante a qual não houve um estabelecimento prioritário de imigrantes de origem europeia, os quais seriam empreendedores ao contrário do que são o *pêlo duro*, de origens indígenas, negras e até ibéricas, que se tornou predominante. Porém, há estudos históricos, sociológicos e antropológicos nos quais tais legados são atribuídos à concentração da estrutura fundiária, que segue concentrada apesar de partilhas e vendas e da "agroindustrialização" que ocorreram ao longo do século XX, e a configurações sociais e econômicas a isso relacionadas.

Nesse sentido, a condição de uma significativa população conhecida como *cabocla* – que vez por outra são chamados de *pêlo duro* – na região serrana catarinense, foi a mesma daquela que em outras partes do país viveu sob os domínios das grandes plantações e fazendas. Segundo Garcia e Palmeira (2001) as grandes plantações, assim como as grandes fazendas, até meados do século XX eram unidades econômicas, sociais, culturais e políticas bastante específicas. Garcia e Palmeira (2001) consideram que a grande plantação era uma matriz de sociabilidade, que conjugava as "casas grandes" e as casas de morada. Lá se nascia, vivia, procriava e morria. Havia também um calendário de festas relacionado à plantação. Não menos destacada era a vida política marcada por essa sociabilidade e amplamente conhecida pela expressão "currais eleitorais".

Dentre os estudos que investigaram o histórico da população *cabocla* na região serrana de Santa Catarina está o de Bloemer (2000). Segundo ela, essa população historicamente se constituiu a partir "principalmente, de antigos ocupantes do espaço das fazendas – peões, agregados, escravos e até estancieiros empobrecidos – que, excedentes nesse espaço, penetraram nas matas em busca de alternativas à sobrevivência (Bloemer, 2000, p. 51-52)". Essa ocupação das matas que se refere a autora foi marcada por um episódio ocorrido no início do século XX, conhecido popularmente como a Guerra do Contestado, ainda hoje presente na memória das pessoas que aí vivem[13].

---

the logic or logics of such interactions, that is, the processes that emerge from such interactions (Friedman e Friedman, 2008, p.04)".

10 Remeto o leitor a dois estudos que abordaram a questão da maçã em São Joaquim e região. Schmidt (1990) estudou como o cultivo de maçã se estabeleceu em São Joaquim e região pela articulação entre políticas de crédito, extensão rural e pesquisa agropecuária que proporcionaram a pequenos e médios proprietários de terra ser incorporados na "modernização da agricultura" dos anos 70, com destaque para uma parceria com o governo japonês que incluiu a criação de colônias japonesas no município, até hoje símbolos da pujança econômica da maçã naquelas terras. Em minha dissertação de mestrado pesquisei como pequenos proprietários de terra, os chamados "agricultores familiares", por meio de sua organização social e política puderam acompanhar o processo de modernização nos anos 90, chegando a propor e experimentar alternativas de produção e de vida baseadas na agroecologia ou agricultura ecológica (cf. Comunello, 2010).

11 Dados obtidos no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponíveis em http://atlasbrasil.org.br/2013/ - Acesso em 10/01/2014.

12 Macro Região Serra Catarinense, de acordo com Sebrae (2013), se refere ao território que no quadro político-administrativo catarinense está compreendido na área de abrangência das SDRs de São joaquim, Lages, Curitibanos e Campos Novos. Segundo esse documento, "no que diz respeito à qualidade de vida da região, a Macrorregião Serra Catarinense apresenta uma maior incidência de índices de desenvolvimento humano considerados ruins sob a ótica do panorama estadual (Sebrae, 2013, p. 11)".

13 Segundo Pinheiro Machado (2001) Guerra do Contestado foi a denominação que se tornou oficial por meio da versão dos militares, que se referia a uma batalha pela definição dos limites de Santa Catarina, onde o exército combateu

Parte dessa população, sem acesso a terra, passou a se estabelecer nas cidades, sob outras formas de relações de trabalho. Além da expropriação, o cenário das fazendas mudou significativamente entre meados dos anos 1940 e fins dos anos 1970. O aumento do consumo de madeira fez com que se multipliquem as serrarias na região em busca da Araucária. Tal período ficou conhecido como o "ciclo da madeira", que arrefeceu com a diminuição das florestas de Araucária. As serrarias e as indústrias de celulose que foram implantadas diminuíram a importância das elites pecuaristas. Representavam uma forma de ascensão social tornando os peões de estância mais próximos de trabalhadores urbanos (com renda, alguns direitos sociais e principalmente com o aumento do convívio social nas vilas em torno de serrarias e na migração para as cidades). No entanto, para Fert Neto (1993), houve continuidades e descontinuidades nas relações clientelistas na passagem do camponês-caboclo para o operário-industrial[14].

> (...) para a empresa tratava-se de uma adaptação, uma mediação, das estratégias gerenciais às condições subjetivas encontradas (as relações de clientela). Para os operários, com o imaginário ainda no mundo camponês, tratava-se da continuidade das relações de clientela sob uma nova situação objetiva. Ou seja, as relações fabris instalam-se dentro de um sistema de poderes que têm seus *habitus* incorporados, e esses *habitus* vão se reproduzir nas relações de poder na fábrica (Fert Neto, 1993, p. 99).

O "ciclo da madeira" também atraiu trabalhadores vindos do Rio Grande do Sul, principalmente trabalhadores de serraria, mas também ligados a outros serviços. Peixer (2002) afirma que as migrações de trabalhadores do campo e imigrantes vindos do Rio Grande do Sul se refletiram na ocupação do espaço da cidade de Lages, cidade caracterizada pela autora como polo regional. Os trabalhadores migrantes de vilas e comunidades da região se espalharam em bairros nas vias de acesso a cidade. Já os imigrantes, na maioria de descendentes de italianos, constituíram um bairro na principal via de acesso da cidade (Bairro Coral), que segundo a autora, devido às disputas políticas e sociais com a elite tradicional da cidade tornou-se um espaço social desvinculado do centro da cidade. Desvincular-se do centro significava desvincular-se das elites tradicionais, que eram vistas como não afeitas ao "progresso", um ideal típico de imigrantes italianos e alemães no sul do Brasil.

Para além dessas mudanças ocorridas com o "ciclo da madeira" deve-se ter em conta que não apenas de "ciclos" se vive aí. Pois, no período anterior ao "ciclo da madeira" as matas também eram exploradas. Floriani (2007) demonstra isso em sua pesquisa. Para ele:

> [...] a análise de escrituras de terra das primeiras décadas do século XX revelaram que havia uma diversidade de representações do solo, distanciando-se do consenso homogeneizador produzido em torno das grandes fazendas dedicadas à pecuária, pois nas menores parcelas de terra, a diversidade de uso da terra (a própria vocação de áreas florestais manejadas para uso agrícola através da coivara) e a importância de variados recursos disponíveis (pedras, fontes de água e florestas) eram refletidos nas escrituras, pois eram fundamentais para uma estrutura voltada à subsistência em áreas de terra menores. Outra diferenciação clara nas escrituras revela a distinção de atributos do solo presentes na região, seja pela ocorrência de pedras de tipos diferentes (de areia, ou pedra ferro), do tipo de vegetação e da vocação deste solo frente a leitura da época (Floriani, 2007, p. 1999).

"fanáticos" guiados por monges. Pinheiro Machado (2001) prefere considerar tal conflito como "Guerra Sertaneja no Contestado". Vale assinalar que "a ocupação territorial do Planalto Catarinense, desencadeada pelo governo central através da construção da estrada de ferro (1912), da concessão de terras devolutas do Estado aos grandes proprietários e às empresas colonizadoras, a partir do início do século, e a disputa por território entre as Províncias do Paraná e Santa Catarina (1853-1916), resultaram, de um modo ou de outro, na expropriação da população cabocla que, privada de seus espaços, veio a constituir a principal base social da Guerra do Contestado (idem, p. 58)".

14 O autor enfatiza que a noção de clientelismo político teve mais ênfase no Brasil para o estudo do coronelismo característico da primeira republica, vide o clássico *Coronelismo, Enxada e Voto* de Vitor Nunes Leal, mas o clientelismo manteve-se como elemento em jogos de poder em diferentes níveis e hierarquias.

De fato, se o "ciclo da madeira" e a pecuária tornaram-se símbolos regionais não foi por acaso. Heredia (2001), em uma investigação similar no sul de Alagoas, na qual analisou como as terras onde pequenos produtores faziam seus roçados, localizadas nos chamados tabuleiros, foram consideradas "livres" pelos grandes proprietários quando esses expandiram suas plantações nos anos 1970 e 1980. "Livres" porque não havia aí um "produto" como a cana (ou como o gado e a araucária, no caso da região serrana de Santa Catarina). A autora aponta conclusões que são pertinentes também aqui.

> [...] as denominações que aparentemente levam em conta critérios objetivos – como, por exemplo, a de região – expressam, em sua construção conceitual, determinados interesses econômicos e políticos. De certa maneira, as regionalizações acabam "naturalizando" a associação entre região e um produto dominante. Na pratica, os de mais produtos são excluídos e, por derivação, as relações sociais que eles expressam; isto é, elimina-se a presença de seus produtores (Heredia, 2001, p. 180).

A pertinência dessa observação aqui não se faz tanto para "desnaturalizar" a região, mas muito mais pra situar a relevância das grandes fazendas de gado para a região serrana de Santa Catarina. Como símbolos regionais, estiveram elas na dianteira do turismo que veio a ser praticado no "mundo rural" regional desde os anos 1990, bem como estão presentes na emergência da produção e consumo de vinhos "finos" que se dá em terras que já foram um dia grandes fazendas.

Os vinhos "finos" em São Joaquim

No "mundo dos vinhos" a identidade do viticultor brasileiro ainda é uma incógnita, visto que a associação antiga do vinho aos imigrantes italianos ou aos descendentes destes é considerada apenas no Brasil. A ascensão dos produtores de vinhos "finos" de altitude em diferentes regiões de Santa Catarina, que se pretendem afirmar no contexto global enquanto tal, podem ser a primeira vista equiparados a imagem de viticultores do "novo mundo", sobretudo a chilenos ou argentinos. Definitivamente, o "colono" produtor de vinho dá lugar ao "investidor", ao "empresário", ao "amante do vinho", enfim, a vários outras figuras que despontam nesse meio[15]. No entanto, essa história também é marcada pela recente incorporação dos vinhos "finos" ao rol das bebidas pelas quais cada vez mais consumidores com alto poder aquisitivo se interessam. Nesse sentido, é pertinente expor algumas observações e uma entrevista, realizadas em um dos principais locais de venda e consumo dos vinhos de altitude em São Joaquim. Vilson é um experiente comerciante de bebidas em São Joaquim. O local onde estão concentradas sua distribuidora de bebidas e a loja de vinhos fica no centro da cidade. É um prédio de dois pisos, com extensão considerável para os fundos, com a pintura em diferentes cores de tom vinho. Eu sabia de antemão que Vilson trabalhava tanto com cerveja como com vinhos, mas nas vezes que o visitei, no piso térreo da loja, onde estão os vinhos para comercialização direta e degustações, não havia qualquer vestígio de cerveja.

Na entrevista formal que realizei com Vilson, o mesmo me recebeu em seu escritório num clima de certa resistência. Sentado em sua frente, em cadeiras relativamente suntuosas, assim como era o caso da mesa que estava em frente e do armário que ladeava a mesa, minha situação era de uma posição abaixo de alguém mais poderoso. Não sei bem qual o poder que nos separava, mas certamente o econômico, porque aqueles vinhos todos que estavam naquela loja, a rede de contatos tanto entre compradores "comuns" de cerveja como entre compradores "finos" e os funcionários que nos primeiros momentos da entrevista entravam e saiam do escritório recebendo ordens, deixavam eu e minha caderneta de campo apequenados. Outro poder certamente é o controle que um comerciante experiente tem de situações de contato com estranhos. Do alto dos seus aparentemente setenta e poucos anos, Vilson se mantinha sério e tranquilo em minha frente.

Passado o primeiro papo sobre o tempo, resolvi logo me apresentar. Falei-lhe que minha pesquisa tratava dos

---

15 Tem sido marcante nesse processo a ativa presença de pesquisadores das empresas públicas de pesquisa, principalmente agrônomos e enólogos das Estações Experimentais da Epagri de São Joaquim e Videira, mas também da Embrapa Uva e Vinho de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul (Cf. Cordeiro, 2006).

aspectos culturais do vinho em São Joaquim, ou que lhe traduzi especificamente como a visão que se tem sobre os vinhos de altitude. Vilson se manteve numa posição bastante cuidadosa enfatizando que os pesquisadores da Epagri eram as pessoas que bastariam ser consultadas por mim. Ele não teria nada a acrescentar. Por um momento fiquei sem saber direito como reagir a essa negativa. Sem muito pensar falei que ele, como comerciante de vinhos, teria uma visão sobre os vinhos de altitude que seria interessante para a minha pesquisa. A partir de então Vilson começou a se soltar e a falar sobre sua experiência.

Inicialmente disse que há "16 anos atrás inventou a loja do vinho". Seus filhos foram contrários e lhe disseram que estaria "louco da cabeça". Segundo ele, nessa época vendia muito pouco vinho e iniciou a loja sem saber que o vinho em São Joaquim "teria um progresso tão violento". Em seu modo de ver foi coincidência ter começado a trabalhar com vinhos e logo depois acontecido o que aconteceu. O que o levou mesmo a começar com vinhos foi que "o que tinha que fazer com cerveja eu já fiz". Foi então, quando Dilôr Freitas, que estava construindo a Villa Francioni, começou a frequentar sua loja e tornaram-se amigos[16]. Viajava com Dilôr para Bom Retiro, onde o mesmo havia plantado os primeiros vinhedos, e o mesmo frequentava sua loja, indicando vinhos a ele para serem trazidos para a mesma. Mas, Dilôr o alertou, "não pensa que vai vender pelo mesmo preço dos outros vinhos". Foi então que Vilson começou a se interessar por vinhos "finos", sem deixar de trabalhar também com vinho comum e cerveja. Desde então ele e seu filho fizeram cursos de enologia e foram se especializando.

Hoje a loja de Vilson é uma referência quase obrigatória para quem procura vinhos "finos", especialmente vinhos de altitude em São Joaquim. Uma das salas de degustação das quais dispõem em sua loja é na prática dedicada inteiramente aos vinhos de altitude. No centro da sala estão expostos vinhos das principais vinícolas, todos numa faixa de preços próxima aos quarenta reais. Segundo Vilson, pela qualidade destes vinhos, são baratos em comparação com equivalentes importados. Este é um aspecto central na ampliação do consumo de vinhos "finos" no Brasil, o alto preço dos vinhos nacionais em comparação aos importados. Vilson procura demonstrar que há vinhos mais baratos nacionais, ainda pouco conhecidos.

A afirmação dos vinhos de altitude em relação aos vinhos de outros lugares é um aspecto central para Vilson, assim como separação entre o mundo dos "finos" e dos "comuns". Uma separação expressa não apenas nos espaços para cada tipo de bebida, como mencionado anteriormente, mas também o tratamento dado aos clientes que acessam um espaço ou outro da loja é de qualidades diferentes. Os clientes que acessam a parte da frente são atendidos pelo próprio Vilson e por seu filho, advogado de formação que prefere não exercer a profissão para se dedicar aos vinhos, apresentados ao conhecimento enológico e ao restaurante fino da cidade. A figura do vendedor de bebida é de boa aparência, barba feita e cabelo arrumado, nada lembrando o despojamento que inspira o consumo de cerveja.

Os vinhos em Quincy

O viticultor francês tem uma identidade bem definida no "mundo dos vinhos". Ao contrário de São Joaquim no Brasil, a transformação de Quincy na França em uma região produtora de vinhos teve um quadro ao qual se espelhar com certa nitidez. É claro que isso se dá em contexto histórico específico. Porém, cabe trazer esse contexto aqui porque o "velho mundo" é correntemente exemplo de como se deve ser, sem considerações sobre o contexto em que isso ocorre. Ressalto aqui o contexto cultural, em que determinadas imagens sobre os vinhos e os viticultores são formadas.

Até o início da década de 1990 os vinhos de *Quincy* não eram considerados vinhos de boa qualidade. Em conversa com um morador de *Vierzon*, cidade próxima à *Brinay*, não ligado direta ou indiretamente à produção de vinhos, o mesmo me disse que o vinho de *Quincy* "dava dor de cabeça". Quando ouvi isso instantaneamente me veio à cabeça a imagem corrente no Brasil do que seria um vinho que dá dor de cabeça e a incompatibili-

16 Dilôr era um empresário bem sucedido na indústria de cerâmicas, principal acionista e criador da Cecrisa, atual Eliane, empresa líder no mercado nacional de pisos e azulejos, quando resolveu criar a vinícola Villa Francioni. Ele impulsionou os vinhos "finos" de altitude em Santa Catarina.

dade da mesma com a imagem de um vinho francês no país. No Brasil, pelo menos até os dias atuais, jamais um vinho que "dá dor de cabeça" seria um vinho francês. Nos dias de hoje, além de fazerem parte da transformação no universo dos vinhos franceses, os produtores de vinhos de *Quincy* começam a estabelecer conexões para exportar seus vinhos ao Brasil. Dito isto, pode-se indagar o que se passou com essa AOC nesse intervalo de tempo.

Apesar de ser uma nova região para o mundo dos vinhos, a AOC *Quincy* foi a primeira a ser instituída na região central da França em agosto de 1936, juntamente com aquelas que hoje compõem os vinhedos do Centro-Loire, onde às margens do rio *Cher* estão os vinhedos de *Quincy* e *Reuilly* e as margens do *Loire* os vinhedos de *Coteaux du Giennois*, *Pouilly*, *Menetou-Salon*, *Châteaumeillant* e *Sancerre*, este último o mais reconhecido (Figura 01). Àquela época os vinhedos vinham sendo reconstituídos após a devastação ocorrida por conta do ataque de filoxera, o inseto ***Daktulosphaira vitifoliae***, no final do século XIX, e boa parte das condições técnicas de produção, como a definição de qual variedade seria a ideal, que caracterizam tais AOCs foram definidas.

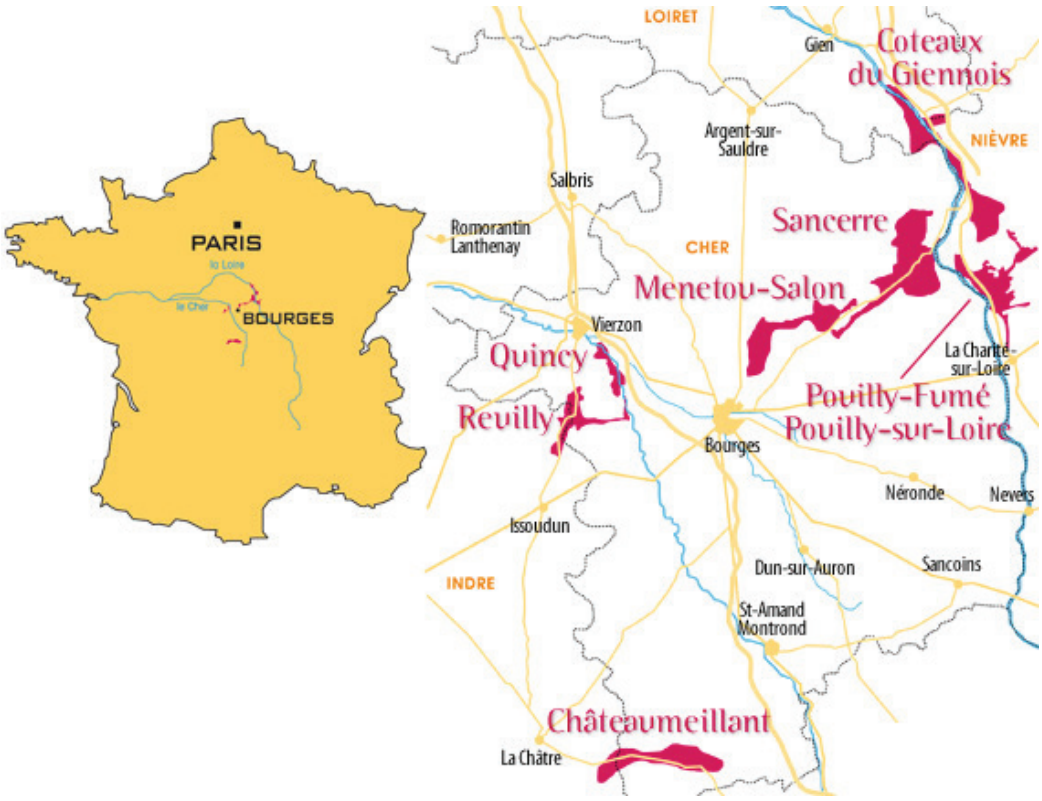

Figura 05: Os vinhedos do Centro-Loire.

Fonte: http://www.vins-centre-loire.com/vignobles/carte.jpg – acesso em 19/11/2012

O vinhedo de *Quincy* havia sido consideravelmente reduzido após o ataque de filoxera. Como o município de *Vierzon* havia se tornado um polo importante da indústria siderúrgica no início do século XX, abrigava a "*Société Française de Matériel Agricole et Industriel*", muitos agricultores deixaram o campo para trabalhar na indústria, ao mesmo tempo em que os municípios do entorno, dentre os quais *Brinay* e *Quincy*, tornaram-se locais de produção de cereais, pois com a modernização tecnológica do século XX as propriedades rurais foram especializadas. Seria uma geração posterior, vivendo o meio especializado da agricultura local, que retomaria a produção de vinhos em *Quincy*.

Durante sete semanas entre os meses de setembro e outubro de 2012 vivi o dia a dia de uma *ferme* em Brinay, na qual a viticultura tem uma presença considerável. As traduções mais comuns para *ferme* em português são exploração agrícola, quinta agrícola, fazenda ou propriedade rural. Está última talvez seja a mais adequada no português brasileiro, mas ao invés de traduzir prefiro investir na descrição deste e de outros termos que são correntes no contexto em questão e que se fossem traduzidos por outros termos correntes em português per-

der-se-ia em conteúdo explicativo. Por isso, pretendo descrever os significados deste e de outros termos para discutir algumas questões a partir do contexto de trabalho de campo.

Segundo o dicionário *le Petit Robert de la langue française*, *ferme* vem de *fermer* que significa "estabelecer de maneira firme, fixar". É um termo do direito, relacionado à locação (*louage*). É desse significado que provém um dos sentidos do termo *ferme*, afeito ao contexto em questão, o direito de desfrutar um *domaine agricole* entregue pelo proprietário para alguém mediante um pagamento em dinheiro ou não[17]. Enquanto em outro sentido, por extensão, uma *ferme* é toda exploração agrícola em si[18]. Este último sentido não necessariamente se contrapõe ao primeiro, mas o deixa implícito, pois um *domaine agricole* é também uma exploração agrícola. No entanto, um *domaine agricole* não é apenas uma exploração agrícola. *Domaine* vem do latim *dominium* que significa propriedade. O *le Petit Robert de la langue française* coloca o sentido de propriedade sobre a terra em primeiro plano[19].

A *ferme* na qual vivi faz parte de uma *domaine* e, muito embora não fosse necessário saber todos os dias se eu estava em uma *ferme* ou em um *domaine*, nesse texto isso tem certa importância. Vivi este período no *Tremblay*, onde moram Chantal Wilk e Jean Tatin, que me receberam na condição de estagiário de sua exploração agrícola e vitícola. Logo descobri que *Le Tremblay* é o nome do *lieu-dit*, uma localidade rural do município de *Brinay* e, também, a sede do *Domaines Tatin* e o nome de um dos *millésimes* do referido *Domaine*[20]. Fazem parte dos *Domaines Tatin* os *domaines Les Ballandors, Le Tremblay* e *Les Demoiselles Tatin*. Todos dão nome a um *millésime* produzido pelos *Domaines Tatin*, os dois primeiros advindos do início da produção do casal Wilk-Tatin. Já o último, produzido na AOC *Reuilly*, se refere à inserção recente de uma de suas filhas, Maroussia Wilk Tatin, ao *Domaines Tatin.*

A *ferme* do *Tremblay* existe há bastante tempo, segundo Jean desde a época medieval, quando os *lieux-dits* eram áreas destinadas pelos senhores feudais para os camponeses que trabalhavam para si. Já o *Domaine du Tremblay* e os demais que compõem os *Domaines Tatin* foram criados recentemente. Há vinte anos, quando Jean e Chantal, os dois agrônomos, deixaram seus empregos em Paris para retomar uma das propriedades dos pais de Jean e se estabelecerem na agricultura. Desde então, produzem não apenas vinhos, mas também cereais (canola, milho e trigo), sendo que os vinhos tornaram-se uma parte importante do conjunto da produção recentemente.

Assim, muito embora a criação do *Domaines Tatin* se deva a questões de ordem jurídica e econômicas associadas à organização da produção e da comercialização, deve-se também a um esforço cultural de estabelecimento da família Wilk-Tatin como produtores de vinho. *Domaines Tatin* é ao mesmo tempo uma figura jurídica e um ente cultural que reagrupa os diferentes *domaines.* O ente cultural, que interessa a este trabalho, não é estritamente um entre o clássico modelo francês, tampouco é algo completamente novo. O clássico modelo de transmissão do nome de família aos herdeiros, o qual garante valor de mercado aos vinhos, como é o caso da

---

17 "Convention par laquelle un propriétaire abandonne à qqn pour un temps déterminé la jouissance d'un domaine agricole, moyennant une redevance en argent ou en nature (surtout dans *à ferme*). *Donner ses terres à ferme.* "affermer; affermage . *Bail à ferme.*"

18 "Exploitation agricole donnée à ferme; cour. Toute exploitation agricole. Þdomaine, métairie . *Exploiter une ferme. Les grandes fermes de la Beauce. Les grandes fermes d'Amérique du Sud* (Þestancia, fazenda, hacienda)*, des États-Unis* (Þranch). *Les fermes d'un kolkhoze, d'un sovkhoze, d'un kibboutz. — Ferme agricole, ferme d'élevage, ferme viticole.* Par ext. *Ferme aquacole, marine* (Þaquaculture). *— Bâtiments d'une ferme :* maison d'habitation, bâtiments réservés aux animaux, aux récoltes, etc. (Þécurie, étable; cellier, fenil, grange, hangar, remise). *Cour de ferme.* Þbasse-cour. *— Valet, fille de ferme :* domestiques employés aux travaux de la ferme. *— Lait, beurre de ferme.* Þ fermier".

19 "Terre possédée par un propriétaire. Þ2. bien, fonds, propriété, terre. *Étendue d›un domaine. Domaine de cent hectares. Bois, forêts, chasses, prairies, pâturages, métairies, fermes composant un domaine. Domaine agricole.* Þexploitation. *Domaine vinicole.* Þ1.château, 2.clos. *Petit domaine.* Þenclos. *Domaine familial.* Þhéritage, patrimoine. *Les latifundia, grands domaines de l'Italie antique. Domaine féodal.* Þfief. Hist. *Domaine de la couronne:* domaine d'abord confondu avec les possessions familiales du roi de France (sous les Capétiens), puis proclamé inaliénable (édit de Moulins, 1566)".

20 Cada *millésime* se refere à colheita de determinado ano e de determinada parcela de produção.

Maison Latour[21], por exemplo, não se adequa a esta realidade. Porém, a afirmação do nome de família é um recurso importante para a valorização dos vinhos, pois os adequa ao clássico modelo francês, ao mesmo tempo em que é indispensável para afirmação de que se é viticultor francês ou viticultora francesa. A presença do sobrenome indicando que o produto tem origem na produção de uma família, mesmo que essa não tenha mais do que duas décadas de história no ramo, é fundamental para o reconhecimento.

Em uma dada ocasião tive a oportunidade de acompanhar Maroussia em um encontro com compradores Norte-Americanos, sobretudo importadores, onde esse reconhecimento foi mais claramente evidente para mim. O encontro foi organizado pelo *Centre International* (CI) da **Chambres de Commerce et d'Industrie de la région Centre** (CCI) em parceria com uma organização internacional de serviços em comércio. Os *Domaines Tatin* foram convidados para este evento, no qual participaram produtores que representavam todas as AOCs da região Centro-Loire. Os compradores Norte-Americanos já haviam também tido encontros semelhantes com produtores de outras regiões, em uma espécie de tour que estavam fazendo pelo país. O objetivo deste encontro era proporcionar um contato entre produtores e compradores, os primeiros com o intuito de conquistar novos compradores e os segundos de descobrir novos vinhos. Em suma, era um momento onde o mercado estava sendo colocado em ação.

O cenário principal para esta concretização do mercado foi organizado pelo CCI CI *région Centre*, que conectou os viticultores de sua região de abrangência aos compradores Norte-Americanos, por meio de uma empresa especializada. O CCI CI *région Centre* sediou o evento em duas salas do *Lycée Viticole de Bourges*. Em uma delas foram distribuídas ao longo do perímetro da sala mesas sobre as quais os produtores expunham seus vinhos e materiais de divulgação. A mesa era também o móvel que fixava frente a frente o viticultor (a) e o comprador (a). O primeiro permanecia em sua mesa, do lado externo do perímetro, com parte dos vinhos abertos (além de uma escarradeira, copos e um recipiente para manter as garrafas frescas), esperando os compradores que seguiam um fluxo mais ou menos definido, uns começando em um ponto e outros em outro, quebrado por encontros entre eles ou por duas mesas colocadas no centro da sala.

O momento do encontro entre viticultor (a) e comprador (a) era a ocasião planejada para que o segundo conhecesse o vinho do primeiro. Em boa parte do dia acompanhei Maroussia nesta atividade. Estávamos em uma das mesas do centro, o que nos fez esperar que os compradores passassem em outras mesas antes. Pouco a pouco os mesmos foram chegando. A paciência é algo fundamental nesta hora. Espera-se o momento em que o comprador chega, pois como é praticamente lógico, não há nesse tipo de encontro um horário definido para cada contato. Cada contato tem tempo variável, tendo ambos os participantes certa autonomia para o controle do diálogo. Era visível que nem todos usavam esta autonomia da mesma maneira, sendo que ao longo do dia era possível identificar que havia tanto produtores como compradores com diferentes níveis de rigor no uso desta autonomia.

No começo no dia não havia outra coisa a fazer a não ser se resignar à espera ao redor da mesa, sempre com um bom sorriso e pronto para ser gentil. Maroussia assim estava ali, apesar de no cotidiano eu vê-la sempre apressada de um lado para outro. Um detalhe é que se espera sem saber se destes contatos resultarão operações comerciais. Não tem como prever se dali sairão futuros parceiros comerciais. Tampouco é afirmado algum contrato ali. Diante disso, ao mesmo tempo em que via que Maroussia não estava em sua atividade preferencial, a pergunta que inevitavelmente martelava em minha cabeça era o que fazia com que aquelas pessoas estivessem ali, a maioria delas dedicadas a cumprir com rigor os diferentes momentos que se seguiam naquele dia?

Havia um roteiro para o encontro, planejado pelo CCI CI *région Centre*, que se desenrolava com certa automaticidade. O contato é basicamente uma experiência de degustação de vinhos, coisa que pra quem é profissional deste meio é uma atividade cotidiana. O comprador prova todos – ou quase todos – os vinhos que o viticultor presume que pode interessar para os consumidores que o primeiro atinge, sobre os quais um perfil geral o comprador apresenta ao viticultor no primeiro momento do contato, ao que se segue uma apresentação das características do vinho pelo viticultor. Na sequencia o comprador prova, colocando o vinho na boca e se utilizando

---

21 Como relata Garcia-Parpet (2009) o fundador da *Maison Latour*, hoje tradicional casa de produção e comércio de vinhos na França, Louis Latour, fornece o nome a todos os herdeiros do sexo masculino dessa família, como uma das formas de garantir a continuidade da tradição.

de técnicas de degustação para decifrar as características do vinho. Em seguida, o vinho é escrachado em uma escrachadeira e passa-se para o próximo vinho, repetindo-se o processo.
Na metade da tarde praticamente todos os contatos possíveis e desejados já tinham acontecido. A maioria dos importadores apresentava certo cansaço. Mas, alguns contatos rendiam conversas mais demoradas. Via-se que alguns compradores voltavam a conversar com determinados viticultores. Era o momento de "*faire du social*" como disse Maroussia. O restante da programação incluía uma visita *in loco* a um viticultor. Nesse caso o próprio Jean Tatin assumiu o papel de viticultor francês. Estava programado um jantar no *Tremblay* e antes disso Jean apresentou o vinhedo de Quincy. Informações sobre a geologia do solo, a geografia do terreno e a recepção na casa da família compunham um quadro da imagem do viticultor francês. Ao final do jantar, Bruno Rottreau, conselheiro do CCI CI *région Centre* disse para Chantal, "*merci pour l'accueil, vous avez bien reussi de presenter le cadre familial français qu'ils trouvent en Bourgogne, en Bordeaux*".
Não sei se Chantal, a quem se endereçou Rottreau também pensou o mesmo, mas para mim esta afirmação de Rottreau caiu como uma luva para encerrar aquele dia. Pois, por mais que os compradores Norte-Americanos estivessem na França com viticultores franceses, era preciso satisfazê-los com experiências francesas que se supunha que esperavam. Entretanto, Jean Tatin não é Louis Latour, *Quincy* não é *Bourgogne* ou *Bordeaux*. No máximo poder-se-ia dizer que Jean, Chantal e Maroussia eram ambos Louis Latour. No mínimo posso dizer que os três eram franceses e viticultores, tecnicamente seus vinhos haviam sido testados e possivelmente galgariam mais espaço nos mercados norte-americanos a partir daqueles contatos.

Considerações finais

Numa manhã de céu cinza, estava eu na loja da vinícola Villa Francioni situada em sua sede a oito quilômetros da cidade de São Joaquim, às margens da rodovia que liga esse município à Lages. Dali, através de uma vidraça que se estendia praticamente em todo o pé direito, se podia enxergar desde os vinhedos da vinícola logo abaixo às colinas verdejantes de pastagens mais ao longe, provavelmente em terras de fazendas seculares. As próprias terras da Villa Francioni ainda lembram uma dessas fazendas, apesar de atualmente estarem recortadas pelos acessos aos vinhedos e a cave, e, sobretudo pelos terraços que sustentam os vinhedos. Se eu ali fosse um pintor e não um antropólogo certamente aquela visão poderia tornar-se paisagem de uma pintura, como afinal de contas tem se tornado para alguns pintores locais. Aliás, a loja toda é pensada como um atelier de arte, pois os vinhos são pensados como obras de arte.
Além de mim mesmo, ali os únicos estranhos eram os funcionários. Estranhos, de fato. Um rapaz que servia vinhos para degustação a um grupo de mulheres e uma adolescente de classe média deixava entrever certo desajuste de sua presença. Seus movimentos eram milimetricamente treinados. Não havia naturalidade de gestos e expressões corporais. Se apenas segurasse uma garrafa com uma mão, sem servir nem trocar de garrafa, poderia ser confundido com uma estátua humana, tamanha rigidez de seu corpo nos momentos em que fazia isso. Apenas nesses momentos era possível ouvir sua voz, ao falar um discurso pronto sobre o vinho que seria degustado. Ao terminar de servir, nenhuma palavra de apreciação sobre as características do vinho era trocada entre as mulheres e a adolescente e o rapaz. Elas também contribuíam para a situação, pois estavam a descobrir um universo que lhes era estranho. Entretanto, não havia da parte do rapaz iniciativas para lhes instigar a descoberta desse universo. Enquanto elas riam de si mesmas, ele buscava a próxima garrafa a ser degustada.
Esse rapaz, caso cometer algum erro, poderia lhe ser prontamente imputado os defeitos da *cultura* serrana. Defeitos que derivam da falta de qualificação para o trabalho, em uma visão que não considera o serrano como empreendedor, ao fim e ao cabo sem os valores capitalistas, logo uma barreira ao desenvolvimento regional. Pode-se aqui fazer um paralelo com as massas de migrantes rurais na China, as quais servem de reserva móvel de mão de obra barata para áreas urbanas e zonas de processamento de exportação.

> The valuing of this labor operates according to a circular logic of value coding. Migrant labor is devalued as having "low quality" (*suzhi di*). Not only does it lack value, but its sheer massiveness—its excess quantity—represents an overwhelming obstacle to modernization. At the same time, the undervaluation of migrant labor is

> what allows for the extraction of surplus value enabling capital accumulation (Anagnost, 2004, p. 192-193).

A situação em São Joaquim é muito semelhante. O trabalhador rural, largamente empregado nos pomares de maçã, tem sido visto como sem qualificação para trabalhar com turismo ou vinho. É comum ser visto como um obstáculo à modernização local. Contudo, essa subvalorização do trabalhador rural permite a extração de mais valia que possibilita a acumulação de capital, sobretudo em outras atividades econômicas que não com a produção de vinho, como a própria indústria da maçã. De todo modo, para o "mundo do vinho" em São Joaquim, parece estar claro que: "the latent capacities of the human body are expressible in a rhetoric of development. It is self-development that "qualifies" neoliberal subjects, so that the actualization of the body's latent potentialities becomes an expression of value (Anagnost, 2004, p. 201)".

Referências bibliográficas

AGAMBEN, G. *Potentialities*: Collected Essays in Philosophy. Edited and Translated with an introduction by Daniel Heller-Roazen. Stanford, California: Stanford University Press, 1999.

ANAGNOST, A. The Corporeal Politics of Quality (Suzhi). *Public Culture*, Volume 16, Number 2, Spring 2004, p. 189-208.

BLOEMER, N. M. S. *Brava gente brasileira*: migrantes italianos e caboclos nos Campos de Lages. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

COMUNELLO, F. J. *Trabalhar com Agroecologia*: movimentos sociais e mercados no circuito de maçã agroecológica em São Joaquim/SC. Dissertação (Mestrado). CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 2010.

COMUNELLO, F. J. *Em busca do frio:* o turismo na região serrana de Santa Catarina. Tese (Doutorado). PPGAS/UFRGS. Porto Alegre/RS, 2014

CORDEIRO, W. *A vitivinicultura em São Joaquim – SC*: uma nova atividade no município. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (CCA/UFSC), Florianópolis/SC, 2006.

DEMOSSIER, M. Beyond *Terroir*: territorial construction, hegemonic discourses, and French wine culture. *Journal of the Royal Anthropological Institute* (N.S.) 17, 2011, p. 685-705.

DORNELES, E. B. *Gramado*: a produção e consumo de uma imagem de cidade europeia no sul do Brasil. Dissertação (Mestrado). PPGAS/UFRGS. Porto Alegre/RS, 2001.

ELIAS, N. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorger Zahar Editor. 2 ed., vol. 1, 1994.

FERT NETO, J. *O clientelismo nas relações de trabalho capitalistas*. Dissertação (Mestrado). PPGS/UFRGS. Porto Alegre, 1993.

FLORIANI, G dos S. *História Florestal e Sócio-Lógica do Uso do Solo na Região dos Campos de Lages no século XX.* Dissertação (Mestrado). CAV/UDESC. Lages. 2007.

FREITAS, C. A. Qualidade nas alturas. *Agropecuária Catarinense,* v.23, n.3, p. 19-24, nov. 2010

FRIEDMAN, K. E; FRIEDMAN, J. Introduction. In: *Historical Transformations*: The Anthropology of Global Systems. AltaMira Press. Lanham, 2008, p. 1-28.

GARCIA, A. e PALMEIRA, M. Rastros de Casas Grandes e Senzalas: Transformações Sociais no Mundo Rural Brasileiro. In: I. SACHS, J. WITHEIM e P. S. PINHEIRO (orgs.). *Brasil*: Um Século de Transformações. São Paulo, Companhia das Letras, p. 38-77, 2001.

GARCIA-PARPET, M-F. Le marché de l'excellence: le classement des grands crus à l'épreuve de la mondialisation. *Genèses*, 56, sept. 2004, p. 72-96.

GARCIA-PARPET, M-F. *Le marché de l'excellence* : les grands crus à l'épreuve de la mondialisation. Paris : Éditions du Seuil, mars 2009.

HEREDIA, B. M. A. de. Região regiões: visões e classificações do espaço social. In: ESTERCI, N; FRY, P; GOLDENBERG, M. (Orgs.). *Fazendo antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 167-188, 2001.

MILLER, D. Coca-Cola: a black sweet drink from Trinidad. In: MILLER, D. (Ed.). *Material cultures*. London: UCL Press: University of Chicago Press, 1997. p. 169-187.

PEIXER, Z. I. *A cidade e seus tempos*: o processo de constituição do espaço urbano em Lages. Lages: Editora Uniplac, 2002.

PINHEIRO MACHADO, P. *Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916*. Tese (Doutorado). Departamento de História, Unicamp. Campinas/SP, 2001.

SCHMIDT, W. *O setor macieiro em Santa Catarina* – formação e consolidação de um complexo agroindustrial. Dissertação (Mestrado). UFRRJ. Itaguaí/RJ, 1990.

SEBRAE/SC. *Santa Catarina em Números*: Macrorregião Serra Catarinense/Sebrae/SC. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013.

TRUBEK, A. *The taste of place*: a cultural journey into terroir. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, California, 2008.

Culturas inventariadas: reflexões antropológicas acerca dos processos de patrimonialização de bens imateriais no Brasil [1]

Sara Santos Morais [2]
sarasmorais@gmail.com

Resumo: Este texto reflete sobre aspectos do processo de produção das pesquisas produzidas no âmbito do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Serão apontadas as primeiras linhas norteadoras da investigação vindoura sobre as antropologias que são – ou não são – feitas em Inventários de patrimônio imaterial. A comunicação está pautada em tópicos relativos ao processo de implantação institucional da política de patrimônio imaterial (através do Decreto 3.551/2000), a utilização da noção de referências culturais nos INRC's e as implicações conceituais advindas das pesquisas realizadas nesse contexto. Seu objetivo mais geral é levantar questões para se refletir sobre as maneiras como termos, ideias e conceitos da antropologia têm sido utilizados por antropólogos no âmbito de pesquisas sobre patrimônio imaterial contratadas pelo Iphan.

Palavras-chave: patrimônio imaterial; INRC; referências culturais; política pública; teoria antropológica.

O trabalho com patrimônio imaterial tem fascinado e mobilizado muitos antropólogos que se envolveram profissionalmente nos últimos anos com o tema no Brasil. Com o advento do Decreto 3551/2000, que instituiu o Registro dos bens culturais de natureza imaterial e criou o PNPI (Programa Nacional de Patrimônio Imaterial), os cientistas sociais brasileiros se depararam com um novo reduto profissional de possibilidades de inserção no mercado de trabalho e no aparelho do Estado. Muitos deles, afeitos a temas semelhantes aos que vieram a ser incluídos nas pesquisas encabeçadas pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), já os discutiam em outras esferas, como instituições universitárias, ONGs, grupos culturais autônomos, fóruns culturais ou no próprio Instituto. Outros, entusiasmados com a existência de um concurso público para o órgão, com vagas específicas para sua área de atuação[3], ingressaram como servidores efetivos, integrando o corpo de técnicos que passariam a lidar com um universo de questões, problemas, metodologias de pesquisa e produção de conhecimento que se alinham ao conceito de *referências culturais* descritas nos *Inventários*.

Trata-se, este texto, de apontamentos iniciais de uma pesquisa em refinamento acerca do processo de produção das pesquisas produzidas no âmbito do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Serão traçadas aqui as primeiras linhas norteadoras da reflexão vindoura sobre as antropologias que são – ou não são – feitas em Inventários de patrimônio imaterial. Esta comunicação está pautada em tópicos relativos ao processo de implantação institucional da política de patrimônio imaterial, a utilização da noção de referências culturais nos INRC's e as implicações conceituais advindas de um novo espaço de trabalho para antropólogos no Estado. Seu objetivo mais geral é levantar questões para se refletir sobre as maneiras como termos, ideias e conceitos da antropologia têm sido utilizados por antropólogos no âmbito de pesquisas sobre patrimônio imaterial contratadas pelo Iphan.

---

1 Agradeço imensamente a Rodrigo Martins Ramassote pela leitura atenta deste texto e pelas sugestões de reflexões futuras.

2 Técnica em Antropologia no Departamento de Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Possui mestrado em Antropologia (2010-2012) pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, UnB, e graduação em Ciências Sociais (2005-2009) pela mesma universidade.

3 Técnico em ciências sociais, no concurso de 2005 e técnico em antropologia, no concurso de 2009.

O texto está estruturado em duas partes, além desta introdução e a seção de reflexões finais. Na seção intitulada "Referências Culturais e INRC" discuto o contexto de surgimento e utilização do Inventário e sua estreita relação com a noção de referências culturais, além de fazer uma breve explicação sobre as divisões internas que organizam o arcabouço do INRC. Na seção seguinte, "Antropólogos inventariantes e a antropologia nos Inventários", analiso questões levantadas a partir da leitura de dois inventários, quais sejam: INRC das Lidas Campeiras e INRC do Marabaixo. Tento extrair desse material um conjunto de questionamentos que me pareceram interessantes para aprimorar as reflexões ora propostas. Por último, nas Reflexões Finais, avanço a discussão no sentido de ampliar o modo de direcionar os temas propostos, sugerindo um viés epistemológico e metodológico para os próximos passos da investigação.

Tal análise será empreendida a partir de meu olhar como antropóloga e servidora efetiva do Iphan, exercendo o cargo de técnica em antropologia no Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), desde novembro de 2013. As discussões deste Grupo de Trabalho serão fundamentais no sentido de expandir e qualificar a discussão sobre o tema proposto, ao permitir um espaço privilegiado de reflexão e adensamento acerca de novos olhares subscritos em políticas de patrimônio.

Desde fins dos anos de 1990, com a consolidação institucional da política de patrimônio imaterial, o Iphan vem promovendo ações de Salvaguarda – num sentido mais amplo de preservação – do chamado patrimônio cultural imaterial. Essas ações se desenvolvem, atualmente, em três eixos principais: identificação (que se realiza por meio, sobretudo, de Inventários), reconhecimento (que se dá a partir do Registro) e apoio e fomento (com a salvaguarda).[4]

Apesar de o Brasil ter trilhado um percurso bastante peculiar em relação às suas políticas de patrimônio, a discussão acerca do patrimônio imaterial no país acompanhou em grande medida as calorosas discussões sobre o tema em esferas internacionais. Como argumentou Rocha (2009), as orientações advindas das conferências e dos organismos internacionais para o campo das políticas culturais foram fundamentais, a partir dos anos 1970, para a ampliação do conceito de patrimônio cultural, de modo a abranger manifestações culturais de natureza imaterial.

Convenções, normativas, decretos e leis fazem parte do balaio de diretrizes produtoras de entendimentos sobre o tema. Em 2003, o texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial aventou, em seu Artigo 12 (Inventários), que

> 1. Para assegurar a identificação, com fins de salvaguarda, cada Estado Parte estabelecerá um ou mais inventários do patrimônio cultural imaterial presente em seu território, em conformidade com seu próprio sistema de salvaguarda do patrimônio. Os referidos inventários serão atualizados regularmente.

A partir de 1999, há pouco mais de três anos dessa Convenção, o Iphan já havia começado a utilizar o INRC como um projeto piloto, elaborado com objetivo de "identificar, documentar e registrar sistematicamente *os bens culturais expressivos da diversidade cultural brasileira*." (Iphan. Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais, 2000, p. 23). A partir daí, o Iphan não só continuou a utilizar o INRC para inventariar e identificar os mais diversos bens culturais no país, como incorporou em sua totalidade a definição de patrimônio imaterial apregoada pela Convenção:

> Entende-se por "patrimônio cultural imaterial" as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade

4 Esses eixos coincidem com as atividades desempenhadas pelas Coordenações do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) da Instituição, quais sejam: Coordenação de Identificação, Coordenação de Registro (que fazem parte da Coordenação Geral de Identificação e Registro) e Coordenação de Apoio à Sustentabilidade (que integra a Coordenação Geral de Salvaguarda).

humana. (...). (UNESCO. 2003. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, Artigo 2: *Definições*, Inciso 1.)

A Constituição Federal/1988, nos artigos 215 e 216, incluiu o patrimônio imaterial como parte intrínseca do "patrimônio cultural brasileiro".[5] Em texto de Apresentação do Manual de Aplicação do INRC, a então Diretora do Departamento de Identificação e Documentação (DID), afirma que "especialmente depois da promulgação da Constituição de 1988, que incorpora a visão antropológica (e muito mais democrática) da cultura e das noções de bem cultural, dinâmica cultural e de referência cultural, já adotadas e experimentadas pelo CNRC e pela próMemória." (Iphan. Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais, 2000, p. 7).

Algumas iniciativas e ações podem ser citadas com objetivo de mapeamento das diversas frentes acionadas para culminar no que se entende hoje como INRC e sua utilização como instrumento para identificação de bens imateriais dentro de uma política federal de reconhecimento de patrimônio imaterial. São elas: a Campanha Nacional do Folclore, na segunda metade da década de 1940 [6]; a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em 1975; o Encontro de Inventários do Conhecimento, no Rio de Janeiro, em 1995, patrocinado pelo DID, assim como as primeiras experiências com *Inventário de Referências Culturais* desenvolvidas por esse Departamento na cidade do Serro e em Diamantina; o Seminário de Fortaleza, em 1997 e a experiência-piloto de utilização do INRC no Sítio identificado Museu Aberto do Descobrimento (MADE), que abrange sete localidades em Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (BA), com coordenação do antropólogo Antônio Augusto Arantes, em 1999.

Chegar até esse ponto foi um longo processo, iniciado, se quisermos ir "às origens", em 1936, com o anteprojeto de Mário de Andrade, elaborado no contexto da criação do Iphan. O escritor modernista apontava, em proposta entregue ao ministro da Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema, em 1936, "que o patrimônio cultural da nação compreendia muitos outros bens além de monumentos e obras de arte." (Fonseca, 2003: 111). Apenas no ano 2000, entretanto, através de intensos debates acerca do tema, publica-se o Decreto 3.551, que institui a figura do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. [7] A partir desse marco,

---

5 "Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

[...]

V valorização da diversidade étnica e regional.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico." (CF/88)

6 A Comissão Nacional do Folclore (CNF), criada em 1947, vinculada ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (Ibecc), do Ministério das Relações Exteriores, ligado à Unesco, "no pós-guerra entendia o folclore como fundamento da construção de identidades nacionais e como instrumento de compreensão entre os povos". (Oliveira, 2008: 91).

7 Decreto n° 3.551, de 4 de Agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Até 2014, foram registrados os seguintes bens: Arte Kusiwa – pintura corporal e arte gráfica Wajãpi – AP (2002), Ofício das Paneleiras

> ofícios e modos de fazer tradicionais, formas de expressão (musicais, coreográficas, cênicas, literárias e lúdicas), lugares onde se concentram ou se reproduzem práticas culturais e celebrações coletivas associadas, em especial, a grupos étnicos afro-brasileiros, indígenas, descendentes de imigrantes e segmentos sociais marginalizados, passaram a ser, de modo sistemático, objeto de ações de inventários, de proposições de registros e de projetos de salvaguarda. (Ramassote, 2007: 99).

Apesar de ser veiculado como metodologia, e o próprio Manual assim denominá-lo,[8] o INRC não é, do meu ponto de vista, uma metodologia no sentido estrito do termo, pois não faz recomendações específicas sobre técnicas de pesquisa de campo, nem qualquer tipo de métodos e estratégias de pesquisas em geral. Mas esse é apenas um palpite, todavia sem reflexão à altura que o tema merece. Ao que tudo indica, ele foi concebido para ser instrumento de sistematização de dados com inserção em base informatizada, de modo a dar ampla divulgação das ações desenvolvidas pelo Iphan em relação ao seu diverso leque de bens culturais nacionais. A ideia principal, nesse sentido, era mapear o patrimônio cultural imaterial em território brasileiro através dos elementos constitutivos de sua existência.

De maneira criativa (e com qualidade, profundidade e competência) e outras vezes nem tanto, as descrições antropológicas e históricas contidas em Inventários produzidos para o Iphan assumiram contornos os mais diversos, ampliando as possibilidades de seu manejo e utilização, a despeito das intensas críticas ao INRC. Insere-se nesse contexto a atuação de pesquisadores (antropólogos, sociólogos, historiadores, geógrafos, entre outros) contratados especificamente para realizar pesquisas no âmbito desses inventários.[9]

Alerto que minhas análises nesta comunicação dizem respeito tão somente às descrições, estratégias metodológicas e opções teóricas relativas aos Inventários, e não a elementos contidos em outras esferas de patrimonialização, como os específicos a um dossiê de Registro ou às ações de salvaguarda.[10] Importante ressaltar esse ponto, pois, apesar das três esferas de atuação do DPI trabalharem juntas para a boa realização das diretrizes da política de patrimônio brasileira, cada coordenação lida de maneira mais ou menos independente com seus instrumentos e ações. As referências ao INRC, portanto, advêm da sua utilização tal como executado na Coordenação de Identificação.

---

de Goiabeiras – ES (2002), Samba de Roda do Recôncavo Baiano – BA (2004), Círio de Nossa Senhora de Nazaré – PA (2004), Modo de Fazer Viola-de-Cocho – Região Centro-Oeste (2005), Ofício das Baianas de Acarajé – BA (2005), Jongo no Sudeste – Região Sudeste (2005), Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos povos indígenas dos Rios Uapés e Papuri – AM (2006), Feira de Caruaru – PE (2006), Frevo – PE (2007), Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo – RJ (2007), Tambor de Crioula no Maranhão – MA (2007), Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas nas regiões do Serro e das serras da Canastra e do Salitre/Alto Parnaíba – MG (2008), Ofício dos Mestres de Capoeira – todos os estados do Brasil (2008), Roda de Capoeira – todos os estados do Brasil (2008), Modo de Fazer Renda Irlandesa, tendo como referência este ofício em Divina Pastora – SE (2009), Ofício de Sineiro – MG (2009), Toque dos Sinos em Minas Gerais, tendo como referência São João Del Rey e as cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes – MG (2009), Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis – GO (2010), Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro – AM (2010), Ritual Yakowa do povo indígena Enawene Nawe – MT (2010), Festa de Sant'Ana de Caicó – RN (2010), Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão – MA (2011), Saberes e Práticas Associados ao modo de fazer Bonecas Karajá – GO e TO (2012), Ritxòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá – GO e TO (2012), Fandango Caiçara – SP e PR (2012), Festa do Divino de Paraty – RJ (2013), Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim – BA (2013), Produção tradicional e práticas socioculturais associadas à cajuína no Piauí (2014) e Carimbó – PA (2014).

8 "A elaboração de uma **proposta metodológica** para tal inventário tem necessariamente como ponto de partida a conceituação de seu objeto à luz da teoria desenvolvida pelas ciências sociais sobre os processos de produção, reprodução e mudança cultural, bem como sobre os mecanismos que articulam esses processos à formação do patrimônio cultural e da memória social, e portanto – em última instância – à própria formação da nação como construção política e simbólica." (Iphan. Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais, 2000, p. 23). [grifos meus]

9 Há diferentes maneiras através das quais esses pesquisadores podem ser contratados para trabalhar com INRC: ONGs especializadas em tema específico ao Inventário, ONGs que subcontratam pesquisadores para realizarem determinado INRC, convênio com alguma esfera universitária, a exemplo de um centro de estudos, etc.

10 Atividades realizadas pela Coordenação de Registro e pela Coordenação Geral de Salvaguarda, respectivamente.

Referências Culturais e INRC

> "Por sua abrangência e significado, pode-se afirmar que o Inventário Nacional de Referências Culturais constitui o instrumento mais completo de que dispõem hoje, o Estado e a sociedade brasileira, para identificação e documentação dos bens culturais que constituem o seu patrimônio, abrindo, portanto, novas possibilidades para sua preservação".
>
> (IPHAN. Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais, 2000: 9)

O Manual do INRC, publicado no ano 2000, instrumento utilizado pelo Iphan para identificar bens culturais imateriais, embora ainda não tenha sofrido nenhuma revisão sistemática, passou por inúmeras transformações na sua utilização nesses 14 anos.[11] O termo "referências culturais" é estruturante na construção do discurso que cerceia o Inventário e demais diretrizes do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI).

A maneira como é atualmente utilizada pelos técnicos do DPI em suas apresentações (capacitações às equipes de pesquisa que utilizarão o INRC), em seus pareceres e notas técnicas, indica que a noção de "referências culturais" é mobilizada para dar conta, em termos analíticos, dos elementos da realidade social vivenciada por grupos passíveis de diferenciação e fragmentação. Assim procedendo, elementos de determinada *cultura* passam a ser transubstanciados em *bens culturais*, pelo que eles evocam em termos de unidade de sentido que possibilitam a síntese e leitura de determinados modos de vida. Referência cultural é, portanto, objeto focal do Inventário.

Assim, do ponto de vista do Iphan, referências culturais dizem respeito à maneira como diversos atores sociais (*grupos*, *comunidades*, etc.) atribuem sentido à sua *cultura*, de que maneira essas referências incutem *sentidos de identidade* aos grupos. De acordo com Fonseca (2000),

> Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu "peso" material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados. (Fonseca, 2000: 11-12).

Em 1972, a UNESCO publica a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em que o termo cultura aparece conectado ao patrimônio. Três anos depois,

> No Brasil, temas relacionados a culturas romperam os limites do interesse de folcloristas e estudiosos e passaram a ser tópico indispensável nas políticas de Estado em 1975, com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, quando ganharam importância em relação às decisões econômicas do país. (Rollemberg de Resende, 2014: 19).

O termo "referência" foi utilizado primordialmente pelo Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), no contexto de sua criação, em 1º de julho de 1975, através da coordenação de Aloísio Magalhães. A palavra

---

11 "Procedimentos para a utilização da Metodologia do INRC:

1. A instituição proponente deverá encaminhar ao IPHAN ofício de solicitação e o projeto de pesquisa para o qual a metodologia deverá ser usada;

2. A Coordenação de Identificação, do Departamento de Patrimônio Imaterial - DPI, analisará o projeto e, caso seja necessário, comunicará ao proponente as adequações a serem feitas no projeto, conforme a metodologia do INRC e as diretrizes do DPI;

3. A instituição proponente deverá firmar o Termo de Responsabilidade para o uso da metodologia do INRC, junto à Coordenação de Identificação/DPI;

4. O projeto deverá prever, em seu orçamento, recursos para viabilizar, pelo corpo técnico da Coordenação de Identificação, o treinamento da equipe que desenvolverá a pesquisa. O trabalho será iniciado somente após o treinamento;

5. O corpo técnico da Coordenação de Identificação acompanhará a execução dos trabalhos, dirimindo quaisquer dúvidas que possam surgir no seu desenvolvimento;

6. A final de cada etapa, a instituição proponente deve encaminhar, à Coordenação de Identificação, as fichas do INRC devidamente preenchidas e os relatórios qualitativos produzidos;

7. A instituição proponente deverá alimentar o Banco de Dados do INRC, que estará acessível na Intranet do IPHAN em breve."

Fonte: http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do;jsessionid=4AD72810F00D41CAAD5A95A325035EA5?id=13494&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional

foi estrategicamente escolhida, pois havia um desejo em diferenciar as atividades desenvolvidas pelo Centro "das instituições oficiais, *museológicas*, e propor uma forma nova e moderna de atuação na área de cultura" (Fonseca, 2003: 115). Com a criação do CNRC, deu-se um passo bastante importante no sentido de "empreender um conjunto de iniciativas empenhadas em repensar a concepção de patrimônio então vigente e ampliar o repertório de áreas de atuações das políticas públicas de patrimônio" (Bessoni e Ramassote, 2010: 20).

Nesse momento, o foco na "cultura" é também fundamental, pois se particulariza a diversidade viva e presente através das referências de grupos sociais que até então passavam ao largo do que o Sphan tratava como cultura oficial. Por isso, tinham suas manifestações excluídas atividades do órgão, pois não se encaixavam em nenhum dos critérios – histórico, artístico e de excepcionalidade – próprios ao tombamento. (Fonseca, 2003: 116).

Nesse contexto, as reflexões concebidas pelos trabalhos dos grupos de estudiosos do CNRC e da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) "garantiram a ampliação do conceito de patrimônio" (Tamaso, 2006: 6). Com a fusão da Secretaria da Cultura e do Ministério da Educação, em 1979,

> os conceitos trabalhados pelo Centro foram levados para o Iphan. Com isto, o discurso patrimonial foi acrescido de algumas categorias como bem cultural, memória, continuidade, selando seu encontro com a cultura (dinâmica, viva; as práticas sociais das comunidades) e os campos de saberes acerca dela, e apropriando-se de preocupações encontradas nos projetos do CNRC, de colocar-se a serviço da sociedade. (Rollemberg de Resende, 2014: 20)

Após intensos debates e reflexões no GTPI (Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial)[12], experiências no CNRC, entre outras, convencionou-se fragmentar as referências culturais em cinco categorias (celebrações, edificações, formas de expressão, lugares e ofícios e modos de fazer), "mas a **metodologia do inventário** permite que as informações das diferentes fichas sejam cruzadas e relacionadas. Desta forma, e com ênfase na construção conjunta dos dados, o INRC pretende apontar **informações densas** acerca dos bens". (Rollemberg, 2014: 25) [grifos meus].

Em 2013 houve o 3º Encontro de Avaliação da Política de Identificação, organizada pelo Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) do Iphan, cujos participantes foram servidores das Superintendências da Instituição nos estados, com formação nas áreas de História, Ciências Sociais, Arquitetura, entre outras. Na ocasião, a Coordenação de Identificação do DPI discutiu, entre outras coisas, que o INRC corresponde a uma *operação de patrimonialização*, pois trabalha com a *lógica de valoração e seleção, fundamental ao campo do patrimônio*. Além disso, o INRC foi descrito como um instrumento que produz conhecimento para subsídio de políticas públicas, documentação (escrita e audiovisual) das práticas culturais e mobilização de grupos sociais envolvidos no processo.

O Inventário possui um conteúdo programático, distribuído em fichas que contêm, cada uma, espaços específicos para descrições de diversas naturezas acerca do bem. Em termos de territorialidade, há duas fichas, uma denominada Ficha de Identificação de Sítio e outra, Ficha de Identificação de Localidade. A finalidade de ambas é circunscrever um espaço social através das fronteiras delimitadas pela ocorrência de referências culturais. Há outras fichas de identificação, que se referem especificamente aos bens e caracterizam-se pela divisão em categorias (Celebrações, Formas de Expressão, Ofícios e Modos de Fazer, Lugares e Edificações). Além dessas, há quatro anexos de sistematização do material pesquisado, quais sejam: a) A1 – Bibliografia; b) A2 – Registros Audiovisuais; c) A3 – Bens Culturais Inventariados e d) A4 – Contatos. A realização de um INRC envolve a execução de três etapas de pesquisa: Levantamento Preliminar, Identificação e Documentação. Há, ainda, outras fichas complementares, como fichas de campo e questionários de identificação.

É atividade do Levantamento Preliminar a definição e delimitação da área a ser inventariada (Sítio) e sua subdivisão em Localidade, caso o tema justifique tal divisão. Esta etapa também pressupõe a sistematização de dados pesquisados em bibliografia especializada, reunião de material audiovisual sobre o universo a ser inventariado (com o conseqüente preenchimento dos Anexos 1 e 2) e contato com representantes de grupos sociais envolvidos na pesquisa, com construção da anuência dos mesmos ao processo. Faz-se imprescindível a

---

12 "Apenas em 1997, devido às pressões dessas comunidades tradicionais que reivindicavam ações do Estado nessa área, o IPHAN instituiu um Grupo de Trabalho para refletir sobre as formas de preservação para essa esfera do patrimônio cultural e propor os caminhos a se seguirem." (Dianovsky, 2013: 11).

mobilização de instituições parceiras e o levantamento de pessoas diversas que sejam fundamentais acerca da existência dos bens culturais, culminando na inserção desses dados no Anexo 4. Conclui-se a etapa, por fim, com a reflexão acerca dos bens culturais a serem aprofundados analiticamente na próxima etapa do Inventário.
A fase de Identificação é um aprofundamento das pesquisas sobre os bens culturais selecionados na etapa anterior, com finalidade de compreender sua inserção e sentidos de existência no universo cultural inventariado (Sítio). Nesse momento prevalece a preocupação em descrever as dinâmicas de produção e reprodução do bem cultural no presente e suas transformações através do tempo, assim como seus processos de transmissão aos membros do grupo. O importante nessa etapa é explicitar de que maneira esse bens podem ser denominados referências culturais. Realiza-se pesquisa de campo e documentação audiovisual. O intuito é que a pesquisa de produção de dados seja feita através de observação direta e realização de entrevistas, com profissionais da área de ciências sociais (especialmente da antropologia) e história, utilizando-se de metodologias próprias a esses campos.
A produção de registros audiovisuais também deve seguir o rito próprio a técnicas desse campo de atuação profissional. É importante nessa fase, para os propósitos da política, que a equipe de pesquisa faça, a partir do campo, um *diagnóstico* sobre as condições de *sustentabilidade* dos bens, apontando sugestões para possíveis *ações de salvaguarda*. Finaliza-se com o preenchimento das Fichas de Identificação de bens culturais e complementação das fichas do Levantamento Preliminar.
Por fim, na Documentação, sistematizam-se os dados produzidos, procedendo aos devidos tratamentos e elaboram-se os produtos e ações devolutivas para os grupos sociais envolvidos em todo o processo. O essencial nesse momento é revisar todo o material produzido e elaborar estudo analítico acerca dos dados construídos em campo, que deve ser transformado em um modelo de *relatório.*
O Relatório Analítico no âmbito do INRC é um documento descritivo e reflexivo acerca das etapas da pesquisa, das escolhas e estratégias teóricas e metodológicas, dos bens inventariados e/ou identificados, do processo de sistematização e inserção dos dados construídos na pesquisa nas fichas do INRC, visando à compreensão do universo patrimonial pesquisado. Possui caráter monográfico, no qual se discutem os vários dados produzidos na pesquisa, construindo interpretações acerca do objeto estudado e deve ser produzido também na etapa de Levantamento Preliminar. É o momento do Inventário em que se almeja a construção de uma visão "do todo", em que se explicitam diferentes dimensões dos bens culturais identificados, suas relações com as dinâmicas culturais e contextos nos quais estão inseridos, com os demais bens a eles associados, etc.
Ao contrário do Relatório Analítico, os Relatórios de Campo são entregues durante o andamento do INRC, preferencialmente junto às etapas de entregas das fichas ou produtos estipulados em contrato. Tais documentos devem conter descrição e análise da pesquisa de campo, no qual se explicitem as perspectivas teóricas que nortearam o trabalho, as decisões tomadas pela equipe de pesquisa, as dinâmicas da produção de conhecimento, as questões relacionadas à utilização do INRC, os problemas e dificuldades enfrentados, etc. Esses relatórios irão guiar a compreensão do Inventário, fornecendo as chaves de leitura de todo o material e do percurso realizado pelos pesquisadores.
Diante dessa breve explanação acerca dos contornos programáticos adquiridos pelo INRC no intervalo de tempo abordado, destaco como ponto interessante e necessário de uma investigação mais sistemática e atenta os modos como antropologia e cultura têm sido arregimentadas para dar sentido ao universo dos Inventários e da política de patrimônio imaterial. Reconstruir o percurso de atribuição de sentidos das *referências culturais* em diferentes momentos da história das políticas de patrimônio no Brasil é fundamental para compreender de que maneira os discursos produzidos por antropólogos nos INRC's viabilizam a produção de novas narrativas acerca do universo cultural no Brasil.

Antropólogos inventariantes[13] e a antropologia nos Inventários

"a emergência da política para o patrimônio cultural imaterial favoreceu a emergência dos antropólogos enquanto profissionais executores diretos de políticas públicas."
(Alencar, 2010: 96)

Em treinamento de equipe de pesquisa em Rio Branco, Acre, um dos pesquisadores perguntou com qual conceito de cultura "nós, do Iphan", trabalhamos. Antes de revelar minha resposta à questão, abordarei nesta seção reflexões acerca dos modos como as equipes de pesquisa utilizam técnicas e métodos da antropologia como estratégia de campo e/ou descrição dos universos estudados por eles no âmbito de Inventários. Apontarei, posteriormente (e à guisa de esclarecimento, na ocasião descrita, ao colega em Rio Branco), percepções sobre o modo como termos relacionados à *cultura* e à *antropologia* têm sido abordados em INRC's realizados em diferentes regiões do país por equipes de pesquisa diversas.

Desde novembro de 2013 exerço o cargo de *técnico em antropologia* na Sede do Iphan em Brasília, estando lotada desde então na Coordenação de Identificação do Departamento de Patrimônio Imaterial. Minhas principais atividades nesta Coordenação, em linhas gerais, são: 1) analisar Inventários de quaisquer regiões do país, emitir pareceres e notas técnicas acerca da pertinência das descrições neles contidas, especialmente as subsumidas no Anexo 3 (Bens Culturais Inventariados) e na Ficha de Identificação de Sítio; 2) viajar aos estados que estejam iniciando pesquisas com a utilização do Inventário para *dar a capacitação* da *metodologia do INRC* às equipes de pesquisa; 3) formular diretrizes institucionais (revisão de instrumentos técnicos, lançamento de editais, elaboração de material de apoio, etc) para serem implementadas pelas Superintendências do órgão nos estados.

Apesar de não me encaixar na categoria tal como defendida por Tamaso (2006), proponho analisar nesta parte do texto, através de um olhar técnico-antropológico, certos aspectos de produtos construídos nas pesquisas de INRC's por "antropólogos inventariantes". Nessa linha, meu intuito é compreender como as descrições etnográficas têm sido incorporadas às demandas da política de patrimônio imaterial. Quais autores são discutidos? É possível apreender os sentidos de *cultura* privilegiados pelos pesquisadores nas análises acerca de determinado *grupo*/*comunidade*?

Para tal empreendimento, resgatarei análises de dois INRC's produzidas por mim em Notas Técnicas do ano de 2014, quais sejam: INRC Marabaixo – AP (2013), INRC Lidas Campeiras – RS (2012)[14], o primeiro realizado por pesquisadores contratados por uma empresa, e o segundo por profissionais ligados à Universidade. A ideia não é mostrar diferenças entre os resultados de uma contratação em relação à outra, mas explicitar alguns pontos da análise técnica de dois Inventários cujo foco são dois bens classificados em duas diferentes categorias, um como forma de expressão e outro como ofícios e modos de fazer.

Além desses, recupero reflexões de antropólogos contidas em artigos e/ou relatórios finais, através de suas críticas e sugestões ao *método*, além de resultados críticos produzidos por uma consultoria contratada pelo Iphan/Unesco, com objetivo de avaliar a utilização do INRC e como seus dados têm sido sistematizados/utilizados pelos técnicos da Coordenação de Identificação.

***

O INRC do Marabaixo no Amapá foi realizado por uma empresa contratada a partir de licitação pública e apresentava na equipe profissionais da área de antropologia, história e de audiovisual. O trabalho de campo desse Inventário foi realizado nos seguintes períodos do ano de 2013: 3 a 8 de fevereiro, 24 de março a 1º de abril, 4 a 21 de maio e 23 a 26 de agosto.

---

13 Utilizo o termo tal como concebido por Tamaso, referindo-se ao inventariante o "antropólogo que executa qualquer função no Inventário Nacional de Referências Culturais, seja pesquisa, trabalho de campo ou coordenação de inventários." (Tamaso, 2006: 8).

14 Esse material encontra-se na sede do Iphan em Brasília, no Departamento de Patrimônio Imaterial.

De acordo com nossa leitura do material, apreende-se que o Marabaixo é uma *forma de expressão* bastante complexa e reúne uma série de bens culturais intrincados em suas práticas. Atualmente, caracteriza-se por ser "um conjunto complexo de práticas e saberes que se aglutinam numa forma de expressão apropriada para um contexto festivo específico" (Relatório Final, p. 28). O período de sua manifestação coincide com as festas de devoção a santos católicos. Sua expressão se dá através das danças e das músicas, sendo informado pelos mestres da manifestação como uma herança africana. Seus significados estão presentes no próprio nome (ver Relatório) e as letras das músicas, chamadas "ladrões", revivem aspectos do cotidiano da população negra amapaense.

Em Macapá convencionou-se denominar o período das manifestações relacionadas ao Marabaixo de Ciclo do Marabaixo. Diversos rituais podem ser presenciados durante esse período, dando vida aos bens inseridos nas práticas do Marabaixo. Este intervalo anual (inicia-se no Sábado de Aleluia na Favela e no Domingo de Páscoa no Laguinho e termina no domingo após o Corpus Christi em ambas localidades), entretanto, não esgota toda a rede de relações construídas ao longo do ano.

> O Marabaixo inclui formas complexas de transmissão tradicional, na fixação da história local por meio de canções, de forma que as sessões de Marabaixo não são apenas a celebração religiosa, mas também momentos de reforço da memória pública e coletiva das comunidades que o praticam. (Relatório Final, p. 5)

A descrição do Marabaixo na parte denominada Contextualização Histórica está bem assinalada, apesar de não conter dados mais substanciais acerca da colonização do Amapá. Nela há trechos emblemáticos sobre o bem cultural, dando a forte dimensão do passado e da dinâmica atual dessa forma de expressão. O contexto de surgimento explorou o caráter de dor daqueles que viveram a triste saga de travessia do Atlântico no período do movimento migratório forçado da escravidão, apontando a sensibilidade dos pesquisadores para aspectos além dos eminentemente descritivos.

Há várias indicações no texto relacionando a história do Marabaixo à história de formação do estado do Amapá, mas não encontramos dados sobre a dinâmica dos fluxos de pessoas de Marrocos para Belém, passando por Portugal, posteriormente chegando ao Amapá. Se "a história do Marabaixo se confunde com a história do Amapá" (Relatório Final, p. 20), seria fundamental que houvesse no dossiê um maior aprofundamento de aspectos desse caráter.

A leitura dos trechos "[...] o status do negro passou por uma valoração positiva e o Marabaixo passou a ser atividade de valor e fonte de distinção não só para os executores como para o conjunto da sociedade amapaense" (Relatório Final, p. 39) e "o Marabaixo atua fortemente no autorreconhecimento das comunidades e na percepção de sua distinção em relação ao conjunto da sociedade amapaense" (Relatório Final, p. 5) pressupõe a "sociedade amapaense" como "algo dado". O termo, porém, remete a uma dinâmica de construção histórica muito mais complexa do que a forma tal como foi colocada parece indicar. Quem são as pessoas que compõem o conjunto da sociedade amapaense? Como o Marabaixo foi acionado e incorporado como um ícone da identidade amapaense?

O material produzido pela equipe aborda em muitos momentos a questão da distinção, mas não temos elementos para compreender de que forma ela se produz. Quais são as principais características dessa distinção? Em que níveis ela é construída? Por que as comunidades do Marabaixo se diferenciam da "sociedade amapaense"? Na Nota Técnica, sugerimos maior apuramento da discussão teórica a respeito dessas palavras – distinção e sociedade – que, amplamente utilizadas pelo senso comum, não podem deixar de ser abordadas com certo rigor.

O item 7.1. (Origens, Motivos, Sentidos e Transformações) da Ficha de Identificação: Celebrações – Cortejo da Murta discute o Marabaixo "como recurso ideológico para uma política pública de grande escopo [...]. Com esse discurso, os órgãos públicos e a Seafro invocam a centralidade do Marabaixo na cultura amapaense, uma vez que esta forma de expressão põe em movimento as diversas esferas em que se traduz o fenômeno social". A partir dessa afirmação, a equipe argumenta que as redes de relações e as práticas intrincadas ao complexo denominado Marabaixo podem ser entendidas como um fato social total, tal como abordado por Marcel Mauss em seu consagrado "Ensaio sobre a dádiva". Para fortalecer o argumento, afirma-se que

> [...] o Marabaixo evidencia as múltiplas ligações que estabelece com a realidade amapaense. O Marabaixo está, por essas várias faces, firmemente imbrincado no tecido social e assume lugar de destaque na definição do Amapá, uma vez que este bem cultural pode ser acionado nas mais diversas situações como recurso de permanência, de valoração da memória, de atualização da história, como modelo de organização e testemunho de uma mentalidade.

O entendimento colocado pelos pesquisadores está pertinente e vai em direção à análise do "patrimônio em termos etnográficos" como um fato social total, tal como abordado por Gonçalves (2005), mas sentimos falta de dados que problematizem as condições de entrelaçamento das diversas esferas do tecido social que caracterizam as peculiaridades do fenômeno, ricamente elaborado por Marcel Mauss.[15]

Concluímos o documento técnico apontando a importância da continuidade do trabalho através de um viés etnomusicológico, pois é papel das investigações com esse caráter compreender os significados mais profundos das práticas musicais tendo em perspectiva suas transformações históricas.

Os significados dos pés arrastados na dança estão explicados, em vários trechos do texto, como referência aos pés acorrentados dos africanos escravizados. A música, nesse sentido, seria um "lamento pela morte dos que não completavam a travessia do oceano nos navios negreiros" (Relatório Final, p. 49). A equipe atribui a essas interpretações elementos do "mito de origem do Marabaixo".

A história do Marabaixo e as histórias sobre a formação do estado do Amapá estão intimamente relacionadas aos fluxos de pessoas entre continentes (África, Europa, América do Sul). Faz parte da dinâmica desses movimentos as intensas trocas produzidas justamente pelas idas, vindas e permanências de pessoas pelos caminhos. Chama à atenção no trabalho apresentado a intensa musicalidade da expressão. Teriam a música e a dança se reinventado nos trajetos percorridos pelos primeiros praticantes? Que elementos de outros lugares foram incorporados na prática do Marabaixo que confere a ele sua singularidade?

Por último, ressaltamos na Nota que o relatório analítico do processo de pesquisa deveria constar de descrição qualitativa do trabalho de campo, contendo relatos das experiências de pesquisa (problemas e desafios enfrentados) e análise dos dados produzidos durante a pesquisa. Como se deu o envolvimento dos pesquisadores com os interlocutores? Como foi o processo de seleção prévia daqueles que participariam das entrevistas e gravações?

***

A pesquisa feita no âmbito do INRC – Lidas Campeiras (Levantamento Preliminar) foi realizada por antropólogos, historiados e geógrafos da Universidade Federal de Pelotas, com intermediação do curso de Bacharelado em Antropologia, tendo sido demanda da Prefeitura de Bagé. O material enviado ao DPI e analisado por mim em julho de 2014 está pautado pela narrativa acerca da existência de uma *cultura campeira* na *Região de Bagé* (Denominação do Sítio).

As Localidades inventariadas foram: Bagé, Aceguá e Hulha Negra (no Sítio); Arroio Grande, Herval, Pelotas e Piratini (no Entorno). Foram entrevistadas 69 pessoas, 55 homens e 14 mulheres, todos apresentando perfis variados em relação ao seu protagonismo com as lidas. Segundo a equipe de pesquisa, o termo *pampa* (pampa gaúcho, pampa sul-rio-grandense) deve ser entendido como "relações entre paisagens, mulheres, homens, animais, ofícios e utensílios, na configuração de um modo de vida "campeiro"." Nesse sentido, a *lida campeira* é uma expressão mais ampla que engloba o conjunto de ofícios da região, configurando, consequentemente, o complexo de práticas, ações e relações sociais que compõem a *cultura campeira.*

O foco do Inventário está no sujeito denominado *peão campeiro* – quem agencia as práticas sociais que caracterizam os ofícios das lidas – e nas atividades relacionadas ao trato com os animais em áreas rurais da

---

15 A ideia de fato social total é recuperada em vários Inventários. Vale investigar como a noção maussiana de reciprocidade tem sido abordada nos relatórios produzidos por antropólogos em pesquisas de patrimônio cultural imaterial. Em muitos casos, parece haver nos relatórios um esvaziamento da noção de fato social, ao subsumir o termo a um "modelo" teórico da antropologia, legitimado a explicar certos fenômenos. Ou seja, evidencia-se o enquadramento dos fenômenos na chave da leitura de Mauss em detrimento das descrições dos fenômenos sociais em si.

região de Bagé. Os *lindeiros/campeiros* são aqueles que vivenciam o *modo de vida campeiro* e trabalham com várias atividades relacionadas à criação, manutenção e reprodução de rebanhos de gado ovino, equino e bovino. Estas atividades exigem habilidades específicas, incorporadas pelos trabalhadores através da sua socialização na região.

Os bens culturais identificados como Ofícios que caracterizam a lida campeira no INRC são os seguintes: esquila, doma de cavalos, tropeada, lida caseira, pastoreio, aramador, ofício do guasqueiro. Apontamos em Nota Técnica que o relatório de campo, material extremamente importante para a construção do Inventário, não constava na lista de material entregue ao Departamento de Patrimônio Imaterial.

Argumentamos que as fichas e os relatórios são documentos complementares, sendo a escrita de um e de outro fundamentais para a compreensão mais pormenorizada acerca do campo de relações no qual os bens estão inseridos. Assim, apesar de as fichas estarem preenchidas a contento, as reflexões complementares acerca do objeto patrimonial deveriam estar presentes nos relatórios.

A equipe apresentou um texto "síntese" da pesquisa, intitulado *AS LIDAS CAMPEIRAS NA REGIÃO DE BAGÉ/RS: sobre as relações entre homens, mulheres, animais e objetos na invenção da cultura campeira*. O documento contém uma discussão sobre o *pampa*, as relações intrínsecas entre humanos, não-humanos e objetos na *cultura campeira* que se reflete nas fichas do INRC. Esses dados, entretanto, às vezes apresentam-se de maneira muito repetitiva, em detrimento de uma análise mais aprofundada sobre como se deram as relações em campo (a pesquisa etnográfica propriamente dita), como as percepções teóricas contidas no Inventário foram construídas. Considerando a sensibilidade da equipe em tantos aspectos do Inventário, achamos curioso que não tivesse havido a confecção do material citado.

Na seção de discussões Reflexões Teóricas da referida Nota, apontamos que o trecho "aquilo que é tido como tradição na vida campeira, mais especificamente, na construção da pessoa do gaúcho." estava ambíguo. Nesse sentido, a expressão "pessoa do gaúcho", como estava escrita no texto, pareceu passar uma ideia de essencialização e simplificação dos sujeitos, descritos com formações identitárias tão complexas em outros momentos do Inventário. Quais seriam as características identitárias de formação dessa "pessoa"? Os interlocutores da pesquisa consideram-se "gaúchos"? Haveria outras construções identitárias presentes no universo pesquisado? Essas foram algumas questões colocadas no documento técnico.

Os pesquisadores diagnosticaram a intensa *masculinização do campo* e a necessidade de aprofundamento acerca desse dado, principalmente em relação à "diminuição de emprego na zona rural para as mulheres" (Ficha de Identificação Sítio, Item 9.2. Recomendações, p. 23). Apontei a importância da complexificação desses dados, pois a particularização das percepções dos diferentes sujeitos ampliará a compreensão de determinados contextos e promove a articulação de narrativas diversas de memória.

A análise final da Nota Técnica apontou que as reflexões acerca dos sujeitos sociais e suas práticas nos Pampas discutem de forma muito interessante, na perspectiva do INRC, como os seres, os objetos e as localidades constroem-se e são construídos justamente pelas práticas vivenciadas pelas historicidades descritas.

Concluiu-se, ainda, que a equipe articulou as lidas campeiras como ofícios que "traduzem" o *modo de vida* dos sujeitos *lindeiros*, sendo essa uma perspectiva bastante profícua para discutir temas do campo do patrimônio cultural imaterial que elaborem os bens a partir da categoria Ofícios e Modos de Fazer. O Inventário não se limitou a descrever as lidas apenas como atividade laboral, mas ampliou produtivamente a dimensão do recorte cultural analisado, ao incorporar às descrições técnicas e práticas diversos elementos identitários e saberes cosmológicos.

***

Observa-se que há, nas análises de cada Inventário, um conjunto de questões interessantes para serem refletidas, em dimensões teóricas e metodológicas. Destaco as seguintes: 1) no INRC do Marabaixo: a descrição da forma de expressão como um "conjunto complexo de práticas e saberes"; a preocupação em enunciar as interfaces entre histórica e dinâmica; importância da explicação dos termos sociedade e distinção; pouco adensamento do termo fato social total; falta de uma descrição sobre o processo de pesquisa; e 2) no INRC das Lidas Campeiras: a relevância dada pelos pesquisadores aos termos "cultura campeira" e "peão campeiro"; a descrição da lida

campeira como um "conjunto de ofícios da região"; o descuido em relação ao termo "pessoa do gaúcho"; a ideia de que os ofícios "traduzem" o modo de vida dos "sujeitos lindeiros".

Esses apontamentos direcionam ao contexto (ou situação?!) de produção das pesquisas realizadas no âmbito dos Inventários. Seria o tempo destinado ao campo um fator determinante nas análises elaboradas para a entrega dos produtos? [16] O processo de produção das fichas interfere na produção de dados nos relatórios? De que maneira as escolhas narrativas dos pesquisadores são direcionadas a um material "técnico" destinado subsidiar uma instituição do Estado a executar suas políticas?

A concepção de referências culturais parece exercer papel estruturante na maneira como a narrativa histórico-antropológica é construída nos Inventários. Em ambos INRC's, a construção das práticas sociais enquanto forma de expressão, no caso do Marabaixo, e de Ofícios e Modos de Fazer, no caso das Lidas Campeiras não difere tanto de um para outro, considerando que o importante para os fins da política é uma elaboração de realidades a partir de referências culturais.

Se são essas referências que dão o tom da existência dos grupos estudados e infundem em seus sujeitos o sentido de identidade e pertencimento tão reforçado em documentos técnicos do Iphan, a maneira como os pesquisadores manejam os instrumentos teóricos da antropologia talvez não faça tanta diferença em pesquisas diversas. Ou seja, a orientação de que é necessário fazer pesquisa de campo/etnografia e utilizar os referenciais teóricos próprios à área das Ciências Sociais em INRC's se justifica apenas do ponto de vista da adequação dos temas investigados a esse universo de referências culturais que se incutiu no léxico da *cultura brasileira* desde as primeiras experiências do CNRC.

Cabe pensar nas diversas intersecções possíveis entre agendas políticas no campo do patrimônio e cenários teóricos na antropologia. Diversas críticas em relação ao INRC dizem respeito à limitação que ele colocaria aos pesquisadores ao descreverem dinâmicas culturais tão complexas nos espaços "encapsulantes" das fichas do Inventário. Nesse sentido, o conceito de cultura estaria sendo forçosamente diminuído, pela redução semântica e metodológica subsumida nas categorias e nos campos do INRC. É o que refletiu Lima Filho (2009):

> ao se utilizar do conceito antropológico de cultura, o tiro da metodologia do INRC pode sair pela culatra ao se mostrar limitante da profundidade simbólica, identitária e cultural que os inventários podem revelar. Eis que está presente uma tensão antropológica nas ações patrimoniais do Brasil. (Lima Filho, 2009: 625)

Souza Filho e Andrade (2012) concordariam com esse ponto de vista, pois, segundo os autores,

> O limite do inventário reside justamente aí porque crenças, tabus, saberes ou outras variáveis intangíveis não podem ser apreendidos objetivamente pelos instrumentos disponíveis (fichas e questionários), sob o risco de simplificação. (Souza Filho e Andrade, 2012: 84).

As análises que tenho acompanhado apontam para outra direção. Apesar das orientações do Manual do INRC serem confusas e não explicitarem grande parte dos direcionamentos que damos em outros instrumentos e em treinamentos, discordo dos autores segundo os quais a causa do empobrecimento das descrições etnográficas estaria na limitação imposta pelo Inventário. Meus argumentos recaem em, pelo menos, dois temas que são recorrentemente abordados em discussões relativas ao processo de pesquisa com utilização do INRC:

1) Tempo da pesquisa de campo

Nem sempre as equipes contratadas para realizarem as pesquisas residem no estado onde elas são empreendidas. Esse foi o caso da equipe que fez o INRC do Marabaixo: com sede em Belo Horizonte, a empresa teve que prever em seu orçamento as idas dos pesquisadores ao Amapá dentro de um período que, em geral, dura um ano para entrega de todos os produtos previstos em contrato. Com tantas atividades a serem cumpridas nesse período, o tempo destinado ao trabalho de campo precisa ser muito bem organizado, a fim de resultar em viagens proveitosas e sensíveis ao tema a ser observado. Souza Filho e Andrade (2012) afirmam que o Inventário imprime uma diminuição da importância da observação direta das situações e eventos. As situações

16 O que é entendido como campo nos INRC's?

de aplicação e utilização do INRC, entretanto, são muito díspares. O Inventário, além disso, não minimiza a recurso metodológico de observação direta/participante. Quem articula como será a pesquisa etnográfica são os pesquisadores, dentro de seus condicionantes contratuais. Em nenhum momento o Manual do INRC propõe prazos para trabalho de campo, cabendo à equipe organizar as idas aos locais da pesquisa, a seleção do material bibliográfico e as perguntas e pessoas escolhidas para respondê-las.

2) Categorias e classificações
As cinco categorias de bens culturais contidas no INRC são alvo de intensas críticas. Em geral, os ataques referem-se à clausura das manifestações, rituais, práticas, etc, dentro das alcunhas de Ofícios e Modos de Fazer, Celebrações, Formas de Expressão, Lugares e Edificações. Souza Filho e Andrade (2012) advertem, por exemplo, a arbitrariedade dessas classificações. Segundo os autores, a desvinculação das particularidades de um mesmo fenômeno em categorias prévias conduz à separação daquilo que deveria ser visto em sua articulação. Essa discussão é fundamental e, se levada à frente, pode gerar importantes mecanismos de atualização e reflexão do Inventário e do modo como o instrumento pode ser utilizado de maneira a amplificar o máximo as possibilidades de inserção daquilo que presumivelmente não cabe nas fichas. Entretanto, não concordo totalmente com a ideia de que as fichas separam o que deveria estar articulado. Quem faz a articulação no material são os pesquisadores, ela não se faz por si mesma. Além disso, o relatório final, de caráter monográfico, é um espaço ideal para fazer qualquer tipo de articulação: é o espaço do Inventário em que se apresentam todos os elementos evidenciados pela pesquisa, de maneira a explicitar e tornar inteligíveis as descrições construídas nas fichas.

Reflexões Finais

Do ponto de vista patrimonial, a *cultura* descrita nos Inventários diz respeito, em geral, às dimensões da vida social de alguns grupos, das maneiras como suas práticas – tocar, fazer, dançar, unir-se aos ancestrais, entre tantos outros modos de ação – são manifestadas no tempo e no espaço. É necessário, como apontei, que essas práticas infundam um sentimento de pertencimento ao grupo, de *identidade* a ele.
Do ponto de vista antropológico, a tarefa de compreender o que é *cultura* nos INRC's é um pouco mais complexa. Como argumentei anteriormente, a prática antropológica que subjaz às pesquisas nos Inventários está longe de ser única e está estreitamente relacionada especialmente, entre outros fatores, à formação/contratação das equipes.
Rocha (2009), em artigo que aborda o processo de "longa-duração" que acompanhou a passagem epistemológica da "cultura popular" dos estudos próprios à área do folclore para uma discussão mais contemporânea sobre patrimônio, propõe a existência de três fases constitutivas na formação do conceito. Com isso, sugere a cultura popular como uma "região epistemológica", um "conceito totêmico", "bom para pensar" o processo de "formação discursiva" das Ciências Sociais no Brasil.
Em breves linhas, o primeiro momento seria aquele relacionado aos estudos sobre folclore a partir década de 1920, coincidindo com o interesse dos intelectuais brasileiros, no movimento modernista, pelo tema como objeto e subsídios para suas construções de um projeto de nação. O segundo momento estaria ligado à ideia de revolução, a cultura popular como um mecanismo ideológico, no sentido de produção de uma "arte revolucionária que promova a conscientização política do povo" (Rocha, 2009: 224).
A partir dos anos 1960, de acordo com o autor, o processo de ressignificação do conceito de cultura coincidiria com as discussões iniciais acerca do patrimônio imaterial (Idem: 228-229), desembocando hoje na ideia de performance "em tempos de globalização". A principal mudança nos sentidos atribuídos historicamente à concepção de "cultura popular", ao que o autor indica no texto, é a "renovação epistemológica do conceito de patrimônio" (Idem: 230). Dessa maneira,

> É sabido que, para uma tradição permaneça existindo ela deve modificar-se. Nesse sentido, uma justificativa para a retomada da tradição, da memória e dos processos de construção identitária, por meio do patrimônio imaterial, sem que isso signifique uma volta ao modelo folclorista, consiste

> no peso dado à criatividade. [...] da mesma forma que se espera dos cientistas sociais capacidade interpretativa, reflexiva e criativa, o mesmo princípio se aplica aos "nativos". O conceito de patrimônio imaterial é portador desta promessa na medida em que confia às pessoas uma "autoridade" (no sentido de autoria) que, atualmente, parece expressar mais as incertezas dos cientistas sociais do que o reconhecimento adquirido à luz das reflexões epistemológicas no campo discursivo." (Rocha, 2009: 230-231).

Diante da sugestão/provocação colocada pelo autor, cabe pensar mais a fundo as questões levantadas nesta Comunicação, pois as respostas a elas podem trazer à luz temas caros à antropologia e ao campo do patrimônio imaterial a partir de políticas do Estado. Isso aponta para interessantes e poderosos instrumentos de análise acerca das reinvenções e novos usos metodológicos da "antropologia aplicada" e, por que não, da antropologia no Brasil.

A confecção do INRC foi decisiva para a implantação das políticas de patrimônio imaterial e para a consolidação institucional da área. Apesar de todas as limitações e problemas relacionados ao Inventário, ele foi e continua sendo um instrumento fundamental para a implementação da política cultural de patrimônio imaterial no Brasil. Talvez os Inventários possam ser lidos como um território epistemológico (tomando como inspiração a "região epistemológica" cunhada por Rocha), ou como um espaço de reflexão crítica sobre como a antropologia tem sido instrumentalizada na política de patrimônio imaterial no Brasil. Como exposto, a contraposição do *intangível*, do *imaterial* em relação ao patrimônio de *pedra e cal* não se deu apenas na esfera teórica, mas por apelo de uma agenda política que latejava no cenário internacional e internamente ao país, de diferentes maneiras.

A historiadora Luana Teixeira, em documento produzido em relatório técnico produzido em setembro de 2012, afirma que

> A subjetividade que envolve a pesquisa em patrimônio imaterial somada à heterogeneidade dos projetos e equipes que realizaram as pesquisas para elaboração dos INRC's inevitavelmente gerou dificuldades muito grandes para que fosse possível vislumbrar o resultado desses 12 anos de trabalho a partir da mesma escala.

Eis um alerta (quiçá um convite!) para incursões teóricas/metodológicas/políticas que se comprometam a compreender as intrínsecas relações entre antropologia e patrimônio imaterial. Ao responder o colega do Acre, conversamos sobre as múltiplas possibilidades de pensar o conceito de cultura nos Inventários. Saindo pela tangente com a noção de referências culturais, expliquei que um universo cultural observado e descrito através da apreensão dessas referências estaria mais próximo da *cultura* que o Inventário requer. A pergunta, entretanto, ainda ecoa em muitas esferas e continua sem respostas.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, R.R.B. (2010), *O samba de roda da gira do patrimônio*. Tese de Doutorado, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

BESSONI, Giorge e RAMASSOTE, Rodrigo (Coord.). (2010), *Patrimônio Imaterial: ações e projetos da Superintendência do Iphan no DF*. Brasília: Superintendência do Iphan no Distrito Federal.

DECRETO 3.551/2000. (2000), In: CURY, Isabelle. *Cartas Patrimoniais,* 3ª ed. Brasília: IPHAN.

DIANOVSKY, Diana. (2013). *A formulação da política federal de salvaguarda do patrimônio cultura imaterial: aproximações e tensões entre mercado e bens culturais imateriais*. Monografia apresentada como requisito para obtenção de grau de Especialista em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social, Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

FONSECA, Maria Cecília Londres. (2000), "Referências Culturais: Base para Novas Políticas de Patrimônio". Brasília: IPHAN. *INRC Manual de Aplicação*.

_____. (2003), "Patrimônio Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial". *Dossiê Final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2 ed., 138p.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. (2005), "Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, pp. 15-36.

IPHAN. (2000), *Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais*.

_____. (2013), *INRC do Marabaixo do Amapá*.

_____. (2013), *INRC das Lidas Campeiras na região de Bagé/RS*.

_____. (2013), "Nota Técnica nº 17/2014 – CGIR/DPI". Brasília: Departamento de Patrimônio Imaterial, Iphan.

_____. (2013), "Nota Técnica nº 7/2014 – CGIR/DPI". Brasília: Departamento de Patrimônio Imaterial, Iphan.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. (2009), "Da Matéria ao Sujeito: inquietação patrimonial brasileira". *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 52, nº 2.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (2008), *Cultura é patrimônio: um guia.* Rio de Janeiro: Editora FGV.

RAMASSOTE, Rodrigo M. (2007), "NOTAS SOBRE O REGISTRO DO TAMBOR DE CRIOULA: da pesquisa à salvaguarda". *Revista Pós Ciências Sociais* – São Luís, V.4, N.7. pp. 99-120.

ROCHA, Gilmar. (2009), "Cultura Popular: do Folclore ao Patrimônio". *Mediações*, v. 14, n.1, pp. 218-236.

ROLLEMBERG DE RESENDE, Ana Carolina. (2014), *O ofício da patrimonialização: a identificação, a valorização dos saberes e o INRC*. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN.

SOUZA FILHO, Benedito e ANDRADE, Maristela de Paula. (2012), "Patrimônio Imaterial de Quilombolas – Limites da Metodologia de Inventário de Referências Culturais". *Horizontes Antropológicos,* Porto Alegre, ano 18, n.38, pp. 75-99.

TAMASO, Isabela. (2006), "A Expansão do Patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios...". *Série Antropologia*, 390.

UNESCO. (1972), *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.*

_____. (2003), *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*.

Casas sagradas e políticas culturais no Timor-Leste pós-colonial: conjunções, mediações e disjunções ontológicas

Renata Nogueira da Silva

Resumo: Este trabalho pretende apresentar discussão a respeito dos processos por meio dos quais as ideias de cultura e patrimônio estão sendo acionadas/interpretadas na recuperação do patrimônio tradicional arquitetônico de Timor-Leste, mais especificamente na construção e reconstrução das casas sagradas (*uma lulik*). Para tal, far-se-á uma revisão bibliográfica sobre as relações entre casas, casas sagradas (*uma lulik*), alianças, circulação de pessoas e coisas, tal como configuradas nas etnografias sobre/em Timor-Leste e que foram selecionadas para a produção deste trabalho; além de analisar programas e planos de governos relacionados às políticas culturais.

Palavras-Chave: Cultura. Política. Patrimônio. Identidade nacional.

Introdução

O objetivo deste trabalho[1] é analisar os processos por meio dos quais a palavra cultura está sendo manejada nas propostas de políticas patrimoniais expressas na Constituição da República e nos Programas de Governo Constitucional IV e V do Timor-Leste. As políticas relacionadas à preservação do patrimônio tradicional arquitetônico, à construção e à reconstrução das *uma lulik*[2] serão privilegiadas na discussão. Esse empreendimento está pautado no diálogo com três tipos de literatura: certa produção antropológica que concebe a casa como uma categoria analítica capaz de articular alianças, troca e parentesco; etnografias recentes sobre casa e casas sagradas, especialmente em Timor-Leste; e, por fim, documentos do governo de Timor-Leste sobre políticas culturais.

Tomando por objeto de discussão etnografias produzidas sobre/em Timor-Leste ou em outros países da Indonésia Oriental e legislações do governo de Timor-Leste, percebe-se que construir uma casa sagrada não significa somente edificar uma construção em um padrão arquitetônico considerado tradicional, mas envolve o domínio de tecnologias e de rituais religiosos e culturais. Cada construção se apresenta como uma possibilidade de selar, reatar e realimentar alianças mediadas pelas trocas. O movimento construir/reconstruir *uma lulik* é um símbolo de respeito e de responsabilidade dos que pertencem à casa; é uma forma de reforçar os vínculos entre presente e passado, e essa é uma responsabilidade dos membros da família (Correia, 2013).

Com a invasão indonésia muitas *uma lulik* foram destruídas, arquitetonicamente falando, mas do ponto de vista das funções sociais elas permaneceram ativas e atuantes (Sousa, 2007). No contexto da pós-independência, as comunidades locais começam a reconstruir suas casas sagradas e o processo se intensifica com a implementação de programas para o desenvolvimento socioeconômico e cultural.

As *uma lulik* são apresentadas nos discursos sociopolíticos como um elemento identificador da nova nação timorense, tal como as pesquisas de Sousa (2007) e Silva (2010) sugerem. Nas narrativas de construção na-

---

1 Este texto é produto de uma sistematização da revisão bibliográfica do meu projeto de doutorado e das discussões do Grupo de Estudos Sobre Timor-Leste. Assim, ressalto não apenas caráter inacabado do texto, mas também a dimensão provocativa. Agradeço aos comentários e sugestões de Kelly Silva, bem como as observações de Alexandre Fernandes e Carlos Ovideo.

2 No decorrer do texto vou alternar as expressões *uma lulik* e casa sagrada, tal como encontrei em muitas etnografias e também para evitar traduções repetidas. Provisoriamente, vou usar casa, com [c] para representar tanto a casa como estrutura física, quanto como entidade social; e casa sagrada (minúsculo). *uma lulik* (itálico) para falar das casas cerimoniais.

cional leste-timorense, as *uma lulik* estão relacionadas à afirmação da Nação e em prol do desenvolvimento do Estado timorense. Assim, retomando Tomaso (2006, p. 3): "Se antes o patrimônio funcionava como obstáculo do desenvolvimento, agora ele é fundamento deste". Nesse novo *modus operandi* que se firma, o antigo, o passado e a tradição são apropriados e ganham novos lugares nas narrativas da modernidade.
O trabalho está organizado em três seções. Na primeira parte, há uma revisão bibliográfica a respeito da centralidade da casa no sudeste asiático. Sinalizam-se as potencialidades de conceber a casa como um idioma, um repertório da memória social, a partir das relações entre sujeitos e objetos, pessoas e coisas, viventes e não viventes. Na segunda, a partir de etnografias sobre Timor-Leste, são caracterizadas as *uma lulik* (casa sagrada) e demonstradas como essas entidades podem agenciar relações sociais.
Por fim, na terceira parte, há uma análise de como a ideia de cultura e as Convenções da Unesco para a Proteção do Patrimônio Mundial foram acionadas, direta ou indiretamente, em diferentes projetos e programas de governo em Timor.

Casas e suas potencialidades analíticas

O conceito de casa (*maison*) como categoria analítica foi proposto por Lévi-Strauss para designar unidades de pertença e organização social que não podem ser definidas precisamente nem como famílias, nem como clãs, nem como linhagens. Portanto, a casa emerge como um conceito mediador no qual o autor coloca em diálogo estrutura e história; aliança e filiação; por exemplo. Lévi-Strauss define casa nos seguintes termos:

> (...) pessoa moral detentora de um domínio, que se perpetua pela transmissão do seu nome, de sua fortuna e de seus títulos em linha real ou fictícia, considerada como legítima somente na condição de que essa continuidade possa se expressar na linguagem do parentesco ou da aliança e, na maioria dos casos, das duas em conjunto. (Lévi-Strauss, 1986: 186)

Na perspectiva de Lévi-Strauss, a casa é como um idioma simbólico ordenado por elementos material, simbólico e social. Os estudos de Lévi-Strauss em comunidades malaio-polinésias e africanas sugerem que as sociedades de casa são pautadas na aliança, como princípio de unidade e antagonismo, e não na constituição de grupos baseados na descendência, residência, ou transmissão de propriedade isoladamente. Nessa visão, a casa é uma instituição aparentemente pautada nas relações de parentesco, cujas escolhas matrimoniais levam em consideração: poder, status e riqueza, por exemplo. O potencial analítico e interpretativo da categoria casa está relacionado à possibilidade de interação de princípios concebidos por décadas na história da antropologia como não intercambiáveis: aliança e descendência, descendência e residência, patri e matrilinearidade, endogamia e exogamia.
A centralidade da casa na organização social do sudeste asiático, em especial na Indonésia Oriental é apontada em diversas pesquisas. Fox (1993), por exemplo, no livro *Inside Austronesian house* relaciona o *design* interno de casas com as práticas sociais e rituais dos grupos específicos que nelas residem. Ele define casa como uma entidade física e como uma categoria cultural, que tem a capacidade de fornecer a continuidade social.
Seguindo essa agenda de estudos na qual a casa é considerada categoria fundamental, Waterson[3] (2011), a partir de sua pesquisa na Indonésia, indica que a casa é uma instituição central em sociedades que apresentam sistemas de parentesco e estratificação social diversificados. De acordo com a autora, as relações entre casa e aldeia refletem o cosmos e, por isso, a arquitetura deve ser pensada para além de uma estrutura que cumpre a função de abrigar. É possível, inclusive, traçar a biografia das casas, dos objetos e das pessoas que as constroem e são construídas por meio delas.

3 Os comentários sobre Waterson são baseados na entrevista cedida a Alberto Goyena em 2011.

Waterson (2011) ressalta que os Toraja possuem duas casas. Uma onde eles, de fato, moram e outra chamada casa das origens (*Tonkonan*), que é usada para rituais especificamente ligados ao parentesco. A autora concebe a casa como um repositório de memória social, a partir da qual as pessoas podem narrar suas genealogias: falar dos seres humanos mais antigos e originais segundo sua mitologia; dizer quantos filhos teve e para onde foram, as casas que fundaram e descrever as relíquias de família da casa original.
As casas estudadas por Waterson (2011) são apresentadas como portadoras de uma biografia, uma vez que os Toraja interagem constantemente com suas habitações como entidades vivas. De acordo com a autora, a possibilidade de a casa sobreviver a cada membro humano que a habita é algo importante, pois dá ao indivíduo certa imortalidade expressa na contiguidade entre ser humano e casa.
A categoria casa é tributária de pesquisas em contextos nos quais as alianças, troca e parentesco estão interlaçados. Ao construir suas casas, os seres humanos se individuam de diversas formas: membros/parte de uma família, doadores ou recebedores de mulheres, fabricantes de certos objetos, oficiantes de rituais, manipuladores de ervas. Como dito anteriormente, o potencial analítico e interpretativo da categoria casa está relacionado à possibilidade de combinar na análise fenômenos complexos, como: aliança e descendência, descendência e residência, patri e matrilinearidade, endogamia e exogamia.

As *Uma lulik*: a casa do sagrado, dos encontros e dos rituais

A palavra *lulik* vem do Tétum e, se fosse traduzida literalmente, teria o significado de "proibido", "santo" ou "sagrado". É recorrente encontrar na literatura a palavra *lulik* associada a um substantivo, descrevendo a propriedade de um lugar, construção, ou objeto espeficico. Entretanto, alguns autores sugerem que lulik é bem mais que isso. Segundo Trinidade (2011), por exemplo, *lulik* é a raiz espiritual da vida, incluí regras e regulamentos sagrados que ditam as relações entre as pessoas e as pessoas e a natureza. *Lulik*, neste caso, atua como o padrão moral, cujo principal objetivo é garantir paz e tranquilidade para a sociedade como um todo, em que ele pode ser alcançado através do equilíbrio entre elementos diferentes e oposto.
De modo similar, Bovensiepen (2014), a partir de sua pesquisa na aldeia de Funar, argumenta que *lulik* é fonte de vida, produtividade, fertilidade e boa saúde, mas também é risco de vida e pode causar doenças e morte. Assim, *lulik* reside em lugares, objetos e casas; ele é associado com ações ancestrais, um recurso endógeno oposição ao domínio do estrangeiro,o que une estes diferentes contextos é que *lulik* descreve locais ou situações em que a fronteira entre o humano e não-humano é transgredida.

Uma lulik significa casa sagrada. E se *lulik* envolve interações, proibições, risco, circulação, senso de moralidade reciproca e estabelecimentos fronteiras, pode-se dizer que uma casa sagrada potencializa encontros e mobiliza complexos investimentos econômicos, políticos, tecnológicos e rituais. A casa sagrada guarda objetos importantes das famílias, representa as cosmologias dos sujeitos ali envolvidos e sedia as cerimônias do fluxo da vida:

> As *uma lulik* polvilha os diferentes territórios da ilha de Timor, de ocidente a oriente, do grande porto de Kupang às belíssimas praias de Tutuala, expressando um complexo ritmo de expansão e de aliança entre linhagens, ao ritmo também da sua morfologia política, cultural e religiosa. São casas transformadas em símbolos misturando o político, o social e o religioso, servindo tanto para marcar as fronteiras simbólicas de uma linhagem como para celebrar o seu poder sagrado que impõem a importância cultural das *uma lulik*. Mais do que simples casas físicas, estas *uma lulik* erigiram-se em santuários em que se casam permanentemente os poderes do céu e da terra, a sacralização do espaço que se quer também social e político, concretizando uma sacralidade coextensiva com o meio social e natural que, desconhecendo as nossas divisões entre sagrado e profano, quase tudo invade e diviniza. Deste modo, a geografia da dispersão destas sagradas casas acompanha a disseminação das linhagens que se foram organizando em 'reinos', em espaços políticos orbitando em torno de

> um 'liurai' e da sua reunião social de nobres e privilegiados. São casas ligadas, assim, com intimidade à celebração de poderes e de dominações, guardando memória desse poder e da linhagem em que assenta, sacralizando muitos dos objetos que celebram esse poder. (Centeno & Sousa, 2001: 14)

As *uma lulik* colocam em interação diversos domínios da vida. É a possibilidade de reconstituir laços e realimentar a memória coletiva de uma ou mais famílias. E, nesse caso, os rituais geram identificações materiais e imateriais nas quais os seres humanos se reconhecem como parte de uma família, casa, ou casa sagrada. A coexistência entre o mundo natural e o sobrenatural é apontada na pesquisa de Castro (2010) sobre organização social tradicional em Ainaro. A autora destaca que a convivência entre vivos e mortos é parte do entendimento da experiência circular do tempo. A devoção pelos mortos complementa-se com o próprio enterro dos falecidos no perímetro das casas sagradas como das próprias moradias.

Do ponto de vista analítico, Castro (2010) distingue duas classes de cerimônias básicas: aquelas que se celebram periodicamente seguindo uma agenda ritual cíclica e aquelas cerimônias pontuais que acontecem em ocasiões excepcionais. O nascimento, casamento e a morte são solenizados em cerimônias que fortalecem as relações entre as linhagens aparentadas por afinidades. De acordo com a autora, marcadores do ciclo da vida como o casamento não celebra apenas a união entre dois membros das famílias, mas vínculos intergeracionais de reciprocidade.

Sousa (2010), em sua pesquisa sobre a casa Bunak, também faz uma reflexão sobre as relações entre vivos e mortos. O autor ressalta que a presença de humanos vivos na casa Bunak é condição essencial para contrabalançar a presença de bens e de antepassados. O que torna a casa sagrada para os Bunak é justamente sua animação. Uma casa exclusivamente devotada às entidades tutelares, desabitada, como ocorre entre os Mambae e os Tetum de Wehali é inconcebível entre os Bunak (SOUSA, 2010: 174).

De acordo com Sousa (2010), a estrutura básica de divisão da autoridade da casa Bunak está assente em uma mulher, que habita a casa sagrada no interior, e um homem, o chefe da casa, mas que não pode habitar a própria casa. Segundo o autor, os papéis desempenhados por essas autoridades são considerados complementares, pois veiculam os elementos femininos e masculinos e representam a ideologia associada a cada uma dessas funções: o elemento feminino - dentro, assegura continuidade da casa (pela manutenção da casa – o fogo, a lareira – e pela geração de filhos), enquanto o elemento masculino se encontra fora, caminha e regressa a casa, para assegurar, através das palavras e atos a manutenção e continuidade da mesma.

Traube (1986) em sua pesquisa sobre vida social e cosmologia entre os Mambai analisa os rituais que tematizam as relações entre os vivos e os antepassados. Tais rituais são pautados no tripé saber-dizer, saber-fazer e nos conhecimentos dos discursos de origem.

Na perspectiva de Traube (1986), os grupos sociais na sociedade Mambai são definidos e classificados por suas contribuições complementares e desiguais para a promoção ritual de vida. A distinção hierárquica entre doadores de vida e receptores de vida é constantemente recriada em práticas sociais. É no contexto ritual que as distinções sociais ressoam mais profundamente com a cosmologia.

Traube (1986) ressalta, ainda, que a relação *umane* e *fetosaa* (doadores e recebedores de mulheres) não é simétrica, uma vez que *umane*, como familia de origem das mulheres que são criadoras de vida estão numa posição superior. Esta posição desigual traduz-se nos direitos e deveres recíprocos. Assim, *fetosaa* deve fazer uma contribuição maior no barlake para compensar o deslocamento da mulher da sua casa de origem e a perda dos direitos de descendência. continuando o debate sobre assimetrias e complementariedade de gênero nas trocas.

Friedberg (1978), a partir de sua pesquisa entre os Bunak, afirma que o termo *pana* pode ser usado como adjetivo ou substantivo feminino e seu oposto *mone* como adjetivo ou substantivo masculino. Há um termo genérico que designa ser humano. Como um substantivo *pana* aplica-se necessariamente para mulheres; mas como um adjetivo não. O sistema simbólico Bunak é desenvolvido a partir da oposição imobilidade / mobilidade; uma vez que *Bein pana* (chefe feminino) não pode se mover, nem deixar a aldeia onde é o símbolo da unidade. Já o chefe masculino resolve os problemas fora da aldeia. Daí derivam oposições correlatas entre masculino e feminino: exterior/interior; frio/quente; fertilidade/infertilidade.

De acordo com Friedberg (1978), o chefe feminino habita um lugar chamado *laran*, ou seja, "dentro". Frio é um símbolo de fertilidade; uma mulher que quer ter crianças deve permanecer fria e, em especial, não pode participar de rituais de calor, relacionados com a guerra ou morte. Mas isto só é verdade para as mulheres jovens e, além disso, é especialmente recomendado para os jovens a não consumir ofertas consideradas quente; caso contrário, eles podem sofrer acidentes. (Friedberg, 1978: 38). Nessa situação, a categoria idade e gênero estão combinadas e ganham outros formatos. Ofertas e rituais quentes impedem a fertlidade e provocam acidentes aos jovens. O que está em jogo é a garantia da reprodução da vida.
Friedberg (1978) ressalta que em todas as circunstâncias permanece a noção de complementaridade entre os sexos, a complementaridade deve estabelecer o equilíbrio com respeito ao outro. Os mitos simbolizam a incompletude das partes. Na vida ritual, o homem e a mulher são quase sempre associados. Em cada casa, a responsabilidade dos objetos sagrados está nas mãos de um homem e uma mulher. Os dois personagens geralmente idosos, não são marido e mulher, mas cada um pertence uma linhagem materna diferente da casa, simbolizando os aspectos masculinos e femininos. (Friedberg, 1978: 39)
Até aqui foi demonstrado por meio de uma revisão bibliográfica a centralidade das *uma lulik* na ativação de práticas e rituais que orientam sociabilidades locais. Nas seções seguintes serão analisadas as políticas relacionadas à construção e à reconstrução das *uma lulik* nos projetos e programas de Governo de Timor-Leste.

Cultura, patrimônio e as *uma lulik*

Timor-Leste está localizado no cruzamento do Sudeste Asiático e da Oceania e é um dos países mais novos do mundo. Em 1975, a independência de Timor-Leste foi proclamada unilateralmente e restaurada somente em 2002, após diversos conflitos, encontros e desencontros culturais: nominais 430 anos de colonização portuguesa, 24 anos de oupação indonésia e 30 meses de administração transitória das Nações Unidas (Silva, 2008).
No período da invasão indonésia, atividades que envolviam um grande número de pessoas, como era o caso das relacionadas as *uma lulik*, eram vistas como suspeitas por parte das forças de segurança indonésias (Correia, 2013). Assim, muitas casas sagradas foram abandonadas e destruídas. Ora, as populações fugiam porque suas aldeias serviam como base aos combates entre o exército indonésio e as FALINTIL (Forças Armadas de Libertação e Independência de Timor-Leste), ora as pessoas eram deslocadas (pelos agentes indonésios) das regiões mais montanhosas e a concentração em áreas baixas era uma forma de impedir o apoio da população a guerrilha (Sousa, 2007)
Em maio de 2002, após 24 anos de ocupação e resistência e trinta meses de Administração Transitória das Nações Unidas, Timor-Leste restabeleceu-se como um estado independente. A Constituição da República Democrática de Timor-Leste logo no Artigo *2º Da Soberania e Constitucionalidade,* afirma que o "Estado reconhece e valoriza as normas e os usos costumeiros de Timor-Leste que não contrariem a Constituição e a legislação que trate especialmente do direito Costumeiro". No decorrer do documento, outros compromissos relacionados à valorização da cultura local são assumidos como dever do Estado: afirmar e valorizar a personalidade e o patrimônio cultural do povo timorense; direito à fruição e à criação culturais; dever de preservar, defender e valorizar o patrimônio cultural.
O termo patrimônio é acionado no documento como um bem coletivo, uma objetivação que deve ser cuidada e valorizada porque representa a nação. Sendo coletivo, o patrimônio é responsabilidade de todos, mas cabe ao Estado gerenciá-lo. A literatura sobre o tema tem sugerido que a seleção dos bens culturais é um jogo político que exclui certas coisas, prioriza outras, de acordo com os projetos de nação que estão em jogo e suas articulações com as esferas transnacionais e locais. Os patrimônios culturais operam na conformação e na reprodução das identidades nacionais. A temática "patrimônio" proporciona o conhecimento de linguagens diferenciadas e remete à memória social, por meio da qual se constroem e se reconstroem as identidades de grupos, de sociedades, de nações e de povos (Beltrão & Caroso, 2007). Assim, a noção de patrimônio confunde-se com a de propriedade herdada (Oliveira, 2008), e isso implica refletir sobre relações entre história, memória e identidade.
O processo de independência de Timor-Leste foi marcado por eventos traumáticos, os quais têm produzido efeitos diversos na construção da identidade nacional. De acordo com Hall (1997), as identidades nacionais

não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. Pode-se dizer que estamos falando de processos de negociação que ora afastam e ora integram vozes sistematicamente silenciadas e excluídas das narrativas da nação.

Nesta perspectiva, as pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da ideia da nação tal como representada em sua cultura nacional. Numa visão semelhante à de Hall, Anderson (2008) ressalta que a nação é uma comunidade política imaginada; o que não significa que seja irreal, pois as comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas.

Se as identidades nacionais são imaginadas e os produtos dessa imaginação são negociados, pode-se dizer que a definição de patrimônios culturais e o modo como são negociados, expressam, entre outras coisas, disputas entre projetos de sociedade. O IV Governo Constitucional da República Democrática de Timor-Leste (2007-2012), por exemplo, assumiu o compromisso de colocar a cultura ao serviço da afirmação da Nação e do Estado timorense. Nesse período, foi aprovada a Política Nacional da Cultura (2009). Tal política legislava sobre a "gestão e preservação do patrimônio cultural de Timor-Leste, definia os deveres dos cidadãos perante o patrimônio cultural do país e contribuía para a sua salvaguarda e valorização[4]".

No IV Governo Constitucional a Secretaria de Cultura estava vinculada ao Ministério da Educação. A Secretaria da Cultura, sediada no Ministério da Educação, atuou na formação cultural de jovens timorenses e na elaboração de materiais didáticos relacionados à diversidade cultural do país. Um programa de bolsas de estudo do Ministério da Educação investiu em formação superior de jovens timorenses em áreas culturais. Daí o investimento nos estudos fora do país e na elaboração de materiais para circular nas escolas. Nesses termos, é plausível dizer que o sistema educacional foi encarado tanto para aumentar o capital cultural dos jovens timorenses quanto para difundir e salvaguardar o patrimônio cultural do país.

O Programa do V Governo Constitucional de Timor-Leste busca o desenvolvimento e a qualidade social do país a partir das politicas turisticas e culturais. Nesse Governo, a Secretaria de Cultura migra do Ministério da Educação para o Turismo.

De acordo com a estrutura orgânica do Ministério do Turismo, cabe a ela, entre outras coisas, elaborar a política e os regulamentos, além de velar pela conservação, proteção, e valorização do património histórico e cultural diverso de Timor-Leste. Também se apresenta como atribuição do Ministerio do Turismo elaborar políticas de cooperação e intercâmbio cultural com os países da região, a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**)** e organizações internacionais tais como a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). A mudança da Secretaria de Cultura do Ministerio da Educação para o Ministerio do Turismo indica uma aposta do Governo na relação entre cultura, turismo e desenvolvimento como uma potência capaz de modernizar o país.

A ideia de cultura no IV Programa de Governo Constitucional está associada à valorização da identidade, à consolidação da paz e à construção da Nação. No V Programa há uma associação entre cultura e patrimônio, identificação de instituições que serão construídas, como Museu e Centro Cultural, bem como a nomeação dos bens que serão salavaguardos, como é coso das *uma lulik*. Além disso, aparece a indicação de que o Governo apoiará o alargamento do setor do turismo comercial em Timor-Leste.

No conjunto dos planos e programas de incentivo à cultura, a construção e a reconstrução das casas sagradas faz parte do projeto de recuperação do patrimônio tradicional arquitetônico de Timor-Leste. Entretanto, as ações de preservação das casas sagradas não envolve somente sua dimensão arquitetônica.

Tal como foi discutido ao longo deste trabalho, a casa sagrada é, ao mesmo tempo, um repositório da memória social e dos objetos ancestrais por meio do qual as relações entre as gerações são preservadas, construídas e renovadas.

A construção ou a reconstrução é um ato sagrado que movimenta coisas e pessoas, cria e renova alianças e envolve a retribuição de dádivas, compromisso, sacralização de objetos e consulta aos ancestrais. Se a construção/reconstrução de uma casa sagrada envolve a recomposição de laços, as políticas públicas de incentivo à construção/reconstrução das casas sagradas, ou ainda, de reconhecimento delas como patrimônio da nação, direta ou indiretamente mobiliza alianças.

---

4 Verificar no site do Governo de Timor Leste: http://www.jornal.gov.tl/.

Além da legislação nacional, **há um investimento do Estado em assinar tratados e convenções na área d**a cultura, o que possibilitará a candidatura de sítios e valores naturais e culturais de Timor-Leste a patrimônio da humanidade.
A Unesco tem duas normatizações para proteção do patrimônio cultural: a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, e a Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003. Timor-Leste não é signatário ainda dessas Convenções, mas já orienta a elaboração de suas políticas em função delas. A Unesco diferencia patrimônio cultural mundial e patrimônio cultural intangível nos seguintes termos:

> O patrimônio cultural mundial: é composto por monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham um excepcional e universal valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico.
> Patrimônio cultural intangível ou imaterial: entende-se por patrimônio cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.
> (Fonte:http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/culture/world-heritage/cultural-heritage/. Acesso em: 21 nov. 2014)

Como classificar as *uma lulik* em um tipo ou outro? Sousa (2007) em sua pesquisa sobre a Casa Búnaque, e em particular a casa sagrada, afirma que casa é uma entidade física e uma categoria cultural que desafia os limites do material/imaterial, sustentando-se nas suas práticas sociais e rituais que as animam. Por um lado, as casas sagradas desafiam os limites do material e do imaterial, e por outro, quando classificadas como bem material desafiam as concepções de padrões estéticos que são considerados excepcionais e universais.

Considerações finais

A casa, sagrada ou não, foi analisada no decorrer deste trabalho tendo em vista a especialização social e econômica, as simbolizações, as adaptações ecológicas e as alianças que suscitam. Como tal, as casas no sudeste asiático e, de modo especial, as casas sagradas em Timor-Leste, permitem acessar os modos de organização social, cosmologias, relações entre humanos e não humanos e sociabilidades construídas em torno das dádivas e contradádivas.
As alianças fora dos limites imediatos da casa de moradia tendem a ficar meio esquecidas no cotidiano. Mas a ativação dos vínculos não ordinários suscitados pelos eventos do fluxo da vida (nascimento, casamento e morte) nas casas sagradas reanimam as relações firmadas no passado.
As trocas de presente e prestações de deferências envolvidas nas prestações matrimoniais arrimam pactos sociais entre pessoas e casas, através das quais se estabelece alianças e se perpetua o grupo de parentesco. Ao edificar uma casa ou uma casa sagrada os seres humanos também se constroem em suas relações com outros humanos, com os objetos e os antepassados. A circulação de pessoas e coisas orientada pela dádiva não implica ausência de conflitos. São relações assimétricas, nas quais colocar as coisas em movimento e deixar em aberto as possibilidades de relações, são os objetivos principais, mas isso não exclui a formação de hierarquias e cultivo de prestígios.
As casas sagradas aparecem nos discursos políticos-culturais como símbolo da continuidade entre o passado, o presente e o futuro e, como tal, são fundamentais na construção da identidade nacional. O Governo reconhece que é importante preservar o patrimônio arquitetônico, sobretudo as *uma lulik*, em torno das quais gira grande parte da vida das comunidades.
Os programas e plano citados no decorrer deste trabalho indicam uma disposição do Governo de alinhar as políticas culturais locais às Convenções internacionais. O foco na preservação arquitetônica das casas sagradas

está relacionado, entre outras coisas, ao interesse de Timor-Leste de assinar tratados internacionais da área da cultura para futuras submissões de sítios e valores culturais e naturais a patrimônio cultural da humanidade.
A partir desta revisão bibliográfica e das inquietações por ela provocadas, pretendo investir na análise das mediações e disjunções entre os projetos e as práticas de patrimonialização em Timor e a forma como as *uma lulik* **são** percebidas localmente.

Bibliografia

ANDERSON, B (2008), *Comunidades Imaginadas:* Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo, São Paulo: Companhia das letras.

ALMEIDA, L, & CINATTI, R., & MENDES, S. (1987), *Arquitectura Timorense*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Museu de Etnologia.

BOVENSIEPEN, J. M, (2014), "Lulik: Taboo, Animism or Transgressive Sacred? An Exploration of Identity, Morality and Power in Timor-Leste". Oceania, 84 (2), pp. 121-137.

CASTRO, P. J. M. (2010) "Introdução ás estruturas cosmovisivas e aos princípios básicos da organização social tradicional em Ainaro: A *Uma lulik* e a vida cerimonial" In: *Património Cultural de Timor-Leste. As Uma lulik do Distrito de Ainaro* (eds), Gárate Castro, Luis Alberto & Assís, Cecilia, Ferrol: Secretaría de Estado da Cultura da República Democrática de Timor-Leste, pp. 41-54.

_____. "Patrimônio cultural e *Uma lulik*". (2010) In: *Património Cultural de Timor-Leste. As Uma lulik do Distrito de Ainaro* (eds), Gárate Castro, Luis Alberto & Assís, Cecilia. Ferrol: Secretaría de Estado da Cultura da República Democrática de Timor-Leste, pp. 65-73.

CENTENO, R.; SOUSA, I. (2001), *Uma lulik Timur: Casa Sagrada de Oriente*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CORREIA, J. de. (2013), Construção de casas sagradas (Uma lulik) na sociedade timorense: uma perspectiva sobre o desenvolvimento e o turismo comunitário no distrito de Baucau. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Portugal.

ERRINGTON, S. Recasting Sex, Gender and Power: a theoretical and regional overview. (1990) In: ATKINSON, J.; ERRINGTON, S. (orgs.) *Power and Difference*: gender in Island Southeast Asia. (Tradução: Daniel Simião, Uso didático). Stanford: Stanford University Press.

FOX, J. (1993) *Inside Austronesian Houses*: Perspectives on domestic designs for living, Camberra: ANU

FRIEDBERG, Claudine. (1978), *La femme et le féminin chez les Bunaq du centre de Timor*. *Archipel.* 13, pp. 37-52.

_____. (1989), Social relations of territorial management in light of Bunaq farming rituals. In: *Bijdragen tot de Taal, Land en Volkenkunde, Rituals and Socio-Cosmic order in Eastern Indonesian Societies*; Part I Nusa Tenggara Timur 145, 4, Leiden, pp.548-563.

GOYENA, Alberto. (2013), "O fascínio ocidental pelo original". Entrevista com Roxana Waterson. *Enfoques - Revista dos Alunos do PPGSA-UFRJ. [on-line]*. pp. 142 - 151. Disponível em: http://issuu.com/revistaenfoquesufrj/ acesso em: 24/05/2014.

HALL, S. (1997), *Identidades culturais na pós-modernidade*, Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

LÉVI-STRAUSS, Claude**.** (1986) "A noção de casa". In: *Minhas palavras*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

SILVA, Kelly Cristiane da. (2010) "Riqueza ou preço da noiva? Regimes morais em disputa nas negociações de casamento entre elites urbanas timorenses". In: Wilson Trajano Filho (ed), *Lugares, Pessoas e Grupos: as lógicas do pertencimento em perspectiva comparada*, Brasília: Athalaia.

SOUSA, Lúcio. M.G. (2007), *As Casas e o mundo: identidade local e Nação no patrimônio material/imaterial de Timor-Leste*, Etnografia (Actas do III Congresso Internacional) Cabeceiras de Basto, 13 e 14 de Julho.

_____. (2010), *An Tia: partilha ritual e organização social entre os Bunak de Lamak Hitu, Bobonaro,* Timor-Leste. Tese de doutoramento, Lisboa: Universidade Aberta de Lisboa.

TIMOR LESTE. Disponível em: http://timor-leste.gov.tl/ Acesso em: 21 nov. 2014

TRAUBE, E. G. (1986), *Cosmologia e Vida Social: troca Ritual entre os Mambai de Timor Leste.* University of Chicago Press: Chicago.

TRINIDADE, J. (2011), Lulik: The Core of Timorese Values. Paper presented at: Communicating New Research on Timor–Leste 3rd Timor–Leste Study Asscociation (TLSA) Conference on 30th June.

UNESCO. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/culture/world-heritage/cultural-heritage/. Acesso em: 21 nov. 2014.

GT 88
Qualificações, competências e trabalho: referências contemporâneas

Agricultura alternativa e outras formas de trabalho

Ricardo Luiz Sapia de Campos[1]

Jéssica Aline Troiano[2]

RESUMO: Propomos a discussão sobre o trabalho imaterial que se auto-valoriza criando e construindo valor via processo de apropriação de conhecimento. Partimos de pesquisa sobre produção alternativa com aporte no conhecimento do tipo *savoir-faire*. Pesquisa que estuda elementos de expropriação do conhecimento via programa específico chamado AGROSEBRAE do SEBRAE/SP no Brasil, voltado para o pequeno empreendedor agrícola. As construções alternativas como produção orgânica, selo verde, comércio justo, dentre outros são formas de trabalho e organização produtiva, construídas pela fluidez da comunicação de forma transversal e vis a vis autônoma. Temos a proposta de intercambiar experiências com ocorrências em Portugal, exemplo da valorização de fatores autóctones, como o plantio de oliveiras e a produção de azeite de oliva em contraposição ao trabalho e produção massificada praticado normalmente por grandes corporações espanholas, dentre outras.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho imaterial, capitalismo cognitivo, pós-fordismo, agricultura alternativa.

1. INTRODUÇÃO

Apresentamos no artigo experiências de agricultura alternativa a partir do debate das formas de trabalho e das características dos espaços rurais brasileiros em um contexto de transformações materiais e imateriais tanto dos agentes produtores e consumidores quanto da organização dos processos produtivos. Nos últimos anos, a literatura que interpreta a realidade dos espaços rurais brasileiros têm se defrontado com a necessidade de compreender e debater novas dinâmicas sociais e produtivas. Com esse objetivo, termos como "novo rural" e "novo mundo rural" (Silva, 1999; Carneiro, 2000) são concebidos e aplicados em nossa sociedade, esses, embora mais conhecidos e discutidos no contexto dos países de centro, como os europeus, começam a ser registrados segundo uma perspectiva de transformações do trabalho e da globalização em países em desenvolvimento como o Brasil. A emergência do chamado produtor "pluriativo", revela a crescente importância da atividade não-agrícola na composição das rendas de pequenos e médios produtores, que quando mescladas aquelas de origem agrícola favorecem alternativas em prol do aumento dos padrões de vida das populações rurais (Carneiro, 1999). Ademais, contrapondo o caráter estritamente agrícola do rural, o turismo e o lazer orientados

1 UFG – Universidade Federal de Goiás – FCS – Faculdade de Ciências Sociais Goiânia; Programa de Pós graduação em Ciências Sociais da UNESP – Universidade Estadual Paulista campus de Araraquara; FAPESP - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo e GT – Grupo de Estudos Capitalismo Cognitivo, ruralidade e agricultura Email: sapiacampos@yahoo.com.br

2 UNESP – Universidade Estadual Paulista e Faculdade de Ciências e Letras Campus de Araraquara; FAPESP – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo e Grupo de Estudos: Capitalismo Cognitivo, ruralidade e agricultura. Contato: jessycatroiano@gmail.com

para um público em busca da quietude e do sossego, costumam associar a imagem do campo a qualidade de vida proporcionada pela proximidade do homem com a natureza. Cenário onde a antiga divisão e hierarquização dos espaços rurais e urbanos que associa o rural ao atraso, e o urbano ao avanço resulta irrelevante para a discussão desses espaços, hoje considerados interdependentes (Silva, 1997).

Mercados como os produtos orgânicos, produtos tradicionais normalmente associados a um território e a uma cultura como o queijo artesanal de leite cru produzido em Minas Gerais (Lima, 2013) e a cachaça, bebida genuinamente brasileira (Daniel, 2013), exemplificam algumas das experiências alternativas que aos poucos emergem nos espaços rurais brasileiros[3]. As particularidades do local, do território e de suas tradições projetam nesses produtos uma identidade ímpar, ensejando o reconhecimento de seus valores, pontos de vista e estilos de vida por parte dos consumidores. Mesmo porque, quando o assunto é alimento, nos deparamos com uma singularidade, conforme assinala Poulain (2004, p.53) « '[...] o alimento não é um produto de consumo banal, ele é incorporado. Ele entra no corpo do comedor, torna-se o próprio comedor, participando física e simbolicamente da manutenção de sua integridade e da construção de sua identidade' ».

Para os consumidores desses mercados a origem do produto é informação fundamental, é preciso saber como, nesse caso, os alimentos, chegaram a mesa dos consumidores, selos e certificações abrem espaço para a identificação da procedência e dos valores empregados na produção, em outras ocasiões, a relação direta entre produtor e consumidor aparece como a "chave" de uma reestruturação das relações produtivas e de comercialização. O que está em jogo não é apenas o produto, mas todo o processo produtivo ao qual está submetido até chegar ao consumidor final, mesmo o processo de distribuição e comercialização são ressignificados com modelos como o comércio justo, grupos de consumidores e redes de produtores e consumidores, associações e cooperativas de produtores, dentre outros, resultando numa requalificação do próprio momento do consumo com movimentos como o *Slow Food*.

Nossa tese é que a emergência desses mercados alternativos e suas influências e impactos nos espaços rurais contemporâneos respondem as demandas de consumidores que incorporam em suas escolhas de consumo valores como a preservação dos recursos naturais, alimentação saudável, dentre outros fatores estéticos e sensoriais empregados na produção. Nestes mercados ditos alternativos o valor dos produtos é de cunho imaterial - o conhecimento, a informação, a comunicação, o afeto, dentre outros (Hardt e Negri, 2005; Lazzarato e Negri, 2001). Por conseguinte o trabalho imaterial, e sua tendência hegemônica em produzir valor estariam inseridos no que Gorz (2005) define por *capitalismo cognitivo*, isto é, as principais formas de valorização das mercadorias e de produção de acúmulo no capitalismo contemporâneo pós-industrial teriam como origem a subjetividade dos sujeitos produtivos, uma vez que penetrariam nas mais distintas esferas da vida dos indivíduos.

O que distingue esses mercados alternativos, normalmente com um valor agregado superior aos convencionais, não é apenas o consumo diferenciado e qualificado, mas a produção e o tipo de trabalho colocados em movimento para sua valorização. De um lado, é um *savoir-faire* tipicamente rural que é privilegiado, por outro, são os conhecimentos técnicos e gerenciais que fazem a diferença e ajudam a agregar valor a esses produtos. Em suma, construídos por demandas e reivindicações que nascem na esfera do consumo, são valorizados por conhecimentos técnicos e um saber fazer que inter-relaciona inovação e tradição oportunizando a construção desses nichos e sua valorização nos mercados (Corchuelo e Criado, 2012; Hardt e Negri, 2005).

Haja vista essa breve introdução, o artigo busca pontuar e discutir características e diferenças do trabalho material e imaterial, associando a passagem de um para outro a transformações nos processos produtivos ocorridas nas últimas décadas do século passado. Posteriormente faremos uma rápida discussão acerca da realidade dos espaços rurais no Brasil, principalmente no que se refere as políticas públicas de desenvolvimento rural, trazendo ao debate a emergência de um novo mundo rural diante da tradicional estrutura latifundiária monocultora do país. Finalmente, apresentaremos alguns dados e interpretações acerca de pesquisas de campo realizadas no interior paulista, a maior parte na Região Central do Estado de São Paulo. As pesquisas identificaram a difusão de atividades alternativas entre pequenos e médios produtores, que além de revelarem

---

3 É digno de nota que a concentração dessas atividades alternativas no meio rural brasileiro acontece nas regiões sul e mais recentemente sudeste do país.

um perfil produtivo bastante particular, contam com o apoio de políticas públicas como as do AGROSEBRAE, voltadas para assessorias técnicas e gerenciais que incentivam uma visão empreendedora dentre pequenos e médios produtores.

2. TRABALHO E AGRICULTURA

Até meados de 1960, o regime keynesiano-fordista regulava o mundo do trabalho nos países de centro. As grandes fábricas unindo um poderoso maquinário a um operariado formalizado traçavam limites e fronteiras então potencializados pelo pacto com as autoridades estatais (Harvey, 2005; Bauman, 2001). A hegemonia de uma produção estandardizada impunha ao consumo a padronização dos gostos e estilos de vida pautada em mercadorias indiferenciadas. Produtividade e eficiência, requisitos da fábrica fordista, logravam difundir por meio da quantidade e do preço o consumo massificado. (Cabedo, 2009). O taylorismo, por sua vez, instituía uma profunda racionalização do trabalho separando os responsáveis por conceber o processo produtivo e aqueles que o concretizavam, trabalho intelectual ou imaterial eram cuidadosamente diferenciados do trabalho físico ou material, distinguindo os sujeitos produtivos (Sennett, 1999).

> A fábrica fordista – com a meticulosa separação entre projeto e execução, iniciativa e atendimento a comandos, liberdade e obediência, invenção e determinação [...] foi sem dúvida a maior realização até hoje da engenharia social orientada pela ordem (Bauman, 2001, p.68).

No Brasil a industrialização aconteceu na década de 50 do século XX, todavia, a adoção do modelo fordista se deu um pouco mais tarde e com particularidades. Este tipo de organização do trabalho esteve relacionada ao processo de modernização do país ocorrido no período pós-guerra e influenciou as reformas econômicas da ditadura militar iniciada com o golpe de 1964. Podemos dizer, que características como mecanização, racionalização e divisão do trabalho centrada numa parcelarização de tarefas, especialização e separação de conhecimento e execução dos processos produtivos compunham a orquestra do modelo fordista brasileiro. A diferença com relação ao modelo experimentado no centro da Europa e nos EUA é que no caso brasileiro não havia correlação simétrica entre desenvolvimento econômico a desenvolvimento social e distribuição de renda. Por isso, autores, dentre os quais Carvalho (1999) o designam como "fordismo caricatural" ou "fordismo limitado".

Entre as décadas de 70 e 80 a racionalidade da gestão e organização do trabalho típico do modelo urbano industrial foi transplantada para a agricultura. Os avanços da ciência e da tecnologia do século 20 se consagravam num "pacote tecnológico" destinado a difusão de uma agricultura racional, com maquinário, agrotóxicos, fertilizante e adubos químicos, irrigação, dentre outros. Uma produtividade de base monocultora destinada a produção de alimentos (caloria, energia, etc.) em grande quantidade para o mercado. Nos países periféricos, como o Brasil, a chamada Revolução Verde, origina um processo de padronização e homogenização alimentar, resultando no que conhecemos por agricultura convencional. Nesse modelo o dono das terras já não é o agricultor é o proprietário com trabalhadores que mesmo em condições precárias são assalariados. A especialização do trabalho dividia as funções desempenhadas pelos trabalhadores de acordo com seus distintos níveis de qualificação, existiam então, tratoristas, técnicos, trabalhadores braçais, etc., cada um deles responsável por realizar uma etapa do processo produtivo (Rodrigues, 1999).

> […] a organização da produção e do trabalho na agricultura guarda alguma semelhança com o modelo fordista de organização da produção na indústria. A particularidade, neste caso, seria a especialização em processos mais simples; e a ausência dos ganhos reais de salários, traço forte do modelo fordista (Rodrigues, 1999, pp. 90).

Embora a globalização não seja mero apêndice do avanço das tecnologias da informação, é inegável que o dinamismo propiciado pela difusão da comunicação em fins do século XX foi crucial para as mudanças que hoje reorganizam os fluxos de pessoas, informações, conhecimentos e objetos no mundo. Apesar disso, sofremos a dupla influência de processos globais e locais, atores transnacionais e dinâmicas nacionais reestruturam a importância e organização de questões associadas a economia, cultura, política e meio ambiente (Beck, 1999). Segundo Castells (1999), vivemos numa nova economia, a economia informacional, nessa os mercados de capitais são colocados em relação extremamente interdependente, interconectados, são dotados de uma velocidade, complexidade, volume e conectividade nunca antes experimentado pelas sociedades (Castells, 1999). A organização dos agentes sociais não se restringe a um espaço particular, redes de informação globais se convertem em instrumentos para aqueles que procuram respostas a problemas globais originando no plano da produção agrícola movimentos que questionam posicionamentos convencionais como a agricultura orgânica, permacultura, o comércio justo, dentre outros. Esses movimentos, em conjunto, criam a oportunidade para uma possível reorientação da ação social e política (Beck, apud Lash e Urry, 1994).

Vale ressaltar que o desenvolvimento desse novo modelo de organização do trabalho e dos processos produtivos do pós-fordismo, a despeito de impor uma tendência frente a produção industrial, não acontece da mesma maneira e nos mesmos graus em diferentes espaços sociais como o Brasil e a Europa, por exemplo. Podemos considerar então, que esse mundo pós-fordista, em transição, é fluído, não mais presos ao lugar, a fábrica, os indivíduos se encontram diante das escolhas que direcionaram os rumos de sua vida, profissional e pessoal (Bauman, 2001). Para Lazzarato e Negri (2001), nas sociedades pós-fordistas se coloca como central um trabalho de tipo vivo, cada vez mais intelectualizado que exige a introdução da personalidade e subjetividade do trabalhador em suas tarefas cotidianas. As estratégias traçadas pela empresa pós-industrial são fundamentadas na informação, em lugar de se concentrar na produção, privilegia a comercialização e a financeirização, o que mais interessa a empresa é sua relação com os consumidores e as suas estratégias de vendas (Lazzarato e Negri, 2001).

A publicidade torna-se o segredo da fábrica pós-fordista, estimula a adoção de "mundos de vida" associados as maneiras de vestir, de comer, de comunicar, etc., assim, meios de comunicação como a televisão e o rádio, convertem-se em instrumentos estratégicos, tendo em vista a multiplicação dos mundos passíveis a serem vividos nessa economia de signos (Lazzarato, 2006). O trabalho imaterial tem como origem o conhecimento, o saber, o afeto, a informação, a comunicação, estabelecendo uma nova relação entre produção e consumo, especialmente no que se refere a *cooperação produtiva* e a *relação social com o consumidor*. Constituindo um duplo processo cria produtos que residem no imaginário do consumidor, ao mesmo tempo em que constrói o imaginário desse consumidor (Lazzarato e Negri, 2001). Segundo Gorz (2005) o trabalho imaterial resulta sobretudo de fatores comunicativos e cooperativos, reside em uma espécie de *savoir-faire* que guarda saberes apreendidos no cotidiano e os transforma em instrumentos produtivos. Gorz denomina este tipo de saber, de saber vivo, onde sujeitos individuais estão constantemente aperfeiçoando de maneira comunicativa e interativa os saberes que possuem (Gorz, 2005).

De uma sociedade baseada em modelos de ação administrativa surge um modelo baseado no empreendedorismo. A ação dos setores públicos locais passam a se moldar de acordo com o incentivo de uma visão "empreendedora", assim, o local é quem deve apresentar características "atraentes" para que haja investimentos privados (Harvey, 2005). Observamos que as estratégias de desenvolvimento para produções alternativas estão inseridas nessa lógica que entende que as localidades e mesmo as próprias pessoas devem considerar-se uma empresa, as pessoas, agora empreendedoras são responsáveis por sua empregabilidade construída a partir de uma produção de si para o mercado (Gorz, 2005).

Alguns problemas associados a alimentação e ao meio ambiente materializam os efeitos do que Giddens (1991) entende por radicalização da modernidade frente aos riscos produzidos com as sociedades industriais. Nos deparamos com movimentos contrários a industrialização dos alimentos e a agricultura predatória implantada com a modernização agrícola. As demandas associadas a preservação do meio ambiente e a uma alimentação qualificada são introduzidas enquanto questionamento a produtividade desenfreada do capitalismo industrial até então hegemônico. A idéia de um *desenvolvimento sustentável* consolidada com a Rio 92 influencia diretamente as ações direcionadas a produção industrial e agrícola. Embora atualmente questionável e por vezes falacioso, o termo, como bem pontua Veiga (2005) não nasce como um conceito, mas como uma expressão utópica.

A agricultura convencional no mais das vezes não é sustentável. As experiências alternativas como a produção orgânica, por exemplo, propõe uma sustentabilidade ambiental e social que modifique não apenas os nossos hábitos alimentares, mas também idéias e posicionamentos ambientais, sociais e políticos. Portanto, as mudanças não são apenas de ordem produtiva mas também de consumo. Os movimentos sociais são importantes precursores de mudanças paradigmáticas no discurso dos agentes empresariais. Os agentes sociais não são passivos em suas escolhas de consumo, ao contrário são ativos, não figuram apenas como um *homo economicus* movido única e exclusivamente pela variável econômica, são mobilizados por fatores econômicos, sociais, culturais e ambientais, conforme autores ligados a matriz da sociologia econômica. (Garcia-Parpet, 2012; Steiner, 2006).

A agricultura alternativa é uma produção contemporânea organizada a partir da crise da produção em massa e dos efeitos perversos da sociedade industrial. É construída e, portanto, dependente do saber e da construção de novos conhecimentos.

3. POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL

A agricultura brasileira é fortemente marcada pelo modelo agrário-exportador predominando as grandes propriedades e vis-à-vis concentrações monocultoras, como no caso da região em estudo a cana-de-açúcar para fabricação do álcool e açúcar. A preferência por grandes propriedades ao longo da formação do Estado brasileiro e de sua política agrária, relegou a pequena propriedade uma condição de pauperização, que resultou em sua exclusão da modernização agrícola a qual mergulhou as grandes unidades produtivas (Cano, 2002). Processo intensificado na década de 80, criando o que Martine (1991) denomina de *caificação* da agricultura brasileira, isto é, o « '[...] crescimento do número, tamanho, importância, poder e integração dos Complexos Agroindustriais ou CAIs' (Martine, 1991, pp.8)». Apesar de alguns pequenos produtores terem se integrado tardiamente na modernização propiciada pelas relações entre indústria e agricultura a maior parte continuou em situações marginalizadas. Com base nessa tendência o setor agrícola então industrializado se encarrega de produzir matérias-primas conforme casos emblemáticos do suco de laranja, açúcar e álcool. (Rodrigues, 1999).

O Brasil é o maior produtor e exportador de culturas como cana-de-açúcar, laranja e soja, não raro, esses produtos são exportados in natura, em outras passam por beneficiamento resultando em produtos como o açúcar, o etanol, o suco de laranja e o óleo de soja. Segundo a CONAB, a safra 2013/2014 contou com 8.799.150 mil hectares de cana-de-açúcar, sendo o Estado de São Paulo o maior produtor do país com 51,31% da área plantada de cana-de-açúcar (Conab, 2013). A soja, outra cultura com grande representatividade nas estratégias de produção de grandes unidades produtivas, tem uma estimativa para a safra de 2013/2014 de 111,58 milhões de hectares, sendo que nesse caso, o maior produtor é o Mato Grosso, com 28,8% da produção total de soja em toneladas (Seab, 2013).

Mudanças políticas e sociais ocorridas nos últimos anos têm reorientado as ações públicas voltadas para a agricultura e especialmente para as pequenas e médias propriedades. Dentre estas a criação em 1994 do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar[4] –, política de financiamento para agricultores familiares[5] com até quatro módulos fiscais, e a instituição do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário – conquista dos pequenos produtores no Brasil, uma vez que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA –, anteriormente único responsável pelas políticas destinadas aos espaços rurais, possui influência marcante de interesses dos grandes latifundiários brasileiros (Sabourin, 2009).

---

4 Possui 8 linhas de financiamento que pode ser concedido de modo individual ou coletivo, Pronaf Agroindústria, Pronaf Mulher, Pronaf Agroecologia, Pronaf ECO, Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Composição de Dívidas, Pronaf Jovem e Pronaf Microcrédito (Grupo B) (Bndes, 2014).

5 A definição de agricultura familiar vem sendo reconhecida e construída pelo Estado brasileiro ao longo dos últimos anos, políticas públicas como o Pronaf tem organizado toda sua atuação a partir da categoria "agricultor familiar". Considera-se agricultor familiar aqueles pequenos proprietários que utilizem predominantemente mão-de-obra de origem familiar, se diferenciando da agricultura patronal, a qual privilegia funcionários fixos e assalariados.

As políticas de desenvolvimento local foram priorizadas nos primeiros anos do século XXI com destaque e relevância na definição de políticas públicas principalmente de pequenos e médios empreendimentos (Campanhola e Silva, 2000). Os últimos governos criaram, aprimoraram ou ampliaram as políticas de enfoque territorial. O programa Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais[6], por exemplo, concretiza uma política que privilegia o enfoque territorial em lugar de uma perspectiva setorial, anteriormente predominante nas políticas voltadas para o desenvolvimento rural no Brasil. Conforme aponta Sabourin (2009) as políticas de desenvolvimento rural são inseridas nas metas e medidas para o estímulo da pequena produção ou agricultura familiar[7], o foco na localidade e no território.

O apoio a agricultura familiar amplamente reivindicado ao longo da história, bandeira levada adiante pelos movimentos sociais no Brasil, tendo o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – como maior protagonista na luta por uma política de Reforma Agrária é priorizado via políticas públicas. O PAA – Programa de Aquisição de Alimentos – e o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar – são exemplos. Programas voltados para a compra de produtos de pequenos e médios produtores visando abastecer diferentes locais públicos como creches, escolas, hospitais, dentre outros. No caso do PNAE existe preferência por produtos provenientes da agricultura orgânica ou agroecológica.

A institucionalização das Denominações de Origem e das Indicações de Procedência possibilita com que produtos e regiões sejam reconhecidos. Como exemplos emblemáticos o vale dos vinhedos com a Indicação de Procedência e Denominação de Origem na produção de vinhos. Surge ainda sistemas de certificação inovadores como o SPG – Sistema Participativo de Garantias[8].

Esse movimento de crescente subjetivação é, vis-à-vis acompanhado pelo reconhecimento estatal. Lembrando que 70% dos alimentos consumidos no Brasil vêm da agricultura familiar (Ibge, 2006). Assim, as pequenas propriedades diversificadas atendem o consumo interno de alimentos sendo as principais produtoras de legumes e hortaliças. Na produção dita alternativa predominam na produção de orgânicos, uma vez que representam 75% dos produtores orgânicos do país (Azevedo, 2012).

A produção alternativa, estando visceralmente ligada a pequena produção e a agricultura familiar reorganizam o território produtivo com base na atuação e cooperação de suas organizações públicas e privadas, conferindo maior visibilidade e importância as especificidades locais (Abramovay, 2000). No Brasil, este movimento de mudanças e institucionalização de políticas voltadas para pequenas e médias propriedades ou para o que se conhece como agricultura familiar, está inserido numa estrutura de transformações no plano do consumo, produção e estilos de vida dos agentes sociais contemporâneos. Respondem aos interesses de um capitalismo que expropria valor afeto, valor conhecimento como gosto e estilos de vida (Gorz, 2005).

4. AGRICULTURA ALTERNATIVA: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS

A pesquisa realizada entre os anos de 2011-2014, se estendeu por um campo de 23 municípios[9], 19 deles na Região Central do Estado de São Paulo. Embora a extensão de terras dessas grandes unidades produtivas com cana-de-açúcar e laranja sejam expressivas, 80% das terras produtivas do estado são de grandes proprietários[10],

---

6 Nascido em 2003, é um programa que busca estimular o desenvolvimento de territórios rurais através da articulação de setor público e agentes privados locais.

7 Embora as denominações "pequeno e médio produtor" e "agricultor familiar" apresentem diferentes características em suas definições, utilizaremos as duas ao mesmo tempo, uma vez que alguns dados apresentados em levantamentos estatísticos, os quais utilizaremos ao longo do artigo, apresentam números ora sobre uma ora sobre a outra categoria.

8 O Sistema Participativo de Garantias, é um modelo de certificação inovador por envolver organismos de certificação, técnicos especializados, produtores e consumidores de produtos orgânicos. Se caracteriza por uma fiscalização mútua entre produtores e os demais agentes anteriormente citados.

9 Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Tabatinga, Taquaritinga, Trabiju, Bebedouro, Pirangi, Reginópolis, Catanduva e Novo Horizonte.

10 Foram consideradas grandes unidades produtivas aquelas com mais de 50 hectares de área e máximo de 10.000 hectares.

as pequenas e médias propriedades[11] são predominantes em unidades produtivas com cerca de 77% das unidades de produção do estado (Lupa, 2008). No contexto da pesquisa definimos *agricultura alternativa* como culturas, técnicas e modelos produtivos que se diferenciam do modelo agro-exportador, da monocultura e do latifúndio. Priorizamos também os pequenos e médios empreendimentos.

A experiência duma agricultura alternativa é resultado de transformações sociais e econômicas que acontecem nos últimos anos causando impactos nos espaços rurais brasileiros. Constatamos o florescimento de pequenas empresas agropecuárias voltadas para atividades alternativas e diferenciadas, através das quais uma dinâmica local e territorial inicia um movimento rumo a formação de Sistemas Produtivos Locais – SPL – ou Arranjos Produtivos Locais – APL, correlacionando os atores e suas iniciativas individuais e coletivas e os agentes públicos locais (Veiga, 2005). Identificamos cooperativas e associações como o Instituto ANNONA de Agricultura Sustentável[12], a COAGROSOL – Cooperativa dos Agropecuaristas Solidários de Itápolis[13], a APRIB – Associação dos Produtores Rurais de Ibitinga[14] e a APROTABA – Associação dos Produtores Rurais de Tabatinga[15], as quais ajudam a dinamizar a produção, comercialização e a comunicação entre os produtores da região.

Também iniciativas como o AGROSEBRAE[16], programa voltado para a assessoria técnica e gerencial de pequenos e médios produtores agropecuário que influencia alternativas empreendedoras de pequenos e médios proprietários ou empresários agrícolas. O programa que fornece assessorias individuais e coletivas por até 42 meses se sustenta em três pilares: produto, processo e mercado. O AGROSEBRAE incentiva ações empreendedoras estabelecendo parcerias. Também o SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural[17] – e as Casas da Lavoura das cidades acompanhadas, não raro, promovem cursos e assessorias com o intuito de aperfeiçoar ou difundir algumas novas atividades.

Dentre as atividades estudadas destacamos: agricultura orgânica, cerveja e cachaça artesanal, pinga e vinho de mel, mudas florestais, plantas ornamentais, roseiral, culturas incomuns na região como uva, maça e pêra, dentre outras. A diversificação produtiva é comum entre os produtores, em sua maioria buscam complementar suas rendas por meio de diferentes atividades, mesmo com atividades agrícolas convencionais como a cana-de-açúcar e a laranja.

Na maioria dos casos existe processos de industrialização ou pré industrialização que integra a cadeia produtiva sendo executado pelo próprio produtor de alimentos. Processamento do produto através de sua transformação, etiquetagem e embalagem por exemplo. Casos também donde além de produtores são promotores e difusores de seus produtos, principalmente quando é possível ou essencial a sua relação com o consumidor final.

---

11 Foram consideradas pequenas e médias unidades produtivas aquelas com 0,1 hectare até 50 hectares de terras.

12 Associação que congrega pequenos e médios produtores orgânicos. Formada por 17 produtores distribuídos por 10 municípios, é sediada em Itápolis-SP.

13 Associação com predominância de produtores de frutas, principalmente cítricos, envolve a produção orgânica e convencional, além adotar a prática do comércio justo, formada por cerca de 40 produtores, é também sediada no município de Itápolis-SP.

14 Associação de pequenos e médios produtores rurais, envolve produtores de hortaliças, legumes e frutas.

15 Associação de pequenos e médios produtores rurais, possuem como principal cultura o pimentão.

16 O AGROSEBRAE foi lançado em 2011 com vistas a substituir o SAI – Sistema Agroindustrial Integrado do SEBRAE – iniciado em 1997. Atualmente, fornece assistência técnica de agrônomos e cursos voltados para a capacitação gerencial, ambos fornecidos por funcionários contratados pelo SEBRAE.

17 Entidade ligada a CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária tem como missão e objetivo a formação e a capacitação agrícola em todo território nacional. Trata-se de entidade paraestatal mantida pelo patronato e funcionando via conselho tripartite: capital, trabalho e estado.

Figuras 1 e 2: Jéssica Aline Troiano, Daniela Rodrigues Alves de Lima e Rafael Claro Daniel. À esquerda produção de plantas ornamentais em Matão-SP (Brasil). À direita produção de cachaça artesanal em Guarapiranga, distrito de Ribeirão Bonito-SP (Brasil).

Completa o perfil desses produtores o fato de possuírem altos níveis de escolaridade, inclusive, parte deles com ensino superior, esse dado é importante uma vez que na pequena produção ou agricultura familiar brasileira os níveis de ensino identificados são bastante baixos, segundo o Censo Agropecuário 2006, 37% dos agricultores familiares são analfabetos.

Dentre esses produtores, a informação torna-se instrumento fundamental, utilizam a internet para atualizar as técnicas produtivas, ou ainda para encontrar técnicas inovadoras que possam vir a diferenciar o seu produto. No caso de mercados como o de produtos orgânicos, por exemplo, o produtor está sempre circulando a informação. A legislação está sempre sendo atualizada bem como as técnicas de produção e inovações do mercado. A cooperação, em alguns casos institucionalizadas em cooperativas e associações como já referenciamos, estimulam uma troca e difusão de saberes e conhecimentos o que é essencial nesses mercados. Outro fator é a preponderância de ações cooperativas em lugar de posicionamentos competitivos geograficamente distantes. No mais das vezes são produtores que formam uma intensa e dependente rede de comunicação e que estão vinculados por produzirem a mesma cultura ou então por estarem associados a uma mesma cooperativa ou técnica de produção, principalmente no caso da produção orgânica. Segundo Hardt e Negri (2005), os agricultores sempre estiveram a frente no que se refere a utilização do conhecimento e a inovação típica ao trabalho imaterial, para os autores o agricultor produz uma ciência particular caracterizada por práticas e aprendizagens cotidianas que são passadas de geração para geração. Portanto, o agricultor ou a prática agrícola de singulariza e diferencia por construírem saberes extremamente afetivos uma vez vinculados aos elementos vitais como terra, ar, água.

Quando um produtor é reconhecido por sua competência produtiva, dificilmente o conhecimento que possui permanece restrito aos meios de comunicação. Principalmente o telefone e a internet permitem difusão e fluxo. Os produtores mais que sanar dúvidas interagem com o que tem (ou com o que são). Conhecimentos e saberes se colocam sob uma perspectiva de *difusão* ao invés de *restrição*. Esses conhecimentos e saberes que se tornam coletivos constituem traços típicos do trabalho imaterial, que produz um saber vivo e sumamente comunicativo (Gorz, 2005).

> [...] as pessoas não só são bem mais cooperativas do que habitualmente a ciência econômica e o senso comum o supõe, mas, sobretudo, os processos de cooperação fluem tanto melhor quanto mais se apóiam em relações humanas reais, na satisfação do reconhecimento mútuo, no respeito e na confiança (Abramovay), 2012, pp. 178).

O valor agregado desses produtos nos direciona a discussão da valorização das mercadorias via conhecimento, informação, saber, seu diferencial no mercado reside na agricultura alternativa que possui fontes e valores imateriais (Lazzarato e Negri, 2001; Hardt e Neri, 2005; Gorz, 2005).

Figuras 3 e 4: Jéssica Aline Troiano e Daniela Rodrigues Alves de Lima. À esquerda produção de cachaça e vinho de mel em Tabatinga-SP (Brasil). À direita produção de hortaliças e legumes orgânicos em Pirangi-SP (Brasil).

Esses produtores expressam a ação empreendedora (execução e concepção do trabalho) no tratamento de suas propriedades (capital fixo material), entendendo que para o sucesso no mercado devem ser empresa dotada do capital fixo terra, mas principalmente do capital imaterial que é o conhecimento. Nesses casos, verificamos a influência do AGROSEBRAE como programa que visa estimular esse "ethos" empreendedor dentre esses produtores. O que é interessante perceber é que o programa volta-se para experiências previamente consolidadas, onde o conhecimento e ímpeto dos agentes já estejam de alguma maneira previamente colocados.

5. APORTE PARA UMA INTERNACIONALIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS

Relativamente recentes na realidade brasileira esses mercados alternativos trazem à tona possibilidades, tanto relacionadas ao desenvolvimento local e territorial quanto a movimentação de agentes – produtores e consumidores – através da cooperação. Aliadas, a mudança nas relações de produção e consumo, a produção de subjetividade e a valorização de conhecimentos técnicos e saberes tradicionais oportunizam a emergência de nichos de mercado que transformam a agricultura e a própria apreensão e organização de seu desenvolvimento. No caso brasileiro no mais das vezes é comum a interface entre produção alternativa e convencional. Fenômeno que sugere a interdependência ou no mínimo relação entre sistemas ou modelos produtivos. Temos como proposta explorar esta relação também a partir de casos e ocorrências em Portugal. O delineamento dessas novas atividades quer seja em Brasil ou Portugal podem (e devem) indicar transformações profundas do sistema produtivo a partir da ação do sujeito. De maneira não menos importante aponta as transformações dos espaços agrícolas e a construção de novas territorialidades associadas as transformações macro-sociais na passagem pós-fordistas com a produção de um valor de tipo novo que sustenta um capitalismo, dito cognitivo, que pode, como resistência estar aliado a fatores de conscientização como percepções e valores acerca da sustentabilidade ambiental, da alimentação e das condições sociais e produtivas, sabor, cultura etc.

Considerando o fator de subjetivação e a valorização das experiências de tipo cognitiva a proposta é abrir a discussão com ocorrências e experiências portuguesas, principalmente aquelas localizadas no Alentejo. A partir de rápidos contatos pareceu que o caso dos olivais seja um caminho tanto possível quanto "didático" para experimentar este intercâmbio. Grande porção de terras destinadas a plantação de oliveiras do sul de Portugal tem sido adquiridas por empresas espanholas do Leste europeu ou mesmo da África. São empresas ligadas ao fluxo do agronegócio visando maximizar a produção em fluxo e tempo recorde.
A cultura milenar dos olivais no sul da Europa está ligada ao próprio desenvolvimento das populações. Isso em se tratando de um tipo de produção avessa ao fluxo da aceleração do tempo. A nossa hipótese é que existam casos significativos de produção alternativa (que alterne ao modelo do agronegócio no mais das vezes financiado pela Comunidade Européia) pululando no contexto Europeu. Hipótese embasada em rápidas experiências de campo e também na consideração da condição autóctone das vilas e comunidades espalhadas pelo território alentejano que se estruturaram via um savoir-faire intimamente ligado a cultura dos olivais.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. (2012), *Muito além da economia verde,* São Paulo: Editora Abril.

ABRAMOVAY, R. (2001). "Nova dimensão para as pequenas propriedades rurais". *Gazeta Mercantil*, pp.A3.

ABRAMOVAY, R. (2000), "O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural". *Revista de Economia Aplicada*, 4 (2), pp. 379-396.

AZEVEDO, E. (2012), *Alimentos orgânicos: ampliando os conceitos de saúde humana, ambiental e social*, São Paulo: Editora SENAC.

BAUMAN, Z. (2001), *Modernidade Líquida*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

BECK, U. (1999), *O que é globalização? Equívocos do globalismo, respostas à globalização,* São Paulo: Paz e terra.

BNDES. (2014), *Banco Nacional de Desenvolvimento.* Disponível em: http://www.bndes.gov.br/apoio/pronaf.html, [consultado em 20-11-2014].

CABEDO, C. L. (2009), *Agricultura ecológica y "segura", Multifuncionalidad, calidad y territorio em el contexto de la globalización.* Tese de doutoramento, Sevilha: Faculdade de Geografia e Historia, Universidade de Sevilla.

CAMPANHOLA, C., SILVA, J. G. (2000), "Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local". In C. Campanhola, J. G. Silva (eds.), *O novo rural brasileiro: políticas públicas*, Jaguariúna-SP: Embrapa Meio Ambiente, pp. 61-91.

CANO, W (2002), *Ensaios sobre a Formação Econômica Regional do Brasil,* Editora UNICAMP: Campinas.

CARVALHO, M. P. (1999), "O fordismo no Brasil. Que fordismo é esse?". In: M. F. M. Oliveira, L. Rodrigues (eds.), *Capitalismo: da gênese à crise atual*, Montes Claros: Ed. Unimontes. pp. 95-132.

CARNEIRO, M. J (2000). "Política de desenvolvimento rural e o "novo rural"". In C. Campanhola, J. G. Silva (eds.), *O novo rural brasileiro: políticas públicas*, Jaguariúna-SP: Embrapa Meio Ambiente, pp. 117-149.

CASTELLS, M. (1999), *A sociedade em rede,* São Paulo: Paz e Terra.

CONAB. (2013) Companhia Nacional de Abastecimento, *Acompanhamento da safra brasileira*, Disponível em:

http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_08_08_09_39_29_boletim_cana_portugues_-_abril_2013_1o_lev.pdf , [consultado em 17-11-2014].

AMAYA CORCHUELO, S. A., CRIADO, E. A. (2012), "Saberes locales, tradición e innovación: el caso del jamón ibérico de bellota", In: *Revista Nuevas Tendencias en Antropología,* 3, pp. 109-136.

DANIEL, R. C. (2014). "Alambiques e a pequena produção no interior paulista: informalidade como identidade e resistência: um estudo de caso". In: *VI Simpósio sobre reforma agrária e questões rurais*. Anais do evento, Araraquara.

GARCIA-PARPET, M-F. (2012). "Estudo de caso de 'mercado auto-regulado': normas voluntárias e qualidade dos produtos da agricultura orgânica". *Revista Reed,* Araraquara, 4 (2), pp.1-21.

GIDDENS, A. (1991), *As conseqüências da modernidade,* São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

GORZ, A (2005), *O imaterial: conhecimento, valor e capital*, São Paulo: Annablume.

HARDT, M; NEGRI, N (2005), *Multidão: Guerra e democracia na era do império,* Rio de Janeiro: Editora Record.

LASH, S.; URRY, J. (1994), *Economia de signos y espacio: sobre el capitalismo de la posorganización*, Buenos Aires: Amarrortu Editores.

LAZZARATO, N (2006), *As revoluções do capitalismo*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LAZZARATO, N. e NEGRI, H. (2001), *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*, Rio de Janeiro: DP&A.

LIMA, D. R. (2014), "O movimento Sloow Food no contexto da globalização alimentar: o caso dos queijos artesanais no oeste de Minas Gerais". In: *VI Simpósio sobre reforma agrária e questões rurais*, Anais do evento, Araraquara.

LUPA (2008), *Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo 2007/2008.* Disponível em http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais.php [consultado em 10-11-2014].

MARTINE, G. (1991), "A Trajetória da Modernização Agrícola: A Quem Beneficia?". *Lua Nova*, 23, São Paulo.

HARVEY, D. (2005), *A produção capitalista do espaço*, São Paulo: Annablume.

POULAIN, J-P. (2004), *Sociologias da Alimentação: os comedores e o espaço social alimentar,* Florianópolis: Editora da UFSC.

RODRIGUES, L. (1999), "Capitalismo monopolista, Estado e agricultura", In: *Capitalismo: da gênese à crise atual*, OLIVEIRA, M. F. M.; RODRIGUES, L. (Orgs.), Montes Claros, Ed. Unimontes, pp.53-92.

SABOURIN, E. *Camponeses no Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade.* Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SEAB (2014). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Disponível em http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/soja__2013_14.pdf [consultado em 12-11-2014].

SENNETT, R. (1999), *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, Rio de Janeiro: Record.

SILVA, J. G. (1999), *O novo rural brasileiro,* Campinas: Unicamp IE.

SILVA, J. G. (1997), "O novo rural brasileiro". *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, 7 (1), pp.43-81.

STEINER, P. (2006), *A Sociologia Econômica,* São Paulo: Editora Atlas.

VEIGA, J. E (2005), *Do local ao Global,* Campinas: Armazém do Ipê.

A responsabilidade Social das empresas e o papel dos Recursos Humanos

Lina Isabel de Figueiredo Capricho[1]

RESUMO: O debate sobre a Responsabilidade Social ressurgiu com a ideia de que as empresas além de terem obrigações legítimas perante os acionistas, devem também ser responsáveis pelos seus impactos na sociedade, quer estes sejam económicos, sociais ou ambientais (Carroll, 1996).
As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) conduziram-nos para um mundo global que exige dos Recursos Humanos (RH) novos valores, maiores competências e novas responsabilidades. Porém, muitas empresas continuam a utilizar modelos obsoletos que privilegiam apenas os lucros no curto prazo. Nesta perspetival, podemos considerar dois caminhos opostos que, dependendo das "boas práticas" das empresas, podem conduzi-las ao colapso ou à sustentabilidade Na aplicação das "boas práticas" o papel dos RH é determinante para melhorar a qualidade e a sustentabilidade empresarial, com destaque para a Gestão dos Recursos Humanos (GRH), considerada como um fator crítico do sucesso empresarial (Lászlo, 2007).

Palavras-chave: Sustentabilidade; Qualidade; GRH; "**boas práticas" Recursos Humanos (RH); RSC.**

Introdução, objetivos e metodologia

Este estudo tem como objetivo principal demonstrar que numa perspetival holística a qualidade, a sustentabilidade e a responsabilidade social das empresas pode contribuir para a sustentabilidade do Planeta, evitando a sua degradação e colapso. Para prosseguir este objetivo urge uma nova forma de gerir as organizações com estratégias que visem o respeito pelas pessoas e pela natureza e integrem a produção (micro e macro) e o consumo, permitindo que as empresas as realizem, através de "boas práticas", para obterem sinergias, serem mais eficazes, eco eficientes e sustentáveis.
Os novos paradigmas das sociedades globais tendem a colocar o homem no centro do universo onde numa conceção sistémica e holística a qualidade de vida das pessoas depende do sucesso das organizações e o sucesso destas da forma como são geridas.
Nesta perspetiva, o equilíbrio dos sistemas envolventes e a sua sustentabilidade dependem do equilíbrio das partes, cabendo às empresas e instituições a difícil tarefa de estabelecer relações éticas nos negócios, que promovam a criação de empresas cidadãs e eco eficientes aptas a implementarem e a desenvolverem "boas práticas", para com o seu impacto positivo melhorarem a qualidade e a sustentabilidade dos produtos/serviços, das organizações e da envolvente, contribuindo para o bem-estar de todos os cidadãos, simultaneamente causa e razão da sua existência.
Para relacionar todos estes conceitos foi desenvolvido um estudo bibliográfico e foram formuladas questões teóricas para as quais pretendemos obter respostas, através de um estudo empírico, aplicado ao sector de Alojamento Turístico (AT) em Portugal, e entender melhor como é que estas empresas e os seus colaboradores estão a responder aos novos desafios da qualidade e da sustentabilidade, nomeadamente qual é o papel dos RH e dos seus líderes, na mudança cultural para transformarem as organizações e desenvolverem sistemas de qualidade sustentáveis que melhorem a competitividade e a responsabilidade das empresas, das regiões turísticas e do país.

---

1 Doutorada em Marketing e Direção Estratégica de Empresas pela Universidade Miguel Hernández (Espanha) Mestre em Inovação Tecnológica e Gestão Industrial pelo Instituto Superior Técnico e Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia.
Professora Assistente na Universidade Lusófona em diversas disciplinas na área de gestão, nomeadamente na disciplina de Gestão da Qualidade (curso de Turismo) e na disciplina de Ética, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável (DE) (curso de GRH). Experiência como Professora, Gestora Consultora e Técnica Oficial de Contas.

Com este propósito, foi constituída uma amostra que resultou de 359 respostas válidas, obtidas através de um questionário apresentado aos líderes/gestores das empresas do sector, cuja informação foi tratada estatisticamente, através de testes de Pearson, confirmados pelos testes de Spearman, comparação de médias, e outros testes complementares, com o objetivo de encontrar relações entre as variáveis envolvidas que permitam responder às seguintes questões

1. Investigar se as empresas de AT, com sucesso em Portugal, apostam na mudança cultural e organizacional baseada em estratégias de diferenciação com enfoque em intangíveis para obter vantagens competitivas sustentáveis;

2. Verificar se quando os sistemas, do tipo TQM, **são adequados ao perfil de gestão das empresas de** AT e ajustados ao seu mercado **têm** mais sucesso, e se as empresas se os seus líderes/gestores apostam na qualidade sustentável;

3. Saber se as empresas de AT que implementam e desenvolvem sistemas de qualidade total, têm como variáveis estratégicas críticas do seu sucesso as "boas práticas" e as políticas de gestão adequadas, sobretudo as que se relacionam com a GRH.

Nas análises estatísticas efetuadas, foram considerados três fatores/ Modelos de Gestão da Qualidade: e o "fator 5/Impacto da Gestão da qualidade Total (TQM) na sustentabilidade das empresas". Estes fatores resultaram da Análise Factorial em Componentes Principais (AFCP) de um estudo científico anterior (Capricho, 2014) que permitiu comprovar a sua utilização nas empresas de AT em Portugal para gerirem a qualidade na perspetival sustentável.

A metodologia utilizada assenta numa análise crítica, tendo em conta, a revisão bibliográfica aos conceitos estudados, a filosofia dos Modelos de Gestão da Qualidade e as principais variáveis que com eles se relacionam, permitindo o sucesso de estratégias de qualidade sustentáveis que melhoram a *performance* das empresas e a qualidade de vida. No estudo empírico pretende-se analisar os resultados dos testes estatísticos efetuados e demostrar a pertinência desta temática e a sua utilidade para as empresas do sector AT assegurarem a qualidade do seu produto/serviço, contribuindo para tornar o destino turístico em Portugal mais competitivo e sustentável.

O novo paradigma holístico e a responsabilidade de todos em mantermos sustentável o Planeta Terra.

A humanidade encontra-se numa era de transição que se caracteriza por uma grande expansão populacional com forte capacidade produtiva e uma nova visão científica da natureza, cujas mudanças trouxeram para as sociedades e organizações novas urgências, humanas e ecológicas, nas relações entre as pessoas e entre estas e o ambiente (Pelizzoli,1999).

Nesta perspetiva László (2001) afirma que "a sociedade está a aproxima-se de um ponto crítico, sendo necessário evitar o colapso, através de uma nova consciência ambiental mais evoluída" que torne as organizações e os cidadãos mais responsáveis e exigentes na qualidade, desenvolvendo inovações socio-ambientais profundas, porque as inovações tecnológicas até agora demonstraram ser insuficientes para resolver todos os problemas que a humanidade enfrenta.

Segundo László (2001:21-20) a nova conceção sistémica do mundo deu origem ao paradigma holístico , que coloca o ser humano numa posição de desafio frente às crises que vivemos, sejam elas económicas, sociais, ecológicas ou outras, exigindo novas respostas mais éticas, coletivas e relacionadas, em que o diálogo é a palavras-chave para o ser humano conseguir uma nova relação com o Universo. Para este autor "o grande desafio não está na contínua inovação tecnológica, mas na criatividade cultural oportuna e profunda". A atual geração enfrenta um imperativo moral, relacionado com a sobrevivência, sendo necessário educar os cidadãos/ consumidores para evitar a destruição do Planeta e assegurar um desenvolvimento sustentável.

Veiga (2008) considera que os líderes mundiais, das nações e das empresas, tendem a associar erradamente o crescimento ao desenvolvimento, enquanto grande parte das empresas buscam, lucros no curto prazo em vez de apostarem na sustentabilidade, mantendo um nível de emprego baixo e mal remunerado em populações carentes de bens e serviços essenciais.

Segundo Jackson (2009), no atual sistema económico as crises são inevitáveis e a economia só funciona bem quando se expande de forma rápida e cria emprego, caso contrário forma-se um ciclo pernicioso negativo, cada vez mais difícil de reverter. Estes autores defendem uma nova macroeconomia para a sustentabilidade, mais racional e consciente no uso dos recursos, que rompa com a visão mecanicista e estática das organizações, tenha em conta a globalização e as suas interdependências, para nos conduzir a uma nova civilização, mais integrada e harmoniosa.
O equilíbrio sustentável do Planeta depende da relação do ser Humano com o Universo, só sendo possível numa perspetival holística, centrado no homem e nas suas relações com o todo (László, 2001:27). Para este autor o ritmo acelerado de mudanças irreversíveis nas sociedades estão na origem do *deficit* de visão e orientação que se faz sentir, nas lideranças das organizações e governos.

A emergência de uma nova sociedade com novas formas de gerir baseadas na qualidade sustentável.

Devido às pressões dos mercados globalizados, à emergência de novos mercados, e às evoluções científicas e tecnológicas, as sociedades em que vivemos e a sua gestão têm-se transformado, fazendo com que os impactos negativos do crescimento económico na envolvente e as crescentes exigências dos cidadãos transformassem a opinião pública, numa forte pressão social, que exige a assunção de responsabilidades sociais, por parte das organizações e dos governos, para garantir níveis de qualidade sustentáveis cada vez mais elevados, nos produtos/serviços, nas empresas e nas sociedades (Santos e Santos, 2003, in Lopes & Capricho , 2007; Santos (coord.) 2005).
A aprendizagem dos valores da qualidade e da sustentabilidade pelo ser humano têm-se refletido nos padrões de comportamento dos indivíduos, das organizações e das sociedades, e nos seus "modos de estar", "modos de produzir" e "modos de consumir". Os valores e as crenças sociais, ao serem partilhados acabam por definir uma cultura organizacional que vai balizar os valores éticos, as estratégias e as práticas de gestão das organizações, de acordo com o conceito de qualidade de vida que os cidadãos ambicionam vir a ter, estando a surgir um novo tipo de consumidor, mais interveniente, que exige mais responsabilidades sociais (Neves, 2003; Senge et al.,1999; Palmeirim, 2003 e Oliveira & Tamayo 2004, in Zanca e Costa, 2009).
Em ambientes democráticos, os consumidores recusam-se a associar a "Qualidade" a empresas que produzem e vendem produtos e serviços que prejudicam a saúde, que delapidam recursos escassos e que contribuem para degradar o ambiente natural e social. Estes consumidores avaliam as organizações, penalizando-as ou beneficiando-as na compra dos seus produtos/serviços, pela sua prestação global, mais ou menos ética, e pelos impactos dos seus resultados na sociedade (Willums, 2003; Santos (coord.), 2005 in Lopes & Capricho, 2007).
Vários autores salientam o impacto positivo da qualidade na melhoria da satisfação dos *stakeholders*, na redução dos custos, no aumento da rendibilidade e quota de mercado, contribuindo para a sustentabilidade económica das empresas e dos países. A este propósito Ishikawa (1995:3,11) comentou a irracionalidade da indústria e da sociedade japonesa pelo seu impacto na economia. Daí a necessidade do Controlo de Qualidade para evitar o desperdício, reduzir os custos e melhorar a qualidade, associando esta filosofia à emergência de um novo modelo de sociedade, mais racional e sustentável, menos permeável ao desejo dos homens e mais atento ao próprio imperativo de sobrevivência (citados por Lopes & Capricho , 2007 e Mendes, 2004).
Qualidade e Sustentabilidade são conceitos tão relacionados que para os sentirmos como valores estáveis, têm de ser integrados numa estratégia de longo prazo (LP), que inclui a mudança, a inovação e a aprendizagem, assim como o assumir das responsabilidades ambientais e sociais, por parte das organizações o que só é possível com motivação, cooperação e negociação entre os diferentes grupos de *stakeholders* (Lopes & Capricho , 2007).
Na opinião de Oliveira & Tamayo (2004) para dar resposta às exigências dos consumidores, algumas das organizações atuais passaram a preocupar-se com questões que vão para além do económico, relacionadas com a satisfação dos *stakeholders,* cujas preocupações já não estão centradas só na qualidade do produto/serviço, incluindo questões sociais e ambientais (in Zanca e Costa, 2009).

As novas organizações são comparáveis aos seres vivos, perseguem vários objetivos que mudam e obrigam a novo reposicionamento e a novas configurações estratégicas, para disputar novas zonas de lucro e antecipar necessidades. Esta nova postura competitiva exige uma escuta permanente aos clientes/consumidores, para compreender as suas necessidades e antecipar a qualidade que estes desejam. Neste caso, a qualidade pode ser o "vetor estratégico integrador da mudança que conduz a empresa na inovação e melhoria permanente, oferecendo aos clientes/consumidores um produto/serviço com a melhor relação qualidade/preço (António, 2006:37), (Figura n.º 1).

Figura n.º 1 - Representação do processo de mudança nas diferentes escolas

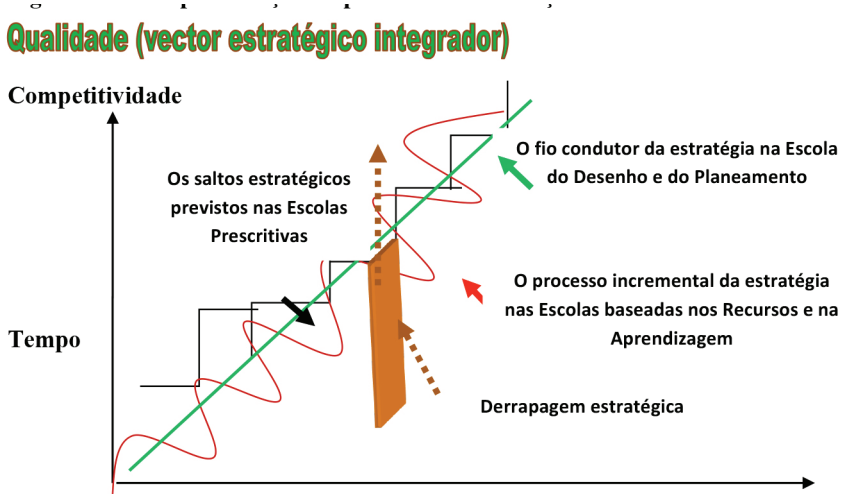

Fonte: Capricho (2014)

As novas organizações necessitam de um elo suficientemente forte que faça a ligação entre todos os processos, como acontece com os valores culturais da qualidade e da sustentabilidade que permitem criar uma identidade organizacional e modelos mentais que ajudam os RH a interiorizar os objetivos e a missão das organizações colocando-os em prática. (Capricho, 2001)

Johnson (1988) ao aprofundar a "teoria quântica da mudança estratégica" introduziu o conceito de derrapagem estratégica *(strategic drift)* que acontece quando a estratégia da organização se afasta da orientação da envolvente e as mudanças incrementais são insuficientes fazendo com que o *gap* de divergência aumente muito. Nesta situação, a empresa atingiu um ponto crítico a partir do qual se torna difícil aprender de forma incremental, necessitando de "líderes fortes" do tipo transformador, que implementem mudanças com "estratégias de viragem" como a TQM, para transformar a organização (in Rosa e Teixeira 2002:112-115; Capricho, 2014).

O paradigma transformador "emerge do processo de transformação do próprio líder" contrariamente ao paradigma transacional que "emerge da socialização administrativa" (Quinn, 1996:124 in Capricho, 2014), existindo uma ligação estreita entre as lideranças do tipo transacional - frequentes nas organizações onde a qualidade é considerada como um problema técnico -, e as lideranças do tipo transformacional, comuns nas organizações modernas, onde a qualidade é uma questão estratégica, que deve ser gerida de forma integrada (Senge, et al., 1990)

O Modelo de Excelência da EFQM (2010)[2], aposta na sustentabilidade, na inovação e no Desenvolvimento Sustentável, referindo que o líder deve ter qualidades morais para além de conhecimentos e competências que lhe permitam ter a visão e a inspiração correta para a empresa. Numa visão holística da qualidade todos os sistemas, funções e elementos da organização contribuem para a qualidade do seu desempenho e para a qualidade de vida dos cidadãos. As mudanças só terão êxito se existir o ambiente propício à mudança e se a liderança for adequada para fazer evoluir os sistemas de gestão e a cultura ajustando a empresa ao mercado (Capricho,2014).

2 European Foundation for Quality Management

O conceito da TQM na perspetiva sustentável e a sua implementação nas organizações modernas

Na "Sociedade da informação" o conceito de qualidade nas organizações tende a evoluir para a qualidade total sustentável que, no nível macro, só é possível com uma abordagem holística dos sistemas envolvidos, produção e consumo, integrando os valores imateriais da qualidade e afins, (CH, RSC, DS) para satisfazer os *stakeholders*, cada vez mais responsáveis e informados.

Benavent (2001) in Lopes & Capricho (2007) considera que a Gestão da Qualidade Total pode ser entendida como uma filosofia que representa o expoente mais atual da gestão da qualidade e envolve a integração de todas as atividades, funções e processos das organizações, nas quais, o elo de ligação são as Pessoas, porque são estas que integram os subsistemas que dela fazem parte, maximizando o potencial de todos através da participação e cooperação na Melhoria Continua (MC) (in Andrade, 2010:9; Coelho, 2007).

Santos e Gonzáles (2007:78/79) acrescentam: o conceito da TQM vai além da questão da qualidade do produto e/ou serviço, exigindo um compromisso sério de toda a organização, com a premissa de que a satisfação das necessidades dos clientes (internos e externos) e a sua lealdade são inseparáveis da realização dos objetivos organizacionais da qualidade, permitindo o desenho de políticas proactivas orientadas para a satisfação das partes envolvidas (in Andrade, 2010:9).

Presentemente os sistemas TQM apostam na eficácia e eficiência, apresentam uma configuração dual no sistema de informação, com redes formais e informais, que permitem à organização a Melhoria Continua e a inovação em simultâneo, para responder às exigências do mercado (Rosa e Teixeira, 2002).

Zanca e Costa (2009) consideram que um dos caminhos a percorrer pela organização, para melhorar a qualidade, pode ser conseguido através do alargamento do conceito de qualidade. A qualidade total na perspetiva sustentável ainda está em construção e visa para além da qualidade do produto/serviço a melhoria da qualidade de vida nas organizações e nas sociedades, o que pressupõe um caminho ambicioso e interminável de melhorias, para satisfazer os *stakeholders* (Capricho, 2014).

O conceito de qualidade na perspetiva sustentável é uma abordagem holística que integra produção e consumo e inclui a qualidade interna e externa da organização (Figura n.º 2).

A qualidade ao nível interno, é uma abordagem micro, que se preocupa desde o processo de planeamento e conceção do produto/serviço até à sua comercialização e pós-venda, com a qualidade da *performance* da organização, o que inclui as capacidades e competências dos colaboradores e da própria organização, para em conjunto aprenderem, mudarem e inovarem.

As abordagens estratégicas mais consentâneas com a diferenciação pela qualidade numa perspetiva interna são defendidas por Prahalad e Hamel (1990), Mintzberg (1978) entre outros, por se focarem nos RH, nas suas relações e nos seus saberes. Estas abordagens valorizam a aprendizagem através da experiência e acreditam na sua importância para gerar um comportamento convergente que resulta de um processo "incremental, consciente, propositado e proactivo, o que pressupõe um Actor ou um núcleo central que controla e dá lógica ao processo" (in Nicolau, 2001:12).

À medida que os sistemas de qualidade evoluem e alargam o seu âmbito de atuação externo para responder às necessidades e desejos dos *stakeholders*, os problemas da qualidade interna são resolvidos, assistindo-se à integração e ao desenvolvimento de outros sistemas afins com novos e diferentes problemas e a organização passa a preocupar-se em controlar a qualidade de todos os sistemas envolvidos (Lopes & Capricho , 2007 e Santos (coord.), 2005).

Figura n.º 2 - A Qualidade numa perspetiva sustentável

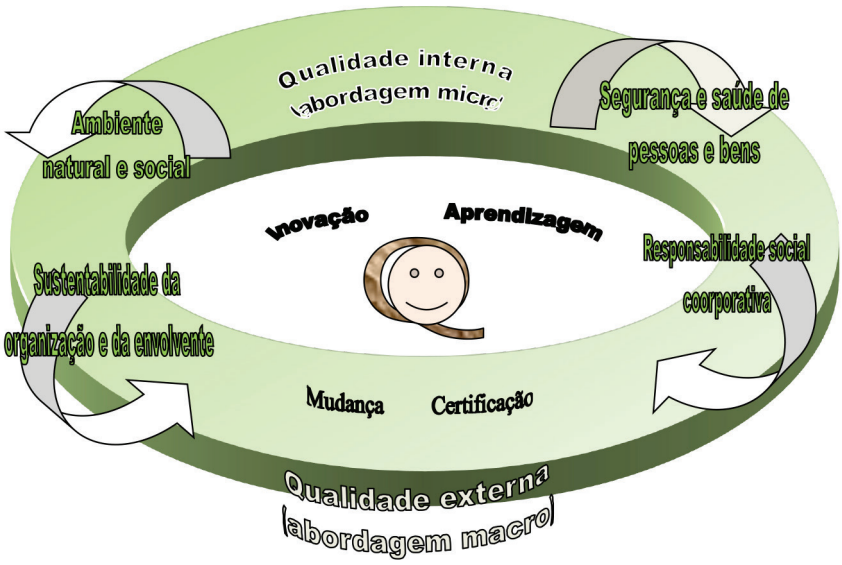

Fonte: Capricho (2014)

A qualidade na perspetiva externa é uma abordagem macro, preocupada com o ambiente natural e social e com a segurança e saúde das pessoas que se relacionam com a organização, preservando os recursos naturais de forma a garantir a sua sustentabilidade e a de toda a envolvente no longo prazo, assumindo perante todos os *stakeholders* a responsabilidade social de contribuir para melhorar a qualidade de vida. Quando a empresa se foca na envolvente externa e aposta em estratégias de qualidade total sustentáveis, elabora em conjunto com os parceiros, os planos globais e sectoriais, onde inclui, para além dos objetivos da qualidade do produto/serviço, os objetivos ao nível social e ambiental que pretende alcançar, porque a qualidade do produto já não é suficiente para satisfazer os *stakeholders* e obter a competitividade da empresa e da região (Lopes & Capricho, 2007.

O papel dos R.H. na implementação e melhoria da qualidade total sustentável nas organizações socialmente responsáveis

Apesar da modernização tecnológica garantir, no curto prazo, maior produtividade e qualidade nos produtos /serviços, são sobretudo as pessoas, com os seus saberes, o fator crítico de sucesso das empresas, porque sabem operar com as máquinas, reparar as avarias e tirar partido das suas potencialidades. Para Toffler (1994) in Lopes & Capricho (2007) a economia da "terceira vaga" apoia-se no conhecimento e quem o possuiu tem mais vantagens competitivas.

As novas estratégias de GRH/TQM, como assentam em pessoas, podem ser raras e inimitáveis, mas devem ser geridas eficazmente devido à sua estrutura complexa, pois estão relacionadas com novas formas de organizar o trabalho e de desenvolver a aprendizagem para melhorar as competências/capacidades dos RH. A filosofia TQM só será bem-sucedida e auto sustentável se as "práticas de GRH/TQM" permitirem o envolvimento entre a empresa e os seus colaboradores, para servirem de suporte cultural na sua evolução (Boon. et al., 2007).

Solotani (2003) constatou que as organizações focadas na qualidade davam grande relevo ao papel da GRH que assume várias responsabilidades na implementação de sistemas de qualidade. Nestas organizações, a GRH/TQM utilizam práticas conjuntas para obterem um desempenho excelente tais como: liderança do tipo transformacional; autonomia; cooperação; trabalho em equipa; desenvolvimento e envolvimento dos empregados; polivalência; e sistemas de avaliação e recompensa justos (Boselie e Wiele, 2002, in Boon et al., 2007).

A construção da TQM necessita de uma filosofia de envolvimento dos colaboradores, sobretudo nas empresas que integram NTIC em sistemas flexíveis e complexos, que exigem elevada e permanente dedicação das pessoas como nos sistemas de gestão de elevado desempenho (Boon et al., 2007).
Vários são os autores (Pfeffer, 1998:59; Oakland, 1999; Senge,et al. 1990; in Capricho, 2014 e Boon et al., 2007) que relacionam os bons resultados das empresas às "boas práticas" utilizadas na gestão das pessoas, ao apostarem nas suas competências em todos os níveis da organização afirmando que só com a integração da GRH/TQM vai permitir assegurar no Longo prazo (LP) a sobrevivência das organizações. Estes autores, selecionaram no seu estudo um conjunto de fatores objeto de análise, considerados pelos principais investigadores da GRH como "boas práticas" que devem ser enfatizados para induzem atitudes positivas e consolidarem uma cultura de qualidade rumo à TQM. Porém, nem todas as "boas práticas" são igualmente importantes no mesmo horizonte temporal.
Os elementos associados positivamente ao envolvimento dos empregados no curto prazo são os seguintes: *empowerment* - trabalho de grupo, recompensa e reconhecimento, comunicação e focalização no cliente (Asaari Karia, 2006; Wilkinson et al.,1998) (in Boon et al., 2007).
Os efeitos positivos da formação e desenvolvimento, nas atividades das organizações, também têm vindo a ser confirmados por vários autores (Karia e Asaari, 2006; Karia e Ahmad, 2000; Acton e Golden, 2002), citados por Boon et al. (2007), sendo este fator reconhecido na literatura como essencial para implementar a GRH num contexto de TQM, porque aumenta a motivação e o envolvimento, facilitando a melhoria das capacidades/competências e o comprometimento dos colaboradores com os objetivos da organização. Quando este último fator é frágil pode vir a contribuir para o fracasso dos esforços de GRH/TQM no envolvimento dos RH. (Wilkinson et al., 1998, in Boon et al., 2007; Juran, 1997; e Ishikawa, 1995).
Para implementar a estratégia TQM e obter sucesso, os objetivos de qualidade têm de ser bem definidos, comunicados e realizados, reforçando o clima de confiança, cooperação, interação e integração, entre os acores envolvidos, alinhando objetivos individuais e coletivos e criando a motivação necessária nos colaboradores para continuarem a melhorar os produtos/serviços e a *performance* da organização, ao mesmo tempo que esta contribui, através dos altos níveis de qualidade e sustentabilidade conseguidos, para melhorar a envolvente e a qualidade de vida de todos os *stakeholders* (EFQM, 2003; Senge et al., 1990; Ishikawa,1995; Juran,1997; Coelho, 2007).
Vijande e González (2007) avaliaram os efeitos da adoção das práticas inerentes à filosofia TQM nos resultados do Modelo EFQM, e comprovaram que os feitos através de ações de divulgação, e *benchmarking*, existem e são excelentes, conduzindo as empresas menos evoluídas, a aprender colectivamente, construindo alianças/parcerias com impacto positivo conjunto na sua competitividade e sustentabilidade (in Andrade, 2010:14)

A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e a criação de empresas eco eficientes.

A pressão social dos cidadãos tem evitado, em parte, a delapidação exagerada de recursos escassos e alguns danos irreparáveis no ambiente e na qualidade de vida, por parte de organizações menos éticas, cujos abusos, têm forçado os governos a legislar para proteger o ambiente e preservar a vida, o que levanta grandes dificuldades nas empresas poluidoras, porque têm de cumprir a lei e suportar os custos da sua poluição, pelo "princípio do poluidor pagador", embora posteriormente, os façam repercutir no preço do "pacote" (Zanca e Costa, 2009)
O conceito de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) é definido no "Livro Verde" (Comissão Europeia) "como a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na interação com outras partes interessadas" (CE, 2001).
Carroll (1996, 2000) pressupõe que o conceito de RSC se baseia "na ideia da empresa que além de ter obrigações legais e económicas também têm certas responsabilidades para com a sociedade" que resultam do seu negócio (in Capricho, 2014). O autor considera as responsabilidades económicas, sociais e ambientais como áreas importantes para a sustentabilidade das organizações referindo que deve ser feita uma avaliação individual e conjunta destas variáveis, tendo em conta a interação que se estabelece entre elas (in Zanca e Costa 2009:15-16).

Figura n.º 3 - Pirâmide das Expectativas dos *Stakeholders versus* Responsabilidade Social

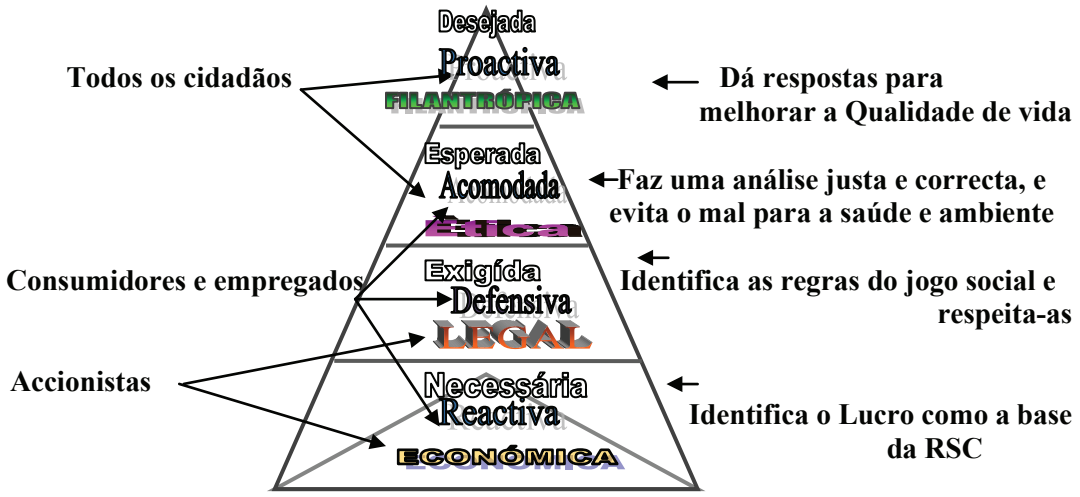

Fonte: Adaptado de Carroll (1996) in Lopes e Capricho (2007)

A separação da RSC em componentes distintas ajuda a identificar os diferentes tipos de obrigações que dela derivam (Económica+Legal+Ética+Filantrócica) (in Lopes & Capricho, 2007), (Figura n.º 3). Estas empresas tendem a evoluir para uma gestão focada no exterior porque já conseguiram a eco eficiência interna, e estão mais preocupadas com a qualidade de vida dos *stakeholders* do que com a "racionalidade científica" porque compreenderam que enfrentam o grande desafio da sua própria sobrevivência, que constitui a base da economia e a sobrevivência da humanidade (Gonçalves, 2008:24-26; Capricho, 2010).

A TQM sustentável e a aposta das empresas de A.T. em estratégias focadas em intangíveis para obterem vantagens competitivas

De acordo com a pesquisa teórica estudada na revisão bibliográfica, o sucesso das apostas estratégicas das empresas na qualidade sustentável dependem de uma norma forma de gerir com base em intangíveis. Os modelos utilizados para gerir a qualidade nas empresas de AT, de acordo com o estudo efetuado por Capricho (2014) correspondem a modelos conhecidos, tais como: Modelo de Excelência que corresponde ao modelo de avaliação da EFQM; Modelo de Sustentabilidade que corresponde à metodologia "*Value – Base Management and Intangibles Valuation,* utilizado pelas para avaliar a sustentabilidade (GEMI, 2004 in Santos (coord.) 2005; Modelo TQM, cuja filosofia da qualidade total foi divulgada em vários estudos científicos (Juran 1997 e

Figura nº 4 - As estratégias de diferenciação pela qualidade nos diferentes modelos de gestão da qualidade

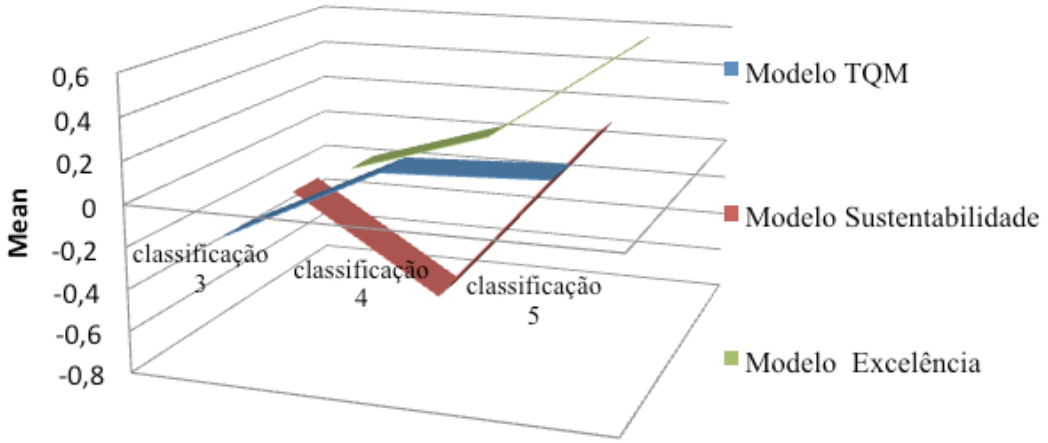

As empresas que adotam o Modelo de Excelência, estão menos relacionadas com a generalidade das estratégias que os outros modelos, verificando-se que existe neste modelo uma lacuna no processo de formação e seleção de estratégias que resulta da indefinição que existe na própria estrutura do modelo. As estratégias em que mais aposta são do tipo verde, ecos eficientes e sustentáveis, e ao contrário do que seria de supor, as correlações que regista são superiores ao próprio Modelo de Sustentabilidade, tendo por isso custos acrescidos, que necessitam de ser repercutidos nos preços dos produtos/serviços, para que estas empresas sejam economicamente sustentáveis. Das empresas geridas pelos três modelos, as que adotaram o Modelo de Excelência são as que menos investem em estratégias de diferenciação pela qualidade esquecendo que a qualidade é a base da sustentabilidade económica e sem ela, os compromissos na área ambiental e social podem estar em risco, assim como a competitividade no mercado ibérico. Estas empresas apresentam resultados (EBITDA e EVA) [3] mais baixos do que seria expectável, tendo em conta o investimento que dizem ter feito na qualidade sustentável. Nestas empresas a estratégia de diferenciação pela qualidade e a redução de custos que lhe está associada parece ter sido colocada em segundo plano, devido ao foco excessivo no ambiente natural e social (Quadros nºs 1e 2).

Quadro nº 1-A relação entre modelos e estratégias

Correlations		Aprendizagem e Cultura	Redução de Custos	Qualidade	Conhecimento	Eco, Verdes	Flexibilidade dos RH	Preços altos	Marketing
Modelo Excelência	Pearson Correlation	,043	,040	,173**	,165**	,352**	,052	-,015	,090
	Sig. (2-tailed)	,413	,448	,001	,002	,000	,329	,772	,089
	N	359	359	359	359	359	359	359	359
Modelo sustentabilidade	Pearson Correlation	,425**	,382**	,459**	,447**	,299**	,128*	,188**	,490**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000	,000	,015	,000	,000
	N	359	359	359	359	359	359	359	359
Modelo TQM	Pearson Correlation	,532**	,218**	,507**	,473**	,432**	,241**	,476**	,399**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000
	N	359	359	359	359	359	359	359	359

O Modelo de Sustentabilidade é o que apresenta as correlações mais baixas nas "Estratégias eco verdes",

3 (EBITDA- Earnings Before Interest Taxes Depreciation and Amortization e EVA-Economic Value Added)

mas por outro lado é o que regista a correlação mais elevada no "Investimento Estratégico para criar valor ambiental e social" (Quadros nºs 1e 4), estando muito próximo do valor registado no "Modelo de Excelência", modelo que mais investe nestas áreas. Quanto ao Modelo TQM confirma-se, que este modelo é o único dos três modelos que não se correlaciona significativamente com esta variável, embora seja o que mais aposta nas "Estratégias eco verdes" o que pode indicar que está a alterar o seu conceito de qualidade tradicional, para uma perspetiva alargada, com o objetivo de criar mais valor para os *stakeholders*. No entanto, em termos culturais, estas empresas ainda não assimilaram completamente os valores do Desenvolvimento Sustentável.

O Modelo TQM distingue-se dos outros por apostar simultaneamente em estratégias permanentes e de ajustamento, prospectivamente com base na aprendizagem e cultura e na qualidade e marketing. Este modelo também investe quase tanto em CH (0,663**) como em inovação (0,645**) destacando-se dos outros modelos, que investem menos nestas variáveis estratégicas (Quadros nºs 1, 2 e 7).

Porém se relacionarmos as estratégias das empresas geridas pelo Modelo de Sustentabilidade e o seu investimento estratégico, com as tendências nos resultados de desempenho, tendo em conta as suas correlações, verificamos que os seus líderes/gestores estão pessimistas em relação ao futuro, registando-se correlações significativas, mas negativas, relativamente ao indicador EBITDA e EVA, apesar dos indicadores de avaliação da satisfação dos clientes registarem correlações significativas de valor elevado. Porém, estas estão aquém das registadas no Modelo de Excelência (Quadro nº 1, 2).

Quadro nº 2- O investimento estratégico (IE)em sistemas integrados inovadores e os seus resultados

Correlations		Sistema integrado realiza ciclo estratégico	Aval. Desempenho EVA	Aval. Desempenho EBITDA	Avaliação satisfação clientes int. e ext.	Ferramentas instr. "Q" Kaisen,MC, Benchmark	Inv.Est.(IE) Inovação NTIC Processos
Modelo Excelência	Pearson Correlation	,692**	-,039	-,050	,538**	,185**	,296**
	Sig. (2-tailed)	,000	,640	,514	,000	,000	,000
	N	359	147	170	359	359	359
Modelo Sustentabilidade	Pearson Correlation	,196**	-,216**	-,263**	,318**	,173**	,645**
	Sig. (2-tailed)	,000	,008	,001	,000	,000	,000
	N	359	147	170	359	359	359
Modelo TQM	Pearson Correlation	,118*	,569**	,576**	,176**	, 232**	,065
	Sig. (2-tailed)	,025	,000	,000	,001	,000	,219
	N	359	147	170	359	359	359

Os líderes/gestores que adotam o "Modelo de Excelência" e o Modelo de Sustentabilidade parecem estar mais preocupados com a avaliação da satisfação dos clientes internos e externos, variável que apresenta correlações elevadas, em ambos os modelos, do que na avaliação do desempenho económico e financeiro, ao contrário dos líderes/gestores do modelo TQM que valorizam mais estes indicadores nas suas empresas, registando correlações inferiores na satisfação dos clientes.

O processo de mudança cultural desenvolvido pelo Modelo TQM inicia-se com o envolvimento e a participação da GRH, no processo de criação de valor para os seus clientes/consumidores, respondendo às suas exigências e tentando satisfazê-los e fidelizá-los, ao apostar fortemente em Estratégias permanentes com base em intangíveis, com as correlações significativas mais elevadas, comparativamente aos outros modelos. Estas estratégias estão relacionadas com "Estratégias baseadas no conhecimento" e com "Estratégias de Ajustamento pela diferenciação na qualidade", indicando que a aprendizagem nas empresas geridas pelo Modelo TQM, é vista como uma estratégia permanente que faz parte da sua cultura, indicando o esforço acrescido destas empresas e dos seus R.H. para melhorarem continuamente a qualidade do desempenho através de uma aposta estratégica permanente no conhecimento e na aprendizagem (Quadro nº1).

De acordo com os ensinamentos teóricos de vários autores, o investimento permanente numa estratégia que valorize o CH da organização só é possível se existir alguma estabilidade no emprego, para que as empresas e os RH venham a retirar benefícios do investimento feito. Este aspeto distingue o Modelo TQM dos restantes, porque é o único que apresenta correlações muito significativas no item: "Trabalho efetivo e salários acima da média". As empresas geridas por este modelo são também as mais relacionadas com "Estratégias de Ajustamento pela diferenciação na qualidade" registando a correlação mais elevada (Quadros nºs 1 e 7).
O Modelo TQM, é utilizado sobretudo nas grandes empresas de grupos, nacionais e internacionais, que já adquiriram uma cultura que incorporou os valores da qualidade e da M.C., conseguindo apresentar ao mercado uma alta *performance*, nomeadamente nas políticas de qualidade e preços, negociadas com os *stakeholders,* sendo este modelo o único que se apresenta correlacionado com preços altos, competindo com uma estratégia clara de desnatação, dando assim um sinal correto ao mercado, da elevada qualidade dos seus produtos/serviços. As estratégias seguidas por este modelo indicam grande sucesso em termos de sustentabilidade económica, sendo o que apresenta melhor *performance* nas tendências dos resultados (EBITDA e EVA).
Quando uma organização pretende definir uma estratégia de qualidade tem de se preocupar particularmente com a fase de implementação, porque é nesta fase que surgem mais problemas, provocados pela falta de envolvimento dos RH, que muitas vezes não foram devidamente envolvidos na estratégia e nos objetivos da empresa, ou porque nesta fase foi-lhes exigido mais trabalho e melhor desempenho sem que a Direção da empresa tenha adaptado o sistema de benefícios/recompensas às novas exigências (António, 2006).
O fator 5 "Impacto da implementação TQM" na sustentabilidade das empresas não está correlacionado significativamente com nenhuma tipologia estratégica mas correlaciona-se positivamente com toda a tipologia de investimentos estratégicos para criar valor e melhorar a competitividade das empresas. Porém a correlação mais significativa está relacionada com o conceito alargado de qualidade, "Investimento estratégico para criar valor ambiental e social", indicando uma visão alargada da qualidade, por parte dos líderes/gestores das empresas de AT (Quadro nº4).

O papel dos líderes/gestores na implementação de sistemas TQM sustentáveis com sucesso

A adesão do sistema de liderança aos valores da qualidade e às suas práticas é um fator determinante para que a organização tenha sucesso na qualidade sustentável, podendo funcionar como um fator interno facilitador, caso contrário poderá mesmo ser um obstáculo à sua continuidade. Neste sentido, com base na "Liderança para a qualidade - modelo síntese"[4] foram realizados vários testes e analisadas as correlações entre os papéis desempenhados pelos líderes/gestores associados aos modelos de qualidade para compreender o tipo de liderança e o estádio de evolução dos sistemas de qualidade das empresas. As análises efetuadas indicam a existência de correlações muito significativas entre os três modelos e os estilos de liderança. Os Modelos de Excelência e de Sustentabilidade são os que apresentam valores significativos mais elevados, nos quatro estilos previstos no modelo referido (Quadro nº 3).

4 In Lopes &Capricho, 2007

Quadro nº 3 - Os estilos de liderança nos modelos de gestão da qualidade						
Correlations		Líderes carismaticos/ diretores.	Equipas de facilitadores/ mentores	Equipas coordenadores/ monitores	Equipas de inovadores Negociadores	líderes/ mudança-estruturas achatadas
Modelo Excelência	Pearson Correlation	,298**	,244**	,296**	,245**	,176**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000	,001
	N	359	359	359	359	359
Modelo de Sustentabilidade	Pearson Correlation	,344**	,482**	,344**	,487**	,304**
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000	,000
	N	359	359	359	359	359
Modelo TQM	Pearson Correlation	,098	,158**	,100	,078	,167**
	Sig. (2-tailed)	,065	,003	,057	,140	,001
	N	359	359	359	359	359

O Modelo de Sustentabilidade, à semelhança do Modelo de Excelência, apresenta correlações significativas nos quatro estilos de liderança, com valores elevados nos itens "Líderes do tipo carismático" e "liderança exercida por equipas de coordenadores/monitores", embora com valores mais altos, apesar de alguns destes líderes/gestores serem considerados menos evoluidos, por se situarem nos dois quadrantes inferiores do modelo de liderança, indicando que estas empresas se preocupam pouco com a MC e a inovação, mesmo que na linguagem oficial digam o contrário. Todavia, nestas empresas também existem equipas de líderes/gestores, facilitadores/mentores" e inovadores/negociadores, mais evoluídos, com correlações significativas elevadas e com valores idênticos nos dois modelos, indicando que estes são mais adequados para desenvolverem a qualidade e transformarem a *performance* das organizações. Estes dois modelos destacam-se na diversidade de tipos de liderança para a qualidade, enquanto o Modelo TQM apenas regista correlações significativas, mas de valor mais baixo, nos "líderes/gestores preparados para conduzir a mudança"
e "facilitadores/mentores" que tendo o perfil adequado para gerir as Pessoas são pouco inovadores.
As empresas geridas pelo Modelo de Sustentabilidade são as que apresentam condições mais favoráveis para a mudança nos sistemas de qualidade, registando uma correlação muito significativa no item "líderes/gestores preparados para conduzir a mudança" através de organizações achatas, apesar de inferiores às registadas nas outras tipologias, confirmando que grande parte dos líderes/gestores de AT ainda estão insuficientemente preparados e as empresas ainda não possuem as estruturas adequadas, embora os resultados obtidos indiquem que nas empresas com este modelo é mais fácil comunicar e inovar para desenvolver os sistemas de qualidade (Quadro nº 3 e Figura 5).

Figura nº 5- Os papéis dos líderes nos diferentes modelos de gestão da qualidade

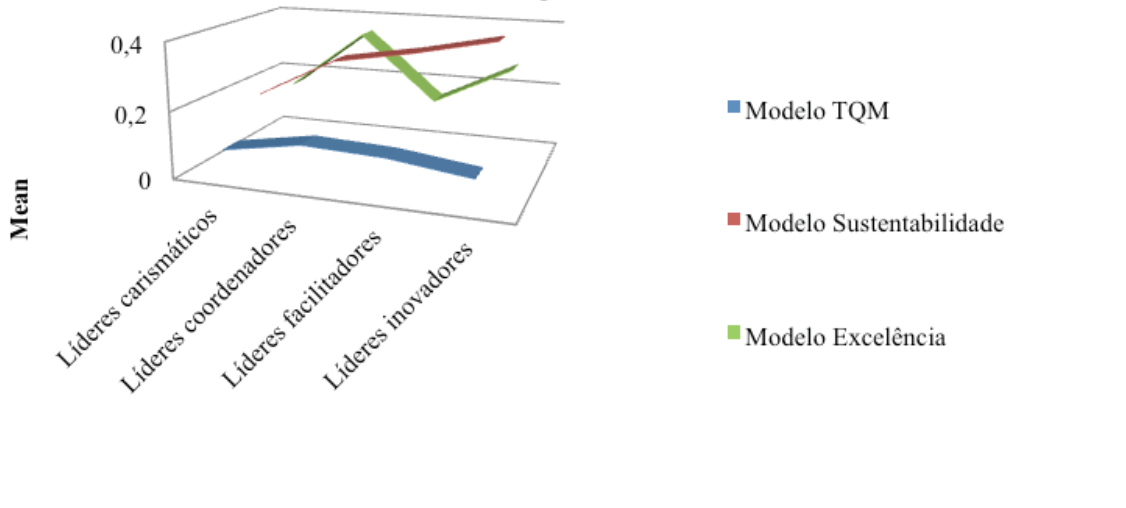

Os resultados obtidos na comparação das médias confirmam os testes anteriores, nas tipologias de liderança mais evoluídas, onde o Modelo de Sustentabilidade se destaca registando as médias mais elevadas, com grupos de empresas conduzidas por líderes/gestores "facilitadores" das relações entre as pessoas e líderes "inovadores/negociadores", que inovam nos produtos, serviços e processos, e negoceiam resultados com os *stakeholders*. Este modelo é seguido pelo Modelo de Excelência em algumas tipologias, mas os dois modelos distanciam-se do Modelo TQM, apresentando uma liderança relacionada com novos papéis, com maiores responsabilidades nas negociações com os parceiros, na construção de alianças e na inovação para criar mais valor e fidelizar os clientes.

A realização do teste "t" para variâncias diferentes, com um intervalo de confiança de 95%, também confirmou que as empresas geridas pelo Modelo de Sustentabilidade e pelo Modelo de Excelência são significativamente influenciadas pelos "Líderes inovadores/negociadores" e pelos "Líderes facilitadores/mentores", pois estes dois modelos são os que mais utilizam esta tipologia de liderança.

O grupo de empresas geridas pelo Modelo TQM não estão correlacionadas com o significado da qualidade como "Gestão ecoeficiciente e RSC", nem com o "Investimento Estratégico em valor ambiental e social" demonstrando que os seus líderes/gestores ainda não investem significativamente na criação de valor em áreas afins da qualidade, embora seja o Modelo que mais se correlaciona com as estratégias de ajustamento do tipo eco verdes, como já foi referido, apresentando correlações significativas em indicadores relacionados com projetos na área da qualidade sustentável apresentando algumas incoerências, talvez por estar em fase de transição e não ter visão holística.

Quadro nº 4- A aposta estratégica na qualidade sustentável nos três modelos

Correlations		Significado "Q"- Gestão ecoeficien te..e RSC	Indicador gestão eficiente recursos/ resíduos	Indicador formação na "Q" e afins	Indica dor envolv. . ações sociais	IE.–valor-ambiental e social
Modelo Excelência	Pearson Correlation	**,722****	**,466****	**,594****	**,521****	**,474****
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000	,000
	N	359	359	359	359	359
Modelo Sustentabilidade	Pearson Correlation	**,145****	**,309****	**,252****	**,125***	**,476****
	Sig. (2-tailed)	,006	,000	,000	,018	,000
	N	359	359	359	359	359
Modelo TQM	Pearson Correlation	**,075**	**,172****	**,253****	**,201****	,050
	Sig. (2-tailed)	,158	,001	,000	,000	,343
	N	359	359	359	359	359

Os líderes/gestores do Modelo de Excelência e do Modelo de Sustentabilidade são os que mais valorizam o investimento estratégico para criar valor nas áreas afins da qualidade, envolvendo-se em ações de formação para colaboradores nas áreas da qualidade e afins, e em ações sociais na comunidade, com correlações significativas em indicadores sociais e ambientais, associados a uma gestão eco eficiente e responsável. O Modelo de Excelência é o que apresenta as correlações mais elevadas, apostando claramente na qualidade sustentável (Quadro nº 4).

A implementação do sistema TQM sustentável, para ter êxito, necessita que os líderes/gestores adequem o sistema de qualidade ao perfil de gestão da empresa e ajustem o conceito de qualidade às necessidades do mercado. O fator "Impacto da implementação da TQM" na sustentabilidade da empresa e as variáveis que pretendem identificar, para cada líder/gestor, o significado de ter "qualidade" na sua empresa registam correlações significativas, indicando que a implementação da TQM depende do significado que os seus líderes/gestores lhe atribuem (Quadro nº 5).

A análise dos resultados das correlações, em itens relacionados com a TQM sustentável, demonstrou que estas empresas já evoluíram na sua gestão e implementam sistemas do tipo TQM, excelentes e sustentáveis, que funcionam de forma integrada, e são adequados às novas necessidades e aos novos valores das sociedades modernas, com uma visão alargada da qualidade, sem a qual não é possível garantir o DS das empresas, dos destinos e das regiões turísticas (Quadro nº5).

Quadro nº 5- A relação entre o "Impacto da implementação da TQM" e o significado de "ter qualidade" sustentável

Correlations		Excelente aposta no D.S.	Eco-eficiente assume RSC	Sistema integrado aposta no saberes	Formação na "Q" e afins	Gestão eficiente Recursos resíduos	Envolvimento ações sociais	Aval. satisfação clientes int. e ext.	Tendência. Ind. custos Pessoal	Aval. taxa de absentismo
Impactos da implem. TQM (…)	Pearson Correlation	,171**	,174**	,205**	,171**	,258**	,203**	,133*	,424**	,283**
	Sig. (2-tailed)	,001	,001	,000	,001	,000	,000	, 012	, 000	,000
	N	359	359	359	359	359	359	359	260	249

O contributo dos RH no desenvolvimento de "boas práticas" e políticas de gestão, que facilitem o sucesso da TQM sustentável.

Os testes de Pearson apresentam resultados que permitem observar correlações significativas entre os três modelos de gestão da qualidade e o "Investimento em estratégias para criar valor através do Capital Humano" Para facilitar a realização do "Investimento estratégico em intangíveis", os líderes/gestores destas empresas apostam sobretudo nas "boas práticas" variáveis críticas para motivar os colaboradores das quais destacamos: a)"*Empowerment*, participação e motivação; b)"Aprendizagem, formação e comunicação"; c)"Cooperação, negociação, M.C., trabalho em equipa e entreajuda". Todas estas variáveis estão correlacionadas com os três modelos. O Modelo de Sustentabilidade apresenta as correlações mais significativas e de valor mais elevado já o Modelo TQM regista as correlações menos significativas e de valor menos elevado (Quadro nº 7).

Estas "boas práticas" necessitam de políticas de gestão" adequadas das quais destacamos: 1) "Avaliação dos resultados das pessoas" que inclui questões fundamentais no âmbito da política de RH, como a competência, polivalência, satisfação etc., relacionadas com uma aposta clara no desenvolvimento dos colaboradores, para obter a sua satisfação; 2) "Avaliação dos resultados dos clientes" que inclui questões como satisfação, fidelização e criação de valor das quais depende a competitividade das empresas; e 3) "Avaliação dos resultados da sociedade" relacionados com ações sociais nas áreas da Segurança e Saúde, Ambiente e RSC. As políticas não estão correlacionadas com o Modelo de Sustentabilidade. O Modelo TQM é o que apresenta as correlações significativas mais elevadas (Quadro nº 7).

Quadro nº 7-As político e práticas de GRH e os seus resultados nos Modelos de Gestão da Qualidade

Correlations		Resulta. clientes (satisfa ção...)	Result. Pessoas (competência...)	Result socie dade (SST, RSC.)	Investi mento estrat. criar valor CH	*Empowerment.* Particip Motiva ção	**a)** Aprendi zagem, Formação. Comuni cação	**b)** Coopera ção,nego ciação, MC(...)	**c)** Trabalhefectivo salários >média	**1)** Avalia ção desemp. recom pensa	**2)** GRH envolvimento "Q" e afins	**3**
Modelo Excelê ncia	Pearson Correlation	**,689****	**,595****	**,748****	**,218****	**,311****	**,442****	**,413****	**,139***	**,247****	**,406****	
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,020	,000	,000	
	N	359	359	359	359	359	359	359	279	264	260	
Modelo Sustenta bilidade	Pearson Correlation	**,283****	**,366****	**,233****	**,663****	**,702****	**,620****	**,632****	,074	,092	,105	
	Sig. (2-tailed)	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,000	,219	,137	,091	
	N	359	359	359	359	359	359	359	279	264	260	
Modelo TQM	Pearson Correlation	,057	,131*	,106*	**,121***	**,132***	**,146****	**,150****	**,463****	**,575****	**,550****	
	Sig. (2-tailed)	,281	,013	,044	,022	,012	,005	,004	,000	,000	,000	
	N	359	359	359	359	359	359	359	279	264	260	

O Modelo de Excelência é o que apresenta uma melhor *performance* no conjunto de "boas práticas" e políticas de gestão adequadas, correlacionando-se significativamente com todas elas e também os melhores resultados na avaliação do modelo da EFQM, logo seguindo do Modelo de Sustentabilidade, registando ambos correlações significativas e elevadas nas três tipologias de resultados, Clientes, Pessoas e Sociedade o que permite confirmar, que estes modelos apostam numa visão holística e integrada da qualidade sustentável com foco em variáveis estratégicas criticas para o sucesso da TQM sustentável, cumprindo objetivos para minimizar os impactos sociais e ambientais e em melhorar a qualidade de vida.

Para observar melhor as diferenças relevantes entre as políticas e práticas relativas aos R.H., seguidas pelos três modelos, foram feitas comparações de médias nos três modelos, considerando em simultâneo as práticas e as políticas de RH. Na análise das médias confirmou-se que o Modelo de Sustentabilidade e o Modelo TQM encontram-se em posições opostas, quanto à importância das variáveis estratégicas que são críticas para melhor alcançar a qualidade, pois enquanto um deles

aposta nas práticas, o outro aposta nas políticas, melhorando o desempenho dos R.H e da organização. O Modelo de Excelência ocupa uma posição intermédia quer nas práticas quer nas políticas (Figura 6 e 7).

Todavia, os modelos Excelência e Sustentabilidade seguem políticas e práticas de RH mais próximas, com menos avaliações e salários mais baixos, enquanto o Modelo TQM se distingue pela positiva, relativamente às políticas de RH que são fulcrais para o sucesso da TQM e para a competitividade das empresas.

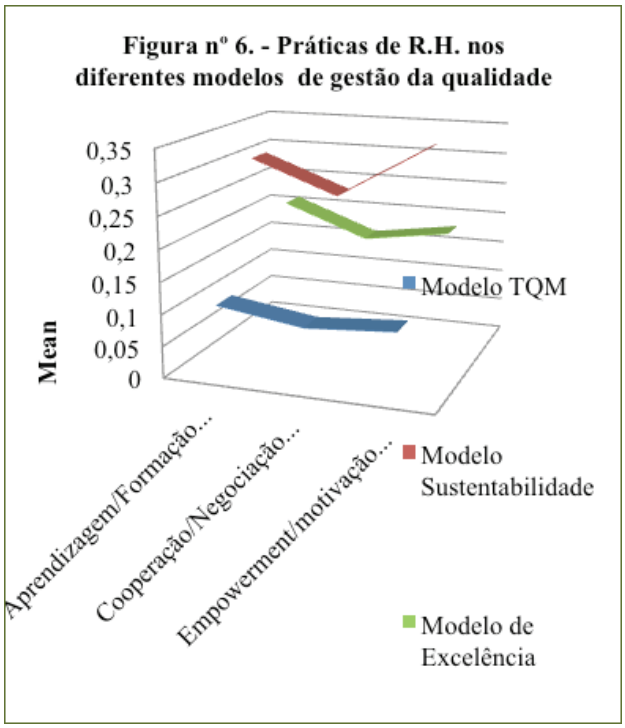

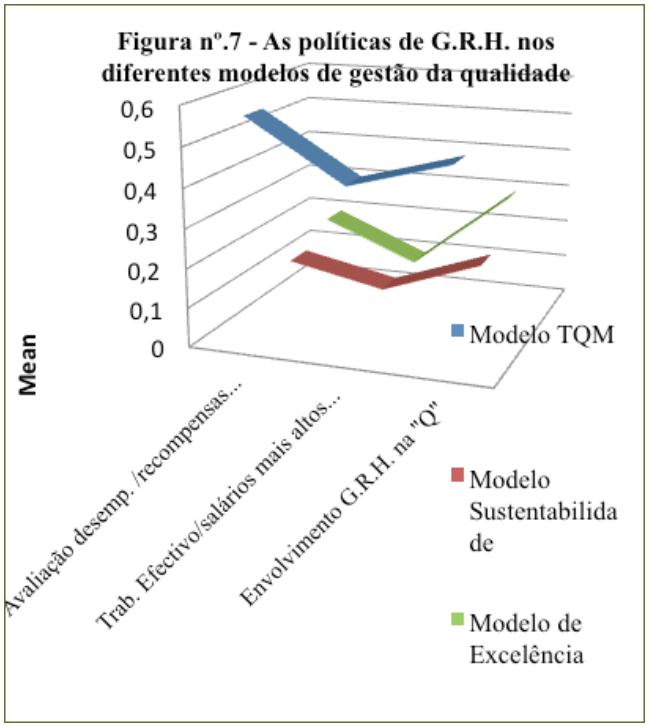

O fator 5 "Impacto da implementação da TQM na sustentabilidade das empresas" ao apresentar correlações fortes apenas nas politicas e práticas, afasta-se das estratégias, o que pode significar que a implementação da TQM é vista pelos líderes/gestores como um modelo facilitador com o qual se identificam, porque contribui para obter impactos positivos, nas práticas diárias das organizações que ainda ignoram os ensinamentos de Juran (1997) considerando a TQM como uma questão de gestão estratégica

Conclusões

Os resultados obtidos no estudo bibliográfico e a análise dos testes estatísticos aplicados à amostra obtida junto das empresas de A.T. permitiram compreender melhor a preparação destas empresas, para responderem aos novos desafios da qualidade e da sustentabilidade, tendo em conta o novo paradigma holístico e encontrar respostas para as questões formuladas nesta investigação (ponto 1).

1-As estratégias de mudança diferem nos três modelos. O Modelo de Excelência aposta mais em estratégias Eco verdes, o Modelo de Sustentabilidade no Marketing relacional e o Modelo TQM nas estratégias permanentes de aprendizagem e cultura e nas Estratégias de diferenciação pela qualidade. Este último modelo e o Modelo da Sustentabilidade estão mais próximos nas estratégias. Porém todos os líderes/gestores dos três modelos apostam em estratégias relacionadas com a TQM.

2- As empresas geridas pelos três modelos/fatores da qualidade, independentemente do modelo, escolhido apresentam correlações significativas elevadas nas variáveis relacionadas com estratégias baseadas em intangíveis como a TQM, a RSC, o CH, e o DS, que no estudo bibliográfico são críticas para realizar a mudança, implementar e desenvolver com sucesso os sistemas TQM sustentáveis, e melhorar a competitividade das empresas e a sustentabilidade dos destinos turísticos.

3. Os líderes/gestores das empresas de AT que participaram neste estudo mostraram estar conscientes quanto à necessidade de desenvolver a gestão da qualidade sustentável como um processo de mudança cultural, que inclui a RSC pelo que a empresa produz e pelo seu impacto nas pessoas e na sociedade.
4. A avaliar pelos resultados, dos Clientes, das Pessoas e da Sociedade, nos Modelos de Excelência e Sustentabilidade, podemos confirmar que estas empresas já têm uma visão da qualidade próxima da visão holística, na qual os líderes/gestores cumprem objetivos para minimizar os impactos sociais e ambientais, melhorando a qualidade da empresa e a qualidade de vida das Pessoas.

5. Nas empresas geridas por modelos de gestão da qualidade os seus líderes/gestores têm um papel ativo na construção da qualidade sustentável, mas o seu entendimento quanto ao significado da qualidade e quanto à maneira de a operacionalizar, variam de empresa para empresa. Porém, as empresas geridas pelo Modelo TQM, ainda estão pouco envolvidas, no conceito de qualidade sustentável e na RSC que este implica, apesar de já terem desenvolvido algumas ações sociais e ambientais para melhorar a qualidade na perspetiva sustentável.
6. Os resultados obtidos também demostram que as empresas geridas pelos três modelos de gestão da qualidade apostam nas "boas práticas" e políticas de gestão adequadas, associadas à implementação e desenvolvimento da gestão da qualidade e de áreas afins, particularmente nas "boas práticas" e políticas relacionadas com a GRH e com a RSC, considerando-as como variáveis críticas do sucesso nos sistemas TQM, embora esta questão não tenha o mesmo relevo em todos os modelos. Enquanto o Modelo de Excelência e o Modelo de Sustentabilidade apresentam mais semelhanças nas boas práticas, sobretudo nas relacionadas com a gestão eficiente de recursos e com ações sociais para a comunidade, o modelo TQM aposta nas políticas relacionadas com a GRH.
7. Dos três modelos de gestão de qualidade, no conjunto de empresas respondentes nesta amostra, destacam-se: o Modelo de Excelência por estar mais próximo do conceito de qualidade sustentável, embora os resultados desta investigação indiquem lacunas ao nível estratégico, no que respeita à clarificação do papel da qualidade como suporte da sustentabilidade; o Modelo TQM, por assumir um conceito clássico da qualidade e conseguir manter um perfil económico-financeiro acima da média; e o Modelo de Sustentabilidade por ser o modelo com mais contradições, sobretudo na GRH apresentando uma *performance* a evoluir positivamente para a qualidade sustentável.
8. Muitas das empresas acima referidas já são "Excelentes" e Eco eficientes, porque alcançaram uma *performance* superior e obtiveram sucesso, apresentando características comuns de autodesenvolvimento, relacionadas com a gestão do conhecimento e de outros ativos intangíveis, o que lhes facilitou a passagem da gestão tradicional dos RH para a gestão das pessoas e dos saberes, seu principal fator comum e crítico de sucesso. Estas organizações respeitam as pessoas e o ambiente e destacam-se na flexibilidade, no comportamento ético e responsável, com base em princípios holísticos e numa gestão evoluída e proactiva do tipo TQM sustentável, onde os riscos e os impactos (tecnológicos, económicos, ambientais, sociais e institucionais) dos negócios são identificados, avaliados e corrigidos antecipadamente, porque as pessoas e o seu bem-estar são uma das razões da existência destas empresas.

Bibliografia

ANDRADE, C. A. (2010): "O Modelo EFQM como Ferramenta de Avaliação da TQM", *XIV Encuentro AECA*, 23-24, Setembro, Coimbra, no site: http://personales.ya.com/aeca/pub/on_line/comunicaciones_xivencuentroaeca/cd/114c.pdf.

ANTÓNIO, N. S. (2006): *Estratégia Organizacional, do Posicionamento ao Movimento*, Sílabo, 2.ª Edição, Lisboa.

BOON, O. K.; ARUMUGAM V., SAFA, S. M. and BAKAR, N. A. (2007): "HR AND TQR: Association with Job Involvement" *Studies, Personal Review*, Farnborough, Proquest Psychology Journals, Vol. 36, Nº 6; pp. 939 (13) in http://proquest.uni.com/pqdweb?index (consultado em 09-06-10).

CAPRICHO, L. (2001): *A Qualidade induz mudança organizacional?* Tese de Mestrado, Lisboa:IST.

CAPRICHO, L. (2012): TQM/Total Quality Management, in Gestão de Recursos Humanos de A a Z, Lisboa: Rh Editora, pp.613-618.

CAPRICHO, L. (2014): "As estratégias de qualidade no alojamento turistico e o turismo Sustentável. Estudo das boas práticas das empresas em Portugal. Tese de doutoramento, Eelche, Espanha:Universidad Miguel Hernández.

CARROLL, A. B. (1996): *Business & Society: ethic and stakeholder Management*, 3ª ed. International Publishing: USA.

COELHO, J. S. (2007): A definição de Objectivos Individuais Alinhados pelos Organizacionais - O contributo do Método Learn. *Recursos Humanos Magazine, edição 50, Maio/Junho, 2007*, Lisboa: Rh Editora.

EFQM (1999): *Os conceitos Fundamentais da Excelência*, EFQM, Brussels, ISBN 90-5236-077-4.

EFQM (2010): Nova Versão do Modelo de Excelência, Bruxelas, 2010, in http://efqm.or/, em 4-02-2011.

EFQM (2010a): Excellence Model in: http://EFQM%20Excellence%20Model.pdf: em 4-02-2011.

GONÇALVES, D. (2008): "Organizações Sustentáveis. O Paradigma da Gestão Ecocêntrica". *Recursos Humanos Magazine, Nº. 55 Ano 9, Março/Abril.* Lisboa.

GUIBERT, L-L., VESHI, I. (2004): "Contribution des pratiques GRH innovantes à la valeur organisationnelle*", La Revue de Gestion,* Direction nº 210 - Ressources Humaines.

ISHIKAWA, K. (1995): *What is Total Quality Control*, Copyright by David J.Lu , (1993) Rio de Janeiro: Editora Campus.

JACKSON (2009), T. Prosperity without growth?The transition to a sustainable economy, Sustainable Development Commission, 2009.Disponível em: http://www.sd-commission.org.uk/publications.php?id=914.Consultado em 12 de Março de 2010.

JURAN, J.M. (1997): *A Qualidade desde o Projecto,* 3ª edição, Pioneira, Brasil.

László, 2001;E..Macrotransição: o desafio para o terceiro milénio. São Paulo: Axis Mundi.

LOPES, A. e CAPRICHO, L. (2007): *Manual de Gestão da Qualidade*, Lisboa: Editora Rh.

MENDES, J. C. (2004): *"A Gestão da Qualidade nos Destinos Turísticos - O caso Português".* Tese de Doutoramento em Estratégia e Comportamento Organizacional, Algarve: Universidade do Algarve.

NICOLAU, I., (2001): *"O Conceito de Estratégia"* Instituto para o Desenvolvimento Empresarial, INDEG/ISCTE refª 01-01 de 20-09-2001: Lisboa: INDEG/ISCTE, in: WWW.indeg.org. (consultado em Dezembro de 2006).

OAKLAND J. S. (1999): *Total Organizational Excellence,* Oxford: Butterworth-Heinemann.

PELIZZOLI,1999,M.L.A emergência do Paradigma ecológico:reflexões ético-filosóficas para o século; XX1,Petrópolis:Vozes.

QUESADO P. e RODRIGUES L. L. (2009): "O *Balanced Scorecard* e a Gestão da Qualidade", XV Congresso AECA, 23-24, Setembro, Valladolid, no site: http://personales.ya.com/aeca//pub/on_line/comunicaciones.xvcongresoaeca/cd/54d.pdf.

ROSA, Á. e TEIXEIRA, A. F. (2002): *Perspectivas da Gestão Estratégica*, Ad Litteram, Colecção ISCTE Lisboa: Escola de Gestão.

SANGÜESA, M. MATEO, R. y ILZARBE, L. (2006): *Teoría y Práctica de la Calidad*, España Thomson Editores.

SANTOS, Mª L. V. y GONZÁLEZ À. L. I. (2007): "Gestión de la calidad total de acuerdos con el modelo EFQM: Evidencias sobre sus efectivos en el rendimiento empresarial", *Universidad Business Review* -Actualidad Económica, Primer Trimestre 2007, ISSN 1698-5117, pp.76-88.

SANTOS, Mª. J. NICOLAU (coordenador) (2005): *Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Empresarial,*Oeiras: Celta Editora.

SENGE, P., ROBERTS, C., ROSS, R., ROTH, G., SMITH, B. (1999): *The dance of Change,* A. Currency Book.

SEZÕES, C. (2007): ”Knowledge Management: um novo desafio crítico para as organizações”, *Recursos Humanos Magazine*, edição 49, Março/Abril, 2007 pp. 26-30, Lisboa: Rh editora..

SOLTANI, E. (2003): “Employee Relations. Bradford”, *ProQuest*, Vol.25, Num.4/5;pp.347- 24pp.

VEIGA (2008), J.E. da, Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XX1, Rio de Janeiro: Garamond.

WILLUMS, JAN-OLAF (2003): *Desfio da Empresa Sustentável - orientações para os empresários do futuro,* Porto: First Média Comunicação, S.A.

ZANCA, J. F. R. e COSTA, H. G. (2009) “Modelo de Avaliação da Gestão Sustentável nas Organizações, com base no modelo de Excelência Brasileiro” *V Congresso Nacional de Excelência em Gestão, “Gestão do Conhecimento para a Sustentabilidade”* Niterói, RJ, Brasil, 2-4 de Julho in: http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg5/anais/T8_0164_0953.pdf.

Skillmismatch - A Construção de um Conceito

Isabel Duarte
Professora Catedrática da Universidade Lusófona, Investigadora do CPES/Universidade Lusófona. prof. isabelduarte@gmail.com

Mário Ceitil
Professor Auxiliar Convidado da Universidade Lusófona, Investigador do CPES/Universidade Lusófona. mceitil@cegoc.pt

Miguel Baião Santos
Professor Associado da Universidade Lusófona, Investigador do SOCIUS/ISEG/ Universidade de Lisboa. miguel.santos@ulusofona.pt

Resumo: A vasta bibliografia que tem sido publicada nos anos mais recentes apresenta o *Skillmismatch* como um conceito polissémico. Traduzido para a língua portuguesa por "Desfasamento de Competências" ou "Desajuste de Competências", na verdade encerra uma panóplia de constructos cujo alcance científico e académico é muitas vezes abstraído e desarticulado. Pretende-se com este *paper*, por um lado, clarificar o conteúdo recorrendo às abordagens teóricas mais recentes e, por outro, articular a significância com outros conceitos conexos que se prendem com o excesso, carência ou obsolescência de qualificações e de educação e/ou formação profissional. Simultaneamente constrói-se um modelo estruturado e explicativo dos diversos elementos. Por fim propõe-se um entendimento comum para o espaço da lusofonia que veicule, em estudos futuros, um enquadramento inequívoco e unificado.

Palavras Chave: skillmismatch, competências, qualificações, educação, formação

Abstract:
The assorted literature published in recent years presents Skillmismatch as a polysemic concept. Translated into Portuguese as " Skills Offset " or "Skills Disparity" actually it represents a range of different set of concepts that influences in diverse ways the scientific and academic approaches. First of all the purpose of this paper is to clarify the meaning using the latest theoretical approaches and, secondly, to articulate the significance of other related concepts (due to excess, obsolescence or missed skills or education/training). At the same time we try to build a clarifying and structured model of the several elements. Finally we propose a common understanding for the Lusophone space that, in future studies, helps to clarify and unified the framework.

Keywords: skillmismatch, skills, qualifications, education, vocational training

Introdução

Definir conceitos não é uma tarefa simples. A diversidade linguística, a pulverização de escolas de pensamento e a diversidade e pluralidade das ciências sociais consubstanciam variantes nos entendimentos que além de se constituírem como óbices à produção de conhecimento científico, veiculam paradigmas dissemelhantes entre si e por vezes antagónicos entre todos.
Com efeito, a utilização da expressão inglesa *skillmismatch* entrou no léxico técnico e académico como sinónimo multifacetado e cuja significância nem sempre tem um sentido comum entre todos os que se dedicam à temática das qualificações e das competências. Devido a esta diversidade, um enorme acervo bibliográfico tem sido produzido, tentando sobretudo alicerçar decisões de políticas públicas, que recorrentemente negligenciam a utilização de uma conceção comum e inequívoca.

Pretendeu-se, deste modo, coligir o conjunto de teorias e estudos que dão forma à temática do *skillmismatch*, procurando através das respetivas causas, fatores e condicionantes, formular um modelo que seja passível de uma utilização comum, pelo menos do ponto de vista académico e da produção de conhecimento científico.
Por fim formulam-se as conclusões que do ponto de vista académico melhor podem servir todos os que lidam com estas temáticas, sugerindo-se um entendimento comum.

Significação de Conceitos

"Competência" é um substantivo feminino com origem na palavra latina - *competere*, que significa uma aptidão para cumprir alguma tarefa ou função. Também é uma palavra usada como sinónimo de cultura, conhecimento e jurisdição. Com a revolução industrial e o advento da administração científica do trabalho (corporizada essencialmente pelo taylorismo), o termo competência foi incorporado na linguagem organizacional (Guimarães, 2008).
Já em 1999, Zarifian, define uma competência como sendo a inteligência prática destinada a ser exercida em situações que se apoiam sobre os conhecimentos adquiridos. Estes conhecimentos podem ser transformados de modo diretamente proporcional à complexidade das situações. Zarifian (1999) diferencia ainda as competências em vários níveis de intervenção:

- Competências sobre os processos: ou seja, os conhecimentos do e sobre o processo de trabalho.
- Competências de ordem técnica: conhecimentos específicos sobre o trabalho que deve ser realizado.
- Competências sobre a organização: destinadas a organizar sobretudo os fluxos de trabalho.
- Competências de serviço: associar à competência técnica a questão: qual será o impacto que este produto ou serviço poderá ter sobre o consumidor final?
- Competências sociais: saber ser (incluindo as atitudes que alicerçam os comportamentos dos indivíduos).

Mais tarde, em 2001, Fleury e Fleury, publicaram um trabalho no sentido de recuperar o debate teórico a propósito do conceito de competência. Para estes autores o conceito foi considerado nos seus vários níveis de compreensão, tendo-o relacionado com a estratégia e com os processos de aprendizagem organizacional. Desta forma, a noção de competência do ponto de vista individual aparece assim relacionada com vários verbos ativos: saber agir, mobilizar recursos, integrar saberes múltiplos e complexos, saber aprender, assumir responsabilidades, ter visão estratégica. Do ponto de vista da empresa ou organização, as competências devem incorporar valor económico e valor social para o indivíduo (Fleury & Fleury, 2001).
Além disso, a noção de competência pode ser equacionada sob diferentes perspetivas: como atribuições, como qualificações, como traços ou características pessoais e ainda como comportamentos ou ações (Ceitil, 2004; Ceitil,org, 2006).
Assim, entre os diversos autores e entidades ou instituições que se dedicam ao respetivo estudo, o conceito de competência não é, como veremos mais à frente, nada unânime. Apesar de ser um assunto recorrente na literatura e discursos políticos (Mavromaras *et al.* 2009) das instituições nacionais, comunitárias e académicas, não existe uma linha condutora que permita de forma inequívoca (Sá e Paixão, 2013) e isenta de maniqueísmos, estabelecer um entendimento sólido (CEDEFOP, 2006), claro e unificado. A própria edificação do conceito está envolta em polémica. Ropé e Tanguy (1997) (*apud* Sá e Paixão, 2013) atestam o significado com o polimorfismo, enquanto que Weinert (2001) (*apud* Sá e Paixão, 2013) chama a atenção para o excesso de conceções de que é alvo. Por seu turno, Pires (2005) (*apud* Sá e Paixão, 2013) reitera o polissemismo do conceito e Gouveia (2007) (*apud* Sá e Paixão, 2013) refere-se à imagem de uma "nebulosa conceptual". Le Boterf (1999) (*apud* Sá e Paixão, 2013) considera que o conceito de competência encerra em si um "camaleão conceptual". Na verdade, em função do espaço disciplinar de enquadramento dos diversos estudos podem ser identificadas duas vertentes (Sá e Paixão, 2013): as abordagens de matriz comportamental ou behavioristas e as abordagens integradas (Fleury & Fleury, 2001).
A abordagem behaviorista é representada sobretudo por White (1959) para quem o conceito de competência está intimamente ligado às características pessoais associadas a um desempenho superior na realização de uma

tarefa e à motivação com que o indivíduo a realiza. Por seu turno, para McClelland (1973) a competência é uma característica específica do sujeito que apresenta uma relação causal com padrões de elevado desempenho, na realização de uma tarefa ou em determinada situação. Este autor vai mais longe e num exercício de clarificação conceptual e terminológica do conceito propõe a distinção clara entre aptidões (talento natural e pessoal), habilidades (demonstração prática do talento particular, isto é, das aptidões) e conhecimentos (aquilo que as pessoas precisam de saber para desempenhar uma determinada tarefa). Proctor e Dutta (1995) definem competência como um comportamento organizado e orientado para resultados, que é adquirido através da prática e executado com economia de esforço.

A abordagem integrada do conceito de competência é composta por muitos e diversos autores. Sá-Chaves (1994) descreve uma competência como o comportamento específico ou desempenho, que pode ser observado e demonstrado (e avaliado) e é associado ao domínio de conhecimentos e de capacidades. Já Guy Le Boterf (1999, *apud* Sá e Paixão, 2013) advoga que se trata de uma disposição para agir de modo pertinente em relação a uma situação específica, que exige uma consciência para coordenar operações e não somente aplicá-las isoladamente. Por seu turno, os autores Dolz e Ollagnier (2004) referem-se à competência como um compósito que agrega as capacidades de diferenciação, adaptação, integração e combinação e constitui-se, desta forma, como um *continuum* que se organiza na esfera de conhecimentos ou saberes teóricos.

Perrenoud (1999) defende que a competência consiste em ser capaz de agir face a situações complexas, perante as quais é necessário tomar decisões e resolver problemas mobilizando de um conjunto variável de recursos. Por seu turno, Allal (2004, *apud* Sá e Paixão, 2013) advoga que uma competência se pode representar por uma rede integrada e funcional constituída por diversos componentes (cognitivos, afetivos, sociais, sensoriomotores) capaz de ser mobilizada em ações finalizadas perante um conjunto de situações. A OECD (2005), no âmbito do DeSeCo Project, observa que se trata de uma capacidade de responder às exigências individuais ou sociais, ou de desempenhar uma tarefa com sucesso, comportando, portanto, dimensões cognitivas e não cognitivas. Mais recentemente Zabala e Arnau (2007, *apud* Sá e Paixão, 2013) referem-se à capacidade ou habilidade de executar tarefas ou enfrentar situações diversas de forma eficaz.

Apesar da diversidade linguística e conceptual dos diversos estados membros (CEDEFOP, 2006), a Comissão Europeia (2013) define genericamente o termo competência como a capacidade de aplicar e utilizar conhecimentos para executar tarefas e resolver problemas.

Face a esta diversidade pode-se construir um denominador comum às diversas abordagens. Assim, uma competência é constituída por diferentes elementos, é pluridimensional, complexa, mobilizável e transferível, comportando um saber em utilização de natureza combinatória.

Uma Causa com Várias Origens

Em termos de facilidade de entendimento vamos considerar que as competências são o exercício de uma qualificação (ou qualificações). Isto é, a qualificação tem a ver com o aspeto formal de aquisição de conhecimentos, habilidades e aptidões e a competência refere-se ao exercício, ou por em prática, essa mesma qualificação.

A nível comunitário a Estratégia Europeia para o Emprego – Europe 2020, e em particular a iniciativa "Agenda for New Skills and Jobs", preconiza que a Europa necessita de uma força de trabalho com mais competências, capaz de contribuir e de se ajustar aos novos padrões de organização do trabalho (European Commission, 2011). A Comissão Europeia (European Commission, 2011) defende ainda que este ajustamento se torna um desafio considerável para os estados membros, dada a rapidez com que as necessidades de competências vão mudando e se regista um persistente desajustamento de competências (skillmismatch) no mercado de trabalho da União Europeia. Este desajustamento é acompanhado por fricções mais ou menos persistentes, entre a procura e a oferta de trabalho (Santos, 2013).

Por seu turno, Guimarães (2008) designa por GAP (gap), ou lacuna, o espaço vazio existente entre as competências necessárias para alcançar um desempenho esperado e as competências já existentes na organização ou empresa. Face a esta diversidade, podemos admitir que este desajustamento (ou desfasamento) assume uma matriz

dupla. Por um lado, quando pensamos em competências transversais (*softskills*) há um conjunto misto de necessidades de competências (*mix of skills*) nas empresas e organizações que as procuram e que, apesar de existentes nos indivíduos, estão latentes ou pouco desenvolvidas. Por outro, o sistema educativo-formativo não possui a flexibilidade e celeridade necessárias para se adaptar às necessidades técnicas e organizacionais das empresas e organizações. Aparentemente as empresas procuram novas competências (sobretudo de cariz técnico), mas também diferentes competências (transversais e não cognitivas) e/ou um conjunto misto de competências (Fig.1)

Figura 1. Novas e Diferentes competências na estruturação dos novos empregos

Por tal facto não estaremos propriamente a falar de "novas" competências mas sim a desenvolver diferentes competências necessárias para a atualidade e exigências dos novos empregos, que normalmente os sistemas educativo-formativos não veiculam suficientemente e cuja oferta institucional difere substancialmente entre países (Hanushek *et al*, 2013).

Assim, a Comissão Europeia (2011) considera que os sistemas de educação e formação devem proporcionar aos indivíduos um correto conjunto de competências que, além das competências meramente técnicas, deve incluir as competências-chave transversais e digitais, incluindo, por exemplo, a literacia em TIC e a comunicação numa língua estrangeira. Por seu turno as empresas, em geral, procuram sobretudo as competências não cognitivas (Heckman, 2008) e intrínsecas aos indivíduos (Santos, 2013): espírito crítico e inventivo, capacidade colaborativa e de trabalho em equipa, capacidade de reação ao imprevisto, orientação para resultados, criatividade, resiliência, adaptabilidade, proatividade e humildade.

Desajustamentos de ….?

No âmbito da OECD, Desjardins e Rubenson (2011) distinguem entre desajustamentos educacionais (*educational mismatchs*) e desajustamentos de competências (*skills mismatch*). No primeiro caso estamos perante uma inadequação (ou desfasamento) entre os conteúdos educativo-formativos (que inclui as qualificações) e as necessidades do mercado de trabalho. No segundo, trata-se de um desajustamento entre as competências que os indivíduos demonstram e as que são necessárias para a execução de tarefas num determinado posto de trabalho.

A nível europeu o CEDEFOP (2009) preconiza que o desajustamento de competências (*skillmismatch*) encerra vários tipos de lacunas (*skill gaps and inbalances*) que podem ser de natureza quantitativa e/ou qualitativa. Distingue ainda entre insuficiência/excesso de habilitações escolares (*under/overeducation*) e insuficiência/excesso de qualificações (*under/overqualification*). Em termos quantitativos a OECD (2013) estima que existam nos seus diversos Estados membros, cerca de 25% de trabalhadores com excesso de competências e que 1 em cada 5 trabalhadores está registado como possuindo insuficiência de competências.
O domínio abraçado pelo desajustamento de competências é muito grande e vasto (CEDEFOP, 2009). É uma questão multidimensional, que pode ser abordada a partir de várias vertentes e pontos de vista. É geralmente entendido como sendo uma discrepância entre a procura e a oferta de competências (CEDEFOP, 2009). Isto é, o desajustamento não se refere apenas aos desequilíbrios entre as qualificações formais e as qualificações requeridas (em contextos de trabalho), mas também às discrepâncias entre a procura e a oferta de competências.
Na opinião do CEDEFOP (2009) o desajustamento de competências é um fenómeno generalizado na Europa, tendo inclusivamente proposto uma tipologia (CEDEFOP, 2001) destas lacunas (*skill gaps*):

a) Quando as qualificações são inadequadas face aos requisitos de um trabalho (*overqualification/ underqualification & overeducation/undereducation*);
b) Quando o trabalho é inadequado comparado com o nível de qualificação (subutilização e sobreutilização - *underutilisation and overutilisation*);
c) Quando há desemprego (registado, oculto, ou desemprego em termos de tempo de trabalho que é menor que o desejado);
d) Quando existe escassez ou excedente de trabalhadores com competências ou ocupações específicas (excedentes quantitativos/qualitativos ou escassez de competências específicas).

Para este centro europeu o excesso de habilitações pode, em certos casos, ser positivo para as empresas, em termos de produtividade (Kampelmann & Rycx, 2012), mas negativo do ponto de vista individual (pois isso pode conduzir à desmotivação dos trabalhadores) e do ponto de vista macroeconómico porque os estados estão a desperdiçar talento, potencial (CEDEFOP, 2012) e investimento nacional.

O CEDEFOP descreve ainda uma outra tipologia que distingue entre desajustamento vertical e horizontal. O desajustamento (ou inadequação das competências) vertical refere-se a uma situação em que o nível de competências que um trabalhador possui é maior ou menor do que o nível exigido por um trabalho ou tarefa específicos. Já o desajustamento horizontal ocorre quando os trabalhadores têm um nível de qualificação apropriado, mas competências diferentes das que são exigidas para o trabalho ou tarefa.
Contudo face a esta diversidade há que adicionar uma outra circunstância: a diversidade de profissões, de postos de trabalho, de tarefas e de idiossincrasias individuais. É pela evidência desta heterogeneidade que é necessário ter em conta outras formas de análise do desajustamento de competências (Sala, 2011).
De igual forma não se pode descurar um outro fenómeno que se prende com a temporalidade do desajuste de competências (Lamo & Messina, 2010). Ou seja, o desajustamento pode ser um estado permanente ou temporário especialmente se estamos a lidar com desajustamento relacionados essencialmente com as qualificações e as habilitações escolares. Assim, Lamo e Messina (2010) afirmam que o desajustamento temporário pode ser devido a ineficiências no funcionamento do mercado de trabalho ou a enquadramentos de mobilidade [onde as pessoas aceitam temporariamente trabalhos com exigências inferiores às suas qualificações (Leuven & Oosterbeek, 2011)], mas ganhando, em troca, experiência de trabalho). No extremo oposto o desajustamento permanente ocorre quando os empregadores utilizam as qualificações como um sinal diferenciador (Spence, 1973) de recrutamento quando os indivíduos (tanto com baixas como com qualificações mais elevadas) competem por empregos escassos e quando a obsolescência das qualificações de torna definitiva, face a atualizações rápidas nas habilitações da força de trabalho (Lamo & Messina, 2010).
Do ponto de vista individual e dos inerentes processos de aquisição de empregabilidade, Mavromaras *et al.* (2009) preconizam que o desajustamento por excesso (devido a excesso de qualificações e de níveis de habilitações escolares) pode patentear quatro formas:
a) sem desajustamento : o indivíduo não revela desajustamento, não tendo, portanto, nem excesso de competências (*overskilled*) nem de habilitações (*overeducated*);

(b) só excesso de competências (only overskilled): o indivíduo está ajustado do ponto de vista das habilitações escolares mas com excesso de competências;
(c) só excesso de habilitações (*only overeducated*): o indivíduo está ajustado do ponto de vista das competências mas com excesso de habilitações escolares;
(d) com excesso de competências e de habilitações (*overeducated and overskilled*): o indivíduo exibe desajustamento decorrente de ambos os elementos.
Estes autores apuraram ainda que o desajustamento tem variações consoante o género, especialmente no que diz respeito às consequências sobre o salário e sobre a mobilidade.
Para analisarmos e avaliarmos os desajustamentos de qualificações/habilitações podemos recorrer a três metodologias (Lamo & Messina, 2010):

1) avaliações objetivas (ou consubstanciadas em dados) baseadas no contraste da distribuição real da escolaridade dos trabalhadores com uma estimativa de níveis de escolaridade adequados (por profissões);
2) avaliações sistemáticas consubstanciadas no contraste entre o nível educativo dos trabalhadores e o nível de habilitações requeridas para o respetivo trabalho, que decorrem de uma avaliação sistemática realizada por um analista de trabalho. Esses requisitos são especificados através de uma classificação ocupacional, como por exemplo, o European Qualifications Framework (EQF) e os diversos Quadros Nacionais de Qualificações (QNQ);
3) avaliações subjetivas (ou diretas), alicerçadas em autoavaliações dos trabalhadores.

Qualquer uma destas metodologias tem vantagens e inconvenientes, cuja ponderação deverá ser tida sempre em conta. Contudo os dois autores advogam que as avaliações sistemáticas são as mais fiáveis e rigorosas. De igual forma, Velden e Smoorenburg (1997) já tinham aferido esta constatação.
Face ao exposto, podemos representar os vários fatores que conduzem ao desajustamento de competências e as respetivas interações da seguinte forma (Fig 2.):

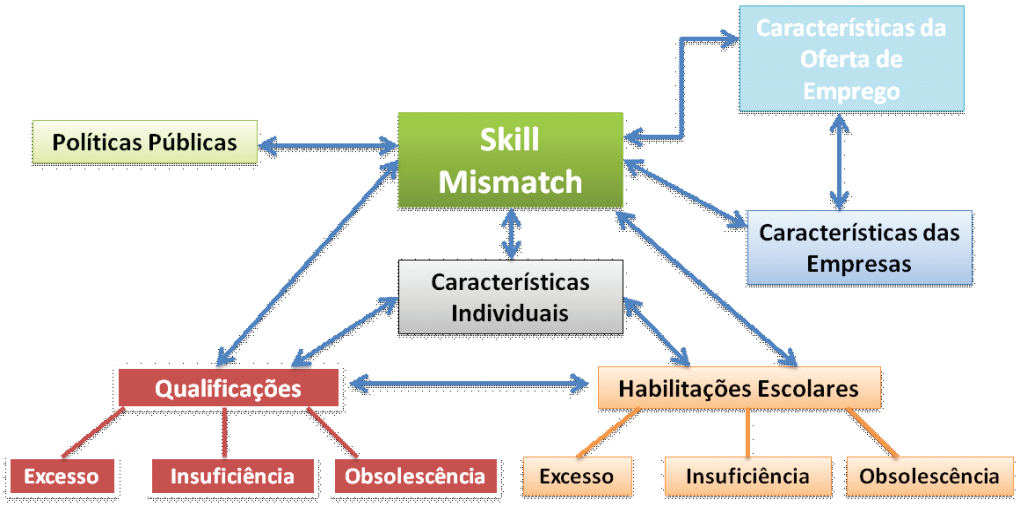

Figura 2. Fatores influenciadores do Skill Mistmatch

Ou seja, o desajustamento/desfasamento raramente se deve apenas a um fator, sendo que a interatividade entre os diversos potenciais elementos constitutivos (Mavromaras *et al.,* 2009) se faz sentir nos diversos níveis de análise.
Claro está que quanto mais fatores forem causadores do skillmismatch mais incisivo e visível será este fenómeno tanto para os empregadores como para os potenciais colaboradores.
Destaca-se ainda alguma possível interação entre os seis fatores enumerados: características da oferta de emprego, características das empresas, habilitações escolares, qualificações, características individuais e políticas públicas. Não foi possível identificar na bibliografia consultada evidência detalhada desta provável interação, pelo que poderá vir a torar-se um elemento valioso em estudos futuros.

Conclusões

Tal como preconizado por vários autores, podemos considerar que o *skillmismatch* é: polissémico, multifacetado, polimorfo e camaleónico.

Por conseguinte, devemos admitir que quando falamos de *skillmismatch* temos inevitavelmente de o circunscrever a um (ou mais) diversos fatores que o alicerçam ou fundamentam. À diversidade de causas e fatores adiciona-se o conceito de competência, formando um compósito de alcance e dimensão superiores à simples e mera definição.

É prudente, portanto, aquando da estruturação de estudos e investigações futuros, em enquadramentos técnicos e/ou académicos que a definição prévia do *skillmismatch* seja acompanhada da identificação inequívoca do conceito de competência, segundo uma ou mais abordagens teóricas, indicando também qual (ou quais) os fatores influenciadores sobre os quais se pretende incidir.

Simultaneamente, à luz da diversidade conceptual da língua portuguesa, sugere-se que, à falta de melhor, se utilize o termo em inglês- *skillmismatch*, porquanto se isenta de representações analítico-simbólicas diversas e de leituras enviesadas.

Bibliografia

ALLEN, J. & VELDE, R .(2001), Educational Mismatches versus Skill Mismatches: effects on wages, job satisfaction and on job search. *Oxford Economic Papers*, 3. Ed. Oxford University Press. pp. 434-452.

CEDEFOP (2001), Training and learning for competence: second report on vocational training research in Europe, synthesis report. Luxembourg: Publications Office (Cedefop Reference series). Disponível em: http://www.cedefop.europa.eu/EN/Files/0088_en.pdf [consultado em 02-09-2014]

CEDEFOP (2006), Typology of knowledge, skills and competences: clarification of the concept and prototype. *CEDEFOP Reference series*; 64. Disponível em: http://www.cedefop.europa.eu/EN/Files/3048_en.pdf [consultado em 25-08-2014]

CEDEFOP (2009), Skills mismatch. Identifying priorities for future research. *CEDEFOP working paper.* No 3. Disponível em: http://www.cedefop.europa.eu/en/Files/6103_EN.PDF [consultado em 02-09-2014]

CEDEFOP (2012), Skill mismatch. The role of the enterprise. Research Paper. No 21. Tessaloniki.

CEITIL, M. (2004), *Sociedade, Gestão e Competências*. Lisboa: Edições Sílabo.

CEITIL, M. (org.) (2006), *Gestão e Desenvolvimento de Competências*. Lisboa: Sílabo.

DESJARDINS, R. & K. RUBENSON (2011), An Analysis of Skill Mismatch Using Direct Measures of Skills, *OECD Education Working Papers*, No. 63, OECD Publishing. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1787/5kg3nh9h52g5-en~ [consultado em 15-10-2014]

DOLZ, J., & OLLAGNIER, E. (2004), *O Enigma da Competência*. Porto Alegre: Artmed.

EUROPEAN COMMISSION (2011), *An Agenda for New Skills and Jobs: A European Contribution towards full Employment*. Ed. COM. 32 pp.

EUROPEAN COMMISSION (2012), *New skills and jobs in Europe: Pathways Towards Full Employment*. Directorate-General for Research and Innovation Ed. UE. 92pp.

EUROPEAN COMMISSION (2013), *EU Skills Panorama - Glossary.* Disponível em: http://euskillspanorama.ec.europa.eu/Glossary/ [consultado em 20-08-2014]

FLEURY, M & FLEURY, A. (2001), Construindo o Conceito de Competência. *RAC, Edição Especial 200*1, pp. 183-196.

GUIMARÃES, M. (2008), *Gestão do Conhecimento Baseado na Análise de GAP de Competências: Um Estudo de Caso do Detran- RN*. Dissertação de Mestrado. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

HANUSHEK, E. *et al* (2013), Returns to Skills around the World: Evidence from PIAAC. *IZA Discussion Papers,* No. 7850, Bonn.

HECKMAN, J. (2008), Schools, Skills, and Synapses. *IZA Discussion Papers,* No. 3515, Bonn.

KAMPELMANN, S. & RYCX, F. (2012), The Impact of Educational Mismatch on Firm Productivity: Evidence from Linked Panel Data. *IZA Discussion Papers,* No. 7093, Bonn.

LAMO, A. & MESSINA, J. (2010), Formal Education, Mismatch and Wages after Transition: Assessing the Impact of Unobserved Heterogeneity Using Matching Estimators. *IZA Discussion Papers,* No. 4982, Bonn.

LEUVEN, E. & OOSTERBEEK, H. (2011), Overeducation and Mismatch in the Labor Market. *IZA Discussion Papers,* No. 5523, Bonn.

LIU, K., SALVANES, K. & SØRENSEN, E. (2012), Good Skills in Bad Times: Cyclical Skill Mismatch and the Long-Term Effects of Graduating in a Recession. *IZA Discussion Papers Series,* No. 6820. Bonn.

MCCLELLAND, D. (1973), Testing for competence rather than intelligence. *American Psychologist*, v.28, pp. 1-14.

MAVROMARAS, K. *et al*. (2009), Job Mismatches and Labour Market Outcomes. *ESRI Working Papers* , No. 314, Dublin.

NEW SKILLS- NEW JOBS Site (2013), Disponível em: http://www.ipca.pt/nsnj/ [consultado em 20-08-2014]

NORDIN, M. & PERSSON, I. & ROOTH. D. (2008), Education-Occupation Mismatch: Is There an Income Penalty? *IZA Discussion Papers Series*, *No. 3806*. Bonn.

OECD (2005), *The Definition and Selection of Key Competencies. Executive Summary*. OECD Publishing. Disponível em: www.oecd.org/edu/statistics/deseco [consultado em 20-08-2014]

OECD (2013), Employment outlook. Paris, OECD. Disponível em: http://www.oecd.org/els/48650026.pdf [consultado em 20-08-2014]

PELLIZZARI, M. & A. FICHEN (2013), A New Measure of Skills Mismatch: Theory and Evidence from the Survey of Adult Skills (PIAAC), *OECD Social, Employment and Migration Working Papers*, No. 153, OECD Publishing. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1787/5k3tpt04lcnt-en [consultado em 27-10-2014]

PERRENOUD, P. (1999), *Construir as Competências Desde a Escola*. Porto Alegre: Artmed.

PROCTOR, R.W. & DUTTA, A. (1995), Skill *Acquisition and Human Performance*. London: Sage Publications.

SÁ-CHAVES, I. (1994). *A Construção do Conhecimento pela Análise Reflexiva da Praxis*. Tese de Doutoramento, Aveiro: Universidade de Aveiro.

SÁ, P & PAIXÃO, F. (2013), Contributos para a clarificação do conceito de competência numa perspetiva integrada e sistémica. *Revista Portuguesa de Educação*, 26 (1), Ed. Universidade do Minho. pp. 87-114

SALA, G. (2011), Approaches to Skills Mismatch in the Labour Market: A Literature Review1. *Papers - Revista Política y Sociedad*. 96/4 , Madrid. pp. 1025-1045

SANTOS, M. B. (2013), *Emprego e Formação. Modelos e Práticas*. Coleção ESTUDOS, IEFP, nº 39. Lisboa, Ed. IEFP.

SPENCE, M. (1973), Job Market Signaling. *The Quarterly Journal of Economics*, 87(3), pp. 355–74.

VELDEN, R. & SMOORENBURG, M. (1997), *The Measurement of Overeducation and Undereducation: Self-Report vs. Job-Analyst Method*. Research Centre for Education and the Labour Market. Faculty of Economics and Business Administration. Maastricht University

WHITE, R. W. (1959). Motivation Reconsidered the Concept of Competence. *Psychological Review*, 66, pp. 297-333.

ZARIFIAN, P. (1999), *Objectif compétence*. Paris: Ed. Liaisons.

Programas públicos e inserção dos jovens no trabalho: oportunidades reais ou ativação para o trabalho precário?

Cristina Almeida Cunha Filgueiras[1]

Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Puc Minas)

Resumo: A associação entre programas de proteção social não contributivos e medidas de ativação para o trabalho tem adquirido importância em todo o mundo. Ela está presente em países com um sistema público de trabalho e emprego antigo e consolidado, porém submetido nos últimos anos a fortes mudanças devido a alterações na estrutura produtiva. Está presente, também, em países onde este tipo de sistema é recente e incompleto e, ademais, o mercado de trabalho se caracteriza pela dualidade entre o formal e o informal. O artigo problematiza a noção de ativação para o trabalho no contexto amplo da proteção social e como isto se relaciona com a situação dos jovens no Brasil, fazendo referência a programas públicos dirigidos principalmente a jovens pobres ou em situação de risco social. Conclui-se que tais iniciativas pouco tem contribuído para uma melhor inserção dos jovens de setores pobres no mundo do trabalho, apesar de este ser um propósito central deste tipo de intervenção pública.

Palavras chave: política social, trabalho, *welfare state*, juventude
[consultado em 3-5-2013].

Programas públicos e inserção dos jovens no trabalho: oportunidades reais ou ativação para o trabalho precário?[2]

A associação entre programas de proteção social não contributivos e medidas de ativação para o trabalho tem adquirido importância em todo o mundo. Nosso objetivo neste artigo[3] é problematizar a noção de ativação para o trabalho no contexto amplo da proteção social e relacioná-la à situação dos jovens. Para isto, em primeiro lugar estabelecemos a relação entre trabalho e sistemas de proteção social e apontamos processos que têm levado ao enfraquecimento desta conexão. Em seguida, fazemos referência à situação social de jovens no Brasil quanto à educação e ao trabalho, além de programas públicos neste país, dirigidos principalmente a jovens pobres ou em situação de risco social, que visam promover ou melhorar as condições de sua inserção laboral.

1- A (des)conexão trabalho e proteção social

O trabalho ocupou lugar central na história da proteção, antes até mesmo do surgimento de políticas sociais, isto é, de intervenções organizadas a partir do Estado como respostas coletivas a riscos e incertezas. Como resultado de processos complexos que se iniciaram no século XIX o Estado foi assumindo o papel de redutor de riscos sociais, com a criação de direitos e de proteções sociais que inscreveram os indivíduos como parte de

---

1 Bacharel em Ciências Sociais e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em Sociologia (EHESS, França). Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Áreas de investigação: desigualdades, políticas sociais, gestão de políticas públicas. cfilgueiras@pucminas.br

2 A autora agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais o apoio ao projeto PPM0435/13.

3 A abordagem do tema ativação nesta seção está baseada em Filgueiras & Souki 2013.

coletivos protetores. Segundo Castel (2009), aos indivíduos não proprietários o Estado passou a garantir um novo tipo de propriedade: a social, relacionada à proteção e ao direito da condição de trabalhador, que de certa forma lhes daria uma "capacidade de controlar o futuro", em luta contra as inseguranças. No Estado social moderno, a noção de contrato adquire um papel central e a socialização do risco é enfatizada. As políticas sociais, fundamentadas no princípio da solidariedade, representariam a expressão desta coletivização da busca de proteção e redução das incertezas e da insegurança. (CASTEL, 2009)

Com as transformações do capitalismo, o Estado social passou a enfrentar problemas com a erosão do seu fundamento principal, o trabalho assalariado. Estes se manifestaram a partir dos anos 1970 nos países desenvolvidos e provocaram importantes alterações nas relações de trabalho, na situação de emprego e nas proteções a eles associadas. As condições produtivas da economia que deram origem à sociedade salarial se alteraram com o esgotamento do modelo de produção fordista, a ampliação inusitada da escala, que se tornou global, e a transformação tecnológica. Esgotaram-se o crescimento do capitalismo industrial e a relação virtuosa entre a economia, a política e o social que caracterizara os trinta anos gloriosos nos quais o sistema de bem estar estruturou-se, repercutindo no trabalho, na proteção social e nas políticas de bem estar.

O novo ambiente econômico se caracteriza, ademais, pela desregulação das relações de trabalho, o surgimento de novas formas de trabalho, a redução drástica do volume de trabalho industrial, o aparecimento de novas condições de pobreza e desemprego de massa (POCHMANN, 2007).

Tais mudanças provocam uma mudança profunda que repercutiram em des-coletivização e ressurgimento da insegurança para setores que até então se encontravam protegidos pelos sistemas das políticas sociais. Neste novo ambiente, onde os recursos e direitos comuns que se fundamentavam no trabalho se encontram abalados, pelo menos para uma parte importante da sociedade, e em que ocorre a individualização das trajetórias profissionais, o que é ser protegido? Do ponto de vista sociológico, nesse cenário a desproteção tem como uma das suas características o enfraquecimento das respostas coletivas de enfrentamento dos riscos e crises e a re-individualização da incerteza. (CASTEL, 1998).

A perda da centralidade da condição salarial incide sobre o Estado do Bem-estar e o pressiona os governos a dar respostas ao aumento da pobreza e do desemprego de longa duração, assim como a enfrentar o forte aumento das despesas sociais. Além disto, manifesta-se um questionamento dos contribuintes e de setores sociais e políticos à cultura da dependência gerada pelas políticas de bem-estar. Surgiram pressões para promover reformas nos sistemas de proteção social e, como parte delas, para alterar a conexão entre trabalho e direito a prestações sociais.

Não tendo se conformado de uma única maneira, os sistemas de proteção social tampouco se desenvolveram no mesmo ritmo nos países onde se configuraram com maior ou menor vigor. Não é, portanto, possível falar em um único modelo de Welfare State (ESPING-ANDERSEN, 1991) e nem supor reformas idênticas em todos os países (KERSTENETZKY,2013). Pese a diversidade de modelos, houve transformações nos sistemas de bem estar que foram sendo adotadas com traços similares em diversos países. Reconhecendo que tais transformações englobam muitas dimensões, nos interessa destacar um aspecto em particular: a ativação da proteção social. Trata-se da instalação ou ampliação - dependendo do país - de condicionamento do direito ao beneficio e da diminuição da duração da prestação social, onde ganha relevância a contrapartida e a exigência de papel ativo do beneficiário para sua inserção no mercado de trabalho. Tais medidas costumam vir acompanhadas da diminuição das barreiras para a entrada no mercado de trabalho e a concessão de subsídios públicos aos empregadores para que contratem.

Outro elemento que destacamos nas transformações recentes nos sistemas de políticas sociais diz respeito à Assistência Social. Em muitos países ela tem ampliado sua cobertura em termos de quantidade de beneficiários. Isto está relacionado ao aumento da proporção da população que não tem trabalho e, portanto, não encontra apoio através dos mecanismos de proteção social por esta via.

Pode-se, assim, considerar que os sistemas de proteção baseados no trabalho não são capazes de dar respostas satisfatórias aos problemas do desemprego de longa duração, de reaparecimento da pobreza e às dificuldades de inserção social e laboral dos jovens. No âmbito dos programas assistenciais também foram introduzidos – ou reforçados onde já existiam - mecanismos de indução ao trabalho, em geral associado à redução da duração e do valor dos benefícios e à contrapartida de aceitação pelos beneficiários de postos de trabalho. Tais práticas

já alcançaram grande parte das pessoas que se inseriram no mercado de trabalho nas últimas duas décadas pelo menos.

A ampliação da cobertura numérica de programas e alocações de caráter assistencial em muitos países foi acompanhada do ressurgimento das preocupações de impedir a elevação dos gastos sociais, não criar dependência dos assistidos e não promover o desestímulo ao trabalho. Não é estranho, portanto, que reapareça em cena uma tensão que diz respeito a estabelecer distinções, categorizar os indivíduos e os grupos segundo sua capacidade para o trabalho ou a possibilidade de inseri-los em atividades produtivas e remuneradas para que não vivam à custa da ajuda pública.

As reformas em diferentes componentes das redes de seguridade social tendem assim a incorporar dispositivos de ativação para o trabalho. A exigência de esforços dos indivíduos para integração/reintegração ao mercado de trabalho é um elemento importante no sentido de definir deveres para os beneficiários, direcioná-los a um posto de trabalho ou a um treinamento profissional. Neste contexto, os programas públicos de emprego estimulam a busca ativa de trabalho e/ou a participação em programas de experiências de trabalho ou capacitação. Em se tratando de um desempregado, este não deve postular apenas àqueles empregos que considera mais convenientes. Em suma, "todas as reformas pretendem reduzir a quantidade e a duração das prestações ou dos custos operacionais; - muitos países aumentaram os incentivos financeiros e administrativos para que os beneficiários abandonem o sistema de assistência social e se reintegrem ao mercado de trabalho" (NEUBOURG, CASTONGUAY Y ROELEN, 2005: 15).

A partir dos anos 90, as pressões sobre o sistema de proteção social aumentam, assim como os questionamentos sobre a sustentabilidade financeira do sistema no longo prazo, tendo em vista as alterações demográficas (envelhecimento da população p. ex.) e as mudanças na economia (globalização, mudanças tecnológicas com redução e supressão de postos de trabalho). Além desses fatores, há críticos que apontam uma questão de natureza ideológica, pois setores da sociedade acreditam que o sistema de proteção social gera risco moral, permitindo abusos por parte daqueles que encontraram no Estado uma comodidade contrária ao espírito dos programas de transferências sociais.

A preocupação com a inclusão social se materializa nos incentivos dirigidos aos beneficiários dos sistemas de proteção social com o aumento da pressão administrativa e moral, a diminuição de barreiras para entrada no mercado de trabalho e a atribuição de maior responsabilidade dos beneficiários no financiamento de cobertura de riscos. Atuam ainda nesta direção outros instrumentos de política social como o estímulo ao trabalho por conta própria e, em alguns países, o aumento de subsídios familiares para as pessoas que aceitam um emprego.

As reformas chamadas de "ativação da proteção social" foram adotadas em uma grande quantidade de países nos anos 2000. Nos Estados Unidos e na França as medidas começaram ainda nos anos 1980. Diversos estados europeus reformaram a legislação social com objetivo de reforçar o caráter condicional dos benefícios, bem como dar maior importância aos dispositivos de busca de emprego, formação e de ajuda à contratação por empregadores de pessoas beneficiárias de transferência de renda. Um dos principais analistas destas reformas, Barbier (2011), assinala que, se bem tais reformas não alteraram radicalmente o núcleo dos sistemas de proteção social na maior parte dos países, elas conseguiram introduzir um elemento importante de dualização de direitos.

Ao empreender uma análise internacional dos sistemas de proteção social, Barbier (2011) destaca que todos são fundados sobre o vínculo com a atividade de trabalho. Nos sistemas bismarckianos, para utilizar a terminologia consagrada por Esping-Andersen (1991), este laço é explicito, pois os seguros sociais supõem a cotização dos trabalhadores. Nos sistemas beveridianos, universais, a desmercantilização não rompeu completamente com a vinculação entre situação no mercado de trabalho e acesso aos benefícios sociais, mas não exclui por este motivo aos segmentos da população que não inseridas nas atividades econômicas. Nos sistemas de proteção residual, de inspiração liberal, por sua vez, a imposição de limites à assistência e de restrições aos beneficiários é parte constitutiva da ação governamental dirigida aos setores que necessitam ajuda. Portanto, não é em si mesma nova a estreita relação entre estar ativo no mercado de trabalho e ter direito à proteção social. O que caracteriza a "nova ativação" a partir dos anos 1980 é que em alguns países foram introduzidos e em outros foram reforçados os vínculos explícitos (regulamentares ou legais) entre o direito à proteção e a atividade laboral. Na maior parte dos casos os segmentos da proteção social reformados foram, inicialmente,

a indenização de desemprego, as políticas de emprego, as prestações da assistência e de solidariedade, em seguida as aposentadorias e as pré-aposentadorias.

Na Europa o termo ativação apareceu nos anos 1950 nos países escandinavos como uma forma de aumentar a taxa de emprego oferecendo serviços públicos, insistindo na prioridade de existirem pontes entre as políticas de trabalho e a formação dos trabalhadores. O assessoramento individualizado é, neste sentido, elemento importante das políticas ativas de emprego e das políticas de renda mínima. Ademais, os países desenvolveram políticas de conciliação da vida familiar com o trabalho que permitia maior participação feminina no emprego (KERSTENETZKY, 2013). Um exemplo destacado é a experiência dinamarquesa de *flexisecurity*, baseada no "triângulo de ouro", isto é, a combinação de mercado de trabalho flexível (com facilidades para empregar e demitir), um sistema de bem estar social e políticas compulsórias de ativação. Existe uma divisão da provisão do bem-estar social entre, de um lado, benefícios generosos com enfoque de direitos dos trabalhadores integrados e, de outro, benefícios limitados e condicionados atribuídos aos setores pobres e marginalizados do mundo do trabalho (ABRAHAMSON 2009: 270).

Nos países que possuem um modelo marcadamente liberal, a ativação se baseia no princípio do "workfare" ou "make work pay" ou "work first". Nos Estados Unidos um marco importante foi a reforma das prestações de assistência social cujos beneficiários eram principalmente as mães pobres e os negros, com o propósito de obrigá-los a aceitar as atividades (particularmente o trabalho menos bem pago do que no mercado) em contrapartida de seus benefícios (BARBIER, 2009). Na Inglaterra, desde os anos 90 generalizou-se a política em que os titulares de benefícios da assistência devem submeter-se a testes de sua capacidade para o trabalho (*work tests)*.

A estratégia de Lisboa, adotada 2000 pelo Conselho da União Europeia com políticas para tornar a Europa competitiva no cenário econômico mundial, inclui ações de combate à pobreza e ao desemprego que se relacionam ao que aqui está sendo chamado de ativação. Nela está explícita a conexão entre as políticas econômica, social e de emprego, onde o regresso ao trabalho e a ativação ocupam posição central. Nesta perspectiva é também dada importância a medidas para promover a capacidade individual, o investimento na criança e o trabalho feminino, além da rejeição das aposentadorias precoces (BRITTO, 2008).

Na França, a criação em 1988 do Revenu Minimum de Insertion (RMI, renda mínima de inserção) marcou uma importante novidade no contexto do sistema de proteção social, tanto por introduzir a renda mínima quanto pela adoção do contrato de inserção, estabelecido entre o beneficiário e o Estado. Trata-se de uma contrapartida onde o beneficiário se empenharia na busca de sua inserção social e no trabalho. A condicionalidade de obrigação de busca de trabalho era limitada no RMI, porém ela foi adotada plenamente na reforma que levou à sua substituição em 2008 pelo Revenu Solidarité Active (RSA, Renda de Solidariedade Ativa). A política de inserção através da renda mínima foi acompanhada neste país por dispositivos tais como contratos de ajuda monetária e contratos de formação dirigidos a públicos prioritários. Além disso, houve a ação do Estado sobre os custos do trabalho, principalmente reduzindo as cotizações obrigatórias pelos empregadores.

Em decorrência destas iniciativas, em muitos casos o Estado acaba sendo em última instância o empregador, já que as empresas mantem os beneficiários com os recursos públicos. Tais novidades ocorrem em um contexto no qual, além do desemprego de massa, a precarização do emprego, distante de ser resultado de uma crise passageira, passou a ser a regra para grande parte da população na nova fase do capitalismo de desregulamentação da sociedade salarial (DUVOUX ET PAUGAM, 2008: 93). A multiplicação de trabalhos "ajudados" pelo poder público acompanha a existência de um grande número de assistidos que trabalham, contribuindo à institucionalização de um "subassalariamento" disfarçado. Esta interpenetração crescente da assistência e do trabalho é acompanhada, segundo Duvoux et Paugam, de uma crescente responsabilização dos assistidos pela situação precária em que vivem além de marcar um dualismo no mercado de trabalho e no direito à proteção social. Nesse âmbito, individualizam-se as trajetórias de trabalho e de proteção. A "contratualização", constantemente reiterada no discurso, refere-se a um compromisso que o beneficiário estabelece, de procurar ativamente trabalho ou de seguir uma formação. O ideal perseguido seria o de cidadãos empenhados na resolução dos seus problemas e na valorização das iniciativas individuais para gerir sua própria trajetória de inserção.

Castel (2009) é um dos autores críticos ao que considera efeito ideológico de imposição em grande escala de uma lógica de projeto, como o contrato de inserção, com a linguagem institucional da "autonomia" . Na

sua perspectiva, os contratos de inserção geram uma regulação individualizada e reforçam o "indivíduo em negativo". Ainda que possa parecer o contrário, porque envolvidos pelo discurso da solidariedade, eles não se contrapõem à crescente individualização dos riscos. Referindo-se ao caso da França, Duvoux e Paugam (2008) mencionam o sub-assalariamento crônico mantido pelos poderes públicos e o risco de institucionalização do subemprego precário e pouco remunerado. Existiria o risco de contaminação das normas do mercado de trabalho pela institucionalização progressiva de um segundo mercado de trabalho que os autores chamam de "menos protetor" e onde há menor reconhecimento do princípio da cidadania social.

São realidade a contração do volume de emprego e o desemprego estrutural, bem como a expansão de vínculos laborais precários e descontinuidades laborais. Assim, segmentos específicos da população mais prejudicados são os jovens, as mulheres, os trabalhadores mais velhos e os menos qualificados, pessoas que encontram maiores dificuldades para se inserir no mercado de trabalho. Se as políticas de ativação visam fazê-las aceitar os trabalhos que estão no mercado, a questão que se impõe é: como são estes trabalhos? Os postos de trabalho disponíveis nem sempre oferecem uma proteção absoluta frente à pobreza, pois há aqueles que não são acompanhados de direitos sociais. Com empregos precários e desprotegidos, além de baixos salários, acabam persistindo as situações de exclusão, de estar à margem da dinâmica econômica e social. A experiência de tais condições desfavoráveis se concentra de forma desproporcional entre as mulheres e os trabalhadores de tempo parcial, os jovens, as pessoas com contratos de duração determinada e as pessoas de baixa qualificação (ZALAKAIN, 2006: 49).

Nas sociedades modernas capitalistas, em países cujos sistemas de proteção social foram fundados com base no vínculo entre trabalho/inserção profissional e direitos, a lógica ativa está presente desde sempre na arquitetura de todos os sistemas, isto é, na relação com a presença no mercado de trabalho. No entanto, uma "nova ativação" surgiu nos anos 1980 e estendeu-se nos anos 2000, cujo núcleo é a explicitação dos mecanismos de conexão entre obrigações e recebimento das prestações, principalmente de maior exigência com relação aos desempregados e às pessoas assistidas com ajudas sociais. A substituição dos direitos que caracterizaram por décadas o Welfare State pelos direitos condicionados, pelo cumprimento de obrigações, que atinge a parte da população assistida e desempregada, estaria levando à passagem da "era da reciprocidade" à "era da responsabilidade" (PAZ-PUCHS 2008: 201).

Existem importantes diferenças estruturais entre o mercado de trabalho de países em desenvolvimento e países desenvolvidos, bem como entre seus sistemas de proteção social, o que não nos permite comparações sobre as políticas de ativação em contextos tão dessemelhantes. Porém, chama a atenção o fato dos críticos da ativação em países europeus apontarem efeitos destas políticas que fazem lembrar realidades bastante conhecidas na América Latina: a dualização tanto do mercado de trabalho quanto da proteção social, com a segmentação da população com relação aos direitos sociais e fragilização da cidadania.

É possível fazer uma aproximação destes fenômenos com a situação dos países latino-americanos que a partir dos anos 1990 criaram programas de transferência de renda com co-responsabilidades, como é o caso do Brasil. Em muitos deles o componente trabalho tem sido adotado na agenda das políticas de combate à pobreza e garantia de renda, com medidas associadas a nivelamento de estudos, qualificação e formação profissional que visam principalmente aumentar a empregabilidade futura dos beneficiários, que em um sentido amplo podem ser chamadas de ativação. Contudo, tais medidas para estimular tanto a criação de "portas de saída" dos programas de transferência de renda quanto a autonomia dos beneficiários nem sempre são estabelecidas como obrigação ou acompanhadas de instrumentos de regulação.

2- Condição juvenil e políticas sociais no Brasil

Em grande quantidade de países a inserção dos jovens no mercado de trabalho é uma questão que tem ocupado especialistas, organismos internacionais e governos, empenhados em formular programas aos quais se destinam importante quantidade de recursos. São programas inseridos em diferentes políticas públicas, principalmente nas áreas de educação e de trabalho e emprego. No caso do Brasil, considerando-se os jovens dos setores populares e mais vulneráveis, que nos interessam especialmente neste texto, deve-se agregar os programas de transferência de renda e os de assistência social.

Existia ainda há pouco tempo a expectativa de que os dispositivos de prevenção e enfrentamento coletivos dos riscos se generalizariam e abarcariam cada vez maior parte da população em cada país, reduzindo a desproteção e a insegurança. No entanto, a presença destes recursos se enfraqueceu. Os riscos são enfrentados cada vez mais de forma isolada e o indivíduo responsabilizado por seu destino e principalmente por sua trajetória de trabalho. Neste contexto, a responsabilização dos indivíduos e a exigência de que desenvolvam capacidades para serem ativos e dependam cada vez menos de esforços de solidariedade coletiva afetam a todos os setores da população. Interessa-nos destacar como elas recaem de forma intensa sobre os jovens e, ademais, adquirem características especificas em um país em desenvolvimento com sistema de proteção social com lacunas e contradições.

Não constituem novidades no contexto brasileiro a precarização e a flexibilização das relações de trabalho. Conforme aponta Cardoso (2013), para grande parte da população economicamente ativa no país o mercado de trabalho sempre foi sinônimo de ausência de emprego estável e protegido. Apesar disto, não há segmentação rígida entre mercado de trabalho formal e mercado de trabalho informal: "o assalariamento formal foi e continua sendo momento efêmero nas trajetórias de vida da imensa maioria dos brasileiros" (CARDOSO 2013: 190), eles entram e saem de relações de trabalho assalariadas e não assalariadas ao longo do curso de suas vidas. A circulação entre estes segmentos é, portanto, intensa e atinge a jovens e não jovens.

Os diagnósticos que permitem a caracterização da condição social e econômica dos jovens e do mundo do trabalho assinalam a existência de grande heterogeneidade. Ao mesmo tempo em que uma parte minoritárias dos jovens alcança o emprego formal, há grande quantidade de jovens desempregados ou em subemprego, em trabalhos precários, mal remunerados e de baixa produtividade, postos de trabalho temporário ou de tempo parcial. Outra quantidade são contratados em empregos considerados atípicos e que não correspondem ao que se denomina trabalho decente. (OIT 2010: 38). A taxa de desemprego nas faixas etárias mais jovens aumentou no Brasil desde os anos 1990 porque o mercado de trabalho tornou-se mais inacessível aos jovens devido à retração geral das oportunidades de emprego. Em suma, "a inserção dos jovens brasileiros no mundo do trabalho se dá de forma precária e difícil" (GONZÁLEZ 2009: 120).

Chegou a existir, no início do novo milênio, a expectativa de que os jovens teriam vantagens relativas de inserção no trabalho na nova fase de sociedade da informação, por terem maiores manejo de tecnologia e nível de escolaridade (CEPAL; OIJ 2004). Porém tais expectativas não se cumpriram em mercados de trabalho voláteis e precários. As condições econômicas e de trabalho no Brasil, a exemplo da América Latina, não favoreceram a inserção dos jovens no mundo do trabalho. O desemprego juvenil alto e prolongado, que atinge de modo mais acentuado as mulheres e as pessoas do quintil mais pobre, assim com a inserção em postos de trabalho de má qualidade e inferior aos níveis de educação e às habilidades adquiridas provocam graves efeitos negativos, tanto econômicos como sociais para o indivíduo e para o conjunto da sociedade (WELLER 2008: 34).

Como se sabe, existe estreita relação entre trabalho e educação. Para maiores níveis educacionais, manejo de competências e habilidades maiores seriam as possibilidades de inserção em postos melhores no mercado de trabalho. Na sociedade do conhecimento tais recursos tornaram-se ainda mais indispensáveis para inserção em quase todos os setores da economia. Para adquiri-los é necessário que os jovens recebam uma formação e completem um número importante de anos de estudos, sendo o mínimo o ensino médio.

Por outro lado, para uma grande proporção de jovens o trabalho já é parte de sua experiência de vida desde cedo. O trabalho não constitui sempre um obstáculo para que os jovens estudem e/ou estejam em processo de formação profissional. Porém, quanto mais cedo é a entrada no mercado de trabalho, mais precária a inserção, com frequência em ocupações menos favorecidas e desprotegidas. Com isto, trabalho e estudo se tornam para muitos jovens inconciliáveis. Para os de famílias pobres a necessidade de trabalhar é uma das razões que levam a abandonar os estudos. Um nível de escolaridade insuficiente certamente repercutirá desfavoravelmente na trajetória de trabalho destas pessoas. Apesar de tudo, tem-se constatado a ampliação da taxa geral de escolaridade dos jovens. No entanto, mantém-se uma proporção elevada de jovens que não trabalham nem estudam. Este grupo inquieta de modo particularmente forte a sociedade, que os veem como um conjunto homogêneo, apesar das diferenças entre homens e mulheres nesta situação, e do fato de muitos jovens estarem na condição de desemprego por desalento.

Para o Brasil, em uma visão mais ampla, há dados que indicam estar se reduzindo, ainda que lentamente, a proporção de adolescentes fora do sistema educativo e do trabalho. Em 1992, considerando a faixa etária de 15 a 17 anos, a taxa somava 10,3% em 2001 e passou para 9,9% em 2011. Entre os jovens de 18 a 24 anos a proporção era de 23,4% em 2001 e se manteve igual em 2011 (SPOSITO & SOUZA, 2014: 48).

As políticas que buscam incidir para melhorar a condição de inserção juvenil no mundo do trabalho atuam sobre um quadro de grande heterogeneidade e, principalmente, de forte desigualdade. Relacionaremos a seguir o papel que cumprem três grupos de políticas sociais: de trabalho e emprego, de assistência social e transferência de renda, e de educação.

Os jovens estão presentes como beneficiários de ações gerais da política de trabalho e emprego. Conforme a faixa etária das ações, eles também estão contemplados e, portanto, não são considerados apenas nos programas dirigidos especialmente aos trabalhadores jovens. As opções das políticas de emprego dirigidas especificamente à juventude tem sido basicamente ajudar o jovem a fazer a transição para o trabalho, facilitando sua contratação e oferecendo-lhe melhores oportunidades de trabalho, ou, por outro lado, estimulá-lo a estender sua escolarização. Permanece um desafio estabelecer alternativas que combinem continuidade dos estudos e oportunidades de entrada nos setores onde o trabalho tem maior regulamentação pelo poder público.

Uma crítica que surge com frequência a programas de capacitação é que o modelo contínua em geral mais centrado na formação de "ofícios" sem incorporar a formação "em competências" (flexibilidade e criatividade; trabalho em equipe; manejo de tecnologias; idiomas, etc.), que seria decisiva para fomentar a empregabilidade e a incorporação ao mercado de trabalho (RODRIGUEZ, 2011). No Brasil, tal como vem ocorrendo nos países vizinhos, tem aumentado a oferta de cursos de qualificação e do estabelecimento de componentes específicos para os jovens. Apesar disto, bem mais elevado que a quantidade de jovens que frequentam os cursos de formação profissional é o número de jovens que estão no mundo do trabalho sem ter tido a oportunidade de passar por nenhum tipo de curso. Para milhões dentre eles, o trabalho, como forma de sobrevivência e como maneira de garantir o mínimo de proteção, já é parte de sua realidade cotidiana. A experiência de uma parte destes jovens com as políticas sociais tem ocorrido mais frequentemente no âmbito da assistência do que na política de educação e na política de emprego e trabalho.

Com o objetivo de incitar a geração de empregos para jovens, foram implantados pelos governos programas chamados de "primeiro emprego", utilizando como estratégias a concessão de incentivos aos empregadores e redução dos custos de contratação. Os subsídios públicos são o mecanismo mais usado. Contudo, políticas que simplesmente isentam os contratos de trabalho de normas trabalhistas são com frequência problemáticas porque podem servir de estimulo à inserção dos jovens em empregos de baixa qualidade. Outro problema apontado nos programas de primeiro emprego é o risco de que os subsídios não gerem novos postos de trabalho, mas apenas substituam trabalhadores mais velhos por jovens nos postos já existentes. (RODRIGUEZ, 2011; MADEIRA, 2004). No Brasil, o Programa Nacional de Estimulo ao Primeiro Emprego foi criado por Lula em 2003, reformulado pouco depois e extinto no final da década. No entanto, os empregos subsidiados, ou contratação subsidiada com recursos públicos, não deram resultados e, em alguns casos a política gerou efeitos negativos (GONZÁLEZ, 2009; CUNHA, 2008).

Os contratos de aprendizagem, por sua vez, estão entre as políticas de articulação entre a escolarização e a formação para o trabalho. Em geral tais programas obrigam as empresas a contratar um número de aprendizes equivalentes a uma proporção determinada do total de empregados. No Brasil ocorreu a partir da lei federal de 2000, alterada em 2005, que expandiu para 14 a 24 anos a faixa etária de jovens que poderiam entrar nos contratos de aprendizagem. Estatísticas oficiais registraram que o número de contratos de aprendizagem aumentou muito rapidamente, tendo passado de 7,4 mil em 2000 para 133 mil em 2008, principalmente devido à ampliação da faixa etária (GONZÁLEZ 2009: 126).

Programas de aprendizagem para o trabalho que buscam entregar capacitação e experiência aos jovens, com maior frequência atingem aos jovens "integrados", isto é, aqueles que podem investir alguns anos nesta formação e contam com apoio familiar e social para fazê-lo, ademais de possuírem o pré-requisito um nível de escolaridade exigido para inscrever-se na formação. Os jovens "excluídos" têm dificuldades para acessar estas oportunidades (RODRIGUEZ 2011).

Outro componente da política de trabalho e emprego é o empreendedorismo, isto é, o estímulo aos jovens para montagem de negócios próprios. Os programas com esta orientação em geral contemplam cursos de

formação e orientação técnica e, por vezes, concessão de microcrédito. Os resultados, porém, são escassos quanto à real possibilidade de geração de renda dos jovens e estabilidade de sua condição. A possibilidade de criar seu próprio negócio ou participar em um empreendimento coletivo não substitui o interesse dos jovens pelo emprego assalariado. A adoção da lógica do empreendedorismo tanto nos programas de qualificação e formação para jovens quanto ao conjunto da política de emprego, trabalho e renda tem sido alvo constante de críticas. Esta lógica visa transformar o trabalhador em autônomo e dono do próprio negócio, sem que as condições e os apoios necessários lhe sejam oferecidos. O objetivo adotado por grande parte das intervenções públicas passou a ser, por um lado, aumentar a empregabilidade dos trabalhadores, para os que ainda podem vir a entrar no mercado formal e, por outro lado, fomentar o empreendedorismo naqueles segmentos que dificilmente encontrariam oportunidade em postos de trabalho formal.

Na década de 2000, nas políticas brasileiras de combate à pobreza, foram adquirindo papel relevante as ações que visam dar mais oportunidades educativas as jovens e protegê-los da entrada precoce no trabalho. O apoio às famílias com transferências monetárias é reconhecidamente um instrumento que foi sendo crescentemente utilizado com esta finalidade. Com o Programa Bolsa Família, as contrapartidas de educação têm efeitos na redução da evasão escolar; no retorno à escola de crianças e adolescentes que estavam fora da educação e logo no prolongamento da escolaridade. Além disto, há efeitos significativos de retração da taxa de participação dos jovens de 15 a 17 anos no mercado de trabalho (OIT 2009: 43). Ademais, é importante assinalar que uma grande parcela dos beneficiários do Bolsa Família se encontra na faixa etária de 18 a 24 anos. Segundo Castro et al (2010), 56% não chegaram ao ensino médio ou não concluíram. Este segmento da população é crescentemente incorporado às políticas de assistência social e de transferência de renda e com frequência é através destas que chega a algum tipo de curso de formação para o trabalho (FILGUEIRAS 2013).

Um programa do governo brasileiro que tem por objetivo oferecer oportunidades aos jovens de escassos recursos e em situação de vulnerabilidade social é o ProJovem. Instituído em 2005, primeiro nas capitais dos estados, depois passou a incorporar cidades de mais de 200 mil habitantes. Em 2007-2008 o governo federal reuniu sob o nome de ProJovem Integrado diversos programas dirigidos à população jovem de 15 a 29 anos. Este programa possui várias modalidades executadas por diversos ministérios e dirigidas a jovens de diferentes condições e faixas etárias. Elas incluem tanto a permanência na escola quanto ações de formação inicial para o trabalho, visando contribuir para a elevação do nível de escolaridade e melhorar as condições para inserção no mercado de trabalho dos jovens de baixas renda e escolaridade. Um dos componentes do programa – conhecido como Projovem Adolescente - está destinado a adolescentes de 15 a 17 anos que pertencem a famílias beneficiárias do programa de transferência condicionada de renda. Trata-se de um programa que pode ser classificado como dispositivo de prevenção, visto que está estruturado com base na lógica de ocupação do tempo livre dos adolescentes de modo a proporcionar-lhes alguns elementos de socialização e reduzir sua exposição a riscos tais como delinquência, gravidez precoce e evasão escolar. Apesar de propor oferecer atividades de socialização dos jovens para o mundo do trabalho, a atuação do programa neste âmbito é precária. É baixa a qualidade de implementação do programa nos municípios, com forte dependência das condições de cada administração local e escassez de recursos humanos para o desenvolvimento das ações. Neste contexto, há desinteresse dos adolescentes pelas atividades oferecidas e com frequência as vagas oferecidas não são totalmente preenchidas. Este tipo de relação do Estado com a juventude pobre – controle do tempo livre com o propósito de evitar que os jovens dos setores desfavorecidos tenham como alternativas a delinquência - é antiga e encontrada em muitos países.

O componente do Projovem foi dirigido a jovens de 18 a 24 anos que não completaram o ensino fundamental, a quem se concedia uma bolsa por um ano para que recebessem uma formação para o trabalho e mantivessem na escola. A escala do programa, contudo, também apresentou problema, com cobertura modesta em relação à meta oficialmente estabelecida (GONZALEZ 2009: 126).

É frequente que os programas dirigidos a jovens dos setores populares com as características assinaladas não consigam motivá-los para a oferta de formação oferecida. Exemplo claro são os cursos de qualificação para construção civil que foram amplamente oferecidos visando que os jovens aproveitassem o *boom* da oferta de vagas na construção civil provocado pelos investimentos do governo brasileiro em obras públicas. As vagas oferecidas, que exigiam ter o ensino médio completo ou em andamento não interessaram aos jovens que viam

o trabalho na construção civil como desqualificado e estigmatizado (FILGUEIRAS 2013).
Uma das mais importantes ocorridas desde os anos 90 no Brasil com relação à participação de jovens em programas de políticas sociais e de trabalho foi o estabelecimento da exigência de estar estudando para receber e manter os benefícios ou ser inserido em programas de formação. Os programas de combate à pobreza com transferências monetárias a famílias com filhos em idade escolar também fomentam a combinação virtuosa entre estudo e trabalho. Devido à alta proporção daqueles que interromperam os estudos ou possuem nível de escolaridade defasado em relação à sua idade, os programas brasileiros de transferência de renda estabelecem como condição de recebimento do beneficio a frequência à escola para nivelamento ou completar os estudos. Para aqueles beneficiários que já completaram o ensino médio é exigida a frequência a atividades de formação profissional. A exigência de manter os filhos na escola como contrapartida para o recebimento do beneficio serve para que as urgências de curto prazo das famílias não levem a sacrifício da escolaridade dos filhos. Tais programas têm contribuído a reduzir a proporção de trabalho infantil e juvenil e, assim, limitar o impacto negativo de urgências de curto prazo (CASTRO; AQUINO: ANDRADE 2009; CASTRO ET AL. 2010).
Apesar da relação positiva apontada, a persistência de graves problemas de segmentação da oferta e desigualdade na qualidade do ensino nos países limita o alcance positivo da ampliação da matrícula e permanência no ensino. As desigualdades na qualidade repercutem no desempenho dos alunos que frequentam as piores escolas e criam outras brechas de oportunidades para os jovens continuarem seus estudos e buscarem inserção no trabalho.
A educação é essencial para que os jovens se incorporem em melhores condições ao mercado de trabalho, visto que níveis mais elevados de escolaridade estão associados à maior produtividade e empregabilidade. Ocorre, porém, que um maior desenvolvimento de capital humano e de investimento individual em formação não se traduz automaticamente em conquista de postos de trabalho ou em postos mais protegidos. Em contextos de menor oferta de postos de trabalho, a educação acaba servindo como um escudo de proteção contra o desemprego para grande parte dos jovens.
Além da educação média, também na educação técnico-profissionalizante e na educação superior há políticas no Brasil que vêm incidindo na alteração das possibilidades de formação dos jovens para o trabalho. Desde 2008 foram feitos grandes esforços e investimentos no ensino técnico profissionalizante. Quanto ao ensino superior, a criação de um programa de bolsas para egressos de escolas públicas poderem estudar em instituições privadas é uma das iniciativas mais destacadas. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, PRONATEC, instituído em 2011, representou uma mudança de rumo e expansão da rede federal. Ele foi instituído para atender prioritariamente a: a) estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; b) trabalhadores; e c) beneficiários dos programas federais de transferência de renda, que passariam a receber a Bolsa-Formação Trabalhador se frequentarem cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional (CASSIOLATO & GARCIA 2014).

3- Transição para a vida adulta e ativação

Neste artigo, propusemos aproximar a análise sobre a adoção de princípios de ativação para o trabalho, que está mais clara no contexto de sistemas de proteção social em países que experimentaram maior estruturação do *welfare state*, e as análises sobre a situação de jovens dos setores populares com relação ao trabalho e às políticas sociais no contexto brasileiro. O propósito principal desta aproximação é mostrar que elementos centrais dos processos de ativação – tais como a exigência de contrapartidas, o controle de certos grupos de beneficiários das políticas assistenciais, a indução à aceitação de trabalhos "flexibilizados" ou claramente precários quanto aos direitos sociais – são em alguma medida encontrados em programas orientados à inserção dos jovens no mundo do trabalho em países em desenvolvimento e com sistema de proteção social menos desenvolvido.
Não é comum na América Latina que os países contem com políticas públicas que ajudem a preparar a transição da escola para o mundo do trabalho articulando ensino médio, formação profissional e técnica, entrada no ensino universitário, entre outras ações. Ademais, a heterogeneidade de trajetórias escolares e experiências de trabalho das juventudes nos países da região impõem grandes exigências à ação governamental. A desigualdade com que

os jovens de diversos estratos socioeconômicos chegam a esta etapa da vida reflete o padrão de desigualdades existente no Brasil. A segmentação social do sistema educativo e a grande brecha de desempenho escolar entre os alunos constitui um indicador relevante das desigualdades de oportunidades que entrelaçam as trajetórias educacional e de trabalho. Apesar de esforços de alguns programas de procurar contribuir para maior conexão entre a educação e o mundo do trabalho, o país está longe de contar com um sistema de educação, formação e promoção social para os jovens de setores populares.

Tomando em consideração a variedade de problemas específicos de inserção laboral entre os jovens, de acordo com suas características educativas, socioeconômicas e de gênero, a política pública tem o desafio de dar respostas diversificadas. Neste contexto, assumem prioridade nas políticas de trabalho as medidas ativas tais como serviços públicos de emprego, subsídios salariais e de capacitação, a redução de impostos que possam motivar os empregadores a contratar jovens. São também indispensáveis os programas que melhorem as habilidades técnicas entre os jovens e os sistemas de aprendizagem que priorizem os jovens de setores desfavorecidos e, em tempos de crises, que possam reduzir o excesso de oferta de jovens trabalhadores.

A transição para a vida adulta e a inserção no mundo do trabalho não são processos lineares e, conforme têm insistido organismos internacionais (CEPAL; OIJ 2004; CEPAL; UNFPA 2011), é mais complexa atualmente do que no passado. Os jovens entram no mundo do trabalho não apenas por necessidade, ou seja, para garantir recursos materiais, mas também em busca de autonomia, desejo de ser independente e controlar sua trajetória de vida.

Periodicamente o tema da integração social dos jovens e da sua inserção no trabalho é recolocado no centro da cena política e interpela as políticas públicas. Isto está relacionado evidentemente ao fato das gerações de jovens se sucederem, mas também tem relação com as limitações das respostas dadas e seus resultados e os novos desafios surgidos com as mudanças sociais e produtivas. Além disto, os efeitos das condições de inserção dos jovens podem representar uma ameaça (se negativos) ou uma oportunidade (se positivos) com repercussões diretas para os jovens, as suas famílias e as gerações futuras e, em consequência, para o desenvolvimento da sociedade. Portanto, os esforços das sociedades através de um conjunto de políticas públicas orientados a este segmento estão relacionados a assumir que os jovens não são simplesmente um grupo de risco. Eles são sujeitos de direitos e atores estratégicos do desenvolvimento (RODRIGUEZ 2013).

No Brasil, os governos têm empregado importantes volumes de recursos e esforços para os programas dirigidos ao segmento juvenil. Apesar disto, os avanços são limitados para os jovens em situação de exclusão. Deficiências de escolaridade, altos níveis de subemprego e desemprego, além de grande quantidade de jovens que não estudam nem trabalham continuam sendo fatores que dificultam a integração social. Foram ditadas leis de aprendizagem e implantados programas de primeiro emprego e de estímulo ao empreendedorismo juvenil, contudo a situação de trabalho e renda de uma parcela importante de jovens continua precária.

As políticas públicas tem o desafio de tomar em conta que uma parte dos jovens se insere precocemente na população economicamente ativa, bem antes dos 18 anos e muito antes de completar sua formação escolar e obter uma qualificação profissional. Esta situação revela a inserção em trabalhos precários e pode comprometer a vida futura destes jovens. Para estes jovens, a política pública poderia ter importante papel em oferecer-lhes a oportunidade de não precisar trabalhar muito cedo e de entrar em melhores condições no mercado de trabalho (POCHMANN, 2005).

Melhorando as condições da oferta de mão-de-obra, a principal pergunta que surge é: inserir em que tipo de trabalho e com qual qualidade? Para que a sociedade ofereça mais e melhores oportunidades aos jovens e em particular àqueles dos setores desfavorecidos, há outras frentes de atuação que são indispensáveis, além das políticas sociais. Conforme se sabe estas políticas não têm a capacidade nem o propósito alterarem sozinhas o contexto econômico e o mercado de trabalho. Para que seus resultados tenham efeitos positivos é necessário contar com um entorno macroeconômico favorável, pois nenhum programa que melhore habilidades e competências dos jovens para o emprego, ou que intervenha em outros aspectos de inserção no trabalho pode ter impacto satisfatório caso não haja dinâmica econômica com demanda de mão-de-obra e expectativas que levem as empresas a contratar trabalhadores e/ou expectativas para os trabalhadores autônomos (WELLER, 2008: 44).

Em um cenário onde a estrutura produtiva e o mercado de trabalho são marcados por problemas estruturais,

entre eles a grande heterogeneidade e a alta informalidade, a regulação do mercado ocupacional para que fomente relações de trabalho com proteção e a capacidade do Estado para garantir o seu cumprimento da regulamentação são desafios constantes para a melhora da inserção no mundo do trabalho. Muitas das iniciativas das políticas públicas, como ações de incentivo ao cooperativismo e o subsídio a empresas para geração de postos de trabalho, ou a contratação de aprendizes, podem, caso não sejam efetivamente fiscalizadas, tornar-se mecanismos de precarização e substituição de mão-de-obra.

Referências

ABRAHAMSON, P. (2009), "O retorno das medidas de ativação na política de bem-estar dinamarquesa: emprego e proteção social na Dinamarca". *SER Social*, 11(25), pp.244-273.

BARBIER, J.-C. (2009), "Le *workfare* et l'activation de la protection sociale, vingt ans après: beaucoup de bruit pour rien? Contribution à un bilan qui reste à faire". *Lien social et Politiques* 61, pp.23-39.

BARBIER, J-C. (2011). "Activer les pauvres et les chomeurs par l'emploi? Leçons d'une stratégie de reforme". *Politiques sociales et familiales,* 104, pp. 47-58.

BRITTO, M. A. (2008) "Ativação – o atual rumo da política social para o trabalho no mundo". *Mercado de trabalho,* 35, pp.13-17.

CARDOSO, A. 2013. Juventudes desnorteadas e gerações perdidas: duas dinâmicas do mercado de trabalho brasileiro. In: Cardoso, A. *Ensaios de sociologia do mercado de trabalho brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

CASSIOLATO, M. M. C.; GARCIA, R. C. (2014). PRONATEC: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional. Texto para Discussão, 1919. Ipea. Rio de Janeiro.

CASTRO, Jorge A. de; Aquino, L.; Andrade, C. C. de (org.). 2009. *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea.

CASTRO, J. A. et al. (2010). Desafios para inclusão produtiva das famílias vulneráveis: uma análise exploratória. In: Castro, J. A.; Modesto, L. (org.). *Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios*. Brasília: Ipea, 1, pp. 315-332.

CASTEL, R. (1998). *As metamorfoses da questão social.* Petrópolis: Vozes.

CASTEL, R. (2009). *La montée des incertitudes: travail, protections, statut de l'individu.* Paris: Éditions du Seuil.

CEPAL/OIJ. Comisión Económica para América Latina y el Caribe/Organización Iberoamericana de Juventud. (2004). *La juventud en Iberoamérica: tendencias y urgencias*. Santiago de Chile.

CUNHA, P. R. C.(2008). O Programa Primeiro Emprego e a cidadania do jovem no Brasil. In: Espinosa, Betty; Esteves, Ana; Pronko, Marcela (editoras). *Mundos del trabajo y políticas públicas en América Latina*. Quito: Flacso Ecuador; Ministerio de Cultura del Ecuador.

DUVOUX, N. et PAUGAM, S. (2008). *La régulation des pauvres: du RMI au RSA.* Paris: PUF.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. (1991). "As três economias políticas do welfare state". *Lua Nova***.** São Paulo, 24, pp.85-116.

FILGUEIRAS, C. (2013). Transferência condicionada de renda e sistema público de trabalho, emprego e renda no Brasil. Peças de um sistema articulado ou mecanismos independentes? In: Claudia Robles et.al. *Persistencias de la pobreza y esquemas de protección social en América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: CLACSO.

FILGUEIRAS, C. (2014). Os programas de apoio à inserção dos jovens no mundo do trabalho no cruzamento de diversas políticas públicas: características, tensões e limites. IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Brasília.

FILGUEIRAS, C.; SOUKI, L. (2013). Democracia, cidadania e trabalho. Paper apresentado no VII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, Bogotá..

GONZÁLEZ, R.. (2009). Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? In: Castro, J. A.; Aquino, L.; Andrade, C. C. *Juventude políticas sociais no Brasil* (orgs.). Brasília: Ipea, pp.111-128.

JACINTO, C. (2008). La transición laboral de los jóvenes y políticas públicas en América Latina: ¿qué puentes hay para mejorar las oportunidades? In: Espinosa, B.; Esteves, A.; Pronko, M. (eds) *Mundo del trabajo y políticas públicas en América Latina.* Quito: FLACSO de Ecuador. Ministerio de Cultura del Ecuador, pp49-65

KERSTENETZKY, C. L. (2013). "Notas sobre as tendências recentes do "welfare state" e possíveis lições para o Brasil". *Texto para Discussão* 77. CEDE.

MADEIRA, F. R. (2004). A improvisação na concepção de programas sociais: muitas convicções, poucas constatações. O caso do Primeiro Emprego. *São Paulo em Perspectiva* (São Paulo) 18 (2), pp.78-94.

Oficina Internacional del Trabajo. (2010). *Trabajo decente y juventud en América Latina.* Lima: OIT. 2010.

Oficina Internacional del Trabajo. Trabajo decente y juventud. Argentina. Lima: OIT. 2007a.

Oficina Internacional del Trabajo. Trabajo decente y juventud. Chile. Lima: OIT. 2007b.

Oficina Internacional del Trabajo. Trabajo decente y juventud. Brasil. Lima: OIT. 2009.

OEA. CEPAL. OIT. (2010). *Proteção social e geração de emprego: análise de experiências derivadas de programas de transferências com co-responsabilidade*. Washington, DC: Organização dos Estados Americanos, OEA; Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, CEPAL; Organização Internacional do Trabalho, OIT.

NEUBOURG, C.; CASTONGUAY, J.; ROELEN, K. (2005). *Redes de seguridad social y asistencia social dirigida: lecciones de la experiencia europea.* Disponível em http://siteresources.worldbank.org/SAFETYNETSANDTRANSFERS/Resources/281945-1123255153992/1525234-1123255179743/deNeubourg_SSN_EULessons_Sp.pdf, [consultado em 3-5-2013].

PAZ-FUCHS, A. (2008). *Welfare to Work: Conditional Rights in Social Policy*. New York: Oxford University Press.

POCHMANN, M. (2005). Educação, trabalho e juventude: o dilema brasileiro e a experiência da Prefeitura de São Paulo. In: Abdala, E; Jacinto, C.; Solla, A. (coord.). *La inclusión laboral de los jóvenes: entre la desesperanza y la construcción colectiva*. Montevideo: CINTEFOR/OIT.

POCHMANN, M. (2007). "Segurança social no capitalismo periférico: algumas considerações sobre o caso brasileiro". *Nueva Sociedade*. Especial em português, pp. 76-97.

RODRÍGUEZ, E. (2005). El futuro ya no es como antes. Ser joven en América Latina. *Nueva Sociedad,* 200, pp. 52-69.

RODRÍGUEZ, E. (2011). Empleo y juventud: muchas iniciativas, pocos avances. Una mirada sobre América Latina. *Nueva Sociedad* (Buenos Aires) 232, pp.119-132.

RODRÍGUEZ, E. (2013). *Enfoques en políticas públicas de juventud en América Latina y el Caribe: transversalidad, integralidad, sectorialidad*. Reunión de Altas Autoridades de América Latina y el Caribe sobre Políticas Públicas para la Atención Integral de las y los Jóvenes: Inclusión y Equidad desde una Visión Tranasversal. Caracas. http://www.sela.org/attach/258/EDOCS/SRed/2013/07/T023600005268-0-Enfoques_de_Juventudes_en_America_Latina_y_el_Caribe_Ernesto_Rodriguez_-_CELAJU.pdf, [consultado em 8-8-2014].

SPOSITO, M.; SOUZA, R. desafios da reflexão sociológica para analise do ensino médio no Brasil. In. Krawczyk, N. Sociologia do ensino médio. São Paulo: Cortez Editora, pp.33-62.

ZALAKAIN, J. (2006). "Trabajo, trabajadores pobres e inserción social". *Documentación Social* n. 143, pp. 46-76.

WELLER, J. (2007). "La inserción laboral de los jóvenes: características, tensiones y desafíos". *Revista de la CEPAL*, 92. .

Os processos de formação e qualificação para o setor de Tecnologia da Informação

Daniela Ribeiro de Oliveira[1]

RESUMO: O profissional de TI é categoria privilegiada para análise do perfil de profissional que se constitui ao longo das últimas décadas**.** Iniciativa, autoresponsabilização, autocontrole e confiança são elementos constituintes do novo espírito do capitalismo e atravessam os discursos dos profissionais e estagiários de empresas ou instituições de ensino e pesquisa do setor de TI. Neste artigo pretendo discutir resultado da pesquisa de mestrado concluído em 2009 e análises preliminares das entrevistas para pesquisa, em andamento, de doutorado. O foco é sobre a formação contínua que se configura como exigência para o setor colocando-se como fundamental para a construção do perfil deste profissional. A utilização das redes sociais virtuais atua como mecanismo de qualificação e formação contínua, figura como meio de aquisição de trabalho e/ou projetos, e como forma de visibilização dos profissionais no mercado. A partir desse contexto discutirei as percepções dos profissionais e/ou estudantes estagiários de TI sobre suas trajetórias de formação e qualificação. Mobilizarei para isso os conceitos de qualificação, competência e empregabilidade para pensar teoricamente essas questões.

Palavras-Chave: trabalho, trabalhadores, tecnologia da informação, flexibilidade, qualificação, formação contínua

INTRODUÇÃO

Essa comunicação tem como objetivo discutir o papel da formação contínua que se configura como exigência no setor de TI e que se coloca como fundamental na construção do perfil deste profissional bem como fundante para a construção e permanência na carreira dos profissionais que atuam na área. A discussão será feita com base nos dados de um estudo desenvolvido no mestrado, realizado no período de 2007-2009, e com análises preliminares de entrevistas ocorridas entre julho e outubro de 2014 para a pesquisa de doutorado (que é um desdobramento do mestrado).

As informações das entrevistas foram extraídas por meio de roteiro semi estruturado no qual abordou tematicamente: trajetória profissional, trajetória de formação, processo de produção, percepção sobre os tipos de vínculos contratuais estabelecidos e as vantagens e desvantagens em relação a estes, perspectivas de futuro na carreira. O acesso ao campo foi mediado por informante chave que, a partir do método da bola de neve, permitiu chegar à 18 trabalhadores entrevistados na pesquisa de mestrado e chegar à 10 entrevistados, até o momento, para o doutorado.

Durante a pesquisa de mestrado cujo objetivo foi identificar as percepções dos trabalhadores de desenvolvimento de *software* sobre suas relações e condições de trabalho, entre os vários aspectos revelados sobre o setor um elemento marcou os relatos dos entrevistados, qual seja: a constituição do perfil do profissional para

---

1 Doutoranda em sociologia pelo programa de pós-graduação da Universidade Federal de São Carlos (São Paulo, Brasil), cuja pesquisa "***Home Office: trabalho e vida dos profissionais de TI***" sob orientação do Prof. Dr. Jacob Carlos Lima. Esta pesquisa é financiada pelo programa de bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Mestre em Sociologia (2009) e doutoranda pela Universidade Federal de São Carlos. Tem experiência em educação à distância (UAB/UFSCar), foi tutora em disciplinas de Sociologia da Educação e em cursos de aperfeiçoamento para formação de professores da rede pública nas temáticas de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais. Consultora do Instituto de Manejo Florestal e Agrícola (IMAFLORA) nos programas de Certificação Agrícola e Certificação Florestal, realizando análise de impactos sociais, decorrentes das atividades de manejo florestal e agrícola; avaliação sobre condições de trabalho; atendimento à legislação trabalhista e aos padrões de certificação FSC e RAS.

área é pautado na formação constante. Procurei, na época, explorar as características desse perfil que está marcadamente associado às características da terceira fase do espírito do capitalismo tal como Boltanski e Chiapello (2009) destacaram: iniciativa individual, responsabilização, auto controle, confiança.
Ao longo das entrevistas foi ficando evidente o quanto os estudantes e/ou profissionais desse setor precisavam «virar-se» e explorar outras meios (digitais ou não) que somassem à sua formação acadêmica ou formação tecnológica. As narrativas dos estudantes estagiários e dos profissionais formados deixavam escapar o aspecto da «*viração*» para a formação constante como requisito essencial para a permanência no setor e construção da carreira.
Na pesquisa de doutorado procuramos abordar as estratégias que estes estudantes/estagiários e profissionais utilizados, os percursos adotados, os tipos de redes sociais (sobretudo as virtuais) exploradas para manterem-se atualizados e que por consequência os tornam elegíveis ao mercado de trabalho. Além disso, procuramos aprofundar a percepção que tem sobre os aspectos necessários para permanência no setor e suas perspectivas futuras. Nesse contexto a categoria autodidata emerge nas falas e práticas dos entrevistados ressaltando e reforçando os valores individuais constituintes da atual fase do capitalismo.

CARACTERIZANDO O SETOR E O TRABALHO EM TI

Nos últimos quinze anos as pesquisas brasileiras sobre a categoria de trabalhadores de TI vêm se debruçado sobre aspectos que buscam compreender os processos de desenvolvimento do *software* e o sistema de gestão da produção; análises da diversidade de vínculos de trabalho e a ausência de regulação do segmento; estudos de casos sobre as especificidades locais dos empreendimentos. No entanto, comparativamente aos setores produtivos tradicionais, tais como confecções, automobilístico que apresentam vastos estudos, avaliamos que ainda são poucas as investigações no campo das Ciências Sociais focadas na analise da relação entre o trabalho e os trabalhadores na produção de tecnologias informacionais ou, como classificada Bendassolli *et al* (2009) na indústria criativa. Em relação à formação e qualificação, tratada sob o ponto de vista dos trabalhadores, tal como procuraremos discutir aqui, é baixo e quando o há é no sentido de discuti-lo quantitativamente, como é o caso do levantamento da Softex (2012).
O setor de Tecnologia da Informação (TI) é constituído por inúmeros tipos de empresas relacionadas à produção dos segmentos de *hardwares* e de *softwares* e da prestação de serviços para estes segmentos. Potengy e Castro (2000) apontaram que o setor no Brasil desenvolveu-se a partir da década de 1950, mas se expandiu significativamente a partir de 1992 com a Lei de Informática[2] que promoveu o fim da reserva de mercado.
Castells (1999) define o setor como um conjunto convergente de tecnologias que envolvem a microeletrônica, a computação (*hardware* e *software*), a telecomunicação, a radiofusão e a optoeletrônica. Assim, a TI é uma espécie de categoria «guarda-chuva» que abarca a produção de dispositivos móveis e fixos, aplicativos e programas de *softwares* para operar variados tipos de produtos e prestação de serviços ligada às áreas de gestão de informações e banco de dados, processamento de dados e distribuição de informações.
Estudos de abordagem econômica nomeiam o setor como «indústria de TI» destacando em seu interior o desenvolvimento de *software* como o principal segmento produtivo. No entanto, Diegues Jr (2007, p. 15) apontou os limites em relação à classificação de indústria que a TI recebe, sobretudo ao transpor mecanicamente a «lógica analítica do padrão produtivo manufatureiro» para a lógica de produção de TI. Entende que essa transposição é insuficiente para compreender as atividades de TI, visto que seus processos produtivos são estruturalmente distintos dos observados na indústria manufatureira.
A indústria de tecnologia da informação caracteriza-se pelas etapas produtivas concepção e produção, sendo a

2 A regulamentação do setor de informática iniciou-se 1984, com o estabelecimento da Lei da Informática (7.232/84) que criou a reserva de mercado para o setor. Prática que já existia para o segmento de *hardware* e foi expandida ao segmento de *software*. A lei 8.248/91 encerrou a reserva de mercado para o setor de informática, mas concedeu redução do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) cobrado das empresas que investissem 5% do seu faturamento bruto em P&D (Simões, 2005).

primeira etapa a principal fase do processo, na qual concentra o principal insumo do processo de produção: o conhecimento. A concepção do produto é responsável pela maior parte dos esforços produtivos e dos custos[3], sendo que os custos com reprodução (principalmente em *software*) dos bens produzidos mais baixos que nas atividades manufatureiras tradicionais. Outro elemento que distingue essa indústria é quanto à forma não linear de organização da produção, pois se observa na produção de *software*, por exemplo, que as etapas do processo produtivo se sobrepõem e realizam-se de maneira concomitante (Diegues Jr, 2007).

De La Garza Toledo e Rodrigues (2010) analisaram o processo produtivo de *software* comparando-o ao segmento manufatureiro e afirma ser a presença do cliente um elemento distintivo do setor. A figura do cliente reflete sobre a produção de *software* na medida em que o controle sobre o tempo de produção é pautado pelo cliente, pois. «(...) *o controle do cliente inicia com a pressão simbólica para executar o trabalho no espaço e tempo previsto e com a qualidade necessária esperada* (Idem, p. 8)[4]»

De modo muito resumido caracterizo o setor de TI no Brasil com base nos estudo da Softex (2012). A denominada Indústria Brasileira de *Software* e Serviços (IBSS)[5] é organizada por empresas enquadradas no CNAE[6] da divisão 72 (versão 1.0) e as divisões 62, 63 e 95 (versão 2.0) cuja principal fonte de receita está nas atividades de *software* e serviço em TI. Mas a produção e os trabalhadores de TI encontram-se em inúmeros outros ramos produtivos cujo produto e serviço de TI não são fonte principal de receita, a *Não-Indústria Brasileira de Software e Serviços* (NIBSS). Esta é constituída por todas as demais empresas que dão forma aos setores agropecuário, industrial, comercial e de serviços, e da administração pública e que produzem ou possuem serviços vinculados a *software*. O conjunto da IBSS e a NIBSS compõem o setor de *software* e serviços de TI (Softex, 2012, p. 19-20).

A Softex (2013) aponta que a maior parte das empresas do setor IBSS (79%) é de pequeno porte, com até 19 pessoas ocupadas; uma parcela menor, cerca de 3%, refere-se às empresas com mais de 100 pessoas ocupadas. O Estado de São Paulo concentra cerca de 60% da mão de obra total do setor de IBSS, que em número absoluto representou 206 mil ocupações (Idem, p.325). A capital de São Paulo, que mais absorve profissionais do setor, possuía em 2010, pouco mais de 38 mil pessoas empregadas em estabelecimentos da IBSS.

Marcado por uma elevada concentração de trabalhadores jovens, 51% da mão de obra ocupada encontra-se na faixa etária dos 18 a 29, a chamada geração Y[7] (Softex, 2012). Dado que corrobora com o perfil dos entrevistados identificados em estudos de caso sobre o setor (Oliveira, 2009; Castro, 2011; Braunert, 2013). O recorte de gênero é marcado pela concentração de profissionais do sexo masculino, sendo que dos 600 mil profissionais do país segundo dados da PNAD de 2009, 19% é do sexo feminino (Castro 2011). Os homens com ensino superior completo possuem remuneração média superior às mulheres com o mesmo grau de escolaridade; em relação aos vínculos ocupacionais, há uma tendência de as mulheres se concentrarem em contratos tradicionais (CLT), já os

homens vinculam-se a contratos na forma de Pessoa Jurídica (PJ) autônomos/*freelancers*.

Estes dados indicam a complexidade do setor, que agrega um conjunto variado de profissionais em inúmeras atividades produtivas e vinculados a empresas sob distintas formas de contratos trabalhistas. É o caso do estudo de Bridi e Motim (2011) que analisaram as condições de trabalho de 30 profissionais de uma empresa de produção de *software* e *hardware* do Paraná. A produção no segmento é realizada por estudantes e profissionais inseridos no mercado de trabalho na condição de estagiários, pessoas jurídicas (PJ), assalariados formalmente

---

3 Veja-se estudo da Softex (2012) que analisa os dados sobre custos e despesas destinados aos Recursos Humanos.

4 Tradução livre do texto em espanhol.

5 Consultar (Softex, 2012) o capítulo de metodologia (parte 1) que deu forma a chamada Indústria Brasileira de Software e Serviços (IBSS) no estudo.

6 A CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas – é uma ferramenta de classificação das unidades produtivas do Brasil

7 Geração Y refere-se aos jovens nascidos a partir da década de 1980 e que possuem como expressão marco de suas experiências de trabalho e vida as o desenvolvimento da tecnologia computacional (Cavazotte *et al*, 2012).

registrados e assalariados não registrados. Dados semelhantes foram destacados no estudo de Salatti (2005), realizado em Campinas/SP. Além dos já referidos vínculos, a pesquisadora apontou as categorias de sócio empresário e o *free-lance*/trabalhador por conta própria[8].

No curso da minha pesquisa de mestrado identifiquei as combinações de vínculos que articulavam formalização de contratos com remuneração parcialmente declarada, como é o caso da chamada «CLT Flex», categoria corrente entre os trabalhadores do setor. E a combinação entre a condição de PJ, mas com o recebimento de alguns direitos relacionados ao regime de CLT, situação chamada pelos entrevistados de «PJ Top»[9] (Oliveira, 2009).

QUALIFICAÇÃO OU COMPETÊNCIAS?

Discutir o processo de formação contínua no campo profissional da TI requer, antes, um recuo ao debate sobre os conceitos de qualificação e competências. O debate em torno do conceito de qualificação é complexo e polêmico, visto que não há consenso quanto aos critérios a serem considerados para sua definição. O que considerar quando o assunto é qualificações? As qualidades/habilidades do trabalhador ou os requisitos e propriedades das ocupações? Existem meios de mensurar ou de quantificar as qualificações? Quais critérios utilizar para a sua mensuração? Consideram-se os atributos técnicos ou, ao contrário, os critérios de ordem ideológico-social? Essas são alguns das dimensões problemas destacada por Guimarães (2011) em relação a este debate.

A complexidade em torno da definição deste conceito relaciona-se a grande diversidade de concepções amparadas nos mais diferentes enfoques e paradigmas teóricos. Qualificação é um termo polissêmico, por vezes substituído e tratado como sinônimo de «competência», «formação profissional», para Manfredi (1999) trata-se de um objeto de análise de várias áreas do conhecimento das ciências humanas: economia, sociologia, história, antropologia, educação, linguística, psicologia. O que explicaria a polissemia. Ao distinguir qualificação da noção de competência, a autora remete ao primeiro termo a associação às matrizes teóricas das ciências sociais – sociologia, economia, antropologia –, ao passo que o termo competência associa-se a noção de capacidades e habilidades, herdadas das áreas da psicologia, da educação e da linguística.

Araújo (2009) destaca a importância em uma análise sobre trabalho e qualificações é ter em conta tanto a análise sobre qualificação das ocupações, ou «*o que inicialmente se denominara como a 'qualificação do posto de trabalho*'» quanto a dimensão da qualificação do trabalhador, neste último focando sobre a formação e a experiência mobilizadas pelo indivíduo no momento da realização de suas atividades de trabalho.

A emergência da noção de competência surge a partir da passagem do modelo de organização da produção fordista-taylorista para a produção flexível, resulta das mudanças globais sofridas a partir da década de 1970 e que reorientaram o olhar e as exigências sobre os trabalhadores. O que antes pautavam-se sobre suas habilidades corporais agora recai sobre o uso das capacidades cognitivas do trabalhador e da sua capacidade de compreensão sobre o processo produtivo no qual está envolvido. A partir do paradigma da competência a gestão dos recursos humanos deixa de ser realizada sobre os postos de trabalho para analisar os trabalhadores, seus desempenhos, seus conhecimentos, as formas de lidar com os problemas e desafios na execução de seu trabalho e de apresentar soluções. O «modelo de competências» é alicerçado em três elementos: evento, comunicação e serviços (Zarifian, 2008).

Mobilizo o conceito de competências, tal como construído por Zarifian (2008) não por acreditar na superação

---

8 A categoria de trabalhador *free-lance* ou por conta própria foi uma forma de vínculo recorrente nos relatos dos entrevistados em nosso estudo (Oliveira, 2009) tratamos essa categoria na matriz do trabalho informal, portanto, diferentemente da condição de trabalho autônomo cuja distinção é o pagamento de tributos referente à condição de trabalhador autônomo (Imposto de Renda Pessoa Física, INSS e ISS). Sobre a distinção de trabalho autônomo conferir (Noronha, 2003); sobre as tipologias de *free-lance* nesse ramo produtivo conferir Potengy e Castro (2000).

9 Pagamento referente ao 13° salário, e a possibilidade de retirar férias, tudo isso realizado por meio de acordos verbais entre profissional e a empresa.

do conceito qualificação. Muito pelo contrário, e concordando com Guimaraes (2011), acredito no caráter sociológico que é remetido pela noção de qualificação e nas possibilidades de interpretação das relações sociais a partir da ideia de qualificações. No entanto, as narrativas dos entrevistados indicam o quanto os discursos e práticas estão pautados em valores individualistas.

O que Zarifian (2008) afirma em relação a importância que a noção de evento adquiriu no contexto do trabalho real esteve presente nas entrevistas. O evento pode ser entendido como um acontecimento parcialmente imprevisto que perturba o processo normal do sistema de produção, que estaria associado ao acaso. Introduzido no ambiente de produção, a definição e a forma de lidar com essa categoria é reorientada passando a exigir do trabalhador atenção, capacidade de prever ocorrências e identificar soluções. É o trabalhador que deve apresentar tanto a capacidade de antecipação aos imprevistos, quanto à capacidade de antecipação às necessidades dos clientes.

A narrativa de Manuel[10], trabalhador de uma multinacional de desenvolvimento de *software*, instalada no município de Araraquara (São Paulo) sintetiza algumas das falas frequentes sobre as «qualidades» que deve portar um trabalhador que deseja manter-se na carreira.

> Ele gosta de raciocinar, ficar horas em cima de um problema até resolver. Uma pessoa que tem muito critérios e está muito preocupado com qualidade. Isso é importantíssimo. Ele deve *ficar pensando no usuário*, quem é a pessoa que vai usar o sistema? Tem que tentar saber o máximo daquele usuário. Qual é o nível de conhecimento do seu usuário? Ele [o usuário] é um operador de caixa de supermercado que muitas vezes nunca lidou com informática? Então, tem que ter uma preocupação muito maior com ele. Não? Ele [o usuário] é uma pessoa que lida com informática há muito tempo. Então, você não precisa se preocupar demais. (...) Ele [o desenvolvedor] tem que entender pessoas, tem que entender como as pessoas trabalham, até como a mente funciona, as limitações dos nossos sensores que é a visão e o tato. Tem que tentar fazer algo que satisfaça essas dificuldades. *Ser um pouquinho vidente também*, até para surpreender o cliente. Para ele [o usuário] dizer: '*poxa eu nem pedi isso pra você e você fez!*'. E isso é legal. E realmente isso agregar valor e é isso que o cliente quer ver n/é? *É aquele cara que realmente está prevendo. Ah, então você quer isso? Eu vou colocar isso também*. Porque ele vai pedir isso pra mim, se eu colocar isso agora eu vou *encantar o meu cliente*, porque você precisa ganhar realmente o cliente, porque nessa área é assim que «pega». (Manuel. Entrevista, 2008).

Como mostra Zarifian (2008) não basta o conhecimento técnico para a realização da tarefa de desenhar e produzir um programa, no caso do relato acima o «gosto por raciocinar» seria o equivalente a programar. O trabalhador descreve longamente outros elementos – as competências – necessários para a execução do trabalho. Capacidade de se colocar no lugar do outro e previsibilidade foi uma delas, e nessa linha outros relatos apontaram como importante a capacidade de se antecipar aos problemas, de se antecipar às necessidades e expectativas do cliente. O que se coloca é que o trabalho não é apenas o desenvolvimento *software*. O que se requer, agora do profissional é sua habilidade de pesquisa, de investigação, afinal, é preciso também saber quem é o alvo do *software*, para evitar retrabalho, mas também para atingir o maior número de pessoas considerando a faixa etária, o nível de conhecimento, o acesso a informática e redes sociais. Prever tudo isso, para projetar o programa ou o jogo de *game* o mais intuitivo possível.

A capacidade de saber comunicar-se aparece nas narrativas dos entrevistados e é destacada como elemento importante no processo de trabalho no setor, sobretudo, quando o profissional atua num segmento em que a relação com o cliente é direta. Capacidade de trabalhar em equipe e saber interagir com o cliente foram destacados como atributos essenciais em um profissional que deseja manter-se no setor. Podemos ilustrar aqui algumas cargos em que essas habilidades são mais fortemente visíveis, é o caso dos consultores de TI, dos gerentes de projetos, dos empreendedores.

---

10 A fim de preservar as identidades das empresas privadas e de todos os entrevistados e como parte do acordo estabelecido entre pesquisadora e entrevistados todos os nomes aqui relatados são fictícios.

A comunicação, outro pilar do modelo de competências anunciada por Zarifian (2008), não deve ser entendida como uma. «*simples aptidão individual*» O que entrevistados destacam é que a capacidade comunicativa é importante e necessária na intermediação da relação em situações de mediação de conflitos, de levantamento de objetivos, expectativas e necessidades do cliente, na negociação de defesa de ideias, procedimentos, metodologias, ou linguagens para solucionar e/ou elaborar determinados programas, processos ou projetos.

TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E A FORMAÇÃO CONTÍNUA

A percepção sobre a importância do domínio técnico e as exigências de formação contínua esteve presente nas narrativas dos entrevistados e foram destacadas como elementos importantes no delineamento do perfil do trabalhador do segmento. Não por acaso, as expressões como «*gosto pelo estudo*», «*ler muito*», «*estar estudando sempre*», «*atualizado nas mudanças das novas tecnologias*», «*aprendendo coisas novas sempre*», «*que esteja interessado em aprender*», foram destacadas nas entrevistas como elemento essencial que um profissional deve ter. Assim como as expressões «*conhecimento técnico bastante forte*», «*conhecimentos básicos de como estruturar um sistema*», «*ter um conhecimento técnico*», «*conhecer a parte técnica é muito importante*», são algumas das percepções acerca da necessidade do conhecimento da área, que não necessariamente é relacionado pelos trabalhadores como conhecimento formal, adquirido nos bancos escolares.

As exigências sociais e do mercado de trabalho relacionadas à obtenção de diplomas e credenciais e o interesse ou a preferência em trabalhar em área relacionado com as ciências exatas, que envolva cálculo, ou matemáticas foram algumas das motivações que direcionaram as escolhas dos entrevistados em busca aos cursos da área de Ciência da Computação, Engenharia de Computação, Bacharelado em Informática, Análises de Sistemas e áreas afins. Dos 18 trabalhadores entrevistados (no mestrado), havia um doutorando, um doutor, três mestrandos e três mestres, todos esses cursando ou cursaram a pós-graduação na mesma área formação ou em áreas a fins. Os 10 entrevistados para a pesquisa de doutorado possuem formação em Ciência da Computação, Sistema de Informação, Ciências da Computação, Graduação em Pedagogia com curso de especialização em *Designer* Instrucional, Tecnólogo em Processamento de Dados, Engenharia elétrica, Especialista em gestão de TI e há dois entrevistados que não concluíram a graduação em Tecnologia da Informação, mas atuam profissionalmente na área como programador e esses mais que os outros deixam escapar em seus relatos a necessidade de ser auto didata.

Recuperando a trajetória de formação e profissional dos entrevistados pode-se relacionar o aprendizado desses trabalhadores ao momento em que tomam gosto pela área da informática, no qual passam a ter contato com o computador, com jogos de games, entre outros. É nesse momento que de alguma forma passam a «pesquisar», buscar entender o funcionamento dos dispositivos, dos programas e a despertar o interesse pela área. As experiências anteriores ao ingresso à universidade indicam que os entrevistados mantinham algum tipo de envolvimento na área da informática, seja exercendo alguma atividade no mercado de trabalho, seja exercendo atividades para seu entretenimento. Sugerindo, assim, que suas escolhas em relação ao curso de graduação, pautaram-se pelas experiências anteriores.

A trajetória de Samuel expressa essa relação entre escolhas profissional e as experiências anteriores. Na época da entrevista, Samuel, trabalhava em uma pequena empresa de desenvolvimento de *software*, localizada em São Carlos (São Paulo) e cursava o último ano de Bacharelado em Informática. O relato abaixo descreve sua trajetória de formação e trabalho até o emprego anterior que mantinha no momento da entrevista.

> Na parte de informática eu sempre trabalhei com isso. Comecei aos 15 anos dando aula de informática em uma escola de informática em minha cidade. Fiquei uns dois anos dando aula, daí partir para o desenvolvimento de *software* profissional eu comecei a desenvolver uns '*sistemazinhos*' e desenvolvi um *software* que ensinava as pessoas sozinhas a aprender mexer no *word*, *windows*, entre outros. (...) Eu passei a trabalhar com programação, dos 17 aos 21. Fiquei lá [na escola] até os 21 anos aí parei fui fazer cursinho, daí eu entrei em 2004 aqui na faculdade e passei a desenvolver *software*, mas terceirizado para essa empresa da minha cidade, mas

> trabalhava em casa. Até que eu consegui um estágio aqui na T & Companhia na parte de TI. Desenvolvi um sistema interno para área deles de RH. Depois eu saí da área de TI e fiquei um ano fora (...). Eu voltei para São Carlos e fiquei uns seis meses prestando serviço para aquela empresa [da minha cidade] e depois eu entrei na *Castor Softwares*. (Samuel, entrevista em 2009)

A aquisição de conhecimento técnico por meio de credenciais e diploma que habilite o exercício da profissão é um caminho para a formação profissional, mas não o único. O que os dados empíricos tem indicado é que a inserção ao ensino superior é uma possibilidade de entrada ao mercado de trabalho, mas não a única. A ausência de credenciais não atua é impeditivo para o acesso ao mercado de trabalho. O relato de Samuel que já trabalhava como programador antes mesmo de iniciar a graduação é um indicativo do funcionamento do mercado nesse setor. Outro relato semelhante é o de Lopes, 24 anos, iniciou curso de graduação em Tecnologia da Informação onde aprendeu a programar, mas antes de concluir desiste do curso. Seu percurso profissional e sua postura auto didata lhe oportunizou aprender mais de programação do que o curso superior pode oferecer. Seu relato vai mostrando os meios que utiliza para manter atualizado e além de indicar o que fez desistir do curso.

> Eu vejo que têm pessoas que eu conheço, profissionais de TI que só sabem aprender por cursos. O cara precisa ter alguém ensinando como se fosse na escola. [Precisa de um] professor que vai lá e ensina e que fala. Isso é uma coisa que na faculdade eu não conseguir terminar por causa disso. Eu preciso ouvir alguém falando, se eu ouço o que alguém falou aí eu começo a buscar na *internet*. Busco material, normalmente tudo em inglês, e você tem muitos cursos em EaD que são muito bons. (...) Então, eu procuro buscar a raiz de tudo, autores diferentes que discutem isso porque aí você consegue comparar e ter uma base mais robusta quando tá estudando, seja lá o que for. Eu compro muitos livros...Tem muitos livros, tipo do Martin Foller, ele é um escritor muito bom que ele define conceitos de desenvolvimento de sistemas, padrões de projetos, coisas que são muito úteis pro nosso dia a dia. Pouca gente no mercado sabe, isso que é mais interessante, pouquíssimas. O pessoal não segue, diz que segue, mas não segue, no dia a dia você percebe. (...) Outra coisa que eu não falei, eventos. Eventos de TI são o que mais têm. Você encontra muitos eventos para ir, ouvir palestras de pessoas. Por exemplo, tem um evento mensal aqui em São Paulo chamado PHPub que vai desenvolvedores de PHP num Pub, tomar uma cerveja e assistir palestra. (...) A gente cria dinâmicas, por exemplo, cada participante escreve um tema, aí a gente pega de cinco em cinco minutos ficam 4 pessoas numa mesa, o nome dessa técnica é *Fishbol.* E essas 4 pessoas discutem sobre os temas que foram sorteados. (Lopes, entrevistado em 2014).

Por meio das trajetórias de formação dos entrevistados, vai se destacando praticas e discursos que questionam a validade do ensino superior, enquanto único espaço de aprendizado, como único meio para produção de conhecimentos. Questionamento sobre a impossibilidade de acompanhar o surgimento das atuais ferramentas e linguagens de programação, assim como tomar conhecimento sobre as novas tecnologias. O que tem sido sinalizado é que o ensino superior e a validação por meio do ensino superior não é o único caminho de aprendizado, pode ser o mais legítimo do ponto de vista social. Um professor do curso de Ciência da Computação, entrevistado para a pesquisa de mestrado, expressa o papel do ensino superior para o setor.

> O objetivo do ensino superior não é ensinar ferramentas específicas, muito embora os alunos acabem usando as ferramentas mais utilizadas no mercado por um determinado momento, entretanto essas ferramentas mudam muito rapidamente. Qual o objetivo em termos de uso de ferramentas? É *dar fundamentos aos alunos para que eles aprendam os caminhos para as ferramentas atuais* e até as novas ferramentas e eles aprendem aqui, mas o objetivo maior não é que eles aprendam ferramentas específicas, mas que aprendam caminhos. Eu dou uma disciplina de programação, na avaliação eu faço questão que as soluções que eles me apresentam

> sejam independentes da linguagem que ensinei. Por quê? Para que eles aprendam conceitos e não uma linguagem específica (Docente do departamento de Ciências da Computação da UFSCar, entrevistado em 2009).

Compreender o funcionamento da programação, do processo de desenvolver um sistema, das codificações, das várias possibilidade ou dos vários caminhos que podem ser seguidos na realização da atividade de desenvolvimento. Isso tudo se dá no espaço da na universidade, conforme relata o entrevistado. Trata-se de ensinar a pensar, ensinar à saber fazer e à saber pensar. Trata-se de um espaço reconhecido socialmente como legítimo para a produção de conhecimentos que habilitará os profissionais a dar início à carreira profissional. Apesar disto, a velocidade das mundas nesse setor, tem mostrado o quão distante está o mercado/sociedade da universidade em relação às possibilidades de acompanhar as inovações (exigências do mercado) que tem sido buscadas por meio da pesquisa em comunidades virtuais. O relato de Leonardo, estagiário da *Python. com* peque empresa de desenvolvimento de aplicativos para celular, localizada em Campinas, interior de São Paulo, indica a percepção dos entrevistados em relação ao papel da universidade e sua capacidade de viabilizar o acompanhamento das mudanças. E indica também as estratégias adotadas pelos profissionais da área.

> (...) Interessa saber como funciona lá embaixo [no interior do *software*, a linguagem], porque daí você pode pegar toda a tecnologia nova e aprender tranquilamente se você tem o *fundamento*. Pra falar a verdade, tecnologias novas eu não aprendi nenhuma, foi tudo por causa do *software* livre. Tanto é que o meu diferencial entre os meus colegas com quem trabalho é exatamente porque eu me meti com a tecnologia do *software* livre que eu fui aprendendo mais coisas. O padrão dos cursos de computação da universidade é aprender aquilo que foi passado na universidade e que é tudo flores. Na verdade quando você pega essas novas tecnologias você vê que não entende nada (Leonardo. Entrevistado em 2009).

Outro tipo de estratégia de formação, que é exigência de formação, sobretudo das grandes empresas é a realização de cursos de certificação em linguagens de programação, por exemplo, os interessados em aprimorar ou acompanhar as atualizações da linguagem Java. Em geral são cursos pagos, realizados presencialmente ou pela *internet* e oferecido por diversos tipos de empresas da área de TI, muitas vezes como mais uma atividade do segmento. É o caso da empresas em que Irineu era sócioempresário, na época da entrevista, seus planos para a expansão da empresa era a oferta de cursos de formação na certificação.

> (...) temos a ideia de tornar uma empresa que oferta cursos para empresas ou para pessoas que estejam interessadas em se atualizar. Notamos que há uma demanda grande por cursos, por pessoas que já trabalham na área e querem fazer cursos para aprender coisas novas. Porque todo dia, na computação aparece algo novo. Então, nós temos um projeto de passar a oferecer cursos ministrados por nós da empresa. Acho que ai tem um crescimento pra empresa e um crescimento para gente, particularmente, em termos financeiros. Eu acredito que a gente possa crescer e melhorar a nossa remuneração (Irineu. Entrevistado em 2009).

A opção por essa modalidade de curso é contraposta e criticada por alguns trabalhadores que vê nela um modo pouco eficaz de formação. A aplicação direta das novas tecnologias, ao mesmo tempo em que está realizando a atividade de trabalho, é o caminho utilizado por Manuel que recorre à pesquisa e a estratégia do «aprender fazendo» tal como Castells (1999) caracteriza a atual fase do desenvolvimento tecnológico que marca as práticas de formação contínua dos entrevistados.

> *E como faz para atualizar, então*? Depende da pessoa, tem aquela que diz: '*eu quero aprender rápido, eu quero conhecer essa nova tecnologia*'. Tem outras pessoas que não acreditam em treinamento. É o meu caso, eu sou mais autodidata mesmo. Geralmente, eu me proponho desafios. Por exemplo, uma tecnologia Y que apareceu no mercado. Daí eu penso: '*essa eu nunca usei. No próximo projeto eu vou usar, custe o que custar, mesmo que me custe muito mais horas. Mesmo assim, eu vou usar e vou aprender*'. Então, eu acho que é assim que você realmente adquire o conhecimento, porque o treinamento você faz e acaba nunca aplicando. Eu já vi

> pessoas dizer isso. A pessoa vai lá, faz o treinamento e não usa. Eu já acho que é melhor você ir incrementar. Poxa, tem aquela coisa lá nova. É bom? Aumenta a produtividade? Aumenta. Aumenta a qualidade? Aumenta. Eu vou usar esse negócio. Pode ser que não use agora, mas no próximo projeto já entro com a cabeça feita para usar. Daí eu vou atrás de documentação, compro livros, procuro (...) e me viro para aquilo lá funcionar. Esse é o meu jeito, tentar colocar aquilo lá pra funcionar sempre (Manuel. Entrevistado em 2008).

Os relatos também demonstraram um elevado grau de interesse dos entrevistados pela atividade na área, o que sugere uma intensa dedicação pelo que fazem. Há casos em que as atividades realizadas no trabalho e no tempo livre confundem-se. Outros, que mesmo no «tempo de descanso» estão desenvolvendo sistemas para jogos de computador ou de *vídeo-game*. O trecho abaixo é ilustrativo dessa questão, a narrativa é de Pierre, estagiário em uma instituição pública de pesquisa, a Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, localizada em São Carlos (São Paulo).

> Como eu gosto muito da área, às vezes, *quando eu não tenho o que fazer* eu sento em frente ao computador e começo a fazer alguma coisa. Eu sozinho estou fazendo um programa de gerenciar um campeonato de futebol, que pretendo, no futuro, fazer um jogo que controle um time de futebol. Tem muito desses jogos por aí, mas eu quero fazer um jogo desses que você bota o time pra jogar e você só assiste o jogo, sabe? Você pode fazer a substituição, você pode contratar alguém, você é o técnico. Então eu quero fazer isso, vai demorar bastante tempo porque eu estou mexendo sozinho é só quando eu tenho tempo vago, então a gente sempre tem algumas coisas pra fazer assim (Pierre. Entrevistado em 2008).

A relação de Pierre com o trabalho e ou a formação indica expressa alguns aspectos dos profissionais de TI. Indica tal como no relato de Manuel, o aprender fazendo como prática do manter-se atualizado, mas indica também outra característica das formas de trabalho nesse setor e que foi destacado por Santos & Ferreira (2008) ao analisarem a íntima relação entre produzir e consumir jogos informáticos os autores destacaram que

> (...) Trabalhar, hoje, é permanecer a maior parte do tempo ligado ao maior número de redes possíveis e, de preferência, com uma alta dose de envolvimento. A imagem limite seria um mundo *on-line* no qual todo o tempo de vida da pessoa é tempo de produção – não porque ela trabalhe o tempo todo, mas porque o trabalho agora mudou de natureza. Nesse sentido, trabalhar já não seria uma atividade com início e fim, mas sim a alimentação contínua de uma rede que, dessa maneira, usa para seus próprios fins toda a informação que puder obter através da conexão. (Idem, p. 89).

Ao longo do trabalho de campo deparamo-nos com alguns estudantes/trabalhadores que optaram por trabalhar com o *software* livre. O envolvimento com esse tipo de *software* os aproxima de várias comunidades virtuais que formam uma rede virtual de discussão e de desenvolvimento. Alguns dos entrevistados desenvolvem, paralelamente as atividades de trabalho, programas com recursos de código aberto, os quais são citados com entusiasmo. Eles destacaram dois motivos para participarem da rede virtual: um ligado ao processo de formação; o outro relacionado com a ideia das comunidades, em geral, atuarem como espaço privilegiado na busca por emprego. Assim, as redes virtuais tanto são espaços de interação, troca de conhecimento, de resolução de problemas, enfim de aprendizagem, quanto espaço para deixar em evidência os atributos, conhecimentos e também o curriculum dos participantes. O fragmento abaixo é outro relato de Pierre e explica o seu envolvimento com esta forma de desenvolvimento de software enquanto estratégia de e de visibilidade no mercado de trabalho.

> Mesmo que nós estejamos trabalhando, ajudamos a desenvolver esses programas livres [que] é de graça, qualquer um pode usar, pode modificar o quanto quiser e distribuir. E nós ganhamos a prática. E só do seu nome estar na comunidade, muitas vezes, conseguimos um emprego bom. Porque alguém está de olho no candidato, '*está na internet que esse [estudante] mexe com esse tipo software*'. Alguém numa empresa vai fazer um programa disso, procura: '*quem é que mexe com isso*

> *no mundo"*? Chega lá [*internet*] o meu nome vai estar lá [na comunidade] (Pierre. Estagiário da Embrapa).

Lopes, o auto didata que trabalha com programação, destaca outra estratégia que opera como meio de visibilidade no mercado de trabalho.

> Tem uma rede social chamada GitHub, e essa rede social é só de desenvolvedores onde posta projetos Open Source e códigos seus. Isso daí, quando você vai numa entrevista de emprego de TI fatalmente a pessoa te pergunta, "você tem **GitHub**?" (Lopes. Entrevistado em 2014).

Embora seja uma rede de compartilhamento de projetos de programação que funciona como espaço de troca e diálogo sobre melhore práticas e formas de desenvolvimento de projetos, de correção de desenhos de programação, também atua como uma espécie de portfólio dos profissionais. As empresas interessadas em contratar profissionais especializados em determinadas linguagens ou com determinada experiência recorrerem a essa rede para contatar profissionais. Além dessa rede, a Apinfo e o LinkedIn foram destacados como redes de busca por desenvolvedores, programadores e outros profissionais ligados ao setor de TI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise da trajetória de trabalho e formação dos entrevistados é possível traçar as estratégias de formação e atualização em relação às inovações tecnológicas, linguagens de programação, bem como formas de construção da carreira e inserção no mercado de trabalho. O percurso é marcado por um senso de auto responsabilização que significa a incorporação da lógica de que sua formação é responsabilidade individual. Nesse sentido, as entrevistas têm apontado que o trabalhador mobiliza um conjunto de habilidades e competências para lidar com as exigências de atualização constante.

Por trás da percepção acerca da formação contínua, está implícita nas entrevistas a ideia de que a formação é responsabilidade de cada um. Um perfil auto didáta é bem visto no setor e pode ser avaliado como um traço dessas novas exigências que responsabilizam os sujeitos pelo seu sucesso ou fracasso. Nesse sentido, tendo que recorrer a diversas estratégias em busca da constante atualização o diploma e as formas de credencias e de acesso ao conhecimento muitas vezes são questionadas pelas entrevistados em termos de sua validade. O conhecimento técnico é exigência, embora não é uma barreira para a inserção mercado de trabalho.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENDASSOLLI, P. F.; JR., T. W.; KIRSCHBAUM, C.; Cunha, M. P. E (2009). Indústrias criativas: definição, limites e possibilidades. In: RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 49, n. 1, jan-mar. http://rae.fgv.br/rae/vol49-num1-2009/industrias-criativas-definicao-limites-possibilidades. [Consultado em Junho de 2013].

BRAUNERT, M. B. (2011). O trabalho re-significado: novas formas de contratualidade na indústria de software do estado do Paraná. In: Seminário Nacional Sociologia e Política. UFPR. Curitiba.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, R. (2009) O novo espírito do capitalismo. WMF Martins Fonte: São Paulo.

BRIDI, M. A; MOTIM, B. L. (2011). Padrões e processos de trabalho na "indústria" da informática no Paraná: a natureza do trabalho informacional e a falácia do trabalho criativo e emancipado. In: 35° Encontro Anual da ANPOCS, GT 36.

CASTRO, B. G. (2011) Mulheres na Tecnologia da Informação: a flexibilização tem um viés de gênero? In: XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL da ALAS, UFPE, Recife-PE, setembro.

CASTELLS, M. (1999). A era da informação: economia, sociedade e cultura. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra.

CAVAZOTTE, F.S.C.N.; LEMOS, A.H.C.; VIANA, M.D.A. Novas gerações no mercado de trabalho: expectativas renovadas ou antigos ideais?. Cad. EBAPE. BR, Rio de Janeiro , v. 10, n. 1, mar. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512012000100011&lng=pt&nrm=iso>.. http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512012000100011. [Consultado em 06 jan. 2014].

DE LA GARZA T., E. & RODRÍGUEZ, J. G.G. (2010). Trabajo Cognitivo y Control Sobre el Proceso de Trabajo: La Producción de Software. UC Los Angeles: The Institute for Research on Labor and Employment. Retrieved from: http://escholarship.org/uc/item/3dg9877r. [Consultado em fev. de 2012].

DIEGUES JR, A. C. (2007) Dinâmica concorrencial e inovativa nas atividades de tecnologia da informação (TI). Dissertação de mestrado, Instituto de Economia: Unicamp – Universidade de Campinas, (SP).

GUIMARÃES, N. A. (2009). (Org.) Isabel Brasil Pereira; Júlio Cézar França Lima. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. In: http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/apresentacao.html [Consultado em 11 de novembro de 2014].

GUIMARÃES, S. M. K. Qualificação. (2011). In: CATANINI, A. D. (Org.) Trabalho e tecnologia: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes.

MANFREDI, S. M. (1998). Trabalho, qualificação e competência profissional - das dimensões conceituais e políticas. Educação & Sociedade, 19(64), 13-49. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000300002&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0101-73301998000300002. [Consultado Outubro 10, 2008].

NORONHA, Eduardo G.. "Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo , v. 18, n. 53, Oct. 2003 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000300007&lng=en&nrm=iso>. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092003000300007. [Consultado em 05 Sept. 2009].

OBSERVATÓRIO SOFTEX. (2009) *Software* e Serviços de TI: A indústria brasileira em perspectiva – Volume.1 /Observatório SOFTEX Campinas.

_____. (2012) *Software* e Serviços de TI: A indústria brasileira em perspectiva – Volume.2 /Observatório SOFTEX. - Campinas: [s.n.].

OLIVEIRA, D.R. Os trabalhadores de Desenvolvimento de Software: flexíveis e precários? (2009) , 114f, Dissertação de Mestrado: UFSCar.

POTENGY, G. F.; CASTRO, E. G. (2000). As reais condições do trabalho virtual: a vivência da precarização e da incerteza na microinformática. In: In: XXIV Encontro anual da ANPOCS. Caxambu, s/pp.

SANTOS, L.G; FERREIRA, P. (2008). A regra do jogo: desejo, servidão e controle. In: Novas mídias digitais – audiovisual, games e música: impactos políticos, econômicos e sociais. (org) Fabio Villares. Rio de Janeiro: E-papers.

SALATTI, R. C. (2005) Flexibilização do trabalho em empresas de *desenvolvimento de sistemas*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, SP: [s.n.].

SIMÕES, J. (2005) Regulamentação da Lei de Informática em fase final. Jornal Inovação UNICAMP, SBPC, Março, 2005. Publicada em 03 de março. [Consultada em: 21 jul. 2008].

ZARIFIAN, P. (2008). Competência e Objetivo: por uma nova lógica. 1. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Atlas.

Qualificações, competências e trabalho: Um estudo de Caso na Região Autónoma da Madeira

Maria Manuela Vieira Teixeira Pereira
manuela38ster@gmail.com

Resumo: A presente comunicação integra-se na análise social do século XXI e é caraterizada pela apresentação de um projeto relacionado com a Educação e Formação de Adultos no qual se constatou uma imersão integral na sociedade informacional e singular. Se por um lado, a necessidade de qualificações e competências dos atores sociais é indispensável e necessária dada circulação da informação que facilita a transversalidade e mobilidade entre os mercados de trabalho, por outro, a gestão de recursos humanos não se pode alhear do necessário ajustamento entre as qualificações, as competências individuais e as necessidades desses mesmos mercados na era atual. Aspetos de caráter societal, económico, psicológico e outros moldam as decisões políticas e educativas sejam de natureza diversa quer ao nível micro, quer ao nível meso ou até ao nível macro. Pretende-se lançar a discussão na conformação da presente temática conceitos, com outros atores estrangeiros no âmbito da Educação//Formação de Adultos em Portugal.

Palavras-Chave: Qualificações, Individuação, Políticas Públicas Educativas, Processo de Reconhecimento Certificação e Validação de Competências.

Introdução

O contexto e a apresentação do presente artigo inserem-se no âmbito da Tese de Doutoramento, que foi desenvolvida no domínio das Ciências da Educação, mais especificamente na Especialidade Educação, Sociedade e Desenvolvimento que, por sua vez, se integrou no estudo da temática relacionada com a Educação e Formação de Adultos, mais concretamente ao nível do Programa Novas Oportunidades em Portugal: o Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC).

A literatura evidência que o período da pós-modernidade é marcado pela necessidade dos indivíduos serem convidados a se construírem como pessoas-projetos na ideia de criatividade, empregabilidade e valoração dada a economia do conhecimento e a escassez do trabalho assim como ideia de sociedade educativa e de educação ao longo da vida.

Desde a década de oitenta que o reconhecimento e validação das competências (saberes formais, profissionais e experienciais), com base jurídica e socioeconómica deram lugar a um deslocamento do conceito de avaliação do processo ensino/aprendizagem em contexto de Educação/Formação de Adultos. Por outras palavras, as novas políticas públicas educativas relacionadas com a avaliação dos Adultos deixa de ser uma prática do domínio pedagógico e passa também a pertencer ao domínio socioeconómico, tornando-se mesmo uma questão social, tornando-se mesmo uma questão social por vezes, mediática.

Nos finais da década de noventa o Estado Regulador (cf. Queiroz, 1995) começou a promover novas políticas educativas ligadas à ideia de formação ao longo da vida (cf. Magna Carta de 1998) dos Adultos. Na verdade, os desafios nos novos cenários de natureza socioeconómica (e.g. deslocalização das empresas e dos deslocados/migrantes, períodos de emprego, sociedade de informação (ao papel da TIC) a economia de conhecimento e as novas competências exigidas pela economia de mercado da sociedade neoliberal), e de natureza educativa (a disfuncionalidade da escola, a inserção social dos indivíduos com pouca qualificação, em fragilidade e em exclusão social…) têm efeitos a nível da relação Estado/Educação e Formação de Adultos. Como medida de valorização e de empregabilidade foram criados, com base jurídica e socioeconómica, dispositivos de formação de "segunda oportunidade" para a Formação de Adultos, numa lógica de cultura de reconhecimento (cf. Ardoino & Berger, 1998, Figari, Achouche, 2001). Assim sendo, os dispositivos de formação - Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) – implicam a fortiori novas formas

e instrumentos de ação pedagógica, novos cenários na Educação e Formação de Adultos. Estamos longe das conceções positivistas da avaliação visto que se procuraram novos fundamentos epistemológicos e metodológicos. Por outras palavras, as qualificações, competências e trabalho passaram a ser consideradas no sentido pluridimensional-processo-cognitivo, representacional e comunicacional – privilegiando a dimensão individual e social. (cf. Figari, 2001 b).

O Estado Regulador através do *Processo de RVCC* levou-nos a pensar a noção de Educação para lá dos limites da Instituição Escolar começa a integrar a ideia de Experiência (cf. Bourgeois & Nizet, 1997, Aubret, 2001, Josso, 2002).

No presente artigo, apresenta-se um programa de política social concebida, (Programa Novas Oportunidades) no essencial, para organizar e dinamizar diferentes ações ao nível das qualificações e competências ao nível das possibilidades de abertura no mercado de trabalho e cujos níveis de iniciativa que visaram o desenvolvimento local em Portugal e em especial na Região Autónoma da Madeira (Região onde se realizou o presente estudo), através dele, o combate à exclusão escolar e à exclusão social. A conceção, a organização e aplicação das Políticas Públicas Sociais em Portugal, confrontaram-se com vários dilemas que produziram, por vezes, efeitos de sentido e de ação contraditórios. Assim, ao mesmo tempo que nos interessou analisar o Programa Novas Oportunidades, mais especificamente o *Processo de Reconhecimento, Certificação e Validação de Competências (RVCC)* pretendeu-se igualmente perceber as circunstâncias em que ele se impôs, as forças e os interesses sociais e políticos entre os quais ele se desenvolveu e os sentidos da ação política e social mais amplos que se concretizaram através da sua aplicação. Deste modo, as qualificações e as competências que se proporcionaram a partir de uma nova política pública relacionada com Processo de RVCC integrou, por exemplo, o dossier/proposta de: i) candidatura a uma formação (ex. profissional, académica); ii) reconhecimento (ex. de saberes formais, informais ou de experienciais) como as Árvores do Conhecimento (cf. Authier e P. Lévy, 1991, P. Galvani, 1977); iii) regulação da relação oferta/procura da formação/competências sociais (cf. G. Figari *et al*., 2001).

No caso português, numa primeira fase a Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA), através dos Centros de Reconhecimento e Validação e Certificação de Competências (RVCC) e do Documento Orientador – Referencial de Competências-Chave - tiveram como função dotar os Adultos que não tinham completado a Escolaridade Básica Obrigatória (9ºano) de "uma última oportunidade". Nesta perspetiva de reconhecimento, validação e certificação das competências, a ideia de avaliação em educação estava intimamente associada à ideia de formação/construção e mesmo reconstrução do ator-sujeito. Para que o estudo fosse bem entendido, importa frisar que não nos interessou limitar a compreensão da presente proposta de Política Pública Social relacionada com as Novas Oportunidades no sentido que ela recebe no momento da sua conceção, mas pelo contrário foi mais profícuo considerar os diferentes sentidos que a política concebeu, ao ser apropriada por lógicas de ação distintas por parte dos Coordenadores do *Processo de RVCC* pelas suas Equipas Técnico-pedagógicas, e pelos Atores que optaram pelo *Processo de RVCC* e analisar como é que à medida que essas políticas se enraizaram nos sucessivos níveis de implementação se concretizaram. Embora a análise destes modos de enraizamento não constituiu, aqui, o objetivo central, pareceu-nos importante dessacralizar o momento da conceção das políticas, reforçado pela legitimidade e pela capacidade coerciva dos aparelhos de Estado. No sentido contrário, pareceu-nos, igualmente, que a plasticidade que atribuímos aos modos de apropriação por parte dos Atores do *Processo de RVCC* estava indexada pela possibilidade de apropriação deixada aos diferentes níveis e Equipas Técnico-pedagógicas intervenientes. Esta plasticidade estava associada ao próprio domínio e tipo de política considerada, mas também, às configurações sociopolíticas nas quais o *Processo de RVCC* se produziu e se desenvolveu com os atores sociais que o frequentaram.

Ao nível do Estudo Empírico fez-se uma análise de conteúdo de vinte Portefólios Reflexivos de Aprendizagem (PRA) de candidatos que concluíram o Processo de RVCC. Na nossa análise consideraram-se as diversas etapas (i) apresentação formal da candidatura) e (ii) apresentação dos Portefólios Reflexivos de Aprendizagem (CV, Histórias de Vida).

No estudo privilegiou-se os aspetos ligados à construção dos Portefólios Reflexivos de Aprendizagem (PRA), objeto de avaliação dos Adultos no *Processo de RVCC e* teve-se em conta: i) As Histórias de Vida como narrativa do sujeito (aspetos teóricos); ii) A noção do tempo/avaliação/sujeito em construção que numa visão

retrospetiva (através das Histórias de Vida ou narrativas biográficas) que passou por fases desde a acumulação da informação/acontecimentos, passando pela seleção, reflexão e análise dos fragmentos biográficos para lhe encontrar um sentido (cf. A. Nóvoa, 1989, Pineau *et al*., 1995, M. C. Josso, 2002); iii) Os problemas discursivos (o locutor na 1ª pessoa) e éticos (subjetividade/objetividade, ajuda, privacidade) ligados ao destinatário (formação, mediador, instituição de reconhecer e apresentar a base jurídica do *Processo de RVCC* no contexto português, tendo em conta a legislação que regulamentou a organização, estrutura e processo de equivalência ao 3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano de escolaridade) ou seja, o nível B3 segundo a designação do *Processo de Reconhecimento, Certificação e Validação de Competências (RVCC).*

Cultura de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) – Qualificações, Competências e trabalho no Contexto Português

> *"…Confrontados, cada vez mais, com a incerteza que os tempos dos grandes destinos colectivos permitiam dissimular ou antever, os indivíduos são forçados a traçar, por sua própria conta e risco, os seus próprios destinos. Têm de ser capazes de identificar, no interior de jogos de força em constante recomposição, aquelas que lhes são favoráveis e as que lhes são desfavoráveis, e avaliar os níveis de confiança que lhes podem ser creditados."*
> (Casimiro Balsa, 2006:10)

Uma política global de *aprendizagem ao longo da vida* exige uma (re)configurção do conjunto da oferta educativa, de forma a maximizar a continuidade e sinergia entre as oportunidades de aprendizagem que ocorrem em diferentes momentos, contextos, sistemas e dimensões (Melo *et al*, 1999). Assim segundo Melo (*ibid.* p. 79) "…os adultos poderão construir percursos educativos coerentes que se desenvolvam efectivamente ao longo da vida ("lifelong") e nas diferentes situações da vida quotidiana ("lifewide")".

O Plano Nacional de Emprego (PNE) atribuiu à Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA) (1998) a missão de: 1) Organizar um sistema de RVCC de Adultos com mais de 18 anos que não tenham concluído o 9 º ano de escolaridade e ao nível de 12 ano a partir de 2002-2003; 2) Organizar uma Unidade de Produção de Materiais: 3) Institucionalizar o Programa S@ber; 4)

Articular os dispositivos de Ensino, Formação e Reconhecimento dos processos informais de aprendizagem; 5) Desenvolver *e-learning* e novas metodologias; Promover campanhas de mobilização social, através dos *média.* Neste sentido foram criados os Centros de RVCC com as seguintes atribuições:

1) *Atividades organizacionais* (que se traduzem na realização de ações de divulgação/informação do Plano Estratégico (PEI) conducentes ao RVCC (ex. acompanhamento dos Atores do Processo de RVCC, reconhecimento de competências, formação/formações complementares – mobilização de recursos dos Centros – para os Atores do Processo RVCC, validação e certificação das competências/carteira profissional/Diploma);

2) *Atividades estruturantes* que foram desde o diagnóstico/inventário do mapa local das competências, dos dispositivos existentes e tipo de população alvo em termos socioeconómicos e culturais, estabelecer redes e parceiros locais e a divulgação e informação dos diversos Centros e *Processo de RVCC.*

Por sua vez as atividades *organizacionais* giraram em torno de três eixos principais: i) *eixo de reconhecimento; ii) eixo de validação; e iii) eixo de certificação de competências.*

O *eixo de reconhecimento de competências* consiste na identificação de competências adquiridas ao longo da vida e em todos os contextos de vida. O *eixo de validação de competências* foi realizado perante um *júri de validação* e consubstancia-se na apreciação das competências evidenciadas pelo adulto face às áreas de competências – chave estabelecidas no *Referencial de Competências – Chave de Educação e Formação de Adultos.* O *eixo de certificação* foi um processo administrativo que confirmou as competências adquiridas ao longo da vida e constituiu o ato oficial do registo de competências.

O *Processo de RVCC* foi desenvolvido com o acompanhamento de uma Equipa Técnico – pedagógica (profissionais de RVVC e formadores das áreas de competências -chave) e com base num referencial

de competências - chave de educação e formação de adultos de nível básico, que abrange quatro áreas de competências -chave: i) *Linguagem e Comunicação (LC);* ii) *Cidadania e Empregabilidade; (CE);* iii) *Matemática para a Vida (MT) e* iv) *Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)***.** A constituição da Equipa *Técnico-Pedagógica* dos Centros da Novas Oportunidades é formada: Diretores, Coordenadores, Profissionais de Reconhecimento e Validação de Competências, Formadores e Assistentes Administrativos.
O apoio e acompanhamento técnico – *pedagógico* avaliaram todo o respetivo processo de cada Adulto e deu prioridade nomeadamente i) à valorização da história de vida do adulto; ii) ao incentivo e à motivação dos adultos para atingir os seus objetivos e retomar os seus projetos de vida iii) e à consciencialização dos saberes adquiridos.
A implementação e difusão de sistemas de reconhecimento e validação têm vindo a constituir-se como uma tendência relevante ao nível dos sistemas educativos europeus têm feito parte da agenda política educativa europeia (nomeadamente traduzida nas comunicações da Comissão Europeia (2001, 2004), nas Declarações de Bolonha e de Copenhaga, etc.), no quadro de um paradigma de *Educação/ Formação ao Longo da Vida*. Os Centros Novas Oportunidades foram criados, segundo as diretrizes da Agência Nacional para a Qualificação, com a intenção nomeadamente de:

> Assegurar a todos cidadãos, maiores de 18 anos, uma oportunidade de qualificação e de certificação, de nível básico ou secundário, adequada ao seu perfil e necessidades, no âmbito da intervenção de cada Centro Novas Oportunidades. Promover a procura de novos processos de aprendizagem, de formação e de certificação, por parte dos adultos, que pretendam melhorar a sua qualificação escolar e profissional. Assegurar a qualidade e a relevância dos investimentos efectuados numa política efectiva de aprendizagem ao longo da vida valorizando socialmente os processos de qualificação e de certificação de adquiridos. (Carta de Qualidade, p.10).

O Processo de *Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)* foi uma realidade não só de cariz educativo e formativo, mas também socio-económico, em crescimento exponencial na Região Autónoma da Madeira (RAM) a partir de 2004. A Escola ocupando um grande protagonismo na sociedade (nos média, nas famílias, nos empresários…) procura soluções para superar a crise no que diz respeito: i) ao desencanto, falta de interesse e de sentido das aprendizagens escolares; ii) às elevadas percentagens de abandonos e insucesso; iii) aos conteúdos curriculares desajustados às exigências do mundo do trabalho; iv) à perda de autoridade do professor, de respeito pelo saber, v) à exclusão escolar e *ipso facto* à exclusão social.
Ora as medidas de remediação passam pelas várias Políticas Educativas, por exemplo: i) a criação de Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) (cf. Canário *et al*., 2001); ii) a criação de dispositivos de acompanhamento escolar (cf. Glasman, D., 2001, Lajes, A., 2003, Canário, 2003) para designar a oferta/ procura de atividades curriculares e extracurriculares, quer públicas quer privadas, dirigidas aos alunos com dificuldades (escolares ou relacionais) ou mesmo o insucesso perante a falta de sentido do trabalho escolar ou *Ofício de Aluno* (cf. Equipa Escol, Paris8). Perrenoud, Ph.,1994); iii) a criação de programas como o *Escolhas* (fase do *Escolhas III*) com Fundos Comunitários); iv) a criação dos Cursos de Ensino Recorrente (Pereira, 2004); v) a criação do Programa Novas Oportunidades mais especificamente o Processo de *Reconhecimento, Validação Certificação das Competências* (RVCC) que já foi extensivo ao Ensino Secundário.
É de notar que, segundo a *Legislação* que regulamenta o p*rocesso Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC),* o Adulto fica sujeito a um contrato caucionado pela *Pedagogia do Contrato*, que se metamorfoseia em sintonia com o contexto social e pode levar à reconciliação do ator /sujeito.
Como resposta educativa e formativa da população adulta, cada vez mais heterogénea e exigente, dá-se a continuidade ao p*rocesso Reconhecimento, Validação e Certificação de Competência* (RVCC) como uma nova modalidade educativa/formativa, introduzindo ajustamentos diversificados e experimentando novos modelos pedagógicos e organizativos nos *Centros Novas Oportunidades (*CNO) na Região Autónoma da Madeira (RAM).
O *Processo de Reconhecimento, Validação, Certificação de Competências* (RVCC) foi criado pela Portaria nº 1082/01, de 5 de Setembro, rectificada pela Presidência do Conselho de Ministros, na Declaração de Rectifica-

ção nº 20-BD/2001, de 10 de Novembro, pela Portaria nº 286/2002, de 15 de Março, alterada pela Portaria nº 86/2007, de 12 de Janeiro, no qual é ainda Aprovado o Regulamento do processo de acreditação das entidades promotoras dos *Centros Novas Oportunidades* (CNO).

Dinâmica de impacto das medidas *Políticas Públicas Regionais* cofinanciadas pelos fundos estruturais

Segundo o *Programa Rumos* a contribuição dos fundos comunitários para o desenvolvimento Regional constituiu um adquirido evidente na trajetória da Madeira nas últimas duas décadas. Procurou-se desenhar uma situação de partida enquanto reflexo de uma trajetória da produção de resultados de políticas públicas regionais cofinanciadas, mas que procurou evidenciar também uma situação de amadurecimento da Região para se adequar a uma nova filosofia de mobilização dos fundos estruturais. Destacou ainda o referido *Programa* que a estratégia e prioridades de desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira para o período 2007-2013 encontraram-se definidas no Plano de Desenvolvimento Económico e Social (PDES) e tiveram naturalmente em conta as Orientações Estratégicas da Comunidade para a Coesão e as orientações do Quadro de Referência Estratégica Nacional.

A Região Autónoma da Madeira assumiu o desígnio estratégico de, no horizonte 2013, manter ritmos elevados e sustentados de crescimento da economia e do emprego, assegurando a proteção do ambiente, a coesão social e o desenvolvimento territorial. Este desígnio estratégico, foi concretizado com o apoio das adequadas políticas públicas de âmbito regional e sub-regional e dos necessários e justificados instrumentos comunitários da política de coesão, de desenvolvimento rural e das pescas, fundamenta-se no conhecimento da situação económica e social da Região Autónoma da Madeira, na avaliação das suas potencialidades e oportunidades (tendo em conta as respetivas ameaças e riscos) e, bem assim, nos ensinamentos recolhidos da aplicação dos instrumentos de programação concretizados – particularmente os explicitados na avaliação intercalar do POPRAM: 2000-2006.

A globalização das economias e das sociedades tem, neste contexto, assumido uma responsabilidade fundamental nas modificações da envolvente global das economias regionais. O dimensionamento à escala mundial dos mercados, o aumento explosivo dos fluxos comerciais de natureza financeira, de mercadorias e de serviços, a crescente mobilidade das pessoas e dos bens e as caraterísticas cada vez mais claras da consolidação de blocos de interesses e de manifestações diversificadas de formas de afirmação e de conquista de posições de poder e de influência são bem reveladoras das dinâmicas presentes e marcantes do contexto global.

1.2.Um Estudo de Caso do Processo de RVCC: Análise dos Portefólios Reflexivos de Aprendizagem (PRA)

Como acima referiu-se o Processo de RVCC como prática social veio questionar a avaliação no sentido clássico – como produto, resultado final. Ora, no domínio do Processo de RVCC a atividade avaliativa foi sobretudo um processo que integrou a dimensão *representacional* (pessoal e social), *compreensiva, personalizada, comunicativa/discursiva e hermenêutica.* Um *sistema de provas* no sentido de Martuccelli (2008) foi analisado nos *Portefólios Reflexivos de Aprendizagem (PRA).*

Para delimitar *as provas,* a análise aborda um número de situações e elementos heterogéneos, encontrando a boa escala e os bons fatores sobre os quais centrou-se o estudo. Para Martuccelli *(ibid.)* mesmo sendo possível identificar uma grande diversidade de mecanismos institucionais e registos analíticos possíveis, o estudo deve (para ser operacional), restringir-se ao estudo de um número limitado de processos, considerados particularmente significativos no ponto de vista de uma realidade histórica e social concreta.

Para as sociedades industriais capitalistas contemporâneas, dois grandes eixos são particularmente decisivos, cujo encontro define o sistema padronizado de *provas específicas* do processo atual de *individuação*. Em primeiro lugar, os principais domínios da vida segundo Martuccelli *(ibid.)* é podermos identificar sobretudo quatro domínios em todo o percurso individual: i) experiência escolar; ii) a relação com o trabalho e situação de emprego; iii) relação ao espaço e à mobilidade e iv) vida familiar. Em segundo lugar, as *dimensões do*

laço social presentes também em toda a existência pessoal: a relação à história, aos coletivos, aos outros e a si próprio. Estes dois eixos cruzam-se constantemente ao longo do desenvolvimento de uma vida, tendo modos de inscrição muito diferentes: os primeiros são globalmente mais formais que os segundos, porque mais frequentemente formados por instituições. Estes domínios e dimensões não são nem pretendem ser exaustivos. A questão não está em conseguir um estudo global do indivíduo, mas de destacar, num registo que mistura grandes dimensões históricas e considerações de posição, as principais provas com as quais são confrontadas de maneira diferenciada os atores em cada um dos eixos considerados.

Considerações Finais

A emergência do *Processo de RVCC* na dinâmica das relações socioeconómicas, políticas e educativas esteve ligada à cultura do reconhecimento de saberes, através da valorização da pessoa/sujeito/ator como efeito da sociedade de aprendizagem e da expansão das oportunidades educativas no âmbito das qualificações e competências dos indivíduos para o mercado de trabalho.

A certificação e validação das competências privilegiou um sistema de *provas* que se inscreveram nas *Histórias de Vida* de cada Ator que fizeram a opção pelo *Processo de RVCC.* Sempre que se tratava das *Histórias de Vida* – como objeto- foi importante o recurso à hermenêutica como instrumento facilitador da cripoleitura das narrativas.

Apresentou-se, um *estudo de caso* com a análise parcial de 20 *Portefólios Reflexivos de Aprendizagem* colocando o acento na problemática no *sistema de provas* no sentido de Martuccelli (*ibid.)* e numa perspetiva histórica Educação e Formação de Adultos (Pereira, 2004).

A generalização da prova escolar, como forma de tensão entre a seleção e a avaliação institucional de si, introduziu uma evolução considerável no processo de *fabricação dos indivíduos*. A novidade não residiu na ausência de um pacto entre gerações, ou seja, numa sociedade que não sabe que parte da sua herança transmitir. Martuccelli (*ibid.*) nos seus pressupostos teóricos alusivos à *Individuação*, em relação às mudanças estruturais argumenta que a mudança deve-se por um lado à maneira como a sociedade estabelece a sua relação às normas e por outro lado a rutura de um modelo substantivo do sujeito. Os dois pontos são importantes e diferentes mas durante muito tempo era tido por certo que havia uma articulação, mais ou menos conseguida e acabada, entre a ordem da moral e a da ética. A formação do caráter dos indivíduos entrou numa nova fase no período da Modernidade.

É certo que não existe ainda um conceito de Educação/Formação de Adultos suficientemente estabilizado nem uma teoria consolidada na totalidade. Porém, os estudos científicos que, nas últimas décadas, têm vindo a ser desenvolvidos, indicam que estamos perante um campo temático que não tem parado de adquirir consistência teórica e que é fundamental a continuação do desenvolvimento e produção científica na extensão da Educação e Formação de Adultos.

No campo das futuras investigações científicas e dado o impacto positivo que o Processo de RVCC se refletiu na vida das pessoas, seria pertinente estudar e aprofundar um Programa desta natureza e particularmente a projeção que o Processo de RVCC teve ao nível individual, profissional e social no que concerne aos Projetos de Vida Futuros de cada ator participante no respetivo *Processo de Reconhecimento, Certificação e Validação de Competências* (RVCC).

Bibliografia

ARDOINO & BERGER (G .), (1998), "D'une Evaluation en Miettes à une Evaluation". In Actes, Matrice Andsha.

AUBRET, J.,(2001), "Validation des Acquis: le Cas de l´Université " in G. Figari, M. Achouche, L´Activité Evaluative Réinterrogée – Regards Scolaires et Socio-Professionnels, , pp. 281-287.

AUTHIER, M., LEVY P., (1998), *As Àrvores do Conhecimento*, Instituto Piaget (ed. Fr. 1996).

BALSA, C., (2006), *Confiança e Laço Social,* Edições Colibri.

BOURGEOIS, &, NIZET, E., (1997), *Apprentissage et Formation des Adultes*, PUF.

CANÁRIO, R., (2001), *Educação de Adultos – Um Campo e uma Problemática*, Educa.

CANÁRIO, R., (2003), *A Escola Fora da Escola*, Educa.

DUBET, F. &, MARTUCCELLI, D., (1996), *À l'École: Sociologie de l'Éxperience Scolaire*, Paris, Seuil.

FIGARI, G.,(2001), "Us et Abus de la Notion de Réfèrentiel" in G. Figari, M. Achouche, L´Activité Evaluative Réinterrogée – Regards Scolaires et Socio-professionnels, , pp. 310-314.

FIGARI, G., ACHOUCHE (M.), (2001), *L´Activité Evaluative Réinterrogée – Regards Scolaires et Socio – professionnels,* De Boeck Université.

GALVANI, P., (1997), *Quête de Sens et Formation. Anthropologie du Blason et de l´Autoformation, Harmattan.*

GLASMAM, D., (2001), *L'Accompagnement Scolaire: Sociologie d'une Marge de l'Ecole*, Paris, Puf.

JOSSO, M. C., (2002), *Experiências de Vida e Formação,* Educa.

LAJES, M.A.A.,(1992), "A Avaliação e o Sistema Educativo: A Formação de Professores", Actas do III Colóquio de l´AIPELF/AFIRSE, Avaliação em Educação, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, pp. 233-253.

LAJES, M.A.,(2003), «Os Sistemas Educativos e as Doutrinas Neoliberais : a Educação como um Bem e um Serviço" in *Actas do XIII Colóquio da AFIRSE*, Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação de Lisboa, pp. 526-533.

MARTUCCELLI, D., (2008), *Forgé par l´epreuve,* Armand Colin.

MELO, Alberto, (1999), Editorial, Revista "Saber Mais", nº2, (Julho-Setembro).

NÓVOA, A., (2008), *Histórias de Vida e Formação de Professores*, Educa.

OCDE, (1992), *Une Education et Une Formation de Qualité pour Tous*, OCDE.

PEREIRA, M. M. (2004), *Um olhar para uma nova perspectiva na Educação/Formação de Adultos: Análise das Práticas e Necessidades de Formação de Professores- 1º Ciclo do Ensino Básico Recorrente na Região Autónoma da Madeira.* Dissertação de Mestrado, Universidade da Madeira.

PINEAU L., VASSILEFF, J., (1995), *Histories de Vie et Pédagogie du Projet, Chronique Sociale* (2ª ed.).

QUEIROZ, J.M. de, (1995), *L´Ecole et ses Sociologues*, Nathan/ Université.

Novas tendências da Administração Pública: uma breve discussão sobre desenvolvimento

Manuela Ramos da Silva[1]

Flávia Lopes Pacheco[2]

Resumo: Este artigo tem objetivo de tratar do campo da administração pública (AP) e sua (inter) relação com o alcance do desenvolvimento, a partir do texto de Brulon (2012) que discute formas pelas quais a AP pode obter avanços ao alcance do desenvolvimento muldimensional. Em seguida, apresenta-se uma tentativa de sistematização de novas tendências no campo da AP, bem com uma reflexão sobre processo de desenvolvimento de competências organizacionais em organizações públicas, que foca nos objetivos estratégicos de cunho social como a qualidade e a agilidade na prestação de serviços à sociedade e a busca pela eficiência nas organizações públicas. Defendemos que AP tem lógica própria, requerendo desenvolvimento de técnicas de gestão adequadas, além de formação específica para os gestores públicos. Este estudo está longe de encontrar respostas definitivas para administração pública brasileira e para os rumos do desenvolvimento, mas contribui com o debate e deixa tantas outras indagações para estudos futuros.

Palavras-chave: Administração Pública Societal . Novo Serviço Público.Competência Organizacional.

1.Considerações Iniciais

Este estudo objetiva discorrer sobre o campo da administração pública e sua (inter) relação com o alcance do desenvolvimento, por entender que a gestão pública é a ação do Estado, enquanto representante da sociedade, que tem o objetivo (ou deveria ter) de atender as demandas do povo numa dita busca pelo bem comum. No primeiro momento, propomos um diálogo com o texto de Brulon (2012) que discute as formas pelas quais a administração pública pode obter avanços substantivos ao alcance de um desenvolvimento muldimensional, a partir de reflexões do modelo vigente. Em seguida, apresentamos uma tentativa de sistematização de novas tendências e reflexões no campo da administração pública que se mostram como alternativas para as indagações feitas por Brulon (2012) na superação da primazia da eficiência para o alcance de um desenvolvimento multidimensional. Por fim apresenta-se uma breve reflexão sobre processo de formação e desenvolvimento de competências organizacionais, por entender que o exame das competências organizacionais e a forma como elas se desenvolvem nas organizações públicas pode trazer uma nova perspectiva de análise, capaz de auxiliar no aperfeiçoamento e na busca pela eficácia na gestão do setor público no País.

Apresentaremos, pelo menos, duas tendências de administração pública brasileira que se mostraram evidentes na revisão de paradigmas, bem como na proposição de novas práticas da administração do desenvolvimento para o tempo atual e para os novos tempos. Há autores que classificam esse novo modelo de administração como sendo "societal", caracterizando-se essencialmente por um maior enfoque social-participativo (Paes de Paula, 2005). Há ainda, aqueles da corrente do Novo Serviço Público (Andion, 2012), que abre novas vias para a compreensão da ação pública na atualidade, com destaque para a abordagem da coprodução do bem público. E é com base, principalmente, numa discussão sobre essas duas principais vertentes, junto ao trabalho de Brulon (2012), que este artigo procura analisar a gestão pública atual.

---

1 Professora do Curso de Secretariado Executivo da UFS e doutoranda em Administração da UFBA. Universidade Federal da Bahia(UFBA) e Universidade Federal de Sergipe (UFS),mrs.gusmao@gmail.com

2 Professora do Curso de Secretariado Executivo da UFS. Universidade Federal de Sergipe(UFS), flavialpacheco@yahoo.com.br

Enquanto isso, a bibliografia pesquisada sobre competência, o que se verifica é que esse conceito foi desenvolvido quase que exclusivamente para organizações privadas, sendo as organizações públicas praticamente ignoradas. No entanto, o exame das competências organizacionais e da forma como elas se desenvolvem nas organizações públicas podem trazer uma nova perspectiva de análise, capaz de auxiliar no aperfeiçoamento e na busca pela eficácia e equidade na gestão pública. Bryson, Ackermann e Eden (2007) lembram que "a chave importante para o sucesso de organizações públicas é identificar e construir as capacidades estratégicas para produzir maior valor público aos interessados a um custo razoável" (p.702). [tradução nossa] .Tão importante quanto colocar em ação a competência é a capacidade se compreender o processo de desenvolvimento da organização, pois o desvendar do que está por trás daquilo que a organização efetivamente entrega torna-se a chave do bom desempenho organizacional.

Este ensaio está organizado em quatro partes. Além desta introdução, há uma sessão que apresenta uma breve trajetória da administração pública brasileira, com ênfase para os modelos patrimonialista, burocrático e seus os aspectos relacionados às reformas administrativas e aos ideários de desenvolvimento. Em seguida, dedica-se ao movimento da Nova Administração Pública, que para fins deste estudo, foi considerado como modelo vigente. Nesta sessão, apresenta-se a problematização da relação entre os critérios de desempenho da administração pública, do modelo atual, e o desenvolvimento com suas características de multidimensionalidade, conforme proposto por Brulon (2012). Por fim, apresentam-se, as duas correntes, que neste estudo, representam as tendências da administração pública para o desenvolvimento. Seguida da reflexão sobre desenvolvimento de competências organizacionais na gestão pública

2. Breve trajetória da Administração Pública (AP) no Brasil

Em uma perspectiva histórica, a administração pública brasileira é marcada por processos de reformas, entendidos aqui como transformações das estruturas administrativas (organizacionais, gerenciais e no funcionalismo público) e institucionais do aparelho do Estado, que visam à superação de dificuldades organizacionais e gerenciais no setor público, bem como o desenvolvimento no campo das relações políticas e sociais (Fadul & Souza, 2005). Dentro dessa trajetória de reformas do Estado brasileiro, podem ser identificados inicialmente três modelos básicos de administração: o patrimonialista, o burocrático e o gerencial.

No modelo mais antigo, da administração pública patrimonialista, vivido pelo Brasil especialmente até o ano de 1889, o Aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares (servidores) possuem *status* de nobreza real. Caracteriza-se pela indefinição entre o que é público e privado, entre o político e o administrador público (como cargo profissional). Tendo em vista estas características, a administração pública patrimonial sofre inúmeras críticas, no Brasil e no mundo, que corroboram a necessidade de sua substituição pelo modelo burocrático.

A administração pública burocrática traz, em seu cerne, as ideias de profissionalização, de carreira, de hierarquia funcional, impessoalidade e formalismo, caracterizando assim um poder racional-legal. A partir da reforma empreendida no governo, a AP sofre um processo de racionalização que se traduziu no surgimento das primeiras carreiras burocráticas e na tentativa de adoção do concurso como forma de acesso ao serviço público.

Os anos de 1930 a 1950 caracterizam-se pelo surgimento da AP, enquanto disciplina, no ciclo político do Estado Novo. Neste período, destaca-se o DASP como *lócus* principal de sua difusão. O objetivo formal era então a estruturação de uma administração pública meritocrática e profissionalizada (Gaetani, 1999). Destaca-se neste período a influência dos trabalhos da administração científica de Taylor e da teoria da burocracia de Weber, além dos pioneiros da administração pública americana, dentre eles Gulick (1937) e White (1948), os quais focalizavam o estudo dos processos e da estrutura nas organizações públicas (Denhardt, 2011 *apud* Andion, 2012).

Nesse sentido, principalmente a partir da década de 1950, quando o discurso de desenvolvimento ganha força, a administração pública, imbuída de um papel social, toma para si, ou tem a ela atribuída, a missão de levar as nações ao desenvolvimento.Como explicam Vieira e Vieira (2004 *apud* Brulon, 2012), a economia do dos

Estados-nações sempre teve como pressuposto fundamental o processo de desenvolvimento. Para os autores, "o desenvolvimento não pode ser estimulado Fora dos grandes signos nacionais: bandeira, cultura e moeda" (Vieira &e Vieira, 2003 *apud* Brulon, 2012).

Ao se propor a reconstruir historicamente o campo da AP no Brasil, Keinert (1994) sugere quatro períodos paradigmáticos, que se seguiram ao longo dos anos, marcando as transformações na área. Dentre eles, a autora localiza nos anos de 1946 a 1964 um período denominado de "administração para o desenvolvimento", caracterizado pelo predomínio da ideologia desenvolvimentista, que via na administração pública um ator central para que o sonho de desenvolvimento pudesse se concretizar.

As discussões em torno da temática do desenvolvimento neste período foram marcadas pela ênfase no papel da administração pública, tendo em vistas seus fins sociais. Com o intento de contribuir para essa discussão, Guerreiro Ramos (1966) analisa modelos burocráticos, apresentando suas reflexões a respeito do papel da burocracia na modernização e no desenvolvimento. Apontando nesta mesma direção, em artigo sobre o tema, em 1972, Motta (1972) destaca os esforços despendidos à época para a formação da disciplina "administração para o desenvolvimento" pelos estudiosos de administração pública.

A reforma operada em 1967 pelo Decreto-Lei nº 200, entretanto, constitui um marco na tentativa de superação da rigidez burocrática, mediante o referido decreto- lei, realizou-se a transferência de atividades para autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de obter-se maior dinamismo operacional por meio da descentralização funcional. Instituíram-se, como princípios de racionalidade administrativa, o planejamento e o orçamento, o descongestionamento das chefias executivas superiores, a tentativa de reunir competência e informação no processo decisório, a sistematização, a coordenação e o controle (Klering, Porsse & Guadagnin, 2010). Em meados dos anos 70, uma nova iniciativa modernizadora da administração pública teve inicio com a criação da Secretaria da Modernização que buscou implantar novas técnicas de gestão e, particularmente de administração de recursos humanos, na administração pública federal.

Já no início dos anos 80, registrou-se uma nova tentativa de reformar a burocracia e orientá-la na direção da administração pública gerencial, com a criação do Ministério da Desburocratização e do Programa Nacional de Desburocratização - PrND, cujos objetivos eram a revitalização e a agilização das organizações do Estado, a descentralização da autoridade, a melhoria e simplificação dos processos administrativos e a promoção da eficiência. As ações do PrND voltaram-se inicialmente para o combate à burocratização dos procedimentos. Posteriormente, foram dirigidas para o desenvolvimento do Programa Nacional de Desestatização, num esforço para conter os excessos da expansão da Administração descentralizada, estimulada pelo Decreto-Lei nº 200/67 (Klering, Porsse & Guadagnin, 2010).

Durante a década de 1980, conforme mostrou Keinert (1994), o modelo de desenvolvimentismo é posto em cheque diante da grande crise econômica e social que assola o país e o mundo. O período da transição democrática (1985-1990) caracterizou-se por um afrouxamento dos esforços de modernização administrativa no setor público, em função de vários fatores, principalmente pela falta de apoio político para esse objetivo, bem como pela implementação do Plano Cruzado, e ainda pela espera por definições mais claras por parte da nova Constituição (de 1988), que estava sendo engendrada pela Assembléia Nacional Constituinte, instalada em 1986 (Klering, Porsse & Guadagnin, 2010).

A nova Constituição de 1988 visou a racionalizar o ingresso e a fixação de servidores no serviço público. Todavia, acabou promovendo um surpreendente engessamento do aparelho estatal, ao estender para os serviços do Estado e para as próprias empresas estatais praticamente as mesmas regras burocráticas rígidas adotadas no núcleo estratégico do Estado, lembram Klering, Porsse & Guadagnin (2010).

A nova Constituição determinou a perda da autonomia do Poder Executivo para tratar da estruturação dos órgãos públicos, instituiu a obrigatoriedade de regime jurídico único para os servidores civis da União, dos Estados-membros e dos Municípios, e retirou da Administração indireta a sua flexibilidade operacional, ao atribuir às fundações e autarquias públicas normas de funcionamento idênticas às que regem a Administração direta.

A partir da década de 1990, Keinert (1994) descreve um período marcado pela redução da participação do Estado na economia e de seu papel desenvolvimentista. O período imediatamente seguinte, do governo Collor (1990-1992), passa a priorizar o ajuste fiscal, via incentivos à liberação comercial e a privatização. Assim,

promoveu uma reforma administrativa do Aparelho do Estado via propalado intuito de resgatar a eficiência e a dignidade do serviço público, bem como de adequar as estruturas da máquina estatal às funções típicas da administração pública, resultando daí a demissão e aposentadoria de expressivo número de servidores. O curto governo de Itamar Franco (1992-1994) preocupou-se essencialmente com a estabilização da economia, via Plano Real, conduzido pelo ministro Fernando Henrique Cardoso, que foi eleito para presidir o governo seguinte.

Nesse novo contexto, surge como resposta ao modelo anterior de AP, indícios ou movimentos em direção a uma administração pública gerencial, também denominada por Nova Administração Pública (NAP), que será discutida na próxima sessão.

3. A Nova Administração Pública

A Nova Administração Pública (NAP) pode ser interpretada como um movimento de resposta à crise do Estado do Bem Estar. Porém, é importante ressaltar que esta crise não se dá de forma natural, por acaso, ou apenas a partir de causas internas ao próprio Estado (ineficiência, falta de eficácia e efetividade) como comumente costuma-se afirmar. Ela está atrelada à crise do próprio modelo de desenvolvimento Fordista que ocorre, principalmente a partir do final dos anos 1970 (Lipietz, 1991 *apud* Andion, 2005).

O Movimento da NAP caracteriza-se, por um lado, por ser um modelo normativo, formado por um conjunto de abordagens teóricas que se complementam, permitindo uma compreensão da esfera pública e seu funcionamento, a partir dos princípios mercadológicos. Por outro lado, a agenda da NAP serviu de referência em muitos países para promoção de reformas com vistas a reestruturar o Estado, substituindo o modelo burocrático (baseado em regras e autoridade) por um modelo gerencial baseado em competição e com foco em resultados (Kettl, 2003 *apud* Andion, 2012)

No Brasil, o movimento da NAP ganhou força nos anos 1990 com o debate da reforma gerencial do Estado e o desenvolvimento da administração pública gerencial. A crise do nacional-desenvolvimentismo e as críticas ao patrimonialismo e autoritarismo do Estado brasileiro estimularam a emergência de um consenso político de caráter liberal que, segundo análise de Paes-de Paula (2005), se baseou na articulação das seguintes estratégias: a estratégia de desenvolvimento dependente e associado; as estratégias neoliberais de estabilização econômica; e as estratégias administrativas dominantes no cenário das reformas orientadas para o mercado. Nesse contexto, a administração pública gerencial emergiu como o modelo ideal para o gerenciamento do Estado reformado pela sua adequação ao diagnóstico da crise do Estado realizado pela aliança *social liberale* por seu alinhamento em relação às recomendações do Consenso de Washington para os países latino-americanos.

Para Bresser-Pereira (1996) a nova administração pública se diferencia da administração pública burocrática por seguir os princípios do gerencialismo. Para alcançar seus objetivos, o novo modelo de gestão, que serve de referência para os três níveis governamentais, deveria enfatizar a profissionalização e o uso de práticas de gestão do setor privado. Esse modelo de reforma e de gestão foi efetivamente implementado durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Com relação ao governo Lula (mandatos 2003-2006 e 2007-2010), Fadul e Silva (2008) consideram que as iniciativas atuais de reforma propostas nesse governo seguem as políticas e ações empreendidas na reforma de 1995, sendo desdobramentos e dando continuidade às reformas iniciadas no governo passado. As reformas propostas pelo governo Lula agregam um conjunto de ações voltadas para um Estado promotor da inclusão social, as quais envolvem três categorias que guardam semelhanças com a reforma dos anos 90, na qual foram implantadas reformas estruturais (Reforma do Estado e do seu aparelho) e reformas administrativas (da administração pública), sendo essas últimas voltadas para a retomada da performance e da qualidade dos serviços públicos (Fadul & Souza, 2005).

Dessa forma, os projetos da Reforma do Estado de 95 continuaram sendo enfatizados no governo Lula, com uma maior ênfase a programas sociais, em que o governo federal busca acentuar seu papel de planejador, tendo como intermediadores os Estados, e realizadores locais os municípios.

No início do século XXI, a lógica desenvolvimentista parece estar sendo retomada, e alguns autores chegam a falar em um novo desenvolvimentismo, em referência à vertente desenvolvimentista da CEPAL, que se consolidou na década de 1960. Bresser- Pereira (2006, p. 12) caracteriza essa retomada do desenvolvimentismo como "um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas, por meio das quais as nações de desenvolvimento médio buscam, no início do século XXI, alcançar os países desenvolvidos". No Brasil, a tendência não tem sido diferente, e principalmente a partir do governo Lula, em 2004, e Dilma, em 2012, a ideia de desenvolvimentismo vem sendo retomada. Segundo Morais e Saad-Filho (2011), a partir de 2006, a política econômica brasileira sofre uma inflexão, com a adoção de medidas claramente correlacionadas com o novo desenvolvimentismo, que estão em continuidade no governo Dilma.

Refletindo essa tendência, nas discussões acadêmicas em torno do papel da administração pública, referências a respeito de sua importância para o desenvolvimento voltam a se tornar frequentes. Martins (2006), por exemplo, retoma a discussão iniciada por Motta (1972) na década de 1970, e afirma que, embora passadas mais de três décadas, essa discussão ainda se faz atual. Segundo Martins (2006), os problemas e soluções levantados por Motta (1972) permanecem, abrindo espaço para uma nova administração para o desenvolvimento, com o resgate da disciplina que se perdeu na década de 1980.

Matias-Pereira (2009) também aponta nessa direção ao ressaltar como um dos principais objetivos das reformas de Estado e da modernização da administração pública, a consolidação de um desenvolvimento sustentável, com justiça social.

Contudo, segundo Brulon (2012) é corrente nos debates a respeito da mensuração de desempenho no setor público, a defesa dos critérios de eficiência, entendido como a redução dos recursos necessários, ou de eficácia, assumido como o alcance dos objetivos propostos, como aqueles mais relevantes. Entretanto, critérios como o de efetividade ou relevância, que levam em conta questões éticas, como o atendimento das demandas sociais, constituindo-se como critérios substantivos, acabam por ser esquecidos diante da excessiva ênfase dada aos critérios instrumentais.

Castro (2006) defende a inviabilidade de um Estado apenas eficiente, sem que o critério de efetividade seja também considerado. Para Matias-Pereira (2009), as questões de eficácia e eficiência do setor público devem ser consideradas, embora sempre subordinadas ao critério da efetividade. Destaca-se a consistente discussão apresentada por Brulon (2012) em torno do desenvolvimento multidimensional, a partir dos ideais e conceitos defendidos por Furtado (1984, 2000), Ramos (1989) e Sachs (1997), para indicar que "desenvolvimento econômico é irrealizável e desvia a atenção das necessidades fundamentais da coletividade".

Brulon (2012) ressalta que a multidimensionalidade do conceito de desenvolvimento passa, assim, a ser reivindicada por muitos autores, de tal forma que a ideia de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico é praticamente superada. A autora faz essa análise considerando, como modelo vigente, a administração gerencial, tendo com critérios de desempenho, a eficiência, eficácia, ou seja, critérios que se pautam na lógica instrumental e econômica são reforçados na gestão pública.

Brulon (2012) defende a necessidade da adoção de critérios de desempenho substantivos pela administração pública, além dos instrumentais, para que ela se aproxime do alcance das dimensões do desenvolvimento que dizem respeito a aspectos sociais, culturais e políticos, que vão muito além das dimensões econômicas. O argumento da autora é sustentado pelo trabalho de Sander (1995) e Corragio (2006) quando esta propõe uma relação entre as categorias de desempenho propostas por Sander e as dimensões de desenvolvimento indicadas por Corragio.

Nesse sentido, para o alcance do desenvolvimento, missão que a administração pública assume principalmente a partir da década de 1950 (Keinert, 1994; Motta, 1972), faz-se necessário que o gestor público seja guiado por outras lógicas além da econômica ou instrumental, incorporando também critérios de desempenho que abarquem uma dimensão substantiva.

De fato, a administração pública enfrenta uma série de dificuldades e encara alguns dilemas nas tentativas de desempenhar seu papel, e barreiras para a consolidação do desenvolvimento se impõem. Um problema central apontado na literatura, e que foi trazido por Brulon (2012), diz respeito à ênfase em um viés econômico e em uma lógica de mercado, que desviam a administração pública de questões de âmbito social. A este respeito, Misoczky (2004 *apud* Brulon, 2012) denuncia a centralidade da noção de eficiência como um

paradigma de mercado que domina a administração pública, e leva à aplicação de cálculos de eficiência de forma indiscriminada, mesmo nos contextos em que eles não são adequados. Motta (1972) também chama atenção para a ênfase da administração para o desenvolvimento em eficiência e eficácia organizacional, em detrimento da efetividade, critério de viés social. A partir de uma noção de desenvolvimento como um conceito multidimensional, ideia consolidada na literatura que trata do tema, Brulon (2012) aponta o que problema acima torna-se ampliado e merece ser debatido, tendo em vista sua superação.
Na tentativa de compreender formas de superação ao contexto descrito na trajetória da administração publica brasileira, percebe-se o esforço de estudiosos para desenhar alternativas para o campo de pública no Brasil. Para fins deste ensaio discorremos sobre algumas dessas correntes, a saber: a) administração pública societal e b) novo serviço público e c) desenvolvimento de competência organizacional.

4.Tendências para Administração Pública

Administração Pública Societal

Segundo Paes de Paula (2005) a origem da vertente da qual deriva a administração pública societal está ligada à tradição mobilizatória brasileira, que alcançou o seu auge na década de 1960, quando a sociedade se organizou pelas reformas no país. Esse ambiente estimulou a articulação de alguns grupos em torno de questões que afetavam substancialmente a qualidade de vida individual e coletiva, originando reivindicações populares junto ao poder público. Emergiram então demandas por bens de uso coletivo, como transporte, habitação, abastecimento de água, saneamento básico, saúde e creche.
O tema da inserção da participação popular na gestão pública é o cerne dessa mobilização (Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática, 1999), e atingiu seu ápice em meados da década de 1980, momento da elaboração da Constituinte, quando diferentes forças políticas ofereciam suas propostas para formular um novo referencial das relações entre Estado e sociedade, cada qual fundamentada na sua visão de como deveria ser a construção da democracia no Brasil (Paes de Paula, 2005).
Apesar de sua heterogeneidade, o campo movimentalista se centrava na reivindicação da cidadania e no fortalecimento do papel da sociedade civil na condução da vida política do país, pois questionava o Estado como protagonista da gestão pública, bem como a ideia de público como sinônimo de estatal (Keinert, 2000). Uma concepção começou a se tornar predominante no âmbito desse campo, a saber: a implementação de um projeto político que procura ampliar a participação dos atores sociais na definição da agenda política, criando instrumentos para possibilitar um maior controle social sobre as ações estatais e desmonopolizando a formulação e a implementação das ações públicas.
Nesse contexto, multiplicaram-se pelo país, governos com propostas inovadoras de gestão pública, que abrigavam diferentes experiências de participação social. Segundo Paes-de Paula (2005), ao longo dos anos 1990 essas experiências alternativas se manifestaram de forma fragmentada, demandando uma amarração a um projeto político mais abrangente para o Estado e a sociedade, que contemplasse os seguintes elementos: a) um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil que enfrentasse a crise do nacional desenvolvimentismo; b) uma proposta de reorganização para o aparelho de Estado; e, c) uma visão de gestão pública alternativa ao gerencialismo.
Emergia assim a noção de administração pública societal, mas não havia uma representação política presente no poder central para implementá-la. A vertente societal, por sua vez, enfatiza principalmente a participação social e procura estruturar um projeto político que repense o modelo de desenvolvimento brasileiro, a estrutura do aparelho de Estado e o paradigma de gestão (Paes de Paula, 2005). Em outras palavras: uma concepção começou a se tornar predominante no âmbito desse campo, a saber: a implementação de um projeto político que procura ampliar a participação dos atores sociais na definição da agenda política, criando instrumentos para possibilitar um maior controle social sobre as ações estatais e desmonopolizando a formulação e a implementação das ações públicas (p.39).
Em síntese, essa visão alternativa tenta ir além dos problemas administrativos e gerenciais, pois considera a

reforma um projeto político e de desenvolvimento nacional, recaindo a sua atenção para a dimensão sociopolítica da gestão pública democrática. Contudo, Paes-de Paula (2005), revela que a vertente societal não tem propostas completamente acabadas para as dimensões econômico-financeira e institucional- administrativa.
No entanto, esse ainda é um projeto em construção, pois a aliança política que o sustenta se encontra em processo de consolidação, e a expectativa de que essa nova abordagem de gestão pública se tornasse a marca do governo federal petista não se concretizou. Até o momento se observa uma continuidade em relação às práticas gerencialistas. Paes de Paula (2005), afirma que a vertente societal não é monopólio de um partido ou força política, nem apresenta o mesmo consenso da vertente gerencial em relação aos objetivos e características de seu projeto político.

Novo Serviço Público

Andion (2012) afirma que um breve exame na recente literatura da administração pública norte-americana e europeia permite afirmar que os modelos já apontados não abordam toda a produção intelectual do campo da administração pública nas últimas décadas. A proposta do Novo Serviço Público (NSP) surge como um contraponto às correntes Estadocêntrica e da Nova Administração Pública (Andion, 2012). Como os demais modelos, o NSP consiste de diferentes abordagens teóricas que trazem à tona novos princípios normativos e descritivos para o campo.
Segundo Denhardt e Denhardt (2003 *apud* Andion, 2012), o NSP constitui um novo modelo de gestão que tem por base as teorias democráticas e da cidadania (com ênfase na construção do interesse público para além da soma dos interesses individuais); os modelos de comunidade e da sociedade civil (que ressaltam a importância do poder local); além do humanismo organizacional e da teoria do discurso (que dão importância ao diálogo e à mediação entre diferentes agentes que atuam na esfera pública).
Mais do que descrever um modelo coerente e monolítico, o Movimento do NSP parece abrir novas vias para compreensão da ação pública na atualidade. Nesse sentido, Andion (2012) destaca a abordagem da coprodução do bem público que vê o usuário do serviço público não como cliente ou simples beneficiário. Neste caso, não há separação entre oferta e demanda de serviço, esses dois campos se sobrepõem. O sucesso de uma política pública aqui não é determinado apenas pela aplicação de leis e normas ou pelo desempenho técnico, ela depende também do envolvimento dos cidadãos nas tomadas de decisão (comportamento cooperativo). Neste sentido, o ajuste mútuo torna-se um elemento muito importante.
Duran e Thoenig (1996 *apud* Andion, 2012) vão nessa mesma direção chamando atenção para a fluidez, a heterogeneidade e pela fragmentação do poder político no espaço público contemporâneo, mostrando que atualmente os atores públicos perdem a sua centralidade e passam a depender cada vez mais de terceiros. Vários atores e instâncias podem intervir sobre o mesmo problema, já que a natureza das questões públicas se torna mais complexa, exigindo cada vez mais uma inteligência transversal. A complexidade dos problemas vai então exigir dos atores a comunicação e a cooperação, para que se construam soluções inovadoras. Neste sentido, a coordenação da ação coletiva desfragmentada emerge como um desafio, cuja solução não é evidente (Andion, 2012).
Estudos recentes no campo da governança pública (Bernier, Bouchard & Lévesque, 2003; Enjolras, 2008 *apud* Andion, 2012) têm demonstrando que o que ocorre na atualidade não é o desmantelamento de toda a forma de regulação da ação coletiva, mas o surgimento de novas formas. Os modelos tradicionais de regulação socioeconômica, caracterizados pela centralidade do Estado ou do mercado, convivem com outros modos de condução da ação coletiva (governança comunitária ou em parceria). Desta maneira há um deslocamento das formas tradicionais de governar para modelos de governança compartilhados.
A parceria é outra abordagem possível para um novo modo de regulação. Aqui a questão da governança se coloca como de extrema importância. Unir a ação de atores sociais de diferentes origens é uma condição necessária para a parceria, mas juntar ações individuais não constitui em si a parceria. A parceria requer acordo e investimento de recursos que vão além da partilha de ações. Ela coloca junto atores que têm de obedecer sua própria lógica, mas, ao mesmo tempo, buscar áreas de compatibilidade institucional para ampliar a sua cooperação (Bernier, Bouchard & Lévesque, 2003, *apud* Andion,2012).

Pode-se perceber que a abordagem do Novo Serviço Público coloca novas luzes sobre aspectos pouco tratados pelas outras correntes. Em particular, Andion (2012) indica que há re-localização do espaço público na atualidade que se encontra numa zona de tensão permanente entre as esferas pública e privada (o público extrapola o Estatal). Isso pressupõe uma verdadeira ressignificação da ação pública ilustrada por algumas das ideias força tratadas por Denhardt e Denhardt (2003 *apud* Andion,2012)) nos seu livro *The New Public Service* e também pelos outros autores citados, as quais representariam a essência do NSP: a) o interesse público é o alvo não um sub-produto; b) servir no lugar de guiar; c) pensar estrategicamente, agir democraticamente;d) o território (não no sentido administrativo), mas como lócus de identidade e de recursos específicos, passa a ser o espaço privilegiado de intervenção pública; e) reconhecer que *accountability* não é simples.

A cidadania deve ser colocada acima do empreendedorismo, devendo inclusive, ser uma categoria de análise importante para a questão do desenvolvimento, conforme defende Oliveira (2001). O foco excessivo na eficácia pode obscurecer o foco central que é promover o interesse público. Os servidores públicos não são apenas executivos do aparelho do Estado, superando assim a racionalidade mais instrumental tendo em vista o desenvolvimento muldimencional (Andion, 2010; Brulon, 2012).

No Brasil, Andion (2010) localiza que a influência das ideias do Novo Serviço Público é muito recente e se dá, sobretudo, após a consolidação democrática a partir da segunda metade dos anos 1990. Neste período há uma maior ampliação da descentralização entre as esferas de governo (com a municipalização), ocorre a criação de novos espaços de participação da sociedade civil na esfera pública (por meio de plebiscitos, audiências públicas, conselhos públicos, etc.), surgem novos direitos (como os direitos difusos) e há um reforço à mobilização social (por meio dos novos movimentos sociais e do envolvimento do setor privado nas questões públicas), embora a autora. Todos esses fatores permitem afirmar que nas duas últimas décadas o Brasil vem consolidando pouco a pouco seu compromisso com o regime democrático, gerando um clima favorável a novos arranjos políticos e institucionais. Esse processo reflete-se na ampliação dos estudos que visam compreender os avanços e limites desses novos arranjos institucionais na esfera pública (Paes De Paula, 2005; Milani, 2008).

Porém, como afirma Abrucio (2007) não houve ainda uma mudança substancial nos padrões de relação entre Estado e sociedade. Ainda permanece um alto grau de centralização de poder no executivo e um isolamento (insulamento burocrático) dos gestores públicos (Nunes, 1997 *apud* Andion, 2012). Andion (2012) Percebe-se ainda uma forte influência dos padrões patrimonialistas, principalmente na esfera municipal. Esta esfera ainda caracteriza-se por um baixo poder de implementação das políticas públicas. Os municípios se multiplicaram, a partir de critérios políticos, muitas vezes sem a mínima condição de sustentabilidade. Por outro lado, há uma clara incompletude no processo de constituição de cidadania, resultando em importantes lacunas quanto aos direitos civis (Diniz, 2001). Há um amplo contingente populacional que ainda se situa totalmente fora da cobertura do Estado no Brasil, demonstrando a incapacidade da administração pública de garantir o princípio da universalidade.

Competência Organizacional em Organizações Pública

Bryson, Ackermann e Eden (2007) também alertam a importância do papel da competência organizacional na administração pública, uma vez que consideram que sem atenção ao desenvolvimento das competências as organizações públicas terão dificuldade para atingir seus objetivos, criar valor público, responder de forma eficaz às mudanças em seus ambientes e até mesmo justificar a sua existência.

Quanto à conceituação das competências organizacionais, Munck e Dias (2013) indicam que a trajetória evolutiva da conceituação sobre competências organizacionais segue um caminho que vai do estático para o mais dinâmico, da abordagem racionalista para uma mais interpretativa, de uma visão funcional para uma mais estrutural, de uma base tecnologicista para outra que envolve o aprendizado social, do sistema isolado para o fragmentado, de uma abordagem individual para outra multidisciplinar. Corroborando com Fleury e Fleury (2004) Becker (2004) e Munck e Dias (2013) alertam que competências organizacionais são desenvolvidas ao longo do tempo e que tal desenvolvimento diverge de organização para organização, haja vista as organizações se diferenciam quanto à capacidade de receber e desenvolver competências, conforme seu contexto.

Bryson, Ackermann e Eden (2007) apontam para a capacidade de identificar e construir as competências, particularmente, as competências distintivas, como chave para o sucesso das organizações públicas, para tanto sugerem nos seguintes termos chaves para compreensão teórica do tema: *critical success factors, resources, competencies, distinctive competencies, core competencies, and core distinctive competencies*
Eden and Ackermann (1998 *apud* Bryson, Ackermann & Eden, 2007) apontam que este processo de formação de competências organizacionais pode ser particularmente difícil para as organizações públicas, porque delas raramente são esperados a exploração de competências distintivas. Contudo, evidência da pesquisa do setor público indica que a estabilidade de gestão é fortemente associada com bom desempenho em organizações públicas (Milward & Provan 2000; O'toole & Meier 2003 *apud* Bryson, Ackermann & Eden 2007).
Os autores concluem o estudo na forma de proposições, visando contribuir com a teoria e a prática de gestão pública estratégica e o desenvolvimento de competências organizacionais:

Proposição 1 - Organizações públicas que apresentam bom desempenho durante longos períodos irão se inspirar em competências distintas que consistem em competências conjuntas e em um circuito de competências de auto-reforço.

Proposição 2 - Organizações públicas que desenvolvem um esquema válido de subsistência e formulam e implementam suas estratégias baseadas naquele esquema atingirão um melhor alinhamento com as demandas e oportunidades de seus ambientes - e terão melhor desempenho nesses ambientes do que em organizações que não o fazem

Proposição 3 - Colaborações de sucesso envolvendo organizações públicas precisam estar sustentadas por competências conectadas entre as organizações.

Proposição 4 - O sucesso, para organizações públicas, tem a tendência de ser baseado na exploração, sustento e proteção de competências distintas, bem como no desenvolvimento de novas competências distintas.
Diante do exposto, não há nenhuma razão para supor que explorar as competências distintivas existentes e desenvolver novas é menos significativa para as organizações públicas.
Na produção nacional sobre o tema, Quintana (2009) propõe trabalho sobre o processo de formação e desenvolvimento de competências organizacionais no Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. Este trabalho também parte da premissa que o estudo sobre de formação e desenvolvimento de competências organizacionais é uma boa lente para análise organizacional, de maneira dinâmica e evolutiva, ou seja, entender a forma como elas surgem, evoluem e são renovadas durante a trajetória da organização, corroborando com Becker (2004). Destaca-se o trabalho realizado pelo autor na descrição e análise de diferentes *framework*s encontrados na literatura sobre o desenvolvimento de competências organizacionais.
Após o mapeamento dos *frameworks*, o autor utiliza a noção apresentada por Becker (2004) sobre a "agregação de valor" proporcionada pela competência organizacional ao longo do tempo, elaborando seguinte conceito de competência organizacional, "é a capacidade de combinar, misturar e integrar recursos em produtos e serviços, de forma contínua, buscando maior desempenho organizacional e a agregação de valor percebido pelos clientes e pela sociedade em geral" (Quintana, 2009, p.28). O autor propôs ainda um *framework* representativo, conforme **Figura 1**, de uma realidade presente nas instituições ligadas ao setor público judiciário brasileiro, que pode também contribuir para análise de outras organizações públicas.

Figura 1 - Framework de Desenvolvimento de Competências Organizacionais

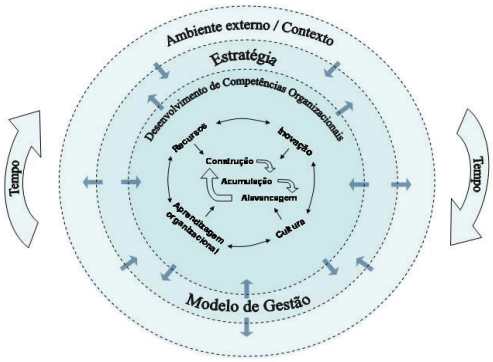

Fonte: Quintana (2009)

Quintana (2009) corrobora com Bryson, Ackermann e Eden (2007) quanto à finalidade do serviço público."No caso do setor público a agregação de valor percebida pelo cliente, torna-se tão importante quanto o próprio desempenho organizacional, pois a finalidade da existência de uma organização pública é, antes mesmo de ter um bom resultado financeiro, cumprir com seu papel social, visando ao bem público e ao interesse da sociedade" (p.28).

Assim como Quintana (2009), Godoi e Silva (2003) citando Finger e Brand (2001) preocupam-se em indicar às especificidades das organizações públicas, reconhecendo a presença, no setor público, de uma série de fatores ou obstáculos que torna essa dinâmica organizacional particularmente difícil e complexa, a saber: a) as restrições ambientais, originárias do fato de operarem num contexto político e público; b) a história, que a resguardou da competição e da comparação; c) as próprias restrições do setor público.

A articulação entre competência e aprendizagem no setor público é uma pretensão de Godoi e Silva (2009) para recuperarem o conceito de competência por vezes banalizado e reduzido a listas mensuráveis de saber e saber-fazer. Em outras palavras, na competência está envolvida a questão da articulação entre a ação da organização e ação do sistema coletivo de desenvolvimento da competência. Becker (2004) complementa afirmando que esta articulação envolve padrões particulares de aprendizagem e de investimentos aplicados para desenvolver recursos e capacidades da organização.

O trabalho de Godoi e Silva (2009) traz grandes contribuições estudos sobre organização pública, quando analisado como contraponto ao trabalho de Quintana (2009) que se concentrou no processo de formação e desenvolvimento de competências organizacionais e a relação com os seus elementos. O trabalho de Godoi e Silva (2003) também preenche uma lacuna, já apontada por Takahashi e Fischer (2009) quanto os poucos estudos que analisam em profundidade a integração entre categorias competência e aprendizagem, e sustentam empiricamente. Quanto à identificação das competências organizacionais o trabalho de Godoi e Silva avançou ao trabalho de Quintana (2009) ao mensurar a satisfação dos clientes em relação às supostas competências.

No que se refere à possibilidade de desenvolvimento de competências, os autores corroboram com a necessidade de reestruturação organizacional passando de uma estrutura funcional para uma estruturação por processos, conforme descrito nos estudos de Becker (2004) e Quintana (2009), pois dificilmente o sistema de competências encontraria compatibilidade com estruturas funcionais e pouco flexíveis. Godoi e Silva (2003) identificam que a estrutura, estratégia, cultura, ambiente e tecnologia como os fatores que também influenciam a aprendizagem mantendo uma estreita relação com o desenvolvimento de competências.

No intuito de entender as competências organizacionais, muitos trabalhos foram desenvolvidos no âmbito de sua formação, desenvolvimento, renovação, características, como foi possível observar nas secções anteriores. As relações entre as competências organizacionais com demais elementos estratégicos como desempenho, vantagem competitiva, aprendizagem organizacional, etc, também foram tema dos estudos teóricos e empíricos apresentados. Ao tempo que se constatou que o processo de desenvolvimento diverge de organização para organização, haja vista as organizações se diferenciam quanto à capacidade de receber e desenvolver competências, conforme seu contexto.

Em síntese, identificou-se a evolução do conceito de competência organizacional nos estudos aplicados ao meio empresarial privado, todavia defende-se, também, que o exame das competências organizacionais e da forma como elas se desenvolvem nas instituições públicas pode trazer uma nova perspectiva de análise, capaz de auxiliar no aperfeiçoamento e na busca pela eficiência na gestão do setor público no País.

5 Considerações não finais

Este ensaio permitiu compreender que a trajetória da administração pública brasileira é marcada por tentativas de reformas que, em parte, visam estruturar e organizar o Estado em favor da administração pública para desenvolvimento. Tal trajetória pode ser desenhada tanto no campo teórico como no campo da prática. No campo teórico percebe-se a discussão quanto a definição da administração pública como disciplina, dos seus aportes epistemológicos e metodológicos. Já no campo da prática descrevem-se as sucessivas propostas reformas administrativas e operacionais do Estado e o desenho das políticas e/ou estratégias de desenvolvimento para o país.

Nos últimos anos, com as crescentes crises sociais, ocasionadas pela política capitalista, passa-se a discutir os meios de diminuir as desigualdades existentes. No entanto, tudo isso é feito a partir de reformas que, de forma alguma, criticam a ordem social que está posta e, por isso, reduzem-se à reformulação de significados e acabam por entregar os direitos da comunidade à racionalidade do mercado. Por isso, trabalhos como este, que busquem analisar e interpretar formas mais sociais e participativas de gestão são indispensáveis para uma discussão das políticas públicas e políticas de gestão no Brasil. Retomando ao objetivo do ensaio, é possível afirmar que a administração pública brasileira tem (inter)relações com o alcance do desenvolvimento no país, reconhecendo a limitação deste trabalho em não descrever com esta relação ocorreu em cada momento desta trajetória.

Foi possível ainda discutir sobre o movimento da nova administração pública em vigência no País, seus avanços e limites em prol da administração pública para o desenvolvimento, bem como apresentar tendências apresentadas pela literatura na gestão pública no Brasil. De maneira geral, a administração pública societal e o novo serviço público são convergentes entre si e tentam superar a administração gerencialista, principalmente quanto a sua racionalidade instrumental, sua ênfase na dimensão econômica do desenvolvimento e seus critérios de desempenho.

Após reflexão da trajetória da administração publica brasileira e das novas tendências e, sem caráter conclusivo, sistematizamos os principais achados deste ensaio teórico sobre administração pública e desenvolvimento, rumo a uma agenda de pesquisa para estudos futuros que se proponham a:

- desenvolver e reconhecer outros paradigmas (interpretativo, humanista radical e estruturalista radical) no campo da administração pública;
- defender que a administração pública passe a se guiar igualmente por critérios de desempenho de âmbito social, político e cultural, como a efetividade e a relevância;
- diminuir a dicotomia entre administração e política no debate teórico e aumenta- la na prática, da gestão pública;
- formar de gestores públicos tendo em vista as competências técnicas, administrativas e políticas;
- discutir de que forma a administração pública alcançar o desenvolvimento multidimensional.

No intuito de entender as competências organizacionais, muitos trabalhos foram desenvolvidos no âmbito de sua formação, desenvolvimento, renovação, características, como foi possível observar neste estudo. As relações entre as competências organizacionais com os demais elementos estratégicos como desempenho, vantagem competitiva, aprendizagem organizacional, etc, também foram tema dos estudos teóricos e empíricos apresentados.

A partir destas considerações, é possível refletir sobre como as competências organizacionais deveriam ser desenvolvidas ao longo do tempo e que tal desenvolvimento diverge de organização para organização, haja vista as organizações se diferenciam quanto à capacidade de construir e desenvolver competências, conforme seu contexto.

Percebe-se que o campo teórico e empírico sobre competência, sobretudo no âmbito do setor público, ainda está em fase de consolidação. Contudo, baseado nos estudos aqui analisados podem ser feitas algumas importantes considerações não finais acerca do tema:

1. Processo de formação e desenvolvimento de competências organizacionais pode ser particularmente difícil para as organizações públicas, porque delas raramente são esperados a exploração de competências distintivas.
2. Estabilidade de gestão pública é fortemente associada com bom desempenho em organizações públicas
3. A dualidade presente nas rotinas organizacionais confere tanto estabilidade quanto dinamismo na trajetória das organizações públicas
4. A necessidade de reestruturação organizacional passando de uma estrutura funcional para uma estruturação por processos deve estar alinhada ao processo de formação e desenvolvimento na gestão pública
5. A compreensão da competência, na gestão pública é como memória organizacional
6. Algumas peculiaridades e dificuldades devem ser enfrentadas neste processo de formação de competências organizacionais dentro das organizações públicas, a exemplo da questão cultural, influência do ambiente externo, despreparo administrativo, reformas administrativas e modelo de gestão dentre outros
7. A articulação entre aprendizagem e competência é um tema emergente, para compreender a gestão de organizações públicas

Diante do exposto neste artigo, conclui-se que estudos e pesquisas sobre competências organizacionais no campo da Administração Pública ainda são muito incipientes, caracterizando-se ao mesmo tempo, como uma limitação e uma oportunidade para estudos futuros (Godoi & Silva, 2003; Bryson, Ackermann & Eden, 2007, Quintana, 2009).

Referências

Abrucio, L. F.(2007) Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. *Rev. Adm. Pública*, Ed.Especial Comemorativa, p.67-87.

Andion, C.(2012) Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. *Cadernos EBAPE.BR*.,v.10, n. Rio de Janeiro. Março.

Bresser-Pereira, L. C.(1996) Da administração pública burocrática à gerencial. *Revista do Serviço Público*, v. 120, n. 1.

Bresser-Pereira, L. C. (2006) O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 3, p. 5-24, julho/setembro.

Batista, F. F. (2006). O governo que aprende: implementando a gestão do conhecimento no Executivo Federal. In: Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva. São Paulo: Saraiva, p. 185-194.

Becker, G. V (2004). *Trajetórias de Formação e desenvolvimento de competências organizacionais da Muri Linhas de Montagem*. São Paulo: USP, 2004. Tese (Doutorado em Administração), Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

Bryson, J. M; Ackermann, F. & Eden, C. (2007). Putting the Resource-Based View of Strategy and Distinctive Competencies to Work in Public Organizacions. *Public Administration Review.* , v. 67,n.4. Julho/Agosto

Brulon, V. (2012) Administração Pública para o Desenvolvimento: Superando a Primazia da Eficiência para o Alcance de um Desenvolvimento Multidimensional *Anais do Encontro de Administração Pública e Governança da ANPAD*, Salvador, BA, Brasil, 5.

Coelho, F. de S. (2008) A problemática atual do ensino de graduação em administração pública no Brasil. *Cadernos EBAPE.BR,* Número Especial, p. 1-21, Agosto.

Demo, Pedro (1996) *Participação é conquista*. São Paulo: Cortez.p. 5-80

Fadul, E. M.; Silva, L. P (2008). Retomando o debate sobre a reforma do estado e a nova administração pública. *Anais do Encontro Nacional Dos Programas De Pós- Graduação Em Administração*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil 32.

Fadul, E. M.; Souza, A. R. (2005) Políticas de reformas da administração pública brasileira: uma compreensão a partir de seus mapas conceituais. *Anais Encontro Nacional Dos Programas De Pós-Graduação Em Administração,* B rasília, DF, Brasil, 24.

Fleury, Maria Tereza Leme; Fleury, Afonso Carlos Correa. (2004) Alinhando estratégia e competências. *Revista administração de empresas*, v. 44, n. 1, Março.

Fleury, M. T. L. & Fleury, A.(2001).Construindo o conceito de competência. *Revista Administração Contemporânea* Curitiba, v. 5

Gaetani, F.(1999). O ensino da administração Pública em um momento de inflexão**.** *Revista do Serviço Público***,** v. 50, n. 4, p. 95-118, Outubro-Dezembro.

Godoi, C.K & Silva, A.B (2003). Desenvolvimento de competências e os processos subjacentes da aprendizagem em uma empresa pública do setor elétrico. *Anais Encontro De Estudos Em Estratégica*, Curitiba**,** PR, Brasil, 1.

Keinert, T. M. M.(1994) Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-1992).*Revista. Administração. Pública*, v. 34, n. 3, p.41-48

Keinert, T. M. M (2000). *Administração Pública no Brasil: crise e mudanças de paradigma***.**Annablume: FAPESP.

Klering, L. R. ; Porsse, M. De C. S. (2010). Caminhos da Administração Pública Brasileira. *Análise (PUCRS)*, v. 21, p. 4-17.

Martins, H. (2006) Administração para o desenvolvimento: a relevância em busca de disciplina. In: LEVY, E.; DRAGO, P. A (Ed.). *Gestão pública no Brasil contemporâneo.* São Paulo: Edições Fundap, 2006, p. 40-56

Matias-Pereira, J. *Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais***.** (2009) 2. Ed. São Paulo: Atlas.

Motta, P. R (1972). Administração para o desenvolvimento – A disciplina em busca de relevância. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3 p. 39-53, julho./setembro

Morais, L.; Saad-Filho, A. (2001) Da economia política à política econômica: o novo- desenvolvimentismo e o governo Lula. *Revista de Economia Política*, v. 31, n. 4, p. 507-527, outubro/dezembro.

Milani, C. R. S. O (2008) princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e européias**.** *Revista de Administração Pública***,** v. 42, n. 3, p. 551-79, Maio/Junho.

Munck, L. & Dias, B. G..(2013). Avanços e Desafios da Conceituação e Operacionalização das Competências Organizacionais. *Anais do Encontro Da Associação Nacional Dos Programas De Pós-Graduação Em Administração*.Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 37.

Oliveira, F. (2001). Aproximações ao Enigma: o que quer dizer Desenvolvimento ? São Paulo: *Instituto Pólis, Programa Gestão Pública e Cidadania*. FGV.

Paes De Paula, A. P. (2005). Administração Pública Brasileira Entre O Gerencialismo E A Gestão Social**.** *Revista de Administração de Empresa*. , São Paulo v. 45,n.1, janeiro/março.

Quintana, R. (2009). *O processo de formação e desenvolvimento de competências organizacionais em uma instituição do setor público*. Dissertação deMestrado em Administração), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Ramos, A. G. (1996) *Administração e Contexto Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV.

Ramos A.G. (1989). *A nova ciência das organizações*. 2. ed.. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

Takahashi, A. R. W;Fischer, A.L (2009). Aprendizagem organizacional e desenvolvimento de competências organizacionais: proposta metodológica para exploração conceitual e empírica. *Revista Economia & Gestão,* Belo Horizonte, v. 8, n. 18, p. 112-132. Março.

O que significa socialmente o diploma de técnico no Brasil?

Carolina Zuccarelli[1]

Resumo: O Brasil tem passado, nos últimos anos, por um intenso processo de expansão da educação profissional e técnica. Sendo uma das principais respostas encontradas pelo governo para solucionar não apenas a questão da qualificação, mas principalmente uma forma de expandir as matrículas de ensino médio, esse trabalho se propõe a fornecer um panorama da oferta de cursos técnicos e a maneira como dialoga com a estrutura de emprego observada no período analisado. Como essa formação pode acontecer em diferentes categorias administrativas (federal, estadual, municipal e privada), busca-se retratar em que medida a oferta de cursos dessas diferentes instituições está em consonância com as demandas do mercado de trabalho.

Palavras-chave: Formação profissional, mercado de trabalho, ensino médio, estratificação, qualificação.

Introdução

Ao tomar posse em 2011, a presidente Dilma Roussef anunciou entre seus planos prioritários de governo, a ampliação da oferta de vagas no ensino médio através da educação profissional de nível técnico[2]. No final desse mesmo ano, sancionou a Lei 12.513 que instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), um conjunto de ações que tem por objetivo ampliar a oferta de vagas e de cursos de educação profissional e tecnológica (EPT), assim como ampliar o programa de bolsas e de financiamento estudantil. Embora o Pronatec não seja objeto desse estudo, sua existência evidencia a percepção, pelo Estado, da centralidade da EPT no cenário de desenvolvimento do país.

Expandir as matrículas no ensino médio através da educação profissional é uma tentativa do governo federal de incluir quase metade dos jovens brasileiros de até 19 anos que não concluem o ensino médio[3] na idade adequada e acabar com o que tem sido chamado de "gargalo do ensino médio". A expansão da EPT acontece num quadro institucional formado no campo da educação marcado pelo bacharelismo, a valorização da titulação acadêmica que desqualifica a experiência prática e tem suas origens no colonizador português (Schwartzman, 2011). Soma-se a isso uma orientação mais geral de valorização de uma formação propedêutica, vale ressaltar mesmo em ambientes de formação técnica, torna-se central monitorar como anda a expansão da educação profissional e tecnológica não apenas para compreender as formas de funcionamento dos sistemas de ensino e da produção das credenciais escolares, mas também para elaborar subsídios que contribuam concretamente com as políticas de formação profissional.

---

1 Possui graduação em Ciências Sociais (UFRJ), Pós-graduação em Políticas Públicas e Uso do Solo Urbano (IPPUR/UFRJ) e Mestrado em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). É doutoranda em sociologia pelo IFCS/UFRJ. Desenvolve estudos na área de sociologia, com ênfase em sociologia urbana e sociologia da educação. carol_zucca@yahoo.com.br

2 Educação profissional e tecnológica (EPT) é o conjunto de atividades educativas para a formação ou aperfeiçoamento profissional. São três os segmentos: **qualificação profissional** (cursos de formação para o exercício de uma atividade profissional, dependendo do tipo, realizados sem exigência de escolarização); **técnico de nível médio** (alunos matriculados ou oriundos do ensino médio, pode ser realizada de forma articulada - integrada ou concomitante - ou subsequente); e **graduação tecnológica** (curso de nível superior do segmento da educação profissional).

3 O ensino médio é cursado até o seu final por apenas 54,3% dos jovens até 19 anos, segundo estudo da ONG Todos pela Educação.

O objetivo desse texto é investigar de que maneira a oferta de cursos nas diferentes categorias administrativas[4] onde se pode fazer um curso técnico dialoga com a estrutura de emprego observada no período analisado. Assim, busca-se retratar em que medida a oferta de cursos dessas diferentes instituições está em consonância com a demanda do mercado de trabalho. É importante sinalizar que uma análise desse tipo deixa escapar nuances do processo social que são fundamentais para a compreensão da ETP e sua relação com o mercado de trabalho, como por exemplo, a constante disputa travada por grupos de *status*[5] em busca de poder e vantagens que asseguram a herança social através do diploma. Para explicar variações da amplitude e dos mecanismos de reprodução social também é preciso se interessar pelo que se passa no período posterior à escola e entender a articulação entre formação e emprego (Dubet et al, 2012). É por isso que a reprodução depende também dos arranjos institucionais através dos quais as sociedades vislumbram seus sistemas escolares e, especialmente, depende da natureza das relações entre escola e emprego, que pode ser apreendida por meio da influência dos diplomas. Além disso, apesar da alta correlação entre os níveis de escolaridade formal e o nível de qualificação para o trabalho, esta relação varia de acordo com a trajetória de desenvolvimento e das alterações demográficas do país e da qualidade do sistema educacional.

Embora o número de matrículas na EPT de nível médio ainda possa ser considerado pequeno quando comparado com outros países[6], nos últimos dez anos houve um aumento de 86% nas matrículas dos cursos técnicos, com destaque para a expansão da rede federal de ensino, que teve um aumento de 107% no número de matrículas (Inep/MEC, 2013). Fruto da conjugação entre determinações estruturais e escolhas contingentes, o processo atual de expansão da educação profissional é um exercício paradoxal de continuidade e ruptura com as diretrizes do governo de oposição do período anterior[7].

Disputas políticas desse tipo têm impactos importantes no modo de pensar a EPT no país. Para entender esses processos de significação, a primeira parte do artigo faz um panorama das propostas e principais produtos da política para a educação profissional e técnica nos últimos vinte anos. A segunda parte apresenta uma comparação da oferta de cursos técnicos das redes pública e privada com a estrutura de emprego observada na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), base de dados que disponibiliza informações sobre o mercado de trabalho. Divergentes na concepção e representando a oposição político/ideológica entre setor público e privado, esse exercício de demanda e oferta pode ajudar a compreender os rumos dados à EPT no Brasil. De acordo com Barbosa (2010), a percepção dominante sobre o sentido dado à educação profissional no Brasil indica a preferência pelo diploma universitário acadêmico. Para a autora, essa perspectiva se caracteriza pela combinação perversa de paternalismo e conservadorismo, que traria obstáculos a implementação de modelos mais modernos e diferenciados de educação, tendo sérias conseqüências para os níveis de desigualdade social assim como para a capacidade de formação de recursos humanos. Nesse sentido, cabe a questão: em que medida a oferta de vagas dos cursos de nível técnico está em sintonia com a estrutura de emprego no Brasil? Quais diferenças são observadas entre as diferentes dependências administrativas?

A discussão é importante na medida em que não se pode presumir a existência de estruturas ou instituições no estudo dos fenômenos sociais que independam do sentido atribuído pelos indivíduos a elas. Num cenário educacional que ainda privilegia o diploma acadêmico, um debate como esse pode apontar para os significados e valores atribuídos à educação profissional e tecnológica e ao lugar que ela ocupa na nossa sociedade.

---

4 As categorias administrativas são: federal, estadual, municipal e privada

5 Grupo de *status*: unidade básica da sociedade, grupo que, em geral, congrega aqueles que dividem estilos de linguagem, gosto, maneiras, interesses, opiniões e valores. A participação em tais grupos culturais dá ao indivíduo um senso de identidade, especialmente se em contraste com membros de outros grupos (Collins, 1971, p. 1009). De acordo com Weber, grupos de *status* normalmente se expressam pelo fato de, acima de tudo, poder esperar-se um estilo de vida específico por parte de todos os que desejam pertencer ao círculo. Ligadas a essa perspectiva existem restrições de relacionamento social que resultam no chamado "fechamento social". (Weber, 1976)

6 Em 2012, no Brasil, esse percentual era de 16,3% (Inep/MEC, 2012). Na Finlândia, a porcentagem de alunos em cursos profissionais e técnicos de nível médio é de 56.2, Alemanha (51.5), Espanha (44.5), França (44.3) e Portugal (40.6). (Schwartzman; Moura Castro, 2013)

7 Fernando Henrique Cardoso (PSDB) governou o país entre 1995 e 2002. O período posterior é de governo petista com Lula (2003 - 2010) e Dilma Rousseff (2011-2014) a frente do governo federal.

Uma análise dos processos de significação da educação profissional e tecnológica no Brasil a partir da década de 1990.

A área educacional foi certamente uma das áreas de maior impacto do governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), que teve à frente do MEC durante os oito anos de seu governo o ministro Paulo Renato Souza, importante figura nas reformas educacionais do período. Diversos instrumentos legais para gerir a educação brasileira foram aprovados, muitos dos quais até hoje regem a estrutura e organização do sistema educacional. Em documento que expunha as propostas da campanha política de 1994 - *Mãos à obra, Brasil!*[8] - FHC e seu partido atribuíram à educação um papel central para endossar e sustentar o novo estilo de desenvolvimento do país. De acordo com Frigotto (2007) repetia-se a ideologia salvacionista utilizada por governos anteriores, especialmente o de Collor de Melo (1990 – 1992), que atribuía à educação um poder de sustentação da competitividade. Enquanto as políticas governamentais dos anos 80 se organizavam em torno de uma "racionalidade democrática", de acordo com Souza e Faria (2004) nos anos 90 passam a se organizar em torno de uma "racionalidade financeira", que implicava em redução dos gastos públicos e do tamanho do Estado. A política neoliberal do governo, o traçado de um perfil de trabalhador moldado para a empregabilidade e as parcerias com empresas privadas e organismos internacionais são características da gestão do governo de FHC. Além de ter aprovado a LDB/96, no governo de FHC foi aprovado o principal instrumento jurídico da educação profissional até então, o Decreto nº 2.208/97 que estabelecia a organização própria do currículo da educação profissional de nível técnico de maneira independente do currículo do ensino médio, desvinculando a educação profissional da educação básica. O ensino técnico ficou definido como independente do ensino médio, o que significa que um aluno poderia cursar o ensino técnico ao mesmo tempo, depois ou de maneira independente ao ensino médio, mas nunca de forma integrada (educação geral de nível médio e educação profissional com mesmo currículo).

Das mudanças ocorridas na educação brasileira na década de 1990, destaca-se essa tendência dualista expressa desde os anos 1940 no que diz respeito a separação entre um ensino de caráter mais geral, propedêutico e a educação profissional. Outro importante marco da educação profissional no período foi a lei n.9.649/98[9], que tratava da expansão da educação profissional via parceria com Estados, municípios, setor produtivo ou com entidades não-governamentais, responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. Para apoiar esse tipo de expansão, buscou-se financiamento internacional com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), visando criar novas escolas técnicas estaduais e comunitárias, além de modernizar as escolas técnicas federais já existentes com equipamentos e laboratórios. Ou seja, uma nova escola técnica não seria federal, mas estadual, municipal ou privada. De acordo com Paulo Renato Souza (2006) foram duas as motivações para promover parcerias ao invés de apenas criar escolas técnicas federais:

> "Primeiro, era preciso garantir uma vinculação maior e mais ágil entre as escolas técnicas e as necessidades sempre dinâmicas do mercado de trabalho local, onde os empregos são efetivamente gerados. Dificilmente essas condições são preenchidas por instituições vinculadas burocraticamente a Brasília. Depois, era evidente que, em geral, nossas escolas técnicas federais ofereciam um bom curso de nível médio que preparava os filhos da classe média para ingressar na universidade, mas não atendiam às necessidades de formar técnicos de nível médio para o mercado de trabalho. (Souza, 2006)"

---

8 Disponível em http://www.bvce.org/DownloadArquivo.asp?Arquivo=CARDOSO_Maos_a_obra.pdf_07_10_2008_18_20_37.pdf Acesso em 25/03/2014

9 Lei 9.649 de 27 de maio de 1998. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9649compilado.htm Acesso em 19/09/2014

Na prática, as duas legislações implementadas no período restabeleceram o dualismo entre educação geral e profissional e fortaleceram as esferas locais no processo de gestão da EPT.

Por conta da mudança na metodologia do Censo feito pelo Inep[10] em 2001 (até o ano anterior, as matrículas estavam agregados às do ensino médio profissionalizante) só é possível comparar os dois últimos anos do governo de FHC com a série que segue até hoje. Assim, se compararmos os dois últimos anos de FHC com os dois primeiros de Lula temos os seguintes números: em 2001, havia 56 mil alunos nas escolas técnicas federais, número que aumentou para 79 mil em 2003 e para 83 mil em 2005. A partir do segundo mandato de Lula e no governo Dilma, o número de escolas técnicas federais e de matrículas cresce de maneira significativa, assim como os gastos e contratação de pessoal.

Uma das principais críticas dos governos petistas à forma como foi pensada a educação profissional no período de Fernando Henrique Cardoso se dirige a antinomia da divisão das redes, o que comprometeria a democratização do acesso a uma escola pública de qualidade para os diversos setores da sociedade. De acordo com esse ponto de vista, ao separar o teórico do prático, dirigentes de especialistas, o governo de FHC optou por uma posição arcaica, apoiada em métodos conservadores que remete aos anos 1940 e torna o mercado o agente principal do bem-estar da República (MEC, 2004).

Seguindo essa tendência, no início de 2004, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) elaborou um documento para estabelecer as diretrizes e definir políticas públicas para EPT, no qual enfatizava a autonomia do sistema educativo diante de um quadro regulador que direcione a educação profissional e tecnológica para o desenvolvimento, sem se deixar reduzir a mera adaptação ao mercado de trabalho. Ao invés de adestramento ou treinamento, o documento prioriza o aspecto humano da formação técnica. Um novo princípio educativo é desenhado com vistas a estruturar uma formação que contemple ciência, tecnologia e trabalho, assim como atividades intelectuais e instrumentais.

Ainda no campo das propostas, no final do mesmo ano de 2004 o MEC promove um encontro no Cefet/PR na busca por subsídios para a elaboração de anteprojeto de lei orgânica da educação profissional e tecnológica. As novas deliberações para a Educação Profissional e Tecnológica são importantes elementos de distinção que estão na gênese da construção da identidade das instituições e agentes envolvidos. É notório que a questão, além de acadêmica, é política, como revela o trecho abaixo:

> "A presente discussão para a elaboração da Proposta de Anteprojeto de Lei Orgânica tenta resgatar o esforço democrático, anteriormente empreendido pelo Legislativo, incorporado pelo Anteprojeto de Lei nº 1.603/96, que, infelizmente foi interrompido pelo *surgimento autoritário* (grifo meu) do Decreto nº 2.208/97. Assim, pretende-se construir uma proposta que visa corrigir distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, que de maneira explícita dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores" (MEC, 2004, p. 13 e 14[11]).

Ainda faltavam alguns anos para o governo propor um novo formato institucional para a EPT, mas já aparecia nesses documentos a noção de reorganização da rede numa proposta que articula a formação básica com o ensino superior e pós-graduação.

---

10 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional

11 I Encontro da Região Sul "Subsídios para a discussão da proposta de anteprojeto de lei orgânica da educação profissional e tecnológica", realizado no CEFET – PR de 3 a 5 de novembro de 2004. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/introducaosul.pdf Acesso: 24.02.2014

Essa reorganização acontece em 2008, através da lei n° 11.892/2008 que institui os Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFs), criados para oferecer cursos técnicos em nível médio e cursos superiores de tecnologia, além de licenciaturas, mestrados e doutorados. Buscando o reordenamento da rede federal de EPT em torno desses institutos[12], a implantação dos Institutos Federais está relacionada a um conjunto de políticas para a EPT que combina o ensino de ciências naturais, humanidades e educação profissional e tecnológica.

O documento formulado em 2010 pela SETEC/MEC, apresentando os objetivos e princípios norteadores dos IFs, reafirma o teor ideológico do atual governo que ainda busca superar a visão althusseriana da escola como aparelho ideológico do Estado e reprodutor da classe dominante:

> "A dimensão ideológica do atual governo, na verdade, faz aflorar um descompasso entre a trajetória das instituições federais de educação profissional e tecnológica e da própria educação profissional como um todo e o novo projeto de nação: *se o fator econômico até então era o espectro primordial que movia seu fazer pedagógico, o foco a partir de agora desloca-se para a qualidade social*" (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica / MEC, 2010, p. 15[13])

Elaborados no contexto de uma política pública, os IFs assumem o papel de colaboradores no desenvolvimento local e regional, estabelecendo uma interação direta junto ao poder público e comunidades locais. A propósito, a decisão de estabelecer os Institutos Federais como política pública tem por objetivo ultrapassar a superação da representação existente (de subordinação ao poder econômico) e estabelecer um projeto mais amplo para a educação pública. Ou seja, o objetivo dos Institutos Federais não é formar profissional para o trabalho, mas um cidadão para o mundo do trabalho seja ele um técnico, filósofo ou escritor. A organização pedagógica verticalizada, que vai da educação básica a superior, do curso técnico ao doutorado é representativa desse modo de pensar a EPT.

Mais recentemente, em 2011, o governo federal sancionou a Lei 12.513 que instituiu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), um conjunto de ações que tem por objetivo ampliar a oferta de vagas e de cursos de educação profissional, assim como ampliar o programa de bolsas e de financiamento estudantil. Na verdade, além de algumas novas ações, o PRONATEC congrega uma série de iniciativas já existentes que não atuavam de forma integrada. Dentre elas, destaca-se o Brasil Profissionalizado, criado em 2007 para repassar recursos do governo federal para escolas técnicas estaduais[14] e, no mesmo ano, a Rede de Educação Técnica a Distância (E-TEC), para ampliação do acesso aos cursos técnicos a distância e ainda o acordo de gratuidade com o Sistema S, de 2008[15]. A continuidade desse acordo, assim como das duas ações citadas, são ações previstas pelo Pronatec. Dentre as novidades, a criação da bolsa formação, para

---

12 Num momento anterior a criação dos IFs, o Decreto 6.095/07 estabeleceu as normas para transformar os 33 CEFETs, 36 Escolas Agrotécnicas, 32 Escolas Vinculadas às Universidades Federais e a Escola Técnica Federal de Palmas em campi dos IFs (Otranto, 2011). No entanto, de acordo com o MEC, a rede federal de educação profissional "ainda é formada por instituições que não aderiram aos institutos federais, mas também oferecem educação profissional em todos os níveis. São dois Cefets (Rio de Janeiro e Belo Horizonte), 25 escolas vinculadas a universidades e uma universidade tecnológica (antigo Cefet-PR) Disponível em
http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=56&Itemid=27
Acessado em 03.08.2013

13 SETEC / MEC. Um novo modelo em educação profissional e tecnológica – concepção e diretrizes. 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/livreto_institutos.pdf

14 Instituído pelo Decreto nº6.302/2007, este fomento é materializado nos financiamentos às redes estaduais como estímulo a implementação do ensino médio integrado à educação profissional.

15 Em 2008 foi estabelecido o acordo de gratuidade com o Sistema S que prevê o cumprimento pelas entidades do Programa de Comprometimento de Gratuidade (PCG), com previsão de aplicação de dois terços da renda do Sistema S na oferta de vagas gratuitas em cursos de formação para estudantes de baixa renda e trabalhadores.

oferta de cursos técnicos e de formação continuada gratuita para os trabalhadores, estudantes e pessoas com vulnerabilidade social e o Fies técnico e empresa, programa de crédito educativo para estudantes de cursos técnicos e empresas interessadas em oferecer qualificação para seus trabalhadores.

Nota-se que dentre os objetivos do Pronatec[16] pouco se fala sobre a posição estratégica da EPT para o desenvolvimento da economia. Fala-se em expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de EPT; em fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento; em contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público; em ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores; em estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos; mas nada fala sobre a articulação com os setores produtivos e industriais do país.

Em síntese, a proposta elaborada para a EPT nos últimos anos de governo petista notoriamente se contrapõe a visão neoliberal do governo anterior. O restabelecimento do ensino médio integrado, numa perspectiva politécnica, a organização verticalizada (da educação básica ao superior), a ênfase na construção e resgate da cidadania e da transformação social através da EPT são tentativas de derrubar barreiras historicamente construídas entre ensino técnico e científico.

Articular trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, além de não ser uma tarefa fácil, pode ser um caminho tortuoso para a qualificação profissional no Brasil. Muitas são as contradições e críticas direcionadas ao Pronatec. De antemão é importante dizer que trata-se de um ambicioso programa de estímulo a formação profissional, que o coloca no centro das tensas relações entre trabalho, emprego, escola e profissão.

A seguir, veremos um retrato de como anda a oferta de cursos técnicos nas diferentes categorias administrativas e qual sua relação com a estrutura de emprego observada no período analisado para avaliar o grau de interlocução entre oferta e demanda das diferentes categorias administrativas aqui analisadas.

Um retrato da oferta dos cursos técnicos e sua relação com a estrutura de emprego

Num momento em que a educação profissional e tecnológica mostra uma significativa expansão no número de matrículas, as disputas entre diferentes setores da sociedade sobre o significado social desse tipo de ensino ficam mais nítidas. Uma das ferramentas mais úteis para captar o sentido dado pelos agentes para suas ações é a elaboração dos tipos ideais (Weber, 1982), construção arbitrária e tipológica que confronta situações concretas, a realidade empírica. Para dar conta do sentido atribuído à educação profissional, Barbosa (2010) fala de duas concepções típico-ideais que orientam as disputas sobre esse setor: i. **educação profissional como destino**, definida pelas condições sociais do indivíduo. Sob esse ponto de vista, as pessoas atuam segundo papéis atribuídos a elas por conta de sua posição social. Aqui, as diferenças técnicas entre os diferentes trabalhos não são consideradas, sendo levada em conta a divisão social do trabalho, que estabelece diferenças entre quem concebe e dirige daqueles que executam. A negação da divisão técnica implica na construção de uma formação geral, humanística e acadêmica, que põe fim à distinção entre funções intelectuais e técnica. Os saberes acadêmicos são, assim, considerados superiores aos práticos; ii. **educação profissional como escolha**, que traz a ideia de pessoas construindo sua própria trajetória e responsáveis pela construção de seu destino. Esta última perspectiva coloca o indivíduo agindo sobre o social, não sendo apenas vítima dele.

Qual o impacto dessa forma de organizar a educação profissional e tecnológica na oferta de cursos das diferentes dependências administrativas? Uma primeira avaliação mostra que o maior número de matrículas está na rede privada, seguida pela rede estadual, conforme mostra o gráfico abaixo (Inep/MEC, 2013).

16 BRASIL. Ministério da Educação. Pronatec: objetivos e iniciativas. Disponível em http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/objetivos-e-iniciativas Acesso 26.02.2014

Gráfico 1: Porcentagem de matrículas na educação técnica de nível médio – Brasil, 2013.

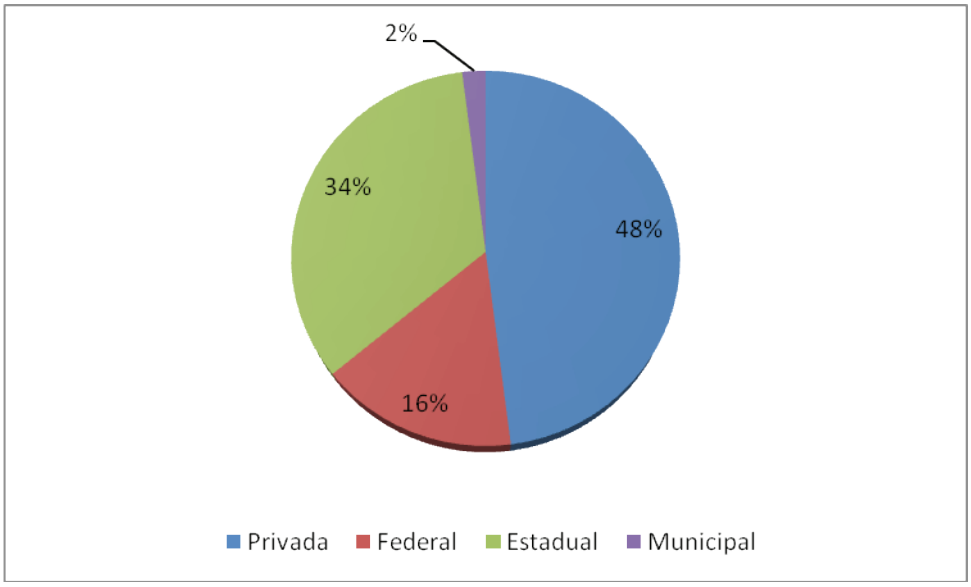

Fonte: Inep/MEC, 2013

Praticamente três quartos das matrículas realizadas em 2013 em cursos técnicos no Brasil (73,4%) se concentram em quatro dos treze eixos tecnológicos estipulados pelo Ministério da Educação (MEC) para a EPT. São eles: ambiente e saúde; controle e processos industriais; gestão e negócios; e informação e comunicação. A esfera federal tem maior concentração do número de matrículas no eixo **Controle e processos industriais** (27%)**,** as redes estadual e municipal no eixo **Gestão e negócios** (32% e 33% respectivamente) e, finalmente, a rede privada no eixo **Ambiente e saúde** (40%).

Tabela 1: Número de matrículas ensino técnico por eixo tecnológico e dependência administrativa – Brasil, 2013.

Eixos	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA
1. Ambiente e saúde	7,0	15,1	11,8	31,9
2. Desenvolvimento educacional e social	0,6	1,2	0,4	0,4
3. Controle e processos industriais	27,0	13,4	17,8	22,8
4. Gestão e negócios	6,9	31,7	32,6	13,2
5. Turismo, hospitalidade e lazer	2,4	2,7	1,6	0,6
6. Informação e comunicação	17,5	17,1	18,8	7,3
7. Infraestrutura	10,4	3,6	5,7	3,1
8. Militar	0,6	0,0	0,4	0,2
9. Produção alimentícia	4,3	1,4	0,0	0,3
10. Produção cultural e design	1,6	2,4	2,0	3,0
11. Produção industrial	2,3	1,0	0,3	1,8
12. Recursos naturais	16,0	7,2	4,5	2,5
13. Segurança do trabalho	3,4	3,2	4,1	13,0
Total	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

Fonte: Censo da educação básica, 2013 (Inep/MEC)

RAIS 2013 (TEM)

Outra particularidade que aproxima as categorias administrativas é a alta concentração de matrículas em cursos que são uma espécie de carro-chefe de suas instituições: na esfera federal é informática (13%); na estadual e municipal, administração (ambas 15%); e na rede privada, enfermagem com 17% de matrículas. Veremos mais a frente como esses cursos sintetizam o significado dado pelas diferentes instituições no processo de oferta de vagas nos cursos técnicos.

Ainda que ocorram em áreas diferentes, a concentração na oferta de cursos é uma importante característica da maneira de organizar o ensino técnico no Brasil. Mas em que medida essa oferta concentrada de cursos dialoga com a estrutura de empregos no período? Para tentar responder essa pergunta foi feita uma equiparação da lista dos cursos oferecidos nas escolas técnicas - elaborada pelo MEC - com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)[17], elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). As ocupações de técnico de nível médio foram desagregadas a três dígitos, resultando em 36 ocupações (ver tabela 2).

Diversos cursos técnicos listados pelo MEC não possuem equiparação com a CBO, de 194 cursos oferecidos em 2013, 85 não possuíam equivalência com a lista elaborada pelo MTE. Em geral, são cursos menos expressivos na grade de oferta das escolas técnicas, somando o número de matrículas nesses 85 cursos não se chega a 9% do total do ano. Para dar conta da proposta desse artigo foi feito um exercício de equivalência entre esses cursos e a CBO, levando em conta características próximas às estabelecidas previamente pelo MEC.

O desencaixe entre as duas listas não deixa de ser um indício de que a separação entre MEC e MTE, construída ao longo dos últimos anos e cristalizada na Lei 11.741 (16/07/2008), pode não ter sido um bom exercício burocrático. A lei desloca integralmente para o MEC os objetivos e definições das diretrizes curriculares nacionais dos cursos técnicos, independente das consultas e negociações feitas anteriormente pelo MTE. Nesse sentido, a reinserção da EPT na área de atuação do MEC tem consequências importantes sobre o tipo de concepção que prevalece nas escolas do setor público. De acordo com Barbosa (2010) "Essa distinção reforça uma perspectiva social e política específica, que concebe o Ministério da Educação como espaço para uma visão "mais geral e humanista" da escolarização, enquanto que, no Ministério do Trabalho, ficariam processos de formação restritos, específicos, responsáveis pela emissão de simulacros de diplomas" (p. 241).

Apesar de um diploma de curso técnico abrir diversas possibilidades de atuação para o trabalhador, para fins de análise parte-se aqui do pressuposto que a oferta de cursos técnicos pressupõe uma inserção futura no mercado de trabalho na área de formação. A análise a seguir é, portanto, uma fotografia da estrutura do emprego formal de 2013 observada na RAIS em comparação com a oferta de cursos técnicos nas dependências administrativas aqui analisadas.

A RAIS também apresenta uma estrutura concentrada no que diz respeito a estrutura do mercado de trabalho formal em 2013, com quase 50% dos técnicos se concentrando em três subgrupos: professores de nível médio da educação infantil, no ensino fundamental e no profissional (19%); técnicos da ciência da saúde humana (18%); e técnicos das ciências administrativas (10%).

Apesar de ser a categoria de nível técnico que mais apresenta empregos na RAIS, *Professores de nível médio na educação infantil, no ensino fundamental e profissional*, não existe oferta de cursos desse tipo em nenhuma das categorias administrativas analisadas. A formação claramente se dá em outras instituições, como é o caso do ensino médio que habilita para lecionar na educação infantil e nas primeiras séries do fundamental, conhecido como Curso Normal. Apesar de sua característica profissionalizante, as matrículas não são incluídas no cálculo da educação profissional. Profissionais sem diploma de ensino superior lecionando na educação infantil, fundamental e profissional ainda são aceitos, mas as projeções da lei e mais recentemente do PNE[18] indicam que o padrão de formação de professores adotado no país preza pela certificação para a docência na educação básica centrado na titulação de graduação plena, em curso de licenciatura. A gradativa diminuição

---

17 A Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, instituída por portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares.

18 Plano Nacional de Educação 2011-2020: "A décima quinta meta do PNE determina que União, estados e municípios devem garantir até o fim da década que todos os professores possuam formação em nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam."

das matrículas no Curso Normal[19] reflete como a formação do professor já não é mais estimulada no nível médio, sendo o diploma universitário o norte atual para formação desses profissionais.
Das categorias administrativas aqui analisadas, a rede privada tem 46,4% das matrículas nos eixos com maior número de empregos na RAIS - *técnicos da ciência da saúde humana* e *técnicos das ciências administrativas* . A rede municipal tem (37,4%) e a estadual (35,5%). Com menor participação, a rede federal possui 10,4% do total de matrículas nesses eixos. Utilizando como critério de análise a demanda de emprego através da CBO e a oferta de vagas pelas matrículas em 2013, esses números indicam que a oferta de vagas tanto nas escolas da rede privada, quanto das redes estadual e municipal estão mais de acordo com a estrutura de empregos observada na RAIS do que as escolas da rede federal. Aqui vale a lembrança de que estabelecer uma vinculação maior entre escolas técnicas e a demanda do mercado de trabalho local foi um dos objetivos do plano de governo de FHC ao fortalecer as esferas locais no processo de gestão da EPT. Nesse período, a expansão da EPT aconteceu via parceria com Estados, municípios, setor produtivo ou com entidades não-governamentais, responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino, um caminho totalmente oposto aos rumos que vêm sendo dado a expansão da educação profissional e técnica nos últimos anos.

Cursos como enfermagem e meio ambiente são os principais responsáveis por elevar a quantidade de matrículas no 2° eixo com maior participação na estrutura de emprego de 2013: os *técnicos da ciência da saúde humana*. Como a rede privada é uma das principais ofertantes do curso de enfermagem, sua participação no número de matrículas desse grupo também é grande: foram 23,1% de matrículas somente nesse eixo.
Técnicos das ciências administrativas é o terceiro grupo com maior número de representantes na RAIS - 10,2%. Essa área é uma das que possui maior número de matrículas em três das quatro categorias aqui analisadas, sendo a rede federal a que oferece menos matrículas nesse grupo (8,6%).
Outras particularidades dão conta da relação entre estrutura de emprego e oferta de cursos nas redes federal, estadual, municipal e privada. Abaixo a tabela comparativa do estoque de empregos observado na RAIS em 2013 com o percentual de matrículas nas diferentes dependências administrativas de acordo com o subgrupo da CBO.

19 Em 1996 havia 851.570 alunos matriculados no curso normal. Esse mesmo ano está marcado pela publicação da LDB/96, que acabou dando impulso ao processo de extinção do curso. Em 2011, cai para 164.752 o número de matrículas no curso normal, uma redução de 80 % num período de 15 anos.

Tabela 2: Porcentagem do estoque de empregos observado na RAIS com o percentual de matrículas nas diferentes dependências administrativas de acordo com o subgrupo da CBO – Brasil, 2013.

RAIS 2013	% Postos de trabalho RAIS 2013	% N matrículas Federal	% N matrículas Estadual	% N matrículas Municipal	% N matrículas Privada
331:PROFESSORES DE NIVEL MEDIO NA EDUCACAO INFANTIL, NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO PROFISSIO	19,2	0,0	0,0	0,0	0,0
322:TECNICOS DA CIENCIA DA SAUDE HUMANA	17,9	1,8	7,9	4,9	23,1
351:TECNICOS DAS CIENCIAS ADMINISTRATIVAS	10,2	8,6	27,5	32,5	23,3
354:TECNICOS DE NIVEL MEDIO EM OPERACOES COMERCIAIS	8,4	3,5	5,2	2,3	1,3
391:TECNICOS DE NIVEL MEDIO EM OPERACOES INDUSTRIAIS	6,4	2,5	0,9	0,4	0,7
313:TECNICOS EM ELETROELETRONICA E FOTONICA	6,2	13,4	7,2	7,8	8,6
334:INSPETORES DE ALUNOS E AFINS	3,1	0,5	1,0	0,4	0,4
342:TECNICOS EM TRANSPORTES (LOGISTICA)	3,0	1,1	4,7	4,0	2,2
352:TECNICOS DE INSPECAO, FISCALIZACAO E COORDENACAO ADMINISTRATIVA	2,9	0,3	0,3	0,8	0,1
317:TECNICOS EM INFORMATICA	2,9	14,6	15,6	16,3	6,9
333:INSTRUTORES E PROFESSORES DE ESCOLAS LIVRES	2,4	0,0	0,0	0,0	0,0
314:TECNICOS EM METALMECANICA	2,3	6,8	3,1	3,7	7,3
324:TECNICOS EM OPERACAO DE EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS DE DIAGNOSTICO	1,9	0,4	1,4	1,8	5,3
312:TECNICOS EM CONSTRUCAO CIVIL, DE EDIFICACOES E OBRAS DE INFRAESTRUTURA	1,8	9,7	3,5	5,7	3,0
311:TECNICO EM CIENCIAS FISICAS E QUIMICAS	1,8	8,1	5,2	8,0	3,6
318:DESENHISTAS TECNICOS E MODELISTAS	1,8	0,7	0,9	0,0	0,7
371:TECNICOS DE SERVICOS CULTURAIS	1,4	0,1	0,1	0,0	0,0
321:TECNICOS DA PRODUCAO AGROPECUARIA	0,8	13,5	6,7	4,5	1,5
301:TECNICOS EM LABORATORIO	0,8	0,3	0,0	2,1	0,0
332:PROFESSORES LEIGOS NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO PROFISSIONALIZANTE	0,8	0,0	0,1	0,0	0,0
373:TECNICOS EM OPERACAO DE EMISSORAS DE RADIO, SISTEMAS DE TELEVISAO E DE PRODUTORAS DE	0,7	0,0	0,7	0,0	0,0
374:TECNICOS EM OPERACAO DE APARELHOS DE SONORIZACAO, CENOGRAFIA E PROJECAO	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0
325:TECNICOS DE BIOQUIMICA E DA BIOTECNOLOGIA	0,6	3,6	3,6	1,4	2,8
353:TECNICOS DE NIVEL MEDIO EM OPERACOES FINANCEIRAS	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0
395:TECNICOS DE APOIO EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	0,4	0,0	0,1	0,0	0,0
300:TECNICOS MECATRONICOS E ELETROMECANICOS	0,3	5,6	2,5	1,5	6,0
372:TECNICOS EM OPERACAO DE CAMARA FOTOGRAFICA , CINEMA E DE TELEVISAO	0,3	0,1	0,0	0,0	0,1
341:TECNICOS EM NAVEGACAO AEREA, MARITIMA E FLUVIAL	0,2	0,7	0,1	0,0	0,0
377:ATLETAS, DESPORTISTAS E AFINS	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0
375:DECORADORES E VITRINISTAS	0,2	0,2	0,6	0,4	0,8
316:TECNICOS EM MINERALOGIA E GEOLOGIA	0,1	2,0	0,3	0,2	1,3
376:ARTISTAS DE ARTES POPULARES E MODELOS	0,1	0,6	0,5	1,4	0,6
328:TECNICOS EM NECROPSIA E TAXIDERMISTAS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
319:OUTROS TECNICOS DE NIVEL MEDIO DAS CIENCIAS FISICAS, QUIMICAS, ENGENHARIA E AFINS	0,0	0,5	0,1	0,0	0,3
320:TECNICOS EM BIOLOGIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
323:TECNICOS DA CIENCIA DA SAUDE ANIMAL	0,0	0,7	0,2	0,0	0,0
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Censo da educação básica, 2013 (Inep/MEC)

RAIS 2013 (TEM)

Apesar de muito pouco representado na estrutura da RAIS (eram 0,8% de técnicos no mercado de trabalho formal em 2013), os cursos técnicos na área de produção agropecuária tem um lugar de destaque na esfera federal, respondendo por 13,5% do total do número de matrículas em 2013. As estaduais respondem por 6,7% e a rede privada quase não oferta cursos nessa área (1,5%) O setor agropecuário se destaca como um dos setores mais produtivos do Brasil e de especial interesse para o governo federal. De acordo com o Plano Mais Brasil 2012-2015, que lista os desafios e compromissos do governo, "considerando o interesse social e as incertezas em que o setor agropecuário opera, é fundamental a participação do Estado, que aporta e gerencia vários instrumentos e políticas."[20] (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2011, p. 240). A capacitação dos trabalhadores da agropecuária é central nesse contexto e, pelo menos no que diz respeito a oferta de vagas nessa área, tem tido um forte investimento do governo federal.

Outros técnicos que têm pouca representatividade na RAIS de 2013 eram os ligados à área de informática (2,9%), apesar das escolas públicas seguirem ofertando uma grande quantidade de vagas nessa área.

Iniciativa paralela do setor industrial para criar seu próprio sistema de formação independente, as escolas do Sistema S são as principais ofertantes de cursos na área de metalmecânica, com 11,7% do total de matrículas nessas instituições em 2013. Na RAIS esse número é menor, de 2,3%. A rede federal reserva 6,5% das matrículas para cursos nessa área e a rede estadual 3,2%. O setor de metalmecânica, de acordo com Furtado (2004), é "a verdadeira fortaleza industrial brasileira" (p. 18). Para o autor, ao contrário do que acontece em outros áreas, na metalmecânica os principais insumos estão nacionalizados e constitui um dos diferenciais positivos da indústria no país. Uma das razões apontadas pelo autor para a competitividade desse setor é o ritmo mais lento da fronteira tecnológica, o que poderia revelar uma incapacidade inovadora da indústria brasileira.

Técnicos de nível médio em operações industriais e comerciais representam 14,8% dos postos de trabalhos na área técnica em 2013. Quem mais oferece cursos nessa área é a rede federal (6%), apesar de ser metade do que tem sido considerado aqui como demanda.

O entendimento que a estrutura social se organiza tendo em vista a divisão social do trabalho, negando a divisão técnica, leva à construção de uma visão que se pretende humanista e generalista para a EPT. Articular trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, além de não ser uma tarefa fácil, pode ser um caminho tortuoso para a qualificação profissional no Brasil. O que os dados revelam é que, ao menos na esfera federal, existe um ambiente de valorização de uma formação propedêutica, vale ressaltar mesmo em ambientes de formação técnica, que torna central monitorar como anda a expansão da educação profissional e tecnológica não apenas para compreender as formas de funcionamento dos sistemas de ensino e da produção das credenciais escolares, mas também para elaborar subsídios que contribuam concretamente com as políticas de formação profissional.

Considerações finais

Nesse trabalho buscou-se estabelecer uma relação direta entre oferta de cursos técnicos de nível médio como medidor de oferta e número de postos de trabalho como medidor da demanda. Não havendo uma associação direta entre ocupação e curso técnico, um exercício como esse é importante na medida em que ajuda a analisar o momento de expansão das matrículas de cursos técnicos.

Uma das principais dificuldades encontradas foi a equiparação entre a lista de cursos estabelecida pelo MEC e as categorias de ocupação da CBO, que evidencia a falta de afinidade entre as pastas da educação e do trabalho e pode ser um indicativo dos limites da eficácia da política de expansão da EPT no que diz respeito a estabelecer um diálogo mais efetivo com o mundo do trabalho. De fato, no Brasil, o controle e fiscalização da educação profissional atribuído ao Ministério da Educação revelam significados para além da distribuição de tarefas burocráticas. A educação profissional sempre esteve mais ligada ao Ministério da Educação e a formação profissional ao Ministério do Trabalho. Isso significa uma perspectiva social e política que concebe

20 Fonte: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/mensagem_presidencial_ppa.pdf acesso em 02/09/2014

o Ministério da Educação o espaço para a visão geral e acadêmica da formação e o Ministério do Trabalho o espaço para formação restrita e específica. A legislação atual vai de encontro ao Decreto 2.208, que garantia que o ensino profissional fosse um ponto de articulação entre escola e mundo do trabalho, seguindo a linha do artigo 39 da LDB de 1996, onde é mencionado o caráter permanente da educação profissional e sua integração com o trabalho, ciência e tecnologia. A lei 11.892 (29/12/2008), a mais importante na área de educação profissional dos últimos anos, institui a rede federal de ensino tecnológico, estabelecendo parâmetros de funcionamento, organização e estrutura, criando um modelo de instituição e ensino de profissionalização no Brasil. É ela que traz para o MEC o controle sobre o funcionamento da educação profissional nas esferas federais e estaduais e atribui aos IFs autonomia em relação às empresas e às escolas privadas.

Finalmente, dada a grande variação nos arranjos institucionais da educação profissional e tecnológica, não é surpresa que a experiência na transição para o mercado de trabalho varie consideravelmente entre as instâncias analisadas. O exercício de análise da oferta de cursos técnicos e sua relação com a estrutura de empregos observada no período mostrou que as instâncias privada e estadual estão mais de acordo com o que é observado na estrutura de empregos do que os cursos oferecidos pela rede federal, principal braço de expansão da EPT. Sendo difícil, no entanto, estabelecer qualquer tipo de causalidade entre as esferas administrativas e a inserção no mercado de trabalho dos egressos do ensino técnico nesse exercício, a abordagem aqui desenvolvida é importante na medida em que dá pistas sobre como anda a oferta de cursos técnicos no Brasil e dos possíveis caminhos a seguir daqui pra frente.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, M. Ligia de O.; Educação tecnológica no Brasil: contribuições e limites na formação de recursos humanos. Em: *Formação de recursos humanos em áreas estratégicas da ciência, tecnologia e inovação.* CCJE / Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010, p. 231-248

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - SETEC. Um novo modelo em educação profissional e tecnológica – concepção e diretrizes. *Livreto elaborado em 2010 pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação para apresentar o objetivo e destacar aspectos conceituais e princípios norteadores dos Institutos Federais.* 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/livreto_institutos.pdf [Acesso em 15/11/2014]

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – Inep. Censo da Educação Superior, 2013. Disponível em http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar [Acesso em 02/11/2014]

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Relação Anual de Informações Sociais, 2013.

CHRISTOPHE, M. *A Legislação sobre a educação tecnológica no quadro da educação profissional brasileira*. Rio de Janeiro: IETS, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino médio e ensino técnico na América Latina – Brasil, Argentina e Chile. Texto apresentado no Seminário Nacional sobre Educação Profissional, promovido pela Flacso, sede Brasil, em Brasília, de 24 a 26 de julho de 2000. *Cadernos de Pesquisa*, 111, p.47-70. Dezembro de 2000. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/cp/n111/n111a03.pdf [Acesso em 22/09/2014]

DUBET, François; DURU-BELLAT, Marie; VÉRÉTOUT, Antoine. *As desigualdades escolares antes e depois da escola: organização escolar e influência dos diplomas.* Sociologias, Porto Alegre, ano 14, jan./abr. 2012. p. 22-70

FALCIONI, R. E.; AMORIM, M. L. O ensino profissionalizante na sociedade moderna industrial: um olhar histórico. *Tecnologia e Sociedade*, Curitiba, p. 1-13, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. *Educ. Soc.*, Campinas, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em http://www.cedes.unicamp.br/

FURTADO, João. Padrões de inovação na indústria brasileira. Trabalho apresentando no Seminário "*Ciência, Tecnologia e Inovação na Agenda do Desenvolvimento*", São Paulo, Setembro de 2004. Disponível em http://www.inovacao.unicamp.br/report/inte-art_furtado.pdf Acesso em 02/09/2014. [Acesso em 04/07/2014]

OTRANTO, Célia Regina. A política de educação profissional do Governo Lula: novos caminhos da educação superior. Trabalho apresentado na *34ª Reunião Anual da ANPEd.* Natal, RN, 2011. Disponível em: http://www.anped11.uerj.br/GT11-315%20int.pdf. [Acesso em: 26.08. 2013]

OTRANTO, Célia Regina; PAMPLONA, Ronaldo Mendes. A educação profissional e a dicotomia social na reforma Capanema. Anais do *I Simpósio Pedagógico e Pesquisas em Educação (SIMPED*), 4 a 6 de setembro de 2006, Resende (RJ), p. 1-6.
Disponível em http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/873.pdf [Acesso 12.03.2014]

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2005

SAVIANI, Demerval. *A Nova Lei da Educação: Trajetórias, limites e perspectivas.* Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

SCHMIDT M. A.; ORTH, M.A. Ações políticas e sociais da educação profissional: alguns aspectos históricos. *Boletim Técnico Senac*, Rio de Janeiro, p.30-43, set./dez. 2013.

SOUZA, Paulo Renato. *A revolução gerenciada: educação no Brasil (1995/2002).* São Paulo: Prentice Hall, 2005.

_____, Lula e as escolas técnicas. Folha de São Paulo, São Paulo, *Coluna Opinião,* 15 de setembro de 2006. Disponível em
http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1509200608.htm [Acesso em 25/03/2014]

SOUZA, Danilo Bello de; FARIA, Lia Ciomar Macedo de. *Reforma do Estado, descentralização e municipalização do ensino no Brasil: a gestão política dos sistemas públicos de ensino pós-LDB 9.394/96.* Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, p. 925-944, out./dez. 2004. Disponível em
http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v12n45/v12n45a02 [Acesso em 18/04/2014]

GT 89
Materialidades, cosmovisões e o lugar do sagrado nas outras Economias: apostando em outras lógicas de organização da vida

A vida xerente depois da Uhe lajeado, tocantins - Brasil

Adriano Castorino[1]

Resumo: Neste texto, que agora segue, faço uma observação, não necessariamente participante, todavia meu foco estará na interação dos estudantes universitários Xerente. Eu relato aqui uma estada que tive com o Povo Xerente. O Povo Xerente tem suas terras demarcadas no município de Tocantínia, região central do Tocantins. Tocantínia faz divisa com o município de Lajeado, onde está sediado o eixo da barragem da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães, também conhecida como UHE Lajeado, como trago no título deste trabalho. Eu faço as observações que agora discorro neste texto a partir de um momento importante da vida Xerente, a nomeação das crianças. Eu noto que o ato de dar nomes às crianças é como se fosse uma forma de autorizar a vida, nesse caso, autorização dada pelos mais velhos, em conjunto com todos os demais membros do povo.

Palavras-chave: Povo Xerente, Lajeado, Perspectiva indígena.

Introdução

Neste texto, que agora segue, faço uma observação, não necessariamente participante, todavia meu foco estará na interação dos estudantes universitários Xerente. Eu relato aqui uma estada que tive com o Povo Xerente. O Povo Xerente tem suas terras demarcadas no município de Tocantínia, região central do Tocantins. Tocantínia faz divisa com o município de Lajeado, onde está sediado o eixo da barragem da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães, também conhecida como UHE Lajeado, como trago no título deste trabalho.

Eu faço as observações que agora discorro neste texto a partir de um momento importante da vida Xerente, a nomeação das crianças. Eu noto que o ato de dar nomes às crianças é como se fosse uma forma de autorizar a vida, nesse caso, autorização dada pelos mais velhos, em conjunto com todos os demais membros do povo.

Para isso, tenho por base, principalmente, o texto da tese de doutorado de Sinval Martins de Sousa Filho, o textos de Clifford Geertz (1989), *a interpretação das culturas*, de Claude Lévi-Strauss (1997), *o pensamento selvagem*, e o de Eni Orlandi (1984), *terra à vista*.

Não vou fazer uma narrativa nos moldes do texto acadêmico, primeiro porque, como pude perceber desde que acompanho os estudantes indígenas na UFT, a partir de fevereiro de 2006, tenho compreendido que os modelos de escrita próprios da lógica cientificista não darão conta de sequer compreender a imensa diversidade que é a manifestação e a cosmologia indígena. Todavia, espero que a narrativa que se segue consiga ser inteligível, que

---

1 Nasci na região do Bico do Papagaio, extremo norte do Estado do Tocantins. Atualmente moro em Palmas e trabalho na UFT. Tenho convivido com os estudantes indígenas que estudam na universidade onde trabalho, por intermédio deles eu tomei ciência dos impactos decorrentes da UHE Lajeado. Também estou participando de um projeto que estuda especificamente os impactos de grandes obras de barramentos de rios na Amazônia que impactaram outros povos indígenas. adrianocastorino@uft.edu.br

consiga respeitar principalmente as idéias dos Xerente, que seja uma leitura que complemente as abordagens propostas nos textos dos autores com os quais escrevo também este.

Sai de minha casa em Palmas, depois do almoço, era sexta feira dia 25 de junho de 2010. Na estrada, fui observando a serra de um lado e o reservatório da UHE lajeado de outro. A estrada é tranqüila, não demora e chego a Lajeado, daí percorro mais alguns quilômetros e chego à entrada da Aldeia Funil, que fica antes de Tocantínia, cidade sede do município que abriga a terra indígena Xerente.

Nessa reflexão chego à cidade de Tocantínia que fica às margens do Rio Tocantins, em frente fica a cidade de Miracema, sendo que ambas as cidades ficam ajusante do reservatório da UHE Lajeado. Assim que avisto a entrada da cidade, diminuo a velocidade do carro, vou percorrendo com os olhos as casas, as ruas, as pessoas. Quando cheguei à praça, encontrei o Antonio Samuru, estudante indígena que cursa pedagogia no Campus Universitário de Miracema. Ele me pediu que o esperasse um pouco para que fosse comigo até a Aldeia Porteira, ele estava de moto, mas eu levei uma caixa que em sua moto seria mais difícil. Nesse tempo de espera, desci do carro, andei um pouco por ali mesmo, percebi que as pessoas que transitavam pela praça me olhavam desconfiadas, talvez simplesmente porque certamente não me associavam a nada de suas rotinas. Também não falei nada. Andei, olhei.

Depois, fui a um mercadinho, comprei algumas garrafas de água, a atendente perguntou se eu iria para a Aldeia. A pergunta foi num tom de descrença. Disse que sim. Ela começou a dizer que os índios estavam sempre por ali, na praça. Pelo pouco movimento de seu mercado, pelo desdenho de sua fala não me pareceu uma pessoa muito feliz por estar ali. Talvez ela dissesse mais, mas não tive tempo de ouvir. Era hora de partir.

Quando chegamos à casa do Antonio Samuru, ele providenciou que eu encontrasse a professora Rosalina, por sorte, talvez, a filha dela, a Alzira, estava na casa do Antonio. Daí ela me levou até sua mãe. A decisão de ficar na casa da Rosalina foi discutida com o professor Odair Giraldin, que me disse da hospitalidade e acolhimento, além disso, Rosalina é uma estudante do Curso de Licenciatura Intercultural da Universidade Federal de Goiás – UFG. É professora da Escola, líder entre as mulheres e muito respeitada pelos estudantes universitários Xerente. Cheguei, fui maravilhosamente bem recebido, cuidei de instalar minha barraca, levei alguns itens que havia comprado para comer junto com a família de Rosalina. Ele guardou tudo, me disse para estar à vontade. Depois de instalado, fomos, eu e Rosalina, falar com o cacique Ribamar Xerente, ele me acolheu muito bem, disse que podia ficar à vontade, que podia filmar e fotografar, perguntar quando tivesse dúvida. A hospitalidade e o acolhimento são marcas da sensibilidade tanto de Rosalina quanto de Ribamar. Para mim, então, foi uma recepção calorosa e bastante atenciosa. Ressalto também que o fato de procurar o cacique, iniciativa minha e de Rosalina, respectivamente, não é porque o cacique seja uma autoridade sobre as demais pessoas. Não se trata de uma hierarquia nos moldes a que estamos acostumados. Era mais um sinal de respeito e admiração.

Tratam bem, simplesmente. Isso não os faz melhor ou pior, apenas confirma, para mim, que fazem isso por uma questão intrínseca bem mais difícil de explicar. Como diz Geertz (1989), a cultura é pública porque tem significado. Por isso, é que a tarefa de escrever sobre o que eu vi e vivi é desafiante. De um lado, eu escrevo um discurso, eu anoto aqui nesse espaço. *Rosalina me tratou amavelmente bem*. Ora, mas o tratamento, isto é, o *acontecimento* em si não pode ser aqui anotado, porque conforme nos explica Geertz, na medida em que anoto, o acontecimento se transforma de "acontecimento passado, que existe apenas em seu próprio momento de coerência, em relato, que existe em sua inscrição e pode ser consultado novamente" (GEERTZ, 1989, p.29).

Do início das festividades

Paramos perto das mangueiras, já havia algumas pessoas por ali, era um terreiro grande, uma pessoa molhava o chão, um rapaz me disse que haveria dança. A lua esta já mais alta, o brilho agora estava mais intenso, começaram a dançar. Fiquei olhando o compasso da dança, a marcação do ritmo, os pés, eram os pés que marcavam o compasso, a leveza dos braços entrelaçados, a corporeidade em balanço, aliás, todos estavam envolvidos na dança, de um lado os homens, de outra as mulheres, na frente um cantador, dizia os versos que eram repetidos por todos e o coro cantado pelas mulheres, a beleza do som das vozes em coro era realçada ainda mais pela magistral marcação de compasso feita pelos pés. Nessa cantiga, o mais interessante é que era

feita como se dissessem um poema de amor, com profundidade e cadência, mas ao mesmo tempo era por assim dizer um canto alegre, ao final todos riam exaustos dos movimentos, mas risonhos, também o puxador, aquele que diz os versos, animava o grupo, fazia brincadeiras, às vezes balançava seu maracá de maneira frenética, isso produzia no grupo movimentos mais rápidos, de tal maneira que como todos não conseguiam acompanhar, riam de si mesmos. Fiquei, sentado, vendo essa apresentação, eu estava apoiado num barranco de terra, havia mais pessoas sentadas, havia uma platéia, na mesma linha em que eu estava tinha alguns jovens, meninos, na frente, depois do grupo que dançava estavam os mais velhos, não havia nada de especial nessa divisão, mas o fato de haver tanto as pessoas que dançassem quanto as que assistiam a tudo possibilitou um momento sobremaneira poético, porque, não esqueçamos, no céu repleto de estrelas tinha ainda o testemunho brilhoso da lua.

No dia seguinte, 26 de junho, logo pela manhã, depois de haver feito meus preparativos e tomado meu café, na cozinha de Rosalina, fui para os pés de manga, lá os homens estavam reunidos. Discutiam, em Akwen, os procedimentos da festa de nomeação, como me explicou depois o Leonardo. Essa festa de nomeação, conforme observou Sinval Martins de Sousa Filho (2007), há toda uma lógica de distribuição do indivíduo em relação à natureza, inclusive no que se refere à natureza humana. Segundo Viveiros de Castro, citado por Sousa F. (2007, p. 71) há "sociedades indígenas brasileiras onde os nomes marcam posições sociais e papéis cerimoniais, chegando quase a terem função de títulos". Nesse sentido,

> Essa parece ser a função dos nomes próprios da sociedade Xerente, isto é, cada indivíduo recebe em seu nome um título que o obriga a cuidar de uma determinada atividade social e vital. Se todas as nossas hipóteses puderem ser confirmadas, podemos dizer que a sociedade Xerente vê a natureza como extensão do homem e vice-versa, o que pode ser, até certo ponto, confirmado pelos mitos publicados por esse povo (SOUSA F. 2007, p. 71).

Dali, saíram em fila, cada um portava uma borduna, todos tinham uma pintura correspondente ao clã, não vestiam camisa, estavam apenas vestidos de calção, os pés eram calçados das mais diversas sandálias, todavia, o fato de os pés estarem calçados representava somente um tipo de mediação do corpo com a terra, porque a poeira, a batida marcada com a borduna no chão era enleada pelo compasso dos pés que, em ritmo cadenciado, acompanhavam o canto.

Os homens andavam em fila, como eu dissera, paravam na frente de algumas casas. Ali se formava uma roda. Nesse momento aparecia uma mulher na roda e trazia consigo uma menina, toda ornamentada, ficava com ela o tempo do canto. Esse aspecto, como conta Sousa F. (2007) citando Farias (1990), significa que

> A classe de idade responsável pela nominação acompanha as meninas, de casa em casa, sempre em fila indiana, por toda a aldeia. A fila inicia-se em frente à casa de uma das meninas – idealmente seria no pátio da classe de idade - e percorre todas as casas da aldeia, até chegar à casa do tio materno de cada menina, ou a casa onde ele se encontra. Assim é concluída a nominação (SOUSA F. 2007, p. 46).

O canto que eu assistir era puxado por seu Severo, um ancião, daquela aldeia era o mais velho, em seguida o cacique Ribamar entoava o canto. Cantavam por alguns minutos, desfazia-se a roda, que era sempre puxada por Ribamar. A mulher que estava na roda saia com a criança. Os homens seguiam. Perguntei ao Edvanir, estudante do curso de Engenharia Ambiental, porque paravam apenas em algumas casas. Ele me disse que naquela casa seria apresentada alguma menina para ser nomeada. E que as mulheres que apresentavam eram suas tias. As mulheres estavam com suas pinturas, trajavam apenas uma roupa da cintura para baixo, estavam de sandálias ou simplesmente descalças, os cabelos normalmente tinham algum adereço, algumas com seios totalmente à mostra, outras com algumas peça. A entrada e a saída, conforme observei e me disse também o Edvanir, acontecia sem que houvesse palavra alguma, não havia nem mesmo, como eu disse antes, a palavra escrita em avisos, tipo, nesta casa tem uma menina a ser nomeada, não, nada havia, o cacique parava a comitiva de homens, que enquanto andavam conversavam entre si em Akwen, riam, daí que quando o cacique parava, todos paravam. É importante ressaltar aqui que a nomeação dos meninos é um pouco diferente, isto é,

> O ritual de nominação masculina difere do de nominação feminina. O primeiro aspecto é que a data do evento e a escolha das pessoas encarregadas de organizá-lo é fruto de uma decisão coletiva entre as diversas aldeias. O segundo diz respeito à seleção dos nomes a serem dados. Estes são escolhidos pelos wawe – (anciãos), os quais organizam uma lista dos nomes existentes em cada clã para evitar que haja homonímia. Até receberem seu primeiro nome, os meninos Xerente têm um apelido. O primeiro nome é dado ao menino quando ele ter a idade entre 10 e 14 anos. Os nomes dados pertencem aos clãs e cabe, assim, ao pai da criança, relembrar os nomes de seu clã, os quais podem ser retomados de geração em geração. No momento da festa, cada clã deve iniciar a nomeação de seus componentes a partir de um nome específico (SOUSA F. 2007, p. 47).

Um outro traço que me chamou muita a atenção, foi a presença dos meninos. Perguntei ao Pedro, também estudante de Pedagogia, como Antonio Samuru, no Campus Universitário de Miracema. Ele disse que os meninos participam por conta própria. Eles podem entrar e sair. Não é obrigado, inclusive ele me disse que ninguém é obrigado a participar do canto ou de outra manifestação qualquer. Ele disse que é a pessoa que decide se participa ou não e que se não participar também ninguém vai criticar. Por isso, vi que os meninos, mesmo os bem pequenos, participavam, tinham suas bordunas, depois brincavam, ali mesmo na roda. Para garantir o bom andamento, me explicou o Pedro, tinham dois homens, com uma pintura diferente, estes eram como guardas, andavam com uma varinha, a tarefa deles era evitar que, principalmente os meninos extrapolassem, porque afinal era um momento de muito respeito tanto devido aos mais velhos quanto pelas meninas a serem nomeadas. Lembro-me aqui do filho do Ribamar, segurando na mão de seu pai. Além de ver essa cena sob a ótica da criança, percebi também o carinho do pai pelo filho, mesmo sendo um assunto de adultos, porque o canto é uma coisa séria, quando seu filho veio correndo ter com seu pai, este o abraçou imediatamente, tascou um cheiro na criança, como se dissesse, seja bem vindo meu filho. Tomou-o pela mão, e passou a andar com ele, de um lado a borduna, de outro o filhinho.

Já perto da hora do almoço, e instalados sob as mangueiras, houve uma conversa entre seu Severo e o cacique Ribamar. Falaram em Akwen, todos ouviram. Pude perceber que para realizar a festa de nomeação o gasto era enorme. Eram necessários muitos alimentos e como percebi, eles não tinham tanto dinheiro para adquiri-los. Preocupado com essa questão, fui falar com o Alexandre, um dos organizadores da festa e também vereador em Tocantínia. Ele me disse que não há mais caça, no rio há pouco peixe, eles somente produzem farinha e arroz, quando as roças são boas. Por isso, precisavam de carne de gado, de mais arroz, de mais farinha, porque eram muitas pessoas para serem alimentadas durante a festa. Durante boa parte da tarde, fiquei no rio. Quando cheguei, percebi a multidão de meninos e meninas, de jovens, de pessoas adultas. Estava repleto de gente. As crianças brincavam na faixa de areia, alguns jovens, os rapazes, estavam sentados numa pedra na parte de cima do rio, alguns outros sentados numa outra pedra, na parte de baixo. Havia uma alegria tão doce entre eles, as moças riam, brincavam com as crianças, alguns meninos saltavam de um toco, atiravam areia uns nos outros, quando alguém deseja ir embora do rio, junta um monte de gente, derrubava-o na areia, ai esta pessoa ia de novo ao rio, se lava e quando ensaiava ir, era novamente suja de areia. Ficam nessa brincadeira, a tarde ia-se. Pulei na água, mergulhei, nadei. O mais incrível é que me acompanhavam algumas crianças, de no máximo cinco anos, com uma extrema habilidade com o rio, riam de mim, olhavam para a minha barba e me chamavam de macaco barbudo.

Fiquei mais de três horas no rio, quando sai já esta perto das quatro da tarde. Nesse tempo pude perceber algumas mudanças no curso d'água, assim que cheguei notei que a faixa de areia estava bem grande, ai ela foi diminuindo, diminuiu tanto que o toco em que pulavam os meninos quase sumiu completamente. Perguntei sobre isso ao Leandro, um jovem que estuda o ensino médio, ele me disse que era sempre assim, que a barragem tinha deixado o rio assim, que eles (ele se referia aos operadores da usina) liberavam a água conforme quisessem e que ali na aldeia quando enchia muito eles iam embora, porque era bom banhar somente quando a faixa de areia estava grande. Ai pude notar, quando subiu muito a água, que a alegria foi murchando, não havia mais risos, foram se levantando, iam, um depois do outro, ficamos bem poucos, arribamos o pé, partimos.

Nunca havia pensado nesse tipo de impacto, que a relação com o rio era feita com um determinado tipo de estado da água, de tal modo que se ela subia de repente, trazia consigo sujeiras da margem, por isso eu percebi que à medida que subia a água, ela ficava mais suja. Assim que cheguei, como estava estabilizada, estava bem clarinha, mas depois de subir, ficou turva.
Eu estava diante do rio, o Rio Tocantins, que na altura da Terra Indígena Xerente, em especial aqui da Aldeia Porteira, era possível perceber como a lógica do desenvolvimento pode aniquilar modos de vida. O rio, aqui, como o percebo, não é um recurso, como quer fazer crer a lógica que o represou, é para o povo Xerente, para as crianças que nele saltam, um perspectiva de ver sentir o mundo, de viver e estar no mundo.

A participação e a perspectiva dos estudantes

Depois do banho no rio, voltei para as mangueiras. Assim que voltei, os homens já se preparavam para continuar, discutiram, em Akwen, escutaram seu Severo falar, depois partiram em fila pela aldeia. Eu acompanhei bem de perto, fiz algumas fotografias, fiz enquadramentos com o sol da tarde, observei bem os semblantes, percebi que eles guardam uma expressão de complementaridade, não há por parte dos homens, conforme eu pude notar um sentimento de que o canto de nomeação seja uma atividade penosa, que, por isso mesmo, exija uma penitencia de seus participantes. Não. Todavia, encaram como uma atividade que explica a si mesmos. Eu conversei com o Leonardo, ao que me respondeu que o fato de ele estar cantando, é como se ele mesmo fosse aquilo ali, eu pude compreender que ele não poderia faltar àquela festa, porque tanto ele, como os demais estudantes indígenas Xerente matriculados na Universidade Federal do Tocantins precisam daquela festa, precisam ver, precisam ouvir. Eu me detive muito em observar como esses estudantes se envolviam nas festividades. Daí que ao notar os semblantes de todos que cantavam, percebi que o semblante dos estudantes era, além do que falei antes, como se houvesse também um certo reconforto, parecia uma possibilidade de pertencimento intimista, regozijo, em todas as reuniões dos homens, lá estavam eles, ouvindo, atentos, parece que a saudade era tamanha que não poderiam perder nenhuma palavra sequer, mesmo que nem todos pudessem participar o tempo todo das atividades de nomeação, ajudavam na cozinha, sentavam sob as mangueiras, entretinham-se com as crianças, porque alguns tinham filhos também. Em relação aos estudantes que freqüentavam a universidade no campus de Miracema, é certo que sofriam menos com a saudade, todavia, conforme narrou o Pedro, a luta deles era bem outra. Estudaram, desde o ensino médio, no período noturno, na época deles o ensino médio era somente em Tocantínia, ainda não havia o Centro de Ensino Médio Indígena Xerente – Cemix, por isso iam de bicicleta, voltavam lá pelas tantas da noite, sendo que o mesmo aconteceu até bem pouco tempo, que iam de bicicleta até Miracema, terminava a aula, retomavam para casa.
Há bem pouco tempo, disse o Pedro, foi feito um acordo e o ônibus escolar busca alunos para a cidade, ai eles pegam carona, porém se o ônibus não vier, for algum feriado, não tiver aulas por qualquer motivo, eles tem de ir de bicicleta, ao todo, ida e volta são mais de cinqüenta quilômetros, do Campus, que fica na parte alta da cidade de Miracema, até a casa deles, na Aldeia Porteira, já no Município de Tocantínia. Ainda segundo me disse o Pedro, muitas vezes com chuva já veio, com fome, porque o esforço da ida consumia a janta que ele fazia antes de partir, daí que na volta se achava já um tanto fraco e com fome. Enquanto escutava esse relato, fiquei pensando na solidão dos demais que moram em Palmas, na casa dos estudantes indígenas, na Arno 32. Não saberia dizer se era mais difícil estar longe de casa, como os estudantes com os quais eu tenho mais convívio, ou se era a epopéia de ir e vir da universidade, como me contou o Pedro. São problemas distintos, é verdade, mas ouvir estas histórias ali, naquela mangueira, já no entardecer me deixou nostálgico, nisso fui caminhar um pouco, ao que Pedro me convida para ver o posto de saúde. Andei até o posto de Saúde, lá estava apenas um técnico de enfermagem, algumas crianças, um bebezinho tomando medicação, olhei todo o espaço, naquela hora, já quase noite, notei uma iluminação fraca, os móveis de aço, todos com a pintura carcomida, uma prateleira com alguns frascos de remédio, uma sala de procedimentos, e mais ao fundo, um quarto que parecia uma enfermaria, mas não adentrei para conferir. Nas paredes, uma pintura rota, algumas infiltrações, tudo junto, mais a iluminação produz um estado de decadência, de abandono que contrasta com a vivacidade das demais casas da aldeia.

Além disso, meus olhos focam numa placa. Fui ver. Leio: **Reforma Enfermaria Aldeia Porteira**. No alto da placa a logomarca da Investco, empresa que construiu e opera a UHE Lajeado. Mais abaixo, um título: obra compensatória. Para mim foi tão violento ver o estado de obscuridade daquele posto de saúde e agora mais ainda porque estava ali uma placa que atestava a autoridade moral de quem destruiu rio e teve a coragem, ou mesmo o cinismo, de escrever que aquilo seria algo compensador, que ali estava uma obra para compensar a destruição, porque se é para compensar é porque algo foi retirado.

Nesse momento tomo na lembrança um texto de Gilberto Dupas, *O mito do progresso*. Para esse autor, alguns mantras do capitalismo, como a globalização, são como cantos de sereia, produzem um discurso eivado de contradições, mas que, todavia tenta ser diluído na sociedade como narrativa histórica. Diz Dupas: "a globalização não amplia os espaços, estreita-os; não assume responsabilidades sociais e ambientais; pelo contrário, acumula problemas, transforma-se em sintoma de sobrecarga" (DUPAS, 2007.p 78). Aqui olhando essa placa percebo como é violenta essa noção de mundo que opera uma narrativa tão cruelmente disjuntiva ao mesmo tempo que quer fazer crer que oportuniza ao povo Xerente melhorias nas condições de vida e de saúde.

No dia seguinte, era domingo, dia 27. Logo cedo, antes do sol apontar na aurora, levantei, estava frio. Era tudo silêncio. Mas o dia se anunciava de forma esplendorosa, fui até um riacho, que fica a leste da Aldeia. Lá tem um pequeno rio, tem uma tábua, as mulheres lavam roupas. Fiquei lá por algum tempo, observei o vento da manhã nas folhas, um pé de buriti, majestoso vigiava o amanhecer.

Preparo meu café. Rosalina me disse que hoje haveria dança. As mulheres iriam dançar. Preparo meus objetos, me dirijo às mangueiras. Já tem muita gente por lá. Chegou um ônibus, com estudantes do curso de Serviço Social, da UFT, Campus Universitário de Miracema. No dia anterior, teve um grupo também do mesmo campus, mas em menor número. Era somente uma professora e dois amigos dela. Hoje eram mais de quarenta pessoas. Os estudantes tinham uma relação mais próxima com o Alexandre, que não é o vereador, colega de classe que morava na Aldeia Porteira e os tinha convidado para vir à festa.

Os homens se reuniram. Hoje não saíram para o canto. Estavam discutindo alguma coisa. Escutei atentamente, ainda que não compreendesse porque falavam em Akwen. Mas foi muito escutar, principalmente porque quem falava era seu Severo, ele falava compassadamente. Todos escutavam atentos. As mulheres, mas ao lado, se preparavam, fui ver. Achei especialmente bonito as meninas, ainda bem pequenas, mas ali todas adornadas, ai formaram uma fila, talvez fosse um ensaio, ai na ponta, à minha esquerda, uma senhora com o maracá, a mais velha, à minha direita a menor dentre elas, atenta, entusiasmada. Fizeram uma dança, andaram em linha reta, da maior para a menor, depois fizeram o caminho de volta. Param. Vestiam peças de palha, saia e um tipo de sutiã, algumas traziam seios nus, outras de sutiã de pano. Mas era lindo. A cantiga era linda, os movimentos, as crianças, o respeito das mulheres mais adultas com as mais jovens, destas com as mais adultas. Algumas eram estudantes da UFT e dentre as meninas, algumas eram filhas de estudantes.

A chegada de políticos na festa

De repente, um movimento. Todos se voltam para a estrada. Eis que surgem três carros. Não eram apenas três carros. Eram carros enormes, todos de vidros escuros, lá chegaram com todas as janelas fechadas, chegaram trazendo muita poeira. Estacionam em paralelo. Primeiro descem dois homens, grandes, fortes. Estes ocupavam uma camionete Hilux, preta. Depois destes, descem um home bem alto, eu o reconheço, ele foi diretor do Colégio Marista em Palmas. Da outra camionete, uma Ranger prata, descem duas mulheres. Mais alguns segundos, descem dois homens com equipamentos de filmagem. Mas era o outro carro que trazia o mais inusitado: Dorinha Seabra. Mais: um vereador de Palmas, Fernando Resende, que também na ocasião foi apresentado por Dorinha como seu esposo. Todos os eventos da festividade cessaram.

O cacique Ribamar foi receber a todos. Aliás, uma característica fascinante é a maneira de receber, indistintamente. Logo se formou um pequeno aglomerado. Crianças e mulheres continuaram onde estavam. Foram ter com os visitantes apenas o cacique, o vereador Alexandre, alguns dos estudantes e outras lideranças. O cacique fez uma fala. Sentou-se. Em seguida, Dorinha toma a palavra, fala pouco, talvez porque eu estava filmando todo seu discurso. Várias vezes os homens que a acompanhavam me olharam de soslaio. Continuei

firme, gravei um ato falho, ou talvez não, em que ela disse que sempre esteve com os índios, que sempre os visitou, que foi ela quem fez a escola (e apontou para o prédio da escola que fica próximo das mangueiras onde estávamos) e que como secretária de educação iria fazer muito mais. Ora, ela não era mais secretaria naquela ocasião, mas também não poderia dizer ante a lente de minha câmera que como deputada iria fazer muito mais. Essa cena foi um daqueles achados. Nem mesmo nos meus melhores sonhos eu poderia imaginar que um encontraria aquela mulher naquela ocasião. Era inusitado.

O mais gritante de tudo isso, era a postura da ex-secretária. Trajando uma calça jeans azul, uma blusa também azul, calçava tênis branco, aliás, branquinho. Os cabelos, com aparência de lavados ainda naquele dia, estavam soltos, com apenas um prendedor que segurava uma parte e o restante tremulava sobre os ombros. Também estava usando brincos, azuis. Talvez seja mera coincidência estética as cores azuis, de suas vestes, e a cor branca de seus tênis, com as de seu partido político, o Democratas, partido que tem por principal bandeira o agronegócio e a defesa de uma elite ruralista representada. Por isso me pareceu uma excrescência essa senhora vir aos índios e dizer que gosta deles e que os defende.

Na conversa havida entre a visita e as lideranças, parece que os lideres solicitaram algum tipo de auxílio para ajudar nas festividades. Na fala de Dorinha, ela disse que ia ver a possibilidade. Minutos antes, no entanto, houvera afirmado que faria de tudo para manter a cultura do povo Xerente sempre viva. Mas assim que o cacique tomou de volta a palavra, reiterou a mensagem/pedido, ao que recebeu essa singela desculpa: vamos ver o que podemos fazer, disse ela. Depois, foi às mulheres. Foi recebida igualmente como fora pelos homens. As mulheres explicaram suas vestes, a dança, falaram um pouco daquele momento. Toda a fala era em Akwen. A mulher mais velha falava e a mulher do cacique Ribamar traduzia. Todavia, Dorinha escutava com uma atenção dispersa. Parecia que estava apressada. Era preciso terminar logo aquele momento. Notei também que ela abraçou as mulheres com certa distância, nem o abraço dado em Rosalina, que a cumprimentou instantes antes dela partir, foi um abraço fraterno, digo naquilo que se consegue ver quando amigos que se gostam em verdade se abraçam como quem deseja grudar no outro.

Outro detalhe que prendeu minha atenção foi o tom de humildade. Quando a ex-secretária desce do carro, que tinha o homem que fora apresentado como seu marido dirigindo, ela traz nos gestos uma delicadeza plantada. Passos curtos, mãos nos bolsos, quando parada, pés juntos. Na fala, pronunciava as palavras todas, inclusive os plurais. Gesticulava com certa discrição, no rosto não expressava uma alegria mínima em relação ao que por ela mesma foi dito de seu estado de imensa alegria por estar ali. Sempre que via minha câmera, me olhava de viés, falou alguma coisa ao seu cinegrafista e em seguida este, sem o menor constrangimento, foca sua câmera no meu rosto, eu respondi com um oi, posto que ironizei sua atitude de intimidação.

Na hora das fotografias, com a equipe trazida para esse fim, poses, caras e bocas.

Recolheram-se rápidos a seus carros. Ligaram o ar condicionado, entraram quase de solavancos, tanta era a pressa de esvaírem-se dali, lacraram as portas, os vidros todos com insulfilmes pretos, deram arrancada, para trás somente a poeira, nem uma buzina de despedida.

Diante dessa ocasião, não tive como deixar de conversar sobre isso. Chamei o Antonio Samuru, perguntei a ele o que achara de tudo que houvera transcorrido. Ele sorriu. Balançou a cabeça. Era isso, era a melhor resposta. Ai ele me disse que era isso que o fazia estudar mais e mais, porque já não agüentava mais ver seu povo ser tratado assim, que as pessoas os procuravam na época de pedir votos, depois se esqueciam deles. Antonio falou que iria se formar, que iria ser professor ali na Aldeia Porteira e que se esforçaria para tornar o seu povo, os jovens, os mais velhos, todos, mais fortes. O Pedro chega, diz também que se sente mal com pessoas como aquelas. Logo se aproximam o Leonardo, o Edvanir, e mais outros. Concordam. Ficam depois calados. Parece que neles há um sentimento de que as coisas não mais podem ser assim.

Já era meio dia. Fui preparar meu almoço, os convivas se dirigiram ao prédio da escola, onde estava preparado o almoço. À tarde, fui ao rio. Cheguei à ladeira, vi o tanto de pessoas que estavam ali. De novo, vi muitas crianças. Pulavam alegres. Fiquei ali olhando por um longo tempo. Dei um mergulho, o sol estava quente. A faixa de areia estava grande. Ir banhar no rio, esse era um programa monumental naquela tarde ensolarada. Nesse sentido, era difícil imaginar como aquelas pessoas viviam sem aquele rio. Fiquei flutuando, assim como se pudesse sentir como aquela água fizesse parte de mim. Nisso, me lembrei da conversa que tive com Pedro sobre o fim do pagamento que o povo Xerente recebia, via Procambix, da empresa Investco. Estar ali naquele

rio, vendo-o descer e subir o nível aleatoriamente, eu me dava conta do prejuízo sofrido por aquelas pessoas e tudo com o argumento de melhorar a qualidade, de continuar o progresso.

Quando menos espero, chegam dois carros, um Corolla preto e um Fiat Uno. Saem dois homens, depois sai Wanderlei Barbosa, vereador em Palmas e candidato a deputado estadual. Ele desce ao lado de uma mulher, que estava no banco de trás do Corolla em que estava Wanderlei. A mulher trajava um jeans preto, uma blusa branca de botão. Wanderlei estava de esporte fino, como se costuma dizer naqueles convites de festa. Mas o sapato da mulher que o acompanhava era mesmo um capítulo à parte: salto e bico fino. Acho que não era apenas eu que observava esse detalhe.

Também essa visita se dava sob as mesmas condições da primeira, nada trouxera, nada oferecera. Se fora convidado, nada fez pela festividade, se viera apenas pelo grau de envolvimento com a cultura Xerente, não cheguei a ver sua generosidade. Mas esse visitante não teve o mesmo pudor que a anterior. Reuniu-se com os líderes, depois falou a todos os outros homens, disse que houvera sido bem sucedido em votos na comunidade de Tocantínia, no pleito passado no qual disputara eleição para deputado estadual. Disse que preservar a cultura é muito importante, que ele realmente gostava muito do povo Xerente. Disse que se eleito fosse, trabalharia dia e noite pelo Tocantins e que qualquer Xerente poderia procurá-lo a qualquer hora do dia e da noite. Disse que precisava do apoio de todos. Os homens cantaram, as mulheres dançaram, reiteram o pedido feito logo cedo à outra visitante ao que receberam como resposta um discurso similar: vamos ver o que é possível, disse Wanderlei.

Fui conversar um pouco com o Edvanir. Ele me contou que sairia cedo, no dia seguinte, porque tinha prova. Ele me falou que tinha trancado a disciplina de cálculo porque não havia entendido nada, o professor não tinha tempo de explicar para ele, ele me disse ali que não sabia o que fazer. Iria fazer exame final em quase todas as disciplinas. Quando vejo, já era quase noite. Volto à casa de Rosalina. Preparo meu jantar. Descanso um pouco. Mais tarde, levanto e ando um pouco. Fiquei muito impressionado com o que havia transcorrido nesse dia.

Pensei nos livros que havia lido, dentre os quais, *O pensamento selvagem*, de Lévi-Strauss. Era mesmo muito importante me lembrar da lógica do *concreto* e do *abstrato*. Nesse momento a lembrança também me trouxe à memória o filme Terra Vermelha, de Marco Bechis (2008), conforme escrevi em outro momento (CASTORINO, 2010). Filme de monumental delicadeza para falar da aspereza que é a exploração em que vivem alguns povos indígenas. Esse filme constrói uma leitura inquietante sobre o estado em que vivem alguns povos indígenas no Brasil. Ribamar se parece com o personagem do filme.

Penso na hombridade do cacique Ribamar, como recebeu bem, como ficou escutando o discurso insípido daquela senhora, cujos filhos, certamente nem mesmo freqüentaram a escola pública, a despeito de ela ter sido secretária de educação por vários anos. Eu vi nos olhos de Ribamar, enquanto ela falava, um certo tipo de raiva, talvez nem seria isso, mas havia naqueles olhos algum sentimento que contrastava com doçura inventada pelas palavras que saiam dos dentes cínicos porque raivosos de Dorinha. Ela falava com um tom de humanitarismo contra o qual bradou Paulo Freire, no livro *a pedagogia do oprimido* (1987).

Era segunda feira, dia 29. Logo cedo, caminho até o rio. Está calmo. De novo nas mangueiras. Escuto. A maioria dos estudantes já partiu para Palmas. Ficaram apenas os que estudam em Miracema. Noto isso e percebo o quanto é difícil para o discurso hegemônico da ordem e do progresso, com o qual a universidade está alinhada, entender que esse povo aqui, ou qualquer outro que tenha uma outra forma de interagir com e no mundo deve ser aceito.

Como havia me dito, o Edvanir tinha provas hoje, não poderia faltar além de estar de exames finais na maioria das disciplinas. Fico sentado. Brinco por ali com algumas crianças. Logo os homens se reúnem, discutem em Akwen, seu Severo explica algumas coisas. Mais tarde fico sabendo que estavam discutindo o encerramento da festa para quarta feira, posto que ainda iriam se preparar para a nomeação dos meninos. Fico um pouco triste com essa notícia, porque sei que não seria possível eu ficar mais tempo com eles, além de terça, o dia seguinte. Porque seria no dia seguinte que se daria a nomeação dos meninos, que conforme explica Farias (1990) citado por Sinval Martins de Sousa Filho (2007)

> Quando chega o momento de se dirigirem para a aldeia, os homens se organizam em duas filas, uma para cada metade exogâmica e vão do mato para o pátio. Nessa formação são seguidos pelos casais cerimoniais. Ao chegarem no pátio da aldeia, os dois casais assumem um lugar de destaque, com os homens à frente e as mulheres

> logo atrás. Inicia-se uma dança ritual, executada pelos homens a serem nominados e, em seguida processa-se o ato de nominar que, entre os Xerente, tem o significado de tornar público um nome que pertence aos clãs e é transmitido por via patrilinear. Os homens, divididos de acordo com suas metades exogâmicas, vão sendo encaminhados à frente do casal que pertence à sua metade (SOUSA F. 2007, p. 47).

Conversa com seu Severo

Seu Severo senta-se. Chama para que eu escute algo. Diz que quer me contar uma história. Pergunto se posso gravar, ele assente. Vou ao encontro das idéias de seu Severo. Ele diz tudo muito compassadamente, como se tivesse dormindo[2]. *_Tu sabe aquele morro perdido, pois é, era lá que nós vivia, era lá, estava lá todos, sabe, não tinha divisão, era os Krahô, Apinayé, Javaé, Karajá e Xerente. Morava tudo lá. Ai um dia dispersou, saiu. Eu lembro dos padres, é lembro. Faz tempo, mas lembro.*

Ao que ia falando, eu já absorto no seu discurso. A gravação tem ao todo 50 minutos. Um outro trecho que marcou muito nossa conversa, digo conversa porque ele permitia que eu perguntasse, eu perguntava e ele respondia. Nisso, ele me falou que os brancos amansaram eles, ensinou eles a comer com sal e com gordura e que agora eles não tinham dinheiro para comprar essas coisas. Falou que tinha medo da cultura acabar, que era cada vez mais difícil fazer a festa, que antes no rio tinha muito peixe, que tinha muita caça no mato e que agora não tinha mais não. Ele me disse que não gostava de comer frango de mercado, se referindo aos frangos congelados.

A conversa com seu Severo foi linda, pensei muito, mas muito mesmo na importância do silêncio, porque ele fazia longas pausas, falava lentamente, saboreava as palavras que diziam sobre coisas das quais ele gostava, pronunciava mais secamente as que falavam sobre coisas que não gostava. No livro de Eni Orlandi tem uma explicação muito oportuna sobre essa questão do silêncio.

> A ciência torna o índio observável, compreensível, e sua cultura, legível; o indigenismo o torna administrável; a catequese o torna assimilável. Diríamos, pois, que a compreensão amansa o conceito índio, a pacificação amansa o índio como espírito, como alma (ORLANDI, 1990, p. 57).

Ter lido esse livro antes dessa conversa foi algo monumental. Depois de ter falado bastante, se despediu de mim, me agradeceu e disse que estava cansado, que iria descansar. Levantou. Pegou sua borduna, ao mesmo tempo uma espécie de apoio, andou, cabeça baixa, passos curtos, mancos, porque sofrera uma queda e machucou o joelho, andou sob um sol já quente, perto de meio dia, acompanho aqueles passos, tremulantes, costas ao sol, anda. Não hesita.

Ele havia me dito que acha que a educação, ele se referia à presença da escola e agora também da universidade, só tinha feito estragos. Ele disse que não sabia ler nem escrever, mas que nunca achou que isso tinha importância, para ele seria bom se as pessoas cumprissem os que diziam, porque se cumprissem não precisava escrever.

A fala de seu Severo, e nem estou fazendo um juízo se ele falou contra ou a favor dos mais jovens, se ele está

---

2 "Também o que não é falado significa" (ORLANDI, 1990. p.49). Preciso dizer, antes de tudo, que para ouvir tudo que eu ouvi, para escrever esse texto, tive de levar em conta, sobretudo, essa frase de Eni Orlandi, ora, de uma lado, porque o discurso que se produz sobre o outro, nesse caso, o índio, é amparado necessariamente, segundo explica Eni Orlandi, por uma linguagem que nesse ato de explicar o outro o deixa fora, isto é, fala por ele, mas não é o outro que fala; por outro lado, ouvir e ver como seu Severo falou exprime para mim uma possibilidade imensa de entender as recomendações dessa autora, porque no seu modo de narrar está, principalmente, a negação de uso de uma sintaxe, de uma semântica e de uma morfologia de uma língua que não é a dele, ele pronunciou as palavras como se as deixasse cair ao chão, como se me dissesse estas palavras que agora utilizo apodreceram minha alma, por isso eu fiquei pensando que a universidade estava perdendo uma oportunidade, como explicou Lima e Barroso-Hoffmann (2004), de levar a sério a inclusão dos estudantes indígenas, porque ali na fala de seu Severo estava uma possibilidade de a universidade perceber, pelo menos, em que língua pedimos por esperança, como diz Belchior em sua canção.

certo em afirmar o que disse, mas essa fala me mostrou que, e como tive a oportunidade de ver as "visitas", o estado, isto é, as instituições do estado, dentre elas a universidade, apagam o índio, e isso está implícito nas relações sociais havidas nessas instituições, mas principalmente no âmbito do discurso, uma vez que

> O pressuposto, em lingüística, é aquilo que não é dito, mas que acompanha necessariamente o que é dito. É aquilo que no dizer já está sempre lá, implícito e inegável. Por exemplo, a necessidade de dizer que índio é gente, pressupõe a possibilidade de dizer que índio não é gente. Quando afirmamos que o apagamento do índio existe como pressuposto (...), estamos dizendo que qualquer discurso que se refira a identidade da cultura nacional já tem inscrita a exclusão do índio (...) porque o apagamento é do domínio da ideologia (ORLANDI, 1990, p. 59).

Na sua fala estava implícita a materialidade de seu discurso, cujo aspecto fundamental era sem dúvidas essa outra maneira de dizer, tanto na forma quanto no conteúdo. Por isso, como diz aqui Orlandi (1990), o apagamento é tão violento porque ele impede, por isso mesmo, que o discurso do índio seja realizado com seu tempo, seu espaço, sua gramática, sua forma e seu conteúdo. Isto é, como disse seu Severo, os brancos amansaram os índios e agora os índios tem de viver como os brancos.

Digo isso porque como discurso, a universidade diz-se um espaço de pluralidades, de respeito às diferenças, todavia, como prática, os estudantes universitários Xerente tiveram de ir mais cedo dado o fato de que as provas, para eles, jamais seriam remarcadas, ou iriam e as faziam ou na certa, reprovariam[3].

Quando retorno às mangueiras, noto que os homens já estão reunidos, discutem. Dali em diante, como havia me explicado o Antonio Samuru, vão se retirar até o dia seguinte, vão para um lugar perto dali, na mata, para se prepararem para o dia seguinte. Nesse lugar não deve ter a presença de mulheres.

Quando estou indo ao encontro de Ribamar, o cacique, que finalmente pode me atender, penso nas coisas que gostaria de perguntar a ele. Sento. Ele está na minha frente. Já é quase noite. Ao lado, a casa de Ribamar, de onde vem uma luz. Ele diz que está feliz. Ficamos um bom tempo, assim, falando monossílabos. Ele suspira, eu cá dentro de mim, já absorto com todos os acontecimentos, nada pergunto. Fico observando seus pés, poeirentos, dedos fortes, a luz batia bem nos dedos. Estava somente de short, disposto confortavelmente numa cadeira de encosto, já velha.

Eu estava na UNB (Universidade de Brasília) um dia desses, diz ele. Ao que respondo com a cabeça. Ai ele discorre me contando que havia feito um curso de indigenismo. Disse que trabalha no posto da FUNAI em Tocantínia. Fico escutando. Ele relata que se não fosse a atuação do Ministério Público Federal as coisas para os Xerente poderiam ser piores. Nova pausa. Respira, ajeita-se na cadeira e me pergunta o que eu penso dos estudantes indígenas que estão na UFT, especialmente os que freqüentam o Campus de Palmas.

Na minha resposta retomo um pouco de minhas conversas havidas entre mim e os estudantes na casa de estudantes indígenas, lá da Arno 32[4]. Digo ao Ribamar que minhas impressões caminham mais no sentido de perceber o imenso preconceito sofrido pelos indígenas. Para ai. Ele me interrompe, diz que esse é um dos problemas.

Ribamar quebra o silencio e diz que a sociedade envolvente torna o índio um mero folclore, que eles mesmos, os índios não podem decidir sobre o que é melhor para eles. Porque, diz ele, se os valores da sociedade envolvente fossem bons, não haveria os problemas que há. Daí descambou para uma crítica ao papel da universidade, que

---

3 Não nos esqueçamos, sobretudo, que conforme já citei, inclusive textualmente, a universidade se mostrou, nos discursos, que é um espaço da pluralidade, do respeito aos diferentes, todavia, em diversos momentos tenho percebido que na pratica, a universidade é incisiva, os estudantes tem de cumprir o calendário a despeito de qualquer coisa, e no caso aqui em questão, a insensibilidade institucional é tão grande que os diversos estudantes que estavam participando da festa foram unanimes em dizer que a maioria dos professores e inclusive os órgãos administrativos da UFT nada sabiam dessa festa e nem com isso se importavam, que a vida dos estudantes indígenas era tratada, então, como mais uma nos protocolos burocráticos.

4 A casa a que me refiro é uma casa em que moram alguns dos estudantes indígenas que estudam em Palmas. Nessa casa é onde acontecem várias reuniões, todas de alguma forma ligadas à vida estudantil.

só vem à aldeia para coletar informações, mas nada traz como resultado, disse que os estudantes indígenas que freqüentam a universidade sofrem porque como eles são pobres não podem ajudar seus jovens, porque a universidade, a FUNAI e outros órgãos não ajudam. Disse também sobre o diploma, para ele, um diploma só tem valor quando é de um curso que tem menos pessoas pobres.
Mas ele argumentou que na universidade as pessoas não ligam pra isso, porque ninguém discute isso, porque segundo ele, deveria todas as profissões ter o mesmo valor, mas não tem, por isso ele não sabe se vale a pena ter diplomas. Disse que talvez valha a pena se formar em direito para defender os interesses do povo.
Nessa conversa percebo que Ribamar não está pessimista, como eu poderia logo concluir. Não. Não estava. Ele apenas discorria sobre temas que considerava importantes para ele e seu povo, mas falava com uma doçura e uma leveza típicas de seus movimentos. Eu tenho de considerar que o que me dizia ali naquela ocasião eram algumas idéias com as quais ele vinha martelando em sua cabeça há tempos, por isso, me falava compassadamente. Como eu tinha mais interesse em ouvir dele algumas idéias, não direcionei a conversa, deixei que ele falasse conforme lhe parecesse adequado e oportuno.
No dia 30, terça feira, acordo cedo, desmonto a minha barraca. Arrumo as coisas no carro. Preparo o café. Como alguma coisa. Antes, de ir, no entanto, eu argumentei que queria dizer obrigado. Ela disse tá bom. Entrei no carro, dei a partida, fui. Lá perto das mangueira, parei. Fui ter com os homens, que ali estavam reunidos desde a noite anterior. Finalmente, despeço-me. Entro no carro. Várias sensações me ocorrem. Ando, talvez mais lento do que quando estava indo, na volta encontro vários Xerente de bicicleta indo à cidade. Alguns com crianças. Quando chego a Lajeado, vou até a um ponto da cidade para eu ver a construção do barramento do rio. Olho. Para que alguns poucos, penso, tivessem energia elétrica, pudessem ligar o ar-condicionado, usar os notebooks, máquinas de lavar e coisa e tal, uma imensa maioria, dentre a qual, os Xerente, tiveram de perder o rio, para sempre. Entro no carro. Desço em minha casa. Retomo outros pedaços da vida. O abraço de minha filhinha, conforto.

Considerações

Durante essas festividades eu percebi que há uma imensa ligação entre os estudantes e suas famílias. Daí que a participação dos estudantes fosse algo como eles mesmos disseram, fundamental. Depois que conversei com Rosalina, com Ribamar e com seu Severo, entendi porque razão eu deveria mesmo ter ido ver a festa com essa perspectiva: a de observar os anseios dos estudantes.
Em primeiro lugar pude ver que as maneiras de lutar de agora, a maneira dos mais jovens tinha a ver com as competências de leitura e escrita. Isso significa que as lutas enfrentadas no tempo de seu Severo tinham outras armas e compreendiam um contexto menos astuto do ponto vista político.
Conforme pude observar com a chegada dos políticos, um evento não previsto, é que as armas de hoje perpassavam mesmo por uma capacidade de leitura mais densa, como mesmo disse o Ribamar quando observa que os estudantes de Direito representam uma possibilidade de defender o povo.
Ainda nesse sentido, observei também que as professoras e professores, formados em Pedagogia, ou ainda estudantes, trazem uma forte noção de enfrentamento, de rompimento com as políticas assistencialistas, tanto é que expressaram indignação com a chegada dos políticos, como me disse claramente o Pedro e o Antonio Samuru. Além desses estudantes, tem o papel da Rosalina, uma professora que tem muito tempo de escola e também estuda na UFG, tem muita coragem e compreende que há uma oportunidade no fato de terem alunos na UFT. Para ela é uma oportunidade porque o povo Xerente, e os demais, poderão, a partir disso, poder discernir melhor o contexto sociopolítico que enfrentam nesses tempos atuais.
O que mais pude entender é que não há, por assim dizer, uma formação política, como a compreendemos na universidade, ou como aquela feitas nos movimentos sociais, há, como mostram os mais velhos, uma compreensão muito presente de que os problemas com os quais os indígenas de forma geral e em particular os Xerente sofrem só serão superados com um envolvimento direto dos povos indígenas.
Para se envolverem diretamente na luta, os mais jovens escutam muito os mais velhos, esse processo é a base do engajamento. A vida na universidade é difícil sob vários aspectos, todavia, a certeza de que devem, além de estudar a ciência dos não índios, buscar a defesa de seus direitos se constrói em reuniões como as que participei ali na Aldeia Porteira.

Referências

CASTORINO, Adriano Batista. **Um comentário do filme Terra Vermelha**. 2009. Disponível em: http://br.groups.yahoo.com/group/etnolinguistica/message/2037 Acesso em: 30/11/2010.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso.** 2007. Texto disponível em: http://www.scielo.br/pdf/nec/n77/a05n77.pdf

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 42ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terr a, 2005.

GENTILI, Pablo (org). **Pedagogia da exclusão.** 15ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **Terra a vista: discurso do confronto - velho e novo mundo.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

LEVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem.** 8ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1989.

SOUSA FILHO, Sinval Martins de. **Morfossintáticos da Língua Akwen-Xerente.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás/Faculdade de Letras, 2007. Disponível em: http://www.letras.ufg.br/pos/uploads/files/SinvalMartins-Tese.pdf Acesso em: 04/05/2009.

A cultura sateré-mawé e seus entrelaçamentos: ethos e cosmovisão

Solange Pereira do Nascimento[1]

Iraildes Caldas Torres[2]

Milton Melo dos Reis Filho[3]

Resumo: O presente trabalho faz parte da vivência entre o povo Sateré-Mawé na Amazônia ao longo de alguns anos de pesquisa e contato, e quer apresentar um pouco da vida e da cultura desse povo em duas comunidades distintas: Simão e Umirituba no rio Andirá que ao longo do tempo vem se ressignificando em suas práticas rituais e culturais no intuito de continuar existindo no tempo físico e memorial de suas gerações mais jovens apesar da influência do mundo branco e de seus aspectos negativos. O campo de pesquisa se situa em duas comunidades da Área Indígena Sateré-Mawé: Simão e Umirituba localizadas no Rio Andirá – Município de Barreirinha/AM. Faremos um breve sobrevoo pela etnografia do lugar na perspectiva heideggeriana de apresentar o campo como um horizonte de possibilidades em aberto onde à atenção do pesquisador às vozes dos sujeitos e também aos seus silêncios se tornam chaves imprescindíveis para descortinar um universo ainda velado sob alguns aspectos. Para compor nossas análises optamos por entrevistas e aplicação de formulário do tipo semiestruturado com perguntas abertas e fechadas. Como recurso auxiliar na coleta de informações, gravamos entrevistas em áudio com autorização prévia dos entrevistados e fizemos nossas anotações no caderno de campo como registro de memória de nossas vivências.

Palavras-Chave: Sateré-Mawé, cultura, rituais, ethos, cosmovisão.

Pensar a Amazônia e escrever sobre sua gente especialmente sobre suas populações indígenas em particular, é adentrar por um universo ainda oculto com poucas pesquisas na temática. Sobre os Sateré-Mawé há razoavelmente um bom número de publicações, mas, poucas as que contemplam o seu universo feminino ou que adentram mais profundamente em suas raízes míticas desvendando assim sua cosmovisão e apresentando ao mundo um povo que tem no guaraná e na tucandeira sua centralidade. Ainda há muito que se observar e refletir sobre este universo de mulheres e homens grávidos de esperança na epifania do tempo.

Seguindo por essa linha de pensamento e apresentando dados concretos de experiência de campo, através de pesquisa de caráter etnográfico, o presente trabalho tem como objetivo refletir numa perspectiva dialógica com outros saberes (MORIN: 2007), um pouco mais sobre o cotidiano desse povo enquanto trabalho e aspectos culturais de sua experiência de mundo.

O campo de pesquisa se situa em duas comunidades da Área Indígena Sateré-Mawé: Simão e Umirituba localizadas no Rio Andirá – Município de Barreirinha/AM. Faremos um breve sobrevoo pela etnografia do lugar na perspectiva heideggeriana de apresentar o campo como um horizonte de possibilidades em aberto onde à atenção do pesquisador às vozes dos sujeitos e também aos seus silêncios se tornam chaves imprescindíveis para descortinar um universo ainda velado sob alguns aspectos.

---

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia /UFAM. Professora da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: soliamnisnascimento@yahoo.com.br

2 Doutora em Antropologia pela Pontifícia Universidade de São Paulo/SP. Professora Adjunta da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: iraildes.caldas@gmail.com

3 Doutor Sociedade e Cultura na Amazônia /UFAM. Professor da Universidade Maurício de Nassau – Manaus/AM. E-mail: melomilton@ig.com.br

O trabalho segue as trilhas da etnografia (GEERTZ: 1989) numa perspectiva das teorias da complexidade (MORIN: 2007a) e do gênero (STRATHERN: 2006). Trilharemos a metodologia da reflexão e do diálogo por entendermos que falar sobre esse povo nunca se dará numa dimensão do fechado e acabado, mas, num processo de reflexão sobre uma cultura que vem se ressignificando em seus hábitos pela proximidade com o mundo branco o que modifica sensivelmente sua vivência de mundo. Seguimos assim a linha da reflexão sempre numa perspectiva em aberto.

Para compor nossas análises optamos por entrevistas e aplicação de formulário do tipo semiestruturado com perguntas abertas e fechadas. Como recurso auxiliar na coleta de informações, gravamos entrevistas em áudio com autorização prévia dos entrevistados e fizemos nossas anotações no caderno de campo como registro de memória de nossas vivências.

Hoje os Sateré-Mawé são um grupo de mais de 7500 pessoas segundo dados de Teixeira (2005) assim distribuídos: "no Rio Andirá são 49 aldeias, habitadas por 3795 indígenas [...]. No rio Marau são 37 comunidades e 3288 habitantes [...]. No rio Uaycurapá são 04 comunidades e 292 indivíduos em Koatá Laranjal existe apenas uma comunidade (Vila Batista) com 127 habitantes. As demais comunidades da Terra Indígena Sateré-Mawé são habitadas pelos Munduruku".

Ocupam o território demarcado em 06/05/1982 e homologado em 06/08/1986 numa área de 788.528ha e perímetro de 477,7km. Que abrange os municípios de Maués, Parintins e Barreirinha/AM e ainda os municípios de Itaituba e Aveiro no Estado do Pará.[4] Os Sateré-Mawé estão espalhados ao longo dos rios Andirá, Marau, Miriti, Urupadi, Majuru, Uaycurapá e igarapés afluentes desses rios. Cada comunidade, assim denominada é organizada a partir da figura de um tuxaua que é o responsável por todos os que vivem no local.

Alfred Metraux (1927 apud Uggé, 1991) no livro *Les Migrations Historiques des Tupi –Guarani* conta que em 1530 houve uma emigração de cerca de 50.000 índios Tupi do atual Estado de Pernambuco. Em 50 anos de andança, chegaram ao atual território que se estende entre os rio Madeira e Tapajós. A história revela que a emigração se deu a partir da violência sofrida pela colonização portuguesa.

A língua indígena dos Sateré-Mawé, a organização social, as construções das casas, as pajelanças, as tradições, as narrações, a cosmologia e outros aspectos levam a pensar nas características de povo Tupi (Uggé:1993).

Hoje, depois de muitas contendas entre eles mesmos e grupos opostos, os Mawé consideram-se povo paciente e desejoso da vida tranquila, respeitosos e alegres, não procuram confusões. *"Eles, os nossos antigos índios, combatiam e eram valentes só quando os outros atacavam e levavam os produtos da terra dos Sateré-Mawé" (Tuxaua Emílio, entrevista 1986)*[5].

Os Sateré-Mawé depois de 300 anos de contato com a evangelização cristã e a sociedade envolvente conseguiram manter a própria língua, a organização social e seus costumes, mesmo que envoltos num certo sincretismo civil e religioso, frente à sociedade branca. Essa relação interétnica com a sociedade envolvente proporcionou uma nova inserção social. Somente a demarcação das terras não foi suficiente. Esse processo fomentou o surgimento de um movimento indígena que tomou feições em numerosas organizações. Os Sateré-Mawé estabeleceram estreitas relações com organismos governamentais e não governamentais para afirmar sua cidadania contra a tutela conforme explica (Nascimento: 2013) Esse povo assim como qualquer outro deseja apenas um futuro melhor e eles veem na educação o primeiro passo a ser dado em busca da emancipação. Ao chegarmos às comunidades, um dos primeiros pedidos feitos pelas lideranças é a de ampliação das escolas e dos cursos oferecidos. Não querem apenas a educação fundamental, mas, o ensino médio e escolas técnicas. Os mais velhos temem pela saída dos mais jovens para a cidade e o não retorno dos mesmos como vem ocorrendo.

Em relação à religião os Sateré-Mawé vivem um sincretismo formado por matrizes do animismo primitivo, espiritismo afro-brasileiro e de fé cristã (catolicismo e protestantismo). No momento atual as matrizes do animismo primitivo parecem sustentar a cosmovisão religiosa e a ética tribal segundo (Uggé: 1993). As raízes da cultura e o aprendizado inevitável de outros valores com a sociedade envolvente faz com que esse povo se recrie constantemente sem perder o fio condutor de suas origens.

---

4 Ver Teixeira, Pery (2005: 23).

5 Cf. UGGÉ, Henrique. As bonitas histórias Sateré-Mawé. S.1, p/d. 1ª ed, 1993.

Um fato que surpreende em relação aos Sateré-Mawé é que são muito receptivos e acolhedores. O equilíbrio de vida com a natureza é o ponto basilar de toda a vida deles e isso torna a convivência em campo sempre muito agradável.

A localização de suas terras fica distante dos municípios de Barreirinha, Maués e Parintins. Na Amazônia é comum mensurarmos essa geografia do lugar, pela força do motor e o tempo que se gasta de um lugar a outro. Em nossa primeira viagem à Comunidade Simão, gastamos em média seis horas de viagem a bordo de um motor 72HP MWN e aproximadamente a metade do tempo em uma voadeira de motor de 50 HP. Perto ou longe a viagem é sempre muito relaxante. O verde da floresta e a aproximação com a água nos permite sossegar o espírito e vivenciar o lugar em sua totalidade.

A comunidade Simão tem uma população de 509 pessoas e 97 famílias. O credo que professam é o catolicismo. Têm assistência de um sacerdote católico e vivem seus rituais sem nenhuma restrição por causa da questão religiosa. As expressões rituais da tucandeira e da moça nova são elementos centrais de sua cultura juntamente com o guaraná que ralado pelas mãos do feminino (NASCIMENTO: 2013) é responsável por manter a união do grupo e dar continuidade aos aspectos culturais de raiz étnica. A vivência das danças, das brincadeiras, nos apresenta uma comunidade onde as mulheres são sociáveis e alegres. Esta comunidade foi fundada pelo avô do atual tuxaua Donato quando desbravaram em tempos idos o rio Andirá. De lá para cá, a liderança vem se dando de forma hereditária com o aval dos membros da comunidade.

A comunidade festeja seus rituais e festas do padroeiro São Pedro entre os meses de junho e julho. Esse é um tempo que se unem mais fortemente de forma comunitária. Para os festejos matam bois, enfeitam com bandeirinhas o barracão de festas e vendem produtos como bolos, mingaus, refrigerantes e outras guloseimas em barraquinhas sempre muito enfeitadas e atraentes. Os festejos se realizam num período de três dias mais intensos e do novenário que antecede a festa e que une a comunidade todas as noites para rezar na igrejinha. A presença maior são de mulheres e homens adultos. As crianças acompanham seus pais. Os mais jovens são menos participativos principalmente os meninos. Esses gostam de se reunir em torno do rádio de pilha ou da televisão quando ligada por algumas horas no motor de luz (gerador de energia).

A figura do tuxaua Donato um senhor com mais de setenta anos é central na organização comunitária. É ele que hospeda os visitantes demonstrando sua generosidade através do sakpó - guaraná em bastão que é ralado na cuia pelas mãos de uma mulher mais velha e que é servido aos visitantes como um ato de boas-vindas que em sateré dizemos *waku sese*. Lorenz (1992) relata que ao tuxaua, como a qualquer chefe de família extensa, compete administrar os interesses de sua família, tarefa que ele assume de modo incisivo, principalmente quando se trata de solucionar conflitos e organizar as atividades dos grupos familiares como agricultura e comércio. É também função dele administrar os interesses de todos de forma mais flexível.

Nesse sentido, é possível dizer que a unidade mínima constitutiva da aldeia é sempre a família extensa do tuxaua. A aldeia pode constituir-se também dessa família acrescida por famílias elementares, ou ainda por um conjunto de famílias extensas, cujos chefes de família se submetem à influência política do tuxaua local.

Além dos chefes de família extensa, dos tuxauas e do tuxaua geral, ainda há lugar na organização política Sateré-Mawé para a figura do capitão função instituída pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e reforçada pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Ao capitão cabe à função de intermediar as relações dos Sateré-Mawé com os brancos, mais especificamente fazer a ponte entre as chefias tradicionais dessa sociedade com as autoridades da sociedade nacional.

O capitão contracena principalmente com autoridades exógenas: o chefe de Posto, o delegado, o superintendente e o presidente da FUNAI, prefeitos, padres e pastores. Muitas vezes são esses agentes do Estado e das congregações religiosas atuantes na área que instituem o capitão, e prosseguem manobrando-o em função dos seus interesses. Essa realidade, somada ao fato dele não ser um chefe tradicional, transforma-o numa figura controvertida dentro da esfera política Sateré-Mawé.

Em relação à sua cosmovisão de mundo e a forma como se percebem existencialmente está diretamente relacionada ao seu lugar de origem. O Jardim do *Nosoquén*, lugar da morada de seus heróis míticos e das raízes profundas de sua cultura. Miticamente eles dizem que este lugar é *''lá onde as pedras falam''* (Uggé: 1993), ou seja, onde não havia distinção dos seres na natureza. Tudo era uma realidade única. Interessante perceber como real e o imaginário se entrecruzam naturalmente sem distinção e como isso flui em suas consciências de forma natural.

Simão e Umirituba cada uma a seu modo e com grandes variações seja no aspecto cultural quanto religioso são um pedaço desse chão 'sagrado' dos Mawé que tem no trato para com a terra o seu ethos e sua experiência de mundo. É da mãe terra que eles tiram seu sustento, compartilham suas vidas com seus pares e podem assim se desenvolver como povo.

A Comunidade Umirituba tem uma população de 176 pessoas num universo de 36 famílias. Há pouco tempo atrás, por causa de questões religiosas da comunidade com o um determinado pastor de nacionalidade chilena e de denominação evangélica Assembleia de Deus, entrou em conflito com a comunidade local contrariando o poder do tuxaua geral do rio Andirá Lúcio Miquiles, que tem sua residência nesta comunidade e que por causa dessas contendas fundou a Comunidade Moriá[6] que está localizada em frente à comunidade Umirituba na margem direita do rio. Essa nova formação comunitária de apenas cinco famílias ainda não é oficial, pois, não foi registrada e outorgada pelo Tuxaua Geral do Conselho Geral das Tribos Sateré-Mawé, senhor Lúcio Miquiles.

A Comunidade Umirituba vive espiritualmente sob os cuidados religiosos da Igreja de Deus no Brasil e tem assistência mensal do pastor que reside em Parintins e de outro pastor local que é um indígena da comunidade. A comunidade tem uma liderança feminina muito forte – a senhora Andreza Miquiles, esposa do tuxaua geral do Andirá, porém, por escolha de seus líderes a comunidade perdeu seus vínculos culturais de raiz e hoje não vive mais a cultura Sateré-Mawé. Praticamente o único aspecto da cultura é a fluente fala da língua materna e o sakpó (guaraná ralado na água). O ritual da tucandeira e da moça nova como outras manifestações culturais foram extintas da comunidade há mais de 40 anos quando deixaram a Comunidade Simão para fundar Umirituba.

A influência religiosa evangélica diferentemente da vivência cristã católica tem uma visão distorcida dos rituais indígenas que traduz o ritual da tucandeira como demoníaco por causa das dores causadas pela ferroada da formiga. Essa geração de homens e mulheres formada em 40 anos não passou pelo ritual e como desconhecem sua história não transmitem mais aos seus filhos. A comunidade se fechou em sua nova experiência religiosa e baniu seu ethos cultural tradicional como se fosse algo horrível ou uma maldição.

O que a Igreja Católica num passado mais distante fez de errado perante a cultura desses povos não se compara ao que as igrejas evangélicas estão fazendo hoje em pleno séc. XXI onde as informações, os estudos, as experiências vivenciadas entre esses povos não pode e nem deve ser equiparado há o ocorrido 300 atrás quando do primeiro contato com o mundo ocidental.

O que essa comunidade hoje vivencia é um etnocídio silenciado "em nome de Deus" - as marcas são visíveis. Umas igrejas mais que outras, estão desrespeitando a vivência de mundo desse povo e forjando uma linguagem bíblica agressiva onde a figura do inferno e de suas potestades demoníacas se sobrepõem à figura de Tupana como Deus criador de toda a natureza e que conduz através do guaraná e da tucandeira seus filhos de volta ao jardim do Nosoquén.

A comunidade não tem mais participado de atividades coletivas e recreativas com outras comunidades. Tudo ficou extremamente proibido. Alguns em entrevista nos disseram que queriam fazer seu ritual, mas, que na comunidade isso não era mais possível. Em entrevista com uma senhora da comunidade as lágrimas foram a resposta quando perguntamos porque não praticam mais o ritual da tucandeira. Segue um trecho de nossa conversa.

> Me perguntou ela: O que para a senhora como pesquisadora significa a tucandeira? Eu respondi que era a grande mãe xamânica que conduzia seus filhos de volta ao jardim sagrado onde através de cantos, danças e especialmente a ferroada da formiga, Tupana conduzia seus filhos para que todos reunidos em torno da grande cuia celebrassem a paz entre eles e outros povos. Neste momento seus olhos se encheram de lágrimas e brilhavam como dois fachos de luz me confirmando a fala (a pesquisadora / setembro de 2014).

---

6 Javé Provê - Local onde Abraão deveria sacrificar seu filho Isaque e, provavelmente, o monte sobre o qual foi construído o templo de Salomão (Gn 22,2; 2Cr 3,1).

Suas lágrimas me revelaram a dor de uma saudade e de uma vivência ocultada em nome de um "Deus" que roubou o sentido de sua existência. As lágrimas de um "Deus festivo" deu lugar a um deus morto. A pergunta para refletirmos é até quando faremos de conta que em nome de "Deus" esses povos continuarão sendo agredidos naquilo que tem de mais precioso e sagrado que sua vivência de mundo a partir de suas tradições ancestrais que dão sentido à sua existência?

O mundo desses povos é simples. Geralmente as casas são de dois cômodos apenas. Um cômodo dividido por madeira, palha ou barro e o outro mais aberto – uma espécie de área que também serve como cozinha e recepção de visitas. O cômodo mais fechado funciona como quarto onde todos dormem juntos em redes e também guardam seus pertences. Não se percebe nenhuma forma de luxo e os objetos são relacionados ao seu dia-a-dia. Têm apenas o necessário para viver. Nenhuma das casas dispõe de banheiro. Atualmente na comunidade de Simão, estão sendo construídas casas populares do Programa do Governo Federal Minha Casa, Minha Vida[7]. Há fossas negras que os moradores usam comunitariamente. O banho é tomado na beira do rio, lugar que também serve para lavar roupas e panelas e diga-se: lugar privilegiado de brincadeira da molecada. Enquanto as mães trabalham, elas se divertem. O banho não tem hora para acontecer. Eles estão sempre na beira do rio sob o olhar cuidadoso e atento dos irmãos mais velhos ou dos pais.

A comunidade Simão não dispõe de um posto de saúde. Há quarenta minutos de voadeira fica a comunidade Umirituba o polo que atende as comunidades do entorno. Um pouco acima da beira do rio está localizada o posto de atendimento médico e a residência dos médicos. Uma morada bem arrumada, mas, também muito simples.

A comunidade Simão é relativamente grande, diferentemente de Umirituba. Os problemas de saúde são comuns e básicos. A falta de água tratada é um dos elementos preponderantes na causa de verminoses e outras doenças. O descuido com a dentição também é outro problema sério. Vimos muitas crianças e adultos com a dentição comprometida pela falta de higienização constante o que também compromete a estética bucal. Outra situação gritante diz respeito à alimentação. Um tanto escassa e a base de mandioca compromete o crescimento das crianças e uma vida mais saudável.

Casos graves de saúde são deslocados para Parintins ou Maués em embarcações próprias do atendimento de saúde. Enquanto estávamos na área, presenciamos uma cena muito sofrida. Dois jovens após terem bebido muito, lutaram entre si e se machucaram gravemente com um machado. Os dois foram socorridos a tempo pela equipe do Programa Mais Médicos do Governo Federal[8] que atua na área indígena do rio Andirá. Os dois jovens foram levados para Parintins pela gravidade dos ferimentos. Não houve óbito pelo socorro ter sido efetuado em tempo hábil, mas, não sabemos sobre prováveis sequelas devido a região sensível do corpo (cabeça e pescoço).

Esse episódio nos assinala que a aproximação com o mundo banco e seus atrativos faz com que os jovens da etnia assimile aspectos de uma cultura que não lhe é própria e que por não entender e saber lidar com todas as suas nuanças de sedução acabam por assimilar o lado menos positivo. O álcool e outras drogas aos poucos vai se avolumando e as experiências de vida a partir da ritualística pedagógica dos rituais vai perdendo significação entre os mais jovens que tem vergonha de se pintar e dançar a tucandeira no seu sentido pleno.

O cotidiano da comunidade se resume aos fazeres da casa e da roça para as mulheres. A caça e a pesca para os homens. Isso não significa que as mulheres não pesquem ou que os homens não participem do trabalho na

---

7 O Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal financia construção de casas próprias para a população de baixa renda tanto nos centros urbanos como na zona rural. A área indígena é também contemplada com o programa.

8 O Programa Mais Médicos faz parte de um amplo pacto de melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, que prevê investimento em infraestrutura dos hospitais e unidades de saúde, além de levar mais médicos para regiões onde não existem profissionais. No Amazonas, o Programa atua especialmente nas áreas mais isoladas nos beiradões dos grandes rios, em áreas indígenas e nos municípios mais carentes e desassistidos em saúde. Para mais informações é só acessar o portal do Governo Federal sobre Saúde disponível em http://portalsaude.saude.gov.br. O Brasil hoje possui 1,8 médicos por mil habitantes. Esse índice é menor do que em outros países, como a Argentina (3,2), Uruguai (3,7), Portugal (3,9) e Espanha (4). Além da carência dos profissionais, o Brasil sofre com uma distribuição desigual de médicos nas regiões - 22 estados possuem número de médicos abaixo da média nacional.

roça. A pesquisa evidencia elementos importantes para nossa reflexão. Um dos dados mais significativos diz respeito às questões de gênero de caráter ocidental e que não encontra ressonância neste universo de mulheres em particular. As experiências de vida e de trabalho transitam em condição de igualdade. Homens e mulheres são responsáveis em prover a casa e zelar pelo cuidado dos filhos. Mesmo que percebamos que as crianças tem um aconchego maior com suas mães o que é profundamente compreensível visto ser esta uma característica peculiar do feminino, que naturalmente mostra de forma mais explicita o seu afeto como diz Lopes (1996) por ser este um atributo das qualidades de seu sexo.

O aspecto do cuidado origina-se essencialmente da construção cultural do papel da mulher na sociedade, onde é identificada como portadora de maiores habilidades na questão do cuidado especialmente para com os seus e no caso das mulheres indígenas, o cuidado que se estende a natureza, a terra, aos rios, e a comunidade como um todo.

O mundo Sateré-Mawé é único em sua complexitude. Os homens exercem o papel principal pela linha da chefia patrilinear endogâmica. São eles os responsáveis por manter o contato com o elemento externo numa dimensão mais política dessas relações que envolvem acertos e acordos de todas as ordens.

O universo das mulheres é o da casa e da roça constituída como uma extensão da própria casa. Costumamos dizer que a roça é o quintal ou a cozinha da casa de modo ampliado. Após o café da manhã, a atividade principal é seguir pelos caminhos que guardam os segredos de uma vida que no passo a passo da formiga mãe – a tucandeira vai mostrando as aberturas por onde devem seguir naturalmente em busca de alimentos. O dia dos Mawé segue a naturalidade do tempo com suas nuanças peculiares. Não guarda em celeiros o alimento que serviria para o dia seguinte numa necessidade qualquer, mas, vivem o tempo presente e só isso é suficiente (AGOSTINHO: 1984).

Outro dado importante que observamos é que há uma diferença significativa no comportamento das mulheres mediante o credo religioso que professam e do posicionamento político, cultural e religioso das lideranças que estão à frente das comunidades.

A pesquisa nos revelou que estamos diante de um mesmo povo que vive situações políticas, religiosas e culturais bem distintas. Comunidades que estão separadas por apenas 40 minutos de viagem considerando um barco de 80HP. Simão é a grande mãe de Umirituba que se formou há praticamente 40 anos atrás e Moriá a neta que acabou de ser formada da divisão familiar da Comunidade Umirituba.

São comunidades Sateré-Mawé com visões diferenciadas de mundo. As opções que fizeram ao longo do tempo e continuam a fazer até hoje nos revela as experiências das relações que aos poucos vão sendo construídas e que tem suas bases num passado distante – o que consideramos por cru, ou seja, mais perto de suas origens e o cozido, quando mais próximas dos tempos presentes e mais absolvidas por outras culturas que não é a mais a sua.

Entendemos que os conflitos são parte importante no processo de construção da história e que se dá e se move em todos os universos humanos em todos os tempos e lugares.

Referências

AGOSTINHO, Santo. Confissões. Trad. Maria Luiza Jardim Amarante. São Paulo: Paulus, 1984.

BÍBLIA SAGRADA. Trad. Pe. Matos Soares. São Paulo: Paulinas, 1985.

GEERTZ, Clifford A interpretação das culturas. Editora LTC. Rio de Janeiro, 1989.

HEIDEGGER. Martin. Ser e tempo. Trad. Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O cru e o cozido (mitológicas v.1) Trad. Beatriz Perrone-Moisés, São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

LOPES, M. J. M (org). Gênero e saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

LORENZ, S. da S. Sateré-Mawé: os filhos do guaraná. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista, 1992.

MORIN, Edgar. Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios. Maria da Conceição de Almeida, Edgard de Assis Carvalho (org.) 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NASCIMENTO, Solange P. do. Baku, uma tuxaua na Amazônia. Manaus: EDUA, 2013.

STRATHERN, Marilyn. O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Trad. André Villalobos. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2006.

TEIXEIRA, Pery (org.) Sateré-Mawé - retrato de um povo indígena. Manaus: UNICEF/UNFPA, 2005.

UGGÉ, Henrique. As bonitas histórias Sateré-Mawé. S.1, p/d. 1ª ed, 1993.

_____. Henrique. Mitologia Sateré-Mawé. Ecuador: Abya-Yala, 1991

Práticas de cuidados à saúde: sob o olhar de crianças pantaneiras”

Gisella Cristina de Oliveira Silva
gisellacris@yahoo.com.br

Sueli Pereira Castro
suelipcastro@gmail.com

Resumo: O presente estudo tem o objetivo de analisar as práticas de saúde de crianças em uma comunidade tradicional, situada no Pantanal Mato-grossense, levando em conta seus pontos de vistas, conhecimentos, significados e concepções. O estudo sugeriu uma abordagem qualitativa, optando-se pela estruturação de um trabalho etnográfico, que foi desenvolvido de Fevereiro a Setembro de 2010. Como instrumentos de coleta de dados foram utilizados: Caderno de Campo, Observações Diretas, Desenhos, Fontes icnográficas e 26 entrevistas semiestruturadas com crianças de idades entre 09 e 14 anos. Construído através dos tempos, o saber da comunidade na utilização dos recursos naturais, mais especificamente da flora medicinal, vem sendo disseminado entre as crianças, que o evidenciam na descrição minuciosa sobre indicações terapêuticas e forma de preparo das plantas medicinais. As crianças demonstram claramente que as práticas de saúde são respostas socialmente organizadas frente às doenças que os acometem.

Descritores: práticas de saúde, crianças, cuidado, saúde, Pantanal.

1 . Introdução

O presente estudo tem o objetivo de analisar as práticas de saúde de crianças em uma comunidade tradicional, situada no Pantanal Mato-grossense, levando em conta seus pontos de vistas, conhecimentos, significados e concepções. O estudo sugeriu uma abordagem qualitativa, optando-se pela estruturação de um trabalho etnográfico, que foi desenvolvido de Fevereiro a Setembro de 2010. Como instrumentos de coleta de dados foram utilizados: Caderno de Campo, Observações Diretas, Desenhos, Fontes Icnográficas e 26 entrevistas semiestruturadas com crianças de idades entre 09 e 14 anos. Construído através dos tempos, o saber da comunidade na utilização dos recursos naturais, mais especificamente da flora medicinal, vem sendo disseminado entre as crianças, que o evidenciam na descrição minuciosa sobre indicações terapêuticas e forma de preparo das plantas medicinais. As crianças demonstram claramente que as práticas de saúde são respostas socialmente organizadas frente às doenças que os acometem.

2. Procedimentos Metodológicos

A pesquisa delineou-se a partir de duas dimensões da experiência social: o uso da prática etnográfica que permitiu captar o entorno social e as experiências das crianças como agentes sociais receptoras de outras instâncias sociais, engendradas nas relações com outros agentes, constituídas por um *habitus*, a partir do conjunto de disposições sociais, interiorizadas nas condições objetivas de existência e de sua trajetória social.

É através das práticas cotidianas que se efetiva a reprodução de um modo de vida pautado nos cuidados indispensáveis à saúde e reproduz nas condições objetivas do *habitus*, que, como sistema de disposições duráveis e transferíveis, funciona como matriz de percepções, apreciações e ações.
delineamentos que só podem ser realizadas dentro de uma abordagem de pesquisa qualitativa.

Optou-se neste estudo, pela estruturação por vias exploratórias e incursão em campo, de um trabalho etnográfico que se constituiu a prática de investigação por excelência, pois possibilitou a penetração na realidade estudada para compreensão de aspectos, socioculturais constitutivos destes sujeitos, o universo dinâmico dos fenômenos sociais observados, e a reprodução social do modo de vida camponês e sua essência cultural que lhe são singulares e peculiares.

Para o enriquecimento da teoria e revisão de conceitos, reforça-se a importância da pesquisa de campo como ponto de partida, pois possibilita através da etnografia a verificação e a "aplicabilidade" de nossos conceitos a uma realidade diferente, mas familiar, (no caso de uma comunidade tradicional), confrontando-os (os conceitos) com à luz do "saber local" para apreensão das concepções e representações sociais dos elementos mais gerais da vida social (Geertz, 2006).

Participaram da pesquisa 26 crianças com idades variando de 09 a 14 anos que estavam cursando o 4º e 5º ano do II Ciclo de Formação Humana (correspondendo à antiga terceira e quarta série) do Ensino Fundamental e que concordaram participar da pesquisa espontaneamente junto a autorização de seus pais ou responsáveis.

O recorte utiliza para o estudo destes agentes sociais orientou-se pelas

recomendações de Campos (2008, p, 38) ao destacar acuidade que o pesquisador deve-se a diversos fatores nas pesquisas com crianças:

1. A idade: as crianças menores sentem dificuldades em se expressar oralmente; outras formas de expressão podem ser utilizadas, como jogos e desenhos;
2. O gênero: em muitas culturas as meninas não possuem mesma função social do que os meninos;
3. O tempo: envolver a criança na pesquisa requer tempo; ajudar as crianças a encontrar formas de se expressar é trabalhoso e consome tempo;
4. O nível de desenvolvimento da linguagem e escolaridade: as crianças escolarizadas já adquiriram um modelo escolar de reagir a perguntas, sentido mais dificuldade em se expressar livremente do que as que ainda não tiveram essa experiência.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, não foram enfocados aspectos de amostragem e representatividade numérica dos agentes sociais na pesquisa. Porém, julga-se pertinente salientar a informação de que no ano que ocorreu a pesquisa estavam matriculados no Ensino Fundamental um total 21458 alunos, sendo, 91 alunos matriculados nas séries iniciais, destes, 44 alunos correspondiam ao 4º e 5º ano, e dentre estes, conforme Minayo (2006ª: 197) considerar-se-á "um numero suficiente de interlocutores para permitir reincidência e complementaridade das informações" (...) seguindo o "critério de saturação".

Para a realização da prática etnográfica utilizamos como recursos metodológicos: Observação Participante, Caderno de Campo, Desenhos a mão livre, fontes icnográficas entrevistas abertas e entrevistas semi-estruturadas. Foram realizadas com as crianças vinte e seis (26) entrevistas semi-Estruturadas, gravadas e transcritas na integra. As entrevistas tiveram duração de 20 a 45 min, todas ocorridas no ambiente escolar, no período matutino e vespertino, correspondendo ao horário de aulas das crianças. Contou com a colaboração dos professores com a autorização da participação da criança durante o horário de aula.

3. Resultados

A comunidade no enfrentamento dos problemas de saúde, de acordo com a situação diagnosticada, utiliza-se de três esferas: a medicina familiar, a medicina oficial e a medicina religiosa. Para a manutenção da medicina familiar os "remédios do mato" termo denominado pelas crianças para designar várias espécies de plantas ou partes das mesmas, que "servem pra curar", como folhas, raízes, cascas e sementes, tornam-se essenciais para uso nos mais variados processos de saúde/doença em forma de chás, compressas, xaropes, banhos e garrafadas. Loyola (1984) explicita em seu estudo que as pessoas combinam diferentes alternativas terapêuticas buscando dar conta das distintas dimensões da doença.

Conforme a fala de uma criança, entende-se que os "remédios do mato" que "vem da natureza", de modo geral não possuem restrições quanto ao seu uso, são benéficos a saúde, em oposição aos "remédios comprados",

denominação utilizada para aqueles que são disponibilizados no posto de saúde, que necessariamente precisa-se de uma orientação médica.

> Remédio do mato aqui nos pode toma, vem da natureza, nos faz melado, nos pega a folha, mas tem muito remédio assim que é ruim que faz mal [a saúde]. [Qual?] remédio comprado assim se não tiver um médico pra ensinar o negocio [tomar] mesmo faz mal né (menino MP. 10 anos).

Quanto às restrições, as crianças parecem aprender a diferenciar as plantas consideradas medicinais, daquelas, em mesmo ambiente que possuem efeitos tóxicos ou danosos no entendimento de que nem toda planta, mesmo com visual chamativo é passível de ser utilizada em suas brincadeiras e como alimento ou remédio. A fala a seguir demonstra esta preocupação da criança:

> Tem uma planta que é veneno, nunca vi essa planta, papai fala dessa planta é uma bolinha vermelha se você pegar e tacar na boca diz que mata é veneno (menino MR. 13 anos).

Observa-se na fala desta criança que as plantas utilizadas para o cuidado da saúde, são mais facilmente encontradas na região do Matão:
Eu sei que a parte que tem mais, assim de plantas que serve pra curar as coisas, árvores que tiram a casca e serve para fazer chá é lá pro Matão que tem mais, eu sei por que tem muita gente aqui da região de São Pedro que encomenda, traz tal coisa pra mim (menino VS. 10 anos).
Reis (2008) em sua pesquisa na comunidade ressalta que há uma reciprocidade no universo do cuidado, com trocas de plantas disponíveis nos quintais da casa entre as mulheres, dos conhecimentos do uso e da aplicabilidade dos chás, garrafada, compressas e xaropes, sendo que, muitas vezes o preparo do remédio do mato é feito pela pessoa que transmite o conhecimento, podendo também, disponibilizar o preparado se estiver em sua casa a outras mulheres que necessite do remédio.
As crianças citam diversas práticas para recuperar-se da gripe e tosse, tomam chá de folha de vick (Mentha arvensis L.)83 "sem ser aquele de latinha", folha de eucalipto (Eucalyptus sp.), folha de poejo (Cunila microcephala), folha de capim cidreira (Cymbopogon citratus), "corta o capim cidreira põe na água e deixa ferver, ele fica amarelo ai só depois arranca o capim cidreira dele [vasilha] e põe açúcar" e folha de limão (Citrus limon (L.) Burm. F.); usam para a garganta inflamada "vinagre romã e um pouquinho de sal, assim morno" e para "desentupir o nariz" utilizam-se o vick de "latinha", conforme os excertos:

> É bom chá de vick sem ser aquele de latinha, aquele de folha é cheiroso, bom pra gripe (menina MM. 11 anos).

> Quando tá com a garganta inflamada, a gente pega vinagre, romã e um pouquinho de sal, assim morno ai depois a gente pega e joga ele na boca [gargarejo] assim e depois ajuda um pouco desinflamar a garganta, mamãe faz pra mim e pro meus irmãos (menino RE. 11 anos).

> O vick de latinha serve pra desentupir o nariz (menina KA. 10 anos).

Uma criança nos traz dentro de sua prática de cuidados a saúde que quando está tossindo sua mãe costuma passar o vick de "latinha" no tórax ou "peito" e em seguida colocar meia nos pés:

> Quando estamos tossindo minha mãe pega o vick de latinha e passa no nosso peito e coloca meia no pé (menino MP. 10 anos).

Para febre, as crianças relataram usarem o chá das folhas de laranjeira (Citrus sinensis), "você pega quatro folhas de laranja assim ou três, lava ai pega um pouquinho de água coloca na caneca, ai coloca pra ferver ai na hora que estiver pronto bebe, se quiser pode por açúcar" (menina RM. 10 anos); da folha de camomila (Matricaria chamamilla), anador (Justicia cf pectoralis jacq.),
hortelanzinho (Mentha sp). Também citaram xarope pra tosse feito com a casca do cambara (Vochysia divergens), "faz xarope quando tá com gripe e febre e toma. Cozinha ele e põe bastante açúcar nele espera seca ai quando estiver bem grosso ou meio preto ai se tira ele do fogo ai tá pronto" (menino FS. 12 anos). Também mencionaram o chá da folha de tamarindo "para tomar banho pra gripe, essas coisas. quando você tá ruim com alguma coisa assim é bom pra tomar banho na água dele pra melhorar" (menino RE. 11 anos).
Uma criança relatou a utilização do óleo de galinha para ser passado no tórax, "peito" quando estiver com tosse e "febril" e "gordura de galinha é bom pra quando tá tosse e com febril, já esfreguei em mim no peito, mamãe tirou dela. Mata a galinha, a galinha tá bem gorda ai tira a gordura, branquinha ai é só passar" (menino RE. 10 anos).
Em relação à sintomatologia, "dor no estômago" ou quando estiver "*lançando muito*", que se referem aos vômitos, as crianças relataram usarem a erva doce (Pimpinella anisum L.), nux vonica (Artemísia sp), "*é bom pra dor no estômago,* esses daí dizem que é bom pra saúde, erva doce e "inovônica", mamãe faz pra nós e pra papai, porque papai fica com dor, ele tem que ir pra cá apagar o fogo lá na reserva, ele que ajudou a apagar o fogo" (menina KA 10 anos), folha de boldo (Coleus), *"eu tava lançando muito, ai meu estomago doía, mamãe fez boldo diz que é bom"* (menino MN. 11 anos), em outra fala de uma criança, o boldo *"serve pra dor no estomago e pra problema no fígado"* (menina R. 11 anos) e folha de cansanção, plantas da família Urticaceae, "*você pega ele machuca e tira o sumo dele serve pra dor no estomago*" (menino MR. 13 anos).
Observa-se, também outra sintomatologia bastante evidenciada na fala das crianças a *"dor de barriga"*, podendo estar associada ou não a diarreia e as
verminoses, nesses casos usam: a casca da árvore Para-tudo (Tabebuia áurea) *"paratudo é assim pra verme né, minha mãe pega a casca dele coloca seca e coloca com outros remédios, coloca no fogo ai depois ele fica tipo melado, ele é meio amargo um pouquinho ai coloca na geladeira todo dia tem que beber"* (menina R. 11 anos); o melão de são Caetano (Momordica cherantia L) *"aquele que fica no arame, aquele que tem uma frutinha vermelha, faz remédio dele pra gente beber ele é bom pra verme, dor na barriga"* (menino R. 10 anos) e a erva de Santa Maria *"é bom pra dor na barriga, verme, esses daí, bate no liquidificador eu não gosto dele porque é amarguento, daí ele fica verde, fica ruim"* (menina VT. 10 anos), outra criança diz *"a erva Santa Maria serve para proteger as crianças de vermes"* (menina RM. 11anos).
As crianças relatam também algumas plantas para o cuidado a saúde em relação à prevenção da anemia, a exemplos: a utilização da semente de romã (Punica granataum), *"é bom a gente tirar a casca dele e chupar o carocinho serve pra anemia; a bocaiuva (Acrocomia aculeata (Jacq.) Lodd) " faz batida com leite morninho, serve para anemia; eu já comi muito dele* [referia-se a bocaiuva], *minha mãe faz batida quase todo dia"* (menino RE. 11 anos) e a beterraba (Beta vulgaris L), *"serve pra verme, anemia pra fazer batida com rapadura"* (menina KA. 10 anos).
Para "machucadura", feridas, inflamações e infecção, usam-se a terramicina (Alternanthera brasiliana), alecrim (Rosmarinus officinalis) *"nos bebe e também passa o negócio* [sumo] *em cima da machucadura, pra lavar"* (menina KA. 10 anos), a vassorinha (Scoparia dulcis L.) *"serve para ferida, machucadura e tosse"* (menina RM. 11 anos). Uma criança nos relata que bom pra ferida "*você tira, quebra uma penquinha de banana faz uma tirinha daquele [fibra] é bom pra ferida pra sarar mais rápido"* (menino FC. 14 anos). Para *"dor no olho" ou quando "cisco entrar no olho" "é bom o coco do acuri dele novo, você arranca aquela frutinha pequenininha de acuri quando ele nasce e pinga no olho. Você pega tem uma aguinha dentro dele, quebra e pinga no olho pra não doer o olho"* (menino MR. 13 anos).

4. Discussão

O saber da comunidade na utilização dos recursos naturais, mais especificamente da flora medicinal construído através dos tempos vem sendo disseminado entre as crianças que o evidenciam na descrição minuciosas sobre

as indicações terapêuticas e forma de preparo das plantas medicinais. As crianças apresentam claramente que as atividades de cuidados em saúde e suas práticas são respostas socialmente organizadas frente às doenças que os acometem.

Enfermidades como a gripe, verminose e sintomas como febre e diarreia, extremamente comuns para esta comunidade acabam por direcionar sua "cura" a partir destas substâncias encontradas nas plantas, na produção dos remédios caseiros.

Em suma, as crianças classificam as doenças vivenciadas por elas e seus familiares de acordo com a gravidade percebida e os transtornos produzidos por essas afecções. Como vimos, classificam as doenças entre as simples que fazem parte do seu dia-a-dia e as doenças mais grave que exigem a referenciação para locais e profissionais que possuem um olhar mais especializado.

A criança percebe-se doente quando há mudanças de comportamentos,

quando estes considerados normais são substituídos por outros não frequentes, levantando, de imediato, a suspeita da existência de alguma doença, a exemplos do não querer brincar e a ausência de alegria que se caracterizam como sinônimos de doença.

É através das práticas cotidianas que se efetiva a reprodução de um modo de vida pautado nos cuidados indispensáveis a saúde e ambiente que se reproduz nas condições objetivas do *habitus*, que, como sistema de disposições duráveis e transferíveis, funciona como matriz de percepções, apreciações e ações.

Nas falas das crianças afirma o entendimento de que as práticas de cuidados à saúde são construções sociais produzidas por múltiplas cominações entre as experiências de vida e os e os significados atribuídos a elas. Percebe-se que a saúde é um aspecto que toca a dimensão íntima e valorativa das crianças.

5. Referencias

BOURDIEU, P. (1983), *Sociologia*. Ortiz R. (org.). Tradução: Auzmendi A; Monteiro P. São Paulo: Ática; (Coleção - Grande cientistas sociais, 39).

BOURDIEU, P. (2004), *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo. UNESP.

BOURDIEU, P. (2007), Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus.

CAMPOS M, M (2008), *Por que é importante ouvir a criança? A participação das crianças pequenas na pesquisa científica*. São Paulo. ed. Cortez.

COHN, C. (2005), *Antropologia da Criança.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

CASTRO. S, P; PIGNATTI. M, G. *A Fragilidade/resistência da vida humana em comunidades rurais do Pantanal Mato-grossense*. Cuiabá, Instituto de Saúde Coletiva/UFMT. Rev. Ciência e Saúde Coletiva, vol.13 n.1, pp.83-94. ISSN 1413-8123. 2008.

KLEINMAN A. (1980), *Patients and Healers in the Context*. Califómia:University of California Press, 1980.

LAPLANTINE. F, (2004), A Antropologia da doença. São Paulo: Martins Fontes.

LOYOLA, M. A. (1984). *Medicamentos e curandeiros-conflitos sociais e saúde*. São Paulo.

LUZ, M. T. (2004). *Natural, Racional e Social: razão médica e racionalidade científica moderna*. Rio de Janeiro: CAMPUS.

MINAYO, M. C. S. (2006), O *desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde*. Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco.

NUNES, E. D. (2000). *A doença como processo social*. In: CANESQUI, M. A. *Ciências Sociais e Saúde para o Ensino Médico*. São Paulo:

OLIVEIRA. R, C. (2006). *O trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP,

QUEIROZ. M, S. (1986). *O Paradigma Mecanicista da Medicina, Ocidental Moderna: uma perspectiva antropológica*. Revista de Saúde pública, São Paulo, 20:309-17.

REIS. A, F, C. (2008). *Saberes e práticas de saúde da mulher na comunidade rural de Joselândia - MT no cuidado à sua família* [dissertação de mestrado] Cuiabá: Instituto de Saúde Coletiva da UFMT; 2008.

SARTI. C, (1998). *Por que usar técnicas etnográficas no mapeamento*. São Paulo.

SARTORI. M, S. (2002). *Saúde, doença e representação: um estudo com mulheres rurais.Santa Cruz do Sul*: EDUNISC.

SCLIAR. M. (2005). *Do Mágico ao Social: trajetória da saúde pública*. 2. ed. São Paulo, 2005.

WOORTMANN EF. *Da complementaridade à Dependência, a mulher e o ambiente em comunidades "pesqueiras" do nordeste*. Brasília. Série Antropológica, 1991.

WOORTMANN, E. F; WOORTMANN, K. (1997). *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília.

Poder público, saberes médicos e medicina popular no território do acre (1904 A 1930)

Sérgio Roberto Gomes de Souza

Resumo: Trata das ineficiências dos serviços de saúde pública no Acre, entre os anos de 1904 a 1930, expressas em queixas e pedidos de auxílio por parte da população, em geral publicados nos jornais editados no Território, assim como em documentos oficiais produzidos por prefeitos departamentais e governadores. As diversas evidências encontradas sugerem que as dificuldades de acesso a médicos e medicamentos terminaram por se constituir em importante fator, para a expansão de outras artes de curar na região.

Palavras-chave: Acre. Feiticeiros. Curandeiros. Saúde pública. Médicos. Artes de curar

1 - Os serviços públicos de saúde no Acre (1904 a 1930)

No dia 10 de novembro de 1922, o jornal *A Reforma* publicou, em sua edição nº184, matéria sobre o primeiro ano da mudança administrativa do Acre, implantada por meio do Decreto nº 14.183/1920.[1] Lembra o periódico que, à época, chegara a Rio Branco, sob aplausos e festejos, o senhor Epaminondas Jácome, recém-nomeado governador pelo presidente da República. A ele caberia a responsabilidade de instalar o novo regime.[2] Para o jornal *A Reforma*, no entanto, todo esse processo não passara de uma falsa evolução, que em nada mudara a situação do Território, tampouco de seus habitantes. Para exemplificar, tratou dos constantes atrasos salariais a que eram submetidos os poucos funcionários do governo do Acre, os quais tinham recebido apenas parte de seus vencimentos, no final de 1921.[3]

Apesar dos problemas, o governador Epaminondas Jácome foi isento de culpa pela asfixia por que estavam passando seus auxiliares e toda a administração. A responsabilidade pela crise deveria recair, segundo o citado jornal, sobre os altos poderes da República, que cerravam ouvidos aos clamores dos habitantes do Acre, negando-lhes tudo e quando, por um requinte de generosidade atendia-lhes, concedia apenas a milésima parte do que tinham direito.[4] Os fatos, conforme o texto, serviam para expressar que o novo regime administrativo não correspondia à expectativa dos acreanos, pois prejudicava "a marcha progressiva para a completa autonomia, almejada pelos defensores da integridade deste pedaço de terra brasileira".[5] A perspectiva autonomista era o fundamento da crítica ao governo federal, expressando o que segmentos da sociedade local tinham como referência: a elevação do Território do Acre à condição de um estado da Federação.

No que diz respeito à situação dos serviços de saúde, percebe-se que, efetivamente, pouca coisa havia mudado, comparados o período departamental e o regime dos governadores. Os problemas persistiam, tais como a falta de recursos e profissionais habilitados, sempre aludidos como fatores que impediam a necessária organização e oferta da assistência pública. O tema esteve presente nas páginas dos jornais editados no Território do Acre,

---

1 Em 04 de abril de 1920 o então presidente da República, Wenceslau Brás, assinou o Decreto nº 14.383, extinguindo o modelo departamental e instituindo o regime de governadores, com os ocupantes do novo cargo sendo nomeados pelo governo federal. O primeiro a ser "agraciado" foi o potiguar Epaminondas Jácome, em 1º de janeiro de 1921 (SILVA, 2012).

2 A Reforma, 10 de novembro de 1922, ano V, nº184, p. 01.

3 Idem.

4 Ibidem.

5 Ibidem.

desde a primeira década do século XX, nos quais se lia com certa frequência sobre as deficiências dos órgãos públicos de higiene e, consequentemente, sobre os precários serviços que eram oferecidos por eles. No dia 22 de outubro de 1911, por exemplo, o jornal *O Município*, editado na cidade de Tarauacá, publicou, em sua edição nº 56, matéria sobre a situação da saúde pública no Departamento do Juruá, definindo-a como preocupante. Entre os diversos motivos elencados pelo periódico para fazer tal afirmação, destaca-se a falta de médicos, o que deixava a população à mercê "dos diagnósticos de curiosos e dos regimes das pílulas que tudo curavam".[6] O cenário tornava-se propício para que os *touristes*, denominação dada pelo periódico a médicos que passavam curtas temporadas no Território exercendo o ofício, se deslocassem com frequência, em busca de ganhos financeiros fáceis:

> Curando pouco de saúde pública, tratam quase que exclusivamente de, com seus preços exorbitantes, locupletar-se regressando pouco tempo depois aos penates[7], com tendência a príncipe russo. Só a assistência pública poderá dar termo a este lastimável estado em que se acha exposta a saúde pública no Território.[8]

Dez anos após, já sob a tutela do regime administrativo dos governadores, a limitada capacidade que tinha o poder público, para promover ações de assistência na área de saúde, continuava a gerar insatisfação. Os dois principais problemas, considerando correspondências de moradores que foram enviadas e publicadas por jornais acreanos, na década de 1920, eram a falta de serviço médico gratuito e de hospitais. Em sua edição nº 366, o jornal *Folha do Acre*, editado na cidade de Rio Branco, deu publicidade a um desses escritos que havia sido enviado por José Rego da Costa, recém-chegado à vila Brasiléia, então Distrito do município de Xapuri. Nos parágrafos iniciais, o autor descreveu o estado sanitário da localidade, como precário, com o agravante de que a Delegacia de Higiene, responsável pelos serviços de assistência pública na região, não dispunha de "[...] um médico sequer para atender as necessidades do povo"[9], fato que constatou a partir do momento em que viu frustradas, as tentativas de se realizar uma pequena intervenção cirúrgica em sua filha.
José Rego da Costa também comentou que costumava a circular por colônias agrícolas nas circunvizinhanças de Brasiléia. Durante essas andanças, disse que mantinha contato com os moradores destas localidades, de quem costumava escutar reclamações sobre a situação de abandono em que encontrava-se a saúde pública, o que terminou por confirmar, ao observar que, nas residências por onde passava "não via uma só que não tivesse um, dois ou três enfermos".[10] O cenário não modificava-se quando se tratava da sede da vila, caracterizada pelo recém-chegado morador como um local cercado por imensos igarapés onde, "entre emanações pútridas, proliferava em abundância a terrível *anophelina*".[11] A carta foi encerrada com um apelo às autoridades:

> Faz-se preciso a permanência aqui de um médico para atender as necessidades desta cidade e do Alto Acre. É preciso, porém, que o médico preste seus serviços gratuitos aos necessitados e por isso deve ser um delegado de saúde pública com honorários para tal fim. É indispensável que no desempenho de sua missão ele coloque acima da pequenez dos seus interesses o bem estar da coletividade, prestando os seus serviços à pobreza, indo mesmo a colônia quando for chamado em sua presença.[12]

---

6 O Município, 22 de outubro de 1911, ano II, nº 56, p. 02.

7 Sinônimo de casa, domicílio, lar.

8 O Município, 22 de outubro de 1911, ano II, nº 56, p. 02.

9 Folha d o Acre, 30 de junho de 1921, ano XI, nº 366, p. 01.

10 Idem.

11 Ibidem.

12 Ibidem.

Na mesma edição, o referido jornal emitiu opiniões sobre os serviços de saúde em Rio Branco. Segundo o que fora publicado, mesmo existindo na capital do Território uma assistência pública zelosa do seu *desideratum,* era comum "a cada passo encontrar pessoas chagadas e acometidas por outras enfermidades, oferecendo-nos o ensejo de não esquecermos que nossa população proletária estava se aniquilando".[13] A impressão de que zelo, não significava a inexistência de problemas, parece ter-se consolidado, após a visita de profissionais do periódico à casa onde funcionavam a farmácia e o consultório da assistência, para onde foram transferidos os doentes, após o fechamento do hospital Augusto Monteiro. No local, de onde disseram ter saído deveras contrariados viram, por todos os lados, os necessitados do serviço público a aguardarem por atendimento[14], em pé, sentados ou deitados, espera que nem sempre resultava em acolhimento, em decorrência do pequeno número de médicos e enfermeiros disponíveis:

> Infelizmente, para muitos, a almejada hora não chegou, pois perante a falta de médicos e enfermeiros a diretoria desse serviço havia estabelecido só atender a vinte pessoas em cada segunda-feira, e lá se achavam mais de sessenta. É necessário que haja uma providência, marcando um maior número de dias para atender a essa gente, considerando que há doentes que precisam de remédios e assistência diariamente. Além disso, tratando-se como se trata de um número de necessitados elevado, é claro que há pessoas que para serem atendidas têm que se apresentarem três ou quatro semanas consecutivas.[15]

Um exemplo grotesco, das dificuldades que tinham os que dependiam de auxílio do governo para a realização de tratamento de saúde, pode ser observado em nota publicada na edição nº 369, do mesmo jornal. Tratava-se de um indigente que perambulava pela região central da cidade de Rio Branco e, desde algum tempo, andava com o corpo coberto por larvas. Sem receber auxílio de nenhuma instituição pública, ou mesmo particular, que poderia fazê-lo como um ato filantrópico, veio a falecer. A *Folha do Acre* registrou o óbito, deixando claro que o único gesto de solidariedade que o homem recebera foi do destacamento da Força Policial da capital do Território, mas isso quando já havia falecido. Segundo consta, os policiais tiveram a preocupação de retirar o corpo da região central da cidade e providenciar seu enterramento:

> Ontem amanheceu morto o homem que, há uns dez dias, vinha todo comido por tapurús, agonizando dentro do coreto que demora na Praça Municipal. Morreu como um filósofo. Não pediu ajuda e nem se queixou, e só a polícia (a polícia somente) se incomodou com ele para que o corpo fosse sepultado.[16]

Se o poder público não dispunha de recursos financeiros suficientes para estruturar a área de saúde, o que dificultava a implantação e manutenção de hospitais e postos de assistência, também não se constituía em tarefa das mais fáceis, convencer médicos a mudar para o Acre, com a finalidade de prestar serviços nos órgãos de higiene. No ano de 1928, por exemplo, o então governador Hugo Ribeiro Carneiro enviou telegrama para o delegado de Higiene do município de Cruzeiro do Sul, ressaltando que, devido às dificuldades de encontrar "profissionais competentes" para prover as necessidades daquela localidade, estava providenciando a ida, em comissão, do delegado de Higiene do município vizinho de Tarauacá. O governador aproveitou para informar que mantivera contato com o Ministro da Justiça, de quem havia solicitado a vinda de médicos da Agência Nacional de Saúde Pública (ANSP), já que não conseguia encontrar quem estivesse disposto a exercer o ofício no Território, de maneira definitiva.[17]

---

13 Ibidem.

14 Ibidem.

15 Ibidem.

16 Jornal Folha do Acre, 21 de julho de 1921, ano XI, nº 369, p. 01.

17 O Rebate, 29 de abril de 1928, ano III, nº 138, p. 01.

Os constantes atrasos dos vencimentos, provavelmente, contribuíam para as recusas. Não era incomum, por exemplo, que jornais publicassem avisos de cobrança de salários não pagos, endereçados ao poder público, como se observa na edição nº 384 da *Folha do Acre*, de 03 de novembro de 1921:

> [...] a Delegacia Fiscal mandou para o governador deste Território o processo em que Joaquim da Cunha Fontenelle, por seu procurador, pede pagamento da quantia de 500$ como médico da extinta Companhia Regional do Acre no ano de 1916.[18]

Além disso, os valores das remunerações praticadas pareciam não ser atrativos. Na primeira década do século XX, quem recebia a melhor remuneração no Território era o médico Samuel Libanio, diretor de Higiene do Departamento do Alto Purus, cujo salário era de 1:500$000 (MARIANO, 1908, p. 35). Nos demais departamentos, os valores eram bem inferiores. No Alto Acre, por exemplo, o salário mensal do diretor de Higiene era de 500$000, abaixo do fixado para o secretário geral da prefeitura e o engenheiro, que recebiam 600$000 (MATTOS, 1905, p. 27). No departamento do Alto Juruá, o valor ainda era menor, equivalendo a 300$000.[19]
Por outro lado, existem evidências de que os profissionais investidos nos cargos de diretor e delegado de Higiene, nem sempre eram muito atenciosos com suas atribuições na saúde pública, dedicando-se por maior período a negócios particulares. O prefeito do Departamento do Juruá, Gregório Thaumaturgo de Azevedo, por exemplo, registrou em seu relatório de 1906, que o delegado de Higiene contratado pela prefeitura, apesar de receber recursos do erário público, priorizava uma bodega e uma farmácia da qual era sócio (AZEVEDO, 1906, p. 24). De maneira mais abrangente, disse também que "os clínicos que por lá apareciam miravam somente os ganhos pingues e rápidos, não demonstrando nenhuma preocupação com o exame das condições climatológicas".[20]
Ao que parece, a maioria dos médicos radicados no Acre preferiam trabalhar nos seus consultórios particulares, mesmo que tivessem algum cargo público. O atendimento aos enfermos que necessitavam e dispunham de recursos para pagar por seus serviços, dava-se na maioria das vezes em farmácias, o que possibilitava a aquisição imediata dos medicamentos prescritos e considerável aumento dos ganhos, já que os esculápios frequentemente eram proprietários ou sócios destes estabelecimentos. Observe-se, como exemplo, o anúncio da Farmácia Mattos, de propriedade de Ruy Alencar Mattos, publicado no jornal *O Alto Purus,* em sua edição nº 224: "Grande depósito de drogas e produtos químico-farmacêuticos, completo sortimento de homeopatia. Consultório médico do Dr. Astolpho Margarido da Silva, o qual pode ser procurado das 9 horas às 11 horas e das 2 horas às 4 horas da tarde".[21] O fato repetia-se nos demais departamentos. Consta na edição nº 95 do Jornal *Folha do Acre,* de 15 de setembro de 1912, que o sírio Mamed Chabum, após ser agredido a golpes de navalha por seu patrício Arsen Kaqui, em uma rua da região central de Rio Branco, foi levado para uma farmácia. Lá chegando, teria sido atendido pelos médicos J. Fabiano Alves, que exercia o cargo de delegado de Higiene de Rio Branco, e Domingos Carneiro. Ambos mantinham consultórios no local.[22]
Ressalte-se que, de acordo com o artigo nº 257 do Decreto n° 5.156, de 08 de março de 1904, o exercício simultâneo da medicina e da farmácia era expressamente proibido, mesmo que o médico possuísse o título de farmacêutico. O mencionado artigo também estabelecia que nenhum médico poderia preparar e fornecer medicamentos, ter sociedade ou fazer contrato com farmacêutico ou droguista para exploração da indústria da farmácia (BRASIL, 1911).
Como observa-se, o regime dos governadores, que substituiu o regime de prefeituras departamentais, não promoveu mudanças estruturais expressivas na organização e oferta dos serviços de saúde pública no Território do Acre. Um dos principais problemas era o acesso a assistência pública, aí compreendidas as consultas, cirurgias, injeções, internações e curativos.

---

18 Folha do Acre, 03 de novembro de 1911, ano XII, nº 384, p. 02.

19 O Cruzeiro do Sul, 03 de maio de 1906, ano I, nº 01, p. 03.

20 O Cruzeiro do Sul, 17 de junho de 1906, ano I, nº 07, p. 05.

21 O Alto Purus, 22 de dezembro de 1912, ano V, edição nº 224, p. 04.

22 Jornal Folha do Acre, 15 de setembro de 1912, ano III, nº 95, p. 04.

As outras artes de curar no Acre

O fato de o poder público encontrar dificuldades para estruturar os serviços de saúde, pode ter contribuído, para que considerável parcela dos moradores do Acre intensificasse a busca por outras artes de curar, aumentando com isso o prestígio da medicina popular no Território.

Ressalte-se que ações de cura fundadas em saberes tradicionais foram objetos de debates no Brasil, desde o início da colonização. A partir do momento em que os portugueses iniciaram o processo de ocupação e exploração de sua possessão na América, viram-se às voltas com a necessidade de enfrentar as doenças que acometiam os patrícios que migravam para o Novo Mundo. Segundo Luiz Otávio Ferreira, as práticas de medicina que passaram a ser desenvolvidas foram forjadas a partir da "convivência e combinação de três tradições culturais distintas: indígena, africana e europeia, com inexpressiva participação dos profissionais de formação acadêmica" (FERREIRA, 2003, p. 101).

Nos primórdios da colonização do Brasil, não foram os profissionais médicos que estiveram à frente das artes de curar. Esse ofício, predominantemente, ficou a cargo de "[...] curandeiros, feiticeiros, raizeiros, benzedores, padres, barbeiros, parteiras, sangradores, boticários e cirurgiões" (Idem). O número insuficiente de médicos para atender às demandas da população constituiu-se em importante fator a propiciar a atuação de outros personagens, que passaram a assumir um papel antes reservado exclusivamente aos doutores em medicina (Idem, p. 102).

A tradição da medicina popular não se esgotou com o fim do período colonial. Manteve-se durante o Império expressando-se, por exemplo, nas diversas formas de resistência desenvolvidas por parte da população às campanhas vacínicas. Sidney Chalhoub destacou que "a inoculação[23] de pus variólico realizada por curiosos – talvez não só por eles – era prática comum tanto na Corte quanto no interior do país ao longo do século XIX" (CHALHOUB, 1996, p. 128). Nomes como José Pereira do Rego, o Barão do Lavradio, responsabilizaram a variolização por difundir o terror entre a população, que não conseguia distingui-la com clareza da vacinação, e temia pela disseminação da doença. Opinião contrária, no entanto, foi expressa por um vacinador designado para atender um povoado denominado de Inhaúma. Segundo disse, um dos principais motivos para as negativas, devia-se ao fato de que "muitos já se achavam vacinados e por isso não recorriam a vacina" (Idem, p. 27). A afirmação reforça a concepção de que não formados tinham participação efetiva em ações de imunização, e que os métodos que desenvolviam eram recebidos com credulidade por considerável parcela dos habitantes do Brasil imperial.

Como se pode constatar, nos registros feitos por médicos do Instituto Oswaldo Cruz, nas duas primeiras décadas do século XX, encontram-se importantes informações sobre a prática de medicina popular no Brasil republicano. Fonte histórica de grande relevância para pesquisadores que se interessam pela temática é o relatório denominado "Viagem Científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás", de autoria de Belisário Penna e Arthur Neiva. O documento foi publicado no ano de 1912, após expedição realizada por requisição da Inspetoria de Obras Contra a Seca, dirigida no período por Arrojado Lisboa. Em um tópico intitulado "Terapêutica Popular", os pesquisadores descreveram práticas de cura que faziam

---

23 De acordo com Sidney Chalhoub, a história do combate a varíola passa pela inoculação e, posteriormente, a vacinação. A ideia da inoculação teve sua origem em tradições de medicina popular de várias partes do mundo, em um período que remonta a antiguidade, assente na crença de que certas moléstias poderiam ser evitadas, através da aplicação de material similar à moléstia que se queria prevenir. Vários são os registros de técnicas de inoculação ou variolização. Os hindus, por exemplo, guardavam durante certo tempo roupas contaminadas por doentes com varíola, para depois cortá-las em pequenos pedaços que seriam aplicados em escoriações intencionalmente provocadas. Já os chineses, costumavam reduzir a pó a crosta das feridas retiradas dos enfermos, para depois assoprá-las, utilizando para tanto um pequeno pedaço de bambu, nas narinas de quem pretendiam imunizar. Dessa forma, retirar fragmentos das feridas ou resquícios de pus de um varioloso, inoculando-o, na sequência, em uma pessoa saudável constituía-se em uma, entre diversas técnicas utilizadas com a finalidade de prevenir a doença. A perspectiva presente, nesses mais variados saberes e fazeres, era adquirir imunidade contra certas doenças graves, que as observações empíricas haviam possibilitado a percepção de que se manifestavam somente uma vez. A intenção era provocar um ataque atenuado do mal, para proteger uma vítima em potencial. (CHALHOUB, 1996, pp. 102 a 103).

parte do cotidiano de moradores de algumas das localidades visitadas que, em decorrência da impossibilidade de acesso a médicos e medicamentos convencionais, "procuravam auxílio da flora e fauna locais a fim de se tratarem" (PENNA; NEIVA, 1912, p. 161).

As relações que as instituições públicas e setores letrados da sociedade brasileira mantiveram com a medicina popular foram caracterizadas por paradoxos. Os médicos, por exemplo, perceberam que não era possível simplesmente negá-la ou ignorá-la, devido à inserção e legitimidade destas práticas junto à grande parcela da população. Dessa forma, não podendo simplesmente denunciar o "charlatanismo" ou a "ignorância popular", viam-se obrigados a dialogar com essa tradição, "disputando em condições desfavoráveis a autoridade cultural no campo da arte de curar" (FERREIRA, 2003, p. 119). Assim, a legitimidade do médico e da medicina, como conhecemos nos dias de hoje, foi constituída em meio a um processo de intensa disputa, caracterizado por "dissensos, consensos e ampla negociação política entre médicos e outras categorias de curadores" (FERREIRA, et al*,* 2001, p. 61).

Foi publicado um conjunto de leis, na fase inicial da República, tornando obrigatório o diploma ou o reconhecimento das autoridades, para o exercício de práticas de cura, mas não foi isso que ocorreu no dia a dia. No Território do Acre, por exemplo, algumas referências à medicina popular podem ser encontradas nos relatórios das Prefeituras Departamentais. O prefeito do Alto Acre, José Plácido de Castro, fez constar em seu relatório de 1906 que a população do Departamento que administrava, era constituída em sua maioria por ignorantes e supersticiosos, que tinham por hábito recorrer a métodos de cura não racionais, substituindo os médicos e os medicamentos recomendados pela ciência por práticas baseadas em preceitos religiosos e saberes empíricos, valendo-se de "promessas aos santos, rezas diversas e uma multidão de outros recursos ineficazes às prescrições dos profissionais" (CASTRO, 1906, p. 235). Disse também que prevalecia uma verdadeira aversão às "regras elementares de profilaxia", único meio seguro, em sua opinião, de se premunir contra os rigores do clima. No Alto Purus, o prefeito Candido Mariano afirmou que a má fama atribuída ao clima da região devia-se, entre outras coisas, ao fato de que a medicina e o tratamento das moléstias ainda se encontravam em estado empírico, o que explicaria o fato de perecer, em maior número, "os que lançavam mão de todas as espécies de remédios para debelar o mal de que sofriam, que os tratados pelos processos racionais empregados pela medicina" (MARIANO, 1905, p. 11).

Com a unificação dos departamentos e a centralização administrativa ocorridos no Território do Acre, no início da década de 1920, referências à medicina popular passaram a constar nos relatórios dos governadores. A maneira como o assunto foi abordado, diferenciava-se da forma como faziam os prefeitos. Nesse "novo" momento, além de posicionar-se de forma contrária a essas práticas, o poder público procurava demonstrar sua intenção de reprimi-las, mesmo que, na maioria das vezes, ficasse restrito ao campo formal das legislações que regulamentavam o exercício das profissões na área de saúde.

No relatório do governador Hugo Ribeiro Carneiro, publicado no ano de 1930, encontra-se cópia do comunicado nº 295, de 19 de agosto de 1927, no qual o chefe de polícia do Território, José Francisco de Mello, expressando-se em nome do governador, determinou ao delegado auxiliar de polícia da cidade de Rio Branco, Sansão Ferreira Valle, que fossem tomadas medidas enérgicas contra os que insistissem em fazer trabalhos de cura sem que fossem portadores do diploma de médico, recomendando especial atenção aos curandeiros:

> De ordem do Sr. Governador do Território, a quem foi levada a denúncia de que pessoas inabilitadas para o exercício da medicina estão, abusivamente, exercendo essas profissões, chamo vossa atenção sobre os falsos profissionais e, sobretudo, contra os curandeiros, recomendando as mais severas medidas policiais, afim de prestigiar a ação dos funcionários da saúde pública do território (CARNEIRO, 1930, p. 164).

3 - Curandeiros e feiticeiros no Acre territorial

No Território Federal do Acre, essas outras artes de curar já faziam parte do cotidiano de seus habitantes, antes da chegada da empresa gumífera, na segunda metade do século XIX, bem como da institucionalização do espaço enquanto território brasileiro, a partir de 17 de novembro de 1903. Em um primeiro momento consti-

tuíam-se em práticas desenvolvidas por populações indígenas, a partir de uma intensa relação com a fauna e flora existente nos territórios que ocupavam. O padre francês Constant Tastevin tratou sobre esses saberes e fazeres em relatório produzido durante viagem ao rio Tarauacá, no ano de 1926. Conforme o religioso, o uso de plantas e ervas fazia parte do cotidiano das populações locais, que as utilizavam para o tratamento de uma diversidade de moléstias:

> Os índios conhecem um monte de remédios, todos eles extraídos de vegetais da floresta. Na travessia que fiz em suas companhias, de Transvaal à Revisão, não pude encontrar um só arbusto, uma só folha, um único cipó de que eles não conhecessem o nome e quase sempre as propriedades (TASTEVIN, 1926, p. 193).

Notícias sobre o cultivo e utilização de plantas com fins medicinais, por indígenas que habitavam no Acre, também foram publicadas em jornais editados no Território. Em sua edição de nº 296, de 17 de janeiro de 1920, o jornal *Folha do Acre* produziu matéria intitulada "Nauiki", relatando que era comum encontrar nos roçados das tribos, cuidadosamente cultivado, um arbusto de cerca de metro e meio de altura, salpicado por vistosas flores grandes e brancas, comumente chamado de *Nauiki*. De acordo com o periódico, o "civilizado" que observasse descuidadamente, geralmente pouco a par dos segredos da floresta, jamais suspeitaria das extraordinárias e surpreendentes propriedades da misteriosa planta. O uso de suas folhas, no entanto, depois de convenientemente preparadas, produziam inomináveis fantasias, sendo também dotadas de diversas propriedades terapêuticas.[24]

Em se tratando da fauna, matéria publicada pelo jornal *O Município,* no dia 24 de agosto de 1932, trouxe informações sobre uma substância tóxica extraída de um sapo denominado como "campú". De acordo com o texto, os Cachinauás a utilizavam, tanto para potencializar o efeito de suas flechas, "com que fulminavam quase instantaneamente os animais que desejavam abater"[25], como para fazer inoculações em um processo onde o veneno era aplicado sobre escoriações na pele, com o objetivo de tirar panema[26] e dar felicidade.[27]

Ainda de acordo com *O Município*, com este veneno, causador de alegrias e dissabores, "os aborígenes faziam seus curativos, tiravam urucubacas e curavam moléstias, sem precisar dos cuidados excelentes de um médico".[28] Segundo o antropólogo Terry Aquino, a mencionada substância era também indicada no tratamento da febre, dor, amarelão e cansaço (AQUINO et al, 2002, p. 608).

A essas práticas de medicina popular somaram-se outras, principalmente as que faziam parte do cotidiano de populações que habitavam no semiárido do Nordeste brasileiro, protagonistas, a partir da segunda metade do século XIX, de intenso movimento populacional em direção à Amazônia, para atuar como mão de obra na exploração do látex e produção da borracha. De acordo com Samuel Benchimol, esses processos imigratórios começaram a se intensificar a partir do ano de 1877, quando chegaram aos seringais amazônicos cerca de 4.610 imigrantes oriundos daquela região.[29] Algumas das artes de curar utilizadas por essas populações podem ser encontradas no já citado relatório produzido por Belisário Penna e Arthur Neiva, a exemplo dos registros feitos durante suas passagens no interior do Piauí:

> Em certos lugares do Piauí as mulheres do povo, quando dão a luz, costumam a ingerir uma beberagem onde entra a pimenta. A tesoura que serviu para cortar o cordão umbilical é colocada sob a cabeça da criança a fim de evitar o mal de sete dias (...). A

---

24 Nauiki. Folha do Acre, 17 de janeiro de 1920, ano X, nº 296, p. 01.

25 O Município, 25 de agosto de 1932, ano XXIII, nº 882, p. 03.

26 Termo utilizado na Amazônia para designar azar na caça ou na pesca (ALMEIDA et al, 2002, p. 679).

27 O Município, 25 de agosto de 1932, ano XXIII, nº 882, p. 03.

28 Idem.

29 Samuel Benchimol admite que as estatísticas que utiliza são falhas, mas servem para dar uma ligeira ideia do processo imigratório de nordestinos para a Amazônia, a partir da segunda metade do século XIX. (BENCHIMOL, 1977, p. 181).

> capeba (*Heckeria Petalta L.*) assim como a *Solanun Paniculatun L.* (jurubeba), são utilizadas de vários modos para combater as moléstias de fígado, febres diversas e até a sífilis (PENNA & NEIVA, 1912, p. 163 a164).

Observe-se, no entanto, que a relação entre os imigrantes que ocuparam o Território do Acre, a partir do final do século XIX, e as populações já estabelecidos na região, não se deu de maneira harmoniosa. O padre francês Jean-Baptiste Parrissier, durante "excursão apostólica" ao rio Juruá, no ano de 1898, descreveu como ocorriam às correrias, ação de extermínio de populações indígenas, praticada por grupos de brancos, que intencionavam ocupar determinada área de terra, com intuito de abrir um seringal:

> Quando um branco quer se estabelecer num terreno ocupado por uma tribo de índios, eis como procede. Ele arma cinco ou seis homens com bons fuzis, pega um para si também e parte em busca da maloca. Quando a acha, ele e seus homens a cercam e massacram todos aqueles que tentam fugir e as mulheres e crianças são levadas ao Juruá e vendidas como animais (PARRISSIER, 1898, p. 55).

Cerca de dezesseis anos depois, quando também peregrinava pela região do Juruá, o padre Constant Tastevin relatou que o cenário anteriormente descrito por Parrissier, não era o mesmo no ano de 1914. É possível que tenha ocorrido uma redução das correrias, a partir da segunda década do século XX, mas isso não significou o fim dos extermínios e das expropriações de territórios indígenas. A crise econômica que se abateu sobre as regiões produtoras de borracha, gerando sérios problemas de escassez de mão de obra, pode ser apontada como causa da diminuição da matança. Uma das soluções encontradas pelos proprietários de seringais foi a gradual incorporação dos indígenas à vida econômica e social das unidades produtoras de borracha, o que terminou por intensificar as relações de troca de informações entre essas populações e os seringueiros. Em decorrência da crise de alimentos, os seringueiros começaram a cultivar roçados de subsistência, a criar animais e plantar árvores frutíferas em suas colocações, práticas terminantemente proibidas pelos patrões, até o início da crise da borracha. Nesse contexto, segundo o antropólogo Mauro Almeida:

> [...] o conhecimento da floresta passou a ser vital para as tarefas mais prosaicas e cotidianas, pois a escassez de mercadorias tornava úteis as frutas, enviras (fibras de árvore), as diversas espécies de cipó, pigmentos e óleos obtidos na mata e coco das diversas palmeiras" (ALMEIDA et al, 2002, p. 120).

O contato com populações que já habitavam a Amazônia foi fundamental para a construção desse conhecimento. Alguns nordestinos, que não tiveram como regressar a seus estados de origem, tampouco fixar residência nas cidades e vilarejos existentes, intensificaram essa relação, juntando-se com mulheres indígenas e constituindo famílias:

> A constituição de famílias, a prática da agricultura e o fabrico da farinha; a caça e a pesca como verdadeiras instituições cotidianas; a criação de pequenos animais; a construção de técnicas adaptadas à floresta; o artesanato com cipós, palhas e outros materiais da mata; o conhecimento das ervas da região para curar doenças; as visitas e as festas; tudo isso fez parte, junto com o trabalho de extração do látex, desse modo de vida novo, que deu a essas pessoas a possibilidade de continuar na região sem a "assistência" anteriormente dada pelo patrão (Idem, p. 121).

Esse processo de aproximação, entre modos de vida heterogêneos, constituiu-se em importante fator para a expansão de outras artes de curar. Observando a bibliografia que trata sobre o tema, percebe-se que entre o final do século XIX e início do século XX, período que corresponde a instalação e desenvolvimento da empresa gumífera, o recurso à medicina popular fazia parte da rotina de considerável parcela dos habitantes da Ama-

zônia, desfrutando de grande prestígio. Segundo Ferreira Reis, índios, seringueiros e caboclos possuíam usos e costumes para o tratamento de seus males, valendo-se do curandeirismo a que se haviam habituado, assente basicamente nas tradições dos pajés e no que as experiências lhes haviam ensinado (REIS, 1953, p. 134).

Existe, no entanto, um aspecto a ser notado. Nos jornais editados no Território do Acre, nas três primeiras décadas do século XX[30], observa-se uma clara distinção entre os que prescreviam remédios caseiros, homeopáticos ou alopáticos, e os que recorriam ao espiritismo e a magia, com intuito de realizar curas, e praticar adivinhações e ritos que despertassem ódio ou amor. Os primeiros, geralmente, recebiam a denominação de curandeiros, enquanto os segundos, em algumas ocasiões, eram caracterizados como feiticeiros, não havendo, no entanto, um padrão para a utilização do termo.

Sobre os curandeiros, as abordagens eram dúbias, ora expressando o "eminente perigo" que representavam para os que procuravam esses serviços, ora enfatizando suas qualidades relatando, inclusive, casos de cura de enfermidades que não haviam sido resolvidas com terapêuticas indicadas por médicos. No segundo caso, buscava-se ressaltar a capacidade dos curandeiros de descobrir novos produtos medicinais, em meio a plantas e ervas que, após terem suas eficácias comprovadas, passavam também a ser utilizadas pelos médicos. Percebe-se, nesse caso, não uma relação de confronto, mas um processo de complementação de saberes.

A dubiedade com que o tema era tratado pelos jornais, expressava-se em matérias e artigos, bem como em anúncios de medicamentos e uma variedade de outros produtos. Em algumas situações os curandeiros são exaltados, sendo atribuída a eles a cura definitiva de doenças, para as quais nenhuma terapêutica indicada pelos médicos fora eficaz. Assim, não era incomum que os jornais publicassem sobre a descoberta de cura definitiva para a lepra, câncer, tuberculose e outras doenças, por um curandeiro. Um desses casos, publicado no dia 07 de fevereiro de 1926 pelo jornal *O Rebate*, de Cruzeiro do Sul, em sua edição nº 165, diz respeito às atividades desenvolvidas pelo boliviano Pedro Molina. Segundo o periódico, Pedro Molina era um curandeiro que havia se estabelecido próximo ao rio Juruá, onde passou a realizar admiráveis curas no tratamento da lepra. Para tanto, utilizava de diversas beberagens e unguentos extraídos de vegetais, utilizando-se de um processo do qual era o único conhecedor, de modo que guardava seu segredo a sete chaves.[31]

A partir do momento em que estas informações circularam, Pedro Molina passou a ser muito procurado pelos portadores da enfermidade, "que se transportavam de longínquos pontos, atrás do benfazejo curandeiro".[32] Para atender à clientela, que aumentava na mesma proporção que se espalhava sua fama, Molina construiu, ao lado de sua barraca, uma enorme casa de palha, que passou a funcionar como abrigo para os enfermos que para lá se dirigiam em busca de auxílio.[33].

O prestígio do boliviano cresceu ainda mais, a partir do momento em que começaram a ser disseminadas notícias sobre a constatação feita por médicos que atuavam na cidade de Manaus, da cura definitiva de leprosos que receberam seus remédios e cuidados. Segundo o jornal *O Rebate,* os exames realizados nos enfermos detectaram que o bacilo havia sido completamente expurgado, fato caracterizado como "uma sensacional descoberta que estava impressionando extraordinariamente o corpo médico".[34] Neste caso, chama atenção o título da publicação: "A lepra é curável: fato indiscutível", pelo fato do jornal creditar a suposta proeza, a um praticante de medicina popular.

Nos jornais acreanos pesquisados, as contestações ao ofício dos curandeiros podem ser encontradas, principalmente, em anúncios de farmácias, medicamentos ou consultórios médicos. Nesses casos, depreende-se que a perspectiva era estabelecer limites rígidos entre dois tipos de saberes. O primeiro, apresentado como saber técnico, confiável e eficaz, portanto, com legitimidade para intervir em situações de enfermidade e promover

---

30 No decorrer das pesquisas, a edição mais antiga de um jornal produzido no Território do Acre, que foi encontrada, corresponde a nº 01, de 03 de maio de 1906, de um periódico denominado *O Cruzeiro do Sul*, editado na cidade acreana de mesmo nome.

31 O Rebate, 12 de dezembro de 1927, ano VII, nº 165, p. 01.

32 Idem.

33 Ibidem.

34 Ibidem.

a cura, ou recomendar medidas profiláticas. O outro, geralmente apresentado como saber empírico, caracterizado como ameaça e representado pelas terapêuticas prescritas por curandeiros, que não dispunham de títulos e diplomas legais, e tinham por objetivo principal obter vultosos resultados monetários, através da comercialização de substâncias cuja eficácia não fora comprovada, ludibriando, com isso, a boa-fé de quem procurasse por esses serviços.

No intento de estabelecer diálogos com os conteúdos pertinentes ao tema em discussão, segue-se um anúncio de jornal, no qual percebe-se claramente, o modo como os não habilitados para a preparação e prescrição de medicamentos, eram vistos: uma ameaça a ser evitada. O anuncio da "Farmácia Acreana" *(anúncio 01)*, de propriedade do farmacêutico Nilo Bezerra, veicula um alerta sobre os medicamentos prescritos ou preparados por leigos, os quais, segundo o texto em questão, poderiam trazer sérios problemas à saúde de quem os ingerisse. A medida mais eficaz recomendada, era o acautelamento do organismo, principalmente dos filhos menores, evitando curandeiros, mezinheiros, e recorrendo apenas a profissionais "devidamente autorizados pela Saúde Pública"[35] que, de acordo com o texto, estariam à espera da população, no citado estabelecimento comercial.

Anúncio 01: Farmácia Acreana, localizada na cidade de Rio Branco (AC)

Pharmacia Acreana

Proprietario — Nilo Beserra, Pharmaceutico

RIO BRANCO — ACRE — TELEGRAMMA: — ACREANA

Desejais comprar drogas, productos chimicos, especialidades pharmaceuticas aviar o vosso receituario?

Procurai a Pharmacia Acreana cuja direcção technica está a cargo do seu proprietario e verificareis que os seus preços são de uma modicidade excepcional . . .

TOMAI NOTA: O resultado clinico do vosso receituario depende muitavez do criterio profissional que o confecciona.

Não percais tempo: ide hoje mesmo a Pharmacia Acreana para vos convencerdes do que vimos de affirmar.

Abandonai os mézinheiros, os leigos na materia, que nada mais fazem do que impingir aos incautos, as suas panacéas com o fim de obter resultados monetarios avultadissimos.

Os preparados officinaes, xaropes, pastilhas, pilulas depurativos, etc., apezar de trazerem indicação na sua rotulagem, necessitam de competencia para bem ser applicados.

Lembrai-vos que qualquer formula medicamentosa XAROPE, PILULAS, DEPURATIVO, poderá trazer lesões bem serias ao vosso organismo.

— Fugi dos curandeiros!! —

ACAUTELAI O ORGANISMO DOS VOSSOS FILHOS CONTRA AS MÈZINHAS, CONTRA OS REMEDIOS QUE NÃO SEJAM INDICADOS PELO PROFISSIONAL, DEVIDAMENTE AUCTORISADO PELA SAUDE PUBLICA.

Fonte: Jornal Folha do Acre, 23 de janeiro de 1927, nº 556, p. 03.

Ressalte-se que entre os leigos que prescreviam medicamentos, estavam os regatões, comerciantes que cortavam os rios acreanos em pequenas embarcações, negociando diretamente com os seringueiros uma diversidade de produtos, inclusive medicamentos, devidamente acompanhados da posologia. Esse costume foi registrado no já mencionado relatório elaborado pelos médicos da comissão do Instituto Oswaldo Cruz, sobre as condições médico-sanitárias do Vale do Amazonas, publicado no ano de 1913. Consta no documento que esse tipo de comércio, caracterizado pela existência de produtos de má qualidade e prescrições inadequadas, teria se constituído em um dos principais motivos para a descrença dos seringueiros nos saberes médicos-acadêmicos e suas terapêuticas, o que prejudicava, principalmente, o tratamento dos que contraiam o impaludismo,

35 Jornal Folha do Acre, 23 de janeiro de 1927, nº 556, p. 03.

já que a eficácia do uso da quinina era vista com desconfiança. Por essa perspectiva, os sanitaristas definiram os regatões como "verdadeiros aniquiladores do prestígio profissional, que vendiam para curar impaludismo pílulas de *Reuter*, grãos de saúde, pomada santa, etc., sacrificando deste modo a vida humana e implantando o descrédito da terapêutica". (IOC, 1913, p. 22).

Os jornais editados no Território do Acre tinham uma abordagem diferenciada quando dizia respeito a pessoas que se propunham a resolver problemas dos mais diversos através da magia, do espiritismo e de outros sortilégios. Nesse caso, prevaleciam abordagens que, ora referiam-se a esses praticantes com ironia ou deboche, ora enfatizavam os aspectos negativos dos ritos sobrenaturais supostamente realizados.

O anúncio que segue (*anúncio 02*), publicado na edição nº 690 do jornal *A Reforma*, de 21 de agosto de 1932, enfatiza a suposta ineficácia do uso de rezas e benzeduras[36], para curar doenças e mal-estar. Essas práticas foram caracterizadas como crendices que, se não faziam mal, também não resolviam os problemas dos enfermos. A publicação exalta as qualidades de um medicamento chamado Cafiaspirina, derivado da aspirina e produzida pela Bayer, empresa de nacionalidade alemã. Destaca-se na mencionada publicação, a imagem de uma "preta velha" realizando uma benzedura em uma moça branca, atormentada por uma dor de cabeça. As vestes da benzedeira, sobressaindo-se o turbante que envolve a cabeça, o manto sobre o vestido branco, uma rústica sandália de couro e, observando de maneira mais acurada, o que parece ser, preso a sua cintura, o machado de Xangô, remetem a uma pessoa com poucos recursos materiais, importante referência para caracterizá-la como ignorante e, portanto, desprovida de saberes acadêmicos. O texto trata as rezas com galhos de arruda e alecrim como ilusões, apenas promessas para problemas que só seriam resolvidos com o uso da substância sugerida, elaborada a partir de pressupostos técnicos e científicos.

---

36 As *rezadeiras* ou *benzedeiras* são mulheres que realizam as *benzeduras*, termo que abrange um repertório material e simbólico que pode ser bastante abrangente. Para executar esta prática, elas acionam conhecimentos do catolicismo popular, como "súplicas" e "rezas", com o objetivo de restabelecer o equilíbrio material ou físico e espiritual das pessoas que buscam a sua ajuda. Para compor este ritual de *cura*, as rezadeiras podem utilizar vários elementos acessórios, dentre eles: ramos verdes, gestos em cruz feitos com a mão direita, agulha, linha e pano, além do conjunto de rezas. Estas podem ser executadas na presença do *cliente*, ou à distância. Em seu ofício, de amplo reconhecimento, essas mulheres "rezam" os males de pessoas, animais ou objetos, bastando apenas que alguém diga os seus nomes e onde moram. In: SANTOS, Francimário Vito dos. O ofício das rezadeiras como patrimônio cultural: religiosidade e saberes de cura em Cruzeta na região do Seridó Potiguar. Acessado através do site: http://www.usp.br/cpc/v1/php/wf07_revista_interna.php?id_revista=12&tipo=5, em 09 de julho de 2014, às 11 horas e 56 minutos.

Anúncio 02: A Benzedura

Fonte: A Reforma, 21 de agosto de 1932, ano XV, nº 690, p. 02

Outra forma dos jornais abordarem a referida temática, dava-se através de matérias e artigos que tratavam de maneira pejorativa estes fazeres, em geral, caracterizando-os como decorrentes da ignorância e superstição de parcela considerável da população. Foi assim na edição nº 98, do jornal *O Alto Purus*, de 26 de março de 1909. De início, o texto em questão refere-se a supostas lutas travadas através dos tempos, mais especificamente "desde a infância solitária do primeiro homem das cavernas à maturidade progressiva dos atuais agrupamentos humanos"[37],envolvendo o espírito contra a matéria e o bem contra o mal. Tais confrontos, conforme a referida matéria, "se prolongariam através das idades futuras, em uma crescente de investigações dolorosas".[38]
A belicosa relação, sobre a qual trata o jornal, não significava que determinados fenômenos fossem desconsiderados, principalmente aqueles, "cujas leis desconhecidas levavam o povo a fantasiar milagres, dando crédito a uma força sobrenatural que se modificaria com a simples invocação feiticeira de uma prece".[39] Era necessário entendê-los, para então combatê-los. Ler-se no referido texto que eram tantos os crentes nessas forças, e de tão variadas matizes, que o próprio autor manifestou, com ironia, que ele mesmo, pelo menos em certos momentos, gostaria de crer em "alma de outro mundo, benzeduras e quebranto[40]"[41], desejo originado a partir das

37 O Alto Purus, 26 de março de 1909, ano II, nº 98, p. 02

38 Idem.

39 O Alto Purus, 26 de março de 1909, ano II, nº 98, p. 02.

40 Doença que vai debilitando o indivíduo, aos poucos, até levá-lo à morte, se a pessoa não procurar alguém que reze. De acordo com a concepção de saúde e doença das rezadeiras, o *olhado* só é curado através de rezas. É proveniente de um fascínio (admiração) que uma determinada pessoa tem sobre qualquer aspecto do ser humano: beleza, forma física, inteligência, etc., ou em qualquer outro aspecto, seja físico ou espiritual, tanto em seres humanos como animais. SANTOS, Francimário Vito dos. Op. cit.

41 O Alto Purus, 26 de março de 1909, ano II, nº 98, p. 02.

constantes observações, que fazia, dos frequentadores da casa de Chica Veneranda, definida como uma mulher entendida nessas coisas, cujas práticas prometiam cura e soluções para diversas enfermidades e problemas, estando entre elas, por exemplo, a "espinhela caída[42]".[43]

As fontes pesquisadas trazem importantes evidências de que, entre os anos de 1904 e 1930, continuou sendo significativo, entre os habitantes do Acre, o uso de saberes e fazeres relacionados às práticas de cura, constituídos, principalmente, a partir de relações empíricas com o espaço da floresta. Um dos fatores que contribuiu para que esse processo ocorresse, foi a frágil estrutura dos serviços públicos de saúde existentes no Território, durante o período citado, o que dificultava o acesso à assistência médica e medicamentosa. A busca por outras artes de curar, nessa perspectiva, pode ser compreendida como uma importante estratégia de sobrevivência, considerando que, para muitos, as práticas de cura tradicionais passaram a representar a única alternativa, para fazer frente às moléstias que se manifestavam de forma endêmica e epidêmica na região.

Quanto ao Estado, este terminou por assumir uma postura dúbia De um lado, estabelecendo um conjunto de normas e regras expressas por meio de leis, regulamentos e decretos, que definiam os aptos a desenvolverem ofícios na área de saúde; por outro, mediante a incapacidade de ofertar serviços de saúde à população, o Estado terminou por agir com certa permissividade, não tendo sido encontrados, no decorrer das pesquisas, indícios de posturas mais rigorosas contra os que cometiam o delito de atuar como médicos, farmacêuticos, dentistas e parteiras, sem que tivessem, para tanto, a devida habilitação.

Fontes e Referências Bibliográficas

Relatórios, discursos e conferências

AZEVEDO, Gregório Thaumaturgo de. Segundo Relatório semestral apresentado ao exm. Sr. Dr. José Joaquim Seabra, ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo coronel do corpo de engenheiros, Gregório Thaumaturgo de Azevedo, prefeito do Departamento do Alto Juruá. Jornal O Cruzeiro do Sul, edição nº 05, de 10 de junho de 1906; edição nº06, de 17 de junho de 2006, edição nº 07, de 24 de junho de 1906 e edição nº 10, de 15 de julho de 1907

CARNEIRO, Hugo Ribeiro. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Augusto Vianna do Castelo, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo Governador do Território do Acre, Hugo Ribeiro Carneiro..Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930. Acervo: Centro de Documentação e Informação Histórica – CDIH da Universidade Federal do Acre – UFAC.

CRUZ, Oswaldo Gonçalves. Relatório sobre as Condições Médico-Sanitárias do Valle do Amazonas, apresentado a S, Exª o Snr. Pedro de Toledo, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, pelo Dr. Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C. 1913.

MARIANO, Cândido José. Relatório do Prefeito do Alto Purus apresentado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em 19 de agosto de 1905, pelo prefeito Cândido José Mariano. Anexo H. In BRAZIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Dr. J. J. Seabra. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905. Disponível em <http.crl.edu/edu/bsd/bsd/u1893/contents.html>, acesso em 22de janeiro de 2009.

_____, Cândido José. Relatório do Prefeito do Alto Purus apresentado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em 19 de agosto de 1906, pelo prefeito Cândido José Mariano. Anexo H. In BRAZIL.

42 A *espinhela caída* é uma doença que a pessoa adquire por esforço físico excessivo. Segundo algumas rezadeiras, na tentativa de objetivação deste tipo de doença, disseram que era um *nervinho*, localizado no tórax, que se rompia quando o indivíduo fazia esforço físico em demasia, outras atribuíram à fraqueza. Os sintomas mais comuns são dores e ardências na região do peito, indisposição e esmorecimento nos braços. SANTOS, Francimário Vito dos. Op. cit.

43 O Alto Purus, 26 de março de 1909, ano II, nº 98, p. 02.

Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Dr. J. J. Seabra. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906. Disponível em <http.crl.edu/edu/bsd/bsd/u1893/contents.html>, acesso em 22de janeiro de 2009.

_____, Cândido José. Relatório do Prefeito do Alto Purus apresentado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Augusto Tavares de Lyra, em 30 de janeiro de 1908, pelo prefeito Cândido José Mariano. Anexo H. In BRAZIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório apresentado ao presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Dr. J. J. Seabra. Volume II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. Disponível em <http.crl.edu/edu/bsd/bsd/u1893/contents.html>, acesso em 22de janeiro de 2009.

Periódicos

A Reforma, 10 de novembro de 1922, ano V, nº184, p. 01
Folha do Acre, 30 de junho de 1921, ano XI, nº 366, p. 01.
Folha do Acre, 14 de julho de 1921, ano XI, nº 368, p. 03.
Folha do Acre, 21 de julho de 1921, ano XI, nº 369, p. 01.
Folha do Acre, 03 de novembro de 1911, ano XII, nº 384, p. 02.
Folha do Acre, 15 de setembro de 1912, ano III, nº 95, p. 04.
Folha do Acre, 16 de maio de 1918, ano VIII, nº 283, p. 01.
Folha do Acre, 31 de dezembro de 1927, ano XVI, nº 606, p. 02.
Folha do Acre, 17 de janeiro de 1920, ano X, nº 296, p. 01.
Folha do Acre, 07 de fevereiro de 1926, ano XV, nº 515, p. 02.
Folha do Acre, 23 de janeiro de 1927, nº 556, p. 03.
O Alto Purus, 22 de dezembro de 1912, ano V, edição nº 224, p. 04.
O Alto Purus, 21 de julho de 1910, ano III, nº 121, p. 01.
O Alto Purus, 26 de março de 1909, ano II, nº 98, p. 02.
O Cruzeiro do Sul, 03 de maio de 1906, ano I, nº 01, p. 03.
O Cruzeiro do Sul, 17 de junho de 1906, ano I, nº 07, p. 05.
O Cruzeiro do Sul, 01 de fevereiro de 1908, ano III, nº 53, p. 02.
O Município, 22 de outubro de 1911, ano II, nº 56, p. 02.
O Município, 25 de agosto de 1932, ano XXIII, nº 882, p. 03.
O Rebate, 14 de janeiro de 1928, ano VIII, nº 205, p. 0.
O Rebate, 29 de abril de 1928, ano III, nº 138, p. 01.
O Rebate, 12 de dezembro de 1927, ano VII, nº 165, p. 01.

Bibliografia

ALMEIDA, M. B. & CUNHA, M. C. (Orgs.) (2002), *Enciclopédia da Floresta***.** São Paulo: Companhia das Letras.

BENCHIMOL, S. (1977), *Amazônia: um pouco antes e além depois*, Manaus: Humberto Calderato.

CHALHOUB, S. Cidade Febril (1996): *Cortiços Epidemias na Corte Imperial*, São Paulo: Companhia das Letras.

EDLER, F. C. et al. (2001), "A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX: a organização institucional e os modelos de ensino". In: DANTES, M. A. (org.), *Espaços da Ciência no Brasil 1800 – 1930*, Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

FERREIRA, L. O. (2003), Medicina impopular: ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830 a 1840). In: CHALHOUB, S. (org.), *Artes e ofícios de Curar no Brasil*, Campinas, SP: Editora UNICAMP.

PARRISSIER, J. B. (2009), Seis meses no país da borracha, ou excursão apostólica ao rio Juruá. In: CUNHA, M. C. (org.), *Tastevin, Parrissier: Fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá*, Rio de Janeiro: Museu do índio.

REIS, A. C. F. (1953), *O Seringal e o Seringueiro*, Rio de Janeiro: Documentário da vida rural nº 05, Ministério da Agricultura, Serviço de divulgação Agrícola.

RODRIGUES, I. (2006), "Caboclos na Amazônia: a identidade na diferença", *Novos Cadernos – NAEA*, (9), pp. 119 a 120.

SANTOS, F. V. (sd) "O ofício das rezadeiras como patrimônio cultural: religiosidade e saberes de cura em Cruzeta na região do Seridó Potiguar". *Revista Online CPC/USP*. Disponível em http://www.usp.br/cpc/v1/php/wf07_revista_interna.php?id_revista=12&tipo=5, [acessado em 9 – 07 - 2014],

TASTEVIN, C. (2009) Viagem ao Alto Juruá e ao rio Tejo em 1914. In: CUNHA, M. C. *Tastevin, Parrissier: fontes sobre índios e seringueiros do Alto Juruá. Rio de Janeiro*: Museu do índio.

GT 90
Angolanidade, Guineidade e Cabo-verdianidade: Epítomes da nacionalidade na CPLP

Amílcar Cabral: o pedagogo da revolução da Guiné-Bissau e Cabo Verde de 1963 a 1973

Lourenço Ocuni Cá
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira (UNILAB)
Ocuni@unilab.edu.br

Cristina Mandau Ocuni Cá
Universidade Federal do Ceara (UFC)
Crsitina.mandau@hotmail.com

Resumo: Neste trabalho pretende-se tratar da organização e desenvolvimento da luta de libertação nacional da Guiné-Bissau e Cabo Verde. A forma como o movimento de libertação nacional, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo (PAIGC) superou a questão da etnicidade incentivada pelo colonialismo português com a famosa política: dividir os grupos étnicos para dominar. Amílcar Cabral se forma nesse processo para se constituir naquele que viria a ser o fundador das nacionalidades guineense e cabo-verdiana, em um processo que durou mais de dez anos de confrontos armados intensos e culminou na independência da Guiné-Bissau em 1973, com o reconhecimento por parte de Portugal em 1974 e subsequentemente, na independência de Cabo verde em 1975. Nesse percurso, Amílcar Cabral tinha como foco principal, a formação de quadros.
Palavras-Chave: Amílcar Cabral; reafricanização da mentalidade e formação de quadros.

Para formação de quadros durante o processo de luta de libertação da Guiné e Cabo Verde Amílcar Cabral estava consciente ou inconscientemente em sintonia com Apple (2006). Para este autor, deve ficar claro, portanto, que parte da tarefa de estabelecer uma base mais firme para a área do currículo e da educação em geral é que os profissionais se distanciem daqueles que controlam o poder econômico e político e dos caminhos cada vez mais curtos até eles que, por conseguinte, se apresentam na sociedade. Com isso não quer dizer que os especialistas em currículo não devam envolver-se em argumentação e análise política e econômica. Muito pelo contrário. Os lentes da realidade devem afastar-se de sua posição de aceitar totalmente a ideologia e as instituições que prevalecem em sociedade de espoliação. Precisam se unir com grupos culturais, políticos e econômicos que estão trabalhando de maneira autoconsciente para alertar o sistema institucional que estabelece os limites às vidas e esperanças de muitas pessoas dessa sociedade. Evidentemente, isso envolve uma forma de questionamento bastante difícil. A não ser que se observem outras maneiras de ação e reflexão, tais como aquelas geradas a partir de tradições críticas que podem suscitar a capacitação e levantar questões mais importantes que ensejem ações coletivas eficazes como fez a Amílcar Cabral durante o processo de luta pela libertação da Guiné e Cabo Verde. Eis a mensagem de Amílcar Cabral no decurso da luta armada contra o jugo colonial português:

> Não foi por acaso que viemos para a Guiné. Nenhuma necessidade material determinava o nosso regresso ao país natal. Tudo foi calculado, passo a passo. Tínhamos enormes possibilidades de trabalhar nas outras colônias portuguesas e mesmo em Portugal. Abandonamos um bom lugar de investigador na Estação Agronômica para virmos para um lugar de engenheiro de segunda classe na Guiné (...) Isto obedeceu a um cál-

> culo, a um objetivo, a ideia de fazer qualquer coisa, de contribuir para o levantamento (levante) do povo, para lutar contra os portugueses. É isso que temos feito desde o primeiro dia em que chegamos à Guiné (Cá, 2008:10.).

Os africanos das colônias portuguesas lutaram contra o colonialismo português para defender os direitos do seu povo e os verdadeiros interesses de todos os povos do mundo. Os africanos queriam que Portugal respeitasse rigorosamente as observações definidas na Carta das Nações Unidas. Exigiu-se que Portugal seguisse o exemplo da Inglaterra, da França e da Bélgica e reconhecesse o direito dos povos dominados à autodeterminação e à independência.

As organizações africanas anticolonialistas das colônias portuguesas, que representavam as aspirações legítimas dos seus povos, queriam restabelecer a dignidade humana dos africanos, a sua liberdade e o direito de decidirem o seu futuro. Essas organizações queriam que o povo beneficiasse de um verdadeiro desenvolvimento social, baseado em um trabalho produtivo e no progresso econômico, na unidade e na fraternidade africana, na amizade e na igualdade entre todos os povos, incluindo o povo português. Queriam a paz ao serviço da humanidade. As organizações africanas que lutavam contra o colonialismo português acreditavam na existência de meios pacíficos para a conquista da independência. No entanto, não se tinha ilusões, e, uma vez que Portugal queria utilizar a violência. As organizações mantinham-se vigilantes. Seguiam-se de perto todas as manobras diplomáticas de Portugal. Estavam convencidas de que nenhum governo democrático quereria comprometer a sua reputação aliando-se ao colonialismo português, condenado como todos os regimes coloniais. Estavam convencidas de que a riqueza material e humana dos seus países fazia parte do patrimônio da humanidade e deveria servir o progresso e a felicidade dos seus povos e dos povos de todos os países (Cabral, 1978:65).

Segundo Cabral(apud Igantiev, 1975:106). para lutar contra o colonialismo também eram precisos meios. Era preciso, em primeiro lugar, criar um instrumento para a luta. Esse instrumento era o Partido. Os camaradas podiam dizer que o Partido era o instrumento-base, o instrumento-mãe. Se se quiser, o meio principal que cria outros meios, ligados a ele. A raiz e o tronco, que dá outros ramos para o desenvolvimento da luta:

> (....) O nosso caso esclarece-se da seguinte maneira: nós, que lutamos na Guiné e Cabo Verde contra o colonialismo português, nós todos somos um movimento de libertação nacional, toda a gente é do ‘ Partido’. Mas só entra de fato no Partido àquele que na verdade tem uma só ideia, um pensamento, que só quer uma coisa...
> O nosso Partido é formado só por aquela gente que apóia o programa do nosso Partido, que luta de fato pelo programa do nosso Partido. Nós somos o PAIGC, Guiné e Cabo Verde. Não há racismo, não há tribalismo, nós não lutamos só para termos bandeira, hino e ministros ¾ talvez nem sequer tenhamos ministros na nossa terra. Não vamos sentar no palácio do governador, não é esse o nosso objetivo, tomar o palácio para lá pôr Cabral e outros. Nós lutamos para libertar o nosso povo, não só do colonialismo, mas de toda a espécie de exploração. Não queremos que ninguém mais explore o nosso povo, nem brancos nem pretos, porque a exploração não são só os brancos que a fazem, há pretos que querem explorar ainda mais do que os brancos
> Aqueles que têm na sua cabeça a ideia de que estão a lutar, a sacrificar-se nesta luta para amanhã abusarem como chefes de posto, esses saem. Chegou a hora de falarmos disso claramente. Porque há alguns camaradas que estão a sacrificar-se muito, mas com a ideia de que amanhã vão gozar, com um bom automóvel, criados, várias mulheres etc. Esses estão enganados. Não são do nosso Partido, e vão ver isso com certeza.

Esse alerta era dirigido aos membros e simpatizantes do Partido em luta, destacando duas etapas: uma, as classes dirigentes capitalistas colonialistas de Portugal e o imperialismo que dominava a Guiné, econômica e politicamente; outra, a todas as forças dentro da Guiné, forças materiais ou de espírito (isto é, de cabeça e de ideias) que pudessem levantar-se contra o progresso do povo no caminho da liberdade, da independência e da justiça. E para isso, a luta corajosa contra os criminosos colonialistas portugueses e vigilância rigorosa contra

os agentes imperialistas. Mas também luta permanente e decidida contra aqueles que, mesmo sendo militantes, responsáveis ou dirigentes do Partido, faziam qualquer coisa que pudesse prejudicar a marcha do povo para a conquista completa da sua dignidade, da sua liberdade e do seu progresso.

No decurso da luta armada para a independência a Guiné-Bissausurgiu progressivamente uma consciência nacional, a despeito das divisões étnicas. O racismo deu ao africano a consciência de si mesmo o que representa um aspecto muito particular da sua situação.

Há que se fazer uma distinção entre a história colonial e a que pertence aos africanos como sociedades humanas: como povos dominados, formou-se um conjunto face ao opressor. Entretanto, apesar das diferentes influências sofridas devido aos limites geográficos por vezes absurdos que o colonialismo impôs, se desenvolveu uma consciência de classe, pode-se então afirmar que todas as camadas sociais são portadoras de história. É impossível no contexto colonial, que uma só camada social possa realizar a luta contra o colonialismo porque essa exigia a realização efetiva da unidade nacional. Mas a ausência de uma classe social portadora de história poderia ser sinônimo de vácuo, não era o caso. Com efeito, tem-se de repetir que era o próprio Estado colonial, mais do que a luta de classes, que dirigia a história. Portanto, é importante salientar que quem seria capaz, uma vez destruído o poder colonial, de tomar em suas mãos o aparelho do Estado? (Cabral, 1978:104).

Aborda-se, entrementes, a questão da ordem estrutural: o camponês guineense não sabe ler nem escrever e quase não tinha relações com as forças coloniais, exceto o pagamento dos impostos, que, mesmo assim, não pagava diretamente. A classe operária não existia como classe bem definida, tratava-se apenas de um embrião em via de desenvolvimento; finalmente, não havia entre os guineenses uma burguesia economicamente organizada porque o imperialismo não permitiu que se formasse. Formou-se, no entanto, ao serviço do próprio colonialismo, uma camada social que era a única capaz de dirigir e utilizar os próprios instrumentos de que se servia o Estado colonial contra o povo guineense: a pequena burguesia africana. No preciso momento em que essa classe, depois da libertação nacional, se apoderar do poder, pode-se considerar que se regressou à história; nessa altura, ver-se-ia manifestar-se de novo as contradições internas da situação econômica e social, condicionadas desta vez, é certo, por diversos fatores internos, mas também pelos do exterior. Há que levar em consideração todos esses condicionamentos no momento em que a pequena burguesia tomar o poder, ignora-se em nome de quem, mas o fato é que o tomará. Que comportamento adotar então? A esquerda, o campo socialista em geral, reclama, evidentemente, a revolução; a direita (o imperialismo), a contra-revolução, a evolução em uma via capitalista ou algo parecido. Entre quantas soluções seria ela capaz de escolher? Aliar-se-ia ao imperialismo e às camadas reacionárias da Guiné, a fim de defender a sua própria existência como pequena burguesia, ou pelo contrário, aliar-se-ia, sem ter em consideração as suas relações de força e as suas proporções no seio da população, aos operários e aos camponeses que, por seu lado, tinham obrigação de assumir o poder e de o controlar, tendo em vista a revolução (Cabral, 1978:104).

Afinal, o que se exigiu da pequena burguesia? Que se suicidasse. Com efeito, a revolução elimina-a do poder, submetendo-a ao controle dos operários e dos camponeses e põe cobro ao seu regresso para a etapa de burguesia propriamente dita.

É bom destacar a posição dos aliados da luta de libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde de esquerda que exigia uma revolução da pequena burguesia que detinha o poder. É o caso de se perguntar: essa esquerda teve o cuidado de analisar a posição da pequena burguesia em questão durante a luta, compreender a sua natureza, o seu funcionamento, e conhecer os seus instrumentos? Comprometeu-se ela perante a esquerda a fazer a revolução? Nos países capitalistas, por exemplo, a pequena burguesia forma uma camada, uma classe que é útil sem que possa, no entanto, modificar a orientação histórica do país. Na África, pelo contrário, é-lhe conferida essa função histórica pela luta que travavam os países africanos sob jugo colonial português. Estava, portanto, em condições, visto ter a possibilidade, como se referiu anteriormente, de escolher entre os dois grupos, de optar pela solução mais inesperada das duas, mas a questão era saber em que condições aceitaria enveredar assim por essa via (Cabral, 1978:104-105).

Há, também, outros problemas que merecem ser tratados: por exemplo, o da implantação pela força do colonialismo, cuja conquista se estendia por centenas de anos; força e opressão que provocaram imediatamente a união e a restauração de forças opostas que constituíam o embrião revolucionário dos guineenses. É necessário constatar que a presença do sistema colonial modificou muito as condições históricas e criou, ou pelo menos

provocouuma resposta de tendência revolucionária. Mas há uma razão em qualificá-la dessa forma? Estar-se-iam todos de acordo em considerar que a luta de libertação nacional é uma revolução? É preciso que se entenda sobre os termos e sobre o seu significado, ou sobre o próprio fenômeno em si. Perguntar-se-ia também se o movimento de libertação nacional nasceu unicamente no interior das fronteiras da Guiné e se o resultado derivado das contradições internas suscitadas pelo colonialismo, ou se foi igualmente determinado por fatores externos? Com efeito, tendo em consideração o avanço do socialismo no mundo, esse movimento de libertação não seria uma iniciativa imperialista? Seria a expressão jurídica utilizada pelos defensores dos direitos à luta de libertação nacional, uma criação ou um produto do povo interessado, ou teria a sua origem nos aliados históricos, os países comunistas? (Cabral, 1978:105).

Os países imperialistas, e, entre eles, Portugal, que utilizava bombas de napalm para quebrar a resistência dos movimentos de libertação, assinaram a Carta das Nações Unidas, que reconheceu o direito dos povos à independência. Não estaria então a considerar como uma iniciativa do povo a do próprio inimigo? Não haveria razão para se admitir com atitude aparentemente inconsciente deste último, pois seria fácil encontrar inúmeras justificativas para a existência dessa Carta: impedir, por exemplo, a extensão do campo socialista, libertar as forças reacionárias abafadas pelo colonialismo, dar a essas forças a possibilidade de se aliarem à burguesia internacional. Mas o objetivo fundamental era provavelmente criar, onde ainda não existia, uma burguesia destinada a reforçar o campo capitalista. Ao contrário de certas opiniões, considerar normal, no âmbito geral das lutas contra o imperialismo, o fato da burguesia desses países em formação gozar desde o início, do apoio de todo mundo E, nessas condições, deve-se travar desde o começo uma luta feroz contra a burguesia nacional, ou pelo contrário, deve-se procurar nela toda a aliança possível, aprofundando a contradição absolutamente inevitável entre a burguesia nacional e a burguesia internacional, que levou a primeira à etapa de desenvolvimento de que gozava no período (Cabral, 1978:105-106).

Qual seria a atuação da pequena burguesia e o papel que deveria desempenhar depois da libertação? Para responder essa pergunta, recorrer-se-ia a Amílcar Cabral. Que pensariam se Fidel Castro tivesse encontrado um campo de entendimento com os americanos? É possível imaginar semelhante entendimento da parte dessa pequena burguesia cubana no poder e responsável pelo avanço do povo para a revolução? Responder-se-iam, naturalmente, que a situação de Cuba não permitia encarar tal hipótese; estar-se-ia de acordo, mas supõe-se, mesmo assim, que as coisas se tivessem passado dessa forma. Qual seria então o resultado? Em qualquer situação se encontram fatores positivos e negativos, mas não é possível, no entanto, no âmbito dessa ordem, determinar a pequena burguesia verdadeiramente revolucionária? Como elemento de análise, poderia talvez responder simplesmente: a burguesia honesta, isto é, aquela que a despeito de todas as correntes contrárias, continua a fazer seus os interesses fundamentais das massas populares do seu país. Não há dúvida que, para consegui-los, ela tem de fazer hara-kiri, mas não fica a perder por isso: sacrificando-se pelo seu povo, tem a possibilidade de reencarnar na condição de operários e camponeses (Cabral, 1978:106).

Para equacionar toda problemática levantada anteriormente, há que lançar mão da questão da unidade e luta durante o processo pelo qual se conseguiu a autodeterminação da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Um dos princípios do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) é a *unidade e luta* que é mesmo a divisa e o lema do Partido. Unidade e luta. Portanto, pode-se evidentemente tomar unidade num sentido que se pode dizer estático, parado, que não é mais que uma questão de número; por exemplo, se se considerar o conjunto de garrafas que existem no mundo, uma garrafa é uma unidade. Se se considerar o conjunto de homens reunidos numa sala um deles é uma unidade. E por aí vai. Essa é a unidade que se interessa considerar num trabalho como o do PAIGC? É e não é. É na medida em que se queira transformar um conjunto diverso de pessoas, em um conjunto bem definido, buscando caminho. E não é porque não se pode esquecer que dentro desse conjunto, há elementos diversos. Pelo contrário, o sentido de unidade que se deve observar no Partido é o seguinte: qualquer que sejam as diferenças que existem, é preciso ser um só, um conjunto, para um dado objetivo. Quer dizer que o princípio da unidade é tomada no sentido dinâmico, de movimento (CABRAL, 1978: 117).

Outro exemplo da unidade é um time de futebol que é formado por vários indivíduos, 11 pessoas. Cada pessoa tem o seu trabalho concreto para fazer quando o time de futebol joga. São pessoas diferentes umas das outras: temperamentos diferentes, muitas vezes instrução diferentes, alguns não sabem ler nem escrever, outros podem

ser doutores ou engenheiros, religião diferente, um pode ser muçulmano, outro católico etc. Podem mesmo agir diferentemente no plano político, um pode ser de um partido, outro do outro. Um pode ser da *situação*, como, por exemplo, em Portugal, outro pode ser da *oposição*. Isto é, pessoas diferentes umas das outras, considerando-se cada uma diferente da outra, mas do mesmo time de futebol. E, se esse time de futebol, no momento em que está a jogar, não conseguir realizar a unidade de todos os elementos, não seria um time de futebol. Cada um pode conservar a sua personalidade, as suas idéias, a sua religião, os seus problemas pessoais, mesmo um pouco da sua maneira de jogar, mas eles têm que obedecer todos a uma coisa: têm que agir em conjunto, para meter/marcar golos/gols contra qualquer adversário com quem estiverem a jogar, quer, em torno desse objetivo concreto, meter o máximo de golos contra o adversário. Têm que formar uma unidade. Se não o fizerem, não é o time de futebol, não é nada. Isto épara mostrar um exemplo claro de unidade (Cabral, 1978:117-118).

A luta é uma condição normal de todos os seres no mundo. Todos estão em luta, todos lutam. No caso concreto da luta de libertação nacional da Guiné e Cabo Verde, a luta era seguinte: os colonialistas portugueses ocuparam os territórios da Guiné e Cabo Verde como estrangeiros e como ocupantes, exerceram uma força sobre essas sociedades, sobre o povo. Força que fez com que eles tomassem o destino desse povo em suas mãos, que fez com que passassem a sua história para ficar ligado à história de Portugal, como se os povos africanos fossem a carroça de seu comboio. E criaram uma série de condições dentro dessas terras: econômicas, sociais, culturais, etc. Para isso eles tiveram que vencer uma força. Durante meio século fizeram guerra colonial contra o povo guineense: guerra contra manjacos, pepéis, fulas, mandingas, beafadas, balantas, felupes (são nomes de algumas etnias que compõem o povo da Guiné-Bissau), contra quase todas as etnias da Guiné. Portanto a luta que se travou contra o colonialismo português é seguinte: surgiu com a criação do PAIGC, uma força nova que se apôs à força colonialista. O problema é de saber, na prática, se essa força unida ao povo pode vencer a força colonialista: isso é a base da luta que se levou a cabo.

Assim, tomadas em conjunto, unidade e luta significa que, mesmo entre os seus componentes, se luta; Talvez alguns não tivessem compreendido bem. O significado da luta não era só em relação ao colonialismo, era também em relação àqueles que a conduziam. Unidade e luta. Unidade para lutar contra os colonialistas e luta para realizar a unidade, para construir o país como deve ser (Cabral, 1978:121).

Para Cabral, qualquer pessoa que queria lutar a sério, como o PAIGC conseguiu lutar, podia compreender uma coisa, pela análise, estudando o problema a fundo, que era seguinte: não era possível a luta na Guiné, se não fosse em conjunto, unidos — PAIGC. A prova concreta disso é que não havia movimento nenhum que tivesse dito: para nós, só os filhos da Guiné e que tivesse avançado. Havia algum? Não havia movimento em Cabo Verde, só filhos de Cabo Verde, que tivesse avançado, não havia nenhum. Isto é, a análise que se fez foi certa e coerente, sobretudo se se levar em consideração as perspectivas como entidade econômica e política viável em África, capaz de fato de realizar uma vida nova. De fato todos aqueles que lutavam pela unidade africana, entendiam que a unidade entre a Guiné e Cabo Verde foram os únicos exemplos, com a Tanzânia, que resultou da união do Tanganica com Zanzibar, que lutou de fato pela unidade africana. Por conseguinte, não havia problema verdadeiro de lutar pela unidade da Guiné e Cabo Verde porque por natureza, pela história, pela geografia, por tendência econômica, por tudo, até por sangue, a Guiné e Cabo Verde são um só. Só quem é ignorante é que não sabe disso (Cabral, 1978:128).

Os colonialistas portugueses sabiam isso muito bem. Carreira (historiador português), com todos os seus abusos na Guiné, sabiam-no bem. Entretanto, eles fingiam não saber para dividir os guineenses e pessoas oriundas de Cabo verde que se encontravam na Guiné. A esperança dos colonialistas era — se Cabo Verde pegasse na luta, mobilizar os guineenses para combater os cabo-verdianos que não prestavam e que estavam na Guiné como chefes de posto. Se os filhos da Guiné pegassem na luta, mobilizar os cabo-verdianos, tanto na Guiné como em Cabo Verde, para combater duro contra os filhos da Guiné, para não deixarem levantar, para não deixarem ser livres. Ora o PAIGC passou-lhes aquela grande rasteira (boló). A maior rasteira da vida dos colonialistas portugueses era essa:

> Na primeira fornada de gente que foi para cadeia, havia guineenses e cabo-verdianos, juntos. O tuga espantou-se (Maria). E se repararem bem, vejam: há muita gente em Bissau que podia falar na rádio, não vos parece estranho? Podiam falar na rádio, descompor-nos etc., podiam fazer bons artigos na rádio dos tugas, mas nenhum faz isso.

> Na rádio há só Alfa Umarú, Malam Ndjai e não sei quem mais, ou então algum bandido que fugiu da República na Guiné-Conakry ou do Senegal e foi falar em francês em Bissau. Vocês já viram isso? Como é que não há nenhum patrício nosso, seja da Guiné ou de Cabo Verde, que foi à escola, que sabe bastante para falar na rádio e que o faça na nossa Guiné? Não há, porque há muito tempo que o Partido passou a rasteira. O tuga perdeu a confiança nessa gente duma vez, e essa gente também perdeu a confiança e não se mete nisso, porque não sabe o que pode acontecer. Mas os tugas, não, não há muito tempo, pouco depois de começar a luta armada, já afirmavam em português e mesmo em crioulo: ‘ filhos da Guiné e Cabo Verde vocês são um só, debaixo da bandeira de Portugal’. Vocês nunca ouviram? Entretanto dizem em mandinga, que os cabo-verdianos não prestam. Para verem se conseguem manter ainda uma certa divisão. Hoje estão já a acabar com isso, aos poucos. De vez em quando põem um indivíduo a dizer: ‘eu sou filho da Guiné, completo, não sou filho de estrangeiro como alguns que nasceram aqui’. Para verem se mantêm uma certa ideia de divisão (Cabral, 1978:128).

Assim como no início da luta diziam: ‘ fulas, com vocês é que vamos ganhar esta guerra, pois vocês é que são os melhores filhos da Guiné’ etc. Quando falavam em manjaco, diziam o mesmo. Diziam que os pepéis é que faziam mal aos fulas, que os fulas é que faziam mal aos pepéis, para dividir. Porém, isso não deu em nada. Porque no PAIGC ninguém se dividiu, pelo contrário, cada dia os membros do partido se uniam mais. No Partido não havia pepel nem fula, nem mandinga, nem filhos de cabo-verdianos, nada disso. O que havia era o PAIGC e avante. Os tugas estavam desesperados. Então, eram eles mesmos, por exemplo, que nas revistas como essa que se chamava *Ultramar,* tinham grandes artigos estudando a questão da Guiné e Cabo Verde e escreveram: ‘A Guiné e Ilhas de Cabo Verde — A sua unidade histórica e populacional. E sabem quem fez esse artigo?’ Carreira. Porque ele conhece de fato muitos problemas de história. E nesse artigo ele reuniu todos os documentos que havia nos arquivos portugueses e estudou para onde é que os filhos da Guiné foram, quando foram enviados para Cabo Verde. Para Santiago? Balantas, mandingas, beafadas etc. Para São Vicente? Foram fulas etc. Com relatórios sobre a chegada deles. No princípio eram contra, mas eles sabiam que os guineenses e cabo-verdianos são a mesma gente, na Guiné e Cabo Verde (Cabra, 1978:128-129).

Na Guiné, a cultura do povo é o produto de muitas culturas da África: cada etnia tem a sua cultura própria, mas todas têm um fundo igual de cultura, a sua interpretação do mundo e as suas relações na sociedade em que vive. Sabe-se que embora haja populações muçulmanas, no fundo elas também são animistas (acreditam em forças sobrenaturais), como balantas, pepéis, bijagós entre outros. Pois acreditam em Ala, mas também acreditam no *Iran* (força sobrenatural) e nos (djambacosses) videntes. Têm Alcorão, mas também têm o seu *gri-gri,* no braço e outras coisas. E o sucesso do Islamismo na Guiné, como na África em geral, é que o Islam é capaz de compreender isso, de aceitar a cultura dos outros, enquanto os católicos querem acabar com isso tudo rapidamente só para crerem na Virgem Maria, na Nossa Senhora de Fátima e em Deus Nosso Senhor Jesus Cristo (Cabral, 1978:140).

Para Cabral, há muita gente que pensa que ser africano é saber sentar-se no chão e comer com a mão. Sim, isso é certo africano, mas todos os povos no mundo se sentaram já no chão e comeram com a mão. É que há muita gente que pensa que só os africanos é que comem com a mão. Não. Todos os árabes da África do Norte, mas mesmo antes de serem africanos, antes de virem para África (eles vieram do Oriente para África), comiam com a mão, sentados no chão. Tem-se que ter consciência dessas coisas, tem-se que respeitar aquelas coisas que têm valor, que são boas para o futuro da nossa terra, para o futuro da população avançar. Ninguém pense que é mais africano do que outro, mesmo do que algum branco que defende os interesses de África porque ele sabe comer melhor com a mão, fazer bem a bola de arroz e atirá-la para a boca. Os tugas, quando eram visigodos ainda, ou os suecos, que ajudam a Guiné, quando eles eram ainda Vikings, também comiam com a mão (Cabral, 1978:140).

O valor da cultura como elemento de resistência ao domínio estrangeiro reside no fato de ela ser a manifestação vigorosa, no plano ideológico ou idealista da realidade material e histórica da sociedade dominada ou a dominar. Fruto da história de um povo, a cultura determina simultaneamente a história pela influência positiva

ou negativa que exerce sobre a evolução das relações entre o homem e o seu meio e entre os homens ou grupos humanos no seio de uma sociedade, assim como entre sociedades diferentes. A ignorância desse fato poderia explicar tanto o fracasso de diversas tentativas de domínio estrangeiro como o de alguns movimentos de libertação nacional. Esta como é sabido é tanto nas formas como no conteúdo, diferente dos outros tipos de domínio estrangeiro a precederam (tribal, aristocrático-militar, feudal e capitalista do tempo da livre concorrência). A característica principal, como em qualquer espécie de domínio imperialista, é a negação do processo histórico do povo dominado por meio da usurpação violenta da liberdade do processo de desenvolvimento das forças produtivas. Ora numa dada sociedade, o nível de desenvolvimento das forças produtivas e o regime de utilização social dessas forças (regime de propriedade) determinam o modo de produção. Quanto ao PAIGC o modo de produção, cujas contradições se manifestam com ou menor intensidade por meio da luta de classes, é o fator principal da história de cada conjunto humano, sendo o nível das forças produtivas a verdadeira e permanente força motriz da história (Cabral, 1978: p.223-224).

A cultura, sejam quais forem as características ideológicas ou idealistas das suas manifestações, é assim um elemento essencial da história de um povo. É talvez, a resultante dessa história como a flor é a resultante de uma planta. Como a história ou porque é a história, a cultura tem como base material o nível das forças produtivas e o modo de produção. Mergulha as suas raízes no úmus da realidade material do meio em que se desenvolve e reflete a natureza orgânica da sociedade, podendo ser mais ou menos influenciada por fatores externos. Se a história permite conhecer a natureza e a extensão dos desequilíbrios e dos conflitos (econômicos, políticos e sociais) que caracterizam a evolução de uma sociedade, a cultura permite saber quais foram as sínteses dinâmicas, elaboradas e fixadas pela consciência social para a solução desses conflitos, em cada etapa da evolução dessa mesma sociedade, em busca de sobrevivência e progresso. Como se sucede com a flor numa planta é na cultura que reside a capacidade (ou a responsabilidade) da elaboração e da fecundação do germe que garante a continuidade da história, garantindo, simultaneamente, as perspectivas da evolução e do progresso da sociedade em questão. Compreende-se assim que, sendo o domínio imperialista a negação do processo histórico do seu processo cultural. Compreende-se ainda a razão pela qual a prática do domínio imperialista, como qualquer outro domínio estrangeiro, exige como fator de segurança, a opressão cultural e a tentativa de liquidação, direta ou indireta dos dados essenciais da cultura do povo dominado.

O estudo da história das lutas de libertação demonstra que são em geral precedidas por uma intensificação das manifestações culturais, que se caracterizam progressivamente por uma tentativa, vitoriosa ou não, da afirmação da personalidade cultural do povo dominado como ato de negação da cultura do opressor. Sejam quais forem as condições de sujeição de um povo ao domínio estrangeiro e a influência dos fatores econômicos, políticos e sociais na prática desse domínio, é em geral no fato cultural que se situa o germe da contestação, levando à estruturação e ao desenvolvimento do movimento de libertação.

Com relação ao PAIGC, o fundamento da libertação nacional reside no direito inalienável que tem qualquer povo, sejam as formulas adotadas em nível do direito internacional, de ter a sua própria história. O objetivo da libertação nacional é, portanto, a reconquista desse direito, usurpado pelo domínio imperialista, ou seja, a libertação do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Há assim libertação nacional quando, e apenas quando, as forças produtivas nacionais são totalmente libertadas de qualquer espécie de domínio estrangeiro. A libertação das forças produtivas e, conseqüentemente, a faculdade de determinar livremente o modo de produção mais adequado à evolução do povo libertado, abre necessariamente perspectivas novas ao processo cultural da sociedade em questão, conferindo-lhe toda a sua capacidade de criar o progresso.

Um povo que se liberta do domínio estrangeiro não será culturalmente livre a não ser que, sem complexos e sem subestimar a importância dos contributos positivos da cultura do opressor e de outras culturas, retome os caminhos ascendentes da sua própria cultura, que se alimenta da realidade viva do meio e negue tanto as influências nocivas como qualquer espécie de subordinação a culturas estrangeiras. Vê-se assim que, se o domínio imperialista tem como necessidade vital praticar a opressão cultural, a libertação nacional é, necessariamente, um ato de cultura. Com base na exposição, pode-se considerar o movimento de libertação como expressão política organizada da cultura do povo em luta. A direção desse movimento deve assim ter uma noção clara do valor da cultura no âmbito da luta e conhecer profundamente a cultura do seu povo, seja qual for o nível do seu desenvolvimento econômico.

Atualmente, tornou-se comum afirmar que cada povo tem a sua cultura. Há alguns anos, havia afirmações assegurando, numa tentativa para perpetuar o domínio dos povos, a cultura era considerada como apanágio dos povos ou nações privilegiadas e em que, por ignorância ou má-fé, se confundia cultura e tecnicidade, senão mesmo cultura e cor da pele ou forma dos olhos. O movimento de libertação, representante e defensor da cultura do povo, deve ter consciência do fato que sejam quais forem as condições materiais da sociedade que representa, esta é portadora e criadora de cultura, que não é, nem poderia ser apanágio de um ou de alguns setores da sociedade. Em uma análise da estrutura social que qualquer movimento de libertação deve ser capaz de fazer em função dos imperativos da luta, as características culturais de cada categoria têm um lugar de primordial importância. Pois, embora a cultura tenha um caráter de massa, não é, contudo, uniforme, não se desenvolve igualmente em todos os setores da sociedade. A atitude de cada categoria social perante a luta é ditada pelos seus interesses econômicos, mas também profundamente influenciada pela sua cultura. Pode-se mesmo admitir que são as diferenças de níveis de cultura que explicam os diferentes comportamentos dos indivíduos de uma mesma categoria socioeconômica face ao movimento de libertação. E é aí que a cultura atinge todo o seu significado para cada indivíduo: compreensão e integração no seu meio, identificação com problemas fundamentais e as aspirações da sociedade, aceitação da possibilidade de modificação no sentido do progresso (Cabral, 1978:225).

Para que a cultura possa desempenhar o papel importante que lhe compete no âmbito do desenvolvimento do movimento de libertação, este deve saber preservar os valores culturais positivos de cada grupo social bem definido, de cada categoria, realizando a *confluência* desses valores no sentido da luta, dando-lhes uma nova dimensão, a *dimensão nacional.* Perante essa necessidade, a luta de libertação é, acima de tudo, uma luta tanto pela preservação e sobrevivência dos valores culturais do povo como pela harmonização e desenvolvimento desses valores no quadro nacional. Portanto, a unidade política e moral do movimento de libertação e do povo que ele representa e dirige implica a realização da unidade cultural das categorias sociais fundamentais para a luta. Essa unidade traduz-se, por um lado, por identificação total do movimento com a realidade do meio e com os problemas e as aspirações fundamentais do povo e por outro, por uma identificação cultural progressiva das diversas categorias sociais que participam na luta. O processo desta deve harmonizar os interesses divergentes, resolver as contradições e definir os objetivos comuns, procurando a liberdade e o progresso. A tomada de consciência desses objetivos por amplas camadas da população, refletida na determinação perante todas as dificuldades e todos os sacrifícios, é uma grande vitória política e moral. Assim, trata-se igualmente de uma realização cultural decisiva para o desenvolvimento ulterior e o êxito do movimento de libertação.

Obviamente, essa realidade constituía um motivo de orgulho e um elemento estimulante para os que lutam pela liberdade e o progresso dos povos africanos. Mas importa não perder de vista que nenhuma cultura é todo perfeito e acabado. A cultura tal como a história, é necessariamente um fenômeno em expansão, em desenvolvimento. Mais importante ainda é ter em consideração o fato que a característica fundamental de uma cultura é a íntima ligação de dependência, de dependência e reciprocidade, com a realidade econômica e social do meio, com o nível de forças produtivas e o modo de produção da sociedade que a cria. A cultura, fruto da história, reflete, a cada momento, a realidade material e espiritual da sociedade, do homem - individuo e do homem-ser social, face aos conflitos que os opõem à natureza e aos imperativos da vida em comum. Daí que qualquer cultura comporte elementos essenciais e secundários, forças e fraquezas, virtudes e defeitos, aspectos positivos e negativos, fatores de progresso e estagnação ou regressão. Daí igualmente que a cultura, criação da sociedade e síntese dos equilíbrios e soluções que elabora para resolver os conflitos que a caracterizam em cada fase da história, seja uma realidade social independente da vontade dos homens, da cor da pele ou da forma dos olhos (Cabral, 1978:229-230).

Pode-se dizer que, o início da luta, seja qual for o seu grau de preparação, nem a direção do movimento de libertação nem as massas militantes e populares tinham uma consciência nítida do peso da influência dos valores culturais na evolução dessa luta: quais as possibilidades que cria, quais os limites que impõe e, principalmente, como e quanto à cultura é, para o povo, uma fonte inesgotável de coragem, de meios materiais e morais, de energia física e psíquica, que lhe permitem aceitar sacrifícios e mesmo fazer "milagres"; e, igualmente, sob alguns aspectos, como pode ser uma fonte de obstáculos e dificuldades, de concepções erradas da realidade, de desvios no cumprimento do dever e de limitação do ritmo e da eficácia da luta face às exigências políticas, téc-

nicas e científicas da guerra. A luta armada de libertação, desencadeada como resposta à agressão do opressor colonialista, revela-se como um instrumento doloroso, mas eficaz para o desenvolvimento do nível cultural, tanto das camadas dirigentes do movimento de libertação como das diversas categorias sociais que participam na luta. Sabe-se que a luta armada de libertação exige a mobilização e a organização de uma maioria significativa da população, a unidade política e moral das diversas categorias sociais, o uso eficaz de armas modernas e de outros meios de guerra, a liquidação progressiva dos restos de mentalidade tribal, a recusa das regras e dos tabus sociais e religiosos contrários ao desenvolvimento da luta (gerontocracia, nepotismo, inferioridade social da mulher, ritos e práticas incompatíveis com o caráter racional e nacional da luta etc.) e opera ainda muitas outras modificações profundas na vida das populações. A luta armada de libertação implica, portanto, uma verdadeira marcha forçada no caminho do progresso cultural. De tudo que foi exposto, pode-se dizer que, no quadro da conquistada da independência nacional e na perspectiva da construção do progresso econômico e social do povo, esses objetivos podem ser pelo menos, os seguintes: a) desenvolvimento de uma cultura popular e de todos os valores culturais positivos; b) desenvolvimento de uma cultura nacional baseada na história e nas conquistas da própria luta; c) elevação constante da consciência política e moral do povo (de todas as categorias sociais) e do patriotismo, espírito de sacrifício e dedicação à causa da independência, da justiça e do progresso; d) desenvolvimento de uma cultura científica e tecnológica, compatível com as exigências do progresso; e) desenvolvimento, com base numa assimilação crítica das conquistas da humanidade nos domínios da arte, da ciência, da literatura etc. de uma cultura universal tendente a uma progressiva integração no mundo atual e nas perspectivas da sua evolução; f) elevação constante e generalizada dos sentimentos de humanismo, solidariedade, respeito e dedicação desinteressada à pessoa humana (Cabral, 1978:232-233)

A realização desses objetivos é, com efeito, possível, pois a luta armada de libertação, nas condições concretas da vida dos povos africanos, enfrentando o desafio imperialista, é um ato de fecundação da história, a expressão máxima da nossa cultura e da nossa africanidade. Deve traduzir-se, no momento da vitória, por um salto em frente significativo da cultura do povo que se liberta.

A luta de libertação que é a mais complexa expressão do vigor cultural do povo, da sua identidade e da sua dignidade, enriquece a cultura e abre-lhe novas perspectivas de desenvolvimento. As manifestações culturais adquirem um novo conteúdo e novas formas de expressão, tornando-se assim um poderoso instrumento de informação e formação política, não apenas na luta pela independência como também na primordial batalha pelo progresso (Cabral, 1978:144),

> Há gente que até tem desprezo pelas suas tribos, gente que já não quer saber disso para nada, que estudou nas Universidades, em Lisboa ou Oxford ou mesmo na capital da sua própria terra, mas que hoje, por causa do acesso da África à independência, quer mandar, quer ser presidente da República, quer ser ministro, para poder explorar o seu próprio povo. Então, como isso não lhes foi possível por qualquer razão, lembram-se: ‘ eu sou lunda, filho de lundas, descendente do rei lunda. Povo lunda, levanta-te porque os bacongos querem comer-nos. Mas não é nada por causa de lundas ou bacongos, é pelo fato de querer ser presidente, de ter todos os diamantes, todo o ouro, todas essas coisas boas na sua mão, para poderem fazer o que querem, para viverem bem, terem todas as mulheres que quiserem na África ou na Europa; para poderem passear pela Europa, serem recebidos como presidentes, para se vestirem caro, de fraque ou grandes bubus, para fingirem que são africanos. Mentira não são africanos nada. São lacaios ou cachorros dos brancos.

A abordagem sociocrítica possui várias correntes segundo Libâneo (2004), às vezes antagônicas entre si. Algumas enfatizam as questões políticas do processo de formação. Outras colocam a relação pedagógica como mediação da formação política. Nesse segundo caso, a educação tem a função de transmissão cultural, mas também é responsável pelo apoio ao educando no desenvolvimento de suas próprias capacidades de aprender e no seu engajamento crítico e participativo na sociedade em função da formação da cidadania.

As abordagens críticas convergem na concepção de ensino como compreensão da realidade para transformá-la, tendo como objetivo à construção de novas relações sociais de maneira a eliminar as mazelas existentes como

as desigualdades sociais e/ou econômicas. Em função disso, considera especialmente os efeitos do currículo e do contexto da ação educativa nos processos de ensino e aprendizagem, inclusive para submeter os conteúdos a uma análise ideológica e política. Do ponto vista metodológico, adere à idéia de aprendizagem como construção do sujeito, da compreensão do conhecimento como ligado à prática e à solução de problemas. Com o intuito de ajudar o educando a adquirir autonomia de pensamento, distingue-se a importância da responsabilidade social e a busca incessante do interesse coletivo. Segundo Libâneo (2004), algumas correntes de abordagem crítica defendem um tipo de currículo mais informal, centrado na valorização de elementos, casuais, fortuitos, da convivência social na escola, minimizando ou até recusando um currículo formal. Entende-se, portanto, que essa concepção de currículo é o que as circunstâncias em conflito podem oferecer como era o caso da educação nas zonas liberta (Guiné, 1963-1973) para atingir os objetivos emancipatórios.

Para atingir esses objetivos emaciapatórios, há que ser feito um percurso em que se inicia pela construção dos conceitos, a delimitação do campo do discurso enquanto foco específico que se encontra entre o uso da linguagem e as ciências sociais, passando-se pelo estabelecimento da metodologia e chegando-se aos procedimentos analíticos dela decorrentes (Orlandi, 2005).

Desse modo, dá-se ao leitor uma base para compreender o processo revolucionário que estava em gestação nas zonas libertadas. A partir dessa base, o leitor poderá colocar-se na posição de analista e intervir nos conhecimentos que poderão expandir seu campo de compreensão desse processo. Se ele assim pretender, pode aprofundar, caso contrário, terá ao menos a noção de que a relação com a linguagem não é jamais inocente, não é uma relação com evidências e poderá se situar face à articulação do simbólico com o político.

Assim, o leitor poderá compreender como o simbólico e o político se conjugam nos efeitos a que ele, enquanto sujeito de linguagem está assujeitado. É considerada dessa maneira que a linguagem é uma prática. Não no sentido de efetuar atos, mas porque pratica sentidos, intervém no real. Essa é a maneira mais forte de compreender práxis simbólica. O sentido é histórico. O sujeito do processo se faz (se significa) na/pela história. Assim, pode-se compreender também que as palavras não estão ligadas às coisas diretamente, nem são o reflexo de uma evidência. É a ideologia que torna possível a relação palavra/coisa. Para isso têm-se as condições de base, que é a língua e o processo, que é o discurso, em que a ideologia torna possível a relação entre o pensamento, a linguagem e o mundo. Isto é, em outras palavras, congrega sujeito e sentido. Dessa maneira o sujeito se constitui e o mundo que o circunda se significa pela ideologia.

O discurso enquanto ideologia que se estabelece entre o pensamento, a linguagem e o mundo que Amílcar Cabral elaborou os primeiros estatutos do PAIGC na década de sessenta do século XX, os quais, porém definiam um sistema organizativo para o futuro. Os estatutos de 1960, além de definirem os objetivos gerais do então designado PAI (Partido Africano para a Independência), previam uma organização cujas principais estruturas eram o grupo a seção, a zona, o distrito, com uma conferência nacional, um comitê nacional e um comitê federal. Mas nunca foram aplicados servilmente. As estruturas do PAIGC foram-se adaptando às condições efetivas e às suas etapas sucessivas. Ora justamente os dois primeiros congressos reuniram naquele momento em dados inteiramente novos alterariam a situação (Pereira, 1977:13).

Ao observar o passado com uma distância em torno de quarenta anos desde a libertação da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, é notório perceber como a contribuição de Cabral foi ímpar e seu pensamento contínua vivo. A ênfase do pensamento de Cabral é dada ao tempo adequado e ao empenho, pois ele acreditava que seria desastrosa uma simples extensão da herança colonial, isto é, política, econômica e\ou cultural. Para Cabral, só um processo contínuo da revolução social estruturante, capaz de levar a população à arena da participação ativa, criaria condições para que a África realizasse o seu potencial. Entretanto, a maioria dos países africanos não conseguiu atingir esses objetivos, fato que pode ser explicado em sua ampla medida pela falta de objetivos claros, planejamento e vontade política alicerçados por ausência de ideologia das elites dirigentes na maioria dos países africanos.

Bibliografia

APPLE, M. (2006*). Ideologia e currículo.* Trad. Vinicius Figueira. Porto Alegre: Armed.

CÁ, L. O. (2008). *A constituição da política do currículo na Guiné-Bissau e o mundo globalizado. Cuiabá: Edufmt*.

CABRAL, A; ANDRADE, M. de (1978) (coord.). *A arma da teoria*: unidade e luta I. Lisboa: Seara Nova.

DAVIDSON, B. (1975) *A Libertação da Guiné*. A*spectos de uma Revolução Africana*. Lisboa: Sá da Costa.

IGNATIEV, O. (1975) *Amílcar Cabral filho de África: narração biográfica. Lisboa: Prelo Editora, SARL.*

LIBÂNEO, J. C. (2004). *Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa.*

ORLANDI, E. P. (2005) *Análise do discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes.*

PEREIRA, L.T. (1977). *Guiné-Bissau*: *3 anos da independência*. Lisboa: Cidac (Coleção África em luta).

Angolanidade: Genealogia de um conceito

Raquel Miriam Rodrigues Pedroso[1]

Paulo Seixas[2]

Palavras-chave: Angolanidade, Cultura, Identidade nacional, Agostinho Neto

Resumo: Sendo a cultura um tema de extrema importância para a formação da Nação e nas relações, tanto internas como externas, Angola torna-se um estudo de caso interessante nesta questão. Tendo estado ao longo de vários anos sobre o domínio português, a cultura angolana, ou melhor, as várias culturas angolanas – devido à existência de diferentes grupos étnico-linguísticos no território – sofreram influências, tendo algumas das características sido adotadas e transformadas de forma a incorporarem as culturais tradicionais.
Com o início da década de 60 e da Guerra Colonial, iniciou-se um debate em torno do que seria a identidade nacional e a Angolanidade, debate este que foi intensificado pela proclamação da independência em 1975 e com o início do novo milénio. Assim, várias são as teorias e os estudiosos que se debruçam sobre a questão da definição da "Angolanidade", permitindo, desta forma, fazer uma genealogia relativamente à evolução da definição do conceito.

Introdução

O presente artigo, elaborado no âmbito do painel Epítomes da Nacionalidade na CPLP proposto para o XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, tem como tema principal "Angolanidade – genealogia de um conceito" e, como tal, tem como principal objetivo explorar a história do conceito, tendo em conta autores como Agostinho Neto e Mário Pinto de Andrade. Ou seja, compreender como surgiu, que mutações sofreu ao longo das várias décadas e como atualmente é conhecido este conceito, tendo em conta a amplitude da questão e as limitações impostas, uma vez que a Angolanidade é um mundo narrativo bastante vasto, sendo impossível a exploração completa do mesmo no âmbito deste artigo.
Consequentemente, e com o intuito de alcançar o grande objetivo proposto serão abordados alguns subtemas, embora não de forma aprofundada, tais como o nacionalismo, a luta colonial e civil, a formação de um Estado angolano, assim como o problema da existência de vários grupos etnolinguísticos, e portanto, de várias culturas, no atual território angolano. Desta forma, os objetivos mais específicos deste artigo são: entender e diferenciar a cultura do colonizador e colonizado; perceber se, após a independência, pretendia-se um regresso às origens ou a adoção da nova cultura heterogénea; apreender os objetivos do Governo angolano pós-independência relativamente à heterogeneidade cultural; e compreender a visão atual relativamente ao conceito de Angolanidade.
Relativamente à importância deste artigo, pode-se destacar o facto de atualmente as questões ligadas ao continente africano, especialmente em termos políticos e económicos, serem uma realidade constante. No entanto, para que as relações entre estes países africanos e o resto do mundo tornem-se fortes e fiáveis é de

---

1 Licenciada em História e Arqueologia, vertente História islâmico-árabe, pela Universidade de Évora. Licenciatura concluída em 2010. Atualmente mestranda, a frequentar o 2º ano curricular do Mestrado em Estudos Africanos do ISCSP. raquel.miriam92@gmail.com

2 Agregação em Sociologia – especialidade de Sociologia Urbana – em 2010 (ISCSP). Doutoramento em Antropologia Social e Cultural – área de Antropologia Urbana – em 1999 (Universidade de Santiago de Compostela) Mestrado em Sociologia – área de sociologia da educação – 1995 (ISCSP) Pós- Graduação em Antropologia – especialidade de Etnomuseologia – em 1994 (Universidade do Minho) Licenciatura em Antropologia – especialização em sociologia das regiões tropicais – em 1988 (ISCSP). pseixas@iscsp.ulisboa.pt

extrema importância compreender a vertente cultural dos mesmos, percebendo a sua realidade atual, sem esquecer o passado, no sentido de fortalecer essas mesmas relações, com destaque para Angola, um parceiro que muitos Estados procuram, não só graças ao petróleo, mas também outros produtos. Assim, e não tendo conhecimento de outro estudo sobre o tema, até ao momento, este é um tema de interesse não só para Angola, mas também para todos os que pretendam ter relações, seja de que natureza for, com o país e seus habitantes.
Para que tais objetivos fossem alcançados foi utilizada uma metodologia de recolha e cruzamento de informações encontradas em diversos textos, artigos e livros de uma série de autores que abordam estas questões e que se encontram explicitados na bibliografia. Isto é, foi utilizada uma metodologia qualitativa de tipo descritivo.

Angolanidade – Genealogia de um conceito

O domínio colonial europeu em África continua a ser um tema de grande debate entre o meio académico, com destaque para a dita "África lusófona", onde Angola representa um caso característico. Vários debates têm sido feitos em torno desta colonização portuguesa no atual território angolano, pois se alguns defendem que data desde o século XV, outros afirmam que tal só realmente verificou-se a partir da segunda metade do século XIX. A verdade é que este domínio realmente existiu e com maior intensidade que nas restantes ex-colónias africanas portuguesas, levando, naturalmente a uma série de consequências.
Assim, e graças ao domínio prolongado – quer tenha sido ao longo de séculos ou décadas – assistiu-se a uma troca e entrelaçamento de culturas (e não só) originalmente opostas (Macêdo, 1992). Não obstante, após a independência verificou-se a questão das etnias e de tentativa de dominação de uma etnia face às restantes, cuja expressão mais significativa manifestou-se pela luta civil entre MPLA, UNITA e FNLA que durou até ao início do novo milénio. Manuel Jorge culpa, em parte a antiga definição de fronteiras feita pelas antigas superpotências europeias, que não tiveram em conta que estariam a dividir espaços habitados por diversas comunidades, dividindo os povos ao meio e reunindo num mesmo espaço outros que poderiam ser muito diferentes. Ainda assim, os movimentos de libertação, para além da preocupação de proclamar a independência, inicialmente, e controlar o poder estatal, posteriormente, sempre preocuparam-se com a questão cultural, na medida em que tinham de decidir entre rejeitar por completo a sua cultura étnica ou a cultura dominante ou então "criar" a junção entre ambas (Jorge, 2013).
Desta forma, e uma vez que pretende-se fazer uma genealogia do conceito, em primeiro lugar, torna-se importante compreender o seu surgimento e quem foram os primeiros autores a discutir a sua definição. Relativamente à sua origem, esta torna-se praticamente impossível de rastrear, graças à debilidade da documentação, embora, segundo Manuel Jorge, o termo tenha sido criado por Alfredo Margarido, em 1960-61, que o definiu como "a substância nacional angolana" (Jorge, 2006; p.7), tendo sido esta, para Manuel Jorge, a que mais se aproxima da verdadeira definição de Angolanidade. Posteriormente, este conceito terá aparecido pela primeira vez, por escrito, no artigo de Fernando Costa Andrade:
*"*É preciso entender-se por Angolanidade *não somente a negritude, mas também a perspectiva do homem-novo que Frantz Fanon menciona como sendo indispensável para um diálogo efectivo entre os homens de África e dos outros continentes*" (Jorge, 2006; p.7).
Não obstante, no âmbito deste artigo optou-se pela centralização em torno de três figuras-chave e também pioneiras a abordar esta questão, nomeadamente Mário Pinto de Andrade, Amílcar Cabral e Agostinho Neto. Mário de Andrade, um dos fundadores do MPLA e primeiro presidente do movimento nacionalista, indagou, em 1962, sobre: "Como assegurar o renascimento cultural dos países anteriormente colonizados? Que espaço deverá ser reservado à tradição? Como elaborar uma cultura africana original, que tenha em conta, ao mesmo tempo, a tradição e as aquisições da civilização moderna?" (Jorge, 2013; p.114). Neste contexto, e de acordo com Patrício Batsîkama, o MPLA teria sido o primeiro a teorizar sobre a questão da Angolanidade, durante a década de 60, quando Mário Pinto de Andrade, procurando atingir a unidade nacional, afirmou:
"angolanidade requer enraizamento cultural e totalizante das comunidades humanas, abarca e ultrapassa dialecticamente os particularismos das regiões e das etnias em direcção à nação. Esta opõe-se a todas as variantes de oportunismo (...) que procuram estabelecer uma correspondência automática entre a dose melanina e a dita autenticidade angolana. Ela é, pelo contrário, linguagem da historicidade de um povo" (Castro, 2011; p.131).

Com a sucessão da presidência no interior do MPLA de Mário de Andrade para Agostinho Neto, em 1962, o movimento nacionalista continuou a preocupar-se com estas questões. O próprio Agostinho Neto, antes ainda de ter ocupado essa posição no seio do partido tinha pensado e teorizado sobre esta questão ao longo da sua obra poética intitulada *Sagrada Esperança*, que Pires Laranjeira acredita ser uma narração épica da angolanidade (Santos, 2009). No entender de Oluemi Santos, esta obra poética que data a década de 1960 incentivava a luta contra o colonizador e contra a injustiça, bem como a necessidade de perceção da realidade social vivida por parte dos angolanos e a esperança de que as coisas iriam mudar, esperança esta que deu o nome à coletânea. Desta forma, Agostinho Neto, "tinha como meta a construção e conscientização cultural e política do seu país, assumindo o seu papel como agente para o processo de reconstrução nacional, como pessoa, como político e como escritor" (Santos, 2009; p.131). De acordo com Manuel Jorge, Agostinho Neto foi, inclusive o primeiro a ter em conta a vertente cultural da questão da Angolanidade, ao contrário do que acontecia até então, quando a sua definição era apenas baseada no contexto militar e político que se vivia no início da década de 60 (Jorge, 2006). Além disso, em discurso, Agostinho Neto proclamou em 1960:

"A nossa cultura deve ser defendida, desenvolvida. O que não significa dizer que deva ser mantida em estagnação" (Cosme, 2004; p.67).

Nota-se, portanto, que tanto o discurso de Mário Pinto de Andrade como de Agostinho Neto entram em acordo com o que Amílcar Cabral também defendia:

"Há muita gente que pensa que para a África resistir culturalmente tem que fazer sempre aquelas mesmas coisas que já fazia há quinhentos ou mil anos. (...) O nosso ponto de vista, portanto, é que na nossa cultura devemos fazer resistência para conservar aquilo que é de facto útil e construtivo, mas na certeza de que, à medida que avançamos (...) tudo tem que mudar aos poucos" (Cosme, 2004; p.53-54).[3]

Proclamada a independência, a 11 de Novembro de 1975, as preocupações com as questões culturais não cessaram. Neste sentido, ao ser elaborada a Lei Constitucional de 1975, foi expressa a necessidade de liquidação dos problemas e consequências resultantes dos regionalismos e tribalismos, embora no Programa Maior do MPLA, segundo Leonel Cosme em *Agostinho Neto e o seu tempo*, Agostinho Neto tivesse proclamado que em Angola cada etnia seria reconhecida e teria igualdade de utilizar a sua cultura, bem como língua e costumes próprios. Pode-se ver isto no artigo 5º da Lei Constitucional:

*"Será promovida e intensificada a solidariedade económica, social e cultural entre todas as regiões da República Popular de Angola, no sentido do desenvolvimento comum de toda a Nação Angolana e da liquidação das sequelas do regionalismo e do tribalismo" (*República Popular de Angola, 1975;p.1)

Também no artigo 13º pode-se entender a referência aos ideais de Angolanidade defendidos pelo MPLA durante a luta armada, embora, em todo o documento, e ao contrário do que acontecia nos discursos, a palavra "Angolanidade" não tenha sido empregada diretamente:

*"A República Popular de Angola (...) promove o desenvolvimento de uma educação ao serviço do Povo e de uma verdadeira cultura nacional, enriquecida pelas conquistas revolucionárias dos outros povos" (*República Popular de Angola, 1975;p.1)

Ainda no mesmo ano, os nacionalistas da União dos Escritores Angolanos também manifestaram-se relativamente a estas questões, proclamando: "1º) a necessidade e a urgência de defender a dignidade e a especificidade cultural do homem angolano e salvaguardar, especialmente, as suas tradições culturais, historicamente, perspetivadas e garantidas, por séculos de resistência popular, assim como as conquistas culturais obtidas ao longo da luta pela independência nacional; 2º) a necessidade e a urgência de ativar, a partir dessas tradições e conquistas, o inventário cultural do país, no contexto particular do renascimento cultural africano, como contribuição original para um mundo verdadeiramente livre" (Jorge, 2013;p.116).

Ainda assim, os discursos relativos à cultura angolana e à própria Angolanidade não se findaram com a independência, mas prolongaram-se, como pode-se constatar pelos discursos de Agostinho Neto, então presidente de Angola, ao longo de toda a década de 70 do século XX, até ao ano da sua morte. Vejamos, como exemplo, um excerto do discurso de Novembro de 1977, quando Agostinho Neto afirmou:

---

3 Não está especificada a data, mas pelo conteúdo da obra de Leonel Cosme parece tratar-se de palavras proferidas durante a década de 1960.

"Viver a cultura angolana significa compreender o povo tal como ele é definido. Ser um elemento do povo. Esquecer preconceitos e ultrapassar a classe"(Cosme, 2004; p.54).
Outro exemplo é o discurso de 8 de Janeiro de 1979 relativo à genuinidade cultural, onde o Agostinho Neto declarou:
A *"cultura evolui com as condições materiais e em cada etapa corresponde a uma forma de expressão e de concretização de actos culturais. A cultura resulta da situação material e do estado de desenvolvimento social. E, no contexto angolano, a expressão cultural resulta (...) do resultado de uma aculturação secular (...). A cultura do povo angolano é hoje constituída por pedaços que vão das áreas urbanas assimiladas às áreas rurais apenas levemente tocadas pela assimilação cultural europeia"* (Cosme, 2004; p.52).
Posteriormente, a 3 de Fevereiro do mesmo ano, o então presidente angolano afirmava:
"Temos o nosso Povo, que tem uma Cultura, que sabe o que quer, viveu séculos, milénios, e que agora precisa de se exprimir como povo. E este Povo que viveu milénios debaixo de uma certa pressão cultural, neste momento pergunta: poderemos nós agora, (...) viver como angolanos ou não? (...) Nós não podemos fazer com que esqueçamos completamente a cultura europeia. (...) Nós somos uma encruzilhada de civilizações, ambientes culturais, e não podemos fugir a isso de maneira nenhuma, mas (...) também é preciso que mantenhamos a nossa personalidade cultural. (...). Eu penso que devemos é retirar, daquilo que resultou no contacto entre diferentes povos, o necessário para o progresso actual da nossa própria cultura" (Cosme, 2004; p.53).
Ou seja, a partir dos discursos de Agostinho Neto pode-se observar que este nacionalista angolano manifestava, de certa forma, uma recusa contra a cultura ocidental, dado que esta tentou renegar a cultura africana para o esquecimento. No entanto, e segundo Leonel Cosme, esta luta de Agostinho Neto não era contra os brancos, uma vez que a sua própria esposa era portuguesa, mas sim contra o regime colonial e os seus apoiantes. Consequentemente, o seu discurso, tanto cultural como político, baseava-se, na sua essência, em "aceitar os contributos das culturas alógenas, preservar os valores identitários do seu povo" (Cosme, 2004; p.50), valores estes que depreendiam-se por "apego à terra-mãe, à família, às tradições, o regresso ao homem «que está no fundo de nós»" (Cosme, 2004; p.51). Além disso, e de acordo com o autor Julião Sousa, o MPLA foi, assim, o partido que mais se preocupou com as questões étnicas, tendo o seu Programa Maior conhecido alguma evolução, pois se inicialmente procurava "Garantir a igualdade de todas as etnias de Angola e reforçar a união e ajuda fraterna" (Sousa, 2013; p.221), ao longo das décadas 60 e 70 do século XX, Julião acredita que assistiu-se a alguma radicalização no interior do partido, relativamente às questões dos regionalismos e tribalismos que poderiam pôr em causa a independência e coesão do território nacional angolano (Sousa, 2013).
Após a morte de Agostinho Neto, as referências à Angolanidade tornaram-se mais escassas até ao início do novo século. Ainda assim, importa referir a Lei constitucional de 1992, onde, uma vez mais, não existe o uso expresso da palavra Angolanidade, e onde as abordagens relativamente a esta questão são em muito semelhantes à Constituição de 1975. Pode-se, então, observar no artigo 7º:
"Será promovida e intensificada a solidariedade económica, social e cultural entre todas as regiões da República de Angola, no sentido do desenvolvimento comum de toda a Nação angolana" (República de Angola, 1992;p.5).
E nos artigos 31º e 49º:

"O Estado, com a colaboração da família e da sociedade, deve promover o desenvolvimento harmonioso da personalidade dos jovens e a criação de condições para a efectivação dos direitos económicos, sociais e culturais da juventude, nomeadamente, no ensino, na formação profissional, na cultura, no acesso ao primeiro emprego (...)" (República de Angola, 1992;p.9).
"O Estado promove o acesso de todos os cidadãos à instrução, à cultura e ao desporto (...)" (República de Angola, 1992;p.12).

Infelizmente, e até ao momento, não foi possível encontrar outras referências, quer em discursos, quer em documentos oficiais, artigos ou outros entre a década de 1980 e o início do século XXI, em parte graças às consequências da guerra civil que era uma realidade diária no território angolano durante este período.

Posteriormente, já no século XXI, a questão da Angolanidade voltou a encontrar-se nos interesses do mundo académico e dos intelectuais, tendo José Eduardo Agualusa afirmado que existem 12 ou 13 milhões de maneiras diferentes de se ser angolano, e não apenas uma (Chagas, 2009). Assim, apesar de vários terem

sido os autores que teorizaram sobre o conceito de Angolanidade, este *paper* pretende apenas destacar alguns. Neste sentido, pode-se começar por falar da definição de José Carlos Venâncio e Manuel Jorge que tratam a questão da Angolanidade como portadora de uma verdade política e cultural. Cultural no sentido em que representa a cultura de Angola e política porque é uma identidade nacional e que serviu de base para a construção da Nação, chegando Venâncio a caracterizar Angolanidade como "uma forma de pensar e de estar no mundo" (Nascimento, 2011; p.12). Além disso, para Manuel Jorge, o conceito de Angolanidade evoluiu ao longo das décadas, desde os inícios dos anos 60, quando começou a ser teorizado, tendo sido influenciado por três fatores: situação política, geografia do território angolano e a estrutura social existente, sendo que o primeiro fator foi o que maior importância teve na evolução do dito conceito (Jorge, 2006); importa ainda salientar a definição de Costa Andrade Ndunduma, que escreve "a perspectiva da Angolanidade é a do homem angolano, em luta contra os processos erosivos da alienação" (Jorge, 2013; p.113) e Washington Nascimento que proclama que "a Angolanidade é um dos diferentes neologismos que os nacionalistas angolanos criaram durante o processo de luta anticolonial" (Nascimento, 2011; p.10), ou seja, "Angolanidade [constitui-se] (…) enquanto uma instituição política e política de caráter discursivo-identitário organizada para negociar com o outro" (Nascimento, 2011; p.2).

Já no que concerne a documentos oficiais, na Constituição da República de Angola, promulgada em 2010 pelo presidente José Eduardo dos Santos, embora, e uma vez mais, a expressão "Angolanidade" não seja utilizada, o seu significado encontra-se expresso em alguns artigos, nomeadamente o artigo 12º:

"A República de Angola empenha-se no reforço da identidade africana e no fortalecimento da acção dos Estados africanos em favor da potenciação do património cultural dos povos africanos" (República de Angola, 2010;p.8).

Artigo 21º, referente às tarefas fundamentais do Estado:

"(...)Criar progressivamente as condições necessárias para tornar efectivos os direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos (...) Promover o desenvolvimento harmonioso e sustentado em todo o território nacional, protegendo (...) o património histórico, cultural e artístico nacional; (...) Proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, com património cultural e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional (...)" (República de Angola, 2010;p.11).

Os artigos 43º, 79º e 81º:

"É livre a criação intelectual, artística, científica e tecnológica" (República de Angola, 2010;p.19).

"(...) O Estado promove o acesso de todos (...) à cultura (...)" (República de Angola, 2010;p.19).

"Os jovens gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente: a) No ensino, na formação e na cultura; (...)" (República de Angola, 2010;p.31).

Este último artigo foi reforçado pelo próprio discurso de José Eduardo dos Santos durante a cerimónia solene de promulgação da Constituição da República de Angola, a 5 de Fevereiro de 2010, onde o presidente angolano afirmou:

"Em relação à juventude, vamos trabalhar para que ela seja cada vez melhor preparada do ponto de vista científico, técnico, profissional e cultural, procurando e promovendo valores comuns e respeitando a nossa diversidade sociocultural" (Santos, 2010;p.2).

Por último, importa ainda referir os artigos 86º e 87º:

"O Estado estimula a associação dos angolanos que se encontram no estrangeiro e promove a sua ligação ao país, bem como os laços económicos, sociais, culturais e de patriotismo e solidariedade com as comunidades angolanas aí radicadas ou que revelem alguma relação de origem, em consanguinidade, cultura e história, com Angola" (República de Angola, 2010;p.31).

"Os cidadãos e as comunidades têm direito ao respeito, valorização e preservação da sua identidade cultural, linguística e artística" (República de Angola, 2010;p.31).

Nota-se, portanto, que em 2010, com a promulgação de uma nova Constituição, o Governo angolano mostrou uma maior preocupação que os documentos constitucionais anteriores em tratar a questão da Angolanidade, no sentido de tornar a cultura acessível a toda a população, procurando promover o entendimento e a paz.

Assim, até ao momento, não foi possível averiguar qual terá sido o primeiro documento estatal a empregar a palavra "Angolanidade", embora na Política Cultural de 2011, a expressão seja frequentemente utilizada, no qual a Angolanidade é definida como:

"A Angolanidade funda-se nos elementos forjados ao longo de gerações que, pela sua unidade na diversidade, nos dão um sentido de identidade colectiva e, naturalmente, de continuidade. (...) representa um conjunto de memórias partilhadas sobre acontecimentos históricos, mitos, tradições, costumes e ritos, um sistema de valores, símbolos que partilhamos ou em que nos revemos, ou ainda reconhecemos ser nossos" (República de Angola, 2011; p.147).

Esta lei, que tem como objetivos específicos promover a cultura angolana e a identidade nacional, assim como o acesso a essa mesma cultura, o desenvolvimento cultural e preservação da cultura e património mais antigos, a promoção do respeito e igualdade cultural de todos os cidadãos nacionais, incentivar as indústrias culturais e o turismo cultural e a promoção da cultura angolana nacional a nível nacional (República de Angola, 2011), abrange vários sectores, nomeadamente: línguas nacionais; teatro, música, literatura, cinema e artes plásticas; mitos e crenças; medicina tradicional; ritos, tradição; instituições políticas tradicionais; vestuário, roupa e gastronomia; museus, locais, monumentos, arquivo nacional e bibliotecas; casas da cultura, artesanato e turismo. Sendo que vários ministérios e instituições deveriam contribuir para esta política, de que são exemplo a televisão, rádio, cinema, fundações, poderes locais, instituições executivas e religiosas, a indústria, comércio, agricultura, o sector da educação, turismo e saúde, o sector da tecnologia e ciência, bem como da justiça, entre outros. Ou seja, praticamente todo o país, deve estar envolvido nesta política cultural, uma vez que a mesma exerce influência sobre todos estes sectores.

Ainda assim, não existe um consenso sobre o conceito de Angolanidade, pois enquanto uns estão mais virados para o resultado do cruzamento verificado entre a cultura europeia/portuguesa e angolana, outros defendem "o regresso às raízes" da cultura tradicionalmente angolana antes de ser "invadida" pela do colonizador, tal como acima foi mencionado. Mesmo durante a guerra colonial e civil os diferentes movimentos defendiam o seu próprio conceito de Angolanidade, com particularidades relacionadas com as pessoas que compunham os movimentos, embora tivessem como base a cultura angolana (Batsîkama, 2013), ou seja, "nota-se que a estruturação (…) de cada Angolanidade depende ora das influências externas (...), pra parte das dinâmicas internas" (Batsîkama, 2013; p.62).

Formas de manifestação da Angolanidade

Com a proclamação da independência por parte de Angola, em 1975 os problemas relativamente às questões culturais e identidade nacional tornaram-se mais salientes. Esta situação acabou por tornar-se mais grave, uma vez que as reivindicações locais e tradicionais que haviam servido de base dos movimentos de libertação durante a guerra colonial, incluindo no próprio MPLA, também foram as mesmas que fragilizaram o então independente Estado angolano, segundo Manuel Jorge, tendo resultado na guerra civil acima mencionada e que não importa aqui tratar em profundidade. Ainda de acordo com o mesmo autor, era necessário que o Estado fosse estruturado tendo por base uma nação, onde a coexistência entre os grupos étnico-linguísticos fosse uma realidade (Jorge, 2013), numa altura em que "Nação não é a mesma coisa que etnia (…) o conceito de nação, contrariamente ao de etnia, funda-se em elementos extrínsecos (…), o que pressupõe dizer que a etnia é uma construção natural e a nação uma construção artificial" (Maria, 2013; p.137).

Assim, Miguel Bembe em "Os vectores da construção da nação angolana e a função do Estado", afirma que a nação angolana deveria ser construída com base na coesão interna entre os povos no sentido de encontrar-se uma vontade única no comportamento das várias comunidades culturais cujos valores e tradições diferem, ao que Manuel Jorge acrescenta a necessidade de definição de identidade nacional. Consequentemente, esta coesão e tolerância cultural só poderiam ser atingidas através da educação patrimonial, sendo que o Estado interpretaria um papel chave. Isto tudo daria origem à Angolanidade, no sentido de formar um Estado-nação (Bembe, 2013).

Neste contexto encontra-se a necessidade de criação de identidade nacional, questão que mostrou-se muito complexa para o governo do MPLA. Tanto para Washington Nascimento, como para Manuel Jorge, a identidade nacional, além da forte carga cultural, implica uma forte posição e escolha política. Neste sentido, o partido governante recorreu a uma série de medidas na tentativa de criação desta mesma unidade, dentre as

quais: a escolha do português como língua oficial, na tentativa de evitar qualquer dominação étnica (Jorge, 2013); e a utilização do futebol e de competições de futebol de carácter internacional, com o intuito de juntar todos os angolanos em favor de uma única equipa composta por angolanos, independentemente da sua etnia (Birmingham, 1998). A isto, Anthony Pereira acrescenta a própria guerra civil que criou uma certa unidade no seio do povo angolano através da movimentação das populações para o interior das cidades, nomeadamente para os musseques de Luanda, onde também verificava-se o declínio do poder dos sobas; o facto de os jovens integrarem um exército, dando-lhes uma experiência comum e a própria situação económica em que a maioria da população vivia (Pereira, 1994). Desta forma, Léo Castro, na sua dissertação de pós-graduação, considera que Agostinho Neto terá sido o "Pai da nação angolana".

Assim, a Angolanidade poder ser interpretada de várias formas, seja em atos culturais, movimentos artísticos ou outros. Entre os vários autores citados foram encontradas, portanto, várias formas/meios de manifestação da Angolanidade, destacando-se:

1. A forma de vestir, de acordo com a autora Jean Allman;
2. As revistas e periódicos angolanos de que são exemplo: *A voz de Angola clamando no deserto* (1901) – periódico este que, de acordo com Carlos Lopes, "servia de referência para a construção de uma identidade de luta (Lopes, 2009;p.90) -, *O Farol do Povo* (1883), *Jornal de Luanda* (1878), *A Verdade* (1882), entre outros e que foram essenciais para a formação de uma consciência nacional (Castro, 2011), assim como as revistas *Mensagem*, *Cultura – I* e *Cultura II*, que estiveram em circulação entre a década de 40 e o final da década de 50 do século XX, que, de acordo com Leonel Cosme, eram para os seus escritores e colaboradores "um instrumento de Angolanidade" (Cosme, 2004; p.173) e que possuíam como pensadores mais emblemáticos, entre outros, Agostinho Neto, Mário de Andrade, Viriato Cruz e António Jacinto; A revista *Mensagem* tinha mesmo como um dos principais objetivos: "definir posições e conceituar Cultura Angolana, livre de todos os agentes decadentes (…) nossa, essencialmente nossa" (Castro, 2011; p.66);
3. Os meios de comunicação social, gastronomia, música, teatro, cinema, artes plásticas, ritos, mitos, medicina tradicional, museus, bibliotecas, monumentos e locais culturais, bem como crenças e línguas nacionais, de acordo com a Política Cultural da República de Angola, publicada em 2011;
4. A própria língua, assim como a literatura. A língua no sentido em que, tal como Pedro Castro Maria afirma, Agostinho Neto tinha como projeto juntar alguns dialetos existentes, de forma a quebrar as barreiras culturais, para que a compreensão entre os diversos grupos étnico-linguísticos fosse possível, mesmo através das suas línguas características (Maria, 2013). Além disso, em termos linguísticos a própria língua portuguesa entrecruzou-se com as línguas próprias dos vários grupos étnicos, tendo estes adotado várias palavras que acabaram por assumir significados muito distintos do original. A esta junção Tânia Macêdo chama de "pretoguês" (Macêdo, 1992). Já no que toca à literatura, pode-se apontar o próprio discurso de Agostinho Neto na Proclamação da União dos Escritores Angolanos, a 10 de Dezembro de 1975, quando afirmou: "A literatura escrita angolana surge assim não como simples necessidade estética, mas como arma de combate pela afirmação do homem angolano" (Cosme, 2004; p.201). Além disso, Zilá Bernd defendeu que o discurso literário levou à construção da identidade e da noção cultural que havia sido perdida durante o período colonial, pois "a literatura celebra os ícones sagrados do mito fundacional da nação, edificando a consciência e o sentimento nacional. É a sociedade celebrando a si mesma através da literatura" (Castro, 2011; p.88). Consequentemente, na literatura posterior angolana verificou-se, por um lado um regresso ao mítico e às origens, e por outro, a ridicularização da assimilação, segundo Leonel Cosme. Exemplo disto é a obra de José Luandino Vieira, que, de acordo com Tânia Mâcedo, retracta a Angolanidade, na medida em que "vincula-se à recusa e à denúncia da situação colonial" (Macêdo, 1992; p.173).

Consequentemente, entende-se que a amplitude da esfera da Angolanidade é bastante ampla e vastíssima, no sentido em que é uma narração e abrange uma série de sectores, não apenas culturais, mas também políticos, tendo sido criada através de vários elementos, destacando-se, como acima já foi mencionado, a língua e a mentalidade e valores, que também sofreram alterações e adaptações a partir da convivência com os portugueses, pois apesar de os angolanos não incorporarem por completo os valores e normas portuguesas, adaptaram alguns à sua própria cultura.

Conclusão

Em termos conclusivos pode-se observar, a partir da investigação e pesquisa efetuada que toda a questão à volta do conceito de "Angolanidade", apesar de já existir há décadas, continua muito abstrata. Ou seja, existem muitas teorias em redor desta questão, desde a segunda metade do século XX e novamente a partir do início do novo milénio, mas os consensos são escassos e não é possível, até ao momento, encontrar uma "definição-chave" para este conceito tão utilizado a partir da década de 60 do século XX.

Um dos problemas que a definição deste conceito enfrenta, segundo Manuel Jorge, depreende-se pelo facto de a definição ser elaborada num âmbito temático e, portanto, deveria ser feito tendo em atenção as realidades e os elementos concretos, com base no cruzamento de civilizações que resultou numa nova realidade cultural em Angola (Jorge, 2006), pois a "angolanidade constrói-se com tudo aquilo que a História legou ao povo angolano: o substracto negroafricano e os elementos da cultura dominante que, ao longo de séculos, penetraram até ao fundo do inconsciente popular" (Jorge, 2006; p.8), ou seja, "aqueles que procuraram definir a angolanidade, esqueceram, muitas vezes, os seus elementos constitutivos" (Jorge, 2006; p.7). Outro dos problemas enfrentados pelos vários autores e teorizadores prende-se com a dificuldade de distinção entre as noções de "cultura nacional" e "Angolanidade", pois, tal como José Eduardo Agualusa afirma, existem milhões de maneiras de se ser angolano, sendo assim, praticamente impossível a existência de uma única definição daquilo que significa "ser angolano" e "Angolanidade".

Em termos de documentos oficiais, vários são os documentos oficiais do Governo angolano, especialmente a partir do início do século XXI, que têm incorporados os princípios da "Angolanidade" e os mesmos objetivos culturais defendidos por Agostinho Neto, isto é, promoção da cultura nacional e a solidariedade e aceitação das formas culturais existentes entre o povo angolano, utilizando para isso, medidas culturais que visam o desenvolvimento dos museus, bibliotecas, arquivos, monumentos e locais históricos, bem como o estudo das línguas nacionais e da própria cultura, através da literatura, vestuário, gastronomia, impressa, entre outros meios acima mencionados. Exemplo disto é o *Programa do Governo do MPLA para 2012-2017* que encontra-se atualmente em vigor. No entanto, é muito raro encontrar-se num documento estatal a utilização da palavra "Angolanidade" para definir a cultura nacional, ao contrário do que acontecia nos vários discursos de Agostinho Neto durante a guerra colonial e após a independência.

Assim, no que diz respeito aos objetivos propostos na introdução deste artigo, pode-se dizer que os mesmos foram cumpridos, pois entende-se que a cultura do colonizador, ou seja, a cultura portuguesa era em muito diferente da cultura do colonizado – a cultura angolana -, no entanto, as duas culturas sofreram influências uma da outra, adotando particularismos que originalmente não lhe pertenciam. Após a independência, e face a esta questão colocou-se, tal como no artigo é referido, a questão se se deveria regressar às origens, em termos culturais, ou adotar uma cultura heterogénea, que combinasse a cultura do colonizador com a do colonizado, tendo Agostinho Neto defendido que a cultura nacional deveria ser essencialmente angolana, embora pudesse aproveitar algumas particularidades que contribuíssem para a sua evolução. Por último, no que concerne aos dois últimos objetivos, o Governo angolano, desde 1975 e até à atualidade, procurou ter sempre uma política oficial que incentivasse e promovesse o respeito e integração cultural entre as várias formas culturais existentes no território angolano, estando isto explícito em todos os documentos que abordam a questão cultural.

Relativamente às dificuldades encontradas, ao longo da investigação não foi possível o acesso praticamente nenhuma das fontes primárias, tendo a investigação sido baseada em estudos anteriormente realizados com base nos documentos originais. Além disso, para as últimas duas décadas do século XX a informação, quer oficial quer em artigo, encontrada foi praticamente nula, sendo praticamente impossível compreender a genealogia deste conceito no final do século passado. Juntando-se a isto, o facto de os documentos oficiais mais antigos, ou seja do século XX, não terem sido encontrados, com exceção da Constituição de 1975 e Lei de Revisão Constitucional de 1992.

Concluindo, apesar de todos os projetos e esforços de Agostinho Neto, Léo Castro considera que o projeto de identidade nacional falhou, com base em autores como José Eduardo Agualusa e Jorge Macedo, tendo este último chegado a afirmar em 2002 que "A actual crise da cultura angolana é sobretudo crise de identidade nacional (…) Quase todas as sub-comunidades angolanas alimentam uma doença que as leva a demarcarem-

se umas das outras, por ignorância das origens, infelizmente apoiada por filósofos que teimam em continuar a alimentar mitos, segundo os quais cada sub-comunidade linguística constitui ainda hoje uma nação autónoma de facto e de direito. (...) Obtida a independência a soberania passou para Angola de todos os angolanos, sendo descabida a impensável criação de soberanias locais das subcomunidades linguísticas" (Castro, 2011; p.124). Agualusa fala ainda que Agostinho Neto não poderia falar corretamente sobre quem era o povo angolano, dado que a sua educação fo europeia e portanto teria, em parte, uma cultura europeia e não puramente angolana. Além disso, esta falha devia-se, ainda a três motivos: o facto de o nacionalismo do MPLA ser muito próprio, no sentido em que tinha de ser, de alguma forma exclusivista; o facto de a idealização do modelo negritudinista não corresponder à realidade vivida em Angola; e graças ao facto de a grande maioria dos angolanos ser analfabeta relativamente à língua portuguesa.

Referências bibliográficas

BATSÎKAMA, P. (2013), "Leitura Antropológica Sobre Angolanidade", *Revista de História de África e de Estudos da Diáspora Africana*, nº XI, pp.51-70, disponível em: https://sites.google.com/site/revistasankofa/sankofa-11/leitura-antropologica-sobre-angolanidade (acedido a 18/04/2014).

BEMBE, M. (2013), "Os vectores da construção da nação angolana e a função do Estado", *Mulemba – Revista Angolana de Ciências Sociais*, Volume III, Nº6, Novembro de 2013, pp.167-183.

BIRMINGHAM, D. (1998), "Angola Revisited", *Journal of Southern African Studies*, vol. 15, nº1, pp. 1-14, disponível em: http://www.jstor.org/stable/2636445 (acedido a 25/9/2014).

CASTRO, L. (2011), *Identidades imaginadas ou Agualusa vs. Agostinho Neto: A falência do projecto original da identidade nacional angolana*, Dissertação de pós-graduação, Nuto, J. (orientador), Universidade de Brasília, Brasília.

CHAGAS, L. (2009), "A Construção da Angolanidade através da Comunicação Audiovisual", paper apresentado no XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, pp. 1-15, disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2009/resumos/R15-0605-1.pdf (acedido a 1/10/2014).

COSME, L. (2004), *Agostinho Neto e o seu tempo*, Campo de Letras, Porto.

JORGE, M. (2006), "Nação, Identidade e Unidade Nacional em Angola. Conceitos, preceitos e preconceitos do nacionalismo angolano", *Latitudes*, Nº8, pp.3-10, disponível em: http://www.revues-plurielles.org/_uploads/pdf/17/28/17_28_02.pdf (acedido a 11/11/2014).

JORGE, M. (2013), "Evolução e estrutura da nação e do Estado dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), *Mulemba – Revista Angolana de Ciências Sociais*, Volume III, Nº6, Novembro de 2013, pp.107-125.

LOPES, C. (2009), "África e os desafios da cidadania e inclusão: o legado de Mário de Andrade", *Revista Angolana de Sociologia*, Nº4, pp.87-102.

MACÊDO, T. (1992), "O 'pretoguês' e a literatura de José Luandino Vieira", *Alfa*, Nº36, pp.171-176, disponível em: http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/3917/3598 (acedido a 1/10/2014).

MARIA. P. (2013), "Espaços socioculturais, etnicidade e nação em Angola", *Mulemba – Revista Angolana de Ciências Sociais*, Volume III, Nº6, Novembro de 2013, pp.127-145.

NASCIMENTO, W. (2011), "Contornos das identidades angolanas: o «crioulo», o «assimilado» e o «angolano» na segunda metade do século XX (1945-1975)", *paper* apresentado no XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo, pp. 1-14, disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300905247_ARQUIVO_ContornosdasIdentidadesAngolanasANPUHw2003.pdf (acedido a 1/10/2014).

NKOSI, J. (2013), "Identidades étnicas e identidade nacional: conceitos antagónicos ou complementares?", *Mulemba – Revista Angolana de Ciências Sociais*, Volume III, Nº6, Novembro de 2013, pp.147-165.

PEREIRA, A. (1994), "The Neglecter Tragedy: the return to war in Angola, 1992-3", *The Journal of Modern African Studies*, vol.32, nº1, pp.1-28, disponível em: http://www.jstor.org/stable/161078 (acedido a 25/09/2014).

República de Angola (), *Programa de Governo do MPLA para 2012-2017*, MPLA, pp.1-124.

República de Angola (1992), "Lei de Revisão Constitucional", Documento parte da colecção do IEP – Universidade Católica Portuguesa – Luso Forúm para a Democracia, pp.1-39, disponível em: http://www.ucp.pt/site/resources/documents/IEP/LusoForum/Constituicao%20angola.pdf (acedido a 11/11/2014).

República de Angola (2010), *Constituição da República de Angola (Projecto Final – 13 de Janeiro de 2010)*, Luanda, disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---ilo_aids/documents/legaldocument/wcms_125141.pdf (acedido a 11/11/2014).

República de Angola (2011), "Política Cultural da República de Angola", *Diário da República*, I Série, Nº6, pp. 145-157.

República Popular de Angola (1975), "Lei Constitucional da República Popular de Angola" *Diário da República*, I Série, Nº1, pp.1-5.

SANTOS, J. (2010*), Discurso pronunciado por sua excelência José Eduardo dos Santos, presidente da República de Angola, na Cerimónia Solene de Promulgação da Constituição da República de Angola*, Luanda, disponível em: http://www.mission-angola.ch/portugues/index.php?option=com_content&view=article&id=59&Itemid=93 (acedido a 11/11/2014).

SANTOS, Oluemi (2009), *Nas sendas da revolução: a poesia de Agostinho Neto e Solano Trindade*, Dissertação de pós-graduação, Mâcedo, T. (orientadora), Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOUSA, J. (2013), "Da nação imaginada à imaginação da nação: reflexões em torno da etnicidade e do nacionalismo durante a luta de libertação em Angola, Moçambique e Guiné", *Mulemba – Revista Angolana de Ciências Sociais*, Volume III, Nº6, Novembro, pp.203-238.

VENÂNCIO, J. (1999), "A Problemática Social dos Mestiços em África. A sua comparação com a situação asiática", in Loureiro, R. e Gruzinski, S. (Eds.), *Passar as Fronteiras*, *paper* apresentado no II Colóquio Internacional sobre mediadores culturais – Século XV-XVIII, pp-181-186, disponível em: http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6896.pdf (acedido a 1/10/2014).

1. *Mistida*: A Guineidade Narrada na "Trilogia" de Abdulai Sila

Suely Santos Santana
Universidade do Estado da Bahia-UNEB
E-mail: susantana3@yahoo.com.br

RESUMO: Após a conquista da independência a Guiné-Bissau depara-se com a difícil tarefa de (re)construir a nação e a literatura tem papel fundamental, haja vista que as narrativas contribuem na instituição e consolidação de uma nação. No contexto de pós-independência e luta pela (re)construção da nação bissau-guineense insere-se o escritor Abdulai Sila. Empreendo uma leitura das narrativas do escritor, através da sua "trilogia" , entendendo que o mesmo narra a nação bissau-guineense por meio da crítica aos fatores responsáveis pelo fracasso dos projetos da independência problematizando tais fatores e demonstrando uma
vontade de participar da (re)construção da nação, inclusive, apontando uma ponta de esperança no futuro. Na leitura proposta, enfatizo a figura de Sila como escritor que lança mão de temas e discussões que concorrem para uma nação moderna, onde reinem a igualdade, a justiça, a solidariedade e progresso, apontando o modelo do pan-africanismo como ideal de nação a ser seguido.
Palavras-chave: Guiné-Bissau; nação; narração; literatura; (re)construção

1.1. Introdução

> [...] tomadas em conjunto, unidade e luta significa que para lutar é preciso unidade, mas para ter unidade também é preciso lutar. E isso significa que, mesmo entre nós, nós lutamos; talvez os camaradas não tenham compreendido bem. O significado da nossa luta não é só em relação ao colonialismo, é também em relação a nós mesmos. Unidade e luta. Unidade para lutarmos contra os colonialistas e luta para realizarmos a nossa unidade, para construirmos a nossa terra como deve ser.
>
> Amilcar Cabral

A exemplo de outras literaturas de países africanos – notadamente aqueles de língua oficial portuguesa – as da Guiné-Bissau desfrutam, dentre as suas diversas características, da flagrante discussão da (re)construção da nação. Nesse sentido, o uso do recurso da oralidade imbricado no texto escrito, a subversão da língua portuguesa através da inserção de línguas tradicionais impressas nas narrativas ou poéticas, da mesma forma, as marcas de protesto, denúncia, reivindicação, de resistência e de proposição, tão comuns às produções literárias bissau-guineenses, são algumas dentre outras características diretamente relacionadas a um discurso centrado na narração da nação, uma vez que essa literatura, se por um lado é vista como "reflexo do fracasso das independências africanas", por outro,

> [...] se preocupa em desvelar as taras e antagonismos da sociedade africana depois das independências, o que se pode interpretar como a vontade dos escritores de influírem e participarem da construção da nação. (AUGEL, 1998: 334).

A concepção que afirma uma ligação direta das literaturas africanas de língua oficial portuguesa com a preocupação de seus escritores em tematizarem a reconstrução da nação é abordada por muitos estudiosos dessas literaturas, dentre os quais Maria Nazareth Fonseca, para quem:

> O aparecimento das literaturas de língua portuguesa na África resultou, por um lado, de um longo processo histórico de quase quinhentos anos de assimilação de parte a

> parte e, por outro, de um processo de conscientização que se iniciou nos anos 40 e 50 do século XIX, relacionado com o grau de desenvolvimento cultural nas ex-colônias e com o surgimento de um jornalismo por vezes ativo e polêmico que, destoando do cenário geral, se pautava numa crítica severa à máquina colonial (FONSECA, 2013: 01).

Todavia, não é particularidade das literaturas africanas de Língua Portuguesa, muito menos das da Guiné Bissau, ter a nação como pauta. Nação, nacionalismos, nacionalidade, identidade nacional têm sido temas recorrentes em um número bastante significativo de pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e nos diversos países, desde há muito. É provável que a motivação da maioria dessas pesquisas esteja ligada ao fato de que até os dias atuais esses têm sido dos temas mais controversos. Mesmo que sua existência tenha raízes em séculos passados, ainda hoje, nação e nacionalismos suscitam posições das mais diversas, permanecendo vivos e, ao que tudo indica, são donos de uma longevidade difícil de dimensionar. Contemporaneamente, esses temas podem até se apresentar em formatos diferenciados, mas suas manifestações permanecem vivas e cada vez mais intrigantes.

Nesta perspectiva, a abordagem aqui proposta pretende refletir como, a partir dos processos, tematizações e personagens, protagonistas dessas tramas, o escritor Abdulai Sila discute algumas questões que pré-configuram uma nação próspera e independente, e, com isso, aponta atitudes e comportamentos que revisam imagens criadas e divulgadas pelo Ocidente com relação às populações africanas, colocando tais personagens como exemplos de lutas, resistências e autodeterminação frente ao poder colonial. Tal leitura é realizada num diálogo entre trechos das narrativas citadas e concepções de pensadores africanos a exemplo de Amílcar Cabral, Kwame Appiah, Mario Pinto de Andrade, Hampâté Ba, Carlos Lopes e Gabriel Fernandes, estudiosos das culturas africanas, como Leila Hernandez, Moema Augel, Nazareth Fonseca, bem como aqueles que se inserem nos chamados Estudos Pós-coloniais, uma vez que estes estudos possibilitam emergência de tudo o que em termos temáticos e, sobretudo, em termos de formas próprias de produção de conhecimentos e saberes, ficou de fora do conjunto de temas, disciplinas, teorias e metodologias hegemonizadas pelos regimes de produção de verdades e de memórias históricas dominantes. São conteúdos, significados, valores, conhecimentos e saberes que foram subjugados, diminuídos e inferiorizados, no âmbito ainda vigoroso e prevalecente das matrizes ontológicas, epistemológicos e políticas de colonialidade do ser, de colonialidade do saber e de colonialidade do poder, fazendo coro aqui, e de forma bastante reduzida, às concepções de pensadores inovadores, tais como, Homi Bhabha, Paul Gilroy, Partha Chaterjee, complementando as ideias originais de Frantz Fanon, e Edward Said.

Uma parcela bastante significativa dos estudos que se voltam para as discussões de nação e seus correlatos – nacionalidade, nacionalismo, identidade nacional– têm nos estudos de Benedict Anderson (1989) provavelmente a maior referência. Não obstante as críticas, a ideia de "comunidade imaginada" cunhada por Anderson ganhou uma gama de adeptos que vêem nas suas argumentações a chave para se pensar um tema tão extraordinariamente instigante.

Atualmente, a ideia de "comunidade imaginada" como concebida por Benedict Anderson, por exemplo, passa a ser questionada, notadamente, pela sua carga eurocêntrica e sua relação com a modernidade. O questionamento incide sobre o fato de que mais uma vez a Europa é a referência para se pensar o mundo. Como se isso não bastasse, no mundo europeu estaria a origem de todas as transformações mundiais; no máximo, as outras partes do globo se constituiriam como cópias imperfeitas da Europa.

Pensando com Gabriel Fernandes (2006), ainda que se apostem na perspectiva pós-colonial para refletir acerca da nação, a imaginação é fato consumado. Não se pode negar, conquanto, que o processo imaginativo a que se refere essa perspectiva, contrariamente a Anderson, não tem a Europa como centro, muito menos como única referência de conceituação, concepção ou mesmo construção de nação. A nação como concebida pelos estudos pós-coloniais, revisam, desierarquizam as visões eurocêntricas. Nesse sentido, a nação é imaginada sempre no sentido de (re)construção, (re)emergência, interação, e não com base em um padrão ou cópia da Europa, que pode até ter o seu lugar, todavia como uma das referências, nunca como principal, menos ainda como única ou como modelo a ser seguido.

Nessa mesma perspectiva, convém trazer à luz o que pensa o indiano Partha Chatterjee (2000) quando, não obstante reconhecer as concepções de Anderson como fruto de um estudo refletido, bem fundamentado, aponta o que chama de "objeção central à tese de Anderson" (Chatterjee, 2000: 229), ou seja, o fato de que, segundo o pensamento de Anderson todo e qualquer nacionalismo precisa estar atrelado a certas formas "modulares" da Europa e das Américas. O que significa dizer que mais uma vez a Europa e as Américas tentam determinar o modo de os outros mundos imaginarem a si mesmos. Os outros estarão sempre no lugar de perpétuos consumidores da modernidade. Chatterjee, assim, ironiza:

> A Europa e as Américas, os únicos verdadeiros sujeitos da história, elaboraram, em nosso benefício, não apenas o roteiro do esclarecimento e da exploração coloniais, mas também o de nossa resistência anticolonial e o de nossa miséria pós-colonial. Até nossa imaginação tem que permanecer perenemente colonizada. (CHATTERJEE, 2000: 229).

É possível observar, portanto, que a objeção de Chatterjee não se baseia na imaginação em si, mas na imaginação como propagada pelo ocidente moderno. Para ele "a imaginação nacionalista da África e da Ásia baseia-se não em uma identidade, mas em uma *diferença* em relação às formas 'modulares'" da Europa e América.
Outras vertentes sempre serão possíveis, sobretudo quando não se está satisfeito com o hegemônico. É nessa perspectiva que a discussão das questões referentes às propostas de (re)construção da nação bissau-guineense seguirá pensando noutras versões que não aquelas convencionais, conforme hegemonizou o Ocidente, antes, pelo contrário, buscando alternativas para refletir acerca da representação nacional como figurada nos romances de Abdulai Sila, a partir de correntes africanas ou africanistas – pan-africanistas, anticoloniais e pós-coloniais. A reflexão tem como ponto de partida a narrativa literária, obviamente, em diálogo com textos críticos e teóricos que trazem a discussão sobre nação, nacionalidade, nacionalismos, identidade nacional, notadamente, acerca da África e de sua diáspora. É nesta perspectiva, que dois dos diversos temas que podem configurar uma nação serão lidos nas narrativas de Sila nos próximos itens dessa abordagem, o primeiro é a unidade e o segundo a autodeterminação.

1. 2. A África deve unir-se: uma aposta no pan-africanismo como proposta de nação africana

Nas três narrativas de Abdulai Sila, não é improcedente trilhar um caminho interpretativo que identifique e discuta algumas das diversas questões, temas e assuntos cruciais para a nação em construção imaginada por ele e que assim constituem a sua literatura. É o próprio escritor quem nos dá pistas, muitas vezes, para além de apenas pistas, explicita alguns desses temas que considera fundantes na "construção de uma sociedade onde reinem a *igualdade*, a *justiça*, a *solidariedade* e o *progresso*"[1] (Sila, 2013: 09, grifo nosso). Junto a esses temas provenientes da fala do escritor, outros são possíveis identificar como de extrema relevância nas preocupações de Sila, haja vista a recorrência em suas narrativas, possibilitando, com isso, perceber algumas de suas intenções, as quais podem ser interpretadas por meio das "*passagens paralelas"* , isto é, com base em outros discursos ou parte de discursos, repetições, semelhanças de palavras e sentidos, encontrados nas diversas produções discursivas do escritor e que, assim, possibilitam ler sua intenção. (Compagnon, 2001).
Não é necessário grande esforço mental para perceber em *Eterna paixão* uma alusão explícita ao Pan-africanismo. Um dos aspectos que permitem essa afirmação encontra-se logo no prefácio, quando Carlos Lopes atenta para um dos grandes lemas do movimento pan-africanista, ao relacionar a narrativa em questão com a ideia distendida de "casamento":

---

1 Em entrevista, o escritor, ao ser interrogado sobre a relação entre alguns dos seus protagonistas e o líder Amilcar Cabral, afirma que todos eles trazem esses temas como essenciais.

> O casamento com o país, a terra, a pretensa nação em construção. Essa é uma ligação tão forte, amorosa, afectiva e emocional, que nos levou uma boa parte da vida e das vontades. É dessa relação que Abdulai Sila nos dá conta (LOPES, 2002: 177).[2]

Para além de simples referência à instituição do casamento, Lopes faz alusão à "questão contratual do acto", explicando: "É que esse é um dos domínios mais importantes de preservação da coesão de uma sociedade e de uma cultura" (Lopes 2002: 177). Com base nessas observações é pertinente a hipótese de que Sila concebe a união como um dos principais requisitos no processo de (re)construção de uma nação com as características históricas da Guiné-Bissau. Casamento significa união, uma ligação permanente e dedicada, um compromisso em que deve haver interesses comuns. Para as uniões metaforizadas pela figura do casamento firma-se um contrato implícito, verbal, um comprometido "sim" no qual estão pressupostas as cláusulas acordadas. As partes convencionam obrigações mútuas para que a união tenha uma sólida e harmônica convivência e que resulte em benefícios para ambas as partes envolvidas. Em meio a essas obrigações, o amor, o respeito, a dignidade, a fidelidade, espera-se, devem ter lugar de destaque como valores que garantam o objetivo do bem comum.

Um outro aspecto diz respeito à declaração que o escritor Abdulai Sila faz em entrevista que compõe o prefácio de *Mistida* (*Trilogia*), quando afirma que *Eterna paixão* foi o primeiro livro a ser publicado porque "Era essa a mensagem mais atual" (Sila, 2002: 09).

Carlos Lopes quando destaca a importância da "preservação da coesão de uma sociedade e de uma cultura" (Lopes, 2002: 177), não está fazendo isso no vazio; a sua afirmação tem a ver com o que defende uma geração da qual ele e Sila fazem parte. Em relação às exortações contidas nos romances do nosso autor, escreve ele: "Cidadãos da nossa terra seremos, quando for entendido o grito de Sila e juntos tentarmos conjugar o mesmo verbo de solidariedade". Difícil não lembrar dos insistentes apelos à unidade presentes na obra e no ativismo de Amilcar Cabral.

A ideia de união como condição para a causa da libertação do jugo colonial e consequente (re)construção da nação bissau-guineense extrapola as dimensões locais. As evidências presentes na obra de Sila apontam que o conjunto de ideias libertárias nomeadas, em geral, como pan-africanismo, inicialmente nascido como movimento sob os auspícios protagonista de intelectuais não africanos, pode estar vinculado com a mensagem que Sila queria passar constituindo-se como seu ideal de nação. No romance *Eterna Paixão*, mais especificamente no segundo capítulo, sugestivamente intitulado, *A enorme surpresa*, observa o narrador:

> As recordações vinham de longe, muito longe. No espaço, no tempo e na memória. Nasciam no mais profundo dos seus registos e vinham da longínqua América, no tempo em que Dan era estudante na Universidade de Georgia, em Atlanta, e se revelava um dos principais activistas do *Africa Commitee*, uma organização que os estudantes afro-americanos da universidade haviam criado para coordenar as suas atividades e iniciativas em prol do continente donde diziam ter saído os seus antepassados (SILA, 2002: 203)

É sabido que o pan-africanismo, não obstante ter sido um movimento internacional, inclusive africano, se impôs com mais força e radicalismo fora da África, notadamente, na América e no Caribe, sobretudo nos Estados Unidos, ou, noutras palavras, na diáspora negra. Desde os seus momentos iniciais o pan-africanismo constitui-se como uma referência singular para a constituição da identidade negra e um grande impulsionador das lutas pelas independências dos países africanos. De importância inestimável, o movimento foi também o grande responsável pela formação da OUA - Organização da Unidade Africana e de sua sucessora, a UA - União Africana, sendo instrumentos de lutas dos negros no mundo por direitos, por igualdade e por reconhecimento.

O pan-africanismo surge, portanto, na diáspora, preocupado com a reabilitação do ser negro. No século XIX, estavam em pauta as teorias científicas em grande circulação na Europa, quase todas elas fundadas no princípio da desigualdade entre as raças. Muitos intelectuais de diversas partes do mundo se deixaram seduzir por elas.

---

2 Trecho extraído do prefácio de *Eterna paixão*, encontrado em *Mistida* (Trilogia).

Esse cientificismo transformou-se em ideologia servindo, ao mesmo tempo, de alicerce à formação de muitas nações, bem como de justificativa de mecanismos discriminatórios, racistas e violentos (Hernandez, 2008). O pan-africanismo se consolidou como um chamamento geral de união da raça negra do mundo todo contra a opressão. Se a ideia de raça, hoje contestada, serviu para nivelar todos os negros por meio da desqualificação destes e, assim, justificar-lhes a opressão, a sujeição; por outro lado, serviu naquele momento histórico para unir o negro, inclusive em prol da resistência, da liberdade e da contestação contra a ideologia da sua suposta inferioridade como povo (Gilroy, 2001; Appiah, 1997)

O movimento pan-africanista, portanto, surge nesse contexto, de segregação, de violência, de opressão, momento em que se fazia urgente uma tomada de posição capaz de enfrentar essa situação. De modo semelhante, em África, o colonialismo se impunha por meio da imposição, da violência física e cultural.

Referindo-se, especificamente ao caso da colonização portuguesa, notadamente na Guiné-Bissau, Artemisa Monteiro lembra que:

> As manifestações de cunho racista por parte da sociedade portuguesa, de uma forma geral, fizeram com que os africanos desenvolvessem um mecanismo de defesa, ou seja, um movimento de emergência de sentimento nacional, direcionado para um projeto de uma identidade coletiva (africanos), que lhes restituía uma identidade de origem, mais confortada, que lhes permitia traçar estratégias para o enfrentamento tanto do racismo português, quanto das ações coloniais em África. (MONTEIRO, 2013: 41).

Se, por um lado, é verdade que o pan-africanismo foi a grande força impulsionadora das independências africanas, também é verdade que, por outro, sua expansão na África aconteceu mais tardiamente, certamente, a partir das suas diferentes vertentes, ou seja, em forma de congressos, discursos, jornais, livros, associações e conferências (Hernandez, 2008).

Esse viés diverso facilitou a expansão difusora do pan-africanismo em toda a África e sua diáspora. O Primeiro Congresso Pan-africano data de 1919 e ocorreu em Paris. Nessa ocasião, ainda um movimento tímido, pouco reivindicativo e de baixa repercussão. Com o passar dos anos e dos acontecimentos que recrudesceram o colonialismo na sua acepção imperialista e, sobretudo após o fim da 2ª Guerra Mundial com a derrota do fascismo italiano e do nazismo alemão, de forte expressão racista e genocida, o pan-africanismo aos poucos se transforma em um movimento político robusto e de alcance internacional mais amplo. A criação e posicionamentos de organismos multilaterais de promoção da paz mundial como a Organização das Nações Unidas - ONU, colocam a descolonização e autodeterminação dos povos e nações na agenda dos principais países do mundo.

Presentes no circuito de divulgação das ideias pan-africanistas, em Lisboa, um grupo considerável de estudantes africanos dos países de língua oficial portuguesa são seduzidos pelas ideias e pelo próprio movimento pan-africanista. Nele, esses estudantes se inspiram e se utilizam das bases teóricas para discutirem a (re)construção da nação em seus respectivos países. Dentre esses estudantes, o bissau-guineense, Amílcar Cabral, considerado o pai do nacionalismo africano, e o angolano Mário Pinto de Andrade merecem destaque, junto a outros nomes de importância semelhante, a exemplo de Agostinho Neto, que mais tarde viria a ser presidente de Angola.[3]

Amilcar Cabral, grande líder do nacionalismo africano e das lutas pelas independências, defendeu um projeto para a África cuja unidade africana constituia-se como a grande arma na luta contra o colonialismo, pois, para ele, "a submissão a uma mesma dominação colonialista e racista fornece uma base comum aos diferentes povos da Guiné e de toda a África." (Lopes, 2012: 78).

Seguindo as pistas deixadas por Sila, sobretudo através do protagonista Daniel Baldwin, nota-se evidências claras de que a unidade como corolário prático do valor "união", constitui-se como um das questões emblemáticas na concepção de nação que é possível ser lida na sua *Trilogia*.

Uma razão que pode ter estimulado o escritor Abdulai a publicar o romance *Eterna paixão* antes de *A última tragédia*, este já escrito à época da publicação do primeiro, pode muito bem ter sido a necessidade premente

3 Outros nomes como os de Marcelino dos Santos e Vasco Cabral podem ser acrescidos à lista.

de advertir, ao menos parte da população bissau-guineense, acerca da importância da união entre todas as populações, não só da Guiné-Bissau, mas, sobretudo as populações do continente africano como um todo, independentemente das suas idiossincrasias, inclusive aquelas relacionadas com a identidade étnica. Para Letícia Valandro,

> A referência de Sila ao Pan-africanismo, à ideia de unidade do continente que esse previa, sem dúvida liga-se à sua opção de não conotar a obra a algum país africano específico [...] Ou seja, diante de semelhantes histórias de dominação e exploração, bem como de tradições ancestrais, a libertação e suas consequências, inevitavelmente, seguiriam rumos parecidos. Além disso, nesse contexto análogo, o desenvolvimento almejado poderia ser motivado e alcançado através de ações coletivas, que envolvessem os demais países do continente em busca de soluções comuns (VALANDRO, 2011: 77-78).

A afirmação de Valandro não surge por acaso, é o próprio escritor quem afirma em entrevista que na escritura de *Eterna paixão* "havia a preocupação de não conotar as ações a nenhum país específico "[...] porque a meu ver a situação era a mesma, foi a mesma em toda a África" (Sila, 2002: 15-16). Se a conjuntura era comum a toda a África, ela necessitava de "soluções comuns". Acerca disso é possível ler que se a conjuntura é comum e a solução também, só por meio da unidade, da união entre pessoas, povos, estados e países, a solução a que se refere Sila poderá ser concretizada.
É seguindo o caminho da necessidade de unidade para o desenvolvimento e emancipação política da África como um todo, bem como de seus diversos povos que Sila fala através do protagonista Daniel Baldwin.

> É evidente que para esse efeito, os Estados teriam que se unir para juntar forças. Haveria em cada zona do continente, por exemplo na África Central, Austral, Ocidental, etc., uma estrutura executiva que se encarregaria de coordenar as ações. Então, para disponibilizarmais recursos, haveria um único exército, pequeno, que ficaria sob o comando da OUA e depois tanto os militares como o orçamento que lhes era destinado iam ser mobilizados para a agricultura. (SILA, 2002: 227).

Ideias muito semelhantes às do protagonista Dan podem ser reencontradas no discurso de um dos ativistas do pan-africanismo que defendia a unidade política de África como a forma mais eficaz de combater o colonialismo e todas as suas manifestações de opressão, racismo, violência, escravidão. A referência é a um dos mais importantes nacionalistas africanos, o ganês Kwame Nkrumah que, pela importância dos seus escritos e atuação política em favor das independências dos países africanos deve também ter servido como fonte de inspiração para Sila. Nas palavras de Kwame Nkrumah:.

> Precisamos, portanto, de uma base política comum para a unificação de nossas políticas de planejamento econômico, de defesa e de relações diplomáticas com o exterior. Não há razões para que essa base de ação política avance na soberania fundamental dos diversos países da África. Eles continuarão a exercer sua autoridade independente, a não ser nos campos reservados à ação comum, no interesse da segurança e do desenvolvimento organizado do continente inteiro (NKRUMAH, 1964: 250).[4]

---

4 Trecho do discurso proferido por Kwame Nkrumah na Conferência Internacional dos Estados Independentes da África (Adis Abeba, maio de 1963), extraído de NKRUMAH, Kwame. L'Afrique doit s'unir. Ed. Payot, 1964, pp. 248-254. Encontrado por mim na versão abreviada e traduzida para o português de um outro mais abrangente, publicado anteriormente, em francês, por ocasião da *"Conferência dos Intelectuais da África e da Diáspora"* organizada pela União Africana", realizada em Dakar, de 7 a 9 de Outubro de 2004, intitulado. **O movimento pan-africanista no século vinte**: textos de referência, da Delegação pela Paz, pela Democracia e pelos Direitos Humanos.

Os discursos de Nkrumah não deixam dúvidas de que, para ele, a unidade africana constituía-se como a única possibilidade de o continente africano livrar-se definitivamente do poder colonial. É de Nkrumah a célebre frase que intitula o seu clássico "A África deve unir-se" – livro cuja discussão pode ser considerada "como um projeto da perspectiva pan-africana para uma África pós-colonial" (Paim, 2011: 247).

Se é verdade que o livro de Nkrumah pode ser visto como um projeto para um África futura, de uma perspectiva pan-africanista, a evidente semelhança de concepções e sonhos de uma África livre, autoriza a afirmação de que em *Eterna Paixão*, Sila projeta em Daniel Baldwin características e valores presentes no próprio conjunto das ideias e do desenvolvimento do pan-africanismo, desde a transformação da equivocada imagem que ele tinha sobre o continente africano – tal qual alguns pan-africanistas norte-americanos, como se verá em seguida –, até a sua mudança para África, passando, necessariamente, pela elaboração de um projeto cujo objetivo, embora ingênuo, mas sincero, seria, em uma síntese possível, a redenção do continente como um todo.

Não é destituído de intenção Sila nomear o amigo do protagonista Daniel Baldwin de Mark Garvey e ter lhe atribuído a responsabilidade pela revisão dos conceitos de Dan acerca de África. O narrador não tem nenhum pudor em fazer referência direta a um dos fundadores do pan-africanismo ao criar um personagem à sua imagem e semelhança. A referência é ao jamaicano Marcus Garvey e as aproximações não param no nome. A exemplo desse ativista, o personagem de Sila é filho de emigrantes jamaicanos e tem concepções acerca de África que estão na contramão de um discurso que negou qualquer valor ao continente africano e suas populações. Tanto Mark, quanto Marcus exaltam o continente africano e dignificam suas populações de maneira apaixonada, difundindo concepções valorativas acerca da terra original, das suas perspectivas positivas e das vidas daqueles que lá habitam.

> O convite para aderir ao *AC* fora-lhe feito pela primeira vez por um colega da Flórida. Mark Garvey, filho de emigrantes jamaicanos, com o qual partilhava o apartamento. Lembrava-se com gratidão que fora igualmente Mark quem primeiro lhe falara da outra África, aquela que nunca aparecia nos meios de comunicação e da qual tão pouco se sabia. (SILA, 2002: 203-204).

Marcus Garvey teve participação de destaque, contribuindo, inclusive, com os movimentos que libertaram a África do domínio colonial europeu. É considerado o principal idealista do movimento de "volta para a África". Vale ressaltar que o ativismo de Garvey era extensivo aos negros de modo geral e a preocupação com a África estava diretamente relacionada com a questão da dominação sobre as populações negras e os consequentes desdobramentos racistas dessa dominação, seja na África ou na diáspora. Garvey foi o fundador da Associação Universal para o Progresso Negro ou AUPN (Universal Negro Improvement Association), mais conhecida como UNIA. O lema da instituição era "One God! One Aim! One Destiny!", em português, "Um Deus! Uma aspiração! Um destino!".

Sabe-se que Marcus Garvey não foi o único nome importante nos processos que redundaram na definição do ideário pan-africanista. Outros ativistas, cada um ao seu modo, defenderam e difundiram o movimento, de modo a provocar uma revolução na vida dos negros na África e na diáspora. Assim sendo, é procedente perguntar o que teria levado o narrador de *Eterna paixão* a optar por tomar como referência de definição das formas de pensamento e projeto de vida do principal personagem de um dos seus romances, a lendária e controvertida figura de Garvey, dentre outras personalidades de importância similar na elaboração e desenvolvimento do movimento pan-africanista, tais como Alexander Crummell, William Du Bois e Edward Blyden

Se é verdade que Alexander Crummel e Edward Blyden são os responsáveis pelos primeiros movimentos intelectuais na direção de uma ideologia pan-africanista, sendo, portanto, seus precursores, não é menos verdade, contudo, que é William Du Bois o primeiro a lançar "as bases intelectuais e práticas do movimento pan-africano", (Appiah, 1997: 53), e provavelmente por esse motivo é considerado, pela maioria dos estudiosos que se referem a essa corrente – a exemplo de Appiah (1997), Leila Hernandez (2008), Kabengele Munanga (2009) –, o pai do pan-africanismo.

Garvey, da mesma forma que Du Bois, desempenhou um papel fundamental na divulgação da luta dos negros por reconhecimento e valorização da sua cultura não somente nos Estados Unidos da América e nas Antilhas, mas também na Europa e na África. Tinha como uma de suas bases, a exaltação da África e seus povos,

destacando "as virtudes, a força e as ricas potencialidades da raça" (Andrade, 1997: 167). Com isso, Garvey contribuiu enormemente para o apagamento, bem como na reconfiguração dos discursos que desqualificaram os povos africanos, colaborando, dessa forma, para criar um orgulho do pertencimento e uma conscientização do ser negro. Do mesmo modo, o Garvey de Sila é evocado na rememoração de Daniel Baldwin ao fazer alusão a uma conversa que teve com o amigo quando este,

> [...] lhe falara da outra África, aquela que nunca aparecia nos meios de comunicação e da qual tão pouco se sabia. Falava-lhe com frequência das lutas de libertação contra os colonialistas, das potencialidades do continente e dos progressos nos diferentes domínios com tanto orgulho que às vezes, parecia-lhe ser Mark africano ou ter lá estado alguma vez [...] (SILA, 2002: 203-204).

Tanto Garvey quanto Du Bois apostaram no pan-africanismo e na unidade da raça negra como possibilidade para o seu desenvolvimento, para a sua dignidade, para a sua autonomia, entretanto, no que diz respeito ao encaminhamento político e estratégico para tal empreitada, eles divergiam ao ponto de se antagonizarem.

> Seríamos tentados a situar o fulcro do antagonismo na questão racial; parece ser o papel e o lugar dos negros no devir emancipador – Independência absoluta em relação ao poder branco ou, pelo contrário, conciliação e conjugação de esforços, que separa Du Bois e Garvey. (ANDRADE, 1997: 166).

Garvey, ainda, na perspectiva de uma "África para os africanos", defendia a construção dos Estados Unidos da África, um pensamento que já vinha sendo defendido por Blyden, enquanto Du Bois declarava-se radicalmente contrário à ideia, considerando uma utopia a repatriação dos negros para a África.

No que diz respeito à discussão aqui proposta, as razões prováveis da opção de Sila pela criação de um personagem com nítidas características de um *alter ego* de Marcus Garvey e a função que esse personagem desempenha na trama explica-se em razão do reconhecido nacionalismo negro intransigentemente defendido por esse pan-africanista ao longo da sua trajetória histórica de ativismo militante. Dos empreendimentos empresariais como a Black Star Line,[5] uma espécie de protótipo, modelo de redenção econômico-social da população negra, à mencionada UNIA, que funcionou por um bom tempo como veículo de propaganda, divulgação e organização das ideias de uma cultura própria aos negros, o que se destaca na trajetória de Marcus Garvey é a promoção do espírito de orgulho e amor pela raça.

Em um contexto de (re)construção nacional de um país assolado pelas consequências de uma longa guerra de libertação colonial e pelos descaminhos e crises sucessivas no processo de organização política de um novo estado, a sedução pelo pragmatismo aguerrido e militante de Marcus Garvey, com toda a sua carga de componentes de uma consciência otimizada do que apropriadamente, foi nomeado de nacionalismo negro, deve ter sido mais potente do que a influência do intelectualismo cauteloso de Du Bois, embora não tenha sido desconsiderado, nas escolhas que encaminham a interpretação do que possa se configurar como a dimensão política e missionário da literatura de Sila, em especial, no romance *Eterna Paixão.*

Se nas acepções mais recorrentes do termo nação conjugam-se os processos de reorganização soberana do Estado, o desenvolvimento do sentimento de pertencimento orgulhoso a uma "comunidade imaginada" e a um destino unificado e livre, bem como um decorrente projeto de desenvolvimento que assegure essa liberdade e o bem estar da população, é impossível desconsiderar a possibilidade de caracterização de uma ideia própria e original de nação que emerge com nitidez na convergência singular entre a vida de Marcus Garvey e a de seu *alter ego* literário, protagonista de *Eterna Paixão*. Essa emergência se delineia na trama priorizando a parte principal da trajetória do personagem Daniel Baldwin e, por extensão interpretativa, nas trajetórias e tramas de outros personagens presentes na *trilogia* romanesca de Sila.

Em Woyowayan, tabanca imaginária com características econômicas, sociais e, sobretudo, culturais originais, portanto o oposto dos centros urbanos mais ou menos ocidentalizados, Dan põe em prática alguns dos princi-

---

5 Uma frota de navios tripulada e administrada apenas por negros, que serviria para dar força à volta destes para o continente africano.

pais ensinamentos do pan-africanismo no sentido da (re)construção das nações africanas no pós-independência, quais sejam: a unidade para o desenvolvimento econômico e social, a solidariedade comunitária e a autonomia decisória organizada e participativa. É lá que o protagonista de *Eterna Paixão* consegue, com a união de crianças, jovens, adultos e anciãos, construir escolas, criar cooperativas, cuidar e desenvolver a agricultura e, assim, cultivar a África tão almejada. Para além da escola, que não por acaso foi o primeiro empreendimento, o "clube da juventude foi o passo seguinte. Foi um grande êxito. Depois foi a cooperativa de agricultores". Não é necessário grande esforço para observar o sentido de coesão, de união, característico de organizações como essas. Érica Bispo reflete acerca das concepções de Dan afirmando que:

> A proposta de Daniel incluía unir, sob a tutela da Organização da Unidade Africana (OUA), todos os países africanos, em prol do combate à fome. Em menor grau, as aldeias se uniram e copiaram o modelo uma das outras. Em seguida, o partido político de Didi, que chegara ao poder, demonstrou interesse em usar o mesmo método em todo o país (BISPO, 2013: 112).

Na comunidade de Woyowayan, até a representação da geografia africana já havia passado por mudanças na África desejada por Dan. Depois de um certo tempo em Woyowayan com o seu projeto demonstrando resultados bastante positivos, uma visita recebida de seu amigo Didi ao seu local de trabalho é assim descrita pelo narrador:

> Começou a passear entre a porta e a parede, onde se encontrava pendurado um grande mapa de África, sem as habituais linhas demarcatórias das fronteiras entre as diferentes nações (SILA, 2002: 308).

O tema da unidade africana, traduzido numa África continente sem fronteiras e demarcações nacionais, é transversal na trilogia de Sila. Em *A última tragédia*, se não há uma recorrência explícita que nos remeta às concepções de unidade como defendida pelos ativistas do Pan-africanismo e como se apresenta em *Eterna paixão,* de modo algum isso significa que ela é ausente, talvez menos evidente, contudo tão importante quanto.. É possível supor que a intenção de Sila em *A última tragédia*, ao escrever uma narrativa que recua no tempo, retornando, assim, à Guiné-Bissau colonial para representar um passado de violência, de negação de direitos e de valores dos colonizados, de sujeição, opressão, praticadas pelo colonizador, por um lado, mas, por outro, apresentando um passado de glórias manifestado por meio das lutas e resistências, às vezes violentas, explícitas ou veladas, por parte do colonizado contra o sistema colonialista e opressor, é a sua estratégia para conclamar as populações bissau-guineenses a se espelharem nesse passado e, nesse sentido, lutarem contra as novas formas de opressão de violência, de negação de direitos, de subjugação. Abdulai Sila pode estar querendo rememorar aos seus concidadãos as armas das quais eles sempre dispuseram para que continuem a dispor. São palavras de Sila:

> Num momento em que tudo parece falir, em que esse edifício novo, que prometemos construir com o nosso calor e com nossa inteligência parece desmoronar, pode ser útil lembrar que passamos por situações idênticas – ou até piores –, mas que conseguimos sempre ultrapassar. Para alcançarmos os objetivos que almejamos como nação, temos que proceder a mudanças, sobretudo a nível cultural. [...] Então, é preciso lembrar, ir buscar na nossa História os ingredientes, os valores morais, a motivação, de que tanto necessitamos para levar de vencida as complexas tarefas que este momento histórico menos favorável nos coloca. (SILA, 2005: 4).

Essas palavras corroboram as de Frantz Fanon, quando este afirma que talvez a luta no pós-independência seja menos difícil por conta das ferramentas já adquiridas e utilizadas naquele momento – o da colonização –, com as quais já se trabalhou e, consequentemente, já se conhece e sabe-se como lidar com elas, que já estão internalizadas – sejam elas materiais ou sentimentais. São palavras de Frantz Fanon:

> A mobilização das massas, quando se realiza por ocasião da guerra de libertação, introduz em cada consciência a noção de causa comum, de destino nacional, de

> história coletiva. Assim, a segunda fase, a da construção da nação, é facilitada pela existência dessa argamassa, trabalhada com sangue e cólera (FANON, 2005: 111).

O pensamento, comportamento e atitudes do protagonista, Bsum Nanki, Régulo[6] de Quinhamel – chefe tradicional da tabanca –, talvez possa ser visto como o principal exemplo da defesa do sentido de unidade necessária na luta contra o colonialismo, bem como no processo de (re)construção de uma nação. Numa única frase: "duas cabeças valem mais que uma cabeça só" (Sila, 2006:113), Bsum Nanki resume o que pode ser lido como emblemático na sua estratégia para expulsar o colonizador das terras de África – a união e o pensamento –, e, assim, dar início a um novo ciclo de desenvolvimento com autonomia e independência.
Através do seu testamento, escrito por um professor negro escolhido por ele, o Régulo explicita as suas ideias, e faz questão de lembrar que é preciso ser escrito para não se perder, haja vista a necessidade e o intuito de que o documento sirva como herança capaz de "chegar a todos os lados":

> É só algumas coisas que quero deixar para aqueles que vêm depois de mim
> [...] É herança mesmo
> [...] É para os meus parentes e para os parentes dos outros também. É para toda a gente que quer. É por isso que quero isso escrito. Para chegar a todos os lados. Sem alguém poder pôr sal em cima
> [...] Eu quero que tudo seja escrito tal e qual
> (SILA, 2006: 110)

O testamento que o Régulo quer deixar como herança não se refere a dinheiro, terras, posses, ou qualquer outro bem material, o Régulo quer legar aos seus descendentes, sejam seus parentes ou "parentes dos outros", bens muito mais valiosos, já que são bens que, inclusive, podem – se usados como se deve –, serem revertidos em bens materiais, não para uma pessoa ou uma família, mas para todas as comunidades em situação semelhante de dominação, exploração e opressão. Bsun Nanki quer legar ideias, estratégias, concepções, conselhos, convicções, crenças que para ele são imprescindíveis na luta por liberdade e por dignidade. Não é por acaso que Sila dedica um capítulo inteiro de *A última tragédia* ao documento que se constitui como o testamento do Régulo. O Régulo de Quinhamel quer registrado o poder do pensamento, e da unidade. Tanto é verdade que Bsun Nanki quer que o documento – o seu testamento –, tenha início com a ideia da força que, para ele, tem a união: "Agora vais começar a escrever... Escreve na primeira linha que eu disse que duas cabeças valem mais que uma cabeça só. Deixa só isso nessa linha" (SILA, 2006: 113).
Ao iniciar o capítulo três com a frase "Duas cabeças valem mais que uma cabeça.", Abdulai Sila não deixa dúvidas do valor que atribui, ao pensamento, por um lado, e à união, por outro. Obviamente, a unidade a que o régulo se refere, a força que se tem quando se está unido a outro ou outros não diz respeito à força física, mas também não prescinde dela. Contudo, no caso de *A última tragédia* o poder ao qual o Régulo atribui maior valor é o poder do pensamento e de como esse pensamento fica mais forte se unido aos pensamentos de outros sujeitos. Noutras palavras, Bsun Nanki pode estar querendo dizer que " a união faz a força", no caso aqui, a força no sentido de pensar estratégias para lutar em prol de comunidades e de objetivos maiores.
Ao assumir oficialmente função importante, um posto de poder junto à administração colonial, Bsun Nanki toma consciência de que, mesmo sendo chefe, não seriam poucas as dificuldades a serem enfrentadas. Sábio, percebe que a extensão das demandas que lhe seriam apresentadas exigiria muita força e sabedoria. É assim que o Régulo de Quinhamel, consciente de que não poderia enfrentar sozinho o poder colonial, decide, portanto, que precisava usar algumas das armas do branco nesse enfrentamento. Uma dessas armas é não chefiar sozinho. Resolve, com isso, nomear conselheiros para ajudá-lo nessa empreitada, "Nunca nenhum Régulo em Quinhamel tinha tido conselheiros [...] isso era coisa de branco" (Sila, 2006. p 68). Bsun Nanki não apenas admite o poder das estratégias utilizadas pelo branco colonizador para dominar o africano, como vai mais longe

---

6 Designação dada na historiografia e administração colonial portuguesa aos chefes tribais e outros potentados, não só, mas, sobretudo, africanos. O título foi utilizado durante toda a história colonial portuguesa para designar figuras de autoridade, entre os povos colonizados.

ao defender a ideia de que se as armas do branco são eficazes, o preto deve usar as mesmas armas, quando lhe for conveniente, para combatê-lo.

> Ele tinha posto três cabeças a juntar à sua [...] foi uma das primeiras coisas que fez. Arranjou três Homens-Grandes e pô-los perto de si. Era gente que ele conhecia há muito tempo, muito honesta, séria, pessoa que não gostava de tafal-tafal (SILA, 2006: 67).

É de se notar outra convergência insuspeita dos romances de Sila com os postulados gerais que definem o pensamento pan-africanista, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista intelectual, no que diz respeito às perspectivas de uma futura nação independente. No caso do Régulo de Quinhamel, a vertente intelectual do pan-africanismo fica destacada em sua insistência na importância do pensamento, seja na adoção das mesmas estratégias de manutenção da dominação empreendida pelos brancos, seja produzindo formatos que impulsionam pensamentos originais como quando institui um grupo de conselheiros juntando cabeças privilegiadas -"homens grandes"-, para lhe ajudarem a pensar melhor e assim, agir melhor.
A imagem de "união" como unidade de pensamento e ação com diferentes e, quem sabe, diversas contribuições, é facilmente extensiva a projetos maiores do que os projetos restritos aos limites físicos de Quinhamel e, em contrapartida, pode representar uma vigorosa crítica a pessoas e projetos autoritários, salvacionistas e irrefletidos saídos da cabeça dos chefes, não tão conscientes como Bsun Nanki, e representantes de grupos do poder. Essa configuração conjuntural narrada em *A Última Tragédia* é característica da Guiné-Bissau no contexto histórico da publicação do romance, 1995. No ano anterior, Nino Vieira retornava ao comando do país por meio da 1ª eleição presidencial da Guiné-Bissau, quatorze anos depois de ele mesmo ter comandado um golpe de estado. Quatro anos depois dessa controvertida e contestada eleição, um novo golpe de estado ocasionou uma outra mudança autoritária no comando do país,

> A pequeníssima porcentagem com que Nino Vieira conseguiu conservar-se no poder em 1994, apesar de toda a potência do aparato governamental à sua disposição, patenteia a desconfiança e a insatisfação que grassavam no seio da população. Quatro anos depois das eleições, essa crescente insatisfação e o desprestígio do governo mostravam-se cada vez mais agudos, indo desembocar numa séria crise política que culminou com o golpe militar desencadeador da guerra, ocorrida de junho de 1998 a maio do anos seguinte, pondo fim à hegemonia do PAIGC, que vinha mantendo firmemente as rédeas do governo desde 1974. As consequências daí advindas (materiais, morais, políticas e econômicas) ainda na atualidade não foram superadas (AUGEL, 2007:.65).

Não diferente de *A Última Tragédia*, em *Mistida* não é difícil identificar momentos que possibilitam o encaminhamento de uma leitura que tome a questão da unidade como um dos grandes temas do livro e que, procedendo a uma leitura de mundo na perspectiva de narração da nação, pode conformar a sua construção alicerçada na solidariedade, no desenvolvimento, na emancipação. Teresa Montenegro, no prefácio à primeira edição de *Mistida*, ao tentar decifrar os enigmas da terceira publicação de Abdulai Sila, faz comparação com uma peça de jazz, em que seus intérpretes "executam de maneira pessoal um solo único baseado no tema central [...] marcando pautas, cadências e ritmos próprios" (Montenegro 2002: 327). Afirma, ainda essa ensaísta que "há um apelo individual ao qual se sucede uma resposta em coro" Essas respostas são dadas por vozes que

> [...] não estão ligadas por qualquer parentesco biológico. A grande família africana do sangue e da linhagem está ausente. Ligam-nos, sim, as rotas da sobrevivência, os acasos da guerra, os delírios megalómanos, as ternuras difíceis de entregar (MONTENEGRO *apud* SILA, 2002: 327).

Conforme Joseph Abraham Levi,

> Teresa Montenegro também assinala, e com razão, que, contrariamente à tradição africana, as personagens principais de *Mistida* não se encontram unidas por liames familiares, mas sim, por caminhos individuais e, diríamos nós, (de)rotas "de sobrevivências". Em outras palavras, aquilo que os une é a trajetória diária, exterior assim como interior, particularmente as idiossincrasias, os medos e as várias viagens da mente, não necessariamente oníricas. (LEVI, 2012: 10).

Logo no prefácio de *Mistida*, é possível perseguir a ideia da unidade como interpretada por Tereza Montenegro ao se referir ao viés pessoal como início de uma caminhada que vai desembocar no viés coletivo, tendo em vista que o objetivo é único, é central: todos têm uma *mistida* a safar, todos têm um desejo, o desejo de uma nação próspera, democrática, onde o bem comum prevaleça. Não é uma unidade em que todos sejam iguais porque cada pessoa, cada grupo é único, mas o desejo é coletivo. É a unidade como defendida por Cabral, a qual considera as diferenças sem permitir que elas interfiram no coletivo:

> O sentido de unidade que vemos no nosso princípio é o seguinte: quaisquer que sejam as diferenças que existem, é preciso ser um só, um conjunto, para realizar um dado objetivo. Quer dizer, no nosso princípio, unidade é no sentido dinâmico, quer dizer de movimento. (CABRAL, 1945: 3)

Uma das imagens metafóricas mais surpreendentes e evocativas em que Sila transfere para seus personagens a sua perseguição pela unidade como instrumento de luta e realização está presente no capítulo seis de *Mistida.* Neste capítulo, inusitadamente, o lixo aparece como o grande protagonista (Augel, 2007: 66-67). É justamente neste episódio do livro que a força da ideia de "unidade" aparece de forma a convencer acerca do acerto em considerá-la como um aspecto capital na definição das principais questões que, instituem os romances do autor analisado, como um sonoro brado a favor da (re)construção da nação bissau-guineense.

> Todos aqui sabem que fui alvo de injustiça. Este sítio aqui, eu sempre cuidei dele; varria-o todos os dias, cuidava dele como cuido da minha casa. Estava sempre limpo e por isso muitas vezes as crianças vinham aqui brincar. Elas corriam e jogavam aqui durante todo o dia. Mas o que é que aconteceu depois? Vocês todos estão a ver. Este lixo veio para aqui sem ninguém o chamar. Veio e tomou o meu lugar. Tomou também o lugar das crianças. Quase está a tapar a estrada. Agora, eu queria pedir-vos, pedir a todos, uma coisa... É uma coisa muito simples: ajudem-me a tirar o lixo daqui. Ajudem-me a recuperar o lugar que sempre foi meu, ajudem-me a recuperar o espaço onde as crianças costumavam brincar. Eu sozinha não posso... por favor ajudem-me... ajudem-me, por favor (SILA, 2002: 402.).

Antes mesmo de discutir acerca do que possibilita pensar na importância crucial da unidade, na nação, como pensada por Sila, é pertinente ressaltar a originalidade da narrativa do escritor ao evocar o lixo para metaforizar o poder bissau-guineense no momento em que *Mistida* foi publicado – quiçá serve para os dias atuais. Pensando com Augel (2001), o lixo como representado por Sila está relacionado aos desmandos do poder, caracterizados pela traição dos ideais das lutas pela independência, pela corrupção, pelas perseguições, pela promoção da miséria e da violência. Um lixo que só cresce e vem se apossando de todo um lugar; não deixando espaço para nada além de sujeira, detritos, imundícies, sucatas. Nas palavras de Augel,

> Quem perambula pelas ruas de Bissau não pode evitá-lo. Metonímia extravagante, o autor foi buscar uma parte de um todo simbólico que vai muito além dos detritos, dejetos e sucatas, muito além do excremento e da podridão material, palpável e aspirável, impossível de ser ignorada. O campo semântico desse tema lixo amplia-se sensivelmente, penetrando a área mais alargada do despotismo, da corrupção, da traição aos ideais, da falsidade e da ambição desmedida. (AUGEL, 2007: 321-322).

O lixo que se apossou da Guiné-Bissau é o mesmo que obstaculariza os caminhos das demais nações africanas que, igualmente, procuram se livrar da dominação colonial. Sendo assim, os passos para a remoção definitiva desse verdadeiro estorvo demandam ações coletivas e solidárias. "Eu sozinha não posso... Por favor ajudem-me... ajudem-me, por favor" (Sila, 2002: 402).

Se as populações continuarem sozinhas, esperando que o lixo se dissolva por si só, continuará existindo a ignorância e a multiplicação do lixo como resposta e elas não conseguirão transformar a realidade como desejada. Carlos Lopes afirma que "A unidade nacional parte destes princípios de transformação da realidade, com um denominador comum: o combate contra o colonialismo" (Lopes, 1982:105). O mesmo pode ser dito do contexto em que os romances de Sila aparecem. Desta vez o combate é contra o neocolonialismo, ou uma nova forma de colonialismo em que quem está à frente das decisões, a exemplo do período de dominação europeia, exerce um poder no qual as práticas de violência física ou simbólica, a usurpação de direitos, a corrupção, os desmando de modo geral continuam a ditar as regras.

As consequências da falta de unidade continuam no capítulo intitulado *Muntundu.* Fica evidente neste capítulo que a falta de ajuda, a falta de forças unidas para remover o amontoado de lixo é um contributo para que ele continue crescendo e exigindo providências.

> No dia seguinte, o lixo tinha crescido o dobro. Passou os dias a vigiar, uma semana inteira Na escuridão da noite o monte ia crescendo, noite após noite, sem parar. Finalmente pediu socorro, não podia lutar sozinha contra forças tão poderosas e cruéis. Os reforços solicitados e mil vezes prometidos ficaram pelo caminho minado pelo egoísmo e pela pobreza de espírito. A solidariedade requerida perdeu-se nos confins do desespero (SILA, 2002: 401).

Ao invés da união de forças em prol da remoção do lixo ou da sua completa extinção, o que se nota é uma recusa explícita, uma imobilidade, uma indiferença para com a situação e, como acentua Letícia Valandro,

> Assim, novamente há a representação, por meio de forte crítica daqueles que se negam a ajudar, que sobrevivem e enfrentam passivamente as circunstâncias que se apresentam, que se preferem surdos e mudos a lutar por mudança (VALANDRO, 2011: 111).

Restos e sobras inaproveitáveis, o lixo representa a permanência de algo indesejável, por suposto, os restos estacionários dos valores coloniais e colonizadores que permanecem no pós-independência impedindo que a vontade de liberdade e o engajamento coletivo solidário se concretizassem ao lado de outros valores positivos, como os únicos a pavimentarem o caminho que levaria a Guiné-Bissau de um Estado autoritário a uma nação com perspectivas de um bom futuro.

A nação, como imaginada por Sila alia nacionalidade à cidadania e seus textos demonstram uma preocupação em expor e propor alternativas para a situação sócio-política e cultural do país, sendo esta uma das características das literaturas bissau-guineenses. Sila, portanto, lança mão da literatura para abordar alguns dos diversos temas e assuntos cruciais para a nação em (re)construção como imaginada por ele, no caso aqui o destaque foi para a união, sabendo-se que não é o único.

Mesmo consciente de que as ideias pan-africanistas como defendidas pelos seus ativistas, precisam ser atualizadas de modo a atender as demandas mais atuais, Sila se inspira no legado do Pan-Africanismo e nas ideias no pai do nacionalismo africano, Amilcar Cabral, para defender uma ideia de nação africana e bissau-guineense. Ao que parece, a *mistida* de Abdulai Sila assemelha-se ao de outros bissau-guineenses vivos, públicos ou anônimos, e mesmo os mortos, que, a exemplo de Amilcar Cabral, mais que sonhar, lutaram pela concretização do sonho de ver uma África unida, ainda que diversificada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict.(2008), **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras.

ANDRADE, Mário (Coord.). (2013), **Obras escolhidas Amilcar Cabral**: unidade e luta: a arma da teoria. v. 1. Praia: Fundação Amilcar Cabral.

_____. (Coord.). (1997), **Obras escolhidas Amilcar Cabral**: unidade e luta: a prática revolucionária. v. 2. Praia: Fundação Amilcar Cabral, 2013.

_____. (2013), **Origens do nacionalismo africano**: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961. Lisboa: Dom Quixote. (Col. Caminhos da Memória).

APPIAH, Kwame Anthony.(1997), **Na casa de meu pai**: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto.

AUGEL, Moema Parente.(1998), **A nova literatura da Guiné-Bissau.** Bissau: INEP.

_____. (2007), **O desafio do escombro**: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond.

BHABHA, Homi K. (1998), **O local da cultura**. Trad. Myrian Ávila *et al*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

BISPO, Erica Cristina. (2013). **Eternos descompassos...**: faces do trágico em Abdulai Sila. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.letras.ufrj.br, [consultado 08-11-2013].

CHATTERJEE, Partha. (2000), **Colonialismo, modernidade e política**. Salvador: Ed. EDUFBA.

COMPAGNON, A. (2003), **O demônio da teoria**: literatura e senso comum. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

FANON, Frantz. (2005), **Os condenados da terra**. Trad. Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF.

FERNANDES, Gabriel. (2006), **Em busca da nação**: notas para interpretação do Cabo Verde Crioulo. Florianópolis: Ed. UFSC; Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

FONSECA, Maria Nazareth Soares; CALADO, Karina de Almeida. (2013), Identidade, subjetividade e nação guineense na poesia de Odete Semedo. **Grau Zero: Revista de Crítica Cultural. 01(1), pp**. 145-160.

GILROY, P. (2001), **O Atlântico negro**. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

HAMPATÉ-BÂ, Amadou.(1982), "A tradição viva". In.: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História Geral da África. v.** 1. Tradução de Beatriz Turquetti et al. São Paulo: Ática; Paris: UNESCO.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite (2005), **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro.

LEVI, Joseph Abraham. (2013), Novos espaços pós-coloniais em Mistida do guineense Abdulai Sila (1958 -). In: **ATAS DO COLÓQUIO INTERNACIONAL CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU**: percursos do saber e da ciência. Lisboa: IICT; ISCSP-UTL. Disponível em: http://coloquiocvgb.files.wordpress.com. [consultado em 20-09-2013

LOPES, Carlos. (Org.). (2012) **Desafios contemporâneos da África**: o legado de Amílcar Cabral. São Paulo: UNESP.

MONTEIRO, Artemisa Odila Cande. (2013). **Guiné-Bissau**: da luta armada à construção do estado nacional:

conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994). Tese de doutoramento. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, Universidade Federal da Bahia.

MONTENEGRO, Teresa. Prefácio à segunda edição. In: **Mistida(Trilogia).** Praia: Centro Cultural Português Praia-Mindelo, 2002.

MUNANGA, Kabengele. (2009), **Negritude**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica.

SAID, Edward W. (1995), **Cultura e imperialismo**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras.

SILA, Abdulai. (2006), **A última tragédia**. Rio de Janeiro: Pallas.

_____. (2002), **Mistida** (Trilogia). Praia: Centro Cultural Português Praia-Mindelo.

_____. (2013), O livro como arma. Entrevista concedida a Erica Cristina Bispo. **O Marrare**, Rio de Janeiro, 10 (06). Disponível em: http://www.omarrare.uerj.br/numero13/erica.html [consultado em 19-01-2013].

VALANDRO, Letícia. (2011). **A difícil Mistida guineense**: nação e identidade da guiné-Bissau através da trilogia de abdulai sila. dissertação de mestrado. Rio Grande do Sul: Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em http://www.lume.ufrgs.br. [consultado em 03-03-2013].

GT 91
O risco e os acontecimentos extremos, um campo para descolonizar?

População em situação de rua: vulnerabilidade e risco nos bairros do centro de salvador/ba

Maria de Fátima Cardoso[1]

RESUMO: Nos bairros centrais da cidade de Salvador estão milhares de pessoas em situação de rua. Estes espaços atraem a população em situação de rua por diversos motivos: possibilidade de obtenção de pequenas esmolas; locais que geram abrigo no período de chuvas; proximidade de estabelecimentos comerciais; garantia de uma "certa segurança", pela concentração de pessoas na mesma situação; existência de oportunidades para a realização de pequenos serviços, a exemplo de guardar carros; presença de grande número de transeuntes para pedir doações. No entanto, estes espaços ampliam a situação de vulnerabilidade e riscos para o grupo, que vão desde os agravos em relação à debilidade física até os riscos de agressões e morte. No Brasil, diferentemente de tantas outras sociedades, os riscos de mortes por uma série de agravos, dentre as quais se destaca os homicídios, tem sido uma sequela decorrente da intolerância e da rejeição de segmentos sociais manifestadas frete ao grupo. O presente trabalho resulta das primeiras evidências detectadas numa pesquisa mais ampla, ainda em fase de execução, e traz algumas reflexões decorrentes das discussões teóricas acerca dos conceitos de risco e vulnerabilidade e, brevemente, apresenta as tentativas empreendidas por autores das diversas áreas do saber para construção do conceito de população em situação de rua.

Palavras-chave: População em Situação de Rua, Risco, Vulnerabilidade.

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, ocorrem diversos fenômenos que progressivamente se tornam complexos em sua essência oferecendo às ciências possibilidades de buscar compreendê-los e favorecer soluções para as "enfermidades" que provocam aos seus atores diretos e indiretos. Diversos estudos estão apontando discussões provocantes sobre os conceitos de vulnerabilidade e de risco, que podem até ser, em alguns momentos, muito próximos quando observamos alguns aspectos da vida cotidiana. Entretanto, ao conhecer o campo teórico, é possível observar as distinções e as especificidades de cada um.

O presente trabalho apresenta, inicialmente, uma abordagem que busca trazer uma breve apresentação teórica dos conceitos de vulnerabilidade e risco. Em primeiro lugar, serão apresentadas algumas reflexões conceituais em torno da vulnerabilidade social. Em seguida, buscar-se-á tecer uma breve descrição da produção teórica que discute as diversas áreas do saber que contribuíram para a construção do conceito de risco, obervando sua aplicação no campo da epidemiologia, da saúde e das ciências sociais. Em terceiro lugar, serão expostas algumas contribuições da literatura recente sobre a definição de população em situação de rua. E, por último, serão analisadas algumas situações vividas pela população em situação de rua, as quais evidenciam suas condições de vulnerabilidade e exposição a riscos na tentativa de sobrevivência, no cotidiano complexo em que ela está inserida.

---

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública do Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). e-mail: cardosofatima@yahoo.com

2 VULNERABILIDADE: DISCUSSÃO CONCEITUAL

O tema da vulnerabilidade é obstinadamente tratado no cenário internacional em função de suas características e especificidades de sociedades marcadas pela desigualdade. Um amplo debate, sobretudo ancorado nos reflexos e consequências da desigualdade social, toma conta das discussões em diversas áreas do saber, sobretudo nas ciências sociais. De acordo com Abramovay (2002) «´[...] os primeiros trabalhos ancorados na perspectiva da vulnerabilidade social foram desenvolvidos, motivados pela preocupação de abordar de forma mais integral e completa não somente o fenômeno da pobreza, mas também as diversas modalidades de desvantagem social [...]`». Para a autora, a produção de conhecimentos trazida pelos trabalhos voltados para a questão «´[...] se destinaram a observar os riscos de mobilidade social descendente e as configurações vulneráveis que não se restringiam àqueles situados abaixo da linha de pobreza, mas a toda população em geral`». No entendimento da autora, as obras geralmente "«´partiam do reconhecimento do fenômeno do bem-estar social de uma maneira dinâmica, bem como das múltiplas causas e dimensões associadas a esse processo`» (ABRAMOVAY, 2002).
Robert Castel, sociólogo francês, um dos grandes estudiosos da vulnerabilidade social, utilizou o que ele conceituou como "desfiliação" para explicar o que representa a exclusão. Na concepção de Castel (1997),

> [...] a desafiliação (exclusão) [...] representa uma ruptura de pertencimento, de vínculos societais [...]. O desafiliado (excluído) é aquele cuja trajetória é feita de uma série de rupturas com relação a estados de equilíbrio anteriores, mais ou menos estáveis, ou instáveis [...]

Tal explicação possibilita refletir sobre "os excluídos" e sua inserção no processo de isolamento social. A produção científica voltada para o estudo da vulnerabilidade social indica que ela está associada principalmente a desemprego, precariedade do sistema produtivo (trabalho), pobreza, fragilidade ou ausência de proteção social (BRASIL, 2007).
A exclusão social está associada a uma soma de fatores que fragilizam os indivíduos, os quais, juntos, vão se constituir num movimento inserido num contexto processual, o que, nas palavras de Escorel (1997:67), significa,

> [...] um processo porque fala de um movimento que exclui, de trajetórias ao longo de um eixo inserção/exclusão, e que é potencialmente excludente (vetores de exclusão ou vulnerabilidades). Mas é, ao mesmo tempo, um estado, a condição de exclusão, o resultado objetivo de um movimento.

O individuo que se encontra na emblemática cadeia de "fragilidade acentuada" reflete essa cadeia na sociedade em que vivem e, assim, se situa no chamado grupo de excluídos. Conforme Escorel (1997:81),

> [...] a exclusão social se caracteriza não só pela extrema privação material mas, principalmente, porque essa mesma privação material 'desqualifica' seu portador, no sentido de que lhe retira a qualidade de cidadão, de brasileiro (nacional), de sujeito e de ser humano, de portador de desejos, vontades e interesses legítimos que o identificam e diferenciam. A exclusão social significa, então, o não encontrar nenhum lugar social, o não pertencimento a nenhum *topos* social, uma existência limitada à sobrevivência singular e diária.

A vulnerabilidade social traz ainda outra face ligada ao que Abramovay (2002) chama de "aspecto perverso", que significa «´[...] a escassa disponibilidade de recursos materiais ou simbólicos a indivíduos ou grupos excluídos da sociedade. O não acesso a determinados insumos (educação, trabalho, saúde, lazer e cultura) diminui as chances de aquisição e aperfeiçoamento desses recursos`».
Outra perspectiva interessante para se compreender a questão da vulnerabilidade é trazida por Katzman (2001), quando argumenta que a

> [...] vulnerabilidade social traduz-se na dificuldade no acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade, resultando em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores.

Dessa forma, ainda segundo o autor, «´[...] as desvantagens com respeito às estruturas de oportunidades resultam em um aumento das situações de desproteção e insegurança, o que põe em relevo os problemas de exclusão e marginalidade`».
Interessante contribuição para o entendimento do que vem a ser a vulnerabilidade é trazida também por Ayres (1999), ao sugerir que «´o conceito não está estritamente ligado à distinção da probabilidade de os indivíduos estarem expostos a um agravo`». Para ele, «´o conceito procura oferecer elementos para avaliar, de forma objetiva, as diversas chances que cada indivíduo ou grupo de pessoas em particular pode sofrer em função da exposição ao risco`». Na visão desse autor, isso se deve a certas características no âmbito individual e social, presentes no cotidiano do indivíduo, que sejam julgadas como relevantes para a maior exposição ou a menor chance que possuem de garantir proteção diante de determinado problema.

3 RISCOS: BREVES CONTRIBUIÇÕES PARA ENTENDER SEU SIGNIFICADO

Segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, a etimologia da palavra risco remete ao francês *risque* e significa inconveniente mais ou menos previsível, ou «´probabilidade de perigo, geralmente com ameaça física para o homem e/ou para o meio ambiente`». O termo italiano *rischio*, datado do século XIII, advém do latim *risicum*; em direito marítimo, refere-se ao perigo ligado a um empreendimento e, na tradição militar, a sorte ou má sorte de um soldado, não raro associado à má fortuna ou infortúnio.
Na busca de compreensão de determinados fenômenos, tem-se utilizado o conceito de risco em diversas áreas do saber. Dessa forma, foi-se construindo uma gama de possibilidades de análise desse conceito, à luz das inúmeras situações em que se constata a sua presença e suas implicações. Assim, é identificada a presença do termo em sua natureza multidisciplinar: riscos à saúde, econômicos, industriais, naturais, ambientais, sociais tecnológicos, etc. (HORA *et al.* 2009:58).
O risco, numa perspectiva social, pode ser discutido à luz da percepção dos indivíduos, ou seja, faz-se necessário que as pessoas tenham noção de sua existência. Como afirma Veyret (2007:11):

> Não há risco sem uma população ou indivíduo que o perceba e que poderia sofrer seus efeitos. Correm riscos, que são assumidos, recusados, estimulados, avaliados, calculados. O risco é a tradução de uma ameaça, de um perigo para aquele que está sujeito a ele e o percebe como tal.

Para Veyret (2007), o risco é «´a percepção de um perigo possível, mais ou menos previsível por um grupo social ou por um indivíduo que tenha sido exposto a ele`» e pode ser definido como «´a representação de um perigo (real ou suposto) que afeta os alvos e que constitui indicadores de vulnerabilidades`».
No campo da epidemiologia, o risco é tido como um conceito fundamental, sendo um elemento central de cálculo racional na cultura moderna tardia. Sua importância científica e cultural é cada vez mais crescente na sociedade contemporânea, assegura Almeida Filho (1989). Segundo o autor, «´[...] é por meio da análise de risco que se estabelecem as bases para a tomada de decisão racional em face da incerteza, cuja percepção é também crescente`». Na mesma perspectiva teórica, o risco é entendido como a «´probabilidade de ocorrência de uma doença, agravo, óbito, ou condição relacionada à saúde (incluindo cura, recuperação ou melhora) em uma população ou grupo durante um período de tempo determinado`» (Almeida Filho et al. 2002).
Douglas *et al.* (1982) argumentam que "o risco é socialmente construído". Para esses autores, ele, «´por vezes, figura-se como algo incontrolável, visto que nós nem sempre conseguimos saber se aquilo que estamos fazendo é suficientemente seguro para prevenir a ocorrência de acidentes ou de efeitos indesejados`».
Para Castel (2005), «´Se os indivíduos **não estiverem assegurados contra imprevistos causados pelos riscos, viverão na insegurança, pois o risco social compromete a capacidade dos indivíduos de assegurar por si mesmos sua independência social**`».
Nas ciências da saúde, o conceito de risco surge no campo da epidemiologia, marcado pela utilização das abordagens estatísticas. Dessa forma, os primeiros registros das analises voltadas para identificar, avaliar e prevenir o risco nascem no campo da saúde. Segundo Czeresnia (2001), «´[...] é possível estimar os efeitos

do consumo de substâncias e alimentos, dos estilos de vida e dos comportamentos das pessoas e dos grupos populacionais, para que se tenha o controle e a vigilância sobre eles`».
Nesse campo do saber, Ayres (1999) também se destaca nas contribuições para formulação do conceito de risco na epidemiologia, que, para ele, está ligado às «´[...] chances probabilísticas de susceptibilidade, atribuíveis a um indivíduo qualquer de grupos populacionais particularizados, delimitados em função da exposição aos agentes (agressores ou protetores) de interesse técnico ou científico`».
Possivelmente, Castiel (*apud* Neves & Guilam, 2007:294) pode contribuir para uma reflexão sobre a inevitável exposição que as pessoas vivem e como lidam com os riscos:

> Não há como negar o vigor presente no risco e em seus discursos. As repercussões são evidentes em inúmeros detalhes de nosso dia a dia, a ponto de incorporarem-se em nossas preocupações de viver constantemente entre exposições e agravos. Diante deste alcance, é preciso ter em mente a dimensão múltipla da 'relatividade' do risco: é um construto produzido em uma época particular, especificada como tardo-modernidade; a categoria está ligada a uma visão do mundo e do que é a experiência humana, de modo a influenciar os correspondentes enfoques teóricos, conceituais e metodológicos adotados em sua produção, com ênfase em seu caráter probabilístico e nas respectivas consequências; as pessoas lidam e percebem seus riscos (e dos outros) de modos variados – envolvem aspectos que ultrapassam os saberes científicos e mesclam dimensões simultaneamente biológicas, psicológicas, socioculturais. Enfim, se pode haver uma certeza estabelecida acerca das verdades sobre os riscos é que estas são relativas...

A discussão em torno do risco, na teoria social contemporânea, tem como um dos fortes representantes o sociólogo Britânico Anthony Giddens. Ele argumenta sobre a "sociedade de risco" com a intenção destacar as implicações que o conceito oferece na tomada de decisões nos diversos ambitos da vida cotidiana em razão do crescente aumento na incerteza da tardo-modernidade (GIDDENS, 2002). No tocante à "sociedade de risco", Giddens (1997) afirma:

> A "sociedade de riscos", além de introduzir novos tipos de perigos para a humanidade, também introduz novas relações entre sistemas de conhecimentos, leigos e peritos, num contexto em que a estimação dos riscos é, em grande parte, imponderável. Vivemos em um mundo em que há um equilíbrio simétrico entre oportunidades e perigo.

Para Giddens (1991), os riscos modernos possuem diferenças quando observados à luz de sua intensidade e de seu escopo. Em seu entendimento, em certos setores da vida social moderna, os riscos, ao envolverem sistemas peritos, estão sujeitos a desencadear consequências catastróficas. Afirma que os riscos modernos surgem em ambientes criados pelo homem, e sua origem tem relação com o que nomeia de "infusão de conhecimento humano no meio ambiente material".
A notória evidência é de que os riscos existem e sempre vão existir, estão em toda parte, em toda e qualquer vida social e eles vão sempre deixar insegura toda e qualquer sociedade, pois, na maioria das vezes, torna-se difícil prever e evitar sua manifestação. Essa provocante assertiva pode ser confirmada por Giddens *et al.* (1995:42), quando afirma:

> Uma pessoa que arrisca algo corteja o perigo [...] qualquer um que assume um 'risco calculado' está consciente da ameaça ou ameaças que uma linha de ação específica pode pôr em jogo. Os riscos são aqueles perigos que decorrem de nossas ações. Toda ação implica decisão, escolha e aposta. Em toda aposta, há riscos e incertezas. Tão logo agimos, nossas ações começam a escapar de suas intenções; elas entram num universo de interações e o meio se apossa delas, contrariando, muitas vezes, intenção inicial.

Outro autor em destaque na teoria social contemporânea que discute sobre o "risco" é o sociólogo alemão Ulrich Beck. Ele argumenta que a sociedade contemporânea difere da sociedade de classes. Ele compreende e define "sociedade de risco" como «´uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle da sociedade industrial`» (BECK, 1997). A exposição ao risco atinge todos os indivíduos, e isso independe da classe a que pertence. Sendo assim,

> [...] não há, pois, a classe dos expostos e a classe dos não expostos. O que diferencia a exposição ao risco são as condições materiais dos indivíduos de criarem estratégias contra as ameaças, ou seja, apenas grupos privilegiados podem se dar ao luxo de escolher o lugar onde vão morar, os alimentos que vão consumir, a água que vão beber. (SILVA, 2006:5)

Evidencia-se, entre outros aspectos, na teoria de Beck, como bem resume Guivant (2001:102), que «´[...] os riscos existem e não são meramente uma construção social, mas a sua transformação depende de como são percebidos socialmente`».

Essa sintética exposição buscou apresentar algumas contribuições, no campo científico, que ajudam a observar, na sociedade contemporânea, as diversas situações que empurram um contingente significativo de indivíduos para um calabouço da vida social, gerando novos fenômenos, ampliando e fortalecendo a continuidade dos antigos, como é o caso da população em situação de rua.

4 BREVES NOTAS SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Para conhecer o fenômeno da população de rua, faz-se necessário compreender o seu significado. Na busca de construir um conceito que possa explica-lo, a literatura traz os esforços de estudiosos do tema, como é o caso Patrice Schuch (2007), que afirma: «´[...] o conceito de morador em situação de rua é resultado da mobilização política que visa, de um lado, atentar para a situacionalidade da experiência de estar nas ruas e, de outro lado, combater processos de estigmatização por essas condições`». Para Nascimento (2000), «´[...] o morador de rua caracteriza-se, atualmente, pela situação de desemprego de longa data e pela dificuldade de acesso a bens materiais e simbólicos, que resultam no aumento das desigualdades sociais, e no enfraquecimento da autoestima`». Tomando a dimensão coletiva do fenômeno, autores definem moradores de rua como «´[...] pessoas, famílias, que vivem na e da rua, entretanto, quando organizadas, preferem a denominação de 'pessoas de situação de rua', visando caracterizar o princípio da transitoriedade deste processo de absoluta exclusão social`» (ROSA *et al.* 2006).

Recente estudo sobre a questão da «´Segurança Pública e População de Rua`» apresenta o conceito de moradores de rua como «´diferenciados grupos que possuem a especificidade de subverter, de forma radical, o sentido homogeneizador do espaço da rua, ao condensarem neste a dimensão pública e privada de suas vidas`» (Segurança Pública e População em Situação de Rua, UFRJ, 2013:36).

São milhares de pessoas que vivem na e da rua. Quando organizadas, preferem denominar-se "pessoas em situação de rua", marcando uma expectativa de transitoriedade desse processo de exclusão social, mesmo que saibam que sair da rua não é tão simples, considerando-se as políticas compensatórias e assistencialistas voltadas para essa população (ROSA *et al.* 2006).

Entrar na rua, para tais indivíduos, significa experimentar um novo modo de vinculação ao contexto urbano (VARANDA *et al.* 2004), vivenciar um processo compensatório das perdas do passado e descobrir novos recursos de sobrevivência. Implica, ainda, assimilar novas formas de organização que permitam a satisfação das necessidades e a superação dos obstáculos que a cidade apresenta. Esses são os aspectos invisíveis do fenômeno, pois o que o torna visível é justamente a situação de carência e deficiência que tais indivíduos exteriormente exibem.

A existência de "moradores de rua" não aparece nos cartões postais das cidades, para não macular a paisagem com sua presença. Nos guetos das elites, grades e seguranças evitam sua presença indesejável. Em grandes

eventos, são banidos de seus espaços. Assim, tornam-se vítimas de um nomadismo compulsório, pela via de um discurso discriminador, eivado de expressões pejorativas: vagabundo, preguiçoso, bêbado, sujo, perigoso, coitado, mendigo, maloqueiro, sacizeiro [...] Assim, eles «´vão pouco a pouco adquirindo a identidade dos caídos, dos inúteis, dos fracassados`» (ZALUAR, 1995:55).

Quando não são ignorados, tornam-se objeto de tutela estatal, da filantropia privada ou da caridade das igrejas. Vistos como incômodos ocupantes das vias públicas, eles se sentem incomodados pelo olhar que lhes é direcionado – espelho da rejeição, estranhamento e medo que provocam, mercê da situação promíscua em que vivem, na qual a separação entre o público e o privado é tênue: a rua como casa, lugar para dormir, comer, interagir, amar. Esse fenômeno inunda as ruas das grandes cidades, onde a miséria costuma romper limites geográficos (ROSA *et al.* 2006).

Silva (2006) explica: «´Se trata de um fenômeno multifacetado que não pode ser explicado desde uma perspectiva unívoca e monocausal. São múltiplas as causas de se ir para a rua, assim como são múltiplas as realidades da população em situação de rua`».

Estes atores estão inseridos na dura exclusão social que, para Mazza (2005), é um «´processo dinâmico, multidimensional, por meio do qual se nega aos indivíduos – por motivos de raça, etnia, gênero e outras características que os definem – o acesso a oportunidades e serviços de qualidade que lhes permitam viver produtivamente fora da pobreza`». A população em situação de rua se constitui no que Sheppard (2006) chama de "grupos socialmente excluídos", ou seja, «´são aqueles que estão em situação de pobreza, desemprego e carências múltiplas associadas e que são privados de seus direitos como cidadãos, ou cujos laços sociais estão danificados ou quebrados`». No entendimento de Kowarick (2003), exclusão social "designa alguém que se encontra desprovido de direitos".

Outro conceito que pode contribuir para ampliar a discussão sobre o tema em questão, apesar de, no presente trabalho, **não ser tratado com maior** intensidade, é o de estigma, que, para Goffman (1975), **são** «´sinais corporais, que estão tentando mostrar algo ruim e incomum no status moral de quem tinha`». O indivíduo estigmatizado é uma pessoa que possui uma "diferença indesejável", o que leva a uma "identidade deteriorada". **É possível que esse** conceito possa ser um indicador das motivações para as atrocidades cometidas contra a população de rua em qualquer parte do mundo e, em especial, no Brasil, onde se registra um alarmante número de vitimas fatais.

5 RISCO E VULNERABILIDADE NO COTIDIANO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SALVADOR: ALGUMAS EVIDÊNCIAS

A população de rua da capital baiana em 2009, segundo dados do Censo de População de Rua de Salvador, era formada por 2.076 pessoas que dormiam nas ruas (CARDOSO, 2010). O relatório da pesquisa destaca que, em junho de 2009, segundo o IBGE, a população de Salvador era de 2.998.056 pessoas, aproximadamente. No total da população de rua identificada, predominava a presença masculina, com 79,8%. No que diz respeito às principais motivações para ir viver na rua, estão em primeiro lugar os problemas "familiares e afetivos", correspondendo a 50,6%; em segundo, o uso de álcool e drogas, mencionado por 34,2% dos respondentes; e, em terceiro, o desemprego, que representou 21,1% das motivações. A perda da unidade de moradia foi citada por 10,8% dos entrevistados. De acordo com dados do Censo, 38,6% afirmaram já ter sido internado em abrigo institucional. Aqueles que já foram internados em hospital psiquiátrico corresponderam a 20,1%, e 20,1% já estiveram na condição de internos em casa de detenção. A maioria dos entrevistados, 80,5%, declarou-se solteira. Um dado interessante identificado foi quanto à orientação sexual declarada: 75% heterossexuais; 6% gays, lésbicas, travestis e transexuais. 4,5% indicaram a opção "Outros" e 10,5% responderam "Não sabe".

O censo da população de rua de Salvador trouxe uma informação interessante que reforça as discussões apresentadas no presente estudo:

> A condição de vulnerabilidade da população em situação de rua é reforçada por outro indicador que evidencia o seu grau de despossessão: grande parte dela sequer dispõe dos documentos básicos, indispensáveis para atos civis e ao exercício da cidadania

> política, razão pela qual "tirar os documentos" aparece entre as sugestões dos entrevistados para mudar de situação. (BORGES 2010:27)

A exposição a riscos e a condições de vulnerabilidade, já tratadas do ponto vista da literatura consultada neste trabalho, é inerente à vida dos indivíduos que compõem o grupo em questão. Assim poder-se-ia trazer uma gama de possibilidades de discutir esse tema. Considerando os limites que o estudo ainda registra, em função do caráter inicial da pesquisa, considera-se importante apontar alguns achados decorrentes do levantamento de dados já realizado pela autora deste trabalho, através de observações diretas em locais de concentração de pessoas em situação de rua e instituições de abrigo e assistência. Dessa forma, podem ser aqui apresentadas algumas evidências, dentre as quais se destacam, primeiramente, as questões de saúde, já discutidas em muitos trabalhos publicados, os quais indicam a prevalência de diversas enfermidades, como é o caso da tuberculose. Essa doença é tida como um dos maiores riscos à saúde da população em situação de rua, sendo sua prevalência dez vezes maior entre esse grupo, segundo o epidemiologista Paulo Lotufe, da USP (O Estadão, 2009). De acordo com o Ministério da Saúde, a população em situação de rua é a mais vulnerável à doença, sendo o risco de infecção 44 vezes maior que na população em geral (SILVA, 2014). Estudos sobre a situação de precariedade da saúde das pessoas em situação de rua evidenciam que:

> No setor saúde, emblemático para a reflexão sobre direitos sociais, a população em situação de rua enfrenta dificuldades extremas para ter acesso aos serviços públicos. Esta população está imersa em uma realidade na qual a negação de direitos básicos é a tônica, a necessidade de sobrevivência torna-se imperativa e nem sempre está relacionada ao cuidado à saúde. Tal fato reforça a tendência dos indivíduos a não priorizar procurar tratamento médico, a não ser em situações de emergência, como traumatismos, agudização dos sintomas ou em estágios avançados de enfermidade. Vivendo em um universo no qual vivenciam inúmeras situações de privação e violência, tendo a cada dia o único objetivo de garantir a sobrevivência física, as pessoas em situação de rua são intensamente vulneráveis aos agravos à saúde, apresentando uma série de patologias inerentes às suas condições de vida. (DANTAS, 2007:42-43)

É comum encontrar, entre a população de rua, pessoas que já sofreram acidentes graves por mais de uma vez, como atropelamentos de veículos, e apresentam sequelas graves, como, por exemplo, problemas que comprometem a locomoção. Em geral os acidentes ocorrem à noite em momentos em que as pessoas estão atravessando as ruas sob efeito, por exemplo, de alguma substância psicoativa. Nessas situações, se estão próximos a outros moradores em situação de rua, podem ser socorridos por eles, que pedem ajuda a instituições que prestam alguma assistência, ou a transeuntes. Outros tipos de acidentes, em decorrência da exposição a riscos, são frequentes, como, por exemplo, o desabamento de abrigos precários, "condenados" para uso pelos órgãos de fiscalização dos imóveis fisicamente degradados, abandonados pelos seus proprietários. Nesses espaços, espalhados principalmente pela região do centro histórico da cidade e a região do antigo comércio, é facilmente identificada a presença de pessoas abrigadas durante a noite. Não são raras, na cidade, ocorrências de desabamentos no período de chuvas fortes e de incêndios provocados por acendimento de fogo para cozinhar alimentos, proteger-se do frio ou para afugentar insetos, além de improvisações de ligações de fios elétricos,
As questões relacionadas à exposição constante a processos de vulnerabilidade envolvem um dos mais graves problemas vividos pelo grupo: a violência. Ela pode ser desencadeada em conflitos internos ao grupo, ou por indivíduos que exacerbam o preconceito e a rejeição, além da violência institucional, manifestada por policiais e por prestadores públicos de assistência à saúde, por exemplo. Recente estudo sobre o fenômeno possibilitou a seguinte constatação:

> Morar nas ruas quase sempre significa vivenciar processos de vulnerabilidades. Vulnerabilidades aos "riscos" de vida na rua que se transformam em medo cotidiano de ter os pertences roubados, de ser agredido por alguém entre os iguais da rua em alguma briga por espaço ou em uma desavença, de ser vítima de violência simbólica, física e sexual; de ser alvo de agressões inesperadas vindas de setores preconceituo-

> sos da sociedade para com esse público, ou mesmo dos órgãos oficiais responsáveis pela segurança. (UFRJ, 2013:36)

Usando papelões, colchões velhos e pedaços mais resistentes de plástico, as pessoas em situação de rua são encontradas sozinhas ou em grupos, dormindo em locais como marquises, sob viadutos, nas proximidades de terminais de ônibus, ou em casas abandonadas, para se proteger do sereno e das chuvas fracas. Mas o frio do inverno, mesmo curto, da capital baiana e o sereno os torna alvos potenciais para aqueles que, geralmente sem uma motivação concreta, os violentam e vitimizam. Alguns reconhecem que aqueles que "aprontam" já vivem na espera de vingança. Esse "aprontar" vai desde os pequenos furtos até a provocação de donos de estabelecimentos, ao insistirem em permanecer em locais de onde já foram "enxotados".

No trabalho exploratório, que baliza as descrições de situações observadas, foi registrada a fala de uma integrante de uma instituição de apoio muito reveladora das situações de risco e vulnerabilidade:

> Uma vez chegou aqui um Senhor, todo inchado, tinha apanhado bastante, chegou aqui num estado deplorável. Ele já tinha se integrado na comunidade, mas voltou pra rua de novo, pra liberdade. O rosto todo inchado, apanhou muito na rua, muito mesmo. Tava com o rosto bem inchado mesmo! Ele veio porque sabe que aqui a gente encaminha para receber atendimento médico, depois o medicamento e tal. Ai ele já recorre porque confia para encaminhar, mas a maioria não vem. No geral, se eles não acham alguém pra encaminhá-los, então ficam feridos e muito doentes, e é mais complicado. Até pela falta de fé mesmo, nas instituições.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou evidenciar, brevemente, as visões de diversos autores sobre temas que, como foi explicitado, são de grande complexidade, estimulando uma vasta produção científica em busca de ampliar a base conceitual e interpretativa de fenômenos sociais como o que aqui foi tratado. A tarefa aqui, apesar de curta, foi a de contribuir para melhor compreender e descrever um grave e complexo problema que afeta um grupo expressivo de indivíduos na sociedade brasileira, sobretudo no que concerne à exposição a processos de vulnerabilidade e risco. As aproximadamente 40 mil pessoas que estão em situação de rua no Brasil vivem o medo da violência como principal inquietação. É evidente que outros tantos problemas perseguem diuturnamente esse grupo, como as questões relacionadas às enfermidades, **à** garantia de alimentação e **à** busca de um lugar "possível para dormir", que ofereça proteção do frio, da chuva e do calor.

As casas de apoio, os albergues públicos, que poderiam ser uma alternativa exitosa não só de acolhimento integral, mas de reduzir as possibilidades de exposição aos riscos, são vistas pelo grupo como locais onde a liberdade será tolhida pela vigilância estabelecida através das regras formais. Nesses espaços, onde poderia ser possível um processo de trabalho multidisciplinar voltado para o retorno das pessoas ao convívio com seus familiares e **à** vida social mais ampla (formação, trabalho, estudo, etc.), observa-se a disseminação da rejeição e da hostilidade entre os usuários e os que, ao tomar conhecimento de fatos, repudiam veementemente esse tipo de instituição. Sendo assim, a rua com todos os perigos que nela se encontram continua sendo o local mais buscado, considerando aqui as colocações de Beck (1997) sobre as dificuldades de se definir o perigo no campo científico, **já que ele "é sempre uma construção cognitiva e social"**.

Para finalizar resgatam-se as reflexões de Sara Escorel sobre o fenômeno da população de rua, quando ela afirma: «´A rua é o espaço do imprevisível, da insegurança e da visibilidade, do perigo constante que espreita`» (ESCOREL, 1999:255). Nesse espaço, há uma temporalidade própria, a do "eterno presente" a ausência de perspectiva de futuro.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. (2002), Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas / Miriam Abramovay *et al*. – Brasília: UNESCO, BID. 192 p.

ALMEIDA FILHO, N.; ROUQUAYROL, M. Z. (2002). Introdução à epidemiologia. 3. ed. Rio de Janeiro: MEDSI.

ALMEIDA FILHO, N. de. (1989), O problema do objeto de conhecimento na epidemiologia. In: COSTA, D. C. (Org.) Epidemiologia: teoria e objeto. São Paulo: Hucitec, 1989.

AYRES, J. R. C. M.; FRANÇA JÚNIOR, I.; CALAZANS, G. J. & SALETTI FILHO, H. C. (1999). Vulnerabilidade e prevenção em tempos de Aids. Em: Barbosa, R. M. & Parker, R. G. (Orgs.) Sexualidades pelo avesso: direitos, identidade e poder. São Paulo: Editora 34.

BECK, U. (1997), A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASCH, S. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BRASIL. (2007), Ministério do Trabalho e Emprego/Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Aspectos conceituais da vulnerabilidade social. Brasília.

CASTEL, R. (2005), A insegurança social: o que é ser protegido? Petrópolis: Vozes.

CASTEL, R. (1997), A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à "desfiliação". Cadernos CRH, nº 26 e 27, pp. 19-40.

CZERESNIA, D. (2001), Risco epidemiológico e vigilância sanitária, 2001. "As várias faces do conceito de risco em vigilância sanitária" ago. 2001. Disponível em: www.anvisa.gov.br/institucional/snvs/coprh/seminario/risco_epide.pdf2001. [consultado em 11-03-2007].

DANTAS, M. (2007), Construção de Políticas Públicas para População em Situação de Rua no Município do Rio de Janeiro: Limites, Avanços e Desafios. Dissertação apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Rio de Janeiro, marco de 2007. Disponível em http://www.rederua.org.br/textos_moradores/construcao_de_politicas.pdf

DOUGLAS, M., WILDAVSKY, A. (1982), Risk and culture: An essay on the selection of technological and environmental dangers. Berkeley, CA: University of California Press

ESCOREL, S. (1999), Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASCH, Scott. (1995), Modernização reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP.

GIDDENS, A. (1997), A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASCH, S. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. p. 73-133.

GIDDENS, A. (1991), As Consequências da Modernidade. São Paulo: Unesp.

GIDDENS, A (2002), Modernidade e Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

GOFFMAN, E. (1975), Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC.

GUIVANT, Julia S. (2001), A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. Estudos Sociedade e Agricultura. 16, Abril. p. 95-112.

HORA, S. B. da., GOMES, R. L., (2009), Mapeamento e avaliação do risco a inundação do Rio Cachoeira em

trecho da área urbana do Município de Itabuna/BA. Soc. nat. (Online) [online]. vol.21, n.2, pp. 57-75. ISSN 1982-4513. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S1982-45132009000200005.

KAZTMAN, R. (2001), Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. Revista de la CEPAL, Santiago do Chile, n.75, p.171-189.

KOWARICK, L. (2003), Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil — Estados Unidos, França e Brasil, Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 6185.

MAZZA, J. (2005), Inclusão social, mercados de trabalho e capital humano na América Latina. In: BUVINIC, M.; MAZZA, J.; DEUTSCH, R. (Orgs.). Inclusão social e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Elsevier.

NASACIMENTO, E. P. (2000), Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. IN: BURSZTYN, M. (Org.) No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. Rio de janeiro. Garamond, p. 56-87.

NEVES, T. P. das N., GUILAM, M. C. R. (2007), Diminuindo riscos, promovendo vida saudável: o conceito de risco na promoção da saúde. Salusvita, Bauru, v. 27, n. 3, p. 283-299.

SANT'ANNA. Emiliano (2009), Tuberculose é o maior risco a moradores de rua. Disponível em:http://www.estadao.com.br/noticias/geral,tuberculose-e-maior-risco-a-morador-de-rua,398122 . Publicado em 05 de julho de 2009.

ROSA, A. da S.; CAVICCHIOLI, M. G. S.; BRETAS, A. C. P. (2006), O processo saúde-doença-cuidado e a população em situação de rua. Rev. Latino-Am. Enfermagem [online], v. 13, n. 4, p. 576-582, 2006.

SHEPPARD, M. (2006), Social work and social exclusion: the idea of practice. Aldershot: Ashgate.

SILVA. A. T. R. da. (2006), Educação Ambiental na Sociedade de Risco. III Encontro da ANPPAS: 23 a 26 de maio de 2006 – Brasília-DF. Disponível em www.anppas.org.br/encontro_anual/.../TA41-07032006-002756.DO. [consultado em 20-09-2014].

SILVA. A. P. Da. (2014), Escola Nacional de Saúde Pública – ENASP. Conheça mais sobre tuberculose, sintomas e formas de tratamento. Disponível em: http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/35603. [consultado em 20-09-2014].

SCHUCH, Patrice (2007), "Aproximações com as Pessoas em Situação de Rua". In: UFRGS/LABORS. Relatório I de Pesquisa: Cadastro de Adultos em Situação de Rua e Estudo do Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre/RS. POA, UFRGS, (meu.).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. (2013), Segurança Pública e Populações em Situação de Rua: uma análise sobre a formação de agentes da segurança pública e suas relações com pessoas em situação de rua. (meu)

VARANDA, W; ADORNO, Rua de C. F. (2004), Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. Saúde Soc. [online], v. 13, n. 1, p. 56-69.

VEYRET, Y. (2007), Os Riscos: o homem como agressor e vitima do meio ambiente. São Paulo: Contexto.

ZALUAR, A. (1995), Comentários dos assessores sobre o perfil da população de rua. In: ROSA, C. M. M. (Org.). População de rua: Brasil-Canadá. São Paulo: Oscite p. 53-61.

A atenção psicossocial e as intervenções estratégicas em contexto de pós-desatre: a experiência das cidades serranas do estado do RJ

Simone Santos Oliveira*

Lúcia Rios Benevides*

Sergio Luiz Dias Portella*

Resumo: As principais estratégias nas ações psicossociais no período pós-desastre não estão nos serviços especializados em saúde, mas no fortalecimento da rede de atenção primária, na ação dos agentes comunitários de saúde e dos voluntários, que são os contatos mais próximos a comunidade e que elevam em muito o nível de resolutividade das ações. Os efeitos de um desastre sobre a saúde se manifestam tanto no físico, quanto no mental e no social. Tradicionalmente, os aspectos emergenciais mais abordados e priorizados em um desastre são: a atenção médica imediata, aspectos de infraestrutura local em saúde e seus recursos, aspectos de saneamento básico e o risco de uma epidemia. Recentemente, a atenção psicossocial vem ganhando espaço na assistência dada em eventos catastróficos.Sendo assim,faz-se necessário discutir a formação dos profissionais de saúde,em destaque aqui o psicólogo e suas técnicas, voltada para potencializar a autonomia dos assistidos.

1.Introdução

Este estudo faz parte de uma pesquisa maior que visa analisar as relações e atuações institucionais e profissionais entre os diversos grupos e comunidades implicados no processo de desastre da região serrana do Rio de Janeiro em janeiro de 2011, buscando contribuir para o fortalecimento e ampliação da capacidade de enfrentamento nesses contextos, com ênfase nos aspectos psicossociais. As consequências desse evento se manifestaram em várias dimensões: socioeconômica, subjetiva e simbólica. Procuramos dar destaque às correlações entre os inúmeros profissionais envolvidos na resposta ao desastre e a própria população afetada - dos que oferecem os cuidados e de como se cuidam ou são cuidados aqueles que cuidam -, para contribuir com as ações de prevenção e promoção da saúde e compreender de que maneira as ações foram e são normatizadas e operacionalizadas, considerando as interações das instituições e os efeitos gerados nos territórios. Mesmo que a atenção psicossocial venha ganhando espaço nas ações pós-desastres, referimo-nos aqui à atenção psicossocial num sentido amplo, não apenas para uma ação voltada para o sofrimento psíquico gerado pelas aflições no momento de crise, devido a perda de pessoas queridas, perda de suas casas, ou do próprio controle de si. Existe aqui uma perda de amplitude muito maior, a perda simbólica, perda identitária, que envolve aspectos objetivos e subjetivos das trajetórias de vida, individuais e coletivas. É a desorganização de um espaço no qual as famílias tecem, em sua privacidade, a base para vínculos sociais externos. Falamos de uma atenção psicossocial capaz de alargar as representações envolvidas nas definições de um evento, concebido muitas vezes como um processo a-histórico, desvinculado das relações políticas e sociais expressas nos territórios, prejudicial à superação e recuperação do processo de desastre por uma comunidade.

Podemos afirmar que a catástrofe serrana, foi uma das de maior impacto nacional, em que foram contabilizados 913 mortes, 8.901 desabrigados e 23.045 desalojados (Freitas et al. 2013:4). Trouxe como um dos seus efeitos a reconstrução do aparato legal relativo ao tema, com a instituição da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, lei nº 12.608/2012, onde o termo «proteção » aparece pela primeira vez dentro da lógica de resposta militarizada pela expressão «Defesa Civil» da Segunda Guerra Mundial. A Defesa Civil foi instituída sob a

*Fundação Oswaldo Cruz
simone@ensp.fiocruz.br; sportella@fiocruz.br; lurios10@hotmail.com

lógica de comando e controle à semelhança de ações militares, na qual a prática de atendimento emergencial era a única priorizada, sem grande atenção dada a necessária anterioridade das atividades de prevenção (Valêncio,2010). Essa lógica de resposta militarizada acabou contaminando tanto a prevenção como as ações de reestruturação pós-desastres, onde a lista de atividades a serem realizadas são altamente prescritivas, independendo da realidade onde são aplicadas. E mesmo que, a participação social seja colocada em destaque, ela acaba por ser minimizada pela sua própria prescrição, desqualificando suas características e diferenças locais que são a sua maior riqueza. Essa invisibilidade da comunidade acaba na outra ponta por tornar invisíveis também os aspectos psicossociais vivenciados pela população e considerados, então, "normais" – indicando que eles terão uma superação natural, quando os danos materiais e o esquecimento das perdas das vidas se fizerem irrelevantes na memória comunitária e individual. Se essas vivências são desqualificadas também o serão as potencialidades comunitárias e o círculo vicioso de uma resiliência negativa se fecha: os vulneráveis do evento extremo anterior são como que os vulneráveis do futuro evento.

Como em Giddens (2002), percebemos que a posição social é o que conta em alguns riscos. Sendo assim, «a desigualdade social reflete não apenas na distribuição material de riquezas, mas também na distribuição dos riscos.» É através dos elementos de exposição ao risco e da propensão a ele (circunstâncias que aumentam ou reduzem a capacidade da população e da infraestrutura física para responder às ameaças) que se constrói o conceito de vulnerabilidade. Em *stricto sensu*, vulnerabilidade é o potencial para a perda, e para representá-la localmente, é preciso apreender a intersecção entre os elementos físicos e sociais (Cutter, 2011:60). Essa definição é adotada na geografia enquanto vulnerabilidade ambiental, que considera aspectos regionais e de ecossistemas, ditos territórios, embora não com o sentido político amplo que convém a esta categoria. Lançamos mão aqui do conceito de vulnerabilidade socioambiental, o qual visa unir aspectos tantos sociais, em relação a indivíduos, famílias ou grupos sociais, quanto os aspectos ambientais, visando assim a vulnerabilidade da população de um determinado território (Alves, 2006:46).

Um destaque crescente vem sendo dado à problemática do risco e da vulnerabilidade socioambiental como componentes essenciais para a construção de políticas públicas de planejamento, gestão territorial e vigilância em saúde. Tal destaque delimita as discussões no que concerne à preparação e capacidade de recuperação das populações quando estão sob eventos extremos, os desastres, que para o efeito da pesquisa aqui proposta, sobredetermina a atenção psicossocial em fase de pós-desastres.

Esses debates também têm um caráter globalizado a partir dos fóruns internacionais, em geral relacionados a Organização das Nações Unidas, e possuem um conjunto de documentos de base, como o Quadro de Ação de Hyogo (2005-2015), que reforça a questão do risco, da prioridade do território e da redução da vulnerabilidade de populações, das quais os cidadãos que as constituem devem, de alguma forma, ser pró-ativos nessa redução.

Discutir o conceito de vulnerabilidade social não se trata apenas de recorrer a taxas de classificação de riscos e afirmarmos que a população X está mais exposta que a população Y, nem de correlacionar fragilidades e impotências apenas a aspectos estruturais. Este conceito deve sempre ser discutido considerando a dinâmica e a estrutura da comunidade em foco (Marandola et al. 2009). Dessa forma, focalizar as táticas territorializadas na prevenção do risco e como elas se interligam e se entrelaçam formando um todo momentâneo de alianças políticas, sociais, econômicas, científicas – e até mesmo culturais (em seu termo mais estrito) - onde os próprios estudos definidores da sociedade de risco a compõem-, passa a ser fundamental. Termos como referência as próprias populações, que no território, vivenciam essas táticas, junto com os profissionais da assistência, compõem de maneira especial essa necessidade de compreensão.

2.Método

O tema de desastres é permeado de significados, motivações, aspirações, valores e atitudes, que nos revela um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, irredutíveis a uma análise operacional das variáveis. Portanto, essa pesquisa pretende adotar a abordagem qualitativa, para propiciar o encontro dos pesquisadores com os atores sociais e institucionais, na perspectiva de compreender a realidade em que vivem e revelar a dinâmica dessas relações (Minayo, 20010).

Devido a pouca informação sobre o evento de 2011 em produções científicas, recorremos também a noticiários de grande vinculação, através de um levantamento realizado entre agosto e dezembro de 2013, que nos fornecesse base para uma análise local dos efeitos na cidade de Teresópolis.
Acompanhamos três encontros da Força Especial de Suporte Psicológico (FESPsi) da Cruz Vermelha RJ (CV/RJ), um dos espaços no qual a formação do psicólogo para atuar em emergências, mesmo que aqui em caráter voluntário, vem sendo discutido, fazendo uso da observação participante e posteriores registros em diário de campo.
Lançamos mão de entrevistas semi-estruturadas, para as quais foram selecionados 7 psicólogos, por meio da técnica bola de neve, que atuaram no atendimento aos assistidos em Teresópolis, a partir das Instituições surgidas nas falas dos entrevistados, a saber: Cruz Vermelha, Médicos Sem Fronteiras, Ambulatório de Saúde Mental do Município e Associação de vítimas. Foi poupada a identidade dos psicólogos entrevistados, referindo as falas pelas siglas P1 a P7, em seguida a instituição de pertencimento: CV,MSF,AVIT,SMS.
Foi utilizado o método de interpretação de sentidos, considerando o contexto, as razões e lógicas individuais e sociais, bem como a experiência de cada profissional nos relatos obtidos. Estabelecemos categorias analíticas a partir das leituras e também através dos depoimentos dos sujeitos. Buscamos seguir as seguintes etapas: 1) leitura compreensiva das transcrições, visando a: impregnação dos depoimentos; visão de conjunto; e apreensão das particularidades do material; 2) separação dos depoimentos por temática; 3) identificação das ideias explícitas e implícitas nos depoimentos; 4) busca por sentidos mais amplos que articulam modelos subjacentes às ideias (MINAYO,2010)

3.Resultados

3.1 Teresópolis, umas das cidades serranas fluminense

Quando focamos especificamente o município de Teresópolis, também encontramos populações afetadas que ainda lidam com a reconstrução e minimização dos impactos sofridos, após terem seu cotidiano severamente atingido pelos desastres, pelo despreparo e morosidade do poder público. O município de Teresópolis, que integra a região serrana do Estado do Rio de Janeiro, ocupa uma área de 770,507Km², tendo cerca de 164.000 habitantes (IBGE, 2012). O desastre de 2011 na cidade de Teresópolis deixou marcas irretratáveis. A cidade obteve os maiores números de desalojados (9.110), de desabrigados (6.727) e de óbitos (392) em relação ao levantamento feito nas outras cidades serranas vizinhas (Freitas et al. 2012). Das 3.400 habitações atingidas em Teresópolis, 65% pertenciam à população de baixa renda, sendo que duas mil tiveram o retorno de seus moradores. A defesa civil interditou 1.392 construções, 630 casas vieram abaixo, 80 ruas foram danificadas e 50 km de rios assoreados (G1, 2013).
A cidade possuía um mapa das regiões de riscos desde 2007, e contava com Plano Municipal de Redução de Riscos, Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável e Plano de Continência, mas estavam defasados. Além disso, estaria previsto, entre 2007 e 2010, o repasse de R$ 11.617.700,00 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a construção de novas habitações, com o objetivo de conter a ocupação desordenada. Outros R$ 71.700,00 do PAC estavam previstos para a criação do Plano Municipal de Habitação (O Globo, 2011, G1, 2013). Em relação a atenção psicossocial, segundo a portaria nº 336/GM (BRASIL, 2002), para cada município que possua entre 70.000 e 200.000 habitantes, deverá haver um CAPS II (Centro de atenção psicossocial), um CAPS AD (álcool e drogas) e rede básica de atenção a saúde mental, porém, Teresópolis só conseguiu implantar um CAPS no semestre seguinte a catástrofe, sendo necessário que a própria secretaria de saúde do município aceitasse mão de obra voluntária de seis psicólogos da cidade para dar suporte a demanda imediata. E, ainda hoje, os servidores da rede de saúde mental lutam pela instituição de um CAPS AD, dado o aumento do uso de substâncias psicotrópicas no desenrolar desse processo.
No entanto, Teresópolis foi a única cidade que recebeu a instauração de um Centro de Convivências da Cruz Vermelha para suporte psicossocial aos afetados de forma direta ou indireta pelo evento. Além do mais, Teresópolis conta com a atuação da Associação de Vítimas da Chuva (AVIT), importante órgão de militância

dos afetados, que proporciona aconselhamentos jurídicos, oficinas terapêuticas, e luta por direitos como habitação e aluguel social, até hoje negligenciados.

3.2 Psicologia das emergências e desastres

A pesquisa em curso pretende contribuir para a orientação da atuação da psicologia nesses contextos, visando a formação de agentes de transformação social. Destacar atenção psicossocial em fase de pós-desastres é importante em função da invisibilidade das depressões, inadaptações emocionais e falta de sentido de seu próprio cotidiano quando comparadas à visibilidade da perda de vidas e destruição material. Estas últimas, todas, capazes de serem quantificáveis física e economicamente.

No Brasil, os espaços de discussão sobre os diversos modos de colaboração e intervenção da Psicologia em contextos de desastres e emergência ganharam, recentemente, um foco estratégico. Em 2006, a Secretaria Nacional de Defesa Civil aceitou a proposta de trabalho em colaboração com o Conselho Federal de Psicologia (CFP), realizando desde então, dois Seminários Nacionais de Psicologia das Emergências e dos Desastres, o primeiro em 2006, o segundo em 2011 (CFP, 2011:11).

O código de ética dos Psicólogos diz em seu Artigo primeiro, *alínea d*, que é dever fundamental dos psicólogos prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência, sem visar benefício pessoal. Segundo a OMS (2010), para um evento ser classificado como catástrofe, deve-se seguir quatro critérios: ter mais de dez vítimas fatais, ter afetado a cem ou mais pessoas, ter obrigado autoridades locais a declararem estado de emergência e terem sido, assim, obrigados a solicitar apoio internacional. Para dar conta desta demanda social e política existente e deste dever prescrito, a Psicologia das Emergências e dos Desastres precisa fazer parte do currículo como área de formação, na qual as discussões sobre saúde e direito sejam partem integrante e fundamental dessa abordagem. É essencial que a Psicologia se debruce sobre modos de enfrentamento dos desastres que contemplem o controle social e público sobre a criação de políticas de prevenção, que aposte na potencialização do exercício da cidadania por esses grupos.

A maioria das reações psicológicas desencadeadas num período pós-desastre deve ser encarada como sintomas normais devido ao evento traumático vivenciado, e não como algo patológico. A melhor alternativa de atendimento para estas crises está nos atendimentos ambulatoriais ou nas próprias comunidades, e não em ações hospitalares ou de internação. Existe um mito de que os desastres aumentariam a incidência de psicoses nos locais do desastre, o que estudos epidemiológicos não têm conseguido confirmar. Existe na verdade alguma agudização de transtornos já existentes, não o surgimento de novos casos (OPAS, 2002:78).

Outro mito existente é de que a o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) seria o de maior incidência nos cenários pós-desastre. Na verdade, estudos revelam que quadros de altíssimos níveis de ansiedade e quadros de depressão com ideação suicida são os mais recorrentes, e que a incidência do TEPT tem-se mostrado pequena em relação ao esperado pelos pesquisadores (Figueira, 2004:20; OPAS, 2002:47). Os sintomas característicos do TEPT são reações normais após a vivência de desastres naturais (Figueira, 2004:21). Saber que «os pensamentos recorrentes sobre a catástrofe são normais e devem ser compartilhados » é uma das recomendações às vítimas feita pela OPAS (2002).

Buscamos então na literatura científica, estudos que nos orientassem quanto às estratégias de intervenção psi, do ponto de vista mais técnico da formação, visando contribuir para as normas protocolares da atuação do psicólogo das emergências e dos desastres. Após um trabalho de revisão, Reyes et al. (2004:408) propõem cinco modelos de intervenção em contextos de desastres: 1) A atenção em crise, centrada em mitigar o estresse pós-desastre, vincular os sobreviventes aos recursos disponíveis na comunidade e ajudar na criação de um plano de recuperação a curto prazo em que se assegure as necessidades básicas da comunidade pela mesma; 2) Psicoeducação, que se dirige a líderes comunitários de populações em risco, que visa enfrentar os desastres de maneira assertiva, clara e eficaz; 3) a técnica do Debriefing; 4) a técnica do Defusing, que se propõem a desativar os mecanismos que podem ativar "a bomba" psicopatológica; 5) finalmente os Primeiros Auxílios Psicológicos, não necessariamente providos por psicólogos, mas por qualquer pessoa treinada, com o objetivo de proporcionar apoio e evitar a morte, direcionando a pessoa para um serviço mais profundo e especializado.

Devilly et al.(2003) contribuem para essa discussão através de uma revisão sistemática focada na técnica do *debriefing*. O *debriefing,* técnica de intervenção imediata após um trauma que visa evitar patologias de longa duração por meio da reconstrução narrativa da experiência e da ventilação catártica de seus impactos penosos, aumentou a probabilidade de desenvolvimento do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) quando comparado com a não-intervenção, ou seja, um impacto negativo, ou de pouca melhora. Revela ainda uma possibilidade da falta de eficácia do *debriefing* devido a sua interferência num processamento natural de superação num evento traumático e por levar os atingidos a se desviarem do suporte da família, amigos e outras fontes de suporte social à favor de uma noção equivocada de que uma intervenção profissional é sempre necessária, ou mais adequada/preventiva. Após o evento, Devilly et al. (2003) reforça que «a primeira necessidade é a informação». Os atingidos precisam saber o que houve, para aonde irão, precisam de notícias de seus familiares e amigos, precisam saber quais documentos precisarão, que documentos precisarão preencher e o por que, dentre outros passos a serem descritos. O psicólogo deve fazer uma triagem com os afetados, identificando assim aqueles que apresentam alguma patologia prévia, porque aí, talvez, o *debriefing* possa oferecer um apoio (Devilly et al. 2003:48).

Fernandes et al. (2013) fazem uma discussão a respeito do suporte psicossocial oferecido no período pós-desastre. Narram uma experiência de famílias abrigadas, depois de uma enchente em zona rural do Rio Grande do Sul em 2008, as quais expressaram o seu estranhamento ao receberem donativos de desconhecidos, assim se auto-percebendo como vulneráveis ao se depararem desprovidos de seus utensílios habituais, bem como de seus objetos essenciais e simbólicos que representavam sua identidade individual e familiar. Neste estudo, o suporte oferecido pelos membros da comunidade, sendo mantidos no mesmo abrigo, ou mantendo-se o convívio através de trabalhos conjuntos numa tentativa de reconstruir suas rotinas, ou criar um ambiente com algo que pudesse gerar uma segurança familiar a vida antiga, foi apontado como mais potente do que o suporte oferecido por parentes distantes (moradores de outras localidades).

Não se trata de desmerecer a assistência humanitária, mas de priorizar uma ação na qual a demanda parta dos afetados, considerando-os como sujeitos de sua própria história, negligenciados dos seus direitos mais primórdios, como habitação e saúde, porém munidos de um saber próprio e local necessário para uma interação sociotécnica. O suporte psicossocial pode ser compreendido como o processo de facilitação à resiliência dos indivíduos, das famílias e das comunidades, em que busca neste processo o respeito a autonomia e a dignidade, favorecendo as estratégias de enfrentamento das situações vivenciadas. No entanto, pensamos que antes de planejar uma ação de suporte psicossocial, é extremamente importante que a comunidade possa expressar e defender o que entende por bem-estar.

Todavia, quando participamos de encontros os quais abordam a prática dos psicólogos em desastres, ou mesmo quando consultamos a literatura acadêmica sobre a atuação do psicólogo nesse contexto, é predominante a visão meramente diagnóstica na fase das respostas, ou uma matriz cognitivista baseada em trabalhos sobre a percepção de riscos com enfoques individuais, sobre a crença na "conscientização" para "esclarecer" ou no planejamento de "treinamentos" para que os afetados possam "aprender" a lidar com o risco na fase da prevenção. Essa abordagem a-histórica ignora uma análise estrutural das injustiças sociais latentes nos contextos de desastres, reforça o discurso da medicalização bem como o da anormalidade e reduz o processo atenção a uma relação de poder.(Cohen, 2008; Valêncio, 2010; CFP, 2011; Marin et al. 2010; North, 2013;).

Segundo Canguilhem (1990), médico e filósofo, «a vida é uma polaridade dinâmica », na qual saúde e doença são polos de um processo contidos um no outro, atribuindo ao individuo a responsabilidade de distinguir o ponto em que começa a doença. Sendo assim, saúde e doença seriam dois fenômenos qualitativos diferentes e opostos que implicam forças em luta, rejeitando a ideia de que o fenômeno patológico seria mera variação quantitativa dos fenômenos normais. A expressão «modos de andar a vida »/ «modos de ser a vida » é atribuída a Canguilhem como alternativa ao termo comportamento devido a noção de «capacidade normativa » do indivíduo, ou seja, a capacidade de instituir normas diferentes em condições diferentes.

Diversos autores quando orientam para uma intervenção psi em contexto de eventos extremos, sugerem uma «triagem prévia » dos afetados, na qual pessoas com patologias já anteriormente desencadeadas sejam atendidas e priorizadas no acompanhamento (Devilly et al. 2003; Cohen,2008; Marin et al. 2010; Rodriguez et al.2010; North, 2013;etc). Mas, pela abordagem vitalista de Canguilhen, a saúde é liberdade, em suas mais diversas

formas. Liberdade de ação individual e coletiva, liberdade de adaptação física, de expressão do desejo, do uso da criatividade e inteligência. Se restringirmos a participação dos afetados em virtude de um diagnóstico prévio, se tolirmos a energia vital expressa pelo desejo de cooperação, estaremos impondo a doença, e, como diz Canguilhem, « 'a doença é abalo e ameaça à existência'» (Canguilhem, 1990:146).

Cohen (2008:155-156), atuante em contexto de desastres desde a década de 70, vem dedicando sua vida para a capacitação de profissionais de saúde para intervenções nesses contextos, alguns temas como elaboração de perda/luto e adaptação, capacidade de enfrentamento, reações traumáticas, podem ser de conhecimento prévio dos profissionais, por serem trabalhados em clínicas e hospitais também, porém, o como aplicar a prática em áreas não usuais como abrigos, bairros destroçados e sobreviventes impactados pelo evento, era uma competência desconhecida. Alerta ainda para o fato de que os profissionais de saúde atuantes nos locais de desastres são também, muitas vezes, vítimas da catástrofe, e são convocados a assumirem suas responsabilidades em meio a crise, por isso eles também devem ser alvo de cuidados.

> Eu me apresentei na delegacia (cidade de Teresópolis), não sabia o que fazer, mas queria ajudar... acompanhei os familiares no reconhecimento dos corpos, muitas vezes eu não falava nada, mais pela presença, pelo toque...foi muito difícil, era uma situação inédita!Depois me apresentei no abrigo, tinha uma salinha, eu entrei ali e fiquei esperando quem queria ser atendido...sempre atuei em consultório, era minha prática. Depois comecei a me familiarizar mais com o contexto... (P1, AVIT)

Dentro da formação do psicólogo, existem várias propostas de atuação, cada uma com a sua prescrição própria de modos de agir, seja na clínica, no meio organizacional, hospitalar, escolar, social ou jurídica. A clínica representa a área de atuação da psicologia mais enraizada no imaginário social possível, com todo o seu lugar de suposto da saber e suposta neutralidade cientifica de atuação, porque o psicólogo « 'Não pode se fragilizar a ponto de chorar com o paciente.' 'Tem que ser forte também!' » (P2, CV).

Se desvincular dessa construção do senso comum, bem como também da rigidez de algumas vertentes clínicas que protocolam sua intervenção psi, representa o que Schwartz (2000) chamou de «debate de normas». Essas normas que antecedem a atuação cristalizam as aquisições da inteligência, da experiência coletiva e dos poderes estabelecidos, sem considerar o meio, as condições, e o indivíduo. Schwartz lança mão do conceito ergológico de «corpo-si», que a ergologia utiliza para se referir a tudo no sujeito que envolva do mais biológico ao mais cultural, social, psíquico. Este corpo-si diz sobre as dramáticas que atravessam a atividade industriosa, quando o profissional faz escolhas, cria normas, transgride prescrições, embates tão necessários na circunscrições do trabalho real e do agir competente.

Para Schwartz (1998), o agir em competência articula cinco ingredientes entre si, a saber: 1º) a apropriação das normas/protocolos; 2º) a incorporação dos saberes investidos na atividade/saberes da experiência/ ressignificação das normas; 3º) capacidade de articular ingrediente 1º e 2º, numa dialética, uma inventividade dinâmica «'diante da conjunção localmente particular e inédita'» (Schwartz,1998:8); 4º) o debate de valores que atravessa toda a atividade, valores não mercantis, entre eles o bem comum/ o sujeito que transforma ou não seu espaço de normalização e 5º) a relação com o saber, a busca por uma educação continuada, pela oportunidade de aprendizagem e mais qualidade no trabalho.

O trabalho em eventos extremos representa também um debate de valores que envolve o risco e a priorização da proteção da vida humana:

> Quando a gente trabalha com a morte, a gente qualifica a vida! Eu não centralizo informação, porque você não sabe se amanhã estará ali, se você não puder estar, tem que disponibilizar todo o processo, de como funciona...(P3,CV).

Uma atividade de risco que te desafia a tomar decisões que muitas vezes leva os profissionais a quebrar protocolos, ter jogo de cintura e prever o pior a ponto de tomar decisões de gestão descentralizada como precaução. No duplo desafio, o profissional é conduzido a utilizar além da competência técnica, a sua história pessoal, nas escolhas para agir, frente aos sentimentos de angústia e o medo de falhar. Se por um lado as ações bem sucedidas são registradas como positivas, por outro, as ações com resultados negativos podem marcar a

vida do profissional de forma deletéria e definitiva. Caso a tomada de decisão seja acertada, mas o desfecho seja de óbito do acidentado, o profissional pode ser fadado a *tatuar* um sentimento de culpa ou incompetência. Estas situações podem promover diversas formas de adoecimento. Rodriguez et al. (2010:60) sugerem três mecanismos de defesa e adaptação a serem utilizados por esses profissionais em suas prestações de serviços: supressão, aceitação e humor. A supressão é a exclusão intencional dos pensamentos persistentes; a aceitação é o reconhecimento de que as coisas fogem o controle do prescrito, e o humor, utilizado com inteligência e audácia, é uma estratégia negativa e defensiva que permite a catarse da angústia dessa missão.

Mas que missão é essa que leva o trabalhador a planejar a continuidade do trabalho mesmo após sua morte? O que leva um trabalhador/sujeito a se arriscar para salvar vidas?

> Eu acho assim, amor, né? Amor ao próximo, boa vontade, capacidade de trabalhar em grupo...porque quem não tinha, não ficou, você tá vendo? Já tem uma seleção natural mesmo! Muita força de vontade, muita doação...além da competência de cada um profissional! (P4,SMS).

A imprevisibilidade é parte do processo de trabalho desses profissionais, que em condições adversas, com escassez de recursos, devem se engajar com o corpo inteiro, estar em alerta, pois são convocados a agir prontamente em situações heterogêneas e complexas. Lidar com o medo, com a dor e as perdas é um desafio constante. Veem-se o tempo todo fazendo escolhas. Fazem um uso de si que envolvem microescolhas, decisões a partir de suas capacidades e recursos. Ressaltamos a importância que essas decisões levem em conta as vulnerabilidades e possibilidades de superação dos afetados, e não somente se pautem a partir dos «saberes acadêmicos ou organizacionais, tendo em vista situações-tipo » (Schwartz, 2011:12). Escolhas e ações envolvidas em um debate de normas e valores para gerir as infidelidades do meio (Canguilhem, 2001:124), isso porque as «experiências e as microescolhas de gestão das situações se ancoram em um patrimônio de saberes acumulados e regulados por coerências internas » (Schwartz, 2011:6). A solidariedade na ação é vista como traço fundamental no perfil do profissional atuante em eventos extremos. A capacidade de compartilhar a atuação, trabalhando em grupo e o agir em competência, considerando a interação entre os ingredientes 1,2,3 e 4 de Schwartz (1998).

4.Considerações finais

O despreparo profissional para a atuação em desastre é sem dúvidas uma temática que merece atenção. Para contemplar essa formação, não basta estipular técnicas, padronizar procedimentos e sequências a serem reproduzidas de forma descontextualizadas, como se passíveis de serem postos em práticas por qualquer profissional (independente da experiência, da linha de atuação), em qualquer ambiente, sem pensar numa articulação entre Estado, técnicos e atingidos.

No caso especifico da psicologia, campo de conhecimento no qual as competências e contribuições são importantes para a construção da resiliência das comunidades atingidas, alerta-se para a necessidade de discutirmos essa atuação enquanto uma prática livre das padronizações mercantis, da velocidade globalizada e dos discursos verticalizados de um mundo globalizado que só contribuem para uma reprodução de desigualdades.

5.Referências Bibliográficas

ALVES, H. P.F (2006). Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. *Rev. bras. estud. popul.*, São Paulo, 23(1),pp.43-59.

BRASIL.(2012). Presidência da República. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Lei 12.608/12. Brasília.

BRASIL.(2002). Ministério da Saúde. Portaria 336/GM/MS Estabelece as modalidades dos Centros de Atenção Psicossocial de acordo com a abrangência populacional. Disponível em: http://dtr2004.saude.gov.br/susdeaz/legislacao/arquivo/39_Portaria_336_de_19_02_2002.pdf. [Consultado em 11-08-2012].

CANGUILHEM, G (1990)- O Normal e o Patológico. Tradução de Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas e Luiz Octávio Ferreira Barreto Leite. 3.ed. revisada e aumentada. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

CANGUILHEM, G (2001). Meio e normas do homem no trabalho. *Pro-posições*, 12(2-3) (35-36). jul-nov.

CUTTER,S.(2011) A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 93, p.59-69. Disponível em: http://rccs.revues.org/165

CFP. (2005). Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/legislacao/codigo_etica [Consultado em 15-10-2014]

CFP. (2011). II Seminário Nacional de Psicologia em Emergência e Desastres. *O Psicólogo no enfrentamento dos desastres,* Conselho Federal de Psicologia, pp.15-25.

COHEN,R.E. (2008). *Lecciones Aprendidas Durante Desastres Naturales: 1970-2007.* Terapia Psicológica, 28(2), pp.155-160.

DEVILLY,G.J.; WRIGHT,R.;GIST,R. (2003). *A função do debriefing psicológico no tratamento de vítimas de trauma.* Ver Bras Psiquiatr, 25(Supl I), pp.41-45.

FERNANDES, G.C.M.; BOEHS,A.E.; HEIDEMANN,I.T.S.B. (2013). *O Suporte social durante a transição familiar no pós-desastre natural.* Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 22(4),pp.1098-105.

FIGUEIRA, I. (2004). Tsunami 2004 – Qual Será o Impacto dessa Tragédia? *Psiquiatria Hoje – Jornal da Associação Brasileira de Psiquiatria*, *26*(6), p18-22.

FREITAS,C.M.,CARVALHO,M.L.,XIMENES,E.F.,ARRAES,E.F.,GOMES,J.O.(2012) Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência: lições do terremoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana, Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro , 17 (6).

G1, RJ(2013). Região Serrana.Governos investiram R$ 7 milhões em obras em Teresópolis. Disponível em http://g1.globo.com/rj/serra-lagos-norte/noticia/2013/01/governos-investiram-r-7-milhoes-em-obras-em-teresopolis-rj.html [Consultado em 15-01-2013].

G1, RJ (2013).Região Serrana. Associação de vitimas prepara homenagem em Teresópolis,*RJ*. Disponível em http://g1.globo.com/rj/serra-lagos-norte/noticia/2013/01/associacao-de-vitimas-prepara-homenagem-em-teresopolis-rj.html [Consultado em: 16/01/2013].

GIDDENS. (2002). A. Modernidade e Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

IBGE (2012).Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. *IBGE Cidades.* [banco de dados da internet]. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1 [Consultado em 11/08/2012].

MARANDOLA JR , HOGAN DJ. Vulnerabilidade do lugar vs. vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. *Rev. bras. estud. Popul*; 26(2):161-181, 2009.

MARIN, P. C.; LÓPEZ-LÓPEZ,W. (2010)Atención Psicológica Postdesastres: Más que um "Guarde La Calma". Una Revision de lós modelos de lãs estratégias de intervención. Sociedade Chilena de Psicologia Clínica. Terapia psicológica, 28(2),pp.155-160.

MINAYO,M.C.S.(2010). (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

NORTH, C.S. (2013), Mental Health Response to Community Disasters, A Systematic Review. Clinical Review & Education, 310(5),pp.507-518.

O GLOBO (2011). Blog. *Teresópolis já tinha mapa de risco desde 2007*. Disponível em http://oglobo.globo.com/blogs/razaosocial/posts/2011/01/13/teresopolis-ja-tinha-mapa-de-risco-desde-2007-356414.asp . [Consultado em 13-08-2013].

OMS. (2010). ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE . Centro de Colaboracion de La Oraganización Mudial de La Salud para La investigación de La epidemiologia de lós desastres (s.f.). Desastre Natural.

OPAS (2012). Organización Panamericana de la Salud . Protección de La salud mental em situaciones de desastres y emergencias. Washington DC: OMS.

REYES, G.; ELHAI, D. (2004) Psychosocial interventionsin the early phases of disasters. Psychoterapy: Theory, Research, Practice, Training. 41, 399-411.

RODRÍGUEZ, T.R.; MACHADO. V.R.N.; CASTELLÓN, D.C.S. (2010) Guia de intervención de salud mental em situaciones de desastres. Revista Eletrônica de lãs Ciencias Médicas en Cienfuegos, 8(1), PP 55-61.

SCHWARTZ, Y. (2000). A Comunidade Científica Ampliada e o regime de produção de saberes. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, n. 7, jul /dez .

SCHWARTZ, Y.,(2011).Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. Trab.Educ.Saúde, Rio de Janeiro,9(supl.1),pp.19-45.

SCHWARTZ, Y.(1998). Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel. Educação & Sociedade, 19(65). Campinas.

VALÊNCIO,N. (2010). Desastres, Ordem Social e Planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro. Saúde e Soc, São Paulo, 19(4),pp.748-762.

A diáletica dos extremos: reflexões sobre o viver em favelas e os eventos extremos

Marcelo Firpo Porto[1]
Fátima Pivetta
Marize Cunha
Lenira Zancan
Jairo Freitas
Alan, Brum Pinheiro
Fabiana Melo Souza
Gleide Guimarães.
Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: O viver em favelas pode ser compreendido como uma dialética dos extremos. De um lado carências, provisoriedades, incompletudes e preconceitos expressam desigualdades socioambientais históricas que delimitam condições de vida limites ao exercício da dignidade humana. De outro, também enxergamos a favela como espaços múltiplos de potencialidades, de lutas por direitos e práticas de solidariedade que questionam os processos saúde-doença, a cidade e a própria sociedade. Nesse contexto, a própria noção de eventos extremos deve ser problematizada, não somente na análise das causas estruturais de problemas como enchentes e desmoronamentos, mas do viver cotidiano e das práticas comunitárias que transitam dialeticamente entre sujeição e emancipação. O trabalho tem por base as atividades do Laboratório Territorial de Manguinhos e o projeto *Políticas Públicas, Moradia, Saneamento e Mobilidade: uma análise participativa do PAC*, realizado desde 2012 em três territórios-favela do Rio de Janeiro (Alemão, Manguinhos e Rocinha).

Palavras chave: favelas, promoção da saúde emancipatória, eventos extremos, políticas públicas.

Introdução: o Laboratório Territorial de Manguinhos e seus referenciais

O presente trabalho integra-se ao conjunto de estudos e ações que vem sendo desenvolvidos pela equipe do Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM) da Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz desde 2003. Os territórios e populações privilegiados pelo LTM são as favelas do Rio de Janeiro, inicialmente a de Manguinhos, e desde 2012 ampliamos nossos olhares para as favelas da Rocinha e do Alemão.

O LTM é um projeto-processo que busca contribuir para a constituição de uma promoção da saúde emancipatória no âmbito da saúde coletiva. Ela está fundamentada em diferentes referenciais: na pedagogia da ação dialógica e humanizadora de Paulo Freire e seu princípio da solidariedade; em abordagens sociológicas contemporâneas baseadas na análise contextual; nas propostas de Boaventura Sousa Santos em torno da sociologia das ausências e da ecologia de saberes; na geografia política e o conceito de território. Tais referenciais influenciam métodos e práticas de produção compartilhada de conhecimentos, de educação popular e comunicação em saúde. Para constituir uma visão compreensiva das localidades, onde possamos ter acesso aos diferentes pontos de vista dos moradores, temos avançado na incorporação de categorias advindas das ciências sociais como espaço social, condições de vida e noções como "experiência" (Bourdieu, 1997; Thompson, 1987; 1981). Elas atuam enquanto mediadoras dos processos estruturais históricos e a posição dos sujeitos sociais nesses territórios.

Entendemos uma promoção da saúde emancipatória enquanto processo dialético voltado à produção de conhecimentos e práticas que favoreçam a constituição de espaços de conquistas de liberdade, de redução

1 Pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz.
marcelo.firpo@ensp.fiocruz.br

de vulnerabilidades socioambientais e de exercício dos direitos humanos fundamentais através do que Paulo Freire denomina de 'inéditos viáveis' (Porto & Pivetta, 2009:220). A produção compartilhada de conhecimento é realizada a partir de dinâmicas de mediação entre os conhecimentos científicos e o saberes populares e contextualizados presentes no cotidiano das populações em seus lugares de vida.

Outra fonte de inspiração do LTM são os movimentos por justiça ambiental, os quais envolvem inúmeras formas de resistência e transformação da sociedade a partir da emergência de problemas e conflitos socioambientais, os quais se realizam em territórios específicos (O´Connor, 2001; Porto & Finamore, 2012). Os princípios da justiça ambiental implicam não somente em relacionar problemas de saúde e ambiente com questões de cidadania, direitos humanos, mas reconhecer as vozes dos moradores e trabalhadores do território como centrais para a transformação social. Tal perspectiva também se coaduna com uma visão ampliada de saúde, compreendida enquanto uma das expressões do viver, possuindo, além das biomédicas e ambientais, dimensões sociais, éticas, culturais e estéticas irredutíveis. Tais dimensões não podem ser compreendidas por cálculos monetários de custo/benefício, por relações lineares de causa e efeito, tampouco podem ser exclusivamente captadas ou expressas pelas linguagens argumentativas e lógicas da ciência (Porto, 2012).

Além de inúmeros artigos produzidos ao longo de nosa trajetória, os referenciais teórico-metodológicos e a constituição do LTM podem ser encontrados no sítio www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br. Ele representa o esforço de sistematização dos conhecimentos e das informações produzidos nos anos iniciais de atuação e foram organizados em torno de três grandes temáticas: Histórias de Pessoas & Lugares; Território e Cidadania; Saúde, Ambiente & Desenvolvimento. Ao mesmo tempo é uma contribuição do LTM para a constituição de um acervo público na internet sobre Manguinhos e um espaço de interação, estímulo à reflexão e a construção compartilhada de conhecimento. O sítio é uma das estratégias para a circulação de conhecimentos e informações, que visa contribuir no processo de produção dos sentidos sociais no território de Manguinhos.

Nesse sentido, as novas tecnologias de comunicação e informação (internet, rádios comunitárias, vídeos, uso de fotografias), assim como a incorporação de diferentes linguagens e saberes (por exemplo, o popular e o artístico, o audiovisual, práticas culturais comunitárias como o hip hop e a literatura de cordel, jogos para jovens) constituem-se em importantes ferramentas para uma promoção da saúde emancipatória de base territorial e cidadã. Elas permitem o trabalho de contextualizam, mediação e tradução, ao mesmo tempo em que liberam o potencial criativo indivdual e coletivo, fortalecendo a autoestima em contextos de especial vulnerabilidade. Revelam múltiplos olhares que mostram não apenas um território de ausências (de educação, saneamento, saúde e direitos humanos), mas um lugar plural onde existem alternativas criadas à situação de pobreza e carências. levantando iniciativas criativas e coletivas que reinventam a vida cotidiana.

Uma importante estratégia metodológica adotada para a produção compartilhada de conhecimentos é o que denominamos de comunidade ampliada de pesquisa-ação (CAP), que será aprofundada mais a frente.

A Análise do PAC Favelas

Em 2012 tivemos aprovado no CNPq (MCTI/CNPq/MCIDADES N° 11/2012, proc. 550285/2012-1) o projeto *Políticas Públicas, Moradia, Saneamento e Mobilidade: uma análise participativa do PAC na perspectiva da promoção da saúde e da justiça ambiental*. O projeto deu continuidade ao acompanhamento do PAC Urbanização de Assentamentos Precários – o chamado PAC Favelas, iniciado anteriormente pelo LTM em Manguinhos e ampliado para os complexos da Rocinha e do Alemão. Buscou-se analisar seus desdobramentos em relação às intervenções de saneamento, mobilidade urbana e moradia, investindo em uma metodologia participativa, com base nas experiências acumuladas pelo LTM, e procurando consolidar um modelo de avaliação que abra espaço para produção da autonomia dos moradores, bem como o fortalecimento de suas ações.

A pesquisa buscou compreender as visões que foram sendo construídas sobre o PAC nos territórios de estudo, no decorrer das interações entre o contexto, os objetivos do programa e os atores sociais. A perspectiva foi mapear as percepções sobre os efeitos do programa, percebendo os conflitos de interesse gerados pelas ações e as mudanças percebidas pelos atores no processo, objetivadas pelas transformações físicas realizadas (ou não implementadas), em particular aquelas relacionadas ao saneamento, à moradia e mobilidade. Considerando as

mudanças trazidas pelo PAC nos três territórios em foco, as perguntas centrais do projeto foram: tais mudanças responderam às demandas históricas dos moradores em relação à moradia e ao saneamento? Elas contribuíram para a mobilidade dos moradores dentro destes territórios e para integrá-los à cidade? Tais mudanças vêm produzindo novas configurações espaciais e sociais nas regiões alcançadas pelas grandes intervenções do PAC? O que vem significando para os moradores viver nestes territórios em mudança? Quais os desdobramentos de tais mudanças sobre a produção social da saúde e da doença?

Além de uma revisão bibliográfica, o estudo recorreu a um conjunto de procedimentos qualitativos de pesquisa, tendo como base o uso de linguagens audiovisuais, a história oral, e processos de produção compartilhada de conhecimento. Dentre tais procedimentos metodológicos destacamos as oficinas de discussão (oficinas de memória e as oficinas temáticas) com atores locais mediadas pelos materiais (documentários e relatório fotográfico) já produzidos sobre o PAC Manguinhos e outros materiais disponibilizados pelos agentes sociais parceiros nos territórios do Alemão e da Rocinha, particularmente o Instituto Raízes em Movimento (instituição que atua no Complexo do Alemão) e a TV Tagarela (Rocinha). Para a organização das oficinas e o aprofundamento

O projeto objetiva contribuir para o desenvolvimento de um modelo de metodologia participativa de avaliação de programas e políticas públicas em favelas e periferias, que tenha como base processos educativos capazes de promover a autonomia e o fortalecimento das ações locais e dos sujeitos coletivos, bem como dos indivíduos nelas envolvidos. Desta forma, pretende-se influenciar e redirecionar políticas públicas que simultaneamente reduzam vulnerabilidades socioambientais e ampliem os direitos humanos e a cidadania das populações.

Os principais resultados do projeto podem ser encontrados na internet no site https://pt-br.facebook.com/pages/Territ%C3%B3rios-em-Movimento/192910660881735. Dentre eles destacamos diversos audiovisuais e cadernos produzidos a partir das oficinas e grupos de estudo, e que estão sendo devolvidos e discutidos com as comunidades.

A produção compartilhada de conhecimentos e a criação de comunidades ampliadas de pesquisa-ação

Nossos debates indicaram ser o tema da produção de conhecimentos central dentro da proposta do LTM, seja em termos epistemológicos, metodológicos ou éticos. Propomos construir uma produção de conhecimentos que seja:

(i) ***compartilhada*** entre pesquisadores e moradores: pesquisadores que, ao se aproximarem de corpo e alma dos moradores, seus contextos e necessidades, transformam-se e questionam seus próprios papéis na produção de conhecimentos; e moradores, que também se tornam pesquisadores das suas próprias vidas em sociedade e buscam dialogar com as linguagens e formas de conhecimento produzidas pela academia e instituições;

(ii) ***compromissada*** ou ***engajada*** por parte de todos na busca de transformar solidariamente a realidade, em particular por parte dos pesquisadores das instituições que muitas vezes se colocam como "externos" e distantes das necessidades e desafios de transformação;

(iii) ***contextualizada***, ou seja, operada a partir de dados da realidade e das dinâmicas vivenciadas pelos moradores e comunidades em suas relações cotidianas nos territórios que habitam, mas também de dados objetivos (socioeconômicos, ambientais, sanitários etc.) que buscam caracterizar este território;

(iv) ***reflexiva e transformadora***, assumindo que as diferenças, os estranhamentos e a capacidade de se indignar frente a uma realidade por vezes tão bruta sirvam como matéria-prima para que pesquisadores e moradores se transformem e compartilhem possibilidades de ações conjuntas num trabalho coletivo, através de um espaço que denominamos de comunidade ampliada de pesquisa-ação.

O conceito de pesquisa-ação surgiu inicialmente como denominação daquilo que, dentro das ciências sociais, se colocava como a proposta metodológica que mais se aproximava de nossa intenção. Ou seja, um tipo de pesquisa social com base empírica concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de problemas coletivos, na qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

No caso do LTM, os problemas coletivos partiram do campo da saúde pública em sua relação com o ambiente, do reconhecimento das vulnerabilidades socioambientais existentes e da premissa dos moradores assumirem um maior protagonismo na capacidade de compreenderem e intervirem nas diversas políticas públicas que

interferem – para o bem ou para o mal – nas suas vidas. Neste sentido, a saúde e os problemas socioambientais podem ser vistos como mediadores da relação entre a sociedade (determinação social) com a vida concreta das pessoas e comunidades (condições de vida). E a produção de conhecimentos como uma base possível para ações solidárias e transformadoras de promoção da saúde e da cidadania, desde que baseada na integração de conhecimentos e em sua validação social através da participação direta dos próprios moradores.

Em termos metodológicos, a produção compartilhada se realiza através da constituição e trabalho de comunidades ampliadas de pesquisa-ação (CAP). A CAP tem como objetivo ampliar e integrar o conhecimento e a informação sobre questões e problemas relacionados ao território, sejam temas sobre saúde e ambiente ou políticas públicas. Portanto, para cada problema a ser analisado e debatido buscamos criar CAP´s específicas. A ideia de reunir, confrontar e estabelecer diálogos entre distintos saberes e perspectivas, no caso pesquisadores da Fiocruz e moradores-pesquisadores do lugar, pretende fornecer maior qualidade, contextualização e transparência tanto à produção de conhecimento quanto aos possíveis processos de compreensão e engajamento, principalmente dos moradores, mas também técnicos e instituições responsáveis pela implementação de políticas públicas.

A constituição de uma CAP reúne pesquisadores da comunidade científica da Fiocruz e moradores dos territórios analisados, inseridos no projeto também como pesquisadores (enquanto bolsistas de pesquisa), eventualmente ampliada por outros moradores, pesquisadores e profissionais, com o objetivo de discutir temas, problemas e soluções para o território. O espaço das CAP´s se realiza por meio de fóruns, encontros, oficinas e trabalhos de campo que permitem a confrontação e integração de saberes e perspectivas. Os saberes produzidos na academia e os situacionais e populares, trazidos pelos moradores, confrontam-se na busca de produção de sínteses sobre questões de investigação de interesse. Portanto as CAP´s são dinâmicas e possuem temporalidades particulares que funcionam com o objetivo de avançar na análise contextual e crítica sobre questões e problemas do lugar.

O trabalho de uma CAP implica em criar as condições para um processo de tradução entre saberes capaz de fornecer inteligibilidade e confiança entre diferentes linguagens e perspectivas, possibilitando ampliar aos diferentes grupos sociais sua capacidade de compreender, interferir e transformar solidariamente uma dada realidade desfavorável. O que propomos traduzir inclui, dentre outros, temas como a complexidade, riscos, determinantes sociais, justiça ambiental e processos saúde-doença para o interior do setor saúde e das políticas públicas que interfiram no lugar. São múltiplas as linguagens e materiais produzidos nessa direção: além de textos, livros e cadernos-folhetos, recursos audiovisuais como documentários, jogos interativos, literatura de cordel e um portal na internet, dentre outros. Tais materiais buscam romper com o silêncio e a invisibilização das vozes do lugar por meio de propostas de produção, circulação e apropriação de ciclos de comunicação virtuosos (Araújo, 2006; Araújo & Cardoso, 2007). Tais ciclos, ao se realizarem, podem servir de espaços potenciais para a autonomia e emancipação das pessoas e comunidades nos territórios vulnerabilizados.

Trabalhar simultaneamente essas duas relações, a informacional-global e comunicacional-local, dialeticamente, pode contribuir para o rompimento com as "lógicas das monoculturas" do saber, do tempo linear, da classificação social, da escala dominante e produtivista, de que nos fala Boaventura Santos (2005), às quais o autor contrapõe cinco ecologias: a dos saberes (para além do saber somente técnico-científico); das temporalidades (para além do tempo somente linear); dos reconhecimentos (articulação dos princípios da igualdade e das diferenças); das trans-escalas (recuperação do que no local não é efeito da globalização hegemônica); e finalmente da produtividade (recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção).

No campo da saúde coletiva no Brasil, a proposta de Comunidade Ampliada de Pesquisa tem sido adotada como metodologia participativa por trabalhos no campo da saúde que propõem mecanismos de cogestão entre técnicos e trabalhadores do SUS, pesquisadores, usuários e organizações no estabelecimento de várias atividades de interesse para a saúde (Mori, Silva e Beck, 2009). Também no campo da saúde dos trabalhadores artigos apoiados no referencial da ergologia têm adotado este conceito como um espaço de confrontação-cooperação entre saberes científicos e práticos (Brito e Athayde, 2003; Silva et al., 2009). Contudo, no LTM esta proposta assume um contorno vinculado às nossas origens no campo ambiental, nas discussões sobre complexidade e incertezas (Funtowicz e Ravetz, 1997), nas propostas de análises integradas e conexão entre saberes técnicos, situados e populares (Porto, 2007).

A realização de comunidades ampliadas no contexto acadêmico é condicionada por diversos elementos, como múltiplos financiamentos, regras para sua execução e disponibilidades de pesquisadores e participantes, os

quais sistematicamente afetam as condições e o tempo da pesquisa. Nossa experiência revela como a submissão ao ritmo dos prazos, relatórios e produtos exigidos tende a precipitar possibilidades de convivência e produção compartilhada. Como revela Martins (1993), o ritmo da pesquisa de campo em diálogo com os movimentos da população é lento e exige aquilo que o autor chama de paciência histórica, uma espécie de "s*low movement*" que se coloca ao revés dos tempos acelerados de cobranças e produtividade.

Nossos debates apontam dificuldades e limites, mas também potencialidades e condições para que os objetivos de uma produção compartilhada de conhecimentos se realizem. Uma questão importante se refere ao que é produzir conhecimento e ser pesquisador nesta proposta, dado o diferente estatuto do que é conhecimento por parte de pesquisadores de distintas áreas, e dos próprios moradores mergulhados em seus cotidianos. Vimos que, embora a proposta do LTM parta originalmente de um grupo de pesquisadores da FIOCRUZ, seus objetivos transcendem as propostas centradas nos critérios tradicionais da pesquisa acadêmica. Tampouco se limitam a ratificar ou responder "cientificamente" às aspirações ou posições existentes por parte dos moradores. Neste sentido, não podemos classificar nosso trabalho como exclusivamente atrelado ao campo específico da pesquisa qualitativa nas ciências sociais através de um método definido, o da pesquisa-ação. Trata-se de adaptar e reconstruir este referencial dentro de um trabalho de natureza interdisciplinar e participativa para uma promoção da saúde emancipatória de base territorial e cidadã.

A Questão Urbana nas Favelas e o PAC

São inúmeros os desafios nos espaços urbanos das cidades brasileiras para se realizar políticas e programas que de fato corroborem para a promoção da saúde emancipatória e a justiça ambiental em territórios de grande vulnerabilidade socioambiental. Com relação aos territórios urbanos, continua a ocorrer uma forte urbanização e fragmentação territorial das cidades e regiões metropolitanas na América Latina, com intensos problemas socioambientais e sanitários. As metrópoles brasileiras expressam um papel contraditório na lógica da acumulação da região, continuando a marginalizar, apesar das políticas públicas de inclusão social, um amplo conjunto de populações ainda excluídas do trabalho, renda e seguridade social. A isso se acopla a fragilidade histórica das políticas públicas de moradia para classes populares, o que propiciou processos marginais de ocupação irregular que formam vastos territórios, caracterizados como periferias ou favelas e que emergem como contradição central na tensão entre a cidade formal e informal. Ao mesmo tempo, nas cidades e suas periferias também emergem novos movimentos sociais em busca de cidadania e direitos, principalmente através ações políticas que envolvem a juventude em diversos movimentos culturais, como a literatura, a música e as artes audiovisuais.

Em termos de Saúde Pública, em que pese os avanços no controle da mortalidade infantil e na atenção básica decorrentes da ação do SUS, diversos problemas ainda fazem parte da agenda sanitária de praticamente todas as regiões urbanas do país, assolando mais intensamente as populações vulneráveis dos territórios periféricos. Dentre eles destacamos a falta de saneamento básico, os problemas respiratórios associados à poluição, o consumo de drogas e as mortes por acidentes e violência urbana, além das deficiências do SUS local e de programas como a Estratégia de Saúde da Família, em que pese avanços recentes. Com efeito, as mudanças que concorrem para a crescente vulnerabilidade social e a ampliação da segregação social, têm causado um impacto no padrão de distribuição de doenças em diversas regiões e escalas geográficas. São mudanças que aumentam a complexidade epidemiológica favorecendo a emergência de novas doenças e a re-emergência de antigas endemias. Tal fato se traduz, por exemplo, na projeção que a dengue e a tuberculose vem assumindo nas metrópoles brasileiras, e em particular no município do Rio de Janeiro.

Neste contexto, cabe destacar que a paisagem urbana da cidade vem sofrendo diversas alterações nas últimas décadas quando, ao mesmo tempo, várias localidades foram alvo de programas urbanísticos, sendo que algumas delas receberam grandes intervenções que prometeram mudar por completo sua configuração espacial e social. Esse é o caso do PAC nos Complexos de Manguinhos, Alemão e Rocinha: em Manguinhos, por exemplo, a elevação da Via Férrea com o objetivo de integrar as comunidades separadas pela linha de trem, na altura da Avenida Leopoldo Bulhões; no Alemão, a construção do teleférico; e na Rocinha os muros de proteção

contra os avanços da favela sobre Mata Atlântica. Em todos eles, houve também uma ampla promessa de intervenção envolvendo vários setores e demandas, como a habitação, a regulação fundiária, o saneamento básico (água, lixo e esgoto), a drenagem de águas pluviais e o tema das enchentes e áreas de risco, o transporte e mobilidade urbana, a educação, a saúde, o esporte e lazer, dentre outros. Também se destacou a promessa de participação das comunidades no planejamento e no acompanhamento do projeto e das obras, incluindo a geração de emprego local.

Tais problemas parecem traduzir os limites históricos das políticas públicas em territórios de vulnerabilidade social e ambiental. Ainda que avanços se realizem em cada uma destas políticas, e particularmente com o PAC, sem dúvida um programa de grandes proporções, em que medida o desafio histórico de integração da favela à cidade é colocado em cheque com as limitações das intervenções em um setor estruturante para a qualidade de vida, como o saneamento? Cabe destacar que o saneamento não é um serviço que se limita à dinâmica local da favela, pois causa impacto em todo o modo de vida da mesma e na experiência de seus moradores, obrigados a enfrentar os transtornos e desgastes causados pela falta de água, valas abertas, enchentes e acúmulo de lixo no seu dia a dia.

A dialética dos extremos nas favelas: desenraizamento, provisoriedade e invisibilidade

A partir dos trabalhos do LTM e da análise do PAC, pretendemos aqui refletir sobre os eventos extremos no contexto das favelas, um lugar em si revelador de um cotidiano extremo e de duras condições de vida relacionados às desigualdades da sociedade e da cidade. Tais desigualdades se expressam de diferentes formas, por exemplo, nos processos saúde-doença, na ocorrência de acidentes ou desastres, mas também no duro cotidiano de diferentes formas de violência que marcam a lacuna de direitos e discriminações nesses espaços.

Em nosso projeto sobre o PAC Favelas, destacamos a moradia, o saneamento e a mobilidade como temas principais de análise. Por exemplo, Raquel Rolnik (ano) nos diz que o direito à moradia é entendido como um direito humano desde 1965, com o Tratado dos direitos econômicos, sociais e culturais da ONU, onde o direito à moradia passa a ser visto como complemento essencial ao direito a um padrão de vida adequado para todos os seres humanos. Ou seja, a moradia é muito mais que um objeto físico de quatro paredes, um teto, mas fundamentalmente a possibilidade de acesso aos meios de vida, à água, a toda infraestrutura, à educação, à saúde. A moradia digna inclui o direito ao saneamento básico (fornecimento de água potável, destinação adequada de esgoto e lixo, tratamento das águas pluviais), assim como a mobilidade. Nas favelas esta é geradora de problemas na medida que a circulação interna pode ser perigosa ou difícil, princiaplmente em morros, vielas e momentos de chuvas intensas, mas também pela falta de qualidade dos transportes públicos que servem tais populações.

Problemas de moradia, saneamento e mobilidade revelam a construção social da tragédia cotidiana pela violação de direitos, que naturalizam e normalizam os déficites democráticos e de cidadania associados aos eventos extremos. Nesse sentido, desastres como enchentes e desmoronamentos são apenas expressões agudas de um cotidiano de desigualdades e situações extremas enfrentados pelos moradores.

Seguindo as mudanças nas favelas analisadas ao longo do tempo em nosso projeto, vimos acompanhando alguns processos que nos parecem importantes para compreender tais territórios. São processos desumanizadores, que mostram a face mais violenta, dramática e mesmo trágica do modelo de desenvolvimento econômico e social gerador de desigualdades, e das políticas públicas que lhes tem sustentado. Destacamos três processos importantes a seguir.

O ***desenraizamento*** deve ser entendido como o processo – e no caso de Manguinhos é uma sequência de processos - que retira o morador de seu lugar por diferentes razões, mas todas relacionadas a um modelo de desenvolvimento econômico e social que cria desigualdades sociais e ambientais; é o que acontece com os moradores que se instalam na cidade quando vêm do campo; é o que acontece com aqueles que precisam deixar suas casas por causa de enchente ou outra situação de risco; ou que ocorre com aqueles que são removidos por causa de programas urbanos que os obrigam a deixar o lugar onde moram. Desde que as primeiras favelas se formaram no Rio de Janeiro até nos dias de hoje, quando se expandem, encontramos experiências de pessoas

que foram arrancadas de seus lugares de origem - seja das próprias áreas centrais da cidade, seja de regiões rurais por todo o país - para dar lugar a um progresso que beneficiava a poucos.
Outro processo é a ***provisoriedade***, apontada por diversos como importante marca do surgimento e desenvolvimento das favelas no Rio de Janeiro. Itamar Silva, morador da favela Santa Marta e coordenador do Ibase, nos diz em seu texto Favela é cidade, na Revista Democracia Viva nº 47 que o "Estado sempre teve dificuldade em lidar com o fenômeno das favelas no Rio de Janeiro. A marca desta relação sempre foi a provisoriedade e a incompletude de suas promessas". Desde o surgimento das primeiras favelas em nossa cidade, a provisoriedade tem se destacado, e as intervenções públicas nas favelas também tem se dado de forma provisória, obrigando aos moradores a conviverem com a precariedade do que é deixado e buscarem respostas para aquilo que fica inacabado. "A provisoriedade no Rio de Janeiro já dura no mínimo 114 anos, e moradores, e moradoras de favelas hoje representam 25% da população da cidade", diz Itamar Silva.
Por fim, a ***invisibilidade***. Desde que começaram a se expandir pela cidade, as favelas são consideradas problemas. Por volta de 1920, na primeira campanha contra as favelas na cidade, elas são chamadas de "lepra estética". A comparação com doenças sempre foi uma marca para se referir às favelas. No entanto, os modos de vida, as formas culturais, as redes sociais e o cotidiano da favela sempre foram pouco visíveis. Sabemos que há algumas décadas, o trabalho de muitos profissionais que atuam no serviços, em especial de saúde e educação, e muitos estudos e pesquisas, tem tornado estes aspectos visíveis. No entanto, ainda há muita invisibilidade em relação ao que acontece no cotidiano nas favelas. Em nossa pesquisa, identificamos vários problemas, muitos dos quais produzidos ou agravados pelas obras do PAC. Algumas das causas de adoecimento e morte nos vários territórios nos mostra que o drama cotidiano dos moradores não é visível, nem para muitos pesquisadores, nem para os profissionais que atuam junto a esta população, e nem para os sistemas de dados. Não são visíveis também muitas respostas que os moradores tem dado a estes dramas ignorados.

O PAC e as situações extremas: exemplos dos territórios

A seguir faremos alguns destaques sobre os achados de nosso trabalho empírico e das discussões das comunidades de pesquisa-ação formadas nos vários territórios em torno da análise do PAC. Elas apontam situações extremas que não somente não foram resolvidas pela política pública, como eventualmente foram agravadas pelas intervenções realizadas.

Manguinhos e a questão da remoção

O chamado Complexo de Manguinhos é um típico território da exclusão. Formado por 13 comunidades, situa-se na Zona Norte do Rio de Janeiro, na Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara na parte denominada Baixada de Inhaúma, sendo cortada pelos rios Faria Timbó e Jacaré. Juntos eles se encontram no Canal do Cunha e deságuam na Baía de Guanabara, sendo uma das principais cargas de poluição da Baía. Esta área é formada originalmente por manguezais, tendo sido aterrada e povoada ao longo do século XX. A área possui cerca de 12.000 domicílios, sendo caracterizada pela heterogeneidade das comunidades locais quanto ao processo de ocupação e consolidação: as comunidades oficialmente reconhecidas (os chamados setores "subnormais"), conjuntos habitacionais e áreas de ocupação irregular com alta mobilidade, fato este que dificulta a confiabilidade dos dados quanto ao número total de habitantes do Complexo de Manguinhos.
Manguinhos é marcado por inúmeros problemas socioambientais e sanitários, inclusive a violência que influencia o fluxo de pessoas, conhecimentos e a capacidade de organização da população local. Tantos problemas nos levam com frequência a refletir sobre as impossibilidades do trabalho transformador, concretamente presente na vulnerabilidade dos moradores, que por vezes compartilhamos com tristeza e sentimento de impotência. A vulnerabilidade socioambiental se concretiza no subemprego e no desemprego, na violência que oprime e mata, na alta carga de poluição das águas e destruição do mangue, na falta de acesso às escolas, entre tantas outras.
Em Manguinhos nosso projeto sobre o PAC destacou a questão da remoção. A regularização fundiária, com a concessão do título de posse das casas, foi uma promessa não cumprida pelo PAC. O fantasma das remoções acompanha os moradores de Manguinhos desde suas chegadas ao lugar, sujeitando-os a uma eterna

peregrinação e a esse sentimento de provisoriedade e de transitoriedade. Com o PAC não foi diferente e atingiu muitas famílias, levando muitas vezes à problemas de saúde, como a depressão e o agravamento do estado de saúde de hipertensos e diabéticos.
Além disso, problemas de saneamento e mobilidade foram agravados pelas remoções realizadas pelo PAC. Em especial, na Beira Rio, Parque João Goulart, CHP 2 e Vila Turismo, destroços e entulhos não removidos impedem ou dificultam o deslocamento de moradores por diversas ruas, entopem as canalizações de água e esgoto, e atraem ratos. Uma moradora que depois de levar um tombo devido ao esgoto aberto, adoeceu gravemente. Uma obra para drenagem pluvial rachou um bar na rua Sami Jorge, abrindo um vão de uns 15 cm. A casa ao lado do bar também foi rachada. As vielas nestas localidades enchem com o retorno de esgoto, não só quando chove, mas quando o rio enche. Em algumas ruas, o deslocamento é feito por cima de pedaços de madeira, ancorados por pedras, colocados pelos moradores. Embaixo, o esgoto correndo. Enfim, as obras do PAC estão sendo concluídas e a paisagem de Manguinhos, ainda hoje, é de precariedade e provisoriedade.

Alemão e as moradias em áreas de risco

O Complexo do Alemão é composto por 15 comunidades, que cresceram principalmente a abertura da Avenida Brasil, em 1946, e a gradual transformação da região em polo industrial, com trabalhadores e imigrantes nordestinos atraídos para o local. Localizado junto à Serra da Misericórdia, a qual foi definida como Área de Proteção Ambiental. Ainda há áreas de mata e pontos de nascentes de rios que são usados como fonte de água, mas após a nascente os rios rapidamente se tornam valões de esgoto devido à falta de rede canalizada. Boa parte da serra foi destruída devido às pedreiras, muito comuns a partir da metade do século XX. Hoje em dia, tal empreendimento ainda é autorizado, mesmo a Serra da Misericórdia sendo considerada. Na interseção entre o Alemão e a Penha, a francesa Lafarge opera uma pedreira com autorização do INEA, por não atingir os lençóis freáticos da região.
No complexo do Alemão destacamos o tema das habitações em situações de risco de desmoronamento. Tal como ocorre em várias outras favelas, ou conjunto de favelas do Rio de Janeiro, o saneamento é uma demanda histórica no Complexo do Alemão. Nas oficinas realizadas, ao longo de nossa pesquisa, as questões relativas ao saneamento foram colocadas repetidamente, muitas vezes associadas ao questionamento da pertinência da construção do teleférico no Complexo, traduzido na pergunta: por que não foi feito o saneamento básico na totalidade do Complexo Alemão e se gastou 278 milhões para fazer um teleférico que não atende o problema da mobilidade da maioria dos moradores? No caso do PAC, o problema do saneamento aparece de várias formas. Por exemplo, não alcançaram todo o complexo, as intervenções realizadas indicam a precariedade, a falta de planejamento e o desconhecimento do território que marcam as obras nas favelas; e não ocorreram mudanças relevantes em relação aos sistemas de água, esgoto e coleta de lixo na região.
Para além dos depoimentos que relatam os transtornos cotidianos, bem traduzidos nas valas abertas, no lixo acumulado e irregularidade da água em várias localidades, o problema do saneamento projetou-se de forma particular por ocasião da chuva ocorrida em dezembro de 2013, que atingiu duramente o complexo, causando desabamentos de moradias, colocando outras em risco, e deixando várias famílias desabrigadas. Neste período, tornou-se claro que o problema do saneamento no Complexo era um dos elementos determinantes no quadro de desabamento e de várias moradias em risco. Com efeito, a moradia em risco emergiu com um dos grandes problemas causados pelas intervenções do PAC, de diferentes formas, seja pelo impacto das obras, seja pela precariedade destas, ou pela insuficiência do programa em responder aos problemas de saneamento no Complexo. As moradia em risco e o saneamento apresentam-se articulados pois, na maior parte dos casos, a precariedade do sistema de esgoto sanitário e de drenagem pluvial, bem como o acúmulo de lixo, são fatores determinantes para o abalo das estruturas da moradias. Também as intervenções do PAC, particularmente as obras do teleférico e as remoções, causaram impacto em várias moradias, produzindo abalos em suas estruturas.

Rocinha: a impossibilidade de plano urbanístico participativo

Embora seu surgimento remonte às primeiras décadas do século XX, o principal crescimento populacional da Rocinha ocorreu durante os anos 70, com a migração de um enorme contingente de mão de obra nordestina, atraído pela oferta de empregos na construção civil, em especial com a expansão imobiliária ocorrida na direção de São Conrado e Barra da Tijuca, facilitada pela construção dos túneis Gávea-São Conrado e São Conrado-Barra. Com isso a Rocinha atingiu uma densidade demográfica impressionante – maior que Copacabana-, chegando a ser considerada a maior favela do Brasil. Atualmente a favela abriga mais de cem mil habitantes, ou seja, uma população superior a mais de 5000 municípios brasileiros. Durante algumas décadas, a maioria das construções na favela era de madeira e zinco, e somente entre os anos de 70 e 80 as casas de alvenaria tomaram quase todo o cenário comunitário, com exceções de regiões mais carentes. A partir da década de 90, a experiência de muitos moradores como operários da construção civil foi colocada em prática na construção de estruturas mais complexas, substituindo as casas de telhas por casas de lajes, que aos poucos foram se transformando em prédios.

A evolução que aconteceu na estrutura das construções da Rocinha não foi suficiente para eliminar os problemas relacionados à habitação. Devido às moradias serem construídas emparelhadas uma às outras e sobre as valas e valões, assim como pelo afunilamento das vias de acesso, existem áreas na Rocinha com elevada insalubridade pela falta de ventilação e luminosidade, assim como pela excessiva umidade nas residências próximas às valas. Os elevados índices de tuberculose na Rocinha ocorrem principalmente nos moradores cujas construções se deram nas vielas em cima das valas por onde escorre as águas das chuvas e o esgoto. Embora o risco geotécnico seja pouco discutido na comunidade, ainda existem pessoas habitando em localidades das periferias com risco de desmoronamento. Há alguns anos atrás tivemos incidentes dessa natureza no alto do Laboriaux, deixando famílias desabrigadas e dois óbitos. Outra situação que causa constrangimento é a forma como é feita a coleta de lixo: numa região complexa, com áreas muito íngremes e becos estreitos, é necessário um projeto específico que atenda as necessidades de uma comunidade que produz aproximadamente 100 toneladas de lixo diariamente. Ao invés disso, a coleta continua sendo feita em lixeiras abertas, existindo moradores que diariamente levam seus resíduos para a lixeira, e muitos ainda continuam a descartar o lixo em valas ou encosta, uma prática facilitada pelo fato de morarem longe dos pontos de coleta.

Na Rocinha, destacamos como situação extrema a impossibilidade de realização de um plano urbanístico participativo. A Rocinha foi o único lugar que, entre 2005 e 2008, foi palco de uma proposta inovadora de construção de um plano diretor (PDR) que ganhou um concurso público para resolver os principais problemas da favela. Segundo seu coordenador, o arquiteto Luis Carlos Toledo, a construção do plano foi baseada numa estratégia de participação popular e na seleção de uma área-piloto para o início das intervenções, considerada como estratégia de implementação a curto prazo, para ser posteriormente aplicado a toda comunidade. A ideia central do PDR foi priorizar o saneamento e articular todas as soluções de moradia, mobilidade e convivência. De acordo com as palavras do próprio arquiteto Toledo, *"...(o saneamento) é o principal problema da Rocinha. Acho que não se pode fazer obra nenhuma na Rocinha sem começar pelo saneamento...A primeira coisa do saneamento é liberar esses valões."* Portanto, uma ideia central era liberar os valões aos poucos, retirando as unidades residenciais de alta insalubridade construídas em cima deles. Para isso, antes de serem iniciadas as remoções nas áreas de risco em cima das valas, seriam inicialmente construídos prédios que garantissem o direito à moradia com qualidade e espaços adequados para cada família. Ou seja, na proposta original ninguém sairia de sua casa sem uma solução digna, e a velocidade de construção dos novos prédios seria sempre maior que as realocações. Por sua vez, os prédios a serem construídos não seriam apenas moradias, pois cada um deles, além de abrigar os moradores, criaria espaços públicos na Rocinha. E suas escadas teriam também a função de mobilidade, pois seriam utilizadas por todos para circular nos espaços íngremes. A proposta do plano diretor era fazer uma rede de esgoto com ligação domiciliar, permitindo que os diversos valões voltassem à sua função original de talvergues, ou seja, as linhas por onde as águas de chuvas e riachos escorrem naturalmente. A mobilidade seria também facilitada com a criação de vários planos inclinados e ampliação de algumas vias de circulação de carros e ônibus. Com relação ao lixo, foi desenvolvido um projeto amplamente detalhado que estimava *o volume de lixo que teria que ser retirado,* a quantidade e localização de compactadoras.

Por razões políticas, econômicas e burocráticas, o PDR sofreu profundas alterações e jamais foi implementado, embora o governo nunca tenha assumido que tenha abandonado o projeto. Por exemplo, em relação ao tamanho das moradias, na proposta original contemplava os realocados conforme o número de integrantes da família em apartamentos de até quatro quartos. Porém isso não ocorreu devido à posição do governo estadual, às regras da prefeitura para a construção de prédios, assim como da Caixa Econômica Federal, que permitia a construção de apartamentos populares com apenas um ou dois quartos. Praticamente nada de saneamento foi realizado, apenas um plano inclinado foi implementado (embora ainda não tenha sido concluído), e as principais intervenções foram equipamentos sociais como um complexo esportivo, uma creche, unidades de saúde, uma Biblioteca parque e uma passarela do famoso arquiteto Oscar Niemeyer.
Mesmo faltando concluir o PAC 1, com algumas obras inacabadas e outras que ainda nem foram iniciadas, o PAC 2 foi anunciado em 2013 pelo Governo Federal e Estadual, tendo como principal proposta a construção de um teleférico, que representou o total descumprimento do compromisso assumido por Cabral de que o PDR nortearia as intervenções feitas na comunidade. Isso gerou grande descontentamento dos movimentos sociais da Rocinha, que reivindicam um sistema de saneamento básico que contemple todos os moradores, inclusive os dos extremos da Favela.

Considerações finais: o surgimento de espaços múltiplos de lutas por direitos e solidariedade

De certa forma, os avanços relacionados ao PAC parecem ter chegado ao limite das possibilidades da política pública atual, pelo fato de propor medidas de intervenções de curto, médio e longo prazo que são contrárias às lógicas relacionadas ao clientelismo político eleitoral, bem como as de mercado envolvendo empreiteiras e o setor imobiliário, dentre outros. Para os participantes das oficinas realizadas, faltou vontade política para execução das obras essenciais à comunidade relacionadas a problemas como o déficit de moradias e resolução daquelas em áreas de risco, construção de rede universal de esgoto, captação de águas pluviais e redução do risco de enchentes, coleta do lixo eficiente de lixo, dentre outras necessidades. Acabaram sendo priorizadas somente as obras que davam visibilidade ao Governo, como a passarela da Rocinha, a linha suspensa de trem em Manguinhos e o teleférico no Alemão. Todas soluções questionáveis que não apenas deixaram de resolver situações extremas existentes relacionadas à moradia, saneamento e mobilidade, como agravaram v[arias situações pelas remoções e intervenções realizadas.
Contudo, nos vários territórios continuam a surgir movimentos de resistência e solidariedade frente às situações extremas existentes ou criadas. Por exemplo, no Complexo do Alemão uma ação coletiva reunindo diferentes atores sociais emergiu a partir do impacto da chuva de dezembro de 2013. A emergência do problema de moradia em risco revelou de forma aguda a dinâmica da relação entre os coletivos locais e o Estado, em suas diferentes instâncias, bem como sua potencialidade no que se refere à retomada de fóruns coletivos de debate e intervenção, que haviam se esvaziado com o desenvolvimento do PAC, já que a estratégia oficial se deu no controle da participação popular através do chamado trabalho social e dos canteiros sociais.
Na Rocinha, diversos movimentos sociais comunitários se articularam em torno de uma reivindicação antiga, contra argumentando o governo com a audaciosa proposta do Plano Diretor para solucionar um problema histórico da comunidade - levantando uma bandeira de luta que diz *Sim ao Saneamento Básico e não ao Teleférico*, denominando a proposta governamental como um grande elefante branco. A bandeira de luta levantada não foi apenas para tentar impedir a construção de um teleférico, que se acredita - tendo como exemplo o Complexo do Alemão - que não resolverá os problemas de mobilidade da comunidade, sendo preciso remover, em vão, muitos moradores para realização dessa obra faraônica. A mobilização do *Sim ao Saneamento básico e não ao Teleférico*, encabeçada pelo movimento "*Rocinha sem Fronteiras*", tem como principal objetivo conquistar um direito básico constituinte, negado as populações de favelas, que aumentaria a qualidade de vida na comunidade por ser um projeto de saneamento integrado à questão da mobilidade e do fim das moradias insalubres. A mobilização na luta pelo saneamento não limitou o debate às lideranças locais junto aos moradores. Ao contrário, as discussões questionando as possibilidades de implementação

das propostas do PDR, contrapondo a principal proposta do PAC 2, vêm sendo debatidas com especialistas e outras representatividades sociais para ganhar força argumentativa, como o Clube de Engenharia e com o próprio arquiteto responsável pelo PDR. Políticos já entraram no mérito da questão, principalmente depois que o movimento ganhou as ruas, em junho de 2013, com uma manifestação que seguiu da Rocinha até o Leblon, com destino ao prédio onde o então governado Sergio Cabral reside.

Tratam-se de movimentos de resistência e luta que buscam enfrentar o silêncio da sociedade frente à negação de direitos dos moradores desses territórios. Tais movimentos buscam romper com as dificuldades de circulação de discursos contra hegemônicos sobre as favelas e outras possibilidades de cidade. Embora tais discursos sejam produzidos por vários coletivos, movimentos comunitários e pessoas, eles não circulam ou circulam em circuitos muito restritos de relações e compartilhamentos. São interditados pelos interesses e poderes globalizados (os circuitos superiores falados por Milton Santos) que se aliam aos poderes locais (circuitos inferiores) que habitam as favelas por meio de organizações e lideranças comunitárias aliadas às políticas públicas oficiais.

Portanto, é na dialética dos extremos que, acreditamos, reside um trabalho profícuo de desvelar e revelar possibilidades de transformação de situações extremas que vão muito além dos desastres oficialmente reconhecidos.

BIBLIOGRAFIA

BODSTEIN, R & ZANCAN, L. (2004). Monitoramento e Avaliação do Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) Manguinhos. Relatório de Pesquisa.

BOURDIEU, P. (Coord.) (1997). A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes,.

BRANDÃO, C. R. (1985) *Repensando a Pesquisa Participante.* São Paulo, Brasiliense.

BULLARD R. (1994) Dumping in Dixie: race, class and environmental quality. Boulder: Westview Press.

CASTELLANOS, P.L. (1997). Epidemiologia, saúde pública, situação de saúde e condições de vida: considerações conceituais, pp. 31-76. In RB Barata (org.). Condições de Vida e Situação de Saúde. Saúde Movimento, 4. Rio de Janeiro: Abrasco, 1997.

CORVALAN, C.; BRIGGS, D.; KJELLTRÖM, T. (1997). Development of Environmental Health Indicators. In: Linkage methods for environmental and health analysis. UNEP, USEPA, WHO.Genebra

CUNHA, M.B. (2005) Nos desencontros e fronteiras:os trabalhadores sociais das favelas do município do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

FERNANDES, T; COSTA, R.G.R. (2009) Comunidades de Manguinhos: história de pessoas e lugares. Memórias de um bairro popular do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

FREIRE, P. (2001). Pedagogia do Oprimido. Editora Paz e Terra 30ª ed. São Paulo. Pp 184.

FUNTOWICZ, S. & RAVETZ, J.R. (1997). The Poetry of Thermodinamica. Energy, entropy/exergy and quality. Futures, 29 (9): 791- 810.

FUNTOWICZ, S. & RAVETZ, J.R. (1992). Three Types of Risk Assessment and the Emergence of Post-Normal Science. In:Theories of Risk. London Pragger: 251-274.

HAGUETE, M.T.F Metodologias qualitativas na sociologia. Petrópolis. Ed Vozes. 1987

IRWIN, A. (1998). Ciência Cidadã – (Um estudo das pessoas; especialização e desenvolvimento sustentável). Lisboa: Piaget.

LEVINS, R. e LOPEZ, C., (1999). Toward an ecosocial view of health. *International Journal of Health Services* 29 (2): 261-293.

LUHMANN, N. (1996). Confianza. Barcelona: Anthropos; México: Universidad Iberoamericana; Santiago de Chile: Instituto de Sociologia. Pontifícia Universidad Católica.

MARTINEZ-ALIER et al. (2010) Between science and activism: Learning and teaching ecological economics with environmental justice organizations. Universidad Autonoma de Barcelona. Paper, 20p.

MINAYO, M.C.S. (2002). *Pesquisa Social.* Petrópolis.Vozes.

MORI, M.E.; SILVA, F.H.; BECK, F.L. (2009). Comunidade Ampliada de Pesquisa (CAP) como dispositivo de cogestão: uma aposta no plano coletivo. *Interface (Botucatu)* [online]., vol.13, suppl.1 [cited 2012-03-08], pp. 719-727 .

O'CONNOR J. (2001). *Causas Naturales: Ensayos de Marxismo Ecológico*. México: Siglo XXI.

PORTO, M.F. (2012). Por uma ecologia política dos riscos. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 270 p., 2. edição (1. ed.: 2007).

PORTO, M.F.S & PIVETTA, F**. (**2009). Por uma Promoção da Saúde Emancipatória em Territórios Urbanos Vulneráveis In: CZERESNIA, D & FREITAS, C.M. Org. Promoção da Saúde, conceitos, reflexões, tendências. Ed. FIOCRUZ. 2ªed..p 207-29.

PORTO, MF, FINAMORE, R. (2012). Riscos, saúde e justiça ambiental: o protagonismo das populações atingidas na produção de conhecimento. Ciênc. saúde coletiva, 17(6): 1493-1501.

SANTOS, B. S., (2001). A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência. Cortez Editora. 3ª ed. Vol. 1. São Paulo.

SANTOS, B.S., (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, 237-280.

SANTOS, M. 2005. Da Totalidade ao Lugar. São Paulo. Editora USP, 176 p.

SILVA, E.F. et al., 2009 A Promoção da Saúde a partir das situações de trabalho: considerações referenciadas em uma experimentação com trabalhadores de escolas públicas. Interface – Comunicação, Saúde, Educação 13(30):107-19.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa ação. São Paulo. Editora Cortez, 3ª ed. 1986.108 pp.

THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.1.

_____. A Miséria da Teoria, Rio de Janeiro: Zahar ed, 1981.

VALLA V.V. (2000). Revendo o debate em torno da participação popular: ampliando sua concepção em uma nova conjuntura. In: Barata, RB, Briceño-Leon R, organizadores. Doenças endêmicas: abordagens sociais, culturais e comportamentais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. p. 251-68.

GT 92
Migrações internacionais no mundo lusófono

A transmigração haitiana para o Brasil: breves considerações

Carolyne Reis Barros
Filiação institucional: Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo
carolynereis@usp.br

Neste artigo apresentamos brevemente as principais teorias da migração nas ciências humanas e sociais a fim de discutirmos o contexto da migração haitiana para o Brasil. O Haiti, desde sua constituição como Estado independente, enfrenta crises políticas e econômicas. E sua identidade tem sido a partir de 1970, ligada fortemente à migração tanto por questões políticas quanto econômicas. A teoria clássica da migração, em que o fluxo migratório é motivado pelas disparidades econômicas entre os países do migrante não consegue abarcar a realidade haitiana, pois mesmo em períodos de suposta estabilidade as migrações para Cuba e República Dominicana foram frequentes. Sendo assim, propomos entender estes movimentos, principalmente o fluxo dos haitianos para o Brasil desde 2010, a partir de uma noção de transnacionalidade. Tal conceito propõe-se a entender os fluxos migratórios e os deslocamentos além do nacionalismo metodológico e do nicho étnico. Sendo assim, o transmigrante depende de conexões que atravessam fronteiras e suas identidades são configuradas em várias nacionalidades, em relações multi-situadas, operando em um jogo de escalas e mercados.
Palavras-chave: migração haitiana; transmigração; migração.

O contexto da questão migratória

Segundo dados do Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre desenvolvimento humano (ONU, 2009) estima-se que 191 milhões de pessoas deixaram seus países para viverem em território estrangeiro. Em 1990 este número era de 155 milhões, o que representa um aumento de 23% em quase vinte anos. Daquele total de imigrantes, 75 milhões migraram de países em desenvolvimento para outros países em desenvolvimento. Uma grande preocupação dos Estados e das organizações internacionais refere-se à garantia de proteção dos direitos sociais dos trabalhadores imigrantes. O documento que norteia tais discussões é a *Convenção Internacional Sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e suas Famílias*[1] (ONU, 1990). Além desta convenção, a ONU incentiva a criação de acordos bilaterais para assegurarem proteção ao imigrante. No Brasil, a Constituição Federal (Brasil, 1988) assegura no seu art. 5º a igualdade de direitos também para estrangeiros residentes no país[2].

A definição do que seja migração possui uma ampla diversidade de compreensões. Historicamente, os processos migratórios relacionam-se com o modo de vida construído pela sociedade ao longo do tempo. Assim, tais processos migratórios, no modo de produção capitalista, são influenciados pelas desigualdades geridas e gestadas neste sistema e balizadas a partir de elementos próprios deste modo de produção como: morar na

1 O Brasil não é signatário deste documento.

2 Artigo 5º «Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)».

cidade, ter um trabalho formal e sobreviver na legalidade. De acordo com a ONU, migração pode ser entendida como «sendo o deslocamento de uma área definidora do fenômeno para outra (ou um deslocamento a uma distância mínima especificada), que se realiza durante um intervalo de migração determinado e que implicou uma mudança de residência» (ONU, 1980, p.127).

No conceito apresentado anteriormente, diversas categorias incluídas, tais como, área de destino e área de origem, tempo de permanência, residência e locais de origem/destino apresentam limitações ao tentar abarcar fluxos migratórios atuais existentes no Brasil, como as «migrações repetitivas» [3]. Apesar de não existir consenso sobre a definição de migração, tal característica não inviabiliza este estudo. Tal definição apresenta-se limitada para um uso apenas instrumental, pois o

> problema da disponibilidade e inadequação dos dados demográficos existe independentemente do questionamento a respeito do conceito de migração. Trata-se, acima de tudo, da dificuldade em se acompanhar um conjunto de movimentos só detectáveis estatisticamente quando cruzam limites políticos ou censitários e ao interceptarem os intervalos temporais considerados pelos censos. (Povoa-Neto, 1997, p.14)

Referente ao conceito de migração, Vainer (1984) ressalta a ausência de um consenso na definição conceitual:

> Tal insuficiência decorre da constatação de que todo discurso sobre migração começa exatamente por definir o que entende por este termo. Como aceitar, então, que a unidade seja dada pela identidade do objeto migração quando, para cada discurso, este mesmo termo designa objetos diferenciados, define dimensões distintas ou propõe perspectivas particulares – e muitas vezes excludentes – para pensar o real? (s.p.) [4].

Tratando-se de um fenômeno complexo, a migração[5] está inserida em um campo de debate amplo (Povoa-Neto, 1997). Na Geografia e em outras disciplinas existem teorias sobre a questão migratória que direcionam a análise e as perspectivas do debate.

Uma concepção neoclássica na qual as migrações possuem uma expressão principalmente econômica, entendendo que há deslocamentos espaciais de trabalhadores no espaço geográfico. Tais teorias são denominadas neoclássicas, pois mantém a preocupação das teorias clássicas da Economia de equilíbrio econômico e homogeneização e a função do trabalho no mesmo. Nesta abordagem, o migrante significa:

> (...) um portador de trabalho, fator produtivo que, em combinações adequadas com a terra e o capital, apresenta interesse para os processos de desenvolvimento econômico. O espaço pode ser tido, para os neoclássicos, como «equilibrado» ou «desequilibrado», conforme a combinação de fatores esteja mais ou menos próxima de um determinado «ótimo». (Povoa-Neto, 1997, p.15)

Sendo assim, o autor acima pondera que esta concepção desconsidera a dimensão histórica das migrações, pois decorrem de intermináveis impulsos do indivíduo que se desloca em busca de melhores condições de vida, entendidas neste contexto como uma maior remuneração do trabalho.

Uma segunda concepção, denominada histórico-cultural, relaciona a força que as estruturas sociais exercem sobre grupos e classes sociais com a maior ou menor propensão para a migração. De acordo com esta concepção:

---

3 Incluem-se nesta categoria os trabalhadores temporários como os boia-frias, garimpeiros, trabalhadores temporários da construção civil.

4 Este questionamento origina-se a partir de várias concepções de migrações dos seguintes autores: Becker ET AL, 1979; Mata, 1980; Pastore, 1979; Faissol, 1975; Singer, 1980; Onu, 1980 que estão presentes em Vainer (1984).

5 Destacamos neste campo de debate a Escola de Chicago e o trabalho desenvolvido por Thomas e Zhazheki, que transformam o tema da migração em um problema sociológico.

> a migração é encarada como fenômeno social, o que permite a sua compreensão junto aos demais processos da sociedade. Do ponto de vista da operacionalização, por outro lado, desvaloriza-se a realização de inquéritos junto a migrantes, já que os indivíduos, apesar de serem fonte de informação, não trazem em si a explicação dos processos vivenciados. (Povoa-Neto, 1997, p.17)

Esta concepção difere-se da anterior, uma vez que a concepção anterior concentra a atenção no indivíduo e sua capacidade de escolha dentro do sistema capitalista, já o enfoque histórico-cultural concentra suas análises nos grupos e classes sociais, o que nos remete ao dilema indivíduo *(versus)* sociedade, tão caro às Ciências Humanas e Sociais.

Uma terceira concepção está relacionada à mobilidade do trabalho, e de acordo com um de seus principais teóricos, este enfoque pretende ser mais uma crítica às teorias da migração do que uma nova teoria (Gaudemar, 1977), pois os deslocamentos de trabalhadores foram produzidos pelo processo de desenvolvimento do modo de produção, não se configurando como uma condição permanente da humanidade ao longo do tempo. Esta condição de desenvolvimento impõe ao trabalhador o deslocamento como estratégia de sobrevivência, situando a questão migratória além da liberdade individual e da escolha de locais para a venda de sua força de trabalho. De acordo com Povoa-Neto (1997)

> A concepção da mobilidade do trabalho, tal como proposta por Gaudemar, contrapõe-se assim ao entendimento neoclássico da problemática. Tende, também, para um enfoque do processo de acumulação capitalista em escala ampliada, mais que para a percepção de problemas estruturais causadores de determinados fluxos migratórios, diferentemente do expresso pelo segundo enfoque. (p.20)

Nas fronteiras entre as disciplinas Ciências Sociais e Economia, para os autores clássicos Durkheim, Weber e Marx, a questão migratória não foi priorizada nas discussões (Richimond, 1998). Ao estudar tais autores, Richimond revela que a migração seria uma consequência do processo de desenvolvimento do capitalismo.

A temática da migração terá destaque nos estudos da Escola de Chicago, assim denominados um conjunto de trabalhos realizados por pesquisadores entre 1915 e 1940 na Universidade de Chicago. Tal expressão foi utilizada pela primeira vez em 1930 para diferenciar as escolas de sociologia existentes, principalmente na sociologia americana. A Escola de Chicago possui como característica a pesquisa empírica e a preocupação em gerar impactos na sociedade a partir das pesquisas. Como uma sociologia urbana, buscou produzir intervenções na cidade de Chicago. Uma das questões políticas e sociais comum a grandes cidades americanas da época foi a preocupação em compreender a imigração e a assimilação de milhões de imigrantes à sociedade americana (Coulon, 2004). Outra característica que marcou a Escola de Chicago foi o protestantismo, no que se refere aos trabalhos sociais e reformas tendo como referência o cristianismo. Estas influências foram decisivas para rumos diferentes da Escola nos próximos trabalhos. De acordo com Coulon (2004)

> Acima de tudo, estas tendências de reforma deu um impulso decisivo à sociologia: voltar-se para o trabalho de campo, para o conhecimento da cidade e resolver seus problemas sociais, para uma sociologia não especulativa, mas sim para sociologia da ação. (pág 18)

Diante deste novo direcionamento, ou seja, um distanciamento das influências religiosas e de maior autonomia da sociologia, Thomas publica e inaugura esta nova fase de pesquisas da Escola, a partir da pesquisa *The Polish Peasant in Europe and America* (1918) realizada pelos pesquisadores Thomas & Znaniecki.[6] A partir de conceitos que entendem a sociedade em termos de organização/desorganização e que o contexto influencia

---

6 Como citado anteriormente neste projeto, a centralidade da discussão da migração como problema sociológico surge a partir deste trabalho.

as escolhas individuais, os pesquisadores realizaram uma longa pesquisa buscando construir intervenções que permitissem uma melhor integração dos imigrantes na sociedade americana.

Nesta fronteira, atualmente, diversos autores debatem a concepção neoclássica baseada nas escolhas individuais, pesquisando outros elementos que também contribuem para compreender os deslocamentos socioespaciais (Sasaki e Assis, 2000). De acordo com as autoras, diferentemente das migrações que ocorreram no passado[7], é preciso compreender que o migrante não rompe os laços com sua terra natal, adquirindo, talvez, um pertencimento concomitante em dois lugares, ou seja, sua terra natal e o local onde reside atualmente vivem temporariamente no destino escolhido para migrar e estão em processo de mobilidade social. O que seria abarcado no conceito de transnacionalização. Tal conceito, de acordo com Jones (1992) implica repensar três categorias chaves nos estudos sobre migração: raça, nacionalismo e etnicidade[8].

Na Psicologia e na Psicanálise, o estudo da questão migratória também apresenta uma diversidade teórica tendo como enfoque de estudos os impactos e repercussões psicossociais destes deslocamentos. Na Psicanálise os estudos realizados a partir de uma psicanálise implicada na esfera política e de uma clínica do traumático, revelam as repercussões do laço social na vida e no cotidiano de migrantes[9].

Na Psicologia Social, encontramos teorias como a Psicologia Intercultural, que ganha impulso pós Segunda Guerra Mundial com os deslocamentos a partir da guerra e seus efeitos. Visa apreender a negociação entre diferentes culturas, descrevendo os processos de assimilação, aculturação dos sujeitos, dentre outras categorias de análise. (Angelini, 2007)

Em relação aos impactos psicossociais da questão imigratória, situam-se além da visão econômica deste fenômeno, visto que abarca «ingredientes para uma intensa vida imaginária» (Evora, 2004). A autora ainda acrescenta, referindo-se ao estudo desta questão:

> cabe descobrir as bases, procedimentos minúsculos e cotidianos, as diferentes «maneiras de fazer e de dizer», o uso de múltiplas metamorfoses, a multiplicidade de táticas articuladas que lhes permitem circular inventando práticas por entre a ordem. (pag. 83).

Outros trabalhos tentam abarcar a questão migratória a partir do estudo da interação dinâmica entre o sujeito e suas experiências concretas de vida, situando-se na área da Psicologia Social. Com destaque para a pesquisa de Sylvia Leser de Mello[10] (1988) que buscou captar as nuances da migração a partir de dimensões políticas e psicossociais deste fenômeno.

Pensar o debate sobre a migração também implica lançar um olhar atento sobre as políticas migratórias e sobre a relação entre o Estado e a questão migratória. Vainer (2000) descreve cinco grandes estratégias que marcaram diferentes períodos das políticas migratórias no Brasil: transição para o trabalho livre e a estratégia de transformação do escravo liberto em proletário moderno; a substituição do escravo por imigrantes e a estratégia imigrantista-agrarista; migrações internas e a estratégia de gestão regional dos excedentes; integração nacional e a estratégia de racionalização territorial dos fluxos migratórios e a fragmentação territorial, violência e a estratégia de gestão social dos migrantes. Atualmente, podemos pensar que iniciativas como a 1ª Conferência Nacional de Migração e Refúgio tentam construir políticas mais integradoras e consoantes aos tratados internacionais.

---

7 A autora aqui se refere a deslocamentos ocorridos nos séculos XVIII, XIX e começo do século XX referentes à vinda de imigrantes para as Américas.

8 Esta teoria será discutida no próximo item deste trabalho.

9 Pesquisas nesta área são desenvolvidas por Miriam Debieux Rosa (2012). Para maior aprofundamento ver o artigo: «Migrantes, Imigrantes E Refugiados: A Clínica Do Traumático».

10 Neste trabalho a autora estuda a migração interna de mineiros do Norte de Minas Gerais para a cidade São Paulo revelando aspectos que são comuns para a questão migratória, como acesso a cidade e a construção de sociabilidades.

Migração haitiana para o Brasil a partir da teoria transnacional: breve análise

A migração Haitiana possui características peculiares que a situam para além dos enquadramentos das teorias tradicionais de migração. Para compreender tal questão, devemos, também, descrever a constituição do Haiti e seu funcionamento desde sua proclamação da independência. Sempre disputada por potências mundiais em busca de recursos naturais, o país atravessou várias crises econômicas, sociais e políticas. Em sua história encontramos períodos variáveis de instabilidade política, intervenções militares que ofereceram certa estabilidade política, e tentativas de implementação da democracia.

Concomitantemente a estes percursos históricos, o Haiti está localizado em uma região do Caribe que anualmente, de maio a novembro, sofre os efeitos de situar-se em uma falha geológica, que propicia terremotos, ciclones e outros fenômenos naturais devastadores. Em sua história, o Haiti foi campo de disputa de franceses em busca de seus recursos naturais, dos norte-americanos a procura de trabalhadores haitianos para trabalharem nas plantações de café. Atualmente, o Haiti continua sendo campo de disputa e dominação da Internacional Comunitária[11] (Seguy, 2014). Mas o que está em disputa em um país devastado, considerado o país mais pobre das Américas, com o pior Índice de Desenvolvimento Humanos (IDH)[12]?

E onde aparentemente não parece haver disputa, em um país arrasado pelo terremoto, a miséria e a pobreza tem seu lugar de destaque no mercado, e trabalhar na reconstrução do país pode ser um negócio lucrativo. Ultimamente, o Haiti é disputado por Organizações Não Governamentais (ONGs) de ajuda humanitária, que empregam nos cargos de gestores e técnicos, estrangeiros. No país, realizam trabalhos humanitários de reconstrução do país, que também se constitui como um laboratório a céu aberto de experiências sociais, quando analisamos o perfil das pessoas estrangeiras que estão lá[13]. Enfim, a reconstrução do Haiti após o tão divulgado terremoto de 2010 é, atualmente, um exemplo de como se pode lucrar com a miséria, e conseguir prestígio diante das agências internacionais sob o discurso da ajuda humanitária. De acordo com Seguy (2014), a reconstrução do país, que necessita de ajuda externa, não permite, por exemplo, aos haitianos participarem da elaboração da reconstrução do país, a não ser que sejam convidados. No mais, exercem atividades de suporte aos estrangeiros que estão trabalhando na reconstrução.

Sendo assim, uma alternativa diante da impossível sobrevivência naquele país marcado por instabilidade política e climática tem sido a migração. Desde 1970 a migração estaria fortemente ligada à identidade haitiana, tanto por questões políticas quanto por questões econômicas (Chavez Jr, 2008), o que questiona os estudos sobre migração haitiana:

> a situação nesse país é tão específica que a leitura clássica apresentada pela teoria da imigração em que – a existência de grandes disparidades entre país de origem e país recebedor motivaria o fluxo migratório – não é suficiente para sua avaliação. Verifica-se, por exemplo, a migração contínua para Cuba e também para República Dominicana e não somente para os EUA, mesmo durante um período de relativa estabilidade, em que há ocupação militar norte-americana no país. (Chaves Jr, 2008, p.102)

Desde 2010, o Brasil também tem sido o destino dos haitianos. Segundo dados do relatório do projeto «Estudo sobre a migração haitiana ao Brasil e diálogo bilateral» (CNIg, 2014), o número de haitianos que chega ao Brasil poderá chegar a 50.000 até o final de 2014. Com rotas que passam por países que não exigem visto,

---

11 O autor utiliza esta expressão para «resgatar o fato de que internamente, essas instituições provêm também de sociedades de classes, profundamente atravessadas por contradições e antagonismos e que externamente, o que essa chamada comunidade internacional consegue de melhor, desde a sua existência, é reproduzir o quadro estrutural hierárquico de subordinação entre países centrais e países periféricos». (Seguy, 2010) – nota de rodapé pág 27.

12 De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano (2014), o Haiti ocupa a 168ª posição do ranking global de países, com um IDH de 0,471.

13 Jovens expatriados diplomados

eles chegam ao Brasil com a imagem de uma terra próspera e acolhedora (Patarra & Fernandes, 2011; Silva, 2013). E se deparam com dificuldades que vão desde a infraestrutura básica de recepção de migrantes quanto às dificuldades do idioma e da cultura em geral.

Uma saída utilizada pelo governo brasileiro foi a criação do visto humanitário. Pois os haitianos entram solicitando refúgio no país, mas esse tipo de pedido não é aceito, pois não se encaixa na definição de refugiado estabelecida na Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto do Refugiado (1951). De acordo com a Convenção, refugiado é todo aquele que,

> em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º e janeiro de 1951 e temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. (ONU, 1951)

Assim, o visto humanitário permite a permanência no Brasil por seis meses e pode ser renovado caso o migrante consiga um trabalho formal.

Apesar de deixarem seu país para viverem no Brasil, não perdem a conexão com o Haiti. São migrantes que constroem multiconexões e identidades no país de origem e também no país onde se encontra, como no caso da comunidade haitiana nos Estados Unidos (Schiller & Fouron, 1990). Os trasmigrantes não rompem com seus laços em sua terra natal, mas constroem também laços em outros territórios. Como destacam Schiller et al. (1992)

> Ao manter muitas e diferentes identidades raciais, nacionais e étnicas, os transmigrantes tornam-se aptos a expressar as suas resistências às situações econômicas e políticas globais que os envolvem, bem como para se ajustarem às condições de vida marcadas pela vulnerabilidade e a insegurança. Estes migrantes expressam essa resistência em pequenos gestos, em práticas cotidianas, que habitualmente não desafiam ou nem mesmo reconhecem as premissas básicas dos sistemas que os envolvem e ditam as condições da sua existência. Como os transmigrantes vivem simultaneamente em diversas sociedades, suas ações e crenças contribuem para a contínua e múltipla diferenciação. (p.11)

Diferentemente de outras teorias sobre migração nas ciências sociais e humanas[14], a caracterização do migrante transnacional rompe com o nacionalismo metodológico, ou seja, a naturalização do Estado-nação pelas ciências sociais, que implica em alguns reflexos: ignorar a importância do nacionalismo para as sociedades modernas, a delimitação e definição da unidade de análise e das pesquisas a partir do limite do Estado-nação e as limitações territoriais que confinam o estudo dos processos sociais para direcionamentos políticos e geográficos de um Estado-nação particular. Outra proposta também desta teoria é ir além do recorte étnico (Schiller, 1995).

No caso dos haitianos no Brasil, podemos tecer algumas considerações a partir do processo histórico e do processo atual de mundialização. Uma das ideias que os mantém conectados com seu país de origem é a remessa mensal de dinheiro para os parentes que ficaram no Haiti (CNIg, 2014). Outra forma é a expressão de sua cultura através da música com a criação de uma banda de haitianos no Brasil e uma rádio para comunicarem entre si[15]. Ao mesmo tempo, (re)inventam modos de existência em um país diferente. Aprendem a língua,

---

14 Estas teorias foram apresentadas de forma breve na introdução teórica.

15 Conforme notícia http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/06/1470700-radio-paranaense-cria-programa-voltado-a-haitianos-no-brasil.shtml

querem estudar[16], ter o curso superior completo, e trabalharem no país. Estas relações coexistem e sugerem que os migrantes haitianos no Brasil possam ser compreendidos a partir da perspectiva transnacional, ou seja, são transmigrantes.

Considerações Finais

Como campo de disputa ideológica, assistimos atualmente a um aumento de barreiras físicas no mundo, como forma de gestão dos transmigrantes. Em 1989, queda do muro de Berlim, existiam quinze barreiras físicas no mundo. Já em 2011 este número saltou para quarenta e cinco. O aumento foi maior após os atentados terroristas nos Estados Unidos em 2001[17]. Mas além das barreiras físicas, o impedimento da mobilidade também se reflete na maneira como compreendemos a questão migratória.

A discussão de transnacionalidade apresenta-se como de suma importância não somente na descrição das relações migratórias, como também das normas e legislações que orientam as políticas de migração. Alejandro Portes (2003) sugere que estudos sobre a perspectiva transnacional devem ser realizados a fim de clarificar alguns fenômenos migratórios. O autor enfatiza que nem todos migrantes podem ser considerados transmigrantes. Também é preciso investigar a função da religião como elo transnacional e seu papel na manutenção das relações (Levvit, 2003). Podemos pensar nos impactos para a Psicologia Social em pensar as migrações a partir da perspectiva transnacional. De acordo com Iolanda Evora (2011), a migração é um

> Desafio importante para disciplinas como a psicologia social, por exemplo, cuja teorização actual dominante sobre migrações trata dos processos de aculturação, assimilação, pluralismo cultural, identidade étnica, inclusão política e multiculturalismo. (p.8)

De acordo com a autora, implica também pensar a construção de identidades a partir de possibilidades interacionais e modos de ser no mundo.

Tal implicação reflete nos questionamentos acerca da construção de subjetividades, na invenção do cotidiano, na construção de trajetórias de vida atravessadas por deslocamentos sócio-espaciais e relações multissituadas. Considerar tais relações e situações dos transmigrantes sugere, do ponto de vista macro, formular acordos bilaterais, leis e normas tendo como ponto de partida o sujeito e não o país. Implica também questionar as fronteiras como gestão do movimento de populações, e inventar políticas mais dignas e solidárias no atual processo de mundialização.

Referências Bibliográficas

ANGELINI, A. L. (2012) "Psicologia Intercultural e Psicologia Educacional: uma contribuição histórica". *Bol. – Acad. Paul. Psicol.* 27(2). Disponível em pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v27n2/v27n2a06.pdf, [consultado em 02-1-2014].

BRASIL (1988) **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília: Senado. Disponível em: senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988 [consultado em 02-1-2014].

CHAVES JR., E. (2008) *Um olhar sobre o Haiti: refúgio e migração como parte da história.* Brasília: LGE Editora.

16 http://www.uffs.edu.br/index.php?site=uffs&option=com_content&view=article&id=5831:uffs-inicia-processo-seletivo-especial-para-cidadaos-haitianos-prohaiti&catid=37:noticiasinstitucional

17 Tais dados estão disponíveis no mapa elabora pela ONG Migreurop (2012) disponível em http://www.migreurop.org/IMG/pdf/map_4.5_murs_dans_le_monde.pdf

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO (CNIg). (2014) **Relatório do projeto "Estudos sobre a migração haitiana ao Brasil e diálogo bilateral**. Disponível em http://portal.mte.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7C816A45B266980145DCAB8EF42233 [consultado em 02-06-2014]

COULON, A. (2004). *L'École de Chicago*. Paris: PUF (collection Que sais-je?)

EVORA, I. (2004) "'*Caboverdianas da diáspora'. Transformações na imigração feminina em Itália"*. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Socias. Coimbra. Disponivel em http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4625087 [consultado em 04-1-2014]

EVORA, I. (2011) *"De emigrantes/imigrantes a migrantes transnacionais; possibilidades e limites de uma nova categoria de análise da identidade e migração cabo-verdianas"*. Comunicação apresentada ao 3º Congresso da APA - Afinidade e Diferença. Lisboa. Disponivel em http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2941 [consultado em 04-1-2014]

GAUDEMAR, J. P. (1977) *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital.* Lisboa: Estampa.

JONES, D. (1992) **Which Migrant? Temporary or Permanent?**, in GLICK-SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; SZANTON-BLANC, Cristina – Towards a transnational perspective on migration. The New York Academy of Sciences, New York, 645, p 217-225.

LEVITT, P.. (2003), "'You Know, Abraham Was Really the First Immigrant': Religion and Transnational Migration", *International Migration Review*, 37(3), pp. 847-873.

MELLO, S. L. (1988). *Trabalho e sobrevivência: mulheres do campo e da periferia de São Paulo.* São Paulo: Ática.

NAÇÕES UNIDAS, ONU. (1951) *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados*. Disponível em: acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1 [consultado em 04-1-2014]

NAÇÕES UNIDAS, ONU. (1990) **Convenção Internacional sobre a proteção dos direitos dos trabalhadores migrantes e suas famílias**. Disponível em http://www.oas.org/dil/port/1990%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20sobre%20a%20Protec%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Direitos%20de%20Todos%20os%20Trabalhadores%20Migrantes%20e%20suas%20Fam%C3%ADlias,%20a%20resolu%C3%A7%C3%A3o%2045-158%20de%2018%20de%20dezembro%20de%201990.pdf [consultado em 04-1-2014]

NAÇÕES UNIDAS, ONU. (2009) *Relatório de Desenvolvimento Humano. Ultrapassar Barreiras: mobilidade e desenvolvimento humanos.* Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Coimbra, Portugal: Almedina. Disponível em: pnud.org.br/HDR/arquivos/RDHglobais/hdr2009-portuguese.pdf [consultado em 03-2-2014].

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. (1969) **Pacto San Jose da Costa Rica**.Disponível em http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm [consultado em 03-2-2014].

PATARRA, N. & FERNANDES, D. (2011) "Brasil: país de imigração?". *Revista Internacional em Língua Portuguesa.* Migrações III Série nº 24.

PORTES, A. (2003) "Conclusion: Theoritical Convergencies and Empirical Evidence in the Study of Immigrant Transnationalism", *International Migration Review,* 37(3), pp.874-892.

POVOA-NETO, H. (1997) "Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual". *Experimental*, 2, p.11-24.

POVOA-NETO, H. (2011) "Território e mobilidade: barreiras físicas como dispositivos de política migratória na atualidade". In NATAL, Jorge (org.), *Território e planejamento*, Rio de Janeiro: Letra Capital/IPPUR.

RICHMOND, A. H. (1988) *Immigration and ethnic conflict*. London: MacMillan Press.

ROSA, M. D. "Migrantes, Imigrantes e Refugiados: a Clínica do Traumático". *Revista de Cultura e Extensão USP*, 7. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/rce/article/view/46597, [consultado em 31-1-2014].

SASAKI, E. M. & ASSIS, G de O. (2000) **"Teorias das migrações internacionais"**. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt16_2.pdf [consultado em 31-1-2014].

SEGUY, F. (2014) *A catástrofe de janeiro de 2010, a "Internacional Comunitária" e a recolonização do Haiti.* Tese de doutoramento, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

SILVA, S. (2013) "*Brazil, a new Eldorado for Immigrants?: The Case of Haitians and the Brazilian Immigration Policy". Urbanities*, 3(2), pp.03-18.

SCHILLER, N. G. & FOURON, G. (1990) "Everywhere We Go, We Are in Danger: Ti Manno and the Emergence of a Haitian Transnational Identity". *American Ethnologist*, 17(2), pp.329-347.

SCHILLER, N. G.; BASCH, L. & BLANC-SZANTON, C. (org.) (1992) "Towards a Transnational Perspective on Migration: Race, Class, Ethnicity, and Nationalism Reconsidered". *Annals of the New York Academy of Sciences*, 645.

SCHILLER, N. G.; BASCH, L. & BLANC-SZANTON, C. (1995) "From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration". *Anthropoligical Quarterly*. 68(1), pp.48-63.

THOMAS, W. I. & ZNANIECKI, F. (1918) *The Polish Peasant in Europe and America.* Chicago: University of Illinois Press.

VAINER, C. B. (1984) "Trabalho, espaço e estado: questionando a questão migratória". *Cadernos PUR*, l(1), pp. 6-43.

VAINER, C. B. (2000) "Estado e migrações no Brasil. Anotações para uma história das políticas migratórias". *Revista Travessia*, 36, pp. 15-32.

Nacionalistas e colonos do "Ultramar" português e sua presença no Brasil (1960-1975)

Daniel de Oliveira Cunha
Universidade de São Paulo/CERU-USP
oliveiracunha@hotmail.com

Zeila de Brito Fabri Demartini
Universidade Metodista de São Paulo/CERU-USP/CNPq
zeila@usp.br

Resumo: Tema ainda pouco sistematizado na literatura acadêmica lusófona, a questão da mobilidade geográfica entre grupos, famílias e indivíduos oriundos das colônias portuguesas em direção ao Brasil nas décadas de 1960 e 1970 merece uma abordagem historiográfica e sociológica mais elaborada. A comunicação ora proposta é apresentada no sentido de chamar atenção para a necessidade da articulação entre a literatura política do período considerado, biografias e autobiografias, monografias acadêmicas, entrevistas de histórias de vida e outras fontes primárias de pesquisa para que seja reconstruída essa história conjunta que envolve especialmente as sociedades dos atuais países de língua portuguesa. Trata-se, ainda, de algumas conclusões provisórias no contexto de uma pesquisa em andamento, entre as quais: uma enumeração das motivações ou intencionalidades envolvidas nesses fluxos transcontinentais; os canais criados por instituições religiosas e educacionais, bem como por movimentos políticos; as influências governamentais e os constrangimentos jurídicos e diplomáticos sobre as mobilidades espaciais consideradas.

Palavras-chave: Nacionalismo; colonialismo; exílio político; migrações internacionais.

1 Introdução

Estas reflexões pautam-se em estudo mais amplo, ainda em andamento, sobre fluxos migratórios mais recentes para o estado brasileiro de São Paulo, especialmente durante as décadas de 1960 e 1970. Aborda-se a questão dos deslocamentos de indivíduos e de famílias de diversas origens sociais e profissionais, além de diferentes pertencimentos políticos-ideológicos e religiosos, porém todos eles procedentes de um espaço geográfico específico, além de participantes de uma mesma dinâmica histórica global, qual seja, o processo de dissolução do chamado "Terceiro Império" português. Dessa forma, consegue-se vislumbrar a enorme complexidade que os permeia e os inúmeros questionamentos que vão colocando aos pesquisadores. Durante o processo de pesquisa, paralelamente à construção de representações sobre os acontecimentos e sobre suas implicações sociais, desconstruíram-se, também, algumas ideias iniciais, com acréscimo de novas indagações sobre as anteriormente existentes.

Concorda-se com os estudiosos que chamam a atenção, de um lado, para a complexidade da estrutura de dominação denominada *situação colonial* (BALANDIER, 1951 e 1971, p. 3-36) que envolveu principalmente as duas "colônias de povoamento" do "Ultramar" português (Angola e Moçambique), locais de onde é oriunda a maioria dos imigrantes considerados; de outro lado, para a ainda restrita produção acadêmica sobre as implicações dos movimentos políticos em Portugal e em suas colônias para a mobilidade geográfica dos que lá residiam, além dos efeitos desses fluxos no tocante às dimensões familiares, culturais, educacionais, religiosas, bem como aos sentimentos e conflitos que os acompanharam.

Alguns estudiosos sobre os contextos metropolitanos e coloniais chamam a atenção para os poucos estudos acadêmicos panorâmicos, em termos geográficos e de estratificação social e segmentação racial, sobre Portugal e suas antigas colônias tomadas em seu conjunto (LOURENÇO, 1999, p. 139; PAULO, 1996, p. 103-104).

Como fonte extra-acadêmica de informação, é de grande valia a série documental dirigida pelo jornalista português Joaquim Furtado, *A Guerra Colonial/do Ultramar/de Libertação*, exibida pela Rádio Televisão de Portugal (RTP) entre 2008 e 2010. Trata-se de uma apresentação mais ou menos detalhada de cerca de três décadas de oposição entre colonialismo e nacionalismos africanos, em que a intenção do autor foi expor *visões de mundo* em confronto. Outro trabalho documental importante, no entanto mais centrado na história da emancipação política de Angola, é a série *Angola nos trilhos da independência*, projeto esse da Fundação Tchiweka de Documentação, de Luanda. Estas duas compilações audiovisuais formam um imprescindível material de pesquisa sobre as dinâmicas globais do confronto entre colonialismo e as contestações nacionalistas, além dos fluxos migratórios decorrentes desses enfrentamentos, podendo tanto as estruturas como as movimentações em questão ser considerados *fenômenos sociais totais* (MAUSS, 1974; GURVITCH, 1979; BALANDIER, 1961; PEREIRA DE QUEIROZ, 1972; SERRANO, 2008; SAYAD, 1998).

Já com relação à interação dos processos de "descolonização" com a sociedade brasileira, têm aparecido algumas monografias de grande relevância explicativa, embora predomine entre eles um enfoque historiográfico, que aborde apenas aspectos específicos de uma dinâmica histórica e social mais global e mais complexa.

2 A necessária complementaridade das fontes

Empreenderam-se mais recentemente, como já foi comentado, estudos sobre fluxos migratórios mais recentes para São Paulo, especialmente nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Nesse período ocorreram fluxos migratórios de africanos, portugueses, "luso-africanos" (isto é, filhos de portugueses nascidos na África) e "luso-indianos" em direção ao Brasil, motivados pelas pressões políticas das difíceis e complexas realidades da metrópole portuguesa e do Ultramar em processo de mutação política, realidades estas marcadas sobretudo pelas guerras de independência (1961 – 1974) e pelo processo de mudança de regime político causado pela chamada Revolução dos Cravos (1974 – 1975), seguido pelos processos "negociados" de descolonização de cinco territórios africanos.

Entretanto, em virtude da escassez de pesquisas sobre a temática dos fluxos migratórios resultantes desses eventos históricos, tentar apreender as memórias daqueles que participaram de alguma maneira do processo imigratório tornou-se ainda mais premente. Por se tratar de um período recente, com poucos estudos sistemáticos que possibilitassem uma melhor delimitação da problemática a ser pesquisada, assim como a localização de fontes de informações, optou-se também pela utilização de fontes orais, paralelamente a fontes documentais, à literatura política e aos estudos historiográficos e sociológicos sobre o sobre os temas considerados.

Como já se previa, a complexidade dada pela temática e pelas questões investigadas levou a optar pela diversidade e complementaridade das fontes. Como em outros estudos, constatou-se que documentos escritos (livros, jornais, levantamentos de dados em arquivos de instituições, literatura ficcional etc.) levavam aos informantes e ajudavam na realização de entrevistas, mas os informantes com seus relatos levaram também a novos documentos, dos quais muitas vezes eram os únicos possuidores e à formulação de novas questões. Os livros selecionados para análise tratam geralmente de assuntos políticos e, mais especificamente, sobre a questão do colonialismo português e da luta pela independência das províncias ultramarinas. São diversas as suas características e os estilos neles expressos, podendo se apresentar como *literatura ficcional* (romances ou contos), como poemas de protesto, como *literatura de testemunho* (exemplificada por biografias, autobiografias ou relatos e memórias de participação na guerra) ou mesmo como estudos de interpretação historiográfica ou sociológica, os quais, confeccionados no calor dos conflitos, apresentam um acentuado teor ideológico. Esses livros e documentos formam, em seu conjunto, o que entendemos como *literatura política*, materializados em forma de panfleto, de manifesto, de tratado político ou de libelo (CUNHA & DEMARTINI, 2009); ou, ainda, conforme Carlos Serrano, como propostas políticas em formato de projeto, de plano ou de programa (SERRANO, 2008).

Toda essa literatura, uma vez identificada e relacionada com seu público leitor específico, lança uma luz adicional sobre as características e as clivagens internas dessas importantes correntes migratórias formadas principalmente por portugueses e africanos – representadas por refugiados que formam entre si subgrupos, estratificados e segmentados em termos culturais, sociais, econômicos, políticos e ideológicos.

3 O fim do império e as diferentes visões de mundo em confronto

Como o título deste texto já o adianta, as enormes diferenças de visão de mundo que separam os indivíduos e grupos sociais oriundos das antigas colônias portuguesas põem a questão adicional de se relativizar e contextualizar, em primeira instância e com o recurso constante às aspas, o uso que eles mesmos fazem de seus conceitos, que, combinados, formam pares dicotômicos, ambivalentes ou antinômicos, como reflexo da própria polarização que é inerente às situações coloniais.
A noção de "descolonização", assim, antepõe-se à de "libertação nacional", sendo a primeira utilizada com maior frequência em Portugal, e a segunda, nos países africanos (e em Timor-Leste). Como sintetizou Mia Couto:

> Os portugueses não descolonizaram Moçambique (nem Angola, nem Cabo Verde, nem a Guiné, nem São Tomé e Príncipe). Estas nações africanas descolonizaram-se a sim mesmas (...) Não nasceram da descolonização que é nomeada por quem fala de Portugal. Não se olham a si mesmos como ex-colónias. A sua referência identitária não mora no passado. Estão ocupados com projectos de nação que se desenham na tela do futuro. O que eles empreenderam foi uma guerra de libertação nacional (que em África, por essa razão, nunca é chamada de "guerra colonial") (COUTO, 2010).

Pode-se também confrontar os conceitos de "Ultramar" e de "províncias ultramarinas" (utilizados oficialmente desde 1951), de um lado, e o conceito de "colônias", de outro. Enquanto este se reporta diretamente à problemática da condenação política e jurídica internacional ascendente aos colonialismos, aqueles não passaram de eufemismos criados pelas administrações das potências coloniais, para reforçar sua pretensão à legitimidade sobre seus domínios extracontinentais (COUTO, 2010)[1].
Deve-se, antes de tudo, com o objetivo de se compreender um processo político específico, captar o recurso que se faz a termos que denotam "violência verbal" e o compromisso com uma causa política, em situações de embates ideológicos. Os termos "guerra de libertação nacional", "fascismo português", "guerra subversiva", entre outros, quando contextualizados dentro de um espaço social específico, têm muito a revelar sobre as clivagens em questão. Como regra geral, preocupações com uma leitura "desinteressada", por parte dos agentes envolvidos nas dinâmicas sociais em questão, costumam ser secundárias.
O processo de pesquisa é necessariamente longo, e o distanciamento crítico alterna-se com a aproximação e a reaproximação das questões que vão sendo desdobradas e reconstruídas.

4 O mundo colonial e suas crises e tensões

Os multifacetados fluxos de portugueses e de "luso-africanos", além do de africanos negros, mestiços e brancos, entre outros, no período considerado, estão associados a momentos agudos de crise vivenciados no âmbito das situações coloniais em questão. Analisar as vivências dos indivíduos pertencentes aos vários grupos, nestes momentos de crise, parece permitir, como também já alertou Georges Balandier, que as crises podem ser reveladoras das forças de mudança sempre presentes e do "caráter aproximativo, problemático e vulnerável dos arranjos sociais", e que aparecem, com maior nitidez, a quem pretende observar por detrás das aparências formais (BALANDIER, 1971; 1976).
A reconstrução dos eventos históricos faz-se necessária para que se compreenda como se deu a mobilidade geográfica primeiramente para as colônia, e em seguida destas para outras partes do mundo e para o Brasil em particular. É preciso lembrar que, a partir da década de 1940, com o início do chamado *boom* do café no norte de Angola, Portugal acelerou sua política de colonização na África, estimulando a ida de portugueses para lá

---

1 Também no Brasil os formuladores de política externa procuraram evitar as referidas denominações jurídicas portuguesas de verniz, preferindo desse sempre o termo "colônias" (COSTA E SILVA, 2003).

fixarem residência e trabalharem. Segundo fontes oficiais, cerca de 330.000 portugueses estariam vivendo em Angola em 1970, e em torno de 150.000 em Moçambique (CASTELO, 2007).

Nas décadas de 1950 e 1960, perante uma nova conjuntura externa marcada pelas independências políticas das antigas colônias holandesas, belgas, espanholas, inglesas e francesas na Ásia e na África e pelas crescentes pressões das Nações Unidas contra a permanência de regimes coloniais (MAGALHÃES, 1999), e também diante das atribulações políticas causadas pelas primeiras sublevações armadas em Angola e por uma tentativa de golpe de Estado em abril de 1961 (a chamada "Botelhada" ou "Intentona de Botelho Moniz", encetada por portugueses pró-Estados Unidos), a relativa coesão interna do regime salazarista começou a se desfazer em razão do crescente descontentamento, mesmo no interior do governo, relativo tanto à delicada questão do assimilacionismo/integracionismo nas colônias como ao intransigente centralismo até então vigente. Assim, apresentam-se entre os governistas portugueses ao menos três alternativas divergentes para a reforma da associação político-administrativa entre estados ou províncias, sempre subordinados a um único governo central: "o unitarismo integracionista, a solução "marcellista" e o modelo federalista – com suas eventuais variantes –, sendo que o primeiro e o terceiro já eram debatidos e confrontados nos meios acadêmicos, jurídicos e políticos metropolitanos desde princípios do século XIX" (CORREIA, 1991; MOREIRA, 2009, p. 152).

O inicio dos anos 1960, período em que estavam em fase final de esfacelamento os extensos impérios coloniais britânico e francês, é também lembrado como o momento inicial das primeiras revoltas de grupos armados, em cenário africano, contra o colonialismo português. A África Subsaariana havia sido, então, palco de uma série de independências políticas desencadeadas desde a emancipação de Gana, em 1957, e da Guiné-Conacry, em 1958. Mas foi somente na década seguinte que as "províncias ultramarinas" portuguesas romperam com a metrópole, no entanto, sem se acomodarem em soluções neocoloniais (GENTILLI, 1998). Arrastaram-se, no caso destas em seu conjunto, quatorze anos de guerra.

Os nacionalistas angolanos, desde a intensificação de sua militância, que já vinha se formalizando desde a década anterior, não tiveram dificuldades em obter o apoio explícito de governos africanos recém-constituídos. Assim, a União dos Povos Angolanos (UPA), movimento nacionalista liderado por Holden Roberto e atuante na faixa de fronteira ao norte do território, pôde contar, como desdobramento da causa pan-africanista e por razões geoestratégicas, com o financiamento econômico e o auxílio militar-logístico de países como o Zaire, Gana, Guiné-Conacry e Egito e, fora do continente, dos Estados Unidos – cuja política externa havia sido atraída pela retórica anticomunista de seu fundador, um dos fundadores e o principal líder da UPA e depois da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), mas também pelo apoio internacional (fomentado pelos Estados Unidos) ao golpe militar que depôs o primeiro-ministro do Congo recém-independente, Patrice Lumumba, em setembro de 1960. Seu assassinato, nas mãos das milícias de Moïse Kapenda Tshombé, do Katanga (atual Shaba, província então separatista, ao sul do país), em janeiro de 1961, coincidiu com os massacres na Baixa de Kassanje, no então distrito angolano de Malanje, na faixa de fronteira entre os dois territórios.

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de orientação ideológica marxista, teve entre seus aliados externos, entre eles o Congo-Brazzaville, a Zâmbia, a União Soviética e, em especial, Cuba, entre outros países.

Entrementes, em Angola a repressão policial e militar a alguma revolta civil passaria então a ser executada com desproporcional violência, como veio a ocorrer no caso do levante dos plantadores de algodão na Baixa do Kassanje (Malanje), quando a retaliação das forças armadas portuguesas, usando *napalm*, matou cerca de sete mil camponeses que se manifestavam pacificamente contra suas condições de trabalho. Em Luanda, em 4 de fevereiro de 1961, a ação armada de nacionalistas angolanos foi respondida com uma brutal repressão nos musseques da cidade, o que provocou centenas de mortos. Só nesses primeiros meses de guerra, teriam morrido, segundo fontes nacionalistas, 70.000 africanos do Norte de Angola, e cerca de dois mil portugueses e empregados originários do Planalto Central. Já o número de refugiados para o Congo, ao Norte, chegou a ser contabilizado em 150.000. A própria competição entre "comitês de solidariedade" dos movimentos nacionalistas, formalmente criados alguns anos antes, para a captação desses refugiados na fronteira engendrou conflitos entre militares da União das Populações de Angola (UPA), formado naquela mesma região, e do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), formado por luandenses e presente nas regiões do Norte e no Congo desde fins de 1961. O chamado Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados

(CVAAR), mantido no Congo, estava associado ao MPLA e, como se verá, manteve ligações com alguns grupos de militantes formados no Brasil.

Foi, todavia, a UPA, o primeiro movimento a declarar autoria por ataques armados contra o colonialismo português, quando, em meados de março de 1961, na cidade congolesa de Ndjiji, foram recrutados os primeiros combatentes para ações de guerrilha naquela faixa de fronteira. Pouco depois o MPLA também passou para a luta armada (em novembro de 1961), quando, em sua primeira operação militar, uma expedição chefiada pelo comandante Tomás Ferreira foi aniquilada pelas forças da UPA, o que revela a incompatibilidade precoce inerente à "retomada da iniciativa" entre os nacionalistas angolanos[2].

Com ideologias e propostas nacionalistas bastante diversas, o MPLA e a UPA (depois FNLA, Frente de Libertação Nacional de Angola) iriam se chocar ao longo dos anos. Após 1965, o MPLA passou a ser objeto preponderante de simpatias externas como alternativa programática de combate ao colonialismo e como proposta de formação de um novo país, principalmente perante os países membros da Organização da Unidade Africana (OUA).

Enquanto muitos dos quadros iniciais do MPLA eram mestiços e brancos de Luanda, Benguela e Cuanza Sul, muitos deles profissional e intelectualmente formados na metrópole e em outros países europeus, os membros da UPA, negros em sua quase totalidade (também havia mestiços do sul de Angola, já em sua fundação), estiveram, desde o início de seu engajamento, mais voltados para as aspirações independentistas das populações rurais situadas no norte do território angolano, região que antigamente era parte do reino do Kongo. Surgiu então outra aparente clivagem – além da ideológica e da racial – que antepunha UPA e MPLA: se este exercia nos seus primeiros anos uma maior influência nas cidades, aquele sempre teve como base de apoio interno o conjunto de aldeias em que os seus habitantes falavam o kikongo, nos distritos do Zaire, Uíge e Cuanza Norte (DÁSKALOS, 2000; SERRANO, 2008). No entanto, em nosso entendimento, esta aparente clivagem entre meio rural e meio urbano não se traduz em uma relação de simples oposição ou contrariedade, mas antes em *implicação mútua* e *interpenetração* (PEREIRA DE QUEIROZ, 1978), já que setores da UPA/FNLA organizavam-se também em cidades angolanas e das repúblicas congolesas, tais como Mbanza Kongo, Léopoldville, Brazzaville, Dolisie, entre outras, além do que militantes do MPLA eram oriundos dos arredores rurais de Luanda (Caxito, Catete, por exemplo), ou de toda a área adjacente aos Caminhos de Ferro que ligam Luanda a Malanje.

Outras formações nacionalistas foram criadas no período da guerra colonial. O mais importante dos movimentos nacionalistas de membros majoritariamente da "raça branca" (que o português Fernando Tavares Pimenta chama de "leuconacionalistas"), foi a Frente de Unidade Angolana (FUA). Carlos Serrano, em relato pessoal sobre o assunto, assinala que houve três organizações com o mesmo nome, entre 1962 e 1975. A primeira FUA, e também a mais estudada, durou apenas dois anos (1962 a 1963), até o momento ruptura ideológica (relativa à questão da adesão ao MPLA) entre "condicionais" e "incondicionais", durante o exílio coletivo do grupo em Blida, na Argélia. Uma segunda FUA surgiu no contexto da diáspora angolana,, ao longo dos anos sessenta, e

---

2 Os três episódios de violência política ocorridos nos três primeiros meses de 1961 (massacres da Baixa do Kassanje em janeiro; assalto às cadeias de Luanda em fevereiro; massacres das fazendas de café em março) estão associados a outro evento de maior amplitude geográfica, além do golpe perpetrado por Joseph Mobutu no Congo, com o patrocínio do governo norte-americano e de agentes da CIA instalados no país. Trata-se de um desdobramento direto da campanha fracassada do general Humberto Delgado à presidência de Portugal em 1959 e de seu subsequente exílio no Brasil. Em janeiro de 1961, Delgado, ao lado de outros dissidentes políticos portugueses, entre os quais Henrique Galvão, tiveram participação no assalto ao paquete português Santa Maria em águas territoriais espanholas, juntamente a militantes galegos contrários ao regime de Franco na Espanha, liderados por Xosé Velo e Jorge de Soutomaior. A expectativa era de que os membros do então batizado Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL) rumasse para Luanda, após uma curta passagem pela Venezuela. Aproveitando-se da presença de jornalistas de outros países na colônia, o cônego Manuel das Neves, que não era diretamente ligado a nenhum dos movimentos nacionalistas angolanos, deu ordens para que alguns seminaristas pegassem em armas par libertar alguns presos políticos, na data que seria depois consagrada como o Dia Nacional do Esforço Armado, o 4 de Fevereiro. O Santa Maria, rebatizado como Santa Liberdade, acabou por se render no litoral do Nordeste brasileiro, e alguns militantes galegos e portugueses do DRIL acabaram por obter asilo político no Brasil, como bem registra o documentário *Santa Liberdade* (2004) dirigido pela cineasta galega Margarita Ledo Andión.

dela participaram alguns membros da primeira FUA, como Sócrates Dáskalos. No período de transição para a independência, em 1974-1975, surgiu uma terceira FUA, que deve duração ainda mais efêmera. Uma parte de seus integrantes, sobretudo da primeira FUA, manteve apoio ao MPLA, por afinidades ideológicas. Alguns dos quadros políticos desses três agrupamentos, depois de passarem pela África do Norte e/ou pela Europa, vieram como imigrantes para o Brasil nos anos 60.

Em Moçambique, entre 1959 e 1965, houve um aumento da chegada de portugueses, como quadros técnicos da administração pública, da indústria e dos serviços. Uma grande parcela dos "novos" imigrantes metropolitanos tinha uma formação pouco superior à dos habitantes locais, e é por este contraste – entre outras razões – que se intensificaram as aspirações dos negros que haviam perdido parcelas suas terras para os colonos recém-chegados e daqueles que, nas cidades, desejavam receber um pagamento equitativo pelo seu trabalho, em relação ao dos brancos.

Nesta nova conjuntura de aceleração da colonização por parte do governo português, três movimentos nacionalistas moçambicanos foram criados, cada um deles formado por um grupo étnico e regional preponderante. A União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) foi fundada por Adelino Gwambe e por militantes (majoritariamente macuas) de Manica e de Sofala, em Salisbury, na então Rodésia do Norte, em 1960. No ano seguinte, exilados e trabalhadores moçambicanos residentes no Quênia e na Tanzânia (a maioria dos quais makondes, ligados a um grupo precedente chamado União Maconde de Moçambique) criaram, em Mombaça, a União Nacional Africana de Moçambique (Mozambique African National Union, MANU), com estrutura semelhante à queniana KANU. Também em 1961 foi criada a UNAMI, União Nacional Africana de Moçambique Independente, foi criada na faixa de fronteira entre o então distrito de Tete e o Malawi.

Em 1962, em Dar-Es-Salaam, então a capital tanzaniana, sob o incentivo do presidente Julius Nyerere, uma coalizão entre os três movimentos (UDENAMO, MANU e UNAMI) fundiu-se na Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), presidida por um professor universitário nos Estados Unidos e funcionário das Nações Unidas, Eduardo Mondlane[3].

Outras partes do império, fora do continente africano, também haviam passado por um processo dramático de ruptura em relação à metrópole, e com algum eco sobre a sociedade brasileira. Em dezembro de 1961, o Ultramar português sofreu uma subtração ao seu mais antigo domínio no continente asiático, com a invasão e anexação, pela União Indiana governada por Javaharlal Nehru, do Estado (português) da Índia, que compreendia Goa, Damão e Diu. Antes disso, em maio de 1961, o líder do Movimento de Libertação de Goa, P. D. Gaitonde, que também havia sido secretário-geral da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP) – antes de seu conterrâneo goês, Aquino de Bragança –, deslocou-se ao Brasil, a fim de buscar, em vão, apoio diplomático para a "reintegração" de Goa à Índia, embora tenha recebido apoio de portugueses exilados do Movimento Nacional Democrático (grupo ligado a Norton de Matos, formado após sua malograda tentativa de se tornar chefe de governo em Portugal) e de Henrique Galvão, no Rio de Janeiro (DUARTE, 1962, p. 553). Apesar dos ataques frontais de diplomatas brasileiros ao colonialismo português, como Afonso Arinos de Melo Franco (então ministro das Relações Exteriores) e Adolpho Justo Bezerra de Menezes, o posicionamento oficial do governo brasileiro foi de solidariedade com Portugal no caso da anexação dos enclaves portugueses na Índia (FURTADO, 2008), o que frustrou as expectativas dos nacionalistas indianos mencionados, além de explicitar algumas fragilidades de posicionamento inerentes à chamada Política Externa Independente (PEI).

---

3 Posteriormente, alguns brancos, tanto "velhos" como "novos" colonos, chegaram aderiram à FRELIMO. Após o assassinato de Mondlane, em 1969, uma grave cisão interna levou um dos fundadores da FRELIMO, Uria Simango, a associar-se a outros dissidentes anteriores em torno do Comitê Revolucionário de Moçambique (COREMO). A história do nacionalismo moçambicano é ainda pouco consensual, e mesmo a história da participação de suas principais lideranças é ainda objeto de acirradas controvérsias entre os intérpretes.

5 Estudantes africanos e nacionalistas exilados no Brasil

A PEI postulava entre seus objetivos não só uma maior aproximação econômica, política e cultural com o continente africano, mas também, quase sempre, uma condenação explícita do colonialismo português (FRANCO, 2001 e 2005). Foi mantida como diretriz das relações internacionais brasileiras de 1960 aos primeiros meses de 1964, embora houvesse passado mudanças de orientação em sua programação geral – um dos chanceleres desse período, Hermes Lima, defendia uma atitude conciliadora com Portugal e uma "solução neocolonial" para as possessões portuguesas.

Em Salvador, Vivaldo da Costa Lima e o exilado português Agostinho da Silva, ligados ao Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade da Bahia – em associação com o Ministério das Relações Exteriores –, preparavam a recepção de estudantes vindos da Nigéria, de Gana, do Senegal e do Cameroun, que começaram a chegar em dezembro de 1961 (a vinda de estudantes togoleses e benineses também estava prevista, mas não se realizou neste primeiro contingente), além de um único estudante de uma colônia portuguesa, Cabo Verde (OLIVEIRA JUNIOR, 2010).

Entrementes, ao longo da década de 1960, aportaram no Brasil dezenas de nacionalistas das colônias portuguesas, ou formalmente como asilados políticos, ou como estudantes universitários e, com frequência de forma velada, militantes que participavam das atividades exteriores de seus respectivos movimentos. Entre os primeiros de que se tem notícia, estão alguns originários de São Tomé e Príncipe, entre os quais alguns membros de uma família da elite santomense, os Paquete; e também o padre Sacramento Neto, que questionava abertamente o colonialismo português, embora também fosse contrário à ideologia de esquerda do Comitê pela Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP), fundado em 1960 (SACRAMENTO NETO, 2004).

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, organizavam-se alguns estudantes nacionalistas das colônias portuguesas na África. Na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP, em São Bernardo do Campo), estavam matriculados alguns angolanos protestantes ligados ao MPLA. Ligados a outras universidades fluminenses e paulistas, também se inseriam outros angolanos, ou críticos independentes do regime colonial, ou também vinculados àquele movimento. Um desses estudantes, Mateus Silva, embora representasse a FNLA no Brasil, mantinha boas relações com os primeiros. Havia também moçambicanos e um guineense que representava o PAIGC no Brasil, Fidélis Cabral. Todos eles eram apoiados internamente por militantes da esquerda brasileira e portuguesa ligados ao jornal *Portugal Democrático* e a editoras interessadas em fazer propaganda contra o colonialismo e contra o regime salazarista. Era então formado, no eixo Rio – São Paulo, o Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA), além do Comitê Brasileiro de Ajuda a Refugiados de Angola (CBARA), que fazia uma ponte entre o MABLA e o já mencionado CVAAR em localidades das repúblicas congolesas, e cujo primeiro presidente foi Paulo Duarte, editor chefe da revista paulista *Anhembi*, uma das mais ferozes denunciantes brasileiras do salazarismo (SANTOS, 2010).

Como nos apontou pessoalmente Fernando Augusto Albuquerque Mourão, entre 1956 (data mais ou menos consensual de fundação do MPLA) e meados de 1963, a PIDE possuía uma base de vigilância no Brasil, embora seu alvo imaginário fossem algumas células "subversivas" do Partido Comunista Português ou a ele associados. Não lhes passava ainda pela cabeça que havia grupos nacionalistas africanos já bem estruturados em torno de um programa político específico. Assim, nesse período, alguns militantes tiveram ampla liberdade de atuação, não em agrupamentos explicitamente políticos, mas em canais acadêmicos e religiosos (a exemplo da Organização Juvenil Evangélica). Um caso emblemático é o de Deolinda Rodrigues, uma importante liderança do MPLA que havia vindo para o Brasil no fim dos anos cinquenta como estudante também da Universidade Metodista de São Paulo, e que manteve simultaneamente um intenso trabalho de organização exterior do movimento a partir de sua estadia em solo brasileiro.

Ainda no fim do governo Kubitschek, a assinatura em Lisboa de um tratado de extradição e cooperação judiciária em matéria penal entre Brasil e Portugal, pelos ministros Horácio Lafer e Marcelo Mathias, em 9 de agosto de 1960, atemorizou os militantes nacionalistas africanos que se encontravam no Brasil como estudantes, entre os quais Deolinda Rodrigues, e resultou na saída voluntária de uma parte deles (RODRIGUES, 2004). O acordo em questão, entre vários outros assinados à mesma ocasião, no entanto, acabou por se tornar letra morta após a posse de Jânio Quadros e a inauguração da já mencionada PEI (MAGALHÃES, 1999). Entre 1961 e 1963,

chegariam ao Brasil outros militantes, entre os quais o angolano Fernando Costa Andrade, também do MPLA, que se matriculou na Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo.

6 O golpe militar no Brasil, os acordos com Portugal e a guerra em Moçambique

Com a ascensão do regime militar brasileiro, em março/abril de 1964, houve alterações sutis na orientação brasileira em relação ao anticolonialismo e às relações com o regime português do Estado Novo. Todavia, essas mudanças de diretriz são ainda objeto de divergência entre os intérpretes e variam em torno da ênfase nas continuidades, conforme José Calvet de Magalhães, e da ênfase nas rupturas, conforme Ovídio de Andrade Melo. Tais discrepâncias interpretativas refletem em parte as próprias diferenças de posicionamento na sociedade brasileira, e em particular dos agentes governamentais e das Forças Armadas no Brasil. Tomadas em seu conjunto, as opiniões gerais sobre a "solução colonial" não eram de modo algum coesas.

Embora o paradigma da PEI tenha sofrido uma brusca interrupção, sob a chancelaria do conservador Vasco Leitão da Cunha, e alguns setores lusófilos do Ministério das Relações Exteriores defendessem a ideia do Atlântico como um "lago lusitano" (MELO, 1996), iria predominar ainda a posição anticolonialista naquela instituição. No entanto, foi retomado o matiz mais conciliador de San Tiago Dantas, de anos antes, com relação às relações de "fraternidade" com Portugal (MAGALHÃES. 1999).

Entre as Armas brasileiras, setores do Exército ligados ao novo presidente, o general Humberto de Alencar Castelo Branco, pareciam defender discretamente a emancipação das colônias, embora em moldes neocoloniais, ao passo que a Marinha era tradicionalmente mais conservadora e alinhada com o *statu quo* nos domínios portugueses. Com efeito, houve episódios de detenção e interrogatório, por parte do serviço de inteligência da Marinha (CENIMAR) e de agentes da PIDE instalados no Brasil, de estudantes africanos e de alguns funcionários moçambicanos da FRELIMO que mantinham um escritório no Rio de Janeiro desde 1963 (DÁVILA, 2011). Estes, por pouco, não foram enviados para Portugal, o que não se consumou devido aos pedidos do presidente Léopold Senghor, do Senegal, junto ao governo brasileiro em favor dos moçambicanos (MELO, 1996, p. 362). Em São Paulo, o angolano Costa Andrade foi preso duas vezes pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), mas libertado após alguma mobilização internacional, o apelo de intelectuais associados ao MABLA e a interferência pessoal de um dos proprietários do jornal conservador *O Estado de S, Paulo*, Júlio de Mesquita Filho, junto a autoridades do novo regime (MEDINA, 1987, p. 267-271; COSTA ANDRADE, 2002; SANTOS, 2010).

Poucos meses depois, os guerrilheiros moçambicanos da FRELIMO entraram em cena no debate mundial sobre a descolonização. Considera-se oficialmente o dia 25 de setembro de 1964 a data inicial dos primeiros levantes armados conduzidos por aquele movimento, em Mueda, no norte de Moçambique. No mesmo mês, Portugal cuidava de invocar uma nova tática em sua política de legitimação internacional, no sentido de assegurar algum apoio junto às comunidades falantes de língua portuguesa de todo o mundo. Realizaram-se, então, a Semana do Ultramar e o I Congresso das Comunidades Portuguesas, em que foram proclamadas as ideias de "portuguesismo" e de um "sistema cultural geral" lusófono, que se estenderia às colônias, e em que foram criadas a Academia Internacional da Cultura Portuguesa e a União das Comunidades de Cultura Portuguesa (MOREIRA, 2009, p. 321-323).

A ideia precursora de uma "comunidade luso-brasileira" havia sido levantada anos antes, em 1962, pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, mas que entretanto pouco efeito tinha na orientação política da PEI. Mesmo durante o governo Castelo Branco, a postura oficial do governo brasileiro, conforme os próprios discursos presidenciais, será a de vislumbrar uma futura "Comunidade Afro-Luso-Brasileira" (MAGALHÃES, 1999, p. 104-107). A ascensão do general Costa e Silva, em março de 1967, mudou um pouco os rumos da política externa brasileira. Com efeito, em abril do mesmo ano, foi sancionada pelo Congresso Nacional uma lei que instituía o "Dia das Comunidades Luso-Brasileiras", a ser comemorada no dia do descobrimento, em 22 de abril. Em julho, sob os auspícios de Adriano Moreira, era realizado a bordo de um navio no litoral moçambicano, inclusive em áreas próximas a focos de guerrilha, o II Congresso das Comunidades Portuguesas, o qual contou com marcante presença de políticos e intelectuais brasileiros e portugueses residentes no Brasil. Um deles era o

deputado paulista Antônio Sílvio Cunha Bueno, da ARENA, que talvez tenha sido o primeiro político brasileiro a ter percebido a oportunidade política e econômica de se atrair os colonos para o Brasil durante um eventual processo de descolonização, conforme nos relatou o jornalista português Frederico Gavazzo Perry Vidal, que o havia acompanhado em viagens subsequentes a Moçambique. Esse fluxo de fato veio a ocorrer entre 1974 e 1975, com o estabelecimento do MAEP, como se verá adiante.

Desde 1964, continuaram a ocorrer poucos mas marcantes descolamentos de indivíduos que haviam nascido nas colônias portuguesas. Em dezembro de 1965, chegou a São Paulo, vindo do exílio francês, um importante escritor africano de língua portuguesa, Fernando Monteiro de Castro Soromenho, filho de português e cabo-verdiana nascido em Moçambique e criado no interior de Angola, colônia esta de onde saiu a inspiração para seus romances e contos. Antes, em 1937, já havia visitado o Rio de Janeiro como correspondente de um semanário português, e dessa vez retornava ao país como colaborador no recém-criado Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade de São Paulo e, ali, como responsável pelo curso de Sociologia da África Negra. Faleceu na capital paulista em junho de 1968 (MOURÃO, 1978).

Nos anos finais da mesma década também chegaram ao Brasil alguns outros exilados que já estavam direta ou indiretamente ligados às causas nacionalistas africanas. Alguns possuíram mandado de captura expedido pela PIDE. O angolano Carlos Serrano, antropólogo e um dos grandes estudiosos do nacionalismo em Angola, chegou em São Paulo em 1967, vindo da França. Outro angolano também perseguido pela polícia política portuguesa, o jornalista e economista José Manuel (Jonuel) Gonçalves, foi viver no Rio de Janeiro depois de ter passado pelo Senegal e pela França.

Entrementes, foram estabelecidos, a partir de 1966, importantes canais de fluxo profissional entre Brasil, Portugal e suas colônias. Mesmo antes da assinatura e da ratificação, em 1967, dos novos e bem sucedidos acordos comerciais entre os dois países, o Pão de Açúcar, grupo varejista de São Paulo fundado pela família portuguesa Diniz, estabeleceu algumas filiais na região metropolitana de Lisboa (MAGALHÃES, 1999), em uma altura em que um importante fluxo de regentes agrícolas e engenheiros agrônomos formados em Portugal se dirigia a trabalho principalmente para Angola. Essa leva profissional foi em grande parte responsável para a subsequente extensão das atividades da empresa brasileira para as colônias. Desde então, intensificou-se com o Brasil a vinculação de muitos desses profissionais, de origem portuguesa, "luso-africana" ou mesmo "luso-indiana", por meio de bolsas de especialização em institutos agronômicos brasileiros, como o Centro do Café, em Campinas[4]. Observamos que naquele momento muitos desses profissionais defendiam, velada ou explicitamente, a independência das colônias, e alguns deles mesmo mantinham simpatias ou vínculos com o MPLA.

7 A transição de 1974-1975 e a saída em massa dos colonos

Após a Revolução dos Cravos e antes das datas negociadas de independência, houve em Angola uma reordenação das alianças entre os distintos movimentos de libertação nacional (MPLA, UNITA e FNLA) e os colonos geograficamente espalhados pelo território, após os Acordos de Alvor, entre estes três grupos nacionalistas e o novo regime português, os quais propunham uma transição para um governo pluripartidário em Angola. Alguns pequenos partidos políticos, formados por colonos avessos aos movimentos nacionalistas, surgiram "à undécima hora" para disputar as eleições previstas. A escalada da violência, desde meados de setembro de 1974, deve-se em parte a ações desses novos agrupamentos políticos, que possuíam braços armados e que foram criados sob o fomento de setores da linha dura militar portuguesa e de ex-agentes da PIDE, e que engendraram, como contraponto a suas ações armadas, a formação do chamado "poder popular" entre os negros dos musseques de Luanda[5]. Não obstante, apenas uma parte dos colonos, e mesmo dos "novos" colonos,

---

4 Esses deslocamentos temporários, por razões profissionais, foram facilitados após a assinatura, pelos dois países, de um acordo de cooperação técnica, em 7 de setembro de 1966 (MAGALHÃES, 1999, p. 128).

5 Ovídio de Andrade Melo assim registra sua interpretação sobre as relações de causalidade inerentes a esses confrontos: "Lembrava-me eu dos acontecimentos de setembro do ano anterior, quando os colonos brancos, insatisfeitos com a Revolução dos Cravos, haviam promovido expedições punitivas, verdadeiros *pogroms*, contra os *musseques* de Luanda. Não teria sido como decorrência desses ataques, não teria sido para defrontar investidas da mesma espécie que os negros dos bairros pobres se armaram?" (MELO, 1996, p. 355).

aderiu explicitamente à causa daqueles efêmeros partidos. Outros preferiram optar entre os três principais movimentos nacionalistas, em um ambiente crescentemente tenso e em que contrainformações entre os grupos rivais eram divulgadas a todo instante.

Grande parte dos habitantes do Huambo e do Bié aproximou-se então da UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola, criada em 1966) devido ao discurso aparentemente conciliador, mas no fundo marcadamente ambivalente e manipulador, de seu líder fundador, Jonas Savimbi, mesmo que antes outra parte dos colonos do Planalto Central tenha tido maiores simpatias pelo MPLA. Em Luanda, era majoritário o apoio ao MPLA, embora os outros grupos tivessem o seu numeroso eleitorado. Mesmo a FNLA, apesar das lembranças traumáticas, entre os brancos, dos massacres perpetrados pela UPA no norte em março de 1961, recebeu algum apoio dos brancos, em razão da mudança de tom nos discursos também aparentemente conciliatórios de Holden Roberto.

Agostinho Neto, por sua vez, insistiu em desconsiderar as propostas "neocolonialistas" defendidas veladamente por uma enorme parcela dos colonos, chegando a assinalar: "Não queremos aqui um outro Brasil". Embora tivesse força em Luanda, o "multiétnico" MPLA estava internamente dividido por uma dissidência ideológica (a chamada Revolta Ativa, formada por intelectuais como os irmãos Pinto de Andrade) e por uma dissidência geográfica (a chamada Revolta de Leste, de Daniel Chipenda), ambas em um novo jogo de forças com a "Ala Presidencialista" de Agostinho Neto, o que enfraqueceria a ação do movimento durante o processo de transição. Mesmo assim, esse movimento cristalizado em partido obteve maior legitimidade interna e internacional para tomar a frente da autodeterminação de Angola.

Após a independência das colônias, os projetos, programas e planos políticos e econômicos elaborados em torno dos Acordos de Alvor, de janeiro de 1975, caíram no esquecimento (GONÇALVES, 2011). Em Angola, terminaram por predominar as propostas separação total, reforçadas pelo forte centralismo político-administrativo (CORREIA, 1991), defendido pelo MPLA, que havia proclamado unilateralmente em Luanda a República Popular de Angola, reconhecida oficialmente pelo governo brasileiro antes mesmo dos países socialistas (MELO, 1996).

Apesar da invasão sul-africana, apoiada pela UNITA, mas logo barrada pela superioridade militar das tropas cubanas e soviéticas de apoio ao MPLA, o grande problema de unidade estatal após a emancipação política se restringiu ao caso do enclave de Cabinda, alvo das pretensões expansionistas do Zaire (SANTOS, 1975; GASPARI, 2004). Criada pouco antes da independência pelo empresário Alexandre Tchioufou, homem ligado a petroleiras francesas, a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) passou a praticar mobilizações guerrilheiras na famosa floresta do Mayombe, contra as demais forças armadas, visando o controle do enclave, que é a região mais rica em petróleo de Angola. Ainda hoje contestam o poder central de Luanda, apesar de suas incontornáveis divisões internas.

A guerra colonial, em Moçambique, havia sido de mais baixa intensidade, se comparada à guerra em Angola, durante a maior parte do período final da presença portuguesa, e quase sempre restrita ao norte (Cabo Delgado) e ao nordeste (Tete) do território. Ainda assim, a mais acentuada oposição entre sociedade branca, de um lado, e sociedades africanas, de outro, foi um fator decisivo para a "debandada" da quase totalidade dos portugueses e luso-africanos assim que o processo de transição para a independência teve início, entre meados de 1974 e 25 de junho de 1975, data acordada para a independência nacional. A maior parte dos colonos foi primeiramente para Portugal, e um contingente também expressivo para a vizinha África do Sul (tendo sido a Suazilândia ponto de paragem para alguns). Mas muitas famílias, embora em quantidade muito menor que a de colonos oriundos de Angola, também veio para o Brasil. Alguns destes eram empresários e funcionários públicos ou privados ligados aos interesses da alta burguesia da então chamada Lourenço Marques (hoje Maputo). Notamos que há em São Paulo muitas famílias oriundas do antigo colonato do Limpopo, que fora estabelecido no sul de Moçambique. Mas também foram estabelecidos contatos com famílias vindas de Nampula, no norte do território.

8 Inserção dos ex-colonos em São Paulo nos anos 1970

Se na década de 1960 predominou a chegada ao Brasil de alguns antigos militantes políticos e simpatizantes das causas nacionalistas, oriundos das possessões portuguesas, na década de 1970 houve um fluxo numericamente muito maior de "velhos" e "novos" colonos de origem portuguesa, que agora fugiam da escalada de violência causada pelos conflitos entre os grupos nacionalistas antagônicos e seus aliados externos, conflitos estes também chamados de "guerras de desestabilização".

Já em 1974, pouco depois da revolução portuguesa, o já referido deputado paulista Cunha Bueno retornou a Lourenço Marques, atual Maputo, tendo ali sido auxiliado pelo jornalista português Frederico Gavazzo Perry Vidal. De volta a São Paulo, no ano seguinte, formou o Movimento de Apoio ao Emigrante Português (MAEP), que também mantinha instalações no Rio de Janeiro e que teve um papel importantíssimo na canalização de fluxos de colonos em direção ao Brasil. Esta é, no entanto, uma história ainda não registrada em estudos científicos ou em monografias acadêmicas. Mas há alguns indícios de que esses fluxos tenham sido induzidos com apoio do Ministério das Relações Exteriores. O diplomata Ovídio de Andrade Melo, em um de seus relatos sobre o reconhecimento brasileiro da independência de Angola, assinala que em sua passagem por seu posto permanente em Londres, em fevereiro de 1975, sugeriu ao Itamaraty que, uma vez previsto o êxodo dos portugueses e colonos – em suas palavras, "emigração pânica" –, deveriam ser dispensados os vistos junto à recém-criada Representação Especial do Brasil em Luanda. Aqueles sairiam como turistas, como a legislação brasileira previa, e, em sua chegada ao Rio de Janeiro, seriam concedidos a eles vistos permanentes (MELO, 1996, p. 364). Entre abril e novembro, chegaram a ser concedidos cerca de 5 mil vistos por mês, "um recorde no Itamaraty de todos os tempos", segundo Melo. Alguns recusavam-se a embarcar para Lisboa porque para eles Portugal parecia caminhar para o comunismo, e outros simplesmente porque buscavam um contexto de maior estabilidade política e em seu imaginário o Brasil preenchia esse requisito.

Entre julho e agosto de 1975, da "batalha de Luanda" entre as forças nacionalistas sairia um vencedor, o MPLA, que assumiu o poder na capital, rechaçou – com apoio cubano – a invasão sul-africana ao sul e obteve do Brasil, em 11 de novembro, o primeiro reconhecimento da independência do país. Em Moçambique, não fora estabelecida uma Representação Especial como em Luanda, mas o próprio Consulado, cujos encarregados foram convidados a se retirar assim que foi proclamada a independência, em 25 de junho (MELO, 1996, p. 376).

Embora não existam dados precisos sobre o número de colonos portugueses, "luso-africanos", africanos e "luso-indianos" exilados e refugiados do Ultramar português para o Brasil nesse período, sabe-se que desembarcaram aos milhares em solo brasileiro (OITENTA ANOS, 1992). Como recordam alguns de nossos entrevistados vindos à altura das independências das possessões africanas, principalmente Angola e Moçambique, chegaram ao Brasil entre vinte mil e trinta mil pessoas oriundas principalmente da África; muitos dos que aportaram em solo brasileiro decidiram, seja imediatamente, seja anos ou décadas depois, ir recomeçar suas vidas na antiga metrópole ou em muitos outros países. A ausência ou indisponibilidade de dados oficiais no Brasil sobre tais fluxos e sobre o perfil socioeconômico desses migrantes é um grande problema prévio (RIBEIRO, 1996; DEMARTINI et alii, 2005b), muito possivelmente porque sua entrada havia sido concebida e facilitada, pelo Estado brasileiro, como uma introdução estratégica de quadros profissionais qualificados no momento em que era anunciado o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), sob o governo do general Ernesto Geisel.

Entre os imigrantes que vieram para a América do Sul em 1975, despontam três grandes conhecedores da história e das culturas regionais angolanas, sempre muito lembrados pelas pessoas que vieram com esse fluxo. Acácio Videira, português de Monsalvarga, Trás-os-Montes, que em 1948 havia se mudado para a Lunda-Norte, foi viver em Contagem, Minas Gerais, e pôde salvar, trazendo consigo, um importante acervo de objetos e registros etnográficos que haviam sido oferecidos pelos Tchokwe, do nordeste de Angola, ao Museu do Dundo, que desde então passou a ser alvo de saques, em razão da guerra (VIDEIRA, 2013). Igualmente conhecido é o pintor e poeta Albano Neves e Sousa, português natural de Matosinhos que havia se mudado para o Planalto Central angolano ainda criança, e que depois se transferiu para Salvador, Bahia, onde faleceu em 1995. O jornalista Sebastião Coelho, nascido no Huambo, foi viver em Buenos Aires, onde continuou a escrever sobre

a cultura popular angolana (*Angola: história e estórias da informação*; *Mukanda das Américas*), tendo falecido na capital argentina em 2002. Em Angola, Coelho havia sido militante das FUA (renovadas) e, mesmo após a independência, do MPLA.

A pesquisa sobre os aspectos acima, que se tem procurado analisar mais nitidamente e sobre os quais já foram escritos em alguns outros textos (DEMARTINI et alii., 2003b, 2005b) e relatórios de pesquisa, levaram a desconstruir algumas imagens que foram moldadas e de certa forma acompanham os deslocamentos de portugueses e luso-africanos em direção a São Paulo no período considerado. Assim, pode-se constatar que, ao contrário da homogeneidade de origens, trajetórias e pertencimentos sócio-político-culturais, os que vieram do "Ultramar" apresentavam grande diversidade não só de origens familiares e étnicas, mas também de trajetórias de trabalho e posicionamentos políticos.

Não se contesta a polarização que se costuma fazer entre colonialismo e movimentos nacionalistas, embora se faça uma leitura em profundidade dos diversos matizes que podem compor as situações coloniais como fenômenos sociais totais. Em conformidade com nosso posicionamento teórico, procuramos observar as situações em que os agentes envolvidos nos processos de libertação nacional/descolonização assumem formas ambíguas e ambivalentes de acordo com circunstâncias específicas, quando não mudam declaradamente de posição política no âmbito das muitas possibilidades envolvidas.

Um trabalho de "desmitologização", ou de "desideologização", é necessário para que se leve adiante a compreensão do processo de adaptação em um processo de múltiplas rupturas, ocasionadas pelas descolonizações das possessões coloniais portuguesas em seu conjunto. Do ponto de vista microssociológico, dar a voz ao número o mais abrangente possível dos grupos sociais envolvidos nesse processo global, tomando sempre em conta as contradições, ambiguidades e ambivalências de cada um deles, é pressuposto para que se opere uma reconstrução histórica a menos descontínua possível, e para que haja o preenchimento gradativo de lacunas interpretativas até então pendentes na literatura disponível.

Como dizia Roger Bastide (1983) e reafirmava Maria Isaura Pereira de Queiroz em suas orientações de pesquisa, é o mergulho na realidade que permite melhor compreendê-la e que, ao invés de sedimentar as ideologias que a permeiam, pode evidenciar novos aspectos e recolocar as questões sob novos olhares.

9 Referências bibliográficas

BALANDIER, G. (1951), La situation coloniale: approche théorique. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Paris, v. XI, Paris, p. 44-79.

_____ (1961), Phénomènes sociaux totaux et dynamique sociale. *Cahiers Internationaux de Sociologie,* v. XXX, Paris.

_____ (1971), *Sociologie actuelle de l'Afrique noire* : Dynamique des changements sociaux en Afrique centrale. 3e ed. Paris : PUF.

_____ (1976), *As dinâmicas sociais*: sentido e poder. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel.

BASTIDE, R. (1983), Introdução a dois estudos sobre a técnica das histórias de vida. In: PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva*. São Paulo: CERU, 1983. (Coleção Textos. n. 4).

CARDOSO, C. R. E. (2008), *Diáspora e regresso*: os imigrantes luso-angolanos no Brasil. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo.

CARNEIRO, G. (1981), *Cunha Bueno, história de um político*. São Paulo: Pioneira.

CASTELO, C. (2007), *Passagens para África*: o povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974). Porto: Afrontamento.

CORREIA, P. P. (1991), *Descolonização de Angola*: a joia do Império Português. Luanda: Editorial Inquérito; Ler & Escrever.

COSTA ANDRADE, F. (2002), *Adobes da memória*. 2 Vols. Luanda: Chá de Caxinde.

COSTA E SILVA, A. (2003), *Um rio chamado Atlântico*: a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

COUTO, M. (2010), Descolonizar a descolonização. *África 21*, n° 40, p. 35, Luanda.

CUNHA, D. O.; DEMARTINI, Z. B. F. (2009), Literatura política e análise ideológica do colonialismo português, 1968-1974 (resumo expandido), *Anais do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, **Braga, 4 a 7 de fevereiro de 2009.**

DÁSKALOS, S. (2000), *Testemunho para a história de Angola:* do Huambo ao Huambo. Lisboa: Vega.

DÁVILA, J. (2011), *Hotel trópico*: o Brasil e o desafio da descolonização africana. São Paulo: Paz e Terra.

DEMARTINI, Z. B. F. (2003a). Culturas escolares: algumas questões para a História da Educação. In: GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de (Org.). *Diversidade, cultura e educação*: olhares cruzados. São Paulo: Biruta, p. 135-158.

DEMARTINI, Z. B. F. (2003b). Migrações e relatos orais: as potencialidades das entrevistas com gerações sucessivas. In: ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza (Orgs.). *Olhares lusos e brasileiros*. São Paulo: Usina do Livro/Universidade Aberta/CERU, p. 157-178.

DEMARTINI, Z. B. F. (2005a), Relatos orais, documentos escritos e imagens: fontes complementares na pesquisa sobre imigração. In: ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza. (Orgs.). *História, memória e imagens nas migrações*: abordagens metodológicas. Oeiras: Celta, p. 99-133.

DEMARTINI, Z. B. F.; GUSMÃO, N. M. M.; CAMPOS, M. C. S. S. (2003), *Imigrantes portugueses e luso-africanos no pós-guerra*: trajetórias no contexto paulista. São Paulo: CERU/CNPq.

DUARTE, P. (1962) "Beja, Goa e uma ditadura moribunda", in *Anhembi*, Ano XII, nº 135, vol. XLV, São Paulo, fevereiro, p. 551-556.

FRANCO, A. A. M. (2001), *Diplomacia independente*. São Paulo: Paz e Terra.

_____ (2005), *O espírito e a ação*: ensaios inéditos. Sel., rev., transc., introd. e notas de Afonso Arinos Filho. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. (Coleção Afrânio Peixoto).

FURTADO, R. A. (2008), *Relações Brasil-Índia (1947-1964)*: a descolonização dos enclaves portugueses. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília.

GASPARI, E. (2004), *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras.

GENTILLI, A. M. (1998), Verbete: "Colonialismo". BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília: UnB.

GONÇALVES, J. (2011), *A economia ao longo da história de Angola*. Luanda: Mayamba. (Mayamba Economia).

GURVITCH, G. (1979), *Vocação actual da sociologia*. Volume I. Lisboa: Edições Cosmos.

LOURENÇO, E. (1999), *Mitologia da saudade*: seguido de Portugal como destino. São Paulo: Companhia das Letras.

MAGALHÃES, J. C. (1999), *Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal*. Prefácio de Celso Lafer. São Paulo: Paz e Terra.

MARGARIDO, A. (2008), Prefácio. SERRANO, Carlos. *Angola, nascimento de uma nação*: um estudo sobre a construção da identidade nacional. Luanda: Kilombelombe.

MAUSS, M. (1974 [1950]), *Sociologia e antropologia*. São Paulo: E.P.U.; Edusp.

MEDINA, C. A. (1987), *Sonha Mamana África*. São Paulo: Epopeia; Secretaria de Estado da Cultura. (Letras Mágicas; 3).

MELO, O. A. (1996), O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975. ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.). *Sessenta anos de política externa*, 1930 – 1990. São Paulo: Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP. Volume IV: O desafio geoestratégico, p. 345-392.

MÓNICA, M. F. (1978), *Educação e sociedade no Portugal de Salazar*. Lisboa: Editorial Presença.

MOREIRA, A. (2009), *A espuma do tempo*: memórias do tempo de vésperas. Lisboa: Almedina.

MOURÃO, F. A. A. (1978), *A sociedade angolana através da literatura*. São Paulo: Ática.

NÓVOA, A. (1992), Inovação e História da Educação. *Teoria & Educação*, n. 6, p. 210-220.

OITENTA ANOS, Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo: 1912-1992 (1992). São Paulo: Brasiliense.

OLIVEIRA JUNIOR, G. B. (2010), *Agostinho da Silva e o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO)*: a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, Universidade de São Paulo.

PAULO, H. (2012), O exílio português no Brasil nas décadas de cinquenta e sessenta. *Cadernos CERU*, Série 2, Volume 23/2, Dezembro.

PAULO, J. C. (1996), Vantagens da instrução e do trabalho: "escola de massas" e imagens de uma "educação colonial portuguesa". *Educação & Cultura*, Portugal, n. 5, p. 99-128.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. (1972). "Pesquisas sociológicas sobre o subdesenvolvimento: reflexões metodológicas", in *Cadernos*, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, nº 5, 1ª série, São Paulo, junho.

_____ (1978), *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. São Paulo: LTC/EDUSP.

PIMENTA, F (2005), *Brancos de Angola*: autonomismo e nacionalismo (1900-1961). Coimbra: Minerva.

_____ (2008), *Angola, os brancos e a independência*. Porto: Afrontamento.

RIBEIRO, J. T. L. (1996), Migração internacional Brasil-África: Angola em destaque. In: PATARRA, Neide L. (Coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. 2. ed. Campinas: FNUAP/NESUR/NEPO, p. 122-132.

RODRIGUES, D. (2004), *Cartas de Langidila e outros documentos*. Luanda: Nzila.

SACRAMENTO NETO (2004), *O mediatário*. Lisboa: Associação da Comunidade de São Tomé e Príncipe. (Ficção Africana; 11).

SANTOS, F. B. (1975), *Angola, na hora dramática da descolonização*. Lisboa: Prelo.

SANTOS, J. F. (2010), *Movimento afro-brasileiro pró-libertação de Angola (MABLA), "um amplo movimento"*: relação Brasil e Angola de 1960 a 1975. Dissertação de Mestrado, Departamento de História da Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP).

SAYAD, A. (1998), *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp.

SERRANO, C. (2008), *Angola, nascimento de uma nação*: um estudo sobre a construção da identidade nacional. Luanda: Kilombelombe.

SILVA, D. M. (2006), *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro (1956-1975)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

VIDEIRA, J. M. P. (2013), *Acácio Videira*: a história de um acervo. Belo Horizonte: CEMIG.

O papel das associações de imigrantes na integração das suas comunidades entre 1995 e 2002[1]

Anabela Franqueira[2]
ESCE, Instituto Politécnico de Setúbal
anabela.franqueira@esce.ips.pt

RESUMO: Em Portugal, o fenómeno da imigração e do associativismo imigrante ganharam visibilidade social e política apenas no início da década de 90, do século XX, em resultado, da enorme pressão que o aumento dos fluxos migratórios, provenientes dos países africanos de língua oficial portuguesa, exercerem ao nível demográfico, constituindo-se como fatores determinantes na transformação social do país. Em resultado, as questões de cidadania e integração tornaram-se questões-chave no debate político do Portugal contemporâneo, em que as associações de imigrantes emergiram como atores de pressão política privilegiados, pese embora o carácter recente do fenómeno. Foi neste período que se assistiu, pela primeira vez, à adoção de um grande número de medidas legislativas, com o objetivo específico de promover a integração social das populações imigrantes, assim como foi reconhecido juridicamente às associações de imigrantes o papel de interlocutores privilegiados junto do Estado.
O objetivo desta dissertação reside precisamente na análise do papel do associativismo imigrante na participação e integração das suas comunidades, entre 1995 e 2002, por este corresponder à fase inicial da politização da imigração em Portugal. Ao estudar as associações de imigrantes pretende-se reunir informação que demonstre, por um lado, como o processo de integração dos imigrantes resulta do contributo das suas associações e, por outro lado, como estas se constituem como uma garantia do acesso ao exercício dos direitos de cidadania na sociedade de acolhimento.

Palavras-chave: associativismo; cidadania; integração; politização

ABSTRACT: In Portugal, the phenomenon of immigration and immigrant associations has gained social and political visibility only at the beginning of the 90s of the twentieth century, as a result, of the enormous pressure that increased migration flows from African Portuguese speaking Countries exercised at demographic level, establishing itself as determining factors in the social transformation of the country. As a result, the issues of citizenship and integration have become key issues in the political debate of contemporary Portugal, where immigrant associations emerged as privileged actors of political pressure, despite the recent nature of the phenomenon. It was this period that saw for the first time, the adoption of a large number of legislative measures, with the specific objective of promoting the social integration of immigrants, as immigrants' associations were legally recognized formal interlocutors with the State.
The aim of this work lies precisely in analyzing the role of immigrant associations in participation and integration of their communities, between 1995 and 2002, for this match the early politicization period of immigration in Portugal. By studying immigrant associations we intend to gather information to show, on the one hand, as the process of integration of immigrants results from the contribution of their associations and, on the other hand, as these constitute a guarantee of access to the exercise of rights of citizenship in the host society.

Keywords: associations, citizenship, integration; politicization.

---

1 A presente comunicação é parte integrante da tese de mestrado "*Os atores da integração - Uma análise da organização coletiva dos imigrantes entre 1995 e 2002*", apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, para obtenção do grau de Mestre, na área científica de sociologia, em fevereiro de 2014 e orientada pelo Prof. Doutor Carlos Fortuna.

2 Assistente convidada do Departamento de Comportamento Organizacional e Gestão de Recursos Humanos, da Escola Superior de Ciências Empresariais, do Instituto Politécnico de Setúbal.

1. Introdução

O associativismo é um meio de ação social coletivo que fornece aos indivíduos os meios e os recursos para a sua participação social, bem como a capacidade de se reconhecerem e se organizarem como uma força social (Lechner, 2009), transformando os excluídos em grupos de pressão (Capucha: 1990). As associações são, por isso, um instrumento vital de ação coletiva e de expressão da ação social, desempenhando, no caso das associações de imigrantes, um papel basilar na ligação das comunidades de imigrantes aos países de acolhimento, quer do ponto de vista de afirmação identitária e cultural, quer do ponto de vista da emancipação e da mobilização social e política. São estruturas sociais fundamentais na defesa dos interesses e direitos dos imigrantes nas sociedades de acolhimento, transpondo para o espaço público os problemas da vida privada, que se transformam em objeto de discussão pública (Habermas; Cohen e Arato *apud* Sardinha, 2009).

Em Portugal os estudos sobre o fenómeno do associativismo acentuaram-se apenas após o ano 2000 (uma década após as associações terem começado a ganhar visibilidade política), a par com a evolução do fenómeno imigratório, que foi objeto de uma acentuada e crescente mudança neste período (Horta, 2010). Efetivamente, o fenómeno migratório e o associativismo imigrante ganharam visibilidade política apenas no início da década de 90, do século XX, em resultado, por um lado, do aumento dos fluxos migratórios provenientes dos países africanos de língua oficial portuguesa e, por outro, em resultado das políticas europeias de imigração, cuja harmonização previa o combate à imigração ilegal através do controlo de fronteiras (Acordos de Schengen e Tratado de Maastricht, em 1991 e 1992, respetivamente), como forma de melhor promover a integração das comunidades de países terceiros já instaladas no espaço europeu (Albuquerque, *et al.*, 2000).

Até finais da década de 80, o movimento associativo deparou-se com inúmeras dificuldades de mobilização, porque os problemas dos imigrantes e da imigração não tinha sido, até àquela data, o principal foco de investimento e de iniciativa política das elites imigrantes residentes em Portugal (já que aqueles estavam mais envolvidos nos processos de mudança política em curso nos seus países de origem), a para da atitude de não intervenção mantida pelo Estado português (naquele período), que "ignor[ou] formalmente a existência da imigração e não reconheceu às associações de imigrantes o estatuto de interlocutor" (Machado, 1992:134).

Além disso, a precariedade laboral e a irregularidade da situação de muitos imigrantes levou-os a retraírem-se da participação na esfera pública e política, em vez de os mobilizar (Machado, 1992). Em 1988 estimava-se que o número de imigrantes ilegais em Portugal se situava nos 60 mil, na sua maioria africanos, representando 39% de todos os estrangeiros (Pires, 2003), tendo-se regularizado 39 mil imigrantes no processo de regularização extraordinária de 1992/ 93 (Baganha e Marques, 2001).

Nos primeiros anos da década de noventa, começou então a observar-se alguns indícios que apontam para o início da politização da imigração em Portugal (Machado, 1992), através do crescimento da atividade e influência do associativismo, que assumiu um papel importante na crescente reivindicação de direitos de cidadania para as suas comunidades, tendo culminado na primeira legalização extraordinária de imigrantes, monitorizada pelas associações, através do Secretariado Coordenador das Ações de Legalização, com o apoio financeiro do Estado e com parcerias com as Centrais Sindicais (Albuquerque *et al.*, 2000). A segunda metade da década de noventa assume-se como uma época de profissionalização do associativismo imigrante, através do seu reconhecimento formal perante o Estado, tendo sido colocadas em prática um conjunto de políticas que podemos designar como "políticas de imigração de primeira geração".

1.1. A Imigração em Portugal: evolução e características

Em dezembro de 2011, o total da população estrangeira residente legalmente em Portugal totalizava 436.822 indivíduos (SEF, 2012) [3], perfazendo um peso aproximado de 4% sobre o total da população portuguesa

3 De acordo com as informações disponibilizadas no Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo de 2011, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, residiam em Portugal, à data de 31 de dezembro de 2011, 434.708 cidadãos estrangeiros detentores de título de residência (quer nacionais de países terceiros, quer nacionais de Estados-membros da União Europeia e seus familiares), acrescidos de 2.114 cidadãos estrangeiros cujos vistos de longa duração (em rigor, vistos de estada temporária) foram prorrogados no período entre 2005 e 2010, o que perfaz um total de 436.822 estrangeiros legalmente residentes em território nacional.

(PORDATA, 2012) [4], sendo o Brasil, a comunidade estrangeira mais representativa, registando um total de 114.445 cidadãos, seguido da Ucrânia (48.022), de Cabo Verde (43.920), da Roménia (39.312), de Angola (21.563) e da Guiné-Bissau (18.487). Estes dados refletem, desde o ano 2002, um crescimento sustentado da imigração em Portugal, pese embora o facto de, em 2011, se ter assistido a um decréscimo de 1,9% da população estrangeira residente face a 2010.

Esta realidade sobre a imigração em Portugal, na primeira década do século XXI, não espelha a evolução da imigração em Portugal nas últimas três décadas do século XX, na medida em que este crescimento sustentado foi precedido por um crescimento exponencial na década de 70 e 80, que cresceu e se consolidou nos anos 90. Se os censos de 1960 registavam 29.579 cidadãos estrangeiros a residir legalmente em Portugal, onde se destaca 67% de europeus, apenas 1,5% de africanos e 22% de brasileiros (Baganha e Marques, 2001), em 1980, este quadro alterou-se substancialmente, passando a população de origem africana a constituir o grupo mais significativo (48% contra 30% de europeus), tendo esta tendência se afirmado como dominante até finais da década de 90 (tabela I).

Tabela 1 - Evolução da percentagem de estrangeiros residentes, por continente, entre 1960 e 2000

Ano	Africanos	Europeus	Sul – Americanos
1960	1,5%	67%	22%
1980	48%	31%	11%
2000	48%	30%	13%

Fonte: Para os anos de 1960 e 1980, Baganha, Marques e Fonseca, 2000: 11; para o ano 2000, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2001: 2.

Entre 1960 e 1975 assistimos a um crescimento sustentado da imigração, que se acentua a partir de 1975, em que as comunidades estrangeiras mais significativas são de origem lusófona e se concentram na região de Lisboa e Vale do Tejo (constituição clássica de fileiras migratórias). A comunidade estrangeira mais significativa era, em finais de 2000, a comunidade cabo-verdiana com 47.216 cidadãos legalmente residentes, seguida da comunidade brasileira com 22.411 cidadãos, em terceiro e quarto lugar surgem a comunidade angolana e os nacionais oriundos da Guiné – Bissau com 20.468 e 16.006 cidadãos legalmente residentes, respetivamente (SEF, 2001).

Entre 2001 e 2002 (ver tabela II), assistimos a um crescimento acelerado da imigração, por força da entrada em vigor do novo regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros de território nacional e assiste-se à diversificação da nacionalidade das comunidades estrangeiras, nomeadamente vindas da europa de leste.

Tabela 2 - Evolução da população estrangeira com autorização de residência (1960 e 2002) e autorização de permanência (2001 e 2002)

Ano	1960	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2001	2002
População Estrangeira	29.000	32.000	50.750	79.594	107.767	168.316	207.587	350.898	413.487

Fonte: Para os anos de 1960-1975, Baganha, Marques e Fonseca, 2000: 11; para os anos de 1980-2002, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2012: 16

1.2. A relação entre imigração e movimento associativo em Portugal

O movimento associativo imigrante em Portugal é marcado, até finais da década de 80, do século XX, pela sua fraca representatividade e frágil intervenção, já que o número de associações de imigrantes é muito reduzido

4 De acordo com as Estimativas Anuais da População Residente, do Instituto Nacional de Estatística, em 2011, o total da população portuguesa residente em Portugal era de 10.562.178 habitantes.

e, na sua maioria, de carácter informal. Dada a concentração de população de origem imigrante, até final da década de 90, na área metropolitana de Lisboa, em bairros de construção clandestina e que não asseguravam condições básicas de vida, não é de estranhar que tenha sido aí que se tenha constituído a esmagadora maioria das associações de imigrantes, na medida em que estas se localizam, por regra, junto das populações que pretendem apoiar. Assim, estas associações centraram a sua atenção em três grandes domínios de intervenção: o domínio sócio-económico, o domínio cultural e o domínio político-legal. Grande parte das associações desdobrava assim a sua ação nos domínios apresentados, podendo privilegiar, em determinados momentos, a formação profissional, as atividades culturais ou outro tipo de atividade, escolha que era condicionada pela modalidade de financiamento a que conseguiam aceder, pela importância que os seus dirigentes atribuiam a determinadas iniciativas em detrimento de outras e também pelos recursos humanos disponíveis (Albuquerque *et al*., 2000).

As primeiras associações de imigrantes criadas foram predominantemente de origem caboverdiana, justificada pelo fato de esta ser a comunidade imigrante mais antiga a residir em Portugal (de destacar, a Associação Caboverdiana, com raízes na Casa de Cabo Verde, constituída em 1970). No entanto, algumas das organizações que tinham vindo a intervir no terreno, que se destacaram pela abrangência e continuidade da sua intervenção, pela como é o caso da Associação Unidos de Cabo Verde, da Associação Cultural Moinho da Juventude e da Associação Guineense de Solidariedade Social, só foram fundadas legalmente, como associações, nos finais dos anos 80, tendo sido também reconhecidas com o estatuto de instituição particular de solidariedade social. Com a chegada da década de 90, a questão da imigração e do associativismo de origem imigrante ganharam visibilidade, tendo, a primeira metade da década de 90, ficado marcada pelo rápido aumento do número de associações e pelo impulso da sua intervenção enquanto agentes da integração socioeconómica das comunidades imigrantes (Albuquerque *et al*., 2000).

O facto de o diálogo entre a sociedade civil e o Estado não estar institucionalizado até então, limitava a capacidade de participação política das associações e não as reconhecia como mediadores entre o Estado e as comunidades. Os primeiros passos na intervenção política dá-se com primeira legalização extraordinária de imigrantes de 1992/ 1993, que veio a revelar-se como uma etapa decisiva na evolução daquele movimento associativo (Albuquerque *et al*., 2000). Este processo de regularização extraordinário motivou as associações de imigrantes e outras organizações da sociedade civil, no sentido de se organizarem em torno de uma causa comum e com um cariz mais abrangente do que as ações que cada uma vinha desenvolvendo.

Este foi um ponto de viragem, pois, a partir deste momento, as associações reconhecem a sua força e iniciam um processo de reclamação de direitos de cidadania para a populaçção imigrante, que se estendeu não só ao governo, como também aos partidos da oposição, o que viria a ser determinante com a chegada ao poder do Partido Socialista (PS), em 1995. Em resultado do cumprimento das suas promessas eleitorais, o PS, elege uma deputada para a Assembeia da República de origem Cabo-verdiana, cujas origens associativas a ligam à Associação Cabo-verdiana de Lisboa e cria, num primeiro momento, um gabinete ministerial vocacionado especificamente para os assuntos da imigração, no caso vertente, o Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, que assumirá um papel de destaque nas medidas de politização que se seguiram. Será com a criação do ACIME que as associações passam a ter uma relação direta com o Estado, sendo reconhecido o seu estatuto legal quatro anos mais tarde, em 1999. Este reconhecimento formal/ legal foi fundamental para a consolidação das associações que conseguiram entrar na etapa da profissionalização e para a consolidação do seu papel enquanto agentes de integração e desenvolvimento das comunidades que representam (Albuquerque *et al*., 2000).

1.3. Os modelos teóricos do associativismo

Entre as correntes teóricas do associativismo podemos assim encontrar espelhadas cinco referências clássicas no que respeita às suas funções, a saber: a mediação de interesses; a fonte de legitimidade política; a ajuda funcional à tomada e execução das decisões; o peso e representação no campo de aprendizagem democrática; e, finalmente, o papel de integração social nos planos público e social. As clivagens teóricas que acabamos de referir caracterizam-se por uma quase exclusão mútua, na medida em que aquelas divergências se pautam, na maioria das vezes, por uma clara sobrevalorização de uma determinada função e, em simultâneo, pela correlativa depreciação das outras (Roβteutscher, 2000). A análise da tabela 3 permite-nos visualizar melhor esta configuração.

Tabela 3 - Teorias associativas versus teorias anti-associativas

		ESPAÇO ASSOCIATIVO	FUNÇÃO	OBJETIVOS
Teorias associativas	**Macroabordagens**: Teorias Pluralista e Corporativista	* Aberto: democrático e integrador	* Mediação de interesses; * Fonte de legitimidade do Estado; * Tomada de decisões.	* Prevenção do ativismo político; * Providenciar a paz social e estabilidade democrática; (instituições democráticas "corretas")
			Função integrativa	
	Microabordagens: Teorias Participativa, Voluntarista e Cívica		* Integração social; * Aprendizagem democrática (escolas da democracia); * Confiança	* Aquisição de virtudes (Rousseau); * Aquisição de competências democráticas (Tocqueville); * Baluarte da integração social (Putnam, Verba) (cidadãos democráticos "corretos")
Teorias Anti-associativas		* Fechado: totalitário, autoritário e anti - democrático	**Função não - integrativa**	* Controlo e passividade social

Fonte: Elaboração própria a partir de Roβteutscher, 2000: 234- 240.

Apesar da função integrativa que une as macro e as micro abordagens da problemática do associativismo, é clara a dissonância quanto às funções que ele pode assumir no palco social. As macroabordagens têm como objetivo prevenir a mobilização política e, como tal, o confronto com o Estado, conduzindo portanto à estabilidade democrática e não à promoção da integração social. [5] Em nosso entender, poderíamos afirmar que o princípio que preside às macroabordagens de análise do associativismo é de um grau de dignidade menor, na medida em que estas pressupõem o controlo dos cidadãos (através da criação de instituições democráticas "*corretas*") e não a promoção da integração social e participação democrática dos indivíduos, enquanto cidadãos democráticos "*corretos*".

Em contrapartida, as microabordagens do associativismo subdivididas em teorias do *voluntarismo cívico, da confiança*, *da cidadania e da participação* defendidas por autores como Putnam e Verba (Roβteutscher, 2000), partilham a convicção de que as associações são espaços intrinsecamente democráticos. Todas estas microabordagens valorizam o associativismo na medida em que promovem a aprendizagem de determinadas competências cívicas fundamentais na facilitação e encorajamento da participação política.

Nestas abordagens, as associações operariam como verdadeiras "*escolas da democracia*", onde os seus membros aperfeiçoam a "*arte de associação*", na mesma proporção em que aumenta a igualdade (Tocqueville, 2002). Apesar das diferenças reveladas, quanto aos objetivos e funções desempenhadas, pelo associativismo nas macro e nas micro abordagens (as macroteorias desejam promover a participação social para prevenir o ativismo político, enquanto as microteorias sublinham o impacto politizador da integração social), o que acaba por ser contestado, não é a função de integração social, mas o impacto que a integração irá assumir no movimento associativo, em termos do resultado do comportamento político dos indivíduos (passivo *versus* ativo) (Roβteutscher, 2000).

5 A teoria pluralista pressupõe que, através das associações, as elites controlam e guiam o comportamento político dos cidadãos, enquanto a integração institucional protege as elites políticas dos desejos e exigências irracionais e descontroladas das não elites, ou seja, dos cidadãos.

2. O estudo: objetivos e metodologia

O objetivo deste estudo reside na análise do papel do associativismo imigrante na integração das suas comunidades, entre 1995 e 2002, por este corresponder à fase inicial do processo de politização da imigração em Portugal. Efetivamente foi, neste período que se assistiu, pela primeira vez, à adoção de um grande número de alterações legislativas, com o objetivo específico de promover a participação/ inclusão social e política das populações imigrantes e que, pela primeira vez, foi reconhecida oficialmente, pelo Estado Português, a condição de Portugal como país de imigração.
Neste sentido, a questão de partida que presidiu a esta investigação foi a seguinte:

> "Qual o papel das associações de imigrantes na promoção da integração das suas comunidades, no período inicial da politização da imigração em Portugal?"

A questão de partida formulada correspondeu a uma pergunta ampla que, por rigor metodológico, impunha balizar, através da definição de objetivos específicos, que permitissem identificar e clarificar os conceitos e fornecer respostas para a construção do nosso objeto científico. Neste sentido, definiram-se três objetivos específicos:

- ✓ Como se caraterizam organizacionalmente as associações de imigrantes?
  - • Qual é a sua missão e os seus objetivos, onde se localizam, quem é o seu público-alvo e quais são as suas prioridades de intervenção?
- ✓ Como se caracteriza a sua intervenção?
  - • Como é definido o diagnóstico de necessidades? Quais as atividades e os projetos desenvolvidos?
- ✓ Como se carateriza o movimento associativo?
  - • Qual a sua relação com o Estado português? Quais os modelos de sustentabilidade das suas atividades?

Do ponto de vista metodológico, optou-se por uma triangulação das técnicas de recolha de dados (análise documental, entrevista (semi-diretivas) e questionários).
A amostra foi constituída por 17 associações de imigrantes reconhecidas ao abrigo do regime jurídico de associações de imigrantes, de âmbito nacional e regional, tendo-se excluído as associações de âmbito local. Destas realizaram-se 13 entrevistas e 13 questionários. De notar ainda que todas as associações que preencheram os critérios da amostra são todas de origem lusófona e concentram-se na área metropolitana de Lisboa.
As entrevistas e os questionários foram realizados entre fevereiro e março do ano de 2003 e decorreram, na sua maioria, nas instalações das próprias associações.
O questionário foi objeto de um tratamento estatístico simples. As questões abertas foram analisadas de acordo com um conjunto de três categorias temáticas: a caraterização das associações; a caraterização da intervenção e a caraterização dos recursos humanos e materiais.
O tratamento da informação resultante das entrevistas foi objeto de uma análise de conteúdo categorial (Bardin, 1995), no pressuposto de que a dinâmica de identificação das variáveis e categorias de análise fossem potencialmente explicativas do fenómeno social em estudo (Guerra, 2006).
Neste sentido, foram definidas seis dimensões temáticas, que se dividiram respetivamente em diversas categorias analíticas, ambas resultantes de uma interdependência entre os objetivos de investigação, o enquadramento teórico escolhido e as opções intuitivas da própria investigadora (Campos, 2004). As dimensões de análise são as seguintes: a) caraterização organizacional; b) caraterização da intervenção; c) movimento associativo; d) relacionamento institucional; e) regime jurídico das associações de imigrantes; f) capacidade e participação política.

3. Resultados do estudo

1.1. Caracterização organizacional

Esta dimensão engloba o seguinte conjunto de categorias: data da fundação; localização geográfica; público-alvo preferencial; razões da constituição; missão e objetivos e prioridades da intervenção.
Relativamente ao período/ data da fundação, podemos dividir as associações em dois grupos: o primeiro, diz respeito àquelas que foram formadas na década de 80 (Casa do Brasil; Associação Cabo-Verdiana; Aguinenso; Antigos Alunos do Ensino Secundário em Cabo-Verde e a Associação de Estudantes Angolanos) e o segundo grupo de associações foi formado na década de 90 do século XX, mais precisamente entre 1994 e 2001 (Morna; AUEGBP; NOVAGER; Centro Cultural Africano; Associação de Defesa dos Angolanos; Solidariedade Imigrante).
Outra característica comum a todas as associações de imigrantes estudadas diz respeito à sua localização geográfica, na medida em que todas se encontram localizadas na Região de Lisboa e Vale do Tejo, o que é consistente com os padrões de dispersão migratória em Portugal, até finais da década de 90, do século XX.
Relativamente aos motivos que levaram à formação das associações, estes **são muito semelhantes, já que na generalidade das situações, o motivo prendeu-se com o apoio e representatividade das comunidades imigrantes, ou seja, a promoção da sua integração na sociedade** portuguesa.

Tabela 4 - Razões de constituição das associações e público-alvo preferencial

Associação	Razões da constituição	Público-alvo preferencial
CASA DO BRASIL	Aumento da visibilidade da comunidade brasileira e a preservação da cultura	Brasileiros, preferencialmente
MORNA	Promoção de atividades culturais e Formação profissional para jovens	Jovens, desfavorecidos/ vítimas de exclusão social (africanos e portugueses)
AUEGBP	Apoio à integração da comunidade guineense	População guineense e outras comunidades
ACV	Apoio à integração da comunidade cabo-verdiana	População cabo-verdiana e outras
NOVAGER	Dificuldades de integração da comunidade angolana	Comunidade angolana e outros PALOP
AGUINENSO	Promoção da comunidade guineense e imigrante, em geral	Comunidade guineense e outras comunidades imigrantes, em particular oriundos da Europa de Leste
ACOSP	Necessidade de organizações representativas da comunidade S. Tomense em Portugal	Comunidade S. Tomense e outras comunidades dos PALOP
ECC-CO	Integração da comunidade cabo-verdiana	Comunidade cabo-verdiana e outras comunidades dos PALOP
AESCV	Unir os antigos alunos do ensino secundário de Cabo Verde	Antigos alunos de Cabo-verde e atuais alunos do ensino superior
CCA	Promover, no bairro, a relação entre os jovens e a cultura	Jovens descendentes de imigrantes
SI	Dar voz aos imigrantes	Imigrantes e seus descendentes
AEAP	Apoio à classe estudantil imigrante angolana	Estudantes angolanos
ADA	Apoio e integração para os jovens do Bairro da Quinta Grande	Jovens e restante comunidade africana realojada do Bairro da Quinta Grande e outras populações

Fonte: Inquérito por questionário aplicado às associações

Relativamente aos objetivos das associações também aqui encontramos uniformidade e semelhança em todas as associações estudadas, destacando-se a cultura, educação e igualdade de direitos. Relativamente às prioridades de intervenção, destacam-se a legalização/apoio jurídico, educação, cultura e informação.

1.2. Como se caracteriza a intervenção

Os diagnósticos de necessidades resultam das necessidades observadas e auscultadas diretamente no terreno, tal como nos afirmaram vários dirigentes associativos:

> (…) a nossa visão, aqui da Associação (…) ... a associação (…) tem que procurar, também, ir ao encontro dos problemas! Quando as pessoas vêm cá à associação, não vêm (…) Vêm cá trazendo problemas... e isso é pessoas que vêm aqui pedir a questão da habitação, da casa, pessoas que vêm aqui pedir apoio jurídico, pessoas que vêm aqui pedir medicamentos, pessoas que vêm aqui pedir géneros alimentícios, pessoas que vêm aqui pedir outro tipo de informações... e... e todo esse... são problemas concretos que as pessoas têm! Pessoas que vêm cá para pedir… formação profissional, e que a associação ajude na procura de emprego.... (**E6**)

A análise empírica permitiu igualmente concluir que as necessidades vão surgindo e as respostas vão-se construindo, sendo fundamental para o sucesso da intervenção definir o que é financiável e o que não é:

> (…) nós também temos que estar muito atentos à informação e às prioridades, seja a nível da formação, seja a nível da intervenção social, não é?! Portanto, há uma grande pesquisa de informação sobre ... a tipologia de projetos que são financiáveis e nós tentamos, depois, coadunar isso com as nossas prioridades de intervenção, não é?! (**E2**)

Das associações entrevistadas, apenas uma revelou ter um gabinete de estudos, através do qual realiza trabalho de diagnóstico e de pesquisa de financiamento, no entanto não deixaram de reclamar o conhecimento das necessidades no terreno, como o impulsionador da intervenção:

1.3. As atividades e os projetos desenvolvidos

As atividades e projetos desenvolvidos situam-se em duas áreas privilegiadas, designadamente no apoio jurídico e formação/ emprego. De destacar, ainda, as atividades no âmbito da cultura e educação e ação social. Assim, as duas áreas de intervenção onde se registam maior número de atividades/ projetos são o apoio jurídico e a formação/ emprego. Ao nível do apoio jurídico é prestada informação genérica sobre os direitos dos imigrantes, incluindo direitos laborais, esclarecimento e apoio na instrução dos pedidos de regularização de documentação (autorizações de residência e de permanência) e de pedidos de nacionalidade e outras situações.

> O centro de atendimento jurídico, eu acho que é um projeto que a gente tem um carinho especial, e também tem isso, quer dizer, é itinerante... vamos onde as concentrações dos brasileiros são mais marcantes. Damos atendimento na Caparica, em Mafra, temos uma série de coisas desse tipo. (**E1**)
>
> Temos desenvolvido trabalho de natureza jurídica a nível das instituições judiciais e do governo, temos desenvolvido ações de sensibilização para uma melhor interpretação e alteração das leis para a defesa dos direitos dos reclusos africanos e das suas famílias e filhos. Temos também desenvolvido ações nos grupos parlamentares com o mesmo fim. (…) Quando os reclusos que não têm documentos, porque os perderam ou porque estão ilegais, temos ido aos estabelecimentos prisionais em delegações integradas entre nós e o consulado, para emissão dos passaportes, cartões consulares. (**E5**)
>
> "Trabalhamos no apoio às pessoas na questão da legalização (…)." (**E6**)

Existe igualmente um lugar de relevo para as atividades desenvolvidas no âmbito da cultura e educação, assim como da ação social. No que respeita às atividades culturais, podemos agrupá-las em três: atividades musicais; dança e palestras/ seminários culturais. Todas estas atividades visam manter vivas as tradições culturais do país de origem, assim como promover a sua divulgação à sociedade de acolhimento.
No âmbito da ação social, as ações desenvolvidas destinam-se sobretudo a pessoas carenciadas, com destaque para alguns grupos específicos, como as mães solteiras, reclusos e suas famílias, apoio a idosos e ainda doentes hospitalizados.

1.4. Função das associações

Da análise das respostas dos entrevistados, não ficam quaisquer dúvidas quanto à função de mediação/ interlocução que as associações desempenham na ligação entre as comunidades que representam, o Estado e a Sociedade Civil. As associações surgem como instâncias com uma capacidade múltipla de diálogo, conseguindo conciliar a linguagem daqueles que representam, com a linguagem das instituições públicas a quem se dirigem, assumindo um carácter de representação coletiva essencial na defesa dos direitos e dos interesses das suas comunidades:

> Neste momento, quer dizer, vamos lá ver... as associações são... o único ponto possível de contacto das instituições públicas ou governamentais com o resto da comunidade, não é?! Pode se contestar se é bom ou se é mau, mas é o único. É o único neste momento [Risos]. Ainda não se criaram outras facilidades, outras pontes, não é?! (…). (**E2**)

> (…) repare, individualmente, as pessoas têm... não têm acesso a determinadas informações, não têm... não podem contactar com as entidades. Eu penso que... a forma de... mais fácil e... e essa função das associações é mesmo preciso fazer essa ponte entre a comunidade e a sociedade de acolhimento, através de organizações... instituições governamentais ou autárquicas, no sentido de trazer para a reflexão conjunta dos problemas, tentar equacionar e procurar soluções (…). (**E6**)

As associações assumem, deste modo, um papel privilegiado de interlocutor com o Estado, em resultado da sua capacidade organizativa e do número de imigrantes que representam, constituindo-se como uma força de pressão junto das instâncias estatais, na luta pelos direitos de cidadania de primeira geração e de respeito pela igualdade de direitos na sociedade de acolhimento.

1.5. Sustentabilidade das ações/ dificuldades

A sustentabilidade das ações desenvolvidas pelas associações de imigrantes é suportada na generalidade através de financiamentos externos à própria associação, designadamente pelo Estado Central (ACIME, IEFP, Governos Civis e Ministério da Ciência e Tecnologia, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa), pelo poder local (câmaras municipais e juntas de freguesia), através de fundos comunitários provenientes da União Europeia (Programas Operacionais, tais como o PO de Lisboa e Vale do Tejo - PORLVT; e o PO para a Sociedade de Informação – POSI) e iniciativas comunitárias, tais como o INTEGRAR, URBAN, entre outros) e ainda através do recurso a mecenato (embora este seja de expressão reduzida):

> Sustentabilidades das ações? A nível financeiro? Através dos programas operacionais. (…) tivemos um projeto mais cidadania, que era financiado pelo IEFP e pelo programa de Lisboa... operacional da região de Lisboa e Vale do Tejo, que foi o maior projeto realizado até agora... e que ainda vai terminar agora em abril. ... tivemos um projeto financiado pelo INTEGRAR, no anterior quadro, também de formação profissional ...tivemos um projeto financiado pelo IEFP... também de formação de animadores sociais. Ao nível mais social, temos um projeto já de há muitos anos, que é o Luso-

> Crioulo... que, inicialmente, foi financiado pela Câmara da Amadora, através do Programa URBAN... e que ainda continua ativo. Neste momento, temos o... um projeto que é o "Comunidades em Movimento", que é ligado às novas tecnologias, financiado pelo Programa Operacional para a Sociedade de Informação. (**E2**)

> Já passamos por essas fases todas, claramente… apoios da Santa Casa, do Governo Civil, da Câmara Municipal… recorremos também ao IEFP, a partir do momento que há o Alto-comissário fecharam-se as portas todas… neste momento, tendo o projeto da, da... portanto... o consórcio com as associações , cinco [Associação Guineense de Solidariedade Social (Aguinenso), Associação Unidos de Cabo-Verde, Associação Morna e Associação Cabo-Verdiana de Setúbal]... derivou do projeto Pelas Minorias, que continua a ter financiamento através do Ministério da Ciência e da Tecnologia, como tal vai aos Fundos Europeus. (**E4**)

As dificuldades sentidas ao nível do financiamento são inúmeras, não permitindo a sobrevivência da associação por si só, levando, muitas vezes, à incapacidade de implementação de atividades e, outras vezes, também acabam por optar pelo adiamento das ações, na eventualidade de virem a conseguir obter outro tipo de financiamento futuro.
Torna-se evidente a reduzida capacidade de autossustentação, existindo poucas associações que obtêm "lucros" com atividades especificamente direcionadas a esse objetivo, designadamente com as quotizações. Todas as restantes associações afirmaram, sem exceção, que a quotização é simbólica e que poucos associados as pagam, a não ser quando necessitam dos serviços da associação, o que denota, da parte dos associados, uma visão utilitarista dos serviços prestados por estas organizações.

1.6. Regime jurídico das associações de imigrantes

À pergunta sobre a importância do regime jurídico que reconhece a representatividade das associações de imigrantes e seus descendentes, quase sempre a resposta se direcionou para a questão do financiamento, do que propriamente para as eventuais virtudes de participação implícitas ao modelo jurídico, como se este se tratasse apenas de um modelo de financiamento. No entanto, alguns dirigentes associativos atribuíram-lhe importância, sublinhando o facto de ter permitido estabelecer canais de diálogo, pese embora o facto de considerarem que representa uma medida tímida de politização.

> Bem. Sinceramente... vantagens eu acho que.... trouxe um base de entendimento, de abertura (…) (**E4**)

> **É o primeiro Regime Jurídico que surgiu, há cerca de 2 anos... e ainda bem que veio!... pode não estar perfeito, mas é o que temos. (E11**)

> Bem... como já disse desde que as associações tenham um representante, é importante, isso já é importante. Deverá... portanto, é uma ponte, digamos assim! Entre as pessoas e o governo. É muito importante, vamos ver. Eu acho que é importante existir esse regime para as associações… (**E3**)

> Sim, é positivo [o regime jurídico]. Mas era importante também conseguirmos ser mais autossustentados, mas estes protocolos com o ACIME também são importantes. É importante este reconhecimento do Estado, do governo… as associações precisam de apoio em certas ações, atividades e esta é uma forma positiva de contribuir… (**E10)**

Os dirigentes associativos foram no entanto mais expansivos no que respeita às críticas do regime jurídico, particularmente no que respeita ao parco financiamento que o regime compreende, e que se constitui, em seu

entender, como uma forma de limitar o "*empowerment*" das associações.

> No entanto, outro aspeto sobressai no discurso de alguns dirigentes associativos é a crítica ao modelo estatal de financiamento do terceiro setor imigrante, a partir do regime jurídico, que não subsidia despesas de manutenção de recursos humanos e materiais. Este aspeto fragiliza a intervenção e a eventual profissionalização, na medida em que obriga as associações a depender da disponibilidade do voluntariado, o que trás, do ponto de vista do relacionamento institucional, duas consequências imediatas: primeiro, o trabalho voluntário está limitado a horários que não se coadunam com as necessidades das associações, no que respeita ao relacionamento institucional e, em segundo lugar, muitas vezes, este voluntariado não dispõe dos conhecimentos técnicos necessários para um relacionamento institucional com o Estado e seus representantes, assim como lhes faltam na maioria das vezes capacidade de diálogo reconhecido por essas instâncias.

A crítica **à** filosofia política, adotada pelo governo português, de não financiamento das associações, em termos do seu funcionamento, **é também uma constante**, na medida em que, na opinião de alguns dirigentes associativos, impede a profissionalização daquelas organizações voluntárias e naturalmente limita a sua atuação e o seu papel.

1.7. Caracterização do movimento associativo

Às questões colocadas no sentido de aferir qual o modo como os dirigentes associativos percecionam e caraterizam a capacidade de atuação do movimento associativo conduziram na globalidade a uma ideia comum: é um movimento frágil e com falta de coesão e pouca solidariedade entre si:

> Há muito pouco! Há muito pouco [solidariedade entre associações]! Acho que… Aquelas que são mais estruturadas, que têm uma história… a representação tem uma certa continuidade, não é? Não é a toa que nós somos quase sempre os mesmos (…) mas eu não entendo isso como… um continuismo pelo poder. Acho que é mesmo a falta de… do aparecimento duma… vamos chamar de falta de descendência do associativismo, porque as próprias pessoas infelizmente... (…)O associativismos requer sacrifício… espírito de grupo (…) Acaba havendo uma certa vulnerabilidade em muitos casos… (**E1**)

> (…) Em primeiro lugar, talvez é, é a falta de… eu acho que seria interessante que houvessem mais pessoas formadas nos grupos, e, às vezes, as pessoas pecam por não ter muita informação, e talvez se soubessem que informação, talvez se soubessem mais como as coisas funcionam, este movimento seria muito mais coeso, não é? Infelizmente não é, temos as várias comunidades e nós sentimos isso. …e porque nós não somos representamos nenhuma comunidade especifica e se calhar sentimos isso, muito mais que outra organização. Porque (…) não estamos próximos de ninguém [nenhuma comunidade imigrante], e de facto acho que esta é a lacuna. Eu acredito nisto dos movimentos sociais e na questão de associativismo, claro! (**E10**)

> ... eu acho que há uma passividade enorme, por parte de muitas associações e até por parte da comunidade imigrante... que também viu que nós também temos que fazer, somos responsáveis por aquilo que fazemos, porque na devida altura, também, nós não nos mexemos, nós não participámos, nós não lutámos, nós não mostrámos a nossa indignação perante as coisas que iam acontecendo. E agora, temos essa situação agravada!... É necessário arrepiar caminho e eu acho que estamos a fazer uma escola da participação (…). Eu penso que o movimento associativo de imigrantes em Portugal apesar de ter feito alguns esforços no sentido da... de criar redes, de criar interdependências digamos assim... porque eu acho que o movimento imigrante por ser frágil, em Portugal, o movimento associativo deveria unificar-se mais... Eu acho que ainda há muito a filosofia da política do quintalzinho! (…) (**E11**).

Quando analisamos a dimensão de capacidade/ participação política, esta caracterização é ainda mais reforçada. Efetivamente, apesar de, na generalidade, se considerar positiva a existência de um interlocutor do Estado para as questões da imigração (o ACIME) e também a possibilidade de participação em alguns órgãos consultivos (como é o caso do COCAI), é sempre sublinhada o seu carácter consultivo, não deliberativo: as opiniões dos representantes das Associações só são tidas em conta, se o Estado quiser.

Finalmente, à fragilidade e à falta de coesão do movimento associativo ainda é agregada uma outra característica, que acima já referimos, uma certa rivalidade por protagonismo e uma fraca organização entre as associações para questões mais transversais, como seja, a eleição dos representantes para órgãos consultivos:

> [Risos.] Agora provoca-me o riso porque... essa coisa do COCAI e da Comissão para a Igualdade... Olhe, eu sinceramente, eu vou-lhe dizer... eu não vejo, eu não sinto nenhum impacto... da intervenção dessas comissões! …o Shakespeare tem um título que é interessante... "Much add about nothing". Portanto, muito barulho para nada! Não sei se lhe vão dar alguma eficácia, alguma operacionalidade, mas... Pronto, são coisas que existem, que eventualmente as pessoas que fazem parte dessas comissões estão muito felizes porque fazem parte duma comissão. (**E2**)

> Eu lembro-me de andarmos… nem sei em quantas reuniões para tentarmos eleger… não sei, é muito complicado! …e pronto isso foi um dos contactos mais a sério com o movimento em geral. Com essas reuniões foi quase durante um ano, sei lá nove meses a tentar eleger-se, não se chegava a um consenso que outros grupos chegaram… Do grupo antirracista, do ambiente, outros grupos chegaram rapidamente, no próprio dia. Nós [representantes das comunidades imigrantes] foi meses e meses! (**E10**).

Pelo exposto fica claro que as dificuldades financeiras do movimento associativo fragilizam a sua intervenção no terreno. O apoio financeiro concedido pelo regime jurídico das associações é "modesto" e não permite o "*empowerment*" das associações, levando-as a competir pelos poucos financiamentos disponíveis que existem. Daqui facilmente se compreende porque é que a maioria dos dirigentes associativos caracteriza o movimento associativo como frágil, pouco organizado, com falta de coesão, passivo e com nenhum, ou quase nenhum trabalho de parceria/ rede.

4. Que modelo de integração de imigrantes em Portugal?

Apesar de não podermos falar de um modelo "*puro e duro*" de integração de imigrantes em Portugal, podemos apontar traços que nos permitem identificar uma aproximação a um determinado modelo de incorporação, particularmente a partir de 1995. Assim, a tentativa de definição de um modelo de incorporação de imigrantes seguido em Portugal, ao longo da década de 90, do século XX e nos dois primeiros anos do século XXI, provou aproximar-se do modelo de incorporação estatal identificado por Soysal (1994), em que a incorporação não é nem corporativa, nem liberal, mas cuja organização e localização se encontra centralizada e burocratizada no Estado central, no caso vertente através do ACIME e do regime jurídico das associações de imigrantes. Destacam-se ainda no processo de politização em curso, neste período, e nas medidas de integração postas em prática, duas características pertinentes: por um lado, existem medidas especificamente destinadas à população imigrante, mas, por outro, existe um conjunto de medidas que são destinadas ao conjunto dos cidadãos legalmente residentes em Portugal, numa tentativa de equiparação de direitos entre nacionais e estrangeiros, facto que é de assinalar.

Assim, podemos afirmar a existência de um m**odelo híbrido de integração** (modelo **estatal** e modelo **corporativo**), em que a referência ao imigrante é feita enquanto indivíduo, valorizando a cidadania individual e promovendo a igualdade de oportunidade e equiparação de direitos e a participação é formal, realizada através de meios consultivos coletivos nacionais e locais.

A tabela seguinte apresenta o sumários dos modelos de incorporação sugeridos por Soysal (1994), assim como uma descrição das caraterísticas do modelo de integração identificadas, no caso de Portugal, e que acabamos de descrever acima.

Tabela 5 - Sumário dos padrões de incorporação

	Corporativo	Liberal	Estatal	Portugal
Unidade de Incorporação	Grupo Coletivo	Individual	Individual	Individual
Objetivo de Incorporação	Igualdade entre os grupos	Igualdade de oportunidades para os indivíduos	Igualdade dos indivíduos face às instituições estatais	Igualdade de oportunidades individuais e equiparação de direitos
Instrumentos de Incorporação	Programas e instituições específicos para grupos específicos	Instituições existentes, particularmente nas áreas do mercado de trabalho e da educação	Instituições existentes	Instituições existentes (ACIME; COCAI; CICDR)
Organização da Incorporação	Centralmente organizada através de estruturas formais	Descentralizada através das associações voluntárias ou agências públicas	Centralizada e Burocratizada	Centralizada e Burocratizada (ACIME; RJAI)
Participação Formal (através de meios consultivos)	Como grupos coletivos ao nível nacional e local	Como indivíduos, principalmente a nível local	Como indivíduos, a nível nacional e local	Coletiva a nível nacional e local (COCAI; CMCIMEL; CMCEICA)
Localização da Incorporação	Nível nacional, central	Nível local	Nível nacional, central	Nível nacional, central

Fonte: adaptado de Soysal, 1994: 79.

Legenda: **ACIME** – Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas; **COCAI** – Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração; **CICDR** – Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial; **RJAI** – Regime jurídico das associações de imigrantes; **CMCIMEL** – Conselho Municipal das Comunidades Imigrantes e das Minorias Étnicas da Câmara Municipal de Lisboa; **CMCEICA** - Conselho Municipal das Comunidades Étnicas e de Imigrantes da Câmara Municipal da Amadora.

5. Conclusão

O movimento associativo caracterizava-se, em inícios da década de noventa, do século passado, pela sua pouca expressão e por uma grande fragilidade, em parte resultado do facto de muitas das associações existentes, se caracterizarem pela sua transnacionalidade (Bauböck, 1996), na medida em que os seus dirigentes se encontravam mais envolvidos com os processos políticos de independência nos países de origem (Machado, 1992), funcionando as associações, em Portugal, mais como um campo de pressão e afirmação política para o país de origem, do que propriamente como campo de afirmação identitária e cultural e de defesa dos interesses das comunidades imigrantes no nosso país.

O Estado português evidenciou igualmente, no que respeita à integração de estrangeiros imigrantes, uma tendência para o não reconhecimento de identidades coletivas, apresentando um discurso por referência ao imigrante enquanto indivíduo, cuja integração deve ser feita valorizando, antes de mais, a cidadania individual, promovendo a igualdade de oportunidades e a equiparação de direitos, e não integrado como uma identidade coletiva.

Do nosso ponto de vista, este aspeto reflete-se no modo como o associativismo é encarado pelo Estado. Assim, apesar de parecer claro que o Estado considera que as associações são um elemento-chave para a integração das comunidades (daí o reconhecimento das mesmas como interlocutores formais em certas instâncias), também não favorece ou incentiva a formação corporativa das associações, através de federações nacionais, por exemplo, continuando a promover a integração via cidadania individual. Cremos que este aspeto poderá ser um dos motivos pelos quais os apoios financeiros do Estado, concedidos através do regime jurídico das associações de imigrantes, não suportam despesas correntes do funcionamento das associações. O regime jurídico das associações de imigrantes tem, por isso, uma filosofia de ação implícita, muito clara, quanto ao que é ou não financiável, devendo as associações procurar formas alternativas de sustentabilidade, que lhes permita custear a despesas de funcionamento corrente. O apoio financeiro do Estado, ao abrigo deste regime, apenas financia programas, projetos e ações que visem a promoção da integração dos imigrantes, independentemente do domínio escolhido.

Na tipologia proposta por Soysal, nos países com regime de integração corporativo, é o Estado que financia as associações, mas este financiamento é feito para que as associações sejam os pivôs centrais da integração das comunidades estrangeiras, deixando, por isso, esta atribuição nas mãos das associações, o que nos leva a questionar até que ponto as associações conseguem ser isentas e independentes na sua atuação, porque dependem do Estado para subsistir e até que ponto este tipo de política conduz à construção de grupos minoritários oficialmente identificados, em resultado de uma prática de segmentação. Em Portugal, o diploma que estabelece o regime jurídico das associações de imigrantes determina que as associações são independentes do Estado e dos partidos políticos e que a concessão de qualquer tipo de apoios, por parte do Estado, **não** pode condicionar a sua autonomia e independência. Será que se o modelo de financiamento fosse outro, esta garantia de independência surgiria como um princípio tão claro? Esta é uma questão que deixamos em aberto, para análise futura.

Na mesma linha, o COCAI, enquanto órgão central de representação das associações de imigrantes na política de imigração, surge identificado como uma medida positiva, pela possibilidade que foi dada aos representantes das associações de imigrantes de terem uma voz mais ativa na definição de políticas de imigração, mas o seu carácter meramente consultivo e não deliberativo, em que a última palavra cabe sempre ao Estado, desvirtua a qualidade do "*empowerment*" aparentemente atribuído. Passados 15 anos sobre a sua instituição formal, seria pertinente avaliar o tipo de medidas políticas que são levadas a discussão no seio do Conselho, assim como qual o resultado prático da sua discussão em termos da integração dos imigrantes. Esta é outra das questões que deixamos para análise futura.

Da investigação efetuada sobressai uma relação clara entre as associações de imigrantes e o acesso a diferentes graus de cidadania e, consequentemente, do nível de integração alcançado. Comprovamos que o movimento associativo em Portugal, na década de noventa, do século XX, apesar de ser um movimento jovem, ainda, na sua maioria a organizar-se, em que muitas associações vivem essencialmente na base do voluntariado e da boa vontade dos seus dirigentes e denunciarem claras dificuldades de sustentabilidade, desempenhou um papel preponderante na integração das suas comunidades. Este papel foi particularmente importante no acesso daquilo que poderemos designar como o "*primeiro grau de cidadania*": a regularização de milhares de imigrantes em situação ilegal. Foi com o contributo e a pressão exercida pelo movimento associativo, auxiliado pela sociedade civil, que o Estado iniciou o desenvolvimento de políticas de imigração, com vista à integração das comunidades imigrantes residentes no nosso país, a começar pelos dois processos de regularização extraordinária - independentemente de estas medidas serem classificadas, por alguns autores, como meras medidas de regulação de fluxos migratórios e não como verdadeiras medidas políticas, com vista ao desenvolvimento de um modelo de integração social de imigrantes. No entanto, quando falamos de integração pela cidadania, não falamos apenas de legalização de "indocumentados", mas também do acesso à saúde, habitação, educação, formação, emprego e, aqui as associações, mesmo que timidamente, desenvolveram ao longo da década de noventa e princípios do século XXI, inúmeros projetos e atividades, como podemos constatar na parte empírica, com vista a promover a integração dos imigrantes nestas áreas

A investigação realizada, assim como a experiência de observador participante permitiu-nos concluir dois aspetos importantes relativamente ao funcionamento das associações: se, por um lado, encontramos associações

que funcionam numa base de "*quase*" amadorismo "infantil" (apesar de formalmente reconhecidas), por outro, encontramos associações, que com o mesmo "tempo de vida", apresentam já uma dinâmica de forte profissionalização, pese embora as dificuldades de ordem financeira.
Resulta deste trabalho de investigação que, independentemente do grau de profissionalização de cada uma das associações, o seu papel na promoção da integração das comunidades que representam é inquestionável, mesmo que estejamos a falar apenas de integração ao nível da regularização de indocumentados. Muitos poderão dizer que estávamos num período em que a maioria das necessidades se prendiam com as questões da legalização e que esta é apenas a primeira ou uma das dimensões base no acesso à integração na sociedade de acolhimento e, como tal, não poderemos medir o sucesso da integração apenas através de um dos seus indicadores. Certamente que não, mas sem a situação regularizada, o acesso a todas as outras dimensões de cidadania é fechado, pelo que o contributo das associações de imigrantes, neste primeiro momento, é inegável.
Além disso, a tipologia dos projetos desenvolvidos mostra-nos que a resposta das associações às necessidades e interesses das comunidades imigrantes ultrapassa largamente as fronteiras daquela primeira dimensão, combinando a resolução de problemas genéricos de integração com o desenvolvimento de ações que permitam, por exemplo, a manutenção, defesa e divulgação da identidade cultural das comunidades imigrantes.
Concluímos, portanto, que o associativismo imigrante tem alicerçado práticas sociais fundamentais que têm permitido a emancipação dos imigrantes, através da participação no tecido social e político (ainda que de forma tímida), reconduzindo-os a processos de inclusão e de integração social.

Referências Bibliográficas:

Albuquerque, Rosana; Ferreira, Lígia Évora; Viegas, Telma (2000), *O fenómeno associativo em contexto migratório. Duas décadas de associativismo imigrante em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

Bardin, Laurence (1995), *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Baganha, Maria Ioannis; Marques, José Carlos (2001), *Imigração e política: o caso português*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

Bauböck, Rainer (1996), "Social and cultural integration in a Civil Society". In Bauböck, Rainer; Heller, Agnes; Zolberg, Aristide (eds.) *The challenge of diversity: integration and pluralism in societies of immigration*. Aldershot: Avebury, 67-131.

Capucha, Luís (1990), "Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social". *Sociologia, Problemas e Práticas*, 8, 29-41.

Guerra, Isabel Carvalho (2006), *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Estoril: Princípia Editora.

Horta, Ana Paula Beja (2010), "Introdução". In Horta, Ana Paula Beja (org.) A*ssociativismo imigrante. Revista Migrações*, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P., *11-35. Disponível em* **http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Revista_6/Migr6_FTecnica.pdf,** [5 de junho de 2013].

Lechner, Elsa (2009), "Migração, pesquisa biográfica e emancipação social: contributo para a análise dos impactos da pesquisa biográfica junto de migrantes". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 85. Disponível em **http://rccs.revues.org/336; DOI: 10.4000/rccs.336,** [14 de junho de 2013].

Machado, Fernando Luís (1992), "Etnicidade em Portugal: contrastes e politização". *Sociologia, Problemas e Práticas*, 12, 123-136.

Pires, Rui P. (2003), *Migrações e Integração: teoria e aplicações à sociedade portuguesa.* Oeiras: Celta Editora.

PORDATA (2012), *População residente segundo os Censos: total e por grandes grupos etários*. Disponível em **http://www.pordata.pt/Portugal/Populacao+residente+segundo+os+Censos+total+e+por+grandes+grupos+etarios-512,** [14 de junho de 2013].

Roβteutscher, Sigrid (2000) "Democracia associativa – as instituições voluntárias como campo de treino para a democracia?" *in* Viegas, José Manuel Leite; Dias, Eduardo Costa (orgs.) *Cidadania, integração e globalização*. Oeiras: Celta Editora, 233-254.

Sardinha, João (2009), *Immigrant associations, integration and identity. Angolan, Brazilian and Eastern European communities in Portugal*. Amsterdam: IMISCOE - Amsterdam University Press.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2001), *Estatísticas 2000*. Lisboa: Departamento de Planeamento e Formação, Núcleo de Planeamento do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [Policopiado].

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2012), Relatório de imigração, fronteiras e asilo – 2011. Lisboa: Departamento de Planeamento e Formação, Núcleo de Planeamento do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Disponível em **http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2011.pdf,** [**27** de junho de 2013].

Soysal, Yasemin Nuhoglu (1994), *Limits of citizenship: migrants and postnational membership in Europe*. London: The University of Chicago Press.

Tocqueville, Alexis de (2002), *Da democracia na América*. Cascais: PRINCIPIA, Publicações Universitárias e Científicas.

Globalização e Migração Estudantil: Fluxos de Capital e Fluxos Culturais entre Brasil e África

Banjaqui Nhaga[1]

Ronaldo Sales Júnior[2]

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar as dinâmicas e os processos de migração internacional com fins de estudo – fluxos culturais e fluxos de capitais – entre o Brasil e a África. Analisou-se relação histórica entre o Brasil e a África, migração e globalização de modo que, a intensificação do processo de globalização, com o estreitamento de laços econômicos, políticos e culturais (bem como o aumento das tensões e conflitos) provocou transformações importantes nas tendências da migração internacional. Assim, se a migração entre as regiões de diferentes territórios não é um fenômeno novo, tem assumido novas formas com a globalização. Nas últimas décadas, não apenas é possível verificar um aumento dos fluxos migratórios entre países, como mudanças nas motivações e direções destas migrações. Neste cenário, ganha relevância a migração temporária relacionada à formação acadêmica. O Programa de Estudantes – Convênio de Graduação – PEC-PG é um instrumento de Cooperação Educacional que o governo brasileiro oferece a países em vias de desenvolvimento, especialmente da África e da América Latina.

Palavras-chaves: migração estudantil, globalização, Programa de Estudantes-Convênio de Graduação

1. INTRODUÇÃO

A intensificação do processo de globalização, com o estreitamento de laços econômicos, políticos e culturais (bem como o aumento das tensões e conflitos), provoca transformações importantes nas tendências da migração internacional. Assim, se a migração entre regiões de diferentes territórios não é um fenômeno novo, tem assumido novas formas com a globalização. Nas últimas décadas, não apenas é possível verificar um aumento dos fluxos migratórios entre países, como mudanças nas motivações e direções destas migrações. De acordo com Oliveira e Moreira (2008, p. 44), "as situações que atualmente são identificadas como manifestações da globalização são, ao mesmo tempo, a continuidade/desdobramento de processos historicamente presentes na trajetória social da humanidade e a configuração de uma situação inédita".

Neste cenário, destacamos neste artigo a migração temporária relacionada à formação acadêmica.

O Brasil, neste contexto, tem recebido estudantes de diferentes países da África e da América Latina para realização de estudos em nível de graduação e pós-graduação. Somente no período de janeiro de 2000 a outubro de 2005, as universidades públicas brasileiras receberam 2.369 estudantes africanos, oriundos de 14 países, apenas no âmbito do Programa Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G, sendo que destes 46,6% provenientes de Cabo Verde e 24,5% da Guiné-Bissau (MRE, 2005).

O PEC-G é um instrumento de cooperação educacional que o governo brasileiro oferece a países em vias de desenvolvimento, especialmente da África e da América Latina. Esta cooperação iniciou-se no final da década de 1920, mas ganhou os contornos institucionais atuais em 2000, como parte do fortalecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e os países participantes do programa.

A mobilidade espacial deve ser entendida, primeiramente, como um movimento temporal onde os agentes se deslocam geograficamente de uma origem a um determinado destino, configurando, também, um processo

---

1 Doutorando do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail Banjaki@gmail.com.

2 Professor Adjunto I do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.

social (econômico político e cultural). Nesse sentido, estes deslocamentos são considerados movimentos de circulação ou mobilidade espacial de uma determinada população, que se dão durante certos períodos de tempo e em determinados setores da sociedade. Entretanto, composto por atores sociais que se incorporam em um universo amplo de determinantes estruturais ou conjunturais, os movimentos migratórios põem em circulação recursos humanos para a qualificação ou para a alta qualificação que vem, segundo Pelegrino (2005), desde a capacitação técnica até as especializações mais sofisticadas, no caso da mobilidade para trabalho em áreas de ciência e tecnologia.

O processo de globalização, ao alterar as relações sociais e econômicas no mundo como um todo, fez crescer a imigração africana, principalmente dos PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – para o Brasil. Temporário ou não, tal imigração vem assumindo uma dimensão e uma realidade que exigem investigações consistentes e orientadas ao que é, ainda, uma realidade invisível no contexto brasileiro. Apesar disso e, talvez, por isso, estudantes africanos que aqui estão vêm produzindo, ainda de modo parcial, estudos sobre a experiência de estar fora de seu lugar, fora da própria terra e de estar em espaços acadêmicos de universidades públicas e privadas que os acolhem em terras brasileiras (GUSMÃO, 2011). Esse artigo é fruto de uma pesquisa desenvolvida no mestrado em ciências sociais que tinha como objetivo analisar o processo da migração dos estudantes africanos para realização do curso superior no Brasil, partindo de um pressuposto da migração temporária no mundo globalizado.

As perspectivas apontadas pela literatura sobre migração internacional e globalização consideram as importantes transformações econômicas, sociais, políticas e culturais das últimas décadas. Essas transformações vão dotar de novas características o fenômeno migratório, trazendo novas questões para os pesquisadores vinculados às ciências sociais.

O Brasil, profundamente afetado por esse processo de reestruturação global, tem sua história associada com o fenômeno da migração, seja por ter sido importante destino de fluxos migratórios internacionais, seja pelas dinâmicas da migração inter e intra-regional. Portanto, do ponto de vista histórico, na formação social, econômica, política e, sobretudo, cultural, do Brasil, o fenômeno da imigração sempre esteve presente, seja com as imigrações forçadas dos africanos, seja com as migrações continentais estimuladas, com levas de populações vindas principalmente da Europa e do Japão.

Por outro lado, o fenômeno da migração, no contexto do continente africano, remete historicamente a processos antigos e complexos que envolvem, primordialmente, uma série de conflitos étnicos, intensificados pela violência e pela expropriação coloniais europeias e, mais recentemente, pela edificação dos Estados africanos pós-coloniais. A África é o continente no qual se deu a maior mobilidade populacional e é também o continente onde existe a maior proporção de Estados pobres do mundo (CURTIN apud CASTLES E MILLER, 2004).

Nesse contexto, o processo de descolonização, desde os anos 50, fez com que padrões migratórios antigos convivam com novas formas de deslocamentos populacionais, destacando-se os grandes fluxos de refugiados e pessoas internamente dispersadas pelos territórios africanos.

A migração, de acordo com Castles e Miller (2004), representa, com frequência, uma maneira de escapar da pobreza e inclusive da morte pela desnutrição. Há, ainda, o agravante da escassez de informação sobre a população. Estes são fatores que tornam difícil à análise da migração internacional na África e, sobretudo, ao sul do Saara.

Para estes autores, os movimentos migratórios no continente africano, apesar da diversidade, apresentam tendências globais com especificidades de fluxos migratórios africanos, motivados por conflitos étnicos e, sobretudo, políticos. Neste contexto, analisam que também houve crescimento tanto no volume da migração recente como nas dificuldades de gestão nas políticas governamentais, como no caso dos refugiados e das possibilidades de repatriação.

Outra tendência que se apresenta nas dimensões globais da migração internacional e que também estão presentes nos processos migratórios locais no continente africano é a diferenciação nas classes de migração. Nesse sentido, o que se observa nos países africanos é que houve o movimento migratório para trabalhos internos (setores de agrícolas, de minas e petróleo) e, mais recentemente, há novas classes que fazem parte dos fluxos de emigração e imigração nesses países, haja vista uma necessidade dos indivíduos deslocarem-se como trabalhadores, tanto para os países próximos, quanto para os países mais distantes ou até para os outros continentes que oferecem melhores oportunidades (DESIDÉRIO, 2005).

O processo migratório africano recente para o Brasil (RIBEIRO, TANNURI; POOL; KALY, SUBUHAMA, *apud* DESIDÉRIO, 2005), diferentemente do movimento migratório forçado de africanos para o Brasil, apresenta importante objeto de estudo, sendo suas tendências e desafios carentes de uma quantidade maior de trabalhos. Os estudos já realizados são muito específicos e pontuam determinados fluxos, em sua maioria, de angolanos.

Em decorrência da efetivação da relação comercial entre Brasil e África, cerca de 20 países africanos estabeleceram as suas respectivas representações diplomáticas, fato este que demonstra uma simpatia dos países africanos em relação à política externa brasileira e a satisfação do Brasil, uma vez que a África importava mais do que exportava, ou seja, exportava matérias-primas e comprava produtos industrializados.

Por outro lado, segundo Saraiva (1997, p.14), a partir dos anos 1990, a relação entre África e o Brasil começou a perder o fôlego. O comércio deixou de ter a força que apresentava. Os percentuais da participação dos países africanos na balança comercial brasileira retornaram aos números da década de 1960. Dominada por difícil transição para a vida democrática e pelos descréditos dos centros de decisão econômica, as possibilidades de diálogos do continente com o mundo foram reduzidas.

Muito resumidamente, pode-se afirmar o incremento das relações Brasil/África, já na década de 1990, com a criação da CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa – que passa a atuar em acordos comerciais e sociais em que há (da parte do Brasil) uma preocupação em assumir um papel central no desenvolvimento do continente africano (MUNGOI *apud* GUSMÃO, 2005). Trata-se de uma revitalização intensa das relações Brasil/África que, segundo Mungoi (*apud* GUSMÃO, 2005), faz-se sentir, principalmente, nos setores de educação, saúde e agricultura.

Em particular, serão os países dos PALOP – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe – os maiores beneficiados pelos acordos de cooperação assinados entre o Brasil e os países africanos, tanto por parte das instâncias federais do governo brasileiro, quanto por acordos institucionais firmados diretamente com as IES – Instituições de Ensino Superiores - nacionais ou por meio de organização religiosa e ONGs.

A instabilidade permanente das relações políticas entre grupos no interior dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e a reordenação das forças políticas na divisão internacional do trabalho, que desde os anos de 1930 marcaram as relações Brasil/África, está em discussão, definindo a natureza de um diálogo ora frágil e ambíguo, ora ativo e intenso. Assim, no contexto das relações internacionais, o diálogo Brasil e África, em particular os PALOP, assume características diversas conforme o circuito de interesses em jogo e configuram o cenário relativo às migrações especiais com finalidades de estudo. Nesse cenário inserem-se as escolhas e os projetos de qualificação dos quadros nacionais forjados no campo ideológico interno aos países em formação, mas que também dizem respeito ao embate das forças políticas de diferentes momentos no âmbito internacional.

O ano 2002 representou um marco importante entre o Brasil e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que culminou com as novas sanções estabelecidas no sentido de destacar potencialidades e parcerias. Dentre as estratégias visadas, podemos citar a redução das barreiras internas da legislação nacional, cooperação técnica na área de saúde e ciências em geral, além de transferências de tecnologias.

A CPLP desde a sua criação, ainda não teve tempo para se libertar das diferenças e particularidades provenientes de convivência histórica dos oito países integrantes (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste). O surgimento da CPLP aconteceu numa época em que as relações comerciais, diplomáticas e estratégicas do Brasil com os países africanos estavam frágeis, ocorrendo uma diminuição considerável de diplomatas nestes países e deslocamentos para países que galgavam maiores interesses por parte do Estado brasileiro.

O abandono das relações estabelecidas anteriormente entre Brasil e África levou à reconstituição de laços político-econômicos firmados na década de 1970, dentre eles, a intensificação dos programas de convênio entre universidades que promoveram a vinda de estudantes africanos.

No Governo Lula (2003-2010), ocorreu uma transformação das relações internacionais no intuito de torná-las mais difusas no sentido de interpenetrar nações, Estados e culturas, gerando demandas entre os atores sociais e agentes econômicos por uma maior transparência na formulação das políticas externas nacionais (SARAIVA,

2011). A estratégia, nesse momento, refere-se à iniciativa do Estado brasileiro de assumir a liderança nos programas de cooperação, no que concerne principalmente às áreas de saúde, agricultura e educação.
O que destacamos também é o fortalecimento de projetos de cooperação que visam à formação profissional de jovens africanos, já estabelecidos desde a década de 1920, como o PEC-G (Programa de estudantes-Convênio de Graduação) e o PEC-PG (Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação) nas universidades brasileiras que garantem a formação superior dos estudantes africanos no Brasil. Esse acordo de Cooperação educacional que era apenas com os países de Língua Oficial Portuguesa, em África, se estendeu para os demais países de língua francesa e inglesa, com destaque para a República Democrática de Congo que, nos últimos cinco anos vêm crescendo o número de estudantes daquele país nas universidades brasileiras. Entretanto, o continente africano é um dos maiores beneficiados com o Programa, em destaque para Cabo Verde e Guiné-Bissau que lideram o ranking do índice de estudantes e serven com principal porta de entra de estudantes no país.
A aproximação com o continente africano tem se mostrado como um desdobramento importante da política externa brasileira. Em uma avaliação superficial, a estratégia atrai críticas, na medida em que pode parecer paradoxal um país em desenvolvimento como o Brasil fomentar seus esforços diplomáticos em parceiros pobres, com pouca influência no contexto geopolítico global e, em seu conjunto, peso ainda baixo na balança comercial brasileira.
Para Pereira e Visentini (2007), o Brasil começou a tornar-se exportador de capital e tecnologia, além de um tradicional (e agora competitivo) exportador de produtos primários, serviços e manufaturas. O fenômeno que ocorre no Brasil é também observado em outras economias em desenvolvimento, a exemplo da Índia, da África do Sul e da China. A África é um dos territórios adequados aos investimentos das empresas brasileiras, ainda que o continente seja marcado por alguns regimes instáveis, conflitos armados e outras formas de violência, problemas sanitários, significativa e imensa pobreza. Ao mesmo tempo, é uma das poucas fronteiras naturais ainda abertas para expansão de negócio nos setores como petróleo, gás e mineração e palco de uma disputa global por acesso a matérias-primas, cada vez mais escassa e demandada (PEREIRA e VISENTINI, 2007).
Apesar de não ser possível determinar com precisão quais sejam os impactos causados por essa conjuntura favorável à aproximação entre o Brasil e o continente africano, é fato que a África possui uma posição privilegiada na estratégia de inserção internacional desenvolvida pela política externa do governo Lula. O Brasil parece desejar ser um ator responsável e ativo no sistema internacional e, historicamente, o Itamaraty tem sido a Instituição que, por excelência, pensa o interesse nacional em longo prazo. Conferir maior peso a regiões ainda pouco exploradas e aos países em desenvolvimento, sem negligenciar as relações já estabelecidas com parceiros mais tradicionais, não apenas vem ao encontro de uma definição mais ampla de interesses nacionais e da inserção do Brasil na economia mundial, mas também contribui para conferir legitimidade a diplomacia brasileira (PEREIRA e VISENTINI, 2007).

3. Globalização e migração estudantil

O final do século XX e o início do século XXI revelaram enormes transformações econômicas sociais, políticas, demográficas e culturais em âmbito internacional com fortes rebatimentos nos contextos da imigração internacional e do Brasil. As mudanças advindas do processo de reestruturação da produção implicam a mobilidade do capital e da população em diferentes partes do mundo. Nesse cenário, o Brasil também passou a se inserir, com reflexos na configuração de um novo contexto das migrações internacionais para o país (BAENINGER, 2012).
No entanto, as novas modalidades da migração internacional representam, no cenário da globalização, a intensificação dos fluxos de capital, as transformações tecnológicas, a compressão do espaço e tempo, a nova conformação da hierarquia urbana internacional, a consolidação de redes de lugares e lugares de redes, a diversidade dos deslocamentos populacionais, todos esses fenômenos definem e redefinem os espaços transnacionais (BAENINGER, 2012). Assim, segundo Baeninger, a importância do fenômeno migratório internacional reside hoje muito mais em suas especificidades, em suas diferentes intensidades e espacialidades e em seus impactos diferenciados (particularmente ao nível local) do que o volume de imigrantes envolvidos

nos deslocamentos populacionais. Portanto, traço característico da imigração estrangeira no cenário da globalização é a condição de não-documentados desses imigrantes, tornando ainda mais difícil a mensuração desses fluxos.

As diferentes formas de mobilidade espacial da população no mundo pós-moderno pressupõem a diversificação dos movimentos migratórios internacionais, onde ganha importância o significado desses fluxos no contexto da inserção de cada país de origem e de destino no atual processo de reestruturação econômica internacional (HARVEY, 1992).

As tendências recentes da migração internacional, a nível mundial, não podem ser entendidas sem se fazer referência ao caráter global que tem o fenômeno nos momentos atuais. Nesse contexto, a amplitude que têm tomado os intercâmbios comerciais pela integração de novos países, a transnacionalização das atividades econômicas organizadas a nível mundial, o crescimento dos intercâmbios de produção, comercialização, circulação e informação entre países pela liberalização e desregulamento dos mercados, têm gerado mecanismos que rompem possíveis fronteiras e encurtam distâncias geográficas e temporais em todas as dimensões. (DESIDÉRIO, 2005)

Por esse motivo, ocorre uma maior mobilidade geográfica de diferentes setores, motivados por distintas realidades e, assim, surgem movimentos migratórios, os mais diversos e por distintas motivações. Desse modo, a migração internacional, segundo Desidério (2005), por se tratar de um fenômeno social, compõe-se de um emaranhado de processos que evolvem uma diversidade de aspectos relevantes, articulados por relações multiformes e abordados por diferentes teorias e modelos.

Segundo Ianni (2004), nesse cenário de políticas de cooperação internacional e no âmbito da globalização, são analisadas as novas relações sociais que se manifestam e alimentam novos movimentos sociais, novos modos de estilo de vida, consumo e novas formas de integração como processo inerente à mundialização da questão social. Por outro lado, as parcerias e investimentos instituídos nos acordos entre países do continente africano e o Brasil, no contexto da globalização, estão orientadas, sobretudo, na luta contra a pobreza, desigualdade e a exclusão, ao desenvolvimento sustentável e ao estreitamento das relações políticas e econômicas como dimensão prioritária da cooperação. A "globalização enquanto processo de amplas proporções envolve nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações" (IANNI, 2004, p. 1 - 15). Desse modo, surgem nos espaços globais tendências que além de agravar aspectos nas dimensões sociais, políticas e culturais, alteram toda dinâmica das relações sociais que, para o autor, são relações mutáveis que produzem ou reproduzem ou reproduzem-se pelo campo do imaginário, do virtual, do imediato, do fragmento. Esse processo gerado pela dinâmica da sociedade global envolve determinadas reações de grupos, classes, da coletividade como um todo ou através de civilizações. Isso reflete a intensificação de uma nova divisão internacional do trabalho, que gera a necessidade de buscar por espaços globais, uma necessidade de reterritorializar em outros espaços e, nesse sentido, essas reações coletivas também refletem novas redes de articulação que movimentam, conduzem e possibilitam a reprodução e ampliação do capitalismo global.

Por outro lado, quanto às formas de articulação e contradição desse processo global, Castells (*apud* DESIDÉRIO, 2005) chama a atenção ao aspecto relevante que se encontra na revolução tecnológica, da inovação e expansão da comunicação e da era informacional que tem sua importância na geopolítica global. Devido a essas tendências, houve também a acentuação de um desenvolvimento desigual, entre os segmentos e territórios dinâmicos da sociedade em todos os lugares. No processo de reestruturação pelo qual passa o capitalismo global existiriam padrões de inclusão universal e digital que promovem a integração nos espaços de fluxos e de pessoas, de produção e de consumo. Portanto, há em seu entendimento, padrões de inclusão que personalizam o indivíduo segundo as identidades e exigências pessoais, promovendo a integração seletiva. Por outro lado, há também, em determinados espaços, exclusão e isolamento em outros pontos globais, por fatores diversos ou adversos (CASTELLS *apud* DESIDÉRIO, 2005, p. 47). Tanto na sociedade informacional quanto no nomadismo ocorre à apropriação de espaços (reais ou virtuais) e o uso de meios de comunicação (de transportes e de telecomunicações) serve como suporte de inserção ou de exclusão, como no caso de um subdesenvolvimento tecnológico.

Bauman (1999), por outro lado, sugere que os processos de globalização unificam e diferenciam, ao mesmo tempo. Se por um lado eles aumentam a consciência das condições de mobilidade de pessoas, saberes e práticas,

em contrapartida, a mobilidade não é uma garantia e imobilidade não é uma opção realista num mundo de mudanças permanentes. Neste sentido, alguns podem optar pela mobilidade e ser bem sucedidos; outros optam pela mobilidade, mas não a alcançam, em função de leis restritivas e barreiras de fronteiras; outros, ainda, optam pela imobilidade e vivem os efeitos de uma condição nova, drástica e desigual. Alguns alcançam a condição de verdadeiramente globais, enquanto outros estão condenados à localidade ou interditados à circulação. Os processos de globalização provocam consequências humanas que ampliam a segregação, a separação e a marginalidade social nas esferas local, nacional e internacional. O processo de globalização deve ser pensado, pelas Ciências Humanas, sob a ótica das consequências que ele acarreta na dimensão humana. Ele inaugura outra relação entre tempos, espaços, classes sociais, ordem global, ordem nacional, turistas, migrantes documentados, refugiados políticos. Ele produz novas formas de exclusão, marginalidade e aumento da violência urbana. A globalização divide os habitantes do mundo entre aqueles que:

> *Vivem num mundo cosmopolita, extraterritorial dos sujeitos globais que desmantelam as fronteiras nacionais como aconteceu com as mercadorias, o capital e as finanças mundiais e aqueles que vivem no mudo dos muros de controles migratórios, das leis de residência, das policias de ruas limpas e de fim de delinquência.* (BAUMAN, 1999, p. 118).

Porém, Amartya Sen (*apud* TOLENTINO, 2006) sugere que, assim como no que diz respeito à acumulação de capital há uma evolução da abordagem predominantemente material para uma abordagem essencialmente qualitativa da produtividade dos seres humanos, também no processo de desenvolvimento deve haver um deslocamento da ênfase do capital humano para a capacidade humana, conceito que incorpora a expansão das liberdades enquanto resultado e fator da transformação social. A educação, sob todas as formas, aumenta a produtividade que, por sua vez, contribui para a expansão econômica, articulando o crescimento econômico e o desenvolvimento humano sustentável.

Nesse sentido, o presente trabalho consiste essencialmente em um estudo de caso da migração internacional que busca analisar os movimentos migratórios de estudantes estrangeiros para realização de curso superior no Brasil.

As correlações entre migração e educação são, portanto, centrais em nosso trabalho. Trata-se de um contexto complexo em que os indivíduos que migram dentro desse processo de migração especial (GARCIA, 2004) cumprem metas postas por seus países em termos do próprio desenvolvimento. No entanto, para os sujeitos envolvidos nos processos migratórios, tais metas podem ou não serem conscientes, dado que a migração ocorre, na maioria das vezes, num jogo aparente de individualidade, de escolha e projeto de âmbito restrito aos indivíduos e suas famílias.

Portanto, a migração estudantil, tal como enfatizado por Desidério, tem como característica relevante um projeto central de vida que é estudar, se formar, se qualificar, e em um determinado momento, regressar a seu país de origem. Os estudantes permanecem no país que os recebem sem perder o vinculo com sua origem, ao mesmo tempo em que ampliam os contactos pessoais previamente constituídos pelas redes informais. Assim, entre a assimilação e a manutenção das identidades e culturas étnicas, os migrantes africanos buscam seus espaços de integração e revitalização, já que é uma população em minoria quantitativa, comparada a outras populações estrangeiras no Brasil.

Para Desidério (2005), a imigração de africanos para Brasil, comparativamente à imigração proveniente de outros continentes, sempre representou nos censos demográficos os índices mais baixos com relação aos volumes de entradas em relação aos dados para países dos demais continentes. Desse modo, analisa Castles e Miller (*apud* Desidério, 2005), o papel das relações internacionais e dos estados, tanto das áreas de origem como receptoras, para organizar ou facilitar os traslados também é importante, ou seja, em dimensões microestruturais, os acordos de cooperação efetivam ações e resultados multiplicadores na formação de quadros qualificados a nível superior nesses países em desenvolvimento e, na dimensão macroestrutural ao mesmo tempo, em que promove um intercâmbio social e cultural.

Segundo um estudo colocado em discussão no II Simpósio Internacional de Estudantes convênios Brasil-África de Ensino Superior, realizado em maio de 2009, o Brasil e os países da África, apesar de suas histórias

e características específicas, tanto sociais como culturais, políticas e econômicas, têm desafios comuns. Entretanto, houve, particularmente, na última década, uma maior aproximação entre países da África e o Brasil, em diferentes áreas.

Esta aproximação está intimamente relacionada ao processo de redemocratização vivido na história recente do Brasil e daqueles países. No caso dos países da África (UFPE, 2009), depois de um longo período de conflitos e de guerras para libertação das ex-colônias de Portugal na África e conseqüente processo de independência e dos regimes políticos instalados, impulsionados pelo desejo de transformar as heranças colonialistas, instituíram políticas de reformas políticas, sociais e econômicas que nem sempre tiveram continuidade. Por outro lado, os projetos financeiros com recursos externos, vindos de diversos países (entre os quais, o Brasil), não alteraram de forma considerável as condições de vida nos países africanos, com a degradação das condições de vida, somada à proliferação de conflitos sociais e crises políticas e econômicas combinadas com questão étnicas.

O Brasil foi uma das primeiras nações a reconhecer oficialmente a independência dos países africanos e vem particularmente na ultima década, estreitando seus laços políticos, econômicos, educacionais e culturais com países do continente africano. E dentro deste processo que se situam as Políticas de Cooperação Cientifica e Ensino Superior. A dinâmica de constituição dos novos Estados nacionais africanos, tem conduzindo um número significativo de jovens africanos a buscar, no Brasil e em Portugal, possibilidades de formação e qualificação em nível técnico, médio e superior (GUSMÃO, 2005). Por outro lado, Gusmão (2005) afirma em seu ensaio sobre Ensino Superior e Circulação Internacional que a transformação social produzida no bojo das relações internacionais que ensejam os processos de mobilidade para fins de estudo colocam em debate a questão de ensino superior diante da presença de estudantes africanos, as políticas que resultam de relações entre países diversos e põem em discussão a constituição de novas e velhas identidades na diáspora e no local de origem. O destino dos estudantes oriundos dos diferentes países da áfrica para o Brasil se encontra em diferentes estados.

Entretanto, trocas científicas, universitárias e culturais não são evidentemente recentes – é preciso, com efeito, precaver-se contra a idéia de que as trocas e a circulação de intelectuais e cientistas sejam uma novidade radical (MARTIN, 2004). É bem verdade que existe uma tradição de reflexão sociológica relacionadas aos fenômenos internacionais que se construiu em oposição às abordagens exclusivamente econômicas. Em seus cursos sobre o socialismo, Durkhein (apud MARTIN, 2004) analisou as interações entre cientistas, industriais, operários e banqueiros de diferentes países e propôs o conceito de internacionalismo profissional. Entretanto, poucos sociólogos ou antropólogos se debruçaram verdadeiramente sobre a questão das trocas internacionais e da circulação científica dos indivíduos, e menos ainda sobre relação entre essas trocas e a formação intelectual dos grupos envolvidos nesse processo, ou sobre a relação entre as trocas e os processos de recomposição das elites e de redistribuição do poder (MARTIN, 2004).

Assim, no contexto das relações internacionais, o diálogo Brasil/África assume características conforme o circuito de interesses em jogo e configuram o cenário relativo às migrações espaciais com finalidade de estudo (GUSMÃO, 2005). É aqui, também, que se faz pensar o retrato do Brasil, país de escolha para a imigração especial (GARCIA, 2004) com vista à qualificação via educação. Segundo Mungoi (*apud* GUSMÃO, 2005, p.4), a instalação, na década de 1960, das primeiras embaixadas brasileiras no continente africano permitiu que o estabelecimento de acordos de cooperação cultural e técnica com alguns países da África subsaariana, iniciando-se, assim, a emigração estudantil para o Brasil. Todavia, é com a implementação do Programa de Estudantes – Convênio de Graduação – PEC-PG que a presença dos estudantes africanos nas universidades brasileiras se tornou significativa.

Por sua vez, Dantas (2002) chama a atenção para o fato de que tal contexto faz parte de um projeto cultural do Brasil que não é indiferente ao campo político, mas que envolve o projeto de vida de pessoas e famílias em solo africano. Nesse sentido, se eram ainda poucos os estudantes africanos em terras brasileiras na década de 1960, sua tendência nos anos seguintes será crescente. Na base de processo, não só a abertura política brasileira com relação à África, mas, sobretudo, a expansão de seu sistema educacional mediante a existência de programas de graduação e pós-graduação nas universidades públicas brasileiras. Nos anos de 1980, a expansão de rede privada de ensino superior e a expansão da pós-graduação também nesse processo irão incrementar os programas de intercâmbio, através de acordos de cooperação no campo educacional. Tais projetos atuam

como força de implementação dos processos migratórios temporários e intensificam os fluxos de migração com finalidade de estudo por parte de dos nacionais dos PALOP, posto que a existência de projetos bilaterais de desenvolvimento e ajuda, abrem novas possibilidades de realização de metas individuais e ou familiar e, implementam um novo diálogo Brasil/África.

3.1. A política de Intercâmbio entre o Brasil e os Países Africanos

Partindo de um pressuposto da mundialização, trata-se de um conceito que pressupõe a integração de diferentes atores num processo de trocas, impulsionadas hoje, sobretudo, pelas novas tecnologias da informação e da comunicação, bem como dos meios de transporte. Sociólogos, economistas e cientistas políticos apresentam diferentes definições para este conceito. Para uns, é um produto da modernidade, o marco de um novo período. Para outros, trata-se de um prolongamento de tendências antigas, vivenciadas ainda no período da expansão marítima européia.

O certo é que a velocidade da criação de novos conhecimentos, novos instrumentos de informação e comunicação dista em ordem oposta dá à possibilidade de esses instrumentos estarem ao alcance de todos. Isso pode estar na origem do crescente êxodo, tanto do campo para cidade quanto dos países em vias do desenvolvimento para os mais avançados.

Portanto, nessa migração, contam-se muitos quadros técnicos e de formação superior que, não encontrando enquadramento nesses lugares, acabam por não servir nem ao país de origem nem ao que escolherem como novo destino. Essa migração pode acontecer com estudantes que terminam os cursos e optam por permanecer no país onde estudaram.

É, pois, necessário que os esforços dos países interessados se concentram, sobretudo em criar formas efetivas de ação, que explorem o potencial dos programas de cooperação, particularmente, dos que envolvem as universidades na qualidade de centros de excelência capazes de estimular pesquisas conjuntas, intercâmbios; capazes também de gerar emprego, inclusão social, construindo, ainda, um dos canais de acesso ao mercado internacional de trabalho.

A inserção de estudantes africanos no país e sua vinculação às universidades brasileiras são baseadas em mecanismos institucionais próprios. O ingresso de estudantes africanos na Universidade Federal de Campina Grande é regulado pelo Programa Estudantes – Convênio de Graduação (PEC-G), mantido pelos Ministérios da Educação e das Relações Exteriores. Estes acordos de cooperação científica, cultural e tecnológica expressam formas sociais próprias de contextos de globalização e do novo status buscado pelo Brasil no cenário geopolítico internacional, envolvendo-se mais diretamente "na luta contra a pobreza, a desigualdade e a exclusão, para o desenvolvimento sustentável e para o estreitamento das relações políticas e econômicas como dimensão prioritária da cooperação" (MEC, 2000, p. 06). A África como um todo tem grandes carências. Ainda que seja possuidora de rica variedade de matérias primas, necessita de capital humano para potencializá-las. Isto significa transformar o continente, retirando-o da condição de simples consumidor para a situação de potencial produtor. Entretanto, esse salto de qualidade só se efetivaria com desenvolvimento intelectual, empreendedor e tecnológico de sua população. É aí que entra o contributo do governo brasileiro na formação de novos profissionais africanos capacitados e preparados a ingressarem nos novos mercados em seus países.

4. VIVÊNCIAS ACADÊMICAS E VIVÊNCIAS ENQUANTO MIGRANTES

O processo de inserção dos estudantes africanos nas universidades brasileiras – que envolve tanto sua condição de migrante, como sua condição de estudante universitário, de modo que têm que lidar, simultaneamente, com o ingresso em dois novos mundos sociais – é do ponto de vista sociológico, multidimensional. Para se analisar esta inserção foi necessário incluir neste estudo um conjunto diversificado de variáveis, que podemos agregar em quatro eixos de análise: definição de um perfil dos estudantes/ migrantes; formas específicas de vivência

universitária; formas específicas de sua vivência como migrante e como negro; e o conjunto das percepções e expectativas em relação à sua experiência acadêmica no Brasil.
Aqui, analisamos os dados produzidos – sobre os quatro eixos temáticos acima mencionados – a partir da realização de uma das entrevistas e aplicação de questionários com uma amostra de estudantes africanos matriculados tanto na Universidade Federal de Campina Grande; Universidade Federal da Paraíba quanto na Universidade Federal de Pernambuco e observação participante realizadas nos campus I destas três universidades federais. Na impossibilidade de falar das muitas coletividades de estudantes africanos em solo brasileiro, busca-se aqui relatar o modo de perceber, sentir e vivenciar os efeitos do processo migratório sobre aqueles residentes em Campina Grande (PB); João Pessoa (PB) e Recife (PE).
O deslocamento entre a África e Brasil se dá no contexto da busca por melhores condições de vida e, também, em busca de uma formação e qualificação necessárias à realização de um projeto de vida familiar ou individual. Portanto, a motivação do deslocamento da terra natal destes imigrantes africanos, com fins de estudo, pode ser compreendida a partir de duas variáveis: atravessar o atlântico com o objetivo de estudar e; fazê-lo com a finalidade de migrar para um país mais desenvolvido.

4.1 A aplicação do questionário e perfil da amostra

Realizamos a um estudo com os estudantes africanos inseridos em três Instituições de Ensino Superior Pública na região Nordeste do Brasil. De um universo de 122 estudantes africanos matriculados nas três Instituições de Ensino Superior (UFCG, UFPB e UFPE) ao final de 2012, foram aplicados 82 questionários, com estudantes selecionados em amostragem não aleatória. Foram procurados estudantes africanos da UFCG, UFPB e UFPE até o número de 82, considerando uma distribuição entre alunos do sexo feminino e masculino. Destes contingentes, 12 estudantes (que corresponde 14,6%) são da UFCG, campus de Campina Grande; 25 estudantes (30,5% da amostra) são da UFPB, campus de João Pessoa e; 45 estudantes (que corresponde 54,9%) se encontram na UFPE, campus de recife e, esses dados dizem respeito apenas aos estudantes que se encontram nos *campi* localizados na capital dos estados pesquisados.

Tabela 1: Sexo dos Estudantes * Universidade dos Estudantes

			Universidade dos Estudantes			Total
			UFCG	UFPB	UFPE	
Sexo dos Estudantes	Feminino		2	7	24	33
		% Sexo dos Estudantes	6,1%	21,2%	72,7%	100,0%
	Masculino		10	18	21	49
		% Sexo dos Estudantes	20,4%	36,7%	42,9%	100,0%
Total			12	25	45	82
		% Sexo dos Estudantes	14,6%	30,5%	54,9%	100,0%

Fonte: o próprio autor

Como foi possível observar na tabela acima, só a UFPE, campus de Recife, recepciona mais da metade dos estudantes pesquisados e, isso se deve ao tamanho da cidade e uma diversidade consideravelmente maior de variedades de cursos oferecidos e das quantidades de números de vagas que a universidade (UFPE) disponibiliza todos os anos ao Programa Estudantes-Convênios de Graduação. A cidade de Recife, além de ser uma metrópole, é considerada uma das cidades mais antiga do Brasil e, também, devido à influência da colonização portuguesa. Entretanto, aparece como a cidade mais conhecida a nível internacional entre as cidades escolhidas (Campina Grande e João Pessoa) para realização da pesquisa e que pode influenciar muito na preferência dos estudantes africanos para realização dos seus estudos. Entre esses estudantes, 59,8% são do sexo masculino e 40,2% do sexo feminino.

A idade dos estudantes variou entre 19 (o mais novo) e 29 (o mais velho). Entre os pesquisados do sexo feminino, 12 se encontram na faixa etária de 19 a 22 anos; 13 estudantes do mesmo sexo (feminino) na faixa etária de 22 a 24 anos e restantes do sexo feminino acima de 24 anos. Por outro lado, para o sexo masculino, 13 estudantes se encontram na faixa etária de 19 a 22 anos; 16 entre 22 a 24 anos e, por último, 20 estudantes de sexo masculino se encontram acima dos 24 anos. Portanto, como foi possível observar na tabela, os estudantes que se encontram na faixa etária de 19 a 22 representam 30,5%; de 22 a 24, 35,4% e, acima de 24 anos representam 34,1%. De acordo com o regulamento estabelecido neste acordo de Cooperação Educacional, só pode candidatar ao PEC-G candidatos com idade a partir dos 18 e até 25 anos de idade. Portanto, em nossa amostra, 65,9% dos estudantes africanos pesquisados estão na faixa etária de 19 a 24 anos e; 41% estão entre os 24 anos a 29 anos de idade. No entanto, esta situação encontrada entre estudantes africanos é igualmente motivada pela carência de Instituições de Ensino Superior bem como pelas poucas oportunidades oferecidas de estudos no exterior após a conclusão do ensino médio. Por exemplo, no meu caso, após ter-me concluído o ensino médio, passei quatro anos para entrar num curso de ensino superior, razão pela qual não existia universidade no país e que só posteriormente no final do ano 2003 foi criado a primeira universidade no país que passou a funcionar a partir da primeira de metade de 2004.

Figura 1: Estudantes africanos por país de origem (amostra UFCG, UFPB e UFPE)

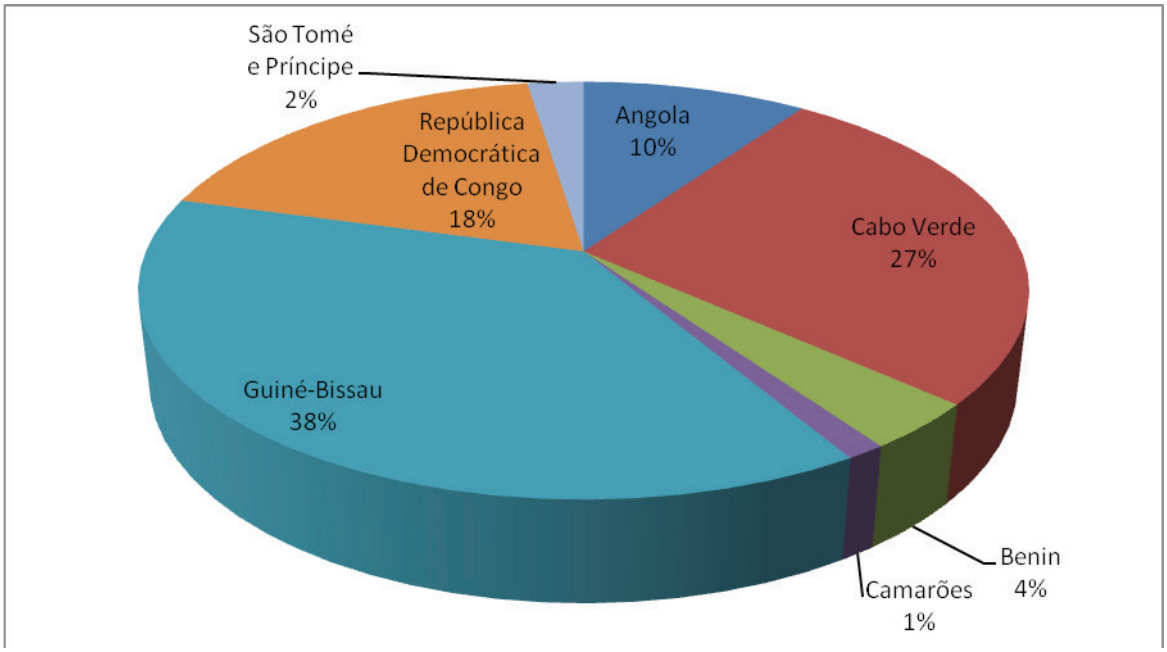

Fonte: o próprio autor

Na figura acima, podemos observar que, nessas três universidades, dentre os estudantes africanos de diferente país de origem que chegaram ao Brasil, no quadro de Programas de Estudantes-Convênio de Graduação para realização do curso superior no Brasil, os guineenses formaram o maior grupo nacional na amostra que aplicamos (38%); seguidos pelos estudantes cabo-verdianos com 27%; depois estudantes da República Democrática do Congo com 18%; Angola com 10%; Benin com 4% e; por último, São Tomé e Príncipe e Camarões contabilizaram 3%, sendo que 2% pertencem ao São Tomé e Príncipe e 1% ao Camarões. A baixa porcentagem em relação ao Benin e Camarões, com exceção de Congo, pode estar relacionada com as dificuldades de adaptação imediata ao que estudantes de língua oficial francesa e inglesa enfrentam a quando da chegada ao solo brasileiro, uma vez que, inicialmente o domínio fluente da língua portuguesa é uma condição fundamental para garantia da sua permanência no país. Mas, um fato curioso é que, nos últimos cinco anos, houve uma entrada muito forte dos estudantes da República Democrática do Congo no Brasil para realização do curso superior nas universidades brasileiras, fato que, anteriormente era quase inexistente e, podemos associar esse fator ao fortalecimento de acordos bilaterais firmado pelo governo de Luis Inácio Lula da Silva a partir

do seu segundo mandato com os países africanos de língua francesa e inglesa em vias de desenvolvimento. Por outro lado, é possível verificar, também, a uma presença maior dos estudantes de Guiné-Bissau e de Cabo Verde, devido ao acordo mais forte de cooperação educacional que Brasil mantém com os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

4.3. Quanto à vivência no Brasil como estudantes estrangeiros

Este ponto traz a sequência do processo migratório dos estudantes africanos provenientes dos diferentes países da África após a decisão de migrar, tendo em conta, a experiência deles uma vez inseridos nos espaços do destino (social e institucionalmente). Entretanto, os dados desses estudantes foram avaliados a partir de algumas variáveis, tais como: interação social destes estudantes dentro da universidade; participação em atividades acadêmicas, como projetos de pesquisa e extensão oferecidas pela universidade; moradia e condição domiciliar, uma vez que essas variáveis influenciam muito na vivência bem como na adaptação da vida do imigrante na condição de estudante.

A maioria dos estudantes (80,5%) afirmaram que não participa de nenhum projeto de pesquisa e extensão oferecido pela universidade e, somente 19,5% é que participa dos projetos oferecidos pela universidade. Quanto à interação dentro do espaço acadêmico, mais da metade (62%) afirmou que a comunicação (língua) dificultou sua adaptação.

No que se refere à condição domiciliar, foi possível observar que é uma população que, em sua maioria (72%), compartilha domicilio com outros estudantes africanos; 8,5% mora com estudantes brasileiros e africanos e; 9,8% mora apenas com estudantes brasileiros; 3,7% não respondeu esta questão. Entre os estudantes que afirmarem ter dividido a moradia com outras pessoas, foi perguntado o número de pessoas por residência: 26,8% afirmaram que mora com uma pessoa; 31,7% mora com duas pessoas; 28% mora com três pessoas; 1,2% mora com quatro pessoas e; 2,4% mora com mais de quatro pessoas. 9,85 do total do pesquisados não responderam esta questão. Dentre os estudantes pesquisados, observa-se que a maioria optou em morar perto da universidade, tendo em vista que os gastos seriam menos com despesas com transporte. Portanto, quando verificamos situação domiciliar destes estudantes, a maior parte mora em coletivos, com amigos com quem compartilhe despesas.

Portanto, dentro desse variável é possível constatar alguns fatores que pode tanto ajudar quanto dificultar na adaptação assim como a convivência entre estudantes, por exemplo, no meu caso, como estudante africano, morei alguns anos apenas com um estudante de país diferente da minha, mas na maioria das vezes, quando chegava um conterrâneo ou conterrâneos do país dele eu me sentia excluída das conversas devido ao fato deles se comunicarem apenas no dialeto do país de origem deles, mas por outro lado, eu via também que esse era único momento que eles tinham para matar saudades das suas origens, suas culturas e, muitas das vezes essas atitudes acabam acontecendo comigo também, quando chegavam alguns conterrâneos meus e a comunicação era voltado apenas para o nosso dialeto (crioulo).

Um fato semelhante a esse é o depoimento de um estudante Cabo Verde da Universidade Federal da Paraíba, Carlos Eduardo, ao ser perguntado sobre sua convivência com os colegas na residência onde mora, ele salientou que compartilhe apartamento com dois estudantes da República Democrática de Congo e que a covivência entre eles é bem tranquilo, sempre na base de respeito:

> "eu acho que isso é até meio engraçado, porque quando eles falam em Lingala (que é dialeto do país deles) eu assim vejo que eles estão com uma conversa, digamos assim, confidencial que eu não devo escutar e, eu respeito muito isso, mas por outro lado, eles me respeitam muito também, porque quando a gente ta junto eles sempre se comunicam em português pela questão do respeito mesmo, e acho isso muito legal da parte deles.

No que se refere à participação na vida acadêmica, no processo de socialização e interação social dos estudantes africanos nas Instituições de Ensino Superior na qual se encontram inseridos, podemos observar que são alunos que não participam de atividades em projetos de pesquisa e extensão, seja pela falta de interesse ou pela falta

de oportunidade dentro da universidade na qual se encontram. Porém, destacamos outro fator que contribui de forma significativa na decisão da não participação dos estudantes africanos nas atividades acadêmicas oferecidas pela universidade, que é a bolsa (PROMISAES) no valor de um salário mínimo oferecido pelo Ministério da Educação brasileira para os estudantes conveniados (africanos e latino-americanos) com a finalidade de ajudar na manutenção dos gastos durante os estudos. O valor desta bolsa é maior que os das bolsas oferecidas pelas universidades através da participação em atividades acadêmicas.

Em relação aos laços de amizade desses alunos estrangeiros conveniados vinculados ao programa, 35,4% afirmaram que se relacionam prioritariamente com estudantes africanos da mesma região ou origem; 20,7% afirmam que se relaciona da mesma forma com imigrantes em gerais; 39% afirmam que se relacionam da mesma forma com os imigrantes e brasileiros; 1,7% afirma que se relaciona melhor com os brasileiros e; 3,7% não responderam esta questão.

É interessante observar que, ao mesmo tempo, em que se sentem dificuldade em estabelecer amizade com brasileiros, os estudantes afirmaram existir uma forte solidariedade entre eles (estudantes africanos). Mas em conversas pessoais mantidas com alguns estudantes africanos há aqueles - mesmo de uma quantidade pequena - que consideram restrita a solidariedade entre os africanos residentes nestas cidades pesquisados, principalmente, os estudantes da cidade de João Pessoas e de Recife, onde se concentra a maior número de população africana entre estas cidades pesquisadas. Portanto, nota-se que se trata de uma comunidade em que a socialização é muito mais endógena que exógena e os vínculos entre os próprios migrantes são reforçados, em que pese sua inserção universitária.

Como foi observado durante a pesquisa e, considerando minha própria experiência como estudante africano na UFCG, os estudantes africanos desta universidade, no campus I, construíram um espaço próprio de socialização. Todos os dias, durante a semana, das 12h30min às 13h30min, se reúnem em frente ao Restaurante Universitário para colocarem a conversa em dia. Eles se aproveitam para discutirem os problemas enfrentados cotidianamente tanto dento como fora do recinto acadêmico e, até mesmo os problemas dos seus países de origem, como é o caso da Guiné-Bissau se encontram atualmente em séries problemas de instabilidade política militar no país.

As informações acima relatadas permitem desenhar o quadro de um pequeno grupo dos estudantes que se organizam em uma comunidade razoavelmente restrita e que reforçam, constantemente, os vínculos entre si. Vínculo esse que é mantido também com o país de origem.

4.5. Estudantes africanos na UFCG, UFPB e na UFPE quanto à perspectiva para o futuro

Buscou-se saber também acerca dos projetos de vida dos estudantes africanos conveniados da UFCG, UFPB e da UFPE após conclusão do curso de graduação, considerando as hipóteses de retornar para o país de origem, a decisão de iniciar um curso de pós-graduação no Brasil, de procurar emprego no Brasil e, a decisão de concluir a graduação no Brasil e seguir para outro país.

Entre os estudantes pesquisados, quase a metade (47%) pretendem concluir o curso de graduação e iniciar um curso de pós-graduação no Brasil, o que pode significar tanto o interesse em alongar seu processo de formação educacional quanto o desejo de permanecer no país por mais tempo, ou as duas coisas juntas. Por outro lado, 25% dos pesquisados afirmaram que, depois do curso de graduação, pretendem retornam aos seus países de origem. 8% dos estudantes afirmam que, ao concluírem o curso de graduação pretendem conseguir um emprego e permanecer no Brasil e; 9% pretendem terminar o curso de graduação e seguir para outro país, uma vez que a população africana, na sua maioria, é constituída de populações migrantes que saem das suas terras e das suas origens a procura de melhores condições de vida nos país mais desenvolvida e, em particular, nos países europeus. 11% dos estudantes não responderam a esta questão, alegaram que, até então, não fizeram planos para o futuro. É importante também ressaltar que, entre os estudantes que manifestaram o desejo de retornar ao país de origem depois de terminar o curso de graduação, a maioria (doze pessoas entre vinte respondentes) é do sexo feminino e os restantes do sexo masculino (oito pessoas).

Figura 2: Estudantes africanos na UFCG, UFPB e UFPE quanto às perspectivas após concluir o curso de graduação.

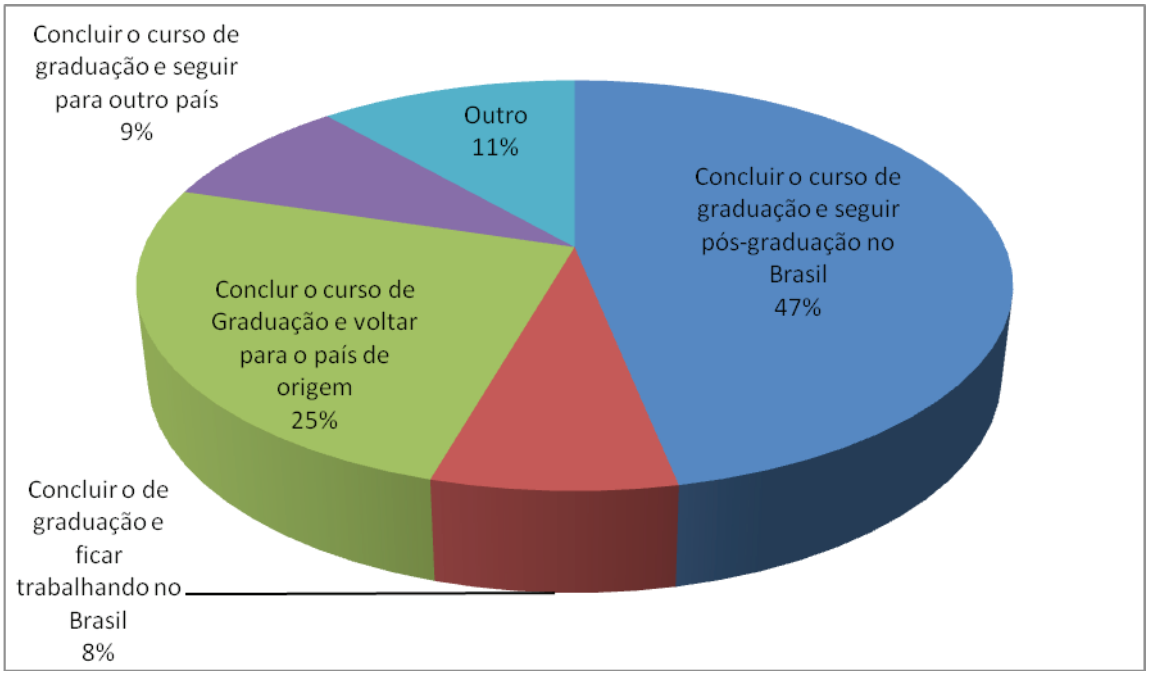

Fonte: próprio autor

Se somarmos o percentual de estudantes que planejam permanecer no Brasil com aqueles que sonham em estabelecer-se num outro país que não aquele em que nasceu, temos um total de 56%, ou aproximadamente 2/4 do total dos estudantes que ingressaram nas universidades nordestinas (UFCG, UFPB e UFPE). O retorno ao país de origem poderia ocorrer no futuro, mas não está nos planos imediatos destes estudantes. E deve-se considerar, também, que entre planos e trajetórias efetivamente vivenciadas há uma grande diferença. Mas esses dados sugerem a importância de estudar os destinos dos estudantes PEC-G após a conclusão de seus cursos de graduação.

4. Considerações finais

As migrações internacionais, como foram analisadas aqui, constituem dimensões e peculiaridades inerentes aos espaços receptores e emissores e, nesse processo, novas mobilidades surgem como as migrações temporárias, transnacionais, circulares, dentre muitas que implicam em redirecionamentos ou concessões de livre circulação ou em efetiva regulações à circulação de pessoas e mercadorias e que, geralmente incidem em políticas, locais, binacionais ou de adesão aos padrões de regulação global, pautado em políticas de segurança como meta internacional (PATARRA E BAENINGER, 2004).

Por outro lado, se no contexto das migrações internacionais com fins de estudos, são ainda os países desenvolvidos, tais como Estados Unidos e Reino Unido, os principais destinos dos jovens em busca de formação universitária, parece crescer a participação de países como Brasil, ainda considerados em desenvolvimento, como destino deste tipo de migração, com incentivos governamentais e focos em países da África, principalmente aqueles de língua portuguesa.

Portanto, no que se refere ao aumento dos estudantes internacionais, deve-se considerar a questão da internacionalização dos sistemas educativos e também o aspecto da Cooperação Bilateral ou Multilateral no eixo da educação superior e da formação de Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia, como instrumento de viabilidade e promoção para que essas pessoas se desloquem e permaneçam temporariamente nos países acolhedores, para realizar estudos.

Neste trabalho, buscou-se conhecer, através de cooperações firmadas pelo Brasil e países africanos, como poderiam esses acordos estar estimulando novos fluxos transnacionais e, em particular, para uma migração específica de estudantes-convênio em nível de graduação e, por outro lado, trazem as relações historicamente construídas entre a África e o Brasil. Em jogo, princípios, valores presentes nas culturas brasileiras e africanas e os interesses postos pela cooperação internacional a partir do campo educacional.

Entretanto, a relevância do campo educacional no universo das relações de de poder estabelecidas nacional e internacionalmente faz a educação um meio instrumental de reprodução do *status quo* ou um instrumento de libertação e autonomia para os países em consolidação enquanto estados nacionais (GUSMÃO, 2005). Um ou outro desses processos se realiza nas trajetórias daqueles que deixam a África para estudar no Brasil. Sem dúvida, acordos bilaterais voltados para qualificação de quadros a partir da formação de nível superior no Brasil contribuem de modo fundamental no jogo entre nações e no papel que os países africanos vêm assumindo nas relações Sul-Sul.

Vale ressaltar que o imigrante estrangeiro não é um sujeito qualquer que cruzou as fronteiras da sociedade em questão. Nos inquieta o próprio termo "estrangeiro" e a maneira como esta categoria abarca diferenciações quando cruzamos a variável classe, raça ou gênero. Como salienta Gusmão (2005), esta categoria remete à condição dos sujeitos que, vindos do exterior, adentram as fronteiras de um espaço físico e social que não é o "seu' espaço, fazendo nascer o imigrante, categoria que só tem existência a partir da sociedade que recebe o estrangeiro (2005). Além dessa perspectiva, salientamos que os movimentos migratórios do continente africano, apesar da diversidade, apresentam tendências globais com especificidades de fluxos migratórios africanos, sejam motivados por conflitos políticos, interesses econômicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAENINGER, R. **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**/ Paulo Eduardo Teixeira, António Mendes da Costa Braga/ Rosana Baeninger (org.). – Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**/ Zygmund Bauman; tradução, Marcus Penchel – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

CASTELLS, M. **O surgimento do quarto mundo**: capitalismo informacional, pobreza e exclusão social. In: Castells, M. O Fim do Milênio. A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol.3. 3ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTLES; S.; Miller, M. J. **La era de La migración**. Movimentos internacionales de población en el mundo moderno. México. Editor Ángel Porrúa, 2004.

DANTAS, I. L. Entre **o projeto de vida e o projeto cultural**: o lugar do estudante angolano. Dissertação de mestrado. Pp. 171 Departamento de História, PUC-RJ. Rio Janeiro, 2002.

DESIDÉRIO, E. J**. Migração e Políticas de Cooperação: Fluxos migratórios entre Brasil e África**, 2005. Rio de Janeiro – RJ. Disponível em: WWW.abep.unicamp.br/migração. Acesso em junho de 2005.

GARCIA, A. O **exílio político dos estudantes brasileiros e a criação das universidades na África** (1964-1985) In: ALMEIDA, Ana M. F. et al. Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

GUSMÃO, N. M. M. de. **Os Filhos da África em Portugal**. Antropologia, multiculturalidade e educação. Belo Horizonte:Autêntica, 2005.

_____. **Na terra do outro: presença e invisibilidade de estudantes africanos no Brasil, hoje**. Dimensões, vol. 26, 2011, p. 191-204. ISSN: 2179-9960.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349 p.

IANNI, O. **Capitalismo, violência e terrorismo** / Octavio Ianni. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MARTIN, M. S. Introdução. In: Almeida, Canêdo, Garcia e Bittencourt (orgs.), **Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Superior/departamento de Políticas de Ensino Superior/Coordenadoria do PEC-G. **Manual de estudante convênio.** MEC, 2000. Disponível em portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/CelpeBras/manualpec-g.pdf. Acesso em Março de 2009.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. **Departamento de Cooperação Científica Técnica e Tecnológica/Divisão de Cooperação Educacional/Coordenadoria do PEC-G**, 2005.

OLIVEIRA, R. V. e MOREIRA, E. M. **Sentidos da globalização**: um desafio ao pensamento sociológico. Raízes, v. 27 (01): 43-55, 2008.

PATARA, N. L.; BAENINGER, R. **Mobilidade espacial da população no Mercosul**: metrópoles e fronteiras. In. Papeles de poblacion. Centro de investigación y estudos avanzados de la población. México. Nueva época. Año 10, Nº 42. Octubre-deciembre de 2004. P. 73-99.

PELLEGRINO, A. La **migracion internacional em América Latina y El Caribe**: tendencias e perfiles de los migrantes. Santiago de Chile: Cepal, Naciones Unidas, Marzo 2003. Disponível em: HTTP://.eclac.cl/.

SARAIVA, J. F. S. **The new Africa and Brazil in the Lula era: the rebirth of Brazilian Atlantic Policy**. Revista Brasileira de Política Internacional, p. 169-182, 2011.

SARAIVA, J. G**. O Brasil e a África no atlântico sul**: uma visão de paz e cooperação na história da construção da cooperação africana-brasileira no atlântico sul.Brasília, 1997.

Simpósio Internacional Brasil-África de ensino superior. Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Educação – UFPE, 2009.

TOLENTINO, A. C. **Universidade e Transformação Social nos Pequenos Estados em desenvolvimento:** o caso de Cabo Verde. Doutorado em Ciências da Educação. Universidade de Lisboa, 2006.

VISENTINI, P. L. e PEREIRA, A. **Breve História da África**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

Dinâmicas de Participação Política e Cívica de uma Diáspora Africana em África: o caso dos imigrantes guineenses em Cabo Verde

Eufémia Vicente Rocha
(UNICV / Cabo Verde, eufemiavr.cv@gmail.com)
Davidson Gomes
(UNICV, Cabo Verde / davidson.gomes@student.unicv.edu.cv)
Miguel de Barros
(INEP, Guiné-Bissau / debarros.miguel@gmail.com)

Resumo: A partir de dados levantados numa pesquisa iniciada em 2012 na sequência do golpe de Estado vivido na Guiné Bissau em abril do mesmo ano, a presente comunicação pretende explorar a forma como a comunidade guineense residente em Cabo Verde, através de actores específicos como sejam as associações, posicionou-se perante tal conjuntura e engajou-se na questão da participação política e cívica permitindo repensar, igualmente, esta participação em contexto diaspórico, condição da cidadania activa.

Palavras-chave: Guiné-Bissau, Cabo Verde, diáspora, associação de imigrantes, participação

1. Notas Introdutórias

A história da Guiné-Bissau tem sido marcada por inúmeros conflitos que, apesar da instauração do sistema democrático em 1991 e a realização das primeiras eleições em 1994, o país não conseguiu moldar o regime militarista e o modelo de governação autocrático, levando com que sistematicamente eventos violentos como golpes de Estado servissem de recurso para resolução de problemas políticos.

O último acontecimento vivido a 12 de Abril de 2012, que interrompeu um processo eleitoral para a presidência da república entre a primeira e segunda volta, teve um efeito inédito na medida em que foi contestado interna e externamente, condenado pela instituições internacionais e não foi reconhecido pela União Europeia, ONU, União Africana e CPLP, organizações cujos países são os principais financiadores dos programas de desenvolvimento no país e ainda principais destinos de migrantes guineenses.

Cabo Verde foi (e tem sido) um palco interessante de todas essas manifestações protagonizadas pelos atores da Comunidade Internacional (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental – CEDEAO e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP), pela comunidade científica[1] que organizou conferências e palestras sobre a situação desencadeada pelo golpe e, também, pelas associações da comunidade guineense residente[2] que em diferentes ilhas do arquipélago realizaram marchas exigindo paz, estabilidade e tranquilidade e apelando à Comunidade Internacional a intervenção no país no sentido de reposição da legalidade.

Nesta base, a presente comunicação é fruto, por um lado, do conhecimento do transnacionalismo migrante entre os dois países, por atividade académica e por trabalho de terreno dos investigadores sobre o fenómeno

1 Fonte: http://noticias.sapo.ao/lusa/artigo/13970268.html, "Académicos debatem na Cidade da Praia os deportados políticos e as colónias penais no arquipélago", 12 de Março de 2012, 16:30.

2 Fonte: http://noticias.sapo.mz/lusa/artigo/13991338.html, *"Paz, estabilidade e tranquilidade são os pedidos dos guineenses em Cabo Verde*" (c/ vídeo e **áudio), 16 de Março de 2012, 11:29.**

migratório por diversos atores em diferentes ocasiões e temáticas[3] nos últimos seis anos e, por outro, de uma nova colecta de dados estatísticos, entrevistas semiestruturadas a líderes e membros das associações e observação directa destes nos seus contextos de interação e dinâmicas associativas.
A perspectiva, então, foi trazer um enfoque analítico sobre a sociedade guineense a partir de uma conjuntura específica - golpe de Estado vivenciado no contexto de imigração - tendo como atores as associações de imigrantes guineenses em Cabo Verde[4]. Espera-se, assim, problematizar a questão da participação política e cívica da diáspora guineense na perspetiva da luta pela promoção dos direitos políticos e democráticos numa perspetiva transnacionalista e de potenciação (ou não) do movimento social diaspórico no espaço da sociedade civil no contexto de acolhimento, de origem e, eventualmente, de outros que possam transcender a tradicional separação destino/origem.

2. Os migrantes oeste-africanos em Cabo Verde

Ainda que reconhecemos a existência de inumeráveis sistemas migratórios centrados em polos de migração intra-continente, estamos cientes das fendas que subsistem nos dados e que dificultam um conhecimento profundo dos moldes e padrões das migrações dentro da África (Bakewell & Haas, 2007). No caso da subregião oeste-africana, ela tem sido aludida como um território de extrema mobilidade (SWAC/OECD, 2006a) ou, na percepção da OIM (2011), "Las corrientes migratorias en África Occidental tal vez sean el mejor ejemplo de esa inclinación intrarregional, con más del 70% de los movimientos dentro de la subregión". Ou seja,

> *The absolute majority of West African migrants travel to neighbouring countries or within ECOWAS (gathering Benin, Burkina Faso, Cape Verde, Côte d'Ivoire, Gambia, Ghana, Guinea, Guinea-Bissau, Liberia, Niger, Nigeria, Senegal, Sierra Leone and Togo). With more than 7.5 million people circulating (3 percent of the regional population), sub-regional migration in West Africa is additionally six times more prolific than intra-European mobility…* (Olsen, 2011: 5)

E, nas últimas décadas, a sociedade caboverdiana tem prestado uma maior atenção à presença de imigrantes oeste-africanos, mobilidade cuja raíz, igualmente, é colocada "in socioeconomic, political and historical-cultural factors which have had serious impacts on intra-regional migration of cross-border workers, professionals, female traders, clandestine workers and refugees" (Adepoju, 2009: 18).
Contudo, mesmo que se fale numa realidade nova, se tomarmos como ponto de partida não esta era, mas o tempo do tráfico de escravos, salientamos que essa realidade não é, inteiramente, nova para o arquipélago; este foi habitado por imigrantes (Batalha & Carling, 2005: 13). Antes, contrastamos o facto dos fluxos migratórios em Cabo Verde, hoje, apresentarem outros traços, tendências e dimensões.
As migrações internacionais não são uma contrariedade do século XX tardio ou da modernidade, mas são um fenómeno que acompanha a história da humanidade; o que cresceu foi o seu volume e significado a partir de 1945 e, mormente, desde meados da década de 1980 e, semelhantemente, anotámos a sua crescente politização (Castles, 1998).

---

3 Destacam-se processos de investigação envolvendo os autores do presente artigo nos domínios de: **a)** Feiras livres e mercados no espaço lusófono: experiências de trabalho, geração de renda e sociabilidade (2008), **b)** Trajetórias e percepções de imigrantes da costa ocidental africana residentes na Cidade da Praia (2009); **c)** integração da comunidade guineense em Cabo-Verde (2010); **d)** Relação entre a feitiçaria e a circulação migratória na costa ocidental africana (2014); **e)** Produção da música de intervenção juvenil urbana na Guiné-Bissau e em Cabo-Verde (*in curso*); **f)** Integração profissional dos imigrantes guineenses no mercado de trabalho em Cabo Verde (*in curso*).

4 Segundo os dados do INE (2010), dos países membros da CEDEAO, a Guiné-Bissau é aquele com mais imigrantes, ou seja, com cerca de 61,3% dos efetivos estrangeiros a residirem em Cabo Verde, o equivalente a 5.544 pessoas.

Nessora, em Cabo Verde, tem-se trabalhado, afincadamente, numa proposição das bases para a definição de uma Política Nacional de Imigração. Da criação da Comissão Interministerial para Estudo e Proposição das Bases para a Política de Imigração (CIMI) para se dedicar ao estudo e diagnóstico em termos de imigração e propor essas bases que têm como principais vetores o combate à imigração clandestina e o emprego de mão-de-obra ilegal, as situações socialmente degradantes que estes possam carregar, uma gestão eficaz dos fluxos migratórios e a efetiva e harmoniosa integração dos imigrantes na sociedade caboverdiana, criou-se a Unidade de Coordenação da Imigração (UCI). Este órgão tenta garantir a coordenação entre todas as instituições e atores tanto da sociedade civil bem como as parcerias a nível nacional e internacional envolvidas com a imigração e debruçar sobre a sequente necessidade de apoio na implementação de políticas, estratégias e planos de ação.

Hoje, temos definida a Estratégia Nacional de Imigração (ENI)[5] baseada em quatro pilares da Política Nacional de Imigração (PNI) - fluxos migratórios; diálogo, solidariedade e parcerias; crescimento económico e integração social e coerência das políticas de migração - salientam-se determinados tópicos orientadores como sejam: migração regular; vistos e residência; migração laboral; combate ao tráfico de seres humanos e proteção das vítimas do tráfico; gestão integrada das fronteiras; recolha e análise de dados; cooperação regional e internacional; direitos humanos, educação, formação, segurança, saúde e habitação; cidadania e naturalização; relação e coerência de políticas de emigração e de imigração.

Entretanto, todas estas reflexões e debates são indispensáveis se pensarmos que a sociedade caboverdiana, também, engaja-se em determinadas dinâmicas e interesses distintos. Nesta óptica, citamos que entram em jogo outras barreiras que não somente as fronteiras territoriais, isto é, algo que nos remeta só à geografia; é o caso das fronteiras identitárias e imaginárias. Com efeito, os imigrantes oeste-africanos mostram que os caboverdianos constroem uma visão unificadora e estigmatizada sobre si a ponto de se generalizar o uso do termo *mandjaku* como forma de reconhecê-los. Até há bem pouco tempo, por volta do início da década de 1980, o termo *mandjaku* não tinha nenhuma carga no contexto caboverdiano. *Mandjaku* designava tão somente uma etnia da Guiné-Bissau da qual se podia ouvir falar raramente em livros escolares de geografia ou história. Mas, dos anos 1990 em diante, usa-se essa etnia guineense para produzir um olhar homogeneizante sobre todos os imigrantes da África Ocidental; essa noção reconhece uma categoria e todos são *mandjakus* como modo de distinguir (Rocha, 2009).

3. Um olhar sobre a história e as dinâmicas da imigração dos guineenses para Cabo Verde

A imigração dos Bissau-guineenses para Cabo Verde remonta ao século XV, motivada por diversas razões e vínculos, que são os laços históricos, políticos e culturais que se foram tecendo desde a época da escravatura, isto é, desde o povoamento do arquipélago de Cabo Verde.
De acordo com os dados bibliográficos recolhidos nos dois países e informações asseguradas por nossos interlocutores (migrantes, caboverdianos e seus descendentes), identificamos três fases ou etapas do processo migratório dos guineenses para Cabo Verde:
a) O período pré-colonial marcado pela escravatura e que se estende até à instauração do poder colonial no território da então Guiné Portuguesa (séc. XV a XVII);
b) A vigência colonial no território da Guiné Portuguesa sob a administração de Cabo Verde até à luta de libertação nacional (XVIII a XX);
c) O período pós-independência que destaca: *i)* o período da governação do PAIGC nos dois países 1974 a 1979; *ii)* o golpe de Estado de 1980 na Guiné-Bissau; *iii)* a liberalização económica (1986) e política (1991); e por fim, *iv)* o conflito político militar de 1998 à atualidade, onde iremos centrar as nossas análises.

5 Resolução nr. 3/2012 de 23 de Janeiro.

Examinando, portanto, os diferentes períodos identificados privilegiamos uma abordagem que apresenta e analisa os fatores que estiveram (e estão) na origem das deslocações dos guineenses para Cabo Verde e da dispersão dessa comunidade imigrante.

a) Período Pré-Colonial

A primeira fase dessa movimentação foi desencadeada com o povoamento do arquipélago de Cabo Verde, por via da força e com vários grupos étnicos nos sucessivos períodos que remontam à escravatura, estimando-se que foram para Cabo Verde "vinte e sete grupos étnicos e alguns sub grupos" (Carreira, 2000: 305), todos provenientes da Costa da Guiné, região que na altura estendia-se desde o rio Senegal, até ao rio Orange na Serra Leoa.

Este evento coincidiu com os períodos que decorreram entre os séculos XVI e XVII, ou seja, antes da convenção Luso-Francesa de Maio de 1886 que veio delimitar as fronteiras das duas Guiné, francesa (atual Guiné Conakry) e portuguesa (atual Guiné-Bissau). De notar que a maior parte desses grupos étnicos encontrava-se no atual território da Guiné-Bissau: balantas, balantas-manes, papéis, fulas, manjacos, mancanhas, bijagós, mandingas, biafadas, pajadincas, soninqués, cobianas, cocolis, jacancas, todos constituindo etnias que, ao engrossarem os contingentes escravos, participaram substantivamente no povoamento das Ilhas (Pereira, 1998).

Neste contexto, podemos considerar que a primeira diáspora guineense em Cabo Verde liga-se a essa circunstância e é do tipo "victim/refugee" (Cohen, 2008). Não obstante o facto dos elementos que constituíam esse contingente foram transformados em escravos, e concentrados na Ilha de Santiago[6], torna-se importante marcar um referencial identitário a partir do primeiro contato e condições de vivências partilhadas, mesmo sendo em condições de privação dos direitos. Segundo Santos et al.

> a entrada de alguns escravos no arquipélago na condição de homens livres parece ter-se verificado episodicamente, mas tratou-se de casos manifestamente excepcionais, devido ao risco de serem escravizados, como atestam os pedidos de africanos ao rei da carta de alforria antes de irem ao arquipélago. (2007: 77)

Portanto, apesar de terem havido pessoas que se deslocavam pela via da força em grande quantidade para trabalharem nas plantações locais ou serem reexportados para as Américas, isso não implicou que não tivesse ocorrido, em ocasiões pontuais, movimentos esporádicos e livres. Elisa Andrade assegura que,

> Não houve apenas escravos; também vieram negros livres como banhuns, cassangas e brames que acompanhavam espontaneamente os comerciantes, mercenários e capitães dos navios. Entre os biafadas também houve, como relata, em 1594, Alvares de Almada - navegador, mestiço caboverdiano de que muitos negros e negras que falavam português e negras ladinas que, com autorização das suas famílias, acompanhavam os lançados de um rio ao outro e vinham com eles para Cabo Verde. (1997: 12)

Nesse contingente designado como livre e espontâneo, destacam-se algumas pessoas que acompanhavam os negociantes e outros que iam frequentar o ensino primário.

b) Período de Vigência da Administração Colonial

Com a implantação do poder colonial, as relações ancestrais entre os dois territórios acabaram por conhecer novas dimensões do foro administrativo, comercial, social e religioso. Tendo como marcos referenciais a

---

6 Segundo a História Concisa de Cabo Verde, entre "1513 e 1516 entraram em Santiago uma média aproximada de 1350 indivíduos por ano e em 1582 muito mais do que 13.700 indivíduos" (Santos et al. 2007: 77).

fundação da Vila de Cacheu[7], em 1588[8] (altura em que se iniciou a administração conjunta dos dois territórios), e a elevação, por decreto, da vila de Bolama a cidade em 1879 (ocasião em que a Guiné, então portuguesa, obteve a sua autonomia administrativa), deixando de ser, por conseguinte, administrada pelo governador-geral de Cabo Verde.

Nesta fase, a dinâmica de deslocações terão conhecido novos desenvolvimentos, sobretudo no que diz respeito à própria recomposição social e cultural na então Guiné portuguesa com a transferência de segmentos da população de Cabo Verde para esse território, quer para assumir funções na então Administração colonial, quer para aliviar a difícil situação que se vivia em Cabo Verde como resultado das fomes cíclicas ocasionadas pelas sucessivas secas que terão dizimado um número considerável da população caboverdiana.

Na sequência, nos anos 50 e 60 de Oitocentos, observou-se uma saída desenfreada de caboverdianos para o exterior adicionado pela ausência dos recursos naturais e factores políticos e económicos em que a única equação para a resolução desse desafio na altura foi a "emigração (…) principalmente para a América, mas também para outros destinos como a Guiné" (Estêvão, 1998: 205).

A mobilidade dos caboverdianos para a Guiné continuou a crescer a partir da metade do século XIX, onde "estabeleceram-se principalmente nas margens dos rios onde organizaram as suas «pontas»[9] em locais acessíveis por via fluvial e em terrenos propícios á cultura da cana-de-açúcar. Havia uma certa semelhança entre estes emigrantes e os antigos *lançados*[10] pelo modo como penetraram na Guiné e pela actividade de intermediários no comércio e, ainda, por infringirem, muitas vezes, as normas administrativas das concessões de terrenos. Por isso mesmo, «não chegaram a integrar-se nas malhas da minúscula sociedade europeia implantada após a ocupação administrativa», (...) foram "empurrados" para aceitação de cargos públicos de pequena média categoria e para ocupações privadas como encarregados de armazém, caixeiros de pequenas lojecas de mato, etc. (Estêvão, 1998: 189).

Constata-se que "ao longo dos séculos, porém, um fluxo constante de mercadores caboverdianos, traficantes de escravos, mercenários, administradores, sacerdotes e professores desceram até ao território e interagiram com seus muitos habitantes em variados níveis" (Lopes, 2011: 18), principalmente, por alianças familiares entre guineenses e caboverdianos.

De realçar que os laços entre estes dois territórios coloniais ficaram, ainda, mais fortes com a emergência do PAIGC. Fundado por guineenses e caboverdianos, nos finais da década de 50 e inícios de 60, esse partido reuniu no seu seio nacionalistas dos dois lados sob o signo de luta comum pela independência das duas colónias.

A partir de 1961, durante a qual vigorava em Portugal o regime ditatorial do Estado Novo e num contexto em que os movimentos de emancipação das antigas colónias portuguesas em África começavam a reivindicar os seus direitos por via da luta anticolonial, procurando alcançar a autonomia dos territórios ocupados, assistiu-se de forma crescente, um certo reacender da repressão, sob forma de violência, prisões e torturas dirigidas contra

---

7 De acordo com André Álvares D´Almada, "a povoação de Cacheu começa a formar-se quando alguns comerciantes portugueses, que até essa data habitavam nas aldeias africanas que aí já existiam, decidiram criar uma aldeia «separada dos negros» ao longo do rio (S. Domingos) que fortificaram com alguma artilharia com o objetivo de defenderam o comércio das incursões dos ingleses e franceses. Esta aldeia e sua fortificação nascem da iniciativa dos caboverdianos da ilha de Santiago, comerciantes na região, um dos quais chamava-se Manuel Lopes Cardoso que, para o efeito, obteve autorização do «rei da terra » (…) chamado Chapala. (Brito, 1993: 252-3).

8 B.O. nº16 de República de Cabo Verde, 26 de Abril de 2010, I Série.

9 Eram propriedades agrícolas concessionadas por aforamento ou arrendamento. E a razão para este termo é porque as primeiras propriedades foram estabelecidas nas "*pontas*" de acordo com a língua local, isto é, ficam localizadas nas margens dos rios.

10 Os lançados "eram homens de diversos estratos sociais, aventureiros, renegados e cristãos-novos, que subtraindo-se, por razões diversas, às autoridades portuguesas insulares se lançavam em terra firme, estabelecendo ali residência e ocupando-se do comércio de produtos vários, entre eles os proibidos por lei, como era o caso do ferro. Não deixavam, por isso, de manter relações comerciais com as ilhas, de onde alguns são originários, deslocando-se ali regularmente". (Lopes,1993: 64)

os considerados inimigos do regime, principalmente os que aderiram ou demonstravam alguma simpatia ou militância aos movimentos de libertação. Daí que muitos guineenses foram levados, forçosamente, para o campo de trabalho de Chão Bom em Tarrafal na ilha de Santiago (Cabo Verde).

c) Período Pós-Colonial

i) O período de governação do PAIGC nos dois países

Já no período pós-independência, concretamente após o 25 de Abril, segundo Sangreman et al. (2012: 59) "a lógica fundamental subjacente aos fluxos migratórios com origem na Guiné-Bissau tiveram um carácter sobretudo político" e é neste "quadro das afinidades políticas e ideológicas" (Machado, 1998: 20) que um grupo de guineenses na sua maioria jovens vieram para Cabo Verde no quadro de Unidade Guiné-Cabo Verde e por mecanismos de identificação cultural e de afinidade histórica e política. Entre estes haviam estudantes, recém-formados, quadros das Forças Armadas, desportistas, etc. (V.Lopes, 2002). Jovens que se encontravam na altura foram Arsénio Baldé[11] e Dionísio Simões Pereira que reporta em que contexto veio para Cabo Verde,

> Cheguei (…) em 1979, com apenas 20 anos. (…) No quadro da Unidade Guiné Cabo Verde, como estudante do Instituto Afro-Americano, para frequentar o curso de Bacharel na escola de formação de professores do Ensino Secundário. (…) Outros vieram pela influência familiar, assim como o incentivo dos amigos (Entrevistado, Cidade da Praia, 05/2013).

ii) Golpe de Estado de 1980

Um outro fator impulsionador das deslocações para Cabo Verde, tanto de alguns guineenses assim como dos caboverdianos e seus descendentes que se encontravam na Guiné-Bissau, os quais operavam num quadro específico de unidade entre os dois países, foi o golpe de Estado de 1980 denominado Movimento Reajustador que pôs fim ao projeto de unidade, contestou alguns dos seus aspetos e provocou aquilo que Ferreira (2012: 7) designa de "debandada dos quadros técnicos, sobretudo de origem caboverdiana" para Cabo Verde. Foram, logo, dinâmicas motivadas quer pelos riscos de hostilidade aos indivíduos de nacionalidade caboverdiana quer pelo afastamento desse segmento no PAIGC e no aparelho de Estado (Sangreman et al. 2012; Silva, 2003), como alguns dirigentes guineenses próximos do regime deposto.

Neste âmbito, durante o período de vigência do regime militar pós-golpe de Estado, esse ficou marcado pelo abandono das pessoas ligadas à classe política que na altura eram dirigentes, mormente, em 1985-86, por motivos do alegado golpe de Estado contra João Bernardo "Nino" Vieira, que se concretizou na condenação e fuzilamento de figuras do partido-estado.

É nesta fase que começa a surgir, paulatinamente, uma nova fase da migração guineense considerada moderna[12].

iii) Da liberalização económica à liberalização política

A aceitação por parte do poder nacional dos programas de ajustamento estrutural e de estabilização económica preconizados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, nos inícios da segunda metade de 1980, teve como consequências imediatas a perda gradual da capacidade de decisão autónoma do Estado guineense na definição da política económica e social. Este processo condicionou o próprio funcionamento do aparelho de Estado que ficou reduzido a uma função essencialista, levando a um desinvestimento nos setores sociais e a consequente dispensa de quadros desses setores, como também os mais qualificados, sob o pretexto da redução de custos que se propagou, sobretudo, a partir de 1986 (Sangreman et al. 2006).

---

11 Arsénio Baldé, porta-voz das Forças Armadas em 2011, deposto pelo golpe de estado de Abril do ano seguinte, foi jogador de futebol em Cabo Verde, representou a equipa do Desportivo da Praia nos finais dos anos setenta e os inícios de oitenta.

12 É constituída pela esmagadora maioria de jovens recém-formados nos países do antigo bloco socialista, sobretudo Cuba e a ex-União Soviética, que se encontravam na faixa etária dos 25 aos 37 anos. A maior parte destes, filhos de antigos combatentes, eram oriundos de diversos contextos sociais e geográficos partilhando a condição de militantes provenientes da massa juvenil (JAAC).

Nesse interregno, muitos guineenses, sobretudo, professores, dos mais variados campos de atuação pedagógica partiram para Cabo Verde onde conseguiram beneficiar de um enquadramento socioprofissional e económico compatível com a sua formação e dignidade laboral. Para alguns deles, as ilhas acabaram por se constituir como um trampolim para o continente europeu e americano (Brasil e EUA).

De acordo com os estudiosos dos processos migratórios dos guineenses, esta etapa ficou marcada pelo "auge da migração laboral guineense" (Sangreman et al. 2012: 59; Machado, 2002) com destino ao exterior, tendo apresentado uma diversidade de perfis a partir do momento pós-independência, constituída por pessoas de centros urbanos ou oriundas das sociedades crioulas[13] (Sangreman et al. 2012).
De referir que essas deslocações foram movidas pelas crises económicas que aconteceram entre 1983 e 1986, fase em que se observou a disfuncionalidade no sistema produtivo adicionado à derrapagem económica influenciada pelo aumento do crédito que era de 134 e passou para 307 milhões de dólares (Mendy, 1996; Adepoju, 2009), fatores que provocaram efeitos negativos nos segmentos da economia, educação, saúde e desemprego e fase esta que coincidiu com um grande crescimento populacional, particularmente, nas zonas urbanas com destaque para a cidade de Bissau que notou um aumento de 13% para 20% (Machado, 2002).
Deste modo, a abertura política na Guiné-Bissau, isto é, a fase de transição democrática foi condicionada pela então conjuntura internacional e num contexto interno de Estado reduzido a uma condição minimalista e de fragilidade.

Todavia, verificou-se um movimento migrante interessante em dois sentidos: 1. a criação e, por conseguinte, a legalização de vários partidos políticos, tendo em conta a queda do Artigo 4º da Constituição de 1984 que fazia do PAIGC a força política dirigente da sociedade e do Estado, motivou o regresso de vários quadros guineenses mobilizados em partidos de oposição; 2. os riscos de derrapagem e a insegurança dos quadros que aderiram à oposição levou mais uma vez à saída de alguns quadros do país num momento em que estavam, ainda, patentes as perseguições políticas de que foi vítima o grupo 121[14].

A realização das primeiras eleições multipartidárias e presidenciais vencidas pelo PAIGC e o presidente "Nino" Vieira, em 1994, não trouxe uma melhoria significativa nas condições de vida das populações. Os salários dos funcionários que eram extremamente precários deixaram de ter impacto na economia doméstica com a diminuição do poder de compra, curiosamente, a par de uma vertiginosa subida da inflação, devido à desregulação da economia e ao esvaziamento das funções do Estado.
Foi neste contexto que, em Janeiro de 1997, o país entrou para a UEMOA (União Económica e Monetária de Oeste Africana) adotando o franco CFA como moeda o que, consequentemente, implicou a perda da soberania financeira que na perspetiva de

> o que se pensava ser uma medida que permitiria uma maior estabilidade monetária e a criação de um ambiente mais atrativo para o investimento externo, veio a revelar-se uma medida desastrosa ao nível económico e social, porque não foi acompanhada de medidas macroeconómicas sólidas capazes de sustentar o desenvolvimento, levando assim a um aumento da pressão externa, nomeadamente dos Estados francófonos vizinhos, principalmente do Senegal, e a uma consequente descapitalização do país. (Sangreman et al. 2006: 17)

---

13 Pessoas oriundas de centros urbanos que se constituem de indivíduos que foram assimilados e que não assumem a sua filiação a nenhuma etnia adquirindo, assim, um estatuto de cristãos, isto é, propensas a integração na cultura Ocidental (Butiam Có, 2011).

14 Popularizada através de uma carta assinada por 121 quadros e militantes do PAIGC que exigiam a renovação interna do partido o qual foi tornado público em Junho de 1991, provocando a saída desses intelectuais tanto para outros partidos assim como para o exterior, principalmente, Cabo Verde e Portugal.

As difíceis possibilidades e os riscos da ação política associados às sufocantes condições de vida em que se encontravam as populações e, ainda, a forte pressão demográfica nos centros urbanos teve uma repercussão nos quadros afetos ao aparelho administrativo e aos recém-formados que para a sua sobrevivência o caminho da emigração foi uma solução, sobretudo, para os contextos de maior proximidade cultural, identitária e com laços já firmados quais sejam os casos de Cabo Verde e Portugal.

iv) Do conflito político militar de 1998 à atualidade.
Os onze meses do conflito político-militar que o país viveu (1998/99), resultado de um impasse político no seio do PAIGC (Sangreman et al. 2006: 17) e de uma ligação íntima entre a crise política do PAIGC e a crise no seio das forças armadas (Koudawo, 2001), mergulhou o país num ciclo de violência de origens complexas, reforçando o papel e o poder dos militares na vida política da Guiné-Bissau.

Durante o conflito, Cabo Verde foi um dos três países (a par do Senegal e de Portugal) que acolheu grandes contingentes de refugiados guineenses, estimando-se que tenham desembarcado no arquipélago cerca de 680 pessoas (Direcção Geral das Comunidades), tendo não só uma boa parte ficado a residir (estudantes, trabalhadores e descendentes de caboverdianos) como, também, a rota Bissau-Dakar-Praia passou a ganhar maior dinamismo devido à sua (re)descoberta pelos refugiados e familiares bem como pelos novos candidatos à migração laboral. Importa assinalar o surgimento crescente nos últimos anos da migração feminina, sobretudo, entre os anos 2006-2009 que veio conferir uma nova dimensão a essa migração, sendo que a maior dessas mulheres atuam como *bideras*[15] de produtos agroalimentares e silvícolas, como a calabaceira[16].

Esta nova vaga, acentuou-se ao longo da década de 2000, pois, as primeiras eleições gerais (multipartidárias e presidenciais) pós-conflito vencidas por Kumba Yalá e o Partido da Renovação Social (PRS) por si liderado reproduziu a modalidade da primeira transição democrática, mas foi marcado por retrocesso no que se refere a algumas conquistas como a liberdade de expressão, sintetizado por Cardoso (2007) como uma transição de "abertura à apertura" com assassinatos de dirigentes políticos e militares, nos quais destacam-se o do presidente da república e o do chefe do Estado-maior general das forças armadas, ambos em 2008.

4. A diáspora guineense e seus núcleos associativos em Cabo Verde

Vemos nascer um ambiente propício a laços de solidariedade através de aproximações vinculadas aos valores identitários, relacionamentos sociais e afectivos, partilha dos mesmos saberes e práticas religiosas, etc., observados, particularmente, em alguns espaços ocasionais de sociabilidades ou de convívios (bares, supermercados, escolas, emprego, igrejas, cerimónias, eventos desportivos ou outros lugares de lazer). A posteriori, esses encontros são reproduzidos e alargados a grupos mais extensos permitindo enxergar afinidades e registar, consequentemente, a criação e organização de associações informais traduzidas por um maior grau de regularidade temporal, podendo, progressivamente, ganhar um carácter estável. É nesta conjuntura que a diáspora guineense formou, ao longo de vários períodos, diversas associações em Cabo Verde com o propósito de lutar para a preservação e conservação da identidade guineense e o exercício da cidadania assentes nos valores culturais e identitários como um grupo social. Este estádio e condição da diáspora deve-se não só a ideia de organização e expressividade da presença dos guineenses em países considerados tradicionais do roteiro

15 O termo resulta da palavra "*bida*", em português, significa *vida*. Aplica-se às mulheres que desenvolvem atividades comerciais de uma forma independente, por conta própria. Este processo é interessante para a compreensão das relações económicas, familiares e sociais, acerca das formas como recorrem às diferentes representações que existem do «moderno» e do «tradicional» e como gerem os recursos sociais e económicos, de um modo fluido e informal, segundo as circunstâncias e as conveniências.

16 Fruto tropical oeste-africano com uma importante fonte nutricional utilizada na gastronomia e em inúmeras e relevantes aplicações terapêuticas.

migratório dos guineenses, mas também pela visibilidade de comunidades organizadas em outros contextos como Espanha, EUA, Reino Unido, Brasil, mas também pelo papel atuante que os migrantes guineenses passam a ter na economia nacional com o envio de remessas regulares[17].

A comunidade imigrada da Guiné-Bissau em Cabo Verde está dispersa praticamente por todos os concelhos, embora com especificidades. Esta dispersão é condicionada pelos núcleos de acolhimento estabelecidos nos diferentes locais de residência. Por um lado, constatamos que os centros urbanos são locais de maior concentração de bens e serviços, de empregabilidade, comércio, obras públicas e, por outro lado, a localização dos potenciais postos de trabalho constitui, também, um dos factores que determina o estabelecimento ou a fixação de residência dos imigrantes guineenses. Um outro factor tem a ver com a busca de proximidade com outros imigrantes, de modo a facilitar acções de solidariedade ou a criação de redes solidárias que estão na base da sua autodefesa.

Na Praia, encontramos um número mais expressivo destes imigrantes, cerca de 2181[18], dedicando-se a actividades na construção civil, comércio, segurança nocturna; aquela é seguida pelas ilhas do Sal, com 1337, e da Boavista, com cerca de 1266 indivíduos.

Esta comunidade, começou a organizar-se desde os finais de 1970 aos inícios de 1980, com a fundação de associação Cassacá formada na altura por jovens oriundos de Bissau que estavam instalados juntamente com alguns quadros superiores que vieram trabalhar após a independência no quadro da cooperação técnico-militar; criaram-na sob o impulso de colmatar algumas dificuldades sentidas na altura e de proporcionarem convívios entre os membros da comunidade.
De acordo com a Direção Geral de Estatísticas de Cabo Verde (Censos 1990), a Guiné Bissau nessa altura ocupava a segunda posição em termos estatísticos com 307 efetivos. E, movidos pelas crises político-económicas e sucessivas greves e manifestações por melhores condições de vida no país de origem, os imigrantes já residentes na Praia criaram, na Praia, a associação ASGUI em 1991.

Mais tarde, após a guerra civil de 1998, com a entrada massiva de uma geração mais jovem, entre ela alguns quadros superiores que engrossaram o contingente dos refugiados, fundou-se a AMIGUI (Associação dos Amigos da Guiné); esta viria a ser criticada de falta de dinamismo e iniciativas face aos desafios e vulnerabilidades que os imigrantes guineenses estavam a enfrentar e de não congregação de esforços para auscultar os irmãos nos momentos difíceis, mas sim era apontada como uma associação só de quadros superiores e elites.

Em resposta a esta situação, alguns jovens oriundos de Bissau formaram, em 2002, a AGRECAV que veio dar um novo impulso e dinamizar o movimento associativo em Cabo Verde; esta durou até finais de 2007. Então, foi reactivada a ASGUI sob o pretexto de uma certa ineficácia associativa e necessidade de imprimir mais dinamismo no seio da comunidade da Guiné-Bissau. Ela ganhou alguma reputação e espaço dentro da comunidade guineense na qual teve vários feitos (realização de vários torneios de futebol, bailes, palestras e conferências, etc.) e acordos estabelecidos com várias instituições estatais e privadas como sejam: os Serviços de Migrações e Fronteiras, os Black Panters da Várzea, etc.

Em 2009, a AGRECAV e a ASGUI fundiram-se na AGRCV (Associação dos Guineenses Residentes em Cabo Verde) que assumiu e prosseguiu como um notável instrumento de defesa social e cultural para o imigrante da Guiné-Bissau, factor que tem impulsionado e dinamizado a integração social e promoção da solidariedade entre os membros da comunidade; um dos propósitos centrais é a auscultação dos problemas que a comunidade enfrenta quotidianamente através de encontros ou reuniões.

---

17 Em 2009, a Guiné-Bissau estava no top 10 dos países com maior percentagem do PIB em envio de remessas (5,4%). Para mais informação ver: WORLD BANK (2011), *Migration and Remittances, Factbook 2011*. Washington, World Bank Publisher.

18 INE, RGPH, 2010.

Paradoxalmente, a existência de várias associações efémeras e alguns tantos núcleos associativos informais é considerada, por um lado, como um factor negativo e de desunião entre irmãos cuja ênfase é colocada na herança da realidade do país com a proliferação de partidos políticos, meras existências figurativas e, por outro, há quem defenda que este cenário é viável na era da democracia onde mais associações incitam mais competitividade, empenho e trabalho para o sucesso; aqui, o imigrante só sai a ganhar.

Portanto, actualmente, existem três associações oficiais e legalizadas oficializadas: Bafatá XXI fundada em 2010, AGRCV nascida em 2011 e AEIG-CV (Associação dos Estudantes e Investigadores Guineenses em Cabo Verde) em 2012.
De notar que existem nas diferentes Ilhas (Boavista e Sal) e alguns bairros da Praia núcleos associativos de caris étnico e religioso principalmente em Tira-chapéu, Safende, Achada Grande Frente, Várzea e Achadinha. No caso concreto de Tira -chapéu temos dois núcleos associativos desta natureza á dos Fulas, Mandingas e dos Balantas. No caso dos fulas existem, em dois bairros diferentes para além do bairro cima referido, em Safende que se localiza a norte da Praia e Achada Grande Frente a sul da Cidade, referente aos outros grupos étnicos animistas só temos conhecimentos até momento de núcleo associativo dos Balantas Manjacos, e dos Felupes estes últimos com os nomes de Casumai e Gan Jandi e que pagam quotas todos os fins de mês por duzentos escudos (200$00), ambos são os grupos étnicos provenientes do norte de Guiné-Bissau, concretamente na zona fronteiriça com Senegal.
Enquanto nas Ilhas de Boavista e Sal, existem vários núcleos associativos desta natureza tanto amenistas assim como os muçulmanos sem descurar alguns grupos de carater social provenientes de Bissau.
Estes factos, revelam que estamos perante uma tendência das dinâmicas de associativismo e de protagonismo que esta evoluindo de forma fragmentada e isolada através de pequenos núcleos associativos sediadas na Praia e nas outras Ilhas.

5. Em jeito de síntese...

As dinâmicas associativas nos contextos das diásporas africanas, nomeadamente, o caso dos guineenses em Cabo Verde, têm demonstrado uma conscientização política e cívica através das manifestações e práticas ou acções que ultrapassam as fronteiras nacionais.
Estas conscientizações desta diáspora africana foram influenciadas pelo percurso do relacionamento entre os dois povos, marcadas por uma imigração forçada numa primeira fase, livre e espontânea em outras ocasiões. Na verdade, esses fluxos sempre tiveram por detrás razões de vária natureza ao longo de vários períodos. Mas, após a independência constatamos uma nova forma de participação política e cívica tendo em conta o perfil dessa diáspora que viu na autodefesa dos seus traços identitários e culturais um meio para a criação das associações que permeia a prática transnacional.

A comunidade guineense em Cabo Verde começou a ser feita com base em contingentes após o golpe de Estado de 1980 que levou ao abandono da Guiné-Bissau de Caboverdianos e seus descendentes, como também de Guineenses e seus familiares associados ao regime deposto. Este processo veio a ganhar maior corpo com a liberalização política nos dois países, beneficiando de três processos em simultâneo: - tensões político-militares e perseguições aos políticos na Guiné-Bissau com o deflagrar do conflito de 1998/99; - a operacionalização do protocolo da CEDEAO do protocolo de livre circulação de pessoas e bens pelo governo de Cabo-Verde (lei nº 18/II/82) e de algumas diretivas da CPLP no que concerne a facilidades de entrada, permanência e saída dos originários dos Estados-membro; - procura do mercado cabo-verdiano por parte dos quadros guineenses formados no Leste Europeu receosos da instabilidade política e falta de oportunidades de emprego, por um lado, e a possibilidade de materializar o ideal de contribuir em África num país “irmão” com estabilidade política e governativa, por outro.

Estabelecendo-se a comunidade guineense neste país, (re)produziram-se dinâmicas organizacionais voluntárias protagonizadas noutros contextos migratórios, especialmente através das associações. Foi deste modo que

foram criadas associações com bastante projeção nos contextos de acolhimento, de origem e não só, como são os casos da AMIGUI fundada em 1998 e a AGRECAV[19] criada em 2002.

Presentemente, existem mais de trinta (30) associações guineenses em Cabo Verde. Porém, se esta realidade de abundância associativa representa, por um lado, o que segundo Có (2004: 8) designa o estado evoluído do capital social dos imigrantes através do reforço da capacidade de organização, da identidade coletiva, da partilha de objetivos comuns, ela demonstra, por outro lado, uma forte dificuldade das associações guineenses em convergirem esforços, vontades e capacidades, fruto das divergências políticas e ideológicas que marcam o contexto de partida dos imigrantes, pois esta realidade é igualmente vivida em países como Portugal e Espanha, onde a comunidade guineense é aquela que detém o maior número de organizações comunitárias.

Referências Bibliográficas

ABREU, Alexandre et al. (2012), *Perfil Da Diáspora Guineense em Portugal e França,* Guiné - Bissau, França, Portugal, OIM, CEsA, Lisboa./PDF.

ADEPOJU, Aderanti. (2009), "Migration Management in West Africa within the Context of ECOWAS Protocol on Free Movement of Persons and the Common Approach on Migration: Challenges and Prospects". In Marie Trémolières (ed.), *Regional Challenges of West African Migration. African and European perspectives*, OECD/SWAC, pp. 17-47.

ANDRADE, Elisa (1997), "Povo, Cultura, Identidade Cultural". *Kultura,* 1.

BRITO, Wladimir (1993), "Cacheu, Ponto de Partida Para a Instalação Da Administração Colonial Na Guiné". In Carlos Lopes (Coord.), *Mansas, Escravos, Grumetes e Gentio,* Bissau: INEP.

CABO VERDE (2010), B.O. nº16 de República de Cabo Verde, 26 de Abril de, I Série.

CASTLES, Stephen & MILLER, Mark J. (1998), *The Age of Migration. International Population Movements in the Modern World*, London: Macmillan Press.

CARREIRA, António (2000), *Cabo Verde: Formação e Extinção da Uma Sociedade Escravocrata (1460 – 1878)*, Praia: IPC.

COHEN, Robin (2008), *Global Diasporas. An introduction*, New York: Routledge.

DA SILVA, Fernando Delfim (2003), *Guiné - Bissau Páginas de História Política. Rumos Da Democracia*, Bissau: Firguidja Editora.

ESTEVÃO, João (1998), "Cabo Verde". In Valentim Alexandre & Jil Dias, *Nova História Da Expansão Portuguesa*, Vol.X, Lisboa: Editorial Estampa.

FERREIRA, Armindo (2012), "As Crises Político-Militares Na Guiné-Bissau: Causas, Problemas e Soluções". *Jornal Expresso das Ilhas*, 546 – Especial Guiné-Bissau.

INE (2011), Recenseamento Geral da População e Habitação 2010 (RGPH), Praia.

KOUDAWO, Fafali (2001), *Cabo Verde e Guiné-Bissau: Da Democracia Revolucionária à Democracia Liberal*, Bissau: INEP.

LOPES, Carlos (Coord.) (1993), *Mansas, Escravos, Grumetes e Gentio,* Bissau: INEP.

_____ (2011), *Desafios Contemporâneos da África. O legado de Amílcar Cabral,* São Paulo: UNESP.

19 Associação dos Guineenses Residentes em Cabo Verde. Este fundiu-se com a ASGUI em 2009 dando lugar a AGRCV – Associação de Guineenses Residentes em Cabo Verde.

LOPES, José Vicente (2002), *Cabo Verde. Os Bastidores da Intendência,* Praia: Spleen Edições.

MACHADO, Fernando (2002), *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras: Celta.

MENDY, Peter & KOUDAWO, Fafali (Coord.) (1996), *Pluralismo Político Na Guine-Bissau. Uma Transição em Curso,* Bissau: INEP.

PEREIRA, Daniel (1998), "A Cultura cabo-verdiana no processo de integração das comunidades emigradas". *Kultura,* 2 (II).

SANGREMAN, Carlos et al. (2006), *A Evolução política na Guiné-Bissau. As eleições Presidências de 2005, os Conflitos, o Desenvolvimento, A Sociedade Civil,* Lisboa: CesA.

SANTOS, Maria E. M. et al. (2007), *História Concisa de Cabo Verde*, Lisboa/Praia: IICA e IIPC.

Migração internacional no Rio Grande do Norte sob o prisma das oligarquias, 1889-1930

Rosane Siqueira Teixeira[1]
UNESP-Araraquara (SP)/FAPESP-Brasil
rosane.steixeira@gmail.com

Resumo: Durante todo o período que corresponde à Primeira República, houve uma única vez que um representante do governo rio-grandense-do-norte fez referência explícita, em sua mensagem ao Congresso Legislativo, da possibilidade de introduzir trabalhadores estrangeiros em seu estado. Contudo, não passou de mero discurso; efetivamente, nenhum projeto imigrantista no estado do Rio Grande do Norte foi, sequer, cogitado. Este fato até hoje se constitui uma lacuna deixada não somente pela bibliografia sobre o tema como pela falta de interesse dos estudiosos locais. Este artigo, portanto, busca investigar por que não houve interesse dos governantes do estado do Rio Grande do Norte em promover projetos de imigração para introdução de trabalhadores estrangeiros, utilizando como recurso metodológico a micro-história. As informações na documentação coligida fornecem apenas indícios de que a resposta para tal questão pode estar centrada no controle absoluto da propriedade da terra.
Palavras-chave: política oligárquica; propriedade da terra; migração internacional.

1. Introdução2

Em 1896, Joaquim Ferreira Chaves Filho, governador do Rio Grande do Norte, dirigia ao Congresso Legislativo a seguinte mensagem:

> Na distribuição de crédito da verba da Agência Central de Imigração, concedida pelo Congresso Nacional, no vigente exercício, para o serviço de localização de imigrantes, foi contemplado o Rio Grande do Norte com a quantia de [cento e trinta e nove contos e setecentos mil réis], por conta da qual já foi remetida e se acha na alfândega, à disposição deste governo, a importância de [sessenta e nove contos e oitocentos mil réis].
> Pareceria a propósito aproveitar desde logo essa quantia com a introdução de braços estrangeiros que viessem compensar os nacionais que nos escapam.
> Não creio, devo dizê-los, nessa compensação. O nosso agricultor, em geral, pobre e lutando com dificuldades para obtenção de capitais que acompanhem o movimento de sua indústria, não se acha em condições de receber e acomodar imigrantes que precisarão, para estabelecer-se, de não pequenos adiantamentos que lhes poderão ser regularmente proporcionados.
> Constitui, entretanto, objeto de cogitação do governo do estado aproveitar a referida quantia com a introdução de algumas famílias de estrangeiros que possam consagrar-se às indústrias e às artes, dando-lhes maior expansão e vitalidade. Não preciso encarecê-los as vantagens que daí nos advirá (Filho,1896: 7-8).

---

1 Pós-doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), com bolsa FAPESP. Seus estudos estão voltados para História Social da Imigração. Entre os trabalhos publicados, encontra-se o livro "Associações italianas no interior paulista num espaço partilhado. Nacionalismo e italianidade sob a perspectiva da história local", 2013, editora Novas Edições Acadêmicas, originário de sua tese de doutorado em Sociologia. Atualmente, concentra suas pesquisas na migração internacional no nordeste.

2 Este artigo é uma versão sumária da primeira etapa de minha pesquisa de pós-doutorado, que contempla a migração internacional nos os estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, no período da Primeira República.

Durante todo o período que corresponde à Primeira República, essa foi a única vez que um representante do governo rio-grandense-do-norte fez referência explícita da possibilidade de introduzir trabalhadores estrangeiros em seu estado. A intenção foi louvada, mas não passou de mero discurso; efetivamente, nenhum projeto imigrantista no estado do Rio Grande do Norte foi, sequer, cogitado.[3] Este fato até hoje se constitui uma lacuna deixada não somente pela bibliografia sobre o tema como pela falta de interesse dos estudiosos locais que, diga-se de passagem, são totalmente apáticos ao assunto.

Este artigo busca investigar por que não houve interesse dos governantes do estado do Rio Grande do Norte em promover projetos de imigração para introdução de trabalhadores estrangeiros, contemplando o período da Primeira República (1889-1930), utilizando como orientação metodológica a abordagem micro-histórica. Ressalte-se que com o estabelecimento da República, e com ela a descentralização do estado, abre-se espaço à consolidação das oligarquias locais, a partir do momento em que é conferida maior autonomia ao aparelho regional do estado, permitindo às frações regionais das classes dominantes um maior controle sobre a máquina administrativa (Fausto, 1996: 263).

No Rio Grande do Norte, duas oligarquias comandaram a política durante a Primeira República. A primeira, chefiada por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, exerceu o domínio durante mais de duas décadas, entre 1892 e 1914. E a segunda assumiu a liderança política efetivamente no período de 1924 a 1930. Ambas alicerçavam seu poder na propriedade da terra. No intervalo entre a primeira oligarquia e a segunda, ocorre o que Spinelli (1992) denominou de "fase intermediária".

A propósito da propriedade da terra no território rio-grandense-do-norte, cujas origens remontam ao tempo colonial, com a concessão de sesmarias, é relevante sublinhar a questão das terras devolutas, que já vinha se arrastando desde a aprovação da Lei de Terras de 1850. Não deixa de ser paradoxal que, na ocasião dos debates parlamentares que ocorreram durante a proposta do projeto de Lei, o representante do Rio Grande do Norte tenha se posicionado a favor de sua aprovação. Mesmo que esse fato tenha ocorrido muito antes do período estudado, 1889 a 1930, ele se constitui um reflexo de tudo que não foi realizado pela classe dominante. Ora, ao estipular a demarcação das terras, a aquisição de braços livres com vistas na imigração, a aquisição de terras pelos estrangeiros, entre outros, a Lei exprimia, para essa classe, um severo golpe em suas prerrogativas oriundas do poder da propriedade da terra. O que elas menos desejavam era ver suas terras desapropriadas e loteadas. Isso ficou claro quando o deputado Eloy de Souza apresentou seu projeto de irrigação à Câmara dos Deputados; nele, as terras não seriam desapropriadas se os proprietários se comprometessem a pagar as taxas de irrigação, ou seja, havia uma brecha que afastava os obstáculos que aos grandes proprietários não interessava impor.

De modo que, a possibilidade de importar trabalhadores estrangeiros era praticamente nula, uma vez que seria necessário dividir as terras em lotes, conforme prescrevia o programa oficial de introdução e localização de imigrantes. Ademais, havia uma rejeição generalizada pela imigração, provavelmente fruto da influência da classe dominante que se colocava contrária a ela. Do ponto de vista dos governantes do Rio Grande do Norte, era particularmente mais vantajoso que o governo federal investisse no problema das secas, e não na imigração, concedendo-lhes verbas.

É importante deixar claro que as fontes disponíveis não dizem explicitamente porque os governantes do Rio Grande do Norte não se interessaram em promover projetos para imigração. As informações na documentação utilizada fornecem apenas indícios de que a resposta para tal questão pode estar centrada no controle absoluto da terra. De maneira que, esse estudo se baseia em conjecturas plausíveis e não em verdades demonstráveis.

Assim, dentro das limitações que me são impostas, ou seja, a total falta de trabalhos sobre o tema e informações

---

3 Foram consultadas as seguintes fontes: mensagens dos governadores apresentadas ao congresso legislativo (1889-1930); livros de decretos e leis (1889-1930); atas das assembleias legislativas (1891-1918, elas estão incompletas); jornais "A República" e "Diário do Natal"; além de ampla bibliografia local. Para complementar, entrevistei o professor Itamar de Souza (aposentado – Universidade Federal do Rio Grande do Norte), autor de diversos livros da história local. Também foram consultados os exemplares do jornal "A Imigração" no período de 1884 a 1891.

baseadas em vestígios,[4] é crucial tratar a migração internacional, no estado investigado, permeada pela questão da propriedade da terra, que está intrinsecamente ligada às oligarquias e às políticas de imigração.
Nessa perspectiva, minha argumentação será desenvolvida sob o prisma das oligarquias, procurando demonstrar que a iniciativa à migração internacional no estado do Rio Grande do Norte estava subordinada aos interesses das famílias (ou grupos) que detinham o controle da propriedade da terra e a liderança política.
Dessa forma, o artigo encontra-se estruturado assim: após essa breve introdução, procuro fazer um panorama do estado do Rio Grande do Norte, contemplando em seu processo histórico os aspectos socioeconômicos e políticos, com destaque para as oligarquias. Em seguida, discorro sobre a Lei de Terras de 1850, fazendo um viés com a situação das terras no Rio Grande do Norte. Por fim, focalizo o problema da propriedade da terra, relacionando-o com a questão da imigração de trabalhadores estrangeiros.

2. Processo histórico do Rio Grande do Norte

a) Aspectos socioeconômicos

O Rio Grande do Norte tem por limites o Oceano Atlântico a norte e leste, a Paraíba a sul e o Ceará a oeste. Situa-se entre as unidades da Federação de menor superfície. A ocupação de seu território começou no século XVI; seu povoamento só veio a ocorrer a partir de 1561, após algumas tentativas de colonização não bem sucedidas, quando as autoridades coloniais decidiram transformar a Capitania do Rio Grande, em Capitania Real. Para tal, foi fundada a cidade do Natal no dia 25 de dezembro de 1599 (Cascudo, 1955: 16-54).
As sesmarias começaram a ser doadas já no início de 1600. Em 1604, Jerônimo de Albuquerque doou aos seus filhos uma sesmaria de "cinco mil braças quadradas na várzea do Cunhaú, começando donde entre a ribeira do Piqueri e duas léguas em Canguaretama". Nela foi construído, em 1614, um engenho de açúcar (Engenho Cunhaú) e cultivada a maior parte das terras; consta que até 1925 este engenho pertenceu à família Albuquerque Maranhão. Jerônimo também doou aos filhos terras de salinos que se situavam ao norte da Capitania. (Cascudo, 1955: 58). Iniciam-se, assim, os primeiros troncos de uma oligarquia que irá comandar a economia e a política rio-grandense-do-norte.
Foi somente no século XVIII que ocorreu, efetivamente, o povoamento no interior do Rio Grande do Norte. A população disseminou-se por toda parte, atingindo as terras e os pontos mais remotos. Igualmente a outros estados nordestinos, a atividade predominante no território rio-grandense-do-norte até meados do século XIX foi a pecuária extensiva, que se desenvolveu no Sertão (Cascudo, 1955: 44-45; Medeiros, 1973: 57-62). Ela era uma atividade que dava lucro com pouca despesa e contribuiu para a promoção dos grandes latifúndios no Sertão. Segundo Clementino,

> O processo de concessão de sesmarias e a valorização econômica da terra mediante uma atividade essencialmente extensiva como então era a pecuária, condicionaram à formação de grandes domínios territoriais e estabeleceram assim, as bases da estrutura fundiária na área sertaneja – no Rio Grande do Norte (Clementino, 1987: 29 Apud Clementino, 1990: 36).

A indústria açucareira, por sua vez, já se manifestara desde o século XVI, mas com demasiada timidez. Na verdade, ela se desenvolveu mais intensamente a partir de 1845. Em 1859, o Rio Grande do Norte contava com 159 engenhos em pleno funcionamento (Medeiros, 1973: 71). Note-se que no território rio-grandense-do-norte sempre houve poucos escravos, a maior parte da agricultura era feita por braços livres.[5]

---

4 Além disso, é oportuno observar que o tema da Primeira República no Rio Grande do Norte ainda carece de estudos. Poucos foram os estudos que se concentraram especificamente na temática. Na verdade, o que existe em demasia são trabalhos que tratam do tema de maneira superficial e enciclopédica.

5 Segundo Clementino (1990: 35), "ao contrário da maioria dos estados do Nordeste, o Rio Grande do Norte não teve marcadamente uma herança colonial/escravista. Aqui o açúcar não tem no período colonial e no império a mesma importância que em províncias como a de Pernambuco, por exemplo".

O surto econômico proporcionado pela agricultura da cana-de-açúcar se estendeu aproximadamente até 1870. A partir daí começou a se intensificar a agricultura do algodão na região do Seridó, favorecida pela Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1860-1865).
Paralelamente ao cultivo do algodão, os estabelecimentos salineiros progrediram, alcançando um bom nível de escala industrial. Outro produto de grande importância na economia norte-rio-grandense foi a cera de carnaúba, que iniciou seu comércio exportador em 1840. (Medeiros, 1973; Andrade, 2011).
Portanto, produtos como o açúcar, algodão, sal, cera de carnaúba e a pecuária extensiva foram de elevada importância financeira para o Rio Grande do Norte, constituindo os suportes da extensão de seu povoamento. Durante a Primeira República, foco dessa investigação, o sal e o algodão, secundados pelo açúcar e pela cera de carnaúba, foram os principais produtos de exportação do estado (Souza, 1989: 21). Nesse período, como veremos mais adiante, duas oligarquias comandaram o Rio Grande do Norte: a oligarquia Maranhão cujo sustentáculo econômico foi o açúcar e o sal; e a oligarquia Medeiros que tinha como suporte econômico o algodão, principalmente, e a pecuária.
Desse contexto de povoamento e desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte interessa reter que, independente da estrutura produtiva, uma base de poder centenária foi alicerçada na apropriação privada da terra de onde emergiu a figura do latifundiário, oligarca com autonomia e poder para agir além das atividades da agricultura ou pecuária.

b) Aspectos políticos – as oligarquias

Originalmente, o termo oligarquia foi definido por Platão e Aristóteles para designar governo de poucos, cuja base geral era a posse de riqueza, e contrastava com monarquia (governo por uma única pessoa) e democracia (governo pelo povo).
A literatura brasileira sobre o assunto é bastante vasta, levando-se em conta que "o problema da oligarquia está intrinsecamente ligado à existência do coronelismo" (Carone, 1972: 83)[6]. Por isso, os estudos geralmente abordam ambos os temas, privilegiando um recorte regional ou local; daí resulta uma grande bibliografia. Uma boa referência dos estudos oligárquicos pode ser encontrada no ensaio bibliográfico intitulado "Primeira República: um balanço historiográfico". Embora o título não seja específico do tema, Gomes & Ferreira (1989) examinam diversos textos considerados clássicos pelas contribuições e debates que desencadearam; inclusive a contribuição dos brasilianistas.
Após esse breve delineamento, neste estudo privilegiei os trabalhos de Carone (1972;1975) por constituir uma fonte preciosa de informações, à medida que o autor demonstra haver uma distinção entre as oligarquias dos estados mais adiantados e dos estados menos ricos.
Carone acredita que as oligarquias tiveram origem tanto no Império como na República, mas foi no novo regime que elas adquiriram maior estabilidade devido ao federalismo[7]. O autor é criticado por Spinelli (1992) por acrescentar ao sentido primitivo da palavra oligarquia, "governo em que a autoridade está nas mãos de poucas pessoas", um conceito mais específico para o contexto brasileiro: "o de governo baseado na estrutura familiar patriarcal" (1975: 269). Para Spinelli (1992), a definição adotada por Carone não é adequada ao tipo de estrutura política vigente no Brasil no período da Primeira República. Baseado em Décio Saes o autor argumenta que:

> a estrutura jurídico-política existente no país, na época analisada por Carone, era caracterizada pela presença de um direito burguês (...) e pela organização de um quadro burocrático que administrava o aparelho de Estado (...) embora esse Estado estivesse implantado numa formação social onde a dependência pessoal imprime a sua marca às relações de produção vigentes no campo (Spinelli, 1992).

---

6 Segundo Carone (1972: 83; 1975: 269), um oligarca e um coronel tem origem comum, diferenciando-se, entretanto, pela escala política, ou seja, enquanto o coronel é o chefe local, o oligarca transpõe o seu poder ao âmbito geral, estadual.

7 Com o federalismo os estados passaram a possuir autonomia para elaborar suas próprias constituições, eleger seus próprios governadores, realizar empréstimos no exterior, decretar impostos e possuir suas próprias forças militares (Silveira, 1978; Bello, 1964; Fausto, 1996).

De fato, o argumento de Spinelli é pertinente, porém, não concordo com ele em dois aspectos. O primeiro é que, para Carone, as oligarquias se constituíram desde o Império[8]; pelo que consta, a família patriarcal, largamente difundida por Gilberto Freire em seus estudos, somente começa a entrar em declínio no final do XIX, quando, paulatinamente, é substituída pela família nuclear burguesa. O segundo aspecto é que nem sempre o modelo de família no nordeste, por exemplo, é condizente com a realidade brasileira, sobretudo se compararmos com a realidade do Sul e do Sudeste, principalmente no período em questão. De modo que, não se pode generalizar.
Segundo Carone (1972;1975), as oligarquias podem ser divididas em duas categorias, apesar de apresentar nuanças comuns: a dos "estados mais adiantados" e a dos "estados menos ricos". O autor chegou a essa definição ao analisar o conceito de oligarquia e perceber que se estende com pouca precisão para todas as formas de domínio, tanto no plano estadual como no municipal. Acredita, então, que esse problema está intrinsecamente ligado às condições gerais de cada um dos estados.
Sendo assim, na primeira categoria, Carone inclui os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Neles, como observa o autor, são mais complexas as relações de produção, grupos e exigências. Os conflitos são apaziguados pelo mecanismo do partido dominante: "a orientação da Comissão Central dos P. Rs. representa papel moderador e de combate às formas de desvio" (Carone, 1975: 273). Por existir maior equilíbrio entre os grupos, decorrem os acordos e combinações, embora não deixe de haver dissidências, porém, elas não resultam em atitudes radicais; as alianças trazem os dissidentes novamente para o governo e, quando as circunstâncias são satisfatórias, eles até tomam o poder.
Já na segunda categoria, por exclusão dos primeiros, está inserida a maioria dos estados brasileiros. Nestes, como assinala Carone, existem os Partidos Republicanos, mas as famílias ou grupos é que mantem o controle quase absoluto. Dentro desse contexto, o partido representa a vontade particular e não o equilíbrio de várias facções. Isso acarreta várias consequências graves resultantes de formas políticas violentas e radicais; quando as formas de produção são menos complexas e as relações sociais são mais simples, afirma o autor, isso motiva relações políticas mais agudas.
Na verdade, para Carone, o governo está condicionado ao partido. As oligarquias formam e se apossam dos partidos estaduais, mantendo o controle partidário e governamental. As formas de coerção funcionam, geralmente, de acordo com critérios pessoais: "juízes, funcionários públicos, deputados, dependem em grande parte do beneplácito do governo, daí a possibilidade de 'curvá-los ao seu poder absoluto'" (Carone, 1975: 271-272). Além disso, o governo se confunde com o partido dominante que, por sua vez, se confunde com as classes agrárias. É um processo simbiótico de interesses pessoais e partidários; fugir dele significa cair no ostracismo. Ressalte-se ainda que a permanência dos mesmos grupos oligárquicos no poder deve-se ao controle obtido com a regulamentação das leis eleitorais.
Uma questão bem pertinente que pode ampliar a nossa linha de visão é formulada por Boris Fausto (1996: 270): "qual teria sido a influência das oligarquias do Nordeste na política nacional?" O autor assinala que os estados da Bahia e de Pernambuco tinham boa representação na Câmara: o primeiro com 22 deputados, idêntico a São Paulo; e o segundo com 17. Entre os anos de 1896 e 1911, o estado de Pernambuco exerceu a liderança do Nordeste, entretanto, somente algumas vezes conseguiu realizar uma coalizão de forças políticas regionais. Segundo Fausto, "uma coalizão de Estados do Nordeste era muito dificultada, entre outras razões, pelos escassos recursos obtidos pelo imposto de exportação em cada Estado". Os estados, na verdade, competiam entre si pelos favores do governo federal e constantemente envolviam-se em disputas para adquirir o direito de cobrar impostos interestaduais sobre circulação de mercadorias de um estado para outro.
O Rio Grande do Norte faria parte, portanto, da categoria dos estados menos ricos, denominada por Carone (1972;1975), e suas oligarquias não estavam entre aquelas que teriam tido influência na política nacional, como pode ser notado no relato de Fausto (1996). Na verdade, no período da Primeira República, esse estado comportava uma sociedade agrária, demograficamente pobre e com alta taxa de analfabetismo. A população era dominada pelos coronéis que, por sua vez, constituíam as oligarquias formadas, em grande parte, pela extensa parentela.

---

8 Nesse ponto já não concordo com Carone, pois acredito que as oligarquias surgem a partir do momento em que o Brasil começa a ser colonizado, tendo suas raízes na propriedade territorial.

Como mencionado anteriormente, duas oligarquias dominaram o Rio Grande do Norte. A primeira governou o estado durante vinte e dois anos ininterruptos (1892-1914), e a segunda assumiu o poder efetivamente no período de 1924 a 1930.

Vou me deter na primeira oligarquia por ter exercido franco domínio por mais de duas décadas. Ela foi chefiada por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e seu irmão Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão[9], que assumiu o controle após sua morte prematura em 1907. A predominância dessa oligarquia pode ser melhor visualizada no quadro abaixo:

Quadro 1: Governadores do Rio Grande do Norte: 1892-1914

NOME	PERÍODO
Pedro Velho de Albuquerque Maranhão	1892-1896
Joaquim Ferreira Chaves (facção de Pedro Velho)	1896-1900
Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão (irmão de Pedro Velho)	1900-1904 (primeiro governo)
Augusto Tavares de Lyra (genro de Pedro Velho)	1904-1906
Antônio José de Melo e Souza (facção de Pedro Velho)	1906-1908
Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão (irmão de Pedro Velho)	1908-1914 (segundo governo)

Fonte: Spinelli, 1992.

O governo de Pedro Velho representou a consolidação do regime republicano no Rio Grande do Norte. Seu secretariado foi composto por membros das facções dos Partidos Liberal e Conservador, e alguns parentes republicanos. Além disso, ele firmou alianças com os coronéis do Seridó e do Oeste do estado, constituindo bases eleitorais seguras. Na Assembleia Constituinte aliou-se ao Partido Republicano Paulista, dando-lhe total apoio. Pedro Velho representou com afinco o federalismo republicano, a autonomia estadual e a descentralização, fazendo frente contrária à liderança de Amaro Cavalcante, representante do estado na corrente centralizadora e industrialista (Spinelli, 1992). Entretanto, a oligarquia comandada por ele era constantemente criticada pelo jornal da oposição. Veja-se, por exemplo, a publicação do "O Diário do Natal", sob o título de "O Canalhismo", que revela a existência de fraude eleitoral através da falsificação das atas.

> Começa a chegar-nos a notícia do canalhismo dos agentes locais do senador Pedro Velho, os falcatrueiros imorais, os trapaceiros indecentes fabricadores das atas falsas a bico de pena. Esta é a única força do senador Pedro Velho no Estado.
>
> Atenta o governo, o senado da União e o público para o telegrama abaixo:
>
> "Angicos, 1° de março, Redação do "Diário do Natal" –
>
> Os abaixo assinados eleitores da 1ª seção desta vila protestam por si e igualmente por 62 eleitores reunidos contra a mesa eleitoral por não ter funcionado no dia de hoje. Protestam também contra o reprovado procedimento do tabelião de notas que se ocultou, privando-nos ao direito de protesto.
>
> Dai publicidade em vosso "Diário". Leonardo Martins, José Theodoro e José Martins" (jornal "Diário do Natal", 3 de março de 1898, Natal, Rio Grande do Norte).

Em outra publicação, sob o título "As oligarquias", o mesmo jornal faz uma crítica irônica, demonstrando forte repugnância pelo desdobramento da cena política republicana. Trata-se de um artigo pouco longo, mas vale a pena registrar porque ele evidencia a hegemonia da família dominante.

> Chegou da Capital Federal o dr. Augusto Tavares de Lyra que, tendo sido designado o governador deste Estado, aproxima-se para tomar conta do cargo que lhe destinaram.

9 Doravante Alberto Maranhão.

> Vai, portanto, sair do governo, em março próximo, o dr. Alberto Maranhão, irmão do senador Pedro Velho, chefe da oligarquia reinante, para entrar em seu lugar o dr. Lyra, genro do mesmo senador.
> É o *direito* de sucessão.
> Tinha o Brasil uma dinastia imperial em que se fazia a sucessão no governo da nação pelos primogênitos da sacra família.
> Deposta a monarquia em nome dos princípios democráticos e proclamada a República, estabeleceu-se um governo mercantilista, usurpador, um governo autocrata em todo o Brasil; os governadores dos Estados que empolgaram o domínio absoluto compreenderam *logicamente* que não deviam mais deixar fugir de suas mãos o governo, que é o melhor meio de negócio e oferece ensanchas para toda ordem de barganhas e pepineiras. Isso calou no ânimo de todos e cada um, por sua vez, reproduzindo-se nas pessoas de seus irmãos, genros e filhos; porque somente assim podia implantar o enfeudamento do Estado, como convinha.
> Formaram-se, então, as dinastias caricatas nos 20 Estados da União brasileira – 20 FEUDOS, com 20 famílias reinantes, em lugar de uma que foi exilada a 15 de novembro. (...)
> O dr. Pedro Velho é o grão chefe da oligarquia: designou seu irmão Alberto, que governou 4 anos, e para substituí-lo já designou o senador chefe o seu genro que acaba de chegar para tomar posse do governo. Vai assim passando dos irmãos aos genros e a família reinante se perpetuando no poder, porque a República é assim mesmo e é essa a ordem democrática que manda empalmar os cofres públicos para pagamento da lista civil que atinge a cerca de cem contos por ano. (...)
> E... ai do empregado público que não for receber ao cais do desembarque, ou à gare da estação, qualquer membro da oligarquia que chega (jornal "O Diário do Natal", 14 de janeiro de 1904, Natal, Rio Grande do Norte).

Para Spinelle (1992), "a trajetória de Pedro Velho (...) traduziu um comprometimento cada vez mais íntimo com os interesses e a perspectiva de classe dos grandes proprietários rurais e da burguesia comercial", particularmente, acrescento, visando os interesses de sua família. Para tal, utilizava, sem critérios, todas as engrenagens da máquina do governo para alcançar seus objetivos. Suas manobras não foram poucas; com base em Souza (1989: 32, 120, 121, 137), listo somente as mais relevantes:

-por meio de um decreto concedeu ao seu irmão Augusto Severo e alguns amigos o privilégio de construir uma estrada de ferro, de Areia Branca a Luiz Gomes, com validade para 50 anos;

-baixou outro decreto que elevava a 10% o imposto de todo o açúcar que entrava no Rio Grande do Norte, para proteger a indústria açucareira de seu irmão Fabrício, proprietário da usina "Ilha do Maranhão", localizada em Canguaretama;

-acobertou um empréstimo contraído por seu irmão Fabrício, quando este era presidente da Assembleia Estadual, dos cofres públicos no valor de oitenta contos de réis, para sua usina;

-beneficiou a fábrica de tecidos de Jovino Barreto, sogro de um de seus irmãos, com redução de impostos;

-recebeu, juntamente com Joaquim Ferreira Chaves, a quantia de trezentos contos de réis da União para construção de açudes, que nunca foram construídos;

-articulou negociações para o monopólio do sal; em troca recebia o apoio financeiro que dava sustentação política à sua oligarquia.

Depois de sua morte, o controle da máquina política exercida por sua oligarquia foi enfraquecendo progressivamente; embora os postos eletivos, os cargos e a influência na política federal tenham sido conservados até o final da Primeira República. A ruptura foi dada pelo pedrovelhista Joaquim Ferreira Chaves em seu segundo mandato para governador do estado (1914-1920), montando seu próprio esquema de sustentação e desarticulando as bases políticas dos Albuquerque Maranhão. Inicia-se aí o que Spinelli denominou de "fase intermediária", que continua até o governo de Antônio José de Melo e Sousa (1920-1924), para em seguida assumir a liderança a oligarquia do Seridó (Spinelli, 1992). Segundo Spinelli (1992), "o centro da política estadual começou a deslocar-se da região litorânea açucareira (ou açucareiro-têxtil), para a região sertaneja do Seridó, algodoeiro-pecuária".

À luz dessas considerações, o passo seguinte é verificar a questão da propriedade da terra e imigração sob o prisma das oligarquias rio-grandenses-do-norte.

3. Propriedade da terra e imigração

Para melhor situar o debate sobre a propriedade da terra e imigração, é necessário trazer à tona a instituição da Lei de Terras de 1850, que tinha como objetivo favorecer a agricultura por meio da venda de terras devolutas e da aquisição de braços livres com vistas na imigração. Essa abordagem será útil para entender determinadas atitudes das classes dominantes em relação ao controle da terra.

Antes, porém, vale a pena apresentar um levantamento da estrutura agrária do Rio Grande do Norte, obtido do recenseamento realizado pelo Governo Federal no ano de 1920, que evidencia a quantidade de estabelecimentos rurais ocupados por hectares. Conforme ficou constatado, ela possuía um total de 5.678 estabelecimentos rurais, que compreendiam uma área de 2.412.905 hectares. A área cultivada somava apenas 25.354 hectares, ou seja, 1,05% da área total recenseada. Os estabelecimentos rurais com até 100 hectares somavam 2.349 unidades, 41,37% do total de imóveis, ocupando uma área de apenas 4,38% do total. Já os latifúndios a partir de 2001 hectares somavam 209 estabelecimentos rurais, isto é, 3,59% do total das propriedades, ocupando uma área total de 43, 64%, o que significa que a propriedade rural do Rio Grande do Norte era altamente concentrada (Souza, 1989: 21-23).[10]

Feito o registro, podemos agora iniciar a discussão essencial.

A Lei de Terras, aprovada pelo Congresso brasileiro em 1850, destinava-se a reafirmar o poder básico do estado sobre a terra, "[delimitando] o espaço de relacionamento entre o poder público e os proprietários de terras" (Silva, 1997: 17). A Lei estipulou que todas as reivindicações com base nas sesmarias e o registro e legitimação de todas as posses fossem revalidadas. Feito isso, as sesmarias passariam a serem consideradas propriedades privadas, pesando sobre elas um imposto. A Lei de Terras de 1850 proibiu as aquisições de terras mediante a posse ou doação da Coroa, estabelecendo que a compra fosse o único meio de adquiri-las; para tal, primeiramente, era necessário fazer a inspeção e o mapeamento de todo domínio público. A Lei também estabelecia que o governo fosse incumbido de trazer uma quantidade determinada de imigrantes e fazer a demarcação das terras, tudo à custa do arrecadado com a venda das terras públicas e das taxas de impostos. Além disso, ela estipulou que os estrangeiros poderiam adquirir terras e, se houvesse interesse, naturalizarem-se como brasileiros (Costa, 1999: 171; Silva, 1997: 17; Holloway, 1984: 173). Na verdade, segundo Motta (1998), um dos aspectos que motivou a Lei de Terras de 1850 foi o da perspectiva de introduzir o trabalho livre. É importante assinalar que houve intensos debates parlamentares durante as discussões da proposta do projeto de lei que revelam, segundo Costa (1999: 171), "duas diferentes concepções de propriedade da terra e de política de terras e de trabalho": uma moderna e a outra tradicional de encarar o problema. Não cabe aqui, entretanto, abrir essa discussão por se tratar de assunto relativamente denso. Contudo, é pertinente registrar que na ocasião o representante do Rio Grande do Norte era o senador Dom Manuel de Assis Mascarenhas, que se posicionava a favor da lei (Silva, 2006: 61). Talvez pesquisas futuras sobre esse assunto possam entender os objetivos que permeavam a classe dominante desse estado no decorrer das discussões da Lei de Terras.

Retomando, a Lei de Terras de 1850 não obteve o êxito esperado. Somente um número exíguo de sesmarias foi revalidado ou posses legitimadas. Foram realizadas pouquíssimas inspeções de terras e, por volta do ano de 1878, o governo deixou de fazê-las. As invasões de terras públicas não cessaram, dando vez a um elenco de práticas fraudulentas de registros de posses em cartórios locais (Holloway, 1984: 173). Para melhor entendimento, Silva expõe de maneira esclarecedora porque isso ocorreu:

---

10 Além disso, é pertinente observar que, em 1884, foi constatada a existência de terras incultas. Dados extraídos dos ofícios da Câmara Municipal de Portalegre, município situado a Oeste do Rio Grande do Norte, que, na época, possuía uma área territorial de 5.000 km², apontaram que "as terras de seu patrimônio [estavam] em sua maior parte incultas" (A Imigração, n° 5, setembro de 1884).

> A Lei de 1850 não atingiu um dos seus objetivos básicos, que era a demarcação das terras devolutas, ou, como se dizia na época, a discriminação das terras públicas e privadas, primeiro obstáculo a ser vencido na implementação de uma política de terras. Isto ocorreu principalmente por dois motivos: em primeiro lugar, a regulamentação da lei deixou a cargo dos ocupantes das terras a iniciativa do processo de delimitação e demarcação, sendo que somente depois que os particulares informassem ao Estado os limites das terras que ocupavam é que este poderia deduzir o que lhe restara para promover a colonização; em segundo, a lei não foi suficientemente clara na proibição da posse, pois, embora isto estivesse contido no artigo 1°, outros artigos levavam a supor que a 'cultura efetiva e a morada habitual' garantiriam a permanência de qualquer posseiro, em qualquer época, nas terras ocupadas. A combinação desses dois elementos fez com que a lei servisse, no período da sua vigência e até bem depois, para regularizar a posse e não para estancá-la (Silva, 1997: 17).

Para Silva (1997: 17), os desdobramentos da Lei de 1850 poderiam ter tomado outro rumo se ela não tivesse beneficiado quase exclusivamente os grandes proprietários rurais. Se isso não tivesse ocorrido haveria possibilidade de democratizar o acesso à terra.

Por fim, com o advento da República, e a passagem das terras devolutas para o domínio dos estados, os efeitos negativos da Lei foram fortemente sentidos e agravados com as reduzidas iniciativas de estabelecer uma política de colonização ou assentamento que, pelo menos, desse conta de equilibrar o aumento de latifúndios improdutivos. Segundo Silva (1997: 17), havia uma cláusula na Lei que garantia as posses ("cultura efetiva e morada habitual") e dela se fazia uso em demasia, ocasionando a proliferação dos grileiros. Nesse período, deu-se continuidade ao processo de passagens das terras devolutas para o domínio privado sem a menor preocupação dos poderes públicos; "a situação social imperante no campo, (...), caracterizada pela presença do 'coronelismo', (...), garantiu a permanência do modelo altamente concentrado de apropriação territorial" (Silva, 1997: 17). Além disso, como assinala a autora, suscitou-se uma polêmica em torno do conceito de terras devolutas de parte de setores da sociedade para inibir a ação do estado no desenvolvimento de projetos que as tivessem como objeto. Como se não bastasse, ao longo dos anos, a Lei de Terras de 1850 foi sendo utilizada para regularizar a situação dos grandes posseiros latifundiários, que se transformavam em proprietários por direito, devido à expedição do título de propriedade. Para o estado recuperar as terras improdutivas e dar-lhes outro destino, era necessário entrar com um processo de desapropriação (Silva, 1997: 18).

Tendo esboçado essas considerações sobre a política de terras, este trabalho agora caminha para a conclusão. Já é possível, como será demonstrado, nos aproximar especificamente da situação das propriedades de terras do Rio Grande do Norte no período pesquisado. Feito isso, torna-se imprescindível compreender se a classe dominante rio-grandense-do-norte procurou ou não manter o controle absoluto da terra e restringir o desenvolvimento da pequena propriedade.

Em 1911, o governador Alberto Maranhão, comenta a situação das terras devolutas no estado:

> Era deplorável a situação das terras públicas estaduais que permaneciam devolutas ou cultivadas pelo primeiro ocupante sem observância dos preceitos de direito que no decurso de sessenta anos[11] vem regulando essa matéria.
>
> Os dispositivos da lei estadual de 9 de setembro de 1895 e regulamento respectivo, consolidando a legislação em vigor, providenciaram sobre os modos de aquisição, aforamento, processos de revalidação de concessões, legitimação, registro e demarcação, para definirem a situação de proprietários e posseiros e defenderem o patrimônio estadual. Tem merecido, porém, a crítica dos competentes a lei e regulamento a que aludi, por invadirem a órbita do direito substantivo. Permanecem, por isso, infelizmente sem aplicação.
>
> Seja, porém, qual for a causa eficiente desse desvio legal, o que parece necessário e urgente é abandonarmos o plano primitivo, votando o Congresso desde logo uma lei que acautele os direitos do Estado, regule os processos de arrecadação, demarcação, registro, transferência,

11 Desde 1851.

> concessões e aforamentos das terras públicas, remetendo para juízos e tribunais as controvérsias referentes ao domínio, posse, benfeitorias e o mais que pertencer a substância desses institutos jurídicos, constituindo-se em novos moldes simples e práticos (Maranhão, 1911: 16-17).

O intento do governador, de fato, foi alcançado: em 1915 foi aprovada a Lei n. 396, que regularizava o serviço de cessão de terras devolutas do estado (LEI n. 396, de 6 de dezembro de 1915: 42-46). Ela foi regulamentada em 1918, pelo Decreto n. 77 (DECRETO n. 77, de 28 de março de 1918: 201-218).[12] Embora isso tivesse ocorrido, a propriedade rural continuava concentrada nas mãos dos latifundiários, como foi demonstrado no recenseamento agrícola do ano de 1920.

Da classe dos latifundiários fazia parte barões, coronéis, majores, que tinham em suas mãos a mola mestra das leis, da economia e da política, que variava de acordo com a oligarquia que estava no poder, mas nunca perdendo a hegemonia de classe. O que os preocupava demasiadamente, assim como aos seus representantes no governo, era o problema da falta de água nos anos de seca, que podia trazer-lhes grandes perdas e prejuízos. As mensagens dos governadores no decorrer do período que se estende de 1889 a 1930 são repletas de lástimas pela situação climatérica que afligia o território rio-grandense-do-norte. Em 1900 o governador Alberto Maranhão, dizia: "agora mesmo acabamos de sair de uma rigorosa e desoladora seca, que levou ao extremo da penúria agricultores e criadores" (Maranhão, 1900: 7); já em 1920, o governador Antônio José de Mello e Souza proferia em seu discurso: "quando recebi em janeiro o encargo da administração, o Estado sofria os rigores de uma das mais prolongadas secas destes últimos quarenta anos" (Souza, 1920: 6). Portanto, medidas adequadas para atenuar os efeitos das secas eram necessárias. Na verdade, isso não se constituía num problema só do Rio Grande do Norte, mas de toda região Nordeste.

A primeira iniciativa para irrigação no Nordeste, de caráter sistemático, foi apresentada à Câmara dos Deputados em agosto de 1911, pelo deputado rio-grandense-do-norte Eloy de Souza. O projeto era baseado nas experiências e resultados obtidos nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Índia com a utilização da agricultura irrigada. Nele, estavam centradas a melhoria da produtividade agrícola e as formas de amortização dos investimentos, que seriam definidas de acordo com critérios econômicos e sociais; as obras de açudagem e irrigação seriam construídas pelo estado e amortizadas pelos usuários, contanto que os ônus não pesassem no bolso dos beneficiados (Carvalho, 1985; Souza, 2009). Neste caso, afirma Carvalho (1985: 303-304), "o Estado deveria (...) arcar com uma parcela expressiva do ônus financeiro requerido para a realização dos investimentos em obras de infra-estrutura hidráulica".

Outro ponto do projeto, e que nos interessa particularmente, é o da exploração das terras irrigáveis, que, à primeira vista, iria utilizar esquemas de colonização, com pequenos produtores rurais. Vejamos o artigo 5°:

> Art. 5° - São consideradas de utilidade pública, para os efeitos da desapropriação, todas as terras irrigáveis; as necessárias à construção das barragens e obras complementares; as inundadas; e bem assim indispensáveis à manutenção dos cursos de água.
>
> Parágrafo único – As terras dos proprietários que se comprometerem a pagar as taxas de irrigação, e a conservação das obras, <u>não serão desapropriadas</u>[13], salvo de falta ao compromisso, ficando convencionado que, nesta hipótese, a desapropriação será feita por uma avaliação correspondente ao estado anterior das mesmas terras (Souza, 2009: 187).

Este artigo foi comentado pelo geólogo Roderic Crandall, numa publicação do *Jornal do Comercio*, do Rio de Janeiro, na edição de 22 de setembro de 1911:

> As condições do artigo 5° que permite ao proprietário de terras reter todas as suas propriedades e receber água para elas, não parecem apropriadas às necessidades do caso. É fácil de imaginar

---

12 Observe-se que tanto na Lei n. 396 como no Decreto n. 77 havia uma possibilidade muito remota de cessão de terras devolutas, por venda ou aforamento, especificamente à empresa ou companhia que se obrigasse à localização de trabalhadores nacionais ou estrangeiros. No entanto, como já afirmado, não houve nenhum projeto para introdução de trabalhadores estrangeiros.

13 Grifo meu.

> um caso extremo desta disposição, em que toda a terra esteja nas mãos de um só homem e o governo construa um sistema de irrigação para beneficiar e enriquecer o proprietário somente. O que é muito desejável é que as grandes propriedades sejam um pouco retalhadas, de modo que a gente mais pobre possa ao menos ter a oportunidade de tentar ser proprietária de terras. Por esta razão, uma certa área deveria ser desapropriada e vendida ou arrendada aos que quisessem obtê-la e em termos razoáveis. Como os atuais proprietários são presentemente os mais competentes e sem dúvida alguma os mais capazes de desenvolver a região, parece justo permitir-lhes possuir ou reter áreas equivalentes a várias vezes a área que será vendida ou arrendada como uma unidade (Apud Souza, 2009: 191).

Nota-se, claramente, que no projeto de Eloy havia uma brecha para eliminar os obstáculos que aos grandes proprietários não interessava impor.[14] Como bem observa Carvalho,

> Aos grandes proprietários não convinha que o Estado valorizasse terras férteis para depois desapropriá-las e realizar a sua distribuição, segundo esquemas de colonização, aos produtores rurais sem terra. As terras deveriam ser valorizadas, sim, desde, porém que sobre elas não pesasse qualquer possibilidade (ou ameaça) de desapropriação (Carvalho, 1985: 302).

De fato, Facó (2009), ao refletir sobre a concentração fundiária e suas consequências, enfatiza que "causava horror às classes dominantes qualquer tentativa de quebrar o sagrado monopólio da terra" (p. 92). Nessas circunstâncias, parece, pois, razoável acreditar que o controle absoluto da propriedade da terra foi responsável pela ausência de projetos para introdução de trabalhadores estrangeiros. Certamente, não era do interesse dos grandes proprietários do Rio Grande do Norte dividir suas propriedades em lotes[15], conforme estabelecia o Artigo 23 do Decreto n. 528 de 28 de junho de 1890 (Iotti 2001: 452), que regularizava o serviço de introdução e localização de imigrantes no Brasil. Sintomaticamente, a pequena propriedade não era vista como solução para o problema da força de trabalho, como ocorria no estado de São Paulo. Claro que a carência de trabalhadores existia, sobretudo porque o Rio Grande do Norte, assim como o nordeste, de modo geral, sofria as consequências do infortúnio das secas. A mensagem do governador Alberto Maranhão, por exemplo, nos dá uma visão consolidada dessa situação:

> Os pequenos agricultores abandonam os lares tangidos pela seca; os trabalhadores a salário por igual escasseiam; e, em consequência, os senhores de engenho, que sofriam dificuldade por falta de braços, tendo podido suportar, sem abalo sensível, os efeitos da áurea lei redentora dos cativos, queixam-se, principalmente no Ceará-Mirim, de que o plantio e colheita das safras se têm tornado grandemente embaraçados, sendo para recear que este ano essas circunstâncias determinem o desaproveitamento de uma parte considerável das plantações (Maranhão, 1900: 19).

Para suprir a falta de braços nos anos das secas, a opção era reter a mão-de-obra dos flagelados, sedentos à procura de trabalho e comida, impondo-lhes condições de trabalho semi-servis (Facó, 2009).

Embora a situação fosse delicada, o que se percebe nos artigos publicados na imprensa é que havia um total desprezo pela introdução de imigrantes. Para se ter uma noção, exponho alguns exemplos relevantes:

> Num país em que se gasta anualmente milhares de contos de reis com a imigração de estrangeiros, seria lastimoso que se deixasse despovoar zonas habitadas e morrer à fome núcleos populosos, mais ou menos educados e afeitos ao trabalho nacional, por falta de auxílio de algumas centenas de contos de reis, que poderiam ser aplicados em melhoramentos

---

14 A Lei Epitácio Pessoa, de 25 de dezembro de 1919, teve como matriz o projeto de Eloy de Souza. Nela, a eliminação desses obstáculos foi apresentada de maneira semelhante.

15 É pertinente assinalar que, segundo Souza (1982: 47), para evitar a subdivisão de seus latifúndios, os senhores de engenhos do Nordeste "casavam seus filhos com pessoas da mesma classe, e, deste modo, asseguravam a perpetuidade da posse e a concentração da terra".

> públicos, com o fim de fornecer meio de vida pelo trabalho remunerado aos necessitados (jornal "A República", 30 de janeiro de 1892, Natal, Rio Grande do Norte).
>
> A prosperidade dos Estados do Sul é devida, em grande parte, à imigração estrangeira (...). A nossa população não tem o conhecimento industrial das populações europeias (...). Não levamos a indústria aperfeiçoada dos europeus, mas também não levamos os grandes crimes e os grandes vícios das velhas sociedades da Europa (jornal "Diário do Natal", 8 de junho de 1898,Natal, Rio Grande do Norte).
>
> Nessa marcha vertiginosa em que vai a emigração dentro de 4 ou 5 anos o Estado estará inteiramente despovoado, isto quando todos os outros procuram o povoamento do seu solo, atraindo imigrantes (jornal "Diário do Natal", 4 de dezembro de 1907, Natal, Rio Grande do Norte).

O tom de crítica registrado na imprensa rio-grandense-do-norte era nada mais que uma extensão do que ocorria nos debates parlamentares. Em várias passagens da obra de Janice Theodoro da Silva (1978), que se concentra principalmente na política potiguar no período da Primeira República, há demonstrações do posicionamento da classe governante em relação à mão-de-obra estrangeira. O deputado Eloy de Souza, por exemplo, faz uma proposta alternativa para o progresso do país: "tornar o Nordeste um celeiro reprodutor de mão-de obra em detrimento do braço imigrante europeu" (Silva, 1978: 99). Em outro momento, assinala Silva, "a bancada nordestina assume a posição de defensora dos interesses nacionais, negando a superioridade do trabalho dispendido pelos imigrantes" (1978: 104). Por sua vez, Juvenal Lamartine, que governou o Rio Grande do Norte entre os anos de 1928 e 1930, critica a política de imigração "onde o governo investe verbas enormes, ao mesmo tempo em que se omite na resolução do problema das secas" (Silva, 1978: 107).

Por ora basta dizer que tamanha aversão à imigração pode sugerir jogo de interesses: os recursos cedidos pelo governo federal nos períodos de secas eram canalizados por intermédio dos governantes, em troca de compensações. Essa era a ótica das relações entre oligarquias dos estados mais adiantados e dos estados menos ricos. O problema é que esses recursos nem sempre eram utilizados para os devidos fins, como já tive a oportunidade de assinalar em uma das páginas anteriores.

Para encerrar, o leitor mais atento deve ter sentido a ausência de uma discussão sobre a questão da mão-de-obra, afinal, a falta dela foi o motivo que levou os fazendeiros paulistas a importar trabalhadores europeus. De fato, minha intenção não foi realizar aqui uma análise desta questão, já exaustivamente discutida pela literatura, pois acredito que outras motivações, além do problema da mão-de-obra, devem ser verificadas, como pude demonstrar no caso do Rio Grande do Norte. De qualquer forma, convém fazer algumas observações.

Entre os estudiosos do tema, é ponto pacífico que, apesar da crise que o Nordeste enfrentava no final do século XIX, nem o tráfico interprovincial e nem a abolição da escravidão levaram à desarticulação da agricultura açucareira nordestina (Fragoso, 1990; Andrade, 2011; Eisenberg, 1989). Segundo Eisenberg,

> Enquanto no Sul foi sentida uma grande falta de braços, no Nordeste o problema era mais a disponibilidade dos braços existentes do que uma falta absoluta deles. Evidentemente, essa diferença tinha muito a ver com a presença, no Nordeste, dos flagelados (Eisenberg, 1989: 178-179).

Então, se o problema da ausência de projetos para imigração fosse a suficiência de mão-de-obra, o estado da Paraíba, por exemplo, que faz divisa com o Rio Grande do Norte, não estaria engajado em projetos imigratórios com outros estados[16], e, tampouco teria seu próprio projeto.[17] O Ceará, por sua vez, também divisa, não se

---

16 Decreto n. 1.986 de 7 de outubro de 1857, que "aprova o contrato celebrado entre o Governo Imperial e Associação de Colonização para as Províncias de Pernambuco, Paraíba e Alagoas, estabelecida na cidade do Recife". A meta era receber a importação de 25.000 colonos (Iotti, 2001: 221).

17 A Lei n. 24 de 25 de fevereiro de 1895, em seu Artigo 5°, autorizava a introdução de imigrantes (jornal "Correio Oficial", 7 de março de 1895, Estado da Parayba do Norte).

envolveria em campanhas para trazer imigrantes para seu estado.[18]

Concluindo, duas oligarquias dominaram o Rio Grande do Norte durante o período da Primeira República: a primeira foi comandada por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão por mais de duas décadas (1892 a 1914); e a segunda liderou a política efetivamente entre os anos de 1924 e 1930. No ínterim, ocorreu o que Spinelli (1992) denominou de "fase intermediária".

O poder dessas oligarquias estava alicerçado na propriedade da terra, cuja origem remonta ao período colonial, com a concessão das sesmarias. A esse respeito, merece atenção a questão das terras devolutas, palco de discussões e campo de manobras desde a aprovação da Lei de Terras de 1850. Não esqueçamos que, na ocasião dos debates parlamentares, o representante do Rio Grande do Norte se posicionou a favor da proposta do projeto de Lei de Terras. Embora esse fato tenha ocorrido algumas décadas antes do período estudado, 1889-1930, é impossível não caracterizá-lo como paradoxo, uma vez que representa um reflexo de tudo que não foi realizado pela classe dominante. Ora, ao estipular a demarcação de terras, a aquisição de braços livres com vistas na imigração, a aquisição de terras pelos estrangeiros, entre outros, a Lei significava, para essa classe, um severo golpe em suas prerrogativas oriundas do poder da propriedade da terra; estava fora de cogitação a possibilidade de ter terras desapropriadas e loteadas. Isso ficou evidente quando o deputado Eloy de Souza apresentou seu projeto de irrigação à Câmara dos Deputados; nele havia uma brecha que desobrigava os proprietários a desapropriar suas terras, mediante o compromisso de pagar as taxas de irrigação. Isto é, afastavam-se os obstáculos que aos proprietários não se desejava impor.

Nessas circunstâncias, a possibilidade de importar trabalhadores estrangeiros era praticamente nula, uma vez que seria necessário dividir as terras em pequenas propriedades, conforme estipulava o programa oficial de introdução e localização de imigrantes. Além disso, é visível a rejeição generalizada pela imigração, provavelmente fruto da influência da classe dominante que se colocava contrária a ela. Para os governantes do Rio Grande do Norte, era particularmente mais vantajoso que o governo investisse no problema das secas, e não na imigração, concedendo-lhes verbas.

De modo que, indícios levaram a crer que a falta de interesse dos governantes do Rio Grande do Norte em promover projetos de imigração para introdução de trabalhadores estrangeiros pode estar centrada no controle absoluto da propriedade da terra. No decorrer do trabalho, foi possível demonstrar que a iniciativa à migração internacional nesse estado estava, de fato, subordinada aos interesses das famílias (ou grupos) que detinham o controle da propriedade da terra e a liderança política.

Em suma, este artigo procurou contribuir com a possibilidade de abrir caminhos para novas pesquisas da temática no Rio Grande do Norte; questões pendentes carecem de estudos. No decorrer do artigo lancei algumas lacunas; resta ao pesquisador interessado investigar.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. (2011) *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 8ª ed. São Paulo, Cortez.

BELLO, José Maria. (1964) *História da República (1889-1954)*. 5ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

CARONE, Edgar. (1972) "Oligarquias: definição e bibliografia". In: *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, 12 (1), pp. 81-92.

_____. (1975) *A República Velha I (instituições e classes sociais)*. 3ª ed. São Paulo, Difel.

CARVALHO, José Otamar de. (1985) *O nordeste no semi-árido: questões de economia política e de política econômica*. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – vol. I.

18 Sob o título de "Imigração ao Norte do Brasil", o deputado cearense dr. José Pompeu de A. Cavalcante, enviou uma carta ao jornal "A imigração", dirigida ao senador Alfredo d'Escragnolle Taunay, um dos representantes da Sociedade Central de Imigração, solicitando a promoção da imigração europeia no Ceará (A Imigração, n. 27, dezembro de 1886). Houve debates interessantes, porém, nesse trabalho, não há espaço para ampliar a discussão. Aliás, há carência de trabalhos sobre a ação da Sociedade Central de Imigração no Nordeste.

CASCUDO, Luís da Câmara. (1955) *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura.

CLEMENTINO, Maria do Livramento M. (1990) *Complexidade de uma urbanização periférica*. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

COSTA, Emília V. da. (1999) *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo, Fundação Editora da UNESP.

DECRETO n. 77 de 28 de março de 1918. (1918) In: *Actos Legislativos e Decretos do Governo*. Natal, Rio Grande do Norte: Typ. d'A República, pp. 201-218.

EISENBERG, Peter. (1989) "A questão da mão-de-obra nos Congressos Agrícolas de 1878". In: *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX*. Campinas (SP), Editora UNICAMP, pp. 167-185.

FACÓ, Rui. (2009) *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.

FAUSTO, Boris. (1996) *História do Brasil*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Fundação para o Desenvolvimento da Educação.

FILHO, Joaquim Ferreira Chaves. (1896) *Mensagem dirigida pelo governador Joaquim Ferreira Chaves Filho ao Congresso Legislativo do Estado do Rio Grande do Norte ao abrir-se a 2ª sessão ordinária da 2ª legislatura – em 14 de julho de 1896.* Natal: Typ. d'A República.

FRAGOSO, João Luís. (1990) "O Império escravista e a República dos plantadores". In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 9ª ed. Rio da Janeiro, Elsevier, pp. 144-187.

GOMES, Ângela de Castro & FERREIRA, Marieta de Moraes. (1989) "Primeira República: um balanço historiográfico". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 4 (2), pp. 244-280.

HOLLOWAY, Thomas H. (1984) *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*.Trad. Eglê Malheiros. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

IOTTI, Luiza Horn. (2001) "Decreto n. 1986 de 7 de outubro de 1857". In: _____ (org.) *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS/Caxias do Sul, EDUCS, pp. 221.

_____. (2001) "Decreto n. 528 de 28 de junho de 1890". In: *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre, Assembleia Legislativa do Estado do RS/Caxias do Sul: EDUCS, pp. 452.

LEI n. 396 de 6 de dezembro de 1915. (1915) In: *Actos Legislativos e Decretos do Governo*. Natal, Rio Grande do Norte, Typ. d'A República, pp. 42-46.

MARANHÃO, Alberto Frederico de Albuquerque. (1900) *Mensagem lida perante o Congresso Legislativo do Estado na abertura da terceira sessão da terceira legislatura pelo governador Alberto Maranhão.* Natal, Typ. d'A República.

_____. (1911) *Mensagem apresentada ao Congresso legislativo na abertura da segunda sessão da sétima legislatura em 1 de novembro de 1911 pelo governador Alberto Maranhão*. Natal, Typ. d'A República.

MEDEIROS, Tarcísio. (1973) *Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte*. Natal (RN), Imprensa Universitária.

MOTTA, Marcia Maria Mendes. (1998) *Nas fronteiras do poder*: *conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura.

SILVA, Cláudia Christina Machado. (2006) *Escravidão e a grande lavoura*: *o debate parlamentar sobre a Lei de Terras (1842-1854)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SILVA, Janice Theodoro da. (1978) *Raízes da ideologia do planejamento: Nordeste (1889-1930).* São Paulo, Livraria Ed. Ciências Humanas LTDA.

SILVA, Lígia Maria Osório. (1997) "As leis agrárias e o latifúndio improdutivo". In: *São Paulo em perspectiva*, 11 (2), pp. 15-25.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. (1978) *Republicanismo e federalismo*: *um estudo da implantação da República Brasileira (1889-1902)*. Brasília, Senado Federal.

SOUZA, Antônio José de Mello e. (1920) *Mensagem lida perante o Congresso Legislativo na abertura da terceira sessão da décima legislatura em 1° de novembro de 1920 pelo governador Antônio José de Mello e Souza.* Natal, Typ. d'A República.

SOUZA, Eloy de. *Calvário das secas*. (2009) Mossoró (RN), Fundação Vingt-un Rosado.

SOUZA, Itamar de. (1982) *A luta da Igreja contra os coronéis*. Petrópolis (RJ), Vozes.

_____. (1989) *A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*. Edição comemorativa do primeiro centenário da Proclamação da República do Brasil. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal.

SPINELLI, José Antonio. (1992) "Coronéis e oligarquias na Primeira República". Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/spinelli_05.pdf , (acessado em jun. 2014).

Direitos humanos e imigração no brasil: a continuidade da semântica autoritária excludente na política legislativa brasileira e a inclusão como direito

Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Brasil
madwermuth@gmail.com

Mateus de Oliveira Fornasier
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Brasil
mateus.fornasier@gmail.com

Resumo: Este trabalho investigou a recente evolução da política legislativa sobre estrangeiros no Brasil, analisando as repercussões da temática da segurança nacional na legislação brasileira, buscando responder ao seguinte problema: que características se pode atribuir ao (des)respeito aos direitos fundamentais dos estrangeiros no Brasil, considerando-se os dispositivos da Constituição Federal de 1988 e a legislação a respeito disso? Como hipótese, considerou-se que, apesar dos grandes avanços atinentes aos direitos fundamentais na ora vigorante Constituição brasileira, verifica-se, na legislação pertinente aos estrangeiros, a continuidade de um discurso discriminatório, de subjugação à discricionariedade do Poder Executivo e em descompasso com o que o próprio Estado se propõe constitucionalmente. Primeiramente, buscou-se demonstrar que, historicamente, o Brasil administra o tema da imigração sob a influência dos discursos de segurança nacional na seleção utilitarista de mão-de-obra estrangeira. Logo após, analisou-se a ideia de Constituição conforme a Teoria dos Sistemas Autopoiéticos. Por fim, buscou-se definir pragmaticamente as ideias de Direitos Humanos e Fundamentais como modos de acoplamento não apenas entre Direito e Política, mas também de outros sistemas, o que torna possível maior respeito aos Direitos Humanos do estrangeiro no Brasil, a despeito da legislação ainda em vigor, quando analisado o texto constitucional.

Palavras-Chave: estrangeiros; segurança nacional; direitos fundamentais; teoria dos sistemas autopoiéticos.

Abstract: This work investigated the recent evolution of legislative policy on foreigners in Brazil, analyzing the repercussions of the issue of national security in Brazilian legislation. It was presented, as its problem: what features can be attributed to the (dis)respect of fundamental rights of foreigners in Brazil, being considered the dispositions of the Brazilian Federal Constitution of 1988 and the legislative acts about that? As its hypothesis, it was considered that, despite major advances related to fundamental rights in the invigorating Brazilian Constitution, it can be verified that, in the foreigners' act, there is a continuity of a discriminatory discourse of subjugation to the discretion of the Executive Branch and in disagreement with what the State constitutionally proposes to itself. First, we sought to demonstrate that, historically, Brazil have managed the issue of immigration under the influence of discourses of national security in utilitarian selection of skilled foreign workers. In a second moment, we analyzed the idea of Constitution in Autopoietic Systems Theory. Finally, we sought to pragmatically define the ideas of Fundamental and Human Rights as modes of structural coupling not only between Law and Policy, but also between other social systems, which makes possible greater respect for Human Rights of foreigners in Brazil, despite the legislation still in effect when analyzing the constitutional text.

Keywords: foreigners; national security; fundamental rights; autopoietic systems theory.

1 Considerações introdutórias

Em que pese o processo de redemocratização do Brasil ter ocorrido há três décadas, é notável uma reminiscência de comunicações, nem sempre correlatas ao momento histórico presente, que evidencia um processo (des) contínuo entre democracia e autoritarismo no país. Isto porque a retórica da segurança nacional e da defesa dos interesses nacionais é reiterada nas suas comunicações jurídicas e políticas.

Analisar estas contrariedades assume, então, especial relevância jurídica. Ora, se a ordem constitucional a partir de 1988 comunica acerca da intenção de democratizar a sociedade, isto significa incluir (e não discriminar, portanto) o estrangeiro com tratamento isonômico ao daquele destinado ao nacional. Dado o aumento de intensidade dos fluxos migratórios na sociedade global – ora provocada por conflitos e crises em outros países; ora facilitada pelos avanços tecnológicos no que tange aos transportes e à informação – e a mudança de paradigma do que seja a cidadania após o advento da globalização, incluir o imigrante nos sistemas comunicativos (Política e Direito, principalmente) significa efetivar concretamente seus direitos.

Este trabalho busca investigar a evolução da política legislativa recente do tratamento dos direitos dos estrangeiros no Brasil, mediante a análise das repercussões da temática da segurança nacional na legislação brasileira atinente à política migratória nacional. Assim, se atém à análise da evolução histórica da legislação brasileira que trata do estatuto jurídico do imigrante, desde o início do século XX até a mais atual proposta legislativa para tratamento da matéria, o Projeto de Lei da Câmara nº 6.556/2009.

O problema de pesquisa que lhe serviu de diretriz pode ser descrito sinteticamente da seguinte forma: que características se pode atribuir ao (des)respeito aos direitos fundamentais dos estrangeiros no Brasil, considerando-se os dispositivos da Constituição Federal de 1988 atinentes à matéria, bem como a legislação a respeito disso?

Como hipótese proposta ao problema apresentado tem-se que, apesar dos grandes avanços atinentes ao respeito dos direitos fundamentais no texto constitucional brasileiro de 1988 – que evoca, como fundamento do Estado, a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III); objetiva a promoção do bem de todos a despeito de qualquer forma de discriminação (inclusive a de origem) (art. 3º, IV); e que se rege, no plano das relações internacionais, pela prevalência dos direitos humanos (art. 4º, II) –, verifica-se, no plano legislativo de regulação da condição jurídica do estrangeiro no Brasil, a continuidade de um discurso totalmente discriminatório, de subjugação à discricionariedade do Poder Executivo e em descompasso com o que o próprio Estado se propõe constitucionalmente.

Diante desta situação, tem-se como necessária uma guinada pragmática em relação aos Direitos Humanos. A adoção de uma perspectiva de observação dos direitos humanos não apenas como constituintes de um discurso de obliteração ao intervencionismo estatal, mas sim, como componente do programa do sistema do Direito no Brasil é possível. Este componente, que objetiva, mormente, a inclusão da pessoa humana nas comunicações jurídicas e políticas, é diretriz normativa necessária para a possibilidade argumentativa de respeito aos direitos dos imigrantes em território nacional.

Primeiramente, buscar-se-á demonstrar, a partir do modo como o Brasil historicamente administra o tema da imigração, a influência dos discursos de segurança nacional na seleção utilitarista de mão-de-obra estrangeira no Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/80) e as reminiscências desse ideário no Projeto de Lei da Câmara nº 6.556/2009.

Num segundo momento, realiza-se uma análise do referencial da Teoria dos Sistemas Autopoiéticos no que tange à definição da ideia de Constituição como acoplamento estrutural entre os sistemas sociais comunicativos da Política e do Direito. Apresenta-se que a apresentação da Constituição de tal maneira permite visualizar a diferenciação funcional da sociedade moderna como sendo demonstração de menores possibilidades de violação de direitos pela política.

Por fim, buscam-se definições pragmáticas das ideias de Direitos Humanos e Fundamentais como modos de acoplamento não apenas entre Direito e Política, mas também de outros sistemas, a fim de que se possa propor a possibilidade de maior respeito aos Direitos Humanos do estrangeiro no Brasil, a despeito da legislação ainda em vigor, quando analisado o texto constitucional em consonância para com a matéria.

2 A retórica da segurança nacional como subterfúgio para a exclusão mediante o desrespeito aos direitos fundamentais do estrangeiro nas legislações brasileiras a partir do século XX

Um histórico de continuidade de práticas autoritárias e antidemocráticas no Brasil fica bastante evidente quando da análise das políticas migratórias que o país adotou ao longo da história. Isto porque essas políticas sempre foram marcadas por um caráter contraditório, mas ao mesmo tempo conciliador de duas lógicas diversas: de um lado, verifica-se historicamente uma discursividade acolhedora; de outro, práticas e medidas legislativas altamente seletivas e restritivas de direitos dos imigrantes.

Desde a época em que aportaram ao país os primeiros imigrantes europeus, exigia-se dos estrangeiros a conformação à imagem de «trabalhador honesto», qualificado para o trabalho e que assumia uma postura exemplar, o que significava, invariavelmente, o afastamento das questões políticas nacionais. É nesse contexto que surge a chamada «Lei dos Indesejáveis», criada em 1907, tendo por objetivo a expulsão de estrangeiros acusados de exploração sexual, vagabundagem, vigarice, delitos patrimoniais e, principalmente, anarquismo, «articulado como ameaça principal» mas que, às vezes, «aparecia combinado a outras ameaças mais difusas, que se opunham 'à segurança nacional e à ordem pública'.» Nesse contexto, «as referências a caftens, ladrões, mendigos e bandidos, juntamente com os anarquistas, reuniam diversas formas de não trabalho (assalariado) sob uma mesma denominação – indesejáveis – que ganhava, então, sentidos morais e políticos». (Gordo, 1918). Nos debates parlamentares da época «era evidente o temor provocado pela figura do anarquista estrangeiro, que corporificava o 'outro' da nação, devendo ser extirpado». (Schettini, 2012: 56).

Esta legislação pode ser considerada como mais um sintoma da repressão ao movimento operário, muito presente na época. Com efeito, os processos de expulsão de estrangeiros no período entre 1907 e 1930, de acordo com fontes históricas localizadas no Arquivo Nacional, demonstram a arbitrariedade e as injustiças cometidas contra muitos imigrantes, expulsos «por desemprego ou por participar em movimentos sindicais, sem qualquer direito à defesa» (Silva, 2007: 144), em uma clara manifestação de mixofobia (Bauman, 2009).

Na década de 1930 também se observam no país medidas restritivas à entrada de imigrantes internacionais, então como reflexo da crise econômica mundial vivenciada em 1929, que repercutiu na cultura cafeeira no Brasil. Estas restrições implicaram a fixação de cotas de imigração nas Constituições de 1934 (Brasil, 1934) e de 1937 (Brasil, 1937). Isto também se justifica em virtude da preocupação dos governantes da época com a instabilidade interna que poderia advir da formação de polos de imigrantes, o que eventualmente significaria o surgimento de uma economia, uma cultura e uma política paralelas (e até mesmo opostas) às do governo central (Lopes, 2009). Em razão disso, o primeiro Estatuto do Estrangeiro que vigorou no país, o Decreto-Lei nº 406, de 1938, determinava que «nenhum núcleo colonial, centro agrícola, ou colônia fosse constituído por estrangeiros de uma só nacionalidade» (Brasil, 1938).

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, os fluxos migratórios para o Brasil foram praticamente interrompidos, o que também pode ser analisado a partir de políticas restritivas de imigração adotadas na época, como, por exemplo, o Decreto-Lei nº 3.175, de 1941 (Brasil, 1941), que suspendia a concessão de vistos temporários ou permanentes para estrangeiros, salvo algumas exceções nele previstas. Na Constituição de 1946 (Brasil, 1946), o caráter restritivo e seletivo da política migratória também ficou evidenciado: o art. 162 do texto constitucional dispôs que a seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes seriam sujeitas, na forma da lei, às exigências do interesse nacional.

Na segunda metade do século XX, a imigração para o Brasil seguiu incipiente, sendo que tal fato, «associado à praticamente inexistente emigração, indicava que até meados dos anos 1980 o Brasil, em termos demográficos, poderia ser considerado um país fechado à migração» (Patarra, 2012: 10). Efetivamente, a partir da década de 1970, quando o país estava em franco processo de industrialização, com uma população praticamente concentrada nos centros urbanos, o interesse em atrair imigrantes decaiu consideravelmente. Além disso, a introdução da já referido doutrina da segurança nacional pelo regime militar inspirou uma legislação bastante restritiva dos direitos dos estrangeiros no país:

> O nacionalismo se convertia em anticomunismo e o país se *protegia* das influências internacionais. Aos estrangeiros eram impostas várias proibições na área política, de associativismo e de atuação em áreas consideradas estratégicas" (Lopes, 2009: 169).

Isso justifica, em parte, a desconsideração da imigração pelo texto constitucional de 1967, o que revela uma clara opção pela soberania estatal em oposição à autodeterminação pessoal, bastante clara na época da ditadura militar.

Hodiernamente, ao se consolidar como uma das economias mundiais mais importantes, o Brasil volta a atrair cada vez mais a atenção dos imigrantes. De acordo com dados estatísticos, «no período 2008 a 2011 o número de estrangeiros que obtiveram visto de trabalho/residência no Brasil aumentou em 60,0%, passando de 43.993 solicitações atendidas em 2008 para 70.524, em 2011» (Patarra, 2012).

Diante do anacronismo do Estatuto do Estrangeiro (Brasil, 1980) – resquício do período em que o país viveu sob regime diatorial –, o Brasil tem tratado a imigração de forma discricionária e truculenta, particularmente por meio da atuação da Polícia Federal, órgão responsável pelo atendimento dos imigrantes para o processamento de sua documentação brasileira.

Com efeito, os critérios para a concessão dos pedidos de visto e de residência não são previstos de forma apropriada no Estatuto ou em qualquer outra regra, o que acaba por abrir margem a uma avaliação subjetiva por parte dos agentes administrativos. A propósito, o art. 7º do Estatuto – demonstrando claramente sua herança ditatorial – dispõe, em seu inciso II, que a entrada do estrangeiro pode ser negada caso ele seja considerado nocivo à «ordem pública» ou aos «interesses nacionais». No mesmo sentido, os arts. 1º, 2º e 3º do Estatuto utilizam os conceitos indeterminados de «interesse nacional» e «segurança nacional», revelando, assim, a «tônica» da legislação.

Essa relação estabelecida pela legislação brasileira sobre imigração entre a entrada de estrangeiros no país e a «segurança nacional» evidencia a compreensão dos processos migratórios enquanto ameaça ou invasão, conceitos típicos de uma legislação de exceção. Ocorre que esses conceitos foram superados pelo advento da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), que prioriza a proteção aos direitos humanos em detrimento dos vagos «interesse nacional» e «ordem pública».

No que se refere à concessão de vistos, o art. 26 do Estatuto em vigor dispõe que o visto concedido pela autoridade consular configura mera expectativa de direito, de modo que o a entrada, estada ou registro do imigrante pode ser obstada nas hipóteses previstas no art. 7º – dentre as quais situa-se a já mencionada consideração do imigrante como sendo nocivo à ordem pública ou aos interesses nacionais – bem como quando se julgar sobre «a inconveniência de sua presença no território nacional, a critério do Ministério da Justiça» (Brasil, 1980).

Além disso, em que pese a Constituição Federal de 1988 dispor, em seu art. 5º (Brasil, 1988), que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, razão pela qual são garantidos tanto aos brasileiros quanto *aos estrangeiros residentes no País*, uma série de direitos fundamentais, o Estatuto do Estrangeiro (Brasil, 1980) ainda prevê restrições a direitos dos imigrantes. Seu artigo 106, inciso VII, prevê, por exemplo, vedação ao estrangeiro de «participar da administração ou representação de sindicato ou associação profissional, bem como de entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada». Por seu turno, o art. 107 do Estatuto, proíbe que o estrangeiro admitido no território nacional exerça atividade política ou que se «imiscua» – e a utilização do verbo imiscuir denota a consideração do estrangeiro enquanto um «intruso» pelo legislador – direta ou indiretamente nos negócios públicos do Brasil.

Vê-se, dos dispositivos citados, que os termos empregados pelo legislador nacional conferem uma ampla margem de discricionariedade para um julgamento subjetivo dos agentes públicos responsáveis pela concessão dos vistos. Essa subjetividade da interpretação dos dispositivos legais amparados em conceitos indeterminados gera uma grande insegurança jurídica para os imigrantes, que ficam à mercê de avaliações pessoais de agentes da Polícia Federal, órgão cuja lógica de funcionamento é a de investigação e combate à criminalidade.

O Projeto de Lei nº 5.655/2009 (Brasil, 2009), em tramitação na Câmara dos Deputados e que visa a substituir o Estatuto do Estrangeiro, demonstra estar assentado sobre o mesmo paradigma orientador do Estatuto de 1980. Na verdade, o projeto em questão representa apenas uma espécie de *atualização* do antigo Estatuto: mesmo que afirme o respeito aos direitos humanos (arts. 2º e 3º), em seu texto predominam dispositivos que demonstram privilegiar o primado do interesse nacional.

Isso justifica a permanência da proibição constante no art. 66, II, do Projeto de Lei, segundo o qual «não se concederá visto ou residência ou não se permitirá a entrada no País do estrangeiro» que for considerado «nocivo ao interesse nacional». A seu turno, o art. 67 do Projeto revigora a mera expectativa de direito a que se refere o art. 26 do Estatuto ora vigente, ao dispor que «a concessão de visto e a autorização de residência configuram mera expectativa de direito, podendo a entrada, a estada ou o registro do estrangeiro ser obstado nos termos desta Lei» (Brasil, 2009).

Os procedimentos administrativos previstos na redação do projeto permanecem extremamente burocratizados e verificam-se, ainda, alguns retrocessos, como o aumento do tempo necessário ao pedido de naturalização, que passa de quatro (art. 112, III, Lei nº 6.815/1980) para dez anos (art. 87, III). Em disposição que beira o absurdo, o art. 97 do Projeto reza que «o atendimento das condições previstas nesta Lei não assegura ao estrangeiro o direito à naturalização», o que significa dizer que, mais uma vez, o *alien* fica à mercê de juízos discricionários do Poder Executivo (Brasil, 2009).

A discriminação do estrangeiro também se evidencia no art. 4º do Projeto, que prevê que a política imigratória objetivará, primordialmente, a admissão de mão-de-obra especializada adequada à economia nacional (Brasil, 2009). Isso significa que a imigração é interpretada, do ponto de vista da política legislativa, a partir de uma lógica utilitarista, que coloca o imigrante na condição de um *objeto* ou *fator de produção* dentro da lógica do capital e do trabalho. Disto se infere que a estadia autorizada do imigrante é sempre inteiramente sujeita ao trabalho, «única razão de ser que lhe é reconhecida», de modo que se pode afirmar que «foi o trabalho que fez 'nascer' o imigrante, que o fez existir, e é ele, quando termina, que faz 'morrer' o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser» (Sayad, 1998: 55).

Um outro ponto do projeto de lei que merece destaque é a persistência, em seu art. 8º, da restrição aos direitos políticos dos imigrantes (Brasil, 2009). Olvida-se, aqui, que estes direitos já fazem parte do acervo de direitos de todos os cidadãos na maioria dos países democráticos. Na América Latina, as Constituições da Bolívia (Bolívia, 2009) e do Paraguai (Paraguai, 1991) admitem que o estrangeiro vote nas eleições municipais. No Uruguai (Uruguai, 1997) o direito de voto é conferido ao estrangeiro que resida há pelo menos 15 anos no país. A Constituição Chilena (Chile, 1980) estabelece que a lei poderá estender o direito de voto aos estrangeiros residentes há mais de 5 anos no país, apenas ressalvando a sua não obrigatoriedade nesses casos.

No caso do projeto de lei em discussão, as limitações não se restringem ao direito ao sufrágio. O art. 7º do Projeto estabelece outras inúmeras vedações, dentre as quais merecem destaque: a) ser proprietário de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens; b) ser responsável pelo conteúdo editorial e atividades de seleção e direção da programação veiculada em qualquer meio de comunicação social; c) ser proprietário ou explorador de aeronave brasileira; d) adquirir, em nome próprio ou de terceiros, terras em região de fronteira; e) ser proprietário, sócio ou empregado de empresa de segurança privada e de formação de vigilantes. É flagrante, em todas essas proibições, que o estrangeiro é visto como uma fonte potencial de riscos pelo legislador brasileiro (Brasil, 2009).

Esta consideração do migrante enquanto «inimigo potencial» também se extrai da análise do art. 6º do Projeto de Lei, que prevê que o estrangeiro «deverá comprovar sua estada regular no território nacional sempre que exigido por autoridade policial ou seu agente», o que significa a permanência de uma forma policialesca de tratamento da questão e que representa a criação de uma injustificável quebra do princípio da igualdade previsto no art. 5º da Constituição Federal (Brasil, 2009).

Estes poucos exemplos de tratamento discriminatório perpetrado pelo Projeto de Lei nº 5.655/2009 permitem evidenciar que a imigração no Brasil segue sendo compreendida enquanto problema, o que legitima que seja gerida em nível de segurança, fato que, por sua vez, impõe restrições injustificadas a direitos e garantias fundamentais dos migrantes. Relacionada a isso está uma compreensão coletiva do imigrante como sendo aquele que foge ao que é considerado natural – uma vez que aceita abandonar o universo familiar (social, econômico, político, cultural, moral, etc) ao qual pertence – e que, em virtude disso, aceita viver em terra estrangeira «com a condição de se convencer de que isso não passa de uma provação, passageira por definição, uma provação que comporta em si mesma sua própria resolução» (Sayad, 1998: 57).

3 Direitos fundamentais e Constituição: uma abordagem sistêmica

A partir da Constituição da República de 1988 estabeleceu-se na sociedade brasileira uma mudança significativa de concepções acerca do mundo circundante. Um dos mais significativos está grafado logo no início do seu texto, ao assinalar que a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos do Estado Democrático brasileiro, oficialmente instalado no Brasil a partir da sua promulgação. Não se trata simplesmente de uma nova Constituição, mas de um texto, carente, em seu conteúdo, de atribuição de sentido para que o projeto de sociedade nela inscrita efetivamente possa ganhar a realidade, transformando-a. O Direito, um dos principais veículos desta (r)evolução paradigmática social-constitucional, assume um lugar de destaque e, com ele, todas as suas formas de expressão (as suas fontes).

Nesse sentido, é importante observar nas Constituições que o paradoxo da diferença entre Direito e Política passa a não mais ser resolvido pela hierarquia entre direito divino, natural e positivo (que servira para a afirmação da soberania absoluta ao Estado), mas mediante a afirmação definitiva da positividade do Direito: «o Direito positivo bifurca-se em direito intangível e direito disponível» (Luhmann, 1991: 41). Assim, tanto para o subsistema parcial comunicativo político quanto para o jurídico, a Constituição surge como nova modalidade de diferenciação nas operações internas do sistema, entre a auto e a heterorreferência (Luhmann, 1996b).

A partir do ponto de vista jurídico, a Constituição seria o substituto funcional do Direito Natural, pois o «positiva». Já do ponto de vista político, seria o local onde o poder absoluto do monarca é substituído pelo reconhecimento dos direitos dos cidadãos como sendo limitação para o exercício do poder político. Assim, ela cria e limita, paradoxalmente, liberdades consentidas a ambos os sistemas. E, com isto, surge a diferença entre direitos humanos e direitos fundamentais, sendo que, nos idos do séc. XVIII, estes segundos assumem o significado de «direitos de liberdade positivados em uma ordem jurídico-política concreta, isto é, em um determinado Estado», enquanto os direitos humanos se tornam direitos inerentes ao próprio poder advindo da condição de pessoa (Magalhães, 2008: 41).

Apresentam-se, na diferença entre direitos humanos e fundamentais, pois, dois critérios quando do advento da ideia moderna de Constituição: um territorial (direitos fundamentais seriam reconhecidos no interior de uma determinada ordem estatal); e um temporal – ao serem fundados constitucionalmente os direitos fundamentais na sua projeção para o futuro, apresenta-se a possibilidade de sua efetivação no presente. Em outras palavras: «decisões presentes [tornam-se passíveis de serem] tomadas com base naquelas expectativas futuras que, por sua vez, podem vir a não se realizarem» (Magalhães, 2008: 42).

Verifica-se que as Constituições, na modernidade, significaram a unidade da diferença (ainda que precária e artificialmente) entre os sistemas do Direito e da Política, tendo sido o instrumental que impediu o fechamento da Política e do Direito em si próprios: um limita o outro, ao mesmo tempo em que ambos são livres para realizarem suas operações (até o limite do outro); contudo, cada um de ambos é autorreferente a operacionalmente fechado (apesar de cognitivamente aberto) (Magalhães, 2008: 43-44). Ao serem fundamentalizados (e fundamentalizáveis) nas Constituições, os Direitos Humanos adquirem significados diversos para o Direito e para a Política: enquanto para aquele os direitos tornados fundamentais são os pilares da própria Constituição, para este os direitos se traduzem em instrumentos políticos, «no duplo sentido de política instrumental – modificadora de situações – e de política simbólica – não modificadora de situações» (Luhmann, 2005: 548, tradução nossa).

Nas condições da sociedade moderna, entretanto, estando os Direitos Humanos a serem visualizados a partir dessa dupla perspectiva (fundamental, para o Direito; instrumental, para a Política), não se tornam capazes de integrar ambos os sistemas – e isto não apenas em decorrência do conflito igualdade/liberdade (ou soberania popular/direitos humanos): esta não convergência provém da própria diferenciação funcional, que coloca a cada sistema a função de resolver diferentes problemáticas sociais (e os direitos humanos passam a ser interpretados de diferentes maneiras por cada um deles). Aliás, aí residiria, também, a problemática do caráter puramente (ou muito mais) simbólico dos Direitos Humanos em diversas situações em que não se verificaria a sua efetivação: em muitas das regiões onde isto se daria, provavelmente o Direito não tenha se fechado operativamente a ponto de se tornar impermeável à influência do(s) código(s) de outro(s) sistema(s) social(is).

Mas a politização simbólica dos Direitos Humanos não pode ser atribuída à não diferenciação funcional,

unicamente. O Direito, mediante a constitucionalização, possui capacidade de simbolização da Política – e, em razão dessa capacidade (negativa), duas questões emergem:

> a) a instrumentalização da Constituição em desfavor da realização dos projetos apresentados constitucionalmente não é um privilégio dos países tidos como subdesenvolvidos;
>
> b) a possibilidade de instrumentalização dos Direitos Humanos com vistas ao seu não cumprimento é um fenômeno decorrente justamente da diferenciação funcional. Às situações de não efetivação dos Direitos Humanos deve se somar também, portanto, a corrupção dos sistemas (que pode ocorrer tanto no Primeiro Mundo quanto no Terceiro Mundo), «quando um sistema se recusa a funcionar com base em seu próprio código, tomando decisões referidas aos códigos de outros sistemas» (Magalhães, 2008: 46) (e isto inclui as mais variadas situações, desde a venda de decisões judiciais até a fundamentação de decisões no caráter «justo», e não jurídico, de algo).

Em razão da diferenciação Direito/Política, no que tange aos Direitos Humanos, novamente emerge o caráter paradoxal destes – sendo que, para que sobrevivam às Constituições e à «crise da soberania», novos fundamentos devem ser encontrados para eles: tanto a ideia de direitos naturais quanto a de fundamentalização mediante a positivação constitucional quedam-se insuficientes no atual contexto (mundializado ou, conforme a linguagem mais comumente utilizada, «globalizado»), tornando-se frequente falar-se num cosmopolitismo embasado na ideia de Direitos Humanos. Exsurge, assim, o discurso da desvinculação das referências territoriais, jurídicas e políticas estatais, vislumbrando-se que a expectativa ao redor dos Direitos Humanos é de que eles

> transcendam as fronteiras dos Estados, do poder e do direito estabelecido. Da mesma forma, reacendem-se velhas esperanças de que, pela via dos direitos humanos, a sociedade moderna possa encontrar um caminho para sua integração. Ou seja, que não apenas direito e política, mas também os outros sistemas sociais, como a economia ou a educação, possam se deixar regular pelo primado dos direitos humanos (Magalhães, 2008: 46).

É particularmente em razão disto que é possível afirmar que os Direitos Humanos, ao ser esvaziada a possibilidade de serem encarados como realidades (ontológicas), são ficções capazes de produzir realidades – ou seja, embora sejam paradoxais em sua natureza, são capazes de se desenvolverem operativamente (Magalhães, 2008: 47). A realidade mostra, assim, que mais relevante do que buscar os fundamentos dos Direitos Humanos ou identificar quais são as promessas não cumpridas feitas em seu nome, deve-se observar seriamente o que é *efetivamente produzido* conforme sua lógica.

4 Teoria dos sistemas autopoiéticos e a inclusão dos excluídos

Queda-se extremamente dificultoso para o Direito (mormente no que tange aos Direitos Humanos) observar as comunicações relacionadas àquilo que possa significar o humano. Estando inscritos no sistema jurídico, os Direitos Humanos são estabelecidos como expectativas normativas, caracterizadas pela não assimilação da decepção – diferentemente das expectativas cognitivas sobre as quais o sistema da Ciência se funda, expectativas estas cuja característica seria a tendência de aptidão à assimilação de desapontamentos (Luhmann, 1983: 58).

Ao se trazer a observação dos Direitos Humanos como sendo constitutivos de um manancial de significação para a práxis dos sistemas internos, estatais, do Direito; ao se observar decisões tomadas e teorias desenvolvidas por outros sistemas do Direito, oriundos de outras ordens estatais como modelo a ser reavaliado no diálogo entre ordens, e não como mero transplante de material alienígena; ao se reconsiderar a própria policontexturalidade e a hipercomplexidade normativas como características das possibilidades de comunicação, em que se podem visualizar catálises provocativo-transformativas do sentido jurídico das mais variadas ordens; estar-se-á diante de uma forma de observação de um Direito complexo para uma sociedade complexificada pelas transformações causadas no ambiente social pelos mais variados sistemas.

Seria mais coerente em relação ao atual estado de coisas, dessa forma, abandonar a ideia de fundamentação dos Direitos Humanos em uma semântica ultrapassada da moralidade, em prol daquilo que Luhmann (1996a:

466) denomina «danos da verdade»: uma sociedade altamente complexa, no qual o caráter científico passa a influenciar cada vez mais âmbitos sociais (e inclusive o Direito), não pode deixar de atribuir importância ao aspecto cognitivo das comunicações que estabeleçam pretensas verdades (exceto, por óbvio, quando a possibilidade de falseabilidade de tais comunicações ainda esteja por demais presente).

Assim, tem-se que «é preciso verificar o humano (e seus direitos) no presente, e não em uma semântica anterior» (Schwartz, 2012: 223). Não se pode pretender que haja uma fundamentação moral absoluta aplicável em todo o sistema global, se a relação entre os mais variados sistemas psíquicos com os demais sistemas se fundamenta em um sistema de produção de sentido específico em uma realidade extremamente diferenciada. Assim, mais profícuo do que remontar a ideia de Constituição a uma moralização decorrente de uma tradição histórica correlata ao advento da modernidade apenas, é ter em sua ideia a possibilidade comunicativa de efetivação dos direitos que ela positiva mediante a identificação de sua semântica à *pragmática* nela contida, acoplando-a estruturalmente a outros sistemas (educação, economia, saúde, etc.).

A situação de constante presença dos riscos em todos os âmbitos sociais torna compreensível o desespero por uma ética que inexiste de fato, ou por um conclame ético que pretensamente aponta para a necessidade de maior atenção aos riscos e perigos. Socialmente, o sistema da Ciência é o mais afetado por este tipo de comunicação. Não é possível vislumbrar, contudo, as repercussões que tais comunicações poderiam nela provocar, mas as irritações já se esboçam. Tal gama de ocorrências pressiona a Ciência à busca pela verdade como sendo arriscada (não obstante seja a verdade seu valor-diretriz positivo), e de que também se considere como responsável se o conhecimento vier a causar danos. Sem dúvida a sociedade se sente carente de uma instância que a represente como um todo, capaz de dizer apontar qual seria o comportamento eticamente correto e racional em situações arriscadas. Porém, a existência desta instância sequer é possível, pois a sociedade não pode pressupor uma representação da sociedade na sociedade (pois qualquer pretensão neste sentido estaria exposta à observação e à crítica) (Luhmann, 1996a: 467-468).

Ademais, não há uma unidade autopoiética que contenha todos os sistemas constitutivos humanos (psíquico, biológico e comunicativo) – mas isto não significa que o humano não exista: tal raciocínio apenas afasta a possibilidade de configuração absoluta de um antropocentrismo em nível de teoria sociológica (Luhmann, 1996a: 226). Com isto, tem-se que o essencial não é definir o que é o ser humano para os Direitos Humanos, mas sim, em conceber o sentido do humano na comunicação específica estabelecido pelo sistema do Direito – pois nenhum dos sistemas que se acoplam para constituir o humano o representa integralmente, sendo necessário conceber os três (corpo, psique, representação social) como importantes para a sua configuração.

O uso da expressão Direitos Humanos pretende fazer referência a uma noção surgida no contexto das revoluções liberais (Americana e Francesa, principalmente), e que se combinava ao conceito de cidadania, em sua origem, aos direitos dos membros de determinado Estado. Diferenciava-se da noção de direitos do homem, pois esta se ligava aos direitos de todos aqueles que detivessem a condição humana, independentemente da pertença a uma comunidade política (Neves, 2009: 249-250). Com o desenvolvimento das ideias acerca dos direitos, a ideia de liberdades negativas (em relação ao Estado) associada aos Direitos Humanos passa a ser desenvolvida também com as dimensões política (participar da escolha acerca do governo, em geral) e social (direitos, em *stricto sensu*, prestacionais a serem atendidos pelo Estado).

A partir da influência do constitucionalismo da Alemanha no primeiro quinto do século XX (mais especificamente com a promulgação da Constituição de Weimar, em 1919), passa a ser utilizada a expressão «direitos fundamentais» para se fazer referência aos direitos positivados e garantidos em Constituições estatais – sendo incluídos nesta categoria, porém, tanto os direitos de cidadania no sentido liberal quanto os direitos humanos (Schmitt, 1992). A partir de então passa a ser proposta a distinção entre Direitos Humanos internacionalmente protegidos (afirmáveis, inclusive, contra os Estados) e os direitos fundamentais garantidos constitucionalmente pelos Estados (Dimoulis & Martins, 2007). Mas seus conteúdos se entrecruzam nas categorias de direitos civis, políticos, sociais e novos direitos (transindividuais, principalmente) (Neves, 2009).

A abordagem luhmanniana acerca da matéria demonstra o esforço em se realizarem distinções entre ambas as categorias. Os direitos fundamentais (constitucionalmente positivados), assim, teriam a função de manter uma ordem diferenciada de comunicação (reagindo, assim, ao perigo da desdiferenciação) (Luhmann, 2010: 98-99). Apesar de, em suas primeiras obras, ter desprezado a noção de direitos humanos por considerá-los

«eternos», Luhmann passou, em suas obras posteriores, a dar ênfase ao fato de que «entre os mais importantes indicadores de um Sistema jurídico global está a crescente atenção dada à violação de direitos humanos» (Luhmann, 2004: 482, tradução nossa).

Já os direitos humanos guardariam relação direta para com o problema da exclusão – o que demonstraria que tais direitos seriam orientados para a inclusão do homem como pessoa nos sistemas sociais funcionais (especialmente no Direito) (Luhmann, 2004: 490). Contudo, em Luhmann é notável uma semântica restritiva dos Direitos Humanos, nela incluindo apenas situações de violação extrema à dignidade humana na sociedade mundial, tais como o desaparecimento (assegurado pelo Estado) de pessoas, expulsões e deportações forçadas, prisão, tortura e mortes contrárias ao Direito (com proteção e conhecimento de órgãos estatais) (Luhmann, 2004: 485-486).

Esta restrição proposta por Luhmann (e logo acima exposta) não parece justificável para Neves (2009: 452), que considera que, para além das violações extremas aos direitos humanos avalizadas (de uma forma ou outra) pelo Estado, também deve ser entendida como violação

> [...] a falta de condições mínimas de sobrevivência para grande parte da população na sociedade mundial de hoje, implicando como que uma exclusão social absoluta dos respectivos grupos humanos [...]. Trata-se do paradoxo da afirmação de expectativas normativas (contrafactuais) diante da própria prática que as contraria sistematicamente. A diferença reside no fato de que aqueles direitos humanos em sentido estrito, que se referem basicamente à proibição de ações violentas [...] contra indivíduos ou grupos, são suscetíveis de institucionalização e, sobretudo, contam com perspectivas de positivação e implementação processual em escala mundial, [...] enquanto os chamados direitos humanos de terceira geração são fragilmente institucionalizados, e as perspectivas de sua positivação e implementação processual em extensão mundial são negativas.

A interessante proposta do autor brasileiro é de que se definam primariamente os Direitos Humanos como sendo expectativas normativas destinadas à inclusão de *todos os seres humanos na sociedade mundial* – delineando-se como o acesso universal ao subsistema social do Direito (Neves, 2005). Este raciocínio acerca de tais direitos não se chocaria com a mais atual das concepções luhmannianas recém apresentadas, pois continua a ser sustentado que os Direitos Humanos reagem ao perigo da desdiferenciação – já que a manutenção de uma ordem diferenciada de comunicação na sociedade mundial e a orientação pela inclusão das pessoas nos sistemas funcionais (inclusive no Direito) são ideias intimamente ligadas (Neves, 2009). Em outras palavras, quanto menor for a exclusão de pessoas dos sistemas sociais, mais realizada estará a diferenciação funcional dos sistemas parciais da sociedade (Luhmann, 2004).

Nesta senda, tanto os Direitos Humanos quanto os fundamentais são respectivos à diferenciação da sociedade, que é ideia correlata, por sua vez, da busca pela inclusão da pessoa. A diferença entre as nomenclaturas (humanos ou fundamentais) residiria, assim, apenas no seu âmbito de pretensão de validade: enquanto os Direitos Humanos pretendem validade para o sistema jurídico mundial de múltiplos níveis (qualquer ordem jurídica da sociedade mundial, não apenas a ordem internacional), os fundamentais são válidos dentro de uma ordem constitucional determinada de um Estado (Neves, 2009).

Gunther Teubner (2006: 338-341, tradução nossa) propôs uma distinção entre direitos fundamentais e humanos, a partir do conteúdo de cada um: enquanto os primeiros seriam orientados para a *inclusão* da pessoa, os segundos se refeririam à *exclusão* do homem da sociedade, dando-lhe garantias de integridade dos seus sistemas biológico e psíquico em relação à sociedade (e seus subsistemas) – pois afirma que os direitos humanos «devem ser entendidos como possuindo uma diferença semântica das liberdades comunicativas pessoais, nomeadamente como garantias intentadas da integridade de corpo e mente» – e, nesta mesma senda, afirma o mesmo autor que «a questão dos direitos humanos no sentido mais estrito deve hoje ser vista como a periclitação da integridade de mente e corpo dos indivíduos por uma multiplicidade de processos comunicativos anônimos e, atualmente, globalizados».

Apesar do valor da análise de Teubner recém apresentada, parece ser menos intrincada e mais coerente a visão de Neves acerca do tema inclusão/exclusão, eis que, conforme afirma este segundo autor, «a garantia de integridade de corpos e mentes perante a sociedade, seus sistemas funcionais e as organizações só é possível se houver inclusão das respectivas pessoas» (Neves, 2009: 254-255) – ou, conforme afirmaria Luhmann, se a sociedade não tratar o homem como mera conjunção de psique e corpo, sem considerá-los dignos de personalidade, pois

> Enquanto no âmbito da inclusão os seres humanos contam como pessoas, no da exclusão parecem importar unicamente como corpos. Os mecanismos simbióticos dos meios de comunicação perdem seu ordenamento específico. A violência física – a sexualidade, a satisfação elementar e impulsiva das necessidades – se liberam e se tornam imediatamente relevantes sem passar pela civilização das recursividades simbólicas; expectativas sociais mais pretensiosas já não podem se enlaçar. (Luhmann, 2007: 501, tradução nossa).

Analisa-se, desta feita, que a violação dos direitos humanos perpetradas pela política legislativa brasileira, mesmo após o advento de uma ordem constitucional muito mais igualitária e sem discriminação de origem, se configura como uma exclusão jurídica tanto de direitos de não-agressão da parte do Estado (direitos de primeira dimensão) quanto direitos prestacionais da parte deste (direitos de segunda dimensão). Ou seja: o próprio Estado, provocado por comunicações de ordem global concernente a terrorismo (que reflexamente causa o anseio pela «manutenção da segurança nacional») acaba por se colocar em uma contrariedade tanto jurídica quanto política. A diferenciação entre Direito e Política, que se encontra coroada na ideia de Constituição como acoplamento estrutural entre ambos os sistemas ora tratados, cai por terra com fundamento em uma necessidade política pouco fundamentada no caso brasileiro.

Relega-se, assim, à definição pouco precisa decorrente da discricionariedade do operador administrativo, a semântica da segurança nacional – o que acaba por se configurar como excludente da fruição de direitos fundamentais e humanos do imigrante estrangeiro no Brasil, ao arrepio de uma ordem constitucional que se pretende, pragmaticamente, mais includente. Trata-se da excessiva politização da significação de postulados constitucionais mediante a legislação e a administração pública da questão – o que caracterizaria a «constitucionalização simbólica como sobreposição do sistema político ao direito». Em outras palavras,

> [...] a politização adiferenciante do sistema jurídico não resulta do conteúdo dos próprios dispositivos constitucionais. Ao contrário, o texto constitucional proclama um modelo político-jurídico no qual estaria assegurada a autonomia operacional do Direito. Mas no sentido em que se orienta a atividade constituinte e a concretização do texto constitucional resulta o bloqueio político da reprodução operacionalmente autônoma do sistema jurídico. Ao texto constitucional, numa proporção muito elevada, não corresponde expectativas normativas congruentemente generalizadas e, por conseguinte, consenso suposto na respectiva sociedade. A partir da sua emissão não se desenvolve uma Constituição como instância reflexiva do sistema jurídico. (Neves, 1994: 131).

Eis a caracterização sistêmica da situação de relegação da Constituição ao mero simbolismo, no que tange à regulação da situação do estrangeiro no Brasil. Trata-se da não concretização das expectativas normativas propostas quando da promulgação como fundamentos – dignidade da pessoa humana, mormente – e como objetivos da República – promoção do bem de todos, sem discriminações (inclusive, no que tange à origem das pessoas) – em prol de uma centralização política do controle social pelo Estado, herdado de tempos em que a democracia sequer era considerada realidade. Democratizam-se parcialmente tanto os sistemas da Política quanto do Direito, e como reflexo disto, o simbolismo constitucional é aplicável apenas em situações em que o interesse político o demanda.

5 Considerações finais

O Brasil historicamente acolheu milhares de imigrantes: primeiramente, os colonizadores; posteriormente, os trabalhadores, sejam eles escravos africanos ou, em um segundo momento, trabalhadores livres pobres europeus (e, em menor escala, japoneses), por meio de políticas que buscavam fomentar a imigração colimando o «branqueamento» da população. No intento de construção da «nação» brasileira, a sua própria população foi forjada, o que inviabiliza qualquer análise acerca da homogeneidade do povo brasileiro.

Com efeito, na época da sua colonização, o país funcionou como uma espécie de «área vazia» – particularmente após o extermínio massivo dos povos indígenas que o habitavam – cujo objetivo era funcionar como uma espécie de depósito dos excedentes que o progresso econômico produzia então na Europa. Em um primeiro momento, portanto, a imigração foi fomentada para atender aos interesses da corte de Portugal e garantir a ocupação do território recém descoberto. Não se pode olvidar, no entanto, que os holandeses, portugueses, franceses, espanhóis e, posteriormente, italianos, japoneses, chineses e latino-americanos que chegaram ao Brasil entre os séculos XVI e XVII, não podem ser considerados imigrantes na acepção literal do termo, pois foram enviados pelo governo de seus países com o objetivo de colonizar o país.

Posteriormente, o fluxo de escravos representou o mais numeroso conjunto de imigrantes forçados que aportaram em terras brasileiras. Estima-se que chegaram em terras brasileiras mais de três milhões de escravos, os quais também não são, em última análise, considerados migrantes, pois vieram para o Brasil trancafiados em navios negreiros.

Mais tarde, por volta do século XIX e até o primeiro quarto do século XX, em virtude da abolição da escravatura, uma nova leva de migrantes – agora sim adequadamente nomeados – começou a chegar ao Brasil, com o objetivo de atender a demanda crescente por mão-de-obra na agricultura e também na incipiente indústria nacional. Isso porque a abolição da escravidão no país não tinha por objetivo a incorporação dos ex-escravos à sociedade, o que criou a premência de atrair ao Brasil novos imigrantes, de modo a manter o funcionamento da economia eminentemente agrícola. Estima-se que no final do século XIX e início do século XX, o Brasil recebeu cerca de 4,4 milhões de imigrantes, originários, em sua maior parte, de Portugal, Itália, Espanha, Japão e Alemanha.

Evidencia-se, então, que no Brasil a imigração inicialmente foi tratada de uma forma bastante utilitarista, ou seja, vinculada inicialmente ao povoamento e, posteriormente, à substituição de mão-de-obra escrava e, reflexamente, constituição da identidade nacional. Paradoxalmente, ao caráter acolhedor do país em relação aos migrantes sempre correspondeu uma legislação bastante restritiva dos direitos desses estratos. O sujeito estrangeiro deveria se ajustar a uma imagem que se exigia dele, qual seja, a de pessoa honesta, de trabalhador qualificado e exemplar e de indivíduo ausente de questões políticas nacionais.

Como se procurou evidenciar no presente trabalho, essa foi a tônica orientadora da legislação sobre estrangeiros que foi se consolidando no país ao longo de sua história: acolhimento subordinado ao cumprimento de um papel, qual seja, o de trabalhador. Caso contrário, medidas repressivas eram *incontinenti* tomadas no sentido de fazer com que o imigrante deixasse o território nacional.

A lógica da «segurança nacional», orientadora da política migratória brasileira, reforça-se a partir do período em que o país passa a viver sob regime ditatorial. O Estatuto do Estrangeiro ainda em vigor no país, datado de 1980, impõe aos estrangeiros inúmeras proibições na área política, de associativismo e de atuação em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento e o interesse nacional.

Na contemporaneidade, mesmo com o advento do Texto Constitucional de 1988, que dispõe, em seu art. 5º, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, razão pela qual são garantidos tanto aos brasileiros quanto *aos estrangeiros residentes no País*, uma série de direitos fundamentais, o Estatuto do Estrangeiro em vigor tem servido como base para a implementação de práticas seletivas e truculentas pelos órgãos encarregados da imigração no país, uma vez que os termos empregados pelo legislador nacional conferem uma ampla margem de discricionariedade para um julgamento subjetivo dos agentes públicos responsáveis pela concessão dos vistos.

A recente polêmica envolvendo os imigrantes haitianos que aportaram ao Brasil serve para evidenciar o quanto a política migratória brasileira encontra-se defasada e, em razão disso, permite espaço para arbitrariedades e

truculências contra os migrantes, principalmente os que estão em situação irregular. Por outro lado, serve para demonstrar o quanto a mixofobia se encontra arraigada na sociedade brasileira, em detrimento dos discursos de acolhimento/hospitalidade que são constantemente utilizados quando se busca – ao menos ideologicamente – caracterizar esta sociedade.

Além disso, ainda se observa no Brasil uma percepção das migrações focada na ideia de segurança nacional, em detrimento dos direitos humanos. Com efeito, em boa medida a insegurança jurídica que os imigrantes enfrentam no Brasil decorre do fato de ficarem à mercê de avaliações subjetivas de agentes da Polícia Federal, órgão cuja lógica de funcionamento é a do combate à criminalidade.

Em âmbito legislativo, o Projeto de Lei em tramitação, e que visa à substituição do Estatuto em vigor – o mencionado Projeto nº 5.655/2009 –, demonstra estar assentado sobre o mesmo paradigma orientador do Estatuto de 1980, ou seja, o que coloca o imigrante em uma situação constante de suspeição, razão pela qual permanecem na redação do projeto dispositivos que criam situações de discriminação que contrastam com o disposto na Constituição Federal.

Em virtude desse panorama, o segundo momento deste trabalho abordou uma compreensão da configuração sistêmica da Constituição como acoplamento estrutural entre os sistemas comunicativos do Direito e da Política. Este acoplamento, ponto em comum de ambos os sistemas, encontra em si a possibilidade de limitação pragmática da atuação estatal – seja esta limitação entendida no sentido negativo (álea sobre a qual a atuação política estatal não pode influir em esferas jurídicas pessoais), seja entendida no positivo (de acordo com a qual o Estado se obriga a posturas de implemento em determinados pontos da vida pública) –, bem como a semântica em razão da qual se estabelece a fundamentação jurídica da ordem jurídica em relação à qual a Carta possui validade (ou seja, a base do "idioma jurídico" daquela ordem).

Disso impende-se que a Constituição pode ser instrumentalizada – o que implica no não-cumprimento de diversos dos seus postulados (principalmente no que tange à não-concretização dos Direitos Fundamentais que postula) ao sabor do contexto em que o país se encontra, comunicado, muitas vezes, por sistemas cujos código de operação sejam diversos do Político ou do Jurídico (tais como o Econômico).

Contudo, entende-se que, no atual cenário complexo de comunicações que extravasam as fronteiras territoriais (e, com isto, a suficiência no fundamento da soberania estatal), tem-se que o trânsito de pessoas e bens implica numa necessidade de maior positivação pragmática da ideia de Direitos Humanos no interior de ordens estatais.

Desta feita, uma legislação anterior à ordem constitucional oitentista democrática (ora em vigor), oriunda de um período em que a centralização estatal subjugadora das condições jurídicas pessoais em prol do autoritarismo, deve ser revisada em prol de princípios fundamentais que instituem a caracterização estatal de ordem que se pretende igualitária independentemente de preconceitos de origem. Não se trata somente de nova legislação: vislumbra-se, mesmo que por via tangencial ao exercício do legislador, a possibilidade técnico-instrumental jurídica (por via de ações) da declaração da inconstitucionalidade de várias práticas autoritárias relacionadas à concessão (ou manutenção) da possibilidade de permanência no estrangeiro no Brasil.

Nesse ponto, cumpre salientar a importância da 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio – Comigrar, iniciativa governamental que inova ao abordar a questão migratória no Brasil, por meio da mobilização nacional e internacional dos diversos atores interessados no tema, fomentando, assim, a discussão dos conceitos centrais da política migratória brasileira. A 1ª Comigrar foi realizada entre os dias 30 de maio e 1º de junho de 2014, na cidade de São Paulo, sob coordenação do Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Justiça/ Departamento de Estrangeiros-DEEST, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério das Relações Exteriores, com o apoio da Organização Internacional para as Migrações-OIM e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD. Objetivou-se, com a Conferência, reunir migrantes, profissionais envolvidos na temática migratória, estudiosos, servidores públicos, representações diversas que vivenciam a realidade da migração e do refúgio, para uma reflexão coletiva e elaboração de aportes para a construção da Política e do Plano Nacionais de Migrações e Refúgio. Participaram desta primeira conferência 556 delegados de 30 nacionalidades e 21 estados brasileiros. Foram 202 conferências regionais preparatórias, que contaram com a participação de entidades e movimentos sociais (45%), comunidade acadêmica (16%), brasileiros no exterior (13%), governo (11%), estrangeiros no Brasil (5%) e outros (10%). Mais de 2,8 mil propostas foram elaboradas pelos 5,3 mil participantes no total1. A Comigrar representou, portanto, um

1 Informações disponíveis em: <http://oestrangeiro.org/2014/06/04/comigrar-e-depois/>. Acesso em: 18 ago. 2014.

importante movimento de promoção da reflexão e do fortalecimento institucional de parceiros governamentais e não governamentais, além do engajamento de migrantes, refugiados, e representantes da sociedade no diálogo em torno dos temas relacionados com migrações e refúgio.

Nesse sentido, evidencia-se que a Comigrar representa um marco importante para a discussão do tema da imigração no país, em consonância com o Texto Constitucional. Efetivamente, a semântica dos Direitos Humanos (e Fundamentais) permite, na ordem brasileira, a *inclusão* da *pessoa* em vários sistemas: consideração de sua configuração jurídica e política como detentora de corpo (sistema biológico) e espírito (sistema psíquico), sobre a qual se comunicará como destinatária de ações políticas benéficas, à luz daquilo que a própria Constituição de 1988 se pretende (mormente, dignificação da pessoa e contextualização em prol de uma sociedade igualitária). A inclusão do estrangeiro (assim como de outros possíveis excluídos) se coaduna ao repto comunicativo de não se tratar o excluído como apenas sistema biológico (corpo), o qual é comunicado sem dignidade, como números de estatísticas negativas.

Bibliografia

BAUMAN, Z. (2009), *Confiança e medo na cidade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BOLÍVIA (2009), *"Constitución del Estado Plurinacional de Bolivia de 2009".* Disponível em: http://bolivia.justia.com/nacionales/nueva-constitucion-politica-del-estado/segunda-parte/titulo-v/capitulo-segundo/seccion-i/#articulo-220, [consultado em 14-8-2014].

BRASIL (1934), "*Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934",* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm, [consultado em 14-8-2014].

BRASIL (1937), "*Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937",* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm, [consultado em 14-8-2014].

BRASIL (1946), "*Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946",* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm, [consultado em 14-8-2014].

BRASIL (1988), *"Constituição da República Federativa do Brasil de 1988",* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, [consultado em 14-8-2014].

BRASIL (1938), *"Decreto-Lei nº 406, de 04 de maio de 1938",* Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html, [consultado em 14-8-2014].

BRASIL (1941), "*Decreto-Lei nº 3.175, de 1941".* Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm", [consultado em 14-8-2014].

BRASIL (1980), "*Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980",* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815compilado.htm, [consultado em 12-12-2014].

BRASIL (2009), "*Projeto de Lei nº 5.655/2009",* Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=91FEC9DE2FA2F83824F177AC481130EE.proposicoesWeb1?codteor=674695&filename=PL+5655/2009, [consultado em 25 set. 2014].

CHILE (1980), "*Constitución política de la República de Chile de 1980".* Disponível em: http://www.camara.cl/camara/media/docs/constitucion_politica.pdf, [consultado em 14-8-2014].

DIMOULIS, D.; MARTINS**,** L. (2007), *Teoria Geral dos Direitos Fundamentais.* São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

GORDO, A. (1918), *A expulsão de estrangeiros.* São Paulo: Espíndola e Comp..

LOPES, C. M. S. (2009), *Direito de imigração:* o estatuto do estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos. Porto Alegre: Nuria Fabris Editora.

LUHMANN, N. (2005), *El derecho de la sociedad.* Cidade do México: Herder, Universidad Iberoamericana.

LUHMANN, N. (1996a), *La ciencia de la sociedad.* México: Universidad Iberoamericana; ITESO; Anthropos.

LUHMANN, N. (1996b), "La costituzione come acquisizione evolutiva". In. ZAGREBELSKY, G.; PORTINARO, P. P.; LUTHER, J., *Il Futuro dela Costituzione.* Torino: Einaudi.

LUHMANN, N. (2007), *La sociedad de la sociedad.* México: Editorial Herder, 2007.

LUHMANN, N. (2004), *Law as a social system.* New York: Oxford University Press.

LUHMANN, N. (2010), *Los derechos fundamentales como institución:* aportación a la sociología política. México: Universidad Iberoamericana.

LUHMANN, N. (1991), *Sistemas sociales:* lineamientos para una teoría general. México: Allianza Editorial/ Universidad Iberoamericana.

LUHMANN, N. (1983), *Sociologia do Direito I.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

MAGALHÃES, J. N. (2008), "O paradoxo dos direitos humanos". *Revista da Faculdade de Direito - UFPR*, 47, pp.29-64.

NEVES, M. (1994), *A constitucionalização simbólica.* São Paulo: Editora Acadêmica.

NEVES, M. (2005), "A força simbólica dos direitos humanos". *Revista Eletrônica de Direito do Estado*, 4.

NEVES, M. (2009), *Transconstitucionalismo.* São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

PARAGUAI (1992), *"Constitución de la República del Paraguay de 1992".* Disponível em: http://www.constitution.org/cons/paraguay.htm, [consultado em 14-8-2014].

PATARRA, N. L. (2012), "O Brasil: país de imigração?". *E-metropolis:* Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles.

SAYAD, A. (1998), *A imigração ou os paradoxos da alteridade.* São Paulo: Edusp.

SCHETTINI, C. (2012), "Exploração, gênero e circuitos sul-americanos nos processos de expulsão de estrangeiros (1907-1920)". *Tempo*, 18 (33).

SCHMITT, C. (1992), *Teoria de la constitucion.* Madrid: Alianza.

SCHWARTZ, G. (2012) "O humano e os humanos nos direitos humanos. Animais, Pacha Mama e altas tecnologias". In SCHWARTZ, G. (org.), *Juridicização das esferas e fragmentação do direito na sociedade contemporânea.* Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora.

SILVA, E. S. (2007), "A 'não democracia' dos excluídos: alguns pontos da política imigratória brasileira", *Logos 27:* mídia e democracia, 14.

TEUBNER, G. (2006), "The anonymous matrix: Human Rights Violations by 'Private' Transnational Actors". *Modern Law Review*, 69 (3), pp. 327-367.

URUGUAI (1997), "*Constitución de la República Oriental del Uruguay de 1997".* Disponível em: http://www.constitution.org/cons/paraguay.htm, [consultado em 14-8-2014].

GT 93
As normas e padrões de conduta de militantes políticos presos no espaço lusófono no século XX: história, códigos éticos e memória

Campo de concentração do tarrafal: a ética da resistencia revolucionária.

Antónia Gato
Doutorando em Sociologia
agato@netcabo.pt

Resumo. O tema da resistência antifascista durante o regime do Estado Novo em Portugal, levanta algumas questões fundamentais, nomeadamente no que diz respeito às politicas de opressão extrema aplicadas sobre os presos políticos condenados a cumprir pena no Campo de Concentração do Tarrafal, entre os anos 1936 e 1954. Tomando como ponto de partida o testemunho deixado por um Tarrafalista sobre o seu compromisso com a resistência, pretende-se ponderar sobre os princípios éticos que orientaram a militância revolucionária dos presos politicos, levando-os a assumir com convicção o risco da clandestinidade, da prisão, das torturas e até da própria morte em nome do projeto ideológico a que aderiram. O testemunho deste resistente não se esgota no papel de "preso político" e extrapola a história de vida de quem não se deixou corromper, mesmo em situações de limite, para se entrelaçar numa memória coletiva que revela a importância e o sentido da luta política travada no país contra a ditadura.
Palavra-chave: Resistência; ética, ideologia.

Introdução

Este artigo tem como objetivo uma reflexão sobre as motivações e os valores que nortearam a conduta dos presos antifascistas face à realidade do Campo de Concentração do Tarrafal, bem como as formas que encontraram para expressar a promessa de resistir sem traírem os princípios ideológicos em que acreditavam. Para esse fim, coloca-se como questão a existência de uma "grandeza prisioneira" no interior do espaço prisional que, por um lado, permita compreender o sentido das interações entre os encarcerados e por outro, os recursos e competências que foram mobilizados como meios auxiliares para fazerem frente aos momentos críticos em que a sua humanidade foi colocada em causa.

Os referenciais teóricos adotados para observar os princípios legitimadores que determinaram o sentido da ação dos presos, repartem-se por alguns conceitos desenvolvidos por Goffman, que ressaltam os tramas de desqualificação institucional que encapsulam os resistentes, e a teoria das formas de justificação trabalhada por Boltanski e Thévenot (1991) que, mantendo-se ao nível microssociológico e construtivista, possibilita permear o estudo das *Instituições Totais* pelo estudo das controvérsias e das gramáticas morais que elas evidenciam e sobre as quais as pessoas são qualificadas, bem como estas manifestam capacidades reflexivas quer para justificar as suas práticas quer de crítica sobre a situação. Por outro lado, os autores utilizam a noção de prova como um operador analítico que liga e desliga a situação em que se passa a ação a um contexto social mais amplo, permitindo analisar como os tarrafalistas enfrentaram as duras provas que lhes foram colocadas quotidianamente pela instituição.

Contextualização.

O fascismo, os regimes totalitários e as ditaduras emergentes na primeira metade do século XX são um processo ideológico original na experiência histórica da Europa Ocidental. Em Portugal, o Estado Novo constitui-se como um regime autoritário pela mão de Salazar, vigorando desde a aprovação da Constituição em 1933 até ao golpe de Estado em Abril de 1974. Engendrado por uma política que rompe com os princípios da Primeira República, persegue o ideário de um Estado forte e poderoso capaz de superar as crises económicas e sociais através da aplicação de políticas austeras e totalitárias, que lhe concedem o monopólio ideológico dos direitos civis e políticos. Por isso o governo, ao ultimar o lote de decretos introdutores do corporativismo económico (nomeadamente o da fascização dos sindicatos), instituiu um complexo mecanismo de controlo político entre os quais: a aniquilação das liberdades públicas, supressão do pluralismo politico e democrático com a instituição do Partido Único (União Nacional) e o banimento da oposição organizada, criação do Tribunal Militar Especial e regulamentação do direito de reunião, da censura e modos de punição para os delitos políticos e sociais. Unificou ainda as corporações de polícia, fazendo surgir a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) devidamente armada para sufocar a previsível contestação lançada pelas organizações políticas e sindicais da oposição contra tão tenebrosas medidas legislativas – o que viria a acontecer a 18 de Janeiro de 1934 com o decreto da extinção dos sindicatos livres.

Como reação coletiva à privação de reconhecimento social, os movimentos operários organizados pelos Sindicatos - Confederação Geral do Trabalho (CGT) de cariz anarco-sindicalista; Comissão Intersindical (CIS) afeta ao partido comunista; Federação das Associações Operárias de Lisboa (FAO) do partido socialista e os sindicatos autónomos – proclamam uma greve geral com o desencadeamento de ações insurrecionais em vários pontos do país. Estas acabaram por não ser isentas de incidentes e dificuldades resultantes das enormes divergências que dilaceravam as organizações laborais. Um pouco por todo o país tiveram lugar greves parciais, explosão de bombas, sabotagens, mas tudo muito longe da insurreição generalizada que alguns pretendiam. Excetuando a Marinha Grande, onde o movimento adquiriu expressão, o fracasso foi inegável e sublinhado por dezenas de prisões, nomeadamente dos sindicalistas politicamente mais esclarecidos e preparados, entre os quais os principais dirigentes dos movimentos de oposição. Desde logo, o Governo sentiu necessidade de construir uma prisão especial em local de degredo, adequada a este tipo de presos que constituíam uma ameaça à consolidação do regime político idealizado por Salazar.

O Tribunal Militar Especial julga e classifica oficialmente os grevistas de presos políticos e sociais, que assim transitam de cidadãos comuns filiados em sindicatos que defendiam ativamente os direitos da classe trabalhadora, para a situação de criminosos políticos, estatuto coletivo que inesperadamente os esvazia de quaisquer direitos e os desqualifica enquanto seres humanos. É nos momentos de disputa, quando os seus valores são colocados à prova, que os implicados apreendem a nova condição social que lhes é atribuída e as consequências, ao que respondem criticamente: "Nenhum ato por nós praticado pode ser entendido de traição à Pátria ou qualificado de terrorismo político e só as condições de rigorosa censura inibe de nos defendermos e esclarecer a verdade, intencionalmente deturpada na referida nota oficiosa"[1], injustiça que nunca aceitarão e por isso prometem encontrar formas de "poder dizer, poder agir sobre o mundo, poder narrar e formar a ideia da unidade narrativa de uma vida, por fim, poder imputar a si mesmo a origem dos próprios atos" (Ricoeur, 2006:139.140), promessa cumprida nos testemunhos de vida que nos deixaram.

Percursos de Resistência.

O percurso prisional destes resistentes, permite demonstrar como as condutas éticas e as lógicas de organização coletiva podem ser preponderantes na construção de uma resistência moldada ao contexto do Campo de Concentração do Tarrafal, e como essa resistência constitui o valor, o padrão de medida que determina a grandeza dos tarrafalistas. O trajeto inicia-se nas prisões especiais do continente com o tradicional interrogatório que, entre chantagens e ameaças, rapidamente passa para um determinado tipo de punição, que nesta etapa não visa apenas o castigo corporal pelo ato que levou os sujeitos à detenção, destinando-se sobretudo a forçar informações que identifiquem pessoas e lugares onde a oposição ao regime se organiza. A

1 António Gato Pinto (AGP), militante anarco-sindicalista, preso na sequencia do Movimento Operário de 18 de Janeiro de 1934, deixou um espolio composto por diversa correspondência entre os próprios prisioneiros e a entidades externas, bem como memórias escritas pelo punho do próprio e de vários companheiros de prisão.

punição caracteriza-se por provas[2] de tortura com visibilidade física, como espancamentos, quebra de ossos, queimaduras, amputação de unhas, e outras atrocidades que associadas a provas de isolamento, têm a função de destruir a dignidade mas por vezes, levavam à aniquilação física dos encarcerados. A capacidade de resistência destes indivíduos assenta no conhecimento que possuem sobre as consequências que a sua conduta possa ter para os companheiros e para a luta em que se investiram. A responsabilidade para com o "outro" e para com a causa coletiva, é uma característica da grandeza revolucionária, impondo-se nesta situação, o dever moral da coragem de não recuar, nem desmoralizar no momento da luta em que se joga a vida e a liberdade, e assim, se tornarem modelo de militância de um ideal que tomaram como seu.
Os presos com mais responsabilidade na organização da greve são condenados a pesadas multas, acompanhadas de degredo numa das colónias à escolha do Governo sob o qual ficam à disposição. Condenados ao degredo, estes homens ficarão privados durante anos, por força da distância e da falta de recursos financeiros, da visita dos seus familiares e impedidos de se corresponderem livremente com o exterior, em virtude da rigorosa censura exercida sobre todo o correio expedido ou recebido, com frequência totalmente rasurado ou apreendido.
As prisões no degredo, tais como o Depósito de Presos de Angra do Heroísmo, para onde seguiu a grande parte dos implicados na insurreição do 18 de Janeiro, confinam a ação revolucionária ao espaço prisional e descontextualizam as práticas de resistência habituais nas prisões do continente - cantos revolucionários, greves de fome, passagem de informações para o exterior, planos de fuga – sem contudo as eliminar, antes, surgem ajustadas à nova realidade, renovadas e organizadas em função das circunstâncias específicas do campo prisional.

Instituições prisionais do Estado Novo.

Longo foi o roteiro das prisões e dos locais de deportação destinados pela Ditadura Militar e pelo Estado Novo aos resistentes. Na verdade, do Continente à Madeira e aos Açores, das Colónias de África a Timor, dos calabouços das esquadras de polícia e do Governo Civil aos primeiros e improvisados campos de concentração no interior inóspito de Angola e de Timor, dos vetustos fortes existentes no litoral do Continente e dos Açores ao Campo de Concentração do Tarrafal, todos ajustaram as suas características à formação de um cenário que correspondesse aos propósitos disciplinares traçados pelo regime autoritário, desde a arquitetura, os objetos nelas contidos e dispostos, a preponderância do fator distância que implica o afastamento dos presos da sua zona de conforto, que, sem a interferência da opinião pública e do apoio familiar ficam mais inseguros, isolados e esquecidos pela sociedade. Outro fator significativo é a localização e morfologia do lugar, desde a centralidade de que é exemplo o Governo Civil ou o Aljube em Lisboa, às que possuem fronteiras naturais capazes de destruir qualquer esperança de fuga aos prisioneiros, como é o caso da Fortaleza de São João Batista em Angra do Heroísmo, cuja muralha é rodeada pelo mar. Também a escolha do Tarrafal na Ilha de Santiago em Cabo Verde para a instalação da colónia penal respeitou os mais rigorosos critérios de localização.
A complexa máquina repressiva da ditadura é formada por dispositivos normativos e institucionais de uma prática política mais abrangente – as polícias e a censura, os tribunais e o emaranhado jurídico-repressivo, os presídios e a sua regulamentação – que espelha os procedimentos de repressão próprios das ditaduras europeias, tais como as semelhanças no funcionamento e nas justificações que presidiram à construção do campo do Tarrafal e os "campos de concentração" nazis, enquanto espaços concretos de contenção das resistências e meio onde os adversários políticos são forçados a prestar provas de grande sofrimento.
A execução imediata da instalação da Colónia Penal no Tarrafal destinada a presos políticos e sociais é decretada a 23 de abril de 1936, tratando-se de um projeto que visou aproveitar "os ensinamentos da ciência e prática penitenciária"[3], usufruiu do treino de testas-de-ferro, dos quais Manuel Martins dos Reis (capitão do Exército) recebeu o encargo de tirocinar na Alemanha a organização e os métodos praticados nos campos de concentração nazis. Após comandar na Fortaleza de São João Batista, coube-lhe a distinção de ser o primeiro diretor do Tarrafal, responsável por levar à prática os propósitos do regime fascista.

---

2 Boltanski e Thévenot atribuem à noção de prova o sentido de um momento critico, onde as pessoas têm que fazer escolhas que revelam os seus valores morais, considerados pontos de referencia sobre os quais são avaliadas.

3 O Decreto Lei Nº 26 539 de 23 de abril de 1936 oficializa a criação de uma «Colónia Penal» para os presos políticos e sociais.

Intimidar fortemente os opositores, aniquilar as organizações operárias e resolver a urgência em alojar os presos condenados por "crimes políticos que devam cumprir a pena de desterro ou que, tendo estado internados em outro estabelecimento prisional, se mostraram refratários à disciplina deste estabelecimento ou elementos perniciosos para outros reclusos"[4], são alguns dos motivos que supostamente determinaram a instalação de uma prisão em lugar longe da Pátria, perdida numa das ilhas do arquipélago de Cabe Verde. Preferencialmente escolhida por reunir as condições de segurança necessárias aos objetivos traçados, mencionadas na forma de fronteiras naturais que dificultam quaisquer intensões de fuga, de um espaço ermo e plano que separe os presos das populações locais e que facilite a vigilância severa, um clima tropical que torne os trabalhos forçados ainda mais penosos, enfim, o local adequado para isolar os presos do resto do mundo e simultaneamente propício à contração de doenças que contribuem para o castigo e para a eliminação natural dos internados. Importa aqui lembrar o efeito dos pântanos circundantes, a falta de água potável e as povoações de insetos que motivaram paludismos, biliosas e outras doenças por vezes mortais, que associadas à carência de medicamentos, à alimentação deficiente, às regras do campo e às relações de força com o exercício de maus tratos físicos e morais, fizeram do Tarrafal um "Campo da morte lenta".

Tarrafal: espaço de mortificação do "eu".

Designada por Colónia Penal de Cabo Verde, por Campo de Concentração do Tarrafal, Campo de Morte Lenta ou simplesmente por Tarrafal, esta prisão foi um depósito arbitrário de opositores do fascismo. Abriu as portas a 29 de outubro de 1936 para receber os primeiros 152 presos políticos, na sua maioria oriundos de outros estabelecimentos prisionais e selecionados por serem os mais combativos, os considerados pelos agentes da PVDE como os tais "refractários" à disciplina" e "perniciosos" para os outros reclusos, mas em boa verdade, foram escolhidos pela consciência revolucionária e pela capacidade de doutrina e de liderança, como aqueles que organizaram o Movimento Operário do 18 Janeiro de 1934, incluindo os principais líderes comunistas e anarquistas. Contavam-se também 34 jovens marinheiros, pertencentes à Organização Revolucionária da Armada (ORA) ligada ao Partido Comunista, envolvidos na derrotada "Revolta dos Marinheiros" de 8 de Setembro de 1936. Até ao encerramento do campo em 1954, continuariam a chegar e a partir mais de 20 levas de deportados.

Apesar da prisão destes revolucionários resultar de um comportamento convergente de oposição aos propósitos fascistas do regime, a população do Campo do Tarrafal é heterogénea, composta por militâncias em quadros de referência plurais e em alguns aspetos opostos, pelo que é preciso questionar que espécie de valores promoveram a coesão entre as ideologias revolucionárias, e de que forma motivam a ação coletiva e o envolvimento individual dos presos nas práticas de resistência. Para se entender o significado dos comportamentos intencionais de resistência no Campo do Tarrafal, é pertinente recorrer ao quadro teórico de Erving Goffman, cujo método de análise permite captar de forma sistemática a importância do contexto na experiência interacional, especialmente no domínio das relações face-a-face, onde os indivíduos gerem e operaram diversos papéis e comportamentos nos quadros organizacionais e sociais, designados pelo autor de "territorialidade interacional".

No campo prisional, a realidade é criada, recriada e imposta a partir de uma ordem social persuasiva, exercida nas relações que se estabelecem entre um grupo dirigente com autoridade e um grupo numeroso de presos que se pretende submisso, e para dar consistência a essa realidade, o mundo acessível aos presos é selado por uma lógica interna que reúne várias dimensões do conceito que Goffman define como *Instituições Totais,* por serem "um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada" (Goffman, 2003:11**).**

O primeiro aspeto é que o Campo funciona como uma barreira que separa os reclusos do mundo exterior e que pressupõe a sua 'morte civil', o que determina que a ação de resistência seja localizada, confinada a um espaço retangular com cerca de 200 por 150 metros e cercado por arames farpado, mais tarde é contornado por uma vala, cuja terra serviria para a construção do talude com 3 metros de altura que vai restringir o campo de visão dos presos, deixando-os ainda mais isolados. A esse processo inicial de mortificação do *eu,* segue-se um

4 Diário do Governo I série nº 94 de 23 de Abril de 1936

mecanismo destinado à mutação do *eu*, desde a transformação da identidade do indivíduo num simples número, até aos maus-tratos físicos que levaram à desfiguração pessoal. Os corpos dos presos deformam-se, adoecem e acomodam-se, fedem a suor, a vómito e à febre, embrutecidos e esfarrapados, revelam-se trágicas figuras do quotidiano de repressão que define o espaço. Mas o corpo é apenas o instrumento usado para a *manipulação da impressão*, destinada a destruir a dignidade e a conduzir os presos para uma *carreira moral* desqualificada, pois neste presídio, todos os "territórios do *eu* são violados, a fronteira que o indivíduo estabelece entre o seu ser e o ambiente é invadida e as encarnações do *eu* são profanadas" (Goffman, 2003:31). Os recursos acessíveis são outro fator determinante para singularidade do tipo de resistência que se vai formar no Campo do Tarrafal, despojados de todos os pertences pessoais, incluindo o da própria imagem, a preocupação dos presos é condicionada e de ordem ética, pois dela depende a sua integridade moral.

As situações reais ilustram como a clausura e partilha constante do território, transformam o espaço interacional num foco de constrangimentos e ameaças. Tomemos o testemunho sobre o efeito deprimente causado pela "presença dos soldados negros e polícias armados, que nos guardam dia e noite por cima do talude e dentro do próprio campo, somos obrigados a vê-los a toda a hora dentro do retângulo farpado que nos cerca"[5]. É uma vigilância cerrada que garante a disciplina e o controlo das práticas, muitas delas executadas em uníssono com os outros presos, como uma arregimentação. São exemplo disso, os rituais a cumprir dentro de horários rígidos que pautavam o dia-a-dia, logo pelas 5H da madrugada o campo do Tarrafal acordava com o som metálico das pancadas no carril, era o levantar, depois a formatura, o içar da bandeira, a seguir para os trabalhos e assim por diante até voltar a uma nova madrugada em que o mesmo recomeçava.

Sobre os presos recaíam todos os trabalhos necessários no campo e ainda outros serviços externos para onde seguiam sob escolta, como rachar lenha para a cozinha do acampamento, para o fogão do diretor e o da messe dos guardas. Também limpavam as retretes do campo e levavam os despejos até ao mar, trabalhavam arduamente na pedreira, muitas vezes inutilmente só para lascarem e carregarem as pedras debaixo do sol abrasador. Faziam de pedreiros, de carpinteiros, serralheiros, sapateiros, alfaiates, barbeiros, assim como outros serviços que eram concebidos pela equipa dirigente de forma a funcionarem como duros castigos a aplicar aos presos, o mesmo se passava em relação aos regulamentos humilhantes a que estavam obrigados, tais como o formar e tirar o chapéu sempre que o chefe dos guardas entrava no espaço. Ao controlo e *cultura de imposição* associa-se um sistema de severos castigos e de privilégios destinados a corromper a moral dos presos, dando conta do intenso processo de mortificação do "*eu"* a que são submetidos e da gradual tentativa de construção de um outro "*eu*" moldado ao sistema prisional. É através da mortificação do "eu", enquanto provas aplicadas sobre todos os presos, que se sustentava uma crítica radical, silenciosa mas eficaz para a concretização de acordos e compromissos, declarados ou implícitos, de resistência aguerrida contra as ideologias fascistas e contra quem as executa ou com elas colabora.

O fenômeno da resistência toma, neste contexto particular, um significado político de oposição aos propósitos do regime salazarista eliminar todas as formas de contestação. Define-se como uma ação exercida quotidianamente a nível individual e coletivo, orientada por intenções morais emanadas dos grupos formados no campo[6]. Desenvolve-se de modo informal e secreto, estrategicamente passivo e dissimulado, dado que o confronto aberto com aqueles que identificaram como inimigos lhes seria desfavorável, quando não fatal.

Limitada ao espaço prisional e condicionada pelos fracos recursos, a resistência revolucionaria, revela-se de forma imaginativa e improvável formando o laço que une todos os antifascistas dentro do Campo.

Tarrafal: Espaço de luta pela sobrevivência das ideologias revolucionárias.

Aparentemente, o isolamento em relação ao mundo exterior proporcionou a aplicação de *provas de mortificação do eu* tipicamente arbitrárias e adaptadas ao envolvente, onde todos os recursos acessíveis, nomeadamente os objetos – alojamento, vestuário, utensílios – fazem parte do veredicto que contempla a solidão, a carência de higiene e de cuidados médicos, alimentação depauperada, castigos quotidianos e sanções que lhes causaram graves danos físicos. No Tarrafal, o local privilegiado para o castigo de isolamento foi batizado de "frigideira" por se tratar de um cubículo de cimento construído em sítio ermo, exposto ao sol ardente durante o dia e ao

5 Espolio de A.G.P.

6 No campo existem dois grupos organizados ideologicamente: o comunista e o libertário.

frio rigoroso das noites, composto por duas celas sem ligação, sem janelas e com uma porta em ferro. No seu interior os presos cumprem vários dias de castigo, a temperatura é asfixiante e o ar escasseia, alimentam-se em dias alternados a pão e pouca água, dormem no chão de cimento coberto por areia que se crava nos corpos desprotegidos, feridos pelos espancamentos e expostos à mordida de várias espécies de bichos, prevendo-se como resultado a biliosa, perniciosa, paludismo e outras doenças infernais. Estes são alguns dos factos desapiedados que denunciam a intenção de eliminar os encarcerados, apesar desse propósito nunca ter sido assumido formalmente pelos agentes do Estado Novo.

Recorrendo à tese de Berger e Luckmann (2004) sobre os mecanismos de liquidação conceptual, que constituindo formas de conhecimento destinadas ao controlo da ordem institucional, também podem servir de base para a imposição de violências por meio das quais os situados fora do universo simbólico (ideologia que legitima a ordem institucional) de uma sociedade, são retirados do mundo.

Estima-se que o Campo de Concentração do Tarrafal tenha funcionado criteriosamente como um mecanismo de liquidação dos presos políticos, não de forma "violenta e chocante", mas testando-lhes os limites através de práticas de desumanização que lentamente desgastavam a moral de alguns e enfraqueciam os corpos de todos, facilitando os registos de mortes "naturais", pela incapacidade de resistência física aos efeitos das doenças. Sobre esse assunto, trazem à memoria as palavras tantas e tantas vezes ouvidas nos discursos que os diretores do Tarrafal dirigiam aos presos: "quem vem para o Tarrafal vem para morrer. [...] Vão todos cair como tordos![7]", e o médico Esmeraldo Pais Prata reforçava a sentença "não estou aqui para curar doentes, mas para passar certidões de óbito"[8]. Dito e feito, na realidade mais de três dezenas de revolucionários lá morreram em grande sofrimento. Por tudo isto, na visão dos presos**,** as ameaças dos diretores exibiam parte de um plano obscuro destinado a mitigar o impacto da morte dos opositores do regime, com um cemitério perto do Campo Prisional era tudo muito discreto, dispensava-se o ruído comovido das famílias inconformadas, não havia olhares curiosos a questionar como e porquê os antifascistas morriam na clausura, nem a necessidade de justificação pública sobre as ocorrências.

No Campo, os comportamentos adaptam-se à lei do mais forte, mas os presos compreendem que é necessário diferenciar aquilo que são obrigados a ser daquilo que realmente são, declarando: "não devemos deixarmo-nos vencer pela dor que nos mortifica e estilhaça o coração, porque se não reagirmos estamos completamente perdidos, esmorecer é sucumbir"[9], é preciso resistir à opressão e cumprir a promessa, atitude que está na origem do que Goffman define como sistemas de ajustamento secundário, práticas que proporcionam ao preso alguma satisfação e "escapar daquilo que a organização supõe que deve fazer e obter e, portanto, daquilo que deve ser. Os ajustamentos secundários representam formas pelas quais o indivíduo se isola do papel e do *eu* que a instituição admite para ele" (Goffman, 2003:160), e que demonstram como os presos possuíam uma clara consciência da situação a que estavam a ser submetidos. Apreende-se que, para além das tensões resultantes do confronto entre as disposições revolucionárias incorporadas pelos encarcerados e a repressão a que são submetidos, existe ainda uma tensão devida à dissonância entre essas disposições e a vontade consciente de evitarem o sofrimento que elas representam no contexto, e para isso adotam meios de defesa que na sua maioria se aproximam das *táticas de intransigência*, identificadas como um processo de resistências e de não cooperação com os objetivos da instituição.

É ponto assente, que todos aqueles que cooperaram ou que vieram a converter-se aos valores oficiais do regime, perderam a confiança e a estima dos pares, deixaram de ser um deles para se classificarem como desprezíveis "delatores", "bufos" ou "rachados", o que que significa que *traíram* a promessa de resistir. Questionando-se os motivos que levaram alguns dos presos a associarem-se aos opressores contra os próprios companheiros, a explicação converge para a falta de coragem e de dignidade ao julgarem ser esse o caminho mais viável para alcançarem a liberdade ou simplesmente para usufruírem de alguns benefícios. No entanto, não chegaram a três dezenas aqueles que realmente racharam e os falsos rachados[10], verificando-se que a maioria dos indivíduos que se deixaram corromper, não possuíam vínculo político no campo da luta antifascista. O que comprova a importância das ideologias na formação e organização da resistência no campo prisional.

---

7 Espolio de A.G.P.

8 Espolio de A.G.P.

9 Espolio de A.G. P.

10 Alguns presos faziam-se passar por rachados para usarem os privilégios, por exemplo, o contato com o exterior, para a troca de informações em proveito do organismo partidário.

Evocando a definição de ideologia como "um projeto coletivo de futuro social, antecipado num sistema de pensamento e numa ação política e propagado num círculo social mais ou menos amplo, a partir de um núcleo de líderes e intelectuais" (Nunes, 1969:56), é preciso acrescentar que estas intenções generalizadas, ainda que fragmentadas na sua multiplicidade ideológica, tornam-se um instrumento de solidariedade e de coesão entre os revolucionários, dos quais os presos políticos fazem parte, trata-se de um processo onde as "experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento". A questão da luta pelo reconhecimento é tratada por Axel Honneth (2009), numa perspectiva que permite compreender como as tramas de desqualificação institucional, que no caso encapsulam os resistentes enclausurados, levantam a problemática dos "registos de não reconhecimento", que enquanto registos de "desumanização" podem ser responsáveis pela produção de ordens de justiça em relação às quais, os presos recorrem para atribuírem uma lógica moral ao conflito social em que estão enredados.
A partilha de experiências negativas de desrespeito e negação de direitos, acrescidas da violação da integridade física afeta não só a imagem que os indivíduos têm de si como produz "sentimentos de injustiça" que desencadeiam um profundo sofrimento e razões para denuncias e disputas em relação à avaliação da "grandeza" com que são investidos. Constituindo uma forte hipótese para explicar o impulso contra o regime de Salazar e o engajamento em movimentos emergentes de ideologias radicais, como as comunistas e as libertárias, cuja militância é orientada para a transformação profunda da ordem social existente, colidindo com a dominação ideológica do regime de Salazar composta a partir de doutrinas fascistas, conservadoras e nacionalistas que defendem a manutenção de uma hierarquia rígida de posições sociais e econômicas, aniquilando sem contemplações, todas as tentativas de organização política contra o Estado Novo e, tal como os regimes fascistas europeus, toma o comunismo como principal inimigo, decretando tratar-se de uma epidemia que se instala na sociedade, corroendo os fundamentos da Pátria, da família, de tudo o que representa os "sentimentos mais elevados da alma humana e as aquisições seculares da civilização ocidental. Chegado o momento, desencadeia as paixões, excita os mais baixos instintos humanos e, incapaz de construir, só deixa na sua passagem a ruina das nações" (Decreto-Lei 27:058, Diário do Governo nº.230 de 30 de Setembro de 1936). Deste modo, as justificações incorporadas nos discursos oficiais dos representantes do regime Salazarista, sublinham determinadas gramáticas morais adequadas à legitimação dos seus argumentos, conferindo-lhes simultaneamente a necessária fundamentação ideológica.

Tarrafal: um espaço duas realidades.

Para Boltanski e Thévenot (1991) as provas são produzidas pelas instituições, e destinam-se a definir e a confirmar a realidade, essas provas com que os indivíduos são confrontados e que servem para os qualificar, são sempre de força mas sujeitas a procedimentos estandardizados com regras e justificações que se orientadas para o bem comum, aceites e respeitadas pelos intervenientes, tornam-se provas legítimas. Apoiando-nos nestes pressupostos e aceitando que, as prisões especiais no local de desterro podem ser classificadas como instâncias de conservação da realidade social existente e que o Campo de Concentração do Tarrafal é a expressão de uma ideologia que reclama a autoridade absoluta, desobrigando-se por isso de apresentar justificações consistentes sobre os procedimentos utilizados pelo aparelho repressivo para conter e aniquilar todas as formas de oposição. Então, as provas de *mortificação do eu* produzidas no Tarrafal ao objetivarem o desprezo pela humanidade dos encarcerados, não possuem os pressupostos necessários à sua legitimação, pelo que a *grandeza* dos presos enquanto revolucionários, só pode ser mensurada a partir delas, se forem revestidas de um sentido moral que as transforme em provas de grandeza.
Tomando o conceito de *grandeza*, que Boltanski e Thévenot definem como uma qualificação atribuídas aos seres, ordenando-os em relação a uma determinada escala de valor, conhecida e legitimada pelos intervenientes em situação. Coloca-se a hipótese dos presos se qualificarem entre eles, pela forma como enfrentam as provas de repressão e exteriorizam a conduta ética forjada nos movimentos revolucionários, que subordinada a princípios superiores coletivos (bens comuns legítimos) é entendida e aceite por todos os presos, constituindo a *unidade-referência* operacional em relação à qual são colocados em equivalência e qualificada a grandeza relativa de cada um. Ao mesmo tempo, ficam assegurados os padrões de justiça através dos quais se estabelecem os acordos e a definição das situações, existindo "uma relação circular entre a superioridade dos valores alegados nesse quadro limitado e o ato de reconhecimento que se expressa na participação nas provas de qualificação

ao longo de todo o processo de justificação" (Ricoeur, 2006:226). Com estas considerações, esbarramos numa questão de fundo: como entender a formação de um espaço de crítica e resistência, onde a autonomia individual é desconsiderada e qualquer desobediência aos propósitos dos carcereiros é logo sujeito a sanções negativas?
A interrogação suscitada, traduz-se em procurar nesse espaço substancialmente assente em críticas veladas, surdas e codificadas, como estas são restituídas, supondo que não se resumem a consequências negativas, mas a um largo espectro de intenções e finalidades, nomeadamente de reconhecimento, de disputas e solidariedades que contribuem para um compromisso de união e entendimento entre os prisioneiros. Disso é exemplo o seguinte excerto retirado de uma missiva que circulou clandestinamente por todos os presos, e que chama a atenção sobre a importância do acordo e da organização, advertindo: "convencidos como estamos de que, sem unidade dentro do acampamento, nós nem seremos capazes de salvaguardar os princípios mais elementares da nossa existência moral e material, quanto mais de tentar melhorar o regime prisional em que vivemos"[11]. Assim sendo, é previsível que a necessidade e as afinidades se convertem numa realidade paralela, em cujo cerne se reconstroem relações fundamentais de reconhecimento capazes de atribuir um juízo moral às provas violentas e arbitrárias a que são sujeitos, elegendo-as como provas modelo destinadas a testar a fidelidade de cada preso aos ideais revolucionários e a partir daí encontrar-se a *grandeza prisioneira* no Campo do Tarrafal.
Com a formação de um regime de justificação entre os prisioneiros admite-se que os diferentes grupos formados no campo, tenham coordenado as suas ações e na pluralidade construído o comum, onde o reconhecimento e a estima se jogaram a partir de um amplo quadro de valores, que Ricoeur (2006), define como *solicitude,* ou seja, o reconhecimento e a reciprocidade que tem como finalidade "uma vida boa", mas que só tem sentido, se for partilhada com e dirigida para os outros, ou seja, uma ética e uma moral que estão na base das instituições justas. Estamos perante princípios que cumprem e ressaltam as três exigências que Boltanski e Thévenot (1991) determinam para a legitimação das ordens axiológicas que designam por *cités*[12]: o respeitado pela humanidade comum, o acesso aos padrões de justiça e a uma ordenação dos seres segundo o princípio de *grandeza* estabelecido.
A capacidade dos tarrafalistas instituírem uma realidade paralela àquela imposta pelos carcereiros, é evidenciada nas narrativas sobre o quotidiano prisional como uma realidade que contém a firmeza e determinação dos presos em continuar a sua atividade revolucionaria a partir do local onde se encontram, ainda que para isso tenham que sacrificar a própria vida. As duas realidades disputam o mesmo espaço, onde todos os lugares e recursos acessíveis são de repressão, mas nesse mundo revolucionário só os presos políticos o habitam, mostrando-se competentes para traçar linhas de ação silenciosas e clandestinas onde imperam os seus valores. No entanto, as relações entre os encarcerados não funcionam de forma arbitrária, a grande maioria orientou as suas condutas de acordo com as regras e os valores emanados das ideologias comunistas e libertárias, que são justificadas através de "predicados ético-morais ligados seja à ideia do bem, seja à de obrigação, que permitem julgar e avaliar as ações consideradas boas ou más, permitidas ou proibidas; quando esses predicados se aplicam reflexivamente aos próprios agentes" (Ricoeur, 2006:119) de modo a serem aceites nos grupos em que se integram e aos quais dão corpo e vida. Aqui, existe uma distinção entre os presos políticos e aqueles que não possuindo um ideal que desse consistência moral à sua conduta, acabavam por tomar atitudes que não eram toleráveis para os outros presos e, por isso também lhes era vedado o acesso ao mundo revolucionário.

A realidade revolucionaria composta por grupos coesos e organizados.

Para os revolucionários a prisão era uma consequência previsível da luta política que encetaram contra o regime do Estado Novo, e por isso foi encarada como uma prova que precisavam enfrentar com dignidade e através da qual expressarem a sua lealdade à promessa de resistir, que depositária de confiança e de esperança, estabelece uma forte relação com o futuro. É com esta fé que os tarrafalistas se prepararam para suportar a opressão e manterem-se fieis aos seus princípios ideológicos, como o confessam: "Quantas e quantas vezes, encaramos as dolorosas horas de tortura física e moral como um êxtase do triunfo. O caos da nossa vida a tudo

---

11 Retirado de documento constante do espolio de A.G.P. intitulado " Orientações ao acampamento" onde se discute a elaboração de uma "carta elementar de conduta".

12 Boltanski e Thévenot definem o conceito de cités como ordens axiológicas em torno de princípios superiores comuns, que permitem aos atores desenvolver argumentos que legitimem as críticas e justificações, de modo a estabelecer acordos em situações de disputa, possibilitando uma ordenação dos seres através do princípio de equivalência (comparação), medida que define o valor relativo dos envolvidos na situação.

nos habitua, já não tememos a malária, a disenteria e outros males que nos cercam neste clima doentio"[13]. Pois, são animados pela certeza que as forças revolucionarias acabarão por vencer o fascismo, finalidade que vai para além dos seus interesses pessoais e que poderá confirmar a hipótese da existência de uma *grandeza prisioneira* no Tarrafal.

Conclui-se assim, que o objetivo do regime salazarista criar um Campo de Concentração para eliminar a ideia e ação revolucionária dos seus adversários políticos, não foi atingido.

Referencias Bibliográficas.

BERGER, P. e Thomas Luckmann (2004), *A construção social da realidade*, Rio Janeiro: Ed. Vozes.

BOLTANSKI, L. e Thévenot (1991), *De la justification: Les* économies de la grandeur*,* Paris, Gallimard.

GOFFMAN, E. (2003), *Manicómios, Prisões e Conventos*, Brasil: Ed. Perspectivas.

HONNETH, A. (2009), *Luta por reconhecimento:* a gramática moral dos conflitos sociais, São Paulo: Editora 34.

NUNES, A. S. (1969), *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento,* Lisboa: Moraes Editores

RICOEUR, P. (2006), *Percurso do Reconhecimento*, São Paulo: Edições Layola.

Espólio de António Gato Pinto disponível em: http://casacomum.org/cc/arquivos

Legislação: Diário do Governo, I Série, 1934 – 1939.

13 Espólio de A.G.P.

Mulheres no Campo de 'Concentração' de São Nicolau no Fim do Império Colonial Português[1]

Margarida Paredes[2]

Resumo: A partir de dados empíricos obtidos durante o trabalho de campo em Angola (2010) com ex-prisioneiras do Campo de 'Concentração' de São Nicolau no Namibe, esta comunicação vai refletir sobre as memórias de três mulheres com origens sociais distintas, duas de origem rural que foram deportadas do Kwanza Norte com as suas famílias, em 1969, incriminadas por levantamentos contra a Soberania Portuguesa" no fim do Império Colonial e uma estudante urbana detida pela polícia política, PIDE/DGS em 1973.
Com os seus testemunhos estaremos a dar voz a sobreviventes que pertencem a um grupo marginalizado pela História e que são quase sempre silenciadas nos discursos hegemónicos e investigaremos as mulheres num contexto prisional colonial, a vida no campo, o trabalho forçado, a interação com outros prisioneiros, a luta pela sobrevivência em situações-limite e a resistência à repressão e tortura dos carcereiros. Estes depoimentos vão abrir as portas "a las huellas de la herida colonial desde onde se teje el pensamento decolonial" (Mignolo 2007).

Palavras-chave: colonialismo, memória, prisioneiras, campo de concentração, repressão.

Introdução:

Desde que Maurice Halbwachs[3], o "pai" dos estudos de memória, conceptualizou a "memória coletiva" em 1920, defendendo que cada memória individual é um ponto de vista (no presente) de lembranças em constante reformulação, e atualizadas a partir de um conjunto de memórias coletivas, este conceitochave tem sido alvo de vários questionamentos. Nesta comunicação vamos trabalhar com um conceito crítico sobre o trabalho de memória, a memória cultural, em inglês "'cultural memory', term that accentuates the connection of memory on the one hand and socialcultural contexts on the other" (Erll 2010: 4). O conceito de cultura aqui é interpretado à luz da antropologia, que define cultura como a "community's specific way of life, led within its self spun webs of meaning" (Geertz *apud* Erll 2010: 4). De facto, a memória nunca é puramente individual mas sim construída em contextos socioculturais (Erll 2010: 5) e mediada pela linguagem. Esta abordagem vai permitir refletir não apenas sobre o que aconteceu, mas sobre as diferentes maneiras de recordar o que aconteceu (Erll 2010: 7). Por exemplo, sobreviventes da Guerra Colonial e da Luta de Libertação podem recordar a guerra como uma experiência traumática, mas podem também recordar a guerra como uma luta libertadora e emancipadora.
Duas das entrevistadas desta comunicação foram deportadas, ainda crianças, com as suas famílias, do Kwanza Norte[4] para a orla marítima do deserto do Namibe, na província de Moçâmedes, uma zona despovoada e sem qualquer agregado populacional, onde estiveram desterradas vários anos. Conheci as entrevistadas, exprisioneiras do Campo de Reeducação de São Nicolau,[5] anteriormente identificado como Campo de Trabalho de São

---

1 Uma versão desta comunicação faz parte da tese de doutoramento da autora "Mulheres na Luta Armada em Angola, Memória, Cultura e Emancipação" (2014).

2 Margarida Paredes, licenciada em Estudos Africanos pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e doutorada em Antropologia pelo ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa. margarida_paredes@yahoo.com

3 Halbwach, Maurice (2004), "A Memória Colectiva", São Paulo, Centauro

4 A investigação na Torre do Tombo revelou um único processo sobre São Nicolau: "PROCESSO DA PIDE/DGS, RESIDENTES DO CAMPO DE RECUPERAÇÃO DE SÃO NICOLAU, 22 DE MAIO DE 1972". Ponto 1. e 2. "Encontramse a cumprir medidas de fixação de residência no Campo de Recuperação de São Nicolau, 2.639 indivíduos, dos quais 568 são mulheres, 86 raparigas e 887 crianças (estas de idades até 12 anos)". Ponto 7. "Número de indivíduos que estão a cumprir medidas por a sua permanência no local de residência (Cuanza Norte), ter sido considerada inconveniente pelo Conselho Geral de Contra Subversão – 614".

5 Maria do Carmo Medina no livro *Angola, Processos Políticos da Luta pela Independência* (2005) revela que "Inicialmente terá estado em mente instalar em S. Nicolau um "Colonato Indígena" para nativos, na antiga fazenda

Nicolau ou Colonato de São Nicolau, mas sobretudo conhecido como o "Campo de Concentração de São Nicolau", através do "camarada Tinito", Constantino Manuel dos Santos, Presidente da Associação dos Antigos Combatentes e deputado do MPLA. O encontro começou com a entoação do hino nacional português em honra da pesquisadora. A deferência logo revelou o peso da memória colonial nas rememorações destas exprisioneiras. Antes de partirem para o trabalho forçado nas salinas, na salga do peixe, nas oficinas ou na agricultura, o dia no campo começava com a sujeição de todos os prisioneiros a uma disciplina militar. Primeiro, às cinco da manhã, a chamada e a formatura para a contagem dos presos, depois a obrigatoriedade de entoarem o hino nacional português. A cultura forçada da portugalidade, uma dos marcadores do Império, era imposta pelos carcereiros como a cultura dominante no campo. Foi em São Nicolau que as entrevistadas também aprenderam a falar a língua portuguesa.

Com estes depoimentos vamos continuar a abrir as portas à memória colonial ou, como diz Walter Mignolo, "a las huellas de la herida colonial desde onde se teje el pensamento decolonial" (in Grosfoguel & Gómez 2007: 29). Os depoimentos destas mulheres vão contribuir para contestar a fábula de que o colonialismo português foi inocente, para usar a expressão de Eduardo Lourenço, e são prova histórica de quem "esteve lá" e sobreviveu para narrar o que "viu" e cujo "dever da memória" temos obrigação de ouvir e registar.

1. Domingas Tito: "Não fomos direto para São Nicolau"

DOMINGAS TITO[6] (1959–) tinha 10 anos quando, no dia 4 de junho de 1969, entrou no campo de São Nicolau integrada num grupo de aproximadamente quinhentas mulheres desterradas "a título definitivo" das localidades do Terreiro, Quiaje e Bolongongo (Kwanza Norte). Acompanhou a mãe, Rosa Quibemba, para que esta cumprisse a pena a que fora condenada, sem a terem julgado ou lhe ter sido levantado qualquer processocrime, sendo a medida resultado de a sua permanência no local de residência, Kwanza Norte, "ter sido considerada inconveniente pelo Conselho Geral de Contra Subversão". A prisioneira foi considerada "perigosa" e o fim da pena, identificado como "indeterminado", segundo os elementos que constam no processo da PIDE/DGS "Campo de Recuperação de S. Nicolau", Caixa n.º 9158, fl. 22, n.º de ordem 985, na Torre do Tombo. Este campo, criado para aprisionar homens e mulheres "incriminados por levantamentos contra a Soberania Portuguesa",[7] "actividades subversivas" ou "apoio ao terrorismo", destinavase a impedir a revolta da população através do controlo absoluto dos prisioneiros, a sua punição e reeducação e revela o poder disciplinador do Estado colonial, conforme enuncia Foucault na sua obra *Vigiar e Punir* (2011 [1975]).

O testemunho de Domingas Tito, as memórias de uma sobrevivente – *eu estou aqui mas a minha mãe perdeu dois filhos em São Nicolau, sou a única filha da minha mãe porque os meus dois irmãos morreram lá* – são demasiado dolorosas e podem levar o leitor a questionarse sobre a sua veracidade. Muitos dos sobreviventes do *lager* de Auschwitz remeteramse ao silêncio porque receavam que os seus testemunhos não fossem credíveis se narrassem os horrores a que sobreviveram.[8] O respeito para com as vítimas obriganos a escutar as suas palavras, e este é o depoimento de Domingas Tito:

> *O que eu posso contar? Só posso contar a partir de 67. A gente estava no bairro a brincar e de repente escutámos tiroteio no rio Huengue onde catávamos a água. Afinal os tiros era um branco que estava a ser atacado e foi mesmo morto de certeza. Quem fez esse trabalho foram os irmãos Cambuta.[9] Depois desse branco que foi atacado nós também fomos levados nas matas, todas as pessoas do bairro foram*

---

adquirida pelo Estado à firma do Lubango, Venâncio Guimarães. Ela situavase na orla marítima à distância de 150 km por estrada, a Norte da capital do então distrito de Moçâmedes, a poucos quilómetros do rio de São Nicolau também conhecido por Bentiaba e ocupava uma área de 350 hectares" (Medina 2005: 111).

6 Domingas Tito foi entrevistada no dia 16 de maio de 2010 no refeitório do Hotel Globo em Luanda. Entrevista gravada em vídeo.

7 Proc. 4620 CI, dos Serviços Centrais da PIDE/DGS da Torre do Tombo.

8 Ver Primo Levi (1986), *Os que Sucumbem e Os que se Salvam*, Lisboa, Teorema.

9 "Irmãos cambuta" é uma expressão utilizada para identificar os guerrilheiros do MPLA. Este acontecimento inicial remete para o MPLA a responsabilidade da desordem que a vida da informante vai sofrer.

para as matas durante uns três meses. Aí nas matas onde nós estivemos era muito difícil, com aquela chuva toda e má alimentação a pessoa tinha que comer quando escurecesse e era preciso procurar assim comida. Eu também estava a ficar empapuçada, já estava a encher as bochechas devido à chuva e dormir mal por isso ninguém consentiu e depois de três meses começamos a fugir e um por um e apresentámonos outra vez no bairro. Assim que chegados no bairro de Mupanza encontrámos as casas queimadas, o bairro estava destruído e encontrámos também os carros do exército português. Os militares portugueses levaramnos nesses carros até uma povoação na comuna de Terreiro, lá nos deram de comer e quando acabámos, depois nos meteram de novo nos carros e viemos no bairro Pimbi. Esse tempo, todo o tempo que ficámos nesse bairro estávamos cercados por arame farpado, é uma bairro para prisioneiros, ficámos a partir de 67 até 68. Em 68 [10] fomos levados muito cedo de manhã a gente ainda estava a dormir, começaram a nos tirar das casa para próximo da estrada e lá vimos já muitos camiões na estrada, começaram a fazer chamadas e cada pessoa quando lhe chamassem tinha que subir no carro juntamente com a sua família. Então acabaram de fazer a chamada e nós todos subimos, fomos assim que meteram os carros a movimentar e chegámos no município de Bolongongo aí fizemos umas horas e mais tarde arrancámos mas não fomos direto para São Nicolau, fomos para uma roça chamada Cabinda do Golungo. Nessa Cabinda do Golungo levaramnos ali para sermos mortas. O que nos salvou é que os nossos processos adiantaram em São Nicolau e então o José João Baltazar de Lima que era o administrador viu os processos mas não viu as senhoras, então telefonou para o Salazar dizendo não estou vendo as senhoras, só tenho aqui os processos mas eu quero ver as senhoras que pertencem a esses processos. Nós já estávamos na Cabinda do Golungo, um sítio assim muito fechado mesmo com sangue nas paredes, era um armazém onde faziam trabalhos de matar pessoas. Havia sangue nas paredes, esqueletos assim no capim, aquilo dava um medo… Nós dormíamos assim mesmo no chão, assim mesmo com sangue. Minha mãe chorava de tanto me ver assim encolhida num cantinho, só de pensar acho que era a hora de eu morrer. Eu não queria morrer porque ninguém quer morrer mas eu só pensava a que horas vãome matar. No dia seguinte muito cedo, quando saímos vimos a mata fechada e uma máquina onde eles cortavam as pessoas, tudo cheio de sangue. Máquinas mesmo de cortar pessoas. Começámos a ver crânios de pessoas assim mesmo em frente de onde ficávamos a fazer as refeições. Nos davam comida, fuba estragada e peixe, era comer por comer só porque você tem fome se não aquela comida não dava prá gente comer. Quando chegasse a hora de dormir vinham os militares, tropas portugueses pegavam nas mocinhas que já tinham idade, pegavam e iam violar. Violavam as moças e depois traziam de volta. Assim quando fossem catar água também a violação assim, dentro d´água. Uma pessoa suportou isso tudo! Mas depois que o administrador de São Nicolau o José João Baltazar de Lima começou a insistir que tinham mesmo que aparecer as pessoas que pertencem a esses processos, a PIDE teve mesmo que nos tirar dali e fomos para São Nicolau. Postos em São Nicolau a violência também era muita, como posso dizer? Eu estou aqui mas a minha mãe perdeu dois filhos em São Nicolau, sou a única filha da minha mãe porque os meus dois irmãos morreram lá. Foi em São Nicolau que aprendi português. Às vezes a gente na sala estávamos a falar o nosso kikongo e o professor (que era um prisioneiro) dizia, deixem de falar português, como é que vocês vão aprender? É verdade, nós não sabíamos falar português, lá tinha muitas línguas diferentes. Saí de São Nicolau com 15 anos. Perdi a juventude, perdemos o nosso cafeeiro, a nossa casa, muita coisa. Fomos libertados em 74 em abril ou março,[11] não me recordo mais. A minha a mãe já não quis ir na província devido aos dois filhos que morreram em São Nicolau, ficou com desgosto. Depois ela fez gêmeos com o meu padrasto que conheceu no campo e teve receio de levar os gêmeos no mato porque às vezes chegava lá e podiam morrer. Lá também já não tínhamos mais família que podia nos acolher, por isso não adiantava a gente ir para a província e ficámos já aqui em Luanda com o meu padrasto.

---

10 A data não coincide com a do processo da PIDE/DGS.

11 O Campo de S. Nicolau foi encerrado em maio de 1974 depois da Revolução de 25 de Abril de 1974 e sob forte pressão de um movimento de protesto em Angola. Quando foi encerrado foi instaurado um processocrime contra o diretor, João José Baltasar de Lima. "As denúncias acusavamno dos seguintes factos: aplicação generalizada de castigos corporais, impostos com palmatória e chicote; extermínio físico de alguns detidos cujos corpos eram cremados; a existência de uma prisão onde os presos eram internados sem limite de tempo, e de ter celas tão exíguas que o corpo humano não se podia erguer nem deitar; existência de trabalhos forçados […] e do trabalho de 'gamela' em que os presos transportavam sal de um monte para outro, para de novo desfazerem o que tinham feito" (Medina 2005: 117).

2. Domingas Congo Jondila: "não tínhamos voz naquele tempo"

DOMINGAS CONGO JONDILA[12] (1954–) nasceu na aldeia do Pimbe, município de Bolongongo, na província do Kwanza Norte, filha de Congo Jondila e de Kussi Tita. O pai era camponês e guerrilheiro do MPLA. A primeira língua que a entrevistada aprendeu foi o kicongo, língua da mãe, e a segunda foi o kimbundu, língua do pai. A aldeia ficava numa zona de transição entre a etnia bakongo e a etnia mbundu. A entrevistada nasceu a 17 de março de 1954 mas o Bilhete de Identidade refere 1956 como ano de nascimento.

> *Quando chegámos a São Nicolau, então homens iguais que estavam presos lá,* […] *cortaram a idade das crianças por causa da escola para podermos aprender a ler e a escrever.*

No processo da PIDE da Torre do Tombo não consta o nome da mãe da informante e também não nos foi possível confirmar se a prisioneira n.º 875 (fl. 20), identificada como Domingas Kongo, deportada a 4 de junho de 1969, será a entrevistada.

> *A minha mãe morreu na cadeia, fiquei sozinha, assim que ela morreu não tinha para onde ir, a ordem que tínhamos recebido lá, todas as mulheres que foram presas não podem voltar na área de origem porque são terroristas, foram apanhadas na mata.* […] *O meu primeiro filho nasceu em 1972 com um preso igual, que encontrei no cerco, no arame farpado, Alberto Diogo Ventura; era de Malange, da Baixa do Kassange, foi apanhado no Hospital Central no Huambo, era farmacêutico.*

A morte da mãe da entrevistada deve ser anterior à redação, em 1972, do relatório dos residentes em São Nicolau, por isso o seu nome não consta na referida relação dos presos. Em contrapartida a jovem Jondila, nesse ano, já era mãe e é provável que tivesse deixado de ser considerada "familiar" de presa e tivesse sido "elevada" ao estatuto de prisioneira.

Domingas Congo Jondila tinha oito anos quando se refugiou nas matas, em 1961, juntamente com a família, na 1.ª Região PolíticoMilitar do MPLA:

> *Naquele ano houve muita repressão. Desde 1957 o irmão mais velho do meu pai era tropa da India, Vitor Kimwanga, e quando veio começou a treinar os outros. Da aldeia saíram seis camaradas para a India[13] e outros tinham ido para S. Tomé como tropas. Quando voltaram a nossa aldeia já estava desenvolvida, tinha as suas armas, Moser e Canhangulos e eles estavam a trabalhar com elas. Quando houve a repressão colonial foram todos presos e nós fugimos para as matas em 1961, éramos da clandestinidade e as crianças trabalhavam com os papás. A vida era precária porque tínhamos sempre bombardeamentos, quando as bombas caíam as pessoas eram enterradas no abrigo e as árvores eram queimadas. Foi muito sofrimento, só cozinhávamos à noite por causa do fumo não subir no ar e os aviões verem o fumo e a comida tinha que dar para o dia todo. Vestíamos 'roupas de pau', descascávamos a casca de árvores da mata e fazíamos a roupa. O rio Dange era onde nós lutávamos, estávamos a lutar com o comandante Bomboko do MPLA.[14] Nós estávamos em zonas, não podíamos nos acumular porque podiam nos apanhar. O nosso grupo tinha 15 elementos que tinham arma e seguravam o povo. Depois também fomos presos* […] *em 1967, depois de um bombardeamento dos aviões que começou em maio e foi até julho. Nesse bombardeamento contei 14 aviões. Quando fugíamos dos bombardeamentos dos aviões, colocávamos num balaio, folhas verdes, facas, catanas, sal e gindungo, e ao sol dizíamos: 'Terra é nossa, fica nosso amigo e não fica nosso inimigo'. Nos bombardeamentos fechávamos as mãos com terra dentro, fechávamos os olhos e não mexíamos mesmo que uma cobra te picasse e assim o inimigo bombardeava ao lado. Com o bombardeamento o povo ficou disperso e começaram a nos apanhar, a tropa voluntária, os GE, Flecha e milícia. Nos puseram no Golungo Alto em Ndalantando e depois fomos para a vila de Bologongo cercados de arame farpado, tipo campo de concentração e ficámos lá um ano. O exército português é que tomava conta dos presos. Ali éramos tratados mesmo mal, se hoje queremte matar é matar mesmo. Só podíamos ir lenhar ou procurar comida nas lavras com guia de marcha e marcadas as horas, se atrasasses era tiro na cabeça. Aconteceu com o meu irmão, tava a vir*

---

12 Domingas Congo Jondila foi entrevistada no dia 16 de maio de 2010, no refeitório do Hotel Globo em Luanda. Entrevista gravada em vídeo.

13 Sobre os angolanos incorporados nas "Companhias Indígenas" do exército colonial português e que foram enviados para a India como soldados, ver um trabalho da Associação Tchiweka de Documentação publicado pelo *Novo Jornal* na edição de 30 de dezembro de 2011, intitulado "Memória angolana da resistência anticolonial em Goa", pp. 4 e 5.

14 Referência à coluna Bomboko enviada para a 1.ª Região com 180 homens armados.

da lavra e atrasou com a guia, antes de chegar onde estava o guarda lhe deu um tiro e morreu. O meu irmão, Mário Kongo, era chefe de casa e tinha três filhos, o povo seguiu para o quartel mas como não tínhamos voz naquele tempo, ficou em nada, ficou em nada. Desde o tempo colonial não faltou violações, o exército também violava. Eu se metia debaixo da cama e a minha mãe deixava as portas abertas e eles só levavam as galinhas.

A entrevistada foi levada para São Nicolau em 1969 e descreve a sua visão do campo:

A entrada era em São Nicolau 2. São Nicolau 1 'tava no meio, a administração fazia o balanço de todos os presos, quando entraram, quando morreram e onde estavam. São Nicolau 3 era a cadeia principal. Antes de mandarem para São Nicolau 1, primeiro tínhamos que sofrer na cadeia. A fragata chegava aí e em São Nicolau 3 você ia descarregar e às vezes ia no basculante de areia.[15]

Na cadeia morreu lá minha avó, Tita Bengue, meu avô, morreu lá minha mãe, Kussi Tita, morreu lá minha tia. Morreu muita mulher, morreram de porrada, de pancada mesmo, batiam muito. O Camacho matava mal, se não levantasses para ir para o trabalho matava dentro de casa.

Precisamos mesmo de um livro para contar a nossa história. Na escrita uma pessoa não esquece … como a pioneira angolana sofreu, onde ela passou, o que ela fez… porque hoje estãonos a dizer: – São vocês todas que lutaram? Vocês eram crianças, fizeram o quê? Será que a história do Ngangula é mentira? A nossa história é mentira? Nós ficámos sem pais e mães. Fizemos o trabalho que os velhos fizeram com duas camboa e um tamborão rachado no meio para tirar água do mar e subir com ele para meter a água num tanque de peixe de três metros. Você passava o dia inteiro a encher o tanque e o Sr. Rui esvaziava o tanque. Lá não havia água, a água que bebíamos vinha no carro, lá não existe rio nenhum. Saí de lá em 1974 no tempo da amnistia do dia 25 de abril.

A entrevistada hoje vive no bairro da Cuca, numa casa de tijolo sem reboco ou saneamento básico e com eletricidade "puxada" de um poste, casa que visitei uma vez e onde me apercebi que, para sobreviver, Domingas Congo Jondila cata garrafas de vidro nas lixeiras do musseque, lavaas e depois vendeas na fábrica de vidro, a Vidrul. Uma existência de miséria cujo passado no campo de concentração contribuiu para esta dimensão de sofrimento em que a entrevistada vive: *Cada angolano teve o seu sofrimento, todo o angolano sofreu mas angolano da 1.ª Região sofreu mais, crianças e tudo.*

3. Ruth Adriano Mendes: "Essas putas pensam que vão conseguir a independência"

RUTH ADRIANO MENDES[16] (1955–), brigadeiro das Forças Armadas Angolanas na reforma foi artilheira das FAPLA antes da independência. É deputada da bancada parlamentar do MPLA e foi eleita para a atual legislatura em 12.º lugar da Lista Eleitoral do partido. Licenciada em economia pela Universidade Agostinho Neto, foi coordenadora da subcomissão de Economia e Finanças na Assembleia Nacional na legislatura anterior. Nascida em Luanda, no dia 28 de janeiro de 1955, é filha de um expreso político detido de 1961 a 1964 na cadeia de S. Paulo, Adriano António Mendes, enfermeiro das brigadas contra a tripanossomíase africana. Ruth Mendes pertenceu a uma célula clandestina do MPLA no Bairro Popular e, depois de uma frustrada tentativa de fuga aos 17 anos para se juntar ao movimento no exílio, foi presa no último trimestre de 1973, na sequência de prisões efetuadas aos membros da célula em que militava, o GETRA, Grupo de Estudantes e Trabalhadores Angolanos. A entrevistada foi estudante da Escola Comercial e após vários meses presa na cadeia de S. Paulo foi deportada pela polícia política para o campo de São Nicolau:

---

15 S. Nicolau 1 era conhecida por "Fazenda", S. Nicolau 2 por "São Tomé" e S. Nicolau 3 por "Salinas", e segundo a descrição oficial "o primeiro tinha o posto de comando e o reduto, as habitações dos 'desterrados' cercadas de arame farpado, as residências dos empregados, torres de vigia e combate, a cadeia, a arrecadação do material de guerra, etc. O segundo tinha a área de habitação dos 'desterrados' enquadrada por torres de vigia e combate. As salinas encontravamse na costa, a uma distância de 10 km do campo, junto ao Farol da Ponta Grossa e nelas estavam igualmente as habitações destinadas aos 'desterrados', cercadas de arame farpado, com torres de vigia e combate, centro de arrecadação de material de guerra, caserna dos guardas, etc" (Medina 2005: 113).

16 Ruth Adriano Mendes foi entrevistada nos dias, 10 e 16 de maio de 2010, no refeitório do Hotel Globo em Luanda. Entrevista gravada em vídeo.

> *Quando se convenceram que não íamos ceder e colaborar com a PIDE, deportaramnos para a cadeia de São Nicolau, na então província de Moçâmedes, no dia 28 de janeiro de 1974, dia do meu aniversário. Eu e a minha prima Isabel João Miguel Sebastião fomos as duas primeiras jovens de um centro urbano e estudantes a serem deportadas. Foram deportadas 157 pessoas, das quais 155 eram homens e duas meninas.*

Maria Carmo Medina, figura notável da luta nacionalista em Angola, foi advogada de defesa de réus do "Processo dos 50" em 1960, e num livro editado 2005, *Angola, Processos Políticos da Luta pela Independência* relata que as prisões sobre a população indígena e assimilada faziam parte do quotidiano da vida colonial: "Estava incluído dentro dos poderes atribuídos às autoridades administrativas coloniais, o de poder prender arbitrariamente o 'indígena sob qualquer pretexto e sem necessidade de formalização de qualquer processo'" (2005: 47).

Ruth Adriano Mendes, antes de ser desterrada, foi vítima de maus tratos e tortura moral e física:

> *Na prisão de São Paulo fui espancada, bateramme muitas vezes, fui insultada com nomes feios, 'essas putas pensam que vão conseguir a independência' ou 'depois vailhes acontecer o mesmo que às outras putas que foram mortas pelos próprios irmãos'. O instrutor do processo, José Vieira, perguntoume se eu não sabia que os angolanos se andavam a matar uns aos outros, após o que lhe respondi que só os angolanos que estavam feitos com a PIDE faziam isso. Eu era rebelde, terrorista como nos chamavam. Puseramme de castigo na célula 5, onde acabei por desmaiar. Como ainda era menor de idade e a Amnistia Internacional ia visitar a prisão, fizeramme regressar à minha cela.*

Na colonização portuguesa, as mulheres que fugiam ao controlo social e político, mulheres que tivessem a veleidade de se envolver, como os homens, na luta nacionalista e na política, eram apelidadas de "prostitutas" ou "loucas", identidades do discurso social profundamente depreciativas destinadas a inferiorizar e excluir. Derrogações como "cabras ou putas das terroristas" inferiorizavam duplamente, como agentes da luta anticolonial e como mulheres, para usar o conceito de "dupla colonização" de Stephanie Urdang (1973).[17] A violência da linguagem deixa adivinhar que a luta das mulheres pela independência nacional abalava profundamente o edifício colonial.

A guerrilheira Deolinda Rodrigues, identificando como Anne McClintock (1995) que a mulher africana no colonialismo sempre teve uma identidade marcadamente sexual, escreveu antes de morrer no meio de grandes tormentos, no campo de Kinkuzu, Congo, onde estava detida, um poema intitulado "Inquirindo", onde aparece esta dimensão estereotipada que o "inimigo", neste caso a UPA/FNLA, atribuía às prisioneiras do MPLA*:* "Carrasca de upistas / na espia dos tugas / prostituta mulher metida em política / aqui estou etiquetada disso / inquirindo o fim deste pesadelo" (Rodrigues 2003: 243).

Quando deportados, os prisioneiros foram transportados por via marítima no barco Uíge, e à chegada ao porto do Lobito, amontoados num espaço reduzido, corpo contra corpo, sem lhes ter sido permitido satisfazer necessidades básicas. Um "amigo como irmão" do pai da entrevistada, um "mais velho" que pediu para ir à casa de banho, ficou profundamente abalado quando os carcereiros sugeriram que se *aliviasse nas jovens*. Primo Levi na obra *Os que Sucumbem e os que se Salvam*, referindose à vida quotidiana no *Lager*, diz que "a ofensa ao pudor representava uma parte importante do sofrimento global" (1986: 112).[18] Nas prisões e nos campos de concentração, humilhar e ferir a dignidade dos presos eram intenções deliberadas e precisas destinadas a punir e desumanizar os detidos.

Os prisioneiros chegaram a São Nicolau ao fim do dia, transportados em autocarros ou em camião de caixa aberta como se fossem animais:

> *... o autocarro parou em frente ao 'Arame', uma cadeia dentro da cadeia. Os presos quando chegavam passavam por uma etapa, uma espécie de castigo onde as condições de detenção eram mais rigorosas e o trabalho mais difícil, a transportar sal das salinas ou trabalhar na pedreira, mas a nós, às meninas, não nos puseram no Arame. Os presos estavam perfilados em frente ao Arame, quando um companheiro nosso, José VanDúnem, que infelizmente já não pertence ao mundo dos*

---

17 Stephanie Urdang, em *A Revolution Within a Revolution* (1973), cita Carmen Pereira, para quem as mulheres africanas tiveram que lutar contra dois colonialismos, ou seja, internamente contra estruturas patriarcais e externamente contra contextos imperialistas.

18 O holocausto usado como metáfora de outros crimes contra a humanidade.

ivos,[19] ali mesmo, na presença dos guardas, perguntou os nossos nomes e de onde éramos. Apresentouse e disse que também era de Luanda. Não o conhecia mas já tinha ouvido falar dele, tinha sido tropa no Bié e sabia de quem era filho. À noite ficámos em casa de um preso, uma casa de capim e pauapique, dormíamos no chão em cima de uma esteira. Nessa noite alguém nos trouxe uma lata de Cerélac, despejámos o conteúdo e encontrámos um bilhete do Zé VanDúnem que dizia para termos cuidado, que no campo havia informadores e indicavanos pessoas de confiança com quem podíamos falar, como o Bornito de Sousa,[20] o Carlos Manuel Mesquita Octávio e outros. Este grupo era conhecido no campo como "os meninos bonitos de Luanda" porque eram originários de Luanda, estudantes do liceu e eram jovens difíceis de corromper. No dia seguinte fizemos o registo e fomos aliciadas para sermos informadoras do diretor do campo, o que recusámos. Puseramnos a trabalhar na salga do peixe, a pisar farinha de peixe e ainda tínhamos que regar as plantas ao longo da estrada, na intenção evidente de nos castigarem.

Em São Nicolau encontrámos um grupo de senhoras da 1.ª Região, Nambuangongo, Dembos, Quibaxi, Bologongo e Piri, os maridos tinham participado nos acontecimentos de 1961, o 4 de Fevereiro e o 15 de Março, e a tropa portuguesa pegou nelas e puseramnas num quartel. Começaram a nascer muitos mulatos sem pai, vítimas de violações. Não sei se a Amnistia Internacional começou a fazer perguntas, então foram enviadas para São Nicolau como presas políticas. Estas senhoras foram um grande exemplo para nós. Tinham sido presas sem culpa formada, estavam resignadas, nem reclamavam porque sabiam que se reclamassem o castigo seria pior. Ao princípio não acreditavam em nós porque pensavam que éramos informadoras mas depois ficámos com uma ligação muito forte e elas até tinham pena de nós porque não estávamos habituadas ao trabalho forçado. Só soubemos do 25 de Abril no dia 27 de abril e depois fomos das últimas pessoas a sair do campo a 14 de maio de 1974 por solidariedade com este grupo de mulheres, porque caso houvesse um volte-face da situação política elas já estariam fora da cadeia. Demos prioridade aos detidos que estavam no Arame, às senhoras da 1.ª Região e aos presos de São Nicolau 2.

Sobressai nas memórias de Ruth Mendes a recusa em colaborar com a PIDE na prisão e no campo de concentração, o que Primo Levi chama a "zona cinzenta" (1986: 39) para descrever os prisioneiros que colaboravam com as autoridades policiais.

Depois de ultrapassada a desconfiança inicial entre as camponesas do Kwanza Norte e as estudantes de Luanda, este depoimento deixa entrever que, mesmo num "campo de concentração", face à violência mais arbitrária, sujeitos ao trabalho forçado e a um regime militarista e cruel, os prisioneiros conseguiam descobrir formas de solidariedade e de sobreviver à desumanidade.

Concluindo, a história e a memória colonial portuguesa têm sido alvo de operações de esquecimento e rasuras deliberadas, o que a historiadora francesa Myriam Cottias (1998) chamou, referindose à escravatura, "La politique de l'oubli", política que decorre de mitos poderosos como sejam a "missão civilizadora de Portugal em África", "a singularidade do colonialismo português" e "o modo especial como os portugueses se miscigenavam com os seus colonizados" ou "a assimilação dos indígenas e a integração dos portugueses nos trópicos" (Castelo 1998, Thomaz 2002, Almeida 2002), mitos que têm produzido múltiplas narrativas sobre a excecionalidade e originalidade do mundo colonial português e que na pós-colonialidade em Portugal continuam a ensombrar a memória coletiva e o discurso do senso comum.

Não sabemos quantos prisioneiros e prisioneiras morreram em São Nicolau, quantos foram eliminado/as, não há registos, mas todo o sofrimento infligido aos desterrados e às desterradas não partia apenas do princípio de que os povos colonizados não tinham direito à autodeterminação, partia igualmente "do presumido direito de um povo [que se achava] superior, de sujeitar à servidão ou de eliminar um povo [que considerava] inferior" (cf. Levi 1986: 117).

---

19 José Jacinto da Silva Vieira Dias VanDúnem, conhecido por Zé VanDúnem, foi um dos líderes do 27 de Maio de 1977, fuzilado na sequência da derrota da insurreição militar. Após a sublevação o Bureau Político do MPLA emitiu um comunicado onde acusava o grupo de jovens exprisioneiros políticos em São Nicolau liderados por Zé VanDúnem de terem tido um papel determinante no "golpe falhado". São Nicolau foi transformado num "Campo de Reeducação" para os prisioneiros Nitistas após o 27 de Maio de 1977.

20 Bornito de Sousa, antigo militar das FAPLA/FAA, líder da JMPLA, atual Ministro da Administração do Território, jurista e docente universitário.

As duas primeiras entrevistadas, além dos familiares que morreram no campo, não foram apenas privadas da infância e da adolescência, também foram espoliadas do futuro. Estes crimes coloniais remetem para a responsabilidade histórica do Estado colonial português, para a condenação moral da violência que foi exercida sobre homens, mulheres e crianças no fim da era colonial, e também para a questão do reconhecimento da culpa nos assassinatos, maustratos e infortúnio que vitimaram os detentos, e tem como objetivo contribuir para que este passado não seja esquecido ou apagado da História ou mesmo alvo de uma operação revisionista ao ser classificado como "brando", como tem sido propagado pela "cartilha colonial".
Estas narrativas projetam experiências únicas e intransmissíveis e refletem a intangibilidade da experiência vivida. As entrevistadas que partilharam as suas memórias connosco foram libertadas do campo de concentração de São Nicolau após a revolução do 25 de Abril de 1974, estamos portanto a falar de um passado recente. Saindo deliberadamente do discurso analítico para o discurso político, não é suficiente para este trabalho ficarmos reduzidos à compreensão do mundo das prisioneiras ou à denúncia do sofrimento de que foram alvo, também é objetivo deste trabalho reclamar justiça para as vítimas, como as informantes reclamam. Se os crimes de Estado não prescrevem, um recurso contra Portugal no Tribunal Internacional de Justiça da ONU podia responsabilizar o Estado português pela violação dos Direitos Humanos e pelos crimes cometidos, obrigando este país a compensar financeiramente todos os sobreviventes ou suas famílias. Pedir desculpas formais e públicas às vítimas pelos crimes cometidos também seria um passo importante no sentido de os portugueses se poderem reconciliar com o passado colonial.

Bibliografia

Almeida, Miguel Vale de & *al.*, org. (2002), *Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos Lusobrasileiros*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Castelo, Claudia (1998), *"O Modo Português de Estar no Mundo": O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Porto, Afrontamento.

Cottias, Myriam (1998), *La Politique de l'Oubli*, in Cent Cinquantenaire de l'abolition de l'esclavage, *FranceAntilles*, Horssérie.

Erll, Astrid (2010), "Cultural Memory Studies: An Introduction", in Astrid Erll & Ansgar Nunning (org.), *A Companion to Cultural Memory Studies*, Berlin/New York, De Gruyter, pp. 1-15.

Foucault, Michel (2011 [1975]), *Vigiar e Punir, Nascimento da Prisão*, Petrópolis, Editora Vozes.

Halbwach, M. (2004), "A Memória Colectiva", São Paulo, Centauro

Levi, Primo (1986), *Os que Sucubem e os que se Salvam*, Lisboa, Teorema.

McClintock, Anne (1995), *Imperial Leather, Race, Gender and Sexuality in the Colonial Contest*, New York e London, Routledge.

Medina, Maria do Carmo (2005), *Angola, Processos Políticos da Luta pela Independência*, Coimbra, Almedina.

Mignolo, Walter (2007), "El Pensamiento Decolonial: Desprendimiento y Apertura, un Manifiesto" in Grosfoguel, Rámon & Santiago Castro Gómez, *El Giro Decolonial, Reflexiones para una Diversidad Epistémica más Allá del Capitalismo Global*, Bogotá, Siglo del Hombre Editores.

Rodrigues, Deolinda (2003), *Diário de um Exílio sem Regresso*, Luanda, Editorial Nzila.

Thomaz, Omar R. (2002), *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português,* Rio de Janeiro, UFRJ.

Urdang, Stephanie (1975), "Fighting Two Colonialisms: The Women's Struggle in Guinea-Bissau", in *African Studies Review*, 18 (3): 29-34.

Subversão ou calúnia? A experiência de encarceramento de um industrial brasileiro

Cristiane Muniz Thiago[1]
Professora Adjunta da Universidade Federal do Sul da Bahia
cristhiago@oi.com.br.

Resumo: Este trabalho tem como tema as prisões políticas e o encarceramento durante o primeiro Governo de Getúlio Vargas (1930-1945) no Brasil. Nosso estudo se concentra no estado do Maranhão, nordeste brasileiro e na trajetória de um personagem em particular, o empresário maranhense Jesus Norberto Gomes. Apesar de ter sido preso por 10 meses por envolvimento com o comunismo, Jesus Norberto Gomes, industrial maranhense, possuía uma trajetória distinta de muitos dos envolvidos com a chamada "Intentona Comunista" de 1935. Nossa investigação problematiza o padrão de conduta de nosso personagem e as memórias produzidas sobre sua prisão. A partir da documentação da polícia política e das memórias da família Gomes, pretendemos mapear diferentes perspectivas da experiência de prisão de Jesus Gomes. O envolvimento da família no episódio é marcado por um diferente padrão de comportamento em relação às autoridades, sobretudo no que se refere ao apelo a diferentes instâncias tendo em vista o relaxamento de sua prisão. Em sua defesa a mulher de Jesus Gomes, Jandyra Gomes ressalta, em suas cartas a diferentes autoridades, que seu marido "nunca professou ideias extremistas". A trajetória de empresário exitoso e sem filiação partidária definida estabelece um contraponto em relação a outras experiências de encarceramento durante períodos de instabilidade política.

Palavras-chave: Encarceramento; Maranhão; Jesus Norberto Gomes; Comunismo.

Introdução

Em 1935, o Brasil experimentou um momento de instabilidade política, havia relevantes indícios da insatisfação dos movimentos populares e das camadas médias urbanas com o governo instaurado em 1930. Nesse cenário a Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização política declaradamente antifascista, fundada em 1935 e no mesmo ano considerada ilegal pelo Governo Vargas, assume um papel de protagonista (VIANNA, 2003). A ANL tinha em seus quadros membros do Partido Comunista do Brasil[2] e teve como presidente de honra Luiz Carlos Prestes. Em novembro de 1935, um grupo liderado por membros da ANL inicia um movimento armado, em algumas capitais do país (Natal, Recife e Rio de Janeiro) com o objetivo tomar o poder. Não obstante o levante, que ficou conhecido como "Intentona Comunista"[3], não ter tido os resultados esperados, abriu-se

---

1 Possui Graduação em História (2004) e Mestrado em Memória Social (2007) pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e Doutorado em História Social pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (2011). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, história oral, memória social, movimento operário e sindicalismo e ditadura. Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Federal do Sul da Bahia.

2 O Partido Comunista do Brasil foi criado em 1922 e alterou curtos momentos como um partido legalmente instituído com longos períodos na ilegalidade. Em 1961, em mais uma tentativa de ser uma instituição com registro partidário, o PCB aprova em conferência nacional a mudança de seu nome para Partido Comunista Brasileiro. Porém, o partido permanecerá sem registro. Desde 1947 na ilegalidade, o PCB só tem seu registro reconhecido em 1985 com o fim da ditadura no país. (SANTANA, 2001).

3 Alguns pesquisadores observam que o termo "Intentona", para se referir aos acontecimentos de novembro de 1935, seria consolidado apenas alguns anos após o levante. Na documentação da polícia política que trata sobre os presos do Maranhão, supostamente associados ao comunismo no estado, o termo mais utilizado é "movimento subversivo". Ver: MOTTA, 2002.

espaço para prisões e perseguições políticas por todo o país. No Maranhão, onde o "movimento subversivo" não se concretizou em nenhum levante, houve a prisão de pelo menos 81 pessoas acusadas de organizar aquele movimento. É nesse contexto que o empresário e farmacêutico maranhense, Jesus Norberto Gomes é preso por suposta associação ao comunismo.

Apesar de ter sido preso por quase dez meses por envolvimento com o comunismo Jesus Norberto Gomes, industrial maranhense, possuía uma trajetória distinta de muitos dos envolvidos com a chamada "Intentona Comunista" de 1935. Nossa investigação problematiza o padrão de conduta de nosso personagem e as memórias produzidas sobre sua prisão. A partir da documentação da polícia política e das memórias da família Gomes, pretendemos mapear diferentes perspectivas da experiência de Jesus Gomes. Utilizamos o conceito de memória a partir da relação estabelecida entre suas dimensões individual e coletiva, orientação presente na obra de Maurice Halbwachs (1990). Para o autor, só podemos analisar a memória em relação com o tempo em que ela está sendo produzida e não como uma pura representação do passado: "O passado que existe é apenas aquele reconstruído continuamente no presente" (HALBWACHS, 1990: 132). Nesse sentido, as construções de versões públicas da trajetória de nosso personagem, décadas após sua morte, farão parte de nossa análise.

Este trabalho irá investigar os temas propostos sob a orientação de uma perspectiva teórico-metodológica que busca as intersecções entre os campos da História Econômica, da Memória Social e da Sociologia Industrial e do Trabalho.

Para atingir nossos objetivos, analisaremos um conjunto diverso de fontes. Destacamos nesse sentido o processo criminal sobre a participação de Jesus Gomes e outros maranhenses no movimento comunista de 1935; matérias de jornais do período estudado; publicações sobre a trajetória de Jesus Gomes e; por fim, relatos de familiares de nosso personagem. Quanto ao material da polícia política, a abertura dessa documentação (ainda que parcial, como no caso do Brasil), pode nos trazer uma série de possibilidades: "[...]os pesquisadores têm a oportunidade de avaliar não apenas o mundo da repressão como também de reconstituir o mundo fantástico da resistência que, felizmente, não se calou durante os momentos de autoritarismo". (CARNEIRO, 2008: 101).

A Trajetória de Jesus Norberto Gomes

Jesus Norberto Gomes nasceu em 06 de junho de 1891, em Vitoria do Mearim, cidade a cerca de 180 km de São Luís – MA. Oitavo filho, e também o caçula, de comerciante e "dona de casa", Jesus Gomes teria começado a trabalhar no negócio da família ainda na cidade natal por ocasião da morte do pai, em 1903. Aos 14 anos, migrou para São Luís, onde passaria a residir com uma família de amigos dos Gomes. Data desse período o início do trabalho numa das farmácias da capital, a *Pharmácia Marques*. Documentos desse período, como um "caderno de fórmulas" datado de 13 de maio de 1908, indicam seu aprendizado prático do ofício farmacêutico (GOMES, 2006:13 e 18).

Aos 20 anos de idade, Jesus Gomes dá início ao seu próprio negócio adquirindo a *Pharmácia Galvão*, também localizada no centro de São Luís. Sob o nome de "Pharmácia Sanitária", em poucos anos, o empreendimento, seus produtos e seus atendimentos ganhariam projeção em "São Luís, uma cidade sem pronto-socorro" (idem p. 14). Em 1920, a farmácia é transferida para um prédio maior, onde um pequeno espaço seria reservado aos "estudos e experiências" que proporcionaram o surgimento e a comercialização de uma 'gama de novos produtos' destinada a moradores, médicos e demais profissionais de saúde de São Luís (idem p. 16-22).

Diante da expansão do negócio, Jesus Gomes busca nesse período o desenvolvimento e a legitimação de seu conhecimento técnico ao ingressar na Faculdade de Farmácia de São Luís, onde se gradua em 1925. Neste mesmo ano, a *Pharmácia Sanitária* é transferida novamente, desta vez para um prédio próprio, de dois pavimentos e um galpão, nos fundos. No primeiro pavimento funcionava a farmácia, no segundo foi construído o primeiro laboratório e o galpão serviria posteriormente para a instalação da Indústria Jesus (já nos anos 1940). Com essas novas instalações há um aumento da produção e da comercialização de fármacos e demais produtos da marca *Jesus*.

Nesse contexto, de meados dos anos 1920 e da terceira sede da empresa, dá-se a criação do refrigerante *Kola Guaraná Jesus*. Os relatos sobre a invenção e o início da fabricação deste e de outros refrigerantes

e produtos gaseificados pela farmácia-laboratório baseiam-se numa espécie de "mito fundante". Uma máquina gaseificadora teria sido importada da Alemanha para a produção de *Magnésia Fluída* (ou hidróxido de magnésio), produto à época fabricado pela *Casa Granado*, do Rio de Janeiro, e amplamente receitado e utilizado como antiácido. A tentativa de registro e fabricação do produto, entretanto, teria sido frustrada pela propriedade de sua fórmula pela *Casa Granado*. Como realizado por outras indústrias do país, a máquina gaseificadora encontraria utilidade na produção de refrigerantes e águas gaseificadas. Ainda no interior da farmácia, estes produtos ganhariam um "departamento" dedicado ao seu desenvolvimento e fabricação.

> *Depois da Kola Guaraná vieram outros produtos, tais como: Água Mineral Artificial, Água de Mesa, Gengibre, Água Tônica Três Quinas, Água Tônica, Soda Water, Soda Limonada (artificial), Licor de Mate, Lupo Mate, Xarope de Guaraná, todos com a marca Jesus e Catuí, com larga aceitação no mercado* (GOMES, 2006:26)

Jesus Gomes e Jandyra Nogueira Gomes, casados desde 1915, tiveram oito filhos. Em 1940, a família teria migrado para cidade do Rio de Janeiro para que alguns dos filhos – Ilva (3ª), Elva (4ª) e, posteriormente, Vinício (5º) – ingressassem no curso de Farmácia da então Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Neste período, os mais novos – Ilnete (6ª), Jesus (7º) e Elir (8º) – também frequentaram, respectivamente, os cursos Científico, Ginasial e Primário no então Distrito Federal.

A trajetória da família Gomes indica as relações entre um projeto familiar de educação dos filhos e a estratégia de administração dos negócios. Se por um lado podemos destacar a escolarização dos filhos fora do Maranhão e, em especial, o curso superior para as filhas mulheres; por outro, nota-se o privilégio do curso de Farmácia, em vista de uma futura atuação direta dos filhos nas empresas da família.

> *Conciliava a assistência à família e os negócios com idas e vindas a São Luís, mas pretendendo retornar definitivamente ao Maranhão tão logo os mais velhos estivessem formados [...]. Em julho do mesmo ano [1945], ele com quase toda a família retornaram, ficando Vinício que se formaria em 1947.* (GOMES, 2006:44)

Essas "idas e vindas" não impediram que em 1943 o "departamento de refrigerantes" fosse desmembrado da *Pharmácia Sanitária*, dando origem à *Indústria Jesus Ltda*. Nos primeiros anos de existência, a fábrica de refrigerantes dividia o endereço com a farmácia, ocupando mais especificamente o galpão dos fundos do prédio. Em janeiro de 1950, a indústria deixa o espaço físico da farmácia e ganha novas instalações e máquinas, o que teria proporcionado um aumento significativo de produção e vendas. O *Kola Guaraná Jesus*, por exemplo, passa a ser distribuído em todo o estado do Maranhão. Em julho do mesmo ano, seria a vez do "departamento de produtos farmacêuticos" ser desvinculado da *Pharmácia Sanitária*, dando origem a outra empresa, o *Laboratório Jesus Ltda*, abrigada no mesmo prédio da indústria.

Neste período, os filhos são incorporados à administração das três empresas da família. Com a ampliação da fabricação de refrigerantes, a farmácia é vendida. A indústria, por sua vez, tem a participação em seu capital aberta em 1961, tornando-se *Indústria Jesus SA*. Nesse mesmo ano, o laboratório deixa o espaço físico da indústria, passando a funcionar em outro prédio. Entre os anos de 1962 e 1963, já sob a direção de Jesus Norberto Gomes Filho e seu Genro, Antonio Carlos Saldanha, a *Indústria Jesus SA* empreende a construção de um novo e mais amplo prédio para a fábrica. Jesus Norberto Gomes não chega a assistir à operação da nova fábrica, falece em abril de 1963, aos 71 anos.

A fábrica seria vendida a *Cia Antarctica* ainda nos anos 1960. Nos anos 1980, os direitos de fabricação do Guaraná Jesus foram vendidos para a Companhia Maranhense de Refrigerantes, que já fabricava e distribuía a *Coca-Cola* no Maranhão. Já nos anos 2000, a marca "Guaraná Jesus" foi comprada pela *Coca-Cola Company*.

A trajetória "exemplar" como industrial torna aparentemente contraditório um episódio ainda pouco refletido, seja no plano desta história de vida, ou mesmo do movimento comunista no Maranhão: a prisão de Jesus Gomes por suspeita de envolvimento com o levante comunista de 1935.

O encarceramento de um empresário

A repressão a "Intentona Comunista" resultou na prisão de uma séria de pessoas supostamente envolvidas com o levante e em sua maioria opositores do governo. No Maranhão, mesmo não havendo levante armado, 81 pessoas, entre empresários, militares, operários, profissionais liberais, comunistas e membros da ANL foram presos. Jesus Gomes, encontra-se nessa lista. Quais seriam os motivos de sua prisão, atos subversivos, uma "torpe calúnia ou mero engano", como sugere a própria documentação da polícia política. A "culpabilidade" de Jesus Gomes é relativizada ao longo do processo que investiga sua conduta, considerando a possibilidade das denúncias contra o empresário serem falsas.

Elir Gomes, filho caçula de nosso personagem, tinha menos de um ano de idade quando seu pai foi preso, em maio de 1936. Isto não o impede de apresentar-se como um dos guardiões da memória de Jesus Gomes. Uma narrativa herdada de forma muito fragmentada, mas ao mesmo tempo reconstruída constantemente no discurso público de um filho sobre seu pai. Elir Gomes ressalta que a prisão do pai não era um assunto muito comentado na família, mas nunca teria sido motivo de vergonha para ele.

> *Não, pelo contrario, eu acho que... me dá orgulho porque ele não foi preso como ladrão. Ele foi preso por uma coisa que ele acreditava que era o que ia resolver o problema da pobreza, da saúde. Ele tinha uma admiração muito grande por causa da saúde e da educação na Rússia.*
>
> *Eu vou ter vergonha de uma prisão dessas? Primeiro, injusta, ele tinha as ideias dele, mas ele não participava do movimento. Ele não participou do movimento da Intentona Comunista. Ele achava que era o regime, como ele deixou escrito, que ia acabar com a miséria do mundo... isso era o que ele achava e ele procurava aplicar nas coisas dele.* (Entrevista concedida à autora em 24 de maio de 2012. Elir Gomes).

Jesus Gomes foi preso em maio de 1936 na capital maranhense. Em novembro do mesmo ano, é transferido, de navio, para o Rio de Janeiro. No livro "Memórias do Cárcere", (RAMOS, 2008) o escritor brasileiro Graciliano Ramos, descreve em detalhes a experiência da prisão nos anos 1930. Graciliano, assim como nosso personagem, foi preso após o levante de 1935, no estado de Alagoas, e depois transferido para o Rio de Janeiro. Também acusado de envolvimento com a "Intentona Comunista", ele nunca chegou a ser acusado formalmente por nenhum crime. Graciliano experimentou o cárcere por pouco mais de 10 meses. O episódio "compartilhado" de dois personagens públicos poderia servir de comparação para analisarmos a experiência nas prisões políticas do Governo Vargas. No entanto, as descrições da viagem feitas por Graciliano Ramos, entre Alagoas e o Rio de Janeiro, no porão de um navio, espaço descrito como horrível e onde ele "supôs enlouquecer", não encontram correspondência na viagem feita por Jesus Gomes. Jesus Gomes e Clarindo Santiago, professor do Lyceu Maranhense, considerados presos de maior poder aquisitivo, conseguiram permissão para fazer a viagem, que durou cerca de 15 dias, na primeira classe do navio. (GOMES, 2006). O primeiro preso do Maranhão, do grupo de 81 detidos, a ser solto foi Clarindo Santiago, seguido de Jesus Gomes.

A inclusão do nome de Jesus Gomes no processo de associação ao comunismo teve por motivação o surgimento de seu nome no depoimento de outro acusado. Manuel Souza Santos era do cabo do Exército Brasileiro, lotado no 24º Batalhão de Caçadores, localizado em São Luís. Segundo Manuel Cunha, Jesus Gomes frequentava às reuniões em sua casa. A inexistência de provas contra Jesus Gomes e a posição social que nosso personagem ocupava podem ter lhe rendido alguns privilégios, mas não o livrou de alguns meses na cadeia. A documentação da polícia política sugere que a prisão pode ser resultado de uma "torpe calúnia" ou "mero engano". Independente da motivação para prisão, o cerceamento da liberdade do industrial maranhense mobilizou sua família na tentativa de provar sua inocência.

Logo após a prisão de Jesus Gomes, sua mulher, Jandyra Nogueira Gomes, descrita pelo filho como "uma mãe excepcional, uma dona de casa maravilhosa" aparece na cena pública para defender o marido. Ao perguntarmos a Elir Gomes sobre o papel que a mãe desempenha após a prisão do pai, ele deixa evidente que se trata de um episódio marcado por "silêncios". Como nos sugere Pollak (1992) esse silêncio não conduz ao esquecimento, é sobretudo uma forma de resistência, de manter viva, mesmo que de forma privada, uma memória que não pode ser publicizada em determinado contexto sócio histórico.

> *Posso dizer uma coisa? Eu só fui saber porque você me deu aquilo [Prontuário de Jesus Gomes]. Não sabia, nunca minha mãe disse que tinha feito aquilo, nunca. Nunca mencionou...* (Entrevista concedida à autora em 24 de maio de 2012. Elir Gomes).

A constatação da dificuldade da família em discutir a prisão do patriarca nos leva a concluir que o sentimento de orgulho descrito pelo filho em relação a esse episódio deve ser compreendido a partir de uma reconstrução da memória familiar realizada décadas após a prisão de Jesus Gomes. A primeira edição do livro sobre a história do empresário maranhense, escrito por Elir Jesus Gomes, é um dos momentos em que essa memória silenciada se torna pública. No livro, além de narrar a história do bem sucedido empresário, o filho caçula comenta o episódio da prisão da pai. Em uma das páginas da publicação podemos observar uma foto de Jesus na cadeia. Vestindo um terno e com chinelos de dedo nosso personagem parece posar para posteridade. (GOMES, 2006: 40)

No entanto, a narrativa pública se concentra na "história do homem que inventou o Guaraná Jesus" e no marido e pai zeloso. Jandyra Gomes surge na narrativa do filho Elir Gomes como mãe e "dona de casa", um contraponto a mulher que se empenha na luta pela libertação do marido, imagem que se depreende da leitura dos documentos da polícia política. Boa parte da narrativa sobre a experiência da prisão de Jesus Gomes é construída a partir do olhar de Jandyra.

Em setembro de 1936, Jandyra Gomes escreveu uma carta, destinada ao então interventor do Estado do Maranhão, Major Roberto Carneiro de Mendonça. Na carta, Jandyra se apresenta como uma mulher que teve sua tranquilidade e a de seus filhos ameaçada com a prisão de seu marido. Jandyra afirma que o marido foi preso a partir de uma falsa acusação, seu principal argumento se concentra no fato de Jesus Gomes não estar em São Luís quando teriam acontecido as reuniões para organizar o levante comunista no final de 1935.

> *Com a mesma confiança com que interpuz a autoridade integra de V. Exa, um requerimento a bem dos meus direitos de esposa e mãe, com essa mesma confiança inabalável imploro nesta carta o interesse de V. Exa, para rápida solução deste caso, estacionado em inércia torturante.*(Polícia Política/RJ - Carta atribuída à Jandyra Gomes – 28 de setembro de 1936)

A supressão da liberdade de Jesus Gomes e descrita como um sofrimento incomensurável para a família, um erro de "dolorosas consequências". O padrão de conduta de Jandyra é reforçar a inocência do marido e ressaltar a experiência de sofrimento na cadeia.

> A estranha e mortificante demora com que se arrasta esta solução, minuto a minuto desejada e ainda não conseguida, faz-me lembrar e acreditar que será pela mão de V. Exa. Ou sob a influência da sua generosa mediação, que meu marido hade re-haver, enfim, a sua preciosa liberdade. (Polícia Política/RJ - Carta assinada atribuída à Jandyra Gomes – 28 de setembro de 1936)

Ao longo da documentação do prontuário de nosso personagem é possível identificarmos a experiência da prisão associada não só ao sofrimento familiar, mas ao comprometimento dos negócios da família. A vida do empresário bem sucedido e a viabilidade econômica de seus negócios é afetada a partir da supressão da liberdade de Jesus Gomes.

No entanto, de que modo Jandyra Gomes dividiu o cuidado dos filhos com a defesa de seu marido? Poderíamos pensar na inserção dessa carta em uma tentativa de comover o então interventor do Estado do Maranhão para a situação de uma "esposa e mãe" que teve seus direitos violados. Mesmo considerando que a carta pode ter sido escrita com o auxílio de um advogado, ou mesmo por este, não podemos descartar a importância do papel da esposa como mediadora diante da prisão do marido.

A iniciativa de Jandyra, porém, não teve a repercussão esperada. Em junho de 1936, o então "Executor do

Estado de Guerra", Coronel Otto Feio da Silveira, diz não ser possível atender à solicitação de Jandyra Gomes. Ele alega que Jesus Gomes, assim como outros nomes citados no processo, teve coparticipação na organização do "movimento subversivo" que seria deflagrado em São Luís.

Em 18 de novembro de 1936, Jesus Gomes é transferido para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, acompanhado de mais 80 presos do Maranhão, todos acusados de associação ao comunismo. Entre os presos, outro farmacêutico, Evandro Cunha, então presidente do diretório estadual da Aliança Nacional Libertadora (ANL) (Cf. Jornal *Tribuna*, 04/071935 apud TAVARES PEREIRA, 2010). Segundo a documentação da polícia política, também pesava sobre Jesus Gomes a acusação de ter frequentado reuniões na residência de Evandro Cunha, militante apontado, pelas mesmas fontes, como um dos principais organizadores do movimento comunista no Maranhão. (Polícia Política/RJ – Prontuário de Jesus Gomes – s/d)

Com a transferência de Jesus Gomes, Jandyra, deixando os filhos aos cuidados de familiares, parte para o Rio de Janeiro em mais uma tentativa de restituir a liberdade ao seu marido. Em março de 1937, Jesus Gomes é posto em liberdade sendo arquivado o processo que deu origem ao episódio do encarceramento de nosso personagem.

Conclusão: construindo memórias

A memória da família Gomes é construída a partir de sua inserção na sociedade e na história maranhense, da *Indústria Jesus* e de seu principal produto, o *Guaraná Jesus*. A prisão e as estratégias de Jesus Gomes e sua família durante esse período também fazem parte dessa memória, no entanto, esse episódio foi por muito tempo silenciado na trajetória dos Gomes. No processo de construção dessa memória podemos destacar a participação ativa dos próprios atores envolvidos, nomeadamente, Jesus Gomes e outros membros da família, que se apresentam como "guardiões" desse imaginário coletivo.

O industrial, ainda em vida, mostrou-se preocupado em determinar os elementos que deveriam compor a sua biografia, reafirmando uma negação que faz parte de sua história desde a prisão em 1936. Em junho de 1958, Jesus Gomes redigiu um documento em que deixa instruções para seu funeral. Este deveria ser o mais simples e laico possível, sendo doados os recursos economizados com o mesmo.

> *Não fui e não sou socialista (comunista), infelizmente, porque seria um idealista, pois como pequeno burguês tenho defeitos, mas admirador sincero desse regime verdadeiramente humano, onde pode ser obtida a verdadeira democracia. Se quiserem gastar mais do que o necessário para esse funeral entreguem a quem representar o Partido Comunista o que pretenderem, para ajudar a politização esclarecida desse regime que exterminará a miséria física e moral.* (GOMES, 2006:49)

Este breve ensaio sobre essa trajetória de Jesus Norberto Gomes indica um conjunto de questões que pretendemos responder ao longo do desenvolvimento da pesquisa. A construção da memória política dos anos 1930; a experiência de encarceramento de Jesus Gomes e de seus contemporâneos, a associação entre a elite local e os movimentos de esquerda e; as disputas em torno da construção da memória industrial do Maranhão. Estes elementos têm sido investigados sob a orientação de uma perspectiva teórico-metodológica que busca as intersecções entre os campos da História Econômica, da Memória Social e da Sociologia Industrial e do Trabalho.

Referências Bibliográficas

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. "Os Arquivos da Polícia Política Brasileira: uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo". Disponível em www.usp.br/proin/publicações/artigos. [Consultado em 20-11-2008].

GOMES, Elir. (2006), *Jesus Gomes: sua vida, seu sonho*. São Luís: Lithograf.

HALBWACHS, Maurice. (1990), *Memória Coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, Editora Revista dos Tribunais Ltda.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (2002), A "Intentona Comunista" ou a construção de uma legenda negra. *Tempo*. Vol. 7, n13, jul. 2002. Rio de Janeiro: Sette Letras. Pp. 189-207.

POLLAK, Michael. (1992), "Memória, Esquecimento, Silêncio". *Estudos Históricos*, n° 3, Rio de Janeiro: CPDOC. pp. 3-15

SANTANA, Marco Aurélio. (2001), *Homens Partidos: Comunistas e Sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, UNIRIO.

VIANNA, Marly. (2003), "A ANL (Aliança Nacional Liberadora)". In: MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (org.). *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez.

GT 94
Antropologias, antropólogas e antropólogos, nas e das periferias

Aproxime-se de mim esse cálice: comparando bebedores de vinho de Portugal e do Brasil

Kamila Guimarães Schneider[1]

Resumo: Este trabalho tem como proposta realizar um estudo comparativo entre os bebedores de vinho da região portuguesa chamada Alentejo, que abrange os distritos de Portalegre, Évora e Beja, e a metade sul do distrito de Setúbal e parte do distrito de Santarém, com os distritos brasileiros localizados na região sul do Brasil chamados Cascavel no estado do Paraná e Porto Alegre capital do estado do Rio Grande do Sul. Primeiramente pretendo localizar as regiões e seus vínculos com a produção, comercialização e consumo do vinho. Para posteriormente realizar uma comparação entre os consumidores da bebida e os localizar espacialmente e socialmente. Para tal análise pretendo me focar em etnografias realizadas por diferentes autores, que escreveram a partir de uma observação do local em que viveram.

Palavras-chave: estudo comparado, vinho, distinção, Portugal, Brasil.

1 – Introdução

Pretendo realizar com este artigo um estudo comparativo entre três trabalhos etnográficos que tiveram como temática o estudo sobre o vinho e seus comensais. Estes Trabalhos são: *Não bebo álcool bebo vinho: notas etnográficas de uma aprendiz do vinho* (SCHNEIDER, 2011), *Saber beber, saber viver: estudo antropológico sobre as representações e práticas em torno do consumo de vinho entre degustadores, na cidade de Porto Alegre* (MALHEIROS, 2006) e *vinho do Alentejo: temas culturais* (RAMOS, 2010). Estes três trabalhos foram escolhidos em decorrência da sua atualidade e por fazerem parte de um levantamento bibliográfico de trabalhos sobre a temática do vinho, fazendo parte de uma rota que percorre locais que o vinho não é parte do cotidiano da cidade até uma região que sobrevive economicamente, em grande parte, pela produção e o turismo enológico.

Uso o termo comensais referindo-me a antropologia da Alimentação mais especificamente me atendo ao que mostra Fischler (1990) propondo com este termo o rompimento da ideia de comer meramente pelo ato nutritivo do mesmo. A comida é mais que isso, é uma parte importante da cultura, que gera distinções e diferenciações entre grupos, etnias e indivíduos, ao mesmo tempo que une-os. E que o comer e consequente quem o faz, no caso o comensal, não come de tudo, nem de qualquer forma. E é isso que pretendo analisar neste trabalho. As diferentes formas de consumo do vinho conjuntamente com os diferentes olhares etnográficos diante da bebida. Para isso iniciarei o trabalho falando sobre a diferença geográfica das três regiões e o vínculo que se estabelece entre a região e a bebida. Em um segundo momento irei trazer a voz dos pesquisadores colocando-os em contexto com o tema pesquisado, vejo como necessária está analise por levar em conta o pesquisador como um sujeito ativo em seu trabalho e como ele está envolvido com o campo estudado. Em um terceiro momento irei

1 Graduada no Curso de Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Mestranda da Universidade Federal de Santa (UFSC) no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) kamilaschneider@uol.com.br

analisar como a etnografia foi construída e utilizada pelos três pesquisadores. Em um quarto e último momento analisarei a diferença das pessoas que fizeram parte do estudo etnográfico.

2 – De onde estamos degustando?

Este trabalho foi desenvolvido através de um recorte realizado do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) defendido na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, intitulado "*Não bebo álcool bebo vinho: notas etnográficas de uma aprendiz do vinho*". Realizei a pesquisa de campo entre os anos de 2011 e 2012 sendo defendida no ano de 2012. O intuito da pesquisa era realizar um estudo sobre o gosto de classe e o processo ritual do beber vinho através do que Bourdieu (2006). Para isso utilizei-me do que Loic Waquant (2002) chamou de experiência incorporada. Ele propõe que o antropólogo encare a pesquisa com seu próprio corpo, sentindo o que os indivíduos sentem, fazendo parte do cotidiano deles, trabalhando assim com a ideia de saberes incorporados.

O local escolhido para a realização do meu trabalho foi a Cidade de Cascavel, na região Oeste do estado do Paraná, Brasil. Região. Faz parte da região da Tríplice-Fronteira: Paraguay – Argentina – Brasil. Esta região é conhecida pelas plantações e seus latifúndios monocultores de soja e milho. É popularmente chamada de "Capital do Oeste" por ser a maior cidade tanto territorialmente – que abrange uma área de 2.100.831 km² - quanto em população – segundo a estimativa feita em 2014 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) habitam na cidade 309.259 pessoas[2], isto é compõe cerca de 2,79% da população do estado do paraná. Ressalto que a mesorregião oeste do Paraná tem __ municípios, sendo as principais al*ém de Cascavel, Toledo*, Marechal Candido Rondon, Guaíra, Catanduvas e Foz do Iguaçu. É também conhecida como "Metrópole do Mercosul" por ser um ponto estratégico do Mercosul (Mercado Comum do Sul - *Mercado Común del Sur*, *Mercosur* - *Ñemby Ñemuha*). O Mercosul é uma união aduaneira que tem como membros, Atualmente: Argentina, Brasil, Uruguay, Paraguay e Venezuela como membros plenos; Chile, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru como Estados associados; Nova Zelândia e México como Estados Observadores. Mercosul também estabeleceu um tratado de livre comércio com comunidade Andina em 1998, com Israel em 2007 e com o Egito em 2010. Para melhor visualização da cidade de cascavel dispus a baixo o mapa do estado do Paraná.

2 Estes dados estão disponíveis em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativa_dou_2014.pdf. Acessado em 16/11/2014.

FIGURA 1: Mapa do estado do Paraná – Brasil

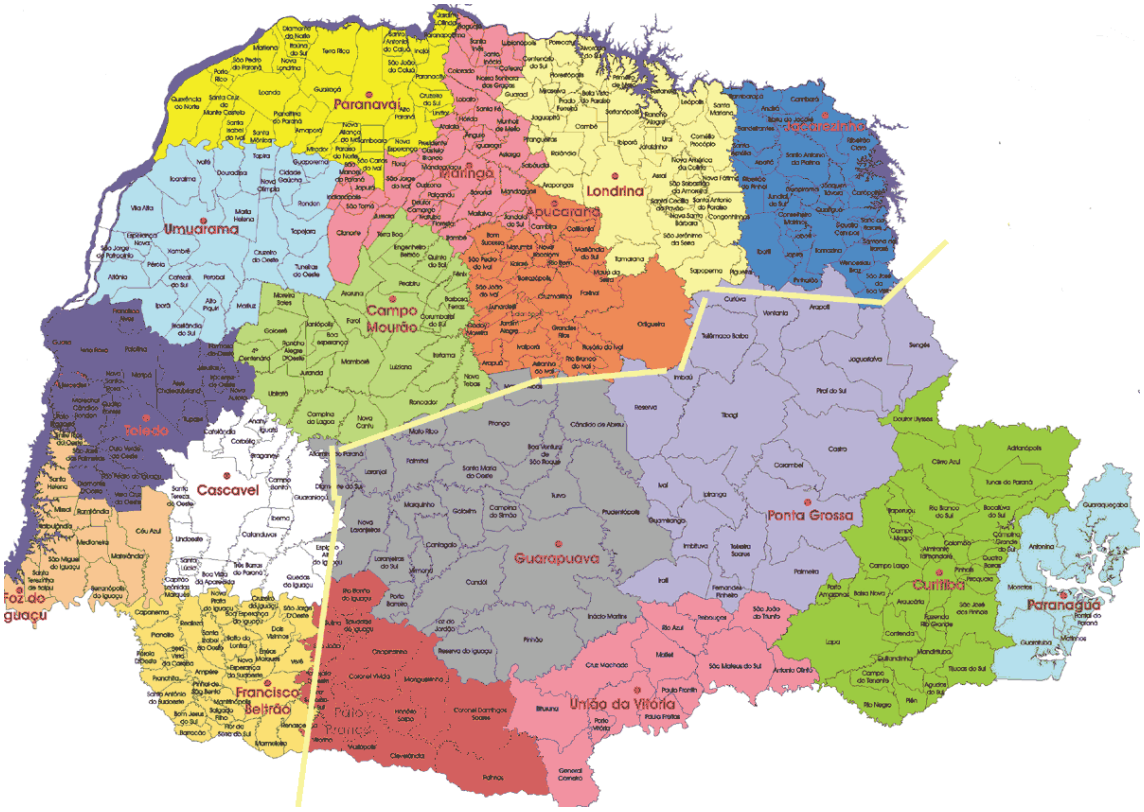

FONTE: http://www.tribonews.com/img/fotos/mapa%20parana%20sul%20do%20Brasil%209.gif. Acessado em 10/11/2014

Esta região do Brasil não é tradicionalmente conhecida pela produção de vinhos e de uvas. O que há são pequenos produtores coloniais[3], em grande parte estão localizados em distritos onde os seus moradores são predominantemente migrantes e ou seus descentes alemães e italianos. No caso dos colonos que produzem vinho na região não tem como principal fonte de trabalho e renda a produção de vinho e na maioria dos casos estes vinhos não são produzidos com uvas plantadas principalmente para a produção da bebida e sim para o consumo da fruta *in natura* ou para produzir sucos e doces, ou como chamada na região pelos descendentes de alemães as compotas; geleias; conservas[4] entre outros produtos. Por isto a maioria dos vinhos produzidos não são chamados de vinhos finos, mas são denominados vinhos de mesa. No caso do Brasil muitos feitos com uva Isabel e Bordo.

Para realizar este trabalho tive como base duas outras bibliográficas que discutiam a temática do vinho na área de antropologia, na qual pretendo realizar um comparativo entre esses três trabalhos.

---

3 Colônias vistas como sendo propriedades, no caso específico no ambiente rural, em que os proprietários não possuem a nacionalidade local. No caso dos colonos que produzem vinho na região produzem não apenas vinho e na maioria dos casos estes vinhos não são produzidos com uvas de videiras (plantas de uvas próprias para a produção de vinho) e sim parreiras (uvas para serem comidas e que não são próprias para fazer vinho). Por isto a maioria dos vinhos produzidos não são chamados de vinhos finos, mas são denominados vinhos de mesa. No caso do Brasil muitos feitos com uva Isabel e Bordo.

4 Coloco separadamente esses quatro elementos, pois para os produtores cada um é um produto diferente. Doces são o resultado das frutas fervidas com açúcar que na maioria das vezes não desmancha-se totalmente, tendo pedaços das frutas. As compotas são o resultado das frutas fervidas em pedaços cozidos em açúcar e líquido (água ou até sumo da fruta) que se desmancham formando um puré. As geleias são as frutas cozidas com muito líquido (vinho, água ou sumo de fruta) e açúcar que passa por processo de coagem e torna-se um gel translucido (em alguns casos quando a fruta não tem pectina busca adicionar um pouco de maça e frutas cítricas que são frutas que possuem esta substância). As conservas são técnicas de conservar a fruta inteira ou de forma parcial com açúcar podendo ou não ir a fogo, os produtos anteriores são formas de conserva.

Busco assim descrever um pouco da região que foi estudada por Patrícia de Gomensoro Malheiros no ano de 2006. O trabalho que pretendo analisar é da dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O título do trabalho é "*Saber beber, saber viver: estudo antropológico sobre as representações e práticas em torno do consumo de vinho entre degustadores, na cidade de Porto Alegre*". O local escolhido para a pesquisa de campo foi na Capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, também localizada no Brasil.

Esta cidade se localiza na Macrorregião Metropolitana. Esta Macrorregião é composta por 32 municípios, tendo como principais cidades além da capital do estado Gaúcho, Viamão, São Leopoldo, Montenegro e São Jeronimo. Em Porto Alegre é onde podemos encontrar o lago Guaíba, que foi um grande porto por onde escoava-se uma alta quantidade de mercadorias para a região, não que hoje esteja em desuso, mas em detrimento de outros meios de transporte mais rápidos e eficazes com o tempo se diminuiu seu uso. Inclusive foi por este lago que muitos migrantes chegaram na região. A cidade tem uma extensão geográfica de 496,827 km² e possui por volta de 1.472.482 habitantes pela estimativa do IBGE 2014, isto é aproximadamente 13,14% da população do estado do Rio Grande do Sul.

FIGURA 2: Mapa do estado do Rio Grande do Sul - Brasil

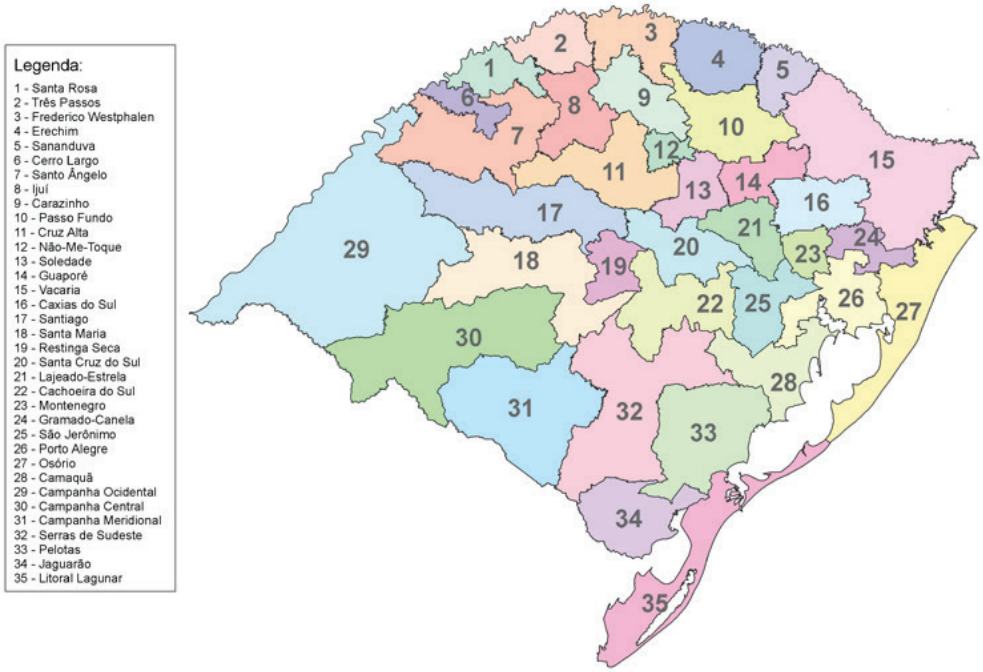

FONTE: http://www.encontrariograndedosul.com.br/mapas/mapa-do-rio-grande-do-sul.htm. Acessado em 16/11/2014

A região Metropolitana deste estado também não possui uma produção relevante da bebida, sendo colonizada em grande medida por imigrantes italianos, alemães e açorianos. Contudo a menos de 130 km, isto é, no início da região da serra gaúcha, é onde estão localizadas as maiores produções de vinho no país, inclusive marcas que exportam para outros países, como a Miolo, Salton e Casa Valduga. Esta região também possui uma imigração forte de italianos e alemães, sendo que as parreiras historicamente foram trazidas por colonos alemães que usavam as uvas para produção de Schmier[5], suco ou para comer *in natura*, com grande destaque a uva chamada goethe e que posteriormente os italianos começaram a produzir a bebida de forma mais intensiva.

5 Termo derivado do dialeto alemão *Hunsrückisch* regionalizado nos estados da região sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Pronuncia-se Chimia. É um doce de frutas parecida com a geleia só que não tem a adição de pectina sendo apenas a fruta cozida com açúcar.

Inclusive nesta mesma região da serra há uma estrada denominada "rota da Uva e do Vinho"[6], em que os moradores das cidades que fazem parte desta rota falam português e italiano fluentemente.
A última e não menos importante etnografia que pretendo comparar é uma realizada na região do Alentejo. O autor do trabalho é Francisco Martins Ramos professor emérito da Universidade de Évora. O livro que pretendo me ater é "*vinho do Alentejo: temas culturais*" publicado no ano de 2010. Neste livro ele propõe trazer breves relatos de seu trabalho desde 1977 e que percorrem sua trajetória de pesquisa.
Esta região se localiza no Estado Português que tem como principais cidades Portalegre, Évora, Beja e partes das cidades de Setúbal e Santarém. Estas eram a totalidade das cidades que faziam parte da antiga divisão do território alentejano, que era dividida entre alto e baixo Alentejo. E ao pegar como base a visão ecológica com base em Portas (1967) se subdivide em quatro partes: Baixas do Sorraia, Baixo do Alentejo Litoral, Alto Alentejo e Baixa do Guadiana. Esta região portuguesa contem 58 municípios. Atualmente a região abrange uma área de 31.541,2 km^2 sendo 33% do território continental de Portugal[7] (sendo a maior região do país) e possui 757.190 habitantes[8]. Mais especificamente com relação à sub-região estudada localiza-se no Alto Alentejo, onde estão localizadas as cidades de Évora e Redondo. É onde há a maior concentração de produção de uvas da região. A grande parte da economia da região está baseada na produção agrícola e, mais atualmente como coloca Ramos (2010), no turismo voltado ao turismo rural.

FIGURA 3: Mapa da Região do Alentejo – Portugal

FONTE: http://www.mapas-portugal.com/Mapa_Regiao_Alentejo_Portugal.htm. Acessado em: 16/11/2014.

Esta é a única região do presente estudo que tem uma produção significativa da bebida, sendo o bem material com maior relevância para a economia e o turismo da região. Inclusive o autor Ramos (2010) declara a partir de um slogan famoso sobre o país que também tem sua significância para a região alentejana: «beber vinho é dar de comer a um milhão de portugueses» (Ramos, 2010: 17). Declaração está que não é de tamanha relevância para o estado Brasileiro em que a Cachaça, em especial no estado de Minas Gerais, tem mais importância econômica e turística do que o vinho.

---

6 As cidades que se destacam nesta rota são Garibaldi e Bento Gonçalves onde localizam a maior produção de vinho, em que há grandes latifúndios de videiras. .

7 Declaro como continental, pois há uma separação entre região autônoma que é composta pela ilha da Madeira e o arquipélago do Açores e a região continental.

8 Dados retirados do Censo realizado pelo Instituto Nacional de Estatística no ano de 2011.

3 – Do que e como estamos falando?

Os três autores possuem um vínculo anterior de contato com o consumo do vinho e com o campo que estudam. Fica claro uma não neutralidade axiológica nas ciências políticas e sociais ao demarcarem fortemente esta aproximação com o campo e o tema de pesquisa já nas primeiras páginas dos trabalhos, como proposto por Max Weber (2006). Percorre-se assim percorrer um caminho diferente de alguns cientistas sociais que têm como base a neutralidade axiológica para legitimarem seus estudos como ciência. Isto é, enquanto estes pesquisadores "neutros" propõem, que apesar de das ciências sociais terem como base para suas análises juízos de valor estes não podem afetar o cientista que deve separar o pensamento da ação, deixar de lado sua subjetividade e analisar os fatos, ações, discursos por meio da objetividade acadêmica, os três trabalhos seguem caminhos opostos a essa perspectiva buscando na sua subjetividade elementos que também servem como legitimadores de seus trabalhos. Ficando muito próximo das perspectivas de pesquisa-ação de Ruth Cardoso (2004) em que o sujeito não deve ignorar elementos da vida do pesquisador o que chama de pesquisa intersubjetiva.

Os três trabalhos também têm o cuidado em descrever o local que está sendo pesquisado. O que nos fornece elementos para a análise dos grupos que participaram, seus habitus e seus estilos de vida e como esses elementos se ligam a questão da classe social. Para melhor entendimento dos conceitos busco a explicação de Pierre Bourdieu (2011) a base explicativa para o conceito de habitus que é definido pelo autor como sendo um saber incorporado e que é visível ao ser posto em sua forma prática. Ou em suas palavras é

> a ambição indispensável para tentar totalizar numa prática realmente cumulativa o conjunto de saberes e do saber-fazer acumulados em todos os actos de conhecimento – e por meio deles – realizados pelo colégio dos melhores, no passado e no presente. (Bourdieu, 2011: 64).

Sendo este conceito intrinsecamente ligado ao conceito de campo, pois cada habitus tem um espaço de conhecimento delimitado (sendo o espaço não delimitado apenas espacialmente) onde o habitus irá se desenvolver em uma estrutura de relações objetivas. Com relação ao conceito de estilo de vida busco referência em Gilberto Velho (1995) que propõe que

> O estilo de vida urbano moderno-contemporâneo leva a um paroxismo os mecanismos universais de diferenciação, base da vida social. A interação intensa e permanente entre atores variados, circulando entre mundos e domínios, num espaço social e geograficamente delimitado, é um dos seus traços essenciais. Reitero que este processo, por sua vez, só pode ser compreendido associado à formação de um mercado mundial, à expansão da moeda como meio de troca universalmente e, em geral, à ampliação do horizonte das trocas materiais e simbólicas (Velho, 1995: 229).

E para Gilberto Velho estes estilos de vida são capazes de gerar individualização e diferenciação. Isto é, aproxima os semelhantes distinguindo-os dos demais modos de vida, podendo gerar, alguns momentos, conflitos. E por fim retorno a Bourdieu (2011) em que utilizo-me do conceito de classe social como sendo um conjunto de agentes que compartilham interesses, atitudes, representações e posições sociais semelhantes.

Contudo apesar desta proximidade, cada um buscou recursos metodológicos e técnicas para a obtenção de dados de forma diferenciada, mesmo todos tendo como central a etnografia como um aporte para a produção da pesquisa. Essas diferenças teórico-metodológicas se justificam também pelo espaço escolhido para realização da pesquisa de campo. Pois ao embriagarmos com os três textos que estão sendo comparados no artigo vemos que Malheiros (2006) estuda em um local reservado para as degustações do grupo chamado Sociedade Brasileira dos Amigos do Vinho (SBAV-RS). Ramos (2010) descreve e inclusive desenha as bodegas que frequentou se focando com maiores detalhes nas tabernas da vila chamada de Redondo, em especial uma chamada Pau-preto localizada no distrito de Évora. E Schneider (2011) fez uma descrição do restaurante e adega que pesquisou. Podemos notar que em todos os trabalhos focarem-se em locais específicos de análise. Apesar de Ramos (2010) também realizar estudos mais holísticos na região por se tratar de um livro com capítulos que apesar de ligados, são independentes.

E ao analisarmos estes espaços percebemos uma diferenciação grande entre o campo do vinho nas etnográficas. Enquanto Patrícia esteve em um ambiente realmente voltado particularmente para a bebida, o espaço

foi descrito apenas por mesa e cadeiras, sendo que em alguns momentos levavam pães e/ou queijos para fazer uma composição, mas não havia comidas elaboradas, que pudessem ser preparadas no espaço, isto só acontecia quando ocorriam encontros pessoais nas casas dos participantes. Os vinhos também eram levados, pois o espaço era alugado e não deixavam bebidas no espaço. Eu por estudar em um espaço composto, isto é restaurante e adega o ambiente era mais complexo e sua dimensão espacial mais ampla e que havia uma dimensão maior também de atores que estavam envolvidos com o espaço. Francisco mostra que os espaços não eram em alguns momentos pequeno para a quantidade de fregueses e que o ambiente era sem divisões e as mesas eram grandes e as vezes não compartilhada apenas por um grupo. É apenas neste trabalho que vemos lugares que além de serem espaços de beber também dedicam-se à produção do vinho, sendo o consumo de tapas como acompanhamento para o beber. Esta comida é uma denominação próxima a uma pequena porção ou aperitivos[9]. Ramos assume o discurso nativo ao falar de este prato foi criado para ser consumido como acompanhamento da bebida. O que nas analises das demais pesquisadoras também aparecem alimentos que podem ser associados às tapas como os pães com azeite e queijos consumidos para acompanhar a degustação. Sendo que Ramos (2010) e Malheiros (2006) realizaram um trabalho de distanciamento com relação ao campo. Pois viam em sua proximidade em demasia como algo que poderia estabelecer um vínculo que romperia com algumas possibilidades de analise que passariam despercebidas se a aproximação se desse em demasia, criando um distanciamento e um estranhamento do olhar que já era próximo em decorrência de suas trajetórias de vida, buscando recurso em Gilberto Velho (1978) que propõe um distanciamento do que nos é familiar ao estudarmo-nos. Afinal de contas diferente. Apensar de sempre se colocarem como pessoas que estão no campo e convivendo com o grupo.

A Patrícia Malheiros (2006) descreveu que quando frequentou o grupo de degustadores, sentiu a necessidade de ter que participar de alguns rituais para que não estabelecesse um distanciamento demasiado que geraria um afastamento do grupo com ela, podendo fazer com que o ritual tornar-se mecânico. Enquanto Ramos (2006) realiza ensaios etnográficos em nenhum momento do seu texto explicita seu compartilhamento com os frequentadores das bodegas, apenas descrevendo os comportamentos, as histórias e as observações, realizando uma etnográfica chamada de *a la Malinowski*. Já eu, Schneider (2011) me posicionei de forma mais atuante, participando do campo como uma aprendiz e tentando apreender de forma corporificada o conhecimento, o ritual e o habitus que pretendeu estudar, inclusive fazendo parte de grupos de degustação. Baseia-se em uma visão de que o pesquisador como sujeito que está corporalmente em campo, que ao participar de forma ativa da pesquisa, apreendendo o conhecimento e as práticas que quero analisar como propõe Waquant (2002). A pesquisa realizada por mim, não se deu apenas entre os enófilos como Malheiros, mas não atingiu de forma relevante grupos populares como Ramos. Observando todos os frequentadores que passaram pela adega, inclusive os que não apreciavam a bebida e o motivo que faziam estar naquele ambiente mesmo não fazendo parte do campo.

4 – Com quem estamos bebendo?

Os pesquisadores possuem gerações diferentes o que mostra uma análise diferenciada e o contato com os grupos também se faz de forma diferencia em decorrência disto. Logo, podemos observar que entre os três que o gênero e a questão geracional foram dois delimitadores para a obtenção de dados pelos pesquisadores.

Francisco Ramos é um homem que desde 1977 estuda e compartilha com o grupo pesquisado o apreço pela bebida a um tempo. Não tendo problemas em estabelecer diálogo e acesso as bodegas. Digo isto pois, as bodegas etnografadas pelo autor são locais de espaço frequentado em sua maioria por homens, estabelecendo uma relação próxima aos bares e botecos no Brasil como mostra Jardim (1991) ao estudar a masculinidade nos bares da cidade de Porto Alegre. O que poderia gerar alguns problemas de acesso se a pesquisa fosse realizada por uma mulher, como aconteceu com a Denise Jardim.

9 Para saber mais, ver Gomes (2009)

Patrícia declara que seu interesse com a bebida vinha antes mesmo de ingressar no campo acadêmico. Realizou curso de degustação na Associação Brasileira de Sommeliers[10], no Estado do Rio de Janeiro. E trabalhou em uma loja especializada em vinhos que fazia parte de um *bar à vins*. Este estabelecimento é um bar especializado na bebida que oferece a possibilidade de beber sem comprar a garrafa inteira, o consumo se dá em taça. O que demonstra que a autora já possuía uma trajetória de vida que a dava um certo status entre o grupo, por já conhecer certos habitus e já estar inserida no processo ritual da degustação. Sua inserção não foi conturbada e havia mulheres que participavam do grupo, sendo muitos dos depoimentos obtidos dados por essas mulheres.
Por fim eu já possuía um contato com a bebida, mas não possuía nenhum conhecimento técnico especializado. Tinha vinte e um anos quando realizei o trabalho de campo em meio a um grupo hegemonicamente masculino e por volta dos quarenta anos. Muitas vezes ouvi entre os participantes do grupo, que era muito jovem e tinha que treinar muito os sentidos e que provavelmente ainda não tinha a possibilidade de entender alguns nuances devido a minha idade e consequentemente as poucas garrafas degustadas por mim. Tive, no decorrer da pesquisa um sujeito que me auxiliou em vários momentos como um professor ou treinador, que chamei em meu texto de Bordeaux[11] que me dava dicas e ensinava técnicas de degustação.

5 – De quem estamos falando?

A escolha destes trabalhos se deu não apenas pelos seus diferentes contextos geográficos, mas também pelo fato de serem desenvolvidos em contextos socioculturais diferenciados. Pois enquanto no Brasil os estudos concentraram-se entre as camadas médias e altas, em Portugal o trabalho se desenvolve em ambientes em que os frequentadores são trabalhadores das classes populares ou baixas. Inclusive Ramos (2010) faz uma tabela com as oito bodegas do Redondo e os maiores frequentadores, entre eles estão caçadores, trabalhadores da construção civil, louceiros, assentados que possuem escolaridade baixa ou nem frequentaram a escola. Enquanto Malheiros (2006) e Schneider (2011) mostram que entre os grupos que estudaram são professores universitários, médicos, engenheiros, todos com nível superior e até pós-graduação.
Não podemos deixar de esclarecer que isto se dá pela escolha do campo de pesquisa. Pois em Portugal a bebida não é apenas consumida pelas classes populares e no Brasil ela não é consumida apenas pelas classes com poder econômico maior. Contudo a ideia de status social com relação a bebida gera um empoderamento maior a quem consome vinho no Brasil do que em Portugal. Isto é, mesmo quando se bebe vinhos coloniais no Brasil, há um costume de ingeri-lo de forma mais lenta e com uma ideia de degustação. Não necessariamente passando por todo o ritual de degustação que Schneider e Malheiros analisaram.
Os frequentadores das bodegas portuguesas consomem a bebida de forma a virar o copo da bebida em um gole e batendo-o na mesa de forma brusca. Enquanto no Brasil os enófilos bebem-no com o olho, o nariz e a boca, isto é realizam o um processo de observação do vinho na taça, cheiram-no e dão uma leva "bicada" no vinho deixando-o na boca por alguns instantes para sentir os saberes. Percebe-se assim uma diferença no material utilizado para depositar a bebida que irá ser consumida. Que em Portugal é utilizado copo de vidro, que pela descrição é similar aos copos de cerveja dos bares populares no Brasil e para os degustadores o uso é a taça de cristal. Demostrando uma valorização da bebida. Que não apesar de em alguns casos ser bebida consumida todos os dias, não é vista como uma bebida cotidiana como nas bodegas, isto é uma bebida que constrói um tempo especifico para ela em si, não como uma forma de quebra com o trabalho.
Outro ponto a ser analisado é a questão do repouso e do guardar a bebida. Mesmo pondo em dúvida o guardar

10 Sommelier é uma profissão que tem como responsabilidade a escolha, a compra, o recebimento, a guarda e a prova do vinho antes de ser disponibilizado aos clientes. Também é o profissional que irá realizar a harmonização da comida pedida com o vinho. Isto é, irá oferecer e sugerir ao consumidor o prato que combina com o vinho escolhido ou vice versa, levando em conta a uva, safra, para que nem a comida e nem o vinho sejam invisibilizados na hora da comensalidade.

11 Uso neste trabalho, para fins de anonimato, nomes fictícios que são nomes de uvas ou composições de uvas que são uvas próprias para o vinho. Denomino-o especificamente por decorrência de que o Bordeaux é a composição de três uvas que eles indicaram como sendo o que produz vinhos com maior nível de complexidade nos quesitos sensoriais.

ou consumir, Ramos mostra que o consumo da bebida no Alentejo nas bodegas não tem muito o cuidado de safra e tempo, o consumo se dá de forma mais imediata ao termino da fermentação e a bebida não fica muito tempo nas barricas para fermentarem. Já entre os grupos brasileiros pesquisados consomem vinhos em garrafas que ficaram até mais de trinta anos em repouso (como no caso dos Bordeaux) e mesmo os vinhos chamados crianzas que são vinhos espanhóis que ficam de três meses a um ano na barrica fermentando não são consumidos muito rapidamente após o envase, isto é a bebida ser engarrafada. Mas diferente do Brasil, entre os grupos estudados não há uma reclamação de falta de oferta da bebida como acontece no brasil. Inclusive porque as próprias bodegas, em vários casos produzem vinhos, tendo uma gana de possibilidades. Enquanto que nos trabalhos de Schneider e Malheiros há grandes reclamações sobre isto.

A valorização do vinho nacional entre os grupos pesquisados também aparece de forma oposta. Enquanto os portugueses consumem em demasia a bebida nacional e a valorizam. No Brasil existe uma desvalorização da bebida local. O Estado Brasileiro teve que implantar uma promulgação em 2011 para o aumento de impostos para vinhos importados com o discurso de valorizar a bebida nacional, o que não deu muito certo. Em ambos os trabalhos brasileiros tiveram depoimentos que convergiam em um discurso de que o Brasil não investe em tecnologia e novas formas de produção e que mesmo os vinhos mais simples dos outros países, como Chile, França, Itália e Portugal, competem em nível com vinhos chamados de "tops" no Brasil.

Apesar desta distinção os três trabalhos compartilhada da concepção proposta por Ramos de que «saber beber requer técnica, sabedoria, postura, atitude, prudência, sensibilidade» (Ramos, 2010: 24). E que não necessariamente estejam atreladas a manuais e cadernos de etiqueta, mesmo que para os estudos brasileiros eles tenham um padrão mais voltado a essas condutas normalizadas em livros.

6 – Notas sobre a última taça

Como consideração final deixo algumas reflexões já realizadas de forma sutil em meu Trabalho de Conclusão de Curso. Que o beber vinho está relacionado a uma rede de relações que compõe uma gama de conhecimentos específicos e que podem ser diferentes em decorrência da classe social que pertence o grupo e do habitus que está intrínseco a esta classe. Isto ficou visível ao vermos nos trabalhos as diferentes formas ritualizadas e incorporadas entre as três pesquisas.

Ao fazer um estudo comparado podemos notar que o vinho como marcador de distinção social também está ligado ao local que se estuda. Em dois grandes aspectos. Primeiramente quando se vê que a bebida está ligada historicamente e espacialmente com um local ela aparece mais frequentemente sendo consumida também pelas classes mais populares. Enquanto em países e localidades que a bebida se torna mais escassa, essa por si já é um marcador de distinção, não tendo apenas como distinção a marca e o terroir da bebida. Tendo em mente que terroir segundo a Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV)[12] é

> conceito que remete a um espaço no qual está se desenvolvendo um conhecimento coletivo das interações entre o ambiente físico e biológico e as práticas enológicas aplicadas, proporcionando características distintas aos produtos originários deste espaço. O terroir inclui desde característica especificas do solo, da geografia, do clima, da paisagem e da biodiversidade. (Tradução minha)

E o segundo aspecto é no que diz respeito a forma prática de se consumir, pois mesmo quando consumida a bebida entre as classes mais populares no Brasil, não se tem o costume de virar a bebida como fazem nas bodegas alentejanas portuguesas.

Este tipo de estudo fornece-nos a possiblidade de observar as variabilidades e posturas que são realizadas em campo e como estas podem fazer seguirmos caminhos e termos olhares diferentes sobre um mesmo tema de pesquisa. E como a trajetória de vida, o gênero e a geração também podem permitir que o campo pesquisado nos responda de formas diferentes. Mostra-se assim uma distinção não apenas entre os grupos pesquisados,

12 Ver em: RESOLUTION OIV/VITI 333/2010. Disponível em: http://www.oiv.int/oiv/cms/index. Acessado em 18/11/2014.

mas uma distinção também em relação aos estudos realizados em decorrência da distinção que existe entre os pesquisadores.

7 – Bibliografia

BOURDIEU, P. (2011), *O poder simbólico,* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BOURDIEU, P. (2006), *A Distinção*: crítica social do julgamento, Porto Alegre: Editora Zouk.

CARDOSO, R. C. L. (2004), "Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método". In R. C. L. CARDOSO (ed). *A aventura antropológica:* teoria e pesquisa. São Paulo: Editora Paz e Terra, pp. 95-103.

FISCHLER, C. (1990), *L'Homnivore*. Paris: Odile Jacob.

GÓMEZ, E. B. (2009), *El gran libro de la tapa y el tapeo*, Ed. Almuzara.

JARDIM, D. F. (1991), *De bar em bar:* identidade masculina e auto segregação entre homens de classes populares. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MALHEIRO, P. G. (2006), *Saber beber, saber viver:* estudo antropológico sobre as representações e práticas em torno do consumo de vinho entre degustadores, na cidade de Porto Alegre. Dissertação de mestrado, Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTAS, C. M. (1967), O Alentejo: situação e perspectiva socioeconômicas. *Análise Social*, 18, Lisboa, 1967, pp. 85-206.

RAMOS, F. M. (2010), V*inho do Alentejo:* temas culturais. Lisboa: Edições Colibri.

SCHNEIDER, K. (2012), *Não bebo álcool bebo vinho:* notas etnográficas de uma aprendiz do vinho. Trabalho de Conclusão de Curso, Toledo: Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

VELHO, G. (1978), Observando o Familiar. In: NUNES, E. O. *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.

VELHO, G. (1995), "Estilo de vida urbano e modernidade". *Estudos Históricos*, 16 (8), pp. 227-234.

WACQÜANT, L. (2002), *Corpo e Alma*: Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

WEBER, Max. A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais. São Paulo:

Ática, 2006.

Um esboço sobre a emergência do movimento negro no maranhão: rupturas e continuidades nas lutas de caráter étnico racial

Igor Thiago Silva de Sousa[1]

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar a emergência de entidades específicas do movimento negro, a saber, o CCN (Centro de Cultura Negra), bem como o posterior surgimento de uma entidade visando aglutinar comunidades quilombolas, a ACONERUQ (Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), e a crise de representação política específica que culmina com a eclosão do MOQUIBOM (Movimento Quilombola da Baixada Ocidental Maranhense) em meados de 2010, no Maranhão. Para isso, realizou-se levantamento de material bibliográfico que possibilitasse o entendimento das características gerais dos movimentos sociais, bem como o processo de reorganização do movimento negro no Brasil e que culmina com a criação de uma entidade específica do movimento no Maranhão no final da década de 1970. Utilizou-se como recurso metodológico a realização de entrevistas com lideranças do movimento negro estadual, visando entender as representações sociais dos trabalhos desenvolvidos por esses setores entre si, confrontando entendimentos como forma de compreender as configurações de poder em jogo e os processos de cisão. Essa discussão relaciona-se com a luta contra o racismo por parte do movimento negro organizado e as disputas territoriais em torno da efetivação de direitos específicos a comunidades quilombolas a partir da Constituição brasileira de 1988.

Palavras-chave: Movimentos sociais, etnicidade, comunidade quilombolas, movimento negro, direitos territoriais, Maranhão-Brasil.

1 Introdução

A análise dos movimentos sociais em sua constituição e características é um tema caro aos estudos sociológicos e antropológicos, fazendo parte dos eixos temáticos abordados pelas disciplinas. Como distintivo dos estudos antropológicos, têm-se uma abordagem etnográfica que se centra na percepção da constituição diária dos movimentos sociais a partir de agentes concretos, em como operam em suas relações políticas, mobilizam-se e os processos de estranhamento e proximidade na ação social em relação outros atores políticos (Comeford; Bezerra, 2013), ou seja, em como esses agentes criam laços, constroem sentidos, ao mesmo tempo em que afastam e se diferenciam de outros sujeitos e instituições.

Essa reflexão marca a tentativa de perceber cenários carregados de disputas, com vozes destoantes e luta por políticas públicas e projetos sociais. Assim, têm-se movimentos sociais como conexões simbólicas, solidárias que se organizam em termos de identidades e com um campo de conflito partilhado. Tomo como definição de movimentos sociais o exposto por Ilse Scherer-Warren:

> Movimentos sociais são redes sociais complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas e que conectam de forma simbólica, solidarística e estratégica, sujeitos individuais e coletivos que se organizam em torno de identidades ou identificações comuns, da definição de um campo de conflito e seus principais adversários políticos ou sistêmicos e de um projeto ou utopia de transformação social (SCHERER-WARREN, 2012, p.24).

Essa abordagem mostra-se profícua ao possibilitar a análise de uma forma de ação em múltiplos eixos. De um lado, transcendem-se organizações empiricamente determinadas, como associações de bairro, clubes de mães,

---

1 Aluno do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: igorthiago.sousa@gmail.com

clubes recreativos, etc. Avança-se no sentido de perceber certa unidade de ação de forma comparativa, o que permite heuristicamente vislumbrar características gerais de uma forma de ação coletiva para além de lugares determinados. Por outro, há a possibilidade de perceber os eixos de articulação simbólica e solidarística entre sujeitos e coletivos que se organizam e se unem em torno de identificações comuns. Dessa forma, caminha-se para ver certa unidade organizacional e simbólica, o que possibilita uma conexão entre sujeitos, criando uma comunidade de sentido partilhada. Onde, "o conceito de rede social é percebido como uma estrutura dinâmica, a qual não é isenta de tensões, cujos membros estão em constante interação, não hierárquica, por um interesse comum, que pode consistir em recursos, informações e solidariedade" (Santos, 2012, p. 23). Assim, tem-se eixos que marcam esferas dos movimentos sociais: o plano organizacional e simbólico atuando de forma conjunta garantindo certa unidade para além das tensões quanto aos sujeitos aglutinados.

Outro ganho importante refere-se ao aspecto estratégico e conflitual que envolve o surgimento de um movimento social, ou seja, a disputa de certos recursos considerados indispensáveis com outros agentes políticos (Melluci, 2001) e o reconhecimento de adversários. Dessa forma, permite-se a análise superando um lugar social dos sujeitos como pressuposto de sua mobilização, levando-se em consideração recursos valorizados e não apenas esquemas de estratificação social como definidores de ação. Assim, disputam-se materialidades e valores entre antagonistas postos em conflito e é essa dimensão da disputa que faz com que se reconheçam enquanto adversários em um campo comum.

Nesse sentido, é o próprio conflito que faz com que se definam os antagonistas, não sendo essa uma etapa a priori na organização dos movimentos sociais (Touraine, 2008), mas ocorrendo na medida em que se vai tomando forma os movimentos sociais e um campo de disputas. Como mais um avanço, tem-se a dimensão dos projetos dos movimentos sociais, ou seja, sua visão de mundo, sua capacidade de influir em decisões e rumos. Assim "sempre existe um paradigma ideológico, construído fora do movimento, a alimentar a sua atuação" (Gohn, 2012, p. 260).

Todavia, percebendo os limites das análises sobre os movimentos sociais, tem-se que esses estudos caíram em um vão teórico, em dicotomias empobrecedoras que impossibilitaram o entendimento desse tipo de ação social. Essas análises como as expressas através dos binômios dos *novos* e *velhos* movimentos sociais tinham em vista ressaltar aspectos de "novidade" das mobilizações ou aspectos considerados indispensáveis, caindo em certo limite explicativo. De um lado, se tinha a suposta produção de novas formas de fazer política e novas formas de sociabilidade, com movimentos que tinham a identidade como propulsão de mobilizações, com destaque às mobilizações de gênero, étnicas e de raça. De outro lado, certos tipos de mobilização (urbanas, camponesas, operários e bairro) seriam lutas mais convencionais, por necessidades e recursos (Alvaréz, Dagnino, Escobar, 2000), se caracterizando por uma racionalidade quanto a fins. Esse paradigma de análise apontava que a associação entre cultura e política seria uma dimensão específica de alguns movimentos sociais, estes trazendo a tona questões não propriamente de classe, mas realizando mobilizações como de gênero, orientação sexual, étnica e racial, ou seja, eram movimentos sociais específicos pela relação capaz de mobilizar a cultura como feixe político, coisa que outros movimentos sociais não poderiam.

Todavia, todos os movimentos sociais são vinculados à cultura, influindo na construção, debate e produção de significados. Nesse sentido, influem na cultura política a partir de suas políticas culturais (Hall, 2003). A cultura política é como os processos sociais são configurados, transmitidos, vistos e sentidos, como se dá a organização social de práticas envolvendo instituições, domínios públicos e diferentes grupos sociais, subculturas em uma complexa rede de relações (Alvaréz, Dagnino, Escobar, 2000). Portanto, por mais que hajam diferenças e especificidades, existem domínios partilhados, configurações políticas e econômicas que superam localismos e é assim que se fala de culturas políticas hegemônicas, pois modeladoras de forma significativa de práticas e modelos em termos macrossociais.

Os movimentos sociais têm dimensões não apenas políticas e organizativas, mas carregam consigo formas de perceber, moldar e serem moldados pelo mundo, de atribuir sentidos, influir politicamente, formar e se distinguir de outros atores políticos, ou seja, de diferenciarem-se e serem reconhecidos simbolicamente como diferentes. É nesse sentido que se faz necessário perceber a relação entre política e cultura não como campos disjuntivos, mas interligados em processos mobilizatórios, onde se disputam a relevância de significados e práticas.

> Nossa interpretação de política cultural é ativa e relacional. Interpretamos política cultural como o processo posto em ação quando conjunto de atores sociais moldados por e encarnando diferentes significados e práticas culturais entram em conflito com os outros (ALVARÉZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000, p. 24).

Os movimentos sociais são formas de (des)estabilizar a cultura política hegemônica, trazem a tona formas de participação, contestação e afirmação de valores e práticas sociais, mantendo relação com campos institucionalizados e realizando negociações e enfrentamentos com outros atores políticos. A relação com a cultura é implícita ou explicita, pois é o pressuposto de orientação das condutas e práticas postas em movimento. Mais do que um levantamento sobre os tipos de movimentos sociais, cabe perceber como se comunicam, criam rupturas e continuidades nesse processo de intervenção, criação constante e disputas de sentido. Assim, faz-se necessário trazer a tona que os movimentos sociais são polissêmicos, com significados e termos acionados de maneiras diferentes entre si e com mobilizações heterogêneas, bebendo de diferentes referenciais políticos mobilizáveis, onde seus sujeitos também destoam na forma como se mobilizam e se apropriam dos recursos políticos. Nas mobilizações de caráter etnicorracial contemporâneo ganham força ao politizar significados ligados às diferenças raciais como fonte de organização política. Dessa forma, o surgimento do movimento negro no Brasil remete-se ao processo organizativo e de criação de laços a partir da Primeira República, tendo em vista reverter situações de exclusão do mercado de trabalho, racismo e marginalização sócio-espacial, tendo como ator populações afrodescendentes. Entende-se raça não a partir de aspectos biológicos, psicológicos ou meramente fenotípicos, mas a partir da criação e reprodução de critérios de inclusão ou exclusão de determinados grupos sociais por supostas características existentes ou presumidas, ou seja, raça pelo que possibilita perceber em termos de interação social. Como pontua Antonio Sérgio A. Guimarães ao se referir ao racismo à brasileira em comparação ao modelo norte-americano:

> Esse tipo de racismo se reproduz pelo jogo contraditório entre, por um lado, uma cidadania definida de modo amplo e garantida por direitos formais, mas, por outro lado, largamente ignorados, não cumpridos e estruturalmente limitados pela pobreza e pela violência policial cotidiana. É pela restrição fatual da cidadania e através da imposição de distâncias sociais criadas por diferenças enormes de renda, de educação; e pelas desigualdades sociais que separam brancos de negros, ricos de pobres, nordestinos de sulistas, que o racismo se perpetua (GUIMARÃES, 2009, p. 59).

Ao analisar as lutas do movimento negro a partir de experiências desde o começo desde finais do século XIX, Petrônio Domingues (2007), aponta esquematicamente diferentes fases desse movimento no Brasil, situando suas estratégias, lutas e características gerais. Assim, podem-se percorrer atuações indo desde pautas inclusivas e moderadas, tendo como principais focos a conquista de melhores postos de trabalho e educação dentro dos marcos da sociedade capitalista até a luta contra o discurso da mestiçagem, a articulação internacionalizada recebendo influências das lutas anti-coloniais em países africanos e dos direitos civis nos Estados Unidos, que marcam a reorganização do movimento negro em 1970 no Brasil (Risério, 2012; Pereira, 2013).

Dentro dessas mobilizações, como parte da agenda do movimento negro, tendo em vista a contribuição dos negros à construção nacional, se inicia o desdobramento da luta desse movimento em eixos rurais, com a pauta sobre direitos territoriais específicos a comunidades quilombolas. Nesse sentido, "ao se remeter sobre direitos específicos, o movimento negro aludia a uma "dívida" que a nação brasileira teria para com os afro-brasileiros em consequência da escravidão e não exclusivamente para falar em propriedade fundiária" (Leite, 2000). Assim, ao tratar do processo inacabado de abolição da escravidão e suas consequências almejava-se um projeto de reparação nacional aos afrodescendentes.

Dessa forma, importantes lideranças do movimento negro como Abdias Nascimento (2002) e intelectuais como Clóvis Moura (1981) tinham uma discussão sobre a necessidade de reparação para as populações negras e conquistas de direitos específicos para comunidades quilombolas. Em que ao abordar questões fundiárias, tem-se como marco referencial dos dispositivos legais implantados no Brasil para a configuração agrária, a Lei de Terras (1850). Essa lei marcou a instalação das relações capitalistas no campo, tomando a terra enquanto propriedade particular (Silva, 2004, p 17) e excluindo da possibilidade de obtenção de propriedade ex-escravos negros e seus descendentes sob a alegação de não se tratarem de brasileiros, impedindo-os sob o rótulo de "libertos". Como situa Ilka Boaventura Leite:

> Já a primeira Lei de Terras, escrita e lavrada no Brasil, datada de 1850, exclui os africanos e seus descendentes da categoria de brasileiros, situando- os numa outra categoria separada, denominada "libertos". Desde então, atingidos por todos os tipos de racismos, arbitrariedades e violência que a cor da pele anuncia – e denuncia –, os

> negros foram sistematicamente expulsos ou removidos dos lugares que escolheram para viver, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou foi herdada de antigos senhores através de testamento lavrado em cartório. Decorre daí que, para eles, o simples ato de apropriação do espaço para viver passou a significar um ato de luta, de guerra (LEITE, 2000, p. 335).

Assim, tendo em vista efetivar garantias em plano constitucional a partir da redemocratização em 1988, o MNU (Movimento Negro Unificado) participou ativamente nos eixos de articulação para a nova Carta Magna brasileira, sendo realizados debates que privilegiavam essa temática. É nesse contexto que se vê inserido o artigo 68 do ADCT, fonte de mobilização de setores do movimento negro e luta anti-racista.

2 A reorganização do movimento negro e as agências estaduais

A experiência de reorganização do movimento negro contemporaneamente culminou com a criação de agências e instituições do movimento. Essa experiência se deu em términos do período de ditadura militar, marco de nossa história política que se caracterizou pelo desmantelamento das organizações de esquerda, bem como organizações de caráter racial com o golpe de 1964 (Santos, 2006). Dessa forma, militantes negros foram postos em situação de semiclandestinidade, tendo suas organizações sido colocadas na situação de ilegalidade (Domingues, 2007) com a instauração da ditadura militar em 1964 em que o movimento negro e movimentos de esquerda ficaram praticamente sem possibilidades com as perseguições, situação de semiclandestinidade de seus militantes e fechamento de suas entidades.

Dessa forma, as manifestações e o processo de rearticulação do movimento negro se deram em meio às lutas pela redemocratização do país, garantias civis e busca por conquistas políticas. A década de 1970, portanto, viu eclodir uma multiplicidade de organizações variadas no movimento negro. Eram centros de cultura, organizações de pesquisa, centros de recreação, centros de lazer, de assistência social etc. Essas organizações trouxeram à tona a discussão sobre a questão racial que havia sido abafada desde 1964 com o golpe civil-militar. Todavia, tais organizações tinham uma atuação limitada, ainda vacilante no aspecto político relativo ao enfrentamento do regime, seja pela não coesão política, seja pela não existência de um projeto declarado e abrangente.

Em 1972, como aponta Domingues (2007), um grupo de estudantes e artistas formou o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN); a imprensa negra retoma suas atividades com a publicação e circulação dos jornais *Árvore das Palavras* (1974), *O Quadro* (1974), em São Paulo; *Biluga* em São Caetano/SP. Em Porto Alegre nasceu o Grupo Palmares (1971), o primeiro a defender a substituição das comemorações do dia 13 de maio para o dia 20 de Novembro.

Além dessas experiências, surge em 18 de junho de 1978 o Movimento Unificado Contra a Descriminação Racial (MUCDR). Esse movimento, de caráter mais radical, redefine espaços de luta no cenário político da época, (Santos, 2006). Nesse sentido, algumas influências nortearam tanto em plano nacional, quanto internacional, o surgimento do MUCDR, posteriormente abreviado para Movimento Negro Unificado (MNU).

Em plano nacional, como aponta Santos (2006) diferentes fatores motivaram a criação do MNU. Eram atos de violência policial com segmentos negros pauperizados e atos de racismo declarados, demonstrados através do assassinato de um trabalhador negro, Robson Silveira da Luz, o qual foi preso, torturado e morto por policiais da 44ª Delegacia Policial de Guianenses, da capital de São Paulo; a expulsão de quatro jovens atletas negros do time Juvenil do Clube de Regatas Tietê em São Paulo e ainda o assassinato de um operário negro, Nilton Lourenço, por um policial, no bairro da Lapa, em São Paulo.

Tinha-se também um plano de influência internacional em que ocorriam lutas de libertação na África contra a condição colonial, com vitórias em processos de descolonização ocorrendo em Moçambique, Angola, Guiné Bissau e Cabo Verde. Ainda neste mesmo plano, as conquistas dos direitos civis dos negros estadunidenses trouxeram a tona lideranças como Martin Luther King e Malcolm X, bem como a atuação organizações negras marxistas, como o grupo Panteras Negras. Assim, tais influências contribuíram para o MNU ter assumido uma postura radicalizada contra a discriminação racial no Brasil.

Nesse sentido, cabe a ressalva da especificidade da questão racial em território nacional, evitando-se assim a crítica sobre uma transposição mecânica de experiências e formas de racimo existentes nos EUA para problemas locais. Sabe-se que a questão racial no Brasil tem um contorno próprio, referente ao enfretamento

do mito da democracia racial, formas específicas de racismo, bem como o processo ímpar de mobilização dos segmentos negros. Porém, tem-se em vista o nível de interinfluencia entre as lutas da comunidade negra, a partir da metáfora do Atlântico Negro, nos termos expostos por Paul Gilroy (2012), ao falar em como o movimento negro estadunidense, brasileiro e africano dividiram expectativas, intercambiaram procedimentos e práticas para além das pertenças propriamente nacionais, demonstrando um nível de confluência de metas, sonhos, abordagens e lutas.

Foi nesse conjunto de motivações e influências que surge um movimento tendo em como objetivo mobilizar e organizar, de norte a sul do país o maior número possível de organizações negras tendo em vista denunciar a descriminação racial e a repressão policial, como aponta Barbosa (1991). Dessa forma o trabalho inicial do MNU se dava no plano direto com outras organizações negras já existentes, tendo em vista dar-lhes um caráter político mais unitário e direcionado, mobilizando e organizando ações, discussões e projetos com segmentos sociais negros. Nesse sentido, como ato inaugural de surgimento do MNU fez-se uma manifestação que reuniu se reuniram mais de três mil pessoas negras e não negras sensíveis a luta antirracista nas escadarias do Teatro Municipal em São Paulo.

A luta pela efetivação de uma maior igualdade, expressos na luta com contra o racismo; a denúncia do mito da democracia racial se demonstraram ao mesmo tempo elementos de oposição entre a comunidade negra e setores racistas, bem como uma plataforma do movimento negro organizado. Assim, a construção de uma verdadeira democracia racial aparece enquanto projeto, ante ao mascaramento histórico proposto pelas elites, que escamoteariam as condições reais, bem como negariam a existência de uma forma *sui generis* de racismo a brasileira. Ganham destaque denuncias contra casos de violência, condições de subemprego, a marginalização, por outro lado, ganham destaque sistematicamente debates sobre a democracia racial como forma de expor as condições das populações negras.

Pela dimensão que atingiram as ações do movimento negro de denuncia ao racismo e formas de segregação racial, seus atos não passaram despercebidos por intelectuais defensores da democracia racial. Nesse sentido, as ações do MNU, eram vistas como exageradas, denunciando algo não existente em território nacional, a saber, o racismo, quando, segundo esses intelectuais, o que havia eram desigualdades de classe. Segue a opinião emitida por Gilberto Freyre em 1979 em jornal da época:

> Tive notícia de um movimento que se diz anti-racista na cidade de São Paulo. Creio que isso é imitação considerável- voluntária ou organizada- das reivindicações do chamado "negro americano" dos Estados Unidos. Ora, não existe no Brasil um "negro brasileiro", separado da comunidade brasileira nacional. Existem, sim, brasileiros de origem africana negra, alguns dos quais sofrem discriminação não de caráter racial mas de classe. (Freyre, 1979 APUD Santos, 2006).

Tendo em vista organizar as demandas e a agenda, após o ato público de protesto de sete de julho foi organizado pelos integrantes do MUCDR um encontro de avaliação e estabelecimento das próximas atividades. Em vista a necessidade de um encontro maior, que pudesse agregar mais pessoas e ter uma visibilidade nacional se opta pela elaboração da primeira Assembleia Nacional de Estruturação e Organização, em 23 de julho de 1978, na cidade de São Paulo. Esse encontro, segundo Santos (2006), foi importante para a elaboração de documentos fundamentais para o movimento, como o estatuto; o programa de ação e a carta de princípios, além destas medidas foram incorporados ao movimento o termo "negro", passando a ser chamado Movimento Negro Unificado Contra a Descriminação Racial (MNUCDR), sendo abreviado para MNU posteriormente. A adoção do termo negro denota segundo, segundo Pereira (2010), a tentativa de agregar setores e entidades negras, em detrimento de uma frente política ampla que reunisse todos os discriminados na luta contra o racismo.

As ações do MNU serviram de influencia para ações em diferentes estados do país, assim em poucos anos se vê a efervescência de um conjunto de entidades influenciadas pelas experiências em São Paulo, dá-se assim processo de expansão do MNU para Pernambuco, Belo Horizonte, para o Rio Grande do Sul, bem como a criação de entidades como CCN, no Maranhão; Associação Cultural Zumbi (ACZ), em Maceió; os blocos afro Olodum e Malê Debalê, em Salvador; bem como Grupo Negro da Pontifícia Universidade Católica (PUC).

Couberam as organizações do norte e nordeste que vinham realizando encontros, projetos de mapeamento e formações políticas, com destaque para o CCN-MA e o CEDENPA (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará) o papel de fornecedoras de subsídios sobre a discussão a partir de experiências concretas com comunidades quilombolas. Nesse sentido, o CCN por mais que mantivesse contatos com o MNU, não era propriamente uma expressão nordestina do desdobramento do movimento, mantendo-se uma entidade autônoma, com trabalhos

e agenda própria. Assim, essa entidade teve papel importante quanto aos direitos territoriais específicos, com esboços de trabalhos sendo iniciados antes do período reelaboração da carta constitucional. Como firma Amílcar Pereira:

> A chamada regularização das chamadas "terras de preto" vinha sendo discutida havia bastante tempo, principalmente pelas organizações negras nordestinas...Em agosto de 1986, por exemplo, o CCN do Maranhão promoveu o I encontro das Comunidades Negras Rurais do Maranhão com o tema o " O negro e a constituição brasileira" com a discussão sobre a necessidade da regularização das chamadas "terra de preto" que vinham sendo foco de estudo de um das principais referências do movimento negro no Maranhão, Mundinha Araújo, desde o final da década de 1970. (PEREIRA, 2010, p. 223)

Os trabalhos do CCN junto a comunidades quilombolas remetem-se à década de 70 com o primeiro projeto elaborado com finalidade de construir entendimentos sobre esse segmento social, por parte de militantes negros; dando-se destaque, neste momento, ao papel de Mundinha Araújo[2], como elaboradora do esboço inicial. Esse projeto forneceu os primeiros levantamentos de material bibliográfico e a iniciativa para realização de trabalhos de campo no interior do Maranhão, os quais posteriormente deram subsídio para a elaboração e efetivação do Projeto Vida de Negro (PVN), já em meados dos anos 80, como aponta Ivo Fonseca:

> Olha, a Mundinha foi a idealizadora, como ela diz. Ela como uma das coordenadoras da casa deu foco para questão rural. Ela começa a levantar as comunidades com vários relatos, relatos relacionados à memória da escravidão, ela pegava muito isso. Ela começa o trabalho e o PVN é o pano de fundo até hoje.

Como desdobramento da atuação do projeto, ocorreu o I encontro das Comunidades Negras Rurais do Maranhão, realizado em 1986, em São Luis no sítio Pirapora, localizado no Bairro Santo Antônio. Neste evento foram discutidas propostas de projetos a serem encaminhadas aos deputados federais (1988) e constituintes (1989) visando assegurar diretos específicos às comunidades quilombolas, como é descrito pelo PVN:

> O encontro teve como principal objetivo discutir propostas referentes aos direitos do povo negro do Maranhão e do Brasil, para serem encaminhadas aos deputados federais (1988) e constitucionais (1989). A principal reivindicação dos participantes desse encontro foi a garantia das terras de preto aos seus moradores, pois naquele período várias comunidades negras do maranhão estavam sendo expulsas dos seus territórios (PVN, 2005, p. 47).

Como desdobramento desse encontro e das discussões que se sucederam, foi encaminhada a deputada federal e constituinte Benedita da Silva uma proposta de garantia das terras às comunidades quilombolas, que foi apresentada no Assembléia Nacional Constituinte. A proposta foi aprovada, dando origem ao artigo 68 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988. Foi a realização de parcerias interestaduais entre o CCN e outras entidades do movimento negro como o CEDENPA, Movimento Negro do Rio de Janeiro e Associação Cultural Afro-Brasileira, que possibilitou a troca de experiências e projetos em comum (PVN, 2005) e a garantia do artigo constitucional.

3 "Para conhecer a história vão ter que conversar um pouco comigo": o movimento negro no Maranhão

No processo de lutas do movimento negro e expansão de suas agências em diferentes estados, surge em 12 de setembro de 1979 o CCN-MA. Essa entidade, como especificidade em sua fundação, nasce com auxílio de uma entidade de defesa de direitos humanos, a SMDH, esta fundada em 12 de fevereiro do mesmo ano. Nesse sentido, enquanto a SMDH nasce no bojo das lutas políticas pela redemocratização brasileira e anistia

---

2 Nasceu em São Luís em 8 de janeiro de 1943. Formada em comunicação social pela Federação das Escolas Superiores do Maranhão em 1975. Foi fundadora do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), em 1979, a primeira vice-presidente da entidade, de 1980 a 1984. Foi diretora do Arquivo Público do Estado do Maranhão entre 1991 e 2003 (ALBERTI; PERREIRA, 2000, p. 31).

política no país, o CCN surge tendo em vista a defesa das populações negras e discussão sobre a questão racial de forma geral. Essas entidades, pelo próprio momento histórico e engajamento de setores católicos, têm o auxílio de parcelas eclesiais, sendo ajudados com infraestrutura para reuniões e encontros que ocorreriam em instalações de igrejas. Assim, ao se fundar o CCN tinha-se como foco a discussão sobre o mito da democracia racial, bem como apontamentos sobre a história dos negros em território brasileiro e as discussões sobre o racismo em nível local. Como aponta Luiz Alves, primeiro coordenador da entidade:

> Olha nossa primeira visão era desconstruir aquilo o que estava sendo construído. Era estudar a história. Foi feita até uma cartilha que a Mundinha coordenou e a gente mostrava o que era a Abolição e desconstruía o mito da história, da democracia racial.

Tendo em vista o surgimento da primeira agência do movimento negro, se vislumbra a tentativa de unidade em meio à diferença, onde posicionamentos políticos eram situados em um plano menor, já que o objetivo era lutar por garantias às populações negras. Assim, de acordo com o depoimento de Luiz Alves, a sua escolha como primeiro coordenador da entidade tinha em vista aglutinar grupos politicamente distintos. Nesse sentido, sua posição era semelhante a de outro militante importante, sendo possível construir consensos quanto às primeiras atuações e as posições que poderiam vir a somar. Como aponta Luiz Alves:

> Um dia a gente se reuniu e foi escolher um nome, tinham vários nomes. Aí eu dei a sugestão de Centro de Cultura Negra do Maranhão. Tinham vários outros centos [com o mesmo nome], mas eu nem sabia na época. Eu tinha uma leitura de escritos africanos, do Amílcar Cabral; do Kwame Nkrumah, que era líder do grupo político de Gana, eu lia um pouco das coisas do Abdias , então a gente tinha uma leitura. (...) Feito isso a gente reuniu quem podia ser e na época me escolheram. Podia ser qualquer um, podia ser eu, podia ser João Francisco, podia ser Mundinha, mas acharam que eu podia aglutinar as posições porque as minhas posições e a de João Francisco eram quase idênticas.

Assim, ao se referir sobre o nome Centro de Cultura Negra, o senhor Luiz Alves, comenta que a escolha deu-se pelo seu entendimento de cultura como ampla, vista como a disputa política, confronto de ideias, como libertação do povo. Nesse sentido, é perceptível uma inspiração à esquerda marxista, de caráter gramsciana, em que a noção de cultura aparece como aparato a ser disputado, como fonte de confronto e disputas entre setores sociais. Como destaca Luiz Alves:

> Eu via Cultura na visão do Amilcar Cabral. Não era para botar o pessoal para dançar e ganhar dinheiro. Não era cultura como tá sendo manipulada pelo Estado. Era cultura do ponto de vista político, do ponto de vista de lutas, de ideias, cultura é tudo. Cultura é que liberta o povo, era essa visão que a gente tinha.

Como parte das ações do CCN tinha-se a discussão sobre o mito da democracia racial, tendo em vista o apontamento da existência de racismo no Brasil, confrontando a imagem oficial que disseminava a nação como um paraíso do convívio inter-racial, (Risério, 2012; Guimarães, 2013). Com o objetivo de pautar a questão racial, ações foram transcorrendo, com formações políticas sendo realizadas e debates sendo encaminhados, como comenta Carlos Benedito, professor da UFMA e militante do CCN:

> O CCN tem uma importância muito grande aqui, foi o primeiro grupo organizado do movimento negro e porque conseguiu jogar para as ruas esse debate racial. Muita gente passou por ali e se envolveu na militância. A gente acabou tendo uma formação política muito importante nesse debate racial, muita gente já não participa mais hoje, mas continua com muita consciência.

Outro desdobramento da luta do CCN refere-se à discussão sobre direitos territoriais específicos em comunidades quilombolas. Assim, um dos eixos articulados junto às discussões sobre o mito da democracia racial é a tentativa de inicio de estudos e levantamento de dados sobre a existência de comunidades quilombolas no Maranhão. Nesse sentido, o PVN foi realizado de 1985 até 2005, com o apoio da SMDH e de 2005 até o presente momento é realizado apenas pelo CNN, através de parcerias, onde tinha como objetivo inicial o mapeamento de práticas culturais, formas de uso e posse da terra, bem como uma discussão sobre as modalidades de autoclassificação locais. Como aponta a descrição do projeto:

> Inicialmente, o PVN visava ao mapeamento das comunidades negras rurais do Maranhão, com o levantamento das formas de posse da terra, manifestações culturais e religiosas, bem como a memória oral das chamadas "terras de preto" sobre o período da escravatura e pós-abolição. A partir de 1991, no entanto, o PVN passou a trabalhar a questão agrária dessas comunidades, exigindo novas reflexões sobre as diversas formas de organização dos povoados de negros enquanto grupos étnicos, buscando intervir em nível jurídico e institucional para solucionar problemas fundiários, visando ao reconhecimento, à legalização e a titulação dessas áreas, nos termo do artigo 68 do ADCT da Constituição Federal (PVN, 2005, p. 40).

Dessa forma, a partir desse trabalho do CCN através do PVN, iniciam-se os processos de organização e luta das chamadas comunidades negras rurais quilombolas do Maranhão, com o posterior desdobramento culminando com a criação de uma entidade representativa específica a ACONERUQ (Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas). A pauta do "território quilombola", com a expressão concreta através de disputas com latifundiários e grileiros ocorrendo em municípios como Mirinzal, Codó, Alcântara e Itapecuru-Mirim, serve de mote para a criação de uma agência específica das comunidades quilombolas. Assim, tem-se após a criação de comissão provisória no ano de 1995, com a institucionalização da ACONERUQ em 1997, como entidade representativa do respectivo setor social, tratada de maneira detalhada a seguir.

4 O aparato do movimento quilombola: a criação da ACONERUQ

Como parte dos trabalhos do CCN, foram iniciadas atividades relacionadas à atuação junto a comunidades quilombolas. Inicialmente, tiveram como foco a realização de mapeamentos de usos e posses da terra e práticas socioculturais. No entanto, a partir de 1991, focam-se trabalhos de forma mais direta sobre mecanismos de efetivação do artigo 68 do ADCT da Constituição Federal. Assim, passam a ocorrer, então, processos formação política junto a jovens militantes do movimento negro e com moradores das comunidades quilombolas, com o objetivo de orientá-los sobre as conquistas constitucionais. Essas formações eram desenvolvidas com encontros em comunidades, os quais posteriormente focavam-se na tentativa de construção de eventos em nível estadual, como aponta Ivo Fonseca:

> O Centro de Cultura Negra continuou o trabalho de campo, o enfrentamento, o processo de organicidade já estava bem avançado, então isso dava um suporte para nós melhorar o movimento na zona rural. Tanto é que chegamos até à possibilidade de realizar o segundo encontro, terceiro encontro e conseguimos realizar até o quarto encontro e em e 1997 nós realizamos o quinto encontro.

Após o IV Encontro das Comunidades Negras Rurais, Quilombos e Terras de Preto do Maranhão, realizado em abril de 1995, em São Luís, ocorreu a criação da Coordenação Estadual Provisória dos Quilombos Maranhenses que era constituída de representantes dos municípios de Alcântara, Mirinzal, Cururupu, Codó, Itapecuru-Mirim, Penalva, Turiaçu, Brejo, Caxias e Bacabal (PVN, 2005), ao qual tinha por finalidade encaminhar seminários e capacitações de militantes nos municípios. A ideia de criação de uma entidade específica dos quilombolas era fruto do entendimento de lideranças mais antigas no processo de mobilização, como situa Ivo Fonseca:

> Olha, foram as próprias lideranças que tinham esse objetivo. Eu faço esse relato que eu sou um dos mais novos nesse processo. Olha você tem que falar com seu Justo [Salustiano] que tem um grande conhecimento. Falar com seu Claro, dona Nielza, falar com Tinoco, Ribamar lá de Codó, Margarida em Penalva, Maria Helena em Cururupu, da comunidade de Entre Rios. Foram essas pessoas que tinham a compreensão dessa coordenação estadual e eu era um dos mais novos no grupo e sempre muito interessado. Eles tinham interesse em fortalecer os jovens e nas viagens era eu que ia e aí eu vinha trazer os recados.

Devido as limitações institucionais da Coordenação e a necessidade de abranger as demandas estaduais, surgiu a ACONERUQ, em 1997, após seminários municipais ocorridos nos municípios de Cururupu, Mirinzal, Alcântara e Turiaçu ocorridos ao longo do ano 1996 e a realização do V Encontro das Comunidades Negras Rurais no Maranhão, somando-se 10 anos de realização desse tipo de encontro e discussão. Após a oficialização da ACONERUQ, ocorre a primeira eleição para a coordenação estadual, sendo Ivo Fonseca eleito para a gestão

de 1997 a 2003. Nesse sentido, se dá continuidade aos trabalhos junto as comunidades quantos aos seus direitos territoriais conquistados, processos de formação política e entendimentos sobre o funcionamento da entidade. Como relata Ivo Fonseca:

> O foco principal era trabalhar para que as comunidades conquistem seus territórios e no período que eu fui coordenador eu encaminhei muitos processos para o INCRA e de outro lado que nós trabalhava era a questão da formação política nas comunidades, era a base entender o processo na ACONERUQ, entender a formação. Entender o processo vindo de baixo para cima e não de cima para baixo, então nós tinha essa capilaridade. Outro ponto que nós trabalhava era a questão das normas constitucional. Quando a ACONERUQ começa nós também passamos por isso em nível nacional, porque não adiantava nós estarmos aqui e as portas estarem fechadas quanto a esses ordenamentos. Nós também trabalhamos políticas básicas como educação, saúde, estradas. Porque a gente ainda encontra comunidades sem escolas.

Nesse sentido, continuaram a ser encaminhados processos de titulação aos órgãos fundiários responsáveis. Por outro lado, tem-se o empenho da ACONERUQ em estabelecer articulações com governos estadual e federal, onde se tenta negociar políticas públicas específicas, como educação, saúde, assistência social diferenciada, cestas básicas, moradia, etc. Nesse sentido, foram firmadas parcerias com o Banco Mundial para a realização de encontros e com governos estaduais. Como relata Ivo Fonseca:

> A gente fez um curso em que vieram pessoas de outros estados, foram três meses de curso que nos conseguimos em parceria com o governo José Reinaldo, com apoio do Banco Mundial. Foi um curso sobre questão racial e desenvolvimento nas comunidades. Um outro relato que a gente entende foi colocar a questão na pauta do dia, foi ampliar a questão nacional junto a outras entidades e conseguir interferência em políticas públicas.

Essas tentativas de parcerias tinham em vista conseguir interferência em políticas públicas, dando continuidade aos trabalhos desenvolvidos desde idos dos anos 80 pelo movimento negro. Como questões relativas ao próprio andamento da entidade, tem-se os processos de formação política, que por um lado garantem a sua organicidade, levando até os setores representados as noções de direitos territoriais, garantias específicas, bem como fornecem novos quadros de atuação dentro do aparato institucional. Nesse sentido, segundo Ivo Fonseca, essas formações seriam caracterizadas pelo entendimento dos processos como ocorrendo de baixo para cima, em alusão ao atendimento de demandas oriundas da base, ou dos setores representados.

Todavia, devido à expansão das atividades da entidade e a atuação de lideranças municipais passam a ocorrer problemas entre a coordenação estadual e os setores representados. Com o término da primeira gestão da ACONERUQ, em 2003, iniciam-se problemas relativos a uma crise entre setores representados e a coordenação estadual. Esses problemas dão-se com a expansão dos trabalhos da ACONERUQ que passam a ocorrer de forma a assistemática em alguns municípios, com certa falta de controle da coordenação quanto a atuação de lideranças locais. Assim, segundo depoimentos, tem-se o início de cobranças de taxas para a realização de oficinas, disponibilização de documentos e desvios de verba. Como aponta Ivo Fonseca:

> Tem muita coisa para ser feita. Mas eu acho que criação do movimento, por um lado, passou por uma gestão e a gestão se fechou não dava resposta para base, as demandas não chegavam e as demandas não chegavam. Então, evidentemente tem pessoas que não se afinavam com a demanda, com os objetivos da ACONERUQ e que começou a falar que a ACONERUQ não fazia nada, não existia,que as pessoas estavam enganando o povo.

Como apontamento sobre uso indevido de políticas implementadas pela ACONERUQ junto ao poder público por parte de lideranças municipais da entidade, tem-se o "caso das cestas", como descrito por (Furtado, 2012) em que lideranças do município de Bequimão teriam realizado uma suposta doação de cestas segundo critérios eleitorais, visando somar votos a campanha do candidato apoiado. Como cita Furtado:

> Para melhor compreensão do "caso", relatou-se que no ano de 2008 foram "despachadas" para Bequimão duas remessas de cestas básicas, contendo em cada uma um quantitativo de 500 cestas. Estas cestas básicas deveriam atender às comunidades quilombolas daquele município, pois havia sido indicado pela

> ACONERUQ. O candidato derrotado da eleição municipal de 2008 denunciou que as cestas, sobretudo as enviadas na segunda remessa, foram distribuídas nas vésperas da eleição e na sede do município, não cumprindo assim com as prerrogativas do Programa. Tal fato colocou sob suspeita a idoneidade da entidade representativa dos quilombolas no Maranhão, dos gestores responsáveis pela implementação dessa política específica em âmbito federal e dos técnicos operacionais dessa política em âmbito local. (FURTADO, 2012, p. 248)

Assim, em meio a crise de representatividade, tem-se a discussão territorial, inicialmente o foco da entidade, descolada passando a ser pano de fundo para discussões focadas em outras políticas públicas assistenciais. Como aponta Luz Alves:

> Olha a ACONERUQ tem problemas, o pessoal que administrou tergiversaram alguns. Teve uma reunião lá e eu fiquei triste. O pessoal está procurando é dinheiro. Olha, como toda instituição, ela tem problemas, tem que separar o pessoal errado. Olha, é como se eu estivesse no CNN e tivesse feito coisas indesejáveis, então, eu tinha que ser punido, mas a instituição não. O CCN fundou a ACONERUQ, tentou recuperar e está tentando para ter força política para poder discutir os direitos da população [negra].

Nesse sentido, chama a atenção na declaração do professor Luiz Alves, de um lado, os problemas relativos ao não atendimento das demandas oriundas das comunidades quilombolas. Segundo ele, tal fato seria fruto de indícios de certo abandono da luta pelos direitos territoriais das comunidades, passando a entidade a destinar-se a outros objetivos, expostos pelo professor apenas como "ganhar dinheiro" ou mesmo pela afirmação de necessidade separar o "pessoal errado", numa declaração sobre certas ações vistas por ele como equivocadas e que tenderam a afastar as parte das comunidades quilombolas da entidade. Por outro lado, têm-se as críticas internas que a entidade passa a sofrer por parte de lideranças e do CCN, apontando certa situação de instabilidade política. Todavia, pelos limites desse trabalho os trâmites desse aparente desvio de finalidade não puderam ser abordados de forma esclarecedora.

Assim, é nesse contexto, de problemas quanto ao atendimento de demandas oriundas dos setores representados, que ganha destaque outro ator político MOQUIBOM (Movimento Quilombola da Baixada Ocidental Maranhense). Como aponta Almirandir Madeira, liderança do MOQUIBOM e morador da comunidade de Charco em São Vicente Férrer:

> Nós não tinha representantes, pois como o atual governo diz, os representantes dos negros é a ACONERUQ, então, não se tinha representação nenhuma, de um movimento social, uma representação. Já tinha essa conversa de criação de um movimento com o pessoal da CPT, nós (se) reunia em serrano e com isso a gente foi conversando com as comunidades, achamos que tinha a necessidade de nos representar, por isso fundamos o MOQUIBOM porque é ele a representação das comunidades quilombolas do Maranhão.

Assim, dentro desse cenário de certa crise de representação, com críticas sendo realizadas tanto pelo movimento negro, através de figuras importantes do CCN, quanto por outros setores, desvinculados propriamente dessa agremiação, mas representativos junto a comunidades rurais, eclode um movimento social específico, caracterizado luta pela efetivação das garantias constitucionais asseguradas através do artigo 68 do ADCT, trata-se do MOQUIBOM, a ser tratado mais detalhadamente a seguir.

5 "Território livre, já (?)": o MOQUIBOM na ocupação da pauta por território

O MOQUIBOM vem à tona a partir da articulação entre comunidades quilombolas da baixada maranhense por intermédio da CPT (Comissão Pastoral da Terra). Esse movimento ganha destaque a partir da divulgação de casos de violência no campo e pressões referentes ao poder público pela garantia de direitos constitucionais e da propriedade da terra, tendo na mobilização pela titulação dos territórios quilombolas um dos principais eixos de reivindicação.

No processo de atuação enquanto movimento social, em seus atos e protestos, o MOQUIBOM tem como

pauta a defesa dos territórios ocupados pelas comunidades quilombolas, vindo a São Luís trazer à tona a luta pela titulação dos territórios aos quais as comunidades ocupam. Neste caso, leva-se em consideração que a noção de território não implica apenas o espaço físico ocupado por essas comunidades, representa um conjunto de práticas, saberes socialmente construídos, um modelo organizativo e uma forma de interação entre seres humanos entre si e com a natureza.

Dessa forma, quando esse ator coletivo vem a público fazer a defesa dos territórios ocupados, quer salvaguardar o meio físico em que vive contra agressões e formas predatórias de exploração que ameacem a sua existência, intentando proteger um conjunto de práticas e modelos organizativos gestados socialmente. Assim, a luta pelo "território livre, já", apresenta-se como pauta diferenciada em relação a outros setores do movimento negro. Como afirma Furtado (2012):

> O MOQUIBOM, diferentemente dos demais segmentos do movimento quilombola no Estado, tem primado pela pauta da terra como ponto primordial para reprodução socioeconômica e cultural das comunidades negras rurais. Enquanto as outras entidades negociam com o poder público a inserção em programas vinculados às políticas assistenciais, o diferencial do MOQUIBOM é a luta pela terra, ou melhor, pela titulação de seus territórios. Com o lema "Território quilombola livre, já!" o MOQUIBOM iniciou o acampamento no dia 01 de junho e determinou sua suspensão somente no dia 10 daquele mês depois de garantias avaliadas como conquistas do "tempo do acampamento", por mim considerado como a manifestação do aquilombamento na prática (FURTADO, 2012, p. 269).

A defesa por parte do MOQUIBOM dos territórios ocupados pelas comunidades quilombolas mostra-se um fator de destaque do movimento em relação a outras agremiações do movimento negro estadual, tendo mais importância que políticas assistenciais vistas pelo movimento como de menor importância em relação às garantias territoriais.

Não se trata apenas de protestar contra impunidades do governo estadual/federal, ou quanto à morosidade dos órgãos estatais no processo de titulação dos territórios, mas fazer críticas à estrutura de poder na forma vigente, tentando a sua maneira pressioná-la. Assim, como táticas para a obtenção das garantias constitucionais, têm-se visto a ocupação de órgãos públicos, como o INCRA e ITERMA (Instituto de Colonização e Terras do Maranhão); passeatas em frente ao Palácio dos Leões (sede do poder estadual), protestos em frente ao Tribunal da Justiça do Maranhão.

Esses atos e mobilizações têm em vista desgastar e mostrar a atuação desses órgãos quanto a pauta dos segmentos quilombolas, apresentando situações de descaso com os processos de titulação via órgãos estaduais e federais, ordens de despejos expedidos por juízes ou mesmo casos de corrupção por parte de funcionários responsáveis por trabalhos em comunidades quilombolas no INCRA.

Entre as primeiras horas do dia 01 outubro de 2013, viu-se o MOQUIBOM ocupar a superintendência estadual do INCRA-MA. Esse ato desencadeou o fechamento do órgão até o dia 03 do referido mês. A articulação fez parte um de um ato nacional que unia a luta de comunidades quilombolas a dos povos indígenas. Tal protesto intitulava-se a Semana Nacional de Mobilização dos povos Indígenas e Quilombolas em Defesa do Direito Constitucional aos seus Territórios, ocorrendo estadualmente no Maranhão com a ocupação do INCRA e protestos em Brasília por partes de grupos indígenas.

Em manifesto lançado, intitulado Manifesto Quilombola, o MOQUIBOM tratava de aspectos relativos aos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Fez por sua vez apontamentos sobre a situação vivida pelas comunidades quilombolas, como o embate com antagonistas e a incapacidade do Estado de dar aplicabilidade aos direitos constitucionais.

> Nossas comunidades quilombolas perseguidas e ameaçadas por latifundiários, pecuaristas, empresas mineradoras, de monoculturas de soja, eucalipto e cana-de-açúcar estão cada vez ameaçadas de expulsão de nossos territórios com ou sem mandato judicial. Essa pressão aumenta à medida que os governos federal e estadual se curvam e sucumbem aos interesses do capital defendidos no Congresso Nacional pela bancada ruralista. Assim, os ataques a nossos direitos vem dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário (MOQUIBOM, 2013, p.1).

Este documento chama a atenção para a multiplicidade de antagonistas enfrentados pelas comunidades quilombolas em seus embates, estas ligadas ou não ao MOQUIBOM. Essas comunidades que, pelo seu modo de vida e uso territorial com dinâmica não capitalista, tem sido expostas a disputas com grandes projetos, como monoculturas de soja, eucalipto e cana-de-açúcar, empresas mineradoras e latifundiários.
Deste modo, os pontos de pauta eram: atuação na titulação de territórios de comunidades quilombolas, pauta por parte dos servidores do órgão e incorporada ao manifesto, o informe de áreas efetivamente ocupadas por comunidades com processos de regularização no órgão e a prévia autorização nacional para publicação dos RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação), bem como a publicação da portaria de reconhecimento do território quilombola de Charco, em São Vicente Férrer e o estabelecimento de um cronograma para a conclusão e publicação dos RTID´s em andamento no órgão. Como afirma o trecho do manifesto:

> Ratificamos a reivindicação dos servidores do INCRA para que este Órgão seja "estruturado e fortalecido com capacidade de atuar com efetividade na defesa dos direitos constitucionais dos quilombolas e na sua missão institucional de titular seus territórios".
> Exigimos a imediata revogação de exigências impostas pela Direção Nacional do INCRA: 1) de que sejam informadas as "áreas efetivamente ocupadas" por comunidades com processos de regularização tramitando no órgão; e 2) a prévia autorização da direção nacional para publicação do RTID's;
> Reivindicamos a imediata Publicação de Portaria de Reconhecimento do Território Quilombola do Charco, onde foi assassinado Flaviano Pinto Neto, em 2010, no município de São Vicente Ferrer – MA;
> Que seja estabelecido Cronograma para a Conclusão e Publicação dos RTID's em andamento na Superintendência do INCRA-MA (MOQUIBOM, 2013, p. 1)

Pode-se perceber o anseio por parte desses setores por um o órgão com capacidade de atuação e apto a dar conta das demandas apresentadas pelo movimento. Nesse sentido, ele é reivindicado como órgão responsável pelas titulações, apesar de seus limites orçamentários e de quadros, cabendo a esta instituição e não a outra, a partir de suas competências, titular os territórios pertencentes às comunidades quilombolas. Assim, a disputa de competências entre poderes Executivo e Legislativo trazem à tona disputas entre grupos políticos organizados, com interesses distintos em torno de uma mesma materialidade, a saber, as terras.
Essas formas de organização e solidariedade envolvem laços e alianças que estão para além dos laços regionais, envolvem o enfrentamento de antagonistas e consciência territorial. Nesse sentido, percebe-se que o entendimento da importância da garantia dos territórios e mesmo sua relevância na reprodução social. Todavia, com certas similaridades, os movimentos sociais e grupos étnicos que tentam representar esbarram em situações e problemáticas próprias, com casos e limites específicos em seus embates. Como ratifica Ilka Boaventura Leite:

> Embora pareça pertinente igualar a questão das terras de quilombos às terras indígenas, ambas são semelhantes apenas quanto aos desafios e embates já visíveis, no plano conceitual (quanto à identificação do fenômeno referido) e no plano normativo (quanto à definição do sujeito do direito, os critérios, etapas e competências jurídico-políticas). Não por acaso, há freqüentemente esta relação emblemática entre as lutas indígenas pela demarcação de terras e a dos afro-descendentes pela titulação das áreas que ocupam (Arruti 1987), em alguns casos há mais de um século (LEITE, 2000, p.333).

Todavia, os embates referentes aos povos indígenas, diferentemente dos grupos trazidos da África, remontam a noção de território usurpado com a própria criação do Brasil, seja enquanto extensão portuguesa, seja como Estado-nação autônomo. Assim, trazem à tona a noção de "povos originários", que lesados em suas práticas, pertenças simbólicas e territoriais com o processo de expansão do capitalismo e tomada de terras do continente americano, mas ao mesmo tempo lutando por sua autonomia cultural e pela demarcação de suas terras. Como pontua Ilka Boaventura Leite:

> O traçado da fronteira étnico-cultural no interior do Brasil/nação esteve, portanto, sempre marcado pela preservação do território invadido e ocupado no processo colonial e por inúmeros conflitos de terra que remontam aos dias atuais. Neste

> sentido é possível falar em uma antropologia das sociedades indígenas que esteve durante todo o último século enfocando como tema de reflexão a autonomia cultural destes povos e a sua luta pela demarcação das terras (LEITE, 2000, p. 334).

A discussão referente às populações quilombolas está no âmbito da reparação de populações trazidas da África como escravas, não se limitando a questão agrária em si. Trata-se, então, de um processo de tentativa de garantir possibilidades de vida e mesmo respeito que outrora lhes fora negado. Dentro desse marco de grupos indígenas e comunidades quilombolas em insurgência e tentando criar redes de colaboração percebe-se um antagonista em comum: o modo de produção capitalista. Isso se dá particularmente pelo desenho da malha agrária a partir de dispositivos legais, tendo em vista a configuração de relações específicas no campo e as consequências sobre esses segmentos sociais, que no caso dos grupos indígenas tem a gestão de seus territórios originários expropriada pelo processo de colonização e criação do Estado-nacional e no caso dos quilombolas, a luta pela permanência em territórios conquistados em processo de resistência a opressão escravista.

No que se analisa, a tentativa de unificação das lutas pela terra do MOQUIBOM, mostra-se um esboço assentado em uma consciência sobre a importância da luta territorial, como forma de assegurar os territórios ocupados pelas comunidades quilombolas e ao mesmo tempo emitir-lhes a titulação através dos trabalhos do INCRA ou ITERMA.

Essa luta também foca-se na resistência de certas formas de significar o mundo, de dar-lhe conteúdo e por uma modalidade específica de uso da materialidade chamada território no campo da ciência, o que envolve embates com grandes projetos econômicos, latifundiários e grupos políticos organizados. Assim, tem-se a tentativa de construção de um movimento social com foco territorial. Essa tentativa ocorre à luz das contradições do próprio momento histórico específico, seja no que tange o limite das próprias instituições responsáveis pelo processo de titulação dos territórios quilombolas, seja pelos limites dos atores sociais envolvidos no processo, que se veem obrigados a pressionar por garantias formais instituídas.

O que se percebe ao longo da discussão sobre a relação entre ACONERUQ e MOQUIBOM é a tentativa de retomada da pauta dos territórios por parte do movimento social recém-articulado. Nesse sentido, o MOQUIBOM surge como reflexo da atuação e disseminação de direitos territoriais por parte da principal agência do movimento quilombola no Maranhão, a ACONERUQ, através de formações políticas, encontros municipais e encontros estaduais realizados pela entidade. Todavia, devido ao crescimento das atividades da agência, trabalhos antes desenvolvidos de forma sistemática, passam a figurar fora do controle das coordenações estaduais, ocasionando casos de cobranças indevidas por parte de lideranças municipais quanto ao acesso das comunidades quilombolas a documentações, informações sobre direitos e garantias constitucionais, realizações de encontros e suspeitas de usos indevidos na distribuição de cestas básicas.

Com a eclosão do MOQUIBOM, ocorre a tentativa de retomada da discussão da pauta territorial em meio de uma crise de representação política entre comunidades quilombolas e a ACONERUQ. Tal entidade já vinha recebendo críticas dentro do próprio movimento negro, relativas à atuação e práticas de lideranças municipais. Nesse sentido, a pauta territorial encontrava-se pouco articulada em meio a outras políticas públicas focadas pela entidade, como a assistência social, através da distribuição de cestas básicas e outras como a construção de casas, escolas e estradas.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo (Org.) (2007), *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*, Rio de Janeiro: Pallas.

ALVARÉZ, S. E., DAGNINO, E., ESCOBAR, A.(Org.) (2000), *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG.

BARBOSA, Milton (1991), *Reaja à violência racial*. *Jornal MNU*, São Paulo.

COMERFORD, John Cunha; BEZERRA, Marcos Otávio (2013), *Etnografias da política*. *Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa,* p. 465-489.

DOMINGUES, Petrônio (2007), *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*. *Revista Tempo*, Niterói, p. 100-122.

FURTADO, Marivânia Leonor Souza (2012), *Aquilombamento no Maranhão:* um Rio Grande de (im) possibilidades. Tese de doutoramento, Presidente Prudente: Programa de Pós-Graduação em geografia, Universidade Estadual Paulista.

GILROY, Paul (2012), *O Atlântico negro,* Rio de Janeiro: Editora 34.

GOHN, Maria da Glória (2012), *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (2009), *Racismo e antirracismo no Brasil*, São Paulo: Editora 34.

HALL, Stuart (2003). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*, Belo Horizonte: UFMG.

LEITE, Ilka Boaventura (2000), *Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas*. *Etnográfica*, Lisboa, p. 333-354.

MELUCCI, Alberto (2001), *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas,* Petrópolis: Vozes.

MOVIMENTO QUILOMBOLDA DA BAIXADA OCIDENTAL MARANHENSE. *Manifesto quilombola*, 2013.

MOURA, Clóvis (1981), *Rebeliões da senzala: a questão social no Brasil,* São Paulo:Ciências Humanas.

NASCIMENTO, Abdias (2002), *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro,* São Paulo: Editora 34.

PEREIRA, Amílcar Araujo (2013), *O mundo Negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil,* Rio de Janeiro: Pallas.

PROJETO VIDA DE NEGRO (2005), *Vida de negro no Maranhão: uma experiência de luta, organização e resistência nos territórios quilombolas*. Coleção Negro Cosme, São Luís: SMDH, CNN-MA, PVN.

RISÉRIO, Antônio (2012), *A utopia brasileira e os movimentos negros,* São Paulo: Editora 34.

SANTOS, Carlos Alexandre Barboza Plínio (2014), *Fiéis descendentes: redes-irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses*, Brasília: Ed. UnB.

SANTOS, do Regina Coeli Benedito dos (2006), *Raça, sexualidade e política: um estudo da constituição de organizações lésbicas negras no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado, Niterói: Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal Fluminense.

SCHERER-WARREN, Ilse (2012). *Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos,* Curitiba: Appris, 2012.

SILVA, Dimas Salustiano (1997), "Constituição e diferença étnica: o problema das comunidades negras remanescentes de quilombo no Brasil". In *Regulamentação de terras de negro no Brasil:b*oletim informativo do NUER, Florianópolis: UFSC.

TOURAINE, Alain (2008), "Os Movimentos sociais". In M. M. FORACCHI, J. de S. MARTINS, *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia,* Rio de Janeiro: LTC.

Género e Políticas Públicas em cabo verde

Maria Sábado Ramos Semedo Tavares[1]

Resumo: Atualmente, a reflexão sobre a problemática de género tem sido tema recorrente, tanto nas academias como noutras esferas da sociedade civil, realçando a necessidade de incluir a mulher nos espaços de debate e dar maior visibilidade às questões femininas e, deste modo, promover a igualdade e equidade de género. Cabo Verde tem engajado fortemente na luta contra as desigualdades de género, através da integração da dimensão de género na definição, implementação e manutenção de políticas públicas, em articulação com os organismos internacionais, parceiros nacionais e a sociedade civil, que juntos procuram subverter a posição subalterna a que a mulher vem sendo submetida. O presente estudo pretende fazer uma reflexão ainda que preliminar à respeito das políticas delineadas e implementadas em Cabo Verde em relação à problemática de género. Num primeiro momento, serão apresentadas algumas políticas vigentes em Cabo Verde e, num segundo momento proceder-se-á a uma reflexão a volta dessas políticas.

Palavras – chave: género; igualdade; equidade; políticas públicas;

Introdução

Não obstante, o ano de 1975 ser declarado "Ano Internacional da Mulher" pelas Nações Unidas[2] cuja centralidade de debate baseava-se nas questões relacionadas com o estatuto e a situação das mulheres, foi na década de noventa que a problemática de género tem assumido novos contornos. Inicialmente, o conceito de género foi utilizado pelas feministas americanas em resposta às restrições impostas às mulheres na Convenção Mundial contra a Escravidão realizada em Londres, marcando assim o início do movimento feminista organizado, cuja repercussão atingiu vários movimentos de mulheres e se refletiu mais tarde, na adoção do princípio da igualdade de direitos entre homens e mulheres e na definição dos meios e dos objetivos para a implementação dessa igualdade.

Assim, a dimensão de género foi integrada nas políticas públicas a serem implementadas pelos organismos internacionais de ajuda ao desenvolvimento em articulação com as diferentes esferas governamentais e não-governamentais que, num esforço conjunto procuram mobilizar recursos e adotar medidas e instrumentos destinados à eliminação de todas as formas de desigualdades e discriminação contra as mulheres.

Convém pontuar que, a dimensão de género não se restringe apenas ao estudo da história das mulheres. Trata-se de uma categoria útil para a análise da história das mulheres, dos homens e das relações entre homens e mulheres, dos homens em si e igualmente das mulheres entre si, além de propiciar um campo fértil de análise das desigualdades e das hierarquias sociais[3], permitindo assim a emergência de um campo de estudo mais ampliado e que não se restringe apenas ao estudo das mulheres mas sim, "incluindo o homem e a mulher nas suas múltiplas conexões, suas hierarquias, precedências e relações de poder"[4].

O conceito de género além de permitir a diferenciação das especificidades culturais atribuídas a cada um dos sexos e o aspeto biológico dos seres humanos, permite "decodificar e compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana"[5]

À semelhança daquilo que acontece noutras paragens e em cumprimento às recomendações de diversas Conferências realizadas pelas nações unidas, Cabo Verde colocou na sua agenda, a reflexão sobre a problemática da igualdade e equidade de género com o propósito de diagnosticar como as relações de género

---

1 Estudante do 4º Ano de Graduação em Ciências Sociais – Percurso Sociologia na Universidade de Cabo Verde
Filhação: Eduardo Ramos Varela e Luísa Ramos Semedo:

2 Instituto Nacional de Estatística (2012). Mulheres e Homens em Cabo Verde Factos e Numeros

3 Torrão, 2005:129

4 Torrão,2005:132

5 Torrão, 2005:136 apud Scott, J.W.1989:16

vêm se estruturando ao longo da história e formular políticas públicas para o desenvolvimento, tendo em conta a dimensão de género, "condição sine qua non de um tratamento equitativo de homens e mulheres nos mais variados domínios da vida política, económica, social e cultural"[6]. Neste âmbito, o presente texto pretende fazer uma reflexão ainda que preliminar à respeito das políticas delineadas e implementadas em Cabo Verde em relação à problemática de género. Num primeiro momento, serão apresentadas algumas políticas vigentes em Cabo Verde e, num segundo momento proceder-se-á a uma reflexão a volta dessas políticas. Em cumprimento a este propósito, os tópicos seguintes debruçarão especificamente sobre estas questões – políticas de género vigentes em Cabo Verde; reflexão sobre as mesmas, além de um breve referencial teórico sobre a questão.

Género e Políticas Públicas: Referencial Teórico-Conceptual

Atualmente, refletir sobre o género é pensar sobre "uma ferramenta teórico-metodológica e política para problematizar e intervir nos processos que instituem e sustentam desigualdades sociais entre homens e mulheres e autorizam formas de subordinação feminina"[7]. Todavia, considera-se que o marco que dá início à reflexão sobre esta problemática tenha sido o movimento feminista no ocidente, estando o seu alicerce na Conferência do Cairo realizada em 1994 porém, a discussão sobre a questão antecede esta data.

Em 1840, foi realizado em Londres, a Convenção Mundial contra a escravidão, marcada pelo impedimento da participação das delegadas nas discussões sobre a abolição do trabalho escravo, reduzindo a participação das mulheres a mera espetadoras. Este ato discriminatório serviu de impulso para a realização da célebre Convenção de Seneca Falls, em resposta às restrições impostas às mulheres, marcando assim o inicio do movimento feminista organizado, cuja repercussão atingiu vários movimentos de mulheres e se refletiu mais tarde, na adoção do princípio da igualdade de direitos entre homens e mulheres e na definição dos meios e dos objetivos para a implementação dessa igualdade.

A discussão foi extensa e centralizava-se á volta das condições sociais, civis e religiosas das mulheres, cujos resultados foram satisfatórios, embora não se tenha registado a aprovação de resoluções de carácter radical, ou seja, inicialmente, os contornos dos movimentos feministas não se traduziram na emancipação da mulher mas serviram-se de base para se refletir sobre a questão de género e definir ações para a contestação da desigualdade entre os sexos.

Gonçalves (2013) considera que a Convenção de Seneca Falls não teve a visibilidade merecida, pelo fato de coincidir com eventos mais vistosos como a publicação do Manifesto Comunista de 1848 e pela própria situação a que Europa estava submetida na altura. Contudo, as suas repercussões não se limitaram apenas às ondas de mobilizações crescentes sobre o feminismo, mas, se estenderam aos diferentes níveis de acesso da mulher aos espaços públicos masculinizados, ao emprego, à literatura, etc.

Constata-se que a questão feminina esteve em pauta dos debates, desde o século XVIII, embora é reconhecida a existência de polémica à volta desse aspeto. As evidências que dão suporte a essa constatação estão relacionadas com os argumentos apresentados por Gonçalves (2013), segundo a qual, as várias revoluções ocorridas com a crise do Estado Absolutista, as mulheres começaram a participar de manifestações públicas, especialmente na França e na Rússia, sob a influência dos ideais iluministas, com o intuito de, através das suas reivindicações, influenciar a ordem social estabelecida.

A mesma autora argumenta que a luta pela cidadania se consubstanciou-se de forma mais visível nas manifestações pela conquista do sufrágio universal, antes consagrados aos proprietários, marcando assim o início do feminismo no ocidente, com a finalidade de alcançar a igualdade entre os sexos. É de realçar que a consolidação desses direitos conquistados pelas mulheres ocorreu de forma gradual, dependendo do contexto, pelo fato de, além de ser uma questão económica, trata-se de uma questão cultural e, sobretudo, por ser uma questão de direito, exige que sejam legalmente reconhecidos. No entanto, o voto feminino só tem sido adotado de forma irrestrita na Suíça no ano de 1971[8].

As reivindicações não se limitavam apenas ao exercício da soberania coletiva, conquistado através do direito ao voto, e considerado como uma das mais instigantes e representativas batalhas pela afirmação dos direitos

6 Furtado, C; Rosabal, M; Borges, O (2010)

7 Meyer, 2004:13

8 Gonçalves, 2013

das mulheres[9], mas se estendiam a outros direitos não menos importante quais sejam: o direito de acesso à educação, à saúde, ao mercado de trabalho, à proteção da lei e ao fim da exclusão a que estavam submetidas.
Os direitos das mulheres foram conquistados de forma gradativa. Inicialmente, o acesso ao emprego se deu nos escalões considerados inferiores, vistos como a continuidade do trabalho doméstico, cujo salário e prestígio eram mais baixos, devido a racionalidade e complexidade da moderna economia capitalista[10].
A conquista do direito ao mercado de trabalho acabou por estabelecer a desigualdade entre as mulheres ao deliberar que, de acordo com o Código Civil, o exercício das profissões deveria ser autorizado pelos maridos e dependiam da origem social das mesmas, reduzindo a autonomia das mulheres casadas enquanto as celibatárias tinham e liberdade de escolherem as suas profissões. O acesso era mais facilitado nas profissões consideradas femininas por excelência quais sejam, professora, ginecologista, pediatra e, só mais tarde, começaram a ingressar em outras especialidades como cirurgiã, por exemplo.
O ingresso das mulheres no mercado de trabalho não traduziu na ascensão económica das mesmas e, Gonçalves (2013) advoga que, de um modo geral, houve um declínio da posição económica das mulheres no século XVIII, embora havendo maiores possibilidades de autonomia e sucesso em relação ao século passado, marcando assim os avanços e recuos do processo de emancipação das mulheres.
Assim, todos os esforços empreendidos pelas feministas durante muito tempo, vieram permitir o reconhecimento dos obstáculos de ordem cultural e social existentes, que impediam a emancipação das mulheres e demonstrar o carácter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo[11] cuja ênfase em fatores biológicos cedeu lugar a relações sociais hierarquizadas e, como tal, construídas historicamente[12].
Neste sentido, e para pôr cobro a tal situação, a dimensão de género foi integrada nas políticas públicas implementadas pelos organismos internacionais de ajuda ao desenvolvimento em articulação com as diferentes esferas governamentais e não-governamentais que, num esforço conjunto procuram mobilizar recursos e adotar medidas e instrumentos destinados à eliminação de todas as formas de desigualdades e discriminação contra as mulheres.
Deste modo, a emergência do conceito de género em Ciências Sociais se inscreve na necessidade de

> (…)considerar o sexo um constructo a explicar em vez de fator explicativo, o conceito de género correspondia, no plano teórico, ao propósito de colocar a questão das diferenças entre os sexos na agenda de investigação social, retirando-a do domínio da biologia, e orientava a sua análise para as condições históricas e sociais de produção das crenças e dos saberes sobre os sexos e de legitimação das divisões sociais baseadas no sexo[13].

Parece evidente que, a questão de género deve ser considerado como um conjunto de representações, socialmente construídas, que interferem diretamente na sociabilidade dos indivíduos, na atribuição de significados e na valorização e interpretação das características biológicas em função do sexo, o que acaba por interferir na forma como o indivíduo se insere no meio social.
Com base nisso, Scoth (1995) argumenta que género é uma forma de enfatizar o carácter social e histórico das conceções baseadas nas perceções das diferenças sexuais. Trata-se de uma dimensão constitutivas de relações sociais que se fundam sobre as diferenças entre os sexos e o seu uso permite anular os argumentos biológicos que fundamentam atitudes discriminatórias contra a mulher.
Os argumentos apresentados por Gomes (2007) dão conta que, género é um conceito das Ciências Sociais que surge enquanto referencial teórico para a análise e compreensão da desigualdade entre o que é atribuído à mulher e ao homem. Trata-se de uma rejeição aos argumentos assentes em aspetos biológicos que legitimam

---

9 Idem

10 Idem

11 Scott, 1995

12 Gonçalves 2013

13 Amâncio. L, 2003:687

diferentes formas de dominação e subordinação da mulher e "oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens[14]"

O conceito de género além de permitir a diferenciação das especificidades culturais atribuídas a cada um dos sexos e o aspeto biológico dos seres humanos, permite "decodificar e compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana"[15].O comportamento próprio do homem ou da mulher corresponde a uma intensa aprendizagem sociocultural, o que acaba por definir as suas ações em conformidade com as prescrições de género, tendo em conta o contexto social, os costumes e os valores locais, ou seja, ser homem ou ser mulher é definido pela cultura e esta, influencia a construção de suas referências de género, pois, as diferenças de género são estabelecidas tanto na cultura imaterial como na cultura material.

Esta perspetiva demonstra que os papéis de género se configuram no seio da família, das escolas e das outras instituições sociais e estas se encarregam de reproduzir a desigualdade social ao definir os papéis apropriados à mulher e ao homem, gerando expetativa social sobre o comportamento prescrito para cada um. Assim, na cultura patriarcal reproduzida basicamente na família tradicional, os papéis de género valorizam o homem em detrimento da mulher, legitimando, por um lado, a dominação do homem, e por outro, a inferioridade da mulher[16].

Os estudos mostram que os fundamentos alicerçados tão-somente em aspetos anatómicos para justificar as diferenças entre homens e mulheres, desvalorizam o padrão de sociabilidade por que passou o indivíduo e se reflete diretamente na sua maneira de ser homem ou mulher, ou seja, a cultura constrói o género, simbolizando as atividades como masculinas e femininas[17].

Nesta esteira, Torrão (2005) apud. Scott (1989) chama atenção pela necessidade de compreender a dimensão de género enquanto a relação entre os sexos. As diferenças biológicas existentes entre os sexos, não determinam as desigualdades entre eles. As diferenças são socialmente construídas pois, assim como a mulher aprende a ser feminina e submissa, o homem é controlado no exercício da sua masculinidade, ou seja, o controlo social dos papéis sexuais afeta tanto as mulheres como os homens. Enquanto a mulher não devia jogar futebol para poder esconder os instintos masculinos, o homem que demonstrar sensibilidade estará a revelar aspetos femininos da sua personalidade.

Parece evidente que o uso do conceito género permite, por um lado, recusar o determinismo biológico que dá suporte às diferenças existentes entre os papéis e lugares atribuídos ao homem e à mulher na sociedade e, por outro lado, anular a posição privilegiada que a própria sociedade atribui ao homem, resultante da desigualdade de oportunidades de inserção social e exercício de cidadania rejeitada à mulher e que tem acirrado cada vez mais a assimetria de género.

Assim,

> Género dá ênfase ao carácter fundamentalmente social, cultural, das distinções baseadas no sexo, afastando o fantasma da naturalização; dá precisão à ideia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder; dá relevo ao aspeto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, de que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois poderia existir através de um estudo que os considerasse totalmente em separado.[18]

Faz-se necessário desnaturalizar e desconstruir as diferenças de género e refletir sobre as formas "como as relações entre os sexos se estruturaram ao longo da história"[19]. Neste sentido, várias conferências[20] foram realizadas objetivando o reconhecimento do papel da mulher na sociedade, a promoção da igualdade entre

---

14 Scott, 1995

15 Torrão, 2005:136 apud Scott, J.W.1989:16

16 Gomes, 2007

17 Colling, A. (2004).

18 Soihet, R., & Pedro, J. M. 2007:288

19 Soihet, R., & Pedro, J. M. 2007

20 Conferencia Internacional Sobre população e desenvolvimento, do Cairo; Conferencia Mundial sobre as Mulheres, Beijing, etc

os sexos em todas as esferas da sociedade; a promoção da autonomia das mulheres e a definição de políticas públicas para a eliminação das desigualdades entre mulheres e homens.
As conferências realizadas, além de adotar medidas que procuram dar visibilidade à questão feminina e aprofundar os diversos aspetos relacionados com os direitos das mulheres, serviram de base para a definição do objetivo 3 de desenvolvimento do milénio que consiste na promoção da igualdade entre os sexos e da autonomia das mulheres.
A problemática de gênero possibilita a compreensão dos papéis socialmente predeterminados para homens e mulheres, além de espelhar as relações de poder e obediência das mulheres em relação ao homem. Assim sendo, justifica-se uma abordagem transversal, conforme as recomendações saídas da Conferência de Beijing, pelo seu impacto no crescimento económico, na erradicação da pobreza, no empoderamento das mulheres, na eliminação das desigualdades entre homens e mulheres e, deste modo, corrigir os desequilíbrios sociais.
Trata-se de uma estratégia que se faz necessário para se atingir os objetivos do Milénio, pela pertinência das suas consequências e, sobretudo, pelo fato de promover o fortalecimento da identidade da mulher e a construção de uma linguagem nova, criando os seus argumentos a partir das suas próprias premissas[21].
Para a concretização dos desideratos preconizados no âmbito da problemática de género, de entre outras ações, prevê-se o desenho de políticas públicas eficazes e eficientes que combatam "as desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconómico"[22] e promovam o exercício da cidadania ativa e a concretização da igualdade entre os sexos, em todas as esferas sociais, sobretudo, nas mais masculinizadas. A redistribuição dos benefícios sociais é uma responsabilidade do Estado e esta é feita através de

> (…)políticas que reconheçam a desigualdade de poder entre homens e mulheres, portanto, é legítimo atuar pensando em uma lógica de políticas públicas que pensam sempre no impacto diferenciado para homens e mulheres, mas também reconheça legitimidade a ações específicas voltadas ao fortalecimento das mulheres que, enquanto coletivo social, estão em condições subordinadas na sociedade[23].

Quando se fala de políticas públicas, tem-se em mente um conjunto de ações desenvolvidas pelo Estado, através de um projeto do governo, voltadas para áreas específicas da sociedade, cuja implementação e manutenção envolve tanto os órgãos públicos como diferentes organismos e agentes da sociedade.
Em Cabo Verde, várias políticas públicas foram delineadas e, consequentemente teve lugar a criação de instituições vocacionadas para a promoção da igualdade e equidade de género. Além disso, foram aprovados vários diplomas legais que, direta e indiretamente, promovem igualdade e equidade de género e contribuem para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher nas mais diversas áreas.

II – Politicas públicas para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género **em Cabo Verde:**

As recomendações saídas das Conferências realizadas em matéria de género, fizeram com que, em Cabo Verde, a problemática de igualdade e equidade de género tenha merecido importantes reflexões tanto da parte do governo como de ONGs ligadas ao género, parceiros nacionais e internacionais que, num esforço conjunto, procuram adotar medidas e delinear políticas multissectoriais[24] que promovam a equidade e igualdade do género, com a finalidade de alcançar a justiça social e potencializar o papel da mulher na transformação do país.
De acordo com o Documento Estratégico de Crescimento e Redução de Pobreza II, a "integração da abordagem género em Cabo Verde tem sido um desafio face às perceções socioculturais que ainda subsistentes na sociedade e que muitas vezes constituem entrave ao desenvolvimento, formulação e implementação de políticas, pelo que propõe entre as ações a desenvolver "assegurar a introdução efetiva da abordagem de género nas políticas

---

21 Rago, 1998

22 Hofling, 2001:31

23 Da Silveira, 2004:70

24 Participação, adoção ou ratificação das Convenções; Elaboração e implementação de Planos e Programas; Criação de mecanismos institucionais e produção de leis.

sectoriais e nos programas e projetos, muito em particular no que respeita à luta contra a pobreza, a formação e o emprego e à promoção da cidadania[25]".

Na mesma esteira, Furtado, Rosabal, & Borges, (2010) vêm reforçando ainda mais a necessidade da introdução da dimensão género na definição, implementação e avaliação das políticas públicas bem como no estudo das relações sociais entre homens e mulheres.

A ratificação das Convenções 100 e 111 da OIT em 1979 marca o início da apropriação do pensamento internacional em matéria de igualdade e equidade entre os sexos. A Constituição da República de Cabo Verde de 1980 consagra direitos iguais entre homens e mulheres e reconhece a participação de todos os cidadãos na sociedade como um direito fundamental[26].

Não obstante a Constituição da República garantir igualdade de direitos, na prática não era visível o cumprimento desse desiderato, situação que levou o Estado a pensar num conjunto de políticas e medidas que visem a transversalização das abordagens de género, possibilitando a eliminação de práticas discriminatórias em função de géneros; a reestruturação do funcionamento das instituições, privilegiando as intervenções contra a violência baseada no género e promover oportunidades económicas às mulheres de forma a subverter o atual quadro de profunda desigualdade entre rendimento dos homens e o rendimento das mulheres[27]

Assim, foi elaborado o Plano Nacional de Combate a Violência Baseada no Género que contempla um conjunto de ações e instrumentos que permitam a comunicação e integração de organizações governamentais e não-governamentais na prevenção e combate a qualquer tipo de violência contra a mulher, nas mais diversas áreas, quais sejam: segurança social, acesso ao emprego, habitação, saúde, etc.

No domínio da saúde, foi criado o Programa Nacional de Saúde reprodutiva, em, substituição do programa de Proteção materno-infantil e Planeamento Familiar, procurando integrar a dimensão de género e, sobretudo, incluir os homens até então ausentes desta esfera. Além disso, foi estabelecida legalmente a proteção da maternidade, a licença de 60 dias de maternidade, os direitos de dispensa para amamentação, o não despedimento da mulher grávida ou latente.

Apostou-se ainda na transversalização da abordagem de género, possibilitando assim a integração dessa dimensão nos processos de planificação e orçamentação nacional e municipal, bem como nos processos de gestão e capacitação da administração pública e de produção de informações; no reforço institucional através da adequação do quadro institucional às necessidades de implementação de programas de promoção a igualdade de género; na educação e comunicação para a mudança e promoção de oportunidades económicas, com recurso à identificação de novas áreas de negócio, capacitação dos agentes; melhoria das condições de acesso ao crédito, bem como a melhoria quantitativa e qualitativa da produção de informações na área económica capacitação dos recursos humanos e produção de conhecimentos que propiciam o crescimento económico; consolidação da democracia e da liberdade; reforço da boa governação; modernização e ampliação das infraestruturas; afirmação da nação global e desenvolvimento de parcerias para a competitividade[28].

Na linha daquilo que se encontra estipulado na Constituição da República, o Código Laboral cabo-verdiano estabelece a igualdade de remuneração em situações laborais idênticas, reconhecendo o trabalho doméstico como categoria profissional[29] e estabelecendo um conjunto de direitos fundamentais dos mesmos[30]. Além disso, o sistema de segurança social cabo-verdiano assegura ampla cobertura aos grupos anteriormente excluídos, quais sejam: empregadas domésticas, trabalhadores informais e autónomos, que passaram a beneficiar de pensões não contributivas; do funcionamento das cantinas escolares; do melhoramento das condições habitacionais, cujo um terço dos beneficiários são mulheres.

Os argumentos de Furtado, C; Rosabal, M; Borges, O (2010), mostram que a abertura democrática que se deu em 1990, veio favorecer ainda mais a participação das mulheres nos processos decisórios do país, pelo fato de,

---

25 Ministerio das Finanças e Administração Pública. Direcção Geral de Planeamento. DCRP II.(pág.176)

26 Artigo 23º - O homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os planos da vida política, económica, social e cultural

27 Programa de Governo e Política de Género – VIII Legislatura 2001 - 2016

28 Idem

29 Artigo 286-294

30 Proteção à maternidade; licença maternidade de 60 dias; direito de amamentar; proibição da demissão sem justa causa de mulheres grávidas; pós-parturientes ou mães lactentes.

por um lado, permitir a presença feminina no poder executivo e, por outro lado, o surgimento de associações da sociedade civil que se atrelaram à dinâmica de combater as desigualdades sociais em matéria de género.
A Constituição da República de 1992 veio reforçar ainda mais a luta pela igualdade entre os sexos ao reconhecer a inviolabilidade e inalienabilidade dos Direitos do Homem como fundamento de toda a comunidade humana e ao estipular como tarefa do Estado, a remoção dos obstáculos culturais, sociais, económicos e políticos que impedem a igualdade entre o homem e a mulher[31]
Nessa empreitada, foi criado pelo governo de Cabo Verde em 1994, o Instituto da Condição Feminina, que, desde 2006 passou a ser denominado de Instituto Nacional para a Igualdade e Equidade de Género, cujas ações se orientam no sentido de delinear políticas que promovam a igualdade de género e a integração efetiva e visível das mulheres em todas as esferas da vida social, económica e política e no desenvolvimento do país.
Tais políticas se refletem nos seguintes instrumentos: Plano de Ação Nacional de Promoção da Mulher (1996 – 2000); Código Civil que conferiu igualdade de direitos e deveres dos cônjuges; Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Género (2005-2011); Documento Estratégico para o Crescimento e a Redução da Pobreza 2008 – 2011, cujo objetivo é garantir um desenvolvimento sustentável do país; o Programa do Governo 2006-2011; 2011-2016 da II e III Legislatura, sob o lema: uma nação inclusiva, justa e próspera, com oportunidades para todos[32]. Trata-se de mecanismos institucionais, criados pelo governo, sob o propósito de estimular a participação efetiva da mulher nos órgãos decisórios, promover um maior acesso à atividade empresarial, incentivar a formação científica e, deste modo, promover uma política global de desenvolvimento social.
Uma outra medida não menos importante, adotada pelo governo, para mitigar o problema da violência baseada no género é a criação da Rede Interinstitucional de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica, a entrada em funcionamento dos Gabinetes Apoio às vítimas da Violência Doméstica em 2004 e a criminalização da violência doméstica através da promulgação da Lei sobre a Violência baseada no Género, que, além de ser um mecanismo de prevenção e condenação de qualquer forma de violência baseada no género, reforçou o quadro legal para a efetivação da igualdade de género e a eliminação de qualquer forma de descriminação das mulheres[33]. Com a entrada em vigor dessa lei, as denúncias de VBG têm aumentado consideravelmente, tanto por parte das vítimas como por parte das testemunhas, demonstrando dessa forma que o que era antes socialmente aceite, passou a ser condenável.
A criação do Centro de Investigação sobre Género e Família em 2008, na Universidade de Cabo Verde demostra o esforço desencadeado pelas instituições do país no sentido de dar mais ênfase às questões relacionadas ao género. Assim, em 2009 as Câmaras Municipais de Paul e da Praia, em parceria com o ICIEG, definiram os Planos Municipais de Igualdade e Equidade de Género, refletindo a descentralização e articulação da problemática entre as diversas instituições do país a fim de garantir a coesão e solidariedade social.
A nível internacional e no âmbito multilateral Cabo Verde ratificou e assinou diversos pactos e acordos para a promoção da igualdade e equidade de género e o empoderamento das mulheres, quais sejam: a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1980); o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos; o Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais; Princípios e Plano de Ação da Conferência Internacional do cairo; Declaração e Plataforma de Ação de Beijing e os ODM.
A nível regional, Cabo Verde, por ser membro da União Africana e da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, atua em conjunto com os demais países, em favor da igualdade de género, a sua integração como área temática prioritária do programa e a sua transversalização.
Por outro lado, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento consagra a problemática de igualdade de género como um dos princípios normativos que o orienta, debruçando-se essencialmente sobre a feminização da pobreza e do desemprego tanto em outros contextos como em Cabo Verde.
Em termos gerais, em Cabo Verde, o direito à igualdade entre os sexos está salvaguardado em todos os instrumentos legais existentes. Assim, "a dimensão do género na formulação de políticas públicas tem vindo a ganhar relevância desde os primeiros anos do século XXI"[34] e os instrumentos legais corroboram essa premissa.
As políticas públicas têm assumido a dimensão de género tanto na análise como na formulação de programas de intervenção adaptados à própria dinâmica das relações sociais estabelecidas e visando a efetivação da cidadania das mulheres.

---

31 Constituição da República de Cabo Verde 1992: Artigo 7

32 CNUCED 2011

33 CEDAW 2010

34 P.23

III - Reflexão preliminar em torno das políticas delineadas em Cabo Verde para promover a igualdade e equidade de género

De acordo com os relatórios da CEDAW, as avaliações feitas ao PNIEG e o relatório intercalar sobre o grau de consecução dos ODM, registam-se aumentos significativos no que tange à participação da mulher na política, na educação com destaque para a elevação da taxa de alfabetização, no acesso aos serviços de saúde, etc., demostrando que a mulher foi conquistando de forma gradativa os seus direitos. Assim, a participação da mulher na vida cívica e política tem evoluído favoravelmente, sendo que as mulheres representam 1/3 do elenco governativo, quota que tem aval dos organismos políticos[35], atingindo assim a paridade a nível do governo.

Não obstante esse reconhecimento, os estudos mostram que ainda existem esferas nas quais a mulher se encontra em desvantagem, se comparada com os homens. Assim, é reconhecida a necessidade de definição, elaboração e implementação de um conjunto de ações orientadas para a promoção da igualdade entre os sexos e corrigir o fosso que inda persiste. Aliás, os estudos mostram que existem fragilidades no processo de institucionalização e transversalização da perspetiva género e a prevalência de profundas desigualdades de género nos papéis sociais que cabem aos homens e às mulheres na família e na sociedade, na situação económica das mulheres e na escassa participação destas no processo de tomada de decisões[36].

As evidências que dão suporte a essa constatação podem ser encontradas nos estudos feitos pelo IDISA 2010, que reconhece os avanços conseguidos e chama atenção pelas limitações que ainda persistem. Constata-se ainda a falta de acesso das mulheres aos sectores em crescimento; a inadequação das estratégias de redução da pobreza às necessidades específicas das mulheres; a incapacidade de resposta em matéria de prevenção e atendimento às vítimas de VBG e a insuficiência de mecanismos que garantam a efetiva representatividade feminina na vida política e órgãos de decisão[37].

Além disso, o país enfrenta um grande problema de desemprego da camada jovem e, na sua maioria mulheres que, de acordo com o Relatório do IDISA 2010, está relacionado com a baixa taxa de qualificação de mão-de-obra feminina, aliada às responsabilidades familiares e sociais das mulheres que acaba por afetar negativamente a sua capacidade competitiva.

Por outro lado. Verifica-se a sub-representação política das mulheres a nível dos órgãos dirigentes dos partidos políticos, nas associações patronais e sindicais; no Parlamento e nos Órgãos de Poder Local.

Em termos demográficos, os estudos feitos pelo Instituto Nacional de Estatística[38] dão conta que 51% da população cabo-verdiana é do sexo feminino, cuja presença é mais acentuada no meio rural. Partindo do pressuposto de que as melhores oportunidades de acesso à educação, à saúde, ao emprego, à formação superior, se encontram no espaço urbano, percebe-se que uma elevada percentagem das mulheres cabo-verdianas não beneficia da igualdade de oportunidades em relação aos homens e vê o seu direito à cidadania a ser constantemente violado.

Por outro lado, 45% dos agregados familiares são chefiados por mulheres dos quais, 41% se encontra no meio urbano e 50% no meio rural. Este cenário mostra que houve um aumento significativo da percentagem do agregado familiar chefiado por mulheres[39]. Os dados denunciam que a mulher é o núcleo da família cabo-verdiana e, sobre ela, recai toda a dinâmica económica e afetiva da família, pelo facto de, o homem, estando emigrado ou fisicamente presente, acaba por não assumir a paternidade e a sustentabilidade económica e afetiva dos filhos, embora assumindo um papel de destaque na família. Cabe à mulher assegurar maiores responsabilidades no espaço privado e nos afazeres domésticos, enquanto aos homens são atribuídos maiores responsabilidades no espaço público.

---

35 Igualdade de Género e dar Poder às mulheres. Disponível em: http://vida.planetavida.org/paises/cabo-verde/objectivos-do-milenio-para-cabo-verde/igualdade-de-genero-e-dar-poder-as-mulheres-em-cabo-verde/. Consultado em 14/12/2014

36 Plano do Governo ICIEG:p-3

37 Furtado, C; Rosabal, M; Borges, O (2010).

38 Censo 2010

39 Em 2000, 37,5% dos agregados monoparentais eram chefiados por mulheres, em 2007, a percentagem duplicou para 67,5% sendo 50% no meio rural.

Além disso, os agregados familiares chefiados por mulheres nas áreas urbanas tendencialmente são mais pobres do que os chefiados por homens e o hiato da pobreza continua numa perspetiva crescente[40]. Assim sendo, as políticas de crescimento económico não se adequam às necessidades específicas das mulheres chefes de família e não contribuem de forma eficaz para o empoderamento das mesmas, pois, o Relatório da CNUCED chama atenção pelo fato de os agregados familiares chefiados por mulheres, tanto no meio rural como no meio urbano, têm menos acesso aos serviços de eletricidade e abastecimento de água do que aquelas chefiadas por homens.
O índice da participação nas forças de trabalho é mais fraco na população feminina se comparada com a população masculina e isso se estende à todas as faixas etárias e, consequentemente, a taxa de desemprego feminino é mais elevada e afeta sobretudo a camada jovem, acirando cada vez mais a desigualdade social.
Os dados do Censo 2010, apontam evidências nesse sentido, pois, o índice de participação feminina na força se trabalho é de 45%, a taxa de desemprego apresenta maior proporção na camada feminina, atingindo os 12,1%. Tal perspetiva é justificada pelos argumentos do relatório CNUCED, alertando que os elevados índices de analfabetismo feminino, a segregação no domínio da educação e a capacitação profissional inadequada são considerados fatores que restringem as possibilidades de emprego das mulheres.
Em termos sectoriais, a maioria das mulheres cabo-verdianas encontra-se empregada no sector terciário, o maior empregador do país com 63% do total da mão-de-obra disponível, sendo 82,2% de mulheres, contrariamente ao setor secundário, predominado pelos homens. Perante esses dados, percebe-se que a divisão sexual do trabalho acaba por demonstrar que as diferenças de sexo se transformam em desigualdades de géneros, quando se relaciona determinadas profissões ao sexo e quando se masculiniza determinados sectores de atividades por considerarem mais apropriados aos homens.

IV – Considerações Finais

A luta pela visibilidade da questão feminina, pela ampliação dos direitos da mulher e, consequentemente pelo fortalecimento da identidade feminina, tem marcado a reflexão sobre a problemática de género. Igualmente ao que acontece noutras sociedades, em Cabo Verde, a dimensão de género tem merecido importantes reflexões tanto da parte do governo como dos organismos internacionais de apoio ao desenvolvimento, das organizações não-governamentais e da sociedade civil, que unem esforços, no sentido de propor ações que põem cobro à desigualdade social que ainda marca a realidade cabo-verdiana.
Destaca-se o papel do ICIEG na "promoção de estratégias inovadoras e flexíveis, assente numa cultura de participação e parcerias, bem como a implementação de ações, projetos e programas que apoiem e dinamizem atividades de natureza social, económica, educativa, cultural, de modo a permitir a melhoria da qualidade de vida, da igualdade de oportunidades e a equidade entre os sexos"[41] e tem refletido na melhoria dos indicadores anteriormente analisados.
Além disso, a realização dessa reflexão permitiu o cruzamento entre os condicionalismos políticos e jurídicos de promoção da igualdade e equidade de género e sua articulação com as políticas públicas implementadas em Cabo Verde.
Não obstante o reconhecimento dos avanços conseguidos em relação às políticas de género implementadas em Cabo Verde, ambos os documentos que serviram de suporte para a realização desta análise preliminar, são unânimes em reconhecer que a "desigualdade, a vulnerabilidade, a invisibilidade, a exclusão social, política, económica e cultural continuam marcantes, o que demonstra que o impacto das políticas públicas de promoção da mulher e da igualdade de género têm tido um resultado mitigado"[42].
Faz-se necessário abranger outras dimensões na realização dessa reflexão, além de introduzir dados atualizados em matéria de igualdade e equidade de género para que os resultados passam refletir a real situação da aplicação dos instrumentos de promoção da igualdade de género em Cabo Verde.

---

40 CNUCED 2012

41 Igualdade de Género e dar Poder às mulheres. Disponível em: http://vida.planetavida.org/paises/cabo-verde/objectivos-do-milenio-para-cabo-verde/igualdade-de-genero-e-dar-poder-as-mulheres-em-cabo-verde/. Consultado em 14/12/2014

42 : 93

Referências Bibliográficas

Aguiar, N. (1997). Gênero e ciências humanas. *Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos*.

Amâncio, L. (2003). O género no discurso das ciências sociais. *Análise Social*, 687-714.

Colling, A. (2004). A construção histórica do feminino e do masculino. Gênero e cultura: questões contemporâneas, 1, 13.

Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (2011). Quem beneficia com a liberalização do comércio em cabo Verde? Uma Perspetiva de Género. Nova York e Genebra.

Da Silveira, M. L. (2004). Políticas públicas de gênero. *Políticas públicas e igualdade de gênero*, *8*, 65.

Furtado, C; Rosabal, M; Borges, O (2010). Género em África: Índice de Desenvolvimento da Condição Feminina em Cabo Verde.

Gomes, N. P., Diniz, N. M. F., Araújo, A. D. S., & Coelho, T. D. F. (2007). Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. *Acta Paul Enferm*, *20*(4), 504-8.

Gonçalves, A. L. (2013). *História & gênero*. Autentica.

Hofling, E. D. M. (2001). Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, *21*(55), 30-41.

Igualdade de Género e dar Poder às mulheres. Disponível em: http://vida.planetavida.org/paises/cabo-verde/objectivos-do-milenio-para-cabo-verde/igualdade-de-genero-e-dar-poder-as-mulheres-em-cabo-verde/. Consultado em 14/12/2014

Instituto Nacional da Estatística; Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género; ONU Mulheres (2012). Mulheres e Homens em Cabo Verde Factos e Números, INCV. Praia Cabo Verde.

Meyer, D. E. (2004). Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. *Rev Bras Enferm*, *57*(1), 13-8.

Nações Unidas (2010). Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. Comité sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) Relatório Combinado do Estado – Parte República de Cabo Verde.

Rago, M. (1998). Epistemologia feminista, gênero e história. Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Ed. Mulheres, 25-37.

Soihet, R. (1997). História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspetiva das mulheres. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 95-114.

Soihet, R., & Pedro, J. M. (2007). A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. Revista Brasileira de História, 27(54), 281-300.

Torrão Filho, A. (2005). Uma questão de género: onde o masculino e o feminino se cruzam. cadernos pagu, 24, 127-152.

GT 95
Relações raciais e aspectos culturais no Brasil e na Europa

Educação, Racismo e Intolerância Religiosa no Brasil contemporâneo: o caso das religiões afrobrasileiras

Patrício Carneiro Araújo[1]

Resumo: Entre as diversas formas que o racismo se manifesta no contexto das relações escolares no Brasil contemporâneo está a intolerância religiosa contra crianças e adolescentes ligados às religiões afro-brasileiras. Isso muitas vezes configura situações de discriminação. Ao observarmos com mais cuidado os casos de intolerância religiosa nessa modalidade, é possível perceber que aquilo que parece se tratar apenas de preconceito religioso revela um racismo fundamentado em uma aversão a tudo que é tido pelo racista como "coisa de negro". E, para que haja essa aversão, faz-se necessário que haja um objeto bem definido da mesma. No Brasil, houve então uma construção desse objeto de aversão ligada ao negro e uma das formas de se construir este objeto foi classificando tudo que era relacionado às culturas africanas ou afro-brasileiras como "coisa de negro". É nessa perspectiva que pretendemos analisar as intercecções existentes entre racismo e intolerância religiosa nas escolas brasileiras, já que ao discriminar pessoas ligadas às religiões afrobrasileiras a escola reproduz o racismo institucional ali existente. Há, portanto, que se considerar as questões jurídicas e as implicações criminais inerentes a essa forma de racismo. É sobre essas questões que versa esse trabalho.

Palavras-chave: Racismo; Intolerância Religiosa; Brasil; Implicações Criminais.

Intolerância religiosa como forma de racismo: questões jurídicas e implicações criminais

Como tenho afirmado em outros trabalhos, a relação entre racismo e intolerância religiosa aos poucos tem sido assumida com mais seriedade em diferentes setores da sociedade brasileira. Isso se pode perceber tanto nas iniciativas institucionais voltadas para o combate a esses dois males (criação de comitês, editais, políticas públicas, etc.) quanto através das ações promovidas por movimentos religiosos e sociais levadas a cabo pelos grupos de vítimas de agressões e vilipêndios com motivações religiosas. No documentário *Intolerância religiosa – ameaça à paz* (Direção de Ordep Serra, 2004), o antropólogo brasileiro Ordep Serra reconhece e admite a inegável relação entre a intolerância religiosa cometida contra adeptos das religiões afrobrasileiras e o racismo. Segundo suas próprias palavras:

> Não há coisa mais terrível no mundo do que a intolerância, a dificuldade e a incapacidade de aceitar os outros. *O racismo é uma forma de intolerância. Mas é terrível quando se combinam coisas como o racismo e a intolerância religiosa. Eu considero tão perigoso para o Brasil a intolerância religiosa quanto o crime organizado*. São coisas parecidas. Há uma destruição da teia social, dos laços democráticos, quando a intolerância progride. *E ainda pior, no nosso caso aqui do*

1 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP e Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo – FAPESP. patricionisoji@hotmail.com

> *Brasil, é que a gente está vendo que a intolerância se tornou o cavalo-de-batalha do racismo.* Quem é que é agredido pela intolerância religiosa hoje? São justamente os cultos afrobrasileiros. É o negro assimilado ao demônio, ao diabo. É o candomblé, a umbanda, os cultos afros que estão sofrendo, esse processo de demonização. Há uma caça às bruxas, há uma agressão continuada. E é um absurdo que se fale em nome de Deus, se fale em valores religiosos, agredindo os outros, insultando, condenando. Religião que condena, condena a si mesmo. Então, é preciso restaurar o respeito mútuo. É preciso restabelecer o diálogo inter-religioso fraterno. Mas isso só pode acontecer se a intolerância for proscrita, banida. (Ordep Serra, 2004. Grifos meus).

Mas não é só a Antropologia que reconhece a relação existente entre racismo e intolerância religiosa. Outro campo que tem ajudado a esclarecer melhor essa relação é o campo do Direito. Na verdade, ao perscrutarmos a história das leis no Brasil não é difícil perceber que, em termos de legislação, a questão das identidades étnicas e da diversidade religiosa sempre esteve consubstanciada. E isso se deu tanto no sentido de proibir o livre exercício de culto quanto no sentido de assegurar o direito à liberdade religiosa ou mesmo de promover a liberdade de crença no país. Contudo, como o discurso da diferença também monta ciladas (Pierucci, 1996), por vezes os mesmos dispositivos que servem para assegurar os direitos também são instrumentalizados para servirem de meios de agressão à diferença e à alteridade religiosa. Exemplo clássico disso é a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) reivindicar o direito à liberdade de expressão e religiosa, sempre que é acusada de intolerância religiosa.[2] Haja vista o caso da agressão à imagem de Nossa Senhora Aparecida, quando o bispo Von Helder chutou a imagem em rede nacional de televisão.[3] Ou seja, um dispositivo legal constitucional (direito à liberdade de expressão) também pode ser manipulado para agredir outras religiões sob o pretexto de se fazer uso do direito à liberdade de expressão. Veremos como Hédio Silva Júnior, renomado jurista brasileiro especialista em Direito e Liberdade Religiosa, analisa essas contradições, inerentes a um país que pretende-se democrático e respeitador dos direitos dos seus cidadãos.

A respeito da legislação acerca da liberdade religiosa no Brasil e das suas relações com o racismo historicamente ambientando aqui, Hédio permanece sendo um dos maiores pensadores e jurista atuante no sentido de demonstrar a relação entre essas duas realidades.

Autor da primeira tese de doutorado sobre liberdade religiosa no Brasil, nesta sua pesquisa, intitulada: *A Liberdade de crença como limite à regularização do Ensino Religioso* (Silva Jr. 2003), Hédio já aponta a direção na qual grande parte das suas pesquisas posteriores iria se direcionar. Ao relacionar a liberdade de crença (direito contra o qual a intolerância religiosa atenta) e a pretensão se de impor um Ensino Religioso que na maioria das vezes assume um caráter confessional - como bem constatou Stela Guedes Caputo no Rio de Janeiro[4] -, este jurista compõe a plataforma sobre a qual as pesquisas posteriores sobre esse assunto teriam que se apoiar.

---

2 A respeito dessa prática possibilitada pelos regimes democráticos, na qual os mesmos agentes promotores da intolerância reclamam de estarem sendo vítimas de intolerância, quando interpelados pela justiça por suas práticas de discriminação religiosa, Pierucci, acertadamente, afirma: "*A estridência com que hoje no Brasil as novas e bem sucedidas igrejas pentecostais reclamam da falta de liberdade religiosa não deixa de ser um modo* sui generis *de interpretação dos fatos vividos. O crente sai batendo com a bíblia nas costas do umbandista, a quem ofende chamando de 'macumbeiro', mas quem reclama de intolerância religiosa é o crente, não sua vítima. Estamos, naturalmente, diante de um mecanismo discursivo de retorsão*". (Pierucci, Antônio Flávio. ***Liberdade de culto na sociedade de serviços***. In: *A realidade social das religiões no Brasil*. p. 275-285).

3 Como esse caso já foi analisado à exaustão, recomendo apenas alguns trabalhos acerca dele: veja, por exemplo, os artigos de Ronaldo de Almeida, ***Dez anos do 'chute na santa': a intolerância com a diferença*** (In: *Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. p. 171-190) e de Emerson Giumbelli, ***O 'Chute na santa': blasfêmia e pluralismo religioso no Brasil***. In: *Religião e espaço público. Movimentos religiosos no mundo comtemporâneo*. BIRMAN, Patrícia. (Org.). Attar Editora, São Paulo, 2003. P. 169-198.

4 CAPUTO, Stela Guedes. ***Educação nos terreiros****: e como a escola se relaciona com crianças de candomblé*. 1ª Ed., - Rio de Janeiro : Pallas, 2012.

Na sua tese citada, Hédio arrola todo um *corpus* de leis existentes no Brasil, desde a chegada dos portugueses até a atualidade, no que se refere à liberdade de crença e consciência. Ao citar as legislações oficiais que, no passado, limitavam o direito ao exercício de cultos religiosos que não fossem católicos no território brasileiro (como era o caso da *Constituição do Império*, 1824 e o *Código Criminal do Império*, 1830), Hédio reconstitui o processo histórico que desencadeou na separação entre o Estado e a Igreja, processo este que só foi possível após a proclamação da República, em 1889. Com o fim da monarquia chegava também ao fim a existência de uma religião oficial do estado.

Assinado pelo presidente Deodoro da Fonseca, seria o Decreto 119-A, de 07 de janeiro de 1890[5] que colocaria fim à ingerência e imposição de uma religião através do estado no Brasil. Nos termos do decreto ele: "Prohibe a intervenção da autoridade federal e dos estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências". Assim extinguir-se-ia o estado confessional que havia caracterizado o período monárquico brasileiro e estabelecia-se um estado laico que deveria garantir o direito à liberdade de crença e consciência a todos os seus cidadãos. Esse advento de um estado laico deveria se consolidar, ainda mais, um ano depois com a Constituição de 1891. Pelo menos era o que se esperava.[6]

Neste mesmo trabalho, Hédio fala dos dispositivos constitucionais que, presentes na Constituição Federal de 1988, asseguram a liberdade religiosa no país e, ao mesmo tempo, proíbe o estado de interferir no funcionamento das religiões existente no território nacional.[7] Além dessa legislação nacional, Hédio também chama a atenção para tratados e convenções internacionais das quais o Brasil é signatário e que asseguram a liberdade religiosa e de crença. Entre eles estão o *Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos* (que no seu artigo 18, ítens 1 e 3, trata da questão da religião), a *Convenção Americana de Direitos Humanos - Pacto de San José da Costa Rica* (que no seu artigo 12, ítens 1 e 3, retoma a questão da liberdade de crença) e a *Declaração para a Eliminação de todas as Formas de Intolerância e de Discriminação baseada em Religião ou Crença* (na qual o artigo 6º retoma a questão da religião). Hédio lembra ainda que "O Código Penal pune o ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo (Art. 208),[8] e que a Lei nº 4.898/65 pune o abuso de autoridade decorrente de atentado à liberdade de associação, à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício de culto religioso (art. 4º, alíneas "d" e "e"). (Silva Jr., 2003, p. 74).

Ao transpor essa questão para a legislação educacional, o mesmo Hédio relembra que, assim como as legislações já existentes que garantem o direito à liberdade de crença, também "Deste teor é a norma do art. 3º da Lei 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Base da Educação: 'O Ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: IV – Respeito à liberdade e à tolerância'". (Idem, p. 117). Aqui encontra-se um dos dispositivos legais que possibilitam a equiparação entre a intolerância religiosa na escola e o crime de racismo.

---

5 Assim se pronuncia esse decreto nos seus primeiros artigos: ***Art. 1º*** *E' prohibido á autoridade federal, assim como á dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e crear differenças entre os habitantes do paiz, ou nos serviços sustentados á custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões philosophicas ou religiosas.* ***Art. 2º*** *a todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos actos particulares ou publicos, que interessem o exercicio deste decreto.* ***Art. 3º*** *A liberdade aqui instituida abrange não só os individuos nos actos individuaes, sinão tabem as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de se constituirem e viverem collectivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder publico.*

6 Veremos, no entanto, que isso não se concretiza de todo, já que futuramente a laicidade do estado voltaria a ser colocada em cheque em função do avanço, empoderamento e representação política dos chamados "evangélicos".

7 Conforme fica claro no Artigo 19, quando diz que: *"É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público."*

8 "*Art. 208: Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença por função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso. Pena – detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, ou multa. Parágrafo único: Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente violência*".

Além dessas leis, códigos e convenções, há ainda a *Convenção Relativa à Luta Contra a Discriminação no Campo do Ensino*, a Lei 7.716/89, entre outras, como aponta Hédio:

> Lei da Tortura e a Lei do Genocídio. A Lei dos crimes de tortura (Lei nº 9.455, de 07 de abril de 1997) pune o sofrimento físico e mental decorrente de discriminação religiosa, entre outras. A Convenção para a Prevenção e a Repressão de Crime de Genocídio (Promulgada pelo Decreto nº 30.822, de 06 de maio de 1952), a Lei de Genocídio (Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956), bem como o Código Penal Militar (Art. 208) punem o assassinato de fiéis e a agressão física ou mental a membros de grupo religioso, entre outros. (Idem, p. 138).

Ora, toda essa vasta e sólida legislação deveria ser mais do que suficiente para inibir casos de intolerância religiosa, seja no âmbito da escola ou no âmbito da sociedade mais abrangente. Contudo, como tenho demonstrado, isso não tem acontecido já que os casos de intolerância religiosa contra as populações ligadas às religiões afro-brasileiras tem aumentado visível e consideravelmente no Brasil. Por outro lado, o que é ainda mais preocupante, além dos crimes com motivação religiosa terem aumentado sobremaneira por aqui, o tratamento jurídico a esse tipo de crime não tem acompanhado o ritmo da proliferação desse tipo de crime, nem quantitativa e nem qualitativamente. Esse tratamento legal dos crimes com motivação religiosa no Brasil foi motivo de uma palestra de Hédio[9] por ocasião do *III Congresso Estadual de Liberdade Religiosa da OAB-SP*, que se realizou na cidade de São Paulo, no dia 15 de agosto de 2013.
Essa fala de Hédio neste congresso é fundamental para que se entenda a relação entre intolerância religiosa e racismo, assim como para conhecer os marcadores histórico-jurídicos para essa equiparação, além dos precedentes jurídicos que equiparam o crime por motivação religiosa a *crime contra a humanidade*. Sua fala, como negro, jurista renomado, pesquisador e iniciado no candomblé, torna-se paradigmática para se compreender as nuances entre racismo e intolerância religiosa. É por esse motivo que tomo aqui a fala de Hédio naquele congresso, tanto como fundamentação teórica para a discussão aqui travada como quanto material de campo, já que ele também possui ligações religiosas com o universo das religiões afro-brasileiras. Assim Hédio começou sua fala naquele dia:

> Há uma decisão do Supremo Tribunal Federal que eu não vejo sendo utilizada nos processos por discriminação religiosa, e é por isso que eu a saquei. Porque nesse julgado, que é um julgado paradigmático do Supremo, o famoso "Caso Ellwanger".[10] *Nesse julgado o Supremo entendeu que a discriminação religiosa é uma espécie de prática de racismo.* E do ponto de vista da Dogmática Penal isso tem enorme relevância. *Porque a discriminação religiosa sendo qualificada como uma espécie de prática de racismo significa que ela é gravada pela etiqueta da imprescritibilidade e da inafiançabilidade.* E é o que foi o caso apreciado pelo Supremo. (Silva Jr., 2013. Grifos meus).

E Hédio explica em que consistiu o "Caso Ellwanger" que passaria a ser um paradigma de jurisprudência quando o assunto é equiparar a intolerância religiosa ao racismo:

---

9 SILVA Jr. Hédio. ***Tratamento legal às práticas de crimes com motivação religiosa***. Comunicação pessoal no *III Congresso Estadual de Liberdade religiosa da OAB-SP*. São Paulo, 15 de agosto de 2013.

10 Trata-se de Siegfried Ellwanger Castan, proprietário da Editora Revisão, julgado e condenado repetidas vezes pela justiça brasileira por crime de apologia ao nazismo e por afirmar a inexistência do Holocausto.

> O Supremo julgou o caso de um editor de livros do Rio Grande do Sul, o Ellwanger, que publicava livros negando a existência do nazismo[11] e dizendo que se houve algum problema na Alemanha nos anos 40 foram os judeus que provocaram o problema. E que se havia algum pensamento racista, esse pensamento era dos judeus e não dos nazistas. Então o Supremo teve que enfrentar uma série de questões, inclusive se a liberdade de expressão permite ao sujeito falar o que ele bem entende. Se a liberdade de expressão é um direito absoluto. Porque muita gente entende que a liberdade de expressão é um direito absoluto. Tem liberdade de expressão e por isso ele pode falar o que bem entende, inclusive cometer crimes. E o Supremo, obviamente, como é da jurisprudência da nossa corte constitucional, o Supremo disse: "Inexiste direito absoluto. Especialmente direito textualmente previsto na constituição. Qualquer direito deve ser interpretado de forma harmônica com os demais conjuntos de direitos constitucionais." (idem.).

Se parasse por aqui Hédio já teria dado uma contribuição substancial para a compreensão de que discriminação e intolerância religiosa constituem crimes inafiançáveis e imprescritíveis, já que o próprio Supremo assim julgou. Contudo ele esclarece ainda mais:

> Mas, o que é importante nesse HC [*Habeas Corpus*] 82424 do Rio Grande do Sul, cujo relator foi o ministro Maurício Correia, neste julgado, o Supremo chegou ao entendimento então que escrever editoriais, divulgar e comercializar livros fazendo apologia de idéias discriminatórias e preconceituosas contra a comunidade judaica constitui crime de racismo. *Portanto, quando nós estivermos lidando, mitigando, com discriminação religiosa devemos lembrar que, por interpretação do STF, discriminação religiosa é uma espécie de crime de racismo, portanto, imprescritível e inafiançável*. (Silva Jr., Idem. Grifos meus).

As palavras de Hédio são claras. Fundamentadas na ação do Supremo, ele não deixa dúvidas: intolerância religiosa é sim uma forma de racismo e, portanto, constitui crime. Mais do que isso, atos de discriminação por motivação religiosa constituem crimes inafiançáveis e imprescritíveis.

Um fato curioso a ser notado tanto nas palavras de Hédio quanto no HC do Supremo é que, mesmo havendo tanta discriminação contra os afro-religiosos no Brasil (como bem já constatou o *Mapa da Intolerância Religiosa no Brasil*, e como também constata Ordep Serra, no documentário *Intolerância religiosa – ameaça a paz*) é a partir de agressões aos judeus que a intolerância religiosa adquire o *status* de crime de racismo. A propósito, quando se fala em racismo e atentados contra a liberdade de crença, historicamente judeus e negros sempre aparecem como vítimas clássicas. Não é à toa que Jean-Paul Sartre, ao refletir sobre o racismo, escreveu justamente sobre esses dois grupos.[12] Aqui caberia uma reflexão sobre os motivos pelos quais, mesmo sendo vítimas dos mesmos crimes, na maioria das vezes os judeus conseguem se impor muito mais do que os negros, no que se refere à conquista de políticas anti-racistas. Exemplo disso é o caso da decisão do Supremo analisada aqui. Mas isso seria matéria para uma outra pesquisa.

No mesmo congresso sobre liberdade religiosa, Hédio nos lembra ainda que, através da Emenda Constitucional nº 45, a Constituição Federal passou a abrigar os chamados "crimes de repercussão internacional "(ou "inter-estadual"). Isso teria se dado em função de tratados internacionais dos quais o Brasil se tornou signatário. Esses *crimes de repercussão internacional* seriam crimes que o Brasil se obrigou a reprimir em vista da sua participação nesses tratados e convenções internacionais, entre eles o *Pacto Internacional de Direitos Civis*

---

11 Aqui há uma pequena confusão na fala de Hédio. Na verdade o que era negado por Ellwanger e a Editora Revisão, de sua propriedade, era a existência do Holocausto (ou *Shoah*) e não no nazismo.

12 Sartre, Jean-Paul. ***Reflexões sobre o racismo***: *I reflexões sobre a questão judaica*. *II Orfeu negro*. Difusão Europeia do Livro, São Paulo, 1968.

e Políticos, a *Convenção Americana de Direitos Humanos* (Pacto de San José da Costa Rica) e a *Declaração para a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação baseada em religiões e crenças*, além, é claro, dos acordos firmados através da *III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata* (Conferência de Durban - 2001). Segundo esses tratados, o Brasil, ao considerar a discriminação religiosa como "crime de repercussão internacional", se comprometeu a equipará-la a um delito e, portanto, inibi-la, eliminá-la ou julgar aqueles que nela incorrerem.

Além desses tratados internacionais, aos quais o Brasil tem que se submeter, Hédio também nos lembra que, desde 1988, a Constituição Federal, no seu texto original, já admitia, no seu artigo dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCP), que o país se submetia a um Tribunal Internacional de Direitos Humanos. Ora, através do artigo 5º da Constituição (§ 3º) o país se submete a jurisdição deste Tribunal Penal Internacional que por sua vez considera crimes por motivação religiosa como *crime contra a humanidade*. Conforme o Estatuto que rege esse tribunal (Estatuto de Roma) os crimes contra a humanidade são vários, entre os quais encontra-se o de perseguição de um grupo ou coletividade que possa ser identificada, entre outros, por motivos religiosos. Sendo assim, além de constituir crime de racismo, a intolerância religiosa também caracteriza crime de repercussão internacional e crime contra a humanidade.[13] E é por isso que tais crimes devem ser combatidos veementemente e, se necessário, seus responsáveis devem ser julgados e condenados pelo Tribunal Penal Internacional. E Hédio termina sua fala naquele congresso reafirmando:

> Então vejam que a discriminação religiosa é capitulada como crime contra a humanidade. Quer dizer, para além da vítima, para além do Estado Nacional, cuja paz social é de sua responsabilidade manter e também é atingida com a conduta discriminatória, segundo o Estatuto de Roma, que é, digamos assim, o Regimento Interno do Tribunal Penal Internacional (TPI), a discriminação religiosa é um crime que afeta toda a humanidade. (*sic*) Então, o fato de o TPI catalogar a discriminação religiosa como um crime contra a humanidade, eu entendo que nós devemos utilizar isso ao máximo, quando formos mitigar contra a discriminação religiosa. Seja na jurisdição penal mas, inclusive, também na jurisdição cível. (Idem.).

As palavras de Hédio chamam nossa atenção para grandes avanços da legislação, tanto nacional quanto internacional, no que se refere ao racismo e à intolerância religiosa. Contudo, sendo o universo do direito muito heterogêneo, vez por outra se percebe legisladores, juristas e operadores do direito resvalarem no que há de mais retrógrado e abjeto em termos de retrocesso quanto às conquistas nesse quesito. Um lamentável capítulo nesse sentido foi protagonizado por um juiz da 17ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, em maio de 2014. Vejamos como se deu esse fato.

Cansado de tantas agressões e ataques por parte de igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais que, nas diferentes mídias veiculam acusações, mentiras e notícias levianas acerca das suas religiões, o povo de terreiro da cidade do Rio de Janeiro e a Associação Nacional de Mídia Afro, resolveram entrar com uma ação judicial, através do Ministério Público Federal, solicitando a imediata retirada de uma série de vídeos ofensivos contra as religiões afrobrasileiras, colocadas no site de vídeos You Tube por membros da IURD. Tendo o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro, através do procurador Jaime Mitropoulos, protocolado a queixa na 17ª Vara Federal do Rio, a decisão do juiz federal, Eugênio Rosa de Araújo, viria surpreender os proponentes da queixa e provocar reações em diversos setores da sociedade brasileira, incluindo representantes

---

13 Assim consta no *Estatuto de Roma* a relação entre a intolerância religiosa e os crimes contra a humanidade: "*Art. 7º - Crimes contra a humanidade: 1. Para os efeitos do presente Estatuto, entende-se por "crime contra a humanidade", qualquer um dos atos seguintes, quando cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque: (sic) Perseguição de um grupo ou coletividade que possa ser identificado,* por motivos *políticos,* raciais*, nacionais, étnicos, culturais,* religiosos *ou de gênero, tal como definido no parágrafo 3º, ou em função de outros critérios universalmente reconhecidos como inaceitáveis no direito internacional, relacionados com qualquer ato referido neste parágrafo ou com qualquer crime da competência do Tribunal* (...)."

do direito, de movimentos sociais e de diferentes setores religiosos. A polêmica se estenderia por meses até o juiz reconsiderar sua decisão. Mas, em que consistiu a decisão do juiz? A matéria jornalística sobre o fato, publicado pelo jornal Folha de São Paulo, mostra em que consistiu o entendimento do juiz que motivou sua infeliz decisão:

> **Umbanda e candomblé não são religiões, diz juiz federal**
> Fabio Brisolla**,** Do Rio, 16/05/2014
> *Uma tentativa do Ministério Público Federal (MPF) de retirar do YouTube uma série de vídeos com ofensas à umbanda e ao candomblé resultou em uma decisão polêmica: a Justiça optou por manter a exibição das imagens e ainda salientou que "as manifestações religiosas afro-brasileiras" não podem ser classificadas como religião. Em decisão de 28 de abril de 2014, o juiz Eugênio Rosa de Araújo, titular da 17ª Vara Federal, afirmou que as crenças afro-brasileiras "não contêm os traços necessários de uma religião". De acordo com o magistrado, as características essenciais a uma religião seriam a existência de um texto base (como a Bíblia ou Alcorão), de uma estrutura hierárquica e de um Deus a ser venerado. "Se o Juiz tivesse simplesmente negado que havia ofensa nos vídeos já seria uma decisão lamentável. Mas ele foi além. Em poucas linhas, resolveu ditar o que seria ou não uma religião, o que nos pareceu um absurdo", disse à Folha o procurador Jaime Mitropoulos, que apresentou um recurso contra a decisão da 17ª Vara Federal. Procurado pela Folha, o juiz Eugênio Rosa de Araújo preferiu não falar sobre a decisão. Nos vídeos denunciados pelo MPF, pastores evangélicos associam praticantes de umbanda a uma legião de demônios. Também fazem comparação semelhante com o culto aos orixás característico do Candomblé. A ação do MPF teve origem em uma denúncia da Associação Nacional de Mídia Afro, que pedia a exclusão dos vídeos citados do YouTube pelas ofensas disseminadas contra as religiões com raízes africanas. No início de 2014, o MPF chegou a recomendar que a representação do Google no Brasil deletasse os vídeos. Entretanto, segundo a Procuradoria, a empresa se negou a atender a orientação. A partir daí, o caso foi encaminhado à Justiça.*[14]

Como já disse, esse caso provocou polêmica em todo o país e mobilizou diferentes setores da sociedade brasileira em defesa das populações ligadas às religiões afrobrasileiras. Essas mobilizações, somadas à pressão feita pelas mídias e pela imprensa, forçaram uma revisão da decisão do juiz que, mesmo reconsiderando seu parecer sobre as religiões afrobrasileiras, não recuou na decisão quanto à retirada dos vídeos ofensivos em questão. De acordo com matéria veiculada no periódico Carta Capital (21/05/2014) assim se deu a reconsideração do juiz:

> **Juiz "reconsidera" decisão e diz que candomblé e umbanda são religiões**
> Por: Douglas Belchior.
>
> *No início da noite desta terça feira 20, o juiz da 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro, Eugênio Rosa de Araújo, reviu a sentença em que havia declarado que candomblé e umbanda não eram religiões e sim cultos. A mudança foi divulgada em nota, pela assessoria de imprensa da Justiça Federal do Rio de Janeiro. No documento o juiz admite o erro e modifica parte do conteúdo da sentença. Ele afirma ainda que "o forte apoio dado pela mídia e pela sociedade civil, demonstra, por si só, e de forma inquestionável, a crença no culto de tais religiões". Eugênio Rosa foi alvo de duras críticas por sua postura que, para os movimentos de defesa da cultura africana,*

14 BRISOLLA, Fabio. (2014), ***Umbanda e candomblé não são religiões, diz juiz federal***. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1455758-umbanda-e-candomble-nao-sao-religioes-diz-juiz-federal.shtml. [Consultado em 16/09/2014].

> *reafirmava estereótipos, preconceitos e racismo. Na primeira sentença o magistrado chegou ao absurdo de afirmar que para ser considerada religião, uma doutrina teria que seguir um livro-base, como o Corão ou a Bíblia, por exemplo, o que não acontece, segundo ele, com as crenças de matrizes africanas. Apesar da alteração da sentença, o Juiz reiterou a negativa dada na ação movida pelo Ministério Público Federal do Rio de Janeiro que pedia retirada do YouTube de 15 vídeos considerados ofensivos à umbanda e ao candomblé.* Na mesma nota o juiz federal informou que "manteve o indeferimento da liminar pela retirada dos vídeos no Google postados pela Igreja Universal e esclarece que sua decisão teve como fundamento a liberdade de expressão e de reunião". Ou seja, a liberdade de expressão a serviço da intolerância religiosa, do preconceito e do racismo, logo, da violência.[15] (Grifos meus).

Naturalmente, a questão foi apresentada aqui de forma substancialmente resumida. Contudo, mesmo nos utilizando de apenas duas matérias jornalísticas sobre o caso, a polêmica instalada fez se mltiplicar as notícas nas mais deifentes mídias e provocou mobilizações de muitas naturezas pelo país a fora, inclusive movimentos de solidariedade de outras religiões que sairam na defesa das populações afro-religiosas e contra a decisão do juiz. Não pretendo aqui analisar exaustivamente o caso. Quero apenas chamar atenção para alguns aspectos dele, já que retomam a relação entre a intolerância religiosa e o racismo institucinalizado, presente nas escolas mas também em outras esferas da vida social, como é o caso do Direito.

Inicialmente deve-se atentar para a postura do juiz quanto à cocepção de teologia subjacente à sua decisão como operador do direito. Ao entender que as religiões afrobrasileiras não possuem um livro sagrado como referencial o juiz revela seu desconhecimento acerca da importância da oralidade, dos mitos e da vasta sabedoria contida nos *itans* de *Ifá*. Ao falar, infundadamente, sobre a pretensa inexistência de uma estrutura hierárquica nessas religiões, novamente o magistrado revela sua vergonhosa ignorância em relação às complexas hierarquias existentes nessas religiões. Já ao afirmar que tais religiões não possuem um deus a ser venerado o desinformado juiz da 17ª vara federal do Rio expõe sua escandalosa e vergonhosa ignorância nesse campo. É a partir desses pressupostos que o juiz em questão se arvora a atribuir ou negar o *status* de religião às manifestações religiosas afrobrasileiras. Ao negar-lhes essa condição Eugênio Rosa de Araújo abusa das suas prerrogativas ao mesmo tempo em que extrapola sua competência, revelando assim a mentalidade racista existente no país, inclusive nos meios em que mais se deveria resguardar os direitos dos cidadãos, entre eles o de crença e de consciência. Em contraste com as palavras de Hédio, essa conduta do juiz federal do Rio revela um terrível e vergonhoso retrocesso nas conquistas nacionais e internacionais em matéria de liberdade religiosa.

Outro aspecto a ser aqui considerado (entre os muitos que poderiam sê-lo) é que, conforme o STF já julgou (no caso Ellwanger já citado) e Hédio já nos ensinou, o direito a liberdade de expressão não pode se sobrepor aos outros direitos constitucionais, como o de liberdade religiosa. Ou seja, todo e qualquer direito infraconstitucional tem que se submeter ao que consta na CF de 1988. Aqui, novamente, a decisão (mesmo reconsiderada) do juiz federal do Rio se mostra limitada e injusta, pois, ao afirmar que não retiraria os vídeos ofensivos do site, já que quem lá os colocou estaria protegido pelo direito à livre expresão, o juiz novamente demonstra de que lado está: do lado do racismo e da intolerância pois, como bem afirmou o autor da matéria em Carta Capital, nesse caso específico, a liberdade de expressão estava: " (...) a serviço da intolerância religiosa, do preconceito e do racismo, logo, da violência." Ademais, nas palavras do próprio jornalista que assina a matéria (Douglas Belchior), é possível perceber como a relação entre intolerância religiosa e racismo já constitui uma realidade nos diferentes discursos sobre essa questão.

O saldo dessa polêmica é justamente o fato de que, por mais que o combate ao racismo esteja na pauta do dia e mobilize diferentes agentes, o avanço desse racismo também continua grande. O que parece é que, quanto mais se combate a intolerância e o racismo, mais eles avançam, por vezes de forma declarada e explícita e por

---

15 BELCHIOR, Douglas. (2014). ***Juiz "reconsidera" decisão e diz que candomblé e umbanda são religiões.*** Disponível em: http://negrobelchior.cartacapital.com.br/2014/05/21/juiz-reconsidera-e-diz-que-candomble-e-umbanda-sao-religioes/. [Consultado em 16/09/2014].

vezes de forma disfarçada e não assumida. Contudo, uma coisa é certa: o Brasil está longe de ser um país livre do racismo e da intolerância. A sensação que se tem é que sempre que o racismo é desmascarado de alguma forma ele imediatamente arranja outras formas de disfarce. Sempre que em algum lugar ele é reprimido e combatido, em outro lugar ele reaparece difarçado ou refinado. É justamente por isso que o combate ao racismo, à intolerância e às mais diferentes formas de discriminação devem ser sempre estimulado e incentivado. É nessa perspectiva que essa pesquisa em curso se coloca: como mais um instrumento de combate a esse racismo institucionalizado que tanto tem comprometido a democracia no Brasil.

Bibliografia

BIRMAN, Patrícia. (Ed.). (2003), ***Religião e espaço público. Movimentos religiosos no mundo contemporâneo***. São Paulo: Attar Editora.

CAPUTO, Stela Guedes. (2012), ***Educação nos terreiros****: e como a escola se relaciona com crianças de candomblé*. 1ª Ed., - Rio de Janeiro: Pallas.

GUALBERTO, Márcio Alexandre M. (Ed.). (2011), ***Mapa da Intolerância Religiosa*** *– Violação do Direito de Culto no Brasil*. Associação Afro-Brasileira Movimento de Amor ao Próximo (Aamap). Rio de Janeiro: Ed. Rio de Janeiro.

PIERUCCI, Antônio Flávio. (1999), ***Ciladas da diferença***. São Paulo: Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34.

PIERUCCI, Antônio Flávio. & PRANDI, José Reginaldo. (Ed.). (1996), ***A realidade social das religiões no Brasil***. São Paulo: Hucitec.

SARTRE, Jean-Paul. (1968), ***Reflexões sobre o racismo***. Tradução de J. Guinsburg. 5ª Ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

SILVA, Vagner Gonçalves da. (Ed.). (2007), ***Intolerância Religiosa****: Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

SILVA Jr. Hédio. (2002), ***Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais***. Brasília: UNESCO.

SILVA Jr. Hédio. (2002) ***Direito de igualdade racial: aspectos constitucionais, civis e penais: doutrina e jurisprudência***. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira.

SILVA Jr. Hédio. (2003), ***A liberdade de crença como limite à regulamentação do Ensino Religioso***. Tese de doutoramento, São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito, PUC/SP.

SILVA Jr. Hédio. (2007), ***Notas sobre Sistema Jurídico e Intolerância religiosa no Brasil***. In: *Intolerância Religiosa: Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. pp. 303-323.

SILVA Jr. Hédio. (2013), ***Tratamento legal às práticas de crimes com motivação religiosa***. Comunicação pessoal no *III Congresso Estadual de Liberdade religiosa da OAB-SP*. São Paulo, 15 de agosto de 2013.

Filme

Intolerância religiosa – ameaça à paz (Direção de Ordep Serra, 2004).

O Imperador e a Quitandeira[1]

Mônica Cardim[2]

Resumo: Este artigo visa a apresentar alguns do resultado da dissertação de mestrado *Identidade branca e diferença negra: Alberto Henschel e a representação do negro em retratos fotográficos no Brasil do século XIX*, cujo foco é a representação de negros em fotografias do alemão Alberto Henschel no Brasil do século XIX. Dois retratos, o de uma quitandeira negra e o da família imperial, que representaram o Brasil na Exposição Universal de Viena de 1873, fundamentam a abordagem. Defende-se que ambos, ao serem apresentados conjuntamente, expunham aos europeus a polarização existente entre brancos e negros no período. Por meio de um método comparativo, busca-se estabelecer um quadro de referências para destacar nas imagens indícios de um sistema de representação que caracteriza negros e seus descendentes como pertencentes a um grupo humano racialmente diferente e, sobretudo, inferior ao branco. As diferenças e semelhanças das representações de negros, em comparação às de brancos, revelam que o estatuto de inferioridade - conferido ao negro no século XIX e que ainda permanece no cotidiano do Brasil contemporâneo - decorre da relação intrínseca entre identidade e poder.

Palavras-chave: Alberto Henschel, retrato fotográfico, representação do negro, identidade, representação do Outro, tipificação.

O século XIX consolidou muitas teorias acerca dos distintos grupos humanos, categorizando-os hierarquicamente, a partir de supostas diferenças biológicas, que seriam evidenciadas pela cor da pele, pelo formato da cabeça e por outras características físicas. Tais teorias, defendidas por pesquisadores e pensadores brancos de ascendência europeia, reservaram ao próprio grupo o topo da hierarquia, no que se refere a conhecimento, desenvolvimento cultural, sociabilidade, beleza e, principalmente, poder, incluindo o direito de posse sobre outros grupos.

Os outros, entre os quais negros, indígenas e orientais, tiveram seus atributos físicos e culturais identificados como inferiores, segundo essa mesma perspectiva euroetnocêntrica. Povos negros, considerados sem alma, ocupavam o nível mais baixo do desenvolvimento humano. Denominados ora como primitivos, ora como selvagens, deveriam passar por um processo civilizatório para tornarem-se aptos a servir aos brancos. Um olhar apurado sobre a representação da pessoa negra e seus descendentes – ou a ausência dela – em muitos setores da sociedade contemporânea brasileira, revela que essa condição de inferioridade, imposta ao negro no século XIX, ainda permanece em nosso imaginário social. Considerando-se, no entanto, que as teses que qualificaram e hierarquizaram os seres humanos por raça já não são passíveis de fundamentação científica, conclui-se que valores atribuídos por europeus aos negros e negras no Brasil dos Oitocentos assumiram um caráter de veracidade inquestionável que perdura ainda hoje. Se, no passado, o racismo legitimado pela ciência determinava o domínio de brancos sobre indígenas e negros; na atualidade, tal relação de poder é permeada por um racismo histórico e social herdado dessa diferenciação supostamente biológica, que imprimiu rótulos desqualificadores na corporeidade, na cultura e na humanidade de pessoas não brancas.

---

1 Este artigo é uma versão modificada do capítulo 1, *O Imperador e a Quitandeira*, da minha dissertação de Mestrado realizada sob a orientação da Prof. Dra. Helouise Costa na Universidade de São Paulo (2012).

2 Possui graduação em Artes Plásticas pela Fundação Armando Álvares Penteado (1989), Licenciatura Plena em Educação Artística pela mesma Universidade (1992), mestrado em Artes pela Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte da Universidade de São Paulo (2012). É Supervisora Artístico-Pedagógica no Programa Fábricas de Cultura, do Governo do Estado de São Paulo e da Organização Social POIESIS. Foi professora nos cursos Licenciatura em Física, Turismo e Ensino Médio Técnico do Instituto Federal de Pesquisa e Ensino (2011 – 2012). Atua como fotógrafa de representações e manifestações artísticas e culturais com destaque para as periféricas e/ou de matriz afro brasileira. fotocardim@gmail.com

A visualidade dos corpos, suas cores e características físicas, como recurso de diferenciação e dominação entre os grupos humanos em todo o período do Brasil colonial justifica, neste artigo, a eleição de dois retratos fotográficos como objeto de análise para a reflexão sobre o porquê de certos valores negativos atribuídos aos negros e negras atravessarem séculos de história. Trata-se dos retratos feitos por Alberto Henschel e seu sócio Francisco Benque, *Retrato da família imperial*, **Figura 1** e *Vendedora de frutas no Rio de Janeiro*, **Figura 2**[3], utilizados como parte da representação nacional na Exposição Universal de Viena, na Áustria, em 1873.

Figura 1: Alberto Henschel e Francisco Benque. Retrato da família imperial. Conde d'Eu, Dom Pedro II, a imperatriz Thereza Christina Maria e a princesa Isabel, Ca 1871. Rio de Janeiro. Albúmen, *Carte-cabinet,* 10 x 13,9 cm. Coleção dona Thereza Christina Maria, Biblioteca Nacional, Brasil.

Figura 2: Alberto Henschel e Francisco Benque. Vendedora de frutas no Rio de Janeiro, 1873. Rio de Janeiro. Albúmen, Carte-cabinet, 10 x 13,9 cm. Leibniz Institut für Länderkunde. Alemanha.

3 Ainda que não seja possível comprovar com fontes documentais que as imagens aqui apresentadas são as mesmas enviadas para Viena em 1873, o fato de essas corresponderem visualmente às descrições feitas em nota do jornal *Diário de Pernambuco* (1873) leva-me a embasar minhas reflexões sobre elas.

Segundo Pierre Francastel, artes figurativas, como a fotografia, são provenientes de um pensamento plástico ou estético que, assim como o pensamento matemático e o político, constituem-se em «um desses grandes complexos de reflexão e de ação em que se manifesta uma conduta que permite observar e exprimir o universo em atos ou linguagens particularizadas» (Francastel, 1993:4). Essa investigação se baseia na hipótese de que valores de um pensamento político-social determinista podem ser revelados pela análise da iconografia sobre o negro produzida por europeus na segunda metade do século XIX. Neste caso, considero que o pensamento plástico que o fotógrafo alemão Alberto Henschel materializou em seus retratos de negros no Brasil por volta de 1870 estaria vinculado à prática discursiva de representação do Outro, que produz e legitima igualdades e diferenças.

O retratista europeu no laboratório das raças

Alberto Henschel, um judeu nascido na Prússia - antigo estado e reino alemão - em 1827 e radicado no Brasil em 1866, revelou-se um grande empreendedor na área da fotografia ao abrir e manter em funcionamento estúdios em importantes cidades do Império brasileiro: Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Homem de negócios e exímio retratista, Henschel correspondeu às expectativas da sociedade brasileira ao retratá-la segundo as convenções sociais e estéticas da época – à moda europeia – e contribuiu para a construção de uma certa imagem do país no Brasil e no exterior. A maior parte das fotografias da clientela de seus estúdios, preservadas até hoje, é constituída pela minoria branca que habitava o país e inclui membros da família imperial, intelectuais, políticos, professores etc. Retratos de representantes do enorme contingente populacional negro são também encontrados em acervos de instituições no Brasil e na Europa, embora em menor quantidade. Homens e mulheres escravizados[4], bem como os de ganho ou forros foram retratados nos mesmos formatos em que foram fotografados os homens e mulheres brancos, em geral no popular formato *carte-de-visite* e no *carte-cabinet*.[5]

A diversidade da clientela dos estúdios de Alberto Henschel incluía ainda colecionadores, pessoas que não estavam interessadas apenas em serem retratadas, mas em adquirir retratos de personalidades, como o do Imperador, ou de tipos raciais no Brasil, mais especificamente, tipos de negros e indígenas. Aqueles que se dedicavam às coleções de caráter racial eram, geralmente, oriundos da Europa, sobretudo da Alemanha, país em que Henschel tinha representantes comerciais. Outra forma dos retratos de negros e negras atravessarem o Atlântico foi pelas mãos de viajantes, entre os quais se situam os pesquisadores alemães Wilhelm Reiss e Alphons Stübel (Cardim, 2012). Em sua estada no Brasil eles compraram uma quantidade significativa de imagens e constituíram coleções etnográficas acerca da população negra brasileira em fins do século XIX.

Conhecedor dessas diversificadas demandas, Alberto Henschel passou a produzir, junto com seus sócios, retratos fotográficos de todas as camadas socioeconômicas brasileiras. Assim, os estúdios de Henschel

---

4 O uso do vocábulo escravo nesse artigo foi substituído por escravizado ou pela expressão *mão de obra escrava* com o objetivo de colaborar na instauração de novas perspectivas sobre as identidades no Brasil e no mundo. Segundo Elizabeth Harkot-de-La- Taille e Adriano Rodrigues dos Santos (2012) «enquanto o termo escravo reduz o ser humano à mera condição de mercadoria, como um ser que não decide e não tem consciência sobre os rumos de sua própria vida, ou seja, age passivamente e em estado de submissão, o vocábulo escravizado modifica a carga semântica e denuncia o processo de violência subjacente à perda da identidade, trazendo à tona um conteúdo de caráter histórico e social atinente à luta pelo poder de pessoas sobre pessoas, além de marcar a arbitrariedade e o abuso da força dos opressores».

5 Patenteado em 1854 pelo francês André Adolphe Eugène Disdéri, o formato *carte-de-visite* designava fotografias de 9,0 x 5,5 cm produzidas a partir de um negativo de vidro, copiadas em papéis albuminados e coladas sobre cartões rígidos. O seu tempo de exposição e seu custo eram muito inferiores aos dos daguerreótipos, que até aquele momento se constituíam como a forma de representação visual fotográfica que mais se aproximava dos retratos pictóricos. O formato *carte-cabinet* surgiu na década de 1860. Tratava-se de provas de 14 x 10 cm, que eram coladas sobre cartões de 16,5 x 10,5 cm com espaço para inscrições e decorações mais elaboradas (Turazzi, 1995).

atenderam não apenas ao comércio local como também a estrangeiros de passagem pelo Brasil e residentes em sua terra natal, que descobriam nas imagens do fotógrafo uma fonte preciosa para suas pesquisas sobre raças humanas. Em função da heterogeneidade da população aqui residente e sua miscigenação, o país chegou a ser considerado uma espécie de laboratório racial (Torres, 2008). A família imperial branca e os escravizados negros constituem-se como os dois polos da racializada sociedade brasileira do século XIX retratada nos estúdios de Alberto Henschel.

Identidade nacional na Universal de Viena

Segundo o modelo interpretativo de Sergio Miceli (1996:18), os retratos são considerados produtos de uma negociação complexa entre artista e retratado, «ambos imersos nas circunstâncias em que se processou a fatura da obra, moldados pelas expectativas de cada agente quanto à sua imagem pública e institucional, quanto aos ganhos de toda ordem trazidos pelas diversas formas e registros de representação visual».

A fatura dos retratos da família imperial e da jovem negra está associada às grandes exposições nacionais e internacionais, também conhecidas como universais, que tiveram seu apogeu no século XIX, e que possibilitavam a representação idealizada das nações em processo de industrialização, para as quais operavam, sobretudo as internacionais, como palco de demonstração de forças políticas e econômicas. Em sua abordagem sobre as exposições internacionais como sistema de representação nacional, Maria Inez Turazzi (1995) identifica o paradoxal uso didático da competitividade entre indivíduos e nações que, conforme o pensamento da época, estimularia o progresso social e a solidariedade entre os homens. Dentre os instrumentos de caráter comparativo utilizados pelas nações, a fotografia figurava como um dos mais eloquentes, persuasivos e didáticos.

> Em primeiro lugar porque a fotografia, tão cosmopolita desde o seu nascimento, era talvez a mais internacional das presenças, permitindo um tipo específico de comparação entre quase todos os países participantes; em segundo lugar, porque as imagens fotográficas podiam, ao mesmo tempo, ilustrar comparações e confrontos em outros espaços de uma exposição, nas demais classes de objetos; e, em terceiro lugar, porque a linguagem fotográfica, depositária de uma credibilidade sem concorrentes, era um dos recursos mais eficazes para tornar convincente a própria didática do espetáculo (Turazzi, 1995: 63).

Com relação ao Brasil, um império independente em desenvolvimento, Turazzi (1995) comenta o interesse do país em inserir-se no grupo das grandes nações industriais europeias e norte-americana. Os brasileiros utilizavam-se das exposições universais para se apresentarem do modo mais semelhante possível aos estados europeus e ao norte-americano, evitando que sua imagem se aproximasse à de outros países sul-americanos.

As expectativas do Império brasileiro, em consonância com o euroetnocentrismo das grandes exposições, determinaram os produtos e tecnologias que representariam o país na Exposição Universal de Viena, na Áustria, em 1873 (Turazzi, 1995; 2009). As fotografias que fizeram parte da representação do Brasil nessa exposição foram escolhidas por uma comissão nacional com a participação do Imperador. Na primeira etapa da seleção, os produtos que representariam o Brasil no exterior foram indicados a participar das exposições nacionais, consideradas preparatórias para as universais (Turazzi, 2009: 91 e 92). Dentre as imagens selecionadas destacam-se os retratos feitos por Henschel e Benque, da família imperial, **Figura 1** e da jovem negra, nomeado como *Vendedora de frutas no Rio de Janeiro*, **Figura 2**. A polarização de tais imagens, se consideradas como recurso de representação nacional, revela aspectos importantes da constituição das identidades sociais do negro e do branco no Brasil no século XIX, produzidas historicamente por meio de relações de poder que legitimaram igualdade para brancos e diferença para não brancos.

Os termos igualdade e diferença, aqui, dizem respeito a uma compreensão da ideia de produção de identidade daquele que está no poder a partir da identificação e representação daquele que é submetido ao poder como diferente e, por isso, passível de ser considerado inferior. (Silva, 2000). Assim, considerando investigações contemporâneas sobre branquitude[6], na perspectiva desta pesquisa, igualdade corresponde à concepção colonialista euroetnocêntrica de pessoas brancas ocidentais como norma e referência de humanidade. Segundo essa formulação, diferença equivale ao resto, aos outros: a qualquer não branco não ocidental, o Outro.

Stuart Hall (1997) relaciona o conceito de representação a uma forma de utilização da linguagem para transferir conhecimento. O autor também explica que a representação é, sobretudo, «uma parte essencial do processo pelo qual o significado é produzido e trocado entre membros de uma cultura» (Hall, 1997: 15, tradução nossa). No que se refere à representação do Outro, trata-se, pois, de uma produção de significado a respeito do Outro, que enfatiza diferenças, voltado para a comunicação entre os membros do grupo que o produziu.

Desse modo, a constituição da identidade brasileira na Exposição Universal de Viena, de 1873, por meio do retrato da família imperial, dependia da apresentação de sua diferença. A quitandeira baiana representava o negativo complementar ao sistema político brasileiro. De um lado, o Império; do outro, a Escravidão. Do lado da identidade, a família de brancos bem trajados. Do lado da diferença, uma mulher negra. Do lado de cá, a representação de si mesmo; do lado de lá, a representação do Outro.

Os retratados – A descrição das imagens

Uma pequena nota publicada no *Diário de Pernambuco* em 10 de abril de 1873[7] sobre as fotografias *Retrato da família imperial* e *Vendedora de frutas no Rio de Janeiro*, de Alberto Henschel e seu sócio Francisco Benque destinadas a representar o Brasil na Exposição Universal de Viena, corrobora a hipótese de que as imagens em questão foram usadas como recurso de representação nacional.

> Acham-se hoje expostos, até o meio-dia, no palácio da exposição nacional dous grandes trabalhos photograficos dos Srs. Henschel e Benque, destinados à exposição Internacional de Vienna d`Austria. São dous quadros, em que as figuras a luz e os menores accessorios disposto com verdadeira arte, formam um conjunto que agrada sobremodo à vista.
> Um delles apresenta um bonito grupo formado por suas Magestades, por S.S. A.A a Sra. princeza imperial e o augusto príncipe seu consorte, e pelos dous augustos príncipes, filhos do Sr. Duque de Saxe, que se acham nesta côrte.
> O outro representa uma dessas bahianas quitandeiras, debaixo do seu enorme chapéo de sol de fazenda branca, que lhe serve de barraca, e rodeiada de fructas do paiz perfeitamente grupadas. Naturalidade de posição, relevo bem pronunciado na physionomia da figura principal, boa luz, fundo consoante com os primeiros planos, novidades de idea, tem, em summa, tudo o quanto é myster para torna-lo digno de ser visto.

Ao analisarmos tanto a notícia quanto as imagens, ficamos obrigados a perguntar: por que dois retratos tão diferentes na forma e no conteúdo teriam sido expostos conjuntamente em uma importante exposição internacional como representantes do maior país da América do Sul? Por que o Brasil se aventurava a utilizar a imagem de uma mulher negra em conjunto com uma imagem da família imperial branca, a partir de um ponto de vista europeu, para representação da nação brasileira diante das nações europeias, igualmente brancas?

---

6 Lourenço Cardoso (2011) explica que, segundo Ruth Frankenberg, o conceito de branquitude pode ser definido «como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo».

7 *Diário de Pernambuco*, Recife, 10 abr. 1873: 3.

As investigações da dissertação apontam para a ideia de que os *cartes-cabinet* da família imperial e da vendedora de frutas resumem semelhanças e diferenças na forma de representação dos distintos grupos étnicos residentes no país e materializam o modo como brancos e negros eram percebidos e desejados, pela elite do Brasil e pelos europeus, na constituição da nação brasileira.

Essa notícia de três parágrafos oferece ao leitor, por meio da descrição, instruções para a apreciação das duas imagens. Em função de não trazer reprodução dos retratos, a nota indica o modo como cada um deles deve ser imaginado e interpretado. Segundo a notícia, trata-se de duas importantes fotografias de Alberto Henschel e Francisco Benque disponíveis ao público na Exposição Nacional, de 1872, por algumas horas, pois a exposição encerra-se às dozes horas do dia da publicação. No trecho inicial da nota, os dois retratos recebem um tratamento descritivo semelhante, em que se destaca a comunicação de que os recursos de uma verdadeira arte foram muito bem utilizados pelos fotógrafos: as figuras, a luz, os acessórios e a composição desses elementos.

Sucinto, o segundo parágrafo da notícia descreve a fotografia da família imperial, limitando-se a qualificar o grupo como bonito e listar quem o constitui. Segundo esse texto, o que confere beleza ao retrato são as pessoas que o compõem. O belo é proveniente do grupo: «um delles apresenta um bonito grupo», e não necessariamente da composição estética. O que dispensa, portanto, qualquer menção aos objetos que o cercam, ao ambiente em que se encontra. No parágrafo inicial, apesar de o autor da nota sobre os trabalhos de Henschel e Benque referir-se de forma genérica a elementos estéticos, na descrição da família imperial tais informações não são mais citadas. Está em evidencia, nesse retrato, a família imperial, como protagonista da imagem.

No terceiro parágrafo, o que se enfatiza, a partir da descrição do retrato da jovem negra, são os aspectos considerados determinantes para que uma obra seja digna de ser vista. A mulher fotografada é apenas uma representação de mais uma das baianas vendedoras de frutas que circulavam pelas ruas do Rio de Janeiro em meados do século XIX. O retrato, nesse caso, é mais importante do que a pessoa retratada, pois ele representa «uma dessas bahianas quitandeiras». A notícia traz em destaque, na definição dessa foto, as habilidades técnicas e estéticas dos fotógrafos, reconhecendo a construção da cena delineada detalhe por detalhe. Informa que o guarda-sol de tecido da cor «branca» serve de barraca para a moça e ressalta que ela está rodeada de frutas brasileiras, organizadas com perfeição. Outros elementos estéticos e técnicos são evidenciados: naturalidade de posição, relevo, fisionomia da figura principal, luz, fundo, planos, novidades de ideia. A evidência é dada aqui à ação dos fotógrafos, eles são os protagonistas ao conduzirem a composição estética. A jovem negra é um dos elementos dessa composição.

O Imperador e os referenciais europeus

Num breve retrospecto sobre a pose em retratos pictóricos e fotográficos produzidos na Europa antes da chegada de Alberto Henschel ao Brasil, é possível observar que D. Pedro II e sua família foram orientados pelos fotógrafos a se posicionarem diante da câmera a partir de convenções que atravessaram alguns séculos.

Na Europa, padrões diferenciados na forma de conceber o retrato de nobres começam a se configurar entre fins do século XIV e início do século XVII. E, segundo Pierre Francastel (1995:74), uma espécie de tradição retratística que se espalha mundialmente a partir da segunda metade do século XV resulta de um intercâmbio entre o retrato florentino, em que se destacam Masaccio, *Retrato de um jovem homem,* **Figura 3,** e Pollaiuolo, *Retrato de jovem mulher*, **Figura 4**, com representações predominantemente do rosto em perfil, com algumas em três quartos de perfil; e o retrato flamenco, tendo como referência o pintor holandês Van Eick, e suas representações em três quartos de perfil, *Retrato de um homem de turbante*, (1433)**, Figura 5**.

Figura 3: Retrato de um jovem homem.
Masaccio 1425.
National Gallery of Art. Estados Unidos.

Figura 4: Retrato de Jovem Mulher
Antonio di Jacopo Pollaiuolo. 1460-65
Staatlichen Museen. Alemanha

Figura 5: Van Eyck. Retrato de um homem de turbante.
Óleo sobre madeira. 1433. National Gallery of Art. Estados Unidos.

Eyck abandona o perfil, próprio do centro florentino de arte italiano, por um três quartos, pelo fato de o último permitir uma visão mais completa e um estudo mais detalhado do rosto, em detrimento da composição geral.

O retrato em três quartos de perfil passa a ser uma das convenções escolhidas por alguns membros da elite holandesa para serem representados no início do século XVII, como fez Cornelis van der Voort, por volta de 1620, ao pintar Laurens Reael, Governador-geral das Índias Orientais, **Figura 6**. Com o diferencial de que o dignatário é apresentado de corpo inteiro, em uma composição que inclui objetos e elementos cenográficos de caráter simbólico, como a cortina vermelha ao fundo, o elmo sobre a mesa, a espada na bainha, uma espécie de bengala na mão direita.

Figura 6: Laurens Reael. Cornelis van der Voort.
Circa 1620. Rijks Museum. Holanda.

Ainda no século XVII, pintores continuam a explorar o uso do retrato com as faces postadas a três quartos de perfil, como podemos ver nas pinturas de Catharina Gasneb Tengnagel, **Figura 7**, e de seu marido Andries Bicker, **Figura 8**, ambos retratados em telas de Bartholomeu van der Helst, (1642). Os retratos individuais do casal Bicker e Gasneb os apresentam- de maneira sóbria, diante de fundos neutros. Ele, voltado parcialmente para a direita, mantém a mão direita na cintura e com a esquerda segura um livro. Ela, voltada parcialmente para a esquerda, pousa a mão esquerda sobre a direita, que segura as suas luvas. Sem acessórios ou móveis para que se apoiem ou evidenciem um cargo ou ofício, os modelos exibem, segundo Woodall (1997:82), os objetos necessários para a demonstração de valores burgueses. O livro e as luvas seriam símbolos de uma nobreza ociosa, representando o trabalho intelectual no universo masculino e a delicadeza no feminino.

F**igura 7** Bartholomeus van der Helst.
Catharina Gasneb Tengnagel. 1642.
Gemäldegalerie Alte Meister. Alemanha.

Figura 8: Bartholomeus van der Helst. Andries Bicker.
1642. Gemäldegalerie Alte Meister. Alemanha.

O retrato de Louis XIV, feito por Hyacinthe Rigaud, (1701), **Figura 9**, em uma enorme tela de 2,77m de altura por 1,94m de largura, traz algumas das convenções escolhidas pelos membros da elite holandesa, mostrados nas imagens anteriores, **Figuras 6, 7 e 8**: o monarca foi retratado de pé, com postura imponente e corpo inteiro voltado para a esquerda, a face em três quartos de perfil, a mão esquerda na cintura, a espada na bainha, as pernas ligeiramente afastadas. Aqui, outros elementos são acrescidos à composição visando à demonstração do poder do monarca absolutista: a mão direita apoiada em um cetro próximo da coroa, cortinas com acabamento bordado a ouro; coluna renascentista de mármore; manto da coroação e trono azul adornados com a flor de lis, símbolo da monarquia francesa; sapatos de salto; peruca longa.

Figura 9: Louis XIV,1701.HyacintheRigaud, Luís XIV, 1701.
Óleo sobre tela, 277x194 cm, Museu do Louvre. França

De forma muito semelhante, Jean Baptiste Debret retratou em um óleo sobre tela significativamente menor, com 60 cm por 42 cm, D. João VI em 1817, quando tinha o título de rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, **Figura 10**.

Figura 10: Jean-Baptiste Debret. Retrato de El-Rei Dom João VI, 1817.
Óleo sobre tela. 60x42. Museu Nacional de Belas Artes. Brasil.

Na segunda metade do século XIX, os primeiros retratos fotográficos produzidos na Europa reproduzem muitas das convenções dos retratos pictóricos das épocas anteriores, como podemos ver nas fotos do príncipe consorte Albert, do Reino Unido, por John Jabez Edwin Mayall, **Figura 11**, e do marechal Vinoy, por André Adolphe Disdéri, **Figura 12**.

Figura 11: John Jabez Edwin Mayall. Retrato de Albert, Príncipe-consorte. 15 de maio de 1860. Royal Collection Reino Unido.

Figura 12: André Adolphe Disdéri. Retrato *carte-de-visite* de Marshall Vinoy. 1864. Victoria and Albert Museum. Reino Unido.

O príncipe Albert, marido da rainha Vitória, é apresentado com o rosto a três quartos de perfil, olhando diretamente para a objetiva da câmera. De corpo inteiro, de pé, com as pernas ligeiramente afastadas, ele usa sapatos escuros lustrados, traja um bem cortado fraque com colete e gravata borboleta sobre uma camisa branca. Seu braço direito estendido faz uma linha paralela ao corpo. Seu braço esquerdo está um pouco

dobrado e sua mão esquerda apoia-se em alguns livros, colocados sobre uma mesa coberta com um tecido escuro com discreto bordado na ponta. O fundo, num tom escuro, traz uma cortina no lado direito da imagem. No chão, um tapete estampado.

Em praticamente a mesma posição, o marechal Vinoy foi retratado também com a face em três quartos de perfil, de pé e de corpo inteiro. A diferença está na inversão de lado e nos trajes militares. Como símbolo de força, ele carrega suas medalhas e seu braço estendido apoia-se também sobre livros.

Ao analisar o retrato da família imperial, reconhecemos uma composição em grupo em um espaço interno, provavelmente o estúdio do fotógrafo, que reproduz os padrões estéticos dos retratos individuais citados neste retrospecto. No centro e de pé, destacando-se de todo o conjunto, o imperador dirige o olhar para a câmera com uma das mãos apoiada em livros. Planejada em cada detalhe, a imagem apresenta certa simetria ao distribuir as figuras em pares, um masculino e outro feminino. A posição das mulheres, com as roupas mais claras que a dos homens, deixa-as mais baixas do que o Conde d´Eu, que, como elas, está sentado e delas recebe os olhares. Além disso, as cabeças dessas três personagens, no plano inferior da imagem, desenham um triangulo cujo vértice mais alto é a cabeça do imperador.

Em uma conferência na Academia Real de Pintura e Escultura (1667- 1668), Charles Le Brun explica, a partir da obra *Os israelitas colhendo o maná no deserto*, de Nicolas Poussin (1639), a importância de articular as várias figuras de uma pintura de grupo entre si:

> Que os grupos são formados pela reunião de diversas figuras ligadas entre si, que não fogem ao tema principal, mas pelo contrário, ajudam a articulá-lo e a prender o olhar, de maneira que ele não fique errando por uma grande extensão. Por isso, quando um grupo é composto por mais de duas figuras, deve- se considerar a mais visível como a parte principal do grupo; quanto às outras que a acompanham, que umas lhe servem de ligação, outras de suporte. (Le Brun, 2008: 72 [1698] *apud* Lichtenstein).

Desse modo, a pose de cada pessoa do retrato da família imperial deve ser analisada individualmente, nas relações que estabelecem entre si e, principalmente, com a figura principal. São quatro figuras de corpo inteiro, cuja disposição informa sua importância, não apenas dentro da instituição familiar, mas no quadro social brasileiro branco.

As duas mulheres, embora uma seja a esposa e a outra a filha do personagem central do retrato, o imperador, ocupam posição inferior à do conde, genro da primeira e marido da segunda, e ainda lhe rendem homenagem, dirigindo-lhes o olhar de baixo para cima. Apoiado em si mesmo, com auxílio de um livro, ao genro e príncipe esposo foi concedido o direito ao olhar enigmático e profético. Seus olhos, apesar de darem a impressão de pousar sobre sua esposa, se dirigem para fora da imagem, muito além.

Na composição hierárquica da foto, fazendo uma leitura no sentido da leitura de texto ocidental, da esquerda para a direita, de cima para baixo, o Imperador, no centro, ocupa a posição de destaque; a jovem princesa Isabel, o último lugar.

A Quitandeira e os viajantes europeus

Quanto à fotografia da jovem negra produzida por Alberto Henschel e Francisco Benque, os padrões para esse tipo de representação também variavam pouco. Ainda que diferente dos referenciais associados ao gênero retrato na pintura, cujo objetivo era conferir dignidade ao indivíduo, muitas mulheres negras foram desenhadas

pelos famosos artistas viajantes que aportaram no Brasil nas primeiras décadas do século XIX, dentre eles Henry Chamberlain, John Clare James Henderson, C. Shoosmith Edward Hildebrandt e Jean Baptiste Debret. As **Figuras 13**, **14**, **15** e **16** trazem desenhos e gravuras produzidas por esses artistas, nesse período, e se constituem como um conjunto quase padrão de imagens sobre as vendedoras de frutas que trabalhavam nas ruas de capitais brasileiras. Com roupas atualmente identificadas como típicas de uma baiana, as mulheres usam na cabeça um torso, conhecido popularmente como turbante; trajam longas saias rodadas; portam panos da Costa sobre os ombros ou na cintura. Quase sempre elas usam colares e pulseiras. Em geral, trazem alguma parte do corpo em exposição. Ombros, colo, braços e, às vezes, um dos seios lhes escapa da blusa larga de tonalidade clara. Os pés, caso apareçam, estão descalços. Nas quatro imagens que aqui mostramos, as mulheres foram representadas de pé ou sentadas, têm o rosto postado de perfil, três quartos de perfil e de frente, num cenário externo com cestas de frutas no chão ou sobre a cabeça.

Figura 13: Henry Chamberlain (del.) e John Clarke (sculpt.). A market stall. Gravura colorida. 1819.

Figura 14: James Henderson (del.) e C. Shoosmith (lith.). A free negress and other market women. Litografia. 821.

Figura 15: Jean Baptiste Debret (del.). Négresse tatouée vendant des fruits de cajú. Aquarela. 1827. Museus Castro Maya/IPAC/IPBC, Brasil.

Sentada, a jovem anônima, identificada apenas como *Vendedora de frutas no Rio de Janeiro,* como muitas das mulheres negras nos desenhos e ou litografias citadas, tem o rosto postado de frente, usa um turbante na cabeça, está trajando bata e uma longa saia. Como adorno, usa colar, brincos, pulseiras e um anel. Os pés estão cobertos pela saia. Ela traz braços e colos expostos. Com a mão direita ela segura um cachimbo apoiado entre os lábios, assim como na mulher de chapéu preto no lado direito da **Figura 13**; e com a esquerda segura uma fruta. Frutas ao seu redor, um guarda sol e um fundo pintado de natureza tropical são utilizados como cenário. Na litografia aquarelada de Hildebrant, **Figura 16**, no lado esquerdo da imagem, vemos uma mulher de perfil debaixo de um guarda-sol, em uma representação parecida com a da fotografia de Henschel e Benque.

Figura 16: Edward Hildebrandt. A market scene (Quitandeiras). Litografia aquarelada. 1846-1849.

Com todas essas referências visuais, devemos, entretanto, dar uma atenção breve à indicação da notícia de jornal, apresentada no início do artigo, de que o retrato da jovem negra dos estúdios de Henschel trazia novidades de ideia. Quais poderiam ser, enfim, as novidades de ideia da composição desse retrato fotográfico?

Ao analisar imagens fotográficas de mulheres negras, produzidas no século XIX no Brasil antes do retrato *Vendedora de frutas no Rio de Janeiro*, não encontrei nenhuma que trouxesse como pano de fundo a pintura de uma paisagem tipicamente brasileira.

Na vista estereoscópica[8] do alemão Revert Henrique Klumb, **Figura 17**, produzida no Rio de Janeiro, vemos uma mulher sentada na frente de um fundo neutro, olhando na direção da câmera em três quartos de perfil, trajando as roupas já apontadas como típicas da baiana. Sobre a cabeça, o torso, sobre um dos ombros, o pano da Costa, que cobre parte de sua bata clara. Os braços expostos carregam pulseiras. Sob a saia armada e volumosa, desponta outra saia, essa rendada, e talvez a ponta de um de seus pés. O que poderia distinguir esse retrato da foto anunciada pelo jornal é que a mulher não traz nenhum indício de ser uma vendedora de frutas.

Figura 17: [Sem título] Klumb. Vista estereoscópica. Rio de Janeiro. Ca. 1862. Coleção Ruy Souza e Silva.

Já no retrato do açoriano Christiano Junior, **Figura 18**, o que temos é uma jovem negra marcada por escarificações na face, utilizando vestes semelhantes às da obra de Klumb, mas arranjadas de forma distinta, principalmente no modo de amarrar o torso e no uso do pano da Costa na cintura. Além disso, seu pé está exposto, descalço.

8 De acordo com Turazzi (1995: 281), o cartão estereoscópio foi um «formato extremamente popular no século XIX, sobretudo para vistas e paisagens. Consistia na montagem de um cartão (medindo 9 x 18 cm, aproximadamente) com duas fotografias ligeiramente diferenciadas (a cena vista pelo olho direito e a cena vista pelo olho esquerdo). Observadas simultaneamente em um visor especial, as duas imagens do cartão formavam uma imagem única, vista em três dimensões, isto é, possuindo relevo e profundidade».

Figura 18: Christiano Jr. *Carte de visite*. Tipos de negros de ganho. Ca. 1865.
Museu Imperial de Petrópolis, Brasil.

A jovem retratada por Christiano Junior é apresentada como uma vendedora de frutas, fato ressaltado pelas cestas de frutas e pela presença da criança, que simula com ela uma ação de comprador ou mais provavelmente, pelas circunstâncias da época que a imagem buscava representar, de pedinte. Essa simulação aproxima o retrato de Christiano Junior das mulheres das ilustrações dos artistas viajantes do início do século XIX que observamos inicialmente, pois a relação que ela estabelece com o menino e as cestas de frutas indicam o seu trabalho como vendedora, realizado por muitas mulheres negras nas ruas[9]. Desse modo, embora as duas fotos tenham sido feitas dentro de um estúdio, a presença da cortina, as linhas do piso e a faixa horizontal na parede da imagem de Klumb, colocam a pose em um cenário de ambientação interna. Enquanto que na foto de Christiano Jr, a despeito do fundo, é possível ao observador compreender a composição que faz relacionar a jovem, o menino e as cestas de frutas como uma encenação própria de ambientes externos.

Pelo artigo do jornal somos informados que o retrato individual da jovem negra de Henschel e Benque traz um enorme guarda-sol, que a mulher está rodeada de frutas e que o fundo está em acordo com os primeiros planos. Defendo aqui a hipótese de que uma das novidades de ideia seja o fato de os fotógrafos Henschel e Benque terem acrescentado à representação da jovem negra uma paisagem pintada no fundo, estabelecendo uma relação entre fundo, que imita uma ambientação externa tropical, e os primeiros planos, ou seja, a jovem e as frutas.

Desse modo, um elemento importante da composição do retrato da mulher negra, que reforça a contraposição com o retrato da família real e mais especificamente com as mulheres brancas desse último, é o fato de que, embora num estúdio, seja representada num espaço externo, na rua e associada ao trabalho e à natureza local. Margrit Prussat (2008) comenta um relato de 1877 de Canstatt, um viajante europeu no Brasil, que informa sobre o modo como a negatividade atribuída às mulheres brancas vistas sozinhas na rua era transferida às mulheres negras, independente de exercerem funções de trabalho bem específicas na rua.

> Mulheres brancas sozinhas na rua recebiam o status de mulheres «socialmente duvidosas». A posição social das africanas e mulatas, entretanto, parecia decididamente ser definida, para além de suas atividades domésticas, a partir

9 Christiano Júnior anunciava em jornais que seu estúdio produzia e vendia os mais variados retratos de negros como «tipos de preto». Ver Kossoy (2004), Koutsoukos (2010) e Hirszmann (2011).

> do exercício de suas atividades públicas na rua como vendedoras, empregadas, carregadoras etc. Esta é claramente a condição do espaço público nas inúmeras fotografias de ruas, que como cartões postais se espalharam pelo mundo. Com isso ficou implícito também um status social negativo que simbolizava a imagem das mulheres negras como «moralmente duvidosas» (Prussat, 2008: 61).

A figura feminina no retrato individual está cercada por diferentes frutas tropicais e divide o centro vertical da imagem com a haste de um enorme guarda sol. A cobertura do guarda-sol ocupa toda a parte superior da imagem, criando uma simetria horizontal com o conjunto, que se assemelha a uma natureza-morta, composto por mulher e frutas na parte inferior. De maneira contrária às mulheres da família imperial, a vendedora de frutas, também sentada, usa um vestido de tecido aparentemente rústico e simples, que deixa seus braços e colo à mostra. Ela dirige o olhar para a câmera fotográfica enquanto fuma um cachimbo.

Margrit Prussat (2008) observa que esse retrato ofereceu aos olhares europeus tanto o distante mundo tropical quanto a suposta harmonia do sistema escravagista brasileiro. A jovem negra revela seu exotismo e erotismo, mas estaria domesticada:

> A mulher fuma cachimbo, o que aos olhos dos viajantes europeus era um atributo extraordinário das africanas no Brasil (Alencastro 1998: 60f.). De um lado a incorporação dessa imagem na representação oficial do Império brasileiro no palco da Exposição Universal serviu como apresentações aos visitantes europeus do Brasil tropical. Ao mesmo tempo a imagem oferecia também uma experiência estética e harmoniosa da «escravidão» no Brasil, que correspondia à auto-imagem oficial do Império e na qual deveria ser lido o pano de fundo contra as convulsões político-sociais dos anos de 1870 (Prussat, 2008: 97).

A análise individualizada de cada retratado da família real deve considerar ainda que todos são passíveis de nomeação. O que não pode ser feito no retrato da mulher negra, já que sua identificação enquanto quitandeira não lhe dá identidade. Ela representa um tipo de mulher negra: vendedora de frutas no Rio de Janeiro. Trata-se de um feminino não branco, sem nome, que representa um grupo. Como dizia o jornal da época «uma dessas bahianas quitandeiras».

O Imperador e a Quitandeira em Viena

As duas fotos de Alberto Henschel e Francisco Benque, quando comparadas entre si, apontam distinções nas composições e na concepção do próprio termo retrato[10]. Na primeira, são apresentados os representantes máximos do poder brasileiro, a família imperial, que possui laços consanguíneos com a família imperial austríaca: D. Pedro II era filho de Dom Pedro I e da arquiduquesa Dona Leopoldina de Áustria. Aqui, a ideia de retrato corresponde à dignificação do grupo de indivíduos retratado, ou seja, a apresentação das pessoas se dá de forma a que seja evidenciada sua identidade, com seus aspectos mais positivos. Na segunda, temos o que chamamos de representação do Outro, em uma apresentação da pessoa como um tipo humano

10 O termo retrato compreendido como uma representação construída a partir da negociação entre retratista e retratado. No caso de as duas imagens conjuntamente constituírem parte da representação nacional, os retratistas são Alberto Henschel e Francisco Benque; o retratado seria a Nação brasileira (Cardim, 2012).

diferente da norma, tipificada a partir do ponto de vista do retratista, categorizado de tal modo que se torna o negativo de quem o representa. O título da imagem dada pelo próprio fotógrafo reforça a compreensão de retrato tipificador, pois indica que o retrato refere-se a um tipo humano, «vendedora de frutas» num lugar específico, «no Rio de Janeiro».

A diferença, segundo Tomas Tadeu da Silva (2000: 76), é, em geral, considerada produto originário da identidade, já que «isso reflete a tendência a tomar aquilo que somos sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos». Para a perspectiva que Silva busca desenvolver, no entanto, identidade e diferença são determinadas reciprocamente. O pesquisador explica que é possível radicalizar esse ponto de vista e situar a identidade como proveniente da diferença. Ou, aprofundando ainda mais a análise, a partir de uma perspectiva linguística, identidade e diferença resultariam de um único processo, o processo de diferenciação. (...) dizer «o que somos» significa também dizer «o que não somos». A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora (Silva, 2000: 82).

No caso do Brasil da segunda metade do século XIX apresentado nas exposições universais, a imagem desejada era a de equivalência com os estados europeus e o norte-americano. E um dos recursos para construir essa semelhança, principalmente com as nações europeias, era a minimização dos efeitos da escravidão. Iniciava-se nesse período a afirmação da identidade brasileira que demarcava de maneira explícita a fronteira entre os incluídos e os excluídos na noção de brasilidade. Os textos produzidos por comissões internacionais do Brasil, enviadas ao exterior especialmente para identificarem o que poderia ser considerado relevante na participação do país nas exposições, demonstram uma preocupação crescente com a exclusão paulatina da escravidão como prova de que o país estaria cada vez mais apto a entrar nas relações mundiais do comércio (Turazzi, 1995).

Na análise de Prussat (2008), a documentação dessas comissões internacionais referente à economia, relativamente extensa se comparada com outras descrições de exposições, revela o grande interesse dos visitantes europeus das exposições universais no desenvolvimento econômico do Brasil. Esse interesse, no entanto, não desconsiderava o fato de que a maior parte dos produtos brasileiros disponibilizados no mercado internacional estava associada ao uso de mão de obra escrava, que começava a ser vista como indesejável pelos olhares atentos dos governos ocidentais. A autora explica que o Brasil recorria, nas exposições universais, a encenações habilidosas para melhorar sua imagem econômica e política, que se apresentava problemática em decorrência do regime escravocrata. Tais encenações envolviam o uso de fotografias de negros brasileiros e a produção de catálogos com textos traduzidos para vários idiomas. Esses textos justificavam a escravidão como obrigatória no processo histórico do país e ressaltavam as preocupações brasileiras em erradicá-la no momento oportuno.

> Essa instituição [a escravidão], que o Brasil impôs pela força de condições específicas desde os primeiros anos de sua descoberta, induz a questionamentos acerca de seu fim, cuja resposta, como se sabe, foi apresentada recentemente por meio da Comissão Francesa de Emancipação: receber seriamente a atenção do governo (Laemmert, 1867a: 30 *apud* Prussat, 2008: 175).

Segundo esse tipo de raciocínio, a mão de obra escrava teria sido uma instituição indispensável para o desenvolvimento do Brasil, mas, tendo cumprido sua função, tornar-se-ia, no decorrer do tempo, cada vez menos necessária e até inoportuna. Os textos dos catálogos que apresentavam o Brasil nas exposições universais também divulgavam uma suposta leveza nas relações entre senhores e escravizados no regime escravocrata. O que contribuía para conferir benevolência ao brasileiro escravista, tal como informa um dos trechos do catálogo da exposição realizada em Paris, em 1867:

> (...) os escravos, bem alimentados, vivem em habitações adequadas e tratados com humanidade. Na maioria das lavouras eles possuem suas próprias plantações, cujos produtos podem usufruir livremente. Atualmente o trabalho é moderado, e em geral, feito apenas durante o dia, enquanto as noites dedicadas à tranquilidade são divididas entre os atos religiosos e o divertimento (Laemmert, 1867a: 30 apud Prussat, 2008: 175).

A ideia de que os escravizados eram proprietários, associada ao termo «livremente», cria a falsa sensação de que, embora escravizados, os negros viviam como livres. E, ainda no que se refere ao fim da escravidão, Prussat (2008) cita a parte final do relatório oficial de Saldanha da Gama, um dos comissários encaminhados pelo governo brasileiro para a Exposição Universal de Paris (1867):

> Para melhor satisfazer os desejos de todos os brasileiros, uma coisa ainda não foi completamente realizada, mas será em um curto espaço de tempo: é *o trabalho totalmente livre* – a *aspiração* mais digna de uma nação grande como o Brasil (Gama, 1867: 29 *apud* Prussat, 2008: 176, grifos no original).

No trecho acima, Gama afirma que o trabalho livre, uma obra em processo no país, é uma aspiração de todos os brasileiros e que o Brasil, mesmo sem ter seu sistema econômico baseado totalmente no trabalho livre, já é uma grande nação. Em alusão ao relatório oficial de Laemmert, relativo à grande exposição mundial em Viena de 1873, Prussat (2008) comenta que a descrição repete informações apresentadas pelo autor na exposição anterior, referentes, por exemplo, à estrutura da população, e observa o acréscimo dos novos aspectos da escravidão no Brasil:

> Eles (os escravos) podem constituir a partir de suas economias um fundo de emancipação para comprar sua liberdade. Essa instituição, à qual o Brasil está submetido por força de condições específicas desde o estabelecimento das primeiras colonias, tende felizmente ao seu rápido fim. Por força da lei de 28 de setembro de 1871 ninguém mais nasce escravo no Brasil (Laemmert, 1873: 67 *apud* Prussat, 2008: 176, parênteses no original).

Creio que o texto de Laemmert é emblemático da banalização da condição dos escravizados à época, ao sinalizar que só permanecia escravizado em terras brasileiras quem não economizasse e não investisse na sua emancipação, pois, aquele que economizasse poderia «comprar sua liberdade». Deve-se notar que, novamente, passava-se a informação de que a escravidão foi uma necessidade circunstancial e teria um fim, brevemente. O país justificava a instituição escravidão como uma condição inerente ao seu desenvolvimento, isentando-se das violências aplicadas aos negros até o período e responsabilizando-os por sua emancipação.

Ainda que representando a face negativa do país, a escravidão, o retrato da vendedora de frutas de Henschel mostra uma mulher jovem e saudável e os relatórios sobre a exposição enfatizavam supostas boas condições em que os escravizados trabalhavam e viviam. Lembrando que tal retrato e relatórios visavam a contribuir para a construção da imagem positiva do Brasil na Europa, uma das mensagens implícitas tanto na imagem quanto no texto é quão importante seria para os negros no Brasil a submissão ao imperador, pois apesar de tudo, estar na qualidade de escrava teria possibilitado àquela mulher ter sua dignidade evidenciada numa fotografia.

Dignidade ausente na pintura *Mulata Quitandeira*, do italiano Antonio Ferrigno, **Figura 19**. A obra de Ferrigno, provavelmente produzida entre os anos de 1893 e 1905, período em que o artista esteve no Brasil, revela tanto a recorrência dessa temática quanto o modo como foi abordada após o fim do trabalho escravo. Uma mulher negra, ou mulata conforme o título, sentada na soleira da porta vendendo ervas, exposta numa situação de semelhança com seus produtos.

Figura 19: Antonio Ferrigno. Mulata quitandeira. óleo sobre tela, [sem data].
Pinacoteca do Estado de São Paulo.

A pintura de Ferrigno mostra ao espectador, nas palavras de Renata Bittencourt (2005: 98): «a definição do corpo antiacadêmico: abandonado, decomposto. Ombros curvados, olhos cerrados, com um cachimbo, hábito comum das negras, aceso sobre o colo». A mensagem é clara: sem a mão forte, que também afaga, do Império, os negros teriam se prostrado ainda mais semelhantes à natureza pouco farta que procuram vender. Os pés, outrora ocultos porque descalços revelavam a condição servil, agora abandonam os sapatos a que já têm direito.

A positividade de imagem do Império brasileiro, que se constituía como nação, para ser enfatizada foi mostrada ao público internacional de Viena em contraposição à negatividade da Escravidão. Essa, por sua vez, devia ser considerada positiva para os negros, já que por meio dela eles estariam finalmente em processo de civilização. Assim, a imagem da família imperial seria insuficiente para a representação, frente aos europeus, de um país constituído por uma imensa massa negra e que ainda não havia solucionado o problema da escravidão.

Nesse sentido, o legado que os dois retratos que serviram de referência para as reflexões deste artigo deixaram ao Brasil não está situado na esfera da democracia racial, como uma análise mais inocente ou tendenciosa poderia supor, pois não há inocência alguma na afirmação da identidade a partir da diferenciação; ao contrário, o que se processa é uma disputa acirrada por poder.

Como é o caso da Quitandeira Baiana, ou Vendedora de Frutas, a jovem vestida com sua saia rodada, sua bata, seu turbante, suas pulseiras, brincos e colares, entronizada no centro de um conjunto de frutas, agrupadas com preciosismo. As frutas adornam a mulher que as vende. A mulher e as frutas possuem o mesmo caráter: são naturais. Em contraposição, os livros e móveis atribuem valor à família real, possuem o mesmo caráter: são culturais. Percebe-se com isso que os aspectos culturais considerados nas produções fotográficas eram os da Europa ocidental, os indivíduos restantes eram compreendidos como não culturais. O que justifica o fato de a jovem em sua saia, bata, turbante, pulseiras, brincos e colares ser identificada como baiana quitandeira e não, por exemplo, como uma mulher de santo, uma sacerdotisa de uma religião de matriz africana no Brasil. Desse modo, além do anonimato, o processo de diferenciação que inferioriza o outro utiliza-se da não identificação ou da ocultação de um importante dado de sua cultura.

Identidades e poder em retratos fotográficos do Brasil do século XIX

As reflexões sobre a relação entre identidade e poder colocaram-se como eixo organizador da análise dos retratos fotográficos produzidos por Alberto Henschel no contexto das representações do negro no século XIX. Tomamos como pressuposto que as imagens de Henschel, de uma maneira geral, colaboraram para a construção da identidade nacional, que começava a ser esboçada no Brasil como projeto no final do século XIX. Nos retratos fotográficos analisados, pode-se então observar a coexistência de diferentes categorias de identidade. **Identidades institucionais:** Império, Família, Escravidão; **identidades individuais**: D Pedro II, Princesa Isabel**; identidades tipificadas, e anônimas:** baiana, vendedora de frutas[11]. Todas elas correspondem a posições de poder, seja como dominado ou como dominador.

O conceito de branquitude, ainda que pouco evidenciado neste artigo, balizou a proposta metodológica de análise das imagens, daí a opção de contrapor retratos de pessoas brancas e negras feitas nos estúdios de Alberto Henschel. Por meio de tal abordagem foi possível revelar que a elite brasileira identificava os brancos europeus como dotados de supremacia intelectual e desenvolvimento moral, e atribuía aos não brancos, de origem não europeia, tudo o que não desejava ver projetado em sua própria imagem. A hierarquização polarizada pelos conceitos de civilização e primitivismo, com os quais brancos e negros foram identificados, diz respeito à construção da própria identidade a partir da definição da imagem do Outro: o que somos e o que não somos. Em outras palavras: brancos, moral e intelectualmente superiores e, por isso, naturalmente destinados ao poder; não brancos como seres inferiores, diferentes e, por isso, destinados a serem dominados.

A utilização de uma metodologia comparativa mostrou-se eficaz tanto para evidenciar os diferentes modos de representação dos agentes sociais antagônicos da sociedade brasileira do período, quanto para identificar as convenções próprias do retrato pictórico e os padrões tradicionais empregados nas gravuras e desenhos de viajantes europeus de períodos anteriores em que tais representações baseavam-se. Além disso, esse método revelou-se pertinente para o aprofundamento das reflexões sobre o modo como indivíduos e grupos construíram ou tiveram construída sua identidade no período imperial, sempre pautados pelas relações de poder.

Desse modo, os retratos da família imperial e o da jovem negra foram eleitos como um estudo de caso emblemático para pensar essas questões. Tais imagens funcionaram como parte de uma estratégia de autorrepresentação nacional, por meio da qual se apresentavam no exterior o Império e a Escravidão, as duas grandes instituições brasileiras sobre as quais o país se estruturava do ponto de vista social e econômico. Ao binômio Império – Escravidão, estabelecemos um paralelo com o binômio Família branca no poder – Mulher negra anônima escravizada.

Essas considerações finais não têm por objetivo afirmar que Alberto Henschel baseava-se, diretamente, em concepções científicas que caracterizavam hierarquicamente distintos grupos humanos para produzir seus retratos de negros e de brancos. O que se afirma aqui é que, como um excelente empreendedor da área da fotografia nascido na Europa e atuante no Brasil, Henschel soube identificar a potencialidade comercial dos retratos de negros que atendessem à demanda étnico-antropológica de colecionadores e pesquisadores europeus. Além disso, também soube oferecer à elite brasileira a representação que melhor lhe convinha. O fotógrafo, com isso, terminou sendo reconhecido pelos representantes do poder no Brasil como figura importante na constituição da identidade nacional, mesmo sendo ele alemão, ou, talvez, justamente por causa disso.

---

11 Na dissertação foram abordadas também as Identidades marginalizadas (Cardim, 2012).

Referências bibliográficas

BITTENCOURT, R. (2005), *Modos de negra e modos de branca: o retrato "baiana" e a imagem da mulher negra na arte do século XIX.* Dissertação de mestrado, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

BRUN, L. (2004, [1698]) "Conferência sobre 'Os israelitas recolhendo o maná do deserto', de Nicolas Poussin", (tradução M. Costa). In J. Lichtenstein, (ed.). *A pintura: textos essenciais.* Vol. 6. São Paulo: Editora 34, pp. 72-79.

CARDIM, M. (2012), *Identidade branca e diferença negra: Alberto Henschel e a representação do negro em retratos fotográficos no Brasil do século XIX*. Dissertação de mestrado, São Paulo: Pós Graduação Interunidades em Estética e História da Arte, Universidade de São Paulo.

CARDOSO, L. (2011), "O branco-objeto: o movimento negro situando a branquitude". *Observatório da população negra,* Disponível em http://www.observatoriodonegro.org.br/pdf/o-branco-objeto-o-movimento-negro-situando-a-branquitude-por-lourenco-cardoso.pdf , [consultado em 13-11-2014].

FRANCASTEL, G. & FRANCASTEL, P. (1995), *El retrato*. Madrid: Cátedra.

FRANCASTEL, P. (1993), *A realidade figurativa*. São Paulo: Perspectiva.

HALL, S. (1997), *Representation: cultural representations and signifying practices*. London: Sage Publications/The Open University.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, E. & SANTOS, A. R. dos. (2012), "Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade". *III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade,* Disponível em
http://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/HARKOT_DE_LA_TAILLE_ELIZABETH.pdf , [consultado em 11-2012].

HIRSZMANN, M. L. A. (2011), *Entre o tipo e o sujeito: os retratos de escravos de Christiano Jr*. Dissertação de mestrado, São Paulo: Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

KOSSOY, B. (2002), *Dicionário histórico-fotográfico brasileiro: fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910)*. São Paulo: Instituto Moreira Salles.

KOSSOY, B & CARNEIRO, M. L. T. (2004), *O olhar europeu: o negro na iconografia brasileira do século XIX.* São Paulo: Edusp.

KOUTSOUKOS, S. S. M. (2010), *Negros no estúdio do fotógrafo: Brasil, segunda metade do século XIX*. 1ª ed. São Paulo: Unicamp.

MICELI, S. (1996), *Imagens Negociadas. Retratos da Elite Brasileira (1920-40)*. São Paulo: Companhia das Letras.

PRUSSAT, M. (2008), *Bilder de Sklaverei*: *Fotografien der afrikanischen Diaspora in Brasilien 1860-1920*. Berlin: Dietrich Reimer.

SILVA, T. T. da, (ed.). (2000), *A produção social da identidade e da diferença*. Petrópolis: Vozes.

TORRES, L. L. (2008), "De Gilberto Freyre a Peter Cohen", *FACOM. Revista de Comunicação da FAAP*, 20, pp. 42-54.

TURAZZI, M. I. (2009), *Iconografia e patrimônio: o catálogo da Exposição Nacional de História do Brasil e a fisionomia da nação*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.

TURAZZI, M. I (1995), *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839 -1889)*. Rio de Janeiro: Rocco.

Fontes iconográficas – Publicações

ERMAKOFF, G. (2004), *O Negro na fotografia brasileira do século XIX*. (Tradução C. L. B. Scavarda). São Paulo: G. Ermakoff Casa Editorial. Figura 2, p. 191; Figura 17, p. 203; Figura 18, p. 132.

MOURA. C. E. M. de. (2000), *A travessia da calunga grande: três séculos de imagens sobre o negro no Brasil (1637-1899)*. São Paulo: Edusp. Figura 13, p.348; Figura 14, p. 361; Figura 15, p. 395; Figura 16, p. 08.

TAGG, J. (1988), *The burden of representation: essays on photographies and histories*. Amherst: The University of Massachusetts Press. Figura 12, p. 51.

WOODALL, J. (1997), *Portraiture: Facing the Subject*. Manchester University Press. Figura 6, p. 80; Figura 7, p. 85; Figura 8, p. 84.

Fontes iconográficas e documentais – Instituições e Coleções Particulares

Coleção Dona Thereza Christina Maria, Biblioteca Nacional, Brasil. Figura 1.

Coleção Ruy Souza e Silva. Brasil. Figura 17.

Fundação Joaquim Nabuco, Brasil. *Diário de Pernambuco* (7-7-1866); (2-1-1868); (10-4-1873).

Leibniz Institut für Länderkunde, Alemanha. Figura 2.

Museu Imperial de Petrópolis, Brasil. Figura 18.

Museu do Louvre, França. Figura 9.

Museu Nacional de Belas Artes, Brasil. Figura 10.

Museus Castro Maya/IPAC/IPBC, Brasil. Figura 15.

National Gallery of Art, Estados Unidos. Figura 3; Figura 5.

Pinacoteca do Estado de São Paulo, Brasil. Figura 19.

Royal Collection, Reino Unido. Figura 11.

Staatlichen Museen, Alemanha. Figura 4.

Victoria and Albert Museum, Reino Unido. Figura 12.

Representações discursivas e imagéticas sobre relações raciais na revista o correio da Unesco

Ana Cristina Juvenal da Cruz[1]

Resumo: Este texto objetiva dialogar a respeito das representações discursivas e imagéticas acerca das relações raciais nas páginas da revista *O Correio da UNESCO* editada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que integrou uma tese de doutorado que buscou verificar a maneira pela qual a UNESCO estabeleceu diretrizes normativas globais para a questão racial. Buscou-se identificar que tipos de mecanismos narrativos são mobilizados quando a proposta é efetivar um debate sobre a questão racial. Com esta proposta, o direcionamento é apontado para uma analítica que visualiza o modo pelo qual a revista converte-se em uma estratégia de comunicação, não apenas por sistematizar e atribuir uma determinada identidade visual à temática racial, mas por dar visibilidade às ideias e ações da UNESCO.

Palavras-Chave: O Correio da UNESCO, antirracismo, educação.

Introdução

UNE FENÊTRE OUVERTE SUR LE MONDE

UNESCO Le Courrier

NUMÉRO SPÉCIAL - (XIIIe ANNÉE) - FRANCE 0,70 NF. - BELGIQUE : 10 fr. - SUISSE 0,75 fr.

RACISME!

LE CONSEIL EXÉCUTIF DE L'UNESCO

CONSTATANT avec une profonde inquiétude la recrudescence des manifestations de haine et de discrimination raciales et d'antisémitisme qui se produit depuis quelques mois dans diverses régions, et particulièrement dans l'Union sud-africaine, entrainant de graves désordres sociaux et des pertes en vies humaines

RAPPELANT les termes de la Déclaration universelle des droits de l'homme et de l'Acte constitutif de l'Unesco, qui condamnent toute discrimination fondée sur la race, la religion ou le sexe

FAIT APPEL aux gouvernements pour qu'ils luttent par tous les moyens en leur pouvoir contre toutes formes de discrimination, de violence et de haine raciales et d'antisémitisme, qui se manifesteraient sur leur territoire.

Figura 1- Capa da revista *O Correio da UNESCO*, de outubro de 1960, consagrado ao racismo. © UNESCO/1960.

---

1 Doutora em Educação. Professora Substituta no Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas da Universidade Federal de São Carlos – Brasil
anacjcruz@gmail.com

Este texto deriva de uma investigação bibliográfica realizada por ocasião de uma pesquisa de doutorado defendida no primeiro semestre de 2014[2] cujo objetivo foi o de analisar os princípios orientadores e as diretrizes normativas relativas ao tratamento do racismo em matéria de educação da Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura – UNESCO. A capa da revista *Le Courrier de l'UNESCO*[3] que abre este texto expressa as ações com a finalidade de equacionar o modo pelo qual as diferenças humanas, tornaram-se uma problemática a ser resolvida. O Ato Constitutivo da UNESCO descreve que dentre seus objetivos está o favorecimento da "compreensão mutua das nações" assim "emprestando seu concurso aos órgãos de informação das massas, visando a facilitar a livre circulação das ideias pela palavra e pela imagem" (Ato Constitutivo da UNESCO, 1945).

A coleta de dados que estrutura este texto resulta do estágio de doutoramento na sede da UNESCO em Paris[4] que se destinou a análise da revista. Trata-se de um periódico informativo que mescla artigos, notícias e dados sobre temas diversos ligados aos projetos e objetivos da UNESCO. O formato geral da revista é de trazer um tema central a partir do qual são apresentados artigos de opinião e de análise argumentativa de especialistas diversos. A descrição de sua apresentação, em seu repositório eletrônico, relata a missão do periódico em "promover os ideais da UNESCO, manter uma plataforma para o diálogo entre as culturas e prover um fórum para o debate internacional"[5].

A revista O correio da UNESCO tornou-se um dos periódicos mais representativos da Organização se consolidando como o veículo de maior projeção da agência. A descrição de sua apresentação, em seu repositório eletrônico, relata a missão do periódico de "promover os ideais da UNESCO, manter uma plataforma para o diálogo entre as culturas e prover um fórum para o debate internacional"[6]. O registro de que o periódico "*O Correio da UNESCO é publicado pela Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura*", seguido da informação de que "*os artigos expressam as opiniões de seus autores que não necessariamente representam as opiniões da UNESCO*" resulta, por um lado, de uma postura de isenção diante das opiniões dos autores. Por outro lado, foi uma reação diante das críticas destinadas em relação aos temas abordados.

Pierre-André Taguieff (1998) ressalta que no período de concepção da UNESCO havia um otimismo acerca da ciência como ferramenta para a construção de um antirracismo de base cognitiva algo que, no final dos anos 1940, constituía-se como o elemento de aposta na luta contra o racismo.

Aqui apresentamos de modo pontual alguns argumentos e modos de apresentação de algumas edições do periódico cuja temática central é a do antirracismo propagado pela UNESCO. Essa apresentação localiza os textos, a partir dos quais se pode identificar os objetivos e descrições relativos ao tema e, conjuntamente aos acontecimentos que de forma progressiva nos informam a quantificação de uma determinada variação sobre o tema. O esforço não foi o de realização de uma análise pormenorizada dos artigos, mas de uma busca em alocar os periódicos específicos aos argumentos que os autores imprimem internamente em suas escritas, exposições e observações em diálogo com os respectivos momentos históricos a que aludem. Isto nos permite estabelecer as atmosferas que impactam o debate levado a cabo pela UNESCO no tocante ao seu antirracismo.

A pesquisa inicialmente realizada ocorreu por meio de etapas a partir do levantamento das revistas repertoriadas na plataforma através de palavras-chaves a partir da temática central da tese. O período se estende desde o primeiro ano de publicação em 1948 até 2011[7]. Após este levantamento, foi realizada uma seleção das

---

2 CRUZ, A. C. J. Antirracismo *e Educação: uma análise das diretrizes normativas da UNESCO*. Tese de doutorado em Educação. Universidade Federal de São Carlos: São Carlos, 2014.

3 Doravante utilizaremos a nomenclatura em português: O Correio da UNESCO.

4 Durante o doutorado realizou-se uma pesquisa na sede da UNESCO em Paris resultante de estágio integrado ao Programa Institucional de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), financiado pela CAPES/Brasil e realizado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) sob orientação do Prof. Dr. Pap Ndiaye, durante o segundo semestre de 2012.

5 http://www.unesco.org/new/pt/unesco-courier/the-magazine/, acesso em 20 de setembro de 2012.

6 http://www.unesco.org/new/pt/unesco-courier/the-magazine/, acesso em 20 de novembro de 2014.

7 Palavras selecionadas e o número de ocorrências em parênteses: racismo (110); discriminação racial (109); raça (191); racismo e educação (4); discriminação racial e educação (6); estereotipo racial (9); preconceito racial (32); educação e raça (10); cultura e racismo (13). Fonte: http://www.unesco.org/new/pt/unesco-courier/archives/, acesso em 20 de setembro de 2012 (CRUZ, 2014).

edições selecionadas, entre artigos específicos e edições completas sobre o tema. Posteriormente, procedeu-se à elaboração das linhas temáticas, agrupadas segundo os registros bibliográficos encontrados na plataforma, por intermédio de palavras-chave.
Por fim, a etapa de análise dos textos, os quais, considerando este levantamento, foram reunidos a partir de unidades temáticas.

As imagens do projeto UNESCO no Brasil

> La confusion qui règne au sujet de la notion de race est telle qu'aucune campagne contre les préjugés qui en dérivent n'est concevable sans une définition du terme, susceptible de recevoir l'approbation des différents milieux scientifiques, et sans une mise au point de l'état actuel de la question raciale (UNESCO, 1950, p. 2).

Em um informativo[8] contendo itens do programa de ação da UNESCO de 1950, apresenta um texto seguido da descrição da *Declaração sobre raça publicada no mesmo ano*. O texto do informativo expõe a pesquisa que seria concretizada no Brasil, descrita como nação que a despeito de ter recebido grupos raciais diferentes, aparentemente não sofreria perante o efeito de preconceitos raciais comparados a outras nações com análoga composição no que se refere a populações com diferentes pertencimentos étnicos e raciais (UNESCO, 1950).

> Le moment est venu de nous pencher sur les sociétés qui ont réussi, dans une large mesure, à résoudre ces antagonismes em faisant Ii des différences raciales. C'est dans cet esprit que la Conférence générale de l'unesco réunie à Florence a recommandé pour 1951 l'étude des relations raciales au Brésil. Cette grande république, dont la vilisation a reçu l'apport direct de plusieurs races différentes, souffre moins que d'autres de l'effet de préjugés qui, dans des pays de composition ethnique analogue, sont à l'origine de tant de mesures vexatoires et cruelles. Nous sommes encore mal renseignés sur les facteurs qui ont amené une situation si favorable et, à bien des égards, exemplaire (UNESCO, 1950, p. 4).

Neste mesmo ano, a edição de agosto da revista retrata a pesquisa realizada no "país da igualdade racial"109 (O Correio da UNESCO, 1950, p. 4). A narrativa de que as relações sociais no Brasil eram pautadas por uma "democracia racial" já estava presente no interior da UNESCO. Tal visão foi, no entanto, criticada por alguns pensadores como Guerreiro Ramos e Abdias do Nascimento, o qual apontava o "artificialismo de apresentar o Brasil no exterior como modelo de solução de convivência étnica" (NASCIMENTO, 1968, p. 74).

A proposta de um "programa de difusão de fatos científicos destinados a fazer desaparecer o que se convencionou chamar de preconceito de raça" (PINTO *apud* MAIO, 1999) ficou conhecida pela realização de pesquisas sobre relações raciais em variadas formações sociais. O programa aplicado no Brasil tornou-se conhecido por "*Projeto UNESCO sobre relações raciais*". Conjuntamente aos resultados das pesquisas empíricas, são divulgados ensaios teóricos que difundiram um determinado modo de analisar as maneiras pelas quais as pessoas se relacionavam do ponto de vista racial. Esse ponto de vista tornou-se conhecido por um padrão metodológico de relações raciais, consolidado a partir dos anos 1950. Banton (2010) conceitua tal metodologia "como um corpo geral de conhecimentos que tenta juntar num mesmo quadro estudos de relações de grupo em diferentes países e em diferentes períodos da História" (BANTON, 2010, p. 10).
A partir de sua esfera de execução a pesquisa UNESCO auxiliou para que a questão racial fosse retirada do interregno a que esteve relegada, fator que propiciava certo "tabu" a cerca da questão racial no Brasil (*Op. cit*. p. 537). Assim, "la recherche de l'Unesco a « désinhibé » les sciences sociales brésiliennes de ce tabou de la

8 UNESCO, *La UNESCO et son programme* : la question raciale. 1950, 11p.

question raciale" (*Op. cit.*, p. 537). Ilustrada por fotos de Pierre Verger, a edição de Agosto/Setembro de 1952 é consagrada a apresentar as sínteses das pesquisas concretizadas no âmbito do Projeto UNESCO. A capa mostra um grupo de pessoas cuja legenda faz referência à descrição da pesquisa realizada no Brasil:

Figura 2- Capa do periódico *O Correio da UNESCO* de Agosto/Setembro de 1952. Ano V, Nº 8/9, 12p. Foto de Capa de Pierre Verger (Le Courrier de L' UNESCO, 1952, p. 1).

Alfred Métraux centraliza o texto de apresentação desta edição buscando responder a pergunta: "*Por que a UNESCO realizou uma pesquisa sociológica sobre relações raciais no Brasil?*". No texto, Métraux busca responder à questão afirmando que as vozes desfavoráveis à pesquisa apontaram que seria desnecessário realizá-la em um local que apresentava poucos conflitos raciais, mas em locais com episódios de "crise" em matéria de relações raciais (MÉTRAUX, 1952, p. 6). Métraux assinala que o objetivo de estudar o comportamento dos brasileiros "em matéria de raça" e verificar a veracidade das relações harmônicas no Brasil teve êxito a partir das análises de Gilberto Freyre e Donald Pierson, as quais se inclinaram na percepção da positividade das relações raciais brasileiras. Há, ainda, um indicativo acerca da compreensão do papel dos "índios" e "negros" na "civilização brasileira", numa clara alusão às ideias de Gilberto Freyre cuja influência junto a Artur Ramos foi importante para a escolha do Brasil na pesquisa proposta.

O discurso da "harmonia racial brasileira" avança no texto subsequente de autoria de Gilberto Freyre, que discute o papel dos negros na formação e na civilização brasileira[9]. A inserção deste texto baliza o valor das proposições de Freyre no pensamento da época, visto que há uma indicação de que o texto não pertence aos resultados da pesquisa realizada pela UNESCO. Gilberto Freyre atuou como consultor junto às Nações Unidas e na UNESCO, sua participação ocorreu especialmente nos debater a cerca da luta contra o racismo e as tensões sociais. Por tal razão, sendo considerado um dos sociólogos brasileiros mais influentes na instituição, em parte, pela inspiração da percepção culturalista, possibilitou a construção da semântica da "democracia racial", creditada ao Brasil. Para Maio (1997), Gilberto Freyre foi um dos artífices para a escolha do Brasil na política antirracista adotada pela UNESCO, primeiramente, em razão de que destoava da leitura negativa de alguns intelectuais brasileiros acerca do caráter racialmente miscigenado da população brasileira.

Logo de início, a proposta de elevar a um caráter civilizatório o "aporte negro" é ratificada (FREYRE, 1952,

9 FREYRE, G. Le role des noirs dans la civilization brésilienne. *O Correio da UNESCO*, n. 6/7, 1950, p.7-8.

p. 7). Desta descrição percebe-se uma das semânticas centrais que se desdobraram da obra de Freyre: o enredo discursivo de assentar de forma equivalente colonização e civilização. Assim desenvolvimento econômico e cultural teria sido responsabilidade de negros africanos, nativos indígenas e brancos portugueses na inter-relação entre etnias e culturas. Esse enredo discursivo sobre a experiência colonial brasileira é inventariado com o escravismo, o patriarcado, a família, a produção agrária e os trópicos – todos os temas desenvolvidos por Freyre. Cada um desses elementos subsidiaria um tipo de civilização designadamente brasileira em que os "negros formam o elemento de base, mas não o sistema inteiro" (*Op. cit.*, p. 7). Esse é o contexto a partir do qual Freyre constrói uma narrativa sobre a importância do papel dos negros no Brasil, não apenas pela "participação" econômica, mas também pela influência cultural e na organização social brasileira.

Freyre exibiu uma cadeia discursiva que construindo a influência do elemento negro, visualizada, sobretudo, na conceituação de uma "cultura" pautada na especificidade, em uma forma, um jeito de ser brasileiro, algo que se poderia definir como uma "essência", a "alma negra" (*Op. cit.*, p. 7).

Parte das narrativas que constituem contemporaneamente algumas representações sociais sobre o Brasil decorrem dos argumentos de Freyre para caracterizar a especificidade das relações raciais brasileiras. Expressões carregadas de uma adjetivação positiva como "*ritmo*", "*charme*", "*sorriso*", "*alegria*", expressam um léxico narrativo associado ao Brasil. A semântica da geografia do trópico é mobilizada uma vez que articula uma determinada narrativa de tempo e espaço. Encontrar-se situado nos espaços assinalados pelos trópicos é ser identificado como parte de um tipo peculiar de representação. Há uma atmosfera que cinge o espaço dos trópicos e o transformam em um artefato de representação de um lugar como espaço de "propaganda moderna", onde figuram determinados tipos de "seres". Habitá-lo é ser alocado em outra temporalidade e carregar um caráter ambíguo, dado que "os trópicos, que de fato são brutalizados por dívidas e devastados pela fome e subnutrição, se tornaram os que detêm o privilegiado sentido do erótico, do divertimento, do prazer, da folga ilimitada" (HALL, 2005, p. 9). É esta representação exportada para o mundo, que ressoa, ainda, nas narrativas sobre os lugares e formações localizadas nos trópicos. Tal representação se desdobra em um modelo de "povo" para a UNESCO em matéria de relações raciais. A construção de uma narrativa que coloca o negro como "o polo alegre daquela antiga sociedade escravocrata que, a rigor, deveria ser fundamentalmente triste" (PAIXÃO, 2005, p. 491).

O imaginário a respeito do Brasil será expresso pela mítica de um corpo. Um corpo em geral descrito no feminino é aquele que manifesta os "tipos mais originais de graça e de beleza feminina do Brasil" impregnado de um "charme" que se colore com os tons dos trópicos (FREYRE, 1952, p. 8). Um corpo com elementos que as "jovens brancas" ou as que não têm "uma gota de sangue indígena" não possuem. Este ícone descrito sempre no singular, o corpo. Um corpo com admirável poder sedutor. Caracteristicamente brasileiro, o corpo que se faz mestiço, com uma beleza particularmente mestiça, fruto da mistura, o corpo lascivo, o "corpo sonoro" (HALL, 1997). A narrativa de Freyre constrói um corpo em movimento, pois tem uma particularidade na maneira "de andar, rir e dançar" é híbrido, dado que mestiço, possuidor de qualquer coisa da "alma negra" (*Op. cit*., p. 8).

Deve-se observar certa inversão na narrativa freyreana sobre a formação da nação brasileira que destoa das tradicionais formas de construção das narrativas nacionais. Parte das narrativas das nações é, segundo Hall (2011), formada por uma textualidade que tenta suprimir as diferenças culturais produzindo o povo no singular. Freyre estabelece uma tensão a tal perspectiva, ao desvincular esta ideia e produzir o Brasil e os brasileiros por meio da contribuição de determinados elementos dos diferentes grupos – branco, negro e índio – cada qual com sua contribuição cultural.

São, portanto, estes temas, o caráter civilizatório do negro, a humanização da escravização pelos portugueses entre outros, que vão sedimentar a ideia posteriormente denominada de "democracia racial". A "cozinha afrodisíaca", a "música", as "histórias de ninar e de fantasmas", são ingredientes de algo "pitoresco, vivo e criador" proveniente da influência africana no Brasil (FREYRE, 1952, p. 8). Isso é o que difere para Freyre – e ao final do texto ele responde aos anseios da UNESCO – as relações raciais no Brasil dos Estados Unidos e da África do Sul, de modo que o Brasil poderia oferecer exemplos de convivência a outras nações com conflitos raciais. O país forneceria, segundo Freyre, identificações que não excluiriam, mas agregariam de modo que qualquer negro "dotado de instrução literária" teria a possibilidade de se considerar não apenas um cidadão

brasileiro dotado de “plenos direitos”, mas um latino (*Op. cit.*, p. 8). Após o texto de Métraux que apresenta a pesquisa da UNESCO e o texto de Freyre que exibe as especificidades da formação brasileira, os artigos seguem, nessa edição especial sobre o Projeto UNESCO, explorando os resultados parciais e as especificidades encontradas em diferentes regiões brasileiras que compuseram o projeto.

LES RELATIONS RACIALES AU BRÉSIL *(Suite)*

Photos Pierre Verger.

racaux sont généralement équilibrés par les autres facteurs sociaux à pour conséquence de diminuer considérablement leur effet sur le comportement observé. Dans la vieille communauté minière, par exemple, un homme qui nous avait affirmé qu'il ne recevrait jamais un noir dans sa maison, y reçut quelques jours plus tard un ingénieur noir avec beaucoup de respect et la plus grande cordialité. Dans des situations sociales déterminées, d'autres facteurs tels que la fortune, l'instruction, les liens de famille, les attachements personnels et le prestige semblent déterminer, plutôt que le facteur de « race », la manière dont les individus se traitent les uns les autres.

Il existe, cependant, certaines circonstances où les préjugés raciaux influent sur le comportement. Des tensions se manifestent parfois à la « lisière » de la classe la plus élevée dans le cas où les autres facteurs ne sont pas déterminants. Le facteur racial prend alors une importance qui peut atteindre des proportions alarmantes. Les individus qui appartiennent indiscutablement à la classe inférieure n'essayent pas d'entrer en concurrence avec ceux de la classe supérieure, mais ceux qui tentent de pénétrer dans cette classe ou qui s'efforcent d'obtenir dans leur communauté une situation sociale éminente rivalisent entre eux, comme partout ailleurs du reste. A cet échelon de la hiérarchie sociale, le facteur de « race » a souvent constitué une qualification décisive pour la réussite sociale, que le but visé soit la participation à un festival, l'obtention d'un poste officiel ou le mariage avec une personne de situation de fortune égale. Par contre, quand les critères économiques et culturels sont indifféremment satisfaisants, des individus à peau très foncée franchissent facilement la frontière de la classe supérieure et y sont acceptés sans réserve. On trouve ainsi dans les couches élevées de la société des « gens de couleur » instruits, relativement fortunés, ayant un métier de « col blanc », apparentés de près ou de loin à une importante famille locale et dont l'apparence physique est celle de noirs, de mulâtres ou de cabocles

par Charles Wagley

Professeur d'anthropologie à la Columbia University

(Indiens). S'il est peut-être plus difficile pour une « personne de couleur » d'atteindre un rang social élevé, la chose n'est jamais impossible.

Malgré le rôle relativement peu important que jouent dans la classification sociale les critères raciaux, la plupart des individus appartenant aux classes élevées des diverses communautés ont un physique d'apparence européenne. En d'autres termes, les « gens de couleur » occupent en général des positions inférieures sur les plans social, économique et culturel. Ce serait une erreur, toutefois, de considérer cette corrélation entre race et classe comme découlant, totalement ou en grande partie, de ce léger préjugé racial dont nous venons de parler. Il faudrait plutôt chercher les causes de cette situation dans la lenteur avec laquelle les avantages économiques et éducatifs ont été jusqu'ici étendus à ces groupes historiquement défavorisés qui ne sont, comme toute, que des descendants de la troisième ou de la quatrième génération d'esclaves ou d'Indiens primitifs. L'obstacle principal qui se dresse devant le progrès social n'est pas le préjugé de race, mais plutôt le handicap séculaire du non-européen en ce qui concerne l'instruction et la fortune.

Dans cet ordre d'idées, le fait qu'il n'y ait pas de ségrégation organisée de discrimination basée sur l'unique facteur de « race » dans les domaines professionnels et éducatifs, est d'une importance capitale. Il se produit parfois certains exemples de ségrégation lorsque des individus pauvres, qui sont également des « gens de couleur », occupent certains quartiers des villes. Mais en fait, la ségrégation sur une grande échelle serait tout à fait impossible dans ces communautés.

L'absolument impossible, en effet, de parlager la population en deux ou trois groupes, en se basant sur des critères raciaux, afin de les grouper dans des quartiers résidentiels distincts et de leur assigner des écoles, des églises différentes, etc. Il existe, toutefois, de nombreux types physiques tels que le **branco** (européen), le **mulâtre**, le **moreno escuro** (brun foncé), le **moreno claro** (brun clair), le **cabo verde** (à la peau foncée mais aux traits européens), le **sarará** (à la peau claire mais aux traits négroïdes), le **cabocio** (Indien) et le **pardo** (bronzé), pour n'en citer que quelques-uns. Il est difficile d'imaginer dans ces circonstances le fonctionnement, au Brésil, d'un système de ségrégation analogue à celui qui existe dans certaines régions des Etats-Unis (« Jim Crow »).

Le fait qu'un reconnaît l'existence de tant de types intermédiaires montre dans un sens une conscience aiguë des différences raciales. Les gens vont même, au cours d'une conversation, jusqu'à en identifier d'autres en se référant à leur type physique. Les Brésiliens diront : « aquelo mulato » ou « aquelo cabocio » à peu près comme les habitants d'autres pays disent « ce grand grisgnais » ou « ce petit bonhomme ». L'une des plus importantes leçons que l'on puisse tirer d'une étude du Brésil est le fait que cette conscience aiguë des différences raciales ne s'accompagne pas nécessairement d'un préjugé, d'une discrimination ou d'une ségrégation d'intensité égale.

Dans le Brésil rural, les « gens de couleur » peuvent monter dans la hiérarchie sociale en améliorant leur situation économique, culturelle ou professionnelle. Dans la mesure où ces facteurs se développent et où les facilités économiques et éducatives seront plus largement étendues, les individus à peau foncée qui occupent actuellement les échelons inférieurs de la société, tendront à prendre leur place parmi les groupes plus favorisés. Le Brésil rural n'est pas entièrement libre de préjugés et de discriminations basés sur la race mais, d'une manière générale, les relations raciales y témoignent d'une tradition sociale dont le monde pourrait beaucoup apprendre.

Figura 4 - Fotografia de Pierre Verger que ilustra o texto de Charles Wagley (*Le Courrier de L' UNESCO*, 1952, p. 13). © UNESCO/1952.

De forma característica, o Brasil figurou no periódico *O Correio da UNESCO* como um exemplo de relações raciais. No entanto, mais que exemplo, as definições agregam elementos para estabelecer um histórico das maneiras pelas quais as relações sociais brasileiras se constituíram organicamente de forma racializada e de que maneira aqueles que pensavam o Brasil descreviam tal racialização. Desse modo, é possível intuir a instauração da trama que envolve a “harmonia das relações raciais brasileiras” e como a proposta de que esta sociedade poderia servir de exemplo às demais são construídas e popularizadas nas narrativas expressas na revista. O enfoque no comportamento, nas atitudes e em quais seriam os métodos mais adequados para captar as relações raciais direcionou os demais tipos de pesquisa realizada pela UNESCO nesta matéria.

Na edição de agosto de 1953 é descrita uma bibliografia da UNESCO sobre o antirracismo cujo objetivo é “encorajar os estudiosos a exprimir suas opiniões” e segue com a descrição das obras publicadas, afirmando que serão ainda mais “enriquecidas” a “cada ano com novas obras[10]”. A apresentação dos textos, que ficou novamente sob a responsabilidade de Alfred Métraux, expõe a afirmação da unidade da espécie humana de modo que é a cultura que se modifica, nesse sentido é no campo da cultura que os questionamentos devem ser colocados.

10 Descreve as obras nas quais são disponibilizadas as pesquisas encomendadas pela UNESCO sobre o tema. Bibliografie UNESCO de l’anti-racisme. *O Correio da UNESCO*, 1953, Ano VI, Nº 8/9, pp.18-19.

A perspectiva introduzida por Métraux de que o combate ao racismo deveria ser dirigido para as práticas que possibilitam sua existência, cujo corolário é principalmente a relação que se faz entre raça e cultura, permanece entre as indicações da UNESCO. Essa recomendação insere-se na ótica de que o pensamento racial estaria diretamente associado à construção do pensamento científico sendo, portanto, algo possível de ser desconstruído especialmente pelas pesquisas e materiais informativos nos quais os cientistas divulgavam os equívocos do pensamento racial. Tais alegações surgem das constantes críticas às pesquisas desta natureza, ao que Métraux responde à função da ciência, algo próprio daquele tempo, uma "ideia forte" que atua em osmose com a educação. Essa crítica se referia aos usos da ciência na produção e perpetuação de "doutrinas racistas". O racismo operaria por meio do preconceito racial que não existe por conta da "ignorância" ou de "conhecimentos intelectuais", mas de "atitudes de ordem emotiva" (MÉTRAUX, 1953, p. 3).

A experiência pós-colonial e o apartheid

Entre o final dos anos 1950 e o início dos anos 1960 a UNESCO é ampliada com a entrada dos países que em sua maioria vivenciavam recentes processos de descolonização, trazendo demandas específicas de suas experiências. Tais países localizados no espaço do Terceiro Mundo tornam-se alvo prioritário das ações da UNESCO (MAUREL, 2013). Em 1960, há uma indisposição da agência com os países que ainda exerciam a prática colonialista. A alteração na orientação das ações da UNESCO é então direcionada para o desenvolvimento, terminologia que se tornaria genérica para os países que ocupariam o Terceiro Mundo. Promover o desenvolvimento econômico que, por sua vez, incitaria o desenvolvimento cultural e individual das nações, tornou-se uma plataforma de ação política relacionada à garantia de auxílio técnico aos países que estavam conquistando autonomia política. Nos anos 1960, consolidou-se a distinção de nação "desenvolvida", não apenas para aquelas que detinham certa medida econômica, mas que possuíam certo alcance cultural, algo que se popularizou igualmente pelo seu uso contrário no termo "subdesenvolvido". Ambos os termos tornam-se equivalentes medidas de avaliação, para ser considerado desenvolvido adicionaram-se os elementos culturais, a educação, a ciência. De modo que estas últimas, ao serem estimuladas no interior das nações, promoveriam de forma paralela o desenvolvimento econômico.

Com os processos de descolonização dos anos de 1960 ao final dos anos 1980, as temáticas centrais que ascendem nas edições de *O Correio da UNESCO* são dedicadas a divulgar o debate promovido sobre os diversos modelos de relações raciais e os efeitos do racismo concretizados no contexto de *apartheid* na África do Sul. Anteriormente, em 1956, a África do Sul havia se retirado da UNESCO, alegando que algumas ações, como as publicações temáticas "interferiam" nos "problemas raciais" do país, considerando que as questões raciais eram problemáticas internas ao país, de modo que qualquer intervenção externa afetaria a soberania nacional, algo caro às Nações Unidas.

Em 1960 é publicado um número especial, cuja capa que abre este texto, destaca a preocupação do Conselho Executivo da UNESCO com os crescentes casos de ódio racial e manifestações antissemitas e faz referência à Declaração Universal dos Direitos Humanos e ao Ato Constitutivo da UNESCO. O editorial[11] demonstra o desapontamento com o crescimento do racismo, cuja crença em sua diminuição era dada como certa após os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial. Destaca que os registros de casos de hostilidade e violência racista e antissemita impactavam as Nações Unidas cuja orientação para suas instituições específicas, em especial a UNESCO, para pesquisas "científicas modernas" visava descortinar as causas sociais e psicológicas das manifestações racistas.

O complexo alicerce de funcionamento do *apartheid* tornou-se constante nos números da revista neste período. Os textos descreviam os tipos de física, pois controlava a mobilidade corporal interditando os casamentos inter-raciais e confinando-os a lugares específicos, o assento do transporte, o banco do parque, a rua, a escola, o banheiro... Em tão alto grau que muitos africanos eram expulsos dos espaços onde apenas sua presença poderia causar "dificuldades" (O Correio da UNESCO, 1965, p. 22). Nesse aspecto tais práticas se assemelhavam

11 *Le racisme cânсer social de notre temps. O Correio da UNESCO.* 1960, Ano XIII, Nº 10, pp. 4-5. .

ao colonialismo pelo investimento no modo de ordenação das pessoas, articulando estratégias de controle e dominação.

Ao analisarmos as mudanças entre o tipo de pesquisa realizada pela UNESCO acerca da questão racial, desde a sua formação, e as pesquisas sobre o apartheid, verificamos um deslocamento do foco de tais pesquisas, pois enquanto as pesquisas iniciais se dirigiram a mapear e propagandear os "casos positivos", o *apartheid* é intensamente pesquisado como uma experiência negativa de relações raciais. As pesquisas de caráter descritivo mostram os efeitos da política do *apartheid*, suas consequências e proposições para sua finalização.

No final da década de 1970 há uma retomada de artigos do periódico para a divulgação de imagens de sociedades que apresentam experiências positivas sobre as relações raciais. Em 1977, a revista publica uma edição especial sobre a América Latina, que busca descrever as contribuições das culturas ibéricas, autóctones e africanas que atribuem a este espaço uma "imagem cultural única" (O Correio da UNESCO, 1977). Entre os textos que procuram definir "qual é a cultura" desta "constelação de povos", a revista apresenta artigos dos "mais eminentes pensadores" da América Latina. Como exemplo de convivência de culturas diversas, o cientista social brasileiro Gilberto Freyre[12] é retomado no periódico apresentando a experiência afro-brasileira como alternativa para as novas realidades especialmente das recentes "repúblicas africanas, do oriente e outras nações" no que se refere às relações raciais (FREYRE, 1977, p. 13).

Freyre recupera a narrativa do Brasil como país mestiço, um lugar onde se criou um "novo tipo de civilização" pautando-se sobre os aspectos da cultura brasileira que são identificadas como oriundas da mistura de negros, brancos e indígenas que compõem o que segundo o autor é uma "metarraça". Discorre sua tese central da existência de uma "*metarraça*", o "*ethos*" da formação da sociedade patriarcal brasileira. Esse "novo" povo cuja ascendência é diversa, de africanos que mesmo em condição escrava, "africanizaram" este espaço junto aos "principais fundadores da nova cultura", os europeus. Essas matrizes se fundamentam como algo que extrapola ou "excede" a noção de raça como descrição de apenas um grupo, a "metarraça" brasileira (forjada em torno do pertencimento nacional) não é una, mas tríplice, assumindo o aporte europeu, ameríndio e africano. A base culturalista de sua análise, presente na "metarraça" brasileira, somente pôde se realizar na medida em que as três raças atuavam como "estabilização cultural", como complemento e não afastamento. Freyre tece seu discurso recorrendo à metáfora acerca da mestiçagem brasileira, apresentando-a como exemplo da intensa influência do negro não apenas econômica, mas, sobretudo, cultural. Essa influência pode ser observada, por exemplo, na "africanização" do catolicismo (que se realiza na mimese das Virgens enegrecidas ou "mulatas"). Freyre constrói uma semântica com termos como "*mistura-forma-alegria-colorido-desenvoltura-ritmo-intensidade-criatividade-audacia"* junto à da mestiçagem que posteriormente seria traduzida na "*morenidade",* léxico empregado para diferenciar o negro brasileiro do negro estadunidense. Essa é a diferenciação da metarraça brasileira que não se centra na identificação de origem étnica, pois a realidade nacional brasileira suplantaria a necessidade da origem, fixando-se no resultado que emerge da mistura. Isso, porém não ocorreria sem conflitos.

Junto ao texto de Gilberto Freyre figura um do escritor brasileiro Jorge Amado sobre o caráter da mestiçagem na formação brasileira[13]. Apresentado como um dos maiores romancistas latino-americanos, Amado dá início ao texto certificando o caráter mestiço do povo brasileiro e a condição de contínua mistura que ocorria entre os brasileiros. Essa seria a contribuição brasileira para cultura mundial e a humanidade: a disposição e capacidade de se misturar "um pouco cada vez mais" (AMADO, 1977, p. 18). Jorge Amado narra essa habilidade de misturar-se, na capacidade de não impor hierarquias, assim brancos e negros seriam igualmente importantes, no campo da "mistura" a "palavra-chave da cultura brasileira" (*Op. cit*., p. 18).

A representação ordenada por Jorge Amado sobre o caráter do brasileiro permeia um pensamento imagético que projeta uma caricatura de um discurso comum sobre os negros brasileiros. Esse discurso compõe ainda na contemporaneidade as representações do passado escravista brasileiro no qual o negro desenvolve a capacidade de "resistir à miséria, à opressão" e mesmo envolto em uma atmosfera de adversidades possuiria

---

12 FREYRE, G. L'experience afro-bresilienne. *O Correio da UNESCO*, 1977, Ano XXX, Nº 8-9, pp. 13-18. Este texto viria a ser publicado novamente com algumas modificações, na edição de maio de 1986. .

13 AMADO, J. *Nous, peuples de metis... O Correio da UNESCO*, Ano XXX, Nº 8-9, 1977, pp. 18-19.

uma capacidade de "rir e amar a vida" (*Op. cit.*, p. 18), essa seria a contribuição negra para a mestiçagem brasileira. Jorge Amado aponta que a cultura brasileira, por se constituir mestiça, é forjada na luta contra o racismo e reconhece que há pessoas racistas no Brasil, mas que isso não se refletiria em uma filosofia de vida racista, porque de fato havia uma filosofia brasileira de vida "profundamente antirracista por excelência" (*Op. cit.,* p. 19).

Muitas das análises dos estudos pós-coloniais fixam-se no campo dos estudos literários, utilizando a estética das narrativas como objeto de análise. A natureza representacional do romance, por exemplo, seu caráter heteroglóssico, ou seja, a diversidade de linguagens que nele habita, demonstra a escolha desses estudiosos em dirigirem atenção para a análise de tais narrativas. Os romances são objetos potentes para apreensão das maneiras de representação, o texto do romance fala em um tempo e com um tempo, atua como um elemento de representação de artefatos simbólicos: o povo, o ambiente, a escolha da linguagem utilizada, o tipo de narrativa produzida.

Ambas as narrativas, de Gilberto Freyre e Jorge Amado, nos oferecem pistas interessantes para identificar elementos de uma dada narrativa estruturada racialmente. Sobre sua própria atuação como sociólogo Freyre a descreve como "criação sociológica" que se refere ao modo dos cientistas sociais atuam por "projetarem alguma coisa de si próprios" ou de uma "imaginação científica, vizinha da artística e da filosófica" (FREYRE, 1956 *apud* MAIO, 1997, p. 222).

Ambos usam uma narrativa que "*nos traz à mente* imagens das coisas que indica[14]" (WHITE, 1994, p. 108). Gilberto Freyre constrói o texto em terceira pessoa do singular "*os negros*", "*os brasileiros*" empregando um vocabulário que os coloca em ação "*ativa*", "*dinâmica*", "*influente*", "*eles são*", "*eles contribuíram*" "*eles participaram*". Jorge Amado é um dos autores mais representativos de um tipo de produção romanesca como uma narrativa da nação, que "fala para a nação", dando um lugar fundamental à "cultura negra". Para corroborar sua tese, Amado destaca as produções culturais de personagens ilustres da história do Brasil e finaliza afirmando que "felizmente são todos misturados" (AMADO, 1977, p. 19). Jorge Amado utiliza a primeira pessoa do plural "*nós somos*" "*nossas características*" "*nossa capacidade*" "*nosso desenvolvimento*" (*Op. cit.*, p. 19).

As textualidades de Amado e Freyre, cada qual no seu campo específico, podem ser lidas como exemplos, por vezes ambivalentes, que cercam a representação discursiva sobre o brasileiro e suas relações raciais. Há um *excesso* (BHABHA, 1992) que marca o corpo negro. Um corpo descrito pela sua superfície, a presença negra é grifada pelo excesso, por uma medida que não é previamente definida, mas que está no lugar da "resistência" que se soma a "um riso", "um movimento" a mais, sempre um algo a mais. Bhabha descreve o que gira envolto ao "corpo [que] se encontra sempre e simultaneamente inscrito tanto na economia do prazer e do desejo quanto na do discurso da dominação e do poder" (BHABHA, 1992, p. 180).

O que Freyre e Amado de alguma maneira rompem é a utilização política do discurso da convivência com pessoas pertencentes a grupos racialmente diferentes. O mesmo discurso que faz uma diferenciação entre "*nós*" e "*eles*" é reutilizado com outras roupagens, a distinção não deve ser um elemento de separação, mas o da união, da "mistura". Essa perspectiva freyreana de país "racial e culturalmente miscigenado" tornou-se para o Estado brasileiro uma "ideologia não oficial" (SCHWARCZ, 1993, p. 325). Em 1986, o Brasil aparece novamente em destaque em uma edição completa dedicada ao "gigante do século 20"[15]. A perspectiva de um modelo de relações raciais mantém-se em textos variados com toda a narrativa do país de "cultura original, que respeita os usos, as crenças e os costumes das diferentes etnias que compõem a sua população" (O Correio da UNESCO, 1986, p. 3).

---

14 Grifos do autor.

15 Brésil geant du 20e siècle. *O Correio da UNESCO*, 1986, Ano XXXIX, Nº 12, pp. 4-46.

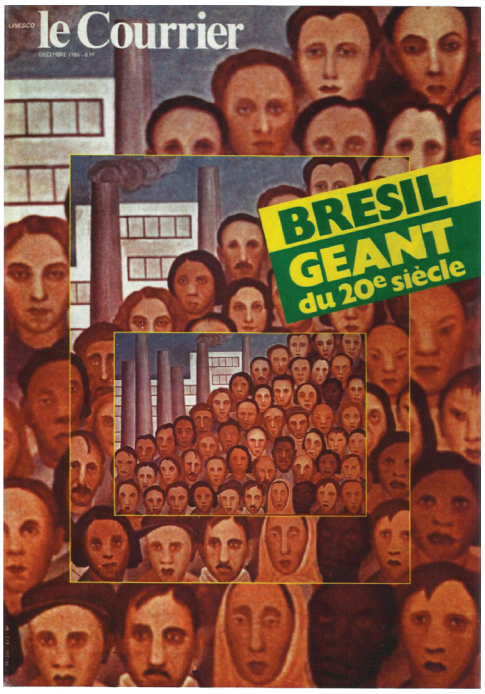

Figura 3 - Capa da revista *O Correio da UNESCO*, de dezembro de 1986, consagrado ao Brasil. © UNESCO/1986.

O combate ao racismo e outros contextos

A publicação de uma edição destinada ao trabalhador imigrante em 1985 traz o tom que passaria a exercer uma inflexão no pensamento sobre a questão racial. O texto do sociólogo britânico Robert Miles indica uma transformação na orientação das análises acerca da questão racial, ao examinar o contexto de discriminação no Reino Unido, sua analítica se volta para os conflitos raciais acerca da imigração[16] (MILES, 1985, p. 21). A ampliação do emprego da palavra racismo para denominação de conflitos não apenas entre grupos racialmente, mas culturalmente distintos, adquire relevo nos artigos da revista a partir do final da década de 1980 como um reflexo do debate no âmbito do pensamento social.

A articulação do racismo como uma forma de violência torna-se objeto de muitos autores. A imagem de um rapaz jovem, pobre, imigrado ascende na análise como um "problema negro", o emprego da descrição "negro" reforça essa imagem, a representação de que esta figura potencialmente poderá se envolver em um conflito que será então descrito como racial. O sociólogo Michel Wieviorka[17], que coordenou a edição, estabelece uma ponderação conceitual na violência interpretada como racista, uma vez que interpreta que o racismo não é apenas verificável no âmbito da hostilidade. O autor estabelece uma diferença entre o racismo direto, o da violência física e o racismo expresso com base em preconceitos raciais. Para se caracterizar como racismo, há que se ter um conjunto de fatores que atuem simultaneamente. Na analítica de Wieviorka, o primeiro elemento que propicia a perpetuação do racismo reside na atitude do poder público mediante ao ato racista. A ausência de um poder público encoraja a possibilidade, seja individual ou coletiva, de exercer e divulgar atos racistas. O caráter racial estruturalmente impresso nas instituições, ao atingir o funcionamento dos estabelecimentos públicos, perpetuaria o racismo.

16 MILES, R. La lutte contre la discrimination: Royaume-Uni. *O Correio da UNESCO*, Ano XXXVIII, Nº 9, 1985, pp. 21-23.

17 WIEVIORKA, M. *Les ruses du racisme*. *O Correio da UNESCO*, 1993, Ano XLVI, Nº 2, pp. 13-15.

O racismo é outra vez tema exclusivo de uma edição em 1996, dirigida para a compreensão de sua "origem"[18], considerando a continuidade de casos atribuídos ao fenômeno como demonstra o tom do debate. Novamente a publicação é organizada por Michel Wieviorka, que atribui ao racismo o sentido de um "corolário da modernidade", efeito de uma "mundialização econômica" e do recrudescimento das "especificidades culturais" (WIEVIORKA, 1996, p. 10).

O dossiê[19] aberto com o texto do organizador que assinala uma mudança desencadeada no período posterior à Segunda Guerra Mundial junto com as descolonizações, o racismo colonial e o antissemitismo induziram a crença no fim do racismo em escala global, especialmente na Europa e, deste modo, estaria composto o caminho que permitiria a conclusão da modernidade[20]. No entanto, segundo Wieviorka, a partir dos anos 1970 a certeza de que o crescimento econômico ligado a uma organização política pautada na democracia culminaria na erradicação da pobreza e consequentemente na queda do racismo foi suplantada, fórmula que já nos anos 1960 sinalizava para o fracasso. Essas diversas experiências demonstram uma pluralização no léxico do racismo, definido como uma prática de cunho racista que opera sobre outros grupos, seja pela cor da pele, pela nacionalidade, pela casta, pela religiosidade.

Considerações finais

A análise aqui resumidamente apresentada a respeito das construções imagéticas da revista *O Correio da UNESCO* sobre o racismo permite visualizá-la como uma estratégia de comunicação, não somente por sistematizar e conferir uma determinada aparência à temática racial, mas por dar visibilidade às ideias e ações da UNESCO.

A edição especial "*Antologia do Correio da UNESCO*"[21] sobre o percurso de seus 21 anos de existência reafirma sua missão original de combater pelo texto e pela imagem os conflitos entre os povos. Sob a alegação de trazer as histórias de homens e mulheres de países desconhecidos, estabelece-se a possibilidade de vencer a ignorância e permitir aos povos se conhecerem e compreenderem (O Correio da UNESCO, 1969, p. 4). A última edição em que aparece um texto completo sobre a temática racial é no número comemorativo dos 60 anos da revista, em 2008, nesta edição o texto de Doudou Diène identifica o caráter "mutante" do racismo que continuava a agir junto a outras ideias como as de inspiração xenófoba. O cenário estaria sendo modificado com o reconhecimento do multiculturalismo como uma "realidade" (DIÈNE, 2008, p. 9). A entrada da temática do multiculturalismo no debate sobre a questão racial modifica o modo de apreensão do conflito, retirando-lhe de um campo exclusivamente racial, no qual prevaleciam estudos e argumentos para descaracterizar a noção de raça e consequentemente de racismo, para situá-lo num polo cultural. Nesse eixo, os grupos são retirados do léxico da raça e conduzidos ao da cultura, algo que pode ser visto no crescimento da expressão "*aprender a viver juntos*".

É possível identificar um declínio da temática do racismo no periódico, inicialmente as primeiras publicações estiveram voltadas para debater a matéria. Desde a fundação da revista até os anos 1960, o percurso antirracista através dela difundido apresenta um direcionamento atrelado à política da UNESCO de equacionar as problemáticas raciais junto à publicação das declarações científicas sobre a definição do racismo e da raça. A divulgação de pesquisas com experiências positivas e de convivência racial pacífica predomina nos artigos. Há, portanto uma transição do campo das ciências naturais para as ciências sociais e da mudança do léxico do corpo humano para o léxico da cultura. A partir dos anos 1960 as pesquisas são direcionadas à compreensão

---

18 D'où vient Le racisme. *O Correio da UNESCO*, 1996, Ano 49e, Nº 3, pp. 3-50.

19 *WIEVIORKA, M.* Les mutations de la haine *; BALIBAR, E.* Racistes et antiracistes *; STEINBERG, S.* L' 'affi rmative action' aux Etats-Unis *; JACQUARD, A.* Au regard de la science *; REICHMANN, E.* 'Sous le soleil noir du racisme' un entretien Imaginaire avec Elias Canetti *; LÉVI-STRAUSS, C.*Race, histoire et culture. *Dossier Textes fondamentaux de I'Unesco: Pour la tolérance Race et préjugés raciaux.* O Correio da UNESCO*, 1996, Ano 49e, Nº 3, pp. 10-13.*

20 WIEVIORKA, M. *Les mutations de la haine . O Correio da UNESCO*, 1996, Ano 49e, Nº 3, pp. 10-13.

21 Correio da UNESCO, uma janela aberta sobre o mundo. *O Correio da UNESCO*. Ano XXII, Nº8/9, 1969, pp. 4-80.

dos aspectos comportamentais e individuais da discriminação e do preconceito racial. Os investimentos na linguagem, nos modos de constituição que sustentam práticas racistas são intensamente divulgados e a educação aparece como pauta central de combate ao racismo.

Nas décadas de 1970 e 1980, a analítica sobre o *apartheid* se torna mais central nos artigos sobre a matéria, de modo a ser alvo de pesquisas específicas e de divulgação na revista. As análises centraram-se nos aspectos de execução percebe-se uma ênfase na leitura do apartheid como uma estrutura que atuava fracionando o espaço e impedindo não apenas o movimento dos corpos, mas a condição social e cidadã dos grupos.

A partir dos anos 1990, a questão racial se volta para as problemáticas no interior do contexto europeu, deslocando-se dos contextos americano e africano a partir das questões ligadas a imigração e dos conflitos urbanos.

Uma das finalidades intensamente procuradas pela UNESCO com a assidua exposição dos materiais por ela produzidos dirigiu-se a difusão das ideias produzidas sob os auspícios da ciência. Assim sendo, há uma percepção de que a ciência poderia atuar na sociedade de duas maneiras, uma tecnicista ao construir mecanismos para mudanças materiais, e outra intelectual "modificando os modos de pensamento" (UNESCO, 1950). Hall (1997) argumenta que a ciência obtém uma "função cultural". Por função cultural Hall entende os modos pelos quais a produção científica auxilia na construção de um determinado modo de abordagem sobre um assunto.

No caso da UNESCO uma das funções atribuídas à ciência, nesta matéria, concerne ao modo como se deve pensar sobre o racismo, a raça e a questão racial. Essa indicação sobre um modo de pensar está intrinsecamente ligada à possibilidade de ação que possa conferir alguma concretude, neste caso, a linguagem e imagem considerada como a adequada e correta, tendo assim, um modo de inserir-se na ação, de operar de forma diretiva no "real". Esse modo de atuação advém da crença na ciência como arcabouço onde se localiza o saber, o modo correto de tratar o tema, os modos apropriados de se falar sobre o assunto em pauta. A educação é a ferramenta, o método pelo qual os resultados seriam alcançados. Tal postura propiciou que parte da ênfase fosse dirigida ao controle de comportamentos racistas, havendo certa ausência das questões estruturais que permitiam a permanência do racismo. De maneira geral, analisar esse histórico demonstra algumas das interpretações dadas ao racismo como forma de violência, de opressão, como tipo de comportamento, como forma de governo.

Bibliografia

BANTON, M. ([1977] 2010), *A ideia de raça*. Trad. Antonio M. Bessa. Perspectivas do Homem. Lisboa : Edições 70 LDA.

BHABHA, H.K. (1998), *O local da cultura*. Trad. de Myriam Ávila, Eliana L. Reis e Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

GASTAUT, Y. (2005), L'UNESCO, les "races" et le racisme. In: UNESCO, 60 ans de l'histoire de l'unesco : Actes du colloque internationale, 16-18 novembro, Paris, pp. 197-210. Eixo : Les idéaux à l'épreuve de l'histoire. Mesa redonda 3 : La notion de race.

HALL, S. (1997), *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. The Open University. Londres: SAGE Publication, 1997.

Le Courrier de l'UNESCO (1992), *Apartheid: cronique d'une fin annoncée.* XLV Année, fevrier, pp. 16-50.

Le Courrier de l'UNESCO (1986), Brésil, le giante du 20e siècle. XXXIX Année, Nº12, 1986, pp. 4-46.

Le Courrier de l'UNESCO, (1986), Une anthologie de l'COURRIER pour celebrer le 40e aniversaire de l'UNESCO, XXXIX Année, Mai/Jun.

Le Courrier de l'UNESCO, (1971), Contre le racisme ce drame qui divise les hommes. XXIV Année, Octobre.

Le Courrier de l'UNESCO, (2001), Couleur, nation, caste, ethnie, race: porquoi le racisme? Coordenação René Lefort et Ivan Briscoe, Ano 54, Nº9, pp. 4-32.

Le Courrier de l'UNESCO, D'où vien le racisme. 49e année, Mars, 1996, pp. 10-34.

Le Courrier de l'UNESCO, L'Apartheid. XXe Année, Nº 3, Mars, 1967.

TAGUIEFF, P-A. Le racisme. *Cahier du CEVIPOF*, n° 20, Paris, 1998, p. 132.

_____. Réflexions sur la question antiraciste. *Mots*, Paris, Mar. 1989, n°18. pp. 75-93.

UNESCO, *60 ans d'historie de l'UNESCO*: Actes du colloque internationale, 16-18 novembre, Paris, 2005, p. 555.

UNESCO, *Aprender a viver juntos*: será que fracassamos? Brasília: UNESCO, IBE, 2003.

UNESCO, *l'UNESCO et la lutte contre Le racisme*. L'Appel d'Athènes. Paris: UNESCO, 1981.

UNESCO, *Quatre déclarations sur la question raciale*, Rennes: UNESCO, 1969, 56p.

WIEVIORKA, M. Les *mutations de la haine*. In: Le *Courrier de l'UNESCO*, 1996, Ano 49e, Nº 3, pp. 10-13.

A Velha Guarda e o processo de desterritorialização das Escolas de Samba Paulistanas

Cibele Mariano Vaz de Macêdo
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
cibelevaz@gmail.com

Resumo: Nos últimos anos, algumas das mais tradicionais Escolas de Samba de São Paulo – Rosas de Ouro, Mocidade Alegre, Unidos do Peruche, Vai-Vai – convivem com a ameaça, feita pela prefeitura da Cidade, de serem despejadas ou desapropriadas de suas quadras. O motivo alegado é o de que as Escolas ocupam terreno público ou, quando próprio, se utilizam de áreas públicas durante os ensaios. Os terrenos e adjacências tornaram-se alvo da valorização e da especulação imobiliária, das reclamações da vizinhança ou de obras para ampliação da Linha 6 (Laranja) do Metrô, como é o caso da Vai-Vai. A partir da hipótese de que as desapropriações representam mais um episódio de limpeza e extinção de territórios ligados à tradição religiosa, cultural e social afro-brasileira, o objetivo desta pesquisa é investigar como os integrantes da Velha Guarda do Grêmio Recreativo Cultural e Escola de Samba VaiVai significam esse processo de desterritorialização. A metodologia volta-se para a Pesquisa Participativa, que privilegia a narrativa por meio de entrevistas com membros representantes da Escola de Samba. Desse modo, a proposta é realizar uma investigação social que permita abordar a memória dos sujeitos, relacionada ao território geográfico e simbólico, bem como a forma como eles significam o processo de desterritorialização. A análise de conteúdo dos dados será realizada sob a ótica da enunciação, que considera a comunicação como um processo e a narrativa como palavra em ato.

Palavras-chave: Território, Desterritorialização, Cultura negra, Velha Guarda.

Old School and the deterritorialization process of the Samba Schools of São Paulo

Abstract: In the last few years, some of the most traditional Schools of Samba of São Paulo – Rosas de Ouro, Mocidade Alegre, Unidos do Peruche, Vai-Vai – have been living under the threat, made by the City Administration, of being evicted or dispossessed from their quarters. The alleged motive is that the Schools occupy a public land or, when owned, they use public spaces during rehearsals. The lands and vicinities have become a target for real estate valuation and speculation, complaints from the neighborhood or works to enhance Line 6 (Orange) of the Metro, which is the case of Vai-Vai. From the hypothesis that these dispossessions represent an episode of cleaning and extinction of territories linked to the African-Brazilian religious, cultural and social traditions, the purpose of this research is to investigate how the members of the Old School of the Cultural Recreational Club and Samba School VaiVai understand this deterritorialization process. The methodology is focused on Participative Research, which privileges the narrative through interviews with members representing the Samba School. Thus, the purpose is to make a social investigation which enables to approach the memory of the subjects related to the geographic and symbolic territory, as well how they understand this deterritorialization process. The analysis of the data content will be made under the light of enunciation, which considers communication as a process and narrative as the word in action.

Keywords: Territory, Deterritorialization, Black Culture, Old Guard.

Quem é?Que guarda a memória do Samba?
Quem é?Que faz do Samba o seu viver?
Quem é?Que o Samba é seu sobrenome?
Quem faz o Samba germinar?
Quem é? Quem é? Quem é?
É a Velha Guarda seu moço
É a Velha Guarda seu moço
É a Velha Guarda seu moço
É a Velha Guarda
São sambistas de primeira
Relicário seu igual Essência da nossa cultura Patrimônio nacional
Essa é a nossa Velha Guarda
A quem devemos respeitar
Graças a estes baluartes
O Samba e o mais alto patamar (oi quem é...)!
Fernando Penteado
Tributo a Velha Guarda

A cidade,via de regra, é resultado de ações individuais e coletivas, claramente intencionais ou não, daqueles que a habitam, planejam e constroem.Sua paisagem transforma-sede modo cada vez mais acelerado:bairros horizontais dão lugar a grandes espigões, áreas residenciais tornam-se comerciais, pequenas ruas cedem espaço para vias expressas e viadutos e, em consequência, os valores do imóvel e da classe social que o habita são modificados.

Nesse processo, a parcela da população pobre, negra e proletariada vem, historicamente, sendo relegada à margem, aos bairros mais periféricos e distantes do acesso aos bens e serviços da região central e das oportunidades de trabalho. Bógus e Pessoa (2007) escrevem, especificamente, sobre o processo de reestruturação socioespacial que provocou novo ordenamento territorial e sobre a valorização imobiliária da região sudoeste de São Paulo, já na década de 1990, como resultado das Operações Urbanas Faria Lima e Água Espraiada. Entretanto, o mesmo movimento pode ser observado em outras tantas regiões da cidade, cada vez mais com a especificidade de colocar-se em benefício das elites dominantes e de promover a remoção da população de baixa renda para espaços cada vez mais periféricos da Cidade.

As crises urbanas, caracterizadas por sujeiras nas ruas, crimes, violência, corrupção, crescimento desordenado, precariedade de infraestrutura e transporte, somam-se às diversas formas de exclusão, revelando a necessidade de compreensão de ambos os fenômenos enquanto processos complexos e interconectados. A partir desse contexto, é possível observar como a subjetividade se constrói a partir das relações estabelecidas entre o sujeito e o outro, localizadas em territórios específicos, os quais, em função de tais relações, assumem caráter simbólico. Assim, de forma recíproca, os sujeitos formam o território e o território forma os sujeitos.

Lefebvre (2001:62) recorda «uma primeira definição da cidade como sendo projeção da sociedade sobre um local» e seu papel histórico de aceleração dos processos de troca, acumulação de capital, concentração de riquezas e também das revoluções, já a partir das cidades arcaicas (grega ou romana). «Esta cidade resulta geralmente de um sinecismo, reunião de várias aldeias ou tribos estabelecidas num território» (ibidem). Tal configuração foi responsável por possibilitar «o desenvolvimento da divisão do trabalho e da propriedade mobiliária (dinheiro) sem, todavia, destruir a propriedade coletiva ou antes 'comunitária' do solo» (LEFEBVRE, 2001: 36).

Nesse sentido, Freitag (2009: 17) questiona: «O que realmente define uma cidade, a carne ou a pedra, a *urbs* ou a *civitas,* o tempo ou o espaço? ». No decorrer da história, práticas e expressões artísticas e culturais, códigos, estratégias de vida, processos de reconhecimento e pertencimento foram dando o tom na criação das cidades, a qual visava satisfazer às necessidades dos habitantes, possibilitando um viver junto, uma organização comunitária e viabilizando o comércio, a administração, a indústria, as atividades culturais, sociais, religiosas

e educacionais. É interessante observar que esses mesmos fatores ainda exercem a atração das pessoas pelas cidades.

A cidade encontra-se no meio das conexões que se dão entre a proximidade das relações sociais dos sujeitos, a formalidade da ordem instituída do Estado, a cultura e seus conjuntos significantes e os códigos éticos, morais e jurídicos. Para Lefebvre (2001: 7), a reflexão capaz de compreender a cidade em seu caráter complexo deve partir «na direção da entrada para a prática de um direito: o direito à cidade, isto é, à vida urbana, condição de um humanismo e de uma democracia renovados».

Assim a pluralidade da cidade é descrita por Certeau (2008: 172), ao afirmar não ser possível aproximá-la de seu conceito, pois «planejar a cidade é ao mesmo tempo pensar a própria pluralidade do real e dar efetividade a este pensamento do plural: é saber e poder articular». Para o autor, a cidade corresponde a uma combinação de propriedades estáveis, isoláveis e articuladas sucessivamente e resulta em espaço de múltiplas formas e combinações, coerentes ou contraditórias.

A cidade ganha vida quando seus habitantes promovem encontros em territórios pulsantes de significados porque resultantes da forma e da vida cotidiana que os anima, da diversidade e da convivência entre diferentes. A cidade constitui-se enquanto território de pertença, que necessita ser experienciado na relação com o outro. A noção de espaço geograficamente demarcado está permeada pela ideia de limite, mas revela as relações específicas, estabelecidas por certos grupos em lugares também determinados.

A partir da hipótese de que as ameaças de desapropriações sofridas por várias das escolas de samba mais tradicionais de São Paulo – Rosas de Ouro, Mocidade Alegre, Unidos do Peruche, Vai-Vai – representam mais um episódio de limpeza e extinção de territórios ligados à tradição religiosa, cultural e social afro-brasileira, interessa aqui pesquisar como os componentes da Velha Guarda da Vai-Vai têm vivenciado e significado a ameaça de serem desapropriados de sua quadra, em função da ampliação da Linha 6 (Laranja) do Metrô. Com isso, coloca-se em pauta o fato de que as referências territoriais preservam símbolos, significados e memórias de pertencimento dessa população, além de oferecê-los à cidade.

1 A relação sujeito e território: entre o geográfico e o simbólico

Neste projeto, entende-se o conceito de território tal como proposto por Sodré (1988), no livro *O terreiro e a cidade*, como espaço geográfico, apropriado por meio de processos dinâmicos e mutáveis; espaço do vivido, agregando caracteres políticos e culturais, onde diversas relações sociais se estabelecem sob aspectos reais, funcionais e simbólicos. Nesse sentido, funciona como suporte no qual a sociedade se qualifica em base histórica, na memória e nas experiências dos sujeitos e dos grupos que por ali transitam e coexistem.

Inicialmente entendido num sentido mais amplo, como extensão apropriada e usada por homens e animais, o conceito de território passa, posteriormente, a ser interpretado como espaço político e cultural de uma cidade, estado ou país. Sendo assim, o território, de acordo com Sodré (1988), é composto por sistemas de regras de movimentação humana e abarca o horizonte entre a cultura e o real, entre aspectos funcionais e simbólicos. Suporte ou base na qual a sociedade se ergue em sua condição de existência, o território pressupõe um espaço geográfico, apropriado através de processos dinâmicos e mutáveis, que resultam em diversas configurações sociais.

O território abarca uma dimensão geográfica da cultura, cuja configuração se dá por protagonistas histórica e espacialmente situados, com o objetivo de ressignificar as relações entre si e com o mundo. Nesse sentido, o território constitui-se enquanto resultado da união, sempre dinâmica, de seus aspectos geográficos e simbólicos. Entender o espaço como um "lugar praticado" implica pensar que as relações ocorridas em determinado território influenciam a estruturação da sociedade e a formação de diferentes vínculos sociais. «Assim, a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres» (CERTEAU, 2008: 202), que nela entrecruzam histórias de vidas. Tais relações permitem que novas formas de socialidade e pertencimento surjam.

> O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem [sendo também, portanto, uma forma de apropriação] (HAESBAERT, 2007: 42).

Nos termos de Maffesoli (2006), há uma conexão entre a inscrição espacial e o cimento social, que permite a existência de pequenos grupos vinculados a um território geográfico e a tantos outros territórios simbólicos, numa mistura de interesses que vai do cultural ao sexual, de engajamentos políticos a religiosos.

> Existe uma Terra que é, no sentido simples do termo, 'mítica'. Ela fundamenta a união, ela confirma a comunidade. Essa comunidade pode ser dispersada, mas nem por isso deixará de estar organicamente solidária [...] a Terra 'mítica' irá se difractar em uma diversidade de territórios que poderão ser efêmeros, frágeis, sempre ameaçados, mas que nem por isso deixarão de constituir refúgios, sempre e de novo renascentes, onde as diferentes comunidades judias irão se reafirmar (MAFFESOLI, 2006: 217).

A análise do território necessita considerar as possíveis configurações de interação e socialidade que envolvem o sujeito e o torna capaz de reconhecer-se diante do outro, do diferente, e de construir um projeto individual e coletivo frente à sociedade intercultural na qual está inserido. Por isso, as questões interculturais de luta por uma reformulação da memória, de preservação da identidade e da diferença individual e social, ficam evidentes na cidade.

A cidade constitui-se enquanto espaço de coexistência, ao mesmo tempo, da natureza, da cultura e da diversidade peculiar desses aspectos. Cada sociedade constrói seu modo específico de estar-junto, e todos os dias novos territórios de existência material ressignificam o estar-no-mundo e são simbolicamente reinventados.

Merece ainda destaque uma força experiencial na ocupação do espaço, que evoca outras experiências, cria e modifica afetos e faz com que processos materiais se imponham também a partir de componentes subjetivos. Para Freitag (2006), entre o sujeito e o território há uma relação de coimplicação, o que significa dizer que não existem um sujeito e um ambiente prontos; ambos se vão constituindo e se transformam mutuamente. Diante disso, a acolhida material de ruas, edifícios e equipamentos coletivos caracterizam a cidade e influenciam a sua ocupação.

Nos territórios da cidade, as histórias cotidianas funcionam como resistências à celeridade contemporânea, de tal forma que «se inscrevem no mundo para ancorar o presente no espaço social» (FREITAG, 2006: 35); o seu principal personagem – o homem comum – adquire força expressiva e elege lugares para partilhar estilos de vidas plurais.

Vivenciada no cotidiano, a relação sujeito-território determina e é determinante para ambos, ou seja, o território é influenciado por seus habitantes e, por outro lado,transmite-lhestraços das suas particularidades, deixando transparecer algo que não é material e que inclui os atravessamentos constitutivos da cidade.Segundo Leitão (1999: 264), «espaço e indivíduo passam a ser, metaforicamente, um só. Se, na realidade física, tem-se uma impossibilidade, inconscientemente, trata-se de uma experiência».

Maffesoli (2006: 224) destaca que a «cidade é uma sucessão de territórios onde as pessoas, de maneira mais ou menos efêmera, se enraízam, se retraem, buscam abrigo e segurança», evidenciando que nos espaços públicos há entrecruzamentos, oposições, auxílio mútuo e singularidades; «portanto, em todos os domínios – intelectual, cultural, comercial, político –, observamos a existência desses enraizamentos que permitem a um 'corpo' social existir como tal».

O espaço, valorizado por meio da imagem, do corpo e do território, constitui a maneira como o sujeito extrapola a sua individualidade e alcança um conjunto amplo de possiblidades. «Um grupo se expressa, delimita seu território e, dessa maneira, confirma sua existência» (MAFFESOLI, 2006: 220).

Neste ponto, é preciso ressaltar que, quando o sujeito se apropria do território, este deixa de ser espaço geográfico e lugar de passagem para revestir-se de simbologia. Assim, a convivência urbana faz surgir lugares

de fala e de construção do sujeito, onde se expressam determinados grupos e onde os sujeitos sociais ganham representação.

Nos microterritórios da cidade, nos pequenos espaços de convivência, há sempre possibilidades de ação, resultando em processos de constituição dos sujeitos coletivos, que podem expressar diversas formas de viver, de se relacionar e de se apropriar dos espaços da cidade.

Maffesoli (2012: 43) adverte ser impossível, na contemporaneidade, negar a «pessoa plural e tribos emocionais». É preciso, pois, avaliarem-se os reagrupamentos sociais de forma diferente, levando em consideração seu caráter efêmero, sua composição cambiante, sua inscrição local, sua estrutura cotidiana sem organização estabelecida e seus vínculos baseados na emoção partilhada. Tais características dão origem a uma infinidade de microgrupos que constroem, de certa forma, um laço social sólido. Maffesoli descreve como o termo laço deve ser entendido a partir desse ponto de vista:

> O termo laço (familiar, de amizade etc.) deve ser compreendido em sua acepção mais estrita, isto é, a da necessidade, aquilo que a associação mutualista medieval enumerava sob a rubrica 'obrigação'. A ajuda mútua, sob suas diversas formas, é um dever, pedra de toque do código de honra, muitas vezes não dito, que rege o tribalismo (MAFFESOLI, 2006: 227).

Entende-se esse laço social enraizado na vida cotidiana como geossociologia, isto é, o território torna-se laço. Há, dessa forma, um laço entre a vida cotidiana e o território, ou seja, na agregação em torno dele a característica fundamental da socialidade se faz representar. Para tanto, é preciso reconhecer a banalidade na trama societal e a valorização da vida coletiva na comunidade, do ser/estar como desordenado e multicolorido, por excelência.

A compreensão do laço social, conforme Maffesoli (2006: 142), passa pelo entendimento de que «é a partir de um imaginário vivido em comum que se inauguram as histórias humanas», vivenciadas na agregação social. Tal fenômeno traz à tona uma forma de enraizamento dinâmico, baseada na solidariedade e na ajuda recíproca no cotidiano, caracterizando um laço social em constante transformação.

O sujeito apresenta-se como a centralidade que contém, em si mesma, um valor dado; é entre os sujeitos que se constrói o laço de reciprocidade, a partir de microacontecimentos da vida no dia-a-dia. Ainda de acordo com Maffesoli (2006: 140), «tal como a forma artística se cria a partir da multiplicidade dos fenômenos reais ou fantasmáticos [...], a vida pode ser considerada uma obra de arte coletiva».

A subjetividade, sob esse viés, inscreve-se na história das relações entre sujeitos, grupos sociais em seus territórios e contribui para dar sentido ao fato de alguns espaços tornam-se territórios de socialidade, onde há trocas, afetos e valores simbólicos, onde é possível ser e reciprocamente formar e ser formado.

O sujeito é parte de um todo maior, composto por outros sujeitos, territórios e histórias. Daí, seu olhar recai no fato de que o seu meio de comunicação – em geral, língua materna –, a reprodução do trabalho, as trocas econômicas, os *habitus* são compartilhados por milhões de outros sujeitos, sem que obrigatoriamente sejam apropriados de forma semelhante.

As relações cotidianas dão-se em cidades que apresentam como característica básica a organicidade, nas quais há uma correlação entre todas as coisas, e a interdependência da vida social fica evidente, já que todos sabem que têm necessidade do outro. Nesse sentido, há uma emoção coletiva expressa na estética do sentimento que permite instaurar um laço estreito no espaço, pela proxemia, pela abertura para o outro. Como Maffesoli (2007: 60) adverte, «ainda que estejamos conscientemente convencidos do contrário, cada um é parte integrante de um grupo, está contaminado pelo espírito coletivo». Prevalece, assim, a totalidade do coletivo, do grupo em sua comunidade de destino.

Eventos que remetem ao ciclo natural da vida corroboram o sentimento coletivo, dentre eles, por exemplo, o Carnaval, no caso do Brasil.

> Na verdade, a celebração do vinho, do mel, das nozes, da azeitona etc., durante a estação turística, ao mesmo tempo que é o mais comercial possível, nem por isso deixa de representar os laços coletivos, demonstrando o que estes devem à natureza e a seus produtos (MAFFESOLI, 2006: 101).

Atualmente, pode-se observar que as gerações mais novas, incluindo-se as denominadas «tribos contemporâneas», vivenciam, com intensidade, o prazer do «estar-junto», do querer viver social, do desejo de ingressar no mundo mais que o de atingir uma meta específica.
Em todos os atos há uma significação. Maffesoli acredita ser necessário «voltar a uma solidariedade orgânica. Aquela em que os diversos elementos da comunidade, em seu local social e em seu local natural, se articulam estreitamente uns com os outros» (MAFFESOLI, 2012: 24). Para o autor, o lugar cria laço a partir de um presenteísmo, isto é, há uma forte ligação espaço-tempo – um estar-junto em determinado local no momento presente.
Nesse sentido, a subjetividade constitui-se coletivamente, no laço social, ou seja, em dialética interação com o meio sociocultural. Exatamente o que acontece dentro de uma escola de samba:

> Uma escola de samba tenta unir, integrar, incluir o diverso, sempre respaldada na rede de sociabilidade, conviviabilidade, nos laços afetivos construídos e reconstruídos em torno das suas cores, expressas na cadência do samba, na 'batida da bateria' e nos temas abordados nos enredos (BLASS, 2004: 235).

A relação entre o sujeito e a Escola de Samba favorece o sentimento de pertença, a partir das trocas afetivas e de objetivos compartilhados. Nelas as subjetividades constroem-se e reconstroem-se no convívio da quadra, que une, durante todo ano, vizinhos e familiares envolvidos com os preparativos do Carnaval.

2 A cultura negra, o samba e o caso da Vai-Vai

Tratar do Samba paulista significa retornar à África, à origem daqueles que realizaram as primeiras rodas de Samba. A despeito de uma análise externa, que concebeu, por mais de cem anos, a população negra como mercadoria ou desprovida de qualquer coisa, Bernardo (2003: 34) afirma que «o africano, ao contrário, continuou tanto como criatura, quanto como criador. Dessa forma, durante a escravidão, na subterraneidade, as trocas culturais ocorriam em várias direções». Esta é, ainda segundo Bernardo (2010), uma das principais características da diáspora, qual seja, a criatividade e suas fecundações culturais inesperadas, que fez com que o africano inventasse para resistir a toda adversidade a que era submetido.
Em 1937, o modernista Mário de Andrade, em visita à cidade de Pirapora do Bom Jesus, encontrou uma manifestação artística que o impressionou tanto que o levou a escrever o texto *Samba rural* (1937). Nele, descreve, com riqueza de detalhes, o encontro musical de antigos escravos do café em um barracão da cidade. A batucada, denominada por Mário de Andrade de «samba rural», é considerada a origem do samba paulista:

> *Reúne-se um grupo de indivíduos, na enorme maioria negros e seus descendentes, pra dançarem o samba. Frequentemente esse ajuntamento mantém uma noção de coletividade, quero dizer, forma realmente um grupo, um rancho, um cordão, uma associação enfim, cuja entidade é definida pela escolha ou imposição dum chefe, o dono-do-samba.* Este chefe é quem toma determinações gerais e manda em todos. Manda sem muita força, obedecido sem muita obrigação.

O samba paulistano surgiu dos batuques, das festas dos escravos depois das fartas colheitas de café; à medida que os negros foram deixando as fazendas do interior rumo à Cidade, levaram com eles aquele ritmo. Já na Capital, eles se concentravam nos bairros menos valorizados, em torno de bairros de classe média e alta ou nos morros das regiões da Bela Vista, ou Bexiga, na Barra Funda, pela proximidade das estações de trem. As acomodações eram precárias, em porões, cortiços e casas de cômodos, da mesma forma como eram as do trabalho. Os negros só conseguiam trabalhar como ambulantes, marceneiros, pedreiros, estivadores e a maioria se empregava no trabalho doméstico.
A região do Largo do Banana, com seus depósitos e armazéns, reuniu muitos trabalhadores braçais negros. Ponto final da Estrada de Ferro Sorocabana, concentrava grande comércio de bananas e quem não conseguia

vender todo carregamento deixava as sobras no largo. Esta era outra razão para a reunião de trabalhadores pobres: a possibilidade de fazerem uma refeição.
O Largo do Banana tornou-se, então, ponto de encontro e de roda de sambistas, muitos deles ligados à origem das escolas mais tradicionais de São Paulo. Até que, na década de 1960, o Largo foi banido do mapa, para a construção do Viaduto do Pacaembu e do Memorial da América Latina. Em 1969, Geraldo Filme, dos mais conhecidos sambistas de São Paulo, compôs o samba «Vou sambar noutro lugar»:

> Fiquei sem o terreiro da escola. Já não posso mais sambar. Sambista sem o Largo da Banana. A Barra Funda vai parar. Surgiu um viaduto, é progresso. Eu não posso protestar. Adeus, berço do samba. Eu vou-me embora, vou sambar noutro lugar.

Geraldo Filme cantou a perda de um território de referência para o samba e também para a cultura negra, já que nele se integravam as práticas culturais de uma parcela da população sempre relegada à margem, sempre perseguida, que não poderia «protestar» contra o «progresso». No momento atual, a Vai-Vai sofre ameaça semelhante; desde 2010, há a informação deque a quadra da Escola será desapropriada para as obras de ampliação da Linha 6 (Laranja) do Metrô.
Para contextualizar, vale discorrer sobre a história[1] de uma das Escolas mais tradicionais de São Paulo.Tudo começou no Bixiga, bairro da Região da Bela Vista, no final dos anos 1920, onde havia um time de futebol, o Cai-Cai, de cores branco e preto. Um grupo carnavalesco animava as partidas e as festas organizadas pelo time e, dentre seus membros, havia alguns arruaceiros que, ao serem expulsos, formaram o Cordão Carnavalesco Esportivo Vae-Vae, com as cores preto e branco, o inverso do time do Cai-Cai.
Para organizar o carnaval, os integrantes do bloco arrecadavam doações entre os vizinhos. No dia do desfile, o cordão fazia o caminho nas ruas do Bixiga, onde moravam as famílias que haviam contribuído. Apesar de crescer a cada ano, os blocos carnavalescos ainda eram considerados *coisa de vagabundo* e sofria perseguição e agressão policial.
Oficializado em 1930, o Vae-Vae desfilou pela primeira vez em fevereiro, cada um fazia a sua fantasia, desde que fosse branca e preta. O samba foi sobre São Paulo, de autoria de Henrique Filipe da Costa, que já compunha os sambas do bloco desde 1928. Na década de 1980, Henricão foi eleito o primeiro Rei Momo negro do carnaval de São Paulo.
O cordão seguiu desfilando a cada ano. Só não desfilou quando o cenário político não era favorável, em 1932. Nos anos de 1970, a categoria dos cordões carnavalescos entrou em decadência e todos se transformarem em escolas de samba. Em 1972, nasceu Grêmio Recreativo Cultural e Escola de Samba VaiVai, já desfilando no Grupo Especial. Entretanto, o primeiro título como Escola de Samba só veio em 1978, dando início a uma história de muitas vitórias: 1981, 1982, 1986, 1987 e 1988. Foi tetracampeã consecutiva entre anos 1998 e 2001 e, em 2008, conquistou seu décimo terceiro título.
A Escola nasceu e cresceu no Bixiga e, atualmente, é tão tradicional quanto a festa de Nossa Senhora Achiropita. Até os anos 1970, a Escola não possuía uma sede oficial, de modo que cada componente era responsável por guardar seus instrumentos e objetos; os ensaios aconteciam embaixo do Minhocão, o Elevado Costa e Silva. A primeira sede foi uma casa na Rua 14 de Julho, de onde foram despejados, em 1974, para migrarem para a Rua São Vicente e passarem a construir, aos poucos e com a ajuda dos componentes, a quadra que abriga a Escola até hoje.
Território sagrado, a quadra «dá visibilidade pública às atividades da escola de samba, porque abriga a sede administrativa e os ensaios semanais dos seus principais elementos» (BLASS, 2004: 232). Mais que isso, é na quadra que se estabelecem os laços afetivos e as redes de sociabilidade e solidariedade, por meio das relações de vizinhança e parentesco, e que se cria o sentimento de pertença entre componentes e Escola.
Bairro originário do quilombo do Saracura, o Bixiga situa-se na Região da Bela Vista, onde, historicamente,se abrigaram outros quilombosde escravos –quilombos urbanos, nas palavras de Rolnik[2] –,caracterizados por

1 Fonte: www.vaivai.com.br. Acessado em: 30/04/2014.

2 http://raquelrolnik.wordpress.com/2013/05/02/por-conta-do-metro-quadra-da-vai-vai-tem-que-sair-do- bexiga/. Acessado em 30/04/2014.

serem casas coletivas com cômodos divididos por famílias negras. Com o passar dos anos, os negros começaram a compartilhar o território com os imigrantes europeus, principalmente italianos, e depois com migrantes nordestinos. Rolnik (2013) ainda enfatiza que «o bairro é um histórico território negro da cidade de São Paulo, e a quadra da Vai-Vai insere-se nesse contexto, significando a importante – e invisível! – presença da cultura afro-brasileira na cidade». E é na Velha Guarda que os traços culturais se encontram presentificados.

3 Velha Guarda: a guardiã da tradição do Samba

Com o objetivo de transmitir musical e oralmente a história de sua Escola e de sua gente, em 2006, foi fundada a Associação Independe Cultural Velha Guarda do Samba do Estado de São Paulo.
Segundo um provérbio africano, «quando morre um idoso é como se queimasse uma biblioteca». Então, quando a Velha Guarda do Samba se reúne, reúnem-se também diversas bibliotecas, que guardam a memória e a resistência não só do samba, mas do próprio sujeito, de sua comunidade de pertença e de seus territórios geográficos e simbólicos.
Para fazer parte da Velha Guarda é necessário ter, no mínimo, cinquenta anos e estar em sua Escola por pelo menos vinte e cinco anos. Seus membros são, quase sempre, fundadores das Escolas, sem cargos na hierarquia atual da agremiação; ocupam, em geral, lugar de honra na preparação do carnaval e no momento do desfile, pois são os baluartes das Escolas que, a despeito de toda tecnologia e burocratização, simbolizam a origem e tradição de sua Escola.
A Velha Guarda possui objetos que a identifica e a diferencia dos demais integrantes das Escolas. Nos desfiles, a ala da Velha Guarda vem sem fantasias, mas com roupas de gala – os ternos nas cores da Escola, chapéus Panamá e sapatos brancos. Nos encontros da Velha Guarda, ganham destaque fotos, troféus e faixas, representativos das conquistas das Escolas.
Pertencer à Velha Guarda significa, muitas vezes, manter-se em destaque no mundo do Samba, ser reconhecido como detentor do papel de guardião da tradição, fortalecer e construir laços de pertencimento, além de garantir que os idosos continuem reconstruindo suas trajetórias e reinventando as tradições, os fatos e os mitos guardados por eles – a memória do samba.
Há de destacar-se que a Velha Guarda, ao preservar a história do carnaval e do samba, também mantém viva a história do povo negro paulistano. Em maioria, é a história de famílias que, vindas do interior, chegaram à Capital e instalaram-se em cortiços, casas de cômodo ou porões na região Central. Seus membros tiveram empregos precarizados, de estivadores ou engraxates, ou trabalhavam no serviço doméstico; praticavam o sincretismo, entre o catolicismo e as religiões africanas, e sofriam perseguição policial nos blocos de carnaval. Com o passar dos anos, foram migrando para a periferia, local possível para se ter a casa própria.

4 A desapropriação da quadra da Vai-Vai e o processo de desterritorialização

Se é fato que algumas das Escolas de Samba mais tradicionais de São Paulo, como a Rosas de Ouro, a Mocidade Alegre, a Unidos do Peruche e a Vai-Vai, sofrem há alguns anos com a ameaça de serem despejadas de suas quadras, os motivos, por sua vez, são os mais variados e adaptados às circunstâncias do momento: especulação imobiliária das áreas onde as quadras estão localizadas, em maioria públicas;reclamações de vizinhos que não fazem parte da Escola e que, provavelmente, chegaram aos bairros depois delas; desapropriação para obras de ampliação do Metrô, caso da Vai-Vai.
Tendo por suposto que as Escolas de Samba são legítimas representantes da cultura afro-brasileira e que é notório que tal cultura nunca foi, verdadeiramente, respeitada ou valorizada, pode-se perguntar se esse movimento vem reforçar os interesses das políticas públicas que sempre seguiram no sentido de marginalizá-la, simbólica e geograficamente. Assim, a hipótese aqui levantada é a de que a desapropriação da quadra da Vai-Vai representa, para seus componentes – representantes da cultura afro-brasileira –, mais um episódio de limpeza e de extinção de um território ligado à tradição religiosa, cultural e social afro-brasileira.

5 Bibliografias

ANDRADE, Mario de. (1937), O samba rural. In: *Aspectos da m*úsica *brasileira 2*. São Paulo**:** Chiarato & Cia.

BERNARDO, Teresinha. (2003), *Negras, mulheres e m*ães: lembranças de Olga de Alaketu. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas.

_____. (2010), As deusas na diáspora negra. *Revista Mandragora*, São Paulo, (16), pp. 63-68.

BÓGUS, Lucia M. M.; PESSOA, Laura C.R. (2007), Valorização imobiliária e renovação urbana: o caso das Operações urbanas Consorciadas Faria Lima e Água Espraiada. In: BERNARDO, Teresinha; RESENDE, Paulo-Edgar A. (orgs.). *Ciências sociais na atualidade: realidades e imaginários*. São Paulo: Paulus, pp. 107-124.

CERTEAU, Michel de. (2008), *A invenção do cotidiano*: 1. Petrópolis: Vozes.

FREITAG, Barbara. (2006), *Teorias da cidade*. Campinas: Papirus.

_____. (2009), *Capitais migrantes e poderes peregrinos: O caso do Rio de Janeiro*. Campinas: Papirus.

HAESBAERT, R.(2007), *O mito da desterritorialização:* do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HALBWACHS, Maurice. (2004), *Memória coletiva*. São Paulo: Centauro.

LEFBVRE, Henri. (2001), *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.

LEITÃO, Lúcia. (1999), A dimensão subjetiva da sustentabilidade urbana. *Cadernos de Estudos Sociais* (FUNDAJ), Recife,(15), pp. 255-267.

MAFFESOLI, Michel. (2006), *O tempo das tribos*: o declínio do individualismo nas sociedades pós-modernas. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____. (2007), *O ritmo da vida:* variações sobre o imaginário pós-moderno. Rio de Janeiro: Record.

_____. (2012), *O tempo retorna*: formas elementares da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

SODRÉ, Muniz. (1988), *O terreiro e a cidade.* A forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes.

Jovem e Violência no Brasil – A senzala moderna e o apartheid brasileiro.

Ôngaro, Maria Emília
Doutoranda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
mariaemiliaongaro@yahoo.com.br

A preocupação da sociedade brasileira com a violência não é um fato novo e tem sido amplamente discutido e é objeto de inúmeras investigações. Esses estudos apontam uma crescente mobilização, tanto dos órgãos que zelam pela segurança com o uso da força, como pelos diversos segmentos da sociedade civil sejam eles governamentais ou não. Uma faixa etária, no entanto, tem tido um destaque maior, que é aquela composta por adolescentes e jovens. O presente trabalho tem por objetivo a análise de como essa violência tem atingido a adolescência e a juventude brasileira destacando principalmente características como sexo, idade, cor e escolaridade. A análise de dados disponibilizados pelo governo e por pesquisas realizadas por órgãos não governamentais são o objeto de estudo que objetiva traçar um comparativo entre essas informações. Os principais resultados encontrados foram: 1) Grande parte das vítimas de homicídios no Brasil tem entre 15 e 29 anos e são do sexo masculino. 2) São os jovens negros com baixa escolaridade as maiores vítimas de violência. 3) Em comparação histórica é crescente a diferença entre os homicídios contra o jovem negro em relação ao jovem branco. 4)Em todas as regiões geográfica brasileira o negro é a maior vítima de homicídio. 5) existe uma discrepância entre o que a população em geral pensa a cerca da violência e a estatística oficial. 6) As políticas de igualdade racial implantadas pelo governo possuem um erro de foco que ao invés de tratar essa parcela da sociedade como sujeitos de direitos trata-os como sujeitos "problema" que para tanto exige-se um esforço articulado entre as diversas esferas de poder e a sociedade como um todo.
Palavras-chave: Violência. Jovens negros. Igualdade racial. Polícia e Racismo

INTRODUÇÂO

O crescimento da violência, principalmente a violência urbana e que se apresenta de vários modos, seja através do crime comum, organizado ou através das violações dos direitos humanos tem preocupado a cada dia mais a sociedade como um todo e é pauta de discussão dos governos em especial, tanto que vários episódios recentes mobilizaram o debate público que culminaram na campanha presidencial de 2014. A discussão pela diminuição da maioridade penal monopolizou o discurso acalorado de vários candidatos.
A violência mobiliza a opinião pública principalmente através da mídia e torna o cotidiano dos cidadãos cercado de medo e insegurança. Que por outro lado, arregimenta uma indústria que procura prometer todos os dias a melhor adaptação daqueles que, podem pagar por ela, em ambientes providos de mecanismos, eletrônicos ou humanos, da promoção da segurança privada, já que a segurança pública tem se mostrado ineficaz na contenção da violência.

A violência no Brasil – Retratos da sociedade do medo

No Brasil, a violência criminal, principalmente a violência criminal letal, os dados, apontam para um crescimento em números e taxas nos últimos 30 anos que preocupa a sociedade.

Gráfico 1:

Número de homicídios ocorridos no Brasil no período de 1980 a 2010

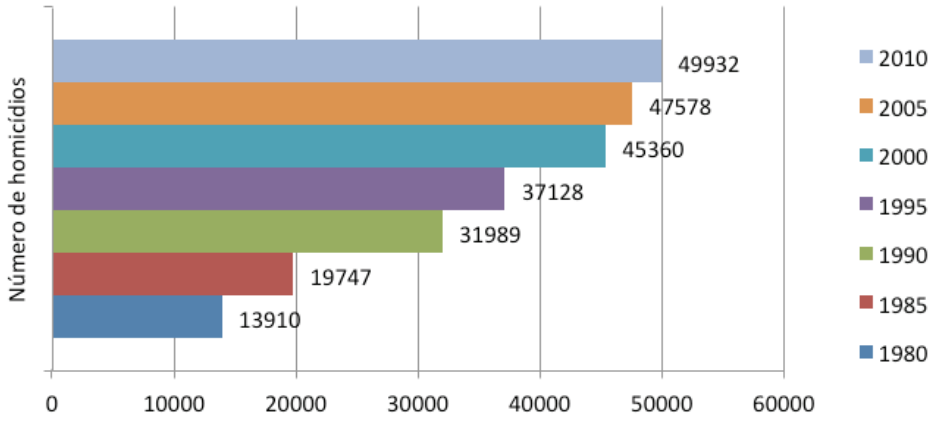

Fonte: (SIM) Subsistema de Informação sobre Mortalidade - Ministério da Saúde

A taxa de homicídios cresceu 124% nas últimas três décadas, deixando um rastro que em números absolutos somam mais de um milhão de pessoas assassinada. Pior, que como aponta o gráfico o número é crescente tanto em valores absolutos com em taxa. Ou seja, entre 1980 e 1990 a taxa era de 11,7 homicídios por cada 100 mil habitantes, já em 2010 esse índice era de 26,2 pessoas a cada 100 mil habitantes.

Quando a discussão é conceitual, tomando a perspectiva de que a violência é uma linguagem pela qual escoa um discurso e a natureza do discurso é sempre política e, como todo discurso, possui conteúdo ideológico de relação de poder. Quem o exerce ou como esse poder é exercido?

Mas quem são os atores desse universo violento? Onde ela (violência) acontece? Por que acontece? Segundo Zaluar (1997) "*ela está em toda parte, ela não tem nem atores sociais permanentes reconhecíveis nem 'causas' facilmente delimitáveis e inteligíveis*."

No entanto, o maior crescimento dessa violência tem atingindo um grupo específico, e os sujeitos que protagonizam estas estatísticas são prioritariamente compostos por jovens, na faixa etária de 15 a 29 anos, do sexo masculino, basicamente pobres, geralmente negros, moradores das franjas dos grandes centros, ou aglomerações. Quando se destaca a violência letal, destaca-se principalmente esse perfil de cidadão.

No Brasil, no ano de 2012 tivemos um número em torno de 45000 homicídios dolosos o que produz uma taxa de 27 homicídios para cada 100.000 habitantes, em comparação alguns países no mesmo período a taxa era de 8/100000 como nos Estados Unidos ou em comparação à Europa em média 3,5/100000 e o Japão em torno de 1%. Quando se destaca dessa estatística a questão do gênero, o masculino, o Brasil alcança uma taxa quase 100% superior em uma proporção de 50/100000 de vítimas de homicídios dolosos. Se somados ao perfil masculino à característica etária, ou seja, ao jovem esses números chegam a quase 100 homicídios dolosos por 100000 habitantes.

> A percepção da violência tem afetado a sociedade brasileira como um todo, gerando uma sensação generalizada de insegurança e de medo, que atinge com mais intensidade os setores mais carentes da população. Os homens jovens, pobres, na faixa de 15 a 29 anos de idade são, ao mesmo tempo, as principais vítimas e os principais agentes da situação de violência. (IBGE, 2009: 19)

Jovens negros com baixa escolaridade - As maiores vítimas de violência

Se a esse índice já alarmante a origem étnica for levada em consideração, ser negro significa pertencer a um estrato da população com alta possibilidade de morte violenta, ou seja, ser jovem, do sexo masculino, negro e morar em um dos 226 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes é ter a chance 3,7 vezes maior de

ser vítima de homicídios se comparado com o branco.
Assim, mais da metade dos homicídios no Brasil é de jovem, em torno de 53%, desse valor 93% são do sexo masculino sendo que 75% são negros.

> Dividindo a população em dois grandes grupos: os jovens – 15 a 24 anos – e os não jovens – 0 a 14 e 25 e mais anos – teremos este panorama: Na população não jovem, só 9,9% do total de óbitos são atribuíveis a causas externas. Já entre os jovens, as causas externas são responsáveis por 73,6% das mortes. Se na população não jovem só 1,8% dos óbitos são causados por homicídios, entre os jovens, os homicídios são responsáveis por 39,7% das mortes. (WAISELFISZ,2011: 18)

No entanto, quando a violência se dá em um universo etário composto por adolescentes e jovens, tanto como vítima como autor, estudos[1] procuram responder aos porquês, como e seus principais tipos de expressão tendo como resultado a impressão e as profundas marcas nos atores sociais na ordem fisiopissicossociais.
Para caracterizar melhor essa discussão o gráfico abaixo destaca o número de homicídios na população jovem por regiões brasileiras.

Gráfico 2

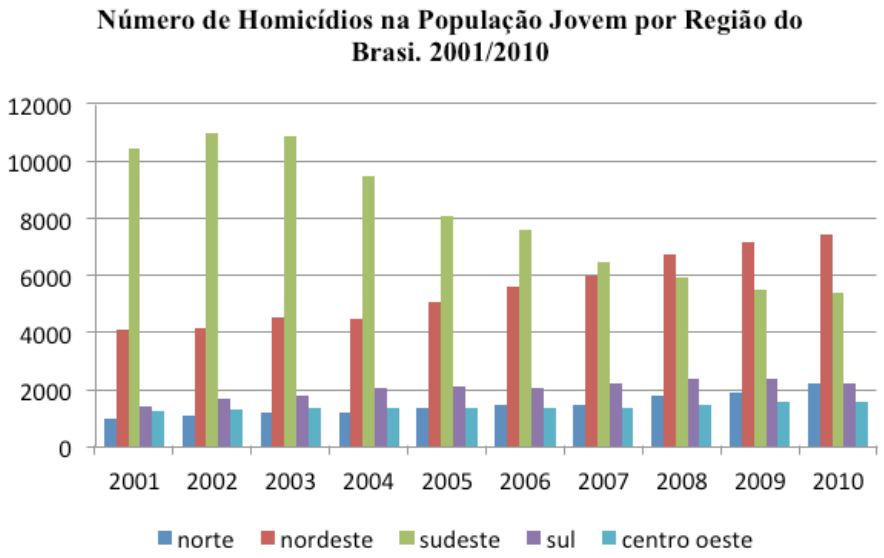

Fonte: SIM/ SVS/MS In: Homicídios e Juventudes no Brasil

Se o gráfico aponta que se morre mais na Região Sudeste, que é onde existe uma concentração de áreas urbanas e consequentemente com maior contingente populacional, contudo nessa mesma região alguns estados identificam quedas como é o caso de São Paulo e Rio de Janeiro, mesmo assim a taxa de homicídios de jovens no Brasil em 2011 equivale a 53,4 por 100 mil jovens quase o dobro que a população total que foi de 27, 1 para cada 100.000 habitantes. Mas, quais são os fatores desses óbitos precoces? Qual é o perfil desse jovem?
Em comparação histórica é crescente a diferença entre os homicídios contra o jovem negro em relação ao jovem branco

1 WAISELFIS, J.J. Mapa da Violência. Os Jovens do Brasil. Brasília. UNESCO/Instituto Ayrton Senna: 1998. e WAISELFISZ, Julio Jacobo: Mapa da violência 2013: homicídios e juventude no Brasil. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO Brasil, 2013.

Tabela 1: Evolução do número de homicídios, na participação e da vitimização por raça/cor das vítimas na população jovem. Brasil, 2002/2010.

Ano	Branca	Preta	Parda	Negra	Ama-Rela	Indí-gena	Total	População %		Vitimi zação
								Branca	Negra	
2002	9701	2429	13654	16083	43	32	25859	37,5	62,2	65,8
2003	9721	2791	14079	16870	90	31	26712	36,4	63,2	73,5
2004	8587	2492	14166	16658	61	31	25337	33,9	65,7	94.0
2005	7717	2261	14567	16828	2	8	24625	31,3	68,3	118,1
2006	7607	2285	15149	17434	8	4	25123	30,3	6.9,4	129,2
2007	6928	2300	15263	17563	2	0	24573	28,2	71,5	153,5
2008	6964	2269	16743	19012	2	2	26070	26,7	72,9	173,0
2009	6997	2177	17078	19255	7	1	26320	26,6	73,2	175,2
2010	6503	2233	17607	19840	7	0	26420	24,6	75,1	205,1
Total	70725	21237	38306	159543	342	429	231039	30,6	69,1	125,6
%	-33	8,1	29	33,4	7,2	6,3	2,2			

Fonte: SIM/SVS/MS – In Mapa da Violência 2012 – A Cor dos Homicídios do Brasil - 2012

Pelo aparato jurídico do Estado brasileiro não se pode alegar genocídio da juventude negra, já que está garantido na Constituição Federal em seu artigo 5º que preconiza : "*Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade,(...)* (BRASIL, 1988) , Bem como o acesso à toda forma de proporcionar o bem estar físico e social de qualquer cidadão independente das particularidades físicas ou culturais. No entanto, no mínimo pode-se alegar a omissão desse Estado quanto a violação dos direitos constantes nas cláusulas pétreas e as garantias individuais. No Brasil, a polícia mata cinco pessoas por dia e isso não se traduz em eficiência policial nem consecução da ordem pública. No entanto, segundo pesquisa do IPEA as polícias são a parte mais visível do Sistema de Justiça Criminal e uma das presenças mais atuantes do Estado no cotidiano da população.

O jovem negro não é maior vítima somente do crime organizado, mas o é vítima seletiva da polícia

> O peso desproporcionalmente alto dos negros entre as vítimas mortas nas ações policiais constitui claro indício da existência de viés racista nos aparelhos de repressão. Pode-se argumentar, porém, que esse grupo é alvo mais frequente da ação policial não em razão do fenótipo, mas porque pretos e pardos estão, em sua maioria, entre a população de baixa renda e, por isso, estariam mais envolvidos em crimes violentos. O estudo coordenado por Ignácio Cano sugere que essa hipótese não se sustenta. A pesquisa indicou que, no Rio de Janeiro, a proporção de negros mortos pela polícia era maior que a de brancos tanto dentro quanto fora das favelas. A análise dos dados confirmou que a diferença na chance de sobrevivência entre pessoas de fenótipo diferente é estatisticamente significativa e não depende do local em que ocorrem os confrontos com a polícia. A probabilidade de negros morrerem em confrontos com a polícia é muito maior nas favelas, que são os locais em que o número de mortos pela polícia é maior, mas a diferença entre brancos e negros continua desproporcional quando consideradas outras áreas urbanas. (PNUD, 2005: 92)

O racismo na atuação das forças de repressão, ou seja, no monopólio da força legítima que é dado ao Estado, por si só enfraquece a credibilidade desse mesmo Estado quando da execução de suas prerrogativas. Além de ilegal tal fato produz efeito discrepante quando ao acesso igualitário a Justiça. Na esfera da justiça criminal o "*fenótipo é um importante fator de discriminação na distribuição de justiça"* (PNUD, 2005: 93). Assim,

o principio de igualdade preconizado pelo artigo 5º da Carta Magna é prejudicado porque o fenótipo é um importante fator também igualdade da distribuição da justiça.
Em São Paulo, uma pesquisa sobre o comparativo entre o julgamento de crimes levando em consideração a discriminação racial conclui que :

> Os principais resultados da pesquisa indicaram que não há diferenças entre o "potencial" para o crime violento praticado por delinquentes negros comparativamente aos brancos. No entanto, réus negros tendem a ser mais perseguidos pela vigilância policial, revelam maiores obstáculos de acesso à justiça criminal e maiores dificuldades de usufruir do direito de ampla defesa, assegurado pelas normas constitucionais (1988). Em decorrência, tendem a merecer um tratamento penal mais rigoroso, representado pela maior probabilidade de serem punidos comparativamente aos réus brancos. Como se demonstrou, as sentenças condenatórias se inclinam a privilegiar os roubos qualificados cometidos por réus negros. Tudo parece indicar, portanto, que a cor é poderoso instrumento de discriminação na distribuição da justiça. O princípio da equidade de todos perante as leis, independentemente das diferenças e desigualdades sociais, parece comprometido com o funcionamento viesado do sistema de justiça criminal. (Adorno, 1995: 63)

Esses dados demonstram o quanto o Racismo Institucional adentram as instituições que deveriam promover a igualdade de justiça. Contaminam silenciosamente de modo que ainda que pesquisa científica como essa denunciam a discriminação, não surtam efeito no fazer justiça cotidiano.
Paga-se todos os dias com o erário público aqueles que deveriam ser defensores, independentes se de culpados ou não, mas de cidadão possuidores de direitos. Negam igualdade, exigem as mesmas responsabilidades coletivas.
Em todas as Regiões fisiográficas do Brasil, do ponto de vista da taxa relativa o jovem negro é a maior vítima de homicídio. Em números absolutos a Região Sul o jovem branco é proporcionalmente maior, haja vista que nos Estados que a compõem possuem um população predominantemente branca
A violência letal, quando destacado o grupo de homens de 15 a 29 anos se mostra ainda mais grave, já que se constituem a principal causa de morte desse grupo e quando a questão étnica é levada em consideração os números tomam proporções alarmantes

Gráfico 3:

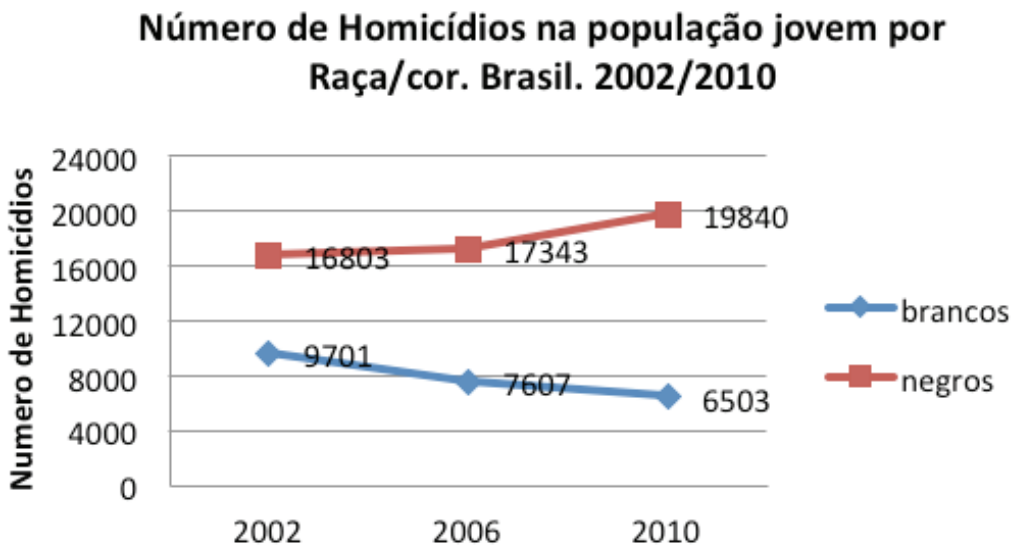

Fonte: SIM/SVS/MS – In Mapa da Violência 2012 – A Cor dos Homicídios do Brasil- 2012

Como se pode observar no gráfico acima, enquanto o número de homicídios de jovens brancos diminui a cada ano o de jovens negros só se faz aumentar.

O que inquieta mais ainda é a tendência crescente dessa mortalidade seletiva. E segundo os dados disponíveis, isso acontece paralelamente a fortes quedas de assassinatos de brancos. Dessa forma, se os índices de homicídios do país nesse período estagnaram ou mudaram um pouco, foi devido a essa associação inaceitável e crescente entre homicídios de cor de pele das vítimas (WAISELFISZ,. 2012: 38)

> Não obstante, pesquisas recentes evidenciam ainda mais uma tendência de alta, ainda que moderada dos índices de homicídios na população jovem.
> Mas de que forma essa mortalidade seletiva se dá na realidade? Se a maiorias das mortes violentas se dá entre uma população jovem, masculina, negra, pobre e de baixa escolaridade, qual tem sido o papel do Estado quanto ao acesso e a permanência da população negra à educação publica no Brasil?

Baixa Escolaridade – Consequência De Uma Abolição Inacabada.

Historicamente, a escolaridade da população negra nunca foi efetivamente prioridade, aliás, após a aprovação da Lei áurea em 1888, que antes de sua sanção mobilizou vários setores da sociedade em prol da campanha abolicionista, os negros foram abandonados à própria sorte, de modo que o reconhecimento de sua condição cidadã não se deu por inteiro. Ao ex-escravo foi negada a integração em uma sociedade de direitos

> A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. (...) Essas facetas da situação (...) imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel". (Fernandes,1964: 70)

Ou seja, a essa população se ex-escravos, somados a discriminação da cor herdaram também a negação da própria ascensão social. Já com a Lei do Ventre Livre que preconizava que a criança nascida livre poderia ser entregue ao Estado, com indenização, para que o mesmo o educasse. A educação da criança negra possuía, no entanto, características diferentes da educação da criança branca. Essa educação tinha por objetivos de disciplinar o negro para o processo produtivo que agora se delineava.

> As práticas educativas não buscavam uma transformação no status dos negros na sociedade livre, mas sua manutenção na condição que foi tradicionalmente construída ao longo de mais de três séculos de contato entre negros e brancos: deveriam permanecer como a parcela de mão-de-obra do estrato mais baixo do processo produtivo e ter suas influências sociais controladas ou minimizadas para que a população brasileira não sofresse um súbito processo de africanização junto à abolição do trabalho escravo. (Fonseca, 2002: 142)

A escolarização do negro após a abolição não sofreu nenhuma modificação, haja vista que as famílias negras não valorizaram a educação como um bem capaz de possuir utilidade, mesmo porque os componentes dessas famílias precisavam trabalhar.

Em toda a história do Brasil República quase nada foi feito, para que o Estado garantisse o acesso do cidadão negro à educação. Do decreto 13331 de 1854, ainda no período imperial que estabelecia a não admissão de escravos nas escolas públicas ou da contestação feita à Justiça pelo Partido Democratas em 2011. Alegando inconstitucionalidade quanto à criação do sistema de reserva de vagas nas escolas públicas em nível superior com base em critérios étnicos raciais no processo de seleção do estudante. Sempre houve uma elite branca capaz resguardar para si todas as garantias de acesso à educação, e principalmente à educação de qualidade.

Ainda que na atualidade, o acesso e a permanência da criança e jovem negro na escola pública seja direito e obrigação, na prática, a sua efetivação está longe de acontecer.

Com um caráter homogeneizador, com papel definido para reproduzir as ideias e valores da elite branca, do ethos dominantes em uma visão monoculturalista. A escola brasileira possui dessa forma e por consequência a negação da identidade própria e coletiva do negro. Ou seja, a educação e a escola que deveriam ser instrumentos de fortalecimento da origem étnica agem como aparelho desagregador de expropriação da identidade

do cidadão negro, com currículos eurocêntricos que reforçam como já foi dito, a reprodução da ideologia dominante. São negadas ao afro-brasileiro as mesmas oportunidades de se reconhecer enquanto indivíduo com características próprias, criam-se estereótipos capazes de impedir a realização do indivíduo enquanto componente da sociedade. Com visão de si mesma pelo prisma do branco dominante.

Ainda que a lei 10.693/03 em que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro, sua aplicação tem sido contestada.

Os dados Abaixo confirmam essa exclusão. O relatório "Criança fora da Escola 2012" da UNICEF aponta que mais de um milhão de crianças de 6 a 14 trabalham no Brasil sendo que desse número 64,78% são negras. Para Douglas Belchior *" a condição social a que a população social foi condenada significa que é preciso priorizar o trabalho antes do estudo. As crianças são condenadas a não frequentar a escola e a ajudar na renda familiar" (PROMENINO*, 2014*)*

O gráfico abaixo ilustra melhor essa situação:

Gráfico 3:

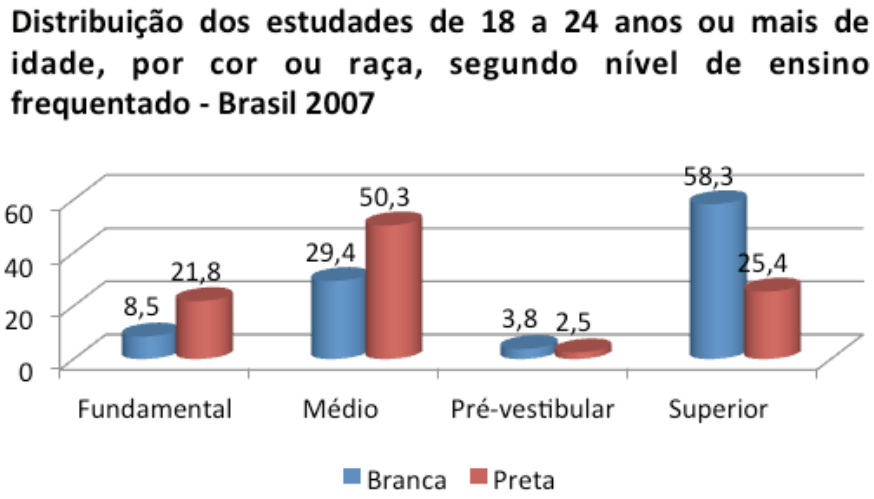

Fonte: IBGE - Síntese de Indicadores Sociais - Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira. 2009

Gráfico 4 :

Comparação de Anos de Estudo efetivados e concluídos, na população de 18 a 24 anos, considerando raça/cor, no Brasil. 2000 e 2007.

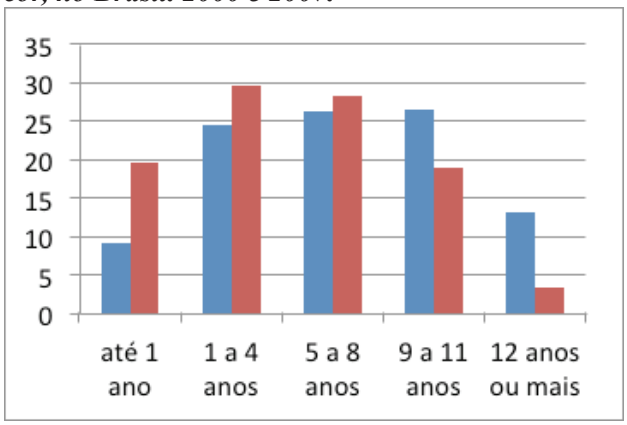

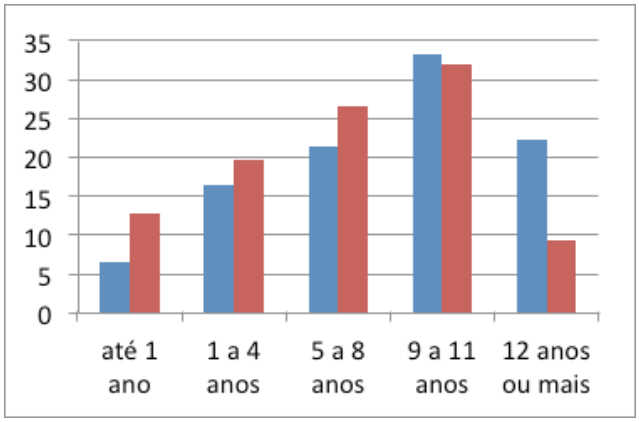

Fonte: IBGE - Síntese de indicadores sociais - Uma análise das condições de vida da população brasileira. 2009

Ao comparar a escolaridade medindo pela quantidade de anos de estudo, efetivados e concluídos é possível perceber uma leve queda da disparidade entre brancos e negros.

A construção do mito da democracia racial

Em outubro de 2005 o relator especial da ONU, Doudou Diène, visitou o Brasil no período de 17 a 26 do mês citado acima, com o objetivo de responder às seguintes questões: Existe racismo e discriminação racial no Brasil? B) Caso afirmativo, quais são as suas manifestações e expressões? C) Quais são as políticas adotadas pelo governo no seu combate e quais seriam as melhores soluções do ponto de vista das comunidades discriminadas?

Em resposta à primeira questão tanto governo, na sua mais alta esfera , quanto sociedade civil foram categóricos em afirmar que o racismo e a discriminação existem e estão historicamente arraigado na construção da sociedade brasileira.

Sociedade essa que teve em sua gênese inicial o encontro de três etnias compostas pelos europeus, o nativo brasileiro e o negro escravo trazido da África, sendo a primeira representando o dominador e as duas últimas os dominados.

No entanto, a aceitação de que existe racismo não é partilhado por todos aqueles que compõem o governo, em Recife o relator deparou com a sugestão do Governador do Estado de Pernambuco a época não sendo o racismo um problema relevante. Esses dois pontos de vista demostram o quanto é complicado a admissão da sociedade como um todo da importância do combate ao racismo.

Cunhado por Gilberto Freire, e usada ideologicamente pela classe hegemônica o mito da democracia racial, onde as relações raciais, segundo ele, se deram de forma amistosa e cordiais, tanto que pela elevada mestiçagem no País, estaria comprovada a predisposição do branco europeu em "até" manter relações sexuais com as negras nas senzalas.

Para (Freyre, 1990: 91) *"Hibrida desde o início, a sociedade brasileira é todas das Américas a que se construiu mais harmoniosamente quanto às relações sociais"*

Essa construção ideológica mascarava os problemas enfrentados pelos negros no Brasil a pouco libertos da escravidão. Tendo a economia colonial e imperial sustentada pelo braço negro, que após a abolição passa de escravo para miseráveis, onde foram negados elementos básicos da subsistência.

Acusaram-nos de indolentes, que teve como resultado a degradação física, mental e cultural. Trouxeram o imigrante europeu, alguns se recusaram a empregar os negros livres, tudo isso, como parte de um todo muito bem articulado e planejado. Os instrumentos usados nesse período histórico baseavam-se na difusão do discurso dominante onde os humanos estariam divididos em raças superiores e inferiores, justificando-os através da animalização do diferente, baseando-se nas pesquisas científicas da época

> (...)É possível dizer, no entanto, que os modelos deterministas raciais foram bastante populares, em especial no Brasil. Aqui se fez um uso inusitado da teoria original, na medida em que a interpretação darwinista social se combinou com a perspectiva evolucionista e monogenista. O modelo racial servia para explicar as diferenças e hierarquias, mas, feitos certos rearranjos teóricos, não impedia pensar na viabilidade ele uma nação mestiça.(...)
>
> No entanto, na medida em que esse tipo de teoria se transformou, no Brasil, em uma espécie de jargão comum até os anos 30,(...) esses "homens de sciencia" encontravam espaços privilegiados para a produção de ideias e teorias, e para seu reconhecimento social. (...) A análise de diferentes instituições de saber de finais do século XIX, entendidas enquanto instâncias específicas de seleção e consagração intelectual, propiciará um amplo panorama das elites ilustradas nacionais da época, bem como a recuperação da lógica de recriação desses modelos raciais. (SCHWARCZ, 1993, p.65)

Serviu então da Ciência para justificar a dominação de uns sobre outros. Da eliminação, da execração social, da discriminação e do racismo.

Ao analisar o conceito de raça levando em consideração e o ponto de vista das atuais pesquisas do genoma humano, o STF definiu:

> Com a definição e o mapeamento do genoma humano, cientificamente não existem distinções ente os homens, seja pela pigmentação da pele pelo formato dos olhos, altura, pelos ou por quaisquer outras características físicas, visto que todos se qualificam como espécie humana. Não há diferenças biológicas entre os seres humanos. Na essência são todos iguais (ACÓRDÃO HC 82424-2/RS).

A fenotipia dos seres humanos é que por consequência gera processos discriminatórios oriundas do processo histórico construído por todos. Assim, o STF classifica Raça e racismo como: " *a divisão dos seres humanos em raças resulta de um processo de conteúdo político-social. Desse pressuposto origina-se o racismo que por sua vez, gera a discriminação e o preconceito segregacionista*"

A Senzala Moderna – Da discriminação Racial a segregação Social – o mesmo resultado

A sociedade brasileira não tem sabido cumprir suas leis, desde a diáspora dos tumbeiros, a invasão das comunidades no Rio. Desde o decreto que proibia a instrução do negro forro até a acalorada discussão se o País deve pagar sua dívida social com afrodescendentes através do acesso a educação de qualidade. O que se mascara na sociedade brasileira é a própria democracia, que se não existe para todos, não existe.

> [...] ou ela é democrática para todas as raças e lhes confere igualdade econômica, social e cultural, ou não existe uma sociedade plurirracial democrática. À hegemonia da 'raça' branca se contrapõe uma associação livre e igualitária de todos os estoques raciais (NASCIMENTO, 1978 p. 37).

Como construir uma sociedade democrática quando os dados apontados pelo Censo Demográfico de 2010 apontam que os analfabetos somam 9,6% do total da população com mais de 15 anos. E dessa população (com mais de 15 anos e analfabeta) 5,9% são brancos, 14,4% são pretos e 13% são pardos, ou seja, a soma dos analfabetos pretos e pardos é 4,5 vezes maior que os analfabetos brancos?

Como garantir isonomia de direitos quando o mesmo Censo de 2010 aponta que a média salarial de brancos é 100% superior ao dos pretos e pardos, onde os brancos recebem 5,25 salários mínimos, pretos 2,43, pardos 2,54 como rendimento médio mensal?

Por mais que a sociedade brasileira e seu arcabouço jurídico tenham desenvolvido, não se pode garantir a mudança estruturante da sociedade colonial patriarcal onde os descendentes daqueles que dormiam nas senzalas e limpavam as casas-grandes continuam trabalhando como empregados domésticos, onde 14,6% dos negros são empregados domésticos e pardos 8,4%. 6,1% dos brancos trabalham nessa função.

> Com isso, ele concorre para que se dê menos ênfase à desmistificação da democracia racial, para se começar a cuidar do problema real, que vem a ser um genocídio insidioso, que se processa dentro dos muros do mundo dos brancos e sob a completa insensibilidade das forças políticas que se mobilizaram para combater outras formas de genocídio (Fernandes apud Nascimento, 1978: 21).

Se em nível federal as políticas de igualdade racial implantadas podem conseguir, mesmo que em longo prazo, um substancial aumento da participação efetiva da população negra aos bens produzidos pela sociedade seja ele material ou imaterial, no que tange as politicas desenvolvidas nos estados federados algumas além de confusas, como o não aceitar a existência do racismo por parte do governador de Pernambuco, e outras como afronta ao estado de direitos, relativos à uma sociedade democrática como as declarações feitas pelo governador do Estado do Rio de Janeiro:

> Sou favorável ao direito da mulher de interromper uma gravidez indesejada. Sou cristão, católico, mas que visão é essa? Esses atrasos são muito graves. Não vejo a classe política discutir isso. Fico muito aflito. Tem tudo a ver com violência. Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal. O Estado não dá conta. Não tem oferta da rede pública para que essas meninas possam interromper a gravidez. Isso é uma maluquice só", (FERNANDES, 2007)

Nessa concepção, a do representante maior do poder executivo do Estado do Rio de Janeiro em 2007, a interrupção da gravidez tomaria corpo e concepção de política pública de contenção da violência. Além é claro de identificar que nas favelas do Rio a criminalidade crescente está intrinsicamente ligada ao não planejamento familiar de pobres. O aborto como forma de prevenção da violência não seria um direito conquistado pelas mulheres de interromper uma gravidez indesejada, mas um ato de concepção eugenista. Onde o estado pudesse sugerir que deve e quem não deve viver, ou até mesmo nascer. Mães faveladas produtoras contumaz da turba que apenas problemas traz para o Estado Brasileiro.

Em São Paulo, os casos destacados abaixo demostram o quanto os chefes do executivo de São Paulo pouca questão faz em torno dos mortos que a polícia deixa em seu rastro de sangue. O Estado passa ser junto com o crime organizado um colaborador das estatísticas de mortes violentas

E para a polícia agir desta forma existe uma ideologia própria legitimando a condução daqueles que deviam preservar o estado de direito a agir fora da lei conforme declaração da maior autoridade executiva do Estado

A frase dita pelo governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin, "*Quem não reagiu está vivo*" defendendo a ação da Rota (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar) que terminou com noves suspeitos mortos em uma operação em um sítio em Várzea Paulista, em que segunda denuncia anônima apontava um julgamento de um suspeito de estupro.

Parafraseando o governador Alckmin, O ex-governador Luiz Antônio Fleury Filho comandava o Estado de São Paulo em outubro de 1992, data do massacre na Casa de Detenção do Carandiru, que causou a morte de 111 presos, reafirma esse pensamento 20 anos depois do massacre, em entrevista ao jornal do Estado de São Paulo no dia 30 de setembro de 2012

E, esse descaso com a vida parece fazer parte do tecido social.

> Em 1986, após rebelião na Penitenciária de Presidente Wenceslau, interior do estado de São Paulo, na qual resultaram 16 mortos, entre presos e funcionários, o então Coordenador dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado (COESPE), um ex-delegado de polícia, declarou enfaticamente: 'Não temos mortos a lamentar. (ADORNO, 1996: 47).

Importante destacar que para a população no geral, nos três casos citados a reação foi de naturalidade. Nenhuma das autoridades foi punida, seja com sansão disciplinar e jurídica ou diminuição da popularidade política.

Para Adorno (1996: 47) essa reação pode e deve ser analisada de modo mais profundo:

> Ela parece revelar, contudo o efetivo significado da impunidade na sociedade brasileira. Por um lado, sintetiza a comunhão de sentimentos coletivos de ódio e vingança de uns - os "iguais" - em relação a outros, "os diferentes", cujos juízos valorativos circulam pelo senso comum sem quaisquer interditos, inclusive morais. Sob esta perspectiva, as autoridades públicas somente podem aparecer aos olhos de alguns cidadãos comuns como "vingadoras" de fato e por direito. Seu papel não é assegurar direitos, porém punir, punir exemplarmente, com muito rigor e sem quaisquer condescendências, notadamente aquelas contidas em lei. Por outro lado, traduz o modo como algumas autoridades compreendem o desempenho de suas funções públicas de repressão e contenção do crime. Assumindo o papel de "vingadoras", julgam-se isentas das restrições impostas pela lei ao abuso de poder e de autoridade. Pretendem assim corresponder às expectativas de expressivos segmentos da população

Rolezinho – o retrato (sem retoques) do apartheid brasileiro

Quando do advento, do fenômeno rolezinho, onde jovens pobres da periferia de São Paulo combinaram de "dar um rolezinho" no Shopping Itaquera o que se viu foram cenas desmedidas da repressão policial , provocando toda uma discussão que envolveu toda a sociedade bem como os meios de comunicação e o governo como um todo.

Para os filhos da elite branca o Shopping tornaram-se paraíso para o ávido consumo o que, portanto, não são locais para a população empobrecida que procuram o local para o lazer que esse mesmo governo não promove nos locais públicos.

> Ao emergir de sua invisibilidade programada e arquitetada ao longo de toda sua participação amputada na sociedade brasileira, os negros e negras começam à produzir uma força, que

> provoca a expulsão traumática do tumor que vem impregnando todo o organismo brasileiro, causando sequelas gravíssimas como o genocídio de toda uma juventude, a segregação silenciosa e a estereotipação negativa de uma raça (FRANCISCO, 2014).

Ainda que os shoppings sejam locais privados, são abertos ao público e que segundo preceito constitucional não podem selecionar os que podem e os que não podem frequentá-los, independentes se aqueles que o frequentam possam ou não pagar pelos produtos ali ofertados. Esse preceito, também fazendo parte das garantias individuais preconizadas pelo artigo 5º da CF. Direitos esses que foram sumariamente usurpados, quando liminares judiciais impediram a entrada desses jovens em três Shoppings da cidade de São Paulo.
Comprovação dessa segregação social e racial se deu quando, alunos da FEA – Faculdade de Economia e Administração da USP (Universidade de São Paulo) promoveram o mesmo evento dias depois e não foram incomodados.
O fato dividiu opiniões da sociedade brasileira, houve os que se sentiram aviltados com o uso do braço forte do Estado, mantidos pela cobrança de imposto de toda a população, sem distinção, na proteção da ordem burguesa em detrimento dos direitos garantidos pela Carta Magna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante toda a pesquisa e a demonstração de dados estatísticos do confronto que a população negra brasileira trava todos os dias para se manter viva, para manter-se culturalmente reprodutiva, foi o que mais se observou. Os movimentos sociais de resistência negra logram todos os dias um pequeno passo em busca de uma sociedade mais democrática, ainda que se pareça tão pequena a vitória.
Não se pode admitir que vidas sejam ceifadas na mais tenra idade como se a elas não fosse elencadas nenhum valor,.
O Estado democrático de Direito do Brasil só poderá ser considerado democrático quando superar essa chaga que expõe a fissura de uma sociedade que em um processo histórico tem destituído direitos de uns tantos em detrimento do bem estar de uns poucos. Recomendações para que isso aconteça já foram feitas pela ONU, que sugere entre tanta medidas a superação do racismo institucionalizado que permeia as raízes histórica da discriminação e do racismo.
Urge à sociedade brasileira a mobilização para que a violência pela qual a população negra está inserida seja erradicada como se em comparação extirpasse um tumor maligno.
De todas as citações que se encontrou nessa pesquisa essa talvez seja a que melhor exemplifique o que é a morte da juventude negra.

> Há uma morte branca que tem como causa as doenças, as quais, embora de diferentes tipos, não são mais que doenças, essas coisas que se opõem à saúde até um dia sobrepujá-la num fim inexorável: a morte que encerra a vida. A morte branca é uma "morte morrida". Há uma morte negra que não tem causa em doenças; decorre de infortúnio. É uma morte insensata, que bule com as coisas da vida, como a gravidez e o parto. É uma morte insana, que aliena a existência em transtornos mentais. É uma morte de vítima, em agressões de doenças infecciosas ou de violência de causas externas. É uma morte que não é morte, é mal definida. A morte negra não é um fim de vida, é uma vida desfeita, é uma Átropos ensandecida que corta o fio da vida sem que Cloto o teça ou que Láquesis o meça. A morte negra é uma morte desgraçada. BATISTA; ESCUDER; PEREIRA, 2004: 635).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. *A gestão urbana do medo e da insegurança: violência, crime e justiça penal na sociedade brasileira contemporânea*. 1996. Tese. (Livre-Docência em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: PPGS/FFLCH-USP, 1996.

_____. *Discriminação Racial e Justiça criminal em São Paulo*, In: Novos Estudos, CEBRAP, N.° 43, novembro 1995. pp. 45-63

BATISTA, Luís Eduardo; ESCUDER, Maria Mercedes Loureiro and PEREIRA, Julio Cesar Rodrigues. *A cor da morte: causas de óbito segundo características de raça no Estado de São Paulo, 1999 a 2001*. Rev. Saúde Pública [online]. 2004,.5, pp. 630-636. Disponível em http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102004000500003 acesso em 03/06/2014

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2005

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2013*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 196, que estabelece as diretrizes e bases da educação.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Acórdão HC 82424-2/RS. Relator: CORRÊA Mauricio. Publicado no DJ de 19-03-2004 pp 00017*. Disponível em http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=79052. Acesso em 20/09/2014

DIÈNE, Doudou. *Relatório de racismo, discriminação racial xenofobia e todas as formas de discriminação* – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Brasília: PNUD, 2005.

FERNANDES, Florestan. *Prefácio à edição brasileira*. In: Nascimento, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FERNANDES, Nelito, *O governador do Rio defende o direito ao aborto para acabar com "fábricas de marginais". Por que isso incomoda tanto?* In: http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR79800-6001,00.html acesso em 03/05/2014

FONSECA, M.V. *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: ESUSF, 2002.

FRANCISCO, Mônica – *Rolezinho: Está na hora de fazer valer a lei* – In: Jornal do Brasil, 15/01/2014. Brasília.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. 48ª Edição São Paulo: Global Editora,2003.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de indicadores sociais - Uma análise das condições de vida da população brasileira*. 2009

IPEA, *Boletim de Análise Político-Institucional* / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – 1 (2011) - Brasília : 2011-

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/>. Acesso em: 03 mar. de 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

UNICEF, *Criança Fora da Escola - Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da Educação Básica na idade certa – Direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes* - Fundo das Nações Unidas para a Infância. - Brasília: 2012

WAISELFISZ, Julio Jacobo, *Mapa da Violência 2006: A cor dos Homicídios do Brasil,* Organização dos Estados Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura; Brasília: SEPPIR/ PR, 2006

_____, *Mapa da Violência 2011: Os Jovens do Brasil*, Rio de Janeiro: Instituto Sangari; São Paulo, 2011.

_____Mapa da Violência 2012: A cor dos Homicídios do Brasil, Rio de Janeiro: CEBELA, FLASCO; Brasília: SEPPIR/ PR, 2012

_____, *Mapa da Violência 2013: Homicídios e Juventudes no Brasil*, Rio de Janeiro: CEBELA, FLASCO; Brasília: SEPPIR/ PR, 2013

_____, *Mapa da Violência 2014: Os Jovens do Brasil,* Rio de Janeiro: CEBELA, FLASCO; Brasília: SEPPIR/ PR, 2014.

ZALUAR, Alba. A guerra privatizada da juventude. Folha de S. Paulo, 18/5/1997. Disponível em : http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs180513.htm, acesso em 20/05/2014

A formação de professores e professoras para a educação básica num Brasil de permanente e insistente prática cotidiana do racismo

Aldenir Dias dos Santos
Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, PUC/SP
dias.dida@gmail.com

RESUMO: No Brasil continuamos a evitar temáticas referentes a alguns dos preconceitos, particularmente o racial. A imagem de um Brasil homogêneo, sem diferenças e promotor de uma *democracia racial* continua dificultando a formação brasileira para enfrentamento do racismo. O presente artigo tem como objetivo apresentar estudos referentes à formação de parcela de profissionais da educação básica a respeito das relações étnico raciais no Brasil. Apesar da pesquisa ser realizada numa instituição de ensino, que tem em suas diretrizes educacionais o combate ao racismo, e da aprovação da Lei 10.639 de 2003, sobre o ensino da história da África e dos povos afro brasileiros, o estudo concluiu que o seu curso de pedagogia não garantiu a formação das alunas, que participaram desta pesquisa, para o enfrentamento deste preconceito em sala de aula.

Palavras-chave: Racismo; Educação das Relações Étnico/Raciais; Formação de Professoras; Lei 10.639/2003; Brasil.

1- Introdução

No Brasil continuamos a evitar temáticas referentes a alguns preconceitos, principalmente o racial. Por muito tempo, *mitos* veiculam a imagem de um Brasil homogêneo, sem diferenças, promotor da *democracia racial*.
A sociedade brasileira tem dificuldades em lidar com essa temática, apesar da exaustiva e cotidiana presença destas manifestações, sobretudo no interior da escola, em todos os níveis educacionais, mas também noutros campos, como o acesso às políticas públicas notadamente no setor da segurança.
A escola é um ambiente privilegiado para a promoção de uma relação étnico-racial positiva em virtude da marcante diversidade em seu interior e também por ser o ambiente da educação formal, onde são formada/os as profissionais e os profissionais no país.
O trabalho apresenta analises sobre a formação docente no Curso de Pedagogia na Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP[1], existente no interior de São Paulo, no que diz respeito à compreensão que alunas no final da sua formação, portanto, no último ano, entende sobre questões referentes às relações raciais no país.
Para a análise utilizamos duas fases de coleta de dados para a pesquisa. A primeira fase, foi produzida dentro dos objetivos da nossa dissertação de Mestrado em Educação, no Programa de Pós Graduação, desta instituição durante os anos 2001 à 2003, antes da aprovação da Lei 10.639/03 que instituiu a obrigatoriedade dos conteúdos sobre a historia e cultura afro brasileira e africanas na educação básica nacional e, uma segunda fase, em 2014, dez anos após a aprovação da lei.
A pesquisa foi realizada nas duas fases através de um questionário, com questões abertas e fechadas à respeito do entendimento destas alunas e alunos do Curso de Pedagogia, sobre alguns dos termos utilizados no trato do racismo brasileiro.
Buscamos saber o que compreendem a cerca do próprio termo *racismo* e *discriminação racial*, bem como, saber se consideram que a sua graduação em Pedagogia, conseguiu prepará-las para melhor lidar com as manifestações de racismo em sua prática profissional. Além disso, buscamos entender também, o que, segundo estas alunas e alunos, seria uma formação adequada para lidar com a temática.

1 UNIMEP é uma instituição existente na cidade de Piracicaba, no interior do Estado de São Paulo.

2- O racismo brasileiro

Neste país, apesar de às vezes parecer velado, o racismo persiste em sua forma cada vez mais violenta. A ideia de que no Brasil há uma democracia racial, de que a discriminação é social e não racial, é derrubada, quando se abre os jornais diários e quando se busca os indicadores econômicos entre brancos e negros, especialmente, nos dados da violência e nos assassinatos de jovens no Brasil. O Mapa da Violência de 2013 é bem representativo, mostrando que a cada três assassinatos no país de jovens entre 15 à 24 anos de idade, dois são jovens negros[2] (WAISELFIS, 2014).

Se anteriormente a estas duas ultimas décadas as manifestações de racismo pareciam de fato mais veladas, hoje com a existência de algumas políticas públicas de ação afirmativa, parecem que há uma forte reação dos setores da sociedade, contrários às políticas de combate ao racismo. É o que se tem percebido atualmente nos estádios de futebol, nas escolas da educação básica e nas universidades, principalmente nas públicas onde a barreira do vestibular é apenas o começo da sua exclusão nestes espaços.

Mais recentemente tivemos o caso do goleiro Aranha, quando a torcida opositora gritou de forma unitaria o termo *macaco,* se referindo ao jogador, termo frequntemente utilizado para a população negra, em várias espaços público, como os estádios de futebol, no Brasil ou na Europa, sejam brasileiros ou africanos.[3]

Aqui no Brasil, o racismo aliado à situação de classe e gênero é o maior indicador das condições vulneráveis para a população (IPEA, 2011) . Isto se deve em boa medida a não conclusão definitiva da abolição da escravidão que aconteceu no país, fazendo parte do sistema mundial triangular de comércio de pessoas, trazendo homens, mulheres e crianças para o *novo mundo* que tanto assolou o continente africano quanto exterminou populações indígenas no Brasil, quanto criou uma subcategoria de brasileiros, selando o destino deste país.

O Brasil *nunca será uma nação desenvolvida, pois têm em suas origens povos de raça degenerada, como os africanos*, estas são teorias e concepções, construídas em fins do século XIX e início do século XX. São ideias sobre superioridade e inferioridade das raças, teorias do embranquecimento e o *consagrado* mito da democracia racial, que permanecem em nossa sociedade, principalmente no ambiente escolar.

> a raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que se acercou o revoltante abuso da escravidão, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo (RODRIGUES, 1988:27)

As ideias de Nina Rodrigues que teve como ideólogo o italiano Cesare Lombroso[4], um higienista e criminologista que em seus estudos sobre as causas da criminalidade defendeu que *bandido já nasce bandido*, pode muito bem explicar o extermínio da população negra neste país.

As ideias estereotipadas sobre os povos africanos, atribuindo-os o caráter de animalidade e exacerbada libido, parece perseguir mulheres e homens negros, pois não bastaram os acontecimentos do século XIX, na França e Inglaterra com a exposição de pessoas como espetáculo nos *circos dos horrores* (piccadilly circus)[5] onde

---

2 Neste artigo utilizo o termo negro como propõe GOMES (1995) por ser um termo consagrado no pensamento social brasileiro, para designar pretos e partos e por ser um termo utilizado pelo próprio movimento negro, em seu sentido político e histórico.

3 Noticia veiculada na página http://esportes.terra.com.br/santos/goleiro-aranha-e-alvo-de-ofensas-racistas-na-arena-do-gremio,a35122e4c2f18410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html Quando torcedores do Villareal jogam banana em direção ao jogador brasileiro e este come a banana.
http://www.jn.pt/blogs/nosnarede/archive/2014/04/28/jogador-do-barcelona-d-225-li-231-227-o-anti-racismo-em-campo.aspx

4 Médico criminologista italiano, responsável pela teoria sobre o caráter natural do bandido. Ver Lombroso, Cesare. O homem delinquente. Trad: Sebastião José Roque. São Paulo: 2013. Coleção fundamentos de direito.

5 Piccadilly Circus eram *c*asas de espetáculos em Londres e Paris, no século XIX, onde corpos humanos levados das regiões encontradas pelos europeus, nas navegações dos séculos XV e XVI, eram exibidos como monstruosidades.

Saartjie Baartman, uma jovem sul africana, dos povos khoi-san, chamada pejorativamente de Hotentote, *a Venus Negra*, levada pelo cirurgião inglês Willian Dunlop da sua terra, em 1810 para se apresentar, nestes palcos. Saartjie sobreviveu apesar de *bulinada*, explorada e analisada sob os olhares violentos e sedentos, ora como espetáculo ora como material de pesquisa para os primeiros cientistas naturalistas[6], servindo assim de estudos, sobre sua possível capacidade *libidinosa e animal*, como também, servindo à caracterização racial de povos africanos. (RAGO, 2008)

São estas, portanto, as possíveis origens dos estereótipos negativos especialmente às mulheres negras no Brasil, a ideia de *branca prá casar, mulata prá fornicar e preta prá trabalhar* continua indicando o lugar destas pessoas.

Hoje, em 2014, com as denuncias de episódios misóginos e racistas em universidades no país, possamos sentir o alcance das ideias sobre o/a *Outro*[7].

Sabe-se que a escola não é o único lugar para o tratamento destas questões do racismo, porém é na escola onde se encontra a grande diversidade da população brasileira e com isto, propicio espaço para analise da sua formação.

3- A Lei 10.639/03: desafios e possibilidades

Como resultado das lutas e reivindicações do movimento negro em 2003 foi aprovada uma lei que alterou o artigo 26. A da Lei de Diretrizes Bases da Educação Brasileira, instituindo a obrigatoriedade da historia e cultura afro brasileira e africanas na educação básica nacional e mais tarde, em 2008 outra lei, a Lei 11.645, altera novamente o artigo 26 A, ampliado a exigência para os conteúdos referentes aos povos indígenas brasileiros.

Neste artigo faremos referência apenas a lei 10.639[8], pelo seu caráter inovador, quando altera uma legislação nacional incluindo o estudo de povos ausente na educação formal brasileira. A lei refere-se a processos educativos que possibilitam às pessoas superarem preconceitos raciais, estimulando praticas sociais livres do racismo e ainda propiciando engajamentos em outras lutas por novas relações sociais, revertendo a posição de desconhecimento total sobre o continente africano e seus povos e desconstruindo ideias reducionistas e depreciativas que a nossa educação eurocêntrica nos formou. Se as identidades são construídas, histórica e culturalmente (HALL, 2005:59), os conteúdos indicados pela lei possibilitariam que brancos e não brancos, construam identidades étnico/raciais positivas, pois esta educação eurocêntrica, reducionista construiu ideias que foram ao longo do tempo naturalizadas sobre os africanos e seus descendentes. Na história do Brasil, negro foi sinônimo de escravo e assim de inferior, determinando, portanto, o seu lugar na sociedade brasileira. (CAMPOS, 2004:41)

4- A formação docente, o Curso de Pedagogia e suas alunas e (poucos) alunos

A formação de professores, pensando a prática docente como uma função transformadora, não é nova; tem sido destaque em vários congressos e seminários sobre educação no país. A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED há muito criou um Grupo de Trabalho e tem incentivado o debate sobre o tema.

Segundo Pereira (2000) as transformações ocorridas na organização do trabalho docente e as condições materiais da escola pública trazem uma nova função social para a prática docente e uma perspectiva de transformação social para esta prática docente, trazidas também pela entrada em cena de novos grupos sociais, segundo Sader (1988) como o movimento feminista, movimento negro, entre tantos outros.

---

6 BADOU, Gérard. *L'énigme de La Vénus Hottentote.* Fr. 2002. Ver também filme: A Venus Negra, 2009.

7 Referência ao estudo do TODOROV, Tzetan. *Nós e os outros,* 1993.

8 Esta lei 10.639/03, em 2008 foi alterada para 11.645, incluindo os conteúdos sobre os povos indígenas no Brasil.

O trabalho se insere, portanto, nesta preocupação do que seja a função social da escola. Segundo Mazzilli (1995:15),

> Como instituição social, a escola realmente só se modificará a partir de transformações estruturais da sociedade como um todo. No entanto, um novo projeto de educação e de sociedade pode ir sendo gestado no âmbito da própria escola, nos embates criados pela não aceitação dos conhecimentos como verdades acabadas e pela compreensão de que a função da escola não se resume à transmissão do saber sistematizado mas na apreensão e construção do conhecimento a partir de uma nova ótica e significado.

A compreensão da problemática étnico-racial, que se traduz na ausência destas questões tanto nos conteúdos escolares, na prática docente e de membros da comunidade escolar, quanto entre os próprios alunos e alunas, poderá dar a qualidade que precisamos à nossa prática profissional. Pois, os estereótipos racistas, vivenciados por estudantes, negros e negras, podem estar comprometendo o desempenho e o desenvolvimento da personalidade de crianças e adolescentes negros, bem como contribuindo para a formação de crianças e adolescentes brancos com sentimentos de superioridade. (CAVALLEIRO, 2000)

Estariam os professores e professoras sendo preparados para lidarem com estas questões? O quê pensam alunas e alunos do curso de pedagogia, sobre as relações raciais no Brasil, na educação e na sua formação profissional?

Utilizaremos no trabalho o conceito de raça dentro da perspectiva de Guimarães:

> como elas são, ou seja, construções sociais, formas de identidades baseadas numa ideia biológica errônea, mas eficaz socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios. Se as raças não existem num sentido estritamente realista de ciência, ou seja, se não são um fato do mundo físico, são, contudo, plenamente existentes no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações dos seres humanos (GUIMARÃES, 1995:153).

Para os termos preconceito, racismo e discriminação racial, utilizaremos a definição de Gomes (1995:59), pois segundo esta autora a discriminação racial é a prática do racismo e do preconceito. O preconceito e o racismo fazem parte das teorias que servem à prática da discriminação racial.

Embora em vários trabalhos sejam empregados indistintamente às expressões discriminação e preconceito, há diferenças entre ambas. O preconceito seria mais uma atitude, enquanto a discriminação já se configura como uma ação. Mas de qualquer modo, como lembra Hasenbalg (1979), no Brasil, a noção de preconceito tem sido usada para indicar tanto o preconceito como a discriminação.

Já Gomes (1995), opta por utilizar a expressão discriminação racial ao invés da expressão preconceito, para analisar as relações raciais, pois segundo esta autora a expressão discriminação:

> localiza a discussão em quem recebe a ação discriminatória, que é o negro, amplia a discussão e incluímos outros agentes, pois saímos do campo das atitudes dos indivíduos e penetramos no âmbito das instituições, revelando que a discriminação pode ser exercida institucionalmente (GOMES, 1995: 60-61).

Esta definição é muito importante para as discussões sobre o racismo no Brasil pelo caráter institucional da discriminação racial, não é apenas um ou outro, ou apenas os indivíduos que discriminam. São também as instituições que mantêm uma estrutura perversa de exclusão. A escola não pode ficar à parte desse tipo de análise (GOMES, 2012).

Ainda, segundo a autora, temos que tomar cuidado para que não consideremos a discriminação racial como produto direto do preconceito, pois, a culpa recairia simplesmente em cima de quem pratica a discriminação. A discriminação pode não ser originária só de manifestações de preconceito, poderia ser também de outros processos sociais e psicológicos.

> Estamos diante da distinção entre discriminação provocada por preconceito e discriminação provocada por interesse, esta tem a noção de privilégio como foco principal, ou seja, a continuidade e a conquista de privilégios de determinado grupo sobre o outro grupo seriam as responsáveis pela sua perpetuação (GOMES, 1995:60).

Pensamos que compreender os significados destes termos é um dos aspectos importantes na formação das e dos profissionais da educação como as pedagogas e os pedagogos, na busca por uma educação das relações étnico/raciais.

5- Procedimentos metodológicos, coleta e discussão dos resultados.

A pesquisa no Curso de Pedagogia da Unimep, deu-se por ser um curso numa instituição que tem segundo, os seus documentos oficiais

> [...] o compromisso com uma ação educativa contribuindo para libertar a sociedade das injustiças sociais como, a opressão da mulher, o racismo, a violência, a exploração dos trabalhadores do campo, a usurpação dos direitos dos índios (MESQUIDA, 1996).

A opção por pesquisar alunas de um curso de pedagogia, passa principalmente, por ser este, no rol das licenciaturas, o curso que forma profissional diretamente ligado à educação, bem como, o curso responsável por formar profissionais, professoras e professores da educação básica, nas primeiras séries, além do quadro pedagógico como coordenadoras, supervisoras e diretoras.
Assim, apesar das pequenas indicações sobre as relações raciais no projeto pedagógico deste curso e conhecendo, como já dissemos a história da universidade e principalmente preocupada com a prática educativa na sala de aula, fomos ouvir os sujeitos fundamentais deste processo, fomos ouvir as alunas e o aluno.

5.1- A primeira fase da pesquisa

A definição por uma turma do ano de 2003 foi pelo fato de ser a primeira a se formar sob a orientação do então Projeto Pedagógico[9], e também, porque estando no ultimo ano já teve contato com a maioria das disciplinas do curso. E dentro do esforço de ouvir as pessoas envolvidas, buscamos dentre elas mesmas, meios de construir as indagações que melhor respondesse as nossas dúvidas sobre a formação de profissionais da educação. Então, durante um estagio supervisionado na disciplina de História da Educação, na mesma instituição e curso, porém no primeiro semestre, busquei informalmente encontrar-me com alunas e apresentar o meu tema de pesquisa e como percebi interesse, por parte de uma aluna, propus um encontro com outras.
Reuni-me com o grupo de alunas escolhidas por uma delas[10] e conversamos sobre o meu tema de pesquisa e perguntei o que achavam e da sua pertinência e como elas gostariam que esta temática das relações raciais fosse tratada no curso, já que estavam apenas no primeiro ano de curso.
Da conversa participaram as alunas A, B, C, D e E; A foi a primeira aluna que se manifestou dizendo que já era professora numa instituição infantil particular e que na semana anterior havia tido um problema que a estava incomodando muito, pois sofreu uma discriminação racial e não soube o que fazer e como enfrentar. Uma aluna disse-lhe que sua coleguinha havia lhe confidenciado que se recusava pegar em sua mão, por ser preta. (SANTOS, 2003:83)

---

9 PROJETO DE REDESENHO CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA. Unimep, 1999.

10 Neste trabalho as alunas colaboradoras da pesquisa, tanto na primeira fase quanto na segunda, serão tratadas em forma de letras.

Rosa disse não estar surpresa com a atitude da criança, sua aluna, estava apenas surpresa com a sua falta de atitude e de condições no enfrentamento destas questões, principalmente na escola, com os alunos e alunas, pois conversava muito com a sua família sobre o assunto.

Num outro relato, Adriana disse que numa das atividades em sala de aula deste seu curso de Pedagogia, na elaboração de um trabalho sobre pontos positivos e negativos da educação, os cartazes sobre os pontos positivos eram todos coloridos, com ambientes limpos, cheios de flores e crianças brancas e para os pontos negativos na educação, os cartazes eram escuros, com ambientes sujos e muitas crianças pobres e negras, esperei que a professora fizesse algum comentário, o que não aconteceu e também não provocou o debate por não se sentir segura e, estar no começo do curso (SANTOS, 2003:84).

A pergunta seguinte de B: *Será que quando estivermos no último semestre estaremos mais seguras e sabendo tratar melhor estes assuntos,* bem como os relatos de A e C reforçaram nossas preocupações e a atualidade naquele momento da pesquisa sobre a formação profissional na educação e serviu também para confirmar a necessidade de espaços na universidade para o trato destas questões, especialmente nos cursos de licenciaturas, sejam em disciplinas especiais ou em disciplinas próprias do estágio, por exemplo.

Após este encontro informal com as alunas de início de curso, optamos por aplicar o questionário com quatro questões sobre a compreensão destas alunas acerca de alguns dos termos utilizados no estudo das relações étnico raciais como *discriminação racial e racismo*. Também perguntamos sobre se consideram que o curso tratou dessa temática e se sentem preparadas para o enfrentamento de possíveis manifestações racistas durante o exercício profissional e como agiriam nestas situações consigo e com seus alunos e alunas. A turma foi de 31 pessoas, sendo 30 mulheres e um homem, destes 10% eram negras.

O questionário foi aplicado num período da aula de Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão Escolar, cedida pelo professor da disciplina conforme combinado anteriormente. O professor nos apresentou à classe como uma estudante do programa de pós-graduação da universidade em fase de término do mestrado e que precisava da participação destas e deste para a conclusão da sua pesquisa. Também informou que não necessitavam se identificar ao responder o questionário.

Nesta fase da pesquisa, sobre o termo racismo e discriminação racial a maioria das respostas não nos pareceu adequada de acordo com os conceitos por nós trabalhados, visto que estas confundiam discriminação racial com discriminação social, ou seja, diziam que a discriminação existente no Brasil era social e não racial.

Esta possível *confusão* confirmou uma das preocupações da pesquisa que era a presença em nossa sociedade, inclusive na escola, das ideias do mito da democracia racial, referindo-se aos problemas no Brasil apenas sob a ótica de classe, quando os indicadores já demonstravam que pobreza no país tinha cor e sexo (IPEA, 2011).

Para nosso entendimento esta *confusão* também atrapalharia ainda mais a identificação do racismo como uma das causas das desigualdades no povo brasileiro. Entendemos que tanto a condição de classe como a condição de gênero e de raça têm estruturado as relações sociais e econômicas neste país. A trabalhadora negra é pobre não só porque é trabalhadora, mas também porque é negra e mulher.

Nas questões sobre se a formação recebida no curso tratou da temática referente às relações raciais e se as alunas consideravam-se preparadas para enfrentamento da diversidade cultural e das possíveis manifestações de racismo numa sala de aula, nesta primeira fase as respostas foram que o curso tratou sim (das 31 respostas, 21 disseram sim) das questões referentes ao racismo em sala de aula, porém pelos exemplos apresentados, nos pareceu que estas questões tiveram um tratamento esporádico dependendo do interesse individual das alunas e aluno trazendo questionamentos e principalmente das condições e interesse também individual das professoras e professores do curso; mas também talvez a própria conjuntura tenha contribuído para a presença de discussões sobre as relações raciais visto que no Brasil, havia neste momento a presença dos debates sobre cotas para negros nas universidades bem como os debates a respeito da necessidade da proposta da Lei 10.639, aprovado no ano de 2003.

Além disto, também nos pareceu que, quando as relações raciais são trabalhadas como preconceito no geral, não é a problemática do povo negro que são tratadas, pois conforme citado por Santos (2003:89) numa das respostas sobre a questão, uma aluna diz que:

> a formação recebida tratou a todo o momento dessas relações em todas as áreas: educação infantil, fundamental e especial e a que mais me recordo neste momento, seria a inclusão de portadores de deficiência no contexto escolar e suas implicações.

Nesta resposta percebemos que a aluna diz que a formação tratou das questões raciais e nos dá o exemplo da inclusão dos portadores de deficiência. Tratar as questões do racismo num bloco de *preconceitos* e da *inclusão* como saída, não ajudou muito na resolução da problemática, pois o termo *inclusão*, referiu-se ao longo deste período na inclusão das questões referentes aos portadores de necessidades especiais, à exemplo do próprio curso de Pedagogia da Unimep que, em 2014 tem em sua grade curricular cinco disciplinas sobre a temática das pessoas portadoras de necessidades especiais, tornando esta instituição uma referência na área, diferentemente das questões referente às relações raciais, que neste ano de 2014, não tem nenhuma disciplina responsável pelo tema.

Sobre se as alunas consideravam-se preparadas como futuras professoras para enfrentamento da diversidade cultural e as possíveis manifestações de racismo numa sala de aula, das trinta e uma alunas e um aluno, dezoito destas se entendiam preparadas para lidarem com a temática do racismo. Este número nos surpreendeu, pois nos exemplos que as alunas deram havia mais uma tendência ao ocultamento das manifestações de discriminação racial do que uma busca ao enfrentamento destas questões. Nos exemplos, poderemos perceber está afirmação, quando a aluna diz que se sente preparada, pois em sua opinião *o preconceito é besteira, afinal o que muda é a cor da pessoa, mais no fundo somos todos iguais filho do mesmo pai "Deus" e na sala trabalharia sim o preconceito numa boa.*

Da mesma forma outra aluna diz que já é professora e que em sua sala tem:

> crianças negras, brancas, chinesas e japonesas e que não consegue ver diferenças nelas, pois são todas raças com características diferentes e, é através destas diversidades de raças que procuro trabalhar e fazer com que eles se sintam orgulhosos pelo que são.

A tentativa de ocultamento das diferenças a partir da defesa de que "somos todos iguais" é também responsável por este racismo quase velado em nossa sociedade brasileira. Percebemos o quanto é difícil tratar estas questões, principalmente por serem questões não vistas historicamente na formação de educadores, conforme afirma (GOMES, 1995:167).

> É mais difícil ainda ao pensamento pedagógico tão 'igualitário' lidar com as diferenças de raça. Esse mesmo pensamento pedagógico ensinou os professores a lidar com as diferenças de ritmos de aprendizagem, inventar recursos didáticos. As diferenças raciais sempre foram ignoradas na formação dos nossos professores. Não apenas a escola não sabe lidar com elas, mas as oculta enquanto pode, as ignora e até as reprime. Mas também os cursos de magistério e de pedagogia não lidam com essa realidade constitutiva e constituinte de nossa formação social e cultural. As professoras e professores chegam às escolas como profissionais dos delicados processos de formação humana, formação de identidades, desconhecendo os delicados processos de construção das diferentes identidades, das identidades de raça, sobretudo.

Notamos que em geral esta reação de ocultamento ou omissão vêm de um constrangimento costumeiro no trato das questões por parte das professoras e professores brancos/as ou negros/as ou ainda por parte das próprias alunas e alunos, por não saber como lidar com o tema. De acordo com Kabengele Munanga

> Alguns dentre nós não recebemos na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam em nosso cotidiano profissional (MUNANGA, 2000:7).

Chamou-nos a atenção as respostas das alunas e aluno que se sentem preparadas, o fato delas assumirem uma posição de *esperar acontecer para saberem se estão preparadas* ou de *deixar como está para ver como fica*. Respostas como as que seguem

> Não me considero altamente preparada, pois acredito que qualquer ser humano está aprendendo constantemente por isso principalmente o professor deve buscar soluções para possíveis eventualidades que venham a surgir neste aspecto, tornando-se assim um professor pesquisador.

Ou ainda

> Sim,me sinto preparada para enfrentar situações do tipo, pois, o educador que realmente se dedica a sua profissão deve ter jogo de cintura, preparo, flexibilidade e sensibilidade para tal.

5.2- Segunda Fase da Pesquisa

Após dez anos de aprovação da Lei 10.639, vemos que pouca coisa mudou, além de ações oficiais, especialmente do governo federal, para que a ausência deste conteúdo fosse alterada, os estudos trazidos uma baixa aplicação da lei nas escolas da educação básica, bem como, a não oficialidade para que tal conteúdo esteja obrigatoriamente presente nas licenciaturas, onde os professores e professoras são formados, o que se tem ainda são as iniciativas esporádicas em alguns cursos de graduação pelo país.
No que pesem vários destes conteúdos já estarem na sala de aula, ainda sabemos que a formação de professores é bastante precária no que diz respeitos à tais questões, pois ainda são abordadas superficialmente nos cursos de pedagogia e nas licenciaturas em geral (GOMES, 1995).
A nossa intenção, portanto, é buscar informações de como está a formação das pedagogas, em relação à educação das relações étnico/raciais, nesta instituição, dez anos após a existência da lei.
Nesta fase, para aplicamos novamente o questionário, contatamos a direção do Curso de Pedagogia, visto que não estávamos mais. Assim nos apresentamos à direção do departamento que posteriormente nos indicou a coordenação e os procedimentos a tomar.
Após nos reunir com a coordenadora e dizer o objetivo desta fase da pesquisa, nos foi autorizado aplicar o questionário num dos dias reservados à palestras, usaríamos as duas primeiras aulas e como havíamos proposto uma palestra sobre educação das relações étnico raciais, esta poderia ser ministrada nas duas ultimas aulas.
Assim procedemos, agradecendo à direção e coordenação deste curso. Esta também foi uma turma do Curso de Pedagogia concluinte do ultimo ano, num grupo de 30 mulheres, sendo que 12% se auto-declararam negras.
Nesta segunda fase foram utilizadas as mesmas questões da primeira fase, apenas incluindo uma pergunta sobre o conhecimento das alunas a respeito da Lei 10.639 aprovada no ano de 2003 e completando dez anos.
Na primeira questão sobre o termo racismo e discriminação racial, apesar do maior número de respostas consideradas pro nós como adequadas, um número também grande de respostas como *acredito que seja quando as pessoas julgam as outras pessoas pela cor, pela classe econômica e etc* [...] e mais "[...] *acredito que seja quando o individuo é julgado de acordo com a raça, a religião, classe social, etc*[...]"
Percebemos que já identificam a questão da cor ou da raça, porém ainda incluindo outros pertencimentos como passiveis de sofrer discriminação, principalmente a classe social.
Sobre se a sua graduação tratou das questões raciais, a grande maioria disse que não tratou e por isso, consideram-se sem condição de enfrentar a temática na prática docente. Com este dado, pudemos entender que as alunas sabem de alguma forma sobre a necessidade do tratamento das questões raciais, pois a demanda está posta na sociedade, seja através da própria mídia televisiva, em sua programação como também nos noticiários com a sociedade se manifestando e denunciando os casos de manifestações racistas.
Algumas respostas apresentaram que o curso trouxe uma palestra sobre o tema e que numa disciplina analisaram livros didáticos para saber sobre a presença ou não, deste conteúdo.

Percebemos nas respostas da primeira fase, uma maioria de alunas que identificam as situações de discriminação racial e apesar de identificar adequadamente os termos *racismo e discriminação racial*, não os compreendem como uma teoria política da existência de raças superiores e inferiores, pois o coloca como ações individuais no campo da moral, além de *confundirem* com questões econômicas, "questões sociais e não de raciais". As alunas também disseram nesta etapa da pesquisa que se sentem preparadas como futuras profissionais para lidarem com a temática, apesar da ausência destas questões em sua formação universitária, segundo as alunas. Nesta segunda fase da pesquisa identificamos uma situação bem diferente, pois apesar dos dados mostrarem que a maioria reconhece a presença do racismo na sociedade brasileira e nenhuma o ter identificado como um problema de "classe e não de raça", a maioria das alunas desta vez disse não ter tido uma formação adequada para lidar com a problemática em sua prática profissional. Talvez o fato da metade destas alunas não conhecerem a lei, apesar dos seus 10 anos, possa confirmar a ausência de uma formação em condições favoráveis ao enfrentamento do racismo na escola consequentemente na sociedade brasileira.
Na questão sobre se conhece a lei 10.639/03, a maioria que disse conhecê-la, parece não saber exatamente a sua finalidade, pois apresentaram como sua maior finalidade o tratamento das questões raciais. Pensamos que este é um dos objetivos da Lei, porém o maior dos objetivos é a ampliação de conhecimento sobre os grupos humanos que estão de todos os continentes e não somente europeus e nortes americanos.

6- Considerações Finais

O estudo sobre as relações étnico-raciais que construíram esse país importa a todas as pessoas brasileiras, sendo estas de quaisquer origens ou etnias**.** Assim, há que se conhecer a história mundial para entender o Brasil neste contexto internacional, por isso a compreensão da história da África e dos povos afro-brasileiros é de fundamental importância no entendimento da nossa situação brasileira na contemporaneidade.
Compreendemos que as alunas do Curso de Pedagogia da Unimep provavelmente não estejam preparadas para lidar com a temática racial, assim como a sociedade brasileira também não o está, apesar das tantas experiências educacionais existentes através do movimento negro, como também das várias iniciativas nas instituições educacional pelo país. A Unimep, nestes dez anos não somente manteve a disciplina de História da África no Curso de licenciatura em História, como também no novo Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, que entrará em vigor no próximo ano de 2015, as alunas e alunos terão a possibilidade de contar com uma nova disciplina, que é Educação das Relações Étnico Raciais, de caráter obrigatório, o que é já é um grande avanço.

7- Referencias Bibliográficas

BADOU, G. (2002), *L'énigme de La Vénus Hottentote.* Paris: Editions Payont & Rivages.

CAMPOS, P. F. S. (2004), O ensino, a História e a Lei 10.639. *História & Ensino***.** Londrina. 10, pp. 41 – 52, out.

CAVALLEIRO, E. (2000), *Do silêncio do Lar ao silêncio escolar:* racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto.

GOMES, N. (1995), *A mulher negra que vi de perto.* Belo Horizonte: Mazza edições.

GOMES, N. *(2012), Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão*. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf, [consultado em 15-11-2014].

GUIMARÃES, A. (1005), Raça, racismo e grupos de cor no Brasil. In *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.27.

HALL, S. (2005), *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, p. 59.

HASENBALG, C. (1979), *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.* Rio de Janeiro: Graal.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. (2011), *Retrato das desigualdades de gênero e raça.* Brasília: Ipea. http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf, [consultado 14-10-2014].

LOMBROSO, C. (2013), O homem delinquente. Trad: Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone editora, (Coleção fundamentos de direito).

MAZZILLI, S. (1995), *A Pedagogia Além do Discurso.* Piracicaba: Unimep.

MESQUIDA, P. (1996), Educação, Cidadania e Confessionalidade. VII Encontro Nacional Metodista de Educadores, *Revista do COGEIME* 5 (8), Piracicaba.

MUNANGA, K. *(2000), Superando o racismo na escola.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental.

PEREIRA, J. E. D. (2000), *Formação de Professores – pesquisas, representações e poder.* Belo Horizonte: Autêntica.

RAGO, M. (2008), *O corpo exótico, espetáculo da diferença*. Disponível em: http://www.tanianavarroswain.com.br/labrys/labrys13/perspectivas/marga.htm, [consultado em 04-06-2013].

RODRIGUES, N. (, 1988), *Os africanos no Brasil.*, São Paulo: Nacional.

SANTOS, A. D. (2003), *Percepção das formandas e dos formandos no ano de 2003 do curso de Pedagogia da UNIMEP sobre questões referentes às relações raciais na prática docente*. Dissertação de Mestrado. Piracicaba. Faculdade de Ciências Humanas, Pós graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba.

SADER, E. (1988), *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

TODOROV, T. (1993), *Nós e os outros: A reflexão francesa sobre a diversidade humana.* Trad. Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora.

WAISELFISZ, J. (2014), *Mapa da Violência: Os Jovens do Brasil*. Secretaria Geral da Presidência da República/Brasília. [consultado em 28-11-2014].

Relações étnico-raciais, preconceito e discriminação no cotidiano de trabalho de psicólogos(as) que atuam em serviços de imigração

Alessandro de Oliveira dos Santos.
alos@usp.br

Alina Kaledina Ortega.
alina.kaledina@usp.br

Resumo: A atuação dos profissionais é determinante para sustentação e reprodução ou não do preconceito e discriminação racial, derivados do racismo, nos serviços de atendimento a população. Este trabalho mostra a perspectiva de psicólogos(a) que atuam nos serviços de imigração sobre como as relações interculturais e étnico-raciais, e o preconceito e a discriminação aparecem no seu cotidiano de trabalho. Partindo da análise de conteúdo de 07 entrevistas, 04 com profissionais de São Paulo (Brasil) e 03 com profissionais de Moscou (Rússia), discutisse no texto aspectos culturais dos dois países, as semelhanças e diferenças presentes nos serviços de imigração e a atuação dos(as) psicólogo(as), enquanto profissionais capazes ou não de identificar o preconceito e a discriminação, no âmbito dos serviços de imigração no Brasil e Europa, e intervir para mitigar a manifestação desses fenômenos.
Palavras chaves: imigração, relações interculturais, relações étnico-raciais, preconceito, discriminação, pesquisa qualitativa.

Introdução

A migração pode ser entendida como o deslocamento de pessoas para um país, território ou região distinta, por um tempo prolongado. O termo termo imigração corresponde à entrada das pessoas que vêm do exterior para fins de trabalho e/ou residência em um novo local (Zaia, 2007).

A história da migração no Ocidente começou na época das grandes descobertas geográficas, compreendendo da metade do século XV até o século XVII. Países europeus invadiram outros continentes (América, África, Ásia) dando início a um grande fluxo populacional. A motivação geral da migração dos europeus era a busca de uma vida melhor, que naquela época incluía a chegada a terras novas, "sem ocupação", a descoberta de riquezas (ouro, pedras preciosas, especiarias) e a conquista de liberdades (políticas e religiosas, entre outras) fora do país de origem. Também existiu um tipo de migração forçada, como a vivida pelos povos escravizados em África e trazidos em grande escala para as Américas.

No século XX a quantidade de migrações aumentou, adicionando-se pessoas que fugiam dos seus países por causa das Grandes Guerras ou por motivos políticos e econômicos (Peixoto, 2012). No século XXI a maioria das migrações tem se dado por motivos econômicos e incluem dois aspetos. Primeiro, os países do hemisfério Norte (como os países da Europa Ocidental e os Estados Unidos), com alto nível de qualidade de vida e bem estar social, têm recebido migrantes para trabalhar. Nesses países a população "envelheceu" e a população economicamente ativa diminuiu. Assim, os países europeus compensam a falta de mão de obra para o trabalho recebendo imigrantes. Um segundo aspecto refere-se aos relacionamentos coloniais e pós-coloniais que formaram laços especiais de migração entre alguns países, como, por exemplo, França e Argélia, Japão e Brasil, Alemanha e Turquia. Assim, um país tem costume de receber emigrantes do outro (Chavez, 2011).

Quais são os efeitos psicológicos da migração sobre as pessoas envolvidas? Esta e outras questões têm chamado a atenção dos psicólogos nas últimas décadas. A psicologia ao abordar o fenômeno da migração, em geral, focaliza os processos psicológicos que ocorrem com os imigrantes. Mas, neste trabalho optamos por investigar os(as) psicólogos(as) que trabalham com imigrantes ou nos serviços de migração, focalizando como as relações interculturais e étnico-raciais, o preconceito e a discriminação, aparecem no seu cotidiano de trabalho. São Paulo, no Brasil, e Moscou, na Russia, foram escolhidas como local de estudo por se tratarem de metrópoles que tem recebido um grande fluxo migratório nos últimos anos.

Breve descrição da imigração no Brasil

Pode-se afirmar que o Brasil surgiu como um país de imigrantes. No século XVI foi colonizado por portugueses: então, os seus primeiros imigrantes foram os colonizadores. O aparecimento da lei que proibiu a escravidão de índios, em 1574, conduziu ao transporte em grande escala de escravos vindos de África. Já no final do século XIX e no início do XX, o Brasil atraiu mais de 05 milhões de imigrantes (Hirano, 2011).

A maioria dos migrantes europeus, aproximadamente 1.3 milhão de pessoas, veio no início do século XX para trabalhar na agricultura, especialmente nas lavouras de café. Após a Segunda Guerra Mundial, houve uma forte imigração árabe que se estabeleceu nas regiões de produção da borracha (Norte) e café (Sudeste). Já no início do século XX um grande número de haitianos foi recrutado para trabalhar na construção de uma estrada de ferro no Estado de Rondônia. No período de 1836 a 1980, os contingentes de imigrantes para o Brasil foram de 1.76 milhão de portugueses, 1.62 milhão de italianos, 719 mil espanhóis, 257 mil alemães, 243 mil japoneses, 119 mil russos, 98 mil austríacos, 79 mil turcos, 54 mil poloneses, e 50 mil franceses, dentre outras nacionalidades expressivas (Cotinguiba, 2011).

Atualmente, no país, grande parte dos imigrantes provém de países da América Latina. A maioria das pessoas deixam seus países e vêm para o Brasil buscando trabalho e melhores condições de vida. Conforme dados da Polícia Federal, de fevereiro de 2008, no Brasil vivem 877.286 imigrantes regularizados. O Instituto Migrações e Direitos Humanos, da Universidade de Brasília, por sua vez, estima em aproximadamente 01 milhão de imigrantes incluindo aqueles não regularizados. Para diminuir o número de migrantes sem documentos no país o Brasil realiza anistias. Trata-se de uma regularização temporária e limitada, na qual o migrante irregular pode requerer residência provisória sem penalidades. Após uma anistia concedida em 2009, aproximadamente 45 mil estrangeiros foram regularizados com destaque para os bolivianos (16.881), chineses (5.492), peruanos (4.642), paraguaios (4.135), coreanos (1.129), entre outros (10.720).

O Estado brasileiro tem três formas de lidar com a gestão das fronteiras: acordos multilaterais amplos como o MERCOSUL; acordos bilaterais; e políticas locais, dirigidas para os municípios de fronteira (por exemplo, a regulamentação de posse da terra para estrangeiros). Os países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) – bloco econômico que inclui Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela como membros plenos e Chile, Bolívia, Peru, Colômbia e Equador como membros associados – têm livre circulação de migrantes entre si. Pessoas provenientes dos países do MERCOSUL, ou provenientes da Bolívia e do Chile, podem ficar e trabalhar no Brasil por até dois anos com status provisório, através do Acordo de Residência do MERCOSUL e depois disso solicitar status de permanente (Reis, 2011).

- **Breve descrição da imigração na Rússia**

Os processos migratórios na Rússia tiveram papel político e socioeconômico importante e podem ser divididos em três períodos: pré-revolucionário (século XVIII – 1917); período soviético (1917 – 1991) e moderno (desde 1992). No período pré-revolucionário o povoamento da Sibéria foi crucial tendo em vista a carência de terras no Império Russo. O governo incentivava camponeses a se deslocarem para a região. Além disso, terras também foram cedidas a empresários para extração de recursos minerais (Schuplenkov, 2013).

A União Soviética foi dividida em repúblicas, que tinham alguma autonomia na governança local. Mas, muito antes do seu colapso, grupos de origens étnico-raciais diversas já procuravam emancipação política, por considerarem a ordem que existia autoritária e ilegal. Uma tensão nacional aparecia em muitas regiões e ocorreram manifestações em massa, por exemplo, na década de 1970 e no início dos anos 1980 na Geórgia, na Abkházia e na Ossétia do Norte. Após o colapso essas repúblicas se tornaram estados independentes, e hoje os moradores desses países constituem o principal fluxo migratório para a Rússia. Segundo recenseamento realizado entre 1989 e 2002, a Rússia recebeu mais de 11 milhões de emigrantes nesse período (Federação Nacional dos Direitos Humanos, 2007).

No que se refere à regularização da migração após o colapso e dissolução da União Soviética, em 1992 a Federação Russa formou junto com países ex-estados soviéticos a CEI (Comunidade de Estados Independentes). Em 1992 foi assinado o acordo sobre circulação livre (sem vistos) entre países membros. Em 2000 a Federação da Rússia se retirou desse acordo e desde então a ordem de circulação entre países é regulada por convênios entre cada país (Kommersant Vlast, 2013).

Em meados de 1992 foi criado o Serviço Federal de Migração. Como outros países, a Rússia aderiu à Convenção da ONU sobre o estatuto dos refugiados e ao Protocolo de 1951 e aprovou as leis sobre refugiados e migração forçada. O país já recebeu mais de 1,8 mil pessoas com estatuto oficial de imigrantes refugiados (Zayonchkovskaya, 2013).

A partir do ano 2000 a economia começou a crescer, e ao mesmo tempo houve envelhecimento e declínio natural da população ativa, o que gerou a demanda pela força de trabalho. Essa força de trabalho vem principalmente de ex-repúblicas soviéticos, onde há alto desemprego e pouco desenvolvimento econômico. De acordo com dados oficiais, a porcentagem de trabalhadores estrangeiros na Rússia em 2009 consistia em 3,1% dos empregos. Como a maioria dos imigrantes tem trabalho irregular, estes dados são subnotificados. Acredita-se que a porcentagem de estrangeiros empregados varie de 8% a 10%. Segundo Zayonchkovskaya (2013) entre 16% e 25 % (de 01 até 04 mil pessoas) dos migrantes ilegais moram na Rússia permanentemente, mas não estão inclusos na contagem oficial.

Devido ao fato de a migração não suprir a falta de mão de obra, A Rússia também atrai pessoas de outros países, especialmente de países em desenvolvimento que acabam recebendo postos de trabalho e posições sociais mais baixas (ZAYONCHKOVSKAYA, 2013). Os empregadores se aproveitam do fato dos migrantes não conhecerem bem as leis locais e seus direitos para não pagar o salário deles (ou pagar uma remuneração menor) e não oferecer condições suficientes de trabalho. As leis da Rússia também não contribuem para melhorar a situação. Empresas que contratam legalmente imigrantes precisam pagar altas taxas e fazer muitos documentos em um curto prazo de tempo. Deste modo, contratar legalmente não é rentável. Assim, a Rússia ocupa atualmente o terceiro lugar entre os países com migração irregular (Serviço Federal de Migração, 2014).

Metodologia

Estudo qualitativo descritivo realizado por meio de 07 entrevistas individuais, sendo 04 com psicólogos do Brasil (São Paulo) e 03 com psicólogos da Russia (Moscou) que trabalham ou trabalharam com migrantes ou em serviços de migração, como mostra o quadro 01.

Sigla de identificação	Sexo	Pais	Idade	Local de trabalho
K	M	Brasil	25	Casa do Migrante
N	F	Russia	32	Centro de Atendimento ao Migrante
D	F	Russia	27	Centro de Ajuda Psicológica Emergencial
S	M	Russia	32	Fundação de caridade “Saúde e Vida”
B	F	Brasil	57	Casa do Migrante
P	M	Brasil	27	Casa do Migrante
C	M	Brasil	30	Casa do Migrante

Quadro 01. Identificação dos(as) entrevistados(as) (2015)

Foi feita uma análise de conteúdo das entrevistas de modo a caracterizar os principais pontos de convergência e divergência do trabalho de psicólogos brasileiros e russos em termos de percepções sobre migração e migrantes, conhecimentos dos processos de adaptação cultural e psicológic, como lidam com as questões interculturais e étnico-raciais.

O projeto foi submetido e aprovado junto ao Comitê de Ética de Pesquisa do Instituto de Psicologia da USP.

Resultados

Descrição dos serviços de atendimento aos migrantes no Brasil

No Brasil os serviços são prestados por organizações sem fins lucrativos, algumas de fundo religioso, e com apoio do governo. Nessas organizações o foco tem sido a promoção dos direitos humanos, a inserção social e o combate ao trabalho escravo. Dentre as atividades realizadas destaca-se: orientação jurídica; auxílio para a regularização da situação no país; eventos culturais e de formação para a cidadania, inclusão social e digital.
A Casa do Migrante em São Paulo faz parte da Missão Igreja da Paz, uma organização mantida pelos Missionários Scalabrinianos e seus colaboradores, com objetivo de acolher imigrantes e refugiados. A Casa começou a funcionar em 1978 e oferece alojamento e alimentação completa, encaminhamento para cursos profissionalizantes, orientação sobre serviços em São Paulo, atendimento médico de emergência e outros serviços, entre os quais atendimento psicológico.
A Casa do Migrante é um lugar de acolhimento, porém esse acolhimento é temporário. Os psicólogos procuraram ajudar os migrantes a construírem o seu mundo simbólico para estarem seguros e se orientar fora da casa (CARIGNATO, ROSA & BERTA, 2006).

Descrição dos serviços de atendimento aos migrantes na Rússia

A maioria dos serviços é feita por organizações sem fins lucrativos. O objetivo é promover e proteger os direitos dos migrantes e minimizar o preconceito e a xenofobia aos mesmos. Os serviços focam atualmente o problema do tráfico de seres humanos e a exploração do trabalho e oferecem as seguintes atividades: ajuda para encontrar um emprego, autorizações de trabalho, informação para embaixadas, debates sobre os direitos dos migrantes, ajuda na recuperação de documentos perdidos, assistência jurídica e aconselhamento psicológico.
O Centro de Atendimento dos Migrantes integra o Comitê de Assistência Civil, sendo uma organização pública filantrópica, fundada em 1990 com o objetivo de ajudar refugiados de guerra. O Centro tem aproximadamente 50 profissionais, a maioria voluntários, entre advogados, assistentes sociais e tradutores, principalmente. O trabalho desses profissionais inclui aconselhar e defender os interesses dos imigrantes em diferentes instâncias, defender as vítimas da violência por motivo étnico ou racial e atrair a atenção das autoridades para o problema dos refugiados.
Outra organização que trabalha com migrantes é o Centro de Ajuda Psicológica Emergencial de "MCHS", que atende as pessoas cujos parentes foram mortos ou feridos durante uma catástrofe, as próprias vítimas e os profissionais que trabalham em condições extremas. Também merece destaque a Fundação "Saúde e Vida", organização sem fins lucrativos cujo objetivo é apoio e desenvolvimento dos programas sociais para ajudar pessoas em situação de vulnerabilidade, em especial refugiados. Esta organização é vinculada a ONU e conta com médicos, assistentes sociais, advogados, tradutores e psicólogos.

Breve descrição do conteúdo das entrevistas com psicólogos(as)

K (psicólogo brasileiro)
Ao responder porque foi trabalhar no serviço de migração, K contou que havia acabado de voltar de viagem ao oriente e que "tinha curiosidade por experiência multicultural" e queria "compreender o que é universal no sofrimento humano".
Ele enfatizou dois motivos que levam as pessoas a migrar para outro país. O primeiro é o caso de "desespero total, quando a pessoa passou pela situação tão absurda que não teve outra oportunidade"; e o segundo é o caso de pessoas que "projetam, que imaginam que no outro lugar vão ter uma vida melhor, mais estruturada do que eles tem no lugar de origem".
O entrevistado vê o Brasil como um local atraente para migrantes por causa do crescimento econômico e por sua política migratória "razoavelmente flexível", de "acolhimento". O entrevistado enfatizou que o Brasil

não é um país que expulsa as pessoas. Depois disse que muitos migrantes vêm por que escutaram que alguém (amigo, parente) conseguiu uma vida melhor aqui. Para K 99% dos imigrantes estão em situação de exploração no país.
Quando perguntado sobre que processos psicológicos ocorrem com o imigrante, K destacou o desenraizamento, entendido como perda da cultura e costumes originais. Segundo o entrevistado as barreiras culturais e linguísticas complicam o trabalho do psicólogo. Logo, esse profissional "tem que ser muito criativo" para se aproximar do imigrante. K contou que tentava conversar com a pessoa sobre a cultura dela; "(...) muitos [moradores da Casa do Migrante] não sabem o que é psicologia, o que as pessoas estão fazendo lá de fato, você tem que acessar pelos cantos, usar recursos simbólicos culturais".
O entrevistado comentou que muitas vezes se sentia mal, com angústia, escutando histórias de vida tão pesadas e difíceis. Por outro lado, às vezes sentia muita alegria vendo as pessoas reconstruindo e começando vida nova.
Quando perguntado sobre como imaginava um serviço ideal de atendimento aos migrantes, K começou a falar sobre o trabalho do terapeuta, ele orientaria os psicólogos a: "(...) buscar a cultura (...) brincadeiras com a língua, com símbolos do lugar de onde a pessoa veio (...)", pois é "importante que a pessoa possa trazer aquilo que é dela para ser compartilhado".
O entrevistado disse que faria cursos de português, reuniões em grupo, orientação sobre trabalho e documentação e atividades que permitisse a satisfação de necessidades religiosas.
No final da entrevista K afirmou que a experiência na Casa do Migrante foi rica e o ajudou a formar-se como psicólogo clínico, desenvolvendo as habilidades de procurar de uma forma criativa dar sentido das coisas" para as pessoas que atende. Ele acredita que a experiência além do consultório é importante para quem quer se formar como terapeuta ou psicólogo social, e que isso poderia ser mais transmitido nos cursos de graduação em psicologia.

N (psicóloga russa)

N trabalhou principalmente com migrantes mulheres desempregadas, com filhos e com dificuldades materiais e/ou vítimas de violência. A maioria não sabia falar russo, principalmente as crianças. Segundo N as pessoas migram para fugir da guerra ou pobreza extrema. Ela contou que a maioria arruma trabalhos de pouca qualificação como faxineira, garçonete, carregador, vendedora e que, às vezes, o Centro de Atendimento contrata migrantes como tradutores.
Dentre os processos psicológicos que ocorrem com o migrante, a entrevistada mencionou frustração, problemas de adaptação, solidão, rebaixamento de autoestima, agressão e/ou aumento de fobias. Ela contou que realizava diagnósticos e psicoterapia. O diagnóstico em crianças tem como objetivo responder se existe dificuldade na escola por causa da língua ou por outros motivos. A psicoterapia, por sua vez, tem como objetivo trabalhar a manifestação de sofrimentos, emoções e traumas por meio de jogos e pinturas.
N confessou que teve desconfortos quando se comunicava com os pais (homens) das crianças, que tinham costumes nacionais nos quais a mulher tem posição diferente do homem. Segundo ela: "para eles foi difícil me aceitar como autoridade, ou falar comigo como igual". A entrevistada também contou que às vezes não entendia prontamente porque estava tendo dificuldades na conversa com alguma criança e compreendia só depois, quando a criança relatava que não podia falar mal do seu pai ou da sua família por temor de punição religiosa. N afirmou que as tradições culturais e religiosas podem criar obstáculos para contato e dificultar a aproximação do(a) psicólogo(a).
Para a entrevista seria importante ter no Centro de Atendimento dos Migrantes uma ajuda psicológica para os pais, sendo necessário atender a família inteira para que o apoio psicológico tivesse de fato resolutividade. Ela também destacou que incluiria nas atividades do Cento de Atendimento o auxílio jurídico, o encaminhamento para vagas de trabalho e a disponibilização de remédios básicos. Segundo N: "todas as leis da Rússia foram feitas para tornar impossível o enraizamento dos imigrantes ou a vida normal deles". Por isso, seria importante que na equipe do Cento de Atendimento houvesse representantes que atuassem também junto as estruturas do Estado.

D (psicóloga russa)

D foi trabalhar no Centro de Ajuda Psicológica Emergencial para ampliar sua experiência profissional, tendo em vista que esse Centro lida com pessoas de camadas sociais e pertencimentos culturais diferentes, ampliando o repertório cognitivo e emocional do(a) psicólogo(a). Ela contou que teve experiência de trabalho com russos (de diferentes grupos étnicos), russo-falantes que emigraram para outros países no passado e atualmente aceitaram o retorno para Rússia. Quando perguntada se houve diferença entre trabalhar com russos e representantes dos outros países, D respondeu que a principal dificuldade foi que o serviço deles foi associado com o país Rússia e que isso traz implicações políticas.

A psicóloga afirmou que a decisão de migrar para outros países é uma "decisão forçada". Se a pessoa mora em um lugar "não confortável, que não a aceita e onde ela não pode se realizar" ela decide imigrar. D acha que quando a pessoa migra para outro país a primeira reação psicológica é o choque. Ela contou que se a pessoa migra para uma cultura muito distante, ela passará por dificuldades de adaptação: "não vai entender a cultura... saber por que as pessoas agem desse jeito" e "você começa a seguir as regras sem entender o sentido delas". D concluiu que para a adaptação completa a pessoa precisa receber a educação nesse país, estudando na escola.

Dentre as técnicas e conhecimentos de psicologia que aplica no trabalho com migrantes, ela destacou que com crianças utiliza a terapia da arte (pintura, moldura, jogos) e com adultos as técnicas de relaxamento. O objetivo do trabalho com adultos é a busca de recursos e a recuperação, já com as crianças o objetivo é ajudar a se expressar e lidar com seus sentimentos.

D contou que as crianças se aproximam mais facilmente dos(as) psicólogos(as) que os adultos e que entre os adultos os homens são mais fechados. Para se aproximar dos adultos ela utiliza o que chamou de "juntar-se": "se você fuma, para manter contato pode fumar junto com o cliente (...) também 'juntar-se' à respiração ou repetir a pose, tudo isso funciona".

A psicóloga relatou que teve sentiu dificuldades para trabalhar com mulheres do islã. Disse que sentia desconforto porque não sabia "qual reação podem provocar ações". Há "medo de quebrar as regras", "se eu posso, por exemplo, pegar a mulher com a mão". Segundo ela: "os processos psicológicos que acontecem com a pessoa podem ser culturalmente condicionados".

Para D o Centro deve funcionar como uma "agência de informação" que conhece os serviços que funcionam na cidade para encaminhar os imigrantes. Entre outras sugestões disse que: "seria útil se no centro trabalhassem como voluntários os imigrantes que já moram aqui". Por fim, D destacou que trabalhar no Centro ampliou sua "visão do mundo" e que adquiriu mais experiência para lidar com barreiras linguísticas e culturais.

S (psicólogo russo)

S destacou que trabalha com um grupo restrito, refugiados de países distantes da Rússia e que não falam russo. Contou que são: "pessoas muito diferentes, de diversas famílias e origens sociais, diferentes níveis de trauma e problemas".

O entrevistado distingue duas categorias de migração: por motivos econômicos e forçada. Os imigrantes da primeira categoria "procuram uma vida melhor". S ressalta que trabalha com os imigrantes da segunda categoria com orientação de "auxiliar na adaptação, na superação dos traumas psicológicos para as vítimas da guerra; porque muitos deles tiveram a ameaça do perigo físico, algumas conseguiram escapar da prisão e sob pena de morte para deixar o país".

Quando indagado sobre os processos psicológicos que ocorrem com o migrante, o entrevistado destacou: "a questão da adaptação, o novo ambiente social, a barreira da língua, as novas condições da vida e a mentalidade diferente, a falta de fontes de renda, a falta dos direitos civis em completo". Para ele a não adaptação ao novo ambiente agrava o sofrimento psicológico.

S contou que se o imigrante não fala russo ele trabalha com o tradutor. A presença do tradutor na consulta não causa contradições, pelo contrário, o fato de haver uma pessoa que fala a língua pode ser positivo para o imigrante. O fundamental, segundo S, é construir uma atmosfera de conforto na presença do tradutor.

Para S um serviço de atendimento aos imigrantes tem que ser simples e acessível. Dentre as atividades desejáveis ele destacou: o atendimento médico e psicológico, e o apoio a formação e inserção no mercado de trabalho.

Por fim, S considera que a intercultural e a raça/etnia são aspectos importantes para a formação do psicólogo, contribuindo para a superação de atitudes xenofóbicas. Segundo o entrevistado, conhecendo mais sobre outras culturas o profissional pode ter uma atitude mais flexível no sentido de perceber outra pessoa como "ser humano com próprios valores e seus sentimentos", sendo "mais ecológico" no seu trabalho.

B (psicóloga brasileira)

Para B os imigrantes que frequentam a Casa do Migrante são pessoas das camadas populares nos seus países. A entrevistada destacou que "as motivações para migrar são muito variadas". Apesar de motivação do trabalho ou do refúgio, ela mencionou casos que atendia que "fogem dessas situações". Por exemplo: situação de relacionamento, de luto por perda de um ente querido) e situações de ruptura familiar como separações.

B contou que os imigrantes realizam "o trabalho que aparecer (...) independentemente da qualificação que eles têm, independentemente da formação profissional ou experiência de trabalho". Alguns conseguem trabalho como tradutor de línguas e há mulheres que trabalham como empregadas domésticas ou cuidadoras de crianças.

Como primeiro processo psicológico que ocorre com o migrante quando ele chega, B destaca o choque causado pelo "encontro com a outra cultura", outros valores, outra concepção de mundo. A psicóloga chama isso de "estresse migratório" e "estresse de aculturamento" que surgem por conta do novo ambiente exigir muitas coisas, fazendo o imigrante "sentir-se muito ansioso". Por outro lado, a entrevistada destaca, que o choque não é necessariamente negativo, pode haver um "deslumbramento" com o novo país e seus aspectos culturais diferentes.

Para B a intercultura e a raça/etnia são importantíssimos e devem fazer a parte do currículo de formação do psicólogo, especialmente em países que convivem com migração, tendo em vista que ajudam a: "compreender a diversidade humana, os fenômenos psicossociais que acontecem na contemporaneidade".

Ao ser perguntada se os migrantes que frequentam o serviço se aproximam com facilidade dos psicólogos? A resposta foi que a aproximação não é fácil, por que a maioria vêm de países onde "os psicólogos não fazem parte do sistema público de saúde, portanto, as pessoas não estão habituados, não conhecem o trabalho do psicólogo".

A destacou como dificuldade no trabalho com imigrantes a barreira da língua, e que algumas vezes ela "não tem a mínima ideia do que eles estão falando". Quando indagada se já sentiu desconforto no atendimento, ela resposdeu que: "são situações terríveis, se eu não fosse psicóloga daria um grito das coisas terríveis que aconteceram com essas pessoas de humilhação, de opressão (...) eles viveram condições pejorativas onde os problemas de discriminação de raça de classe se misturam".

B destacou que um serviço de atendimento aos migrantes precisa ter diversos profissionais como advogados, assistentes sociais e psicólogos e que sejam pessoas que falam diversas línguas. Em relação aos psicólogos disse que é importante ter uma equipe desses profissionais. Por que, por exemplo, para trabalhar com um grupo é necessário no mínimo dois psicólogos: "uma pessoa está livre para conduzir e a outra pessoa faz a observação".

Por fim, B vê um certo perigo em trabalhar com tradutores voluntários: "você trabalha com voluntários, e se você não sabe a língua, você não sabe a qualidade interprete. Por outro lado, tem a postura da pessoa, ela pode falar a língua muito bem, mas a pessoa não tem condições de se relacionar com o outro".

P (psicólogo brasileiro)

P distingui três tipos de migração: "a migração por acidentes naturais, a migração forçada por perseguição política (...) os conflitos de guerra (...) e tem uma migração que é por entender que o Brasil tem uma posição econômica melhor que o país de origem". Sobre a motivação para migrar, P destacou que, em geral, as pessoas tem "uma promessa na cabeça" de vida melhor.

Segundo P os trabalhos que os imigrantes realizam quando chegam são principalmente de natureza manual. O psicólogo considera que alguns conseguem "fazer contatos" e desse modo trabalhar na sua área, porem "a maior parte consegue trabalho como pedreiro, em oficinas de materiais ou carregando caixas e esse tipo de coisa".

Quando o imigrante chega, sobretudo, as pessoas que fugiram de guerras ou de perseguição política, é comum ter "muita dificuldade em aceitar a começar uma vida social aqui". Para as pessoas que não veiram fugidas geralmente é mais fácil, mas como o choque cultural é grande, eles sentem também, principalmente os negros e as mulheres que sofrem todos os tipos de preconceitos de gênero e raciais: "eles sentem na pele, literalmente na pele isso, quando eles vão procurar trabalho, quando eles andam pela rua, então isso traz muitas dificuldades para o estabelecimento aqui".

Para P isso pode ser "uma grande surpresa" por que existe uma imagem do Brasil como lugar de oportunidade em que "todos são aceitos". O psicólogo mencionou que muitos "nem imaginavam que iam ter que ficar um abrigo". Por que as pessoas podem vir com recursos financeiros e formação, mas "não conseguem o trabalho rápido e tem que ficar gastando dinheiro, e de repente não tem mais nada, ou muitas vezes são surpreendidos por roubos, chegam são roubados, todos os documentos todo a dinheiro, e acabam numa situação que não esperavam".

O psicólogo utiliza no trabalho com migrantes a "psicanalise", mas o atendimento não acontece sob os cânones da psicanalise tradicional: "nós não temos uma sala, a gente atende no espaço comum da casa, muitas vezes mais do que um psicólogo atende a mesma pessoa". De acordo com P: "nunca a gente vai buscar a pessoa para atender, podemos puxar conversa, até porque o espaço é a casa deles, nós temos muito cuidado pra não forçar, lá é um espaço de moradia não de atendimento". Entre outras atividades ele mencionou que já foram feitas oficinas de crianças com brincadeiras, oficinas de atendimento em grupo, oficinas de português. Quando houve o atendimento da criança geralmente os pais também são acompanhados.

O entrevistado ressaltou que o principal objetivo do atendimento é: "estabelecer uma comunicação, um vínculo, que é uma das maiores dificuldades de muitos migrantes aqui". E o vínculo pode ser mantido não necessariamente pela língua: "o atendimento é feito na língua em que se pode ter comunicação, são feitos em inglês, em francês ou espanhol, mas não é tão importante a língua, mas sim o vínculo que está se formando entre o psicólogo e o migrante".

Os psicólogos estão na Casa no espaço comum, eles cumprimentam os migrantes, fazem comentários do cotidiano "para ver quem vai engatar em uma conversa". Esse é o procedimento utilizado para facilitar a aproximação. Ele contou que muitas pessoas "não entendem que trabalho faz o psicólogo" porque não tem psicólogos no país de origem. Quando sabem do trabalho que faz o psicólogo o interesse passa a ser "mais direto", a pessoa pode dizer que não consigue dormir, que está muito ansiosa. Segundo o entrevistado a conversa geralmente começa com questões objetivas como possibilidades de trabalho ou documentos) e dentro disso o psicólogo "tentar ir além".

P acredita que um serviço de atendimento aos migrantes tem que ser interdisciplinar, com a presença de profissionais de várias áreas: assistente social, médico, psicólogo. Também é fundamental que tenha moradia para os migrantes. P destacou que os migrantes não vão ao atendimento psicológico se ele estiver fora da Casa. Por fim, o entrevistado afirmou que aprendeu muito sobre "clinica" no serviço de atendimento ao migrante e que esta experiência ajuda no seu trabalho no consultório particular.

C (psicólogo brasileiro)

O entrevistado distinguiu os tipos de migração da seguinte forma: refugiados, migração por motivos econômicos e pessoas que "tem grande prazer de viajar", que "não param em um lugar nunca". No primeiro grupo as pessoas fogem da guerra, violência, nesse grupo é importante a "questão de sofrimento e trauma". No segundo grupo, os imigrantes esperavam "conseguir um trabalho melhor", "a vida melhor" e muitas vezes acabam sendo frustrados, não conseguem ter documentos rápidos, arranjar um trabalho. No terceiro grupo a motivação esta ligada ao lazer e a vontade de conhecer o mundo e viver experiências diferentes.

C ressaltou que problemas de regularização e validação de documentos impedem os imigrantes de achar um trabalho melhor. Segundo o psicólogo: "Só os refugiados aqui conseguem cidadania mais fácil (...). Os outros ficam um pouco como migrantes, não como cidadãos, não conseguem tirar carteira de trabalho. Muito difícil eles conseguiram mais direitos e legalidade".

Dentre os processos psicológicos que ocorrem com o migrante quando chega o entrevistado destacou: a desterriolização, o estranhamento com os costumes e a língua diferente. No caso de refugiados C falou da

questão do trauma e que o atendimento está voltado para ajudar os migrantes a "fazer novos laços". Também destacou que alguns migrantes de pele negra sofrem preconceito racial: "No começo acharam que as próprias pessoas de São Paulo eram muito frias... quando tentavam abordar na rua a pessoa fugia como se fossem ser agredidos". Então, segundo C: "Começaram a ver que tinha muito a ver com a cor da pele (...) as pessoas se assustavam muito mais com eles. Foram xingados na rua por causa da cor da pele (...) e ficavam bem ofendidos com isso".

O psicólogo contou que o preconceito também apareceu no mercado de trabalho. Ele deu o exemplo de alguns migrantes que reclamaram que o empregador tentava enganar eles e que foram chamados de "burros" e "pobres".

C utiliza a psicanalise no atendimento do migrante, mas que isso não significa fazer "uma clínica psicanalítica tradicional". Ele fica rodando pelo pátio da casa do migrante, conversava com as pessoas e verifica quem está interessando em continuar a conversa. O objetivo é criar um "ambiente de escuta" e ajudar aos migrantes a "fazer laços entre si", de modo que eles não fiquem isolados ou apenas no grupo da sua nacionalidade.

O entrevistado relatou como principal dificuldade a barreira da língua. Ele não trabalha com tradutor e em alguns casos precisa "improvisar", usando desenhos ou gestos. C disse que os migrantes não se aproximam com facilidade dos psicólogos. A estratégia para facilitar a aproximação além de "frequentar o pátio" tem sido o oferecimento de aulas de português onde os migrantes podem contar a história e o percurso deles.

C disse que atendia principalmente homens. Um dos motivos foi por que a maioria das mulheres tinham filhos e passavam muito tempo no quarto das mães, onde o acesso para homens é proibido. Outro motivo foi que as psicólogas mulheres preferiam atender as imigrantes e crianças. Isso por que: "acontecia muito de homens da Casa tentaram se aproximar de jeito sedutor das mulheres e isso incomodava bastante as psicólogas".

C destacou que num serviço de atendimento aos migrantes é importante haver o treinamento dos funcionários para lidar com aspectos linguísticos e culturais. Ele notou que para os funcionários que não tiveram formação para trabalhar com migrantes, por exemplo, pessoas da cozinha ou da segurança, era mais difícil lidar com a diversidade cultural.

Segundo o entrevistado, a intercultura e a raça/etnia são importantes na formação do psicólogo. Se o psicólogo trabalha com migrante ele precisa estar pronto para entrar em contato "com algo diferente", "estar aberto". Para isso, "sempre ajuda ter um pouco do conhecimento da cultura" da pessoa com quem o psicólogo interage. C contou que percebia que tem "pequenas coisas, pequenas regras de lidar com pessoas, de costumes, que para gente parece muito certo, seguro e para outra pessoa é completamente diferente".

Para o entrevistado a experiência de trabalho com os migrantes ajudou ele a ter mais "abertura" em sua escuta.

Discussão

Refletindo sobre a experiência no atendimento dos migrantes todos os entrevistados afirmaram que receberam um conhecimento que vai "além do consultório", além do atendimento tradicional e que precisavam ser "criativos" no seu trabalho com os migrantes. Isso quer dizer que no atendimento com pessoas do próprio pais o perfil é mais unificado, mais homogêneo. Atender migrantes fornece uma nova experiência clínica porque são pessoas muito diferentes das que um psicólogo russo ou brasileiro está acostumado a atender e que apresentam sofrimentos distintos. Por isso essa experiência foi muito valorizada por eles, enquanto possibilidade de acessar um saber e uma forma de atuar que dialoga de fato com a alteridade.

O psicólogo S da Rússia ressalta que no seu trabalho vê diferenças individuais (não nacionais) dos clientes e suas técnicas e conhecimentos podem ser aplicados efetivamente independente do gênero/raça-etnia/idade da pessoa. Diferente das especificidades nacionais/étnicas/religiosas que mencionaram as outras duas psicólogas russas: N e D. Para ele este não é um aspecto central, pelo contrário, S fala que "não achou" tais especificidades. Embora forneça exemplos de diferença cultural (por exemplo em relação ao tempo, atrasos e tradução), isso não aparece como importante no seu trabalho. Nesse sentido, vale lembrar que o psicólogo K do Brasil destacou que foi trabalhar com migrantes por que queria "compreender o que é universal no sofrimento humano". Já para S vemos que o objetivo do trabalho focaliza aspectos individuais como a questão do trauma e do sofrimento psicológico. Ele acredita que existe diferença nas manifestações individuais do sofrimento, mas não culturais.

As mulheres psicólogas entrevistadas tanto as que trabalham na Rússia como as que trabalham no Brasil se mostraram mais atentas aos aspectos étnico-raciais do que os homens.
Os psicólogos que tiveram a experiência como migrante, D, B, K e C destacaram a importância de ter conhecimento sobre as outras culturas. C pensa que os conhecimentos interculturais e da migração podem evitar a patologização do migrante, K destacou que esses conhecimentos podem facilitar a aproximação do psicólogo. Para D alguns processos psicológicos que acontecem com o migrante podem ser culturalmente condicionados e B destacou a importância do psicólogo conhecer os processos que acontecem com o migrantes quando ele chega em um novo país.
Chamou atenção que as psicólogas que trabalharam fora do seu país de origem (B e D) e um psicólogo (C) que morou por um ano fora do seu país de origem, trouxeram mais exemplos das diferenças interculturais, afirmando sua existência e relevância para o entendimento da situação dos migrantes. Só essas duas entrevistadas (B e D) mencionaram que o contexto histórico-político pode estar presente no atendimento psicológico. Isso ocorre quando o(a) psicólogo(a) é visto/percebido como representante de um certo país (do estado). O cliente (migrante) sabendo que o(a) psicólogo(a) é cidadão desse país pode ter uma atitude negativa ou positiva que se mostra na qualidade da interação.
Uma especificidade dos psicólogos brasileiros foi destacar a frustração que os migrantes tem com o Brasil. Existe uma imagem sobre a vida no Brasil e essa imagem na maioria da vezes é ilusória. Muitos imigrantes no início ficam deslumbrados como uma espécie de "lua de mel", mas depois isso passa. Não foi possível identificar que imagem da Rússia tem os migrantes, pois os(as) psicólogos(as) entrevistados9As) em Moscou nada mencionam sobre isso. A maioria dos migrantes atendidos pelos psicólogos russos foram refugiados dos conflitos armados e se deslocaram (inesperadamente) para Moscou ou por que tinham parentes lá ou por não terem outra opção.
Uma especificidade da atuação do psicólogo no serviços de migração no Brasil é o tipo de atendimento psicológico oferecido que não é comum. Trata-se de um atendimento de campo, onde a comunicação ocorre no "espaço comum". O psicólogo não tem horário marcado, não tem sala especial e um migrante pode ser atendido por psicólogos diferentes. E isso é muito diferente do setting terapêutico tradicional.
Todos os entrevistados brasileiros falaram que durante a sua formação não estudaram nada (ou quase nada) sobre migração ou raça/etnia. Os psicólogos russos lembraram que tiveram disciplinas que abordaram esses temas, mas não se aprofundaram no assunto.
Em relação as dificuldades no serviço de atendimento dos migrantes em Moscou, destacamos a ausência de alojamento, alimentação e apoio financeiro (ou qualquer tipo de apoio) do Estado, além da ausência de psicólogos no serviço de atendimento e das questões burocráticas para inserção no mercado de trabalho dos migrantes. Uma entrevistada mencionou que "seria útil se no centro trabalhassem como voluntários os imigrantes que já moram aqui". Ela destacou que só uma pessoa do mesmo grupo pode entender "o que você não entende".
Em São Paulo as dificuldades se relacionam a regularização dos migrantes por questões burocráticas e a exploração no mercado de trabalho. Todos os entrevistados mencionaram que o migrante efetua o trabalho independentemente da qualificação que tem. Um entrevistado mencionou que seria bom ter "uma política que permitisse a satisfação de necessidades religiosas (de religiões diferentes)". Outra entrevistada destacou que para ela falta psicólogos que tem especialização com crianças. Os(as) entrevistados também chamaram atenção para a falta de tradutores e a necessidade de treinamento paras funcionários dos serviços de atendimento aos migrantes para lidar com aspectos linguísticos e culturais.
Em Moscou um entrevistado destacou que os estudos da raça/etnia são importantes para a formação do psicólogo em principio para superar as atitudes xenofóbicas dos próprios especialistas. Segundo o entrevistado, conhecendo mais sobre outras nacionalidades o profissional pode ter uma atitude mais flexível, percebendo a outra pessoa como "ser humano com seus próprios valores e sentimentos", sendo "mais ecológico" no seu trabalho. Outra entrevistada destacou que as tradições culturais e religiosas podem criar obstáculos para o contato e dificultar a aproximação, por isso "é importante saber de qual cultura ele vem e como isso pode influenciar no seu trabalho".

Em São Paulo uma entrevistada mencionou que os estudos de raça/etnia são especialmente importantes nos países que convivem com a migração. Esses estudos ajudam a "compreender a diversidade humana, os fenômenos psicossociais que acontecem na contemporaneidade". Houve um entrevistado que falou que os estudos de raça/etnia são importantes para a formação do psicólogo, por que o profissional "aprende a buscar modos de estar com o diferente – com diferenças culturais, linguísticas, religiosas, geográficas". Outro entrevistado destacou que os conhecimentos interculturais e da migração podem "evitar a patologização do migrante".

Em relação ao preconceito e discriminação no serviço de atendimento dos migrantes em Moscou, os entrevistados falaram sobre a relação do Estado com o migrante. Um entrevistada falou: "que todas as leis da Rússia foram feitas para tornar impossível o enraizamento dos imigrantes ou a vida normal deles"; e destacou que seria bom que na equipe do Cento de Atendimento houvesse representantes nas estruturas do Estado. Outro entrevistado mencionou que os imigrantes não tem acesso aos direitos civis por completo. É importante destacar que nas entrevistas com psicólogos(as) da Russia foram discutidos menos as questões étnico/raciais, por isso as entrevistas trouxeram menos conteúdos sobre esses temas.

Em relação ao preconceito e discriminação no serviço de atendimento dos migrantes em São Paulo, os(as) entrevistados(as) mencionaram que o Brasil tem imagem de terra das oportunidades e de um lugar que vai acolher os migrantes. Porém, muitos se decepcionam ao encontrar o preconceito e discriminação. Como um entrevistado fala: "todos eles (migrantes), mas principalmente os negros as mulheres sentem todos os tipos de preconceitos de gênero e raciais que tem aqui no Brasil, eles sentem na pele, literalmente na pele isso, quando eles vão procurar trabalho, quando eles andam pela rua, então isso traz muitas dificuldades para o estabelecimento aqui". Outra entrevistada falou que atendeu as pessoas que passavam por situações de humilhação, opressão: "viveram condições pejorativas onde os problemas de discriminação de raça de classe se misturam". O último psicólogo entrevistado falou que alguns imigrantes de pele negra "sofreram preconceitos no centro de São Paulo". Outro entrevistado destacou que trabalhou muito com refugiados de África e que entre eles teve professores universitários, que não conseguiam trabalhar na sua área, mesmo depois de receber a carteira de trabalho.

O racismo ameaça a proteção da saúde dos indivíduos e das coletividades ao permitir e favorecer a violação e/ou desrespeito de direitos. Trata-se de uma ideologia segundo a qual existem raças puras, umas superiores a outras, com características genéticas que são transmitidas hereditariamente e que determinam e são reconhecidas através da cor da pele, traços de inteligência e caráter e manifestações culturais. Ao longo dos séculos o racismo tem sido utilizado para justificar diferentes formas de opressão e violência e a manutenção de sistemas de privilégios. A manifestação social do racismo é a discriminação racial, ou seja, toda distinção, exclusão ou restrição baseada na cor/raça e capaz de por em risco as liberdades fundamentais e os direitos em quaisquer esferas. A manifestação individual do racismo é o preconceito racial, ou seja, refere-se às percepções, atitudes e juízos pré-concebidos a respeito de pessoas ou grupos de determinada cor/raça e que não são facilmente modificáveis por apresentação de evidência contrária (SANTOS, 2012).

Notamos que os entrevistados não identificaram o preconceito e a discriminação racial no serviço, tampouco tem alguma intervenção específica para lidar com esses fenômenos quando os mesmos aparecem. O presente estudo, no entanto, tem limitações. As entrevistas foram feitas só com psicólogos(os) que trabalham ou trabalhavam recentemente com os migrantes. Como não houve entrevistas com os migrantes ou outros especialistas, as conclusões derivam somente do relato dos(as) psicólogo(as). Destarte, é possível concluir que no serviço de atendimento ao migrante esses profissionais precisam lidar com diferenças socioculturais e que os conhecimentos sobre intercultura e raça/etnia podem ajudar nessa tarefa.

Considerações finais

Com base no estudo realizado é possível fazer uma série de recomendações para os serviços de atendimento ao migrante e para a formação dos psicólogos:

a) Recomendações para os serviços de migração

- É importante ter psicólogos em todos os serviços porque muitos migrantes (especialmente refugiados) passaram por situações difíceis, sofrimentos e traumas psicológicos. Quando eles chegam no novo país as demandas de adaptação em um novo ambiente desconhecido, com cultura e língua diferente, podem agravar seu estado psicológico. E só os psicólogos, como especialistas, podem lidar com esses problemas.
- Vale a pena montar um sistema do treinamento dos funcionários dos serviços de atendimento dos migrantes para lidar com aspectos linguísticos e culturais. Como exemplo podemos destacar o treinamento para os tradutores, eles ocupam um papel importante nos serviços de migração. Em São Paulo é importante que os serviços possam dispor de tradutores que dominam o francês e línguas como o criolo, suaíli, e árabe.
- Em Moscou há tradutores, mas não há muitos psicólogos nos serviços. Lá a maioria dos serviços de migração é voluntario por isso não atrai os(as) psicólogos(as). No Brasil os serviços também são voluntários, porém existem projetos vinculados as universidades, enquanto em Moscou não existe essa pratica. Em ambas os serviços a remuneração ocorre se existe uma agencia externa de financiamento.
- É importante que o trabalho psicológico seja realizado por uma equipe de profissionais. Para abranger diversos grupos de migrantes convém ter especialistas com perfil diverso: homens, mulheres, brancos, negros, amarelos, psicólogos-imigrantes e com experiência com crianças.

b) Recomendações para formação dos psicólogos

- Os psicólogos tendo conhecimentos interculturais e de raça/etnia podem ver as diferenças socioculturais e lidar com isso, conhecer os fenômenos psicológicos que acontecem com o migrante, manter contato com o migrante usando recursos culturais e linguísticos, manter-se aberto ao contato com o diferente, superar atitudes xenofóbicas, e transmitir esse conhecimento para outros especialistas que trabalham com os migrantes.
- Os cursos de graduação em psicologia em Moscou têm mais disciplinas (e pesquisas) dedicadas a intercultura e raça/etnia. A disciplina Psicologia Étnica atualmente é obrigatória para maioria das faculdades. Porém, lá não há programas vinculados as universidades onde o psicólogo pode fazer estágio trabalhando com os imigrantes. No Brasil a situação é contrária. Há programas e psicólogos que trabalham com os imigrantes, mas existem poucas disciplinas nos cursos de graduação que abordam esses temas.
- Todos os entrevistados afirmaram que trabalhando no serviço de atendimento dos migrantes, enriqueceram sua experiência profissional. Desse modo, estágios em serviços de atendimento aos migrantes podem ser considerados como um excelente treinamento para a futura pratica profissional como psicólogo.

Referências

CHAVEZ L. R., (2011), "Migration, National Identity, and Citizenship in a Transnational World", Conflict Studies in the Humanities, Japan: KSI INC, pp. 3-23.

CONTINGUIBA G. C., PIMENTEL M. L. (2012), Apontamento sobre processo de inserção social dos haitianos em Porto Velho. Travessia - Revista do Migrante, N.70, pp.99-107.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS (2007), As migrações no espaço russo, 36º Congresso de Migração, Lisboa, Disponível em: http://www.fidh.org/IMG/pdf/Russia_port.pdf, [consultado em 30-01-2013]

HIRANO S. (2011), "Japanese Immigration to Brazil: History, Trajectory, and Memory". Conflict Studies in the Humanities, Japan: KSI INC, pp. 205-217.

KOMMERSANT VLAST (2013), Capa de atrigo: Quantos migrantes têm na Rússia, N 37, pp.29. Disponível em: http://www.kommersant.ru/doc/2284497, [consultado em 15-10-2013]

REIS R. R. (2011), A política do Brasil para as migrações internacionais, Contexto internacional, Rio de Janeiro, N1, Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292011000100003&script=sci_arttext, [consultado em 15-10-2013].

SCHUPLENKOV O.V., SCHUPLENKOV N.O. (2013), Política de reassentamento do povo na Rússia no início do século XX – a questão metodológica, Urbanística, N1, pp.31-72, Disponível em: http://e-notabene.ru/urb/article_10383.html, [consultado em 15-08-2014].

SANTOS, A. O. Superar o racismo e promover a saúde da população negra: desafios para o trabalho de prevenção ao HIV/Aids no Brasil. In: Vera Paiva; José Ricardo Ayres e Cassia Maria Buchalla. (Org.). Vulnerabilidade e Direitos Humanos. Prevenção e Promoção da Saúde. Da doença à Cidadania. 1ed. Curitiba: Juruá Editora, 2012, v. 1, p. 145-163.

SERVIÇO FEDERAL DE MIGRAÇÃO, ESTATÍSTICA OFICIAL SOBRE CIDADÃOS ESTRANGEIROS NO TERRITÓRIO DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA, Disponível em: http://www.fms.gov.ru/about/statistics/data/details/54891/, [consultado em 15-08-2014]

ZAIA M. C. (2007), Imigrantes muçulmanas em São Paulo: um estudo a partir da psicologia intercultural, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, N 28, pp. 41-69.

ZAYONCHKOVSKAYA J. (2012), Migração na Rússia moderna, Conselho russo de Assuntos Internacionais: O artigo da crestomatia Migração da Rússia, Disponível em: http://russiancouncil.ru/inner/?id_4=1714#top, [consultado em 15-08-2014].

GT 96
A ciência da informação e a sua dimensão social e política: olhares, saberes e trocas entre bibliotecários, arquivistas e museológicos

Informação em saúde para o usuário leigo disponível na Biblioteca Virtual em Saúde Prevenção e Controle de Câncer

Walma Belchior
walmabelchior@gmail.com

Adriana Olinto Ballesté
adriballeste@gmail.com

RESUMO: O trabalho busca analisar de que forma a informação disponível na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) Prevenção e Controle de Câncer contribui para o usuário leigo apropriar-se de conhecimento sobre doença, tratamento e condições para realizá-lo, e até mesmo sobre como lidar com o sofrimento e a dor presentes nesses processos. Para compreender necessidades e comportamentos informacionais desses indivíduos, que buscam informações sobre o tema oncologia, será feito um levantamento de suas demandas e usos a partir de duas fontes: (1) o canal 'fale conosco' existente no site da BVS (2) grupos focais realizados com pacientes, acompanhantes e profissionais. Após o levantamento, será feita a seleção, a organização e o tratamento da informação e proposto um modelo para a elaboração de novos produtos e serviços direcionados ao usuário leigo interessado em temas relacionados à oncologia.

Palavras-chave: Usuário leigo; Acesso à informação; Disseminação da informação; Informação em saúde; Biblioteca virtual.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar o acesso e apropriação da informação em saúde pelo usuário leigo tendo como parâmetros os dados disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) Prevenção e Controle desde 2012.

O interesse pelo tema desta pesquisa deu-se pela experiência como bibliotecária supervisora da Área Temática Alta Complexidade no Hospital Federal de Bonsucesso no período de 2006 a 2010 e atuando na BVS Prevenção e Controle de Câncer. A vivência no atendimento ao usuário leigo observou-se sua dificuldade em recuperar a informação relevante a sua necessidade. Os relatos são de anseios por informações que os auxiliem no entendimento da doença em si e seus direitos.

A BVS Prevenção e Controle de Câncer além de ter informações técnico-científicas, também têm documentos voltados para o perfil de usuário leigo; esses materiais educativos têm como objetivo a prevenção do câncer. O usuário leigo pode acessar cartilhas sobre tabagismo, alimentação, alcoolismo entre outros temas que contém informações que contribuem para uma vida saudável, melhorando assim a sua qualidade de vida. No entanto, poucos estudos analisam de que modo esses materiais são apropriados pelos usuários.

A difusão do uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) ampliou as várias possibilidades de acesso, circulação e apropriação do conhecimento. A conectividade advinda das TICs é ponto estratégico para aprendizado, inovação e desenvolvimento, influenciando a maneira como os usuários navegam e interagem na web. As novas tecnologias permitem o acesso a todo tipo de informação, contudo:

> O desafio é ir além da conectividade, o que por si só não é suficiente, para incluir as dimensões do acesso equitativo, uso significativo e apropriação social das TICs. (Gómez & Martinez, 2001: 7, tradução nossa).

Hoje, o usuário pode ter, à sua disposição, várias informações e fazer uso delas para seu benefício. De acordo com o estudo de Oxford, ao facilitar a divulgação do conhecimento, a internet pode ajudar a minimizar as desigualdades na saúde.

Ao fazer buscar na WEB como Google[1], usando o termo câncer o cidadão recupera vários resultados que muitas vezes não são confiáveis. Há muita oferta, as informações estão dispersas nesse mar que é a web, dificultando a recuperação da informação relevante. Dentro desses resultados o usuário leigo recupera publicações que tem como objetivo a prevenção da doença.

Como ferramenta de divulgação e ampliação do conhecimento gerado no âmbito das instituições parceiras a BVS Prevenção e Controle de Câncer tem em seu acervo materiais educativos voltadas para o usuário leigo. Nesse sentido, problematiza-se como a informação disponível pode ajudar o usuário leigo na apropriação de conhecimento sobre a doença, o tratamento, as condições para realizá-lo e até mesmo sobre como lidar com o sofrimento e a dor presentes nesses processos.

> Em síntese, a transformação da informação em conhecimento deve ser olhada como um processo no qual a informação deve ser apreendida, analisada e assimilada pelo sujeito, modificando sua estrutura mental, e possibilitando sua disseminação entre grupos e, por conseguinte, na sociedade. Com os recursos tecnológicos disponíveis na atualidade, a velocidade com que a informação é disseminada tende a ser ampliada e o seu alcance a um maior número de indivíduos também é amplificado (Fonseca et al., 2012).

Muito embora se fala sobre usuário leigo, é raro encontrar na literatura uma definição com referência na Biblioteconomia e Ciência da Informação. A definição adotada no trabalho para o termo leigo é que se apresenta no Dicionário Houaiss (2010) "Que(m) não é perito em determinado assunto". Uma outra referência é o termo sobre o "conhecimento leigo" apresentado por Silva:

> O conhecimento leigo refere-se à forma os sujeitos constroem significados a partir da experiência, referidos à ordem social e cultural como explicações que dão sentido aos acontecimentos. Esse saber leigo inter-relaciona as diferentes dimensões da vida, integrando o natural, o mágico-religioso, o sociopolítico, etc. (Silva, 2011).

Apesar da diversidade de usos do termo, a problematização analítica desse termo neste trabalho estende-se para a centralidade das práticas dos sujeitos a partir das suas necessidades e comportamentos informacionais sobre informações disponível na BVS Prevenção e Controle de Câncer: a apropriação de conhecimento sobre a doença, o tratamento, as condições para realizá-lo e até mesmo sobre como lidar com o sofrimento e a dor presentes nesses processos.

A partir da Constituição Federal de 1988 um novo conceito de saúde foi definido: ter saúde é ter acesso a alguns fatores como alimentação, moradia, emprego, lazer, educação entre outros. (Brasil, 1988).

De acordo com Organização Mundial de Saúde (OMS/WHO, 1946), saúde pode ser entendida não apenas como a inexistência de doença ou enfermidade, vai muito além, estar intimamente relacionada com os fatores de bem-estar físico, mental e social.

Diante desse cenário a doença vem sendo tratada com foco multidisciplinar envolvendo os vários serviços de saúde, E não pode ser vista isoladamente, Conforme indica Susan Sontag (1984):

> A DOENÇA é o lado sombrio da vida, uma espécie de cidadania mais onerosa. Todas as pessoas vivas têm dupla cidadania, uma no reino da saúde e outra no reino da doença. Embora todos prefiram usar somente o bom passaporte, mais cedo ou mais

1 http://www.google.com.br

> tarde cada um de nós será obrigado, pelo menos por um curto período, a identificar-se como cidadão do outro país (1984: 4).

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA) (2014) a perspectiva para o ano 2014 e 2015 e que ocorram 576 mil novos casos de câncer.
O tema câncer ainda causa grande ansiedade e, principalmente, medo, como diz Teixeira e Fonseca (2007: 9):

> Ao longo da história brasileira, o câncer foi visto de diversas formas. De tumor maligno e incurável à neoplasia, de tragédia individual à problema de saúde pública, sua história foi marcada pelo incessante esforço da medicina em controlá-lo pela via da prevenção, aliada ao uso das mais modernas tecnologias médicas de tratamento. No entanto, as dificuldades técnicas para a cura de muitas de suas formas, o alto custo das tecnologias empregadas com esse objetivo e seu caráter individual mostram-se como limitadores da ação terapêutica, fazendo com que a doença se vincule cada vez mais ao campo da prevenção e da saúde pública.

2 INFORMAÇÃO EM SAÚDE NA WEB

Hoje, por meio da Internet, se acessa e recupera a informação de vários tipos de textos, que vão desde os científicos até receitas caseiras. Diante desse cenário, avaliar essas informações torna-se muito difícil. Segundo a BIREME (2001): "O usuário leigo, na maioria das vezes, não tem condições de avaliar a qualidade desse tipo de informação e, por consequência, o uso dessa informação pode trazer sérios danos à sua saúde".
Segundo Lopes (2004), "A qualidade da informação é um dos mais importantes aspectos a serem considerados, devido ao volume exponencialmente crescente de informações veiculadas na Internet".
Também falando da qualidade da informação a pesquisadora Áurea Maria da Rocha Pitta argumenta que:

> [...] informações de qualidade e uma comunicação de qualidade devem ter, necessariamente, vínculo com a vida cotidiana do cidadão, com a permanente busca de soluções para questões que determinam a existência dos próprios processos saúde-doença, devendo ter sentido prático na busca de qualquer grupo social ou indivíduo por uma melhor qualidade de vida e bem-estar. (Brasil, 2006: 15).

É fato que o acesso à informação é fator determinante para a construção e desempenho da cidadania. Diante disso, a BVS Prevenção e Controle de Câncer pode auxiliar com informações pertinentes na mudança e na qualidade de vida do usuário.
A iniciativa de construção da BVS Prevenção e Controle de Câncer tem como Secretaria Executiva[2] o Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA). O INCA é o órgão auxiliar do Ministério da Saúde no desenvolvimento e na coordenação das ações integradas para a prevenção e o controle do câncer no Brasil. Desenvolve ações, campanhas e programas em âmbito nacional, em atendimento à Política Nacional de Atenção Oncológica do Ministério da Saúde.

> Ações nacionais integradas para prevenção e controle do Câncer e visão estratégica "Exercer plenamente o papel governamental na prevenção e controle de câncer, assegurando a implantação das ações correspondentes em todo o Brasil, e assim, contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população. (INCA, 2012).

---

2 ***Secretaria Executiva:*** é representada, em geral, por uma instituição com condições políticas, econômicas, de recursos humanos e de tecnologias de informação para assumir a liderança da BVS. Tem por funções: promover o funcionamento efetivo do Comitê Consultivo, organizando reuniões periódicas; desempenhar funções de coordenação e promoção da BVS; assegurar a atualização e funcionamento da matriz de responsabilidades

O acesso democrático às informações em saúde é um direito do cidadão e um patrimônio para as instituições que as geram (Santos, 2009).
A gestão e o fluxo da informação no modelo BVS priorizam a qualidade dos seus conteúdos e a usabilidade:

> O objetivo da gestão das fontes e fluxos de informação na BVS é maximizar, por um lado, a sua coleta, registro e organização, e, por outro, o uso da informação nos processos de decisão e nas atividades relacionadas com a saúde coletiva e individual. (Packer, 2005).

Já Valentin (2004) considera essencial estabelecer critérios de seleção e qualidade na busca de informações vinculadas à internet.

> A Internet disponibiliza informações que abrangem várias áreas do conhecimento humano. Diariamente, uma grande quantidade de novas informações é veiculada pela rede sem nenhum critério de seleção que garanta sua qualidade, relevância e confiabilidade (2004: 97).

Uma divulgação mais ampla é necessária para que a população se aproprie mais dessa ferramenta e para que a BVS firme-se como referência na área, reduzindo as pesquisas com resultados nem sempre confiáveis que os usuários fazem na Internet. Para tanto, parece ser fundamental o conhecimento e uso de metodologias de organização e representação do conhecimento em ambientes digitais.

3 METODOLOGIA

A BVS Prevenção e Controle de Câncer desde o ano de 2012 pretende implantar, a partir do gerenciamento de informação, ações baseadas em evidências que estruturam a produção do conhecimento em prevenção e saúde pública, pautadas nas reais necessidades de informação da população.
Por meio de uma pesquisa no campo informacional que compreende o período de implantação da BVS Prevenção e Controle de Câncer até o presente momento, busca-se realizar análise de conteúdo de documentos e programas direcionados para o usuário leigo, diagnosticando quais processos estão relacionados com a produção da informação gerados na BVS Prevenção e Controle de Câncer; que estruturas de linguagens de representação e recuperação de informação estão sendo utilizadas; e, por fim, agrupá-los por meio de organização de termos de acordo com o acesso a informação dos usuários.
Posteriormente, será feito uma análise das demandas do canal fale conosco, ferramenta de comunicação que integra a BVS Prevenção e Controle de Câncer. Por este canal a BVS Prevenção e Controle de Câncer recebe perguntas e dúvidas como: marcação de consulta, publicações de punho acadêmico e também como previnir o câncer e direitos do paciente com câncer, por meio dessa analise será possível classificar essas informações e traçar o perfil do usuário, com abrangência aos profissionais da saúde.
A pesquisa contemplará ainda em outra etapa a realização de grupos focais (Barbour, 2009) com objetivo de levantamento de atitudes e disposições subjetivas dos usuários leigos (pacientes, familiares e profissionais).

3.1 Dados Preliminares

A oferta de informações online sobre prevenção do câncer está cada vez mais disponível para a população. Uma busca no Google, realizada em dezembro de 2014 com a expressão “como evitar o câncer” recuperou um universo de aproximadamente 463.000 resultados em língua portuguesa. Dentro deste universo foram recuperados desde *sites* (hospitais, clínicas, consultórios, blog, sociedade civil e governamental) até sites que ensinam receitas de chá caseiros que prometem a cura do câncer.
A BVS Prevenção Controle de Câncer além de ter materiais técnico-cientificos, também tem em seu acervo publicações como cartilhas e folhetos que utilizam uma linguagem mais amigável para atingir o usuário leigo. Como modelo de publicações:

Figura 1- Câncer: a informação pode salvar vidas - 10 dicas para se proteger do câncer

Fonte: Instituto Nacional de Câncer José Alencar da Silva (INCA), 2012.

Figura 2 - Cartilha dos direitos do paciente com câncer: uma compilação do Departamento Jurídico do A.C.Camargo Cancer Center.

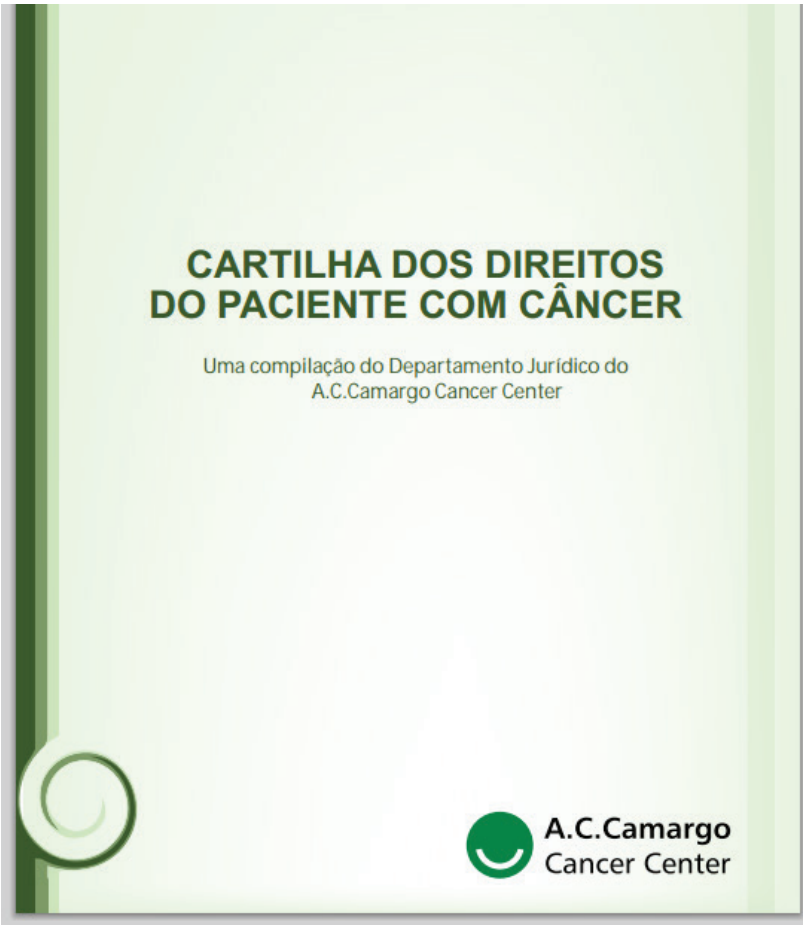

Fonte: A. C. Camargo Cancer Center; Fundação Antonio Prudente, 2009.

Figura 3 – Câncer de mama. Cuidar da sua saúde é um gesto de amor à vida.

Fonte**:** Instituto Nacional de Câncer José Alencar da Silva (INCA), 2014.

A linguagem utilizada para confecção desses documentos tem efeito positivo no sentido que ajuda o usuário leigo sobre a importância da informação em saúde. Utiliza como estratégia a realidade do público alvo.

> A seleção do formato dos materiais educativos (diapositivos, cartazes, folhetos, manuais, cartilhas, programas áudio-visuais) deve levar em consideração às características da população-alvo, a relação entre o benefício e o custo dos materiais e a factibilidade de sua utilização. Para a população geral, por exemplo, o método de campanha de informação de massa deverá possuir um conteúdo simples e de fácil compreensão e o meio de comunicação escolhido para a veiculação das mensagens deverá considerar os aspectos culturais da comunidade (Andrade & Coelho, 1997).

Verificar como tais condições repercutem no modo de vida dos usuários e suas formas de apropriação do conhecimento também são fundamentais na medida como os documentos estão sendo veiculados na mídia (informação como bem público).

A informação contida nesses documentos segundo Brasil:

> [,..] esclarece consumidores e empo dera cidadãos. A informação é essencial para que consumidores façam melhores escolhas e para que cidadãos atuem politicamente para conformar ambientes promotores da alimentação saudável. (Brasil, 2014).

4 ANÁLISES INICIAIS-

A Biblioteca Virtual em Saúde Prevenção e Controle de Câncer tem parceria com entidades representativas para a prevenção e controle de câncer no país que conformam o Comitê Consultivo[3] e Comitê Executivo[4].

Tabela 1 - Relação do Comitê Consultivo.

Comitê Consultivo
Aliança de Controle do Tabagismo
Fundação do Câncer
Sociedade Brasileira de Enfermagem Oncológica
Organização Pan Americana de Saúde
Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
Programa de Oncobiologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto do Câncer do Ceará
Instituto do Câncer do Estado de São Paulo
Associação de Combate ao Câncer em Goiás
Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca
Ministério da Saúde

Fonte: BVS Prevenção e Controle de Câncer, 2014.

Tabela 2 - Relação do Comitê Executivo.

Comitê Executivo
Casa de Oswaldo Cruz
Hospital de Câncer de Pernambuco
Hospital de Câncer de Barretos
Centro Integrado de Pesquisas Onco/Hematológicas da Infância da UNICAMP
A. C. Camargo Cancer Center
Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas

Fonte: BVS Prevenção e Controle de Câncer, 2014.

---

3 **Comitê Consultivo:** é composto por representantes de instituições usuárias, intermediárias e produtoras de informação em saúde. Tem como funções: coordenar o trabalho cooperativo, definir e orientar sobre os critérios de qualidade para a inclusão das fontes de informação na BVS, definir prioridades, promover a divisão de responsabilidades na operação cooperativa das fontes de informação, controlar e avaliar o desempenho de cada uma das fontes de informação e da BVS como um todo.

4 **Comitê Executivo:** é formado por bibliotecas, centros de informação (bibliotecários, informáticos e outros profissionais) ligados às instituições que formam o Comitê Consultivo. Tem por funções: operar as fontes de informação descentralizadamente a partir da metodologia BVS; manter atualizados os conteúdos das fontes de Informação; atender capacitações técnicas para acompanhar os ajustes e desenvolvimento metodológico e tecnológico da BVS.

A Biblioteca Virtual em Prevenção e Controle de Câncer adota um modelo de gestão organizacional em que o processamento de informações permite um melhor fluxo de comunicação científica a nível nacional e regional. Atuando com o desenvolvimento de redes avançadas e estratégias de pesquisa, permite que o conteúdo inseridos estejam disponíveis com recuperação dinâmica para apoiar a construção de novos conhecimentos, determinando a eficiência com a utilização de fontes de informação sobre medicina baseada em evidências, comunicação científica a nível nacional e regional. Os temas e subtemas foram elaborados pelos profissionais de diversas áreas do INCA e instituições parceiras. A sua estrutura esta subdivida por temas e subtemas.

Tabela 3 - Estrutura da Biblioteca Virtual Em Saúde Prevenção e Controle de Câncer.

Temas	Subtemas
Prevenção e Fatores de Risco	Agentes Cancerígenos Alcoolismo Atos Sexuais Alimentação Hereditariedade Radiação Solar Tabagismo
Tratamento	Assistência Farmacêutica Cirurgia Oncológica Quimioterapia Radioterapia Transplante de Medula Óssea
Tipos de Câncer	Boca Cólon e Reto Esôfago Estômago Leucemia Outros Tipos Pele Próstata Pulmão
Saúde da Mulher	Colo do Útero Mama
Cuidados Paliativos	
Epidemiologia	Incidência Morbidade Mortalidade

Fonte: BVS Prevenção e Controle de Câncer, 2014.

Dessa forma ao escolher o tema o usuário é direcionado para a tela de pesquisa onde pode escolher os tipos de documentos dentro dos subtemas apresentados.

Figura 4 – Temas com pesquisa direcionada.

Fonte: BVS Prevenção e Controle de Câncer, 2014.

A gestão e o fluxo da informação no modelo BVS priorizam a qualidade dos seus conteúdos e a usabilidade (Packer, 2005). Uma divulgação mais ampla é necessária para que a população se aproprie mais dessa ferramenta e para que a BVS Prevenção e Controle de Câncer se firme como referência na área, reduzindo as pesquisas com resultados nem sempre confiáveis que os usuários fazem na Internet. É sabido que o acesso à informação é fator decisivo para a construção e o desempenho da cidadania, contribuindo para a promoção da saúde, pessoal e coletiva, e para a melhoria da qualidade de vida (Brasil, 2006).

Devido à especificidade do tema prevenção e controle a gestão do acervo para disponibilizar os documentos pertinentes é realizada de acordo com as seguintes etapas: a) recebimento b) captura de links de instituições parceiras e c) inserção do documento na base de dados. Para inserção nas bases de dados os documentos são catalogados por meio do aplicativo Literatura Latino Americana em Ciências da Saúde – Descrição Bibliográfica e Indexação (LILDBI) [5], nessa etapa são selecionadas as base de dados de acordo com tipos de documentos. São as seguintes bases de dados:

Tabela 4 – Bases de dados BVS Prevenção e Controle de Câncer, 2014.

Bases de Dados	Tipo de Documento
Teses e Dissertações	Teses e Dissertações
Artigos	Artigos Científicos
Publicações	Cartilhas, Livros, Cartazes, Folhetos e Folderes
Memória Técnica	Publicação referente ao ano de 1940 até 1988
Palestras e Pôsteres	Documentos apresentados em eventos em geral (congresso, seminário, encontros)

Fonte: BVS Prevenção e Controle de Câncer, 2014.

5 **LILDBI-Web** é um aplicativo utilizado para a administração de bases de acordo com a Metodologia LILACS. Utilizamos esse sistema para entrada, manutenção, controle de qualidade, armazenamento e recuperação de dados em bases de dados bibliográficas de forma descentralizada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da BVS Prevenção e Controle do Câncer visa fortalecer o compromisso social tanto com a comunidade científica como com a população em geral, e propicia o acesso integral, universal e gratuito de todo o conhecimento gerado em suas bases de dados, reconhecendo que a informação baseada em evidências é estratégia para a transformação das práticas em saúde.

É fato que o acesso à informação é fator determinante para a construção e o desempenho da cidadania. Dessa maneira, a BVS Prevenção e Controle de Câncer pode auxiliar com informações pertinentes para mudança e qualidade de vida do usuário. Nesse sentido, o aprimoramento da BVS Prevenção e Controle de Câncer, frente às tecnologia de informação, com a finalidade de alcançar o usuário que dela necessita, é uma estratégia de seu desenvolvimento.

A BVS Prevenção e Controle de Câncer apresenta um modelo de cooperação técnica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), que, junto com outras instituições para composição do acervo temático a ser disponibilizado, fortalece a construção e salvaguarda do conhecimento, divulgando resultados de pesquisa em saúde atuais. Essa ação é fator integrador de políticas públicas em várias redes, visando a minimizar os problemas sociais e atendendo, assim, às necessidades de saúde da população.

Essa iniciativa contribui para o controle e prevenção integral do câncer. Desse modo, tendo em vista a existência de um intercâmbio que possibilita dinamizar a comunicação e ampliar as competências para assim disseminar o conhecimento gerado sobre câncer na perspectiva da população, é possível estimular os usuários leigos a realizarem mudanças em seu perfil.

A construção de uma ferramenta que não esteja alheia à organização das informações focadas no usuário leigo, bem como ao debate crítico sobre as mudanças nos sistemas de estruturação atuais, é um ponto a mais para ampliar o modelo oficial de saúde brasileira. o usuário muitas vezes não tem conhecimento para avaliar a qualidade dessa informação e sua utilização pode comprometer sua saúde (Lopes, 2004).

Ao buscar informação desejada na BVS Prevenção Controle de Câncer, ela se torna uma ferramenta de intermediação entre ele (usuário leigo) e a informação. Essa informação pode causar impacto em seu processo cognitivo para assim direcionar suas buscas e justificar suas escolhas, priorizando a qualidade e o grau de necessidade de informação (Fonseca, 2012).

A compreensão dos elementos educativos possibilita ao usuário leigo apreensão do conjunto de representação de homem e de sociedade. A partir dos princípios e métodos empregados a adoção do modelo de educação propostos nos documentos educativos assegura a transmissão da informação

REFERÊNCIAS

ANDRADE, V., COELHO, M. A. S. M. (1997), "O processo educacional na promoção de ações comunitárias em Saúde". **Revista Brasileira de Cancerologia**, 43(1), Disponível em http://www.inca.gov.br/rbc/n_43/v01/artigo4_completo.htm, [consultado em 30-11-2014].

BIBLIOTECA VIRTUAL PREVENÇÃO E CONTROLE DE CÂNCER (2013). Disponível em: http://controlecancer.bvs.br/, [consultado em 10-10-2013].

CENTRO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE (2001), **Guia 2001 de desenvolvimento da Biblioteca Virtual em Saúde**. Disponível em: http://www.bireme.br/crics5/E/guiabvs.htm, [consultado em 10-10-2013].

CENTRO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE (2011), **Guia BVS 2011.** Disponível em: http://bvsmodelo.bvsalud.org/php/level.php?lang=pt&component=16&item=118, [consultado em 25-05-2014].

BARBOUR R. (2009), **Grupos focais.** Porto Alegre: Artmed.

BRASIL. Constituição (1988), **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. Ministério da Saúde. (2005), **Conselho Nacional de Saúde**. Relatório do seminário nacional de comunicação, informação e informática em saúde para o exercício do controle social: Brasília, 8 e 9 de dezembro de 2005. Disponível em http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/relatorioseminario_miolo.pdf, [consultado em 12-12-2014].

BRASIL. Ministério da Saúde (2014), **Guia alimentar para a População brasileira**. Brasília (DF): Ministério da Saúde.

BRASIL. Ministério da Saúde (2006), **Diretrizes operacionais dos pactos pela vida, em defesa do SUS e de gestão**. Brasília (DF): Ministério da Saúde.

FONSECA, L. G., AMORIM, I. R., LOURENÇO, R. G., BIOLCHINI, J. C. A. (2012), "Contribuição das ciências cognitivas e da ciência da informação para representação da informação: proposta para utilização na construção de biblioteca virtual temática em saúde". **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação.** 17 (esp.1) pp. 87-109. Disponível em https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-924.2012v17nesp1p87/22724, [consultado em 25-11-2013].

GOMÉZ, R., MARTÍNEZ, J. (2001), **The Internet**…**why?** and what for? San José, C. R.: Fundación. Disponível em https://rgomez.ischool.uw.edu/sites/rgomez.ischool.uw.edu/files/documents/I%20para%20que%20Eng.pdf, [consultado em 10-12-2014].

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA (2012), **Sobre o instituto.** Rio de Janeiro, Disponível em http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/sobreinca/site/oinstituto, [consultado em 10-10-2013].

LEIGO. In: Houaiss, A. (2010), **Mínidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, pp. 47.

LOPES, I. L. (2004), "Novos paradigmas para avaliação da qualidade da informação em saúde recuperada na Web". **Ci. Inf.**, 33(1), Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n1/v33n1a10.pdf, [consultado em 25-11-2013].

SANTOS, E. P. (2009), **Estudo sobre demanda e oferta de informação em saúde.** Mestrado em Ciências da Informação, Brasília, Universidade de Brasília.

SONTAG, S. A. (1984.), **Doença como metáfora**. Tradução de Márcio Ramalho. Rio de Janeiro: Edições Graal.

SILVA, L. F., ALVES, F. (2011), "Compreender as racionalidades leigas sobre saúde e doença". **Physis**, 21(4), pp. 207-229.

TEIXEIRA, L. A., FONSECA, C. O. **(**2007), **De doença desconhecida a problema de saúde pública:** O INCA e o controle do câncer no Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde.

TOMAÉL, M. I., VALENTIM, M. L. P. (Orgs.) (2004), **Avaliação de fontes de informação na Internet**. Londrina: EDUEL.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. (1946), "**Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO)"**. Disponível em: http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html, [consultado em 25-11-2014].

Sociedade da Informação e as Contradições das Políticas de Leitura no Maranhão/Brasil

Maria Mary Ferreira[1]

Resumo: O Brasil do século XXI tem se defrontado com os desafios de superação das desigualdades sociais históricas. Dessas desigualdades destacam-se as relativas ao campo da educação e cultura que incidem em grande parte sobre os índices de alfabetização e leitura. Ao pensar a sociedade da informação subtende pensar uma sociedade que age e interage movida pelo conhecimento que por sua vez prescinde do domínio dos signos linguísticos para que possa ter acesso à informação e poder assim se apropriar de forma competente dos recursos que esta oferece. Para tanto a leitura passa a ser um elemento vital na construção das sociedades da informação tendo em vista que é através desse mecanismo de apropriação de conhecimento que os cidadãos adquirem competências cognitivas para participar e interagir na sociedade em constante transformação. Ao refletir sobre os índices no Maranhão observa-se que um dos estados com menor índice de leitura no País. A situação parece ser ainda mais preocupante haja vista recente pesquisa realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. A pesquisa mostra que 23% dos alunos da Universidade Federal do Maranhão não chegam a ler uma obra por ano, enquanto apenas 5,5% leem mais de 10 títulos no período. Neste estudo apresentamos os dados referentes aos indicadores de leitura no Maranhão, cujos resultados mostram a distância deste estado em relação aos grandes centros de informação. Os dados evidenciam a pouca inserção da leitura entre os maranhenses e suas dificuldades de acesso aos espaços de informação, fato que dificulta mais ainda a transformação da realidade social deste estado que se constitui um dos mais pobres da federação.

PALAVRAS-CHAVE: Indicadores de Leitura. Políticas de Informação. Políticas públicas. Maranhão. Brasil.

Abstract: The Brazil of the XXI century has confronted the challenges of overcoming the historical social inequalities. These inequalities include those relating to the field of education and culture that focus largely on literacy rates and reading. When thinking the information society subtends think a society that acts and interacts moved by the knowledge that in turn dispenses the field of linguistic signs so you can have access to information and thereby appropriating power competently of resources it offers. For both reading becomes a vital element in the construction of information societies considering that it is through this mechanism of appropriation of knowledge that citizens acquire cognitive skills to participate and interact in society in constant transformation. Reflecting on the indices in Maranhão is observed that one of the states with the lowest reading in the country. The situation seems even more troubling view there recent survey by the National Association of Directors of Federal Institutions of Higher Education. Research shows that 23% of the Federal University of Maranhão fail to read a book a year, while only 5.5% read more than 10 titles in the period. In this study we present data on both indicators read in Maranhao, whose results show how far this state in relation to major information centers. The data show a low insertion Reading between Maranhão and the difficulties of access to information spaces, a fact that further complicates the transformation of social reality that this state is one of the poorest of the federation.

KEYWORDS: Indicators of Reading. Political Information. Public policy. Maranhão. Brazil.

---

1 Professora Associada do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão. Bibliotecária, Mestre em Políticas Públicas (UFMA) Doutora em Sociologia (UNESP/FCLAr). Autora dos livros Os Bastidores da Tribuna: Mulher, política e poder no Maranhão e as Caetanas vão à luta: feminismos e políticas públicas. Coordenadora da Pesquisa Retrato da Leitura no Maranhão. E-mail: mmulher13@hotmail.com. GT GT96: A Ciência da Informação e a sua Dimensão Social e Política: Olhares, Saberes e Trocas entre Bibliotecários, Arquivistas e Museológicos

1 Introdução

As últimas eleições trouxeram para o cenário da política brasileira um debate em que duas forças políticas se contrapunham: por um lado o projeto conservador liderado por Aécio Neves, o PSDB e aliados, de outro lado, o projeto progressista liderado por Dilma Rousseff, o Partido dos Trabalhadores e aliados. Notadamente o que se observou nos debates eleitorais foi uma contraposição de ideias que confundiu enormemente o eleitorado brasileiro. Porém, ficou claro ao sair vitorioso o projeto de Dilma Rousseff nas eleições de 2014 que o Brasil tem respondido em grande parte aos anseios da população brasileira, principalmente a população historicamente excluída de bens sociais.

Esta população que durante décadas foi esquecida pelos governantes passou a dar respostas cada vez mais pontuais em momentos estratégicos deste novo Brasil que começou a ser redesenhado a partir do XXI. Embora se observe um cenário positivo no que se refere a continuidade das politicas sociais implementadas a partir de 2002 no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não de pode desconsiderar que este País ainda se defronta com grandes desafios para superar as desigualdades históricas que criou grande fossos entre as camadas pobres e as classes sociais mais favorecidas, principalmente quando se compara as desigualdades entre as regiões brasileiras.

Dessas desigualdades destacam-se as relativas ao campo da educação e cultura que incidem em grande parte sobre os índices de alfabetização e leitura, considerados mecanismos fundamentais para que a população passe ter maior domínio e compreensão da realidade e assim se tornar parte da sociedade da informação.

Ao pensar a sociedade da informação subtende pensar uma sociedade que age e interage movida pelo conhecimento que por sua vez prescinde de domínio dos signos linguísticos para que possa ter acesso a informação e poder assim se apropriar de forma competente dos recursos que esta oferece. Para tanto a leitura passa a ser um elemento vital na construção das sociedades da informação tendo em vista que é através desse mecanismo de apropriação de conhecimento que os cidadãos adquirem competências cognitivas para participar e interagir na sociedade em constante transformação. Ao refletir sobre os índices de leitura tendo o Retrato da Leitura no Brasil (2012) como referência, observou-se que 28% dos brasileiros dedicam seu tempo livre à leitura. Em 2007 esse percentual era de 35% dos brasileiros. O tempo livre dos brasileiros segundo a pesquisa que entrevistou 5.012 domicílios de 315 municípios em todos os estados brasileiros é dedicado a assistir televisão conforme informaram 85% dos entrevistados.

No Maranhão realizamos pesquisa semelhante utilizando grande parte das questões abordadas na pesquisa nacional e identificamos algumas pequenas diferenças que demonstram a necessidade urgente de pensar políticas públicas neste campo a fim de mudar o quadro de abandono que se encontra grande parte das populações maranhenses, principalmente as populações rurais que vivem à margem dos avanços que a sociedade tem alcançado ao longo deste século de mudanças. Na pesquisa utilizamos métodos quantitativos e qualitativos com apoio de questionário aberto e fechado e observação em cada localidade investigada.

Neste trabalho refletimos sobre as contradições da sociedade da informação e do Estado que deve buscar mecanismos mais pontuais para que os grupos sociais marginalizados pela força do capitalismo, aqui no Maranhão traduzido pelo agro negócio e pelas elites políticas que durante meio século se mantiveram nos espaços de decisão contribuindo para a manutenção de um modelo de injustiça social que alijou setores sociais importantes: negros, quilombolas, mulheres, ribeirinhos, trabalhadores rurais, indígenas, entre outros segmentos que ficaram à margem dos avanços científicos e tecnológicos e pouco utilizam os recursos informacionais, a cultura e a leitura, bens importantes para que possam ser incluídos na sociedade.

Na estrutura do trabalho apresentamos uma discussão sobre o sentido de sociedade da informação para refletir sua importância no processo de inclusão das camadas sociais menos favorecidas; no segundo momento do texto apresentamos dados do Retrato da Leitura no Brasil e Retrato da Leitura no Maranhão e finalizamos apresentando reflexões que pode contribuir para incluir estes grupos sociais a partir da leitura e da informação.

2. Sociedade da Informação e suas contradições no Brasil

A expressão sociedade da informação é um termo que vem sendo empregado de forma mais abrangente a partir de meados da década de noventa para denominar as sociedades movidas pelas tecnologias de informação, pelo conhecimento e pela informação. Subtende-se também uma sociedade que passou a conviver em redes que trocam informações e conhecimentos como forma de facilitar seus processos interacionais e de decisões. É uma sociedade mediada pela informação e conhecimento que possibilita a humanidade pensar e agir a partir de uma visão racional

Ao discutir o tema sociedade da informação Castells (1999) nos chama a atenção para o fato de que o conhecimento se transformou em um dos principais canais de produção no mundo contemporâneo, dada às articulações cada vez mais presentes entre conhecimento e desenvolvimento. Para esse autor a sociedade não mais sobrevive sem informação que se tornou elemento vital para a sobrevivência dos povos. Além disso, Castells (1999:25) considera que "o dilema do determinismo tecnológico é, provavelmente um problema infundado, dada que a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas".

As possibilidades oferecidas pelas tecnologias possibilitaram maior rapidez na transmissão, transferência e acesso a informação tornando-a parte inseparável na vida das instituições, das empresas e das pessoas. Por esta razão é difícil hoje sobreviver sem a tecnologia e sem os mecanismos que facilitam o acesso ao conhecimento

A informação durante muito tempo foi relacionada a documentos impressos e a bibliotecas, considerada um dos poucos espaços existentes que armazenava e disseminava informações. Porém, ao longo das duas últimas décadas o termo informação foi redimensionado passou ser considerado tanto um diálogo entre cientistas, como uma comunicação informal, uma patente, uma fotografia ou objeto, uma base de dados ou em biblioteca virtual ou repositório, na Internet. (Pinheiro, 2004).

Apesar dos avanços consideráveis que a informação tem causado não se pode deixar de considerar que as tecnologias de informação são consideradas molas propulsoras do crescimento do sistema capitalista e com ele o aumento das desigualdades sociais entre as nações e entre setores da sociedade. Tal fato está relacionado "às potencialidades ofertadas pelo próprio desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, através das quais a informação parece adquirir força própria e se dissipar ciberespaço afora, sem possibilidades de controle". (Dziekaniak; Rover, 2004: 2).

A sociedade da informação, deveria retratar aquilo que preceitua a UNESCO quando enfatiza que:

> Uma Sociedade da Informação aberta e universal somente poderá se desenvolver e subsistir se ela for baseada em princípios políticos fundamentais que sejam compreendidos por todos. O acesso universal a todos os novos serviços de informação e mídia é, em muitas mentes, o mais importante desses princípios e está implicitamente incorporado à Declaração Universal dos Direitos Humanos, particularmente o artigo 19, que trata da liberdade de expressão, e o artigo 27, relacionado à liberdade de acesso à informação e proteção da segurança e privacidade dos usuários. (Cyranek, 2000:1).

A partir dessa perspectiva o que se observa é que a sociedade da informação vislumbrada pela UNESCO ainda está em construção, principalmente quando se trata de analisar os países pobres e/ou os emergentes como Brasil em que grandes contingentes populacionais ainda lutam para ser incluídos e terem acesso aos bens culturais, à educação, ao trabalho à justiça, fatores indispensáveis para a dignidade humana e que se constituem dever de todas as nações.

2.1 Um olhar sobre o Brasil e suas dificuldades para superar as desigualdades sociais e regionais

Ao observarmos o atual cenário nacional identificamos mudanças que alteraram as relações sociais, econômicas e políticas. Essas mudanças indicam que o Brasil superou muitos problemas, porém, as desigualdades ainda persistem em uma sociedade caracterizada por enormes concentrações de riquezas que gera poder nas mãos de poucos.

A herança colonial teve efeitos perversos na formação social e política no Brasil, herança esta que se reproduziu na forma como o Brasil foi pensado e administrado até finais dos anos noventa contribuindo para a permanência de enormes distâncias sociais que acirraram as desigualdades sociais e o aumento da pobreza. Embora a diminuição da pobreza seja fato incontestável nos últimos anos conforme demonstram os dados do IPEA quando enfatiza que:

> [...] houve uma grande redução da extrema pobreza no Brasil desde 1992 e especialmente depois de 2002, com importantes ganhos de bem-estar para milhões de brasileiros. O percentual de pobres extremos – ou seja, a incidência da extrema pobreza, medida pela linha atualizada de R$ 70 em julho de 2011 – despencou de quase 14% para menos de 4% da população brasileira.(IPEA, 2013:28).

Entretanto ainda há muitos desafios neste País continental em que habitam 200,4 milhões segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (População, 2014). Dos desafios apontamos os relacionados ao acesso aos bens culturais em especial o acesso ao livro, à leitura e a biblioteca considerados elementos vitais no processo de constituição de uma sociedade da informação. Urge, portanto, pensar politicas públicas que possa transformar as relações desiguais no campo da cultura, garantindo assim o acesso ao livro, a biblioteca e a informação

Pensar políticas públicas de biblioteca, informação e de leitura subtende-se a possibilidade de intervenção do Estado nos problemas apontados pela sociedade como estratégia de mudanças tendo as políticas de leitura e informação como parte de um processo de transformação incorporado ao projeto de Estado. Para Ferreira (2013:7):

> A ação do estado via políticas públicas se dá a partir de um processo que pode garantir a sociedade condições de existências dignas, isso porque políticas públicas são mecanismos utilizados pelos órgãos estatais para fazer chegar aos setores populares e à sociedade, como um todo, o sentido da própria realidade, contribuindo para ampliar suas descobertas e garantindo as condições de existência.

A sociedade reconhece a importância da leitura e do conhecimento na formação de novas gerações, porém, a realidade brasileira, embora tenha alterado substancialmente as relações sociais nesta última década, ainda apresenta um quadro bastante deficiente no que se refere a espaços públicos de difusão da leitura, da ciência e da informação haja vista a carência de bibliotecas públicas e escolares em grande parte dos estados brasileiros. Esta realidade é ainda mais aguda nos Estados do Norte e Nordeste.

No Maranhão, embora alguns avanços tenham sido evidenciados a partir de 2007 com a criação de cinquenta bibliotecas públicas em diversos municípios, entretanto, mais de 80% dessas bibliotecas não possuem bibliotecário, a situação se torna mais grave ainda quando se analisa as bibliotecas escolares que segundo Ferreira (2012) funcionam de forma desarticuladas dos projetos pedagógicos das escolas, e são lugares ainda vistos como de castigo:

> O que se observa no sistema educacional brasileiro é a falta de planos e ações que tenha as bibliotecas como foco. Em São Luís a situação das bibliotecas é das mais precárias, o que demonstra a distância existente entre projetos pedagógicos e as bibliotecas. Estas, em geral não fazem parte da escola, são considerados apêndices, lugares inacessíveis, pouco visitadas, e, em algumas escolas, ainda é visto como lugar de castigo e punição. (Ferreira, 2012:12).

Ainda segundo a autora, grande parte das bibliotecas investigadas sobrevive da iniciativa de professores, muitos deles realocados nestes espaços por problemas de saúde que os impossibilita de estar em sala de aula. A falta de atenção para com estas organizações é traduzida pela forma como os "professores com carga horária reduzida e ou aposentados são encaminhados para prestar serviços naquele espaço, grande parte deles sem treinamento e sem aptidão para a realização dos serviços". (Ferreira, 2012:18).

Ao lado destes problemas evidenciam-se acervos defasados e pouco atraentes para os alunos das escolas da

rede pública e um desconhecimento dos mesmos do que está sendo produzido nas universidades em termos de estudos e pesquisas, fato que contribui para o desconhecimento sobre a produção científica gerada nas universidades o que distancia em grande parte os cientistas sociais da sociedade e dificulta a propagação da ciência.
É a partir deste quadro que apresentamos os dados da pesquisa Retrato da Leitura no Maranhão pensado a partir da Pesquisa Nacional Retrato da Leitura no Brasil realizado em 2012 e divulgado em 2013.

3 Os paradoxos da sociedade da Informação no Brasil: os desafios da construção de um Brasil leitor.

O estudo Retrato da Leitura no Maranhão nasceu a partir da necessidade de compreender os fatores sociais e políticos que implicam na formação de leitor no Maranhão assim como refletir sobre como o Estado têm implementado políticas públicas voltadas para a democratização da leitura e das bibliotecas e finalmente discutir sobre políticas públicas de leitura e ações efetivas para tornar a leitura e o conhecimento um bem social acessível a todos os cidadãos.
A pesquisa foi realizada inicialmente em cinco municípios maranhenses: São Luís, Caxias, São José de Ribamar, Coroatá e Timbiras. No estudo trabalhamos como método quantitativo e qualitativo apoiado em observação direta em cada município investigado. É importante destacar que cada dado e cada observação foi analisada de forma a responder as inquietações levantadas na pesquisa que permitiram dar qualidade aos dados e fatos observados. Nas pesquisas qualitativas "o pesquisador procura diminuir as distâncias entre a teoria e os dados, entre o contexto e a ação, usando a lógica da análise fenomenológica, isto é, a compreensão dos fenômenos estudados". (Teixeira, 2008: 137-138). As minhas experiências pessoais foram importantes nas análises e compreensão sobre a incidência de leitura dos maranhenses e os fatores que comprometem a formação de leitores. A seguir apresentamos parte dos dados que corresponde a 193 entrevistados.
Ao refletir sobre o perfil dos entrevistados observamos que a maioria são mulheres, fato que não surpreende haja vista ser a população maranhense composta por 3.310.823 mulheres e 3.258.860 homens em um total de 6.569.683 pessoas residentes nos 217 municípios maranhenses. Além disso, há de se considerar que a pesquisa foi realizada nos domicílios, onde a presença feminina é mais frequente. Nos dados observa-se que foram 111 mulheres entrevistadas e 82 homens.

Tabela 1 – Sexo dos Entrevistados por Município

SEXO	CAXIAS	COROATÁ	RIBAMAR	S. LUÍS	TIMBIRAS	TOTAL
FEM	35	8	21	42	5	111
MASC	24	2	25	26	5	82
Total Geral	59	10	46	68	10	193

Fonte: Elaboração da autora a partir da tabulação dos dados

Sobre a faixa etária dos entrevistados é importante ressaltar que neste primeiro momento a pesquisa atingiu apenas pessoas com idade a partir de 18 anos. Sendo que a faixa etária mais atingida pela pesquisa está entre 18 e 25 anos, considerados os mais jovens, portanto. Não se pode desconsiderar, porém, que 25% dos entrevistados estão na faixa etária de 26 a 35 anos e 20% estão na faixa de 36 a 45 anos. Apenas 4% dos entrevistados tinham mais de 56 anos, conforme é observado na tabela 2.

Tabela 2 – Faixa Etária dos Entrevistados por Município

FAIXA ET.	CAXIAS	COROATÁ	RIBAMAR	SÃO LUÍS	TIMBIRAS	TOTAL	%
18-25	17	3	11	23	1	55	28%
26-35	16	4	13	12	4	49	25%
36-45	8	2	8	16	4	38	20%
46-55	13	1	8	11		33	17%
56-65			3	5		8	4%
ACIMA 65	4		3			7	4%
(vazio)	1			1	1	3	2%
Total Geral	**59**	**10**	**46**	**68**	**10**	**193**	100%

Fonte: Elaboração da autora a partir da tabulação dos dados

A religião dos entrevistados também foi observada nas entrevistas. Os dados da tabela 3 apontam que a religião predominante entre os entrevistados foi de católicos que corresponde a 57%. A surpresa é os 28% de evangélicos que embora saibamos que é uma população que aumenta a cada ano no Brasil, entretanto os dados apontam um crescimento muito significativo em relação aos católicos. Os números de evangélicos irão incidir nos indicadores de leitura principalmente no que se refere a escolha do gênero literário escolhido. Dos municípios estudados São Luís é o que apresentou a maior população evangélica entrevistada, dado que reflete o número de igrejas cada vez mais acentuado neste município. A pesquisa também indicou dois por cento de ateus, ou seja, pessoas que não professam nenhuma religião.

Tabela 3 – Religião dos Entrevistados por Município

RELIGIÃO	CAXIAS	COROATÁ	RIBAMAR	SÃO LUÍS	TIMBIRAS	TOTAL	%
ATEU	1	0	0	2	0	3	2%
CATÓLICA	37	9	30	29	5	110	57%
EVANGELICA	14	0	16	22	2	54	28%
OUTROS	3	0	0	4	0	7	4%
NÃO RESPONDEU	4	1	0	11	3	19	10%
Total Geral	**59**	**10**	**46**	**68**	**10**	**193**	100%

Fonte: Elaboração da autora a partir da tabulação dos dados

A pesquisa também procurou conhecer melhor o perfil dos entrevistados a partir da raça e etnia. Pelos dados observou-se que 56% dos entrevistados se consideram pardos, 24% brancos e 17% negros. Ao somar os dados dos pardos e negros estes se constituem 71% dos entrevistados. No censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE a população brasileira era de "91 milhões de pessoas que se declaram brancas; 82,2 milhões que se declaram pardas". (IBGE, 2011). No Maranhão, porém, se encontra uma das maiores populações pardas que se constituem 68,6 segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Daí o porquê dos dados registrados na pesquisa que aponta uma maioria significativa de pardos.

Tabela 4 – Raça e Etnia dos Entrevistados por Município

RAÇA	CAXIAS	COROATÁ	RIBAMAR	SÃO LUÍS	TIMBIRAS	TOTAL	%
Amarelo	1					1	1%
BRANCA	13	3	12	19		47	24%
PARDA	33	6	24	37	9	109	56%
NEGRA	11	1	9	12		33	17%
(vazio)	1		1		1	3	2%
Total Geral	**59**	**10**	**46**	**68**	**10**	**193**	100%

Fonte: Elaboração da autora a partir da tabulação dos dados

Ao questionar sobre se sua escola tinha biblioteca os entrevistados em sua maioria responderam que sim. Entretanto não foi observado na pesquisa as condições desta biblioteca. Em São Luís capital do estado, em estudo realizado em 2010-2012 envolvendo 165 escolas da rede pública municipal e estadual observou que apenas 14% são gerenciadas por bibliotecários e que a maioria funcionam com acervos defasados que não atendem aos interesses de leitura dos alunos. Nos restantes dos municípios maranhenses a situação é ainda mais precária, tendo em vista que grande parte das bibliotecas se constitui apenas depósitos de livros, sem nenhum tratamento e orientação de um profissional qualificado.

Tabela 5 - Sua escola possui Biblioteca?

RESPOSTA	CAXIAS	COROATÁ	RIBAMAR	SÃO LUÍS	TIMBIRAS	TOTAL	%
NÃO	11	4	10	5	3	33	17%
SIM	23	6	16	27	3	75	39%
(vazio)	25		20	36	4	85	44%
Total Geral	**59**	**10**	**46**	**68**	**10**	**193**	100%

Fonte: Elaboração da autora a partir da tabulação dos dados

Ao questionar o sentido da leitura para os entrevistados observamos que a maioria, ou seja, 74% considerou que a leitura é fonte de conhecimento para a vida. Esta resposta também coincide com a resposta dos entrevistados da pesquisa nacional que enfatizaram a mesma resposta. 12% dos entrevistados respondeu que a leitura é fonte de conhecimento e atualização profissional e apenas 3% considerou a leitura como um ato prazeroso. As respostas nos levam a desafios de modificar esta realidade a partir das práticas de leitura no país considerando que uma parcela considerável da sociedade ainda não tem acesso ao livro e a leitura no formato convencional. O livro para grande parte da população maranhense só passa a ser conhecido quando de sua entrada na escola. Dessa forma é visto quase sempre como um elemento obrigatório, daí a dificuldade dos entrevistados de conceber a leitura como objeto de prazer.

Tabela 6 - O que a leitura é para você?

RESPOSTA	CAXIAS	COROATÁ	RIBAMAR	SÃO LUÍS	TIMBIRAS	TOTAL	%
Fonte Conhecimento para vida	**50**	**6**	**30**	**52**	**4**	**142**	**74%**
Fonte de Conhec. para a escola / faculdade	0	0	0	1	2	3	2%
Fonte de Conhecimento e atualização Profissional	3	3	7	8	2	23	12%
Prática Obrigatória	1		1	2	1	5	3%
Produz cansaço exige muito esforço	0	0	1	0	0	1	1%
Uma atividade Interessante	3	0	1	3	0	7	4%
uma atividade prazerosa	0	1	3	2	0	6	3%
Não sabe / (vazio)	2	0	5	0	1	6	3%
Total Geral	**59**	**10**	**46**	**68**	**10**	**193**	100%

Fonte: Elaboração da autora a partir da tabulação dos dados

Ao questionar sobre qual o gênero mais lido pelos entrevistados a pesquisa aponta a Bíblia como livro mais lido pelos maranhenses, fato também observado na pesquisa nacional. Em seguida vem a leitura de literatura (romances, contos, etc.), sendo que São Luís é o Município que fez a maior indicação de leitores de literatura: 10 leitores, seguido de Caxias e São José de Ribamar com oito e sete respectivamente.

Na pesquisa nacional os brasileiros informaram que o período em que mais se dedicaram à leitura foi na infância e adolescência, período mais propício, portanto, a descobertas e estímulo à leitura.

Tabela 7 – Qual o gênero que você mais lê?

RESPOSTA	CAXIAS	COROATÁ	RIBAMAR	SÃO LUÍS	TIMBIRAS	TOTAL	%
Artes	2			1		3	2%
Auto Ajuda				2		2	1%
BÍBLIA	17	1	21	26	2	67	35%
Biografias	1		1	1		3	2%
Culinária/artesanato/etc.				4		4	2%
Enciclopedia e Dic				1		1	1%
Ensaios e Ciências				2		2	1%
História em quadrinhos	3		1			4	2%
Historia, economia,	1	1		5	1	8	4%
Literatura Romance,etc)	8	1	7	10	1	27	14%
Literatura Infantil		1			1	2	1%
Literatura Juvenil	1					1	1%
Livro didático	6	4	1	4	3	18	9%
Livro Religioso	5		2	4		11	6%
Livros Técnicos	4	1	1	2		8	4%
Outros	5	1	5	4		15	8%
(N Resp.)	6		7	2	2	17	9%
Total Geral	**59**	**10**	**46**	**68**	**10**	**193**	100%

Fonte: Elaboração da autora a partir da tabulação dos dados

Ao refletir sobre a incidência de leitura dos entrevistados foi questionado se estavam lendo algum livro no momento em que estavam sendo entrevistados. 57% dos entrevistados informaram que não. Observa-se portanto que o número de pessoas que não estão lendo nenhum livro é muito acentuado, principalmente no Município de Caxias, vejam que neste munícipio em termos proporcionais é o que mais leem a bíblia, embora não seja o município com maior percentual de evangélicos. Os dados reflete também que nestes municípios há pouca presença de livros fora das escolas, embora em São Luís e São José de Ribamar realizem anualmente feiras de livros bastante movimentadas que mobilizam milhares de pessoas.

Tabela 8 – Está lendo algum livro no momento?

RESPOSTA	CAXIAS	COROATÁ	RIBAMAR	SÃO LUÍS	TIMBIRAS	TOTAL	%
SIM	43	3	28	33	3	110	57
NÃO	16	7	14	28	4	69	36
NR	-	-	4	7	3	14	7
TOTAL	59	10	46	68	10	193	100

Fonte: Elaboração da autora a partir da tabulação dos dados

Quando questionados sobre quem mais o influenciou na leitura a maioria dos entrevistados, ou seja, 26% informaram que foi a professora. Fato que deve ser visto como positivo e dever ser potencializado haja visto que a maioria dos jovens somente tem acesso ao livro na escola, sendo o professor portanto um sujeito importante no processo de formar leitor.
Esse dado difere dos resultados da pesquisa nacional quando os entrevistados informaram que quem mais influenciou foi a mãe. No retrato da leitura no Maranhão a mãe aparece na resposta de 15% dos entrevistados.

Tabela 9 – Quem mais o influenciou no gosto pela leitura?

RESPOSTA	CAXIAS	COROATÁ	RIBAMAR	SÃO LUÍS	TIMBIRAS	TOTAL	%
COLEGA DE TRABALHO			1			1	1%
MÃE	4	1	7	15	2	29	15%
MARIDO	1			1		2	1%
OUTRO	16	4	5	7	4	36	19%
PADRE, PASTOR	3		1	7		11	6%
PAI	7		4	5		16	8%
PARENTE AMIGO(A)	7		4	12	2	25	13%
PROFESSOR(A)	15	5	14	16	1	51	26%
(NR)	6		10	5	1	22	11%
Total Geral	**59**	**10**	**46**	**68**	**10**	**193**	**100%**

Fonte: Elaboração da autora a partir da tabulação dos dados

No retrato da leitura no Brasil a maioria dos entrevistados, ou seja, 45%, leu a partir de empréstimo feito de pessoas ou através de compra. 73% informaram não frequentar uma biblioteca, embora grande parte não desconheça sua existência. Os dados surpreendem haja vista que no Brasil desde 2002 vem sendo implantado um conjunto de políticas públicas no campo da educação e da cultura com implantação de bibliotecas públicas e escolares e políticas de da leitura através do Programa Mais Cultura, Livro Aberto entre outros que tem como filosofia ampliar as oportunidades de leitura dos brasileiros e criar ambientes favoráveis a leitura.
No Maranhão, os entrevistados informaram que seu acesso aos livros se dá através de compra. Entretanto 19% informaram que adquirem livros emprestados e 12% fazem empréstimos de bibliotecas. Os dados demonstram a vulnerabilidade da rede de bibliotecas públicas e escolares nestes municípios conforme mencionamos anteriormente. Além disso, é importante ressaltar a ausência de livrarias na maioria dos munícipios investigados. Somente Caxias e São Luís foram encontrados livrarias com acervos atraentes, capaz de chamar a atenção dos usuários. Nos municípios de Timbiras, Coroatá e São José de Ribamar não foi encontrado espaços de vendas compatíveis para a formação de leitor, fato que explica em grande parte o desinteresse dos usuários e a dificuldade de formar leitores.

Tabela 10 – Como adquire livros para ler?

RESPOSTA	CAXIAS	COROATÁ	RIBAMAR	S. LUÍS	TIMBIRAS	TOTAL	%
BAIXADOS NA NET	1	1	3	3		8	4%
COMPRADOS	24	1	16	31	2	74	38%
DISTRIBUIDOS PELO GOV	4	3		4	3	14	7%
EMPRESTADOS	9	3	13	10	1	36	19%
EMPRESTADOS DE BIBLIOTEC E ESCOLA	9	1	5	9		24	12%
FOTOCOPIADOS, XEROX				2		2	1%
PRESENTEADOS	8	1	1	5	2	17	9%
(vazio)	4		8	4	2	18	9%
Total Geral	59	10	46	68	10	193	100%

Fonte: Elaboração da autora a partir da tabulação dos dados

Na questão seguinte é questionado se na Cidade ou bairro em que residem tem biblioteca 75 % respondeu que sim. Contraditoriamente apenas 12% dos entrevistados emprestam livros desta biblioteca como foi observado na resposta anterior. Nessa questão é também importante observar que 19% respondeu não, ou não sabe. O que subtende falta de interesse para com os espaços de leitura existentes na cidade e por outro lado a pouca visibilidade que estes espaços têm na cidade, provavelmente em virtude da ausência de profissionais qualificados, conforme se observou em São Luís.

Tabela 11 - Existe Biblioteca em seu Bairro e/ou Cidade?

RESPOSTA	CAXIAS	COROATÁ	RIBAMAR	SÃO LUÍS	TIMBIRAS	TOTAL	%
NÃO	1	2	3	15	2	23	12%
NÃO SABE	7		2	7	1	17	9%
SIM	50	7	37	45	6	145	75%
(vazio)	1	1	4	1	1	8	4%
Total Geral	**59**	**10**	**46**	**68**	**10**	**193**	100%

Fonte: Elaboração da autora a partir da tabulação dos dados

Ao questionar a frequência com que visitam a biblioteca 43% dos entrevistados informaram que frequentam de vez em quanto e 42% disseram que não usam a biblioteca. Os dados mostram a necessidade de compreender a falta de atenção para com os espaços de informação. Por outro lado o que se observa é que os espaços existentes não são atrativos, além dos acervos não atenderem as necessidades de grande parte dos leitores, não ter bibliotecários nem profissionais com capacidade de estimular e incentivar o gosto pelos livros. Fato que explica a pouca atenção dos entrevistados para com as bibliotecas.

Tabela 12 – Frequência com que visita a biblioteca

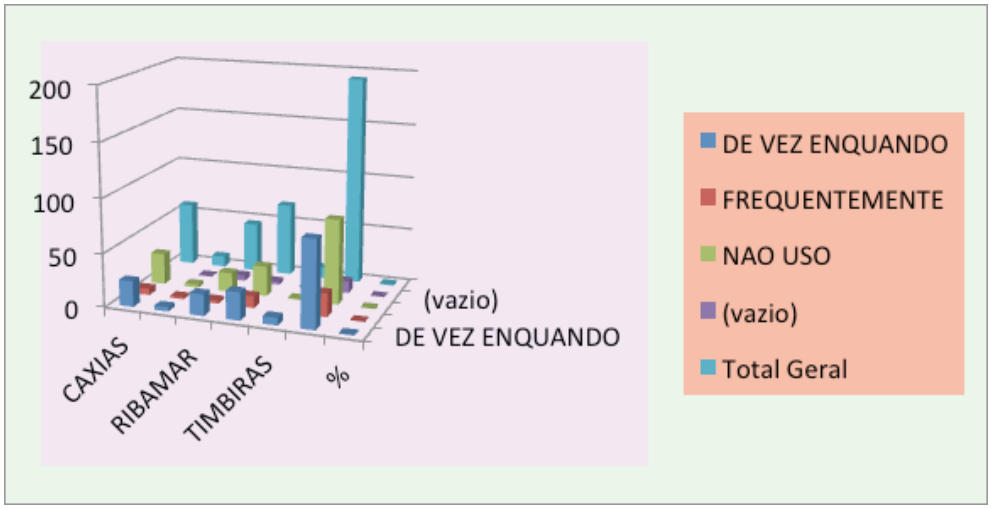

Fonte: Elaboração da autora a partir da tabulação dos dados

4 Considerações Finais

Ao discutir o problema do acesso ao livro, a leitura e as bibliotecas não se pode desconsiderar que ao longo de pouco mais de uma década em especial de 2002 à 2014 o País alterou seus modos de vida, a população superou em grande parte o analfabetismo e a pobreza como mencionado, o número de pessoas com cursos superiores alterou substancialmente considerando que em 1995 apenas 2,5 % de brasileiros possuíam curso superior. Atualmente são mais de 12%, embora ainda seja um número pequeno quando se estabelece como parâmetros os países europeus. Não se pode desconsiderar que nestes doze anos foi criada uma consciência crítica de valor, de direitos com a emergência de conceitos, como estado de direito, democracia, igualdade, política e políticas públicas é a partir destes conceitos que podemos compreender dimensão social e política das bibliotecas municipais da leitura e da informação na constituição de um estado nação.

O Maranhão é um estado que não conseguiu acompanhar os avanços vivenciados na maioria dos estados brasileiros. O fato de conviver durante mais de quatro décadas a mercê de um mesmo grupo político, contribuiu para a permanência dos indicadores de exclusão, fato que dificulta o desenvolvimento sócio cultural deste estado.

Os dados da pesquisa sobre leitura apontam a necessidade urgente de pensar politicas públicas de inclusão que transforme a realidade deste estado criando oportunidades de leitura como canal necessário de inclusão na sociedade da informação que como mencionado neste texto tem na leitura um canal de inclusão vital para as mudanças que devem ser pensadas nos próximos anos. A pesquisa aponta caminhos que ajudam a pensar a realidade e abrem portas para a construção de politicas públicas que devem ser articuladas com o conjunto da sociedade para que possam ser efetivadas de fato. Neste cenário é importante considerar o papel dos professores e dos bibliotecários como profissionais imbuídos de espírito solidário e com competência para fazer a diferença em qualquer projeto de mudança.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL ainda tem 20 milhões de pessoas em pobreza extrema. http://www.amambainoticias.com.br/brasil/brasil-ainda-tem-20-milhoes-de-pessoas-em-pobreza-extrema. [consultado em 21-10-2014].

BRASIL. IPEA. (2013). *Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE*. In: Comunicado do IPEA, 159, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131001_comunicadoipea159.pdf. [consultado em 23-10-2014].

CASTELLS, Manuel. (1999). ***A sociedade em rede***: *a era da informação, economia sociedade e cultura.* 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CYRANEK, Gunther. (2000). ***A Visão da Unesco sobre a Sociedade da Informação.*** África do Sul. Disponível em: http://www.ip.pbh.gov.br/ANO3_N1_PDF/ip0301cyranek.pdf. [consultado em 22-10- 2014].

DZIEKANIAK, Gisele; ROVER, Aires. (2011). **"***Sociedade do Conhecimento: características, demandas e requisitos"*. In: **Data Grama Zero** - Revista de Informação - 12 (5) out. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/artigo-sociedade-do-conhecimento-caracter%C3%ADsticas-demandas-e-requisitos. [consultado em 23-10-2014].

FERREIRA, Mary. (2008). "*Espaços de Informação e de leitura: qual o papel do Estado na construção de espaços mediadores de conhecimentos"*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM CIENCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA, 9 **Anais Eletrônico**... São Paulo: ANCIB, set./out.

FERREIRA. Maria Mary. (2012). "***Bibliotecas Escolares em Instituições Públicas de São Luís:*** *realidade e desafios para transformar esses espaços em lugares de memória, informação e de leitura"*. **São Luís: Departamento de Biblioteconomia, 26f.**

IBGE atualiza dados do Censo e diz que Brasil tem 190.755.799 habitantes. 2011. Disponível em: http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/04/ibge-atualiza-dados-do-censo-e-diz-que-brasil-tem-190755799-habitantes.html. [consultado em 21-10- 2014].

LISTA de unidades federativas do Brasil por porcentagem de raça. https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_unidades_federativas_do_Brasil_por_porcentagem_de_ra%C3%A7a. [consultado em 23-10-2014].

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. (2004). "*Informação – esse obscuro objeto da Ciência da Informação"*. Disponível em www.ibict.br/anexos_secoes/rel.geral30nov2004.doc». [consultado em 20-10-2014].

POPULAÇÃO brasileira atinge 2027 milhões de habitantes calcula IBGE. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/08/1507099-.shtml. [consultado em 23-10-2014].

O Aspecto Social e o Perfil do Bibliotecário no Contexto Escolar

Claudio Marcondes de Castro Filho
claudiomarcondes@ffclrp.usp.br

RESUMO: A biblioteca escolar deve ser reconhecida como um equipamento cultural e ainda, como uma instituição social, com intuito de integrar à sociedade da informação, estabelecendo novos conceitos e se adequando às realidades sociais, culturais, educativas e tecnológicas da sociedade. Nesse aspecto o objetivo desse estudo é apontar o papel e o perfil do bibliotecário no campo social utilizando como escopo a biblioteca escolar. Com a explosão informacional, a sociedade contemporânea necessita de profissionais bibliotecários que atuem em biblioteca escolar com competências que possam atender as novas demandas de produtos e serviços de informação, portanto, qual é o papel e o perfil desses profissionais? Estão preparados para a demanda social de nossos leitores? Deste modo, o bibliotecário deve transcender os aspectos burocráticos da organização da informação, e sim, realizar ações criativas que visam à formação de leitores e pesquisadores. Para tanto, assinalamos que o bibliotecário escolar tem como práticas de atuação, a intermediação entre a biblioteca, o leitor e o contexto, entre a técnica e a promoção da leitura; o bibliotecário tem que ter estima pela leitura e uma preocupação constante com a sua atualização e capacitação a fim de aperfeiçoar suas metodologias de trabalho como educador social e preparado, para os desafios que a sociedade contemporânea os insere, no sentido de ajudar a exercer a cidadania de forma plena. Na conjunção das tecnologias de informação e comunicação, o bibliotecário deve tomar consciência das mudanças ocorridas no século XX e no atual, de modo que aprimorem suas competências para promover produtos e serviços que atendam as necessidades dos usuários contemporâneos. Nesse sentido, o bibliotecário deve estar atento para ajudar a erradicar, ou pelo menos amenizar, a exclusão digital e a falta de acesso à informação.
Palavras-chave: bibliotecário: perfil; competências; biblioteca escolar; bibliotecário: aspecto social.

1. Introdução

Ao longo dos séculos, a biblioteca manteve suas portas fechadas para a maioria da população, instalando uma divisão entre «letrados e iletrados, entre clérigos e laicos, entre iniciados à palavra escrita e os não iniciados» (Maroto, 2012: 32); encerrada nos palácios, ou nos conventos, não era vista como órgão de acesso e difusão do conhecimento. Essas relações de desigualdade de acesso às bibliotecas e ao seu acervo se perpetuam hoje pelo distanciamento entre as bibliotecas escolares, as tecnologias de informação e os leitores, fazendo-nos duvidar de que está em pleno desenvolvimento uma sociedade de informação, da qual todos poderiam participar. De forma que o descaso, a censura, ações equivocadas e práticas intermitentes que rondaram a biblioteca escolar, desde seu início em solo brasileiro, deixaram cicatrizes que podem ser observadas no cotidiano das escolas.
Além disso, não podemos negar a ainda expressiva falta de bibliotecas escolares, que foi apontada pelo último censo da educação básica realizado no país, pois de «162.819 escolas, apenas 43.717 escolas têm bibliotecas» (Brasil, 2011: 40), ou seja, quase 27% possui biblioteca; que é muito pouco para «40.366.236 estudantes da rede pública de educação básica estadual e municipal em 2013», de acordo com MEC[1]. Em relação às bibliotecas existentes, muitas delas são confundidas com depósitos de livros, ou «armariotecas» desconhecidos pelos sujeitos que circulam na escola. (Paiva et. al. 2009:13), fazendo com que o silêncio as atravesse de forma tão contumaz quanto os «imperativos da ordem e do espaço» os quais retrata (Manguel, 2006: 99). Nesse contexto, as bibliotecas serviriam como um local alternativo à sala de aula, secundário, pouco frequentado, palco de atividades isoladas e alheias ao projeto pedagógico, perdendo-se, assim, excelentes oportunidades de enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem.

---

1 Retirado do site «http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/09/brasil-tem-403-milhoes-de-estudantes-na-rede-publica-diz-censo-escolar.html».

Em contraponto, na literatura científica, a biblioteca escolar deixa de ser retratada como um depósito inerte de livros e outros materiais para ser considerado um espaço de ação pedagógica, um centro de informação e cultura formado por vários tipos de documentos e diferentes suportes informacionais ou ainda «um espaço de criação e de compartilhamento de experiências, um espaço de produção cultural em que crianças e jovens sejam criadoras e não somente consumidoras de cultura». (Campello, 2002: 22). Nessa concepção, as bibliotecas seriam «centros dinámicos, con un nuevo espacio-entorno y un innovador concepto de servicios» (Cuevas Cerveró, 2007: 174) e ainda, de acordo com (Maroto, 2012: 75)

> como centro dinamizador da leitura e difusor do conhecimento produzido pela coletividade, constituindo-se, dessa forma, na primeira oportunidade concreta de acesso ao patrimônio científico e cultural, para as crianças brasileiras ao ingressarem na escola pública.

Na década de 2000, algumas políticas surgiram no sentido de se ter um reconhecimento da biblioteca escolar, como a publicação da Lei Federal Brasileira nº 12.244 de 2010, que «dispõe sobre as bibliotecas nas instituições de ensino do País e da necessidade do acervo, como a do bibliotecário nesse espaço». (Moraes, et al. 2013:18) ampliou a discussão sobre a renovação do ambiente da biblioteca escolar e do profissional atuante nesse segmento. (Nóbrega, 2011:127) alerta que o ambiente da biblioteca escolar é o das «redes e das novas tecnologias; ambiente onde as trocas de saberes é fundamental para a polifonia das múltiplas vozes que querem, precisam e se fazem ouvir».

Inferimos que entre essa concepção de biblioteca escolar considerada ideal e os problemas que ela enfrenta cotidianamente encontra-se o bibliotecário que, mesmo não dispondo dos recursos mais adequados, pode atuar de maneira a suplantar práticas obsoletas e aproximar a biblioteca do padrão desejado. No âmbito das bibliotecas escolares, é esperado desses profissionais um conjunto de saberes que, indo além de habilidades técnicas e tecnológicas, permita-lhes auxiliar na formação de leitores e aprendizes capazes de «compartilhar conhecimento e aprendizagem, tanto em situações presenciais quanto por meio do uso de tecnologia» (American Association of School Librarians, 2007: 2). Interessa-nos, aqui, abordar esses conhecimentos e o perfil esperado do bibliotecário escolar no século XXI, apontando também algumas questões referentes às bibliotecas e à sua atuação no âmbito educacional.

2. Biblioteca Escolar como Espaço Educativo

Nas últimas décadas, com o advento das tecnologias de informação e comunicação, a disseminação da informação passou por transformações que geraram outras formas de divulgação da produção científica e literária. Essa mudança de paradigma fez com que fosse imprescindível a remodelação na formação dos bibliotecários que, para (Castrillón, 2004) deve ter um

> papel de intelectual comprometido, e que possui em suas mãos um instrumento de democratização como deveria ser a biblioteca, deve contribuir para a luta contra a miséria, a injustiça, a exploração, a violência, contra tudo que restrinja a liberdade de pensamento.

No entanto, para (Cendón 2005), os bibliotecários passaram a se deparar com um novo contexto no mundo do trabalho, que lhes exige conhecimentos e habilidades no uso de tecnologias para organizar, processar, recuperar e disseminar informações, independentemente do suporte no qual elas estejam registradas.

Através de pesquisas recentes, podemos observar que esses recursos tecnológicos, apesar da presente exclusão digital, vêm ganhando espaço nas escolas públicas de Ensino Fundamental do país, nas quais 45,8% dos alunos têm acesso a computadores com Internet. No Ensino Médio, o índice é melhor: 93%, respectivamente. (Brasil, 2012: 36).

Entretanto, a presença de tais recursos na escola não significa que eles estejam comumente integrados à biblioteca e às atividades desenvolvidas no âmbito das várias disciplinas ministradas aos alunos. Essa situação

nos leva a concordar com (Cuevas Cerveró, 2007: 181) e sua afirmação de que é «[...] un gran desafio la integración de recursos electrónicos con las funciones tradicionales de la biblioteca», que exige ainda mais esforços e habilidades dos profissionais que atuam nas escolas, a fim de aproximar a biblioteca e seus leitores dessas novas ferramentas, valendo-se de suas funcionalidades para tecer uma relação mais criativa com o saber.
Para (Arena, 2009: 166), quando a biblioteca incorporar computadores e impressoras, ela passará a ser também «um centro de produção de textos, originais ou coletados pela rede, escritos pelos alunos ou impressos pelos navegadores, para dispersão pelos corredores e pelas salas de aula». Em vez de a sala de aula invadir a biblioteca, a biblioteca escolar é que começará a invadi-las. Consideramos que tal relação biblioteca-sala de aula, mediada pela rede, apesar de ainda fazer parte de um grupo seleto, vem se mostrando como uma perspectiva interessante de bibliotecas mais flexíveis, atraentes e plurais, que não abrem mão dos gestos de leitura de um livro ou de outra obra impressa, mas que inauguram outros, integrando sujeitos e sentidos, na biblioteca e nas redes da internet.
A partir de tais modificações que abrangem a abertura às novas tecnologias, a biblioteca poderia ingressar na chamada sociedade da informação, conforme nos conta (Fuentes Romero, 2006: 30): «la biblioteca escolar es para los alumnos la puerta de entrada a la sociedad del conocimiento y de la información». Nessa perspectiva, a biblioteca teria a função de se adequar a essa sociedade, inserindo crianças e jovens em seu âmbito e também promovendo a chamada competência informacional (*information literacy*- IL), que «abrange desde os processos de busca da informação para construção do conhecimento, pelas habilidades em tecnologia da informação até o aprendizado independente, por meio da interação social dos sujeitos».
A *informartion literacy* tem por objetivo «formar indivíduos que aprendem por toda a vida» (Queiroz, 2006: 25), através de um processo educativo independente, crítico, ativo e investigativo. Consideramos que essas competências, ao invés de se configurarem de maneira mecânica, devem auxiliar na construção de conhecimentos de forma mais ampla e criativa, colaborando para práticas de ensino-aprendizagem mais plurais, pelas quais os estudantes podem ter acesso aos livros e à leitura, à informação e à tecnologia da informação, buscando, a partir deles, diferentes perspectivas. (American Association of School Librarians, 2007). Nesse aspecto (Moraes et al. 2013: 53),

> defende a urgente necessidade de se considerar no processo de letramento informacional, que define como a inter-relação entre os conhecimentos e informações presentes nos portadores textuais acessados no ambiente da biblioteca escolar.

Para (Campello, 2010), «a integração e a cooperação entre bibliotecários, professores, pedagogos e toda equipe da escola, torna-se imprescindível para que o bibliotecário possa ser reconhecido, como catalizador/protagonista dessa colaboração». Nesse aspecto, (Moraes et al. 2013: 59) aponta que o bibliotecário na «função educativa se estende ao ensino-aprendizagem de habilidades específicas e vinculadas à pesquisa, tanto no que diz respeito ao conhecimento e busca das fontes de informações, como no que tange ao seu uso».
Nesse âmbito, a biblioteca escolar deseja se impor como um lugar de disseminação cultural, de «encontro de pessoas, pipocar de teclados de notebooks e dispersão de livros» (Arena, 2009: 162), de circulação de diferentes sujeitos, sentidos, serviços e recursos (incluindo os eletrônicos), não se restringindo a um papel meramente didático-pedagógico, a apoiar o programa do professor, devendo ir além (Perrotti, 2006), explorando sua multiplicidade, as suas várias dimensões, citadas por (Ely, 2003), a saber: social, informativa, criativa, pedagógica e recreativa; dimensões que significam as funções que deveriam ser desempenhadas pelas bibliotecas, de acordo com a International Association of School Librarianship (1993).
Vários autores, como Fragoso (2002) e Silva (2009), retomam esses sentidos, apontando diferentes ações a serem realizadas nas bibliotecas, como o atendimento às necessidades dos alunos, professores e outros membros da comunidade escolar, orientação nas consultas, leituras e utilização da biblioteca, incentivo ao pensamento crítico e reflexivo, disponibilização de diversos recursos e serviços, promoção da interação entre professores, bibliotecários e alunos.
Dentre essas diversas funções, destacamos a mediação do acervo para que a biblioteca não seja mais um lugar de imposição de leituras, fechado para sua circulação, que impede diferentes experiências com as obras e afeta

o despertar do gosto pela leitura. Assim sendo, consideramos que, lançando mão de uma diversidade de obras, suportes informacionais e atividades amparadas por uma nova concepção de leitura, escrita e apreensão dos sentidos, o bibliotecário, juntamente com os educadores, poderá fazer da biblioteca um lugar privilegiado para um processo de ensino-aprendizagem mais profícuo. (Ferrarezi, 2000).

Indo ao encontro desse almejado perfil de biblioteca escolar, destacamos a existência de dois modelos tidos como mais interessantes e atuais: o CRA (Centro de Recursos para Aprendizagem) e a Estação do Conhecimento. O primeiro deles, hispanoamericano, é considerado essencial para a educação, no âmbito da sociedade do conhecimento que reclama um novo padrão de biblioteca escolar (Cuevas Cerveró, 2007), diferentemente da tradicional ideia de biblioteca como um lugar isolado da dinâmica da escola, destinado somente a organizar e conservar livros, conforme nos conta (Marzal et al. 2007). Tal modelo não anula, mas enriquece a noção tradicional ao integrar os recursos eletrônicos, a dimensão educativa, o princípio de aprendizagem autônoma e a formação ao longo da vida. Caracterizado pela existência de diversos recursos e serviços de acordo com o projeto pedagógico, no qual deverá estar incluído e não ser visto como seu complemento, o CRA:

> es el espacio de carácter pedagógico que contribuye de manera permanente a la innovación educativa. Reúne una variada gama de recursos de información en diversos soportes (bibliográficos, electrónicos, y audiovisuales, entre otros) organizándolos en función a los requerimientos del proyecto curricular del centro poniéndolos a disposición de los usuarios, alumnos y profesores, a través de sus variados servicios. (Marzal et al. 2007: 9).

Assumindo a função de biblioteca educativa, um «novo espaço educativo dinâmico»[2] (Cuevas Cerveró, 2007:178), o CRA visa a formação, a informação, o entretenimento, o intercâmbio e o conhecimento. Sobre essa nova ótica, afirma (Milanesi 2002: 77): «a biblioteca, para exercer a sua função, deixa de ser o acervo milenar passivo e passa a ser um serviço ativo de informação». De forma semelhante, as Estações do Conhecimento são caracterizadas por uma pluralidade de recursos, sentidos e sujeitos, conforme nos conta (Perrotti et al. 2008: 18):

> Estações do Conhecimento constituem-se de materialidade, da reunião orgânica e criteriosa de recursos informacionais diversos (livros, CDs, DVDs, jornais, revistas, computadores, acervos de fotos, de memória local), de coleções informacionais devidamente organizadas e tratadas, por outro lado, constituem-se, sobretudo, de imaterialidades, de relações de sujeitos com os significados e as linguagens culturais, de intercâmbios simbólicos, de processos socioculturais múltiplos, devidamente desenvolvidos e que constroem saberes conceituais e procedimentos referentes às próprias informações, como, por exemplo, saber pesquisar, saber definir caminhos de busca, localizar, selecionar, organizar informações; saber avaliar, explorar, usar os múltiplos recursos disponíveis tanto para informar-se como para informar; saber contextualizar associar conexões entre conteúdos, suportes, linguagens, num processo de diálogo fértil e fecundo que constitui tantos os sujeitos como o próprio conhecimento.

Ganha destaque nas Estações do Conhecimento não apenas uma nova configuração que reúne diferentes mídias e processos educativos e culturais, mas também a articulação de recursos pré-existentes, no âmbito da escola e fora dela, como bibliotecas escolares, salas de leitura, laboratórios de informática, etc., «organizando-os em redes, tramas, processos abertos e dinâmicos, no qual cada elemento continua mantendo sua identidade, mas ao mesmo tempo, transformando-a, ampliando-a, fortalecendo-a», facilitando, assim, as ações. (Perrotti et al. 2008: 20). Contudo, mais do que a reunião de recursos, são necessários projetos que os viabilizem, pois não é possível agregar todos em um único lugar, eles se completam, mas nunca são totais. É importante observarmos que, apesar de haver um certo consenso em relação a muitos aspectos que delineariam uma concepção tida como ideal de biblioteca escolar, não é possível existir um modelo fechado, rígido, visto que:

---

2 Tradução nossa.

> sem dúvida, os projetos de biblioteca escolar a definir haverão de estar atravessados em cada caso pelas características sociais, hábitos culturais, tradições que fazem parte da vida da comunidade escolar e do entorno mais imediato rumo à atividade pedagógica e cultural que a escola irradia. Nesta trama há de ver se diversos sujeitos envolvidos, que desde diferentes posições participarão do convite da biblioteca. [...] O diálogo escola-biblioteca-comunidade é cotidiano e nesse diálogo do dia-a-dia configuram-se linhas de sentido que dificilmente poderíamos preanunciar, planejar com antecipação, prever. Na verdade, trata-se de construir modelos o suficientemente flexíveis que nos permitam reconhecer estas variáveis contextuais como parte da vida mesma da biblioteca e não como exceção ao modelo, como déficit ou como carência. [...] Muda o contexto e mudam as demandas e acho que é o caráter necessariamente flexível dos projetos de biblioteca os que porão a sensibilidade necessária para responder a essas diferenças. (Bombini, 2007: 1)

Ressaltamos ainda, apoiando-nos em (Fuentes Romero, 2006: 22), que essas novas denominações de biblioteca referem-se à biblioteca escolar de sempre, porém adaptada aos novos tempos: «se pude llamar biblioteca escolar, centro de recursos, centro de recursos multimedia, centro de documentación curricular, mediateca etc. pero siempre nos estaremos refiriendo a la misma Idea».

Consideramos que uma biblioteca escolar mais dinâmica, formada por uma variedade de recursos movimentados por atividades educativas, lúdicas e de leitura, pode inaugurar novas maneiras de aprender, mais atraentes e polissêmicas, aproximando os sujeitos de diferentes linguagens, sentidos e também outros sujeitos, superando, assim, práticas rígidas e desestimulantes encontradas frequentemente nas escolas. Para que haja mudanças, a biblioteca escolar precisa contar com um profissional preparado e interessado em colocá-las em prática, já que «não basta que a biblioteca exista fisicamente para que sua identidade se consolide. São os atores (coincidentes com o processo educativo) que lhe darão sustentação». (Antunes, 1998: 177). Na próxima seção, iremos tecer algumas considerações sobre esses atores e o perfil que deles se espera.

3. O Perfil do Bibliotecário Escolar: um novo olhar

Os profissionais que trabalham com a informação e que possuem em sua formação um perfil que se estrutura em habilidades e competências, voltadas para a investigação e o estudo da informação, ganham cada vez mais destaque no mundo do trabalho. Podemos dizer que bibliotecários, arquivistas, mestres e doutores em ciência da informação são profissionais da informação. Ultimamente, muitos cursos de graduação estão sendo direcionados às ciências da informação, por estarem envolvidos não apenas com o trabalho em ambientes denominados tradicionais de informação, mas por buscarem a ampliação das competências dos alunos para o trabalho com diferentes materialidades e linguagens no campo da organização da informação e da mediação. De acordo com (Cunha et al. 2004: 48), «profissionais aparecem quando existe uma diferenciação na estrutura que forma as profissões: diferenciação do tipo de clientes, do local de trabalho» e, acrescentamos, das atividades a serem desenvolvidas e dos materiais a serem mediados.

Pensando nessas questões, destacamos que de tempos em tempos as tarefas mudam, seja pela tecnologia, por movimentos sociais, políticos ou culturais, fazendo com que os ambientes informacionais e os próprios profissionais também tenham que mudar. Nesse aspecto, (Souto, 2003: 10) aponta que «a tecnologia traz novas exigências quanto aos atributos dos trabalhadores, e requer destes, maior preparo e educação permanente para o desempenho de funções que estão em constante mudança». Além das unidades de informação convencionais, como as bibliotecas universitárias, públicas, escolares e instituições públicas, ONGs, outros espaços se abrem à atuação do bibliotecário, tais como as cinematecas, filmotecas, videotecas, centro de documentação e pesquisa, empresas privadas, museus, livrarias e editoras, além da internet, em que destacamos a elaboração de blogs, bibliotecas virtuais e a indexação de sites (Cunha et al. 2004). Observamos que, em alguns casos, suportes de informação como vídeos, CDs, blogs e bibliotecas digitais também estão inseridos nas unidades de informação

que denominamos de convencionais, exigindo novas práticas por parte dos bibliotecários tanto no que diz respeito ao seu tratamento quanto à sua dinamização.

Na literatura científica, o profissional da informação é visto como aquele que «adquire a informação, organiza, descreve, indexa, armazena, recupera e a distribui para os usuários» (Targino, 2000: 64). Para tanto, esse profissional deve apresentar em seu perfil um conjunto de atitudes, habilidades e competências que o habilitem a trabalhar e contribuir de forma positiva nos diferentes espaços de trabalho em que atua; como exemplo, citamos a necessidade de que ele seja flexível, saiba administrar unidades de informação, seja comunicativo, saiba gerir recursos e serviços informacionais e lidar com as ferramentas disponibilizadas pelas tecnologias da informação e comunicação. (Walter et al. 2008). (Faria, et al. 2005), aponta ainda algumas outras características atribuídas a esses profissionais, que passam a ser os responsáveis pelo acervo da instituição em que atuam, por estruturar e manter a memória da instituição. É viável também que esse profissional possa trabalhar com os recursos humanos, dando sustentação às práticas de compartilhamento do conhecimento dentro da organização.

Chegamos aqui a um ponto importante visto que nas bibliotecas escolares, que são o tema de nosso estudo, a ação bibliotecária deve focar os leitores e não o acervo. Desse modo, o profissional da informação deve transcender os aspectos burocráticos da organização da informação, suplantando assim uma prática comum nas bibliotecas das escolas, que se refere à concentração nas atividades de ordenação das estantes e a subsequente não realização de outras, de «ações criativas que visam à formação de leitores e pesquisadores» (Almeida Júnior et al. 2009: 205). Tais atitudes não devem ser o foco da atuação de profissionais, pois para (Silva, 2003: 64)

> a organização, a disciplina, a observação do regulamento não devem ser vistos como os objetivos da biblioteca escolar, mas como condição para que ela alcance os seus reais objetivos, a saber, a promoção da leitura e a democratização do conhecimento registrado.

Assim sendo, alguns teóricos, como (Silva et al. 2009: 62) apontam que, a partir de uma nova perspectiva para o trabalho bibliotecário, a biblioteca escolar não precisa nem pode ser um lugar de excessiva ordenação, normatização e resguardo, mas um «lugar para as escolhas de cada leitor, para as indicações deste a outro, para conversas em torno dos livros». (Copolla Junior et al. 2012) apresenta a importância da biblioteca escolar no Ensino Fundamental através de uma análise qualitativa e quantitativa que propõe «um modelo às instituições de ensino, destacando os padrões mínimos, para a existência da biblioteca, bem como aproximar a comunidade escolar deste espaço, integrando-se à escola como parte dinâmica de ações educacionais e culturais». Sob essa ótica, o bibliotecário se abre a novas atividades «relacionadas com a promoção da leitura, atividades de extensão cultural para a comunidade, recreação, lazer, etc.» (Furtado, 2004: 8), ultrapassando-se, assim, o foco apenas no empréstimo de obras e criando «em torno das ações de leitura e pesquisa um clima de liberdade e ludicidade» (Almeida Júnior et al. 2009: 206). E ainda de acordo com (Castro Filho et al. 2014: 23), que seja

> um laboratório de pesquisa, que se permitem que formem leitores; um centro de fazer educativo; que seja um local de comunicação e de utilização de várias fontes de informação, seja no suporte físico, impresso ou virtual; de busca de questionamentos e soluções de problemas; que precisa ser ativa; de entretenimento; e que tem como missão o desenvolvimento e a formação dos cidadãos.

O perfil desejado para o bibliotecário escolar é muito discutido, sendo frequentes as menções à criatividade, ao interesse, aos conhecimentos de organização de bibliotecas, à capacitação para atender aos leitores e ao conhecimento sobre a realidade da escola, buscando «outros espaços e outras práticas de atuação e de intermediação entre a biblioteca e o leitor; entre o leitor e o contexto; entre a técnica e a promoção da leitura» (Maroto, 2012: 132). Esse profissional é visto também por (Rigoleto e Di Giorgi, 2009: 229) como um educador, apto a «despertar o interesse do leitor, multiplicar as práticas de leitura e oferecer a diversidade de material [...]». (Maroto, 2012) também frisa a necessidade de que esse profissional esteja preparado para o exercício da leitura e sua difusão, o que implica que ele também seja, além de dinâmico, um leitor que goste de ler, conforme nos diz (Silva, 2009) e (Fragoso, 2002).

Como vimos, o trabalho nas bibliotecas escolares exige do profissional que nela atua, mais do que saber organizar e classificar os materiais do acervo; partindo desse outro ponto de vista, ele poderá ir de encontro a algumas «atitudes anti-usuário» (Silva, 2003) que afastam a biblioteca escolar de seus leitores, tais como normas e horários muito rígidos que não se adequam às atividades escolares, impedindo ou restringindo o uso da biblioteca; preocupação excessiva com o silêncio, disciplina e arrumação; não-circulação do acervo e impedimento do acesso às estantes, ofuscando, assim, «a idéia de que as obras estão ali exatamente para que sejam consultadas» (Silva, 2003: 61). Tais atitudes não devem ser o foco da atuação de sujeitos-profissionais, pois a

> organização, a disciplina, a observação do regulamento não devem ser vistos como os objetivos da biblioteca escolar, mas como condição para que ela alcance os seus reais objetivos, a saber, a promoção da leitura e a democratização do conhecimento registrado independentemente do suporte (Silva, 2003: 64).

Por fim, frisamos a importância de que se avalie se os cursos de formação de profissionais da informação estão preparando seus alunos para atuarem nas bibliotecas escolares a partir desse perfil mais amplo, que julgamos ser mais adequado para a realização de práticas educativas e culturais mais férteis e dinâmicas.

4. Discussão: biblioteca escolar e o perfil social do bibliotecário

Diante de algumas explanações teóricas sobre a biblioteca escolar e o aspecto social do bibliotecário que nela trabalha, o presente trabalho discute as seguintes questões: com a explosão informacional, a sociedade contemporânea necessita de profissionais bibliotecários que atuem em biblioteca escolar com competências que possam atender as novas demandas de produtos e serviços de informação, portanto, qual é o papel e o perfil desses profissionais? Estão preparados para a demanda social de nossos leitores?

Diante dessas questões, cabe aos bibliotecários que gerenciam as bibliotecas escolares elaborar programas e projetos de ação, projetar os custos de serviços e produtos, implementar atividades cooperativas entre os leitores, promover ação, difusão e eventos culturais, atividades de fomento à leitura, promover atividades infanto-juvenis e capacitar os leitores a realizar atividade de pesquisa e ensino (Castro Filho, et al. 2011:102), ou seja, «o bibliotecário não deve limitar-se a questões técnicas de organização do acervo; de modo que assumam uma postura reflexiva e ativa do contexto em que atuam» (Brandão, 2014: 65).

Como bibliotecário que assume o papel de educador social, (Dudziak, 2007: 96) aponta que

> como agente educacional de transformação, o bibliotecário assume para si, além do papel de educador, renovação de sua própria competência informacional, adotando e disseminando práticas transformadoras na comunidade como: pratica o aprender a aprender; difunde e populariza a ciência; explica as implicações da tecnologia; discute a realidade social e política; alerta para a responsabilidade social e ambiental. É antes de tudo, sua atuação como líder e cidadão que sobressai.

Nesse contexto, o bibliotecário deve estar constantemente atualizado e preparado para os desafios que a sociedade contemporânea os insere, no sentido de ajudar a exercer a cidadania de forma plena.

Outro aspecto a destacar é o papel social do bibliotecário mediante a mediação da informação e da leitura, sendo uma importante ação que pode ser realizada como abordagem educativa, pois «nessa sociedade, o papel educativo do bibliotecário torna-se mais evidente, tendo em vista suas competências específicas para atuar como mediador de leitura» (Rasteli et al. 2013:159). Suas competências são descritas por Stumpf (1987) e Oliveira (1987)**,** que destacam algumas como: a de exercer a «função educativa; cultura e social e recreativa / educativa». Essas competências funcionaram como «apoio ao desenvolvimento de atividades curriculares; como instrumento de formação do indivíduo; como transmissão dos conhecimentos e conduzindo para a leitura

e pesquisa de forma prazerosa e não por obrigação».
Nesse sentido, (Almeida et al. 2012: 472) assinala que «a mediação da leitura constituiu-se um dos processos de aproximação do leitor com o texto de forma significativa, uma vez que mediar é facilitar a relação deste indivíduo com o texto, filtrando a informação antes de passá-la para o receptor»
Em se tratando de mediação, (Brandão, 2014: 71) destaca que existe outra prática importante, que é a

> mediação voltada à formação da cidadania, aonde o bibliotecário mobiliza os materiais do acervo, visando à formação do indivíduo para acessar e utilizar informações, tomando consciência de seus direitos e deveres, e adquirindo formação para viver em uma sociedade.

Para tanto, o bibliotecário tem que ter estima pela leitura e uma preocupação constante com a sua atualização e capacitação a fim de aperfeiçoar suas metodologias de trabalho como educador social.
Na conjunção das tecnologias de informação e comunicação, o bibliotecário deve tomar consciência das mudanças ocorridas no século XX e no atual, de modo que aprimorem suas competências para promover produtos e serviços que atendam as necessidades dos usuários contemporâneos. Nesse sentido, o bibliotecário deve estar atento para ajudar a erradicar, ou pelo menos amenizar, a exclusão digital e a falta de acesso à informação. Ao contribuir para a inclusão digital, o mesmo assume uma postura política e social, contribuindo com mudanças significativas para a sociedade brasileira.

5. Considerações Finais

Com a expressiva falta de biblioteca escolar no ensino da rede pública, fica claro a não existência de atividades em prol do enriquecimento do ensino e da aprendizagem que advém da falta de um profissional capacitado, com conhecimento específico e habilidades para mediar o acervo de forma criativa para os seus leitores na realização de ações culturais e na utilização de tecnologias para organizar, processar e disseminar informações, como também promover a chamada competência informacional.
No aspecto das tecnologias, no Brasil, atualmente, algumas escolas públicas estão sendo equipadas com laboratórios de multimídia sem nenhuma conexão com as bibliotecas, sem pensar na possibilidade de uma interface entre ambos, de forma que perguntamos: será que não é o momento de capacitarmos profissionais no sentido de realizar ações de inclusão entre biblioteca, tecnologia, sujeito e leitor? Uma das opções de resposta é gerar uma política de biblioteca escolar para o Brasil como um todo, de modo que possamos tentar igualar as diferenças ambientais e culturais de cada região. Uma segunda opção é trabalharmos em conjunto com as Universidades, Instituições, Entidades de Classe e Bibliotecas Escolares visando fortalecer as pesquisas no campo das competências dos profissionais bibliotecários diante da biblioteca escolar e seus usuários.
Com relação às competências desses profissionais, podemos destacar que, primeiramente, devem ter consciência da importância da informação na sociedade atual e, consequentemente, seu papel social como mediadores de leitura e informação; o bibliotecário precisa ser proativo, dinâmico e criativo, se adaptando às mudanças que ocorrem constantemente nas tecnologias de informação e comunicação, pois de acordo com (Zapata et al. 2008:41), o bibliotecário atualmente precisa ter «uma atitude aberta à mudança, com certas doses de audácia, muita criatividade e uma grande disposição para trabalhar com os outros, que em alguns momentos podem ter posturas divergentes». Para tanto, o bibliotecário terá que ampliar os seus serviços utilizando tecnologias e estabelecendo parcerias com profissionais de outras áreas do conhecimento, desenvolver o prazer pela leitura para poder estabelecer medidas e ações com os usuários estimulando a leitura, além de possuírem um olhar crítico e conhecimento do contexto em que atuam para que capacitem os seus usuários e para que sejam agentes de transformação.
Outro ponto relevante é em relação aos cursos de Biblioteconomia e/ou Ciência da Informação é a questão das Universidades Públicas intensificarem a formação do bibliotecário voltada às competências e habilidades sociais, acerca do seu papel social no ambiente escolar. São poucas as iniciativas de disciplinas direcionadas para o contexto social e educacional na grade curricular das Universidades, fazendo falta na formação desse

profissional o olhar mais direto para o seu papel na sociedade, sendo que muitos desses profissionais, por falta de conhecimento ou de desinteresse, se acomodam na realização de processos técnicos no interior da biblioteca escolar.

Para tanto, a biblioteca escolar precisa estar amparada não apenas por uma legislação, mas também por profissionais da informação que sejam conhecedores da Tecnologia da Informação e Comunicação e da sua utilização como ferramenta para o ensino-aprendizagem e, a partir de então, colocar em prática ações utilizando a tecnologia para entretimento, leitura, informação e conhecimento. Araújo (2010), relata que «promover o compartilhamento de informação e conhecimento é premissa para a existência da sociedade da informação e do conhecimento, cabe a cada profissional encontrar a melhor forma para seguir essa dinâmica».

Nesse sentido, a biblioteca escolar deseja se colocar como um lugar de disseminação da leitura, explorando a sua multiplicidade, não se restringindo a um papel de apoio meramente direcionado às atividades de sala de aula, devendo ir além, aproximando-se de modelos como o Centro de Recursos para Aprendizagem e a Estação do Conhecimento, que se aproximam da atuação profícua da biblioteca escolar, como espaço educativo mais dinâmico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, W. R. & COSTA, W. A. & PINHEIRO, M. I. S. (2012), "Bibliotecários mirins e a mediação da leitura na biblioteca escolar". *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, 17 (2), pp. 472-490, Disponível em http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/812/pdf_1, [consultado em 12-09-2014].

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. & BORTOLIN, S. (2009), "Bibliotecário: um essencial mediador de leitura". In R. J. Souza (Org.), *Biblioteca escolar e práticas educativas.* Campinas: Mercado de Letras, pp. 205-218.

AMERICAN ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANS (2007), *Parâmetros para o aprendiz do século XXI*, (trad. R. F. T.), Chicago: AASL.

ANTUNES, W. A. (1998), *Biblioteca escolar no Brasil: reconceituação e busca de sua identidade a partir de atores do processo ensino-aprendizagem*. Tese de doutoramento, São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

ARENA, D. B. (2009) "Leitura no espaço da biblioteca escolar". In R. J. Souza (Org.), *Biblioteca escolar e práticas educativas*, Campinas: Mercado de Letras, pp. 157-185.

BOMBINI, G. (2007), "Biblioteca escolar e comunidade: anotações sobre uma relação sem experiência". *Pensar el libro*, 5, Disponível em: http://www.cerlalc.org/revista_enero/pdf/02_p.pdf, [consultado em: 10-09-2014].

BRANDÃO, M. B. (2014), *Contribuições e desafios na sociedade da informação para os profissionais que atuam em bibliotecas: estudo de caso da Biblioteca Maria Antonieta Franco de Siqueira.* Trabalho de Conclusão de Curso, Ribeirão Preto: Curso de Ciências da Informação e da Documentação e Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

BRASIL & Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. (2012), "Resultados do Censo da Educação Básica 2012". Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf, [consultado em: 10-10-2014].

BRASIL & MEC. (2011), "Avaliação das Bibliotecas Escolares no Brasil", Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Disponível em file:///C:/Users/user/Downloads/bibliotecas_escolares_no_brasil_web.pdf, [consultado em 22-10-2014].

CAMPELLO, B. S. (2002), *A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica*, Belo Horizonte: Autêntica.

CAMPELLO, B. S. (2010), "Perspectivas de letramento informacional no Brasil: práticas educativas de bibliotecários em escolas do ensino básico". *Encontros Bibli (Online)*, 15 (29), pp. 184-208, Disponível em htpp://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2010v15n29p184, [consultado em 29-10-2014].

CASTRILLÓN, S. (2004), *El derecho a leer y a escribir*, México: Asolectura.

CASTRO FILHO, C. M. & CAMPOS, L. B. (2014), *Fontes de Informação em Biblioteca Escolar*, São Paulo: Todas as Musas.

CASTRO FILHO, C. M. & PACAGNELLA, J. N. (2011), "Biblioteca escolar pública, bibliotecário e .....". In C. M. Castro Filho, L. M. S. Romão (Orgs.), *Dizeres sobre Biblioteca Escolar: palavras em movimento*, Ribeirão Preto: Alphabeto, pp.97-108.

CENDÓN, B. V. & ARAÚJO, E. A. & MOTA, F. R, L. & DIAS, G. A. & ANDRADE, M. E. A. (2005), *Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação*, Belo Horizonte: UFMG.

COPPOLA JUNIOR, C. & CASTRO FILHO, C. M. (2102), "Bibliotecas escolares no ensino fundamental: caminho para a implantação". *Biblionline*, 8(2), pp. 3-15, Disponível em http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/12284/8633, [consultado em 08-09-2014].

CUEVAS CERVERÓ, A. (2007), "La biblioteca escolar como centro de recursos para el aprendizaje (CRA)". In A. C. Cerveró, *Lectura, alfabetización en información y biblioteca escolar*, Gijón: Trea, pp.163-188.

CUNHA, M. V. & CRIVELLARI, H. M. T. (2004), "O mundo do trabalho na sociedade do conhecimento e os paradoxos das profissões da informação". In M. L. P. Valentim (Ed.), *Atuação do profissional na área de informação*, São Paulo: Polis, pp.39-54.

DUDZIAK, E. A. (2007), *A information literacy e o papel educacional das bibliotecas*. Dissertação de mestrado, São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

ELY, N. H. (2003), "Dimensões da biblioteca escolar no ensino fundamental". *Revista ACB, Santa Catarina*, 8, (1), pp.46-53, Disponível em http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/405/510, [consultado em 10-08-2-14].

FARIA, S. & OLIVEIRA, V. F. & FORNER, L. & D'ASTUTO, F. (2005), "Competências do profissional da informação: uma reflexão a partir da Classificação Brasileira de Ocupações". *Ciência da Informação*, 34 (2) pp. 26-33.

FERRAREZI, L. (2010), *A biblioteca escolar nas teias do discurso eletrônico*. Dissertação de mestrado, Ribeirão Preto: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

FRAGOSO, G. M. (2002), "Biblioteca escolar - profissão e cidadania". *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina*, 7(1/2), pp. 240-250, Disponível em http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/381/463, [consultado em 12-09-2014].

FUENTES ROMERO, J. J. (2006), *La biblioteca escolar*. Madrid: Arco/Libros.

FURTADO, C. (2004), "A biblioteca escolar brasileira no sistema educacional da sociedade da informação". In Seminário Biblioteca Escolar: Espaço de Ação Pedagógica, 3, Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, Disponível em http://www.eci.ufmg.br/gebe/? Semin%E1rios: III_Semin%E1rio_Biblioteca_Escolar, [consultado em: 21-09-2014].

INTERNATIONAL A. S. L. (1993), "Declaração Política da IASL sobre Bibliotecas escolares". Disponível em http://www.oei.es/pdfs/rbe5.pdf, [consultado em 10-09-2014].

MANGUEL, A. (2006), *A biblioteca à noite*. São Paulo: Companhia das Letras.

MAROTO, L. H. (2012), *Biblioteca escolar, eis a questão!: do espaço do castigo ao centro do fazer educativo*, Belo Horizonte: Autêntica.

MARZAL, M. A. & CUEVAS CERVERÓ, A. (2007) "Biblioteca escolar para la sociedad del conocimiento en España". *Ciência da informação*, 36 (1), Disponível em http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/909/706, [consultado em 12-09-2014].

MILANESI, L. (2002), *Biblioteca*, Cotia: Ateliê Editorial.

MORAES, F. & VALADARES, E. & AMORIM, M. M. (2013), *Alfabetizar letrando na biblioteca escolar*, São Paulo: Cortez.

NÓBREGA, N. G. (2011), "Biblioteca: vozes silenciadas?". In B. Prieto, *Contadores de histórias: um exercício para muitas vozes*, Rio de Janeiro: s. ed., pp.127-133.

OLIVEIRA, M. C. F. (1987), "A função da biblioteca escolar". *Cadernos do CED*, 4 (10), pp. 81-86.

PAIVA, J. & BERENBLUM, A. (2009), "Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) - uma avaliação diagnóstica". *Pro-Posições*, 20 (1), pp. 173-188, Disponível em http://mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/textos/58-artigos-paivaj_etal.pdf, [consultado em 20-09- 2009].

PERROTTI, E. (2006), "Biblioteca não é depósito de livros". *Nova escola*, 193, Disponível em http://revistaescola.abril.com.br/lingua-portuguesa/pratica-pedagogica/biblioteca-nao-deposito-livros-423601.shtml». [consultado em: 9-10-2014].

PERROTTI, E. & VERDINI, A. S. (2008), "Estações do conhecimento: espaços e saberes informacionais". In L. M. S. Romão (Org.), *Sentidos da biblioteca escolar*. São Carlos: Gráfica e Editora Compacta, pp. 13-39.

QUEIROZ, S. P. (2006), "Information literacy: uma proposição expressiva para a biblioteca escolar". In R. J. Silva, S. Bortolin (Orgs.). *Fazeres cotidianos na biblioteca escolar*. São Paulo: Polis.

RASTELI, A. & CAVALCANTE, L. E. (2013), "A Competência em informação e o bibliotecário mediador da leitura em biblioteca pública". *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 18 (36), pp. 157-180, Disponível em HTTPS://periodicos.ufsc.br/index.phb/eb/article/view/1518-2924.2013v18n36p157, [consultado em 19-09-2014].

RIGOLETO, A. P. C. & DI GIORGI, C. A. G. (2009), "Outros parceiros na biblioteca escolar: democratização e incentivo à leitura". In R. J. Souza (Org.). *Biblioteca escolar e práticas educativas.* Campinas: Mercado de Letras, pp. 219- 237.

SILVA, W. C. (2003), *Miséria da biblioteca escolar*, São Paulo: Cortez.

SILVA, L. L. M. & FERREIRA, N. S. A. & SCORSI, R. Â. (2009), "Formar leitores: desafios da sala de aula e da biblioteca escolar". In R. J. Souza(Org.), *Biblioteca escolar e práticas educativas*. Campinas: Mercado de Letras, pp.49-67.

SOUTO, S. M. O. (2003), "O profissional da informação frente às tecnologias do novo milênio e às exigências do mundo do trabalho", Salvador: Cinform, Dísponível em http://www.cinform-anteriores.ufba.br/iv_anais/frames.html, [consultado em 22-09-2014].

STUMPF, I. R. C. (1987), "Funções da biblioteca escolar". *Cadernos do CED*, 4 (10), pp. 67-80.

TARGINO, M. G. (2000), "Quem é o profissional da informação?". *Transinformação*, 12 (2), pp.61-69.

WALTER, M. T. M. T. & BAPTISTA, S. G. (2008), "Formação Profissional do Bibliotecário", *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 13 (25), pp. 84-103.

O Catálogo como Instrumento de Pesquisa Histórica em Arquivo Jurídico: uma análise das descrições arquivísticas dos processos judiciais históricos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão no período entre 1767 a 1975

Leoneide Maria Brito Martins[1]
Vanessa Alexsandra Souza Gomes[2]
Carlos Magno Belo Pereira[3]

RESUMO: Apresenta-se a importância do Arquivo Jurídico (CADH) do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão-TJMA, como espaço de memória coletiva e fonte de pesquisa e de preservação do patrimônio documental, pela relevância das informações sociais,jurídicas e históricas de seu rico e vasto acervo arquivístico. Por meio do tratamento e da gestão arquivística do acervo judicial,com base nas recomendações do Programa de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário-PRONAME do Conselho Nacional de Justiça-CNJ, e sob a Coordenação do Presidente da Comissão de Documentação,Revista e Publicações do TJMA, elaborou-se a *Coleção Pontos de História* que servirá de instrumento de pesquisa para pesquisadores de diferentes áreas de interesse. Apresenta-se uma análise dessas fontes de referência como produtos de instrumentos arquivísticos, que identificam,descrevem e localizam o acervo de processos judiciais de valor histórico do TJMA, compostas de 4 volumes de autos cíveis e criminais das Comarcas de Guimarães,1810-1949, São Luís,1785-1835, Viana,1767-1888 e Alcântara,1801-1975.

PALAVRAS-CHAVE: Informação Arquivística. Catálogo. Arquivo Jurídico. Instrumento de pesquisa. Pesquisa Histórica. Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

1 INTRODUÇÃO

O exercício do acesso à informação pela sociedade brasileira é um direito fundamental previsto na Constituição Federal (BRASIL, 1988) nos títulos referentes aos direitos e garantias fundamentais (art. 5º, inciso XXIII), à organização do Estado (art. 37, inciso II, parágrafo 3º) e à ordem social (art. 216, parágrafo 2º).

Após um longo período de promulgação da Carta Magna, em 18 de novembro de 2011 foi editada a Lei nº 12.527, Lei de Acesso à Informação (LAI) o que representa uma mudança de paradigma em matéria de transparência pública, pois estabelece que o acesso à informação é a regra e o sigilo, a exceção. Qualquer cidadão poderá solicitar acesso às informações públicas, ou seja, àquelas não classificadas como sigilosas, conforme procedimento que observará as regras, prazos, instrumentos de controle e recursos previstos.

> Com a aprovação da Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação, o Brasil dá mais um importante passo para a consolidação do seu regime democrático, ampliando a participação cidadã e fortalecendo os instrumentos de controle da gestão pública. [...]. O desafio, agora, é assegurar a implementação desta Lei. Devemos enfrentar desafios de natureza técnica e tecnológica e também de

---

1 Analista Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), integrante da equipe de Bibliotecários da Coordenação de Arquivo e Documentos Históricos (CADH). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Doutora em Educação pela Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) – Campus de Marília.

2 Analista Judiciário do TJMA, integrante da equipe de Bibliotecários da CADH. Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

3 Analista Judiciária do TJMA, integrante da equipe de Bibliotecários da CADH. Especialista em Desenvolvimento das Competências Gerenciais pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

> caráter administrativo, que incluem a necessidade de recursos financeiros e humanos - estes, devidamente capacitados - para garantir a observância do que dispõe a Lei. Além disso, teremos que vencer a cultura do sigilo que, de forma silenciosa e invisível, ainda se constitui um dos grandes obstáculos para a abertura dos governos. Nesse sentido, a atuação dos agentes públicos, comprometidos com a transparência e o acesso à informação, mostra-se essencial e determinante para o sucesso e eficácia da Lei. (Brasil, 2011).

Nesse sentido destacam-se dois aspectos fundamentais para garantir o exercício do direito de acesso à informação pública: a existência de mecanismos e instrumentos que registrem, descrevam e divulguem as informações produzidas pelas instituições públicas que permitam o acesso e facilitem a consulta aos documentos; e o papel dos agentes públicos, servidores e servidoras públicos, responsáveis pela mediação entre os documentos e os cidadãos requerentes de informação.

A mudança de paradigma que visa a transformação da cultura do segredo para a cultura do acesso, da lógica da informação como um favor para a lógica da informação como um bem público, depende do engajamento dos agentes públicos e dos mecanismos e ferramentas de acesso à informação disponibilizadas pelas instituições públicas à sociedade, seja por meio de documentos impressos, seja por meio de documentos eletrônicos em sistemas *on line* acessíveis na *web*.

As instituições públicas que compõem os três poderes, executivo, legislativo e judiciário, a partir da LAI, precisam implementar ações que permitam o exercício da cidadania por meio do acesso às informação, o que requer o desenvolvimento de ações efetivas no campo da gestão documental e da preservação da memória institucional como prática coletiva, além de viabilizar a formação continuada dos agentes públicos, de modo a possibilitar um processo de reflexão crítica sobre a LAI e sobre sua implementação e execução.

No âmbito do Judiciário, destaca-se o importante papel do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (PRONAME) que visa implantar uma política nacional de gestão documental e de preservação da memória institucional dos diversos órgãos do Poder Judiciário brasileiro.

> As ações do Programa são voltadas à integração dos tribunais, à padronização e ao fomento da utilização das melhores práticas de gestão documental, visando garantir a preservação e o acesso às informações contidas nos autos judiciais e em documentos institucionais administrativos. Tem como escopo, também, aperfeiçoar a prestação dos serviços jurisdicionais e administrativos do Poder Judiciário, bem como a utilização dos acervos judiciais para retratar a evolução do Direito, do pensamento jurídico, da administração da justiça e da história social brasileira. (Brasil, 2011).

A institucionalização de uma política nacional de gestão documental e de preservação da memória institucional pelo CNJ desencadeou algumas proposições normativas com o objetivo de "[...] garantir a segurança, o acesso e a preservação da informação permanente, assim como a eliminação segura de documentação não mais necessária às partes ou à instituição", por meio da Resolução nº 37/2011 (Brasil. CNJ, 2011) e da Resolução nº 46/2013 (Brasil. CNJ, 2013), onde a primeira normatiza "os requisitos necessários à gestão documental durante toda a vida do documento (da produção ao arquivamento e eventual eliminação), os instrumentos de gestão, os pilares de preservação, e o regramento de implementação de instrumentos"; e a segunda Resolução contemplou a revisão da matéria normatizada pela Resolução nº 37/2011 e "[...] instituiu a possibilidade de estabelecimento de convênios com entidades de caráter histórico, cultural e universitário para tratamento, disponibilização de acesso, descrição do acervo e difusão da informação contida na documentação judicial.".

Nessa direção, o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA) por meio da Coordenação de Arquivo e Documentos Históricos (CADH), como órgão que integra o Sistema Nacional do Poder Judiciário está envidando esforços para inserir-se junto ao PRONAME e ampliar as ações que permitem viabilizar a implantação do Memorial do Judiciário Maranhense, envolvendo as unidades que integram a rede de informação jurídica, tais como os setores de Biblioteca e Arquivos.

Dentre o conjunto de ações, destacam-se a elaboração de instrumentos arquivísticos como guias, inventários e catálogos que buscam registrar, organizar, descrever, localizar e divulgar a coleção de processos judiciais de autos cíveis e crimes e de processos administrativos, com o intuito de promover o acesso às informações públicas produzidas pelo TJMA e ao desenvolvimento de pesquisas históricas à sociedade como prova de processos findos e como registro da memória de seu patrimônio cultural que demarca diferentes períodos históricos.

Os instrumentos de pesquisa são as ferramentas utilizadas para descrever um arquivo, ou parte dele, tendo a função de orientar a consulta e de determinar com exatidão quais são e onde estão os documentos. De acordo com o *Dicionário de Terminologia Arquivística* (1996, pp. 45), os instrumentos de pesquisa, a exemplo dos catálogos, são assim definidos: "obra de referência, publicada ou não, que identifica, localiza, resume ou transcreve, em diferentes graus e amplitudes, fundos, grupos, séries e peças documentais existentes num arquivo permanente, com a finalidade de controle e de acesso ao acervo."

No livro subsídios para um *Dicionário de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional* (Brasil. Arquivo Nacional, 2004, pp. 98) instrumento de pesquisa é definido como o "Meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas. Expressão normalmente empregada em arquivos permanentes".

Por meio do tratamento e da gestão arquivística do acervo judicial, em consonância com as recomendações do Programa de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (PRONAME) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e como uma das etapas do "Projeto Memória" do TJMA, a equipe técnica do CADH/TJMA, sob a Coordenação do Presidente da Comissão de Documentação, Revista e Publicações do TJMA, planejou a elaboração da "*Coleção Pontos de História*" que reúne um conjunto de catálogos que se configuram como instrumentos de pesquisa, e são utilizados para descrever uma parte do conjunto de documentos judiciais que compõe o vasto acervo arquivístico do CADH/TJMA com o intuito de orientar a consulta e de determinar com precisão quais são e onde estão esses documentos de valor histórico para a compreensão da estrutura social do Maranhão e das decisões jurídicas que marcaram determinados espaços temporais, além de se constituir numa importante ferramenta para pesquisadores de diferentes áreas de interesse.

Neste artigo apresenta-se uma análise descritiva dessas fontes de referência como produtos de instrumentos arquivísticos, que identificam, descrevem e localizam acervos compostos de processos judiciais de valor histórico, de autos cíveis e crime, datados dos Séculos XVIII, XIX e XX. Descrevem-se os quatro volumes que compreendem o conjunto de autos cíveis e criminais das seguintes comarcas: Volume I - Comarca de Guimarães; Volume II, tomo I – Comarca de São Luís; Volume III, tomo I – Comarca de Viana; e Volume IV – Comarca de Alcântara. Os referidos instrumentos reúnem e divulgam parte do acervo arquivístico de documentos permanentes do CADH/TJMA, disponibilizados também em formato *on line* no Portal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. Os catálogos na versão eletrônica podem ser localizados no endereço www.tjma.jus.br, no *link* Serviços ao Cidadão, que remete para o *link* Arquivo, que por sua vez remete para outro *link* Serviços, Produtos e Condições de Acesso e Uso, e por último, o *link* Arquivos Publicados.

2 ALGUNS FRAGMENTOS DA HISTÓRIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E DA SUA INSTITUIÇÃO ARQUIVÍSTICA

O Poder Judiciário no Estado do Maranhão passou a funcionar de forma "autônoma" ainda à época em que o Brasil era colônia de Portugal e o Maranhão uma de suas capitanias, após a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808.

Surgiu então com a criação da Relação do Maranhão, espécie de Tribunal de Recursos interpostos às decisões proferidas pelos juízos de instâncias inferiores, através das Resoluções de 23 de agosto de 1811 e 5 de maio de 1812, tendo recebido seu Regimento por meio do Alvará de 13 de maio de 1812 e sido instalado somente em 04 de novembro de 1813, exercendo jurisdição sobre as comarcas do Maranhão, Pará e Rio Negro, desmembradas da Relação de Lisboa, além de Piauí e Ceará Grande, separadas do distrito da Relação da Bahia. Com isto, foram extintas na cidade de São Luís do Maranhão, as juntas de justiça estabelecidas para os casos crimes e para os recursos de prelados e juízes eclesiásticos. (C

Segundo o Des. Milson Coutinho (2013), a instalação do Tribunal ocorreu "[...] em magnífica solenidade a que compareceram as altas dignidades do executivo, clero e legislativo do Maranhão." O Tribunal da Relação "[...] permaneceu na Casa da Câmara enquanto se reaparelhava a sua sede, que é a chefatura de Policia dos dias correntes (Rua da Palma, esquina com 14 de Julho).".

Por seu turno, o Arquivo do Tribunal de Justiça, hoje denominado de Coordenadoria do Arquivo e Documentos Históricos (CADH) foi criado no Governo de Godofredo Viana, através do Decreto n° 626, de 24 de março de 1923, como parte da reestruturação administrativa implantada com a nova Lei de Organização Judiciária do Estado do Maranhão.

Destaca-se por salvaguardar um acervo representativo de documentos processuais manuscritos e datilografados que datam a partir do século XVIII de várias Comarcas do estado, como: São Luís, Alcântara, Caxias, Icatu, Imperatriz, Cururupu, Coroatá, Viana, Rosário, Itapecuru-Mirim, Brejo, entre outras. Ressalte-se também a existência de obras raras como códices, livros de registro de testamentos, registros gerais e registro de notas de comarcas, tais como o Livro de Registro de Notas da Comarca de Viana 1776-1791 e o Regimento da Relação de 1813 a Carta da Relação do Maranhão de 1812, que são os documentos de criação do Tribunal de Justiça do Maranhão, o terceiro mais antigo do país, instituído em 1811 e instalado somente em 4 de novembro de 1813, completando, desse modo em 2014, duzentos e um (201) anos de criação.

Em sua longa trajetória, o Arquivo já esteve instalado em vários espaços no prédio do Tribunal, até ser, em 2001, transferido para o 2º pavimento de um imóvel na Praia Grande, centro histórico da cidade situado à Rua da Estrela, de modo que a sua documentação de fase intermediária e histórica esteve boa parte desse tempo acondicionada em condições inadequadas, até que em 2003 o arquivo foi reinaugurado ainda nesse imóvel do Centro Histórico da cidade, vindo a ser transferido em 2006 para o prédio onde funcionava a antiga sede administrativa da Companhia Energética do Maranhão (CEMAR), no bairro Alemanha, que tornou-se a atual Unidade Administrativa V do Tribunal de Justiça, ocupando parte considerável do imóvel, onde começou a ser reorganizado e a receber tratamento técnico adequado.

Ainda naquele ano de 2003 o arquivo foi reinaugurado no bojo das comemorações dos 190 anos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, na manhã de 4 de novembro, com a presença da então Presidente, Desa. Etelvina Ribeiro Gonçalves, do Des. Milson Coutinho e de várias outras autoridades, além de pesquisadores, estudantes e outros convidados de diferentes segmentos sociais. Naquela ocasião, o Arquivo foi denominado de "*Arquivo Judiciário Des. Milson de Souza Coutinho"* por meio da Resolução nº 16/2003, em homenagem a este Desembargador, historiador, advogado, professor, jornalista, que é reconhecidamente um importante pesquisador da História do Tribunal de Justiça e da História do Maranhão.

Porém, a denominação de prédios do Poder Judiciário com nomes de pessoas vivas foi revogada pelas Resoluções nº 16 e 19 de 2007 e mais tarde revalidada com a Resolução nº 10/2009 em razão da aposentadoria do citado Desembargador em 02/03/2009, tornando-se, pois legítima, em razão do disposto na Resolução nº 31/2008 que permitiu a denominação de obras e bens públicos sob a administração do Poder Judiciário com o nome de pessoas vivas consagradas ou quando o homenageado for ex-integrante do Poder Público e se encontre na inatividade em face de aposentadoria.

Assim, o Arquivo do Tribunal de Justiça, hoje denominado Coordenadoria do Arquivo e Documentos Históricos (CADH) está subordinada à Diretoria Administrativa do TJ/MA e também à Comissão de Documentação, Revista, Jurisprudência e Biblioteca, presidida pelo Des. Lourival Serejo. É constituída organizacionalmente por duas divisões: a Divisão de Controle do Acervo e a Divisão de Restauração e Manutenção de Documentos Históricos. A Divisão de Controle do Acervo (DCA) responde pela custódia do acervo documental dos Arquivos Intermediário (Administrativo e Judicial) e Permanente (Histórico), tendo como competência a supervisão das ações desenvolvidas junto aos documentos recebidos do Poder Judiciário maranhense concernentes ao julgamento e processamento de feitos. O acervo, em sua maioria é formado por processos administrativos e registros de tramitação, atas e ofícios das atividades-fim (processuais) e de outros documentos de valores secundários. As funções exercidas por essa Divisão referem-se à catalogação, registro e controle da documentação circulante, elaboração de instrumentos de pesquisa como catálogos para a divulgação e recuperação da documentação, assim como à localização dos documentos solicitados tanto pelos usuários internos quanto pelos usuários externos. A Divisão de Restauração e Manutenção de Documentos Históricos

(DRMDH) responde pelas ações de salvaguarda e proteção do acervo documental do TJ/MA, tendo como competência a supervisão das ações de acondicionamento, conservação preventiva, manutenção e recuperação, desenvolvidas junto à documentação com o intuito de resguardar a integridade física da mesma. Também faz parte das atribuições desta Divisão a restauração dos documentos, sejam eles avulsos ou peças processuais, com a utilização de técnicas próprias e equipamentos específicos.

2.1 Descrição e quantificação do acervo da Coordenadoria do Arquivo e Documentos Históricos (CADH)

O acervo histórico (permanente) da CADH é constituído por uma massa documental que abrange aproximadamente 537,84 metros lineares (o equivalente a 3.888 caixas arquivo, contendo uma média de 15 processos cada caixa, correspondendo a aproximadamente a ½ km de extensão de documentos jurídicos textuais (manuscritos, datilografados e impressos) dos períodos Colonial, Imperial e Republicano, mais precisamente do período entre o final do século XVIII (2ª metade) até o século XX (1ª metade), de várias comarcas do estado do Maranhão.
Atualmente, de acordo com levantamento preliminar da documentação existente no acervo histórico, foram identificados 36 fundos ou comarcas, incluindo os estados do Maranhão, Pará, Piauí e Ceará, e quantificadas as peças documentais em um total aproximado de 60.000 mil documentos.
Esse acervo é formado por documentos históricos valiosos que são custodiados pela CADH, dos quais destacam-se no quadro abaixo alguns desses documentos que já foram restaurados, em sua maioria peças documentais do início do século XIX, correspondentes ao período colonial e imperial da história brasileira e maranhense.

Quadro 1 - Documentos do Acervo Histórico Restaurados – séculos XVIII e XIX

TIPOLOGIA	PARTE	ANO
Justificação de emancipação	Joaquim de Sousândrade	1857
Inventário	Francisco Sotero dos Reis	1871
Inventário	Barão de Grajaú / Carlos Fernando Ribeiro	1890
Inventário	Ouvidor Manoel Antonio Leitão Bandeira	1832
Inventário	João Manoel Gonçalves Dias (pai)	1843
Inventário	Catarina Rosa Ferreira de Jesus “Catarina Mina”	1886
Inventário	Josephe Martins	1747
Livro de registro	Livro de Registro de Notas da Comarca de Viana	1776-1791
Carta	Registro de Carta Régia enviada ao príncipe regente D. João VI	1813
Livro	Carta da Relação do Maranhão	1832
Livro	Regimento da Relação	1813

Dentre os Documentos constitutivos do TJ (Carta da Relação, Regimento da Relação e Livro de Posse e Juramento dos Exmos. Des.) (1812/1813) destaca-se o *Regimento e a Carta da Relação* como o documento de criação do 3º Tribunal mais antigo do Brasil. É o primeiro código de organização judiciária do recém criado Tribunal da Relação que regulamentou, entre outras coisas sua área de jurisdição e sua organização interna. A Carta da Relação datada de 1812 é o documento em que o príncipe regente D. João VI informa às autoridades locais sobre a criação do Tribunal da Relação no Maranhão enviando cópia impressa do respectivo Regimento, as quais vieram ser registradas em 1813 oficializando a criação deste Tribunal.
Em relação aos processos judiciais destacamos aqui três, dois deles referentes à negros e outro um Habeas Corpus em favor de um literato local. O primeiro é **Autos de libertação por pecúlio da escrava Carolina (1883)** que representou uma relativa fatia da população escrava maranhense que buscou sua liberdade através

dos mecanismos legais então disponíveis. Obstinada, amealhou com seu esforço e suor o valor correspondente ao seu pecúlio que fora negado pelo seu senhor, o que a fez recorrer a juízo para dirimir o conflito. Documento restaurado em 2009.

O segundo é o **Auto de testamento da negra Catharina Rosa Ferreira de Jesus, a Catarina Mina (1886)** uma das mais folclóricas personagens da história maranhense, Catarina foi um dos raros casos de ascensão social de negros libertos ocorridos no Maranhão. Amealhou considerável patrimônio através do comércio e das suas relações com a elite local, tendo sido uma das maiores comerciantes ludovicenses da segunda metade do século XIX. Documento restaurado em 2011.

O terceiro é o **Habeas-Corpus preventivo em favor de Antonio Francisco leal Lobo (1914)**. O jornalista, poeta, romancista, professor e tradutor Antonio Lobo, nascido em São Luís em 04/08/1870, ocupou, entre outros cargos a direção da Biblioteca Pública Benedito Leite, do Liceu Maranhense e da Inspetoria de Instrução Pública. Foi um dos fundadores da Academia Maranhense de Letras e um dos principais agitadores de idéias de seu tempo, sendo inimigo público do então Secretário de Interior e vice-governador do Estado, Raul da Cunha Machado, que o acusara de desvio de dinheiro público quando este ocupava o cargo de Diretor do Liceu Maranhense. Muito ofendido em sua honra e moral, ele próprio redigiu o recurso em sua defesa, a fim de que cessassem para todos os efeitos e constrangimento no processo pelo suposto crime de injúrias impressas em jornais oficiais e particulares, no qual fora injustamente condenado, demonstrando como todo o processo contra ele fora eivado vícios, e, portanto, era nulo. Acredita-se que em decorrência disto, o jornalista suicidou-se em 24/06/1916.

3 ANÁLISE DESCRITIVA DOS CATÁLOGOS DE DOCUMENTOS DE MANUSCRITOS DO PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO

De acordo com Bellotto (2005, p. 180), em sua obra *Arquivos permanentes: tratamento documental*, os instrumentos de pesquisa "são [...] obras de referência que identificam, resumem e localizam, em diferentes graus e amplitudes, os fundos, as séries documentais e/ou as unidades documentais existentes em um arquivo permanente.".

Entre estes instrumentos arquivísticos de referência que nos dão acesso intelectual a um documento estão os inventários, os guias, os catálogos e os índices. A elaboração desses instrumentos constitui uma função ou tarefa contínua dos arquivos permanentes, que é árdua, lenta e não é de modo algum fácil; e que encontra-se inserida no âmbito da descrição documental arquivística, atividade em que são utilizados procedimentos que permitem a identificação de documentos, análise e elaboração de instrumentos de pesquisa. Logo, esses instrumentos de referência para a pesquisa, são instrumentos descritivos que constituem representações dos conjuntos documentais de um arquivo de custódia que atualmente encontram-se organizados para fins de preservação.

Esses instrumentos são, portanto, fundamentais para o trabalho de historiadores e pesquisadores, que através deles podem localizar o material/documento de seu interesse e a partir daí acessá-lo, ajudando, pois, quando cuidadosamente bem planejados e elaborados, a desencadear inúmeras pesquisas; caso contrário podem, como no dizer de Bellotto (2005), "*esterilizar*" muitas pesquisas.

Foi, pois, com a intenção de auxiliar e contribuir para o trabalho de pesquisadores e historiadores que acessam e utilizam o acervo custodiado na CADH, assim como, divulgar e promover junto àqueles que ainda desconhecem esse rico acervo, que apresenta elementos para compreender a história do Poder Judiciário e da sociedade maranhense, nos meios acadêmicos e culturais, que foram elaborados os catálogos seletivos do acervo permanente para serem disponibilizados aos consulentes.

A elaboração dos quatro volumes do *Catálogo de Documentos Manuscritos do Poder Judiciário do Maranhão* tem a finalidade de agilizar os processos de busca e recuperação desses documentos produzidos pelas diversas Comarcas do Estado do Maranhão, que compreendem o período de 1767 a 1975, contemplando peças documentais provenientes de fundos diversos como o Tribunal da Relação, o Juízo dos Órfãos e o Juízo Municipal.

Até o presente momento foram elaborados e publicados os volumes referentes às comarcas de Guimarães, São Luís, Alcântara e Viana, os quais fazem parte da coletânea denominada *Coleção Pontos de História* que está planejada para agrupar um total de trinta (30) volumes, de modo a reunir a identificação e descrição dos processos judiciais de todas as comarcas que estão sob a custódia da CADH/TJMA.

Por ser o catálogo um instrumento que descreve unitariamente cada peça documental de um conjunto, neste caso, o conjunto de documentos pertencentes às diversas Comarcas do Estado do Maranhão, o mesmo facilitará as pesquisas referentes aos fatos, costumes e normas sociais vigentes nas cidades do Estado do Maranhão, auxiliando assim o trabalho de pesquisadores na produção de estudos que explorem de forma ampla e profunda os dados contidos nesses documentos, contribuindo assim para ampliar a compreensão da sociedade da época e das decisões judiciais no contexto das demandas e relações socioculturais que demarcaram esses períodos históricos.

Por outro lado, os catálogos também atendem aos interesses do cidadão comum, visto que se constituem em instrumentos que possibilitam o exercício do direito à informação e facilitam o acesso e consulta aos mesmos, seja para comprovação de seus direitos, reconhecidos ou negados, como também para o cumprimento de deveres.

Uma outra possibilidade de atendimento ao cidadão, que é muito comum no caso específico dos documentos existentes na CADH, é a solicitação frequente de informações relacionadas à identificação de bens materiais registrados em nome de familiares, resultante de estudos genealógicos anteriores realizados pelos requerentes ou pesquisadores, com o objetivo de elaboração de extratos ou certidões de cadeia dominial[4] (bens imóveis rurais), normalmente solicitadas por descendentes de quilombolas ou de fazendeiros, para o estabelecimento da linha de domínio do imóvel, em casos de processos de regularização fundiária ou de desapropriação (reforma agrária) junto ao Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA) ou ao Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). Também são realizadas muitas pesquisas acadêmicas, institucionais e particulares, com vistas a levantar informações de pessoas consideradas personalidades representativas da história no Maranhão por ocuparem cargos públicos ou desempenharem outras atividades profissionais (inserção política, econômica ou social) em uma determinada época e localidade.

Quanto à estrutura dos catálogos, sua organização é de fácil manuseio visto que segue um plano de organização simples.

Tendo em vista a diversidade com relação às tipologias dos documentos que são arrolados (inventários, testamentos, partilhas etc.) nos catálogos, o conjunto de documentos está organizado sob a denominação de verbetes, e foram separados em autos cíveis e crimes para os catálogos das comarcas de Guimarães e Alcântara e somente autos cíveis para os catálogos das comarcas de São Luís e Viana. Assim, cada documento ou verbete está descrito e apresentado no catálogo de acordo com a natureza do processo judicial (cível ou crime).

A identificação de cada peça documental segue uma numeração sequencial crescente, com a localização da caixa onde o documento está armazenado, seguido da identificação do fundo e seção, conforme mostra a Figura 1 abaixo.

---

4 Segundo Amaral D'Avila (2014) cadeia dominial é "[...] o histórico do imóvel e retrata oficialmente, perante os órgãos governamentais, os seus proprietários, tudo o que aconteceu com ele até a sua origem, ou seja, de onde provém (relação dos proprietários de determinado imóvel rural, desde a titulação original pelo Poder Público até o último dono- atual proprietário), como foi subdividido, ou como foi remembrado, as penhoras que incidiram no imóvel, etc."

Figura 1 – Modelo de descrição de peça processual no Catálogo

2. CAIXA Nº: 1
FUNDO: Ouvidoria Geral do Maranhão
SEÇÃO: Juízo dos Órfãos
ANO: 1788 CONSERVAÇÃO: Regular
COMARCA: São Luís
SÉRIE: Autos Cíveis
TIPOLOGIA: Inventário
JUIZ: Antonio Pereira dos Santos
ESCRIVÃO: João Pereira Alves
PARTES: INV DO: Bento da Cunha
INVDA: D. Marianna Mendes da Annunciação
DESCRIÇÃO: Autos de inventário dos bens que ficaram por falecimento de Bento da Cunha, do qual é inventariante sua mulher Marianna Mendes da Annunciação. Possuía bens e escravos na *Ribeira do Itapecuru*.

Fonte: Maranhão, 2012.

Os itens documentais são apresentados em cada catálogo em ordem cronológica crescente, isto é partindo da data (ano de produção) menor até a data maior existente no conjunto, à exceção do volume 3, referente aos documentos da Comarca de Viana, em que os itens documentais estão apresentados de acordo com a tipologia documental (privilegiando as de maior ocorrência para a de menor ocorrência no conjunto - inventários, partilhas, testamentos, etc.), e dentro desta pelo ano de produção também em ordem cronológica crescente.
Na sequencia, apresentam-se a descrição dos elementos que identificam cada peça documental incluindo os seguintes elementos: comarca; série; tipologia; nomes do juiz, do escrivão e das partes; e a descrição do conteúdo do processo judicial.
Em seguida à descrição dos processos judiciais, cada volume apresenta três **índices onomásticos que complementam as informações** do catálogo, os quais estão divididos por tipo de autos (cível ou crime). São eles: 1. índice de partes; 2. índice de juízes; 3. índice de escrivães. Estes índices listam os respectivos nomes organizados alfabeticamente pelo sobrenome, respeitando as diferentes apresentações de grafia, quando elas ocorrem, e remetem ao número sequencial que identifica a ordem do documento apresentado no catálogo.
Por fim, cabe ressaltar que a escolha pela utilização e disponibilização nos catálogos apenas de índices onomásticos deveu-se à forma mais freqüente como os pesquisadores fazem suas buscas no acervo arquivístico da CADH, isto é, pelos nomes dos requerentes ou partes nos processos judiciais, dos juízes ou dos escrivães, seguidas pela data (período ou cronologia) do documento e tipologia documental.
Estes catálogos descrevem apenas uma amostra do volume de processos judiciais que compõe a totalidade da coleção arquivística do CADH/TJMA, abrangendo um quantitativo parcial de 3.338 (três mil, trezentos e trinta e oito) peças documentais devidamente classificadas e organizadas, distribuídos por Comarca assim constituídos:

QUADRO 1 – Distribuição quantitativa dos processos judiciais do TJMA, segundo as Comarcas, autos e períodos cronológicos.

COMARCA	AUTOS	PERÍODO	TOTAL DE PROCESSOS JUDICIAIS
Viana	Cíveis	1767-1888	1.370
São Luís	Cíveis	1785-1835	1.051
Alcântara	Cíveis Criminais	1801-1968 1810-1975	528 194
Guimarães	Cíveis Criminais	1810-1959 1862-1949	181 14
TOTAL GERAL 3.338			

Quanto à tipologia observa-se que há uma diversidade muito grande de documentos que compõe o conjunto de peças documentais, havendo maior ocorrência entre os processos judiciais cíveis dos referentes a inventários, testamentos, libelos, cominações, execuções e apelações, dentre outros, conforme podem ser identificados nos quadros seguintes. Em se tratando dos processos de autos crimes elencados nos Catálogos das Comarcas de Guimarães e Alcântara, há maior ocorrência dos processos referentes à Libelo, Queixa, Denúncia, Defloramento, Sumário de Culpa, dentre outros atos criminais de menor proporção.

QUADRO 2 – Tipologia documental e quantidade dos processos judiciais das Comarcas de São Luís e Viana

COMARCA DE SÃO LUÍS – PROCESSOS CÍVEIS		COMARCA DE VIANA– PROCESSOS CÍVEIS	
TIPOLOGIA DOCUMENTAL	**QUANTIDADE**	**TIPOLOGIA DOCUMENTAL**	**QUANTIDADE**
Inventário	433	Inventário	774
Testamento	110	Testamento	111
Libelo	87	Partilha	77
Cominação 83 Execução 75			
Execução	53	Justificação	53
Apelação	42	Terras	20

Fonte: Maranhão, 2012; Maranhão,2012a.

QUADRO 3 – Tipologia documental e quantidade dos processos judiciais da Comarca de Alcântara

COMARCA DE ALCÂNTARA			
TIPOLOGIA DOCUMENTAL			
CÍVEIS	**QUANTIDADE**	**CRIME**	**QUANTIDADE**
Inventário	94	Libelo	12
Testamento	25	Queixa	18
Partilha	18	Denúncia	19
Cominação	15	Súplica	12
Justificação	30	Inquérito	20
Assignação	20	Defloramento	10

Fonte: Maranhão, 2013.

QUADRO 4 – Tipologia documental e quantidade dos processos judiciais da Comarca de Guimarães

COMARCA DE GUIMARÃES			
TIPOLOGIA DOCUMENTAL			
CÍVEIS	**QUANTIDADE**	**CRIME**	**QUANTIDADE**
Inventário	102	Sumário de Culpa	08
Testamento	03	Lesão corporal	05
Partilha	05	Defloramento	02
Petição	08	Homicídio	02

Fonte: Maranhão, 2011.

Observa-se com base nos quadros demonstrativos da tipologia documental dos processos judiciais das Comarcas citadas que há uma maior demanda da sociedade para ações na área de autos cíveis em relação às ações de natureza crime.
Há portanto uma maior demanda por ações relativas a inventário, testamento e partilha, o que demarca as características da sociedade maranhense no período colonial e também republicano, onde ainda há famílias que detêm grandes latifúndios e patrimônios residenciais. Aliado a esses bens, esses processos descrevem inventários e testamentos de pessoas que acumularam muitos bens patrimoniais, dentre eles, terras, casas, quantia em moeda, ouro, prata e muitos escravos, estes tratados como mercadoria ou bem de consumo, o que caracterizava a sociedade escravocrata.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso à informação pública como direito social, regulamentada pela Constituição Federal do Brasil (1988) e pela Lei de Acesso à Informação, propiciou uma nova forma de redimensionar os serviços de organização, tratamento, conservação e divulgação dos documentos arquivísticos produzidos pelas instituições públicas.
Nesse sentido as Unidades de Informação, em destaque os Arquivos, foram impulsionadas a uma ressignificação das atividades arquivísticas, por meio da gestão documental e da preservação da memória patrimonial como forma de garantir o acesso à informação pela sociedade, bem como salvaguardar o acervo documental para as futuras gerações. Aliado a essas funções ressalta-se a importância das tecnologias de comunicação e de informação que ampliaram a forma de disponibilizar as informações registradas em diferentes suportes documentais e propiciaram às instituições públicas maior transparência na prestação de serviços e gestão dos recursos públicos e, consequentemente, um maior controle social.
O Poder Judiciário do Estado do Maranhão, por meio do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, tem atuado de forma democrática, garantindo os princípios da publicidade e da transparência de suas ações, facilitando o acesso aos documentos de caráter público, resultantes dos atos e procedimentos da administração e dos serviços jurisdicionais e resguardando a garantia dos direitos individuais à intimidade e privacidade dos cidadãos.
Ressalta-se que a Coordenação de Arquivo e Documentos Históricos (CADH), como unidade setorial do TJMA, constitui um setor estratégico para garantir o direito de acesso à informação pela sociedade, como direito fundamental de exercício da cidadania. O CADH tem atuado de forma significativa na estrutura administrativa do TJMA, buscando manter uma adequada gestão documental, que compreende a organização, gerenciamento, preservação e divulgação da informação jurídica e administrativa do Poder Judiciário.
A publicação do conjunto de *Catálogo de Documentos manuscritos do Poder Judiciário do Maranhão* constitui-se numa importante ferramenta de divulgação e acesso às informações produzidas pelo TJMA, possibilitando aos cidadãos o irrestrito acesso às decisões judiciais dos processos que retratam os direitos coletivos que demarcaram diferentes períodos históricos da sociedade maranhense.

REFERÊNCIAS

Belotto, H. L. (2006), *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Brasil. Arquivo Nacional (2004), *Dicionário de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

Brasil. Constituição. (1988), *Constituição da República Federativa do Brasil: 1988*. Brasília: Senado Federal.

Brasil. Corregedoria-Geral da União. (2011), *Acesso à informação pública: uma introdução à lei 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Brasília. Disponível em: http://www.cgu.gov.br. Consultado em: 20 set. 2013.

Coutinho, M. (2013), *Apontamentos para a História dos 200 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão.* Disponível em: http://www.tjma.jus.br/tj/visualiza/sessao/747/publicacao/403229. Consultado em: 17 nov. 2014.

D'Ávila, A. (2014), *Avaliações rurais. Cadeia dominial. O que é?* Disponível em: http://amaraldavila.com.br/site/avaliacoes-rurais-cadeia-dominial/. Consultado em: 07 nov. 2014.

DICIONÁRIO de terminologia arquivística. (1996). São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros (Núcleo Regional de São Paulo); Secretaria de Estado da Cultura.

Maranhão. Poder Judiciário. Tribunal de Justiça. Coordenadoria do Arquivo e Documentos Históricos. (2011), *Catálogo de documentos manuscritos do Poder Judiciário do Maranhão: Comarca de Guimarães (1810-1949).* São Luís. (Coleção Pontos de História, v. I).

_____. (2012), *Catálogo de documentos manuscritos do Poder Judiciário do Maranhão:* São Luís (autos cíveis) 1785-1835. São Luís: NovaGraf. (Coleção Pontos de História, v. II, Tomo I).

_____. (2012a), *Catálogo de documentos manuscritos do Poder Judiciário do Maranhão:* Viana (autos cíveis) 1767-1888. São Luís: NovaGraf. (Coleção Pontos de História, v. III, Tomo I).

_____. (2013), *Catálogo de documentos manuscritos do Poder Judiciário do Maranhão:* Alcântara (autos cíveis e crimes) 1801 - 1975. São Luís: NovaGraf. (Coleção Pontos de História, v. IV, Tomo I).

Território e informação: uma breve articulação sob a noção de regime de informação

Lucileide Andrade de Lima do Nascimento[1]

Emir José Suaiden[2]

Resumo: Utiliza o enfoque territorial como contexto de leitura generalizada do socioespacial que ambienta as cadeias produtivas no Brasil. Situa a informação como uma materialidade que constitui o território e o define. Caracteriza as ações de informação e suas estruturas relacionais como uma prática social e coletiva, que se estabelece na relação entre sujeitos e entre o sujeito e o seu meio (território usado pela sociedade) com base no paradigma social da informação. Discute a noção de regime de informação como um conceito analítico que propicia maior visibilidade às ações, meios e recursos de informação. Na articulação teórica proposta a noção de regime de informação, em sua relação com o território, designa um modo de produção informacional dominante em uma dada formação social ou território: no contexto das cadeias produtivas permite associar a dimensão socioespacial da informação e do conhecimento aos contextos regulatórios, tecnológicos e relacionais que as estruturam.
Palavras-chave: Território. Regime de informação. Cadeias produtivas. Informação.

Abstract: It uses a territorial approach as widespread reading context of social space that adapt the productive chains in Brazil. It locates the information as a materiality that make up the territory and defines it. It features information actions and their relational structures as a social and collective practice, which establishes in the relationship between individuals and between individuals and their environment (territory used by the society) based on the paradigm of social information. It discusses the notion of information regime as an analytical concept that provides greater visibility to actions, media and information resources. In the theoretical connection proposal the notion of information regime, in its relationship with the territory, means a dominant informational mode of production in a given social formation or territory: in the context of productive chains allows associating social space dimension of information and knowledge to the contexts regulatory, technological and relational that structure its.
Keywords: Territory. Information regime. Productive chains. Information.

Introdução:

Abrir análises a partir do território significa uma proposta de leitura generalizada do socioespacial ou de leitura do mundo. Não se trata de uma abordagem teórica em si, nem tão pouco de um método, mas de uma perspectiva interdisciplinar (no contexto deste artigo) para posicionar o olhar sobre fatos, relações e ocorridos, em dado momento e espaço histórico, sob um prisma mais unitário e coeso. Sob o prisma do território qualquer tematização ou categoria a ser discutida fica obrigada a incluir em sua dimensão analítica o viés do social, do coletivo, do holístico e na perspectiva teórica de território provida por Santos (1988, 2006) e Santos & Silveira (2006) o texto obriga-se ao unitário e coeso.

---

1 Professora Adjunta do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Doutoranda pelo Programa de Doutorado Interinstitucional em Ciência da Informação (DINTER UFES-UnB) oferecido pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Política Social pela Ufes). Bolsista Capes. E-mail: lucileidelima@gmail.com.

2 Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1 B e Professor Titular da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB). Doutorado (1989) em Ciência da Informação pela Universidad Complutense de Madri e pós-doutorado (2002) pela Universidad Carlos III de Madri. E-mail: emir@unb.br.

Tal perspectiva buscando o unitário e coeso, orientada pelas lentes e leitura do geógrafo Milton Santos, minimiza os riscos de interpretação e de imprecisão (Santos, 1988, 2006). De onde partimos ou do ponto em que o nosso olhar transita com maior liberdade, o campo da Ciência da Informação, podemos dizer que a dimensão socioespacial (contida no território) se apresenta singular para análises sobre informação e processos mediadores de informação justamente porque o território é o espaço da ação.

Propusemo-nos assim a desenvolver uma breve articulação teórica sob enfoque territorial dada a sua condição de espaço da ação, também de espelhamento do movimento, da singularidade, da dinâmica, das mutações e transformações em curso, modernizações e da explicitação dos fenômenos que ao longo do tempo se estabelecem entre os atores ou sujeitos sociais que o dinamizam sob antigas ou novas racionalidades.

Dentre os fenômenos possíveis nos orientamos para a análise do lugar da informação na sociedade, ou sob a ótica do território, na socioespacialidade dessa sociedade. A informação tem um papel singular na reprodução social da vida na atualidade. A informação é ubíqua, encontra-se no centro da vida social e funciona como um grande catalisador (comunicador, informador e formador) capaz de fazer convergir para si toda a atividade relacional dos sujeitos (Barreto, 1994). O território opera como um lugar para a informação na sociedade considerando os conflitos presentes no ato de conhecer, informar, comunicar nesse ambiente contraditório, não linear e tão múltiplo que institui o conhecimento como um elemento antecedente (preparatório/norteador) e mediador de ações, relações e interrelações dos sujeitos (pessoas, grupos e organizações).

As mediações em informação nessa dinâmica relacional propiciam ao sujeito o suprimento de certas necessidades de informação para dar sentido às suas experiências de vida, repor a busca por informação para realizar as mudanças, dinamizar sua existência, orientar as escolhas (seleção) e a atribuir sentido às próprias práticas e às do outro com quem interage (Barreto, 1994, Nascimento, 2006).

No território encontramos também certas disfuncionalidades abertas (a desterritorialização da informação, sua desigual distribuição, a manipulação do direito a informação, etc.) propiciadas pela dinâmica informacional.

Este artigo representa um esforço de análise das matizes e do caráter histórico-social da informação na reprodução da vida, uma aproximação de sentido/significação quanto ao lugar que a informação ocupa e seu respectivo papel no território que a circunscreve. O recorte está focalizado no ambiente de contexto das cadeias produtivas, o meio rural brasileiro e as transformações mais recentes produzidas pelo mercado mundial e pelo agronegócio, uma nova agricultura em tempos de (des)territorialização advinda do aprofundamento dos processos globalizantes.

1 Território, informação e cadeias produtivas

O interesse pelos conceitos território, informação e cadeias produtivas apresenta-se registrado sob diversas disciplinas e enfoques teóricos ao longo do tempo. Os conceitos de território e informação dada a sua ampla utilização e possibilidades de representação se constituem polissêmicos impondo a qualquer perspectiva de análise uma localização também epistêmica, um contexto histórico e um ambiente geográfico de origem, ou como expresso por Haesbaert (2009), um ambiente geograficamente situado.

O território é o espaço da ação, matriz da vida social. Uma categoria que representa, ou propõe-se a representar a totalidade do espaço usado pela sociedade. A informação, como o território, sempre existiu no espaço usado pelo homem. A longo prazo, a história contada pela humanidade, se diz, é a história da informação tomando razão e consciência de si mesma (Gleick, 2013). Duas obras reforçam o argumento de Gleick (2013) apresentado em sua última publicação totalmente dedicada à história da informação ao longo de séculos.

Pela perspectiva da sociologia do conhecimento Burke (2003) tematiza a história da informação e do conhecimento de Gutenberg a Diderot durante a Idade Média. Uma década depois Logan (2012) discute a centralidade da informação na modernidade e no século XXI. Particularmente analisa o papel da informação em quatro esferas de influência na vida social do homem: a biosfera (organismos vivos), a simbolosfera (linguagem, cultura e mente), a tecnosfera (tecnologia) e a econosfera (economia e governo). De forma exemplar, as cadeias produtivas revelam desafios ligados a gestão da informação nessas quatro esferas, uma condição indispensável ao seu processo produtivo e de alcance da competitividade e lucratividade desejada.

Para além da dinâmica capitalista, o território propicia a compreensão em escala das múltiplas manifestações de realidade, inclusive a dinâmica de produção capitalista, mas não só essa dinâmica.

Território e informação somam-se duas amplas categorias de difícil desdobramento analítico, uma vez que, representam uma totalidade inalcançável: dizer tudo sobre algo, ou representar um todo: os casos pretéritos, atuais e os futuros em diferentes espaços, lugares e saberes. Nestes termos quais seriam as formas de vinculação social e epistemológica da informação? Como possível resposta nos parece exequível analisar e fazer representar, no recorte estudado, a distinção da informação sob uma abordagem situacional[3] visto que, tais formas de vinculação social e epistemológica, conforme tratado por Wersig & Windel (1985 : 17) remetem a «[...] complexos de atividades e situações ancoradas no tempo e no espaço que demandam uma diversidade de procedimentos e respostas gnoseológicas». Na vinculação com o conceito de território tratamos não somente de ações de informação, mas de sistemas de ações de informação em contextos amplos.

Não se trata de uma abordagem teórica em si, nem tão pouco de um método, mas de uma perspectiva interdisciplinar (no contexto desta pesquisa) para posicionar o olhar sobre fatos, relações e ocorridos, em dado momento e espaço histórico, sob um prisma mais unitário e coeso. Sob o prisma do território qualquer tematização ou categoria a ser discutida fica obrigada a incluir em sua dimensão analítica o viés do social, do coletivo, do holístico e na perspectiva teórica de território provida por Santos (1988, 2006) o texto obriga-se ao unitário e coeso. Abrir análises a partir do território significa uma proposta de leitura generalizada do socioespacial ou de leitura do mundo.

Tal perspectiva buscando o unitário e coeso, orientada pelas lentes e leitura do geógrafo Milton Santos, minimiza os riscos de interpretação e de imprecisão (Santos, 1988, 2006). De onde partimos ou do ponto em que o nosso olhar transita com maior liberdade, o campo da Ciência da Informação, podemos dizer que a dimensão socioespacial (contida no território) se apresenta singular para análises sobre informação e processos mediadores de informação justamente porque o território é o espaço da ação.

Propusemo-nos assim a desenvolver uma articulação teórica sob enfoque territorial dada a sua condição de espaço da ação, também de espelhamento do movimento, da singularidade, da dinâmica, modernizações, das mutações e transformações em curso. E por fim, da explicitação dos fenômenos que ao longo do tempo se estabelecem entre os atores ou sujeitos sociais que o dinamizam sob antigas ou novas racionalidades.

A localização epistêmica para a discussão do conceito de território fomenta, para o mérito desta pesquisa, a formulação de uma pergunta de cunho prático: *qual a relevância conceitual e metodológica do conceito de território no âmbito desta discussão e para os interesses do campo da Ciência da Informação?* O território como espaço de construção social, política, econômica e simbólica (Ribeiro, 2009) possui a plasticidade necessária capaz de abrigar a manifestação de processos de informação nas diferentes dinâmicas reprodutivas da vida social e especificamente das cadeias produtivas. O conceito abre-se como espaço para a compreensão do lugar da informação no ambiente organizacional da Cadeia Produtiva de Cultivo de Café (ES), nosso objeto de análise. A junção entre território e informação contextualiza os ambientes e fluxos de informação nessa cadeia produtiva e expressa certa intencionalidade de re-significar a discussão sobre os instrumentos de intervenção e de políticas de fomento às cadeias produtivas para além da lógica pragmática do mercado e dos enfoques funcionais à dinâmica capitalista. Trata-se de um conceito multifacetado e flexível para se abrir ao diálogo entre diferentes matrizes teóricas (Ribeiro, 2009). O conceito nesta pesquisa foi tomado como referência e não como solução para melhor compreender o os processos sociais. O território quando tratado como um construto histórico-social se refere, segundo Solinís (2009 : 269), «[...] de maneira aberta a relações concretas, materializadas, localizadas, enraizadas». Esses laços concretos da realização humana revelam três aspectos da territorialização estruturantes à analise dos ambientes organizacionais, incluído o ambiente organizacional da Cadeia Produtiva de Cultivo de café (ES): princípios de organização social modeladores da territorialidade em certos grupos ou contextos; revelam as técnicas e formas que moldam o habitat; explicitam o enraizamento que vincula, inclusive a natureza produtiva do lugar (Solinís, 2009).

---

3 Nos termos propostos por Wersig & Windel (1985) a abordagem situacional remete a conjuntos complexos de atividades e/ou situações, em dado espaço-tempo, que demandam uma diversidade de procedimentos e respostas de natureza gnoseológica ou relativas ao conhecimento humano.

O conceito de cadeias produtivas se apresenta também sob múltiplos enfoques e depende do reconhecimento da disciplina e área de conhecimento que o analisa. Estas clarificações determinam o grau de complexidade na apropriação de conceitos tão amplos e flexíveis. O risco da generalização, se não percebido, pode empobrecer e tornar perigosa a compreensão da realidade analisada. Estas considerações justificam o recorte tratado nesta pesquisa, a análise da Cadeia Produtiva de Cultivo de Café (ES) sob enfoque territorial como pano de fundo e contexto discursivo.

> A literatura analítica de sistemas de agronegócios atribui a emergência do conceito de cadeias produtivas, no cenário internacional, a dois grandes enfoques ou conjuntos de ideias: o enfoque de Harvard (agribusiness) e o enfoque francês (analyse de filière). O enfoque de Harvard teve origem nos Estados Unidos a partir das pesquisas produzidas por Davis e Goldberg (1957, Goldberg, 1968) que também estruturaram o conceito de agribusiness e a noção de commodity system approach (CSA).

O conceito de cadeia de produção sob uma base sistêmica pressupõe que um processo de produção de bens pode ser representado como um sistema, cujos atores são interconectados por fluxos materiais, de capital e de informação objetivando suprir o seu mercado ou a sua lógica de reprodução social no mercado consumidor. O conceito sob essa base teórica foi apropriado inicialmente no contexto da produção agropecuária e florestal, mas expandiu-se. Na atualidade tem sido instrumentalizado como um conceito universal (Castro, Lima & Cristo, 2002).

Esta base sistêmica condiciona a participação, espera-se coordenada, de agentes (públicos e privados) como produtores, organizações de financiamento, transporte, industrialização, comercialização, distribuição e organizações de governo. Tal coordenação, sob base sistêmica, orienta-se por cinco conceitos essenciais, segundo Batalha & Silva (2007):

- Verticalidade (os elos sofrem a influência e influenciam os outros elos);
- Orientação sob demanda (a demanda produz informações que definem o fluxo e dinâmica dos produtos e serviços ao longo da cadeia);
- Coordenação na cadeia (as relações verticais ligadas ao suprimento e comercialização e as formas alternativas de coordenação, como os contratos, são fundamentais para a funcionalidade da cadeia de produção);
- Competição entre sistemas (a competição influencia a melhoria de desempenho da cadeia de produção); e
- Alavancagem (o modelo sistêmico permite a identificação de estratégias na sequência produção-consumo que propiciam a maior eficiência de um conjunto de agentes a uma só vez).

Nas possíveis aplicações do conceito de cadeia de produção podemos classificá-lo como aplicável junto às abordagens que estudam a natureza de macroprocessos produtivos na agricultura ou na indústria. Identificamos junto à literatura representações a partir de modelos, uma estratégia da ciência para compreender e sistematizar a natureza dos fenômenos estudados. Entendemos que o conceito de cadeia produtiva, como uma derivação semântica dessa base conceitual, implica no reconhecimento dessas cadeias produtivas (Castro, Lima & Cristo, 2002):

- Como sistemas abertos compostos por elos representando as organizações (responsáveis pelo suprimento de insumos básicos para a produção), as fazendas e/ou agroindústrias (considerando o seu processo produtivo), as unidades de comercialização (atacado, varejo e consumidor final);
- Com todos os elos conectados por fluxos de capital, materiais e de informação;
- Como uma estrutura modelada por um ambiente organizacional (instituições de governo, de crédito e de assistência técnica, etc.) e regulada pelo ambiente institucional.

Em um modelo geral, considerando uma típica cadeia produtiva agrícola, então teríamos: organizações (com função produtiva direta ou próxima à processos produtivos, como a comercialização dos produtos); os fluxos de materiais (as transações institucionalizadas); os fluxos de capital; e os fluxos de informação. Os componentes mais comuns seriam:

> [...] o mercado consumidor, composto pelos indivíduos que consomem o produto final (e pagam por ele), a rede de atacadistas e varejistas, a indústria de processamento e/ou transformação do produto, as propriedades agrícolas, com seus diversos sistemas

> produtivos agropecuários ou agroflorestais e os fornecedores de insumos (adubos, defensivos, máquinas, implementos e outros serviços) (Castro, [2001?] : 4).

Em seus desdobramentos podemos considerar que a universalidade do conceito se aplica também às atividades produtivas oriundas da indústria, identificando-se além dos fluxos de materiais, de capital e de informação outros elementos tais como: transações, fatores de desempenho, eficiência produtiva, qualidade e competitividade dos produtos e equidade na apropriação de benefícios gerados pela cadeia produtiva.

2 Regime de informação

A discussão sobre o conceito de informação cada vez mais parece crescer e apresentar-se inesgotável em suas possibilidades analíticas. Fato é que dificilmente encontraremos abordagens tratando da vida social e dos fazeres humanos sem tangenciar ou analisar aspectos e manifestações deste conceito. Trata-se de um fenômeno reincidente nas dinâmicas da vida, das experiências comuns até as análises mais profundas de especialistas. A obra instigante de Logan (2012) pergunta de forma ampla sobre o papel da informação na propagação da vida. Abordagens sociais da informação exploram e aceitam como natural esta capilaridade, permeabilidade e ubiquidade da informação porque sua presença designa uma operação de natureza relacional que permeia as experiências e vivências dos sujeitos (Logan, 2012, Berger & Luckmann, 1985, Gleick, 2013). O seu valor semântico existe na relação, nos processos seletivos e interpretativos que ocorrem na singularidade das experiências e das redes de interação produzidas pelos sujeitos (individuais ou coletivos). A ação informativa ou as ações de informação sustentam um tipo de conhecimento e possibilidades múltiplas de sentido dependendo dos sujeitos que as interpretam (González de Gómez, 1999).

Considerando nosso contexto de pesquisa assumiremos esta abordagem social como uma definição estrutural a partir da qual desenvolveremos as articulações das categorias analíticas.

1.1 A emergência do conceito de regime de informação

A aplicação do conceito de regime de informação tem relação com o reconhecimento sistematizado de um modo dominante de produção da informação em certo contexto. A questão informacional não é banal, trata-se de uma força estrutural e estruturante na centralidade da vida e que alimenta o funcionamento do mundo (Gleick, 2013). A vantagem de um método se relaciona com a disponibilidade de princípios para reconhecimento de suas diferentes configurações em dada ordem sociocultural e política. Enquanto instrumento analítico esse (re)conhecimento, em determinado contexto, pode significar um processo de (re)construção desse modo de produzir um regime de informação e das práticas de informação porque em sua abordagem atribui significado, define domínios de informação monitorados e/ou mantidos por grupos e estratégias específicas (Lima et al., 2009).

González de Gómez (2012) atribui a Bernd Frohmann a proposição do conceito de regime de informação, em 1984, como uma resposta crítica às abordagens reducionistas, a seu modo de ver, sobre politicas de informação praticadas no campo da Ciência da Informação. A crítica concentrava-se na abrangência e escopo, pois consideravam as politicas de informação como uma das politicas governamentais e orientada para documentos desse ambiente, restritas à problemática que envolve a produção, organização e disseminação de informação cientifica e tecnológica. Essa caracterização estadocêntrica das políticas de informação estava contextualizada em um momento histórico em que, nas Ciências Sociais, também predominavam críticas ao modelo funcional de sociedade sob o governo de regimes estatais centralizadores.

O argumento utilizado por Frohmann (1995) apontava para estudos indiciadores da «[...] crescente equiparação da informação aos bens de consumo (*commodities*) [...]» desde a década de 1970 e consequente deslocamento das «[...] questões informacionais às esferas da economia e do mercado, as informações que estariam entre as mais relevantes, ficariam fora do alcance e jurisdição direta do Estado e suas agências» (González de Gómez, 2012 : 50). Esses dados suscitaram reflexões e o reconhecimento da plausível insuficiência do Estado em gerir sistemas de informação tão amplos, sob a sujeição do mercado e, portanto metricamente conformados

às condições do privado. Por consequência restaria ao Estado um papel muito mais de mediador tendente a facilitação de processos de produção e acesso a informação sob os moldes de produção capitalista. Segundo Frohmann (1995) tal contingência implicaria no esvaziamento da discussão ou de manifestação das políticas de informação, pois o seu protagonista, o Estado, já não detinha um papel decisório. Mesmo que a ele ainda coubesse o papel de gestor político das informações produzidas na esfera pública do governo, o enfoque discursivo estaria esvaziado em sua dimensão política, apesar de manter-se próximo e com conteúdo nos aspectos da gestão. Tal orientação desviaria a atenção de um fator de peso na discussão das políticas, das implicações de poder que se estabelece nas relações sociais mediadas por informação (Frohmann, 1995).

Um regime de informação sob a perspectiva de Frohmann (1995) considera que em algum lugar, mesmo sem a ação direta do governo, poder e controle são exercidos através das relações mediadas por informação. Assim, um regime de informação definiria sistemas ou redes de informação relativamente estáveis no qual as informações fluem através de canais determináveis, de produtores específicos e através de estruturas organizacionais específicas para usuários ou consumidores também específicos. As redes seriam híbridos, ao mesmo tempo reais, discursivos e sociais. Os elementos sociais seriam os produtos oriundos das práticas de construção e sustentação das redes (Silva, Garcia & Loureiro, 2013). Em um regime de informação bibliotecas, rádio, televisão, publicações acadêmicas, por exemplo, funcionam como nós de redes de informação ou elementos de regimes de informação específicos que determinam as relações sociais com formas específicas de poder exercidas dentro e através deles. Em sua definição conceitual Frohmann (1995) utiliza a Teoria Ator-Rede de Latour, definindo as bases analíticas e metodológicas para orientar a construção do conceito e utiliza Foucault para melhor análise das redes e das relações de poder.

A discussão acima serve de contexto para situar o conceito de regime de informação como proveitoso às análises das relações que ocorrem entre pluralidades de atores, práticas e recursos, em meio a diferentes esferas da cultura, da economia, do território e que implicam em relações de informação e poder.

2.2 Outras abordagens: novos desdobramentos

Em rápida reconstrução do domínio histórico e discursivo do conceito González de Gómez (2012) indica que o termo tem sido utilizado por diferentes autores também para expressar as relações entre politica, informação e poder. No domínio discursivo os significados do conceito, em geral, agregam dois eixos interpretativos: um referente ao uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC's) e outro, referente a critérios de valor associados à informação em sua dimensão simbólica vinculada à cultura. Durante o século XX o conceito esteve associado ao fenômeno de informacionalização, ligado às lógicas de produção de tecnologias da informação. Dessa derivação teríamos algumas contextualizações socialmente realizadas tais como economia da informação, cadeia produtiva de informação, modo de informação e infraestrutura de informação (González de Gómez, 2012).

A abordagem de Sandra Braman propõe o conceito de regime global emergente de informação se referindo a uma esfera discursiva no campo da política internacional. Segundo Braman (2004), na atualidade, existiria apenas um regime de informação global e emergente. Neste regime o Estado informacional seria caracterizado pela interdependência em relação a outros atores (estatais e não estatais) demandando uma infraestrutura global para processo, fluxo e uso de informação. O controle da informação (poder informacional) permitiria a reconstituição da esfera de poder e autonomia no ambiente de rede. De forma estrita, um regime de informação determinaria o *governo* (as instituições formais, as regras e práticas de entidades geopolíticas já constituídas), a *governança* (instituições formais e informais, regras, uma rede ampliada de atores estatais e não estatais influentes sobre a sociedade e programas de governança) e «[...] o contexto cultural e social, onde se estabelecem as condições de *governabilidade* e a partir do qual surgem e são sustentados os modos de governança» (González de Gómez, 2012 : 52, Braman, 2004).

A informação sob esse regime teria como principio de valor duas condições: como commodity, sujeita aos jogos do mercado ou como força constitutiva, sujeita à ordem das politicas e das estratégias do Estado informacional. O poder informacional assumiria a precedência sobre outros três: instrumental, estrutural e simbólico, definindo a uma estratégia de controle baseada em informação. Assim a informação seria, na interpretação de González

de Gómez (2012 : 54) um atrator e operador de convergências para «[...] sobredeterminar e redistribuir meios, regras e significados».
Um terceiro autor revisitado por González de Gómez (2012) é Hamid Ekbia tratando da relação entre informação e ação. Ekbia trabalha o conceito de regime de valor[4] para reformular o conceito de regime de informação sob dois direcionamentos: primeiro para uma direção mais distanciada de macro contextos organizacionais atribuindo prioridade às práticas situadas e à vida cotidiana, o regime de informação daria visibilidade às ações de informação e, portanto, a medida de valor da informação ficaria sujeita também às prioridades do mundo da vida, além das demais atividades de macro contextos organizacionais; uma segunda direção analítica propõe uma reflexão sobre um ponto de tensão entre os modos de interação plurais e os situados, os plurais demandando sistemas complexos, padronizados, em escala e descontextualizados (tratando de estruturar e formalizar os processos de comunicação e produção da informação) e os situados com ênfase no local voltados para o «[...] caráter intersubjetivo e situado das práticas de informação, e seus diferenciais pragmáticos de produção de sentido» (González de Gómez, 2012 : 55).

2.3. A abordagem social de González de Gómez

A abordagem de González de Gómez (2012, 1999) para o conceito de regime de informação utiliza como nexo inicial os referentes conceituais anteriormente detalhados, mas também introduz novos referenciais analíticos para abordar as relações entre política, informação e poder.
Na busca de conceitos operatórios desenvolve a discussão sobre as teorias da ação social e ação de informação a partir da seguinte questão: Quais são as formas de vinculação social e epistemológica dos conhecimentos? Para tratar a questão utiliza a teoria da ação de Wersig & Windel (1985) clarificando aspectos da ação de informação sob uma abordagem situacional salientando a conduta informacional dos sujeitos (os atores sociais) e a provisão de documentos ou de conhecimentos (dispositivos e artefatos de informação).
Nesta abordagem a informação assume um caráter relacional entre o singular (atores sociais) os processos (dispositivos e artefatos), sendo esses últimos os responsáveis pela estabilização dos significados a partir de operações relacionais vinculadas à memória, transmissão, aferimento e controle (González de Gómez, Chicanel, 2008). Segundo a autora e, seguindo como Wersig a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas, a ideia de ação da informação poderia ser caracterizada pelas formas de integração social que se constituem nos usos sociais da linguagem (González de Gómez, 1999, González de Gómez, Chicanel, 2008). Toma sentido as distinções entre ação de informação (como aquelas protagonizadas pelos participantes em determinados espaços sociais buscando o entendimento mútuo, a confiança e a cooperação) e os sistemas e redes de informação (orientados ao contexto de poder, aos custos e à administração).
Sob inspiração de Foulcault reformula a base conceitual apresentada por Frohmann (1995) salientando os dispositivos de Foulcault. Indica que um regime de informação não tem a configuração de um sistema de informação, mas antes um domínio amplo e exploratório que designa uma morfologia de rede definida somente durante a sua operacionalização, nunca plenamente constituída a priori. Nestes termos remeteria

> [...] a uma equação entre potencialidades e forças de diferentes origens e direções que, combinadas, definem os modos de distribuição – entre diferentes atores sociais, atividades e regiões - da potência construtiva e do poder seletivo que se manifestam na geração, circulação, acesso e uso de informação (González de Gómez, Chicanel, 2008 : 5).

O desenho e as regras assumem a organização das experiências discursivas gerando a regularidade pela mediação da linguagem e carregam as marcas das condições objetivas de sua emergência: tecnológicas, organizacionais, econômicas, culturais. Nestes termos um regime estaria configurado, em cada manifestação ou caso, por «[...] plexos de relações plurais e diversas intermediáticas [...]» como as TV's, os jornais, as conversas informais, a Internet etc.; interorganizacionais como empresa, universidade, domicílios, associações etc.; e intersociais se

4 Ekbia parte do conceito de regime de valor proposto por Boltanski e Thévenot. Estes autores propuseram uma teoria construtivista de análise da ação social, a teoria da justificação ou teoria dos regimes de ação e das operações críticas privilegiando a capacidade crítica e reflexiva dos indivíduos (Martins & Amaral, 2009).

referindo aos atores comunitários, coletivos profissionais, agências governamentais, entre outros (González de Gómez, 2002 : 35).

Na aplicação dos dispositivos de Foucault (como um conceito operatório)[5] um regime de informação então, estaria constituído assim, desse plexo de práticas discursivas e não-discursivas (produzindo os modos de existência) atuando como aparelhos, ferramentas, ora constituindo os sujeitos, ora organizando-os em um conjunto

> [...] mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos (González de Gómez, 2002 : 34).

Os dispositivos midiáticos proporcionam visibilidade ao processo de transversalidade específica que define as ações, os meios e os recursos de informação, permitindo inclusive a coexistência de regimes de informação a partir iguais arranjos de tecnologia, serviços e conteúdos informacionais. Objetivamente o conceito de regime designaria:

> [...] um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição (González de Gómez, 2002 : 34).

Trata-se de modo de produção informacional dominante porque na relação são realizadas escolhas prescritivas do que será reconhecido como os constituintes ou dispositivos: os sujeitos, as instituições, as regras e autoridades informacionais, os padrões de excelência e os critérios preferenciais de processamento seletivo de meios e recursos de informação (González de Gómez, 2008). Tais escolhas definem a distribuição de poder, formativo e seletivo, entre atores e organizações, setores, regiões, redes (locais e globais). Em sua morfologia, em seu organizar-se, se definem, se constroem, estabilizando as zonas e recursos de visibilidade através dos atos seletivos que realizam. Um ambiente dinâmico sujeito a mudanças de parâmetros sobre os espaços de interação e cooperação conforme também se modificam os interesses, as ênfases e relevâncias dos atores que nela desenvolvem as ações de informação.

A informação funciona, sob um regime de informação, como um operador de relação que conecta simultaneamente duas redes: a rede primária e a rede secundária. A rede primária articula informações geradas, de forma intersubjetiva, nas ações de informação (processos comunicativo-informativos) que constituem as práticas de geração de conhecimento e aprendizagem entre os atores sociais. Tem como objeto a informação gerada que nela circula. Esta rede sustenta as redes orientadas ao conhecimento, interação e identificação dos atores sóciais (González de Gómez, Chicanel, 2008).

As ações de informação atuam sob duas dimensões: *a dimensão da ação de informação em si* através da interação para entendimento mútuo no espaços sociais e práticas relacionais instituídas para transmissão cultural (espaço para as narrativas e manifestações de saberes), integração social (espaço para a solidariedade e cooperação) e socialização (espaço para a formação das identificações e identidades entre os atores sociais); *a dimensão dos serviços, sistemas e redes formais de informação* orientadas à produtividade, ao poder e a gestão, nesta dimensão entram em cena as organizações, o estado e as ações de coordenação, todas relacionadas aos processos comunicativo-informativos. Todas as atividades desenvolvidas apresentam zonas de interseção com as tecnologias de informação utilizadas nos dispositivos e artefatos de informação nas redes primárias e secundárias (González de Gómez, Chicanel, 2008).

---

5 Em Foulcault os dispositivos são heterogêneos e incluem: «[...] discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos» (FOUCAULT, 2000 : 244). Tudo em único aparelho que reúne poder (contínuo e desordenado) e saber (dá organicidade e sistematização) com a intencionalidade de revelar algo sobre as práticas sociais.

A rede secundária ou rede de metainformação faz parte das redes relacionais e de cooperação (contratuais, institucionais e organizacionais). A metainformação refere-se a informação sobre informação, aos dados processados (bases de dados, estatísticas, indicadores, sites e homepages) e respectivas infraestruturas sob um nível mais analítico e sistematizador das informações produzidas na rede primária e selecionadas do ambiente externo.

Segundo González de Gómez (1999) a existência apenas de redes secundárias de informação condiciona a produção de metaconhecimentos imperfeitos produzindo a formação de uma política formal esvaziada de micropolíticas de sustentação.

González de Gómez (1999) enfatiza que um regime de informação apresenta maior autonomia informacional quando apresenta

> [...] um bom desenvolvimento e articulação de suas redes primárias e secundárias de informação, de modo que podem gerar e aderir a testemunhos de informação confiáveis e pertinentes, com a máxima potência de relação e com a maior transparência metainformacional e contextual (González de Gómez, 1999 : 30).

Esta autonomia informacional refere-se a uma condição de comunicação da informação dentro de um determinado grupo, organização ou estrutura social, uma condição para viabilizar a satisfação de necessidades de informação e propiciar as condições de geração de conhecimentos e de aprendizagem nos atores sociais. A autonomia informacional vincula-se aos atores sociais. «É na conectividade e densidade de relações entre essas redes que um indivíduo, grupo ou sociedade realiza seus projetos de autonomia, mantendo ao mesmo tempo seus vínculos com os outros e com os mundos conhecidos» (González de Gómez, 1999 : 29).

Um regime de informação apresenta alguns elementos constituintes e essenciais ao funcionamento e articulação das redes sociocomunicacionais primárias e secundárias:

a) Os dispositivos de informação referem-se aos meios (produtos e serviços de informação e práticas de transferência de informação). Os dispositivos seriam o recurso de flexibilização e mobilização facilitador das operações nas redes primárias e secundárias. Define os critérios e padrões selecionados para processamento de meios e recursos de informação.
b) Os atores sociais são aqueles que realizam as ações de informação, sujeitos sociais em atividades ligadas ao seu contexto e identidades.
c) Os artefatos de informação - Modos tecnológicos e materiais de armazenagem, processamento e de transmissão de dados mensagem-informação.
d) As ações de informação – são as formas de integração social adotadas pelos atores sociais para acionar os processos comunicativo-informativos. González de Gómez, Chicanel (2008) definem dois níveis de ações: aquela produzida pelos atores sociais em suas práticas cotidianas de interação e cooperação; e as ações de informação de segundo grau, configurando um plano de metainformação que ficaria vinculado aos poderes seletivos das instâncias mediadoras e reguladoras (organizações, agentes econômicos) e pelos profissionais de informação. A intervenção ocorreria sobre as ações, processos e produtos das redes primárias, pelas demandas e interesses dos atores e também por referentes do ambiente externo. Esse processo seletivo sustentaria as redes secundárias de informação sendo formalizada em serviços, sistemas e redes formais de metainformação (bancos de dados, bibliotecas digitais, serviços de analíticos de informação, etc.).
e)

Considerações finais

Como tentativa de solução para disfuncionalidades abertas entendemos que o poder social ou a dimensão do social estabelecida no território pode ser tomado como uma unidade de análise das questões afeitas a interação entre território, informação e regime de informação. «O poder social não é uma coisa ou a sua posse: é uma relação entre pessoas» (Stoppino, 1993 : 934).

> No contexto das cadeias produtivas a relação entre informação e território constitui um ambiente coletivo para troca de informações, de conhecimento e de aprendizado que favorecem as relações

de cooperação entre os agentes. Claro sem desprezar que a correlação de forças entre concorrência-cooperação, na medida desejada de equilíbrio, de articulação coordenada e em níveis de confiança coletivamente orquestrados, propiciam ganhos nos custos das transações (North, 1994). Reconhece-se que a organização das relações entre agentes na cadeia produtiva exige infraestrutura, sistemas de informação e coordenação baseada em informação fluida, rápida e controlada para propiciar ganhos.

O conceito de regime de informação desenvolvido por Gonzalez de Gomez a partir das proposições formuladas principalmente por Frohmann, Braman e Ekbia sob o paradigma social da informação permitiu associar as dimensões espaço-temporal e cultural das ações e informação que agem sobre certos domínios de atividades e organizações. Os estudos sobre o conceito de regime de informação evidenciam «[...] as configurações contemporâneas de práticas, meios e recursos de informação [...]» articulando poder, política e informação (González de Gómez, 2012 : 1). Evidenciam também as tensões nas relações entre os atores sociais, em dado regime de informação, atribuindo importância na análise aos elementos de ordem discursiva, normativa e cultural presentes nessa relação. Tal conceituação do ponto de vista prático trata da evidenciação, no processo de interação, das práticas informacionais e pragmáticas de informação, das estruturas jurídicas-normativas, técnico-instrumentais e econômico-metodológicas que definem o valor ou a validade da informação em determinados ambientes socioculturais (González de Gómez, 1999, 2012, Carvalho, 2009).

Referências bibliográficas

BARRETO, A. de A. (1994), "A questão da informação", *São Paulo em Perspectiva*, 8(4), pp.1-8. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v08n04/ v08n04_01.pdf, [consultado em: 10-6-2014].

BATALHA, M. O. (coord.) (2007), *Gestão agroindustrial: GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais*. 3rd. Ed, São Paulo: Atlas. Vol. 1.

BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. (1985), *A construção social da realidade,* Petrópolis: Vozes.

BRAMAN, S. (2004), "The emergent global information policy regime". In: BRAMAN, S. (ed.), *The emergent global information policy regime*. Houndsmills, UK: Palgrave Macmillan, p. 12-37.

BURKE, P. (2003), *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

CARVALHO, A. M. A. de (2009), "Novos enfoques no Campo da Ciência da Informação: uma discussão sobre a aplicabilidade do conceito de regime de informação em arranjos produtivos locais". *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, 14 n. especial, pp. 213-227.

CASTRO, A. M. G. de [2001?], *Prospecção de cadeias produtivas e gestão da informação*. Disponível em: «http://www.desenvolvimento. gov.br/arquivo/secex/sti/indbrasopodesafios/trainformacao/art05AntonioGCastro.pdf». [consultado em: 4 maio 2014].

CASTRO, A. M. G. de, LIMA, S. M. V. & CRISTO, C. M. P. N. (2002), "Cadeia Produtiva: marco conceitual para apoiar a prospecção tecnológica". In: *Simpósio de Gestão da Inovação Teconológica, 22. Salvador, 2002*. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1197031881.pdf, [consultado em: 26 maio 2014].

DAVIS, J. H. & GOLDBERG, R. A. (1957), *A Concept of Agribusiness*, Boston: Harvard University, Division of Research, Graduate School of Business Administration.

FOUCAULT, M. (2004), *Microfísica do poder,* 20ty. ed. São Paulo: Graal: Paz e Terra.

FROHMANN, B. (1995),"Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory". In: H. A. OLSON & D. B. WARD (eds.). *Proceedings of the 23rd Annual conference of the Canadian Association for Information Science, 7–10 June 1995, Edmonton, Alberta.* Disponível em: http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/Documents/TAKING%20INFORMATION%20POLICY%20BEYOND%20INFORMATION%20SCIENCE.pdf, [consultado em: 4 maio 2014].

GLEICK, J. (2013), *A informação: uma história, uma teoria, uma enxurrada*, Trad. Augusto Calil, São Paulo: Companhia da Letras.

GOLDBERG, R. A. (1968), *Agribusiness Coordination: a systems approach to the wheat, Soybean, and Florida Orange Economies*. Boston: Harvard University, Division of Research. Graduate School of Business and Administration.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. (1999), "O Caráter Seletivo das Ações de Informação". *Informare*, Rio de Janeiro, 5 (2), pp. 7-31.

GONZALEZ de GOMEZ, M. N. (2002), "Novos Cenários Políticos para a Informação". *Ciência da Informação*, Brasília, 31 (1), pp. 27-40. Disponível em: http://bibliodata.ibict.br/geral/docs/ncpi.pdf, [consultado em: 25-10-2014].

GONZALEZ de GOMEZ, M. N. (2012), "Regime de informação: construção de um conceito". *Informação & Sociedade*, 22 (3), pp. 43-60.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. & CHICANEL, M. (2008), "A mudança de regimes de informação e as variações tecnológicas". In: *Enancib, 9., 2008, São Paulo.* São Paulo: ANCIB.

HAESBAERT, R. (2009), "Prefacio". In: M. T. F. RIBEIRO, C. R. S. MILANI (org.), *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar,* Salvador: EDUFBA. p. 11-18. Disponível em: http://static.scielo.org/scielobooks/37t/pdf/ribeiro-9788523209322.pdf, [consultado em: 14-9-2014].

LIMA, Clóvis R. M. de et al. (2009), "Regime de informação e esfera pública em arranjos produtivos locais". In: *Encontro Nacional De Pesquisa Em Ciência Da Informação*, *10., 2009, João Pessoa.* João Pessoa: UFPb. Disponível em: http://ridi.ibict.br/handle/123456789/317, [consultado em: 11-10-2014].

LOGAN, R. K. (2012), *Que é informação?: A propagação da organização na biosfera, na simbolosfera, na tecnosfera e na econosfera,* Trad. Adriana Braga, Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio.

MARTINS, G. P. de C. & AMARAL, M. C. M. "O habitus em Bourdieu e a teoria da justificação de Boltanski e Thévenot". *Latitude*, 3 (2), pp. 96-108.

NASCIMENTO, D. M. (2006), "A abordagem sócio-cultural da informação". *Inf. & Soc.: Est.,* 16 (2), pp. 25-35.

NORTH, D. C. (1994), *Custos de transação, instituições e desempenho econômico* (Trad. Elizabete Hart), Rio de Janeiro: Instituto Liberal.

RIBEIRO, M. T. F. Introdução. (2009), In: M. T. F. RIBEIRO & C. R. S. MILANI (Org.). *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar,* Salvador: EDUFBA. pp. 19-35. Disponível em: http://static.scielo.org/scielobooks/37t/pdf/ribeiro-9788523209322.pdf, [consultado em: 14-9-2014].

SANTOS, Milton. (1988), *Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia*, Hucitec: São Paulo.

SANTOS, Milton. (2006), *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, 4th ed., São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. (2006), *O Brasil: território e sociedade ao inicio do século XXI*, 9th. ed., Rio de Janeiro: Record.

SILVA, E. M. da, GARCIA, J. C. R. &LOUREIRO, J. M. M. (2013), "Regime de informação: uma perspectiva analítica para a gestão da informação". In: *Enancib, 14., 2013, Florianópolis*. Florianópolis: ANCIB. Disponível em:

SOLINÍS, G. "O que é o território ante o espaço?" (2009), In: M. T. F. RIBEIRO & C. R. S. MILANI (org.), *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar,* Salvador: EDUFBA. p. 264-287. Disponível em: http://static.scielo.org/scielobooks/37t/pdf/ribeiro-9788523209322.pdf, [consultado em: 14-9-2014].

STOPPINO, M. (1993), Poder, In: N. BOBBIO, N. MATTEUCCI & G. PASQUINO, *Dicionário de política*, 5th. Ed, Brasília: EdUnB. v. 2, p.933-943.

WERSIG, G. & WINDEL, G. (1985), "Information Science needs a theory of 'Information Action'". *Social Science Information Studies*, 5, p.11-23.

Biografia dos autores

Tecnologias da Informação e a Implantação de Softwares Livres em Bibliotecas Públicas Escolares na Área Itaqui-Bacanga em São Luís – Ma

Cenidalva Miranda de Sousa Teixeira
cenidalva@gmail.com

Juliana Rabelo do Carmo
juliana.rabello@yahoo.com.br

RESUMO: Estudo de softwares livres em bibliotecas escolares públicas na área Itaqui-Bacanga em São Luís, Maranhão. Mostra que com o uso da tecnologia da informação e comunicação fundamenta-se o processo de implementação da automação em unidades de informação, em especial nas bibliotecas escolares da rede estadual, com a finalidade de acesso, controle e recuperação da informação. Emprega a metodologia de pesquisa de campo, com abordagem exploratória e descritiva para coleta de dados. O universo da pesquisa é composto por 15 (quinze) escolas da rede estadual de ensino na área Itaqui-Bacanga. . Expõe os graus de influência do uso das tecnologias nos processos desempenhados nas bibliotecas, suas vantagens neste contexto. Apresenta o software Biblivre utilizado na etapa de implantação do software, bem como seus pré-requisitos e recursos de gerenciamento disponíveis. Caracteriza a pesquisa, os métodos utilizados para implementação de softwares livres, treinamento do sistema, e a visão dos gestores sobre a automação das bibliotecas, apresentando assim os resultados obtidos ao final deste processo. Conclui indicando as perspectivas futuras de estudos, e mostra que a automação de bibliotecas escolares, com uso de softwares livres, consiste em uma ferramenta eficaz para a organização, controle, disponibilização e recuperação da informação para os usuários no ambiente escolar.

Palavras-chave: Automação de Bibliotecas. Bibliotecas escolares. Software livre. Biblivre.

1 INTRODUÇÃO

A biblioteca escolar constitui um ambiente com relevância peculiar para os alunos, pois é onde ocorre o desenvolvimento do processo de leitura iniciado na sala de aula, com o objetivo de despertar o prazer de ler. O Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar (2008, p. 2) define que a biblioteca deve: "[...] oferecer oportunidade de vivências destinadas à produção e uso da informação voltada ao conhecimento, à compreensão, imaginação e ao entretenimento.".

O contexto das bibliotecas escolares no Brasil ainda se apresenta de forma deficitária segundo os pesquisadores da área. Silva (1995a, p. 44) explica que

> [...] escrever sobre a biblioteca escolar brasileira é tocar numa das maiores deficiências do nosso aparelho escolar. Desde os colégios dos jesuítas – nossa primeira experiência com a educação formal – até os dias atuais, muito pouco se fez em relação a biblioteca escolar.

O estado do Maranhão por sua vez, situa-se no 2º lugar entre os estados brasileiros com maior índice de analfabetismo, além de fatores complicadores como elevadas taxas de repetência e evasão escolar, formação inicial precária dos professores e ausência de formação contínua, ausência de recursos didáticos-pedagógicos, entre outros.

Parte desses problemas poderiam ser sanados a partir do fácil acesso à informação nas bibliotecas escolares, apoiadas nos subsídios fornecidos pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), em especial no que diz respeito aos Softwares Livres, que podem auxiliar o processo de organização, redução de tempo na recuperação e mediação da informação.

A partir desta perspectiva e considerando as inquietações levantadas durante a disciplina Automação em Unidades de Informação, ministrada no Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), tendo como fruto o Projeto de Pesquisa "Softwares Livres em Bibliotecas Públicas Escolares na área Itaqui-Bacanga", vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) no período de agosto de 2013 à julho de 2014. Tendo em vista estas motivações, emergem questões relacionadas aos softwares livres em bibliotecas escolares, tais como:

I. Existem softwares livres em bibliotecas públicas escolares na área Itaqui-Bacanga? Se existem, quais?
II. Existe o profissional Bibliotecário? Se existe, qual o conhecimento deste profissional para o desenvolvimento e a escolha do sistema?
III. Quais as possibilidades de implantação de softwares livres?

O foco constitui os softwares livres e/ou gratuitos que podem ser usados para a automação dos serviços desenvolvidos nas bibliotecas escolares que possibilitam a recuperação e o uso das informações assim como a possibilidade de gerar relatório, uso do acervo, pendências dos usuários, entre outros serviços e produtos. A contribuição para o desenvolvimento da automação da biblioteca escolar está na minimização dos problemas relacionados aos softwares que não atenda a necessidade do usuário e do profissional.

O objetivo da pesquisa é de produzir reflexões e propostas práticas sobre a questão do uso e possibilidades de implantação de Software Livres em bibliotecas escolares da área Itaqui-Bacanga de São Luís, haja vista que o uso das tecnologias neste contexto objetiva a recuperação efetiva da informação, bem como sua disseminação de forma rápida e precisa.Esta região foi escolhida para ser objeto de estudo, pois está situada no entorno da Universidade Federal do Maranhão, e por abranger uma quantidade considerável de escolas da rede estadual de ensino que são carentes de projetos que incentivem e aprimorem o desenvolvimento tecnológico.

O recorte metodológico da pesquisa consiste em pesquisa de campo, com abordagem exploratória e descritiva visando refletir a situação das bibliotecas escolares públicas frente ao uso das tecnologias para automação e recuperação da informação na área Itaqui Bacanga de São Luís, de um universo de 15 (quinze) escolas participantes da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica foi realizada através da obra dos autores Carvalho (1986), Dutra e Ohira (2004), Mangue (2007), Morigi e Pavan (2004), Rodrigues e Prudêncio (2009), Silva (1995), nos quais foram colhidos subsídios necessários para construção das reflexões sobre o tema.

2 BIBLIOTECAS ESCOLARES

A estruturação de políticas de biblioteca escolar no Brasil teve um longo percurso, com início nas décadas de 1920 e 1930 com a efervescência de discussões sobre o sistema educacional brasileiro e o acesso da população à educação. Na década de 70, a biblioteca escolar era considerado um assunto novo haja vista que escolas de todos os graus não possuíam bibliotecas. Na metade dos anos 90, o autor Silva (1995) fazia o diagnóstico da situação das bibliotecas escolares no Brasil, da seguinte forma:

> Silêncio: essa talvez seja a palavra que melhor simboliza a situação real da biblioteca no Brasil. Sem dúvida, a biblioteca escolar brasileira encontra-se sob o mais profundo silêncio; silenciam as autoridades, ignoram-na os pesquisadores, calam-se os professores, omitem-se os bibliotecários.

A realidade brasileira pouco se desenvolveu no que diz respeito a bibliotecas escolares, seja por fatores externos e internos relativos a sua não utilização e atuação, ou ainda por falta de recursos financeiros, humanos e informacionais. A biblioteca escolar enfrenta ainda entraves políticos, segundo Silva (1995b, p. 13) ao explicitar que pouco se sabe sobre as iniciativas do governo de melhorar o funcionamento das bibliotecas, pois "[...] às vezes não se pode afirmar que as bibliotecas das escolas públicas constituem-se de fato como bibliotecas.".

Através de levantamento feito pelo movimento "Todos pela Educação", verificou-se o Brasil possui um déficit de 128 mil unidades de bibliotecas escolares, sendo que apenas 26,7% das escolas de educação infantil de todo

o país contam com uma biblioteca em sua estrutura, no ensino fundamental essa porcentagem sobe para 35,7% e no ensino médio, para 72,9%[1]. Das escolas que foram construídas após o ano de 2008, compostas por um total de 14.471 unidades, somente 35,5% apresentam uma biblioteca. Na rede particular de ensino 52% das novas unidades já possuem biblioteca, enquanto na rede pública, essa taxa é de 19,4%[2].

O estado do Maranhão encontra-se entre um dos estados mais pobres do país, com o nível de analfabetismo elevado em pleno século XXI. Este fato implica, entre outros motivos, a ausência de políticas públicas direcionados ao desenvolvimento e a educação, além de fatores complicadores que consistem em elevadas taxas de repetência e evasão escolar, principalmente nas séries iniciais do ensino fundamental; formação inicial precária dos professores e ausência de formação contínua; ausência nas escolas de recursos didático-pedagógicos; etc.

Apesar das tímidas iniciativas de bibliotecas nas escolas do estado, percebe-se que as bibliotecas não alcançam os objetivos propostos para a sua visibilidade e atuação efetiva nas escolas devido fatores como falta de compromisso dos governos (estadual e municipal) em fornecer subsídios para o desenvolvimento das bibliotecas escolares; ausência de recursos materiais, humanos e financeiros para o funcionamento das bibliotecas e pela ausência de sensibilidade por parte de diretores e professores a relevância da biblioteca na escola, consistem alguns dos entraves do sistema educacional maranhense.

Nesse sentido, os dados da pesquisa realizada por Ferreira (2012) sobre a realidade das bibliotecas escolares de São Luís constatou situações ainda precárias relacionadas ao funcionamento das bibliotecas e da ausência do profissional da informação, e ainda: acervos desatualizados e sem processos automatizados; ausência de materiais e equipamentos para atendimento dos usuários; pessoal desqualificados para o desenvolvimento das atividades; pouca articulação da biblioteca com o trabalho dos professores; visão dos gestores sobre as contribuições da biblioteca para o ensino aprendizagem, entre outros aspectos.

Segundo Fragoso (2002) é função da biblioteca escolar:

a) Cooperar com o currículo da escola no atendimento às necessidades dos alunos, dos professores e dos demais elementos da comunidade escolar;
b) Estimular e orientar a comunidade escolar em suas consultas e leituras, favorecendo o desenvolvimento da capacidade de selecionar e avaliar;
c) Incentivar os educandos a pensar de forma crítica, reflexiva, analítica e criadora, orientados por equipes inter-relacionadas (educadores+bibliotecários);

Campelo (2005, p. 17) indica que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) reforçam os papéis da biblioteca escolar:

I. [desenvolver] um programa de leitura eficiente, que forme leitores competentes e não leitores que façam isso de forma esporádica e saibam compreender o que leem e desenvolvam práticas de intertextualidade;
II. [esta deve ser um] local apto a influenciar o gosto pela leitura [os PCN recomendam] que a escola estimule o desejo de frequentar esse espaço e contribuir pelo apreço do ato de ler;
III. [também deve ser um local] de aprendizagem permanente, um centro de documentação onde se encontre informações que irão responder aos questionamentos levantados dentro das diversas áreas curriculares;

Ou seja, cabe a biblioteca escolar a responsabilidade de apoiar o ensino, promover a socialização do conhecimento e interação entre os alunos, além de orientar sobre pesquisa em fontes de informação e a formação de leitores. A automação pode ser inserida nesse contexto de mudança nas bibliotecas escolares, pois

---

1 Dados do levantamento sobre déficit de bibliotecas em escolas do Brasil disponível em: «http://www.todospelaeducacao.org.br/biblioteca/1472/levantamento-sobre-deficit-de-bibliotecas-em-escolas-no-brasil/».

2 Dados do levantamento sobre déficit de bibliotecas em escolas do Brasil – Dados por município disponível em: « http://www.todospelaeducacao.org.br/biblioteca/1473/levantamento-sobre-deficit-de-bibliotecas-em-escolas-no-brasil---dados-por-municipio».

possibilita uma maior autonomia e interação dos usuários com a unidade de informação. O bibliotecário se defronta muitas vezes com a necessidade de automatizar a biblioteca em que está inserido, e se depara com a precisão de adquirir conhecimentos sobre o processo de seleção e avaliação de softwares.
Segundo Reis e Teixeira (2013) com a automação e avanços tecnológicos, bibliotecas passaram a obter novas expectativas nos seus serviços e nos seus produtos. O bibliotecário adquiriu tempo para executar outras tarefas junto a seus usuários, ficando menos sobrecarregado e podendo realizar outras atividades junto à instituição, colaborando com a missão e visão da mesma.
O objetivo da seção seguinte é contextualizar o desenvolvimento das tecnologias de informação e, consequentemente, do processo de automação no contexto das bibliotecas escolares.

3 AUTOMAÇÃO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES

Historicamente, o emprego das Tecnologias da Informação se efetivou, em sua maioria, em meados da década de 60. Porém, no Brasil as discussões a cerca da aplicabilidade da TI – bem como a promoção da automação de serviços da informação - iniciaram-se no final da década de 70. Carvalho (1986, p. 22) complementa com a assertiva:

> Até a primeira metade da década de 80, as barreiras a serem transportadas não se prendiam apenas às questões sociais, econômicas e culturais, porém muito mais às questões políticas e tecnológicas já que as exigências burocráticas impostas pela Política Nacional de Informática e a capacitação tecnológica brasileira não proporcionavam nenhuma facilidade para o avanço dessa área. É conveniente lembrar que, somente no final da década de 70, o Brasil inicia uma política governamental visando à fabricação de equipamentos de informática, enquanto, nos países desenvolvidos, já estava consolidada a tendência no uso de sistemas 'on-line', de mini e microcomputadores, de formatos de intercâmbio de dados bibliográficos e o desenvolvimento de atividades objetivando o compartilhamento de recursos.

A situação na época compreendia além de questões políticas, refletindo também a realidade de várias unidades de disseminação da informação que encontravam obstáculos para atingir a migração dos formatos analógicos para digitais de seus serviços para os usuários.
O processo de automação nas bibliotecas no Brasil neste período percorreu dificuldades para sua efetivação contrapondo mais uma vez com a realidade dos países desenvolvidos. Carvalho (1986) enfatiza alguns pontos como: custo dos serviços e racionalização no seu uso; capacitação dos recursos humanos; conflito de interesses entre as equipes da biblioteca e da área de informática; custo elevado dos serviços de telecomunicação e de correio; volume e burocracia atrelados à aquisição de material bibliográfico, dentre outros.
A partir da automação, visualiza-se que a tecnologia começa a ser inserida [porém, não substituindo] diretamente nos processos técnicos da biblioteca e na busca da informação através das consultas on-line aos bancos de dados. Morigi e Pavan (2004, p. 120) complementam com a assertiva:

> A automação das bibliotecas e, consequentemente, dos serviços prestados aos usuários, que implicam o uso cada vez mais constante das tecnologias de informação e comunicação, fez com que a sociabilidade entre os atores envolvidos se modificasse substancialmente. A máquina passou a realizar o processo de mediação entre os agentes profissionais, responsáveis pelos serviços de organização, busca e recuperação da informação, e os seus usuários, tornando tais processos mais dinâmicos.

Mangue (2007, p. 12) corrobora elucidando as motivações para aplicação da tecnologia em bibliotecas, tais como:

> Aperfeiçoar os serviços oferecidos pela biblioteca à comunidade; buscar flexibilidade e facilidades no trabalho do bibliotecário; modernizar o tratamento técnico e o acesso às coleções e informações; agilizar a recuperação da informação e o empréstimo; estreitar os laços de cooperação com outras instituições são alguns dos

> objetivos expressos pelas bibliotecas, de um modo geral, ao adotar as tecnologias de informação.

Carvalho (2004, p. 93) observa os principais fatores intervenientes no processo de informatização através do grau de influência os seguintes pontos: melhorar a qualidade dos serviços/produtos serviços (100%); Agilizar o tratamento da informação (96,7%); Proporcionar maior controle sobre as coleções (96,7); Agilizar o atendimento das demandas informacionais (93,3%); Proporcionar maior acompanhamento sobre o usuário (80%).

Significa dizer que além de aperfeiçoar os serviços oferecidos pela biblioteca para a comunidade e modernizar o acesso, o processo de automação nas bibliotecas possui ainda a missão de socializar e recuperar as informações armazenadas para diminuir as barreiras de tempo no processo de busca.

A automação desenvolve-se como proposta de aperfeiçoamento para os serviços oferecidos em unidades de informação e centros documentais. Segundo Dutra e Ohira (2004, p. 3) entende-se por automação de bibliotecas "a utilização de tecnologias da informação (informática) nas rotinas e serviços de uma biblioteca.". Considerando o ambiente das bibliotecas, sejam estas escolares, universitárias, públicas ou especializadas estas,

> estão se informatizando com a finalidade de melhorar o atendimento aos usuários, proporcionando-lhes melhorias na recuperação de informações contidas em suas bases de dados. Além disso, outras ferramentas ligadas à tecnologia da informação, como a internet, e um sistema de gerenciamento de bibliotecas se tornaram instrumentos imprescindíveis na atualidade, já que estes estabelecimentos têm a informação como produto e fazem parte da chamada indústria da informação. (RODRIGUES; PRUDÊNCIO, 2009, p. 2)

A automação visa eficiência e eficácia ao que oferecido aos usuários, assim como poupar-lhe tempo, auxiliar na aquisição de informações, além de propor uma maior organização nos serviços da biblioteca. De acordo com Rodrigues e Prudêncio (2009, p. 4)

> A informatização da biblioteca não pode acontecer sem fundamento e de modo desordenado. Informatizar bibliotecas é um processo cada vez mais complicado pelas características dos serviços e a variedade das informações a serem tratadas e dispostas para acesso e uso.

É um processo sistemático que requer conhecimento e planejamento cuidadoso, necessita de uma pré-avaliação por meio de um diagnóstico que detectará as reais necessidades e a situação enfrentada pela biblioteca. Esta avaliação

> [...] é fundamental por permitir estabelecer, com garantia, ideias e ações a respeito de uma nova metodologia, ou a modernização de um recurso existente. Também é importante que, com a análise, se consiga distinguir os problemas que possam ser solucionados com a informatização, daqueles que pode ser resolvidos com um novo arranjo do trabalho exercido pela equipe. (RODRIGUES; PRUDÊNCIO, 2009, p. 4).

A utilização de softwares para o gerenciamento das atividades da biblioteca é um dos viés da automação, encontram-se disponíveis no mercado diversos tipos de softwares para automação, uns estão disponíveis gratuitamente, enquanto outros, é necessário pagar pelo seu uso e por suas atualizações. O importante ao adotar um software para automatizar uma unidade de informação é considerar as reais necessidades do local, custos, benefícios, além das características próprias do ambiente.

Nota-se que é necessário um trabalho conjunto e prévio ao automatizar uma unidade de informação, neste caso, uma biblioteca escolar. O gestor deve observar as necessidades do ambiente, quais aspectos devem ser acrescentados ou modificados ao estabelecer uma política de automação, seja utilizando softwares proprietários, gratuitos ou livres.

4 IMPLANTAÇÃO DO SOFTWARE BIBLIVRE NAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO NA ÁREA ITAQUI-BACANGA: análise dos resultados

O projeto de pesquisa possuiu duração de 12 (doze) meses, sendo participante do PIBIC/UFMA, teve início em agosto de 2013 e conta com um grupo de pesquisa composto 4 (quatro) monitores que são responsáveis por um quantitativo de 2 a 3 equipes de alunos da disciplina Automação em Unidades de Informação do Curso de Biblioteconomia da UFMA. Do universo da pesquisa de bibliotecas escolares na área Itaqui-Bacanga, das amostragens serão analisadas 100% do universo, que quantitativamente corresponde à 15 (quinze) escolas da rede estadual.

A escolha da área Itaqui-Bacanga pautou-se no fato da localização da Universidade, que encontra-se nesta região, e por este motivo busca soluções efetivas para as problemáticas encontradas e visualizadas de perto neste contexto, posteriormente, idealiza-se a expansão para outras regiões da cidade. Convém ainda lembrar que, o projeto possui consentimento da Secretaria de Estado da Educação, especialmente, na Supervisão de Bibliotecas Escolares (SUBE).

As etapas fundamentais no desenvolvimento da pesquisa são: 1) Coleta de dados: questionário, aplicado aos diretores das escolas analisadas; 2) Formação das equipes de alunos da disciplina Automação em Unidades de Informação; 3) Realização de visitas nas bibliotecas das escolas, para coleta de dados no ambiente de estudo como descrição dos serviços e rotinas, processamento técnico, arquitetura tecnológica atual e presença/ausência do profissional Bibliotecário; 4) Elaboração do Plano Diretor de Informática (PDI) e Plano de Implementação do Software Biblivre, escolhido na pesquisa, por ser o mais abrangente em todas as funções gerenciais na biblioteca, em especial na biblioteca escolar, e devido ao sua adaptação em vários tipos de bibliotecas e centros de documentação; 5) Realização de treinamento para os responsáveis técnicos das bibliotecas; 6) Entrega do PDI e Plano de Implementação nas escolas, documentos que, apoiados no consentimento da direção da escola, legalizam o seu uso efetivo.

É necessário destacar que para todas as escolas foram elaborados Planos Diretores de Informática e Planos de Implementação do software livre, mas nem todas efetivaram a implantação do Biblivre em suas bibliotecas, por motivos que serão citados posteriormente. Contudo, esses fatores não impediram o desenvolvimento da pesquisa, visto que estas ferramentas foram entregues as unidades escolares, caso haja um interesse futuro pela automação de suas bibliotecas.

O quantitativo de escolas que concordaram em participardo processo de implantação do software livre Biblivre na Itaqui-Bacanga estão dispostos no Gráfico 1.

Gráfico 1: Quantitativo de escolas participantes da implantação de softwares livres

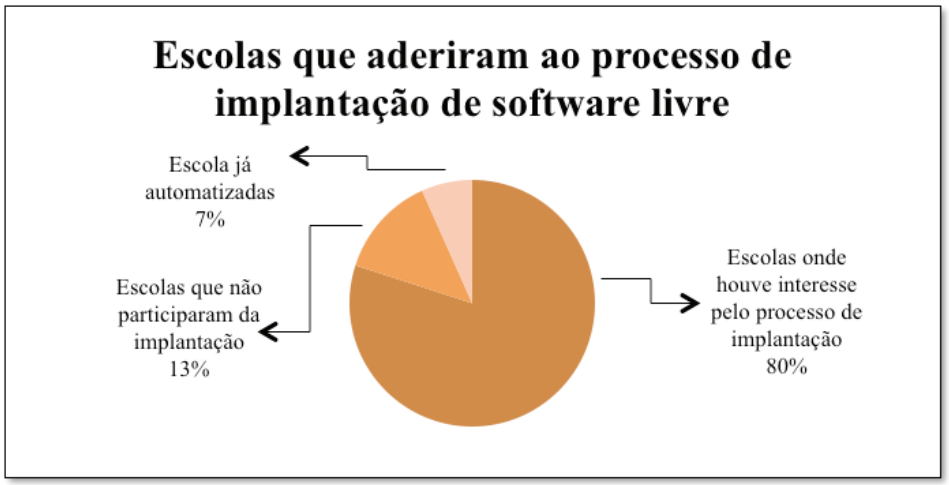

Fonte: dados da pesquisa

Os dados mostram que, de um universo de 15 escolas, apenas 2 não participaram do processo de implantação do software livre (este processo resume-se a elaboração do Plano Diretor de Informática, Plano de Implementação e efetivação da automação da biblioteca com a instalação do software), por motivos que implicam tanto na completa ausência de equipamentos/recursos tecnológicos que impossibilitaram à adesão por parte da escola, quanto na carência de recursos humanos.

Particularmente, em uma das escolas que não participaram onde mesmo com os recursos tecnológicos disponíveis, a gestora da unidade de ensino afirmou não considerar importante a realização da implantação pelo fato da biblioteca não ter utilidade a longo prazo, fato que reflete a perspectiva da diretora quanto à função e visibilidade da biblioteca neste espaço.

Em contrapartida, nas outras escolas correspondentes à 80% do universo pesquisado, a adesão e interesse por parte dos gestores foi unânime, haja vista que as escolas encontravam-se com os recursos tecnológicos necessários disponíveis e quase sem uso. Em suma, nestas escolas os serviços de circulação (empréstimo e devolução) são realizados de forma manual, mesmo com computadores disponíveis.

Visando otimizar os processos desenvolvidos neste espaço, com alternativas gratuitas com o uso de software livre, a implementação foi realizada juntamente com o treinamento para os respectivos funcionários que ocasionalmente trabalhavam na biblioteca quando havia necessidade. O principal entrave durante vários momentos da pesquisa se deu pela ausência de recursos humanos para a biblioteca, em alguns casos.

Ressalta-se ainda que o perfil das escolas que possuem recursos humanos na biblioteca são compostos de professores afastados por motivos de doença que cumprem metade da carga horária na biblioteca, professores aposentados e zeladores das escolas. Em um caso, na biblioteca da escola CE Y Bacanga, a escola promove monitoria de alunos que trabalham voluntariamente na biblioteca nos horários alternativos aos horários das aulas, e ainda foi observado também que do universo de 15 escolas da rede estadual de ensino na área Itaqui-Bacanga, somente 1 possui uma bibliotecária efetiva, no caso do CGT Estaleiro Escola.

O universo geral dessa pesquisa pode ser exposto da seguinte maneira, estão indicados no Gráfico 2 para demonstração do quantitativo geral de escolas e etapas realizadas nas mesmas.

Gráfico 2: Quantitativo de escolas x Desenvolvimento da pesquisa

Fonte: dados da pesquisa

Com base no exposto, como resultados obtidos com o desenvolvimento da pesquisa de implantação do software livre Biblivre nas escolas públicas da área Itaqui-Bacanga listamos os aspectos que foram proporcionados e também, as inquietações geradas pelo projeto:

1) Realização de empréstimo, controle de acervo e ações das bibliotecas, ao realizar tais procedimentos antes realizados de forma manual, sendo substituídos pelos subsídios da automação, principalmente no que diz respeito aos registros dos livros, controle das atividades de empréstimos e dos livros do acervo composto por doações da Secretaria de Estado da Educação;

2) Recursos tecnológicos na biblioteca, ao tornar útil os equipamentos, no caso os computadores, destinados às bibliotecas, como ferramenta para a redução do tempo gasto nas realizações das tarefas cotidianas da biblioteca.
3) Interesse da escola de desenvolver à biblioteca, haja vista que os gestores que aderiram ao processo tinham a conscientização da importância da biblioteca no contexto escolar e na visão de que este espaço precisa de visibilidade para se constituir o "centro nervoso" da escola;
4) Necessidade da presença de um profissional bibliotecário nas escolas consiste na questão principal da pesquisa, percebendo a necessidade da sua atuação para a continuidade dos processos facilitados por meio da implantação dos softwares livres nas escolas de rede estadual da área Itaqui-Bacanga.

Esta ausência se reflete ainda nas questões estratégicas para uso e disseminação da informação nas bibliotecas, inexistente nas escolas analisadas, e que pode ser revertido com as contribuições das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's).

Portanto, percebe-se que o processo de implantação de softwares livres nas bibliotecas escolares públicas na área Itaqui-Bacanga obteve aceitação pela maior parte das escolas no que diz respeito à recursos tecnológicos disponíveis, porém, ainda permeia a necessidade de medidas públicas para suprir a ausência do profissional bibliotecário para direcionar as atividades facilitadas pela automação em bibliotecas.

5 CONCLUSÃO

Os softwares livres são todos aqueles que possuem uma licença de uso, mas garantem aos usuários acesso livre. Constituem um sinônimo de liberdade, pois possibilitam uma livre execução, cópia, estudo e modificação do programa, tendo por base a cooperação do conhecimento.

Partindo da ideia de que a informação é um elemento que impulsiona e colabora para o desenvolvimento intelectual, social e econômico dos indivíduos na sociedade, descortina-se o principal objetivo da pesquisa: tornar a informação disponível no contexto escolar, para obtenção dos fatores elucidados.

A situação das bibliotecas públicas escolares de São Luís reflete a falta de políticas públicas para essas organizações sociais, o que origina a necessidade de buscar algumas medidas para solucionar o problema da ausência de biblioteca ativas e com estruturas adequadas.

Para que a biblioteca escolar possa cumprir a sua função de integrar-se ao ensino, faz-se necessário o fortalecimento do elo entre a biblioteca e os alunos, fato que pode ser efetivado a partir de medidas de organização e gerenciamento dos processos da biblioteca por meio dos subsídios dos softwares livres para disponibilização e recuperação da informação da informação no contexto escolar.

É notável que as escolas analisadas dispõem de ferramentas para automação de bibliotecas - no caso, de recursos tecnológicos como computadores -, acervo quantitativamente suficiente para seus usuários, mas um dos grandes entraves encontrados e considerados fundamentais para o desenvolvimento da proposta consiste na ausência de recursos humanos para a biblioteca, e ainda, na ausência de bibliotecários.

Em se tratando de automação em bibliotecas na área Itaqui-Bacanga, até a conclusão da pesquisa não foram localizados processos de automação efetivos, em especial, softwares livres, fato que evidencia a necessidade de medidas para solucionar essa problemática.

Em contrapartida, com a implantação da automação nas bibliotecas analisadas, apoiadas no uso de softwares livres é possível visualizar que o progresso da biblioteca escolar no que diz respeito ao uso das tecnologias é considerado gradativo, porém, com grandes possibilidades de sucesso, tendo em vista o intuito de colaborar para que as bibliotecas públicas escolares se tornem acessíveis e utilizadas pelos alunos e principalmente, para a constituição deste ambiente em um espaço de transformação social.

Espera-se ter proposto uma reflexão sobre a necessidade de medidas livres para que os espaços de informação escolar como instrumentos de construção crítica e cidadã dos alunos e principalmente, para a disseminação e uso da informação disponível em sua guarda por meio do uso das tecnologias.

REFERÊNCIAS

CAMPELLO, Bernadete et al. (2005), *Biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica.

CARVALHO, S. S. (1986), " O processo de automação das bibliotecas universitárias: retrospecto histórico e análise". *Bibliopet*, São Luís, 8, (1), pp. 20-26, jan./dez.

CARVALHO, Isabel Cristina Louzada. (2004), *A socialização do conhecimento no espaço das bibliotecas universitárias,* Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência.

DUTRA, Anna Khris Furtado; OHIRA, Maria Lourdes Blatt. (2004), "Informatização e automação de bibliotecas: análise das comunicações apresentadas nos Seminários nacionais de bibliotecas universitárias (2000, 2002 e 2004)". *Informação & Informação*, Londrina, 9, (1/2), jan./dez. Disponível em http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000006062&dd1=94968, [consultado em 15-4-2014].

FERREIRA, Maria Mary. (2012), *Bibliotecas escolares em instituições públicas de São Luís: realidade e desafios para transformar esses espaços em lugares de memória, informação e de leitura,* São Luís: Departamento de Biblioteconomia.

FRAGOSO, Graça Maria. (2002), "Biblioteca escolar – profissão e cidadania". *Revista ACB*, 7, (1). Disponível em: http://www.acbsc.org.br/revista/index.php/racb/article/viewFile/381/463, [consultado em 20-08-2014.

IFLA. (2000), *Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar*, São Paulo: IFLA.

MANGUE, Manuel Valente. (2007), *Consolidação do processo de informatização em sistemas de bibliotecas universitárias da África do Sul, Brasil e Moçambique.* Tese de doutoramento, Belo Horizonte: Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais.

MORIGI, Valdir José; PAVAN, Cleusa. (2014), *Tecnologias de informação e comunicação: novas sociabilidades nas bibliotecas universitárias.* Brasília, 33, (1), pp. 117-125. Disponível em http://www.ibict.br/cionline/viewarticle.php?id=99, [consultado em 11-4-2014].

REIS, Edilson Thialison da Silva; TEIXEIRA, Cenidalva Miranda de Sousa. (2013), *Automação de sistemas em bibliotecas*, São Luís: [s.n.].

RODRIGUES, Anielma Maria Marques; PRUDÊNCIO, Ricardo Bastos Cavalcante. (2009), "Automação: a inserção da biblioteca na tecnologia da informação". *Biblionline*, João Pessoa, 5, (1/2), jan./dez. Disponível em http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/3944/3109, [consultado em 06-02-2014].

SILVA, Ezequiel Theodoro da. (1995a), *Leitura na escola e na biblioteca.* 5. ed. [s.l]: Papirus.

SILVA, Waldeck Carneiro da. (1995b), *A miséria da biblioteca escolar.* São Paulo: Cortez.

Transparência e *accountability* nas instituições públicas: análise da convergência desses princípios

Luzia Zorzal[1]

Georgete Medleg Rodrigues[2]

RESUMO: Estudos sobre governança têm como objeto, em geral, as grandes corporações. O setor público, entretanto, é bem menos estudado quanto a esse aspecto, especialmente quanto ao acesso às informações governamentais. O artigo parte de uma pesquisa de doutorado em Ciência da Informação em andamento, investiga os princípios «transparência e *accountability*» à luz das práticas de governança aplicadas às instituições públicas como mecanismos que contribuem para a redução da assimetria informacional. Por meio de pesquisa bibliográfica, identifica e sistematiza os princípios de boa governança recomendados para a Administração Pública como instrumentos de governança buscando apontar a convergência entre os princípios de transparência e de *accountability*. Os resultados parciais demonstram a convergência desses princípios e sinalizam para a necessidade de políticas de gestão informacional associada às práticas de boa governança como forma de mitigar a assimetria informacional.
Palavras-chave: Transparência. *Accountability*. Governança. Acesso à informação. Instituições públicas. Assimetria informacional.

ABSTRACT: Governance studies have as object, in general, large corporations. The public sector, however, is less studied in this aspect, especially in access to government information. The article part of a doctorate research in Information Science in progress, investigates the principles «transparency and accountability» in the light of governance practices applied to public institutions as mechanisms that contribute to reducing information asymmetry. Through literature, identifies and defines the principles of good governance recommended for public administration as instruments of governance seeking to identify the convergence between the principles of transparency and accountability. Partial results show the convergence of these principles and point to the necessity of informational management policies associated with good governance practices as a way to mitigate information asymmetry.
Keywords: Transparency. Accountability. Governance. Access to information. Public institutions. Information asymmetry.

INTRODUÇÃO

Transparência, acesso à informação, *accountability* e governança são temas que ganharam centralidade na agenda política de muitos países, incluindo o Brasil. Os dois primeiros estão previstos como direitos do cidadão e deveres do Estado, na Constituição Federal brasileira de 1988 (CF/1988), além de constar em outras legislações (Brasil, 1988). A disponibilização transparente das informações é um dos mecanismos que garantem a promoção desses direitos, fortalece a democracia, amplia o exercício da cidadania, inibe a corrupção, entre outros.

---

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação (FCI) da Universidade de Brasília (UnB, Brasil) no âmbito do Doutorado Interinstitucional (DINTER) entre a UnB e a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes, Brasil), mestre em Ciências Contábeis pela Fundação Getúlio Vargas do RJ, contadora, economista, professora adjunto IV da Ufes e bolsista Capes. E-mail: luzia.zorzal@gmail.com

2 Doutora em História, professora associada I, pesquisadora e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UnB. E-mail: medleg.georgete@gmail.com

O avanço tecnológico provocou mudanças que refletem no Estado, no governo e na sociedade, provocando conflitos e a exigência de uma atuação mais ampla do governo, não apenas voltada para a eficiência, mas, sobretudo para a equidade, a justiça social, o desenvolvimento sustentável, o combate à corrupção e a promoção do desenvolvimento humano. Um contexto que tem exigido do Estado uma atuação transparente e ativa, na busca de resultados efetivos para o cumprimento da *accountability*[3] (Matias-Pereira, 2010b).

A temática governança nas instituições privadas vem sendo objeto de estudo, porém nas instituições públicas são bem menos frequentes, apesar dos relevantes recursos públicos que estas últimas recebem. A informação sob a tutela do Estado é um bem público e sua evidenciação começa por iniciativa da Administração Pública, de forma espontânea, proativa, independente de qualquer solicitação, ou seja, transparência ativa, tal qual definido, por exemplo, em lei brasileira (Brasil, 2012).

Além disso, os entes públicos são obrigados a respeitar o princípio da publicidade e a prestar contas do uso de recursos públicos, dentre outros. A exigência por mais transparência pública**,** nos últimos anos, tem avançado de forma progressiva. No Brasil, a transparência e o acesso à informação, além da CF/1988, estão previstos na Lei nº 101, de 4 de maio de 2000 (Brasil, 2000), denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Brasil, 2011), denominada de Lei de Acesso à Informação (LAI), regulamenta pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012 (Brasil, 2012).

A variação de quantidade de informação revelada pelas entidades do setor privado têm sido explorada sob várias perspectivas, em muitos países. As evidências indicam que as pesquisas estão concentradas nas instituições que operam no mercado de capitais e que utilizam mecanismos e práticas de governança corporativa. Mas, para o setor público, esse tipo de estudo, como indicado anteriormente, é bem mais reduzido. −

Dessa forma, o presente artigo aborda a transparência e *accountability* à luz dos princípios de boas práticas de governança na administração pública, com base na literatura sobre o tema, focalizando a dimensão conceitual para explorar as distintas concepções e mecanismos estabelecidos nessa área. Tratando-se de um recorte da pesquisa de doutorado, o foco, aqui, recaiu sobre os instrumentos de governança para o setor público, elaborados por instituições internacionais e brasileiras com o objetivo de verificar o nível de convergência da transparência e *accountability*, evidenciado nesses instrumentos. O tratamento e análise dos dados foram sintetizados em um quadro onde foram consolidados os instrumentos de nove instituições, contendo os princípios de boa governança para o setor público, com destaque para a análise relacionada com a transparência e *accountability*.

TEORIA DO AGENTE-PRINCIPAL E A BOA GOVERNANÇA

1

Muitas são as teorias relacionadas com o tema governança, assim como são muitas as variáveis que poderiam explicar a distância que separa as promessas de um governo aberto[4], transparente, de suas realizações. Talvez a razão principal esteja na própria natureza da relação de seus atores – Estado e cidadãos – e o problema agente-principal implícito nesse relacionamento, pois quando não alinhada, essa relação tende a ser conflitante e pode gerar problemas na condução da boa governança dos contratos.

As questões relacionadas com a governança possuem suas raízes históricas no desenvolvimento teórico ocorrido na economia na chamada teoria da firma, base da *teoria do agente-principal*. Diversos estudos foram desenvolvidos, no século XX, sobre a teoria da firma: Coase (1937), Alchian e Demsetz (1972), Ross (1973), entre outros. Pela teoria da firma, a empresa é percebida como um conjunto de contratos estabelecidos entre os seus integrantes (acionistas, investidores, fornecedores, clientes, governo etc.). Cada integrante colabora com a firma e recebe algo em troca.

A *teoria do agente-principal* usualmente denominada de *teoria da agência* preocupa-se principalmente com

---

3 *Accountability* – o termo não tem tradução literal para o português e está relacionado com o conjunto de mecanismos e procedimentos que levam os gestores a prestarem contas de seus atos.

4 Governo aberto é definido como uma relação de mão dupla entre cidadania e Estado, possibilitada pela disponibilidade e aplicação de Tecnologias de Informação e de Comunicação, que facilitam múltiplas interações entre atores sociais e estatais e se traduzem em vínculos mais transparentes, participativos e colaborativos (Oszlak, Kaufman, 2014).

o problema principal *versus* agente, também cunhado na literatura como *conflitos de agência*. Esses conflitos relacionam-se aos princípios fundamentais, sintetizados por Jensen e Meckling (1976) de que não há agente perfeito. Para eles, existe uma relação estabelecida como um contrato, sob o qual uma ou mais pessoas (o principal) contratam outra pessoa (o agente) para desempenhar algum serviço ou trabalho em nome dos contratantes, abrangendo a delegação de autoridade para a tomada de decisão pelo agente.

Com a finalidade de reduzir o problema, Jensen e Meckling (1976) sugeriram que as instituições deveriam adotar uma série de medidas para alinhar os interesses dos envolvidos, objetivando, principalmente, o sucesso da entidade. Para tanto, foram estabelecidas medidas que incluíam práticas de monitoramento, controle e ampla divulgação de informações. A este conjunto de práticas denomina-se governança corporativa.

Desse modo, no setor público, a relação entre gestor (o agente) e o eleitor, ou seja, o cidadão (o principal) poderá ser caracterizada como uma relação de agência (Ross, 1973; Slomski et al. 2008). Também se pode considerar que os cidadãos são o principal e os políticos, seu agente. Os burocratas, por sua vez, são agentes de seu principal, os políticos, e indiretamente, dos cidadãos (Oszlak, Kaufman, 2014).

Rossetti e Andrade (2012), também propõem a adaptação da teoria do agente-principal para o setor público, colocando o contribuinte como principal e os gestores públicos como agentes, para o modelo de governança pública.

Os problemas decorrentes da teoria agente-principal se agravam quando ambas as partes, além dos interesses divergentes, acessam a informação de forma assimétrica. Essa assimetria ocorre quando uma das partes (agente) possui mais informação em detrimento da outra parte (principal). Nessa situação, o principal não pode assegurar que o agente sempre atue no melhor interesse do principal.

Entre os que governam e os que são governados, há uma assimetria natural de informações, muito parecida com a assimetria informacional existente entre os gestores das empresas e seus acionistas. Reconhece-se que, em proveito próprio, governos e seus líderes não incentivam o *disclosure* (do qual falaremos mais adiante) e, consequentemente, a disseminação de informações contrárias a seus interesses, assinala Stiglitz (2002).

CONCEITOS DE TRANSPARÊNCIA E *ACCOUNTABILITY*

O termo transparência assumiu, recentemente, novos significados e ganhou popularidade. O significado literal de transparente, definido em dicionário em língua portuguesa do Brasil, aparece como o que deixa passar a luz e ver nitidamente o objeto que está por trás (Houaiss, Villar, 2009). Do ponto de vista da teoria de comunicação e relações públicas, Rabaça e Barbosa (2001: 797), por sua vez, definem o termo transparência como «[...] condição de abertura total aos canais de comunicação de uma organização [...] para o público, sem qualquer cerceamento de informações».

O emprego do termo transparência, com um novo significado, teve grande destaque com a disseminação das boas práticas de governança, que remete ao modo como as empresas são administradas e controladas. Em suas pesquisas, Michener e Bersch (2011) concluíram que o economista dinamarquês Knud Erik Svendsen foi o primeiro a fazer uso da palavra transparência com o sentido atual, datado de 1962, e utilizou-a em conexão com o problema de transparência em macroeconomia.

Segundo a *Transparency International* (2009: 44) «a transparência é a qualidade de um governo, empresa, organização ou pessoa de ser aberta na divulgação de informação, normas, planos, processos e ações». E os funcionários têm a obrigação de atuar de maneira visível, previsível e compreensível na promoção da participação e na prestação de contas, ou seja, na promoção da *accountability.*

Ao tratarem da conceituação da qualidade da transparência, Michener e Bersch (2011), concentram-se em duas dimensões que a circundam, provenientes da semântica do termo transparência em seu significado original: (i) **visibilidade** – como em uma luz que torna um objeto inteiramente visível. Esta é uma condição necessária, mas não suficiente; (ii) **inferabilidade** – como em alguma coisa que se tem inferência com algum grau de acurácia. Visibilidade e inferabilidade representam o grau para o qual a informação é completa, facilmente localizada (visível), e o nível para o qual ela é usável e verificável (inferível).

Nesse sentido, *transparência* é um conceito que compreende muitas áreas e diferentes contextos (acesso público, boa governança, confiança, *accountability*, comunicação, reputação, privacidade, poder, entre outras),

além de ser um conceito ambíguo e complexo. Esta ambiguidade e multiplicidade torna a transparência uma ferramenta valiosa e popular no vocabulário dos políticos. Isso decorre da característica de conotação positiva que tem a transparência. Com relação ao conteúdo, não é um fenômeno inocente. No que diz respeito às suas intenções, é um fenômeno que esclarece, explica, torna acessível e fornece orientação. Ao mesmo tempo, a informação que se torna transparente também é seletiva e exclusiva e pode enfatizar uma coisa em detrimento de outra. Devido à grande variedade de finalidades, o termo transparência é muito bem-vindo (Scholtes, 2012). Schnackenberg e Tomlinson (2014), por sua vez, tentaram sintetizar definições de transparência, para compor suas definições. Após verificarem as sobreposições e discutirem as conceituações similares, esses autores sustentam que a transparência não é unidimensional, e sim que é composta de três dimensões específicas: ***disclosure***, **clareza** e **acurácia**. Sugerem, igualmente, que a transparência pode ser definida como a qualidade percebida de informação intencionalmente compartilhada de um emissor. E enfatizam que é uma função do *disclosur*e, clareza e acurácia da informação.

Para uma melhor compreensão de suas abordagens, Schnackenberg e Tomlinson (2014) definiram esses três termos: (i) ***disclosure***: a percepção de que a informação relevante é recebida em tempo hábil. Implica que a informação deve ser compartilhada abertamente para ser considerada transparente. É mais que a transferência aberta de toda a informação disponível. Necessita de uma criteriosa consideração das informações mais relevantes a serem divulgadas; (ii) **clareza**: significa o nível percebido de lucidez e compreensibilidade da informação recebida de um emissor. Deve ser clara e compreensível para ser considerada transparente; (iii) **acurácia**: caracteriza a percepção de que a informação é correta na medida do possível, dada a relação entre emissor e receptor. Sua importância deriva do fato de que a informação não pode ser transparente se propositadamente enviesada, tendenciosa ou infundada.

Na essência, transparência parece ser uma função desses três fatores: *disclosure*, clareza e acurácia. Cada uma dessas dimensões contribui exclusivamente para o nível global de transparência, aumentando a confiança dos *stakeholders*[5] na qualidade da informação recebida da organização. Isto é, como os *stakeholders* percebem a informação: (i) mais relevante e oportuna – *disclosure* é aumentado; (ii) mais compreensível – clareza é aumentada; (iii) mais confiável – acurácia é aumentada. A representação das três dimensões da transparência – *disclosure*, clareza e acurácia – é descrita no modelo conceitual apresentado por Schnackenberg (2009), conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 - Modelo conceitual de transparência

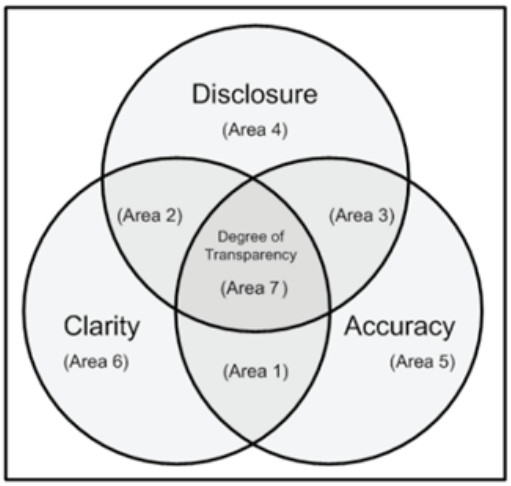

Fonte: Adaptado de Schnackenberg (2009: 14).

5 *Stakeholders*: atores (pessoa, grupo, entidade) que possuem algum tipo de relação ou interesses (diretos ou indiretos) com uma instituição.

Inferências para as interações duplas da Figura 1: A área 1 indica que informação clara (*clear*) e precisa (*accurate*) mas que ainda não foi publicada (*undisclosed*), provavelmente não será percebida pelos *stakeholders*. A área 2 representa informação divulgada (*disclosed*) com clareza (*clarity*), porém imprecisa, (*inaccurate*) o que pode conduzir os stakeholders a fazerem inferências potencialmente prejudiciais. A área 3 do modelo representa informação divulgada (*disclosed*), precisa (*accurate*), entretanto não é claramente (*unclear*) apresentada ou é evidenciada num jargão que não tem significado para os *stakeholders* ou então não lhe é familiar ou é de difícil compreensão.

Inferências do anel externo da Figura 1: A área 4 mostra que informação amplamente divulgada (*fully disclosed*) mas que não é nem clara nem precisa é de pouco valor. A área 5 indica que a informação que é ao mesmo tempo não divulgada e não clara é inútil, mesmo que seja precisa. A área 6 expõe a informação que apresenta clareza, mas que não possui precisão e não foi divulgada para as partes interessadas. A área 7 mostra que quando as representações são divulgadas, claras e precisas a informação nela contida pode ser considerada contendo um forte grau de transparência. No entanto, o autor alerta que devido às representações serem limitadas (ex. capacidade imperfeita do cidadão de "ler" os requisitos de receptores de informação), representações puramente transparentes, indiscutivelmente, não existem.

Ao expor sobre opacidade, transparência e as suas gradações, Jardim (1999) alerta que a riqueza teórica dessas noções nos convida a duvidar da aparente facilidade com que tendem a serem mapeadas estas "zonas de luz e sombra". Essa concepção encontra-se presente em Chevalier (1998) que vê a transparência como suscetível de graus, ou seja, um corpo pode ser realmente transparente – os objetos que recobre aparecem com nitidez; ou translúcido – não permite distinguir nitidamente os objetos; ou diáfano – não permite distinguir a forma desses objetos. Na visão desse último autor a transparência é carregada de opacidade e isto a transforma em *verdadeiro mito*. No entanto, considerando-se os vários mecanismos de governança divulgados nas últimas décadas, entende-se que o *disclosure* e a transparência tendem a se tornar realidade ou, ao menos, a se aproximar mais do que seria ideal.

O termo *accountability* não tem tradução literal para o idioma português, mas está relacionado ao conjunto de mecanismos e procedimentos que levam os gestores a prestarem contas de seus atos. Campos (1990) alerta que além do idioma português não possuir o vocábulo, falta-nos, também, o próprio conceito, e que *accountability* é uma questão de democracia, isto é, quanto mais avançado o estágio democrático, maior o seu interesse. É uma consequência da cidadania organizada. Sociedade desmobilizada não será capaz de garantir a *accountability*.

Para Akutsu e Pinho (2002) o conceito de *accountability* envolve duas partes: uma parte (o principal) delega responsabilidade para que outra parte (o agente) faça a gestão dos recursos. Isto gera a obrigação do gestor dos recursos (o agente) de prestar contas de sua gestão. Essa relação bilateral *principal versus agente* é uma característica da teoria do agente-principal.

De acordo com Cameron (2004), *accountability* é um importante elemento da boa governança e envolve a obrigação de ser responsável por ações e decisões, frequentemente para prevenir o mau uso do poder e outras formas inadequadas de comportamento. É também uma característica importante do governo democrático moderno. O acesso à informação é uma característica essencial da *accountability* – praticamente toda *accountability* depende da disponibilidade de informação relevante, tempestivamente. A noção de *accountability* para aquela autora pode ser dividida em seus componentes, como a seguir:

- dar uma explicação para os *stakeholders*;
- fornecer mais informações quando solicitadas;
- rever sistemas ou práticas para atender as expectativas dos *stakeholders*; e
- conceder compensações ou impor sanções.

Por sua vez, Schedler (1999) afirma que *accountability* é um termo da moda e expressa uma preocupação contínua de controles e de supervisão, para vigilância e restrições institucionais sobre o exercício do poder. Para ela a atratividade da *accountability* deriva de sua amplitude. É um conceito abrangente e abraça muitos termos próximos como: supervisão, monitoração, auditoria, controle, exposição, punição, entre outros. Numa amplitude mundial, instituições financeiras internacionais, líderes partidários, ativistas comunitários, jornalistas, cientistas políticos, entre outros, descobriram os benefícios de se aderir às causas da *accountability* pública.

Na essência, Schedler (1999) aponta que a noção de *accountability* política carrega duas conotações básicas: (a) *answerability* (responsabilidade, justificação) – a obrigação do gestor público de informar e explicar suas ações e decisões; (b) *enforcement* (aplicação de uma legislação) – a capacidade de impor sanções aos detentores do poder que violar seus deveres públicos. Ao invés de denotar uma técnica específica de domesticar o poder, envolve três diferentes formas de prevenir e compensar o abuso do poder político: (i) obriga ser exercido de forma transparente; (ii) força o gestor público justificar seus atos; (iii) pressupõe submeter o poder à ameaça de sanções. As duas primeiras formas referem-se à *answerability* e a última ao *enforcement*. Esses três aspectos juntos – transparência, *answerability* e *enforcement* – torna a *accountability* política uma iniciativa multifacetada que dá conta de uma variedade considerável, atual e potencial de abusos de poder. Em outras palavras, informação, justificação e punição estão presentes na *accountability* política. *Accountability* objetiva criar transparência. A demanda por *accountability* origina-se da opacidade do poder. Em um mundo de informações perfeitas, seria desnecessário clamar explicações dos atores políticos, com relação às suas ações e decisões.

Dessa forma, a transparência torna-se imprescindível para que as instituições públicas promovam a *accountability*.

O'Donnell (1998) classifica *accountability* de duas formas: vertical e horizontal. Vertical – «São ações realizadas, individualmente ou por algum tipo de ação organizada e/ou coletiva, com referência àqueles que ocupam posições em instituições do Estado, eleitos ou não» (O'Donnell, 1998:28). E por *accountability* horizontal:

> A existência de agências estatais que têm o direito e o poder legal e que estão de fato dispostas e capacitadas para realizar ações, que vão desde a supervisão de rotina a sanções legais ou até o *impeachment* contra ações ou emissões de outros agentes ou agências do Estado que possam ser qualificadas como delituosas (O'Donnell, 1998:40).

Em outras palavras, *accountability* horizontal, refere-se à capacidade de uma instituição ou órgão público checar/monitorar os abusos de outra instituição ou órgão público, como por exemplo, os tribunais de contas. O'Donnell (1998) afirma que a corrupção é em parte expressão e em parte consequência da debilidade da *accountability* horizontal. Esses dois tipos de *accountability* (vertical e horizontal) poderão ser encontrados em democracias consolidadas. Assim, *accountability* vertical é resultante da ação política do cidadão e da sociedade, enquanto a *accountability* horizontal é proveniente do aparato do Estado (órgãos governamentais – por exemplo: Tribunais, Bancos Centrais etc.), sobre seus próprios órgãos.

Por outro lado, a *Transparency International* (2009) classifica a *accountability* em três tipos: vertical, horizontal e diagonal. A diagonal acontece quando os cidadãos recorrem às instituições governamentais para conseguir um controle mais eficaz das ações do Estado e, como partes do processo, participam de atividades como formulação de políticas, elaboração de pressupostos e controle de gastos.

O *Centro Latinoamericano de Adminstración para el Desarollo* (CLAD, 2000) entende que a *accountability* é um valor que deve guiar os governos democráticos, e significa que o governo tem a obrigação de prestar contas à sociedade. E que a realização da *accountability*, atualmente, depende do êxito da implementação e compatibilização de cinco formas de responsabilização: (i) por meio de controles e procedimentos clássicos (internos e externos); (ii) mediante controle do congresso ou parlamento; (iii) pela introdução da lógica de resultados, na administração pública; (iv) pela competência administrada e; (v) mediante a informação e participação social. Desse modo, a *accountability* revela seu carácter multidimensional, com expressão tanto vertical quanto horizontal e com aspecto complementar. Mas entre seus mecanismos existem também tensões e contradições. Nenhuma das dimensões isoladamente dará conta da *accountability.* Partindo desse pressuposto, não se pode pensar que todas juntas o farão ou que existirá um sistema que conduza a uma *accountability* integral dos governos. No melhor dos mundos, poderia se pensar numa combinação ótima de responsabilização, tendo a *accountability* como ideia reguladora – no sentido Kantiano – e não como uma solução definitiva (CLAD, 2000).

Ao se estudar a *accountability* há que se considerar que é um conceito complexo e que dependendo do contexto, apresenta proposições diferentes, que deverão ser levadas em conta para sua compreensão.

Sem dúvida a *accountability* representa um instrumento valioso para a sociedade, para julgar se os objetivos propostos pelo governo estão sendo atingidos naquela gestão, uma vez que deveriam prestar contas do seu desempenho. Ademais, permite-se conhecer se foi efetivado o contrato de gestão entre *principal* e *agente*, se interessa ou não renová-lo ou se é conveniente eleger outros agentes. Portanto, somente com informações mais transparentes será possível fazer tais inferências. Por isso o esforço para aumentar a qualidade da informação é essencial para uma melhor avaliação do cumprimento do contrato de gestão entre cidadão e Estado.
Nesse sentido, a transparência e *accountability* são apenas parte dos princípios fundamentais para a boa governança nas entidades. Para se atingir essas metas, diversos organismos nacionais e internacionais sugerem o mecanismo da governança.

GOVERNANÇA

O World Bank (1992) foi uma das primeiras organizações internacionais a utilizar o termo *governance* (governança) e o definiu como «[...] a maneira em que o poder é exercido na gestão dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento de um país» (World Bank, 1992:1, tradução nossa).[6] De acordo com o World Bank existem três esferas diferentes, embora interconectadas, de governança: (i) política, (ii) econômica, e (iii) administrativa.
Governança é mais ampla que governo, mais ampla que administração pública, e mais ampla que modelo ou estrutura de governo, embora seja claro que todos esses são importantes. Seu conceito pode ser aplicado em diferentes contextos: global, nacional, institucional e comunitariamente.
Governança relaciona-se com um país ou sociedade como um todo e abraça uma ampla área de questões sobre a eficiência do governo, incluindo *accountability* e transparência, ocupa-se dos direitos humanos, coesão social, igualdade, democracia, cidadania, participação, corrupção, entre outros. Objetiva tornar o governo mais responsável, aberto, transparente e democrático. Governança basicamente foca no processo de governo envolvendo interações entre várias instituições formais e informais assim como influencia as políticas e decisões que se preocupam com as vidas públicas. *Good governance* (boa governança) é associada com uma administração eficaz e eficiente em uma estrutura democrática. São características da boa governança: transparência, *accountability*, responsabilização, participação, cooperação entre o Estado e outros atores. *Poor governance* (*pobre* governança), por outro lado, é caracterizada por uma política arbitrária, sistema legal injusto ou sem atenção com a aplicação das leis, burocracia irresponsável, abuso do poder executivo, sociedade civil não envolvida com a vida pública e corrupção generalizada. Enquanto a boa governança fomenta um Estado forte, capaz de um desenvolvimento econômico e social sustentado, a governança *pobre* mina todo esse esforço (Mishra, 2010).
Boa governança é definida por Plumptre e Graham (1999) como o modo ou modelo de governança que traz resultados econômicos e sociais que os cidadãos buscam e é constituída pelos seguintes atributos:

- legitimidade constitucional;
- eleições democráticas;
- respeito aos direitos humanos;
- regras com previsibilidade e estabilidade da lei;
- abertura política;
- tolerância, equidade;
- participação pública;
- despesas públicas voltadas para fins públicos;
- independência judicial;

transparência;

- ausência de corrupção;

6 "[...] the manner in which power is exercised in the management of a county's economic and social resources for development" (World Bank, 1992:1).

- mídia independente ativa;
- liberdade de informação;
- competência administrativa;
- neutralidade administrativa: serviço público baseado no mérito;
- *accountability* para os *stakeholders* que se interessam em questões públicas.

A ênfase a ser dada a cada um dos aspectos de governança listados variará em diferentes cenários porque os valores atribuídos se comportam de forma diferente, dependendo da história, cultura e política de cada país.
O termo governança originou-se da concepção de bom governo e a competência do Estado de executar as políticas públicas, de forma consciente. Em consequência do debate da governança no espaço acadêmico, esta passa a englobar outras variáveis, especialmente a atuação da sociedade civil como ator político, além daquelas relacionadas ao bom desempenho da administração pública. No sentido mais amplo governança refere-se à capacidade governativa, ou, dizendo de outra forma, decorre da capacidade financeira e administrativa, do governo realizar políticas, e a governabilidade, diz respeito à capacidade política de governar, ou seja, a governabilidade seria resultante da relação de legitimidade do Estado e do seu governo com a sociedade (Matias-Pereira, 2010b).
A literatura propõe diversas definições para a governança, no entanto a maioria está alicerçada em três dimensões: autoridade, tomada de decisão e *accountability*. A definição do *Institute On Governance* (IOG)[7] reflete essas dimensões: governança determina quem tem poder, quem toma as decisões, como os *stakeholders* fazem ouvir as suas vozes e como se dá a *accountability* (IOG, 2014). Ou, conforme descreveram Edgar, Marshall e Bassett (2006), é o processo pelo qual as instituições tomam suas decisões, determinam quem tem voz, quem está envolvido no processo e como são feitas as prestações de contas (*accountability*).
O *United Nations Development Programme* (UNDP ou Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas) propõe um conjunto de princípios que, com algumas variações, aparecem em muitas literaturas com evidências de reconhecimento universal (*Governance and Sustainable Human Development*, 1997). O IOG agrupou esses princípios em cinco temas abrangentes conforme indicado no Quadro 1, mesmo reconhecendo que tais princípios às vezes se sobrepõem ou são conflitantes em alguns pontos, que são desempenhados de acordo com o contexto social, que a sua aplicação é complexa e que não são somente resultados do poder, mas de quão bem o poder é exercido (Graham, Amos, Plumptre, 2003)[8].

Quadro 1 - Cinco princípios de boa governança segundo o Institute On Governance e o United Nations Development Programme

Institute On Governance (IOG)	United Nations Development Programme (UNDP)
1 Legitimidade e voz	Participação e orientação de consenso.
2 Direção	Visão estratégica.
3 Desempenho	Responsabilização, eficácia e eficiência.
4 *Accountability*	*Accountability* e transparência.
5 Justiça	Igualdade e regras da lei.

Fonte: Adaptado de Graham, Amos e Plumptre (2003:3).

É importante destacar aqui que os princípios "legitimidade e voz" (participação e orientação de consenso) e "justiça" (igualdade e regras da lei), também possuem relação com a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, de 1948.

7 É uma organização sem fins lucrativos fundada em 1990. Sua missão é explorar, compartilhar e promover boa governança no Canadá e no exterior. Website: www.iog.ca.

8 Para mais informação, ver Graham, Amos e Plumptre (2003).

Com base nos princípios enumerados no Quadro 1, Edgard, Marshall e Bassett (2006) observam que existe boa governança onde os detentores de poder são percebidos como tendo adquirido seu poder legitimamente, e existe voz apropriada concedida àqueles cujos interesses são afetados pelas decisões. Além disso, o exercício do poder resulta em um senso de direção geral, que serve como um guia para a ação. O desempenho da governança deve atender aos interesses dos cidadãos ou partes interessadas (*stakeholders*). Além disso, a boa governança exige prestação de contas (*accountability*) entre aqueles em posições de poder e os *stakeholders*. *Accountability* não pode ser eficaz se não houver transparência e abertura na condução do trabalho que está sendo feito. E, finalmente, a governança deve ser justa, o que implica conformidade com o Estado de Direito e do princípio da equidade.

Pelo fato de envolver muitos atores (*stakeholders)*, a governança não é simples. Por natureza pode ser complicada, hesitante, imprevisível e instável. É também um conceito altamente contextual. Seus processos e práticas variam significativamente dependendo do ambiente. Por exemplo, no setor público, necessita levar em conta aspectos legais e constitucionais na aplicação de responsabilidades e *accountability*.

Governança no setor público

Governança pública é entendida por Matias-Pereira (2010a: 113), «[...] como o sistema que determina o equilíbrio de poder entre todos os envolvidos numa organização – governantes, gestores, servidores, cidadãos – com vista a permitir que o bem comum prevaleça sobre os interesses de pessoas ou grupos». A instituição, ao se desenvolver e atingir um melhor desempenho alcança seus objetivos, que resultam em satisfação para todos os atores envolvidos. Desse modo fomenta a boa governança tornando-se confiável e legitimável perante a sociedade.

O administrador público, diferente do privado, necessita ser, ao mesmo tempo, técnico e político. Seu raio de ação abrange problemas da democracia, da representação e da participação. Entre suas atribuições, destacam-se ser democratizado, agir com transparência, cidadania e *responsabilização governamental* (Nogueira, 1998). As complexidades e especificidades da administração a distingue das organizações privadas, exigindo habilidades e conhecimentos específicos. Com o objetivo de melhorar o desempenho das instituições, mitigar conflitos, alinhar ações e trazer mais segurança para a sociedade, estudos estão sendo efetuados, para se aplicar as práticas de governanças, já bastante utilizadas na iniciativa privada, também no setor público.

No caso do Brasil, até recentemente, não se dispunha de um código de governança para o setor público. No entanto, em 9 de junho de 2014, o Tribunal de Contas da União (TCU) publicou o Referencial Básico de Governança (RBG) e definiu governança no setor público como «[...] um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para *avaliar, direcionar e monitorar* a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade» (TCU, 2014: 10, grifos no original). O Brasil dispõe de outros dispositivos que abordam a transparência e o acesso à informação, e, direta ou indiretamente, a governança.

A *International Federation of Accountants* (IFAC) em conjunto com a *Chartered Institute of Public Finance and Accountancy* (CIPFA), publicaram, em 2 de julho de 2014, o *International Framework*: *Good Governance in the Public Sector*, onde se destaca que a governança no setor público compreende as estruturas e os processos (administrativo, político, econômico, social, ambiental, legal e outros) postos em prática para assegurar que os resultados pretendidos para os *stakeholders* sejam definidos e alcançados, além de outros procedimentos (IFAC, 2014). Registra-se que o CIPFA já havia publicado, em 2004, o padrão de governança para serviços públicos.

Princípios de Governança no Setor Público

A boa governança pública está pautada em quatro princípios básicos: *fairness* (equidade), *disclosure and transparency* (divulgação e transparência), *accountability* (prestação de contas) e *compliance* (responsabilidade corporativa) (Matias-Pereira, 2010a; Rossetti, Andrade, 2012).

Estabelecendo-se uma relação com os cinco princípios apresentados no Quadro 1, verifica-se que existem coincidências e que apesar dos últimos estarem sintetizados em apenas quatro, representam valores com

origem nos seguintes agrupamentos conceituais, segundo Rosetti e Andrade (2012): guardiã de direito de partes interessadas (*stakeholders*); sistema de relação em que as instituições são dirigidas e monitoradas (interna e externamente); estrutura de poder (direcionamento estratégico) e, sistema normativo (conduta ética, integridade, responsabilidade corporativa). Portanto pode-se afirmar que apresentam equivalências e/ou similaridades.

Assim, com base nos argumentos de Matias-Pereira (2010a), de que a busca permanente da prática desses princípios deve ser vista como uma condição crucial para que as instituições possam progredir, buscou-se extrair maior clareza e densidade analítica dos princípios estabelecidos pelas instituições que teorizam e definem mecanismos de boa governança no setor público e construiu-se o Quadro 2 com os princípios de cada uma das instituições que publicaram instrumentos de governança nesse setor.

Quadro 2 – Síntese dos Princípios de governança no setor público, segundo instituições internacionais e brasileiras

Instituições/Órgãos	Princípios/ Dimensões/Áreas
CIPFA* (2004)	(i) Focar no propósito da organização e nos resultados para os cidadãos e usuários dos serviços; (ii) desempenhar de forma eficaz, funções e papéis claramente definidos; (iii) Promover valores para toda a organização e demonstrar os valores da boa governança por meio do comportamento; (iv) Estar informado para tomar decisões, ser transparente e gerenciar riscos; (v) Desenvolver a capacidade dos líderes para serem eficazes; (vi) envolver os *stakeholders* e fazer uma real a*ccountability.*
CLAD* (2006)	**Princípios básicos**: (i) respeito e reconhecimento da dignidade da pessoa humana; (ii) busca permanente do interesse geral; (iii) aceitação explícita do governo do povo e igualdade política de todos os cidadãos e povos; (iv) respeito e promoção das instituições do Estado de Direito e da justiça social. **Valores**: Objetividade, tolerância, integridade, responsabilidade, credibilidade, imparcialidade, dedicação ao serviço, transparência, exemplaridade, austeridade, acessibilidade, eficácia, igualdade de gênero e proteção da diversidade étnica e cultural, assim como do meio ambiente. **Bom governo**: aquele que busca e promove o interesse geral, a participação cidadã, a equidade, a inclusão social e a luta contra a pobreza, respeitando todos os direitos humanos, os valores e procedimentos da democracia e o Estado de Direito.
IMF* (2007)	(i) Definição clara de funções e responsabilidades; (ii) Abertura dos processos orçamentários; (iii) Acesso à informação pública; (iv) Garantias de integridade.
Netherlands (2009)	(i)Abertura e integridade; (ii) Participação; (iii) Contato apropriado com o público; (iv) Eficácia e eficiência; (v) Legitimidade.
HM *Treasury* (2011)	(i) Liderança; (ii) eficácia; (iii) *accountability*; (iv) sustentabilidade.
IIA* (2012)	(i) *Accountability*; (ii) transparência; (iii) integridade; (iv) equidade.
TCU* (2014)	(i) Legitimidade; (ii) equidade; (iii) responsabilidade; (iv) eficiência; (v) probidade; (vi) transparência; (vii) *accountability.*
ANAO* (2014)	(i) orientação para o desempenho; (ii) abertura, transparência e integridade; (iii) colaboração eficaz.
IFAC* (2014)	(i) Comportar-se com integridade, demonstrando forte compromisso com os valores éticos, e respeitando o Estado de Direito; (ii) garantir a abertura e envolvimento abrangente dos *stakeholders*; (iii) definir impactos em termos de desenvolvimentos econômico, social e ambiental sustentáveis; (iv) determinar as intervenções necessárias para otimizar o alcance dos resultados pretendidos; (v) desenvolver a capacidade da entidade, incluindo a capacidade de sua liderança e de seus empregados; (vi) gerenciar riscos e desempenho por meio de controle interno robusto e gestão financeira pública forte; (vii) implementar boas práticas de transparência, relatórios e auditoria, para cumprir eficaz *accountability.*

Fonte: Elaboração própria, com base nos instrumentos de governança.

* Legenda: Chartered Institute of Public Finance and Accountancy (CIPFA); Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo (CLAD); International Monetary Fund (IMF); Institute of Internal Auditors (IIA); Tribunal de Contas da União (TCU); Australian National Audit Office (ANAO); International Federation of Accountants (IFAC).

Na versão atual a IFAC (2014) anuncia seus princípios, conforme última linha do Quadro 2 e ilustração da Figura 2, onde se visualizam os princípios em suas dimensões **A** a **G**. No setor público, a função fundamental da boa governança é assegurar que as entidades alcancem os resultados previstos, agindo no interesse público, constantemente. Agir no interesse público implica em considerar os princípios **A** e **B** da Figura 2 ou itens (i) e (ii) do Quadro 2, dos princípios da IFAC.

Além de agir no interesse público (princípios **A** e **B)**, a boa governança também requer a implementação dos demais princípios (**C** a **G** da Figura 2 - Princípios de boa governança do setor público e seus interrelacionamentos ou itens (iii a vii) do 2, dos princípios da IFAC).

A ilustração da Figura 2 - Princípios de boa governança do setor público e seus interrelacionamentos mostra a forma como os vários princípios para a boa governança no setor público se relacionam. Os Princípios **A** e **B** permeiam a implementação dos princípios **C** a **G**. A boa governança é entendida como um processo dinâmico, e a entidade como um todo deve estar comprometida com a melhoria da governança de forma contínua por meio de um processo de avaliação e revisão de seus procedimentos (IFAC, 2014).

Figura 2 - Princípios de boa governança do setor público e seus interrelacionamentos

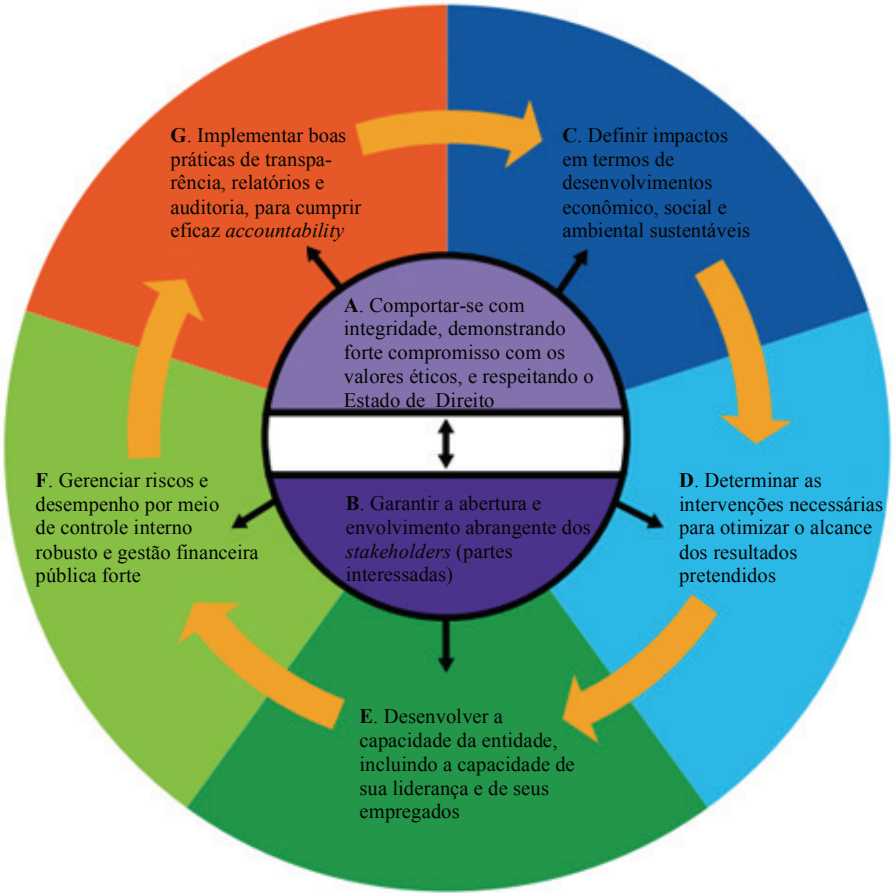

Fonte: Adaptado de IFAC (2014:11).

Consolidação dos instrumentos de governança do setor público

O exame dos diversos instrumentos (códigos, diretrizes, manuais, guias, padrões, orientações, etc.) de governança indicou que se poderia consolidá-los e inferir convergência. Para tanto, construiu-se o Quadro 3 com base nos princípios de cada uma das instituições e/ou órgãos, elencados no 2. Como parâmetros para a consolidação, foram considerados os princípios de governança, desenvolvidos pela IFAC (2014), os quais, pela pesquisa nos respectivos sítios eletrônicos, apresentavam a publicação mais recente, além de ser uma federação internacional e também por emitir as Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao setor público, entre outros estudos que realiza. Com efeito, o Quadro 2 mostra as contribuições das respectivas

instituições e/ou órgãos, para o setor público.
Com base nos sete princípios da IFAC, dispostos de **A** a **G**, ordenaram-se as colunas, também com as denominações de **A** a **G**. As instituições aparecem em ordem cronológica de divulgação dos seus respectivos instrumentos (1ª coluna). A inserção, no Quadro 3, de cada um dos princípios, exceção para os da IFAC, foi feita por similaridades dos termos, adequação, pertinência e ou significado/explicação de cada um dos princípios do próprio instrumento. Os da IFAC aparecem na ordem da própria instituição (princípios **A** a **G**).

Quadro 3 - Consolidação dos instrumentos de governança do setor público, segundo instituições internacionais e brasileiras

Entidade/ Órgão	Princípios/ Dimensões/Áreas						
	A	B	C	D	E	F	G
CIPFA* (2004)	Boa governança por meio do comportamento	Envolver *stakeholders*	Foco na organização e resultados para os cidadãos	Eficácia	Liderança	Gerenciar riscos	Transparência, *accountability*
CLAD* (2006)	Integridade austeridade imparcialidade	Igualdade, respeito aos direitos humanos	Responsabilidade diversidade étnica, cultural e ambiental	Eficácia	Dedicação ao serviço	-	Transparência, Acessibilidade
IMF* (2007)	Garantias de integridade	Abertura, processo orçamentário	Responsabilidade	-	Definição clara de funções	-	Acesso à informação pública
Netherlands (2009)	Integridade e legitimidade	Abertura, participação, contato com o público	-	Eficácia e eficiência	Aprendizagem, autoperfeiçoamento	-	*Accountability*
HM *Treasury* (2011)	-	-	Sustentabilidade	Eficácia	Liderança	-	*Accountability*
IIA* (2012)	Integridade	Equidade	-	-	-	-	Transparência, *accountability*
TCU* (2014)	Legitimidade, probidade	Equidade	Responsabilidade	Eficiência	-	-	Transparência, *accountability*
ANAO* (2014)	Integridade	Abertura	-	Desempenho	-	Reconhecer riscos	Transparência, *accountability*
IFAC* (2014)	Integridade, ética e respeito às leis	Abertura, envolver *stakeholders*	Desenvolvimento sustentável	Otimizar resultado	Liderança	Gerenciar riscos e desempenho	Transparência, *accountability*

Fonte: Elaboração própria, com base nos instrumentos de governança.
* Legenda: Chartered Institute of Public Finance and Accountancy (CIPFA); Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo (CLAD); International Monetary Fund (IMF); Institute of Internal Auditors (IIA); Tribunal de Contas da União (TCU); Australian National Audit Office (ANAO); International Federation of Accountants (IFAC).

A investigação indica que dos nove instrumentos analisados, cinco (55,5%) referem-se à década atual e desses cinco, três (60%) foram publicados em 2014. Revela, também, que o tema governança, no setor público, é recente. Quando se trata do Brasil, isso é mais verdadeiro, pois o primeiro RBG aplicável ao setor público foi divulgado apenas em 2014.
Há evidências de convergência dos princípios dentro das dimensões, para os nove instrumentos analisados. A única dimensão que converge totalmente é a **G**, princípios de transparência e *accountability.* Nessa dimensão também foram inseridos quando constavam dos princípios, o acesso à informação pública e/ou acessibilidade.

A transparência está explícita em seis (66,7) dos instrumentos verificados e a *accountability* em sete (77,7%). Contudo, numa análise mais detalhada, verifica-se que 100% dos instrumentos estabelecem a transparência como um dos princípios, isso porque aqueles que não usaram o termo transparente, ou transparência, atingem a transparência seja pelo termo abertura ou seja pelo termo *accountability*. A dimensão **G**, tem como princípio implementar boas práticas de transparência, para cumprir eficaz *accountability* e os tomadores de decisão são responsáveis pelas suas ações e devem prestar contas de uma forma *transparente* (IFAC, 2014).
Por esse enfoque, depreende-se que nos instrumentos de governança analisados, dentre outros requisitos, exige-se que as organizações públicas sejam transparentes, responsáveis por suas ações e prestem contas e ao implementarem as práticas de boa governança, poderão mitigar a assimetria informacional, e os *stakeholders* exercerão melhor a cidadania e a democracia.
Desse modo, a governança reúne mecanismos que, quando aplicados, poderão direcionar e monitorar a gestão e estimular o desenvolvimento de políticas que induzam à prática dos princípios e padrões de boa governança para a entidade e possibilita aos *stakeholders* receberem informações de forma transparente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste artigo, por meio de pesquisa bibliográfica, identificar e sistematizar os princípios de boa governança recomendados para a Administração Pública objetivando sistematizá-los como instrumentos de governança e verificar a convergência entre os princípios de transparência e de *accountability* no exercício da boa governança. O exame e a sistematização de definições de estudiosos do tema, bem como aquelas apresentadas e recomendadas por instituições internacionais, nos permitiu elaborar quadros e figuras demonstrando convergências dos princípios. Dentre as conclusões, destaca-se que o ideal para a boa governança é a implementação de todos os seus princípios, porém observando-se que dependendo do país, cultura etc., um princípio poderá ser mais enfatizado que outro. Se as instituições públicas desejam obter benefícios da governança elas devem demonstrar que são democráticas comprometendo-se em ser transparente e promovendo a *accountability* com eficácia.
O tema, evidentemente, não se esgota aqui, mas os resultados parciais indicam que as instituições públicas devem se preocupar em implantar as práticas de boa governança, principalmente com relação aos princípios da transparência e *accountability.* A transparência, por ser uma forma de suavizar a assimetria informacional, e, no caso do Brasil, uma exigência da Lei de acesso à informação, de 2011, além de democratizar as relações entre Estado e cidadãos; e *accountability* porque uma boa governança exige prestação de contas (*accountability*) entre gestores (agentes) e os *stakeholders* (principal) e esta última, para ser eficaz, por sua vez, demanda transparência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKUTSU, L., & PINHO, J. A. G. (2002), "Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil". *RAP*, 36 (5), pp. 723-745.

ALCHIAN, A. A., & DEMSETZ, H. (1972), "Production, information costs and economic organization". *The American Economic Review*, 62 (5), pp. 777-795.

ANAO. (2014), *Public Sector Governance*: strengthening performance through good governance – better practice guide. Disponível em: http://www.anao.gov.au/ Publications/Better-Practice-Guides, [consultado em 22-7-2014].

BRASIL. (1988), *Constituição*. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/ Constituicao/ Constituicao.htm, [consultado em 30-9-2013].

BRASIL. (2000), *Lei Complementar nº 101*. Brasília. Disponível em: http://www. planalto.gov.br/ccivil_03/

Leis/LCP/Lcp101.htm, [consultado em 23-5-2013].

BRASIL. (2011), *Lei nº 12.527*. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm, [consultado em 30-9-2013].

BRASIL. (2012), *Decreto nº* 7.724. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov. br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/ D7724.htm, [consultado em 30-9-2013].

CAMERON, W. (2004), «Public accountability: effectiveness, equity, ethics». *Australian Journal of Public Administration*, 63 (4), pp. 59-67.

CAMPOS, A. M. (1990), "Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português?". *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 24 (2), pp. 30-50.

CHEVALIER, J. (1988), «Le mythe de la transparence administrative». *Information et transparence administrative*. pp. 239-275. Disponível em: http://www.u-picardie.fr/ labo/curapp/revues/root/21/chevallier.pdf, [consultado em 2-4-2014].

CIPFA. (2004), *Good governance standard for public services.* Disponivel em: http://www.jrf.org.uk/system/files/1898531862.pdf, [consultado em 17-5-2014].

CLAD. (2000), La responsabilización ("accountability") en la nueva gestión pública latinoamericana. In: CLAD. *La responsabilización en la nueva gestión pública latinoamericana*. Buenos Aires: Eudeba.

CLAD. (2006), *Código iberoamericano de buen gobierno*. Disponível em: http://old.clad.org/documentos/declaraciones/codigoiber.pdf/view, [consultado em 13-10- 2013].

COASE, R. H. (1937), "The Nature of the Firm". *Economica*. 16 (4), pp. 386-405.

EDGAR, L., MARSHALL, C., & BASSETT, M. (2006), *Partnerships*: putting good governance principles in practice. Institute On Governance. Disponível em http://iog.ca/publications/partnerships-putting-good-governance-principles-in-practice/, [consultado em 6-12-2014].

GRAHAM, J., AMOS, B., & PLUMPTRE, T. (2003), *Principles for good governance in the 21st Century*. Institute On Governance. Policy Brief No.15, August. Disponível em http://iog.ca/publications/iog-policy-brief-no-15-principles-for-good-governance-in-the-21st-century/, [consultado em 1-12-2014].

HM TREASURY. (2011), *Corporate governance in central government departaments*: code of good practice 2011. Disponível em: https://www.gov.uk, [consultado em 17-5-2014].

HOUAISS, A. & VILLAR, M. S. (2009), Transparência. In: HOUAISS, A. & VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

IFAC. (2014), *International Framework*: Good Governance in the Public Sector. Disponível em: https://www.ifac.org, [consultado em 18-7-2014].

IIA. (2012), *Leading practice*: transparency of the internal audit report in the public sector. Disponível em: https://na.theiia.org, [consultado em 17-5-2014].

IMF. (2007), *Code of good practices on fiscal transparency*. Disponível em: http://www.imf.org/external/np/pp/2007/eng/051507c.pdf, [consultado em 17-5-2014].

IOG. (2014), Defining governance. Disponível em http://iog.ca/defining-governance/, [consultado em 1-12-2014].

JARDIM. J. M. (1999), *Transparência e opacidade do Estado no Brasil*: usos e desusos da informação governamental. Niterói: EdUFF.

JENSEN, M. C. & MECKLING, W. H. (1976), "Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure". *Journal of Financial Economics*, 3 (4), pp. 305-360.

MATIAS-PEREIRA, J. (2010a), *Curso de Administração Pública*: foco nas instituições e ações governamentais.

3. ed. São Paulo: Atlas.

MATIAS-PEREIRA, J. (2010b), *Governança no setor público*. São Paulo: Atlas.

MICHENER, G. & BERSCH, K. (2011), Conceptualizing the quality of transparency. In: Proceedings of the 1st Global conference on transparency, Rutgers University, Newark.

MISHRA, A. D. (2010), Good governance: a conceptual analysis. In: DHAMEJA, A. (Ed.) *Contemporary debates in public administration*. 3. Impressão, New Delhi, PHI Learning Private Limited, pp. 157-166.

NETHERLANDS. Ministry of the Interior and Kingdom Relations. (2009**),** *Netherlands Code for Good Public Governance*: Principles of proper public administration.

NOGUEIRA, M. A. (1998), *As possibilidades da política*: ideias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra.

O'Donnell, G. (1998), "Accountability horizontal e novas poliarquias". São Paulo, *Lua Nova*, 44, pp. 27-54.

OSZLAK, O., & KAUFMAN, E. (2014), *Teoría y práctica de gobierno aberto*: lecciones de la experiencia internacional. IDRC-CRDI/REDGEALC/OEA, Agosto. Disponível em: http://www.redgealc.org/gobierno-abierto/tema/26/es/, [consultado em 2-11-2014].

PLUMPTRE, T., & GRAHAM, J. (1999), *Governance and good governance: international and aboriginal perspectives*. Institute On Governance. Disponível em http://iog.ca/wp-content/uploads/2012/12/1999_December_govgoodgov.pdf, [consultado em 5-12-2014].

RABAÇA, C. A. & BARBOSA, G. G. (2001), Transparência. In: RABAÇA, C. A. & BARBOSA, G. G. *Dicionário de comunicação*. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus.

ROSS, S. A. (1973), "The economic theory of agency: the principal's problem". *The American Economic Review*, 63 (2), pp. 134-139.

ROSSETTI, J. P. & ANDRADE, A. (2012), *Governança corporativa*: fundamentos, desenvolvimentos e tendências. 6. ed. São Paulo: Atlas.

SCHEDLER, A. (1999), "Conceptualizing accountability". In: A. Schedler, L. Diamond, M. F. Plattner (eds.), *The self-restraining state*: power and accountability in new democracies. London: Lynne Rienner Publishers.

SCHNACKENBERG, A. (2009), *Measuring transparency*: towards a greater understanding of systemic transparence and accountability. Working paper 09-02, Weatherhead School of Management. Cleveland, Ohio.

SCHNACKENBERG, A. K. & TOMLINSON, E. C. (2014), "Organizational transparency: a new perspective on managing trust in organization-stakeholder relationships". *Journal of Management*, XX(X). pp. 1-27.

SCHOLTES, E. (2012), *Transparency, symbol of a drifting government*. In: Transatlantic conference on transparency research, Utrecht, The Netherlands, 8-9 June 2012.

SLOMSKI, V. et al. (2008), *Governança corporativa e governança na gestão pública*. S.Paulo: Atlas.

STIGLITZ, J. (2002), Transparency in Government. In: WORLD BANK (eds). *The right to tell*: the role of mass media in economic development. Washington, DC: World Bank, pp. 27-44.

TCU. (2014), *Governança Pública*: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria. Brasília. Disponível em: http://portal2.tcu.gov.br, [consultado em 21-7-2014].

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. (2009), *Guía de lenguaje claro sobre la lucha contra la corrupción*. Disponível em: http://www.transparencia.pt/wp-content/uploads/2012/03/Plain-Language-Guide-ES.pdf, [consultado em 8-11-2014].

WORLD BANK. (1992), *Governance and Development*. Washington, D.C.

GT 97
Civilização:
entre dois mundos

A Planejamento, ciência e intelectuais no centro e na periferia colonial: o diálogo teórico entre Karl Mannheim, Florestan Fernandes e Celso Furtado

Vera Alves Cepêda
cepeda.vera@gmail.com

Thiago Pereira da Silva Mazucato
t.mazuca@gmail.com

Resumo: A percepção de uma História ou processo civilizador universal foi fortemente abalado pelo surgimento da teoria do subdesenvolvimento e do capitalismo periférico. Dotada de outra forma de modernização (híbrida, dependente) a periferia colonial adotou o planejamento técnico e racionalizado e o protagonismo intelectual como ferramentas de superação do atraso e construção da modernidade e das instituições afinadas com o modelo urbano-industrial. Com base nesse cenário, o objetivo desta comunicação é analisar como o conceito de planejamento racional, a função transformadora da ciência e os intelectuais com função pública (intelligentsia), foi a chave da teoria de autores com trajetórias distintas: Karl Mannheim, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Mannheim analisou sociedades avançadas (Europa, em especial a trajetória alemã). Já Florestan e Furtado, recepcionaram as teses e métodos mannheimianos adaptadas a contexto distinto – a periferia colonial. Nossa proposta é comparar os deslocamentos e ressignificações nesse processo de circulação de ideias, comparando a obra dos três autores.

Palavras-chave: Karl Mannheim; Celso Furtado; Florestan Fernandes; Intelligentsia; função social do conhecimento.

1. Introdução

A obra do sociólogo alemão Karl Mannheim (1893-1947) vem assumindo nos últimos anos um lugar de destaque e importância. Um primeiro e interessante dado é que se as últimas gerações de cientistas sociais brasileiros pouco conhecem da obra mannheimiana, esta não era certamente a configuração da intelectualidade nacional entre as décadas de 1940 e 1970. E essa também não era a recepção da obra do autor no cenário intelectual europeu.

Comecemos por este último ponto, destacando alguns elementos da produção de Mannheim que auxiliam a compreensão da importância de seu trabalho no ambiente europeu, em especial pela recepção de sua grande teoria - a Sociologia do Conhecimento. A trajetória acadêmica de Mannheim inicia-se na filosofia e teoria do conhecimento, avança pela filosofia social, migra marcadamente para o campo da teoria social em Ideologia e Utopia e deságua, em seus últimos trabalhos, na reflexão sobre a questão política em sociedades avançadas.

Entre a publicação de *Ideologia e Utopia* em 1929 e sua última obra, *Liberdade, Poder e Planificação Democrática*, que veio à público postumamente, em 1950 (três anos após o seu falecimento), os acontecimentos políticos, sociais, econômicos e culturais na Europa influenciaram o deslocamento de sua agenda intelectual para temas como a racionalidade da ação política (presente na obra *Homem e Sociedade numa Era de*

Reconstrução Social, de 1940) e para a importância da construção de balizas democráticas e de controle racional com vistas ao diagnóstico e solução dos principais problemas políticos contemporâneos (como é o caso da sua tese presente no livro *Diagnóstico de Nosso Tempo*, de 1943). Em *Liberdade, Poder e Planificação Democrática* o foco analítico de Mannheim estava ancorado principalmente na esfera da Política, onde buscou analisar os valores e as instituições, num momento de crise e de profundas transformações, necessários para a consolidação da democracia.

Do complexo conjunto de temas e problemas por ele analisados, gostaríamos de selecionar aqueles que, partindo de um uso e alcance explicativo para sociedades centrais (o ambiente da Europa da primeira metade do século XX), puderam circular e influenciar o contexto intelectual latino-americano, em especial o pensamento social e político brasileiro do período nacional-desenvolvimentista. São eles: a) a concepção epistemológica da Sociologia do Conhecimento; b) a função social do conhecimento e o papel dos intelectuais; e c) a noção de racionalidade do desenvolvimento social e as tarefas da democracia em situação de planejamento.

A concepção ontológica da Sociologia do Conhecimento (que remete o constructo social ao nível de articulação, expressão e síntese do pensamento socialmente constituído) e seu método de compreensão do real, a partir da configuração ideacional que emerge do contexto histórico, estabelecem como pressuposto epistemológico a construção do diagnóstico de época, recuperando as trajetórias sociais cristalizadas. É um tipo de historicismo (sem teleologia como os modelos hegelianos e marxistas) que procura detectar o presente a partir da compreensão dos resultados das tensões pretéritas, que convergem em uma configuração atual. Nesse processo, as representações simbólicas - as ideias - são forças sociais ativas, distribuídas como arranjos ideológicos ou utópicos, funcionando como meios de consecução das experiências reais: não são apenas representações, são parte da existência social.

No movimento de interrogar e compreender as diversas e concorrentes expressões da realidade social, emerge a figura do intelectual, único ator com treinamento e função técnica capaz de produzir um conhecimento síntese da diversidade das expressões ideacionais em curso no heterogêneo e conflituoso complexo social. Independentemente de sua origem de grupo ou classe, o intelectual possui o método objetivo e a capacidade de olhar a realidade transcendendo seu interesse próprio, assumindo uma função social importantíssima. Ao mesmo tempo, a compreensão sintética das tensões sociais pode auxiliar as sociedades a encontrar soluções mais efetivas e eficientes para seus problemas, aumentando a capacidade e o alcance da racionalização da vida social e configurando um destino prático para o conhecimento.

Na tradição intelectual brasileira essa percepção da função prática da ciência e de sua capacidade de transformação orientada da realidade, bem como o papel protagonista dos intelectuais, ganhou vários nomes: sociologia engajada, intelectual engajado, intelectuais públicos, etc. O último ponto a ser destacado é sobre a questão do planejamento e seu duplo destino: a formação das tecnocracias ou o controle social pela via democrática (uma tensão radical entre ciência e política- cf. Cepêda, 2014).

Mannheim, ao problematizar os temas apontados, procurava municiar as ciências sociais de instrumentos seguros e legítimos para compreender e explicar a mudança social, sem recorrer a explicações acima e/ou fora da dinâmica social e sem comprometer-se com o dever ser de um historicismo teleológico. Pesava na agenda de pesquisa de Mannheim, também, os efeitos danosos que a irracionalidade de certas ideologias, como o nazismo, poderiam causar no futuro das sociedades modernas. A introdução da racionalidade e do planejamento como técnica social eram apostas positivas para coibição de resultados nefastos da desordem e das paixões sociais.

Mas, embora Mannheim tenha trabalhado com inúmeras das formas de descompasso da vida social moderna - quer em termos do desafio científico para compreendê-las, quer do ponto de vista político na engenharia para neutralizá-las, seu contexto histórico e seu horizonte epocal estavam adstritos às experiências históricas mais avançadas da modernidade ocidental: a Europa. E, no entanto, suas ideias circularam e influenciaram fortemente intelectuais que vivenciaram uma outra experiência - a da periferia subdesenvolvida. Porque e como as teses mannheimianas foram aqui recepcionadas? Qual sua função heurística e como foram adaptadas ao contexto do subdesenvolvimento?

Partindo destas perguntas, passamos na próxima seção a analisar como a percepção de uma outra trajetória histórica - latino-americana - fomentaria um papel inédito para o diagnóstico, o lugar do pensamento, da ação

do intelectual e da transformação social orientada - todos elementos que permitiram a assimilação das teses mannheimianas nesse contexto.

2. Identidade latino-americana e a consciência do Subdesenvolvimento

A questão da existência de uma identidade coletiva que sintetizasse ou exprimisse a condição latino-americana foi central e esteve presente em mais de um momento da vida intelectual e política deste continente. Desde a proposição de Bolívar em 1819, "*no somos europeos, no somos indios, sino una especie media entre los aborígenes y los españoles"* reconheceu-se como dilema fundamental da construção do Estado-Nacional identificar as condições culturais do povo deste grupo de países de herança colonial.

O momento da independência reforçou a reflexão sobre a identidade nacional, base sobre a qual repousaria a construção dos pactos políticos e das instituições. Marti assinalaria que "*o bom governante na América não é aquele que sabe como se governa o alemão ou o francês, mas sim aquele que sabe de quais elementos está constituído seu país"* e como guiá-lo com "*métodos e instituições nascidas do próprio país"* (Nuestra América, 1891). O que o século XIX enfrentava era a ruptura com as amarras coloniais e, nesse contexto de crise o debate sobre quem somos se torna chave do problema nacional.

A importância do binômio identidade-nacionalismo é o contexto da emancipação dos países latino-americanos, em luta contra o passado (legado ou fardo?) e em busca do autêntico. Um dos temas, e talvez o mais rapidamente percebido nesse contexto, versa sobre o tipo humano-base no delineamento do povo e da nação, heteróclito e heterogêneo, fraca base para constituição de um *demos* ou de uma unidade nacional (somente atingida em uma configuração inovadora - a da miscigenação: *cabeça branca, corpo mestiço de índio e de crioulo*). Na América Latina o povo não estava pronto *antes* da formação da nação e do Estado; ao contrário, em muitos países foi tarefa da centralização política a construção da identidade nacional (caso exemplar do Brasil). Não poderíamos percorrer, assim, a trajetória liberal-burguesa europeia clássica. apontada pelo modelo europeu, adotando como opção a via da Modernização Planejada. Na forma da Revolução Burguesa, as estruturas sociais mudaram e exigiram a transformação e adaptação das instituições ao seu ethos - a síntese política deste modelo seria a de um vetor apontado "*da sociedade para o Estado*", de inclinação liberal[1]. A segunda forma é bastante diversa: calcada na fragilidade da sociedade, tem que acionar a vontade política e a ação do Estado para provocação/promoção das condições de modernidade. Sua síntese política seria a de um vetor apontado "*do Estado para a sociedade*".

Assim, a América Latina teria, por sua especificidade colonial e situação periférica, que viver a situação de "mudança orientada" mais de uma vez, difundindo um pressuposto ideológico profundamente enraizado na mentalidade social de "construção social pelo alto". Duas grandes questões emergem deste contexto, ambas muito profícuas para a entrada ou utilização dos argumentos mannheimianos:

- a primeira é a percepção da história como construção, com a modernidade emergindo não de condições naturais (o *livre mercado* na economia como promotor do progresso material e social; e a sociedade civil forte antes do desenho das instituições políticas e do Estado).
- e se algo é construído, sua forma foi pensada, ideacionada como Utopia e mobilizada pelas formas do pensamento social.

Derivados destes dois pontos, a experiência histórica da América Latina reconheceu o peso das ideologias, ancoradas em diagnósticos que explicam o presente pela interpretação do atraso, que postulam grande teorias ou sínteses históricas elaboradas por um conhecimento que se quer técnico, intelectual e preciso, produzido por uma *intelligentsia* que entende a ciência como ferramenta necessária da mudança social[2]. Nesse repertório de ideias vemos chaves importantes da tese de Mannheim, em especial o tema dos intelectuais com vocação pública, o planejamento e a racionalização como parte de atuação do conhecimento produzido pelas ciências humanas.

---

1 Cf. Barrington-Moore em *Origens Sociais da Ditadura e da Democracia* (1975) e Florestan Fernandes em *A Revolução Burguesa no Brasil* (2005).

2 cf. Pecaut, 1990.

Não é a toa que Mannheim é autor declaradamente informado como influência nas interpretações de Florestan Fernandes e Celso Furtado, no período em que foram formuladas vigorosas análises sobre a situação do subdesenvolvimento e as tarefas do planejamento no Brasil.

As principais teses de Karl Mannheim não somente encontraram uma acolhida na produção intelectual de autores nacionais – como é o caso de Florestan Fernandes – como também adentraram na história política brasileira, estando presentes nos principais debates intelectuais entre os anos 1940 e 1970. Através da perspectiva analítica oferecida pela Sociologia do Conhecimento de Mannheim, foi possível a Florestan um uso crítico e criativo para compreender a racionalidade da ação política dos diversos grupos e classes no Brasil, num embate permanente entre forças mais progressistas e outras mais conservadoras ou reacionárias – uma batalha sempre vencida pelas últimas. As teses mannheimianas sobre a função social da ciência e o papel da *intelligentsia* permitiram que Florestan incorporasse à sua proposta de construção objetiva do conhecimento científico um viés prático de *uso social dos conhecimentos científicos*. Por fim, mas não de menor importância, poderíamos mencionar a presença, na obra de Florestan, da tese mannheimiana do planejamento racional, de grande importância para o momento político brasileiro dos anos 1950 em diante, na qual dois grandes pilares da teoria social contemporânea encontram uma síntese: por um lado a racionalidade, revestida nos conhecimentos científicos, permitiriam não apenas uma maior objetividade e neutralidade no diagnóstico da realidade nacional, como também teria uma importância fundamental para o enfraquecimento das tendências conservadoras e reacionárias na sociedade, e, por outro lado, o planejamento seria o equivalente à solução política para o impasse do subdesenvolvimento em sociedades periféricas: tanto pela via do planejamento reformador (uma revolução dentro da ordem) quanto pela via do planejamento revolucionário (uma revolução contra a ordem). O fato é que Florestan encontra no conceito mannheimiano de planificação racional uma das chaves para a superação do atraso.

Em Furtado, vingaram com maior força e de maneira direta as reflexões sobre o destino prático do conhecimento e as teses sobre racionalização da vida social e da mudança orientada pelo planejamento. Pesam, também no caso de Furtado, a crítica às alternativas autoritárias passíveis de serem assumidas por um planejamento sem controles sociais - sem democracia (idem para ausência de controles sobre os intelectuais, facilmente convertíveis em tecnocratas)[3].

Nas próximas seções apresentaremos alguns elementos importantes da recepção, uso e ressignificação do repertório temático mannheimiano apontado atrás, nas obras dos dois grandes intérpretes do Brasil: Florestan Fernandes e Celso Furtado.

3. Ciência e intelligentsia - um debate crítico entre Florestan e Mannheim

Antes de iniciarmos nossa análise sobre a recepção e circulação das teses de Karl Mannheim na obra de Florestan Fernandes é importante ressaltarmos alguns elementos sobre a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil para melhor compreendermos a natureza do diálogo intelectual empreendido por Florestan com tantos pensadores norte-americanos e europeus.

As Ciências Sociais – em particular a sociologia – adentraram à vida acadêmica brasileira no começo do século XX através de cadeiras universitárias vinculadas principalmente aos cursos de Direito, Filosofia e Economia (Chacon, 1977) em instituições localizadas majoritariamente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco (Miceli: 1989). Uma das principais características da produção intelectual desses cientistas sociais até a década de 1930 consiste na realização de amplas interpretações históricas da formação social, econômica e política do Brasil, nas quais os *déficits* nacionais em relação às respectivas formações sociais, econômicas e políticas dos países centrais ocupavam um lugar central.

A década de 1930 representou não somente um importante ponto de inflexão na trajetória política do país – em que os grupos vinculados às oligarquias paulista e mineira vinham se revezando no controle do Estado,

3 Cf. Furtado 1962, 1964, 1967.

utilizando-se de uma sofisticada engenharia política conhecida como coronelismo[4], foram substituídos por outros grupos sociais e econômicos cujos interesses políticos se afinavam com uma maior necessidade de urbanização e industrialização do país – mas também os anos 1930 constituem um momento fundacional para as Ciências Sociais[5], que viram surgir os primeiros cursos em instituições de ensino superior em 1933 na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, em 1934 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, e em 1935 na Universidade do Distrito Federal[6], todas elas com forte inspiração nos projetos educacionais de Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. O projeto político do novo grupo no poder tinha na educação um de seus pilares, o que se evidencia com a criação já em 1930, como um dos primeiros atos do governo Vargas, do Ministério da Educação.

O projeto político das duas instituições paulistas concorria com as novas diretrizes do Ministério da Educação de Getúlio Vargas e incluía a constituição de uma ciência sociológica fortemente amparada em teorias e métodos com alto grau de rigor científico à semelhança do que se produzia nos Estados Unidos e nos principais centros acadêmicos europeus, situados principalmente na França, Inglaterra e Alemanha. Dessa forma, uma das principais soluções encontradas pelas elites paulistas para este salto *cientificista* consistiu na vinda de intelectuais desses países centrais para a formação das primeiras turmas de cientistas sociais brasileiros. Tais intelectuais trouxeram de seus países os referenciais teóricos e metodológicos do *fazer ciência* para serem adotados nas recém fundadas instituições paulistas.

Florestan Fernandes ingressa no curso de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo no ano de 1941, prosseguindo sua formação com o mestrado na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) concluído em 1947 com a dissertação *A organização social dos tupinambá*. Retorna à Universidade de São Paulo (USP) para cursar o doutorado que dura até 1951, processo que se encerra com a apresentação da tese *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. Ainda na USP apresenta em 1953 a tese *Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na Sociologia* para obtenção do título de livre docência.

Nesse momento de sua trajetória intelectual o país havia retornado a um regime político aberto, desde 1945, mesmo ano em que o mundo presenciou o final da Segunda Guerra Mundial e a bipolarização do poder entre um bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos e um bloco socialista liderado pela União Soviética. Os países do bloco capitalista tinham então uma dupla tarefa política pela frente: por um lado era necessária uma rápida *reconstrução* econômica dos principais países europeus afetados pela guerra – o que evitaria uma provável adesão de muitos deles ao bloco socialista – e, por outro lado, a situação de subdesenvolvimento econômico e social nos países da América Latina colocava aos Estados Unidos o desafio de enfrentar o bloco socialista com a constituição de repúblicas liberal-democráticas nos países latino-americanos sob a sua órbita de influência política e econômica.

No ano de 1948 – em que Florestan cursava o doutorado e apenas um ano após o falecimento de Karl Mannheim – surge no Brasil o Plano SALTE, uma experiência de intervenção racional do Estado na esfera econômica durante o período democrático que se iniciou em 1945. No início da década de 1950 o país contava com cinco universidades fortes, sendo que duas delas encontravam-se no estado de São Paulo. Florestan Fernandes assume em 1954 a cadeira de *Sociologia I* da USP e o seu principal desafio, nesse momento de forte institucionalização e legitimação das Ciências Sociais, consistia justamente no fortalecimento da Sociologia enquanto campo científico primordial para a compreensão da realidade social e contribuição fundamental para o enfrentamento dos principais *problemas nacionais*.

A resposta intelectual de Florestan Fernandes a esse desafio consistiu num duplo esforço: por um lado viu-se forçado a responder às necessidades institucionais de legitimação da Sociologia através da elaboração

4 Sobre a engenharia política do coronelismo *cf.* Leal (2012).

5 Até o início da década de 1930 havia 18 instituições fortes de ensino superior no Brasil, sendo que metade delas estavam situadas no Rio de Janeiro (então capital federal), e apenas uma delas no estado de São Paulo. Destas 18 instituições apenas 2 eram universidades. Cf. Mendonça (2000)

6 A Universidade do Distrito Federal seria extinta em 1939 por Gustavo Capanema, então ministro da Educação de Getúlio Vargas.

de uma série de *manuais teóricos e metodológicos*[7] e, por outro lado, forneceu a sua própria contribuição ao pensamento político e social brasileiro com seus estudos sobre as relações raciais e sobre o processo de modernização social, econômica e política do Brasil. Principalmente nos manuais teóricos e metodológicos de sociologia – mas também em várias de suas outras obras – podemos observar o diálogo crítico e construtivo que Florestan empreende com as principais teorias sociais, políticas e econômicas de pensadores norte-americanos e europeus, dentre os quais há nesse período inicial o predomínio do debate com as principais teses de Karl Mannheim (Ianni, 1986).

No *Ensaios de Sociologia Geral e Aplicada*, um dos grandes manuais elaborados por Florestan, notamos a presença forte de temas e conceitos que faziam parte da agenda intelectual de Karl Mannheim, como por exemplo as técnicas racionais de controle social e as técnicas de intervenção racional na realidade social, como fica evidente ao dizer que "(...) Mannheim contribuiu, mais que qualquer outro sociólogo moderno, para a formação de uma teoria sociológica das técnicas de intervenção racional nos processos sociais" (Fernandes, 1976a, p: 23). Florestan faz também referências às teses mannheimianas sobre o condicionamento social da ciência e do intelectual:

> As implicações e consequências de tal condicionamento são analisadas por Scheller e Mannheim: o pensamento científico dispõe de recursos especiais para aproveitar de modo construtivo e positivo as motivações sociais do conhecimento sociológico. Em lugar de constituir um obstáculo, as vinculações existentes entre a investigação sociológica e as condições de existência social nas sociedades de classes são fatores responsáveis pelo acúmulo de conhecimentos sobre a morfologia, o funcionamento e a dinâmica das classes sociais. (Fernandes, 1976a, p: 88)

Ainda em 1960 vêm à tona a sua obra *Mudanças Sociais no Brasil*, exatamente um ano após a publicação de *Brancos e negros em São Paulo*, em parceria com Roger Bastide. Florestan volta suas atenções para a interpretação histórica dos processos de formação social, econômica e política do Brasil para compreender o momento atual em que o país encontrava-se: ao mesmo tempo em que vivenciava intensamente processos de modernização – refletidos principalmente nas esferas econômica e política pelo grau de industrialização e urbanização e na esfera social pela clivagem que constituía as classes sociais – havia também uma situação de *déficit* em relação aos países considerados *mais avançados* que não somente culminava no atraso na formação das classes sociais, como também gerava uma forma econômica *dependente* de capitalismo, cuja síntese econômica e política era representada pelo conceito de *subdesenvolvimento*.

O debate crítico que Florestan empreende com as teorias sociais, políticas e econômicas de intelectuais dos países centrais resulta numa formulação teórica que incorpora as especificidades da formação e da trajetória política brasileira. A situação de *subdesenvolvimento* em que o país encontrava-se trouxe para o primeiro plano da agenda intelectual da época tanto os *diagnósticos* da situação quanto os *prognósticos* que apontavam os possíveis caminhos para alcançar o *desenvolvimento*. Nesse sentido, Florestan volta-se novamente para as formulações de Mannheim sobre a ciência e os intelectuais. A solução mannheimiana encontraria um espaço privilegiado nas elaborações teóricas de Florestan no que se refere ao papel político que caberia aos intelectuais nas tarefas de *planejamento racional* em países periféricos:

> Nos "países subdesenvolvidos", as atitudes e motivações tendem a ser inadequadas, quando respondem às exigências da situação histórico-social, por transcenderem à capacidade de atuação racional socialmente organizada do homem, de funcionamento normal das instituições e às vezes, até, de crescimento equilibrado das bases ecológicas, demográficas e econômicas da vida social. Assimilada por via da imitação de "povos adiantados", produzem, simultaneamente, *progresso social* e desorganização social, o que as coloca entre os fatores dinâmicos do subaproveitamento crônico das vantagens asseguradas pelas mudanças sócio-culturais bem sucedidas. (Fernandes, 1960, p: 40)

---

7 Dentre os principais *manuais teóricos e metodológicos de sociologia* elaborados por Florestan Fernandes encontram-se *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*, *Ensaios de Sociologia Geral e Aplicada* e *Elementos de Sociologia Teórica*. Cf. Fernandes (1959; 1970; 1976b).

Ao discutir os principais obstáculos ao processo de modernização nos países periféricos – em especial para o caso brasileiro – Florestan desloca para o primeiro plano a dimensão política das *mudanças sociais no Brasil*. O protagonismo do Estado na modernização da esfera econômica nacional exige que seus argumentos incorporem a situação paradoxal da *burguesia nacional*, que desempenha simultaneamente papeis políticos revolucionários e conservadores. Se o país vivenciava um regime político aberto, as novas elites econômicas urbano-industriais viam-se forçadas, nesse momento, a uma aliança política com as antigas elites econômicas ligadas ao setor agrário-exportador para manter o controle do aparelho estatal. Florestan (1960, p: 283) reitera o papel social da ciência e do intelectual ao dizer que "(...) não se deve ignorar o que as ciências sociais podem significar para melhor utilização de recursos em um país subdesenvolvido e que luta com graves problemas sociais".

O ponto mais elevado do debate crítico de Florestan com as teses de Karl Mannheim pode ser verificado no livro *A Sociologia numa era de Revolução Social* publicado em 1962. O desenvolvimento econômico que resultou da forte intervenção do Estado no processo de industrialização e urbanização – processo esse que ocorre desde o regime político fechado de Vargas em 1930 e prolonga-se até o período democrático que o país vivenciava a partir de meados da década de 1940 – levou também ao acirramento das disputas políticas no país, que deixavam paulatinamente o clima de "harmonia de classes" para uma situação de "conflito de classes" cada vez mais aberto e intenso.

Florestan equaciona *teoria* e *práxis* em suas formulações teóricas ao diferenciar os momentos de produção e de utilização dos conhecimentos científicos. O grau máximo de neutralidade axiológica poderia ser alcançado pelos cientistas sociais durante a produção de seus conhecimentos, respaldada em arcabouços teóricos e metodológicos fundados em princípios científicos. Todavia, o conhecimento científico da realidade social não se esgota neste momento de *produção social do conhecimento*, alcançando uma etapa posterior de *aplicação social do conhecimento*, a qual, nos países periféricos e subdesenvolvidos, possui uma importância ainda maior por ser considerada uma das principais vias de superação da dependência e do subdesenvolvimento.

Se a aplicação social do conhecimento transforma-se na consequência natural da produção destes mesmos conhecimentos, então, não somente a ciência, mas também os próprios intelectuais, adquirem um protagonismo político nos países periféricos (Pécaut: 1990). Se as trajetórias políticas, econômicas e sociais dos países periféricos destoavam daquelas dos países centrais, Florestan radicaliza ainda mais a aplicação do conceito mannheimiano de *intelligentsia* adaptando-o às necessidades políticas dos países periféricos:

> Os temas que nos preocupam não se impuseram de igual maneira aos sociólogos da Europa ou dos Estados Unidos, que desfrutaram de condições relativamente mais favoráveis para combinar meios e fins na graduação do crescimento das instituições devotadas ao ensino, à pesquisa ou à aplicação no campo da sociologia. Puderam negligenciar, portanto, a preocupação absorvente pelo debate de questões instrumentais, que nos atormentam cotidianamente. Doutro lado, o que há de valioso ou de promissor em nossa orientação emana desse mesmo pano de fundo. Temos de representar-nos, com objetividade, como conjugar o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da sistematização teórica e das elaborações práticas, nos diversos ramos da sociologia, com as condições histórico-sociais favoráveis do ambiente. (Fernandes, 1976b, p: 17)

A utilização que Florestan faz do conceito de *intelligentsia* pressupõe que à ciência caberia não somente colaborar para o desenvolvimento cultural, social e econômico do país, mas também para o aprimoramento da democracia através da difusão de valores democráticos e de técnicas democráticas de controle social. Na obra – *A Sociologia numa Era de Revolução Social* – Florestan está construindo um debate crítico não somente com toda a agenda intelectual de Karl Mannheim, mas principalmente com suas teses sobre o papel da ciência e do intelectual para a intervenção racional na realidade através das técnicas de planejamento, encontradas com maior intensidade nos últimos trabalhos de Mannheim, reunidos postumamente em 1951 na obra *Liberdade, Poder e Planificação Democrática*[8].

---

8 Utilizamos neste trabalho a edição brasileira de 1972 publicada pela editora Mestre Jou. *Cf.* Mannheim (1972a).

Ainda que em suas publicações subsequentes Florestan utilize cada vez mais do arcabouço teórico marxista, a presença das teses mannheimianas será constante, seja através dos novos manuais teóricos e metodológicos que produzirá nos anos 1970 e 1980[9],em que apresenta reflexões sobre a sua própria utilização dos conceitos de Mannheim, seja em suas obras de interpretação histórica e política de meados dos anos 1960 a meados dos anos 1970[10], em que podemos observar uma outra forma de presença das teses mannheimianas, seja através da incorporação da perspectiva teórica da sociologia do conhecimento e também da utilização de conceitos e categorias mannheimianas vinculadas aos meta-conceitos de *ideologia* e de *utopia*[11] – ou ainda pela perspectiva sempre presente da função social da ciência e do papel político do intelectual, dos processos de intervenção racional na realidade social para a construção de balizas democráticas na esfera da política

4. A presença de Mannheim nas teses de Celso Furtado

Em variados momentos de sua produção intelectual Celso Furtado reconheceu o diálogo estabelecido com a obra de Karl Mannheim. Em seus textos autobiográficos, em especial a memória construída sobre a Utopia do Desenvolvimentismo (*A Fantasia organizada*, 1985; *A Fantasia Desfeita*, 1989; e *Ares do Mundo*, 1991) Furtado indicava que um dos fatos que o levara a admirar a questão do planejamento, além do esforço comunal da experiência dos países soviéticos, havia sido a leitura da obra de Mannheim. Do autor alemão Furtado receberia uma influência de temas, problemas e também de métodos, todos fundamentais para um entendimento da obra furtadiana para além de uma visão de ecletismo ou heterodoxia conceitual.

Neste ponto, nos referimos ao conjunto de matrizes conceituais que aparecem da interpretação estruturalista do subdesenvolvimento e da teoria desenvolvimentista de Furtado. Para este autor, o *método* caracteriza-se pela heterodoxia ou ecletismo intelectual, entendida como abordagem articulada de dimensões sociais distintas (economia, cultura, sociologia, história) e utilizando conceitos fragmentados de várias correntes intelectuais como o historicismo estruturalista, o regulacionismo keynesiano, a economia nacional de List e o papel tático das reformas institucionais. O termo ecletismo é perigoso porque pode imputar fragilidade às concepções de Furtado, tomando-as como uma bricolagem de matrizes teóricas muito diversas, senão contraditórias. Como se, em nome da necessidade de compreensão de um objeto histórico particular, o autor recorresse a amálgamas que resultassem, ao final, numa perspectiva caleidoscópica da realidade. A crítica (justa) a esse método seria de associá-lo ao improviso ou à excessiva criatividade teórica. Entendo, ao contrário, que a pluralidade de aportes teóricos usados por Furtado revela outro aspecto – a filiação ao método mannheimiano. A proposta da Sociologia do Conhecimento, de Karl Mannheim, recorre à leitura combinada e totalizante do social aglutinadas no conceito de *síntese* intelectual. A multiplicidade dos grupos sociais revela-se na produção de diferentes e conflitantes "ideologias parciais" e a tarefa do intelectual é apreendê-las em uma unidade, uma formulação que contenha todas as partes e seja um produto ideacional total. A assimilação de diferentes percepções e projetos pode incorporar, também, diferentes teses e métodos. Distinta do ecletismo esta estratégia pode revelar a tendência de Furtado de incorporar todas as matrizes significativas e úteis para o entendimento e resolução de seu problema intelectual (e social), respeitando mais a compreensão e solução da questão posta à reflexão que a fidelidade canônica a métodos isolados.

A atividade intelectual, focada na análise do real e transcendendo a percepção de grupos e limitações teóricas mais estreitas, seria considerada por Celso Furtado como um

---

9 Referimo-nos em especial aos trabalhos *A condição de sociólogo* e *A natureza sociológica da sociologia*. *Cf.* Fernandes (1978; 1980).

10 Neste bloco compreendemos as obras *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*; *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* e *A Revolução Burguesa no Brasil*. *Cf.* Fernandes (1981; 2005; 2009)

11 Consideramos *ideologia* e *utopia* como meta-conceitos de Karl Mannheim, tanto pela natureza de sua definição teórica quanto pela extensão dos mesmos dentro obra do próprio Mannheim. *Cf.* Mannheim (1972b), Rodrigues (2005), Cepêda (2014) e Mazucato (2014).

trabalho útil no plano do pensamento"[12], permitindo a compreensão dos processos sociais reais e habilitando a formação de alternativas à sua transformação - com forte destaque para a superação dos entraves estruturais do subdesenvolvimento e o alcançamento da autonomia, bem-estar, liberdade e progresso permitidos pelo desenvolvimento na sua concepção holística. Para o intelectual, cuja meta deveria ser compreender a significação social dos acontecimentos para transcendê-los, a ciência apareceria dotada de uma função pragmática e transformadora, racional e politizada.

> estudioso de Mannheim, estava convencido de que um amplo esforço de reconstrução institucional tornara-se in dispensável, se o objetivo era preservar a liberdade do homem. Cabia prevenir as crises e neutralizar os efeitos sociais da instabilidade inerente às economias de mercado. Os projetos de previdência e assistência social, que tiveram no Plano Beveredge sua melhor expressão, constituíam valioso avanço, mas não iam à raiz do problema, pensava eu. A solução estava na introdução de uma dupla racionalidade, ao nível dos fins e dos meios, o que exigia a planificação. Meus estudos de organização das atividades do setor público, com base em autores norte-americanos e as ideias de Mannheim em seu Man and Society in Age of Reconstruction (traduzido para o espanhol sob o título de Libertad y Planificación Social), haviam moldado minha visão das opções com que se defrontava a Europa em reconstrução (Furtado, 1985,p: 17)

E se Mannheim havia apontado as tarefas da *intelligentsia* no continente europeu como medidas contendoras do irracionalismo e da crise social, intelectual e moral (cf. Diagnóstico do Nosso Tempo e o ambiente do interregno entre-guerras), na periferia terceiro-mundista era a superação do atraso e a entrada na modernidade o mote que moveria e dirigiria a ação dos intelectuais. Tal qual Mannheim, a concepção determinante era de que os intelectuais deveriam preocupar-se com a transformação da sociedade, quer no plano material, cultural ou institucional.

Além do método - a síntese como meio de compreensão dos variados pontos de vista, e operada pelo intelectual -, do destino social do conhecimento cientificamente produzido e da tarefa pública dos intelectuais (convertidos em *intelligentsia*), Furtado estabeleceria fortes nexos entre sua visão de planejamento e a defendida por Mannheim, em especial quanto a sua possibilidade de perversão autoritária e da necessidade de controles democráticos(Furtado, 1962; 1965). Furtado diria que:

> o planejamento pensado como uma técnica social, nos moldes mannheimianos, seria capaz de elevar o nível de racionalidade das decisões que comandam complexos processos sociais, evitando-se que surjam processos cumulativos e não-reversíveis em direções indesejáveis. Fixou-se, assim, no meu espírito a idéia de que o homem pode atuar racionalmente sobre a história. Hoje me pergunto se não existe uma grande arrogância nessa atitude: imaginar que estamos preparados para dar um sentido à História (Furtado, 1997, p: 18)

Afinal em situação de planejamento a fronteira entre teoria e ação é tênue, produzindo uma zona intermediária entre pensadores e *statemakers.* Sobrevalorizados como intérpretes (que diferentemente dos ensaístas aparecem blindados pela *expertise* teórica) e revestidos de alta dose de protagonismo efetivo (via entrada na arena estatal), uma questão passa a ser de capital importância para ação técnica no desenvolvimentismo: como impedir que este conhecimento, munido da ferramenta do planejamento não transforme-se em instrumento de opressão? Como controlar os controladores, alçados a um elevado nível de poder? Esta pergunta separa, nitidamente, o campo que permitirá a chave histórica da tecnocracia ou do modelo burocrático autoritário, daquele que permite pensar o controle social da *intelligenstia* pela via democrática (como em Furtado e Mannheim).

Na formulação de Furtado sobre o desenvolvimentismo, é simultânea a condição exponencial do intelectual comprometido (e que de fato age nessa direção) com a do controle social pela via democrática. São só resultados eleitorais, que medem o pulso da opinião pública e redesenham a representação dos interesses no aparato de Estado, o único instrumento capaz de impedir que a energia do desenvolvimento (custeada pelo pacto social e pelos fundos públicos) seja desviada em proveitos dos setores mais entronizados no controle estatal. O marco

12 Furtado, in Camargo & Loyola: 2002: 35.

democrático potencializa a energia social dos setores modernos na tarefa de desmanche dos anacronismos. A participação e representação política democrática da sociedade também mantém a ação do Estado sob rédeas curtas, mensurando continuamente o destino e a eficiência das políticas aplicadas, limitando a chance do efeito tecnocrático neste processo.

Referências Bibliográficas

CAMARGO, A.; LOYOLA, M. A (Org.). (2002). Celso Furtado: entrevista. Rio de Janeiro: EDUERJ.

CEPÊDA, V. A. (2014). *A Sociologia do Conhecimento em Karl Mannheim*. In: HAYASHI, Maria C.; RIGOLIN, Camila; KERBAUY, Maria Teresa Miceli (orgs.). *Sociologia da Ciência: primeiras aproximações*. Campinas: Átomo-Alínea, 2014. CHACON, V.(1977) *História das ideias sociológicas no Brasil*. São Paulo: Edusp,.

FERNANDES, F. (1959) *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

_____. (1960) *Mudanças Sociais no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

_____.(1970) *Elementos de Sociologia Teórica*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP.

_____. (1976a) *Ensaios de Sociologia Geral e Aplicada*. São Paulo: Pioneira.

_____.(1976b) *A Sociologia numa Era de Revolução Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

_____. (1978) *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec.

_____. (1980) *A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo: Ática.

_____. (1981) *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

_____. (2005) *A Revolução Burguesa no Brasil – ensaios de interpretação sociológica*. São Paulo: Editora Globo.

_____.(2009) *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global.

FURTADO, C. (1962) *A Pré Revolução Brasileira*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

_____. (1964) *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

_____. (1965) *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

_____(1967) *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Editora Nacional.

_____. (1985) *A Fantasia Organizada*. 5ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1989) *A Fantasia Desfeita***.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1991) *Os Ares do Mundo***.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1997) *Obra Autobiográfica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

IANNI, O. (1986) *Florestan Fernandes*. São Paulo: Ática. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

LEAL, V. N. (2012). *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

MANNHEIM, K. (1972a) *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo: Mestre Jou.

_____. (1972b) *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MAZUCATO, T.(2014) *Ideologia e Utopia de Karl Mannheim – o autor e a obra*. São Paulo: Editora Ideias & Letras.

MENDONÇA, A.W. (2000). *A universidade no Brasil*. Revista Brasileira de Educação, n. 14.

MICELI, S. (1989) *Por uma sociologia das Ciências Sociais*. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: Vértice.

MOORE JR., B. (1975) *As origens sociais da ditadura e da democracia***.** Lisboa: Cosmos.

PÉCAUT, D. (1990) *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática.

RODRIGUES, L. P. (2005). *Introdução à sociologia do conhecimento, da ciência e do conhecimento científico*. Passo Fundo: Editora Unijuí.

A obra caleidoscópica de roger bastide: bricolage, perspectiva e diálogo.

Carmen Felgueiras[1]

RESUMO: O texto em pauta pretende examinar a o obra do sociólogo francês Roger Bastide como uma espécie de caleidoscópio, no qual contribuições oriundas de diferentes contextos africanos, brasileiros e europeus dialogam - com freqüência asperamente - em uma perspectiva balizada pelo sincretismo e pela tensão. Assim, em vez de propiciar a estabilização, ou enferrujamento, destes patrimônios, a reflexão de Bastide termina por pô-los em movimento, combinando, por exemplo, a cultura popular com a erudita e a análise dos gestos corporais com variadas e às vezes efervecentes noções de pessoa, criando uma situação na qual a experiência da troca pode se aproximar tanto da confecção de alianças quanto da eclosão de conflitos.

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento Social no Brasil; Roger Bastide; Modernismo e ciências sociais; Trocas culturais ; Sociologia francesa; Sociologia no Brasil

A pesquisa de uma vida inteira de Roger Bastide sobre as culturas afro-brasileiras[2] foi feita desde uma perspectiva que privilegiava o tema dos contatos culturais, que ele definia como um ramo fundamental da sociologia e da antropologia. Delinear os contornos dessa teoria em Bastide e os possíveis diálogos com outras perspectivas, todas elas modernistas, faz parte dos propósitos deste artigo, que irá examinar a obra do sociólogo francês como uma espécie de caleidoscópio no qual contribuições oriundas de diferentes contextos africanos, brasileiros e europeus dialogam em uma perspectiva balizada pelo sincretismo e pela tensão. Assim, em vez de propiciar a estabilização ou enferrujamento destes patrimônios, a reflexão de Bastide termina por pô-los em movimento, combinando, por exemplo, a cultura popular com a erudita e a análise dos gestos corporais com variadas e às vezes efervescentes noções de pessoa, criando uma situação na qual a experiência da troca pode se aproximar tanto da confecção de alianças quanto da eclosão de conflitos.

É consideravelmente extensa a bibliografia sobre a obra deste professor e pesquisador francês que chega ao Brasil em início de carreira, em 1938, para substituir Lévi-Strauss na cátedra de Sociologia I do Departamento de Ciências Sociais na recém-criada Universidade de São Paulo, só retornando definitivamente ao seu país dezesseis anos depois para lecionar, já na condição de intelectual consagrado, na École des Hautes Études, na Universidade de Paris e no Institut de Hautes Études de l'Amérique Latine. (QUEIROZ, 1994:115). Dentre os seus contemporâneos, alunos e orientandos brasileiros, escreveram sobre o mestre e orientador Maria Isaura Pereira de Queiroz, Gilda de Mello e Souza, Antonio Cândido e Florestan Fernandes; entre os trabalhos mais recentes, destacam-se os de autoria de Fernanda Peixoto, Peter Fry, Heloisa Pontes e Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti.

Quer reconstituindo o contexto intelectual da época e acompanhando seus diálogos com a *intelligentsia* das várias nações com as quais travou contato, quer revisitando suas obras, estes e outros autores lidaram com diferentes aspectos do pensamento bastidiano, tornando praticamente impossível, nos limites deste texto,

---

1 Carmen Felgueiras é professora e pesquisadora Associada 3 do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Graduou-se em Ciências pela UFRJ e obteve seus graus de Mestre e Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) em 1999. Vem trabalhando na área de pensamento social brasileiro, com o tema das viagens , dos contatos culturais e com o modo como as mais formas de discursos, - científicos, literários, imagéticos - são acionados pelos autores em suas interpretações do Brasil. carmen.uff@hotmail.com

2 De 1944 até a sua morte, em 1974, Bastide dedicou-se ao tema quase que sem interrupção.

prestar o merecido tributo a todas estas contribuições[3]. Neste sentido, apenas uma ou duas questões serão retomadas aqui, procurando, sempre que possível, como um preâmbulo para tentativas um pouco mais ambiciosas, estabelecer um primeiro diálogo com estes intérpretes.

Afim de lidar com a primeira dessas questões, de natureza metodológica, partirei do suposto de que, ao transitar entre uma grande variedade de temas ou ao tratar de um mesmo sob diferentes perspectivas disciplinares, Bastide forma, segundo o princípio da *bricolage*[4], um extenso e variado mosaico sociológico. Assim, é por intermédio de uma espécie de "método caleidoscópico" que ele irá nos mostrar que o resultado, sempre movediço, dependerá dos ângulos através dos quais cada detalhe, cada parte de um todo, é observado pelos envolvidos no processo de investigação, o que constitui, por si, um efeito-demonstração, ao mesmo tempo que uma *mimesis*, do modo como, a seu ver, opera cada cultura e cada civilização.

Ou seja, em seu método estão articulados a *bricolage*, como princípio de abordagem das questões que pretende examinar, e o ajuste de perspectivas multifacetadas - que deslocam o objeto de seu contexto convencional ou canônico, a porta barroca, por exemplo,[5] para um outro em que tantas adaptações foram feitas que dele só restariam alguns dos traços do desenho ou da forma original.

O trânsito entre o particular e o geral, entre o ponto de vista individual ou subjetivo e o social ou objetivo é, portanto, constitutivo da sua análise. Dependendo do que está sendo considerado, a perspectiva entre um polo e outro também irá variar, pois o pesquisador terá que mudar o seu foco para melhor perceber o que está em jogo.

O capítulo "Bouquet de poetas", de Poetas do Brasil, desde a escolha do título - que remete à sensibilidade, ao olfato, à visão -, ilustra bem esta ideia de articulação entre variações de pontos de vista e *bricolage*, sobretudo porque privilegia um modo de composição em que uma determinada lógica de formação do todo, que é a de explorar as diferentes tonalidades de uma mesma relação, tem tanta ou mais importância quanto as partes consideradas em si mesmos. E o próprio bouquet apresenta-se como apenas uma dentre várias possibilidades. Contudo, vale observar que, neste caso, não está em jogo a natureza do bouquet, um critério de seleção que se baseia no pertencimento dos autores a gêneros literários, por exemplo, mas o princípio de seleção que o constitui, ou ainda, a natureza da questão trabalhada, qual seja: a de que o que define um poeta é a relação peculiar de sua subjetividade com o mundo, a relação entre interior e exterior que, neste caso, é da maior relevância.

O já mencionado ensaio de Bastide sobre a porta barroca é outro exemplo de uma lógica de análise em que uma relação entre opostos permite observar as múltiplas variações com que um determinado objeto se apresenta. Como parte da definição da função simbólica de uma porta, que é a de simultaneamente ligar e separar domínios, os pares de oposição entre público e o privado, o sagrado e o profano, o nativo e o estrangeiro, o pertencimento e a exclusão, o interior e o exterior, etc., são também necessários para individualizá-la no tempo

---

3 A tese de doutorado de Fernanda Arêas Peixoto, *Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*, publicada em 2001, apresenta uma pesquisa bibliográfica exaustiva sobre o autor e sua fortuna crítica, mas uma compilação da produção mais recente, salvo engano, ainda está para ser feita.

4 Remeto aqui ao artigo de 1970 do próprio Bastide, publicado na revista *L'Année sociologique*, vol.21, "Mémoire collective et sociologie du bricolage" onde ele atribui a Mauss, já em 1912, a primazia no emprego deste princípio sociológico e antropológico, a despeito da associação do termo ao uso que Lévi-Strauss faz dele em *O Pensamento Selvagem*. Evidentemente, será inevitável que, nos limites deste texto, o princípio da bricolagem seja empregado de forma bastante simplificada e circunscrita às questões levantadas, em comparação à extrema complexidade com que ele é tratado por Lévi-Strauss e por Bastide no referido artigo. "Nous voudrions consacrer cet article à montrer combien riche pourrait être, pour la sociologie contemporaine, à l'heure où elle rêve d'écrire un nouveau chapitre théorique, celui d'une sociologie de l'imaginaire, une réflexion sur les phénomènes de rétention, ou de sur-vivance, des traits culturels africains dans les Amériques noires, persuadé que nous sommes que toute sociologie de l'imaginaire doit prendre à son compte les deux types de l'imaginaire : l'imagination reproductrice comme l'imagination créatrice, pour saisir le jeu dialectique qui se joue entre elles ou, si l'on préfère employer les expressions d'Halbwachs et de Lévi-Strauss, entre les processus de la mémoire collective et ceux du bricolage, la mémoire collective appelant nécessairement le bricolage et réciproquement, c'est-à-dire que toute sociologie, à écrire, de l'imaginaire, ne peut s'échafauder qu'à partir d'une sociologie préalable de la mémoire.(p.17)

5 Refiro-me ao artigo "Variações sobre a Porta Barroca" em *Impressões do Brasil*.

e no espaço. (BASTIDE, 2011:133).

Por fim, para concluir este que seria um preâmbulo ao método bastidiano, um aspecto que talvez deva ser melhor investigado, mas que escapa ao objetivos deste trabalho, é como a obra de Bastide pode ser colocada no contexto da missão francesa ao Brasil e de seus propósitos civilizatórios, em função mesmo da sua preocupação em praticar uma sociologia da generosidade, melhor dizendo, da abertura para o outro.[6] É sabido que os indivíduos portadores de alguma deficiência de sentido a compensam com a amplificação dos restantes; por isso, acho que não seria de todo descabida a suspeita de que a deficiência auditiva que sempre o acompanhou tenha sido compensada por uma sensibilidade visual e do tato, que o direcionaram para as artes visuais e para o jogo da sociabilidade, tão ao gosto francês pela etiqueta e pela polidez, termos com que, a propósito, ele definirá os cerimoniais de iniciação dos cultos afro-brasileiros que estudou por tanto tempo.

Conforme ressalta Maria Isaura Pereira de Queiroz em seu artigo "Roger Bastide, professor da Universidade de São Paulo"

"Um grande amigo seu e guia nos diversos templos afro-brasileiros da Bahia, Pierre Verger, francês inteiramente abrasileirado, descreveu-lhe as qualidades fundamentais; 'antes de tudo um homem que sabia se pôr no lugar dos outros e compreender os pontos de vista deles. Tinha rara facilidade para raciocinar com os argumentos de seus interlocutores e ver as coisas com os olhos destes, fosse qual fosse a estranheza que ressentisse e, o que não prejudicava em nada as coisas, sabia se colocar na posição do outro de maneira fina e saborosa'(VERGER,1978:52)"(QUEIROZ, 1994:219).

É notória a importância da sociologia de Gabriel Tarde para Bastide[7], sobretudo no que diz respeito à incorporação da ideia de conflito nas suas análises. (LAPLANTINE, 2001). Este vínculo e esta ideias serão aqui fundamentais para o entendimento do modo como a visão caleidoscópica do autor restaura os fragmentos culturais, compondo-os não como belos e harmoniosos mosaicos, mas como configurações nas quais contribuições oriundas de diferentes contextos - africanos, brasileiros e europeus dialogam, com frequência asperamente, em uma perspectiva balizada pelo sincretismo e pela tensão.

Um e outro estão na base de todo contato, seja entre indivíduos, grupos, classes, culturas e civilizações. O conflito, portanto, ao invés de dissolver, vincula-os internamente, num jogo infinito de aproximações e repulsas. Deste modo, a sociologia do conhecimento de Bastide irá se formar por uma composição peculiar das descobertas de Lévy-Brühl, como por exemplo a existência das participações, de Durkheim e Mauss acerca das "classificações primitivas" e a teoria do conflito universal tal como desenvolvida por Tarde. Bastide une os três primeiros quando considera que tanto as diferenças, quanto a as semelhanças que induzem às participações ocorrem em compartimentos diferentes do real, visto que "sendo eles estanques, a tal sistema de participação corresponde outro complementar, de repulsas e choques de forças." (BASTIDE, 1961:337). Neste sentido, a importância de uma sociologia dos contatos civilizacionais, cujas possibilidades foram enunciadas sob a forma das leis sociológicas da imitação, da oposição e da adaptação ou invenção, expressam o modo como o conflito é solucionado, seja pela acentuação das diferenças seja por sua redução ou eliminação.

Em suma, quando Bastide afirma que "as magias africanas não funcionam contra o homem branco, e [...] mesmo numa mesma tribo, as magias de um clã nada podem contra os homens de outro clã [...] o que quer dizer que as participações mágicas, como as religiosas, se fazem no interior de determinados compartimentos do real e não funcionam mais quando passamos de um para outro desses compartimentos." (Idem:341), tanto

---

6 Termos que, por curiosidade, também são aplicados por Margareth Mead à Ruth Benedict, igualmente surda. Ver Margareth Mead, Ruth Fulton Benedict 1887-1948."Obituary" in *American Anthropologist* July - September 1949, New Series 51(3):457-468.

7 Para reiterar a importância de Tarde, cito o próprio Bastide em "Sociologia e Literatura Comparada": "[...] considero Tarde o verdadeiro fundador da antropologia cultural. Certamente ainda não se chamou atenção para o fato de que as três leis de Tarde, a da imitação, a da oposição e a da adaptação ou invenção, estão na origem de três conceitos diretores da antropologia: difusão cultura, resistência ou contra-aculturação, adaptação. [...] A antropologia cultural nada mais fez do que repensar Tarde através da imensa documentação fornecida pela etnografia, o que não deve causar surpresa se nos lembrarmos da influência que o sociólogo francês teve nas origens da sociologia norte-americana." (BASTIDE, 2011:153).

faz compreender uma lógica do social, como também o modo pelo qual articulações entre aqueles autores puderam ser produzidas.[8]

Desenvolvendo um pouco mais esta ideia, passo a dois fragmentos bastante esclarecedores do modo como Bastide promove relações entre diferentes aspectos e dimensões da realidade em suas análises. O primeira pode ser encontrado na discussão do sincretismo religioso afro-brasileiro, quando Bastide nos mostra como o seu significado tanto pode se definir formalmente, a partir da ideia de uma das solução possíveis para um determinado confronto, quanto depende da natureza (resistência, acomodação, assimilação) da experiência.[9] Exemplificando com a narrativa de sua pesquisa em O Candomblé na Bahia, vemos que:

"Desejoso de saber como os negros da Bahia e do Recife podiam pensar ao mesmo tempo estes dois termos contraditórios, fiz um inquérito, obtendo três espécies de respostas", uma, tautológica, "o Orixá é o santo porque são a mesma coisa", [o]utros, pertencentes a seitas mais tradicionais, percebiam a diferença e rejeitavam indignados a identificação. [...] Confessam então que o nome católico do Orixá não passa de uma máscara branca sob a qual disfarçavam os escravos suas divindades a fim de celebrar impunemente as festas sem interferência dos senhores." (IBIDEM:335).

Por fim, a terceira resposta consistia em uma "curiosa racionalização": "antes só existiam os Orixá, que, depois de sucessivas reencarnações, penetraram no corpo dos europeus, cujo povo, ao perceber que se tratava de divindades, canonizaram-nos, sendo o nome de santo a tradução portuguesa do nome africano do Orixá."(IBIDEM).

Entretanto, esta seria uma visão de perto, ou sincrônica. De longe, ou em uma perspectiva diacrônica, a tese do desnivelamento cultural, que adota de Charles Lalo e que se torna um dos motivos da polêmica que travou com Mario de Andrade, lhe parece adequada para pensar a incorporação da cultura erudita pela popular e vice-versa. Ela expressaria, respectivamente, um fenômeno de acomodação da cultura dominante pela dominada, ou de valorização do popular por uma elite erudita em contraste com outras, em busca de sua diferenciação, ou, como se pensava na época, de sua autenticidade.

Deste modo, a maneira através da qual se produz a influência de uma cultura sobre a outra é mais importante do que a natureza do que está sendo "imitado". A "cópia servil", dependendo das transformações da estrutura social, pode se converter, no limite, em adaptação criativa, em um ato político de revolta contra a opressão; seja através de uma identificação com o outro ou de uma seleção ativa das influências, são as necessidades estruturais e funcionais, a morfologia social ou ainda o meio interno que, a partir de um certo ponto, determinam a própria escolha do que vai ser incorporado. (BASTIDE, 2011).

Assim, a vinda do romantismo francês para o Brasil expressaria tanto a luta da mulher e da criança contra a família patriarcal, algo bem diverso da imitação superficial de uma moda literária, como a recusa da descendência africana, valorizando-se no seu lugar o elemento indígena. Aqui, a análise de Fernanda Peixoto nos permite inferir o que talvez seja um ataque elíptico de Bastide aos modernistas, sublimado na crítica à geração dos românticos, quando se trata do recalque do tema da escravidão entre ambos.

"Se existe algum acorde dissonante na afinidade - de plástica e estética de Bastide com o grupo modernista, este é mais facilmente audível na preocupação recorrente do pesquisador francês com as marcas africanas na arte e na cultura brasileiras. Não que o tema fosse desinteressante para Mário e seu grupo, mas, de fato, a atenção aos temas africanos concorre de modo desigual com a enorme afinidade modernista com o universo indígena, não adquirindo neles a importância que assume nos textos críticos de Bastide."(PEIXOTO, 1999:96).

A condição social do país e as motivações dos que o fazem sobredeterminam portanto a imitação. Se os escritores negros no Brasil preferem o Parnaso ou o Simbolismo às outras formas de poesia, é porque "são escolas que defendem a dificuldade na arte, o trabalho artesanal contra a inspiração. Trata-se de um meio, para

---

8 Assim, suponho, o sincretismo, tal como a participação (ou relação), "deve se definida menos como uma categoria de pensamento do que como uma categoria de ação"(BASTIDE, 1961:337).

9 De acordo com a análise de Fernanda Peixoto da obra de Bastide, a "máscara branca", como um escudo, revela-se um meio eficaz de driblar o dominador, já que ela esconde o rosto negro, protegendo-o de ataques. Em um caso ou no outro, a idéia é que é sempre possível tirar as máscaras e recompor o perfil original." No entanto, conforme acabamos de ver, máscara não é apenas uma das racionalizações?

este setor da população, de lutar contra a imagem que a sociedade faz do negro como um 'selvagem''(BASTIDE, 2011:158). Por outro lado, a natureza do que está sendo incorporado também modifica o resultado final: a incorporação do barroco nos pontos riscados dos negros brasileiros é diferente do vévé dos haitianos, pelo fato de que este último aconteceu em um momento de ascensão e não de decadência - tal como ocorreu no Brasil - do barroco nos países centrais. (IDEM: 93-120)Em resumo, junto com o conflito interno, a ideia do diálogo, áspero ou suave, ao invés da pura e simples dominação cultural, é que parece estar presente quando se trata dos contatos entre culturas. Isto porque, embora os modelos ou as modas europeias sejam incorporados pelas sociedades do novo mundo, elas são profundamente modificadas nessa incorporação e adquirem significados tão diferentes que a distinção entre elas se faz não pela oposição radical, mas pelo reconhecimento das diferenças e similitudes. Além disso, como dissemos, a análise de Bastide é multifacetada e, além das teorias antropológicas e sociológicas, ele irá incorporar mecanismos da psique individual, propostos pela psicanálise[10] freudiana e junguiana, sobretudo as noções de recalque, deslocamento e condensação, à análise das relações entre culturas.

Passamos, assim, a um segundo ponto desta parte da exposição: à ideia de que a pragmática bastidiana, que vê nas formas culturais um dinamismo capaz de colocá-las em movimento permanente, está presente em sua obra também como contribuição para que ela própria, em vez de propiciar a estabilização ou enferrujamento do que seriam os patrimônios da cultura brasileira - sua literatura, suas manifestações religiosas, sua arte e sua arquitetura [11]-, possa também colocá-los em movimento. Isto significa, como corolário, enfrentar mais duas outras questões: a da autenticidade das culturas e a dos limites da ação antropológica e sociológica, ou seja, do modo como Bastide lidou com estas questões em seu diálogo com os modernistas brasileiros.

No que diz respeito à primeira delas precisaremos nos deter brevemente para enunciar o problema.

Conforme afirmação de Richard Handler, para a revista Sociologia e Antropologia:

"o modernismo é uma variante dentro de uma longa tradição de pensamento no Ocidente, a qual, seguindo Tocqueville e Dumont, entendemos como individualismo. Como o romantismo, que o precedeu, enquanto período histórico-literário, o modernismo, enquanto filosofia estética, enfocava a relação entre criatividade individual e forma cultural: "Tradição e talento individual", como indica o título de um ensaio de T. S. Eliot. O indivíduo – o artista, o criador, o gênio – está dado de antemão nesta abordagem, e ele (ou, às vezes, ela) ocupa, conceitualmente, um lugar precípuo. O artista é o herói cultural, e ainda que o modernismo possa reconhecer padrões sociais e culturais nas formas estéticas, a premissa é de que grandes indivíduos vão se erguer para além destas formas e, assim, transformá-las."(GONÇALVES, 2012:15).

Contudo, ainda segundo Handler, a despeito da tensão entre indivíduo e sociedade, que lhe é constitutiva, "há espaço nas teorias modernistas para dar mais valor ao individual que ao social, e vice-versa".(IDEM:17).

Assim, vertendo o problema para os termos do antropólogo norte-americano, nascido na Alemanha, Edward Sapir, autor de "Cultura: Autêntica e Espúria":

"A cultura autêntica não é, por princípio, alta ou baixa; ela é apenas inerentemente harmoniosa, equilibrada e satisfaz suas próprios requisitos. Ela é a expressão de uma atitude ricamente variada, mas de algum modo unificada e consistente ante a vida, uma atitude que vê a significação de qualquer elemento da civilização em sua relação com todos os outros. Em termos ideais, é uma cultura em que nada é espiritualmente sem significado, e na qual nenhuma parte significativa do funcionamento geral traz consigo um sentido de frustração, ou de esforço inútil e desarmônico. Não é um híbrido espiritual de remendos contraditórios, de compartimentos impermeáveis da consciência que evitam a participação numa síntese harmoniosa."(SAPIR, 2012:42).

Já a cultura espúria é a cultura da padronização, da massificação, em que os limites estão apagados e na qual os indivíduos não colaboram como membros ativos de uma comunidade, tendo as suas chances de inovação praticamente anuladas, posto que nada se cria do nada. ("Criar significa submeter a forma a uma vontade, não fabricar uma forma *ex-nihilo*.") (IDEM:49).

---

10 Essa incorporação é negada por Antonio Candido, por considerar não ser esse o objeto de Bastide, a libido e as fixações infantis recalcadas, mas "a atuação de elementos sociais e psíquicos condicionados pela raça e comprováveis pelo conhecimento da biografia ostensiva e da sociedade". (CANDIDO, 1993:101)

11 E, desde o ponto de vista da análise de José Reginaldo Gonçalves, em *A Retórica da Perda* (1996), algo submetido a uma retórica da perda, objetos a serem "preservados"

Como podemos perceber, são notáveis as diferenças entre Sapir e Bastide no que diz respeito aos parâmetros utilizados para hierarquizar ou classificar as culturas que estudam. Em princípio, algumas hipóteses podem ser levantadas para tentar entender a questão. Em primeiro lugar, a diferença entre os contextos europeu e norte-americanos e o brasileiros e africano, posto que, nestes últimos, o impacto da industrialização no plano da cultura ainda não havia se generalizado[12]; uma segunda hipótese supõe que Bastide adota uma certa concepção de indivíduo como criador de cultura, ou melhor, de uma variada e efervescente noção de pessoa, de inspiração maussiana, que o leva a minimizar a preocupação com a ameaça de destruição de uma cultura pela outra, circunscrevendo sua pesquisa à regiões do Brasil e da África onde o vigor da cultura, quer em suas próprias criações, quer no modo de incorporação de outras tradições, mostraria o caminho para se superar uma discussão que ameaçava roçar o dogmatismo.

Além disso, consideremos que, para Bastide, este sujeito criador está descolado da ideias de uma origem como fonte de autenticidade, assim como de uma noção romântica de indivíduo criador. Duas passagens de *O Candomblé da Bahia* e e outras duas de *Psicanálise do Cafuné* exemplificam este ponto. Comecemos pelas últimas:

Bastide entende a figura do Aleijadinho a partir do mito que se construiu sobre ele, que, se segue as leis da mitologia ocidental acerca da figura do artista, adquire no Brasil um matiz especial, ou seja, "ao tema do artista-herói atingido pela maldição divina se juntam dois doutros ciclos lendários bem brasileiros, o da macumba com a curandeira preta Helena" (BASTIDE, 1941:19). Contudo, como vimos, não há como fugir da questão da originalidade, pois como ele próprio nos diz, "não basta que duas culturas ou duas artes estejam em contato para se estabelecer imediatamente uma permuta de influências [...] seria necessário esperar uma certa maturidade espiritual, o advento de um determinado estado de espírito para que desejassem inspirar-se em tais obras tomando-as como modelos"(IDEM:24-5") e, neste sentido, a pesquisa é fundamental para poder captar a "originalidade", ou seja, o quanto o mestiço "pôs um pouco de seu coração, de seu complexo de inferioridade, de seu desejo de desforra por meio do êxtase celeste, na obra esculpida ou pintada. Não apenas no tem, mas também na técnica, na escolha das cores, no emprego de materiais, o que é muito mais importante."(IDEM:pp. 26-7).

Passando às outras citações quanto à questão da origem como fonte de autenticidade, afirma o autor:

"Na medida em que reage sobre a mitologia ortodoxa para modificá-la, a luta dos indivíduos ou dos grupos sociais na Bahia vai nos ajudar, cremos, a melhor compreender o que deve ter ocorrido na África e de que maneira a história desagrega a metafísica. (BASTIDE, 1961:32).

"Assim, pois, neste trabalho, não nos preocupa a busca da origem africana dêste ou daquele traço, nem o possível sincretismo dêles com os da civilização luso-brasileira; indicamos ao leitor, quanto a êsse ponto, nossa tese principal[13]. Estudaremos o candomblé como realidade autônoma, sem referência à história ou ao transplante de culturas de uma para outra parte do mundo. Não nos preocuparemos também com o enquadramento das descrições em sistema de conceitos tomados à etnografia tradicional ou à antropologia cultural. Não porque os desdenhemos, mas porque nos parece mais útil abrir horizontes do que caminhar por sendas já percorridas." (IDEM:11).Trata-se, portanto, de tomar o candomblé "como realidade autônoma [brasileira], que pode certamente compreender elementos de diversas origens, mas que não obstante forma um conjunto coerente que pode ser estudado em si mesmo"(IDEM:15), ou seja, em seus elementos sincrônicos, descolados tanto de seu passado como de suas perspectivas futuras.

Por um lado, cabe aos propósitos de Bastide investigar comparativamente o modo como determinados fatos da cultura se modificaram ao longo do tempo, o que vai lhe permitir, de forma quase paradoxal, melhor compreender o sentido dos cultos africanos por intermédio do exame das transformações que eles sofreram no Brasil.

---

12 Embora fora do alcance deste texto, devemos mencionar a importância das tradições intelectuais, das quais Bastide e Sapir vieram, uma enfatizado a cultura em sua autenticidade e a outra, a civilização e sua atividade, que podem ter orientado de um modo ou de outro ambas perspectivas.

13 Trata-se da tese "Initiation aux recherches sur les interpénétrations de civilisations", de 1948, com que, juntamente com *O Candomblé da Bahia (Rito Nagô),* lançado em 1958 , obteve seu *doctorat d'État* na Universidade de Paris.

Por outro, a razão ocidental, cujo desenvolvimento levará ao que Sapir identifica como "cultura espúria", continua sendo o Outro, com o qual se defronta a gnose afro-brasileira, o que faz com que tentando conferir a esta última uma dignidade intelectual própria, ele não hesite em afirmar que: "os cultos ditos populares não são um tecido de superstições [mas], pelo contrário, subentendem uma cosmologia, uma psicologia e uma teodicéia; enfim, que o pensamento africano é um pensamento culto." (IDEM:12).

É, portanto, no sentido que acabamos de ver que Bastide contorna o problema da massificação e da padronização tal como Sapir o coloca, como cultura espúria em contraposição à cultura autêntica . Assim, o Brasil e a "África" também aparecem como campo para a afirmação de sua própria epistemologia e, por outro lado, como contexto "perfeito" para descartar a ideia de autenticidade, pois, como sugere Laplantine (2002),

"desde as primeiras páginas desse livro [De perto e de Longe] ele anuncia as interrogações, colocadas somente depois de alguns anos sob o nome de "globalização" e começa a nos dar alguns elementos para a resposta. Ele toma consciência de que uma nova relação com o espaço está em vias de se formar: uma relação com um espaço que diminui (e é então suscetível de nos aproximar uns dos outros) e com um tempo que se acelera e cria a distância, a "incompreensão" e a exclusão. Essa tensão entre o próximo e o distante, que Bastide não apenas percebe, mas começa a analisar desde os anos de l950-60, quando fica atento especialmente a essas formas reativas de antiglobalização e de anti-cosmopolitismo nacionalistas e identitárias, tais como os movimentos messiânicos do Terceiro Mundo, é tarefa dos antropólogos e sociólogos de nossa época reexaminar."(LAPLANTINE, 2012).

Por último, resta ainda nos determos um pouco mais no que anunciei antes, a possibilidade de que a concepção de sociologia de Bastide implique uma certa reflexividade sobre o real, no sentido que Roy Wagner propõe quando afirma que "o antropólogo de fato 'inventa' a cultura na medida em que interage com as pessoas que estuda (pessoas que estão, é claro, ao mesmo tempo inventando um modo de incorporar o antropólogo em seu universo dotado de sentido, presumivelmente não nos termos do conceito ocidental de cultura)."(GONÇALVES, 2012:16)

Ou seja, Bastide colocou-se como participante da cultura que estudou, foi elemento catalisador de mudanças, mas também aberto à conversão por esta cultura? Ou tratar-se-ia, pelo contrário em uma participação contaminada por um etnocentrismo às avessas, conforme a observação de Peter Fry, citada por Laplantine? "É sem dúvida essa 'verdadeira paixão' por Salvador e seus candomblés, 'me abrindo', assim como ele declara em 1944 a um jornal brasileiro,' novos caminhos que eu jamais imaginaria', que permite compreender um certo 'etnocentrismo ao contrário', do qual fala Peter Fry. Essa idealização da África reencontrada no Brasil, e com a qual ele tende a se identificar, o conduz, algumas vezes, neste livro, a certos julgamentos de valor ('o erotismo libidinoso do europeu e o amor casto do africano') (LAPLANTINE:205). Ela o leva a perceber com um olhar mais solidário aqueles que partilham da fé no "verdadeiro candomblé" (IDEM:143), e a considerar com um olhar mais distanciado a "negritude" recomposta e reinterpretada na Europa, o surrealismo, por exemplo, e tudo o que é "reinterpretação da África através das categorias lógicas e afetivas da mentalidade ocidental"(IDEM:141).

Esta visão está longe de ser consensual e, pelo que vimos da concepção de cultura de Bastide, tendemos a apoiar a análise de Fernanda Peixoto, para quem a viagem do autor "mostra [...] como os intérpretes, eles mesmos viajantes e tradutores, contribuem não apenas para a decifração dessa trama de símbolos e figuras retóricas interconectadas, mas auxiliam a construí-la, na medida em que agregam novos elementos a esse complexo, sempre plástico e móvel" (PEIXOTO, 2010:45).

O que importa, em suma, em vez da busca de uma substância, é a investigação do modo pelo qual algo se torna o outro do outro. Importam os mecanismos da análise, a condensação, o deslocamento, os recalques e as catarses. "Variações sobre a porta barroca" começa com a pergunta: o que é o barroco? A resposta só é dada para ser negada mais adiante. Não existe uma resposta única: há o barroco do Aleijadinho e dos haitianos, o barroco europeu e o brasileiro. Determinados traços mais gerais o configuram, mas a sua substância, se é original, só o é por um instante, e só vale a originalidade que é tributária do modo de incorporação, da *bricolage*.

BIBLIOGRAFIA

BASTIDE, R. (1941), *Psicanálise do cafuné,*Curitiba: Guaíra.

_____. (1959), *Sociologia do folclore brasileiro,* São Paulo: Anhembi.

_____. (1961), *O Candomblé da Bahia (Rito Nagô),* São Paulo:Companhia Editora Nacional.

_____.(1970), "Mémoire collective et sociologie du bricolage", Paris: *L'Année sociologique*, 21, pp. 65-108.

_____. (1973), *Estudos afro-brasileiros,*São Paulo:Perspectiva.

_____. (1997 [1946]), *Poetas do Brasil,* São Paulo: Duas Cidades/Edusp.

_____. (2011 [1948]) " Variações sobre a porta barroca", "Ensaio de uma estética afro-brasileira", "Sociologia e Literatura comparadas". In FREHSE, F., TITAN JR., S. (eds.), *Impressões do Brasil,* São Paulo: Imprensa Oficial.

GONÇALVES, J.R. (2012), "O Modernismo Antropológico de Edward Sapir" e "Edward Sapir: Forma Cultural e Experiência Individual". In *Sociologia &Antropologia*, Rio de Janeiro:PPGSA, UFRJ, 4 (2), pp. 11-34.

_____. (1996), *A Retórica da Perda. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil.* Rio de janeiro, Editora UFRJ/Ministério da Cultura-IPHAN.

LAPLANTINE, J. (2002), "Prefácio ao Livro de Roger Bastide Le prochain et le lointain". In *CAMPOS - Revista de Antropologia Social,* Curitiba:UFPR-Fundação Araucária-CAPES-CNPq.

MELLO E SOUZA, Antonio Candido. (1993), "Roger Bastide e a literatura brasileira". In A.C. Mello e Souza, *Recortes*, São Paulo:Cia. das Letras.

_____. (1997), "Prefácio". In R. Bastide, *Poetas do Brasil*, São Paulo:Duas Cidades/ Edusp.

PEIXOTO, F. A. (1999), "Diálogo 'Interessantíssimo' Roger Bastide e o modernismo" .In *RBCS*, 40(14), São Paulo: ANPOCS, pp.93-109.

_____. (2000), *Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*, São Paulo: Edusp/ FAPESP.

_____. (2010), "Bastide e Verger entre "áfricas" e "brasis": rotas entrelaçadas, imagens superpostas". In *Revista IEB,* 50, São Paulo: Edusp, pp. 13-66.

QUEIROZ, Maria I.P. de. (1994), "Roger Bastide, professor da Universidade de São Paulo". In *Estudos Avançados*,8(22), São Paulo: USP, pp.13-66.

SAPIR, E. (2012), "Cultura: Autêntica e Espúria". In *Sociologia &Antropologia*, Rio de Janeiro: PPGSA-UFRJ, 4(2), pp. 35-60.

Um olhar crítico sobre a ciência e a educação enquanto pressupostos da "civilização"

Mariana Toledo Ferreira[1]

Stefan Klein[2]

Resumo: A apresentação aqui esboçada propõe pensar o constructo de civilização a partir da articulação entre ciência e educação, especificamente na chave de como a prática científica, fortemente associada a determinadas formas de institucionalização da educação superior, constitui critério para compor uma ideia de civilização. O modo de realizar esse debate, do ponto de vista teórico, contrastará linhagens de concepção da ciência e seu ambiente educacional-institucional à luz da relação centro-periferia, considerando que as compreensões a respeito do "civilizado" são produzidas de modo assimétrico, e sua circulação e apropriação precisam ser investigadas. Assim, pretende-se identificar se e quais pressupostos assumem o caráter de legitimação de padrões civilizacionais na esfera da ciência, visando analisar criticamente o diálogo com ou a imposição de vertentes de interpretação da ciência.

Palavras-chave: sociologia da ciência; universidade; relação centro-periferia; civilização; produção de conhecimento.

Apresentação

O texto aqui apresentado procura refletir acerca da maneira através da qual alguns dos desenvolvimentos recentes da educação superior, do ponto de vista da organização institucional e de sua concepção, encontram-se ligados a perspectivas culturais e civilizacionais. Além disso, buscará compreender sua relação com propostas de organização da ciência, que tomem por exemplo um olhar que – como buscaremos sustentar – implícita ou explicitamente incorpora certos padrões que podem ser entendidos na chave de disseminação da civilização.
Para isso, escolhemos dividi-lo em três partes distintas: após essa breve apresentação, passa-se à sucinta discussão da educação superior, visando delinear o desenho acadêmico-institucional no contexto do qual se situam nossas observações. A seguir, adentramos o debate sociológico sobre a produção do conhecimento científico para, finalmente, refletir acerca das continuidades e rupturas que poderiam estruturar um questionamento a lógicas lineares de desenvolvimento – e, portanto, de enraizamento social, civilizacional e cultural da ciência – que corroboram modelos únicos para a consecução da atividade científico-acadêmica.
Consideramos que esse percurso nos permitirá retomar aspectos importantes tratados por outras/os autoras/es, tanto no que diz respeito ao "sistema" da educação superior, como costuma ser chamado, quanto enfocando as diretrizes e perspectivas de reflexão da sociologia da ciência. De modo simultâneo, entende-se que, paralelamente, a releitura dos argumentos oferece a oportunidade de problematizar alguns deles e, assim, apontar limitações nas linhas de raciocínio adotadas que, em maior ou menor grau, padeçam da incorporação de pressupostos que devam ser questionados.

---

1 Mestre e doutoranda em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Bolsista do CNPq. E-mail de contato: mariana.toledo.ferreira@usp.br.

2 Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (SOL/UnB). Mestre e Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Foi bolsista de mestrado e doutorado do CNPq, de doutorado-sanduíche do DAAD, tendo realizado seu estágio doutoral na Johann Wolfgang Goethe-Universität Frankfurt am Main (Alemanha). E-mail de contato: sfk@unb.br.

Alguns pressupostos e traços do formato institucional da educação superior no Brasil

Se nos parece desnecessário recuperar em detalhes o contexto de criação seja da concepção de universidade moderna, comumente associada à implantação da Universidade de Berlim, no início do século XIX, na Alemanha, seja – para ficar com a formulação de Luiz Antônio Cunha – da "universidade temporã" (Cunha, 1980) associada ao Brasil, decerto é frutífero apontar alguns dos aspectos subjacentes a como, sobretudo, os conceitos de "cultura" e de "formação", na chave da ideia alemã de *Bildung*, foram relevantes para que se disseminasse um certo ideário acerca do papel social e do sentido atribuído à educação superior e que, ao longo do tempo, acabaria sendo transmitido também à universidade propriamente dita, que ganha contornos mais específicos no que diz respeito às suas atividades. Retomando alguns desses traços de maneira bastante sumária, talvez deva-se destacar o fato de que, em seu escrito pioneiro, datado de 1809/1810, Wilhelm von Humboldt (2010) refere-se aos "estabelecimentos científicos superiores" em Berlim, ou seja, não coloca a sua reflexão nos termos estritos da universidade enquanto instituição, preocupando-se, antes, com o significado a ser assumido pela atividade científica *lato sensu*.

> Sua essência consiste, portanto, em que se combinam internamente a ciência objetiva com a formação subjetiva e, externamente, a educação escolar com a educação superior [*Studium*] sob direção própria ou, antes, que se provoque a transição daquela para esta. De todo modo, o ponto principal permanece sendo a ciência (Humboldt, 2010 [1809/1810]: 229).

A referência a que se combine fatores objetivos e fatores subjetivos, aquele sendo a ciência, e este a formação, mostra de que maneira se pretende articular um desenvolvimento individual e um acúmulo do ponto de vista social. Ao mesmo tempo, deve-se notar a ausência de qualquer referência à civilização nesses textos fundadores – além de Humboldt, também Fichte e Schleiermacher se engajaram no debate da época – mas, decerto, pode-se indicar como relevante a menção, logo no parágrafo de abertura do texto humboldtiano, à noção de "cultura".

> O conceito dos estabelecimentos científicos superiores, enquanto cume em que converge tudo que ocorre imediatamente com vistas à cultura moral de uma nação, assenta-se em que tais estabelecimentos encontram-se determinados a modificar a ciência em seu sentido mais profundo e mais geral, e apresentá-la, não propositalmente mas intrinsecamente, como um conteúdo preparado para o uso referente à formação espiritual e dos costumes (*Id*., *ibid*.).

Das duas citações acima depreende-se, portanto, como evidente que as duas principais preocupações de Humboldt – a *formação* subjetiva que, muito frequentemente, foi traduzida por *cultura* na língua portuguesa, e a atividade da *ciência* – constituem o cerne desses estabelecimentos, e que o cultivo individual deve refletir-se em, bem como expressar, a existência de uma *cultura* em sentido mais geral, que assuma, como indicara, um caráter nacional.

Um salto histórico nos permitirá um olhar rápido sobre o processo de modernização pelo qual o pressuposto da implantação e, sobretudo, disseminação da universidade passou no Brasil, visto aqui a partir de estudos de caso da UFRJ e da USP, aquela sendo a primeira universidade aqui fundada – originalmente com o nome de Universidade do Brasil – e esta apresentando-se como uma expressão do liberalismo ilustrado, tomando por base alguns dos preceitos que orientaram a nova institucionalidade da universidade moderna acima referida. A modernização citada, que foca acima de tudo o período da Reforma Universitária pós-1968, decerto reflete muitos dos anseios que ainda algumas décadas depois vêm sendo imputados à educação superior. A autora desse estudo afirma que se pode notar, à luz dos processos de racionalização em voga, como a

> hegemonia do modelo norte-americano de universidade, implantado com a Reforma Universitária de 68. Este novo modelo substituiu os modelos clássicos alemão e francês de universidade, que exerceram forte influência sobre a UFRJ e sobre a USP, até a década de 60. A busca quase que obsessiva de maior racionalização para as universidades, sobretudo as públicas, tem levado à diluição das Faculdades de Filosofia e de Ciências Sociais como locus

> privilegiado de resistência crítica, política e cultural. Estas faculdades e os profissionais que nelas atuam têm se inserido cada vez mais no processo de racionalização capitalista ou na lógica do capital, perdendo a sua função tradicional de formação e transmissão de uma cultura livre e desinteressada (Paula, 2000: 190).

A referência de uma cultura do saber livre e desinteressado, citada no texto como um norte para essas instituições no Brasil e que, desse modo, também se espraiou em algum grau para outras universidades – ainda que de modo algum para a educação superior como um todo – brasileiras, nos permite estabelecer um parâmetro mínimo no quesito da importação de um modelo que acaba sendo dissociado do contexto sócio-histórico de sua fundação. Em contraposição, é interessante notar que a autora destaca um aumento, em ambas universidades, das funções e da relevância por parte das atividades de extensão universitária, e que acaba por configurar uma das expressões do processo de burocratização que acompanha esse movimento modernizador.

Se, no entanto, esse movimento possui traços particulares no contexto histórico brasileiro, sobretudo quando se considera a existência do regime ditatorial militar a partir da década de 1960, que teve papel central para dirigir o tipo de modernização (conhecida pela alcunha de "conservadora") implementada no Brasil, mudanças semelhantes também atingiram universidades e a educação superior ao redor do mundo como pode, por exemplo, ser observado com base na argumentação de Bill Readings (1996). O pressuposto que nos apresenta é o de que a universidade deve ser diagnosticada como "arruinada", a fim de que se consiga reconcebê-la a fundo, sem que se permaneça preso a exigências ou expectativas que não mais encontram respaldo no atual contexto histórico-social.

Desse modo, no esteio da perda de importância do Estado-nação na contemporaneidade, ele afirma que "as exigências de pesquisa científica nas humanidades de uma Geisteswissenschaft […] não mais se encontram refletidas nem garantidas por uma ideia-guia de cultura para a Universidade como um todo" (Readings, 1996: 62)[3]. Ao invés de enxergar isso simplesmente como uma perda do ponto de vista da experiência, propõe que exista a possibilidade de aproveitar-se do momento e dessa guinada para repensar radicalmente o modelo de universidade pretendido.

Modelos epistemológicos hegemônicos e tentativas de contestação

A possibilidade de abertura, em termos de concepção, do tipo de instituição que se pretenda estar representada pela universidade – ou seja, não pela educação superior como um todo, mas por um desenho institucional particular – efetivamente pouco impacto provocou sobre a diversidades de propostas de organização. Cabe remeter, para ficarmos com apenas um exemplo, a como o espaço europeu idealizou o Processo de Bolonha: substituiu os modelos atrelados às distintas nações por outro de caráter unívoco, ignorando eventuais especificidades locais ou regionais em termos de que forma esse processo educacional haveria de assumir. Poder-se-ia pensar que, em certa medida, a interpretação de Readings serviu para substituir um modelo hegemônico por outro, sem considerar a fundo a alternativa de propor maior diversidade.

Nesse sentido, podemos recorrer a como Sandra Harding, há cerca de duas décadas, colocava em questão o debate em torno da concepção de "etnociência", visando delinear quais os conflitos e as disputas em voga. Inserindo-se em meio às diversas correntes, tal qual os estudos pós-coloniais, que buscavam contrapor-se à hegemonia dos antigos poderes coloniais, bem como, de maneira mais recente, dos EUA, o problema que se apresenta é o de em que medida o partilhamento de uma semântica, de um vocabulário comum dificultaria repensar radicalmente os pressupostos de ordem epistemológica. Afirma a autora:

---

3 "A Universidade, simplesmente, não é mais moderna na medida em que não mais necessita da grande narrativa da cultura para poder trabalhar. Como instituição burocrática de excelência, ela pode, assim, comportar um elevado índice de caos interno sem pretender unificar a multiplicidade dos diversos idiomas em um todo ideológico" (Readings, 1996: 56).

> Como sempre é o caso, discursos hegemônicos eurocêntricos bloqueiam a saída fácil de seu arcabouço conceitual. A 'ciência moderna' reinscreve a dicotomia eurocêntrica entre as ciências dinâmicas e progressivas do Norte, e o conhecimento estático, tradicional e historicamente imutável de outras culturas. Esse contraste implica que o Norte leva adiante a trajetória da história humana, enquanto as culturas do Sul apenas têm uma tradição estática, imutável. Além disso, a 'ciência Ocidental' replica o pensamento dualista, 'orientalista' que pretendo evitar, e a 'ciência europeia' falsifica a origem multicultural dessa tradição e os seus atuais participantes. Não há solução para problemas assim, dado que o que falta não é um conjunto de termos corretos, mas um discurso ou uma episteme pós-colonial largamente partilhada para conectá-las de maneiras não-controversas. Devo, aqui, restringir-me à linguagem recente (ainda que continue problematicamente dualista) de Norte e Sul (Harding, 1997:. 41 – aspas no original).

Interessantemente, o que predomina em seu argumento é a presença das ideias em torno de "tradições culturais" ou de "povos", sempre buscando expressar as especificidades e condicionantes culturais – sem desembocar no culturalismo – que moldaram as ciências, permanecendo ausente a referência à "civilização". Ao mesmo tempo, pode-se identificar certos traços culturais que, de uma ou de outra maneira, encontram-se ilustrados em seu texto através da nomeação de exemplos que expressam interesses ligados a uma expansão de cunho civilizatório, ou seja, que diz respeito a aspectos práticos do processo colonizador[4]. Igualmente importante é o fato de que, como Harding destaca, efetivamente poder-se identificar trocas de mão dupla – ainda que hierarquicamente estruturadas – haja vista que ao longo do tempo a ciência moderna, de caráter predominantemente eurocêntrico, também incorporou contribuições nativas ou indígenas (*indigenous*) as mais variadas como, por exemplo, a acupuntura ou os numerais arábicos.

Evidentemente, o que se encontra em questão aqui e que, por vezes, é deixado em segundo plano, é a dimensão do poder subjacente a tais processos. Parte significativa do argumento de Susantha Goonatilake dirige-se precisamente a essa problemática, devendo salientar-se que traz o conceito de civilização como mediador. Seu raciocínio orienta-se a partir da necessidade de haver um projeto, sobretudo quando se considera que o contexto colonial-civilizacional europeu esteve marcado precisamente por uma concatenação de planos.

> Assim, sistemas de conhecimento inteiramente diferentes, correspondentes a desdobramentos históricos em contextos civilizacionais diferentes, se tornam possíveis. Isso traz a possibilidade de que, em situações e contextos históricos distintos, possam emergia ciências muito diferentes da tradição europeia. Logo, é possível um conjunto inteiramente novo de leis da ciência natural 'universal', mas socialmente determinada. Deve-se notar que as mudanças sociais que ocorreriam sob a dominação dos poderes ocidentais, e as ciências às quais esses poderes deram origem, não podem ser consideradas universais. Verdadeiras alternativas na ciência, ao menos como possibilidade social e histórica, também existem para contextos civilizacionais diferentes (Goonatilake, 1988: 229-230).

Logo, o que se tem é a necessidade de uma ruptura do ponto de vista social – que pode tomar tanto um viés civilizacional quanto cultural, conquanto expresse especificidades de ordem social –, sendo o redirecionamento radical uma das diretrizes que emana dessas disputas, pois um novo olhar epistemológico só pode resultar de transformações mais abrangentes. Noutros termos: o embricamento social da ciência, conforme será visto adiante, pressupõe que sua alteração a partir de mudanças internalistas seja sempre limitado, pois o suporte civilizacional ou cultural é de enorme relevância para que se consiga apreendê-la.

Quando, por sua vez, Antonio Botelho (1997) trata da relação entre o discurso de políticas de ciência e tecnologia

---

4 Ela formula a subordinação da(s) ciência(s) e dos temas candentes da seguinte maneira: "Assim, padrões culturalmente distintos, tanto do conhecimento sistemático quanto da ignorância sistemática, são facilmente detectáveis da perspectiva de culturas com diferentes propósitos" (Harding, 1997: 46).

para o desenvolvimento (*science and technology policy for development discourse* – STPDD) e os estudos de ciência e tecnologia (*science and technology studies* – STS), o que está no cerne de sua abordagem é, em grande medida, a maneira como, no contexto latino-americano, tem-se uma distorção de parte dos argumentos, pois a centralidade do desenvolvimento está posta com base na "*retórica do progresso*". No âmbito dessa retórica e do discurso supracitado, inclusive, é que se localiza a percepção de que teria havido o desenvolvimento de alguns centros de excelência de pesquisa nessas localidades; logo, a produção de conhecimento encontrar-se-ia subordinada aos ditames das nações centrais que influenciassem esse processo. Esse entendimento, se encontra certo respaldo no que diz respeito à organização institucional – o foco neste texto – deve ser matizado quando nos referimos a questões epistemológicas, haja vista a importância que, dentre outros, as reflexões elaboradas em órgãos como a FLACSO ou a CEPAL desempenham para um olhar específico sobre o contexto de dependência ou periférico.

Considerações acerca das formas contemporâneas de organização da ciência

As modificações do desenho institucional, acompanhadas – mesmo que, por vezes, sem uma relação imediata – pelas diversas frentes de questionamento à hierarquia no âmbito da ciência, da circulação do conhecimento e das diretrizes epistemológicas, viu-se confrontada com pressões externas de diferentes ordens. A seguir, numa tentativa de aproximar questões postas ao longo deste texto, perpassaremos em especial duas correntes que se dedicaram a oferecer interpretações dessas novas relações no âmbito da produção do conhecimento, no que visamos enfatizar traços de reconfiguração de aspectos externos ligados a modificações no âmbito da organização da ciência.

Em resposta à crise do petróleo nos anos 1970, à recessão econômica e ao desemprego nos anos 1980 e 1990, os governos – e, em menor nível, as empresas – passaram a exigir uma rearticulação entre a ciência, o Estado e a indústria, sendo que a ciência e a tecnologia passam a ser consideradas como panaceia para o baixo crescimento econômico. Segundo Shinn (2002), sociólogos, economistas, cientistas políticos e formuladores de políticas públicas para a ciência responderam a essas novas demandas, discursos e projetos políticos, industriais e sociais de diversas maneiras, tentando dar conta das transformações observadas nas interações entre a pesquisa científica, a indústria e o Estado, e também a estabelecer modelos de como essas interações funcionam ou deveriam funcionar.

Uma série de diagnósticos, pesquisas, relatórios governamentais, entre outros materiais foram, então, elaborados como maneira de dar conta dessas e outras transformações na paisagem acadêmica e científica no pós Segunda Guerra Mundial. Nossa questão aqui não é definir se – ou em que medida – essas transformações estão de fato acontecendo, mas olhar para algumas dessas teorias de reconfiguração do relacionamento entre ciência e sociedade à luz da noção de civilização.

Entre as diversas modificações discutidas é possível citar: (i) a internacionalização e a globalização da pesquisa científica; (ii) a crescente interdisciplinaridade (e o possível fim das disciplinas científicas); (iii) o aumento crescente dos custos da pesquisa e a necessidade de diversificação do financiamento (crescente competição por financiamento externo, além da constante falta de financiamento no interior das universidades); (iv) o aumento da importância da ciência na economia e o fato de as novas tecnologias serem mais imediatamente baseadas em pesquisa básica do que antes; (v) o crescimento dos acordos entre universidade e empresa e a lógica empresarial crescente no interior da universidade; (vi) a criação de escritórios de transferência de tecnologia nas universidades em paralelo com a pesquisa proprietária e o segredo industrial; (vii) a preferência por pesquisas de curto prazo com resultados mais imediatos; (viii) a complexificação institucional da estrutura de pesquisa e ampliação dos atores envolvidos.

Uma série de termos foi incluída no debate para tentar capturar as características dessa "nova" situação, de modo a contrastá-la com "velhas" imagens da ciência. As mais frequentes são a ciência pós acadêmica (Ziman, 1996); o modo 2 (Gibbons *et al*., 1994); a tripla hélice (Etzkowitz & Leydesdorff, 2002) e o capitalismo acadêmico (Slaughter & Leslie, 1997). Para este artigo focamos nos dois diagnósticos mais conhecidos, a saber o *modo 2* – também conhecido como a "Nova produção do conhecimento científico" – e a *tripla hélice*.

Os autores de a *Nova produção do conhecimento* (1994) delineiam as transformações no fazer científico e nas relações entre ciência e sociedade por contraste do que seria a situação anteriormente. A pesquisa no modo 1 seria tipicamente centrada na universidade autônoma, nas disciplinas científicas independentes, com hierarquias acadêmicas, homogeneidade, liberdade na escolha dos temas de investigação e distância entre o contexto da descoberta e o contexto da aplicação de novas ideias. Por contraste, o modo 2 de produção de conhecimento – o que busca descrever a ciência atual – seria caraterizado pelo enfraquecimento da universidade moderna, pelo desaparecimento das disciplinas científicas e pela diminuição do controle dos cientistas sobre a direção e o conteúdo de seus programas de pesquisa. Ele se definiria por uma nova interdisciplinaridade, uma grande mobilidade de pesquisadores e peritos, organizados temporariamente em torno de problemas urgentes, notadamente de tipo econômicos e sociais. Segundo esse modelo, a sociedade rejeitaria cada vez mais as prerrogativas anteriores da ciência, sua autonomia institucional e sua identidade epistemológica e cultural (Shinn, 1999; Elzinga, 2002).

Ao contrário, a abordagem da tripla hélice enfatiza a importância das continuidades históricas; as relações anteriores entre universidade, indústria e Estado perduram, mas se estabelecem a partir de uma nova lógica, de uma interdependência dinâmica entre os três polos. A inovação é explicada como um produto da formação de coalizões e de padrões de rede, motivadas pela busca de vantagens competitivas, levando ao agrupamento de mecanismos de inclusão[5].

Diferentemente dos propagadores do modo 2, os protagonistas da tripla hélice realizaram diversos estudos empíricos sobre as mudanças nas relações entre os três polos, em diversos setores econômicos e científicos, como a biotecnologia e a informática. Essa inclusão de informações detalhadas no processo de construção do modelo da tripla hélice parece contrastar com as formulações do modo 2, que não repousam em nenhum tipo de informação concreta ou pesquisa empírica. Nesse sentido, segundo Shinn (2002), não apresentam ao leitor nenhum tipo de controle ou delimitação sobre em que áreas do conhecimento ou países essas asserções seriam válidas, tampouco em que medida podem – ou não – ser generalizadas.

Apesar de pretensamente descritivo, o esquema do modo 2 é lido mais como normativo, isto é, como apologia da comercialização e das tendências da globalização macroeconômica. Já a tripla hélice leva em conta diferenciações e distinções entre ciência e tecnologia, indústria e universidade, sociedade e saberes. Ao mesmo tempo, não reconhece que tanto a universidade, quanto a indústria e o Estado, situam-se em contextos nacionais específicos, sendo que há também a diferenciação de instituições dentro de um mesmo contexto nacional[6]. Esse fato não diminui a importância de fenômenos globais ou multinacionais, mas até o momento a desnacionalização não eclipsou a face nacional da organização e do financiamento da pesquisa e do ensino[7]. Assim, também, deve-se olhar com maior cuidado e, em certa medida, matizar a hipótese de Readings supracitada.

Mas talvez a crítica mais contundente realizada a esses dois modelos seja a de Elzinga (2002), que afirma que ambos seriam reducionistas e tenderiam a olhar para uma única dimensão ou fenômeno que pode ser equivalente a 1/20 da paisagem científica mundial. De acordo com o autor, eles selecionam aspectos limitados na estrutura da ciência e estilizam as condições e os eventos reais de modo a produzir uma imagem de um espaço aberto em que os interesses dos diferentes atores se confundiriam e as fronteiras entre instituições e contextos locais seriam cada vez menos importantes (ou inexistentes).

Segundo Terry Shinn:

> O exame cuidadoso da hipótese da nova produção do conhecimento e do modelo da tripla hélice sugere que a mensagem descontinuista reflete com maior frequência uma agenda político-partidária e ideológica do que a história e a sociologia de orientações sérias. Muitos

5 Nem o modo 2 nem a Tripla hélice têm muito a dizer sobre a universidade enquanto instituição, sendo que o foco na informação, comunicação e mobilidade acaba por obscurecer a significância das habilidades e competências e do processo formativo (Elzinga, 2002).

6 O que é igualmente verdadeiro para as empresas.

7 A questão seria, talvez, pensar sobre quais setores econômicos e quais campos cognitivos estão mais fortemente ligados aos sistemas nacionais, e quais são menos suscetíveis a constrições dessa ordem.

> dos defensores mais injuriosos e radicais da descontinuidade são, eles mesmos, atores do governo, da indústria ou consultores. Outros, mais próximos à academia, direcionaram suas carreiras aos estudos radicais de descontinuidade – financiando o seu trabalho de pesquisa via os cofres industriais e governamentais (1999: 172).

Nesse mesmo sentido, Pestre (1997) se refere a esses modelos como tendo uma função quase política: as descrições que oferecem implicam valores que, na ausência de críticas, cairiam na armadilha de apologia da desregulamentação neoliberal e dos aspectos econômicos da globalização.

Além disso, os diagnósticos sobre a crescente coletivização e internacionalização da ciência, com aumento significativo das parcerias entre países e uma comunicação e colaboração mais intensas entre pares, geralmente não leva em conta que se trata de fenômenos desiguais, principalmente no que diz respeito às diferenças entre Norte e Sul, implicando novos mecanismos de inclusão e exclusão. Consistem em novas formas de interdisciplinaridade e colaboração internacional, desiguais, dispersas em relações centro-periferia que, em certa medida, reproduzem as desigualdades econômicas e sociais existentes (Elzinga, 2002).

Nas discussões atuais sobre um novo modelo de produção de conhecimento ou um novo contrato social para a ciência, novas imagens e metáforas estão substituindo as antigas, ligadas ao modo 1, dessa vez baseadas em uma epistemologia social informada pela globalização e pela suposta fusão de interesses entre os diferentes atores na indústria, no governo e na academia. Esses novos modelos e metáforas não são menos reducionistas que seus antecessores, e dado o novo contexto, podem servir para reforçar e legitimar novos arranjos organizacionais.

Segundo Elzinga (2002) e Shinn (2002), partindo de diversas conferências com formuladores de políticas públicas, reitores e administradores de pesquisa, essas metáforas vêm se tornando profecias auto realizadas em alguns círculos. As conferências da tripla hélice, por exemplo, foram ativamente utilizadas para propagar esse modelo para regiões do terceiro mundo, sendo transmitidas, também, formas organizacionais, linhas de atuação e metodologias para um novo modo de produção de conhecimento. Mostra-se, com isso, que continua vigente um esforço de proporcionar modelos e exemplos que, em maior ou menor grau, foram gestados e constituídos de maneira autônoma e independente face ao contexto econômico em que pretendem ser aproveitados.

De todo modo, as tendências de uma perda de centralidade do Estado-nação parecem bem documentadas, o que impede que se vá tão longe a ponto de desconsiderar por completo influências e condicionamentos oriundos dessas especificidades. Yves Gyngras (2002), por exemplo, mostra que, como no domínio econômico, um dos efeitos da globalização do campo científico é o de "desnacionalizar" os espaços de produção e dar acesso a novos lugares fora das fronteira nacionais, incluindo, entre outros, uma série de debates e disputas sobre onde construir grandes laboratórios internacionais, mostrando que a *big science* estimula uma interação forte entre o campo científico e o campo político, exigindo ou, ao menos, pressionando com vistas a formas de conformação e de adaptação face a tais reconfigurações e à transversalidade geopolítica assumida pela pesquisa.

Como parte desse processo, a homogeneização linguística do campo científico em favor do inglês progride rapidamente, levando Gingras (1984) a refletir sobre os valores relativos das diferentes línguas nacionais no mundo científico e a progressiva separação entre o inglês, como língua oficial da "pesquisa de ponta", e os idiomas nacionais como línguas para sínteses, manuais didáticos e outras formas de divulgação científica. A falta de oposição à homogeneização linguística se daria, em certa medida, pela não associação entre ciência e cultura: "Nos limites do campo científico, essa homogeneização linguística foi aceita sem muita resistência emocional porque, para os cientistas, a língua de expressão remete menos à expressão de uma cultura constitutiva de uma identidade nacional que a um instrumento de comunicação" (Gingras, 2002: 40).

Considerações finais

Nossas considerações finais dedicam-se a pensar a relação centro-periferia em termos de um olhar sustentado pela teoria da "dependência acadêmica", proposta por Syed Farid Alatas (2003), a fim de fornecer contornos para que se possa começar a pensar, com maior profundidade, os diversos modos de reconfiguração da prática científica. Pensando especificamente no contexto das ciências sociais, ele apresenta uma definição delimitada a partir de seis dimensões, a saber:

> 1. Dependência de ideias, 2. Dependência da mídia de ideias, 3. Dependência da tecnologia de educação, 4. Dependência no auxílio em pesquisa assim como ensino, 5. Dependência no investimento em educação, 6. Dependência dos cientistas sociais do terceiro mundo por demanda de suas capacidades no Ocidente (Alatas, 2003: 604-605).

É importante observar que, para o nosso escopo, mostra-se fundamental a constatação de que, de um lado, há uma dependência de ideias que diz respeito tanto à forma institucional adotada para o caso brasileiro, ou seja, o papel da universidade, ao mesmo tempo em que a disseminação de institutos de pesquisa permaneceu em segundo plano: assim, tem-se ainda algum tipo de 'relação parcelada' desse tipo de dependência. De outro, Alatas pouco discute a estrutura institucional, tal qual realizamos ao longo do nosso texto, orientando-se mais pelo aspectos econômico-financeiros da dependência face ao arcabouço institucional que sustenta a prática científica.

Com isso, não se pretende atribuir a Alatas um economicismo simplista, mas tão somente por em questão o fato de que a influência financeira encontra-se, em grande medida, precedida por uma influência nesse nível da(s) instituição(ões), ou seja, de que possivelmente, até mesmo no que diz respeito à viabilidade e ao fluxo das contribuições de investimento, haja uma importância muito significativa da existência desse desenho institucional que confira sentido a tal tipo de influência. É em virtude disso que voltamos o nosso olhar com maior especificidade ao modo de organização da educação superior, pois consideramos que essa relação tem sido negligenciada.

Há de se notar, ainda, que o modo de Alatas (2003: 606) conceber a relevância de países semi-periféricos talvez dificulte a separação dessas categorias. Isso dá-se, sobretudo, pois da perspectiva de um ou mais centros, pode-se entender que os países que, de acordo com ele, ocupam a posição de semi-periféricos possam ser entendidos como secundários na troca e produção de conhecimento mas, de uma perspectiva periférica, poder-se-ia com alguma facilidade afirmar que sobretudo Alemanha e Holanda recebem cada vez mais atenção precisamente nos diferentes quesitos por ele indicados. Esse raciocínio vale, em especial, para o caso aqui analisado, em que diversos sistemas universitários ao redor do mundo, notadamente no Brasil, sofreram influência significativa do modelo da universidade moderna alemã, conforme sua concepção idealizada no debate entre Humboldt e seus colegas.

Similarmente, esse tipo de centralidade ressoa, mesmo que sem o mesmo ímpeto civilizador, na parte final do artigo de Alatas, em que ele reflete sobre as possibilidades de trabalhar contra a manutenção da dependência e do neo-colonialismo acadêmicos, sendo uma das formas citadas:

> O desenvolvimento de uma comunidade vibrante e criativa das ciências sociais não pode ocorrer sem um setor de educação terciária bem-desenvolvido. Deve haver sérios esforços para racionalizar e alavancar [upgrade] as universidades em uma série de áreas, incluindo as seguintes: (a) avaliação [*benchmarking*] internacional de produtos e infra-estrutura de pesquisa; (b) pacotes de remuneração competitiva para interromper a alta da fuga de cérebros [*brain drain*] e atrair cientistas locais trabalhando no exterior; (c) a expansão da infra-estrutura de pesquisa, em especial bibliotecas e equipamento científico, etc (Alatas, 2003: 609).

Uma vez mais, portanto, vê-se até mesmo no interior da defesa de importância da ruptura face aos padrões de pensamento eurocêntricos uma referência a efeitos comparativos internacionais, que, como buscamos argumentar, tenderão a privilegiar o modo de organização do centro, por vezes sem considerar devidamente as limitações postas – mesmo que não necessariamente impostas – aos países em decorrência de sua condição periférica. Como pode ser visto, Alatas reconhece esse papel em especial dos poderes coloniais durante o processo de expansão e conquista:

> O imperialismo acadêmico nesse sentido começa no período colonial com a implementação e o controle direto de escolas, universidades e editoras nas colônias pelos poderes coloniais. [esse tipo de imperialismo subjugou as colônias através de diversos traços, entre eles a …] racionalização da missão civilizadora (Alatas, 2003: 601).

Observa-se, por conseguinte, que de fato tem-se a consideração de como essa dinâmica de poder se organiza, ainda que no texto em questão – e, poder-se-ia dizer, de modo mais geral – é o papel dos estabelecimentos de educação superior que tem sido deixado em segundo plano. É por esse motivo que nosso texto chama atenção para tal aspecto particular, a fim de permitir uma primeira aproximação que conceda maior destaque ao jogo de forças que institucionalmente organiza parte significativa – sobretudo em contextos periféricos – da produção de conhecimento.

Bibliografia

ALATAS, S. F. (2003), "Academic Dependency and the Global Division of Labour in the Social Sciences", *Current Sociology*, 51 (6), pp. 599–613.

BOTELHO, A. (1997), "The rhetoric of progress: crisis avoidance in science and technology policy for development discourse". In: T. Shinn; J. Spaapen & V. Krishna (eds.), *Science and Technology in a Developing World*, Dordrecht: Springer-science + Business media, pp. 65-97.

CUNHA, L. A. C. R. da. (1980), *A universidade temporã:* o ensino superior da colônia à era de Vargas, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ELZINGA, A. (2002), "The new production of particularism in models relating to research policy. A critique of Mode 2 and Triple Helix", paper prepared for the Nobel Symposium Science and Industry in the 20 Century, Stockholm, 21-23 Nov, Disponível em http://www.csi.ensmp.fr/Webcsi/4S/download_paper/download_paper.php)paper=elzinga.pdf, [consultado em 15. 10. 2014].

ETZKOWITZ, H. & LEYDESDORFF, L. (2002), "The Dynamics of Innovation: From National Systems and Mode 2 to a Triple Helix of University-Industry-Government Relations", *Research Policy*, 29 (2), pp. 109-23.

GIBBONS, M. *et al*. (1994), *The new production of knowledge*: the dynamics of science and research in contemporary societies, London: Sage.

GINGRAS, Y. (1984), "La valeur d'une langue dans un champ scientifique", *Recherches sociographiques*, 25 (2), pp. 285-296.

_____. (2002), "Les formes spécifiques de l'internationalité du champ scientifique", *Actes de la recherche en sciences sociales*, 141 (2), pp. 31-45.

GOONATILAKE, S. (1988), "A Project for Our Times". In: Z. Sardar (ed.), *The Revenge of Athena*. London: Mansell, pp. 226-238.

HARDING, S. (1997), "Is modern science an ethno-science? Rethinking epistemological assumptions", In: T. Shinn; J. Spaapen & V. Krishna, *Science and Technology in a Developing World*. Dordrecht: Springer-science + Business media, pp. 37-64.

HUMBOLDT, W. von. (2010 [1809/10]), "Über die innere und äussere Organisation der höheren wissenschaftlichen Anstalten in Berlin", In: J. G. Fichte; F. D. E. Schleiermacher e _____, *Gründungstexte*, Berlin: Humboldt-Universität, pp. 229-242 [trad. bras.: (2003), "Sobre a organização interna e externa das instituições científicas superiores em Berlim". In: J. C. de C. Rocha (Org.), *Um mundo sem universidades?*, Rio de Janeiro: UERJ, pp. 79-100).

PAULA, M. de F. de. (2000), "O processo de modernização da universidade: casos USP e UFRJ", *Tempo Social*, São Paulo: USP, 12 (2), pp. 189-202.

PESTRE, D. (1997), "La production des savoirs entre académies et marché – Une relecture historique du livre: The New Production of Knowledge, édité par M. Gibbons", *Revue d'économie industrielle*. 79 (1), pp. 163-174.

READINGS, B. (1996), *Universidade sem cultura?*, Rio de Janeiro: UERJ.

SALTER, L. (1989), *Mandated Science*: science and scientists in the making of standards, Dordrecht, Holland: Kluwer Academic Publishers.

SHINN, T. (1999), "Change or mutation? Reflections on the foundations of contemporary science", *Social Science Information*, 38 (1), pp. 149-176.

_____. (2002), "Nouvelle production du savoir et triple hélice. Tendances du prêt-à-penser les sciences", *Actes de la recherche en sciences sociales*, 141 (2), pp. 21-30.

SILVA, F. L. e. (2001), "A perda da experiência da formação na universidade contemporânea", *Tempo Social*, São Paulo: USP, 13 (1), pp. 27-37.

SLAUGHTER, S. & LESLIE, L. (1997), *Academic Capitalism: Politics, Policies, and the Entrepreneurial University*, Baltimore & London: The John Hopkins University Press.

ZIMAN, J. (1996), "Post Academic Science: constructing Knowledge with Networks and Norms", *Science Studies*, 9 (1), pp. 67-80.

Entre a civilização e a 'brasilidade': O sentido da mestiçagem na Identidade Nacional

Nara Maria Carlos de Santana

Natália dos Reis Cruz

Resumo: A preocupação com a identidade nacional e a nação iniciada com o despertar do século XIX traz ao Brasil um problema a ser solucionado: encontrar critérios de distinção capazes de corresponder às expectativas da civilização alcançada pelo paradigma revolucionário Francês. Intelectuais brasileiros preocupados com as teorias das desigualdades raciais difundidas no país, junto com as ideias naturalistas, cientificistas, positivistas e evolucionistas, buscavam soluções para a nação já considerada mestiça e preocupavam-se com o determinismo geográfico que apontava para a influência do meio como responsável pela adequação do homem ao trabalho e à civilização. Este trabalho propõe discutir como os paradigmas civilizatórios do século XIX, influenciaram o pensamento nacional e social brasileiros, privilegiando a discussão do conceito de civilização, modernidade e nação, presentes em Norbert Elias e Eric Hobsbawm. Para isso, utilizou-se a pesquisa qualitativa com fontes secundárias que tratam destas questões.

Palavras-Chave: nação; civilização; miscigenação.

Brasil, meu Brasil brasileiro
Meu mulato inzoneiro,
Vou cantar-te nos meus versos.
Ary Barroso, 1938

1. Introdução

A preocupação com a identidade nacional e a nação, iniciada com o despertar do século XIX, traz ao Brasil um problema a ser solucionado: encontrar critérios de distinção capazes de corresponder às expectativas da civilização alcançada pelo paradigma revolucionário Francês. Intelectuais brasileiros preocupados com as teorias das desigualdades raciais difundidas no país, junto com as ideias naturalistas, cientificistas, positivistas e evolucionistas, buscavam soluções para a nação já considerada mestiça e preocupavam-se com o determinismo geográfico que apontava para a influência do meio como responsável pela adequação do homem ao trabalho e à civilização. Este trabalho propõe discutir como os paradigmas civilizatórios do século XIX influenciaram o pensamento nacional e social brasileiros, privilegiando a discussão do conceito de civilização, modernidade e nação, presentes em Norbert Elias e Eric Hobsbawn. Para isso, utilizou-se a pesquisa qualitativa com fontes secundárias que tratam destas questões.

Em seu trabalho intitulado *Nação e Consciência Nacional*", Benedict Anderson afirma que "os conflitos entre os peninsulares e crioulos, antecipavam o aparecimento da consciência nacional americana dos fins do século XVIII". No Brasil, a consciência nacional, começa a tomar força a partir do século XIX e levanta a seguinte questão: qual seria o nosso fator de diferenciação nacional? O que distingue o nós do eles? Tal discussão tem início em meados do século XIX. O Brasil ingressa no século XX com a questão da identidade nacional na pauta das grandes discussões da nossa elite intelectual.

Qual o fator de diferenciação nacional? A dificuldade de positivar os definidores da identidade brasileira, principalmente diante das conclusões apresentadas pelas teorias científicas do século XIX, é o grande motor desta discussão e preocupação.

2. As Teorias Raciais e a Identidade Nacional Brasileira

Nas três últimas décadas do século XIX, a teoria das desigualdades raciais que foi difundida no Brasil, junto com as idéias naturalistas, cientificistas, positivistas e evolucionistas, influenciou todo o pensamento brasileiro, e as questões sociais do país fundamentaram-se a partir de concepções européias. Assim como a teoria das desigualdades raciais apontava para o problema racial, o determinismo geográfico apontava para a influência do meio como responsável para a adequação do homem ao trabalho e à civilização.

A propagação de tais teorias servia não só para legitimar a concepção de superioridade racial européia como para justificar um novo imperialismo, percebido por alguns pensadores como Araripe Júnior e Maciel Bonfim. Os dois pensadores criticavam o pensamento de Sílvio Romero, um dos grandes defensores do caráter científico das teorias racistas. A questão racial adquiriu um contorno claramente racista, mas apontou para o elemento principal de nossa discussão, e que foi constante na definição cultural brasileira: o problema da identidade nacional. Num país que já se reconhecia como mestiço desde meados do século XIX, admitir a relevância de tais teorias científicas merecia um tratamento especial e a tentativa de extirpar o mal, senão ao menos de corrigi-lo.

No século XIX, Gonçalves Dias e José de Alencar haviam inaugurado a construção de uma dada identidade cultural - dentro do pensamento romântico-, definido a partir da nossa constituição racial, destacando o elemento branco e o índio e relegando o elemento negro a uma posição de marginalidade na participação cultural. Durante aquele século e principalmente no debate da abolição, a discussão da identidade definida de acordo com o elemento racial se fortalece e é levada até o século XX.

No começo do século XX, no entanto, apesar do quadro de descrença na viabilidade de progresso determinado pela composição étnica brasileira e por seu meio geográfico, sobressai um pequeno movimento chauvinista, representado pelo crítico literário Sousa Bandeira, em 1901. Ele defende a terra brasileira e indigna-se com a ingratidão do povo e das elites com o que considerava uma pátria abençoada e rica. Neste ano de 1901 é publicado o famoso compêndio de Afonso Celso, "porque me ufano do meu país", descrevendo o paraíso geográfico que recebemos divinamente como nação, destacando ainda a nobreza das raças que o formavam. (VENTURA, 1991:55) Estes pensamentos, contudo, estavam longe de firmarem-se neste momento da história do país. As condições políticas adversas e as constantes crises da República Velha não permitiam que se imaginasse aspectos positivos na conformação social do Brasil.

Os precursores das ciências sociais no Brasil, Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, retomaram a discussão e apontaram para uma superação do pensamento romântico utilizando como base a produção teórica da época: o positivismo de Comte, o darwinismo social e o evolucionismo de Spencer. (SKIDMORE, 1976: 13) O apelo à base científica, no entanto, não serviu para diminuir as tensões nem para minimizar os papéis raciais na sociedade brasileira, mas apenas para tentar superar as barreiras impostas pela limitação racial e descobrir uma fórmula de caminhar rumo à ordem e ao progresso. As teorias científicas eram claras. Postulavam a evolução do "simples" (povos primitivos) para o "complexo" (sociedades ocidentais), o que, em outras palavras, preconizava que os europeus, por serem mais evoluídos científica e tecnologicamente, resultado da sua superioridade racial, deveriam ser os condutores da humanidade rumo ao progresso, à ordem e à ciência.

A importação destas teorias científicas européias para uma sociedade como a brasileira, diferente racial e geograficamente da Europa, não só não eliminava o problema racial no Brasil, como legitimava uma postura racista já transparente no pensamento romântico ao apontar para o fato de que a mistura de raças e a qualidade de solo e clima eram os grandes empecilhos para o desenvolvimento e a civilização no país. Estas teorias acabaram por definir quais os grandes determinantes de nossa identidade nacional: a raça e o meio.

> A compreensão da natureza, dos acidentes geográficos, esclarecia, assim, os próprios fenômenos econômicos e políticos do país. Chegava-se, desta forma,a considerar o meio como principal fator que teria influenciado a legislação industrial e o sistema de impostos, ou ainda que teria sido elemento determinante na criação de uma economia escravagista. Combinada aos efeitos da raça, a interpretação se completa. A neurastenia do mulato do litoral se contrapõe, assim, à rigidez do mestiço do

> interior (Euclides da Cunha); a apatia do mameluco amazonense revela os traços de um clima tropical que o tornaria incapaz de atos previdentes e racionais (Nina Rodrigues).(SKIDMORE, 1976:125)

Mesmo simpáticos às idéias européias, Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha consideravam a questão racial mais importante do que a do meio, e esta passou a ser vista como "a base fundamental de toda a história, de toda política, de toda estrutura social, de toda a vida estética e moral das nações", contrariando, por exemplo, o pensamento do historiador inglês Buckle, que responsabilizava totalmente o clima pelo "atraso" do país. (ORTIZ, 1985:20)

Os pensadores nacionais minorizaram a responsabilidade do clima, mas mantiveram a questão racial como o foco central do problema. A diferença entre o pensamento romântico e este último é que o primeiro construiu a identidade nacional não levando em consideração a presença do negro. Mas, após o advento da abolição e a mudança da condição do negro de escravo para homem livre, este passou a fazer parte da vida social e econômica brasileira.

Quando o negro é percebido como parte da sociedade nacional, a afirmação de que o país se constituiu da fusão das três raças principais: o branco, o negro e o índio, se afirma. Contudo, a interpretação social dos pensadores colocou a raça branca em uma posição de superioridade na construção da civilização brasileira. (ORTIZ, 1985: 20) Romero, por exemplo, construiu uma teoria hierarquizada, em que o branco se encontrava no ápice da pirâmide, o negro no meio e o índio na parte inferior. Adotou, ainda, o ponto de vista arianista, que defendia distinções no interior da raça branca, onde os celtas e os latinos se encontravam em estado de decadência e os germanos, eslavos e saxões caminhavam para o progresso.

Em resumo, diante de tantos questionamentos sobre a formação racial brasileira e seu caráter diferenciador, os intelectuais apontaram como nosso fator de diferenciação nacional, a mestiçagem, resultado da mistura destas três raças consideradas inferiores. Sendo produto deste cruzamento, na visão destes autores, o mestiço possuiria todas as taras e defeitos transmitidos pela herança biológica e apontaram a apatia, a imprevidência, o desequilíbrio moral e intelectual e a inconsistência como qualidades naturais do elemento brasileiro resultado desta mistura. A interpretação que se destacou na sociedade brasileira ignorou a possibilidade de uma interpretação biológica positiva e ressaltou com destaque a "inferioridade" das três raças fundadoras do país.

A identidade nacional desponta, portanto, de uma idéia de inferioridade racial consubstanciada na figura do mestiço, e o ideal nacional aponta não para o passado, como a construção da identidade nacional dos povos europeus, mas para o futuro, para o ideal de branqueamento da sociedade brasileira, que nada mais é do que uma teoria da mestiçagem. (ORTIZ, 1985: 21)

A teoria da mestiçagem e do branqueamento, pregada por Romero, parte de uma série de pressupostos racistas e evolucionistas onde a "existência de diferenças étnicas inatas" é debelada pela "lei da concorrência vital e do predomínio do mais apto". (ORTIZ, 1985: 21) Sendo assim, o resultado da aplicação desta teoria seria o total branqueamento da população brasileira em três ou quatro séculos. Na sua valorização da mestiçagem como fator de diferenciação, Romero rebateu as concepções arianistas acerca do hibridismo e da degeneração do mestiço quanto às teses evolucionistas que pregavam o monogenismo. (ORTIZ,1985: 21) No entanto, a mestiçagem pretendida não era com o sujeito branco latino nem português, visto que estes haviam sido condenados pelas teorias científicas. A mestiçagem desejada era a que trouxesse a vigor e a pureza das raças superiores: os arianos e os eslavos.

3. Nação e Raça: Um Conflito

A proposta de construção do Estado Nacional fundamentou-se na legitimação do binômio "nação e povo", como forma de acabar com a descentralização e de concretizar um projeto nacional por meio de uma ditadura. Diante disso, a questão da assimilação e do caldeamento dos estrangeiros no país tornou-se uma das preocupações centrais do governo getulista, que pretendeu definir o que se convencionou chamar *"raça brasileira"*, na tentativa de produzir um modelo étnico para a nação.

Outros elementos, como a valorização da figura do líder, da participação intelectual, o ataque às chamadas "ideologias alienígenas" e a preocupação com a fixação da língua e da cultura, foram à base de toda estrutura deste projeto. O Estado Corporativista apresentou-se também como instrumento para dissolver as disputas entre o capital e o trabalho, criando um Estado forte para controlar toda a economia nacional. Identificou-se o partido com a nação, e a força do Estado se fixou na figura do líder político.

O projeto getulista contrastava com o projeto nacional-socialista, defendido por alemães ligados ao nazismo e que pretendiam afirmar a preponderância da identidade nacional alemã junto aos alemães e teuto-brasileiros residentes no Brasil. A perseguição ao nazismo se deu pelo conflito entre os dois projetos nacionalistas e a inviabilidade de ambos conviverem no mesmo território. Antes mesmo de o nazismo se estabelecer no país, a perseguição às escolas onde se falava língua estrangeira e aos cultos religiosos proferidos em língua pátria já havia começado. O Estado Novo acentuou a repressão em nome do projeto nacional.

Segundo Oliveira (1982:15), "três grandes eixos marcaram o pensamento dos anos 30 e se fizeram igualmente presentes na doutrina do Estado Novo. São eles: o elitismo, o conservadorismo e o autoritarismo." Estes eixos apontados pela autora aparecem na obra dos ideólogos do Estado Novo, Francisco Campos e Azevedo Amaral. O Estado Nacional projetado pelo governo do Estado Novo liderado pelo presidente Getúlio Vargas, foi formulado a partir de princípios gerais que nortearam parte dos estados nacionais que se formaram desde fins do século XIX, mas que permaneceram retratados nos ideais de nação do senso comum e de uma classe de intelectuais em geral. A base do pensamento estadonovista que formulou a concepção deste estado foi conseqüência de um movimento nacionalizador surgido na Europa nos fins do século XIX e que teve seu apogeu nos anos 30, também na América do Sul.

O nacionalismo brasileiro destacou – dentre outros elementos - a necessidade de unificação a partir da homogeneização étnica e cultural. Para isto, privilegiou a miscigenação e a assimilação, cunhando um termo conhecido como "raça brasileira". A defesa desta "raça" valorizava a heterogeneidade na formação do "homem novo", mas ao contrário do pensamento do século XIX e das teorias racistas, a perspectiva dos ideólogos do Estado Nacional era de uma miscigenação positiva. O curioso é que os ideólogos do Estado Novo, Francisco Campos e Azevedo Amaral, adotaram uma caracterização positiva da mestiçagem, utilizando-se dos mesmos argumentos racistas que antes não valorizavam essa mistura do povo brasileiro. Segundo eles, exatamente por sermos resultado de uma mistura de raças, possuímos características positivas de todas elas, o que proporciona ao povo brasileiro unidade e originalidade.

4. Uma proposta de miscigenação e branqueamento. A Ação Integralista Brasileira

O Brasil foi palco de um dos maiores movimentos sociais e políticos dos anos 1930 no país: a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em 1932, tendo entre suas principais lideranças Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso. Tendo sido o primeiro partido de massas do Brasil, com cerca de 500 mil adeptos, a AIB também se posicionava diante da questão do problema nacional e da identidade nacional, sendo a questão racial um dos temas frequentes nos discursos dos lideres. De caráter próximo ao fascismo, diferenciava-se, porém, por sua inserção em uma sociedade na qual a miscigenação das raças era um dado a ser levado em conta, o qual serviria de norteador na construção de uma idéia de nação, que não deveria copiar o princípio nazista da pureza racial.

A análise das relações entre nazistas e integralistas revela-nos que a intolerância e o racismo foram simultaneamente fatores de atração e divisão entre as duas doutrinas. Enquanto se identificavam compartilhando inimigos comuns e princípios de exclusão, entravam em conflito por que a intolerância racial/cultural operava de forma distinta em cada uma. Estava em jogo uma questão crucial para as ideologias de direita que advogam a intolerância como princípio norteador em suas relações para com o "outro": a construção e/ou preservação da identidade nacional.

O "corpo nacional" deveria ser uno e indivisível, e portar um símbolo dessa unidade, conferindo à nação sua identidade própria. A raça e a cultura foram os símbolos usados pelo integralismo e pelo nazismo para demarcar os nacionais e os não-nacionais.

No caso do integralismo, a questão cultural sobressaiu a questão racial no que se refere às relações entre germanistas e integralistas. Os germanistas sofreram as investidas do integralismo não por questões raciais, já que os alemães, enquanto povo de raça branca, poderiam contribuir para a proposta de branqueamento da população brasileira. Foi o fato de defenderem a cultura germânica que os tornou um dos alvos do movimento integralista, pois ameaçavam o projeto de construção de uma cultura genuinamente nacional que homogeneizasse todos os cidadãos brasileiros.

Embora o germanismo não fosse necessariamente sinônimo de nazismo, pois nem todos os germanistas defendiam o regime nazista e a adesão incondicional ao Estado alemão, a defesa da germanidade os aproximava do ideal nazista de considerar como parte do povo alemão todos os alemães residentes no estrangeiro. Por isso, a questão dos alemães nascidos no Brasil, os chamados teuto-brasileiros, erigiu como ponto de conflito entre nazistas e integralistas.

Na doutrina integralista, a proposta de reconstrução nacional passa pela resolução do problema das raças, aspecto este pouco enfocado nos estudos sobre o movimento. É importante analisar de que forma o racismo integralista é construído, os princípios que defende, a relação destes princípios com o projeto de nação em perspectiva e os fatores que condicionam a construção deste racismo específico.

O movimento integralista compartilhava da tese defendida pelos principais teóricos racistas do período, que viam a miscigenação racial como a grande tábua de salvação da nação. O caldeamento étnico brasileiro foi, portanto, um importante elemento presente nas idéias das lideranças integralistas sobre o futuro nacional, que se revelavam defensoras da proposta de branqueamento da população.

Entretanto, a forma como o integralismo constrói o seu discurso sobre o problema racial revela uma especificidade do movimento em relação aos demais pensadores do período. Vimos que tais pensadores inserem as suas propostas em uma perspectiva "cientificista" e "racional", identificando-se com a visão européia de que o problema racial deve ser pensado do ponto de vista estritamente científico. Assim, definir determinadas raças como inferiores e outras como superiores seria o resultado da análise dos genes e de suas influências sobre o comportamento humano e de grupos.

Ancorados na ciência, esses pensadores acreditavam na legitimidade de suas idéias, apresentando uma concepção racista profundamente explícita em seus discursos. O pressuposto do caráter científico de suas análises parecia absolvê-los de qualquer acusação de cunho moral, visto que estariam apenas revelando a "real natureza das coisas".

O integralismo retirou a discussão sobre a questão racial do campo das ciências e da razão, e a transportou para o campo da moral e dos valores, dando-lhe um aspecto humanista. Essa operação ideológica possibilitou ao movimento combinar a defesa de princípios racistas e excludentes com a negação do racismo enquanto parte integrante de seu ideário. A negação do racismo foi, inclusive, utilizada como marco divisório entre o integralismo e o nazismo alemão, possibilitando às lideranças integralistas a elaboração de um discurso crítico ao nazismo e ao seu "imperialismo racista".

Gustavo Barroso é um caso a parte dentro do movimento integralista, pois se aproximou bastante do discurso dos teóricos racistas brasileiros que tinham uma linguagem abertamente racista. Em um artigo publicado na Revista *Época*, Barroso defende claramente os princípios eugênicos, com vistas à melhoria da raça brasileira: *"E em face dos progressos da 'Eugenia', a nova ciência que tem por objeto estudar os melhores meios de se conseguir uma raça sadia e robusta, essa proibição torna-se legítima, constituindo uma salutar providência de que se podem orgulhar os governos avisados."*[1] Já no Boletim de Eugenia, ele escrevia que *"nenhum país precisa mais de melhorar a sua raça do que o Brasil e, como ele hoje se curva para si próprio, interessando-se pelos seus problemas vitais de toda a ordem, serão beneméritos todos os esforços por uma cruzada pró-melhoramento da espécie."*(Barroso, 1929) E continua exortando o Brasil a *"ir trabalhando para se libertar da sua mestiçagem eugenisticamente inferior e causa de seus desequilíbrios, suas desarmonias e seus conflitos de caracteres incompatíveis."*[2]

---

1 Barroso, Gustavo. *Época*, 12/06/1916.

2 Barroso, G. "O Brasil e a Raça". *Boletim de Eugenia*, ano I, n. 8, agosto de 1929.

Este projeto de "melhoria da raça" aludido por Barroso fazia parte do processo de branqueamento, que eliminaria a "mestiçagem inferior", de acordo com suas palavras. Trata-se de um vocabulário próximo ao do nazismo, que também tinha projetos de "melhoramento da raça ariana". Á primeira vista, parece que Barroso não se coadunava com o discurso moral e ético dos demais integralistas. No entanto, a análise de seu pensamento nos revela que seu discurso é pautado por ambigüidades profundas, combinando de um lado propostas claramente racistas, como a citada anteriormente, com a defesa de um "espiritualismo cristão" calcado na integração de todas as raças. Nesse sentido, ele também adotava o discurso moral e ético como suporte para a teoria do branqueamento.

O aspecto moral e ético do discurso integralista sobre a questão racial é fundamentado na defesa de uma sociedade una e indivisa, sob todos os aspectos, ou seja, desprovida de conflitos e diferenças. Essa sociedade seria alcançada por meio dos valores espiritualistas, marcados pela solidariedade e pela harmonia entre os indivíduos, em oposição ao materialismo e ao individualismo, que levam à luta de todos contra todos e à busca da riqueza através da competição. Plínio Salgado define uma das doutrinas do integralismo da seguinte forma:

> "A moralidade privada ou pública deve basear-se em fundamentos religiosos. Por motivos da fé num Deus criador e pai, os homens devem considerar-se irmãos, procurando viver em harmonia e combatendo toda idéia de luta de classes, de raças ou de regiões geográficas." (Salgado, s.d.:171 e 172)

O integralismo, por rejeitar qualquer forma de luta que pudesse dividir a nação, opunha-se também às divisões étnico-raciais, afirmando, em nome da irmandade cristã, a importância da harmonia entre os brasileiros de todas as raças e classes sociais. O caldeamento étnico existente no Brasil é visto nesta perspectiva. Assim, a defesa do branqueamento da população por meio da mistura étnica ganha a aparência de uma simples defesa da comunhão e solidariedade cristã; e a intolerância para com grupos étnicos que queiram manter a sua cultura e identidade próprias é mascarada pela idéia de união, contrapondo-se a qualquer particularismo étnico e/ou cultural.

No pensamento integralista, o processo de miscigenação racial é concebido como resultado da história e da "alma" do povo brasileiro. No que diz respeito à história, o evento que teria marcado o início da fusão racial no Brasil foi o "encontro" entre o índio Tupi e o branco colonizador. Desse cruzamento teria nascido o "homem brasileiro específico", nas palavras de Salgado, revelando o que ele chama de "verdade da raça", ou seja, "*só há um denominador comum étnico, o índio*." (Salgado, 1956:383)

Para Salgado, o índio "*influiu de certa forma na fixação do ariano e marcou a denominação geográfica do continente como um sinal indelével de presença. É o que podemos chamar o 'meio étnico'. A força da terra*." (Salgado, 1956:383). Nesse 'meio étnico', habitam todas as outras raças em absoluta igualdade de posições, "*como afirmação de uma larga política acolhedora do estrangeiro que aqui se aclima*" (Salgado, 1956:387), ocorrendo então "*a grande fusão como até hoje tem sido feita*." (Salgado, 1956:387)

Nos trechos citados acima, vislumbra-se uma concepção bastante positiva do "encontro" entre os índios e o branco colonizador e uma desconsideração para com o caráter trágico do contato entre os colonizadores e as populações indígenas do território brasileiro, que foram em grande parte dizimadas ou submetidas aos interesses econômicos metropolitanos. Salgado constrói uma visão idílica das relações entre índios e brancos europeus, utilizando a miscigenação como meio de argumentação. Dessa forma, o predomínio do branco sobre o indígena é apagado por duas suposições: a da existência de uma igualdade entre todas as raças residentes no Brasil; e a de o branco, enquanto estrangeiro, ter sido "bem acolhido", pois o indígena teria aceitado se misturar com eles, dando origem ao processo de fusão étnica.

A raça em formação no Brasil seria então resultado do "*violento individualismo latino, que se cruzou com o instinto de uma raça antropófaga, exacerbando-se geograficamente, nessas distâncias do sertão onde a luta bravia do homem contra a natureza hostil incutiu-lhe a consciência de um aquilatado orgulho e uma rebelde personalidade*". (Salgado, 1956:385).

O indígena é visto como o representante da "alma" nacional, por ter aceitado se submeter à fusão "harmoniosa" com os brancos, contribuindo para a geração de uma nova raça no futuro. O integralismo elabora uma imagem

do índio que corrobora o processo de branqueamento, e esta imagem é apresentada, inclusive, nas publicações do movimento destinadas ao público infantil. Um exemplo é uma história contada na Revista Ra-Ta-Plan, que diz o seguinte:

> "O índio Sepé era um valente cavaleiro. Um cavaleiro andante do Brasil selvagem. Era bom, puro, era fidalgo, era audacioso, era perseverante. Montado ao seu cavalo branco, a fronte coroada por um cocar de penas multicores, a forte lança no braço forte, surgia no alto das coxilhas do Rio Grande do Sul (...) Como ele amava a sua terra! Dir-se-ia que Sepé adivinhava o futuro de uma grande Pátria em que o sangue dos selvagens se misturaria ao sangue dos brancos para realizar uma Nova Humanidade. Nas horas das batalhas campais, no furor dos entreveros, ao retinir das lanças, ao silvar das flechas, ao estrépito da cavalaria fulminante que estrondava na campanha, a figura de Sepé se destacava como um arcanjo moreno, como um raio invencível. O índio Sepé, herói dos pampas, exprimia a própria alma do Brasil, na sua coragem, no seu sacrifício, na sua tenacidade."[3]

A valorização do indígena está intimamente ligada à sua "disposição" de se misturar racialmente com os brancos, de conviver pacificamente com a presença do branco colonizador, lutando, inclusive, ao seu lado, tendo sido o caso do famoso índio Araribóia.[4]

Este discurso é bastante revelador, pois demonstra que, para o integralismo, a submissão do indígena aos interesses do branco colonizador, lutando ao seu lado pelas causas metropolitanas e deixando-se aculturar, é um fato positivo de nossa história. A defesa da supremacia branca fica clara na descrição do processo de aculturação sofrido por Araribóia, simbolizado pela aceitação dos valores brancos - que o leva a lutar pelos interesses metropolitanos -, pelo batismo católico – concebido como um "bem", uma "recompensa" – e pela troca de nome.

No que diz respeito à cristianização dos indígenas, a supremacia branca é defendida por meio das antíteses "selvagem" e "civilização". O índio estaria submetido às trevas da selva, e o branco o trouxe à luz da civilização, através do batismo cristão levado a cabo pelos jesuítas. O integralista Américo Palha faz referência a este assunto, em um artigo no jornal do movimento: "*O Brasil nasceu num berço agreste, entre índios e feras. Ao seu primeiro vagido, respondeu logo o clangor das inúbias e o rugido das sussuaranas. Debruçou-lhe sobre o berço o crucifixo do jesuíta, que lhe trazia aos lábios uma gota de sal, colhida na bacia azul do Mediterrâneo, pia batismal da civilização*."[5]

O valor do índio é, portanto, diretamente proporcional à sua capacidade de se deixar aculturar pelo branco colonizador, de se deixar misturar ao sangue do branco europeu, desaparecendo como raça e cultura à parte, mas legando à raça em formação – ou seja, em vias de embranquecimento – as qualidades que formam o caráter da "alma" nacional, baseadas na harmonia e na solidariedade, que levam à constante fusão racial e cultural. Assim, o integralismo elabora o mito do Tupi, que vai fundamentar toda a sua defesa do caldeamento étnico e cultural.

O mito Tupi ancora-se na imagem do tupi como possuidor de um caráter étnico redutor e integrador, tornando-se indispensável na formação da "raça harmoniosa do futuro". Salgado chegou a explicar a unidade política do Brasil, a despeito da autonomia dos Estados, fazendo referência ao mito tupi. Além de contribuir para a formação da nacionalidade, a raça tupi:

> "(...) parece mesmo predominar sobre todas as outras. De sorte que todas as raças estrangeiras que para aqui vierem terão no tupi uma espécie de denominador comum (...) É ela que possibilita, pelo cruzamento, a adaptação do branco, é ela que, além

---

3 SALGADO, Plínio. "A Lenda de São Sepé", in *Revista Ra-Ta-Plan*, Ano III, n. 48, 15 de junho de 1941.

4 SOARES, Manoraldino José. *Revista Ra-Ta-Plan.*Ano II, n. 36, 15 de agosto de 1941.

5 PALHA, Américo. "Os Inimigos do Brasil". *Província de Guanabara.* Ano I, n. 3, RJ, 19 de abril de 1937.

> de imunizar o branco pelo cruzamento, prepara-lhe a terra, desvastando as matas, abrindo caminhos para o surto da lavoura. Por isso que no extremo sertão de São Paulo, lá onde os golpes *dos* machados na derrubada das perobeiras afugenta a maleita e todos os gênios maus da floresta, não encontrei um só estrangeiro, mas apenas o caboclo brasileiro, de todas as procedências." (Salgado, 1936:16)

Eis o símbolo do processo de branqueamento: o caboclo. A fusão das etnias levaria à formação de uma nova raça, síntese de todas as raças. O elemento tupi, enquanto "naturalmente" dotado da capacidade de se fundir com o branco, devido à sua alma cordial e benevolente, desapareceu enquanto raça, mas deixou a benevolência e a cordialidade na alma e na subjetividade das demais raças que se misturaram ao sangue tupi. Assim, a história aparece como fator explicativo da tradição brasileira de amálgama racial: o evento histórico do "encontro" entre o branco e o indígena teria propiciado a consolidação de uma "alma" e de uma "subjetividade" nacionais tendentes à harmonização e à solidariedade entre os diversos grupos sociais, sendo a miscigenação racial entendida como parte desse processo.

O negro é valorizado seguindo-se o mesmo ponto de vista. Por sua capacidade de integração à sociedade, por seu trabalho e por sua participação em feitos importantes, lutando ao lado de brancos e índios. Salgado refere-se à famosa Batalha de Guararapes, quando representantes das três raças – branca, negra e indígena – lutaram juntos contra a invasão holandesa:

> "Data digna de ser comemorada pelos nossos patrícios é a de 19 de abril de 1648, quando se feriu a famosa 1.ª batalha dos Guararapes, cuja vitória dos brasileiros decidiu a definitiva capitulação dos holandeses. O ataque aos holandeses (...) foi ordenado por Francisco Barreto confiando um dos flancos a Camarão, outro a Henrique Dias e o centro a Fernandes Vieira. Eram as três raças unidas no mesmo objetivo de reconquista dos territórios ocupados pelo invasor". (Salgado, 1965:128)

No entanto, a raça branca – representada pelos colonizadores portugueses – é extremamente exaltada pelo integralismo. O branco colonizador teria demonstrado profunda habilidade e capacidade de fomentar uma unidade de sentimentos, fazendo com que a integração cultural, cimentada pelo cristianismo, predominasse, a despeito da ampla variedade de povos que convivem em território brasileiro. (Salgado, 1965:93 e 94)

Gustavo Barroso também dedicou parte de seu pensamento às contribuições do branco colonizador, que é descrito de forma bastante benevolente, acentuando-se o seu papel "civilizador" e "cristianizador" em relação aos "selvagens":

> "Descoberto pelos portugueses, apesar de sua vastidão e selvatiqueza, o esforço titânico de sucessivas gerações o foi plasmando lentamente com a mesma língua e o mesmo sentimento religioso, primitivos e principais alicerces dum espírito verdadeiramente brasileiro, então ainda em feitio de larva. O bandeirante dos ciclos paulista, baiano e pernambucano, na sede do ouro e na fome das aventuras, traçou a golpes de heroísmo sua forma física originária, buscando ínvios sertões pelos caminhos dos índios e pelo curso dos rios, descendo para o Prata e subindo para o Amazonas, a recuar dia a dia o meridiano de Tordesilhas. O jesuíta aldeou o aborígene, ensinou os primeiros rudimentos da civilização e amansou os instintos selvagens, moldando-o espiritualmente. Aqueles levaram a todos os pontos que alcançou sua expansão o idioma e a semente do sangue europeu, muitas vezes nobre. Estes plantaram por toda a parte o cristianismo". (Barroso, 1933:55/56)

As relações entre brancos, negros e índios e a união histórica das três raças também estão presentes no discurso de Barroso, conforme o texto abaixo:

> "Sob o signo feliz da epopéia nordestina contra o flamengo, as três raças básicas da futura nacionalidade unem-se para sempre, logo no segundo século da vida brasileira, pelo sangue que, juntos, derramaram os negros de Henrique Dias, os índios de Camarão e os brancos e mestiços de Vieira e de André Vidal de Negreiros. Presas à terra pela mestiçagem, a ausência de preconceitos de cor dilui as reivindicações que lhes podiam ser próprias." *(*Barroso, 1933:57)

Cytrynowicz (1991:101 e 102), ao abordar a questão do índio, do sertanejo e do bandeirante em Barroso, parte da oposição barrosiana entre o judeu, o estrangeiro, o que vem de fora – o responsável pela crise brasileira, o "pecado original" do país – e a brasilidade "verdadeira" e autêntica, ou seja, o interior, o sertão. Por isso, Barroso teria elogiado os bandeirantes, que ao adentrarem o interior brasileiro, teriam iniciado o movimento de colonização, gerando a pátria e constituindo seu sangue. O índio e o bandeirante referir-se-íam a um Brasil imaculado, intocado pelo estrangeiro, fecundado apenas pelo bandeirante. Este, apesar de estrangeiro – originalmente português -, desbravou o país, penetrou nele, afastou-se do litoral e misturou-se etnicamente.
Acredito, no entanto, que o sentido desse discurso barrosiano vai muito além do que uma simples oposição entre o estrangeiro e o Brasil autêntico. Trata-se do elogio ao processo branqueador, ao predomínio da raça e cultura branca e européia, representada pela ação bandeirante. O discurso apresenta uma contradição explícita: a crítica ao estrangeiro não impediu que Barroso fizesse o elogio á ação do branco europeu (também estrangeiro) na colonização do Brasil. Tal contradição só pode ser explicada pela defesa do branqueamento, ficando as conseqüências nefastas da ação do branco colonizador completamente encobertas por uma suposta ação maligna judaica, já que Barroso culpabiliza o judeu pelas atitudes hostis ou prejudiciais ao "povo brasileiro" levadas a cabo pela colonização portuguesa. Um exemplo é a imputação do tráfico negreiro aos judeus, e não ao branco europeu.(Barroso, 1936:146)
O integralismo fundamenta a defesa da miscigenação na história, argumentando que a mistura racial deve prosseguir, por estar de acordo com a "subjetividade" do povo brasileiro. Aos olhos dos integralistas, esta "alma" nacional ganha também um aspecto moral e ético, visto que é condizente com os valores cristãos de solidariedade, irmandade e comunhão.
Entretanto, por trás da aparência ética e moral, encontra-se uma clara proposta de supremacia da raça e da cultura branca que, através do caldeamento étnico e racial, tende a "eliminar" as demais raças. Trata-se de um projeto político de nação, calcado na idéia de que a síntese racial é essencial para o desenvolvimento nacional, por permitir o branqueamento, mas cujo conteúdo racista é ocultado sob o véu da história, da moral e da ética cristã.
O projeto integralista de nação pode ser, então, resumido da seguinte forma: o seu objetivo é a construção e formação de uma homogeneidade étnica e cultural; o meio de se alcançar tal objetivo é a miscigenação racial ou caldeamento étnico e cultural; o resultado almejado é o predomínio da raça e cultura branca. Este projeto é justificado por sua pretensa autenticidade, supondo-se que a miscigenação está ligada às tradições históricas, culturais e religiosas da nação, ou seja, está atrelada à "alma" e à "subjetividade" nacionais, moldadas desde o processo histórico da colonização.

5. Considerações Finais

À guisa de conclusão, salientamos que a questão racial e o ideal branqueador ainda continuam fazendo parte do ideário de grande parte do povo brasileiro. Alguns dos principais projetos do período Getúlio continuam em vigor ainda hoje, como a política trabalhista e sua legislação. Entretanto, a valorização do povo brasileiro e da "raça brasileira" não saiu do papel. Alguns dos principais preconceitos anteriores a Getúlio sobreviveram a ele e continuam firmes na nossa sociedade, basta olharmos na mídia e nas representações culturais. A idéia do branqueamento continua presente na sociedade, por exemplo, as rainhas de bateria das escolas de samba; nossa sociedade considera o estrangeiro europeu superior, por exemplo. No Brasil em geral é costume reclamar a ascendência européia e ainda nos consideramos um povo de segunda classe. Para compensar, nos consideramos o povo mais pacífico, mais receptivo e mais alegre do mundo. A teoria da democracia racial

hoje, não passa de um argumento para a mestiçagem ou para a permanência de um ideal de branqueamento. Ao mesmo tempo, não podemos negar a capacidade de convivência inter-racial e de tolerância presentes na sociedade brasileira, se comparados com outras sociedades.

Referências Bibliográficas

BARROSO, Gustavo. (1936), *O Espírito do Século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____, Gustavo. (1933), *O Integralismo em Marcha*. Rio de Janeiro: Schmidt.

CYTRYNOWICZ, Roney. (1991), *Integralismo e Anti-semitismo nos Textos de Gustavo Barroso na Década de 30.* Dissertação de Mestrado. São Paulo: Instituto de Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

HOBSBAWM, Eric. (1991), *Nações e Nacionalismo - desde 1870*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (1982), *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Ed..

ORTIZ, Renato. (1985), *Cultura brasileira e identidade nacional.* São Paulo: Brasiliense.

SALGADO, Plínio. (1965), *Compêndio de Instrução Moral e Cívica*. São Paulo: Ed. Coleção.

_____, Plínio. (1956), "Manifesto da Legião Revolucionária de São Paulo". In Nogueira Filho, Paulo. *A Guerra Cívica – 1932*. Rio de Janeiro: J. Olympio Editora.

_____, Plínio. (s. d.), *O Integralismo na Vida Brasileira. RJ: Livraria Clássica Brasileira.*

SEYFERTH, Giralda. (1981), *Nacionalismo e Identidade Étnica.* Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura.

SKIDMORE, Thomas. (1975), *Brasil : De Getúlio a Castelo*. 4º Ed. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.

VENTURA, Roberto. (1991), *Estilo Tropical: História cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Fontes

Barroso, G. "O Brasil e a Raça". *Boletim de Eugenia*, ano I, n. 8 agosto de 1929.

_____, Gustavo. *Época*, 1916.

PALHA, Américo. "Os Inimigos do Brasil". *Província de Guanabara.* Ano I, n. 3, RJ, 19 de abril de 1937.

SALGADO, Plinio. "A lenda de são sepé". *Revista Ra-Ta-Plan.*Ano III, n. 48, 15 de junho de 1941.

SALGADO, Plínio. *Panorama*. Ano 1, n.4-5, abril-maio de 1936.

SOARES, Manoraldino José. *Revista Ra-Ta-Plan.*Ano II, n. 36, 15 de agosto de 1941.

GT 98
"Memórias, identidades e políticas públicas - economia, gestão e sociedade"

A Memória e a Economia Criativa no Contexto da Valorização da Cultura no Cariri Cearense-Brasil

Carmen María Saenz Coopat
ccoopat@gmail.com

RESUMO: O trabalho analisa a limitação da ideia de pensar a memória não apenas como "comentário", considerando o fenômeno da lembrança como algo que não se explica claramente, mas também elucida a exclusividade da memória no contexto da valorização da Cultura do local como um dos princípios norteadores da Economia Criativa. Marilena Chauí ressalta que a lembrança como percepção possui aspectos afetivos e sentimentais admitindo que os informantes reelaborem suas vivências individuais e coletivas. Permite o envolvimento de diversos significados que alguns sujeitos conferem às experiências vividas. Tem o intuito de trazer uma autorreflexão diante de cada maneira de lidar com a vida em sua mais expressiva pulsão. Com o objetivo de mostrar a importância das Políticas Públicas no contexto da valorização das habilidades individuais para que com a narração do passado possam diminuir as preocupações e situações presentes.

Palavras-chaves: Memória, Economia Criativa, Cultura, Políticas Públicas

INTRODUÇÃO

Desde os tempos mais distantes, o assunto memória trás o interesse na humanidade, sobretudo de acordo com o aspecto cognitivo, porém, durante o século XIX surgiram os primeiros trabalhos científicos de grande relevância no que se referede acordo com as características e funcionamento da memória humana.
Atualmente, o interesse pela base social da memória atinge a vida cotidiana, sendo objeto de estudo não somente em relação ao funcionamento da valorização da cultura no contexto da Economia Criativa e a Memória para a valorização da Cultura no Cariri Cearense.
A cultura é a conseqüência do processo de socialização que exibi a formação desde a gestação pelo grupo social no qual estar-se inseridos. A família, a escola, a opção religiosa, a linha ideológica, enfim, as várias instituições sociais nas quais, vão integrando-se e por meio das quais vai se construindo o capital cultural que permite fazer a seleção da memória.
Portanto, o estudo sobre a memória se desenvolve em um campo amplo que atravessa diferentes áreas disciplinares, constituindo-se, uma delimitação conceitual, na atuação dos conceitos complexos que, embora sejam conexos, possuem as suas especificidades.
Que relação se pode, então, estabelecer entre a Memória e a Economia Criativa? Segundo um dos maiores estudiosos da cultura, a memória, serve como suporte fundamental da identidade, "vem como mecanismo que retêm informação, o conhecimento, experiência individual ou social, constituindo-se em um eixo de atribuições que profere, categoriza os aspectos da realidade. Assim, conhece-se e reconhece-se por meio dessas percepções e lembranças, dos registros que se fazem de fatos passados, de objetos e coisas que nos são caras, que se identificam socialmente. Portanto, preservar, tornar "bens" sempre presentes e disponíveis, ativa a memória e, consequentemente, nutre a própria identidade cultural.
Contudo, a memória e sua relação com o tempo é vital ao ser humano, sendo essencial a sua identidade, pois, juntas, elas – memória e identidade pautada na Economia Criativa totalmente voltada para a valorização da

cultura no Cariri Cearense/Brasil tornam-se capazes de gerar sentido, organização social e unificação de um grupo, mantendo-o coeso e ancorado em referenciais emblemáticas familiares a ele.

I CONTEXTUALIZAÇÃO DA MEMÓRIA

Segundo o senso comum, a memória seria algo homogêneo e único. Mas quem trabalha com o tema sabe que é por excelência multidisciplinar e que, nesse sentido, cada disciplina tem uma função humana primordial. A memória é a possibilidade de viver uma experiência, gravá-la e transmiti-la às novas gerações. Foi por meio dessa faculdade que o homem acumulou conhecimento, repassou a outras gerações e construiu toda a cultura e saber a respeito da realidade.

Com Bosi (1994), confirma o aspecto de que aquilo que o sujeito guarda na lembrança, quando e como lembra é uma edificação em conjunto, que se constrói a partir dos quadros sociais da memória, em ajuste aos órgãos e soluções da memória coletiva com os apotegmas dominantes na sociedade. De acordo com Ortiz;

> (...) a memória é seletiva e os relatos de vida estão sempre contaminados pelas vivências posteriores ao fato relatado e vêm carregados de um significado, de uma avaliação que se faz, tendo como centro o momento da rememoração. (BOSI, 1994: p. 79)

Os conflitos interculturais têm frequentemente uma relação estreita com motins de memórias, interpretações opostas de acontecimentos passados e conflitos de valores, nomeadamente religiosos.

Nos casos em que não é excluído pela vontade do poder e do domínio, o diálogo mantém-se como chave para resolver esses antagonismos enraizados e conter as suas expressões políticas, muitas vezes violentas. A equação cultural que todas associedades multiculturais têm que resolver é a de tornar compatível o reconhecimento, a proteção e o respeito das características culturais próprias. Desse modo, a tensão entre as diferentes identidades pode converter-se em força propulsora da renovação da unidade nacional, baseada numa concepção dacoesão social como integração da diversidade dos seus componentes culturais.

Hannah Arendt (1997), afirma que o momento presente não esquece nem domestica o passado, isto porque a relação entre estes tempos é de transversalidade e circularidade, agindo aqui com a lógica de que o indivíduo que compreende não parte do início, mas, ao oposto, conta com toda a história que lhe distingue e mesmo o resolve como sujeito: a tradição.

A cultura é o resultado do processo de socialização que mostra que somos formados desde a gestação pelo grupo social no qual estamos inseridos. A família, a escola, a opção religiosa, a linha ideológica, enfim, as várias instituições sociais nas quais, vamos integrando-nos e por meio das quais vamos construindo o capital cultural que nos permite fazer a seleção da memória. Essa ligação é fundamental para a constituição dos acervos porque gera especialização principalmente para o público voltado para o interior do Estado do Ceará na região do Cariri. Todas as memórias têm um processo individual e, a partir dele, podemos perceber os grupos sociais. A partir de uma história de vida poder apreender um pouco sobre a sociedade.

II. ECONOMIA CRIATIVA E SEUS PRINCÍPIOS NORTEADORES

A Economia Criativa nasce de alguns pressupostos dando força à sustentabilidade da Cultura, estreita um vínculo de solidariedade e entendimento. Como atuante, muda a percepção das pessoas que trabalham com abundância não com escassez formula, implementa, monitora a política e segundo a Cláudia Leitão é a "*antessala*" da inovação num ativo econômico que redistribui, é solidária e inclui pessoas

A Economia Criativa, segundo o autor inglês John Howkins no livro "The CreativeEconomy", publicado em 2001 são atividades na quais resultam em indivíduos exercitando a sua imaginação e explorando seu valor.

> A expressão economia criativa aparece pela primeira vez numa matéria de capa da edição especial de agosto da revista Business Week, intitulada The Creative no ano de 2001, Economy – the 21 centurycorporation, e dando título aoum livro, The

> creativeeconomy – howpeoplemakemoneyfromideas, publicado em Londres por John Howkins. (COY; HOWKINS, 2001, p. 86).

As ampliação dos campos de estudos e pesquisas dedicados à arte com indústrias criativas de acordo com as particularidades do campo de exploração na perspectiva da incorporação de setores e dinâmicas típicas da nova economia, traz um grau de novidade suscita por uma extensa pauta de questões remetendo um plano conceitual inscritas em realidades experimentadas pelos países em desenvolvimento.

São as atividades assentadas na criatividade, na habilidade, no talento particular, incorporando os produtos na individualidade e abraçam as complexas cadeias produtivas do artesanato, tratando-se dos bens e serviços baseados em textos, símbolos e imagens.

É a economia da genialidade de um Steve Jobs, que utiliza da criatividade para gerar empregos melhores, produtos inovadores e crescimento econômico, incluindo uma sustentabilidade para a população excluída no crescimento econômico de acordo com o talento das pessoas.

Para entender melhor a economia criativa, o consultor *Ken Robinson,* especialista em criatividade explica que há três palavras-chave: imaginação, criatividade e inovação; e com essas referidas ferramentas dá oportunidade os vários níveis de profissão com habilidades, experiências convertidas em pontos fortes que fazem o cérebro humano orgânico e criativo.

Desenvolver, não significa somente construir obras de infra-estrutura (tais como saneamento, estradas ou casas), mas passaria, sobretudo, a traduzir as reações e as intervenções dos indivíduos e das comunidades atingidos por esses benefícios, pois a possibilidade de ampliar as interpretações acerca dos impactos (culturais, sociais, ambientais, entre outros) desses projetos com as comunidades e populações envolvidas.

> Depois de quinze anos de difusão e mediação do conceito de "desenvolvimento humano" por parte do Programa Nacional para o Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), os governos latinos americanos começariam, enfim, a se dar conta de sua complexidade. (ROJAS, 2004, p.25)

Apesar das políticas sociais dos últimos governos, o Brasil continua sendo o campeão mundial em desigualdade social. Esse dado corrobora o cenário de 'não desenvolvimento/desenvolvimento concentrador.

Reis (2008) afirma que a criatividade não possui raízes e o que a faz é a cultura do local. Como aporte econômico pode ser a tônica de aproveitamento do projeto da economia criativa lucrativa, trazendo junto com a cultura conexões e inovações. Complementa que;

> A economia criativa compreende setores e processos que têm como insumo a criatividade, em especial a cultura, para gerar localmente e distribuir globalmente bens e serviços com valor simbólico e econômico. Essa economia contempla setores que têm sua origem na criatividade, considerada a economia do século XXI, da demanda dinâmica de empreendedores que usam o cérebro para buscar a lucratividade. (REIS, 2008, p. 125).

A economia abastecida por indivíduos que se caracterizam por compartilhar certos valores, sendo importante salientar que os indicadores citados são destinados a revelar a tolerância à singularidade e a comportamentos diferentes.

Celso Furtado, 1979, citado por Henriques, (1990, p. 38-39) afirma que a evolução de um sistema que se torna mais eficiente através da acumulação de capital e do progresso tecnológico, que permite, deste modo, uma maior satisfação de necessidades humanas materiais. Podendo assim, trazer para os caririenses, de acordo com a sua memória em relação a cultura, o lucro permanecer nas mãos de alguém que é da terra.

II. I A Economia Criativa e a Humanização com Modernidade

No contexto de gestão em todos os setores da sociedade, o homem deve ser visto como forma básicano meio em que vive, tanto pelo lado profissional quanto pessoal, em busca do bem comum. A existênciana sociedade precisa ter uma visão para o todo, sempre acatando a ética do próximo.

O princípio do desenvolvimento tem em partes, a valorização da memória dos sujeitos envolvidos, pois exige que se conheça o local e assim, ao vivenciar aquela situação, fica mais fácil identificar o que é necessário, colocar o que é urgente e o que precisa melhorar; observar os conflitos que permeiam as responsabilidades e as competições, em busca de perceber a partir do olhar do outro.
Com a utilização do sistema capitalista existe a contribuição para lhe dar com esse sistema, adaptando-se e caminhando ao longo da revolução silenciosa, buscando a network, sem perder a identidade e a autoestima, se sentindo bem em qual quer lugar ou situação. Porém Suely Chacon faz uma provocação;

> Diante de uma sociedade que cria indivíduos que se julgam autossuficientes o bastante para esquecer seus semelhantes e a natureza, que gera profundas desigualdades sociais e destrói o meio ambiente, cabe a perguntar: o que é ser humano afinal? (CHACON, 2004, p.54).

Buscar entender o que realmente o sentido da palavra ser humano, trás a reflexão em vários aspectos; labor que é o processo biológico, o trabalho que dignifica e faz algo acontecer produzindo de acordo com a necessidade de cada um e a ação que é capaz de mudar vidas e situações dando abertura ao diálogo e a condição de enxergar o ser com pluralidade, preocupando-se com o bem estar coletivo, sendo que de forma inconsciente vem destruindo o seu habitat e se autodestruindo ao mesmo tempo.
Vale ressaltar a importância da participação de professores nesse processo, pois por serem peças fundamentais para o desenvolvimento econômico e até mesmo profissional, criam instrumentos e utensílios, estabelecem normas, elaboram regras de convivência, expressam seus sentimentos e emoções.
Resgatar e conservar a cultura do lugar depende muito da sociedade que está à frente das decisões e das ações, pois para alguns, o que é moderno desvaloriza o que foi feito de forma mais artesanal e desmotiva quem ainda não deixa morrer aquilo que significou dias trabalhados, esforços dobrados, trabalhos herdados pelos parentes mais antigos e lucros

arrecadados e buscam meios que se dizem modernos para se sustentar e assim, frustra ainda mais aquele que precisa ter voz e vez na modernidade.
A modernidade vai surgindo de acordo com a necessidade da humanidade ao longo a sua história e o que vai defini-la é a capacidade de questionar e melhorar. Chacon (2007) afirma que a ciência pode resgatar tradições como a religiosidade pode inovar e superá-la numa imensa e radical ousadia de fazer do tempo presente a morada do juízo crítico, então estar é encontrar.
Nesse sentido, não é possível controlar tudo, precisamos se entregar ao novo, ousar, criar, descobrir respeitando sempre a liberdade de expressão dos envolvidos, dando responsabilidade e solidariedade sem encobrir a possibilidade do encontro. Atualizar é afirmar uma precedência do tempo presente, ligar a modernidade à ciência e o tradicional a religião.

II.II As Conexões da Economia Criativa

A compreensão deste conceito de acordo com Bourdieu (2009, p. 69) da gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir.
É certo reconhecer que contempla setores que têm sua origem na criatividade, considerada a economia do século XXI, da demanda dinâmica de empreendedores que usam o cérebro buscar a lucratividade, a economia da genialidade de um Steve Jobs, que utiliza da criatividade para gerar empregos melhores, produtos inovadores e crescimento econômico, incluindo uma sustentabilidade para a população excluída no crescimento econômico de acordo com o talento das pessoas. De acordo com a Economia Criativa centraliza a efetivação de uma sociedade;

> Ela permite ao homem se conectar com aquilo que o torna humano, que o identifica como ser capaz de criar, inovar, encontrar soluções e, ao fazer isso, conhecer

> mais sobre si, como diria Agostinho da Silva: "O homem não nasceu para produzir, mas para criar". A alegria é a consequência natural. (GUGGENBERGER; KGNEL; PAMPONET, p. 129, 2012).

São as atividades assentadas na criatividade, na habilidade, no talento particular, incorporando os produtos na individualidade que abraçam as complexas cadeias produtivas do artesanato. São tratados como bens e serviços baseados em textos, símbolos e imagens.

> Assim para que nossos produtos e processos sejam eficientes e sustentáveis, deveriam ser sistêmicos e compreender as quatro dimensões na sua estruturação, em seus resultados e na forma de avaliar. É interessante também notar que corriqueiramente falamos em várias formas de capital: capital humano, capital intelectual, capital social, capital cultural, capital ambiental. (DEHEINZELIN, p. 55, 2012).

O potencial para a geração de empregos baseia-se na propriedade intelectual. No Brasil, as empresas de pequeno porte são as mais criativas, pois têm uma força de trabalho jovem e instruída, difere da tradicional, da manufatura, agricultura e comércio.

Uma nova visão de negócios está surgindo através do cinema, da propaganda e da televisão. Para entender melhor a economia criativa, o consultor *Ken Robinson,* especialista em criatividade explica que há três palavras-chave: imaginação, criatividade e inovação; e com elas, dá oportunidade os vários níveis de profissão com habilidades, experiências convertidas em pontos fortes que fazem o cérebro humano orgânico e criativo.

Marcos Barreto Corrêa (2012) aborda que ao contrário do mundo uniformizações, são a disparidade, as singularidades, os legados culturais peculiares, inusitadas e diferenciadas de cada comunidade que brilham aos olhos como mananciais de criação e inspiração. A partir daí, surge um panorama em que brotam e circulam recursos infinitos, que se multiplicam pelas vinculações constituídas entre os indivíduos.

> [...] Conhecimento e criatividade geram ainda mais conhecimento e criatividade, num processo que se dá em benefício dos múltiplos agentes ali presentes, atuantes direta ou indiretamente. E a abundância de recursos simbólicos do mundo em que vivemos põe em xeque práticas herdadas da sociedade industrial, tais como os esforços no sentido de criar e padronizar demandas e experiências, numa tentativa de neutralizar diferenças. (CORRÊA, 2012, p. 155).

Faz uma conexão em ambos os lados, nunca de forma isolada, pois empresas com forte controle, individualizada e de grande ênfase na hierarquia, não conseguem criar produtos e serviços inovadores. As pessoas só falam de suas especialidades e não enxergam alternativas metodológicas para ampliar o numero de ideias e conceitos e diminuir o tempo de desenvolvimento dos projetos pode-se recorrer a realização de um evento reunindo diversos designers, técnicos e artesãos para o realização de projetos em conjunto.

A agregação de valor pode se dá através do desenvolvimento e oferecimento de elementos complementares, tais como embalagens, selo de procedência, melhoria dos pontos de venda, entre outros.

Uma política publica comprometida com o desenvolvimento do artesanato deve, ser capaz de fazer estas distinções, definindo de modo claro quem deve fazer o que, para quem, quando e como, sem paternalismo e sem ingenuidade.

Buscar na ação social, cuja meta e promover a melhoria das condições básicas de vida dos excluídos.

Outra e dar efetividade aos processos de produção pré-industriais sem deterioração de sua base cultural autóctone, gerando novas oportunidades de trabalho e de renda.

Desenvolver, não significa somente construir obras de infra-estrutura (tais como saneamento, estradas ou casas), mas passaria, sobretudo, a traduzir as reações e as intervenções dos indivíduos e das comunidades atingidos por esses benefícios, pois a possibilidade de ampliar as interpretações acerca dos impactos (culturais, sociais, ambientais, entre outros) desses projetos com as comunidades e populações envolvidas.

> Depois de quinze anos de difusão e mediação do conceito de "desenvolvimento humano" por parte do Programa Nacional para o Desenvolvimento das Nações Unidas

> (PNUD), os governos latinos americanos começariam, enfim, a se dar conta de sua complexidade (ROJAS, 2004, p.25).

Apesar das políticas sociais dos últimos governos, o Brasil continua sendo o campeão mundial em desigualdade social. Esse dado corrobora o cenário de 'não desenvolvimento/desenvolvimento concentrador.
Nossa mão-de-obra barata associada à abundância de matérias-primas, que já foi considerada um 'atrativo' para investimento estrangeiro, hoje revela as fragilidades de uma concepção de desenvolvimento que, decididamente, não produzirá prosperidade nacional. Seremos, enfim, capazes de apostar em novas formas de produção, em novos insumos, em novas profissões, em novos modos de viver?
E segundo Rubim (2006) "Na contemporaneidade, a cultura comparece como um campo social singular e, de modo simultâneo, perpassa transversalmente todas as outras esferas societárias, como figura quase onipresente".
A economia criativa deve ser compreendida de acordo com a emergência da temática as expressões mais contemporâneas mais potentes do enlace entre cultura e economia, referindo-se ao conjunto distinto tratados de bens e serviços baseados em textos,

símbolos, imagens e atividades a baseadas na criatividade, no talento e na habilidade individual incorporados na propriedade intelectual e abarcam as cadeias produtivas das indústrias culturais e com suas imbricações e importantes implicações vem invadindo o campo do conhecimento de outras áreas especialmente na economia e na gestão.
A Economia Criativa Brasileira deve então se constituir numa dinâmica de valorização, proteção e promoção da diversidade das expressões culturais nacionais como forma de garantir a sua originalidade, a sua força e seu potencial decrescimentoSustentabilidade
O debate sobre o tema desenvolvimento nas últimas décadas vem sendo ampliado, indo além das tradicionais concepções econométricas e quantitativas.
Promover e avaliar o nível de desenvolvimento de um país tem se tornado uma tarefa bastante difícil, afinal outras dimensões passaram a ser evidenciadas como importantes, demonstrando que muitas práticas desenvolvimentistas, mesmo gerando ganhos econômicos elevados, acabaram por impactar negativamente as condições de vida da humanidade.
O uso indiscriminado de recursos naturais e de tecnologias poluentes nas estruturas produtivas, com o objetivo de obter lucros e garantir vantagens competitivas no curto-prazo, acabou por gerar grandes desequilíbrios ambientais.
A proliferação de uma cultura de consumo global massificou mercados com a oferta de produtos de baixo valor agregado, destituídos de elementos originais e identificadores de culturas locais. Desta forma, aqueles que têm maior capacidade produtiva passam a dominar um mercado que se torna compulsivo e pouco crítico.
A semelhança cultural passa a explorar a diversidade, incapacitando o desenvolvimento endógeno. É importante definir de acordo com essas premissas qual tipo de desenvolvimento deseja-se as bases e como ele pode ser construído de modo a produzir uma sustentabilidade social, cultural, ambiental e econômica em condições idênticas para as gerações futuras no resgate da memória de acordo com a valorização da cultua no contexto do resgate histórico inserido no local.

III A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA NO CONTEXTO DA VALORIZAÇÃO DA CULTURA

Abordar a memória é, muitas vezes, fazer esguichar as passagens de dor, fracassos, lutas, de encontros e desencontros, frustrações trazendo uma autorreflexão diante de cada momento histórico, lidar com a vida em sua mais expressiva pulsão. É se deparar com as marcas que ficaram não revive o acontecido e traz intactas as memórias de um episódio, apenas consolida em alocução suas lembranças, construindo (re) emaranhadas sobre o passado. É narrar o passado a partir de preocupações e situações presentes.
Marilena Chauí (2002) analisa a limitação da ideia de pensar a memória apenas como "comentário", conside-

rando o fenômeno da lembrança como algo que não se explica claramente, bem como não se explica a exclusividade da memória. Segundo a autora:

> [...] Selecionamos e escolhemos o que lembramos e a lembrança, como a percepção, tem aspectos afetivos, sentimentais, valorativos (existem lembranças alegres e tristes, saudade, arrependimento, remorso). [...] também não se pode explicar o esquecimento, pois se tudo está espontânea e automaticamente registrado e gravado em nosso cérebro, não poderíamos esquecer coisa alguma, nem poderíamos ter dificuldade para lembrar certas coisas e facilidade para recordar outras. (CHAUÍ, 2002, p. 128).

Complementando a importância da memória, Janaína Amado (1997), afirma que as narrativas da memória, permitem que os informantes reelaborem suas vivências individuais e coletivas. A dimensão simbólica das entrevistas não lança um olhar totalmente voltado para os fatos, permite aos cronistas rastrear os andamentos involuntários das lembranças e associações, permite também que se envolvam os diversos significados que alguns sujeitos conferem às experiências vividas.

Para areminiscência não é possível descuidar ou ignorar essa dimensão. Assim, a lembrança é uma reconstrução do passado com o subsídio de dados tomados do presente, como afirma Halbwachs (2006), preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora ao manifestar-se vai sofrendo alterações.

O que, de alguma maneira, remete às considerações de Marilena Chauí ao destacar o livro de Ecléa Bosi:

> [...] Que o modo de lembrar é individual tanto quanto social. O grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai, paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e no como lembra, faz com que fique o que signifique. (BOSI, 1997, p. 142)

A memória, compreendida pela referida autora não é sonho, é trabalho: uma operação realizada no presente que suscita indagações e ainda de uma forma paradoxal é criticadaao se mostrar inflexível ao esquecimento. No entanto;

> [...] a memória individual existe, mas está enraizada em diferentes contextos que a simultaneidade ou a contingência aproxima por um instante. A rememoração está situada na encruzilhada das redes de solidariedades múltiplas em que estamos envolvidos. Nada escapa à trama sincrônica da existência social atual, é da combinação desses diversos elementos que podem emergir aquela forma que chamamos lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem. (HALBWACHS, 2006, p. 12)

O fato é que cada sistema cultural está em processo de mudança e entender essa dinâmica é importante para diminuir a estranheza entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos. É através da troca de experiências por meio do diálogo que as narrativas vêm ganhando sentido em relação a um grupo do qual o indivíduo fez ou até mesmo faz parte.

A pesquisa trás um aprendizado com a realização de leiturasdo referencial teórico e entrevistas realizadas, é que o passado não se apresenta como algo que aconteceu e o pesquisador tem que ter o cuidado de trazer uma reflexão de acordo com o local e o período específico. Buscar deixar o sujeito mais à vontade possível para que assim ter a capacidade de raciocinar em termos ideais e padrões reais de comportamentos.

É importante o saber ouvir e perceber diante de cada história que a memória dos sujeitos participantes está totalmente ligada na sociedade. Este na é a conclusão deste capítulo. Não deve ser terminado desta forma, precisa no entanto despertar a importância deste resgate, culminando a história do povo, em busca assim, de melhoria e com a memória daquele ambiente buscar conquistas idealizadoras e inovadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os motins interculturais possuem uma relação estreita com conflitos de memórias, interpretações adversas de episódios passados e conflitos de valores, nomeadamente religiosos.
Nos casos em que não é excluído pela vontade do poder e do domínio, o diálogo mantém-se como chave para resolver a equação cultural que todas as sociedades multiculturais têm de tornar compatível o reconhecimento, a proteção e o respeito das características culturais próprias. Desse modo, a tensão entre as diferentes identidades pode converter-se em força propulsora da renovação da unidade nacional, baseada numa concepção da harmonia social como integração da diversidade dos seus componentes culturais.
São nestes espaços que se irá edificar a constituição da memória de fatos, atos e documentos que envolvem períodos do tempo e da vida de uma nação que precisa radicalizar sua identidade democrática, dando oportunidades para que todos tenham assegurada a manifestação e participação, pois o momento presente não esquece nem domestica o passado, contudo a relação entre estes tempos é de transversalidade e circularidade, compreende o oposto com toda a história que lhe distingue e mesmo o resolve como sujeito: a tradição.
Ao lado destas, ainda se tem como registro exemplificativo iniciativas capazes de compreender que a cultura é o resultado do processo de socialização e mostra que somos formados desde a gestação pelo grupo social no qual estamos inseridos. A família, a escola, a opção religiosa, a linha ideológica, por fim, as várias instituições sociais nas quais, se integra e por meio das quais vai se construindo o capital cultural que permite fazer a seleção da memória.
Resta claro, que a questão da memória diz diretamente com a democracia que se tem e se quer, sustentada na ideia de que, essa ligação é fundamental para a constituição dos acervos porque gera especialização. Todas as memórias têm um processo individual e, a partir dele, podemos perceber os grupos sociais. A partir de uma história de vida pode-se apreender um pouco sobre a sociedade.
É a economia que contempla setores que têm sua origem na criatividade, considerada a economia do século XXI, da demanda dinâmica de empreendedores que usam o cérebro buscar a lucratividade.
Por outro lado, é a parcimônia da genialidade de um Steve Jobs, que utiliza da criatividade para gerar empregos melhores, produtos inovadores e crescimento econômico, incluindo uma sustentabilidade para a população excluída no crescimento econômico de acordo com habilidades das pessoas.
No entanto, enquanto o homem sonhar, e, tiver histórias sobre as origens, lendas universais, mitos, haverá literatura, em relação ao que e do quanto falem da sua crise, há muito ainda o que fazer, permite a cada geração interpretar o sentido das atrocidades do passado e por si só, de modo que os consensos sobre aquelas épocas eventualmente sejam desviados, modificados e revisados, para suprir as necessidades do novo determinando ciclos mais amplos de dilatação.
.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro.* São Paulo: Perspectiva, 1997.

BORJA, Bruno. *Cultura e Desenvolvimento no pensamento de Celso Furtado*.In: V ENECULT.Anais. Salvador: UFBA, 2009.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
_____ *Memória e sociedade: lembranças de velhos.* 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
CHACON, Suely Salgueiro. *O Sertanejo e o caminho da s águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido***.** Fortaleza: BNB, 2007. (Série Teses e Dissertações. Vol. 8.).

CHAUÍ, Marilena**.** *Convite à Filosofia.* 12. ed. 6. impressão. São Paulo: Ed. Ática, 2002.

FURTADO, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1979.

GUGGENBERGER, L.F; KGNEL, P.S.; PAMPONET, R. *Alegria que gera economia!* Economia Criativa: um conjunto de visões [recurso eletrônico] / [Ana Carla Fonseca et al.]. - São Paulo : Fundação Telefônica, 170p., p. 129, , 2012.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução, Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

MINISTÉRIO DA CULTURA - Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014. Brasília, Ministério da Cultura, 2011.

REIS, Ana Carla Fonseca *et al*. *Economia criativa: um conjunto de visões.* São Paulo: Fundação Telefônica, 2012.

REIS, Ana Carla Fonseca; Kageyama, Peter (Orgs.). *Cidades criativas: perspectivas.* São Paulo: Garimpo de Soluções,2011.

ROJAS, P.A.V. *Desenvolvimento endógeno: um paradigma para gestão local e regional.* Fortaleza: IADH, 2004.

RUBIM, Albino. *"Políticas Culturais entre o possível e o impossível"*, In:II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult).Anais. Salvador: FACOM/UFBA, 2006.

LEAL, Rogério Gesta. *Verdade, memória e justiça: um debate necessário*/ Rogério Gesta Leal organizador. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

A transversalidade da Cultura: (re)pensando significados sobre desenvolvimento e cooperação técnica do Sul Global

Daniela Lobo D'avila[1]

Resumo: Este trabalho apresenta uma abordagem sobre o tema cultura e a cooperação técnica Sul-Sul entre Brasil e Haiti, com o objetivo de propor novas possibilidades de planejamento aos projetos de cooperação técnica que compreendam a transversalidade da cultura e seus significados para o desenvolvimento. Analisa-se a cooperação entre Brasil e Haiti vivenciada no projeto da Unesco sobre o fortalecimento da capacidade política institucional de agentes governamentais do Haiti para a promoção dos direitos da pessoa com deficiência. Expõem-se as ações dos sujeitos envolvidos, sua historicidade, linguagem e saberes híbridos que buscam o intercâmbio de conhecimentos para o aprendizado técnico mútuo entre os países. A pesquisa evidenciou a transversalidade da cultura como potencial de articulação e ressignificação do diálogo das ações da cooperação técnica incentivando os países emergentes a serem precursores de seu próprio processo de desenvolvimento.

Palavras-chave: cooperação internacional; cultura; políticas públicas; sul global.

Introdução

O presente artigo visa apresentar um recorte teórico dos estudos sobre cultura e cooperação técnica a partir de experiências de cooperação técnica Sul-Sul entre Brasil e Haiti, buscando uma análise reflexiva sobre as possibilidades de planejamento dos projetos que compreendam a transversalidade da cultura como significados autônomos sobre desenvolvimento e cooperação técnica do Sul Global. Para tanto, o trabalho fundamenta à Cooperação Sul-Sul refletida sobre os conceitos de modernidade como forma de pensar e estar no mundo, sua historicidade em movimento e mudança constante nas linguagens, nas significações e na cultura enquanto saber transversal indispensável de relação autônoma nas propostas de cooperação técnica entre culturas híbridas e múltiplas, visando intercâmbio de experiências numa relação isonômica e de aprendizado mútuo entre os países que estabelecem a troca de saberes técnicos por meio da cooperação.

Pensar a cooperação internacional no âmbito acadêmico instiga a reflexividade do saber na construção de vertentes críticas que gestem e estimulem o desenvolvimento. Autores como Jean e John Comaroff, Mbuyi Kabunda, Stuart Hall, Homi Bhabha, Degnbol-Martinussen e Engberg-Pedersen, vem discutindo a importância do fortalecimento da cooperação internacional, por meio de novas perspectivas relacionais de cooperação que potencializem rupturas e ressignifiquem modelos e concepções colonialistas do Norte. Essa reflexividade instiga as pesquisas acadêmicas a dialogarem com as ações do Sul Global como potencial articulador da cooperação técnica convertendo os países emergentes em precursores de seu próprio processo histórico.

Numa análise mais específica dos países doadores, em especial Norte-Sul, os autores Degnbol et all. (1999) ressaltam que as consequências do fim da Guerra Fria para a ajuda externa gerou diminuição no número de países doadores e aumento no número de receptores, adicionando pressão nos recursos limitados voltados à cooperação para o desenvolvimento; perda de importância dos interesses políticos relacionados à segurança nacional, abrindo com isso possibilidades para reduções orçamentárias e críticas à ajuda externa; bem como aumento de conflitos nacionais e étnicos, pressionando o financiamento para operações de paz, alívio emergencial e ajuda humanitária.

---

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília (PPGDSCI/CEAM/UnB), com o tema de pesquisa em políticas públicas para pessoas com deficiência em Angola e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). daniela.davila7@gmail.com

Na perspectiva da teoria do desenvolvimento pela ajuda externa, os autores criticam o fato de que argumentações teóricas têm identificado a ajuda externa como transferência de capital, sem levar em consideração que a ajuda pode ter outras formas, como a transferência de conhecimentos e habilidades técnicos, os quais podem influenciar processos de desenvolvimento pela melhoria da qualificação da mão-de-obra. Ressaltam ainda que a assistência não consiste em condição necessária ou suficiente para o crescimento e o desenvolvimento de acordo com as teorias que tratam da questão, pois crescimento e desenvolvimento dependem de outras circunstâncias e incentivos, assim como de barreiras e outras condições restritivas (Degnbol et all., 1999: 18).
Segundo Kabunda (2011) a cooperação Sul-Sul nasceu em plena Guerra Fria pela com o intuito de transformar o sistema internacional por meio da necessidade de segurança e busca pelo fortalecimento da independência, do desenvolvimento econômico e social por parte dos países em desenvolvimento, bem como pela ideologia nacional contra o colonialismo, mediante a eliminação das assimetrias com o Norte e a instauração de economias autocentradas nas relações de poder do colonizador.
O Brasil participou da evolução da cooperação técnica internacional primeiramente na condição de país recipiendário, participação de que resultaram contribuições pontuais, porém importantes para seu processo de desenvolvimento econômico. Posteriormente o País, não sem grandes esforços, evoluiu significativamente na construção de instituições maduras, de um Estado moderno e de estruturas produtivas complexas e capazes de contribuir para o avanço econômico e social (Cabral, 2011).

Os direitos da pessoa com deficiência na sociedade Haitiana

A prática cultural interage, ainda que de forma desigual e mutuamente determinante, os sentidos e valores que constituem os grupos sociais diferentes, estão embasados nas suas relações e condições históricas (Hall, 2003). A República do Haiti tem sua origem na diáspora, com aproximadamente 10.188.175 de habitantes que ocupam uma superfície de 27.700 km², segundo os dados preliminares do censo de 2009. Sua maior cidade é a capital, *Port-au-Prince* (Porto Príncipe) e as línguas utilizadas no país são o Francês e o *Kréyol*[2]. Com relação às crenças religiosas, o país manifesta o *Vodu*[3], o cristianismo e o protestantismo (IBGE, 2010).
Segundo a Política Nacional sobre deficiência do Haiti (2012), a sociedade haitiana por muito tempo sobrecarregou com desprezo pessoas com deficiência, mostrando-se insensível em relação a elas, além de algumas ações de instituições de caridade realizadas por igrejas ou outras instituições filantrópicas. Esta atitude desumana é susceptível de criar em muitas pessoas com deficiência sentimentos de inutilidade e até mesmo um complexo psicológico de inferioridade.
De acordo com a Handicap Internacional a maioria das pessoas com deficiência vivem, muitas vezes, em condições difíceis, sofrem estigmas e têm pouco acesso aos serviços públicos constituindo-se num dos grupos mais vulneráveis da sociedade. Ratificam ainda, que as pessoas com deficiência e suas famílias enfrentam a exclusão histórica marcada por aspectos culturais e de crença religiosa que relacionam a deficiência a questões sobrenaturais e que não têm origem em questões genéticas ou relacionadas a aspectos de saúde. (Haiti, 2012).
Como um legado cultural, a deficiência no Haiti mostra-se significativamente compreendida como algo misterioso e perigoso, percebida na sua origem pelas crenças biológicas e religiosas, na interação dos mundos natural e sobrenatural, interagindo entre os fatores de culpa, erro e castigo. De acordo com Healing Hands Haiti (2006), não é incomum crianças que nascem com uma deficiência serem abandonadas em hospitais ou nas ruas, enquanto outras crianças e adultos que adquirem uma deficiência geralmente tornarem-se reclusos sociais ou institucionalizados (Grinde, 2011).

---

2 *Kréyol* ou *Créole*: segundo idioma falado no Haiti, porém utilizado pela maioria da população. É uma mescla da língua *Yuriba* da África com a língua do país colonizador França.

3 O Vodu representa a religião popular do povo haitiano, a religião sincrética, cujos principais componentes são baseados nas crenças antigas das tribos negras africanas. Vodu consiste numa religião na qual há uma estreita ligação com a natureza, não no sentido de que a natureza é adorada, mas porque os crentes acreditam que o homem está profundamente inserido e é um microcosmo onde o mundo inteiro pode ser lido. Os praticantes da religião Vodu acreditam profundamente na existência dos seres espirituais que vivem na natureza.

Em janeiro de 2010, o Haiti ressurge no cenário internacional por força de uma catástrofe natural. A devastação da cidade haitiana de Porto Príncipe, marcou a história do país. O abalo sísmico de dez segundos foi suficiente para destruir prédios dos ministérios, escolas, instituições, universidades, hospitais e, principalmente, residências da população, que se transformaram em verdadeiro entulho. Entre as múltiplas consequências do desastre, está o alarmante número de pessoas que foram atingidas e mutiladas. Cerca de 800 mil haitianos já estavam vivendo com deficiência e, nas primeiras semanas após o terremoto, de 2 a 4 mil amputações foram realizadas, além do trauma emocional e das consequências psicológicas causadas pela tragédia (Thomaz, 2010).
Com a tragédia que assolou o país, surgem novas discussões e planejamentos, a longo prazo, sobre a questão dos direitos da pessoa com deficiência no Haiti. Como consequência, a Secrétairie d'Etat à l'Intégration des Personnes Handicapées – SEIPH do Haiti (criada em 17 de maio de 2007) ganha visibilidade e força política para reorganizar os trabalhos voltados às pessoas com deficiência, buscando o favorecimento de um novo cenário na divulgação e sensibilização da integração da pessoa com deficiência no país.
Uma das ações fundamentais da sociedade haitiana foi admitir como princípio orientador a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2006, assumida pelo país no ano de 2009, a qual norteia a união e o fortalecimento dos movimentos sociais de pessoas com deficiência, bem como corrobora a concepção social da deficiência, num conceito de sociedade que não elege, classifica ou segrega indivíduos, mas que modifica seus ambientes, atitudes e estruturas para tornar-se acessível a todos. Como consequência a sociedade haitiana fortalece a garantia dos direitos das pessoas com deficiência no Haiti, com a criação da primeira Lei sobre a Integração de pessoas com deficiência do Haiti de 2012, que tem como princípios e valores a promoção para a plena integração das pessoas com deficiência em todos os aspectos da sociedade haitiana (Haiti, 2012).
Segundo Candau (2008) a relação entre assuntos concernentes a justiça, redistribuição, superação das desigualdades e democratização de oportunidades e as referidas ao reconhecimento de diferentes grupos culturais se faz cada vez mais estreita. A autora ressalta ainda que:

> A problemática dos direitos humanos, muitas vezes entendidos como direitos exclusivamente individuais e fundamentalmente civis e políticos, amplia-se e, cada vez mais, afirma-se a importância dos direitos coletivos, culturais e ambientais (Candau, 2008 : 46).

Dessa forma, a deficiência entendida na abordagem social, ratificadas pela Convenção da ONU e pela Politica Nacional sobre a Deficiência do Haiti, busca o afastamento do fatalismo biológico e religioso e gera possibilidades que favorecem o desenvolvimento do indivíduo, despindo-se do preconceito e instituindo práticas de não exclusão. A historicidade de cada cultura movimenta atitudes, comportamentos e a busca pela compreensão de suas histórias, a exclusão é, pois, social e historicamente condicionada e está configurada dentro de ações, vínculos, interações e retroações que não estão isoladas no mundo e fazem parte de uma vida de relação. É no âmbito da vida em relação que podemos encontrar o caminho para compreender o fenômeno da exclusão social (Tunes et all., 2011).

Análise de experiência de cooperação técnica Sul-Sul entre Brasil e Haiti

O recorte de análise fundamenta-se na condição de relação estabelecida entre os parceiros da cooperação Brasil e Haiti, com vistas a abordar a capacidade de se planejar o cooperação bilateral considerando o contexto cultural, os interesses estabelecidos entre ambos países, buscando a continuidade da ação a partir da necessidade do recipiendário. Por se tratar de uma análise reflexiva será valorada a perperctiva de cooperação técnica enquanto transferência de conhecimentos e habilidades técnicas, os quais podem influenciar processos de desenvolvimento pela melhoria da qualificação dos sujeitos, como referenciado por Degnbol et all. (1999).
Nesse sentido, serão destacados aspectos diferenciais do planejamento e execução do projeto que induziram a equipe técnica a reformular o planejamento a partir de um contexto de isonomia entre a cooperação estabelecida com os dois países, considerando com isso o diferencial linguístico, a compreensão de símbolos históricos e sociais que constituem a percepção da sociedade Brasileira e Haitiana sobre o tema dos direitos da pessoa com deficiência.

A cooperação entre o Brasil e o Haiti tem como base o acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Haiti, promulgado em novembro de 2004, desde essa data, cerca de 15 projetos de cooperação foram implementados em prol do desenvolvimento do povo haitiano. Com a tragédia que assolou o país, surgem novas discussões e planejamentos, a longo prazo, sobre a questão a cooperação entre Brasil e Haiti. A disposição do Governo brasileiro em apoiar o Haiti, em um dos momentos mais difíceis de sua história, foi evidenciada pelo incremento no número de projetos de cooperação, pela diversificação das áreas e pela ampliação do número de instituições cooperantes do lado brasileiro, o que resultou em novos parceiros essenciais para os impactos positivos da cooperação e no fortalecimento dos laços com parceiros tradicionais, ampliando as parcerias nas áreas de saúde, inclusão social e em especial nos direitos da pessoa com deficiência no Haiti, o que favoreceu um novo cenário na divulgação e sensibilização da integração da pessoa com deficiência no país.

Dentre os Projetos projetos de apoio está o intitulado: *Fortalecimento da capacidade política institucional de agentes governamentais e não governamentais do Haiti, para a promoção da defesa dos direitos da pessoa com deficiência.*[4]. Neste contexto, Brasil e Haiti assumem o compromisso de assegurar às pessoas com deficiência o acesso a um sistema social e educacional inclusivo fundamentado e ratificado por meio da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pela ONU em 2006. Para efetivar esse compromisso a SEIPH do Haiti estabeleceu a parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR do Brasil e Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com deficiência – SNPD do Brasil, com vistas a apoiar o Haiti na adoção de estratégias nacionais para o fortalecimento e a promoção da inclusão das pessoas com deficiência no país. Assim, em maio de 2012, teve início, em Porto Príncipe, a parceria de formação no âmbito do projeto de cooperação técnica bilateral para Fortalecimento da capacidade política e institucional de agentes governamentais e não-governamentais do Haiti para promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência – *mídia e comunicação*[5].

Os estudos de cooperação técnica para além da governança, políticas públicas governamentais e desenvolvimento encontram-se questões subjetivas de uma cultura híbrida constituída na identidade de diáspora, que estão constantemente produzindo-se e reproduzindo-se novas, por meio da transformação e da diferença (Hall, 2003). Para o autor os significantes da cultura perpassam por todas as práticas sociais e constituem a soma do inter-relacionamento das mesmas, expõe ainda que:

> A cultura é esse padrão de organização, essas formas características de energia humana que podem ser descobertas como reveladoras de si mesmas – dentro de identidades e correspondências inesperadas, assim como em descontinuidades de tipos inesperados – dentro ou subjacente a todas as demais práticas sociais (Hall, 2003: 136).

Ao expor uma parceria bilateral de anuência entre as experiências sociais de ambas as culturas no que se refere a políticas públicas sobre direitos humanos, fez-se necessário compreender alguns aspectos sociais que interagem com a compreensão sobre a imagem da pessoa com deficiência no Haiti.

---

4 *PROJETO 914BRA3034*: Fortalecimento da capacidade política e institucional de agentes governamentais e não governamentais do haiti para promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência. Em parceria com a SEIPH do Haiti, UNESCO e Secretaria de Direitos Humanos da Presidencia da República (SDH/PR) do Brasil. O Projeto estava subdividido para Socieddade Civil (2011-2012) e Agentes de Mídia e Comunicação (2012 a 2013), sendo este segundo o tema abordado neste recorte.

5 O Projeto e a formação técnica foi realizada no Haiti sendo elaborado e executado pela consultora da UNESCO Daniela Lobo D´avila (2012-2013). A formação visou fortalecer a capacidade política e institucional de representantes governamentais e não governamentais da sociedade haitiana, com a finalidade de propor estratégias de comunicação por meio de campanhas de conscientização e mobilização para a defesa, proteção e promoção dos direitos e da imagem positiva da pessoa com deficiência no Haiti.

Contextualizando o projeto e seus resultados

O projeto teve início em 2011, com reuniões Governamentais que estabeleceram a necessidade da parceira entre os países, em 2012 iniciou-se a formação para sociedade civil e representantes governamentais e não governamentais de mídia e comunicação. Os sujeitos da formação em mídia e comunicação foram jornalistas, radialistas, assessores de comunicação, editores, coordenadores de empresas publicitárias, estudantes de comunicação. Os participantes foram indicados pela SEIPH, com participação de 01 representante por Departamento (18 Departamentos no Haiti) e 12 representantes de Porto Príncipe, incluindo os representantes da SEIPH. Totalizando um número de 30 participantes para a formação.

O objetivo geral do projeto consistiu no fortalecimento da capacidade política e institucional de representantes governamentais e não governamentais da sociedade haitiana, com a finalidade de propor estratégias de comunicação por meio de campanhas de conscientização e mobilização para a defesa, proteção e promoção dos direitos e da imagem positiva da pessoa com deficiência no Haiti.

Um dos aspectos inerentes a cooperação técnica do Brasil, foi a preocupação em elaborar um material que não induzisse o modelo de práticas vivenciadas pelo Brasil no que refere aos direitos da pessoa com deficiência, neste sentido foram levantados pelo grupo a elaboração do material partindo do contexto de realidade Haitiana, em diagnóstico realizado *in loco* nos dois primeiros encontros realizados no Haiti junto com os setores governamentais e sociedade civil em 2012. O objetivo primordial do projeto era divulgar a imagem positiva da pessoa com deficiência no Haiti, com isso a pergunta que o grupo técnico do Brasil fazia era: '*como divulgar esta imagem a um grupo de jornalistas Haitianos partindo da realidade Brasileira?',* uma vez que o conteúdo proposto era que os 'técnicos brasileiros', levassem os conhecimentos adquiridos no Brasil como modelo para as práticas Haitianas, numa relação unilateral de conteúdos.

Este processo dialógico ratifica o direito adquirido por meio políticas afirmativas de grupos de diáspora e estabelece a abertura de um espaço de suplementar de significação cultural de novas formas de identificação que podem confundir a continuidade das temporalidades históricas, perturbar a ordem dos símbolos culturais, traumatizar a tradição (Bhabha, 1998: 205).

Comaroff et all. (2009) evidenciam a premissa de que em muitos lugares a sobrevivência cultural tem estabelecido formas de sobrevivência por meio da cultura, considerando que o mercado econômico, os grupos étnicos podem tecer novos padrões de sociabilidade, assim como reanimar a subjetividade e reforçar a autoconsciência coletiva.

Com isso, após extensas conversas sobre o planejamento da formação, o grupo governamental brasileiro optou por alterar a estrutura da formação técnica a partir da realidade local, dentre principais materiais elaborados estão:

a) Módulo I – A pessoa com deficiência e o direito a informação

Este módulo visou sensibilizar e demonstrar a importância dos meios de comunicação na promoção do direito e da imagem positiva da pessoa com deficiência na sociedade haitiana, corroborando com o princípio de responsabilidade social às suas empresas. Abordou ainda os fundamentos primordiais sobre direitos humanos por meio da Convenção da ONU de 2006 e das Legislações utilizadas pela sociedade Haitiana com relação a pessoa com deficiência, com ênfase na Lei do Haiti para pessoas com deficiência de 2012.

Para apresentar este módulo convidamos um Advogado e Gestor Público Haitiano que participou da elaboração da legislação sobre direitos da pessoa com deficiência no Haiti de 2012, visando valorizar a legislação vigente na voz de quem construiu a política no Haiti. Esta fala foi de suma importância para a sequência e efetividade do trabalho com os jornalistas haitianos, uma vez que surgiram questionamentos de ordem social, como a questão dos cultos e religiões como o Vodu e Evangélico, o que permitiu o diálogo entre os participantes sobre a percepção da sociedade haitiana com relação a uma pessoa com deficiência, a questão da *culpa*, do *pecado*, da *vergonha*, da *incapacidade*. Contextos específicos como a exposição de situações comentadas na comunidade como por exemplo o misticismo que no culto Vodu as pessoas são incentivas a realizarem relações sexuais com pessoas com deficiência para trazer sorte; ou de pastores que expõe a culpa na mãe por gerar um filho com deficiência, dando o direito ao pai de abandona-la. Questões construídas historicamente, socialmente e que tem na cultura um tecido de ações múltiplas e subjetivas, o que justifica

o diálogo junto com os atores sociais, uma vez que abordar os direitos da pessoa com deficiência sem antes compreender e discutir sobre os assuntos que geram omissões e preconceitos seria desconsiderar a construção história dos participantes, de jornalistas que serão formadores de opinião pública e que podem intervir significativamente na sociedade civil.

b) Módulo II – Teoria na prática: divulgando a imagem positiva da pessoa com deficiência na comunidade haitiana.

Este módulo contemplou a realização da visita técnica duas Instituições que trabalham com pessoas com deficiência em Porto Príncipe, visando a elaboração de peças informativas de imprensa. Com base nos conhecimentos teóricos construídos durante a semana de formação, os participantes desenvolveram uma atividade prática (visita técnica), com vistas a proporcionar a elaboração de peças de imprensa que retratassem a imagem positiva de pessoas com deficiência com casos reais do contexto haitiano. Cada grupo de trabalho construiu durante o curso uma temática de investigação voltada aos direitos e a imagem positiva da pessoa com deficiência e utilizou os conteúdos para criar a peça de imprensa na visita às duas Instituições que receberam os grupos de jornalistas. As Instituições chamadas *Ecole Coeur e Ecole Saint Vincent.* foram selecionadas pela SEIPH e informadas da atividade com antecedência, para que pudessem estar cientes sobre a reportagem que seria realizada na sua Instituição.

c) Módulo III - Oficina de produção das peças de mídia e comunicação.

Este módulo contemplou a elaboração de peças informativas de imprensa com vistas a incentivar a promoção e divulgação da imagem positiva da pessoa com deficiência no Haiti, por meio dos recursos de mídia e comunicação. Com base nos conhecimentos teóricos da formação e na visita técnica realizada em duas Instituições que trabalham com pessoas com deficiência na cidade de Porto Príncipe. Os jornalistas produziram 4 peças de mídia (incluindo jornal e rádio comunitária) de divulgação contendo a temática da imagem positiva da pessoa com deficiência no Haiti, baseados nos dados coletados na visita técnica.

Os grupos decidiram por unanimidade que a produção das peças seriam em textos para jornal impresso e informativo, porém deram real importância para a produção das peças em áudio para programas de rádio, uma vez que os dados de mídia do Haiti mostram que mais de 90 % da população recebe informação por meio de '*rádios comunitárias'*, sendo assim os grupos produziram as peças gravadas como se fosse um programa de rádio comunitária. Os resultados da visita técnica e da formação, foi elaboração de reportagens em texto impresso e reportagens em áudio (montagem da reportagem para rádio comunitária), os grupos gravaram as reportagens encenando o papel da rádio e apresentaram ao grande grupo de participantes, contando neste momento com a participação do Secretário da Seiph, representantes da OEI, representantes de rádios comunitárias e televisiva. As reportagens impressas foram escritas em Francês e em áudio foram faladas em *Créole*, por ser o segundo idioma falado no Haiti e mais utilizado pela maioria da população.

Para Hall (2003) os significantes da cultura perpassam por todas as práticas sociais e constituem a soma do inter-relacionamento das mesmas, como processo constante de autonomia do pensar o sujeito na sua própria história:

> Cultura não é apenas uma viagem de redescoberta, uma viagem de retorno. Não é uma arqueologia. A cultura é uma produção. Tem sua matéria prima, seus recursos, seu trabalho produtivo. Mas o que é esse desvio através de seus passados faz é nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições. Paradoxalmente nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão a nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar (Hall, 2003: 44).

Este processo tenta rastrear deslocamentos e realinhamentos (Bhabha, 1998: 248) que resultam em antagonismos e articulações culturais, subvertendo a razão do momento hegemônico e recolocando lugares híbridos, alternativos, de negociação cultural. Como consequência abre possibilidade de outros tempos de significação cultural, estabelecendo um processo pelo qual o outro objetificado seja transformado em sujeitos de sua história e de sua experiência.

Ao finalizar as apresentações os jornalistas foram questionados sobre o que eles levariam desta formação para continuarem sendo atores de novas formações, descreveremos algumas exposições que seguem:

> *'(...) Compreendi que cada pessoa possui uma necessidade, cada criança precisa de um tratamento diferente. Conhecer esta realidade me ajudou no exercício das atividades pessoais e também como cidadão e estudante de jornalismo, pois as pessoas com deficiência, as pessoas sem deficiência não formam um grupo homogêneo e este é o diferencial que podemos mostrar'(Estudante de Jornalismo)*

> *'Foi uma experiência muito feliz e enriquecedora, feliz por conhecê-la, enriquecedora porque pude compreender que as pessoas com deficiência tem valor e devem ser valorizadas. E com tudo o que a gente aprendeu, percebi que a deficiência não impede que as pessoas sejam cantoras, artistas. Vejam aquela menina que não possui um braço, ela foi premiada em 1º lugar nas provas em nível nacional. Conhecer essa realidade, da forças para a gente fazer com que eu mude para participar das lutas que devem ser frutos pela integração da pessoa com deficiência, dos pais, a sociedade precisam também delas. Se a gente esta marginalizando é uma perda total. Eu encorajarei os colegas jornalistas nas próximas formações a apoiar a causa da pessoa com deficiência para que este conceito possa ser mudado na sociedade haitiana'(Jornalista A)*

> *'Foi a primeira vez que tive contato com pessoas com deficiência, fiquei muito surpreendida, pude ver mais meninas do que meninos e ambos estavam fazendo a prova do Estado, elas são produtivas, criativas, tem aptidões e querem um lugar na sociedade. Eu aprendi muito na visita e a mídia tem a obriga*ção de divulgar e ajudar a mudar o que pensamos sobre elas*' (Jornalista B)*

> *'Foi meu primeiro contato com essa realidade, população marginalizada da sociedade, merece mais atenção, não só por parte de nós jornalistas, mas também dos dirigentes. Nós que somos agentes temos a obrigação de ouvir as vozes dessas pessoas, e divulgar a luta pelos seus direitos' (Jornalista C)*

O espaço de suplementar de significação cultural, segundo Bhabha (1998), revela e une o performativo e o pedagógico, possibilitando uma estrutura narrativa característica da racionalidade política moderna, como um movimento liminar da cultura da nação, revelado e unido, que emerge o discurso da minoria, buscando redefinir o processo simbólico através do qual o imaginário social da comunidade se torna o sujeito do discurso cultural, agência de um povo e o objeto da identificação psíquica.

> As fronteiras da nação se deparam constantemente com uma temporalidade dupla: o processo de identidade constituído pela sedimentação histórica (o pedagógico) e a perda da identidade no processo de significação da identificação cultural (o performativo), sendo assim a figura do povo emerge na ambivalência narrativa de tempos e significados disjuntivos (Bhabha, 1998: 216).

A temporalidade disjuntiva da nação forneceria a referencia de tempo para apresentar os significados e práticas residuais e emergentes, localizadas nas margens das experiências contemporâneas da sociedade, a emergência depende de uma *elipse social,* um *entre-lugar (*Bhabha,1998: 126), no qual seu poder de transformar depende de estarem deslocados historicamente.

Segundo Bhabha (1998: 247) a autoridade de práticas costumeiras, tradicionais - a relação da cultura com o passado histórico - não é desistoricizada na metáfora da linguagem usada por Hall A metáfora da linguagem altera o sujeito da cultura, transforma de uma função epistemológica em uma prática enunciativa, de uma cultura de enunciação que tenta repetidamente reinscrever e recolocar a reinvindicação política de prioridade e hierarquia cultural na Instituição social da atividade de significação. (Brabha, 1998).

Conclusão

Re_criar significados autônomos sobre a transversalidade da cultura expõe o comprometimento da participação social, com o empoderamento comunitário que se constrói na ação coletiva desenvolvida pelos sujeitos que compõem uma sociedade quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos humanos. É um processo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades adotam o controle de seus próprios assuntos e demandas, de sua própria vida, e aceitam a competência para produzir, criar e gerir seus destinos (Freire, 2000).

> (...) É nesse sentido que, reconhecendo embora a in-discutível importância da forma como a sociedade organiza sua produção para entender como estamos sendo, não me é possível, pelo menos a mim, desconhecer ou minimizar a capacidade reflexiva, decisória, do ser humano. O fato mesmo de se ter ele tornado apto a reconhecer quão condicionado e influenciado é pelas estruturas econômicas o fez também capaz de intervir na realidade condicionante. Quer dizer, saber-se condicionado e não fatalisticamente submetido a este ou àquele destino abre caminho a sua intervenção ao mundo (Freire, 2000: 27).

Nas palavras de Mbembe (2001: 187) devemos abrir um espaço intelectual para repensarmos aquelas temporalidades que estão, simultaneamente, se ramificando em diversos futuros diferentes, e ao fazerem isso abrem caminho para a possibilidade de múltiplas ancestralidades. Sociologicamente, deve ser dada atenção às práticas cotidianas através das quais os africanos reconhecem o mundo e mantêm com ele uma familiaridade sem precedentes, ao mesmo tempo em que eles inventam algo que pertence tanto a eles, quanto ao mundo em geral. Para tanto, a cooperação técnica do Sul Global se constitui como potencial mediador do entre-lugar, da temporalidade intervalar (Bhabha, 1998: 126) que inscreve a existência do estranhamento e cria possibilidades de novas imagens discursivas dos grupos excluídos, possibilitando que uma cultura estabeleça suas relações contínuas e inacabadas sobre o novo.

Em um de seus ensaios intitulado *Línguas que não sabemos que sabíamos,* Couto (2011) nos instiga a reflexão sobre nós mesmos e a dificuldade de pensarmos como sujeitos históricos. Relata que Moçambique é um extenso país que possui mais 25 línguas distintas, contudo o português como língua oficial. Segundo Mia:

> As culturas sobrevivem enquanto se mantiverem produtivas, enquanto forem sujeito de mudança e elas próprias dialogarem e se mestiçarem com outras culturas. As línguas e as culturas fazem como as criaturas: trocam genes e inventam simbioses como resposta aos desafios do tempo e do ambiente. (Couto, 2011: 16)

Mia Couto (2011: 16-19) refere que em 1989 realizou uma pesquisa na Ilha da Inhaca e lá encontrou uma equipe de técnicos da ONU (maior parte suecos), num trabalho de cooperação internacional. Os técnicos foram 'ensinar' sobre "educação ambiental". Desde o primeiro encontro os técnicos tiverem dificuldades com a tradução não apenas das palavras mas do pensamento, ou seja, do conceito, gerando significativos ruídos na comunicação. Os técnicos falavam em inglês, Mia traduzia para o português e um pescador traduzia para a língua local, o *'chidindinhe*'. Na apresentação a equipe se identificou como ´cientistas´. Porém a palavra *cientista* não existia na língua local, sendo assim o termo que o tradutor escolheu foi *'inguetlba'* que quer dizer '*feiticeiro'*. Já de início os visitantes surgiram aos olhos desta comunidade como *feiticeiros brancos*. Em seguida eles anunciam que vieram falar sobre o meio ambiente. O tradutor hesitou e usou a palavra *´Ntumbuluku´*, que quer dizer varias coisas, mas sobretudo: *´Big Bang´*. Os ´cientistas´ solicitaram à comunidade que eles descrevessem os problemas enfrentados e eles escolheram a invasão das *´machambas´* (terrenos agrícolas para produção familiar) pelos´ *tinguluve´* (porcos do mato), porém este termo também nomeia os '*espíritos dos falecidos que adoeceram depois de terem deixado de viver'*. Os cientistas não muito a vontade sugeriram

uma solução para o problema da invasão: *"Destroem as machambas? Então, é fácil: vamos abatê-los!" A multidão reagiu com silêncio receoso: abater espíritos?*Há o reconhecimento de que a antropologia partilha de uma episteme colonialista, marcada pelo caráter proselitista do conhecimento ocidental que historicamente estruturaram sociedades, contudo os aportes teóricos desenvolvidos a partir de experiências históricas e sociais idiossincráticas da periferia podem renovar a pretensão universalista da antropologia, dando maior polifonia e renovando os paradigmas (reflexivos, teóricos e de categorias analíticas) das ciências sociais. A diferença agora é que não apenas a circulação de capitais financeiros tem sido mais densa nas antigas periferias, como também a produção de teorias e a pluralidade de experiências de ação política dessas periferias passam a concorrer na revisão de paradigmas internacionais que equacionem a articulação entre modernidade, capitalismo e Estados nacionais (Comaroff, 2013).

Como estrangeiros que somos, é preciso, antes de tudo, estar abertos para o outro, pois de uma coisa estamos convencidos:

> (...) a de que nada teremos a ensinar aí se não formos capazes de aprender de e com vocês (...), como militantes, curiosa e humildemente, e não como uma missão de técnicos estrangeiros que se julgasse possuidora da verdade e que levasse consigo um relatório de sua visita, quando não escrito, já elaborado em suas linhas gerais, com receitas e prescrições sobre o que fazer e como fazê-lo. Receitas e prescrições que seriam, para tal missão, a expressão do conhecimento que seus participantes teriam ganho de suas experiências passadas. Em nosso caso, pelo contrário, o que as experiências de que participamos ontem, como as em que nos achamos envolvidos hoje, nos ensinam é que elas não podem ser simplesmente transplantadas. Podem e devem ser explanadas, discutidas e criticamente compreendidas por aqueles e aquelas que exercem sua prática em outro contexto, no qual somente serão válidas na medida em que forem re-inventadas (Freire, 1984: 93-94).

Como sequencia das ações de Cooperação Técnica Sul-Sul, o mesmo Projeto foi pactuado pela Cooperação Bilateral entre Brasil e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), incluindo Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Princípe e Timor Leste. As ações de formação iniciarão em 2015, tendo as pessoas com deficiência como beneficiárias finais do projeto, os grupos-alvo da cooperação a ser desenvolvida compreendem agentes governamentais do poder executivo, judiciário e legislativo, em todas as suas esferas, cuja área faça interface com o tema das pessoas com deficiência e representantes de entidades da sociedade civil que atuem em prol das pessoas com deficiência, representem e defendam seus direitos e interesses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BHABHA, H. K. (1998), *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG.

CABRAL, L. "Cooperação Brasil-África para o desenvolvimento: Caracterização, tendências e desafios". *Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento*, Textos Cindes n 26.

CANDAU, V. M. (2008), "Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença as tensões entre igualdade e diferença". Revista Brasileira de Educação, 13 (01), pp. 45-56.

COMAROFF J. L. et all. (2009) *Ethnicity*, Inc. University of Chicago Press.

_____(2013), *Teoria desde El Sur: o como los países centrales evolucionan hacia áfrica.* Buenos Aires: Siglo Veintiuno.

COUTO, M. (2011), "Línguas que não sabemos que sabíamos". In.: E se Obama fosse Africano? São Paulo: Companhia das Letras, pp. 11-24.

DEGNBOL, M. J. et all. (2003), *Aid: Understanding International Development Cooperation.* London; New York: Zed Books Ltd.

FREIRE, P. (2000), *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.* São Paulo: Editora UNESP.

_____. (1984), *Cartas a Guiné Bissau*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GRINDE, L. R. (1999), *A cross-cultural, qualitative study of childhood physical disability in Finland, Haiti, and Latvia: views from parents, professionals, and the community.* Thesis:Virginia. Commonwealth University: Richmond, Virginia.

HALL, S. (2003), *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG.

HAITI. (2012), "Bilan des Activités". Secrétairie d'Etat à l'Intégration des Personnes Handicapées *Online*, Disponível emwww.seiph.gouv.ht/category/publications [consultado em 10-1-2012].

IBGE. Haiti. (2010), "Mapa Mundi Interativo on line". Disponível emhttp:/www.ibge.gov.br/paisesat/main.php, [consultado em 20-4- 2012].

KABUNDA, M. (2011). África y la cooperación com el Sur desde el Sur. Casa África.

MBEMBE, A. (2001), "As Formas Africanas de Auto-Inscrição". *Estudos Afro-Asiáticos,* 23 (1), pp. 171-209.

THOMAZ, O. R. (2010), "O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou". *Novos estududos – CEBRAP*, 86 (11), pp. 23-39.

TUNES, E. Et. all. (2011), "*O silêncio ou a profanação do outro?* " In. TUNES, E. (Org.) *Sem escola, sem documento.* E-papers Serviços Editoriais Ltda, pp.15-30.

Patrimônio imaterial e referências culturais em ribeirão preto: história, teoria e resultados finais de trabalho de pesquisa de campo

Delson Ferreira[1]

RESUMO: Este trabalho apresenta as reflexões e os resultados finais de pesquisa de levantamento do patrimônio imaterial de Ribeirão Preto e suas principais referências culturais, realizado entre 2010 e final de 2013 pelos pesquisadores do Grupo 3 da Rede de Cooperação Identidades Culturais, do Projeto Café Com Açúcar. Seus objetivos são: refletir, com aportes históricos e teóricos, sobre os conceitos de "patrimônio imaterial" e "referências culturais"; apresentar o trabalho de pesquisa etnográfica que esse grupo de pesquisadores realizou e os resultados conclusivos obtidos. A metodologia adotada é a empregada pelo IPHAN para o INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais, um instrumento de conhecimento que identifica e documenta bens culturais de qualquer natureza, visando ao reconhecimento dos que representam a diversidade e a pluralidade culturais. Essa metodologia permite que sejam apreendidos os sentidos e significados atribuídos aos bens pelos moradores da localidade e agrega às políticas públicas a noção de referência cultural.
PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Imaterial; Referências Culturais; Inventário; Etnografia; Ribeirão Preto.

TITLE: Intangible Heritage and Cultural References in Ribeirão Preto: history, theory and final results of research work in the field.

ABSTRACT: This work reports the considerations and final results of the survey of the intangible heritage from Ribeirão Preto and its main cultural references, which was carried out between 2010 and 2013 by researchers from Group 3 of the Network of Cooperation "Cultural References" of the Coffee with Sugar Project. The objectives were to reflect upon the concepts of "intangible heritage" and "cultural references" with historical and theoretical inputs, and to present the study of ethnographic research that this group of researchers has done with conclusive results that were obtained. The methodology used is the one adopted by IPHAN for the National Inventory of Cultural References (INRC), which is an instrument of knowledge that identifies and documents cultural assets of any source aiming for the acknowledge of the ones who represent the cultural diversity and plurality. This methodology allows that the feelings and meanings assigned to the assets by local residents may be impounded and add the concept of cultural reference to public policies.
KEY WORDS: Intangible Heritage**;** Cultural References; Inventory; Ethnography; Ribeirão Preto.

1. O TEMA: SUA HISTÓRIA E PERTINÊNCIA

As temáticas referentes ao patrimônio imaterial e à cultura popular têm sido alvo de intensos debates envolvendo áreas como a história, a sociologia, a antropologia, dentre outras no campo acadêmico, e setores governamentais e não governamentais que lidam com as políticas públicas culturais. Ao longo dessas discussões, como não poderia deixar de ser, nenhum conceito desenvolvido foi considerado único e definitivo, fato que abre espaço social relevante para novas reflexões por parte dos pesquisadores, dos que militam na área cultural e da classe política que trabalha com essas questões no âmbito das políticas públicas de Estado.

---

1 Doutorando em Ciências Sociais pela UNESP-FCLAr, mestre em Ciências Sociais pela UFSCar, graduado em História pela PUCCAMP e MBA em Administração pela FUNDACE/FEA-USP. Autor de Sociologia pela Editora Atlas e professor de Sociologia, Antropologia e Ética. Coordenou o Programa de Formação de Agentes Culturais da Secretaria de Cultura de Ribeirão Preto, foi vice-presidente do Conselho Municipal de Cultura, membro do Conselho de Administração da Fundação Feira do Livro e pesquisador do Instituto de Pesquisa de Ribeirão Preto - IPERP, todos nessa mesma cidade. Atualmente, é docente efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - IF GOIANO. delsonferreira@gmail.com

O receio da perda do sentido do pertencimento faz com que os indivíduos elejam pontes de contato com os seus passados. A contemporaneidade, por sua vez, é marcada pela escolha dos testemunhos diversos e utiliza, para isso, não somente parâmetros estéticos, mas fundamentalmente os significados de conteúdos simbólicos e identitários. Dessa forma, os bens culturais passaram a representar o lastro no qual cada comunidade se reconhece, servindo de paradigma fundamental para o fomento da luta pela cidadania do reconhecimento, por meio de um profundo senso de pertencimento e de permanência histórica.

Cultura popular, patrimônio imaterial e direito à memória constituem, portanto, parte de um processo complexo de conquista efetiva de uma nova cidadania local e planetária no qual estamos inseridos, que é presente nas últimas décadas e se relaciona com o avanço dos direitos humanos fundamentais para campos como o direito a um ambiente saudável e a preservação e proteção cultural das expressões locais.

2. A HISTÓRIA DA IDEIA DE PATRIMÔNIO

Um breve histórico sobre a evolução do conceito de patrimônio nos leva à França do século XVIII. Nesse país, tal conceito estava ligado à concepção de monumento, em especial às ruínas das culturas clássicas, aos castelos e às igrejas medievais. Para Choay (2001), este momento, por excelência, representou o exercício da memória dos dominantes.

Produzido histórica e socialmente, o conceito de patrimônio cultural vigente no decorrer dos séculos XIX e XX foi influenciado pela percepção que cada sociedade vivia as suas próprias experiências, nelas guardando várias camadas de significados. Ao longo destes séculos, esse conceito teve seu sentido ampliado, agregando outras representações da cultura material. Nesse período, a preservação patrimonial traduziu-se na busca de passado comum, capaz de gerar laços identitários no seio dos Estados nacionais em fase de consolidação. A construção e a fundamentação das identidades nacionais passavam pela constituição de coleções catalogadas que se tornariam o patrimônio nacional de cada nação. Para Le Goff (1994), este tratamento dado ao patrimônio era problemático na medida em que a elite determinava, por meio do discurso do conhecimento e da técnica, o que deveria ser tombado e incensado pelo exercício de preservação da memória oficial.

Já na segunda metade do século XX, sobrevivente à destruição física causada por duas grandes guerras mundiais, a percepção sobre o patrimônio ampliou-se de modo consistente do ponto de vista da sua formulação. A Carta de Nova Delhi, publicada em dezembro de 1956, já evidenciava que a "garantia mais eficaz de conservação dos monumentos e obras do passado reside no respeito e dedicação que lhes consagram os próprios povos" (UNESCO, 1956: 1). Esse documento destacou o papel dos Estados na criação e implantação de ações que favorecessem os sentimentos de pertencimento.

Reconhecendo a complexidade da problemática em torno da preservação do patrimônio cultural, a Carta de Veneza (1964) reavaliou e aprofundou a Carta de Athenas, de 1932. Os monumentos passaram a ser reconhecidos como portadores "de mensagem espiritual do passado [...]", perdurando no "presente como o testemunho vivo" das tradições seculares (ICOMOS, 1964: 1).

O papel do Estado na preservação do patrimônio cultural tornou-se, nos anos posteriores, pauta das discussões internacionais. Em 1967, a Organização dos Estados Americanos, O.E.A., publicou as chamadas Normas de Quito (O.E.A., 1967). No documento, explicitavam-se os efeitos do crescimento sem planejamento dos países pobres e em desenvolvimento, no processo de degradação e de abandono dos bens protegidos por lei.

Em junho de 1997, a Carta de Mar Del Plata estabeleceu os princípios e as recomendações sobre o patrimônio intangível para os países do Mercosul. Considerando esta questão uma prioridade absoluta, estavam "convencidos de que o processo de integração concretizado através do Mercosul, que expressa as legítimas aspirações de nossos povos a uma vida melhor, deve-se sustentar-se sobre a diversidade dos sistemas e subsistemas culturais" (MERCOSUL, 1997: 1).

Por sua vez, apenas no início do século XXI, os órgãos oficiais internacionais e brasileiros reconheceram que, dentro do que denominavam patrimônio cultural, existia a dimensão relevante do campo **imaterial** da vida coletiva, superando a antiga "dicotomia entre os bens de pedra e cal" e as demais manifestações culturais inseridas na dinâmica da vida cotidiana (INRC, 2000: 7).

A relação intrínseca entre a cultura material e imaterial foi destacada por Choay (2001), que defendeu a impossibilidade de compreensão de um monumento sem entender a cultura que o produziu. Nesse ponto exato, reside o patrimônio imaterial, que é vivo, possui movimento dinâmico e, portanto, é simultaneamente uma força simbólica e política que o faz relevante em qualquer discussão ou debate que se trave sobre a questão cultural nos nossos dias.

Para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2000), o patrimônio imaterial envolve os saberes e as técnicas passadas através de gerações, as festas, as celebrações, a gastronomia, entre outros. Estas manifestações culturais perpassam por um refazer constante, cuja identificação e valorização dependem da memória e do olhar para as minorias que, por décadas, foram marginalizadas. Partindo do referencial proposto por Burke (2010), é possível afirmar que os nossos bens intangíveis são intimamente relacionados às expressões da cultura popular brasileira, que teria herdado da colonização portuguesa as memórias do período da Guerra de Reconquista da Península Ibérica reelaborando-as e traduzindo-as, por exemplo, nas Cavalhadas encontradas atualmente no interior do Brasil. Como manter vivas essas experiências que, no século XXI, tornaram-se únicas? Este é o propósito precípuo das políticas públicas de preservação cultural.

Em 17 de outubro de 2003, por meio da Recomendação de Paris, a UNESCO reconheceu o patrimônio imaterial como aquele que:

> [...] se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003, p. 4).

3. O PATRIMÔNIO NO BRASIL

Em países como o nosso, para se compreender o entrelaçamento entre cultura, patrimônio imaterial e memória, faz-se necessário perceber a existência de uma longa luta pela efetivação de uma cidadania que é parte dos discursos teóricos e acadêmicos e utopia dos engajados nas causas da transformação social. Continuamos em pleno processo de aprendizado civil e, mais do que respostas definitivas, muitas são as questões lançadas à discussão em todos os âmbitos da vida social.

Fonseca (1996) sustenta, referindo-se a essas questões no Brasil, que após a fase do antigo SPHAN e atual IPHAN, vindo da década de 1930 com preocupação centrada no barroco até a década de 1970 com concepções delimitadas pelo governo militar, é possível observar um movimento de renascimento da questão cultural impulsionado pela promulgação da Constituição de 1988, uma vez que ela expressa a percepção de que não apenas o Estado, mas também a população é parte interessada e responsável pela manutenção patrimonial, seja ela material ou imaterial. Dessa forma, o texto constitucional ampliou o conceito de patrimônio cultural, agregando a ele uma visão democrática ligada diretamente aos movimentos e demandas da sociedade civil. Mas, o grande e importante avanço consistiu na incorporação técnica de uma abordagem antropológica da cultura, que colocou em pauta o conceito de referência cultural (INRC, 2000).

Como resultado efetivo desse processo, foi baixado o Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, que instituiu o registro de bens de natureza imaterial como parte do patrimônio cultural brasileiro. Esse amplo movimento abriu espaço social para a criação de Conselhos Municipais de Cultura e de Patrimônio, o que permitiu que a discussão saísse do patamar federal e chegasse ao cotidiano da vida dos municípios, aos âmbitos culturais locais.

4. O PATRIMÔNIO EM RIBEIRÃO PRETO

A preocupação com a preservação do patrimônio iniciou-se, nessa cidade, ainda no período da ditadura militar. Em 1967, por meio da Lei nº 2002, foi criado o Conselho de Cultura. Entre as suas responsabilidades, ele possuía a missão de "contribuir para a elevação do patrimônio e a mobilização constante das potencialidades culturais da cidade" (SANTO; REGISTRO, 2002, *online*). Quatro anos depois, em 1971, foi criado o Conselho

de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural do Município. Nesse período, a noção do papel do poder público municipal ainda era muito vaga, restringindo-se à

> adoção de todas as medidas para a defesa dos bens e locais de valor histórico e cultural, cuja conservação se importa em razão de fatos históricos memoráveis, de seu valor folclórico, artístico, documental bem como dos recantos paisagísticos que merecem ser preservados (SANTO; REGISTRO, 2002, *online*).

O primeiro bem do município a ser reconhecido pelo poder público foi o Theatro Pedro II. Em 08 de junho de 1973, a edificação foi declarada de valor histórico pela Lei nº 2.764. Esse teatro foi construído pela Cervejaria Paulista e inaugurado em 1930 e, junto a outras duas edificações, o atual Centro Cultural Palace e o prédio comercial Meira Júnior, forma o chamado Quarteirão Paulista, um conjunto de edifícios monumentais na praça central da cidade, cujo projeto arquitetônico é de Hyppolito Gustavo Pujol (SUNEGA, 2011). As características arquitetônicas deste teatro, que lhe concederam o adjetivo de "monumental", pareciam, naquele momento, ser as únicas justificativas para a sua preservação.

Em 15 de julho de 1980, o Theatro Pedro II foi parcialmente destruído por um incêndio de grandes proporções. O episódio passou para a memória da comunidade como um trauma coletivo. Não só pela destruição provocada pelo fogo, mas, em particular, pela iminência da perda definitiva do bem, ameaçado de demolição pelo próprio poder público que, sete anos antes, o havia chancelado como patrimônio histórico do município. Era um momento de incertezas e de insegurança; na ausência de políticas públicas de Estado efetivas na ação de preservação patrimonial, o poder público ensaiava os gestos de proteção e fazia vistas grossas à destruição em tempo simultâneo.

Essa experiência gerou a certeza de que não se perderia apenas um exemplar de excepcional valor arquitetônico e estético do ponto de vista material, mas sim, e principalmente, uma referência cultural de grande importância simbólica e imaterial. Os ribeirão-pretanos ainda se lembram, nos dias de hoje, conforme depoimentos obtidos em pesquisa de campo, da tristeza sentida ao ver o Pedro II pegar fogo.

A possibilidade de ter mais um fio da teia de ligação com o seu passado comum cortado despertou a sociedade civil e gerou ampla reação de grupos organizados ligados às artes e diversas expressões culturais, que articularam forte mobilização social nas ruas pela recuperação e preservação do teatro "monumental" da Praça XV. Observa-se, a partir de então, o início efetivo de um movimento de busca por parte da sociedade local da sua memória coletiva. Um percurso errante e enredado no difícil aprendizado do que significava ser parte e partícipe de uma localidade. Cristiane Framartino Bezerra, integrante dessas mobilizações, diz que

> aos domingos, eram organizados eventos na esplanada do Pedro II pela maioria dos artistas da época, como Osvani Andrade, Dino Bernardes Jr, José Mauricio Cagno, Magno Bucci, Fernando Cachaça, Fe Souza, Débora D'uboc Garcia, se reuniam com megafone, em frente ao teatro, com gritos de protesto alternados com panelaço, foi um movimento cultural muito grande. Toda essa movimentação recebeu o apoio da Câmara de Vereadores, que formou uma comissão de estudos de Pró-restauração do Pedro II, e convidou os artistas para aderirem ao movimento. Com o tempo, foram se agregando forças, como o apoio da Fundação Roberto Marinho, Governo Federal e Estadual, grupos de várias vertentes sociais, empresários e a sociedade civil (REDE, 2011, Ficha Q30, INRC).

Decorrente do incêndio, o processo de tombamento do Pedro II efetivou-se pelo CONDEPHAAT, em 1982, transformando-se no primeiro patrimônio tombado pelo governo do Estado de São Paulo na cidade. O seguinte excerto de texto, disponível no sítio eletrônico do Theatro Pedro II, revela com clareza o resultado da mobilização social da comunidade em favor dessa casa de espetáculos:

> Em maio de 1991 teve início a primeira etapa de restauração e modernização do teatro. Em janeiro de 1993 começou a segunda etapa. Um concerto de música erudita em abril de 1994 arrecadou US$ 10 mil para a recuperação. Em 1996, o Theatro Pedro II foi reinaugurado.

Segundo o engenheiro José Arthur Damião Joaquinta, responsável pela condução do processo de reforma, restauração e modernização do teatro, que hoje trabalha como diretor financeiro da Fundação Pedro II, o início das obras

> começou a dar vida novamente ao Theatro; como uma Fênix que renasce das cinzas, o teatro estava praticamente às cinzas, o prédio estava em processo para tentar demolir, enfim, estava relegado ao último pano, fechado, parado, um patrimônio, um bem cultural enorme, então esse fato, esse acontecimento é de muita relevância, porque o Teatro depois de inaugurado teve seu apogeu como teatro, seus dias de glória, ele teve sua decadência e virou cinema, depois de virar cinema ele pega fogo, então eu acho que o fogo, o incêndio foi um divisor de águas, marcou uma década, ele marcou uma época que o Theatro já estava decadente, para voltar os seus dias de gloria [...] para voltar a reviver como teatro, então o incêndio foi um fato marcante (REDE, 2011, Ficha Q50, INRC).

A perda material que representou a destruição do Pedro II possibilitou a abertura do olhar coletivo local para o imaterial, o despertar do seu significado afetivo. O Estado que, outrora, abandonou ao descaso o Pedro II em função da omissão da população, transformou-se no Estado que, graças ao avanço da cidadania e da demanda dessa mesma população, propõe-se, nos dias de hoje, a estudar, por meio de uma Rede de Cooperação acadêmica, o patrimônio imaterial da cidade.

Este movimento que se observou em Ribeirão Preto possui, de fato, intensa ligação com um processo mais amplo que vinha ocorrendo nos planos Estadual e Federal brasileiro. O IPHAN, por exemplo, além do tradicional trabalho do Pró-Memória, fez importantes parcerias internacionais com a UNESCO, por intermédio do Monumenta, e com prefeituras, a fim de resgatar os patrimônios locais, como no caso de Ribeirão Preto no projeto denominado Identidades Culturais.

O amadurecimento processual e cidadão do olhar brasileiro sobre a questão patrimonial permitiu que se criasse, no início do século XXI, um Centro Nacional de Referência Cultural acompanhado do Programa Nacional de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial. Ele prevê, entre outros aspectos, que a indicação de um patrimônio imaterial a ser registrado possa ser realizada por cidadãos comuns. Após a indicação, um grupo de técnicos dá prosseguimento realizando um trabalho de inventário e o posterior registro formal em livros específicos de "Celebrações, Ofícios e Modos de Fazer, Formas de Expressão e Lugares".

Destaca-se que o Plano de Salvaguarda compreende que não basta decretar que o patrimônio imaterial está registrado. Há que se frisar a importância de um suporte econômico que desenvolva a sustentabilidade e garanta a aplicação de um plano de continuidade daquele bem cultural. Um bom exemplo de ação pelo Patrimônio Imaterial é a capoeira: além da ação legal de salvaguarda, foram criados um Centro Nacional de Capoeira, a fim de ensinar a arte para as gerações futuras; um plano de aposentadoria específico para os velhos mestres; um plano de manejo sustentável da madeira que dá origem ao berimbau; e um projeto bem fundamentado de divulgação internacional da arte.

Nessa lógica conceitual, insere-se o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, instrumento metodológico de identificação e documentação de bens culturais de natureza material e imaterial, elaborado pelo IPHAN (INRC, 2000). A aplicação da metodologia de pesquisa do INRC permite, por meio de pesquisa, estudo e registro catalogado, a incorporação de informações "sistematizadas, produzidas em cada experiência de implantação" do inventário pelo IPHAN (INRC, 2000: 9).

5. O PROJETO REDE DE COOPERAÇÃO IDENTIDADES CULTURAIS

A experiência do IPHAN em Ribeirão Preto iniciou-se em novembro de 2009. Para a execução do INRC no município, foi criada a Rede de Cooperação Identidades Culturais. Em sua essência, essa Rede teve natureza interdisciplinar e interinstitucional e caracterizou-se como um coletivo de pesquisadores, oriundos de instituições de Ensino Superior, técnicos do poder público municipal (Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto) e federal (IPHAN) e de outras instituições e órgãos afins.

O trabalho dos pesquisadores foi pautado pela Metodologia do INRC e adotou como conceito teórico norteador a noção de "referência cultural". Para Cecília Londres, que escreveu o texto de apresentação do Manual de Aplicação do INRC,

> quando se fala em 'referências culturais', se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu "peso" material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados (LONDRES, In: INRC, 2000: 11-12).

Com base nesse referencial, o uso metodológico do INRC teve como objetivo central a identificação e a documentação das referências culturais dos ribeirão-pretanos. Buscou-se, como prioridade, a compreensão dos sentidos e os significados atribuídos aos bens culturais pelos moradores da localidade.

O inventário realizado tem como recorte territorial o município de Ribeirão Preto e o distrito de Bonfim Paulista. O recorte temático e temporal da pesquisa segue, por sua vez, a fase áurea da cafeicultura na região, entre 1870 e 1950. Em outras palavras e em termos práticos, a Rede de pesquisadores propôs-se a identificar as referências que se relacionam direta ou indiretamente com as práticas culturais e socioeconômicas nesse período do café no nordeste do Estado de São Paulo. A metodologia do IPHAN empregada envolveu três fases: *levantamento preliminar, identificação e documentação das referências* (INRC, 2000).

O levantamento preliminar foi realizado a partir de pesquisas em fontes primárias e secundárias disponíveis em arquivos públicos e pessoais, além de entrevistas que visaram relacionar os bens culturais inventariados na etapa seguinte. A segunda fase do trabalho foi a de identificação. Seu objetivo constituiu-se em reunir informações, descrever com detalhes as ocorrências relevantes e mapear as relações entre a população e os bens já identificados. Esta etapa foi desenvolvida principalmente por meio de entrevistas etnográficas com pessoas envolvidas direta ou indiretamente com os bens. Por fim, a etapa de documentação das referências promoveu uma série de estudos técnicos de consolidação da pesquisa, implicando na criação e autoria individual do pesquisador ou artista, vindo, obrigatoriamente da observação direta dos bens inventariados (IPHAN, 2000).

O *corpus* metodológico do INRC divide as referências culturais em cinco categorias: celebrações, formas de expressão, ofícios e modos de fazer, edificações e lugares. A partir dele, com vistas à organização técnica dos trabalhos de campo e de gabinete, os pesquisadores dividiram-se nos seguintes grupos, mantendo em todo o processo o caráter interdisciplinar: Grupo 1, responsável pela gestão e coordenação do projeto; Grupo 2, dedicado às pesquisas dos marcos e patrimônios edificados; Grupo 3: focado na identificação das demais categorias (celebrações, formas de expressão, modos de fazer e lugares); e Grupo 4, responsável pela descrição e caracterização da paisagem natural do município.

6. PESQUISA ETNOGRÁFICA E RESULTADOS OBTIDOS

O primeiro conjunto de resultados do trabalho de pesquisa do Grupo 3[2], sistematizado e apresentado no final de 2011, é definido pelos seguintes parâmetros: inicialmente, os pesquisadores deste Grupo listaram, com base em uma pesquisa preliminar realizada em 2009, os possíveis informantes dentro de cada uma das quatro categorias no que se considerou o conjunto de referências culturais do município, como se observa no gráfico a seguir:

2 Aurélio Corrêa Guazelli, Delson Ferreira, Marcos Câmara de Castro e Sandra Rita Molina.

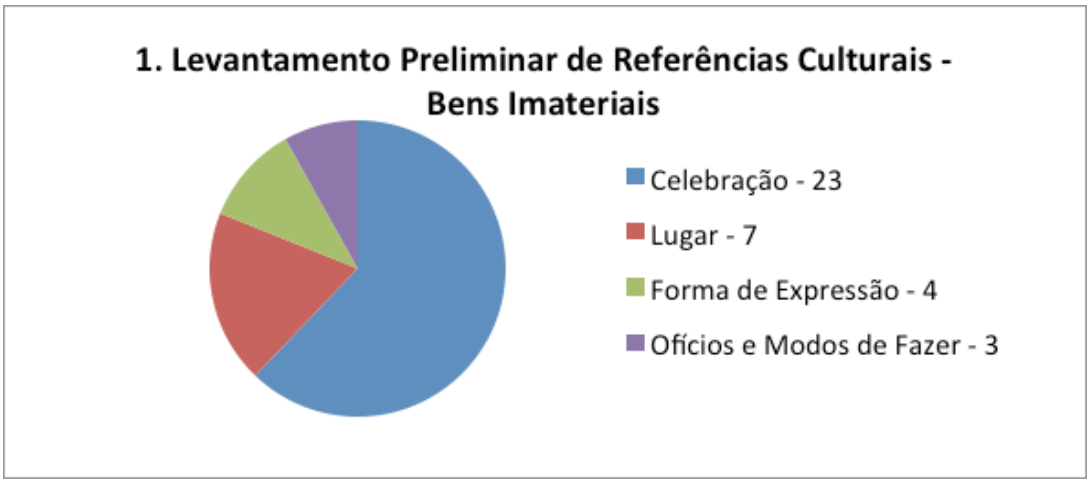

Fonte: G3 – Rede de Cooperação Identidades Culturais

A partir dos dados preliminares que listaram as referências culturais postas acima, o grupo saiu a campo com a finalidade de realizar as primeiras pesquisas piloto no formato de entrevistas. Para tanto, o grupo dividiu-se em dois subgrupos que se responsabilizaram pela aplicação dos instrumentos de pesquisa e realizando, ao mesmo tempo, o registro em áudio e vídeo de cada uma dessas entrevistas. Tais testes serviram para aferir a aplicabilidade da metodologia do INRC para a situação real das referências culturais a serem inventariadas em Ribeirão Preto.

Uma vez realizada essa primeira experimentação, o grupo voltou-se para a discussão e avaliação interna das pesquisas piloto, que redefiniram, por pertinência, sentido, presença ou não dentro do recorte temporal da pesquisa e aprofundamento da fundamentação teórica, os bens a serem inventariados e a quais categorias pertenceriam. Redefinidos e incluídos novos bens a inventariar, o grupo saiu novamente a campo, dessa vez com o propósito de efetivar um levantamento que permitisse identificar e reconhecer a existência efetiva das referências culturais delimitadas inicialmente pela pesquisa preliminar da Rede de Cooperação.
Este processo ocupou o período de trabalho de março a outubro de 2011 e chegou ao final de 2012. Ele levou à realização de um conjunto de noventa e seis entrevistas etnográficas, cujos resultados estão documentados em fichas-padrão para cada categoria do INRC e em registros de áudio e vídeo que contemplam cada bem em sua respectiva categorização e em consonância metodológica com o que é previsto pela metodologia do INRC/IPHAN, concluindo, desta forma, o cronograma de pesquisa que foi proposto pela Rede de Cooperação para ano de 2011/12. O quadro a seguir demonstra a síntese do resultado desse percurso de trabalho:

2. Denominação da Referência Cultural	Categoria
Academia Ribeirão-Pretana de Letras	Lugar
Alfaiates	Ofício e modo de fazer
Associação de Socorros Mútuos	Lugar
Bosque Municipal	Lugar
Café de Coador	Ofício e modo de fazer
Cafeteria A Única	Lugar
Calceteiro (assentador de paralelepípedo nas ruas)	Ofício e modo de fazer
Capoeira	Forma de expressão
Carnaval	Celebração
Catira	Formas de expressão
Cemitério da Saudade / Marmorista	Lugar – Ofício e modo de fazer
Chopeiro	Ofício e modo de fazer
Choperia Pinguim	Lugar
Círculo Operário	Lugar
Clube Esportivo Botafogo	Lugar
Clube Esportivo Comercial	Lugar
Clube José do Patrocínio	Lugar
Cruz do Pedro / Festa da Cruz do Pedro	Lugar - Celebração
Escola de Samba os Bambas	Lugar
Festa do Café	Celebração
Fundação Educandário "Coronel Quito Junqueira"	Lugar
Garçom (Choperia Pinguim)	Ofício e modo de fazer
Igreja Nossa Senhora do Bonfim	Lugar
Loja Maçônica Estrella D'Oeste	Lugar
Mercado Municipal	Lugar
Mestre Cervejeiro	Ofício e modo de fazer
Pastelaria Rios	Ofício e modo de fazer
Praças: XV, Sete de Setembro, Luis de Camões, Carlos Gomes e Bandeira	Lugares
Religiosidade negra (candomblé, umbanda)	Celebração
Sete Capelas	Lugar
Sirene/Sereia (Cervejaria Paulista)	Forma de expressão
Sociedade União dos Viajantes	Lugar
União Espírita Kardecista	Lugar
União Geral dos Trabalhadores - UGT	Lugar

Fonte: G3 – Rede de Cooperação Identidades Culturais

O trabalho sistemático com objetos culturais intangíveis e intimamente vinculados aos parâmetros colocados pela etnografia das referências existentes na memória coletiva local, e os seus *sentidos e valores* sempre atribuídos, envolveu todos os pesquisadores do Grupo de forma direta. Como diz Magnani (2002 e 2003), sobre o ato etnográfico de "escutar o outro de perto e de dentro", foi pressuposto, da partida para a coleta de depoimentos ao final do trabalho crítico e reflexivo de transcrição para as fichas do INRC, o respeito ético inteiro dos pesquisadores pelo campo de pesquisa e para com os depoentes que dele fizeram parte.

Por isso, como se vê no quadro **"**Denominação da Referência Cultural", dadas às peculiaridades de expressão de diversidade e alteridade contidas nas estruturas intrínsecas de cada uma dessas referências culturais, é fun-

damental que ainda se construa mais conhecimento antropológico fundamentado das várias facetas culturais intangíveis que são internas a elas, a fim de que não sejam simplesmente perdidas enquanto tal ou, o que seria absolutamente lamentável, venham a ser transformadas, por meio de processos espúrios de ressignificação, em meras caricaturas acadêmicas e culturais que cumpririam apenas o papel secundário de composição de necessidades políticas setoriais ou individuais nas chamadas comemorações e cerimônias oficiais.

A experiência de campo vivida pelos pesquisadores e a percepção objetiva das implicações sociais, culturais e políticas que este trabalho tem para a comunidade local, preparou e qualificou o Grupo para a etapa seguinte prevista pela metodologia do IPHAN acima citada, qual fosse a de documentar e promover estudos técnicos que implicam "na criação e autoria individual do pesquisador ou artista, vindo, obrigatoriamente da observação direta dos bens inventariados" (IPHAN, 2000).

O segundo semestre de 2012 terminou, também, com a conclusão do trabalho documental do Inventário do centro da cidade e de Bomfim Paulista, que resultou na publicação do Relatório III para discussão pública em dezembro desse ano. Em trabalho paralelo, os pesquisadores Aurélio Guazelli, Delson Ferreira, Marcos Câmara de Castro e Sandra Rita Molina, fundamentados em pesquisa histórica e nas entrevistas etnográficas realizadas sobre o "lugar" Cruz do Pedro, escreveram e publicaram o livro "O menino que virou festa: a Cruz do Pedro em Ribeirão Preto", no qual afirmam que a celebração "Festa da Cruz do Pedro" e o lugar do complexo onde está a Capela dessa celebração podem ser considerados como referência cultural e devem ser reconhecidos como patrimônio imaterial da cidade de Ribeirão Preto.

Ainda em 2012, decorrente do trabalho interdisciplinar dos Grupos de Pesquisa da Rede, os pesquisadores do Grupo 3 colaboraram da elaboração, edição e publicação do livro "Patrimônio Cultural do Café da Terra Vermelha", no qual são apontadas e analisadas (2012:20) as relações existentes "entre a história de Ribeirão Preto, o café e os bens culturais resultantes" dessas relações.

No início do ano de 2013, a Rede definiu-se, por consenso entre os seus Grupos de Pesquisa, pela continuidade dos trabalhos de documentação das referências da terceira etapa, trabalho este que continuou e foi concluído no final desse ano, e decidiu dedicar-se, em tempo simultâneo, a uma nova pesquisa sobre a "Paisagem Cultural do Café" de Ribeirão Preto, a partir do conceito de "Paisagem Cultural" definido pelo IPHAN. A meta de resultado projetada para ela consistiu na organização de um livro, que garantisse a difusão e a socialização do conhecimento construído pelos seus integrantes nos anos anteriores. Juntamente com o livro, "Paisagem Cultural do Café - Ribeirão Preto", publicado e lançado em agosto desse ano, foi produzido um mapa com uma série de roteiros culturais e turísticos da cidade e um documentário sobre essa "Paisagem Cultural" pautados nos resultados das pesquisas já realizadas por todos os Grupos de Trabalho da Rede.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos, no relato concluído acima, uma visão técnica sucinta dos resultados que foram obtidos na pesquisa realizada pelo Grupo 3 da Rede de Cooperação Identidades Culturais nos últimos anos, trabalho este inserido por completo no contexto e no escopo maior da produção científica dessa Rede de Pesquisa. Há, entretanto, a necessidade de se levar a sua discussão para o âmbito social mais amplo das relações políticas e culturais para encaminhá-lo, como instrumento reflexivo tal como é proposto, para além das meras fronteiras da reflexão, ação e intervenção na realidade local da cidade que foi estudada.

No final do livro, "O menino que virou festa: a Cruz do Pedro em Ribeirão Preto" (2012: 68-69), tecemos considerações que, entendemos, são pertinentes a essa necessidade que provocamos:

> vivemos tempos de globalização radical de relações sociais e crises sistêmicas, de Estado mínimo neoliberal ratificado em todos os cantos do mundo e de uma pasteurização cultural global sem precedentes. Nesse tempo, um movimento consistente de resgate, registro e valorização das expressões culturais locais, muitas vezes colocadas em condições marginais, mostra a sua importância efetiva para a garantia e vivência do direito humano básico à experiência coletiva da memória e da real e livre convivência com a alteridade.

É nesse quando conjuntural amplo que o direito à memória e ao sentido do pertencimento, posto em prática por meio da pesquisa, do registro e da sobrevivência preservada do patrimônio imaterial, é fundamental, uma

vez que ele refere-se à identidade e o reconhecimento construídos pela própria sociedade e não recebidos por qualquer benemerência do discurso cultural hegemônico. Assim, o patrimônio, ou a referência cultural, deixa de ser "ofertado" como concessão e passa a ser reivindicado, o que, em si e por si, constitui um exercício político de emancipação e cidadania vivido. Esse é o sentido e a finalidade primeira e última do trabalho que este Grupo de pesquisadores realizou.

8. REFERÊNCIAS

BURKE, Peter (2010), Cultura Popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800, São Paulo, Companhia das Letras.

CHOAY, Françoise (2001), A Alegoria do Patrimônio, São Paulo, Ed. Unesp.

GUAZELLI, Aurélio M. C.; FERREIRA, Delson; CASTRO, Marcos C.; MOLINA, Sandra R. (2012), O menino que virou festa: a Cruz do Pedro em Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, Fundação Instituto do Livro.

FERREIRA, Delson e TINCANI, Daniela P. (2011), Percepções e entendimentos da população de Ribeirão Preto sobre a sua identidade cultural: pesquisa preliminar. VII ENECULT. Salvador, 3-5 Ago. 2011, pp. 1-14.

FONSECA, Maria Cecília Londres (1996), Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, Iphan, nº. 24, pp. 153-165.

_____ (1997), O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro, UFRJ/ Minc-IPHAN.

Guazelli, Aurélio C.; FERREIRA, D.; Castro, Marcos Câmara de; Molina, Sandra Rita (2012), **O** menino que virou festa: a Cruz do Pedro em Ribeirão Preto, 1ª ed. Ribeirão Preto, Fundação Instituto do Livro.

IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais: INRC - Manual de Aplicação (2000). Apresentação de Célia Maria Corsino, Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto, Brasília, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

ICOMOS (maio de 1964). Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, Veneza.

LE GOFF, Jacques (1996), História e Memória, Campinas, UNICAMP.

MAGNANI, José Guilherme Cantor (2002), De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, ANPOCS/Edusc, vol. 17, nº 49, pp. 11-29.

_____ (2003). A antropologia urbana e os desafios da metrópole, São Paulo, Tempo Social – USP, abril de 2003, pp. 81-95.

MERCOSUL (2011), Carta de Mar Del Plata sobre Patrimônio Intangível, Junho de 1997. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=269> [consultado em 20/11/2011]

O.E.A. – Organização dos Estados Americanos (1967), Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico, Novembro/Dezembro de 1967. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=238> [consultado em 20/11/2011]

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO (2011). Theatro Pedro II. Disponível em http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/fundacao/teatro/i36historia.php. [consultado em 11/12/2011]

REDE de Cooperação Identidades Culturais (2010). Relatório da Fase 1 do INRC, Ribeirão Preto, Secretaria da Cultura.

_____ (2011). Relatório da Fase 2 do INRC, Ribeirão Preto, Secretaria da Cultura.

_____ (2012). Relatório da Fase 3 do INRC, Ribeirão Preto, Secretaria da Cultura.

SANTO, Silvia Maria do Espírito Santo; REGISTRO, Tânia Cristina (2011), A preservação cultural em Ribeirão Preto, SP. Revista Museu, 2002. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/emfoco/emfoco.asp?id=5555> [consultado em 30/11/2011]

SILVA, Adriana; ROSA, L. R. O.; FERREIRA, D.; Et Al (2012). Patrimônio Cultural do Café da Terra Vermelha. 1ª ed. Ribeirão Preto, Fundação Instituto do Livro.

SUNEGA, Renata (2011). Quarteirão Paulista: um conjunto harmônico de edifícios monumentais, Ribeirão Preto, Fundação Instituto do Livro, Coleção Identidades Culturais.

THEATRO PEDRO II <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/fundacao/teatro/i36principal.php> [consultado em 11/12/2011]

UNESCO (1956). Conferência geral da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura – 9ª sessão. Nova Delhi: UNESCO. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.doid234. [consultado em: 20/11/ 2011]

UNESCO (2003). Conferência geral da Organização das Nações Unidas para a educação. Recomendação de Paris. Paris, UNESCO, 17 out. 2003. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.doid271. [consultado em: 25/11/ 2011]

Economia Criativa e Comunidades Tradicionais no Recôncavo Baiano

Lúcia Maria Aquino de Queiroz

Resumo: O Recôncavo baiano é uma região de intenso fascínio por se constituir em amplo repositório da cultura de matriz africana no Brasil. O declínio econômico vivenciado por esta região, ao tempo em que a conduziu a uma estagnação ainda hoje não completamente superada, possibilitou a que fossem preservados traços marcantes da cultura regional, que se traduzem em um valioso patrimônio imaterial. Ao longo do rio Paraguaçu, que atravessa o território do Recôncavo, estão situadas comunidades tradicionais dotadas de amplo saber-fazer, expresso nas suas práticas, nas suas referências culturais, como as marisqueiras de Nagé ou as ceramistas de Coqueiro, mas que também vivenciam graves questões sociais. Estudos realizados pelo Grupo *Desenvolvimento Regional, Políticas Sociais, Turismo e Cultura* - UFRB indicam a possibilidade de fomento da economia criativa, via implantação do roteiro turístico integrado – Caminhos do Paraguaçu -, enquanto significativa contribuição para o desenvolvimento sustentável dessa região.

Palavras-chave: Recôncavo baiano; turismo-cultural; economia criativa; comunidades tradicionais.

1 - Recôncavo baiano: riqueza cultural e desafios sociais

O Recôncavo baiano, outrora um grande centro produtor e exportador de açúcar e fumo, perde progressivamente a sua importância econômica e política, isolando-se, a partir da segunda metade do século XIX, dos novos processos que passam a reger a socioeconomia brasileira, chegando ao século XX como sinônimo de região cronicamente pobre. O declínio econômico vivenciado por essa região[1], ao tempo em que a conduziu a uma estagnação não completamente superada até o presente momento, possibilitou a que fossem preservados traços marcantes da cultura regional que hoje se traduzem em um valioso patrimônio intangível, conceito definido conforme a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura — Unesco como equivalente ao "conjunto das manifestações culturais tradicionais e populares, ou seja, as criações coletivas, emanadas de uma comunidade, fundadas sobre a tradição" (UNESCO, 2003, p. 20).

O crescimento do papel atribuído à cultura na definição dos lugares e, mais especificamente, na composição de sua identidade, tem possibilitado a que o turismo cultural se destaque como um segmento em franca expansão, um dos grandes responsáveis pelo incremento da atividade turística mundial. A apropriação da cultura pelo turismo, ainda que um fenômeno não isento de problemas, pode vir a desempenhar a importante função de resgate de manifestações e outras referências culturais[2] e de difusão dos aspectos de uma cultura, contribuindo para a sustentabilidade de grupos e organizações culturais. Segundo a Unesco, no escopo dos setores criativos, o turismo compõe o setor criativo relacionado, compreendido como aquele que possibilita a expansão e pode contribuir com a sustentabilidade dos setores de natureza essencialmente criativa, ou seja "aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de valor simbólico, elemento central da formação do preço, e que resulta em produção de riqueza cultural e econômica" (UNESCO, 2009, *apud* SEC, 2011, p. 26-27). À atividade turística, bem como aos esportes e ao lazer é dada, assim, a condição de atuar como difusora dos setores ditos criativos nucleares, potencializando-os, incrementando a sua capacidade de gerar fluxos de pessoas e capitais, e contribuindo para que o território "criativo e turístico" alcance novos pa-

---

1 De acordo com a divisão territorial de Territórios de Identidade, o Recôncavo baiano é formado por 21 municípios: Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macêdo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo (BAHIA, SEI, 02/12/14).

2 Referências Culturais são frutos de uma realidade social, ancoradas em um território específico, se expressam em objetos, práticas e lugares apropriados pelas comunidades na construção de sentidos de identidade, cultura e pertencimento (Ministério da Cultura/IPHAN: 2000, p.131).

tamares de desenvolvimento local, com sustentabilidade, promoção da diversidade cultural, da inovação e da inclusão social, princípios centrais das políticas públicas de cultura, apregoadas pela Secretaria da Economia Criativa — SEC. (op., cit., p. 33).

O Recôncavo baiano, amplo repositório da cultura de matriz africana no Brasil, região historicamente à margem das políticas públicas direcionadas ao turismo na Bahia, desponta diante das novas tendências mundiais da economia do turismo, que preconizam a valorização do local e dos aspectos culturais enquanto elementos de competitividade turística, como um território com significativo potencial para desenvolvimento do turismo cultural. A percepção das potencialidades do Recôncavo, território dotado de uma vasta oferta de atividades associadas aos setores criativos, mas, também, do grave quadro socioeconômico ainda existente nos municípios que o conformam, com questões sociais prementes, violência em expansão, baixa escolaridade, empregos precários, despreparo das organizações locais para lidar com o turismo e a cultura, dentre outros, foram fatores propulsores a que o grupo de pesquisa e extensão *Desenvolvimento Regional, Políticas Sociais, Turismo e Cultura*, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) idealizasse a proposta de um roteiro de turismo-cultural de inclusão, o denominado Caminhos do Paraguaçu.

Ao longo dos últimos três anos, o Recôncavo baiano e, em especial, a região do Paraguaçu, foi contemplado com estudos e projetos de intervenção de professores e alunos da graduação em Serviço Social, Gestão Pública e Museologia, vinculados ao grupo de pesquisa, a exemplo do projeto *Mãos que Modelam o Barro*, aprovado e financiado pelo MEC/SESu, 2010; *Caminhos do Recôncavo*, financiado e publicado pelo Programa Monumenta/UNESCO/Ministério da Cultura, 2009; diversos artigos publicados em livros e revistas especializadas e apresentados em eventos científicos, como *Turismo Cultural em Coqueiro* (ANPUH, 2009); *As Memórias Modelando o Barro em Coqueiro* — Maragogipe Bahia (VI Encontro Nacional de História e Cultura, 2009); *Entre pratos e panelas: as mãos que modelam o barro* (VI Encontro Nacional de História e Cultura, 2009); *Coqueiro e Maragogipinho: a resistência de uma tradição* (Revista de História, Cinema e Educação, UNRB, 2010); *Caminhos do Paraguaçu: uma nova rota para o saber-fazer das senhoras de Coqueiro* (ANPUR, 2011); *Mãos que modelam o barro — memória e tradição em Coqueiro* (EBECULT, 2012); *As modalidades do turismo cultural como possibilidade para o resgate histórico-cultural da comunidade de Coqueiro — Maragogipe/BA* (EBECULT, 2012); *Comunidade de São Francisco do Paraguaçu: expressões da questão social e o sistema de (des) proteção social* (Capítulo de livro, Editora da UFRB, 2014).

Os levantamentos e análises realizados pelo grupo *Desenvolvimento Regional, Políticas Sociais, Turismo e Cultura* possibilitaram inventariar o patrimônio turístico e cultural de localidades ribeirinhas situadas ao longo do Paraguaçu, rio que desemboca na Baía do Iguape e percorre centros turísticos de expressão no Recôncavo baiano, como os municípios de Cachoeira, cujo núcleo urbano foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 1971 e considerado Monumento Nacional; de São Félix, cujo conjunto urbanístico e paisagístico da sede foi contemplado com a proteção do Iphan em 2010; e de Maragogipe, que reúne valiosos monumentos nacionais. Contribuíram ainda à percepção de que estes municípios, dotados de forte apelo para o turismo, decorrente tanto da riqueza do patrimônio natural, como dos monumentos históricos, do saber-fazer e das referências culturais das comunidades que os habitam, sejam estas urbanas, as quais são mais evidenciadas em estudos ou nas ações de políticas públicas, mas, também, das tradicionais, ribeirinhas, objeto de interesse do *Caminhos do Paraguaçu*, a exemplo das ceramistas de Coqueiro, das marisqueiras de Nagé, dos remanescentes quilombolas de São Francisco do Paraguaçu, de Santiago do Iguape, da Fazenda Salamina, dentre outros, apresentam posições pouco favoráveis no conjunto dos índices de desenvolvimento econômico e social da Bahia[3], com grande parte dos responsáveis pelos domicílios particulares, e, em especial, os ocupantes da Boda da Baía do Iguape[4], auferindo rendimentos mais baixos que a média estadual (de R$ 750,30 em 2010) e encontrando-se praticamente à margem dos processos dinâmicos da socioeconomia baiana

3 Índices correspondentes ao ranque dos 417 municípios baianos.

4 A título dos trabalhos do Grupo Desenvolvimento Regional, Políticas Sociais, Turismo e Cultura, a região formada pela Borda da Baía do Iguape compreende o distrito de Santiago do Iguape, incluindo o povoado de São Francisco do Paraguaçu, no município de Cachoeira, e os distritos de Coqueiro, Nagé, Porto da Pedra, Guaí, Capanema e Salamina, em Maragogipe e comunidades ribeirinhas de São Félix.

(Tabela 1).**TABELA 1 — POPULAÇÃO TOTAL, RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL DOS RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (COM RENDIMENTO) E ÍNDICES ECONÔMICOS E SOCAIS**

Município/ Região	População Total em 2010	Rendimento Nominal Médio Mensal dos Responsáveis por Domicílios Particulares Permanentes (em Reais) em 2010	Índices (dados de 2006)[1]			
			Desenvolvimento Econômico	Desenvolvimento Social	Nível de Infraestrutura	Nível de Saúde
Maragogipe	42.815	704,90	163	259	259	354
Cachoeira	32 026	750,02	55	25	66	65
São Félix	14.098	689,03	126	150	186	98
Borda da Baía do Iguape	13.663	360,58	–	–	–	–

Fonte: IBGE — Censo Demográfico 2010

Compreendendo que o desenvolvimento de um turismo sustentável, de inclusão requer, além de infraestrutura e equipamentos de suporte, um preparo das comunidades locais para inserção na atividade, o grupo *Desenvolvimento Regional, Políticas Sociais, Turismo e Cultura* optou por realizar pesquisa direta que fornecesse um leque mais amplo de informações sobre as comunidades do Paraguaçu e, em adição, trabalhos de extensão direcionados a este público alvo. A título deste encontro serão apresentados os resultados da comunidade ceramistas de Coqueiro.

2 - A comunidade de Coqueiro: o perfil e a arte de modelar o barro

Coqueiro, um dos seis distritos de Maragogipe, município do Recôncavo baiano, é um pequeno vilarejo, em boa parte constituído de casas simples, de arquitetura popular, dentre as quais algumas utilizadas como segunda residência destinada ao veraneio. É uma das poucas localidades do Recôncavo baiano caracterizadas pela produção de cerâmica utilitária — panelas, pratos, vasilhames e outros. A população residente, além da confecção de cerâmica em bases rudimentares, tem na pesca e na mariscagem as suas principais fontes de trabalho e renda. No vilarejo, quase não há oferta de serviços urbanos. As ceramistas residem e trabalham em uma rua à beira do rio Paraguaçu, próxima ao atracadouro, denominada Rua das Palmeiras.

Nas pesquisas realizadas pelo grupo de *Desenvolvimento Regional, Políticas Sociais, Turismo e Cultura* ficou constado que em Coqueiro as mulheres comandam o processo produtivo da cerâmica e os homens — do total de oleiros existentes, estimado em 50 pessoas, apenas 03 foram identificados como do sexo masculino — em geral, colaboram cortando a lenha e participando da queima. Este último grupo dedica-se, em grande medida, à atividade pesqueira e ao comércio, práticas também executadas pelas mulheres como forma de complementar a renda oriunda das cerâmicas, sobretudo na baixa estação do inverno local, quando as chuvas dificultam a produção. Na localidade é predominante uma extensa rede de parentes e vizinhos, casa aberta para uma sociabilidade com o núcleo familiar e comunitário. Sociabilidade que tanto conduz a colaborações e parcerias, quanto a desavenças e conflitos das mais diversas ordens.

A forma de confecção do artesanato das ceramistas de Coqueiro é o diferencial de sua produção; esta conserva a técnica de modelagem sem a utilização de aparatos mecânicos, o que é comumente observado em outras comunidades detentoras de patrimônio imaterial similar, a exemplo de Maragogipinho, em Aratuípe, também no Recôncavo baiano, que utiliza o torno mecânico na produção das peças.

O saber fazer cerâmica de Coqueiro, embora uma referência cultural para essa comunidade, valorizada, mas não necessariamente apoiada, por alguns grupos culturais, por interessados na temática do patrimônio, brasileiros ou estrangeiros, e por organismos de fomento à cultura, ainda é pouco reconhecido, na região, no município de Maragogipe ou mesmo pelos demais membros do distrito, que, de forma pejorativa denominam as ceramistas de "comunidade da praia". Em Goiabeiras, no Espírito Santo, estado situado na região Sudeste do

Brasil, o ofício das paneleiras foi reconhecido pelo Iphan como patrimônio e, através da implantação de mecanismos de salvaguarda as ceramistas foram qualificadas, institui-se uma cooperativa de produção e distribuição, dentre outros benefícios que propiciaram melhorias na qualidade de vida desse grupo. Em Coqueiro, esta arte pode tornar-se instrumento de fortalecimento dos vínculos comunitários e estratégia de desenvolvimento socioeconômico da localidade e dos sujeitos envolvidos. Todavia, o que hoje se observa, sobretudo em âmbito local, é um desprestígio da comunidade produtora e o desinteresse dos mais jovens, que se afastam do ofício justificando a falta de retorno financeiro; por outro lado, os seus genitores, que det**ém** a técnica artesanal da cerâmica, impactados pelas dificuldades que permeiam a atividade, não incentivam a passagem desta arte aos filhos, apesar de terem aprendido o ofício com a geração anterior (ver Figura 1).

Figura 1

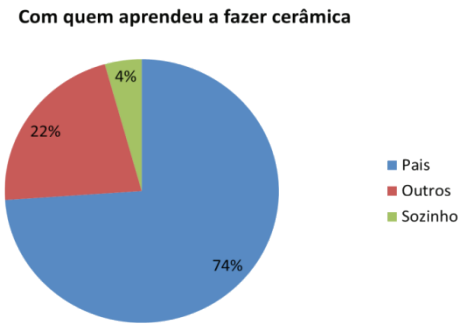

Fonte: Pesquisa direta, 2009.

O perfil dos cerca de vinte e oito artesãos entrevistados **é majoritariamente composto por idosos**, que trabalham a mais de vinte anos com cerâmica, gostam do seu ofício e **são apaixonad**os pelo que fazem. Em sua maioria, são mulheres, negras, com baixa escolaridade (Figura 2), mais de quarenta anos (Figura 3), renda familiar de um salário mínimo, auxiliadas por programas de proteção social (bolsa família), que realizam outras atividades para incrementar a renda doméstica, principalmente a prática da coleta de mariscos, comum na região. Percebe-se a carência de ações voltadas a esta comunidade e, destacadamente, para que a tradição da modelagem do barro não se apague da história.

Figura 2

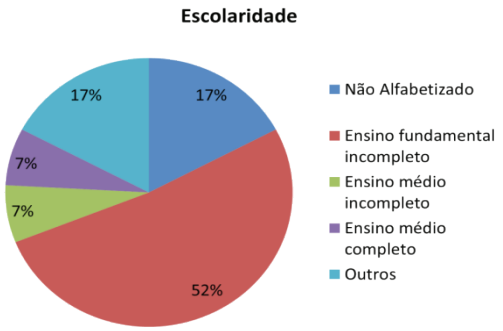

Fonte: Pesquisa direta, 2009.

Figura 3

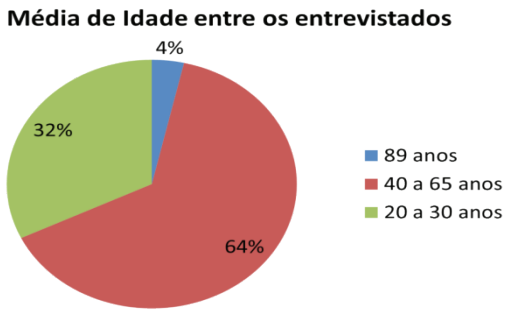

Fonte: Pesquisa direta, 2009.

A arte do fazer cerâmica de Coqueiro compreende as seguintes etapas principais: obtenção do barro e seu refinamento, a modelagem, a secagem, a queima e o brunimento. A aquisição da matéria-prima, em fazendas da região, **é feita,** normalmente, pela coletividade, mediante a compra em caçambas, em quantidade equivalente à produção de dois ou três meses. O refinamento consiste no ato de triturar o barro nas calçadas, com o auxílio dos automóveis que circulam no distrito, peneirá-lo (manualmente na arupemba); batê-lo (também manualmente) para dar a liga e forrar com um plástico; modelá-lo de acordo com o objeto a ser confeccionado; secá-lo no bambu (a umidade da chuva atrasa o processo); fazer o fundo das peças e colocá-las para secar (o que demora, em média, três dias quando há sol); retirar o excesso e corrigir as imperfeições e esperar em torno de dois dias para secagem das peças, expondo-as novamente ao sol. O preparo da argila, envolvendo o peneiramento, a formação da massa, molhada e uniforme, assim como a modelagem, ocorre nas próprias oficinas das artesãs, comumente localizadas nas suas casas, que servem também como atelier para a produ**ção de** utensílios domésticos como panelas, pratos, vasilhames, e ainda como centro de comercialização. Todo o processo de confecção das cerâmicas é realizado com as mãos e sem a utilização do torno mecânico.

A queima, ao ar livre, atividade aparentemente simples, depende do conhecimento e experiência quanto à quantidade de lenha utilizada para uma melhor qualidade na finalização das peças, assim como de aspectos climáticos, a exemplo do direcionamento e intensidade dos ventos e da chuva. Se chover, a exemplo, o barro ao invés de refinar, escorre; se o vento for forte a queima não acontece de forma proveitosa, podendo, inclusive, levar à perda de peças, pois estas se tornam frágeis sem a utilização da intensidade do fogo devido.

O brunimento ou burnição, que consiste no ato de alisar as peças semi-acabadas, apoiadas no colo, para dar brilho, é um modo de polimento que requer a utilização de outro tipo de barro, o Tauá — argila rica em óxido de ferro, que, friccionada com uma pedra para dar brilho, é responsável pela coloração avermelhada da cerâmica. Este é o único estágio em que se presencia a participação de jovens e até crianças na produção. Após o brunimento, as peças retornam ao sol e estão prontas para a venda.

Todo esse processo engloba custos efetivos para as artesãs, o que acaba influenciando nos retornos financeiros. O brunimento, por exemplo, é uma etapa comumente realizada por terceiros devido ao tempo e à força física empregados. As panelas, pratos e vasos são vendidos a preços baixos e estão presentes em diversos lugares, como restaurantes de Salvador e de outros centros urbanos, e, até mesmo, de outros estados. A receita final para as ceramistas torna-se, entretanto, irrisória, se comparada, com o preço de revenda das peças nas grandes cidades.

Ainda que guarde como característica central a vinculação a um território e a uma história concreta, pautada na valorização e utilização dos recursos locais, requisitos ao denominado desenvolvimento local ou endógeno (GONZÁLES, 1998, p. 7), a organização socioeconômica de Coqueiro distancia-se amplamente de uma perspectiva de alcance desta modalidade de desenvolvimento, dado, sobretudo, à inexistência de apoio do aparato público, à forma como a produção está organizada e à sua submissão aos ditames do capital comercial. Em contraposição a uma perspectiva de desenvolvimento endógeno, o quadro socioeconômico de Coqueiro evidencia a gravidade das questões sociais presentes nesta comunidade.

As mulheres ceramistas, com baixa escolaridade, praticamente desassistidas pelos poderes públicos, ainda não conseguiram organizar-se, efetivamente, para uma produção em parceria, objetivando benefícios coletivos. Um grande passo nessa direção foi dado à cerca de 10 anos atrás, com a criação da Associação de Ceramistas de Coqueiro, uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Maragogipe, apoiada pela empresa Votorantim, responsável pela construção das instalações que passaram a abrigar a sede da organização comunitária (ADEMIR SANTOS, ED/2009).

Despreparados para o desenvolvimento de uma gestão colegiada na associação, objetivando retornos sociais e econômicos coletivos, os ceramistas de Coqueiro passaram a utilizar as instalações desta organização para apoio às atividades culturais de membros da comunidade, como a celebração de cultos religiosos de matriz africana ou ensaios do grupo de samba de raízes, o "Samba de Dona Cadu". Presidida atualmente pelo oleiro Ademir Bernardo dos Santos, a associação não conseguiu obter o reconhecimento da coletividade, deixando assim de contribuir para dirimir as divergências existentes no grupo em análise; para minimizar a concorrência predatória via preços e também para facilitar o processo de escoamento das cerâmicas, questões hoje fundamentais à produção local. Conforme pronunciamento do oleiro Jailton Mercês (ED/2009), "a Associação não está funcionando; é melhor trabalhar um para cada um". As ações em parceria, comumente envolvendo membros de uma mesma família com laços próximos de consangüinidade, são restritas, abarcando, em geral, a aquisição da matéria-prima central, o barro e, em alguns casos, a queima das unidades produzidas. A falta de legitimidade da Associação foi também evidenciada na pesquisa com os ceramistas. Quando indagados em que esta organização contribui com a atividade artesanal da cerâmica 71% responderam que em nada ou quase nada; 21% afirmaram que não funciona, e apenas 7% indicaram que poderia auxiliá-los na comercialização.

Conforme os ceramistas (33% dos entrevistados), a Associação poderia vir a ser fortalecida com o apoio do poder público. Acreditam que o Estado também poderia auxiliá-los com suporte financeiro (33%) e divulgação da produção local (17%) — Figura 4. De um modo geral, consideram que o Governo Municipal não incentiva a confecção artesanal de cerâmica (78%). Na visão dos ceramistas, o auxilio dado pela municipalidade restringe-se ao fornecimento de veículo, seja para transportar o barro (17%) ou para outras atividades (5%). Quando questionados se recebiam benefícios do Governo, a totalidade dos que responderam afirmativamente a esta questão (44% dos ceramistas) indicou ser contemplada pelo programa Bolsa Família (Figura 5).

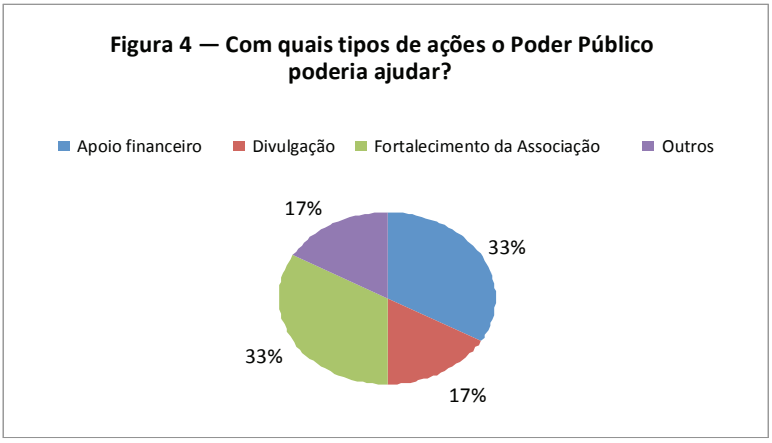

Fonte: Pesquisa direta, 2009

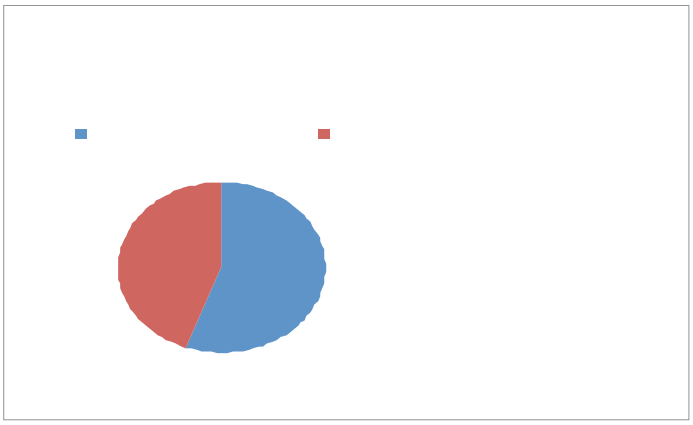

Fonte: Pesquisa direta, 2009

As políticas sociais de transferência de renda, como o programa Bolsa Família, conforme Vieira (1996, p.47), compõem-se e recompõe-se de um conteúdo fragmentado, setorial, emergencial, sustentado pela necessidade de dar legitimidade aos governos que buscam bases sociais para manter sua hegemonia, aceitando seletivamente as pressões da sociedade. Ainda segundo Vieira, estas políticas sociais, embora fundamentais para grupos em situação de pobreza absoluta ou relativa, apresentam caráter compensatório, clientelista, seletivo e excludente, estando voltadas para a questão do individualismo. Corroborando com esta visão, Yasbek (2001, p. 37) afirma que as políticas de transferência de renda são propostas fundadas numa visão de política social apenas para complementar o que não se conseguiu via mercado, família ou comunidade, o que, em parte, pode ser ratificado com a análise da experiência de Coqueiro, embora não se possa negar a importância do Bolsa Família para a socioeconomia local.

Sobrevivendo dos parcos recursos procedentes de programas de transferência de renda, em complementação aos ganhos auferidos com a venda das cerâmicas e dos mariscos, sem contar com serviços sociais efetivos, nem com um suporte público de apoio à produção e à comercialização, a exemplo de uma estrutura para recepção e venda aos consumidores turistas, as artesãs do distrito de Coqueiro, dentre outros problemas, encontram-se desabilitadas a uma atuação mercadológica que as possibilite agregar valor a sua produção e escoá-la aos consumidores finais, obtendo um maior retorno com o seu trabalho. São muitos os desafios e, dentre esses, o cálculo dos custos de produção, a dificuldade em precificar, em ampliar mercado, em divulgar e comercializar o produto.

A questão da precificação é considerada um problema significativo para esse grupo que recorre, com certa freqüência, à concorrência predatória via preços, fato agravado pela inexistência de diferenciação entre os produtos. Outra questão de relevo refere-se à excessiva jornada de trabalho — de domingo a domingo, do amanhecer ao anoitecer, como ressalta Dona Cadu, a mais antiga ceramista de Coqueiro (CADU, ED/2009) — em troca de uma remuneração que mal as permite sobreviver e que ameaça a continuidade desta tradição. Foi identificado nas entrevistas que 78% das ceramistas trabalham de 8 a 12 horas por dia, 67% trabalham todos os dias, ou seja, possuem uma exaustiva carga horária, comprometendo muitas vezes a saúde, observando-se que cerca de 90% reclamam de dores no corpo, alergias e problemas circulatórios.

Em que pese à carga excessiva, não se pode desconsiderar a importância do trabalho na vida desses indivíduos, dado a centralidade que o mesmo ocupa, e o acesso que proporciona a outras esferas que compõem a sociabilidade humana. Nessa direção, as falas das ceramistas de Coqueiro denotam claramente a importância do seu trabalho, da sua arte, como categoria central nas suas vidas: todas afirmam que a produção de cerâmica é fundamental para o sustento da sua família; 56% realizam essa atividade há mais de vinte anos, embora percebam a não valorização do seu trabalho, em virtude das diversas dificuldades que enfrentam cotidianamente.

As ceramistas reconhecem que a não continuidade dessa atividade em Coqueiro conduziria, certamente, à necessidade de migração do grupo, ou de parte deste, pois não teria como sobreviver; 93% das entrevistadas afirmaram que desenvolvem a atividade por necessidade, mas também que gostam do trabalho que realizam e que ensinam com prazer a arte do barro a outras pessoas. Evidenciaram, porém, uma preocupação quanto

aos jovens que não tem manifestado interesse por essa arte, e receiam o desaparecimento desse patrimônio imaterial.

Em relação ao turismo, a pesquisa direta possibilitou identificar que o interesse da população local nesta atividade deve-se, sobretudo, ao fato de serem os turistas os principais clientes das ceramistas, responsáveis pela aquisição de quase 50% da produção artesanal comercializada (Figura 6), neste caso, a preços mais elevados do que os praticados juntos aos atravessadores que a revendem em outros mercados, a exemplo de pontos de distribuição localizados em Salvador, capital do Estado, como a Feira de São Joaquim situada a cerca de 150 quilômetros do município de Maragogipe.

Figura 6 - Quais os principais clientes?

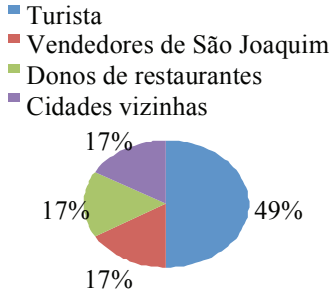

Fonte: Pesquisa Direta, 2009.

3 - O Roteiro de Turismo-Cultural Caminhos do Paraguaçu

Uma possível alternativa ao alcance de melhorias no atual quadro socioeconômico do distrito de Coqueiro e das comunidades ribeirinhas da borda do Paraguaçu, cogitada pela equipe investigadora a partir de diálogos com as comunidades até então pesquisadas — Coqueiro, Nagé, São Francisco e Santiago do Paraguaçu —, refere-se ao desenvolvimento do turismo, com a inclusão destas localidades em um roteiro de turismo-cultural, o denominado *Caminhos do Paraguaçu*.

Aliadas à beleza natural do ecossistema da Baía do Iguape, as referências culturais das comunidades ribeirinhas poderão vir a constituir-se em diferenciais de expressão para o turismo-cultural, trazendo retornos para as comunidades inseridas nesta atividade. Na atualidade, entretanto, embora a cultura das comunidades da borda do Paraguaçu exerça uma ampla dimensão enquanto um bem, responsável pelo sentido de identidade e pertencimento social, não tem sido aproveitada como um recurso, capaz de propiciar trocas e produzir riquezas[5].

Para que as comunidades ribeirinhas do Paraguaçu possam inserir-se em um roteiro de turismo-cultural faz-se necessária uma intervenção pública, que prepare as comunidades locais, incentive os pequenos negócios, oriente e divulgue a produção, possibilite uma interlocução entre os atores culturais e os organismos de fomento, proporcione infraestrutura para os habitantes e para recepção aos visitantes — melhorias na acessibilidade ao distrito, transporte, equipamentos de lazer, saneamento, atendimento médico, serviços educacionais de qualidade, dentre outros — possibilitando, assim, melhorias na qualidade de vida da população e o incremento do fluxo de turistas. Sem uma adequada infraestrutura urbana e de suporte à atividade, provavelmente, apesar dos atrativos naturais e culturais, o turismo tenderá a manter-se insipiente. A ampliação da oferta e a qualificação dos serviços turísticos, principalmente no que se refere à rede hoteleira e aos guias de turismo, tornam-se igualmente imprescindíveis para a expansão desta atividade econômica na região do Paraguaçu.

Acreditando que o turismo de inclusão só poderá ser viabilizado a partir de transformações gerais que compreendem, inclusive, um mais amplo engajamento das comunidades, o que requer, dentre outros fatores, o reconhecimento de direitos, do valor do patrimônio cultural, das possibilidades de ganhos com uma atividade

5 Para uma mais ampla análise sobre as dimensões da cultura ver Kauark, Barros e Miguez, 2014, p. 17.

turística planejada e controlada, o grupo *Desenvolvimento Regional, Políticas Sociais, Turismo e Cultura* optou, em prosseguimento à pesquisa de campo, pela realização de um projeto piloto de extensão na comunidade de Coqueiro, que foi apresentado e aprovado pelo Ministério da Educação, sistema SIGPROJ/MEC, em 2010. Para este, foram eleitos três eixos centrais de atuação: a educação patrimonial, a cidadania e o turismo. Tal direcionamento deu-se em face à necessidade de preservação e difusão das informações acerca do patrimônio cultural, negligenciado cotidianamente na comunidade; de fortalecimento da cidadania dos sujeitos comunitários; e, em adição, devido ao potencial turístico existente nesse território, caracterizado não apenas pela produção artesanal de cerâmica, mas, também, pelas belas paisagens do entorno do Rio Paraguaçu, além de outros atrativos culturais, como a rica gastronomia baseada nos frutos do mar.

A atividade de extensão, que contemplou a realização de seis oficinas, em novembro de 2011, com a participação de 145 jovens do ensino médio do colégio estadual Nossa Senhora da Conceição, situado em Coqueiro, buscou difundir os direitos e deveres civis, políticos e sociais, a importância da preservação da memória, do saber fazer cerâmica, da valorização e da divulgação da produção artesanal para a manutenção e ampliação de mercados, para o incremento da renda e para a redução do grau de vulnerabilidade da população local.

As ações de pesquisa e extensão realizadas pelo grupo Desenvolvimento Regional, Políticas Sociais, Turismo e Cultura junto à comunidade de Coqueiro possibilitaram inferir, mais claramente, a necessidade imediata de ações políticas e projetos voltados para a população desse distrito, e, em especial, para os artesãos da comunidade. Há que se ressaltar o expressivo papel das universidades no conjunto das atividades que podem ser desenvolvidas em prol dessa e das demais localidades ribeirinhas do Recôncavo baiano. Nesse sentido, o projeto realizado em Coqueiro iniciou um longo trabalho, primeiramente com um pequeno número de jovens, geração posterior e responsável pela preservação das técnicas artesanais, mas faz-se necessário o fortalecimento desta iniciativa, expandindo-a para outras comunidades do Paraguaçu, mostrando à juventude e a população em geral, a riqueza escondida no saber-fazer dessas comunidades tradicionais.

Uma possibilidade vislumbrada pelo Grupo com vistas a que a riqueza cultural dessas comunidades possa via a ser também um recurso, incorporando-se em uma nova dinâmica de uma economia criativa, é a estruturação de um roteiro de turismo cultural, o denominado Caminhos do Paraguaçu. A constituição e sustentabilidade de um itinerário integrando comunidades ribeirinhas tradicionais da região do Paraguaçu irão requerer, entretanto, o desenvolvimento de um programa de turismo de inclusão, que vise não apenas o retorno aos grandes grupos empresariais, mas, também, o desenvolvimento de propostas e ações que contemplem e viabilizem a inserção das comunidades locais, incluindo a sensibilização e capacitação para o turismo, o fortalecimento do associativismo e da gestão participativa, o incentivo à oferta de serviços turísticos por empreendedores locais, a exemplo de hospedagens alternativas, estilo "cama-café", a preservação do patrimônio natural, a salvaguarda do patrimônio cultural, a oferta de serviços públicos de qualidade, dentre outras ações. Com essas proposições, o turismo-cultural e a economia criativa poderão, de fato, vir a contribuir com o alcance de melhorias efetivas para a população desse território.

Bibliografia

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. *Estatística dos Municípios Baianos* (2014). Salvador:SEI. Disponível em http:www.sei.ba.gov.br, [consultado em 02/12/2014].

BRASIL (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico Brasileiro*. Brasília: IBGE.

BRASIL (2000). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). *Manual do Inventário Nacional de Referências Culturais*. Brasília: Iphan.

BRASIL (2011). Ministério da Cultura. *Plano da Secretaria da Economia Criativa*. Políticas, Diretrizes e Ações, 2011 a 2014. Brasília: MINC.

FERREIRA, Maria Inês Caetano (2010). "O Sistema de Proteção Social no Brasil e o Programa Bolsa Família". In: ANDREWS, Christina, BARIANI, Edson. *Administração pública no Brasil: breve história política*. São Paulo: Editora Unifesp, p. 265-290.

GONZÁLES, Román Rodriguez (1998). "La escala local del desarrollo". Definición y aspectos teóricos. In: *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Salvador: Unifacs, p. 5-15.

MIGUEZ, Paulo& BARROS, José Marcio & KAUARK, Giuliana (Org.) (2014). *Dimensões e desafios políticos para a diversidade cultural*. Salvador: EDUFBA.

UNESCO (2003). Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura. *Convenção Para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.* Paris: UNESCO.

VIEIRA, Evaldo (1996). "As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil". Avanços e retrocessos. *Serviço social & sociedade*. São Paulo.

YASBEK, Maria Carmelita (2001). "Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil". In: *Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*, ABEPSS, Brasília, Ano 2, janeiro/julho.

Formação e implantação da política pública de patrimônio cultural do Brasil[1].

Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa
lilian.rosa2010@gmail.com

Resumo: Analisa-se a formação da política pública de patrimônio cultural no Brasil, a partir na compreensão da negociação entre agentes do Estado e a sociedade civil que condicionaram criação do Sphan, em 1936, e a sua implantação, em 1937. Foram abordadas as diretrizes, os objetivos e o que se pretendeu alcançar com o estabelecimento essa política, entre os anos trinta e sessenta.

Palavras-chave: Política Pública; Patrimônio Cultural; Brasil.

1. Introdução

O presente artigo apresenta a formação da política de patrimônio cultural no Brasil, em particular os primeiros marcos legais, cujas primeiras iniciativas ocorreram entre 1920 e 1930. Apresentam-se os resultados apresentados no relatório parcial de pós-doutoramento, ainda em andamento, na FEA/RP-USP. Em um momento de ampliação dos debates sobre memória, patrimônio e identidades, este trabalho se justifica por contribuir para a compreensão do longo processo de formulação das políticas de preservação pelo Estado Brasileiro, cujas raízes podem ser identificadas ainda na Primeira República e na transição para o governo de Getúlio Vargas.
Para compreender os processos e interações envolvidos na elaboração dessas políticas, foram analisadas seguintes fontes: o anteprojeto de criação do Serviço de Patrimônio Artístico Nacional, elaborado por Mário de Andrade, em 1936; os projetos de lei, decretos e leis sobre o tema; Cartas Constitucionais de 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967; e documentos de gestão publicados pelo Iphan. Para a análise e interpretação desses documentos aplicou-se a metodologia com base hermenêutica, compreendida como a fenomenologia que estuda o simbólico, (Gomes, 2006). Buscou-se compreender e explicar as formulações das políticas de preservação no recorte proposto, realizando um estudo interpretativo, que objetivo descrever, identificar e estabelecer relações. O protocolo de pesquisa, contou com as seguintes etapas: a) Definição de critérios para seleção de fontes; b) catalogação preliminar de dados; c) seleção de dados relevantes; d) extração de dados; c) sumarização de dados em formulário em Excel; d) análise qualitativa dos dados coletados nas fontes descritas, acima.
O texto está divido em três seções. Na primeira, "Políticas públicas e patrimônio cultural", o leitor identificará os conceitos que ajudam a definir a moldura teórica do estudo, entre os quais, política, política pública e patrimônio cultural. Em "Origens das políticas públicas de patrimônio cultural do Brasil", é possível perceber a evolução das ações governamentais nesse sentido, entre o período Imperial e a primeiros anos da República. Na terceira seção, "A implantação da política pública de preservação do Brasil: Sphan", descreve-se o difícil processo de articulação para implantar um órgão de preservação de caráter federal, num período conturbado politicamente.

2. Políticas públicas e patrimônio cultural

A esfera política consolida-se, cada vez mais, como o espaço por excelência das práticas sociais. Para René Rémond (2003), o relacionamento desta com as demais esferas da realidade social vêm se tornando mais com-

1 A participação no CONLAB 2015, em Lisboa, Portugal, foi apoiada pela CAPES, por meio do Programa de apoio a eventos no exterior – PAEX.

plexas. Entendendo política como as questões relativas ao Estado, ao poder e às disputas por sua conquista ou conservação, concorda-se com Rémond (2003: 34), quando propõe que, para enfrentar a complexidade deste campo de estudos, as pesquisas devem pautar-se na interdisciplinaridade. Cabe ao estudioso analisar a política a partir de uma visão integrada, contemplando aspectos históricos não de maneira linear, mas pautados pela pluralidade de ritmos, pela articulação entre o contínuo e o descontínuo, combinando o instantâneo e o extremamente lento na observação da realidade política. Para esta pesquisa, isto significou buscar as raízes das políticas públicas de patrimônio no Brasil, identificando as primeiras iniciativas, ainda no período Imperial.

Mas, se política é um conceito amplo, relacionado ao poder em geral, para Lahera (2004) as políticas públicas trazem uma especificidade que deve ser explicitada. No idioma inglês, há uma distinção entre *Politics* (política em geral) *e policy,* no plural, *policies* (política específica) (Lahera, 2004: 7). No primeiro caso a palavra designa a articulação de estratégias e ações que define um modo próprio de atuação de um determinado sujeito (coletivo ou individual). Pode ser aplicada como sentido de caracterizar determinadas "regras de jogo específicas" (Dias; Matos: 2012). Já o termo *Policy* é representativo das ações do governo de um determinado Estado. Quando adjetivada em função da especialização do órgão governamental, refere-se à formulação, planejamento, execução e avaliação das suas ações.

Mead (1995) entende que esta área inclui-se no estudo da dimensão política, e tem como objetivo analisar o governo em relação às demandas públicas. Nessa linha pressupõe a existência de determinados domínios da atividade humana nos quais é preciso ocorrer à intervenção governamental para garantir o bem comum (Dias; Matos, 2012). Nesse sentido, o estudo deve perpassar a compreensão da administração pública, como a propôs Bobbio (1993:10): "conjunto das atividades diretamente destinadas à execução concreta das tarefas e incumbências consideradas de interesses público ou comum, numa coletividade ou organização estatal". Dias e Matos (2012: 25) concordam com Bobbio, afirmando que cabe à administração pública o "meio mais racional de promover e defender "os interesses públicos ao invés dos interesses privados".

Tendo compreendido os conceitos de política, política pública e a noção empregada nessa pesquisa sobre a formulação dessas políticas e a sua finalidade, deve-se destacar o quadro teórico específico para políticas públicas de preservação do patrimônio. Nesse sentido, dois conceitos importantes para a compreensão do papel da preservação na sociedade contemporânea são: monumento e patrimônio cultural. Qualificado por diferentes adjetivos ao longo do tempo: genético, natural, histórico, etc., o termo patrimônio chegou aos dias atuais seguindo uma trajetória "diferente e retumbante", como escreveu Choay (2006: 11). A expressão atualmente se ampliou "a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum [...]" (Choay, 2006: 11).

A origem da palavra patrimônio está ligada a raiz grega *pater*, que significa pai. O romano *Patrimonium*, do latim, indicava o conjunto de bens pertencentes ao pai de família (*pater familias*). A *familia* para os romanos antigos reunia esposa, filhos, escravos, bens móveis e imóveis, bem como as responsabilidades paternas (Funari, 2006:10). "A propriedade familiar era confiada a um dos herdeiros bem como se deixava aos teus cuidados os sacrifícios. Quem herdava o patrimônio familiar era responsável pelo culto, carregava os bens, nascendo aí o princípio de hereditariedade" (Brito Jr.; Ligiero, 2014: 2). Propriedade e religião não se separavam. Ao ser legado ao herdeiro o patrimônio material, também se passava a responsabilidade espiritual da família.

O conceito surgiu relacionado à elite governante (aristocracia) e ao direito de propriedade privada. "Patrimônio era um valor aristocrático e privado" (Funari, 2006: 11). Não se conhecia a ideia de patrimônio público ou coletivo.

Com o predomínio da Igreja Católica a partir dos séculos IV e V, principalmente durante a Idade Média, (séculos VI-XV) outro caráter, além do aristocrático e privado, foi acrescentado à ideia de patrimônio: o religioso, pautado pela dimensão simbólica coletiva. O culto, os sentimentos religiosos passam a ser compartilhados coletivamente como parte do patrimônio dos cristãos. Lugares e objetos sagrados são valorizados como rituais coletivos (Funari, 2006:12).

No Renascimento (entre os séculos XIV e XVI), com o humanismo nascente houve a paulatina substituição dos valores religiosos pelos humanos. Esse processo ocorreu em meio à busca por inspiração na Antiguidade grega e romana. Os intermediários dessa busca foram as obras antigas e os "objetos e vestígios da Antiguidade" (Funari, 2006: 12).

Nessa fase, chamada por Choay (2006: 44) de "antiguizante" do *Quattrocento* europeu, houve o desenvolvimento da História como disciplina e Arte como atividade autônoma da religião. O "efeito Petrarca[2]" revelou uma antiguidade desconhecida, qualificada como sagrada e santa. Roma se tornava o centro de uma "peregrinação" de intelectuais europeus em busca da democratização do conhecimento e das antiguidades. Príncipes, artistas e eruditos acorriam a Roma, numa "viagem ritual" que acabou por constituir a "forma original do monumento histórico" (Choay, 2006: 59). Os humanistas haviam descoberto dois valores nas antiguidades: o histórico e o artístico.

Em decorrência deste processo, Roma viu surgir algumas das primeiras iniciativas de conservação dos monumentos pelos Papas. Movidos pela preconização dos humanistas em prol da conservação e proteção dos monumentos romanos, que vivenciavam a acelerada descaracterização e destruição, as bulas pontifícias se sucederam com a finalidade de preservá-los. Um exemplo foi a bula *Cum almam mostram urbem*, de 1462, Martinho V, que já diferenciava monumento e antiguidade (Choay, 2006: 54).

Depois dos humanistas, emergiram os **antiquários (século XVII),** designação que na época caracterizava o "especialista no conhecimento de objetos de arte antiga e curioso deles" (Choay, 2006: 62). Foram eles a eleger os objetos como "testemunhos involuntários" e seguros do passado. Durante mais de duzentos anos uma rede de antiquários, munidos pela paixão pela Antiguidade, colecionaram, catalogaram e acumularam em seus gabinetes objetos, desenhos, dossiês com descrições detalhadas sobre os antigos gregos e romanos. Desenhava-se a ideia de patrimônio comum da civilização ocidental.

No século XVIII as antiguidades nacionais começaram a despertar o interesse dos antiquários. Os eruditos passaram a pesquisar em seu próprio solo, ampliando seus inventários. Da antiguidade clássica supervalorizada pelos humanistas, esses homens ampliaram seus inventários, voltando seus olhos para outros estilos, como Gótico, até então considerado de mau gosto. À medida que esse movimento se generalizava, com a proliferação de representações de edifícios e obras de arte, a noção de monumento histórico se fortaleceu. Dessa forma, o século XVIII viu nascer o monumento histórico como conceito.

Tendo como grande exemplo e ápice a Revolução Francesa, em 1789, a consolidação dos Estados-nação condicionou o início da intervenção estatal na organização, preservação e difusão desses monumentos, tornando essa ação um encargo da administração pública. A nação precisava conhecer suas origens, estabelecer uma genealogia capaz de servir de amálgama identitária. Os antigos súditos do rei absoluto passaram então a ser tomados cidadãos de um Estado em busca de suas origens. Surgiu então a ideia de coletividade, de compartilhamento de elementos culturais comuns, como cimento dessa nova sociedade.

Duas formas diversas de lidar com os monumentos se manifestaram influenciadas por tradições diferentes do direito. Nas sociedades de origem latina (como na França e Itália), a tradição do direito romano considerava a "propriedade privada sujeita a restrições, derivadas dos direitos dos outros ou da coletividade em geral" (Funari, 2006: 17). Nesses países, a concepção de patrimônio desenvolveu-se mais ligada ao Estado Nacional e com característica centralizadora. Já nas sociedades anglo-saxãs, onde predominou a tradição do direito consuetudinário[3], "a limitação do direito de propriedade é, em geral, muito mais tênue" (Funari, 2006: 18), o que resultou numa ação de preservação do patrimônio mais voltada para a proteção dos direitos privados e mais descentralizada (como nos E.U.A. e Inglaterra).

Com a Revolução Francesa a noção de patrimônio começou a ganhar o seu significado ligado à herança comum de um determinado povo. Com o confisco dos bens do clero e da aristocracia pelos revolucionários, ressaltaram-se as primeiras preocupações de como o Estado deveria lidar com eles. Embalados por um sentimento nacionalista, estabeleceu-se como objetivo "cuidar dos monumentos que representavam a incipiente nação francesa e sua cultura" (Funari, 2006: 19).

Entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XX, o conceito se consolidou, não deixando dúvidas sobre os critérios a serem usados para classificar um bem como patrimônio cultural. Esses critérios de seleção e reconhecimento vinham, em grande parte do campo das artes: excepcionalidade estética, obra-prima,

---

2 Francesco Petrarca nasceu em Arezzo em 1304 e foi um intelectual e poeta italiano. Participou de uma das primeiras traduções latinas de Homero. Considerado o pai do Humanismo.

3 Que surge dos costumes da sociedade, não passando por um processo formal de criação de leis.

valor intrínseco e autenticidade (Castriota, 2009). Além disso, da história acrescentava-se o valor como registro, normalmente relacionando o objeto ou imóvel a "um fato memorável" ou personalidade ilustre.
Houve uma inflexão teórica a partir da metade do século XX, com particular influência da antropologia cultural, provocando um aumento considerável da complexidade dos critérios tradicionais de seleção e classificação. A realidade passou a ser vista "como essencialmente multicultural [...], marcada por uma produção simbólica, percebida por intermédio de um sistema de símbolos que podem revelar contornos de grupos e sociedades específicas" (Silva, Rosa, 2012: 81).
Esse movimento paulatinamente conformou mudanças na noção de patrimônio. Inicialmente os estudos e posteriormente as políticas públicas afastaram-se da noção "reificada de monumento", valorizando a "dimensão viva da cultura, como uma rede de significados" (Silva, Rosa, 2012: 81).
Para Castriota (2009), a atribuição de valores que antes era dada pela técnica, pela legitimidade daqueles que selecionavam e estudavam o bem foi relativizada. Colocou-se em discussão a legitimidade do saber formal. "O valor do bem, que orienta a sua seleção [...] não é mais definido apenas por sua autenticidade atestada por especialistas, por sua monumentalidade, sua excepcionalidade" (Silva; Rosa, 2012: 81). Mudou-se a abordagem, adotando-se a compreensão que o bem só pode ser apreendido por intermédio do seu significado.
No campo das políticas públicas de preservação esta foi uma mudança profunda de perspectiva, que determinou uma alteração nas ações de preservação. Antes, a ideia de conservação resumia-se à dimensão física do bem. Agora, além do aspecto de "como" conservar (que não foi abandonado), os planos e ações devem contemplar questões outras: por que conservar? Para quem faz sentido? Quais os significados atribuídos ao bem pelos diferentes grupos envolvidos?
A ampliação do conceito de patrimônio, com a assimilação de outros valores, critérios e abordagens, também passou pela inserção de novos agentes. Tudo isso, para Castriota (2009: 104) "coloca em outros termos as bases das políticas públicas da área". O interesse pelo passado tem crescido exponencialmente, tornando a memória, de maneira geral, e o patrimônio de maneira específica, objetos de culto. O ICCROM (International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property), em documento de 1990, já apontava que a ampliação da conotação da ideia de "herança cultural" influenciou mudanças nas ações nacionais e internacionais incrementando as dificuldades relacionadas às políticas públicas. De acordo com o relatório, a crise financeira, as medidas de austeridade e ajustamento de orçamentos, já naquele período vinham limitando a capacidade de investimentos dos países membros da ONU, em particular aqueles em desenvolvimento. Com uma visão integrada da problemática, o órgão considera que muitos países têm chegado à mesma conclusão: é necessário garantir a sustentabilidade da preservação, contudo, deve-se manter a incorporação das dimensões humana e natural.
Choay (2006: 210) levantou a questão, apontando que o "projeto de democratização do saber", aliado ao desejo de eliminar as diferenças e os privilégios de acesso aos bens artísticos, e o aumento da busca pelo lazer e do turismo cultural, expandiram de maneira significativa o público interessado no passado. Norman Tyler, em "Historic Preservation: an introduction to its history, principles, and practic" (2009), afirma ter ocorrido o mesmo fenômeno nos Estados Unidos, onde a preservação tem desempenhado crescentemente um importante papel nas últimas décadas, passando de uma atividade de poucos dedicados individuais e organizações à uma atividade engajada, que envolve, em alguns níveis, milhões de cidadãos.
Castriota (2009) e Choay (2006) concordam e afirmam que houve uma multiplicação do número de visitantes de museus, monumentos, sítios históricos, etc. Para Castriota (2009), o resultado disto pode ser entendido de duas formas. Por um lado a exploração do patrimônio pela indústria de massa, transformando valor de uso em valor econômico. Por outro, o autor argumenta que, positivamente, aumentou o número de agentes interessados não apenas em consumir os bens culturais, mas também em atuar em prol da sua proteção, gerando a democratização do acesso ao patrimônio.

3. As origens das políticas públicas de patrimônio cultural no Brasil

Enquanto o século XVIII assistia na Europa a consolidação do conceito de monumento, identificado fisicamente aos bens edificados da nobreza e do clero, e ideologicamente com a construção da identidade nacional, no Brasil já ocorriam as primeiras preocupações nesse sentido, ainda isoladas, por parte da Coroa portuguesa. A primeira iniciativa localizada até o momento foi carta escrita, em cinco de abril de 1742, por D. André de Melo e Castro, o conde das Galveias, Vice-Rei do Estado do Brasil de 1735 a 1749, ao então governador de Pernambuco, Luís Pereira Freire de Andrade, sobre as construções edificadas pelos holandeses naquela localidade. No documento, o Conde "lastima" que prédios como o Palácio das duas Torres, obra de Maurício de Nassau, estivessem entregues ao "uso violento e pouco cuidadoso dos soldados" (Sphan, 1980: 31). Destacou que se "arruinará também uma memória que mudamente estava recomendando a posteridades as ilustres e famosas ações que obraram os Portugueses na Restauração dessa Capitania". Alertando também para a destruição de outros edifícios, ele sugere que novos quartéis fossem utilizados e que se evitasse o uso do palácio das duas Torres (Sphan, 1980: 31).

Quase um século depois, em 1810, com o acervo trazido de Portugal dois anos antes por D. João e D. Maria I, foi fundada a Real Biblioteca, aberta ao público em 1814. Ao retornar para Portugal, em 1821, a Coroa levou boa parte dos documentos, livros e manuscritos. O restante foi adquirido pelo Brasil, numa ação mediada pela Convenção Adicional ao Tratado de Paz e Amizade, de agosto de 1825 (FBN, 2014: on-line).

Em 1824, a Constituição do Estado Imperial Brasileiro previa a criação do Arquivo Nacional, no artigo 70, fato que se consumaria em 1838. Naquele mesmo ano, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), fomentou a criação do IHGB, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Fernandes, 2014). O Arquivo deveria ser o guardião dos livros e documentos relativos à memória nacional, enquanto ao IHGB cabia não só "coligir, metodizar e guardar documentos", como também escrever a "história nacional como forma de se unir", trançando "a gênese da nacionalidade brasileira" (Fernandes, 2014: on-line).

Em 1830, a matéria ganhou espaço no artigo 178 do Código Criminal do Império, que considerou como conduta criminosa o "ato de destruir, abater, mutilar ou danificar monumentos, edifícios, bens públicos ou quaisquer objetos de utilidade pública, decoração ou recreio público" (Machado, 2007: 4). É importante frisar que o termo "monumento" no Código ainda não tem a conotação de patrimônio histórico. Nessa fase e por muito tempo ainda, a interpretação sobre essa matéria era restrita, bem como a preocupação do governo ainda era, principalmente, em relação à guarda de informações consideradas importantes para a memória nacional. E seria nesse sentido que Luís Pedreira do Couto Ferraz, Ministro dos Negócios do Império do Brasil, entre 1853 e 1857, e mais tarde o Visconde do Bom Retiro, tomou duas iniciativas. A primeira delas foi ordenar aos presidentes das províncias que obtivessem coleções epigráficas para a Biblioteca Nacional. A segunda ação foi pedir ao Diretor das Obras Públicas da Corte que tivesse cuidado na reparação de monumentos, cuidando para não destruir as inscrições neles gravadas. Três décadas depois, o Chefe de Manuscritos da Biblioteca Nacional, Alfredo do Vale Cabral, percorreu as províncias da Bahia, Alagoas, Pernambuco e Paraíba, recolhendo a epigrafia dos monumentos da região.

Mesmo isoladas, as ações levadas a cabo pelo governo imperial demonstravam uma preocupação com a preservação de inscrições, epígrafes e obras publicadas que pudessem se constituir no acervo para a preservação de uma memória que seria a base da construção da identidade nacional. Para Fernandes (2014: 6), os Institutos Históricos, como o IHGB, são a "gênese da política patrimonial" brasileira. Isto porque, a história oficial de caráter celebrativo por ele produzida, teria sido "apreendida por gerações sucessivas", inspirando o que seria compreendido posteriormente como "patrimônio histórico e artístico nacional".

Concorda-se com a tese de Fernandes (2014), quanto à gênese do conceito de patrimônio brasileiro encontrar-se nas ações de instituições como o IHGB e o Arquivo Nacional.

Contudo, há no discurso oficial construído pelo próprio Iphan, desde a sua criação (Sphan, 1980: 8), uma tendência a descaracterizar qualquer iniciativa anterior ao órgão como política pública. Tudo o que foi feito nesse sentido antes de 1936 e 1937, durante a Monarquia e as primeiras décadas da República, são qualificadas pelo Instituto como ações isoladas e não como políticas cuja finalidade era "organizar efetivamente a proteção aos monumentos nacionais" (Sphan, 1980: 9).

Discordando desta visão, pauta-se no pressuposto que a fase de formulação já pode ser considerada como parte da política pública, porque indica a iniciativa, a intenção e a escolha de fazer por parte dos atores políticos (Dias; Matos, 2012: 13). Assim, acredita-se ser imprescindível considerar os períodos anteriores para uma compreensão global desse tema dentro da administração pública brasileira. Entretanto, não há como negar que somente a partir dos anos 1920 é que aumentou a sensibilização para as questões de preservação do patrimônio nacional.

Foi justamente nesse ano que ocorreu a primeira iniciativa para a elaboração de projeto de lei com a intenção de proteger os bens arqueológicos. Foi elaborado um anteprojeto de lei de defesa do patrimônio artístico nacional, pelo Professor Alberto Childe, conservador de Antiguidades Clássicas do Museu Nacional, a pedido do Professor Bruno Lobo, então presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes (Sphan, 1980: 9). Embora não tenha tido continuidade, a proposta mostrava o interesse pelos bens arqueológicos e já antecipava a necessidade de desapropriação para a preservação desses bens.

Três anos depois, em três de dezembro de 1923, registrou-se a primeira iniciativa de institucionalização da defesa dos monumentos históricos e artísticos do país, com um primeiro projeto apresentado na Câmara dos Deputados, por Luiz Cedro. No documento o parlamentar propõe, em seu Artigo 1º, a criação, no Rio de Janeiro, da "Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, para o fim de conservar os imóveis públicos ou particulares, que no ponto de vista da história ou da arte revistam um interesse nacional". No projeto, os bens a serem selecionados como de "interesse nacional", uma vez "classificados", não poderiam mais ser destruídos, ou sofrer qualquer modificação ou restauração, sem a aprovação da Inspetoria.

Ressalta-se nesse projeto de lei o pioneirismo ao trazer para o âmbito da discussão da esfera pública o conceito de monumento histórico relacionado à arquitetura. Percebe-se aqui uma grande influência francesa, cuja legislação (existente solidamente desde o século anterior) definia um modelo centralizador, no qual o papel do Estado era preponderante na administração e conservação de monumentos (Choay, 2006: 148).

Quanto à proposta de gestão, caberia à Inspetoria organizar a relação de edifícios a serem classificados pelo Ministério da Justiça como de "interesse nacional", respeitando o direito de propriedade, a classificação só poderia ocorrer mediante a assinatura de um termo por parte do dono do imóvel (Cedro, 1923/ 1980: 10).

Em complemento a esta iniciativa em andamento, em 1924, o poeta Augusto de Lima, representante de Minas Gerais, apresentou à Câmara dos Deputados um projeto que visava proibir a saída de obras de arte tradicional brasileira para outros países (Sphan, 1980). Havia naquele momento uma preocupação com o crescente interesse dos antiquários por peças barrocas que eram comercializadas para o exterior. O projeto de Luiz Cedro e o complemento de Augusto de Lima não tiveram continuidade.

Diante da dificuldade em aprovar uma lei no âmbito federal, o próprio caráter federativo e decentralizado da Primeira República motivaria ações nas esferas estaduais. Em julho de 1925, o presidente estadual de Minas Gerais, Mello Vianna, organizou uma comissão para estudar a questão da preservação e sugerir medidas. Na qualidade de relator dessa comissão, o jurista Jair Lins elaborou um documento que, em sua introdução, aparece uma preocupação com as velhas cidades mineiras e com o acervo artístico nelas guardado, afirmando-se que se reduziria pelo comércio de antiguidades. Como resultado desses trabalhos foi esboçado um anteprojeto de lei federal (Lins, 1º jul. 1925/ 1980: 35). Em seu artigo 1º determina que os móveis e imóveis de interesse da coletividade serão catalogadas "devido a motivo de ordem histórica ou artística". A catalogação poderia ser feita de maneira voluntária ou judicialmente, se realizando por intermédio de "inscrição em livros especiais", podendo ser cancelada apenas pelo diretor do "serviço de proteção do patrimônio artístico" (Lins, 1º jul. 1925/ 1980: 40-45). A iniciativa não foi aproveitada pelo Parlamento nacional, mas, a sua importância reside no fato de alguns princípios constantes nesse anteprojeto deram origem às legislações posteriores.

Francisco M. Góis Calmon, então presidente estadual da Bahia, organizou a defesa do acervo histórico e artístico do Estado, criando a Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais anexa à Diretoria do Arquivo Público e Museu Nacional, por meio das leis estaduais n. 21.031 e 2.032, de 08 de agosto de 1927, regulamentadas pelo Decreto n. 5.339, de 6 de dezembro do mesmo ano. Em 24 de agosto de 1928, foi a vez do Estado de Pernambuco publicar a lei estadual n. 1.918, que autorizava o Governador a criar a Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais e um museu (Sphan, 1980:10).

As iniciativas estaduais não eram eficientes em assegurar a proteção dos monumentos. Isto porque o Código Penal vigente não contemplava sanção aos crimes contra a integridade do patrimônio, ao contrário do que de-

claravam as leis estaduais da Bahia e Pernambuco. Além disso, essas leis eram consideradas inconstitucionais, porque iam contra a "extensão e o exercício do direito de propriedade" constantes na Constituição Federal de 1891, cuja matéria não poderia ser inovada ou alterada por iniciativa estadual. Em seu artigo 72, a Constituição tornava a propriedade um direito:

> Art. 72: A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:
> [...] § 17: O direito de propriedade mantém-se em toda a sua plenitude, salva a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia.

Em 29 de agosto de 1930, o deputado baiano José Wanderley de Araújo Pinho apresentou ao Congresso Nacional um novo projeto de lei federal que, em seu artigo 1º. Exibe a definição de patrimônio:

> Art. 1º. Consideram-se patrimônio histórico-artístico nacional todas as coisas imóveis ou móveis, a que dava estender a sua proteção o Estado, em razão de seu valor artístico, de sua significação histórica ou de sua peculiar e notável beleza, quer pertençam à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, a coletividades ou particulares (Pinho, 1930/ 1980: 46).

O projeto de lei pressupunha o catálogo dos bens pela "Inspetoria de Defesa do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional", que deveria ser composta por um inspetor, um arquivista, um fotógrafo, além de "técnicos itinerantes contratados" (Pinho, 1930/ 1980: 53). Define como "imóveis" os rochedos, pedras tumulares, os terrenos onde se encontram "coisas de valor arqueológico ou históricos", os ornatos arquitetônicos, as edificações isoladas ou em conjunto e os sítios. Entre os bens móveis estavam os livros raros ou antigos, os códices e manuscritos (Pinho, 1930/ 1980: 46-47). O documento também proíbe a venda de bens catalogados sem a prévia notificação ao órgão responsável. A tramitação do projeto foi interrompida pelo fechamento do Congresso Nacional pela Revolução de 1930, movimento que ascendeu Getúlio Vargas ao poder. Embora sem efeito naquele momento, o projeto de Pinho foi uma das principais fontes para posterior legislação de preservação do patrimônio.

No contexto internacional aquecia-se o debate sobre os monumentos históricos. Crescia a dúvida sobre os destinos das edificações antigas e medievais diante da rápida urbanização e novas propostas urbanísticas que caracterizam o movimento moderno na arquitetura. Como parte desse processo, em 1931 foi realizado o 1º. Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos da Sociedade das Nações, (Choay, 2006: 173), e em 1933 era publicada a Carta de Atenas. Este documento, do qual o Brasil tornou-se signatário, reforçava a necessidade de se conceber e fortalecer as organizações nacionais e internacionais de preservação do patrimônio.

Motivada pelas circunstâncias favoráveis internas e pelo debate internacional, se efetivou a primeira ação federal de preservação com o Decreto n. 22.928, de 12 de julho de 1933, que tornou a cidade de Ouro Preto um monumento nacional. Foi a primeira vez que o uma legislação federal reconheceu o "dever do Poder Público" de "defender o patrimônio artístico da nação e que fazem parte das tradições de um povo os lugares em que se realizaram os grandes feitos da sua história".

Um ano depois, com o Decreto n. 24.735, de 14 de julho de 1934, o governo Vargas deu mais um passo na institucionalização da preservação do patrimônio cultural, criando a Inspetoria de Monumentos Nacionais (IPM), configurada no novo regulamento do Museu Histórico Nacional. Contudo, a medida não surtiu efeitos práticos por ter caráter de norma apenas regulamentar (Sphan, 1980: 11), além de não possuir autonomia.

Até essa fase as iniciativas ainda não eram sistemáticas, mas já mostravam a compreensão de que a preservação do patrimônio deveria ser implementada pelo Estado, por meio de legislação federal.

De acordo com Durand (2000: 7) foi com a gestão de Gustavo Capanema como Ministro da Educação e Saúde Pública de Getúlio Vargas, entre 1934 e 1945, que se pode observar a gênese efetiva da intervenção governamental nas artes e na conservação do patrimônio cultural no Brasil. Para esse autor foi nessa fase que se construíram instituições "novas em espaços onde o governo não estava presente, em termos de Educação e

Cultura", tendo a gestão Capanema "forte dimensão regulatório e de construção institucional". Em sua administração foram criadas leis nas áreas de educação musical, rádio educativo, cinema, recuperação do folclore e música erudita (Durand, 2000: 7). São desta fase o Instituto Nacional do Livro, o Instituto Nacional de Cinema e o Serviço Nacional de Teatro e, também, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, entre outros. Concorda-se com Durand (2000) quanto ser esta a fase de instalação de uma política pública de preservação, mas, a gênese desse processo, como já discutido anteriormente, ocorreu muitos anos antes.

Outra questão a ser abordada é o papel da sociedade civil. Os anos 1920 e 1930 foram marcados pela ação dos modernistas no movimento de reivindicação por marcos legais que permitissem a organização e salvaguarda dos monumentos históricos. Em particular nos anos 1930, registra-se o envolvimento desses intelectuais com o Ministério da Educação e Saúde Pública, em particular no que tange ao tema do folclore e das artes (em especial a poesia e as artes plásticas).

Enquanto ao ministro interessavam os valores estéticos e a proximidade com a cultura, aos modernistas o contato com o Ministério da Educação era visto como uma possibilidade de levar para dentro do Estado o "conteúdo revolucionário mais amplo que acreditavam que suas obras poderiam trazer" (Schwartzman, Bomeny, Costa apud Durand, 2000: 13).

Mas, para Durand (2000) estas mudanças não eram prerrogativas das áreas de educação e cultura. O governo Vargas foi aquele que produziu as alterações mais profundas na administração pública, em todo o século XX. O Estado era entendido como agente do progresso e pautava sua ação na ideia de "modernização conservadora", caracterizada pelo desenvolvimento do país, por meio de um governo centralizador e autoritário, legitimado pelo apoio popular.

Com base nisso é lícito inferir que a criação de uma estrutura organizacional de preservação tenha sido pensada em duas frentes: identificar e preservar os elementos da identidade nacional, que se construíam com a educação e a propaganda do governo e investir no saneamento do "atraso" cultural brasileiro.

A Carta Constitucional de 1934 trouxe em seu capítulo II, artigo 148, as disposições que seriam a base para o desenvolvimento de políticas públicas na área da cultura, tornando, pela primeira vez, a preservação do patrimônio um princípio constitucional.

> Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual (Brasil, 1934, artigo 148).

A propriedade privada como princípio fundamental foi mantida no artigo 113. Entretanto, esse direito não poderia ser exercido "contra o interesse social ou coletivo". Em outras palavras, a questão da propriedade foi inserida no campo do interesse social. Eliminava-se o entrave existente na Constituição de 1891, quanto interesse coletivo do patrimônio cultural.

O desafio, a partir de então, seria a elaboração de legislação federal para regulamentar o tema, com a criação de leis específicas e com o estabelecimento de ações sistemáticas de preservação, por meio do estabelecimento de estruturas administrativas.

Em 1935, duas iniciativas tentaram dar conta desta demanda. A primeira foi a aprovação do voto para criar um serviço técnico especial de monumentos nacionais, no Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Natureza, ocorrido no Rio de Janeiro. A segunda foi a reapresentação do projeto do deputado Wanderley Pinho, que havia sido interrompido pela Revolução de 1930. Nenhuma das iniciativas teve continuidade.

4. A implantação da política pública de preservação no Brasil: Sphan.

À frente do Ministério da Educação, entre 1934 e 1945, coube a Gustavo Capanema a elaboração de novo projeto de lei federal de proteção ao patrimônio. Contando com o apoio do historiador Luís Camilo de Oliveira Neto, que recomendava a execução de "plano geral visando à conservação e o aproveitamento dos monumentos nacionais", por meio de legislação adequada, criação de um órgão executor e de museus regionais. Cabe destacar que esta sugestão encaminhada ao Ministro foi precedida de uma justificativa pautada nas leis france-

sas e no projeto de Wanderley de Araújo Pinho, que não havia sido aprovado (Durand, 2000:12). Julgando que a matéria carecia de aprofundamento, Capanema tomou providências a respeito, em 1936.

> Nos princípios de 1936, sendo ministro da Educação, e às voltas que então já andava com os nossos múltiplos assuntos culturais, lembrou-se mandar fazer o levantamento das obras de pintura, antigas e modernas, de valor excepcional, existentes em poder dos particulares, na cidade do Rio de Janeiro. Estava a ponto de contratar competente pintor brasileiro para essa tarefa. Mas vi que isto só, sendo embora coisa relevante, não teria o sentido compreensivo e geral de um cometimento de tal natureza. Urgentemente necessário era preservar os monumentos e outras obras de arte de todas as espécies, e não apenas as obras de pintura, mediante um conjunto de procedimentos que não se limitassem à capital federal, mas abrangessem o país inteiro. A idéia inicial, deste modo, se transforma num programa maior que seria organizar um serviço nacional, para a defesa do nosso extenso e valioso patrimônio artístico, então em perigo não só da danificação ou arruinamento mas ainda, em grande número de casos, de dispersão para fora do país. Como pôr mãos à obra de empreendimento tão difícil? Como transformar o pensamento que me seduzia num sistema de serviço público? (Capanema, 1969. In: DURAND, 2000, p. 41).

Em outras palavras, o desafio para Capanema era transformar o que estava em formação e formulação, em planejamento e execução. Em 1936, para efetivar seu plano, o Ministro telefonou a Mário de Andrade, Diretor do Departamento de Cultura da prefeitura de São Paulo e pediu-lhe a organização de um projeto. Duas semanas depois ele levava o documento à presença de Capanema, no Rio de Janeiro (Sphan, 1980:12).

O anteprojeto, elaborado por Mário de Andrade, organizava o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, cujo objetivo seria "determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional", que é definido como:

> [...] todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiras, residentes no Brasil (Andrade, 1936 / 1980: 55).

Nesse documento apareceu pela primeira vez o "tombamento" como forma legal de proteção, devendo os bens tombados ser inscritos, individualmente ou em grupo, em quatro livros de tombo.

A inovação do texto de Mário de Andrade em relação às iniciativas anteriores foi a inclusão de bens na categoria de patrimônio, oriundos da concepção de Folclore existente no período, tais como a música popular, contos, históricos, lendas, superstições, medicina, receitas culinárias, provérbios, ditos, danças dramáticas, etc. Essa percepção atualmente conceituada como patrimônio cultural imaterial, era tema de defesa de Folcloristas desde o final do século XIX, mobilizando variadas tendências (Abreu, 2007: 351-370).

O que se seguiu foram duas ações políticas. Primeiro Capanema solicitou ao Congresso que aprovasse emenda no projeto de reorganização geral do Ministério da Educação, incluindo na sua estrutura o Serviço de Proteção Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Em segundo, pediu ao presidente, em 13 de abril de 1936, a autorização para o funcionamento provisório do novo serviço, o que Vargas aprovou em despacho do dia 19 do mesmo mês.

Criado o órgão em caráter provisório, a questão agora era a quem entregar a liderança do Sphan? Por sugestão do próprio Mário de Andrade, surgiu o nome de Rodrigo Melo Franco de Andrade, mineiro, advogado e jornalista, e velho conhecido de Capanema.

Antes mesmo de oficializar o Sphan, o grupo de amigos de Rodrigo Melo Franco já iniciou um mapeamento de bens considerados de valor excepcional, com o objetivo de incluí-los na lista de monumentos nacionais. Mas, o mais urgente era a elaboração de um anteprojeto de lei federal que organizasse o serviço.

A proposta ficou pronta alguns meses depois, sendo encaminhada por Rodrigo a Capanema em 23 de julho de 1936, que a mandou para o Congresso em 15 de outubro (Sphan, 1980:13). Enquanto tramitava a lei, o Serviço

era oficializado pela aprovação outra Lei, de número 378, que dava nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública, com emenda prevendo a criação do Sphan, em 13 de janeiro de 1937.
Marcada a votação da Lei do Sphan, para o dia 10 de novembro de 1937, ela não ocorreria em decorrência do golpe que deu início ao Estado Novo (Sphan, 1980: 14). Mesmo com a interrupção do sistema democrático o tema da preservação não seria abandonado. Ao contrário, apareceria na nova Constituição, de 1937, de maneira mais clara no artigo 134, quanto ao papel do Estado.

> Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra ele cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

O princípio constitucional tornou a preservação do patrimônio responsabilidade direta da União, Estados e Municípios, tornando os bens culturais como representativos da identidade nacional.
Buscando a aprovação pela presidência, Capanema enviou o projeto a Vargas. Em sua justificativa, lembrou Getúlio da iniciativa em criar o Sphan, em 1936, e do movimento intelectual em prol da defesa do patrimônio:

> A proteção do patrimônio histórico e artístico nacional é assunto que de longa data vem preocupando os homens de cultura do nosso país. Nada, pelo menos nada de orgânico e sistemático se havia feito, porém, até 1936, quando foi por V.Exa. criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico nacional (Capanema, nov. 1937/ 1980: 72).

Além de buscar apoio no movimento intelectual nacional para convencer Getúlio, Capanema afirmava ao presidente que a preservação se justificava por garantir os "bens mais preciosos", que estavam acabando ou saindo do país pelas mãos de "proprietários sem escrúpulos ou ignorantes". Em seu discurso, denota-se a preocupação com a evasão e destruição daquilo que acreditava constituir a identidade da nação brasileira.
Vargas aquiesceu ao pedido de Capanema e promulgou o Decreto-lei n. 25, em 30 de novembro de 1937, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Em seu capítulo I, Artigo 1º. ficou assim definido o patrimônio:

> Artigo 1º. – Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Não é de espantar que os bens da cultura popular, descritos no projeto original de Mário de Andrade, tenham ficado de fora da definição de patrimônio Varguista. De acordo com Martha Abreu (2007: 354), as

> manifestações culturais imateriais, vistas por intelectuais e políticos como próximas ao desaparecimento ou condenadas pelo seu caráter distante de uma pretensa civilização e modernidade, não pareciam combinar com a ideia de um patrimônio cultural que representasse alegoricamente a unicidade da nação, sua história e identidade.

Embora a autora esteja tratando da década de quarenta, a noção de cultura como sinônimo de civilização, oriunda do pensamento do século XIX, foi a que embasou a política cultural Varguista nos anos trinta. Numa proposta de modernização pautada em padrões europeus, as tradições defendidas pelos folcloristas representavam o "atraso" cultural que deveria paulatinamente ser resolvido pela nova República desenvolvida e industrializada.
Nessa ótica, coube a Rodrigo Melo Franco de Andrade e aos intelectuais que figuravam em torno dele, como Lúcio Costa, Prudente de Morais Neto, Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Luís Jardim, entre outros, efetivarem a identificação, organização e preservação do patrimônio cultural brasileiro, reduzido aos bens materiais, móveis e imóveis.

Com muito trabalho e pouca gente na equipe, o foco do trabalho acabou recaindo sobre os bens arquitetônicos de valor estético ou histórico excepcionais. De acordo com Luís Saia (Sphan, 1980: 7) coube ao Sphan, nessa fase:

a) Inventariar o que existia de amostragem mais significativa da formação brasileira;
b) Socorrer urgente, e salvar alguns monumentos que estavam profundamente atingidos pela ruína e ameaçavam perecimento completo;
c) Introduzir na normalidade nacional, inclusive e principalmente no campo jurídico, não apenas a figura do "tombamento" e suas consequências, especialmente aquelas que representavam um gravame caindo sobre a propriedade privada.

A partir de então, passaram a ser constituídos os marcos legais que viabilizariam a implementação da política pública de preservação em âmbito nacional.

Com o novo Código Penal brasileiro, instituído em 7 de dezembro de 1940, pelo Decreto-lei n. 2.848, foram incluídas as sanções para a infração de normas da legislação e proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional.

> Art. 165 Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa, tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico:
> Pena: detenção, de seis meses a dois anos, e multa, de mil cruzeiros a vinte mil cruzeiros.
> Art. 166 Alterar, sem licença da autoridade competente, o aspecto de local especialmente protegido por lei:
> Pena: detenção, de um mês a um ano, ou multa, de mil cruzeiros a vinte mil cruzeiros.

Quanto à necessidade de dotação orçamentária, um problema apontado nos documentos do Sphan, o Decreto -lei n. 2.809, de 23 de novembro de 1940, dispõe sobre a aceitação e aplicação de donativos particulares pelo órgão. Já o Decreto-lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941, atualizou disposições legais sobre desapropriações em casos de utilidade pública, contemplando entre esses casos, os monumentos históricos e artísticos. Em 29 de novembro de 1941, o Decreto-lei n. 3.866 conferiu ao Presidente da República, atendendo motivos de interesse público, cancelar tombamento (Sphan, 1980, p.15).

Com o processo de democratização e a promulgação da nova Carta Constitucional, de 1946, a preservação do patrimônio foi mantida como princípio constitucional, no Capítulo II, correspondente às normas "Da Educação e da Cultura", no artigo 178: "As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do poder público".

Já no governo de Eurico Gaspar Dutra, o Decreto n. 85534, de dois de janeiro de 1946, transformou-se o Sphan em Dphan (Diretoria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional). Esse decreto criou 4 distritos (filiais) regionais, Recife, Salvador, Belo Horizonte e São Paulo. Nessa mesma data, o Decreto n. 20.303 aprovou o regimento do Dphan, em 1946. De acordo com Rodrigo de Melo Franco em texto escrito em 1952 (2012) a escassez de funcionários e "outras circunstâncias" não permitiram que o Dphan obedecesse às determinações do Regimento. Reclamava de falta de estrutura física e logística e ainda de ter que realizar atribuições que não eram do órgão, também enfatizava a falta de definição clara de competências. A função dos distritos está descrita na página 151 (FRANCO, 1952, p.150).

Em termos de marcos legais, a proteção ao patrimônio avançou muito pouco nos anos seguintes. Foi somente nos anos 1960, que novas leis foram aprovadas: a Lei n. 3924, de 1961, de proteção aos monumentos arqueológicos e pré-históricos; e a Lei 4.845, de 1965, proibiu a saída para o exterior das obras de artes e ofícios produzidas no país até o fim do período monárquico.

Outro fator marcante desse período foi a colaboração recebida da Unesco, a pedido de Rodrigo Melo Franco. A entidade internacional enviou, em 1966 e 1967, o Inspetor Principal dos Monumentos Franceses, Michel

Parent, cujo "relatório passou a representar documento básico para o assunto" no Brasil (Sphan, 1980: 20). Com grande contenção de verba, uma equipe reduzida, baixa dotação orçamentária e um contexto de intensa urbanização que avançava sobre os bens históricos (Berndt, 1996), os primeiros 30 anos de atuação do órgão foram chamados pelos contemporâneos "fase heroica". Nesta fase, o órgão focou na listagem do patrimônio considerado de maior importância, salvaguarda de alguns prédios e monumentos e introdução de novas leis de nível nacional.

5. Considerações finais

Ao longo do texto foram apresentadas as sucessivas negociações entre os jogadores políticos que interagiram nos poderes Executivo e Legislativo, articulados ou não com a sociedade civil, para elaborar propostas de regulamentação por parte do Estado, da preservação do patrimônio histórico e artístico, por meio da criação de um setor administrativo responsável por este tema. Como resultado desse processo foi implantado, em 1936, o Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, (na época, Sphan) que foi o primeiro do gênero na América Latina. Ao ser criado pelo então Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, com o auxílio de Mário de Andrade, a sua função era identificar, organizar e preservar os elementos que materializariam e representariam a identidade nacional desejada pela política centralizadora do Governo de Getúlio Vargas. Inspirado nas experiências italiana e francesa, que apresentavam um perfil centralizador, e caracterizado pela intervenção do Estado nessa área, desde então, o órgão passou por diversas reestruturações organizacionais, mudanças nas diretrizes orientadoras e pela ampliação da sua ação no âmbito nacional. Dessa forma, para compreender a evolução das políticas públicas de patrimônio, tornou-se obrigatória, também, a compreensão da atuação do Iphan.

Nesse sentido, os estudos realizados até o momento permitem afirmar que os anos compreendidos entre 1889 e 1937 foram fundamentais para o amadurecimento e para a formulação das diretrizes e elementos que embasariam a efetiva implantação da política de preservação no Brasil. Contudo, deve-se destacar que um dos motivos para que as iniciativas de implantação dessas políticas não tenham logrado êxito nesta fase, foi o entrave imposto pela própria moldura legal do Estado liberal, implantado em 1889 e constitucionalizado, em 1891. Tanto a Constituição, como o Código Civil vigentes dificultavam ações de intervenção nos interesses privados por parte da administração pública.

Essa situação começou a se alterar a partir de 1930, com o Golpe Getulista que colocou fim à política liberal e oligárquica característica da Primeira República. Mas, foi com a ditadura Estadonovista, em 1937, que o Estado reuniu o apoio (dos setores conservadores da sociedade, da classe trabalhadora e dos militares) e as condições (eliminação do jogo democrático com o fechamento do Congresso Nacional e com a promulgação de uma Constituição de perfil autoritário), para implantar políticas públicas com perfil "modernizador autoritário" (Fausto, 2010). Isso foi possível graças a uma cultura política antidemocrática compartilhada pelas elites políticas e econômicas, que dava base a crença que o Estado democrático era incapaz de levar a cabo o desenvolvimento do país, saneando o seu retardamento econômico, social, educacional e cultural.

Quanto ao aspecto da formulação das políticas públicas, compreendidas atualmente por Dias e Matos (2012: 60) "como uma sucessão de negociações entre atores políticos [...] que interagem em arenas formais [...] e informais", baseadas no respeito aos processos democráticos e à participação da sociedade, o que se viu no período estudado foi em outro sentido. A definição das condições ideais apresentadas por Dias e Matos (2012) para a formulação de políticas públicas, não se aplicou ao caso brasileiro, no que tange à preservação do patrimônio. O que se observou foi mais voltado para uma concepção weberiana (1991:34) de que os serviços públicos eram providos pelo Estado, entendido como uma associação política que deteve o "monopólio legítimo da coação física para realizar as ordens vigentes" (Weber, 1991: 34). Historicamente, ocorreu um processo que viu soçobrar várias iniciativas legislativas de se aprovar uma legislação preservacionista pautada no jogo democrático, que acabou sendo viabilizada por meio de um decreto ditatorial (Decreto n. 25 de 1937).

Com as alterações no perfil do Estado e na administração dos negócios públicos vividas nas últimas décadas, aliadas às mudanças conceituais já discutidas neste texto, novos desafios foram impostos à gestão e ao plane-

jamento público na área de patrimônio. Entre eles, o envolvimento efetivo de todos os agentes, bem como o incremento de recursos e a realização de um efetivo diagnóstico da multiplicidade cultural brasileira, temas que devem ser abordados em futuros estudos.

Bibliografia

ABREU, M. (2007), "Cultura imaterial e patrimônio histórico nacional". In R. Soihet, R. Gontijo (orgs.), *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 351-370.

ANDRADE, M. (1980 [1936]), Anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional de 1936. In SPHAN. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural do Brasil: uma trajetória. Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN,* Brasília, Ministério da Educação e Cultura, pp. 55-68.

BERNDT, A; BASTOS, R. L. (1996), "Políticas de Preservação e técnicas em conservação/Restauração e Formação Profissional". *Anais do VIII Congresso da ABRACOR - Associação Brasileira Conservadores Restauradores Bens Culturais*, Ouro Preto, Minas Gerais, 8 (1), pp. 16-22.

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (1993), *Dicionário de política*. Coordenação da tradução: João Ferreira, Brasília: UNB.

BRASIL. Decreto n. 6.844, de 07 de maio 2009. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6844.htm. Acesso em: 17 nov. 2014.

____. Decreto n. 22.928, de 12 de julho de 1933. Disponível em http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=32122, [Consultado em: 17-11-2014].

____. Decreto n. 2.809 de 23 de novembro de 1940. Disponível em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2809-23-novembro-1940-412720-publicacaooriginal-1-pe.html, [Consultado em: 17-11-2014].

____. Decreto n. 3.365 de 21 de junho de 1941. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3365.htm, [Consultado em: 17-11-2014].

____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm, [Consultado em: 17-11-2014].

____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao37.htm, [Consultado em: 17-11-2014].

____. Decreto-lei n. 2.848 de 07 de dezembro de 1940. Novo Código Penal Brasileiro. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm, [Consultado em: 17-11-2014].

____. Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm, [Consultado em: 17-11-2014].

____. Decreto n. 6.844 de 07 de maio de 2009. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6844.htm, [Consultado em: 8-6-2014].

BRITO JR., G. F.; LIGEIRO, G. N. (2014), "Direito das sucessões: conceito e considerações, bem como evolução na linha do tempo - delimitação das margens históricas do direito das sucessões"**.** *Intertemas Online*. Disponível em <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2526/2050>, [Consultado em: 8-6-2014].

CAPANEMA, G. (1969), *A lição de Rodrigo*. Recife: Amigos do Dphan.

____. "Exposição de motivos submetida pelo Ministro Gustavo Capanema ao Presidente Getúlio Vargas em novembro de 1937". In SPHAN. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural do Brasil: uma trajetória.* Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, pp. 72-73.

CASTRIOTA, L. B. (2009), *Patrimônio Cultural*. *Conceitos, políticas, instrumentos.* São Paulo: Annablume.

CEDRO, L. (1980)"Projeto de Lei". In SPHAN**.** *Proteção e revitalização do patrimônio cultural do Brasil: uma trajetória.* Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, p. 33.

CHOAY, F. (2006), *A alegoria do Patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. 4ª. ed. São Paulo: UNESP.

DIAS, R.; Matos, F. (2012), *Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos*. São Paulo: Editora Atlas.

DURAND, J. C. (2000), *Relatório de pesquisa n. 13/2000***.** EAESP/FGV/NPP – Núcleo de pesquisas e publicações: São Paulo, pp. 1-112.

FAUSTO, B. (2010), *História do Brasil*. Brasília: UNB.

FERNANDES, J. R. O. (2010), "Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). *Políticas culturais. Teorias e práxis***.** *Cultura digital Online*. <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/18-JOS%C3%89-RICARDO-ORI%C3%81-FERNANDES.1.pdf>, [Consultado em 20-10-2014].

FUNARI, P. P. A. (2006), *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

GEERTZ, C. (1978), *A Interpretação das Culturas.* Rio de Janeiro: Zahar Editores.

GOMES, M. B. (2006) "Hermenêutica, Teoria Política e Imagem Pública". *Anais do 1º. Congresso da COMPOL (Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política)*. Salvador: UFBa.

ICCROM - International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property. (2005 [1990]) "Definition of cultural heritage. References to documents in history". *Icomos – International Training Committee Online*. Disponível: <http://cif.icomos.org/pdf_docs/Documents%20on%20line/Heritage%20definitions.pdf>, [Consultado em 30-10-2014].

IPHAN. (2014). "Histórico do planejamento estratégico operacional do IPHAN". *Iphan Online.* Disponível em < http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=1702>, [Consultado em 8-10-2014].

____. (2014), *Relatório de Gestão 2013*. Brasília: IPHAN.

LINS, J. (1980) "Esboço de anteprojeto de Lei Federal". In SPHAN**.** *Proteção e revitalização do patrimônio cultural do Brasil: uma trajetória.* Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, p. 35.

MACHADO, A. M A. (2007) "Da tutela do patrimônio histórico e cultura: um retrospecto histórico da legislação no Brasil*". XXIV Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, p. 1-8.

PINHO, J. W. A. (1980) "Projeto de lei federal". In SPHAN**.** *Proteção e revitalização do patrimônio cultural do Brasil: uma trajetória.* Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, p. 46.

SILVA, A; ROSA, L. R. O.; SILVA, M. C. C. et al. (2012a) "Projeto Paisagem Cultural do Café: experiências com a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)". *Labor & Engenho Online*, Campinas [Brasil], v.6, n.2, p.77-96, Disponível em <www.conpadre.org> e www.labore.fec.unicamp.br, [Consultado em 12-06-2014].

SPHAN**.** (1980), *Proteção e revitalização do patrimônio cultural do Brasil: uma trajetória.* Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Brasília: Ministério da Educação e Cultura.

TYLER, N. (2009 [1994]), *Historic Preservation: na introduction to its history, principles, and practice*. Norton & Company: United States.

WEBER, M. (2004), *Economia e Sociedade*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, 5 ed. Brasília: Editora UNB.

Aspectos do processo de patrimonialização na Bahia: testemunho fotográfico (1935-1945)

Lígia Conceição Santana
ligiasantana@gmail.com.

Esta pesquisa pretende discutir a participação dos fotógrafos e utilização da fotografia como testemunho/documento nos processos de tombamento instituídos na Bahia pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) após a aprovação do Decreto-lei 25/37. Neste período observamos uma memória visual sobre o patrimônio sendo paulatinamente construída e isso justificou a contratação de inúmeros fotógrafos que circularam pelas principais cidades do país para construir o que devia ser lembrado. A cena política esteve favorável para o desdobramento desta metodologia de trabalho e para a atuação dos fotógrafos e técnicos que colaboraram decisivamente com a disseminação de uma idéia/sentido de patrimônio a ser preservado. Neste trabalho discutimos a atuação do SPHAN nas primeiras décadas de trabalho na Bahia e como a fotografia foi largamente utilizada na materialização do conceito de memória e história a ser preservada. Utilizo para este fim o acervo fotográfico acumulado nos acervos, periódicos e correspondência.

Palavras-chave: patrimônio, fotografia, Bahia.

1 - Introdução

O Decreto-Lei 25/37estabeleceu os princípios e conduta da ação de preservação do patrimônio no Brasil. Seu artigo primeiro constitui e delineia o que seria considerado patrimônio a partir de então:

> Art 1 – Consiste o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico.
> ∗1 Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro livros do tombo.[1]

Este decreto definiu o tombamento como práxis de preservação e, para além disso, desenha a própria concepção de patrimônio e a tipologia de bens que foram eleitos como legítimos representantes de uma identidade nacional. Finalizadas todas as etapas de estudo para o processo de tombamento o bem poderia ser inscrito em um dos quatro livros do tombo: livro de tombo arqueológico, etnográfico e paisagístico; livro do tombo histórico, livro do tombo das belas artes e livro de tombo das artes aplicadas.[2]
Desde 1937 a atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) primou por uma ação de preservação que privilegiou a preservação da arquitetura colonial brasileira, deixando de lado outras expressões, em função de escolhas metodológicas e também políticas. Segundo Fonseca (2009:110),

---

1 Decreto-Lei 25/37, p 01. www.iphan.gov.br. [Acesso em 10 de fevereiro de 2014].

2 Capítulo 2. Do Tombamento – Art. 4 o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber: 1 – no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (registra-se) as coisas pertencentes às categoria de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular. 2 - no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica; 3- Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira; 4- no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras. Decreto-Lei 25/37, p 02.

> Foi, portanto,relativamente aos bens imóveis dos séculos XVI, XVII e XVIII, primordialmente de arquitetura religiosa, que a instituição desenvolveu a maior parte de suas pesquisas, o que permitiu ao longo do tempo, que se formulassem critérios considerados seguros para as decisões sobre tombamento e sobre trabalhos de restauração. Ao lado de estudos e pesquisas de cunho acadêmico, formulou-se assim um saber a partir da prática institucional que embora não tivesse caráter normativo, constituía uma jurisprudência que orientava o trabalho da Sphan.

Pelas recomendações do diretor do SPHAN no período, Rodrigo Melo Franco de Andrade, era igualmente importante que os delegados regionais encaminhassem as propostas de tombamento «instruídas pelo histórico da obra, sua descrição pormenorizada (técnica quando possível: sic), informações sobre seu estado atual de conservação, assim como as alterações que tiver sofrido, referências bibliográficas que houver a seu respeito e documentação fotográfica». (Fonseca, 2009: 111) Segundo Oliveira

> Os pioneiros do Sphan conseguiram apoio para atender à demanda de preservação do patrimônio, demanda essa desenhada por eles e reconhecida pelas elites cultas. Criaram a consciência nacional que deu suporte a uma prática de proteção ao patrimônio baseada no tombamento e que, vale ressaltar, limitava o direito de propriedade em nome de valores culturais, valores de identidade nacional. A equipe do Sphan considerava-se interprete e porta-voz da sociedade brasileira, acima dos particulares e do governo. Agia em nome do interesse maior da nação. (Oliveira, 2008:122)

No entanto, este saber fazer foi se constituindo muito em função das avaliações elaboradas pelos técnicos do Serviço e boa parte deste material técnico está disperso nas diversas superintendências do país. O decreto 25/37 estabeleceu as bases para delimitação do que seria patrimônio. Ficou por conta das sucessivas equipes delinear metodologias e critérios:

> com o objetivo de facilitar a tarefa, o relatório referente a cada monumento ou edificação poderá ser bem mais resumido que os que os que o senhor tem elaborado, mas todos deverão ser acompanhados de documentação fotográfica tão completa quanto possível. Basta que contenham um pequeno histórico da obra, sua descrição sumária, indicações sobre a sua autoria, o material empregado na construção, as reformas ou alterações que tiver sofrido, seu estado de conservação atual, os reparos urgentes que reclamar, as referencias bibliográficas que houver a respeito.[3]

Segundo a publicação Cadernos de Pesquisa e Documentação do Iphan (2008), o mapeamento dos bens tombados permite perceber que as décadas iniciais de tombamento geraram uma preocupação emergencial para inventariar os bens em todos os cantos do país. Esta exigência de agilidade esteve presente em vários estados, como Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, e estão representados no quantitativo geral de tombamentos no período. Este trabalho inicial também nos permite vislumbrar alguns fotógrafos com mais participação no acompanhamento dos processos de tombamento.

2.História, fotografia e seus usos

De acordo com Mauad (1996), desde o surgimento da fotografia que se observa o questionamento sobre seus usos e funções, sua condição de testemunho e prova. [4]. Ainda segundo a autora

---

3 Arquivo da 7º Superintendência Regional do IPHAN - Bahia, correspondência, 1937-1945.

4 Sobre surgimento da fotografia e de seu uso como fonte de pesquisa dentre outros: PHILLIPE, Dubois. *O ato fotográfico*. Lisboa,Veja, 1992; BENJAMIM, Walter. Magia e técnica, arte e política. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 8.ed., 2012; LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de família: leitura de fotografia histórica*. Edusp. São Paulo, 1993; TURAZZI, Maria Inês. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1989-1889).* Rio de janeiro, Funarte/ Rocco,1995.

> A fotografia é interpretada como resultado de um trabalho social de produção de sentido, pautado sobre códigos convencionalizados culturalmente. É uma mensagem, que se processa através do tempo, cujas unidades constituintes são culturais, mas assumem funções sígnicas diferenciadas, de acordo com o contexto no qual a mensagem é veiculada, quanto com o local que ocupam no interior da própria mensagem. (Mauad, 1996:07).

A autora também levanta problemas na utilização da fotografia como fonte que

> envolvem tanto a natureza técnica da imagem fotográfica como o próprio ato de fotografar, apreciar e consumir fotografias, entendendo-se este processo como o circuito social da fotografia. Deve-se acrescentar ainda, é claro, os problemas relativos à analise do conteúdo da mensagem fotográfica, que envolvem questões específicas aos elementos constitutivos desta mensagem. (Mauad, 1996:06)

Ao longo do final do século XIX o domínio da técnica e o avanço da qualidade dos equipamentos multiplicaram o número de profissionais que se diluíam em campos distintos: profissionais do retrato, fotógrafos paisagistas e os fotógrafos amadores reunidos em fotoclubes.[5] Deste modo,

> uma fotografia adquire valor histórico, tanto pela sua capacidade de responder as demandas visuais do circuito social (produção, circulação, consumo e agenciamento) organizados por diferentes instâncias da cena pública (imprensa, mercado, estado, movimentos social, etc), como pelos recursos técnicos e estáticos utilizados para esse trabalho. (Mauad, 2013: 15)

De acordo com Helouise Costa e Renato Rodrigues, a principal discussão sobre a fotografia no século XIX foi sobre a sua expressão artística: seria ou não arte? O século XX apresentou outras demandas e simplificou o procedimento de trabalhos dos fotógrafos, além de consolidar outras formas de difusão e popularização. O cartão postal figurou como um dos principais meios de divulgação por todos os cantos do Brasil, retratando especialmente cenas urbanas. Um outro tipo de uso que se tornou muito comum foram os retratos de família.[6]

> A fotografia começou a ser utilizada também em publicações e anúncios comerciais, influenciando os costumes e criando novos hábitos. Paralelamente, a antiga clientela do fotógrafo tornou-se praticante da fotografia que, pouco a pouco, foi sendo incorporada como participante obrigatória das convenções sociais e familiares. (Costa e Rodrigues, 1995:27)

Interessa aqui pontuar os circuitos de produção da fotografia no âmbito do espaço público. O que nos aproxima da fotografia pública e do campo da história política.

> A fotografia pública refere-se à produção de imagens fotográficas associadas ao registro

---

5 Embora não seja objeto de interesse deste trabalho é necessário pontuar a importância do avanço dos usos da fotografia pela imprensa e o fotoclubismo como lócus de disseminação da fotografia no Brasil. Sobre fotoclubismo Costa e Rodrigues também informam que foi um movimento internacional e no Brasil esteve estruturado nos centros urbanos do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Vitória, Salvador, Aracaju, Fortaleza, Curitiba e Belém. "De caráter elitista, o fotoclubismo visava fazer da fotografia uma atividade artística. A condição do fotógrafo clubista, em termos gerais, era a do profissional liberal que, dono de uma situação financeira privilegiada, podia se dedicar à fotografia em suas horas vagas. Para esta classe média urbana em ascensão, carente de símbolos que a identificassem socialmente, o fotoclubismo veio bem a calhar, criando-lhe uma forte identidade cultural. O pequeno burguês agora é um artista." (Costa e Rodrigues, 1995: 28-29).

6 Na realidade da Bahia poucos trabalhos privilegiam a fotografia como fonte de pesquisa. É o caso do historiador Valter Oliveira que o estudou na sua tese a circulação social da fotografia no sertão baiano e os fotógrafos que tiveram grande atuação na região, contribuindo para o desenvolvimento do que nomeia como "cultura fotográfica" no Brasil. OLIVEIRA, Valter Gomes Santos de. *"Offereço meu original como lembrança" Circuito social da fotografia nos sertões da Bahia (1900-1950)*. Tese de Doutorado em História, Salvador: UFBA, 2014. Em sua pesquisa de mestrado a cultura fotográfica no sertão também foi objeto de estudo. OLIVEIRA, Valter Gomes Santos de. *Revelando a cidade: imagens da modernidade no olhar fotográfico de Osmar Micucci (1955-1963)*. Dissertação de Mestrado em História, Salvador: UFBA, 2007. Ver também: AZEVEDO, Maria Helena de Andrade e MOURA FILHA, Maria Berthilde. "Cenas do urbano: notícias do Relacionamento entre fotografia, indício documental e história das cidades. In *Anais do Seminário de História da cidade e do urbanismo*. V 11, n 03, 2010.

> de eventos sociais, por agentes históricos – os fotógrafos e fotógrafas – cuja prática de fotografar pode se realizar de forma independente ou associada a algum vínculo institucional. Em ambos os casos, a forma de envolvimento à causa fotografada orientará escolhas e, portanto, delineará a forma que a imagem vai assumir. Assim o engajamento político a uma causa, principio ou as regras institucionais definem a dimensão autoral da fotografia pública. (Mauad, 2013:19)

Neste sentido, Mauad no artigo "Fotografia pública e cultura visual, em perspectiva histórica" organiza alguns parâmetros importantes para se pensar as relações entre a fotografia e a história pública, que têm proximidade com a utilização da fotografia e dos fotógrafos nos processos de instituição do patrimônio na Bahia. Para a autora,«a fotografia pública se torna pública porque se associa às funções de representação de diferentes formas de poder na cena pública; são ainda, suportes da memória pública sancionada pelas diferentes culturas políticas.» (Mauad, 2013: 19). Assim,

> Os estudos sobre fotografia pública e história indicam que esta se torna pública para cumprir uma função política, que garante a transmissão de uma mensagem para dar visibilidade às estratégias de poder, ou ainda, às disputas de poder. A fotografia pública é produzida por agências de produção da imagem que desempenham um papel na elaboração de uma opinião pública (meios de comunicação, estado etc). É portanto, o suporte de agenciamento de uma memória pública que registra, retém e projeta no tempo histórico, uma versão dos acontecimentos. (Mauad, 2013:13)

Para a autora o processo de produção de sentido pela fotografia envolve dois movimentos: inscrição e atribuição. Por inscrição se entende o esforço do fotógrafo em produzir uma imagem que provoque ressonância no campo social e por atribuição se identifica então as relações sociais que sustentam a eficácia da imagem fotográfica. Por este motivo o fotógrafo está sendo analisado pela autora como um agente cultural por traduzir em imagens técnicas sua experiência subjetiva frente ao mundo social. Neste sentido, interessa observar o ramo da fotografia pública que esteve relacionado com a crítica do mundo visível: «esteve associada as agências governamentais, a imprensa ilustrada e a produção de notícias, agindo como janelas que se abriam para o mundo, figurando-o da forma mais realista.» (Mauad, 2013: 16).

Deste modo, a fotografia se consolidava, aos poucos, como registro e modo de documentar «as condições de vida de diferentes setores sociais, os deslocamentos humanos, conflitos e situações limite» (Mauad, 2013:16). Assim, a fotografia foi ganhando cada vez mais importância ao longo do século XX e assumiu fundamental importância na forma de comunicação escrita e visual a partir da sua adoção nos principais periódicos. Com isso a imagem fotográfica se coloca como um discurso de síntese e documento dos acontecimentos. [7] Não por acaso se solidificou também como ferramenta de análise nos processos de tombamento. «É nas formas de agenciamento da fotografia pública que se deflagra o seu potencial de mobilizar as memórias concorrentes e de acionar representações históricas sobre acontecimentos e eventos passado.» (Mauad, 203:19)

3. Fotografia e patrimônios na Bahia

A documentação pesquisada na Superintendência do Iphan na Bahia aponta para a importância da fotografia para a consolidação do inventário de bens para tombamento uma vez que era fundamental dar prova documental da relevância e excepcionalidade dos mesmos. Algo que pode ser feito pelas extensas monografias, típicas do período, mas que a fotografia conseguia materializar com mais precisão e por este motivo acaba, aos

---

7 Para Mauad, foi na esfera da imprensa ilustrada que a fotografia começou a ganhar feição pública. Segundo a autora a introdução da fotografia na imprensa se deu em 1900 com a *Revista da Semana* (publicação do Jornal da Manhã). Logo seguidas pelas publicações *Fon-fon, Careta e O Malho*. Nestas publicações se publicava a imagem do público consumidor. Com o surgimento da revista *O Cruzeiro* (1928) observa-se uma grande mudança na concepção da fotografia como um documento dos acontecimentos; (Mauad, 2013:18). Sobre o tema ver também: ESSUS, Ana Maria Mauad de S. Andrade e GRINBERG, Lucia. "O século faz cinqüenta anos: fotografia e cultura política em 1950" In *Revista Brasileira de História*. V 17, n. 14.

poucos, se consolidando como documento fundamental. O Caderno, já mencionado, alerta que, além disso, possivelmente alguns tombamentos podem ter sido elaborados apenas com base nas fotografias uma vez que a escassez de recursos e dificuldades de acesso era constante. Ainda segundo o Caderno (2008: 24),

> Eram as fotografias que viabilizavam os estudos dos bens culturais espalhados pelo Brasil, objetos de análise para tombamento. A documentação fotográfica também se tornou imprescindível para fins de estudo das obras de conservação e restauração propostas pelo SPHAN, bem como para a verificação dos trabalhos executados e, ainda instrumentos de consulta e pesquisa por parte dos técnicos do Serviço e pesquisadores do patrimônio cultural brasileiro.

Esta verdadeira composição de uma memória visual sobre o patrimônio foi paulatinamente construída e isso justificou a contratação de inúmeros fotógrafos que circularam pelas principais cidades ao longo das décadas de 40 a 60. O que observamos na correspondência do SPHAN com a 7º superintendência a seguir (Caderno, 2008: 25):

> Estamos sentindo aqui muita falta da documentação fotográfica do interior dessa igreja, especialmente a pintura do forro e de alguns aspectos da nave. Peço-lhe, pois, favor de providenciar mandar tirar as fotografias desejadas: do forro, apanhando a pintura em conjunto e nos seus pormenores; da nave, apanhando o corpo da igreja e sua ligação com a capela-mor, as capelas laterais, etc.

A Bahia é um dos estados com maior número de bens tombados nestas três primeiras décadas de atuação do Serviço, com a criação de escritório técnico no interior e com ações de salvaguarda desde 1937. A cena política esteve favorável para o desdobramento da metodologia de trabalho do SPHAN e para a atuação dos fotógrafos e técnicos que forjaram uma idéia/sentido de patrimônio a ser preservado. Sobre os sentidos atribuídos aos tombamentos Chuva (2009: 206) observa que:

> A concentração de tombamentos de bens arquitetônicos foi um dado flagrante e já bastante conhecido, perfazendo um total, no período, de 93,76%. O patrimônio histórico e artístico nacional constituiu-se, portanto, pela arquitetura, sendo os 6,24% restantes inexpressivos. A quantidade de tombamentos realizada somente no ano de 1938 – 56,59% do total – foi reveladora da clareza, convicção e consciência que os agentes do Sphan possuíam, previamente, a respeito daquilo que pretendiam enquadrar na categoria de patrimônio histórico e artístico nacional.

A autora também nos ajuda a ter uma dimensão da proporção do trabalho realizado nos estados. Seu trabalho de pesquisa e sistematização de dados nos dá também um verdadeiro mapa do que se configurou como trabalho realizado ao longo das primeiras décadas do Serviço. Assim,«reunindo-se os estados em que houve maior concentração de tombamentos – Rio de Janeiro (20,14%), Bahia (13,19%), Pernambuco (9,11%) e Minas Gerais (5,28%) -, chega-se a 47,7% dos bens tombados em todo o período, apenas no primeiro ano de funcionamento do órgão.» (Chuva: 2009: 206-207).

De acordo com Chuva (2009), com a instauração do Estado Novo e seguida reforma administrativa do governo Vargas estruturou uma nova plataforma de atuação com a criação dos ministérios da Educação e Saúde (1930), Ministério do Trabalho (1930), Departamento Nacional de Propaganda (1934) e Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) (1938). Com isso estava aberto o campo de trabalho para os intelectuais, notadamente no Ministério da Educação e Saúde, onde foi criado o Serviço do Patrimônio. Estes intelectuais, vinculados ao modernismo dos anos 30, consolidaram a base da formação do Sphan. Uma base assentada na concepção de cultura de Mario de Andrade e Rodrigo Melo Fonseca de Andrade.

Neste cenário o tombamento foi escolhido como meio/modo de assegurar a preservação do patrimônio no Brasil. Para Oliveira,«as atividades do Sphan abarcaram pesquisa, viagens, tombamento restauração. Uma verdadeira obsessão pela idéia da originalidade de um monumento e por sua catalogação dominava a atuação dos técnicos.» (2002:120). De acordo com a autora, o tombamento foi escolhido como modo de sacralizar o passado, situando estilo Barroco como lugar de origem.

Para que fosse possível a realização dos estudos era mais que necessário reunir o máximo de informações e de registro dos bens. Por isso, a participação dos fotógrafos nas ações do SPHAN, especialmente nas primeiras décadas, levou em consideração a escassez de equipamento fotográfico no Brasil e também a falta de experiências dos técnicos que executavam o trabalho de pesquisa. No entanto, a documentação indica que existia certa falta de entendimento sobre o que deveria ser fotografado, gerando queixas nos relatórios de trabalho. Cadernos (2008) pontuam inclusive que tanto Mario de Andrade quando Rodrigo Melo Fonseca de Andrade chamam a atenção para necessidade de cuidado com a qualidade da documentação fotográfica. Certo é que em 1948 a portaria nº 3 estabeleceu os critérios para as«fotografias de obras de valor artístico e histórico» na qual ficou acordado o que deveria ser focalizado na composição da documentação fotográfica que instruía os processos de tombamento para a seção de arte da divisão de estudos do tombamento.

Na documentação pesquisada foi possível identificar os planejamentos da instituição da década de 1940, por exemplo, no no plano de trabalho relativo às obras de reparação e restauro de bens tombados e também um plano de trabalho para o registro fotográfico, constando a localidade e quantitativo de fotos. As custas do plano de trabalho das obras de 1948 foi de Cr$ 170. 000, 00 e para as cerca de 980 fotos somados aos custos de viagem foi de Cr$ 84.000,00. Deveriam ser registrados o Recôncavo (200 fotos), Sul do Estado (230 fotos), Norte-Nordeste (150) fotos, Jacobina a São Francisco (200 fotos) e Chapada Diamantina (200 fotos).

A preocupação com o atendimento às orientações do Sphan também são notadas nas correspondências enviadas pelos fotógrafos, como é o caso de Pinheiro:

> Sr Godofredo.Boa tarde.
> Não foi possível cumprir a promessa da photografia de São Pedro porque encontrei a rua completamente cheia, por motivo da parada de hoje estando também fechada a pharmacia Caldas de onde, de uma das janelas eu pretendia tomar a chapa. Quando o povo dispersou já estava tarde e a luz contra daria uma cousa parecida com o que já consegui da Faculdade de Medicina. Amanhã pela manhã tomarei a chapa e às 5hs poderei entregar-lhe a cópia.[8]

No ano seguinte ao planejamento das fotos foram incluídas algumas observações. Dentre elas citamos:

> 1ª As estimativas em apreço servem de base para excursões que deverão ser realizadas por um técnico do DPHAN, acompanhado de um fotógrafo. Os meios de transporte os mais variados de acordo com as circunstancias e ocasião: avião, automóvel, vapor, barco lancha motor, etc. 2ª Nas viagens serão estudadas, fichadas e fotografadas com indicações as mais minuciosas possíveis, todas as obras que apresentam real valor histórico ou artístico. 3ª Além das fontes mais apuradas, a cargo do fotógrafo especializado, outras fotos, menores, deverão ser obtidas pelo estudioso encarregado de examinar as obras[9]

No planejamento de despesas do programa de trabalho de 1949 a estimativa foi de: «mobiliários (300 fotos) – Cr$ 15.000, esculturas (400) fotos – Cr$ 20.000, Pintura (250) fotos – Cr$ 12.500, pesquisas em arquivos e viagens especiais para colheita de material – Cr$ 5.000»[10] Valor bastante elevado para as fotografias em comparação com ao valor destinado a pesquisa e viagem.

Jaguaribe & Lissovsky (2006: 89), pontuam que desde o século XIX a fotografia cumpriu um papel importante «pois foi logo concebida, á diferença de outras imagens, não apenas como um meio de "representar o mundo visível", mas de "tornar o mundo visível"». Um outro exemplo importante para se perceber a utilidade e utilização política da fotografia neste mesmo período é a Obra Getuliana. Uma publicação encomendada pelo governo Vargas para ilustrar os grandes feitos de seu governo.[11]

---

8 Arquivo da 7º Superintendência Regional do IPHAN - Bahia, correspondência, 1937-1945.

9 Arquivo da 7º Superintendência Regional do IPHAN - Bahia, correspondência, 1937-1945.

10 Arquivo da 7º Superintendência Regional do IPHAN - Bahia, correspondência, 1937-1945

11 Desta verdadeira missão participaram um grupo de fotógrafos que a todo momento é referenciado em atividades dos órgãos de imprensa oficial e alguns deles mesmo em todo período de atuação do Sphan. Nomes como: "os alemães Peter Lange, Erich Hess, Paul Stille e Erwin Von Dessauer; os franceses Jean Mazon e, pontualmente, Marcel Gautheraue; e os brasileiros Jorge de Castro e Epaminondas" (JAGUARIBE & LISSOVSKY, 2006:91). Alguns aparecem repetidas vezes nos arquivos, sendo responsáveis por grande contingente dos registros de bens.

> Enquanto os textos da Obra Getuliana têm um caráter eminentemente burocrático – relatórios insossos das realizações governamentais -, suas fotografias pretendiam ser bem, mais que do que meras ilustrações. Conformam um gigantesco empreendimento pedagógico e publicitário autônomo, que faz uso de várias estéticas modernas para representar "a invenção do futuro no presente". No intuito de tornar visível a modernização do Brasil após a Revolução de 1930, o livro foi implicitamente concebido com uma "pedagogia do olhar", endossando a crença modernista na capacidade educativa da fotografia. (Jaguaribe & Lissovsky, 2006: 90)

Sendo assim, caberia a fotografia a dupla função: mostrar, e essencialmente, educar! Sobre a composição desta obra Lacerda (1994: 241) detalha:«destaca-se desta documentação 600 fotografias já editadas, diagramadas e coladas às páginas, que também incluem os espaços para os textos. As fotos apresentam uma qualidade técnica e estética surpreendentes, e a diagramação é bem elaborada e moderna para os padrões da época». Deste modo pode-se «apontar a utilização da fotografia nessa obra editorial para a construção de uma idéia da nação e do regime.»[12] (Lacerda, 1994: 241). A Obra Getuliana pode ser pensada como a materialização deste objetivo de uso da fotografia construindo discursos. Algo bem parecido acontece na organização dos conjuntos fotográficos que são construídos para o estudo do patrimônio na Bahia. Parte dos fotógrafos que atuou na Obra Getuliana também participou das missões do Sphan pelo Brasil e Bahia, como Erich Hess e Epaminondas.
A idéia de "pedagogia do olhar" é fundamental para apontar um entendimento para as escolhas deste grupo de fotógrafos e denuncia o uso de um tipo específico de enquadramento, da luz que melhor valorize a idéia de monumentalidade, de retirar ornamentos que tirassem a atenção para o conjunto que se pretende perpetuar. Em que medida estas imagens foram construídas para legitimar o patrimônio ou um discurso de patrimônio? Na documentação pesquisada até aqui para a Bahia os processos de patrimônio apontam que se constituem como outro exemplo notadamente durante a década de 1940 em função dos anos iniciais de consolidação destas normas. A partir da correspondência geral foi possível fazer um apanhado deste tipo de norma. No conjunto as fotos dão sentido para as normas e vão formando um modelo a ser visto.

Bibliografia

COSTA, H & RODRIGUES, R. (1995). *A fotografia moderna no Brasil*. Rio de janeiro: Funarte/IPHAN/Edufrj.

Cadernos de pesquisa e documentação do Iphan 4: A fotografia na preservação do patrimônio cultural - uma abordagem preliminar. (2008), Rio de janeiro: COPEDOC/IPHAN.

FONSECA, M C L. (2009). *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de janeiro: UERJ.

JAGUARIBE, B & LISSOVSKY, M. (2006). "Imagem fotográfica e imaginário social" In *Revista ECO-PÓS*, v 9, n. 2.

LACERDA, A L de. (1994). "Obra Getuliana" ou como as imagens comemoram o regime" In *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v7, n. 14.

MAUAD, A M. (1996)."Através da imagem: fotografia e história interfaces" In *Revista Tempo*.Rio de janeiro. v 01, n. 02.

MAUAD, A M. 92013). "Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica" In *Revista Brasileira da Midia*. v 02, n 02.

OLIVEIRA, L L. (2008). *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de janeiro:Fundação Getúlio Vargas.

12 Arquivo da 7º Superintendência Regional do IPHAN - Bahia, correspondência, 1937-1945.

Memória Urbana da Arquitetura Comercial em Florianópolis

Urban Memory of commercial architecture in Florianópolis

Karine Petry de Aguiar[1]
FAUUSP, karine.petry@usp.br

Resumo: A imagem da cidade guarda em si um significado de apelo não somente visual, mas fundamentalmente desenvolve um sentido de lugar. Esta imagem é muito influenciada pela arquitetura de edifícios voltados para o setor terciário da economia, que promove, de certa maneira, uma visão oficial da sociedade. Resgatar a história destas edificações nos permite um conhecimento atual e passado de suas relações e nos faz entender como ocorrem suas articulações e interações. Por tal motivo, esta pesquisa está baseada principalmente no estudo de quatro edifícios comerciais localizados no centro de Florianópolis, edificados entre os anos de 1911 a 1948. Identificar estes processos de modificação é uma tentativa de resgatar uma memória urbana. O patrimônio cultural não é somente uma construção material, ele é de certa forma uma memória institucionalizada e a leitura iconográfica nos permite resgatar e perpetuar a memória coletiva.

Palavras-chave: memória urbana, Florianópolis, patrimônio cultural, identidade, design visual, arquitetura.

1. Introdução

A ilha de Santa Catarina foi fundada pelo bandeirante paulista Francisco Dias Velho, em 1662, porém a localidade só começou a prosperar quase um século depois, em 1726, quando foi elevada à condição de Vila de Nossa Senhora do Desterro.
O recorte geográfico escolhido para a pesquisa foi exatamente o centro da cidade de Florianópolis, devido à importância que tal local tem na construção e resgate da memória coletiva:

> *Os centros das cidades têm sido identificados como o lugar mais dinâmico da vida urbana, animados pelo fluxo de pessoas, veículos e mercadorias decorrentes da marcante presença das atividades terciárias, transformando-se no referencial simbólico das cidades. (VARGAS, 2009)*

A Praça XV de Novembro é o núcleo central histórico de Florianópolis e o local escolhido pelo bandeirante paulista para fundação da vila. A partir da praça partem as ruas mais antigas, que se expandiram inicialmente para o Leste e posteriormente para Oeste desta.
Uma destas ruas, localizada a oeste da praça, é a Rua Felipe Schmidt. Sua origem remonta ao século XVIII e, embora tivesse pequena extensão, desde o início do século XX se transformou numa das principais vias da cidade, sendo reconhecida pelo seu significado social para a população, participando do cotidiano das pessoas e contribuindo na construção da memória coletiva. Passar por ali significava participar de um evento social, saber as últimas novidades, conferir os falecimentos ocorridos na cidade e palpitar sobre quem ganharia a eleição.
O primeiro nome que recebeu foi "Rua da Fonte do Ramos", numa referência à fonte de água que brotava no local, depois denominada de Fonte da Carioca e Largo Fagundes. Mais tarde, por causa dos moinhos de beneficiamento de arroz que os açorianos mantinham na região, foi denominada Rua dos Moinhos de Vento. A esse

---

1 Mestranda em Design e Arquitetura pela Universidade de São Paulo - USP. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Este artigo apresenta alguns dos resultados da pesquisa realizada para o Mestrado de Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP, intitulado "Design Visual e Ambientes Comerciais: influências, diálogos e conexões nas fachadas".

nome seguiu-se o de Rua Bela (1817), Rua Bela do Senado (1865) e Rua da República (1889). Felipe Schmidt seria a última nomeação da rua, em homenagem ao governador catarinense que administrou o estado durante a década de 1910 (CABRAL, 1979).

Até a década de 1920, a rua conservava traços arquitetônicos, tipicamente coloniais (VEIGA, 1993). Em 1926 foi inaugurada a Ponte Hercílio Luz, que deu um novo perfil urbano para a capital, tirando a ilha do isolamento em que se encontrava até aquele ano. A Rua Felipe Schmidt passou a ser, então, a principal via de acesso do centro da cidade até a ponte. Devido à mudança da morfologia da malha urbana e ao crescimento da cidade, com o aumento significativo de automóveis, o então prefeito Mauro Ramos decidiu pelo alargamento da via, que até então mantinha suas características originais.

Em 1928 ocorreu o início das obras que demoliram uma quantidade não registrada de casas térreas e sobrados típicos da arquitetura portuguesa e açoriana. Segundo Veiga a via:

> *Foi alargada por volta da década de 30, o que provocou uma modernização edilícia, afastando-a de sua velha aparência colonial. Os prédios mais antigos tiveram de ser demolidos, ao exigir-se um recuo; outros tiveram suas fachadas reformadas, adotando uma decoração eclética. Alguns especialmente construídos por grandes e tradicionais firmas comerciais da cidade, passaram a adotar linhas similares, caracterizando visual próprio da empresa. Tais prédios podem ser observados ainda hoje. (VEIGA, 1993)*

A segunda grande transformação da rua aconteceu a partir de 1976, quando esta se tornou exclusiva para pedestres. A criação do calçadão foi uma decisão do então prefeito Esperidião Amin, que inspirada no modelo curitibano, determinou o fim do reinado do automóvel, no trecho entre a Praça XV de Novembro e a Rua Álvaro de Carvalho. Até porque, àquela altura, com a inauguração da segunda ponte - a Colombo Salles, o uso da Felipe Schmidt deixou de ser prioritário como via de acesso à Ponte Hercílio Luz.

Devido à importância de tal via para a cidade, elencou-se 04 edifícios situados no cruzamento das ruas Felipe Schmidt e Trajano (fig. 01), por serem alguns dos exemplares mais significativos da arquitetura comercial da cidade e pela disponibilidade de acervo fotográfico da região.

Figura 1 - Foto Panorâmica com a indicação dos 04 edifícios analisados: Livraria Central (01), Confeitaria Chiquinho (02), Ponto Chic (03) e Restaurante *Fast Food* (04).

Fonte: Acervo autora

Este estudo tem como principal objetivo a identificação do processo de modificação dos parâmetros de merchandising visual aplicados em fachadas comerciais através de quatro estudos de caso, com a finalidade de identificar as tendências estéticas, técnicas e, possivelmente, legislativas que influenciaram a alteração das fachadas comerciais na cidade de Florianópolis.

2. Métodos e Procedimentos

Foram consideradas para a elaboração deste estudo três etapas: coleta de dados, análise e discussão dos resultados.

1. Para a coleta do material visual dos quatro edifícios analisados, foram realizados levantamentos *in loco*, para obtenção de fotografias atuais. Além disso, foram feitas buscas de fotografias antigas no acervo da Casa da Memória, bem como junto ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, com o intuito de coletar material suficiente para ajudar a identificar quais modificações ocorreram nas fachadas comerciais destes exemplares;
2. Foi feita inicialmente a organização e sistematização dos dados obtidos, para posterior análise do material levantado. Com isso, foi possível identificar prováveis agrupamentos que possibilitaram uma organização e consequente leitura desse material, por meio de uma série de pontos em comum. Pretendia-se assim, avaliar padrões e modificações das fachadas comerciais, conciliadas com a busca de contextualizações histórica e da legislação vigente na época;
3. Por fim, realizada a análise dos dados, espera-se compreender o porquê das mudanças observadas, estabelecer uma cronologia das alterações urbanas e possíveis interferências da legislação na alteração das fachadas.
4.

3. Resultados e Discussão

3.1 Edifícios 01 – Livraria Central (1928)

Fundada em 15 de abril de 1910, a Livraria Central dos irmãos alemães Alberto Entres e Godofredo Entres, logo se destacou entre as demais livrarias e gráficas. Situada desde sempre na Rua Felipe Schmidt, número 14, esquina com a Rua Trajano (fig. 02). Além de livraria, era responsável pela publicação de diversos livros e impressos, como o Guia do Estado, frutos da tipografia mantida no mesmo edifício.
Em 1928, o prédio da Livraria começou a ser demolido em virtude do alargamento da Rua Felipe Schmidt (fig. 03) e em seu lugar foi construído uma nova edificação de dois pavimentos (fig. 04).

Figura 2 – Edifício da Livraria Central (1911-1928
Fonte: Acervo Casa da Memória

Figura 3 - Em 1930 durante o alargamento da rua Felipe Schmidt antes da demolição total da antiga Livraria e durante a construção do novo edifício
Fonte: Acervo Casa da Memória

Durante a Primeira Guerra Mundial, a Livraria Central foi um dos alvos dos conflitos envolvendo brasileiros e alemães. Sua localização, próxima à Praça XV de Novembro, núcleo central da cidade e palco das principais mani-

festações sociais, acabou por deixar o edifício à mercê do "patriotismo quebra-vidraças"[2]. Por isso, Entres alterou o nome de sua Livraria Central para Livraria Baependi (não se sabe se por livre espontânea vontade ou forçado pela massa popular), em homenagem ao navio brasileiro afundado por submarinos alemães na costa do nordeste[3]. Quando estourou a guerra diversas prisões foram feitas em Florianópolis, entre elas do proprietário Alberto Entres, que acabou sendo preso sob a acusação de falar alemão em público.

Por tal motivo, a livraria enfrentou dificuldades em se manter neste período. Como os demais estabelecimentos de alemães e italianos, o movimento caiu, mesmo apesar de continuar a publicar e vender livros com regularidade. Pouco depois do fim da Segunda Guerra, Alberto Entres faleceu e, com isso, sua Livraria foi transferida a um grupo de associados, que lhe deu a denominação de Livraria e Papelaria Recorde, no início da década de 1950 (fig. 5). A livraria deixou de ocupar todo o edifício, abrigando nas salas desocupadas outros dois estabelecimentos comerciais: um pequeno estúdio fotográfico e uma lotérica.

Com a substituição do proprietário, algumas modificações ocorreram na fachada: a retirada dos balaustres da varanda superior, com o fechamento do vão do guarda-corpo e a instalação de uma placa de comunicação visual em toda a esquina com as seguintes informações: "canetas livraria" (na fachada para a Rua Felipe Schmidt), "Sheaffer Recorde" (na fachada da esquina), "esferográficas papelaria" (na fachada para a Rua Trajano).

Figura 4 - Livraria Central (1935)
Fonte: Acervo Casa da Memória

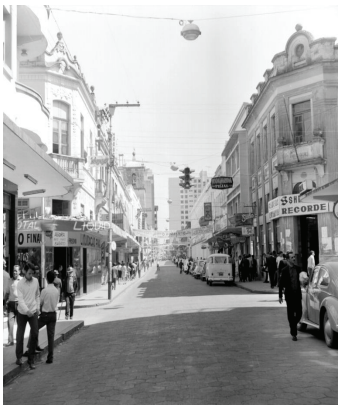

Figura 5 - Livraria Recorde (1950)
Fonte: Acervo Casa da Memória

Já no fim da década de 1970 houve aumento exacerbado do número das placas de comunicação visual, a instalação de 3 toldos nas janelas do pavimento superior e diversos ares-condicionados nas janelas (fig. 6).

Figura 6 - Livraria Recorde (final da década de 1970)

Fonte: Acervo Casa da Memória

2 *O Dia.* 17/07/1918 – expressão cunhada pelo jornal "O Dia", ao referir-se ao apedrejamento de residências e estabelecimentos comerciais de alemães durante a Guerra.

3 *O Estado.* 20/08/1942 e *O Estado.* 21/08/1942.

Em 1986, as edificações da área central que possuíam valor histórico significativo foram tombadas, entre elas o edifício da Livraria Central. O imponente sobrado de esquina foi tombado a nível P2[4]. Em 1990 foi aprovado o Decreto nº 040/1990 que regulamenta a redução do IPTU sobre imóveis que possuam valor histórico, artístico e/ ou cultural (imóveis classificados como P1 e P2), podendo a redução ser de até 100% conforme o estado de conservação do bem. (DIAS, 2005)

Possivelmente foi devido a estes fatores, que ocorreu a redução significativa de placas (fig.7), com a instalação de apenas uma com tamanho reduzido e perpendicular a parede (fig. 8). Tal como, a eliminação de todos os toldos do andar superior e a colocação de um toldo amarelo no chaveiro que ocupou uma das portas, antes destinada ao estúdio fotográfico.

Figura 7 – Livraria Recorde (2007)
Fonte: http://identidadecatarinense.blogspot.com.br/

Figura 8 – Placa de identificação (2008)
Fonte: Acervo autora

A livraria foi um dos poucos estabelecimentos da rua que mantiveram sua atividade original até os fins dos anos 2000. Após este período foi ocupada, até a presente data, por uma loja de sapatos, que retirou quase todos os aparelhos de ar-condicionado, restando apenas um, bem como o toldo que identificava o chaveiro (fig. 9). Porém instalou sete toldos no pavimento térreo, fez o fechamento interno das janelas intermediárias e recentemente pintou os detalhes da edificação da mesma cor da identidade visual da marca (fig. 10).

Figura 9 – Loja de calçados (20011)
Fonte: Acervo autora

Figura 10 – Situação atual da edificação (2013)
Fonte: Acervo autora

4 Categoria P2 – Imóvel participa de conjunto arquitetônico cujo interesse histórico está em ser pertencente a esse conjunto, devendo seu exterior ser totalmente conservado ou restaurado, mas podendo haver remanejamento interno desde que sua volumetria e fachadas não sejam afetados e mantenham suas formas originais. (Plano Diretor, 1997)

3.2 Edifícios 02 – Confeitaria Chiquinho (1926)

Em 11 de janeiro de 1904, em um casarão colonial situado na Rua Felipe Schmidt esquina com Trajano, Francisco Künzer, o seu Chiquinho, instalou sua confeitaria (fig. 11). Em 1915, a viúva vendeu o estabelecimento para Luiz Catani, proprietário até 1917. Um ano depois, Theodoro Ferrari associou-se a empresa Catani para, em 11 de agosto de 1921, comprar o prédio do sócio.

Figura 11 – Casarão colonial que abrigava a Confeitaria do Chiquinho de 1904-1924.
Fonte: Acervo Casa da Memória

Em 1924, Theodoro mandou demolir o casarão e construiu em seu lugar outro de três pavimentos (fig. 12). A confeitaria ganhou um novo prédio, elegante e moderno, a mais alta construção de Florianópolis, e segundo a matéria do jornal A Gazeta de 10/04/1954, "a mais alta do estado inteiro". A inauguração foi um acontecimento social na cidade, que ocorreu quase na mesma época em que foi inaugurada a Ponte Hercílio Luz.

Figura 12 - Construção do novo edifício (à direita) da Confeitaria do Chiquinho (1925-1926)
Fonte: Acervo Casa da Memória

A confeitaria funcionava no andar térreo (fig. 13), em conjunto com um requintado restaurante, onde se ofereciam banquetes oficiais; e no segundo andar era onde estava estabelecido o escritório da firma, que mais tarde foi ocupado pela sede da Rádio Guarujá e um cinema.

Figura 13 - Vista à direita da Confeitaria do Chiquinho em 1936
Fonte: Acervo Casa da Memória

A Confeitaria do Chiquinho não era apenas um local de passagem, a clientela era feita de fregueses habituais e conhecidos, que faziam deste local ponto de encontro. E mais do que isso, além de ser considerada a confeitaria da moda, era o principal ponto de referência da cidade. A partir do final da década de 1950, principalmente nas ruas adjacentes à Praça XV, onde antes a Confeitaria do Chiquinho reinava absoluta, houve um aumento significativo de estabelecimentos desse tipo, entre eles destaca-se o Ponto Chic.
Em 1954, quando completou 50 anos, ela era a mais antiga casa comercial deste ramo na cidade. Desde sua construção até esta data, as duas únicas modificações percebidas na fachada (fig.14), foram a inclusão em alto relevo da inscrição "Confeitaria Chiquinho" nas duas fachadas do edifício (fig.15) e a instalação da marquise em todo o perímetro da edificação.

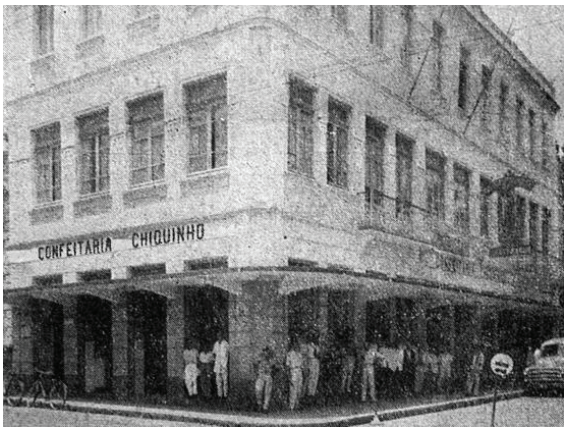

Figura 14 – Vista da esquina da Confeitaria do Chiquinho em 1954
Fonte: A Gazeta, dez1967.

Figura 15 – Inscrição "Confeitaria Chiquinho" existente na fachada até hoje (2013)
Fonte: Acervo Autora

Em 1967, ocorreu o fechamento da Confeitaria Chiquinho, que foi visto por alguns com certa melancolia e saudosismo. Em janeiro de 1968, Raul Caldas Filho publicou no "Jornal O Estado" a crônica intitulada "A empada, ah, a empada!"[5] e antes dele, o poeta local Hermes da Fonseca publicou no jornal "A Gazeta", o poema "O Chiquinho vai fechar"[6] a propósito do fim das atividades da antiga confeitaria, o que para ele foi uma consequência infeliz, mas inevitável, do progresso pelo qual a cidade vinha passando.
Depois da década de 1970, o prédio foi ocupado por uma loja de eletroeletrônicos. A fachada sofreu uma modificação significativa. O pavimento térreo teve a maior parte de suas esquadrias substituídas por portas de ferro,

5 A confeitaria era conhecida pelas melhores empadinhas de Florianópolis. **O Estado**. Caderno 2. Florianópolis, 14/01/1968.

6 "O Chiquinho vai fechar". FONSECA, Hermes Gomes da. In.: **A Gazeta**, dezembro de 1967.

restando apenas uma original (fig. 16). Os onze vãos de acesso para a Rua Felipe Schmidt se transformaram em cinco vãos maiores, além de um vão menor. Além disso, praticamente todo o revestimento do térreo com os negativos foram removidos.

Figura 16 – Esquadria original com parte do revestimento original das paredes à esquerda (2013)
Fonte: Acervo Autora

O segundo pavimento em toda sua totalidade foi encoberto por um letreiro (fig.17), que prejudicou a visualização do imóvel e se constitui numa interferência direta sobre a fachada, rompendo as relações espaciais ali existentes.

Figura 17 – Edifício da Confeitaria Chiquinho ocupado pela loja de eletroeletrônicos em meados da década de 1990.
Fonte: Acervo Casa da Memória

Em 1986, tal qual os demais edifícios de valor histórico do Centro de Florianópolis, o edifício foi tombado a nível P2 (DIAS, 2005). O tombamento junto com os incentivos fiscais criados para estimular a preservação dos edifícios históricos, foram possivelmente os impulsionadores para as modificações ocorridas após a desocupação da edificação da loja de eletroeletrônicos.

A partir do ano 1999, a edificação sofreu uma grande restauração, onde se buscou restabelecer os elementos arquitetônicos modificados. Com a retirada do letreiro, que encobria grande parte da fachada, foi possível visualizar os elementos que outrora estavam escondidos (pg.18). Além disso, todas as placas de comunicação foram removidas, sendo instaladas apenas duas placas perpendiculares à edificação, uma em cada fachada da esquina, com o nome da livraria megastore que começou a funcionar ali a partir de 2000.

Figura 18 - Situação atual da edificação (2013)
Fonte: Acervo autora

3.3 Edifícios 03 – Ponto Chic (1948)

Na década de 1940 as confeitarias e os cafés da cidade apresentavam-se como elegantes estabelecimentos, novidades "importadas" das grandes capitais e frequentá-los era sinal de urbanidade e civilidade. Foi nesse momento histórico, em 1948, que começou a funcionar o Café Ponto Chic (fig. 19). Localizado no térreo do edifício de seis pavimentos[7] (fig. 20), construído pela família libanesa Massad, na esquina da Rua Felipe Schmidt com Trajano, a frente da Confeitaria Chiquinho. Fundado por Mário Couto e Álvaro Millen da Silveira, foi o tradicional ponto de encontro de pessoas da cidade. O estabelecimento tornou-se popular entre funcionários públicos, políticos e cidadãos, onde mulheres e negros não tinham permissão para entrar.

Figura 19 - Café Ponto Chic em funcionando possivelmente na década de 1950/1960
Fonte: Acervo Casa da Memória

Figura 20 - Edifício São Jorge
Fonte: http://produto.mercadolivre.com.br/

7 Além do café, nos pavimentos superiores funcionou o Lux Hotel e um requintado restaurante.

Em 1968, com a mudança de proprietário, o Ponto Chic resolveu atrair o público feminino, através de uma promoção de café grátis. No inicio "os homens se espantaram, mas logo virou o assunto preferido"[8].
Até o início da década de 1970, é interessante notar que não havia nenhuma placa ou qualquer outra comunicação visual que indicasse o nome do estabelecimento na fachada (fig.21). O Ponto Chic era conhecido por todos, mas seu nome não estava demarcado em lugar algum.

Figura 21 - Ponto Chic em funcionamento no início da década de 1970
Fonte: Acervo Casa da Memória

Em setembro de 1978, esse espaço de convivência foi marcado pela criação de uma confraria que reunia os mais assíduos frequentadores do café, denominado S.P.Q.F - *Senatus Populusque Florianopolitanus*, ou "Senado para Qualquer Fofoca", como alguns brincam. Essa entidade acabou entrando para o anedotário da cidade e contribuiu para a formação de uma das mais notórias tradições: distribuir anualmente diplomas para aqueles que eram eleitos seus senadores. Desta iniciativa surgiu o apelido com o qual o Ponto Chic ficaria conhecido por todos: o Senadinho.
Em 30 de novembro de 1979, o escolhido para receber a primeira homenagem foi João Baptista Figueiredo (fig. 22), o então presidente da República, que acabou sendo alvo de manifestações populares contra o sistema ditatorial vigente na época. O episódio ficou conhecido como a "Novembrada"[9].

Figura 22 - O presidente João Baptista Figueiredo em frente ao Ponto Chic em 1979
Fonte: http://www.clicrbs.com.br/especial/br/novembrada/

8 Entrevista dada por Valter Luz, que foi proprietário do Senadinho, ao Notícias do Dia em 24/03/12.

9 Às 11h do dia 30 de novembro de 1979, Figueiredo seguiu em direção ao Senadinho, onde tomou um café. No tradicional Ponto Chic iria receber uma homenagem, o diploma de 'Amigo do Senadinho', mas acabou levando um tapa de um dos manifestantes. (fonte: http://www.clicrbs.com.br/especial/br/novembrada/home,397,5627,Home.html)

No fim da década de 1970 diversas transformações já haviam ocorrido ao Senadinho. Muitas placas foram inseridas na sua fachada (fig.23) com as inscrições: "ponto chic" e "café Amélia". Algumas delas demonstram a clara diversificação dos serviços da cafeteria, como, por exemplo, "fotocópias, plastificação", "brinquedos, souvenirs" e "presentes". Além disso, em 1976, com a criação do calçadão foi registradas as iniciais do SPQF no piso petit-pavé, bem como um desenho, que representa um plenário com sete cadeiras e a mesa do presidente (fig. 24).

Figura 23 – Ponto Chic em 1979
Fonte: Acervo Casa da Memória

Figura 24 – Inscrição "SPQF" com o desenho do plenário com as sete cadeiras e a mesa. (2013)
Fonte: Acervo autora

Após isso, a fachada sofreu uma nova modificação. O modismo dos letreiros luminosos acabou alcançando a fachada do Ponto Chic (pg. 25), que inseriu o nome popular "Senadinho" ao estabelecimento.

Figura 25 - Letreiro luminoso do "Senadinho" possivelmente no fim dos anos 1980, início dos anos 1990
Fonte: Acervo Casa da Memória

Em setembro de 2004, o Ponto Chic encerrou suas atividades, sob o argumento do alto custo do aluguel, segundo consta na reportagem do jornal Diário Catarinense em 30/10/04:

> *Fontes ouvidas pelo Diário Catarinense afirmam que o último proprietário do Ponto Chic não conseguiu manter o café aberto porque o aluguel, avaliado entre R$ 8 mil e R$ 10 mil, ficou muito caro. Calcula-se que, só de luvas, o interessado em abrir um negócio neste endereço teria de pagar entre R$ 300 mil e R$ 400 mil, o que inviabilizaria a manutenção do Ponto Chic caso aparecesse um empresário disposto a dar continuidade ao café.*

Após quase um ano fechado e após muita pressão popular, o Café reabriu suas portas no dia 05 de agosto de 2005. Num dos requerimentos enviados à prefeitura solicitando a reabertura do Senadinho, argumentava que o local onde funcionou por mais de 50 anos o tradicional Café já faria parte da cultura de Florianópolis:

> *Na realidade o CAFÉ PONTO CHIC, embora pertença de direito a uma firma comercial, na prática pertence de fato ao Povo de Florianópolis que o utiliza como seu referencial e marcação de encontros, e, seu desaparecimento se constituirá numa perda irreparável não apenas na paisagem cultural da Ilha de Santa Catarina, como também, aos usos e costumes de seus habitantes.*[10] *(RICHTER, 2009)*

Desde agosto de 2005 até a presente data, o Café Ponto Chic é mantido por uma financeira (fig. 26). Segundo acordo firmado com a Prefeitura, a empresa se comprometeu a manter o tradicional ponto do Centro funcionando no mesmo espaço que a sua agência, além da exigência de manter os nomes "Senadinho" e "Café Ponto Chic" apresentados em placas de identificação (fig.27).

Figura 26 – O Senadinho na situação atual (2013)
Fonte: Acervo autora

Figura 27 – Placas de identificação do estabelecimento (2013)
Fonte: Acervo autora

É possível verificar que o nome "Café Ponto Chic" possui pouco destaque em comparação com o letreiro Senadinho e que a agência da financeira acabou por ocupar grande parte do espaço destinado ao café, reduzindo-o, das oito portas que ocupava em seus tempos áureos, a míseras duas.
A importância do Senadinho não se deve ao valor histórico da edificação, que é tombada apenas a nível P3[11], mas sim pelo seu valor de patrimônio imaterial. O caso do Senadinho serve para refletir sobre a relação entre convivência cotidiana, memória coletiva e patrimônio. Não é à toa que há até poucos anos havia a tradição de quando morria alguém conhecido na cidade, os amigos pregavam um aviso na fachada de mármore do Ponto Chic para comunicar a todos. É um exemplo ímpar na vivência da memória coletiva do povo de Florianópolis.

3.4 Edifício 04 – Restaurante *Fast Food* (1911)

O belo sobrado de estilo eclético (fig. 28) está localizado na Rua Trajano, número 114 e foi construído em 1911, conforme consta na sua fachada (fig. 29).

---

10 Alguns clientes do estabelecimento não conformados com seu fechamento criaram o movimento "SOS Ponto Chic - Movimento Popular de Reabertura do Café", iniciando uma série de ações que procuravam justificar o Café enquanto um Patrimônio da cidade.

11 Pertence a categoria P3 o imóvel adjacente à edificação ou conjunto arquitetônico de interesse histórico podendo ser demolido, mas ficando a reedificação ou edificação sujeita a restrições a serem definidas em legislação complementar, capazes de impedir que a nova construção ou utilização descaracterize as articulações entre as relações espaciais e visuais ali envolvidas. (Plano Diretor, 1997)

Figura 28 - situação atual da edificação (2013)
Fonte: Acervo Autora

Figura 29 – datação na fachada (2013)
Fonte: Acervo autora

Há poucos registros sobre sua construção e ocupação inicial, porém sabe-se que naquele tempo a via já possuía caráter comercial, abrigando atraentes construções onde funcionavam os principais escritórios das empresas de importação, bares, hotéis e restaurantes. Ter seu negócio localizado nesta rua era sinônimo de status, bem como o estilo da edificação, que por se tratar de um sobrado confirma tal pressuposto.

Com o passar dos anos o endereço se valorizou ainda mais, porém os belos prédios de outrora foram quase na sua maioria substituídos por enormes edifícios de escritórios ou descaracterizados para se adaptar a outros usos.

O sobrado resistiu aos avanços da especulação imobiliária, e durante a década de 1980 abrigou uma rede varejista nacional (fig.30).

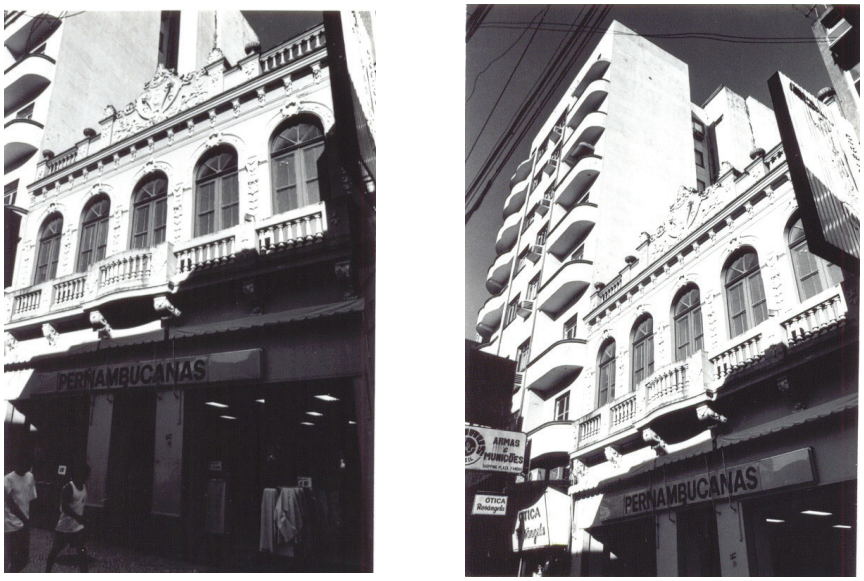

Figura 30 – Loja da rede varejista brasileira (década de 1980)
Fonte: Acervo Casa da Memória

Pode-se inferir que as principais alterações feitas foram no pavimento térreo com a modificação das portas originais e abertura de novos vãos, substituindo os possíveis cinco vãos do térreo por apenas três.

Além disso, foi instalada uma placa de comunicação visual com a indicação do nome da empresa em 2/3 da largura da edificação, bem como a instalação de um toldo na largura total da edificação.

Tanto o tombamento da edificação em nível P2, quanto o Decreto nº 040/1990 que regulamenta a redução do IPTU (DIAS, 2005), são provavelmente os motivos que levaram na década de 1990, o restauro ocorrido na fachada da edificação, com o retorno aos cinco vãos originais, a recuperação das esquadrias e revestimento do pavimento térreo (fig.31).

Figura 31 - situação atual da edificação (2013)
Fonte: Acervo Autora

Desde então, o espaço é ocupado por uma rede multinacional de fast food, que passou a utilizar toldos individuais, com a mesma largura dos vãos das portas. Primeiramente utilizaram toldos bicolores (fig.32) que foram substituídos por toldos com apenas uma cor (fig.33), conforme profere as normas do Projeto Renovar (IPUF, 1993). Também em respeito às normas deste projeto, a comunicação visual foi limitada a uma só placa na fachada, fixada perpendicularmente à parede na altura do pavimento térreo.

Figura 32 - edificação já restaurada (2007)
Fonte: Acervo autora

Figura 33 – edificação com toldos
Fonte: Acervo autora

4. Considerações Finais

Após a organização e sistematização dos dados foi possível identificar e agrupar três padrões das modificações ocorridas nas fachadas comerciais das quatro edificações analisadas.

O primeiro padrão identificado é até a década de 1970, onde poucos eram os recursos de comunicação visual aplicados na fachada, sendo limitada, no caso em que existia, a apenas uma placa de identificação com o nome do estabelecimento.

O segundo padrão observado ocorreu durante as décadas de 1970 a 1990, o aumento contínuo de elementos visuais na fachada, chegando ao ápice da poluição visual com a depreciação da fachada. A arquitetura passa a ser apenas um anteparo da comunicação visual. Observa-se até certa competição entre os estabelecimentos, para criar anúncios cada vez maiores e mais chamativos.

O terceiro e último padrão, ocorreu após a década de 1990, quando há uma regressão com clara redução no tamanho e quantidade dos anúncios, bem como certa padronização da comunicação visual. Tal busca pela retomada da valorização do patrimônio, provavelmente deve-se ao fato que em 1993 o IPUF publicou um manual de recuperação do casario. A cartilha do Projeto Renovar, como uma maneira de evitar e/ou minimizar os problemas causados pela falta de informação, acabou surtindo efeito. O manual que traz informações sobre o patrimônio histórico de Florianópolis bem como aspectos técnicos sobre a manutenção e valorização das edificações tombadas, ajudou a melhorar as fachadas como um todo, uma vez que dentre os aspectos regulamentados estão as orientações técnicas para a colocação da comunicação visual e dos toldos.

Na mesma década foram criados incentivos fiscais para estimular a preservação dos edifícios históricos por parte dos proprietários, que definiam o valor de desconto do IPTU, conforme o estado de conservação da edificação e a adequação da fachada aos aspectos regulamentados pelo Projeto Renovar.

O fato é que tais medidas legislativas parecem ter surtido efeito. Após a década de 1990 ficou claro as modificações sofridas nas fachadas, com a redução significativa das obstruções destas por elementos de comunicação visual e toldos.

Compreender os motivos das mudanças observadas e estabelecer uma cronologia das alterações urbanas nos permite entender como a história dos estabelecimentos está intimamente atrelada ao processo de transformações urbanas e simultâneas modificações nas condutas e nas relações de seus habitantes.

A cidade nada mais é, que o resultado de muitas imagens individuais, que juntas vão dar uma noção de imagem pública, a memória coletiva e a importância de um espaço legível. Uma cidade que permite esta legibilidade vai proporcionar aos seus habitantes um sentido mais forte e profundo de pertencimento. A memória é, portanto, o agente disparador do sentimento que por si cria conexões com o espaço dando a este um sentido existencial de acolhimento e de afeto.

5. Bibliografia

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. (1979), *Nossa Senhora do Desterro: Memória.* Vol. 2. Florianópolis: Lunardelli.

DIAS, Adriana Fabre. (2005), *A reutilização do patrimônio edificado como mecanismo de proteção: uma proposta para os conjuntos tombados de Florianópolis.* Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. (1993), *Valorização do Casario Histórico de Florianópolis: Manual de Recuperação.* Florianópolis: IPUF.

RICHTER, Fábio Andreas. (2009), *Corpo e alma de Florianópolis: O patrimônio cultural na ação do governo do município – 1974 a 2008.* Dissertação de Mestrado, Florianópolis: Universidade Do Estado Santa Catarina - UDESC.

VARGAS, Heliana Comin & CASTILHO, Ana Luisa Howard**.** (2009), *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados.* 2.ed. rev. Barueri/SP: Manole.

VEIGA, Eliane Veras da. (1993), *Florianópolis: memória urbana.* 2. ed. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes.

Formação multicultural: influências na formação e manutenção de culturas híbridas

Claudia Regina de Brito
UniSEB/UNESA
claudia.brito@estacio.br

Gladis Linhares
UniSEB-Estácio
gladis.linhares@uniseb.com.br

Marilda Franco de Moura
UniSEB-Estácio/Barão de Mauá
marildafmv@gmail.com

Resumo: Vive-se, na contemporaneidade, o resultado de processos culturais, oriundos da colonização portuguesa iniciadas no século XV. As conquistas portuguesas seguiram pela Europa, pelas Américas e Ásia, levando traços dos colonizadores, a institucionalização da língua portuguesa. Na sociedade brasileira, além dos portugueses, vieram espanhóis e holandeses. Estes grupos trazem sua forma de vida, maneira de comemorar e festejar e encontram também outras formas na cultura local. A manutenção destes ritos sociais dependem de fatores e interesses entre a sociedade e o poder publico. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, sofreu com a chegada de povos e culturas diferentes das comunidades autóctones. Objetiva-se, mapear as manifestações culturais, sua manutenção das comunidades indígenas e nipônica, discutir a atuação do estado e a influência da colonização portuguesa na língua, religião, comida e festividades.

Palavras chave: Cultura, Identidade, Etnia

Introduçao

Conceituar o que faz dos brasileiros, brasileiros ou o que faz dos portugueses, portugueses, exige intensa reflexão que considere aspectos relacionados a cultura, a história, a memória e, também às questões socioeconômicas. Estes são componentes centrais que possibilitam uma aproximação com os elementos constitutivos que definem, traduzem e dão visibilidade a um determinado povo. Cultura e identidade são objetos de estudos paradoxais, principalmente pelo caráter dinâmico, por serem fundamentalmente processos em construção e, sobretudo relacional. Pesquisas que abordam a cultura de determinada sociedade ou grupo social, exigem musculatura robusta, uma vez que se faz necessário elencar e conhecer profundamente os hábitos e costumes do objeto de estudo. É prioritário estabelecer o que delimita os traços culturais e, consequentemente define os contornos do grupo estudado naquela determinada sociedade e, sobretudo em relação aos demais grupos sociais. Percebe-se que as peculiaridades do grupo ou sociedade estudadas são oriundas de construções coletivas que estabelecem, de forma latente ou manifesta, suas fronteiras em relação ao "outro".

Neste estudo nos debruçamos sobre a sociedade brasileira, com recorte específico para a cidade de Campo Grande/MS que, por definição, se constitui e qualifica como multicultural, se caracterizando pela pluralidade, diversidade e complexidade.

Posto isto, preconizamos que a formação cultural e identidade de grupos sociais resultam de processos em construção que, obviamente, são construções coletivas. A formação cultural das sociedades remete, obrigatoriamente, aos movimentos migratórios pré-existentes e que são componentes da sociedade capitalista. Os avanços e recuos socioeconômicos desenham os fluxos migratórios, nesse sentido é tarefa do pesquisador

desvelar o que motivou tal movimentação que, consequentemente, levam à compreensão do que estes cenários impõem, além das tomadas de decisões e ações por parte dos governos envolvidos. Em momentos de ascensão econômica e necessidade de mão de obra, qualificada ou não, as estratégias traçadas pelos governos objetivam facilitar a entrada de estrangeiros, estabelecendo políticas de acolhimento. Por outro lado, em períodos de crise financeira e, como consequência a elevação dos índices de desemprego, ações são desencadeadas com objetivo de facilitar e dar celeridade a saída dos estrangeiros. Igualmente, políticas são estabelecidas que podem oportunizar e encorajar a migração dos nativos.

Exemplo emblemático refere-se ao movimento dos dekasseguis (trabalhadores que deixam seu país de origem para desempenhar trabalho temporário em outro local, no caso, brasileiros que migram para o Japão), instalados no Japão, por décadas, para atender a crescente demanda de mão de obra, principalmente para suprir necessidades da indústria automobilística. Esta demanda levou o governo japonês a redefinir políticas que oportunizaram a entrada e permanência de estrangeiros no país, por exemplo, brasileiros com ascendência japonesa, concedendo visto de trabalho para os descendentes, conjugês, dentre outras ações. Ainda, sobre o Japão, o reverso, ocorreu quando aquele país foi assolado, em 2008, por uma crise financeira sem precedentes, com origem nos anos de 1990. A mão de obra nipo-brasileira, os dekasseguis, por longo período foi fundamental para aquele país, no entanto, com a crise deflagrada, tornou-se indesejável, aflorando movimentos de repulsão e intolerância, ou seja, reações hostis relacionadas à presença de estrangeiros naquela localidade. Segundo BRITO (2012:190), para atenuar a situação, a governo japonês passou a estudar a implantação de políticas com objetivo de distribuir um valor determinado por pessoa, com vistas a facilitar o retorno dos brasileiros ao país de origem, todavia, aquele que recebesse este benefício ficaria impedido de retornar ao Japão por um período determinado de três anos. Em seus estudos, Valente assevera:

> O clima de tensão entre 'nacionais' e 'estrangeiros' espalha-se rapidamente. Logo, ações de xenofobia se fazem notar. Sob formas virulentas ou mais sutis, ensaia-se agudizar a já conhecida marginalização dos imigrantes, rumo à exclusão social. Aqueles que antes eram admitidos como mão de obra boa e barata para realizar trabalhos de baixo prestígio social passam a ter negada sua condição de cidadãos. (VALENTE, 1999, p. 50).

Estes cenários impõem o surgimento deste tema como debate prioritário e, dessa forma, forçosamente os governos são cobrados no que se refere a definição de regras e políticas públicas que, por um lado, tanto podem manter os nativos quanto possibilitar a imigração. Por outro lado, no caso dos estrangeiros, acolher ou expulsar do país receptor.

Compreender os fluxos migratórios, que são os movimentos de *ida* e vinda dos povos, é um exercício que elucida como o universal interfere no singular e vice-versa, destacando que são movimentos indissociáveis. Nessa linha de raciocínio, a formação e o modo de vida que consolida a sociedade tema deste trabalho, será analisada à luz de acontecimentos socioeconômicos e políticos específicos, de acordo com a lógica da sociedade envolvente. Este movimento pode ser compreendido por meio do método histórico, assim, nesta perspectiva, é importante observar o que Nosella e Buffa (2005, p. 354), consideram. Para estes autores, o método histórico define que toda e qualquer formação social historicamente dada pode ser investigada com base em três categorias fundamentais: o singular, o particular e o universal. Afirmam que "a análise da particularidade, que ele entende como um campo de mediações entre a universalidade e a singularidade". Para tanto, justifica-se que é fundamental estudar as especificidades de qualquer grupo social, delimitado como objeto de pesquisa, estabelecendo os vínculos e mediações com a sociedade à luz da totalidade social, evidenciando o caráter contraditório das relações que se firmam. Caso contrário, o estudo se limitaria a um sucinto levantamento de traços e características culturais, inviabilizando compreensão mais abrangente e, aproximação da realidade.

Em vista disso, afirmamos que o processo de colonização do Brasil foi analisado sob esta perspectiva, principalmente quando são apontados os fatores que motivaram a vinda dos portugueses para o Brasil. É consenso que os portugueses são pioneiros na expansão marítima desde o século XV. Segundo Fausto (2008), tal feito foi viabilizados por diferentes fatores, tanto internos quanto externos. São fatores internos, apontados pelos autores, os formidáveis recursos disponibilizados pela Coroa Portuguesa para a realização das grandes

missões "além mar" em busca da conquista de novos territórios, novos caminhos que levariam aos benefícios materiais, ou seja, a conquista de novas terras, a captura de metais preciosos e especiarias para alimentar o comércio entre os países do velho mundo. Grande parte destas conquistas foram possíveis em virtude da posição geográfica estratégica e, sobretudo pelo domínio de tecnologia avançada para época, no que tange a navegação, com o recurso das caravelas. Ademais, o reconhecido domínio das técnicas de navegação que, os portugueses, cedo aprenderam com os genoveses e, igualmente o espírito aventureiro que os lançava pelo Atlântico em busca de novas terras.

Os portugueses aportaram em terras brasileiras neste final de século. Ao chegar, encontraram culturas estabelecidas com comunidades autóctones formadas por indígenas oriundas, até então, de locais desconhecidos pelos colonizadores. O encontro destas culturas resultou ao longo do tempo em vários embates, ampliação de domínios, entrelaçamentos e uma sociedade mestiça e miscigenada. A língua, ou melhor, o idioma, tido como um dos referenciais importantes na cultura também é atingida por estes encontros. Pela força do dominador existe o predomínio da língua portuguesa em detrimento da língua nativa, formada por centenas de dialetos e outras formas verbais de comunicação.

Nesse contexto de convivência entre diferentes culturas, com base nos estudos realizados por Dasseto e Bastenier (1993), localizamos o objeto da pesquisa na cidade de Campo Grande/MS, onde diversos grupos, oriundos de várias culturas, fixaram-se naquela cidade, a saber: portugueses, paraguaios, libaneses, com recorte específico às comunidades indígenas e aos japoneses. Trata-se de localidade ocupada por nativos e estrangeiros que disputam espaços públicos comuns estabelecendo relações de poder que, têm visibilidade principalmente em momentos de crise seja econômica ou sociocultural. Dasseto e Bastenier (1993), estabelecem uma possibilidade de compreensão destes momentos de crise a partir do momento em que os estrangeiros se instalam em países distintos dos seus países de origem e constroem relações de etnicidade[1]. Estes autores, com base em pesquisas e análises relacionados a casos europeus, desvelam a construção da etnicidade de grupos analisados. Definem o conceito de "ciclo migratório" designando como conjuntos de processos pelos quais as populações que pertencem a um espaço econômico periférico entram, se estabelecem e se implantam no espaço de um Estado-nação que pertence aos polos centrais da economia capitalista. Para os autores, é possível à identificação da sucessão de momentos característicos que modulam o ciclo por cortes específicos, assim, definem os ciclos migratórios da seguinte maneira:

> [...] o ciclo é construído por momentos específicos que destacam o processo de inclusão em um ou outro lugar da topografia social [...] A dimensão temporal que introduz o conceito de ciclo migratório não visa produzir uma periodização de ondas migratórias e não deve ser confundida com a ideia de fases sucessivas da imigração internacional. [...] O conceito engloba evidentemente a realidade das fases migratórias que dela constituem uma de suas dimensões e que permitem identificar o momento em que começa o ciclo migratório. [...] Mas não visa a anunciar as leis gerais do processo de implantação como se houvesse regras gerais de evolução, antes tenta identificar os momentos (compreendidos como tipos ideais e não como modelos obrigatórios) através dos quais passam as lógicas de implantação em curso nas sociedade europeias. (BASTENIER e DASSETO, 1993, p.234).

Com base nessa definição, segundo Brito (2012), os autores estabelecem e delimitam os momentos do ciclo migratório que por sua vez possibilitaram uma transposição para o objeto analisado. Os momentos são assim elencados: a) Primeiro momento: função assalariada e marginalidade – refere-se ao espaço de chegada, ao trabalho e às relações que se estabelecem a partir desse momento que também remetem ao espaço de origem; b) Segundo momento: "enculturação", território e instituições – passado um período, o estrangeiro, "homem marginal", que até o momento está vivendo somente no espaço de chegada, não é uma figura destinada a durar. Desse modo, passam a constituir família, através do casamento ou reagrupamento familiar. Estatisticamente, pode ser observado que a duração que decorre entre a chegada dos primeiros migrantes e a composição ou recomposição familiar se situa entre 10 e 15 anos. Aparecem, assim, na cena social novos atores que são as

mulheres e as crianças. Na fase avançada desse momento do ciclo, os projetos migratórios se modificam: a estabilização vem a ser uma realidade mesmo se ela é ocultada ou não vivida em razão da visão dos pais e dos prolongamentos afetivos e materiais (construção de casas) com alto valor simbólico que esses mantêm em relação ao país de origem. Ao mesmo tempo têm lugar no espaço familiar reconstituído pelo casamento ou reagrupamento familiar, um processo de aquisição progressiva de regras codificadas e não escritas da vida coletiva do espaço de chegada. Nesse momento há maior envolvimento com os elementos constitutivos da sociedade receptora. Dessa forma, se pode utilizar o conceito de "enculturação" a esse respeito. Porque não se trata de uma relação de troca cultural, mas da aquisição de traços da cultura do espaço de chegada. A migração no espaço é ao mesmo tempo uma migração cultural (BASTENIER e DASSETO, 1993, p.245).

Com estas mudanças os projetos migratórios são readequados e os migrantes passam a absorver traços da cultura local; c) Terceiro momento: societal e estado-político – com a estabilidade dos imigrantes há mudanças no cenário, novos problemas coletivos que surgem são componentes a serem considerados.

Nesse terceiro momento do ciclo, a presença e estabilidade de imigrantes ativa todavia problemas coletivos novos. Não se trata apenas de acesso aos direitos sociais, da aculturação, da endoculturação ou da gestão de relações entre grupos sociais em competição. O conjunto dessas questões continua a ser presentes enquanto problemas sociais. Mas emerge, por outro lado, no momento em que novas populações vêm a fazer de maneira evidente parte permanente do espaço público. [...] A problemática de integração dos imigrantes se alarga então para englobar, além da questão de seus direitos sociais, aquele da co-presença sobre um solo e mesmo território sóciopolítico de segmentos de uma população diferenciada por passados e origens múltiplas. Os diversos sistemas de referência simbólica e de visões de mundo juntam-se sobre o mesmo espaço público são então empurrados pelas exigências práticas do engajamento que se torna para os diferentes grupos de atores o seu futuro comum. (BASTENIER e DASSETO, 1993, p.225).

Com estas orientações organizamos a análise sobre os momentos enfrentados pelos japoneses que se fixaram em Campo Grande/MS. A partir destas reflexões se evidência a formação dos grupos que compõem as cidades definindo o seu carater multifacetado. Os indígenas tambem podem ser categorizados da mesma forma, mesmo com significativas diferenças. O processo migratório se dá dentro do próprio território, no entanto os momentos descritos e definidos tambem enquadram-se neste grupo étnico. Outro conceito de interesse a ser mencionado neste trabalho é o da interculturalidade espaço que abarca relações pacíficas, amigáveis entre as culturas, os povos e que em determinados aspectos tambem podem vir a ser conflituosos, neste ponto é que a ação do poder público atua a fim de manter a convivencia pacifica, harmônica entre os diversos povos que compõem o espaço social analisado.

1. Japoneses no Brasil: Campo Grande /MS

Inicialmente o grupo de japoneses que migrou para o Brasil dedicou-se ao trabalho nas lavouras de café, no estado de São Paulo e, parte deste grupo partiu para o Mato Grosso, para o trabalho de construção da Estrada de Ferro "Noroeste do Brasil". Com o término da obra fixaram-se na cidade de Campo Grande/MS, vivendo até os dias atuais. Com aporte teórico explicitado anteriormente e, seguindo as orientações de Dasseto e Bastenier (1993), Brito (2000), analisa os momentos significativos vivenciados pelo grupo de japoneses que chegou ao Brasil, definindo momentos de construção da etnicidade. Estes momentos estão divididos em cinco fases. O *primeiro* momento de construção da etnicidade dos japoneses caracteriza-se pela necessidade de trabalhadores braçais para lavouras de café no Estado de São Paulo. Com o fim do regime escravocrata e, consolidação do Regime Republicano, cresce a demanda de mão de obra nas regiões cafeeiras, assim foram implementadas políticas migratórias favorecendo a imigração de trabalhadores estrangeiros.

Dentre várias tentativas, os organismos governamentais estabeleceram acordos migratórios com o Japão. Em 1908, chegou ao Brasil o primeiro fluxo de contingentes populacionais de origem japonesa. Naquele momento, os imigrantes japoneses deixaram o Japão em busca de novas possibilidades de trabalho e conquista de seus projetos procurando se distanciar da crise econômica resultante do processo de modernização capitalista do país enfrentado por aquele país. Esses primeiros japoneses, ao chegarem ao Brasil, eram vistos de maneira preconceituosa, definidos como os "amarelos", ou seja, aqueles que substituem o trabalho dos escravos ou que

se dedicavam às atividades simples, à produção de alimentos. O grupo passou a ser definido pelos brasileiros, como os "outros". Reativamente construiu-se o "nós", ou seja, nós os japoneses que compartilham dos mesmos sonhos, sobretudo, da mesma condição de trabalhadores assalariados. Do mesmo modo, o grupo de japoneses passa a definir os brasileiros contrastivamente como "caboclos" e preguiçosos, porém, eram os donos do país. A partir de 1908, promoveu-se o deslocamento de algumas famílias japonesas das fazendas de São Paulo ou mesmo oriundas diretamente do Japão para o trabalho de construção da Estrada de Ferro, na condição de trabalhadores braçais que mantinham relações de trabalho assalariada. Concluído o trabalho de construção da Ferrovia, em 1914, fixaram-se na cidade de Campo Grande. Esta atividade permitiu que algumas famílias economizassem quantias de dinheiro, possibilitando o arrendamento de algumas chácaras, afastadas da cidade, onde tinham a possibilidade de dedicarem-se, a plantações de verduras. Além destas atividades com hortifrutigranjeiros, desempenharam funções como carpinteiros na construção de quartéis da região, venda de capim para os animais do quartel, balconistas, alfaiates, cozinheiros, barbeiros, dentre outras. O grupo consolida a colônia de japoneses, inclusive, em 1918, com a criação de uma "Escola Japonesa", para atender à demanda de escolarização de seus descendentes.

Com estes acontecimentos foi definido o *segundo* momento de construção da etnicidade quando de forma emblemática ocorre a transferência da "Escola Japonesa" da periferia para o centro da cidade. Com isso, a estratégia do grupo foi modificada, uma vez que se estabeleceu uma nova fase na construção da etnicidade. O grupo passou a lidar com novas experiências de convívio cotidiano, com a sociedade envolvente. Assim, o grupo tornou-se visível, ou seja, o "nós" que se construiu mais por oposição a "eles", agora também estabelece relação por interação. O *terceiro* momento de construção da etnicidade dos japoneses foi definido durante o governo de Getúlio Vargas, na década de 1930. Este momento é singular no que tange às novas problemáticas resultantes da presença estrangeira no país, relativas aos direitos sociais, ameaçando a alteração das relações entre grupos no espaço público.

O período que antecede à Segunda Guerra Mundial se caracterizou pela opressão aos estrangeiros, sobretudo ao grupo em questão que foi discriminado e vítima de frequentes manifestações xenófobas, em âmbito nacional e, obviamente local. Com o término da Guerra, o Japão, que fora derrotado, estava liquidado econômica e politicamente. É nesse momento que se definiu o *quarto* momento da construção da etnicidade da colônia japonesa. O desejo de retornar ao Japão foi esquecido ou adiado em razão das condições em que o Japão se encontrava.

Com isso houve maior interação com a sociedade envolvente, por exemplo, a matricula dos descendentes em escolas sem quaisquer signos étnicos, até mesmo em virtude de que, tanto em Campo Grande, quanto em demais cidades, as "escolas étnicas" foram esvaziadas pela política nacionalista de 1930. Por fim, o *quinto* momento caracterizou-se pela formidável recuperação econômica e política do Japão, a partir de 1950. A identidade da colônia japonesa, tanto em Campo Grande quanto em outras cidades brasileiras que concentram grupos de migrantes japoneses, se fortaleceu com o desempenho apresentado pelo país ancestral.

Este grupo étnico com a trajetória desenhada resignifica sua cultura, visão de mundo e projetos. Atualmente, são quatro gerações no Brasil, a saber; Issei (imigrantes japoneses); Nissei (filhos de japoneses); Sansei (netos de japoneses); Yonsei (bisnetos de japoneses), os nascidos no Brasil definidos como nipo-brasileiros, ou seja, brasileiros com ascendência japonesa que ora se remetem ao país de origem ora ao Brasil.

2. Nações indígenas no Brasil: Campo Grande /MS

Os historiadores revelam que a maioria dos grupos indígenas brasileiros, localizados no interior do país, viviam nas planícies colombianas, venezuelanas e no chaco paraguaio, são remanescentes da grande família Aruak, pertencem linguisticamente ao subgrupo Guané ou Txané, características também do índios da etnia Terena encontrados no estado do Mato Grosso do Sul e em particular, descreveremos os que vivem na cidade de Campo Grande. O deslocamento do campo para a cidade, destas etnias, guardadas as devidas proporções, segue a lógica apresentada nos estudos dos japoneses. A procura por melhores condições de subsistência, de assistência à saúde e de melhorias na condição de vida em geral.

No que refere-se à etnia Terena, caracterizada por sua fácil adaptação às situações externas, apenas para exemplificar, ao longo do tempo, estes índios foram aproveitados na interiorização dos domínios portugueses, espanhóis, durante a Guerra do Brasil com o Paraguai (1864-1970), no século XIX na construção de estradas

entre outras formas de mão de obra. Seguindo nesta linha, observa-se um constante ir e vir da cidade para a aldeia, uma busca por trabalho, assistência médica e educação formal. No ano de 1998 um grupo de índios Terena tomou posse de um terreno localizado na periferia da cidade de Campo Grande, e no ano de 2000 após determinação judicial o poder público reconhece e financia a construção da primeira aldeia urbana no país. Composta por 115 residências, financiada pelo banco estatal, a Caixa Econômica Federal, construída por meio de mutirão pelos próprios índios moradores, abrigava a principio cerca de 500 índios e suas famílias.

A aldeia é composta por este conjunto de casas, uma escola municipal bilíngue, onde se aprende e ensina a língua portuguesa e Terena, um memorial da cultura indígena, também mantido pelo poder público composto por um centro de vendas de artesanato produzido pelos índios nas aldeias e também acontecem apresentações de danças, e demais manifestações culturais desta etnia. Este conjunto de construções tornou-se um centro de visitação turística, além de servir como local de encontro dos moradores a fim de praticar as danças, os cantos, enfim os ritos folclóricos nativos.

Existe ainda desde o ano de 1998, uma associação de moradores formada por um presidente, que de certa forma representa o cacique, que na aldeia é considerada a autoridade máxima, e demais membros da comunidade envolvente. Desde a sua inauguração, o poder público local é cobrado por meio desta associação e demais órgãos de defesa dos indígenas pela manutenção das condições de manifestação cultural e de melhorias constantes nas questões relativas ao trabalho, acesso aos serviços de saúde pública e educação formal. Observa-se uma constante tensão entre as representações dos indígenas e do poder público, verifica-se também que o poder público, devido à sua natureza de dever atender às demandas dos diversos grupos organizados tende em alguns momentos a atender as reinvindicações e em outros prorrogar as decisões que de certo modo contribuiriam para o fortalecimento destas estruturas sociais organizadas.

Nessa esteira, para orientar a compreensão de como percebemos os diferentes grupos que compõem as cidades, especificamente Campo Grande/MS, remetemos a analise aos momentos de conflitos que são observados entre diferentes grupos sociais. Tais situações são sempre mais visíveis em momentos de transição política e, sobretudo em momentos já mencionados de crise econômica. Para tanto, buscamos os estudos de Barth (1998) que elucidam este debate à medida que explicam situações de conflito entre os grupos que dividem os mesmos espaços públicos por meio do processo de construção de fronteiras étnicas. Inicialmente, esclarece que o conceito de etnicidade não está relacionado apenas à distinção entre traços e diferenças culturais de um determinado grupo, o que difere os japoneses dos brasileiros ou dos portugueses, ainda, das comunidades indígenas, especificamente o foco deste trabalho. Barth ultrapassa sobremaneira tal interpretação, conduzindo ao entendimento acerca do questionamento que necessariamente deve ser realizado. Esta investigação se refere às razões que levam a emergência em se estabelecer as diferenças em determinadas situações de convivência. Para tanto, é fundamental lançar alguns questionamentos, tais como: Quais valores, crenças, comportamentos, sentimentos, aspectos materiais e/ou imateriais da cultura definem os grupos sociais e possibilitam que sejam definidos como partícipes de um grupo específico?

As fronteiras étnicas são erguidas em circunstâncias emergenciais, resultando de processos de relações sociais que são construídos. São situações e valores intangíveis, que apresentam como característica serem mutáveis e flexíveis, que definem sentimentos de pertencimento ou não a determinado grupo social. São interessantes os estudos que remetem à memória coletiva. Para Halbwachs (1999), a memória individual está associada a memória grupal que, são resultado de construções coletivas. Estas configurações coletivas definem as tradições. Retomando Barth (1998, p. 194), o autor afirma que pertencer a uma categoria étnica implica ter algumas características que determinam a identidade do grupo, tangíveis e/ou intangíveis. Porém, não se podem prever quais traços culturais ou socioeconômicos serão definidos como relevantes para o grupo.

A trama social é composta e tecida em um mesmo contexto, os diferentes grupos estão em relação, como já mencionados. Tanto contribuem transformando a sociedade, quanto são transformados assimilando traços das culturas em relação. Esse entrelaçamento define um novo desenho, onde os grupos assumem novos contornos. No entanto, permanecem características identitárias. Segundo Garcia Canclini (1997):

> Nos intercâmbios da simbologia tradicional com os circuitos internacionais de comunicação, com as indústrias culturais e as migrações, não desaparecem as perguntas pela identidade e pelo nacional, pela defesa da soberania, pela desigual apropriação do saber e da arte. Não se apagam os conflitos, como pretende o

> pós-modernismo neoconservador. Colocam-se em outro registro, multifocal e mais tolerante, repensa-se a autonomia de cada cultura – às vezes – com menores riscos fundamentalistas. Não obstante, as críticas chauvinistas aos 'do centro' geram às vezes conflitos violentos: agressões aos migrantes recém-chegados, discriminação nas escolas e no trabalho (GARCIA CANCLINI, 1997:326).

Estas considerações nos levam a compreender quais motivos tornam determinado grupo social ou étnico em mais evidencia que outros. Quais fatores possibilitam que em alguns momentos os grupos estão organizados, por exemplo, como brasileiros com diferentes ascendências. Todavia, um olhar mais apurado permite observar que em momentos de crise as identidades afloram e a heterogeneidade é explicitada. Para Valente (2006), situação semelhante é vivenciada por diferentes culturas, por exemplo, os negros no Brasil, assim como os judeus no período das grandes guerras:

> A perseguição que sofreram os judeus a pretexto dessa ideologia, na verdade, encobria o fato de formarem um grupo econômico poderoso que passou a contrariar os interesses da burguesia monopolista emergente, controladora do capital industrial em associação ao capital financeiro. Não sendo levado em conta o processo histórico que promovia a degradação de suas condições de vida, essas massas passaram a atribuir aos judeus e a todos aqueles que, em razão de diferentes características, não se enquadrassem na ideologia nazista a responsabilidade pelas dificuldades econômicas que estavam enfrentando. Nesse ideário importava eliminar a diferença, suprimindo a presença física dos portadores de signos diferenciais. Essas "crises", expressões universais do capitalismo, na medida em que onde se realizam as suas contradições evidenciam-se com maior clareza, têm, evidentemente, manifestações singulares. (VALENTE, 2006: 92).

Com o advento das crises econômicas e, sobretudo a consequência do desemprego que muitos enfrentam, situações semelhantes são vivenciadas por muitos estrangeiros em diferentes países, seja no Brasil, Japão, na Europa e Estados Unidos.

As primeiras gerações de migrantes objetivam trabalhar e, com as economias conquistadas, retornar e viver em melhores condições no país de origem, considerando que, em última análise, o fluxo migratório foi motivado, sobretudo, por razões econômicas. Localizamos diversas situações semelhantes em termos de empenho e objetivos, por exemplo, a situação levantada por BRITO (2000) que, foram enfrentadas pela colônia de Japoneses que se instalou em Campo Grande/MS, no início do século XX. Destaca-se que, segundo o grupo, foram muitas e novas as exigências impostas para a adaptação à vida no país receptor, tais como a necessidade de rotinas extenuantes de trabalho, muitas vezes realizadas em situações hostis e insalubres.

Alguns nipo-brasileiros se deslocam para o Japão, inaugurando um novo percurso que se denominado "fenômeno dekassegui", tema que não será tratado no artigo, finalizando um ciclo de retorno ao país de origem ou abrindo novas possibilidades. Estes grupos, os afrodescendentes, os portugueses, as comunidades indígenas, fixados em Campo Grande/MS, são componentes desta dinâmica social, que ora assume características gerais, com caráter nacional ora de grupos específicos. OLIVEN (1992) analisa as questões nacionais e regionais, com diferentes abordagens tangenciando as questões da construção da identidade dos grupos sociais e da construção da memória:

> Estudos mais recentes têm apontado justamente o quanto a construção de uma memória nacional e de uma identidade nacional, longe de ser consensual, esta ligada aos grupos que são vistos como detendo poder e autoridade legítima para se erigirem nos guardiães da memória. Esse processo, que envolve disputas simbólicas, passa pelo Estado, pelos meios de comunicação de massa e pelos intelectuais dos diferentes grupos que estão em competição OLIVEN 1992:20).

Para os indígenas, estes são considerados "estrangeiros", mesmo estando nestas terras antes dos colonizadores,

> Os índios sabem que não são brasileiros, na fala de Darci Ribeiro (1995, p.88), "são uma gente especial, que são índios tais, o povo tal, a etnia tal". Prossegue afirmando que, em todos os seus estudos a respeito dos índios, ao se tratar de comunidades indígenas, estas, se tiverem as mínimas condições de manter o convívio entre seus membros, mesmo perdendo a sua língua, transfigurada racialmente através da mestiçagem, com todas as dificuldades para manter as características culturais nativas, eles, quando submetidos ao convívio com outros grupos, resistem e permanecem. (TONIAZZO, 2000:37)

O pensamento de Darci Ribeiro corrobora a classificação defendida por Bastenier e Dasseto (1993) no sentido de que estes grupos serão estrangeiros por longo tempo, por várias gerações. No caso dos índigenas temos uma particularidade, na organização social, podem ser considerados tutelados pelo estado, emancipados ou integrados. Neste item é importante destacar a criação da FUNAI- Fundação Nacional do Índio- em 1967 que visa exercer a tutela dos índios e é encarregada de protegê-los, evitando que sofram prejuízos por insuficiente compreensão do significado e do alcance dos atos que praticarem.

> Por índio emancipado, entende-se aquele que comprova que não necessita mais de tutela. Condição decorrente de ter 21 anos de idade, conhecer a língua portuguesa e estar habilitado para exercer atividade na sociedade brasileira e que tenha compreensão dos usos e costumes do povo brasileiro. Mesmo cumprindo esses requisitos, ele pode optar pela não-emancipação, ou seja não dispensar a assistência da tutora, neste caso torna-se índio integrado. (TONIAZZO, 2000:35)

Esta situação faz com que os índios, estejam na maior parte do tempo vivendo no limite da condição de cidadão na cidade e de tutelado na aldeia, uma condição que em muitos casos se estende ao longo da vida. Muitos deles, pela baixa escolaridade e pouca qualificação são absorvidos pelo mercado informal de venda de artesanato em feiras livres, de leguminosas como o feijão, milho de porta em porta na periferia da cidade e também é comum encontrá-los. Mesmo passados mais de 500 anos, em dados gerais, a maioria dos grupos indígenas brasileiros ainda mantêm-se à margem da sociedade economicamente ativa, quer seja pela condição da pouca escolaridade, quer seja pela condição cultural construída e reforçada ao longo do tempo de colonização. De certa maneira os processos culturais são mantidos e reforçados pela ação do poder público quando auxilia na manutenção de espaços comuns de promoção e convivência social e comunitária. Reflexo da tensão entre defender a identidade representada pela língua e manifestações culturais e de uma certa forma globalizar-se, isto é integrar-se aos processos da sociedade envolvente, dominante.

Algumas considerações:

Revisitar os conceitos de processos culturais e suas implicações no modo de vida dos diversos grupos que compõem a sociedade, chamam a atenção para a necessidade de um constante olhar sobre o comportamento e ações destes grupos. É importante compreender a sociedade brasileira a partir da sua pluralidade, destacando que se caracteriza por uma dinâmica que ora explicita a diversidade, as diferenças culturais e econômicas entre os grupos ora torna latente. As fronteiras étnicas são flexíveis e, conforme tratamos o tema é preciso que os estudos se voltem para as relações e mediações entre o singular, o particular e o universal.

Por fim, os dois grupos tratados neste estudo, comunidades indígenas e japoneses, têm visibilidade na cidade de Campo Grande por meio de diferentes situações, umas emblemáticas, tais como a Aldeia Indígena ou a Escola Visconde de Cairu (escola de japoneses), as festas que são consideradas no calendário da cidade, a saber: Bon Odori, as feiras de artesanato indígena, dentre outros bem como a sua inserção na vida cultural e econômica da cidade. É significativa a aproximação destas culturas quando, por exemplo, torna-se um ponto de atração na cidade comer mandioca com shoyo, *sobá* uma iguaria feita com macarrão e carne suína ou

bovina ,consumidos nas feiras livres, e mercadão central da cidade conforme calendário cultural da prefeitura municipal. Estes aspectos tornam-se relevantes por evidenciar que os componentes culturais perpassam as fronteiras delimitadas, expandem além dos grupos originários revelando a dinâmica social.

Referências

BARTH, Fredrik. (1998), Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade: seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras*. São Paulo: UNESP, p. 185-227.

BASTENIER, A. (1993), DASSETO, F. *Imigration et espace public: la controverse*. Paris: CIEMI/L'Harmattan,.

BOURDIEU, Pierre. (2004), *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP.

BUFFA, E. &NOSELLA. (2005), P. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. *ECCOs – Revista Científica*. São Paulo.

BRITO, Claudia Regina de. (2000), *.Escola de japoneses a construção da etnicidade em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande-MS: ed. Uniderp, (Etnias).

_____. (2012), *Escola Alegria de Saber: uma escola brasileira no Japão (1995-2011).* Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos/SP.

BORGES PEREIRA, João Baptista. (1984), *A cultura negra: resistência de cultura e a cultura de resistência.* In: Dédalo. MAE/USP, 23: 177-188, p.179-181.

GARCIA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997 (Ensaios Latino-americanos, 1).

HANDA, Tomoo. (1987), *O imigrante japonês: Histórias de sua vida no Brasil*. São Paulo: T.A.Queiroz/ Centro de Estudos Nipo-Brasileiros.

HALBWACHS, Maurice. (1999), *A Memória Coletiva*. São Paulo, Editora Vértice.

HOBSBAWN, Eric. (1995), *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.

KRUGMAN, Paul R. (2009), *A crise de 2008 e a economia da depressão*. Rio de Janeiro: Elsevier,.

KAWAMURA, Lili Katsuco. (2003), *Para onde vão os brasileiros? Imigrantes brasileiros no Japão*. Campinas/ SP: Editora da UNICAMP.

TONIAZZO, Gladis S. L. (2000), *A televisão no imaginário do Terena*. 1. Editora Campo Grande: UNIDERP.

VALENTE, Ana Lúcia E.F. (1994), *O negro e a igreja católica*. Campo Grande/MS: CECITEC/UFMS.

_____.(1999), *Educação e diversidade cultural: um desafio da atualidade*. São Paulo: Moderna. (Paradoxos).

[1] Etnicidade (do inglês ethinicity) é um termo que além de remeter a características culturais de um grupo social, estabelece a inclusão ao mesmo. Significa pertencer e identificar-se a um determinado grupo com traços definidos, porém mutáveis. Seu significado está relacionado à construção da identidade como estratégia política.

A ressignificação do inimigo: o medo dos mineiros nas memórias da Revolução de 1932, em Cássia dos Coqueiros, SP, Brasil.

Guilherme Pires de Campos
Centro Universitário Barão de Mauá
guilhermenali@gmail.com

Profa. Dra. Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa
FEA-RP/USP; C. Univ. Barão de Mauá; IPCCIC
lilian.rosa2010@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa analisa as memórias de um grupo de moradores de Cássia dos Coqueiros, SP, Brasil, sobre a "Revolução de 1932". Tais sujeitos presenciaram, quando crianças, o confronto entre as milícias paulistas e os soldados do governo de Getúlio Vargas, na guerra civil promovida pelo Estado de São Paulo, na busca de uma nova constituição para o país. As lembranças e percepções sobre esse fato histórico, ao longo do tempo, passaram por reconstruções e ressignificações. As narrativas orais apresentam interpretação diferente do evento na cidade, em relação à história oficial. A realização desta pesquisa só foi possível com a metodologia da história oral.

Palavras-chave: Revolução de 1932. Cássia dos Coqueiros. Memória coletiva. História Oral.

1. Introdução

A Revolução de 1932 em São Paulo saiu da capital, de onde estavam as lideranças políticas que organizaram a luta armada, em direção ao interior e às áreas de fronteira com outros Estados. As milícias se dividiram e tomaram cidades de diferentes características, tamanho e demografia, a fim de evitar que soldados das tropas federais atacassem e acabassem com a busca pela nova constituição e volta da legalidade, como apontou Gomes (1986). Um dos pontos de interesse estratégico militar era Cássia dos Coqueiros, que faz divisa com sete cidades de São Paulo e Minas Gerais.

As tropas paulistas tomaram a serra, característica geográfica do município cortado por vales, e armaram trincheiras a fim de oferecer resistência naquela região específica do Estado. Em meio a isso estavam os moradores, nos sítios, fazendas e na cidade de setenta e duas casas, poucos habitantes, baseada na produção de café e agropecuária de subsistência. Isolada dos grupos envolvidos com a causa, envolvida em escassez de informação, a cidade foi tomada pelo medo. Muitos, pouco antes do fim do conflito, deixaram suas casas preocupados com derramamento de sangue. O inimigo que vinha da fronteira, para aqueles moradores representavam o Estado vizinho, Minas Gerais, e não o governo federal. Eram os mineiros quem eles temiam.

Tais percepções são baseadas em relatos de moradores ainda vivos, que presenciaram essa passagem da batalha em 1932 quando crianças. O conjunto de lembranças compõe uma memória coletiva na cidade, de acordo com o conceito definido por Halbwachs (2006). Pela metodologia da história oral, é possível definir, para este grupo seleto de indivíduos, um sentido e ressignificado diferentes de como a história oficial retrata o acontecimento. Os sujeitos da memória identificados são quatro idosos entre 89 e noventa e dois anos, com saúde debilitada. Trata-se da última geração que testemunhou o fato naquela comunidade e por isso mesmo o risco de desaparecimento destas memórias é presente. As lembranças em questão apresentam alternativa sobre o que já foi pesquisado acerca do episódio, sob o ponto de vista dos marginalizados, que até então não eram entendidos como parte do processo. Além disso, estes registros e análise revelam uma identidade local construída e baseada na tradição oral, que também pode ser alterada com o fim dessas narrativas ou o enclausuramento destas às famílias destes indivíduos.

A Nova História possibilita a mudança de foco sobre a ação do homem no tempo, ao dar voz para outros atores sociais senão os heróis e fontes oficiais. Para além dos documentos, a oralidade e a memória revelam o que foi silenciado por anos.
A pesquisa foi dividida em etapas, sendo a primeira delas a apresentação da base teórica com a definição de memória coletiva e ressignificação. Na sequência buscou-se apresentar a metodologia utilizada e de que forma ela se enquadra na teoria. A contextualização do fato diante do discurso oficial foi feita de forma breve, a fim de apresentar ao leitor um quadro do panorâmico, já que o objeto de estudo é a memória coletiva e não o acontecimento. Por fim foram apresentados os sujeitos da pesquisa, analisados seus relatos e as ressignificações feitas ao longo do tempo, até a apresentação de resultados finais.

2. Base Teórica

Discutir as diferenças entre história e memória é fundamental para a compreensão dos objetivos desta pesquisa. O ponto de partida é o pensamento de Le Goff (2013), que entende a memória como a matéria prima da história.
A necessidade de um povo em passar as experiências de geração em geração data das primeiras civilizações. Para Le Goff (2013: 392), a oralidade «cristaliza a memória coletiva dos povos sem escrita». Nas sociedades primitivas, encontrar caminhos para a preservação dos mitos de origem de famílias e árvores genealógicas ancestrais era mais do que necessário para a perpetuação de um grupo. E para preservá-los, representantes eram designados para garantir que nada se perdesse com o tempo e caísse em esquecimento. A esta função social, Le Goff (2013: 393) denomina «homens-memória».
De acordo com Bosi (1997), cada ato de percepção é um novo ato e a percepção atual de um evento passado é chamada lembrança. Por isso a memória é evento vivo e não apenas um resquício do passado. Se analisada pelo ponto de vista do sujeito, a memória é solitária. Mas para Maurice Halbwachs (2006) não existe memória individual, uma vez que as imagens que desencadeiam as percepções e por sua vez as lembranças estão no coletivo, compartilhadas com outros indivíduos. O autor afirma que a memória só ganha força quando as lembranças de um apoiam-se nas dos outros, como se uma mesma experiência fosse evocada por vários ao mesmo tempo. A fase da infância pode ser tomada como exemplo, quando são formadas as primeiras impressões do sujeito. Nesta fase, as lembranças são unicamente individuais. O argumento é que nos primeiros anos de vida, as referências de mundo são poucas, uma vez que as impressões próprias não podem se relacionar com nada enquanto ainda não somos entes sociais. Mas todo e qualquer choro, carinho dos pais, aprovações e desaprovações, definem o sentido do acontecimento. «Admitamos que a criança se lembre: é no quadro da família que a imagem se situa, porque desde o início ela estava ali inserida e dela jamais saiu» (Halbwachs, 2006: 39). Para o autor, o pensamento começa a se formar coletivo diante de novas perspectivas, já que o sujeito sabe que não está sozinho e pode partilhar a ideia. Segundo ele, a memória não se apoia na história aprendida, mas na vivida.
Um efeito disso é atribuir a si mesmo o pensamento do outro. Isso acontece, na maioria das vezes, de forma automática e inconsciente. Dependendo da situação, uma ideia comum a todos, quando muito difundida, passa a não ter mais ponto de partida. Sendo assim é comum alguém contar a história do outro como se fosse sua. É o que o autor chama de «memória tomada de empréstimo» (Halbwachs, 2006: 72).
Halbwachs (2006) defende que cada memória individual é um ponto de vista da memória coletiva, que muda conforme o lugar de onde fala o sujeito. As influências em um ambiente são diferentes em outro, mas, seja qual for essa combinação, todas são de natureza social. Em cidades menores, onde o contato com vizinhos e moradores é muito maior do que em cidades grandes, é possível entender bem essa teoria.
Essas memórias também se escoram no concreto, como em monumentos, museus e bibliotecas, e nas datas cívicas, como aponta Michel Pollack (1989). No caso da Revolução de 1932, tanto o «9 de Julho», como os espaços onde os combates ocorreram são o ancoradouro das memórias sobre o fato, tornam-se o que Pierre Nora (1993) denominou de «lugares de memória».
A memória é usada como uma registradora e abastece os símbolos criados para sua manutenção, como museus e arquivos. Esta percepção reconduz aos objetos tradicionais como, por exemplo, na casa do avô, nos móveis da família. Deixa de ser apenas em si e passa a ser tomada de lugares da memória.

Segundo Nora (1993), só é lugar de memória o que for revestido de imaginação. Só entra nessa categoria se estiver em forma de objeto, de um ritual, como um manual. É o recorte material de um período de tempo. Sem a vigilância de evocar memórias por meio desses símbolos e ritos, a história depressa as varreria, por isso, segundo Nora (1993), uma depende da outra para manter o movimento história-memória. O que se discute hoje, portanto, é uma reapropriação da memória pela história.

Outro conceito a ser embasado é a o da ressignificação. A todo instante as memórias afloram o que Bosi (1997) define por imagens-lembrança. Por esse conceito entende-se tudo o que é referência a um evento vivido pelo sujeito. Quando o passado vem ao presente desta forma, a experiência vai além do reviver algo. Somadas às experiências de hoje as lembranças refazem, reconstroem o que passou, dando um novo significado a elas. Ainda mais quando elas ficaram na infância.

A autora dá um exemplo prático: a releitura de um livro. Quando a criança lê um conto de fadas, o imaginário se enche de possibilidades. Pelo pouco tempo de vida entende-se que as referências da realidade são curtas, e por isso mesmo o imaginário ganha corpo. Mas, quando o indivíduo cresce e relê aquele conto para os filhos, a percepção é outra. Seria possível, portanto, reparar em passagens que antes não eram percebidas. No tempo presente, a atenção se volta para as comparações, como as semelhanças de personagens da história com pessoas da vida real, baseadas nas referências do autor e do leitor. Observam-se críticas políticas, culturais, sociais escondidas no discurso lúdico.

No caso do idoso, ao lembrar o passado, ele não descansa, por um instante, das lidas cotidianas, e sim se ocupa consciente e atentamente do próprio passado, daquilo que fez sentido em sua vida. O ambiente onde está inserido o indivíduo tem papel fundamental na memória dos acontecimentos políticos de acordo com Bosi (1997), porque suscita uma palavra presa à situação concreta do sujeito. «O primeiro passo ao abordá-la parece, portanto, ser aquele que leve em conta a localização de classes e a profissão de quem está lembrando para compreender melhor a formação de seu ponto de vista» (Bosi, 1997: 454).

Diante disso, como parte integrante de um grupo que define uma memória coletiva, dificilmente o indivíduo se contenta em trazer à tona lembranças isentas de julgamento, imparciais, contentando-se em apenas narrar fatos cronologicamente, como uma testemunha histórica neutra. «Ele quer também julgar, marcando bem o lado em que estava naquela altura da história, e reafirmando sua posição ou matizando-a» (Bosi, 1997: 493).

Como dizia Halbwachs (2006), a memória do indivíduo está escorada nas lembranças do outro, e por isso mesmo seria impossível pensar na narrativa dos fatos sem suas testemunhas.

3. Metodologia

«A memória é um suporte para as narrativas da história oral, mas não é ela» (Meihy, 2005: 62). Como diferenciou o autor, a história oral é a ferramenta que dá a possibilidade de identificar, registrar e analisar a memória coletiva de um acontecimento. Essa metodologia foi adotada nesta pesquisa. Ao estimular a memória do entrevistado, as experiências tornam-se vivas, vindo a tona em cada entrevista, revelando detalhes esquecidos.

O desenvolvimento do presente trabalho foi sistematizado em etapas, que definiram escolhas, condutas e a qualificação dos procedimentos. Partiu-se da hipótese inicial que foi construída uma memória coletiva do grupo de idosos que vivenciaram quando crianças a Revolução de 1932, em Cássia dos Coqueiros, SP, Brasil. Dessa forma, a memória tornou-se objeto de pesquisa e não o acontecimento histórico, já bastante retratado pela historiografia brasileira. O medo, expresso nos relatos, tornou-se objeto de ressignificação do acontecimento.

Para alcançar este objetivo escolheu-se trabalhar com a história oral, que se acredita ser a mais indicada para dar os elementos para a formulação de uma nova compreensão da história, a partir da percepção dos sujeitos sobre o fato.

Para trilhar esta problemática partiu-se da identificação dos possíveis indivíduos a serem entrevistados. Para tanto, usou-se como base a teoria de Halbwachs (2006) e Bosi (1997), cuja contribuição para esta pesquisa está melhor detalhada no embasamento teórico.

O mapeamento e a seleção dos sujeitos seguiu os seguintes critérios: estar lúcido, com idade entre 89 e 92 anos, ter residido em Cássia dos Coqueiros no ano de 1932 durante o conflito, ter vivido no município durante a maior parte da sua vida e que aceitassem dar depoimentos para o fim científico. De um universo de sete pes-

soas identificadas, quatro preencheram esses requisitos. Um projeto foi elaborado e objetivos foram traçados dentro do problema da pesquisa. Antes de ser iniciado, o roteiro foi submetido ao Conselho Nacional de Ética, via Plataforma Brasil, por se tratar de pesquisa com seres humanos. Cada entrevistado assinou um termo de consentimento livre e esclarecido, depois de receber explicações detalhadas sobre a pesquisa e seus objetivos. Só depois de aprovado pelo comitê de ética as gravações das entrevistas deram início.

Diante da idade avançada das fontes, da debilidade física e tudo o que pudesse interferir na narrativa que se baseia a memória, cada entrevistado foi ouvido três vezes, conforme orienta Meihy (2005), seguindo as etapas de pré-entrevista, entrevista e pós-entrevista. O primeiro contato foi de sensibilização, quando foi realizado um estudo exploratório, que permitiu o refinamento da hipótese e a melhor definição das categorias de análise. No segundo encontro, foi aplicado um roteiro semiestruturado de entrevista, com perguntas em comum a todos. No terceiro contato foi feita uma contraprova das informações, repassando o roteiro e deixando um espaço livre para que o sujeito fizesse contribuições não contempladas no instrumento de pesquisa. As duas últimas foram registradas em gravador de áudio digital para efeito de documentação.

Os questionamentos presentes no roteiro foram definidos a partir de categorias. Uma delas foi o «Lugar de Memória», Cássia dos Coqueiros, como define Pierre Nora (1993). Outra categoria foi identificada nas falas dos entrevistados: o medo do inimigo.

4. A Revolução de 1932

A revisão bibliográfica que se segue é básica e tem objetivo de apenas contextualizar o leitor do que é considerada a Revolução de 1932, os motivos que a originaram, as reações políticas envolvidas e como seus agentes a promoveram em São Paulo. A ideia central não está baseada no acontecimento e si, mas nas memórias de quem foi envolvido no movimento paulista.

As perdas de poder político e autonomia econômica em São Paulo, depois do golpe de Getúlio Vargas em 1930, provocaram reação da sociedade paulista. Sob as características de uma ditadura, o então novo presidente centralizou o poder à sua tutela. A figura do governador foi extinta, dando lugar aos interventores estaduais.

Em abril de 1931, membros do Partido Democrático em SP lançaram manifesto contra essa política (apoiada pelo movimento tenentista e pela Liga Revolucionária). O documento afirmava a necessidade um governo genuinamente paulista e civil. Em resposta ordenou-se o fechamento do PD, assim como o jornal que o representava, o Diário Nacional. Nesse contexto surgia o ideal da Revolução de 1932, que clamava o fim do estado de sítio e uma nova constituição para o país.

De acordo com Gomes (1986), a exigência de uma assembleia constituinte reafirmaria o exercício da liberal-democracia em oposição ao regime ditatorial. Em tese, isso promoveria um esforço de mobilização da sociedade e da organização político-partidária.

A oligarquia cafeeira, que até então dominava o poder político das fazendas na figura de «coronéis», patenteados pela guarda nacional, um resquício do período do império, sentia os efeitos da ruína dos negócios, a queda das exportações de café promovida pelas quebra da bolsa de Nova York em 1929. Pela primeira vez sentiu a necessidade de se unir à burguesia emergente ligada à indústria e ao comércio, para aumentar as forças contra o governo federal. Simultaneamente diversas facções políticas em São Paulo radicalizaram a demanda pela constitucionalização.

> O episódio de 1932 não é apenas 'o canto do cisne da aristocracia do café', como tradicionalmente se tem dito. Ele representa a revolta de todos os setores da burguesia paulista, não tanto por razões estritamente econômicas, mas, sobretudo, por razões de natureza política. A decepção dos democráticos levou à luta tanto a 'aristocracia do café', como todo o grupo industrial mais importante do país, que, sem discrepâncias, realizou um considerável esforço para armar o Estado rebelde (Fausto, 1995: 249).

É por esse ideal que, em um primeiro momento, a luta pela constituinte reuniu elementos contrários e pró-movimento de 1930, dentre os quais participaram simpatizantes do governo Vargas descontentes com os novos rumos em São Paulo, como o grupo tenentista.

O Estado, que se gabava de ser a "locomotiva" do país, não aceitava mais as ordens de políticos de outros estados. Exemplo dessa reação foi a organização da Frente Única, que reuniu representantes de diversas esferas políticas, partidos e convocou a sociedade para participar de manifestações e atos públicos na capital. Estudantes universitários, principalmente os do curso de direito do largo São Francisco, da Universidade Paulista, na capital do Estado de São Paulo, se organizaram em células de cunho revolucionário contra a ditadura de Vargas. Ações violentas de manifestações pipocaram em lugares simbólicos, como prédios públicos. Um dos episódios que marcam esse descontentamento ficou conhecido como MMDC.

A sigla se refere às iniciais de quatro jovens que participaram de um ato, que visava à tomada da sede de um grupo apoiador de Vargas. Em 23 de maio de 1930, Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo foram mortos em um confronto com a força militar federal. Essa inabilidade de o governo federal administrar São Paulo, como aponta Fausto (2000), concorreu para uma guerra civil.

Valendo-se de uma figura entendida como a identidade do paulista, o Bandeirante, figura que promoveu a interiorização do Brasil no período colonial, surgido na então província de São Paulo, se tornou o símbolo de um movimento armado. Com apoio do rádio, recente ferramenta de comunicação implantada no Brasil à época, as lideranças políticas recrutaram voluntários com slogans de cunho nacionalista, baseado no conceito de soberania de São Paulo diante do resto do país. A propaganda também se valeu de cartazes, apelou para todas as camadas sociais. Ao final, até mulheres, negros e índios, que estavam fora do jogo político, às margens da sociedade oligárquica, foram envolvidos.

Capelato (1981) descreve que até as classes sociais menos favorecidas tomaram parte ativa no armamento de São Paulo. Entre elas, os lavradores. Em trecho do Diário Nacional, reproduzido pela autora, o alerta de um representante do Instituto do Café:

> Precisamos não esquecer que, enquanto nas trincheiras, de fuzil em punho, a flor da mocidade, a inteligência, o escol da nossa raça derrama o seu sangue pela causa do Brasil, é urgente que nos campos redobremos nossos esforços pela produção... Assim, embora se prolongue a guerra, teremos alimentos abundantes e produtos para vender, fornecer às nossas fábricas e fazer face às enormes despesas a que somos obrigados. A secretaria da Agricultura está aparelhada para auxiliar os lavradores – 13/7/32 (Capelato, 1981: 22).

Destaca-se aqui que as vozes de liderança, invariavelmente, ecoavam de pessoas ligadas a classes favorecidas. Apesar de a fala estar dirigida para o trabalhador, ela parte de um homem político, que tem uma instituição organizada por trás, formada por homens de classe média. O discurso arrebanhou e politizou muitos. Mas isso não quer dizer que foi assim em todos os lugares do Estado.

Os revolucionários combatiam o que eles mesmos chamavam de «forças retrógadas da nação», como apontou Capelato (1981). A modernidade estava representada pela burguesia, classe média e parte do proletariado, do lado de São Paulo, em oposição clara à oligarquia agrária, do grupo varguista. A ideia difundida pelos paulistas era a de uma luta dual, entre o atrasado e o adiantado. Movimentos separatistas, federalistas, confederalistas, baseados no liberalismo econômico e na autonomia dos Estados, fundamentavam sua campanha na economia desenvolvimentista. Esse ideal pode ser identificado no trecho abaixo, extraído do Manifesto Confederacionista (1933).

> A contribuição de São Paulo ao governo federal representa mais de 40% da renda global da Nação, quando a população paulista é menos de 1/6 de todos os brasileiros! Já por aí se constata o grande peso que recai sobre o nosso Estado [...], resultando para os paulistas uma situação de vassalagem econômica, como não se vê em nenhuma parte do mundo (Manifesto Confederacionista, 1933: 6).

Como a classe média, os operários e trabalhadores, não tinham projeto político definido, e estavam atrelados à «classe dominante ou indo à reboque dela» (Capelato, 1981: 63), era preciso usar de um discurso conservador que vinha sendo difundido pelas elites oligárquicas: o da *ordem e progresso.* «Não se pode esquecer que nesse Estado se concentrava o maior número de indústrias, e, consequentemente, o maior contingente de operários. Daí ter ocorrido em São Paulo uma agitação social mais intensa» (Capelato, 1981: 71).
Do começo ao fim do movimento, mesmo depois da derrota de São Paulo, o que mais se ouviu foi a palavra vitória por parte dos paulistas. Os jornais e o rádio, que esconderam as derrotas das batalhas até o último minuto, publicavam uma vitória moral, já quem 1934 uma nova constituição seria feita. A revolução tinha chegado ao seu objetivo. Gomes (1986) reafirma este posicionamento.

> Sob múltiplos aspectos a Revolução de 1932 constitui um marco para o movimento revolucionário pós-trinta. Simbolicamente, podemos situá-la como o acontecimento que inaugura o processo de reconstitucionalização do país e que pôs fim ao regime de força característico dos dois primeiros anos da década. Apesar de derrotada militarmente, essa revolução consegue impor o objetivo político a que se propunha: a imediata e completa reconstitucionalização através da convocação da Constituinte (Gomes, 1986: 19).

Os revolucionários de 1932 negaram a ideia que em 1930, ano do golpe de Getúlio Vargas, ocorrera uma revolução e pregavam que o marco divisório foi o de 1932, com a instauração de uma nova ordem.

5. O lugar da memória: Cássia dos Coqueiros

O nome Cássia dos Coqueiros foi dado, de acordo com o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - (2001), é homenagem à cidade de Cássia, cidade Italiana onde está enterrada Santa Rita, a padroeira da cidade. A região começou a ser povoada em 1830, por um garimpeiro, «José Moreira da Silva, vindo do garimpo de Jacuí, que pretendia dirigir-se à então freguesia de São Francisco de Monte Santo, em Minas Gerais» (Ibge, 2014). De acordo com Lages (1996) a região toda foi povoada no fim do período de mineração, quando ouro se esgotava em Minas Gerais. Os entrantes mineiros, a quem o autor denomina os que vinham de minas gerias, chegaram ao interior de São Paulo, principalmente vindos de cidades de fronteira, em busca de terra para sobrevivência. Cássia dos Coqueiros pode ser inserida neste contexto.
Este minerador, José Moreira da Silva, decidiu então ficar nas terras e solicitou uma sesmaria, medida territorial da época doada pelo imperador para o povoamento do país. A sesmaria, que se transformaria em Cássia dos Coqueiros, teve nove de Delícia, que fora vendida posteriormente a Joaquim Lopes de Siqueira, vindo de Juiz de Fora, MG, um também entrante mineiro. Em 18 de novembro de 1877, parte das terras foi doada à igreja, quando foi construída a primeira capela que deu origem ao núcleo urbano.
Em 1899 foi formado o distrito de Santa Rita de Cássia dos Coqueiros, pertencente a zona administrativa de Cajuru, município vizinho. Sé em 1938 o distrito de Santa Rita de Cássia dos Coqueiros passou a ser chamada Cássia dos Coqueiros. Em 1959 veio a emancipação e passou de distrito à município pelo decreto estadual nº 9775.
Cássia dos Coqueiros fazia fronteira com Monte Santo de Minas, em Minas Gerais. Por ser tão próxima também à Itamogi (MG) e Arceburgo (MG), havia um constante ir e vir de fazendeiros no lombo de mulas e cavalos. Muitas fazendas passavam pelas fronteiras. Em alguns pontos não se sabia ao certo se os moradores estavam em SP ou MG, já que a delimitação da área não era precisa.
Em 1932, a economia de Cássia dos Coqueiros era exclusivamente rural, baseada na agropecuária de subsistência e produção de café, pouco diferente de sua fundação. Moradores (a maioria estava no campo) viviam isolados geograficamente da maioria das cidades ao redor pela dificuldade de relevo. A formação de morros dificultava a locomoção, feita basicamente por tração animal. O livro de registros do cartório aponta 72 casas naquela época na zona urbana.

As poucas informações sobre a guerra recém-declarada chegavam ao interior do Estado pelo rádio - nas poucas cidades que tinham o equipamento, que começava a ser popularizado pelo próprio Getúlio Vargas. E mesmo assim, dentro de um contexto de crise política interna, o programa transmitido oficialmente pelo governo provisório, era a Hora do Brasil, que invariavelmente transmitia «a imagem de uma sociedade unida e harmônica, sem divisões e conflitos sociais. [...] Buscava-se difundir a informação, a cultura e o civismo, criando uma unidade nacional» (Menegel; Oliveira, 2013: 2-3).
Era nessa situação de falta de informações, que a pequena população de Cássia dos Coqueiros vivenciou a Revolução de 1932, na periferia dos acontecimentos, alienada ao espaço geográfico onde se situava. Essa condição talvez tenha colaborado para que se instaurasse o medo e as incertezas sobre o que realmente estava acontecendo. Neste contexto estavam as quatro fontes orais desta pesquisa.

6. Memórias e ressignificação

Ilca Torrano Pereira Vieira nasceu em 1925 - tinha apenas sete anos de idade durante a Revolução de 1932. Sua família veio de Minas Gerais, no movimento de entrada para São Paulo, após a queda da exploração do ouro no país. A condição social de dona Ilca era diferente da maioria dos moradores da cidade naquela época. Ela era filha do chefe do único cartório de notas. Era o pai dela que fazia todos os registros civis, de notas ofícios de justiça. Dona Ilca morava em uma casa no centro da cidade atrás da igreja, de onde giravam todos os eventos sociais. Ela foi das poucas que conseguiu concluir os estudos na cidade.
Miguel Alves Furquim nasceu no dia 4 de setembro de 1923, em Cássia dos Coqueiros. Durante a Revolução de 1932 tinha nove anos de idade. Cresceu na zona rural e desde cedo pegou na enxada para ajudar o pai na atividade agrícola, basicamente de subsistência. O sítio onde morava ficava a três quilômetros da cidade. A situação econômica de seu Miguel era como a da maioria da população, de dificuldades. O pai dele, além de produzir pouco excedente para a venda, prestava serviços diversos. Teve acesso aos estudos, mas não foi em frente. Diante da dificuldade em conseguir recursos, passou a infância trabalhado e assim continuou na fase adulta. «Derrubei mata, catava pedra, fazia casa. Essas casas aqui. A maioria dessas casas aqui de Coqueiros eu puxei com carro de boi, com meu pai, meus irmãos, pra fazer essas casas tudo aqui», lembra.
Dona Rita, hoje casada com Sr. Miguel, era a mais velha do grupo, nascida em 1920. Tinha 12 anos quando a revolução estourou. Era filha de «meeiro», na linguagem da roça. Isso quer dizer que o pai dela, por não ter posses, tinha que usar a terra de alguém emprestada para plantar o café. O aluguel do terreno era pago com metade da produção. De família pobre, desde cedo trabalhou na casa de vizinhos como babá, pajem, arrumadeira. As horas de trabalho diário eram dividas com a escola. A necessidade fez com que ela abandonasse os estudos por muitas vezes. Entre idas e vindas chegou à formatura do primeiros anos de ensino oficial. Conheceu o marido, Sr. Miguel, durante a Revolução, casou-se, teve filhos. Foi a primeira telefonista da cidade, trabalho que lhe rendeu certa notoriedade no fim da década de 1960.
Pedro Theodoro de Menezes nasceu em 1925 na fazenda do pai, no bairro das areias, em Cássia dos Coqueiros, em uma área de 180 alqueires, grande extensão na época, onde se produzia café. Catorze colonos dependiam das atividades na lavoura. Quase toda produção era vendida para atravessadores em Santos, que escoavam o café para fora do país.
As terras do pai dele também produziam cereais e criavam animais para subsistência. Uma situação árdua, de muito trabalho, mas diferente da de dona Rita e Sr. Miguel. Pedro começou a trabalhar com dez anos de idade, já passada a Revolução de 1932. Estudou na própria fazenda, o pai contratava uma professora para ensinar os irmãos e os filhos dos colonos. Mas quando veio a Revolução ainda não tinha sido alfabetizado.
Todos os fatores apontados, como grau de escolaridade, situação econômica e identidade cultural são determinantes para as percepções de cada um dos sujeitos da memória no entendimento sobre a guerra e em seu processo de resignificação.
De acordo com Nora (1993), o lugar de memória se remete aos significados a ele atribuídos pelos sujeitos. No caso do recorte geográfico desta pesquisa, Cássia dos Coqueiros, as experiências de uma vida inteira na mesma comunidade, bem como a existência até os dias de hoje da materialidade do conflito, tornam-se imagens eficientes para disparar o gatilho das lembranças entre os sujeitos.

Dona Ilca lembra bem da cidade.

> Uma igreja no centro de um aterrado assim, uma terra batida, uma cerca de arame envolta fazendo esse quadrado, que hoje ainda permanece - só que hoje já tem calçadão, jardim e tudo. Um cipreste plantado e a igrejinha, que também não era essa, era uma igreja bem menor, mais simples, feita da maior parte de pau a pique, parte de tijolo. A cidade se resumia e três ou quatro ruas.

Todos contam que havia apenas um telefone na cidade, que era preciso pagar para usá-lo. Isso demonstra claramente que a comunicação era precária e os habitantes ficavam alheios ao que acontecia no país e ao seu próprio redor. O município, de grande extensão de terras, mera ladeado de serras, o que também dificultava o trânsito para outras cidades.

Os únicos jornais que chegavam ali eram o Diário Oficial, com registros de ações do governo, e o Estado de São Paulo, definitivamente pró-revolução como aponta Capelato (1981). Os periódicos vinham de Cajuru uma ou duas vezes por semana, de acordo com os relatos. «A gente ficava sabendo aqui com o turco, o Zacarias. Ele assinava jornal. Duas vezes por semana que vinha e recebia comunicação do que acontecia no Estado», lembra o Sr. Miguel. Uma única pessoa ia buscá-los a Cavalo, junto com outras correspondências. «Aqui tinha um homem que ficou conhecido pelo nome Antônio Estafeta. Ele dava duas viagens por semana a Cajuru, a cavalo, pra buscar o jornal», completa Sr. Miguel. Importante destacar que estafeta é uma referência ao carteiro da época. As notícias, em função da distância, chegavam com atraso, já que a viagem à cavalo durava pelo menos um dia.

A energia elétrica já havia chegado, mas poucas famílias tinham acesso. A de dona Ilca era uma delas. «Era um carvãozinho, não dava pra ler, não dava pra nada... era um carvãozinho mesmo. Então não tinha geladeira, não tinha nada. Retiravam o leite e colocavam em latões e colocavam dentro do rio, para refrescar», lembra.

O alto da serra, hoje um ponto turístico preservado pelo governo municipal conhecido por "mirante", foi usado pelos soldados paulistas para montar trincheiras e é lembrado como um ponto de estratégia militar da Revolução de 1932. O ponto geográfico alto era privilegiado, já que, em caso de conflito, levava vantagem para impedir a subida dos soldados do governo federal, ou como eles mesmos diziam, dos mineiros. «No destaque da serra mesmo, enxergava lagoa do santo, enxergava Mococa, são Benedito, aquele mundão lá de minas gerais», diz dona Rita.

Compreende-se que esse lugar, antes da Revolução, estava isolado de qualquer envolvimento político. A efervescência em torno da questão constitucional e das querelas entre São Paulo e o governo federal de Getúlio parecem não estar presentes nas experiências dos habitantes de Cássia antes do seu contato com os conflitos. A Revolução trouxe para a cidade um universo político da capital, inserindo-os em uma realidade que lhes era estranha até então.

De acordo com Nora (1993), a imaginação investe os lugares de uma aura simbólica. A afirmativa sugere que morro, fazenda, trincheiras e o mirante garantem a cristalização material das lembranças ao redor do fato. Cada indivíduo toma para si uma referência que remonta o acontecimento. Neste caso, todas as fontes orais, por conviverem em um espaço em comum, reconstroem os mesmos elementos, dando base a uma memória coletiva.

***fala do medo que viria pela frente

As memórias dos lugares lúdicos de usos cotidianos para estudar, brincar, ajudar os pais na lida do dia a dia, que estão investidos de alto teor simbólico seriam violentamente invadidos e alterados em seus usos. A escola onde encontravam os amigos, se tornaria o refeitório improvisado para os soldados. A gruta e a cachoeira de Itambé, que eras espaços lazer, se transformariam em esconderijos. O pasto das vacas leiteiras se converteria em ponto estratégico para as trincheiras. As brincadeiras dariam lugar ao medo, quando o som dos tiros provocaria uma quebra na rotina diária.

Novos sentidos são então dados a este lugar, que não mais refletiria somente a vida cotidiana, para também um lugar de memória da Revolução.

6.1 O medo dos mineiros

De acordo com Delumeau (2009), o medo coletivo nas cidades, no que diz respeito à segurança pública de um espaço que concentra determinado número de moradores em sociedade, data da idade média, com a criação de mecanismos de defesa ao redor de muros. O medo em questão é o da morte, da vitória do inimigo em busca de poder e conquista de território.

Neste período o cavaleiro que tinha medo de enfrentar seus inimigos era considerado de um "nascimento baixo" (Delumeau, 2009: 15), ou de uma linhagem menos favorecida. O nobre deveria fazer fama de seus grandes feitos. Ao contrário dos pobres, das classes menos favorecidas que não buscavam a fama ou títulos. O medo, portanto, segundo o autor, no período medieval, legitimamente ligado aos pobres, que não tinham qualquer possibilidade de fama, sem a busca da luta pela honra.

Na Renascença esta máxima, de que os humildes eram os medrosos, persistiu. Só na Revolução Francesa o homem do povo passa a ter o direito à coragem pela força.

> Mas o novo discurso ideológico copiou amplamente o antigo e seguiu a tendência de camuflar o medo para exaltar o heroísmo dos humildes. Portanto, é só lentamente, a despeito das marchas militares e dos monumentos aos mortos, que uma descrição e uma aproximação objetivas do medo desembaraçado de sua vergonha começaram a mostrar-se. De maneira significativa, as primeiras grandes evocações de pânico foram equilibradas em contraponto por elementos grandiosos que proporcionavam como que desculpas para uma degringolada (Delumeau, 2009: 17-18).

Isso significa que o ato de resistência ao longo da história e a tomada de consciência das massas levaram as classes menos favorecidas a encarar o medo de enfrentar inimigos em guerras e batalhas. O que não quer dizer que isso seja regra para a população que habita um espaço. «Em nossa época, em todo caso, o medo diante do inimigo tornou-se a regra», apontou Delumeau (2009: 22). Em Cássia dos Coqueiros, é esse sentimento de medo do homem pobre da idade média, que toma conta de uma população desprovida de ligação com lideranças políticas.

Uma lembrança viva na memória coletiva da cidade é o sentimento de pavor que a Revolução de 1932 despertou nas famílias. O medo principal era dos mineiros, uma alusão dada pela comunidade ao inimigo.

Como a região era de fronteira com Minas Gerais, era de lá que vinham as tropas do governo federal tomar as cidades paulistas. A falta de conhecimento político e de informação de maneira geral na comunidade provocou uma mistura entre as figuras do confronto. De um lado estavam os paulistas. Mas, para esses moradores, do outro não estavam soldados de Vargas, e sim os soldados mineiros.

O entendimento sobre os motivos da Revolução não era claro. A princípio, a população acreditava que o conflito era entre São Paulo e Minas Gerais era por uma disputa de terras. Isso está evidente na fala de Sr. Miguel. «Acho que era pra fazer divisa lá na Serra da Mantiqueira, naquela região lá que eles queriam tomar uma parte, né? Os paulistas queriam tomar uma parte de minas, né?», disse. Outro trecho do relato de Sr. Miguel revela a ressignificação do inimigo. «A briga era com a polícia de minas gerais. Eu via a policia paulista passar de lá e pra cá», disse. Nota-se que quando criança a capacidade de entender quem eram os combatentes e os sentidos dos combates estavam recônditos ao universo infantil e ao que se ouvia dizer dos adultos. Mas mesmo ao longo dos anos, hoje idoso, o inimigo segue sendo o mineiro, uma evidência de que a figura de quem estava do outro lado da batalha foi ressignificada.

Os boatos criados sobre o inimigo, principalmente após a chegada das tropas paulistas, cresciam conforme a Revolução acontecia. A fala de dona Rita representa explicitamente esse mito criado na figura dos representantes do Estado vizinho.

> O pessoal tinha medo dos mineiros. De fato quando os mineiros entraram aqui, entraram mesmo. Meu pai tirou a gente daqui. A fama deles era feia. Então meu pai mandou nós tudo lá pra roça, lá pra beirada da serra. E ficamos pra lá uns vinte dias ou mais até cessar tudo.

Segundo ela, o mineiro era «desordeiro, era bravo, batia, matava, era feia a fama deles. Então o pessoal fugiu tudo». Muitas famílias, diante do sentimento de pânico, dos riscos que acreditavam correr caso São Paulo perdesse a disputa, abandonaram suas casas. Assim como relatou dona Rita, o mesmo ocorreu com a família de dona Ilca.

> As noticias que chegavam eram aterradoras, né? Cada um, sabe como é que é... as noticias de guerra... tudo chega aumentado, que os mineiros matavam, que atiravam, as famílias ficaram apavoradas... Todo mundo estava esperando uma coisa muito pior.

O pai de dona Ilca levou mulher e filhos para casa de parentes na cidade vizinha quando percebeu que São Paulo perderia a guerra. Mas como chefe de cartório voltou para Coqueiros, pois queria proteger os documentos da cidade caso o inimigo quisesse apropriá-los.

> Papai nos levou pra Cajuru. Esconderam no porão da casa da minha avó. Era uma casa grande, o porão era habitável. Imagina... era um absurdo né... Cajuru também seria tomado, como foi... E nós estávamos morando no porão da casa... Não podia fazer barulho. Em cima tinham os mineiros e a gente vivia aquela tensão... Morria de medo dos mineiros.

Seu Miguel conta que, assim como o pai de dona Ilca, apenas outro morador ficou inerte no ambiente urbano. O estafeta, que buscava os jornais em Cajuru e era o dono do único telefone da cidade. A maioria da população que vivia na zona rural correu para região da cachoeira do Itambé, onde hoje também é ponto turístico, para se esconder da guerra, aumentado pela falta de informação, como lembra seu Miguel. «Todo mundo correu pro mato pra esconder... Os paulistas rancharam na escola e na cadeia», disse.

A fala do Sr. Miguel deixa margem para a seguinte interpretação: apesar de Cássia dos Coqueiros estar em São Paulo, de se tratar de uma minúscula parte da população do estado reivindicador de uma nova constituição, aqueles moradores não tinham identidade com a causa paulista. «O povo era tudo contra, todo mundo contra. Com medo da polícia, tudo com medo, tudo contra. O maior medo que o povo da cidade tinha... é dos mineiros subir a serra e encontrar com eles e matar todo mundo», disse o Sr. Miguel.

Outras lembranças que representam o medo provocado na população são as de seu Pedro. O primeiro aspecto relevante na fala do morador diz respeito a quem era o adversário de São Paulo. «Começavam a falar: vai ter a revolução, vai tá brigando mineiros contra os paulistas. Naquele tempo o pessoal falava que era por disputa de terra, mas não era. Era por causa da constituição», afirmou.

Seu Pedro morava a um quilômetro de distância do local onde foram instaladas as trincheiras para proteção dos soldados paulistas. Ele lembra que o conflito na cidade esteve resumido à resistência da invasão das tropas do governo federal, e não houve combate propriamente dito corpo a corpo. Do alto os soldados abriam fogo, como ele mesmo disse, em direção à fronteira. «As bala passava em cima da nossa casa, que a trincheira era em direção. Só que era alto, então passava bem lá embaixo", conta.

O entrevistado lembra bem de como foram construídas as trincheiras. «Era umas valas assim, em zigue-zague... [os soldados] ficava dentro, né? Se fosse atacado ficava dentro da vala». Segundo ele, todos os disparos foram feitos na parte da noite, o que deixava os moradores, principalmente da zona rural, que estavam na linha de tiro, preocupados. «Tinha um cara que ficava na comunicação, né? Então quando eles achavam que os mineiros vinham, eles faziam tiroteio à noite. De dia nunca houve tiro, só à noite», lembrou. E quando isso acontecia o pai de seu Pedro levava toda a família para o porão da casa. «Quando eles falavam que ia fazer fogo, eles avisavam. Aí ia todo mundo pro porão. Dava pra escutar os tiros, o tinido da bala, passava por cima da casa. Eles usavam fuzil e tinham metralhadora», lembrou.

Esse sentido da revolução em Cássia dos Coqueiros provocou consequências de relações sociais entre os moradores da cidade com os habitantes de Minas Gerais. Dona Ilca fala de mm sentimento de rivalidade. « Havia uma rixa, a revolução de 1932 foi o motivo. Até muitos anos depois ficou com aquele estigma. Eram os mineiros. Muitos anos depois ninguém gostava dos mineiros. Depois acabou isso », disse.

7. Considerações

Com o objetivo de levantar e analisar o relato dos moradores de Cássia dos Coqueiros, SP, que presenciaram quando crianças a Revolução de 1932, buscou-se a memória coletiva dos sujeitos. O objeto principal não foi o acontecimento em si.

Buscou-se embasar a teoria sobre memória coletiva, revisar a bibliografia do fato e apresentar o ideal paulista, identificar o lugar da memória, no caso Cássia dos Coqueiros, quem são os sujeitos da memória na pesquisa e os resultados das análises dos relatos, de acordo com a categoria definida: o medo e a ressignificação do inimigo.

Percebe-se um distanciamento dos relatos diante da história oficial. A memória coletiva dos moradores de Cássia dos Coqueiros revela um inimigo ressignificado e personalizado, não no aparato militar do governo federal, mas sim na figura do mineiro.

De acordo com Capelato (1981), o ideal paulista, por mais revestido de um tom democrático e mesmo que tenha chegado às várias camadas da sociedade, representava antes de tudo o ideal das elites oligárquica e industrial. O chamamento dos revolucionários foi baseado em um jogo psicológico difundido pela propaganda, principalmente no rádio.

Não há dúvidas que o envolvimento dos moradores da capital foi grande, já que foi de lá as lideranças políticas articularam o movimento. Mas, ao fazer um mergulho na memória coletiva não dita dos moradores de Cássia dos Coqueiros, nota-se que esse sentimento não era presente naquela localidade e sim a sensação de medo do que a guerra poderia provocar com a vitória do inimigo: os mineiros.

De maneira geral, a comunidade encarou o evento como traumático. Poucos sabiam o real motivo daquilo. Para muitos, o conflito se tratava de uma disputava de terras entre mineiros e paulistas, como ainda hoje pensa Sr. Miguel. Um dos motivos identificados disso eram as condições de acesso ao ensino formal e a falta de informação, que deixaram muitos na ignorância. Tudo isso promoveu um processo de resignificado do fato histórico.

Todas as fontes orais desta pesquisa disseram que nunca foram procuradas por qualquer professor, pesquisador ou outro interessado, senão os próprios familiares, para narrar o episódio. Caso seus relatos não tivessem sido documentos por esta pesquisa corriam sério risco de cair em esquecimento diante do tempo. Foram anos e anos de silêncio. A experiência sequer foi compartilhada com estudantes em salas de aula da cidade.

Por sorte, silêncio não significa esquecimento. O longo calar sobre o passado é a resistência que uma sociedade civil pode opor ao excesso de discursos oficiais. E no momento que os sujeitos da memória percebem que vão desaparecer aproveitam qualquer oportunidade para inscrever suas lembranças contra o esquecimento. Não foi à toa que dona Ilca, Sr. Miguel, dona Rita e Sr. Pedro aceitaram participar do presente trabalho.

Este é o papel do pesquisador. Trazer à tona o "não dito" e colocar as informações para dialogar com a historiografia oficial. Isso tende engrandecer o trabalho de pesquisa em história, já que a memória é ainda sua matéria prima.

Bibliografia

BOSI, E. (1997), *Memória e Sociedade: lembranças de Velhos,* São Paulo: Companhia das Letras.

CAPELATO, M. H. (1981), *O movimento de 1932: a causa paulista,* São Paulo: Brasiliense.

DELUMEAU, J. (2009), *História do medo no ocidente 1300 – 1800,* São Paulo: Companhia das Letras.

FAUSTO, B. (1995), "A revolução de 30". In MOTA, C. G. *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 227 – 256.

FAUSTO, B. (2000), *História concisa do Brasil,* São Paulo: Edusp.

GOMES, A. M. C. (1986), "Confronto e Compromisso no Processo de Constitucionalização (1930 – 1935)". In FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira: Sociedade e Política (1930-1964)*, São Paulo: Difel, pp. 7 – 76.

HALBWACHS, M. (2006), *A Memória Coletiva,* São Paulo: Centauro.

IBGE. (2014), *Cássia dos Coqueiros. Infográficos: histórico,* 1(1), Disponível em http://cod.ibge.gov.br/1BDU, [consultado em 10-08-2014].

LAGES, J. A. C. (1996), *Ribeirão Preto: da figueira à Barra do Retiro – o povoamento da região pelos entrantes mineiros na primeira metade do século XIX,* Ribeirão Preto: VGA.

LE GOFF, J. (2013), *História e Memória,* Campinas: UNICAMP.

MANIFESTO Confederacionista. (1933), São Paulo: Typografia Paulista, J.Bignard e Cia, 6(18), Disponível em http://mmdcjaguariuna.blogspot.com.br/2014/03/manifesto-confederacionista.html, [consultado em 13-10-2014].

MEIHY, J. C. S. B. (2005), *Manual de História Oral*, São Paulo: Edições Loyola.

MENEGEL, Y. P., OLIVEIRA, O. (2013), *O rádio no Brasil: do surgimento à década de 1940 e a primeira emissora de rádio em Guarapuava,* 2-3(27), Disponível em http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/713-4.pdf, [consultado em 13-09-2013]

NORA, P. (1993), "Entre memória e história: a problemática dos lugares"**.** *Revista do Programa de Estudos de Pós-graduados em História,* São Paulo: .

POLLACK, M. (1989), "Memória, esquecimento, silêncio". *Estudos históricos*, Rio de Janeiro: pp. 3-15.

Memória do Operariado Amazonense: A Festa Como Expressão da Luta Operária, Transgressão e Carnavalização

Milton Melo dos Reis Filho[1]
Iraildes Caldas Torres[2]

Resumo: Este trabalho é parte das reflexões propostas no terceiro capítulo da minha tese de doutoramento, realizada no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – PPGSCA/UFAM, em Manaus (2013). A temática da festa na greve se constitui numa estratégia positiva porque o operário concebe-a como seu espaço onde externa sua subjetividade. Nessas relações socioculturais os trabalhadores se auto-organizam e produzem novas interações que apontam para a integração de sua subjetividade pessoal numa subjetividade mais coletiva, "criam uma organização que tem qualidades próprias, em particular a linguagem e a cultura" (MORIN, 1996, p. 48). Além de produzirem uma nova sociedade, também inauguram a festa como estratégias de sustentação da greve, ao mesmo tempo em que eles brincam, se divertem e são felizes. Vivem um momento de renovação do espírito, do afagar da afetividade com os companheiros e companheiras. O que eram impedidos de fazer durante suas rotinas de trabalho dentro da fábrica passam a fazer no ato da festa. A festa não é algo que destoa da greve, pelo contrário, é algo que se fortalece porque cada operário se vê no espaço por ele conscientemente construído. Na festa os próprios grevistas são os músicos, eles deixam de ser meros expectadores para se tornarem atores de um espetáculo, no qual são os principais personagens. O modo como os operários se comportam durante as manifestações grevistas traduz um sentimento coletivo, é a expressão de um *ethos* identitário.

Palavras-Chave: Memória, Subjetividade, Transgressão e Carnavalização.

Por meio da festa o operariado externava o seu mundo. Tudo convergia para o campo da transgressão e carnavalização dessa categoria de trabalhadores. Era no convívio do espaço da festa que eles viviam suas vicissitudes e os impactos decorrentes de sua participação nas greves. As prévias deliberações eram feitas nas assembleias, mas, na hora de colocá-las na pauta das reivindicações sempre acrescentavam algo além do que estava previsto para reivindicar. Esse procedimento nem sempre fazia bem à greve porque gerava o descontentamento dos operários que, antes, participavam das deliberações das pautas nas assembleias.

O interior da fábrica foi um dos principais cenários no qual os trabalhadores vivenciaram a festa operária. Neste espaço, traduziram, em diferentes linguagens, o sentido e significado da festa operária numa espécie de transgressão e carnavalização.

Lança-se à classe trabalhadora o limiar de um novo presente que se modifica com as experiências que o sucedem, é um novo enfoque em cada novo presente. Morin (2010, p. 13) trata esta questão como "o futuro nascendo do presente", o que para ele implica dizer que a primeira dificuldade de pensar o futuro reside na dificuldade de pensar o presente. A cegueira sobre o presente, como orienta Morin, "nos torna, *ipso facto*, cegos em relação ao futuro. [...] A perspectiva sobre o presente é, pois, imprescindível para qualquer prospectiva" (Morin, 2010, p. 130). O estado do mundo presente carrega consigo, segundo Morin, as situações do mundo futuro. Em sua concepção, o futuro será um coquetel desconhecido entre o previsível e o imprevisível. Some-se a isso a ideia de que o futuro é necessário para o conhecimento do presente.

---

1 Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia na área de concentração em Processos Socioculturais na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Professor da Secretaria Municipal de Educação - SEMED/Manaus. Pesquisador do Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: Gênero, Política e Poder GEPOS/UFAM), vinculado ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: melomilton@ig.com.br

2 Professora doutora do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: iraildes.caldas@gmail.com

> É ele que nos revelará os verdadeiros operadores do futuro. É a luz do futuro tornando-se presente e fazendo do presente um passado que os atores principais do presente adentram na penumbra, transformam-se em comparsas, em parceiros úteis, enquanto saem da penumbra, dos bastidores, debaixo das mesas, detrás das cortinas, os atletas verdadeiros no jogo do tempo (Morin, 2010, p. 14).

O sentido e significado da festa operária, traduzida em diferentes linguagens, possibilitou a revelação das habilidades adormecidas nos próprios trabalhadores. É no ato da festa que se apresentam as invenções, inovações, criações técnicas, culturais e ideológicas que surgem e modificam a história.

As inovações/criações produzem transgressões que podem ampliar-se e potencializar-se em tendências, que tanto podem infiltrar-se na tendência dominante e modificar sua orientação quanto substituí-la. A não projeção massiva da história comparada ao volume de um rio em que história germina de forma marginal, desenvolve-se de maneira transgressiva.

O que se verifica na ação ousada dos trabalhadores em meio a festa operária é a sua passagem para a transgressão, "ao mesmo tempo, uma bifurcação da qual pode nascer um cisma, e onde se desenvolvem formas novas (cismo-morfogêneses)". As oposições podem gerar conflitos, assim como novas tendências se desenvolvem ao se descobrir antigas estruturas, culturais e instituições. "Assim sendo, o jogo de vir a ser é de uma prodigiosa complexidade" (Morin, 2010, p. 16). A história inova, deriva, desorganiza-se. "Ela muda de trilho, descarrila-se: a contracorrente suscitada por uma corrente se mescla com a corrente, e o descarrilador torna-se a corrente. A evolução é deriva, transgressão, criação; é feita de rupturas, perturbações, crises" (IBIDEM, p. 16-17).

O sentido e significado da festa operária, concebido neste estudo como transgressão, tem sua expressão maior na carnavalização da existência, vista como uma forma de ludibriar os acontecimentos, de se opor ao *status quo* ou de brindar com as realidades vividas. Este tipo de comportamento lúdico desvia as pessoas por certo tempo, da fuga definitiva. A escolha pela morte ou pela incontestável perturbação. Trata-se de um jogo cuja finalidade é ganhar tempo para que outras possibilidades apareçam, para que as dominações não ocupem todo o espaço da existência.

A representação da força subversiva que move a esperança dos dias melhores está no carnaval, na alegoria. No caso da festa operária é a transgressão materializada em atitudes, determinação, arte, criatividade e sentimento coletivo. É utopia vivida a cada dia, e que se materializa como luta coletiva.

Para Santos (2001) a utopia enquanto exploração imaginativa de novas possibilidades e novas formas de vontade para configurar outros sentidos de viver se opõe à necessidade do que existe, só porque é assim que existe. Para este autor um impulso de pensamento utópico requer amplo conhecimento da realidade, isto porque, uma utopia nasce do que é vigente, ela é uma parte integrante do que se deseja ver em outros moldes. Tematizar a festa operária significa valorizar a ideia de carnavalização da existência como uma forma de resistência, de esperança e, consequentemente de integridade humana, ou seja, identidade e reconhecimento social.

Rubenita Santos delineia esse quadro nos seguintes termos: "lembro, de uma única vez, em que os operários ficaram fora da fábrica. Na Sharp I, por exemplo, eles ocupavam o pátio da empresa. Lá eles cantavam, dançavam, ameaçavam e xingavam as pessoas que não aderiam a greve" (entrevista/2012).

Esse comportamento, consequente da ação reivindicativa dos trabalhadores, transgredia todos os cânones normativos da empresa e ultrapassava os contratos de convivência com o outro que não aderia a greve.

Rubenita Santos rememora esse tempo dizendo: "lá na Sharp-I eu presenciei uma greve em que os operários ficavam reunidos naquele pátio. Eram impedidos de entrar na empresa porque estavam na greve. Eles ficavam de fora, batendo pelo vidro, tentando convencer quem estava trabalhando lá dentro" (entrevista/2012).

A atitude comportamental delineada por Rubenita Santos reforça a tese de que as classes e grupos sociais que compõe o mundo do trabalho também elaboram a sua moral. Por meio da sua experiência social no trabalho, da sua organização político-sindical, das suas publicações, das lutas sociais, dos seus intelectuais orgânicos entre outros elementos, é que os trabalhadores, de modo geral, reúnem elementos de conduta moral alternativos como a solidariedade, a progressiva igualdade de gênero e étnica, a identidade de classe e outras conquistas. A homogeneização ou a unificação destes elementos de conduta moral alternativos vivem fluxos e refluxos na direta relação com as transformações produtivas, a intensidade e qualidade da interferência da mídia na sociedade, as formas e qualidades da organização das lutas sociais, e assim por diante.

Os seres humanos têm um duplo imperativo contraditório. Vivemos em um mundo onde processos de homogeneização tentam destruir as culturas, ou seja, tudo que vem da técnica, da indústria, atenta contra as culturas, sobretudo, quando estas são fundadas sobre pequenas comunidades como os índios da Amazônia. A primeira preocupação posta em desafio é a sua preservação, não de forma artificial, de todas as culturas que refletem a diversidade das possibilidades humanas. Este duplo sentido tem seu efeito sobre os trabalhadores em estado de greve, causando-lhes indecisão e impasse para sua tomada de ação. Isto não abala a solidariedade operária. Pelo contrário, o processo de homogeneização é fortalecido no sentido oposto da destruição. Os trabalhadores avançam em seus propósitos colecionando melhorias qualitativas e vitórias.

Diante da transgressão dos trabalhadores, a reação dos patrões, segundo Rubenita Santos, era imediata. Eles mandavam pintar de preto os vidros para evitar que os trabalhadores, do lado externo da fábrica, olhassem para os que estavam dentro trabalhando. Esses operários ocupavam o pátio da empresa, não entravam. Na SDB-IV, onde também Rubenita Santos trabalhou, houve uma greve em que os trabalhadores permaneceram do lado de fora. O movimento foi iniciado pelo interior da fábrica, o que não contribuía para as transgressões do operariado. Portanto, fazia-se necessário dirigirem-se ao pátio da fábrica. Nesse lugar, sob o clima contagiante, empolgante e de exaltação, externavam coletivamente suas subjetividades.

Tertulian (1993) revela que, na Ontologia do Ser Social Lukács, construiu uma verdadeira fenomenologia da subjetividade, para tornar inteligíveis as bases sócio-históricas do fenômeno da alienação. Vejamos:

> Ele distingue dois níveis de existência: o gênero humano em-sí e o gênero humano para-sí. O que caracteriza o primeiro é a tendência a reduzir o indivíduo à sua própria 'particularidade'; o segundo é a aspiração em busca de uma personalidade não mais particular. O ato teleológico, definido como fenômeno originário e *principium movens* da vida social, é composto, por sua vez, em dois momentos distintos: a objetivação e a exteriorização (Tertulian, 1993, p. 439).

O quadro mostrado por Tertulian indica a tensão e a disputa entre inautenticidade e autenticidade, entre alienação e desalienação, observada na luta exercida pela subjetividade para transcender a particularidade e atingir um nível verdadeiro de humanidade. Para este autor é "a autodeterminação da personalidade que faz explodir os sentimentos da reificação e da alienação, é sinônimo de emancipação do gênero humano" (Tertulian, 1993, p. 442).

O clima contagiante, empolgante e de exaltação reunia centenas de operários num espaço solidário. Reunidos, entoavam a canção de Geraldo Vandré "vem, vamos embora que esperar não é saber [...]", anunciando a vitória do Sindicato na volta à negociação. Vejamos o que noticiava o jornal A Crítica de 06 de agosto de 1985:

> Fábricas que nada tem a ver com o Sindicato dos Metalúrgicos começaram a entrar em greve, ontem, para também melhorar suas condições de salário e de trabalho [...] Até ontem à tarde, segundo Ricardo Moraes, já haviam parado quatro fábricas: Imbrima, Alfema (Indústria de brinquedos), Sonora (fotografia) e Nelima (relógios) (Jornal A Critica, agosto/1985).

Os fragmentos extraídos do Jornal A Crítica confirmam a expressão da subjetividade dos trabalhadores na manifestação da festa. O então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, Ricardo Moraes, sentia-se impotente diante das demandas apresentadas pelas empresas que não compunha o quadro dos metalúrgicos. Ainda nesta mesma edição de A Crítica pronunciava-se acerca das empresas paralisadas. Ouçamo-lo: "não podemos fazer nada pelos companheiros, pois, foge à responsabilidade do nosso sindicato, mas os companheiros da Central Única dos Trabalhadores – CUT, já estão reunidos com as lideranças para tentar encaminhar melhor o movimento". Em relação às interpretações precipitadas dos patrões, Ricardo comentou que não adiantava eles dizerem que estas fábricas estavam parando por solidariedade. "Estão parando porque sentiram que esta é a melhor forma de lutar por melhores salários e acabar com a miséria em que vivem"[3].

---

3 Trecho da entrevista de Ricardo Moraes para o Jornal A Crítica, edição o6 de agosto de 1985.

Este foi o tom dado à festa operária, uma estratégia de luta e garra transcendida no sentimento coletivo. A seriedade de suas ações atesta a reciprocidade do estar juntos, em busca de seus ideais. O Jornal A Notícia de 06 de agosto de 1985 anuncia a manchete: "de onde vem o dinheiro". Esta manchete denota a compreensão da sociedade civil e de seu papel, o que nos dias de hoje não presenciamos acontecimentos semelhantes no campo da militância operária.

> A ajuda em dinheiro, comida, água, gelo, na verdade tem chegado diariamente aos trabalhadores do Distrito. Gozando dos benefícios e isenções, nossos empresários, mais do que quaisquer outros, de outras partes do Brasil, têm condições de ceder na maioria das reivindicações (Jornal A Notícia, agosto/1985).

Os tempos são outros, aquele era um tempo de afirmação identitária e de construção de uma concepção de classe. A solidariedade operária abriu caminhos para uma tomada de ação do trabalhador do Polo Industrial de Manaus. Um ato que também chamou muito a atenção foi a atitude de uma senhora de seus 60 anos. Ela foi ao Sindicato, com um pequeno embrulho nas mãos. Era uma mulher visivelmente pobre e humilde. E foi com toda a humildade que ela entregou ao Fundo de Greve meio quilo de café, "para os meninos que querem ganhar mais para ajudar a família a não passar fome" (ARQUIVO P. O - A CRÍTICA, 08/85).

Na entrada à fábrica, os vigilantes, de posse de uma relação com os nomes dos funcionários grevistas, autorizavam ou não a entrada dos funcionários. Era uma espécie de seleção, se o nome do operário constasse na lista ele era impedido de adentrá-la para assumir seu posto de trabalho. A partir daí começavam a acampar. Ao acamparem, montavam toda a estrutura que consistia em levar fogão, ventilador, ligar a energia elétrica da rua, para garantir sua permanência por duas a três semanas no local. O sindicato levava colchões e alimentos para suprirem suas necessidades. Nem sempre os trabalhadores, em atividades dentro da empresa, conseguiam contribuir ou ser solidários com os acampados do lado de fora, porque eram impedidos pelos seguranças da empresa que faziam os paredões para evitar qualquer tipo de contato com os acampados.

Essa forma transgressora contribuía enormemente para que os trabalhadores construíssem novos valores, repensassem suas ideias e os comportamentos cotidianos. As manifestações festivas, os hábitos e os seus costumes construídos como modo de viver a solidariedade, de expressar conflitos, estabelecer diálogos e enfrentar contradições em diferentes situações históricas. Era por meio da expressão de seus sentimentos que buscavam suas incessantes vontades de superação das etapas de suas vidas operárias. De acordo com Lara (2006, p. 17) esses foram "os caminhos diversos por meio dos quais as pessoas sentiam-se parte de um mesmo grupo, identificavam mutuamente e constituíam tradições que alimentavam suas práticas sociais".

Como novos sujeitos políticos pareciam transfigurar-se. O efeito da manifestação festiva disseminava entre os trabalhadores fortalecendo-os continuamente. Para Maffesoli (2005, p. 115) "a transfiguração do político completa-se quando a ambiência emocional toma o lugar da argumentação ou quando o sentimento substitui a convicção". A expressão sentimental dos trabalhadores na festa operária sustentava-se pela energia que, segundo este autor, "projeta-se para o exterior, 'utopiza-se', exprime um maiúsculo e cria, logo, grandes entidades: Deus, Estado, Revolução, Progresso" (Maffesoli, 2005, p. 120). Acrescenta este mesmo autor que,

> A energia torna-se então intensiva, 'ecológica'. É isso que nos revelam a multiplicação e a exacerbação dos ritos cotidianos. Estes exprimem bem o que propus chamar de 'socialidade sem utilidade ou sem finalidade, um estar-junto em estado puro.
> Basta indicar que através do ritual, do ritmo repetitivo, um 'sentimento trágico da vida' ganha novas forças de maneira não mais individual, mas coletiva (Maffesoli, 2005, p. 142).

A vontade desses trabalhadores está na busca de suas realizações, do reconhecimento e da valorização como seres humanos de importância e de história. Nessa direção transfiguram-se nos sonhos e utopias para o alcance da sociedade perfeita.

Trata-se de um momento de transgressão do trabalhador no qual o impasse contido em cada operário no interior das fábricas, serviu de passaporte para experimentarem novos atos de liberdades e conquistas. Passaram

a experimentar outros lugares, objetivando a contínua integração de conhecimentos e de acesso a novos patamares. Morin tem insistentemente assinalado a necessidade da reforma do pensamento como uma necessidade chave da sociedade. Numa entrevista concedida ao Programa Roda Viva da TV Cultura ele explica que é a reforma do pensamento que permitiria o pleno emprego da inteligência, de forma que os cidadãos possam realmente entender e enfrentar os problemas contemporâneos. "É a ideia de um pensamento não-fragmentado. A ideia de que o homem, ao analisar a vida e o mundo, perceba tudo o que está à sua volta e assim construa um entendimento melhor e mais abrangente a respeito dos problemas da humanidade" (entrevista/2000).

É sobre esse entendimento da transgressão necessária dos trabalhadores que advém a forte repressão da classe patronal sobre eles, a exagerada atuação da Polícia Militar. Quando os trabalhadores percebiam a presença da polícia, logo, sabiam que ela iria espancá-los. Durante esses enfrentamentos no espaço fabril, as mulheres sofreram as piores escabrosidades da violência, principalmente as mais ousadas, chegavam a ser até presas, Rosilene Martins, é enfática em afirmar que,

> Eu, a Vanessa Grazziottin (atual senadora da República) e a Gilza apanhamos em frente da empresa. A Vanessa sempre esteve com a gente em todos os momentos que ela pode estar. Todas as vezes que ela era convocada sempre ela ia mesmo, nunca se negava. Naquela época quem mais se colocava à disposição exatamente porque faziam parte do sindicato, era o PCdoB junto com o PT porque defendiam essa luta. Não era um sindicato de resultado. Era um sindicato de mudança social, de construção de uma visão geral da sociedade (entrevista/2013).

O enfrentamento com a polícia em pleno contexto das proibições já sinalizava momentos gloriosos da transição política no Brasil. A conduta comportamental transgressora dos jovens nos anos de chumbo foi fundamental para a queda do regime. Seus aspectos comportamentais externavam vontades e anseios inspirados numa nova construção de sua cidadania. É com esta inspiração que os jovens operários adentram o campo de luta. A história do operariado amazonense é transpassada pelo ideário de liberdade e pelos anseios de transformação social no âmbito do processo da abertura democrática no Brasil.

Em meio aos trabalhadores esse período foi marcado pela retomada em novas bases das lutas sindicais, especialmente dos setores industriais do ABC paulista de onde emergiu a liderança de Luís Inácio da Silva, o "Lula". A nova geração progressista do sindicalismo ficaria conhecida como "novo sindicalismo", supostamente caracterizado por práticas que indicariam sua novidade na recente história sindical brasileira. Conforme sugere Santana (2003, p. 309):

> Origem e centro no setor moderno da economia, autonomia diante dos partidos e do Estado, organização voltada à base e ímpeto reivindicativo direcionado para o interesse dos trabalhadores. Mais do que representar uma etapa do processo organizativo e de luta dos trabalhadores em nosso país, este sindicalismo seria uma ruptura com as práticas estabelecidas no passado. Não um passado genérico, mas principalmente aquele do período 1945-1964.

Os trabalhadores do Polo Industrial de Manaus acompanham as grandes lutas travadas pelos demais trabalhadores brasileiros. Grande parte das forças políticas e sociais que impulsionaram o processo de redemocratização do Brasil na década de 1980 estava imbuída de uma concepção democrática ampliada, que não se restringia apenas ao restabelecimento do sistema representativo eleitoral. O desejo popular era maior. Tratava-se de mudar a estrutura do Estado, não-democrático, excludente e autoritário, transformando-o radicalmente. Não por meio de uma ruptura institucional ou de uma revolução, mas sim por uma transformação gradual das estruturas de poder. Pretendia-se alargar a participação de homens e de mulheres nas decisões políticas que afetavam suas vidas.

Rosilene Martins informa que quando se tentava usar a violência para retirar pessoas da direção sindical do pátio das empresas, todos os trabalhadores entoavam o Hino Nacional. Percebe-se aqui, mais uma estratégia criativa do operariado amazonense que, jamais se confundiria com a banalização do Hino alusivo à sua nacio-

nalidade. A entonação do Hino Nacional não foi uma iniciativa do dirigente sindical. De acordo com Rosilene Martins, esta iniciativa emergia dos próprios trabalhadores. "Nós cantávamos quando a polícia começava a agir, nem precisava mais o dirigente sindical pedir, os próprios trabalhadores sabiam o que fazer. Eu sempre dizia: olha só, mais um instrumento de luta para frear os homens. Tínhamos que cantar o Hino Nacional" (entrevista/2013).

É interessante perceber, também, que o Hino Nacional, naquele contexto, deixava de ser um instrumento só de culto à nação, a pátria, era um instrumento de proteção dos trabalhadores. A Polícia Militar mantinha em sua Corporação, policiais inescrupulosos, que ao em vez de protegerem, assustavam os cidadãos com tratamentos agressivos.

O Outubro polonês de 1959 lembra um influente movimento reformista do Partido Comunista Polonês que impediu Bauman de lecionar, depois, o expulsou da Polônia, desloca-o em sua identidade. Na Inglaterra para aonde se mudou, Bauman não consegue expressar sua nacionalidade porque estava na condição de refugiado. Essa vida conturbada faz do polonês judeu um intelectual deslocado que confessa se sentir "um estrangeiro, um recém-chegado – não fazia muito tempo, um refugiado de outro país, um estranho" (Bauman, 2005, p. 15). Expulso do próprio país, o sociólogo vê-se em outro contexto, abalando sua referência e identidade. Uma de suas frustrações era a de ser impedido de expressar sua nacionalidade pelo Hino de seu país.

De acordo com Bauman (2005) a decisão de solicitar que tocassem o hino europeu foi simultaneamente "includente" e "excludente", porque se tratava de uma entidade que abraçava os dois pontos de referência alternativos da sua identidade, mas ao mesmo tempo anulava, por poucos relevantes ou mesmo irrelevantes, as diferenças entre ambos e assim, também, uma possível "cisão identitária". "Tirava da pauta uma identidade definida em temos de nacionalidade - o tipo de identidade que me foi negado e tornado inacessível" (Bauman, 2005, p. 16).

Verifica-se na estratégia adotada pelos operários do Polo Industrial de Manaus o duplo sentido desse efeito. O primeiro refere-se a reação do Aparelho ideológico do Estado e o segundo traduz a transcendência da subjetividade dos operários. Era no seu fazer que expressavam as mais variadas formas de conhecimentos, era no seu agir que compartilhavam as mais radicais ideias e era no seu sentir que passavam a viver coletivamente como pessoas éticas, conscientes e determinadas em relação a sua identidade. Para Bauman (2005, p. 16-17), as pessoas ao buscarem sua identidade "se veem invariavelmente diante da tarefa intimidadora de 'alcançar o impossível': essa expressão genérica implica, como se sabe, tarefas que não podem ser realizadas no 'tempo real', mas que serão presumivelmente realizadas na plenitude do tempo - na infinitude". Tornam-se conscientes de que o pertencimento e as identidades não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o pertencimento quanto para a identidade.

A ideia de ter uma identidade, como explica Bauman, não vai ocorrer às pessoas enquanto o pertencimento continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa. Só começarão a ter essa ideia na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada vezes e vezes sem conta, e não de uma única vez. O próprio Bauman não recorda ter dado muita importância à questão da sua identidade, principalmente em relação a sua nacionalidade. Refere-se ao período que antecede o março de 1968, quando sua nacionalidade foi publicamente posta em dúvida[4]. Até esse momento ele esperava aposentar-se por tempo de serviço na Universidade de Varsóvia e ser enterrado no momento certo num cemitério da cidade. Mas, desde esse tempo, o que todos esperavam dele, e ainda esperam, é que ele se autodefina, e que ele tenha uma visão ponderada, cuidadosamente equilibrada e ardentemente defendida da sua identidade. A tão esperada auto definição custaria muito a Bauman pelo fato de ter sofrido a pressão, a ter que se mudar e ser banido da sua realidade natural. Aos seus olhos, "não havia um espaço a quem pudessem considerar-me ajustado, como dizem, cem por cento. Em todo e qualquer lugar eu estava – algumas vezes ligeiramente, outras ostensivamente - deslocado" (Bauman, 2005, p. 18).

O sentido da festa operária, refletido em cada um de seus protagonistas, é um exemplo de busca incontida da afirmação da identidade operária no Amazonas, é o sentido coletivo e de pertença transcendido nas ações dos

4 Refiro-me ao Outubro polonês de 1959 quando Bauman mudou-se para a Inglaterra e, depois, continuou sendo perseguido pelo nazismo e Partido Comunista da Polônia.

trabalhadores cujo reconhecimento é percebido nos atos de transgressão e carnavalização de cada trabalhador que, mesmo com o redobrado empenho, não conseguiam, assim como Bauman, um lugar em que eles se considerassem ajustados. O comprometimento, a determinação e a radicalidade com que encaravam suas militâncias promoveram esse mesmo sentimento de um trabalhador "deslocado", sem referência alguma, quando se tratava, nos anos pós-1980, de sua reinserção no mercado de trabalho. Como explica Maffesoli (2003, p. 26) "o destino recorda que o ser é acontecimento, até mesmo advento. Para retornar a oposição modernidade/pós-modernidade, podemos dizer que, na primeira, a história se desenrola, enquanto que na segunda o acontecimento advém. Ele se intromete. Ele força e violenta". Da resulta o aspecto brutal, inesperado, sempre surpreendente e inevitável aos trabalhadores no mundo do trabalho.

Estes eram os valores forjados por cada sujeito dessa classe que incansavelmente buscou sua identidade, seguindo as referências históricas de seu tempo. De acordo com Bauman (2005, p. 18) "em nossa época líquido-moderna, o mundo em nossa volta está repartido em fragmentos mal coordenados, enquanto as nossas existências individuais são fatiadas numa sucessão de episódios fragilmente conectados". As afirmações de Bauman indicam um novo tempo, um retrato de uma realidade pautada pelas novas bandeiras de luta, deixando em segundo plano, o sentimento da solidariedade tão comum nos anos 1980.

Adentramos o século das crises, ou o século em crise, como sinaliza Morin (2010) em suas inquietações sobre o mundo. O seu olhar sobre o século XX é binocular. Ele supõe que um olho do espírito não veja senão o aspecto contínuo, e o outro senão o descontínuo. Isto suscita nas pessoas tantas dificuldades para ligar esses dois aspectos, o de compreender, por exemplo, que um fenômeno microfísico possa ser simultaneamente onda e átomo.

Com o primeiro olho "vemos o contínuo progressivo, aparentemente linear dos desenvolvimentos científico-técnicos, econômicos, industriais, consumistas, civilizatórios; e é exatamente esta a visão que reina nas concepções sociológicas e tecnoburocráticas" (Morin, 2010, p. 20). Com o segundo olho "vislumbramos um século vulcanizado pelas duas maiores guerras da história da humanidade, ambas mundiais" (IBIDEM).

É primordial salientar que os efeitos originados a partir da segunda visão de Bauman além de trazerem tragédias prejudiciais à sociedade/mundo, como trazem também "crises sociais, rupturas no vir a ser do mundo, abortos dos processos de emancipação. Morin apresenta duas vias para compreender o século XX: uma de progresso de desenvolvimento e de aparente racionalidade; outra de convulsões e horrores" (Morin, 2010, p. 21).

Durante as festas, por exemplo, os trabalhadores, contagiados pela descontração falavam de ocorrências de dentro da fábrica e, que acabavam sendo reveladas involuntariamente. Nem sempre os fatos envolviam supervisores e gerentes, às vezes, era entre os próprios trabalhadores em greve que, naquele tumulto, se machucavam. Quem estava de fora não podia socorrer. Apesar disso, na CCE, os gerentes permitiam que os grevistas recebessem atendimento no ambulatório da empresa. De acordo com Telma, 46 anos, "a polícia atuava em favor dos empresários. Por conta disso, os conflitos se acirravam continuamente. Na Bola da Suframa houve muito conflitos dessa ordem" (entrevista/2012). A exaltação e a transgressão dos trabalhadores em greve não foram extensivas àqueles que participaram indiretamente desse processo. Ao contrário de Telma, esses trabalhadores que eram temerosos às retaliações dos patrões e, por permanecerem enclausurados nos seus postos de trabalho, poucos têm o que dizer sobre os embates. Apesar disso, atestam que dentro da fábrica existiam guardas de segurança para garantir a ordem e o controle durante a festa. Edna, 62 anos, por exemplo, não lembra ter presenciado atos de transgressão durante a festa.

Bakhtin (1993) refere-se à festa carnavalesca como o momento da total inversão do regime dominante. Ou seja, a liberação, ainda que provisória, a abolição das hierarquias, regras e tabus, o congraçamento pagão. Esse mesmo sentido e significado foram incorporados pelos trabalhadores do Polo Industrial de Manaus ao socializarem no espaço da festa operária o ápice de sua carnavalização. Parecia viver o mesmo cenário anunciado por Bakhtin, que caracterizava distinguia as festas oficiais das festas populares. Nas festas oficiais, as distinções hierárquicas, com insígnias, títulos, discursos e pompas, marcavam intencionalmente as desigualdades. Na festa popular, o ideal utópico e o real constituíam uma parte essencial da visão carnavalizada da vida e do mundo. Em consequência, essa eliminação provisória, segundo este autor, "ao mesmo tempo ideal e efetiva, das relações hierárquicas entre os indivíduos, criava na praça pública um tipo particular de comunicação, inconcebível em situações normais" (Bakhtin, 1993, p. 9). O espaço da festa no Polo Industrial de Manaus foi significativo para os trabalhadores porque deixou fortes marcas de sua originalidade de classe, de novos sujeitos político

e atores sociais que se forjaram pela arte, música, luta e resistência às imposições ordeiras dos patrões. Nesta circunstância, como afirma Albuquerque (2011, p. 45), "a elevação do discurso é uma forma de manter a gravidade já que falta 'nobreza' ao sujeito poético". Este indicativo foi determinante para a reinvenção dos trabalhadores, especialmente, dos apoiadores da festa operária. Decerto contribuiu para a revelação de novos talentos para a melhor crítica da realidade social em viviam. Eis os fragmentos de algumas poesias dos operários locais:

DOMINEU

Por apenas alguns trocados, que não faz falta pro endiabrado.
Eles querem que pensemos que eles são da nossa classe,
Mas não nos enganemos:
Eles são os empresários e nós os operários assalariados

Podem nos chamar de bagunceiros,
Subversivos, comunistas e interesseiros.
Muito menos de ladrões;
Só queremos que respeitem nossas reivindicações.
(Lino Rodrigues – Jornal O Parafuso, outubro/1988)

CONSTITUIÇÃO

Quando peguei esta lei
da Nova Constituição
Vi tanta coisa até evangélica
que me alegrou o coração
mas vamos tirar do papel
prá colocar em ação.

Trabalhador deve lutar
E exigir dos seus patrões
trabalhar só seis horas
como está na Constituição
não deixe ser enganado
por quem só suga a nação.

Se o trabalhador se unir
começar a se dar valor
acreditando em nós mesmo
perder o medo do doutor
deve levantar a cabeça
deixar de dizer sim senhor.
(Maria Cleta de Souza Lima – Jornal O Parafuso, outubro/1988)

POESIA POPULAR

Se você não está feliz
com um país capitalista
Vai se unir aos companheiros
que eles te dão a pista
desligue a sua tv
e faça a nova conquista

> Operário que não luta
> pra conquistar seus direitos
> fica só de reclamar
> do salário sem dar jeito
> come o pão que o diabo amassou
> mas só sabe botar defeito
> (Maria Cleta de Souza Lima – Jornal O Parafuso, agosto-setembro/1988).

Os trabalhadores vivem um novo momento. A recitação da poesia dá um novo sentido às suas existências. "A vida é um tecido mesclado e alternativo de prosa e de poesia. Pode-se chamar de prosa as atividades práticas, técnicas e materiais que são necessárias à existência" (Morin, 2001, p. 59). "A poesia é estética, o amor, o gozo, o prazer, a participação e, no fundo, é a vida" (IBIDEM, p. 59).
Nesse âmbito, a forma simbólica da carnavalização caracteriza-se principalmente pela lógica ao avesso. De acordo com Bakhtin (1993, p. 10), a linguagem do segundo mundo é,

> A paródia da vida ordinária, do 'mundo ao revés'. O caráter constitutivo mais forte da carnavalização da vida e do mundo, com maior pertinência para a 'identidade cultural' brasileira, refere-se ao mundo das transgressões e das interversões. Instaurando uma visão não rotinizada do mundo e da vida, a festa do congraçamento pagão, do 'mundo às avessas' significa liberação, inversão de hierarquias, papéis, regras, valores etc. Rito do *rebaixamento,* inverte-se o 'alto' e o 'baixo'.

Bakhtin fala dessas manifestações coletivas como expressão de transgressão em que o lúdico, o comportamento pagão é vivido como "natural", próprio do humano que ri e carnavaliza a vida ou o mundo da vida. Trata-se de uma relação com seus iguais e com os outros, utilizando os caminhos abertos pelas práticas culturais como um meio poderoso de buscar legitimidade e reconhecimento, de exprimir ideias de visão de mundo para conquistar direitos num espaço social negado para tal procedimento, que é a fábrica.
A transgressão e exaltação traduziam a forma e o estilo que cada operário/a encontrava para expressar suas angústias e sentimentos. Não era algo prejudicial, apesar de reconhecerem que no espaço da festa acontecesse a embriagues de alguns companheiros. Mas, nada que desabonasse a conduta do movimento. Pelo contrário, esta foi uma das alternativas que os operários encontraram para se manterem fortalecidos na greve.
Rubenita Santos nunca viu bebidas no movimento. Confirma que presenciou, sim, algumas discussões em decorrência da falta de compreensão dos operários que não aderiam ao movimento. Ela lembra o dia em que uma colega aproximou-se dela e disse: "vamos lutar pelos nossos direitos. Aí eu dizia: mas eu não vou entrar porque eu preciso do meu emprego, aí começava o xingamento: tu és uma "pé-rapada", tu és uma "orelha-seca" igual a mim" (entrevista/2012).
Os atos de transgressão dos trabalhadores não é algo negativo, expressam o fazer-se classe. A transgressão era vista de forma muito positiva. Fazia-se necessária e indispensável para a afirmação da classe. O grande ápice desse momento, de acordo com Miranda (1997), é conferido na expressão da carnavalização e multidentidade cultural dos trabalhadores, necessárias à reinvenção e transcendência do seu fazer-se.
Francisca Selma, 48 anos, jamais presenciou atos de transgressão do trabalhador que desabonasse a conduta do movimento. Ela lembra, mais recentemente, o caso da Sharp do Brasil que,

> Mesmo pedindo falência, ela sempre cumpria as determinações. Se o trabalhador pedisse certo percentual, ela cumpria. As represálias, ameaças, demissões, humilhações, aconteciam depois da greve, durante a greve nem sempre, sua duração é por pouco tempo. Havia companheiros que lutavam muito pelos outros e depois da greve eram despedidos. Isso que era cruel. A luta deles nem sempre valia para eles. Valia para quem ficava na empresa (entrevista/2012).

Os operários faziam suas denúncias e questionamentos. Tinham a convicção de que haveria sempre novos sujeitos aptos a fazerem algo melhor. Conforme Bourdieu (1996, p. 205)

> o sujeito emerge em um espaço social ou em um campo de disputas e se traduz em um agente dotado de "senso prático", de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão. O que segundo ele, "comumente chamamos de gosto", de estruturas cognitivas duradouras, ou seja, de produto da incorporação de estruturas objetivas, e de esquemas de ação que orientam a percepção de situação e a resposta adequada.

O sujeito existe em um espaço como um ponto de vista, que difere e é diferente. Essa diferença só se torna visível se percebida por outro, alguém, inscrito nesse espaço, capaz de estabelecer a diferença. Os agentes [sujeitos] ou grupos são distribuídos no espaço social em função de sua posição nas distribuições estatísticas, conforme os dois princípios de diferenciação, o capital econômico e o capital cultural. Pode-se inferir que, para Bourdieu, o sujeito emerge em um campo de disputas dotado de *habitus*[5] de classe.

No caso específico dos trabalhadores do Polo Industrial de Manaus, nos anos 1980, ainda era prematuro descrevê-los como pós-modernos. Porém, constata-se no ato da festa, a presença do sujeito que transcende o moderno ou que está na fronteira entre o moderno e o pós-moderno. Pode-se inferir que esse novo sujeito não é tão ingênuo face à ideia linear de progresso, ele parece estar atento a uma noção complexa de progresso. Este sujeito emerge da interação social, incorpora valores reconhecidos pela sociedade e se mantém atualizado nos padrões de conduta necessários para ser reconhecido pelo outro, um "outro" inscrito no mesmo espaço social. É o novo ser político como instância que, segundo Maffesoli (2005, p. 23), "na sua acepção mais forte, determina a vida social, ou seja, limita-a, constrange-a e permite-lhe existir". Este autor insiste em afirmar a possibilidade de existir um efeito de estrutura ou uma lei natural e inexorável que incita a dobrar a espinha dorsal e aceitar de alguém ou de alguns a lei: o bem o verdadeiro, o desejável, e o contrário disso tudo, evidentemente. Para este mesmo autor "um líder só pode suscitar adesão em torno de uma ideia, de uma imagem, de uma emoção, porque o povo tem necessidade de colocar-se em estado de religação" (Maffesoli, 2005, p. 33). Este desejo coercitivo de mudança de valores é, de fato, o que possibilitará uma criação contínua que regenera a sociedade, o *religare*.

De acordo com Bourdieu (1996), essa interação amplia-se às esferas ambientais, sociais e psicológicas promovendo uma articulação entre duas dimensões: a razão e a afetividade. O sujeito fronteiriço transita entre duas esferas do poder, de um lado, a racionalidade instrumental e, de outro, a racionalidade subjetiva.

Para Habermas (1989) o sujeito emerge como produto da interação social e socialização. Ou seja, ele interage com esferas ambientais, sociais e psicológicas, e, também, transita entre as esferas de poder características da racionalidade instrumental e comunicativa. E para Leff (2006) e Souza Santos (2005) o sujeito age a partir do afeto para denunciar a crise socioambiental, mas também da razão para anunciar padrões societais mais emancipatórios e menos abusivos em termos socioambientais.

Assim como Habermas (1989), Huyssen (1992) percebe na cultura uma notável mudança nas formações de sensibilidades, das práticas e do discurso. De acordo com este autor, o sujeito transita entre as esferas de poder da racionalidade instrumental e da racionalidade subjetiva, retornando a uma visão dualista da realidade (razão e afetividade). Isso forma o que o autor chama de um conjunto pós-moderno de posições, experiências e propostas distinguíveis do que marcava um período precedente.

A festa na greve foi o lugar de descontração dos trabalhadores, onde eles se separavam entre si. Uns ficavam num canto, outros no outro canto. Havia sempre um líder. Nesses pequenos grupos de fábrica eram feitas as combinações e, depois, eram levadas ao supervisor. Esses supervisores, por sua vez, recomendavam aos operários para não fazerem badernas. Diariamente, ao chegarem à fábrica eram impedidos de entrar. Quem apoiava a greve jamais entraria no dia seguinte.

---

5 *Habitus* - é um conceito desenvolvido por Bourdieu com o objetivo de pôr fim à antinomia indivíduo/sociedade dentro da sociologia estruturalista. Relaciona-se à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar e agir.

Os supervisores não impediam a entrada dos funcionários. Algumas vezes, eles até dialogavam e solicitavam a eles que acabassem com aquilo, que parassem com a greve porque estavam se prejudicando. Mas eram avaliados como "puxas-sacos" dos seus gerentes. Em certa medida, os supervisores se mostravam equilibrados diante das atitudes dos trabalhadores, quase não interferiam em suas decisões, a menos que fossem incomodados. Nesse caso, alguns deles acabavam aderindo ao movimento. Essa postura traduzia a força da pressão dos trabalhadores em greve que ao realizarem suas festas passaram a concebê-las como espaços de lazer diversão.

O comportamento dos trabalhadores esclarece o estágio em que se encontrava a construção do movimento. Cada sujeito apresentava um comportamento comedido, de acordo com sua real situação porque temiam as futuras demissões. Esse impasse contribuiu para que os supervisores e gerentes não manifestassem seus devidos apoios, se mantinham neutros. Eles estavam certos de que qualquer decisão precipitada, a cobrança seria mais ferrenha e a punição seria inevitável. Apesar de demonstrarem sua sensibilidade de querer participar e contribuir somados à imprevisibilidade que os tornavam impotentes e frágeis, assim como, traduz um sindicalismo composto por pessoas determinadas e incansáveis que faziam a linha de frente da luta sindical. Era um novo sindicalismo que, merecidamente, recebia o reconhecimento de cada sujeito operário sem distinção. Era o limiar de uma nova era posta aos sujeitos políticos que deveriam lançar-se como os novos personagens que entrariam na arena política da luta classista em Manaus.

Apesar de todas as suas lutas e conquistas, permaneciam na década seguinte amarras do sindicalismo corporativo, foram poucos os avanços em direção a autonomia sindical. O grande dilema ainda enfrentado pelos trabalhadores insiste na imposição de estratégias oriundas das ações empresariais que parecem objetivar o alijamento das representações dos trabalhadores dos processos de mudanças e o enfraquecimento da ação sindical pelo esforço sistemático de eliminar as organizações no local de trabalho. Os sindicatos devem reafirmar na sua prática a dignidade do trabalhador, aspecto essencial do novo sindicalismo, que nesses novos tempos de flexibilização dos direitos sociais impõe-se com mais força no reconhecimento social do trabalhador como produtor e cidadão.

Referências

ALBUQUERQUE, Gabriel Arcanjo de. **Deus, Amor, Morte e as atitudes líricas de Hilst**. Manaus: Editora Valer, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. (1993) **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. São Paulo/Brasília, Hucitec, 1993.

BAUMAN, Zigmunt, 1925. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman: tradução, Carlos Alberto Medeiros**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BOURDIEU. Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 6ª. ed. São Paulo: Papirus, 1996.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HUYSSEN, A. **Mapeando o pós-moderno**. In: Hollanda, H. B. de (Org.). Pós-Modernismo e Política. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

LARA, Silva Hunold (Coordenadora). **Projeto Temático: trabalhadores no Brasil: identidade, direitos e política (séculos XVII a XX)**. Campinas/SP: CECULT - Centro de Pesquisa em História Social da Cultura / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas? UNICAMP, 2006.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MAFFESOLI, Michel. **A transfiguração do político: a tribalização do mu**ndo. (Trad. Juremir Machado da Silva). Porto Alegre: Sulina, 2005.

_____. **O instante esterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas**. (Trad. Rogério de Almeida, Alexandre Dias). São Paulo: Zouk, 2003.

MIRANDA, Dilmar. **Carnavalização e multidentidade cultural: antropofagia e tropicalismo**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S.Paulo, 9(2): 125-154, outubro de 1997.

MORIN, Edgar. **Para onde vai o mundo?** (Trad. Francisco Morás). 2ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

_____. **Amor, poesia e sabedoria**. (Trad. Edgard de Assis Carvalho). 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SANTANA, Marco Aurélio. **Trabalhadores em Movimento: O Sindicalismo Brasileiro nos anos 1980-1990.** IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. O Brasil Republicano / O Tempo da Ditadura: Regime Militar e Movimentos Sociais em fins do século XX. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Org). **O Brasil Republicano, v. 4**. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **A crítica da razão indolente**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

TERTULIAN, Nicolas. **Le Concept D'Aliénation chez Heidegger et Lukács**. In: Archives de Philosophi – Reserches et Documentation, 56, Ju-Set, Paris, 1993.

FONTES JORNALÍSTICAS

Jornal **A Crítica** – 06/08/1985

Jornal **A Crítica** – 12/08/1985.

Jornal **A Notícia** – 12/08/1985.

Jornal **A Notícia** – 12/08/1985.

Jornal **do Commercio** – 12/08/1985.

Jornal **O Parafuso** - Pastoral Operária - Manaus/Am – Ano IV, nº 13, Fevereiro/1988. 1988.

Jornal **O Parafuso** - Pastoral Operária - Manaus/Am – Ano III, nº 14, Abril-Maio, 1988.

Jornal **O Parafuso** - Pastoral Operária - Manaus/Am – Ano III, nº 16, Agosto-Setembro, 1988.

A Festa Religiosa como Permanência: Um Estudo de Caso em Ribeirão Preto (Brasil)

Nainôra Maria Barbosa de FREITAS[1]
Centro Universitário Barão de Mauá, CEARP, IPCCIC; nainora.maria@yahoo.com.br

Sandra Rita MOLINA[2]
Universidade de Ribeirão Preto, IPCCIC; sandmol@terra.com.br

Resumo: Este trabalho propõe estudar festas religiosas centenárias da região de Ribeirão Preto, localizada a nordeste do estado de São Paulo (Brasil). As celebrações do Senhor Bom Jesus da Lapa (Jardinópolis), São Sebastião e São Pedro (Ribeirão Preto) e São Benedito (distrito de Cruz das Posses, Sertaozinho) são entendidas como patrimônio imaterial que garantem a permanência da memória coletiva não apenas religiosa da população de região bastante específica, marcada pela cultura do café cujo apogeu pode ser datado no final do século XIX. Elas podem ir além da permanência da tradição na medida em que replicam rituais e crenças ancestrais que convivem com as transformações trazidas pelos mais jovens. Esta dinâmica, presente nas festas pode propiciar a construção de parâmetros que garantam a sobrevivência destes festejos inseridos na construção de uma cidadania e a salvaguarda de um conjunto de saberes ameaçados pela contemporaneidade.

Palavras Chave: Festa– Patrimônio Imaterial – Ribeirão Preto – Religiosidade - Cidadania

Abstract: This paper studies centery old religious festivals in the region of Ribeirão Preto, located in the northeastern party of the state of São Paulo (Brazil). The celebrations of the Good Lord Jesus da Lapa (Jardinópolis), São Sebastião and São Pedro (Ribeirão Preto) and São Benedito (district of Cruz Posses, Sertãozinho) are regarded as intangible heritage that guarantee the permanence of collective memory not only religious one of the populacion of a quite specific region, marked by the coffee growing whose heyday may be dated from in the late nineteenth century. They can go beyond the call of tradition as long as they replicate ancestral rituals and beliefs that coexist with the changes brought about by the youngest generation. This dynamic, present at feasts can provide the building parameters that ensure the survival of these celebrations inserted into the construction of citizenship and the protection of a set of knowledge threatened by contemporary times.

Key words: Feast - Intangible Heritage - Ribeirão Preto - Religiosity - Citizenship

---

1 Nainôra Maria Barbosa de Freitas, licenciada, mestre e doutora em História, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Franca, São Paulo. Professora titular do Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, SP e do Centro de Estudos da Arquidiocese de Ribeirão Preto, SP, membro e pesquisadora do Instituto Paulista de C idades Criativas e Identidades Culturais – IPCCIC – Ribeirão Preto – SP. A participação no CONLAB conta com apoio da agência de fomento CAPES.

2 Sandra Rita Molina, graduação em História e mestrado em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Titular e Pesquisadora Institucional da Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), membro e pesquisadora do Instituto Paulista de C idades Criativas e Identidades Culturais – IPCCIC – Ribeirão Preto – SP.

I – Festa, Religião e Patrimônio:

A festa, enquanto objeto de estudo das ciências humanas, está em processo de reelaboração tão intenso que não possui uma conceituação única. Segundo Guarinello (2001), a bibliografia entende que ela pode ser um ato coletivo ritualizado, uma interrupção ou inversão programada da vida cotidiana, uma negação ou subversão da ordem social ou ainda, uma manifestação coletiva popular.

Tamanha diversidade conceitual decorre, para Jancsó e Kantor (2001), da evolução das pesquisas sobre este fenômeno social brasileiro. As primeiras análises a respeito podem ser notadas nas obras dos memorialistas, viajantes, literatos e juristas produzidas em fins do século XIX. Direcionado pelas teorias de superioridade racial, o olhar que perpassava grande parte destes trabalhos era o da curiosidade sobre o comportamento das culturas ditas populares e que refletia o interesse sobre uma maior compreensão da nação mestiça em construção. Posteriormente, na década de 1930, as novas técnicas de investigação permitiram que a festa fosse tratada de maneira menos excêntrica e entendida a partir da interferência da urbanização na sobrevivência das culturas tradicionais, da integração entre os universos culturais dos imigrantes e dos brasileiros, entre outros aspectos. Um ponto relevante desta fase de estudos foi a compreensão de que a festa carrega em si, persistências culturais coloniais que a contemporaneidade da sociedade brasileira não foi capaz de destruir. Finalmente a partir das décadas de 1970 e 1980, influenciados pelas transformações políticas e sociais decorrentes do período de ditadura militar e consequente processo de redemocratização, pontuado pela Constituição de 1988, a antropologia, a sociologia e a história além de outros campos de estudo, passaram a entender a festa como umas das chaves de construção da identidade nacional. Os estudos desenvolvidos a partir de então, passeiam por esta evolução das análises acerca das festas agregados de outras percepções emergentes do trato com distintas fontes de pesquisa como, por exemplo, a iconografia, os jornais, a documentação judiciária, cartorial e eclesiástica.

Por outro lado, na mesma proporção em que a compreensão da festa tem se transformado em uma busca pela análise do desenvolvimento da cidadania brasileira, também avançou o debate sobre a questão da religião e da religiosidade. Tal processo pode ser observado nas produções oriundas de grupos como ABHR – Associação Brasileira de História das Religiões; Grupo de Trabalho da ANPUH voltado para os estudos de religião; CEHILA - Centro de Estudos de História da Igreja na América Latina e Caribe; SOTER- Sociedade de Teologia e Religião, entre outros, e que convergem campos do saber diversos como História, Geografia, Antropologia, Sociologia, Economia, Teologia, Turismo, Ciência da Religião, entre outros (MOLINA, FREITAS, ROSA, 2013)

Um nicho específico de tais pesquisas diz respeito às festas enquanto expressões da religiosidade popular entendidas como categoria de análise do patrimônio imaterial que, por sua vez, é definido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, (2014) como as práticas, representações, expressões, saberes e técnicas reconhecidas por determinados grupos como inerentes à sua história, pois que transmitidas ao longo de gerações, e fundamentais à manutenção de sua cultura e relação com o meio de sorte a gerar um sentimento de identidade e continuidade. Nesse sentido, segundo Françoise Choay (2001) o patrimônio, seja material ou imaterial, não sobrevive a menos que tenha um espaço garantido no exercício da memória e da cultura de determinada população.

Diante do exposto, observa-se que a identificação de manifestações de caráter religioso, arraigadas à tradição popular, tem em comum as características devocionais que sempre permearam a cultura brasileira e possuem inúmeros elementos, reconhecidos pela Igreja ou não, tais como os pedidos de graças, a presença das velas, as promessas, novenas, procissões, as simpatias, e demais rituais que compõem o universo da religião e religiosidade em busca da felicidade, da cura, do trabalho, expressa nos relacionamentos reais de ordem religiosa, social, econômica e política (MOLINA, FREITAS, ROSA, 2013).

Inserido nesta perspectiva, este texto propõe uma reflexão a respeito de quatro festas centenárias, localizadas na região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil, todas sob a área administrativa da Arquidiocese de Ribeirão Preto: a Festa São Sebastião na cidade de Ribeirão Preto; Festa da Cruz do Pedro, na zona rural deste mesmo município; Festa do Senhor Bom Jesus da Lapa na cidade de Jardinópolis e Festa de São Benedito, na zona rural do distrito de Cruz das Posses, Sertãozinho, buscando unir estes dois universos: religiosidade e patrimônio imaterial.

Embora presentes em uma região entendida como uma das últimas fronteiras de ocupação e apenas centenária, quando considerado o tempo de colonização do Brasil, ainda assim, estas festas em foco, refletem devoções remanescentes do catolicismo praticado no período colonial e, mesmo que modificadas com o tempo, possuem permanências na sociedade contemporânea.

Ou seja, a compreensão destas festas específicas só se faz possível a partir do entendimento de que a religiosidade brasileira foi marcada por instrumentos de poder bastante específicos. Isso pode ser observado no período colonial que construiu uma simbiose entre a política, a religião e a população possível apenas em função da herança da tradição regalista portuguesa que imbricava os poderes Temporal e Espiritual (MOLINA, FREITAS, ROSA, 2013). Instrumentalizando esta proximidade de poderes estava o regime de Padroado Régio, em que os reis eram os chefes efetivos da Igreja no Brasil, concessão dada pelos Papas a partir do século XV, e que, conferia um regime espiritual, bens e direitos eclesiásticos sobre todas as conquistas lusas (AZZI, 1987). Tal política pode ser observada por meio de Bulas como a Romanus Pontifex do Papa Nicolau V, de 8 de janeiro de 1455; a Bula Inter Coetera de Calixto II de 13 março de 1456 e a Bula Providum Universalis de Leão X, de 29 de abril de 1514 que confirmavam os reis portugueses e seus sucessores, como administradores dos negócios eclesiásticos (SUESS, 1992). Decorria desta instrumentalização, uma situação de distanciamento dos Papas, em Roma, em relação ao que ocorria nas terras americanas da cristandade que assumiam o papel de ratificação simples das decisões régias sobre os assuntos da religião na Colônia e boa parte do período Imperial.

Estes vínculos políticos e burocráticos entre poder real e a religião também produziam práticas costumeiras, uma vez que os súditos eram, antes de qualquer outro compromisso, membros da cristandade (MOLINA, 1998). Inserção esta, garantida pelo ritual do batismo. A distância da metrópole e da Sé associada à ausência de instituições seculares de registro demográfico garantia à Igreja colonial o controle dos registros de nascimento, casamento e morte, utilizados tanto no universo piedoso quanto como forma de documentação secular (HOORNAERT, 1974).

O historiador Beozzo (1980) entende que a religiosidade colonial herdou a perspectiva de sociedade cristã presente no nacionalismo português. Lá como aqui, ser cristão e súdito era face da mesma moeda (DAVID, 2001).

Esta religiosidade herdada era, para Boschi (1986), ritualística, carregada de grandes demonstrações públicas, permeada de misticismo e proximidade com a divindade além de assistencialista.

Tal característica pode ser visualizada especialmente nas celebrações de caráter religioso, responsáveis quase que exclusivamente pela interação social no período colonial. Segundo Algranti (1997:111-112), nestas festas as ruas eram iluminadas e as janelas enfeitadas a espera da procissão.

A responsabilidade pela elaboração e realização destas festas, segundo Azzi (2002) residia nas mãos de associações leigas e ordens religiosas influenciados por grupos familiares relevantes na sociedade local.

O que se nota é que a compreensão do Brasil de fato desde o período colonial, até a proclamação da República só pode ser efetiva a partir de um olhar mais cuidadoso para estas manifestações. Exemplo disso é o controle dos leigos sobre as irmandades religiosas e as festas dos santos padroeiros que ampliou a mescla de práticas rituais estranhas ao catecismo católico se estendendo ao cotidiano.

Na prática, encontramos um catolicismo em que a ausência da hierarquia eclesiástica aliada à vastidão das terras possibilitou, em especial no interior do país, a presença de leigos, dirigindo as rezas, benzendo os doentes, recomendando os defuntos, cantando os benditos, as ladainhas, "puxando" o terço, rezando pedindo chuva e proteção para os animais, organizando festas ao santo padroeiro, romarias aos lugares considerados sagrados, enfim fazendo às vezes de um sacerdote.

Os templos de devoção como as capelas e as matrizes funcionavam como lugar de reunião religiosa e ou festiva, e mesmo civil, local de encontro, troca de informações, prática de comércio, e arranjo de casamento entre os membros da comunidade numa ação eficiente no campo das relações sociais, econômicas e políticas.

Com estas características, é possível observar especialmente, o culto aos santos pelo interior do Brasil, cujas festas, hoje, contribuem para identificar parte do legado cultural da Igreja Católica no país. A Igreja chama estas manifestações de piedade ou religiosidade popular, uma vez que algumas delas não compõem a liturgia oficial. Entretanto, em muitas situações, se inspira nelas, visto que integram parte das tradições cultuais de Igrejas particulares e das famílias religiosas (DIRETÓRIO, 2003:18).

A fim de disciplinar todas estas práticas, o Vaticano produziu documentos com princípios e orientações visando nortear os bispos, padres e leigos por meio da Congregação para o Culto Divino e a disciplina dos Sacramentos, chamado de Diretório sobre Piedade Popular e Liturgia. Em 2001 o Papa João Paulo II reportou-se sobre a matéria afirmando que a "religiosidade popular, que se expressa de formas diversificadas e difundidas, quando é genuína, tem como fonte a fé e, portanto, deve ser apreciada e estimulada." (DIRETÓRIO, 2003: 9). A expressão religiosidade popular para a Igreja é relativa a uma experiência universal "no coração de cada pessoa, como na cultura de cada povo e nas manifestações coletivas, está sempre presente numa dimensão religiosa" (DIRETÓRIO, 2003: 20).

Este posicionamento da elite eclesiástica é significativo, pois aponta o reconhecimento apenas do que é parte de seu quadro litúrgico respeitando suas orientações e diretrizes. No entanto, se sabe que as práticas de religiosidade são espontâneas e atendem aos princípios da fé do povo, muitas vezes se afastando das orientações da hierarquia da Igreja.

Assim, as festas estudadas neste *paper,* mesmo contando com a presença esporádica ou regular do padre, ainda guardam parte deste legado patrimonial da herança cultural exteriorizada das manifestações da fé cristã no Brasil. E a identificação da linguagem da piedade popular pode ser encontrada nos gestos, com uma variedade de riquezas de expressões como o costume de beijar e tocar com as mãos a imagem do santo na festa do padroeiro ou nos dias que visita o templo; beijar a bandeira da festa do Congo, do Divino; tocar a imagem do Cristo morto, as relíquias dos santos; levar os filhos pequenos vestidos de anjos nas procissões, percorrer trechos ou o caminho a pé, descalço, de joelhos, no intuito de pagar promessas e graças recebidas ou a receber do santo; apresentar ofertas; acender velas, carregar medalhas, levar ex-votos ao santuário, recitar orações num diálogo entre o penitente e a divindade.

II – As Festas:

O culto a São Sebastião que chegou ao Brasil com os primeiros colonizadores portugueses e, no século XIX foi fundamental para a formação da vila de São Sebastião do Ribeirão Preto, atual cidade de Ribeirão Preto. Segundo Lages (1996: 215-216) a constituição do patrimônio, por volta de 1850, para a construção da capela sob a invocação de São Sebastião, foi concebida a partir da ideia de nele se criar uma povoação. E desde lá, se pensava na festa de consagração ao santo, uma vez que na resposta à petição apresentada ao então Bispo de São Paulo, D. Antonio Joaquim de Melo orientava que a mesma não fosse construída em terreno ermo e, despovoado, garantindo inclusive, espaço para procissão.

Em 1868, a cúria diocesana de São Paulo reconheceu as doações que formavam o patrimônio de São Sebastião e, em 26 de novembro do ano seguinte, foi elevada a capela curada sendo nomeado o primeiro vigário Pe. José Phillidory Torres (LAGES:1996: 243). Para a Igreja, esta capela significava um primeiro contato oficial com a comunidade, ponto de reunião para as práticas de evangelização, tais como missa, reza do terço, batizados, sepultamentos, casamentos, enfim para a execução dos atos litúrgicos.

A devoção a São Sebastião, comum aos fieis da região, contribuía para um sentimento de identidade, uma vez que até o século XXI está associada aos agricultores por ser o protetor contra as pestes, aquele que traz a chuva, entre outros benefícios referentes à agricultura e a criação de animais. Finalmente, a capela foi elevada a matriz e, em 1909, com a instalação do bipado, a catedral (FREITAS, 2006).

Desde seu surgimento, anualmente, o santo é festejado com pompa e circunstância. É possível acompanhar a descrição da festa com missa solene em fontes como o Livro de Tombo da Catedral e os Jornais A Cidade e o Diário de Notícias, que, em alguns anos mencionavam quem eram os padres e bispos convidados para proferir a novena e o sermão, considerados os pontos altos da liturgia. Isso pode ser observado em 19 de janeiro de 1932, quando os fieis foram convidados a se confessarem para celebrar digna e piedosamente a comunhão no dia do santo (DIÁRIO DE NOTÍCIAS: 1932:1). Novena, tríduo e procissão formavam parte desta festa sagrada. A procissão com andores enfeitados de flores naturais saía pelas ruas próximas ao templo, com os fieis rezando e entoando cânticos de devoção, numa profunda demonstração da piedade popular.

Em paralelo às celebrações religiosas, havia também a festa profana que contava com apresentação de bandas de música, queima de fogos, quermesse e diversos quitutes vendidos em barracas montadas especialmente para

o evento, leilão de prendas (doadas em agradecimento pelas graças recebidas), tômbola (espécie de loteria para fins beneficentes), entre outros. A festa secular tem duplo objetivo o lazer e a necessidade de arrecadar fundos. Esta celebração de devoção a São Sebastião e na sua extensão a parte profana perdeu força no decorrer do século XX para outros atrativos. Contudo, é possível notar que, nas últimas décadas, a hierarquia da Igreja Católica, tem se esforçado incentivando os fieis a retomar o culto ao padroeiro da cidade e da diocese. Importa mencionar que independente desta política eclesiástica mais recente, a crença no poder do santo no que se refere à chuva se mantém. Fato é que em função da estiagem e a pedido dos fieis, neste ano de 2014, houve, no mês de setembro, mais três procissões além da festa tradicional, em janeiro, e que após a terceira, por coincidência ou atuação divina, choveu por breve tempo.

A segunda festa, a de São Benedito ocorre no sítio São Benedito na zona rural do distrito de Cruz das Posses, que pertence ao município de Sertãozinho – SP, cerca de 20 km de Ribeirão Preto. Embora o número de participantes não seja expressivo, a festa chama a atenção por suas características.

Ainda pouco estudada, sua história está ligada aos ex-escravos alforriados por Henrique Dumont (LEOPOLDINO, 2009) cafeicultor que foi considerado o proprietário da fazenda de café mais produtiva do mundo (AMORIM, 2001: 70). Os ex-escravos adquiriram uma área, estabeleceram suas casas, lavraram a terra e construiram uma capela dedicada a São Benedito.

Não existe um dado oficial, por parte da Igreja, para a inauguração da capela, contudo na fachada do edifício consta uma inscrição de 1911. Cerca de um século depois, em 2000, o prédio passou por reparos, conservando, entretanto, a estrutura original e a pequena torre que sustenta o cruzeiro.

Como permanência das festas dos tempos coloniais, a família Faria é a proprietária desta capela desde sua origem, conforme depoimento do Sr. Antonio Carlos Faria, filho da matriarca D. Maria da Conceição Roberta Faria, que durante quase todo o século XX sustentou a festa, junto com seus familiares (FREITAS, 2014).

D. Maria, que era neta dos fundadores do festejo e faleceu em 2011, contava que a festa de São Benedito é feita em 13 de maio por conta da libertação dos escravos, diferente da data oficial da Igreja cujo santo é festejado em 5 de outubro (LEOPOLDINO: 2009: 30). Era realizada uma procissão com o andor do santo que circulava ao redor nos sítios vizinhos e retornava à capela para a missa.

Na segunda metade do século XX, a procissão com o andor do santo deixou de existir ficando apenas a missa. Em 2008 foi retomada pela família e desde 2011, por interferência do pároco da matriz de Cruz das Posses, igreja à qual a capela está vinculada, a procissão sai da matriz e vai até a capela quando é celebrada a missa encerrando a parte religiosa da festa o que configura uma captura e controle por parte da hierarquia eclesiástica dessa demonstração de piedade popular (FREITAS, 2014).

A festa profana também foi modificada ao longo do século XX, pois de acordo com o Sr. Antonio Carlos Faria havia no início um leilão de prendas com baile, que foi interrompido na década de 1950 e substituído por um almoço. Os tempos mudaram, aumentou o número de participantes de uma festa que era familiar e as dificuldades levaram aos organizadores a servir após a missa e procissão desjejum matinal, com café, chocolate, bolo, biscoitos e pães assados no forno a lenha localizado próximo a capela. A presença do forno no mesmo espaço junto à casa da família e a capela está relacionada à tradição da oferta dos quitutes produzidos pelos Faria, segundo a qual, assim como a imagem de São Benedito, também as receitas são de propriedade da família e passadas de geração para geração.

A terceira festa é conhecida como a da Cruz do Pedro e pode ser datada, segundo os memorialistas, desde 29 de junho de 1885. Nesta data, Pedro, nascido ingênuo e filho de pais escravos, contava cerca de 9 anos e foi assassinado[3].

---

3 Conhecida como Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco, possibilitava se o senhor da escrava de ventre livre "*optasse por receber a indenização pecuniária, o menor deveria ser entregue ao Estado, que lhe daria o 'destino' conveniente, remetendo-o a 'estabelecimentos públicos'. Nesse caso, o senhor receberia títulos de renda emitidos pelo governo, no valor de 600 mil réis sobre o quais seriam pagos juros de 6% anuais*." Em caso contrário, a criança, nascida ingênua, deveria ficar trabalhando com os demais escravos do plantel até os 21 anos. MENDONÇA, Joseli M. N.. **Entre a mão e os anéis: a lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999, p. 98 e Coleção de Leis do Império do Brasil – Atos do Poder Legislativo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM2040-1871.htm. Acesso em outubro de 2014.

Tanto os pais de Pedro, Constancia e João, quanto seu assassino Teodoro, eram escravos do Coronel Domingos Villela de Andrade e moradores da fazenda de café Santana situada em Bonfim Paulista, vila do município de Ribeirão Preto (GUAZZELLI, 2012). Vítima e algoz estavam inseridos em um cotidiano rural que estabelecia um constante contato entre as várias fazendas desta região, que já foi responsável por grande parte da produção de café brasileiro nas ultimas décadas do século XIX e início do século XX. Pedro era o candeeiro de Teodoro condutor do carro de boi, e naquele dia foram orientados a ir até a fazenda Boa Vista, próxima de onde moravam e pertencente ao Coronel Joaquim Diniz Junqueira, um dos grandes chefes políticos da região, levar algumas encomendas (MOLINA, 2014).

Finalizada a lida do dia, no caminho de volta, mas ainda em terras da fazenda Boa Vista, Teodoro deu-se conta de que Pedro havia perdido uma sacola com a comida que serviria de refeição e, num acesso de fúria, estrangulou e pendurou o corpo do candeeiro em uma árvore.

Esta história ganha contornos dramáticos, pois, de acordo com os memorialistas, a mãe, soube da morte do filho da boca do assassino, segundo quem, Pedro havia se suicidado. Ato contínuo, a escrava Constância, teria se ajoelhado no terreiro de café, e clamado aos céus que, em caso de suicídio aceitaria a dor, mas em se tratando de assassinato, que a mão do assassino *secasse* a ponto de não poder se alimentar sozinho. Segundo a tradição, algum tempo depois, Teodoro foi acometido de uma moléstia inexplicável que imobilizou suas mãos obrigando-o a ser alimentado por estranhos.

Ainda, de acordo com os memorialistas locais, logo após a notícia, a mãe acompanhada dos demais escravos da fazenda, fincou uma cruz no local onde estava o corpo. Esta, após certo tempo, passou a ser conhecida como a Cruz do Pedro, local de devoção e peregrinação dos escravos e dos homens livres, brasileiros ou imigrantes, moradores das redondezas.

A partir da documentação compulsada, não foi possível determinar quando o local de visitação de uma mãe consternada se transformou em ponto de peregrinação daqueles que, em época de escassez do necessário à sobrevivência, buscavam alcançar diferentes graças. Ou ainda de outras mães, que como Constância, transformaram a Cruz do Pedro, em cemitério oficioso de seus filhos natimortos, vítimas de uma vida miserável. Contudo, é possível inferir que este local de peregrinação de escravos e brancos pobres que cultuavam um menino negro foi rapidamente "capturado" pela parceria formada entre a Igreja Católica e as elites locais. Logo, o menino Pedro havia sido amalgamado à ideia dos festejos de São Pedro, com direito à reza de terço, vigília e procissão na noite do dia 28, acompanhada de missa solene, no dia 29 de junho. Além de São Pedro, também São José, Santa Rita, Santa Luzia, São João, Santo Antônio, São Benedito e Nossa Senhora Aparecida são homenageados. Como altar deste processo que buscava oficializar a prática devocional popular, foi erigida uma capela em torno da antiga Cruz do Pedro, com direito a salão para os ex-votos e espaço para o leilão de prendas arrecadadas entre os trabalhadores rurais e fazendeiros das redondezas, barracas com quitutes e banda de música.

Ao longo do século XX, esta festa foi atingida pelo processo de modernização vivenciado não apenas pela cidade de Ribeirão Preto, como também pelo seu entorno rural. Progressivamente deixou de ser conhecida pelos moradores urbanos e pelas gerações mais jovens que migravam do campo para a periferia da cidade buscando melhores oportunidades de emprego e se refugiando do intenso processo de expansão do agronegócio. Em muitos momentos quase caiu no esquecimento, não tendo ao menos quantidade suficiente de fiéis que carregassem os andores. Curiosamente só não foi abandonada porque continuou sendo conduzida, de forma oficiosa, pelos remanescentes donos da fazenda Boa Vista com uma nova parceria, a dos moradores rurais, colonos e ex colonos associados aos moradores de cidades próximas como Dumont, por exemplo, e seguindo critérios como antiguidade e comprometimento na manutenção do festejo (MOLINA, 2014).

Esta festa apresenta dados extremamente interessantes, que o formato deste *paper* não permite explorar. Contudo, um deles merece referência e diz respeito ao fato de que se trata de um evento de origem escrava em uma sociedade que construiu sua memória sobre a herança do trabalhador imigrante.

Durante a pesquisa, não foi possível rastrear a existência de um processo contra o assassino Teodoro, mas ao que tudo indica ele terminou seus dias na mesma fazenda que os pais de Pedro. Assim sendo, é possível afirmar que tanto os homens de lei quanto os das batinas não foram capazes de cuidar da vida ou vingar a morte do pequeno que só alcançou justiça no plano divino e ainda hoje, no século XXI, atrai fieis devotos de sua cruz.

O culto ao Senhor Bom Jesus da Lapa, na cidade de Jardinópolis, distante 18 km de Ribeirão Preto, iniciou por

volta de 1913 quando uma senhora, D. Pequena do Nascimento, ergueu uma pequena capela distante da matriz em terreno próprio para pagar uma promessa. D. Pequena conheceu na Bahia, local de onde era procedente, o culto ao Senhor Bom Jesus da Lapa, devoção remanescente do período colonial (CORREIA, 2005).

A festa popular, não estava vinculada a paróquia local e nem mesmo submetida ao bispo D. Alberto José Gonçalves. Apesar da ausência e da anuência da hierarquia da Igreja local, a festa atraia inúmeras pessoas da região com suas rezas: missa, com padre contratado para a ocasião e novena. Na parte profana, que contava com especial atenção da Igreja, havia apresentações musicais, jogos de azar, ponto de encontro para situações que ela considerava ilícitas (FREITAS, 2006).

O controle da festa e a posse do terreno da capela por parte da Igreja foi possível após um litígio que pressionou D. Pequena do Nascimento a obedecer às ordens do bispo passando escritura pública da capela e do terreno adjacente para a Igreja (CORREIA, 2005).

Cem anos depois, a festa da Lapa, como é conhecida na região de Ribeirão Preto, reúne milhares de pessoas todos os anos para a parte sacra com novena, procissão e missa e para a parte profana com queima de fogos, com quermesse inúmeras barracas de alimentação, parque de diversões com jogos, shows recriando a cada ano a antiga festa de D. Pequena do Nascimento.

No dia 6 de agosto, data de celebração da festa, inúmeras missas são realizadas no santuário desde a madrugada. À tarde a festa é encerrada com missa e a procissão principal que sai da matriz Nossa Senhora Aparecida no centro da cidade de Jardinópolis, com inúmeros andores com os santos de devoção das famílias acompanhando o andor principal com a imagem do Senhor Bom Jesus da Lapa. A procissão é seguida de crianças vestidas de anjos, pessoas descalças, carregando imagens e cruzes, que rezando e cantando demonstram a fé no padroeiro. Para a Arquidiocese de Ribeirão Preto, o número de participantes no ano de 2014 foi de mais de 15 mil fieis caracterizando a principal festa em número de participantes da arquidiocese de Ribeirão Preto/SP. (ARQUIDIOCESE RIBEIRÃO PRETO, 2014).

Quando D. Arnaldo Ribeiro era o arcebispo metropolitano, ele reconheceu em 27 de novembro de 2005, as dimensões missionária, catequética, litúrgica, ecumênica que envolvia a festa e o espaço de piedade popular, marcado pela presença dos peregrinos e ex-votos deixados na sala de "milagres" elevando a capela, à categoria de Santuário (FREITAS, 2014).

A Igreja Católica considera os santuários como lugares privilegiados de oração e evangelização, com uma dimensão que permite despertar para uma vida comunitária e participativa, ou seja, missionária, ecumênica e de diálogo religioso (BECKHAUSER, 2007: 37-38). Nos santuários, é possível observar as manifestações de religiosidade, e, somadas a elas, identificar fatores tais como a vivência das pessoas que se dirigem a estes lugares, os preparativos para a partida, a viagem, a desinstalação do cotidiano, a linguagem própria de cada lugar e a esperança do milagre do santo por parte de cada peregrino.

Os fieis manifestam sua fé quando todos os anos saem de Ribeirão Preto ou de outras localidades na região e se dirigem a pé para a festa do Senhor Bom Jesus numa prática centenária que simboliza, segundo Beckhauser (2007:23) para a Igreja "a própria vida do homem como peregrinação terrestre até o destino eterno no céu".

III – A Festa como Permanência:

Os saberes que são constitutivos da experiência humana, em torno da fé, da religiosidade, espiritualidade, das práticas que envolvem a caridade fraterna, solidariedade, podem ser indicadores de uma resignificação de cada manifestação de fé em uma comunidade. Ao revisitar estas festas, identificamos inúmeros elementos de permanências de cotidiano e suas mediações permeadas de uma significância relacionada com os saberes, fazeres e as celebrações de uma comunidade que cria e recria a cada dia em seus rituais.

A festa do santo padroeiro acontece uma vez por ano, no entanto, os diversos públicos que a elas se dirigem todos os anos alimenta um imaginário apoiados em concepções que foram forjadas ao longo de séculos. Para Maurice Halbwachs o passado se atualizava na memória coletiva, oferecendo a cada indivíduo a possibilidade de apreensão de sua própria cultura (HALBWACHS, 1990). Ao refletir a respeito destas festas reconta-se a história por meio de cada peregrino, que ao longo dos séculos buscam os templos, santuários e locais sagrados com o intuito de obter graças espirituais e ou bens materiais.

Dos devotos politeístas de Isis, Asclépio, ao culto a Maria e o Cristo, ou ainda os santos do catolicismo, as pessoas sempre buscam curas, bens materiais procurando amenizar as agruras do cotidiano. O pesquisador HOONAERT (2013: 14-15) explica que a

> "maioria da população, conservando elementos da tradição antiga, reinterpretou o catolicismo romanizado. Assim, cerca de 70% a 80% dos católicos brasileiros praticam sua religião de modo privatizado e/ou em comunidades de "cura divina", muito inconstantes e abertas ao sincretismo. O núcleo é a devoção aos santos, não somente os canonizados, mas também as denominações locais e familiares (crianças assassinadas) e santos anônimos (almas vaqueiras ou benditas)".

Ao relacionar cultura e religião o autor afirma que "a dimensão central da cultura é a religião" (HOONAERT: 2013: 15) quando se estabelece o *religare*, ou seja, a ligação do fiel com o divino, com o sagrado, o conjunto de valores que acompanha um povo por meio de gerações e que se explica nestas festas religiosas realizadas ano após ano por mais de um século nesta região.

As festas carregam um conjunto de valores e símbolos referenciados em uma transmissão do conhecimento anônima, de geração para geração, no saber fazer, em celebrações, por meio de práticas ligadas as devoções estudadas neste texto. Neste sentido socializa a experiência de fé de cada participante das festas, com reconhecimento mais amplo do valor de patrimônio cultural que elas congregam.

Nas festas a São Sebastião, a São Benedito, ao Senhor Bom Jesus da Lapa e na festa da Cruz do Pedro na região de Ribeirão Preto – SP nota-se símbolos em comum como a procissão, o hábito de acender velas, fazer e pagar promessas, pedir graças, levar até a capela ou santuário ex-votos, fazer novenas, levar flores para enfeitar os andores dos santos, contribuir com dinheiro para obras de construção ou reforma, ampliação do templo, deixar bilhetes com seus pedidos ou agradecimentos aos pés do santo, fazendo um movimento entre o céu e a terra, entre o fiel e sua intimidade com o sagrado. A obtenção da graça aparece como uma troca em que o penitente faz a promessa e caso a graça seja atendida ele paga a dívida em agradecimento.

Essa relação do fiel com o sagrado se distingue, de um lado, pelos atos de fé dirigidos pela Igreja como confessar, comungar, participar de novenas, tríduos, assistir missa na igreja todos os anos na festa do santo e receber a benção para ele e para os objetos de culto como terços, medalhas, imagens. De outro lado, as manifestações leigas e mais simples, como acender velas, mandar fazer milheiros com a imagem e a novena para difundir a devoção ao santo, ajuda em dinheiro, ex-votos e placas de agradecimento.

As celebrações e o saber fazer presente nestas festas revelam uma riqueza cultural o que permite o olhar do pesquisador por meio da observação e identificação dos elementos que constituem o patrimônio imaterial.

A discussão acerca do conceito de patrimônio vem sendo ampliada pelos pesquisadores na medida em que ocorreu uma valorização do patrimônio intangível, em oposição ao excepcional, ligada aos conceitos de cultura e patrimônio (FUNARI & PELEGRINE: 2008: 31).

O patrimônio intangível de caráter periférico, popular, vulnerável e simples de acordo com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial se manifesta nos seguintes campos: Tradições e expressões orais; Expressões artísticas; Práticas sociais, rituais e atos festivos; Conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo; Técnicas artesanais tradicionais (FUNARI & PELEGRINE: 2008: 48).

Os rituais e atos festivos em torno dos santos padroeiros identificados nas festas de São Sebastião, São Benedito, Cruz do Pedro e Senhor Bom Jesus da Lapa, envolvem vivências coletivas, práticas de religiosidade em comum, bem como lugares, imbuídas de riqueza de símbolos, gestos, justificam a imaterialidade na qual estão inseridas. Neste sentido, tais festas, expressam parte do patrimônio imaterial, se transformando em um exercício de cidadania por que tratam da diversidade cultural da localidade em que se inserem.

IV – Considerações Finais:

Este *paper* é fruto de uma experiência nova no estudo de festas religiosas na região de Ribeirão Preto. Até então tais festas foram pouco investigadas e menos ainda analisadas do ponto de vista do patrimônio. De fato, o esforço em compreender este fenômeno como persistências culturais que auxiliam na construção da

cidadania constitui uma proposta relativamente recente, ainda que fundamental para a compreensão de parcela significativa da sociedade rural e urbana.

O aumento da população que deixou o campo e se dirigiu para as cidades expulsos pela mudança no sistema agrícola da região que trocou a cultura do café pela cultura da cana associada à mecanização da lavoura, alterou as práticas cotidianas inclusive ligadas à religião.

Por outro lado, o crescimento das igrejas neo pentecostais nas últimas décadas contribuiu para diluir as forças do catolicismo tradicional diante da sociedade pluralista. A grande oferta de igrejas de confissão neo pentecostal e o formato do culto têm atraído a população mais pobre e periférica que se sente acolhida e para as quais não chega nem o discurso da Igreja católica e nem os direitos sociais plenos que deveriam ser garantidos pelo Estado.

Ao optar por outra religião, esta população abandona não apenas os antigos rituais católicos e suas práticas litúrgicas, mas também os fazeres ancestrais transmitidos de geração em geração que traduziam seu olhar sobre a natureza e os acontecimentos cotidianos.

Isto porque, as festas católicas sempre foram acompanhadas de elementos profanos como comida, bebida e cantoria, motivações para o agrupamento da comunidade em torno de um ideal comum. Este sentimento de organizar a festa, arranjar os enfeites para a procissão, fazer a comida e preparar o local para a reunião sob a forma de mutirão agregava força para o grupo por meio de uma solidariedade em estreita harmonia entre os membros da localidade (CANDIDO, 2010).

A ausência deste arranjo provoca um sentimento de perda de identidade que este homem busca no culto neo pentecostal, ao chamar de irmão o membro que conhece na nova igreja, ao partilhar sua situação de dificuldade, ao estabelecer um novo cotidiano substituindo um universo que não mais lhe pertence.

Em alguns locais a Igreja católica busca revitalizar e apoiar, atraindo de volta para seus templos as antigas práticas ligadas a religiosidade popular, ao repropor a recuperação de um sentido comunitário com o objetivo de evitar maiores erosões entre seus fieis. No início do século XX a Igreja não deu uma resposta suficiente para a permanência destas festas e um século depois ela alerta para a importância deste legado cultural e religioso. A Igreja percebeu isso, mas o Estado ainda carece de compreender e desenvolver políticas públicas que valorizem este patrimônio imaterial como algo fundamental para a manutenção das tradições centenárias, para o desenvolvimento da economia criativa local e para o controle da violência em expansão nas últimas décadas, garantindo um sentimento de pertencimento desta população a região de Ribeirão Preto.

Referências Bibliográficas

ALGRANTI, L. M. Famílias e Vida Doméstica. (1997) In: SOUZA, L. de M. e (org.) *História da Vida Privada no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras.

AMORIM, G. (org), (2001), *Os Desbravadores, Personalidades que fizeram história no interior de São Paulo*, Ribeirão Preto, Palavra Mágica.

ARQUIDIOCESE DE RIBEIRAO PRETO. Disponível em www.arquidioceserp.org.br acesso em 15/10/2014.

AZZI, R. (1987), *A cristandade colonial; um projeto autoritário*, São Paulo, Paulinas.

BECKHAUSER, A. (2007), *Religiosidade e piedade Popular, Santuários e Romarias: desafios litúrgicos e pastorais,* Petrópolis, Vozes.

BEOZZO, J. O. (Org.) (1980), *História da Igreja no Brasil.* Petrópolis, Vozes, Tomo II/2.

BOSCHI, C.C. (1986), *Os Leigos e o Poder. Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais*, São Paulo, Ática.

BRASIL. "Patrimônio Imaterial" in: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginaIphan .

CANDIDO, A. (2010), *Os parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul.

CHOAY, F. (2001), *A alegoria do patrimônio*, São Paulo, Unesp.

COLEÇÃO DE LEIS DO IMPERIO DO BRASIL – Atos do Poder Legislativo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM2040-1871.htm. Acesso em outubro de 2014.

CORREIA, F. de A. (2005), *A Pequena do Nascimento e o Bom Jesus da Lapa de Jardinópolis* (1913-1950), Brodowski.

DAVID, S. R. de A. *Cultura e religião*: uma aproximação. *Acta Scientiarum*, vº. 23, nº.1, p. 231-240, 2001. Disponível: www.periodicos.uem.br/ojs/index.php. Acesso em: jan. 2013.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Vida religiosa, Ribeirão Preto, 20 jan. 1932, p. 1.

DIRETÓRIO sobre Piedade Popular e Liturgia: princípios e orientações, (2003), São Paulo, Paulinas.

FREITAS, N, M. B. de. (2006), *A criação da diocese de Ribeirão Preto e o governo do primeiro bispo D. Alberto José Gonçalves*. Tese de doutramento, Franca, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp.

FREITAS, N. M. B. de. (2014). "Feast, Tradition and Catholic Church: Values to be Preserved". In LASA, 2014, Disponível em: http://lasa-4.lasa.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2014/files/39811.pdf. Acesso em outubro 2014.

FUNARI, P. P. & PELEGRINI, S. C. A. (2006), *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

GUAZELLI, A. M. C. & FERREIRA, D. & CASTRO, M. C. & MOLINA, S. R. (2012), *O Menino que Virou Festa: a Cruz do Pedro em Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto, Fundação Instituto do Livro.

GUARINELLO, Norberto Luiz (2001), "Festa, Trabalho e Cotidiano". In: JANCSÓ, István & KANTOR, Iris (eds.), *Festa: Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa.* Volume II, São Paulo, Hucitec, Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, Imprensa Oficial, pp. 969-975.

HALBWACHS, M. (1990), *A memória Coletiva*, São Paulo, Vértice.

HOORNAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro* (1550-1800).(1974) Petrópolis: Vozes.

HOORNAERT, E. (2013), "O que há por trás da religiosidade popular?" Vida Pastoral, ano 54, n. 289, março/abril, pp. 3-10.

JANCSÓ, István & KANTOR, Iris (2001). "Falando de Festas", in: JANCSÓ, István & KANTOR, Iris (eds). *Festa: Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa.* Volume I, São Paulo, Hucitec, Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, Imprensa Oficial, pp. 3-13.

LAGES, J. A. (1996), *Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro, povoamento da região por entrantes mineiros na primeira metade do século XX*, Ribeirão Preto, VGA.

LEOPOLDINO, F. J. (2009), "*Colonia Preta" uma análise histórica*. Monografia, Ribeirão Preto, Centro Universitário Barão de Mauá.

MENDONÇA, J. M. N. (1999), *Entre a mão e os anéis: a lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*, Campinas: Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura.

MOLINA, S. R. (1998), *Desobediência, Barganha e Confronto***.** A Luta da Província Carmelita Fluminense pela Sobrevivência (1780-1836). Dissertação de Mestrado, Campinas Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Unicamp.

MOLINA, S.R., FREITAS, N. M. B. de, ROSA, L. R. de O. (2013). "Patrimônio cultural, religião e religiosidade: reflexões sobre a experiência de pesquisa com o I.N.R.C. – Inventário Nacional de Referências Culturais". Dialogus, n.1 e n.2, jan/dez, pp. 174-189.

MOLINA, S.R. (2014), "Heritage, Tourism and Development: the case Cross of Peter Feast in Brazil", In LASA, Chicago, Disponível em: httpslasa-4.lasa.pitt.edumemberscongress-aperslasa2014files41552.pdf. Acesso em outubro de 2014.

SUESS, P. (org). (1992), *A conquista espiritual da América Espanhola*. Petrópolis, Vozes.

Língua Portuguesa - Preservação da Memória Coletiva

Marilda Franco de Moura
UniSEB-Estácio/Barão de Mauá
marildafmv@gmail.com

Claudia Regina de Brito
UniSEB/UNESA
claudia.brito@estacio.br

Gladis Linhares
UniSEB-Estácio
gladis.linhares@uniseb.com.br

Resumo: Lingua, cultura e sociedade estão ligadas entre si por laços. A língua é uma atividade social, tem seu papel relevante na formação dos novos Estados. Na concepção da sociolinguística, é intrinsecamente heterogênea, múltipla, variável e está sempre em desconstrução e reconstrução. Dentro dessa perspectiva, a história revela que, antes de converter-se em língua oficial das diversas nações, a língua portuguesa teve de coexistir, no mesmo espaço geográfico e social, com outras línguas e com outras culturas. O nacionalismo, como difusor de diretrizes na área de patrimônio cultural, busca as origens da Língua Portuguesa para preservar a memória coletiva e a sua transmissão entre gerações. É uma forma de repensar a identidade cultural dos falantes.

Palavras-chave: Política pública. Língua e Patrimônio. Direitos culturais. Diversidade linguística.

Introdução

> *Nosso mundo contém, em realidade, vários mundos. Quem poderá ignorar que o mundo é um grande mestiço, a não ser aquele que nunca saiu de seu lugar, ainda que tenha viajado e visitado outras regiões? (ZAOUAL, 2003)*

A língua portuguesa é uma das maiores expressões vivas de diversidade cultural. Não se pode falar em direitos culturais linguísticos e em direito fundamental ao patrimônio cultural linguístico sem considerar o acolhimento, o direito à diversidade linguística, o respeito à língua materna e do reconhecimento direito da comunidade.

Na história do pensamento brasileiro, debruçado sobre a sociedade e sua cultura, são frequentes e, às vezes, notáveis as variedades de línguas que se criam e recriam, taquigrafando a realidade histórico-social, em suas formas e forças de sociabilidade.

Algumas línguas estão rentes ao universo empírico, outras captam pelo contato do discurso. Nota-se que, os diversos tipos de assimilação da língua possuem algo em comum, revelam proximidades e semelhanças, compõe-se a partir de uma linhagem, têm raízes na sociedade, cultura e história.

As relações entre língua(s) e cultura(s) e preservação do patrimônio adquirem hoje uma relevância especial. Perdemos o "conforto" de pensar a cultura como algo único e imenso; não podemos considerar a cultura como reservatório para tirar porções para compor a história, ou seja, não temos uma cultura, mas uma pluralidade cultural que precisa ser preservada. Temos múltiplos reservatórios culturais, tanto no âmbito internacional como no contexto luso-brasileiro e nacional.

Um novo paradigma, uma nova leitura sobre a questão do patrimônio cultural e das políticas públicas e um novo olhar nas pesquisas científicas vem se desenvolvendo e adquirindo mais espaço. Nesse aspecto, a pesquisa "Língua Portuguesa - Preservação da Memória coletiva" busca discutir a formação da língua portuguesa e

o panorama intelectual do nosso país, com enfoque na preservação e em sua respectiva influência no mundo atual, por meio de estudo sincrônico-diacrônico.
É a partir dessa concepção que se constrói esta pesquisa. Cumpri-nos a tarefa de apresentar teorias, divulgar fatos históricos da Língua Portuguesa, fomentar o debate sobre a questão do patrimônio cultural linguístico e das políticas públicas, que podem nortear caminhos para outras possibilidades investigativas que vão contribuir para um desenvolvimento sustentável e consolidação de práticas democráticas verdadeiras e participativas.

1. Patrimônio cultural linguístico e políticas públicas

Não adianta espargir a ideia de proteção e defesa ao patrimônio sem que saiba o conceito, as abrangências e os papéis no contexto social. É essencial destacar que, ao falarmos em patrimônio, aos menos conhecidos, imaginam a relação com propriedade. Todavia o alcance do referido conceito é mais abrangente. Patrimônio não pode ser compreeendido apenas do ponto de vista material, econômico ou palpável. Revela a ideia do conjunto de bens e direitos de que seja titular determinada pessoa. Assim, o patrimônio público espelha desde a prestação de serviços até aos bens que fazem parte do acervo dominical. Com efeito, a própria moral da população brasileira, valores e atitudes constitui patrimônio a ser resguardado por todos os membros da sociedade e relevância do ensino da Língua Portuguesa para os diversos povos. Ademais, patrimônio "é o conjunto de bens, dinherio, valores e direitos pertencentes aos entes (sejam União, Estados, Distrito Federal e Municípios), através da administração direta ou indireta e fundacional, cuja conservação seja de interesse público e difuso, vunculados à sua proteção e defesa." Mukai (1989: 17).
O conceito de patrimônio, que pressupõe uma atribuição de significado a determinados bens, no campo linguístico, tem sido cada vez mais complexo e aprofundado. Valores patrimoniais, assim como suas concepções, mudam com o tempo e com as sociedades. Envolvem, também, relações de identidade, memória e nacionalidade, sendo que, na sua construção, apresentam relatos em comum com trajetórias de fatos políticos históricos e sociais.
Estudiosos em Políticas Públicas desenvolveram vários modelos para explicar o processo de tomada de decisão, cujo objetivo é descrever o que acontece, as soluções que podem ajudar às rotinas organizacionais. Na prática, uma política de registro implica discutir os sentidos de registro: registrar o quê? Como?
O poder público e a coletividade devem assumir as ações de preservação necessárias à proteção do patrimônio cultural, desde o inventário e cadastro até o direito ao patrimônio linguístico e defesa em seu exercício, de acordo com as normas constitucionais, que indicam a oficialidade e a hegemonia da língua portuguesa, sem discriminar falares regionais, desde que sejam inerentes a identidade e integrem a memória do grupo. Ao Estado cabe a tarefa protetiva, fornecer os meios necessários para o exercício de direito, atribuído à língua ou variação linguística como bem cultural, pelos grupos brasileiros detentores da linguagem do português.
Como fruto dessa correlação de forças, a questão urbana aparece na Constituição de 1988, Art. 216. A emenda proposta destaca um capítulo específico destinado a tratar do reconhecimento do patrimônio cultural como direito fundamental, o que resulta na incorporação imediata dos tratados e convenções internacionais que versem sobre a matéria pelo nosso ordenamento jurídico constitucional, por força do que prescrevem o parágrafo 1º da Constituição.
Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
I - as formas de expressão;
II - os modos de criar, fazer e viver;
III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

2. Difusão de Língua e Cultura

Na esteira das grandes transformações contemporâneas, com a formação de blocos econômicos e o estabelecimento de novas alianças entre os países, têm ganhado força, nas pesquisas de diferentes grupos da sociedade civil, de estados e de entidades políticas, debates sobre questões linguísticas. No caso específico do português, uma série de ações, visando a sua "internacionalização" e aproximação cultural, têm sido implementadas. Um marco, nesse sentido, foi a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 1996, reunindo Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.
O principal organismo da CPLP (sede na capital de Cabo Verde), responsável, especificamente, pela defesa e difusão da língua portuguesa, como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização oficial em fóruns internacionais, é o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), fundado em 1999.
A participação social de uma comunidade, geralmente por meio de suas instâncias representativas, (SCO) Sociedade Civil Organizada, sindicatos, entidades de representação, associações patronais e ONGs em Geral, faz as suas intervenções, seleciona o que deve ser patrimonializado, o que deve ser conservado e, portanto, o que deve ser atribuído de valor a partir dos enunciados discursivos.
Na América Latina, particularmente, no Brasil, a preservação dos bens-culturais vem acompanhando as iniciativas expressas por meio de suas leis e aplicação das políticas culturais em novos âmbitos. O Brasil tem acompanhado o desenvolvimento dessas ações, adotando a difusão da língua e da cultura do Brasil no exterior, promovidas pelo Ministério das relações exteriores.
Para esse fim, foi estabelecida, na década de 1940, a Rede Brasileira de Ensino no Exterior (RBEx), a que se dá, atualmente, o nome de Rede Brasil Cultural, formada por Centros Culturais Brasileiros, Núcleos de Estudos Brasileiros e Leitorado. No intuito de fortalecer os vínculos linguístico-culturais entre brasileiros residentes no exterior e o Brasil, o Departamento Cultural criou, em 2011, o Programa de Difusão de Língua e Cultura.
Pioneiramente, o Itamaraty realizou cursos de formação de professores no ensino de Português como Língua de Herança em São Francisco (junho de 2011), Washington (outubro de 2011), Miami (abril de 2012) e Zurique (setembro de 2012), ministrados por especialistas em Português Língua Estrangeira.

3. Raízes identidárias - preservação dos bens-culturais

A América Latina é um continente construído com raízes identidárias, linguísticas e culturais muito fortes, onde as relações interétnicas têm sido uma constante por meio de toda sua história, uma história dolorosa e trágica principalmente no que diz respeito aos grupos de formação de comunidades lusófonas.
Ao tratar de aspectos identidários de comunidades lusófonas, faz-se necessário conceituar "lusofonia" que norteia o presente artigo,

> um sistema de comunicação no âmbito da língua portuguesa que compreende os países e comunidades que a adotam como língua oficial, como é o caso dos oito países integrantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), e dos demais lugares como Macau (na China) e Goa (na Índia)". (Brito; Bastos, 2003: 72).

Após a expansão da colonização, iniciada pelos países europeus o Brasil e Moçambique experimentaram um processo de busca de identidade marcado pela complexidade, ocasionada pelo embate entre diferentes culturas. O vocábulo colonização engloba também o conceito de migração. O afluxo de gente para uma região que pode dar-se de maneira espontânea, ou por quem ele se interessa, os governos ou organizações especializadas de capital privado (companhias de colonização).

4. Formação da Língua Portuguesa – Contexto histórico

A língua de uma comunidade constitui-se como um dos seus bens culturais mais preciosos. É na língua que se apresentam refletidas as representações e construções de uma sociedade. É pela língua que se dão as relações de poder e dominação, os consensos, as discórdias, as transmissões culturais. Assim como é pela língua que o sujeito constrói seu lugar na sociedade, também é por meio dela que é excluído.

Considerando que um país é formado pela união de diversas raças e povos, é impossível ignorar que a diversidade étnica o caracteriza. A língua, em suas diversas formas e variantes, é uma entidade viva, dinâmica e é o código utilizado pelo ser humano para se comunicar com seus semelhantes, trocar informações, difundir ideias e conceitos. O uso da escrita desenvolveu a comunicação entre os homens permitindo-lhes remontar as barreiras do tempo na recepção de mensagens, além de ajudar muito no desenvolvimento intelectual do ser humano. Ademais, seu domínio passou a figurar, socialmente, como tendência, prestígio social e instrumento de ascensão profissional.

Conforme Moriera (2006), tendência pode ser comparada a paradigma. Um paradigma científico inclui modelos e valores. Na história da ciência ocidental, sempre houve uma grande pluralidade de tendências, paradigmas ou escolas, que surgiram como modelos de explicação da realidade e de tudo quanto existe. Conforme Miranda e Pereira (1994), "a ciência é ontologicamente evolutiva. Portanto, é natural que, em determinadas épocas e contextos históricos, surjam e desapareçam tendências, diversidades linguísticas."

A formação da Língua Portuguesa e o contexto histórico no qual ela surgiu suscitam diversas análises que resultam em diferentes variações. Essa relação se revela com maior ênfase para a pesquisa em países que passaram pelo processo de colonização e apenas recentemente conquistaram a independência política. Caracterizado por muitos como uma figura importante para história e para historiografia, Lucien Febvre, apresenta um olhar sobre a história: "o objecto de nossos estudos não é um fragmento do real, um dos aspectos isolados da actividade humana — mas o próprio homem, entendido no seio dos grupos de que faz parte" (Febvre, 1989: 31).

Muitos autores tentam atribuir ou problematizar a importância ou papel das teorias sobre a história, e como colocado por Jörn Rüsen (2001);

> Na medida em que a teoria da história explicita que a relação da ciência da história com a vida prática de seu tempo não pertence a um recanto abstruso do pensamento histórico intensifica-se sua função didática com essa vida prática. Ela orienta os resultados cognitivos da ciência da história para os processos de aprendizagem da formação histórica ao explicitar a função orientadora que o conhecimento histórico obtido e formulado tecnicamente sempre possui, uma vez que afinal de contas, origina-se das carências da orientação dessa mesma vida prática. (RÜSEN, 2001: 48 - 49)

Partindo deste pressuposto e retomando os olhares sobre Lucien Febvre, sobre a formação da história, propõe-se primeiramente a realização de uma breve discussão acerca dos espaços revelados pelo passado português, em seguida, um relato sobre as memórias como narrativa e constituição do patrimônio e da cultura portuguesa.

É muito forte a história e o peso do passado, dos vários passados portugueses, compreendendo tradições, exotismos e formas sociais de organização da vida, do trabalho que vem influenciar as formas de contato da língua.

A população luso-brasileira, enquanto atores de uma traumatizante experiência colonial, possui raízes identidárias, reginárias, linguísticas e culturais com os países europeus, entrelaçados nas zonas de contato, língua, cultura, sistemas de valores, tradições, crenças, espaço e poder. O desafio consiste, pois, em encontrar um equilíbrio entre a homogeneidade e a diversidade cultural entre esses países. Uma vez que a história brasileira se caracteriza por meio do português de Portugal, da mesma maneira que do português em diversas outras regiões do mundo. Como afirma Lévi-Strauss (2008), "a diversidade, longe de provocar o isolamento entre os homens, encoraja atores sociais à comunicação antes as relações que os mantêm unidos".

A língua portuguesa se desenvolve em continentes e se mostra desde os seus desdobramentos do passado colonial a variações sociais e culturais.

> O passado colonial que se balanceia e os encerra com o século XVIII, mais as transformações que se sucederam no decorrer do centênio anterior a este e o atual. Naquele passado, constituiram-se os fundamentos da nacionalidade: povou-se um território semideserto, organizou-se nele uma vida humana que diverge tanto daquela que havia daqui, dos indígenas e suas nações, como também, embora em menor escala, da dos portugueses que empreenderam a ocupação do território. Criou-se, no um plano de realizações humanas, algo de novo: (...) uma população bem diferente e

> caracrerizada, até etnicamente e habitando um determinado território; uma estrutura material particular, constituída na base de elementos próprios; uma organização social definida por relações específicas, até uma consciência, mas precisamente certa "atitude" mental coletiva particular. Os sintomas de cada um daqueles caracteres já se vêm esboçando no curso de toda nossa evolução colonial; mas é no termo dele que se completam e, sobretudo, se definem. (Ianni, 2004: 71)

5. A dialética da história brasileira

Brasil, oficialmente República Federativa do Brasil, é o maior país da América do Sul e da região da América Latina, sendo o quinto maior do mundo em área territorial e com uma população total de cerca de mais de 201 milhões de habitantes. É o único país onde se fala a língua portuguesa na América e o maior país lusófono do planeta. O Brasil, por apresentar uma grande dimensão territorial, possui uma vasta diversidade cultura e étnica, oriunda da forte imigração de povos variados.

O território atual do país, até então habitado por indígenas ameríndios, divididos em alguns milhares de grupos étnicos e linguísticos distintos, foi descoberto pelos europeus em 1500, por uma expedição portuguesa, liderada por Pedro Álvares Cabral. Os colonizadores europeus, a população indígena e os escravos africanos foram os primeiros responsáveis pela disseminação cultural no Brasil. Em seguida, uma maciça imigração de italianos, japoneses, alemães, árabes, entre outros, contribuíram para a diversidade cultural do Brasil. Aspectos como a culinária, danças, religião são elementos que integram a cultura de um povo.

A partir da descoberta, torna-se uma colônia do império ultramarino português. O vínculo colonial foi, de fato, quebrado em 1808, quando a capital do reino foi transferida de Lisboa para o Rio de Janeiro, depois de tropas francesas comandadas por Napoleão Bonaparte invadirem Portugal.

A nossa formação histórica está marcada pela exploração do sujeito ou por sua escravização, começando-se, ai, o processo de ocupação, povoamento do território brasileiro que também é uma forma de negação de sua alteridade. Os processos de exploração do sujeito também se dão no plano das representações econômicas, sociais e culturais. Neste sentido, o debate sobre o patrimônio cultural e das políticas públicas na América Latina foca-se nos sujeitos históricos que foram explorados e escravizados, no entanto resistiram e permite a construção histórica identidária e territorial do país, numa situação de relações de poder de subordinação e acentuada exclusão.

5.1 – Brasil – País lusófono

No processo histórico, a formação do território linguístico brasileiro decorreu de forças que misturaram as línguas indígenas, as línguas do colonizador e os falares africanos. Segundo Faulstich (1998, p. 249), "em 1757, o Marquês de Pombal criou a primeira lei sobre o idioma no Brasil, ao estabelecer a língua portuguesa como idioma oficial da Colônia." Essa decisão política resultou no ensino do português, no vasto território brasileiro, o que afetou o uso das línguas gerais, que eram, de fato, as línguas vigentes. E, durante séculos, as línguas em contato serviram, entre outros fins, para modificar o panorama linguístico nacional, porque as transformações criavam as condições necessárias para formar o espírito de nacionalidade. Nesse contexto, a Língua Portuguesa adquiriu especificidades locais e começou a definir-se como variedade brasileira. Sua cultura diversificada compunha tradições, línguas e visões de mundo.

De acordo com os historiadores, a Língua Portuguesa foi herdada dos colonizadores portugueses que aqui chegaram. Pedro Álvares Cabral e sua esquadra atracaram na região de Porto Seguro, habitada por uma população organizada em diferentes povos indígenas, com diferentes culturas e denominações. O brasileiro, portador de uma cultura, tinha uma língua própria, caracterizada por regras linguísticas, vocabulários, uma estrutura gramatical particular que se desenvolvia com a língua de contato. Por um processo histórico que se desenvolveu nos últimos 440 anos de contatos destas sociedades indígenas, primeiramente com os europeus e mais tarde com a população nacional, a maioria destes povos desapareceu.

Com o início efetivo da colonização portuguesa em 1532, a língua portuguesa começa a ser transportada para o Brasil. Começa, então, a surgir novas referências, num novo espaço-tempo, com povos que falavam outras línguas, as língua indígenas, e tornar-se a língua ofical e nacional do Brasil.

Os linguistas, de um modo geral, pressupõem que a noção de referência se forma pela relação de correspondência entre a língua, as palavras e as coisas, relação que se fundamenta na concepção especular do contato e do saber, de modo que estes são considerados como uma *re-presentação* adequada da realidade. No campo historico e linguítico, foco desta pesquisa, pode-se considerar que a língua em uso também é representação da realidade histórica.

Em seu dicionário (Coelho Teixeira, 1997: 377), o verbete "Referente" reporta:

> Tradicionalmente, entende-se por referente os objetos do mundo "real", que as palavras das línguas naturais designam. O termo objeto mostrou-se notoriamente insuficiente, por isso referente foi chamado a cobrir também as qualidades, as ações, os acontecimentos reais.

Nesse caso, a questão do referente não diz respeito a uma relação de representação das coisas ou dos estados de coisas, mas a uma relação entre o contato com a língua, a fala e a parte não-linguística da prática em que ele é produzido. Tais práticas não são criadas por um sujeito cognitivo abstrato, racional ou ideal, solitário face ao mundo, mas resultam de um processo de construção de convivência, de contato.

O português passa a ter convivência, no território brasileiro, com as línguas indígenas, as línguas gerais, holandezas, esta última a lingua de um país europeu e também colonizador. As línguas gerais eram línguas tupi, falada pela maioria da população. Eram línguas de contato entre índios de diferentes tribos, portugueses e seus descendentes. A língua portuguesa era a língua oficial do Estado português, empregada em documentos oficiais e praticada por aqueles que estavam ligados à administração da colônia.

O Brasil contemporâneo se define, hoje, desse contexto, como uma coleção de figuras e figurações de tipos, mitos, relativos a coletividades, a situações e contextos marcantes, a momentos da geo-história que se registram matafórica ou alegoricamente. Vale a pena ressaltar uma das interpretações, também original e marcante, dentre as que se sucedem a reptem em diferentes estudos sobre a formação da língua portuguesa. Trata-se da visão do Brasil, de sua história, como uma constelação de tipos, com alguns dos quais se constroem tipologias. Alguns casos se desdobram em mitos e mitologias.

> Aí entram tradiçòes indígenas, africanas e portuguesas, além de outras menos fortes, até fins do século 19. São tradições, práticas, valores, ideais, mitos e fantasias muito presentes em uma sociedade em que se manifestam, desde os seus primórdios: o "ânimismo", o "fetichismo", a "pajelança", o "candoblé", a "umbanda", a "quimbanda", o "espiritismo" popular, o "catoliscismo" rural e outros traços mais ou menos notáveis de origem não só indígena, africana e portuguesa, mas também ibérica e mediterrânea. Há todo um vasto, complexo e mágico, substrato cultural, "pagão" na formação da sociedade brasileria, entrando pelo século 20 e continuando evidentemente no século 21. Ianni, (2004: 71)

Para figurativizar e caracterizar a formação social brasileira, vamos privilegiar duas tradições práticas indígenas, africanas e portuguesas: o Candomblé e a Umbanda. Segundo Ianni (2004: 71),

> **Candomblé** chegou ao Brasil entre os séculos XVI e XIX com o tráfico de escravos negros da África Ocidental. Sofreu grande repressão dos colonizadores portugueses, que o consideravam feitiçaria. Para sobreviver às perseguições, os adeptos passaram a associar os orixás aos santos católicos, no sincretismo religioso. Por exemplo, Iemanjá é associada a Nossa Senhora da Conceição; Iansã, a Santa Bárbara, etc.
>
> **Umbanda -** Religião brasileira nascida no Rio de Janeiro, nos anos 20, da mistura de crenças e rituais africanos e europeus. As raízes umbandistas encontram-se em duas religiões trazidas da África pelos escravos: a cabula, dos bantos, e o candomblé, na nação nagô. A umbanda considera o universo povoado de entidades espirituais, os guias, que entram em contato com os homens por intermédio de um iniciado

> (o médium), que os incorpora. Tais guias se apresentam por meio de figuras como o caboclo, o preto-velho e a pomba-gira. Os elementos africanos misturam-se ao catolicismo, criando a identificação de orixás com santos. Outra influência é o espiritismo kardecista, que acredita na possibilidade de contato entre vivos e mortos e na evolução espiritual após sucessivas vidas na Terra. Incorpora ainda ritos indígenas e práticas mágicas européias.

Esse é o contexto histórico, de povoação e fomação da sociedade em que se deu o contato e a formação da língua e da cultura portuguesa. Cabe destacar, ainda, as fórmulas mágicas de exorcismo e sublimação de séculos de escravismo, castas e alienação.

É inegável que a realidade histórica-social transfigura-se em conceitos, originários de tipos e situações. Mudam-se os tempos, as relações, o desenvolvimento, as forças produtivas e relações de pensamentos, ideias e doutrinas. Diante dessa realidade, revela-se o inteligível, a formação cartográfica dos países luso-brasileiros, de tal modo que este parece situado, organizado, compreendido, explicado e decantado.

6. Memórias como narrativa e constituição do patrimônio e da cultura portuguesa

Os africanos, influenciados pelos manifestos publicados no Brasil, trilharam caminhos similares para construírem suas identidades nacionais. Ao estudar essa linha, Elisalva Madruga Dantas afirma:

> A exemplo dos brasileiros, partem os africanos para a realização de um inventário da vida africana, através da documentação de seus costumes, do registro da paisagem, da caracterização da psicologia e da índole do povo africano. (IN: Chaves, Macêdo, 2003, p. 43).

6.1 Homogeneidade e diversidade- A reconfiguração do patrimônio cultural linguístico

Ligada à ideia de história, línguas de influência e dialogismo, segue uma relação paralela dos falares regionais entre Brasil e Moçambique, recortes das obras “Primeiras estórias” de Guimarães Rosa e “Terra Sonâmbula” de Mia Couto. Breve e simples trabalho, buscamos apresentar a oralidade poética, a criação de neologismos e as inflexões lúdicas, que caracterizam os “combates pela história” destes países, e que nos permitem a possibilidade de trabalhar estas artes do fazer/ensinar história em sala de aula.

No quadro a seguir, listamos algumas diferenças mais comuns encontradas no Plano fonético (pronúncia e entonação) e no Plano lexical (palavras com sentidos diferentes que variam de uma região para outra). Pode-se dizer que os falares regionais de Moçambique assemelham-se ao português falado no Brasil.

Brasil	Moçambique
ir depressa	depressar
agora mesmo	agorinha
formar fila	bichar
ressaca	babalaza
não conseguir	desconseguir
problema, crise, guerra	situação
acordar de repente, de súbito	estremungado
nuvens e ventos	nuventanias
não lembrava	deslembrara
soar como campainha, fazer som	tilintar
estremecer	extremexendo
remover	rebulir

Tabela 1: Falares regionais.

Fonte: COUTO, Mia. *Terra Sonâmbula*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ROSA, João Guimarães. *Primeiras estórias*. 6 ed. Rio de Janeiro: José Olympo, 1972.

Traços importantes na linguagem dos dois países são as "oralidades", traduz a vida, as vivências, costumes e comportamentos das diversas comunidades culturais. Nesse sentido, Leite (1998, p. 14 e p. 45), explica:

> O fato de usarmos no plural a palavra "oralidade" visa exatamente demonstrar que, por um lado, as tradições orais são diferentes de país para país, embora com um registro linguístico-cultural bantu comum, e dentro de cada país, de etnia para etnia, apesar de ser possível encontrar elementos unificadores na caracterização dos géneros e dos mitos, por exemplo. E o plural serve-nos, neste caso, também, para significar o processo transformativo que a urbe provocou nas tradições rurais, modelando-as e recriando-as.

Considerações

O interesse em conhecer o paradigma identidário pátrio dos sujeitos brasileiros, falantes da língua portuguesa, entrelaçados nas zonas de contato, reside no fato de que a identidade de um povo, atores sociais que expressam uma característica cultural particular entre os diferentes povos com os quais convivem, bem como oferecem um critério para organização e compreensão dos mesmos. Povos que passaram a se deter nos processos de coerência em uma perspectiva pragmático-enunciativa ampla, explicitando que tais processos são estabelecidos na interação com o meio, usuários e com o mundo, a partir da exploração de uma grande rede de fatores de ordem linguística, sociocognitiva e interacional.

Considera-se, assim, que os elementos que constituem o quadro histórico do Brasil formam um paradigma cultural que, passadas as línguas de contatos, vai consolidar-se na lingua de formação portuguesa. Pode-se pensar que o número de falantes da Língua Portuguesa tem aumentado nestes últimos anos, devido à massificação da educação inclusiva, devido ao aumento dos meios de comunicação, tais como a rádio, o jornal e a televisão e aos acordos diplomáticos. Além disso, observa-se, também, que coexistem grupos de origem étnica ou geográfica diversa, línguas diferentes, com valores e adesões religiosas também plurais. Enfim, o sentido das palavras reflete a realidade linguística-cultural de uma determinada sociedade.

Situamo-nos na perspectiva de que as línguas se formam por meio do interculturalismo, mas consolidam-se.

> O prefixo "inter" indica uma relação entre vários elementos diferentes: marca uma reciprocidade (interação, intercâmbio, ruptura do isolamento) e, ao mesmo tempo uma separação ou disjuntiva (interdição, interposição, diferença). Este prefixo não corresponde a um 'mero indicador retórico, mas se refere a um processo dinâmico marcado pela reciprocidade de perspectivas'. Estas perspectivas são representações sociais construídas em interação. (Muñoz Sedano, 97, p.119)

É difícil prever em que medida a mudança da língua de formação vai consolidar-se. Deve-se realçar, por outro lado, que é interessante observar como, apesar dessa tendência de transformação da língua, alguns aspectos culturais associados à cultura, sistemas de valores, tradições, crenças, espaço e poder permanecem na consciência e práticas da população brasileira e moçambicana.

Há um equilíbrio entre a homogeneidade e a diversidade entre esses países formados por homens que, por meio da linguagem, reconstroem a sociedade em que vive. É o caso da valorização da língua de origem, antepassados, diversidade, que encoraja esses atores sociais ante as relações que os mantêm unidos os dois países, a colonização européia.

Maria Thereza Strôngoli (2001: 25) considera que "o homem, sendo eminentemente social, utiliza-se da linguagem para realizar suas principais atividades: criar e conservar valores culturais, articular sua vida com a do grupo e construir a própria personalidade." Ora, toda atividade enunciativa pressupõe atores sociais, que lhe possibilita a criação de todas as frases da língua que fala. Logo, a teoria chomskyana da gramática gerativa mostrou que a linguagem é um tipo de comportamento humano muito mais complexo do que até então era considerado, levando os estudiosos a um "saudável respeito pelas complexidades do comportamento linguístico".

No que diz respeito à política linguística exterior e a preservação do patrimônio, novas alianças entre os países têm ganhado força nos debates. Neste sentido, recrudescem, medidas para a promoção internacional e padronização da língua, no jogo de forças do plano internacional que pode favorecer a consecução de objetivos políticos, diplomáticos e econômicos. Em 2008, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que inclui representantes de todos os países cujo português é o idioma oficial, chegou a um acordo sobre a padronização ortográfica da língua, com o objetivo de reduzir as diferenças entre as duas variantes.

Referência bibliográfica

BRITO, Regina & BASTOS, Neusa. (2006), Dimensão semântica e perspectivas do real: comentários em torno do conceito de lusofonia. In: Martins, M. L. ET AL (orgs.). *Comunicação e Lusofonia,*. Porto: Campo das Letras.

CHAVES, Rita & MACÊDO, Tânia. (2006), *Marcas da diferença: as literaturas de língua portuguesa,* São Paulo: Alameda.

COUTO, Mia. (1992), *Terra Sonâmbula,* São Paulo: Companhia das Letras.

FAUSTICH, E. (1998), *Base metodológica para pesquisa em socioterminologia*. *Termo e variação.* Brasília: Centro Lexterm.

FEBVRE, Lucien. (1989), *Profissões de fé à partida*. In: _____. Combates pela história, Lisboa: Editorial Presença, Ltda.

IANNI, Octavio. (2004), *Pensamento Social Brasileiro,* Bauru/SP: EDUSC.

LEITE, Mafalda. (1998), *Oralidades e escritas nas literaturas africanas,* Lisboa: Veja.

LÉVI-STRAUSS, Claude. (1989), *O pensamento selvagem*. Tradução: Tânia Pellegrini, Campinas, SP: Papirus.

MIRANDA, Carlos & PEREIRA, Eduardo. (1994), *Ciência e Tecnologia: Educação para o desenvolvimento,* Petrópolis: Vozes.

MORIERA, M.A. (2006), *A Teoria da Aprendizagem Significativa e sua implementação em sala de aula,* Brasília: Editora Universidade de Brasília.

MUKAI, Toshio. (1989), *Administração Pública na Constituição de 1988,* São Paulo: Saraiva.

MUÑOZ SEDANO, A. (1997), *Educación Intercultural: teoria y practica*, Madrid: Edit. Escuela Española.

NIVÓN, Eduardo. (2011), *Políticas culturais: teoria e práxis,* São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em http://www.itaucultural.org.br/ bcodemidias/001818.pdf., [Consultado em: 2-12 2014].

ROSA, João Guimarães. (1972), *Primeiras estórias,* Rio de Janeiro: José Olympo.

RÜSEN, Jörn. Tarefa e função de uma teoria da história. In: _____. *Razão histórica: teorias da história: fundamentos da ciência histórica,* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

STRÔNGOLI, Maria Thereza de Queiroz. (2001), *Livros e computador Palavras, ensino e linguagens,* São Paulo: Editora Iluminuras Ltda.

TEIXEIRA, Coelho. (1997), *Dicionário crítico de política cultural. Cultura e Imaginário,*. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda.

Os Inventários Nacionais de Referências Culturais: conhecendo identidades, preservando a memória.

Rose-France de Farias Panet[1]
Grete Soares Pflueger[2]

Resumo: A instalação de grandes empreendimentos industriais aparece como principal responsável pelos impactos na estrutura socioeconômica, cultural e ambiental de uma região, sendo a causa de novas configurações sociais e culturais. A emergência dos grandes empreendimentos revela riscos apontados por autores como Vieira (1997) e Santos (2006), que afirmam que, parte desses riscos consiste na questão de que o global sobrepõe-se e penetra o local, abrindo passagem para referências culturais globalizadas. Com os mercados ampliados, o risco é com a perda da territorialidade cultural, da memória, do sentimento de pertencimento e das identidades culturais. Neste contexto, emerge a importância da preservação das culturas locais, materializada em políticas de preservação do patrimônio histórico-cultural e consolidada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O presente trabalho abordará a relevância dos inventários de Referências Culturais, tendo como exemplo a experiência dos municípios de Rosário, Santa Rita e Bacabeira, no estado do Maranhão, Brasil, municípios estes onde foi realizado mapeamento cultural, na iminência da instalação do grande empreendimento referente à refinaria premium I, da empresa brasileira de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo, Petrobrás.

Palavras chave: Licenciamento Ambiental, Memória, Identidade, Inventário Cultural, Patrimônio Cultural;

INTRODUÇÃO

Este artigo é o produto de uma pesquisa realizada em maio à dezembro de 2012, e concluída em abril de 2013 junto ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPNAH), com financiamento da Empresa empresa brasileira de exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo (Petrobrás), para fins de licenciamento ambiental. A pesquisa foi intermediada pela agência de pesquisas sócioambientais 'Social Capital Group' (SCG), sediada na cidade do Rio de Janeiro, que contratou equipe de profissionais de campo e escritório a qual coordenei. Ocupei-me, no entanto da coordenação das atividades da equipe responsável pela coleta e tratamento de dados do patrimônio imaterial correspondente à área de influência direta do empreendimento Refinaria Premium I da referida empresa. Minha equipe, composta por uma historiadora (Barbara de Souza Cascaes), que supervisionou o trabalho e dois antropólogos (Karla Georgea e Maycon Melo) que coletaram o material de campo limitou-se, às pesquisas referentes ao Inventário Nacional de referências Culturais do Patrimônio Imaterial ou Intangível. Uma outra equipe composta de geógrafos, arquitetos e uma historiadora foi coordenada por minha colega, a arquiteta e urbanista Grete Soares Pflueger.
É importante lembrar que, pela Lei 6.938/1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, o conceito de Meio Ambiente não se restringe ao meio ambiente natural, composto pelos elementos bióticos (fauna e flora) e abióticos (ar, terra, água). Existem outras espécies ou formas que dão ao meio Ambiente uma conotação multifacetária: Meio Ambiente Artificial ou Urbano, Meio Ambiente do Trabalho e o Meio Ambiente Cultural. Este último, é definido pelo art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (C.F 88). O meio ambiente cultural é uma espécie de Meio Ambiente Artificial, por suas características e origens antrópi-

---

1 Doutora em Antropologia e Políticas Públicas pela École Pratique des Hautes Études, Paris/Fr. e pela Universidade Federal do Maranhão (2010). Professora da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco e da Faculdade São Luís. Consultora em Antropologia da Fundação Darcy Ribeiro.

2 Doutora em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011). Professora Adjunta II da Universidade Estadual do Maranhão, Brasil

cas (bens móveis, imóveis, artísticos, arqueológicos e científicos). Necessário protegê-lo por fazer menção à formação da identidade da sociedade brasileira. O conjunto destas formas de meio ambiente completam a ideia de sadia qualidade de vida, e como afirma Fiorillo (2008, p.252), ao se tutelar o meio ambiente cultural, o objeto imediato de proteção relacionado com a qualidade de vida é o patrimônio cultural de um povo. Dentre os instrumentos de proteção ou Tutela ao meio ambiente cultural, e de acordo com parágrafo 1º do art. 216 da C.F. 88, encontram-se o Tombamento, o Registro, a Vigilância, a Desapropriação e o Inventário, sendo este último, o instrumento que norteou nosso trabalho.

Sendo assim, conforme art 23, incisos III, IVe V da C.F. 88: Compete à União, aos Estados e aos Municípios proteger o meio ambiente cultural. Reza o artigo:

> Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
>
> III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
>
> IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
>
> V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

Mais adiante no texto constitucional, precisamente na seção II, a carta faz referencia à Cultura em três artigos, diversos incisos e parágrafos; 215, 216, 216-A. Destes, vale a pena aqui citar o art. 216, que faz menção ao patrimônio cultural brasileiro:

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
>
> I - as formas de expressão;
>
> II - os modos de criar, fazer e viver;
>
> III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
>
> IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
>
> V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Para caracterizar-se Patrimônio Cultural, necessário é, que o bem cultural e/ou histórico em questão tenha nexo vinculante com a identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. E uma vez considerado patrimônio cultural, o bem integrará a categoria de bem ambiental, sujeitando-se, portanto à tutela jurídica.

Tais dispositívos existem, porque, é inegável reconhecer que a chegada de grandes empreendimentos industriais é responsável por impactos na estrutura socioeconômica, cultural e ambiental, sendo a causa de novas configurações sociais e culturais que transformam rapidamente as relações sociais em qualquer região. A emergência de grandes empreendimentos revela riscos de diferentes magnitudes apontados por autores como Vieira (1997) e Santos (2006), e parte desses riscos consiste na questão de que o global sobrepõe-se e penetra o local, abrindo passagem para referências culturais globalizadas.

Com a ampliação dos mercados, surgem riscos da perda da territorialidade cultural, paradigma que emerge com as forças que operam na atual ordem mundial dominada pela economia capitalista de cunho neoliberal de onde surgem novos centros de poder que agem em todos os níveis, do local ao global. A globalização, associada normalmente aos processos econômicos como a ampliação dos mercados ou a integração produtiva em escala mundial, descreve também fenômenos da esfera cultural, universalizando padrões (VIEIRA, 1997).

Neste contexto, emerge a importância da preservação das culturas locais, materializada em políticas de preservação do patrimônio histórico-cultural e consolidada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O inventário de Referências Culturais dos municípios de Rosário, Santa Rita e Bacabeira revelou sua importância no potencial existente de bens materiais e imateriais que configuram os "patrimônios culturais" - a serem conservados. Vale a pena ressaltar que, na noção de patrimônio cultural, os bens materiais e imateriais aparecem de forma indistinta, configurando o rol de patrimônios da nação.

O Inventário como Instrumento de Proteção do Meio Ambiente Cultural

O inventário cultural tem como objetivo geral, a identificação e documentação das referências culturais das populações. Para concretizá-lo enquanto instrumento de tutela jurídica, é necessário proceder a minuciosa pesquisa de coleta de dados referentes às manifestações culturais de um determinado lugar. Na pesquisa referente ao estabelecimento da refinaria Premium I, foram feitos mapeamentos culturais nos três municípios mencionados acima, procurando compreender a associação entre o processo histórico de ocupação do território e suas representações, no que se refere ao patrimônio material e imaterial, preservado e atualizado ao longo do tempo. Destaque especial foi dado à área do Rio Itapecuru, sítio urbano de Rosário, aos territórios quilombolas de Santa Rita e Rosário, e as áreas rurais dos três municípios.

Para a realização do inventário foi adotada a metodologia de Inventário Cultural Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) e Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do IPHAN/DF, metodologia esta desenvolvida em 2000, buscando documentar a tradicionalidade e ancestralidade, nos mais diferentes meios de registro, Identificar as potencialidades das referências das culturas imateriais e materiais nos municípios indicados e registrar imagens, georreferenciando as localidades contexto da pesquisa.

A pesquisa procurou ainda historiar os processos de ocupação das cidades, os marcos referenciais urbanos e investigar o valor simbólico, as redes de economia e de sociabilidade a partir do uso e ocupação do solo, tendo como princípio a ideia de que, conhecer a história da cidade é enraizar em território de pertencimento e captar a memória do tempo.

A MEMÓRIA DO TEMPO

O Inventário de Bens Culturais Materiais e Imaterias realizado nos muncipios de Rosário, Santa Rita e Bacabeira apresentou resultados da pesquisa bibliográfica e documental (cartográfica, iconográfica), do trabalho de campo e da reflexão teórica e conceitual que subsidiaram o relatório. O trabalho realizado no período total de pouco mais de doze meses, (tempo diminuto para tanta complexidade do universo identificado), resultou na reunião do conjunto do patrimônio material e imaterial da área de estudo, fazendo uso de conceitos amadurecidos pela equipe (redes e rotas), visando igualmente a perspectiva de contribuir com a análise da metodologia de questionários e fichas, proposta e elaborada pelo IPHAN, bem como sua aplicabilidade.

O trabalho trouxe igualmente um olhar sobre a presença das populações dos períodos de apogeu e decadência econômica . Procurou-se observar os diferentes territórios e representações simbólicas, na perspectiva de compreender a formação das cidades de interesse da pesquisa, o processo de fragmentação urbana, resgatar o papel fundamental da rede hidrográfica na formação territorial e econômica do Maranhão, bem como a consolidação de grupos humanos nas referidas localidades.

O Rio Itapecuru, neste contexto, teve significado e importância especial nas diferentes temporalidades urbanas, desde a pré-história, comprovada pelas recentes pesquisas arqueológicas da cultura material do período da pedra lascada, à presença indígena e das populações das diferentes etnias e aldeias que ali se fixaram, ou que desceram o rio em atitude defensiva ao massacre dos europeus. Verificou-se ainda traços da presença dos colonizadores materializada na Fortaleza do Calvário - lócus de combate entre indígenas e portugueses, e do período de apogeu colonial com os barões e senhores de engenhos da cidades da ribeira do Rio Itapecuru, até, na contemporaneidade com o reconhecimento das comunidades quilombolas remanescentes, também conhecidas pelo termo ‘comunidades negras rurais’. Traços esses que evidenciaram que, desde o início do processo de ocupação da região, confrontaram-se povos em condições distintas: de um lado as populações nativas e de outro populaçoes de brancos europeus e negros africanos.

Neste sentido, para este inventário, foi construído um ritmo cronológico respeitando as temporalidades da região em estudo, do Rio Itapecuru e dos Municípios de Rosário, Santa Rita e Bacabeira, com o objetivo de identificar os diferentes momentos de sua formação urbanas, que se inciaram pela cidade de Itapecuru.

Rosário, cidade religiosa das missões foi posteriormente desmembrada da cidade do Itapecuru em 1620, e transformada econômicamente no século XX pela ferrovia, interligando e escoando a produção para a capital.

Ainda no século XX, este território fragmentou-se novamente dando origem as cidades de Santa Rita (1961) e Bacabeira (1994).

Quanto à variedade das expressões da cultura, seguimos o entendimento da ampliação da noção de cultura com novos contornos semânticos, sendo esta compreendida como modo de vida em sociedade, visão de mundo, ação humana dotada de significado e não apenas como comportamento da elite ou produção de arte, mas enquanto expressão cultural como propriedade do social. Apostou-se na afirmação da pluralidade cultural como lócus de interesse e ação, como observa Viana (2005), de forma que, não só os ícones de uma cultura oficial de elite, nem apenas as estruturas de 'pedra e cal', sejam componentes do patrimônio cultural da nação, mas toda uma gama de fatos culturais de diferentes tradições vistos como potencialmente patrimonializáveis (VIANA, 2005). As referências culturais foram reveladas aqui como manifestações humanas atribuídas de valor socialmente construído.

Partimos da ideia de que os sentidos culturais devem ser apreendidos e percebidos a partir da perspectiva dos sujeitos sociais envolvidos, no sentido de buscar a fidelidade da importância atribuída às expressões culturais. Para tanto, manteve-se a orientação das categorias de bens culturais definidos pelo IPHAN, quais sejam: lugares, celebrações, formas de expressão, ofícios, modos de fazer, edificações, paisagens, arqueologia, patrimônio ferroviário e outras identificadas do patrimônio cultural do Brasil. Tendo estas categorias como fios condutores, foi possível observar um contexto social marcado pela diversidade cultural.

Este contexto cultural guarnecido de ricas manifestações foi o caminho que norteou o desejo de resgatar a memória encravada nas diversas categorias de bens. A circularidade de coisas, pessoas e sentidos nos levou a perceber a trama do tecido social da região, a dinâmica da memória representada pela materialidade das edificações e pela importância das expressões culturais carregadas de lembranças, de emoções que legitimam vínculos territoriais de pertencimento e formam um conjunto que compõe o passado, que fala do presente e que constrói o futuro.

Revisionando a política cultural, de acordo com Fonseca (1997), é a partir da 1920 que a temática do patrimônio começa a ter importância e a ser considerada politicamente relevante. Esta mudança de categoria do patrimônio cultural passa a preocupar e envolver os Estados com a salvação dos vestígios do passado da Nação e com a proteção de monumentos e objetos de valor histórico e artístico. É criado o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que começa a funcionar experimentalmente em 1936, integrando oficialmente, com a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, a estrutura do Ministério da Educação e Saúde (MES). O SPHAN é substituído pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 13 de janeiro de 1937, pela Lei nº 378, no governo de Getúlio Vargas.

Nos anos 40, a noção de valor histórico adotada era delimitada pela historiografia da época, dando prioridade aos bens de arquitetura religiosa, justificada pelo lugar e pelo sentido que tinham as igrejas nas colônias luso-espanholas. Portanto, foi com os bens imóveis dos séculos XVI, XVII e XVIII, em sua grande maioria de arquitetura religiosa, que a instituição desenvolveu pesquisas que legitimaram os critérios de tombamento e restauração.

Embora dividida em dois grupos, a equipe desta pesquisa sempre procurou trabalhar de forma integrada, entendendo a complementariedade do estudo. A escolha dos povoados visitados deu-se a partir de um critério muito simples: a existência de bens materiais ou imateriais de relevância cultural identificados no Levantamento Preliminar e Módulo de Conhecimento - FASE 1 do Plano de Trabalho.

A FASE 1 realizada entre os meses de maio a julho foi destinada para à preparação do trabalho de campo, coleta de informações, levantamento bibliográfico, preenchimento de fichas e anexos.

Para a realização do georreferenciamento das sedes, dos povoados e comunidades quilombolas e elaboração dos respectivos mapas, foi realizado um planejamento de campo a partir da base cartográfica municipal disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De posse de um equipamento de navegação, GPS Garmin 78sc, foram atribuíram coordenadas Universal Transversa de Mercator (UTM) a todos estes pontos.

Os pontos adquiridos a partir do equipamento de navegação foram processados utilizando um aplicativo de correção e de edição de pontos controle, denominado GPS *trackmaker* e na etapa de pós-processamento os pontos foram utilizados como base para a definição dos mapas de rotas definidos pelas equipes de SICG e INRC sendo representados de forma cartográfica em layouts de mapas e croquis.

Após a elaboração dos mapas de localização foram estabelecidas rotas de inventário de Referências Culturais para cada uma das equipes. Em seguida estas rotas foram divididas em pólos, para facilitar e otimizar o planejamento do trabalho de campo, considerando-se os critérios de proximidade geográfica.
A escolha do município por onde iniciou-se a pesquisa, e a programação dos trabalhos, foi feita por critérios de relevância histórica, de grandeza territorial dos municípios e de existência de bens já identificados e inventariados pelo IPHAN. Por este critério, a pesquisa começou pelo município de Rosário (sede/núcleo urbano), seguindo pelos seus povoados e comunidades quilombolas. A equipe deu continuidade pelo município de Santa Rita (sede/núcleo urbano), seus respectivos povoados e comunidades quilombolas e por último o município de Bacabeira (sede/núcleo urbano) e seus povoados. Ao longo das atividades de campo, foi possível identificar pessoas que indicaram outras pessoas e lugares nos municípios, o que dinamizou o trabalho.
A FASE 2 referente ao Plano de Trabalho realizou-se entre os meses de julho à novembro, onde foi dado continuidade à segunda e terceira etapa da metodologia do INRC, caracterizada pela aplicação e preenchimento de questionários, das fichas referentes às cinco categorias de bens e à elaboração de documentação. No que se refere ao SICG, caracteriza-se pelo preenchimento das fichas do Módulo de Cadastro, conforme apresentação das metodologias a seguir.
As entrevistas aplicadas foram diferenciadas conforme o sujeito entrevistado. Nas entrevistas com as populações tradicionais foi usada a metodologia etnológica com observação participante e conversas informais onde considerou-se a polissemia dos discursos sobre as vivências e as práticas culturais. Em outros contextos, aplicou-se, igualmente os questionários já elaborados pelo IPHAN, procurando-se ter um entendimento do contexto de inserção dos bens culturais. Durante a abordagem, a equipe preocupou-se com a coleta de informações e representações da vida sociocultural, no imaginário dos modos de fazer, nas palavras do discurso quotidiano, nas metonímias e na tradição transmitida às crianças.
Ressalta-se que de acordo com a metodologia do IPHAN, o inventário foi realizado com base nas definições de Recorte Territorial e Recorte Temático, quais sejam: “Rio Itapecuru - rio, povoados, cidades e tradições culturais” e “Ocupação histórica e atual da área de estudo”, respectivamente.

HISTÓRICO DO CONCEITO DE CULTURA E DA METODOLOGIA DOS INVENTÁRIOS

Com o movimento modernista e posteriormente em 1975 com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), amplia-se o conceito de cultura e o leque de bens culturais a serem protegidos. Os modernistas plantaram a semente da importância da ampliação do conceito de cultura e inclusão da cultura popular, com o intuito de chamar a atenção para o valor histórico e artístico das manifestações populares considerando a importância destas para a construção a identidade nacional.
A metodologia do INRC representa a culminância do desejo de preservar o patrimônio imaterial que remonta a década de 30, precisamente durante o governo de Getúlio Vargas, em 1936 quando Mario de Andrade elabora o *Anteprojeto de Proteção do Patrimônio Artístico Nacional* sob encomenda do ministro Gustavo Capanema e o rascunho de Blaise Cendrars.
Neste documento, Mário de Andrade definiu o patrimônio como “todas as obras de arte pura ou aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos e a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil”. Ampliando o leque das manifestações artísticas e culturais, Mario de Andrade inaugura o debate da proteção do patrimônio cultural e artístico no Brasil, incluindo manifestações de interesse da antropologia social. De fato, como ressalta Fonseca (1997), as diversas áreas do saber, como a arte, a história, a arqueologia, a etnologia e a antropologia, são responsáveis pela formulação de critérios responsáveis pela legitimidade da constituição de um patrimônio assentado não apenas no seu valor como símbolo da nacionalidade, mas também em valores culturais atribuídos.
Considerando a dinâmica e a Periodicidade dos bens culturais de natureza imaterial, o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial pondera que os títulos de Registro destes bens tenha validade de dez anos, devendo a pertinência do sentido destes bens, ser reavaliada após este período para novo registro e reconhecimento. Para fins de renovação do título, faz-se necessário documentar as alterações ocorridas depois do período que se

prosseguiu o reconhecimento do bem, dando subsidio a manutenção ou reorientação das ações de salvaguarda referentes ao bem em questão (Toji, 2009, p.11) .

Vale ressaltar que em 2000, com o decreto 3551, foram estabelecidas legalmente quatro dimensões do patrimônio imaterial: celebrações, saberes, formas de expressão e lugares expressivos das diferentes identidades conformadoras da diversidade cultural do país (Viana, data não identificada). Aqui cabe lembrar, que a noção de Patrimônio foi definida pelo SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), como: 'o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico'.

A metodologia adotada neste inventário teve como instrumento o Inventário Nacional de Referências Culturais, (INRC). O INRC, supervisionado pelo Departamento de Patrimônio Imaterial (DID/IPHAN), assumiu sua forma atual em 1999. A metodologia INRC já serviu de base para o trabalho de pesquisa e documentação de vários Inventários Culturais e objetiva aplicar e aperfeiçoar o Decreto Presidencial 3551 de 04 de agosto de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial representado por quatro categorias: lugares, celebrações, ofícios e modos de fazer, formas de expressão. São delimitados sítios e localidades de Identificados.

O INRC é composto por um conjunto de fichas formuladas para o registro de informações do conjunto cultural de um determinado sítio. Coletam-se diversos tipos de informações abordando diferentes perspectivas do patrimônio cultural. Preenchem-se fichas de sítio, de localidades de Identificados. Quatro tipos de fichas de anexo, quais sejam: fichas de referências bibliográficas (A1), fichas de registros audiovisuais (A2), fichas de definição de bens culturais (A3), e fichas de contatos (A4). O sítio e as localidades correspondem às bases territoriais, as quais não coincidem necessariamente com fronteiras geopolíticas; sendo, portanto, definidos conforme cada caso, de acordo com o compreendido e o bom senso dos pesquisadores na definição de rotas temáticas. Esta metodologia de coleta de dados pretende, entre outras, enriquecer o banco de dados referente à cultura imaterial brasileira que servirá de referência de pesquisa sobre o assunto.

O INRC comporta dois objetivos principais, que destacam a importância do reconhecimento da diversidade e pluralidade cultural presentes na sociedade, e a legitimidade do patrimônio cultural motivada pela população local:

a. identificar e documentar bens culturais, de qualquer natureza, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade;

b. apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferenciais de sua preservação.

A metodologia INRC estrutura-se em três etapas: o Levantamento Preliminar, a Identificação e a Documentação. A primeira etapa caracteriza-se pela coleta de informações secundárias, pesquisa bibliográfica e de registros áudio visuais e levantamento de contatos. Culmina no preenchimento das Fichas de anexo A1, A2, A,3 e A4. Nesta etapa ainda são preenchidas as fichas de Sítio e de Localidade, explicadas acima.

A segunda etapa consiste no trabalho de campo e ao preenchimento dos cinco tipos de questionários (Q20, Q30, Q40, Q50, Q60), correspondentes a cada uma das categorias de bens estabelecidas pelo decreto 3551, de 2000.

A terceira e última etapa caracteriza-se pela documentação que consiste na sistematização das informações colhidas pela equipe de campo e pela pesquisa documental e posterior trabalho de escrita do relatório final do Inventário Cultural.

A elaboração deste trabalho de inventário das referências culturais dos municípios de Rosário, Santa Rita e Bacabeira, transcorreu no período aproximativo de um ano. Os primeiros meses do trabalho foram destinados à mobilização, integração e treinamento da equipe técnica; levantamento e sistematização de informações secundárias, pesquisa bibliográfica e estudos preliminares disponibilizados; realização de visita técnica na área de interesse do estudo e elaboração do Plano de Trabalho. A visita técnica, permitiu que a equipe tivesse um panorama geral do contexto da pesquisa.

Na oportunidade buscou-se informações sobre eventuais informantes e foi produzida uma lista com os povoados de relevância cultural cuja presença de edificações e expressões culturais foi apontada. Importante ainda enfatizar que o presente relatório consiste em um dos produtos do Inventário. Junto com o relatório, a equipe empenhou-se no preenchimento de vários tipos de fichas, anexos e questionários, sendo estes dois últimos apenas utilizados para o INRC. Para o INRC foi preciso definir um nome no campo Sítio. Inserimos o título 'Rota da Cerâmica e da Farinha' por entender que os dois modos de fazer (cerâmica e farinha) identificam e caracterizam adequadamente toda a área do estudo. Necessário que se entenda que, esta rota apenas define o Sítio, não se inserindo nas Rotas definidas pelo SICG.
De acordo com as orientações da metodologia do IPHAN, a equipe foi estruturada em dois segmentos com coordenações específicas para a metodologia de INRC, Inventário Nacional de Referencias Culturais, referente à identificação e documentação de bens culturais de natureza material e imaterial e para o SICG, Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão, sendo este, um instrumento que objetiva integrar os dados sobre os patrimônios culturais, com foco nos bens de natureza material, reunindo em uma base única, informações sobre cidades históricas e bens móveis.

DESAFIOS TEÓRICOS-CONCEITUAIS

Ao longo do trabalho, surgiram vários desafios de ordens diversas, os quais podem ser citados aqui, a começar pela compreensão e apreensão da metodologia proposta pelo IPHAN. Houve dificuldade devido à rigidez dos questionários e das fichas. A objetividade dos questionários e das fichas do INRC ora engessou e limitou a identificação dos bens, ora facilitou esta identificação. Neste último caso, a facilidade da aplicação dos questionários e do preenchimento das fichas dava-se quando o bem se encaixava nas categorias já definidas pelo IPHAN. A migração das informações dos questionários para as fichas demandava o condensamento das informações coletadas nos questionários, de forma que parte do detalhamento das informações nos questionários foram colocadas em segundo plano.
A identificação de referências conceituais que se adequassem ao contexto do estudo também foram desafiantes. As referências teóricas e conceituais foram amadurecidas com as ideias debatidas e discutidas em reuniões pela equipe e o olhar a partir da experiência obtida no trabalho de campo. A dificuldade encontrada foi a de transformar o olhar e a percepção em linguagem escrita e discorrer sobre o conceito de redes como trama que perpassa pontos convergentes e sustenta as expressões culturais.
Quanto ao SICG, coordenado pela arquiteta e urbanista Grete Pflueger, com relação ao trabalho de campo, o desafio da equipe consistiu na identificação dos bens frente a dificuldade de acesso e ao processo de abandono e arruinamentos dos engenhos, igrejas,estações e fortaleza, refletindo o estado de conservação e a falta de apropriação por parte da comunidade, do município e do Estado da importância da preservação destes bens. Do ponto de vista teórico o desafio foi o processo de compreensão de delimitação dos territórios e dos conjuntos urbanos devido à fragmentação urbana das cidades. Esta dificuldade se deu ainda no preenchimento das fichas, que não contemplavam a situação da arquitetura contemporânea das três cidades que é a arquitetura popular ou vernacular, (erguida à partir da autoconstrução) de toda a área de entorno dos monumentos que refletem os baixos indicadores sociais da região.
Do ponto de vista metodológico, houve a necessidade de reunião dos bens materiais em grupos que considerassem a complexidade dos conjuntos urbanos e arquitetônicos e que considerassem o rio Itapecuru como eixo urbano.Essa perspectiva deu origem ao conceito de rotas de interesse histórico e arquitetônico, como suporte para organização do inventário dos bens materiais.
Paralela à metodologia do IPHAN, esta pesquisa tomou como perspectiva metodológica e interpretativa as noções de rede e de rota enquanto teia de significados e fio condutor, norteador de uma circularidade cultural que interliga os três municípios do estudo e forma tecidos de significados diversos.
Inspirando-se na teoria Ator-Rede, de Latour (2000), as redes foram utilizadas como figuras conceituais e instrumento metodológico para viabilizar a liberação e a expansão de sentidos relativos aos bens culturais. Considerou-se a ideia de construção da realidade a partir de um processo dinâmico de relações nas quais se

conectam coisas e pessoas, tecendo um emaranhado de redes, em cujas tramas é necessário circular para liberação de significados. Este processo se deu pelo deslocamento dos atores, e a partir desta trama, a realidade foi sendo construída.

Um dos pontos de partida destas redes foi a referência espaço-temporal, que considerou a situação geográfica e as balizas históricas e culturais da área de estudo, sendo que a configuração destas redes colaborou para o estabelecimento de uma base cartográfica de rotas iconográficas para o inventário.

Nesta pesquisa as redes foram identificadas por um procedimento bem simples: a percepção da realidade a partir da aplicação da metodologia INRC, revelada em questionários, fotografias e pesquisa bibliográfica, possível graças à sensibilidade da equipe de campo. Constatou-se a importância dos rios Itapecuru e Munim na formação das cidades de Rosário, Santa Rita e Bacabeira como amarrações que, juntas, vão formando a trama.

Conforme visto anteriormente, o município de Rosário apresentou-se como importante ponto nodal de onde convergiram as outras cidades do estudo, Santa Rita, Bacabeira e todos os povoados, alguns destes em pleno processo de emancipação, como é o caso do povoado de São Simão, em Rosário.

As redes definidas cobriram todos os municípios e seus povoados, de forma a constituir campos de pertencimento e autodefinição. Ao longo das atividades de campo a 'região do rio Munim' revelou-se em diversas ocasiões na fala de diferentes informantes, como termo recorrente revelador de pertencimento. E assim foi possível levantar as representações culturais a partir dos rastros da memória e das identidades que revelaram desenhos constituídos pelos discursos narrativos.

As redes foram ainda aplicadas como fenômeno social total, de forma a considerar os diferentes níveis da realidade social (o econômico da subsistência, o cultural, o simbólico e o político). Na economia de subsistência incluiu-se a categoria ofícios e modos de fazer que, de uma forma ou de outra estão relacionados com a manutenção das manifestações culturais, com as práticas de cura e de fé,em alguns casos, representam fonte de renda.

Os municípios foram descritos por referência às representações espaciais e culturais dos atores e das identidades relativas. Procurou-se libertar da limitação que vincula as referências espacial e institucional para construir mapas interacionais e intersubjetivos apreendidos a partir da pesquisa de campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de inventário de referências culturais que coordenei, e aqui resumidamente apresentado, procurou revelar os cruzamentos das heranças indígenas, coloniais e africanas, mostrando o patrimônio cultural e sua função no cotidiano da vida de pessoas habitantes dos três municípios: Rosário, Santa Rita e Bacabeira, focos da área de influência direta (AID), do empreendimento Refinaria Premium I. Partimos de um trajeto que considerou a importância histórica do rio Itapecuru, por onde no século XVII chegaram os primeiros colonizadores portugueses. Do Rio, a visão passou a ser construída pela ferrovia, desenvolvida no século XX e seguida pela BR 135, construída no século XX, e portanto contemporânea ao período de desenvolvimento industrial da região. Estas três vias foram concebidas como veias por onde circulam as riquezas que garantem a expansão da região, a permanência dos grupos humanos e a manutenção da vida e da cultura.

A área do estudo surpreendeu por sua riqueza cultural e ambiental. Constatamos mais uma vez, dentre vários outros estudos já feitos sobre o assunto, que o sincretismo religioso que caracteriza a cultura afrodescendente do Maranhão é expresso na profissão de fé dos negros e manifestado nas ladainhas, no som dos tambores e na cura encontrada nos terreiros.

O som e o silêncio caminharam juntos e ressoaram em nossos ouvidos ao longo dos meses desta pesquisa. Buscamos não apenas conhecer os fatos, mas produzir as formas. O rol de bens inventariados foram frutos de uma construção efetuada a partir de olhares sensíveis à diferença. Fizemos apelo às diferentes disciplinas e aos diferentes saberes. Da história à geografia, da arquitetura à antropologia. Observamos que a cultura não reconhece fronteiras. Assim como fronteiras não existem entre trabalho, ou modos tradicionais do fazer, e cultura, ou seja, entre as condutas e ações instrumentais da subsistência e as ações representativas de um modo de vida e de uma cosmologia, opera uma esfera própria que exclui todas as diferenças entre as ações humanas.

As descrições de bens materiais e imateriais presentes no nosso relatório foram, portanto, representações que não falaram sozinhas. Verificamos a necessidade de alguém para ouvi-las, de alguém para incentivá-las, promovê-las e restaurá-las. No entanto, quando falam, as expressões culturais aqui encontradas, não falam sobre elas mesmas, elas contam histórias, falam de músicas, receitas, maneiras tradicionais de realizar um ofício, de preparar um festejo ou uma receita que cura a dor. Falam também de paredes construídas por mãos cuja habilidade também constrói embarcações, faz cofo, pesca o peixe, planta a mandioca, faz a farinha e bate no tambor. Falar sobre cultura é discursar sobre estas e outras as complexidades que envolvem uma sociedade, é falar também do direito de ser e permanecer diferente.

De uma maneira geral, uma atividade não é realizada na medida em que é unanimemente aceita não apenas por quem a prática, mas também por quem a acompanha e a sustenta.

Estas culturas coexistem com a cultura global em um contexto que Santos (2003) chama de multicultural. Neste contexto, surge o debate entre a identidade e a diversidade que a diferença provoca. Culturas tradicionais em contexto de desenvolvimento econômico são questões aparentemente inconciliáveis. Incorpora a esta ideia a célebre frase de Boaventura de Sousa Santos quando em nome de uma minoria cultural diz:

> "O universalismo que queremos hoje é aquele que tenha como ponto em comum a dignidade humana. A partir daí, surgem muitas diferenças que devem ser respeitadas. Temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e o direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza" (SANTOS, 1997, p.30).

Em nossas palavras, as diferenças não devem ocultar as singularidades das configurações culturais, mas muito pelo contrário, a diferença é um convite para repensar a validade de certos conceitos que em contextos de conflitos merecem ser reformulados.

À seguir, o texto de nossas recomendações gerais.

RECOMENDAÇÕES GERAIS

Fragmentos de memória eterna

A sociedade se estabelece onde deposita sua memória. Neste sentido, a cultura é a rede, a ligadura que ao longo da história, garantiu a formação da cidade de Rosário que mais tarde se desmembrou nas cidades de Santa Rita e de Bacabeira. Sem cultura não haveria memória, sem memória não haveriam lugares, paredes, movimentos, vozes, rituais, musicalidade, modos de fazer, identidade. Juntos, estes fragmentos de memória e de representações os caracterizam como grupo, os diferenciam do "outro",os identificam e os individualizam como grupo social.

A ideia de patrimônio cultural e histórico pressupõe nexo vinculante com a identidade, a ação e a memória. Assim, o patrimônio cultural e histórico é a herança que fornece estruturação, pertencimento e significado coletivo. Cada comunidade dada a sua memória coletiva, e consciente de seu passado, é responsável pela identificação e gestão de seus ativos.

As referências culturais, classificadas nas cinco categorias de bens, Celebrações, modos de expressão, edificações, lugares e modos de fazer refletem sentimentos de identificação e sugerem políticas de constituição do patrimônio histórico e cultural brasileiro. Estas referências sugerem políticas públicas de preservação, considerando-se o princípio de que, conhecer é o primeiro passo para proteger. Destarte, não apenas enquanto manifestações culturais e símbolos da nação, os bens identificados neste inventário são merecedores de proteção, no intuito de transmissão às gerações futuras.

Para proteger este passado e guarnecer a memória, faz-se necessário pontuar algumas recomendações, políticas de incentivo aos modos transmissão de conhecimento e práticas tradicionais.

No quesito ofícios e modos de fazer, faz-se urgente investir em formações que garantam a continuidade e valorizem os modos tradicionais de fazer. Relacionados abaixo, algumas recomendações:

'O estaleiro é o homem' – A cultura é o povo

As embarcações constituem meio de transporte e veículo para a busca do peixe consumido e vendido pela população.

As embarcações tradicionais são construídas em estaleiros nas margens dos rios e lagos navegáveis. Estas instalações garantem a proteção dos rios, sendo primordial o investimento em cursos de capacitação e valorização do ofício. Cursos de carpintaria Naval faz-se necessário com noções de Meio Ambiente, Segurança no Trabalho, desperdícios de madeira, desenho, empreendendorismo e informática. Como afirma Felipe Andrés no filme documentário sobre o estaleiro Escola, Sesc TV, 2008, o barco não tem um plano regular. Estes homens detêm o conhecimento profundo, erudito que vem sendo transmitido há 400 anos de geração à geração e é esta técnica que nós queremos preservar.

A política de valorização e incentivo da atividade agrícola tradicional, considerando a falta de trabalho e o desinteresse pelas atividades agrícolas motivam o êxodo rural. Importância de se levar em consideração a sazonalidade da produção rural.

A implantação de grandes projetos na região contribuem para especulação imobiliária, que diminuem as terras cultiváveis nas localidades, obrigando o pequeno agricultor a procurar lugares cada vez mais distantes para fazer a roça.

As mulheres quebradeiras de côco são guardiãs dos babaçuais. São elas que entoam as músicas, durante a atividade, que reverberam a identidade e protegem o patrimônio ambiental. Vereadoras, professoras, lavradoras, se autodefinem na luta como quebradeiras de côco. Ocupam posição visível no espaço público. Tomam pelas rédeas os destinos da região. A garantia deste empoderamento representa a melhoria da qualidade de vida.

Desenvolvimento de Programa de Educação socioambiental voltadas para comunidades e empresas públicas e privadas instaladas na localidade. Preocupação com o assoreamento do rio que compromete as atividades de pesca, um dos principais meios de subsistência e abastecimento de água na região e saneamento básico.

O côfo é utensílio indispensável para diversas atividades econômicas da região como a agricultura, pesca e também para atividades domésticas. As técnicas e saberes ligados a esse ofício são executadas por pessoas idosas. Faz-se necessário a valorização deste conhecimento na tentativa de resgatar e perpetuá-lo, visto que os jovens não veem vantagens em aprender, considerando o fato de que a produção e a venda do ofício não são rentáveis, desviam-se em busca de trabalho com melhor remuneração.

A especulação imobiliária por causa dos grandes empreendimentos instalados na região tem diminuído as terras livres. Áreas onde os artesãos colhem a matéria prima para seus afazeres estão ameaçadas. Os desmatamentos ocorridos na área de estudo comprometem a confecção da caçoeira do bumba-meu-boi.

O desenvolvimento de programas de educação patrimonial com enfoque nas manifestações culturais, nas preocupações com a transmissão dos conhecimento e fortalecimento de identidade das futuras gerações, faz-se necessário. Logo, deve-se investir em financiamento e incentivo para realização das festas e manifestações culturais da região.

O conceito de patrimônio cultural e histórico se expande, de forma que é necessário a ampliação das categorias de bens imateriais definidas pelo IPHAN. Neste contexto, sugerimos a inserção dos Protocolos de Cura e Brinquedos/Brincadeiras no rol de bens patrimonializáveis.

Protocolos de Cura e Brinquedos e Brincadeiras versam sobre os conhecimentos tradicionais, mágicos ou adquiridos a partir do conhecimento das plantas medicinais e seus usos.

Necessário se faz considerar a ludicidade do povo enquanto forma cultural, transmitida de geração a geração. As brincadeiras infantis e os brinquedos tradicionais, muitas vezes confeccionados pelas próprias crianças, representam a memória lúdica de um povo e despertam o sentimento de valor e de identidade que expressa a cultura. Esta memória emerge do grupo ao mesmo tempo em que o une pelas conexões do pertencimento.

O crescimento econômico, a equidade social e a preservação da cultura e do meio ambiente devem caminhar juntos. O impacto de grandes empreendimentos na vida sociocultural dos grupos humanos é evidente. Principalmente nos locais onde aglomeram-se as classes sociais menos favorecidas econômica mente. São estes grupos, os mais vulneráveis à pobreza e à instabilidade social. Recomenda-se portanto, incentivos culturais, no sentido de valorização por meio da educação patrimonial e financeiros visando a manutenção das práticas culturais e dos saberes tradicionais.

RECOMENDAÇÕES DO SICG

A formação e ocupação do Maranhão, no século XVII, foi feita inicialmente pela cidade de São Luis, a capital, seguida pela vila de Alcântara, localizada na lateral e posteriormente pela vertentes dos rios. Os rios foram os eixos da expansão urbana no interior e durante o período colonial o Rio Itapecuru foi a principal via de comunicação da Província com o interior, seguido pelos Rio Pindaré e Rio Munim. Às margens do Itapecuru foi construída a fortaleza do calvário, que foi um marco referencial nas disputas e ocupação do território e em sua ribeira as cidades e engenhos se consolidaram com a formação de uma rede urbana e social centrada inicialmente na cidade de Itapecuru grande e posteriormente em Rosário.

Desta forma, os conjuntos arquitetônicos e urbanos das cidades de Rosário, Santa Rita e Bacabeira estão inseridos no conjunto de marcos referenciais fundamentais à preservação da memória e da história do Estado do Maranhão, justificando sua preservação e revitalização .

Os bens materiais da região em estudo podem ser classificados em relevantes conjuntos de interesse paisagístico, histórico e arquitetônico. Juntos, estes bens compõem o conjunto de marcos urbanos em diferentes temporalidades:

No século XVII- a fortaleza e as rampas do rio Itapecuru;

No século XVIII- a arquitetura religiosa, a arquitetura colonial civil e os engenhos

No século XX -o conjunto ferroviário.

No século XXI – arquitetura vernacular e popular de taipa

Todos os conjuntos, respeitando as suas especificidades, devem ser reabilitados e preservados, pela relevância histórica e arquitetônica para a região, para os municípios e para o Estado do Maranhão, recomendamos então :

A revitalização dos marcos referenciais urbanos em suas diferentes temporalidades:

A restauração da Fortaleza do Calvário como marco da ocupação do território transformando as ruínas em um museu aberto, acompanhado de um projeto de estruturação do caminho até o Forte do Calvário e o rio que valorize as olarias existentes e que pode ser usado como uma rota turística, pois hoje a estrada, que é de terra, está tomada pela vegetação, dificultando muito o acesso ao Forte;

A restauração e revitalização das rampas de acesso ao rio Itapecuru. Resgatando-as como conexões das cidades com o rio Itapecuru e transformando-as em marcos históricos e turísticos. De acordo com o trabalho desenvolvido em campo, identificamos a necessidade de tal procedimento, como forma de atrativo turístico e também desenvolvimento econômico. O forte e as rampas são os marcos originais da ocupação deste território;

A revitalização e implantação de novos usos para estações ferroviárias de Rosário, Recurso e Carema. Assim como para os galpões, armazéns e prédios que compõem o complexo ferroviário. As edificações encontram-se em ruína ou abandono;

A reabilitação dos conjuntos urbanos de Rosário e Santa Rita, valorizando os exemplares da arquitetura colonial e eclética existentes no perímetro urbano, com ênfase à restauração e revitalização do Casarão da Família Aquino, na Rua Urbano Santos, na praça matriz de Rosário. Este casarão apresenta-se como edificação de maior valor arquitetônico, das encontradas no entorno da Igreja Nossa Senhora do Rosário. Apresenta ainda características coloniais originais externa e internamente;

Revitalização de parque ambiental identificado nas proximidades da Igreja Nossa Senhora de Rosário. Identificamos através dos moradores vizinhos, a presença significante de diversidade de fauna e flora neste local, que hoje está sendo ocupado em todo seu entorno por moradias populares;

Limpeza e revitalização das ruínas e engenhos, represas e fontes existentes na região, nos três municípios, todos abandonados, sem identificação e sem conservação;

Programa de educação patrimonial voltado aos bens materiais para valorização do acervo arquitetônico e histórico das cidades em questão:

Implantação de programas de educação patrimonial em Rosário, Santa Rita e Bacabeira.

Exposição fotográfica na praça principal da cidade de Rosário com os bens materiais para valorização e reconhecimento do acervo existente.

Referências Bibliográficas

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco (2008). *Curso de Direito Ambiental brasileiro*. São Paulo, Saraiva.

FONSECA, Maria Cecília Londres (1997). *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.* Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN.

LATOUR, Bruno (2000). *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora.* São Paulo: UNESP.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.) (2003). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SANTOS, B.S. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 48, junho/1997. Coimbra, 1997.

TOJI, Simone (2009). *Patrimônio Imaterial: marcos, referências, políticas públicas e alguns dilemas.* UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5, n.2, p. 3-18 - dez.

VIEIRA, Liszt (1997). *Cidadania e Globalização*. Editora Record. São Paulo

VIANNA, Letícia C. R. *Metodologias de inventário e pesquisa aplicada ao patrimônio imaterial* – Aula. Data não identificada.

LEGISLAÇÃO

Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981 institui a Política Nacional do Meio Ambiente.

Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Educação Patrimonial, Curriculo Escolar e Formação de Identidades.

Telma Fernanda Ribeiro[1]
Centro Universitário Newton Paiva
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
telmahnh@gmail.com

Resumo: Neste artigo buscamos apresentar os resultados de uma pesquisa realizada com estudantes do Ensino Médio de uma escola pública no município de Pains, Minas Gerais, Brasil. O objetivo geral da pesquisa foi investigar a construção da identidade, da memória e da pertença dos sujeitos, pela Educação Patrimonial, a partir do conhecimento acerca do patrimônio arqueologico existente na localidade Considerando os jovens como sujeitos sociais dotados de historicidades e capazes de interpretar o mundo e dar-lhes sentido, buscamos captar na juventude escolarizada local as expressões, percepções e memórias construídas acerca do espaço em que vivem e se constituem enquanto cidadãos. A pesquisa revelou a falta de conhecimento e de identidade territorial dos jovens. A esta fragilidade conceitual e desterritorialidade atribuímos, entre outras causas, a existência de um currículo escolar desconectado da realidade local, que se mostra incapaz de refletir as necessidades e exigências da vida social e cultural da comunidade.

Palavras-chave: Patrimônio, educação, currículo, conhecimento, memória e identidade.

1 INTRODUÇÃO

A discussão aqui apresentada é parte de um estudo mais amplo acerca do uso do patrimônio arqueológico para o turismo no município de Pains, no estado de Minas Gerais, Brasil.. Após pesquisa exploratória sobre o patrimônio arqueologico existente no Circuito Turístico Grutas e Mar de Minas localizado na região centro-oeste do estado de Minas Gerais, Brasil (Figura 1) , quando nos foi possível identificar algumas questões relevantes acerca do (des) conhecimento dos moradores de Pains em relação ao circuito turístico no qual o município está inserido e ao patrimônio arqueológico ali existente, buscamos empreender outro rumo investigativo, no sentido de tentar captar melhor a percepção dos habitantes da cidade em relação ao seu território e seu patrimônio arqueológico.

Tendo em vista a informação de que várias atividades de Educação Patrimonial teriam sido desenvolvidas na cidade por ocasião da criação do circuito turístico e por arqueólogos que realizavam pesquisas no município, envolvendo, sobretudo os estudantes, optamos por buscar no sistema educacional formal do município os sujeitos de nossa pesquisa.

Consideramos importante ressaltar que a escolha metodológica, a construção do instrumento de pesquisa bem como o universo a ser pesquisado resultam de uma escolha. Diante dos objetivos da pesquisa, sobretudo aqueles que apontam uma perspectiva de reflexão sobre a identidade dos sujeitos em relação ao patrimônio local, com vistas a construir uma identidade entre os mesmos, é que buscamos na expressão da juventude de Pains o que percebem e como eles percebem o espaço em que vivem.

---

1 Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1983), mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2002) e doutora em Quaternário, Materiais e Culturas pela UTAD- Universidade de Tras-os- Montes e Alto Douro- Portugal (2013). Professora aposentada da Educação Básica e Professora Adjunta do Centro Universitário Newton Paiva onde leciona nos cursos de Engenharia Ambiental, Arquitetura e Urbanismo e Relações Internacionais. Realiza atividades nas áreas de Educação e currículo, Meio Ambiente, Educação Ambiental, Educação Patrimonial e Arqueologia.

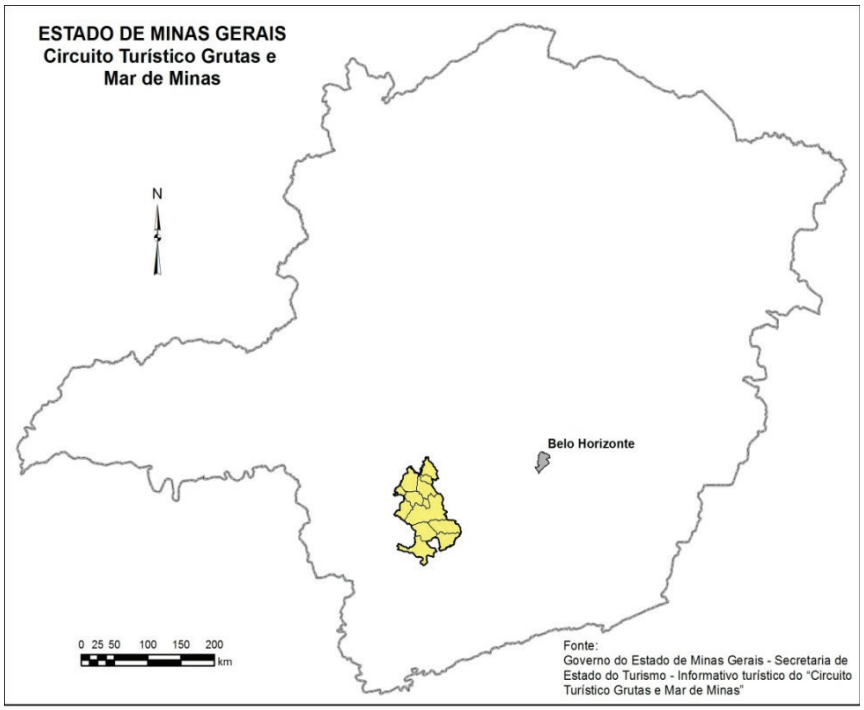

Figura 1- Circuito Turístico Grutas e Mar de Minas- 2011
Crédito: Castro, J. F. M. (2011)

Escolher a escola como um "*lócus",* um campo para coleta de dados deveu-se ao fato de entendermos que ela é um espaço sociocultural dinâmico, denso, capaz de refletir, através de seus estudantes (entendendo-os como sujeitos sociais e históricos), naquele microcosmo da sociedade, aquilo que acontece na sociedade como um todo.

A escola, enquanto instituição social tem papel relevante na formação dos sujeitos, sobretudo na perspectiva da humanização. Para a educadora Elvira Souza Lima humanizar

> [...] é o processo pelo qual todo ser humano passa para se apropriar das formas humanas de comunicação, para adquirir e desenvolver os sistemas simbólicos, para aprender a utilizar os instrumentos culturais necessários para as práticas mais comuns da vida cotidiana e até para a invenção de novos instrumentos, para se apropriar do conhecimento historicamente constituído e das técnicas para a criação nas artes e nas ciências. (Lima 2007: 12)

Há que se considerar, então, a importância da escola e seu currículo na formação da identidade cultural da população de uma cidade.

A construção da identidade cultural está relacionada aos processos culturais do contexto em que vivemos e à história do nosso país, estado ou cidade. Para Antônio Flávio e Vera Candou (2007):

> O que temos constatado é a pouca consciência que, em geral, temos desses processos e do cruzamento das culturas neles presentes. Tendemos a uma visão homogeneizada e estereotipada de nós mesmos e de nossas alunas e alunos, em que a identidade cultural é muitas vezes vista como um dado, como algo que nos é impresso e perdura ao longo de toda nossa vida. (Moreira & Candau 2007: 26)

Ainda que reconheçamos que são múltiplos os espaços educacionais e que a Educação Ambiental e Patrimonial ocorre nos âmbito formal e não formal, optamos por buscar na escola (Educação formal) os elementos para análise da percepção dos jovens de Pains acerca do patrimônio ambiental/arqueológico do município.

O pensar e o fazer educativo atraem nossos olhares sempre que precisamos verificar/observar a vida social. Nesse sentido, consideramos relevante citar o educador Miguel Arroyo (1996), que reflete sobre a questão e nos diz que:

> Estamos em um momento em que percebemos com maior sensibilidade que a história educacional da humanidade acontece colada à história social e cultural, que a educação de pessoas se dá na dinâmica histórica do desenvolvimento civilizatório e que a educação escolar tende a retomar e reproduzir a experiência humanizadora do nosso momento histórico. (Arroyo, 1996: 7).

Concordamos com o pensamento de Arroyo (2004) sobre a escola enquanto instituição onde as práticas, valores, modos de relacionamento e convívio, são rituais, hábitos e símbolos institucionalizados posto que

> A instituição escola materializa hábitos, rituais, valores e condutas no cotidiano, nos espaços e nos tempos, no calendário, nos níveis e nas séries, nas provas, nas sequências e hierarquias, nas grades e disciplinas. A escola materializa modos de pensar, de simbolizar e de ordenar as mentes e corpos, as condutas dos mestres e dos alunos. (Arroyo, 2004: 206)

De acordo com Ezpeleta e Rockweil, citado por Dayrell (2006), em cada escola "interagem diversos processos sociais: a reprodução das relações sociais, a criação e transformação de conhecimentos, a conservação ou destruição da memória coletiva, o controle e a apropriação da instituição, a resistência e a luta contra o poder estabelecido." (Dayrell, 2006:137).

Tomar a escola como locus de investigação e os jovens como sujeitos não se reduz a uma opção teórica. Diz respeito a uma postura metodológica e ética que faz parte do nosso cotidiano como educadora.

Foram sujeitos da pesquisa os jovens estudantes do Ensino Médio[2] da Escola Estadual Padre José Venâncio, única instituição pública a ofertar essa modalidade de ensino na cidade de Pains. Esses jovens, com idade entre 15 e 17 anos, são aqueles que estão concluindo a etapa final da Educação Básica brasileira. Consideramos esses jovens "como sujeitos sociais abertos ao mundo, dotados de historicidade, e portadores de desejos, enfim, sujeitos capazes de interpretar o mundo e dá-lhe sentido". (Dayrell, 2003: 43)

Buscamos captar na escola a expressão dos jovens e suas percepções e memórias acerca do espaço em que vivem e se constituem enquanto cidadãos.

Ressaltamos que a percepção, palavra de origem latina – *perception*e – é aqui entendida como tomada de consciência de forma nítida sobre qualquer objeto ou circunstância.

Procuramos captar qual a "imagem" socioambiental que os jovens estudantes têm sobre o lugar onde vivem, entendendo que a fala dos jovens pode representar bem aquilo que queremos defender: a ideia de que o que pensamos e sentimos em relação ao espaço onde vivemos revela nosso sentimento de pertencimento, de identidade, o sentido de lugar de cada um, suscitando nos sujeitos sentimentos de topofilia e/ou topofobia.

A topofilia, segundo Tuan (1980: 5-129) é o "elo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico [...] associa sentimento afetivo com o lugar". Em oposição a esse sentimento, o termo topofobia significa medo do lugar, ambiente ruim, não desejável.

A topofilia pode influenciar as crenças, os hábitos e as formas de uso do ambiente ao passo que sentimentos atopofílicos aparecem no desejo de partir, na expressão exagerada dos defeitos ou problemas do lugar, na falta de perspectiva e otimismo em relação ao mesmo.

Outro aspecto que pretendemos abordar ao tentar captar os conhecimentos e percepções dos jovens sobre o território e o patrimônio arqueológico de Pains é a questão da identidade desses sujeitos e, obviamente da sua memória. Esta é entendida aqui como um fenômeno construído e como um elemento constituinte da identidade, pois, de acordo com Japiassu & Marcondes (1996) a memória é a

---

2 De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB – O sistema educacional brasileiro está organizado em dois níveis: a Educação Básica (EB) e a Educação Superior (ES). Na EB estão as modalidades: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Na ES estão os cursos superiores – graduações- bacharelados, licenciaturas, tecnólogos e as pós-graduações.

> Capacidade de reter um dado da experiência ou um conhecimento adquirido e de traze-lo à mente; considerada essencial para a constituição das experiências e do conhecimento científico. A memória pode ser entendida como a capacidade de relacionar um evento atual com um evento passado do mesmo tipo, portanto como uma capacidade de evocar o passado através do presente. Segundo Aristóteles, "é da memória que os homens derivam a experiência, pois as recordações repetidas da mesma coisa produzem o efeito de uma única experiência.. (Japiassu & Marcondes, 1996: 178)

O sociólogo vienense Michael Pollak discute a questão da ligação entre memória e identidade social no âmbito das histórias de vida ou história oral. Para esse autor, a questão da construção da memória (individual) deixa de ser uma questão apenas do sujeito que a constrói, mas torna-se coletiva (ou social) quando captamos conceitos e percepções que se traduzem na construção de uma identidade local, regional ou nacional (Pollak, 1989).
Portanto, a construção da identidade, daquilo que nos torna semelhantes e que, ao mesmo tempo nos individualiza, ou seja, nossas características unificadoras dependem do que a memória individual grava, recalca, exclui ou relembra. É neste sentido que afirmamos que sem memória não há identidade, sem identidade não há patrimônio e, sem patrimônio reconhecido não há a menor possibilidade de se desenvolver o turismo cultural ou arqueológico.
Vamos entender melhor esta questão discutindo os resultados da pesquisa feita com os jovens estudantes de Pains.

2. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O instrumento de pesquisa aplicado foi formulado a partir de modelos de instrumentos já utilizados em outras pesquisas sobre percepção socioambiental (Bastos, 2002; Ribeiro, 2002; IBOPE – Inteligência, 2008).
O instrumento de pesquisa foi estruturado em três seções:

1- Identificação
2- Conhecimento territorial
3- Conhecimentos arqueológicos

Responderam ao instrumento de pesquisa 170 jovens estudantes matriculados no Ensino Médio da Escola Estadual Padre José Venâncio. Nesse ponto do trabalho, já podemos desenhar seu perfil: são jovens com idade entre 15 e 17 anos, com ligeira predominância do sexo feminino, escolaridade média (etapa final da Educação Básica), baixa renda (entre 1 e 3 salários mínimos[3]) e, a maioria natural do próprio município, conforme revelam os gráficos da primeira seção do instrumento de pesquisa.

2.1 Identificações (Perfil dos Entrevistados)

Em relação ao perfil dos entrevistados é importante destacar alguns itens: quanto ao sexo, observa-se ligeiro percentual feminino; quanto à estrutura etária dos jovens estudantes, condiz com a faixa etária adequada aos concluintes do Ensino Fundamental e Ensino Médio (14 a 17 anos), conforme determinação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN- Lei 9394 de 1996). Uma pequena parcela desses jovens já deveria ter concluído o Ensino Médio. Os jovens entrevistados cursam a última série do Ensino Fundamental (36,48%) e o Ensino Médio (63,52%). Com relação à renda, os dados revelam que maioria pertence às classes C e D, com rendimentos entre 1 e 3 salários mínimos (55,29%) e 4 e 7 salários mínimos (19,41%) respectivamente. Quanto à origem, observa-se um percentual significativo de jovens (36,47%) oriundos de outros municípios, dado que revela a vocação de Pains, como polo minerador, para atrair imigrantes, sobretudo dos municípios do entorno (como Arcos e Formiga)

3 O Salário Mínimo no Brasil é de R$ 724,00 (o equivalente a, aproximadamente, €$212,00ou U$278,00).

2.2 Conhecimento Territorial e Percepção Ambiental.

2.2.1 Território

Mais de 50% dos jovens afirmaram conhecer bem o território Menos de 5% afirmaram conhecer pouco;31% disseram conhecer apenas uma parte. Trata-se de um dado importante porque revela, em última instância, um sentimento topofilico, ou seja, "se conheço é por que me sinto parte", fato que reforça a ideia da memória e de identidade.

A elaboração de um currículo escolar voltado para construção de conhecimentos mais significativos para os estudantes é muito importante aproveitar o conhecimento já existente para se introduzir novos conceitos e conhecimento

2.2.3 Lugar

Prevalece a percepção de que Pains é um lugar bom (65%) e ótimo (12%); 23% consideram regular.

A percepção acerca do significado de viver no município, achá-lo bom ou ótimo revela uma potencialidade, reforça o sentido de pertencimento, de topofilia (Tuan, 1980).

Trata-se de um indicador extremamente positivo que deve ser considerado ao se pensar as políticas para a juventude e para a cidade como um todo.

O mesmo se pode dizer na questão seguinte. Indagados sobre a qualidade de vida em Pains, mais de 70% afirmam que a qualidade de vida é ótima ou boa e 27% consideram-na regular.

2.2.4 Qualidade de vida

Os dados revelaram o nível de satisfação, a percepção e o entendimento dos jovens sobre a qualidade de vida em Pains e algumas questões bastante interessantes com relação à percepção dos jovens acerca da qualidade de vida. Fica evidente a insatisfação em relação à segurança, à cultura e ao lazer, dois quesitos importantes para o desenvolvimento do turismo e da vida sociocultural.

Outro aspecto importante dessa análise diz respeito à expectativa dos jovens em relação ao futuro. Observa-se, embora tenham clareza dos problemas e demandas do município, que os jovens apresentam um elevado grau de otimismo.

Os elevados percentuais dos otimistas e dos muito otimistas podem ser potencializados através de políticas para a juventude com vistas a prepará-los para ali viverem e desenvolverem suas potencialidades, suas habilidades e sua cidadania.

2.2.5 Pertencimento

Em relação ao sentimento de pertencimento e de identidade com a cidade o resultado da investigação corrobora o que foi dito até agora.

É elevado o número de respostas que se aproximam do 10, ou seja, o sujeito se "sente fazendo parte da cidade, integrado ao modo de vida, ao lugar, às pessoas". São raros aqueles que declaram que a cidade é "apenas o lugar onde moro"

2.2.6 Problemas locais

Na questão seguinte foi solicitado aos participantes que analisassem e selecionassem, em uma lista, de problemas socioambientais comuns em centros urbanos, àqueles que considerassem mais graves.

Com relação à questão, as respostas, em princípio, nos pareceram uma contradição. Embora, como já foram revelados pelas questões anteriores, os jovens consideram Pains com ótima qualidade de vida, sejam otimistas ou muito otimistas quanto ao futuro e estejam mais próximos ao entendimento de que é ali que exercem sua cidadania, o gráfico 16 aponta que a maioria, se pudesse, iria embora.

Embora represente um sinal topofóbico, obviamente que isto tem a ver com as características dos jovens que sonham em buscar novas oportunidades em outros lugares, sobretudo em relação à continuidade dos estudos e oportunidades de trabalho, porém reforça a ideia de que é necessário estabelecer políticas (para a educação, cultura, esporte, lazer e geração de emprego e renda) capazes de 'fixar' os jovens com a perspectiva de se construir uma cidade melhor, mais justa e mais humana.

2.2.7 Conhecimentos sobre o Circuito "Grutas e Mar de Minas"

Em relação ao conhecimento do circuito, os resultados não surpreendem e é preocupante. Pesquisas anteriores (2007 e 2010) já apontavam para o desconhecimento da população em relação ao mesmo.

O desconhecimento da população em relação ao circuito é preocupante, uma vez que trata-se da construção de uma nova territorialidade – o circuito - com vistas a trazer para o município e região novas perspectivas econômicas, sociais e uma nova sustentabilidade. Pretende-se, através do turismo, criar novas paisagens e novos usos dos espaços e, sem o conhecimento e o reconhecimento da população sobre o mesmo, essa nova territorialidade espacial e cultural não se concretiza.

Observa-se que as cidades mais próximas e de maior relevância regional são mais conhecidas tais como Arcos, Formiga e Pimenta. Boa Esperança, cidade mais distante num raio de 100 km é a menos conhecida.

As cidades com menos atrativos turísticos e de menor expressão regional como Candeias, Campo Belo, Cristais e Lagoa da Prata são as menos conhecidas.

Quanto aos pontos turísticos, as respostas à pergunta revelam a questão da (falta de) identidade e de (des) conhecimento dos entrevistados em relação ao espaço em questão. Embora os entrevistados revelem, na questão anterior, o conhecimento de algumas cidades do circuito turístico, o mesmo não se dá em relação aos "pontos turísticos".

É elevado o percentual (mais de 50%) daqueles que não conhecem nenhum ponto ou atrativo turístico do circuito. Tal dado corrobora o resultado da questão 14, quando o percentual daqueles que desconhecem o circuito é, também, superior a 50%. Parece-nos que o conhecimento das cidades não está relacionado ao conhecimento dos atrativos turísticos, tampouco ao Circuito Turístico.

Aqueles que responderam de forma positiva à questão anterior, ou seja, que afirmaram conhecer algum atrativo turístico do circuito reforçam a referência ao "mar de minas", isto é, conhecem o Lago de Furnas. As grutas, sobretudo as de Pains, são as mais citadas. Outro ponto citado é o recém- criado MAC (Museu de Arqueologia do Carst Alto São Francisco).

Não há referência a equipamentos, monumentos históricos ou outros pontos ou atrativos turísticos.

As respostas confirmam a tese de que é baixo o nível de "identidade" dos jovens em relação ao espaço onde vivem. Reforça-se aqui a necessidade de uma Educação Patrimonial e Ambiental.

2.3 Patrimônios arqueológico e sua proteção

Nesta seção são colocadas as questões relativas ao conhecimento acerca do patrimônio arqueológico do município de Pains.

2.3.1 Conhecimento sobre os sítios arqueológicos.

Em relação à esta questão , os entrevistados respondem positivamente, ou seja, mais de 80% afirmam conhecer ou ter ouvido falar em sítio arqueológico, porém, revelam uma contradição.

Se a ampla maioria diz conhecer ou ter ouvido falar, por que quando perguntados sobre atrativos turísticos, os sítios não são citados?

Fica claro que não há associação entre a existência dos sítios arqueológicos e o turismo, ou seja, está patente a falta de relação entre uma coisa e outra e evidentemente, a falta de conhecimento real do patrimônio existente no município.

A resposta à pergunta seguinte corrobora a anterior. Perguntados sobre que tipos de sitio conhece ou já ouviu falar, os dados revelaram o pouco conhecimento dos jovens sobre sítios arqueológicos.

A uma pergunta mais direcionada, citando os sítios que já foram estudados por pesquisadores vinculados à Universidade de São Paulo – USP, as respostas confirmam o que suspeitávamos.

Observa-se maior conhecimento dos sítios Mané do Juquinha e sítio Marinheiro, sítios estes situados mais próximos ao núcleo urbano. O sítio Posse Grande, grande painel de pintura rupestre é praticamente desconhecido.

Outro dado que julgamos importante avaliar foi se os entrevistados conhecem os trabalhos de pesquisa que são realizados em Pains. Os dados revelaram pouco conhecimento acerca das pesquisas existentes no município

2.3.2 Conhecimento sobre a legislação de proteção aos sítios arqueológicos.

Também foi de nosso interesse indagar sobre o conhecimento dos jovens sobre as leis que protegem os sítios arqueológicos.

Lamentavelmente, as respostas a estas duas questões não nos surpreendem. O desconhecimento sobre a legislação e, consequentemente, os desdobramentos de sua aplicação em caso de descumprimento, revelam a fragilidade sob a qual se encontra o patrimônio arqueológico local.

É notório o desconhecimento da legislação que garante a proteção dos sítios arqueológicos, porém não é uma surpresa. Trata-se de um reflexo do baixo conhecimento acerca dos direitos fundamentais à falta de cidadania e baixa participação das comunidades em relação àquilo que as interessam diretamente.

2.3.3 Conhecimentos sobre a gestão do patrimônio arqueológico.

A resposta a esta questão revela a necessidade de um trabalho de educação patrimonial que venha a fortalecer a relação da comunidade com seu patrimônio.

Os jovens entrevistados manifestam que conhecem ou têm idéia de que há órgãos governamentais que "cuidam" dos sítios arqueológicos. Ainda que na questão anterior a maioria responda afirmativamente, a questão central revelada é que, ainda que saiba que há uma legislação específica e um órgão específico para cuidar dos sítios, essa mesma maioria não sabe de quem é a responsabilidade.

O IPHAN- órgão governamental federal e o IEPHA, órgão governamental estadual, órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio arqueológico são praticamente desconhecidos pelos entrevistados (citado apenas por 3%). O IBAMA e a Polícia Ambiental são majoritariamente conhecidos na região devido à ação de fiscalização que realizam em função da permanente crise ambiental gerada pela ação das mineradoras de calcário existentes na região e que causam grande impacto ambiental local.

2.3.4 Sobre o significado do patrimônio arqueológico

Buscamos nesse tópico, captar, ainda que de forma superficial, se os entrevistados conseguem fazer uma avaliação do significado dos sítios arqueológicos na vida das pessoas ou da cidade.

A resposta positiva traz certo alento, mas quando analisamos as respostas à pergunta seguinte, entendemos a fragilidade e inconsistência dos conhecimentos dos estudantes.

Trata-se de uma indagação altamente relevante. Com ela buscamos captar a percepção dos jovens acerca do valor ou significado que atribuem ao patrimônio arqueológico. A primeira parte da pergunta tem resposta óbvia. Dificilmente alguém arrisca dizer que não considera o patrimônio importante. O aspecto mais importante da pergunta é seu desdobramento, ou seja, por que o sujeito considera o patrimônio importante, conforme apresentado no quadro abaixo:

1	Exposição na escola	1
7	No museu de Corumbá	1
8	Ouvi falar da descoberta de fósseis	1
9	Palestra	4
10	Palestra na escola	8
11	Palestra no museu	44
12	Palestra sobre meio ambiente	1
12	Palestra sobre os antepassados e sobre as grutas	1
13	Palestras e pesquisas	1
		65

Quadro 1- Atividades citadas pelos entrevistados envolvendo os Sítios Arqueológicos do município de Pains, MG – Brasil.

Fonte: Pesquisa direta.

As respostas revelam a fragilidade do conhecimento e da importância atribuída aos sítios. Prevalece o senso comum relacionado ao reconhecimento da necessidade de se preservar o passado, estudá-lo e fornecer conhecimento às diferentes gerações presentes e futuras.

2.3.5 Sobre a publicização dos conhecimentos

Perguntamos aos entrevistados se eles já ouviram falar de alguma exposição, palestra, aula, pesquisa ou outra atividade envolvendo os sítios arqueológicos na região.

Embora informações obtidas com os pesquisadores que atuam na cidade afirmam a realização frequente de trabalhos em educação patrimonial nas escolas do município, os estudantes pouco citaram ter participado de eventos dessa natureza.

Importante ressaltar que os que responderam positivamente citaram o museu municipal- Museu de Arqueologia do Carste do Alto São Francisco – MAC (Figura 2). Deve-se destacar o significado do equipamento para a cidade. Ficou patente que o museu tem se projetado como importante espaço de difusão do conhecimento na região.

Figura 2- Museu Arqueológico do Carste do Alto São Francisco
(foto 1) e acervo (fotos 2, 3, 4, 5, 6 e 7- Crédito: Telma Fernanda Ribeiro (2008/2011))

2.3.6 Sobre a apropriação de objetos dos sítios arqueológicos

É significativo o número de respostas positivas. É comum, na região, encontrar pessoas que guardam em casa objetos encontrados nos sítios arqueológicos. Este fato revela o desconhecimento da população em relação ao valor ou significado dos objetos bem como da legislação que os protege.

2.3.7 Sobre o conceito de sítio arqueológico

Trata-se da questão mais relevante em relação ao conhecimento que os jovens têm acerca dos sítios arqueológicos

É extremamente significativo o número dos que não sabem ou não responderam. As respostas são carregadas de senso comum, pouco elaboradas e frágeis do ponto de vista da demonstração de algum conhecimento mais consistente(Figura 2 e Gráfico 1)

Referencia	Total
1- Conhecimento sobre o passado	21
2- Vestígios e artefatos (coisas antigas)	1
3- Locais que guardam os artefatos/vestígios (museus)	64
4- Locais onde são encontrados vestígios e artefatos dos povos antigo-	21
5- Paleontologia (restos de animais, ossos)	13
6- Local para se fazer turismo	6
7- Local onde se preserva o meio ambiente	5
8- Não sabe	14
9- Não respondeu	20
10- Objetos	5

Quadro 2 - Síntese Conhecimentos dos entrevistados sobre o conceito de Sítio Arqueologico.
Fonte: Pesquisa direta/autora

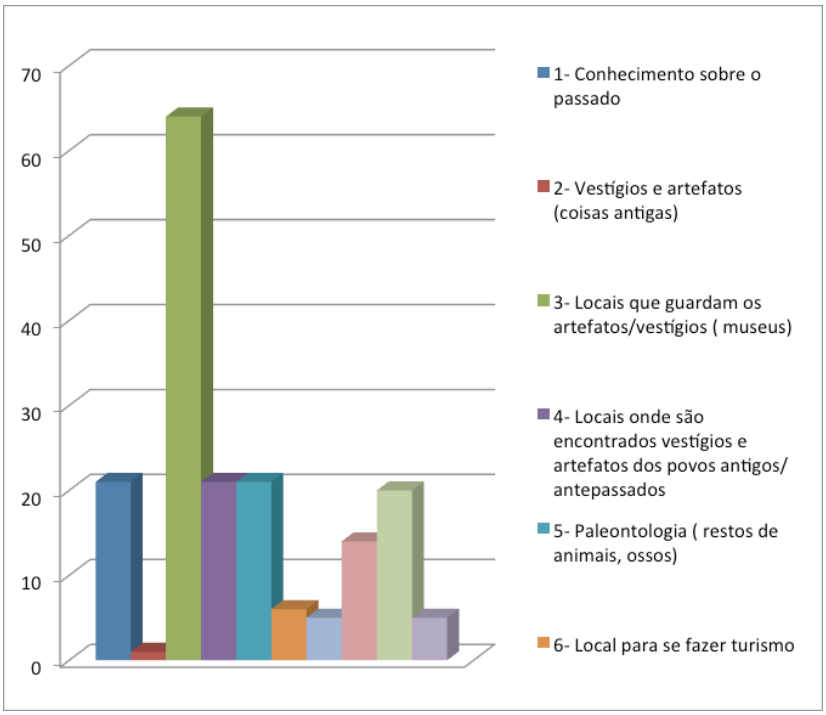

Gráfico 1- Síntese dos conhecimentos acerca do conceito de sítio arqueológico
Fonte: Pesquisa direta/ Telma Fernanda Ribeiro

As respostas a esta questão expressam a falta de identidade territorial dos jovens, ou seja, as características específicas do território de Pains, marcado pela existência de centenas de sítios arqueológicos, não se traduz no conjunto de respostas que se revela frágil, inconsistente e pouco significativo.
A esta fragilidade conceitual e desterritorialidade atribuímos a existência de currículos escolares desconectados da realidade local.
Não observamos no quadro de respostas à esta questão algo que revelasse conhecimento científico construído em conteúdos "esclarecedores". No geral, as respostas se aproximam do senso comum – que não está incorreto – ou conhecimentos equivocados, construídos a partir de conceitos mal formulados.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário repensar a organização curricular. A escola precisa de um currículo mais localmente definido, capaz de refletir as necessidades e exigências da vida social e cultural da comunidade. O currículo deve ser norteado por princípios mais integradores que propiciem à juventude local uma aprendizagem mais significativa. A comunidade escolar está habilitada, por ser conhecedor de sua realidade, a tomar decisões a respeito de seu currículo e, então, transformá-lo.
Sabemos que o currículo de um país, região ou sistema de ensino é fundamental na construção da identidade cultural das sociedades como um todo e dos indivíduos, interferindo diretamente no comportamento, na prática (na ação) e na consolidação ou modificação de hábitos.
Além da importância sócio educacional do currículo devemos ressaltar a importância do papel professor, que ao reproduzir ou produzir conhecimentos com os estudantes deve-se levar em conta sua formação. O professor, aliado a um currículo coerente, pode contribuir para a busca de novos valores (éticos, estéticos, morais) e para a construção de uma autonomia de pensamento dos educandos.
É importante que os professores estejam engajados nesse processo e devidamente preparados para desenvolver propostas pedagógicas articuladas com a realidade social da escola onde trabalham. É preciso, sobretudo, que eles conheçam o espaço ambiental onde a escola está situada (é comum os professores das escolas de periferia conhecerem apenas o caminho para chegarem até lá).
Cabe-nos observar que nos debates mais recentes sobre a educação está implícita a discussão sobre o currículo, porém, frequentemente ela vem sendo "deixada para outra oportunidade" uma vez que as diretrizes curriculares dependem dos poderes centrais (no âmbito Federal, Estadual e Municipal) conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira- LDB.
Embora a questão do currículo não seja discutida com a relevância que merece, ela constitui o núcleo do processo educacional, havendo uma forte relação entre as características da sociedade e o saber institucionalizado através dos currículos escolares.
Segundo Apple (1989), há ainda um número considerável de educadores que veem o currículo de uma nação, região ou escola como um corpo neutro de conhecimentos, constituído de fatos, habilidades e valores selecionados para serem transmitidos às gerações futuras. Daí surgem importantes questões: quem seleciona, ou quem define que conhecimentos devem ser ensinados? Que conjunto de suposições sociais e ideológicas define o conhecimento de alguns grupos como sendo legítimo enquanto o conhecimento de outros não é, nunca, oficialmente transmitido? Como a distribuição, produção e controle do conhecimento estão relacionados às estruturas desiguais na sociedade?
Para o autor supracitado, a grande dificuldade de se responder tais questões reside no fato de que muitos educadores tendem a tratar o currículo simplesmente como "conhecimento a ser aprendido" levantando questões meramente técnicas ("como ensinar" e não "por que" ensinar esse ou aquele conteúdo). Ressalta que a questão se agrava por não termos um quadro preciso das dinâmicas de classe, gênero e raça e dos antagonismos que organizam a sociedade e, finalmente, por não termos um quadro mais claro do funcionamento social contraditório da própria escola.
Apple (1989) afirma que o currículo escolar precisa ser entendido, relacionalmente, como tendo adquirido seu significado a partir das conexões que ele tem com as complexas configurações de dominação e subordinação,

na nação como um todo e em cada região ou escola individual. O currículo não existe como fato isolado. Ele é resultado dos conflitos, acordos e alianças de movimentos e grupos sociais determinados.
Nesse sentido, torna-se pertinente a discussão da inclusão de temas que passam a fazer parte do currículo nacional devido à sua "urgência social, abrangência nacional, possibilidade de favorecer a compreensão da realidade e a participação social" (BRASIL, 1998), como a Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Educação Patrimonial, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo.
A compreensão da inclusão desses temas remete a uma discussão mais profunda sobre o contexto global do final do século XX e início do século XXI.
Segundo Silva (1995) há um novo mapa cultural traçado pela emergência de uma multiplicidade de atores sociais e por um ambiente tecnicamente modificado do qual emergem novos movimentos sociais, novas identidades culturais, novos conflitos e, consequentemente, novas demandas educacionais.
Com todas essas alterações, a educação institucionalizada e o currículo continuam a refletir, anacronicamente, os critérios e os parâmetros de um mundo social que não mais existe.
A escola, com seus currículos distanciados da realidade, não possibilita a formação de sujeitos capazes de discutir, interferir e decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, de escolher como agir entre as diferentes esferas de suas vidas, seja na política, na economia, na cultura, entre outras.
Sabemos que o currículo de um país, região ou sistema de ensino é fundamental na construção da identidade cultural das sociedades como um todo e dos indivíduos, interferindo diretamente no comportamento, na prática (na ação) e na consolidação ou modificação de hábitos.
Além da importância sócio educacional do currículo, ressaltarmos a importância do papel professor, que, ao reproduzir ou produzir conhecimentos com os alunos, deve-se levar em conta sua formação. O professor, aliado a um currículo coerente, muito pode contribuir para a busca de novos valores (éticos, estéticos, morais) e para a construção de uma autonomia de pensamento dos educandos.
É importante que os professores estejam engajados nesse processo e devidamente preparados para desenvolverem propostas pedagógicas articuladas com a realidade socioambiental e cultural da escola onde trabalham, tendo como referencia que a formação da identidade é moldada pelo diálogo constante que temos uns os outros e com o mundo que nos cerca.
Percebemos a fragilidade da relação de identidade e de pertença entre os jovens entrevistados e o patrimônio arqueológico. A análise dos dados nos faz pensar que é necessária uma ação mais eficaz dos órgãos públicos responsáveis pelo patrimônio – leia-se IPHAN e IEPHA- no município e que uma Educação Patrimonial deve ser implantada com urgência, em caráter permanente e em dois formatos possíveis: educação formal e a educação não formal.
A educação formal, obrigatória pela legislação brasileira, para a população entre 06 e 17 anos é ofertada em sistemas públicos e privados de ensino e tem currículos parametrizados pelo governo federal. A educação formal reflete, através de seus currículos, os limites e as possibilidades para o desenvolvimento de cidadãos críticos e conscientes do seu espaço, do seu tempo, de sua existência concreta.
A escola deve criar propostas curriculares alternativas para que os estudantes possam conhecer melhor sua realidade, construir conhecimentos a partir dela e, por fim, perspectivar mudanças desejadas e/ou necessárias.
A inclusão da Educação Patrimonial na estrutura curricular dos sistemas educacionais de Pains contribuirá significativamente para a construção da identidade, da cidadania e de novos valores em relação ao patrimônio ambiental e cultural da cidade.

4- REFERENCIAS

APPLE, M.(1989). *Currículo e Poder.* Educação e Realidade, 14(2), Porto Alegre, p.46-57.

ARROYO, M. (1996). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte. Editora UFMG.

ARROYO, M. (2004). *Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*. Petrópolis, RJ. Vozes, 206 p.

BASTOS, R. L. (2002). *Patrimônio arqueológico, preservação e representações sociais: uma proposta para o País através da análise da situação do Litoral Sul de Santa Catarina*. Tese de Doutoramento. São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo.

BRASIL. Lei Nº 9394 de dezembro de 1996- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. http://www.planalto.gov.br [consulta em 15-08-2012].

DAYRELL, J. (2003 set./dez.). O jovem como sujeito social. *Revista de Educação Brasileira*, 24:43.

DAYRELL, J. (Org.). (2006). A escola como espaço sociocultural: primeiros olhares sobre a escola. In: Dayrell, J. (Org.). Múltiplos olhares sobre a educação e cultura. Belo Horizonte, Editora UFMG.. p. 136-161.

IBOPE Inteligência. (2008). *Qualidade de vida em São Paulo*. Ibope. São Paulo. Disponível em http// www.nossasaopaulo.org.br. (Consultado em 15 de novembro de 2009)

JAPIASSU, H.; Marcondes, D. (1996). *Dicionário Básico de Filosofia*. 3ª ed.rev. e ampliada.. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. p.178).

LIMA, E. S. (2007). A escola como espaço de formação e humanização das novas gerações. In: Moreira, A. F. B. e Candau, V. M. (2007). *Indagações sobre o currículo: currículo, conhecimento e cultura.* Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília. p. 12-19. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/ pdf/Endfund/inda3.pdf. (Consultado em 25 de novembro de 2011).

MOREIRA, A.F.B. & Candau, V.M. (2007). *Indagações sobre o currículo: currículo, conhecimento e cultura.* Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/ arquivos/ pdf/Endfund/inda3.pdf (Consultado em 25 nov. 2011).

POLLAK, M. (1989/93) Memória, esquecimento e Silêncio. In: *Estudos Históricos*. 1989/3. São Paulo. Cpdoc/FGV.

RIBEIRO, T. F. (2002). *A educação ambiental no ensino formal: o Projeto Novo Goiabinha na Escola Municipal "Frei Edgard Groot"*. Dissertação de Mestrado. PUC Minas. 2002. 137p.

SILVA,T.T. *Os mapas culturais e o lugar do currículo numa paisagem pós-moderna*. In Silva, T.T & Moreira, A.F. *Territórios Contestados*, Petrópolis, Vozes, 1995.

TUAN, Yi-Fu (1980). *Topofilia. Um estudo da percepção e valores do meio ambiente*. . São Paulo, Difel, 129 p.

História, memória e patrimônio revolucionário: a reconstrução da cidade de Belém do Pará depois da revolução Cabana – Amazônia brasileira – 1840-1860

Magda Ricci[1]
Faculdade de História – Universidade Federal do Pará
magdaricci@uol.com.br

1) De Belém do Pará, seus rios e cidade até o movimento cabano de 1835.

Para quem nunca esteve na Amazônia uma imagem recorrente é a de que por ali só existe mata e um enorme rio chamado Amazonas. Aproximando-se melhor é importante notar que a bacia amazônica é formada por um imenso complexo e emaranhado de rios. Somente o maior deles, o Amazonas tem em sua extensão de quase sete mil quilômetros. Todavia esse gigantesco rio Amazonas não tem o mesmo nome em todo o seu percurso. Apesar disso é possível dizer que ele sai do sul do Peru nos Andes, ingressa no Brasil pelo seu norte. Já em solo brasileiro aumenta significativamente de volume na cidade de Manaus, onde há o encontro do rio Negro com o Solimões. A partir desta junção passa a se chamar rio Amazonas. Dali caminha tortuosamente recebendo outros muitos rios e seus complexos até desembocar no oceano Atlântico. Neste ponto os nomes dos rios mudam novamente, pois, em seu formato único, a saída Amazônica para o mar é complexa e traz o formato de foz e de delta. Nela se fundem localmente os rios Capim, Moju e Acará formando uma imensa baía denominada do Guajará. Na saída entre este complexo de rios e o mar, localizada numa península, os portugueses fundaram, em 1616, a cidade de Belém do Grão-Pará.

Se São Luís do Maranhão é a cidade amazônica com vistas diretas para o mar, Belém do Pará tem vista para uma Baía e suas muitas ilhas. Se São Luis nasce para abrir caminho para a conquista do Amazonas, Belém consolida e torna real este objetivo. Os anos de fundação entre uma cidade e outra são próximos também. Ainda em 1612, os mesmos portugueses fundaram a cidade de São Luís. Em ambas as fundações o foco principal dos europeus era o domínio da desembocadura do imenso e genérico rio Amazonas, seu comércio com a conquista territorial e controle dos muitos povos indígenas que por ali viviam.

Se muitas semelhanças havia entre Belém e São Luís, contudo esta segunda, como toda "cidade mar" e costeira ao Atlântico, estava mais exposta aos ataques de povos europeus estrangeiros. Houve nesse período inicial da conquista a ocupação francesa do Maranhão entre 1612 e 1614 e a holandesa de 1641 a 1644. Por seu turno a cidade de Belém do Pará nunca foi atacada por europeus. No entanto, por medo desse ataque, bem como para se defender de invasões dos povos indígenas locais, esta cidade das ilhas e da Baía nasceu com a construção de uma fortaleza: o chamado forte do Presépio, mais tarde também chamado de Forte do Castelo.

---

1 Graduada e pós graduada em História pela Universidade Estadual de Campinas (mestrado, 1993 e doutorado, 1998). Durante a formação, pesquisou e publicou no campo da história social, com ênfase na análise de biografias e estudos sobre movimentos sociais do período da Independência do Brasil. Desde 1995 é professora da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará. Foi uma das fundadoras do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, onde atua desde 2004. Publicou obra biográfica sobre o padre e regente Diogo Antonio Feijó, fruto de sua pesquisa de doutoramento. Foi diretora do Arquivo Público do Estado do Pará, onde desenvolveu projetos e publicou um livro sobre a História da Loucura e o acervo do Hospital psiquiátrico Juliano Moreira. Atualmente desenvolve projetos de pesquisa e publica artigos e capítulos de livros sobre o movimento da independência e a Cabanagem no Pará, além de estudos no campo do ensino da história. Tem experiência de ensino na área de história social da Amazônia e da teoria e metodologia da história.

A cidade e seu forte foram peças fundamentais para a ocupação europeia na região (REIS, 1959). Dali se partia para o interior, na chamada conquista Amazônica, numa ocupação que tinha muitos produtos Ali se plantou cacau, cana de açúcar e tabaco, mas também se extraíram muitas espécies da floresta e rios: óleos, madeiras, tinturas e especiarias. Também dali partiu o imenso projeto catequético que teve jesuítas, mercedários, carmelitas e franciscanos como agentes centrais (CHAMBOULEYRON, 2010). A catequese e os descimentos levaram para aldeamentos e para as missões a mão de obra e o trabalho (forçado ou semiforçado) milhares de povos indígenas locais[2], que não deixaram de resistir e fazer guerras, como também fugirem para o interior (SAMPAIO & ERTHAL, 2006). Nesse sentido a cidade de Belém tornou-se um ponto fundamental de contato entre essas duas pontas do projeto colonizador: a da cidade, com maior presença europeia com os sertões ainda povoado por povos indígenas.

Esse processo colonizador se ampliou em meados do século XVIII no contexto em que Portugal e Espanha disputavam as terras da América do Sul em torno de dois tratados diplomáticos: o de Madri e o de Santo Idelfonso (REIS, 1993). Daí surgiu a necessidade de se acelerar a ocupação e se reorganizar a produção. Criou-se uma companhia de comércio e com ela a Amazônia brasileira (e em especial a cidade de Belém do Pará) passou a receber também um significativo fluxo de escravos de origem africana[3], que se dedicaram ao cultivo da cana, a criação de gado e ao trabalho doméstico, sobretudo nas grandes cidade e vilas amazônicas (SILVA, 2012). Por todo o dito, já no início do século XIX, a cidade de Belém era um ponto de passagem fundamental e consolidado entre o interior dos rios amazônicos e a saída para o Oceano com destino para a Europa. Muitas vezes esse caminho também incluía passagem por São Luís do Maranhão, mas já no século XIX, época que trabalharei mais detidamente neste artigo, a maioria das viagens atlânticas tinha Belém como seu ponto central. Mas como foi feita a ocupação urbanística dessa cidade?

A cidade, apesar de ter desde o início a presença de terras tomadas como férteis, tinha seus limites geográficos: ficava prensada por um grande igarapé o do Pirí. Tinha apenas um morro um pouco mais elevado e em suas partes mais baixas as águas inundavam com a maré a terra diariamente. Assim tratava-se de uma região cheia de águas, a qual os portugueses decidiram dividir em duas partes: a cidade (alta, ou velha) e a cidade nova (ou bairro da Campina)[4]. Na primeira parte, mais antiga havia o primeiro núcleo colonial, com o forte do Presépio. Depois foram construídas mais três igrejas principais: a catedral (Igreja da Sé), a dos Jesuítas, (Igreja de Santo Alexandre) e a dos carmelitas (Igreja de Nossa Senhora do Carmo). Ali também estava o porto, o comércio e depois a Igreja dos Mercedários que se tornou mais tarde a Alfândega. Também pela velha cidade foram edificados na segunda metade do século XVIII as sedes de governos com o Palácio de governo. A segunda parte da cidade de Belém era formada pelo bairro da Campina. Ali havia igrejas variadas, desde da dos Homens Pretos até a suntuosa igreja de Santana. Muitas residências também faziam compunham esse bairro, que ia se apertando até o lago ou igarapé do Pirí. Assim a cidade sempre esteve diretamente ligada aos seus igarapés, rios e igapós (MOREIRA, 1970). Era pela baia do Guajará e pelos rios e igarapés que se entrava e saía de Belém. Ali circularam homens, comércios, ideias e até revoluções como a Cabanagem de 1835. Contudo, antes de estudar a cidade cabana, é preciso considerar que muitos escritos já foram feitos sobre esse tema.

2) Sobre a história cabana e sua historiografia.

A Cabanagem – ou a Revolução Cabana – é hoje um dos mais estudados episódios da história da Amazônia brasileira. Autores como Vicente Salles contabilizaram mais de duzentos títulos sobre o tema. Todavia apesar

---

2 Como recupera PERRONE-MOISÉS, em livro organizado por CUNHA. Dos povos indígenas locais da Amazônia dependia o sustento dos moradores "tanto no trabalho das roças, produzindo gêneros de primeira necessidade, quanto no trabalho nas plantações dos colonizadores". (PERRONE, MOISÉS, B. In CUNHA, 1992: 118)

3 Os números do tráfico escravos são sempre imprecisos, mas segundo a pesquisa de Flávio do Santos Gomes teriam desembarcado e sido registrados na Amazônia entre 1757 a 1800 mais de treze mil africanos. (GOMES, 1994: 44)

4 Para detalhes sobre a divisão da cidade e a história de suas ruas, ver estudo de Ernesto Cruz. (CRUZ, 1992)

deste alto número, talvez a Cabanagem ainda seja um movimento sociais brasileiros menos conhecido[5]. A maioria dos estudos cabanos limita-se a discutir o movimento como consequência imediata do caótico quadro político e de crise social e econômica gestado durante o nascimento do Estado Imperial do Brasil entre 1822 e 1840. Para boa parte da historiografia local ela é prima-irmã de suas congêneres, Balaiada, Sabinada, Cabanada ou Farroupilha. No entanto, sem desmerecer este parentesco, o movimento cabano é ímpar por vários motivos. Seus números, formato, dimensões espaciais e tipos de revolucionários envolvidos surpreendem. Ela abrange um território vastíssimo (toda a atual Amazônia brasileira e quante a totalidade da fronteira norte também). A cabanagem e teve a participação de praticamente todos os envolvidos no processo colonizador na região: indígenas, negros, mestiços e brancos. Ela teve início em janeiro de 1835 com a tomada da cidade de Belém e começa a ser debelada em maio de 1836 quando a mesma cidade é recuperada pelas tropas anti-cabanas. Suas marcas na cidade capital do Pará foram fortes, tanto as físicas como as da memória. Contudo raríssimos foram os estudos que analisaram a Cabanagem como fonte de inspiração e releitura no campo das artes, e, em especial, na pintura, música, literatura amazônica, arquitetura e urbanismo. Se por um lado todos lembram que a cidade de Belém e sua tomada é um elemento central no combate cabano, não há estudos sobre como a cidade sofreu com o episódio. Daí a importância deste presente estudo. Mas antes de chegar a essa cidade cabana e sua história e memória é importante explicar melhor o que foi o movimento cabano e seus principais nomes e números.

Os números são grandes. Segundo estimativas apuradas por Vicente Salles em *O negro no Pará* o movimento cabano ceifou mais de trinta mil vidas (entre cabanos e anti-cabanos). Isto correspondia a cerca de um quarto da população estatisticamente expressa de toda a região Amazônica (SALLES, p. 271). Esse número de mortos oficial é subestimado, uma vez que não faziam parte das estatísticas os povos indígenas não aldeados e os fugitivos quilombolas e mocambeiros, os quais, em sua maioria, envolveram-se diretamente na Cabanagem e certamente tiveram uma alta taxa de mortalidade. Mas afinal o que ocorreu na Amazônia brasileira e que hoje denominamos Cabanagem?

Resumidamente, o movimento cabano explodiu em janeiro de 1835 em um claro contexto de desavenças políticas típicas da época regencial no Brasil do período entre 1831 e 1840, mas foi além dele. Este quadro pode e deve ser percebido como um dos muitos frutos da crise instaurada pela abdicação de Pedro I e pela reforma constitucional que se anunciava no Brasil do início dos anos de 1830. Esta revolução contou inicialmente com a liderança de parte da elite branca e de ascendência portuguesa ou europeia, corporificada em figuras chaves como o cônego Batista Campos e o primeiro presidente cabano José Felix Clemente Malcher. Essa elite estava insatisfeita havia pelo menos duas décadas. Foi enjeitada pela política e economia Imperial que – destarte à independência – continuava a favorecer na região aos tradicionais negociantes portugueses e ingleses residentes no Pará. A conjuntura política e econômica vinda da Corte Imperial passou a mobilizar os mais ativos cidadãos paraenses para a luta. Todavia, numa região fronteiriça esse contexto é mais explosivo. Ali a proximidade com o mundo colonial francês, inglês, holandês e hispânico tornava tudo mais revolucionário, pois as independências e a questão do fim do tráfico de escravos e a abolição estavam na ordem do dia. Primeiramente os homens de letras no Pará deitaram fileiras na ceara política e depois muitos partiram para a luta armada.

---

5 Há uma vasta bibliografia sobre o episódio e já existem importantes balanços analíticos destes estudos cabanos. Com focos diferentes, um dos balanços mais recentes foi feito por Harris em 2010. Nele considera-se, de forma muito apropriada, os estudos produzidos por brasilianistas, além de se fornecer dados precisos para um rol muito significativo de autores e obras editadas no Brasil sobre o tema. Já balanços como o elaborado por Pinheiro também têm mérito especial, por recuperar autores do Estado do Amazonas, autores estes muitas vezes desconhecidos de um público mais amplo. Também publiquei dois balanços das obras sobre os cabanos. O de 2001, embora hoje incompleto, pode ajudar o leitor interessado na identificação de alguns dos "sentidos" nacionalistas e revolucionários, típicos da segunda metade do século XX e que estão presentes nas principais obras que retrataram a Cabanagem desde o século XIX. O de 2012 é mais atualizado e trabalha mais detidamente as novas abordagens sobre a revolução cabana e sua relação entre história, historiografia e memória. Há de se notar ainda o levantamento bibliográfico elaborado por Vicente Salles, pois ele, em cerca de quarenta páginas arrola mais de duzentas obras entre livros, capítulos de livros, artigos em revistas e jornais. Salles ainda comenta várias destas obras e oferece, sem dúvida, o mais completo arrolamento bibliográfico sobre o assunto. (HARRIS, 2010: 10-30; PINHEIRO, 2001 e RICCI, 2001: 241-274, RICCI, 2012: 33-57; SALLES, 2005)

Ainda em 1834, as rusgas políticas cresceram com as confusões estabelecidas em torno de um novo presidente de província chamado Bernardo Lobo de Sousa. Esse governante, em uma série de atos autoritários, parecia ter retomado antigas práticas absolutistas e favorecido velhos portugueses comerciantes e a maçonaria. Em uma expedição ao rio Acará (nas proximidades de Belém) mandou prender líderes locais como um proprietário e político Felix Clemente Malcher e um padre revolucionário João Batista Campos. Na caçada Campos veio a falecer e Malcher foi preso e levado até as masmorras em Belém. A revolução de janeiro de 1835 serviu para assassinar o governador, tido como um inimigo político, e alguns de seus partidários, especialmente os maçons e portugueses, colocando no poder esta nova elite local. Ela também abriu os porões das cadeias e não apenas soltou Felix Malcher como o nomeou seu principal líder.

Se para o primeiro comandante cabano, Felix Malcher, as mudanças terminavam em janeiro de 1835, as massas cabanas, todavia, não se satisfizeram com esta primeira etapa revolucionária. Reorganizados na liderança de Francisco Vinagre, o aclamado Comandante das Armas de Malcher, a revolução ampliou-se de janeiro até julho de 1835. Na disputa pelo poder entre Malcher e Vinagre as massas cabanas se inflamaram além do que desejavam seus líderes. O resultado levou a que Malcher fosse abruptamente assassinado em vinte e um de fevereiro de 1835 e que subisse ao poder seu comandante de Armas e ex agregado de sua fazenda no Acará, Francisco Vinagre. O carro revolucionário ganhava velocidade e ninguém, ao certo, sabia que caminho trilharia e quais eram seus reais condutores. As notícias vindas da Corte carioca só pioravam a situação.

As principais lideranças cabanas diziam-se católicos, constitucionalistas e súditos fiéis e jurados do menino Imperador Pedro II. Nessa linha, muitos dos mais conhecidos líderes cabanos de Belém esperavam eleger um novo presidente com o aval de novas regras eleitorais discutidas no Parlamento no Rio de Janeiro. Todavia, nacionalmente, decidiu-se pela continuidade da nomeação dos presidentes de Província e não por sua eleição. Contudo havia uma brecha legal: o deputado mais votado ficava no poder até a nomeação do novo presidente. Os cabanos esperavam ganhar a eleição para deputado provincial elegendo o padre Jerônimo Pimentel. Contudo tiveram suas expectativas legais frustradas e foram derrotados pelo candidato vindo de Cametá, o Sr. Ângelo Custódio. Essa derrota eleitoral cabana em junho de 1835, tornou insustentável o poder cabano, pensado de forma constitucional. Parecia inevitável a devolução do poder aos antigos mandatários. Isto foi feito e o que se seguiu agravou a crise política.

Neste tempo, o Marechal Manuel Jorge Rodrigues chegou à Belém do Pará vindo do Rio de Janeiro. O velho comandante instituído pela Regência Imperial carioca, cobrou dos cabanos um total desarmamento. Ao não ser atendido prontamente, ordenou e levou para a prisão Francisco Vinagre. Isto fez ressurgir o movimento cabano de forma mais aguda, popular e contundente. Sob a nova liderança de Antonio Vinagre, irmão de Francisco, explodia uma segunda onda revolucionária.

A guerra de julho e agosto de 1835 foi a mais terrível. Nela a cidade de Belém foi retomada por cabanos e os brancos residentes na cidade foram expulsos ou mortos. A capital paraense foi amplamente bombardeada pelas embarcações estrangeiras e pelos navios Imperiais aportados em frente à cidade. As batalhas que se sucederam em terra, foram sangrentas com invasões às igrejas centrais como a Sé de Belém e a sede dos frades Carmelitanos. Também foi tomado o Trem de Guerra que ficava ao lado da Igreja das Mercês e da Alfândega. A luta pelo Trem e pelo seu armamento foi uma das mais violentas. Seu ingresso valeu a vida de muitos cabanos inclusive de seu chefe maior Antonio Vinagre. Ali mesmo um jovem líder, Eduardo Nogueira Angelim, foi aclamado novo comandante cabano. Pelo lado das tropas anticabanas também houve baixas significativas. A mais sentida foi a morte do filho do comandante das Tropas anticabanas, o general Rodrigues.

A retomada de Belém pelos cabanos foi além da tomada de prédios públicos. Também várias casas de particulares e estabelecimentos comerciais – especialmente aqueles pertencentes aos portugueses – foram tomados e saqueados. As festas cabanas pela vitória, em geral foram regadas à bebida alcoólica e foram sucedidas por roubos e saques. A moeda corrente desapareceu e o governo cabano passou a utilizar uma moeda muito passível de falsificações, o que gerou mais crise monetária. Assim o comércio passou a ser feito na base de trocas e a moeda mais valiosa eram joias e objetos de valor como relógios e prataria. Os alimentos escassearam e todo o abastecimento ficou comprometido para ambos os lados envolvidos.

A situação era crítica e a cidade só foi retomada em maio de 1836. Isso ocorreu depois de meses de bloqueio naval e de uma epidemia de febres que matou muitos cabanos. Em maio de 1836 o líder cabano Eduardo

Angelim foge para o interior sendo capturado alguns meses depois e levado a julgamento no Rio de Janeiro e condenado a permanecer exilado em Fernando de Noronha por vinte anos. Depois da prisão e deportação de Angelim a cabanagem se interiorizou e tem outras matizes.
O que nos interessa para esse estudo é que após a retomada da cidade de Belém pelas tropas imperiais vindas do Rio de Janeiro, teve início a um longo e difícil trabalho de reconstrução física da capital do Pará a cidade de Belém. Com essa reconstrução nasceu também uma recomposição da história e da memória do movimento cabano. A história que descreverei aqui é a desta cidade destruída e depois rememorada pelos anticabanos. Meu objetivo maior não é contar o que ocorreu no movimento cabano como um todo, mas especificar como uma cidade tomada, sitiada e destruída por um movimento revolucionário, foi reconstruída. Todavia a ideia é provar que Belém nunca deixou de ter marcas deste passado cabano. Essas marcas (positivas e negativas) são o patrimônio histórico da Cabanagem em Belém e estão longe se ser apenas materiais, mas serão discutidas aqui mais em sua materialidade, na história das ruas e prédios públicos, em seus usos.

3) Belém cabana na visão anticabana: a construção de uma cidade em ruinas.

Quando a cidade de Belém estava em mãos cabanas entre julho de 1835 e maio de 1836, os anticabanos viveram divididos. Alguns foram para a cidade de Cametá na região do rio Tocantins, outros subiram abordo de embarcações estrangeiras e zarparam para a Europa, especialmente para Portugal. Contudo os que ficaram com as tropas imperiais majoritariamente se instalaram um uma pequena ilha, chamada de Tatuoca, nos arredores de Belém na esperança de que dali ficaria mais fácil voltar para a cidade do Pará. A situação por ali era das piores. Muitos perderam a companhia e a segurança de amigos e familiares queridos que morreram na luta ou na fuga em massa para os navios. Os sobreviventes, em geral as mulheres e as crianças declaravam Tatuoca como insalubre, devido a falta de água potável. O relato do capitão José de Brito Inglis em uma carta dramática ao seu filho foi publicada no Maranhão no jornal *Echo do Norte* em 1836. Nela Inglis relatava que estava vivo porém "rodeado de desgraça, de miséria e de fome". Relava ainda que a cidade de Belém foi atacada em quatorze de agosto "por mais de 800 tapuios". Que eles perderam a batalha não porque estes "tapuios" "metessem medo", mas porque os voluntários fugiram. Descrevia que nas embarcações depois da saída de Belém se amontoavam "muito mais de cinco mil pessoas" que recebiam apenas "meia ração de arroz". Ele escrevia:

> "estou desgraçado com a família, a camisa que tenho não é minha, nem as calças, nem o colete; teus irmãos nus sem uma camisa, minha sogra e minha mulher apenas com um vestido, sem terem meias, nem sapatos, nem camisas; não há nem tenho dinheiro para comprar, e por último, fome; é muita gente, e só vive a arroz. Deus queira não nos falte. A nossa casa foi roubada e destruída, e tudo perdemos, porque se não contava com a fugida dos voluntários, e os tapuios começaram a roubar logo e a matar (...) a [nossa] família fugiu, tal qual estava, e apenas se lembraram da caixa da prata, mas não toda, porque alguma estava de fora, portanto não se salvou roupa alguma, nem vidros, nem trastes de valor; tudo me roubaram, os meus livros, o meu relógio, as minhas espadas, as minhas dragonas, os bons e ricos uniformes, bastantes lençóis, muita roupa branca de cama. A cidade sofre um saque geral, uma carnificina horrível; tem-se matado muito brancos; conta ter morrido J. A. Lopes, e mataram no largo do Carmo 16 brancos, entre eles o coronel José Narciso etc. Enfim a cidade apresenta um aspecto de ruínas, horrores e solidão dos túmulos; os fogos da esquadra e das corvetas de guerra, portuguesa e inglesa, fizeram muitas ruínas; imensas famílias vão para o Maranhão na maior miséria e penúria, e eu também queria e devia ir, mas o marechal não me deixa, tendo-lhe morrido o filho querido dos cabanos; tudo está em ruínas e em pobreza; ninguém faz idéia! Aqui andam as senhoras de primeira representação, como minha mulher, as Charmonths e outras que metem dó, sem fato, descalças, enquanto lavam sem sabão as meias, e só com um vestido! (...) Estou pobre e muito pobre, nada tenho; os tapuios roubaram, escangalharam tudo e deixaram a casa aberta".

O trágico quadro era grave, contudo esses homens foram socorridos com tropas, armas e dinheiro vindos do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. O velho comandante das tropas imperiais foi substituído e assumiu um jovem oficial ex-combatente no sul e em Pernambuco, o general Soares de Andréa. Para o Império, nas palavras de seu Regente o padre Diogo Antonio Feijó, a salvação do Grão-Pará era quase um milagre. No entanto, essa "salvação" ocorreu e nasceu de uma conjuntura especial.

O novo comandante percebeu de imediato que devia atrair lideranças cabanas para seu lado e que sem o apoio destes "traidores" da causa cabana, a guerra estava perdida. Ofereceu assim uma troca: os líderes que saíssem do movimento cabano espontaneamente e aceitassem perseguir os persistentes rebeldes pelos rios interiores do Grão-Pará teriam seus crimes anteriores "esquecidos" ou não denunciados. Simultaneamente o jovem comandante buscou apoio da igreja católica. Ele havia trazido da Bahia um importante documento eclesiástico assinado pelo arcebispo primaz do Brasil, o paraense D. Romualdo de Seixas. A pastoral de Seixas exortava os cabanos a deixarem as armas. A ela somou-se ainda a pregação do velho bispo do Pará, D. Romualdo Coelho, que mandou emissários aos líderes cabanos clamando que eles acordassem uma trégua, e pedindo aos anti-cabanos uma anistia.

Em Cametá uma forte resistência aos cabanos vinha também de um Padre chamado Prudêncio das Mercês. Ele e seus seguidores conseguiram conter as investidas cabanas e proporcionaram um começo de mudanças na guerra. Das entranhas do rio Tocantins começou a ser moldado um plano de isolamento de Belém para forçar uma trégua e o rendimento dos cabanos.

Entre dezembro de 1835 e fevereiro de 1836 os cabanos foram isolados pela frota de navios que rodeava a cidade de Belém e assolados por doenças e epidemias em terra firme. Decidiram então por um acordo para conseguirem sair vivos de Belém para se refugiarem no interior do médio e Alto Amazonas. Iniciava-se assim a última fase revolucionária. Foi a mais popular, sangrenta e desconhecida. Era a chamada campanha ou expedição do Amazonas, que se estendeu de julho de 1836 até meados dos anos de 1840. Enquanto Belém era mantida por tropas imperiais, o interior do rio Amazonas foi tomado aos cabanos majoritariamente por ex-cabanos recrutados por Andréa sob a promessa de não serem processados, caso se saíssem vitoriosos e retornassem a Belém.

Navegando por rios, furos e igarapés, penetrando nas densas florestas e em zonas de várzeas ora alagadas, ora secas e lamacentas, as batalhas cabanas foram gigantescas. Cidades e vilas inteiras foram tomadas e retomadas por cabanos e por "tropas imperiais", ou ex-cabanas. Populações tradicionais de ribeirinhos, caboclos, indígenas ou mocambeiros entraram na luta, fosse de um lado ou do outro. As fronteiras mais distantes com as Guianas foram invadidas por franceses ou holandeses. O fogo revolucionário havia sido ateado para terras e rios mais distantes. Muitos homens morreram nas batalhas, porém a maioria morreu por doenças, fome ou na fuga pelos rios e pelas matas. A maioria dos ricos engenhos coloniais de Abaetetuba e da região Tocantina foi reduzido a pó e cinzas. O cacau e o gado formam roubados ou queimados no Marajó e em localidades como Óbidos e Santarém. Por todo o interior, roças de macaxeira, a base da alimentação centrada na produção de farinhas, foram destruídas. Muitos rios foram envenenados com grande mortandade de peixes. Todo este processo gerou carestia, desabastecimento, miséria, fome e doenças.

O presidente da Província paraense em 1840, o Sr. João Antonio de Miranda, bem resumiu a situação. Lembrava essa autoridade que antes do movimento cabano havia na região entre 60 e 70 missões indígenas organizadas por sacerdotes de diferentes ordens religiosas. Em 1840 só havia três delas custeadas pelo Estado e pela secular Igreja Imperial. Recordava ainda que, ao "tempo dos Capitães generais", existiam mais de 60 mil indígenas aldeados e que em 1840 restava menos da metade dessa cifra. Em resumo, os anos finais da década de 1830 no Pará foram trágicos e geraram o que ficou conhecido como o "tempo da malvadeza". Como se chegou a este estado? Por que tantos homens e mulheres ingressaram no movimento cabano no interior da Amazônia, mesmo depois dos cabanos perderem a capital paraense em maio de 1836?

Desde de pelo menos julho de 1835 a bandeira cabana passou a ser a de morte aos brancos (especialmente os portugueses) e aos maçons, identificados como partidários de práticas diabólicas e favoráveis aos portugueses. Tratava-se de um ódio contra os colonizadores opressores, mas também de outros ódios dali derivados ou outros mais particulares. Muitos soldados tornaram-se cabanos porque estavam cansados de pedirem melhores soldos, mais fardamento e dispensa mais rápida do serviço militar, que os isolava dos seus familiares e locais de nascimento ou de moradia. Muitos povos indígenas já inclusos em seculares e reincidentes projetos de aldeamentos e políticas de colonização e de catequese viram no movimento cabano a chance de rebelar-se contra

seus chefes, patrões ou antigos diretores e passarem a se dirigirem ou reivindicarem outros diretores. Outros povos indígenas, alguns menos catequizados, viram nos cabanos ou nos anti-cabanos uma oportunidade de derrotarem outras nações indígenas, suas inimigas. Também muitos escravos de descendência africana enxergavam na Cabanagem a oportunidade de revolta contra a escravidão particular em que viviam. Outros ainda perceberam nela um meio de se obter liberdades maiores do que a alforria pessoal ou a liberdade possível em mocambos. Era a chance de terem terras e comércio legais ou formais. Do mesmo modo, libertos e mestiços livres e pobres se envolveram com a Cabanagem pensando com ela poder ir e vir livremente ou ter acesso à terra e aos usos e comércios de produtos da mata e dos rios, sem serem constantemente recrutados e forçados ao trabalho em terras e águas alheias.

Além de muitos participes o movimento de 1835 e suas intenções o movimento cabano também extrapolou a geografia das fronteiras Imperiais do Brasil. Esse conflito, por mais de uma vez, transformou-se em graves pendências diplomáticas. Um dos casos mais polêmicos ocorreu com o navio inglês Clio, o qual foi atacado por cabanos e teve sua tripulação quase toda morta e seu armamento e munição roubados. Isto gerou um revide do governo inglês na Guiana, que mandou armas e navios ao Pará, auxiliando diretamente as tropas brasileiras nas batalhas cabanas de agosto de 1835 em Belém. Também nos primeiros meses do governo cabano, os franceses tiveram um grave incidente. Sua representação diplomática em Belém foi invadida, sob a alegação de que ali haveria ocultamento de portugueses e outros inimigos dos cabanos. Disso resultaram mais navios franceses em Belém. Além disso, ingleses, franceses e portugueses residentes na província paraense foram afrontados em inúmeras outras ocasiões. Suas casas, fazendas e escravos, jóias, objetos pessoais e móveis foram atacados, invadidos ou roubados em meio ao crescente processo revolucionário de agosto de 1835 até maio de 1836. Para se defenderem, esses homens pediram reforços a suas nações, passaram a viver em navios de guerra e mercantes aportados em frente da capital paraense. Além disso, existiram também pendências nas fronteiras, com a invasão francesa no Amapá, e a invasão de um religioso holandês em uma comunidade indígena vivente em território paraense.

Dessa confusão internacional, resultou que em Belém de 1836 havia embarcações de guerra francesas, inglesas e portuguesas além da Imperial vinda do Rio de Janeiro aportadas na Baia do Guajará. De todo esse trauma nasceu uma memória cabana que foi mudando ao longo do tempo. De imediato nascia um movimento extremamente anticabano, mas hoje ser cabano é ser lutador e revolucionário.

4. Finalizando.

A revolução cabana de 1835 também é central em sua relevância simbólica e política. Por um longo tempo a memória imperial do movimento de 1835 construiu uma imagem bastante negativa do levante. Durante o Segundo Reinado, ou à época do imperador Pedro II, o movimento era conhecido pela alcunha de tempo da "malvadeza", ou tempo "cabanal". Seus "levantados" – os "cabanos" – foram julgados "amotinados" políticos, rebeldes, ou deschapelados, relacionados aos pobres, mestiços ou "tapuias" moradores de cabanas. Contudo, com a República em 1889 e depois com o movimento de 1930 a Cabanagem começou a ganhar status de revolução. Primeiro tornou-se um símbolo de rebeldia contra o governo centralizador e nada federativo do Império. Depois passou a significar a luta popular precursora e republicana no Brasil. O auge desse processo memorialístico e político do passado cabano deu-se nas comemorações de seus 150 anos, quando a Cabanagem se tornou a maior revolução popular da Amazônia. Em meados dos anos de 1980, a revolução cabana serviu de argumento democratizante contra a ditadura militar de 1964 e para ela foi erguido um Memorial assinado por Oscar Niemayer. No início dos anos de 1990 um governo petista e popular valeu-se grandemente da memória cabana. Nasceu em Belém uma política pública municipal intitulada "cabana" com a construção de um modelo educacional cabano, sambódromo chamado de Aldeia Cabana e um governo popular alcunhado de governo "Cabano".

Memória e história, identidade nacional, regional, diversidade e simbologia. Há várias "cabanagens" a serem descobertas e organizadas

Bibliografia.

CHAMBOULEYRON, R. (2010) *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém: Açaí/Centro de Memória da Amazônia/PPHIST-UFPA, VOL. 1

CUNHA, M. C. de. (Org.) (1992) *História dos índios no Brasil.* São Paulo: Cia das Letras.

CRUZ, E.(1942). *Nos bastidores da Cabanagem.* Belém: Oficina Gráfica da Revista de Veterinária.

CRUZ, E. (1992). *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém; CEJUP.

HARRIS, M. (2010). *Rebellion on the Amazon. The Cabanagem race, and popular culture in* the north of Brazil, 1798-1840. New York: Cambridge.

HURLEY, H. J. (1936 A). *A Cabanagem.* Belém: Livraria Clássica, 1936.

HURLEY, H. J. (1936 B). *Traços cabanos.* Belém: Oficina Gráfica Instituto Lauro Sodré, 1936.

MOREIRA, E. (1970). *Os Igapós e seu aproveitamento.* Belém: Imprensa Universitária.

MUNIZ, J. P. (1922 B). "Adesão do Grão-Pará à Independência". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.* Belém 6 (4), pp. 1- 406.

MUNIZ, J. P. (1926 A). "Greenfell na história do Pará 1823-1824". *Annaes da Bibliotheca do Archivo Público*. Belém, 10 (1) pp. 8-422.

PINHEIRO, L. B. S. P. (2001). *Visões da Cabanagem: uma revolta popular e suas representações na historiografia.* Manaus: Valer.

RAIOL, D. A. (1970). *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 2a edição, 3 tomos, Belém: Universidade Federal do Pará, [1ª edição,1865-1891].

REIS, A. C. F.(1959) *A expansão portuguesa na Amazônia. Séculos XVII e XVIII.* Belém: SPVEA.

REIS, A. C. F.. (1993). *Limites e demarcações na Amazônia brasileira.*Belém: SECULT, 2ª edição.

RICCI, M. (2001). "Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos". *Anais do Arquivo Público do Pará.* Belém, 4 (I), pp. 241-274.

RODRIGUES, D. B. (1936). *A vida singular de Angelim.* Rio de Janeiro: Pongetti.

SALLES, V. (1988). *O Negro no Pará, sob o regime da escravidão*. [2ª edição] Belém: Cejup/Fundação Cultural do Pará – Tancredo Neves.

SALLES, V. (2005). *Memória bibliográfica do Grão-Pará – Cabanagem*. Brasília: Micro Edição do Autor.

SAMPAIO, P. & ERTHAL, M. C.. (orgs.) *Rastros da memória: histórias e trajetórias das populações indígenas da Amazônia.* Manaus: EDUA, 2006.

SILVA, M. A. S. da. (2012). "A extinção da companhia de comércio e o tráfico de africanos para o estado do Grão Pará e Rio Negro (1777 – 1815)". *Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, Belém.

Política e Cultura Popular no Brasil: o fazer local como construção da identidade nacional

Luana Tereza de Barros Vieira Rocha
Universidade Federal do Maranhão
lunaflorrocha@hotmail.com
luanatereza_rocha@yahoo.com.br

Resumo: O trabalho tem a intenção de mostrar o processo de transformação de uma brincadeira cultural em um elemento político e ideológico de manifestação da identidade local e da instrumentalização política. O Bumba-meu-boi é constituído por características do branco europeu (com destaque, o português), o índio e o negro africano, e se mostra diverso na dança, na musicalidade, etc.. Do século XVII até a primeira metade do XX, essa brincadeira popular sofreu inúmeras perseguições e proibições por contrariar os padrões morais da época. A partir da década de 1960, o Bumba-meu-boi entrou em um processo de ressignificação do seu papel social tornando-se uma prática de identidade local com reconhecimento nacional. Essa construção ideológica deu-se sob interferência de parlamentares que a partir de então, passaram a instrumentalizar esse fazer cultural para fins políticos e mercadológicos.

Palavras-chaves: Bumba-meu-boi. Identidade Nacional. Cultura Popular. Período do gado. Governo Roseana Sarney.

1 INTRODUÇÃO

Os grupos juninos de Bumba-meu-boi destacam-se como a maior expressão cultural maranhense, pela riqueza que apresentam em suas cantigas, nos instrumentos musicais que dão nome a cada sotaque e pela beleza de suas vestimentas. Pela popularidade conquistada e reconhecimento nacional e internacional, não é comum no cotidiano perceber o caráter diversificado e complexo que historicamente o Bumba-meu-boi foi gerado. Sua trajetória tem se modificado ao longo dos anos influenciado pelo contexto político e econômico de cada época. Os sujeitos criadores do Bumba-meu-boi demonstram sob uma diversidade de significados o seu fazer, o pensar de si e do mundo e o relacionar diário com o outro, expondo sua religiosidade, criatividade, identidade e tradição. O Bumba é ao mesmo tempo instrumento de denúncia social e de legitimação política, estratégia de domínio do capital e ganhos particulares de seus responsáveis. São essas características que o faz instigante e em toda a sua trajetória.

É indubitável a importância que tem essa expressão cultural para com a população. O Bumba-meu-boi é sem dúvida, a manifestação artística e cultural tão intrínseca a capacidade criadora de homens e mulheres que para muitos, a história de vida deles próprios se confundi com sua brincada, pois são muitos os brincantes, donos, responsáveis que se dedicam o ano inteiro para um determinado período do ano (mês de junho) expor seus batalhões para sua comunidade, curiosos espectadores vindos de todos os lugares do Estado, país e mundo.

Mas a satisfação, a alegria no ato de assistir e até o bailar promovido pela expressão genuinamente maranhense, bem como a realização dos sujeitos criadores em demonstrar sua criatividade nas apresentações não foi, desde os primeiros registros oficiais[1], uma realidade acolhedora e de grande aceitação.

Com efeito, muito foi discriminado. Tachado como práticas criminosas e propensas a punições com prisão e castigos corporais. Limitado em transitar certos espaços físicos. Repudiado pelas classes dominantes.

Mas no trânsito da própria história, elementos ideológicos de coerção, coesão e dominação inseridos e

1 Refiro-me a registros jornalísticos de eclesiásticos, documentos policiais, etc.

absorvidos pelas relações entre os sujeitos antagônicos. Transformações promovidas pela dinâmica das instâncias societais como economia, política. No caso do Bumba-meu-boi historicamente discriminado, nas quatro últimas décadas do século XX uma ressignificação e readaptação de suas práticas ocorreram graças à interferência de iniciativas do próprio Estado com destaque aos anos 1990, período em que Roseana Sarney atuou como governadora (1995 a 2002).

O Estado investiu em infraestrutura e promoveu políticas públicas de incentivo a cultura, proporcionou novas práticas da expressão cultural. O Bumba-meu-boi ampliou sua esfera (restrita) de trânsito compreendida apenas na comunidade ou terreiro e passou a assumir novos espaços para apresentação. Isso o fez reconhecido nacional e internacionalmente, de modo que em 1997 chegou a ser considero Patrimônio Cultural da Humanidade.

Com efeito, ampliou-se a divulgação midiática desta expressão, sob a lógica do mercado de entretenimento e ganhos eleitorais de parlamentares, inclusive da própria governadora, a qual recebeu entre os brincantes o simpático título madrinha da cultura maranhense.

Nesse bojo o Bumba-meu-boi passou a ser a maior expressão que revelou a identidade do homem maranhense. Seus sotaques que designam cada região do Estado, a diversidade musical e coreográfica fez dele um referencial de prática cultural do Brasil. Portanto, o estudo propõe-se analisar o processo de transformação de uma brincadeira cultural em um elemento político e ideológico de manifestação da identidade local e da instrumentalização política nos anos 1990.

2 QUANDO TUDO COMEÇA: A IMPORTÂNCIA DA CULTURA DO GADO NA ORIGEM DO BUMBA-MEU-BOI

Os primeiros registros de aparecimento do Bumba-meu-boi datam de 11 de janeiro de 1840, em Pernambuco, que corresponde ao período do ciclo do gado ou civilização do couro surgida na Bahia. O clérigo Miguel do Sacramento Lopes Gama, dono do jornal *O Carapuceiro* ao ver uma das apresentações registrou o evento numa linguagem preconceituosa e revoltada principalmente ao descrever os personagens, a musicalidade de todo o evento:

De quantos recreios, folganças e desenfados populares já neste nosso Pernambuco, eu não conheço um tão tolo, tão estúpido e destituído de graça como o aliás bem conhecido bumba-meu-boi. Em tal brinco não se encontra um enredo nem verossimilhança, bem ligação: é um agregado de disparates. Um negro metido debaixo de uma baieta é o boi; um capadócio enfiado pelo fundo de um panacu velho chama-se cavalo marinho; outro, alapardado, sob lençóis, denomina-se burrinha; um menino com duas saias, uma da cintura para baixo, outra da cintura para cima, terminando para a cabeça com um urupema, é o que se chama de caipora; há além disto outro capadócio que se chama Mateus. O sujeito do cavalo marinho é o senhor do boi da burrinha, da caipora e do Mateus. Todo o divertimento cifra-se em o dono de toda esta súcia fazer dançar ao som de violas, pandeiros e de uma infernal berraria o tal bêbado Mateus, a burrinha, a caipora e o boi que com efeito é animal muito ligeirinho, trêfego e bailarino. Além disso, o boi morre sem que nem para que, e ressuscita por virtude de um clister que pespaga-lhe o Mateus, coisa mui agradável e divertida para os judiciosos espectadores. Até aqui não passa o tal divertimento de um brinco popular e grandemente desengraçado, mas de certos anos para cá não há bumba-meu-boi que preste, se nele não aparece um sujeito vestido de bobo da função. Quem faz ordinariamente o papel de sacerdote bufo é um brejeirote despejado e escolhido; e para desempenhar a tarefa até o mais nojento ridículo; e para o complemento do escárnio, esse padre ouve a confissão ao Mateus, o qual, negro cativo, faz cair de pernas ao ar o seu confessor e acaba, como é natural, dando muita chicotada no sacerdote (Cascudo apud Marques, 1999: 54).

Toda a indignação sofrida pelo padre pernambucano e, portanto, a necessidade de um discurso trabalhado por um padrão de conduta, demonstrou o papel das normas da época e reprodução de preceitos e valores concernentes a ordem vigente. No material elaborado pelo eclesiástico, que teve sua profissão e religião, satirizados pelos boeiros (negros e pardos) foi utilizado um mecanismo de comunicação em massa bastante eficiente cuja função em geral é a disseminação de preceitos estabelecidos pela ordem social vigente: o jornal.

É importante ressaltar que o caráter socioahistórico atribuído ao Bumba-meu-boi, o chamado período do gado nos fins do século XVII é uma das hipóteses defendidas para entender as possíveis origens desta expressão cultural.
As relações entre o homem e o animal como determinantes na ideia fundante do folguedo. De fato, a figura poderosa do touro está ligada ao domínio mítico e tradicional de todos os povos, em todas as culturas, nas mais diferentes celebrações, divinizado e totemizado principalmente nos cultos agrários onde o boi é animal vivo, cumprindo a missão de atrair e fixar a benevolência dos deuses agrários, sem bailado do personagem central e sem percepção humorística e recreativa. É forma protocolar, hierárquica e sagrada, respeitosa e imutável pela inflexibilidade do costume (Marques, 1999: 72).

Esse processo produtivo teve reflexos em toda a dramatização/encenação do auto popular, a forma interpretativa da vida cotidiana determinada pela mediação das instâncias econômica e política com a cultura da época. Com o avançar dos anos até hoje, ainda apresentam o caráter satírico acerca das mazelas sociais que serviram de inspiração para cantigas, personagens e adorno do couro do boi.
A expansão da brincadeira do Bumba-meu-boi seguiu o caminho da boiada e tomou duas direções. A primeira seguiu o percurso do Rio São Francisco e a segunda tomou a direção da região do Rio Paraíba atingindo o Piauí e o Maranhão.
Dos personagens do auto popular o de maior destaque é o Boi, a partir do qual foi desencadeado todo o enredo, a história, o mito ou a lenda. Os personagens como índias/tapuias, vaqueiro, Negro Chico, Catirina, patrão etc. existiram e atuaram em torno deste animal que dinamizou toda a história expressa no interesse em capturá-lo (Negro Chico), no desejo de comê-lo (Catirina), ou por laços afetivos (o patrão), portanto, a existência desse animal é decisiva para a expressão.
O gado chega ao Brasil com as primeiras expedições e tinha um caráter doméstico de subsistência dos poucos colonos que o Brasil possuía. Assim, «'atividade pastoril estava, nessa época, diretamente no "quintal" da propriedade agrícola; o gado pertencia ao mesmo proprietário do engenho'», bem como, era «'restrita à economia fechada de cana-de-açúcar ou de algumas feitorias, quase sem expressão comercial'» (Franco & Moraes, 2010: 42). Mas, esse caráter doméstico deu lugar a um espaço maior, na medida em que os engenhos cresciam e concomitante, os rebanhos. A carne do gado tornou-se a principal alimentação da colônia, inclusive para os escravos.
Nos engenhos, o gado garantia o suprimento de duas fontes de energia; a lenha carregada nos carros de boi, e a forma motriz nas moedas. Era também essencial no transporte da cana-de-açúcar e de artigos para o funcionamento dos engenhos.
Assim, o crescimento da pecuária que avançou sobre os limites do litoral começou a traçar nosso chão, a abrir estradas, a adentrar espaços virgens e a forçar o colono a buscar lenhas, a consolidar a dominação de territórios a passos lentos.
O gado enfrentava certas dificuldades, mas não sofria nenhum impedimento em avançar nos territórios da colônia. Desse modo, o deslocamento das zonas criatórias adentrou espaços extensivos passando pela Bahia, Pernambuco, Piauí, pelos arredores do rio Paraíba ocupando uma pequena parte do alto Maranhão (Pastos Bons) e em Itapecuru (antigas fazendas existentes nesse ramo, dando lugar aos algodoais). Na parte oeste, zona do sertão, fixa-se na margem esquerda do São Francisco. Em outros territórios como em Goiás – na porção limítrofe – que era mais utilizada como passagem às estradas que ligam aquela capitania à Bahia e a Minas Gerais. É nessa conjuntura espacial que se dá a possível origem do Bumba-meu-boi, a ligação com o ciclo do gado ocorrido no século XVII no Estado da Bahia.
Apesar das riquezas naturais e do crescimento da pecuária, a população local estava mergulhada na pobreza. Entre negros e mestiços surgia o vaqueiro que se ocupava dos afazeres da criação do gado e receberia após 05 (cinco) anos ¼ das crias. Nessas circunstâncias o vaqueiro «'recebe assim, de uma só vez, um grande número de cabeças, que adquire, ou mais comumente arrendando-as dos grandes senhores de sesmarias do sertão'» (Prado Júnior, 2008:189).
O Bumba-meu-boi é uma expressão decorrente desse universo histórico cuja fusão entre às matrizes étnico-culturais como as africanas, indígenas e européias existentes nas capitanias em que a pecuária passou e

influenciou a cultura popular local cuja realidade foi interpretada e expressada em cantigas, bailados, enfeites em roupas manifestando o trato com o gado, a forma de se alimentar, de conquistar territórios e o modo de relação entre os homens. O boi é um instrumento de expressão cultural, como um animal personificado para retratar as relações de poder que se estabelecem entre trabalhadores e fazendeiros na área rural.

Nesta conjuntura eclodiram inúmeras revoltas, lutas de classes entre senhores e escravos, índios e brancos numa sociedade patriarcal, colonialista e escravista. A formação social dos sujeitos históricos cujo Bumba-meu-boi tornou-se instrumento de comunicação das contradições entre índios, negros, brancos e mestiços apresenta um caráter contestador e reivindicatório da real condição de dominação, exploração e humilhação sofrida nesse tipo particular de sociedade, determinada por meios particulares de produção.

Os negros africanos na condição de escravos deram início a um processo de preservação dos laços culturais originários como as «'organizações hierárquicas, formas religiosas, concepções estéticas, relações míticas, música, costumes e ritos'» (Marques, 1999: 56) que compuseram, se expressaram e influenciaram as relações humanas na colônia. Tais concepções eram discriminadas, reprimidas por ser contrária à ordem social estabelecida, de outro modo, a precariedade vivida pelos escravos motivou inúmeras formas de crítica e questionamento por parte destes sujeitos, os quais expressaram sua condição em cantigas, danças, etc..

Nessa perspectiva, o Bumba-boi tornou-se espaço de denúncia das problemáticas causadas pelo determinado modo de produção capitalista. Apropriando-se dos recursos materiais da época, criou-se o cenário criativo regrado de musicalidade e movimento para dar sentido a uma crítica à Igreja, ao português dono de terras, a polícia repressora, ou seja, uma sátira a um Estado a serviço do dos interesses da classe dominante.

Em outras palavras, o ápice de todo o enredo cultural atuava conforme a dinâmica da sociedade da época, cada ano uma temática diferente, um foco a criticar e os personagens, apesar de se manterem constantes, assumiam elementos diversificados que retratavam o poder e o domínio dos detentores dos meios de produção, como também, as reais e objetivas condições de vida sofridas pela população, e uma parte dela constituiu-se como produtores diretos desta expressão cultural.

O Bumba-boi tornou-se um veículo de comunicação dos grupos populares em toda a zona rural, espaço territorial de maior predominância desta expressão cultural na época. Marques (1999) esclarece que uma das mais notáveis revoltas de cativos no Maranhão, a guerra da Balaiada (1840), a qual denunciara os maus tratos e a indignação ao poder português na política, no comércio e na vida social foi também o contexto em que o Bumba-meu-boi «'exerceu um papel de resistência frente à desorganização do regime servil'» (Marques, 1999: 58).

Nessa conjuntura, o auto popular[2] composto de musicalidade, teatro, comédia, ritos religiosos desenvolvido no espaço de brincadeira e interação realizou a crítica ao mundo social acerca das «'condições em que vivem, exigiu uma participação política na construção do país e reivindicar direitos negados'» (Marques, 1999: 58). O Bumba-meu-boi, condenado pela sociedade da época, foi apresentado pelos veículos de comunicação, desde a segunda década do século XIX, «'como um folguedo agressivo, violento, baderneiro, insólito, barulhento e atentador da ordem moral (...) mas, principalmente, como uma brincadeira de negros, cativa de punições e proibições desde 1814 ela polícia'» isto ocorreu com as notícias disseminadas pelos veículos de comunicação «'ao darem conta do aparecimento do folguedo em diversos locais do Norte e Nordeste, sempre exigem da polícia um enquadramento do boi nos códigos de posturas municipais ou proibições mais rígida'» (Marques, 1999:59) pelo perigo das apresentações públicas que os Bumbas causavam.

Os Bumbas se constituíram nesse contexto e no auto popular demonstram sua condição de existência e relação com o meio e demais sujeitos. Todo o enredo festivo apresenta uma riqueza de detalhes que revelam toda a criatividade popular, assim como, do imaginário em que cada um deles representa o universo de relações sociais da zona rural.

---

2 Tomo como auto popular a ápice de todo o enredo festivo no Bumba-meu-boi. É quando os sujeitos criadores na sua singularidade dão sentido, vida aos personagens pertinentes a essa expressão, como Catirina, Nego Chico, o boi, o patrão, os (as) índios (as), o padre, ou seja, no processo de teatralização, cujos temas decorrem do mundo societal dinamizando o fazer desses *personagens nos arraiais/Vivas*.

2.1 Lá vai o bailar dos transgressores: elementos ideológicos na trajetória do Bumba-meu-boi no Maranhão

Em seu enredo popular, o Bumba-meu-boi possui elementos do branco, do índio e do negro, isto é, dos sujeitos históricos determinados pela sociedade desigual. Cada sujeito desses atribuiu à expressão cultural sua particularidade e, sua forma no meio social, os interesses e suas atividades. Segundo Costa & Camêlo (2011:01):

Os elementos seriam por parte do índio, a pajelança, o maracá do amo, as indumentárias, além de personagens indígenas, tais como o caboclo de pena, etc. Já a figura do fazendeiro, do padrinho, do médico-veterinário, o catolicismo, com a devoção aos santos no auto, tanto para proteção como para pedir ajudas e consequentemente o pagamento de promessas, entre outros caracterizariam os elementos do branco. O ritmo forte, vibrante, eletrizante emanados dos instrumentos em sua maioria de influência africana. As personagens centrais do auto: pai Francisco e mãe Catirina, marcariam alguns dos vários elementos culturais negro.

Em sua trajetória houve o momento de repressão e de ressignificação social motivada principalmente pelo Estado através de suas políticas públicas e do mercado cultural que cooperaram com sua transformação e popularidade no país e em outros países.

O Bumba-meu-boi em seus primeiros registros era entendido como ato desordenado de cativos que infringia os códigos de postura da época promovendo o caos e a violência. Discriminados, suas práticas eram rejeitadas e reprimidas pelo Estado. Relacionavam elementos teatralizados no jogo de brincadeiras e denúncia social. No processo de mediação e contradição das instâncias sociais praticadas no universo material, sob a lógica do capital, os sujeitos foram constituídos e envolvidos por códigos, preceitos, padrões que influenciaram a maneira de perceber, compreender e atuar ativamente no mundo.

As regras de normatização que constitui o homem quanto ao (re) conhecimento de mundo e de si, sob a ótica de preceitos moralizantes e elitistas, os quais são aspectos ideológicos em conformidade à dominação do capital está presente nos primeiros registros de aparecimento do Bumba-meu-boi. Como já foi dito, esta expressão cultural surgiu no período em que a economia voltava-se à produção do gado (final do século XVII) em uma sociedade organizada numa família patriarcal, possuidora de mão-de-obra negra africana, de valores conservadores e hierárquicos e sem mobilidade social. Isso pode coincidir com Eagleton (1997: 17) ao revelar que «'as ideologias são explicitas, fechadas, resistentes a inovações, promulgadas com uma grande dose de afetividade e requerem a total adesão de seus devotos'». Se o autor considera resistente às alterações, acredito que há mudanças (sutis, graduais/lentas), conforme os efeitos que faz sobre as vidas dos homens, isto é, persiste enquanto apresenta coerência e veracidade de seu efeito no mundo real.

Os mecanismos ideológicos[3] e repressivos utilizados na época tinham o objetivo de promover a assimilação e uniformização dos homens nos moldes desejáveis de padrão da sociedade vigente. Variáveis possíveis de ser refutados e aceitos conforme o interesse de quem as utiliza, com fins a atender os interesses particulares. A realidade e os sujeitos neste contexto são marcados pela contradição e desigualdade e, consequentemente, exploração não apenas da sua força de trabalho, como também, do pensamento. A normalização das vidas[4] destinada a naturalizar as relações desiguais entre os homens é elaborada uma série de proibições quanto ao trânsito do Bumba-meu-boi na cidade que decorreram da violência explícita e nivelada conforme o aparelho ideológico utilizado pelo Estado.

(...) a intervenção policial, a proibição oficial, bem como a evidência de que os bois eram praticados por escravos ou gente vista pelas elites como de ínfima qualidade. Entretanto, estas práticas e representações em direção aos bumbas não foram absolutas. Do século XIX ao XX, as tentativas de banir os bumbas de quaisquer lugares ou de se proibir oficialmente que eles fossem ao centro das cidades, particularmente de São Luís, foram descontínuas. (...) pode-se notar que as portarias e outras ações policiais em direção aos bumbas não foram

3 O qual cito, os veículos de comunicação.

4 Cito como leis jurídicas, crenças, hábitos e até, visão de mundo e do homem em si para si.

uniformes. É mais fácil afirmar que demonstrar que houve um total afastamento do bumba-meu-boi da área urbana de São Luís, e que só havia preconceito e depreciação em relação aos bumbas por parte das elites. O que se constata é que aquele afastamento foi o movimento freqüente até início dos anos 1950, e a depreciação dominante até a década de 1920 (Barros, 2007: 118).

O Bumba-boi denunciou, em sua teatralização cantada, a vida do homem do campo e as relações desse universo, as lembranças de seus antepassados, a natureza e religiosidade, ou seja, apresentou em seu enredo aquilo que «'uma pessoa age, vive sua personalidade como um sujeito'», isto é, fatores que se expressam na «'subjetividade humana'» nas quais, «'são constituídas pelas interseções do psíquico e do social e podem ser vistas como os aspectos mais exteriores, mais conscientes e socialmente mais mutáveis dos indivíduos'» (Therborn, 1980: 02). Tais condições estão presentes na atualidade.
E todo esse processo se deu de dois modos: a violência e a persuasão através dos códigos de postura da época estavam fundamentados por normas legais da sociedade. A classe dominante emergente exigia da polícia a efetivação da ordem em contrariedade ao incômodo e "arruaça" feitos por negros e mestiços boeiros. Prisões, agressões e até depredação de terreiros ou sedes dos grupos eram feitos na tentativa de dispersar estes grupos. No século XIX, já constavam registros de licenças especiais da polícia que permitiam a festança, mas essas concessões da lei eram maleáveis e retroagiam conforme os avanços e ameaças dessas *brincadeiras* em sua denúncia a ordem estabelecida.

Em 1861, a autoridade policial permitiu a realização dos bumbas nos festejos juninos do Maranhão. Nos anos seguintes, até 1867, houve proibição (...) a proibição dos anos 1862-7 foi uma tentativa de efetivar "o banimento dos bárbaros brinquedos". A decisão de liberá-los em 1868 possibilitaria "o renascimento de uma usança, que já parecia prescripta (Barros, 2007: 119).

Nas primeiras décadas do século XX, os Bumbas surgiam a cada ano de forma que a própria polícia tinha dificuldades em conter seus avanços na capital e em outros municípios. Coube ao Estado criar mecanismos de controle para tentar organizar os inúmeros batalhões que no mês de junho se espalhavam por todas as localidades. Barros (2007) infere que em 1932, os grupos de Bumba-meu-boi que conseguiam as licenças transitaram em zonas urbanas e suburbanas, e o interior da Ilha de São Luís. Porém, em 1934 foi impedido por meio de recomendação e não proibição oficial de os bumbas se apresentarem em áreas circunvizinhas ao Centro de São Luís.
Sob determinação policial havia locais destinados as apresentações dos Bumbas. Os grupos da Madre Deus, Codosinho e Belira (Barros, 2007), por exemplo, podiam transitar nas mediações do Canto da Fabril, rumo a Rua do Passeio até o Caminho da Boiada a prosseguir em direção do Caminho Grande estrada que ligava o Centro aos interiores da ilha.
As idas e vindas em relação à permissão ou proibição de os bumbas serem realizados, ou se poderiam freqüentar o perímetro urbano, além dos subúrbios e dos interiores, foi à tônica da Primeira República. Em 1902, os bois dançaram tanto nos subúrbios quanto na zona urbana de São Luís, e este teria sido um ano marcado por encontros violentos envolvendo grupos de bumba-meu-boi. Em 1905, proibira-se a realização dos bumbas para evitar-se "cenas lamentáveis", como as que teriam ocorrido nos anos anteriores. Dois anos depois, "em número de 10, os bumbas percorriam o município", ocasião em que Pais Franciscos, burrinhas e outros personagens faziam o público sorrir. Em 1908, os bumbas dançaram animadamente nos subúrbios, particularmente no Anil. Nos anos 1910, desde que pagassem pelas suas licenças, alguns bumbas poderiam brincar tanto na "cidade" quanto no interior da Ilha. Em 1910, quando fogueiras e fogos se espalhavam por todos os lugares, "pelo interior da Ilha o que se torna mais notável é a vetusta dança dos *bois*. Em 1916, reclamava-se do "abuso das danças de 'Bumba-meu-boi', dentro da cidade" e se afirmava que "tempo houve em que era proibida a dança aludida", quando quem morava no Centro de São Luís não tinha "boi à porta". O "descaso da polícia" teria atingido "expoente máximo" e o "incômodo brinquedo" estaria dominando a cidade. Apesar das reclamações de alguns, no ano seguinte, as autoridades policiais novamente concederam licença a "diversos bois", que puderam sair "à noite percorrendo as ruas e praças da nossa civilizada capital" (Barros, 2007: 119).

Isso revelou que os batalhões mesmo com todas as restrições sofridas mantinham-se resistentes às ordens postas, driblando sob peso de punição os códigos de postura da época. Às famílias abastardas tinham, em seu discurso moralizador, forte desprezo e rejeição a prática dos bumbas e exigiam do Estado medidas para frear os boeiros:

Quando uma grande parte da população se empenha por fazer desaparecer os busca-pés, por serem fatais concede-se licença para o estúpido e imoral folguedo de escravos denominado bumba-meu-boi, incentivo para os busca-pés, e admira-se mais que isto aconteça, quando há anos a presidência ordenou à polícia que não consentisse esse folguedo, por ser oposto à boa ordem, à civilização e à moral. Quando por causa do bumba-meu-boi não aparecem cacetadas e mesmo facadas, é causa de uma enorme algazarra que prejudica o silencio perturbando o sossego que deve haver para o sono, sossego que cumpre à polícia manter. Nós esperamos que a polícia reconsidere no passo irrefletido que cometeu, para não ser ela responsável perante a opinião pública, do mal que houver por causa do bumba-meu-boi (Marques, 1999: 62).

A violência do Estado não era a única que envolvia os bumbas. Havia uma rivalidade entre os grupos de Bumba-meu-boi que se justificava pela defesa de um povoado, na disputa da melhor toada, ou as rixas pessoais entre os cantadores e donos de boi. O confronto se dava nas apresentações e nelas ocorriam o cantarolar de versos provocativos, de um dançar convidativo a um conforto físico com uso até, de instrumentos perfurantes.
Os mecanismos ideológicos que reinam na realidade têm por objetivo criar um padrão normalizador, concreto e material nascido do mundo real e destinado aos homens reais constituindo-os enquanto sujeitos sociais. Esse enredo destina-se a consolidar o poder do modelo de produção vigente, a atuar sob uma dinâmica das instâncias sociais de forma a atingir maior número de adeptos, enquadrando-os e moldando suas ações ao máximo possível conforme os interesses dos que os dominam e servem.
Os discursos depreciativos não eram à toa. Estavam destinados a enquadrá-los como irrelevante no meio social e sem poder e habilidade alguma de suas criações ser considerados como expressão de cultura local. No processo de interpelação, estes escravos, índios e alguns mestiços criaram os Bumbas sob essas condições, resultando naquilo que Therborn (1980: 02) entende como sujeição-qualificação que se refere «’à pessoa que esta subjugada a uma força ou a uma ordem particular; no segundo se torna o realizador ou criador de alguma coisa’».
Elementos ideológicos que «’permitem ou favorecem certos impulsos e capacidades, e proíbe ou desfavorece outros’». Contribuem para determinadas ações conforme o processo de qualificação e contraditoriamente, outros atos que fogem as formas tradicionais e estabelecidas de sujeição. Essa contradição (Therborn, 1980: 02) «’entre sujeição e qualificação são a oposição e a revolta ou o subdesempenho e a renúncia’» das regras estabelecidas que é empregado coerentemente ao Bumba-boi.
Homens e mulheres, nessas condições são (re) produzidos e construíram aquilo de real e verdadeiro ou o seu contrário no mundo, no seu meio social, etc.. É aquilo que Therborn (1980) considera como identidade sob a ótica da relação entre a prática diária e a interferência da subjetividade. No caso dos Bumbas, mesmo discriminados e cerceados de qualquer liberdade de ação e pensamento, suas vivências, o respeito a sua ancestralidade e sua condição de explorados os levou a criar e a resistir às intempéries geradas pela ordem, opondo-se aquilo considerado bom, certo, justo e bonito conforme prega as estruturas moralizantes e de poder. Isto é válido quando tais práticas não são coerentes com o poder vigente:

Um poder dominante pode legitimar-se *promovendo* crenças e valores compatíveis com ele; *naturalizando* e *universalizando* tais crenças de modo a torná-las óbvias e aparentemente inevitáveis; *denegrindo* ideias que possam desafiá-lo; *excluindo* formas rivais de pensamento, mediante talvez alguma lógica não declarada mais sistemática, e *obscurecendo* a realidade social de modo a favorecê-lo. Tal “mistificação”, como é comumente conhecida, com frequência assume a forma de camuflagem ou repressão dos conflitos sociais, da qual se origina o conceito de ideologia como uma resolução imaginária de contradições reais (Eagleton, 1997: 19).

O Bumba-meu-boi ao infringir as leis impostas, satirizar em suas cantigas o poder personificado em determinados sujeitos, seus traços de resistências deram seus primeiros contornos e atravessaram décadas e formas políticas de governo.

A brincadeira de negros escravizados, índios e mestiços seria a partir dos anos 1960, um dos instrumentos importantes de aproximação e envolvimento entre parlamentares e população, modificando o olhar e o existir dos Bumbas no Maranhão, em especial, São Luís. Essas aproximações se deram como parte do processo de transformação da própria sociedade, do Estado que exigia outros conceitos, visões do homem e de mundo, agregando elementos mais eficazes para a própria dominação.

As ideologias dominantes podem moldar ativamente as necessidades e os desejos daqueles a quem elas submetem; mas devem também comprometer-se maneira significativa, com as necessidades e desafios que as pessoas já têm, captar esperanças e carências genuínas, reinflecti-las em seu idioma próprio e especifico e retorná-las a seus sujeitos de modo a converterem-se em ideologias plausíveis e atraentes. Devem ser "reais" o bastante para propiciar a base sobre o qual os indivíduos possam moldar uma identidade coerente, devem ser mais do que ilusões impostas é, a despeito de todas as suas inconsistências, devem comunicar a seus sujeitos uma versa da realidade social que seja real e reconhecível o bastante para não ser peremptoriamente rejeitada (Eagleton, 1997: 26-27).

A repressão policial e rejeição da classe dominante durariam por muitas décadas no século XX. Os grupos de Bumba-meu-boi que conseguiam licenças adquiriram uma expressiva liberdade de movimentação na cidade do Maranhão, apresentando-se sem interferência violenta da polícia. Surge os primeiros simpatizantes e patrocinadores que assumiriam o papel de padrinhos, os quais eram um membro da comunidade (geralmente, um comerciante) e, décadas depois, um parlamentar.
O *padrinho* do boi tinha que ajudar nas despesas da *brincada* e executar tarefas que iam desde o patrocínio do couro do boi até ajuda na expedição de licenças para que o boi se apresentasse no centro da cidade. Esse evento pode contribuir como uma das razões de o Bumba-meu-boi não cair na extinção:

(...) questão a ser pensada é porque ele foi proibido e não extinto, de fato é porque houve algum interesse por parte das elites e administradores públicos, para que essa manifestação não fosse sufocada e exterminada. A meu ver a saída para esse questionamento está dentro do próprio processo de formação, constituição e edificação da brincadeira, que a priori se deu via *apropriação*. E posteriormente como reconhecimento e construção de uma identidade nacional, própria e no Maranhão singular. Todavia observou-se que discursos dos jornais serviram para legitimar um discurso discriminatório sofrido pelo bumba-meu-boi no século XIX. Esse discurso atendia aos interesses das elites dominantes, trouxe malefícios para a manifestação folclórica quando pormenorizou os seus agentes formadores (Barros, 2007: 109)

Nos anos de 1990, a classe dominante aproximou-se dos grupos juninos com um novo olhar diante das expressões culturais. No governo de José Sarney nos anos 1960, ocorreu um processo de assimilação do Bumba-meu-boi que marcaria profundamente os rumos dessa expressão cultural de modo que três décadas depois, no governo Roseana Sarney o Bumba-meu-boi seria apresentado como principal expressão cultural do Maranhão. Para tanto, exigiria da governadora todo um investimento que viesse organizar o Bumba-meu-boi a uma condição de expressão identitária local com reflexo no nacional.

2.2 A institucionalização dos grupos de Bumba-meu-boi: a recriação da identidade no nacional

Se em governos anteriores, o *apoio* a Cultura foi feito com a distribuição de paetês, miçangas, veludos, canutilhos, plumas, com a oficialização de cachês para a Cultura nos anos 1990 houve alterações nas relações entre Estado e Cultura, como também, mudanças na forma de organização interna dos grupos culturais.
Através do cadastro oficial e para o recebimento dos cachês, os grupos culturais tinham que assumir uma personalidade jurídica. Em 1997, com o Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho (CCPDVF) o governo do Estado dirigido por Roseana Sarney deu início a obrigatoriedade do registro. Não apenas o São João, mas demais expressões culturais como Carnaval, Natal, Réveillon, etc..

Foi no segundo mandato do governo Roseana Sarney (1998 a 2002) deu início às atividades de cadastramento e recadastramentos de grupos de expressões culturais populares, mais precisamente no ano de 1995. É a partir de então que o Estado assume a função de arrecadar recursos financeiros, apropriando-se de verbas públicas de âmbito federal. Essa iniciativa do governo estadual tinha por objetivo criar formas de controle das atividades da Cultura Popular do Maranhão, já que os produtores culturais para adquirir quaisquer verbas são submetidos a vários critérios definidos e impostos pelo Estado.

Neste sentido, interpreto o cadastro como estratégia de controle das manifestações pelo Estado, aos moldes do que era realizado em outros momentos não-democráticos da política brasileira, já que os grupos culturais passam a adquirir um *status* atribuído pelo Estado, que implica em vantagens financeiras e na inclusão (ou exclusão) do grupo no circuito cultural oficial do Governo (Cardoso, 2008: 106).

Concomitante a distribuição de cachês, há na composição dessa forma de organização da Cultura pelo Estado uma espécie de hierarquização dos grupos com objetivo de efetivação do pagamento de verbas. Para tanto, classifica-se as brincadeiras em Grupos "A", "B", "C" e "D". De acordo com cada grupo é atribuído um valor em dinheiro, as apresentações seguem essas classificações que, por sua vez, são designadas para determinados *Vivas*, espalhados pela cidade.
O processo de hierarquização desenvolvido pelo Estado por meio de classificação não se dá de forma aleatória. As expressões culturais populares eram submetidas, no momento das apresentações, por um controle realizado por uma equipe da Secretária de Cultura, ou seja, é resultado:
(...) do trabalho de funcionários e estagiários do CCPDVF, que vão aos arraiais e terreiros para observar as dinâmicas de cada grupo, atentando para aspectos como "tradição, vestimentas, quantidade de brincantes, performance", explica Michol Carvalho. A partir daí, as informações são colhidas para a organizar os grupos em classes. Não consegui entender como é que os critérios são aplicados para vincular um grupo a uma categoria. Pois, grupos como *Boizinho Barrica* (da *Cia. Barrica Teatro de Rua*) e *Boi Pirilampo*, considerados "alternativos" pela programação oficial do São João, fazem parte da categoria "A", a mesma em que bois como o *Boi de Axixá* (orquestra) e *Boi de Maracanã* (matraca), considerados "tradicionais" estão incluídos (Cardoso, 2008: 106).

Para obtenção de cachês e a racionalização das apresentações foi necessário à institucionalização do cadastro das expressões de Cultura Popular. O Bumba-meu-boi sofreu um processo de ressignificação e/ou de reelaboração de suas atividades em que já não se *brinca* exclusivamente para e pela família e pela comunidade e nem se rivaliza em defesa desta última. Perde-se o aspecto lúdico do simples brincar, do divertir-se em comunidade como ocorrera nos primeiros batalhões situados em suas localidades em que se vivenciava a contínua troca de experiências sem preocupação acerca do tempo ou da excessiva busca pelo belo como forma de competição entre grupos. Com a aproximação com as classes dominantes, e consequentemente, com o capital passou-se a vender determinadas expressões culturais e/ou, criar outras nestas exigências. Atender aos interesses da política cultural e do mercado a construir uma forma de relação nutrida por ganhos particulares, visibilidade, dominação e legitimação do poder político local. E cito como exemplo de reflexo dessa condição, a simplificação do enredo, da teatralização, etc.
A quantidade de *brincadas* está associada aos critérios de classificação. Elementos como estética, popularidade, tradição, criatividade pesam no repasse dos valores em dinheiro e, consequentemente, oportuniza aos grupos uma quantidade considerável de apresentações. Isso tem como resultado: quanto mais pomposos, mais atrativos à lógica mercadológica e a maior concordância com as determinações do Estado, maiores são as chances de adquirir recursos financeiros para investir em seu grupo.
Os locais de exibição eram diversos e estavam situados em áreas nobres como shoppings, freqüentados pela classe média ou em áreas periféricas. A distribuição dos grupos pelos locais de apresentação atendeu aos critérios de classificação. Aqueles que estavam nos grupos A se apresentavam nos arraiais frequentados pela classe média pela visibilidade conferida pelo espaço nobre e conseguem viajar para outros estados e países e valorizar sua apresentação.

O Estado buscou atuar de modo a controlar/dominar as atividades das expressões culturais (Bumba-boi), exigindo transformações e, adequações conforme o interesse em jogo. A tentativa de subordinação quanto à racionalidade/distribuição dos locais e cachês dificultou a (re) ação de dos sujeitos criadores da Cultura.

Mas, apesar de envolvidos por aspectos que os colocara numa condição de dependência, as críticas acerca destas medidas se fizeram presentes nas entrevistas ao relatar seu cotidiano de luta junto a Secretaria no que concerne à forma como a Cultura Popular é vista e instrumentalizada pelo Estado. E mais, apesar do poucos recursos (quantidade de apresentações, valores irrisórios de cachês) que alguns grupos receberam (principalmente, os de sotaque de zabumba do grupo C), foi possível ver o esforço em continuar em meio a tantas exigências e, por não atendê-las às vezes, sofrer restrições para participar nos circuitos juninos.

Todo esse processo pertence à Política Cultural que favoreceu o mercado cultural quanto ao desenvolvimento de inúmeras ações tanto de caráter estrutural da cidade quanto de organização das expressões Culturais Populares. Os *Vivas,* destinados ao entretenimento e lazer das comunidades beneficiadas, serviram de palco para espetáculos de inúmeros grupos juninos, como também, espaços no interior de shoppings e melhorias estruturais de áreas folclóricas já existentes (como exemplo, Parque Folclórico da Vila Palmeira). Nestes espaços, o consumo de bebidas, as vendas de vários produtos gastronômicos, vestuário, etc. e exibição de inúmeras *brincadeiras* dinamizaram o comércio em geral.

Para a realização dessas tarefas foi necessário todo um processo de (de) organização ou legalização das expressões culturais em São Luís com fins a atender os interesses do mercado cultural e de legitimação do poder das classes dirigente e dominante. Ou seja, fins econômicos e políticos. A institucionalização dos grupos juninos que passaram a levar o nome de agremiação deu-se com a criação de documentos de caráter empresarial como CNPJ, Alvará de Funcionamento, Inscrição Estadual ou Municipal resultando na regularização dos grupos pelo Estado que passou a determinar os locais de apresentação e estipular o cachê. As agremiações em conformidade com as determinações do Estado assumiram essa tarefa de adquirir todas as documentações, como também, cumprir os acordos feitos, com fins de manter suas *brincadeiras* no circuito junino.

Como infere Poulantzas (s/d, p.164) «'os mecanismos internos de reprodução da relação de dominação-subordinação'» destinados a classe subalterna, representada pelos criadores da Cultura Popular em São Luís se dá na relação mútua entre sujeitos históricos, o qual entre as lutas e tensões foi atribuído as expressões culturais populares, um tipo de entretenimento alienante com uma reduzida possibilidade de encantamento e realização do sujeito a quem propôs certas tarefas: apresentações com o tempo determinado que amortiçaram certos aspectos do alto popular, mudanças nos trajes a se sobrepor à construção histórica de cada grupo; hierarquização dentre grupos que abre espaço para rivalidades e disputas entre grupos/associações de Bumba, haja vista, que alguns são *eleitos* pelo capital e classe dominante para divulgar a imagem do patrocinador ou, simpatizante da Cultura Local. A Cultura Popular ressignificada é canalizada a atuar na realidade na perspectiva de atender aos interesses políticos e econômicos da classe dirigente e dominante e do Estado.

É importante frisar que, no transcorrer do tempo, o homem e, consequentemente, suas (re) criações alteram-se. O próprio movimento do mundo material visto nas instâncias econômicas, políticas e socais vão se alterando e promovendo ou o desgaste, ou a reinvenção ou reelaboração de certos aspectos que envolvem o homem (relações com reflexo nos comportamentos, visões, instrumentos, produtos decorrentes do trabalho). O próprio Estado e as classes e as formas de poder configuram-se desse modo.

A questão problemática decorrente da dominação-subordinação sofrida pela classe subalterna está na notável transformação em servir (consciente, menos consciente) uma dada classe que não decorre dela, ou que seja uma vontade inerente a ela, mas pelo processo contraditório movido por forças que se relacionam e do poder que delas provém. Portanto, a classe que altera seus afazeres, sua forma criativa de atuar e (re) interpretar a vida e mundo material, gradativamente lança-se a uma perda de criticidade e mobilização e assume uma linearidade de formas e ideias que padroniza o homem em um só: o consumidor desenfreado a nutrir aquilo que o usurpa historicamente, o capital e a classe que o materializa.

A mercadorização e a mecanização do prazer vivido pelo espectador ao assistir os grupos juninos se faz pela gradativa perda da diversidade daquilo que se ver, ou melhor, da heterogeneidade presente em cada sotaque. O processo de padronização das expressões é visto não somente nas classificações A, B, C e até D, mas também, em atividades do dia-a-dia vividas pelos grupos quando se propõem a escolher um determinado tipo

de material (pena de pavão, ganso, cisne), ou, a coreografia que se diversifica de acordo com cada estilo, ou o aparecimento de novas necessidades como transporte, alimentação, etc.. Essas demandas organizadas pelo Estado e que atendem aos interesses das classes dirigente e dominante tem um caráter de homogeneização do Bumba-meu-boi e buscam designar sistematicamente o estilo, a matéria-prima para a confecção das roupas, independentemente do sotaque[5].
Essas mudanças ocorreram (e vem ocorrendo) de forma a valorizar certos aspectos de um dado sotaque (orquestra) em detrimento dos demais (principalmente, o sotaque de zabumba) que, ao perceber a visibilidade midiática e econômica tendem a introduzir elementos que não lhe são característicos. Há um movimento próprio da sociedade capitalista que induz e impõe a homogeneização enquanto elimina a diversidade.

Sob o capitalismo tardio, o entretenimento é o prolongamento do trabalho. É buscado por quem quer eximir-se do processo de trabalho mecanizado para pôr-se de novo em condições de poder enfrentá-lo. Mas, ao mesmo tempo, a mecanização conquistou tanto poder sobre o homem, durante o tempo livre e sobre a sua felicidade, ela determina tão integralmente a fabricação dos produtos para entretenimento, que o homem não tem mais acesso senão às copias e reproduções do próprio processo de trabalho. O conteúdo suposto não é mais do que uma pálida fachada, o que se revela na sucessão automática de operações reguladas. Somente se pode escapar ao processo de trabalho na fábrica e no escritório adequando-se a ele no ócio. Disso sofre de modo incurável todo entretenimento. O prazer petrifica-se no aborrecimento, pois que para continue sendo prazer, não deve requerer esforços e deve, portanto, mover-se estritamente ao longo dos trilhos das associações habituais. O espectador não deve trabalhar com sua própria cabeça: toda conexão lógica que requeira esforço intelectual é cuidadosamente evitada (Adorno & Horkheimer, 1985: 165-266).

Nessa perspectiva, a Cultura de Massa ou Indústria Cultural tem influência nesse processo quando seleciona, modela as expressões culturais na condição de produtos, bem como, constrói as consciências que resultam em ações impregnadas de desejo e necessidades estabelecidas pelo capital. A criatividade artística é abalada e reduzida a coisas padronizadas destinadas ao consumo.
Mas o processo de racionalização da Cultura com fins a atender as demandas de consumo do mercado cultural, bem como, instrumento de vantagens políticas por grupos dirigentes e dominantes contava com o apoio de uma parcela dos sujeitos criadores da Cultura Popular. Essas relações mostram que a Cultura, como toda instância social, não deve ser suscetível a compreensões generalizantes, fragmentadas ou, reducionistas, principalmente, quando se refere aos interesses em jogo dos sujeitos envolvidos.
Com foco ao aspecto político dessa relação tomo como exemplo, as ligações de proximidade entre dirigentes políticos com líderes ou representantes de grupos de Bumba-boi. Os contatos com parlamentares, principalmente quando estes estão em exercício, ou *o livre acesso aos corredores* das Secretarias de Cultura, ou, quando representantes de grupos desta expressão cultural atuam como dirigentes é possível verificar/pensar um determinado privilégio se comparado aos demais que não dividem tais regalias.
A relação dos grupos de Bumba-meu-boi com dirigentes e representantes políticos é complexa e contraditória. Nem todo grupo de Bumba-meu-boi mantiveram estreita relação com os representantes do governo. São restritos os grupos que possuíam uma *camaradagem* com dirigentes políticos e realmente os *ajudariam*[6] em

5 As índias do sotaque de matraca e as tapuias de zabumba têm progressivamente assumido a coreografia do sotaque de orquestra por ser mais popularizado, divulgado e aceito pela mídia e pelo mercado cultural.

6 Geralmente, os Bois de Orquestra são os mais procurados por inúmeros fatores que transitam entre a estética baseada nos padrões do mercado cultural materializados na visibilidade e procura do setor turístico, a facilidade de mobilidade e adaptabilidade dos instrumentos musicais aos espaços de realização das apresentações, racionalização espacial e mecanização coreográfica dos membros do grupo que facilita a percepção, leitura e compreensão do espectador acerca dos personagens (apesar de muitos desconhecerem o nome, o significado histórico, etc.), exemplo: Boi de Morros, Boi Brilho da Ilha. Há grupos de outros sotaques, como zabumba e matraca que ao comparar ao primeiro, estão em desvantagens. Termos que façam menção a tradição, originalidade, espontaneidade e valorização das criações do *povo* também vêem sendo percebidos, apropriados pelo capital e convertidos como produto de troca e consumo. Exemplo, boi da maioba.

todas as tarefas (despesas) festivas desenvolvidas durante ano. Em período eleitoral, principalmente, alguns dirigentes de grupos são procurados por candidatos em busca de apoio a sua campanha. Há uma troca de "favores". Os dirigentes de grupos de Bumba-meu-boi emprestavam sua popularidade ao candidato e ele, por sua vez, lhes oferece recursos, "ajuda", para custear as despesas das brincadeiras.

Houve na maioria dos grupos entrevistados um aparente receio em vincular o grupo à imagem de um político, com uma exceção: a de Roseana Sarney que ganha méritos pelo incentivo dado, principalmente pelas suas ações desenvolvidas na década 1990 à Cultura.

É importante ressaltar que os recursos financeiros adquiridos pelas agremiações juninas – os cachês – não atendiam as despesas geradas pela preparação de cada grupo. É comum recorrerem ao próprio salário ou a aposentadoria, ou buscarem ajuda de conhecidos, de brincantes mais antigos e até empréstimos bancários para a quitação de despesas. As dificuldades financeiras não se restringiam apenas aos grupos menores de pouca visibilidade midiática, mas é uma realidade vivenciada também por aqueles que se inseriram na lógica capitalista de fazer e viver "cultura".

Para tanto, certos grupos foram procurados ou buscaram patrocinadores ou contratantes que pudessem investir nessa empreitada. Assim, os grupos de Bumba-meu-boi saíram de sua comunidade, dos arraiais espalhados pela cidade e passaram a *brincar* em outros Estados do Brasil e em outros países, com o intuito de, obter recursos financeiros para manter suas agremiações, bem como, o luxo exigido pelo mercado cultural.

Essa prática teve seus primeiros passos na década de 1990 com os grupos buscando se apresentarem em arraiais organizados por empresas ou grupos de classe média. Isso retoma as ideias já tratadas sobre a adequação de grupos aos interesses mercadológicos e políticos de padronização das expressões de cultura popular, com o objetivo de adquirir um número significante de exibições e, consequentemente, de cachês que além de serem destinados a atender as demandas internas, também tinham o propósito de atingir outros espaços fora do país. Os contatos se davam diretamente entre o líder ou representante do grupo com o contratante ou patrocinador que os procurava. Geralmente, os Bumba-meu-boi eram convidados para participarem de Festivais Folclóricos que reunia várias expressões de Cultura Popular de todo o mundo.

3 CONCLUSÃO

Pelo exposto, podemos entender que a Política de Incentivo a Cultura Popular maranhense, durante o governo de Roseana Sarney (nos anos de 1994 a 2002) funcionou como um importante mecanismo de manutenção do poder político e econômico sob a ideia midiática de identidade cultural local/nacional. A sustentação do poder político pode ser percebida quando a governadora se apresentava e se legitimava como protetora da Cultura Popular ao disponibilizar consideráveis recursos orçamentários para os festejos juninos e outras expressões tradicionais, ao mesmo tempo em que criava laços políticos com esses grupos. A importância para o poder econômico ligado a indústria do turismo, ocorre ao transformar essas expressões de Cultura Popular em mercadorias e submetidas às exigências do mercado da indústria cultural processo este compactuado por produtores culturais que vislumbram ganhos massificando a Cultura à lógica do mercado.

Todo esse processo de dominação/subordinação, mudanças paulatinas, porém expressivas, decorreu da forma como o Estado burguês com seus aparelhos se colocou diante das demandas posta pela classe subalterna, aqui representada pelos sujeitos criadores da Cultura Popular em São Luís e a forma como as atendeu, ressignificando seu papel no mundo social. Esse processo ocorreu em um contexto, cujo Estado de dominação capitalista transformou as necessidades dos grupos juninos em um instrumento de lucratividade para o comércio e de legitimação do poder da classe dirigente e dominante, que ao transferir recursos financeiros (bem irrisórios) buscaram criar laços de compadrimento e subserviência.

Nesse processo de apropriação, negociações entre sujeitos de classes antagônicas, consenso e assimilação de medidas estatais, pontuais resistências quando as investidas desmobilizantes com sutis descaracterizações ao retirar elementos não convenientes ao mercado (modo de dançar, matéria-prima) e recriando necessidades, inserindo novas, produzindo demandas de caráter consumista, ou seja, ressignificando e transformando o Bumba-boi, agora como símbolo de expressão de cultura nacional.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; W, HORKHIMER, Marx. (1985), *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar.

BARROS, Antonio Evaldo Almeida. (2007), *O Pantheon Encantado: Culturas e Heranças Étnicas na Formação de Identidade Maranhense (1937-65).* Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) - Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Salvador.

CARDOSO, Letícia Conceição Martins. (2008), *O Teatro do Poder: Cultura e Política no Maranhão.* Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

COSTA, Alex Silva & CAMÊLO, Júlia Constança Pereira. *A discriminação do bumba-meu-boi nos discursos dos diários do século XIX.* II Simpósio de História Oitocentista. 07 a 10 de junho de 2011. Universidade Estadual do Maranhão-UEMA.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. (1997), São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo.

FRANCO, Paulo Sérgio Silva; MORAES, Marcos Antônio de. (2010), *Geografia econômica Brasil de colônia a colônia.* Campinas, SP: Editora Átomo.

MARQUES, Francisca Ester de Sá. (1999), *Mídia e experiência estética na cultura popular: o caso do bumba-meu-boi*. São Luís: Imprensa Universitária, 253 p.

POULANTZAS, Nicos. (s/d), *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Editora Graal.

PRADO JÚNIOR, Caio. (2008), *Formação do Brasil contemporâneo: colônia.* São Paulo: Brasiliense.

THERBORN, Göran. (1996), *A formação ideológica dos sujeitos humanos*. São Paulo: Lutas Sociais.

GT 100
Mudanças climáticas e mudanças sociais-complexidade e urgências

O "incivilizado sertão": leituras sobre os trabalhadores livres e despossuídos de terras

Ana Carolina da Silva Borges[1]

Resumo: O objetivo deste trabalho é buscar entender de que forma a extensa área pantaneira tem sido tratada no âmbito do discurso científico e, principalmente, como que isso resultou na composição de um conjunto de *representações sociais* sobre esse universo agrário e seus agentes. Para sustentar essas reflexões, terei como fio condutor a articulação entre o universo pantaneiro lido por intelectuais inseridos no contexto atual e o universo pantaneiro propagandeado no começo do século XIX, por outros grupos sociais que lhe eram externos. O material utilizado para desenvolver estas minhas reflexões será o Álbum Graphico de Mato Grosso (1914), além de sites e um pequena bibliografia de estudiosos que se debruçaram sobre o processo de ocupação territorial no Pantanal Norte.

Palavras chaves: representações sociais, Pantanal Norte e história ambiental

1. ntrodução

Em 2011, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, na sua edição número 68-69, publicou o "Dossiê Pantanal", reunindo 7 dossiês, 6 artigos, 1 resenha, 1 discurso e 2 notícias. Em quase duzentas páginas, esses textos trazem recortes distintos em torno de questões relativas ao processo de ocupação da região que dá o nome à edição: o Pantanal[2]. Reunindo pesquisadores de distintas áreas de conhecimento (his-

---

1 Possui graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (2005) e mestrado em História pela mesma Instituição. Foi bolsista do CNPq durante três anos e da CAPES por dois anos. Em 2009, com a dissertação intitulada: "Nas margens da história: meio ambiente, ruralidade e comunidades 'ribeirinhas' do Pantanal Norte teve a honra de receber o prêmio "Dissertação Premiada" que transformou sua pesquisa em livro lançado em 2010. Em 2011 entrou no Programa de História da Universidade Estadual de Campinas, cuja pesquisa ainda está em andamento. Atualmente é Bolsista da FAPESP. anaborgeshis@gmail.com

2 Os Dossiês são compostos por: "As primeiras notícias do Lago dos Xaraiés", de autoria de Paulo Pitaluga Costa e Silva, e " Do Mar de Los Xarayes ao Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal Mato-Grossense", de Nely Tocantins. Seguem duas abordagens sob a ótica ambiental, a saber, "Pantanal Mato-Grossense: interpretação ambiental e territorialização turística", de autoria de Suíse Monteiro Leon Bordest, e "Política ambientalno Pantanal Mato-grossense: um olhar sobre a criação da Estância Ecológica SESC-Pantanal", de Cristina Cuiabália Rodrigues Pimentel e Onélia Carmem Rossetto. A seguir, quatro artigos com perspectivas contemporâneas e que discutem problemáticas de ocupação e conflito: "Dinâmica Agrária e Resiliência Camponesa: estudo comparativo entre o lócus do agronegócio e o Pantanal Mato-grossense", de autoria de Onélia Carmem Rossetto, seguida de "Pantanal: uma breve leitura ambiental e socioeconômica", de Enaile do Espírito Santo Iadanza e Manoel Pereira de Andrade, e "Pantanal Mato-grossense: um caso de conflito ecológico", na perspectiva de Carlos Gomes de Carvalho. Na sessão Artigos, que inclui sete estudos de temática livre, foram publicados os seguintes textos: "À sombra de um baobá: os Nambiquara entre a oralidade e a escrita", de Anna Maria Ribeiro F. M. Costa; em seguida, dois interessantitoes artigos referentes a Mato Grosso colonial, "Roceiros e Camponeses no Centro

toriadores, geógrafos, antropólogos e estudiosos das áreas ambientais), o que há de comum entre os textos é o tratamento dado ao Pantanal, explorado como temática e não como um recorte espacial, representando a região para além das dimensões espaciais e territoriais, o que resultou em problematizações analíticas bastante abrangentes e complexas, a exemplo do tratamento dos conflitos ou relações de poder relativas ao Pantanal, seja em momentos históricos mais remotos, seja na atualidade.

Em síntese, a Revista permitiu visualizar o quanto o Pantanal tem sido considerado, contemporaneamente, como um tema que interessa a pesquisadores das mais diversas áreas de conhecimento, responsáveis pela criação de modelos interpretativos que projeta a região como assunto privilegiado de investigação acadêmica. Além disso, os textos e as abordagens oferecem indicações de pesquisa que permitem relacionar esse bioma às formas históricas de ocupação territorial, o que incide diretamente à presente pesquisa e, especialmente, aos discursos presentes na documentação relacionada ao recorte temporal que adoto.

Tentar dar conta dessas questões será meu objetivo ao longo deste artigo. A intenção será a de entender de que forma a extensa área pantaneira tem sido tratada no âmbito do discurso científico e, principalmente, como que isso resultou na composição de um conjunto de *representações sociais* sobre esse universo agrário e seus agentes. Para sustentar essas reflexões, terei como fio condutor a articulação entre o universo pantaneiro lido por intelectuais e o universo pantaneiro propagandeado por outros grupos sociais que lhe eram externos, o que permitirá ver que a conexão entre essas duas percepções estava diretamente relacionada ao bioma, ao mesmo tempo maximizado - via os aspectos concernentes à flora e à fauna - e agregando, simultaneamente, a noção de tratar-se de um ambiente pouco ocupado e, principalmente, ainda caracterizado como dotado de uma natureza "rude" e minimamente alterada. Assim, entendo que ao estabelecer comunicação entre esses dois caminhos textuais que se cruzam e, na maioria das vezes, seguem a mesma direção, colocarei em relevo discussões importantes relativas às preocupações ambientais, apontando o quanto se alteram os focos e perspectivas da exploração dos recursos naturais, dependendo do período histórico e das intencionalidades acionadas e usadas estrategicamente pelos agentes nela envolvidos.

1.1. Por uma natureza *praticada*

Sem dúvida, apesar dos esforços de vários autores para a revisão dos modelos explicativos a respeito dos espaços rurais, muitas pesquisas sobre os ambientes agrários ainda insistem na reprodução de uma visão idílica, infelizmente, solidificada tanto na historiografia quanto nas demais ciências sociais. Nesses estudos, as comunidades rurais são entendidas como mantenedoras de um equilíbrio que permeava a relação entre seus moradores com o ambiente natural e que, isoladas dos processos históricos mais amplos, apenas reagiam passivamente às condições externas, que impunham transformações em seu modo de vida.

Esta perspectiva, significativamente, em voga no tocante aos modelos explicativos construídos sobre o Pantanal, põe sob suspeita a possibilidade de colocar as práticas e valores internos dos moradores da região em um plano secundário, reforçando duas séries paradigmáticas que são comumente tidas como contrárias. Estou me referindo à visão construída em torno das noções de "Natureza" e "Cultura", "primitivo" e "civilizado", "atrasado" e "moderno", "universal" e "particular", "objetividade" e "subjetividade".

Quando a ideia de oposição recai sobre essas terminologias, cria-se também, automaticamente, certa dicotomia sobre os grupos locais em relação aos interesses da sociedade de modo geral, uma vez que os primeiros seriam lidos como grupos sociais peculiares – na medida em que, ao invés de praticarem a natureza, ou meio que o cerca, como algo útil, subjugado aos interesses nos moldes dos padrões ocidentais, ou melhor, capitalistas –, estabeleceriam uma ligação mais estreita, perpassada pela hipotética harmonia com o ambiente no qual se

---

da América do Sul: a questão do campesinato em Mato Grosso no século XVIII", de autoria de Tiago Kramer de Oliveira, e "Práticas educativas e culturais na capitania de Mato Grosso (1748-1822): perspectiva dos Annais de Vila Bela e de Cuiabá", de autoria de Nileide Souza Dourado, além dos textos: "Usina do Itaicy: fator de desestabilização (1897-1906)", de Paulo Pitaluga Costa e Silva; "Política Nacional de Cultura: a participação de Mato Grosso no plano nacional setorial de museus", da lavra de Jocenaide Maria Rossetto Silva; "Rondon: de Mato Grosso para o Brasil", de autoria de Ivan Echeverria e "Aspectos da História Postal de Mato Grosso", de Geraldo de Andrade Ribeiro Jr. e João Roberto Baylongue.

acham inseridos. Contudo, esta perspectiva não é tão nova quanto parece ser, sendo este um dos principais objetivos que tentarei alcançar nas próximas páginas.

De fato, a leitura sobre a natureza tangencia as relações dos homens entre si e com o meio, e, sobretudo, incide sobre os modelos explicativos criados dentro do universo acadêmico. Nesse sentido, cabe-me enfatizar que diante das análises interpretativas atuais provenientes, em parte, das reflexões elaboradas pela história ambiental, uma grande problematização começou a ser delineada em torno da diversidade cultural e da biodiversidade. Para a historiadora Regina Horta Duarte (2005: 48):

> Uma das maiores complicações refere-se ao termo bastante utilizado pelos defensores da presença humana nas áreas de grande biodiversidade: populações tradicionais. O argumento crucial dessa perspectiva é a de que essas pessoas possuem um estilo de vida muito antigo e autoidentificam seu grupo como uma comunidade particular, numa quase simbiose com a natureza, com saberes passados de geração para geração sobre o meio natural em que habitam, com consumo apenas para a subsistência e pequena acumulação de capital, além do uso de tecnologias simples e não-ofensivas e pouca divisão técnica e social do trabalho.

É visível que muitos estudiosos ambientais atribuem às populações tidas como "tradicionais" atividades, valores e preceitos presos a tempos imemoriais e despropensos a qualquer tipo de atualização nas vivências diárias (Horta, 2005: 52). Contudo, mesmo que alguns estudiosos ambientais e agrários sigam esta linha de pensamento, outros tentaram desmontá-la, realocando-as para outro âmbito. É o caso do historiador Tiago Kramer de Oliveira, que ao avaliar as análises e visões geradas em torno da região que estudada na tese, observou (2011: 163):

> Nas enciclopédias, dicionários e em obras acadêmicas de especialistas, o Pantanal quase sempre é definido como um bioma, e sua descrição começa com "uma planície...". Esta definição aponta para características de um ambiente natural que interage com os ambientes sociais ou, como alguns afirmam, sofre a ação antrópica. Por este ambiente, palco movimentado por um incessante vai e vem de águas, passou ao longo dos séculos uma diversidade de personagens que por estas mesmas águas (re)construíram suas histórias.

Este pesquisador chamou a atenção para o quanto esta perspectiva analítica que assenta o Pantanal no plano, exclusivamente, natural acaba criando um conjunto de mecanismos interpretativos que ignora, definitivamente, a composição da paisagem que hoje é tão valorizada. Estudando a formação dos ambientes rurais do Pantanal, ao longo da segunda metade do século XVIII, Oliveira discutiu justamente como se deu o processo de ocupação agrária por parte da Coroa portuguesa, apontando a diversidade de ambientes e grupos rurais numa região que antes era constituída apenas por povos indígenas. Nas palavras do pesquisador (Oliveira, 2011: 163):

> O silêncio não apenas ignora, o silêncio é uma violência, não é ingênuo ou neutro, mas carregado de intencionalidades, de afirmação de uma autoridade sobre o espaço. Uma autoridade que motiva e legitima práticas. Acima da tábua é edificado um conjunto de representações sobre a presença antrópica que age na construção da memória do presente sobre o passado e que faz emergir identidades forjadas, paisagens idealizadas e personagens míticos, como o homem pantaneiro, resultado, como os bois e os cavalos, de uma adaptação ao ambiente natural. Memória ancorada no rótulo tradicional que preenche de sentido, homogeneidade e continuidade as lacunas e imprecisões desta mesma memória.

O mais interessante foi perceber que enquanto este estudioso tentava refletir os padrões analíticos recaídos sobre a região em questão; outros artigos escritos por pesquisadores de Mato Grosso reiteravam visões bastante tradicionais e sedimentadas no plano discursivo. Como exemplo, podemos citar um pequeno trecho do texto publicado pela geógrafa Rosetto que, ao discutir as transformações atuais na região pantaneira, construiu sua interpretação com base na típica visão de que o *tempo moderno* ou melhor, o tempo contemporâneo tem

ocasionado transformações bruscas nas formas de vida local: «'Dessa forma, no Pantanal, os camponeses vivenciaram, durante séculos, práticas econômicas e sociais baseadas nas relações que alguns autores, apressadamente, caracterizaram como semifeudais de produção'». Para a autora: «'As condições dos produtores em relação à terra estão atreladas ao contexto político e, também às inovações tecnológicas, particularmente no Pantanal, que vive um momento de transformações devido à introdução de novas técnicas produtivas'» (Rosetto, 2011:56).

"Homem pantaneiro", talvez este seja a figura mais mencionada nos estudos científicos, uma vez que aparece como personagem emblemático que expressa o Pantanal idealizado e propagandeado para além dos muros universitários, pois tem suas práticas discursivas ventiladas também nos raios midiáticos e turísticos.[3] Assimilado à categoria de peão ou camarada, o "homem pantaneiro" estaria diretamente relacionado aos fluxos aquáticos da extensa área alagável, a migração anual do gado vacum - espécie local que desenvolveu características peculiares readaptados os aspectos físicos e geográficos da região –, às fazendas de gado – principal atividade econômica -, e aos valores internos: relações de confiança, de lealdade e de sociabilidade estabelecidas junto ao seu patrão, o fazendeiro; enfim, aos principais signos utilizados para esboçar o Pantanal que se pretende inventar, criar, inferir.

Assim falar que o "homem pantaneiro" corre risco de ser "extinto", suprime do cenário representado pelo seu bioma um dos conteúdos mais substanciais, o ator social tão importante quanto a natureza, o morador típico interno, valorizado pela ligação estreita com o universo ambiental e com vida "rústica", "sertanista", e de pouco impacto na paisagem. Descaracterizar essa imagem "vendida" seria parecido com o evacuamento, o esvaziamento significativo da qualidade mais distinta e bem vista externamente: a possibilidade de que a vida uniformizada e tida como "tradicional" seria um dos caminhos traçados para viabilizar a vivência do homem com o mundo natural sem grandes transformações sobre o meio que os cerca.

Portanto, o discurso corrente de que o "homem pantaneiro", associado ao "homem tradicional", ao "típico morador local", estaria desaparecendo em virtude das inovações que lhes eram externas minimizaria, consequentemente, a continuidade das práticas sociais ensejadas a partir das características peculiares e legitimas de cunho interno, valendo notar, desse modo, que o "moderno" é considerado como algo negativo, enquanto o "costumeiro" é valorizado. Explicitados em campos opostos o "novo" e o "velho" são comparados e colocados numa arena de disputas, onde a manutenção da paisagem é o dispositivo mais acionado para justificar uma espécie de "prejuízo" no cenário que está sendo construído e "vendido" para os que são "de fora": a intenção não é modificar, transformar, levar mutações ao mundo natural, mas sim, deixá-lo exatamente como está, e é por isso que as populações internas, com seus modos e suas capacidades de viver de forma peculiar, se tornam tão estimadas.

Em outras palavras, a natureza que se pretende consumir não está vazia, desocupada, inativa. Além da flora e da fauna, ela é composta por ações humanas e humanizadas correlacionadas à forma de vida do morador que, com suas reproduções rurais cotidianas, se pretende delimitar como "adequado", "harmônico" e "tranquilo". Arrolado em certa simbiose, o *ethos* local é construído externamente como sendo marcado pela ação antrópica no que diga respeito à própria noção de natureza. O mítico homem pantaneiro só é aceito porque se relaciona com o meio que tem domínio sobre o seu engendramento agrário. Qualquer imperativo que fuja ou escape desse modelo será facilmente descartado ou criticado, aspecto este passivo de se manter graças ao discurso vigente no campo de "isolamento" em torno não apenas do Pantanal, mas de modo geral sobre toda a área que compreende o Estado de Mato Grosso.

Sobre isso a historiadora Guimarães traz discussões pertinentes para a compreensão do processo identitário desenvolvido em torno desta região. Motivada pelo que Alfredo Bosi entende como "epigonismo", que seria nada mais do que o uso excessivo de imagens e poéticas especificas em determinado momento histórico - mesmo que depois caiam no mais puro clichê-, a pesquisadora debruçou-se na arte dita "mato-grossense", perante sua

---

3 Cf: Instituo "Homem Pantaneiro", localizado na cidade de Corumbá, Mato Grosso, site disponível: http://www.institutohomempantaneiro.org.br/index.php?pag=biz_produtos_Meio_Ambiente_listar/O DIA A DIA DO HOMEM PANTANEIRO - imagens Paulo Rios, disponível no endereço eletrônico: http://www.youtube.com/watch?v=0a76pEthg6Q/ (Gonçalvez, 2008)

emergência a partir da década 1970. Traçando escavação genealógica referente às formas visuais articuladas com as práticas discursivas, a estudiosa mostrou as marcas "capturadas" pelos artistas e intelectuais no que tange à própria necessidade da reinvenção do Estado, bem como suas motivações e capacidade de externalização. Os signos usados, as iconografias recorridas, os discursos *performáticos,* viáveis perante a colaboração dos pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e dos agentes culturais e políticos, receberam grande atenção no trabalho que buscou entender o propósito de certo regionalismo e os desdobramentos que tais práticas permitiram. Nesse sentido, Guimarães salientou o quanto as falas entrecruzadas com as imagens foram fundamentais para instituir a percepção que era construída de "dentro" para "fora", ou seja, dos pensadores internos que teriam certa ressonância no universo externo.

Influenciada pelo historiador Albuquerque Jr. (1999: 25-26), sobretudo, na pesquisa relativa à invenção do Nordeste, Guimarães reiterou ainda o quanto os discursos identitários em todas as suas formas operava no Estado de Mato Grosso e, especialmente, no município de Cuiabá, dentro do plano divizível. Se no século XIX, como veremos, intuía-se ao longo da formação da nacionalidade, ou do projeto político de nação, certa homogeneidade, no século XX, o contexto mudou e alterou-se também o foco, pois na disputa pela legitimidade travada entre os grupos elitizados ou não, interessava impor as diferenças, as marcas sutis que davam agora visibilidade às distinções internas à nação. Não importava mais detectar os aspectos semelhantes, mas sim os traços típicos que conotassem os contornos culturais que até então tinham espaços apenas nas sombras, nas margens, na dimensão secundária.

Nesses termos, parte das características que antes serviam para desqualificar, negativizar, submeter, é passada para o plano central do cenário montado para difundir o propósito que se buscava atingir, ao mesmo tempo em que aspectos até então destinados aos bastidores são deslocados para protagonizar a performace ensaiada (Albuquerque: 1999: 135). Estou me referindo aqui à localização geográfica, à condição "subalterna" enquanto lugar, ao "isolamento", à pouca densidade populacional (Guimarães, 2007: 81-133), singularidades estas imprimidas e maximizadas nas leituras relativas ao Pantanal, especialmente, no que toca à influência da diversidade étnica, dos saberes indígenas e/ou referentes ao meio, além da exuberância natural. Estes elementos receberam atenção acentuada nas pesquisas científicas, na divulgação turística[4], no universo informativo da mídia relativos à extensa área alagável. (Campos et. al. 2002),(Silva: 2011).

Dito de outra forma, Mato Grosso, e especialmente Cuiabá, construiu sua identidade pautada na arte alternativa que ao invés de desmerecer, recorreu e incentivou os valores e as práticas dos "dominados", dos "subalternos", dos diferenciados, isto é, os elementos constituintes dos países de Terceiro Mundo. Na medida em que incentivava práticas artísticas e intelectuais que vislumbrassem o envolvimento emblemático da sua terra, da sua cultura, da sua realidade circundante, com o objetivo de diluir ou metamorfosear os modismos dos grandes centros, os trabalhos acadêmicos também buscaram captar os elementos que atravessassem os contornos parti-

---

4 Interessante perceber o quanto pesquisas científicas e a construção de Reservas Ambientais podem se tornar aliada, montando parcerias em projetos e mesmo pesquisas acadêmicas. No Pantanal é possível perceber essa aliança, o que permite-me entender o motivo das leituras semelhantes, nas práticas discursivas realizado por ambos: "A Reserva do SESC dispõe de um Plano de Manejo dinâmico que utiliza técnicas de planejamento ecológico para definir o desenvolvimento físico de cada uma das suas zonas garantindo a sua correta gestão ambiental. A maior parte da RPPN SESC Pantanal é caracterizada como ZONA PRIMITIVA, de pequena ou quase nenhuma intervenção humana. As áreas que sofreram alteração pelo homem são poucas, cerca de 5% da área total. São pastagens artificiais implantadas pelas antigas fazendas já em plena recuperação natural, pela sucessão ecológica, que é vigorosa no Pantanal. São as ZONAS DE RECUPERAÇÃO. A Reserva do SESC dispõe de um Plano de Manejo dinâmico que utiliza técnicas de planejamento ecológico para definir o desenvolvimento físico de cada uma das suas zonas garantindo a sua correta gestão ambiental. A maior parte da RPPN SESC Pantanal é caracterizada como ZONA PRIMITIVA, de pequena ou quase nenhuma intervenção humana. As áreas que sofreram alteração pelo homem são poucas, cerca de 5% da área total. São pastagens artificiais implantadas pelas antigas fazendas já em plena recuperação natural, pela sucessão ecológica, que é vigorosa no Pantanal. São as ZONAS DE RECUPERAÇÃO". O texto do site ainda reitera que: "A ZONA DE USO INTENSIVO é a parte da Reserva que o SESC destina à recreação e a educação ambiental em harmonia com o meio. Localiza-se em ambientes de expressiva beleza cênica. É onde estão as trilhas para caminhada, observação e contemplação". Conteúdo disponível em: http://www.sescpantanal.com.br/view.php?l=br&idc=2

culares para caracterizar e demarcar distinção no que concerne ao universo regionalizado.
Contudo, no que diz respeito, especificamente, ao Pantanal, essa busca incessante pela apreciação da *diferença* paisagística teve efeito profícuo, enquanto a diversidade não teve resultados tão satisfatórios, pois no tocante ao extenso território alagável é possível perceber certo esforço por parte dos estudiosos para colocar no campo expressivo e significativo das suas elaborações interpretativas as populações locais. Como se pode perceber, perante o acentuado reconhecimento da história ambiental, muitas pesquisas de cunho cultural e social tiveram circulação aceitável entre o universo acadêmico, sobretudo, no que está ligado às pesquisas realizadas a partir da década de 1990, quando a identidade "regionalizada" já consolidada foi recorrida para reforçar e sedimentar simbolicamente aspectos bastante admissíveis.
Levando isto em consideração, há de se reiterar que mesmo que alguns trabalhos tenham analisado os saberes costumeiros, as modificações oriundas dos distintos processos de "modernização", as *representações* dos moradores internos relativos ao seu ambiente natural, ainda é acentuada a percepção do pictórico habitante local, que assentado em certo idealismo, é associado ao "antigo", ao "rotineiro", ao "contínuo", ao "habitual". Ora, se a natureza é usada estrategicamente para sobrepor a peculiaridade e potencialidade paisagística da identidade de Mato Grosso, no Pantanal, esta ferramenta tem efeito ainda maior, pois não é neutra a percepção homogênea inventada em torno do "homem pantaneiro". Como vimos, evitando o designo de "queda", "quebra" ou mesmo "ruptura", a ideia de "manutenção" se alinha adequadamente ao raciocínio de ambiente natural que deve ser "protegido" por orgãos governamentais responsáveis e pelos moradores que têm nas suas funções diárias a permanência agrária e espacial.
Entretanto, há de se destacar que se a noção de natureza indomada, menos explorada e pouco ocupada pelo homem, prepondera na particularidade identificada e definida sob a ideia do Pantanal que é montada nos dias atuais, em outros contextos, esses elementos estavam alocados no campo pejorativo de desqualificação local. Mas, como entender as formas como os moradores da extensa área alagável eram vistos e qual a relação estabelecida entre eles e o universo que os cercava? Este será nosso próximo passo.

1.4. Percorrendo o Pantanal a partir do *Album Graphico de Matto Grosso*

Ainda hoje o "homem pantaneiro" é caracterizado de modo estereotipado, idealizado, valorizado como um peculiar morador de um local exótico, tanto nas pesquisas científicas quanto nos meios midiáticos, o que já ocorria no início do século XX, quando o habitante da região era assim tratado, seja nos discursos intelectuais, seja nos meios de comunicação, escassos em relação a hoje, mas já existentes, como é o caso de um dos principais instrumentos mercadológicos das propagandas políticas dos governadores, construído a partir de textos elaborados por estudiosos de distintas áreas da ciência e das letras: o *Album Graphico.*
No tocante ao conteúdo, de imediato será possível perceber que o "tradicional" não será o aspecto central da prática discursiva, mas sim a *reperesentação* do "inovador", da aplicabilidade de conhecimentos técnicos e "modernos". Se os álbuns se apresentavam, de modo geral, como ferramenta publicitária que divulgava o que se pretendia como o "melhor" a oferecer, na tentativa de atrair, seduzir, convencer seus leitores, interessa-me também refletir sobre o que foi mascarado, distorcido, camuflado ou mesmo desviado nesses produtos da imprensa publicitária. Sem perder de vista que se tratando de um meio que visava a servir como "porta de entrada" para Mato Grosso, o *Album* ainda poderia incentivar certa competição interna, na medida em que, por sua extensão territorial, o Estado abria um leque de opções sobre as potencialidades locais e suas formas de exploração ambiental, pois atraíam mais público as regiões que pareciam oferecer maior estrutura para os visitantes, os quais, talvez, poderiam se transformar em futuros investidores ou mesmo moradores.
Assim, em 1914, foi lançado o *Album Graphico de Matto Grosso* com circulação não apenas nacional, mas também internacional, especialmente, nos países da região platina. A ideia de publicar o *Álbum Graphico de Matto Grosso* nasceu em 1912, tendo à frente o então Presidente do Estado, Joaquim Augusto da Costa Marques (1911-1915). Na verdade, sua criação foi pensada para tentar contornar os fins lamentáveis que tiveram as tentativas dos governantes anteriores em defesa de iniciativas que pudessem estimular o desenvolvimento econômico mato-grossense em moldes europeus. Nas palavras do próprio presidente do Estado (MENSAGEM..., 1880, p. 38-39).

> [a] propaganda sistemática e verdadeira das nossas riquezas naturais, da uberdade das nossas terras, da ótima qualidade dos nossos campos para a indústria pecuária, dos diversos minerais e pedras preciosas, que enriquecem o subsolo do nosso território e o leito dos nossos rios, constituindo tesouro de incalculável valor, e que outrora tanta fama conquistaram, e demonstrando-se a variedade e salubridade do nosso clima e as vantagens que a nossa legislação oferece aos imigrantes, além de outras que podem ser aduzidas – a corrente migratória voluntariamente se encaminhará para o Estado e virá impulsionar o seu progresso e aproveitar todas as riquezas que por ali jazem em abandono em vantagens para o particular e para o Estado.

A publicação do *Álbum* foi feita em 1922, tendo o governante convocado para sua produção duas figuras renomadas à época: Cardoso Ayala e Feliciano Simon (Decoud, 1983: 538), (Lopes, 2010: 192). Composto por quinhentas e duas páginas, incluindo sessenta e nove que apresentam a propaganda das empresas patrocinadoras, o *Álbum* é formado por vários tipos de material informativo, dentre os quais mapas, desenhos, plantas arquitetônicas, fotografias, tabelas e gráficos, além da reunião de textos, cujos autores atuavam nas mais diferentes áreas, indo desde viajantes estrangeiros a empresários que injetavam investimentos nas empresas localizadas em Mato Grosso. Ou seja, além dos já mencionados nomes dos responsáveis pela elaboração do *Álbum*, este contou ainda com outros 18 autores, que exploraram em sua narrativa uma variedade de temáticas. Observando mais de perto a publicação, encontramos em suas últimas páginas a relação nominal dos colaboradores, composta por representantes do Poder Executivo do Estado, como o Presidente Joaquim Augusto da Costa Marques, o 3º Vice-Presidente, Eduardo Olympio Machado, além do historiador Estevão de Mendonça, então Diretor da Biblioteca Pública do Estado. Os engenheiros que desenvolveram trabalhos em Mato Grosso também deixaram suas observações na publicação. Como exemplo disso, podemos citar o texto do engenheiro Sylvio San Martin, que trabalhou na Noroeste do Brasil e morou em Aquidauana (hoje MS), (Lopes, 2010: p. 159).

Há ainda de se destacar a incorporação no *Álbum* de trechos dos relatos dos viajantes estrangeiros que percorreram o território mato-grossense, enquanto outros textos, com conteúdo original, foram obra de cientistas, elaborados especialmente para a publicação, como é o caso de Carl Axel Mognus Lindman, professor de botânica na Suécia e autor de um escrito sobre a vegetação de Mato Grosso.

Como parte das tipologias documentais já levantadas e que serão referenciadas no presente texto, é possível já sinalizar que o *Album* não fugia muito dos interesses antes identificados no plano político do Estado, que estavam pautados pela vontade de estabelecer as bases para colocá-lo nos trilhos do "progresso". isto é, sua produção objetivava propagandear o Estado de Mato Grosso para grupos de profissionais bem específicos: os empresários e os investidores de diversificados setores econômicos, com capital disponível para injetar nas potencialidades diagnosticadas, acreditando que dessa forma a região avançaria no sentido de um desenvolvimento econômico "moderno". Vejamos um exemplo:

> A indústria pastoril constitui atualmente uma das maiores riquezas do Estado de Mato Grosso, e podemos assegurar, sem receio de erro, que é a indústria melhor amparada, em virtude dos elementos naturaes de que dispõe, sendo por esse motivo a mais divulgadda. Ele abrange uma imensa zona, situada entre os rios Paraguay, São Lourenço, Araguaia e Paraná, onde encontra elementos os mais favoráveis para o seu desenvolvimento: campos cobertos por verdejantes pastagens naturaes, entrecortadas por cordilheiras de matas e regadas por inúmeros rios, riachos e lagos, onde manadas de muitas centenas de mil rezes encontram alimentos para a sua subsistência. (Ayala et. al. 1914, p. 285).

Além desses, outros profissionais que interessavam aos grupos hegemônicos de Mato Grosso eram, sem dúvida, os que possuíam mão de obra qualificada e que ficariam responsáveis pela exploração dos recursos disponíveis. Assim, atrair migrantes para Mato Grosso, fossem eles de outros países, fossem eles de outras regiões do território brasileiro, era uma das intenções visivelmente sinalizadas pelos editores, e foi em torno disto que se fez a organização estrutural do *Álbum*.

Tentando compreender as sistematizações dos discursos identitários do progresso, através dos textos compilados no *Album,* é possível evidenciar que ainda no século XIX e começo do século XX os saberes tidos como oficiais eram formados por profissionais de distintas áreas de conhecimento que traçavam um diálogo mais estreito entre si. O historiador Albuquerque filho (2005) reitera que nesse momento histórico o conhecimento criado pelos pesquisadores tinha um sentido próprio. Para o autor, o trabalho de produção de sentidos, da criação de símbolos ou mesmo as atividades do pensamento e das artes eram realizadas por estudiosos denominados como "eruditos". Estes serão substituídos aos poucos, pelos chamados "intelectuais". Os "eruditos" iriam se caracterizar como formadores de opiniões, pois tinham um amplo domínio de conhecimentos: física, química, literatura, arte, história... Além disso, falavam diversas línguas, incluindo as mais tradicionais como grego e latim. Apaixonados por informações e, em certa medida, despreocupados e desinteressados com a linguagem técnica, os "eruditos" ainda não haviam delimitado a linha divisória que separa as diversas áreas de saber.

Este quadro sofrerá alterações com a Primeira Guerra Mundial (1914), quando o conhecimento dos "eruditos", mais vasto e universal, será substituído pelo conhecimento dos "intelectuais", mais específico, profundo e especializado. Isto ocorrerá por exigência da consolidação da sociedade burguesa e capitalista, reclamando novas formas de produção de conhecimento, dependendo, é claro, das situações particulares de cada região ou localidade.

Para Albuquerque Filho, o novo contexto exigia um outro tipo de conhecimento e, portanto, o emprego de novos métodos, novas teorias e novos procedimentos que somente um novo sujeito era capaz de manejar" (Albuquerque Júnior, 2005: 48). Focado no saber engajado no seu tempo, de forma utilitária e não mais romântica, o conhecimento então construído pelos "intelectuais" teria de se desprender das formas de saber muitas vezes elaboradas por puro deleite e prazer pessoal. Assim, mediante a expansão capitalista, a separação entre cidade e campo, o processo de industrialização, a divisão do trabalho, a valorização e higienização dos ambientes urbanos, todo um conjunto, enfim, de estratégias pautadas pela valorização do conhecimento técnico e da ciência aplicada, em detrimento das que eram realizadas pelos humanistas ou as identificadas como belas letras (Albuquerque Júnior, 2005: 48-49).

Este aspecto é significativo uma vez que me possibilita entender porque na elaboração do *Album* havia variados profissionais que colaboraram não apenas financeiramente, mas também com conteúdo escriturários, sendo que parte significativa deles aproximava-se dos chamados "eruditos", ou seja, comungavam ainda com "aquele olhar que o antropólogo e o etnólogo herdaram do viajante, do conquistador, olhar que quer devorar com rapidez a maior quantidade de informações possíveis" (Albuquerque Júnior, 2005: 46). Se os "intelectuais" serão associados, muitas vezes, ao que «seria uma nova 'classe' de pensadores e escritores, quase sempre em oposição à ordem sócio-política estabelecida – ou ao menos à margem dela - tendo, pois, o sentido de alguém descontente, que mantém uma atitude crítica e independente frente ao governo e à sociedade de seu país" (Albuquerque Júnior, 2005: 50-52), mesmo sendo na maioria das vezes um funcionário do próprio Estado, os "eruditos", por sua vez, não terão esse comportamento, por assim dizer, ambíguo, identificando-se como alguém pertencente e atuante no Estado e que era contratado para prestar serviços que acreditava contribuir para melhoria dos projetos políticos postos em práticas (Albuquerque Júnior, 2005: 47). Este aspecto deve ser levado em conta, uma vez que a produção do *Album* se configurava enquanto iniciativa política financiada pelo Estado para atender aos interesses dos grupos envolvidos no processo da sua elaboração.

No *Álbum*, foram inúmeras as potencialidades locais de Mato Grosso propagandeadas, tais como as riquezas minerais e as atividades extrativistas, como a borracha, a erva mate e as atividades agrícolas em geral, além da criação bovina, e será nessas duas últimas práticas rurais que me concentrarei agora, uma vez que estas eram as principais atividades econômicas exploradas e valorizadas pela elite mato-grossense no Pantanal.

Mesmo que a agricultura fosse uma atividade diária bastante praticada em Mato Grosso, o *Álbum* focou mais a cultura alimentícia, destacando que as espécies mais plantadas eram, além do fumo, o arroz, a mandioca, a cana de açúcar, o algodão e o cacau. O interessante foi perceber que essa variedade de cultura alimentícia, ao ser exposta no *Álbum,* não tinha um caráter neutro ou disperso da prática discursiva ali criada. Por isso, ela vinha explicitada dentro de uma hierarquia que tinha como quesitos de valores as formas e os grupos que os exploravam. As colheitas mais bem vistas eram aquelas que apontavam para um futuro "promissor", como, por exemplo, a cana de açúcar, espalhada ao longo dos principais rios navegáveis e que tinham como responsáveis os grandes proprietários rurais e sua assídua convicção dos benefícios da "modernidade" (Ayala et. al. 1914*:* 273)

A criação bovina, por sua vez, dentre as atividades rurais ligadas ao Pantanal, também recebia avaliação próxima à que projetava a cultura da cana, já que: «A indústria pastoril constitui atualmente uma das maiores riquezas do Estado de Mato Grosso, é a indústria melhor amparada». Para os colaboradores do Album (Ayala et. al. 1914: 285):

> Ele abrange uma imensa zona, situada entre os rios Paraguay, São Lourenço, Araguaia e Paraná, onde encontra elementos os mais favoráveis para o seu desenvolvimento: campos cobertos por verdejantes pastagens naturaes, entrecortadas por cordilheiras de matas e regadas por inúmeros rios, riachos e lagos, onde manadas de muitas centenas de mil rezes encontram alimentos para a sua subsistência.

Já as lavouras de fumo ocupavam um lugar secundário na escala hierárquica da cultura alimentícia, tal qual as plantações de mandioca, vistas como pertencentes à «mesa dos menos abastados e constitui o pão da pobreza. É o principal alimento do trabalhador rural e um bom mandiocal é o celeiro da fazenda» (Ayala et. al. 1914: 273).

Buscando compreender melhor a classificação presente nesta tipologia registrual recorro a algumas ressalvas relativas à noção de natureza. O historiador inglês Thomas (1988, p. 21) observou que, ao longo do período Moderno, a natureza era compreendida a partir da tradicional ideia de que:

> O mundo fora criado para o bem do homem e as outras espécies deviam se submeter a seus desejos e necessidades. Tal pressuposto fundamenta as ações dessa ampla maioria de homens que nunca pararam um instante para refletir sobre essa questão

Este historiador, ao analisar a relação que se estabeleceu entre a sociedade inglesa e a natureza, do século XVI ao XVIII, afirmou que a construção desse tipo de abordagem teria partido de «teólogos e intelectuais que sentindo a necessidade de justificá-las podiam apelar prontamente para os filósofos clássicos e para a *Bíblia*» (Thomas, 1988: 21). Em ambos os casos, projetava-se a crença de que a natureza fora criada com a função de servir aos propósitos humanos, se não práticos, pelo menos morais e estéticos, refletindo a noção de que a "civilização" poderia, inclusive, dominar um ambiente "selvagem", por meio da domesticação de alguns animais. No mais, o que interessa aqui é perceber que esta linha de raciocínio ocidental dava autoridade humana e virtualmente ilimitada sobre o mundo animal e vegetal; concedendo plenos direitos aos homens de explorar o ambiente natural da forma como bem lhes aprouvesse. Esses pressupostos devem ser percebidos como perigosos, pois delimitavam um nível de diferenciação e hierarquia não apenas entre os homens e os animais, mas estendidos, também, ao plano de uma distribuição ordenada de poderes em torno dos próprios grupos sociais (Thomas, 1988: 24)

Mulheres, grupos indígenas, homossexuais, negros, mendigos, não-cristãos... – no período estudado por Thomas, qualquer indivíduo que fizesse parte dessas categorias poderia ser entendido pelos grupos hegemônicos como "inferior" diante da escala humana de subordinação social. Mais ainda, tendo em vista que (Thomas, 1988: 59):

> ... o ideal de predomínio humano também repercutia no relacionamento dos homens entre si, não apenas no modo de tratarem *o mundo natural*, alguns eram vistos como animais úteis, a serem refreados, domesticados e tornados dóceis; outros eram daninhos e predadores, a serem eliminados

Nestes casos, as atribuições que lhes eram destinadas, na comparação com os animais, era a de bestializados. De fato, a leitura sobre a natureza tangencia as relações dos homens entre si e com o meio, e, sobretudo, incide sobre os modelos explicativos criados dentro do universo acadêmico. Atentando para uma parte considerável dos registros trabalhados por Thomas, percebo que as percepções construídas sobre o mundo natural provieram, em grande parte, dos intelectuais da época.

No Pantanal não foi diferente. Comparações travadas entre os moradores locais com os animais eram mais constantes do que se pode imaginar. Como exemplo disso, podemos citar o viajante Roosevelt que descrevendo os camaradas quando visitava uma fazenda de gado situado no Pantanal lhe atribuiu caracterização animalesca e ao descrever as vestimentas dos caçadores fez a seguinte observação: «usavam camisa comum, calças [...] e chapéus deformados. Seus pés descalços eram duros como chifre» (Roosevelt, 1976: p. 63).
Tendo isto em vista é necessário apontar que no *Album*, especificamente, os moradores norte pantaneiros e de áreas próximas que prestavam serviços nas usinas de açúcar, eram colocados como "trabalhadores assalariados", sendo que o termo "operários" era usado para referir aqueles que controlavam as máquinas instaladas nas úsinas de açúcar. Aliás, em presença de uma arquitetura modesta, mas sofisticada para os padrões da época, se comparada com outras propriedades agrárias, era usada para apresentar ao público o quanto este bioma estava se encaminhando na direção de novas formas de controle, domínio e, portanto, se enquadrando no campo normativo do universo "civilizado". Vejamos um exemplo (Ayala et. al. 1914: p. 273):

> Contam-se no Estado seis usinas a vapor de sistema duplo e triplo efeito, regularmente montado, cinco a margem do rio, a saber – a de São Gonçalo, Conceição, do Aricá, das Flexas e do Itayci, e uma a margem do rio Paraguay o da Ressaca que nos pertence. Em qual todas elas existem além de aparelhos modernos para o fabrico de açúcar, alambiques contínuos e aperfeiçoamento para a destilação de álcool e de aguardente.

O processo da fabricação, a quantidade de produção ao longo do ano, o número de casas predispostas a receber a mão-de-obra, a qualidade das instalações tudo era detalhadamente descrito nas páginas do *Album*. Sob o desígnio "moderno" e "inovador" do pensamento Ocidental, era latente que nas grandes propriedades rurais que exploravam a fabricação de açúcar a natureza ali exposta, como numa espécie de vitrine, era a natureza previamente preparada para receber as práticas agrárias tecnicamente "avançadas", no intuito de que arrolassem o esperado "progresso".
Contudo, vale a pena reiterar que, mesmo que a noção de trabalhos rurais fosse identificada como aqueles realizados nas plantação e fabricação de açúcar, tal como nos campos de gado, qualquer outra prática diária que escapasse desse padrão não chegava sequer a ser mensurada. Os próprios pequenos e médios agricultores livres que ocupavam extensas faixas de terras existentes ao longo dos rios Cuiabá e São Lourenço não aparecem em momento algum no *Album*, de igual forma as suas atividades cotidianas, que sendo diversificadas e na maioria das vezes auto-suficientes não se enquadravam, de acordo com o que era delimitado no período como "trabalho" ou "serviço".
Ora, serei mais clara: a recorrência às denominações de "operário", "indústria", "máquinas modernas", "assalariado" e outras, não eram referenciadas aleatoriamente. Com todo rigor, identificar, qualificar, estabelecer padrões comparativos tendo como suporte tabelas, gráficos, dados, imagens demonstra o quanto a construção de memória e da identidade estava indissoluvelmente ligada à busca incessante de uma forma de sociedade moderna completa e não marginal, com direito a todos os signos que lhes eram intrínsecos. O Estado representado no *Album,* incluíndo o Pantanal era o Estado acessível, recheado de pontencialidades, que compartilhava a perspectiva de ser utilizado conforme os padrões considerados modernos, alinhando terras abundantes, flora e fauna disponíveis, redução de impostos, apesar da carência de mão-de-obra assalariada. Eram esses os atributos transmitidos no *Album* sobre o Pantanal, um lugar a ser desvendado e que se oferecia comprometido em deixar para trás a memória "atrasada" de ambiente natural inalterado, em que «o sistema de cultura ainda é primitivo e nada se tem feito para modificá-lo. A natureza, a terra, tudo ali e o homem nada lhe restitue» (Ayala et. al. 1914: 269-270). Para seguir esse passo adiante e romper com a natureza pouco explorada e habitada restava atrair capital financeiro, assim como mão-de-obra adequada. A esse respeito, o *Album* (Ayala et. al. 1914: p.270) explicitou que:

> Por falta de braços as usinas nunca podem produzir tanto quanto permite a capacidade de suas máquinas e o serviço é todo irregular. Esta falta de braços que tem dado lugar ao aumento de salário, mas tem se agravado com o desenvolvimento das indústrias extrativas, do ouro, da

> erva-mate, da ipecacuanha e, especialmente, da borracha que pelo seu maior valor comercial e de exportação atrai capitais e braços, deixando despovoados os estabelecimentos agrícolas, e o pessoal que entrega a vida daquelas aventuras, endivida-se e se inutiliza para as lavouras, que devido a essas outras circunstâncias, vai definhando o Estado sem que dos poderes públicos venha qualquer auxílio.

São muito os elementos a ser explorado nesse pequeno trecho: a concorrência entre as reservas da flora e da fauna detectadas no Pantanal e também em outros biomas do Estado, a exemplo da floresta Amazônica e da floresta Cerrana, o pouco apoio do governo estadual, tendo em vista a rivalidade política entre os usineiros e entre estes com os proprietários da lavoura de erva-mate e da extração da borracha (Fanaia, 2010). Contudo, o mais interessante diz respeito à maneira como as tarefas assalariadas são apresentadas, pois, ao invés de serem elogiadas, elas são menosprezadas, desqualificadas e, até certa medida, "culpadas" pela baixa produção alcançada na agricultura eximindo dessa forma qualquer responsabilidade dos proprietários agrários, apresentados como uma espécie de "vítimas". Assim, intencionando "povoar" e, sobretudo, embranquecer as áreas alagáveis, este discurso estava pautado pelo intuito de convencer os habitantes de outras regiões do Brasil e de fora dele, a migrarem e se estabelecerem no Pantanal.

Em outras palavras, a conduta normativa referente à prática discursiva sob o Pantanal e seus moradores teve diferentes enfoques e qualificações dependendo do registro produzido, da memória criada, do público a ser atingido e, especialmente, dos saberes que estavam na arena de disputas pela legitimidade. Nesse jogo da linguagem para a formação de sentidos há de se destacar que a conotação que recaía sobre mesmos fatores recebiam novas formulações, pois elementos que antes serviam para negativizar, em outro momento, serão utilizados para qualificar, aspectos que desmereciam serão transformados em algo a ser valorizado. O peculiar, o inabitado, a paisagem pouco alterada, os saberes e as práticas tradicionais, a auto-suficiência, entre tantas outras terminologias com seus significados e signos terão espaços variados e variáveis na identidade local formulada sobre a extensa área alagável.

Referências

AYALA, C.; SIMON, F. (1914). Álbum Graphico de Matto-Grosso (EEUU do Brasil). Corumbá; Hamburgo: Ayala & Simon Editores.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. (2005). *De Amadores à Desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente*. Trajetos (UFC), Fortaleza/CE, v. 03, n. 06, p. 43-66.

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. (1999). *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez.

CAMPOS, C. (2002). *Pantanal Matogrossense: o semantismo das águas profundas*. Cuiabá: Entrelinhas, 2004./Leite, Sandra Regina de Queiroz Identidade: teia em movimento: a dimensão pedagógica da festa de Santo Antônio de Mimoso. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, no Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso.

DUARTE, R. H. (2005). *História e Natureza*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.

FANAIA, J. E. de A. (2010). *Elites e Práticas Políticas em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930).* Cuiabá, MT: EdUFMT & FAPEMAT.

FOUCAULT, M. (1979). "Nietezche, a genealogia e a história". In: FOULCAULT. M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979

FOUCAULT, M. (1997). *Arqueologia do Saber.* Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária.

GONÇALVEZ, D. F. (2008). *O homem pantaneiro, suas práticas, suas crenças e atividades de turismo: uma leitura a partir da sub-região de Miranda*. Dissertação de Mestrado, Blumenau: Programa de Pós – Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau.

GUIMARÃES, S. (2007). *A arte na rua: o imperativo na rua*. Mato Grosso, Cuiabá: EdUFMT/CARLINI & CANIATO.

LOPES, A. P. (2010). "Album Graphico de Matto Grosso: percorrendo os caminhos, criando tessituras". *Revista Territórios e Fronteiras*, 3 (2), Disponível em: http://cpd1.ufmt.br/ichs/territorios&fronteiras/artigosedossies/2010-1-10.php

OLIVEIRA, T. K. (2011). "A paisagem do Pantanal e a ruralidade nas minas de Cuiabá (primeira metade do século XVIII)". *Revista História*, 161(69), Disponível em:https://pt.scribd.com/doc/94423873/REVISTA-IHGMT-68-69

ROOSEVELT, T. (1976). *Nas selvas do Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, livraria Itatiaia Editora LTDA.

ROSETTO, O. C. "Dinâmica agrária e resiliência camponesa: estudo comparativo entre lócus do agronegócio e o Pantanal Mato-Grossense". *Revista História*, Disponível em: 161(69), Disponível em: https://pt.scribd.com/doc/94423873/REVISTA-IHGMT-68-69

SILVA, G. de O. *Saúde e Ambiente: representações sociais de crianças em uma comunidade pantaneira***.** Dissertação de Mestrado, Cuiabá: Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso.

THOMAS, K**.** *O Homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800).* São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

O Direito Humano à Energia Solar: a experiência de São Bernardo do Campo – Estado de São Paulo - Brasil

Gustavo Belic Cherubina[1]

Resumo: Esta comunicação tem por objetivo apresentar resultados e impasses do projeto "Qualificação da população para instalação e uso do Aquecedor Solar de Baixo Custo", realizado pela Associação Sociedade do Sol entre janeiro de 2013 e dezembro de 2014, na cidade de São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil. Busca-se contribuir para a incorporação da questão da sustentabilidade de forma multidisciplinar e transversal na prática das políticas públicas de direitos humanos, desenvolvimento social, energia e educação. Acreditamos ser possível apreender fatores comuns que auxiliam na compreensão das dificuldades encontradas como forma de auxiliar na concretização de novas experiências.
Palavras-chave: direitos humanos, energia solar, tecnologia social.

A Associação Sociedade do Sol

Em 1999, o grupo de pesquisadores ligados ao ASBC adentrou, após passar por edital público, ao ambiente do CIETEC, que hoje vem a ser a maior "incubadora de inovação tecnológica" da América do Sul, cuja sede fica no Campus Butantã da Universidade de São Paulo – USP, no município e estado de São Paulo, Brasil.
Em 2001, foi criada a Associação Sociedade do Sol (**www.sociedadedosol.org.br**), mantendo a sede no CIETEC e estabelecendo o trabalho de "Qualificação da população para produção e instalação de aquecedores solares de baixo custo - ASBC", com o objetivo de criar um processo continuado de Mutirões Solares[2], com base na educação ambiental e por meio da qualificação e da formação técnica, combinadas com a transferência de conhecimento, monitoramento e avaliação sobre o Aquecedor Solar de Baixo Custo – ASBC, a ser desenvolvido e implantado a partir da mobilização social junto aos representantes de famílias residentes em moradias de baixa renda nos municípios brasileiros, bem como junto as/aos gestoras/es de creches e albergues municipais das mesmas cidades.

---

1 Bacharel em Direito e Presidente da Associação Sociedade do Sol pelo triênio 2014-2017, educador popular e assessor em políticas públicas de meio ambiente e educação da Secretaria de Educação do município de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, Brasil.
À guisa de um preâmbulo
Os empreendedores Engenheiro Elétrico Augustin T. Woelz e o Técnico em Mecânica e Química José Ângelo Contini, em 1992, com apoio de um especialista em energia solar térmica tradicional (metal) recém chegado de Portugal, o Técnico em Mecânica Pedro L. Anselmo, iniciam trabalhos em conjunto.
Aproximam-se da Equipe do SEBRAE/SP do Vale do Paraíba, que os estimula rumo ao desenvolvimento do ASBC – Aquecedor Solar de Baixo Custo por meio do convite/desafio para participar, dentro do estande nacional do SEBRAE, da ECO92, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, também conhecida como Cúpula da Terra, ocupando o espaço "São Paulo", e apresentando o primeiro projeto experimental do ASBC.
Seria a nova e não imaginada tecnologia que responderia ao desafio "Um aquecedor Solar em cada lar", mote da proposta feita pelo SEBRAE/SP.
É preciso lembrar ainda de um grande colaborador, o Eng. Civil Alexandre de Magalhães Andrade, que esteve conosco por dois anos, 2000 e 2001, e a quem devemos muito nas áreas de P&D tecnológico e nos laboratórios. gustavo@sociedadedodosol.org.br

2 Compreende-se por "Mutirões Solares" experiência construtiva coletiva do ASBC – Aquecedor Solar de Baixo Custo - com transferência de conhecimento e capacidade demonstrativa inequívoca do objeto construído. Este conceito, criado pela Associação Sociedade do Sol, foi inspirado no pensamento de Paulo Freita. Consulte-se a este respeito GADOTTI, Moacir (org.). *Paulo Freire: Uma Biobliografia*. São Paulo, Cortez, 1996.

Utilizando a tecnologia hidráulica adquirida nos primeiros anos das pesquisas do ASBC, iniciamos o P&D (pesquisa e desenvolvimento) e procuramos desenvolver uma "família" de tecnologias sociais e ecológicas com os mesmos princípios do ASBC: voltados para a casa das famílias de baixa renda e edifícios públicos e pensando na universalidade, cuidado ambiental, programa educacional continuado, baixo custo e eficiência tecnológica (IPEA, 2008, p.503).

Em parceria, procuramos envolver outras entidades, governos, mestres populares, estudantes, pesquisadores científicos e profissionais técnicos em nossos trabalhos em busca da sustentabilidade social, econômica e ambiental.

O estado atual do ASBC é de um projeto consolidado como tecnologia social autoconstruída, com usos em diferentes estados brasileiros e fora do Brasil.

O projeto ASBC da Sociedade do Sol está certificado pelo Banco de Tecnologias Sociais da FBB - Fundação Banco do Brasil (**http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/aquecedor-solar-de-baixo-custo.htm**) e referenciado no Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina (**http://obmts.unb.br/**), além da RTS – Rede de Tecnologias Sociais/Governo Federal da República Federativa do Brasil.

A atual equipe da Sociedade do Sol é formada por profissionais que desde 2000 se somaram aos pesquisadores originais. A principal ferramenta de comunicação da Sociedade do Sol é sua página na internet, acessada mais de 30 mil vezes por mês. Lá, qualquer pessoa pode gratuitamente baixar os manuais das tecnologias desenvolvidas.

Acompanhamos, monitoramos e animamos uma rede nacional integrada por pessoas que já desenvolveram ou estão desenvolvendo o ASBC e nossa lista de discussão asbc-yahoo conta com 427 inscritos. Nós o chamamos de "Monitores Solares SoSol".

Integramos redes e fóruns do movimento sócioambiental brasileiro como Rede das Agendas 21 de São Paulo, Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais pelo Meio Ambiente e Desenvolvimento, Fórum Marco Regulatório das OSCs e RENOVE (**www.renove.org.br**), além da Rede de Meio Ambiente do Cietec, Rede ASHOKA, Rede Permacultura Social Brasileira, Movimento Nossa São Paulo e Fórum Nacional das ONGs.

Os manuais gratuitos para ampla disseminação em países tropicais e subtropicais estão disponíveis no site **www.sociedadedosol.org.br**.

Assim, a Sociedade do Sol se caracteriza como uma entidade dedicada à produção das chamadas tecnologias sociais e ecológicas na área da energia renovável e de recursos hídricos em meio urbano e metropolitano adensado e no ambiente rural.

Procuramos fortalecer o direito humano à energia e o estímulo às fontes renováveis, bem como o bem estar e a saúde a partir do uso dessas fontes. Defendemos que é necessário assegurar à humanidade um novo direito: a segurança climática, a partir dos quadros da economia ecológica (CECHIN, 2010, p. 138).

A Associação Sociedade do Sol dissemina e multiplica a tecnologia do ASBC – Aquecedor Solar de Baixo Custo, por meio da capacitação técnica, realização de Mutirões Solares e instalação dos sistemas em residências, visando o maior conforto e a redução do custo de vida das famílias de baixa renda e o aumento da segurança energética com o alívio no consumo diário de energia elétrica e do pico de demanda de potência que pressionam o sistema elétrico nacional. O grande impacto do alívio da rede elétrica é pensado ao lado do conforto ambiental e estratégias de utilização de água quente em regiões de clima tropical (CORBELLAS &YANNAS, 2003).

Estima-se que hoje no Brasil existam 30 milhões de lares (IBGE, 2010) que usam o chuveiro elétrico, gerando um consumo equivalente a 120 milhões de Kwh/dia, ou 3,6 bilhões de Kwh/mês, totalizando 60 milhões de reais por dia, ou 1,8 bilhão de reais mensais (custo médio de R$0,50 por kWh no Brasil), gastos que poderiam ser reduzidos em até 80% (Kwh) no consumo da energia do chuveiro e em 50% (R$) nas despesas das famílias com a conta de energia elétrica por meio do uso de aquecedores solares.

Apesar da tecnologia do aquecedor solar estar razoavelmente difundida na sociedade, a maior parte da população, especialmente a de menor poder aquisitivo e a que mais sofre impacto do custo da energia, ainda não tem acesso ao aquecedor por falta de conhecimento e pelo alto custo da tecnologia solar usual de mercado (SANTOS, 2000, p. 79).

O sistema ASBC é construído a partir de itens em termoplástico, como tubos e forros alveolares de PVC e caixa d`água de PE (polietileno), conhecidos pela população em geral e facilmente encontrados em lojas de materiais de construção.
O total do impacto social esperado é a redução de 80% do consumo de energia elétrica no uso do chuveiro elétrico das famílias que instalarem o Aquecedor Solar de Baixo Custo – ASBC, que pode ser traduzido numa economia financeira e, em energia, numa redução de consumo de energia elétrica.

Indicadores chaves

1) Percentual de redução do gasto com energia das famílias que receberem o ASBC – Aquecedor Solar de Baixo Custo (verificado pelas contas emitidas pela empresa concessionária de energia elétrica);
2) Número de Oficinas Solares constituídas e em operação regular ao término dos 03 anos de execução da proposta e respectivos profissionais habilitados a esta nova especialidade profissional (verificado pela Associação Sociedade do Sol e pela Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo - SP);
3) Número de ASBCs instalados por iniciativa e engajamento da população da região em adição aos previstos na proposta (verificado Associação Sociedade do Sol).
Informamos que cada m2 de aquecedor solar evita anualmente que 1.000 quilos (1 tonelada) de CO2 sejam lançados na atmosfera. Vamos querer medir também a emissão evitada a partir do cálculo de m2 de aquecedores instalados ao final dos três anos(MATAJS, 2004).
Riscos e planejamento para minimizá-los – Estudo de Caso – São Bernardo do Campo
RISCO 1 - População descompromissada com a proposta por desconhecimento dos benefícios da tecnologia solar.
PLANEJAMENTO PARA MINIMIZAR O RISCO 1 – Divulgação dos resultados reais já alcançados por usuários do ASBC em São Paulo e em outras cidades e regiões do Brasil. Essa divulgação será feita por meio de parcerias com as entidades de moradores e outras instituições locais, utilizando material de comunicação, encontros presenciais e realização de Mutirões Solares. (**http://www.abcdmaior.com.br/noticia_exibir.php?noticia=47642**)
RISCO 2 – Precariedade estrutural dos imóveis, que tende a dificultar a instalação do ASBC.
PLANEJAMENTO PARA MINIMIZAR RISCO 2 – Definição de critérios técnicos objetivos para ampliar a assertividade do processo de seleção e criação de uma reserva financeira para custear a adequação construtiva mínima de imóveis cujos proprietários não possuem recursos mas que sejam considerados estrategicamente fundamentais para a replicação e sucesso da proposta. (EX: imóveis de lideranças comunitárias ou localizados em áreas consideradas relevantes.)
RISCO 3 – Não conseguirmos atingir uma meta mínima estabelecida de imóveis em função do custo eventualmente excessivo da adequação construtiva mínima prevista para receber o equipamento.
PLANEJAMENTO PARA MINIMIZAR O RISCO 3 – O planejamento consistirá em:
a) criar um banco de imóveis, com imóveis pré-selecionados, baseado nos critérios de baixo custo de adequação construtiva e adesão da família;
b) concentrar o processo de seleção de imóveis durante os primeiros meses da apliação dos Mutirões Solares estabelecendo metas trimestrais do número de imóveis selecionados;
c) flexibilizar o número de imóveis selecionados por bairro de acordo com o menor custo de adequação (EX: Escolher 100 imóveis num bairro e 300 em outro).
Metas a serem atingidas
I - Promover a qualificação e a formação técnica de um representante de cada uma das famílias que vão receber o ASBC;
II – Envolver os demais membros de cada uma das famílias participantes no processo de instalação do ASBC;
III – Instalar ASBCs em processo de "Mutirão Solar" estimulando o congraçamento e o compartilhamento entre as famílias participantes;
IV – Formar até dois membros de cada uma das Equipes Gestoras das Creches Conveniadas e dos Albergues com os conhecimentos sobre o ASBC;

V – Implantar os ASBCs nas creches e nos albergues;
VI – Gerar uma co-responsabilidade tanto em relação às famílias quanto em relação às/aos gestoras/es das Creches Conveniadas e dos Albergues durante o processo de formação e na instalação e uso do ASBC;
VII – Garantir a redução do consumo de energia aliado à construção de novos conceitos sócio-ambientais;
VIII – Colaborar com o Sistema Elétrico Nacional no uso eficiente da energia elétrica;
II.IX – Oferecer um exemplo de ação educacional, técnica e ecológica em meio urbano e metropolitano adensado com caráter demonstrativo e de uso real de uma tecnologia social e ecológica, o ASBC;
II.X – Medir a renda direta e indireta, com valorização da economia popular, alcançadas pelas famílias e pelas/os gestoras/es participantes.
Explicitamos, conforme entendimento, que a presente proposta está em consonância com a Lei Estadual nº 12.780, de 30 de novembro de 2007, que "institui a Política Estadual de Educação Ambiental", por atender aos seguintes dispositivos do documento legal:
Artigo 4º, Artigo 6º, Artigo 8° (incisos IV; V;VI; VII;VIII;X;XI), Artigo 9º (incisos II;III;IV;VII; IX; XI),Artigo 11 (inciso I, alineas a) e b); III; IV; V),Artigo 13(incisos I, II, III, IV) e Artigo 14, Artigo 15, Artigo 16, Artigo 17, Artigo 18, Artigo 19, o especial Artigo 21 (Educação Ambiental não formal) e o Artigo 22 e seus incisos.
É ainda necessário destacar o artigo 13:
"Artigo 13
...
§ 2° - As ações de estudos, pesquisas e experimentação voltar-se-ão para:
1 - o desenvolvimento de tecnologias sociais, instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão socioambiental, de forma multi, inter e transdisciplinar nos diferentes níveis e modalidades de ensino;
2 - a construção de conhecimentos e difusão de tecnologias limpas/alternativas;
3 - o estímulo à participação da sociedade na formulação e execução de pesquisas relacionadas à questão socioambiental;
4 - a busca de alternativas curriculares e metodológicas de formação na área socioambiental;
5 - o apoio a iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo e informativo;"

Bibliografia

CECHIN, Andrei (2010), *A natureza como limite da economia – A contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen*, São Paulo:Editora Senac / Edusp.

CORBELLAS, Oscar & YANNAS, Simos (2003), *Em busca de uma arquitetura sustentável para os trópicos – conforto ambiental*, Rio de Janeiro: FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro / Revan.

DE NEGRI, João Alberto & KUBOTA, Luis Claudio (ed.)(2008), *Políticas de Incentivo à Inovação Tecnológica no Brasil*, Brasília, IPEA.

MATAJS, R. (2004), "Um banho de Sol para o Brasil". Disponível em http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/mestradoenergia/UmBanhoDeSol.pdf, [consultado em 15-12-2014].

NEDER, Ricardo (2010), *A teoria crítica de Andrew Feenberg: Racionalização Democrática, Poder e Tecnologia*, Brasília, Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina / CDS / UnB / Capes – Escola de Altos Estudos – Proc. EAE – 1365-2009.

SANTOS, Milton (2000), *Por uma outra globalização – Do pensamento único à consciência universal*, São Pulo: Record.

ANEXOS com fotos – Todas as fotos foram tiradas pelo autor.

AGOSTO DE 2014 – Visita técnica à sede da indústria TECNOPERFIL. Continuidade da parceria estratégica estabelecida entre a Associação Sociedade do Sol e as empresas BRASKEM, TECNOPERFIL e UNIPOL. Capacidade de atendimento ampliado dos ASBCs – Aquecedores Solares de Baixo Custo.

Detalhe da extrusora Tecnoperfil – Joinville –SC

Alimentadores das extrusoras TECNOPERFIL – Joinville - SC

Aditivos CHEMSON – Serão utilizados nas novas placas dos Coletores Solares do ASBC – Joinville - SC

A TECNOPERFIL e demonstrativo RESINA PVC, TESTES DE IMPACTO E COLAGEM TUBO/ PLACA

SETEMBRO DE 2O14 – Chegada das NOVAS PLACAS TECNOPERFIL na sede da Associação Sociedade do Sol no CIETEC/USP/IPEN.

Novas placas TECNOPERFIL – Sede da Associação Sociedade do Sol – CIETEC/USP/IPEN – São Paulo - SP

Visando melhorar nossa capacidade de atendimento, especialmente a partir de agosto de 2014, e tendo em vista a ampliação do uso do ASBC, estabelecemos acordo de parceria com a Gerência de Relacionamento Corporativo, Mobilização de Recursos e Comunicação da Aldeias Infantis SOS Brasil (**www.aldeiasinfantins.org.br**) que colaborará com a Associação Sociedade do Sol a partir da sua unidade de atendimento localizada no Bairros Tatetos, Região do Pós-balsa, Distrito do Riacho Grande do município de São Bernardo do Campo.

Aldeias Infantis SOS no Bairro do Tatetos – Pós-balsa, Região do Riacho Grande, São Bernardo do Campo – SP

OUTUBRO DE 2014 – Realização do 01º.Mutirão Solar Tatetos na Aldeias Infantis SOS, realizado em parceria com a Associação de Moradores do Bairro Tatetos.

Momento Mutirão Solar Tatetos – Sede Aldeias Infantis SOS. 20 de outubro de 2014. Foto 01

Momento Mutirão Solar Tatetos – Sede Aldeias Infantis SOS. 20 de outubro de 2014. Foto 02

Momento Mutirão Solar Tatetos – Sede Aldeias Infantis SOS. 20 de outubro de 2014. Foto 03

Momento Mutirão Solar Tatetos – Sede Aldeias Infantis SOS. 20 de outubro de 2014. Foto 04

Continuidade da busca de parcerias técnicas e junto a entidades associativas para mobilização e articulação da Associação Sociedade do Sol no município de São Bernardo do Campo com foco na conclusão e avaliação do projeto *"QUALIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA A PRODUÇÃO E INSTALAÇÃO DE AQUECEDORES SOLARES DE BAIXO CUSTO - ASBC"*.
Aprovação da Associação Sociedade do Sol no processo de seleção da Incubadora e Aceleradora de Negócios Sociais, criada pelo economista Muhammad Yunus, formulador da política de microcrédito do Grameen Bank e ganhador do Prêmio Nobel da Paz de 2006.
Início do processo de Incubação e Aceleração do Negócio Social no ambiente Yunus, em São Paulo (**http://www.yunusnegociossociais.com/**), pelo período de 18 de outubro de 2014 até 31 de janeiro de 2015.

Cartão de boas vindas da Yunus. 18 de outubro de 2014. São Paulo – SP

Girassol presenteado pela Yunus. 18 de outubro de 2014. São Paulo – SP.

Filiação à UnisolBrasil (**www.unisolbrasil.org.br**) e estabelecimento de um 02º. acordo de parceria para fortalecimento dos trabalhos da Associação Sociedade do Sol em São Bernardo do Campo.

PRINTSCREAM DA PÁGINA WEB DA UNISOLBRASIL

TRECHO DA PÁGINA WEB DA UNISOLBRASIL COM O LINK

http://www.unisolbrasil.org.br/2014/10/31/mais-um-novo-filiado-a-sosol-se-junta-a-unisol-para-fortalecer-a-sua-missao-de-geracao-de-energia-solar-a-baixo-custo-s/

Mais um novo filiado: a SoSol se junta à Unisol para fortalecer a sua missão de geração de energia solar a baixo custo

SEXTA-FEIRA, 31 OUTUBRO 2014

ASBC do Alvarengas, região do Jardim Thelma, em São Bernardo do Campo, o primeiro construído no primeiro Mutirão Solar da História da Energia do Brasil

Temos mais um novo filiado da Unisol! É a SoSoL – Associação Sociedade do Sol. Criada em novembro de 2001, a Sociedade do Sol, uma instituição sem fins lucrativos, se dedica ao desenvolvimento de tecnologias sociais nas áreas de energia solar e renovável e programas de educação ambiental. Sua atuação é dedicada ao desenvolvimento de soluções de baixo impacto ambiental e custos reduzidos para a geração de energia junto às comunidades e organizações.

Recentemente, a entidade foi aprovada no processo de seleção da Incubadora e Aceleradora de Negócios Sociais, criada pelo economista e banqueiro Muhammad Yunus, que também criou o Grameen Bank e ganhou o Prêmio Nobel da Paz de 2006. A SoSol iniciou, no dia 18 de outubro de 2014, o processo de aceleração do negócio social no ambiente Yunus, em São Paulo (http://www.yunusnegociossociais.com/), onde poderá usar o espaço físico da incubadora pelos próximos três meses.

...

NOVEMBRO DE 2014 – Realização da Série "Mutirões Solares Tatetos" na sede local Aldeias Infantis SOS, realizado em parceria com a Associação de Moradores do Bairro Tatetos, e na Comunidade da Santa Cruz, com as Famílias Participantes, nos dias 01 (sábado), 09 (domingo), 16 (domingo) e 23 (domingo) de novembro de 2014.

Momento Mutirão Solar Tatetos – Sede Aldeias Infantis SOS. 01 de novembro de 2014. Foto 01

Momento Mutirão Solar Tatetos – Sede Aldeias Infantis SOS. 01 de novembro de 2014. Foto 02

FOTO 01 - Contrapartida da Associação Sociedade do Sol via parceria com a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo – SP – Transporte realizado no dia 04 de novembro – Equipamentos referentes à 26 ASBCs sendo transportados da SEDESC para a Aldeias Infantis SOS – Distância aproximada 23,9 KM.

FOTO 02 – Contrapartida. Transporte realizado no dia 04 de novembro.

FOTO 03 - Contrapartida. Transporte realizado no dia 04 de novembro.

Momento Mutirão Solar Tatetos – Sede Aldeias Infantis SOS. 09 de novembro de 2014. Foto 01

Momento Mutirão Solar Tatetos – Sede Aldeias Infantis SOS. 09 de novembro de 2014. Foto 02

Momento Mutirão Solar Tatetos – Sede Aldeias Infantis SOS. 09 de novembro de 2014. Foto 03

Momento Mutirão Solar Tatetos – Sede Aldeias Infantis SOS. 09 de novembro de 2014. Foto 04

Momento Mutirão Solar Tatetos – Sede Aldeias Infantis SOS. 09 de novembro de 2014. Foto 05

Momento Mutirão Solar Tatetos – Sede Aldeias Infantis SOS. 09 de novembro de 2014. Foto 06

Momento Mutirão Solar Tatetos – Sede Aldeias Infantis SOS. 09 de novembro de 2014. Foto 07

Momento Mutirão Solar Tatetos – Sede Aldeias Infantis SOS. 09 de novembro de 2014. Foto 08

Momento Mutirão Solar Tatetos – Sede Aldeias Infantis SOS. 16 de novembro de 2014. Foto 01

Momento Mutirão Solar Tatetos – Sede Aldeias Infantis SOS. 16 de novembro de 2014. Foto 02

Momento Mutirão Solar Tatetos – Sede Aldeias Infantis SOS. 16 de novembro de 2014. Foto 03

Momento Mutirão Solar Tatetos – Sede Aldeias Infantis SOS. 16 de novembro de 2014. Foto 04

Gravação do Jornal da Record, realizada no dia 23 de novembro, domingo, entre 11h e 13h, no Núcleo Santa Cruz e no Bairro Tatetos.

http://noticias.r7.com/jornal-da-record/videos/mutiroes-populares-ajudam-a-realizar-o-sonho-da-casa-propria-em-centros-urbanos-02122014

1/12/2014 às 21h43 (Atualizado em 2/12/2014 às 10h01)
Mutirões populares ajudam a realizar o sonho da casa própria em centros urbanos
O Brasil tem hoje um grande déficit de moradia; quase 7 milhões de pessoas ainda lutam para realizar o sonho da casa própria. É com a ajuda de todos e em regime de mutirão, que o desejo começa a ganhar forma, tijolo sobre tijolo. Veja na primeira reportagem da série Mãos à Obra.

Residência Sr. Arlindo, em primeiro plano, e Residência Da. Ângela, em segundo plano. Mutirão de Instalação Núcleo Santa Cruz. Momento TV Record gravando Mutirão Solar Santa Cruz - 23 de novembro de 2014. Foto 01

Entrevista do Sr. Arlindo, Da. Ângela acompanha, por jornalista Cleisla Garcia, do Jornal da Record. Momento TV Record gravando Mutirão Solar Santa Cruz - 23 de novembro de 2014. Foto 02

Coletores Solares Da. Ângela. Momento TV Record gravando Mutirão Solar Santa Cruz - 23 de novembro de 2014. Foto 03

ASBC Casa Da. Marilda, mãe do Wagner - Tatetos. Foto 01

ASBC Casa Da. Marilda, mãe do Wagner - Tatetos. Foto 02

TV Record gravando água quente do ASBC Casa Da. Marilda, mãe do Wagner - Tatetos. Foto 03

DESTAQUE - ASBC Casa Da. Marilda, mãe do Wagner, o 01º. ASBC da Região do Pós-balsa, no Tatetos. 21 de novembro de 2014. Foto 04

DEZEMBRO DE 2014 - No dia 05/12, sexta-feira, realizamos o trabalho de transferência, em caráter definitivo, dos materiais, ferramentas e equipamentos para a continuidade dos trabalhos na cidade de São Bernardo do Campo. Os materiais e componentes são suficientes para 120 ASBCs, sendo 111 residenciais e 09 de porte médio para creches e albergues.

Deixamos a nossa sede no CIETEC/USP/IPEN, conforme combinado com os gestores do CIETEC (**www.cietec.org.br**). Segue endereço da nova sede da Associação Sociedade do Sol:

NOVO ENDEREÇO - Associação Sociedade do Sol - Avenida São Luiz, 192, loja 09, Bairro República, Centro de São Paulo, CEP-01046-000.

A relação de continuidade com o CIETEC/USP/IPEN é na modalidade "Empreendimento Tecnológico Pós-Incubado Não Residente".

No dia 065/12, sábado, realizamos o trabalho de armazenamento dos materiais, ferramentas e equipamentos no Galpão da SEDESC, cedido para a Associação Sociedade do Sol até 31 de maio de 2015.

FOTO 01 - Contrapartida da Associação Sociedade do Sol via parceria com a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo – SP – Transporte realizado no dia 05 de dezembro – Equipamentos referentes aos NOVOS 50 ASBCs, mais ferramentas, equipamentos e estrutura da Oficina Solar sendo transportados do CIETEC/USP/IPEN para a SEDESC/PMSBC – Distância aproximada de 35 KM.

FOTO 02 - Transporte realizado no dia 05 de dezembro.

Vista geral do Armazenamento na Oficina Solar instalada no Galpão da SEDESC/PMSBC – Quantidade suficiente para atendimento de 111 ASBCs residenciais e 09 ASBCs porte médio para Creches e Albergues.

Vista Caixas D`água 310 L e demais componentes. 06 de dezembro de 2014. Galpão SEDESC/PMSBC.

Vista Caixas D`água 310 L e demais componentes. 06 de dezembro de 2014. Galpão SEDESC/PMSBC.

Vista Caixas D`água 1000 L e demais componentes. 06 de dezembro de 2014. Galpão SEDESC/PMSBC.

Visão dos Coletores Solares prontos (PLACAS ATTUALE) e caixas com 350 Placas (NOVAS PLACAS PRODUZIDAS PELA TECNOPERFIL). 06 de dezembro de 2014. Galpão SEDESC/PMSBC.

LINKS IMPORTANTES
http://www.sociedadedosol.org.br/wp-content/uploads/2013/07/manual-do-asbc-maio2010-v3-0.pdf
VÍDEOS

A explicação, por Augustin T. Woelz (inventor do ASBC, o Linux Solar):
http://www.youtube.com/watch?v=JDw2Czso80k
Semana Nacional C&T - USP - Aquecedor Solar de Baixo Custo

Comunidade do Rio servirá de exemplo em conferência da ONU:
O ASBC, o Linux Solar do Brasil, aparece com 1min56seg de vídeo.
http://www.youtube.com/watch?v=ffb34KxZ6dg&feature=colike
Comunidade do Rio servirá de exemplo em conferência da ONU
Publicado em 01/05/2012 por tvbrasil
Uma comunidade no Alto da Boa Vista, no Rio, utiliza a terra para produzir o próprio alimento. Os moradores vão servir de exemplo durante a Rio +20. Um vídeo feito pela ONG "Comunidades catalisadoras", será exibido durante a conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável.

Em São Bernardo do Campo:
https://www.youtube.com/watch?v=nVrigMK4Q4k
Casas, creches e albergues vão ganhar aquecedores solares de baixo custo
Publicado em 08/02/2013
50 famílias foram capacitadas para a instalação de aquecedores solares de baixo custo. O projeto foi elaborado pela ONG Sociedade do Sol.

No Complexo do Alemão:
http://www.youtube.com/watch?v=OyUW6-iVv6Y
ASBC no complexo do Alemão - Verdejar & Solarize.mp4
Publicado em 20/05/2012 por MauroLerer
Luis Cicero da ONG Verdejar Socioambiental, no Complexo do Alemão, comenta o Aquecedor Solar de Baixo Custo - ASBC - construído e instalado pela comunidade local sob orientação de Mauro Lerer, da Solarize, em 10 de maio de 2012, com tecnologia desenvolvida pela Sociedade do Sol..

Documentário de 2011 produzido pelo MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens:
http://www.mabnacional.org.br/?q=video/energia-do-sol-tecnologia-do-povo
Energia do sol, tecnologia do povo

Publicado em sex, 05/08/2011 - 11:21 Documentário, curta-metragem, realizado pelo coletivo de comunicação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que mostra a experiência do Movimento em implementar o sistema ASBC (Aquecedor Solar de Baixo Custo) como uma alternativa tecnológica popular para o aquecimento de água, além de questionar o atual modelo energético, de caráter capitalista, adotado pelo estado brasileiro, principalmente após o processo de privatizações.

Reportagem do Bom Dia Brasil do dia 14 de julho de 2011:
http://www.youtube.com/watch?v=0FaCJcjOBG0
A Sociedade do Sol, nos dois vídeos, aparece dos 00min16s aos 01min3s, pela primeira vez, e de novo entre os 08min32s até os 11min07s.
As imagens foram produzidas a partir da Laje do Linux Solar do Brasil no CIETEC/USP/IPEN.

Reportagem sobre trabalho de um Monitor Solar de BH que é parceiro da SoSol a demonstrar o ASBC como Linux Solar:
http://www.youtube.com/watch?v=Kw5xyMtXMBI
Economize energia com o aquecedor solar caseiro - Hoje em Dia
O ASBC como base de estudo para dissertação de mestrado na FAU - USP:
http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16132/tde-29082012-132341/pt-br.php
"A prática da sustentabilidade nas políticas públicas de habitação: a experiência de Embu das Artes"

O ASBC como base de estudo para dissertação de mestrado na FAU - UNICAMP:
http://www.plantandopaznaterra.org.br/site/documentos/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20mestrado_UNICAMP_Mar%C3%ADlia%20Ferraz%20Ribeiro.pdf
INCLUSÃO SOCIAL DOS USUÁRIOS DE BAIXA RENDA POR MEIO DO SISTEMA DE AQUECIMENTO SOLAR Marília Ferraz Ribeiro Campinas, SP 2010

Em Campinas, mais demonstração do Linux Solar, em 2010:
http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=Zb1rCbWBGe0
CanalPortalBrasil - aquecedor solar

No Rio de Janeiro, mais um Monitor Solar que demonstra na prática o Linux Solar:
http://www.youtube.com/watch?v=nacqFWJkOPU
Economia de Luz com Aquecedor Solar de Baixo Custo

http://www.youtube.com/watch?v=5uQSMD8YkGE&feature=related
Aquecedor Solar de Baixo Custo no Rio de Janeiro

http://www.youtube.com/watch?v=SgEgG8_BS8o
Profissões do Futuro: Instalador de Aquecedor Solar

Entendendo as TSs:
"Temos que ser realistas. Por um lado, devemos buscar alternativas para não ficarmos reféns do velho sistema e, por outro, somos obrigados a estar dentro dele, continuar a produzir, não obstante as contradições, para atender as demandas humanas."
(Leonardo Boff)

PARA BAIXAR E LER SOBRE TSs

http://www.rts.org.br/bibliotecarts/livros/rts_caminhos.pdf

http://www.rts.org.br/bibliotecarts/livros/tecsocialdessust.pdf

http://www.rts.org.br/publicacoes/arquivos/mostra_tecnologias_sociais_portugues.pdf

Diário Oficial de São Bernardo do Campo cujo nome é "Notícias do Município".
Página 6:

http://www.saobernardo.sp.gov.br/dados1/nm/nm%201622%20das%20páginas%201%20a%2012.pdf
"Mulheres pedreiras são capacitadas para a instalação de aquecedor solar"

http://www.abcdmaior.com.br/noticia_exibir.php?noticia=30911

http://www.saobernardo.sp.gov.br/comuns/pqt_container_r01.asp?srcpg=noticia_completa&ref=7828&qt1=0

http://www.redebrasilatual.com.br/temas/cidades/sao-bernardo-do-campo-veja-a-montagem-de-um-aquecedor-solar

Desertificação em bioma de mata atlântica: implicações sociais e desafios à manutenção da vida no campo

Juliana Lemes da Cruz[1]

Sílvia Swain Canôas[2]

RESUMO: O município de Itambacuri está situado no Vale do Mucuri, a nordeste de Minas Gerais. A escassez de água para consumo humano não é um problema recente, porém, apenas após sérios indícios da insustentabilidade da situação é que a questão tomou visibilidade pela gestão pública. O bioma de Mata Atlântica, caracterizado por densas florestas e rica biodiversidade, nesta região, sofre com a degradação ao longo dos anos por ação antrópica; recentemente, esta área passou a integrar o conjunto de áreas susceptíveis à desertificação, a exemplo dos estados do nordeste do Brasil. No contexto rural, o monopólio dos recursos naturais na ótica dos latifundiários aliado à vulnerabilidade social, tencionam relações de empoderamento. Aos «'refugiados ambientais'», sem alternativas, resta a dependência estatal e/ou a inserção em programas de transferência de renda.

Palavras-chave: Desertificação, Mata Atlântica, escassez de água, agricultura e rural.

Introdução

Esta comunicação é parte do projeto de pesquisa submetido ao Programa de Pós Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente (UFVJM), denominado *Impactos da escassez de água relacionados aos aspectos ambientais, sociais e à segurança alimentar dos agricultores familiares das comunidades rurais da região centro-sul do município de Itambacuri, no Vale do Mucuri em Minas Gerais*, que encontra-se em fase de execução.

Nesta oportunidade pretendemos discutir em que medida a degradação da Mata Atlântica no Estado de Minas gerais, região do Vale do Mucuri, especificamente no município de Itambacuri, agravada pela susceptibilidade à desertificação interfere na qualidade de vida da população rural, bem como, sua manutenção no campo. Para tanto será discutido sobre o desafio contínuo e persistente de tratar a natureza de modo que haja uma troca de dons, onde se possa instaurar a ética da reciprocidade, visualizando a natureza enquanto uma parceira e não como objeto de manipulação técnica.

---

1 Bacharel em Serviço social pela UFVJM, mestranda pesquisadora dos impactos da escassez de água sobre aspectos socioambientais e a segurança alimentar de agricultores familiares em comunidades rurais localizadas em áreas susceptíveis à desertificação no município de Itambacuri/MG/Brasil; há quatro anos trabalha como soldado da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, onde ministra curso direcionado as crianças e aos adolescentes do ensino fundamental; é membro do Grupo de Extensão e Pesquisa em Agricultura Familiar (GEPAF/UFVJM); participa da coordenadoria municipal de Defesa Civil de Itambacuri, do conselho de segurança pública e do conselho municipal de políticas sobre drogas. juliana.lemes@ufvjm.edu.br

2 Bacharel em Matemática pela UNESP, mestrado em Ensino da Matemática pela PUC e doutorado em Educação Matemática pela UNESP (Rio Claro/SP). Atualmente é professora da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) - Campus do Mucuri/MG. Tem experiência na área de Matemática, atuando como pesquisadora do grupo JEQUI principalmente nos temas: formação de conselheiros municipais de educação e métodos quantitativos. Desde 2011, é professora do Mestrado Profissional em Saúde, Sociedade e Ambiente (SasA), na linha de pesquisa Tecnologia e Vigilância em Saúde. Atualmente é diretora de Extensão, Cultura, Assuntos Comunitários e Assistência Estudantil do Campus do Mucuri. silvia.canoas@ufvjm.edu.br

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) existem seis biomas, dentre eles, um dos mais modificados é o bioma Mata Atlântica. Caracterizado por mata muito densa, representava no século XX um óbice aos avanços das ferrovias, atividades extrativistas e à colonização. Recentemente, a pecuária extensiva, as monoculturas, indústrias, projetos de urbanização e as atividades mineradoras são as motivações mais pontuais para as altas taxas de desflorestamento, exploração dos recursos naturais indiscriminadamente e consequente degradação do meio ambiente.

Em Minas Gerais, dos 853 municípios, 142 estão em Áreas Susceptíveis à Desertificação, localizadas nas regiões Norte, Jequitinhonha e Mucuri, o que representa 30,3% da área do estado. A desertificação está relacionada, sobretudo, à degradação da terra nas regiões áridas, semi-áridas e subúmidas secas, resultante de vários fatores, entre eles as variações climáticas e atividades humanas.

Todas as definições consideradas oferecem um entendimento comum da percepção de que se trata de um problema de caráter mundial, causado principalmente pela ação degradadora do homem sobre o meio ambiente. Em seus estudos, Confalonieri (2010), verificou que os efeitos indiretos, associados às modificações ambientais resultantes do clima alterado, provocaram escassez de água, perda de biodiversidade (flora e fauna) e de solos por erosão, queda na produção de alimentos, exacerbação da poluição atmosférica e migrações de « ‘refugiados ambientais’ ».

Através do Diagnóstico Socioecológico das Comunidades Rurais de Itambacuri, Vale do Mucuri, produzido por Pinheiro & Correia (2012) foi possível observar, apesar de apresentarem características diversas, que algumas comunidades rurais do município possuem em comum os fortes indícios de desertificação relacionados a práticas de desmatamento e queimadas, bem como ao uso de grandes extensões de terras para a criação de gado de corte e leite.

Itambacuri está situada em área suscetível à desertificação, tensionada principalmente pela degradação dos recursos naturais e as investidas de um poder dominante que intensifica, a cada investida, os danos ao meio ambiente e os agravos à saúde das pessoas. Quando são sinalizadas estas questões, referimo-nos ao paradigma dominante enquanto protagonista de um sistema a ser superado, vislumbrando apontar fatores que tornaram o modelo vigente, insustentável.

Infelizmente, o ranço coronelista a qual o povo brasileiro precisou enfrentar durante décadas, permanece arraigado às novas gerações. As relações de poder existentes principalmente no interior do país oportunizam que os recursos públicos tornem-se cada vez mais restritos e escassos à população, demonstrando o que Sacco dos Anjos (2007), visualizou como sendo a expressão da renovada «‘apologia do Estado mínimo’».

Sob esta lógica, a população rural permanece dependente dos governos, limitada nas suas alternativas de garantia de produção e venda dos seus produtos, forçada a assistir inertes toda sorte de devastação dos recursos naturais existentes.

Breve histórico da ideia de natureza

Especificamente no continente africano, data de quatro milhões de anos atrás o surgimento da espécie humana e o entendimento de que nascera coletora e caçadora. Isso porque para a sobrevivência das espécies, não apenas humanas, as trocas de necessidades eram realizadas. Numa relação de reciprocidade, assim como ponderou Carvalho (2009), o homem, que era mais um componente da natureza, concebia suas relações de caça a partir do poder de criar instrumentos que legitimava certa diferenciação dos demais primatas, instaurando de fato, a dicotomia caça/coleta na origem da humanidade.

Sob esta lógica, a divisão sexual do trabalho faz com que esse mundo humano que retira seu sustento da natureza tenha suas atividades diferenciadas entre a caça e a coleta. Nesse sentido, o homem é o responsável pela caça e a mulher encarregada de realizar a coleta, geralmente de frutos e ovos. Isso, sem domesticar animais e sem plantar. Somente há dez mil anos a agricultura aparece, e chega fomentando no ser humano novas necessidades, construídas por ele próprio e aprimoradas através do ato laborativo.

> É o trabalho que transforma o cérebro animal num cérebro humano. O que não quer dizer que o cérebro dos animais também não tenha suas estruturas, porque eles tem

> uma prática de vida. Hoje se sabe que os animais também têm mundos imaginários. (Carvalho, 2009:26)

Nesse sentido, a estruturação do universo dá-se no caminho da segmentação entre «'comunidade humana e natureza'», como se o ser humano não fizesse parte da natureza e sim de uma entidade superior aos demais seres, estes, inferiores e, portanto dominados pelo primeiro.
Sendo assim, a «'comunidade humana'» teria a competência de explorar a chamada «'natureza'», de forma que consiga instaurar a sociabilidade e pensa-la enquanto um símbolo ou um suporte (útil). O mundo da natureza, dantes entendida como um todo holístico, após a investida do homem, tornou viável um mundo natural socializado que está dentro dessa natureza como uma espécie de derivação, que passa a ser pensada então, como realidade única. Há planos de mundo negados: a sociedade e o pensamento são os escolhidos e a natureza e o devaneio são os negados. A sociedade no caso, traduz-se sob normas, certo «'contrato social'» , onde o pensamento seria vinculado à razão (Rosseau, 1989).
Existe o desafio contínuo e persistente, de tratar a natureza de modo que haja uma troca de dons, onde se possa instaurar a ética da reciprocidade, visualizando a natureza enquanto uma parceira e não como objeto de manipulação técnica. Os direitos devem ser pensados para todos os seres vivos e não apenas para os seres humanos, de forma que seja pensado desvinculado do princípio utilitário, para tornar uma relação de troca. Todos os outros direitos humanos como derivação do direito à vida.

Mata atlântica, o desafio da preservação

O território brasileiro caracteriza-se como detentor da maior taxa de biodiversidade do planeta, sendo possível, portanto, a visualização de paisagens únicas desse país. Como forma de aliar pontos comuns que formulam a identidade natural e cultural de cada região, toda esta diversidade foi dividida por biomas, a saber: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Pampa e Mata Atlântica. Cada um destes constituem singularidades de ecossistemas, onde é possível subdividir cada um de acordo com suas particularidades. Segundo Pádua (2009), «'a ideia de bioma unifica um conjunto de ecossistemas que tem identidade física e ecológica'», incluindo em seu conceito fatores amplificados que englobam biologia, clima, geologia, além de elementos sociais e humanos. Tanto se mostra assim que a denominação dos biomas foram pensados incorporando o cotidiano dos indivíduos, para que setores sociais pudessem projetar naquele ambiente «'o sentimento de pertencimento e identidade'».
Dentre os citados, apenas o bioma da Amazônia, que representa 49,29% da área total do Brasil e o bioma Mata Atlântica que soma 13,04% da área total do país, têm a previsão de 10% da sua área total protegida, assim como recomenda agências internacionais. O bioma Cerrado (23,92 do total da área do Brasil), bioma Caatinga (9,92), o bioma Pampa (2,07) e o bioma Pantanal (1, 76) não possuem o índice mínimo de proteção, o que reflete a realidade de perda da biodiversidade inerente a cada uma.
O bioma Mata Atlântica perdeu 93% de sua cobertura original, o que constitui, «'uma verdadeira tragédia'».

> Sem dúvida, trata-se do bioma mais modificado e devastado, concentrando em seu domínio o grosso da economia e da população brasileiras. A destruição do bioma começou com o corte indiscriminado do pau-brasil e a captura de inúmeros animais da fauna selvagem. A devastação avançou enormemente com o estabelecimento de monoculturas de cana, algodão e mais tarde café. O mito da natureza inesgotável, relacionado à existência concreta de uma fronteira florestal aberta ao avanço da ocupação econômica, estimulou o estabelecimento de formas descuidadas e parasitárias de tecnologia e produção. A queima da floresta, por exemplo, constituiu praticamente o único método de plantio adotado no Brasil até o século XX (Pádua, 2009:130).

A mata, muito densa, representava, no século XX, um óbice aos avanços das ferrovias, atividades extrativistas e à colonização. Recentemente a pecuária extensiva, as monoculturas, indústrias, projetos de urbanização e as

atividades mineradoras são as motivações mais pontuais para as altas taxas de desflorestamento, exploração dos recursos naturais indiscriminadamente e consequente degradação do meio ambiente.
Ressalta-se que ainda não é consenso que os biomas compõem uma rede, e que portanto, são interconectados. Pensar o território brasileiro nesta perspectiva constitui-se um desafio substancial quando a prioridade dos seres humanos representa tão somente a ânsia pelo crescimento, sem levar em consideração os aspecto finito dos recursos naturais. Em sentido ecológico e sociocultural os biomas estão formados, no entanto, a ação antrópica degradante, assim como nos últimos séculos, vem causando danos significativos aos ecossistemas.

O Vale do Mucuri e a susceptibilidade à desertificação

O município de Itambacuri compõe o território do Vale do Mucuri, no Nordeste de Minas Gerais, que é formado por outros 26 municípios: Águas Formosas, Ataléia, Bertópolis, Campanário, Caraí, Carlos Chagas, Catuji, Crisólita, Franciscópolis, Frei Gaspar, Fronteira dos Vales, Itaipé, Ladainha, Machacalis, Malacacheta, Nanuque, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pavão, Pescador, Poté, Santa Helena de Minas, Serra dos Aimorés, Setubinha, Teófilo Otoni e Umburatiba. Região esta, subdividida em cinco microrregiões. (Pinheiro & Correia, 2010).
O histórico de formação do povo do Mucuri carrega um traço de revoltas e resistências, devido ao processo de colonização da região, de matas densas e ocupadas por inúmeras sociedades indígenas, que se traduziam verdadeiros guerreiros.

> A guerra contra os «'botocudos'», denominada Guerra Justa, teve início oficialmente no Nordeste Mineiro a partir de 1808, quando D. João VI, investindo na área, estimulou a escravização dos índios, e forneceu privilégios para os proprietários que se destinavam ao cultivo nesta região. O interesse mercantil foi desencadeador da proposta feita por Teófilo Benedito Otoni, em 1847, ao Governo da Província de Minas Gerais, no intuito de instalar a Companhia de Navegação e Comércio do Vale do Mucuri, iniciando o processo de derrubada de matas, expulsão e escravidão da população nativa. (Moreno, 2011 apud Pinheiro & Correia, 2012: 20).

Ainda segundo esse autor, o extermínio do povo indígena aliado às invasões, roubo de terras, epidemias de varíola, gripe e sarampo provocadas intencionalmente, além de comidas envenenadas, tinham o propósito de enfraquecer a «'natureza'» indígena, fazendo com que aquele povo fosse de fato, exterminado daquela região. No entanto, são sob essas raízes históricas que muitas pessoas do Vale do Mucuri encontram suas origens, e a base para prosseguir na luta em defesa do Vale.
Até a década de 1930 as pessoas tinham dificuldade de subsistência no campo e de reprodução da vida em família. Além das demandas regionais no mesmo período, o Mucuri contou com a migração de pessoas, principalmente oriundas do Sul da Bahia, que, sem espaço, eram direcionadas para as fazendas constituídas, para alí, se estabelecerem enquanto agregados, dedicando-se a abertura das matas para o cultivo de alimentos para subsistência, além de engrossar as fileiras de mão-de-obra barata para o serviço nas fazendas.
Mais recentemente, parte da região do Vale do Mucuri, além do Vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas convive com a realidade de estarem localizados em áreas suscetíveis à desertificação. Regiões, inclusas no Plano de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca em Minas Gerais – PAE (Brasil, 2010:18). Assim sendo,

> as Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD's) foram definidas no PAN Brasil e subdivididas em semiáridas, subúmidas secas e de entorno, abrangendo, em Minas Gerais, 142 municípios das regiões Norte de Minas, Mucuri e Vale do Jequitinhonha, que ocupam uma área de 177 mil km2 (30,3% da área do estado). A população é de 2,2 milhões de habitantes, o que corresponde a 20% da população mineira e a 10% da população do semiárido brasileiro.

Quando se trata de Brasil, no Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca no Brasil (Brasil, 2010), de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, explicita, através de suas

definições, que as ASD's estão concentradas, na região Nordeste, no norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo. Conforme se observa na figura 1, as ASD's são discriminadas a partir de três sub grupos diferenciados pela tonalidade da imagem em semi árido, onde observa-se tom mais escuro que os demais; subúmido seco, sob tom mais claro; e áreas do contorno, que apresenta tom intermediário, localizadas em maior proporção nos estados do Piauí, Maranhão, Espírito Santo e Minas Gerais.

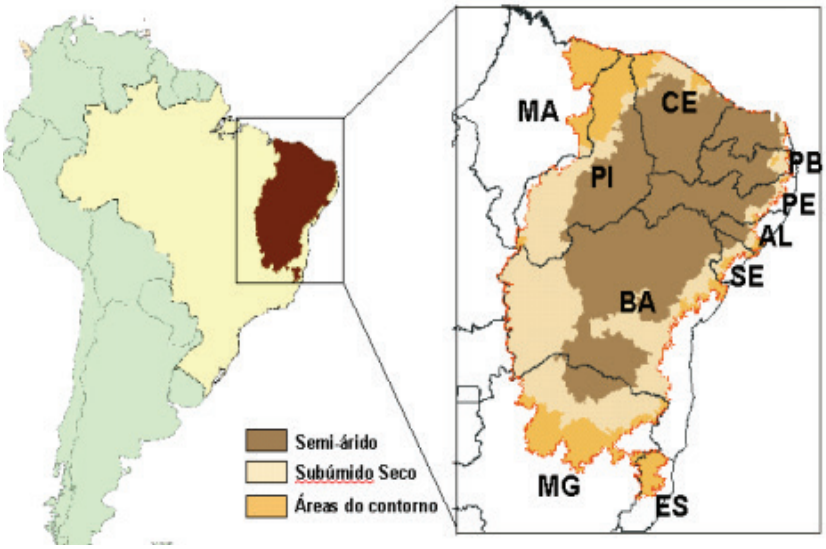

Figura 1: Áreas Susceptíveis à Desertificação no Brasil / Fonte: Brasil (2010)

Em Minas Gerais, dos 853 municípios, 142 estão em Áreas Susceptíveis à Desertificação, localizadas nas regiões Norte, Jequitinhonha e Mucuri, o que representa 30,3% da área do estado. As ASD's do semi árido integram 22 municípios da região Norte de Minas com área de 27 mil km²; as ASD's do subúmido, integram 61 municípios localizados nas regiões Norte de Minas e Jequitinhonha com área de 79 mil km²; e as ASD's classificadas como de entorno (contorno), compreendem 59 municípios das regiões Norte, Jequitinhonha e Mucuri, com área de 69 mil km². As regiões Norte e Jequitinhonha apresentam situação agravada no tocante à disponibilidade de água para uso das populações, possuem bioma de cerrado e algumas áreas de caatinga. O Vale do Mucuri enquadra-se no bioma da Mata Atlântica, o que caracteriza matas densas e rica biodiversidade. Conforme ressalta Morales (2004), a desertificação é um conceito mais amplo do que se entende por deserto ou zonas secas. Com efeito, o conceito de deserto refere-se a um processo da natureza que alcança certa estabilidade e não depende da ação do homem sobre o meio ambiente**.** Numerosas investigações demonstram que nas áreas afetadas pelo processo de desertificação não tem ocorrido significativas mudanças climáticas, mas sim, um aumento considerável na intensidade das práticas de manejo não sustentáveis dos recursos naturais, especialmente aquelas relacionadas com a produção agropecuária. A desertificação, como Morales afirma, é a consequência final de uma série de fatores, tanto biofísicos, como políticos, sociais, culturais e econômicos. Todas as definições consideradas oferecem um entendimento comum da percepção de que se trata de um problema de caráter mundial, causado principalmente pela ação degradadora do homem sobre o meio ambiente. Concordando com o entendimento de Morales, está similarmente descrito pelo Ministério do Meio Ambiente do Brasil (2010), especificamente no Plano Estadual de combate à desertificação, que este fenômeno configura-se principalmente antrópico, e que não está relacionada, necessariamente, com o avanço físico do deserto (ou da areia) e também não deve ser confundida com a seca, que é um fenômeno natural (também não necessariamente vinculado à desertificação). A desertificação está relacionada, sobretudo, à degradação da terra nas regiões áridas, semi-áridas e subúmidas secas, resultante de vários fatores, entre eles as variações climáticas e atividades humanas. A degradação da terra significa a perda ou redução da produtividade econômica ou biológica dos ecossistemas secos, causada pela perda da cobertura vegetal natural, erosão do solo e/ou deterioração dos recursos hídricos.

Em seus estudos, Confalonieri (2010), verificou que os efeitos indiretos, associados às modificações ambientais resultantes do clima alterado, provocaram escassez de água, perda de biodiversidade (flora e fauna) e de solos

por erosão, queda na produção de alimentos, exacerbação da poluição atmosférica e migrações de «'refugiados ambientais'».

> Nessas situações de escassez qualitativa e quantitativa, a hierarquia do consumo é fundamental. Assim, se uma água de determinada qualidade que, noutras condições, serviria apenas para consumo animal ou regadio é a única que existe para o consumo doméstico, as utilizações que seriam hierarquizadas ou complementares — uso doméstico / regadio / consumo animal— tornam-se competitivas. O sentimento da escassez é relativo à gama das necessidades de consumo, e a redução da disponibilidade e qualidade da água força comunidade e família a redefinirem hierarquias de consumos, reverem prioridades e a repensarem, a contragosto, a qualificação feita em torno e a partir da água; incluem-se aí as noções de limpeza, salubridade, escassez, conforto e abundância. A falta da água atinge comunidades e famílias de formas diferentes em pontos vitais. (Ribeiro & Galizoni, 2002:138)

Sistematizando outro aspecto relevante, Morales (2004) ressalta que existe uma ampla literatura que reconhece que os processos de degradação de terras e desertificação se relacionam geralmente com a pobreza e estrema pobreza, e que são nas áreas rurais é que essa situação é mais aguda. Onde, também se destacam os intensos processos migratórios da população que habita estas áreas, como consequência das altas taxas de crescimento populacional e da insuficiência dos recursos naturais para sustentá-la.

Nos estágios mais complexos, Ribeiro & Galizoni (2002), poderam que ocorre o esgotamento absoluto do recurso hídrico, sendo que em alguns lugares as nascentes, córregos e ribeirões secos obrigaram a população a utilizar-se de recursos emergências locais e paliativos, a exemplo de caminhões pipas, para o abastecimento, principalmente no Médio Jequitinhonha. Ressaltam ainda que a escassez de água, num primeiro momento, associa-se à noção de qualidade, que, para as comunidades rurais é a presença ou não de nascentes. Quando estas desaparecem, como vem acontecendo nos últimos anos, a falta de água faz com que muitos aspectos da vida da comunidade sejam afetados. A horta, comumente regada, é abandonada, para que sobre água para o consumo humano. Nesse sentido, há considerável alteração no sistema alimentar das famílias, pois, os costumes de consumo precisariam ser modificados.

Para que possamos visualizar essa problemática num contexto mais amplo, Morales (2004) fomenta suas contribuições nesta área considerando que a América Latina e o Caribe tem uma superfície de 20,18 milhões de km², dos quais 25% correspondem a terras áridas, semiáridas e subumidas secas. Desse total, por sua vez, 75%, ou seja, 378 milhões de hectares apresentam sérios problemas de degradação. A estes se somam outros ecossistemas afetados pelo mesmo tipo de problema, com distinto grau de intensidade.

Inerentes a este processo de convivência com os reflexos da ação antrópica dispostos em inúmeras bibliografias tanto em âmbito nacional, quanto regional, carecemos da exposição de algumas considerações pertinentes a um estudo realizado junto à população de dezenove comunidades do município de Itambacuri, pertencente, como exposto anteriormente à área de entorno, o que os faz parte de um todo atingido pela escassez de água para consumo humano. Estes entraves envolvem modificações no modo de viver, na qualidade de vida, na saúde das pessoas, permeando de forma singular determinantes de ordem social, econômica e cultural.

Através do Diagnóstico Socioecológico das Comunidades Rurais de Itambacuri , Vale do Mucuri, produzido por Pinheiro & Correia (2012), foi possível observar, apesar de apresentarem características diversas, que tais comunidades possuem em comum os fortes indícios de desertificação relacionados a práticas de desmatamento e queimadas, bem como ao uso de grandes extensões de terras para a criação de gado de corte e leite. Também foi percebido que a ação do programa Pró-Várzea, da Rural Minas, que a partir da década de 1970 drenou brejos e lagos para ampliar áreas de pastagens, nas comunidades de Pimenteira, Córrego dos Aranãs, Serra dos Aranãs, Boa Vista e Urupuquinha, contribuindo para a degradação visualizada hoje.

Salienta-se que a questão hídrica associada à manutenção das necessidades de produção para subsistência e vida para populações do campo, apresenta também forte relação com as grandes propriedades, por conta de alguns conflitos entre eles, principalmente no que se refere à água potável. Visto que é comum a prática, nas grandes fazendas, do represamento ou desvio de córregos para abastecimento dos rebanhos, provocando redução na oferta de água para as famílias. Além dos problemas oriundos das disputas, há ainda um elevado

número de famílias que não possuem documento de posse da terra, o que dificulta dentre outras questões, o acesso a crédito e programas de incentivo a comercialização, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)[3] e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)[4] (Pinheiro & Correia, 2012).

Ainda conforme citam Pinheiro & Correia (2012, p.24), segundo a maioria das famílias a água de uso doméstico não possui contaminação aparente. Mas o fato de a maior parte dos equipamentos sanitários serem fossa negra e ainda grande parcela das habitações não possuir equipamentos sanitários individuais, vem a tona uma preocupação com a contaminação da água de poços e cisternas com dejetos humanos, aumentando o risco de transmissão de doenças. Há relatos, nas comunidades de Sapucaia, Cupim e Barreirinho, de alto índice de esquistossomose em determinados córregos. Também foi relatada a ocorrência de micoses após uso de águas de cisternas para banho, em uma comunidade na região de Lagoa Preta.

Acrescido ao fato dos processos burocráticos representarem um entrave à população rural, o acesso das famílias aos programas estruturantes de apoio à produção, comercialização, segurança alimentar, saneamento básico e proteção ambiental é bastante reduzido nas comunidades estudadas no diagnóstico citado. O que, inegavelmente, possibilita fazer a associação com os baixos índices de renda, às formas desorientadas de ocupação e êxodo rural da população jovem.

Um dos motivos pelos quais, percebe-se que há a necessidade, por parte da gestão pública em todas as instâncias, envidar esforços quanto à assistência ao desenvolvimento das condições de vida e trabalho, de modo a preservar a cultura das pessoas que vivem em espaços de baixa densidade demográfica, sejam eles agricultores ou não.

Alternativas de ruptura do paradigma dominante para além da dependência estatal

Na busca da participação e do fomento de uma cidadania mais ativa é que atualmente nos diversos sistemas de governo, essa participação é incentivada. Apesar de a realidade representar a apatia das pessoas no que tange à participação nas decisões de interesse público, esta inserção traduz-se, desde a promulgação da Carta Magna em 1988 como direito. A compreensão da cidadania na perspectiva dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e ambientais possibilitou que a construção da conquista da cidadania fosse de fato apropriada pelos brasileiros.

O Grupo Gestor do Plano de Intenções do Diagnóstico Socioecológico das Comunidades Rurais de Itambacuri foi criado a partir de demandas surgidas na ocasião do seminário denominado "Água é direito à Vida", ocorrido em abril de 2012, com intuito de formular, em parceria com outras vinte e três referências, dentre órgãos públicos e sujeitos da sociedade civil, estratégias para o enfrentamento de demandas emergentes principalmente no âmbito da zona rural do município. Conforme exposto anteriormente, Itambacuri está situada em área suscetível à desertificação, tensionada principalmente pela degradação dos recursos naturais e as investidas de um poder dominante que intensifica, a cada investida, os danos ao meio ambiente e os agravos à saúde das pessoas.

Quando são sinalizadas questões, assim como descrito acima, referimo-nos ao paradigma dominante enquanto protagonista de um sistema a ser superado, vislumbrando apontar fatores que tornaram o modelo vigente insustentável. Ou seja, transfigurado num pensamento fundado a partir do modelo de racionalidade constituído no século XVI, a partir das ciências naturais, e, posteriormente, nos séculos XVIII e XIX, onde foi estendido às ciências sociais emergentes, como pontua Santos (1995).

Capra (1982) ao referir-se às mudanças decorrentes desse sistema rígido que já não se sustenta, sinalizou a existência de transições que provocarão transformações em nossas vidas, com intensidade superior no sistema social, econômico e político. Nesse interim, a terceira transição sinalizada por ele evidencia a superação de um sistema finalmente contestável.

---

3 Instituído pelo artigo 19 da lei Federal nº 10.696/2003.

4 Implantado pelo governo federal em 1955 foi reconfigurado em 2003.

> O paradigma ora em transformação dominou nossa cultura durante muitas centenas de anos, ao longo dos quais modelou nossa moderna sociedade ocidental e influenciou significativamente o resto do mundo. Esse paradigma compreende um certo número de ideias e valores que diferem nitidamente dos da Idade Média; valores que estiveram associados a várias correntes da cultura ocidental, entre elas a revolução científica, o Iluminismo e a Revolução Industrial. Incluem a crença de que o método científico é a única abordagem válida do conhecimento; a concepção do universo como um sistema mecânico composto de unidades materiais elementares; a concepção da vida em sociedade como uma luta competitiva pela existência; e a crença do processo material ilimitado, a ser alcançado através do crescimento econômico e tecnológico. (Capra, 1982: 28).

Desse modo, não se pode negar que, nesse contexto os comportamentos também são, de igual forma, manipulados conforme conveniência de um dado sistema. Nesse molde, observamos que a qualidade da participação da sociedade civil nos processos decisórios constitui um dos aspectos a serem revistos, com vistas à superação da concepção de participação como simples presença de representantes da sociedade civil (Pedrini et al, 2007).
Nesses espaços é que se constroem projetos de inserção dos sujeitos da comunidade em assuntos que lhes dizem respeito, para que se façam sujeitos da própria história e condutores dos próprios rumos. Acontece que esse tipo de atitude transfigura-se um obstáculo em potencial, senão uma ousadia. Infelizmente, o ranço coronelista a qual o povo brasileiro precisou enfrentar durante décadas, permanece arraigado às novas gerações. As relações de poder existentes principalmente no interior do país oportunizam que os recursos públicos tornem-se cada vez mais restritos e escassos à população, demonstrando o que Sacco dos Anjos (2007), visualizou como sendo a expressão da renovada «'apologia do Estado mínimo'».
Não obstante, o mesmo autor, referenciando a política pública enquanto moeda de troca entre candidatos e eleitores sinaliza um aspecto importante e presente na realidade da população, principalmente da população rural.

> Pessoas mais ricas têm mais condições de diversificar e ampliar o próprio acesso à água, pois deslocam-se para áreas menos críticas, criam soluções privadas, seja no campo ou na cidade: no campo, adquirindo e privatizando áreas de nascentes; nas cidades, expandindo reservatórios pessoais. Na maior parte das vezes, resta aos pobres a escassez e a política pública, esta, muitas vezes associada ao favor pessoal do governante, que transforma o direito de acesso ao recurso num favor a ser retribuído em votos e lealdade política. (Sacco dos Anjos, 2007: 141).

Sob esta lógica, a população rural permanece dependente dos governos, limitada nas suas alternativas de garantia de produção e venda dos seus produtos, forçada a assistir inertes toda sorte de devastação dos recursos naturais existentes. Em especial, pontuamos os excessos no represamento das águas das nascentes, o despejo de dejetos em rios e córregos, as queimadas em demasia, a drenagem de lagoas para ampliação de pastos, bem como o desmate de mata nativa para cultivo da monocultura de eucalipto.
O padrão linear de entendimento sustentado pelo pensamento racional e pelo método científico oportunizaram a atrofia de uma consciência ecológica, resultando, na verdade, em sucessivos equívocos por parte do dominador, que, não obstante, movido pelo comportamento competitivo descrito por Capra (1982), estimula-se com tal competição, que «'[...] tornou-se um ideal no mundo dos negócios, e esse comportamento combinou-se com a exploração dos recursos naturais a fim de criar padrões de consumo competitivo'».

> Portanto, a consciência ecológica somente surgirá quando aliarmos ao nosso conhecimento racional uma intuição da natureza não-linear de nosso meio ambiente. Tal sabedoria intuitiva é característica das culturas tradicionais, não letradas, especialmente as culturas dos índios americanos, em que a vida foi organizada em torno de uma consciência altamente refinada do meio ambiente. Na corrente principal de nossa cultura, por outro lado, foi negligenciado o cultivo da sabedoria intuitiva.

> Isso pode estar relacionado com o fato de que , em nossa evolução, ocorreu uma crescente separação entre os aspectos biológicos e culturais da natureza humana. (Capra, 1982: 39).

Nessa perspectiva, a ocupação dos espaços que possibilitem a discussões de assuntos que circundam a realidade das pessoas no campo, e em particular que possibilitem a promoção da saúde, já significa um importante passo rumo à melhoria da qualidade de vida das pessoas. E, nesse sentido, levarmos para o debate a compreensão de que inúmeros determinantes ambientais podem auxiliar no agravamento da saúde e do acirramento das relações entre as pessoas, a exemplo das disputas, entre vizinhos, por espaços com cursos d'água no meio rural. Ademais, faz-se importante para o processo de emancipação das pessoas envolvidas, o reconhecimento de que são sujeitos de direito e para tanto, carecem participar ativamente dos processos decisórios a que lhes dizem respeito. Assim como, essa inserção pode possibilitar, de igual maneira, o reconhecimento das populações ainda não atingidas para o acolhimento da causa.

Considerações finais

A ideia de natureza construída a partir da oportunidade de conhecimento de outras formas de sociedade, possibilita que visualizemos, hoje, de forma diferente, a natureza. Dessa vez, de modo holístico, conscientes de nossa pequenez e similaridade aos demais seres vivos. Observando ao menos, que apesar de condicionados a certas práticas automatizadas, devido nossa submissão inconsciente ao sistema, precisamos ter a consciência de que a hierarquização dentre os seres do universo, tornando o homem, o senhor de tudo, nos torna reprodutores da lógica que cotidianamente criticamos: as relações desleais de poder e a continuidade do paradigma dominante. Nesse sentido, a ausência de preservação da Mata Atlântica representa nitidamente o descompasso entre homem e natureza, na medida em que a perda da biodiversidade revela a cada dia o tom da relação de dominação do primeiro sobre o último. A situação de susceptibilidade à desertificação constitui neste contexto, um agravante à condição de sobrevivência da população e a manutenção da vida no campo. Há, sem dúvidas, o enorme desafio de enfrentamento do processo de degradação dos recursos naturais provocada por ação antrópica, tendo em vista a escassez de todos os recursos e principalmente da água gerar na população humana, sentimento de incapacidade, tornando insustentável a permanência do homem no campo de terras genuinamente férteis e rica biodiversidade. Ressalta-se ainda que assistimos a pontuais iniciativas de reversão dessa situação e de frequentes manifestações de descrédito da finitude dos recursos naturais, caracterizado pela exploração predatória e invisibilidade dos órgãos competentes sobre a realidade.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, que através do Programa de Apoio à Participação em Eventos Técnico-Científicos (PROAPP) da Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação oportunizou que pudéssemos expor esta comunicação a fim de potencializar os debates acerca da realidade da região do Vale do Mucuri, especialmente mediante troca de experiências com pesquisadores de contextos diversos. Esta temática representa relevante significância na medida em que reflete o desafio de enfrentamento da realidade, não apenas da população dessa região.

Referências

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente (2010), "Plano Estadual de combate à Desertificação e mitigação dos efeitos da seca", Relatório Final, Programa de ação nacional de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca Pan – Brasil, Disponível em http://www.iicadesertification.org.br/attachments/category/18/pae_mg_doc_consolidado.pdf [consultado em 17-12-2-13].

CAPRA, Fritjof. (1982). *O Ponto de Mutação: A Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente*, São Paulo: Cultrix.

CARVALHO, S.M.S. (2009), "*Mito e conhecimento mítico. A busca da relação invisibilidade visibilidade nas relações sociais das sociedades ditas primitivas*", In:

CONFALONIERI, U. E. C. (2007),"Mudança climática global e saúde'. Disponível em: http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=22&id=248. [consultado em 23-02-2014].

MORALES, C.E. (2004) *Pobreza, desertificación y degradación de los recursos naturales*. Brasília: CEPAL.

MORENO, Cézar (2011), *A colonização e o Povoamento do Baixo Jequitinhonha no século XIX: A guerra contra os índios*, Belo Horizonte: Canoa das Letras apud

PÁDUA, J.A. (2009), *Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente*, São Paulo: UFMG; pp.118-150.

PEDRINI, D.M. et al. (2007) — *Controle social de políticas públicas: caminhos, descobertas e desafios.* São Paulo: Paulus.

PINHEIRO, L.O.; CORREIA, L.R. (2012), "Diagnóstico Socio-ecológico das comunidades rurais do município de Itambacuri – MG", Relatório Técnico, Teófilo Otoni, UFVJM.

RIBEIRO,E.M; GALIZONI,F.M. (2002), "Água, população rural e políticas de gestão: o caso do vale do Jequitinhonha, Minas Gerais", Revista Ambiente & Sociedade, pp.129-146.

ROSSEAU, Jean-Jacques. (1989), *O contrato social*. São Paulo: Martins Fontes.

SACCO DOS ANJOS, F. & CALDAS, N.V. (2007) — *Controle social e políticas públicas no espaço rural brasileiro.* São Paulo: Paulus.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (1995) *Um discurso sobre as ciências.* Porto: Afrontamento.

Alterações climáticas nos municípios portugueses – resultados de um inquérito

Guerra, João
joao.guerra@ics.ulisboa.pt

Ferreira, José Gomes
jose.ferreira@ics.ulisboa.pt

Schmidt, Luísa

Campos, Inês Sobral
sobralcampos@gmail.com

Penha-Lopes, Gil
gppenha-lopes@fc.ulisboa.pt

Vizinho, André
afvizinho@fc.ulisboa.pt

Resumo: As alterações climáticas têm tido enorme visibilidade nas agendas pública e política e a importância do envolvimento das populações nas estratégias de adaptação/mitigação é crescentemente reconhecida. Daí o papel atribuído aos municípios, cuja posição de proximidade os coloca numa posição privilegiada para garantir o sucesso de estratégias e programas que dependem da aquiescência pública. O relevo da ação dos municípios decorre do facto de as suas atividades afetarem, de uma forma ou de outra, o volume e a qualidade das emissões de carbono, seja através dos serviços que oferecem aos seus munícipes, seja através do papel estratégico e mediador que desempenham entre sociedade civil, empresas e poder central. Assim, a partir de um inquérito por questionário aplicado a uma amostra representativa de municípios portugueses, procuraremos refletir sobre a capacidade acumulada para a mudança, os conhecimentos adquiridos, as motivações e a importância atribuída às questões das alterações climáticas nas edilidades municipais.

Palavras-chave: alterações climáticas; mitigação; adaptação; inquérito; municípios

Alterações climáticas, ação local e enquadramento nacional

Nos últimos anos a consciência das alterações climáticas (AC) enquanto problema social tem aumentado considerável e consistentemente, tendo-se transformado num dos maiores desafios para a humanidade. No entanto, se hoje em dia é praticamente unânime a necessidade declarada de atuar sobre os seus efeitos (Giddens, 2009), para a maioria das pessoas (governantes e governados, cidadãos e decisores) há uma miríade de outros problemas quotidianos que – mesmo se claramente relacionados com ele (degradação da qualidade do ar, escassez e custos dos recursos energéticos, aumento de eventos meteorológicos extremos, erosão costeira…) e no meio de outros só aparentemente dele desligados (problemas de saúde pública, desemprego, desigualmente sociais, dificuldades económicas…) – têm vindo a reclamar esforços mas, simultaneamente, têm implicado uma imediatez e/ou exiguidade de respostas que adia uma ação institucional e socialmente eficaz. A verdade é que, nos últimos dois séculos, a queima de combustíveis fósseis veio a transformar-se num elemento basilar do quotidiano social, determinando o modo como vivemos, como trabalhamos, como comemos, como nos

deslocamos… Nas sociedades atuais esta dependência tornou-se de tal forma estrutural e omnipresente que conduziu a um crescendo dos níveis de emissões de gases de efeito de estufa que, apesar de claramente reconhecido como insustentável (Peters, Fudge & Jackson, 2010), resiste e tende a perpetuar-se, descurando-se não só os riscos sociais e ambientais daí decorrentes, como a forma de os enfrentar (Guerra, 2011).

As AC são um problema que decorre, basicamente, de duas incapacidades sobrepostas: i) a incapacidade do planeta em assimilar a acumulação de gases de efeito de estufa decorrente das atividades humanas e, muito particularmente, da utilização de combustíveis fósseis" (Jackson, 2009:24) e ii) a incapacidade das sociedades atuais em impedir que tais emissões continuem num crescendo potencialmente perigoso que, sem mudanças relevantes, desembocarão numa catástrofe ecológica com graves repercussões sociais e económicas. Com efeito, se a publicação dos Limites do Crescimento (Meadows et. al., 1972) alertava para a necessidade de mudança já no início da década de setenta, no que toca à emissão de gases de efeito de estufa, mais de quatro décadas passadas, dificilmente se pode dizer que se arrepiou caminho. Apesar dos discursos por vezes inflamados e quase sempre muito assertivos, continua a imperar a inercia e a sobejar o imobilismo, com abordagens, políticas e programas de intervenção demasiado superficiais que não afetam o mais importante (Redclift, 2005, Guerra, 2014) e se limitam ao "whishfull thinking" (Dryzek, 2006). Veja-se, por exemplo, que "de acordo com o Protocolo de Quioto, as economias mais avançadas deveriam ter reduzido a emissão de gases com efeito de estufa em cerca de 5% até 2010 (…) mas em termos globais, as emissões subiram 40%" (Jackson, 2009:25) no mesmo período.

Na verdade, as AC estão de tal forma dependentes da atividade económica, da produção industrial e do consumo quotidiano dos cidadãos que, para reduzir e enfrentar os seus efeitos, implicam políticas transversais potenciadoras de mudanças sociais que, forçosamente, terão de assentar na alteração de práticas e comportamentos locais (onde se geram os problemas), ainda que tenham como objetivo repercussões globais. Trata-se de encontrar respostas de governança mais inclusiva, potenciadora do envolvimento dos cidadãos e consequentemente de maior aquiescência pública, tirando partido do cruzamento a que hoje se assiste entre o global e o local, numa interação constante e dinâmica com 'proximidades distantes' (Rosenau, 2003) que, em contexto de globalização, dão lugar a forças sociais revigoradas por fluxos interativos locais e translocais (Brenner, 2004).

Neste contexto, os municípios assumem uma posição crucial e privilegiada desde há muito reconhecido pelas próprias Nações Unidas que lhes atribuem, pelo menos desde a Cimeira da Terra de 92, um papel vital na educação, na mobilização e na disponibilização de informação (CNUAD, 1992) nas estratégias para enfrentar as AC e a complexidade das suas causas e consequências. A capacidade de influência acrescida dos municípios decorre, afinal, da sua função mediadora/ reguladora nas comunidades locais, nomeadamente através:

i) Das ligações privilegiadas que, decorrendo da disponibilização de serviços e dos próprios processos eleitorais, detêm com os cidadãos, as famílias, as organizações da comunidade em geral e as empresas e organizações empresariais;
ii) Do seu lugar estratégico numa governança multinível, bem como da influência reguladora assumida no cumprimento de normas e diretrizes nacionais e europeias;
iii) Das oportunidades para identificar, reunir e apoiar organizações locais e incentivar as empresas a fornecer serviços que reflitam necessidades e circunstâncias locais;
iv) Do potencial acrescido para estabelecer e manter sentimentos de pertença e de identidade local, capazes de tornar questões nacionais e globais localmente relevante;
v) Da capacidade de liderança da comunidade capaz de envolver nos processos de tomada de decisão os seus constituintes, garantido a aquiescência pública para a mudança. (Roberts, 2010).

As repercussões das AC nas comunidades locais (e.g., eventos climáticos extremos, desertificação, secas, alterações na disponibilidade e qualidade da água, aumento do nível do mar, erosão costeira, pressões adicionais nas infraestruturas costeiras…) reclamam um papel acrescido do poder local/municipal, numa perspetiva de governança multinível, onde o seu papel não é certamente suficiente, mas central para garantir a urgente mudança social advogada por todos. Afinal, as alterações climáticas são um problema complexo que requer respostas igualmente complexas e abrangentes, incluindo não apenas a transversalidade disciplinar, como e sobretudo, o envolvimento de vários níveis de governança e de diferentes atores.

Pensando especificamente no caso português, "o quadro político/institucional na área das alterações climáticas

tem início na década de 1990, primeiro com a ratificação da Convenção Quadro sobre Alterações Climáticas em 1992 e, sobretudo, com o Protocolo de Quioto (assinado em 1998 e ratificado em 2002) e a consequente criação da Comissão para as Alterações Climáticas (CAC), incumbida de elaborar a estratégia nacional para as alterações climáticas e acompanhar, a nível interno e internacional, a tomada de decisões e execução de políticas e medidas nesta matéria. Um papel que se torna efetivo a partir de 2000" (Schmidt e Delicado, 2014: 114). Uma década depois, em 2010, na sequência dos esforços empreendidos para reduzir emissões de gases com efeito de estufa, foi aprovada a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC) que preconiza uma série de ações em diversas áreas, incluindo o "ordenamento do território, os recursos hídricos, a saúde, a energia, a biodiversidade e a proteção das zonas costeiras" (*Idem*: 116).

Nesta matéria, um dos temas que tem merecido maior atenção diz respeito às estratégias de combate às AC centradas em dois eixos fundamentais: mitigação e adaptação. A mitigação tem como objectivo reduzir as emissões dos gases com efeito de estufa e reduzir os riscos climáticos decorrentes da actividade humana. Pode ser encarada como um conjunto de medidas que procuram atacar o problema a partir das suas causas, reduzindo o risco futuro e a probabilidade da ocorrência de danos ambientais e suas consequências sociais. Incluem-se aqui, portanto, investimentos técnicos e infra-estruturas, medidas de promoção da produção de energia através de fontes renováveis, melhoria da eficiência energética, restrições à circulação de automóveis no centro das grandes cidades, etc. finalmente, para garantir maior eficácia, espera-se que estas medidas sejam abrangentes e envolvam desde o sector público, passando pelo sector privado, até aos cidadãos. De todos se espera e a todos se pede que assumam a responsabilidade social pela mudança e comportamentos mais "amigos do ambiente". A proximidade do poder local e a sua capacidade de influenciar as comunidades locais torna, por isso, os municípios fontes cruciais potenciadoras da mudança.

Por seu turno, a adaptação decorrerá do ajuste dos sistemas naturais ou humanos aos estímulos climáticos presentes e/ou futuros, procurando antecipar impactos negativos e, se possível, beneficiar de eventuais novas oportunidades. A adaptação lida fundamentalmente com a incerteza dos fenómenos climáticos e com o ciclo longo destes problemas procurando, através de várias medidas, reduzir a exposição ao risco e a vulnerabilidade climática das comunidades que variam de acordo com o seu grau de desenvolvimento (Felgenhauer e Webster, 2013), ou seja, com a acumulação de capitais específicos que decorrem de especificidades biofísicas e socioeconómicas particulares. Estamos, assim, perante um conjunto de medidas cujo objetivo é reduzir as consequências negativas de danos futuros, integrando uma panóplia de programas e políticas que rapidamente se transformaram em estratégias *mainstream* nesta matéria (Measham, et al. 2011), através de uma abordagem não se centra apenas nos impactos no meio natural, mas igualmente nos necessários ajustamentos sociais, a diferentes escalas (Adger, et al., 2005).

A incerteza e a longa duração dos fenómenos climáticos implicam uma política de combate às alterações climáticas que passa pela aplicação simultânea dos dois tipos de medidas (Felgenhauer e Webster, 2013). Trata-se, afinal, de um processo contínuo e dinâmico que implica, em cada fase, novas avaliações assentes no conhecimento adquirido. As decisões políticas e os investimentos não podem, por isso, ser decididos de forma rígida. Necessitam, antes, de reajustamentos continuados ao longo de todo o processo, a enquadrar numa perspetiva mais alargada e contando, como já foi referido, com a participação alargada dos diversos atores sociais. É, alias, este envolvimento que permite a antecipação de possíveis conflitos e a aquiescência pública no processo de implementação de medidas e soluções, num quadro de desenvolvimento sustentável nas comunidades (Laukkoven et al, 2009).

Longe está, portanto, a ideia de que a resposta às AC depende apenas do conhecimento científico. A capacidade adaptativa depende, para além da disponibilidade de recursos e da capacidade institucional, também (e talvez fundamentalmente) de uma abordagem abrangente que considere, nas várias etapas de implementação, todos os envolvidos e todas as partes interessadas. Afinal, a vulnerabilidade das comunidades locais aos impactos das mudanças climáticas é determinada por um complexo imbricado de fatores que passa pela sua localização e por fatores geofísicos; por factores sócio-económicos e de coesão social, pelo envolvimento e capacidade interventiva das comunidades locais e pela eficácia e capacidade de actuação e mobilização dos governos locais (Laukkonen, 2009). É, afinal, à escala local que se joga o sucesso da implementação de medidas de redução da emissão de gases de efeito de estufa e de adaptação às mudanças climáticas (Allman, Fleming e Wallace, 2004;

Measham, et al. 2011) e é precisamente a partir do seu lugar de charneira e mediação que os municípios podem desempenhar um papel de liderança decisivo e fundamental para a mudança que todos preconizam.

Inquérito aos municípios portugueses

Com base nos resultados de um inquérito por questionário aplicado a uma amostra representativa dos municípios portugueses, ensaiamos o diagnóstico da situação atual, destacando alguns aspetos relevantes das comunidades municipais, assim como algumas características específicas de iniciativas recenseadas e seus promotores. O inquérito insere-se no projeto BASE - Bottom-up Climate Adaptation Strategies for Sustainable Europe[1] (que pretende apoiar uma tomada de decisão partilhada e mobilizadora nas estratégias de adaptação, bem como apontar caminhos e programas de ação em Portugal e na Europa.

A aplicação do inquérito teve início em Janeiro de 2014 e prolongou-se até à primeira quinzena de Junho, data em que tinham respondido ao inquérito 109 dos 308 municípios portugueses. O pedido de resposta ao inquérito foi dirigido individualmente ao/à presidente de cada autarquia através de *email*, que depois deu resposta ou o remeteu aos respectivos serviços. Na sua aplicação foram definidos três critérios principais de amostragem: a região (NUT II), a força política no poder e a dimensão do município (número de habitantes), complementados depois com o envolvimento no Pacto de Autarcas e a localização na faixa litoral do território.

Resultados e discussão

As respostas obtidas cumprem os critérios definidos na amostragem. Foi elevada a adesão dos autarcas no sentido de preencherem inquéritos[2], ainda assim registaram-se dificuldades na obtenção de respostas de municípios de menor dimensão e do interior Norte, que estarão menos preparados do ponto de vista organizacional e recursos humanos para enfrentarem os impactos das AC. Na Tabela 1 podemos verificar a qualidade da amostra que cumpre quase escrupulosamente os requisitos para garantir representatividade nacional. Por último, quanto aos critérios adicionais de amostragem, 35,8% dos municípios que responderam são signatários do **Pacto de Autarcas**[3] e 23,9% localizam-se na faixa **litoral** do país.

---

1 Projeto financiado pelo 7.º Programa-Quadro para a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico – FP7, coordenado em Portugal pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, com a participação do Instituto de Ciências Sociais. No período 2012 a 2016, o projeto estuda a problemática das alterações climáticas e desenvolve várias iniciativas com o objetivo de fomentar a adaptação sustentável na Europa, bem como produzir e melhorar o conhecimento básico sobre adaptação, procurando tornar esta informação mais fácil de aceder, de compreender e acionar através da integração de posicionamentos e estratégias "Bottom Up" com processos e programas "Top Down".

2 A taxa de resposta ao inquérito foi relativamente elevada. Responderam 109 dos 308 municípios portugueses distribuídos numa amostra representativa dentro dos moldes previstos.

3 Criado em 2007, "o Pacto de Autarcas é o principal movimento europeu a envolver autarquias locais e regionais que voluntariamente se empenham no aumento da eficiência energética e na utilização de fontes de energias renováveis nos respetivos territórios". Através do compromisso do município, "os Signatários pretendem atingir e ultrapassar o objetivo da União Europeia de reduzir o CO2 em 20% até 2020" (Pacto de Autarcas, 2014).

Região NUTS 2	Amostra	Universo
Norte	25,69%	27,92%
Centro	33,94%	32,47%
Lisboa	6,42%	5,84%
Alentejo	19,27%	18,83%
Algarve	5,50%	5,19%
Açores	6,42%	6,17%
Madeira	2,75%	3,57%

Força Politica Presidente Câmara	Amostra	Universo
PS	47,71%	48,7%
PSD	25,69%	27,92%
PCP-PEV(CDU)	13,76%	11,03%
CDS-PP	1,83%	1,62%
PSD/CDS/Outros	8,26%	6,49%
Independentes	3,00%	4,00%

Dimensão (N.º Habitantes)	Amostra	Universo
< 7.500	22,02%	29,55%
7.500 – 20.000	22,94%	29,22%
20.000 – 50.000	29,36%	22,08%
50.000 – 100.000	14,68%	11,36%
> 100.000	11,01%	7,79%

Faixa Litoral 23,9% (Univ. 16,23%)

Signatários do Pacto de Autarcas 35,8% (Universo 30,84%)

Tabela 1 – Representatividade da amostra de municípios respondentes

Ainda que não se trace o perfil dos respondentes (interessou, sobretudo, caracterizar os municípios e as iniciativas por eles desenvolvidas na área das AC), quisemos saber quais as funções desempenhadas por quem respondeu ao inquérito já que, se os técnicos garantem *know how* e capacidade técnica para garantir intervenções informadas, são os políticos que detém o poder de decisão e de quem depende, afinal, a maior ou menor abertura à sociedade civil e à partilha desse mesmo poder de decisão.

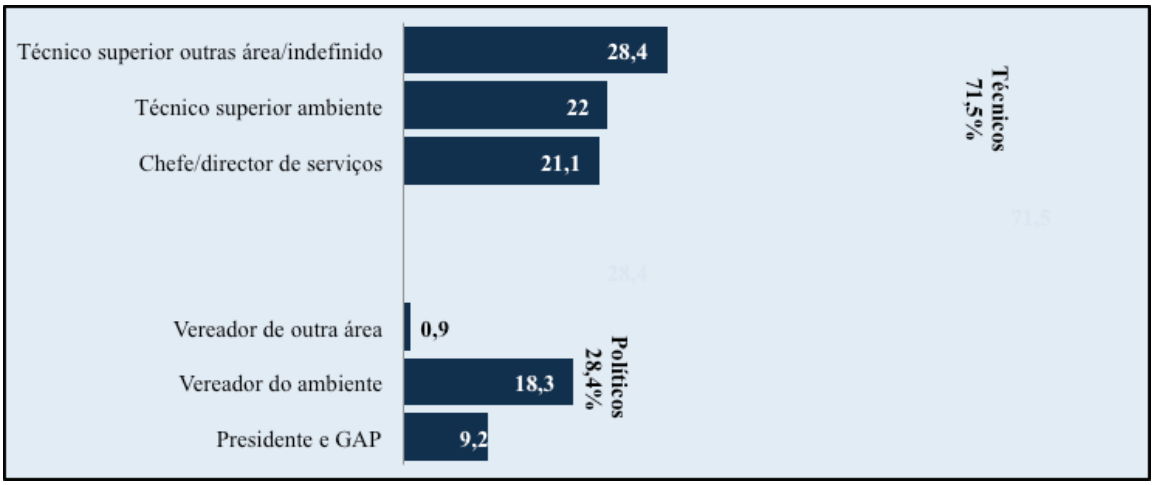

Figura 1 - Perfil dos respondentes ao inquérito

As respostas mostram que as funções variam de município para município mas, maioritariamente, foram os técnicos que assumiram a responsabilidade da resposta (Figura 1).

Os dados mostram que a maioria dos respondentes é técnico autárquico: 28,4% dos é técnico superior de outras áreas que não a ambiental (ou não identificam a área), 22% é técnico superior de ambiente e 21,1% identifica-se como sendo chefe de serviço. Temos assim que a esmagadora maioria (71,5% dos respondentes) assume a qualidade de técnicos autárquico e os restantes 28,4% assume-se como decisor político, com pertença à vereação do Ambiente (18,3% de respostas), à presidência da Câmara ou ao respetivo gabinete de apoio (9,2% de respostas) e, ainda, a vereações de outras áreas (0,9% das respostas).

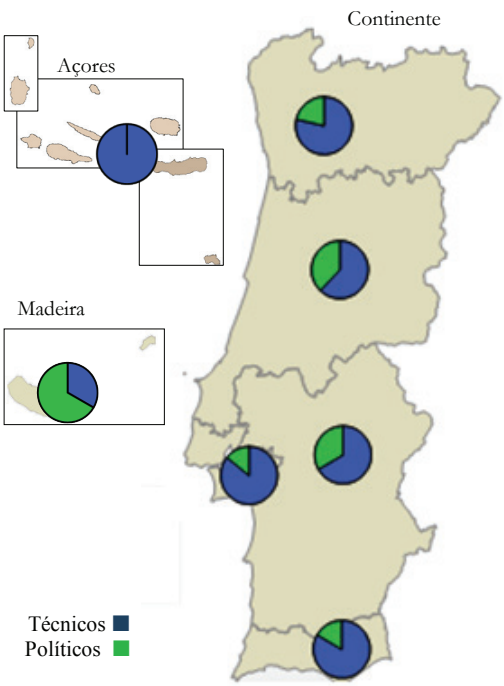

Figura 2 - Respondente segundo a região

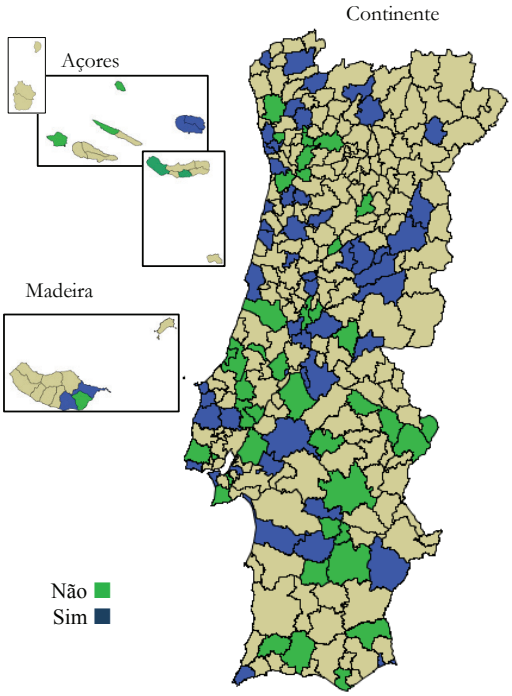

Figura 3 - Ações de adaptação / mitigação

O mapa da Figura 2 mostra que somente na Madeira os políticos superaram os técnicos, a que não é alheio o facto de apenas terem respondido ao inquérito três municípios deste arquipélago. Pelo contrário, nos Açores foram os técnicos a preencher o inquérito. Quanto ao Continente, os técnicos destacam-se globalmente como responsáveis pelas respostas ao inquérito mas as Regiões Centro e Alentejo tendem a mostrar uma taxa de resposta de políticos um pouco maior que a média nacional.

Quando questionados se desenvolvem ações de mitigação/adaptação às alterações climáticas, à escala do país, 50,5% dos municípios afirmaram estar a desenvolver ações, 43,1% deram uma resposta negativa e 6,4% responderam "não saber" (situação que se justificará com eventuais problemas de comunicação entre os diversos serviços). O mapa da Figura 3 confirma que na região Centro é maior o número de municípios a desenvolver ações de mitigação/adaptação, com a particularidade de serem municípios tanto do Centro Litoral como do Centro Interior. Efetivamente, 73% dos respondentes da Região Centro afirmaram estar a desenvolver ações, seguidos de perto pelos respondentes da Madeira com 66,7%, mas cujo número de respostas (3) deixa em aberto o efetivo desempenho desta região autónoma. Seguem-se sempre em número decrescente, a Região Norte com 50%; a Região de Lisboa com 42,9%; o Algarve com 33,3%; a Região Autónoma dos Açores com 28,60%; e o Alentejo com apenas 23,8% dos municípios a afirmar estar a desenvolver ações de mitigação/adaptação às alterações climáticas.

Interessa, então, perceber que tipo de ações estão a ser desenvolvidas. Com efeito, sendo a mitigação e a adaptação estratégias de políticas públicas complementares para a gestão do risco climático que devem ser articuladas, uma das principais dificuldades no processo da sua implementação decorre, justamente, da forma como se processa a sua articulação. As estratégias de adaptação requerem uma visão de longo prazo, nem sempre coincidente com os ciclos das políticas públicas colados aos ciclos eleitorais que, muito frequentemente, preferem concentrar-se em soluções de curto prazo (Huq et al., 2006; Laukkoven et al, 2009).

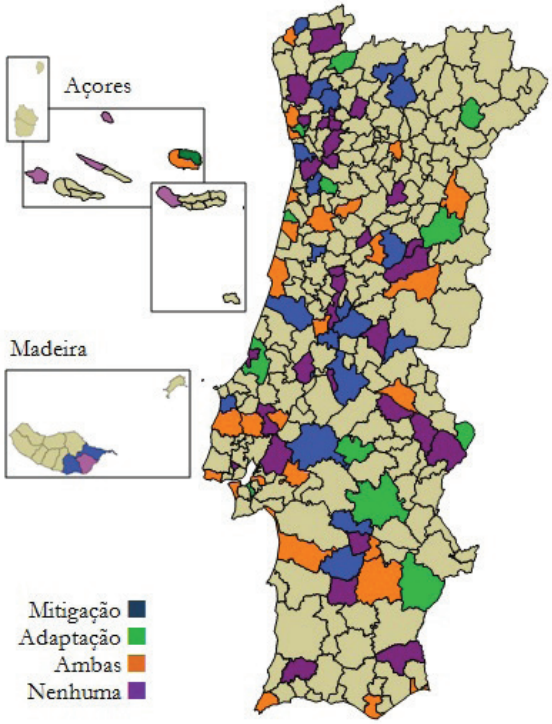

Figura 4 - Tipologia de medidas aplicadas pelos municípios por região

Dada a escassez de recursos públicos (agudizada em tempos de crise económica), a perceção de uma ameaça sentida como não iminente instala a inércia e o consequente adiamento de medidas (inércia esta que não é igualmente alheia, como veremos mais adiante, à falta de informação e desconhecimento sobre impactos e medidas).

Assim, os municípios, e também o poder político nacional, têm vindo a apostar, sobretudo, em estratégias de mitigação que, na prática, se mostram mais rentáveis politicamente (porque mais imediatas) e, sobretudo, menos exigentes em termos de investimento público. Isto apesar da necessidade crucial de pensar uma estratégia de longo prazo que não dispensa a integração de ambos os tipos de medidas.

Assim, no sentido de se identificarem o tipo de ações que estão a desenvolver, pedimos aos inquiridos que nos dissessem se, no seu município, desenvolvem ações de mitigação, adaptação, ambas ou nenhuma.

A nível nacional, 20,2% dos municípios responderam estarem a implementar medidas de mitigação, 11,9% de adaptação e 24,8% ações de ambos os tipos. Por região, foi nos Açores que os municípios mais responderam não estarem a desenvolver "nenhuma ação" (57,1%), seguindo-se o Norte (35,7%), Alentejo (33,3%), Algarve (33,3%) e o Centro (29,7%). O Algarve destaca-se por ser a região onde mais municípios afirmam terem adotado "ambas" as ações (50%), seguindo-se a Lisboa (42,9%), Centro (29,7%) e o Alentejo (23,8%).

Quanto às ações de "mitigação" é a Madeira, com 66,7% das respostas, que se destaca. Segue-se, a alguma distância, a Região Centro (27%), Norte (25%) e Alentejo (14,3%). Por último, as medidas de adaptação são referidas pelos municípios do Alentejo (19%), de Lisboa (14,3%), da Região Norte (14,3%), dos Açores (14,3%) e da Região Centro (8,1%).

Repare-se que, ao contrário das respostas â questão anterior estas não acompanham a mesma tendência. As regiões Norte e Centro estão mesmo entre aquelas cujos respondentes mais afirmam não desenvolver "nenhuma ação". Esta descoincidência justificar-se-á com o facto do combate às AC entre os municípios portugueses ser um processo relativamente recente e fortemente marcado pela adesão ao Pacto de Autarcas. Uma vez que a adesão a esta iniciativa é recente e ainda está em curso, os municípios encontram-se numa fase de preparação dos documentos necessários para garantir a sua adesão à rede, nomeadamente os respetivos Planos de Ação para a Energia Sustentável (PAES).

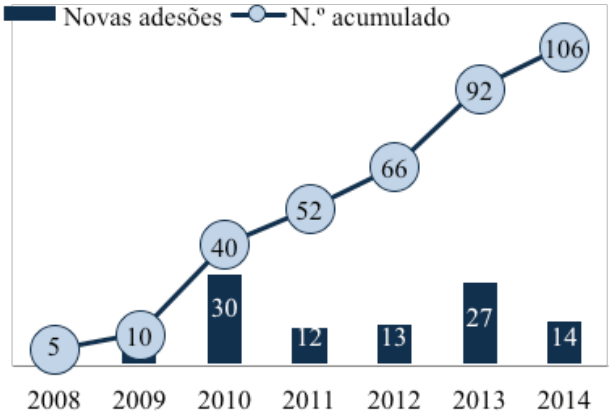

Figura 5. Evolução do n.º de concelhos signatários do Pacto de Autarcas

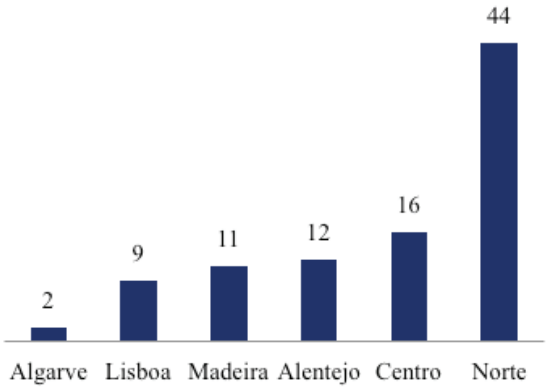

Figura 6. Distribuição dos concelhos signatários do Pacto de Autarcas por região

O Pacto de Autarcas e as iniciativas locais daí decorrente são um processo que, em grande parte dos municípios portugueses, está ainda em fase de lançamento. Portugal foi um dos pioneiros do Pacto de Autarcas, com a adesão em 2008 dos municípios de Águeda, Cascais, Lisboa, Porto e Vila Nova de Gaia. Em Novembro de 2014, são signatários 106 câmaras, uma Junta de Freguesia (a actual União de Freguesias de Moura e Santo Amador) e uma agência de energia (Agência de Energia Médio Tejo 21).

Os dados sobre os signatários comprovam a importância de lideranças à escala local e regional, já evidenciadas nos processos de Agenda 21 Local (Schmidt, Nave e Guerra, 2005), na medida em que sugerem que a adesão a esta rede é suscitada pela integração prévia dos municípios em estruturas regionais

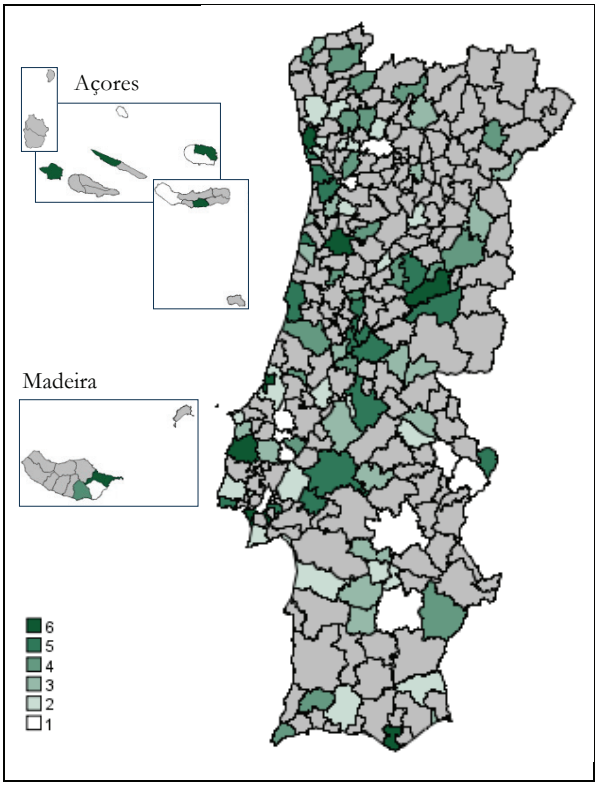

Figura 7 - A adaptação é uma orientação importante nas atividades do município

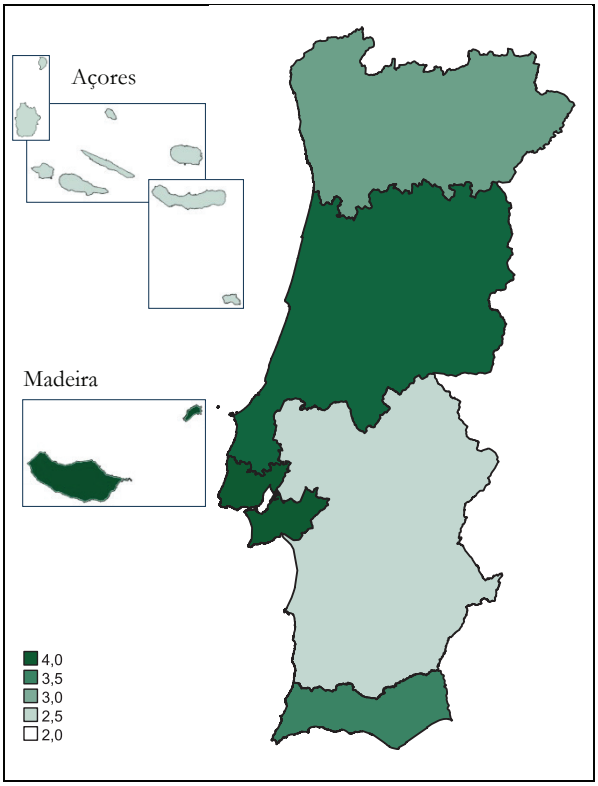

Figura 8 - A adaptação é uma orientação municipal importante segundo a região

Tratando-se de um processo ainda recente, talvez isso explique porque a preocupação com os problemas relacionados com as AC e com a energia esteja ainda pouco refletida nas ações de planeamento municipais. Em resposta a uma questão que pretendia saber se adaptação às AC é uma orientação importante no planeamento das atividades do município, a maioria dos respondentes assume que a adaptação às AC não é ainda uma orientação importante no planeamento das suas atividades municipais: 56,9% respondeu ser "nada ou pouco importante". Fatores como o impacto do mau tempo no Inverno 2013/2014, assim como a possibilidade de inscrição de alguns projectos no novo quadro de financiamento europeu, podem a breve trecho fazer reverter esta posição, prova disso é que nos primeiros meses de constituição da iniciativa europeia *Mayors Adapt* aderiram nove municípios portugueses: Águeda, Alfândega da Fé, Anadia, Cascais, Estarreja, Ílhavo, Lisboa, Vagos e Vila do Conde (*Mayors Adapt*, 2014).

O mapa da Figura 7 mostra igualmente que a importância dada à adaptação não surge equitativamente repartida pelo território. Amarante, Azambuja, Beja, Castelo de Paiva, Elvas, Évora, Monforte, Ponta Delgada, Rio Maior qualificam como "nada importante" a adaptação às alterações climáticas no planeamento de atividades do município. Pelo contrário, Águeda, Almada, Barreiro, Covilhã, Faro, Machico, Nazaré, Torres Vedras e Vila do Conde consideram ser "muito importante" essa adaptação. Ainda de acordo com a Figura 7, verifica-se que os municípios que atribuem maior importância à adaptação às AC equivalem, *grosso modo,* aos que afirmaram desenvolver ações de mitigação/adaptação. O mapa da Figura 8, por seu turno, confirma que a Região Centro como aquela onde maior importância se dá às AC nas atividades municipais.

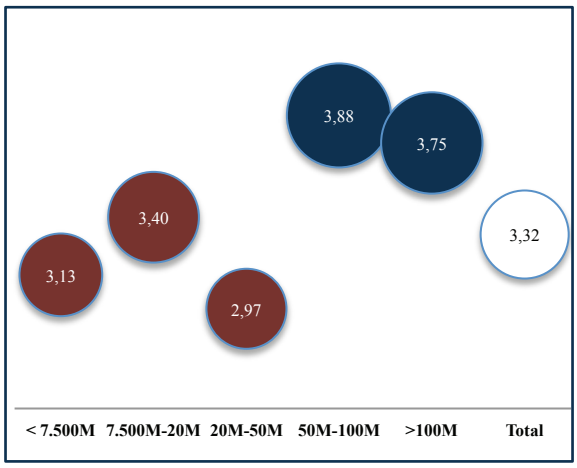

Figura 9 - Importância da adaptação no planeamento por dimensão do município

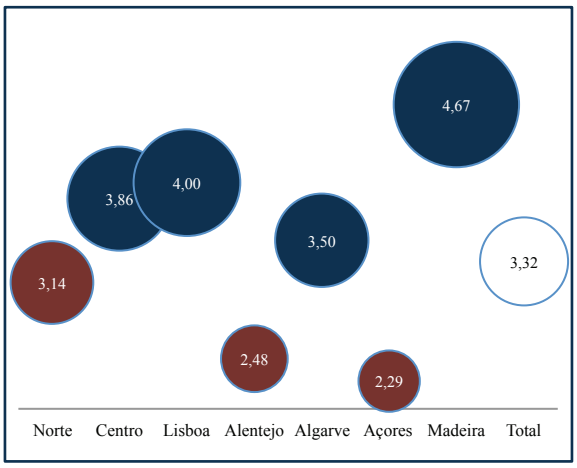

Figura 10 - Importância da adaptação às AC no planeamento por região

Os dados mostram ainda que os concelhos de maior dimensão são os que alcançam maiores médias na importância atribuída às medidas de adaptação no planeamento municipal (Figura 9), enquanto os de menor dimensão (em termos populacionais) se ficam, em qualquer caso, abaixo da média nacional (3,32). Quanto às regiões, a Madeira destaca-se com a maior média (4,67), seguida a alguma distância por Lisboa, Centro e Algarve. No fim da tabela surgem os Açores e o Alentejo, enquanto a Região norte se aproxima da média nacional.

A comprovar igualmente que a aplicação de medidas de combate às alterações climáticas à escala local se encontra numa fase embrionária está o facto de as estruturas autárquicas e os respetivos recursos humanos não estarem ainda preparados, de acordo com os inquiridos, para enfrentar o problema. Sobre este aspeto quisemos conhecer as possíveis transformações institucionais suscitadas pelas alterações climáticas.

Assim, perguntámos aos representantes dos municípios "se, na Câmara, há alguém ou algum departamento responsável pela implementação de ações de mitigação ou adaptação sustentável às AC". De acordo com os resultados expostos na Figura 11, em apenas 1,8% dos casos é dito "Sim, existe um comité interdepartamental para esse fim" (Seia e Torres Vedras), e apenas Vila Nova de Cerveira (correspondente a 0,9%) confirma que "sim, existe um departamento específico para esse fim". Por seu turno 15,6% afirmam que "sim, existe um departamento, mas acumula outras funções" e mais de 52% afirma que "não, mas existe um departamento para o ambiente". Finalmente, refira-se, ainda que 28,4 das autarquias admitirem não existir ninguém, nem nenhum

departamento, responsável pelo assunto.

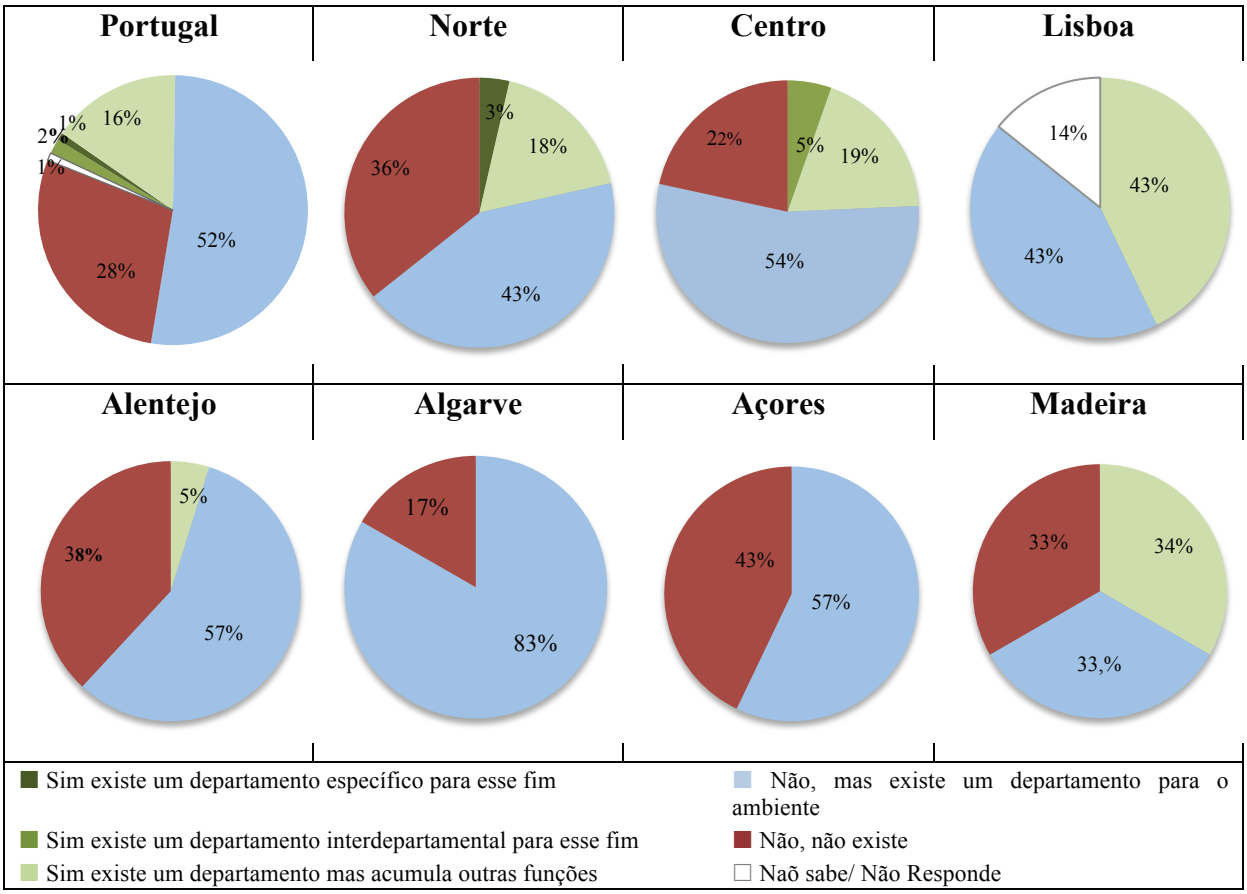

Figura 11 – Existência de um departamento municipal responsável pela implementação de ações de mitigação ou adaptação às AC

Temos assim que a Região Centro destaca-se por ser a única onde é dito "Sim existe um departamento específico para esse fim". A esmagadora maioria dos municípios possuem um departamento de ambiente onde estas questões são tratadas ou outro departamento que acumule essas funções. Refira-se igualmente a elevada percentagem de municípios que afirmam "não existir" nenhum responsável ou organismos interno, com valores mais expressivos nos Açores (42,9%), seguidos pelos do Alentejo (38,1%) e do Norte (35,7%).

	Signatário do PA	Não signatário do PA
Sim, existe um comité interdepartamental para esse fim	5,1%	0,0%
Sim existe um departamento específico para esse fim	2,6%	0,0%
Sim existe um departamento, mas acumula outras funções	33,3%	5,7%
Não, mas existe um departamento para o ambiente	35,9%	61,4%
Não, não existe	23,1%	31,4%
NS/NR	0,0%	1,4%

Tabela 2. Existência de um departamento municipal responsável pela implementação de ações de mitigação ou adaptação às AC, por signatários do Pacto de Autarcas

Como parece ficar claro a partir dos dados expressos na Tabela 2, os municípios signatários do Pacto de Autarcas sentem-se melhor preparados para enfrentar as alterações climáticas, o que deverá decorrer na necessidade de possuírem uma estrutura interna de resposta às várias fases de adesão[4]. Com efeito, 5,1% dos municípios signatários do Pacto de Autarcas afirmam possuírem um comité interdepartamental que dê resposta às AC, 2,6% que existe um departamento e 33,3% que existe um departamento embora acumule outras funções. Pelo contrário, os não signatários concentram a sua resposta de forma esmagadora na resposta "não, mas existe um departamento para o ambiente" (61,4%), a que se segue a resposta "não, não existe" (41,4%.

Informação e conhecimento

Tratando-se de um tema emergente que causa, para além de uma crescente apreensão social, situações de calamidade pública a que os municípios têm que dar resposta, a disponibilidade de informação para pensar a ação futura e enfrentar as adversidades do presente é fator importante que pode fazer a diferença.

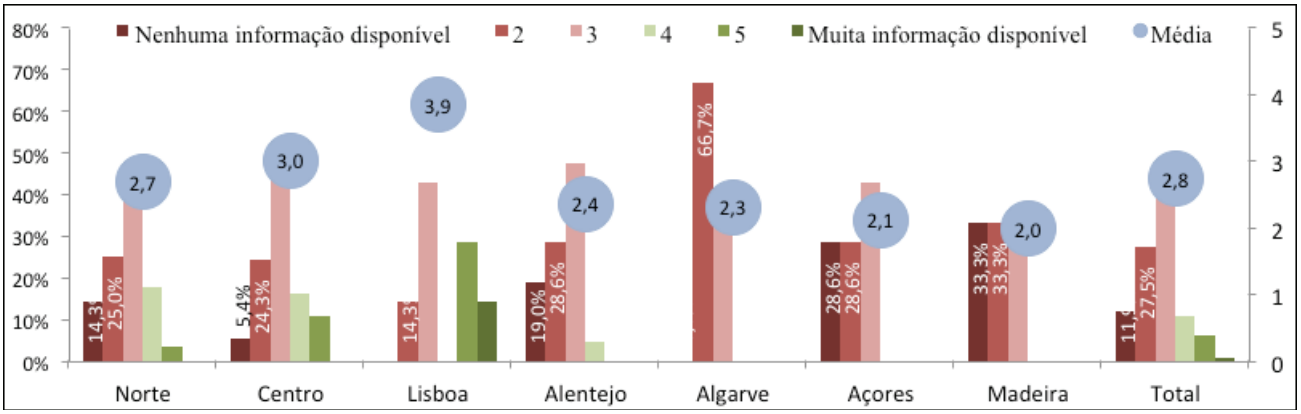

Figura 12 – Grau de informação sobre alterações climáticas e desenvolvimento sustentável nos municípios, por região

No que a este tema diz respeito, os resultados mostram uma enorme e geral falta de informação, concentrando-se 81,6% das respostas nas categorias que declaram falta de informação (Figura 12). Pela positiva destaca-se, sobretudo, a Região de Lisboa, onde 14,3% dos inquiridos declaram dispor de muita informação disponível (o grau mais elevado) e 28,6% a posicionam-se na categoria imediatamente anterior.

As lacunas de informação repercutem-se, assim, no conhecimento sobre o tema e, mais especificamente, sobre os impactos das AC (globais e locais), bem como sobre a tipologia de medidas a implementar (mitigação e adaptação).

4 A adesão ao Pacto de Autarcas ocorre em três fases: i) criação de estruturas administrativas específicas, preparação de Inventário de Referência e do Plano de Ação; ii) entrega do Plano de Ação e respetiva implementação e monitorização; iii) entrega periódica de relatórios de implementação (Pacto de Autarcas, 2014).

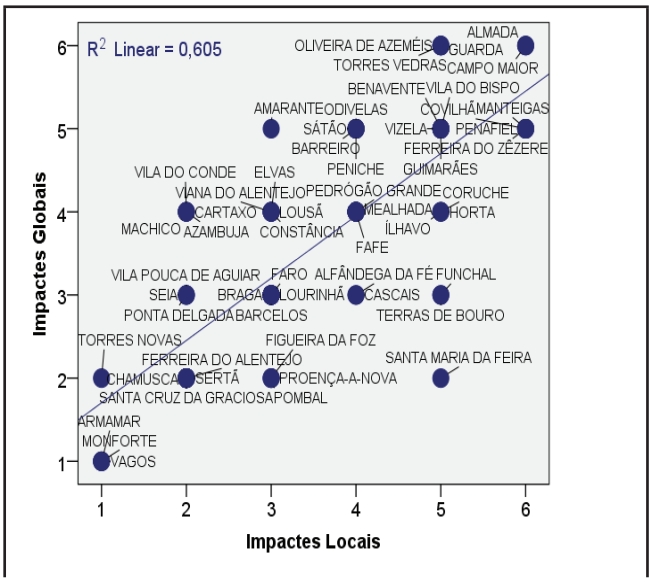

Figura 13 - Conhecimento sobre impactes globais e locais das AC

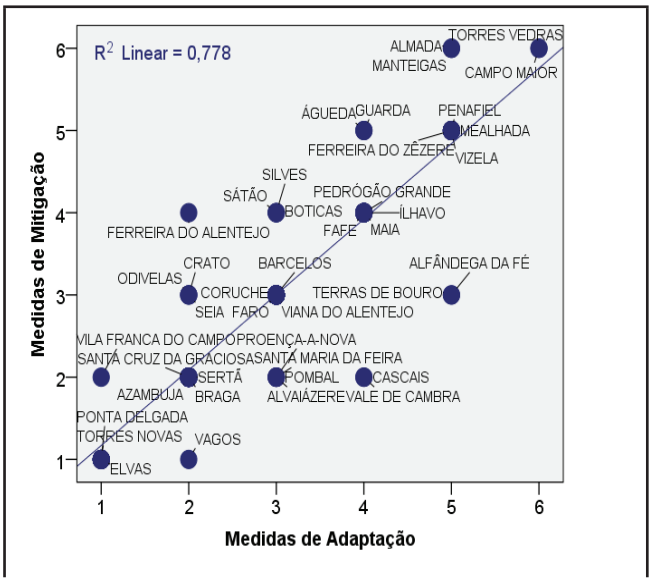

Figura 14 – Conhecimento sobre medidas de mitigação e adaptação

De acordo com as Figuras 13 e 14, entre os municípios que declaram possuir muito conhecimento quer sobre impactos globais, quer sobre impactos locais destacam-se Almada e Campo Maior. Em sentido inverso (entre os que se declaram mais carentes de conhecimentos nesta área) destacam-se Armamar, Monforte e Vagos. Já relativamente à tipologia de medidas preconizadas para intervir (i.e., mitigação e adaptação), destacam-se os municípios de Campo Maior e Torres Vedras pela positiva, enquanto pela negativa se podem referir os municípios de Elvas, Monforte, Ponta Delgada e Torres Novas. Mais do que uma explicação geográfica ou territorial, o que os dados sugerem é que o conhecimento declarado depende, e como seria espectável, da capacidade instalada existente nos municípios mais populosos, mas parece ser igualmente determinante o papel desempenhado pelo respondente (função muitas vezes assumida por um técnico municipal) e do interesse que ele próprio desenvolve sobre estas temáticas.

Catalisadores da mudança

O inquérito procurou saber qual o instrumento inspirador das medidas e ações implementadas pelos municípios. Com base nos resultados, concluímos que a Estratégia Nacional de Adaptação parece ser o modelo para 56,4% dos respondentes, seguindo-se, com 15,4% cada o Plano Estratégico do Município e o Pacto de Autarcas (incluindo este último o Plano de Ação para a Energia Sustentável, um dos compromissos assumidos no âmbito do Pacto de Autarcas), e com 12,8% a Estratégia Europeia de Adaptação às Alterações Climáticas.

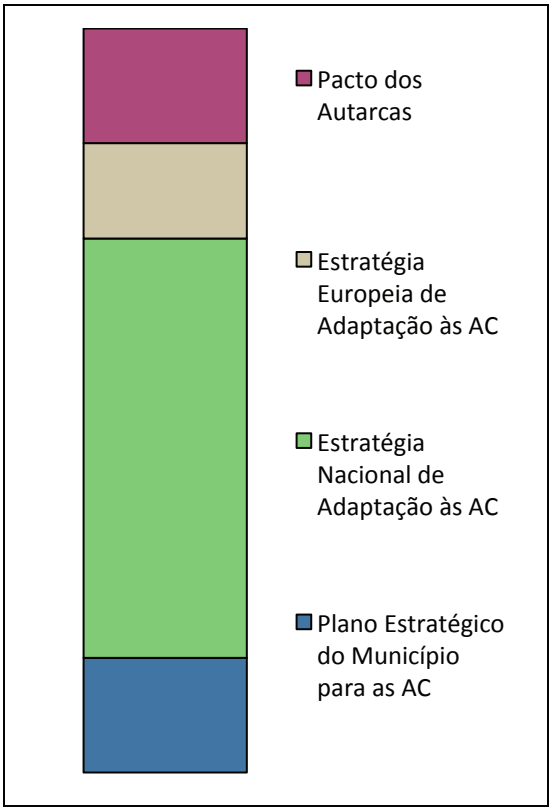

Figura 15 – Instrumento inspirador para a estratégia de adaptação municipal

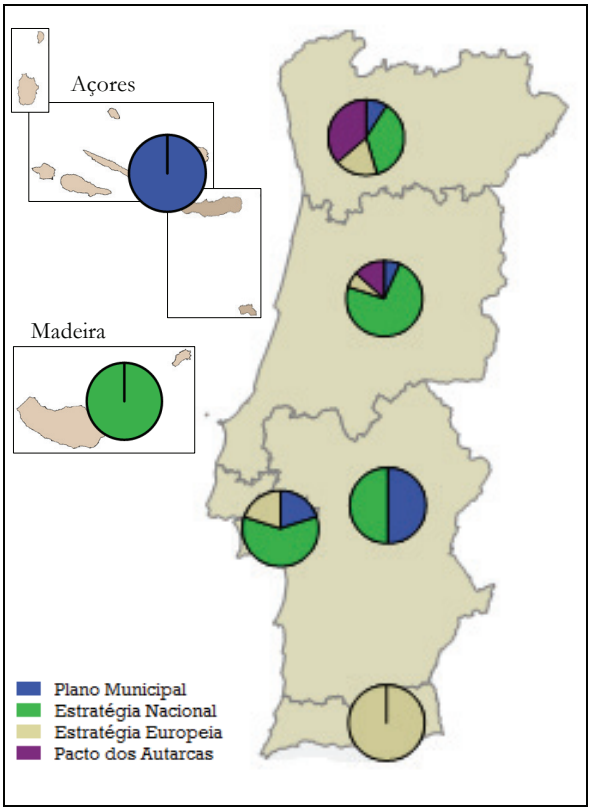

Figura 16 – Instrumento inspirador para a estratégia de adaptação municipal por regiões

O Plano Estratégico do Município para as Alterações Climáticas inspirou 100% das medidas e ações implementadas pelos municípios dos Açores e 50% das medidas e ações dos municípios do Alentejo. A Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas inspirou a totalidade das medidas e ações dos três municípios da Madeira; 73,3% na região Centro; 60% Lisboa; 50% no Alentejo e 36,4% das medidas e ações na região Norte. Os documentos europeus que inspiraram ações e medidas dos municípios portugueses foram a Estratégia Europeia de Adaptação às Alterações Climáticas – inspirou 100% das medidas e ações dos municípios do Algarve; 20% de Lisboa e 18,2% do Norte – e o Pacto de Autarcas, que inspiram apenas os municípios do Norte (36%) e Centro do país (13%), muito embora a adesão a esta rede esteja amplamente distribuída por todo o território.

Para se conhecer de forma mais abrangente o que motivou igualmente a decisão dos municípios em avançarem com medidas de combate às AC, nesse sentido procurou-se saber quais os fatores que pesaram mais na decisão de agir perante as alterações climáticas destacam-se as respostas cujos inquiridos classificaram como "muito importantes" o peso dos fatores: "proteção e segurança (39,3% de respostas), "vontade política" (30,8%), "vulnerabilidade geográfica" (25,2%) e o "desenvolvimento económico" (24,3%). A "pressão da sociedade civil" é o fator que obtém uma percentagem mais reduzida, apenas com 9,3% de respostas a assinalarem ser "muito importante". Confirmando-se que as questões sociais são proteladas relativamente às questões do risco, mas também políticas, económicas e de conservação do património.

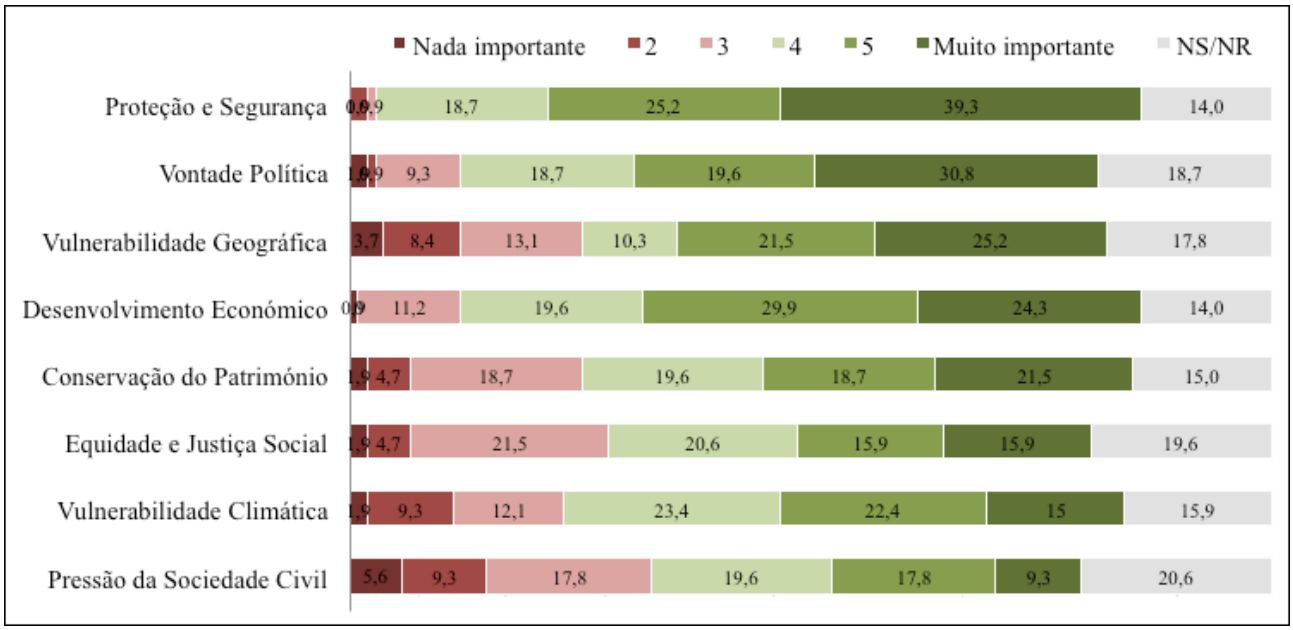

Figura 17 -Fatores que pesaram mais na decisão de agir perante as alterações climáticas

Foi igualmente solicitado aos autarcas que identificassem dois dos mais importantes fatores que parecem motivar ações de adaptação a nível municipal. Em resposta os inquiridos realçaram a "consciência cívica de que é importante atuar" (26,4%) e o "receio de impactos futuros previstos para a região" (21,2%). Identificando em segundo plano o "agravamento de problemas existentes na região (i.e., erosão costeira, seca) (14,2%), a "experiência de impactes na região" (13,2%); a disponibilidade de linhas de financiamento para agir" (11,8%), a "integração em redes municipais relacionadas com tema" (11,3%); e os "resultados de investigações científicas (e.g., relatórios do IPCC) (1,9%). Em segundo plano identificaram o "agravamento de problemas existentes na região (i.e., erosão costeira, seca) (14,2%), a "experiência de impactes na região" (13,2%); a disponibilidade de linhas de financiamento para agir" (11,8%), a "integração em redes municipais relacionadas com tema" (11,3%). Por último, não ultrapassando os 1,9%, surgem os "resultados de investigações científicas" (e.g., relatórios do IPCC).

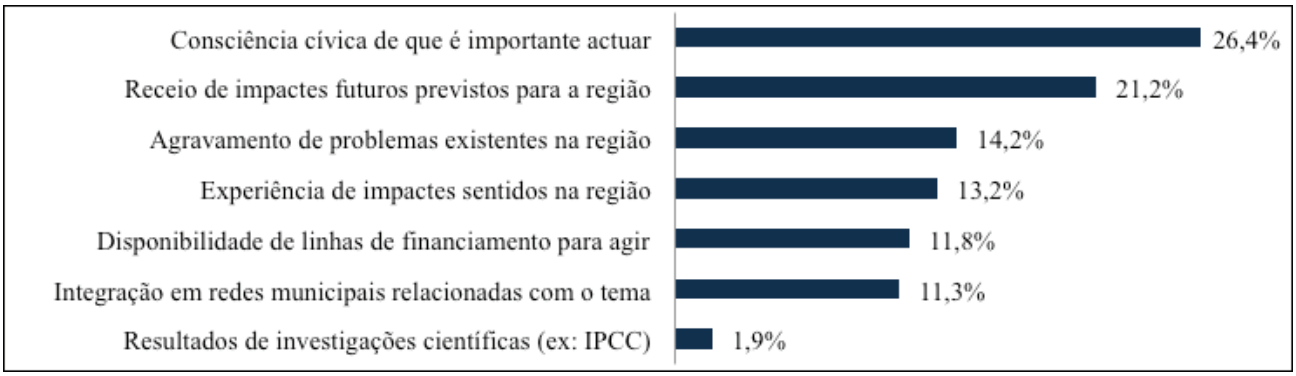

Figura 18. Fatores mais importantes que motivaram as ações de adaptação a nível municipal

Na análise por região registam-se algumas diferenças. Os autarcas da região Norte destacam a consciência cívica de que é importante atuar (38%), o agravamento de problemas existentes na região (16%) e a integração em redes municipais (16%). Por seu turno, os autarcas da região Centro ressaltam mais o "receio de impactes futuros previstos para a região" (24,1%), a "consciência cívica de que é importante atuar" (22,8%), e a integração em redes municipais (13,9%) e a experiência de impactes sentidos na região (13,9%).

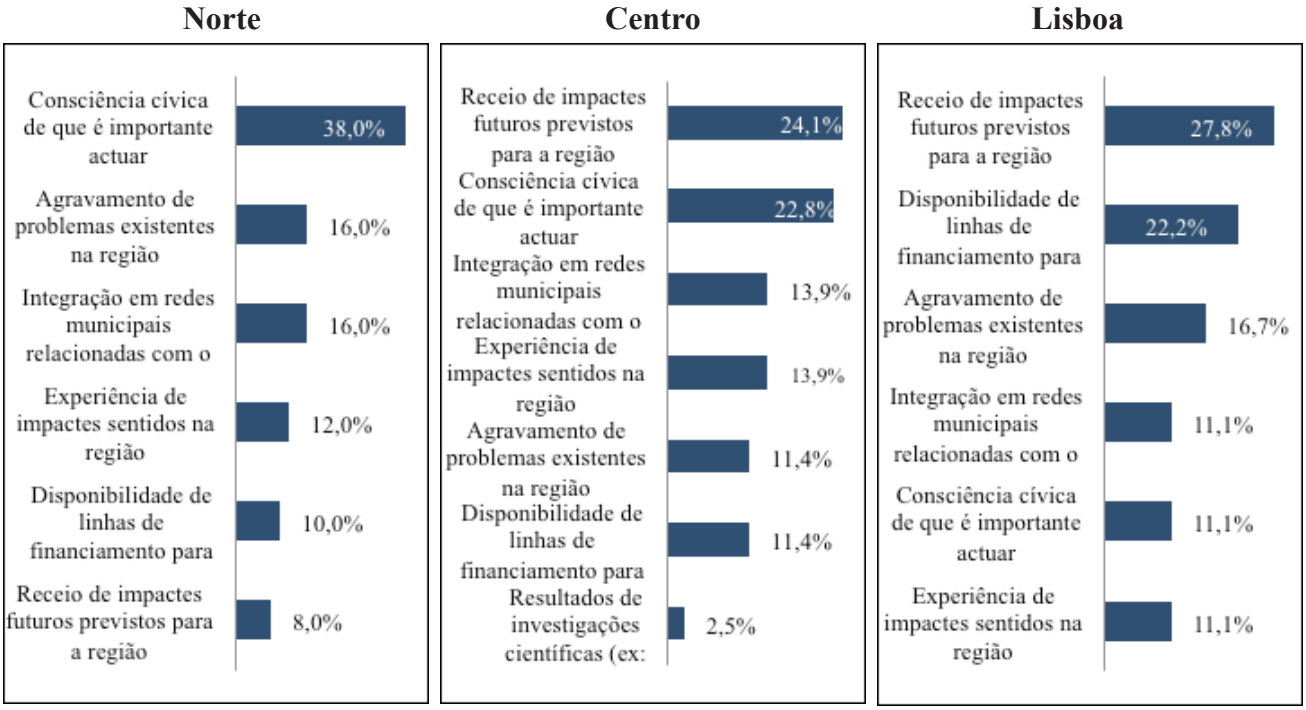

Figuras 19, 20, 21. Fatores mais importantes que motivaram as ações de adaptação a nível municipal (Norte, Centro e Lisboa)

Quanto aos autarcas da região de Lisboa respondem quase tudo mais, destacando o receio de impactes futuros previstos para a região (27,8%), mas também a disponibilidade de linhas de financiamento para agir (22,2%) e o agravamento de problemas existentes na região (16,7%).

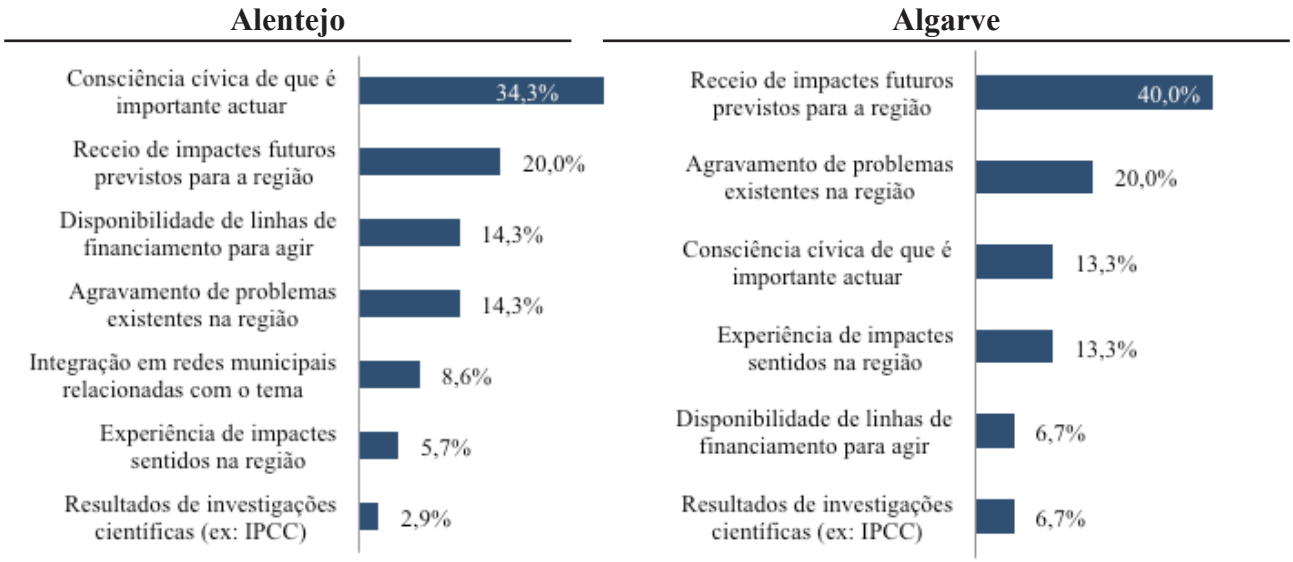

Figuras 22 e 23. Fatores mais importantes que motivaram as ações de adaptação a nível municipal (Alentejo e Algarve)

No Alentejo os autarcas destacam sobretudo a consciência cívica de que é importante atuar (34,3%), indicando seguidamente o receio de impactes futuros previstos para a região (20%), a disponibilidade de linhas de financiamento (14,3%) e o agravamento de problemas existentes na região (14,3%). No Algarve a totalidade dos autarcas destacam o receio de impactes futuros previstos para a região (40%), seguindo-se o agravamento de problemas existentes na região (20%), a consciência cívica de que é importante atuar (13,3%) e a experiência de impactes sentidos na região" (13,3%).

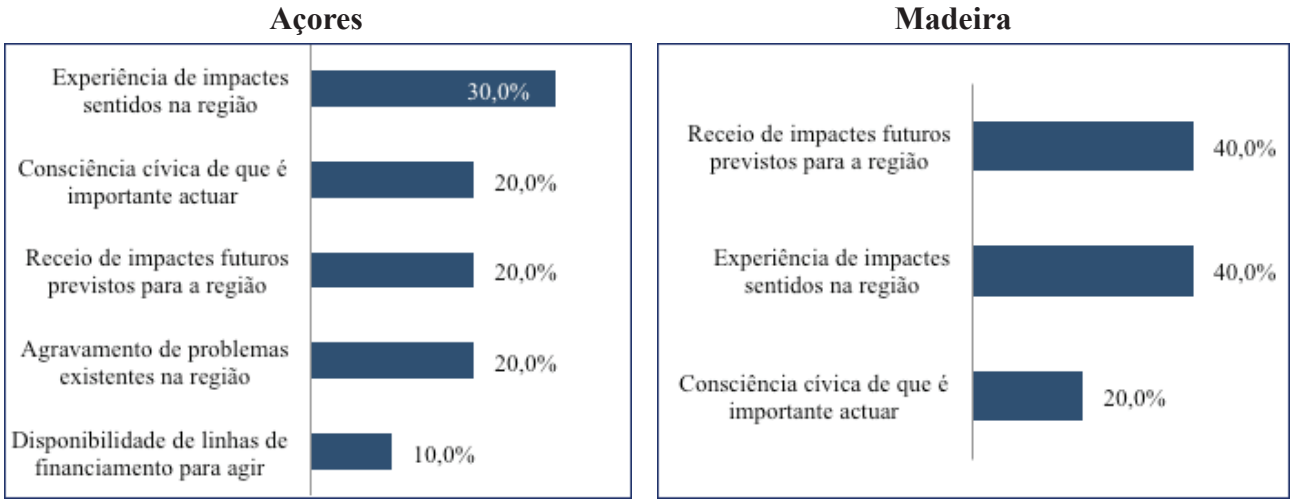

Figuras 24. e 25. Fatores mais importantes que motivaram as ações de adaptação a nível municipal (Açores e Madeira)

Nas regiões insultares, os autarcas da Região Autónoma dos Açores distribuem as suas respostas por cinco dos fatores propostos no inquérito, sobressaindo a experiência de impactes sentidos na região (30%), a consciência cívica de que é importante atuar (20%), o receio de impactes futuros previstos para a região (20%) e o agravamento de problemas existentes na região (20%). Já na Região Autónoma da Madeira os autarcas concentram as suas respostas no receio de impactes futuros para a região (40%), na experiência de impactes sentidos na região (40%) e na consciência cívica de que é importante atuar (20%).

	Experiência de impactes sentidos na região	Agravamento de problemas existentes na região (ex: erosão costeira; seca)	Receio de impactes futuros previstos para a região	Resultados de investigações científicas (ex: relatórios do IPCC)	Consciência cívica de que é importante actuar	Integração em redes municipais relacionadas com o tema	Disponibilidade de linhas de financiamento para agir
Litoral	16,4%	26,2%	26,2%	4,9%	14,8%	3,3%	8,2%
Interior	11,9%	9,3%	19,2%	0,7%	31,1%	14,6%	13,2%

Tabela 3. Fatores mais importantes que motivaram as ações de adaptação a nível municipal, segundo a localização litoral/interior

Provavelmente em resultado do mau tempo que afectou o país no Inverno 2013/2014, os autarcas da faixa litoral enfatizam mais factores como: a "experiência de impactes sentidos na região" (litoral 16,4%; interior 11,9%); o "agravamento de problemas existentes na região (ex: erosão costeira; seca)" (litoral 26,2%; interior 9,3%); o "receio de impactes futuros previstos para a região" (litoral 26,2%; interior 19,2%) e os "resultados de investigações científicas (ex: relatórios do IPCC)" (litoral 4,9%; interior 0,7%).
Já os autarcas do interior respondem mais a factores como: a "consciência cívica de que é importante actuar" (litoral 14,8%; interior 31,1%); a "integração em redes municipais relacionadas com o tema" (litoral 3,3%; interior 14,6%) e a "disponibilidade de linhas de financiamento para agir" (litoral 8,2%; interior 13,2%).
Vemos, em síntese, que os municípios destacam de forma desigual os fatores que motivaram as suas ações, destacando aqueles que se identificam com a situação de contexto e experiência vivida, designadamente quando respondem que a sua decisão foi impulsionada por "experiências de impactes sentidos na região", o receio de impactes futuros e a experiência já sentida desses impactes.

Plano de Municipal de Adaptação às AC

Naturalmente que neste texto não cabem todos os dados do inquérito BASE, mas não queremos terminar sem se apresentar a resposta à questão que pretendeu saber se os municípios estão a desenvolver ou possuem um

plano/estratégia de adaptação às Alterações Climáticas.
Em resposta, 70,6% dos seus representantes declarou que o respetivo município não possui nenhum plano, 15,6% afirmou que se encontra em desenvolvimento um plano para posterior implementação e apenas 10,1% referiu que o município possui um plano no terreno. Cerca de 3,7% remeteram a resposta para planos gerais (ex. Plano Municipal de Ambiente e Agenda 21 Local), nos quais consideram estar previstas as medidas a adotar.
Em termos regionais, nas regiões de Lisboa e na Madeira pelas razões referidas a totalidade dos autarcas afirmaram não possuir planos/estratégias de adaptação. Do mesmo modo, 85,7% dos municípios dos Açores; 81% do Alentejo; 75% do Norte; 57,1% de Lisboa e 54,1% do Centro, afirmaram não possuir planos/estratégias de adaptação às AC. É no Centro que se obtém a maior percentagem de municípios a afirmar que "está a ser desenvolvido um plano" (32,4%), seguindo-se os Açores (14,3%), Alentejo (9,5%) e Norte (7,4%). A existência de um plano é referida sobretudo no Norte (17,9%), Lisboa (14,3%), Alentejo (9,5%) e Centro (8,1%).

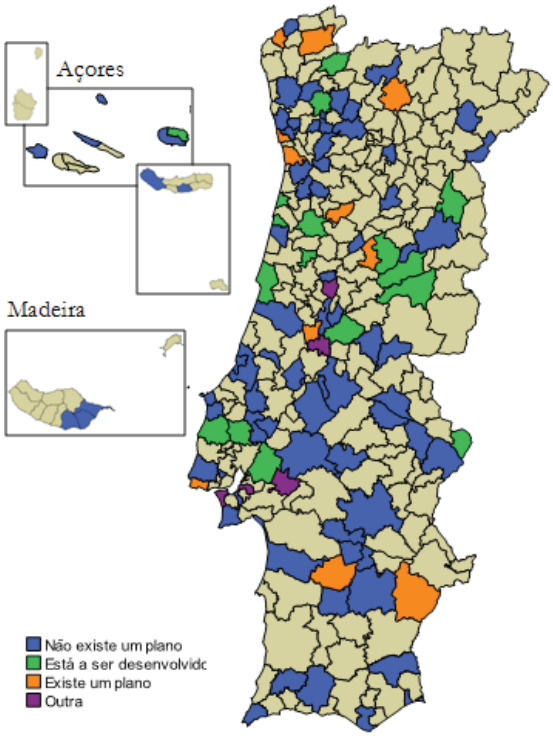

Figura 26 - O município desenvolve/ possui um plano/estratégia de adaptação

Registam-se igualmente diferenças acentuadas na tendência de resposta em face do respondente ao inquérito – se foi o presidente da autarquia ou algum membro do seu gabinete ou se foi remetida para um técnico. A figura 27 mostra ser significativa a diferença entre as respostas dos técnicos e dos políticos: 78,2% dos técnicos afirmam não existir um plano, categoria que recolhe apenas 51,6% das respostas dos políticos; pelo contrário, são os políticos que mais afirmam existir um plano e estar a ser desenvolvido um plano – 32,3% dos políticos afirmam estar a ser desenvolvido um plano (o que é dito apenas por 9% dos técnicos) e 12,9% existir um plano (técnicos 9%).

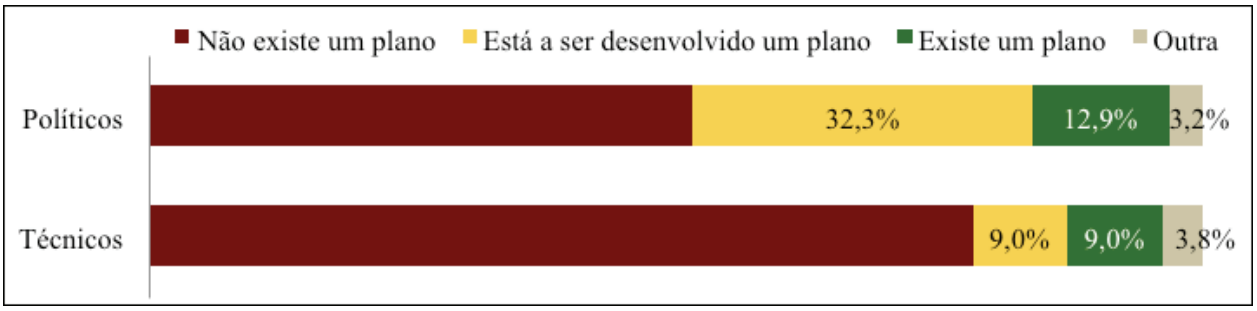

Figura 27. O município está a desenvolver ou possui um plano/estratégia de adaptação, por respondente

Este desfasamento poderá justificar-se por empolamento dos dados por parte dos políticos ou por eventual desconhecimento de toda a actividade do município por parte do técnico que respondeu ao inquérito.

Notas conclusivas

Os resultados do inquérito que realizámos trazem conhecimento e adiantam pistas para posterior aprofundamento da análise. As conclusões confirmam que as alterações climáticas são uma preocupação crescente dos novos autarcas e dos seus antecessores, e que as preocupações com as alterações climáticas estão a ganhar terreno entre os responsáveis municipais. Porém, o tema está longe de ser uma questão central das políticas de planeamento municipais, razão pela qual os municípios ainda não possuem estruturas internas de resposta ao

problema, que tem sido dada geralmente através do departamento de ambiente. Trata-se de um tema que vindo a ganhar importância face à multiplicação dos efeitos climáticos registados em todo o país e em resultado do estímulo europeia e nacional à resposta das autarquias nesta matéria, inspirando-se sobretudo na Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas, mas também da Estratégia Europeia de Adaptação, do Pacto de Autarcas e do Plano Estratégico do Município, e como resposta às preocupações dos cidadãos nesta matéria.

As alterações climáticas não são ainda uma questão central entre os municípios portugueses, ainda que se verifique um alargamento do interesse à generalidade do território nacional, ainda assim, não deveremos ignorar o facto de mais de sete dezenas terem aderido ao Pacto de Autarcas, facto que se traduzirá em breve em resultados. De momento, mais de metade dos municípios declaram não estar a desenvolver nenhum tipo de ação, sendo que em termos de estratégia, a aposta parece focar-se mais na mitigação (redução de emissões) do que na adaptação (tornar os municípios mais resilientes). Por outro lado, as ações parecem muito circunscritas aos municípios e pouco dirigidas à população e decorrem sobretudo da vontade política de alguns municípios e menos da pressão da sociedade civil.

A inexistência de um plano, mas também de estudos, resulta numa reduzida percentagem de medidas até agora implementadas pelos municípios portugueses. Entre as medidas implementadas destacam-se as áreas com maior ligação ao poder local, entre as quais, a educação ambiental e a proteção civil.

Por outro lado, entre as razões para agir destacam-se as que remetem para proteção e segurança, desenvolvimento económico e vontade política, neste último caso mais por força dessa vontade política e menos da pressão da sociedade civil. É igualmente de realçar o receio quanto ao possível surgimento de novos problemas e o possível agravamento dos existentes.

O cruzamento dos dados com outra informação permitiu concluir que a pertença a redes nacionais e internacionais pode ser uma forma de suprir as enormes carências de informação disponível sobre alterações climáticas e desenvolvimento sustentável identificadas pelos autarcas nacionais. A única exceção parece ser a região de Lisboa e os municípios de maior dimensão que, ainda assim, não se sentem efectivamente informados sobre estes temas. A Internet é a fonte de informação preferencial, sendo excepção a região de Lisboa que recorre mais às universidades, especialistas e ONG, e à informação com origem na administração pública. Apesar das enormes carências de informação, a maioria dos autarcas afirmou não ser difícil obter informação sobre estes temas, o que revela que o problema só recentemente foi integrado nas dinâmicas locais, pelo que ainda não tiveram tempo de se inteirar dele.

Os resultados indicam que, em todo o território nacional, mais de metade dos municípios estão a desenvolver acções de mitigação/adaptação às AC, sobretudo localizados na região Centro e em municípios signatários do Pacto de Autarcas. Ainda assim, são ainda poucos os municípios com planos de adaptação do terreno ou em desenvolvimento, apostando sobretudo em estratégias de mitigação ou na aplicação em simultâneo de estratégias de mitigação e adaptação. Ou seja, a aposta parece focar-se mais na mitigação (redução de emissões) do que na adaptação (tornar os municípios mais resilientes). Por outro lado, entre as razões para agir destacam-se as que remetem para proteção e segurança, desenvolvimento económico e vontade política de alguns municípios e menos da pressão da sociedade civil. É igualmente de realçar o receio quanto ao possível surgimento de novos problemas e o possível agravamento dos existentes.

Em síntese, o estudo demonstra que os municípios portugueses se preparam para dar atenção ao problema das alterações climáticas, uma matéria que durante muitos anos foi tomada como exclusivo do poder central. Porém, a quase generalidade não se encontra organizada nesse sentido, nem se sente devidamente informada sobre o tema sobre o tema. A reacção resulta dos compromissos inerentes à adesão a redes nacionais e internacionais, assim como aos documentos estruturantes sobre esta matéria aprovados pela União Europeia e pelo governo português.

Referências

ADGER, N., W., ARNELL, N. W., TOMPKINS, E. L. (2005). Successful adaptation to climate change across scales, *Global Environmental Change*, 15, 2, 77-86.

ALLMAN , L., FLEMING, P., WALLACE, A. (2004). The progress of English and Welsh local authorities in addressing climate change, *Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability*, 9,

3, 271-283.

CARVALHO, A. et al. (2013). Climate change research and policy in Portugal, *WIREs Clim Change*. doi: 10.1002/wcc.258

CNUAD (1992). Agenda 21 – Documento da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento (versão portuguesa). Lisboa: IPAMB.

DRYZEK, J. S. (2005). The politics of the earth: Environmental discourses (2nd Edition). Nova York: Oxford University Press.

FELGENHAUER, T., WEBSTER, M. (2013). Multiple adaptation types with mitigation: a framework for policy analysis, *Global Environmental Change*, 23, 6, 1556-1565.

GIDDENS, A. (2009). The Politics of Climate Change. Cambridge: Polity Press.

GUERRA, J. (2011). Municípios, Participação e Sustentabilidade - Dinâmicas Locais de Imperativos Globais- (Tese de Doutoramento em Ciências Sociais). Lisboa, Universidade de Lisboa – Instituto de Ciências Sociais.

GUERRA, J. (2014). "Sustentabilidade Local e os imperativos de Equidade Social" In Atas do VIII Congresso Português de Sociologia. 40 anos de democracia(s). Progressos, contradições e prospetivas. Évora,14 e 16 de Abril de 2014.

Jackson, Tim (2009). Prosperity Without Growth: Economics for a Finite Planet. Londres: Earthscan.

LAUKKONEN, J. et al. (2009). Combining climate change adaptation and mitigation measures at the local level, *Habitat International*, 33,3, 287-292.

MAYORS ADAPT (2014). Mayors Adapt – the Covenant of Mayors Initiative on Climate Change Adaptation. Acedido a 2 de Dezembro 2014 em http://mayors-adapt.eu/

MEASHAM, T. G., et al. (2011). "Adapting to climate change through local municipal planning: barriers and challenges." Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change 16.8. 889-909.

PACTO DE AUTARCAS (2014). O Pacto de Autarcas. Compromisso com as energias sustentáveis locais. Acedido a 28 de Novembro de 2014 em http://www.pactodeautarcas.eu/about/covenant-of-mayors_pt.html

PETERS, M. FUDGE, S., JACKSON, T. (Eds.) (2012), *Low Carbon Communities - Imaginative Approaches to Combating Climate Change Locally*, Cheltenham, Edward Elgar.

REDCLIFT, M. (2005). "Sustainable development (1987-2005): an oxymoron comes of age", Sustainable Development, 13 (4): 212-227.

ROBERTS, J. T. (2009). "Why the old approaches aren't working", in Kenneth Gould and Tammy Lewis (eds.). Twenty Lessons in Environmental Sociology. Nova Iorque: Oxford University Press: 191-208.

ROBERTS, S. (2012), "The role of local authorities in galvanizing action to tackle climate change: a practitioner's perspective", in Peters, Michael, Fudge, Shane & Jackson, Tim (Eds.), *Low Carbon Communities - Imaginative Approaches to Combating Climate Change Locally*, Cheltenham, Edward Elgar, pp: 75-88.

SCHMIDT, L., DELICADO, A. (2014). Alterações climáticas na opinião pública. In Schmidt, Luísa e Delicado, Ana (Org). *Ambiente, Alterações Climáticas, Alimentação e Energia. Portugal no Contexto Europeu* (pp.113-143). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

The research leading to these results has received funding from the European Community's Seventh Framework Programme under Grant Agreement No. 308337 (Project BASE).
The text reflects only the authors' views and the EU is not liable for any use that may be made of the information contained therein.

Crise Hídrica em São Paulo - o fracasso da governança face às mudanças climáticas

Pedro Roberto Jacobi
prjacobi@gmail.com

Renata de Souza Leão
renatasouzaleao@usp.br

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir a situação atual de escassez hídrica na Região Metropolitana de São Paulo, Brasil, centrado na situação que aflige o conjunto de represas responsável por abastecer 9 milhões de habitantes na Grande São Paulo. à luz do referencial teórico da governança da água. O foco da reflexão se centra na necessidade de revisão da atual política de governança da água, e coloca a necessidade de enfrentar o uso insustentável da água na metrópole, na medida em que as mudanças climáticas em curso demandam que se avance na gestão do risco, e demanda a necessidade de promover transparência na gestão pública, na medida em que sérias consequências sociais, políticas e econômicas que a escassez de água pode acarretar ao Estado de São Paulo colocando a necessidade de mudanças profundas na governança da água neste complexo cenário de uma metrópole com uma população superior a 22 milhões de habitantes.

Palavras-chave: crise da água; mudanças climáticas; Região Metropolitana de São Paulo; governança da água.

Caracterização da Região Metropolitana de São Paulo

A Região Metropolitana de São Paulo está localizada na região sudeste do Brasil e é considerada o terceiro maior conglomerado urbano do mundo. Sua área está quase totalmente inserida na Bacia Hidrográfica do Alto Tietê e compreende 7947,28 km² (EMPLASA, 2014). Fazem parte da RMSP 39 municípios que somam mais de 20 milhões de habitantes, inclusive o município de São Paulo, com uma população de aproximadamente 11 milhões (SEADE, 2014).

A RMSP é uma área marcada pela complexidade de um ambiente urbano com ocupação e uso do solo desordenado e intenso, além da alta densidade populacional (Jacobi et al., 2013). Um dos efeitos observados são as chamadas "ilhas de calor" que provocam precipitações de alta intensidade, concentradas em algumas áreas, que causam frequentemente enchentes no período chuvoso, ou seja, primavera/verão (Nobre et al., 2010).

A Região Metropolitana é abastecida por oito sistemas produtores de água (Instituto Socioambiental, 2014), operados pela empresa Sabesp, uma empresa de economia mista responsável pelo saneamento em 365 municípios do Estado de São Paulo. Dentre os sistemas produtores de água, destaca-se o sistema Cantareira, principal sistema de abastecimento da RMSP, responsável por abastecer mais de oito milhões de pessoas (Chiodi; Sarcinelle; Uezu, 2013). O Sistema Cantareira tem sido responsável até recentemente por abastecer a RMSP com 31m³/s sendo 24,8 m³/s para atender o consumo da população. Parte da ***água dos rios que formam o sistema abastece também municípios, sendo que a vazão máxima liberada para*** estes municípios do interior é de 5 m³/s.

Seguindo as discussões internacionais sobre a gestão da água em diferentes regiões do mundo, o Estado de São Paulo é pioneiro no Brasil em aprovar a Política Estadual de Recursos Hídricos – PERH - em 1991, por meio da Lei 7.663. Cabe ressaltar que a Lei Estadual é anterior à Política Nacional de Recursos Hídricos, promulgada em 1997 (Lei 9.433). Observa-se com isso uma mudança na gestão de um recurso natural comum, partindo de uma gestão institucionalmente fragmentada, para uma legislação integrada e descentralizada (Jacobi, 2009).

A PERH tem como princípios, a gestão descentralizada, integrada e participativa da água e adota a bacia hidrográfica como unidade físico-territorial de planejamento e gerenciamento do recurso (São Paulo, 1991), apresentando aspectos comuns com a ideia mundialmente difundida de Gestão Integrada de Recursos Hídricos

(GIRH)[1]. A partir de uma Gestão Integrada de Recursos Hídricos, pretende-se adotar uma gestão da água, do solo e outros recursos de uma mesma área, de modo que sua gestão seja participativa (Rahaman; Varis, 2005). Como apontado por Fracalanza, Jacob e Eça (2013), para seguir os princípios presentes na legislação estadual e federal sobre recursos hídricos, diferentes instrumentos são aplicados, como o plano de bacia, o enquadramento do corpo d'água conforme seu uso preponderante, a outorga do direito do uso, a cobrança pelo uso da água e o Sistema de Informações de Recursos Hídricos.

Segundo o Plano da Bacia do Alto Tietê, 59% das outorgas de direito de uso da água são destinadas ao abastecimento público e lançamento de efluentes domésticos e 39% são destinadas para uso industrial. Porém, há importantes volumes captados que ainda estão em processo de outorga (FUSP, 2009) ou não são contabilizados por serem ilegais, como é o caso da água subterrânea. De acordo com Conicelli (2014), atualmente a maioria dos poços artesianos localizados na RMSP são ilegais, porque falta consciência por parte dos usuários do impacto da sua captação em todo o sistema hídrico, ou ainda porque os poços estão dentro de propriedades privadas, o que dificulta a fiscalização e controle.

Ao contrário do senso comum, a RMSP está inserida em uma área de insuficiente disponibilidade hídrica, em quantidade e qualidade, e de certa complexidade hidrológica, devido a obras de canalização, transposição e alteração de trechos de rios, como é o caso do rio Pinheiros, no município de São Paulo. Uma das saídas encontradas ao cenário de escassez hídrica na região ***é a transposição da água de outra bacia hidrográfica para o sistema Cantareira (***Jacobi et al., 2013).

Entretanto, apesar de contar com uma Lei que implementa um sistema de gestão da água integrado, participativo e descentralizado, as ações coordenadas pelo Governo do Estado de São Paulo, pela concessionária Sabesp e pelo sistema de gestão da água da bacia hidrográfica do Alto Tietê, não têm sido capazes de evitar a grave ameaça de falta de água na RMSP.

A questão da segurança hídrica na Região Metropolitana de São Paulo está na pauta dos principais meios de comunicação desde o início de 2014, em razão da primavera e verão atípicos (entre 2013/2014), com pluviosidade abaixo da média histórica para o mesmo período. O que antes eram apenas um cenário pessimista, ao longo do ano foi se concretizando na pior crise que a população já vivenciou.

A crise hídrica em São Paulo: o delineamento do problema

Desde o início de 2014, diferentes municípios do estado de São Paulo vêm enfrentando o desafio de manter o abastecimento de água para todos os usuários e setores econômicos, enquanto os níveis de armazenamento de água nos reservatórios do Estado não param de diminuir. No dia 10 de dezembro de 2014, o volume de água armazenado no sistema Cantareira correspondia a 7,6% de sua capacidade total (Sabesp, 2014).

A principal causa para a pior crise hídrica da história da região, apontada pelo Governo do Estado de São Paulo e pelos principais veículos de informação, é a falta de chuvas no verão 2013/2014.

Apesar de o último verão ter sido o mais seco dos últimos 30 anos, com pluviosidade abaixo da média, outras questões atreladas à crise hídrica podem contribuir para a compreensão da grave situação que coloca em risco o desabastecimento da maior cidade do país e municípios vizinhos, mas que não fazem parte da história oficial sobre a crise que a RMSP enfrenta. Não se pode, de fato, desconsiderar a questão climática entre os motivos desse momento crítico, pois o último verão foi o mais quente desde 1943, quando começaram as medições, na medida em que a temperatura média ficou 3°C acima da média.

Outros fatores como, por exemplo, má qualidade das águas dos rios por falta de tratamento de esgoto doméstico, desmatamento e ocupação em áreas de mananciais, falta de planejamento para a construção de novos reservatórios, falta de investimentos para a redução de perdas e falta de coordenação institucional, não estão sendo apresentados como causadores da crise hídrica (Capobianco; Jacobi, 2014). Ou seja, a diminuição dos volumes de água nos reservatórios está sendo tratada única e exclusivamente como um problema climático, por falta de chuvas, sem qualquer interação com o aumento populacional da região ou com o uso e ocupação

1 Do inglês *Integrated Water Resources Management* (IWRM).

do solo, excluindo a complexidade de uma grande metrópole como São Paulo e demonstrando a inação dos representantes governamentais.
Os impactos da crise hídrica ocorrem em diferentes níveis e vão desde municípios com interrupção do abastecimento de água, como Itu e Valinhos, até impactos negativos sobre os ecossistemas aquáticos dos reservatórios e rios. Além disso, há o registro de indústrias que pararam seu processo industrial e comércios que não podem funcionar quando falta água. Há também previsão de impacto socioeconômicos negativos no setor do turismo nas regiões das represas, além de reforçar os conflitos pelo uso da água entre setores e municípios.
O cenário de escassez hídrica, reforçado pelas alterações climáticas, que tem se configurado até o momento, tornou-se preocupante e é agravado pela incapacidade de comunicação e diálogo por parte do Governo do Estado de São Paulo sobre a gravidade da situação. A falta de propostas e de informações que contribuam para uma discussão profunda entre os diferentes usuários da água do Sistema Cantareira tem levado ao esgotamento da água do principal reservatório da região.
Deste modo, a falta de chuvas nas cabeceiras dos rios que formam parte dos sistemas de abastecimento de água é um dos muitos e anteriores calcanhares de Aquiles do sistema hídrico da Região Metropolitana de São Paulo, como veremos.

A falta de água na Região Metropolitana de São Paulo: uma crise anunciada?

Conforme apontado anteriormente, as questões que levaram a RMSP ao agravamento da escassez hídrica são bastante complexas e vão desde alterações nos regimes de chuva até a falta de planejamento de má gestão da água e solo (Capobianco; Jacobi, 2014).
Estudos climatológicos relacionam os fluxos de vapor de água produzidos pela evapotranspiração da floresta Amazônica com a incidência de chuvas nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil (Nobre, 2014). Isso significa que o desmatamento no Norte do Brasil é capaz de afetar diretamente o regime de chuvas na RMSP e que políticas públicas integradas são necessárias para controlar a situação.
Além da alteração climática associada ao desmatamento na região norte do país, é preciso considerar também a ocupação desordenada nas áreas de proteção aos mananciais da RMSP. As áreas de proteção e recuperação de mananciais são áreas efetivamente ou potencialmente utilizadas para o abastecimento público, conforme disposto na Lei do Estado de São Paulo 9.866/1997 (São Paulo, 1997), que estabelece os critérios de uso do solo nessas regiões.
A degradação das áreas de mananciais, criadas justamente para evitar a degradação da água usada para abastecer a população, está associada às políticas habitacionais adotadas nas últimas décadas, causando migrações da população socioeconomicamente vulnerável estas regiões periféricas (Santoro et al., 2009; Maricato, 2010).
Um recente estudo realizado pela organização não governamental Fundação SOS Mata Atlântica indica que a cobertura florestal nativa na bacia hidrográfica e nos mananciais que fazem parte do Sistema Cantareira corresponde a 488 Km^2, ou 21,5% do total da área (Hirota, 2014).
Entretanto, um dos pontos centrais da discussão sobre a crise deve ir em direção às responsabilidades das instituições governamentais em relação ao planejamento, transparência e informação.
Em 2004, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), empresa que possui a concessão da prestação de serviços de abastecimento e coleta e tratamento de esgoto, obteve sua outorga de direito de uso da água[2] do sistema Cantareira renovada por 10 anos. A renovação da outorga foi concedida conjuntamente pela Agência Nacional de Águas e pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo[3], mediante uma série de condicionantes de responsabilidade da Sabesp. A outorga venceria em 2014, mas em razão da crise hídrica as negociações para a renovação da outorga forma suspensas pela Agencia Nacional de Águas (ANA).

---

2 A outorga do direito de uso da água é um dos instrumentos de gestão da água previstos na Política Nacional de Recursos Hídricos que pretende controlar o uso quantitativo e qualitativo da água.

3 Órgão do Governo do Estado de São Paulo responsável por outorgar o direito de uso da água em rios de domínios estaduais.

Entre as várias exigências, destaca-se o desenvolvimento de um projeto para controle de perdas, uso racional da água, combate ao desperdício e incentivo aos reuso de água. Além disso, é mencionada a necessidade de redução da dependência da Sabesp em relação ao Sistema Cantareira, tendo em vista a diminuição da garantia da disponibilidade hídrica necessária para o abastecimento da população.
O compromisso de reduzir a dependência do Cantareira não ocorreu de forma a garantir o abastecimento, e inclusive numa situação de grave crise hídrica como esta, ainda continua a ser retirado um volume de água acima da vazão primária máxima para a RMSP, com risco de colapso do sistema da bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiai -PCJ.
Nesses 10 anos, concluídos em agosto de 2014, somente para atender um crescimento populacional mínimo de 1% ao ano na RMSP, a SABESP deveria ter encontrado uma ampliação de disponibilidade hídrica para mais 2,5 milhões de pessoas (13 m^3/segundo). Esperava-se que montante próximo tivesse sido gerado para a reclamada redução da dependência do Sistema Cantareira. Assim sendo, a SABESP deveria ter aumentado sua oferta hídrica, para a RMSP, nos últimos 10 anos em 25 m^3/segundo.
Entretanto, pela grave situação na qual se encontra o Sistema Cantareira e os outros sistemas que abastecem a RMSP, tudo indica que as ações executadas pela Sabesp não foram suficientes para evitar o risco de falta de água para a população da região. Além disso, uma década depois das recomendações feitas pela Agência Nacional de Águas, a Sabesp não possui nenhum novo sistema produtor de água que possa dividir com o sistema Cantareira o abastecimento público[4].
De acordo com especialistas em água, a crise atual está muito mais associada a uma crise de gestão do que propriamente à falta de chuvas, como insiste o Governo do Estado de São Paulo e a própria Sabesp.
A relatora das Nações Unidas para as questões da água, Catarina de Albuquerque, atribui a responsabilidade da crise ao Governo do Estado de São Paulo, pela falta de planejamento, investimento e ações para reduzir as perdas no sistema, que estão em torno de 35%. Ela argumenta ainda que o acesso à água é um direito humano que deve ser garantido, não podendo este recurso ser tratado como mais uma mercadoria disponível no mercado (Sampaio, 2014).
Uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado de São Paulo, com base em documentos de especialistas, das agências reguladoras e da própria Sabesp, direciona para o Governo do Estado de SP e Sabesp a responsabilidade pela atual crise e riscos de o sistema Cantareira entrar em colapso. Segundo o relatório, a Sabesp, tutelada pelo Governo do Estado de SP, optou por aumentar os lucros dos seus acionistas em detrimento de investir na manutenção do sistema e no desenvolvimento de novos sistemas de captação, ao mesmo tempo em que deveria ter educado seus consumidores da necessidade do uso racional da água, independente de crise (Serapião, 2014).
Contudo, o discurso oficial ainda indica que o clima é o culpado pela crise histórica, mesmo quando elaboradas análises mais amplas, críticas e reflexivas. Mas mesmo que o problema maior fosse a falta de chuvas, a pouca, para não dizer nenhuma, capacidade de o Governo do Estado articular ações preventivas e adaptativas, expõe que na prática, a tomada de decisão não considera a integração entre as diferentes políticas públicas socioambientais, como por exemplo, as políticas de gestão da água, de saneamento, de mudanças no clima e de áreas protegidas.

A mobilização da Sociedade Civil para enfrentar a crise da água

Diante da morosidade do Governo do Estado de São Paulo em atuar para gerir a crise da água e do atual sistema de gestão, a sociedade civil se organizou e criou a Aliança pela Água, uma coalizão que pretende contribuir com a segurança hídrica no Estado de São Paulo, por meio da coordenação das várias iniciativas em curso e da possibilidade de novas práticas emergirem (Instituto Socioambiental, 2014b).
A Aliança pela Água é um desdobramento do projeto Água@SP, iniciado em setembro de 2014 pelo Instituto Socioambiental. Nesse momento a intenção era mapear atores e propostas que pudessem contribuir para enfrentar a crise da água em São Paulo. O mapeamento teve a participação de 23 instituições de diferentes linhas

4 O Sistema São Lourenço está com as obras atrasadas e deve começar a operar em 2018(Sabesp, 2013).

de atuações (associações comunitárias, ONGs locais e algumas organizações ambientais de reconhecimento internacional), reunindo mais de 280 especialistas de 60 municípios (Instituto Socioambiental, 2014b).
O estudo reuniu 196 propostas de ações de curto prazo e 191 ações de longo prazo para enfrentar a crise, além de apontarem cerca de 300 iniciativas inspiradoras para melhorar a gestão da água em São Paulo. Como meta de curto prazo, espera-se chegar a abril de 2015 em uma situação de segurança hídrica para enfrentar o próximo período sem chuvas. À longo prazo, a Aliança pela Água tem como meta implantar um novo modelo de gestão da água que garanta segurança e sustentabilidade hídrica (Aliança pela Água, 2014).
Outra iniciativa inédita ocorreu em Itu, município mais afetado pela crise da água, no último dia 6 de dezembro. Aproximadamente 70 organizações reuniram-se no primeiro encontro da Assembleia Estadual da Água, para discutir a crise e maneiras de superá-la através da mobilização social.
Os participantes questionam a falta de transparência do Governo do Estado de São Paulo na provisão de informações sobre a gestão da água e sobre as obras que estão sendo autorizadas sem o devido conhecimento e controle dos cidadãos. Diante da crise hídrica, muitas empresas do setor da construção civil oferecem ao Governo obras caras e de efetividade duvidosa. Outro ponto de destaque levantado durante a assembleia foi o tratamento da água como mais uma mercadoria a ser vendida à população. (Takahashi, 2014).
Tais iniciativas demonstram o esvaziamento dos órgãos colegiados onde as discussões sobre a gestão da água deveria ocorrer, de acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos: os comitês de bacias hidrográficas.
Jacobi et al. (2012) argumentam que um dos principais problemas que os comitês de bacias enfrentam está associado à representação da sociedade civil nestes espaços. No caso do comitê de bacia do Alto Tietê, entre os representantes da sociedade civil, do total de 32 instituições titulares e suplentes[5], onze deles são vinculados à indústria e dois vinculados à Sabesp (mesmo já sendo um representante do Governo do Estado de São Paulo).
Os dados sobre os representantes da sociedade civil no Comitê de Bacia do Alto Tietê contribuem para explicar a razão dos novos arranjos coordenados por instituições da sociedade civil para discutir a crise hídrica da RMSP.

A (não) governança da água na Região Metropolitana de São Paulo – uma reflexão sobre o modelo de gestão vigente

Inicialmente, a noção de governança é desenvolvida associada ao processo de governar, vinculada as estruturas institucionais e administrativas do Estado. Porém, atualmente o termo governança se refere a uma forma mais descentralizada de governar, de modo que diferentes atores sociais participem da discussão e tomada de decisão (Jacobi, 2009; 2012).
Ao usar o termo governança da água, pretende-se extrapolar os alcances das instituições governamentais, hierárquicas e rígidas, e promover um espaço de discussão que envolva atores de diferentes setores (Castro, 2007).
Para que os processos de governança da água possam se concretizar são necessárias condições para uma boa governança da água, como por exemplo, inclusão, *accountability*, participação, transparência, previsibilidade e capacidade de resposta.
Pela legislação nacional e paulista, o local de encontro, discussão, deliberação e tomada de decisão é o Comitê de Bacia Hidrográfica. Porém, como ressaltado por Jacobi *et al*. (2012), o comitê de bacia do Alto Tietê apresenta um quadro bastante complexo, principalmente no que diz respeito a pouca efetividade das decisões e da representação da sociedade civil.

---

5 Representantes Titulares e Suplentes da Sociedade Civil no Comitê de Bacia Hidrográfica Alto Tietê (SIGRH, 2014): FIESP; CIESP Santo André, CIESP São Paulo, CIESP Guarulhos, Sindicato Rural de Mogi das Cruzes, Centro Universitário SENAC, SENAI, Universidade Mogi das Cruzes, CIESP Mogi das Cruzes, CIESP Distrital Oeste, CIESP Cotia, CIESP Osasco, FECOMERCIO, CIESP Diadema, Associação Comercial, Industrial e Serviços de Embu, CIESP São Bernardo do Campo, Associação dos Profissionais Universitários da Sabesp, Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo, Associação Brasileira Engenharia Sanitaria e Ambiental, Associação dos Engenheiros da SABESP, Associação Bandeirante dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Santana de Parnaíba, Associação Brasileira de Geologia de Engenharia Ambiental, Sindicato da Habitação, Sindicado da Construção, Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Itapecerica da Serra, Associação dos Moradores do Parque Petrópolis, Organização BIO BRAS, Associação Ecológica e Cultural Acorda Mairipa, UNIAGUA - Associação Universidade da Água, Instituto ACQUA - Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental.

Um dos maiores desafios na governança da água é garantir uma abordagem aberta e transparente; inclusiva e comunicativa; coerente e integrativa; equitativa e ética (Jacobi, 2009).
Quando observamos a atuação do Governo do Estado de São Paulo diante da crise hídrica, vemos que a posição tomada é absolutamente contrária ao que se espera para obter-se uma boa governança da água. Com um discurso absolutamente técnico e centralizador, o Estado de São Paulo afasta qualquer integração com a população, podando o envolvimento da sociedade na discussão, tanto da causa da crise, como também das possíveis soluções para o enfrentamento do problema.
Para De Stefano et al. (2013), a participação pública permite que pessoas ou grupos de pessoas influenciem o resultado de decisões que vão afetá-las ou as interessa. Nesse sentido, a participação pública é amplamente considerada um fator que melhora a qualidade os processos de governança da água (Lopez-Gunn, 2002; Jacobi; Fracalanza, 2005; Jacobi, 2012).
Porém, para que seja possível a participação pública nos processos de tomada de decisão é necessário garantir a transparência e o acesso das informações para que os atores interessados possam se apropriar da problemática e então se engajar e cooperar em direção às ações de mitigação ou solução.
Além da disponibilidade e acesso, outra questão chave relacionada à transparência das informações sobre a gestão da água, é que as informações devem ser adaptadas para que sejam compreendidas por diferentes públicos (De Stefano et al., 2013).
O Governo do Estado de São Paulo e a Sabesp, além de não disponibilizar as informações sobre os riscos dos reservatórios, até o momento não realizaram nenhum pronunciamento público sobre a gravidade e complexidade da situação, e solicitar o apoio e a colaboração para evitar a falta de água generalizada.
Apesar de imensuráveis, os impactos socioambientais e econômicos da crise da água já emergiram ao mesmo tempo em que os conflitos pelo seu uso estão cada vez mais acirrados.
A crise da água, mesmo com os impactos negativos, pode ser uma oportunidade para repensarmos, senão o modelo atual de gestão da água, pelo menos a prática deste modelo. Por isso, é fundamental a adoção de uma nova estratégia de gestão integrada e participativa da água, que considere a sociedade como protagonista tanto na tomada de decisão como no controle social das decisões que serão implementadas. Necessitamos de um modelo de gestão que permita a cooperação e a corresponsabilização para garantir o acesso a recursos comuns, como é a água.
As novas práticas de governança e a inclusão de atores sociais em novos espaços de negociação, o acesso à informação não só se tornou chave mas também assumiu uma importância a ponto de servir como um fator de poder e influência sobre a tomada de decisão. Isto se deve pelo fato de o sistema de governança ambiental ser composto pelo elemento político, que consiste em balancear os vários interesses e realidades políticas; pelo fator credibilidade, instrumentos que apoiem as políticas, que faça com que as pessoas acreditem nelas e pela dimensão ambiental (Jacobi, 2012).
A poluição e o desperdício agravaram o impacto da seca e a disputa pelos poucos mananciais que apresentam qualidade de água adequada para o abastecimento público.

Considerações Finais

A disputa por água que teve início neste ano entre as Regiões Metropolitanas de São Paulo e Piracicaba – e agora se agrava entre os Estados da região Sudeste – revela também o descaso com os rios e como a falta de investimentos em saneamento básico aumentam a crise. A escassez de água na região Sudeste não se deve apenas à super exploração e ao clima. Ela é decorrente também da poluição dos rios por falta de tratamento de esgoto, do descarte de efluentes industriais e do uso de defensivos agrícolas.
Além dos baixos índices pluviométricos, falta atribuir à crise do abastecimento em São Paulo, a falta de investimentos no setor, como a construção de novos reservatórios.
Cabe também destacar o desperdício que ocorre na distribuição da água. As perdas acontecem porque as adutoras não são fixas e, com a variação de pressão, acabam se deslocando e desgastando nas juntas, o que causa os vazamentos difíceis de detectar.

Ao enfatizar o conceito de governança na gestão dos recursos naturais abre-se um estimulante espaço para repensar as formas inovadoras de gestão, na medida em que fazem parte do sistema de governança o elemento político, que consiste em balancear os vários interesses e realidades políticas; o fator credibilidade, instrumentos que apoiem as políticas, que faça com que as pessoas acreditem nelas e a dimensão ambiental.
O processo de governança envolve múltiplas categorias de atores, instituições, inter-relações e temas, cada um dos quais suscetíveis a expressar arranjos específicos entre os interesses em jogo e possibilidades de negociação, expressando aspectos de interesse de coletividades, com ênfase na prevalência do bem comum.
A contribuição dos espaços deliberativos é fundamental para o fortalecimento de uma gestão democrática, integrada e compartilhada. A ampliação destes espaços de participação cidadã favorece qualitativamente a capacidade de representação dos interesses diversos e assimétricos econômica e socialmente, assim como a qualidade e equidade da resposta pública às demandas sociais. Isto demonstra a importância do exercício da participação civil nestes fóruns, enquanto espaços de questionamento não apenas da forma do processo decisório do Estado, mas também das relações entre Estado e Sociedade Civil no campo das políticas públicas ambientais.
A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) do Brasil promulgada em 1997 dá início a uma nova lógica orientada pela gestão colegiada e integrada tem o objetivo de arbitrar conflitos e ajustar interesses considerando o debate e os acordos sócio-técnicos.
O grande desafio é que esses espaços sejam efetivamente públicos, tanto no seu formato quanto nos resultados. Entretanto, nos últimos anos muitos deles tem tido uma erosão na sua capacidade de atuação, notadamente quanto aos os espaços de formulação de políticas onde a sociedade civil participa, marcados pelas contradições e tensões.
Nota-se, portanto, que a tradição patrimonialista, corporativista e de forte presença estatal ainda dificultam o estabelecimento da gestão descentralizada dos recursos.
Apesar dos Comitês de Bacias Hidrográficas serem instancias essenciais no modelo de gestão de recursos hídricos vigentes no país, entretanto, possuem ainda uma serie de desafios práticos que precisam ser superados para que se tornem efetivos, configurando um dado da realidade brasileira, no qual existe um arcabouço legal inovador com incipiente aplicabilidade pratica.
Além disso, o acesso à informação e a transparência dos processos de negociação tornam-se fatores centrais na redução das assimetrias de poder recorrentes nos espaços de negociação.
A contribuição dos espaços deliberativos é fundamental para o fortalecimento de uma gestão democrática, integrada e compartilhada. A ampliação destes espaços de participação cidadã favorece qualitativamente a capacidade de representação dos interesses diversos e assimétricos econômica e socialmente, assim como a qualidade e equidade da resposta pública às demandas sociais. Isto demonstra a importância do exercício da participação civil nestes fóruns, enquanto espaços de questionamento não apenas da forma do processo decisório do Estado, mas também das relações entre Estado e Sociedade Civil no campo das políticas públicas ambientais.
O grande desafio é que esses espaços sejam efetivamente públicos, tanto no seu formato quanto nos resultados.
A criação de condições para uma nova proposta de sociabilidade deve ser crescentemente apoiada em processos orientados para a “deliberação pública”. Esta se concretizará principalmente pela presença crescente da pluralidade de atores que, através da ativação do seu potencial de participação terão cada vez mais condições de intervir consistentemente e sem tutela nos processos decisórios de interesse público, legitimando e consolidando propostas de gestão baseadas na garantia do acesso à informação, fortalecendo os canais já abertos para a participação na perspectiva da promoção do desenvolvimento sustentável.

Referências Bibliográficas

ALIANÇA PELA ÁGUA**. (**2014), *"Aliança pela Água."* Disponível em: http://aguasp.com.br/ [Consultado em: 10/12/14].

CAPOBIANCO, J. P.; JACOBI, P.R. (2014), "O dia em que faltou água na torneira." *Jornal Folha de São Paulo*, 28/11/2014. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/11/1554281-joao-paulo-capobianco-e-pedro-roberto-jacobi-o-dia-em-que-faltou-agua-na-torneira.shtml [Consultado em: 01/12/14].

CASTRO, J. E. (2007), "Water governance in the twentieth-first century". *Ambiente e. Sociedade*, 10 (2), pp. 97-118.

CHIODI, R.E.; SARCINELLE, O.; UEZU, A. (2013), "Gestão dos recursos hídricos na área do Sistema Produtor de Água Cantareira: um olhar para o contexto rural." *Ambiente e Água*, 8 (3), p. 151-165.

CONICELLI, B.P. (2014). *Gestão das Águas Subterrâneas na Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (SP)*. Tese de Doutorado, São Paulo: Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo.

DE STEFANO, L., HERNANDEZ-MORA, N, LOPES-GUNN, E., WILLAARTS, B., ZORRILLA-MIRAS, P. (2013), "Public participation and transparency in water management". In: De Stefano, L.; Llamas, R. (Org). *Water, agriculture and the environment in Spain: can we square the circle***?** Madrid:Taylor & Francis.

EMPLASA. (2014), "*Região Metropolitana de São Paulo – Indicadores."* Disponível em: http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/indicadores/gsp.asp [Consultado em: 05/12/14.]

FRACALANZA, A.P., JACOB, A.M., EÇA, R.F. (2013), "Justiça ambiental e práticas de governança da água: (re) introduzindo questões de igualdade na agenda." *Ambiente e Sociedade*, 16 (1), p. 19-38.

FUNDAÇÃO SEADE. (2014), "*Perfil da Região Metropolitana de São Paulo*." Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/perfil_regional/index.php [Consultado em: 04/12/14.]

FUSP. (2009), "*Plano da Bacia hidrográfica do Alto Tietê – Relatório Final Volume 1*." Disponível em: http://www.fabhat.org.br/site/images/docs/volume_1_pat_dez09.pdf [Consultado em: 03/12/14.]

HIROTA, M. (2014), "Por que desmatar 79% da área de mananciais secou São Paulo?" *Revista Época*, 09/10/14. Disponível em: http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2014/10/por-que-bdesmatar-79-da-area-de-mananciaisb-secou-sao-paulo.html [Consultado em: 09/12/14.]

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). (2014), "*De onde vem a água que você bebe?"* Disponível em: http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/encarte-mananciais.pdf [Consultado em 08/12/14.]

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). (2014b), "*Aliança pela água e estudo Água@SP serão lançados nesta quarta feira em São Paulo*. 28/10/14." Disponível em: http://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-da-agua/alianca-pela-agua-e-estudo-aguasp-serao-lancados-nesta-quarta-feira-em-sp [Consultado em: 10/12/14.]

JACOBI, P.R.; BEDUSCHI FILHO, L.C.; SINISGALLI, P.A.A.; SOUZA, A.N.; SOUZA LEÃO, R.; NOVAES, R.; SANTOS, R.N.; MARAN, A.; FERNANDES, E.C. (2012), "Estudos de casos em três bacias hidrográficas no Estado de São Paulo". In: Pedro Roberto Jacobi; Evandro Mateus Moretto; Luiz Carlos Beduschi Filho; Paulo de Almeida Sinisgalli. (Org.). *Aprendizagem social na gestão compartilhada de recursos hídricos: desafios, oportunidades e cooperação entre atores sociais*. Annablume: São Paulo.

JACOBI, P.R.; PAZ, M.G.A; SOUZA LEÃO, R.; ESTANCIONE, L.M.B. (2013), "Water governance and natural disasters in the Metropolitan Region of São Paulo, Brazil." *International Journal of Urban Sustainable Development*, 5 (1), p. 77-88.

JACOBI, P.R. (2012). "Governança ambiental, participação social e educação para a sustentabilidade". In. Philippi, A. et al. (Org.) *Gestão de Natureza p*ública e Sustentabilidade. Manole:São Paulo.

JACOBI, P.R. (2009), "Governança da Água no Brasi". In: *Governança da água no Brasil Uma visão interdisciplinar*. Wagner Costa Ribeiro (Org.). São Paulo: Annablume.

JACOBI, P.R. e FRACALANZA, A.P. (2005) "Comitês de Bacias Hidrográficas no Brasil- desafios de fortalecimento da gestão compartilhada e participativa". In: *Meio Ambiente e Desenvolvimento*, 11-12.

LÓPEZ-GUNN, E. 2002. "La participación de los usuarios y de los ciudadanos en la gestión de las aguas subterráneas: el caso de Castilla-La Mancha." *Jornadas sobre presente y futuro del agua subterránea en España y la Directiva Marco Europea.* Ponencia 7.2. Zaragoza Spain. AIH-GE.

MARICATO E, OGURA AT, COMARÚ F. (2010), "Crise urbana, produção do habitat e doença". In: Saldiva P (org), *Meio Ambiente e Saúde: O Desafio das Metrópoles*. São Paulo: Instituto Saúde e Sustentabilidade; p.47–65.

NOBRE CA, YOUNG AF, SALDIVA P, MARENGO JA, NOBRE AD, JUNIOR SA, SILVA GCMDA, LOMBARDO M. (2010). "Vulnerabilidade das Megacidades Brasileiras às Mudanças Climáticas: Região Metropolitana de São Paulo, Sumário Executivo." São Paulo: INPE/UNICAMP/USP/IPT/UNESP Rio Claro

NOBRE, A.C., 2014. "*O futuro climático da Amazônia – Relatório de avaliação científica."* Disponível em: http://www.ccst.inpe.br/wp-content/uploads/2014/10/Futuro-Climatico-da-Amazonia.pdf [Consultado em: 07/12/14.]

RAHAMAN, M. M.; VARIS, O. (2005), "Integrated water resources management: evolution, prospects and future challenges." *Sustainability: Science, Practice & Policy*, Bethesda, 1(1), p. 15-21.

SABESP, (2013), "*Relatório Anual de Informações Financeiras – 2013*." Disponível em: http://www.sabesp.com.br/sabesp/filesmng.nsf/1614B37B89CCCBC983257CD0007D7535/$File/20F_port.pdf [Consultado em: 08/12/14.]

SABESP, (2014), "*Situação dos Mananciais*." Disponível em: http://www2.sabesp.com.br/mananciais/DivulgacaoSiteSabesp.aspx [Consultado em: 10/12/14.]

SAMPAIO, L. "Falta de água é culpa do Governo de São Paulo, afirma relatora da ONU." *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31/08/2014. Cotidiano.

SANTORO, P.F.; FERRARA, L.N.; WHATELY, M. (2009), "*Mananciais: diagnóstico e políticas habitacionais*." São Paulo:Instituto Socioambiental. 128 p.

SÃO PAULO, (1991), "*Lei 7.663/1991. Política Estadual de Recursos Hídricos*." Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1991/lei-7663-30.12.1991.html [Consultado em 02/12/14.]

SÃO PAULO, (1997), "*Lei 9688 Dispõe sobre diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado de São Paulo e dá outras providências*." Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1997/lei-9866-28.11.1997.html [Consultado em: 10/12/14.]

SERAPIÃO, F. (2014), "Do Cantareira para a bolsa de Nova Iorque." *Carta Capital*, 21/1/0/14. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-serapiao/do-cantareira-para-a-bolsa-de-nova-york-976.html [Consultado em: 10/12/14.]

SIGRH (Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo). (2014), "*Representantes do Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê*." Disponível em: http://www.sigrh.sp.gov.br/crh/cbhat/representantes [Consultado em: 11/12/2014.]

Takahashi, A. (2014), "Crise da Água: São Paulo busca uma estratégia." Blog *Outras Palavras*. Disponível em:http://outraspalavras.net/blog/2014/12/09/crise-da-agua-sao-paulo-busca-uma-estrategia/ [Consultado em: 11/12/14.]

Oceanos, pesca e mudanças climáticas: o social em perspectiva

Andreza Martins[1]

Resumo
Em anos recentes, os desafios impostos pelo aquecimento global têm colocado os oceanos no centro dos debates políticos e acadêmicos. As contribuições dos oceanos para as sociedades humanas são enormes e, muitas vezes, desconhecidas. Eles abarcam 96% do espaço de vida na Terra, fornecem habitats para 80% dos organismos do planeta, produzem 50% do oxigênio atmosférico, fixam 50% da produção primária global, regulam a temperatura planetária e transportam 80% do comércio mundial. O último relatório do IPCC (2014) reconhece que o excesso de emissão de CO**2** tem reduzido a capacidade termoreguladora dos oceanos. A alteração substancial na sua química básica associada a acidificação é suscetível de ter amplas implicações para a vida marinha, com consequências socioeconômicas e para segurança alimentar. A pesca industrial representa outro importante foco de perturbação oceânica. Segundo a FAO (2012), cerca de 80% dos recursos pesqueiros marinhos mundiais estão totalmente explorados, sobrepescados ou esgotados. Existem inúmeras lacunas de conhecimento sobre o impacto das mudanças climáticas sobre os ecossistemas marinhos com consequências para as coletividades humanas. Este artigo realiza uma síntese dos principais resultados da literatura que incide sobre essa problemática, com foco nas pesquisas das ciências humanas. O propósito é analisar como a literatura especializada, sobretudo no campo da sociologia, vem pesquisando e "enquadrando" o problema que entrecruza o crescimento da atividade pesqueira com a temática das mudanças climáticas marinhas. Dentre os principais resultados destaca-se a relativa fragilidade e insuficiência de análises teóricas sobre a realidade empírica dos processos sociais e políticos envolvidos nos assuntos que conectam a mudança climática marinha com as populações humanas e mercados associados. As lacunas de pesquisa sobre a interface terra-mar são significativas e se encontram, dessa forma, defasadas em relação à urgência e seriedade dos processos naturais e sociais que se avolumam no cotidiano das sociedades contemporâneas.

Palavras-chave: mudanças climáticas, oceanos, pesca, riscos, sociologia ambiental.

1 – Introdução

Este artigo tem o propósito de contribuir com o debate em torno do binômio crescimento econômico/conservação ambiental. Pretende-se realizar uma síntese dos principais resultados da literatura que incide sobre a temática dos impactos das mudanças climáticas nos oceanos com foco nas discussões que problematizam a atividade pesqueira, sob a perspectiva da sociologia ambiental. O propósito é analisar como a literatura especializada, sobretudo no campo das ciências sociais, vem pesquisando e "enquadrando" o problema que entrecruza o crescimento da atividade pesqueira com a conservação dos ambientes marinhos no âmbito dos debates que permeiam a temática das mudanças climáticas.

As contribuições dos oceanos para as sociedades humanas são enormes e, muitas vezes, desconhecidas. Eles abarcam 96% do espaço de vida na Terra, fornecendo habitats para 80% dos organismos do planeta. Ademais, produzem 50% do oxigênio (O_2) da atmosfera, fixam 50% da produção primária global (através da fotossíntese e da quimiossíntese) e 80% do comércio mundial é realizado por vias marinhas (Turley & Gattuso, 2012). Os oceanos também proveem alimentos e meios de subsistência para milhões de pessoas e seus ecossistemas costeiros, a exemplo dos recifes de corais, manguezais, restingas e bancos de algas, protegem a costa e também armazenam grandes quantidades de carbono (Duarte & Caraco, 2005). Outro papel fundamental

1 Bióloga, mestre em geografia, doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)/ Brasil e pesquisadora do Instituto de Pesquisas em Risco e Sustentabilidade – IRIS/UFSC. andrezamartins@hotmail.com

refere-se a produção alimentar. De acordo com o mais recente relatório da FAO (2012) sobre o estado da pesca e aquicultura mundiais, em 2010 o segmento pesqueiro mundial produziu uma quantidade recorde de 128 milhões de toneladas de pescado para alimentação humana, em média 18,4kg/habitantes/ano, a maior parte desse volume extraída ou cultivada no mar. Ademais, os produtos de peixe e derivados estão entre os alimentos mais comercializados no mundo. Em 2010, esse mercado atingiu um recorde de 217 bilhões de dólares, colocando o peixe como o principal produto do agronegócio mundial do setor de carnes.

Os oceanos são também importantes recicladores de resíduos (lixo) e enormes depósitos de carbono, substancialmente maiores do que os depósitos da terra (florestas). Eles desempenham um papel central no ciclo de carbono global, sobretudo na mudança climática, através da regulação da quantidade de CO2 na atmosfera. Com efeito, atualmente, o mar absorve 30% das emissões antropogénicas de CO_2 e 90% do calor gerado pelo aquecimento do planeta nas últimas décadas (Turley & Gattuso, 2012).

Dentro desse cenário, os desafios impostos pelo problema do aquecimento global têm colocado os oceanos no centro dos debates políticos e acadêmicos. O último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) de 2014 reconhece que os ambientes marinhos estão sendo alterados significativamente em decorrência das mudanças do clima. De acordo com o documento, há evidências contundentes de que o excesso de emissão de CO_2 acumulado na atmosfera entre os anos de 1971 e 2010 tem diminuído a capacidade oceânica de regular a temperatura do planeta. Esses dados indicam que houve um aumento significativo da pressão parcial de carbono na interface ar-mar, o que significa que os oceanos estão tendo que absorver mais carbono atmosférico a cada ano.

O incremento do volume de carbono dissolvido no mar diminui o pH da água, tornando-a mais ácida. Quanto maior a acidez da água, menor será sua capacidade de absorver carbono. Evidências recentes revelam que o mar está chegando no limite da sua capacidade de absorver o excesso de CO_2, fazendo com que o acúmulo desse gás tóxico na atmosfera se acelere ainda mais (Castro *et al*, 2010).

A acidificação dos mares, além de bruscas alterações nas propriedades bioquímicas da água, afeta diretamente a fauna marinha. Dentre os efeitos mais conhecidos destacam-se a degradação dos ecossistemas sustentados por organismos produtores de cálcio, a exemplo dos conchas, ouriços, ostras, mariscos, estrelas do mar, recifes de corais, dentre outros. O relatório do IPCC (2014) atenta ainda para os riscos econômicos e sociais da acidificação e seus impactos potenciais sobre a cadeia alimentar marinha. Em especial, as regiões tropicais e subtropicais estão sofrendo com esse fenômeno. Nesses locais, a presença expressiva de cadeias de recifes de corais sustenta importante dinâmica ecossistêmica e socioeconômica.

Por abrigarem grande variedade faunística e servir de berçário natural para inúmeras espécies de peixes, os recifes de corais apresentam elevado potencial turístico, além de fornecer alimento e renda para cerca de 500 milhões de pessoas em todas as áreas costeiras tropicais do mundo. Ademais, funcionam como importante barreira natural para proteção das zonas costeiras contra grandes ondulações e tempestades. O valor anual global estimado dos recifes de corais pelo fornecimento de alimento e renda para as populações costeiras em 2010 foi de US$ 30 bilhões, e de US$ 9 bilhões/ano para o serviço de proteção das zonas costeiras. Estima-se que o prejuízo econômico anual induzido pela acidificação oceânica sobre os recifes de corais no ano de 2100 seja de US$ 500 a 870.000.000.000 dependendo do nível de cenários de emissões de CO_2 (Turley & Gatuso, 2010).

A alteração substancial na química básica dos oceanos associada a sua acidificação é suscetível de ter amplas implicações para a vida marinha, com consequências socioeconômicas e para segurança alimentar. Existem inúmeras lacunas de conhecimento sobre o impacto da acidificação dos oceanos sobre os organismos, ecossistemas marinhos e produtividade pesqueira. Dentre os principais destacam-se os efeitos interativos da acidificação com outros agentes "estressores", a exemplo do aquecimento e desoxigenação (perda de oxigênio) da água. Esses três fatores estressantes compartilham a mesma origem; as emissões antropogênicas de CO_2 e, portanto, ocorrem simultaneamente. Por exemplo, está bem estabelecido que a acidificação oceânica diminui a janela térmica de alguns peixes afetando suas fazes larvais. Quando larvas de bacalhau foram expostas a altas concentrações de CO_2 em seu habitat natural, observou-se graves danos nos tecidos larvais, letais em muitos órgãos internos (Turley & Gattuso, 2010). Se estes resultados se repetirem para outras espécies pesqueiras de valor comercial o aumento de CO_2 dissolvido na água, dentre outras consequências, poderá comprometer a renovação dos estoques pesqueiros, mesmo nos cultivos marinhos.

Sabe-se contudo, que além da acidificação, a pesca industrial representa outro importante foco de perturbação do equilíbrio dos mares. Atualmente, dentre os principais agentes causadores de desequilíbrio oceânico, a sobrepesca se destaca em primeiro lugar seguida pela contaminação química (Herrero, 2013). Dados da FAO (2012), relatam que cerca de 52% dos recursos pesqueiros marinhos do planeta estão totalmente explorados ou atingiram o máximo admissível e outros 28% encontram-se sobrepescados ou esgotados. Ou seja, 80% das espécies pesqueiras de valor comercial encontram-se comprometidas do ponto de vista ecológico. O elevado potencial de captura da frota industrial pesqueira, somado à intensificação da atividade em resposta ao aumento expressivo da demanda mundial pelo consumo de peixes e derivados, podem explicar parte dessa situação. Dificuldades administrativas, a exemplo de fragilidades de regulamentação do setor e fiscalização da pesca em alto mar, também contribuem para esse cenário.

Um exemplo dessa tendência global pode ser observado no caso brasileiro. Um diagnóstico produzido pelo mais importante programa de pesquisa na área de recursos pesqueiros e engenharia de pesca do país, o Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva[2] (REVIZEE), a partir de dados coletados durante dez anos, é taxativo e centra-se em dois aspectos: 1) a costa marinha brasileira é pobre em volume de biomassa, porém rica em variedade, ou seja, apresenta uma elevada diversidade de fauna marinha, mas em quantidade diminuta; 2) salvo poucas exceções, a pesca na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) está sendo feita de forma insustentável (BRASIL, 2006).

O diagnóstico brasileiro expressa, em linhas gerais, o primeiro dos dois grandes paradoxos embutidos na atividade pesqueira, sobretudo de cunho industrial, em escala global, o paradoxo social. Se por um lado a indústria pesqueira figura como um dos principais agentes causadores de desequilíbrio nos ecossistemas oceânicos, através da sobrepesca de espécies de topo de cadeia alimentar, por outro consolida-se como agente central de provisão de proteína alimentar para as populações humanas, posicionando-se como agente fundamental na manutenção da segurança alimentar. Outrossim, o segmento pesqueiro sustenta importante parcela da população mundial que depende da pesca (direta ou indiretamente) para sobreviver.

Segurança alimentar e preservação sociocultural de populações que dependem diretamente do ambiente marítimo para manutenção da qualidade de vida, são duas contribuições fundamentais da atividade pesqueira para as sociedades humanas, entretanto, com pouca penetração no campo de estudos das ciências sociais. A primeira contribuição, relativa a segurança alimentar, faz menção tanto às garantias de provisão de proteína animal para as populações humanas quanto às incertezas relacionadas ao consumo de peixes contaminados com substâncias químicas prejudiciais à saúde. A segunda contribuição está correlacionada ao balanço pesca artesanal/pesca industrial e refere-se aos impactos diretos da expansão da pesca industrial sobre o espaço de vida e meios de subsistência de populações dependentes dos recursos pesqueiros. De acordo com a FAO (2012), nas três últimas décadas, o número de pessoas que se dedicam diretamente a produção primária de pescado (via captura ou cultivo) progrediu mais rapidamente que o aumento da população mundial e o emprego na agricultura tradicional, fornecendo os meios para subsistência de 12% da população mundial.

O segundo dos paradoxos relacionados a atividade pesqueira, especialmente em escala industrial, é o ambiental. À medida que preocupações de cunho ambiental associadas à conservação dos recursos naturais e à melhorias das condições de vida das populações humanas se consolida, cresce a demanda por alimentos mais saudáveis e potencialmente livres de produtos químicos perigosos para a saúde humana e para a natureza. Por serem comumente associados a alimentação livre de pesticidas, antibióticos e hormônios, além de apresentarem elevado potencial proteico, baixo teor de gordura, grande concentração de vitaminas (A, D, E e complexo B) e de minerais como cálcio, fósforo e ferro e servirem como fonte abundante de ácidos graxos poli-insaturados da família Ômega 3, os produtos de peixe e derivados, conforme menção anterior, tem ganhado expressivo espaço na mesa dos consumidores ao redor do globo (MDIC, 2011).

Diante do aumento expressivo da demanda humana pelo consumo de pescados o segmento pesqueiro de base industrial se capitaliza e globaliza. Ainda que a FAO preconize uma tendência de estagnação futura

2 A Zona Econômica Exclusiva representa uma faixa situada além do mar territorial que se estende por até 200 milhas marítimas. Nela, o Estado federado realiza a exploração e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos, visando a exploração e o aproveitamento da zona.

do setor de captura de pescados com consequente incremento da pesca não extrativa (maricultura) para os próximos cinquenta anos, até que isso ocorra, não é possível dimensionar os impactos reais da atividade pesqueira extrativa de cunho industrial sobre os ecossistemas marinhos. Haja vista a complexidade dos fluxos biogeoquímicos regulados por organismos marinhos, bem como a imprevisibilidade dos processos físicos oceânicos, a exemplo das marés, correntes e demais fluxos ar-mar.

Como se observa, o mercado da pesca é complexo, dinâmico e depende de uma ampla conjunção de agentes sociais e biológicos para sua manutenção. Com efeito, os segmentos associados já estão experimentando uma rápida mudança nos mercados, disponibilidade de recursos pesqueiros e governança, garantindo um cenário em constante mutação em função dos impactos futuros relacionados com a mudança climática. Estas tendências socioeconômicas existentes podem interagir com, ampliar ou mesmo dirimir a influência das mudanças climáticas sobre a ecologia dos peixes. A variedade de diferentes mecanismos de impacto, complexas interações entre os componentes sociais, ecológicos, econômicos e políticos, bem como a possibilidade de mudanças bruscas e surpreendentes influenciarem o impacto das mudanças climáticas sobre a pesca são, neste sentido, de difícil previsão.

Diante desse cenário é relevante questionar sobre o futuro da pesca extrativa e, consequentemente, dos atores, individuais e coletivos, que dela se beneficiam e por ela são impactados, num cenário de mudanças climáticas que antevê, dentre outras possibilidades, a estagnação do setor pesqueiro extrativo, sobretudo de base industrial. Correlacionado a isso, os cenários futuros dos ecossistemas marinhos associados à atividade pesqueira em larga escala são marcados por previsões alarmantes do ponto de vista biológico e geofísico. Quais são os mecanismos e processos societários que dinamizam e influenciam a organização desse cenário futuro? Como os cientistas e instituições políticas estão reagindo diante dos riscos associados à escassez de recursos pesqueiros, à degradação de ecossistemas marinhos e à inviabilização da pesca extrativa num cenário de mudanças climáticas? Quais são os mecanismos e tipos de ação localizados empregados na gestão pesqueira numa realidade globalizada, já que nem os peixes nem os mercados respeitam fronteiras geográficas?

Nesse sentido, aprofundar o conhecimento da complexa e imbricada realidade, que interconecta oceanos, mudanças climáticas e atividade pesqueira, numa perspectiva globalizada parece-nos central para avançar na compreensão – e contribuir com o conhecimento – de como as sociedades contemporâneas estão absorvendo e respondendo aos riscos e desafios contidos na problemática das mudanças climáticas de um modo geral. Esse é um dos objetivos desse artigo. Correlacionado a ele e de forma complementar, pretende-se realizar uma síntese da literatura que incide sobre a temática, evidenciando os principais argumentos e enfoques teóricos que lhe dão suporte e identificando as principais deficiências e lacunas de conhecimento.

Cabe ressaltar, que as preocupações constantes neste artigo se apresentam como parte do conjunto de questões presentes na atual pesquisa de doutorado da autora, que vem sendo realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina/Brasil, com início em março de 2014, e fazem parte de um primeiro esforço de síntese sobre o estado da arte da literatura que incide sobre o universo das mudanças climáticas marinhas. O artigo se divide em três partes, além desta introdução, distribuídas da seguinte forma: 1) o campo teórico das pesquisas sobre riscos e mudanças climáticas na sociologia ambiental; 2) mudanças climáticas pesca e oceanos; panorama do campo de estudos, principais autores e abordagens; 3) considerações finais, onde são apresentados os principais resultados da análise da literatura especializada evidenciando as principais lacunas de conhecimento e deficiências analíticas.

2 – O campo teórico dos riscos na sociologia ambiental

Em anos recentes, o conjunto de problemas associados à mudança climática global passou a ocupar um lugar de destaque na teoria social ambiental. Inicialmente restrito ao campo de estudos das ciências físicas e naturais, o assunto passa a penetrar na agenda de preocupações das ciências humanas a partir da publicação do quarto relatório de avaliação do IPCC, em 2007. As principais implicações do documento para a ciência referem-se a diminuição das incertezas relativas a existência de aquecimento global e a ampliação do debate para diversas esferas do conhecimento.

Embora o assunto não seja central no *mainstream* da teoria sociológica contemporânea, ele vem ganhando destaque, sobretudo, na sociologia ambiental. Com efeito, dois dos teóricos mais influentes para a área de estudos ambientais da sociologia, Ulrick Beck e Antonny Giddens, têm concentrado significativos esforços de análise sobre a temática (Giddens, 2010; Beck, 2010 [1986]).

O debate sociológico em torno da problema das mudanças climáticas, teve origem no bojo das discussões sobre os riscos ambientais e suas consequências para as sociedades contemporâneas. A noção de riscos, publicisada por Beck (2010 [1986]) e Giddens (1991, 2002) nos anos de 1990, ao considerarem os riscos de graves consequências como centrais para compreensão das características, transformações e limites do projeto histórico da modernidade, trouxe nova luz ao problema das interfaces e sobreposições entre seres humanos e natureza (Guivant, 1998).

Até meados da década de 1980, a literatura publicada sobre riscos, em geral, refletia a crença de que os riscos deveriam ser "objetivamente" estabelecidos. Partia-se do pressuposto de que a tarefa de identificar, estudar, dimensionar e propor soluções e estratégias de ações para fazer frente aos riscos era de responsabilidade exclusiva dos engenheiros e demais cientistas e técnicos. Qualquer tentativa por parte dos cidadãos comuns, os "leigos", de não aceitar essa pressuposição era tida como inconsequente e irracional. A análise e avaliação dos riscos eram consideradas atividades técnicas e os cenários prospectivos futuros elaborados em termos de probabilidades (Hanningan, 2009). Essa abordagem refletia uma posição cartesiana das relações entre ciência e cultura e não admitia a presença de qualquer padrão de subjetividade cultural e cognitiva na percepção dos riscos pelo público. Dito de outro modo, partia-se do pressuposto de que os cidadãos comuns aceitavam passivamente as avaliações e probabilidades dos cientistas e técnicos a despeito dos perigos e ameaças ambientais e tecnológicos sobre suas vidas e a das coletividades.

Os primeiros estudos desafiando essa perspectiva surgiram no início dos anos 1980 e, dentre outras considerações mais polêmicas, concluíam que a percepção dos riscos pelos cidadãos comuns não é determinada, exclusivamente, pelos estudos de peritos[3]. Atualmente mantém-se relativo consenso nas ciências humanas de que a avaliação e aceitação pública dos riscos têm relação direta com quem informa sobre eles e como essa informação é passada. Assim, a percepção pública da existência ou não do aquecimento global não depende, exclusivamente, dos dados científicos publicados por climatologistas, biólogos, oceanólogos, geógrafos, dentre outros, mas de um conjunto muito mais difuso de agentes e mecanismos comunicativos que guardam relação direta com as vozes dos agentes comunicadores da informação (Hanningan, 2009).

Contudo, conforme citação anterior, a noção de risco só ganhou maior expressão e publicidade na teoria social contemporânea, com os trabalhos de Beck e Giddens. Em trabalhos paralelos esses pesquisadores reformularam substancialmente a forma como os riscos eram abordados apresentando-os como aspectos chave para entender as sociedades contemporâneas. Em particular Ulrich Beck, em seu livro clássico de 1986 transformou o campo de estudos sobre riscos ao introduzir o conceito de "sociedade de risco"(Beck, 2010 [1986]; Guivant, 1998). Segundo o autor, as rápidas alterações do sistema econômico atual, a partir do modelo fordista de produção, têm influenciado e transformado a essência do conjunto social a ponto de não fazer mais sentido a utilização de antigas categorias analíticas, a exemplo de classe social, estrutura familiar, relações de trabalho, dentre outras, para entender e explicar os dilemas contemporâneos. A partir dessa constatação, a teoria dos riscos se sustenta em quatro dimensões explicativas da modernidade, que se interconectam e sobrepõem.

Na **dimensão espacial**, com o avanço das economias globalizadas, diferentemente do início do período industrial, espaço e tempo ganham novos contornos e significados: o tempo se contrai da mesma forma que o espaço, e as fronteiras geográficas já não são suficientes para isolar contextos localizados. A circulação de mercadorias, dinheiro, informação e pessoas não é mais problema e diante da contração espacial o tempo também se comprime. A cada ano, um contingente significativo da população mundial é absorvido por essa lógica e a modernidade se ressignifica. Na **dimensão política**, a figura política e jurídica dos Estados/nações soberanos capazes de ditar regras e organizar o cenário geopolítico mundial, perde importância. Embora estratégica para estruturar processos políticos e culturais localizados, a forma jurídica da nação (Estado) não

3 Para informações mais detalhadas sobre a evolução da noção de riscos dentro do campo teórico das ciências sociais ver Hanningan (2009), e Guivant (1998).

é apta para legislar sobre processos transnacionais. Novos arcabouços legais, mecanismos e ferramentas de governança devem ser criados para absorver os desafios administrativos impostos pelo cenário globalizado. Na **dimensão técnica,** a ciência, diferentemente do que o era no período das "luzes", deixa de ser o lócus exclusivo da *expertise*. No mundo contemporâneo, a neutralidade e a certeza científica não só entram em xeque, como também em descrédito. A ciência não é mais a única fonte de saber e, com frequência, tem sido confrontada e subvalorizada inclusive pelos próprios pares. Não são raros os trabalhos engajados, lastreados pela ideia do "saber popular" e/ou pelo mote de "dar voz aos excluídos" (BECK, 2010 [1986])

Na **dimensão socioambiental** tem-se a conexão de todas as demais porque é sua causa e consequência. O argumento central de Beck é que a sociedade industrial foi deslocada para uma sociedade de risco, na qual a distribuição dos riscos não é análoga às diferenças econômicas, geográficas e sociais da típica primeira modernidade. Para ele, a humanidade está vivendo sobre um novo patamar, onde a gestão e apropriação desigual dos recursos entre aqueles que detêm e aqueles que não detêm os meios de produção, como na sociedade de classes, foi alterada para uma situação de distribuição mais ou menos "democrática" dos resultados perversos dos riscos ambientais, químicos, nucleares, genéticos e climáticos (FEITAL, 2012). Assim, estaríamos vivendo no período da "modernidade tardia" orientado, sobretudo, por uma subjetividade associada aos riscos "produzidos industrialmente, externalizados economicamente, individualizados juridicamente, legitimados cientificamente e minimizados politicamente" (Guivant, 2001, p.1). Ciência e tecnologia não são mais capazes de prever e controlar os riscos que contribuíram decisivamente para criar e que geram graves efeitos para a saúde humana e a natureza, desconhecidos a longo prazo e irreversíveis quando confirmados.

Embora Giddens e Beck se aproximem pela centralidade que conferem ao risco na modernidade recente, se distanciam pelo papel que atribuem a ele na organização dessa modernidade. Fundamentalmente, o interesse de Giddens (1991) centra-se na análise da modernidade e suas repercussões para as coletividades humanas e não na investigação dos riscos e suas relações com a modernidade, como em Beck. Para o primeiro, os riscos são uma consequência da radicalização da modernidade que, em conjunto com outros elementos e processos fundamentais das instituições modernas, foram alterados em sua natureza e, desse modo, conferem um caráter particular a modernidade tardia - ou alta modernidade conforme definição de Giddens para o mesmo período. Dito de outro modo, não é que existam efetivamente mais riscos do que em outras épocas, como argumenta Beck, mas são os indivíduos que se tornam mais sensíveis e conscientes dos riscos nas circunstâncias da modernidade radicalizada (David, 2011).

Para Guivant (1998), entretanto, Beck e Giddens se aproximam na crítica aos limites das análises técnicas dos riscos e no fato de considerarem que as fórmulas científicas para estimar os riscos estão invariavelmente associadas a definições sociais, culturais e políticas que envolvem interesses de atores (individuais e coletivos) diversos, a exemplo dos interesses empresariais e/ou de cunho político. Desse modo os riscos e incertezas relativos às consequências do aquecimento global para o futuro da humanidade e do planeta terra não podem ser analisados e prospectados somente a partir dos resultados de análises peritas. Conforme ressalta, sobretudo Giddens (1991), existe um conjunto muito mais complexo e difuso de elementos e processos sociais e institucionais que atravessam os sistemas de análise, comunicação, percepção e manejo dos riscos, que dificultam a visualização e elaboração de cenários futuros e a consequente tomada de decisão, no presente, sobre esses riscos.

Diante desse cenário de incertezas e desconfiança das análises peritas, sobre como lidar com os riscos e incertezas ambientais e tecnológicas, quais seriam então as alternativas propostas por ambos os autores para enfrentar os riscos da alta modernidade, a exemplo das mudanças climáticas? De acordo com Guivant (1998), na resposta a essa questão encontra-se um dos principais diferenciais entre os posicionamentos analíticos de Beck e Giddens e aqueles de outros cientistas sociais. Para os primeiros, lidar com a ideia de riscos conduz, necessariamente, a uma redefinição do que se entende por política, diferente do que caracterizava as estratégias de emancipação próprias da sociedade de classes numa fase anterior à modernidade. Aceitar a sociedade de riscos implica numa redefinição da agenda política porque pressupõem uma reorientação dos valores e das ações.

No livro em que analisa a política da mudança climática, Giddens (2010) diagnostica: não temos política de mudança climática. Entretanto, apesar dessa análise, apresenta uma postura otimista frente ao tema dos riscos

ambientais e demonstra que o enfretamento da mudança climática é um processo que não pode ser desconectado da análise dos processos decisórios da economia, da política e da geopolítica globais. Decisões pessoais devem estar lastreadas em processos políticos, destaca ele. Um exemplo interessante desse processo são as discussões sobre a transição para sociedades "*low carbon*". Como é sabido, a largada para economias de baixo teor de carbono já está dada, mas nada garante que a transição vá ser concluída, a menos que os valores que sustentam os objetivos de evitar os piores cenários da mudança climática sejam incluídos, mediante vontade política, na taxação de preços das economias globalizadas. Para esse autor, a mudança climática é a dimensão mais urgente, mais grave e mais profunda da crise ambiental da modernidade. O maior desafio, portanto, está em equalizar valores e ações políticas com atitudes individuais.

3 – Oceanos, pesca e mudanças climáticas: principais autores e abordagens

Partindo do enfoque da teoria dos riscos e da ideia derivada que pressupõem a existência de um conjunto complexo e difuso de agentes e processos sociais e institucionais que atravessam os sistemas de análise, comunicação e percepção dos riscos associados ao futuro das mudanças climáticas, foi possível rastrear expressiva produção acadêmica incidindo sobre o tema das mudanças climáticas marinhas, sobretudo na literatura internacional. Percebeu-se, entretanto, que tais publicações, a despeito de procederem de diferentes disciplinas do conhecimento, no geral, estiveram informadas pelas mesmas matrizes epistêmicas, produzindo dessa forma, resultados semelhantes a partir de objetos e realidades distintas.

Uma primeira tentativa de organizar essa produção científica revelou um universo acadêmico fracionado e preocupante. Fracionado porque a quase totalidade das publicações da área têm origem nas ciências físicas e biológicas onde predominam análises técnicas e descritivas dos processos ecológicos e biogeoquímicos que estruturam a interface mudanças climáticas e oceanos. Observa-se, dessa forma, que de um lado existe uma farta e detalhada bibliografia técnica sobre os elementos físicos e biológicos marinhos que influenciam e são influenciados pelo aquecimento global. Em geral esses estudos reiteram sistematicamente a centralidade dos sistemas ecológicos e processos biogeoquímicos oceânicos para o controle e manutenção da temperatura atmosférica, assim como a dependência da atividade pesqueira da ecologia marinha. A ênfase nessas pesquisas recai sobre a centralidade dos processos naturais para a manutenção da vida no planeta. O tom é de crítica às ações antropogênicas sobre o "equilíbrio" dos processos naturais seculares. Do outro lado, ou seja, aquele que abarca as publicações que analisam a interface oceanos/mudanças climáticas a partir de uma perspectiva das ciências humanas pode-se afirmar que existe um "hiato" teórico. Quando comparadas com o volume e nível de especialização das publicações do primeiro grupo, percebe-se que o acervo bibliográfico das ciências humanas, nessa interface, é irrisório.

A situação é de certa forma preocupante, porque embora o tema das mudanças climáticas, no geral, tenha ganhado relevo e conteúdo dentro do campo de estudos das ciências humanas, os poucos estudos que se propõem a relacionar aspectos naturais com processos sociais e políticos inerentes ao problema parecem não ter acompanhado essa tendência. Grande parte das pesquisas que mobilizam a questão dos oceanos apresentou-se deficitária e frágil para acompanhar a complexidade ambiental e espacial que se manifesta diante de um contexto empírico de crescentes tensões, incertezas e riscos socioambientais ligados ao manejo dos espaços e recursos marinhos num cenário de mudanças climáticas.

No geral, a ênfase das análises sob a perspectiva recai sobre os impactos sociais e econômicos do aquecimento global sobre determinadas parcelas da população, a exemplo da escassez de peixes para os pescadores artesanais e das dificuldades de manutenção de cultivos de maricultura. Ainda que as filiações teóricas que norteiam esses estudos tenham origem nas ciências humanas, os pressupostos epistemológicos, no geral, fazem referência a princípios da biologia e ecologia quase sempre ligados às noções de ecossistemas e biodiversidade. É comum que análises dentro de um mesmo trabalho apareçam dispersas e desprovidas de componentes conceituais que problematizem as interconexões, sobreposições e justaposições dos componentes naturais e culturais que incidem sobre as dinâmicas socioambientais das mudanças climáticas marinhas. Como consequência, o panorama de referência da produção bibliográfica desse grupo se apresenta empiricamente frágil e insuficiente em densidade teórica.

Diante dessa caracterização geral e levando em conta a clivagem teórica mais ampla que subdivide a produção acadêmica sobre mudanças climáticas marinhas, é possível empreender algumas considerações particulares, relativas aos principais tipos de informações presentes na literatura analisada. Na verdade, as pesquisas com filiação teórica nas ciências humanas, nesse assunto, ainda carecem de aprofundamento analítico e, por este motivo, uma primeira tentativa de organizá-la certamente padecerá de precisão. Assim, nesse primeiro esforço de síntese foi possível evidenciar duas linhas de pesquisa provenientes de distintas disciplinas do conhecimento: a) pesquisas provenientes das ciências econômicas e; b) com origem nas ciências sociais. Em ambos os grupos a mudança climática figura como objeto de estudo central enquanto que o universo marinho pode aparecer tanto no centro da análise, quanto apresentar-se de forma tangencial. O primeiro é o caso das pesquisas com foco na interface oceanos/mudanças climáticas/pesca onde, em geral, a categoria analítica risco ambiental é tomada como elemento explicativo das realidades pesquisadas sem, contudo, haver problematização teórica sobre o conceito. Os riscos ambientais são tomados a partir de uma perspectiva realista que, grosso modo, desconsidera a presença de componentes culturais na percepção e avaliação dos riscos. Neste grupo, predominam as análises de cunho econômico preocupadas, em geral, com o dimensionamento dos impactos das mudanças climáticas sobre a atividade pesqueira e os mercados associados e suas consequências sobre a economia e subsistência das populações diretamente afetadas (Rogrigues, *et al*. 2013; Norman-López, *et al*. 2013; Abdallah & Hellebrandt, 2012; Castro *et al,* 2010; Hellebrandt *et al*. 2010; Turley & Gatuso, 2010; Abdalla *et al*. 2009; Allison *et al*. 2009; Barange & Perry, 2009, Daw *et al*, 2009).

A segunda linha de pesquisa, onde é possível observar a predominância de ferramentas conceituais provenientes da sociologia, é composta por pouquíssimos estudos. De um universo total de cerca de cinquenta publicações (incluindo ciências naturais, físicas e humanas) rastreadas até o momento, somente duas delas podem ser alocadas dentro das abordagens sociológicas. A primeira analisa estudos de caso, em sete diferentes países do globo, para compreender como a governança pesqueira pode ser afetada pelas mudanças climáticas (Mcllgorn *et al.* 2010). Do ponto de vista conceitual a análise deixa a desejar, haja vista a ausência de problematização teórica da noção de governança. Os resultados da pesquisa centram-se assim em descrições das realidades particulares de cada um dos sete casos estudados e na reprodução de evidências e orientações para "informar" os gestores, já amplamente relatadas na literatura sobre governança ambiental, a exemplo da urgência da introdução da noção de incerteza nos processos de governança climática e do baixo nível de informação relativo aos impactos futuros da mudança climática sobre as coletividades humanas.

A segunda publicação desse grupo apresenta um panorama amplo, instigante e aprofundado de como os cidadãos britânicos enquadram compreendem e respondem às questões relacionadas às mudanças climáticas marinhas. A metodologia se apoiou em procedimentos operacionais mistos cruzando a análise quantitativa de dados de 1001 questionários respondidos por cidadãos britânicos e coletados em uma pesquisa mais ampla pela União Europeia - com intuito de avaliar o engajamento público na mudança climática marinha - com análises qualitativas de entrevistas em profundidade, realizadas com vinte cidadãos do leste do Reino Unido (Chilvers *et al.* 2014).

Dentre os principais resultados, o estudo constatou que os impactos das mudanças climáticas marinhas na percepção pública são discretos e muitas vezes enquadrados em termos técnicos ou institucionais não figurando, portanto, entre as questões mais imediatas ou significativas para a maioria dos entrevistados. As análises também demonstraram a centralidade da dimensão espacial para a percepção dos riscos. As respostas aos questionários e entrevistas sugerem que o público tende a perceber os impactos climáticos dentro de seu contexto, ou seja, em formas situadas e envolvidas com outras questões relacionadas aos ambientes marinhos e suas vidas cotidianas. Apesar dos cidadãos fazerem conexões com o conhecimento científico acumulado sobre o assunto, o entendimento sobre as mudanças climáticas marinhas parece ser moldado, sobretudo, por experiências pessoais, pela visibilidade e proximidade dos impactos e pelo senso de risco pessoal e argumentos morais ou baseados em ações concretas. Em termos de resposta aos riscos, a pesquisa chegou a uma conclusão inesperada, os participantes priorizaram medidas de mitigação dos riscos em detrimento de ações adaptativas. Esse resultado se repetiu incluso para aqueles participantes que residiam em áreas de alto risco, tais como zonas de inundação ou sujeitas a desmoronamentos e que, nesse caso, estariam mais inclinados a sugerirem medidas de adaptação à mudança climática em detrimento de ações mitigatórias (Chilvers *et al.* 2014).

Para finalizar os autores concluem sugerindo que a comunicação e engajamento nas questões marinhas associadas à mudança climática devem ser sensíveis às circunstâncias locais das pessoas e devem dialogar com as formas como elas elaboram essas questões em seus próprios termos. Também a ressignificação do discurso climático deve ser valorizada com o intuito de conectar o problema do clima à outras questões ambientais marinhas associadas a ele, porém mais próximas dos atores. No campo teórico e político, a pesquisa ressalta o potencial transformador e mobilizatório das instituições científicas e políticas, sugerindo que, no domínio das alterações climáticas, o grande desafio consiste em compreender, aprender e responder aos compromissos públicos associados às diversas formas de engajamento popular; que podem ir desde o ativismo político e campanhas públicas (por exemplo, a luta pela preservação das baleias), passando pelas mobilizações a favor dos atingidos por inundações e desmoronamentos, até formas híbridas de gestão pública. O fundamental nesse caso, é que as diversas formas de engajamento popular não sejam enquadradas, pela ciência e instituições políticas, como um problema ou ameaça que deve ser erradicada, mas sim como fonte de aprendizado e possibilidade de adaptação aos impactos das mudanças climáticas marinhas, mesmo as mais complexas e distantes no tempo e no espaço (Chilvers *et al.* 2014).

Com relação à temática da atividade pesqueira em larga escala num contexto de mudanças climáticas, foi possível identificar ainda um terceiro conjunto de publicações subdividido em dois grandes universos de pesquisa. Esses estudos abordam a relação entre pesca e mudança climática em torno de eixos discursivos com origem, respectivamente, nas ciências naturais e econômicas, a saber; 1) aqueles que analisam a influência da acidificação e aquecimento dos oceanos sobre os ecossistemas e organismos marinhos, incluindo os estoques pesqueiros e; 2) aqueles que investigam os impactos das mudanças climáticas sobre os mercados de pesca e organismos marinhos de interesse comercial, a exemplo de corais, peixes, ostras e mariscos. Note-se que, em geral, a abordagem dos dois eixos de pesquisa parte de pressupostos epistemológicos e visões de mundo diferentes. Para os primeiros a natureza deve ser preservada sobretudo, com vistas a manter o equilíbrio ecossistêmico. No geral a mudança climática tende a ser vista como um problema que deve ser erradicado. Para o segundo grupo, apesar de a mudança climática também ser encarada como um problema a ser contornado, a preocupação foca-se na manutenção dos estoques pesqueiros, mercados e populações associadas, com vistas a suprir as necessidades humanas. Ainda que não explicitamente, em geral, essas pesquisas tendem a imprimir uma perspectiva utilitária a natureza.

4 - Considerações Finais

Embora o expressivo aumento no volume de estudos sociológicos sobre a questão da mudança climática mais geral, sinalize com o aprofundamento teórico em algumas áreas específicas, a exemplo das pesquisas que investigam a percepção e envolvimento público com a mudança climática, a literatura que incide sobre o tema com foco na interface ar-mar, demonstrou-se insuficiente. Poucos estudos têm abordado diretamente os processos sociais e políticos envolvidos nos assuntos que conectam o problema das mudanças climáticas com o futuro dos oceanos, ecossistemas, populações humanas e mercados associados. Nessa pesquisa só foi possível encontrar duas análises com esse enfoque.

Dentro do campo mais geral de estudos das ciências humanas, as mudanças climáticas aparecem entre os problemas a serem enfrentados e cumprem um papel central funcionando como argumento de pesquisa para justificar propostas de intervenção *in loco*. A preponderância de análises a partir de estudos de caso dificulta a generalização de conclusões e revela uma importante deficiência: a quase inexistência de pesquisas comparadas e sínteses do estado da arte da literatura, que nos permitam rastrear quais são as principais deficiências do campo de estudos.

As lacunas de pesquisa sobre a interface terra-mar, sobretudo as que abordam a temática das mudanças climáticas, são significativas e se encontram, dessa forma, defasadas em relação à urgência e seriedade dos processos naturais e sociais que se avolumam no cotidiano das sociedades contemporâneas. A fragilidade dos fundamentos teóricos que dão suporte à maioria das análises precisa ser contornada, são raros os casos que fazem referência explícita às categorias de análise e enfoques conceituais que sustentam as pesquisas. O fato

de a grande maioria da literatura sobre mudanças climáticas marinhas apresentar características mais técnicas do que explicativas, mais descritivas do que dialógicas e mais propositivas do que teóricas, se deve, em boa parte, à baixa produção de sínteses do estado da arte na matéria. Esse tipo de análise, no geral, tende a funcionar como uma ferramenta de consulta que disponibiliza um panorama geral da produção acadêmica, ancorada em enfoques teóricos e linhas de pesquisas correlatas, além de facilitar a identificação e seleção de opções metodológicas conectadas com determinadas matrizes teóricas. Os resultados desses esforços contribuem para o aumento de estudos focados nas lacunas de conhecimento, a exemplo de pesquisas empíricas com maior densidade teórica.

Somado a isso, o foco dos estudos carece de ajustes para incorporar a dimensão política das realidades pesquisadas. As pesquisas situadas na fronteira entre ambiente e sociedade, calcadas em pressupostos teóricos ajustados com essa nova realidade, ainda fazem figura de exceção. Da mesma forma, os trabalhos que pretendem, em alguma medida, conectar o tema da conservação dos oceanos e ecossistemas marinhos com o problema das mudanças climáticas, em geral, ou estão focados nas pesquisas sobre dinâmica marinha ou sobre mudanças climáticas, quase nunca na interface entre ambos.

A recente publicação de Chilvers *et al.* (2014) se destaca positivamente, neste sentido, por lançar luz sobre a questão das novas formas de engajamento público e governança climática nos assuntos marinhos a partir de abordagens teóricas que se propõem a neutralizar a separação analítica entre cultura e natureza. Ademais a metodologia mista empregada e a amplitude da pesquisa, se mostraram alinhadas com os pressupostos teóricos e adequadas para evidenciar a complexidade e heterogeneidade da percepção pública britânica sobre a mudança climática em ambientes marinhos e suas implicações para as coletividades humanas europeias.

Os resultados da pesquisa encontraram eco em algumas conclusões de estudos mais gerais sobre a percepção pública para assuntos relativos as mudanças climáticas, a exemplo da relação direta entre proximidade espacial e percepção de risco, mas também apresentaram resultados inéditos. Contrariando as expectativas teóricas de que as pessoas tenderiam a posicionar-se a favor de respostas adaptativas às mudanças climáticas em detrimento de ações mitigatórias, o estudo demonstrou o contrário. Isto é, mesmo que medidas mitigatórias impliquem em alterações radicais em alguns aspectos do modo de vida dos cidadãos, incluso para aqueles mais distantes de áreas de risco, as pessoas se posicionaram menos favoráveis a ações adaptativas, supostamente mais fáceis de serem postas em práticas em curto prazo. Esse resultado, em especial, parece sugerir uma importante tendência já sinalizada por Beck com o seu diagnóstico da alta modernidade. Na sociedade de risco os valores estão sendo alterados a favor de ações civilizatórias mais profundas e duradouras em detrimento de respostas imediatas, superficiais e contingentes.

Referências

ABDALLAH, P.R.; HELLEBRANDT, D. (2012), Efeito de eventos El Niño na economia da pesca do camarão-rosa (*Farfantepenaeus paulensis*) na Lagoa dos Patos, RS, Brasil. *In*: *50º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER, Vitória, ES, Brasil, Julho, pp. 22-25.

_____; CASTELLO, J.P.; MUELBERT, J.H.; MÖLLER Jr., O.O. (2009), Efeitos das mudanças climáticas na economia da pesca de camarão-rosa na Lagoa dos Patos, RS, Brasil. In: *I Workshop Brasileiro de Mudanças Climáticas em Zonas Costeiras*, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, Brasil, Setembro 13-16. pp. 25.

ALLISON, E.H.; PERRY, A.L.; BADJECK, M.; ADGER, W.N.; BROWN, K.; CONWAY, D.; HALLS, A.S.; PILLING, G.M.; REYNOLDS, J.D.; ANDREW, N.L.; DULVY, N.K. (2009). Vulnerability of national economies to the impacts of climate change on fisheries. *Fish and fisheries*. 10(2), June, pp. 173 –196.

BARANGE, M.; PERRY, R.I**.** **(**2009), Physical and ecological impacts of climate change relevant to marine and inland capture fisheries and aquaculture. *In* K. COCHRANE, C. DE YOUNG, D. SOTO AND T. BAHRI (eds). Climate change implications for fisheries and aquaculture: overview of current scientific knowledge. *FAO Fisheries and Aquaculture Technical Paper.* No. 530, Rome, FAO, pp. 7–106.

BRASIL. (2006), Programa REVIZEE: *Avaliação do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva, Relatório Executivo*. Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiro e Marinho (GERCOM). MMA.

CASTRO, B. M.; BRANDINI, F. P.; WAINER, I. E.K.C.; DOTTORI, M**. (**2010), O mar de amanhã, com as mudanças climáticas de hoje. São Paulo: *Ciência e Cultura*, 62 (3). Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252010000300016, [consultado em 20-11- 2014].

CHILVERS, J.; LORENZONI, I.; TERRY, G.; BUCKLEY, P.; PINNEGAR, J. K.; GELCICH, S. (2014), Public engagement with marine climate change issues: (Re)framings, understandings and responses. *Global Environmental*, Change 29, pp.165–179.

DAW, T.; ADGER, W.N.; BROWN, K.; BADJECK, M.-C. 2009, Climate change and capture fisheries: potential impacts, adaptation and mitigation. *In* COCHRANE, K.; YOUNG, C. DE.; SOTO, D.; BAHRI, T. (eds). Climate change implications for fisheries and aquaculture: overview of current scientific knowledge. *FAO: Fisheries and Aquaculture Technical Paper***.** No. 530. Rome, FAO. pp. 7–106.

FAO, Food and Agriculture Organization. (2012) *The State of World Fisheries and Aquaculture*, Roma. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Fisheries and Aquaculture Department.

FEITAL, M. S. (2012), A importância da questão ambiental para a ciência contemporânea. In: *III Encontro Internacional de Ciências Sociais*, Pelotas – RS, Brasil.

DAVI, M.L. (2011), Sobre os conceitos de risco em Luhmann e Giddens. *Em Tese*. 8(1), janeiro-julho, pp. 30-45.

DUARTE, C. M.; MIDDELBURG, J. J.; CARACO, N. (2005), Major role of marine vegetation on the oceanic carbon cycle. *Biogeosciences,* 2, pp. 1-8.

GIDDENS, A. (2010), *A política da mudança climática***.** São Paulo: Zahar.

_____. (2002), *Modernidade e Identidade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1991), *As conseqüências da modernidade.* São Paulo: Editora Unesp.

GUIVANT, J. (2001) A teoria da sociedade de risco de Ulrich Bech: entre o diagnóstico e a profecia. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, 16, pp 95-112.

_____. (1998), A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social, *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais,* ANPOCS, 46. pp. 3-38.

HANNIGAN, J.(2009), *Sociologia Ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes.

HELLEBRANDT, L.; HELLEBRANDT, D.; ABDALLAH, P.R. (2010), A presença do tema "Mudanças Climáticas em Zonas Costeiras" na mídia brasileira - Sudeste/Sul. In: *IX Mostra de Produção Universitária*, Oct 19-22, Rio Grande.

HERRERO, T. (2013), A devastação azul. *Página 22*. Outubro, pp. 31.

IPCC. (2014), *Climate Change 2014: Synthesis Report*. Intergovernmental Panel on Climate Change.

MCILGORM, A.; HANNA, S.; KNAPP, G.; FLOCH, P.; MILLERD, F.; PAN, M. (2010). How will climate change alter fishery governance: insights from seven international case studies. *Marine Policy*, 34, pp. 170–177.

MDIC. (2011), *Relatório sobre análise de gordura e colesterol em peixes.* Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Instituto Nacional De Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial/ INMETRO. Brasília.

NORMAN-LÓPEZ, A.; PLAGÁNYI, E.; SKEWES, T.; POLOCZANSKA, E.; DENNIS, D.; GIBBS, M.; BAYLISS, P. (2013), Linking physiological, population and socio-economic assessments of climate-change impacts on fisheries**.** *Fisheries Research*, 148, pp. 18–26.

RODRIGUES, L. C.; VAN DEN BERGH, J. C.J.M,; GHERMANDI A. (2013), Socio-economic impacts of ocean acidification in the Mediterranean Sea**.** *Marine Policy*, 38, pp. 447–456.

Fontes Renováveis de Energia e o Desenvolvimento Local Sustentável

Maria das Graças Nassau
gnassau20@hotmail.com

Maria do Perpétuo Socorro Nassau Araújo
ocorro.nassau@hotmail.com

Carlos Renato Theóphilo
Unimontes crtheophilo@uol.com.br

Taysa Tamara Viana Machado
taysatamara@gmail.com

RESUMO: A mudança global do clima é um dos grandes problemas e desafios ambientais. O objetivo deste estudo foi de investigar as possíveis gerações de crédito de carbono, com substituição das energias não renováveis de origem fóssil pelo biodiesel, na Indústria Têxtil no Município de Itaporanga / PB. A metodologia adotada foi a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso. Os resultados obtidos indicaram que há possibilidade de geração de créditos de carbono, através da utilização de energias renováveis, em substituição à energia fóssil (óleo diesel). Dentre os efeitos benéficos de projetos sustentáveis, pode-se verificar que estes podem contribuir para o incremento das atividades econômicas, na área de implantação desses projetos, com utilização da energia renovável gerada a partir da semente do algodão. Assim, com projetos sustentáveis a exemplo desse estudo, evidencia-se a possiblidade de garantir o equilíbrio das atividades econômicas com a população e o meio ambiente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Sustentável. Aquecimento Global. Biodiesel. Crédito de carbono. Atividade Econômica

1. INTRODUÇÃO

A mudança global do clima tem sido um dos assuntos mais debatidos da atualidade e é um dos mais importantes desafios deste século. A velocidade e a intensidade com que vêm ocorrendo o aumento da temperatura do Planeta têm despertado preocupação a toda sociedade, e uma das maiores inquietações é com relação aos perigos e efeitos que representam para todo o sistema terrestre e para a humanidade, principalmente onde as populações são mais vulneráveis **(**BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2009).

"No Brasil, o espaço geográfico mais vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas é a região Semiárida". Segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) (2004), ao ser apontada como uma das regiões da América do Sul mais vulneráveis, terá efeitos negativos sobre a sua população, com o aumento dos índices de pobreza e migração. E sobre o meio ambiente, com o empobrecimento dos solos, erosões e secas mais prolongadas, dentre outros.

O cenário que se apresenta sobre os níveis do aquecimento global, é também preocupante no estado da Paraíba, tendo em vista que 80% da sua área está localizada no semiárido nordestino. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, a Paraíba ocupou o segundo lugar na lista dos estados onde mais cresceu o número de focos de calor.

Apesar de não serem muitas as possibilidades de enfrentar o aquecimento global, já estão disponíveis formas efetivas para enfrentá-lo, como a implementação de projetos sustentáveis, através da substituição de combustíveis fósseis por energias limpas, geradas a partir do óleo de biomassa e/ou o aumento da captura (remoção)

destes gases, por processos de fixação ou sequestro biológico, como o reflorestamento (SANQUETTA, 2008, p.27).
Estudos desenvolvidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) mostram que a cada 1% de substituição de óleo diesel por biodiesel produzido com a participação da agricultura familiar, podem ser gerados cerca de 45 mil novos empregos no campo, com renda média anual de aproximadamente R$ 4.900,00 por emprego. (SLUSZZ e MACHADO, 2006, p.4).
Considerando ainda, que a região tem uma forte vocação para cultivo do algodão, essa cultura se adapta muito bem ao clima, e é predominante no semi-árido paraibano. De acordo com estudo realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA (2010), depois de analisar todos os fatores da cadeia produtiva (produção de sementes, manejo agrícola, mercado etc.), "a revitalização da cultura do algodão na Paraíba é viável economicamente".
Nesse contexto, a implementação de projetos sustentáveis em empreendimentos instalados nessa região - através da substituição do óleo diesel por biodiesel a base da semente de algodão - motiva este trabalho, considerados os benefícios sociais, ambientais e econômicos que essa energia renovável poderá trazer para a comunidade local e seu entorno.
Com a utilização da energia renovável - o biodiesel da semente do algodão - ao substituir uma fonte fóssil de energia, há possibilidade de criar oportunidades de trabalho e geração de renda na agricultura familiar, estimular a inclusão social em toda a região do Estado, e ainda poderá gerar créditos de carbono.
Assim, apostando nos benefícios que um projeto sustentável poderá levar as regiões do semiárido paraibano, vulneráveis aos efeitos dos GEEs, este estudo teve como objetivo geral investigar as possíveis gerações de crédito de carbono, em um projeto sustentável - com a substituição das energias não renováveis de origem fóssil pelo biodiesel - na Indústria Têxtil no Município de Itaporanga - PB, e sua contribuição para a melhoria de renda da população e a preservação do meio ambiente.

2 - REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Cenário das Mudanças Globais do Clima

O termo mudança climática embora esteja relacionado com o efeito estufa e o aquecimento global, e estejam relacionados entre si, têm significados diferentes. O aquecimento global é o resultado da intensificação do efeito estufa natural ocasionado pelo significativo aumento das concentrações de GEEs na atmosfera, ou seja, gases que absorvem parte do calor que deveria ser dissipado, provocando aumento da temperatura média do Planeta.
Molion (2008, p.53) refere-se ao efeito-estufa como:

> O efeito-estufa faz com que a temperatura média global do ar, próximo à superfície da Terra, seja cerca de 15ºC. Caso ele não existisse, a temperatura da superfície seria 18ºC abaixo de zero, ou seja, o efeito-estufa é responsável por aumento de 33ºC na temperatura da superfície do Planeta! Logo, ele é benéfico para o planeta, pois gera condições que permitem a existência da vida como se a conhece.

Entretanto, nos últimos 50 anos a mudança do clima atribuída às atividades humanas vem fazendo com que anualmente sejam emitidas grandes quantidades de GEEs - principalmente o CO_2 - para a atmosfera, intensificando sua concentração natural, causando assim, um aumento na temperatura da superfície terrestre, que é o chamado Aquecimento Global (3º RELATÓRIO GT1 IPCC, 1995).
É consenso da grande maioria dos cientistas e políticos do mundo que existe um aquecimento em nível global da atmosfera. A concentração de CO_2 na atmosfera aumentou de 316,7 ppm em 1960 para 368,4 em 1999, e como resultado destas emissões, a década de 90 e o ano de 1998 foram os mais quentes dos últimos 1000 anos no hemisfério norte. Os atuais modelos climáticos preveem um aumento entre 1,1ºC a 6,4°C, com base nas temperaturas de 1990 em 2100 (RICLEFS, 2010 p.46).
De fato, a mudança global do clima já vem se manifestando de diversas formas, e os principais efeitos adversos sinalizados e já percebidos nos dias atuais são: aumento do nível do mar; alterações nos regimentos de chuva

e tempestades de chuva e neves fortes e mais frequentes; maior número de ciclones; tempestades de e forte e rápido ressecamento do solo (BNDES, 1999).
As emissões de gases de efeito estufa ocorrem praticamente em todas as atividades humanas e setores da economia: na agricultura, por meio da preparação da terra para plantio e aplicação de fertilizantes; na pecuária, por meio do tratamento de dejetos animais e pela fermentação entérica do gado; no transporte, pelo uso de combustíveis fósseis, como gasolina e gás natural; no tratamento dos resíduos sólidos, pela forma como o lixo é tratado e disposto; nas florestas, pelo desmatamento e degradação de florestas; e nas indústrias, pelos processos de produção, como cimento, alumínio, ferro e aço (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2007).
Para enfrentar o aquecimento global, as únicas formas efetivas de reduzir as concentrações de gases de efeito estufa (GEE) são a redução das emissões nas fontes geradoras desses gases e/ou o aumento da captura deles por processos de fixação ou sequestro biológico, como o reflorestamento. A princípio, a redução da emissão de GEEs na fonte, através de aprimoramento tecnológico, é a forma mais legítima e efetiva para mitigar o problema da mudança climática (MMA, 2010).

2.2. Convenções e Acordos Internacionais

Para evitar a intensificação e agravamento desse cenário, foram criados painéis com cientistas de vários países, para discutir e analisar criteriosamente a questão das mudanças globais do clima.
A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC) (UNFCCC, em inglês), é um tratado de caráter praticamente universal. Foi resultado da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, informalmente conhecida como a Cúpula da Terra, durante a ECO-92, firmado por quase todos os países (185) e a União Europeia. Foi estabelecido um regime jurídico internacional, para atingir o objetivo principal de alcançar a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera, em nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático (DELPUPO, p. 27).
Durante a 3ª Conferência das Partes (COP-3) que aconteceu em Quioto (Japão) em 1997, foi adotado o Protocolo de Quioto –PQ, firmado para atingir o objetivo primordial da CQNUMC, e estabelecer metas para que as emissões antrópicas sejam reduzidas em 5,0%, na média, com relação aos níveis verificados no ano de 1990. Com metas diferenciadas e devendo ser atingidas no período compreendido entre 2008 e 2012, conhecido como primeiro período de compromisso (FGV, 2009. p.10).
O Protocolo inclui três mecanismos de flexibilização: Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL (Clean Development Mechanism - CDM); Implementação Conjunta (Joint Implemention) e o Comércio de Emissões (Emission Trading - ET).
O aquecimento global e a ratificação do PQ é que proporcionaram as condições para o estabelecimento do mercado de créditos de carbono. O mecanismo de flexibilização, ao instituir o sistema de créditos de carbono**,** foi uma forma de compensar a emissão de gases que produzem o efeito estufa, através de um programa que desperta nos países a vontade política de rever os seus processos industriais. Assim, projetos que comprovarem que irão mitigar a emissão de GEEs podem gerar créditos de carbono, e com isso, diminuir a poluição na atmosfera e o seu impacto no aquecimento do clima (FGV, 2009, p.33).
Segundo Klisiewicz (2008, pag. 25):

> Um projeto será considerado redutor de emissões e se enquadrará nas regras do Protocolo de Quioto quando for considerado adicional, pelas regras do Protocolo. Em linhas gerais, um projeto de florestamento ou reflorestamento será adicional quando a remoção atual de gases de efeito estufa seja aumentada em proporção maior à soma das mudanças nos estoque de carbono existentes no local do projeto, e que essa adição não fosse esperada de forma natural, na ausência do projeto.

2.3. Fontes Renováveis de Energia

A energia é considerada um insumo essencial para a indústria, mas é importante destacar que a utilização de recursos fósseis traz danos ao meio ambiente. A elevada emissão de gases para a atmosfera tem como consequência o aquecimento global.

A forma de energia que substituirá o combustível fóssil tem que levar em conta a preocupação com a sustentabilidade e, evidentemente, a diminuição da atual degradação ambiental. Assim, a utilização de fontes de energias renováveis merece atenção especial, pois segundo o Ministério de Minas e Energia (2006), a entrada de novas fontes renováveis evitará a emissão de 2,5 milhões de toneladas de gás carbônico/ano, ampliando as possibilidades de negócios de Certificação de Redução de Emissão de Carbono, nos termos do Protocolo de Quioto.

2.3.1. O Uso de Fontes Renováveis de Energia

Dentre as fontes renováveis, têm-se o biodiesel que é um combustível líquido derivado de biomassa renovável, que substitui total ou parcialmente o óleo diesel de petróleo, bem como substitui outros tipos de combustíveis fósseis na geração de energia, a exemplo do uso em caldeiras ou em geração de calor em processos industriais. Ele pode ser usado também, em qualquer motor que funcione a óleo diesel, seja em caminhões, ônibus, barcos, trens, máquinas agrícolas e até nos motores que geram energia elétrica, sem necessidade de modificação (MME, 2006).

Esse combustível alternativo reduz as emissões de CO_2, além disso, não contém enxofre, melhora a lubricidade do motor. Trata-se de um combustível biodegradável, não tóxico e essencialmente livre de compostos sulfurados e aromáticos, além de produzir uma queima mais limpa, o que resulta em menores níveis de emissão de poluentes.

Como forma de introduzir o biodiesel na matriz energética brasileira no Brasil, em dezembro de 2004 o Governo Federal lançou o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). A Lei nº 11.097/05 estabeleceu que, a partir de 2008, todo o óleo diesel comercializado no Brasil deveria conter 2% de biodiesel (B2) e que em 2013, ao óleo diesel dever-se-ia adicionar 5% deste combustível8 (B5).

O Brasil possui uma grande diversidade de espécies oleaginosas das quais se podem produzir o biodiesel, variando de acordo com o tipo de clima e de solo de cada região. Atualmente, as matérias-primas para a produção de biodiesel provêm de fontes tradicionais, como algodão, soja, mamona, girassol, amendoim, gergelim e dendê, que possuem domínio tecnológico (zoneamento agrícola, sistema de produção, materiais certificados e infraestrutura de produção de sementes).

O biodiesel derivado do óleo de algodão é de excelente qualidade, sem enxofre e cinzas, não corrosível. Como todo biodiesel, exceto o de mamona, que tem mais oxigênio (4% a mais), ele tem 11% de oxigênio, o que reduz substancialmente a emissão de dióxido de carbono, o principal responsável pelo efeito estufa (PETROBRAS, 2006).

A utilização do biodiesel como fonte energética é importante para as Regiões Norte, Nordeste e semiárido brasileiro, tanto do ponto de vista energético, quanto nos aspectos econômicos, sociais e ambientais. Contribui para o aumento da oferta de empregos e a riqueza no campo, reduz o gasto de divisas estrangeiras na importação de petróleo, ajudando a equilibrar a balança de pagamentos e contribui para reduzir o efeito estufa ao substituir combustíveis fósseis (PESSOA, SOUZA, REBOUÇAS, 2007, p.118).

2.3.1.1. Algodão - Importância para a Economia do Semiárido e da Paraíba

A cultura do algodoeiro arbóreo se encontra disseminada em toda a zona semiárida do Nordeste, desde a Bahia, achando-se concentrada nos estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

O algodoeiro sempre teve papel de grande relevância em todo o Nordeste brasileiro, especialmente no estado da Paraíba, tanto como cultura de reconhecida adaptabilidade às condições edafoclimáticas locais, como fator fixador de mão-de-obra da zona rural, gerador de emprego e renda. Além da fibra, seu principal produto produz diversos subprodutos, que apresentam também grande importância econômica, destacando-se o línter, o óleo bruto, a torta, além da casca e do resíduo (KOURI, 2006).

Segundo estudos realizados pela EMPRAPA (2010), a produtividade agrícola da Paraíba em relação a outros estados produtores de algodão é menor. Em contrapartida, o custo de produção é inferior, porque há menos aplicação de defensivos agrícolas, o que também resulta num cultivo agroecológico, pois o número de pulverizações contra o bicudo é menor. Além disso, a qualidade do algodão colhido é melhor, com menos impurezas e isso é importante para a indústria, pois para o maquinário atual está adaptado para fibras com 32 a 34 milímetros.

Hoje a Paraíba já domina a produção do algodão colorido orgânico em todo o processo produtivo, desde o plantio, descaroçamento, fiação, títulos e torções de fios, densidade, técnicas de tecelagem, a exemplo de tramas batidas. É um dos pouquíssimos estados onde existe uma expansão célere do desenvolvimento da cadeia do algodão colorido e orgânico (BELTRÃO, 1999).
Afora os benefícios do algodão, o óleo poderá ser uma grande alternativa para a produção de biodiesel, sendo hoje a segunda oleaginosa em volume de produção de óleo, perdendo somente para a soja. Segundo estudo do CEPEA (2002), em que aponta como ideal (em termos de custos e oferta), para as diferentes matérias-primas para cada região, o caroço de algodão é indicado como viável para a região do Nordeste.

2.3.2. Desenvolvimento Local

O desenvolvimento local, tem se mostrado uma tendência mundial, mas no Brasil, é recente e só foi impulsionado a partir de 1990. É um processo endógeno de mudança, que se aproveita das vantagens comparativas e competitivas de uma localidade no sentido de contribuir para o crescimento econômico, para melhorar a qualidade de vida da sua população, fortalecer o seu capital social, promover uma boa governança e o uso sustentável dos recursos naturais (KRONEMBERGER apud de PAULA, p.31, 2008).
A globalização permite que cada local mostre a sua identidade, o seu diferencial de competividade. KRONEMBERGER (apud LUCAS, P.34, 2008) sugere que pequenos municípios de uma mesma região e que tenham a mesma vocação e/ou problemas comuns, se articulem através de uma estrutura das esferas municipais e estaduais, e sejam administradas por um gestor, para alavancar o desenvolvimento.

3. METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa exploratória, com o desenvolvimento de um estudo de caso em uma indústria têxtil de algodão. As fontes de dados compreenderam pesquisa bibliográfica, levantamento documental e entrevistas. (MARTINS e THEÓPHILO, 2009)

3.1. Indústria Objeto de Estudo e Pesquisa

A unidade de análise foi a Indústria Têxtil, por atender requisitos técnicos considerados representativos no presente estudo. Esta atividade econômica vem crescendo significativamente, no semiárido paraibano, com possibilidades de transformar essa região, num grande pólo industrial têxtil (ITATEX, 2010).
O empreendimento selecionado foi à Indústria Têxtil ITATEX, por atender os seguintes atributos: a representatividade desse empreendimento no contexto têxtil, em relação às demais instalados na área e nos municípios vizinhos; as práticas ambientais que já são adotadas pela indústria; a permissão e colaboração na liberação dos dados pela Diretoria.
A ITATEX está localizada no município de Itaporanga/PB, cerca de 420 km de João Pessoa. Essa indústria surgiu no ano de 1996, como uma pequena tecelagem, e tem contribuído para que esse município, aos poucos, vem se tornando em um pólo têxtil, reconhecido nacionalmente, e conta hoje com mais de 30 empresas, atendendo o mesmo nicho de mercado.

3.2. Procedimentos Metodológicos

Inicialmente foi feito um estudo exploratório no município, com visita a três indústrias têxteis, quando na oportunidade, foi definido pela Indústria Têxtil – ITATEX. Foi possível observar todo o processo produtivo, visita a todas as instalações e entrevistas informais com os seus dirigentes, onde foram esclarecidos todos os questionamentos. Os sujeitos da pesquisa foram os gerentes de produção e diretoria administrativa da indústria, que responderam um formulário com questões abertas. Foram disponibilizados pela diretoria os dados necessários à realização da análise pretendida.

3.3. Critérios de Avaliação

A metodologia utilizada para estimativa da redução de emissões e a quantidade de créditos de carbono, que seriam gerados pelo projeto, foi fundamentada na linha de base para energias limpas, de acordo com os parâmetros científicos estabelecidos pelo Protocolo de Quioto.
Para análise comparativa, foram utilizados os critérios abaixo indicados:
a) Para estimar as reduções de emissões de CO_2, associadas à substituição da energia fóssil pelo bicombustível (óleo de caroço de algodão), utilizou-se como parâmetro básico a quantidade de emissões geradas por litro de óleo diesel. Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) (2002): "teoricamente, assume-se que um litro de diesel consumido gera 2,695 kg de gás carbônico".
a1) Também foi estimada a redução das emissões com a utilização de outra energia renovável - o sol -, utilizados na etapa de secagem dos tecidos. Para tal, considerou-se como parâmetro o percentual da produção mensal de tecidos que utiliza tal energia.
b) Cálculo das quantidades geradas de créditos de carbono: Segundo o Protocolo de Quioto, cada tonelada de dióxido de carbono equivale a um crédito de carbono que pode ser negociado no mercado mundial. Se a tecnologia proposta, utilizando biodiesel, emitir menos carbono na atmosfera do que a energia fóssil, a indústria têxtil ITATEX poderia vender créditos de carbono àquelas empresas dos países do Anexo l do Protocolo de Quioto, que estão poluindo acima do limite estabelecido, desde que cumpridas todas as etapas e condicionantes exigidos pelo MDL.

3.4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.4.1. Apresentação dos Dados

Nesse item são apresentados, com base nos parâmetros indicados na metodologia do presente estudo, os dados coletados na pesquisa de campo.
No Quadro 3, são apresentadas as fontes de energias utilizadas, bem como o consumo em todas as etapas do processo produtivo.

Quadro 3: Fontes de Energias Utilizadas

Etapas do Processo Produtivo	Fontes de Energias Utilizadas			
	Elétrica 235 kW/h	Óleo Diesel 30litros/h	Lenha m³/h	Energia Solar
Lavanderia	51%	70%	0,03	Secagem de Tecidos
Tecelagem	21%	30%	-	-
Corte	1,7%	-	-	-
Costura/Acabamento	26,3%	-	-	-

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

A indústria funciona 24 horas, de segunda-feira a sábado. E os produtos fabricados são: panos de chão, panos de prato e toalhas, com uma produção média mensal de 880.000, 480.000 e 100.000 unidades, respectivamente, com uma capacidade de produção instalada de 1.000.000 de unidades de panos de chão; 600.000 panos de prato e 400.000 de unidades de toalhas. Com um rendimento médio em relação ao faturamento: R$1,60; R$ 1,30 e R$3,00.
A principal matéria prima utilizada são os fios de algodão, quase 100%. O mercado consumidor da ITATEX compreende a Região Nordeste com um percentual de vendas em torno de 20%, e as demais regiões com 80%, sendo o Estado de São Paulo, o maior consumidor.
A mão-de-obra utilizada é de origem local e de cidades circunvizinhas, e emprega atualmente uma média de 300 funcionários. O nível de escolaridade da maior parte da mão-de-obra tem o ensino fundamental, vindo em seguida o ensino médio. O índice de analfabetismo é baixo, em torno de 2%. Com relação ao percentual mé-

dio da mão-de-obra qualificada é representativo, pois o número de qualificados foi formado dentro da própria indústria.
Com relação às práticas utilizadas para conservação do meio ambiente, parte da matéria-prima fios de algodão, utilizada na produção dos tecidos, são provenientes de resíduos. Os resíduos gerados nos processos produtivos são insignificantes e são utilizados na indústria, entre eles: buchas de fios de algodão, retalhos e pêlos de algodão, que servem de manutenção das máquinas.
E os gerados não diretamente na produção são todos vendidos para reaproveitamento ou reciclagem como os sacos plásticos. Também há o cuidado de não descartar ou queimar os óleos. É aproveitado ao máximo o recurso natural na etapa de secagem, economizando assim energia elétrica. Tratamento de efluentes do setor de lavagem para reaproveitamento da água e neutralização dos componentes prejudiciais ao meio ambiente, para que possam ser descartados de forma responsável. Filtragem da fumaça da chaminé da caldeira.

3.4.2. Discussão dos Dados

De acordo com os dados da pesquisa, verificou-se que o óleo diesel é o mais utilizado no processo produtivo, principalmente na etapa de lavagem, que corresponde a 70% do consumo total. Em seguida, vem a energia elétrica, energia solar, e por último a lenha, com um consumo sem representatividade, diante dos demais tipos utilizados. Na etapa de secagem, pós-processo de lavagem, aproximadamente 50 % da produção utiliza a energia solar.
No comparativo das estimativas de emissões, quando substituiu o óleo diesel pelo biodiesel, há uma redução mensal de emissões em torno de 58,21 ton. Quando se utiliza a energia solar na etapa do processo produtivo de secagem dos tecidos, verifica-se que a indústria deixa de emitir uma média mensal de 29,11 ton., perfazendo assim, um total médio mensal de 87,32 ton. não emitidas. No Gráfico 1, é possível visualizar a expressiva redução de emissões, quando se utiliza as energias renováveis.

Gráfico 1: Comparativo de emissões e reduções co_2

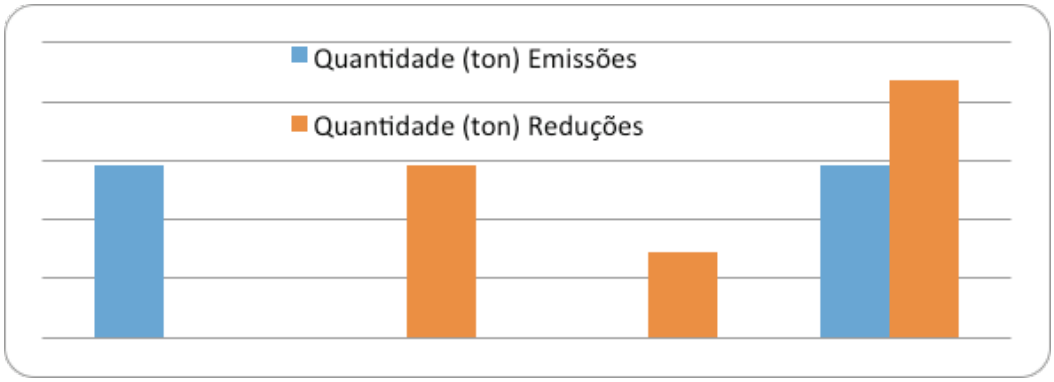

Fonte: Dados da pesquisa, 2011

Ainda com relação à substituição do óleo diesel utilizado no processo produtivo da ITATEX, por energia obtida através do biodiesel, fica evidente a geração de créditos de carbono, considerando a quantidade estimada de CO_2 que não é emitida, quando utilizada essa energia. Também se verifica a geração de créditos de carbono, quando utilizada a energia solar. Ressaltando, no entanto, que as emissões evitadas de CO_2 pela substituição do óleo diesel e as adicionadas às evitadas pela utilização de fonte solar, seriam as quantidades estimadas (teórica) de créditos de carbono.
Considerando a hipótese do uso do biodiesel e da energia solar, a renda bruta para a ITATEX proveniente dos créditos de carbono (87,32 ton.) corresponderia a 1.048,00 euros, considerando que o valor de 1 ton. de créditos de carbono vale aproximadamente 12 euros.
Neste contexto, considerando que o semiárido brasileiro é apontado como uma das regiões da América do Sul mais vulneráveis aos efeitos do aquecimento global, o algodoeiro poderá ser inserido nos projetos sustentáveis, pela substituição de energias fósseis. A cultura do algodão sempre teve papel de grande relevância nessa área,

tanto como cultura de reconhecida adaptabilidade às condições edafoclimáticas locais, quanto como fixador de mão-de-obra da zona rural, gerador de emprego e renda.
A cultura do algodão, além de fornecer a semente para a extração de óleo para a produção do biodiesel, poderá fornecer pluma para a indústria têxtil, incrementar a produção agrícola de subsistência, criar oportunidades de trabalho, tanto no campo quanto na indústria, geração de renda na agricultura familiar, estimular a inclusão social em toda a região e incrementar a produção agrícola de subsistência.

4. CONSIDERAÇÕES

De acordo com os resultados obtidos nesse estudo, verificou-se que há possibilidade da geração de créditos de carbono com a utilização da tecnologia de energias renováveis (biodiesel e solar), em substituição a energia fóssil (óleo diesel) na Indústria Têxtil ITATEX. Em consonância assim a teoria de base que serviu de fundamentação teórica para validação desse estudo, desde que cumpridas todas as etapas e condicionantes exigidos pelo MDL.
Dentre os efeitos benéficos desse tipo de projeto sustentável, pode-se verificar que estes podem contribuir para o incremento das atividades econômicas nessa região, com a utilização da energia renovável gerada a partir da semente do algodão. E a cultura do algodão poderá contribuir para a ampliação do mercado interno, como o crescimento da produção agrícola de subsistência, que além de fornecer a semente para a extração de óleo para a produção do biodiesel, fornece também a pluma para a indústria têxtil, cria oportunidades de trabalho, tanto no campo quanto na indústria, gera renda na agricultura familiar, estimulando assim, a inclusão social em toda a região do Estado. Garantindo o equilíbrio das atividades econômicas com a população e o meio ambiente.
Vale ressaltar, que o resultado obtido nesse estudo, é uma estimativa preliminar, que poderá servir como referência para novos estudos sobre a geração de créditos de carbono, e sua contribuição para a melhoria de renda da população e da qualidade ambiental da região.

REFERÊNCIAS

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social. 1999.

_____ – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social. 2009.

BELTRÃO, N. E. M.; **O Agronegócio do Algodão no Brasil**, 1a edição, EMBRAPA, Campina Grande –PB, 1999, V. 1.

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Mudanças climáticas, o protocolo de quioto e mercado de carbono**. CEPEA, 2002

DELPUPO, C. H. Protocolo de Quioto. In: FUHIHARA, M. A.; LOPES, F. G. **Sustentabilidade e Mudanças Climáticas**. São Paulo: Ed. SENAC, 2009. 167,pp. 27-36.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. 2007. Disponível em: www.empraba.gov.br.> acesso em dezembro de 2010.

_____. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. 2010. Disponível em: www.empraba.gov.br.> acesso em janeiro de 2011.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. **O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL: guia de orientação** / Coordenação-geral Ignez Vidigal Lopes. – Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro Geografia e Estatística. Disponível em www.ibge.gov.br, 2010.

_____. Intergovernmental Panel on Climate Change. 1995. Disponível em http://www.ipcc.ch/home_languages_main_spanish.shtml > Acesso em Março de 2010.

ITATEX – Indústria Têxtil Itatex. **Manual sobre a indústria**. 2010.

KLISIEWICZ, F. **Manual de mercado de carbono - "Como identificar oportunidades de originação e desenvolvimento de projetos que gerem créditos de carbono"**. Curso de Pós-Graduação em Economia e Meio Ambiente do Departamento de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, 2008.

KOURI, J. **Cultivo do Algodão Herbáceo na Agricultura Familiar – Sistema de Produção, 1. 2ª edição, versão eletrônica. EMBRAPA/ ALGODÃO, Set.2006.** Disponível em www.sistemadeproducao.cnptia.embrapa.br.Acesso em abril 2011.

KRONEMBERG, D. Desenvolvimento Local Sustentável: Uma abordagem prática – São Paulo, Ed. SENAC, 2011.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Manual do MDL para desenvolvedores de projetos e formuladores de políticas**. Tradução de Anexandra de Ávila Ribeiro, 2004.

_____ - Ministério do Meio Ambiente. 2007.

_____ - Ministério do Meio Ambiente. 2010.MME – Ministério das Minas e Energia (2006). Disponível em http://www.mme.gov.br/programas/biodiesel/menu/selo_combustivel_social.html > acesso em abril de 2010.

MOLION, L. C. **O aquecimento Global Antropogênico**. In: SEABRA, G. **Terra:** mudanças ambientais globais e soluções locais. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB. 2008. 240p. p.75-84.

PESSOA, V. M. do N.; SOUZA, F. das C. S.; REBOUÇAS, I. G. B**iodiesel como elemento de desenvolvimento sustentável no semi-árido potiguar**. UNED Mossoró RN, Holos, Ano 23, Vol. 3, 2007.

PETROBRAS - EMPRESA DE PETRÓLEO DO BRASIL. 2006. Disponível em www.petrobras.gov.br.>acesso em abril de 2011.

PETROBRAS/BR - EMPRESA DE PETRÓLEO DO BRASIL. 2006. Disponível em www.petrobras.gov.br.>acesso em março de 2011.

RICKLEFS, R. F. **Economia da natureza**. 5ª ed. 2010.

SANQUETTA, C. R. **Manual de mecanismo de desenvolvimento limpo e mercados de carbono**. Curso de Pós-Graduação em Economia e Meio Ambiente do Departamento de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, 2008.

SLUSZZ, T.; MACHADO, J. A. D., 2006. **Potencialidades agronômica, econômica e social das principais oleaginosas matérias-primas do biodiesel e sua adoção pela agricultura familiar**. In: Anais do XI Congresso Brasileiro de Energia. UFRJ, v. II. p. 899-912, Rio de Janeiro, RJ.

Por uma efetiva política de comunicação das mudanças climáticas

Carolina Cantarino Rodrigues[1]

Resumo: A comunicação das mudanças climáticas vive uma *situação-limite*: as alterações extremas do clima e as exigências de adaptação configuram situações que se tornam inqualificáveis, impensáveis para o pensamento, para o modo com o qual estamos habituados a pensar o futuro, o humano, a natureza, o corpo, o espaço, a cultura, a tecnologia, as políticas públicas... Atravessamos o fim de *um* mundo cujo conjunto de lógicas, funcionamentos, conceitos e categorias não dão mais conta de criar narrativas, imagens, pensamentos, práticas e ações que sejam efetivamente potentes para problematizar as transformações em curso. Estamos diante da urgência política da criação de novos pensamentos, narrativas, imagens, práticas, ações, fabulações, ficções científicas, especulações,... Complexidades e urgências que exigem a instituição de uma *efetiva política de comunicação das mudanças climáticas,* que passa por levar a escrita, o pensamento, a palavra, a imagem e o som ao *limite*, convocando sua capacidade de se constituir enquanto um espaço-tempo de invenção de novos conhecimentos, percepções e ações. Por isso, em vez de nos restringirmos ao diagnóstico daquilo que a comunicação é; e evitando assumir uma postura normativa em torno daquilo que a comunicação *deve ser*; buscamos investir na pergunta: o que *pode* a comunicação com as mudanças climáticas? Como tornar possível a emergência de outras potencialidades, lógicas e funcionamentos da comunicação?
Palavras-chave: política; comunicação; tempo; escrita

1)Do limite da comunicação

A comunicação das mudanças climáticas vive uma *situação-limite*. A relevância cada vez maior das alterações do clima (principalmente, a ocorrência de eventos extremos como secas, inundações e desastres) movimenta extensamente a reivindicação por se dar *visibilidade* ao tema.

Ao acionar a expressão "mudanças climáticas" em sua circulação por jornais, revistas, *homepages*, blogs, livros didáticos e documentários, certo conjunto de imagens aparece com recorrência: fotografias e vídeos de desastres os mais diversos (inundações, deslizes de terras, terremotos, fábricas poluidoras, lixões, rios poluídos, cidades intransitáveis, deslocamentos de populações etc); de ambientes "preservados" e/ou "intocados" (florestas, rios, mares, desertos etc); de animais, plantas e povos em extinção (o urso no bloco de gelo tornou-se um dos maiores ícones, bem como imagens dos povos indígenas e populações tradicionais); de elementos da natureza (nuvens, gelo, água, fogo, terra, vento etc); de práticas científicas (retratos de cientistas, de equipamentos, de supercomputadores, de reuniões, de laboratórios, plantações etc); além de gráficos e mapas (com dados organizados dos mais diversos modos desses diversos seres, elementos e fenômenos) (Luccas, T.; Gonçalves, M.; Pestana, F.; Dias, S., 2014).

Outras apostas atuais que têm sido feitas em diversos meios, compõem, ainda – e de modo mais amplo – o diagnóstico da política de comunicação das mudanças climáticas: o catastrofismo, alarmismo e sensacionalismo da cobertura feita pela imprensa; a recorrente infantilização da opinião pública nos artefatos de divulgação das mudanças climáticas (Pfeiffer, 2013-2014); a relação entre ciência e realidade apresentada insistentemente em termos de *crença*, e da oposição entre a "des/construção social das ciências" (que marca algumas abordagens das Ciências Sociais) e o "realismo" (que atravessa o pensamento cientificista e seu pressuposto de que certas ciências teriam um acesso privilegiado ao real) (Latour, 2004); a criminalização dos comportamentos já

1 Faculdade de Ciências Aplicadas
Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
São Paulo - Brasil
carolina.rodrigues@fca.unicamp.br

estabelecidos e a adoção de mecanismos indutivos de mudanças de atitude unilaterais (Taddei & Gamboggi, 2011); a incapacidade da imprensa de pautar decisões políticas a respeito das mudanças climáticas; a postura normativa da comunicação, em que a falta de informação é associada aos comportamentos negativos, à falta de consciência, ao chamado analfabetismo científico, ao déficit de conhecimento; a representação de uma ciência fantástica e do culto à ciência, da qual se esperam soluções do tipo "passes de mágica" ou o alcance de soluções milagrosas (Ripoll, 2008); as narrativas saturadas de clichês na quais palavras, imagens e sons fazem funcionar uma sintaxe representacional dominante, marcada pelas oposições entre humano-natureza, sujeito-objeto, ciência-política, pelas moralizações e julgamentos, e pelo desejo de conter e acomodar a vida na escrita.

Paradoxalmente, a visibilidade tanto reivindicada para o tema tem promovido a sua invisibilização. Ela não têm resultado num maior engajamento da população, dos governos, dos movimentos sociais e empresários nas questões climáticas**.** Por que a comunicação fracassa em promover o engajamento do público em relação à urgência das alterações climáticas? Como fazer com que o tema dure para além do tempo estrito da ocorrência de eventos extremos? O que emerge desse diagnóstico? A urgência de se propiciar novos modos de comunicação e divulgação científica relacionadas às mudanças climáticas: não apenas uma urgência de mais comunicação, mas a urgência de se (re)pensar a comunicação.

Repensar a comunicação das mudanças climáticas enquanto um *dispositivo*[2] que cria e institui regimes de visibilidade e dizibilidade em torno do tema: o que se pode, e o que não se pode dizer sobre ele; como se pode, e como não se pode, torná-lo visível. Esses regimes são criados pelos modos com os quais as mudanças climáticas são expressas e circulam em imagens, palavras e sons, operando uma determinada "partilha do sensível":

> "É um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência. A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades dos espaços e dos possíveis do tempo" (Rancière, 2005: p. 15, 16).

Uma política da comunicação pautada, portanto, pela realização de possíveis: possíveis estes submetidos ora à reserva de experiências e conhecimentos já dados, estabelecidos, estabilizados; ora aos modelos de verdade que permitem julgar, hierarquizar e categorizar as escritas, conhecimentos, públicos, artes e ciências. Definições prévias de certos "possíveis" para a comunicação das mudanças climáticas que se apoiam na reiteração de um regime de funcionamento das imagens, palavras e sons, fundados na lógica da representação, da correspondência e da explicação.

Funcionamentos, sintaxes e lógicas que se querem acordos visuais e consensos políticos, que desejam afetar o público transmitindo mensagens de ordem, dando modelos, ou oferecendo contra-modelos, que querem nos ensinar a ver a verdade por trás das aparências, a denunciar e criticar, que desejam conscientizar ou sensibilizar.

> "Ainda se trata de um acordo tanto mais abusivo e autoritário quando somos responsáveis pela sustentabilidade, prisioneiros de uma gregariedade ecossistêmica fundada na insistente contabilização da diversidade para que tudo e todos venham a caber na alargada e diversificada roupagem do Mesmo em proveito da vida que *deve* ser vivida, constantemente reiterada pelas imagens televisivas, pela opinião tão pessoal, pela percepção dos fatos, pela unidade da experiência" (Godoy, 2009, p. 05)

O que fazer diante desses possíveis já esquadrinhados, das competências divididas, autoridades medidas, correspondências metrificadas entre quem pode dizer o quê, de onde, quando, como e para quem?

---

2 O conceito de dispositivo torna-se bom para pensar a política de comunicação das mudanças climáticas tendo em vista, portanto, sua abertura e amplitude: um novelo, uma meada, um conjunto multilinear (Deleuze, 2005) que atravessa discursos, instituições, arquiteturas, regulamentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Entre esses elementos existe um tipo de jogo, nos diz Foucault (2008: p. 244), baseado em mudanças de posição e modificações das funções (originais) desses elementos. O que nos leva a sublinhar, nesse contexto, que o problema da comunicação das mudanças climáticas não se restringe ao jornalismo e à divulgação científica, mas atravessa práticas, percepções de distintos campos do conhecimento.

2)Do futuro em jogo

"Não há saída". "Não há futuro". Não há outra possibilidade". Catástrofe, crise, desaparecimento, extinção, ameaça, medos, riscos, descrença, colapso, desastres. O que se pode notar – no cinema, nos seriados de televisão, na filosofia, na literatura e nos livros de ficção científica, nos games, nas artes plásticas, nas ciências e em outras áreas do conhecimento – é que estamos vivendo a disseminação de enunciados niilistas sobre o fim e o nada (Pelbart, 2013; Ranciére, 1995). Proliferam distopias em torno de uma ausência de futuro, comprometido pela expansão da degradação ambiental.

O problema a ser enfrentado pela comunicação torna-se, agora, a dificuldade de se inventar outras possibilidades de pensamento diante do medo, do pânico, da sensação iminente da catástrofe, da paralisia e inação que adviriam de uma distância entre conhecimento científico e impotência política (Stengers, 2014): já vivemos no Antropoceno[3] – as mudanças climáticas já se estabilizaram enquanto fatos científicos e não são mais passíveis de controvérsias – e, por isso, precisamos enfrentar um *futuro* que se mostra cada vez mais *impossível*.

Impossibilidade – "não há saída" – e distância que já vem sendo apropriada pelas tecnociências e seu entrelaçamento com o Capital (Castelfranchi, 2008). Intervenções em larga escala pela geoengenharia já são apresentadas como a grande e única saída possível: projetos de manipulação da cobertura de nuvens do planeta; alteração da composição química dos oceanos; pulverização de partículas de sais de enxofre na atmosfera ou distribuição de espelhos para refletir a radiação solar de volta ao espaço, são apontados como possibilidades da indústria científico-militar estadunidense sair da crise e constituem-se, ainda, num novo filão de investimentos por parte de biblionários como Bill Gates (Taddei, 2014).

Os chamados aceleracionistas – em seus diversos matizes, dos singularistas e sua defesa da obsolescência do corpo humano (Evangeslista, 2011) à esquerda que defende uma aceleração intencional da máquina capitalista enquanto estratégia de destruição do Capital – apostam na intensificação das ciências e tecnologias a fim de resolverem o problema das mudanças climáticas e outros "desafios da humanidade". Uma aceleração da aceleração tecnológica afirmada como inexorável (Castelfranchi, 2008). Dão prosseguimento, portanto, à grande narrativa dos valores modernos da Razão, do Progresso, do Homem e da Ciência, reeditando roteiros que investem na redução do futuro aos possíveis já capturados, definidos e esquadrinhados ainda na Modernidade.

Geoengenharia, aceleracionismo, simulações e modelagens computacionais, projeções de cenários econômicos, previsões do tempo, mercados de bens futuros, relatórios de think tanks, papers de consultores, profecias religiosas, capital de risco, especulação imobiliária, filmes e seriados de ficção científica, inovações tecnológicas: o Poder, na contemporaneidade, tem tornado o *futuro*, um espaço-tempo de combate e disputas.

Um *Sci-Fi Capital (*Fisher *apud* Eshun, 2003, p. 291) que opera *prospectivamente*, apostando na previsão, na gestão, no planejamento, no fornecimento de futuros prefigurados. Da interseção entre as tecnociências, corporações midiáticas, projeções tecnológicas e previsões de mercado, o que emerge é uma "indústria de futuros", que faz do por vir uma importante mercadoria (Eshun, 2003).

A luta política no mundo contemporâneo, portanto, é pela apropriação do futuro, da *dimensão virtual da realidade*, das potencialidades que ainda não foram atualizadas (Santos, 2003).

A transformação dos humanos e da biodiversidade em bancos de dados, por exemplo, é apresentada por Laymert Garcia dos Santos (2003) como resultado de uma aliança entre tecnociências e capitalismo capaz de conferir às tecnociências a função de acelerar a acumulação capitalista. O autor coloca em jogo os modos pelos quais as tecnociências (biotecnologias) têm se afirmado como técnicas de gestão da vida transformada em informação – reconfigurando, assim, a própria noção de vida e de informação. No caso da coleta de fragmentos de patrimônios genéticos – de espécies animais, vegetais, de povos indígenas e tradicionais – muitas vezes não se sabe o que fazer com os recursos coletados: o que importa é a sua apropriação antecipada, tendo em vista suas virtualidades.

> "A lógica de tais operações parece ser: os seres biológicos – vegetais, animais e humanos – não têm valor em si, como existentes; o que conta é o seu potencial. (...). A tecnociência e o capital global não estão interessados nos recursos biológicos.

3 Expressão criada por Paul J. Crutzen para definir uma nova era geológica, baseada nos impactos das ações antrópicas sobre o planeta (Klebis, 2014).

> O que conta é o seu potencial para reconstruir o mundo, porque potencial significa potência no processo de reprogramação e recombinação.(...) Nesse sentido, a única 'coisa' que conta na nova ordem é o que pode ser capturado da realidade e traduzido numa nova configuração. A única coisa que conta é a informação" (Santos, 2003: p. 83, 84).

Uma das questões que se colocam, portanto, é que, no contexto desse embate em torno do futuro, atravessamos um momento niilista do qual faz parte a sensação de que "não há saída", o que nos coloca diante do enfrentamento político da impossibilidade e da impotência do pensamento, habilmente mobilizados pelo Poder.

As alterações climáticas configuram situações que se tornam inqualificáveis, impensáveis para o pensamento, para o modo com o qual estamos habituados a pensar o futuro, o humano, a natureza, o corpo, o espaço, a cultura, a tecnologia...

Estamos vivendo o colapso do pensamento antropocêntrico (Danowski & Viveiros de Castro, 2014; Haraway, 2014), que tornava o humano o centro da natureza e do planeta; o abalo generalizado das resoluções espaciais e escalas temporais com as quais estávamos habituados. A ruína das categorias e modos de pensamento hegemônicos no Ocidente (por exemplo, os dualismos sujeito e objeto; humano e animal; inteligível e sensível; corpo e mente; natureza e cultura; ciência e política; etc)... Atravessamos o fim de *um* mundo cujo conjunto de lógicas, funcionamentos, conceitos e categorias não dão mais conta de criar narrativas, imagens, pensamentos, práticas e ações que sejam efetivamente potentes para problematizar as transformações em curso.

Por isso e, paradoxalmente, estamos diante da urgência política da criação de novos pensamentos, narrativas, imagens, práticas, ações, fabulações, ficções científica, especulações,... Autores como Isabelle Stengers, Donna Haraway, Eduardo Viveiros de Castro, Bruno Latour e Tim Ingold insistem na importância de investirmos na restituição de uma dimensão especulativa, inventiva ou experimental para as Ciências Sociais (a Antropologia). Em relação às mudanças climáticas, insistirmos na invenção de uma "mitologia adequada ao presente" (Danowski & Viveiros de Castro, 2014), presente que faz da impossibilidade o nosso futuro: insistirmos na potência de dizer, escrever e fazer mediante a impossibilidade e impotência de dizer, escrever e fazer... Na medida em que podem não-ser, tornam-se *contingentes*, deixando de repetir o gesto do Poder e coincidir com ele, quando este se coloca como a única saída possível, necessária, inexorável.

> "Fabular não é uma utopia, mas a possibilidade de alcançar uma linha de transformação, através da expressão, em situações históricas que fazem parecer toda mudança como impossível. Não se fabula uma verdade política universal, mas apenas uma estratégia singular não totalizável. (...) Não é uma solução para tudo nem para todos (e esta é a sua debilidade), mas pode ser o único para alguns (e esta é a sua potência). Não a arte (técnica) do possível, mas a arte (transformação) do impossível" (Pellejero, 2009: p. 86).

Fabulações, mitos, ficções que propõe mudar os referenciais do que é visível e enunciável, mostrar o que não era visto, correlacionar o que não estava correlacionado, para produzir alterações nos afetos e percepções. Para Jacques Rancière (2012), esse é o trabalho da *ficção*. Em vez de ser pensada como a criação de um mundo imaginário que se opõe ao mundo real, a ficção é concebida pelo filósofo como a fabricação de *dissensos*, que altera os modos de apresentação sensível e as formas de enunciação, os quadros, escalas ou ritmos, construindo novas relações entre a aparência e a realidade, o singular e o comum, o visível e seus sentidos.

> Esse trabalho muda as coordenadas do representável; muda nossa percepção dos acontecimentos sensíveis, nossa maneira de relacioná-los com os sujeitos, o modo como nosso mundo é povoado de acontecimentos e figuras (Rancière, 2012: p. 65).

Rancière nos lembra que o real é sempre objeto de uma ficção, da construção de um espaço-tempo no qual se entrelaçam o visível, o dizível e o factível. É a ficção dominante – a ficção consensual – que nega seu caráter de ficção fazendo-se passar por única realidade possível. A politização diz respeito, justamente ao gestos capazes de sulcar e multiplicar o real.

3)De uma efetiva politização da comunicação

Tocados pelos ventos que emanam desta nova paisagem, apostamos que a instituição de uma *efetiva política de comunicação das mudanças climáticas* passa por levar a escrita, o pensamento, a palavra, a imagem e o som ao *limite*, convocando sua capacidade política de se constituir enquanto um espaço-tempo de invenção de novos conhecimentos, percepções e ações.

Para tanto, propomos transformar a limitação em intensidade, *limitar o limite* (Nodari, 2014): de um limite extenso, métrico, concebido como contorno que delimita as formas dos corpos, in-formando-os – limitando a comunicação das mudanças climáticas àquelas apostas trazidas no início deste texto -, levarmos a comunicação ao limite intenso, dinâmico e não-métrico, que se expressa por novos modos de ser, dizer, escrever, pensar e habitar o mundo.

Figura 1: Marmetria, obra de Fernanda Pestana

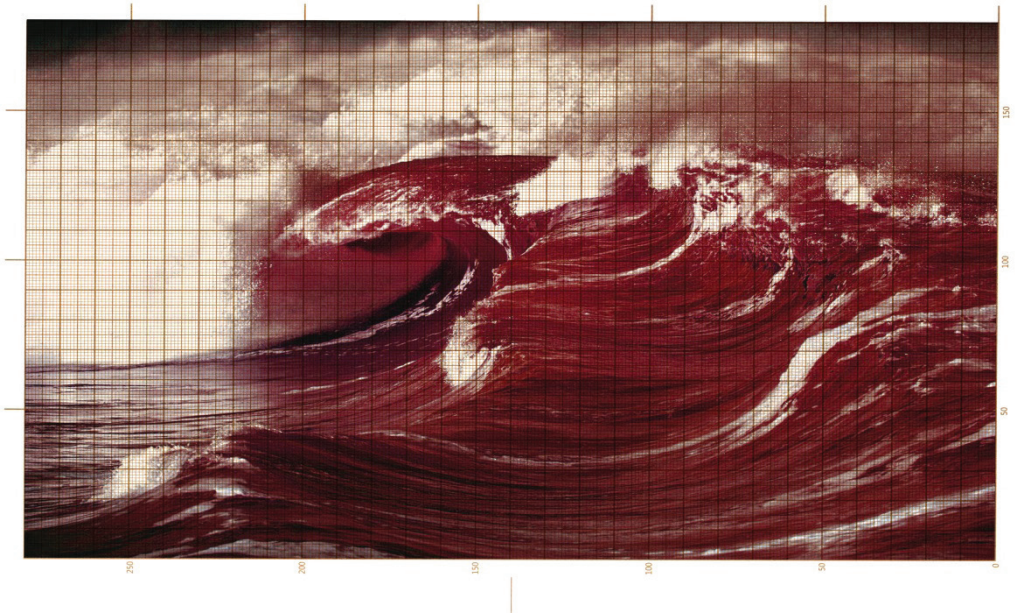

Fonte: Disponível em http://climacom.mudancasclimaticas.net/?p=245 [Acesso em 02 de dezembro de 2014].

Nas experimentações realizadas coletivamente pelos pesquisadores da Sub-rede Divulgação Científica e Mudanças Climáticas[4], da Rede CLIMA, propomos problematizar os funcionamentos das imagens, palavras e sons nas comunicações e educações em torno do tema das mudanças climáticas, buscando aliá-las à pesquisa-criação de imagens, vídeos, reportagens, entrevistas, resenhas, notícias, artigos, instalações, exposições, oficinas, cursos, aulas...

Compartilhamos, nessas ações, a urgência de se propiciar novos modos de comunicação e divulgação científica relacionadas às mudanças climáticas. Nesse sentido, buscamos, na relação com o público, não estabilizar o pensamento pela produção e circulação de respostas e soluções prontas para os temas abordados. Essa escolha é importante na medida em que apostamos no público também como parte modificadora da própria comunicação, já que o que está em jogo não é o convencer-conscientizar-sensibilizar o público, mas promover novos modos de pensar e provocar desestabilizações nas significações já dadas.

Uma comunicação-educação que tece dissensos para "produzir rupturas no tecido sensível das percepções e na dinâmica dos afetos" (Rancière, 2012, p. 66), suspendendo temporariamente certos juízos; gerando curiosidade, atenção, hesitação, provocando pequenas falhas no automatismo dos hábitos de pensamento e de percepção. Acolhendo a incerteza, a indeterminação, a imprevisibilidade, criando afetos de efeitos indeterminados (Rancière, 2012), porque os efeitos da escrita, da imagem, do som, etc., não podem ser previstos e antecipados.

4 Coordenada pelo Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Unicamp, (http://divulgacaocientifica.mudancasclimaticas.net/) em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Por isso, em vez da "economia política da aceleração", queremos participar da "ecologia política do ralentamento" (Danowski & Viveiros de castro, 2014: p. 148), da frenagem e desaceleção do pensamento (Stengers, 2004): suspender o julgamento, hesitar na crítica, desacelerar as conclusões apressadas e instaurar um novo campo de possibilidades que nos permita perguntar: qual comunicação podemos configurar com as mudanças climáticas?

> [Donna] Haraway aponta, entretanto, que é necessário evocar um senso de continuidade (ongoingness,em inglês),a partir de outras possibilidades narrativas e de pensamento. Uma delas, seria o Cthulhuceno, criado pela filósofa. A expressão vem de um conto de H.P.Lovecraft, O chamado de Cthulhu, que fala sobre humanos que têm suas mentes deterioradas quando, em rituais ao deus Cthulhu – uma mistura de homem, dragão e polvo que vive adormecido sob as águas do Pacífico Sul – conseguem vislumbrar uma realidade diferente da que conheciam. No início da história, o autor norte-americano descreve o seguinte: "A coisa mais misericordiosa do mundo, acho eu, é a incapacidade da mente humana de correlacionar tudo que ela contém". A partir desse contexto, Donna Haraway explica que é necessário "desestabilizar mundos de pensamentos, com mundos de pensamentos" (Klebis, 2014).

Suspensão, hesitação, crise, limite que podem nos levar a acreditar novamente no mundo: crença que não advém de um hábito acumulado do passado, mas da confiança no futuro, na sua indeterminação, abertura, multiplicidade, no seu devir. Como atravessar o niilismo? Como seguir, então, acreditando no mundo? No futuro? Se o mundo deixou de fazer sentido, para um certo pensamento, para um certo hábito e modo de pensar, é preciso que o mundo nos seja dado mais uma vez; é preciso investir na criação de novas ações, conexões, sentidos, novos modos de pensar e existir: na experimentação.

> A confiança não consiste em realizar uma ação cujo sucesso está assegurado (previsão), mas em tentar uma ação cujo desfecho é incerto (antecipação). Ela sorve sua energia na região obscura onde nossa potência de agir ultrapassa aquilo que nós dela conhecemos. O sentimento de confiança faz da experiência um domínio da experimentação. Ele é portanto a condição de todo ato de criação (Lapoujade *apud* Pelbart, 2013, p. 319).

Por isso, em vez de nos restringirmos ao diagnóstico daquilo que a comunicação é; e evitando assumir uma postura normativa em torno daquilo que a comunicação *deve ser*; buscamos investir na pergunta: o que *pode* a comunicação com as mudanças climáticas? Como tornar possível a emergência de outras potencialidades, lógicas e funcionamentos da comunicação?

Queremos desprender-nos das ecologias já dadas, em busca de expressar as virtualidades futurísticas da comunicação; transbordar as margens, fronteiras e limites que fixam as existências, os corpos, na cultura, na linguagem, nas artes, nas identidades e campos do conhecimento. Extrair forças da literatura, das artes, da antropologia, da música, da filosofia... Forças que, em vez de serem identificadas enquanto intrinsecamente, essencialmente mais potentes do que outras – identificação que costuma marcar propostas de divulgação científica que se filiam à Ciência e Arte – preferimos lançar em alianças demoníacas, aquelas que relacionam para alterar, para transformar, para fazer com que a filosofia, as artes, as ciências e a comunicação saiam dos seus lugares pré-determinados e fixos, dos arranjos disciplinares, para juntos – ou melhor, para disjuntivamente – tornarem-se outros, tornarem-se outrem: todo um outro mundo possível (Deleuze, 2007).

Preferimos não retratar fatos e feitos de cientistas e tornar o ato de divulgar uma experiência-limite que envolve uma criação, na qual não está em jogo uma mera tradução da trama tecida pelo conhecimento científico, ou das técnicas jornalísticas em textos, mas um pensar sobre a prática da escrita, um criar na escrita e com a escrita. Por isso, arriscamos perguntar: e se, em vez das ciências, da comunicação e da educação, a divulgação científica tivesse um compromisso com a vida? E se a comunicação desafiasse a distribuição dos lugares e competências já definida de antemão sobre o que pode a arte, o que pode a ciência, o que pode a divulgação, o que pode a escrita, criando zonas de indeterminação?

Indeterminação, imprevisibilidade e incerteza que convocamos em diversas instalações e experimentações com o público, com o intuito de disponibilizar outras possibilidades de aproximação com imagens e naturezas,

para além e aquém das políticas imagéticas das mudanças climáticas em ciências e divulgação científica, tensionando as referências que já estão dadas acerca das mudanças climáticas.

Em **Afetos nascentes**[5], propomos repensar o conceito de *adaptação* – que, juntamente com "mitigação" e "resiliência" tornaram-se as palavras de ordem da atualidade quando o assunto são as alterações climáticas - para além das fixações como adequação, acomodação e ajustamento ao que já está dado. Buscando dar a ver outros modos de se lidar com o clima, o tempo, a natureza, os corpos, convidamos artistas, cientistas e performers; filosofias ameríndias; religiões africanas; cinema; poesias; recortes de revistas e jornais; livros; tecidos; água; fotografias; plantas; vídeo-instalações; cantos e músicas; temas e assuntos os mais diversos como a seca em São Paulo e no Nordeste; a cosmologia do povo indígena Awá-Guajá e suas relações com a chuva; as mudanças climáticas em vídeos e artefatos de comunicação produzidos pelos povos indígenas da Serra Nevada, de Santa Marta, na Colômbia; histórias e lembranças de rios; a natureza em poesia na obra de Manoel de Barros, Ondjaki, nos mitos de orixás; e muitos outros *materiais*[6].

Figura 2: Colagem produzida pela equipe da revista *ClimaCom Cultura Científica*

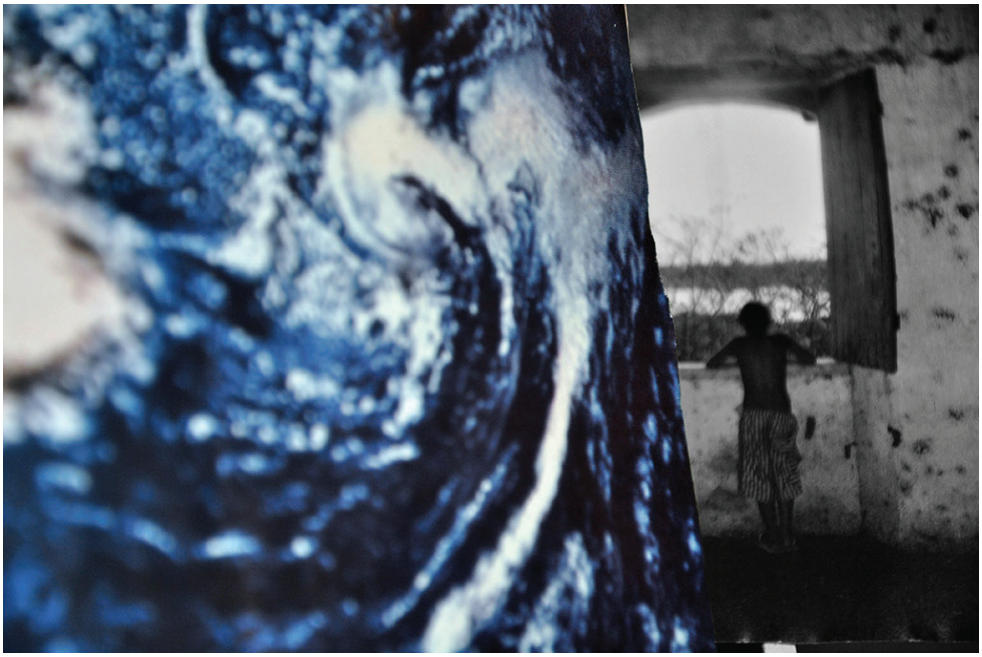

*Fonte:*Disponível em http://climacom.mudancasclimaticas.net/?p=918 [Acesso em 30 de novembro de 2014].

Nosso intuito não era o de convidar pessoas e grupos, enquanto representantes, retratos, vozes ou exemplos de alternativas às percepções dominantes em relação às mudanças climáticas, mas de fazer do espaço-tempo criado pelo evento a possibilidade de um *encontro*, de um contágio mútuo com a capacidade de diferenciação contínua dos pensamentos e práticas não-ocidentais, dando, assim, prosseguimento, potencializando esse diferir...

> Toda uma outra política, uma outra ecologia, a menor das ecologias. Aquela capaz de desmanchar os saberes e as práticas, bem como rostos e paisagens que nos aprisionam, que nos incitam a perceber o corpo somente pelo viés das técnicas e tecnologias que o estabilizam e conformam, e não pelo viés de sua potência para resistir, para inventar os orgãos de que necessita a fim de inventar o corpo e a Terra que lhe convém (Godoy, 2009, p. 12)

Afetos nascentes a compor uma efetiva política de comunicação das mudanças climáticas, que desvia do comunicar, informar, mediar para um *entrar em comunicação* com o mundo e a vida, no próprio papel, na própria escrita, multiplicando, esfacelando e dispersando mundos.

---

5 Evento realizado entre os dias 14 e 19 de novembro, no Museu da Imagem e do Som (MIS), de Campinas, SP.

6 Materiais concebidos a partir de uma teoria da materialidade para a qual as propriedades dos corpos, das coisas, das palavras não são qualidades ou atributos, mas aquilo que pode nascer do encontro com eles: teoria dos processos de formação em vez do produto final, dos fluxos dos materiais em vez dos estados da matéria (INGOLD, 2012).

4)Referências

DANOWSKY, D. & VIVEIROS DE CASTRO, E. (2014), *Há mundo por vir? Ensaios sobre os medos e os fins.* Instituto Socioambiental e Cultura e Barbárie Editora.

DELEUZE, G. (2007), *Lógica do sentido*. Tradução: Luis Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva.

DELEUZE, G. (2005), *Foucault*. Lisboa: Edições 70.

ESHUN, K. (2003), "Further considerations of afrofuturism", *The New Centennial Review*, Volume 3, Number 2.

EVANGELISTA, R. (2011), "Singularidade, transhumanismo e a ideologia da Califórnia", Texto apresentando durante o 35.o. Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu.

FOUCAULT, M. (2008), *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

GODOY, A. (2009), "Ecologia e anarquia". Texto elaborado para o 53.o. Congresso Internacional de Americanistas.

HARAWAY, D. (2014), SF – "String Figures, Multispecies Muddles, Staying with the trouble". Public Lecture ate the University of Alberta, Março de 2004. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Z1uTVnhIHS8 [Consultado em 15-11-2014].

INGOLD, T. (2012), "Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais". *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v. 18, n. 37.

KLEBIS, D. (2014), "Antropoceno, Capitaloceno, Cthulhuceno: o que caracteriza uma nova época?" *ClimaCom Cultura Científica – pesquisa, jornalismo e arte*, Ano 0, Número 1, 2014. Disponível em: http://climacom.mudancasclimaticas.net/?p=918 [Consultado em 15-12-2014].

LATOUR, B. (2004) *Políticas da natureza*: como fazer ciência na democracia. Trad. Carlos Aurélio Mota De Souza. Bauru, SP: Edusc.

LUCCAS, T.; GONÇALVES, M.; PESTANA, F.; DIAS, S. (2014), "Images experimenting climate change: art, science and communication", *13th International Public Communication of Science and Technology Conference*, 5-8 de maio, Salvador, Brasil.

NODARI, A. (2014), "Limitar o limite: modos de subsistência". Texto apresentado durante o evento Os Mil Nomes de Gaia do Antropoceno à Idade da Terra, Rio de Janeiro, 2014.

PELBART, P. P. (2013), *O avesso do niilismo. Cartografias do esgotamento*. São Paulo: N -1. Edições.

PELLEJERO, E. (2009), *A postulação da realidade*. Tradução: Susana Guerra. Lisboa: Vendaval.

PFEIFFER, C. "Science and the dissemination of Science – the Illustrated Booklet on the Green Economy, Sustainable Development and the Eradication of Poverty" (2014). In: LEROY, P. & SURAUD, M. *Revue ESSACHES - Environment and communication*, volume 7, n° 1(13)/ 2014.

RANCIÈRE, J. (2012), *O Espectador Emancipado*. São Paulo:WMF Martins Fontes.

RANCIÈRE, J. (2005), *A Partilha do Sensível – Estética e Política.* São Paulo: EXO experimental; Ed. 34.

RANCIÈRE, J. (1995), *Políticas da escri*ta. Trad. Raquel Ramalhete, Laís Eleonora Vilanova, Lígia Vassalo e Eloísa de Araújo Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora 34, (Coleção trans).

RIPOLL, D. (2008), "Você tem medo de quê? A pedagogização midiática do risco". *ComCiência,* Campinas, n. 104, 2008. Disponível em: http://www.comciencia.br/comciencia/index.php?section=8&edicao=41&id=494 [Consultado em 15 de novembro de 2014].

SANTOS, L. G. (2013). *Politizas as novas tecnologias – O impacto sociotécnico da informação digital e genética*. São Paulo, Ed. 34.

TADDEI, R. "Alter Geoengenharia" (2014).Texto apresentado durante o evento Os Mil Nomes de Gaia do Antropoceno à Idade da Terra, Rio de Janeiro.

TADDEI, R. & GAMBOGGI, A. (2011), "Etnografia, meio ambiente e comunicação ambiental". *Caderno Pedagógico*, Lajeado, v.8, n.2, p.09-28.

‘Alterações climáticas e erosão costeira: três dimensões para um valor comum’

Schmidt, Luisa[1]

Delicado, Ana[2]

João Mourato[3]

Resumo: As comunidades costeiras são particularmente vulneráveis às alterações climáticas, uma vez que estão crescentemente expostas aos riscos de erosão costeira e de subida do nível do mar. Nesta comunicação, analisamos, por um lado, as políticas públicas com incidência sobre as zonas costeiras vigentes nas últimas décadas; por outro lado, a dimensão socio-económica e de cidadania que caracteriza e dinamiza as populações residentes nessas zonas; por fim, o papel do conhecimento, da comunicação científica e dos cientistas num contexto das mudanças rápidas e incisivas que ocorrem no litoral português. Os resultados revelam a existência de um conhecimento específico acerca da evolução da costa, das mudanças costeiras e das suas causas; bem como uma atitude crítica em relação às opções técnicas que têm sido tomadas e sobretudo ao modelo de governação vigente. Propõem-se ainda uma série de medidas visando um futuro costeiro mais sustentável.

Palavras-chave: alterações climáticas, comunidades costeiras, políticas públicas, ambiente

Introdução

A costa oeste portuguesa é uma das mais energéticas da Europa e, por esta razão, está sujeita a fortes dinâmicas erosivas, seja por acção marítima, seja por interrupção sedimentar. Cumulativamente, esta vulnerabilidade tem sido exponenciada pelo impacto das alterações climáticas.

O objectivo do Projecto ‘Change - Mudanças Climáticas, Costeiras e Sociais’ foi entender como gerir estas dinâmicas e mitigar os efeitos negativos das mesmas é algo tanto mais prioritário quanto é nas zonas costeiras que se concentra uma grande parte da população e actividades económicas nacionais.

O projecto baseou-se em três estudos de caso em zonas costeiras portuguesas onde os processos de erosão já são críticos: Vagueira, na laguna de Aveiro; Costa da Caparica, na Área Metropolitana de Lisboa; Quarteira, na costa meridional Algarvia. Apesar de estas áreas terem em comum dinâmicas de crescimento recentes com forte pressão urbana, apresentam perfis sociais e processos de ocupação e vulnerabilidades costeiras diferentes, permitindo análises comparativas.

A estratégia de investigação adoptada focou-se nos contextos sociais locais, assumindo que qualquer mudança tendo em vista uma nova configuração costeira requer uma dinâmica adaptativa e novos quadros de interacção entre populações locais e decisores. Recorreu-se a uma combinação de métodos num quadro de interacção entre ciências sociais e ciências naturais: caracterização das três áreas ao nível sócio-económico; análise de políticas públicas de escala nacional, regional e local, tanto ao nível da gestão costeira, como das alterações climáticas; análise de percepções e práticas locais de risco – através de entrevistas a stakeholders locais e inquéritos por questionário a amostras representativas de residentes; realização de *focus group* e de workshops.

---

1 Doutora em Ciências Sociais, Especialidade de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, schmidt@ics.ulisboa.pt

2 Doutora em Ciências Sociais, Especialidade de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ana.delicado@ics.ulisboa.pt

3 Doutor em Arquitectura, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, joao.mourato@ics.ulisboa.pt

Centrado nos três estudos de caso, o Change produziu ainda cenários da potencial evolução da costa portuguesa e auscultou as populações e decisores locais sobre a melhor forma de reacção e adaptação aos mesmos. Iniciaram-se e instalaram-se processos de participação cívica e comunicação pública de ciência, tendo mobilizado uma ampla rede de interlocutores locais. O impacto consequente foi a **consciencialização** e **capacitação das populações** mais directamente afectadas pelas dinâmicas de alteração costeira.
Por coincidência, naturalmente imprevisível, o Change decorreu num período de extremas afectações costeiras em dois invernos particularmente violentos. Tal trouxe **maior visibilidade e receptividade da opinião pública** ao valor acrescentado deste projecto de investigação e abertura à interacção com a sua equipa.
Também por coincidência, encontram-se neste momento em revisão a segunda geração de Programas de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) e foram anunciados em Dezembro de 2014 os resultados do trabalho do Grupo de Trabalho do Litoral (cujo coordenador, Filipe Duarte Santos, participou no projecto CHANGE). Estão assim reunidas as condições para potenciar o impacto deste projecto de investigação no **delinear das orientações de política pública** que visam promover a gestão integrada da costa Portuguesa.
Esta comunicação sintetiza alguns dos principais resultados do Change, propondo questões para **investigação futura e políticas públicas** num momento em que, tanto à escala internacional como comunitária, e nacional, se preparam decisões que as novas condições climáticas impõem.
Começamos por sumarizar as análises realizadas aos contextos físico, social e administrativo que condicionam a evolução da costa Portuguesa. Sistematizamos em seguida os principais resultados do trabalho de terreno junto das populações. E por fim delineamos um conjunto de recomendações e perspectivas futuras de investigação com vista a uma gestão da orla costeira nacional, mais eficiente, adaptativa e cidadã.

1. **Diagnóstico dos problemas: biofísicos, socio-económicos e político-administrativos**
2. A dinâmica de evolução da costa portuguesa e o desenvolvimento dos instrumentos para a sua gestão integrada são condicionados por múltiplos factores. Estes podem ser sistematizados de acordo com a sua natureza: bio-física; socioeconómica ou político-administrativa.

2.1. Do ponto de vista **biofísico**, Portugal é um dos países europeus mais afectados pela erosão costeira. A costa oeste portuguesa, exposta à agitação marítima do Atlântico Norte, é uma das mais energéticas de toda a Europa.
É assim inevitável o recuo da linha de costa, embora com significativas variações consoante o troço costeiro e o período histórico considerados. As causas deste recuo, cada vez mais acentuado, estão geralmente relacionadas com a redução do fornecimento sedimentar devida a actividades humanas, sobretudo a construção de barragens, a extracção de inertes nos cursos de água e a construção de estruturas pesadas de defesa costeira e de obras portuárias.
De acordo com o relatório do Grupo de Trabalho do Litoral[4], redigido em Dezembro de 2014, «a construção de barragens é um dos factores a que tem sido atribuída mais importância na redução do fornecimento sedimentar para a costa, estimando-se que actualmente as barragens sejam responsáveis pela retenção de mais de 80% dos volumes de areias que eram transportadas pelos rios antes da respectiva construção (Valle, 2014). Esta redução associa-se não só ao efeito de retenção sedimentar nas albufeiras (Abecasis, 1997), mas também à regularização das velocidades, resultante da atenuação das cheias (Santos-Ferreira e Santos, 2014).» (Santos et al 2014, no prelo).
A extracção de areias no domínio hídrico é outra das causas do elevado défice sedimentar no litoral. Segundo ainda o mesmo relatório, «os elementos incluídos no Estudo do Mercado de Inertes em Portugal continental, promovido em 2003 pelo então Instituto da Água, permitem estimar que, à data, cerca de 1/3 das areias comercializadas para a construção civil e obras públicas eram obtidas no domínio hídrico, sendo entre 54% e 66%

4 No âmbito do despacho n.º 6574/2014, de 20 de Maio, foi constituído o Grupo de Trabalho para o Litoral, coordenado pelo professor Filipe Duarte Santos, com o objectivo de «desenvolver uma reflexão aprofundada sobre as zonas costeiras, que conduza à definição de um conjunto de medidas que permitam, no médio prazo, alterar a exposição ao risco, incluindo nessa reflexão o desenvolvimento sustentável em cenários de alterações climáticas».

dos inertes extraídos nos portos e a restante parte extraídos no rio Tejo» (Santos et al 2014, no prelo).
Estes dados ganham ainda maior relevância quando se tem em consideração o ritmo a que a linha de costa tem recuado em Portugal continental. Trata-se de valores com significativas variações consoante o troço costeiro e o período histórico considerados, mas bastam alguns números para ilustrar o que está em causa. Na faixa costeira a sul do Porto, por exemplo, entre Espinho e Cortegaça, a linha de costa recuou 4,5 m/ano entre 1980 e 1989, com valores máximos locais de 12 m/ano. Em Forte Novo, no Algarve (próximo de Quarteira), a perda foi de 3,5 m/ano, com um máximo local de 4m/ano no período de 1983-91 (Dias et al., 2000). Provavelmente estes dados não seriam tão preocupantes nos séculos anteriores quando as zonas costeiras do país eram essencialmente despovoadas. Todavia, hoje, não podem ser ignorados os impactos sociais e económicos da erosão costeira.
Por outro lado, os processos naturais que alimentam este recuo são exponenciados pelo impacto das alterações climáticas. Estas provocam uma maior frequência de valores extremos do nível médio global do mar (NMGM) que acelera a erosão costeira, «permitindo que as ondas rebentem mais próximo da costa e transferindo mais energia para o litoral» (Relatório do Grupo de Trabalho do Litoral, 2014). Por exemplo: entre 1977 e 2000, a taxa de aumento médio anual do nível médio do mar (NMM), medido pelo marégrafo de Cascais, foi de 2,1 mm /ano, tendo subido no período de 2000-2013 para 4,1 mm/ano (Antunes, 2014). Ou seja, desde 2000, a subida do NMM duplicou relativamente às duas últimas décadas do século XX. Cumulativamente, prevê-se que o NMGM aumente entre 0,5 m até ao final deste século, podendo atingir valores da ordem de 1 m.
Os mapas de susceptibilidade, do projecto Change, com horizontes temporais de 2025, 2050 e 2100, ilustram o agravamento do galgamento, inundação e erosão costeiras decorrentes do aumento do NMGM e suas inevitáveis consequências nas actividades económicas e sociais da costa.

2.2. Do ponto de vista **socio-económico**, verificamos que, por múltiplas razões, a população portuguesa foi abandonando, progressivamente, o interior do país a caminho dos centros urbanos, comerciais e industriais, polarizados em torno das áreas de influência de Lisboa e do Porto.
Contudo, na segunda metade do século XX, a conjugação dos grandes ciclos migratórios dos anos 60 com a popularização crescente de uma cultura recreativa balnear moderna, sobretudo na pós-revolução de Abril, gerou as condições para um processo acelerado de ocupação intensiva de muitos lugares costeiros. Foi só a partir de então que a urbanização da faixa costeira deixou de estar directamente relacionada com o crescimento das duas áreas metropolitanas do país – Lisboa e Porto –, assistindo-se a uma forte pressão construtiva que tem conduzido à urbanização / suburbanização do litoral (Schmidt et al 2012).
Acentuou-se cada vez mais o contraste entre as regiões do interior, hoje com densidades abaixo dos 20 habitantes/km2, e as zonas costeiras, com uma densidade média de 215 habitantes/km2 – um valor bem acima da densidade média da União Europeia, que é de 114 habitantes/km2 (EEA, 2006).
No total das freguesias costeiras de Portugal continental – e sem incluir as freguesias estuarinas de Lisboa e as ribeirinhas do Porto – a população duplicou desde 1960 e o número de alojamentos mais do que quadruplicou (Gráficos 1 e 2). Desde pequenas habitações precárias e clandestinas até residências de segunda habitação; desde empreendimentos turísticos ordenados até à sua transformação em pequenas ou grandes eclosões urbanas, verificou-se um **duplo processo de 'costeirização'**: por um lado, pela afluência das populações à costa e, por outro, pela crescente utilização turística e recreativa por parte de residentes, utentes e turistas.

Gráfico 1 – Freguesias costeiras: evolução da população (1930-2011)

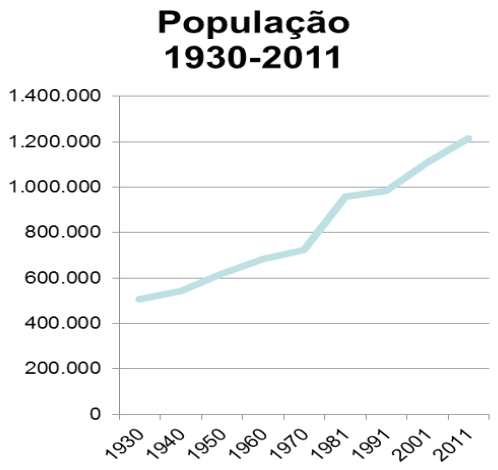

Fonte: INE, 2012

Gráfico 2 – Freguesias costeiras: evolução no n.º de alojamentos (1940-2011)

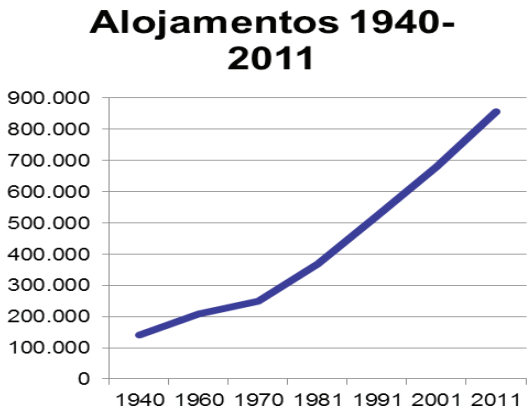

Fonte: INE, 2012

A dinâmica deste processo recente e massivo de 'costeirização' é indissociável da evolução dos principais motores da economia portuguesa das últimas décadas: o turismo, a construção civil e o imobiliário. O turismo combinou-se com as dinâmicas próprias da expansão urbana, favorecida pelos promotores imobiliários e por um sistema de planeamento incipiente, dando origem a uma 'mistura explosiva' que ameaça a sustentabilidade das zonas costeiras (Schmidt et al 2012).

Os dados são impressivos: entre 1990 e 2005, Portugal foi o país da UE que mais construiu a 1 km da linha de costa (EEA 2006). Contudo, 11% do total de alojamentos costeiros encontram-se vagos.

As decisões dos responsáveis pelo planeamento urbano, bem como a abordagem de promotores imobiliários e proprietários, ignoraram a natureza altamente instável da costa portuguesa pressupondo que a linha costeira fosse imutável ou permanecesse estável para sempre. Assim, urbanizaram-se sucessivamente áreas de risco, o que contribuiu para aumentar as dinâmicas de erosão costeira.

Subsequentemente, para 'proteger' a costa, construíram-se obras pesadas de defesa ao longo de diversos troços, que sistematicamente foram agravando os problemas de erosão a jusante. Segundo os apuramentos realizados pelo Grupo de Trabalho do Litoral (Santos, 2014), o Estado Português despendeu 196 milhões de euros entre 1994 e 2014, mais de metade dos quais em obras pesadas.

2.3. Do ponto de vista **político-administrativo**, a cronologia da gestão da costa portuguesa entende-se por mais de 150 anos (Quadro 1). Sublinhemos aqui alguns pontos-chave da sua evolução.
O elemento fundador, o Decreto Real de 31 de Dezembro de 1864, estabelece o Domínio Público Marítimo, a "margem das águas do mar". Esta é uma faixa costeira, com condicionantes especiais, onde os privados podem dispor do direito de utilização ou exploração mas cuja propriedade é direito inalienável do Estado.

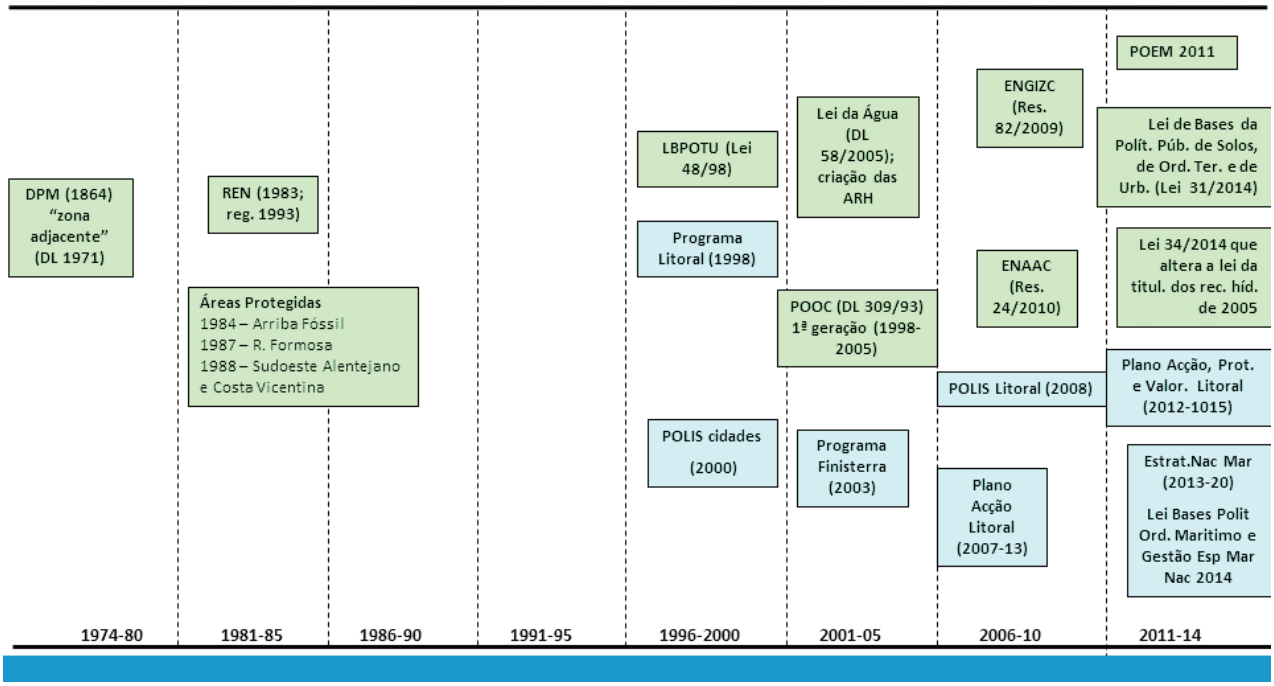

Quadro 1 – Evolução do quadro legislativo da gestão da orla costeira

Volvido quase um século, assiste-se nos anos 70 e 80, a novo impulso reformador. A causa subjacente prende-se com a pressão urbanística sobre a faixa litoral de Portugal Continental, fruto do êxodo rural-urbano na década de 60. Esta pressão teria, na década de 70, um incremento radical com a continuidade da afluência à costa, inflacionada pelo acolhimento dos cidadãos das ex-colónias no pós-revolução de Abril de 1974.
Face a este fenómeno, a administração do território, desprovida de instrumentos de regulação e planeamento eficazes e baseada num organigrama institucional inapropriado, não conseguiu conter a pressão urbanística no litoral português. Sucedem-se, neste período, iniciativas legislativas de índole reactiva procurando preservar o património biofísico da pressão urbana (por ex. o alargamento do regime de protecção costeira às áreas adjacentes em 1971; a criação da Reserva Ecológica Nacional (REN) em 1983; e a delimitação de áreas protegidas litorais).
Nos anos 90, surgem os primeiros instrumentos de ordenamento do território especificamente desenvolvidos para a gestão da costa, os POOC - Planos de Ordenamento da Orla Costeira - identificados como planos especiais pela Lei de Bases do Ordenamento do Território e Urbanismo (1998). Desde então, a orla costeira ganhou renovada centralidade no quadro legislativo e aumentou a produção de políticas públicas especificamente desenvolvidas para este território. Enumeremos sucintamente, o Programa Finisterra em 2003, os Polis Litoral de 2008 e, em particular, a Estratégia Nacional de Gestão Integrada das Zonas Costeiras – ENGIZC, aprovada em 2009. Saliente-se ainda a influência da Lei da Água de 2005 que criaria, em 2008, cinco Administrações de Regiões Hidrográficas (ARH) com jurisdição até à costa, mas que acabariam integradas na Agência Portuguesa do Ambiente em 2011, perdendo a dinâmica e autonomia que as caracterizaram (Schmidt e Ferreira 2014).
Actualmente, existe uma clara dinâmica legislativa com incidência directa ou indirecta na gestão da costa portuguesa. Destaquemos, a já referida Estratégia Nacional para a Gestão Integrada das Zonas Costeiras (ENGIZC) de 2009, a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC) de 2010 e o Plano de Acção de Protecção e Valorização do Litoral 2012-2015. Cumulativamente, encontram-se em processo de revisão os POOC antecipando-se a sua conclusão no decorrer de 2015.

Na sequência dos recentes galgamentos das protecções costeiras, no início de 2014, provocados por eventos climatológicos de intensidade acima da média, a costa adquiriu no último ano uma renovada proeminência enquanto objecto de política pública. A criação do Grupo de Trabalho do Litoral, em Março de 2014, foi a resposta política a este cenário, tendo este grupo como missão agilizar a implementação das estratégias existentes, sugerir a sua revisão, determinar prioridades de intervenção, definição de competências, simplificação de processos e sugerir as eventuais alterações legislativas necessárias.
Em suma, se por um lado se registou maior coerência no quadro legislativo a partir de finais de 1990, por outro lado, após múltiplos estudos, estratégias, planos, promoção de modelos de gestão integrada, o resultado prático dos mesmos não é visível.
As causas subjacentes a esta ineficiência na implementação dos instrumentos de gestão costeira são múltiplas. Mas muitas delas resultam de um organigrama progressivamente complexo e em constante reconfiguração, composto por um processo acumulativo de instituições com um quadro de competências indefinidas e muitas vezes sobrepostas, desarticuladas e descoordenadas entre si e, portanto, fragilizadas face a pressões de vária ordem e expostas à conflitualidade jurídica.
O actual panorama institucional da costa espelha, pois, a complexidade inerente à coordenação de qualquer intervenção de gestão integrada da zona costeira em Portugal: cerca de 93 instituições exercem algum tipo de tutela sobre a faixa costeira, para além das 55 autarquias e das 132 Juntas de Freguesia. De facto, a multiplicação disfuncional dispersiva de instituições, para não falar dos inúmeros e contraditórios regimes legais em vigor, foi criando um panorama burocrático progressivamente ilegível para os cidadãos e ingovernável para decisores políticos.

3. Resultados da pesquisa a três níveis

Apresentamos de seguida alguns dos resultados do Projecto Change a partir da compilação de algumas das principais conclusões da investigação levada a cabo e das recomendações deles decorrentes para a optimização da gestão integrada da orla costeira portuguesa. Organiza-se esta parte em torno de três temas: Governação, Cidadãos e Ciência.

3.1.Relativamente aos **processos de governação**, o Estado central, é o principal responsável pela gestão da orla costeira. Esta é a opinião predominante tal como revelado pelos resultados do inquérito. Contudo, pese embora esta leitura consensual, nos workshops realizados emergem outras interpretações complementares.
Por um lado, sobressai o papel da **comunidade intermunicipal** ao nível da liderança, organização e mobilização local, *lobbying* junto da administração central, candidaturas a fundos europeus, etc. Por outro lado, é realçado o papel das **autarquias, "***se não nos entendemos **todos** a nível local nunca a n*ível central farão alguma coisa*"*. Em suma, pese embora a atribuição ao Estado - central e local - da responsabilidade pela gestão da costa, há um forte apelo a um localismo pró-activo por parte do poder local.
Numa leitura transversal, não é contudo consensual o motivo que mobiliza a acção do Estado na gestão da costa. Se por um lado se advoga a defesa de pessoas e bens como justificação da política de investimento em obras de protecção costeira, por outro lado levantam-se questões sobre a permeabilidade do Estado a alguns dos agentes económicos da costa (por ex. extracção de areias, promotores imobiliários, etc.).
Contudo, independentemente de se tratar do poder central ou local, a **moldura processual** que gere a acção do Estado é vista pelos cidadãos como um sério obstáculo à agilização e implementação das estratégias integradas de gestão costeira. Na perspectiva da opinião pública é particularmente relevante a complexidade das cadeias de tomada de decisão de uma intervenção na orla costeira, em particular: **o número de entidades envolvidas** – "*a CM não é a única entidade que tem uma voz (...) neste tipo de situações, nós temos 30 entidades que têm de ser consultadas, para determinado tipo de projecto" ... "o que a legislação nos diz (...) é que todas* têm de dar pareceres, que são *vinculativos!"* (Quarteira) - e a **opacidade do mapa de interlocutores -** "*se vocês forem bater à porta de um gabinete em Lisboa, 1º, não sabem a morada, 2º, não sabem o **interlocutor**, 3º, quando conseguirem identificar o **interlocutor,** ele vai devolver-vos e dizendo "neste momento eu não tenho cobertura para fazer nada*. (…) *provavelmente remete-vos para um assessor do gabinete da Ministra*." (Vagueira).

Estes factores, entre outros, potenciam a percepção, por parte das populações, de uma responsabilidade institucional difusa no Estado. Mas não só. A cultura institucional prevalecente no Estado, e os impactes práticos da mesma na implementação dos instrumentos de gestão da costa que tem ao seu dispor fundamentam outro tipo de leituras.
Por um lado a leitura da lógica de acção predominantemente reactiva do Estado, sendo "*a discussão muito focada no **imediato**, no efectivo, no risco que é visível, e sem se tratar as coisas com o tempo suficiente, nem da análise nem da medida que se vai fazer." Intervenções (...) numa forma de SOS. A **prevenção não** (...) tem acontecido...* (Vagueira).
Por outro lado, persiste a percepção de que prevalecem intervenções casuísticas não integradas: "*estas **intervenções pontuais** não são pensadas no troço litoral e [consoante a dinâmica da linha costeira] é aí que se faz a **avaliação**."* (Quarteira). **Não se assume nem uma política nem uma unidade de intervenção.**
Este facto é particularmente relevante no contexto de crise socioeconómica que o pais atravessa pois quando "(...) *os problemas são muito grandes e os custos também o são, e o país não tem dinheiro neste momento. (...) é preciso **decidir onde intervir e como"*** (Vagueira).

3.2. Do ponto de vista dos **cidadãos**, nos workshops participativos do projecto Change, sobressaíram duas características principais. Por um lado a questão da participação nos processo de decisão sobre a costa e por outro a questão do financiamento da gestão costeira.
Quando questionados sobre o nível de participação nas consultas de planos e programas para as zonas costeiras e gestão do litoral, menos de 6% afirmam tê-lo feito (Gráfico 3). Este valor é um espelho fiel do clima de mútua desresponsabilização entre decisores políticos e cidadãos.

Gráfico 3 Participação Pública em planos e projectos

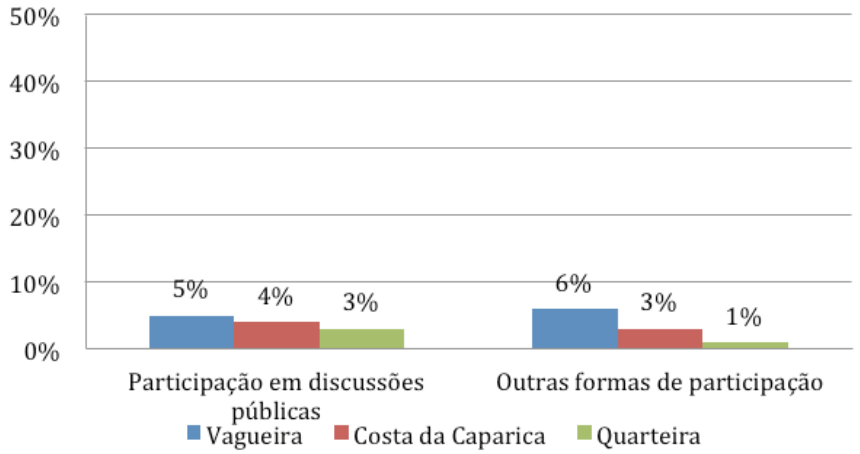

Fonte: www.projectochange.ics.ul.pt, 2013

Os decisores políticos justificam os baixos índices de participação pública com a falta de iniciativa e cultura cívica dos cidadãos, com as lacunas de formação escolar que não incute nos cidadãos rotinas de participação e os leva a auto-excluírem-se do debate político. Referem até que este absentismo leva por vezes os cidadãos a exprimir opiniões "ilegítimas" e os torna susceptíveis de manipulação.
Os cidadãos, por sua vez, responsabilizam os decisores políticos pela sua exclusão dos processos de tomada de decisão. Listam múltiplos desincentivos à participação tais como: a falta de acesso prévio à informação e de divulgação das consultas públicas; a calendarização das sessões de participação; a dificuldade em descodificar a linguagem técnica em que a mesma é distribuída; a percepção de que a participação pública tem reduzido impacte no determinar da decisão final, e a sensação generalizada da instrumentalização do processo participativo apenas como forma de legitimação das decisões.
Uma outra questão dividiu particularmente os participantes. Falamos do processo de mercantilização do litoral. Este centra-se na questão de **quem deve pagar** pela protecção da orla costeira. Por um lado há quem

argumente que o "*Estado não tem pagar, porque não podemos estar a tornar publico os encargos, enquanto privatizamos o lucro"* (Quarteira). Ora tal implicaria a universalização do princípio do **utilizador-pagador**. Contudo, esta solução é vista como "*um mecanismo de **selectividade económica** ainda que baixa"* (Costa). Este cenário é ainda mais veemente rejeitado pelos habitantes das áreas balneares: "*Eu sempre fui daqui. **Que culpa tenho de aqui viver.** Tenho algum privilégio? É a minha terra"*. (Vagueira). De facto, (...) *"não podemos sacrificar o bem-estar dos residentes à custa dos visitantes"* (Costa) (Schmidt et al 2014a).
Tanto mais que até ao momento, a estratégia do utilizador-pagador tem-se revelado pouco consensual: "**a taxa de dormida** está em cima da mesa no Algarve, mas o dinheiro é para as câmaras fazerem acções sociais" (...) aqui em Aveiro (...) tem dado uma *celeuma* bestial, a tal ponto que tem havido impugnação atrás de impugnação para tentarem que a coisa não avança." (Vagueira).

3.3. Do ponto de vista do **conhecimento científico**, sublinham-se algumas constatações de consenso. Em primeiro lugar, a erosão costeira é considerado um problema grave ou muito grave pela maioria dos inquiridos (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Percepção da Erosão Costeira

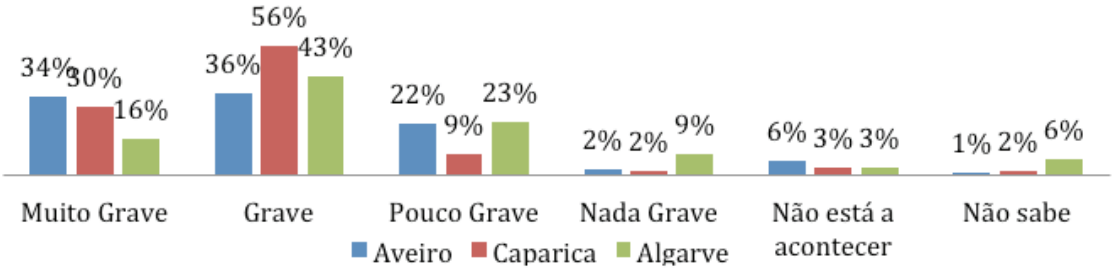

Fonte: www.projectochange.ics.ul.pt, 2013

Estes conseguem também identificar as causas da erosão (Gráfico 5), atribuindo-a primordialmente a causas naturais, mas também a causas antrópicas (extração de areias, construção de esporões).

Gráfico 5 – Causas atribuídas à Erosão Costeira

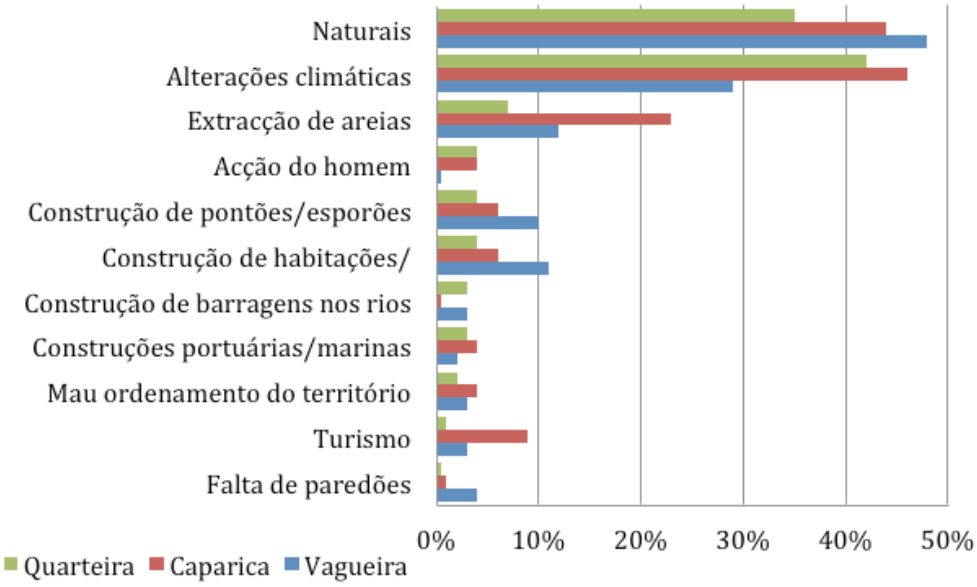

Fonte: www.projectochange.ics.ul.pt, 2013

As alterações climáticas são também identificadas como uma das causas da erosão e verificou-se também que praticamente todos os inquiridos já tinham ouvido falar deste problema e a grande maioria acredita na sua ocorrência

Esta é pois uma condição favorável à disseminação de informação científica incluindo os mapas de susceptibilidade futura. Muitos intervenientes acham mesmo fundamental o público estar ciente dos riscos e conhecer estes estudos, em particular como uma forma de responsabilização e resposta face às ameaças futuras: "*perante uma mesma vulnerabilidade, um cidadão mais informado reduz o risco"* (Costa da Caparica). Porém, outros actores, nomeadamente alguns autarcas e participantes com actividade no sector do turismo e imobiliário consideraram que este tipo de informação pode ser nefasta para as economias locais e a sua disseminação deve ser controlada, gerida e comunicada de forma diferenciada aos diferentes actores.

Tal como os cientistas, também alguns decisores políticos apontam a necessidade de mais estudos como forma de reduzir a incerteza e justificar a intervenção: *é necessário cada vez mais reduzir essa incerteza, e ter opiniões, acções mais concretas, que nos permita chegarmos a uma determinada solução, que se espera que seja a melhor, e que seja a mais económica, ambiental, e tecnicamente melhor elaborada* (Vagueira). Este é o desafio premente da comunidade científica na sua interacção com a população. Contribuir activamente para a constituição de uma **cultura costeira**, e inerentemente consagrar a costa como um valor colectivo de identidade territorial.

Salienta-se ainda a importância de incorporar o conhecimento local nos estudos científicos e nas decisões políticas. Pescadores e outros profissionais ligados ao mar têm um conhecimento directo e experiencial, sustentado em anos de observação continuada, que pode ser complementar às medições técnico-científicas (Delicado et al 2012).

Discussão e novas directrizes para a gestão costeira

O projecto Change identificou a multiplicação disfuncional e dispersiva de instituições e regimes legais que actuam sobre a orla costeira.

Na perspectiva da sociedade e da construção de uma cidadania activa, esta dispersão traduz-se na inexistência de interlocutores institucionais claros, estáveis e coerentes. Traduz-se também num regime jurídico confuso, contraditório e inoperante que cria um estímulo permanente à descoberta de soluções avulso, aproximando-se facilmente da mobilização de expedientes ilícitos ou da criação de factos consumados inibitórios do bom funcionamento da Administração. Torna-se assim crucial **um redesenho institucional** da estrutura administrativa da faixa costeira no sentido da máxima coordenação, integração e clarificação funcional e com um **interlocutor único** no interface com o cidadão. De igual modo parece essencial uma **clarificação do regime jurídico**, que acompanhe o redesenho institucional, em leal transparência de princípios, regras e procedimentos, em moldes interpretáveis pelos cidadãos que estimulem uma cidadania activa e directa (com acesso facilitado a todo o tipo de informação), evitando a necessidade de mediações técnico-jurídicas para a sua interpretação. Ainda a integração clara entre zonas costeiras e bacias hidrográficas no desenho dos instrumentos de gestão e nas acções de informação à população, é crucial. Há que consciencializar os cidadãos da necessidade de entender as questões da instabilidade costeira como parte de um sistema mais vasto que inclui as redes hidrográficas (Schmidt 2013; Schmidt et al 2013).

O projecto Change identificou também um grande potencial de participação cívica, mas simultaneamente uma grande inibição por parte das populações. Esta espelha, em parte, a cultura cívica predominante pautada por um afastamento dos processos de informação e decisão pública. Outros factores inibidores são a obscuridade do quadro institucional e legislativo e o reconhecimento do potencial de conflito de situações onde co-existem elevadas rivalidades de interesses territorialmente concentrados. Neste sentido, é fundamental o desenvolvimento de **estratégias comunicacionais** centradas na informação específica sobre as dinâmicas das zonas costeiras. Estas devem ter em conta as dinâmicas por vezes segmentadas e complexas das populações costeiras. O objectivo subjacente é conseguir fazer chegar o máximo de informação ao máximo de cidadãos. Torna-se também crucial a criação de **mecanismos de mediação** permanentes que mobilizem a participação cívica, não só nas decisões, como nos processos da sua implementação, assegurando que os cidadãos e organizações

da sociedade civil obtenham **feedback da** sua **participação**, sempre em conta a complexidade contraditória dos interesses presentes no litoral;
Finalmente, face ao desafio multidisciplinar em que consiste o estudo da orla costeira é consensual assumir a existência, em Portugal, de bons recursos científicos, tanto em termos de conhecimento adquirido, como de recursos humanos. Contudo, as estruturas científicas nacionais vivem actualmente numa condição de incerteza institucional e financeira que fragiliza a sua produtividade e capacidade de investigação sobre a orla costeira, assegurada sobretudo pelo empenho dos cientistas e por pontuais solicitações oficiais. Ao nível da Administração Pública regista-se igual descontinuidade e quebra na recolha, organização e integração de informação de natureza técnica e científica, como é o caso do Sistema de Administração do Recurso Litoral - SIARL.
É pois fundamental assegurar meios de **continuidade** para as estruturas científicas e administrativas dedicadas à recolha e tratamento de dados sobre a costa, mediante contratos-programa de longa duração celebrados entre instituições públicas, centrais e locais e as universidades. Bem como assegurar os trabalhos de **monitorização** indispensáveis para garantir a continuidade de séries estatísticas fundamentais para a confiança e solidez nos resultados científicos e redução da sua incerteza. Esta monitorização é necessária, não só para a cooperação internacional mas também como ferramenta de investigação, de análise de custo-benefício e de apoio às futuras decisões políticas.
Importa ainda aprofundar a **comunicação** dos resultados científicos aos actores-chave e ao público. Há que investir na comunicação pública de ciência, factor fundamental para fomentar uma cultura cidadã mais capacitada. No caso da orla costeira, a ciência é um veículo fundamental na criação de um **novo quadro de valores** de cidadania e identidade territorial. E também tomar em consideração o ***conhecimento local*** sobretudo dos que trabalham directamente com o mar (por ex. comunidades piscatórias, etc.), tanto na produção de conhecimento científico como no desenho dos instrumentos de intervenção.

Conclusões e perspectivas futuras

O projecto Change contribui claramente para um conhecimento mais detalhado sobre duas relações simbióticas fundamentais na evolução da costa portuguesa: as relações Estado/ Costa, e Cidadão/ Costa. Neste contexto, o Change identificou quatro dicotomias que são estruturais para o debate informado e participado sobre o futuro da gestão integrada da orla costeira portuguesa.
. Avanço do mar vs *hold the line:* Se por um lado existe um alargado consenso de que o avanço do mar pode ser retardado mas é inevitável, por outro lado mais de 90% da população inquirida advoga o fixar da linha de costa actual. Este ponto é fundamental, em particular tendo em conta as restrições financeiras que condicionam a acção pública hoje em dia e o expectável agravamento dos, já elevados, custos de manutenção da linha de costa actual.
. Problema local vs nacional: A relação entre escalas deve ser equacionada de duas formas distintas. Há que questionar o valor da costa enquanto valor cultural, valor de património colectivo e o seu peso na relação de identificação do cidadão com o território. Seja numa lógica de utilização da costa, seja numa lógica de coesão nacional para com quem nela habita, seja numa lógica de sobrevivência ao impacto directo de fenómenos climáticos, **é fundamental (re)definir o valor da costa portuguesa** para o colectivo dos seus cidadãos.
. Privado vs público: o futuro da costa passa também por uma reflexão sobre a responsabilidade de algumas das causas identificadas da dificuldade na gestão da orla costeira. Por um lado, temos lógicas de desresponsabilização fortemente enraizadas na cultura nacional de relação com o território. Um caso paradigmático é o da vitimização daqueles que alimentaram processos de ocupação ilegal de áreas ecologicamente sensíveis. Há que questionar abertamente a condição do "cidadão-vítima" e aferir o seu contributo real enquanto agente causador do problema. Esta questão é tanto mais sensível política e socialmente quando consideramos a imagem predominante aos olhos do cidadão do papel do Estado enquanto *regulador-pagador.* Um regulador deficitário, e um pagador quase exclusivo.
. Inacção vs pró-acção: outra dimensão de mudança fundamental para o futuro da gestão integrada da orla costeira é a da lógica predominante de intervenção. Visa-se promover a acção em favor do *bem* comum (pro

-activa) ao invés da acção contra o *mal* comum (reactiva) que tem, até hoje, pautado a intervenção do Estado. Saliente-se contudo, as exigências da pró-actividade, que não passam apenas por uma questão de recursos financeiros, nem de capacidade técnica, mas por uma mudança de cultura institucional que incorpore princípios de coordenação, eficiência de acção e participação cidadã até hoje praticamente inexistentes.
Em suma, a inevitável questão que irá pautar não só o debate científico mas também a acção dos actuais e futuros decisores políticos é a **manutenção ou não da linha de costa portuguesa** tal como a conhecemos e as possibilidades materiais de o assegurar.
A resposta a tal questão implica debater o valor social e cultural da costa, a forma como colectivamente a apropriámos e a utilizamos, as condicionantes biofísicas que determinam actualmente o seu padrão de evolução, e, muito importante, a capacidade do Estado, quer política, quer financeira, quer ao nível da reforma institucional, de implementar de forma eficaz e eficiente as estratégias que delineia.

Referências bibliográficas

ABECASIS, F. (1997), *Caracterização Geral Geomorfológica e Aluvionar da Costa Continental Portuguesa*. Porto: Associação Eurocoast Portugal, pp 9-24.

APA - Agência Portuguesa do Ambiente (2013), *Estratégia Sectorial de Adaptação aos Impactos das Alterações Climáticas Relacionados com os Recursos Hídricos*. Disponível em http://www.apambiente.pt/_zdata/Politicas/AlteracoesClimaticas/Adaptacao/ENAAC/RelatDetalhados/Relt_Setor_ENAAC_Recursos_Hidricos.pdf

APA - Agência Portuguesa do Ambiente (2012), *Plano de Acção de Protecção e Valorização do Litoral (2012-2015)*. Disponível em http://www.apambiente.pt/_zdata/destaques/2012/papvl_2012-2015-junho.pdf

ANTUNES, C. (2014), *Dados do Marégrafo de Cascais*. PSMSL e IGP/DGT.

DELICADO, A., SCHMIDT, L., GUERREIRO, S. & GOMES, C. (2012), "Pescadores, conhecimento local e mudanças costeiras no litoral Português". *Revista de Gestão Costeira Integrada*, n.º 12 (4), pp 437-451.

DIAS, J.M.A., Boski, T., RODRIGUES, A., MAGALHÃES, F. (2000), "Coast line evolution in Portugal since the last glacial maximum until present – a synthesis". *Marine Geology*, n.º 170, pp 177-186.

EEA - European Environment Agency (2013), *Balancing the future of Europe's coasts*, European Environmental Agency Report n.º 12. Copenhaga: EEA.

EEA _ European Environment Agency (2014), *National adaptation policy processes in European countries – 2014*, European Environmental Agency Report, n.º 4. Copenhaga: EEA.

EEA - European Environment Agency (2006), *The Changing Faces of Europe's Coastal Areas*. Copenhaga: EEA.

INAG - Instituto da Água (2009), *Estratégia Nacional de Gestão Integrada para a Zona Costeira (ENGIZC)*. Disponível em http://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2009/09/17400/0605606088.pdf

MAOTDR (2008). *Litoral 2007-2013: Avaliação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira e Proposta de Actuação*. Lisboa: Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional.

O'RIORDAN, T., GOMES, C. & SCHMIDT, L. (2014), "The difficulties of designing future coastlines in the face of climate change". *Landscape Research*, vol. 39 (6), pp 613-630.

SANTOS FERREIRA, A. & SANTOS, C. (2014), "Molhe norte da barra do Douro", *Ingenium II*, Série n.º 141, Maio/Junho 2014.

SANTOS, F.D. & MIRANDA, P. (Eds) (2006). *Alterações Climáticas em Portugal. Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação. Projeto SIAM II*. Lisboa: Gradiva.

SANTOS, F. D., LOPES, A. M., MONIZ, G., RAMOS, L. & TABORDA, R. (2014), *Relatório do Grupo de Trabalho do Litoral*, Lisboa: Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (no prelo).

SCHMIDT, Luísa & FERREIRA, José Gomes (2014), "Avanços e desafios da governança da água na europa no contexto da aplicação da directiva quadro da água", In Actas do 12º Congresso da Água/16.º ENASB/ XVI SILUBESA. Lisboa.

SCHMIDT, L., GOMES, C., GUERREIRO, S. & O'RIORDAN, T. (2014), "Are we all on the same boat? The challenge of adaptation facing Portuguese coastal communities: risk perception, trust-building and genuine participation», *Land Use Policy*, n.º 38, pp 355-365.

SCHMIDT, L. (2013), "Litoral e bem comum: uma 'charada' física, administrativa e social". In Pato, J., Schmidt, L. & Gonçalves, M. E. (Eds.), *Bem Comum: Público e/ou Privado?* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp 345-352.

SCHMIDT, L., PRISTA, P., SARAIVA, T., O'RIORDAN, T. & GOMES, C. (2013), "Adapting governance for coastal change in Portugal". *Land Use Policy*, n.º 31, pp 314-325.

VALLE, A. (2014), "Perda de território por ação do mar: uma questão nacional". *Ingenium II*. Série n.º 141, Maio/Junho de 2014.

Human groupings and popular dwelling in Brazil in their problems, terminologies and alternatives.

Maria de Lourdes Soares[1]

RESUMO:
A problemática urbana e nesta a habitação popular nas suas diversas terminologias destaca-se na realidade do Brasil. O objetivo deste texto é apresentar, no contexto da problemática urbana no Brasil, a formação dos agrupamentos urbanos no contexto do processo de industrialização e de urbanização, descatando suas denominações e as formas de enfrentamento do déficit habitacional. Correlaciona a problemática da habitação com a forma de urbanização e industrialização desenvolvidas no Brasil que tem atraído a população do campo para cidade e esta subempregada, desempregada, desqualificada, precarizada, excluída e segregada, tem buscado formas alternativas de sobrevivência e de moradia. Formando, assim, os agrupamentos que tem recebidos as mais diversas denominações discriminatórias e pejorativas e a política de intervenção na habitação, especialemte a de interesse social, tem avançado em quantidade e em qualidade, mas o problema do déficit habitacional vem perdurando ao longo dos séculos.
Palavras-chaves: Política, habitação, agrupamentos.

ABSTRACT
Urban problems and popular dwelling in its several terminologies are distinguished in Brazilian reality. The aim of this article is to present, in the context of the urban problems in Brazil, urban groupings formation in the process of industrialization and urbanization, pointing out their denominations and forms of facing the dwelling déficit. It correlates the dwelling problem with the form of urbanization and industrialization as developed in Brazil, which has attracted the country population into town, thus becoming underemployed, unemployed, unqualified, precarious, excluded and segregated. So, they search for alternative forms of surviving and dwelling. This way, they form groups which have received the most diversified discriminating and pejorative denominations, as well as dwelling intervention policies, especially the one of social interest has advanced in quantity and quality, although the dwelling déficit problem has been enduring across centuries.
Keywords: policy, housing, groupings.

INTRODUÇÁO

Para compreender os processos e os mecanismos subjacentes às ocupações ilegais dos espaços urbanos e analisar os diferentes desafios e soluções encontradas no Brasil para a questão habitacional, partimos da idéia de que no século XXI o índice populacional está concentrado nas áreas urbanas, salvo poucas exceções, que adensaram surpreendentemente a urbanização desde a metade do século XX e aumentando o déficit habitacional e os agrupamentos irregulares. Alguns pesquisadores colocam sobre as cidades: o mundo urbanizou-se e algumas cidades tornaram-se megacidades, a exemplo de Rio de Janeiro, São Paulo, Mumbai e Nova Delhi. E as intervenções na cidade e nas formas de moradias no Brasil envolvem desde legislação restritiva/punitiva / regulatórias até intervenções mais diretas através de construção ou do financiamento voltado para edificações, geralmente privilegiando grupos da população e setores da cidade.

---

1 Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professora da Universidade Federal da Paraíba, com produção com ênfase em Antropologia Cultural, principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento social, prática do serviço social, precarização social, desenvolvimento regional, social e sustentável, campesinato, habitação social rural e urbana.Universidade Federal da Paraiba, Brasil, marialsc@terra.com.br,

A AUSENCIA DO ESTADO E A PRODUÇÃO PRIVADA DA HABITAÇÃO

No Brasil, a urbanização inicia no século XVI ao longo do litoral em razão da exploração do pau-brasil e da cana de açúcar que decorreram numa distribuição de renda desigual e, consequentemente, no agravamento dos problemas ambientais e sociais, particularmente com a substituição do homem pela maquina que acarretou um maior número de excluídos do mercado (Ramires, 2001, p.74).

Esse processo de industrialização-urbanização se expandiu para outras regiões formando núcleos urbanos ao longo dos séculos XVII e XVIII, particulamente com a descoberta do ouro, e do século XIX, com a produção de café e a substituição da mão de obra escrava pelo trabalho livre.

As experiências do mercado de trabalho livre com a Abolição da Escravidão inicia um processo de transição no país, tanto no aspecto econômico quanto político e cultural. Florestan Fernandes coloca que a Abolição operou-se sem qualquer garantia de inserção do negro no mercado de trabalho livre, pois este substituído nas lavouras e não encontrando oportunidades de trabalho nas cidades devido à falta de qualificação e a escassez de vagas, ficando estes propensos a vagabundagem, a criminalidade e a "incorporação à escória do operariado.

No século XIX, a Abolição transplantou a anomia social da senzala para as cidades agravando a pobreza e as formas de moradias, particularmente da população negra, reconhecida por ocupar as primeiras áreas ilegais nas cidades, por não conseguir se inserir no mercado de trabalho.

Com as ações do Estado limitadas à repressão ás situações mais graves de insalubridade, via ação policial e legislação sanitária e a concessão de isenções fiscais para a intervenção direta na construção/reforma de casas, particularmente para locação pelo mercado imobiliário, acentuando, assim, a valorização imobiliária e o mercado livre de aluguel, com excelentes rentabilidades, particularmente com a imigração estrangeiras na região Sudeste.

Quando pessoas de maior poder aquisitivo construíram ou adaptaram antigas moradias para venda ou locar aos trabalhadores de baixa renda. Geralmente estas eram casas geminadas, téreas, sem recuos frontais e laterais, enfileiradas e subdivididas internamente, geralmente em quartos, cozinhas, banheiros, tanques, pátios ou corredores de uso coletivo. Estas constituíam uma seqüência de pequenas moradias ou cômodos insalubres ao longo de um corredor, sem instalações hidráulicas, com má distribuição dos espaços internos, falta de iluminação e ventilação, com insuficiência e deficiência das instalações sanitárias, ocupadas por mais de uma família.

Como muitas era a conversão de antigos casarões formando vilas ou cortiços, isto é, aglomerados de casas que serviam de habitação coletiva para a população pobre, tinham alta densidade demográfica e domiciliar. Casas indistintamente denominadas de: estalagens, casas-de-alugar-cômodos ou de casas-de-cômodos, palafitas, cortiços e cabeça-de-porco, este ultimo termo carregado de conteudo negativo, por ter sido um dos maiores cortiços de Rio de Janeiro que, segundo Antenor Nascentes, nome de uma estalagem anti-higiênica que havia no Rio de Janeiro e foi demilida pelo Prefeito Barata Ribeiro, em 1893.

Cardoso (2003) caracteriza os cortiços como as moradias de aluguel, geralmente contando apenas com um cômodo e sanitário e outras instalações coletiva, surgidas, na maioria dos casos, da subdivisão de edificações antigas localizados em áreas centrais em processo de esvaziamento econômico e/ou transformação de uso.

Para Saule Junior (2004, p.439) os cortiços tinham baixa qualidade habitacional e condições insalubres e formas irregulares de ocupações de imóveis que eram apresentadas como principal características das precariedades das condições habitacionais e, em sua maioria, com condições de vida e moradia subumanas. Mas reconhece que, apesar destas condições, eram construções rentistas na forma de alugueis, considerados exorbitantes para as pessoas de baixa renda e de rendimentos fabulosos para seus proprietários que tornava a locação um dos principais pontos de conflito entre proprietário e inquilino.

Por serem estas habitações consideradas focos de pobreza, lugar propício a violência, aos vícios, as epidemias, isalubres, foco e propagadoras de doenças epidêmicas e infecto-contagiosas: principalmente de febre amarela, sífilis, varíola, cólera, febre amarela, tinham como inimigo maior a saúde publica que reforçava a necessidade de extermínio, de despejo, de expulsão destes moradores para longe do centro, para outros lugares, completamente desamparados do poder público. E se sucederam os relatórios de médicos higienistas e de engenheiros sanitaristas, pareceres de comissões de notáveis e editoriais de empresas demonstrando as péssimas condições físicas e a degradação de saúde da população moradora nesse tipo de residência.

Assim no início do século XX, com o Estado tratava os problemas de habitação como de saúde publica e no governo do presidente Rodrigues Alves (1902-1906) foram transferidos poderes ao prefeito Pereira Passos (1903-1906)[1] e ao médico Dr. Oswaldo Cruz para realizarem reformas urbanísticas na cidade que resultou na execução de um grande projeto sanitário e urbanístico que condenava os assentamentos precários a desaparecer com o intuito de solucionar o problema das epidemias e da falta de saneamento. Medidas colocadas como contribuindo, inclusive, para separar a população negra, mestiça e pobre da nova e da elegante cidade que surgia.

Desse modo os cortiços juntamente com outras formas de construções precárias formadas por dezenas de quartos pequenos, com cozinha banheiros e tanques coletivos estiveram relacionados aos primórdios da industrialização das ultimas décadas do século XIX mas muitos mantêm-se até os dias atuais servindo de abrigo e de ponto de encontro de imigrantes que buscam trabalho ou trabalham em situações desprezíveis, também usados como pequenos estabelecimentos de comercio (sapataria, chaveiro, etc).

A REGULAMENTAÇÃO DO MERCADO DE HABITAÇÃO E A CONSTRUÇÁO DAS CASAS POPULARES

Com a industrialização e a mecanização da agricultura com perda de postos de trabalho para grande parte dos trabalhadores rurais e estes se deslocam para as cidades com intuito de trabalhar no mercado industrial que crescia, devido a concentração de mão-de-obra ociosa e mal remunerada a pobreza e a carência de moradias se acentua.

Quando em janeiro de 1923, a Lei Elói Chaves, instituí as Caixas de Aposentadoria e Pensões com objetivo organizar o setor previdenciário do país, garantir aposentadoria e pensões aos seus associados (em caso de doenças, de incapacidade ou morte do chefe de família), assistência médica, e inclusive a construção e/ou a possibilidade de aquisição de moradias.

No período do presidente Getulio Vargas, o Estado brasileiro reconhece a necessidade de modificar a política econômica e social e as estruturas das cidades brasileiras para a industrialização, baseada no modelo de substituição de importações, embora a função primordial dos Institutos fosse garantir aposentadorias e pensões aos associados, no novo Ministério do Trabalho foram ampliados os investimentos no setor. Através do Decreto n.1.749 foram expandidas suas áreas de atuação para serviços relacionados a alimentação, a saúde e a habitação, considerando que o crescimento da população urbana passa 11,3% em 1920 para 31,2% em 1940. E embora nos IAPs as edificaçóes fossem secundárias alargaram a produção direta de conjuntos habitacionais em todo o país, sobremaneira, nas capitais, e iníciaram o financiamento em larga escala de moradias para trabalhadores. Quando foram edificadas aproximadamente 125.000 unidades dentre grupos de residências unifamiliares isoladas, geminadas, coletivas e conjuntos mistos, além dos apartamentos para a classe média e alta, correspondendo a mais de 4% do total de moradias urbanas ocupadas no país em fins de 1950.

Diante da grande demanda por moradias e intervenção pública tornava-se insignificante diante do problema da moradia , pois se limitava a casos isolados de iniciativas estatal, como no Rio de Janeiro e no Recife e na forma de grupos de unidades habitacionais, usando as carteiras prediais através dos Institutos de Aposentadorias e Previdência e a Fundação Casa Popular que garantiram a aquisição de terrenos urbanos a prestações baixas, ampliando a proliferação de áreas periféricas ou zonas pioneiras para edificações de habitação popular, sem exigir padrão mínimo de urbanização.

Também para os trabalhadores das fábricas foram construídos conjuntos de casas para alugueis a baixos preços ou cedidos gratuitamente, com certa qualidade habitacional que formaram as Vilas Operárias. Estas como iniciativas moleculares tiveram impacto importante em várias cidades brasileiras por constituírem os primeiros empreendimentos habitacionais de grande porte construído no país. Como foram formas de fixação dos operários nas imediações das instalações das empresas, foram vistas como uma forma de manter o controle político e ideológico destes.

Com as atividades industriais, cada vez mais, se tornando a base de sustentação política do novo regime, setores sociais decisivos na legitimidade do Estado foram incorporados pela política (classe média, tenentes, oligarquias periféricas), com a regulamentação da relação entre trabalho e capital e com o enfrentamento d os

problemas da vida urbana e da moradia pelo Estado. No governo de Getúlio Vargas, em 1942, a intervenção no processo de tradução da habitação foi através do mercado de alugues, através do decreto-lei do inquilinato, regulamentando as relações entre locatários e inquilinos, particularmente no que se refere ao congelamento dos preços dos alugueis.

E em 1946 o governo do General Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), cria a Fundação da Casa Popular (FCP), primeiro órgão, em plano nacional, voltado para a produção da casa própria para camadas de baixa renda, especialmente para financiamento da moradia, da infra-estrutura, do saneamento, beneficiando a indústria de materiais de construção, as pesquisas habitacionais e até a formação de pessoal técnico administrativo dos municípios para atuar área.

Projeto que colocou o tema da habitação em evidência assim como a intervenção do Estado no urbanismo, quando são abertas e alargadas ruas, aumentando os preços dos terrenos, fazendo as iniciativas privadas abandonarem a produção de moradias populares. Quando o Estado brasileiro assume o problema da habitação como uma questão social dando relevância a questão habitacional como questão social e iniciam uma incipiente política habitacional e a idéia de habitação social.

A diversificação e crescimento da economia aumentam o fluxo migratório do campo para a cidade e, consequentemente, dos preços dos alugueis e do déficit habitacional particularmente nas grandes cidades brasileiras, levando adiante a crise da moradia no pós-guerra, considerando a habitação popular como uma aliada para garantir a ordem urbana e conter a organização dos trabalhadores. Particularmente quanto as pessoas de menor poder aquisitivo buscam alternativas ao problema habitacional na periferia urbana, na casa própria autoconstruída ou autoempreendida em loteamentos periféricos carentes de infraestrutura (BONDUKI, 1994), baseada na redução significativa, eliminação ou mesmo regularidade dos pagamentos e mensalidades da moradia

Na década de 1950, como conseqüência da "política desenvolvimentista" do governo Juscelino Kubitschek, a intensificação do processo de industrialização brasileiro a partir de 1956 dinamiza diversas atividades econômicas: fábricas, comércio e serviços, atraindo as populações rurais para buscar trabalhos e melhores condições de vida na cidade e, não encontrando, foram se acomodaram em torno das grandes cidades e formando imensas malhas urbanas que ligam uma cidade à outra, fomando as regiões metropolitanas.

E a medida que as localidades vão perdendo sua função rural para adquirir uma função urbana promovia a especulação imobiliária de grileiros e donos de fazendas e de sítios e outros profissionais do segmento imobiliário que especulavam terras para a construção de habitações, direcionada particularmente para a população de baixa renda.

Após a aprovação da legislação até 1964, os alugueis rebaixaram ao ponto de se tornarem um dos itens mais baixos do custo de vida, inclusive o custo com alimentação. Com grandes conseqüências na produção, na distribuição e no consumo de moradias populares, com os investidores privados reduzindo as construções de casas para alugueis e os proprietários reavendo seus imóveis, com ameaças ou despejos de seus inquilinos. Processo de urbanização sem planejamento e com carência de leis urbanísticas de ordenamento que estimulava a ocupação do solo nas áreas suburbanas de forma irregular, particularmente quando os mais pobres buscam alternativas habitacionais nas ocupações espontâneas.

Souza coloca que muitas pessoas vinham do campo para a cidade com a esperança de uma vida melhor, mas se deparavam com um mundo totalmente adverso aos seus ideais e se direcionavam aos arredores dos bairros, formando as favelas e aumentando a população marginal das cidades.

As fragilidades econômicas pulverizaram e desarticularam as ações de construção de Conjuntos Habitacionais aumentando o número e a diversidade dos assentamentos precários e suas designações no decorrer do processo histórico: cortiços, favelas, aglomerado urbano, comunidade, loteamentos irregulares ou clandestinos.

Alguns autores colocam as primeiras favelas como ocorrendo no Rio de Janeiro no final do século XIX e sua intensificação no final da segunda guerra mundial com a aceleração do processo de industrialização-urbanização, quando o termo "favela" de uso corrente no Rio de Janeiro passou a ser adotado em outras cidades brasileiras com a realização do primeiro levantamento no país sobre estes agrupamentos "As favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950, feito pelo IBGE.

Oliveira (1980) coloca que a primeira contagem da população residente em favela foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1950, quando as indústrias, sobretudo as têxteis e alimentícias,

difundiam-se, principalmente nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, necessitando de grande quantidade de mão-de-obra para trabalhar nas unidades fabris, na construção civil, no comércio ou nos serviços e atraindo milhares de migrantes do campo para as cidades (êxodo rural).

Quando Jacques (2001, p 02) apresenta como características gerais das favelas: a autoconstrução e o uso de fragmentos e outros matérias encontrados pelo construtor, considerando que os próprios moradores fazem seus barracos a partir de fragmentados de restos de materiais.

Estas passaram a ser entendidas como aglomerados que possuem, total ou parcialmente, cinco características: proporções mínimas, habitação específica (casebres ou barracões de aspecto rústico), construção sem licenciamento e sem fiscalização, terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida, ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, de luz e de água encanada, área não urbanizada e com falta de arruamento, numeração ou emplacamento e, muitas vezes, situadas em áreas de proteção ambiental.

Ao conceituar o que vem a ser "favela". "O *Boletim oficial* da Secretaria de Serviços Sociais do Brasil" descreve como um grupo de moradias com alta densidade de ocupação, construídas desordenadamente com materiais inadequados, sem zoneamento, sem serviços públicos e situados em terrenos ilegalmente sem o consentimento do proprietário" (Pearlman, 1977, p.40).

Diante das definições destas moradias, alguns autores classificam as favelas do ponto de vista topográfico devido se localizarem em áreas de revelo inclinado e quando plano, geralmente, em áreas não habitáveis. Outros levam em consideração o tempo de origem e a evolução as favelas, classificando-as em recentes ou antigas (consolidadas e em formação). outros consideram o tamanho das favelas dividindo-as em pequenas, médias e grandes, reconhecendo que as grandes favelas apresentam subdivisões internas ou são constituídas, na verdade, por mais de uma que juntas formam um complexo, como o do Cantagalo, do Pavão, do Pavãozinho e do Alemão. Outro critério de diferenciação das favelas diz respeito à posição que ocupam na estrutura interna da cidade, área central ou periférica. E outra característica que tornam as favelas mais complexas é que estão sempre se formando e se transformando de forma irregular e sem idealizações e projetos antecipados.

Perlman (1977) relaciona os assentamentos subnormais no Terceiro Mundo como reflexo de um jogo de forças sociais, quando a moradia "padrão" é escassa e cara em relação às condiçóes de vida das populações de baixa renda e seu poder de pagar. Associando nossas favelas as *bandas de miséria* da Argentina, as *gececondu* da Turquia, as *biondevilles* da Argélia.

E Jacques (2001) reconhece que os moradores das favelas são donos de uma identidade própria considerando que, ao mesmo tempo em que fazem parte da cidade como uns todos, da sua paisagem urbana, guardam uma singularidade, ou até mesmo, uma alteridade dos espaços ditos "informais" ou "selvagens".

E Versiane (2009) coloca as favelas como alternativas das populações pobres à falta de moradia e a construção e a reconstrução constante dos barracos de acordo com suas necessidades como uma possibilidade de formação de novas famílias, as puxadas para acomodá-las. Colocando que ao construíram seus próprios locais de moradia evidencia-se a criação e a autoconstrução como fazendo do morador um arquiteto.

Sousa (2010, p.3) destaca que os moradores mais carentes instalam-se nessas localidades porque geralmente não pagam pelo terreno e pela infra-estrutura e estão, geralmente, localizadas nas imediações de bairros industriais ou dos centros das cidades, com possibilidade de trabalhos domésticos e de diversos serviços e não por simples opções.

Por isso, as favelas surgem da necessidade de onde e de como morar, de renda e de habitação, logo, são produtos do empobrecimento da classe trabalhadora e de sua luta pela sobrevivência. Pois o espaço da cidade como tendo um valor que corresponde ao preço da localização e da infra-estrutura, quando todos os moradores têm a obrigação de pagar os serviços, como: água, luz, esgoto, pavimentação, transportes, etc, a característica de rizoma se constitui numa invasão inrregular de espaços vazios, normalmente em locais de reservas ambientais ou de risco. Considerando que as favelas geralmente se formam em terrenos ocupados, áreas de preservação ambiental, desvalorizadas e desprovidas de serviços de infra-estrutura, em locais de risco, devido seus níveis de declividade, as barreiras e as encostas.

A POLITICA DE HABITAÇÁO E A EXPANSÃO PERIFÉRICA DAS CIDADES

No governo militar a urbanizava acelerada fortalece a crise de moradia no país e a política de financiamento da construção civil que angariando apoio das massas populares urbanas pressionou para a criação de uma política habitacional de grande escala através do Banco Nacional de Habitação (BNH 1964-86), mantido pelo Sistema Brasileiro de Habitação (SFH) com recursos gerados pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), alimentado pela poupança compulsória de todos os assalariados brasileiros somados a poupança voluntária que formou o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos. (SBPE).

O Banco Nacional de Habitação atuando por meio das Campanhas de Habitação (COHABs) e dos Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOPs), com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Contribuição (FGTS), tinha estrutura institucional de abrangência nacional, articulando uma rede de agentes promotores e financeiros (privados ou estaduais) as COHABs.

Atuou no saneamento, com destaque para o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) e na produção habitacional marcando a construção de conjuntos habitacionais para a população de renda média e baixa, particularmente nas periferias das cidades, contribuindo na formaçáo dos subúrbios que eram áreas que tinham características rurais e passaram a ser designados "periferias", ou seja, locais distantes, contendo localidades segregadas. Quando surge o termo **Subúrbio** (***suburb***, *sub-cidade*) ou **periferia** ("tudo o que está ao redor") utilizados para designar as áreas circunscritas às áreas centrais de um dado aglomerado urbano ou periferia urbana e também para descrever cidades circunscritas a um núcleo metropolitano central. Por isso autores colocam a periferia geralmente como podendo ser intra-municipal (bairros afastados do centro do município) ou extra-municipal (municípios fazendo parte da região metropolitana).

Definições polêmicas nos estudos de urbanismos e planejamentos urbanos, mas bastante utilizado na geografia que, num sentido genérico quer dizer "tudo o que está ao redor", toda a área urbana que está ao redor do centro urbano.

> "Devido às grandes dimensões dos conjuntos do BNH, aliada ao processo de expansão periférica, essa política gerou uma transformação da estrutura e da paisagem urbana da maioria das cidades brasileiras, com a construção de conjuntos habitacionais preferencialmente formados por casas, muitos dos quais, de tão grandes, se transformaram em bairros" (Bonates, 2007, p.43).

Embora a atuação do Banco Nacional de Habitação (BNH) tenha sido marcada pela implantação dos conjuntos habitacionais nas periferias estes, geralmente, foram construídos desprovidos de infraestrutura e distantes das áreas centrais das cidades, devido demandarem grandes espaços para a construção de casa em larga escala e em locais de solo de preços mais baixos.

Mas como a liberação dos recursos estava sujeito a uma gestão rígida e centralizada e voltados para a construção da casa própria pelo sistema formal da construção civil e as construtoras visavam apenas recursos rentáveis, parte significativa da população mais pobre ficou fora dos incentivos públicos particularmente os trabalhadores informais e os desempregados.

Essa massa empobrecida e desalojada foi buscando formas alternativas de moradia e intensificando a formação de populações marginalizadas e segregadas socioespacialmente nas cidades, aumentando, a demanda por habitações. E como essas habitações eram precárias e com adensamento populacional, sem infra-estrutura urbana (saneamento, água tratada, pavimentação, iluminação, policiamento, escolas e etc.) mal servidas de transportes públicos, distantes dos postos de trabalho e localizadas em áreas de risco e com criminalidade (tráfico de drogas, prostituição, seqüestros etc.).

Mas como continua muitas pessoas procurando as cidades próximas das áreas industriais, as condições de moradias da população de baixa renda continua agravando-se com as ocupações das áreas irregulares e ilegais como únicas opções de moradia, habitações de construções inadequadas realizadas em terrenos invadidos por moradores de baixo poder aquisitivo. Gerando injustiças e desigualdades e provocando alterações ambientais que vem exigindo pensar os problemas advindos da urbanização de forma mais precisa, voltados para a cidade e a *"crise de habitação"*.

Ao longo de todo o governo militar (de 1964 a 1985) o nível de pobreza e de desigualdade aumenta e as ocupações irregulares nas áreas periféricas também, sobretudo a partir da década de 1970 com a modernização no setor agrário e a incorporação dos chamados insumos modernos (máquinas, produtos químicos e biotecnológicos, entre outros), que expulsava do campo para a cidade milhares de camponeses. E estes como mão–de–obra desqualificada, não absorvida nas atividades urbanas, vão aumentando a pobreza e os loteamentos clandestinos e irregulares, através dos auto-empreendimentos, distantes das áreas urbanizadas e sem infra-estrutura e sem equipamentos sociais, oficiais ou ilegais, mas distantes e precários.

A presença das habitações populares como alternativas de habitação vão reforçando os pré-conceitos e os dogmas, incorporados estes até mesmo pelos próprios moradores que não querem ser reconhecidos como moradores de favela ou da periferia, por serem estas vistas estas como locais de ilegalidade, de pobreza, de violência, de trafico e de exclusão social.

Caracterizações que tendem a generalizar localidades extremamente diferenciadas no que diz respeito às condições físicas de moradia, a disposição das estruturas físicas e ao tamanho da áreas ocupadas pela população (IPPUR, 1996), tendo a ocupação ilegal da terra como parâmetro que distingue a favela de muitas outras comunidades pobres assemelhadas.

E com a política neoliberal gerando recessão, inflação, desemprego e queda nos níveis salariais que retraem os saldos do FGTS e a poupança, aumentando às inadimplências o Sistema Financeiro de Habitação foi atingido na sua capacidade financeira. O clima de lutas pelas eleições diretas para presidente e pela constituinte e em oposição ao BNH como combate a ditadura, especialmente dos movimentos relacionados à habitação (moradia, sem-tetos, Mutuários) foram denunciadas as incapacidades de pagamentos das prestações e a qualidade e quantidade de moradias construídas, exigindo reestruturação do BNH.

Nesse contexto, no governo de João Figueiredo (1979-1984) foi concretizada a extinção do BNH e passada a regulamentação do crédito habitacional para o Conselho Monetária Nacional, um instrumento de política monetária que dificultou e limitou a produção habitacional.

Quando o presidente José Sarney assume o poder (em 1985) a geração dos recursos do governo federal e algumas outras atribuições dos programas de habitação do BNH (1986) passaram para a Caixa Econômica Federal. E com o "baixo desempenho, o alto nível de inadimplência e a baixa liquidez do Sistema, a questão urbana e em especial a habitacional, sai das prioridades do governo com certo esvaziamento na política nacional de habitação, concretizando, assim, a crise na habitação, mesmo com a intensificação dos movimentos de mutuários organizados nacionalmente e sua expectativa das autoridades resolverem a crise do Sistema, sem a penalização dos mutuários" (Azevedo, 2001, p.11).

Abrindo a fase denominada pós-BNH quando os financiamentos dos programas habitacionais passam a ser financiados por recursos de outras fontes alternativas e outras parcerias com a sociedade organizada, adotando perspectivas mais sociais e práticas mais tradicionais e criativas de envolvimento das populações mais pobres. Quando surgiu o Programa Nacional de Mutirões Habitacionais, operacionalidos pelos estados e pelos municípios, mas com suas ações realizadas de forma fragmentárias.

Com a tendência a descentralização, os programas habitacionais aumentam as iniciativas inovadoras estaduais e municipais, desarticuladas da política nacional e com sistemas específicos de financiamentos. Programas que se diziam comprometidos com o desenvolvimento sustentável, a diversidade de tipologias, com a participação e com as parcerias com a sociedade organizada e voltados para a urbanização de favelas e para a instalação de assentamentos precários, para a construção de moradias novas através de mutirões e de autogestão e para as autoconstruções de habitações em áreas centrais.

Momento denominado como de "banalização" da política possivelmente devido a primazia ao combate à inflação e outros em programas sociais de maior envergadura, dissociando as atividades de saneamento e de desenvolvimento urbano e transformando estas em política distributiva, vinculada ao novo Ministério da Ação Social.

Com a constituição de 1988 tomando a habitação uma atribuição concernente as três esferas de governo (União, Estados e Municípios) e com o crescimento das pressões dos movimentos pela moradia e o aumenta da participação dos municípios na questão da habitação, o poder local passa a ser principal interlocutor das organizações populares e o responsável pelo equacionamento das demandas sociais.

Com o termo aglomerados subnormais adotado desde 1987 e desconsiderando as mudanças de metodologia para acopanhamento do crescimento populacional desses aglomerado, no Censo de 1991, foi usada pelo IBGE como nome técnico para designar locais como favelas, invasões e comunidades com, no mínimo, 51 domicílios carentes em ocupações de locais públicos ou particulares, geralmente com falta ou inadequação de serviços públicos de qualidade, além de, em geral, estarem dispostas densa e desordenadamente. Designação utilizada para explicar a diversidade de assentamentos irregulares existentes no País, conhecidos como invasões, grotas, baixadas, vilas, ressacas, palafitas, entre outros que, em 1991, passa 4,4 milhões de pessoas, e em 2000, para 6,5 milhões, segundo o IBGE.

Nas décadas de 1980 e 1990 o modelo fordista implementado pelo sistema militar e a emergência do modelo de acumulação flexível reflete no desenvolvimento urbano, consolidando o planejamento estratégico mas o sistema Financeiro da Habitação, especificamente em relação à habitação popular, pouco inovou. Mas no governo Collor (1990-1992), com a criação do Fundo Nacional de Moradia, nascido do movimento de habitação e encaminhado pelo Congresso em 1991 por meio de Projeto Lei de Iniciativa Popular, com quase um milhão de assinaturas, foi proposto o Ministério das Cidades, como demonstração da importância da questão urbana e habitacional.

Não tendo função executiva mas de coordenação da política urbana e habitacional do país o Ministério das Cidades deveria planejar e articular a ação urbana para combater as desigualdades sociais, juntando em um único ministério as áreas de habitação, saneamento, transporte urbanos e política de ordenação territorial. Para transformar as cidades em espaços mais humanizados deveria ampliaar o acesso da população à moradia, ao saneamento e ao transporte, através da estruturaçáo e implementaçáo do Sistema Nacional de Habitação e do Plano Nacional de Habitação que estabelecia as regras gerais do financiamento habitacional, com os Estados e os Munipíos criando secretarias de desenvolvimento urbano e habitacional.

No governo de Itamar Franco (1993-1994) com o Plano Real conseguindo controlar a inflação e fortalecer a economia, com modificações no SHF e na CAIXA, para o setor habitacional possibilitou a participação popular através dos Conselhos e da maior transparência nas gestões dos programas e, assim, muitas obras inacabadas pelo governo anterior foram concluídas.

Quando a migração rural-urbana continua em direção as fronteiras agrícolas e as grandes cidades que continuam gerando problema habitacional e crescimento dos assentamentos precários e irregulares em número e em dimensionamento, com adensamento demográfico devido as formações de novas habitações e do aumento da família. Estes foram contabilizados em 1991 em 3.142 e termina o século com 3.905.

Com o aumento do problema da cidade e da habitação popular às críticas destacam as ações do Estado privilegiando interesses das construtoras e da burguesia, com a criação de avenidas, praças, parques e outros benefícios, enquanto as populações mais necessitadas, não tendo condições financeiras de pagar os juros cobrados pelos financiamentos, considerados altos para as pessoas de baixas rendas, não tendo renda formal e nem possibilidades de comprovação de pagamento são excluídas da política.

Rodrigues (1988) destaca a atuação do Estado nas favelas marcadas, ao longo dos anos, por propostas básicas de erradicação das mesmas, de remoção dos moradores e, conseqüentemente, de liberação da área para outros fins, como para valorizar do preço das terras das imediações, considerando que a existência dessas comunidades desvaloriza as terras onde estão situadas e próximas.

Para Martins Júnior (2006, p.70) a população que vive nestas aglomerações, caracteriza-se como "pessoas pobres que não possuem moradia ou que vêm do interior do estado ou de outras áreas sem condição de adquirir casa própria por isso seus domicílios estão em áreas não apropriadas".

E Bueno (2003) destaca a precariedade das favelas pelo risco de alagamento e de deslizamento ou das estruturas viárias ou ferroviárias precárias, por se situarem em aterros de lixo sem acessibilidade e/ou sem infra-estrutura (água, esgoto, lixo, pavimentação, energia, drenagem, iluminação pública) e/ou com baixo nível de habilidade das edificações (devido a falta de salubridade e de segurança e a grande densidade das unidades habitacionais) e/ou baixa qualidade ambiental dos assentamentos. Coloca a falta de infra-estrutura relacionada à informalidade das habitações e a ausência de planejamento do governo para os pobres que termina por náo oferecer serviços, como coleta de lixo, e permitir o acumula de detritos, colocando como um dos maiores problemas das favelas a falta de saneamento básico.

E Cardoso (2003) distingue Loteamentos Irregulares como processos de parcelamento do solo com agente econômico responsável pela subdivisão e pela venda dos lotes, mas a ausência de infra-estrutura como uma de suas características, como o não cumprimento integral da normativa urbanística como prática da irregularidade. E Loteamentos Clandestinos, como dizendo respeito a parcelamentos efetuados sem qualquer iniciativa de licenciamento, ou seja, empreendimentos sem registro oficial pelo poder municipal, logo, clandestinos.

A POLITICA DE HABITAÇÁO E A HABITAÇÁO DE INTERESSE SOCIAL

No governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998-2002), continua a política neoliberal que incentiva as privatizações e reduz os espaços de intervenção dos agentes do setor publico na execução das políticas de urbanização e de habitação, particularmente para áreas precárias, com restrições das concessões de créditos na contrapartida da rolagem das dívidas de Estados, de Municípios e de Distritos Federais. Eliminando, assim, a possibilidade de acesso as operações de financiamento com recursos oriundo do FGTS.

Mas na preparação da 2ª Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (Habitat II), em 1996, gestou-se a Política Nacional de Habitação (PNH) passando a gestão do setor habitacional para a Secretaria de Política Urbana e pensando programas que mudavam o perfil da política habitacional pós-BNH. Voltavam-se ao beneficiário final, as famílias de baixa renda (com Carta de Credito Individual e Associativo), para material de construção, para o auto-empreendimento da casa própria.

Em 2001 o Estatuto das Cidades como desafio de Política Nacional de Habitação e como parte do projeto original do Projeto Pró-Moradia, depois de treze anos de tramitação, aprovação pelo Congresso para regulamentar a Constituição, cria instrumentos urbanísticos para a regulamentação fundiária e para fazer valer a função social da propriedade. Sua estratégia era criar condições para facilitar e baratear o acesso á terra urbanizada, combatendo a especulação fundiária, estabelecendo zonas especiais de interesse social, que preservava das especulações imobiliárias os terrenos adequados a moradia digna.

Nesse ambito foram desenvolvidos programas voltados para as populações de baixa renda que dependiam de verbas orçamentárias ou de recursos advindos do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF): a Carta de Crédito Individual e Associativismo, o Habitar Brasil voltado para os municípios de mais de 50 mil habitantes; e o Morar–Município, destinado aos municípios de menor porte. Estes últimos visando melhorar a qualidade de vida da população, com a participação dos governos estaduais e municipais, através da urbanização de favelas e da produção de lotes urbanos.

No segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) a área da habitação, através do Programa Habitar Brasil, passa a receber financiamento internacional do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com verbas do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Governo Federal, através do Ministério das Cidades, passando a ser denominado Programa Habitar Brasil BID (HBB).

Devido o baixo valor do financiamento e a ausência de assessoria técnica estes programas não possibilitaram condições de habitabilidade e estimularam a produção informal. O Censo de 1991 registrou 2,963 milhões de depreciados, sendo 10,33 (9,36%) vagos. De 1991 a 2000 esse número cresce para 4,580 milhões (10,33%).com parceria da Caixa Econômica Federal Primeiro projeto de iniciativa popular, depois de 13 anos de apresentado no Congresso Nacional, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva sanciona a **lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que d**ispõe Sobre O Sistema Nacional De Habitação De Interesse Social (SNHIS) E cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

Reconhecendo a cidade real o objetivo do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) era implementar políticas e programas de moradia digna para população de baixa renda instituindo o acesso a terra urbanizada e habitação digna.

Os programas e projetos de interesse social integram os seguintes órgãos e entidades: Ministério das Cidades, Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, Caixa Econômica Federal, Conselho das Cidades, Conselhos, Órgãos e Instituições da Administração Pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios relacionados às questões urbanas e habitacionais, alem de entidades privadas que desempenhavam atividades na área habitacional e agentes financeiros autorizados pelo Conselho Monetário Nacional.

O Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) deveria agregar recursos do Orçamento Geral da União, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAZ), além das dotações e dos recursos de empréstimos externos e internos, contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, de entidades e de organismos de cooperação nacionais ou internacionais e receitas de operações realizadas com recursos do FNHIS.
Recursos definidos para aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma da casa própria, locação social e arrendamento de unidades habitacionais, produção de lotes urbanizados para fins habitacionais, regularização fundiária e urbanística de áreas de interesse social ou implantação de saneamento básico, infra-estrutura e equipamentos urbanos complementares aos programas de habitação de interesse social. Deveria financia habitação e saneamento com base nos recursos do FGTS, nos três níveis de governo, adotando a flexibilização, a descentralização e a diversidade, e abandonado a produção de grandes conjuntos habitacionais e a gestão centralizada, direcionando o atendimento as famílias de baixa renda (compra, melhoria, reforma, aquisição de material de construção, recuperação de imóveis) em áreas encortiçadas, para urbanização, equipamentos comunitários e regularização fundiária.
Mas reconhece os centros das cidades como locais urbanizados com servidos de infra-estrutura e equipamentos, localizados nas áreas centrais e consolidadas das grandes cidades, próximos dos empregos, geralmente, onde o déficit habitacional é mais acentuado, porém espaços despovoados, degradados, deteriorados, com domicílios vagos, depreciados, deteriorados e em processo de obsolência e despovoamento e relacionados a violência. Passando estes a serem espaços de intervenções, com varias cidades elaborando estudos de viabilidades em prédios abandonados. Quando foi criando em 1999 o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), com crédito em condições de maior garantia de financiamento para aquisição de imóvel pela CEF, para reabilitação de edifícios, de sobrados e de casarões para uso residencial, através da reabilitação de antigos edifícios (recuperação ou reforma), acesso inicial através do arrendamento (dez ou cinco anos) podendo se transforma em financiamento convencional.
O PAR tinha como objetivo promover a moradia nos centros urbanos, preferencialmente localizada nos vazios urbanos e dotada de infra-estrutura (BONATES, 2009) e em torno da preservação do patrimônio edificado e da reabilitação das áreas centrais, tendo a habitação como centralidade. Programa sem grandes resultados em termos quantitativos devido a questão fundiária e os interesse do setor privado (Apoio a Produção) que se voltaram para a construção de novos conjuntos habitacionais na forma de unidades uni ou multifamiliares, condomínios fechados ou loteamentos, dentre outros programas voltados para a construção de conjuntos habitacionais dentre outras atribuições, como: Programa de Subsidio à Habitação (PSH); Morar Melhor; Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade Habitacional (PBQP-H) (CAIXA, 2003).
No setor social, surge no âmbito do Instituto Cidadania o Pró-Moradia (1999-2000), incorporando a idéia do Fundo Nacional de Moradia e propondo a destinação dos recursos orçamentários de todos os níveis de governo para formar um fundo de recursos da União advindos da rolagem da dívida dos Estados e Municípios. O projeto Moradia se deteve com maior profundidade na questão urbana apontando novos instrumentos de regulação partindo da premissa de que a moradia não podia desvinculada de sua inserção urbana, o direito a cidade, envolvendo o acesso a infra-estrutura e aos serviços urbanos.
Programas que expressam uma renovação no tratamento da questão habitacional, mas não interferiram no combate ao déficit habitacional, particularmente, nos segmentos de baixa renda gerando efeitos perversos do ponto de vista social, econômico e urbano. A articulação de Planos Habitacional em níveis federal, estadual e municipal, articulados aos Planos Diretores foi uma forma de racionalizar os recursos e adequar a realidade local, particularmente com novas abordagens técnicas que evitassem o desperdício e a ineficiência.
Barbieri (2006) coloca que os programas habitacionais para família de baixa que privilegiavam a urbanização de favelas e a erradicação de suas características com a permanência da população na área, possibilitaram a formação de uma infra-estrutura para melhorar das condições de circulação, como a abertura de vias mais amplas, a legalidade das terras possibilitaram mudanças alguns apenas na aparência
Moyses (1988) reconhece a favela como ocupações de propriedades de terra ilegítimas, isto é, de indivíduos que ocupam áreas juridicamente irregulares, mas reconhece mudanças em suas características, particularmente quando os barracos edificados com madeiras ou sucatas, paulatinamente, são substituídos pelos barracos de "maderit"/"alvenaria" e quando as formas de ocupação estão saindo da ilegalidade para a legalidade e os

caminhos de traçado irregular estão se transformando em vielas, permitindo o acesso de veículos, através da urbanização e das melhorias, como a introdução de alguns serviços básicos como: luz, água, calçamento.
O Censo de 2000 aponta 6,6 milhões, sendo 5,4 nas áreas urbanas e 1,2 nas áreas rurais, concentrando esta nas regiões que agregam maioria da população urbana, como no sudeste (41%) e no Nordeste (32%), concentrando 83,2% do *déficit* habitacional nas famílias com renda mensal até três salários mínimos (US$ 260) 5,4 milhões. Das moradias do país 10,2 tinham problemas de infra-estrutura, 28%, de coleta de esgotos domiciliar.
Problema chamado déficit qualitativo que para Bonduki (1997) é formado por moradias que apresentam deficiências no acesso a infraestrutura ou adensamento excessivo, famílias que não necessitam da moradia, mas de condições dignas para sua habitação. O que mostra que o problema habitacional requer ações articuladas com as políticas urbanas, fundiária e de saneamento.
O governo Lula (2003-2006) continua a política neoliberal, com altas taxas de juros e restrições as fontes fiscais limitando as implementação de fundos de subsídio para o á população de baixa renda, mas em 1º de Janeiro de 2003 com a criação do Ministério das Cidades, como órgão coordenador, gestor e formulador da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, englobando as áreas de habitação, saneamento, transporte urbano e planejamento territorial, alavanca mudanças com apoio aos instrumentos do Estatuto das Cidades.
A 1ª e 2ª Conferência Nacional das Cidades traçaram as diretrizes da política nacional de desenvolvimento urbano, envolvendo todas as áreas dos ministérios e um conjunto de instituições públicas e privadas relacionadas à questão urbana que constituiriam o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). E a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e as políticas setoriais de habitação, planejamento urbano, saneamento ambiental e de transporte e mobilidade urbana, visam conferir coerência às políticas públicas.
O Projeto Moradia, com dotação orçamentária reduzida vai ser atenuado com os programas emergenciais, como o Programa Espacial de Habitação Social (PEHP), o Programa de Subsídios Habitacionais (PSH) articulando recursos destinados a programa de habitação nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal). Com a aprovação do Conselho das Cidades do Sistema Nacional de Habitação, com dois subsistemas: o de habitação de mercado e o de habitação de interesse social ampliaram os recursos do SBPE e SFI para empreendimentos habitacionais e para o FGTS. E criado um programa para associações e movimentos, com fundo desativado, mas limitado do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Crédito Solidário, para produzir habitação através de mutirões e autogestão.
Em função da alta inadimplência, em 2004, para ampliar a construção e comercialização da moradia de mercado a lei 10.391, de iniciativa do Ministério das Cidades, do Ministério da Fazenda e de empresários ligados ao financiamento e foi aprovada a resolução n.3259 pelo Conselho Monetário Nacional tornando desvantajosa para os bancos, a retenção de recursos da poupança privada no Banco Central, para investir em atividade produtiva, obrigatoriamente fazendo o mercado imobiliário crescer continuamente.
Em 2005 como respostas às reivindições dos movimentos pela moradia, do setor empresarial da construção civil e da sociedade civil para desonerar a construção e estimular o crédito imobiliário o financiamento habitacional ampliou os recursos e os subsídios para a população de baixa renda, mais de R$ 10 bi para financiamento habitacional. O maior orçamento desde início dos anos 80, oriundo de várias fontes (OGU, FAT, FAR, FDS, Tesouro Nacional), mas em especial do FGTS.
Com a regulamentação da Lei nº 11.124/2005 sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) institui o Conselho Gestor do FNHIS, ao agrega recursos do OGU, de Estados e de municípios para moradias para os que estão engrossando e ampliando as favelas e os loteamentos clandestinos em todo o Brasil e para à política fundiária por meio da aplicação da função social da propriedade e o combate à violência nas áreas onde o Estado perdeu o controle.
Em 2007 com a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) para investimento em diferentes áreas (energia, rodovias, postas, saneamento, habitação) foram privilegiadas obras de infra-estrutura, de habitação e de saneamento. E em 2008, com a crise econômica Internacional gerando incertezas e paralisia no setor imobiliário, com as quedas no valor das ações dessas empresas na bolsa de valores, o governo investe no setor habitacional para dinamizar a construção civil e evitar o aumento do desemprego e equacionar o problema habitacional. E considerando a diversidade da questão habitacional, as categorias de municípios e as especificidades regionais, o governo cria o Plano Nacional de Habitação (PlanHab 2007-2008) para

planejar as ações públicas e privadas, em médio e longo prazo, que articula quatro eixos de financiamento e de subsídio, arranjos institucionais, cadeia produtiva da construção civil e estratégias urbano-fundiária, tendo como horizonte 2023, articulados aos PPAs e prevendo monitoramentos e avaliações a cada quatro anos(211, 2015, 2019).

O PlaHab para atender um número maior de famílias abrindo alternativas habitacionais a custo unitário mais reduzido (lotes urbanizados e/ou material de construção com assistência técnica) cria uma política de subsídios baseado na capacidade financeira dos atendidos, de forma a beneficiar os mais pobres com capacidade de pagar e para os com riscos cria um Fundo Garantidor. Para a população com renda intermediária (com renda inferior a 3 salários mínimos ou R$ 1.395 com subsídios quase total e de 3 a 6 salário mínimos ou R$ 1.395 a 2.790 em 2009 com subsídios complementar) com subsídios localização, valor adicional aos empreendimentos habitacionais localizados em áreas centrais e consolidadas.

Em 2009 em reação a crise internacional, como uma política de grande escala para criar emprego e investir na construção de um milhão de moradia nas cidades acima de cem mil habitantes, o governo lança em abril o Pacote habitacional Minha Casa Minha Vida, para ampliar o atendimento as famílias de baixa renda e gerar mercado para o setor privado com riscos reduzidos.

Os beneficiários serão as famílias de 0 a 10 salários mínimos de rendimentos familiar (até 3 com subsídios integrais com isenção do seguro, de 3 a 6 com subsídios parcial e com redução dos custos de seguro e acesso aos fundos assegurados e de 6 a 10 com estímulo a compra com redução dos custosdo seguro e acesso ao Fundo Garantidor), com recursos oriundos do Orçamento Geral da União e do FGTS. O Pacote como política anticiclica tem objetivo social desconsiderando avanços institucionais na área de desenvolvimento urbano e a interlocução com a sociedade civil.

Na gestão Luiz Inácio Lula da Silva vários programas foram criados destacando a cidade e abrindo espaço para a população de menor renda e situadas em aglomerado ilegais, mas sem maiores preocupações com a qualidade das habitações (localização dos impreendimentos em áreas carentes sem emprego, infra-extratora e equipamentos) correndo risco de elevar o preço da terra e o impacto ambiental. Políticas e programas que não apresentaram maiores desempenho no deficit e que os maiores beneficiados continua a população com maior poder aquisitivo, que garantem os maiores retornos dos investimentos aplicados.

Segundo levantamento da Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional está próximo de 7 milhões de novas unidades habitacionais, com mais de 90% atingindo famílias com renda mensal abaixo de 5 salários mínimos. E segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do censo 2011, 11.425.644 de pessoas, o equivalente a 6% da população do Brasil habitam em aglomerados subnormais.

Com um contingente de um pouco mais de 3,224 milhões de domicílios, a maioria, 49,8%, na região Sudeste, com destaque para os Estados de São Paulo, com 23,2% dos domicílios, e Rio de Janeiro, com 19,1%. Em toda a região, são mais de 5,580 milhões vivendo nos aglomerados precarizados. Em população, o território paulista apresenta um total de pouco mais de 2,715 milhões de moradores em áreas carentes, diante de aproximadamente 2 milhões no Estado do Rio. Em Minas Gerais, são 598.731 moradores nessas condições; no Espírito Santo, 243.327. De acordo com o censo a maioria esmagadora de seus domicílios está concentrada em um grupo de 20 regiões metropolitanas (RMs) -são 88,6%, ao todo, sobretudo na RM de São Paulo (596.479 pessoas), na do Rio (520.260), de Belém (291.771), Salvador (290.488) e Recife (249.432). A explicação possível para a presença maciça desses agrupamentos nas regiões metropolitanas com mais de um milhão de habitantes é a concentração demográfica e a maior oferta de emprego no município-núcleo, não necessariamente, mas na maior parte das vezes, uma capital.

CONCLUSÃO

Dados históricos mostram que desde colonização o Brasil encontra dificuldades com o planejamento urbano e o déficit de moradias, problemas resultantes de um modelo de desenvolvimento voltado para o lucro, em detrimento do social e do ecológico e que vêm aumentando correlacionadas as desigualdades sociais.

Com o processo de urbanização dos grandes centros do país se dando num ritmo muito acelerado e desorganizado, ocasionou uma grande concentração de pessoas em algumas localizações menos privilegiadas que resultaram

na formação das periferias e das favelas, dentre outros agrupamentos. E constata-se que esse crescimento vem se multiplicando nos últimos anos e fazendo com que as desigualdades entre as famílias brasileiras fiquem mais evidente, particularmente com a formação dos agrupamentos irregulares e precarizados.

Mesmo reconhecendo o avanço das políticas, programas e projetos voltados para a questão urbana e habitacional, considerando mais especificamente as populações pobres e buscando alternativas para o enfrentamento das questões urbanas e mais espacialmente da moradia popular, retratadas na diversidade de nomectaturas que tentam expressar essa realidade, os avanços são limitados. Podemos perceber a rápida urbanização das últimas décadas do século XX, aliada a um processo de "industrialização tardia" incorporou uma pequena parcela dos trabalhadores urbanos e acarretou problemas urbanos complexos e de difícil enfrentamento por parte do poder público.

E as políticas e programas vêm interferindo pouco no problema da cidade e mais particularmente da habitação, por isso exige melhor compreensão das diversidades desses agrupamentos e das intervenções relacionadas. O que comprova que as intervenções, em sua maioria, vêm beneficiando sobremaneira as populações de renda mais alta enquanto as destinadas a população de baixa renda estão relativamente limitadas e obtiveram poucos resultados, em termos quantitativos e qualitativos.

E as moradias precárias, em localidades inadequadas e com baixa aderência aos serviços públicos continuam promovendo a segregação dos trabalhadores, a precariedade da vida urbana, particularmente, devido às grandes dificuldades encontradas por esse segmento para se manter ativa no sistema de produção capitalista. Tal situação deixa claro que as políticas públicas são, na maioria das vezes, ineficientes para o tamanho dos problemas urbanos, em especial quando relacionados às populações de renda mais baixa, sejam elas concentradas nos cortiços, nas palafitas, nas favelas ou mesmo na periferia..

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONDUKI, G. N**.** *Política Habitacional e Inclusão Social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula***.** (2014) Revista Chão Urbano, Disponível em http://www.chaourbano.com.br/visualizarArtigo.php?id=78, (consultado em 20 - 12 - 2014.

_____. *Origens da Habitação Social no Brasil***.** 3ºEd. , **(**1994) Analises Social, vol. XXIX (127), pp 711-732.

BONATES, M. Fialho. Ideologia da casa própria: sem casa própria (2009). João Pessoa. Editora universitária, Universidade Federal da Paraiba.

_____ Politica de Habitação nas Áreas Centr**ais**: retórica *versus* prática (2009). Cardernos metrópolis 21, 1º de sem, pp 105-129.

BUENO, L. M. de M. *Parâmetros e tipologia (*2003**).** Texto apresentação no seminário Subsídios para a elaboração da Política Nacional de Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários. Brasília, outubro.

CARDOSO, A. L. Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceit**os (**2003). Texto apresentado no seminário Subsídios para a elaboração da Política Nacional de Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários. Brasília, outubro.

ENGELS, F**.** A questão da habitação. (1979) tradução da edição francesa *La Question du Logment* pela equipe da Aldeia Global), Aldeia Global Editora.

JACQUES, P. B. *Estética* da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. 2. Ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/RIOARTE, 2001. FAVARETTO, C. F. A invenção de Hélio Oiticica.

SOUZA, L, G. *Economia Política e Sociedade.* Favelas: bolsões de miséria (2006). Disponível em: HTTP://www.eumed.net/libros/2006/igs-eps/4a.htm (consultado em: 09-08-2009).

RAMIRES, J. C. L. e SANTOS, M. A. F. Exclusão social em Uberlândia: algumas reflexões a partir do bairro Dom Almir e seu entorno. In: *Caminhos de Geografia***.** (2000) Revista on line, 2(4). Uberlândia, IG-UFU, junho/2000.

RODRIGUES, A. M. *Moradia nas cidades Brasileiras: favelas***.** (1988), São Paulo: Editora Contexto, pp. 37-41.

SAULE JÚNIOR, N. *A Proteção Jurídica da Moradia nos Assentamentos Irregulares*. (2004). Sergio Antonio Fabris Editor.

SANTOS, M. *Manual de Geografia urbana*. (1981). São Paulo: Hucitec.

(Endnotes)

1 Francisco Pereira Passos, foi engenheiro brasileiro e prefeito da cidade do Rio de Janeiro entre 1902 e 1906, nomeado pelo presidente Rodrigues Alves.

Arquétipos sociais sobre alterações climáticas na blogosfera de três continentes

Rui Velasco[1]

Resumo: O presente estudo pretende efectuar uma reflexão sobre a forma como a blogosfera exprime diferentes arquétipos sociais sobre alterações climáticas, em função da sua distinta origem geográfica. A pergunta que enquadrou a execução do ensaio foi: De que forma é possível identificar na blogosfera a variação geográfica da sensibilidade das populações relativamente à temática das Alterações Climáticas?
Como metodologia aplicou-se uma matriz de análise a uma amostra da blogosfera europeia, sul-americana e africana, e através da análise dos resultados quantitativos alcançados procedeu-se à identificação das dinâmicas comuns e dos eixos de fractura.
Os resultados apontam para que os diferentes arquétipos sobre Alterações Climáticas apresentem um elevado grau de universalidade, sendo os contrastes encontrados explicáveis, por uma combinação de diferentes níveis de acesso a recursos económicos e por factores ambientais intrínsecos de cada região.

Palavras-chave: alterações climáticas, blogosfera, arquétipos sociais, geografia humana.

Tópico 1
A importância da análise sociológica da blogosfera no contexto das Alterações Climáticas

Apesar da natureza global das Alterações Climáticas, a percepção sobre as suas implicações sociais e sobre os possíveis caminhos de resposta a este fenómeno não é geograficamente uniforme. Em diferentes partes do mundo, o tema das Alterações Climáticas é abordado com enfoques diferenciados por parte da academia, dos meios de comunicação social, dos governos e de outros agentes com influência na formação da opinião pública. Paralelamente, a forma como as populações têm contacto directo com as diferentes facetas dos desafios colocados pelas alterações climáticas, seja pela necessidade de repensarem o seu modelo de consumo energético ou de cessarem o processo de desflorestação, é igualmente variável com a geografia. Deste modo, o processo de construção de um conteúdo inconsciente colectivo sobre o fenómeno das Alterações Climáticas é um fenómeno intrínseco de cada população - e até de cada indivíduo -, levando à formação de diferentes arquétipos sobre as alterações climáticas. Esta diferenciação reveste-se de maior importância se nos recordarmos que, em diversas ocasiões, o confronto destes arquétipos tem obstaculizado a construção de patamares comuns de entendimento, a nível internacional, impedindo que os processos diplomáticos que sustentam o combate global às alterações climáticas câncer com a urgência desejada.

A blogosfera, como espaço de divulgação de ideias e debate, tem constituído um dos palcos centrais para a construção dos novos arquétipos sociais desde o início do presente século. De facto, a evolução da Internet no sentido da crescente participação dos seus utilizadores na criação de conteúdos - etapa de evolução tecnológica que, de acordo com a definição de O'Reilly (2005), se convencionou designar de Web 2.0 -, tem vindo a reformular os padrões de comunicação, no espaço digital, numa perspectiva de desenvolvimento de uma estrutura de comunicação pluridireccional. São exemplos desta evolução os múltiplos serviços *online* que, ao invés de fornecerem conteúdos, disponibilizam plataformas nas quais os utilizadores produzem e divulgam os seus

---

1 Geógrafo, Mestre em Geografia e Planeamento Regional e doutorando do programa *Alterações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável*, da Universidade de Lisboa e da Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Os seus principais interesses de investigação incluem a adaptação das sociedades humanas a novas realidades como as descobertas tecnológicas, as alterações climáticas e a exploração dos oceanos. Ao longo da carreira tem participado na execução de relatórios de apoio à tomada de decisão política e de consultoria, bem como no desenvolvimento de projectos de cartografia e Sistemas de Informação Geográfica (SIG). rvelasco@sapo.pt

próprios conteúdos - como é o caso das redes sociais, das *wikis*, dos serviços de partilha de vídeos ou imagens e dos serviços de alojamento de blogues.
Neste contexto, como salientam Breu e Hemingway (cit. por McLoughlin e Lee, 2008) o "*conhecimento não é mais controlado e estável, mas aberto à interpretação, modificação e recriação por qualquer pessoa, em qualquer lugar*". Como parte integrante deste universo digital, a blogosfera, pela sua estrutura de comunicação que, simultaneamente, se aproxima da imprensa escrita tradicional, mas que permite um acesso universal à publicação de opiniões, tem constituído um espaço privilegiado para esta dessacralização do conhecimento.
Sob esta perspectiva e assumindo que o alerta deixado por Schmidt (2008) para os *media* tradicionais, ao sublinhar a importância do seu papel como "*intérpretes da realidade, modelando os problemas que abordam e actuando directamente na própria percepção pública dos assuntos científicos*", é directamente aplicável ao universo da blogosfera, deparamo-nos com a importância de compreender a forma como na blogosfera é percepcionado o fenómeno das Alterações Climáticas.
Espelho das sensibilidades locais e, simultaneamente, ponte para a divulgação global das mesmas, a informação contida na blogosfera surge assim como um importante recurso, cuja leitura analítica pode proporcionar uma melhor compreensão dos arquétipos sobre Alterações Climáticas, nos diversos pontos do globo.
No presente trabalho, efectua-se, assim, a leitura analítica de amostras da blogosfera do continente europeu, sul-americano e africano, com o objectivo de evidenciar a variação geográfica dos arquétipos sobre Alterações Climáticas e as respectivas dinâmicas comuns e eixos de fractura.

Tópico 2:
Metodologia de recolha e caracterização da amostra da blogosfera
Num momento prévio à selecção da amostra foi decidido que, com o objectivo de permitir a utilização de termos de pesquisa idênticos na análise dos blogues de diferentes regiões do globo, os blogues a seleccionar deveriam, sempre que possível, encontrar-se redigidos em língua portuguesa. Esta opção foi cumprida na totalidade no que se refere a blogues europeus e sul-americanos, mas, no caso africano, devido ao menor número de blogues em língua portuguesa encontrados, foi necessário complementar a amostra inicialmente recolhida com um conjunto de blogues em língua inglesa.
Para efectuar a selecção da amostra analisada neste trabalho, foi utilizada uma metodologia de selecção, que pretende representar a diversidade de vias através das quais um utilizador da Internet poderia ser levado a aceder aos blogues em questão e que é detalhadamente explicitada no Quadro 1.

Processos utilizados para constituição da amostra (Quadro 1)
• Pesquisa no motor de busca Google, com a expressão "*alterações climáticas*", utilizando o operador "*inurl:*" para limitar os resultados a blogues alojados nos domínios .pt, .br e .com dos serviços blogspot e wordpress. • Pesquisa no motor de busca Google, com as expressões: "*blogs Angola alterações climáticas*" e "*blogs Moçambique alterações climáticas*" e "*african blogs climate change*". • Selecção aleatória de blogues da categoria ambiente constantes das listagens "*Blogs do Ano 2012 - aventar.eu*" (Portugal), "*Top Blog 2012*" (Brasil) e "*Blogs que falam de Angola*" (Angola). • Referências fornecidas por alunos de nacionalidade angolana, brasileira, cabo-verdiana e guineense do Programa Doutoral de Alterações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Lisboa e Universidade Nova de Lisboa.
Fonte: Autor do Ensaio

Através do supra referido processo de selecção foi constituída uma amostra de 88 blogues, distribuídos de acordo com a seguinte repartição geográfica: 31 blogues europeus (na totalidade portugueses), 34 blogues sul-americanos (na totalidade brasileiros) e 23 blogues de um conjunto de países africanos, cuja repartição de origens se encontra indicada no Quadro 2.

Repartição geográfica da origem dos blogues da amostra (Quadro 2)						
Portugal	**31**		*África do Sul*	7	*Guiné-Bissau*	1
Brasil	**34**		*Angola*	5	*São Tomé e Príncipe*	1
Países africanos	**23**		*Moçambique*	5	*Cabo Verde*	1
Total	88		*Quénia*	2	*Botswana*	1
Fonte: autor do ensaio						

Para procurar compreender a variação histórica da dinâmica dos blogues que abordam o tema das alterações climáticas, foram recolhidas as datas de início e fim de actividade[2] para os blogues que integram a amostra[3]. A observação do gráfico (Fig.1) que representa estes dados demonstra que esta dinâmica tem apresentado uma elevada variabilidade ao longo do tempo, tendo sido possível identificar coincidências temporais entre esta variabilidade e a ocorrência de eventos relacionados com alterações climáticas que alcançaram particular mediatismo. Verifica-se assim que os momentos em que a criação de novos blogues foi mais elevada corresponderam ao quarto trimestre de 2008 e ao terceiro trimestre de 2009, coincidindo, no primeiro caso, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas de 2008, em Poznan, durante a qual foram realizados os trabalhos de preparação para a negociação de um acordo pós-Quioto, e, no segundo caso, com o período que antecedeu a Cimeira de Copenhaga, durante a qual se esperava que tal cordão viesse a ser concretizado. Após estes dois momentos, o período de maior dinamismo verifica-se durante o final do ano de 2011 e no primeiro semestre de 2012, coincidindo com a aproximação da data inicialmente prevista para o fim do Protocolo de Quioto, período durante o qual o tema das Alterações Climáticas voltou a merecer uma atenção mediática acrescida.

Evolução cronológica do Início e Fim de actividade dos blogues da amostra e longevidade dos mesmos (Fig. 1)

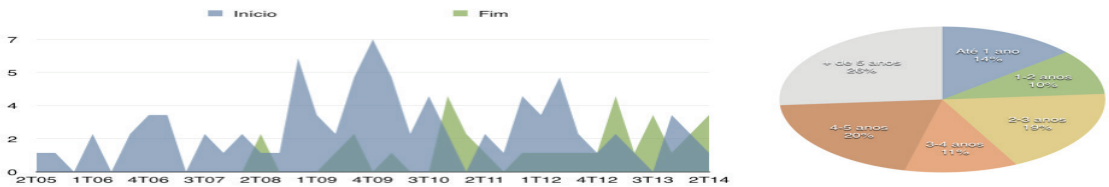

Fonte: autor do ensaio

Releva-se, igualmente, o facto de, cerca de um ano após os períodos de maior intensidade de criação de novos blogues, se registarem picos de fim da actividade, sendo possível que este fenómeno indicie um esvaziamento do entusiasmo dos autores dos blogues com o tema, em ambos os momentos, após o fracasso das negociações diplomáticas para a estruturação de um acordo pós-Quioto.

2 Correspondendo, respectivamente, às datas do primeiro e último *post* do blogue.

3 O gráfico representa os dados unicamente até ao final do segundo trimestre de 2014, uma vez que foi considerado que os blogues com entradas mais recentes se encontram ainda em actividade.

Tópico 3:
Análise da actividade da blogosfera
Para efectuar a análise da actividade dos blogues da amostra foram recolhidos, quando possível, dados referentes ao respectivo número de posts e ao número de visitas (Quadro 3). Ressalva-se no entanto que os dados referentes a esta última variável devem ser interpretados com cautela, uma vez que os critérios de contabilização do número de visitas são variáveis entre blogues, tendo-se optado pela sua inclusão no presente ensaio unicamente pelo seu valor para uma percepção a larga escala das variações geográficas a este nível.

Níveis de actividade dos blogues da amostra (Quadro 3)			
Número de *posts*			
	Produção reduzida (1 a 99)	**Produção mediana (100 a 999)**	**Produção elevada (>1000)**
Portugal	26%	57%	17%
Brasil	32%	36%	32%
Países africanos	57%	21%	21%
Número de visitas			
	Tráfego reduzido (1 a 99.999)	**Tráfego mediano (100.000 a 999.999)**	**Tráfego elevado (>1.000.000)**
Portugal	50%	40%	10%
Brasil	40%	33%	27%
Países africanos	50%	0%	50%
Fonte: autor do ensaio			

Deste modo é possível constatar que os blogues brasileiros foram aqueles que revelaram maior equilíbrio entre os três níveis considerados para o número de *posts*, enquanto entre os blogues portugueses predomina a produção mediana e entre os blogues africanos a produção reduzida. Uma variável que poderá contribuir para explicar o aparente maior nível de actividade dos blogues brasileiros será a maior presença de publicidade paga nos blogues, hipótese que não pode ser definitivamente confirmada, por não ter sido contemplada no levantamento da presente amostra, mas que é consentânea com o facto de o Brasil ter quantitativos de população *online* muito superiores aos das duas outras regiões analisadas - que indiciam uma maior dimensão do mercado publicitário digital.
Por sua vez no que se refere aos valores de tráfego observou-se que a percentagem de blogues brasileiros com tráfego elevado é maior do que a de blogues portugueses e que no caso africano - no qual apenas foi possível contabilizar o tráfego em apenas quatro situações - não foram contabilizados blogues com tráfego mediano. Parece relevante destacar que, o facto de a percentagem de blogues brasileiros com tráfego elevado ser mais alta do que a dos blogues portugueses, vem reforçar a hipótese, anteriormente apresentada, de que os blogues brasileiros da amostra poderão estar a ter acesso a remunerações publicitárias que incentivem maiores níveis de produção.

Tópico 4:
Análise dos enfoques de abordagem às alterações climáticas
No que se refere à tipologia os blogues foram classificados de acordo com a sua função dominante numa estrutura que distingue blogues:

- Científicos (C), quando a linguagem utilizada reflecte uma particular preocupação em termos de exactidão científica ou quando se encontram associados à promoção de encontros científicos;
- Repercutores (R), quando se limitam a repercutir informação veiculada, em primeira mão, por outras fontes;

- Educativos (E), quando desenvolvidos em meio escolar/académico e têm como principal preocupação a promoção da educação ambiental;
- De Opinião/Projecto (O/P), quando o seu objectivo principal é a divulgação da opinião ou de um projecto elaborado pelo autor;
- De Intervenção Social (IS), quando o seu principal objectivo passa pelo encorajamento à mudança social; ou
- De Teorias da Conspiração (I), quando os pontos de vista expressos não tem qualquer ligação à realidade e privilegiam uma abordagem com contornos paranóicos.

A aplicação desta taxonomia tipológica à amostra analisada (Quadro 4) permite extrair, como primeira observação, que no universo da blogosfera com referências ao tema das alterações climáticas se verifica um predomínio dos blogues de opinião/projecto, repercutores e educativos, correspondendo estas três tipologias a 81,8% da amostra.

A introdução da variável geográfica nesta análise permite ainda constatar que este panorama tem contornos similares para as três regiões observadas, pese embora na Europa o equilíbrio entre os blogues de opinião/projecto e educativos e repercutores seja maior, enquanto, em sentido contrário, os blogues africanos são os que apresentam maior desequilíbrio entre as três tipologias, sendo de assinalar, neste último caso, a inexistência de blogues com conteúdo educativo, situação provavelmente decorrente do menor acesso à Internet nas escolas e por parte da população em idade escolar.

Neste âmbito, é importante destacar que a menor presença, no espaço digital, de blogues educativos que transmitam a visão local africana sobre as alterações climáticas, é indutora de problemas a dois níveis. Em primeiro lugar, potencia um maior distanciamento dos alunos africanos que procurem informação sobre este tema na Internet, relativamente ao seus problemas locais. Em segundo lugar, limita estes alunos a um consumo passivo do conhecimento que lhes é transmitido, eliminando o seu papel como produtores de conhecimento. Deste modo, a necessidade de colmatar esta vacuidade de blogues africanos com uma função educativa e que abordem o tema das alterações climáticas, poderá constituir um importante objectivo para permitir aos estudantes africanos um melhor enquadramento para a compreensão da questão das alterações climáticas na óptica dos problemas intrínsecos das populações africanas. Uma possível intervenção, já anteriormente defendida por Hoff (2004), poderia passar pela incorporação dos conhecimentos necessários à criação de blogues no leque de estratégias utilizadas na formação de docentes.

Repartição geográfica da tipologia dos blogues da amostra (Quadro 4)						
	C	**R**	**E**	**O/P**	**IS**	**TC**
Europa	2	8	8	9	4	0
América do Sul	1	7	6	15	3	2
África	2	3	0	16	2	0
Total	*5*	*18*	*14*	*40*	*9*	*2*
Fonte: autor do ensaio						

Uma segunda observação, complementar à primeira, diz respeito aos reduzidos níveis de blogues com apelos à mudança social e de blogues que procurem promover o debate científico em torno do temas das alterações climáticas.

No que se refere ao escasso número de blogues científicos, admite-se que esta situação possa decorrer do facto de a comunidade académica estar primordialmente orientada para publicar e debater as suas ideias em formatos e *fora* próprios (designadamente em revistas científicas), nos quais a sua participação lhe permite alcançar o reconhecimento dos seus pares. Desta forma, caso se pretenda promover um maior nível de envolvimento da comunidade académica, de forma a introduzir uma maior cientificidade no debate sobre alterações climáticas na blogosfera, poderá ser necessária a criação de blogues com maior reputação científica, nos quais seja possível a divulgação e o debate do pensamento académico sobre a temática das alterações climáticas.

Já no que se refere à questão da utilização da blogosfera para promoção de mudanças de comportamentos sociais, verificou-se que os reduzidos níveis de activismo social são similares para as três regiões observadas, sugerindo que a explicação para este fenómeno poderá residir primordialmente numa variável que seja comum às três regiões. O facto de os dois blogues africanos de intervenção social (gofossilfuelfreesouthafrica.wordpress.com e agentsofchangeproject.blogspot.com) serem produzidos na África do Sul - que contribui com apenas sete blogues para o total da amostra - sugere uma maior representatividade deste tipo de blogues no universo anglo-saxónico. No entanto, a reduzida dimensão da amostra de blogues em língua inglesa, resultante do facto de esta não ter sido concebida para identificar este tipo de fragmentação cultural dentro do mesmo continente, não permite validar esta hipótese, que terá assim que vir a ser comprovada ou refutada em futuros estudos.
Para uma melhor compreensão da dinâmica de intervenção social relativamente ao tema das Alterações Climáticas, afigura-se relevante apresentar um exemplo da metodologia de actuação de um blogue de intervenção social, tendo-se observado, para este propósito, o trabalho desenvolvido pela equipa responsável pelo blogue *Agents of Change Project* (AOC). Assim, para sensibilizar as populações para a importância do tema das Alterações Climáticas, a equipa do AOC recorre ao método participativo de escultura social[4], estruturando a sua acção em três etapas:

- Um primeiro momento de discussão sobre a temática das alterações climáticas com a população alvo da intervenção;
- Um segundo momento que envolve a colocação dos participantes - "os agentes da mudança" -, equipados com coletes salva-vidas, uma estaca colorida com três metros[5] e um diário (ver Fig. 2), junto ao mar, num local público; e
- Um terceiro momento que consiste na construção de uma rede de contacto, entre os participante, que permite aos "agentes da mudança" debater a sua experiência de participação no projecto e discutir futuras acções.

Nesta última etapa o recurso ao blogue assume uma importância fulcral a dois níveis: como instrumento de divulgação das acções efectuadas e como ponto de contacto para os "agentes da mudança" de forma a permitir prolongar no tempo o seu compromisso com o projecto.

Intervenção do grupo *Agents of Change Project* em Seaforth Beach (África do Sul), em 12OUT14 (Fig. 2)

Fonte:agentsofchangeproject.blogspot.com

4 O termo "escultura social" foi introduzido pelo artista alemão Joseph Beuys e consiste na criação de uma obra de arte que requer participação pública para a sua execução.

5 Que, simbolicamente, representa a potencial Subida do nível médio do mar até ao ano de 2107 - cem anos após o arranque do projecto AOC.

A última tipologia utilizada para classificar a amostra quanto à sua função diz respeito aos blogues de teorias da conspiração. Neste âmbito, os dois casos identificados (olharparaofim.blogspot.com.br e caminhoalternativo.wordpress.com) correspondem a blogues que abordam o fenómeno das alterações climáticas prosseguindo uma perspectiva paranóica (ver Quadro 5-A). Este fenómeno reveste-se de particular interesse pelo potencial de desinformação e alarme público que introduz em torno da questão das alterações climáticas, contribuindo para a redução da eficácia das acções de esclarecimento, com bases científicas, junto das populações. Como tal, apesar do reduzido número de blogues desta tipologia encontrados, importa aprofundar o seu estudo especificando as características observadas.
Desta forma, cumpre salientar que, em ambos os casos, a perspectiva de abordagem à questão das alterações climáticas se centra sobretudo em torno da ocorrência de eventos climáticos extremos, não sendo abordadas nem as intervenções políticas relativas a este tema, nem outros fenómenos associados alterações climáticas, como por exemplo, a perda de biodiversidade. Ambos os blogues apresentam situações sem qualquer contacto com a realidade, relacionando fenómenos sem qualquer fundamento científico (ver Quadro 5-B).

(Quadro 5)

Exemplos da abordagem dos blogues de teorias da conspiração ao tema das alterações climáticas
(5A) *"Ver esses cientistas empenhados na detecção de anomalias no campo magnético terrestre e não dizer nada para a população mundial é ridículo. Em vários artigos vêm sendo mostrado que as alterações climáticas no planeta nada têm a ver com a farsa do "aquecimento global", portanto, algo muito maior está ocorrendo e ninguém divulga nada."*
(5B) *"As consequências das alterações climáticas graves têm tido origem no agravamento de pluviosidade excessiva derivada da geo-engenharia climática com o auxílio de Chemtrails, ou de pulverizações por aerossol com químicos na atmosfera feita por aviões específicos para esse efeito."*
Fonte: olharparaofim.blogspot.com.br e caminhoalternativo.wordpress.com

Acresce ainda destacar que, tendo como referência as estatísticas disponibilizadas pelo próprios blogues, o seu número de visitantes é muito elevado, situando-se acima de 1 milhão de visitas. Apesar da incerteza em torno do verdadeiro alcance mediático deste tipo de blogues, admitindo que nem todos os seus visitantes acreditem no surrealismo das situações relatadas, os dados levantados são suficientes para se considerar que existe um risco real de que este tipo de blogues represente um risco para a comunicação de dados sobre Alterações Climáticas com fundamento científico.

Uma outra questão pertinente para perceber as diferentes perspectivas sobre as alterações climáticas nas blogosferas das três regiões analisadas é a análise da escala de abordagem adoptada pelos diferentes blogues. A este nível, a primeira conclusão a extrair é o facto de a escala global ser a perspectiva mais utilizada em todas as regiões (Quadro 6), situação que, por um lado, assinala a tendência para privilegiar uma compreensão global do fenómeno, mas que, por outro, demonstra também a maior dificuldade em avaliar os impactos e as actuações possíveis no âmbito das alterações climáticas a uma escala nacional ou local. Destaque-se no entanto, do ponto de vista da variabilidade geográfica deste indicador, a tendência para uma maior proximidade às perspectivas locais/nacionais no contexto dos países africanos, situação que em grande medida será resultante dos níveis inferiores de urbanização e da consequente maior sensibilidade do quotidiano social e económico das populações aos efeitos das alterações climáticas.

(Quadro 6)

Escala de abordagem da temática das alterações climáticas nos blogues da amostra			
	Local	**Nacional**	**Mundial**
Portugal	16%	10%	74%
Brasil	3%	6%	91%
Países africanos	22%	26%	52%
Fonte: autor do ensaio			

Pela importância que as acções locais deverão desempenhar no contexto do combate às alterações climáticas e tendo em conta a reduzida representatividade dos blogues que se remetem a esta escala, importa aprofundar alguns dos exemplos encontrados, com o objectivo de compreender o seu enquadramento. Deste modo refiram-se os exemplos dos blogues embaixadadafloresta.blogspot.pt, dinhaflores.blogspot.com.br/ e ilhasselvagens.blogs.sapo.pt.

O primeiro exemplo acompanha a iniciativa Futuro, um projecto que pretende "*reflorestar cerca de 100 hectares de áreas ardidas, livres ou que necessitam de reconversão com cerca de 100.000 árvores de espécies espontâneas da região*", na Área Metropolitana do Porto, enquadrando-se, como tal, no domínio da mitigação das Alterações Climáticas, mas incluindo igualmente uma componente pedagógica na medida em que assume, igualmente, a intenção de "*informar e formar os cidadãos sobre a importância da floresta nativa*".

Já no caso do blogue de Dinha Flores, o interesse da autora centra-se primordialmente no acompanhamento da "*sociedade, política, cultura e meio ambiente*" do município de Novo Progresso e, num âmbito mais lato, do estado do Pará. O facto de a principal actividade económica de Novo Progresso ser a indústria madeireira, estará na origem de o blogue conferir uma importância central ao fenómeno do desmatamento da Amazónia. Neste contexto, as referências da autora ao fenómeno das alterações climáticas surgem maioritariamente contextualizadas pelo tema da desflorestação como, por exemplo, nos casos em que é mencionado: i) um projecto alemão para optimização do uso do solo e manutenção dos serviços dos ecossistemas na perspectiva da redução das emissões de carbono (http://www.carbiocial.de/project); ii) um estudo do Instituto Análise sobre "*Floresta Amazônica e Alterações Climáticas*"; ou, iii) a relação entre a seca de São Paulo, em 2014, a mudança climática e o desmatamento da Amazónia.

O terceiro exemplo seleccionado é um blogue que acompanha o arquipélago português das Selvagens, com o objectivo de divulgar a riqueza ambiental desta Reserva Natural. Esta perspectiva condiciona a abordagem efectuada ao tema das Alterações Climáticas, sendo adoptado um enfoque que incide sobre os impactos nos ecossistemas das Selvagens, e a sensibilidade das espécies locais a estas mudanças climáticas.

Estes três exemplos são representativos das duas grandes linhas de discurso prosseguidas pelos blogues que integram a amostra: no primeiro caso o acompanhamento de projectos locais de combate às alterações climáticas (através de mitigação) e, no segundo e terceiro casos, o alerta sobre causas ou efeitos das alterações climáticas à escala local.

Face à realidade encontrada na amostra é importante salientar o facto de não terem sido encontrados exemplos de blogues que partilhem experiências de projectos de adaptação às alterações climáticas. Tendo em consideração que uma parte significativa das estratégias de adaptação terão necessariamente que ser desenvolvidas à escala local, o apoio à promoção desta partilha de experiências poderá constituir uma medida relevante quer pelo facto de contribuir para a divulgação das *lesson learned*, quer pelo apelo ao envolvimento das comunidades locais neste processo, criando condições para o reforço do seu carácter participativo.

Um dos aspectos onde é conhecido que o pensamento sobre as alterações climáticas apresenta maiores clivagens, em função da localização geográfica, reside no debate sobre a origem antrópica das alterações climáticas, premissa que é aceite de forma praticamente unânime pela opinião pública europeia mas sobre o qual a opinião pública norte-americana se encontra mais dividida. Registe-se que, de acordo com dados do National Climate Assessment (cit. Leiserowitz, A., 2014), apenas 52% da população norte-americana atribui a responsabilidade pelo aquecimento global à acção antrópica.

Recorde-se, a este propósito, que um dos aspectos fundamentais da comunicação sobre Alterações Climáticas, tal como identificado por Nerlich (2010), passa pela abordagem efectuada em torno do conceito de incerteza, com especial incidência no que concerne à incerteza relativamente à origem antrópicas das alterações climáticas.

Na imprensa escrita, onde a publicação dos artigos se encontra sujeita a uma revisão hierárquica, que tenderá a introduzir uma maior ponderação nas opiniões publicadas, tem sido observável que os artigos que questionam a origem antrópicas das alterações climáticas surgem numa percentagem muito superior do que os artigos científicos que defendem igual posicionamento. O elevado consenso científico sobre esta matéria foi de resto demonstrado por Naomi Oreskes (2004) através da análise de um universo de 928 artigos científicos, publicados entre 1993 e 2003, que lhe permitiu concluir que 75% dos mesmos aceitavam explicitamente ou implicitamente a origem antrópica das alterações climáticas, enquanto 25% não abordavam a questão da origem das

alterações climáticas, sendo de destacar que nenhum dos artigos científicos analisados defendia a negação da origem antrópica das alterações climáticas.
No universo da blogosfera, onde a publicação de opinião não está sujeita a qualquer crivo, autores como Schäfer (2012) defendem ser expectável que se encontrem posicionamentos significativamente mais extremados. Deste modo, o acesso aos argumentos apresentados nestes canais não filtrados tem potencial para permitir aprofundar o conhecimento sobre os raciocínios subjacentes a essas franjas da população, permitindo a eventual identificação de vias para um esclarecimento mais eficaz das questões levantadas.
Tendo em conta este contexto, considerou-se importante proceder à identificação da variedade regional do fenómeno do cepticismo sobre a origem antrópica das Alterações Climáticas na presente análise da blogosfera (ver quadro 7). Constatou-se assim que, de acordo com a amostra analisada, o cepticismo é residual em todas as regiões - sendo mesmo inexistente no caso da amostra referente aos blogues africanos. O Brasil é o local onde a percentagem de cepticismo é mais elevada, atingindo os 14,7%, situação que poderá resultar de uma maior influência da cultura norte-americana.

(Quadro 7)

Presença de cepticismo nos blogues da amostra			
	Blogues não cépticos	**Blogues cépticos**	**Blogues cépticos (%)**
Portugal	29	2	6,5%
Brasil	34	5	14,7%
Países africanos	23	0	0,0%
Fonte: autor do ensaio			

Ainda no que respeita à temática do cepticismo, cumpre especificar que o cruzamento desta variável com a estrutura de tipologia utilizada para classificar a amostra permite verificar que, em seis dos sete casos referenciados, os blogues cépticos são do tipo opinião/projecto e, no último caso, do tipo blogue de teoria da conspiração. Constata-se assim que entre os blogues científicos, educativos, que, *a priori*, constituem o segmento da blogosfera dotado de bases científicas mais sólidas, bem como entre os blogues repercutores ou de intervenção social, não foi possível identificar qualquer perspectiva céptica.

Tópico 5:
Análise de temas das alterações climáticas abordados na blogosfera
De forma a compreender a importância relativa de de um conjunto seleccionado de temas, relacionados com as alterações climáticas, para as três blogosferas regionais observadas, efectuou-se o levantamento da frequência relativa da sua menção.
A selecção dos temas pretendeu reflectir a multiplicidade de abordagens possíveis num contexto de debate sobre alterações climáticas, incluindo, de forma representativa mas não exaustiva, problemáticas de base (Emissões de Gases com Efeito de Estufa), problemáticas directamente relacionadas (nexo modelo energia-alterações climáticas, desflorestação), avaliação de instituições ou do trabalho produzido pelas mesmas (IPCC), perspectivas políticas e diplomacia das Alterações Climáticas (Cimeira de Copenhaga, Cimeira Rio +20, Acordos Globais) e consequências (subida do nível médio do mar, perda de biodiversidade e aumento dos fenómenos climáticos extremos).

Frequência relativa de menção de temas de Alterações Climáticas, nas blogosferas regionais (Fig. 2)

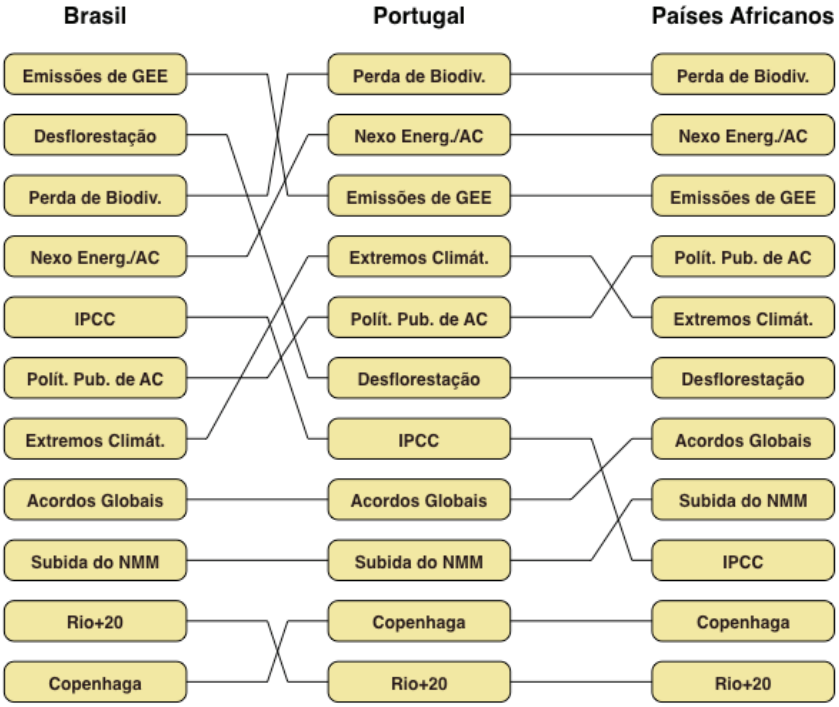

Fonte:autor do ensaio

A análise da frequência de menção aos diversos temas permitiu constatar que, apesar de algumas variações intrínsecas, existe uma dinâmica comum na abordagem temática efectuada nas três blogosferas. Verificou-se assim que a perda de biodiversidade, a problemática do nexo entre alterações climáticas e energia e as emissões de GEE, constituem os temas mais frequentemente abordados.

Ainda parte integrante desta dinâmica comum é o facto de a importância das cimeiras de Copenhaga e do Rio+20 surgirem como elementos cuja abordagem é mais residual (assumindo esta última uma maior importância no Brasil, onde decorreu o encontro, do que nas restantes regiões), factor que estará provavelmente associado ao carácter pontual destas iniciativas e à ausência de acordos para o futuro que justificassem a perpetuação da sua referência na blogosfera.

Verifica-se assim que, relativamente a este conjunto de temas, a sua importância relativa, para os autores dos blogues da amostra, é similar, apesar das suas distintas origens geográficas e dos diferentes níveis económicos dos seus países de origem.

Importa agora compreender quais os elementos que constituem as principais linhas de fractura na abordagem temática prosseguida nos blogues das três regiões.

Nesta óptica, é possível observar que o maior desnível verifica-se na importância relativa atribuída ao tema da desflorestação, que nos blogues brasileiros surge como o segundo tema mais abordado enquanto nos blogues de Portugal e dos países africanos este tema ocupa apenas a sexta posição. A explicação para esta fractura deve ser atribuída à centralidade que o processo de desflorestação da floresta amazónica assume no contexto do debate sobre alterações climáticas.

Um segundo tema que marca a diferença de abordagem entre as três regiões é a ocorrência de eventos climáticos extremos, que assume uma maior relevância na blogosfera portuguesa, onde estes eventos são referidos sobretudo na perspectiva dos danos causados nas regiões costeiras, e na blogosfera africana, na qual as referências a extremos climáticos são contextualizadas por impactos sobre as culturas agrícolas e consequentes riscos para a segurança alimentar.

Por último, constata-se que a importância relativa das referências ao trabalho desenvolvido pelo IPCC também é variável em função do contexto regional, sendo um tema que surge com maior frequência na amostra da

blogosfera brasileira e em menor número na amostra da blogosfera africana. Um factor que poderá contribuir para esta diferenciação reside nas diferentes escalas de abordagem privilegiadas nas diferentes regiões, admitindo-se que em blogues que privilegiam um enfoque local seja menor a probabilidade de referência a uma instituição internacional como o IPCC. Nesta perspectiva o facto de os blogues brasileiros serem os que menos trabalham à escala local poderia explicar o seu maior número de referências ao IPCC, enquanto na blogosfera africana, que recorre privilegia a escala local, a situação é a inversa.

Tópico 6:
Considerações Finais

Uma das primeiras observações extraídas no presente trabalho foi a coincidência temporal entre a preparação da Cimeira de Copenhaga e o período de maior dinamismo na criação de blogues que abordam o tema das Alterações Climáticas. Esta sobreposição temporal entre as expectativas para um novo acordo climático global e um maior envolvimento social com este tema, manifestado através da criação de conteúdos digitais sobre o mesmo, sugere que a repercussão dos grandes acordos diplomáticos extravasa a componente política e constitui um factor promotor de um maior envolvimento da sociedade civil.

No que se refere à análise da tipologia de blogues da amostra recolhida, sublinha-se o facto de os blogues de opinião/projecto, repercutores e educativos, representarem 81,8% da amostra, remetendo para uma presença minoritária os blogues empenhados na promoção da mudança social, os blogues científicos e os blogues de teorias da conspiração. Neste campo, observou-se que a variação geográfica não é muito significativa, exceptuando pela inexistência de blogues educativos entre a amostra representativa dos países africanos.
O reduzido número de blogues científicos e de intervenção social encontrados, situação que não conhece variação nas três regiões observadas, demonstra a necessidade de criação de incentivos que possam fomentar o aparecimento de conteúdo digital neste âmbito. Se no primeiro caso a evolução estará dependente de um eventual maior reconhecimento da blogosfera como espaço de discussão académica, no segundo poderá ser necessário aprofundar o conhecimento sobre as variáveis promotoras de maiores níveis de activismo social através do estudo de blogues de intervenção social em contextos culturais para além do universo lusófono que constituiu a maioria dos blogues analisados no presente estudo.
Salienta-se ainda que, apesar do reduzido número de blogues de teorias da conspiração encontrados, o elevado - embora incerto - número de visitas dos mesmos deixa em aberto a possibilidade de que este tipo de blogues possa constituir uma ameaça para a comunicação de dados sobre Alterações Climáticas com fundamento científico.
No que respeita à escala de abordagem adoptada pelos diferentes blogues torna-se importante assinalar o reduzido número de blogues que privilegia o enfoque local ao abordar a questão das Alterações Climáticas, factor que limita a transmissão das *lesson learned* a esta escala. Assinale-se ainda que, do ponto de vista da diferenciação geográfica desta variável, as abordagens locais assumem maior importância entre os países africanos, enquanto os blogues brasileiros são os que menos adoptam esta escala.
Especificamente no que respeita ao fenómeno do cepticismo quanto à origem antrópica das Alterações Climáticas, a análise da amostra recolhida aponta para que esta seja residual nos casos da blogosfera portuguesa e brasileira, não tendo sido encontrado qualquer exemplo na amostra referente aos blogues africanos.

Face ao exposto e tendo em consideração que o objectivo do presente trabalho consistiu na análise das características de uma amostra da blogosfera de três continentes, importa realçar que os resultados alcançados apontam para um elevado grau de universalidade dos arquétipos sobre Alterações Climáticas.
Esta universalidade encontra-se os resultados alcançados apontam para um elevado grau de universalidade dos arquétipos sobre Alterações Climáticas, quer no que respeita à estrutura tipológica da blogosfera, quer no que se refere à escala de abordagem, quer, inclusivamente, na importância relativa conferida aos diferentes temas abordados, sendo os contrastes encontrados a este último nível explicáveis, por um lado, pelos diferentes níveis de acesso a recursos económicos - como, por exemplo, o facto de o reduzido nível de acesso à equipamentos informáticos condicionar a existência de blogues educativos na blogosfera africana - e, por outro, por factores ambientais intrínsecos de cada região como, por exemplo, a importância da Floresta Amazónica para explicar atribuída a sensibilidade brasileira em torno da questão da desflorestação.

Referências Bibliográficas

HOFF, M.T. (2004) "O blog como ferramenta para a reflexão crítica". *Cadernos de Letras* nº21. pp. 138-140.

LEISEROWITZ, A., et. al. (2014) *Climate change in the American mind: April, 2014,* New Haven, Yale University and George Mason University.

MCLOUGHLIN, C. e Lee, M. (2008) Mapping the digital terrain: New media and social software as catalysts for pedagogical change. *Ascilite 2008*. pp. 643

NERLICH, Brigitte et al. (2010) "Theory and language of climate change communication". *WIREs Climate Change, Volume 1*.

O'REILLY, T., (2005) "Web 2.0: Compact Definition?". *Radar*. Disponível em http://radar.oreilly.com/2005/10/web-20-compact-definition.html [acedido em 10-11-2014]

ORESKES, N. (2004) "Beyond the Ivory Tower, The scientific consensus on Climate Change". *Science, Volume 306, nº 5702*. pp. 1686.

SCHÄFER, M. S. (2012) "Online communication on climate change and climate politics: a literature review". *WIREs Clim Change 2012, 3*. pp. 527–543.

SCHMIDT, L. (2008) "Comunicar a Ciência: o papel dos media e os problemas científico-ambientais". In Schmidt, L. e Pina Cabral, J. (ed.), *Ciência e Cidadania – Homenagem a Bento de Jesus Caraça*. pp. 86

GT 101
Discursos coloniais, identidades e relações étnicas.

Mulheres quilombolas e a ancestralidade: raça e gênero na criação de corpos étnicos

Mariléa de Almeida[1]

Resumo: Este trabalho analisa as condições históricas que permitiram a emergência do sujeito de direito definido como "remanescente de quilombo" e como a noção de ancestralidade configurou-se como um dispositivo que produz a diferença étnica dos quilombolas, atribuindo-se, sobretudo, às mulheres a função de guardiãs da ancestralidade. No Estado do Rio de Janeiro, essas condições favoreceram a seleção do jongo com uma prática cultural associada à identidade quilombola. Para essas visualizações, comparo as experiências com o jongo, expressão artística que integra dança e tambores praticada entre camponeses do Sudeste brasileiro, entre duas comunidades quilombolas do sul do estado: Santana e São José da Serra, partir do final da década de 1980. Em termos metodológicos, analiso discursos jurídicos, midiáticos, acadêmicos e orais, a fim de entrever as regularidades semânticas sobre o tema. Trata-se de tornar visível como as relações de raça e de gênero configuram os sentidos do que é ser quilombola. Em termos teóricos, as análises recorrem às discussões sobre sujeito e dispositivo de Michel Foucault; as noções de sexualidade e de gênero problematizadas pelas teorias feministas pós-estruturalistas; as proposições metodológicas de interseccionalidade sugeridas pelo feminismo negro; e as análises de raça e de etnia indicadas pelas teorias pós-coloniais. Em conjunto, apesar das diferenças, essas abordagens contribuem para mostrar o caráter situado e construído da diferença étnica quilombola.

Palavras-chave: remanescente de quilombo; dispositivo da ancestralidade; mulheres; quilombolas; raça; gênero.

Apresentação

Em 1994, nascia Vagna Maria da Silva. Naquele ano, seus pais Miguel e Maria Aparecida estavam envolvidos na luta pelo reconhecimento da comunidade de Santana como remanescente de quilombo. Para o casal, tornar-se quilombola significava a possibilidade de obter o direito à posse definitiva da terra onde eles e seus antepassados nasceram, cresceram, criaram seus filhos, ergueram templos religiosos e, sobretudo, construíram relações afetivas com o território. Em 1998, a comunidade Santana, situada no município de Quatis – Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro - foi reconhecida pela Fundação Palmares como remanescente de quilombo. No entanto, esse fato não trouxe de imediato a posse definitiva da terra. Hoje, com vinte anos, Vagna pretende atuar por meio do ensino de práticas culturais, como o jongo, às crianças da comunidade.

---

1 Doutoranda de História na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; marileade@uol.com.br; Bolsista Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP

A autora é doutoranda em História pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Recente, mas também nas áreas de Educação e Cultura. Atualmente, pesquisa a experiência de mulheres quilombolas, sobretudo, os temas relacionados aos feminismos, às relações étnico-raciais e ao corpo.

Observando a trajetória singular de Vagna, cabe-nos indagar em que medida a sua atuação se inscreve nas configurações em torno da identidade das mulheres remanescentes de quilombo ocorridos nas últimas décadas. Essa indagação tem sido realizada ao longo dos últimos anos por meio de diversas formas de pensamento e ação sobre o assunto. Por exemplo, em 2009, a entidade ecumênica Koinonia produziu um breve documentário denominado "Mulheres Quilombolas". Nesse filme, Almerinda, Bárbara, Sônia, Celina e Débora, que residem em distintas comunidades remanescentes de quilombo do Estado do Rio do Janeiro, são apresentadas como protagonistas na luta pela defesa da terra. Igualmente diferentes são suas idades, sua cor de pele e sua formação acadêmica. Entretanto, não obstante as dessemelhanças, a noção de ancestralidade unifica as experiências dessas mulheres como guardiãs culturais, por intermédio da idéia de que as mulheres favorecem a integração do grupo ao zelarem pela herança cultural.

Com efeito, a concepção de ancestralidade que permeia o discurso do documentário converge com determinadas abordagens sobre as funções que mulheres negras desempenham em religiões como, por exemplo, a Umbanda e o Candomblé. Segundo essas perspectivas, as sacerdotisas dos terreiros são responsáveis por transmitir os saberes da cultura de matriz africana, haja vista, nesta abordagem, que a mulher negra se estrutura como uma pessoa que toma para si a responsabilidade de manter a unidade familiar e a coesão do grupo, bem como de preservar as tradições culturais e religiosas (Theodoro, 2008). Notamos que, nessa perspectiva, a ancestralidade é pensada em termos atemporais, o que se liga, de forma atávica, aos corpos das sacerdotisas das religiões do terreiro e, conforme o documentário, às mulheres quilombolas. Nessa dimensão, é plausível pensarmos na ancestralidade como um *dispositivo*.

Sobre o conceito de *dispositivo*, recorro as provocações de Foucault (1988) (2008) (2009) que, em seus trabalhos sobre disciplina, sexualidade e segurança, promoveu deslocamentos teóricos significativos a fim de repensar as relações estabelecidas entre o discursivo e o não discursivo, sobretudo aquelas relativas às emergências de saberes, tecnologias de poder e formas de sujeito. Para Foucault (1988), em linhas gerais, *dispositivo* trata-se, a princípio, de uma rede que se estabelece entre os discursos, as instituições, as leis e os saberes. Além disso, trata-se de uma noção geral, porque inclui aquilo que, em certa sociedade, permite distinguir, por exemplo, o que é aceito como um enunciado científico daquilo que não é científico. Por derradeiro, trata-se daquilo que exerce uma função estratégica concreta e que se inscreve em uma relação de poder.

Pensar a ancestralidade como dispositivo sugere alguns caminhos analíticos que este trabalho pretende tornar visíveis. Primeiramente, destaco a positividade do dispositivo, já que cria corpos e confere significados às práticas das pessoas identificadas como "quilombolas". Segundo, analiso as tecnologias criadas para o exercício desse poder. Terceiro, enfatizo as implicações desses jogos de poder nas práticas cotidianas das pessoas definidas como quilombolas. Quarto, ressalto as formas concretas como as pessoas participam dessa criação, seja negociando, negando ou traduzindo os conteúdos da ancestralidade.

Essas configurações levam-nos a pensar as categorias jurídicas, institucionais, culturais em termos de produção e invenção. A dimensão produtiva do discurso jurídico foi discutida Foucault (2003) que afirma que diferentes práticas sociais, em especial as jurídicas, podem

> engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento (Foucault, 2003: 6)

No rastro dessas provocações, buscam-se as condições da emergência do sujeito de direito definido como quilombola. Trata-se de um problema político e teórico. No tocante às ações políticas, a problemática reside no fato de que, ao atrelar a concessão do direito ao pertencimento coletivo identitário, os grupos passam a construir elementos que suturem a imagem de comunidade do grupo com os ideais da representação jurídica. No aspecto concernente à dimensão teórica, a questão central reside na percepção de que o sujeito dito "remanescente de quilombo" não é um dado, mas uma criação cuja configuração nunca termina. Isto é, cada relação de força oferece novos contornos e novos significados ao termo, interferindo nas configurações cotidianas dos grupos que reivindicam o direito.

Ainda sobre o sujeito, em oposição à tradição cartesiana, Foucault (2010) sustenta que o mesmo não é uma substância ou um dado, mas uma forma construída por saberes e por práticas historicamente situados. Além

disso, ele concebe os modos de subjetivação como práticas de constituição de sujeitos que ocorrem, simultaneamente, em duas direções: primeiro, os modos em que o indivíduo aparece como objeto do discurso ou da prática; segundo, a subjetividade ética concernente às formas como os próprios indivíduos participam em sua construção como sujeitos morais.

Sobre essa perspectiva teórica, a historiadora Margareth Rago (2004) considera que a abordagem foucaultiana possibilita aos historiadores pensarem que os sujeitos, ao contrário de serem tomados como ponto de partida para as práticas sociais, emergem como efeitos de construções discursivas. Essas questões colaboram para problematizar os discursos que naturalizam as experiências, em especial das mulheres quilombolas, cujas práticas discursivas acerca da produção dessa diferença articulam as noções de raça, etnia, gênero e sexualidade. Segundo Bhabha (1998), as diferenças étnico-raciais nunca podem ser entendidas como afirmação de uma identidade dada *a priori*. Para o autor, ela consiste sempre em a produção de uma imagem e a transformação do sujeito ao assumi-la. Portanto, não há uma essência do que se diz ser negro" ou "ser branco". Essas categorias são construtos perpassados pelo gênero, pela sexualidade, pela classe social, pelo nível de escolaridade e pela raça. Por conseguinte, esses significados sociais, em geral, são atribuídos aos corpos identificados como negros ou brancos. Nesses termos, é necessário pensar a concepção de materialidade do corpo. A filósofa Judith Butler (2003), ao tratar da diferença sexual, colabora ao articular a diferença à materialidade:

> a estilização repetida no corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura regulatória altamente rígida, que se cristaliza no tempo para produzir aparência de uma substância, uma classe natural de ser (Butler, 2003:59).

O corpo, essa superfície que nos envolve separando e nos inscrevendo no mundo, sofre os investimentos de poderes diversos; não é um dado, mas uma criação cuja emergência ocorre em condições específicas, rasuradas relações de raça, gênero, classe social, geração, entre outras. Porém, a reiteração de práticas discursivas tendem naturalizar determinados significados, essencializando um desses aspectos como algo que pretende informar uma "verdade" sobre as pessoas. Uma prática de poder que transforma o que é criado em substância. Nessa perspectiva, é necessário tornar visíveis os jogos de verdade que conformam sua invenção, bem como apresentar outras formas de ver que colaborem para desconstruir esses efeitos de poder. Nelly Richards (2002), pensando sobre as naturalizações de gênero, menciona:

> (...) que ao desfazer a construção dos vestígios sexuais do suporte imaginário do corpo natural permite dar mobilidade aos signos do masculino e feminino, que deslocam e se transformam, segundo as dinâmicas da subjetividade que se formulam como respostas às diferentes identidades solicitações e interpelações de identidade (Richards, 2002:134).

O feminino e o masculino que se atribui aos corpos estão relacionados à significados sexuais, conforme aponta Richards, mas também às noções de raça e etnia. Para tanto, é fundamental utilizarmos ferramentas analíticas que colaboram para a desnaturalização. A respeito da articulação das noções de raça, classe e gênero, Angela Davis (1982), no clássico *Woman, race & class*, afirma que as formas binárias de pensar as mulheres negras, em que a sexualidade e o matriarcado são exacerbados, tornaram suas experiências invisíveis, tanto nos movimentos sociais quanto nas produções acadêmicas Por isso, a autora propõe a investigação dos aspectos multidimensionais dessas experiências. Ainda sobre os binarismos, a pesquisadora norte-americana bell hooks (1995) menciona que essa lógica associa as experiências das mulheres negras ao servilismo, uma "representação iconográfica da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que a mulher negra está neste planeta para servir aos outros" .Corpos que são apreendidos como objetos disponíveis para satisfazer os desejos dos outros, sejam sexuais, sejam de trabalhos domésticos. Igualmente sobre a intercessionalidade, Kimberle Crenshaw (1991) colabora ao dizer que as experiências das mulheres negras não podem ser enqua-

dradas separadamente. Em termos metodológicos, ambas as categorias precisam ser consideradas para a compreensão das múltiplas experiências das mulheres negras.

Apesar de suas diferenças, as abordagens de dispositivo e os modos de subjetivação propostas por Michel Foucault, as noções de gênero e corpo das teorias feministas pós-estruturalistas; as discussões de raça e de etnia problematizadas pela abordagem pós-colonial de Homi Bhabha e as proposições de interseccionalidade sugeridas pelo feminismo negro contribuem em conjunto para demonstrar o caráter construído dos corpos étnicos e os jogos de poder implicados nessa invenção. Igualmente favorecem o desenho de algumas questões: Que conteúdos sobre raça e gênero configuraram essa criação? Como novas e arcaicas formas de pensamento sobre os corpos e as práticas relativos às pessoas negras mesclam-se à produção da diferença quilombola contemporânea? Como as pessoas participam dessa criação?

Tomando como pressuposto que as formas de visibilidade sobre essas mulheres e as práticas não são naturais, esse trabalho interroga sobre as condições históricas que permitiram a emergência da atuação das mulheres quilombolas como zeladoras de determinadas práticas culturais, dentre elas, destaco o jongo que no Estado do Rio de Janeiro vem se consolidando como uma prática cultural identificada com as comunidades quilombolas.

Para essas apreciações, focalizo as experiências de duas comunidades situadas no Sul do Estado do Rio de Janeiro: Santana e São José da Serra. Essa seleção justifica-se pela percepção de que os grupos construíram distintas trajetórias com as noções de ancestralidade, materializadas pelas relações que estabelecem com o jongo. Essa situação confere visibilidades diferenciadas sobre cada grupo. Ressalto que o uso do termo "comunidade" não implica homogeneidade ou ausência de conflito interno dentro ou entre os grupos. Ao contrário, penso esses espaços como *locus* político são permeados por disputas e negociações constantes. Assim, a manutenção da nomenclatura explica-se porque foi dessa forma que esses grupos passaram a autodenominar-se no final da década de 1990, por ocasião da identificação como quilombolas.

Para as análises, foram selecionados textos jurídicos, documentários, relatórios de identificação antropológicos, depoimentos orais e impressões obtidas na pesquisa de campo. Em termos metodológicos, não se trata de hierarquizar as fontes para saber onde está, em meio a elas, a verdade sobre tema. Aqui, elas são concebidas como artefatos discursivos que significam os objetos aos quais se referem e que informam sobre os regimes de produção de verdade e seus efeitos.

Toda produção de conhecimento exprime uma perspectiva política. Por isso, enfatizo que, neste trabalho, não coloco em discussão o direito territorial concedido às comunidades negras rurais e urbanas, já que essa concessão veio com atraso centenário, evidenciado uma das maiores injustiças sociais da história brasileira. Ademais, esse direito jurídico tem sido concedido com extrema morosidade e excesso de burocracia. Pretendo problematizar as configurações assumidas ao longo do processo de tornar-se quilombola e suas implicações do ponto de vista da produção de subjetividades coletivas, sobretudo os conteúdos atinentes à raça e ao gênero. Os ângulos que pretendo indicar foram diagramados no texto da seguinte forma: Na primeira parte, analiso as condições de possibilidades históricas que permitiram a emergência do dispositivo da ancestralidade e favoreceram a seleção do jongo como um elemento identitário para as comunidades quilombolas do Estado do Rio de Janeiro. Aqui, trata-se de perceber como as relações de raça e gênero influem na seleção da prática e, portanto, na configuração da identidade. Na segunda parte, por meio das falas de pessoas da comunidade de Santana e São José da Serra, descrevo as experiências femininas com o jongo. Nesse item, focalizo os múltiplos significados produzidos pelas pessoas, para além dos enquadres identitários construídos por meio do dispositivo da ancestralidade.

As condições de emergência do dispositivo da ancestralidade

Para compreendermos as condições históricas favoreceram como a subjetividade quilombola se constituísse por meio da ancestralidade, situo neste item, primeiro, as transformações nos dispositivos jurídicos, que no final da década de 1980, incorporaram a diferença étnica como um elemento definidor de direitos, favorecendo que práticas culturais, como o jongo, se tornassem um elemento políticos na luta pela posse da terra. A emergência do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal que atrela o direito territorial à dimensão étnica está intrinsecamente relacionada a um momento histórico de valorização da diferença étnica em duas dimensões articuladas: uma global e outra nacional.

Em uma dimensão transnacional, podemos dizer que as décadas de 1980 e de 1990 foram marcadas pela valorização da diferença étnica. Acerca dessa discussão, Stuart Hall (2003) destaca três acontecimentos que desempenharam um papel importante para essa emergência. Primeiro, o deslocamento do centro de difusão cultural da Europa para os Estados Unidos, o que favoreceu a disseminação da cultura negra em escala mundial. Segundo, a descolonização e o surgimento de estudos pós-coloniais que colocaram, na agenda global, a luta pelos direitos civis e a necessidade de afirmação identitária dos povos da diáspora africana. Terceiro, o florescimento de abordagens teóricas pós-modernas que valorizaram a diferença como forma privilegiada de narrar as experiências humanas. Sobre o terceiro acontecimento, Hall (2003) avalia que, a reboque dessa valorização da diferença étnica, está a busca pelo exótico, uma atualização da fascinação ocidental pelos corpos de homens e mulheres negras e de outras etnias.

Essas redefinições favoreceram que, no contexto da América Latina, surgisse o que Matthes (2010), ao analisar a história recente da Bolívia, chamou "etnização da política". Essa expressão é concebida como o fortalecimento do movimento indígena, que passou a introduzir o discurso étnico na defesa dos direitos. De acordo com o autor, esse processo ocorreu simultaneamente à crescente organização política e social de grupos bolivianos, os quais tradicionalmente foram excluídos de políticas sociais, com destaque para os indígenas e a questão fundiária.

Não por acaso, a partir da década de 1990, países da América Latina reconheceram o direito à terra por meio da diferença étnico-racial. Em 1987, a Nicarágua foi o primeiro país a reconhecer o direito das comunidades da Costa Atlântica à propriedade de suas terras comunais e a manutenção de suas identidades culturais. A CF/88 garante às comunidades descendentes dos quilombos a proteção de seus "modos de criar, fazer e viver" (artigos 215 e 216) e a "propriedade de suas terras" (artigo 68, do ADCT). A Colômbia também trata, em sua Constituição de 1991, do direito dos afro-colombianos à terra. O Equador, em 1998, criou a lei dos *Derechos Coletivos de los Pueblos Negros*, que concede aos povos negros o direito a suas terras ancestrais. Em 2004, em Honduras, foi aprovada a *Ley de Propiedad*, que dedica um capítulo ao processo de regularização da propriedade para povos indígenas e afro-hondurenhos.[2]

Em termos nacionais, no Brasil, entre o final da década de 1970 e início dos anos 1990, a visibilidade dos remanescentes relaciona-se ao contexto de redemocratização do país, momento em que emerge o Movimento Negro Contemporâneo, conjunto de movimentos negros que surgiram desde a década de 1970. Conforme Albertini e Pereira (2007), esse movimento distingue-se dos anteriores por ter introduzido, em sua pauta de reivindicações, três questões articuladas: a denúncia do mito da democracia racial; a promoção de ações de valorização da identidade negra por meio de iniciativas de incentivo da autoestima, especificamente traços físicos e manifestações culturais; e a luta perante o poder público em prol de programas de ações afirmativas como forma de reparação aos afrodescendentes.

A promulgação da CF/88 representou uma das primeiras vitórias jurídicas do movimento negro contemporâneo em sua luta contra as desigualdades raciais. Nessa Carta Magna, três artigos versam sobre o direito relacionado à diferença étnica. Primeiramente, o artigo 68, do ADCT, definiu o direito fundiário aos *remanescentes das comunidades de quilombos*. Segundo, os artigos 215 e 216, no corpo permanente da Constituição, tratam dos aspectos do patrimônio cultural. O artigo 215 define que o "Estado protegerá as manifestações das culturas populares indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional" (Brasil, 2000:98). Já o artigo 216 determina que "ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos" (BRASIL, 2000:98).

No entanto, a aplicabilidade do dispositivo jurídico esbarrou na definição tradicional de quilombo como lugar isolado onde os negros se refugiavam. No primeiro momento, as políticas públicas delineadas por essa definição pautavam-se pela busca de vestígios arqueológicos e materiais, o que dificultava o acesso à terra pelos grupos que não se encaixavam em critérios de pertencimento material.

Nesse contexto, a batalha discursiva em torno da identidade quilombola consolidou o Quilombo dos Palmares como um símbolo de resistência política para as novas identidades étnicas. A respeito dos

2 Cf: http://www.cpisp.org.br/htm/leis/legislacao_internacional.aspx. Acesso 15-09-2014

significados construídos sobre Palmares, Carvalho (2012) afirma que, desde o século XIX, se firmou uma tradição narrativa sobre o quilombo da Serra da Barriga como um espaço masculino e militarizado. Com base nesse modelo, em um primeiro momento, as identidades das comunidades negras rurais foram construídas.

É possível entrever a centralidade do padrão masculino heterossexual como símbolo por meio do conflito entre os setores movimento negro e o pesquisador Mott (1996). Os estudos desse autor afirmavam que a região da África de onde Zumbi provinha era "sinônimo de quadrilha de feiticeiros sodomitas" (Mott, 1996:110). Para além de entrarmos no âmbito da realizada por pesquisa de Mott, vale ressaltar que o autor, ao colocar em xeque a sexualidade do herói palmariano, entrou em colisão com os principais símbolos da resistência negra: Zumbi e Palmares. A noção de ancestralidade negra estava fortemente articulada ao campo da guerra; portanto, viril e masculina. Essa situação indica sob que aspectos de gênero tal identidade foi construída.

Todavia, em meados da década de 1990, a ressemantização da categoria quilombo, com destaque para a valorização dos elementos simbólicos culturais, favoreceu o deslocamento de conteúdos relacionados ao campo masculino para as práticas culturais femininas, como, por exemplo, a dança, a culinária, a medicina alternativa, o artesanato e as religiões.

Sobre os significados do termo "remanescente de quilombo", destaca-se o papel desempenhado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que, para fins de aplicabilidade do artigo 68 do ADCT, definiu essa expressão como:

> a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhes confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico (O'dwyer, 2003:13).

Com efeito, essa abordagem passará a configurar os dispositivos jurídicos. Um exemplo a esse respeito é o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o direito dos remanescentes de quilombo. Esse ornamento jurídico definiu a categoria nos seguintes termos: remanescentes de quilombo seriam "os grupos étnico-raciais, segundo critério de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações espaciais específicas e com presunção de ancestralidade negra relacionada com resistência à opressão histórica sofrida".

Neste contexto que, em 2005, o Jongo do Sudeste foi proclamado Patrimônio Cultural Brasileiro pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IFPHAN). Durante o processo de inventário da prática, destacou-se a atuação de comunidades quilombolas, dentre elas o grupo de São José da Serra, no Sul do Estado do Rio de Janeiro. Segundo Abreu (2007), divulgação do jongo para àquele grupo se constituiu em uma estratégia importante de luta pela terra e pela identidade negra do grupo.

Ainda o grupo de São José da Serra, Mattos (2004) sugere que a emergência da liderança feminina dessa comunidade pode referir-se à construção da identidade do grupo como remanescente de quilombo. Conclui que, entre as décadas de 1950 e de 1980, a condição masculina era indispensável nas negociações da comunidade com a esfera pública. No entanto, a autora apontou que o surgimento de uma liderança feminina ocorreu simultaneamente à construção da identidade do grupo como quilombola e ao uso do jongo como elemento étnico identitário. Destaca-se, igualmente, a figura de Dona Zeferina, que aparece várias vezes nos depoimentos dos entrevistados como a pessoa que incentivou o uso do jongo pela comunidade em apresentações públicas, bem como conduziu modificações nas relações de gênero dentro da comunidade. Por meio de sua autoridade como liderança religiosa, Dona Zeferina, segundo Mattos (2004), questionou as hierarquias masculinas, que, por exemplo, permitiam aos homens o privilégio de serem servidos primeiramente nas refeições durante as festas.

Certamente, os discursos jurídicos e acadêmicos têm objetivos distintos, mas, ao serem tomados em conjunto, possibilitam visualizar como o dispositivo da ancestralidade configura-se como uma rede que estabelece relações entre esses discursos, construindo padrões normativos selecionando práticas que conferem a identidade do grupo. Vale perguntar por que no Estado do Rio de Janeiro o jongo foi selecionado como um elemento central na configuração da identidade quilombola. Que saberes, tecnologias de poder e formas de sujeito legitimaram essa seleção? Como as configurações de raça e gênero desenham essa opção?

O dispositivo da ancestralidade: a experiência feminina no jongo.

O Jongo do Sudeste foi, em 2005, proclamado Patrimônio Cultural Brasileiro pelo Instituto Histórico Artístico Nacional (Iphan), resultado de um processo que teve início, em 2000, com o Decreto nº 3.551, o qual instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial que poderiam constituir o patrimônio imaterial brasileiro. Assim, manifestações musicais, artísticas e religiosas populares estavam autorizadas a receber o reconhecimento como patrimônio cultural do país pelo Iphan. Situação que aponta uma nova correlação de forças no que tange à noção de patrimônio no Brasil.

Sobre o processo, uma das exigências para os bens alçarem o status de patrimônio nacional consiste na necessidade de provarem sua "continuidade histórica", o que coloca a história como disciplina como legitimadora de práticas culturais. Esse requisito, conforme aponta Abreu (2007), favoreceu que historiadores voltassem à cena sobre bens culturais para a discussão de patrimônio e memória, que desde 1930, com a criação do IPHAN estava a cargo dos artistas e arquitetos. Em 2007, Luis Fernando Almeida, na apresentação do Dossiê Jongo do Sudeste, resultado do inventário publicado pelo IPHAN, definiu o jongo nos seguintes termos:

> Forma de expressão afro-brasileira, o jongo integra percussão de tambores, dança coletiva e dança de magia. Acontece nos quintais das periferias urbanas e algumas comunidades rurais do sudeste brasileiro, assim como nas festas dos santos católicos e divindades afro-brasileiras, nas festas juninas (...) o jongo é uma forma de louvação aos antepassados, consolidação de tradições e afirmação de identidades. Ele tem raízes nos saberes, ritos e crenças dos povos africanos, principalmente de língua banto. São sugestivos dessas origens, o profundo respeito aos ancestrais, a valorização dos enigmas cantados e o elemento coreográfico da umbigada (Almeida, 2007: 11)

A ideia de ancestralidade permeia o conceito de jongo abordado pelo IPHAN e define a prática por meio de uma relação direta com os antepassados. Destacam-se como elementos "o profundo respeito aos ancestrais, a valorização dos enigmas cantados e o elemento coreográfico da umbigada". Apesar de reconhecer a importância do documento para o registro do fazer, o conceito reitera a racionalidade de que se pode performatizar o passado.

Nessa perspectiva, os jongos são lidos metafisicamente por meio da relação atávica que se estabelece entre a prática, a louvação dos ancestrais e os brincantes. De certa maneira, esse modo de ver fixa as pessoas e o jongo em tempo e espaço imaginários. Para provocar as discussões que pretendo realizar, o verso da epigrafe deste item "deixa a moreninha passear" será apropriado por meio daquilo que o vocábulo "passeio" sugere: deslocamento. Neste item, pretendo visualizar alguns deslocamentos de sentido que as pessoas, em especial as mulheres quilombolas, produzem sobre a prática e como esses significados rasuram a fixidez que o dispositivo da ancestralidade engendra sobre seus corpos e a práticas. Vejamos os saberes construídos por Vagna, Maria Eliane, Olga e Tereza.

Vagna tem vinte anos. Ela cursa o primeiro ano o ensino médio e deseja fazer faculdade de pedagogia para trabalhar com crianças. Todos os domingos ela e seus pais freqüentam o culto na Igreja Casa da Benção – uma denominação pentecostal. Essa filiação religiosa não impede que ela participe das oficinas de jongo, porque em suas palavras

> A gente aqui do quilombo precisa dessa cultura, precisa resgatar tudo que estava perdido. E cada dia que se passa a gente precisa resgatar alguma coisa". Daí, conforme ela diz: "Eu tinha dez anos quando assisti pela primeira vez uma apresentação de jongo. Isso foi lá em São José da Serra. Nossa foi lindo! (Vagna Maria da Silva)

Esse processo de conversão pode ser visualizado por meio da narrativa de Olga Maria de Jesus (60 anos). Ela relata que durante a infância assistia mais velhos nas rodas de jongo, mas naquela época as crianças não podiam

participar. No final da década de oitenta do século passado, Olga e sua família convertem à Igreja Assembléia de Deus. Durante mais de dez anos, os cultos da Igreja eram realizados em sua casa, essa situação modificou-se, apenas, em 2002, quando foi construído um pequeno templo da Assembléia no território da comunidade. Importante destacar que a presença da Assembléia de Deus na comunidade de Santana não representa um fato isolado. Do Sul fluminense ao Noroeste do Estado, grande parte dos moradores dos quilombos aderiu às práticas pentecostais e neopentecostais. Por meio da pesquisa de campo tenho observado que, de um modo geral, as lideranças evangélicas adotam uma postura pragmática com o jongo, retirando os conteúdos místicos da prática e transformando o fazer em um espetáculo político dessacralizado.

É provável especular que entre as pessoas que Vagna assistiu dançando jongo aos dez anos de idade, estivesse Tereza Gonçalves, moradora do Quilombo de São José da Serra. Em São da José da Serra, o fato de o grupo ser reconhecido como uma comunidade que preserva as práticas culturais, o dispositivo da ancestralidade funciona por meio da centralidade da preservação em detrimento daquilo que a prática significa no presente para as pessoas. Sobre o jongo, Tereza revela:

> Para ser sincera, eu preferia mais quando era para diversão. Eu dançava com mais liberdade, não tinha que está buscando nada. Não tinha que está dançando a troco de nada. Agora, você vai com aquele compromisso. Você tem que provar para alguém que eu sou da minha comunidade, pra mostrar que sou gente, lá pro presidente, pra alguém vê e te dar uma coisa que é sua. Muita gente que visita diz: Nossa! Você tem que manter isso aqui, a tradição! É bonito uma casa de sapé, bonito sem luz. Muita gente falou, mas por que botou luz elétrica? Não devia. Mas como? Só para manter a tradição vai ficar passando dificuldade? (Observatório Jovem, 2006, SIC, transcrição nossa).

Essa fala questiona as transformações ocorridas no jongo, quando a dança passou representar um elemento de pertencimento identitário. Segundo suas declarações, Tereza Gonçalves Fernandes introduziu-se no jongo para que fosse reconhecida como quilombola e, portanto, identificada como sujeito de direito. Assim, segundo ela, o jongo deslocou-se do campo do prazer para o campo da necessidade política. Ademais, Tereza denuncia como a lógica da preservação interfere, inclusive, no formato de suas casas "É bonito uma casa de sapé, bonito sem luz. Muita gente falou, mas por que botou luz elétrica? Não devia. Mas como? Só para manter a tradição vai ficar passando dificuldade? A tessitura narrativa de Tereza sugere que processo de torna-se de quilombola é tensionado por duas relações que se estabelece com a verdade étnica: assumir a identidade e negar os significados essencializados atribuídos aos seus corpos.

Por meio dos fragmentos de falas descritos nesse item, entrevemos que as tecnologias de poder que permeiam o dispositivo da ancestralidade gira em torno das práticas do "resgate" e "preservação". Sobre isso, provoca o historiador Durval Albuquerque Jr, em seu trabalho sobre a invenção do folclore nordestino, mesmo que os brincantes do jongo, da folia de reis ou do lundu reproduzissem as mesmas coreografias e os mesmos gestos, usassem os mesmos vestuários que os antepassados, situação praticamente impossível, de igual modo, essas práticas, apesar de receberem o exato nome do passado, são outras, porque seus praticantes atribuem sentidos novos as suas artes. (Albuquerque Junior, 2013:227). Certamente, onde há relações de poder há possibilidades de resistência. Parece-me que contra o efeito de morte que o dispositivo da ancestralidade sugere, a afirmação da vida e o prazer de jongar podem exprimir uma contra-conduta singular.

Sobre isso, para finalizar, em setembro deste ano, durante um encontro jongueiro entre os grupos da Serrinha e de São José da Serra, a certa altura do espetáculo, Maria, 92 anos, e Manoel Seabra, 96 anos, começaram a jongar. A beleza dos gestos e da desenvoltura de seus corpos afetavam as pessoas presentes: não era possível permanecer incólume ao convite à vida que eles faziam. Para brincar, os corpos não podiam estar enrijecidos. Daí, para aproveitar os ensinamentos que o jongar proporciona, para além das teleologias, os brincantes nos ensinavam é preciso se livrar da fixidez dos estereótipos sobre os corpos de homens e de mulheres negros. O vivido que pulsa nos corpos com seus riscos e incertezas é o que interessa.

Considerações finais

A noção de que as pessoas têm amplos direitos é ainda recente na sociedade brasileira, cuja história é marcada por exclusões e a tentativa recorrente de estabelecer privilégios. Vale lembrar que apenas recentemente, por meio da PEC das domésticas, estenderam-se todos direitos trabalhistas a um grupo de trabalhadores que em sua maioria são mulheres negras. Tal demora faze parte de uma racionalidade que atravessa a sociedade brasileira: a naturalização da desigualdade social a partir do viés étnico e de gênero. No Brasil, o dispositivo racista funciona como cegueira e silêncio. São estratégias do homem cordial. Assim, o direito às comunidades negras rurais que, igualmente veio em atraso centenário, representa um dado novo na sociedade cordial. Ocorre que a luta pelo direito, uma postura ética e política necessária, precisa estar associada à análise critica de como ele se configura, a fim de não produzirmos mecanismos sofisticados de exclusões, sob a nomenclatura de direito.
Para as palavras finais, retomo algumas questões postas ao longo do trabalho: que condições históricas permitiram a emergência desse sujeito de direito? Que conteúdos sobre raça e gênero configuraram essa criação? Como novas e arcaicas formas de pensamento sobre os corpos e as práticas relativos às pessoas negras mesclam-se na produção da diferença quilombola? Como as pessoas participam dessa criação?
As condições históricas que permitiram a criação do sujeito de direito denominado "remanescente de quilombo" estavam relacionadas ao contexto global de valorização da diferença étnica que, em certa medida, converge com o processo de feminização da cultura. Numa dimensão nacional, essa criação se deu sob o fogo cruzado entre parlamentares, movimentos sociais, pesquisadores, instituições governamentais e proprietários de terra. No centro dessas contendas, estava o significado da palavra "quilombo" e as noções de raça e de gênero a ela atribuídas.
Se por um lado, a emergência do ornamento jurídico não garantiu, de imediato, a posse da terra porque o processo se caracterizou por extrema burocratização e morosidade; por outro, a certificação como remanescente de quilombo, concedida pela Fundação Cultural Palmares, abre o acesso às políticas públicas, inscritas no Programa Brasil Quilombola e políticas de valorização cultural. Sobre os conteúdos relativos à raça, avalio que, na década de oitenta, a invenção de ser negro em termos positivos e uso do conceito de raça como um construto sócio-cultural, foram fundamentais para colocar em pauta a noção do racismo e a necessidade de políticas públicas para combatê-lo. Assim, a criminalização do racismo, o artigo 68 do ADCT e os artigos 215 e 216 do corpo permanente constitucional evidenciam a aceitação pelo Estado brasileiro da existência do racismo. Realidade antes negada, com base na lógica da democracia racial e no seu principal corolário, isto é, a crença de que mestiçagem biológica impossibilita delimitar o povo brasileiro em termos de raciais binários.
Aos poucos, o conceito de quilombo fortemente atrelado ao campo da resistência masculina, concebida em termos de guerra, força e virilidade, deslocou-se, na década de noventa, para as noções mais femininas, como, por exemplo, o cuidado e a preservação cultural. Nesse contexto, atribuem-se às mulheres quilombolas a função de guardiãs da ancestralidade. Do ponto de vista do imaginário, além dos significados exóticos que comumente são relacionados aos corpos de pessoas negras, os quilombolas passam a que lidar com uma ancestralidade riste aos seus corpos.
Esses desenhos permitiram que no Estado do Rio de Janeiro a prática do jongo se consolidasse como um fazer quilombola, por excelência. No entanto, não se pode pensar o dispositivo da ancestralidade como uma estratégia global que funcione da mesma forma para todas as comunidades quilombolas. Se há uma racionalidade que o sustenta, as tecnologias e a negociações são múltiplas. Essa situação pode ser visualizada por meio das diferenciadas experiências que as comunidades de Santana e de São José da Serra estabeleceram com o jongo, que passou, cada vez mais, a ser definido em termos de prática de louvação aos ancestrais. Na primeira, Santana, essa prática ergueu-se sob a semântica do resgate, ao passo que, na segunda, São José da Serra, se construiu por meio da ideia de preservação. As experiências das comunidades de São José da Serra e de Santana apontaram que a materialização da ancestralidade precisa ser encenada pelo corpo em forma de espetáculo, uma noção construída por meio da articulação de múltiplas temporalidades, produzindo uma figura complexa da diferença, cuja ambivalência está nos constantes deslocamentos entre a valorização e o estereótipo da prática cultural. Conforme Bhabha (1998), considero que a estratégia de fixar e de reafirmar as diferenças culturais, estigmatizando o outro por meio de uma imagem congelada, constitui a principal

violência que o poder do estereótipo encerra. Nessa linha de análise, avalio que a emergência da diferença étnica quilombola mescla a noção de direito à um modo arcaica e racista de governar os corpos e as condutas dos negros e negras. Nessa forma de pensar, a prática do jongo, os gestos, as coreografias, as roupas, a voz e o toque dos atabaques são apreendidos, não pelos recortes singulares do tempo, mas pela fascinação de um passado utópico que transforma esses fazeres em ações fantasmagóricas.

Onde há relações de poder há práticas de liberdade. As pessoas ao criarem múltiplos significados tensionam as possibilidades de governo de suas condutas. Para uns, o jongo é um fazer político; para outros, ainda há um sentido religioso. Alguns não desejam ficar presos aos significados do passado; outros o transformaram em espetáculo ou em uma prática ligada apenas ao divertimento. Esses saberes apontam que o jongo e seus significados são construídos por aqueles que o praticam por meio de sentidos sempre provisórios e situados. A incorporação desses saberes à narrativa historiográfica desloca o foco da morte do estereótipo para a vida que pulsa nos corpos de forma sutil, provisória e contingente. O desafio está posto.

Referências

ABREU, M. (2007), "Cultura imaterial e patrimônio histórico nacional". In M. Abreu, R. Soihet, R. Gontijo (eds.), *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp.351-370

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. (2013), *A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular - nordeste 1920-1950-*, São Paulo: Intermeios.

ALBERTINI, V& PEREIRA, A. A. (2007), "Movimento negro contemporâneo". In: J. Ferreira, D. A. Reis. (eds.), *Revolução e democracia,* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 637-670.

ALMEIDA, L. F. (2007) "Apresentação". In: *Jongo do Sudeste*. Brasília Distrito Federal, Iphan, pp.10-11

BHABHA, H. (1998), *O local da cultura*, Belo Horizonte: Editora UFMG.

BRASIL. *Constituição Federal.* 2000. Maurício Antônio Lopes (coordenação). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

BUTLER (2003), *Problemas de gênero: Feminismo e Subversão da identidade.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CARVALHO, A. V. (2012), "Palmares como campo de batalha: o apagamento das 'mulheres' na historiografia sobre o quilombo palmarista". In L. C Feitosa, P. Funari, T. S. Zanlochi, *As veias negras do Brasil,* São Paulo: Edusc, pp. 233-260.

CRENSHAW, K. (1991*),"Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color*", *Stanford Law Rewiew*, pp. 1241-1293.

DAVIS, A. (1981), *Woman, race and class*, New York: Vintage Books.

FOUCAULT, M. (1988), *História da sexualidade I: a vontade de saber*, Rio de Janeiro: Graal.

FOUCAULT, M. (2003), *A verdade e as formas jurídicas,* Rio de Janeiro: NAU Editora.

FOUCAULT, M. (2008*), Segurança, território e população. Curso dado no College de France (1977-1978)*, São Paulo: Martins Fontes.

FOUCAULT, M.(2009), *Vigiar e Punir,* Petrópolis: Vozes.

FOUCAULT, M. (2010), "A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In Ética, sexualidade, política, Rio de Janeiro: Forense Universitária, pp. 267-28

HALL, S. (2003), *Da diáspora*: *identidade e mediações culturais*, Belo Horizonte: Editora UFMG.

MATTHES, S. (2010), *La etnización de lo político en Bolivia.* Iberoamericana, Nueva Época.

MATTOS, H. M.(2004). *Biografia, racialização e memória do cativeiro na História do Brasil*. Tese de livre docência, Niterói: Departamento de História, Universidade Federal Fluminense.

MOTT, L. (1996), "Santo Antônio: o divino capitão do Mattos" In J. J. Reis, F. S. Gomes (eds.), *Liberdade por um fio: história dos quilombolas no Brasil,* São Paulo: Companhia das Letras, pp. 110-138.

O'DWYER, E. C. (ed.) (2003). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

PACHECO, G. (2007) "Memória por um fio: as gravações de Stanley J. Stein". In. S. L. Lara, G. Pacheco (eds.), *Memória do jongo*: as gravações de Stanley. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas: CECCULT, pp.15-32.

RAGO, M. (2004). "O efeito Foucault na historiografia brasileira". In Foucault, História e Anarquismo. Rio de Janeiro: Achiamè.

RICHARD, N. (2002). "A escrita tem sexo?" In: Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, pp. 127-71.

THEODORO, H. (2008), "Religiões afro-brasileiras". In E. N. Larquin (ed), *Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente*. São Paulo: Selo Negro, pp.65-85.

Araribóia Ou Martim Afonso?

Lia Vieira Ramalho Bastos[1]

Resumo: Com este trabalho pretendemos analisar reflexos da formação identitária e cultural brasileira, que na contemporaneidade se mostra, por vezes, conflituosa e ambivalente. Partiremos da premissa de que este processo tenha se iniciado com a colonização, e para analisá-lo, propomos um estudo das relações estabelecidas entre indígenas e portugueses no Rio de Janeiro colonial, intermediadas através do chefe temiminó Araribóia, o qual teria com sucesso se estabelecido como um mediador entre estes dois mundos tão distintos. Araribóia teria incorporado costumes e hábitos dos colonizadores, tornado-se cristão, adotado nome de "branco", se adaptado as normas sociais vigentes e usufruído de títulos e *status* a ele concedidos, mas manteria seus referenciais culturais indígenas. Pareceu transitar habilmente entre estas duas culturas, garantindo em parte a sua sobrevivência e de seu povo, ao mesmo tempo proporcionando a efetuação do processo de colonização e "civilização" que se pretendia ao "Novo Mundo".

Palavras-Chave: Araribóia, colonização, identidade, ambivalência, fronteiras.

Introdução

Com este artigo abordamos através de pesquisas históricas e análises de discursos pós-coloniais, a possibilidade de se ter constituído junto à população brasileira identidades ambivalentes e de pouco reconhecimento com os povos indígenas originários deste território. O desenvolvimento para este trabalho veio a partir de pesquisas sobre a colonização portuguesa no Brasil direcionada, mais especificamente, as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, que contam com a singularidade de terem em comum a participação do índio Araribóia no momento de suas fundações, e também como partícipe de suas sociedades coloniais no século XVI.

Procuramos expor as mais diversas narrativas que contam a trajetória de vida de Araribóia, suas relações na colônia e seu legado na história e na memória do Rio de Janeiro para contextualizar o processo identitário multicultural que se iniciava com a colonização do Brasil. Contamos também com teóricos como Homi Bhabha e Gilberto Velho, para analisar os fatores que, ao longo do processo colonial e "civilizatório" brasileiro, poderiam ter contribuído para dificultar o reconhecimento e a identificação por parte da população fluminense com suas origens e personagens indígenas.

Direcionaremos este estudo ao caso de Niterói, por Araribóia ter sido considerado protagonista de sua fundação, diferentemente do Rio de Janeiro onde, segundo a história oficial, teria atuado de forma coadjuvante. E ainda, pela percepção de pouca expressividade e orgulho deste passado indígena na contemporaneidade dos cidadãos niteroienses. Niterói surgira da doação de uma sesmaria[2] ao índio temiminó Araribóia, realizada em 1568, situação um tanto quanto incomum para este período, pois era vedado àqueles que possuíam "defeito de sangue"[3] receberem bens e títulos. Araribóia, segundo Mauricio de Almeida Abreu (2003: 5), teria sido

---

1 Universidade Federal Fluminense - Instituto de Artes e Comunicação Social (IACS) - rua Lara Vilela, 126 - sala 207 - S. Domingos - Niterói/RJ - Brasil
lia.v.bastos@gmail.com

2 A coroa portuguesa concedeu extensas doações de terra chamadas sesmarias, instituto jurídico cuja origem remonta a 1375. Trata-se de um exemplo de transposição de instituição. Durante todo período colonial, foi o principal meio legal de obtenção de terras rurais e seu título de propriedade. Pequenos produtores apropriaram-se de terras devolutas mediante simples ocupação, conhecida como posse. Às vésperas da independência a prática da doação de terras por sesmaria foi suspensa sem que outro instrumento legal fosse promulgado em substituição NOZOE (2006: 01).

3 O "defeito de sangue" era determinado por descendência de povo mouro, judeu ou índio, ou se possuía algum "defeito mecânico", ou, se era filho ou neto de indivíduos que exerciam atividades ou ofícios manuais, ou se o próprio os desempenhava (MELLO apud VAINFAS, 2006: 15).

um dos primeiros indígenas a receber uma sesmaria no Brasil Colônia. Circunstância esta, que aliada as suas vitórias em batalha e parcerias firmadas com portugueses e jesuítas, viria a contribuir em sua ascensão social e promoção de sua representatividade perante a sociedade colonial. Assumiu também, o posto de capitão-mor da Aldeia de São Lourenço dos Índios, estabelecida naquela sesmaria recebida, da qual já era seu principal, e se firmou como um mediador entre o povo indígena e o português, como veremos com maiores detalhes ao decorrer deste trabalho.

Atualmente podemos perceber que as representações de Araribóia que repercutem no imaginário popular mostram-se envolvidas por ambiguidades, e por vezes, contradições. Havendo em Niterói aqueles que contam a história de Araribóia como um herói e imortal fundador, ao mesmo tempo, há quem diga que o índio não passou de um traidor do próprio povo e vilão que se aliou aos interesses colonizatórios lusitanos. Verificamos que embates narrativos também se mostram presentes junto a autores que pesquisam a história fluminense e promovem as mais diversas versões sobre a trajetória de vida de Araribóia. Para tanto, Luiz Carlos Lessa produziu o livro *Pontos Controvertidos da Vida de Araribóia* (1996), onde contrapõe estas versões aliadas aos diversos relatos encontrados sobre o Brasil e mais especificamente, sobre o Rio de Janeiro no século XVI, buscando por legitimar algumas destas versões da vida de Araribóia, que demonstram estar inseridas constantemente em um campo de disputa.

> (...) toda narrativa é reapropriada no ato da leitura, o que torna dinâmica a perspectiva ontológica, pois aquilo que vem configurado em uma determinada narrativa receberá novas configurações a partir da perspectiva de quem lê, propiciando, assim, a criação/recriação da realidade, processo que nunca finda (CARVALHO, 2012: 171).

Contudo, todas estas histórias transmutadas ou não, que disputam por legitimidade no imaginário popular, simultaneamente permeiam e compõem a memória da cidade niteroiense e de sua população. Segundo Oliveira, e Vasquez (2006: 18), «a memória é a representação presente de um passado que, mesmo não tendo sido vivido, participa da construção da identidade social de um grupo. A memória é parte da cultura de um povo». Assim, nos propomos a demonstrar que Araribóia faz parte da construção identitária niteroiense que se divide e ao mesmo tempo se une em torno de suas origens indígenas e portuguesas; e que apesar de conflitos e contradições que fazem parte destes processos de constituição de identidade e memória, Araribóia se estabeleceu como um mito da cidade, e suas representações imagéticas e simbólicas retornam constantemente à contemporaneidade em formatos reconfigurados, estando sujeitas a novas formas de apropriação.

Início da Colonização Portuguesa e Fortalecimento de Alianças no Brasil Colônia

Durante os primeiros trinta anos do descobrimento das terras brasileiras por Portugal, seriam enviadas ao Brasil apenas expedições de caráter exploratório e não colonizador. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda (1995: 49), os portugueses vieram ao Brasil em busca de riquezas, não às custas de trabalho e sim de ousadia, de aventura, assim como havia sido na Índia com a exploração de especiarias e metais preciosos. Então, durante estas primeiras décadas, as expedições que chegavam ao Brasil, vinham com o objetivo de explorar o pau-brasil, que até este momento seria a maior fonte geradora de riquezas para Portugal, pois era desta planta que se extraía o pigmento em tom carmesim para o tingimento de tecidos que movimentava a indústria têxtil europeia. Com a constatação da presença de outras nações com o mesmo intuito exploratório, como a da França, Portugal passaria a enviar frotas militares para vigiar e tentar mantê-las afastadas do território brasileiro.

Visto que a atuação dos franceses em explorar e traficar o pau-brasil vinha desde meados de 1504, e que possuíam boas relações e alianças com povos indígenas do litoral, foi preciso que Portugal tomasse providências para que seus interesses não fossem prejudicados. Então, segundo Carlos Wehrs (1984: 29), para retomar o controle sobre o território brasileiro foi enviado em 1531, Martim Afonso de Souza e com ele, a primeira expedição portuguesa com função, além de exploratória, colonizadora. O fidalgo português fundou em 1532 a primeira vila do Brasil no litoral paulista, a Vila de São Vicente, dando início à colonização portuguesa em terras brasileiras.

Luiz Carlos Lessa (1996: 36) nos conta que na região da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, habitavam, em maioria, índios da etnia tamoio, que eram aliados dos franceses e ocupavam a parte continental. Em menor quantidade haviam os maracajás, aliados dos portugueses, que se encontravam na Ilha de Paranapuã, atual Ilha do Governador. Tamoios e maracajás viviam em constante guerra, sendo que os primeiros estariam em vantagem por encontrarem-se em maior número. Os maracajás, diante de uma possível derrota, buscaram junto aos portugueses apoio para deslocarem-se até um local mais afastado e seguro, passaram então a ocupar uma faixa de terras no estado do Espírito Santo. José Inaldo Alonso (1976) cogitou a possibilidade deste grupo ter se dividido em duas aldeias, uma de maracajás liderada por Maracajá-Guaçu e outra de temiminós liderada por Araribóia, conforme o relato do padre Miguel Torres de 1562:

> Na carta de 10 de junho de 1562, escrita pelo padre Miguel Torres, é mencionada a aldeia de N. Sra. Da Conceição que era de Maracaja-Guaçu. Fala também noutra que se pode interpretar com segurança como sendo a do Cobra Feroz. Seria a primeira referência documental a Araribóia. Aldeia com mil almas que vieram do Rio de Janeiro e foram sempre amigos dos portugueses. O principal da aldeia deseja fazer-se cristão e os padres querem casá-lo com uma moça dos seus (ALONSO, 1976: s/p.).

Seguindo por este relato de Miguel Torres, aliado as pesquisas de Serafim Leite sobre não ter havido catequese cristã no Rio de Janeiro antes de 1550, acredita-se que Araribóia tenha se convertido ao cristianismo ainda no Espírito Santo e adotado como nome de batismo o mesmo do fundador da primeira vila em solo brasileiro, Martim Afonso de Souza. Segundo Vicente do Salvador (1982: 169), Araribóia teria sido «padrinhado» por Martim Afonso quando o índio esteve em sua capitania em 1530.

Araribóia e seu povo mantiveram a aliança com os portugueses, e voltaram alguns anos depois ao Rio de Janeiro para ajudá-los a tentar expulsar definitivamente os franceses desta região. Conforme Wehrs (1984: 30), Mem de Sá viria ao Brasil em 1560 como governador-geral, com o propósito de combater os franceses, submeter os colonos portugueses aos rigores da lei e da ordem, e conquistar as terras habitadas pelos nativos, nem que com isso tivesse que exterminá-los, como teria feito com centenas de tribos[4]. A primeira atitude tomada por Mem de Sá, ainda em 1560, fora reunir às frotas portuguesas, temiminós e tupiniquins, para juntos sitiar a Ilha Serigipe, a qual os franceses haviam ocupado e erguido um forte. Aguardaram por semanas a rendição dos franceses, até que um marujo português teria conseguido chegar à ilha e explodir o paiol que abrigava grande parte do estoque de munição francesa, e assim, finalmente os portugueses teriam alcançado a vitória.[5]

Após esta batalha, os franceses não teriam ainda sido totalmente derrotados, os sobreviventes se juntariam aos tamoios e resistiriam por mais sete anos, sendo os dois últimos marcados por grande resistência e diversas lutas. Neste período, o comando das tropas portuguesas, no Rio de Janeiro, havia sido assumido por Estácio de Sá, sobrinho de Mem de Sá. O marco de fundação do Rio de Janeiro data de 1565, mas apenas em 1567, com o retorno de Mem de Sá ao Rio de Janeiro acompanhado de novas tropas e com o apoio dos temiminós liderados por Araribóia, que se teria dado a vitória sobre os franceses, marcando o que muitos chamaram de segunda fundação do Rio de Janeiro. Assim descreveu Monsenhor Maurilio Cesar de Lima (2004):

> Obtidos do governador geral reforços necessários e contando com a colaboração dos índios Temiminós, chefiados pelo cacique Arariboia, os lusos sobrepujaram os adversários na batalha das canoas, no dia de São Sebastião, 20/01/1567. A cidade teve segunda fundação, no que foi conhecido como Morro do Castelo, com a assistência de Mem de Sá e do bispo Dom Pedro Leitão. Estácio morreria em consequência de flechada envenenada, no ataque do Uruçu-mirim (Ibid.: 36).

---

4 Como por exemplo, a campanha patrocinada por Mem de Sá em favor do extermínio indígena na Bahia, conhecida como "guerra do Paraguaçu" (ABREU, 2003: 10).

5 Outra versão sobre este fato, circula no Brasil, propagada pelo deputado Rogério de Carvalho em seu Projeto de Lei nº 3716 de 2012, que ressalta o protagonismo de Araribóia. Segundo Carvalho, teria sido o índio quem liderara o assalto ao forte Coligny, e ainda teria atravessado a baía a nado e explodido o paiol de munição francesa que lá se encontrava.

Com a vitória, e os franceses e tamoios definitivamente expulsos da região do entorno da Baía de Guanabara, a aliança entre portugueses e temiminós se fortaleceria ainda mais, e Araribóia se destacaria como líder e importante guerreiro adquirindo grande prestígio junto aos portugueses. De acordo com Maria Regina Celestino de Almeida (2006: 14), Mem de Sá, percebendo a fragilidade em que se encontrava o território recém-conquistado, devido aos possíveis ataques inimigos que ainda poderiam vir a acontecer, fornece ao cacique, em contrapartida por seus préstimos em batalha, uma sesmaria na margem oriental da Baía de Guanabara, chamada "Banda D'Além"[6], para que pudesse estabelecer seu povo, de forma que, também, permaneceria sempre por perto, protegendo a região.

Antonio Mariz Coutinho, provedor da fazenda real no Rio de Janeiro, era dono das terras desta sesmaria, mas as renuncia em 1568 em nome de Araribóia. Esta doação seria oficializada em 22 de novembro de 1573 com um ritual simbólico de posse, inspirado no período medieval como era costume na época. O ritual consistia em colocar nas mãos do novo dono da terra, pedras, areia e ramos verdes provenientes de seu novo feudo, além disso, também foi feita a lavratura da carta de sesmaria.[7] Este acontecimento determinaria a fundação da Aldeia de São Lourenço dos Índios e tornar-se-ia marco representativo, também, da fundação da cidade de Niterói.

Araribóia, Cacique e Capitão-Mor da Aldeia de São Lourenço dos Índios

Araribóia, a partir de então, passa a ser conhecido como Martim Afonso Araribóia, o índio cristão e companheiro dos portugueses e inicia sua ascensão social na colônia. Wehrs (1984: 33) relata que, junto a sesmaria da Banda D'Além, Araribóia teria recebido do rei de Portugal, Dom Sebastião, o posto de capitão-mor da Aldeia de São Lourenço dos Índios, um vestuário completo de seu próprio uso, o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo e uma tença de doze mil réis anuais; pois, para se obter uma sesmaria naquela época era preciso estar de acordo com algumas exigências, dentre elas, ser cristão e possuir bens.

O hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo[8] era das condecorações mais almejadas pelos ilustres súditos do império, e nem mesmo o "defeito de sangue" impediu Araribóia de recebê-lo. Conforme Almeida (2006: 15-16), o rei, assim como o grão-mestre das ordens, tinha autoridade para dispensar o "defeito de sangue" e fazer as concessões aos índios, aos mouros ou àqueles em que incorria o "defeito mecânico". O defeito de sangue indígena era mais facilmente dispensável do que o judaico, que para tanto, apenas o papa tinha autoridade suficiente para dispensá-lo. Dizia-se que o sangue do índio não era tão infecto quanto o dos cristãos novos, e verificou-se que não havia sido obstáculo para o recebimento de ordens militares.

No entanto, mesmo com estas concessões de títulos, bens e fortalecimento de alianças entre portugueses e índios durante o período colonial, a discriminação e o preconceito se mantinham presentes. Os índios continuavam a ser considerados selvagens e primitivos, sofriam com a imposição de práticas culturais e costumes europeus considerados como superiores e civilizados, e ainda eram submetidos ao trabalho forçado e à escravidão. Para Homi Bhabha (1998: 127) um dos fatores que sujeitaria o colonizado a estas imposições e submissões seria a sua origem racial, sobre a qual, o discurso colonial trataria de utilizar como justificativa, da necessidade de conquista e de domínio, para estabelecer sistemas e normas de administração e instrução aos povos "primitivos". Entretanto, percebemos que questões relacionadas ao âmbito cultural, no caso do indígena, foram mais atuantes no favorecimento de situações discriminatórias, do que questões raciais. Segundo Tzvetan Todorov (1993: 34), Colombo em suas primeiras percepções sobre a América, teria justificado a inferioridade cultural do indígena

---

6 A sesmaria tinha «légua de terra ao longo do mar e duas léguas para o sertão», estendendo-se, portanto, desde as Barreiras Vermelhas – a antiga Praia Vermelha, atualmente aterrada pela Via Litorânea, no Gragoatá – até a enseada do Maruí, seguindo a linha do litoral, e até a região de Pendotiba, para o interior (OLIVEIRA, e VASQUEZ, 2006: 28).

7 Disponível a descrição detalhada deste ritual em "AUTO DA POSSE DA SESMARIA DE MARTIM AFFONSO DE SOUZA" em: http://www.ddp-fan.com.br/autoposse.htm

8 Desde o século XVI, quando D. João III reuniu o grão-mestrado das três ordens militares – Cristo, Avis e Santiago - a poderosa instituição religiosa e militar distribuía suas comendas e seus hábitos como meros instrumentos de clientelismo para a coroa e de promoção social para os premiados (ALMEIDA, 2006: 15).

por sua nudez, pois acreditava que os seres humanos passaram a vestir-se após a expulsão do paraíso, e seria esta passagem o marco para a origem da identidade cultural do ser humano. Enquanto que para Pero de Magalhães Gandavo (1984: 123), a carência de civilidade do indígena brasileiro estava marcada pela língua local, o Tupi, na qual faltavam as letras F, L, R. Gandavo esclareceu que por não haver estas três letras no alfabeto tupi, não haveria entre estes povos nem Fé, nem Lei e nem Rei, e que desta forma viveriam de forma desorganizada e sem diretrizes.

Para Almeida (2006: 17), o que realmente configurava os nativos brasileiros como selvagens eram os fatores culturais e não étnicos, seria «o índio cultural e não o índio biológico que constitui o estrato inferior do sistema de estratificação». A estratégia usada então pelos colonizadores, foi aproximá-los e aculturá-los ao modo europeu, enobrecendo e fornecendo privilégios aos seus líderes, contudo, firmando, fortalecendo e mantendo alianças com os povos nativos, dando assim, alguma viabilidade para que o projeto colonial lusitano alcançasse seus objetivos com sucesso em terras brasileiras.

Para muitos indígenas, assim como Araribóia, a assimilação e a adaptação a uma cultura estrangeira pode ter sido a forma encontrada para evitar a extinção de seu povo, podendo ter sido uma adaptação pela sobrevivência; no entanto, a apropriação e a compreensão destas novas práticas culturais lhes proporcionariam possibilidades para atuarem na defesa de seus interesses. De acordo com Oliveira, e Vasquez (2006: 36) «como súditos leais de Sua Majestade, os índios tinham direito à terra, à liberdade e à salvação de suas almas, garantida pela aceitação do cristianismo».

A aproximação e o encontro entre sociedades culturalmente distintas, segundo Gilberto Velho (2001: 25), proporcionariam a valorização de temas e conjuntos de interesses que seriam capazes de gerar fontes de prestígio e honra, se caracterizando, ainda, como possíveis canais de mobilidade social. Como visto acontecer com Araribóia no Brasil colônia, onde sua liderança temiminó e sua atuação como mediador entre portugueses e índios, que eram necessárias para os colonizadores, proporcionavam além da garantia de sobrevivência, benefícios, poder, e prestígios.

No entanto, da mesma forma que ascendia socialmente na colônia, Araribóia mantinha seus vínculos indígenas. Continuava a ocupar seu posto de liderança entre os seus, como cacique, mas também assumia e desempenhava o cargo de capitão-mor instituído pelos portugueses. Continuaria também a viver na sua aldeia de acordo com suas práticas culturais indígenas, mas manteria uma casa no Rio de Janeiro para sua estadia quando de passagem pela região, sendo que esta casa encontrava-se na rua Direita (atual 1º de Março), local onde as principais autoridades da época residiam. Em tempo, Araribóia teria consumado matrimônio com uma índia mestiça, filha de português, em uma cerimônia católica realizada pelo vigário, a qual teria entre seus convidados portugueses e temiminós.

> Rio de Janeiro, Primeiros dias de maio de 1570 – O Rio parou ontem para ver o herói da conquista de URUÇUMIRIM e da famosa batalha de PARANAPUCUÍ que se casava pela segunda vez. A frota nupcial chegou ao porto do Rio de Janeiro às nove horas da manhã. Toda a cidade, tendo à frente o seu Capitão-mor e Governador, o recebeu com palmas e vivas. Acompanhou-o a população até a Sé, onde ouviu missa e recebeu o Santíssimo Sacramento da mão do vigário, que realizou o casamento com toda solenidade. Terminada a cerimônia religiosa, o Governador e toda a cidade acompanharam os nubentes ao porto e foram saudados com alguns disparos de peças de artilharia. Araribóia ofereceu um banquete na Aldeia de São Lourenço a toda a tribo e aos portugueses que os acompanharam até Niterói com as respectivas esposas (ALONSO, 1976: s/p.).

Estas uniões entre índios e filhas de "brancos" mestiças (ou mamelucas), assim como também entre portugueses e filhas de chefes indígenas, impulsionavam a ascensão social do índio na colônia, pois promoviam a formação, o fortalecimento e a articulação de alianças que auxiliavam no progresso da colonização e de "civilização"[9]

9 Norbert Elias (1994) examina que uma sociedade para ser considerada civilizada estaria determinada a diversos fatores,

no território dominado. Afinal, para que este processo se concretizasse seria preciso, além da destreza em batalha, da força de trabalho e da mediação feita pelos líderes indígenas, das mulheres indígenas. No início da colonização era escassa a população branca, principalmente do gênero feminino, então, conforme Gilberto Freyre (2006: 160), teriam sido as índias as principais responsáveis pelo caráter multicultural que se estabeleceria na sociedade brasileira, e foram essenciais para o povoamento da "nova terra".

Neste período, estas uniões vivenciadas entre os líderes indígenas e as filhas de "brancos" expressavam, além da ascensão social do índio, a importância do seu papel desempenhado como mediador entre os povos coloniais. Araribóia tornava-se uma figura proeminente naquela sociedade, incorporava a cada dia, um pouco mais dos costumes e hábitos dos colonizadores, se adaptava às normas sociais estabelecidas na colônia e usufruía dos títulos e *status* a ele concedidos. Circulava entre uma cultura e outra de forma habilidosa, procurando manter-se ligado as suas origens culturais e defendendo os interesses dos seus, mas aproveitando dos prestígios e honras a ele fornecidos, e concedendo aos portugueses a certeza da segurança do território e a garantia de uma relação pacífica com seu povo.

> A possibilidade de lidar com vários códigos e viver diferentes papéis sociais, num processo de metamorfose, dá a indivíduos específicos a condição de mediadores quando implementam de modo sistemático essas práticas. O maior e o menor sucesso de seus desempenhos lhes dará os limites e o âmbito de sua atuação como mediadores (VELHO, 2001: 25).

Podemos perceber pela trajetória de vida de Araribóia, que ele esteve imerso em um constante «processo de metamorfose», como citado anteriormente por Gilberto Velho. Constante porque neste caso a metamorfose não se concluiria, permaneceria sempre em processo, visto que Araribóia não teria se transformado totalmente aos moldes do "homem branco". Teria sim, aprendido a lidar com os mais diversos códigos culturais e sociais que o envolviam, assim também, com as necessidades de assumir e desempenhar determinados papéis sociais. Apontamos para o fato deste ter sido um processo contínuo na vida de Araribóia, pela perceptível resistência por parte do indígena em não assumir por total os conceitos e as práticas culturas que estavam sendo impostas, mas, ao mesmo tempo, as assimilando e se adaptando a estas. Almeida (2003: 33-34) argumenta, que uma das formas encontrada pelos índios para conseguirem sobreviver e garantirem melhores condições de vida nesta nova situação em que se encontravam era pela «resistência adaptativa».

Araribóia, de certa forma, mantinha-se resistente a esta cultura estrangeira e dominante, utilizava-se e apropriava-se dela em momentos propícios, mas mantinha consigo seus referenciais culturais, conforme já relatamos anteriormente. Entretanto, há uma história contada por Frei Vicente do Salvador (1982) sobre um encontro entre Araribóia e o governador das capitanias do sul, Antonio Salema, em 1575, no Rio de Janeiro, que deixou transparecer mais claramente esta "resistência adaptativa". Para a visita do governador, os mais ilustres da colônia foram convidados a recebê-lo, incluindo Araribóia. No entanto, este encontro seria marcado por um embate cultural, Araribóia ao sentar-se, teria "cavalgado" uma perna sobre a outra, como era o costume entre o seu povo, mas não entre os portugueses, vindo a ocorrer uma situação de grande desconforto. O governador sentira-se ofendido, pois aquela forma de sentar não correspondia aos códigos culturais admitidos pela Corte portuguesa sobre a postura a adotar-se perante uma autoridade, então para ele, Araribóia o estava desrespeitando. Araribóia por sua vez, ao ser repreendido, também sentiu-se ofendido, e segundo Vicente do Salvador, o índio respondera:

---

como desenvolvimento tecnológico e científico, pelos costumes e hábitos, pelas relações sociais, até mesmo pelas formas de habitação. No entanto, afirma que esta seria uma visão das sociedades ocidentais sobre si mesmas e que desta forma se denominaram superiores a sociedades mais antigas ou mesmo contemporâneas que classificaram como "primitivas".

> Se tu souberas quão cansadas eu tenho as pernas das guerras em que servi a El-rei, não estranharias dar-lhes agora este pequeno descanso; mas já que me achas pouco cortesão, eu me vou para minha aldeia, onde nós não curamos desses pontos e não tornarei mais à tua corte (Id., 1982: 187).

Araribóia, segundo alguns historiadores[10], teria cumprido com sua ameaça. No entanto, não encontramos quaisquer registros que atestem um rompimento entre temiminós e portugueses naquele período, nos fazendo crer que Araribóia não haveria deixado de frequentar a Corte, ele continuaria a circular pelo Rio de Janeiro, mantendo sua aliança e compromissos com os portugueses, conforme afirmou Vicente do Salvador (1982: 187). Este posicionamento adotado perante o então governador da capitania pôde demonstrar, além de uma postura de resistência, que Araribóia tinha consciência de sua importância para a colônia e de seu lugar como líder e chefe de seu povo, deixando transparecer que não estaria sujeito a quaisquer subordinações e submissões que os colonizadores os quisessem impor.

> Deixar de ser índio, para passar a viver entre os colonizadores e negar qualquer vínculo com sua condição pretérita, ou fugir para as brenhas do sertão, buscando manter o seu modo de vida em regiões de refúgio, não foram de fato as duas únicas alternativas possíveis. Fora dessa polaridade, os índios coloniais, cristianizados e mantendo vínculos econômicos com os portugueses e brasileiros, circulam na capital e entre as fazendas, obtêm cargos e distinções, apresentam demandas e petições. Em parte acomodam-se aos colonizadores, em parte resistem e demarcam espaços próprios de sociabilidade (PACHECO DE OLIVEIRA, apud ALMEIDA, 2003: 18).

Estas relações estabelecidas entre colonizadores e colonizados em meados do século XVI no Brasil, representadas neste estudo através da trajetória de vida de Araribóia, nos fazem perceber a possibilidade de o índio colonial ter assimilado e se adaptado a uma nova conjuntura cultural e social, que permitiria a sua promoção e seu destaque junto àquela nova sociedade que vinha se constituindo, mas, ao mesmo tempo, resistindo a ela. Estas apropriações, assimilações e adaptações podem se caracterizar como elementos que viriam a demonstrar que o processo colonial e civilizatório estava se expandindo e se concretizava. Simultaneamente apontavam para a presença de uma possível resistência a este processo, visto por exemplo, através de diversas atitudes tomadas por Araribóia, como aquela onde haveria confrontado uma autoridade colonial, demostrando não estar disposto a abdicar por completo de suas referências culturais, apesar das boas relações mantida entre seus povos.
Araribóia se revelou como um reflexo de uma complexa conjuntura sociocultural, que se estabelecia entre processos de domínio e resistência, sofridos pelos povos indígenas diante de uma cultura estrangeira que se expandia, e possuía normas e valores tão distintos dos seus. Aceitara a conversão cristã e adotara o nome do fidalgo português Martim Afonso, mas não deixara para trás a cultura indígena e nem seu nome tupi. Casara-se em uma cerimônia cristã, mas com a noiva enfeitada com um cocar de penas multicoloridas e pintura ao modo temiminó[11]. Recebera dos portugueses uma sesmaria, para estabelecer a si e a sua aldeia nas proximidades do Rio de Janeiro, e o cargo de capitão-mor, havendo ainda constatações de que possuía imóveis no Rio de Janeiro; mas mantinha a sua presença atuante junto a seu povo em sua aldeia onde residia e preservava viva sua conexão às práticas indígenas e a sua liderança como o cacique Araribóia[12].

---

10 Carlos Wehrs (1984: 34) afirma que após este acontecimento, Araribóia não retornaria mais a frequentar a Corte no Rio de Janeiro.

11 Consultar maiores detalhes sobre este fato em: BASTOS, L., V., R. Araribóia e a Noiva de Cocar: um estudo referente aos reflexos da hibridização cultural em Niterói no século XVI. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Produção Cultural) - Curso de Produção Cultural, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2012.

12 Esta afirmação está embasada por autores como Alonso (1976), Wehrs (1984), Lessa (1996), Almeida (2006), pois há autores que discordam, como o jornalista e pesquisador em História, Emmanuel de Macedo Soares (1992: 36), que argumenta que Araribóia sequer teria ocupado as terras da Banda D'Além, pois a sesmaria, quando recebida, já se encontrava grilada pelos brancos.

De acordo com os mais diversos fatos e narrativas levantados até o momento e uma parcela destes aqui citados, podemos sugerir que Araribóia soube como apropriar-se dos recursos culturais que lhe foram fornecidos, de forma que pudesse reelaborar suas práticas culturais e sociais, reconfigurando sua identidade, buscando desta forma, defender seus interesses e de seu povo, e atuando não apenas como um intermediário entre estes dois mundos, mas como um mediador. Conforme Gilberto Velho (2001: 27), a este caberia o papel de agente de transformação, pois através da comunicação entre grupos culturais e sociais distintos, o mediador teria o potencial de flexibilizar e transpor fronteiras devido a troca de informações e valores.

Araribóia entre Fronteiras no Imaginário Popular

Uma análise a partir desta postura de mediador e transeunte cultural adotada por Araribóia, juntamente às estratégias adotadas pelo discurso colonial, nos auxiliam a chegar a algumas hipóteses a respeito da formação identitária niteroiense e seu distanciamento com o passado indígena, que vincula a cidade de Niterói à terra de índio. Quando revisitamos a trajetória de vida de Araribóia e pensamos em quem teria sido este personagem histórico, viria à mente a ideia de um índio, bravo guerreiro e destemido, líder de seu povo; junto a isso, viria também o processo de aculturação por qual passou, com sua proximidade com os portugueses, sua adaptação e apropriações às novas práticas culturais e normas sociais, e sua assistência e submissão para que o processo de colonização se efetuasse.

Estas referências sobre Araribóia, que se configuram em representações tanto quanto conflituosas no imaginário popular, aliadas a enquadramentos de "pureza" que definiriam o que é ser índio, podem ter gerado ambiguidades e até mesmo contradições a respeito deste personagem na contemporaneidade. A concepção do índio em seu "estado natural", onde o "puro" e "verdadeiro" índio, só poderia ser aquele que está em seu lugar de origem, vivendo junto aos seus e à natureza, como que se possível, de formas similares a anterior chegada dos europeus aqui no Brasil, sem a intervenção e o contato com a "civilização", foi difundida em grande escala através de repetitivas narrativas, que introjetadas contribuíram para que houvesse a construção de uma idealização a respeito do sujeito índio, distanciando-se de uma possível realidade[13].

Teorias como a do "bom selvagem" de Rousseau (1754) forneceriam elementos para que pensamentos como o anterior, se fortalecessem, se propagassem e fixassem um "devido" lugar a ser ocupado pelo índio, ao enfatizar que o ser humano seria bom e puro por natureza, e que o seu contato com a civilização que o levaria a degradação moral. Então imagina-se que, para a existência de uma possível ingenuidade e boa índole, as quais acreditavam ser natural do indígena, só estariam preservadas se estes vivessem em total isolamento. Outro contexto que viria a fomentar uma idealização do índio, seria a visão romântica indianista, difundida no fim do século XIX por autores como José de Alencar com Peri em *O Guarani* (1858) e Gonçalves Dias com seu poema *I-Juca Pirama* (1851). Nestas produções românticas, os autores costumavam elevar o caráter do indígena, com acréscimos de valores em sua personalidade heroica e quase sobre humana, ao mesmo tempo em que enfatizavam seus traços de submissão e fidelização aos seus "dominadores", isto é, ao homem "civilizado". O bom indígena, digno de confiança, seria bravo, honrado e valente, mas também servil e defensor dos interesses do "homem branco".

Contudo, haveria ainda presente no imaginário popular, desde a colonização, a formulação de uma visão marginalizada sobre o indígena, onde este seria considerado como fraco, dominado, submisso, e até mesmo, imprevidente. Esta visão seria resultado de estratégias adotadas pelo discurso colonial, as quais atuariam fomentando e fixando estigmas e estereótipos que inferiorizariam o índio frente a uma suposta superioridade cultural e civilizatória europeia, que chegava ao Brasil com expectativas de geração de mão de obra escrava

13 De acordo com Zygmunt Bauman (1998: 14) o ideal de pureza seria alcançado quando o sujeito estivesse ocupando o seu "justo lugar", o qual também corresponderia à conceituação de "cultura autêntica" de Sapir (1924). Seria este, o lugar de sua natureza em um determinado espaço, sendo que no momento em que ocorresse uma mudança de posição, seu deslocamento para "lugares diferentes", geraria uma situação de confusão e desordem.

indígena a partir das referências africanas que se tinham. Quando frustradas estas expectativas, reforçavam em reafirmar a necessidade de domínio ou extermínio destes povos e de suas práticas culturais.
De acordo com Bhabha (1998), a formulação de identidades estereotipadas fortaleceria o objetivo do discurso colonial, fazendo com que se estabelecesse um sistema de representação estruturalmente similar ao real, que através do jogo de conhecimento visaria fixar o posicionamento do sujeito dentro do discurso para legitimar o exercício de poder do colonizador sobre o colonizado. Assim, podemos argumentar que, tanto teorias como a de Rousseau, como a visão romântica indianista, quanto a marginalizada em relação ao indígena, contribuiriam para a formação de estereótipos, gerando discriminação e dando voz ao discurso colonial. O autor parte do pressuposto que visões estereotipadas são adotadas devido a um sentimento de desejo e repulsa que o "outro" gera no sujeito, sendo estimuladas pela repetição de argumentos, nem sempre verídicos, mas formulados ao mesmo tempo para fazer do "outro" como conhecido, familiar, e também lembrar que este é diferente e que não faz parte daquele lugar.

> O fetiche ou estereótipo dá acesso a uma "identidade" baseada tanto na dominação e no prazer quanto na ansiedade e na defesa, pois é uma forma de crença múltipla e contraditória em seu reconhecimento da diferença e recusa da mesma. Este conflito entre prazer/desprazer, dominação/defesa, conhecimento/recusa, ausência/presença, tem uma significação fundamental para o discurso colonial. Isto porque a cena do fetichismo é também a cena da reativação e repetição da fantasia moderna – o desejo do sujeito por uma origem pura que é sempre ameaçada por sua divisão (...) – o desejo de uma originalidade que é de novo ameaçada pelas diferenças de raça, cor e cultura. (BHABHA, 1998: 116-117)

Os embates entre reconhecimento e recusa da identidade do sujeito, dos quais Bhabha nos fala, mantém a representação do indígena dentro da ambiguidade do discurso colonial dando continuidade à exposição do nativo como o "exótico" ou o "outro". Estes formatos de representações, fundamentados por estereótipos, influenciam na criação e na recepção de referenciais indígenas distantes da realidade, mas, que ao mesmo tempo, seriam legitimados e repetidos por aqueles ao seu entorno, acarretando em um confronto identitário e ambivalente ao sujeito que buscaria se reconhecer através de representações formuladas a partir de uma imagem alienante de si.
Em Niterói, vemos que as representações de Araribóia circulam no imaginário popular entre a figura do "herói" e do "vilão", aliadas ainda a visões pejorativas[14] que vinculam o povo indígena ao primitivo e ao selvagem, fazendo com que a população em certos momentos se identifique com seu fundador e se sinta pertencente as origens indígenas do passado, mas simultaneamente se distancie destas referências. Podemos perceber tais ambiguidades no caso de familiares de Araribóia quando questionados sobre seus antepassados. Em entrevista cedida ao Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI-UFF), duas senhoras ditas descendentes de Araribóia mostram-se relutantes em assumir este parentesco, dizendo que esta história fazia parte de um passado que a elas não pertencia, que apenas possuíam o sangue do fundador, mas que de nada sabiam. No entanto, quando questionadas sobre as comemorações de aniversário da cidade, realizadas no bairro de São Lourenço onde residem, e o qual foi palco da fundação de Niterói, disseram se sentir muito honradas por tal parentesco, já que eram cumprimentadas e saudadas por autoridades e pela população.
Percebemos, a partir destes posicionamentos, que as estratégias empregadas pelo discurso colonial são determinantes para a ocorrência de uma construção identitária ambivalente junto a populações oprimidas, que trazem consigo reflexos de subdesenvolvimento e marginalização remanescentes do processo de colonização,

---

14 Segundo Margareth da Luz (2009), Niterói sempre foi alvo de piadas de mau gosto dos habitantes do Rio de Janeiro. Era chamada de "terra de índio", por alusão a seu fundador Araribóia. Niteroiense era "papa-goiaba". A ponte Rio-Niterói, ligava o século XIX (Niterói) ao século XX (Rio), dizia-se "vão central" quando em direção ao Rio e "vão à merda" em direção à Niterói.

o qual contribuiria em minar e extinguir possíveis vínculos e práticas culturais locais originárias destes povos. Contudo, mostra-se perceptível que Araribóia ao transpor fronteiras também atuaria contribuindo para esta construção ambivalente das identidades, pois geraria dúvidas e controvérsias na formulação de suas representações no imaginário popular.

A transposição de fronteiras, faria com que Araribóia ocupasse um lugar onde não haveria demarcação estrita, um lugar ocupado pelo híbrido, o qual proporcionaria a geração de confusão, desordem e ambivalência nas narrativas e em suas formas de representação junto aos sujeitos. Araribóia encontrava-se "fora do lugar"[15] e tornava-se ambíguo ao se posicionar entre os limites da "pureza" e da "impureza", vivia entre dois mundos, participando e compartilhando da cultura de ambos.

Considerações Finais

A partir dos elementos históricos, culturais, étnicos e sociais decorrentes da colonização brasileira, e das reverberações provenientes do processo de adaptação e resistência vivido por Araribóia, que expomos até o momento, pudemos verificar que os processos de formação identitária encontram-se constantemente inseridos em um campo de disputas. De acordo com Michael Pollak (1992: 4), «a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros». Ao analisarmos esta proposição de Pollak juntamente as argumentações de Bhabha, sobre as estratégias utilizadas pelo discurso colonial em criar e reproduzir estereótipos que denigrem o colonizado e o colocam em posições subalternas frente aos colonizadores, apontamos para a complexidade em se manterem os vínculos às culturas originárias de um passado oprimido e estigmatizado.

Araribóia ao manter-se entre os dois mundos, articulando e negociando com os seus e com os novos referenciais culturais que lhe eram apresentados, iria reconfigurando e recompondo a sua identidade, garantindo com isso a sua sobrevivência e de seu povo, pois firmava-se como partícipe e componente essencial para o estabelecimento com sucesso daquela sociedade colonial que se formava. Ao analisarmos as regiões fronteiriças como esta em que se posicionou Araribóia, poderíamos caracterizá-las como possíveis zonas de conforto e de conflito, averiguando que elas são propícias à ambivalência, pois o "outro" seria aceito ao cruzar a fronteira, desde que não se colocasse de forma permanente. Desta forma, as diferenças seriam visíveis, mas não necessariamente reconhecidas, pois aquele "outro" não faria parte daquele lugar, e ainda assim, haveria a possibilidade de aceitação por supostas semelhanças em comum que poderiam vir a ser compartilhadas.

Quando refletimos sobre o ambíguo posicionamento adotado pelos descendentes de Araribóia a partir do processo histórico ocorrido no Brasil com a colonização, auxiliado às análises sobre as constituições identitárias, compreendemos as possíveis causas que podem tê-los levado a elaboração de discursos conflituosos sobre seu passado e sobre suas próprias identidades. Percebemos que posicionamentos como este, são recorrentes no cenário brasileiro, e atentamos para o fato da população se reconhecer mais facilmente às suas origens europeias do que à indígena, ou mesmo à africana. Voltando ao caso de Niterói, averiguamos também a proeminência de um sentimento, por parte da população, em se identificar com referências que acreditavam corresponder ao contemporâneo, ao progresso, à "civilização" apresentada pelos povos do "Velho Mundo".

Verificamos que após a inauguração do Museu de Arte Contemporânea de Niterói (1996), projetado por Oscar Niemeyer, articulado a projetos de revitalização e marketing urbano, este desejo por sentir-se "civilizado" viria a emergir juntamente a uma sensação de recuperação de orgulho cívico e valorização da identidade do

15 Segundo Bauman (1998: 14), o oposto da "pureza" – o sujo, o imundo, os "agentes poluidores" – são coisas "fora do lugar". Não são características intrínsecas das coisas que as transformam em "sujas", mas tão somente a sua localização e, mais precisamente, sua localização na ordem de coisas idealizadas pelos que procuram a pureza. As coisas que são "sujas" num contexto podem tornar-se puras exatamente por serem colocadas num outro lugar – e vice-versa.

niteroiense.[16] Conforme Margareth da Luz (2009: 284), parecia que Niterói tomava um «banho de civilização»; no entanto, deixava cair no esquecimento, símbolos e referências culturais que remetiam ao seu passado indígena e a seu fundador, buscando desvincular a imagem da cidade e de seus moradores de representações estereotípicas ao "primitivo" ou ao "selvagem", que pudessem remeter a qualquer falta de civilidade ou retrocesso no "processo civilizatório"

Portanto, vemos por referências procedentes de uma verticalidade de imposições, exercidas por uma suposta superioridade cultural europeia durante o período colonial, permanecerem presentes na contemporaneidade brasileira. Segundo Stuart Hall (2003: 56), «as culturas nativas, deslocadas, senão destruídas pelo colonialismo, não são inclusivas a ponto de fornecer a base para uma nova cultura nacional ou cívica»; isto é, os povos colonizados manteriam na atualidade, condições semelhantes de fragilidade em relação à cultura, ao social, à economia etc., vivenciadas durante a colonização, o que contribuiria para o afastamento e ao não reconhecimento identitário da população com suas origens culturais que foram sendo oprimidas e marginalizadas ao longo dos anos.

Referências Bibliográficas

ABREU, M. de A. (2003) "Processo de conquista e apropriação do território: Capitania do Rio de Janeiro, 1564-1600", In: X ENCONTRO NACIONAL da ANPUR.

ALMEIDA, M. R. C. de. (2006), "De Araribóia a Martim Afonso: lideranças indígenas, mestiçagens étnico-culturais e hierarquias sociais na colônia". In VAINFAS, Ronaldo (org.). *Retratos do Império – Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EDUFF, pp.13-27.

_____ (2003), *Metamorfoses Indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro,* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

ALONSO, J. I. (1976), *Araribóia em Notícia,* Niterói, RJ: [s.n.].

_____ (1976), "Araribóia, filho de Maracajaguaçu?", *Jornal do Instituto Histórico de Niterói*, 1.

BAUMAN, Z. (1998), *O Mal Estar da Pós-Modernidade,* Rio de Janeiro: Zahar.

BHABHA, H., K. (1998), *O Local da Cultura,* Belo Horizonte: Ed. UFMG.

CARVALHO, C., A., de. (2012), "Entendendo as narrativas jornalísticas a partir da tríplice mimese proposta por Paul Ricoeur", *Matrizes*, São Paulo, 6 (1), pp.169-187.

ELIAS, N. (1994), *O Processo Civilizador: uma história dos costumes,* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

FREYRE, G. (2006), *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, São Paulo: Global.

16 Com a elevação à categoria de cidade em 1835 e à capital do Rio de Janeiro, Niterói seguiu se expandindo e se desenvolvendo amplamente em suas mais diversas áreas – social, econômica, política, urbana, cultural etc. -, com a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara em 1975, Niterói viria a perder o posto de capital para a cidade do Rio de Janeiro, que agora o assumia. A partir deste período, com a base política situada na nova capital do outro lado da Baía de Guanabara, a movimentação política e econômica na cidade se esvaziavam, acarretando em um refluxo de investimentos e em uma situação de dependência em relação ao Rio de Janeiro. Niterói seguiria imergindo em decadência e ostracismo até o início da década de 1990, quando um novo grupo político assumiria o governo da cidade e utilizaria, como estratégia, a promoção da imagem de Niterói como "cidade cultural", iniciando com a encomenda a Oscar Niemeyer do projeto para a construção do Museu de Arte Contemporânea.

HALL, S. (2006), *Da diáspora: identidades e mediações culturais*, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

HOLANDA, S., B., de (1995), *Raízes do Brasil,* São Paulo: Companhia das Letras.

NOZOE, N. (2006), "Sesmarias e Apossamento de Terras no Brasil Colônia", *Revista EconomiA*. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n3p587_605
[consultado em: 05-2014].

LESSA, L., C. (1996), *Pontos controvertidos da vida de Araribóia,* Niterói: Laplace.

LIMA, M. C. de (2004), *Breve História da Igreja no Brasil,* São Paulo: Loyola.

LUZ, M. da (2009), "Nasce uma nova Niterói: representações, conflitos e negociações em torno de um projeto de Niemeyer", *Horizontes Antropológicos,* 15 (32), pp. 273-300. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832009000200012 [consultado em: 07-2012]

OLIVEIRA, R. de, e VASQUEZ, M. (org.) (2006), *São Lourenço,* Niterói, RJ: Fundação de Arte de Niterói.

POLLAK, M. (1989), "Memória, Esquecimento, Silêncio". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2 (3), pp. 3-15.

_____. (1992), "Memória e Identidade Social". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 5 (10).

SOARES, E., de M. (1992), *Monumentos de Niterói,* Niterói: Êxito, Fundação Niteroiense de Arte.

TODOROV, T. (1993), *A conquista da América: a questão do outro,* São Paulo: Martins Fontes.

VELHO, G., e KUSCHNIR, K. (2001), *Mediação, cultura e política,* Rio de Janeiro: Aeroplano.

VICENTE DO SALVADOR, Frei (1982), *História do Brasil. 1500-1627,* Belo Horizonte: Ed. Itatiaia.

WEHRS, C. (1984), *Niterói Cidade Sorriso: história de um lugar*, Rio de Janeiro: (Apresentação de) Charles Julius Dunlop.

Políticas Educacionais, Ações Afirmativas e Etnicidade.

Maria Alice Rezende Gonçalves
Departamento de Ciências Sociais e Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil,
e-mail: marialicerezende@uol.com.br

Esta comunicação tem como objetivo apontar para o surgimento de uma nova etnicidade a partir da adoção das ações afirmativas nas instituições de ensino superior brasileiras. Nos anos 2000, uma série de experimentos adotaram cotas no exame vestibular a fim de possibilitar o acesso de negros ao ensino superior brasileiro. Podemos afirmar que essas políticas são responsáveis pela introdução de um novo modelo de acesso ao ensino superior e promovem a emergência de uma nova etnicidade negra. Esses experimentos combinam vários fatores, tais como: cor/raça, renda, região e origem escolar na seleção dos candidatos.

As recentes mudanças no processo seletivo para o ingresso no ensino superior nos levam a questionar os caminhos percorridos pela sociedade brasileira em direção à democratização do acesso ao ensino superior. Próxima em alguns pontos e distante em outros do modelo racializado de inclusão americano (políticas de ação afirmativa) e do modelo francês (políticas de discriminação positiva ou de mobilidade social), a sociedade brasileira vem desenhando seu próprio modelo de inclusão de setores sub-representados no ensino superior, adaptado às especificidades de nossa nação e à composição de nossa população. Este artigo tem como objetivo comentar as políticas inclusivas que visam incluir negros no ensino superior, destacando o fenômeno da emergência de uma nova etnicidade a partir da adoção de tais políticas nas instituições de ensino superior brasileiras.

Diferentemente da experiência americana pela garantia dos direitos civis para negros, as políticas racializadas brasileiras dos anos 2000 surgem num contexto diferente, marcado pela valorização da diversidade, ou seja, a afirmação da cor/raça é vista como um fator positivo em direção à garantia da igualdade nas instituições nacionais. A cor/raça dos indivíduos é afirmada em substituição a seu apagamento ou esquecimento. A busca da igualdade pressupõe a inclusão de todo cidadão afirmando a diferença como a identidade de raça/cor. Assim, surgem vários programas nas universidades públicas que adotam modalidades diversas, como as quotas raciais, o sistema de reserva de vagas ou os bônus. O negro institui-se nesse cenário como o novo beneficiário de políticas inclusivas. Cabe esclarecer que todos os experimentos entendem como negros a soma de duas categorias presentes no sistema de raça/cor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): preto e pardo.

Nota-se que o público-alvo das políticas sociais no Brasil tem se alterado substancialmente desde a primeira década do século XXI. As ações governamentais deste início de século têm se caracterizado pela busca da democratização do acesso às várias instâncias da sociedade, por meio da adoção de medidas inclusivas para grupos excluídos, como negros, ciganos, indígenas, deficientes etc. A criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), secretaria federal criada com o propósito de promover a igualdade racial, é um bom exemplo dessa mudança de foco. O surgimento dessa secretaria estimulou a criação de órgãos similares em vários estados e municípios da federação.

Passados cerca de 120 anos após a abolição da escravatura, observamos mudanças na composição racial brasileira. Em 2007, a população negra superou a população branca. Como sabemos, raça/cor é construção social e tem explicado o lugar que as pessoas ocupam na sociedade. Nada garante que esse modo de construir a identidade de uma pessoa seja permanente ao longo do tempo. Ela varia conforme as concepções ideológicas, políticas e vivências particulares de uma pessoa. Do ponto de vista da sociedade, a forma como cada identidade racial é construída implica adesão ou não a ela. Assim, mudanças positivas se refletem na adesão a determinada identidade. Soares (2008: 120) aponta para uma interpretação possível para o fenômeno: para ele, a partir do início dos anos 2000, em função de mudanças políticas e sociais, as pessoas têm menos temor de assumir a identidade negra. Acrescenta que essa mudança é um processo surpreendentemente linear e ainda não terminou. Em 2010, o censo do IBGE constatou que a população preta e parda já é mais da metade da população brasileira.

A série de experimentos adotados por programas das instituições de ensino superior são popularmente chamadas de "ações afirmativas", devido a semelhanças, no que diz respeito ao público-alvo, com experimentos americanos dos anos 1960. Em geral, essas medidas se justificam por promoverem, no sentido lato, a diversidade e, no sentido estrito, a inclusão de grupos historicamente excluídos. Nosso modelo de inclusão de negros vem se desenhando como híbrido por combinar vários fatores, tais como cor/raça, renda, região e origem escolar. Diverso, graças à autonomia universitária, tem fomentado a implantação de experimentos diferenciados, contribuindo para o aumento do alunado negro nas instituições de ensino superior. Assim, o negro se institui como beneficiário de políticas públicas. Próximo em alguns pontos e distante em outros dos modelos clássicos: o americano sensível à raça, e o francês daltônico e universalista (*color blindness*). O modelo brasileiro firma-se com suas especificidades, adaptado a nossa nação e à composição de nosso povo. Observa-se que os anos 2000 têm muito a dizer sobre os experimentos de inclusão de negros no ensino superior brasileiro.

As noções de raça, cor e etnia têm sido usadas de maneiras diversas para classificar e ordenar, hierarquicamente, indivíduos e grupos socialmente desqualificados. As políticas de ação afirmativa reacendem o debate em torno da noção de raça, pois para alguns estudiosos significa um retrocesso, já que a ciência o desconstruiu. Outros defendem a utilização da noção enfatizando seu uso social. Os estudos genéticos são utilizados como explicação da inexistência de raças e, indevidamente, para a crítica às políticas racializadas. Conforme afirma SEYFERTH (2002), ao longo da história da humanidade fizemos uso de várias noções para estabelecer distinções e hierarquias, tais como bárbaros e civilizados, ou pagãos e cristãos. A noção de raça surgiu de modo mais ou menos elaborado na Europa do século XVIII, inicialmente para estabelecer distinções entre os povos europeus e, posteriormente, foi aplicada para distinguir o europeu dos povos de outros continentes. A mesma autora alerta para o fato de que, nas inúmeras teorias, doutrinárias ou não, que surgiram ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a ideia de igualdade foi substituída pela ideia de raça. Ademais, as teorias racistas não foram produto do capitalismo ou do colonialismo, mas foram úteis a seus ideólogos para impor a dominação política e econômica aos povos colonizados. Com a superação, pela ciência, da noção de raça, esta passou ter um uso social, objetivando justificar a hierarquização entre os grupos sociais. Características físicas são escolhidas aleatoriamente, como a cor da pele, para justificar e afirmar a distinção, dando origem a práticas como racismo, discriminação e preconceito.

A necessidade de democratizar as instituições, contemplando a diversidade de grupos formadores da nação brasileira, tornando-as assim mais democráticas e justas, fez surgir uma série de programas e projetos, entre eles aqueles que visam à inclusão dos negros. Graças à autonomia universitária, as instituições de ensino superior diversificaram suas formas de ingresso.

No que tange às políticas inclusivas para negros, os experimentos procuraram reunir numa mesma política a categoria "raça", a noção de diversidade e a necessidade de ampliação das formas de acesso ao ensino superior. Os vínculos com as escolas públicas têm sido o critério mais adotado nos experimentos de inclusão em curso no país. Este fato tem demonstrado ainda haver resistência à adoção do critério raça/cor, pois poucos experimentos contemplam somente o fator racial. Como a maioria dos negros são alunos de escolas públicas, o fator racial ainda se apresenta de forma oculta ou contestada por aqueles que têm se beneficiado dos processos excludentes. Os dados censitários, desde a década de 1970, indicam haver uma sobreposição entre cor e pobreza no país, ou seja, a maioria negra encontra-se em situação de pobreza. Esse fato torna a questão mais complexa, criando obstáculos para a aceitação plena das políticas que adotam "raça" como o único critério para a definição dos beneficiários. Polêmicas por incluírem a cor/raça como um dos critérios definidores dos beneficiários, as políticas de ação afirmativa no Brasil têm estimulado o debate que se polariza: políticas universais ou políticas focalizadas?

O fato é que os ideais democráticos não impediram a produção de desigualdades no país. Convivemos com dados alarmantes que comprovam as desigualdades sociais e raciais. As recentes mudanças no processo seletivo para o ingresso no ensino superior buscam democratizar o acesso a esse nível de ensino. Nesse sentido, o acompanhamento das políticas de inclusão dos grupos sub-representados será essencial para que possamos descrever as características do modelo de inclusão adotado pela sociedade brasileira.

A imprecisão do termo "diversidade" tem nos levado a incluir numa mesma rubrica experimentos com referências políticas e filosóficas distintas, como experimentos de inclusão no ensino superior existentes em

diferentes sociedades – por exemplo, as cotas indianas, as políticas de ação afirmativa americana de garantia dos direitos civis e as várias modalidades de inclusão no ensino superior em curso no Brasil. Entretanto, devemos tratá-las a partir da análise da conjuntura local que os fez emergir, partindo do pressuposto de que as ações afirmativas brasileiras têm conseguido se adaptar ao modelo assimilacionista e múltiplo de raça/cor existente no país.

Para fins de comparação com o modelo brasileiro, podemos identificar dois modelos clássicos de inclusão no ensino superior produzidos por sociedades contemporâneas: o modelo americano e o modelo francês. O primeiro nasce sensível à raça e o segundo, insensível à raça e avesso a distinções de seus beneficiários. No que diz respeito aos beneficiários, podemos considerá-los em polos opostos. No que concerne à democratização do acesso, ambos buscam formas de garantir a diversidade e ampliar as oportunidades de acesso e permanência dos setores sub-representados no ensino superior.

Cabe ressaltar que, nos últimos anos, o modelo americano se reformulou e vem se aproximando dos ideais universalistas. Em 2007, a Suprema Corte dos Estados Unidos declarou ilegais as ações afirmativas em escolas públicas. Os dois modelos nos estimulam a pensar dois tipos ideais de políticas inclusivas que colocam em oposição dois polos filosóficos: o multiculturalista e o republicano. No Brasil, durante o domínio da perspectiva da diversidade, produzimos um modelo híbrido que contempla ao mesmo tempo cor/raça e renda. Esse modelo apresenta-se como próximo da realidade brasileira, em que quase sempre a cor/raça tem se confundido com a situação social do indivíduo.

Pensando as relações raciais americanas, DaMatta (1988) considera que se trata de uma sociedade se vê como igualitária, de tradição protestante, na qual o intermediário, característica do modelo triangular brasileiro, representa tudo o que deve ser excluído da realidade social. Os grupos com identidades mestiças não fazem parte do sistema de classificação racial. Os recenseamentos demográficos contemplam somente os grupos "ameríndios", "asiáticos", "brancos" e "negros", prevalecendo sempre o modelo dual e não o múltiplo. Seu mito primordialista ressalta a figura dos puritanos ingleses como fundadores da nação – grupo que fincou os alicerces de uma sociedade igualitária jurídica e constitucionalmente.

As ações afirmativas no sistema de ensino norte-americano se fundaram na introdução de normas de admissão sensíveis à raça dos indivíduos. Esta questão foi de enorme importância para um país que reconheceu haver uma linha divisória de cor que separava brancos dos não brancos. Nesse sentido, a democratização da sociedade norte-americana implicava a eliminação das diferenças de oportunidade associadas à raça. Como já foi dito, as políticas de admissão sensíveis à raça não foram absorvidas sem polêmica. Atualmente, observa-se um afastamento desse modelo racializado, considerado clássico para a promoção da inclusão das minorias étnico-raciais na sociedade norte-americana.

A França, país conhecido pela defesa das políticas universalistas baseadas nos princípios cunhados pela Revolução Francesa – igualdade, liberdade e fraternidade –, enfrenta nos dias atuais problemas ligados à inclusão de migrantes de origem variada: a sociedade revela a cor e a origem dos franceses. Preocupados em combater as discriminações, além das sociais, emergem políticas de discriminação positiva que repudiam quaisquer sistemas de classificação e de origem dos beneficiários elegendo outras categorias, permitindo assim que as discriminações sejam corrigidas.

A nação francesa foi erigida com base na ideia de Estado republicano nascida no Iluminismo. Segundo Semprini (1999), o modelo de integração tradicional entrou em crise porque não garantiu a igualdade real a todos no interior do espaço público. As falhas nesse processo têm contribuído para a produção de minorias que hoje reclamam um reconhecimento ou que manifestam uma tendência ao entrincheiramento comunitário.

No caso do ensino superior francês, destacamos o experimento da Sciences Po. A instituição afirma estar promovendo a mobilidade social de seus alunos egressos das zonas de educação prioritárias onde se localizam os liceus que acolhem alunos das classes populares. Nesse experimento, é interdita a distinção por cor ou outra qualquer forma de distinção, e segundo seus dirigentes, isso muda a realidade da localidade e atinge o grupo social, provocando uma mobilidade do grupo e do indivíduo.

Os experimentos brasileiros, que estamos considerando formadores de um modelo de inclusão no ensino superior nacional, visa contemplar os grupos sub-representados no ensino superior. Apesar de popularmente conhecidos como "ação afirmativa", apresentam particularidades que os afastam dos dois modelos paradigmáticos citados.

Nosso modelo remete às formas de a sociedade brasileira conceber a formação de seu povo e ao sistema de classificação de raça/cor baseado na marca. Segundo Nogueira (1998), em nosso sistema de classificação de cor, é a aparência e não a origem que define a cor ou raça do indivíduo. A classificação racial brasileira é cromática, ou seja, baseada no fenótipo e não na origem, e isso confere ao mestiço uma posição diferente daquelas assumidas nos sistemas de classificação bipolares.

Dependendo do grau de mestiçagem, o mestiço brasileiro pode atravessar a linha ou fronteira de cor e se classificar ou ser classificado nas categorias mais claras. A possibilidade de fuga de assunção da identidade negra cria identidades e situações ambíguas, fundamentadas na crença de que somos misturados na origem.[1]

Teixeira; Beltrão e Sugahara (2013), em *Além do preconceito de marca e de origem: motivação política como critério emergente para a classificação racial,* observam que existe consenso entre os pesquisadores, de que o preconceito seria predominante de marca, por oposição a um preconceito predominantemente de origem, como nos Estados Unidos. Os autores ponderam que nosso sistema de classificação de raça/cor da população brasileira se limita às cinco categorias ofertadas pelas pesquisas do IBGE – preto, branco, pardo, amarelo e indígena –, afirmando que o sistema de raça/cor é mais complexo.

Podemos considerar mais de um quesito nos levantamentos estatísticos para classificar a população. Para tal, esses autores consideraram critérios como marca (traços físicos e cor da pela); origem (cultura/tradição, origem familiar e origem socioeconômica/classe social); e critérios políticos-ideológicos. Acrescentam ainda que a classificação de cor ou raça envolve um processo complexo em que uma só dimensão não consegue fornecer uma definição adequada do seu significado, o que é mais verdadeiro quando se especula sobre os "outros". Tais observações são úteis para pensarmos a construção de uma nova etnicidade negra a partir da participação nos experimentos de ação afirmativa, ou seja, como as políticas racializadas vêm contribuindo para a construção e/ou fortalecimento dos critérios político-ideológicos na adesão à identidade negra. Os pesquisadores notaram que, ao informar sobre o outro, os critérios de marca dominam; e ao informar sua própria cor ou raça, os entrevistados fazem uso de um maior número de critérios.

Os opositores das ações afirmativas argumentam que as políticas sensíveis a raça/cor podem inventar grupos, criar divisões, reviver a noção de raça e estimular o confronto. Entretanto, partidários e opositores das ações afirmativas concordam que a discriminação e o racismo existem na sociedade brasileira. O enfrentamento de opiniões opostas alimenta o debate sobre as ações afirmativas como geradoras da democratização da nação ou de sua divisão num mosaico de grupos étnico-raciais.

Diferentemente do universalismo abstrato que proclama a igualdade de todos os cidadãos sem distinção de origem, raça, região, religião, gênero etc., a perspectiva da diversidade proclama o respeito à diferença, adotando a perspectiva de valorização e coexistência de identidades e de grupos num mesmo espaço social. Hoje, a questão da diversidade se impõe como necessária à promoção da igualdade. Ao contrário dos movimentos dos direitos civis que propagavam o apagamento das diferenças, as políticas da diversidade colocam a cor/raça num lugar importante. Em lugar de apagar as diferenças, as políticas da diversidade as institucionalizam. Para as organizações que aderem a tais políticas, o interesse reside em prestigiar os grupos excluídos.

Dentro do conjunto de medidas que afetam a composição da população que tem acesso ao ensino superior e contribui direta ou indiretamente para o acesso de negros, destacamos os seguintes programas governamentais de inclusão: Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a emergência de novos cursos de graduação, novas modalidades de ensino e

---

1 Oliveira (1974) aponta as diferentes posições ocupadas pelo mulato alçapão (*mulatto scape hatch*), uma pessoa intermediária com status também intermediário no Brasil e nos Estados Unidos. Para ele, o mulato racial existiu e existe tanto no Brasil como nos Estados Unidos, mas o mulato social existe apenas no Brasil. Não é a tão alegada propensão do brasileiro pela miscigenação que explicaria a existência do mulato brasileiro, mas sim o lugar social que se atribui a esta mistura, e é aqui que se deve buscar a razão desta classificação. Acrescenta ainda que foi por meio da palavra "negro" que os movimentos sociais da década de 1920 em São Paulo buscaram congregar os descendentes de africanos, numa tentativa de arregimentação que os afastasse do esvaziamento fenotípico – o mulato – socialmente mais predisposto a beneficiar-se das manifestações de hierarquização econômico-social dos grupos.

de metodologias como os colleges[2] e o ensino à distância, criados para ampliar o número de vagas e promover a inclusão dos grupos sub-representados no ensino superior. Além dessas mudanças, o recente reconhecimento da constitucionalidade das ações afirmativas para negros pelo Supremo Tribunal Federal (2012) provocará mudanças substanciais no acesso e na composição do alunado das universidades federais brasileiras. Essas instituições destinaram parte de suas vagas a grupos até então sub-representados no ensino superior.

As universidades públicas federais, estaduais e privadas buscam alternativas ao modelo tradicional de seleção adotando modelos diferenciados e adequados às especificidades regionais, tais como: o aproveitamento da avaliação realizada pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e a adoção de reserva de vagas para os setores sub-representados no ensino superior. O Governo Federal busca ampliar as vagas nas universidades federais e privadas por meio de programas como o Programa Universidade para Todos (Prouni), que oferece bolsas de estudos no ensino superior privado; pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que cria novos cursos e amplia as vagas no ensino superior federal; pela criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que introduz a metodologia de ensino à distância para os cursos de graduação, alcançando um alunado até então distante territorial e fisicamente das universidades; e do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), que financia os cursos presenciais de graduação em instituições privadas e utiliza as notas do Enem para o ingresso nas instituições de ensino a ele associadas.

Cabe introduzir nesse conjunto de iniciativas a proposta do Plano Nacional da Educação (PNE), que aguarda aprovação. Em uma de suas metas, propõe a criação de políticas que facilitem às minorias vítimas de discriminação, o acesso à educação superior, através de programas de compensação de deficiências de sua formação escolar anterior, permitindo-lhes, desta forma, competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino.

As mudanças prosseguem. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal considerou constitucionais as cotas raciais. Hoje, são mais de 100 instituições públicas de ensino superior possuidoras de formas de ingresso para grupos sub-representados, iniciadas de maneira assistemática e que se difundiram por todo o país. No mesmo ano, a Lei n°. 12.711, regulada pelo Decreto n°. 7.824, previu 50% das vagas reservadas e subdivididas – metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita, e metade para estudantes de escolas públicas com renda superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta o percentual mínimo correspondente à soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do IBGE, segundo o Ministério da Educação.

Em 2013, surgiu uma nova proposta de inserção de grupos sub-representados, os *colleges*. No Estado da Bahia, já foram implantados os chamados "bacharelados interdisciplinares" (BIs) em ciências e tecnologias, artes, saúde e humanidades, um modelo de ciclos adotado pela Universidade Federal da Bahia. Após o primeiro ciclo, os estudantes ganham um diploma, mas também podem prosseguir seus estudos nos diferentes modelos de formação profissional. No caso dos colégios universitários (Cunis), os alunos terão formação geral única por um ano e meio, quando receberão uma certificação. Após esse período, quem tiver interesse em conseguir o diploma BI deverá continuar seus estudos por mais um ano e meio.

Proposta similar foi formulada pelas universidades estaduais paulistas, por meio do Programa de Inclusão por Mérito no Ensino Superior Público (Pimesp). O programa destina-se aos oriundos da rede pública e pretende criar os institutos comunitários de ensino superior (ICES), onde os alunos terão aulas de todas as disciplinas, sem divisão por áreas. E, posteriormente, dependendo do seu rendimento, poderão ingressar ao fim do primeiro ano nos cursos oferecidos pelas faculdades tecnológicas (Fatecs) ou, ao final do segundo ano, também dependendo do rendimento, poderão ingressar nos cursos das universidades estaduais paulistas. Ao final do segundo ano, o aluno poderá considerar terminada sua formação. As duas propostas utilizarão a metodologia do ensino à distância.

Desde a reforma de 1968, não assistíamos a tantas mudanças no acesso ao ensino superior brasileiro. De um lado, estão medidas que buscam a diversidade da composição dos beneficiários, as ações afirmativas. De outro, aquelas que consideramos um prolongamento das medidas efetuadas pela reforma de 1968 de ampliação

---

2 Os *colleges* são faculdades de cursos de curta duração voltados para a capacitação profissional rápida de seus alunos ou levar à obtenção do grau de licenciado ou bacharel.

do número de vagas. As primeiras se alicerçam na autonomia universitária prevista na Constituição de 1988 e dão origem a programas de inclusão que variam conforme a instituição de ensino que os propõem. As de segundo tipo buscam promover a democratização do ensino por meio da expansão do número de vagas no ensino superior. Em ambos os casos, as formas de ingresso são variadas: vagas reservadas, cotas, bônus ou o aproveitamento da pontuação obtida no exame nacional do ensino médio (Enem).

São iniciativas diversas que introduziram mudanças na oferta de vagas, no perfil dos beneficiários e nas formas de acesso e modalidade dos cursos superiores de graduação. Nesse contexto, o exame vestibular tradicional é apontado como uma via de acesso antidemocrática, por não oferecer oportunidades iguais para todos, mantendo o ensino superior elitista, reservado somente para os setores de classe mais favorecidas. Todavia, essas mudanças não têm ocorrido sem críticas severas, em especial aos programas com corte racial. As ações afirmativas para negros têm provocado um intenso debate que envolve o meio acadêmico, o Judiciário, a mídia, os movimentos sociais e o senso comum – enfim, toda a sociedade brasileira tem alguma coisa a dizer sobre o tema.

Preocupadas com a diversidade de seu público-alvo, essas mudanças dão origem a um alunado diferenciado do tradicional. Esses "novos beneficiários" ingressam nas universidades a partir de critérios étnico-raciais, sociais, territoriais ou culturais, colocando em discussão o significado do princípio da igualdade e do mérito. Será que uma sociedade democrática liberal deve respeitar os particularismos étnico-raciais em detrimento do social? A identidade nacional brasileira construída a partir da ideia de miscigenação e da negação dos particularismos está ameaçada? Os pressupostos da igualdade de oportunidades e da ausência de quaisquer outras formas de distinção estão garantidos quando adotamos políticas sensíveis à raça? Os interesses particularistas são compatíveis com o interesse nacional? Com a adoção de uma visão multicultural do país a partir da emergência de particularismos, da denúncia das desigualdades sociais e raciais e do questionamento da unidade de nossa identidade, surge um novo paradigma que ressalta a diferença? As políticas de ação afirmativa estão criando novas identidades com base nos critérios político-ideológicos? A resposta a essas questões nos ajudam a desenhar o novo modelo de acesso ao ensino superior.

No Brasil, tanto os defensores quanto os opositores das políticas racializadas defendem o Estado democrático de direito fundado na igualdade da pessoa humana e concordam com a constatação de que no Brasil existe racismo. Entretanto, duas interpretações do país polarizam o debate: as políticas racializadas estimulam os conflitos raciais ou são uma solução para minimizarmos as desigualdades raciais? Até o momento, as instituições têm conseguido êxito nos seus programas de acesso.

As primeiras universidades a implantarem experimentos de ação afirmativa com recorte racial e social foram as estaduais do Estado do Rio de Janeiro e a Estadual da Bahia, com vestibulares realizados em 2002. De acordo com o Relatório da Coordenadoria de Articulação e Iniciação Acadêmica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAIAC), de 2003 a 2012 ingressaram naquela universidade 31.607 alunos não cotistas, correspondendo a 66% do alunado da universidade, e 15.935 cotistas, correspondendo a 34% do alunado da universidade.[3] Entre os cotistas, ingressaram 6.995 pelas cotas raciais (pretos e pardos). A CAIAC informa ainda que são 3.196 cotistas concluintes desde 2003. Há evasão: entre os cotistas, apenas 20% evadiram nesse período; e entre os não-cotistas, 33% evadiram no mesmo período.

A administração central da universidade é otimista na avaliação do experimento e atrubui o sucesso do experimento a baixa evasão e a adoção de um programa de permanência.

Por seu caráter compensatório e temporário, o acompanhamento desses experimentos é indispensável para medir seu sucesso, mas carecemos de avaliações cuidadosas. Algumas universidades públicas possuem núcleos de avaliação e monitoramento dos experimentos, como a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a Universidade Federal da Bahia, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Federal de São Carlos.

---

3 A identidade cotista foi criada para designar os beneficiários das ações afirmativas nas universidades públicas. O sistema de reserva de vagas da UERJ contemplou os seguintes grupos: negros (20%), oriundos da rede pública de ensino básico (20%), deficientes, indígenas, filhos de bombeiros militares, policiais civis e militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão de serviço (5%).

Essas iniciativas inovadoras, além de fazerem parte de um conjunto de medidas voltado para a expansão do ensino superior, estão promovendo a diversidade da composição étnica, social e cultural do público-alvo do ensino superior. O Governo Federal prossegue com sua política de expansão de vagas iniciada na reforma de 1968, por meio da criação de novos campi no interior do país, e dos programas Prouni, Reuni e UAB. As universidades públicas, ancoradas na autonomia universitária e no recente reconhecimento da constitucionalidade das ações afirmativas para negros (pretos e pardos), têm oferecido programas de ação afirmativa que permitem o ingresso de setores tradicionalmente excluídos das universidades, como índios, negros, mulheres, pobres e portadores de necessidades especiais.

Identificamos a proposição de programas de ação afirmativa nas instituições de ensino superior a partir do início da primeira década do século XXI, fenômeno sem precedentes no país. Os primeiros experimentos de reserva de vagas nas universidades públicas já completam dez anos. Atualmente, mais de uma centena de instituições de ensino superior adotam algum tipo de política afirmativa. O recente reconhecimento pelo STF da constitucionalidade das ações afirmativas para negros fomentará a ampliação da adesão de outras instituições.

Todas as ex-colônias europeias nas Américas são originalmente multiculturais e se tornaram independentes enfrentando o desafio de se construírem como Estados-nação seguindo o modelo europeu. O Brasil resolverá a questão da diversidade de sua formação étnico-racial por meio da construção de um projeto nacional em que o povo seja representado como mestiço. Concomitantemente à invenção da nação brasileira, o movimento negro da década de 1930 denunciava o preconceito e o racismo.

Segundo Seyferth (2002), na forma ideológica dos nacionalismos, desde o século XIX, o Estado-nação é imaginado, idealmente, para reconhecer como cidadão apenas aqueles classificáveis como nacionais. (...) As minorias, quaisquer que sejam seus elementos de identificação (raça, cultura, religião etc.) perturbam a ordem natural imaginada para o Estado-nação. Assim, as diferenças (culturais e/ou fenotípicas) foram assinaladas como a sinonímia da desigualdade. Somente a partir da década de 1970, o Brasil passou a dispor de dados estatísticos, produzidos pelo IBGE, quantificando as desigualdades étnico-raciais no país. Desse modo, os grupos étnico-raciais fundadores da nação e suas culturas resurgem em um novo contexto, onde são denunciadas as desigualdades raciais, o racismo, a discriminação e o preconceito. Os dados estatísticos nos permitem perceber o fosso que separam brancos e negros no país. Diferentemente dos países europeus, que receberam grupos étnicos vindos de diversas partes do mundo em busca de trabalho a partir dos anos 1970, o Brasil adotará a perspectiva pluricultural, dando visibilidade às populações fundadoras da nação – brancos negros e indígenas.

O "multiculturalismo à brasileira", ao afirmar os direitos civis de negros e indígenas, subverte o mito fundador da nação alicerçado na mestiçagem. Traços culturais dos grupos étnico-raciais autóctones são adicionados a traços contemporâneos, dando origem aos atuais grupos étnico-raciais com etnicidades próprias construídas na contemporaneidade. Criam-se, desse modo, as "novas etnicidades" sem que haja o abandono da identidade nacional brasileira. Para os negros brasileiros, a origem africana é um dos marcadores relevantes na construção de sua identidade e para a organização do grupo e inscrição de suas demandas na arena política. O passado vinculado à escravidão de africanos no novo mundo, as condições de pobreza, discriminação e racismo contemporâneos e a desigualdade de oportunidades são consideradas condições sociais que colocam a maioria dos negros na condição de subalternidade.

As novas etnicidades, portanto, conectam o passado ao presente, tendo como função instrumentalizar esses grupos emergentes na esfera pública. O fenômeno da etnicidade tem significado social e está mais ligado ao sentimento, à cultura, à socialização e aos interesses políticos de um grupo étnico. Não há nada de nato na etnicidade; é um fenômeno puramente social (GEERTZ, 1963; GLAZER; MOYNIHAN, 1963). Segundo Weber (1991), os grupos étnico-raciais são grupos de interesse; uma comunidade étnica é um grupo humano que, em virtude de semelhanças no habitus externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutre uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para a prorrogação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva. Toda comunidade étnica é um constructo político, forma de organização política eficiente por meio da qual se faz a resistência ou se conquistam espaços políticos. São os interesses coletivos que

estimulam a construção do pertencimento: a crença na origem comum, o sentimento de pertencimento, a cultura, a identidade e a etnicidade.

O mesmo autor (2004), em *Relações comunitárias étnicas,* considera uma das características definidoras dos grupos étnicos contemporâneos seu caráter político, o que nos leva a concluir que a construção dos negros como grupos étnico-raciais, ou seja, como grupos de interesse, é uma questão política. Nota-se, entretanto, que a posição social desses é atravessada pela posição de classe. A maioria negra brasileira está em situação de pobreza. Essa associação cria a ilusão de que, solucionada a questão social, resolveremos a questão racial. No entanto, há que se problematizar essas duas questões que se imbricam, mas não se identificam, devido aos processos de inclusão/exclusão explicados pelo passado (escravidão), associado aos processos contemporâneos produtores de desigualdades que alimentam o retrato atual da sociedade brasileira, no qual a raça está associada à pobreza.

Observa-se que o fenômeno da etnicidade é útil para a definição dos grupos étnico-raciais nas modernas sociedades de classe atravessadas pelas linhas de cor que separam brancos e negros, posicionado, assim, os negros em situação de desvantagem social. Nota-se que em tais sociedades os grupos étnico-raciais se unem por laços de interesse, compartilham um passado, constroem e reconstroem suas culturas e propõem uma nova ordem social que garanta plenos direitos à cidadania. Neste sentido, é possível considerar os experimentos de ação afirmativa como formadores da etnicidade afro-brasileira. Os afro-brasileiros, como formadores de um grupo étnico-racial, disputam a garantia dos direitos civis e se organizam como grupos de interesse a partir da constatação de que sua maioria compartilha a mesma situação social e racial, uma história e uma socialização. A etnicidade, então, tem a função de instrumentalizar um padrão de comportanto normativo que reúna um grupo de pessoas e que o diferencie de outros grupos pelo sentimento de pertença a determinado grupo étnico-racial. Como fenômeno relacional, a etnicidade só existe em relação aos outros grupos de determinada sociedade.

No ensino superior, essas novas etnicidades geram um "novo alunado", beneficiário dos programas de ação afirmativa. Estes, em geral, oriundos de famílias de baixa renda e do ensino público, ainda não são numericamente bastantes para concluirmos que o ensino superior brasileiro é democrático. Segundo dados divulgados pelas universidades que os acolhem, não há diferença de desempenho entre os alunos cotistas e os demais. Outro dado importante é que os programas de ação afirmativa motivaram as IESs a implantarem ou ampliarem os programas de assistência ao estudante, fornecendo suporte financeiro e material para os cotistas: transporte, moradia estudantil e bolsas de estudo, medidas necessárias à permanência desses.

No entanto, o formato atual requer ajustes, apesar das conquistas visíveis na primeira década do século XXI. Mudamos, mas ainda não temos o ensino superior que queremos. É preciso acompanhar e avaliar esses experimentos, a fim de criar mecanismos mais amplos e ágeis de inclusão dos setores sub-representados no ensino superior brasileiro.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2009 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), do Ministério da Educação, 10% dos ingressos de novos alunos nas universidades públicas ocorreram por meio de sistemas de reserva de vagas. Os dados apontam que 69% usaram como critério o fato de o candidato ter ou não estudado em escola pública. E um quarto das reservas de vagas foi preenchido a partir de critérios étnico-raciais.[4] Assim, as ações afirmativas, com suas diferentes modalidades de ingresso, afirmam a identidade negra como um dos critérios de acesso ao ensino superior.

Segundo Hall (2000), na atualidade, a ideia de coerência identitária, tão forte na modernidade, na realidade não passa de uma fantasia, porque há dentro de nós uma série de identidades contraditórias que naturalmente produz deslocamentos em nossas identificações. A partir dessa consideração, podemos perceber que a construção da identidade do ingressante no ensino superior pelas cotas raciais encontra na universidade ambiente sensível à construção da identidade negra. Ao longo do processo de seleção, o aluno necessariamente terá que definir sua cor/raça para se candidatar. E, durante o curso de graduação, o aluno terá contato com as atividades e o discurso acadêmico a respeito da raça e com o debate nacional em torno das políticas de ação afirmativa.

Segundo Gonçalves (2010), em geral os ingressantes percebiam sua cor/raça como variando do claro ao escuro, com múltiplos critérios para definição de sua própria cor, considerando-se origem e marca. Todos os

4 Informação disponível em < WWW. inep.gov.br >.

ingressantes têm consciência de sua cor/raça (consciência em si), mas não necessariamente se percebem a partir de um modelo bipolar de classificação. Poucos, salvo aqueles que são ativistas, têm a identidade racial consolidada, ou seja, consciência de que a raça é um marcador produtor de desigualdades raciais e sociais, de preconceitos e discriminações. Nas instituições, a identidade racial é compartilhada com outros estudantes na mesma situação racial e social. A candidatura às vagas reservadas e posteriormente o contato com a vida universitária os colocam frente à classificação racial dual – brancos e negros.

Ao ingressarem, os critérios de marca são frequentemente mais utilizados para pensar o "outro". No que diz respeito a sua própria identidade, a questão da origem se mistura ao ideal da mestiçagem. É nas experiências educativas e de sociabilidade proporcionadas pela vida universitária que o novo alunado constrói sua identidade negra com base nos critérios político-ideológicos. Consideramos que a etnicidade tem papel importante na consolidação e construção dessas novas identidades étnico-raciais.

Podemos concluir que as políticas promotoras da diversidade são responsáveis pela introdução de um novo modelo de acesso ao ensino superior e promovem a emergência de uma nova etnicidade negra. O que mudou? Existe um modelo brasileiro de inclusão no ensino superior? Hoje são mais de uma centena de instituições de ensino superior com algum tipo de programa de inclusão de grupos sub-representados nesse nível de ensino.

A adesão das instituições públicas federais, a partir do reconhecimento da constitucionalidade das ações afirmativas para negros pelo Supremo Tribunal Federal, em 2012, provocou a adesão das universidades federais.

As diferentes formas de acesso – reserva de vagas, bônus, cotas, desempenho no Enem etc. –, a oferta de novos cursos em horários noturnos ou flexíveis e a emergência de novas metodologias (ensino à distância), modalidades de cursos (bacharelados interdisciplinares e cursos de curta duração) e programas governamentais que garantem a oferta de bolsas no ensino superior privado são outras medidas que alteram o formato e diversificam os beneficiários do ensino superior brasileiro.

A institucionalização do negro no campo das políticas inclusivas e a constatação da ocorrência de mudanças na composição da população brasileira que indicam que a população negra é mais da metade da população nacional certamente contribuíram para a construção ou consolidação das identidades negras entre os novos beneficiários e para a criação de uma nova etnicidade negra construtora de fronteiras e de demandas específicas na esfera pública. Entre o modelo americano, sensível à raça, e o modelo *color-blindness* francês, o modelo brasileiro intermediário, misto e híbrido no que concerne à raça, em geral se construiu associando raça a outras categorias como renda e/ou vínculos com a educação pública. Cabe esclarecer que, atualmente, o modelo americano tende a se distanciar de seus primeiros experimentos centrados na raça de seus beneficiários.

No Brasil, país conhecido pela miscigenação de sua população, a raça emerge como uma das categorias escolhidas para ampliar o acesso ao ensino superior; no entanto, existem experimentos que se aproximam dos dois modelos clássicos apresentados, ou seja, experimentos que elegem raça como categoria de seleção sem exigir outras associadas a ela e outros que preferem categorias sociais como classe, renda ou origem escolar em escolas públicas. Assim, o país vem desenhando um modelo de inclusão para os grupos étnico-raciais pertencentes às sociedades conhecidas pela intensa miscigenação de sua população.

A maioria dos programas em curso nas universidades públicas, ao combinar raça a outras categorias na seleção de seus beneficiários, adapta-se a nossa maneira de explicar e conceber a construção do povo brasileiro; reconhece o racismo e a discriminação, ao reconhecer o caráter compensatório das ações afirmativas e fortalecer as identidades raciais; e institui o negro, como beneficiário, no campo das ações afirmativas.

Passando por sucessivas e ininterruptas mudanças na fase de promoção do acesso e da diversidade no ensino superior, nosso modelo carece de recursos orçamentários, programas e realizações que promovam a permanência dos beneficiários, minimizando, com isso, a evasão. Devido a seu caráter transitório, as políticas de ação afirmativa brasileiras carecem ainda de refinamento de seus instrumentos de avaliação. O sucesso desses experimentos dependerá dos investimentos governamentais e do apoio das instituições da sociedade civil.

Enfim, as políticas da diversidade inauguradas nos anos 2000 no Brasil introduziram um novo modelo de acesso ao ensino superior. Nosso modelo vem se desenhado como híbrido, combinando de diferentes formas categorias como "cor/raça", "renda", "região", "originários de escolas públicas", entre outros, no recrutamento

de seus beneficiários. Diverso, graças à autonomia universitária, tem possibilitado o aumento do alunado negro nas instituições de ensino superior, reforçando a etnicidade negr,a bem como instituindo a figura do negro na esfera pública, por meio das políticas de inclusão. Próximo em alguns pontos e distante em outros do modelo sensível à raça americano e do universalista e daltônico francês, a sociedade brasileira vem desenhando seu próprio modelo de inclusão de setores sub-representados no ensino superior, adaptado às especificidades de nossa nação e à composição de nossa população.

Referências

CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C. de; ANDRADE, C. C. de (2009) *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: Ipea.

DAMATTA, R. (1988) Brasil & EUA; as lições do número três. In: SACHS, V. et al (Org.). *Brasil & EUA*: religião e identidade nacional. Rio de Janeiro: Graal.

DELHAY, C. (2006)*Promotion Zep des Quatiers à Sciences Po*. Paris: Hachette Littératures.

GEERTZ, C. (1963) The Integrative Revolution. In: _____. (Ed.). *Old Societies and New States*. New York: Free Press.

GLAZER, N.; MOYNIHAN, D. P.(1975) Introduction. In: _____. *Ethnicity*: theory and experience. New York: Harvard University Press.

GONÇALVES, M. A. R. (2010)A importância do sistema de reserva de vagas na UERJ na construção de identidades negras. In: SISS, A.; MONTEIRO, A. (Org.). *Negros, indígenas e educação superior*. Rio de Janeiro: Quartet.

HALL, S. (2003) *Da Diáspora*. Belo Horizonte: UFMG.

SOARES, S. (2008)A demografia da cor: a composição da população brasileira de 1890 a 2007. In: THEODORO, M. (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea. p. 101-122.

NOGUEIRA, O.(1998) *Preconceito de marca*: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: EdUSP.

OLIVEIRA, E. de (1974)O. O mulato como obstáculo epistemológico. *Revista Argumento*. Rio de Janeiro, p. 65-73.

RENAN, E. (1990)What is a nation? In: BHABHA, H. K. *Nation and narration.* Londres: Routledge.

SEYFERTH, G. (2002)O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre racismo. In: Vários Autores. *Racismo no Brasil*. São Paulo: ABONG. p. 17-44.

SEMPRINI, A. (1999) *Multiculturalismo*. Bauru: EDUSC.

TEIXEIRA. M.de.P.;BELTRÃO.K.I.; SUGAHARA. (2003) Além do preconceito de marca e de origem: a motivação política como critério emergente para a classificação racial. In: PETRUCCELLI. J.L.; SABOIA.A.L. (orgs) Características étnico-raciais da população, classificações e identidades. Estudos & Análises. Informação demográfica e socioeconômica 2. Rio de Janeiro: IBGE.

UERJ. (2012) *Proiniciarcomunica*. Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 2, out.

WEBER, M. (1987) *Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. *Economia e Sociedade*. Brasília: UnB, 1991.

WIEVIORKA, M. (2008) *La Diversité*. Paris: Robert Lallont.

Relações raciais e a formação continuada de professores: conflitos e dificuldades gerados pela temática

Vanda Lucia Sá Gonçalves
Universidade Federal de Mato Grosso. Email: vandalsg@gmail.com

Emanuel Alves de Moura
Instituto Federal do Amapá. Email: emanuel@ifap.edu.br

Maria Lucia Rodrigues Muller
Universidade Federal de Mato Grosso. Email: rodriguesmarialucia10@gmail.com

Resumo: Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento que procurou conhecer as avaliações feitas pelos professores que participaram do curso a distancia "Relações Raciais e Educação na Sociedade Brasileira" realizado em 2010 no estado de Mato Grosso dando visibilidade aos conflitos e dificuldades gerados pela temática. Para analise dos dados foi utilizadas a técnica analise de conteúdo baseada em Bardin (1979). Constatou-se o curso de formação continuada a distancia contribui para levar a discussão das relações étnico-raciais para vários municípios do estado, além disso, permite a reformulação de conceitos sobre a temática da diversidade étnico-racial. Também se evidenciou que as dificuldades e conflitos se devem ao desconhecimento dos alunos sobre a temática.

Palavras-chave: educação das relações étnico-raciais; formação de professores, silêncio escolar, educação a distancia;

As transformações econômicas e sociais experimentadas nas últimas décadas no mundo, e em particular na America Latina, afetaram as relações sociais apontando novas formas de comportamento político e social. Nesse cenário, a política social e seus eixos fundamentais, principalmente a educação, sofreram impactos gerados por essas mudanças. No Brasil, essa efervescência manifesta-se, após longo período de ditadura militar, provocando profundas mudanças, nas quais diversos movimentos sociais participaram intensamente, incorporando suas reivindicações e pressionando o Estado por políticas públicas imediatas e intervencionistas. Essas políticas se traduzem em ações que tem como finalidade produzir impactos diretos sobre os grupos que estão sendo alijados da sociedade por diversos fatores. Dessa forma, a formulação de política pública pode ser vista como um processo que se constrói a partir do Estado e as necessidades surgidas no âmbito da sociedade. É a partir desse diálogo e das mobilizações que foram se efetivando em vários Estados que se podem analisar as conquistas do movimento negro nas últimas décadas, principalmente com a sansão da Lei 10.639/03 que inclui no currículo oficial da Rede de ensino a obrigatoriedade do estudo da "História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional" em todos os estabelecimento de ensino públicos e privados do País, tendo o objetivo de "resgatar a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil"[1].

Partindo do reconhecimento das especificidades envolvidas na implementação da Lei 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, a SECAD[2] através de convênios com as diversas secretarias que compõe o MEC criou

1 Texto da Lei 10.639/03 disponível no endereço www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htmacessado 24 ago. 2014

2 Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade foi criada em fevereiro de 2004 pelo Ministério da Educação tendo como objetivo de estabelecer uma arquitetura institucional capaz de enfrentar as múltiplas dimensões da desigualdade educacional no país. Em 2010 essa instituição recebeu a denominação de SECADI Secretaria de Educação Continuada Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

programas, projetos cuja finalidade, cada um com sua especificidade, visam à implementação de ações tem como a melhoria desigualdades educacionais e melhoria na qualidade de ensino. Nessa direção criou a Rede de Educação para a Diversidade (REDE) com ações a serem implementadas por instituições públicas de educação superior para atender a diversidade em geral, e o Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior (UNIAFRO) por meio da Resolução CD/FNDE nº 14, de 28 de abril de 2008.

Essas ações governamentais buscam atender a crescente demanda suscitada, não só pela sansão da Lei 10.639/03, mas também a crescente demanda pela qualificação do ensino, cujo processo de expansão pode ser notado pela expansão da Universidade Aberta do Brasil (UAB) que disponibiliza os recursos financeiros e as instituições interessadas apresentam o projeto, desenvolvem e certifica os cursos através da modalidade à distancia.

O consentimento para o funcionamento da educação na modalidade a distancia para a formação (inicial e continuada) consta no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Antes essa modalidade de ensino de destina a pessoas que buscavam concluir a educação básica (telecursos) ou na formação continuada muito disseminada nas instituições de ensino privadas. Posteriormente, com o Plano Nacional de Educação, em 2001, essa modalidade de ensino passou a ser proposta com entusiasmo pelos gestores públicos como uma saída para resolver o histórico déficit de professores no país. Caberia aos gestores da Secretaria de Educação a Distância (SEED), criada em maio de 1996, desenhar as ações em conjunto com a Secretaria de Educação Básica (SEB) e colaboração das secretarias de Educação Especial (SEESP) e Educação Superior (SESu). As IES públicas foram conclamadas a entrar no empreendimento, assim como, num primeiro momento, as organizações de ensino superior, beneficentes e confessionais. Quatro políticas de formação, na época, específicas para professores foram gestadas no MEC: a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica, o Pró-Letramento, o Pró-Licenciatura e a Universidade Aberta do Brasil. (Ferreira, 2013:33)

Esses quatro empreendimentos significaram assumidamente a entrada da educação pública de ensino superior na modalidade da educação a distancia (EaD), definida por Preti (1996) como uma alternativa pedagógica de grande alcance que deve utilizar e incorporar as novas tecnologias como meio para alcançar os objetivos das práticas educativas implementadas, tendo sempre em vista as concepções de homem e sociedade assumidas e considerando as necessidades das populações a que se pretende servir. Ainda segundo o autor a educação a distancia deve ser compreendida como uma prática educativa situada e mediatizada, um a modalidade de se fazer educação, de se democratizar o conhecimento. É portanto, uma alternativa pedagógica que se coloca hoje ao educador que tem uma prática fundamentada em uma racionalidade ética, solidária e compromissada com as mudanças sociais.

Esse é o panorama sobre o qual nos propormos a discutir a formação continuada de professores na área da diversidade étnico-racial na modalidade à distancia. Especialmente considerando o curso de aperfeiçoamento executado no período de 2010 a 2011 pelo Núcleo de Estudos e pesquisas sobre Relações Raciais e Educação na Sociedade Brasileira (NEPRE) no âmbito da Universidade Federal de Mato Grosso.

Neste trabalho, a utilização do termo diversidade étnico-racial[3] cobre as variadas tentativas de atender a diversidade racial, pois, considero que esse grupo tem sua história marcada por um processo violento de ordenação e repressão que resultaram em exclusão, pobreza, analfabetismo que o distanciaram socialmente de uma minoria privilegiada, isolada numa barreira de indiferença. Além disso, em grande parte dos documentos governamentais, aparece o termo étnico-racial designando sua utilização tanto para os negros quanto para os indígenas. No entanto, ressalto que ao utilizar esse binômio étnico-racial não desconsidero que os outros grupos se enquadram dentro da acepção do termo diversidade.

---

3 O termo diversidade que tem sido amplamente difundido no campo das políticas governamentais tem relação com o pensamento pós-crítico, voltado à superação das desigualdades e eliminação de preconceitos e discriminações contra aqueles percebidos como “outros”, “diferentes” que são a base do multiculturalismo (Canen, 2007, 2005b; Canen & Canen, 2005; Candau, 2006; Moreira, 2001, 2002, Santos, 2003, McLaren, 2000), que enfatiza a relevância da diversidade cultural – incluída a diversidade racial, étnica, religiosa, de linguagem, de gênero, orientação sexual, histórias de vida e outros marcadores – na constituição das identidades.

O presente texto aborda a problemática da formação continuada de professores e as questões referentes à diversidade étnico-racial, apresentando uma experiência de curso e os dados coletados em uma das turmas pertencentes a um dos polos do curso, buscando evidenciar os conflitos e as dificuldades expressas pelos alunos participantes do curso em relação a essa temática.

2- Formação Continuada de professores a distancia: um conceito em construção

Quando o NEPRE iniciou o seu percurso na educação à distância, ainda em 2007, tinha como fonte inspiração para o planejamento e elaboração dos cursos o Núcleo de Educação a Distância – NEAD – que iniciou suas atividades, em 1992, com o oferecimento de curso de graduação a distância voltado para a formação de professores da rede básica de ensino. Esse apoio foi fundamental para que entendêssemos o que faz com o curso seja considerado a distância, ou seja, não é sua tecnologia ou sua duração, seu conteúdo, o tutor, o recurso financeiro, a estrutura, mas sim um conjunto de ações que tem por objetivo a levar a educação para os mais longínquos espaços quer por meio da tecnologia, quer pela vontade de mudar a realidade educacional dos diversos grupos excluídos, que no nosso caso, o da diversidade étnico-racial.

Assim, embora essa definição pareça pouco simplista, aprendemos durante a execução desses cursos a distância que a falta de habilidade no uso da tecnologia ou mesmo a ausência total da tecnologia não são impeditivos para que o professor obtenha conhecimentos silenciados nas propostas curriculares anteriores. Compete a nós professores e gestores do curso proporcionar condições e oportunidades para que os aluno-cursista, apropriando-se dos saberes existentes e de informações complementares, ampliem e redimensionem os conceitos e ideias existentes, de modo a utilizá-lo para resolver os problemas que terá de enfrentar no cotidiano escolar.

A concepção presente em nossos cursos é a de que a formação continuada é um processo de ensino e aprendizagem que contempla a complexidade de qualquer processo educativo com suas numerosas variáveis. A proposta de formação executada pelo NEPRE leva em conta que o professor em formação é um professor em serviço que atua de forma consciente e ativa na articulação integrada em teoria e prática, pois não faz sentido separar a prática cotidiana do momento de formação. De acordo com Nóvoa (1992), a formação deve ser um espaço de mobilização da experiência, no qual não se pode fazer de conta que os envolvidos cheguem ao curso como uma página em branco, em que são escritos novos métodos, novos saberes etc. Para o autor, a formação só atingirá o objetivo se for capaz de fazer um apelo as suas convicções, memórias e experiências, transformando-se em um novo conhecimento profissional, por meio das trocas com os colegas e da reflexão sobre a própria ação.

É nessa direção que se insere o desenvolvimento da proposta desenvolvida pelo NEPRE que se utiliza de diferentes recursos tecnológicos e materiais para a concretização dessa proposta. Assim, a proposta de formação a distância para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira abordada neste texto concebe a educação como "a forma pela qual o ser humano produz a si mesmo, com as ideias, os valores, os símbolos, os hábitos, as atitudes e as habilidades que o tornam distinto de outros seres" (Barros et. ali, 2011: 29).

Sabemos que a formação inicial e continuada não são em si garantia de implementação da Lei. Há vários fatores que contribuem na consolidação de uma educação que contemple a diversidade a brasileira. Portanto esse não e um problema exclusivo dos professores, mas concordamos com Nóvoa (1992) quando defende que a mudança educacional depende dos professores e sua formação, para que ocorra a transformação das práticas pedagógicas em sala de aula. Por isso, para ele a formação de professores tem o seguinte desafio que:

> [...] consiste em conceber a escola como um ambiente educativo,onde trabalhar e formar não sejam actividades distintas. A formação deve ser encarada como um processo permanente, integrado no dia-a-dia dos professores e das escolas, e não como uma função que intervém à margem dos projectos profissionais e organizacionais (Mcbride, 1989 apud Nóvoa, 1992:29).

Tais argumentos levam a propostas de reconceitualização da tarefa dos professores. Consequentemente argumenta-se que a pedagogia e licenciaturas devam ser melhoradas de maneira que possam responder positivamente a diversidade étnico-racial dos alunos, isto é abordando as diferenças como oportunidade para

enriquecer o aprendizado. Também como consequência, as instituições de ensino precisam ser reformadas de maneira que possam responder positivamente a uma educação para todos.

3.- Curso Relações Raciais e Educação na Sociedade Brasileira – uma proposta de formação continuada a distancia.

O curso Relações Raciais e Educação na Sociedade Brasileira, com carga horária de 186 horas, teve por objetivo formar professores e gestores em educação da rede de educação básica brasileira, para atendimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. O planejamento e a organização foram executados pelo NEPRE, que utilizou a proposta da UAB para cursos a distancia.

A proposta político-pedagógico do curso pretendeu superar a dicotomia teoria-prática presente na maioria dos cursos de formação de professores. Essa superação encontra-se alicerçada em um currículo organizado em quatro áreas subdivididas em onze subáreas cujos temas abordados foram: Tópicos especiais sobre a diferença; Introdução a História da África**;** Tópicos sobre a História do Negro na sociedade Brasileira**;** Pensamento Social brasileiro e a construção do racismo; Relações Raciais na sociedade brasileira; Construção social da ideia de raça; Identidade e Cultura Afro-brasileira; Reminiscências Africanas no Português do Brasil; Raça, Currículo e práxis pedagógica, Cotidiano escolar e estratégias pedagógicas de combate ao racismo. Assim a proposta do curso enfatiza, sobretudo, a história não contada sobre os negros, suas lutas pela liberdade e sua participação ativa e socialmente na construção da sociedade em que vivemos. Assim, percebe-se na proposta curricular do curso, conteúdos trazem elementos que propiciam a construção de uma identidade positiva conforme explicitado por Munanga (2005:225)

> Essa identidade passa pela cor da pele, pela cultura, ou pela produção cultural do negro; passa pela contribuição histórica do negro na sociedade brasileira, na construção da economia do País com seu sangue; passa pela recuperação de sua história africana, de sua visão de mundo, de sua religião. Mas isso não quer dizer que para eu me sentir negro assumido eu precise necessariamente frequentar o candomblé; não quer dizer que eu precise escutar o samba ou outro tipo de música dita negra. Trata-se apenas de um processo de consciência. A partir do momento em que se valorize essa religião, essa música, essa arte como cultura diferente e não inferior às outras culturas, isso basta para construir uma identidade positiva.

Cabe esclarecer que entendemos o currículo a partir das experiências de conhecimento realizadas pelos alunos, portanto, concebemos a proposta curricular do curso para além da organização de conteúdos a serem ministrados, baseando-se na interdisciplinaridade, na visão problematizadora do conhecimento e na interação teoria-prática. Ele se desenvolve na modalidade semipresencial, com encontros presenciais e a utilização da plataforma moodle, assim como um conjunto de ferramenta de autoria e interação para apoiar sua proposta metodológica.

Cada subárea com suas respectivas atividades ficavam abertas por um período de 10 dias, dessa forma o aluno dedicava aos estudos 1,5 horas diária. O curso teve a carga horária de 186 horas, sendo 162 horas de estudo a distancia e 24 horas destinadas aos Encontros Presenciais. O primeiro encontro aconteceu em outubro de 2010, o segundo em novembro e o terceiro em março 2011. Em todos os encontros foram realizadas atividades de estudo e orientação para elaboração do trabalho final – um projeto intervenção a ser desenvolvido em escolas.

O curso contou com a participação de 880 alunos distribuídos nos seguintes polos de apoio presencial: Guarantã, Sorriso, Alta Floresta vinculada a turma de Sorriso, Lucas do Rio Verde, Barra do Bugre, Juara, Primavera, Diamantino, Cuiabá vinculada a turma de Várzea Grande e Ribeirão Cascalheira. Cada turma tinha em média 30 alunos.

Os tutores foram selecionados através de entrevistas nos pólos presenciais e os virtuais através do currículo, pois entendíamos que o tutor virtual tinha uma participação maior no curso, e por isso, deveria já ter conhecimento

sobre a temática. Todos os tutores selecionados participaram de duas formações realizadas na Universidade Federal do Mato Grosso com os professores que produziram o material didático do curso.
Ao final do curso foi solicitado aos alunos que fizessem uma avaliação do curso abordando os conteúdos trabalhados, a realidade das escolas de seus municípios, o currículo, o projeto político pedagógico e seu envolvimento com a temática. Esses relatos estão disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem e foram copiados e salvos em arquivo Word para analise e até mesmo como cópia de segurança.

4- Analise e discussão da avaliação dos alunos em um polo do curso

Para analise e discussão dos resultados das avaliações foi escolhido o polo de Guarantã do Norte. A composição da turma de Guarantã do Norte abrangeu as seguintes localidades: Guarantã do Norte com 26% dos alunos, Matupá com 5% dos alunos, Marcelandia com 5% dos alunos, Nova Santa Helena com 26% dos alunos e Peixoto de Azevedo com 50% dos alunos.
A importância da classificação racial para o estudo das desigualdades educacionais é apontada por vários pesquisadores desde o final dos anos 70 (Rosemberg, 1986; Hasenbalg e Silva, 1979, 1988, 1990). Esse processo de identificação da raça/cor tem contribuído para a realização de estudos e pesquisas nacionais e internacionais. Dessa forma, adotamos o sistema de classificação racial do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), que utiliza categorias que expressam graduação de cor da pele, do branco ao preto. Assim, a composição racial da turma de Guarantã ficou com 40% de alunos que se auto-declararam branca, 30% se auto-declararam parda e 30% se auto-declararam preta. Ressalta-se que os 26% de alunos residentes em Guarantã se auto-declararam branca. Dessa forma, se englobarmos as categoria preta e parda na categoria negro vemos que a maioria dos alunos dessa turma são negros.
A turma era constituída majoritamente por mulheres tendo apenas 21% de homens. Conforme orientação do MEC o curso deveria ser destinados a professores, porém como já havíamos tido uma turma nesse polo no curso anterior, resolvemos estender a outros que tivessem ligação com a educação, mas, não a sala de aula. Assim tivemos no curso 4 coordenadores pedagógicos, 4 secretários, 2 técnicos da secretaria municipal de educação e 1 Presidente do Conselho da Comunidade Escolar. Todos tinham vínculo com município, ou estado, e particular. Apenas um professor, tinha vinculo com as três instancias: municipal, estadual e particular.
A metodologia empregada foi a analise de conteúdo. Para Bardin (1979) a analise de conteúdo é um conjunto de técnicas que se aplicam a desvendar, por meio da inferência, o que está escondido nos documentos, de desocultar mensagens que numa primeira leitura não seriam perceptíveis. O objetivo dessa analise foi verificar de que forma a proposta curricular do curso contribui para desmistificar os conteúdos silenciados sobre a diversidade étnico-racial, bem como analisar o processo de construção de conceito sobre a temática. Para identificar as falas utilizamos o sobrenome dos alunos conforme preenchido em seu perfis no moodle.
Embora não seja possível afirmar que tenha havido um processo de construção de um novo conceito, foi possível evidenciar sutilmente mudanças nas crenças e saberes na maioria dos alunos da turma analisada, como evidenciamos nessas falas:

> O curso me foi de grande valia,pois me orientou e,acredito que a todos,como nos colocarmos de maneira correta frente a situações que envolva, **preconceito e racismo**.(Fala da aluna Santos)
> A questão das Relações Raciais é algo que se comenta, mas sobre a **discriminação e preconceito racial** ouvi falar muito, mas pouca ação é feita para resolver e modificar o detrimento que estes estereótipos provocam no negro. Porém eu nem imaginava que algumas ações impensadas refletem e prejudicam tanto o psicológico de uma pessoa, só pelo fato da cor (Fala da aluna Pavão)

É possível perceber uma mudança vivenciada pelo aluno em sua concepção inicial sobre a questão da diversidade étnico-racial, passando de um conceito percebido casualmente para algo que aflige e provoca sofrimento a pessoa agredida. Por isso, para Silva (2001:77) o racismo acentua atributos positivo do grupo que

se acha superior e atributos negativos do que é inferiorizado, retira a humanidade do grupo racial em posição de inferioridade, transforma as diferenças em desigualdades.

Diante do exposto ressalto que a educação tem um grande desafio pela frente, pois desconstruir conceitos tão presentes na prática social e conseqüentemente no cotidiano escolar requer estar embasada por uma política educacional e prática docente de respeito a diferenças. Neste sentido, o curso de aperfeiçoamento despertou o olhar do professor para as situações que ocorrem, e que o silencio não é uma atitude que o professor deve ter.

> O que mais me chamou a atenção foi o como muda a nossa forma de olhar o outro, pois, comecei a observar todas as atitudes de pessoas próximas e levantar questionamentos sobre as piadinhas pejorativas e atitudes preconceituosas. Coisas que na minha família acontecia e eu não me dava conta. O estudo da literatura afro-brasileira, os teatros, música e outras contribuições podem ser usadas com forma para combater o racismo. Cabendo a nós professores fazer valer os direitos garantidos pela constituição Federal de 1988. (Fala da aluna Pinheiro)

McLaren apud Araujo (2008:81) ressalta, primeiramente, a importância da desconstrução do social por meio de uma conscientização intersubjetiva reflexiva – no mesmo sentido de conscientização definido por Freire – o início do que o autor chama de práxis revolucionária. Essa conscientização precisa iniciar-se no professor por meio de um esforço pessoal que lhe possibilitará localizar-se enquanto pertencente a uma determinada classe social, a uma etnia/raça e a um gênero e, a partir disso, desnaturalizar conhecimentos arraigados e refletir criticamente tanto sobre o micro sobre o macro (as questões políticas, econômicas e culturais do seu país e do mundo). Partindo dessa conscientização intersubjetiva, o professor terá mais facilmente condições de estimular a consciência nos seus alunos.

> Venho de uma família onde fui ensinada que o caráter de um homem nunca seria medido pela cor de sua pele ou pela sua condição social, a educação que tivemos, tanto eu como meus irmãos foi que o ser humano independente da cor ou classe social deveria ser tratado com respeito. Diante disso meu espanto e até mesmo surpresa quando li coisas que jamais imaginei que pudesse ter acontecido na história, se algum dia eu havia estudado algo sobre **discriminação racial**, confesso não me lembro.Assim, tinha interiorizado dentro de mim que o **preconceito** não existia, era questão de auto-estima, portanto posso dizer que não relembrei nada, tudo para mim foi novo, por diversas vezes fiquei horrorizada com alguns relatos, conversei muito durante o curso com uma amiga de trabalho, e acredito realmente que vamos fazer a diferença na escola onde estamos. (Fala da aluna Rodrigues)
>
> Não sabia que o **preconceito** era tão mascarado e cruel com as pessoas pobres, pela cor de pele, forma de cabelo ou nível de escolaridade. Não sabia que era rodeada por uma sociedade preconceituosa por pura ignorância, a total falta de conhecimento sobre os problemas alheios, o sofrimento das pessoas, uma certa falta de humanidade onde cada um é responsável por si e o outro não importa, pois não é problema meu. (Fala da aluna Rodrigues)

Nestas reflexões, principalmente na desse ultimo aluno, podemos perceber uma mudança na postura dos alunos uma vez, que predomina em nossa sociedade o que Florestan Fernandes chama de "preconceito de ter preconceito". O reconhecimento dessas questões se constitui um passo importante rumo a uma prática pedagógica que respeite a singularidade dos alunos.

McLaren apud Araujo (2009) também sugere a necessidade de construção de novas narrativas, denominadas por ele de "narrativas de fronteiras", com o objetivo de dar nova autoria aos discursos e construir espaços de possibilidade e de capacitação. Nesse sentido, o autor destaca que só a auto-reflexão sozinha não é suficiente para a emancipação (apesar de ser uma condição para esta), mas são necessárias mudanças nas condições materiais e sociais por meio da ação contra-hegemônica.

Assim uma educação que tenha como preocupação a integração da diversidade deve ocorrer em vários aspectos, a começar pelo currículo escolar. Dessa forma, as instituições escolares precisam rever os currículos que estão sendo desenvolvidos e encarar o assunto da diversidade como algo sério.

> Observo que na escola onde trabalho a questão currículo é pouco discutida pelos professores, se dizem preocupados com a educação, mas a maioria desconhece a lei 10.639/03 onde cita 1º parágrafo "O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil". Alem do desconhecimento, não percebo o compromisso em sensibilizar os alunos perante os conflitos inter-raciais presentes na sala de aula.
>
> Penso que a mudança só ocorrera quando todas as disciplinas falarem a mesma língua, uma completando a outra e não "fazer por fazer" que tem um significado mecânico e distante do discurso que prega a educação como prática de liberdade e direito de todos. Acredito que estes conteúdos ressignificados ou não, sejam abordados de forma a contextualizar e legitimar sua validade civilizatória. (Fala da aluna Branmbilla)

Segundo Araujo (2009) o reconhecimento no currículo escolar das várias culturas presentes no Brasil possibilita compreender as injustiças sociais historicamente construídas, questionar a sua permanência e entender as ações que buscam amenizar todo esse processo histórico de exclusão social como, por exemplo, as políticas afirmativas, que atualmente estão sendo muito criticadas, inclusive no âmbito acadêmico.

Nestas reflexões podemos perceber uma mudança de posicionamento e postura dos alunos do curso em relação à temática da diversidade étnico-racial. Porém, a consolidação dessa política que contempla a diversidade étnico-racial exige novas diretrizes filosóficas, pedagógicas na educação e na formação de professores, uma vez que identificamos que, são subjacentes a elas um arcabouço simbólico e representação de caráter social, político e cultural que exigem modificações nas concepções teóricas tanto quanto nas praticas sociais e educativas em relação à diversidade de forma geral.

A formação de professores para atuar nesse contexto requer preparação, pois o remetem a lidar com a diversidade étnico-racial, cabendo a ele flexibilizar as ações pedagógicas nas diferentes áreas do conhecimento. É por intermédio desses cursos de formação continuada que os professores estão tendo contato com a temática. Todavia a realidade nos mostra que apesar, dessa iniciativa ainda não temos uma formação de professores e de outros profissionais da Educação em sintonia com a diversidade étnico-racial. Sabemos que essas formações são limitadas pela política de restrição de gastos. Assim a implementação da Lei 10.639/03 deixa lacunas em vários aspectos principalmente no que se refere a garantir que as crianças negras recebam uma educação de qualidade.

5- Algumas considerações para se pensar políticas publicas de formação de professores sobre a diversidade étnico-racial.

Essa experiência que se desenvolveu ao longo de seis meses com um grupo de professores cuja formação continuada em serviço aconteceu na modalidade a distancia, num modelo proposto na atualidade pela UAB. A analise desse modelo mostram que a construção de um sistema de formação deve ser pensada a partir de dois eixos que devem retroalimentar-se continuamente. De um lado existe a preocupação de uma formação que contemple a diversidade do povo brasileiro, que é investida pela lógica da inclusão. E de outro, é preciso enfrentar a exclusão dos grupos não abrangidos pelas políticas universalistas promovendo programas que qualifiquem os profissionais de ensino para atender as especificidades desses grupos, a custo baixo. No primeiro

caso trata-se de contemplar e abrandar os movimentos originados por esses grupos, que estão sendo excluídos sistematicamente pelos sistemas de ensino e consequentemente de melhores condições de trabalho. No segundo caso o foco está em ajudar a minorar os efeitos danosos da exclusão do sistema de ensino, capacitando-os os professores sem proporcionar um investimento para a melhora da educação em seus diversos aspectos.

Dessa forma, busca-se melhorar a qualidade do ensino a custo baixo, sem maiores investimentos em suas bases estruturais, assim o destaque dado a educação para a diversidade étnico-racial se constitui um elemento estratégico para fazer frente a exclusão social sem que seja repensado o modelo de formação vigente em nossa sociedade.

Assim efetivar a educação das relações étnico-raciais pressupõe a superação da dicotomia, primordialmente no que se refere aos modos de planejamento, organização currículo e dos espaços de ensinar e aprender do cotidiano escolar. Isso implica na necessidade de elaboração de políticas de formação – inicial e continuada – que contribuam para que os profissionais ressignifiquem concepções e construam essa praticas. Essa concepção aponta para a necessidade da produção de conhecimento que articule o atendimento as especificidades da população negra a Educação geral, de modo a superar o mito da democracia racial.

6- Referencias Bibliográficas

ARAUJO, Viviane Patricia Colloca. (2009). *A Multiculturalidade nas Políticas Educacionais e a Formação de Professores: Brasil e Portugal*. Tese de Doutorado. São Carlos. Universidade Federal de São Carlos.

BARDIN, Laurence. (1979). *Análise de Conteúdo*. Tradução Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Rio de Janeiro: Edições 70.

BARROS, Zelinda et. all.(2011). *Educação e Relações Étnico-racial*. Brasília. Ministério da Educação.

BRASIL. (2003), *Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: [s.n.].

BRASIL. (2004), *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília:[s.n.].

CANDAU, V.M. (2006), "*Conversas com... sobre a didática e a perspectiva multi/intercultural"*. Educação e Sociedade, Campinas, 27 (95), pp.471-493.

CANEN, A.; ANDRADE, L. (2005), "*Construções discursivas sobre pesquisa em educação: o que falam os professores formadores universitários?"* Revista Educação e Realidade, 30 (1) pp. 49-65.

CANEN, A.; CANEN, A. G. (2005b), *Organizações Multiculturais: logística na corporação globalizada.* Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna.

FERREIRA, Maria Claudia Cardoso. (2013). *A formação para as relações etnicorraciais e a profissionalização em História: saberes e práticas docentes no contexto da educação à distância*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.

HASENBALG, Carlos A. (1987), "*Desigualdades Sociais e Oportunidade Educacional: A produção do fracasso"* Cadernos de Pesquisa, 63(9), pp.24-26.

McLAREN, P. (2000) *Multiculturalismo Revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.

MOREIRA, A.F.B. (2001), *Currículo, cultura e formação de professores*. Educar, 17, pp. 39-52

MOREIRA, A.F.B. (2002), *Currículo, diferença cultural e diálogo*. Educação e Sociedade, 79, pp.15-38.

MUNANGA, K. (2005). *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra*. Belo Horizonte: Autêntica.

NÓVOA, A. (1992) *Formação de professores e profissão docente*. In: NÓVOA, A. Os professores e sua formação. Lisboa: D. Quixote.

PRETI, Oreste. (1996). *Educação a Distância: uma prática educativa mediadora e mediatizada* In: Educação a distância: inícios e indícios de um percurso. Cuiabá: NEAD/IE - UFMT. pp. 15-56.

ROSEMBERG, Fulvia. (1987). *Relações raciais e rendimento escolar*. Cadernos de Pesquisa, 63 (11), pp. 19-23.

SILVA, Maria Aparecida. (2001) *Formação de educadores(as) para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial*. In: CAVALLEIRO, E.S. (Org.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Summus.

"Lá vem o santo preto": as práticas de sociabilidades e resistências na irmandade de são benedito na cidade de aracaju-se

João Mouzart de Oliveira Junior (UFS)[1]

Sandreana Melo(UFS)[2]

Resumo: A questão que suscito nesta pesquisa é pensar como que uma irmandade perdurou-se no século XX, algo que não é comum perante todos os estudos que falam das irmandades no Brasil. Deste modo, tal pesquisa tem como finalidade analisar e descrever as práticas de sociabilidades e resistências presentes na irmandade de São Benedito na cidade de Aracaju-Sergipe. Dialoga-se também intimamente com as questões referentes à temática étnico - racial no espaço religioso urbano. A metodologia utilizada articula pesquisa em arquivo com observação direta. Primeiramente fiz o levantamento bibliográfico, no segundo momento, partir de uma abordagem etnográfica em dois espaços: o primeiro espaço os arquivos onde fiz o levantamento documental da referida irmandade. No segundo espaço foi realizada a observação direta entre os anos de 2013 e 2014 na festa de São Benedito. Desta forma, foi a partir do conceito de sociabilidade que observei as práticas de resistência e solidariedade presente na irmandade em questão.
Palavras- Chave: Irmandade, São Benedito, Aracaju, Sociabilidade e Resistência.

INTRODUÇÃO

As ciências humanas nos últimos tempos vêm buscando proporcionar um campo de abordagem inter e multidisciplinar através do estudo do cotidiano de grupos sociais, analisando os aspectos imateriais e materiais produzidos e reproduzidos pelas populações passadas e atuais. Observa-se que na Antropologia não é diferente, esta área de conhecimento vem ampliando sua atuação com várias abordagens, inclusive nos estudos atinentes às irmandades. No Brasil em geral e em Sergipe em particular, existe uma lacuna sobre este assunto. Assim, este trabalho visa analisar e descrever as práticas de sociabilidades[3] e resistências presente na irmandade de São Benedito na cidade de Aracaju-Sergipe. Neste sentido irei compreender os laços de solidariedade, e os discursos de identidade no contexto da irmandade em questão. E desta forma, destacar: as experiências religiosas, as particularidades, além de contextualizar o universo simbólico desta irmandade.

Para atingir este objetivo foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos: 1) Levantamento do referencial teórico (acerca da temática sobre irmandade, identidades e sobre a cidade de Aracaju); 2) Levantamento dos dados sobre a irmandade de São Benedito junto ao Arquivo da Cúria Metropolitana de Sergipe (neste arquivo encontramos o estatuto e as fichas de inscrições dos irmãos da referida irmandade), no Instituto Dom Luciano Cabral (encontramos o livro que narra à procissão da irmandade em meados do século XX) no Memorial de Sergipe (foi localizado um cartão postal que mostra como estava a Rua Laranjeiras na cidade de Aracaju no século XX).

---

1 Mestrando em Antropologia Social. Especialista em: Didática e Metodologia do Ensino Superior e em Gestão escolar com ênfase em Pedagogia Empresarial pela Faculdade São Luis de França; Graduado em Licenciatura Plena em História (UNIT) e Bacharel em Arqueologia (UFS); e E-mail: joaomouzart21@hotmail.com.

2 Mestranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Sergipe, Cientista Social pela Universidade Federal de Alagoas. E-mail: Sandreana_melo@hotmail.com

3 Para simmel (2006), a sociabilidade nesta pesquisa é entendida como a "forma autônoma da sociação", ou seja, é uma condição inerente e gerada pelas formas sociais, as quais são resultantes das múltiplas combinações interacionais acionadas pelos propósitos, impulsos e desejos dos indivíduos e dos grupos sociais. (SIMMEL, 2006:65-80).

Aproxima-se a hora de partirmos em nossa peregrinação a um passado recente, mesmo que seja uma jornada ao passado fragmentado de um grupo, que neste caso são as práticas da irmandade de São Benedito em meados do século XX. A pesquisa assim possibilita trazer à tona a discussão sobre as estratégias de formação de identidades étnicas e coletivas de grupos diversos, que interagiam num mesmo espaço de sociabilidade, neste caso dentro da igreja São Salvador. Nesta análise, a devoção pode ser compreendida como mecanismo de construção de coesão grupal, que tem como catalisadores os aspectos simbólicos e identitários atrelados à imagem, espaço e ao pertencimento de grupo.

O tema sobre as irmandades é uma questão importante nos estudos sobre Religião, Antropologia, Sociologia, História e outras. Ela suscita questionamento relacionado à forma de organização, devoção, ritualização, festa, morte, solidariedade e sociabilidade. No caso de Aracaju tem uma Irmandade com esta característica que surgiu no século XIX, instalada na igreja São Salvador no centro urbano da referida cidade. Assim, a grande questão que suscito nesta pesquisa é pensar como que uma irmandade pendurou-se no século XX, algo que não é comum perante todos os estudos que falam das irmandades. Desta forma, uma problemática emergiu: Que tipo de sociabilidade pode estar por traz dessas relações que se mantém costumeiramente na irmandade de São Benedito até hoje. Assim, interessa entender como se dá as relações de sociabilidades e resistências na irmandade de São Benedito na cidade de Aracaju? Outras questões complementares foram surgindo: Como funciona a irmandade de São Benedito? Como são ativados os mecanismos de solidariedade na irmandade de São Benedito? Quais são as linhas de continuidade presente na referida irmandade? Quais são os discursos de identidade presente na irmandade de São Benedito? E o que faz com que está irmandade sobreviva neste espaço?

As indagações formuladas são indispensáveis para a reflexão, pois as informações oferecidas servem como base para novas informações que possam vir a surgir com a presente pesquisa.

Nesta perspectiva, procura-se aqui elencar a proposta ao estudo deste grupo e suas práticas culturais, que durante muito tempo teve sua sede no centro da cidade de Aracaju dentro da primeira igreja da capital de Sergipe. Por outro lado, busca-se entender a contribuição desta associação para a constituição de novas identidades sociais, rompidas, perduradas ou modificadas.

Pode-se ressaltar que a atuação dos componentes se funde dentro de um cenário material e imaterial, sendo assim, procura-se identificar tais espaços (a igreja, o cemitério) como lugar para memória e de construções de identidades coletivas, através da percepção sensorial dos objetos e do ambiente. Também procura-se entender a sua representação social, perceber as suas experiências e colocar à tona as vozes que durante muito tempo foram silenciadas: homens, mulheres, pobres, pardos e pretos.

Por vez, irei também suscitar, seguindo o viés da Antropologia, o quanto se pode contribuir no processo de recuperação, preservação e análise de outros espaços sociais que não estejam associados à elite, mas sim aos grupos sociais invisibilizados por uma história oficial. Assim, busca-se auxiliar o entendimento do cotidiano das pessoas "comuns", trazendo para o cenário acadêmico suas vivências e práticas sociais.

Esta pesquisa sobre a irmandade de São Benedito na cidade de Aracaju surgiu das indagações sobre as poucas pesquisas realizadas no Estado de Sergipe que contempla os estudos das irmandades negras. Diante do que foi apresentado, justifica-se a escolha da cidade de Aracaju como marco espacial da pesquisa levando em consideração a necessidade de entender as identidades construídas e reproduzidas dentro da irmandade em meados do século XX. Neste texto, destacamos o papel da irmandade na vida dos irmãos, sua importância dentro da sociedade aracajuana, a qual vivia uma transformação social e histórica em que suas manifestações estariam muito mais afloradas.

Fator de grande relevância é a inexistência de estudos sobre esses grupos religiosos na capital de Sergipe. Assim, existem raras análises sobre a irmandade na região de Sergipe, exceção à dissertação em sociologia de Oliveira (2008), que estudou a irmandade dos homens pretos do Rosário, observando os aspectos da etnicidade, devoção e caridade em São Cristovão no século XIX. E a monografia de história de Almeida (2005), que pesquisou a análise do compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Vila Nova Real de El Rei do Rio São Francisco.

CONHECENDO SOBRE AS IRMANDADES RELIGIOSAS

Primeiramente, as irmandades devem ser compreendidas dentro da mentalidade religiosa medieval e das próprias práticas inerentes na Europa. A historiografia brasileira produziu uma ampla e rica bibliografia sobre as irmandades, mostrando suas práticas tanto no âmbito social como cultural e em todo território da América portuguesa. Tais confrarias sugiram na Idade Média, derivadas das corporações de ofício e ordem terceira, sendo reuniões de grupos que tinham como um dos objetivos promoverem a devoção a um santo ou santa (BORGES, 2005). Assim, como suas congêneres lusitanas, reunindo leigos em torno da devoção, além de prestar serviços de ajuda mútua que iam desde a realização da festa á promoção de cerimônias de enterramento e auxilio aos irmãos (SOUZA JUNIOR, 2011).

No Brasil as irmandades tiveram momentos mais expressivos durante o período colonial. Contudo, sua existência perpassa todo o período imperial ainda com respectiva força. Na República tais instituições começaram a entrar em declínio, mesmo assim, algumas irmandades resistem até os dias atuais. No início tais grupos não eram institucionalizados nem reconhecidos por lei, o que poderia se desenhar como ameaça, com o tempo provavelmente pela a autonomia que esses grupos de leigos assumiram diante da Igreja e do Estado, elas passaram então a terem os seus compromissos aprovados por lei. Deste modo, tais grupos, possuíam uma hierarquia interna bem definida, deveria ter um santo de devoção que desse nome a uma capela ou um templo, além de possuírem uma mesa diretória que estabelecesse suas diretrizes a além de ter personalidade jurídica já que as irmandades dependiam de decretos e leis para sua aprovação.

Portanto, em uma nota introdutória, as irmandades podem ser compreendidas como associações religiosas encontradas no meio urbano e rural, organizadas por leigos católicos e fiéis que se dedicam ao culto de um padroeiro, podendo ser um santo ou uma invocação a Virgem e a Jesus. A irmandade possui objetivos de ajuda mútua (neste caso obtenção de alforrias, construção de capelas ou igrejas, enterros, empréstimo, e ajudam na manutenção de seminaristas). Algumas praticavam obras de caridade perante suas comunidades. Para Boschi, "as irmandades foram uma 'força auxiliar, complementar e substituta da Igreja', sendo responsáveis pela contratação de religiosos e pela construção dos templos. Deste modo, tais irmandades de Brancos, pardos, pretos e indígenas foram responsáveis pelas devoções católicas e pela promoção das procissões e festas, marcada pela grandiosidade das manifestações exteriores da fé e também marcada pelas questões políticas que envolviam as irmandades, o Estado e o poder eclesiástico (BOSCHI, 1986).

Na busca pelo entendimento sobre as irmandades percebemos que as instituições religiosas tiveram um papel crucial para formação das identidades, através dos cultos aos santos negros. Sendo que as identidades podem ser observadas como uma forma discursiva, produzida em diferente contexto histórico e percebida como um texto que pode ter diferentes abordagens, ou seja, surge assim dentro de um processo de diferentes interpretações sobre o mesmo objeto (OLIVEIRA et al. 2010: 9).

Se considerarmos que a construção das identidades é um discurso, seu significado está associado ao pensamento intelectual, político, cultural e religioso de cada época formando assim, a história de uma comunidade. Se seguirmos o viés de que a identidade é um discurso tão qual toda escrita também é discurso, entende-se que a formação das identidades das irmandades pode ser entendida por diferentes meios utilizados pela igreja a partir da: criação do estatuto ou compromisso, batismo, festa, morte, casamento e organização da missa, que contribuíram durante muito tempo para construção de normas que enquadrassem as irmandades nos padrões religiosos de uma determinada cidade (OLIVEIRA et al. 2010: 9).

A religião católica foi uma constante em todo território brasileiro. Era visível na paisagem espacial das cidades, a presença de igrejas e capelas construídas para cultuar estes santos. Então cada associação religiosa possuía seus próprios santos e costumes que vão se misturar ao passar do tempo, sendo que essas irmandades construíam seus prédios através de seus destaques sociais. Por essa razão, a igreja das pessoas mais humildes sempre se localizava próximo das periferias e a igreja das pessoas mais ricas se localizava no centro da cidade ou nas partes mais altas. Isto é claramente percebido nas paisagens da cidade de Laranjeiras em Sergipe.

O papel de referência religiosa era exercido por diversos santos protetores dentro das irmandades, que eram escolhidos à vontade pelos irmãos. Desta maneira, a carência religiosa e o relacionamento com o divino eram realizados por meio de diferentes santos como: Rosário, Conceição, Carmo, Mercês, Francisco, Gonçalo,

José, Benedito e outros. Nas irmandades de negros dois se destacam em todo o território: São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, onde os negros e pardos se voltam em torno deles para cultuá-los. É nesses grupos que os negros e pardos vão criar seus próprios laços de familiaridade entre seus irmão ou membros, construindo seu próprio mundo através destas confrarias. Mas para isso é necessário que entendamos um pouco das características das irmandades.

Podemos dizer que para o funcionamento destas irmandades existia toda uma discussão de cunho político e religioso entre os membros do clero, que muita das vezes aceitava a construção e funcionamento desses grupos baseados em suas ideologias cristãs, entendendo-os como espaços de ideias sediciosas, nas quais muitos que participavam na construção delas eram pessoas ligadas a igreja.

Souza (2002) define as irmandades como associações de leigos que possuíam uma devoção comum e cuja finalidade era a ajuda mútua, socialização e diversão. Por outro lado, o pesquisador Reis (1991), mostra que as irmandades funcionaram com um espaço de construção de identidade e de alteridade. Seguindo estes conceitos, comungo com as ideias de Reis.

Cunha (1986:94) diz que um dos fatores que contribuem na diferenciação de grupos é a utilização e construção de símbolos difundida a todos os componentes dos grupos que estão dentro de um sistema de interação. Tendo, de escolher apenas o uso de alguns símbolos para manter sua identidade. Assim, um novo grupo, ao entrar no sistema, deve escolher símbolos ao mesmo tempo que sejam inteligíveis e disponíveis , utilizando critérios estabelecidos pelas associações que pertencem.

De acordo com o pesquisador Reis (1996), as irmandades possuíam características de uma espécie de família ritual, em que africanos desenraizados de suas terras viviam e morriam solidariamente, idealizadas pela presença branca, pois esses brancos utilizavam dessas confrarias como um mecanismo de domesticação do espírito africano, através da africanização da religião dos senhores. Elas vieram a constituir um instrumento de construção da identidade e solidariedade coletivas desses grupos.

Seguindo as ideias de Reis (1996), percebe-se em seu discurso, o quanto essas confrarias foram fundamentais para a construção de identidades dentro do seu espaço social, conseguindo se organizar através dessas instituições religiosas. E que era preocupação dos senhores de engenho colocar os seus escravos dentro de uma instituição religiosa, servindo como um mecanismo de catequização dos negros durante o período colonial.

A utilização desse mecanismo de inserir o negro dentro da religião católica pode ser o primeiro passo de um exemplo de catequização do negro no Brasil, sendo que mesmo assim, podemos perceber que essas irmandades ajudaram a própria população negra a ter mais autonomia na sociedade através da realização de: batizados, casamentos e criação de documentos como os registros de nascimento que dão a este grupo social os primeiros direitos dentro dessa sociedade que legitimava seu poder através da escrita.

As confrarias foram fundamentais para a construção de identidade dentro do seu espaço social, conseguindo organizar-se através dessas instituições religiosas. Durante muito tempo era preocupação dos senhores de engenho colocar os seus escravos dentro de uma instituição religiosa, servindo como um mecanismo de catequização dos negros durante o período colonial e imperial, criando assim laços de solidariedade e formando as identidades do grupo (REIS, 1996).

Rememorando as lições de Santos (1986:4), a variedade de associações religiosas leigas remete-nos à sociedade de onde surgem: a sociedade brasileira nos séculos XVIII e XIX. Nos pólos extremos estão o senhor e o escravo e, intermediariamente, outras categorias: libertos, brancos pobres, pequenos comerciantes. É fato inegável a diversificação dessa sociedade. Tal diversificação reflete-se nas associações religiosas. Formam-se assim, associações de comerciantes brancos ricos: as ordens terceiras. Em homenagem a diversos santos católicos.

Para Oliveira (2008), a meta inicial de uma irmandade era congregar fiéis em torno da devoção de um santo escolhido, como padroeiro obedecendo às regras contidas no compromisso (ou estatuto é um conjunto de leis que define as obrigações, o perfil de seus associados e os direitos e deveres deste grupo, possibilitando organizar os bens desta associação como forma de cobrir despesas tais como: a manutenção de um capelão, da própria capela, da assistência funerária e da organização das festas devocionais, tornando-se a peça fundamental, para uma irmandade funcionar. Pois tais compromissos deveriam se aprovados por lei.). Após sua aprovação, os irmãos deveriam venerar o padroeiro, promover seu culto e festa além de providenciar igreja que os acolhessem, conforme suas possibilidades. A administração era feita por uma mesa de mandato anual

com diferentes cargos e atribuições, sendo os mais expressivos os de juiz, escrivão, tesoureiro, procurador, mordomos e esmoleres. Além destes cargos, outros podiam existir de caráter honorífico, como os de reis, rainhas, príncipes e imperadores.

AS IRMANDADES EM SERGIPE E EM ARACAJU

Em Sergipe a maior parte dos estudos sobre religiosidade concentra-se em festa ou irmandade religiosa onde prevalecia o chamado catolicismo popular. Muitas dessas festas foram organizadas por irmandades negras, durante o período colonial e foram decisivas para integração do homem de cor no convívio social. As irmandades serviam além de um meio social também para: divulgação de rituais e sacramento da igreja, para construções de capela e sustentações dos cultos, através da organização de missas, festas religiosas e procissões, bem como a realização de rituais fúnebres (OLIVEIRA et.al.2010:13).

O pesquisador Mott (1997), vê o momento da institucionalização das irmandades, quando as mesmas têm seus compromissos regulamentados por lei. Nesse momento se inicia a tentativa de ordenamento da manifestação religiosa e a diminuição da ação leiga. Para ele, a religião católica durante todo período histórico, influenciou o pensamento de diversos grupos sociais, criando padrões culturais e costumes. Focalizando o negro em Sergipe percebemos o quanto a igreja criou mecanismo para envolvê-lo dentro de seus costumes clericais. A irmandade foi um desses grupos, cujas bases descentralizam toda cultura africana, criando assim uma nova identidade favorável aos dogmas da igreja.

As primeiras irmandades em Sergipe tem registros principalmente a partir do período setecentista, dedicadas sempre à devoção de Nossa Senhora do Rosário ou a São Benedito. Em 1757, aparecia registrada a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em Vila Nova Real do Rio São Francisco (NUNES, 1989). Já a irmandade de São Benedito, localizada na cidade de Aracaju é uma associação religiosa ligada à igreja católica que desde o século XIX está presente na capital Sergipana, essa instituição conseguiu ultrapassar séculos de devoções, pois teve um papel fundamental na organização da população desta cidade.

> Art.1°: A irmandade de São Benedito foi fundada em 1865 e instalada na Igreja São Salvador, em Aracaju, capital do Estado de Sergipe, é uma confraria católica e como tal; se regerá pelo disposto no Código de Direito Canônicos artigos 707 a 719. A Igreja de São Salvador é a sede onde está instalada a Irmandade que nenhuma atribuição tem sobre a referida capela (DUARTE, 1971:1).

Para isso, é necessário que entendamos como estava Aracaju no início do século XX, procurando assim, saber o seu processo de desenvolvimento, e como estava organizada a sua população. A historiadora Santos (1986) retrata, que no início do século XX Aracaju, era o município mais populoso do estado de Sergipe, possuidor de um padrão social medido pela difusão de novos hábitos de consumo. Nesse período podemos observar que Aracaju não possuía condições de instalações grandiosas. Um exemplo disso foi o comércio, pois nossa cidade não oferecia condições suficientes para o crescimento espacial do centro urbano. Para a mesma, a população era composta por pessoas humildes em sua maioria. Esse relato reafirma o discurso de Dom Luciano, onde diz que a maioria das pessoas que participavam das festas organizadas pela irmandade em Aracaju era de origem humilde e que a capital de Sergipe convivia com aspectos rurais e uma tímida urbanização durante o período em estudo.

Foto 1: Cartão-postal – Vista da Rua Laranjeiras (1905). Fonte: Acervo Rosa Faria – Memorial de Sergipe.

Esta imagem nos permite visualizar o cotidiano da Rua Laranjeiras onde fica localizada a igreja São Salvador no centro comercial da cidade de Aracaju-SE no início do século XX. A imagem pode fornecer uma mensagem de como se caracterizava a sociedade aracajuana naquele período. Com isso, verificamos o tocante ao vestuário do cidadão aracajuano no início do século passado; mulheres com vestidos longos e homens com chapéu, paletó, gravata, crianças descalças, presença de comerciantes e por último uma paisagem de uma capital pouca urbanizada, com falta de calçamento como se nota na vista da Rua Laranjeiras presente neste cartão postal.

Observamos o discurso de Santos (1986), que nos mostra que a partir da década de vinte, Aracaju consolidava um novo momento demográfico no crescimento do 9espaço central, nesse período começava os primeiros sinais de modernização, porém havia muito que fazer nos setores para o saneamento e profilaxia de Aracaju, sendo assim para a difusão da nossa economia foi necessária uma ampla mudança. A Rua Japaratuba tinha início na Praça Fausto Cardoso, tendo como marco a Intendência Municipal, hoje o Edifício Walter Franco, e terminava nas proximidades da Estação Ferroviária, totalizando sete quarteirões. Atualmente são apenas três.

Isso nos dá um amplo panorama de como estava organizada Aracaju no século XX, visto que trata de uma cidade que vinha crescendo gradualmente e que ao mesmo tempo ainda cultivava antigos hábitos e costumes, diferentemente de outras cidades brasileiras que já possuíam caráter modernizador. Esse entendimento sobre a cidade e a modernização do centro urbano, nos ajuda a compreender a instalação da irmandade de São Benedito no centro da mesma.

> Na esquina da Rua João Pessoa com Laranjeiras encontramos a igreja São Salvador que impressiona por sua arquitetura, resultado de algumas reformas marcando o cotidiano do centro comercial de Aracaju, com missas diárias, onde transeuntes das ruas João Pessoa e Laranjeiras marcam presença com pedidos e orações; e nas festividades do dia de São Benedito e Senhor dos Passos, que ocorrem respectivamente nos meses de janeiro e abril. A festa de São Benedito era comemorada no dia de Reis, e a igreja convidava os membros da irmandade e todas as associações a participarem dos festejos ao santo protetor dos pobres. Pela manhã era realizada a missa solene com pregação do evangelho e a tarde, por volta das 15horas iniciavam-se a procissão pelas ruas enfeitadas pelos moradores. (ANDRADE, 2008:57-58)

Nessa perspectiva observa-se o cotidiano do centro comercial de Aracaju, e sua ligação com a religiosidade, pois a igreja de São Salvador que se localiza na Rua Laranjeiras, era palco das festividades como comemorações ao São Benedito e Senhor dos Passos considerados santos protetores dos pobres. Com isso, percebemos que existia um grande engajamento da população na ornamentação das ruas para início dos ritos religiosos; esses exemplos demonstram como era predominante à igreja católica no período de modernização da cidade, cuja presença era marcante em nossa sociedade.

Podemos dizer que esta irmandade se enquadra em um período da modernidade que como Hall (2001) e Appadurai (1996) discutiram é caracterizado pelo processo de constantes transformações sociais que, além de

alterar as paisagens culturais, desencadeiam mudanças a níveis estruturais e institucionais. Em suas análises, estes expõem que as construções das identidades na modernidade estão passando pelo processo de descentradas, deslocadas ou fragmentadas, tornando-se uma celebração móvel, formadas e transformadas continuamente em relação às formas pelas quais são representadas ou interpeladas nos sistemas culturais de uma sociedade (HALL, 2001).

Ainda para refletir sobre as mudanças de identidades, observamos as análises de Barth (1998) que diz que estas transformações identitárias dar-se-ão de maneira significante durante os períodos históricos da sociedade. Onde os valores se apresentarão como algo arraigado ou inquestionável, dado ao seu teor de assimilação. Em outras palavras, tais valores encontram-se complementados ou entremeados aos valores locais de modo a permitir que novas formas de pensar e de cultuar se constituam dentro das confrarias religiosas.

Barth (1998) faz uma crítica ao discurso de existência de correlação direta entre raça, língua e cultura material como indicadores de pertencimento a grupos étnicos. Para ele, os sujeitos ou os atores sociais é que são responsáveis por aceitar, recusar ou discriminar esse pertencimento. Consequentemente, os grupos étnicos são categorias êmicas e adscritivas, que fundam e regulam a interação social dentro e fora do grupo, a partir de uma série de contrastes entre o próximo e o distante. Neste caso a festa, o cemitério, a música e os objetos materiais do santo, tornam-se elementos de pertencimentos quando os componentes da irmandade de São Benedito os aceitam.

Em relação à noção de grupo étnico, só encontra-se um sentido quando seus atores sociais se dão conta das fronteiras demarcatórias no sistema social no qual consideram o seu pertencimento e identificam que outros atores sociais estão implicados em outro sistema social (BARTH, 1998). Como é o caso da identificação dos irmãos da confraria de São Benedito na cidade de Aracaju-SE.

Observemos o relato do bispo Duarte na década de 70 do século vinte sobre os componentes na irmandade:

> Todo o ano se realiza em Aracaju a festa de São Benedito. É uma velha devoção que desde os fins do século passado se mantém em nossa cidade, ligada a Igreja de São salvador [...] Esta festa é a mais popular expressão religiosa de Aracaju [...] nesta festa os católicos de pele escura de Aracaju têm sua vez [...] Admiro a sabedoria da Igreja Católica que soube integrar no Brasil, os negros escravos na sociedade nascente, pelo vínculo da religião de Jesus (DUARTE, 1971).

Neste caso, observamos que o discurso do bispo Duarte traz em primeiro plano um concepção de cor dos participantes da festa, no segundo momento a expressão desta festa para a cidade de Aracaju no âmbito religioso e em terceiro um discurso de catequização do negro bem executada em pleno século XX. Como retrata Barth (1998), as identidades étnicas pensadas dentro da irmandade de São Benedito, só se mobilizam com referência a uma alteridade e a etnicidade implicando sempre na organização de agrupamentos dicotômicos "nós/eles", uma vez que são as fronteiras étnicas e não o conteúdo cultural interno que definem o grupo étnico e permitem que se dê conta de sua persistência.

Ainda pensando nas transformações ocorridas dentro da irmandade de São Benedito na cidade de Aracaju; Hall (2006), diz que mesmo estando em constantes modificações, as identidades étnicas de um grupo entram em uma relação de conflito, uma vez que aqueles que a reivindicam não se limitam a serem posicionados pela identidade, mas são capazes também de posicionar a si próprios e de reconstruir e transformar as identidades históricas que foram herdadas de um passado comum. Uma vez que as identidades são construídas dentro e não fora dos discursos, produzidas em locais históricos e institucionais específicos e por estratégias e iniciativas também específicas.

Contudo ao observamos o discurso do bispo Duarte percebemos que a concepção que a igreja ainda possui nos meados do século XX, é de uma irmandade negra como diria Barth (1998), um grupo étnico que está sujeito ao fechamento em torno de uma origem comum para manter uma identidade de grupo, a partir de um número de características iguais ou diferentes. Porém, dizemos que estas características étnicas não são estáticas, são dinâmicas e podem muito bem modificar e substituir sua cultura sem perder a identidade; na medida em que a manutenção das fronteiras étnicas é mais importante do que propriamente os traços culturais característicos deste ou daquele grupo. Seguindo as ideias de Barth (1998), podemos visualizar a irmandade de São Benedito substituindo uma concepção estática da identidade étnica, por uma concepção dinâmica das identidades.

Ainda na mesma linha do pesquisador Barth (1998:185), as transformações étnicas e as transformações das práticas culturais, podem ganhar diferentes formas na medida em que um grupo pode adotar os traços culturais de outro, como a língua e a religião, e, contudo, continuar a ser percebido e a perceber-se como distinto. Portanto, gerando uma redução das diferenças culturais entre os grupos étnicos e não colocando necessariamente em causa a pertinência do limite que os separa.

Para o sociólogo Weber (1999), toda comunidade pode atuar: como geradora de costumes, na seleção dos tipos antropológicos (a qualidade herdada) reproduzindo novos elementos; também o processo de construção destes costumes pode ser realizado a partir de isolamento de alguns grupos, surgindo diferentes fronteiras. Segundo o pesquisador Weber a:

> igualdade ou a diferença no âmbito do costumes, sejam elas patrimônios hereditário ou tradicional, estão ambas submetidas, de princípios, em seu nascimento e na alteração de seus efeitos, as mesmas condições da vida de comunidade e são também iguais em seus efeitos comunizantes. (WEBER: 269).

O autor mostra que toda crença na afinidade de origem baseia-se na igualdade dos costumes e hábitos. Sendo que semelhantes crenças podem existir e desenvolver uma força semelhante de comunidade, quando apoiadas na lembrança de uma migração real; estimulando o sentimento de apego natal a terra entre os imigrantes que se deslocam.

Podemos dizer que as irmandades foram mecanismos de construção das identidades étnicas e coletivas encontradas no Brasil, estando estruturadas em formas corporativistas que refletiam diferenças sociais, de cor, de etnia de deslocamento migratório (MATTOS, 2000).

Pesquisadores como Boschi (1986), Salles (1963), Scarano (1976), relatam que estas associações foram organizadas como corporações profissionais, outras integravam a elite (irmandades de branco) e existiam as irmandades mais desprovidas de poder aquisitivo (irmandades de pardo, negro e africano), sendo que o principal critério de identificação dessas instituições foi a cor da pele em combinação com a origem étnica(deixamos claro que a cor pode estar relacionado com o aspecto da identificação ou como um forma externa de nomear e hierarquizar . Como bem colocada pelo bispo da diocese de Aracaju na década de 70 do século XX quando descreve os componentes da irmandade por uma premissa de cor preta.

Neste caso, a instituição religiosa da época em Aracaju pode ser pensada como conjunto de categorização das relações comunitárias étnicas que como diz Weber (1999) fundamentando em uma origem comum real ou suposta, baseando-se na crença subjetiva calcada na origem, traço característico na concepção da identidade étnica (neste caso em busca de uma matriz “africana”). Sendo assim, os grupos étnicos, contam com semelhanças dos habitus externo, dos costumes, das recordações do processo de colonização e migração que nutrem uma crença subjetiva na origem comum de tal forma que esta crença é que possibilita a propagação de relações comunitárias, passando a ser indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue realmente efetiva (WEBER: 1999).

De acordo com as ideias de Barth (1998) percebe-se que a construção de fronteiras neste caso dentro das irmandades em Sergipe, como lugares que emergem a partir destas relações de interação, são espaços propícios para se pensar as identidades. Difundindo assim seus aspectos culturais, funcionalmente distintivos, sob o intento de afirmarem suas identidades, mesmo que a termo de uma circunstancialidade, como considera Hall (2001).

Em relação aos os deveres da irmandade podemos observar no estatuto no art.3- que:

> constituem os deveres da irmandade:- fazer solenemente a festa do seu padroeiro; celebrar no segundo domingo de cada mês uma missa na igreja de São Salvador, por todos os membros vivos e defuntos; dar sepultura gratuitamente a todos os irmãos no seu cemitério, manter uma taxa de pecúlio para auxiliar a família do irmão por ocasião do falecimento deste; manter um seminarista pobre no seminário diocesano de Aracaju, entregado cada ano a obra das vocações sacerdotais, a quantia correspondente a pensão de um aluno; proporcionar todos os meios e recursos ao capelão da igreja de São Salvador para as despesas de culto neste capelão, sede da irmandade, inclusive um ordenado ao capelão de acordo com a cúria diocesana; colaborar na medida de suas possibilidades com campanhas promovidas pela Diocese de Aracaju (DUARTE, 1971).

Ainda observando esse discurso, entende-se que um dos deveres principais da irmandade era organizar a procissão de São Bendito que acontecia sempre no dia 06 de janeiro, onde se comemorava o dia de reis, como se fala no estatuto ao retratar os deveres dessa instituição. Outros deveres constituíam-se: em celebrar uma missa no segundo domingo de cada mês na igreja São Salvador, manter um seminarista pobre, dar sepultamento gratuito, ajudar ao capelão tanto em seu ordenado como também em recursos matérias para a igreja e ajudar na divulgação das campanhas promovidas pela diocese. Sendo isto, um dos principais objetivos dessa organização religiosa.

O trecho da documentação se torna precioso por descrever todos os deveres que os irmãos devotos deveriam cumprir. Ainda nesse sentido, entram outras indagações: como os irmãos eram aceitos? A sua quantidade e critério na escolha de seus componentes? E como era formada a sua diretoria e suas funções dentro dessa intuição?

Os componentes da irmandade eram responsáveis por gerir os ritos católicos e assegurar a boa prática cristã para os associados, buscando seguir "ao pé dá letra" as regras que eram impostas para eles. A irmandade de São Benedito assumia um papel importante dentro da igreja, junto aos clérigos através da organização das: procissões, festejos, rituais fúnebres; e mantinham a fé cristã em uma dinâmica social e culturalmente construída de ritualização da fé e da devoção.

Seguindo a análise do compromisso, a irmandade poderia possuir o número máximo de oitocentos componentes, após o preenchimento das vagas, as próximas pessoas teriam que ficar esperando abrir novas vagas. Sendo que essa irmandade não faria acepção de sexo nem de condições financeiras e nacionalidade. Tendo apenas, algumas características que eram um dos principais pontos para aceitação: não possuir outra religião e não pertencer a nenhuma seita como o espiritismo, protestantismo e maçonaria. Existia também a obrigatoriedade de que o irmão possui-se menos de cinquenta anos de idade para ser aceito na irmandade.

Para melhor demonstrar os papéis exercidos pelos membros da irmandade de São Benedito em Aracaju, proponho que se tome contato com um pouco da vida e dos ideais destes participantes da irmandade em questão.

Na irmandade de São Benedito cada irmão antes de ser aceito pelo grupo deveria se submeter alguns critérios: primeiro ser convidado por um membro, segundo ter condição para pagar anuidade, terceiro ter menos de cinquenta anos e quarto seguir as diretrizes religiosas da igreja católica. Só a partir do cumprimento dessas diretrizes poderiam se filiar nessa associação católica. Logo após, preenchiam suas fichas de inscrições onde eram detalhadas as informações sobre cada irmão. Tal documento inicialmente dava uma matrícula aos irmãos que pretendia se filiar e continha a época em que o componente ingressou, a sua naturalidade, a profissão que exercia, filiação, o nome completo, idade, a data de admissão, o nome dos pais, o local da residência, estado civil, a sua assinatura, o endereço, e seu pecúlio que, no ato da matrícula, já deveria ser destinado a pessoa para quem iria deixar.

Deste modo, foi a partir das 172 fichas de inscrições que irei apresentar alguns irmãos de São Benedito, tentando rastrear as suas histórias dentro e fora deste grupo.

Neste momento irei retratar algumas informações sobre os membros da referida irmandade. Eles tiveram a história de suas vidas organizadas do ponto de vista pessoal, religioso, politico e cultural. Esse espaço no âmbito religioso torna-se um espaço de luta e reivindicações contra a falta de assistencialismo do Estado brasileiro, mesmo que baseado num tipo específico de legitimidade da continuidade da ausência de certas instituições no século XX. Para efeito deste texto, vou me deter apenas nos dados mais gerais da trajetória de vida do grupo, para depois me concentrar na organização administrativa do mesmo. Embora sejam essenciais os dados coletados, para a compreensão dos membros dessa associação.

Tabelas 2: Profissões dos membros da Irmandade de São Benedito (1946-1971)			
Profissões	**N°**	**Profissões**	**N°**
Domésticas	148	Escrevente de justiça	1
Funcionários públicos	66	Soldador	1
Negociantes	3	Eletricista	1
Prendar do lar	13	Industriário	2
Costureiras	17	Professor	22
Dentista	1	Aposentado	41
Servente	8	Comerciante	14
Laboratorista	1	Engraxate	1
Operário (a)	44	Administrador	1
Marítimo	1	Pedreiro	8
Inspetor de aluno	4	Estudante	3
Tecelã	1	Lavandeira	6
Pintor	2	Agricultor	18
Jornalista	1	Feirante	1
Artista funileiro	1	Cobrador	1
Sapateiro	5	Industriário	1
Atendente	1	Salineiro	
Marceneiro	1	Técnico em contabilidade	1
Bancário	1	Aposentados 60	1

Fonte: CÚRIA METROPOLITANIA DE ARACAJU. **Fichas de entrada dos irmãos 1946-1971**.

Os dados sobre as profissões dos irmãos da Irmandade de São Benedito nos permite conhecer, entre outras coisas, o nível escolarização, em certa medida a posição que o mesmo ocupava na sociedade e algumas contradições entre as normas do estatuto da irmandade e a prática cotidiana desse grupo. Um exemplo disso é o caso da entrada de um irmão que em 10 de março 1947 é admitido Sabino José dos santos nascido em 04 de julho de 1887, filho de Antônio dos santos e Ângela Maria da conceição natural de Laranjeiras, encontrava-se neste período viúvo com 85 anos cujo nome da sua cônjuge não aparece na documentação. Era o irmão matriculado no número de 231, nesta época exercia a profissão de pedreiro na cidade de Aracaju e possuía uma residência na Rua Estância nº 1419. Sabia ler e escrever.[4]

Em relação ao nível de escolarização, percebe-se, através da tabela que era bastante diversificado, ao mesmo tempo em que há profissões que exigem uma titulação de nível superior, como são os casos dos professores, médicos e administradores. Têm-se também profissões ou ocupações que não exige nenhum nível de escolarização (pelo menos no século XX), como são os casos dos pedreiros, os serventes, as domésticas e pintores. Essas diferenças existentes entre os conhecimentos profissionais dos irmãos da Irmandade de São Benedito demonstram entre outras coisas, como essas irmandades religiosas são espaços ocupados por

4 CÚRIA METROPOLITANIA DE ARACAJU. Fichas de entrada dos irmãos 1946-1971.

atores sociais que tinham na sociedade posições diferentes. Pode-se questionar, se essas profissões eram hierarquizadas socialmente no século XX? E mais, essa hierarquização era refletida e implicava nas relações ou na organização da Irmandade de São Benedito? A partir da documentação analisada, verificou-se que o status social das profissões implicava, por exemplo, em determinados irmãos que possuíam um nível de escolarização maior ocupar posições mais importantes na organização da irmandade.

Analisando o estatuto da irmandade, percebe-se algumas contradições entre o que se tinha como norma e o que se fazia na prática cotidiana da irmandade, entre essas contradições algo interessante que verifiquei, analisando as profissões dos irmãos, é que tinha-se muitos aposentados como membros da tal instituição, isso é interessante uma vez que o estatuto tinha como norma que os participantes da Irmandade de São Benedito teriam de ter menos de 50 anos. Ao considerar o número de aposentados que a tabela revela, identifica-se a inserção desde grupo econômico na irmandade, mesmo que tal estatuto fizesse restrição de sua presença. Nesse sentido, algumas normas no estatuto não eram praticadas. Evidenciando que os membros da irmandade se organizavam baseando-se não apenas pelas relações institucionais, mas também pelas relações pessoais. Como isso ocorria? Por que isso ocorria? Por que apenas pessoas menos de 50 anos podiam fazer parte? Quais os critérios ou atributos que as pessoas deveriam ter para participar da irmandade? Assim, chega-se a ideia que a entrada desses irmãos perpassava-se pela escolha dos membros do grupo e pelas redes de solidariedade, pois, a entrada desses participantes se dava através do convite dos associados. Mesmo não sendo interesse da igreja de incluí-los, pois quanto maior a idade mas fácil de utilizar os auxílios econômicos da irmandade .

Contudo, a tabela nos permite responder que o nível escolar não era um atributo ou um critério para poder participar dessas irmandades, como também a idade, mesmo sendo uma norma que consta no estatuto, na prática não era um critério ou aspecto determinante para poder participar de tal instituição. Além disso, outro aspecto é a posição social. Ter mais status socialmente através, por exemplo, da profissão – pensando na profissão de médico tão valorizada socialmente e consolidada no século XX e a profissão de doméstica que só foi regularizada no ano de 2013, mas ainda é desvalorizada – não era um critério de entrada, no entanto isso não nos permite dizer que essas diferenças não geravam diferenças nas relações no interior da irmandade.

É interessante salientar, mais uma vez, que esta diversidade nas profissões dos irmãos revela o perfil escolar, em certa medida sua posição social, mas também pode revelar práticas de organização. Apesar da documentação não permitir se aprofundar em determinadas questões, essa fonte permite questionar como as diferentes experiências profissionais, ou seja, como diferentes práticas de conhecimento influenciavam nas formas de organização e atuação da Irmandade de São Benedito na cidade de Aracaju. Isso por que, acredita-se que os valores, os saberes, o conhecimento prático ou científico dos irmãos podia influenciar práticas e dinâmicas entre eles diferentes na atuação coletiva.

Gráfico 1: Concepção de cor dos membros da Irmandade de São Benedito

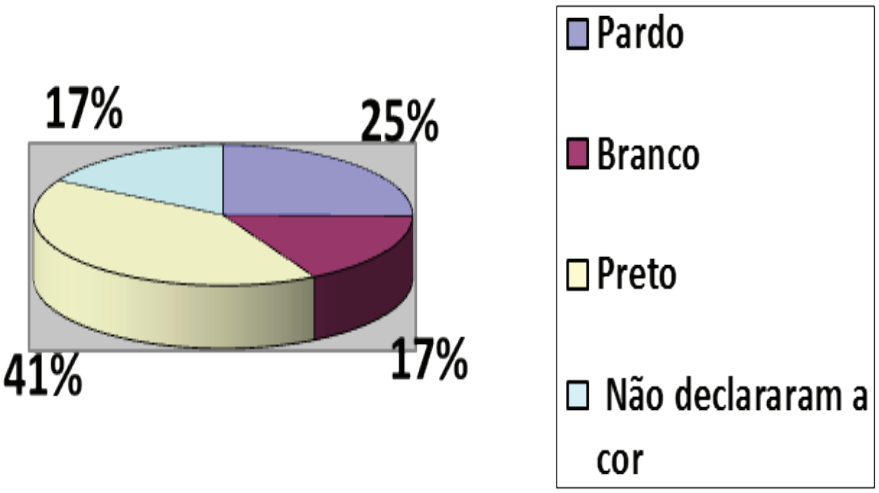

Fonte: CÚRIA METROPOLITANIA DE ARACAJU. **Fichas de entrada dos irmãos 1946-1971**.

Os dados acima partiram da análise das certidões de óbito e da documentação de entrada presente na irmandade, que apresentam a cor da pele desses componentes, e ajuda a entender como eram classificados a partir da cor nessa organização. Também nos possibilita pensar o perfil desses irmãos da irmandade de São Benedito na cidade de Aracaju. Já que a cor um dos grandes elementos de distinção das irmandades religiosas no Brasil e especificamente em Sergipe.

Concordo com Sheriff (2001) que a concepção da cor não pode ser entendida como categoria de classificação racial, mas como um discurso de descrição, ou seja, mais adjetivos do que substantivos que podem gerar um significante de identificação. Pois quando as cores são acionadas para descrever um grupo ou indivíduo (negro, branco, moreno entre outros), deve-se levar em consideração como estes elementos são fatores fundamentais para a construção dos contextos em que são utilizados, tornando-se fundamentais na negociação das relações sociais.

Os dados encontrados nas certidões de óbito dos componentes deste grupo, trazem as características da cor da pele dos irmãos da irmandade de São Benedito: observa-se 193 pessoas consideradas pretas,148 pardos e 83 que tinham na documentação cor branca e morena . Atualmente ainda nota-se uma presença marcante de pessoas consideradas negras na cultuação de São Benedito. Sobre os pardos, observa-se que eles também se fazem presentes na cultuação deste santo; problematizando o discurso construído de que eles não se veem como descendentes de negros. Este discurso não cabe em todos os contextos, pois a ideia de que essa classificação servia para diminuir o preconceito imposto ao negro na sua origem é apenas um discurso de um lado da moeda. Mas mesmo assim observo que a cor torna-se um elemento que é constantemente acionado e que contribui para a formação da identidade de indivíduos e de grupos, como destacado pelos pesquisadores Marcon (2005); Sherrif (2001).

Para Marcon (2010), ao nos debruçarmos em uma análise do cotidiano social popular de um determinado período (neste caso incorporo o discurso para o contexto da irmandade de São Benedito no século XX); é possível perceber os argumentos ideológicos de uma região, na qual existiam a diversidade e os conflitos sociais com apelo ligado aos estereótipos presentes no grupo; mas durante muito tempo esta diferença foi legitimada pela referência da cor. Neste caso, o culto a São Benedito na igreja São Salvador em Aracaju, era visto como um resquício das práticas coloniais e imperiais de Sergipe. Observo tal impressão no discurso proferido pelo bispo Dom Luciano Duarte.

Como mostra Sherrif (2001), as verdadeiras cores de uma pessoa são ocultadas e as noções de uma identidade racial estática ou essencializada são retoricamente indeterminadas ou negadas. Para ela, o conceito de cor está ligado à concepção de aparência. Mas não se pode confundir o conceito de cor com raça. Também no Brasil o racismo é designado pela expressão do preconceito de cor e a cor foi fortemente utilizada dentro do universo religioso católico para diferenciar e hierarquizar as pessoas.

Como retrata Marcon (2005), quando discute identidades a partir das retóricas, deve-se levar em consideração a ambivalência dos signos acionados neste processo. Para ele, tanto as identidades individuais quanto coletivas são entendidas como fenômenos ambivalentes, múltiplos, inacabados, instáveis, retóricos e experimentais (MARCON, op.cit.p.107).

Entretanto, observa-se como a cor torna-se um artifício presente nas retóricas da Igreja e do grupo, mas não só isso, este elemento está presente no imaginário do grupo, sendo constantemente acionado a partir de um contexto social. Outro fator interessante que se pode elencar é que as transformações que aconteceram na cidade de Aracaju, em meados do século XX, possibilitaram que as práticas da irmandade de São Benedito se modificassem gerando uma invenção da tradição deste grupo.

Descrever a irmandade de São Benedito inserida na cidade de Aracaju, sob tal ponto de vista, é conhecê-la como *lócus* de interações sociais e trajetórias singulares de grupos e/ou indivíduos, cujas rotinas estão inseridas em uma tradição cultural que as transcende. Conhecer o universo da irmandade na cidade de Aracaju não é só se apropriar de parte de um conhecimento do mundo. É entender que os saberes e fazeres dos integrantes, que estão relacionados com os conhecimentos religiosos produzidos e reproduzidos neste grupo; interagem e se modificavam, constantemente, a partir da relação estabelecida com as outras pessoas da cidade.

Considerações

Primeiramente queremos ratificar que este texto é fruto de uma pesquisa em andamento, portanto ao término da mesma os dados poderão ser alterados e complementados, para isso buscarei ampliar com a investigação de outras fontes (orais e documentais) para gerar mais informações sobre o referido grupo.

Debruçar sobre os depoimentos dos membros da irmandade de São Benedito e dos acompanhantes na hora da festa, da morte e da missa, captar as nuanças de suas vivências e, sobretudo, resgatar suas visões próprias, no máximo das possibilidades oferecida pelo campo e pela documentação, foram os focos principais desta análise. Deste modo, incorporaram-se, com isso, alguns ritmos e reflexões característicos a organização da vida cotidiana dessas irmandades ao logo do século XX e XXI. Ao buscar detalhes do seu cotidiano esquivou-se também de determinadas facetas da movimentação social da cidade que, com certeza, acabariam por interferir na reconstituição intentada, levando a pesquisa a compreender o uso e significados que eram atribuídos ao centro da cidade ao logo do tempo. Assim, as suas sociabilidades se davam em diferentes espaços que eram ressiginfigados a partir de suas vivências.

A experiência religiosa da irmandade torna-se um fenômeno ao mesmo tempo peculiar e particular, cada irmão da irmandade de São Benedito tem suas especificidades, tornando-as extremamente significativas nos âmbitos aos quais pertencem. É na vivência, que os componentes começam a entrar de fato no universo do sistema religioso que optou conhecer.

Estas práticas dentro deste grupo se configuram na construção de uma "identidade", a partir do momento que um indivíduo passa a fazer parte desta experiência religiosa coletiva, o mesmo é levado a construir uma identidade ligada a esta experiência, incorporando regras, normas para se enquadrar nesta manifestação que se torna uma grande tradição (mesmo que inventada) no âmbito da religiosidade.

Por isso podemos dizer que a identidade é um elemento que se caracteriza pertinentemente por aqueles que estão inseridos em uma sociedade. Portanto, analisar o significado deste elemento e entrelaçá-lo com a religião católica é um propósito explicito deste estudo.

Podemos elencar que as transformações sociais e econômicas ocorridas a partir do século XX modificaram profundamente toda estrutura da sociedade brasileira, onde a urbanização favoreceu ao surgimento de novas práticas sociais e culturais. Contudo, a maioria dos valores, crenças e manifestações culturais populares foram constituídas nos séculos anteriores a urbanização e a industrialização. A sobrevivência de elementos culturais desses grupos está ligada a conservação de suas identidades, revelando a disposição da população vinculada a essas práticas como observamos na irmandade de São Benedito.

O estudo da composição da história da irmandade de São Benedito em Aracaju pode revelar como as práticas culturais do período contemporâneo expressam o impacto das transformações sociais, particularmente nos hábitos e valores difundidos mediante a religião católica. Antropologicamente, os elementos da cultura popular não são eliminados, mas adquirem novos significados, preservando traços herdados do passado e agregando novos elementos. Existe uma plasticidade histórica fundamental que caracteriza as constantes renovações culturais. Acreditar na completa destruição da cultura, como consequência das transformações sociais, é o equivalente a buscar uma estagnação incompatível com a mobilidade das expressões culturais. A cultura popular resulta do dinamismo do próprio contexto (SAHLINS, 1997).

Sahlins (op.cit) mostra que o período da globalização e o capitalismo não estão destruindo e homogeneizando as culturas e sim gerando uma grande diversidade de novas formas culturais. Diferentemente como muitos antropólogos da época pensavam no fim das culturas ou de uma identidade de grupo, esta muitas vezes era legitimadas por uma ideia de práticas estáticas. Tece uma crítica para o discurso de uma cultura superior (que era idealizada e acionada pelas concepções políticas e econômicas capitalistas) para ele, estes aspectos eram legitimados pelo discurso de aniquilação dos aspectos das culturas e dos grupos sociais incorporado pelo meio acadêmico. Ele vai, mais além, diz que este processo vem apenas transformando tudo em uma massa uniforme, as culturas locais vem resistir a esse processo de "aculturação" se transformando e se apropriando das novas perspectivas que são apresentadas a elas.

Observando a resistência da irmandade de São Bendito no século XX na cidade de Aracaju, percebe-se que a força da cultura erudita, da ciência, da igreja e da modernidade não foi capaz de acabar com a cultura de massa

mesmo com o dinamismo lento, mas seguro da vida popular que se estrutura em micro escalas, no interior da rede familiar, comunitária e religiosa, apoiada pela socialização do parentesco, e dos grupos religiosos desta cidade.

Ao pensar a identidade das irmandades em Sergipe e em Aracaju, reporta-se a construção destas organizações religiosas, que se dava na cultuação de dois principais santos: a primeira mais cultuada era Nossa Senhora do Rosário e o outro era São Benedito, que no século XIX, os negros e pardos se identificavam por possuir características semelhantes. Via nestes as soluções de seus problemas. No século seguinte ainda temos uma população afro-brasileira com uma mesma alusão a esses santos. A irmandade de São Benedito da metade do século XX, mesmo com todo o processo de modernização possuía características e regras que correspondiam às ideias do século XIX, onde existia uma maior alusão a estes santos, utilizando-se para interceder na melhora de suas vidas.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun (1996), *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Editorial Teorema.

ALMEIDA, Ivânia Maria (2005). **"***Irmãos de Cor e Crença..." Análise do compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Vila Nova Real de El Rei do Rio SãoFrancisco.* Sergipe: São Cristóvão. Monografia de História. Universidade Federal da Sergipe.

BARTH, Fredrik (1998), Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Joceline. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP.

BOSCHI Caio César (1986), *Os leigos e o Poder*. São Paulo: Ática.

CARVALHO, Fernando Lins de (2003), *Vizinhos, sim; enterros à parte. Os Cemitérios Santa Isabel e São Benedito. Aracaju, SE (1862-1933).* Dissertação de mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão.

DUARTE, Dom Luciano Cabral (1971*), Estrada de Irmãos.* Ed. 1. Editoras Vozes limitadas, Petrópolis Rio de Janeiro.

HALL, Stuart(2001), *A identidade cultural na pós-modernidade*. 6a. Ed. Rio de Janeiro: DP&A.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.) (1997), *A invenção das Tradições,* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MOTT, Luiz (1997),*Cotidiano e vivência religiosa:* entre a capela e o calundu. In: MELO E SOUSA, Laura. São Paulo: Companhia das Letras.

MARCON, Frank Nilton (2005), *Diálogos transatlânticos:* identidade e nação entre Brasil e Angola. Florianópolis. Letras contemporâneas – Oficina Editorial LTDA, _____(2010).*Visibilidade e resistência negra em Lages*.Letras Contemporâneas.

MATTOS, Hebe Maria(2000), *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000 (Coleção Descobrindo o Brasil).

NUNES, Maria Thétis (1989),*Sergipe Colonial I.* Aracaju, Universidade Federal de Sergipe; Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

OLIVEIRA JUNIOR, João Mouzart de, *et.al*.(2010),*Negras Raízes:* a história da irmandade de São Benedito em Aracaju/SE século XX(1946-1971). Sergipe: Aracaju. Monografia de História da Universidade Tiradentes.

OLIVEIRA, Vanessa (2008),*A Irmandade dos Homens Pretos do Rosário:* etnicidade, devoção e caridade em São Cristovão - Se (século XIX). São Cristóvão.Dissertação (Mestrado em sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Sergipe.

REIS, J. J.(1991), *A morte é uma festa:* ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Cia. das Letras.

_____.(1996),*Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão.* Tempo. Rio de Janeiro.

REGINALDO, Lucilene(2005),*Os Rosários dos Angolas:* irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista. Campinas, SP.

SANTOS, Francisco José Alves dos.(1986),*Igreja Nossa Senhora do Rosário de Estância, notas para sua história.* São Cristovão.UFS/SE.CECH.

SAHLINS, Marshal.(1997),**"***O pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica:* porque a cultura não é um „objeto" em via de extinção". In: Mana - Estudos de Antropologia Social do Museu Nacional. Rio de Janeiro.

SALLES, Fritz Teixeira de.(1963),*Associações religiosas no ciclo do ouro***.** Belo Horizonte: UFMG/Centro de Estudos Mineiros, (Coleção Estudos 1).

SHERIFF, Robin.(2001),"Como os senhores chamavam os escravos: discursos sobre cor, raça e racismo num carioca". REZENDE, Claudia Barcellos e MAGGIE, Ivonne (comp.). *Raça como retórica:* a construção da diferença. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 213-237.

SOUZA, Marina de Mello.(2002), *Reis Negros no Brasil Escravista***:** História da festa de Coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

SCARANO, Julita.(1976), *Devoção e Escravidão:* A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII. São Paulo: Nacional (Coleção Brasiliana).

WEBER, Max.(1999*), Economia e Sociedade*.. Brasília: UnB.

Cultura Negra Brasileira: Reflexões sobre campo e conceito

Renan Ribeiro Moutinho
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ)
renanmus@gmail.com

Resumo: a letra da Lei nº 10.639 de 2003, é enfática ao incluir a História e a Cultura Afro-brasileira no currículo oficial da Rede de Ensino no Brasil. O parágrafo primeiro da referida lei enfatiza o conteúdo programático e retoma a temática da cultura, convergindo especificamente para a denominada "cultura negra brasileira". Face à complexidade intrínseca a este conceito, o qual é transversal a diferentes áreas do saber, este artigo propõe-se a debater estes conceitos que, aglutinados, remetem ao resgate da cultura do povo negro brasileiro. Este trabalho caracteriza-se como uma revisão bibliográfica e análise documental. A metodologia partiu de pesquisa bibliográfica dentre notáveis debates entre pensadores brasileiros e portugueses que debruçaram-se sobre questões análogas. Pretendemos, com este debate preliminar, complementar o trabalho de pesquisa em desenvolvimento no mestrado, em andamento sobre Relações Étnico-Raciais, além de colaborar para que sejam superados os desafios apresentados para a aplicação efetiva da referida lei.
Palavras-chave: lei 10.639/03; cultura; cultura brasileira; étnico-raciais.

I. Introdução

> *"O racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, lingüísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence"* (*MUNANGA, 2003: 8).*

A promulgação da Lei nº 10.639, em janeiro de 2003, veio ao encontro a "demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação" (BRASIL, 2004) estabelecendo um compromisso político de reconstrução dos currículos escolares ao fomentar a "percepção correta de que não somos todos iguais, nem tratados como iguais" (GUIMARÃES, 2009: 196). A partir da alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, - lei nº 9.394/96 -, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira no âmbito de todo o currículo escolar, nos estabelecimentos de ensino básico e médio, oficiais e particulares, em especial nas disciplinas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira. (BRASIL, 2003)

A lei 10.639/03 ratifica, implicitamente, a necessidade da escola brasileira combater o racismo. Ao comentar esta intervenção legislativa ao currículo educacional, Kabengele Munanga (2004) enfatiza o caráter multicultural da educação, ressaltando a importância de formar inicialmente os educadores, expandindo-lhes a formação para uma história que não enfatize somente o sofrimento dos negros como também a crucial importância destes para o desenvolvimento do que é o Brasil hoje. Ademais, pontua os mecanismos pelos quais a escola perpetua o racismo, desde o âmbito familiar até as práticas efetivamente educacionais.

A partir do prisma das Ciências Sociais, consideramos a discussão no âmbito das Relações Étnico-raciais de que o termo "negro" está diretamente relacionado a noção de raça. Desta forma, "se os negros considerarem que as raças não existem, acabarão também por achar que eles não existem integralmente como pessoas, posto que é assim que são, em parte, percebidos e classificados por outros" (GUIMARÃES, 2009: 67). Neste ponto, consideramos a necessidade de relacionar o "ser negro" com o conceito de identidade, especificamente com o de identidade negra. Isto se deve ao fato de coadunarmos com a premissa de Silvia Novaes (1993) de:

> *"(...) perceber que o conceito de identidade deve ser investigado e analisado não porque os antropólogos decretaram sua importância (diferentemente do conceito de classe social, por exemplo), mas porque ele é um conceito vital para os grupos sociais contemporâneos que o reivindicam" (NOVAES,1993: 24).*

Neste momento, acreditamos oportuno refletir sobre a construção do pensamento racial brasileiro a fim de que se possa compreender os mecanismos pelos quais o que chamamos hoje de "cultura brasileira" veio a ser constituída. Para trilhar este caminho, torna-se necessário voltar alguns séculos na História Brasileira bem como em evocar alguns eventos e movimentos característicos. Se por um lado o percurso pelo qual o Movimento Negro brasileiro pode ser analisado sob diferentes primas (SILVA, 2012. GUIMARÃES, 2009), eventos de proporções intercontinentais, - como a vinda da Corte Real Brasileira para o Brasil, a Independência do Brasil e o pensamento intelectual brasileiro pós-década de 1930 -, podem nos oferecer pistas para entender as lutas do Movimento Negro e o atual panorama.

II. Pensamento racial brasileiro: as teorias racistas europeias e a desconstrução da suposta "democracia racial brasileira"

> *"Raça é a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século XVIII e hoje sobejamente superado. Cabe esclarecer que o termo raça é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira. Contudo, o termo foi ressignificado pelo Movimento Negro que, em várias situações, o utiliza com um sentido político e de valorização do legado deixado pelos africanos" (BRASIL, 2004: 5).*

No Brasil, as teorias racistas europeias, através de um processo de "apropriação tardia"[1] influenciaram amplamente as recentes Instituições criadas em meados do século XIX assim como o pensamento dos cientistas sociais da época ligados à estas Instituições (SCHWARCZ, 1993), os quais se baseavam na "afirmação de que o Brasil se constituiu através da fusão de três raças fundamentais: o branco, o negro e o índio" (ORTIZ, 1985: 15). . A difusão das teorias de degenerescência poligênicas americanas europeias do século XVIII influenciaram diretamente o pensamento de intelectuais brasileiros sobre a questão racial, desenvolvidos em instituições científicas recém fundadas. Para ORTIZ (1985: 15), "os parâmetros raça e meio fundamentam o solo epistemológico dos intelectuais brasileiros", os quais assumiam a responsabilidade de pensar a composição racial do país.

Invariavelmente, pensar o futuro da nação perpassava por elaborar teorias e hipóteses que fundamentassem os argumentos para a concepção de um povo brasileiro e invariavelmente dos rumos para a constituição de uma nação. Influenciados pelas teorias raciais poligênicas de diferenciação racial, alguns intelectuais da época debruçaram-se a pensar sobre a "composição racial" da sociedade brasileira pós-escravista (SCHWARCZ 1993; GUIMARÃES, 2011). Dentre estes, podemos ressaltar os pensadores Nina Rodrigues (1862-1906), e Silvio Romero (1851-1914), respectivamente das Faculdade de Medicina da Bahia e da Escola de Direito de Recife.

---

1 Segundo SCHWARCZ (1993), apesar das teorias poligênicas apresentarem progressivo declínio na Europa no início do século XX, estas continuaram apresentando forte influência dentre a intelectualidade brasileira.

Ambos ressaltavam a dificuldade em conceber a possibilidade de progresso para uma sociedade constituída por mestiços[2] (GUIMARÃES, 2009). Segundo ORTIZ (1985: 20):

> *"O mestiço é, para os pensadores do século XIX, mais do que uma realidade concreta, ele representa uma categoria através da qual se exprime uma necessidade social – a elaboração de uma identidade nacional".*

Em 1933, é publicado o livro Casa Grande & Senzala por Gilberto Freyre, repensando culturalmente a figura do mestiço dentre a sociedade brasileira. Segundo ORTIZ (1985: 42), "ao retrabalhar a temática da cultura brasileira, Gilberto Freyre oferece ao brasileiro uma carta de identidade". Porém, esta identidade fora questionada por homogeneizar problemas estruturais da sociedade até então. Gilberto Freyre oferece os elementos para um possível sentimento de pertencimento a uma identidade nacional.

A influência de Freyre torna-se um problema ao passo que "não somente encobre os conflitos raciais como possibilita a todos de se reconhecerem como nacionais" (ORTIZ, 1985: 44). Os anos decorrentes da influência de Gilberto Freyre ficaram conhecidos e caracterizados por uma teórica democracia racial brasileira, bandeira abraçada pelo Governo de Getúlio Vargas e defendida por pensadores como Donald Pierson, Charles Wagley, Marvin Harris e Pierre van den Berghe, os quais negaram o preconceito e as raças no Brasil (GUIMARÃES, 1993).

Tamanha a influência e projeção desta obra na configuração do mundo do pós-guerra, diversos pesquisadores de nacionalidades distintas viriam a se debruçar em estudar o "caso brasileiro". A primeira geração seria composta por Gilberto Freyre, Charles Wagley, Donald Pierson e Roger Bastide, a segunda geração por Thales de Azevedo, Costa Pinto, Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, René Ribeiro, Guerreiro Ramos, Pierre van den Berghe e Marvin Harris; já a terceira Geração, por Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni (GUIMARÃES, 2009).

A crítica enfática à democracia racial brasileira viria com Florestan Fernandes junto ao Departamento de Sociologia ligada à Universidade de São Paulo entre as décadas de 1950 e 1960. Atualmente, a crítica enfática da *"Escola de São Paulo"* é sob a falsa concepção de igualdade defendida a partir do pós-guerra, segundo a qual a discriminação racial no Brasil ocorre por meio de mecanismos muito peculiares, sendo representada pela "legitimidade de diversas formas de violência e de discriminação, que são práticas generalizadas de interação para parcelas significativas da população" (GUIMARÃES, 2009: 70).

III. Cultura negra brasileira

> *"A cultura negra pode ser vista como uma particularidade cultural construída historicamente por um grupo étnico/racial específico, não de maneira isolada, mas no contato com outros grupos e povos. Essa cultura faz-se presente no modo de vida do brasileiro, seja qual for o seu pertencimento étnico. Todavia, a sua predominância se dá entre os descendentes de africanos escravizados no Brasil, ou seja, o segmento negro da população" (GOMES, 2003, p. 77).*

Para além do objetivo de concluir o que vem a ser cultura com este trabalho, pretendemos dialogar com reflexões sobre este conceito assim como em buscar compreender sua trajetória por intermédio de seu desenvolvimento histórico considerando o seu caráter híbrido[3]. Instigados pela premissa de Marilena Chauí de que "(...)

---

2 As consequências das teorias destes pensadores tornaram-se verdadeiras políticas de Estado no início do Século XX através de práticas sociais eugênicas orientadas para um embranquecimento da população (PARK, 1942; SCHWARCZ, 1993; GUIMARÃES, 2011).

3 Um termo que tem sido cada vez mais usado para caracterizar as culturas cada vez mais mistas e diaspóricas dessas comunidades é "hibridismo". Contudo, seu sentido tem sido comumente mal-interpretado. Hibridismo não é uma referência à composição racial mista de uma população. É realmente outro termo para a lógica cultural da tradução. Essa

todos os indivíduos e grupos são seres e sujeitos culturais" (1995: 81), consideramos a transversalidade do conceito de cultura dentre as muitas áreas do saber, sua pluralidade semântica, assim como sua relação direta com a atividade social humana.

Atualmente, a utilização do termo cultura não é privilégio do ambiente acadêmico. Na década de 50 de nosso século, os pesquisadores Alfred Kroeber e Clyde Kluckhohn listaram mais de uma centena de definições diferentes para o conceito de cultura[4], relevando a enorme falta de consenso em sua definição. Devido a curiosos processos de ressignificação, este conceito transita hoje desde a Antropologia até projetos de marketing, ora mantendo significados sinônimos, ora significados deliberadamente antagônicos. A utilização de palavras como "Cultura popular", "Cultura de mercado", "Cultura de massa", são bastante comuns em nossa sociedade. No âmbito das Ciências Sociais, a dificuldade em sua definição é amplamente ressaltada (CANEDO, 2009; HALL, 2003), embora concordemos com a concepção de que cultura "é inerente à reflexão das ciências sociais" (CUCHE, 2002: 9). Em diálogo com outras áreas do saber, por intermédio de sua análise semântica, as origens da palavra cultura remontam à uma derivação da raiz *colore*, a qual viria a originar o termo latino moderno de *cultura* (Williams, 2007: 117).

De todo modo, partimos de uma mudança de concepção deste termo a partir do século XVI, ressaltada por CANEDO (2009: 97), de que a partir deste momento viria a se destacar o seu uso figurado:

> *"Tanto Denys Cuche, na obra A Noção de Cultura nas Ciências Sociais (2002), quanto Raymond Williams, em Palavras Chaves: um vocabulário de cultura e sociedade (2007), apontam os séculos XVIII e XIX como o período de consolidação do uso figurado de cultura nos meios intelectuais e artísticos. Expressões como "cultura das artes", "cultura das letras" e "cultura das ciências" demonstram que o termo era, então, utilizado seguido de um complemento, no sentido de explicitar o assunto que estava sendo cultivado (CANEDO, 2009: 38)".*

A partir do século XVIII, o termo cultura inicia uma articulação com outros termos: o de Civilização e o de História (WILLIAMS, 1977; ARENDT, 1979; CHAUÍ, 1996). Por um lado, e a partir de um resgate da relação entre estes termos, Marilena Chauí (1986) remonta à Ilustração e a autores como Rousseau, Voltaire e Kant a fim de apontar a relação entre as interpretações destes e a forma como compreendiam a sociedade:

> *"Numa direção, refere-se ao processo interior dos indivíduos que, para usarmos a expressão de Kant, passam da minoridade intelectual à maioridade racional, graças à educação pelas Luzes. Nessa direção, a Cultura irá, pouco a pouco, designando os indivíduos educados intelectual e artisticamente, constituindo as "humanidades". (...) Na outra direção, marcada pelas relações com a História, a Cultura se torna o conjunto articulado dos modos de vida de uma sociedade determinada, concebida ora como trabalho do Espírito Mundial (como em Hegel), ora como relação material determinada dos sujeitos sociais com as condições dadas ou produzidas e reproduzidas por ele (como em Marx) (CHAUÍ, 1986: 15)".*

Ao analisar estes autores Marilena Chauí (1986) sinaliza para uma bifurcação histórica no qual ambas as abordagens, embora contrastantes, enfatizam o caráter de dinamicidade da cultura dentro de uma sociedade. Se,

---

lógica se torna cada vez mais evidente nas diásporas multiculturais e em outras comunidades minoritárias e mistas do mundo pós-colonial. [...] Ela define a lógica cultural composta e irregular pela qual a chamada "modernidade" ocidental tem afetado o resto do mundo desde o início do projeto globalizante da Europa (HALL, 2003: 71).

4 Kroeber, A. L. and C. Kluckhohn, 1952. Culture: A Critical Review of Concepts and Definitions.

por um lado, o caráter da educação pelas Luzes relaciona-se à cultura ao ressaltar o seu poder de diferenciação entre indivíduos, por outro sugere que cultura está intimamente ligada às relações produzidas socialmente. De forma implícita, estas aproximações retratam paradigmas da época que se expandiram para as mais diversas áreas, inclusive para a formulação de teorias raciais.

O pensamento iluminista francês considerava a cultura enquanto a "soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história" (CUCHE, 2002: 21). Porém, de forma bastante particular, articulou-se progressivamente com o conceito de civilização a partir da atribuição dos hábitos, costumes e práticas da nobreza. Esta aproximação fora tão expressiva que, por vezes, o conceito de cultura substituía o conceito de civilização (CANEDO, 2009).

Por um outro lado, é na Alemanha que o conceito de *Kultur* é cunhado em oposição ao conceito francês, como sublinha Martha Abreu:

> *"Herder, na futura Alemanha, no final do século XVIII, foi quem pela primeira (vez) teria utilizado o conceito de cultura popular (Kultur des Volkes) sem o sentido valorativo dos iluministas e com o sentido de alteridade. Segundo Norbert Elias, a criação do conceito de "Kultur" (Cultura), opondo-se ao conceito iluminista francês de Civilização, correspondia a um desejo de ascensão de pequenos burgueses que iriam cultuar a sinceridade, a natureza, os modos simples. Ligava-se à construção das bases da identidade cultural alemã, em oposição às outras potências européias. (ABREU, 2003: 86)".*

Os embates entre a concepção iluminista francesa e a concepção alemã deram origem a discussões que ampliar-se-iam para pensar a sociedade e os elementos que à ela caracterizariam assim como para a discussão de conceitos como povo, nação e sociedade. Neste trabalho, partimos de três concepções modernas de cultura sintetizadas por Daniele Canedo (2009: 42):

> *"Primeiro, em um conceito mais alargado onde todos os indivíduos são produtores de cultura, que nada mais é do que o conjunto de significados e valores dos grupos humanos. Segundo, como as atividades artísticas e intelectuais com foco na produção, distribuição e consumo de bens e serviços que conformam o sistema da indústria cultural. Terceiro, como instrumento para o desenvolvimento político e social, onde o campo da cultura se confunde com o campo sócia".*

Nosso objetivo em conceber uma concepção não restritiva para cultura almeja permitir um diálogo para a valorização desta em consonância com o que fez Paulo Freire (1921-1997), o qual buscou:

> *"desenvolver uma perspectiva curricular que, antecipando-se à influência posterior dos Estudos Culturais, apaga as fronteiras entre a cultura erudita e a cultura popular. Essa ampliação do que constitui cultura permite que se veja a chamada "cultura popular" como um conhecimento que legitimamente deve fazer parte do currículo. (SILVA, 2011: 137)*

> *"Por bem ou por mal, a cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos – e mais imprevisíveis – da mudança histórica no novo milênio. Não deve nos surpreender, então, que as lutas pelo poder sejam, crescentemente, simbólicas e discursivas, ao invés de tomar, simplesmente, uma forma física e compulsiva, e que as próprias políticas assumam progressivamente a feição de uma política cultural" (HALL, 1997: 97).*

A promulgação da lei 10.639/03, como supracitado, trata especificamente de uma reivindicação afirmativa de direitos de um grupo social que teve sua cultura e sua presença renegados e inferiorizados. A discussão sobre identidade, neste contexto, também pode desenvolver-se quando "um grupo reivindica uma maior visibilidade social face ao apagamento a que foi, historicamente, submetido" (NOVAES,1993: 25). De acordo com Philip Gleason (1980), partimos da premissa de não existir uma resposta completa e definitiva sobre o que viria a ser identidade, apesar da extensão dos trabalhos feitos sobre o tema. Porém, destacamos a concepção de Kabengele Munanga:

> "*A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc." (MUNANGA, 1994: 177-178).*

Desta forma, pode ser representativo sublinhar os processos pelos quais os sujeitos sociais definem suas respectivas identidades sociais, apresentadas sob um "caráter fragmentado, instável, histórico e plural. (LOURO, 2000: 72) Ao ampliar esta concepção para o processo de construção de uma identidade negra, entendemos que esta pode ser compreendida como "uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro" (GOMES, 2005: 43).

Em busca de um maior aprofundamento sobre estes processos, segundo os quais a cultura se confunde com o campo social, recorremos a dinamicidade da cultura, a partir de lógica própria, ressaltada por Roque de Barros Laraia (1986). A cultura não só condiciona a forma como os indivíduos enxergam as práticas de outros indivíduos como estas próprias práticas estão em constante mudança e interação:

> *"Podemos agora afirmar que existem dois tipos de mudança cultural: uma que é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com um outro. (LARAIA, 1986: 98)".*

> *"A produção crítica, artística e literária resultante dos cruzamentos étnicos, raciais e culturais ocorridos nas últimas décadas vem contaminando a academia e a cultura de modo geral e provocando dissonância e polêmica (STELAMARIS, 2010: 171)".*

A afirmação supracitada pode dialogar com o que assinala a antropóloga e militante negra Nilma Bentes (1993) sobre como "a discriminação "cultural" vem a reboque do físico, pois os racistas acham que "tudo que vem de negro, de Preto" ou é inferior ou é maléfico (religião, ritmos, hábitos, etc)" (BENTES, 1993: 16). De todo modo, estas questões podem estar presentes na prática dos educadores:

> *"Ao enfrentar tal questão, os educadores se deparam com um grande desafio que decorre da necessidade de se desfazer os equívocos que deturparam as culturas de origem africana nas áreas onde se desenvolveram relações de trabalho escravo. O desafio decorre, ainda, da urgência de se analisar os esquemas de violência que perpassam as relações entre os diferentes grupos da sociedade brasileira, de se estudar e de se vivenciar as culturas africanas*

> *e afro-descendentes como realidades dialéticas, dispostas no jogo social, permeadas por contradições e em constante processo de reinterpretação de si mesmas". (PEREIRA, 2008: 10)*

A motivação para a escolha de conteúdos ligados à cultura afro-brasileira na Educação, - especialmente àqueles conteúdos ligados às manifestações culturais de povos que não dividiam suas práticas culturais entre as divisões modernas de Música, Dança, etc. que temos hoje, vem a dialogar com o que dizem Moreira e Candau (2003: 24), de que "a instituição escolar representa um microuniverso social, que se caracteriza pela diversidade social e cultural e por, muitas vezes, reproduz padrões de conduta que permeiam as relações sociais fora da escola".

> *"(...) significativas experiências têm sido desenvolvidas, tanto no âmbito das escolas como de outros espaços de educação não formal, propondo-se a transcender o pluralismo "benigno" de visões correntes de multiculturalismo e a afirmar as vozes e os pontos de vista de minorias étnicas e raciais marginalizadas e de homens e mulheres das camadas populares. Todavia, a despeito das conquistas e das contribuições dessas experiências, ainda não podemos considerar que uma orientação multicultural numa perspectiva emancipatória (Sousa Santos, 2003) costume nortear as práticas curriculares das escolas e esteja presente, de modo significativo, nos cursos que formam os docentes que nelas ensinam (MOREIRA, CANDAU, 2003:. 23-24)".*

IV. Referências

BENTES, R.N.M (1993). *Negritando*. Belém: Graphitte.

BRASIL (2003). *Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências*.

_____ (2004). *Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Parecer nº 03/04, de 10 de março de 2004*.

CANEDO, D. P. (2009). Artigo apresentado no V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura.

CHAUÍ, M. (1995). *Cultura política e política cultural.* São Paulo: Estudos Avançados 9 (23), 71-84.

COSER, S (2010). *"Híbrido, Hibridismo e Hibridização"*. In: FIGUEIREDO, Eurídice. (org.) Conceitos de literatura e cultura. Juiz de Fora: UFJF/UFF.

GLEASON, P. (1980). *American Identity and Americanization*. In Stephan Thernstrom, ed., Harvard Encyclopedia of American Ethnic Groups (Cambridge, Mass., and London: The Belknap Press of Harvard University Press)

GOMES, N. L (2005). *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão*. In, Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei 10.639/03. Brasília. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. MEC.

GUIMARÃES, A. S. A. (2009). *Racismo e Antirracismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora 34.

HALL, S. (1998). *A identidade cultural na pós-modernidade.* Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

_____. (2003) *Da diáspora: identidades e mediações culturais.* Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil.

LARAIA, R. B. (1986). Cultura. *Um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar.

LOURO, G. L. (2000). *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade.* Belo Horizonte: Autêntica.

MOREIRA, A. F. B e CANDAU, V. M. (2003). *Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos.* Rev. Bras. Educ. [online]. n.23 [cited 2013-05-30], pp. 156-168.

MUNANGA, K. (2004). *A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil.* Estudos Avançados, vol.18, n.50, pp. 51-66. São Paulo.

_____ (1994). *Identidade, cidadania e democracia:algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil*. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.) A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez.

NOVAES, S.C. (1993). Jogo de espelhos. São Paulo: EDUSP.

ORTIZ, R. (1985). Cultura Brasileira Identidade Nacional. São Paulo, Editora Brasiliense.

PEREIRA, E. de A (2008). *Valores culturais afrodescendentes na escola*. Diálogo: revista de Ensino Religioso. São Paulo, Ano 13, nº 49, pp. 10.

SANTOS, L. L. C. P (2000). *Pluralidade de saberes em processos educativos*. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). Didática, currículo e saberes escolares. Rio de Janeiro: DP&A.

SCHWARCZ, L. M. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, R. C. (2012). *O movimento negro e as lutas para a (re)afirmação da identidade negra no Brasil.* Dissertação (Especialização) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro.

Educação escolar quilombola em Carcará – Potengi Ceará: um olhar para gestão da escola

Ana Paula dos Santos
(Universidade Regional do Cariri-URCA, paulacrato@bol.com.br

Cicera Nunes
(Universidade Regional do Cariri-URCA, cicera.urca@gmail.com,

Resumo: A presença da cultura e de valores civilizatórios do legado cultural africano permanece vivos em comunidades remanescentes quilombolas, porém, um dos fatores que tem dificultado o trabalho na escola e o fortalecimento dessa identidade é a ideia de que o Brasil vivencia uma democracia racial. No Ceará as comunidades quilombolas reivindicam o reconhecimento da sua existência e a garantia de políticas públicas que atendam as suas necessidades, dentre estas o direito a uma educação escolar que positive o legado ancestral construído por africanos e seus descendentes. Pensar em educação no quilombo é antes de tudo, perceber como a gestão da escola compreende e se articula com esta ancestralidade, ou seja, como ela se coloca dentro deste contexto cultural remanescente. A comunidade quilombola Carcará - Potengi, Estado do Ceará, tem representatividade africana, existem formas autênticas da preservação cultural africana que mantém suas tradições e legados fortemente presentes, no gingado, na língua própria, nos causos cultural e histórico daquele local. Desse modo, objetivamos compreender a conectividade africana presentes no dia a dia da comunidade e como tudo isso está sendo percebido e trabalhado pela gestão da escola existente no quilombo. Esta proposta de trabalho trata-se de uma pesquisa em curso que está sendo desenvolvida no Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Regional do Cariri - URCA.

Palavras Chaves: Educação. Gestão democrática. Quilombo. Carcará.

INTRODUÇÃO

A educação escolar quilombola tem estado na pauta de politicas públicas brasileiras, ressaltamos que isto se deve ao Movimento Negro Brasileiro e ao Movimento Negro Quilombola que há tempos vem reivindicando e sinalizando para a valorização da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo da escola e em outros setores sociais, bem como a garantia e a legalização de direitos a esta parcela da população como ressarcimento de dívida histórica excludente.

Citamos como exemplo de politicas públicas para povos remanescentes de quilombo em contexto nacional brasileiro, o Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação e titulação de terras ocupadas por quilombolas, outros órgãos como o Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares tem promovido formação para professores quilombolas ou que atuam nestas áreas e certificado comunidades junto ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)[1]e para este trabalho consideramos como política pública importante a Resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012 homologados pelo parecer CNE/CEB Nº 16/ 2012 tem definições legais a cerca da educação escolar quilombola.

Este artigo traz uma perspectiva voltada para a gestão da educação escolar quilombola em Carcará Potengi - Ceará na região Nordeste do Brasil e pressupõe inicialmente perceber como os gestores da escola Maria Virgem da Silva, situada no território do quilombo em estudo, denota as práticas culturais da comunidade e como estas estão articuladas dentro da escola. Lembramos que este trabalho é parte da escrita da monografia

1 É uma autarquia federal cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Diponivel em : http://www.incra.gov.br/sobre_o_incra . Acesso em 8/11/2014.

de conclusão de curso de especialização em gestão escolar e posteriormente será aprofundado em pesquisa de mestrado que se propõe a refletir sobre possíveis intervenções pedagógicas junto à escola.

Há muitas maneiras de estudar o passado, porém, pesquisar comunidades quilombolas nos remete pensar que o tempo longínquo confunde- se com o presente porque a tradição oral dos mais velhos destas comunidades encarrega-se de tornar vivos saberes, experiências e visões de mundo socializado nas práticas religiosas, nos festejos e nos modos de viver. São práticas culturais ressignificadas, atualizadas no contexto brasileiro em diálogo com outros grupos étnicos.

E quando mencionamos tradicionalidade oral, quer dizer que «uma tradição é uma mensagem transmitida de uma geração para a seguinte» (Vansina, 2010: 141), no nosso entender, isso implica na evocação da memória coletiva da comunidade citada. Dessa forma, «a memória transmite conhecimentos e pedagogias capazes de resistir à efemeridade do tempo. Pedagogias que mantêm vivos os ensinamentos, ancestralidades, identidade, em suma, mantém a existência de grupos» (Domingos, 2011: 56).

Neste sentido, como metodologia, adentramos na história oral no que tange ao recolhimento de depoimentos pessoais, referenciados ao contexto histórico social da comunidade em questão. Esse procedimento metodológico nos permite «recuperar memórias locais, comunitárias, regionais, étnicas, de gênero, nacionais, entre outros» (Delgado, 2010: 19).

Por outro lado, dentro do que estamos tratando, a pesquisa participante também nos serve por que «tem os conteúdos da representação social, trata-se de uma busca da compreensão destas representações no ambiente de pesquisa» (Cunha Jr, 2006:5) mais ainda, a adoção deste procedimento nos coloca em contato com a ancestralidade tradicional oral africana viva da comunidade quilombola de Carcará, na qual «suas características particulares são o verbalismo e sua maneira de transmissão na qual difere das fontes escritas» (Vansina, 2010: 140) e esta história escrita em livros não comtemplam o acervo cultural africano.

Devemos lembrar que não estamos inspirados e nem falando sobre a cultura do outro, o que nos nutre é a intimidade com a cultura de base africana, com a qual nos colocamos dentro da pesquisa porque «o pesquisador não vai aprender sobre uma cultura ou modo de vida que não lhe era familiar, do qual ele não comungava com problemas anteriores» (Cunha J, 2006:5). Buscamos trabalhar «dentro da nossa própria cultura e com problemas que afetam nossa própria existência» (Cunha J, 2006a). O autor acima citado chama de pesquisa afrodescendente por desenvolvermos preocupações «com as relações das populações afrodescendentes no espaço urbano das cidades brasileiras e nas regiões rurais de comunidade de quilombo» (Cunha Jr, 2006:3). E estes temas estão pautados no Núcleo de Estudos em Educação, Gênero e Relações Étnico-Raciais, da Universidade Regional do Cariri- URCA que tem nos fornecido aporte teórico desde 2011, muitos trabalhos, ações, eventos, discussões teóricas, rodas de conversas, monografias tem se realizado nesta temática. Nesta discussão, utilizamo-nos das narrativas orais das pessoas da comunidade e literárias.

Realizamos três visitas a comunidade quilombola: a primeira em abril de 2014 quando entramos em contato com a gestora da escola, a qual nos deu informações importantes, através de conversa coletiva com os demais presentes, e no ensejo nos forneceu o documento da escola chamado de Plano de Trabalho Anual, pois o Projeto Político Pedagógico[2] encontra-se em elaboração. A segunda visita, em setembro, aconteceu a partir da realização do V Artefatos da Cultura Negra no Ceará que levou para a comunidade junto com o apoio do GRUNEC (Grupo de Valorização Negra do Cariri) pesquisadores, estudiosos e estudantes da Universidade Regional do Cariri, contamos inclusive com a presença do Professor Kabenquele Munanga da Universidade de São Paulo (USP) e professores de outras nacionalidades a citar, Estados Unidos- Alabama e Nigéria e com isso procuramos dar visibilidade as lutas e os anseios da comunidade. No terceiro encontro em outubro, realizamos intercâmbio cultural entre os grupos de estudo da URCA e os estudantes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) momento em que o líder e outros quilombolas nos concederam entrevista coletiva esclarecendo o percurso histórico da comunidade, os saberes coletivos e ancestrais.

2 É um documento e instrumento que reflete a proposta educacional da escola.

Organizamos o artigo em três tópicos, no primeiro discutiremos a questão da gestão democrática em sentido geral, em seguida faremos um apanhado sobre a história local contextualizando conceitos articulando à educação quilombola, no terceiro trazemos a realidade da escola do quilombo bem como as definições de educação escolar quilombola nos parâmetros legais.

1-GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA ALUSÃO OU EFETIVAÇÃO?

A educação brasileira foi marcada pelo modelo tradicional de gestão, no qual configurava-se uma ideologia pautada no conservadorismo e em relações autoritárias, ou seja, o modelo de educação acompanhou o modelo de sociedade, isto porque, « realmente o Brasil cresceu e nasceu dentro de condições negativas às experiências democráticas» (Freire, 2011: 90).

Gestão democrática pelo viés histórico educacional traz à tona a compreensão de que na história da educação, este princípio não esteve presente nos ideais que nortearam o âmbito educacional. Neste sentido, a educação serviu como meio de manipulação e controle social atendendo a determinados grupos dispostos a coagir quem discordasse. Ou seja, foge do sentido da palavra "democrático".

Ao passo que nos remetemos à história da educação no Brasil constatamos que no que se referem ao sentido da gestão democrática da educação nos consente pontuar que um determinado grupo de pessoas se beneficiou ao longo dos tempos de direitos educacionais negados a índios e no tocante a negros. E trazemos como exemplos o Decreto nº 1.331 de 1854 proibia a admissão de trabalhadores escravizados nas escolas públicas, e aos adultos negros somente era permitida a instrução de acordo com a disponibilidade de professores, e o outro Decreto nº 7.031-A de 1878 permitia aos negros o estudo, mas somente no período noturno. Trata-se de um processo excludente que vem perdurando no sistema educacional brasileiro, portanto, historicamente o estado brasileiro usando de dispositivos legais deixou de fora a população negra do processo formal de educação, evadindo totalmente dos princípios democráticos educacionais, porém, hoje através de politicas públicas tenta reparar a dívida que tem com os negros e seus descendentes.

Para opor-se ao modelo centralizador e hierarquizado como também as lutas pelas novas reformas políticas e educacionais a gestão democrática está posta na Constituição Federal de 1988 no artigo 206 item VI «gestão democrática do ensino público, na forma da lei» (Brasil, 1988).

Ainda dentro dos parâmetros legais, o principio de gestão democrática aparece também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/96, no art. 3º, inciso VIII, afirmando, o que já está posto na Constituição. O art. 14 diz:

> Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
> I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
> II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivales.

A este propósito destaca Paro (2007) a qual faz uma crítica assertiva, porque para ele é certo que para a construção do projeto político pedagógico da escola seja feita com a participação dos membros que compõe a escola, o que está posto é muito claro e pouco para o que se espera de uma gestão democrática. Sem dúvida a participação da comunidade escolar na construção do Projeto Político Pedagógico, um dos principais instrumentos de organização dos trabalhos e ações da escola, é inegável que seja construído dento da realidade cultural, social e econômica da comunidade onde a escola está inserida. Sugere também, que para aqueles que almejam de fato o princípio constitucional pressionem os parlamentares para regulamentação dos reais ideais da gestão democrática. Isto por que;

> É urgente mudar as formas de gerir os sistemas escolares e as escolas, de gerir os currículos e os profissionais. É urgente também inovar as formas de gerir as inovações educativas. As propostas que acompanho tentam superar velhos estilos de gestão e velhas dicotomias e fragmentos. (Arroyo, 2010: 220).

Destaca Luck (2011) que a gestão democrática da educação compreende a noção de cidadania como capacidade conquistada por todos os indivíduos de se apropriarem dos bens socialmente produzidos, pensar a gestão por este víeis é perceber a organização coletiva da escola e está em função dos seus sujeitos, por a escola ser uma instituição social e tem o dever de democratizar os conhecimentos produzidos pela humanidade, desse modo, a escola se constitui em processo coletivo de decisões e ações.

Afinal de contas, o que deva vir a ser uma educação pautada na gestão democrática? Diante do que foi exposto compreende- se que quando falamos democraticamente em educação ou em gestão, devemos ir além da escolha de dirigentes, participação da comunidade efetivamente, construção do projeto político pedagógico e participação dos conselhos.

Apontamos também para um sentido amplo, pois para dizer "democrático" devem-se contemplar também os ideais de uma educação para a diversidade cultural, já que a escola é um espaço que ocorrem o encontro dos diversos sujeitos munidos de suas diferenças inseridas dentro deste contexto, cada um com suas bagagens culturais. E não é diferente com as escolas quilombolas que trazem nos seus sujeitos a reminiscência viva dos seus ancestrais traduzidos na maneira de falar, no gingado e nas diversas formas de expressões culturais. Para este trabalho utilizamos a denominação de "gestão democrática ampla" para nos referimos às questões gerais da educação como um todo.

Neste sentido, surge o desafio de administrar a educação fundamentada em novos conceitos e atitudes, e não apenas isto, deve-se levar em consideração a verdadeira promoção participativa da comunidade escolar, do respeito e dialogo com os povos que contribuíram para com a história do Brasil, das manifestações culturais nos espaços urbanos, da religiosidade dos povos, dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e das questões ecológicas nas circunstâncias locais e regionais.

É emergente que a gestão democrática pense nas situações globais que demandam a escola, não dá mais para os sistemas de ensinos ficarem presos em grades curriculares pensadas por um único ponto de vista. As circunstancias requerem novas possibilidades de ver o mundo e como inserir-se a ele. Propomos como ponto de partida o conhecimento de sua própria identidade de suas raízes socioculturais que afetam direta ou indiretamente o panorama atual.

Portanto, para iniciarmos a discussão sobre educação escolar quilombola faz necessário primeiro entender que a conquista da lei 10.639/2003, que alterou a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de 1996 a qual instituiu a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino Fundamental e médio, foi para o Brasil um marco na democracia e na promoção da igualdade racial, neste sentido ultrapassou medidas não apenas para a educação, reconhece também as contribuições da população negra para a formação do povo brasileiro, além de garantir outros direitos. Cabe ressaltar que foi uma conquista do movimento negro brasileiro. Isso é o que nos permite também ponderar em concordância com o Parecer CNE/CEB Nº: 16/ 2012 diz que «esse histórico de lutas tem o Movimento Quilombola e o Movimento Negro como os principais protagonistas políticos» (Parecer CNE/CEB Nº: 16/ 2012:13), ou seja, são estes movimentos que lutam por reconhecimento e afirmação de identidade enquanto negro quilombola no Brasil.

Sendo assim, gestão democrática da educação concretiza-se no passo em que todas as pessoas tiverem acesso por direito a uma educação de qualidade para todos em um mesmo patamar de igualdade.

> O processo histórico social avançou em direção a novos modos de produção e a novas tecnologias e com isso inovações nas ideias de gestão da educação vem se redefinindo e em especial: As politicas públicas, que, estão indo em direção à democratização da educação, pois não dá para pensar num sentido amplo de gestão democrática se não for pensada a partir de uma instancia maior, ou seja, a própria estrutura social precisa rever seus modelos de gestão.

> No panorama atual a discussão sobre a democratização, acesso e permanência têm caminhado para os ideais de uma educação para a diversidade. Claro que isso não tem sido fácil, porque um país que tem em termos legais a igualdade de direitos para todos e que nega sua identidade e suas raízes herdados dos povos africanos, isso difundido na ideia da democracia racial, tem começado a garantir sob a forma da lei politicas que democratizam o ensino no âmbito nacional.
>
> Exemplo das inúmeras politicas para que de fato a democratização da gestão em sentido amplo ocorresse, foi à emergência com a qual as cotas raciais nas universidades foram implementadas devido ao ressarcimento histórico educacional com o povo negro, pois, para dizer democrático deve ser assim para todas as pessoas sem distinção.

Assim sendo, comunidades quilombolas também tem direito a educação, neste sentido, no histórico educacional do Brasil foi se quer mencionado, foi negado e tratado como algo não existente e «na gestão dos sistemas de ensino, nos processos de formação de professores, na produção teórica educacional, essa realidade tem sido invisibilizados ou tratada de forma marginal» (Parecer CNE/CEB Nº: 16/ 2012:18), entretanto, se educação para todos aparecem em todos os discursos, falada nos "quatro cantos do mundo" é assim também para as comunidades quilombolas deste país por direito, a própria Constituição de 1988 assegura isso. E garantir educação nestes espaços são pressupostos fundamentais em direção a uma educação pautada nos princípios da gestão democrática. E para falar sobre direitos a qual tais povos devem ter acesso, destacamos a educação escolar, que dentre outros, por mais de quinhentos anos foram negados.

2- ESPAÇO, TEMPO E MEMÓRIA: QUILOMBO CARCARÁ EM POTENGI- CE.

«Carcará, lá no sertão é um bicho que avoa que nem avião é um pássaro malvado tem o bico volteado que nem gavião, Carcará.»
(João do Vale)

O que nos permite no tempo presente, transitar pelo passado são os mecanismos da memória, espaços estes, habitados por sujeitos sociais ignorados pela a tão chamada historia oficial. De acordo com Delgado (2010) o conhecimento que se tem do passado, torna o presente rico apoiado sobre o tempo que já se foi, e a «memória é retenção do passado atualizado pelo tempo presente. Articula-se com a vida através da linguagem, que tem na narrativa uma das suas mais ricas expressões» (Delgado, 2010: 59). Ou seja, os saberes dos mais velhos das comunidades quilombolas remontam uma história lúcida e verdadeira do tempo em que seus antepassados viveram.

Diante do exposto, revisitamos a história de Potengi na tentativa de compreender como os moradores de Carcará se relacionam com essa história e com essa cultura e refletir sobre o papel da escola no fortalecimento desse grupo. Inicialmente foi distrito de Araripe ao desmembrar-se chamou-se primitivamente "Xique-Xique" [3] e com a divisão territorial datada de 1 de julho do ano 1955, o distrito, já era denominado Ibitiara, porém, não perdendo a denominação anterior e está localizado na região sul do Ceará, conhecida como "Cariri".

Meados do século XIX agricultores começaram a povoar a região, com destaque para Manuel Monteiro e Augusto Ulisses Alencar, o primeiro por ter se firmado e construído muitos patrimônios, o segundo já no século XX instalou-se na localidade de Mata Fresca cultivando na propriedade, algodão, milho, feijão e arroz; tendo uma criação de bovinos, ovinos e caprinos, além, de ter sido um dos maiores compradores de algodão do município e adjacências, fato este que na época do ciclo do algodão a região se destacou como grande produtora.

A Vila de Xique-Xique foi elevada à categoria de município com a denominação de "Potengi" pela lei estadual n.º 3786, de 4 de setembro de 1957. Constituído por dois distritos, Potengi e Barreiros, criados por esta mesma lei estadual. Instalado em 25 de março do ano 1959, atualmente sua população é de 10.144 habitantes, está

---

3 Planta cactácea da caatinga, de caule espinhoso rico em água. Encontrado em regiões áridas do Nordeste, que serve de alimento para o gado durante as secas.

cerca de quinhentos quilômetros (500 km) distanciados da capital do estado do Ceará- Fortaleza e o quilombo da comunidade sítio Carcará localizam-se na zona rural da referida cidade.

Carcará está distanciado do centro da cidade de Potengi cerca de 17 quilômetros com aproximadamente 200 habitantes e tem em sua história a prova da reminiscência quilombola. Certificada desde dia 30 de julho de 2013 pela Fundação Palmares que tem como objetivo formalizar a existência de comunidades rurais quilombolas assegurando juridicamente, desenvolvendo projetos, programas e políticas públicas garantindo a cidadania, assim como está posto no texto em sua página de apresentação[4], Carcará está registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 015, Registro nº 1.911, fl.129 – processo n° 01420.001979/2013-88.

De acordo com os dados da Fundação Palmares, mais de 1.500 comunidades já foram certificadas em todo Brasil, deste montante até o momento quarenta e duas (42) estão no território do Ceará e a região do Cariri composto por vinte e sete (27) municípios se inseri neste contexto com cinco (5) comunidades certificadas sendo elas: Araripe com a comunidade quilombola Sítio Arruda, Potengi com Sítio Carcará, Porteiras com Souza e Salitre com Serra dos Chagas e Renascer Lagoa dos Criolos.

Para que uma determinada comunidade seja reconhecida como remanescente quilombola faz-se necessário entender o conceito de quilombo, que de acordo com o Decreto nº 4.887/2003 são assim denominados «os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida» (art. 2 do decreto 4.887/2003), ou seja, os próprios quilombolas vão incorporando através de sua história e características específicas aliadas as políticas públicas, e a parte dai vai decorrendo então «a necessidade do grupo social em identificar suas raízes e valorizar o núcleo de sua cultura por meio da luta de resistência» (Bennett, 2010: 30). Deste modo, assume-se uma identidade afirmada como quilombola. Ou seja, é importante que os próprios grupos se reconheçam e se auto definam como tal.

Sendo assim, a identidade do Movimento Negro, a identidade do movimento negro quilombola, as identidades das mulheres negras e de outros movimentos sociais, caso não se autodeclarem, e nem se reconheçam como parte integrante daquele processo histórico cultural, estariam sujeitos a não existência; sem definição identitária não se pode pensar políticas para os que não existem, assim, ficariam pendentes ao não reconhecimento, como por exemplo, a comunidade quilombolas Carcará. Por isso, preferimos pensar em acordo com Cunha Jr. (2012) o qual afirma que a discussão de identidade pelo viés hallniano[5] enfraquece a luta, privilegia a classe dominante e a elite branca, perpetuando o pensamento racista e mantendo o mito da democracia racial.

> A identidade para Cunha Jr (2005) tem um pressuposto político que ao pensarmos pelo viés cultural, logo identificamos que identidade e história caminham na horizontal, ambas foram dominadas pelo pensamento eurocêntrico que no Brasil tenta nacionalizar uma única identidade justificado pelo mito da democracia racial. A identidade negra não é formada entre seus pares pela condição do fenótipo, ela é incorporada pelo histórico cultural próprio de lutas sociais, políticas e econômicas, ou seja, é um conjunto de práticas que a define é construída socialmente da relação coletiva entre os indivíduos socializados através da cultura.
>
> Na atualidade uma comunidade com identidade quilombola afirmada abandona a ideia de local distante com negros fugidos do sistema opressor silencioso, ganha um sentido de espaço que preserva a cosmovisão cultural e saberes dos antepassados africanos e foi um dos primeiros movimentos organizado no Brasil, «criaram economias importantes e povoações expressivas e duradouras por todo o país» (Cunha Jr, 2005: 264), prova disso é a certificação de centenas de comunidades quilombolas espalhadas por todo o território brasileiro.
>
> Em relação ao passado histórico equiparando-se ao atual, o sistema social ainda é racista e idelogicamente opressor, porém, agora são outros "quinhentos" e continuamos a não nos conformar, a não silenciar diante das demandas que nós negros/negras e afrodescendentes sejam em locais urbanos ou em comunidades quilombolas rurais requerem neste novo contexto histórico, o primeiro demanda

4 Disponível em: http://www.palmares.gov.br/quilombola/ Acesso em: 24/10/2014.

5 Stuart Hall no livro, A identidade Cultural na Pós-Modernidade e ao desenvolver seus argumentos afirma que as velhas identidades estão em declínio, sendo assim, novas identidades surgem deixando o indivíduo moderno fragmentado.

reconhecimento histórico social, identitario e ressarcimento de um «escravismo criminoso» (Cunha Jr, 2007) o segundo «reivindicam o direito a permanecia e ao reconhecimento legal de posse das terras ocupadas e cultivas para moradia e sustento, bem como o livre exercício de suas práticas, crenças e valores» (Leite, 2000: 334). Livramo-nos das correntes que marcaram nosso corpo, mas ainda não nos livramos das correntes ideológicas do racismo.

Há que se pontuar também, que demandas essas comunidades requerem frente ao contexto de leis que garantem seus direitos[6], isto por que «eles se mantém vivos, na atualidade, por meio da presença ativa das várias comunidades quilombolas existentes nas diferentes regiões do país» (Parecer CNE/CEB Nº: 16/ 2012: 5). Afirmam ainda, Munanga et al (2006) que os africanos trouxeram em suas bagagens elementos significativos e representativos dessa cultura que contribuiu para a formação da identidade do povo brasileiro.

Neste sentido, qual contexto histórico social estas comunidades vivem atualmente ou que atribuições podemos fazer ao sentido da palavra quilombo ou quilombola, certamente não mais a conotação de escravos fujões. «A ideia de quilombo foi ressignificada como referência histórica fundamental, tornando-se assim, um símbolo no processo de construção e afirmação social, política, cultural e identitária» (Gomes et al, 2013: 10).

Portanto, podemos facilmente observar nos modos próprios de viver da comunidade Carcará, que existem formas autênticas da preservação da cosmovisão africana que mantém suas tradições e legado representados nos festejos da comunidade, no gingado, na língua própria, nos causos culturais, na dança, nos versos e divertimentos históricos daquele local.

2.1- Revisitando a história do quilombo Carcará

As primeiras pessoas a pôr "os pés" no chão daquele local foram três famílias influentes: A de Mariano Massau e as de sobrenome Alves e Silva instalando-se ali meados do século XIX. É o que consta na memória do líder comunitário Sebastião, conhecimento este, que a ele foi transferido pelos os mais velhos da comunidade que recebe o nome de Carcará em alusão a um pássaro muito comum a época em que seus antepassados fugiam da casa grande para se refugiarem na mata, local onde hoje forma o quilombo. É importante fazer este registo da memória, por que:

> Sei que a qualquer momento os (as) idosos (as) podem falecer e se não documentarmos os conhecimentos que possuem, levarão consigo capítulos guardados em suas memórias de uma história do vivido, sentido e por isso escritas vivas em seus corpos, alimentados por suas lembranças que precisamos salvaguardar mesmo que seja na frieza das letras de um livro, que para nós jamais serão mortas, porque falam de vida, entrelaçadas com a nossa vida, anunciando vidas, de vidas e vidas que se formarão porque sempre se farão vivas (VIDEIRA, 2010: 63).

A casa grande, conhecida na região como A Casa do Infincado traz na sua arquitetura marcas do período escravocrata, onde remonta o cenário dos castigos físicos, a qual, negros e negras eram açoitados e espancados criminosamente pelos seus senhores, que os tinham como mercadoria de troca e venda ou como objeto de utilidade doméstica ou pessoal, ou seja, eram pessoas escravizadas capturadas no continente africano. A casa fica cerca de 30 quilômetros de distancia da comunidade Carcará. Sebastião tem claramente na memória ancestral o quadro daquele período:

> Mas lá para que vocês possam, se vocês chegarem lá dentro para vocês fazerem a história do negô sofrido mesmo, sofrendo mesmo, pra vocês chegarem e dizerem assim: Será como era que era os negôs? Eles ficava era amarrado, o negô ficava

6 Constituição Federal de 1988, lei 10639/2003, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola, Resolução nº 8 de 2012 e o Decreto 4.887/2003.

> piado. Não precisa não, vocês ó, cada um de vocês se chegarem dentro daquela casa, a casa grande do inficado, só basta vocês entrarem com um caderno e uma caneta com certeza só em vocês andarem dentro daquela casa lá, vocês fazem a história como se estivessem vendo negros espancados, porque lá em cada canto de casa tem uns torno, umas algora na altura que os negôs ficavam com os braços abertos enganchados naquelas algora a onde os negros ficavam espancados (Depoimento de Sebastião, em entrevista coletiva, 23/10/2014).

Segundo ele, a extensão territorial do quilombo era bem maior, porém, algumas pessoas no passado não tinham conhecimento sobre seus direitos à terra e com isso venderam e se desfizeram do seu "pedaço de chão", sobretudo, «são terras ocupadas por remanescentes dos quilombolas as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural» (art. 2º, §2º do decreto 4.887/2003).

Atualmente apesar da comunidade já ter sido certificada pela Fundação Palmares, ainda encontra-se em processo junto ao INCRA pela legalização da terra e demarcação do território. Processo este que após o órgão concluir os trabalhos de identificação e delimitação, levantamento ocupacional e cartorial será ainda publicado em edital no diário da União e no Diário oficial da unidade federativa, contendo as seguintes informações:

I- Denominação do imóvel ocupado pelos remanescentes das comunidades dos quilombos;
II- Circunscrição judiciária ou administrativa em que está situado o imóvel;
III- Limites, confrontações e dimensão constantes do memorial descritivo das terras a serem tituladas; e
IV- Títulos, registros e matriculas eventualmente incidentes sobre terras consideradas suscetíveis de reconhecimento e demarcação (art. 7º, do decreto 4.887/2003).

O direito à terra aparece no centro das discussões nas comunidades quilombolas, pois é dela que as famílias garantem e complementam sua renda, situação que não é diferente em Carcará que vive da agricultura, pequenas criação de galinhas, caprinos e benefícios do governo Federal através da bolsa família. Ou seja, a territorialidade tem um significado para eles:

> Tem um valor diferente daquele dado pelos grandes proprietários. Ela representa o sustento e é, ao mesmo tempo, um resgate da memória dos antepassados, onde realizam tradições, criam e recriam valores, lutam para garantir o direito de ser diferente sem ser desigual. Portanto a terra não é percebida apenas como objeto em si mesmo, de trabalho e de propriedade individual, uma vez que está relacionada com a dignidade, a ancestralidade e a uma dimensão coletiva (PARECER CNE/ CEB Nº: 16/2012: 16).

A comunidade preserva os conhecimentos tradicionais através do uso de plantas medicinais, rezadeiras, benzedeiras e parteiras que ainda prestam auxílio às mulheres em trabalho de parto e as crianças recém-nascidas. A senhora chamada de Silva continua na tradição passada de mãe para filha, a qual, sua mãe de 72 anos já fez o parto de 190 crianças da comunidade. Silva na arte de "pegar menino" ainda hoje faz o trabalho de parto junto às mulheres do quilombo, na condição de que a gestante não apresente problemas durante a gestação. As rezadeiras usam de suas crenças, plantas e rituais para curar, dor de cabeça, dor de barriga e dor de dente.

Outra manifestação cultural preservada no quilombo é a dança do toré, que foi trazido pelos quilombolas no século XIX, que vem se mantendo vivo nos festejos da comunidade. O toré é uma ciranda de coco cantada e dançada em versos, criados no improvido ou sendo recantados os mesmos dos antepassados.

Na visita realizada através do V artefatos da Cultura negra no Ceará no dia 6 de setembro de 2014, observamos que a dança é conduzida por mulheres da comunidade ao som do pife, instrumento de fabricação artesanal, do senhor Mazin e seus dois filhos um tocando o instrumento musical triângulo e o outro bumbo. Dona Bizunga uma das mulheres dançadeiras, lembra que a dança foi ensinada por Raimunda Massau uma das pessoas mais

velhas da comunidade, hoje com 101 anos de idade e esta aprendeu com a "finada Joana de Côra"[7] que as ensinava no terreiro da casa grande.
A dança do toré, no quilombo Carcará é realizada em movimentos circulares, elas dançam e cantam ao mesmo tempo, jovens, crianças e os mais velhos podem participar do ritual e assim são entoados cânticos como: Amor a torta, o casamento, a flor do i, o curumé carneiro, a dança crioula dentre outras.
Os versos e "divertimentos" contam histórias, misturados com alegria e culto a ancestralidade dos antepassados, os movimentos representam empoderamento, força, energia ancestral e união:
Em cima daquela serra, curumé carneiro
Passa boi, passa boiada, curumé carneiro
Também passa mulatinha, curumé carneiro
Do cabelo cacheado, curumé carneiro
E balança o côco curumé carneiro
E balança o coco curumé carneiro

Entre uma cantiga e outra não há uma sequência musical, as mulheres ao dançarem combinam entre si, a próxima do repertório e continuam:
Fulô do i, fulô do a, vamos apanhar maracujá,
Fulô do i, fulô do a, vamos apanhar maracujá,
E ela tire, tire eu, tire eu tire eu,
E ela tire, tire eu, tire eu tire eu.
Nesta cantiga as pessoas que estão em volta do círculo a apreciar a dança são convidadas a participar da brincadeira do toré, são postas ao meio por uma das mulheres e no compasso do ritmo movimentam o corpo e assim sucessivamente todos vão participando. Já no cântico a seguir, elas vão cantando e falando versos a cada refrão:
Olha o passarinho domine, caiu no laço domine,
Das um beijinho domine e dois abraços domine.

Dentro do meu peito tem garrafinha de vintém,
Um melinho açucarado, pá boquinha do meu bem.

Olha o passarinho domine, caiu no laço domine,
Das um beijinho domine e dois abraços domine.

Pimenta do reino é preta, mas põe de comer gostoso,
Meu benzinho também é preto, mas tem um olhar dengoso.

Olha o passarinho domine, caiu no laço domine,
Das um beijinho domine e dois abraços domine.
Os versos neste cântico são improvisados, fala de suas vidas cotidianas e de sua história de negro quilombola, além de unir o passado e o presente em um conjunto de saberes culturais e históricos respeitados e valorizados pela comunidade.
E outra cantiga que faz lembrar, do homem negro que agora livre das amarras físicas dos castigos sofridos e convicto de suas raízes, que luta para livrar-se da invisibilidade, da negação de seus direitos que por mais de quatrocentos anos foram negados. É a seguinte:
Boi boi vamos vadiar, Boi boi vamos vadiar
Meu boi bonito vamos vadiar, não vá errar, vamos vadiar.

Boi boi vamos vadiar, Boi boi vamos vadiar
Meu boi bonito vamos vadiar, não vá errar, vamos vadiar.

---

7 Joana de Couro, mãe de Maria Virgem da Silva nome dado a escola do quilombo.

A comunidade tem muito a nos dizer acerca das suas heranças históricas africanas evidenciadas em suas manifestações culturais, os quais os mais velhos que formam uma espécie de guardiões desta memória repassam através de narrativas para os mais novos este saber no momento da dança, nos cânticos, na sabedoria tradicional e nos modos de falar. Percebe-se claramente a preocupação da comunidade com a continuação deste saber no espaço escolar. Na entrevista coletiva do dia 23/10/2014, o líder da comunidade afirmou que a escola não tem cumprido o seu papel e compromisso com a lei 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo da educação básica, alegou ainda que não se sente de uma forma geral, enquanto comunidade negra quilombola representado na escola situada dentro do quilombo. Atualmente a comunidade é representada legalmente por uma associação e isso lhes tem dado respaldo diante do governo frente às conquistas de políticas públicas em benefício dos seus moradores. Dentre estes melhoramentos, é atendida pelo Projeto Criação de Galinhas, Brasil sem Miséria, Sistema de água com construções de cisternas e aguarda a demarcação de território pelo INCRA para ser beneficiada pelo programa Federal Minha casa Minha Vida. O quilombo dispõe de uma creche e uma escola de Ensino Fundamental construídas recentemente e conquistadas pela ação da associação. A escola recebe o nome de Maria Virgem da Silva em homenagem a uma mulher forte que em vida buscou melhorias para a comunidade, embora, semianalfabeta era rezadeira, fazia remédios e distribuía com quem precisasse, conhecida na região por abrigar andarilhos que passavam por ali, ela era filha de Joana de Couro.
A comunidade quilombola de Carcará tem direito a uma educação escolar diferenciada, que deve ser implementada em acordo com as suas especificidades histórico-culturais. As inúmeras comunidades quilombolas espalhadas pelo Brasil carregam consigo um histórico patrimonial cultural diferente, porém, em um mesmo contexto histórico, pois na diáspora, africanos das diversas regiões da África foram misturados. A escola deve estar conectada com os saberes do quilombo.

3 - EDUCAÇÃO ESCOLAR NA COMUNIDADE QUILOMBOLA CARCARÁ

Notadamente, por pressões do Movimento Negro e principalmente pela luta dos Movimentos Negros Quilombolas deste país, nas diversas audiências públicas, congressos, pesquisas tem se caminhado conscientemente em defesa de uma educação escolar em território quilombola, direito, o qual foi negado ao longo de sua história. Que está articulado com outros como, por exemplo: Direito a terra, reconhecimento da identidade e ancestralidade, cultura tradicional e memória.
Já está claro que, na história da educação do Brasil não houve a menor preocupação com a situação educacional destes povos, nunca aconteceram ações ou políticas públicas voltadas para questões quilombolas, mesmo após a lei 10.639/2003 encontramos professores, gestores e aqueles que compõem a escola sem formação adequada para se fazer cumprir a determinação legal. São problemas educacionais antigos que recentemente vem sendo pautada nas formações de professores, gestão dos sistemas de ensino e na publicação de livros e artigos.
É importante ressaltar que o que estamos tratando aqui vai além do que está posto na lei 10.639/2003, queremos afirmar que a educação escolar quilombola é uma modalidade da educação básica como está posto na Resolução nº 8 de 2012, sendo "Educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação do campo, educação especial, educação profissional técnica de nível médio, educação de jovens e adultos, inclusive à distância" (Art. 1§1º II, p. 3), portanto, esta educação será pensada para estes povos em suas modalidades de ensino levando em consideração "da memória coletiva; das línguas reminiscentes; dos marcos civilizatório; das práticas culturais; das tecnologias e formas de produção do trabalho; repertórios orais; dos festejos; territorialidade (Art. 1§1º I, p. 3). E de acordo com o Parecer CNE/CEB Nº: 16/ 2012:

> Do ponto de vista nacional, com destaque para a legislação educacional, as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas, bem como as redes de ensino das quais fazem parte, possuem orientações gerais constantes da lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da educação) e da Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento da educação Básica e de Valorização dos Profissionais da educação (FUNDEB) para o atendimento dessa parcela da população. (Parecer CNE/CEB Nº: 16/ 2012: 19).

Portanto, acompanha as discussões em torno da LDB e do FUNDEB, garantindo-se com isso o reconhecimento a especificidade histórico-cultural de cada comunidade, pois «Os quilombos são territórios heterogêneos com direitos garantidos por lei e de culturas distintas» (Videira, 2010: 67). A autora acima citada pontua que os quilombos tem o mesmo histórico de lutas, porém, se constituem em espaços geográficos diferentes com expressões próprias, chama também nossa atenção para os termos que recebem na atualidade e a má compressão das novas gerações para o sentido de quilombola, ocasionando a recusa desta identidade, porque, tal aceitação os levaria ao entendimento de serem escravizados novamente.

De acordo com o Parecer CNE/CEB Nº: 16/ 2012 o funcionamento das escolas em território quilombola devido às dificuldades encontradas, tornou-se um grande desafio, nas diversas comunidades espalhadas pelo Brasil questões como: falta de alimentação, boa estrutura e transporte escolar, principalmente em atendimento aos alunos que estudam em escolas próximas ao quilombo, tem se tornado um abismo entre o direito à educação e a garantia de acesso e permanência desta população na escola. Outra questão importante que o referido Parecer destaca é o material didático e de apoio pedagógico que escolas quilombolas devem dispor ao professorado, aos gestores, alunos e a todos que compõe a escola e que tragam em seus conteúdos a representação da história e cultura africana e afro-brasileira geral e local. Os líderes das comunidades têm reivindicado e cobrado isso da escola, sobretudo, aponta o Parecer que o Ministério da Educação tem produzido material e enviado a escola, mas, tropeça em questões complicadas, como por exemplo, como os gestores dos sistemas de ensino tem encaminhado os materiais para as escolas em território quilombola que muitos dos casos desconhecem a existência dessas comunidades.

Um fator importante a destacar é a questão da organização da alimentação escolar, que os quilombolas têm reivindicado, inclusive em Carcará, que esta alimentação esteja articulada com a agricultura produzida na própria comunidade, com a dieta e com os modos de ser do povo quilombola em cada situação. Existe a preocupação por parte das políticas públicas governamentais em que haja coerência e diálogo entre o órgão e os lideres comunitários na fomentação de recursos para as reais necessidades e hábitos da comunidade e deverão ser levados em consideração seus processos próprios específicos de produção, sua sabedoria e trato com a terra.

O currículo deverá considerar os aspectos que norteiam as Diretrizes Nacionais Gerais da Educação Básica (2010) seguidas pelas escolas de todo território brasileiro e não deixa de fora as quilombolas, porém, o currículo da educação escolar quilombola deve ir além do que está posto, porque os conhecimentos gerais devem dialogar com os conhecimentos tradicionais da comunidade, como sua história articula-se com as dimensões locais, regionais, nacionais e com a diáspora africana e ainda:

> Faz- se necessário abrir espaços, de fato, para maior participação da comunidade e dos movimentos sociais e construir outras formas de participação coletiva e de consulta, nas quais docentes, gestores, pedagogos e estudantes dialoguem com as lideranças quilombolas, pessoas da comunidade, anciãos e educadores quilombolas. Um currículo flexível e aberto só poderá ser construído se a flexibilidade e a abertura forem, realmente, as formas adotadas na relação estabelecida entre a instituição e a comunidade (Parecer CNE/CEB Nº: 16/ 2012: 42).

Em termos gerais há no Brasil registros de comunidades quilombolas quase que em todo território brasileiro, ou seja, para cada território desses, deve ser pensada uma educação diferenciada que atenda aos princípios de uma educação escolar quilombola. O projeto politico pedagógico precisa refletir na dinâmica cultural da comunidade.

A escola pode ressignificar o sentido de quilombo tendo como ponto de partida a própria história de Palmares, sendo este, um dos mais conhecidos do Brasil no período colonial, procurando relacionar tudo isto a diáspora africana, a história de resistência negra no contexto do escravismo criminoso e as comunidades na atualidade. Conteúdos estes que devem favorecer o fortalecimento identitario e a recriação de significados.

O calendário escolar de acordo com o Parecer CNE CEB Nº. 16/2012 deve incluir as comemorações de âmbito nacional e local, e chama atenção para as datas comemorativas pelo fato de ser recorrente no currículo das escolas brasileiras os conteúdos de ensino de história africana serem tratados apenas na semana do 20 de

novembro em que é comemorado o dia da consciência negra caindo no risco da improvisação. A maneira mais segura e adequada de discutir o calendário da escola é permitir que o mesmo fosse abordado nas assembleias, nos conselhos e nas reuniões escolares. Sugere que além do dia da Consciência negra o calendário poderá incluir outras datas consideradas importantes para a população negra que pode variar de região para região e isso poderá ser acordado entre a comunidade e seus líderes.
O projeto político pedagógico (PPP) também segue as orientações gerais da educação básica, porém, ele possui características e especificidades daquela determina comunidade escolar quilombola, pois, são sujeitos que tem contextos e trajetórias históricas de vida diferenciadas que devem ser consideradas pela escola.

3.1- Escola Maria Virgem da Silva, em Carcará

Nota-se que a escola Maria Virgem da Silva precisa fazer a aproximação com a comunidade, o primeiro passo é inserir os conteúdos da história e cultura africana no seu currículo e segundo, compreender que o espaço em que a escola esta situado é um quilombo e esta compreensão precisa esta além do espaço físico, precisa ter a "cara" da comunidade, as crianças e seus antepassados precisam se sentir representados.
A escola tem boa estrutura, um bom corpo docente e isso vêm garantindo aos alunos daquela comunidade a assimilação dos conteúdos produzidos historicamente pela humanidade, inclusive ganhou o Prêmio de Escola Nota Dez que tem como objetivo premiar escolas públicas com melhor resultado no índice de desempenho escolar no 2º e 5º ano do Ensino Fundamental avaliados pelo SPAECE (Sistema Permanente de Avaliação do Ceará), porém, a instituição ainda não compreendeu a importância da história e cultura africana na vida daquelas crianças que ali estudam.
A E.E. F. Maria Virgem da Silva, foi fundada em 2 de junho de 2012, os que compõe a escola tem consciência que a referida comunidade já foi reconhecida pelo Governo Federal como Remanescente de Quilombolas, e por estes motivos, muitos programas e projetos já foram e continuam sendo desenvolvidos na comunidade para uma melhor qualidade de vida dos seus habitantes. A instituição oferece aos seus educandos, Ensino Fundamental nos anos iniciais até o 6º ano dos anos finais do Ensino Fundamental. A referida escola possui uma Unidade Executora agregada ao Conselho Escolar da instituição, responsável pela utilização dos recursos orçados para a mesma e suas devidas prestações de conta.
O corpo docente está dividido da seguinte forma: seis professores dos anos iniciais e dois professores do 6º ano. No Núcleo Gestor, uma diretora, uma coordenadora e uma secretária escolar. Os demais funcionários estão assim distribuídos em quatro auxiliares de serviços gerais, quatro merendeiras, dois porteiros. A escola define o perfil dos alunos como bastante heterogêneo, filhos de agricultores.
Timidamente a escola tem pautado no seu currículo a história afro-brasileira, isso se intensifica na semana próximo ao mês de novembro em que é comemorado o dia da Consciência Negra. Nas nossas pesquisas e estudos realizados pela Universidade Regional do Cariri- URCA temos levantado esse questionamento no que se refere as escolas trabalharem e discutirem o tema somente neste período, pois defendemos que a temática afro deve está presente em todo o currículo escolar e durante todo o período letivo. A educação escolar pela via do silenciamento traz prejuízos e sérios danos ao fortalecimento da identidade daquele local. A escola não pode fechar os olhos para o que acontece fora dela, a comunidade Carcará tem uma história, manifestações culturais e saberes civilizatórios que pertencem aquele conjunto de indivíduos que ali residem. A educação escolar quilombola é diferenciada, ela não pode ser moldada nos quesitos de escola que conhecemos.
Os conteúdos da historia e cultura africana, já tem pouco mais de dez que são obrigatórios a serem pautados no currículo de toda a educação básica através da lei 10.639/2003. Ressaltamos que de acordo com o Parecer CNE Nº: 16/2012 muitas secretarias de educação não tem oferecido formação adequada para seu professorado e muito menos para gestores escolares, sendo esta uma das dificuldades apontadas pela gestora em Carcará.
A escola deve unir o currículo tradicional ao saberes patrimoniais da comunidade preservando e mantendo vivas as tradições do quilombo, porque são conhecimentos que fazem parte do processo civilizatórios daquele local.
Ao analisarmos o Plano Anual de Trabalho de 2014 da escola chegamos à conclusão que ele, é igual aos das outras escolas, ou seja, a instituição escolar situada dentro do quilombo ainda não corresponde ao que se espera de uma educação escolar quilombola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem busca por quilombo, procura um pouco de si[8]. Isso é de certa forma inquientante numa sociedade que tenta através do racismo silencioso, calar definições seguras de identidades e passados históricos, suprimidos pela tentativa de legitimar o mito da democracia racial. Os quilombos são fundados pela resistência e sobrevivência de uma cultura viva ancestral.

A permanência dessa ancestralidade africana presentes em comunidades quilombola tem sido sinônimo de afirmação de identidade, e a luta para se inserirem dentro de um contexto politico social tem marcado a vida de muitos quilombolas espalhados pelo território brasileiro.

Consideramos que ainda há muito caminho a ser percorrido, pois há muitas comunidades que vivem sem a garantia dos seus direitos, outras não receberam suas titulações e demarcações de terras, o conflito identitario e o distanciamento com o elo africano guiado pelo mito da democracia racial ainda interferem na própria autoafirmação e autoatribuição enquanto cidadão quilombola deste país.

Aos que já se percebem dentro desse contexto buscam melhores condições de vida para suas comunidades e procuram garantir a continuidade da memória coletiva dos seus antepassados produzindo nos mais jovens o desejo de prosseguir com uma ancestralidade identitária afirmada, é neste contexto que as escolas localizadas no quilombo ou próximos a ele possam cumprir com seu papel, garantindo uma educação escolar quilombola diferenciada.

Este trabalho é apenas um ponta pé inicial junto a escola na comunidade de Carcará, que será ampliado e aprofundado no mestrado e que vai nos permitir realizar possíveis intervenções pedagógicas no interior da escola em parceria com a comunidade e universidade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G (2010), *Oficio de mestre: imagens e autoimagens*. Petrópolis, RJ: Vozes.

BENNETT, Marcus (2010), "Os quilombolas e a resistência". *Revista Palmares*: Cultura afro- brasileira. Ano VI número 6- março 2010 – ISSN 1808-7280. Disponível em http://www.palmares.gov.br/revista/. [Consultado em 31-01-2014.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado.

BRASIL (2012), *Parecer CNE/CEB Nº: 16*, aprovado em 5 de junho de 2012.

BRASIL (1996), *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* nº9. 394.

CUNHA JUNIOR. Henrique (2005), Nós, afro-descendentes: história africana e afro-descendentes na cultura brasileira. In: ROMÃO, Jeruse. (org.) *História da educação do negro e outras histórias. Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e diversidade*. - Brasília: ministério da Educação, Secretaria de educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

CUNHA JUNIOR, Henrique (2006) "Metodologia Afrodescendente de Pesquisa". *Revista Brasil*: UNESP.

CUNHA JUNIOR, Henrique (2007). *Os negros não se deixaram escravizar*: Temas para as aulas de história dos afrodescendentes. Revista espaço acadêmico. Ano VI número 69 – fevereiro 2007 - ISSN 1519.6186. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br. [Consultado em 24-02- 2014].

CUNHA JUNIOR, Henrique (2012), *História e Cultura Africana e Afrodescendente*: Pesquisa sobre os Conceitos, Métodos e Conteúdos.

8 Alex Ratts, palestra proferida no V memórias de Baobá realizado de 26 a 29 de novembro de 2014. Fortaleza, praça do Mártires – Passeio Público.

DECRETO nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 (2003), Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

DELGADO, Lucilia de Almeida Alves (2010), *História oral, memória, tempo, identidade*. Belo Horizonte: Autêntica.

DOMINGOS, Reginaldo Ferreira (2011). *Pedagogias da transmissão da religiosidade africana na casa de candomblé Iabasé de Xangô e Oxum em Juazeiro do Norte-CE*. Dissertação de mestrado, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.

FREIRE, Paulo (2011), *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GOMES, Petrônio Domingues & Flavio (2013), "Histórias dos quilombos e memorias dos quilombolas no Brasil: Revisitando um diálogo ausente na lei 1063/2003". *Revista da ABPN* . jul.- out.. pp. 05-28.

HALL, Stuart (2006), *A Identidade Cultural na Pós- Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LEITE, Ilka Boa Ventura (2000). "Os quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas". *Revista Etnografia*. pp. 333-354. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/2000_04_02.php. [Consultado em 05-03-2014].

LUCK, Heloísa (2011). Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Petrópolis, RJ: Vozes.

MUNANGA, Kabengele & GOMES, Nilma Lino (2006). *O Negro no Brasil de Hoje.* São Paulo: Global.

PARO, Vitor Henrique (2007). *O princípio da gestão escolar democrática no contexto da LDB*. In: OLIVEIRA, Romualdo P.& ADRIAO, Tereza (org.). Gestão, financiamento e direito a educação. Analise da LDB e da Constituição Federal. São Paulo: Xama.

RESOLUÇÃO nº 8 de 20 de novembro de 2012 define Diretrizes Curriculares Nacionais para educação escolar quilombola.

VANSINA, J. (2010) "A tradição oral e sua metodologia". In: ZERBO, Joseph (2010), *História geral da África I: metodologia e pré- história da África.* Brasília: UNESCO.

VIDEIRA, Piedade Lino (2010), *Batuques, fólias e ladainhas[manuscrito]: a cultura do quilombo do Cria-ú em Macapá e sua educação*. Tese de doutoramento - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza.

Representações sociais sobre beleza e feiura: relações com a cor de pele e racismo na mídia televisiva brasileira

Eleonora Vaccarezza Santos[1]

Marcus Eugênio Oliveira Lima[2]

Resumo: Este trabalho se utiliza da Teoria das Representações Sociais para analisar a inferiorização estética dos negros no Brasil. Para tanto, se realizou uma pesquisa na qual se indagava sobre exemplares de beleza e de feiura masculina e feminina no Brasil. Participaram 494 pessoas, residentes em cinco regiões do país, com média de idade 25 anos (*DP*= 9 anos). A pesquisa foi divulgada como "Beleza Brasileira" na rede social *Facebook*, durante os meses de novembro e dezembro de 2013. Os resultados indicam que independente dos grupos de cor de pele dos participantes, modelos pardos e brancos são mais apontados como referencial de beleza. Em contrapartida quando se aferia a feiura, houve aumento dos modelos pretos. Os resultados serão discutidos com base na teoria das representações sociais e sobre racismo.

Palavras-chave: Representações Sociais. Beleza. Feiura. Racismo. Brasil.

Introdução

O número de estudos em psicologia social que trazem a beleza como tema de análise é crescente. Muitos avanços já foram obtidos no exame de questões do tipo, qual a influência da beleza física na atratividade e estabelecimento de relacionamentos; qual o seu papel na produção de práticas relativas ao corpo e; como homens e mulheres concebem ideias relativas a beleza (Byrne, 1971; Camargo, Justo, Alves & Schlösser 2013; Camargo, Goetz, Bousfield, & Justo, 2011; Justo, 2011; Novaes, 2006; Schlösser, 2014; Villas-Bôas, 2012). Contudo, pouco se sabe acerca do impacto de variáveis como a cor da pele e o racismo nas representações produzidas sobre a beleza e a feiura.

Proposições levantadas por outros autores das Ciências Sociais, indicam que os padrões estéticos atuais são excludentes da beleza negra (Bento, 2002; Coutinho, 2010; Domingues, 2002; França & Monteiro, 2002; Figueiredo, 2002; Flores, 2007). Este trabalho se utiliza das contribuições da Teoria das Representações Sociais, com o intuito de identificar quais são as representações sociais de diferentes grupos de cor de pele sobre a beleza e a feiura, a partir de celebridades brasileiras expostas na mídia televisiva e qual a relação dessas representações com o branqueamento e com o racismo.

1.1 Beleza, Mídia e Racismo

Em 1878, Margaret Wolfe Hungerford publicou uma frase simples, no entanto esclarecedora em seu romance *Molly Bawn*, que foi citada tantas vezes que se tornou, « '*Beleza está nos olhos de quem vê*'». Esta frase ilustra o caráter das apreciações estéticas, tidas como formas de gosto pessoal. No entanto, se pode afirmar que

---

1 Graduada em psicologia pela Faculdade Pio Décimo, atualmente é mestranda de Psicologia Social na Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação do segundo autor com o projeto intitulado "Representações sociais sobre a beleza e a feiura: relações com a cor da pele e com o racismo. Atua como psicóloga social no Programa de Atenção e Proteção Integral às Famílias (PAIF) do Estado de Sergipe. Bolsista CAPES. Contato: eleonora.vaccarezza@hotmail.com;

2 Graduado e mestre em psicologia pela Universidade Federal da Paraíba, cursou o doutoramento no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE-PT), obteve o pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais (ICS-UL). Desde 2004 é professor da Universidade Federal da Paraíba, lotado no departamento de psicologia. Desenvolve pesquisas no âmbito da psicologia social focando os processos de racismo, despersonalização e desumanização dos Negros no Brasil. Contatos: marcuseolima@gmail.com ou www.gruponsepr.wordpress.com.

este que vê, enxerga não apenas com os seus olhos, mas a partir dos "olhos" da cultura na qual está inserido (Novaes, 2006). Na mesma direção, Teixeira (2001) afirma que a beleza deve ser analisada para além dos cinco sentidos do sujeito contemplador; posto que, outros elementos, como cânones estéticos, códigos morais e políticos e mesmo idiossincrasias atuam como filtros, através dos quais se percebe a presença ou a ausência de beleza em pessoas, animais, coisas e fatos.

O conceito de belo vem sofrendo mudanças ao longo do tempo. A valorização de certos atributos estéticos na definição do que era belo ou feio em um dado momento da história se alterava em outro (ver Novaes, 2006; Teixeira, 2001). A beleza, enquanto um bem, tem seu valor de troca alterado em função dos vários contextos relacionais que configuram um cenário de economia de trocas simbólicas. Com efeito, investigando o significado da beleza e os hábitos de consumo de jovens mulheres executivas no mercado de trabalho de São Paulo, Gomes (2010) constatou que a beleza era um elemento tão valorizado que chegava a influenciar na percepção da competência profissional. E que esta percepção influenciava os hábitos de consumo dessas mulheres.

Paim (2007) foi junto às estudantes do curso de secretariado executivo, de instituições públicas e privadas da cidade de Salvador, identificar o fenômeno da discriminação racial nos processos seletivos. Presumindo que a "boa aparência" como critério para o acesso ao mercado de trabalho, estaria associada à cor da pele e ao tipo de cabelo das possíveis candidatas às vagas. Os seus resultados, demonstram a percepção de critérios étnicos -raciais para a inserção profissional em Salvador. Que estudantes negras concordam intensamente com a noção de que existe discriminação racial no mercado de trabalho, porém para estudantes brancas, esta assertiva não se mostrou tão intensa. Assim, gera outro ponto a ser discutido - à relação entre fenótipo e posição social. Em estudo realizado por Lima e Vala (2005) se analisou a relação entre sucesso social, branqueamento e racismo. Os autores manipularam as variáveis de cor da pele e posição social e observaram que os negros que obtinham maior sucesso social eram percebidos como mais brancos do que os negros que fracassavam. Igualmente, mais características tipicamente humanas eram dadas aos primeiros em comparação com os segundos.

Mas sendo a televisão um espelho que reflete a sociedade como um todo qual a representação que o negro terá neste espaço? Chaves (2008) analisa a ausência /presença do negro na mídia brasileira. Utilizando-se de trabalhos publicados sobre o tema e de pesquisa em agências de moda da cidade de Brasília. Identificou a ausência de artistas negros no setor midiático, entretanto este fenômeno não se restringiu à apenas a telenovela, inclui também a baixa representatividade em outros setores da mídia. Suas análises sobre presença negra nas agências de moda da cidade de Brasília revelam um cenário tímido em relação a inserção do modelo negro no mercado publicitário. Dados do último senso do Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE) indicam um total de 180 milhões de habitantes no Brasil, desses 90 milhões são negros ou seja 50%. O Distrito Federal corresponde 2,3 milhões de habitantes, dentre estes 55% são negros. Contudo, os modelos negros das agências perfazem apenas 10% a 15% do quantitativo do total de seu *casting*.

Entretanto quando ocorre a sua inserção, os estereótipos acabam evidenciando de que modo o negro é visto no setor publicitário. Ramos e Filho (2012), com o intuito de demonstrar que propagandas não possuíam apenas o objetivo de venda de determinados produtos, mas serviam para veiculação e perpetuação do racismo na sociedade. Analisaram imagens de uma das edições da revista *Rolling Stone* e da campanha *Começar de novo* do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), lançada em 2010. Chegam a conclusão de que a mídia além de propagar a branquitude, também perpetua a imagem da mulher negra como um objeto de consumo sexual, uma vez que tem seu corpo associado à sensualidade e lascívia. Além disso, identificam associação da criminalidade com a cor negra e a ressocialização com a cor clara (a figura ilustra modelo pardo cuja a face é dividida em duas partes: uma iluminada e a outra sem iluminação, com os dizeres "volta ao crime" e "trabalho").

Ainda, houveram autores dispostos a discutirem a presença negra na mídia televisiva, e a forma como são representados por este veículo de comunicação. São os estereótipos de "pais joãos" e "mães pretas" (Silva & Rosemberg, 2008). O "Pai João" (ou Tom) é uma imagem retirada do romance norte-americano *Uncle Tom's Cabin*, de Harriet Beecher Stowe, retratado diversas vezes no cinema e adaptado para a TV brasileira na novela *A Cabana do Pai Tomás*. O "Pai João", representa o estereótipo do "negro de alma branca", (no qual o ator negro é pintado de branco) serviçal digno e sábio (Coutinho, 2010). Outra representação assiduamente utilizada é a do "jagunço", negro e perigoso, bem como o do « 'fiel guarda costas', é normalmente representado por atores grandes e fortes» (Coutinho, p. 106). Já as mulheres são designadas com frequência nas novelas o papel de "empregadinha" subserviente e risonha. Tanto na mídia norte-americana quanto na brasileira (idem).

1.2 Representações sociais da beleza e mídia no Brasil

A Teoria das Representações Sociais (TRS), como proposta por Serge Moscovici, tem o objetivo de explicar o modo como se conhece/constrói a realidade social. E como este conhecimento/relação possibilita ao indivíduo dominar o mundo ao seu redor. (Almeida, 2009). A representação social (RS) pode ser entendida como um conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, que procura dominar nosso meio ambiente, compreender e explicar os fatos e as ideias que povoam nosso universo de vida. Trata-se pois de uma forma de conhecimento específico, o saber do senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais socialmente caracterizados (Jodelet, 1989).

A principal diferença entre o conceito de representação social e outros conceitos é sua dinâmica e história específicas, ou seja, as representações sociais estão associadas às práticas culturais. Reúnem em seu arcabouço teórico tanto o peso da história e da tradição, como a flexibilidade da realidade contemporânea (Alexandre, 2001). O campo de estudos das representações sociais, reúne dois debates importantes, um no qual as representações emergem como uma forma de conhecimento prático "orientado para a compreensão do mundo e para a comunicação e na segunda proposição emergem como construções com caráter expressivo, a partir das elaborações dos sujeitos sociais sobre os objetos socialmente valorizados (Spink, 2008).

Nesta mesma direção, Secchi, Camargo e Bertoldo (2009), realizaram um estudo junto a 278 estudantes de graduação, do sexo feminino, das cidades de Lages e Florianópolis em Santa Catarina. Para caracterizar as representações sociais de corpo de estudantes universitárias e relacioná-las às suas imagens corporais. Utilizando-se de questionário aplicado em situação coletiva, que inferia sobre: o corpo; percepção da imagem corporal e; posicionamentos frente à cirurgia estética. Os resultados revelaram que, as participantes mostraram-se em geral insatisfeita em relação a percepção da imagem corporal. E favoráveis a realização das cirurgias estéticas. Há entre elas representações sociais relacionadas à beleza e à aparência física como sinônimo de poder nas relações interpessoais. Bem como uma crescente atenção aos padrões de beleza na mídia, que gera, como um de seus efeitos, a insatisfação com o próprio corpo.

Camargo, Goetz, Bousfield e Justo, (2011) reuniram 235 estudantes do curso de Moda e Ed. Física da Universidade de Santa Catarina, para compreender a saúde e a beleza nas ideias compartilhadas sobre o corpo. Utilizando questionários auto administráveis, testes de evocação livre com o termo corpo e teste de satisfação corporal. Chega a resultados que indicam que a representação do corpo, está associado à saúde e a estética (beleza). Na análise das evocações e comparando-as ao curso do respondente, identificaram que, estudantes de Moda apontavam o corpo como prioritariamente associado à beleza. Entretanto, participantes do curso de Educação Física, primeiro ligavam o corpo à saúde e movimento corporal. Em relação a satisfação com a autoimagem, 28% estavam insatisfeitos com aparência e 63% se diziam satisfeitos.

Ainda dentro desta linha de raciocínio, Villas-Bôas (2012), em estudo comparativo, reuniu 120 universitários dos cursos de Educação Física, Artes e Exatas da Universidade Federal de Santa Catarina. Para identificar as representações sociais de homens e mulheres com diferentes formações acadêmicas. Utilizou-se de questionário auto administrável, contendo os termos indutores: "beleza masculina", "beleza feminina" e "cirurgia estética". Os seus resultados sugerem, não haver diferença significativa entre homens e mulheres diante dos termos indutores beleza masculina, beleza feminina e cirurgia estética. Entre os cursos haviam distinções nas representações apenas entre estudantes de Exatas e de Ed. Física. As representações do objeto beleza masculina, foi associada a termos tais, inteligência e beleza. Já as representações compartilhadas sobre beleza feminina associam-na, a inteligência, corpo e bonita. Mostrando que tais objetos são compartilhados tanto por homens quanto pelas mulheres.

Neste sentido, com o intuito de investigar os efeitos do contexto interacional nas representações sociais sobre o corpo e o papel da comunicação na produção de diferentes RS. Camargo, Justo, Alves e Schlösser (2013) junto a 79 pessoas, distribuídos em homens e mulheres. Por meio de grupos focais e de dois vídeos contendo o objeto corpo enfocado em dois contextos: saúde e beleza. Seus dados revelaram que as existências de pressões no grupo levavam os participantes a responderem de acordo com o que percebiam ser desejável socialmente. As RS sobre o corpo sob diferentes influências comunicacionais são distintas. No contexto beleza, a ideia de corpo está ancorada na interação do indivíduo com o mundo; na forma como ele se apresenta aos demais, mas também, naquilo que ele pode adquirir do mundo a partir o seu corpo.

Rosa (2014) realizou um estudo comparativo com 948 estudantes dos cursos de Artes, Tecnologia da Informática e Esportes, em três países da Europa, no Brasil e na China, com o intuito de investigar as representações sociais da beleza e da cirurgia estética, em diferentes contextos culturais. Chega a resultados que indicam diferenças nos posicionamentos sobre a cirurgia estética e sobre a beleza, conforme o sistema cultural no qual o participante estava inserido.

Schlösser (2014) em seu estudo, investigou a influência das representações sociais da beleza física no estabelecimento de relacionamentos amorosos e de amizade, para modelos fotográficos e não modelos. Junto a 120 participantes, pareados em homens e mulheres, sendo 60 deles modelos fotográficos e os demais, estudantes de cursos de Ciências Exatas e Tecnológicas e utilizando questionário on-line auto administrável. Identificou a beleza física com papel central no estabelecimento de relacionamentos amorosos, e papel periférico no estabelecimento de amizades. Além disso, a comunicação de massa tende a influenciar visões de mundo e as práticas grupais, o que foi evidenciado mediante as respostas dos participantes e também em suas fontes de informação sobre a beleza física.

Assim, o que se pode concluir com base nos estudos mencionados, é que a beleza ao ser ancorada na aparência física, pode levar a impressões iniciais sobre os indivíduos alvo de tais avaliações. Desencadeado e, ao mesmo tempo, sendo desencadeada por processos de estereotipia e preconceito. A beleza, nos tempos atuais, é tomada como capital simbólico, pois confere ao seu detentor poder nas relações sociais (Novaes, 2006; Secchi, Camargo & Bertoldo, 2009). Assim, quando se aborda as representações sobre a beleza e a feiura nas preferências estéticas de diferentes etnias pretende-se colaborar para compreensão das ações ou práticas sociais autorizadas por essas representações das quais a imposição de modelos de ser e estar são tributárias. Desse modo, o presente trabalho utiliza-se das contribuições da Teoria das Representações Sociais, com o intuito de identificar quais são as representações sociais de diferentes grupos de cor de pele sobre a beleza e a feiura, a partir de celebridades brasileiras expostas na mídia televisiva e qual a relação dessas representações com o branqueamento e o racismo.

2 Método

2.1 Estudo Sobre Representações Sociais da Beleza e da Feiura no Brasil

2.1.1 Participantes

Participaram do estudo 494 pessoas, distribuído em pessoas que se auto declararam brancos 47,2%, pardos 35% e pretos 17,8%. Residentes nas regiões do país: Sul 9%, Sudeste 33%, Norte 4%, Nordeste 44% e Centro-Oeste 7%. Na sua maioria possuíam o nível de ensino superior 87%. E média de idade 25 anos (DP=8.55).

2.1.2 Instrumentos e Procedimentos

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário on-line semiestruturado, auto aplicável. Optou-se pela realização da coleta de dados em uma rede social. Os parâmetros éticos para a pesquisa com seres humanos foram adotados. Aos participantes deste estudo foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual constavam particularidades do estudo e ausência de riscos para a saúde ou bem estar dos mesmos. Além de questões referentes a dados sócio demográficos, o questionário continha: (1) perguntas sobre celebridades midiáticas percebidas como bonitas pelo participante; (2) perguntas sobre celebridades midiáticas percebidas como feias pelo participante; (3) indicador dos exemplares na representação social da beleza masculina e feminina, por meio das perguntas: “quando se fala em beleza masculina no Brasil, que figura artística (ator, cantor ou apresentador) lhe vem à mente?” e; “quando se fala em beleza feminina no Brasil, que figura artística (atriz, cantora ou apresentadora) lhe vem à mente?”; (5) indicador de exemplares na representação social da feiura masculina e feminina, pelas perguntas: “quando se fala em feiura masculina no Brasil, que figura artística (ator, cantor ou apresentador) lhe vem à mente?” e “quando se fala em feiura feminina no Brasil, que figura artística (atriz, cantora ou apresentadora) lhe vem à mente?”

Para os dados sócio demográficos e das questões relativas às celebridades, obtidos durante a coleta, utilizou-se estatística descritiva do SPSS. Para as análises lexicográficas dos dados obtidos sobre características de beleza e feiura das celebridades nomeadas pelos participantes do estudo utilizam o IRAMUTEQ. A classificação de cor da pele das celebridades mencionadas no estudo, foi feita com base nos dados obtidos no estudo sobre validação da cor da pele.

2.2 Estudo Piloto Para Validação da Cor da Pele

2.2.1 Participantes

Participaram deste estudo 60 pessoas, residentes na cidade de Aracaju- Sergipe. Destas, 63% eram do sexo feminino; 19% se consideraram brancos, 53% pardos e 28% pretos. As idades variaram entre 21-64 anos (*M* =30 anos e *DP= 9.8*).

2.2.2 Instrumentos e Procedimentos

Após obter os nomes das celebridades que foram alvos das lembranças dos respondentes, optou-se em definir a cor da pele das mesmas, através de um estudo sobre a classificação da cor da pele. Os participantes foram divididos aleatoriamente em quatro grupos de 15 componentes cada. Receberam a tarefa de avaliar a cor da pele das celebridades. O intrumento utilizado, foi um questionário on-line, auto administrável no qual continha fotos das celebridades citadas no estudo principal. Ao lado de cada foto continha uma escala de cor da pele, com base nos parâmetros do IBGE (2010) (branca, preta ou parda). A pergunta do instrumento inferia ao participante: "*ao nível da cor da pele, você considera este (a) artista: (a) branca; (b) preta; (c) parda*. Cada grupo avaliou uma sequência de fotos de celebridades citadas na pergunta sobre feiura ou sobre beleza do estudo principal.

3 Resultados

3.1 Beleza Masculina

Efetuou-se análise da frequência dos nomes das celebridades referidas na pergunta sobre beleza masculina no Brasil, com intuito de avaliar que exemplares são prototípicos das representações da beleza masculina. Por intermédio da Figura 1, é possível identificar os nomes dos atores Thiago Lacerda (*f*=20) e Reynaldo Gianechinni (*f*=46), classificados no grupo de cor branca, foi os mais referido deste grupo. O ator Lazáro Ramos (*f=10*) e o cantor Alexandre Pires (*f=04*), mais citados dentre os modelos de beleza identificados como pretos (ver figura 3). Contudo, o nome do ator Caio Castro (*f*=81) obteve maior frequencia não só entre celebridades classificadas como pardas, mas também, entre as demais celebridades. Assim como o ator Cauã Reymond (*f*=46), classificado como pardo (ver figura 2), obteve frequência igual a celebridade mais referida do grupo de modelos brancos. Contudo, ao analisar a frequência de citações obtidas por grupo de modelos (branco, preto e pardo) identifica-se que o grupo de cor branca (*f*=76) apresenta o maior número de variações em relação aos demais modelos, pardos (*f*=18) e pretos (*f*=9) nomeados nas representações sobre a beleza masculina.

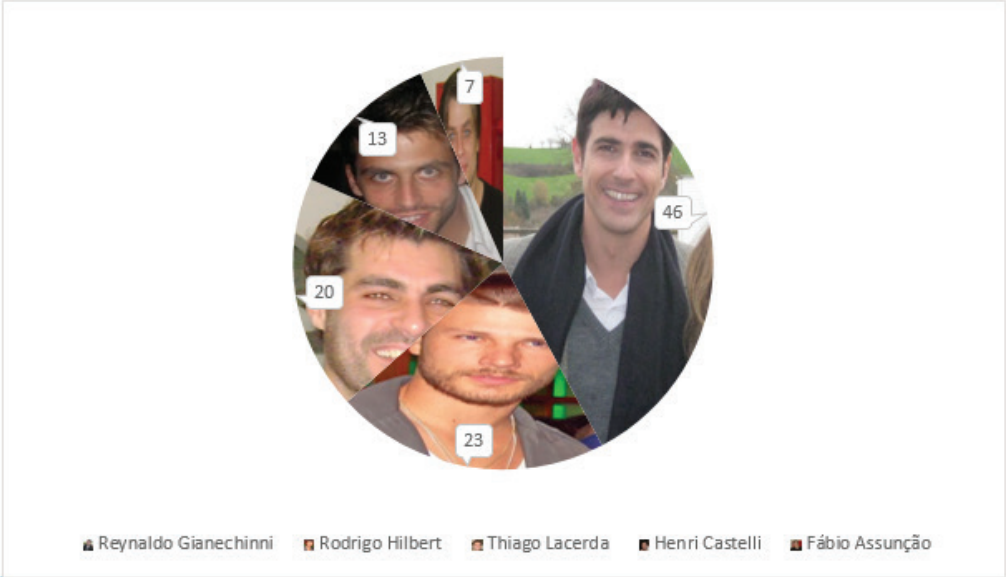

Figura 1. Frequência de respostas dos modelos brancos referidos como bonitos (n = 494)
Fonte: <www.google.com.br/search?q=banco+de+imagens+do+google>.

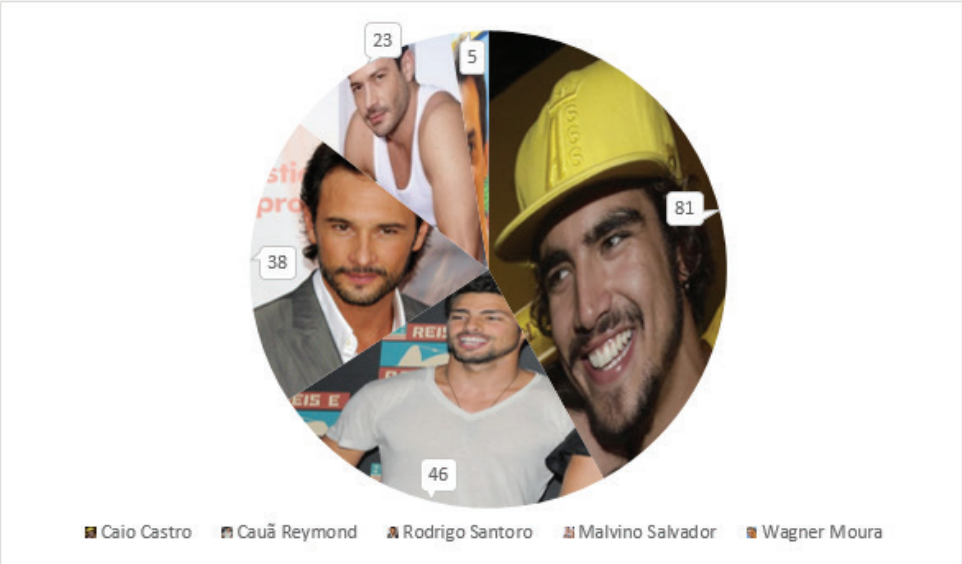

Figura 2. Frequência dos cinco modelos pardos mais referidos como bonitos (n=494).
Fonte: <www.google.com.br/search?q=banco+de+imagens+do+google>.

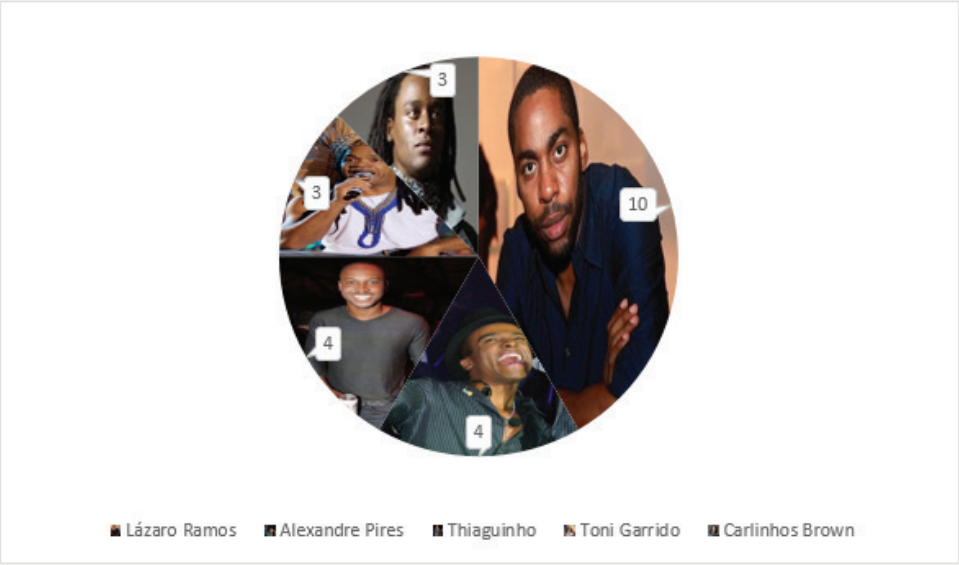

Figura 3. Frequência de respostas dos modelos pretos mais referidos como bonitos (n = 494).
Fonte: <www.google.com.br/search?q=banco+de+imagens+do+google>.

Logo após, se efetuou a análise da frequência média com que os modelos são citados, com base no estudo de classificação da cor da pele (branco, preto e pardo), com o intuito de identificar qual a cor da pele ancora as representações sobre a beleza masculina. E a relação entre cor da pele do participante e modelo escolhido. Por meio da Tabela 1 é possível identificar maior referência a modelos pardos 49% e brancos 42% nas representações de beleza masculina e baixa frequência para modelos pretos 5,8%. Bem como, participantes de todos os grupos de cor da pele escolhem com maior frequência modelos pardos (ver Tabela 1). Através da análise dos residuais, se percebe que o resultado da alta presença de modelos pardos, foi influenciado por respostas de participantes pardos (1,4), que se lembraram mais de modelos de igual cor. Também se nota que as respostas dadas por participantes auto declarados branco (2,5), contribui para maior presença de modelos brancos nas representações da beleza masculina. Contudo, a presença de modelos pretos, (ainda que mínima) de modo peculiar, foi influenciada pelas respostas de participantes auto declarados pretos (6,0). E menos influenciado pelas respostas de participantes auto declarados brancos (-3,5).

Tabela 1.
Frequência média, porcentagem (entre parêntese), quiquadrado e Residuais da relação entre cor do participante e cor do modelo de beleza escolhido.

Cor dos Participantes	**Cor do modelo citado**			**Total**
	Modelos Brancos	**Modelos Pardos**	**Modelos Pretos**	
Brancos	110 (50%) 2,5	106 (48,2%) -0,9	04 (1,8%) -3.5	220 (45,8%)
Pardos	82 (41,3%) -0,8	108 (54,7%) 1,4	07 (4,1%) -1,2	172 (35,8%)
Pretos	18 (33,0%) -2,3	28 (47,7%) -0,6	17 (19,3%) 6,0	88 (18,3%)
Total	210 (43,8%)	242 (50,4%)	28 (5,8%)	480 (100%)
Quiquadrado =39,934		Significância = 0,000		

Fonte: Pesquisa na internet “Beleza Brasileira”.

3.2 Feiura Masculina

Uilizou-se análise das frequências dos nomes das celebridades citadas pelos participantes, no qual os mais referidos estão dispostos nas figuras 4, 5 e 6. Dentre as celebridades elencadas nas representações sobre a feiura se destaca o nome do palhaço Tiririca (*f*= 53) e do cantor Belo (*f*=40), classificados como pardos no estudo que aferia a cor da pele (ver figura 5). Também foi possível indentificar que modelos brancos, mais referidos no quesito feiura masculina, referem-se as figuras dos apresentadores Faustão (*f*=44) e Luciano Hulk (*f*=26). Por fim, celebridades pretas percebidas como feias destaca-se as figuras dos jogadores Ronaldinho Gaúcho (*f*=20) e Neymar (*f*=15), mas também do ator Lázaro Ramos (*f*=08) e do cantor Carlinhos Brown (*f*=03), sendo os dois últimos também citados quando a pergunta versava sobre beleza masculina (ver figura 6 e 3).

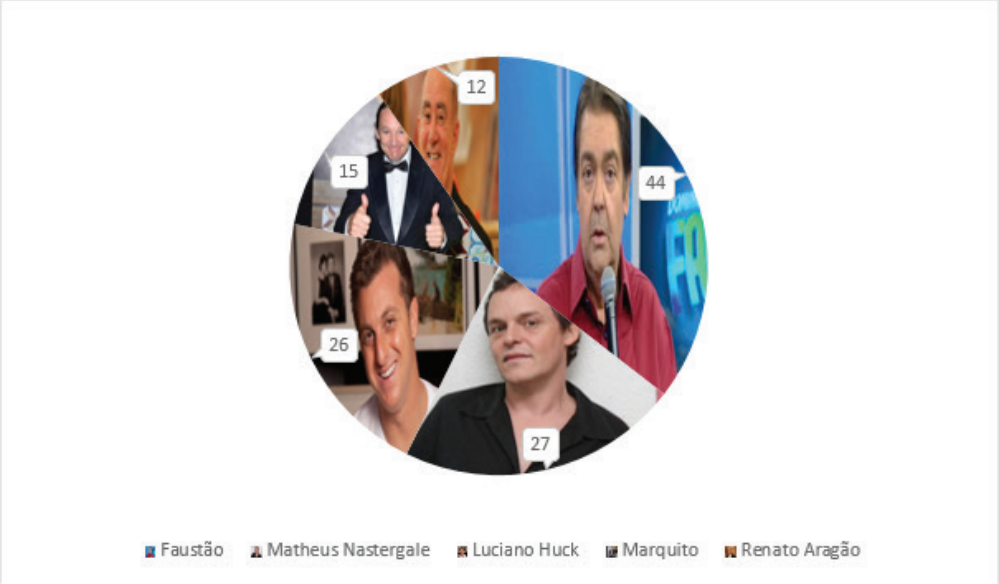

Figura 4. Frequência de respostas dos modelos brancos mais referidos como feios (n = 494).
Fonte: <www.google.com.br/search?q=banco+de+imagens+do+google>.

Figura 5. Frequência de respostas dos modelos pardos mais referidos como feios (n = 494).
Fonte: <www.google.com.br/search?q=banco+de+imagens+do+google>.

Figura 6. Frequência de respostas dos modelos pretos mais referidos como feios (n = 494).
Fonte: <www.google.com.br/search?q=banco+de+imagens+do+google>.

Foi realizada análise de frequência média, para aferir qual a cor da pele mais referida de acordo com modelo. O cenário mostra-se divergente entre modelos pretos e brancos, conforme demonstra a tabela 2. Na pergunta sobre a feiura no Brasil, há maior referência a modelos brancos 50,9%, (antes 43,8%), contudo em paralelo, há aumento proporcionalmente maior de modelos pretos 13,5% (antes 5,8%). Apesar disso, houve redução de modelos pardos 35,7% (anterior 49%) nessas representações, se comparada as respostas dadas sobre a beleza masculina. Além disso, se observou a relação entre cor do respondente e modelo escolhido. Ficou demonstrado que independentemente da cor autodeclarados pelo participante se, branca (51,6%), parda (49,4%) ou preta (51,9%) os modelos brancos são mais frequentes em suas representações sobre a feiura. Em paralelo a este efeito, nota-se aumento proporcionalmente maior de modelos pretos nas representações dos participantes pardos (17,9%) e brancos (10%) sobre a feiura. A análise dos residuais, revela que participantes brancos (0,3) colaboram mais para a presença dos modelos brancos. Não obstante, também indica que as respostas dos participantes auto declarados brancos cooperam mais para a presença dos modelos pardos (1,2) nas representações de feiura e menos para modelos pretos (2,1). Há também indicativo, de que participantes pardos (2,0) contribuem para o aumento dos modelos pretos nas representações sobre a feiura. Por outro lado, também são os participantes pardos (-0,5) quem menos colaboram para a presença de modelos brancos nessas mesmas representações. Porém participantes de cor preta não colaboram para a presença dos modelos pretos. Contrária as respostas quando a pergunta versava sobre beleza (ver Tabela 1).

Tabela 2.
Frequência média, porcentagem (entre parêntese), quiquadrado e Residuais da relação entre cor do participante e cor do modelo de feiura escolhido.

Cor dos Participantes	**Cor do modelo citado**			**Total**
	Modelos Brancos	**Modelos Pardos**	**Modelos Pretos**	
Brancos	113 (51,6%) 0,3	84 (38,4%) 1,2	22 (10%) -2,1	219 (47,6%)
Pardos	80 (49,4%) -0,5	53 (32,7%) -1,0	29 (17,9%) 2,0	162 (35,2%)
Pretos	41 (51,9%) 0,2	27 (34,2%) -0,3	11 (13,9%) 0,1	79 (17,2%)
Total	234 (50,9%)	164 (35,7%)	62 (13,5%)	460 (100%)
Quiquadrado = 5,276		Significância = 0,260		

Fonte: Pesquisa na internet "Beleza Brasileira".

3.3 Beleza Feminina

Foi realizada análise da frequência dos nomes das celebridades feminas citadas pelos participantes, as figuras 7, 8 e 9 apresentam as celebridades femininas mais citadas quando a pergunta versava sobre beleza. Assim, as atrizes, Camila Pitanga (*f*=51) e Juliana Paes (*f*=27), foram nomes mais mencionados e identificadas como modelos do grupo de cor parda (ver figura 5). A atriz Taís Araújo (*f*=31), também foi o nome mais frequente dentro do grupo de cor preta (ver figura 6), assim como o da atriz Cris Viana (*f*=04) o nome menos citado. As mais citadas no grupo de cor branca são as atrizes Ana Paula Arósio (*f*=30) e Paola Oliveira (*f*=26), ambas classificadas no grupo de cor branca (ver figura 7).

Figura 7. Frequência de respostas das modelos brancas mais referidas como bonitas (n = 494).
Fonte: <www.google.com.br/search?q=banco+de+imagens+do+google>.

Figura 8. Frequência de respostas das modelos pardas mais referidas como bonitas (n = 494).
Fonte: <www.google.com.br/search?q=banco+de+imagens+do+google>.

Figura 9. Frequência de respostas das modelos pretas mais referidas como bonitas (n= 494).
Fonte: <www.google.com.br/search?q=banco+de+imagens+do+google>.

Supondo que há relção entre a cor da pele do participante com a escolha de um respectivo modelo nas representações sociais da beleza, efetuou-se análise da frequência média dos modelos em relação a cor da pele dos participantes. Os resultados expostos na tabela 3, indicam maior recorrência à modelos brancas 61,2%, e baixa frequência para modelos pretas (10,2%). Participantes de cor branca 72,4% e parda 59,3% escolhem com maior intensidade modelos brancas em suas representações sobre a beleza. Entretanto, participantes de cor preta, desmontraram menor intensidade em relação aos demais participante ao escolherem modelos pardas (35,3%) e brancas (35,3%). Além disso, os participantes pretos demonstraram maior intensidade ao se referiram a modelos pretas (29,4%) nas representações sobre a beleza em comparação aos participantes brancos (3,6%) e pardos (9,3%). Efetuou-se análises dos residuais da relação entre modelos escolhidos e participantes que escolhem. Assim, se indentificou que participantes brancos (4,7) colaboram mais para que seus próprios modelos de cor da pele sejam mais frequentes nessas representações. Mas também são os participantes brancos (-4,5) quem menos colaboraram para a presença de modelos pretas nas representações sobre a beleza.

Contrário a isso, participantes pretos (6,5) são os que cooperaram para que modelos pretas aparecessem nas representações sociais sobre a beleza feminina. Todavia, se nota que são os mesmos quem menos colaboram para a presença de modelos brancas (-5,4).

Tabela 3.
Frequência média, porcentagem (entre parêntese), quiquadrado e Residuais da relação entre cor do participante e cor da modelo de beleza escolhida.

Cor dos Participantes	**Cor do modelo citado**			**Total**
	Modelos Brancas	**Modelos Pardas**	**Modelos Pretas**	
Brancos	163 (72,4%) 4,7	54 (24%) -2,1	08 (3,6%) -4,5	225 (46,7%)
Pardos	102 (59,3%) -0,6	54 (31,4%) 1,0	16 (9,3%) -0,5	172 (35,7%)
Pretos	30 (35,3%) -5,4	30 (35,3%) 1,5	25 (29,4%) 6,5	85 (17,6%)
Total	295 (61,2%)	138 (28,6%)	49 (10,2%)	482 (100%)
Quiquadrado = 58,300		Significância = 0,000		

Fonte: Pesquisa na internet "Beleza Brasileira".

3.4 Feiura Feminina

Nas figuras 10, 11 e 12, se pode visualizar as celebridades femininas mais referidas quando a pergunta versava sobre feiura. Dentre eles se destaca o nome da apresentadora Regina Casé (*f*=51), classificada no grupo de cor parda. A apresentadora Ana Maria Braga (*f*=25), classificada no grupo de cor da pele branca. No grupo de cor preta, se destaca o nome das cantoras Elza Soares (*f*=15), Preta Gil (*f*=05) e da repórter Glória Maria (*f*=03) com menor frequência.

Figura 10. Frequência de respostas dos Modelos Brancas referidas como feias (n = 494).
Fonte: <www.google.com.br/search?q=banco+de+imagens+do+google>.

Figura 11. Frequência de respostas dos Modelos Pardas referidas como feias (n = 494).
Fonte: <www.google.com.br/search?q=banco+de+imagens+do+google>.

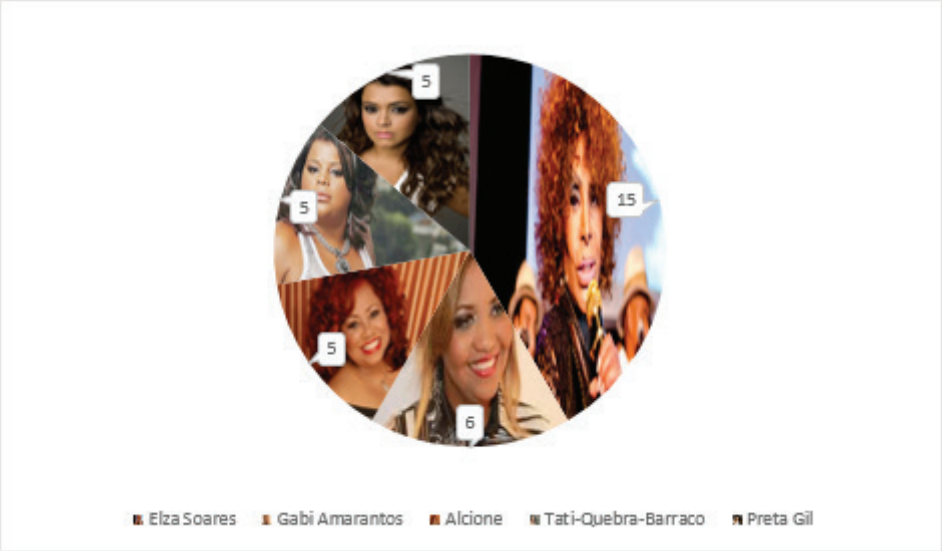

Figura 12. Frequência de respostas dos Modelos Pretas referidas como feias (n = 494).
Fonte: <www.google.com.br/search?q=banco+de+imagens+do+google>.

Realizou-se análise da frequência estatística das celebridades após serem agrupadas por cor de pele. O objetivo era avaliar possíveis mudanças de modelos nas representações sobre a feiura. Na tabela 4, é possível inferir que mesmo em maior frequência, há menos referência à modelos brancas 56,6% (anterir 61,2%). Paralelo a essa redução das modelos branca, ocorre aumento de modelos pretas 11,8% e pardas 31,6%. A análise da relação entre cor da pele dos participantes e modelo escolhida, demosntra que há a redução de modelos pretas nas representações de feiura dos participantes pretos 10,5% (anterior 29,4%). Dentre participantes brancos há aumento de modelos pardas 31,5%. Não obstante, respondentes auto declarados pretos citam menos modelos pardas 25% em relação aos demais brancos 34,6% e pardos 30,7% . Em contrapartida, participantes brancos, diminuem suas respostas para modelos brancas 55,6% (anterior 72,4%). Por outro lado, há aumento de modelos pardas 34,6% (anterior 24%) e pretas 9,8% (anterior 3,6%) em suas representação sobre a feiura feminina. A análise dos residuais destaca que, participantes pardos (1,3) colaboram mais para que modelos pretas apareçam nas representações sobre a feiura feminina. Já participantes brancos são os que menos colaboram para que as modelos pretas apareçam nestas representações, em contrapartida são participantes brancos (1,3) quem mais colaboram para aparição de modelos pardas (ver Tabela 4). Os respondentes que se auto declararam pre-

tos (1,5) contribuem mais para a presença das modelos brancas. Entretanto, foram os participantes pretos (-1,4) quem menos colaborou para a aparição de modelos pardas.

Tabela 4.
Frequência média, porcentagem (entre parêntese), quiquadrado e Residuais da relação entre cor do participante e cor da modelo de feiura escolhida.

Cor dos Participantes	**Cor do modelo citado**			**Total**
	Modelos Brancas	**Modelos Pardas**	**Modelos Pretas**	
Brancos	119 (55,6%) -0,4	74 (34,6%) 1,3	21 (9,8%) -1,3	214 (48,6%)
Pardos	81 (54%) -0,8	46 (30,7%) -0,3	23 (15,3%) 1,6	150 (34,1%)
Pretos	49 (64,5%) 1,5	12 (25%) -1,4	08 (10,5%) -0,4	76 (17,3%)
Total	249 (56,6%)	139 (31,6%)	52 (11,8%)	440 (100%)
Quiquadrado = 5,143		Significância = 0,273		

Fonte: Pesquisa na internet "Beleza Brasileira".

3.5 Modelos de Beleza e Feiura

Utilizando-se de análise da frequência estatística dos modelos de beleza para verificar quais modelos (masculino ou feminino) aparecem mais nas representações sobre a beleza. A análise da frequência estatística dos modelos, masculino e feminino de beleza, indica que modelos brancos 52,3% são os mais referidos no total geral. E dentre os menos citados estão os modelos pretos 8,1%. Os modelos pardos 25,1% (masculino) foram mais citados na pergunta sobre beleza. Sendo ainda, as modelos brancas 30,7% as mais citadas na pergunta que aferia a beleza feminina (ver Tabela 6). A análise dos residuais identificou que as modelos brancas (20,6) contribuem para este resultado do grupo de cor branca. E as modelos pretas (7,2) as que mais cooperam para o resultado do grupo de cor preta.

Tabela 6.
Frequência média, porcentagem (entre parêntese), quiquadrado e Residuais da relação entre cor do modelo de beleza e sexo do modelo.

Cor dos Modelos	**Sexo do modelo citado**		**Total (M+F)**
	Modelos Masculinos	**Modelos Femininos**	
Brancos	210 (21,8%) 16,4	295 (30,7%) 20,6	483 (52,5%)
Pardos	242 (25,1%) 18,0	138 (14,3%) 12,7	380 (39,4%)
Pretos	28 (3%) 5,5	49 (5,1%) 7,2	77 (8,1%)
Total	480 (49,9%)	482 (50,1%)	962 (100%)
Quiquadrado = 962,000		Significância = 0,000	

Fonte: Pesquisa na internet "Beleza Brasileira".

Por fim se realizou a análise da frequência geral dos modelos de feiura e os resultados indicam que modelos de cor branca foram mais citadas nas representações sobre a feiura 53,7% e modelos pretos 12,7% foram o menos citados. Modelos pretos 6,9% fram mais citados do que as modelos pretas 5,8%. Os modelos masculinos pardos 18,2% são mais citados nas representações sobre a feiura em relação a modelos pardas 15,4% (ver Tabela 7). A análise dos residuais demonstra que modelos brancas (18,9) colaboram mais para o resultado geral do grupo de cor branca. E que modelos pardos colaboram mais para a presença do grupo de modelos de cor parda nas representações sobre a feiura.

Tabela 7.
Frequência média, porcentagem (entre parêntese), quiquadrado e Residuais da relação entre cor do modelo de feiura e sexo do modelo.

Cor dos Modelos	**Sexo do modelo citado**		**Total (M+F)**
	Modelos Masculinos	**Modelos Femininos**	
Brancos	234 (26%) 17,4	249 (27,7%) 18,9	483 (53,7%)
Pardos	164 (18,2%) 13,8	139 (15,4%) 13,1	303 (33,6%)
Pretos	62 (6,9%) 8,0	52 (5,8%) 7,6	114 (12,7%)
Total	460 (51,1%)	440 (48,9%)	900 (100%)
Quiquadrado = 898,000		Significância = 0,000	

Fonte: Pesquisa na internet "Beleza Brasileira".

4 Discussão

A presente pesquisa teve por objetivo identificar as representações sociais de diferentes grupos de cor da pele sobre a beleza e a feiura, bem como suas relações com a cor da pele e com o racismo através de celebridade expostas na mídia televisiva. A partir dos estudos desenvolvidos, foi possível compreender os significados da beleza e da feiura para pessoas de diferentes grupos de cor da pele (brancos, pretos e pardos), o modo como pensam e julgam os objetos sociais estudados.

Conforme evidencia Alexandre (2001) ao salientar o papel que a mídia exerce ao difundir representações sociais, é preciso destacar aqui durante o período da coleta de dados da pesquisa "Beleza Brasileira" estava em exibição a novela "*Amor à Vida*" transmitida para todo o país pela Rede Globo. Trazia em seu elenco principal os atores: Malvino Salvador (mocinho da trama), Matheus Solano (interpretava um vilão cômico) e as atrizes Paola Oliveira (a mocinha da trata) e Suzana Vieira (mãe do vilão). No elenco secundário estavam atrizes: Vanessa Giácomo (papel de vilã), Danielle Winits (papel de vilã), Márcio Garcia (papel de vilão), Caio Castro (um *sex appel*) (Rede Globo, 2013). Neste mesmo período também, se encontravam em exibição, os programas dos apresentadores: Regina Casé, Fausto Silva, Luciano Huck e Ana Maria Braga (Rede Globo, 2013).

Os dados apontam para uma supervalorização da beleza miscigenada ou branca em oposição a beleza negra. Quando se trata do gênero masculino, nota-se que modelos brancos e pardos são recorrentemente citados, nas representações de beleza da amostra investigada. Entretanto, quando se refere a beleza feminina o mesmo não ocorre, mulheres brancas são vistas de modo únaneme como mais bonitas. Os modelos de cor preta são em geral pouco mencionados nas representações de beleza dos participantes deste estudo. Estes resultados podem ser compreendidos como um possível reflexo da baixa presença deste seguimento nos veículos de comunicação de massa, (a grande mídia televisiva). O resultado corrobora parcialmente com o estudo realizado por Chaves

(2008) que identificou a ausência de artistas negros no setor midiático e o atrelou ao resultado da baixa procura por modelos negros nas agências de moda. Outro dado que chama a atenção é o ator Lázaro Ramos e o cantor Carlinhos Brown serem mencionados em ambas as respostas (beleza e feiura). No entanto, o mesmo efeito não ocorre entre as demais celebridades de cor branca e parda. O que pode ser interpretado como a percepção do estereótipo que associa a feiura a cor preta.

Acredita-se que a presença maciça de modelos brancos acompanhados de crescimento dos modelos pretos nas representações sobre a feiura, pode está atrelado ao desenvolvimento de uma postura dos participantes auto declarados pretos, que cooperaram mais para que modelos brancos estivessem presentes nestas representações. Mesmo se valhendo de outros estereótipos como a exemplo do estudo de Goetz (2009), no qual os participantes atrelavam à gordura e a magreza como sinonímias da feiura. Já os participantes pardos, atrelavam proporcionalmente mais feiura aos modelos pretos do que a modelos brancos, um resultado que reforça ainda mais a ideia de assimilação da ideologia do branqueamento. Uma vez que o binômio brancura-beleza e negritude-feiura, foi mais evidenciado nas respostas destes participantes.

Os resultados apresentados para a beleza feminina, também revelam um ideal de branqueamento presente no imaginário dos participantes pardos. Conforme defende Nunes (2010) em seu estudo que concluí que há nos pardos o desejo inconsciente de se apróximar do branco e de negar suas origens africanas. Os resultados da análise dos léxicos, leva a concluir que a beleza vista em modelos brancas e até mesmo em pardas e pretas estavam associadas à características que remetem em muito ao ideal da mestiçagem, na qual a mistura é bem vinda desde que seja para "melhorar" características da raça (Nunes, 2010). Assim, à modelo branca referida como representativa da beleza feminina, agrega características tais, "*cor de pele morena",* o "*cabelo cacheado"* ou "liso", e a modelo parda as características mais descritas como sinônimos de beleza foram: o "*nariz fino e pequeno", ser "magra",* ter a *"cintura fina",* o *"quadril largo",* a *"boca carnuda",* porém *"bem definida"*.

Já o conteúdo das respostas dos participantes sobre a feiura feminina, se refere a uma representação sobre a feiura associada à ideias contrárias ao excesso de cirurgias plásticas. Posto que remetem uma aparência que tenta "driblar" a chegada da velhice, se mostrou como um indicativo de feiura, independente da cor da modelo referida. Contudo, há algumas ressalvas, como a exemplo de modelos pardas e brancas que o ato de intervir sobre seus corpos, geraram uma aparência com "*excessos*"*, sobretudo quando* remetiam aos *"lábios grandes", "bumbum", "nariz estranho" e "cabelo estranho",* logo características ligadas a negritude. Entretanto, quando a modelo era preta se referiam a feiura a partir de características fisionômicas próprias da modelo, como por exemplo, "*lábios", "olhos", "formato do rosto"*.

Algumas das conclusõse deste estudo são que modelos femininos em geral são associadas à beleza do que os modelos masculinos brancos ou pardos. (ver tabela 10). Modelos masculinos são mais lembrados nas representações sobre a feiura (ver tabela 11). Dado que ressalta conclusões de estudos anteriores que observaram a associação da beleza ao feminino (Camargo, Goetz, Bousfield, & Justo, 2011; Novaes, 2006; Schlösser, 2014; Secchi, 2006; Villas-Bôas, 2012). Não somente as modelos femininas são mais recorrentes, como também houve relação direta entre a cor de pele e a associação com a beleza para as modelos brancas, sobretudo dentro do próprio grupo de participantes de cor da pele branca. Dentre participantes pretos houve uma parcela que efetuava movimento contrário ao de negar beleza aos modelos feminino e masculinos de cor preta. Entretanto é preciso destacar o papel da mídia ao dinfundir a representação da beleza, posto que apenas três celebridades femininas de cor preta foram mencionadas com mais intensidade (com frequência maior que três). Logo também há o reflexo da mídia nessas representações sobre a beleza e a feiura, não apenas ao eleger um determinado padrão corporal conforme identificado no estudo desenvolvido Goetz (2009), mas também de uma cor para representar o feminino e o masculino, conforme pode ser constatado nas respostas os participantes.

Bibliografia

ALEXANDRE, M. (2001), "O papel da mídia na difusão das representações sociais". In: *Comum, 6,* (17)*,* Rio de Janeiro, Disponível em http://www.sinpro-rio.org.br/imagens/espaco-do-professor/sala-de-aula/marcos-alexandre/opapel.pdf, [consultado em 23-9-2013].

ALMEIDA, A. (2009), "Abordagem societal das representações sociais". In: *Sociedade e Estado, 24*, (3), pp.713-737.

BENTO, M.A.S. (2002), "Branqueamento e Branquitude no Brasil", In: I., Carone & M.A.S., Bento (Orgs.). *Psicologia social do racismo:* estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil, Petrópolis: Vozes, pp. 25-58.

BÔAS, L.M.S. (2012), *Beleza e cirurgia estética: representações sociais de estudantes universitários*. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina.

BYRNE, D. (1971/1993), *The attraction paradigm*. New York: Academic Press.

CAMARGO, B.V.; JUSTO, A.M.; ALVES, C.D.B. & SCHLÖSSER, A. (2013). "Efeitos de contexto e comunicação nas representações sociais sobre o corpo". *Psicologia e saber social, 2* (1), pp.33-50.

CAMARGO, B.V.; GOETZ, E.R., BOUSFIELD, A.B.S. & JUSTO, A.M. (2011). "Representações sociais sobre o corpo: estética e saúde". *Temas em Psicologia, 1*, (1), pp.257-268.

CARVALHO, J.J. (2000). "Racismo fenotípico e estética da segunda pele", *Revista cinética*, [s/n], Disponível em http://www. revistacinetica.com.br, [consultado em 22-5-2013].

CHAVES, M.L.B. (2008), *O negro na mídia brasileira*. Monografia, Brasília, DF: Centro Universitário de Brasília.

COUTINHO, C.L R. (2005), "Estética Negra: o jornal como fonte de pesquisa", *Programa de Pós- Graduação em História regional e local*, Universidade do Estado da Bahia, Disponível em http://www.alb.com.br, [consultado em 09-8-2010].

COUTINHO, L.L. (2010), *Antônia sou eu, Antônia é você: identidade de mulheres negras na televisão brasileira*. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

CRESWELL, J. W. (2007), *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*, (Luciana de Oliveira da Rocha, trad.), Porto Alegre: Artmed.

DOMINGUES, P.J. (2002), "Negros de alma branca? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930". *Estudos Afro-Asiáticos,* (*24)*, (03), Disponível em http://www.scielo.com.br, [consultado em 15-5-2013].

FIGUEIREDO, A. (2002), "'Cabelo, cabeluda, descabelada': identidade, consumo e manipulação da aparência entre os negros brasileiros", In: *XXVI Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, Disponível em http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4475&Itemid=317, [consultado em 22-5-2013].

FLORES, M.B.R. (2007), *Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na pol*ítica da beleza, Chapecó: Argos.

FRANÇA, D.X. & MONTEIRO, M.B. (2002), Identidade racial e preferência em crianças brasileiras de 5 a 10 anos. *Psicologia*, *16*(2), pp.293-323.

GOMES, J.P. (2010), *Beleza e carreira no Brasil: o significado da beleza para jovens executivas e seu papel no mercado*, Dissertação de Mestrado, São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

GOETZ, E.R. (2009), *Representações sociais do corpo, mídia e atitudes*. Tese de Doutoramento em Psicologia, Florianópolis, SC: Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina.

Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (2010), *Censo Demográfico 2010*, Disponível em htpp://www.censo2010.ibge.gov.br, [consultado em 20-9-2013].

JODELET, D. (1989), "La representacion social: Fenómenos, concepto y teoría". In: G., Bernard. (Trad.), "*Pensée et Vie sociale*", Disponível em http://sociopsicologia.files.wordpress.com/2010/05/rsociales-djodelet.pdf, [consultado em 22-9-2013].

JUSTO, A.M. (2011). Representações sociais sobre o corpo e implicações do contexto de inserção desse objeto. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina.

LIMA, M.E.O., & Vala, J. (2005), 'The colour of success: Effects of the social and economical performance on the whitening and on the infrahumanization of Blacks in Brazil'. *Psicologia USP*, *16* (3), Disponível em http://www.scielo.com.br, [consultado 16-2-2013].

NOVAES, J.V. (2006), *O intolerável peso da feiúra: sobre as mulheres e seus corpos*, Rio de Janeiro: Ed. PUC - Rio: Garamond.

NUNES, S.S. (2010), *Racismo contra negros: um estudo sobre o preconceito sutil.* Tese de Doutoramento, São Paulo: Instituto de Psicologia. Universidade Federal de São Paulo.

PAIM, A.S. (2007), *Aparência física*, *Estereótipos e inserção profissional: um estudo sobre a profissão de Secretariado Executivo segundo a percepção das estudantes de secretariado.* Dissertação de Mestrado, Salvador: Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal da Bahia.

RAMOS, L.L.V. & FILHO, R. (2012), "Mídia e preconceito em propagandas: um panorama sobre a propagação de estereótipos e discriminação contra negros (as) pelos meios de comunicação". In: G.R., Filho; C.C., Oliveira & J.G., Nascimento, (orgs.). *Formação inicial, história e cultura africana e afro-brasileira: desafios e perspectivas na implementação da Lei federal 10.639/2003,* Uberlândia-MG: Editora Gráfica Lops, pp.132-142.

REDE GLOBO DE COMUNICAÇÃO (2013), *Amor à Vida*: *personagens*. Disponível em [consultado em 21-12-2013].

REDE GLOBO DE COMUNICAÇÃO (2013), *Caldeirão do Huck: Luciano Huck*. Disponível em http://gshow.globo.com/programas/caldeirao-do-huck/luciano-huck/index.html, [consultado em 21-12-2013].

REDE GLOBO DE COMUNICAÇÃO (2013), *Domingão do Faustão: créditos do Domingão do Faustão*. Disponível em http://gshow.globo.com/programas/domingao-do-faustao/O-Programa/noticia/2013/10/domingao.html, [consultado em 21-12-2013].

REDE GLOBO DE COMUNICAÇÃO (2013), *Esquenta: Regina Casé.* Disponível em http://gshow.globo.com/programas/esquenta/regina-case/index.html, [consultado em 21-12-2013].

REDE GLOBO DE COMUNICAÇÃO (2013), *Mais Você: Ana Maria Braga.* Disponível em http://gshow.globo.com/programas/mais-voce/ana-maria-braga/index2.html, [consultado em 21-12-2013].

ROSA, A. S. de, (2014), "Rounde table: be beautiful! Social representations of beauty in addition, aesthetic surgery in young people from three European countries, Brazil and China". In: Fundação Carlos Chagas (org.), In: *Anais da 12ª Conferência Internacional de Representações Sociais e IV Colóquio Luso-Brasileiro de Educação, Saúde e Representações Sociais*, Disponível em http://cirs2014.fcc.org.br/site/, [consultado em 21-8-2013].

SCHLÖSSER, A. (2014), Representações sociais da beleza física e sua influência no estabelecimento de amizades e relacionamentos amorosos. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina.

SECCHI, K.; CAMARGO, B.V.B., & BOHN, R. (2009). "Percepção da imagem corporal e representações sociais do corpo", *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *25*, (2), Disponível em http://www.scielo.com.br, [consultado em 22-5-2013].

SILVA, P.V.B. & ROSEMBERG, F. (2008), "Brasil: lugares de negros e brancos na mídia". In: T. A.V., Dick (org.), *Racismo e discurso na América*, São Paulo: Contexto.

SPINK, M.J. (2008), "Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das

Representações sociais". In: Guareschi, P.A. & Jovchelovitch, S. (Orgs.). *Textos em representações sociais*, 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

TEIXEIRA, S.A. (2001), 'Produção social e consumo da beleza'. *Horizontes Antropológicos*, *16* (7), Disponível em *http://*ww.scielo.br/pdf/ha/v7n16/v7n16a11.pdf, [consultado em 14-4-2013].

Intelectuais negros e o racismo produzido nas instituções de ensino superior no Brasil.

Rosemere Ferreira sa Silva
Universidade do Estado da Bahia
roserosefr2000@yahoo.com.br

RESUMO
O objetivo desse texto é discutir, no momento contemporâneo, a importância do trabalho dos intelectuais negros na esfera pública no combate ao racismo e a discriminação nas instituições de ensino superior no Brasil**.** Uma pergunta é necessária nesse contexto: que tipo de intervenção os intelectuais negros promovem no pensamento social? No Brasil, o pensamento crítico de Abdias Nascimento e Milton Santos são definidores de um modo particular de engajamento intelectual e político que questiona as relações de poder e suas hierarquias, a partir da maneira como compreendem a função do intelectual com base nas relações etnicorraciais. Uma das bases teóricas que explica a relevância do trabalho desses intelectuais está no significado do pensamento social de um dos mais proeminentes intelectuais da vida e da sociedade negra na contemporaneidade, Lewis Ricardo Gordon. Gordon atribui forte ênfase ao conceito de ser humano, problematizado através da filosofia existencialista, para a compreensão de raça, religião e educação. Sua contribuição recusa perceber o negro como um problema socialmente construído. Neste sentido, Abdias Nascimento, Milton Santos e Lewis Ricardo Gordon convergem para o mesmo ponto. Eles identificam a raça, e suas complexas relações também institucionais, como um dos principais elementos que permite uma produção de saber e de conhecimento mais questionadora da identidade das pessoas negras na contemporaneidade como uma maneira de transformação social e política[1].

Palavras-chave: Abdias Nascimento; Milton Santos; Lewis Ricardo Gordon; intelectual negro; projeto intelectual e racismo institucional.

Em tempos de crise e de crítica acirrada a toda e qualquer produção do conhecimento dentro e fora da academia, a figura e o papel do intelectual tem sido o centro de uma série de problematizações contínuas e inquietantes no momento contemporâneo[2]. Discutir o conceito de intelectual hoje não é uma das mais simples tarefas para o pesquisador que pretende compreender a maneira como o conhecimento objetivamente se constrói. Tornar o conhecimento acessível e utilizá-lo para promover o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos tem sido um objetivo frequente relacionado às novas configurações da função intelectual. Algumas trajetórias intelectuais poderiam ter sido tomadas como exemplo para explicar as mudanças pertinentes ao conceito de intelectual e ao modo como os intelectuais escolhem intervir na sociedade, mas ao trazer, em particular, aspectos das trajetórias de Abdias Nascimento e de Milton Santos e Lewis Ricardo Gordon para este trabalho, coloco em evidência, as atuações de três intelectuais negros que, à frente de seu tempo, buscam interpretar, por um viés significativo e polêmico, a situação do sujeito negro na sociedade contemporânea, com vistas a

---

1 O texto apresentado consiste em algumas reflexões acerca do trabalho dos intelectuais negros brasileiros Abdias Nascimento e Milton Santos com extensão ao trabalho do intelectual Lewis Ricardo Gordon nos EUA, Caribe, África. As reflexões buscam problematizar as intervenções desses intelectuais em diferentes sociedades, com o objetivo de colocar em evidência as formas de racismo produzidas socialmente. Discutem-se, sobretudo, meios alternativos de produção de conhecimento capazes de combater o racismo e a discriminação nas instituições, prioritariamente, públicas de ensino superior.

2 Discutir as funções dos intelectuais na contemporaneidade, com enfoque no trabalho dos intelectuais negros, corresponde ao cerne da tese de doutorado, defendida em 2010 pela autora, **Trajetórias de dois intelectuais negros brasileiros: Abdias Nascimento e Milton Santos**, no Programa de Estudos Étnicos e Africanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA.

promover transformações no pensamento social, através das quais, esse sujeito possa, sobretudo, ter autonomia representativa em suas relações com o conhecimento de si e do outro.

Mas como designar os intelectuais? Durante muito tempo, "inventar" definições significava compreender o sentido da função, ainda que esta fosse tomada, conforme, faz menção, Eduardo Prado Coelho (2004), como "casta arrogante". A arrogância de que se valem os intelectuais está diretamente relacionada a um modo particular, na maioria das vezes, evidenciado pelo exercício diário de organizar o pensamento, dando ordem às complexidades das ideias já pensadas ou ainda não suficientemente questionadas. O intelectual é alguém que está constantemente preocupado em trazer para o centro do debate questionamentos necessários à compreensão e, ao mesmo tempo, à mudança da realidade social e política circundante. Independente do grupo, ou dos grupos que escolhe representar, o intelectual, constantemente, lida com práticas diárias de produção do conhecimento que se constituem como verdadeiras à evolução da sociedade. Imagino que o "silêncio dos intelectuais" [3] tenha sido gerado pela rapidez e pelo embate das mudanças sociais e políticas com uma série de valores com os quais os intelectuais sempre tiveram convicção e domínio. A impossibilidade momentânea, de lidar com os deslocamentos das certezas, trouxe para o trabalho do intelectual, o que Adauto Novais (2006) chama de tempo de silêncio e de reflexão, visando uma possível democratização do conhecimento.

O projeto democratizador da modernidade corresponde a um momento direcionado, segundo Nestor Garcia Canclini (2000), à confiança na educação e na difusão das artes e saberes especializados. O projeto contribuiu para a luta pela tomada de consciência para a implementação de programas de educação e de popularização da cultura e da ciência. No entanto, como acompanhar a modernidade diante de suas próprias discrepâncias? Se por um lado a modernidade representava o avanço das ideias, por outro o projeto da modernidade não se demonstrava acessível às classes populares. Os intelectuais tiveram que repensar a defesa das causas universais e dos interesses particulares, em defesa de uma autonomia de intervenção nas causas públicas e institucionais.

O investimento recente, no Brasil, no estudo das trajetórias de intelectuais negros atende a um propósito mais amplo da pesquisa no campo da literatura, da cultura e dos estudos étnicos, o do registro, da publicação e da divulgação de pesquisas que dinamizem a história do pensamento dos intelectuais negros brasileiros em primeiro lugar e as mudanças que decorrem das diferenças e dos alinhamentos ideológicos entre crítica e razão em segundo plano. Ao utilizar a expressão **"intelectual negro"** e insistir numa análise específica do pensamento de intelectuais negros para o Brasil contemporâneo, re-atualizo as palavras de Paulo Colina no prefácio do *Negro Escrito* de Oswaldo de Camargo, "(...) a função do escritor é dar o testemunho fiel do seu tempo, ser o observador ativo de sua sociedade; é colocar-se, enquanto ser humano (homem/mulher), em confronto com o mundo. Seu instrumento não menos que a arte" (CAMARGO, 1987: 11). Embora Paulo Colina refira-se à função do escritor e não do intelectual, compreendo que a reflexão de Colina diretamente salienta e instiga uma posição ativa da função do intelectual na sociedade da qual ele também é parte. Ainda no mesmo trabalho, Oswaldo de Camargo se propõe contradizer a conformidade do ato e do efeito de deslumbrar-se diante do conhecimento proporcionado pelo Ocidente, através de uma literatura produzida por negros. Sem dúvida, em decorrência das várias alterações sociais e políticas no mundo, o momento presente exige um trabalho de análise crítica das produções e, consequentemente, das trajetórias dos intelectuais negros que seja questionador da condição social e política do sujeito negro no seu confronto com o mundo.

Por que o interesse específico na crítica ao trabalho de Abdias Nascimento, Milton Santos e Lewis Ricardo Gordon? Em que medida esses intelectuais se aproximam e se distanciam ao questionar e, ao mesmo tempo, inserir o assunto raça nas suas agendas e nos seus projetos intelectuais? Considero as trajetórias desses intelectuais como uma porta de entrada para conhecer parte dos dilemas dos intelectuais negros contemporâneos que, diante do domínio de uma cultura ocidental, principalmente, em relação ao universo político das representações

3 Refiro-me ao momento presente de radicais transformações em confronto com certa apatia das ciências humanas em relação à produção do conhecimento.

sociais e acadêmico- institucionais, insuflam o debate da democratização do conhecimento e autonomia do pensamento social diante do que significa ser negro hoje. O intuito aqui é o de provocar discussões, acerca das funções do intelectual negro, com base na reavaliação das interpretações sobre as definições de intelectual. E, ao mesmo tempo, instigar reflexões sobre ações que promovam a desconstrução do racismo institucional e que promovam a integração social e intelectual da população negra.

Abdias Nascimento[4] e Milton Santos[5], na condição de intelectuais, de figuras representativas nos movimentos sociais para o primeiro e no meio acadêmico para o segundo, testemunharam e protagonizaram inúmeras mudanças ocorridas na modernidade brasileira. Mas a que tipo de modernidade o Brasil estava aberto? Será que a modernidade, enquanto proposta de renovação e avanço, principalmente, industrial, atingiu o país como um todo? No caso brasileiro, as ideias tão inovadoras trazidas pela modernidade, de fato, integrou as diferenças sociais provocadas pela política do sistema escravocrata? O maior dilema do Brasil para integrar-se aos impulsos do "novo" trazido pela modernidade caiu sobre as amarras a um passado escravista e senhorial. De um passado totalmente comprometido com a exploração do trabalho escravo da população negra brasileira. Se de um lado, a modernidade propunha a ruptura entre o clássico e o tradicional, do outro, a realidade brasileira estava ainda a tatear sobre as condições de formação de um plano nacional de consolidação e expansão do regime de classes sociais no Brasil do ângulo das relações raciais, conforme teorizou Florestan Fernandes (1965) na *Integração do negro à sociedade de classes.*

Nascimento e Santos foram intelectualmente formados numa tradição moderna de coexistência entre o "novo" e moderno e o "velho" e tradicional, através da qual buscaram produzir interpretações e/ ou teorias para sistematizar o significado da modernização para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Abdias e Milton não correspondem aos únicos intelectuais a formular uma leitura do Brasil para os dilemas da modernidade. No entanto, como intelectuais negros, são os que se destacaram no avanço das ações e transformações engajadas com a valorização da condição do ser humano no processo das relações de produção no Brasil. A integração do negro à sociedade de classes e as relações etnicorraciais decorrentes do comportamento social entre negros e brancos se constituíram, em certa medida, nas trajetórias mencionadas, como um verdadeiro entrave à construção do pensamento crítico desses intelectuais. Abdias Nascimento e Milton Santos, reconhecidos como intelectuais de prestígio hoje, nunca deixaram de ser vistos por seus pares como homens negros e, portanto, descendentes de uma linhagem negra de convivência com a realidade da escravidão e com uma experiência individual e cotidiana com o racismo.

Se de um lado, no Brasil, o pensamento de Abdias Nascimento e Milton Santos abre uma frente de correspondências críticas sobre a condição etnicorracial do sujeito negro. Do outro, nos EUA e, por extensão, em países aonde o pensamento de Lewis Ricardo Gordon[6] chega, essa condição é ampliada pelo intelectual para o questionamento à existência desse mesmo sujeito. Estou tratando de intelectuais que atuaram e, no caso de Gordon, que atua para o reconhecimento da existência negra como um fator preponderante para as mudanças sociais e políticas nas sociedades contemporâneas. Durante muito tempo, nas sociedades ocidentais, o ser negro,

---

4 Abdias Nascimento é um dos intelectuais negros brasileiros mais referidos no campo das relações etnicorraciais. Sua extensa produção intelectual reflete um conjunto de problematizações sobre as condições sociais, culturais e políticas das populações negras no país.

5 Milton Santos é um dos intelectuais negros brasileiros de maior proeminência na área da geografia humana. O projeto intelectual de Milton Santos tem relação direta com estudos sobre o espaço e o território, envolvendo questionamento ao exercício da cidadania e a produção do conhecimento.

6 O meu primeiro contato com o trabalho de Lewis Ricardo Gordon foi em 2007, no Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia. De lá para cá, tive o privilégio, em 2009, de ser orientada pelo intelectual durante o meu estágio de doutorado na *Temple University* e conhecer melhor seu projeto intelectual, com particular enfoque na filosofia existencialista. Em contato com os textos escritos por Gordon, compreendi, naquele momento, a importância da produção intelectual do autor para uma discussão mais teórica sobre o conjunto da produção de intelectuais negros brasileiros.

conforme nos elucida Frantz Fanon, foi invisibilizado pela sua própria existência. A engrenagem do sistema escravista reduzia o negro a uma mera força de trabalho, apenas capaz de imprimir movimento à engrenagem a partir de suas capacidades físicas. O que ainda estamos a questionar, no momento contemporâneo, é que essa força de trabalho, absolutamente necessária para aquele sistema, também é dotada de força de produção intelectual. Fanon é categórico ao afirmar que: "É pelo homem que a Sociedade chega ao ser" (FANON, 2008: 28). Sem dúvida, a existência humana permite que a sociedade se reconheça, enquanto grupo, e se organize quanto à ressignificação de conceitos fixados ao longo da dominação de processos coloniais distintos.

Voltar ao passado e identificar que os processos de dominação colonial, em diferentes partes do mundo, contribuíram para atrelar à existência do homem negro uma "natural" incapacidade de auto pensar-se e de auto definir-se parece criar condições teóricas propícias para uma elaboração do pensamento crítico contemporâneo sobre o estudo da raça e seus desdobramentos. No Brasil, o trabalho dos intelectuais negros tem contribuído para um avanço significativo nos estudos relacionados às relações etnicorraciais, especialmente no combate ao racismo e a discriminação nas instituições de ensino superior. Diferente dos intelectuais modernos, os intelectuais negros contemporâneos buscam aproximar as discussões relacionadas ao tema nos mais distintos espaços de produção do conhecimento. A produção de conhecimento, na interpretação desses intelectuais, deve refletir uma prática que oriente, sobretudo, a capacidade de formação do sujeito negro para que ele possa, diante de todos os dilemas que envolvem cor e raça, tornar-se independente na construção de suas referências e da sua própria história. As trajetórias de intelectuais negros, de uma forma geral, apresentam pontos de convergência semelhantes. Movidos pela crítica ao estudo da raça ou as problematizações decorrentes dos processos de colonização no mundo, esses intelectuais têm buscado intervir politicamente, tanto na esfera pública quanto na privada, objetivando inserir reflexões e ações em seus projetos intelectuais de autonomia à condição da existência das populações negras.

No caso, em particular, do trabalho de Lewis Ricardo Gordon percebo a coerência de um projeto intelectual destinado à valorização da pessoa humana, seja na evidência da raça, da religião ou da educação. Gordon tem uma preocupação central em trazer para o debate atual as discrepâncias do mundo ocidental que, de todas as formas, imobilizam e inviabilizam a condição da existência social e política do ser negro em contextos distintos. Abdias Nascimento pensou a condição de existência humana através da história social do negro no Brasil, Milton Santos lançou mão da geografia humana para o questionamento à cidadania e Lewis Ricardo Gordon a filosofia nas suas imbricações com uma pedagogia de conhecimento que identifica o homem negro, a partir de suas capacidades ativas de expressão e cultura baseadas na influência do pensamento africano nos Estados Unidos. Gordon propõe, com base na filosofia existencialista, um paradigma de construção de pensamento que provoca um deslocamento das certezas do mundo ocidental sobre as verdades instituídas pelo projeto histórico de conquista e colonização. A crítica ao projeto colonial totalizante, no Brasil ou na América, é o ponto de partida desses intelectuais para a crítica da raça como um dos elementos reguladores da ideia da dominação eurocêntrica.

Os projetos coloniais foram planejados para a garantia de uma dominação exclusiva do conhecimento. No entanto, a modernidade trouxe as incertezas de que o mundo já não mais correspondia à lógica desse tipo de dominação. Os intelectuais, atentos às transformações pelas quais o mundo passava, perceberam que a mudança de paradigma passou a gerar uma crise absurda do conhecimento. A primeira, dentre as razões, que nos leva a crise do conhecimento, é a falsa ideia de que tudo está no seu devido lugar. A produção do conhecimento causa instabilidade. Sua dinâmica proporciona alteração e mudança de ordem, não só baseada na articulação das teorias, mas, sobretudo no aprimoramento de suas práticas. Sem dúvida, somos herdeiros de uma herança epistemológica européia e também norte-americana que ditam com eficiência a maneira como devemos agir, sentir e pensar a nossa cultura. Qualquer movimento de reformulação, reinterpretação ou reinvenção, contraditório às epistemologias previamente definidas gera insegurança no conjunto da totalidade do poder e na lógica de construção de suas hierarquias. Neste contexto de desafios permanentes, o intelectual negro contemporâneo se vê absolutamente isolado quando insiste na proposição de mudar a ordem do sistema de ideias, a partir daquilo que se encontra fora do contexto das epistemologias dominantes. Como ajudar a

produzir "consciência" sem retirar as coisas do lugar em se encontram? Sem propor diferentes interpretações ao mundo do nosso lugar de representação?

O intelectual já não fala mais em nome de uma universalidade de conhecimento e de saberes. "Novas" formas de saber estão surgindo com uma potência bastante significativa no campo da construção do conhecimento. Quem mais pode potencializar este tipo de saber é quem se vê diretamente relacionado com ele, o que deixa a prerrogativa de uma compreensão de realidade relacionada à experiência de saberes que está fora do alcance do intelectual que se pretende fixado na modernidade e absolutamente ocidentalizado. O importante, como afirma Norberto Bobbio (1997), não é ser um intelectual engajado. Engajados todos podem ser e, muitas vezes, aparentam um engajamento momentâneo e inteiramente estratégico para uma situação específica. No entanto, o mais difícil não é ser engajado, mas definir o objeto de seu engajamento. A "coisa" pela qual o intelectual demonstra engajamento constitui uma escolha, muitas vezes, complexa para a sua atividade intelectual.

A análise das relações raciais no Brasil tem sinalizado mudanças no pensamento social brasileiro, ainda que estas mudanças não sejam tão efetivas e extensivas a todos os setores da nossa sociedade. Temos dificuldade em entender como se processam as relações raciais nas instituições de ensino superior por vários motivos que englobam as maneiras de compreensão do sentido(s) de miscigenação e de democracia racial. Além disso, temos também dificuldade em lidar com categorias de conceito e articulação das mesmas dentro de contextos diferenciados, como por exemplo: "raça" e "etnia". Ao questionar as dimensões do racismo institucional percebe-se que, embora seja um conceito ainda em formulação, funciona sob o pressuposto biopolítico da seleção e proteção do segmento branco em comparação aos segmentos não brancos da população.

O racismo no Brasil tem dimensões históricas fixadas na política do regime escravocrata que gerou desigualdades na educação escolar, na seletividade do mercado de trabalho, no agravamento da pobreza, das condições de saúde e adoecimento das populações negras. Reconhecer a existência do racismo institucional é, sem dúvida, identificar que, apesar de toda reflexão teórico-conceitual sobre as clivagens da "raça" e das políticas implementadas com vistas à equidade e à formação da cidadania, a produção do conhecimento na universidade pública brasileira tem ainda dificuldades de priorizar projetos que dizem respeito a uma discussão mais permeada pela perspectiva etnicorracial. Atualmente, no Brasil, a política de formação dos quadros das instituições públicas de ensino superior alargou suas bases, em decorrência de mecanismos de articulação política de alguns segmentos sociais, e permitiu a entrada de sujeitos sociais que, a partir do desenho de projetos intelectuais mais críticos da condição de desenvolvimento das populações negras, ganharam visibilidade.

Ao propor uma análise do trabalho de Lewis Ricardo Gordon objetivo explicitar que a atividade intelectual planejada e desenvolvida por ele atinge os mais diferentes campos do conhecimento[7]. É a partir dessa combinação, entre filosofia, educação, sociologia, política, história e religião, que o intelectual constrói suas redes de atuação e de ação para uma possível desconstrução do racismo institucional. Gordon caracteriza-se por ser um intelectual específico, pois atua no âmbito da formação acadêmica, mas é, principalmente, um intelectual orgânico porque atende a uma série de proposições com o seu trabalho que evidenciam uma atuação necessária à articulação política de grupos sociais específicos. Ao entrevistar Gordon em 2009, pude constatar que uma das prioridades do seu trabalho de crítica filosófica recai sobre a ampliação dos modos de atuação do intelectual negro. A forma de atuação, segundo Gordon, deve ser a mais variada possível. É essa variedade que assegura, em primeiro lugar, o não isolamento do intelectual e, em segundo lugar, a acessibilidade à voz do intelectual e, ao mesmo tempo, a certeza de que as suas ideias só terão força quando compartilhadas e redirecionadas aos problemas, prioritariamente, das minorias em geral.

---

7 Embora a proposta do trabalho seja de investigação da maneira como o racismo institucional opera nas instituições de ensino superior no Brasil, o texto destaca o trabalho do intelectual Lewis Ricardo Gordon como uma trajetória relevante para o contexto brasileiro relacionada às aproximações das ações com os intelectuais brasileiros Abdias Nascimento e Milton Santos.

Ao dirigir, na *Temple University*, o Instituto de Estudos para Raça e Pensamento Social e o Centro de Filosofia Afrojudaica e Religiosa, Gordon investiu em duas coisas, absolutamente, necessárias para a circulação do pensamento social baseado no estudo da raça e da filosofia da religião: no acolhimento da variedade de pessoas que pudessem ter acesso ao instituto e ao centro e, na recepção da variedade de trabalhos acadêmicos voltados para a investigação científica nas áreas propostas. Na concepção de Gordon, essa combinação daria respaldo institucional às produções daqueles que, num primeiro momento, pudessem se identificar com os temas selecionados.

Ou seja, atuar em rede significa criar condições de trabalho que proporcionem a circulação de um pensamento individual e também coletivo sobre questões práticas, mas tomadas a partir de reflexões teóricas, que coloquem em evidência assuntos, ainda não suficientemente questionados, pela intelectualidade. A especificidade das questões teóricas discutidas em rede, sem dúvida, poderá atrair mais aqueles que, de uma forma ou de outra, sintam-se provocados pelo debate. O debate da questão etnicorracial nas instituições públicas de ensino superior no Brasil tem atraído atenção de pesquisadores estrangeiros que trabalham priorizando a redução das desigualdades e promovendo a integração social e intelectual da população negra em contextos específicos.

Dessa maneira, acredito que para a constituição de um repertório teórico sobre pensamento social, voltado para as imbricações da raça e da filosofia religiosa afrojudaica é fundamental rever, segundo a metodologia de trabalho de Lewis Ricardo Gordon, o dito, o pesquisado e o registrado, com o intuito de problematizar e responder as lacunas deixadas pelos discursos "naturalizados" oficiais. Neste sentido, institucionalizar conhecimento sobre temas "estranhos" para o meio acadêmico parece um caminho bastante plausível para a popularização do mesmo na trajetória de alguns intelectuais negros. Fundar e dirigir centros de pesquisa para esses intelectuais, visando à polêmica de certas temáticas corresponde a uma iniciativa de organização de um tipo de conhecimento que descentraliza o poder e dessacraliza o saber.

A institucionalização da rede de conhecimento que esses intelectuais negros conseguem formar consiste, principalmente, no funcionamento de instituições na esfera pública voltadas para promoção e divulgação de um tipo de pesquisa de questionamento à formação racial, ou problemas que circundam o assunto, enquanto formação humana. Exemplarmente, Lewis Ricardo Gordon aprofunda, na coerência do seu trabalho teórico, a clássica pergunta de W.E.B. Du Bois relacionada ao "Negro Problema". Lewis Gordon propõe interpretações da filosofia existencialista, através das quais as populações negras sejam reconhecidas a partir da sua condição identitária, em que raça e cor possam agregar uma condição positiva aos significados da negritude nas sociedades contemporâneas. Por que o pensamento dos intelectuais negros Abdias Nascimento Milton Santos e Lewis Ricardo Gordon produz crítica à condição de existência do homem negro? Porque, ao trazer os dilemas que envolvem a existência da condição humana do homem negro para o centro de suas reflexões, esses intelectuais estão também a ressaltar que formas de opressão, produzidas pelo pensamento ocidental, inibem o exercício crítico da política de intervenção que o intelectual negro assume para o seu projeto. Por isso, alternativas de trabalho devem ser encontradas na tentativa de conectar o pensamento do intelectual negro com as ações desenvolvidas pelas comunidades negras em geral.

O racismo produzido nas instituições públicas de ensino superior, até certo ponto, imobiliza a articulação de projetos que objetivam trazer à tona soluções para os problemas das comunidades negras em geral. A seleção desses projetos, em algumas instituições, passa por critérios rigorosos que distanciam os mesmos de uma possibilidade real de execução de suas práticas. Neste sentido, as alternativas encontradas pelos intelectuais negros têm sido a de investir numa metodologia de trabalho que melhore a posição relativa dos negros nas posições superiores da estrutura de ocupações como modo de reafirmar a condição de humanidade e de direitos desses sujeitos.

A escolha de trabalho de Lewis Ricardo Gordon pela Filadélfia e pela *Temple University* tem uma razão muito específica, a proximidade com a comunidade negra e com a comunidade afrojudaica nos arredores da instituição.

Para Gordon, neste processo de aproximação, é importante observar como a comunidade negra e afrojudaica se percebem na sua convivência local a partir da relação com o outro, trazendo uma questão imprescindível para o contexto: o que significa ser negro e judeu? Segundo Gordon, uma das principais responsabilidades do intelectual é avançar o conhecimento em linhas teóricas, engajando o trabalho intelectual às necessidades de uma comunidade, em particular e, priorizando reforçar a diversidade e a construção crítica do pensamento social no grupo. Neste sentido, a pesquisa acolhida pela Temple sobre as relações da comunidade negra e afrojudaica com o seu entorno colabora para tornar visível a existência e a pertinência da diferença social e etnicorracial dentro e fora da academia.

Na Filadélfia, muitos intelectuais negros trabalham fora do âmbito da academia **e** são reconhecidamente intelectuais, ao contrário do Brasil, onde o trabalho intelectual ainda é muito marcado por uma atuação acadêmica. No entanto, a produção intelectual dos intelectuais negros, ao passar pela academia, oportuniza a comunidade acadêmica o contato com trabalhos ainda totalmente invisibilizados pela crítica. Neste curso, os simpósios organizados na *Temple University*, e igualmente em algumas universidades brasileiras, têm a finalidade de trazer para a esfera pública nomes e produções que, de uma maneira ou de outra, colaboram para endossar a discussão teórica proposta através da análise de aspectos culturais, políticos e sociais definidores da relevância da comunidade negra para as trocas intelectuais. Na verdade, o trabalho desenvolvido pela comunidade acadêmica aproxima de uma forma geral as representações de grupos sociais distintos, proporcionando momentos significativos de conhecimento desse tipo de produção, em função da relevância da diversidade etnicorracial dos grupos locais.

Na opinião de Gordon, existe a necessidade imediata de o intelectual discutir as questões relacionadas à forma de existência e pertinência dessas comunidades a partir de um contexto internacional, identificando diferenças e semelhanças que grupos, aparentemente, díspares podem apresentar. Como, por exemplo, a forma de compreensão da capoeira na Filadélfia e na Bahia. Quais elementos organizam a maneira como a capoeira existe em ambos os lugares? E, logicamente, que tipo de diferença a capoeira promove para a existência social e política das comunidades que reconhecem essa prática como fundamental para as relações raciais? São esses questionamentos que movem a dinâmica do trabalho do intelectual e abrem as possibilidades de um diálogo reflexivo entre as redes institucionais de ensino. Neste sentido, Lewis Ricardo Gordon objetiva estabelecer relações de análise as mais diferentes possíveis, ligadas as problematizações dos negros em contextos locais e globais.

O projeto intelectual de Lewis Ricardo Gordon apresenta dimensões definidas e ligadas ao trabalho de intelectuais proeminentes tais como: W.E.B. Du Bois, Hegel, Marx. Marx Weber, Rousseau, Jean Paul Sartre, Frantz Fanon e etc. O projeto traz um questionamento central que se encontra dirimido ao longo das reflexões de alguns dos intelectuais citados e cujo referencial teórico se tornou imprescindível à pergunta proposta sobre as relações entre liberdade e humanidade. A premissa é: como compreendemos nosso potencial na condição de seres humanos?

Gordon buscou resposta na filosofia e nos mais célebres filósofos, mas Sartre, segundo o intelectual, é quem melhor explica o significado de humanidade no sentido aberto da palavra. Depois de Sartre, Fanon é quem melhor trabalha com o aspecto da clarividência da condição humana e Rousseau, seguindo a linha genealógica, afirma no seu *Contrato Social* que o ser humano nasce com plena liberdade. No entanto, viver com liberdade plena, principalmente, nas sociedades atuais, implica avaliar se as formas de organização social, cultural, política e econômica dessas mesmas sociedades se constituem com a finalidade de que os seres humanos exerçam, de fato, liberdade plena sobre a sua condição de existência. Para tal, de acordo com Rousseau, é necessário que façamos a distinção entre a liberdade de construirmos as nossas vidas e a liberdade de viver as responsabilidades das nossas vidas.

Em linhas gerais, a liberdade não se completa se o ser humano não consegue vivê-la em plenitude. A produção textual de Lewis Ricardo Gordon está diretamente associada às articulações do conceito de "ser humano"

pressuposto ao exercício de pensamento e reflexão da filosofia existencialista. Gordon não faz referência ao ser humano em geral, visto que seria difícil captar a amplitude do seu significado. No entanto, o "ser humano", como centro das reflexões teóricas do intelectual, diz respeito à compreensão da sua existência no mundo, ligada ao que o ato de existir proporciona ao sujeito. O intelectual organiza, a partir do sistema filosófico, definições que caracterizam a existência desse dito "ser humano", na tentativa de melhor entender aquilo que evidentemente faz com que ele exista. Neste contexto, ser humano, existência e/ou liberdade constituem a principal linha de investigação teórica encontrada pelo intelectual para a crítica ao estudo da raça, da religião e da educação no momento contemporâneo.

O projeto intelectual de Lewis Ricardo Gordon apresenta elementos teóricos fundamentais e que endossam, em certa medida, aspectos relevantes nos projetos de alguns intelectuais negros brasileiros. Percebo que o trabalho de Gordon propicia uma leitura atualizada das relações etnicorraciais sob o questionamento da existência do ser humano no exercício da liberdade. Abdias Nascimento, Milton Santos e Lewis Ricardo Gordon não tiveram contato direto, mas dialogam, através de seus projetos, sobre a engrenagem social ligada à transformação política do sujeito. Abdias Nascimento e Milton Santos deixaram uma extensa produção intelectual referendada pela importância do pensamento do intelectual negro no Brasil hoje. Lewis, embora produzindo fora do contexto brasileiro, representa hoje uma referência imprescindível a todo e qualquer trabalho que objetive mudança social configurada por políticas de representação e valorização da existência negra.

Pontuar que negros são e podem ser intelectuais tem soado cada vez mais incômodo a certos setores da nossa sociedade, embora seja extremamente estratégico para conquistas significativas, principalmente, nas instituições de ensino superior no Brasil e em outros países. A primeira reação, em geral, em certos espaços de poder é dizer que não há necessidade de conhecermos os intelectuais classificando-os a partir de sua condição etnicorracial. Interessante que este tipo discurso, sutilmente ou explicitamente, insiste em afastar a possibilidade de trazermos à tona o pensamento e as contribuições de negros que se tornaram intelectuais no Brasil[8] e, que estão espalhados em várias frentes de atuação e de representação de seus grupos e de suas comunidades. Desse modo, penso no movimento *hip-hop*, nos *rappers,* nos poetas, nos escritores, nos políticos, nos professores, nos artistas, nos líderes de movimentos sociais que assumem a diversidade etnicorracial como herança cultural imprescindível à construção de um projeto de nação mais democrático na contemporaneidade.

> Qual é, de fato, o nosso papel diante de tantas expectativas tecnológicas e de uma vida intelectual organizada diante das dinâmicas, cada vez mais fluidas, do conhecimento? Nosso papel é, e aqui particularizo na ação do intelectual negro, investir em possibilidades outras de pesquisa e estratégias de elaboração do conhecimento, dentro e fora do meio acadêmico, que busquem formar indivíduos questionadores da sua condição de sujeitos no processo político e educacional. O indivíduo negro deve compreender, em todas as dimensões, a sua capacidade de produzir, visando derrubar as categorias redutoras que tanto limitam o pensamento humano e a comunicação. Costumo dizer que a tarefa não é fácil! Na verdade, ela é contínua, desafiadora e desafiante, embaraçosa, às vezes, mas absolutamente necessária para que o ensino e o aprendizado transformem o negro em um ser de ação conforme pretendeu Frantz Fanon.

---

8 As contribuições, de Abdias Nascimento, Solano Trindade, Conceição Evaristo, Cuti, Esmeralda Ribeiro, Florentina da Silva Souza, Joel Rufino, Mano Brown, Maria Nazaré Fonseca, Matilde Ribeiro, MV Bill, Severo D'Acelino e outros, têm promovido leituras fundamentais, para a compreensão da cultura afrobrasileira como parte do cotidiano político e institucional brasileiro.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto (1997), *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea.* São Paulo: Editora UNESP.

CAMARGO, Oswaldo (1987), *O Negro Escrito: apontamentos sobre a presença do negro na Literatura Brasileira.* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

CANCLINI, Nestor Garcia (2000), *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da Modernidade***.** Trad. Ana Regina Lessa & Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP.

FANON, Frantz (2008), *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA.

FERNANDES, Florestan (1965), *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar da nova era.* Vol. I. São Paulo: Dominus.

FERNANDES, Florestan (1965), *A integração do negro na sociedade de classes: no limiar da nova era*. Vol. II. São Paulo: Dominus.

GORDON, Lewis R. (Editor) (1997), *Existence in Black – An Anthology of Black Existential Philosophy.* New York: Routledge.

GORDON, Lewis R. (2000), *Existentia Africana – Understanding Africana Existential Thought*. New York and London: Routledge.

GORDON, Lewis R. (2008), *An Introduction to Africana Philosophy***.** New York: Cambridge University Press.

MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro (Orgs.) (2004), *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: UFMG.

NASCIMENTO, Abdias (2002), *O Brasil na mira do Pan-Africanismo***.** Salvador: EDUFBA.

NOVAIS, Adauto (org.) (2006), *O silêncio dos intelectuais***.** São Paulo: Companhia das Letras.

SAID, Edward (1995), *Cultura e Imperialismo***.** São Paulo: Cia. das Letras.

SANTOS, Milton (1978), *Pobreza Urbana.* São Paulo: Hucitec.

SANTOS, Milton (2004), *Testamento Intelectual.* São Paulo: UNESP.

SANTOS, Milton (2006)**,** *Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal***.** Rio de Janeiro: Record.

GT 102
Saúde e Cuidados

Violência materna: uma questão social

Maria Cristina Baluta[1]

RESUMO: A globalização trouxe grandes transformações na cultura dos povos. Concomitante, a liberdade de agir e se expressar ficou mais latente, desobrigando comportamentos compulsórios repetidos irrefletidamente. Entre eles se destaca o mito da maternagem, que há séculos se vincula ao instinto natural de ser mãe. As estatísticas demonstram que as crianças de zero a quatro anos, vítimas de violência, têm as próprias mães como algozes. Essa realidade exige reflexão, pois denota que a maternidade precisa ser aprendida. Cuidar de quem cuida é a possibilidade salutar de intervenção nos lares onde a maternidade é situação e não vocação. Políticas Públicas destinadas à educação maternal podem ser incluídas nas já existentes ao atendimento familiar. A parentalidade positiva se apresenta como possibilidade de emancipação familiar, seja pelo caráter mimético da não violência ou pela replicação do comportamento nas futuras gerações. O estado maternal deve ser escolha e não obrigação. Poder escolher é ter opção!

Palavras-chave: mulher; maternagem; violência; cuidado; saúde social;

1. Introdução

A experiência vivenciada hodiernamente com a globalização da economia, da informação, da política, da tecnologia e da cultura tem refletido em uma sociedade cada vez mais complexa e multifacetada, que apesar de incrementar a interação entre os povos tem estampado a fragilidade dos elos relacionais de inclusão e pertencimento. (Carvalho, 2005)

Nesse contexto de individualização, as notícias diárias reportam a violência como uma epidemia mundial, a qual independente da cultura ou do *status* do país registra os atos violentos como parte de suas vidas; configurando a princípio o desespero pela crença de que a situação está sem controle; num segundo momento, o conformismo como resultado do mundo capitalista caracterizado pelas regras do consumo e das desigualdades cada vez mais proeminentes; e por último, ainda bastante tímida, a preocupação efetiva com as reais origens da violência.

Por certo a violência deve ser estudada em conformidade com o espectro apresentado em cada isolada situação, porém não há como negar a relevância da família na influência dos comandos iniciais a um comportamento tido como violento.

No Brasil, isso é bastante perceptível pela análise dos números registrados no Mapa da Violência, o qual aponta que em todas as faixas etárias compreendidas de 0 a 18 anos de idade, as violências acontecem, de forma preponderante, na residência das vítimas; é praticada pelos pais (em sentido genérico) e com prevalência para a violência física. Esses dados demonstram de forma inquestionável a continuidade da aplicação da «pedagogia negra em muitas famílias» (Muller, 2006). Há de se ressaltar que tais números representam apenas as comunicações emanadas de órgãos institucionais, sendo a maior parte originada do serviço de atendimento a saúde,

---

1 Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Docente do Curso de Direito na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPGUniversidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG cristinabaluta@hotmail.com

primeiro segmento a de fato catalogar os números de ocorrências típicas da violência doméstica cometida contra crianças com idades condizentes com a infância e adolescência. (Ferrari et al. 2002)
Numa visão jurídica, não se pode olvidar que com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; com a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a mais recente Lei n. 13.010 de 26 de junho de 2014 (popularmente chamada de "lei da palmada", que por motivos sensacionalistas demudou para a Lei do Menino Bernardo, a qual visa estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante); trouxeram estruturas positivas exitosas à rede de proteção às crianças e adolescentes.
Entretanto, observando a letra da lei se percebe o diferencial de atenção destinada aos protagonistas da violência, apresentando uma enorme lacuna com relação à prevenção da prática de comportamentos violentos. Atualmente se encontra um arsenal de literatura preocupada em analisar os casos de violência praticada nos ambientes familiares, mas de forma bastante diminuta a busca real e efetiva da evitação dessa conduta.
Nesse contexto, o papel materno eventualmente assumido como causa e efeito da prática da violência contra o próprio filho é um dispositivo importante para a pesquisa reflexiva sobre esse fenômeno na saúde social.
Para a elaboração do artigo foi utilizado o método da investigação histórico-crítico-propositivo, amparado na pesquisa bibliográfica.

2. O gênero plasmado na "dona de casa"

Quando se menciona a imagem feminina na atualidade se dispara um misto de interpretações ancestrais com a contemporaneidade. Apesar da mulher, estar presente em todos os meios de atividades existentes, seu conceito como figura doméstica e responsável pela prole continua arraigado a sua própria essência. Muitas conseguiram abdicar dessa vinculação, mas não sem sofrerem apontamentos sociais de repreensão, por não cumprirem seu papel dentro da normalidade imposta pelo sistema comportamental talhado à sua personagem existencial. As opções diversas das culturalmente tributadas à mulher ainda são condicionadas à sua moralidade e desobediência aos ditames transcendentais.
O caminho percorrido pela emancipação feminina, muitas vezes equivocadamente entendida como busca pela igualdade masculina, retrata uma situação de perdas e ganhos, pois independente das motivações sempre que elege um destino diverso ao compulsoriamente ofertado, a mulher está em débito com a família e a sociedade. Mesmo em sendo, na atualidade, a entidade familiar constituída não necessariamente por vínculos biológicos, se cobra da mulher uma representação insubstituível na formação familiar, ressalvadas algumas exceções. (Faria, 2012)
As conquistas profissionais e de poder não inibiram a injunção da responsabilidade materna pela criação dos filhos e dos cuidados mantenedores da administração doméstica, sobrecarregando a vivência do Ser feminino. Por óbvio que as noções de feminilidade e masculinidade mudaram ao longo da história conforme as transformações sociais ocorridas, e que o auxilio do companheiro e/ou pai também sofreram alterações fundamentais na divisão das responsabilidades domésticas e parentais; entretanto, no Brasil, a questão de gênero permanece como problemática da maioria dos lares, onde a partilha das obrigações ditas "femininas" estão distribuídas de forma bastante desigual. (Ferrari et al. 2002)
Mesmo com o compartilhamento do orçamento das despesas do lar, ainda é a mulher que administra as atividades da casa; que cuida da alimentação dos filhos; que troca e limpa o bebê; que permanece vigilante quando a criança está doente; que participa das atividades escolares; que freqüenta as reuniões religiosas; que escolhe e compra vestimentas; que confere e acompanha a vida social dos filhos, além da exigência de permanecer com boa forma estética e ser uma amante fogosa, entre outros "deveres".
Esse quadro fica maior agravado nas famílias expostas à vulnerabilidade política-econômica-social, tanto no sentido das fragilidades internas quanto externas. «As famílias vulneráveis são mais frágeis e têm menos recursos; portanto, na presença de factores de risco têm mais probabilidades de desenvolver comportamentos desajustados». (Sousa et al. 2007: 18)
A independente mulher do século XXI continua mantendo o "pé" na família burguesa do século XIX, pois não conquistou e nem se conscientizou plenamente do seu papel de coadjuvante na mantença e educação dos

filhos. Continua se considerando e repassando às gerações a posição de única responsável pela normalidade da sobrevivência familiar, além da tutela constante de suas vidas vinculadas a uma figura masculina, fruto da ainda recente herança patriarcal. (Reis, 2012)

Essa posição é bastante visível nos casos de ruptura das uniões conjugais ou quando da maternidade solteira, situações em que a mulher frequentemente assume a responsabilidade pelos filhos de forma unilateral. Uma postura diferente, ou seja, repassar essa obrigação ao ex-companheiro ou pai, fatalmente será rotulada socialmente como egocêntrica e reprovada na concepção de boa mãe, uma vez que fere as expectativas de comportamento dos papéis sociais «engendrados pelas relações sociais e inseridos numa rede de significações». (Reis, 2012: 115)

Grande parte das mulheres brasileiras continua moldada para servir ao marido e aos filhos, independentemente de sua classe social, grau de escolaridade, raça ou credo. Prosseguem oprimidas pela sua condição de submissão, antes pelo poder econômico, hoje pela mantença da união familiar; felicidade dos filhos; pela carência afetiva e/ou medo da violência enrustida no pseudo-afeto do companheiro (apesar da existência da Lei Maria da Penha).

É fato, porém, que as mudanças estão cada vez mais frequentes com as novas gerações, aspirações e influências culturais diversas, propiciadas pelo mundo interligado tecnologicamente. Os costumes são alterados de modo constante e gradativo, oportunizando a transformação no molde pré-estabelecido do papel social da mulher brasileira, da sua importância como co-participe da constituição familiar e não como responsável majoritária pelo sucesso do microssistema (família). Contudo, na rotina de suas vidas, continuam a conjugar em primeiro lugar o verbo na terceira pessoa: eles; os filhos e o companheiro.

Não se pode esquecer que centenas de milhares de mulheres já conquistaram seu novo papel na sociedade civil, pelo reconhecimento de seus méritos e pela ciência de pertencimento também às dimensões públicas, rompendo com os grilhões de aprisionamento doméstico-privado estabelecido na burguesia, exercendo com intensidade o seu papel de cidadã. Não obstante, muito ainda deva ser feito em busca da igualdade de condições, a exemplo do mercado de trabalho e sua respectiva remuneração.

3. A maternidade como estado de "graça"

A mulher vem transformando sua maneira de ser e estar no mundo, conquistando paulatinamente sua independência financeira, intelectual, profissional e afetiva. No entanto, não consegue romper com a rígida divisão dos papéis sexuais e com o elo da maternidade perfeita como momento de sublimação espiritual no alinhamento grupal. (Goffman, 2004)

Há muito tempo se registra a grandiosidade do amor materno, sendo totalmente inviável qualquer conotação negativa ao sentimento existente na relação mãe e filho. De mesma sorte ao conceito de família, à qual se denota como uma unidade harmônica, estruturada no amor perene e na proteção dos seus integrantes. Todavia, a realidade concreta pode se apresentar como um campo dos mais variados conflitos, opressão, individualidade egoística, desamor e violência.

«Os complexos familiares» (Lacan, 1997) que teriam a função de proteção dos seus membros talvez nunca tenham faticamente cumprido esta missão, pois «outrora, usando meios disciplinares violentos, hoje meios menos coercitivos, mas também entremeados com violência, ela nos mostra que sua face não é sagrada, mas extremamente cruel». (Guerra, 2001: 96)

Pelas influências religiosas, o papel da mulher como mãe é abençoado e quando da gestação, como num passe de mágica passa a ter uma auréola sobre sua cabeça, exigindo um olhar diferenciado, e em especial, passando a ser compreendida como provedora da paz e da união familiar.

Esse endeusamento da figura materna reflete na imposição de toda mulher ser uma boa mãe, desprezando-se todo contexto de sua vida até então; desconsiderando o seu temperamento, a sua moral constituída e constituinte, valores e caráter. Coisifica-se a sua individualidade e inflige socialmente um comportamento padronizado, reflexo da sua condição natural de mãe: exemplo de amor e abnegação em prol dos filhos, independente das relações sociais de classe. (Faria, 2012)

Passado o "estado de graça" da gestação, a verdade feminina volta a ser o das cobranças infindáveis sobre seu comportamento familiar, uma vez que todas as suas obrigações retornam ao seu comando e responsabilidade, acrescida da indispensabilidade de sua atuação primordial como cuidadora e educadora da prole.

Com a maternidade a aparência corporal da mulher resultará modificada e não raras vezes será rechaçada por não ser o que era antes e por não estar disponível nos momentos de intimidade. Será questionado ao não conseguir manter a organização do trabalho doméstico e por não contribuir satisfatoriamente com as despesas do lar como outrora. As possibilidades da existência de depressão e baixa auto-estima, permeadas pela insegurança, passam a existir concomitantemente com as fantasias femininas em um retorno lúdico de amar e ser amada.

No ambiente profissional, superada a fase da idolatria maternal, a realidade feminina é bem diferente, pois a gravidez, ou a sua possibilidade, é fator predominante para considerar sua força de trabalho como secundária, levando em conta o risco permanente de afastamento e licenças na rotina laboral. Esse comportamento é tão visível e previsível que o número de filhos de mulheres trabalhadoras vem reduzindo significativamente nos últimos tempos. (Faria, 2012)

Sem dúvida a evolução social da mulher é desmesurada em inúmeros aspectos, mas em relação à maternidade continua a ser um tema sacro-inviolável, defendido inclusive pela maioria das mulheres que se negam ousar pensar diferente da maternidade como instinto. Há um sentimento de culpa tão intenso, que se presente a insatisfação pessoal de seu papel social materno, preferem manter o pacto do silêncio, suportando o acúmulo de atribuições e cobranças interiorizadas, mesmo representando um risco iminente de uma sobrecarga explosiva.

Quando a pioneira Elisabeth Badinter (1985) publicou os resultados de uma extensa pesquisa sobre o mito do amor materno, concluindo que esse amor pode ser incerto, frágil e imperfeito; provocou um enorme mal estar entre homens e mulheres, recebendo acirradas críticas de representantes de diversas áreas de conhecimento, com a alegação de anacronismo e de configurar uma afronta ao amor mais sublime e natural que se tem experiência. No consciente coletivo

> Mais precisamente, os defensores do amor materno "imutável quanto ao fundo" são evidentemente os que postulam a existência de uma natureza humana que só se modifica na "superfície". A cultura não passa de um epifenômeno. Aos seus olhos, a maternidade e o amor que a acompanha estariam inscritos desde toda a eternidade na natureza feminina. Desse ponto de vista, uma mulher é feita para ser mãe, e mais, uma boa mãe. Toda exceção à norma será necessariamente analisada em termos de exceções patológicas. A mãe indiferente é um desafio lançado à natureza, a a-normal por excelência. (Badinter, 1985:15)

Ainda, segundo a filósofa francesa, sedimentada em fatos históricos, o amor materno deve ser conquistado, pois não é inato e sim circunstancial, onde seu grau de existência está vinculado às condições internas e externas experimentadas pela mulher. Ela acredita na mudança do vocabulário e não das ilusões, pois ainda se tem a maternagem como instinto, adverte que mesmo não se reconhecendo as atitudes maternas como pertencentes ao «domínio do instinto, continua-se a pensar que o amor da mãe pelo filho é tão forte e quase geral que provavelmente deve alguma coisinha à natureza». (Badinter, 1985:21)

Há sem dúvida um número incontável de mulheres que se realizam na maternidade e conseguem superar as mais distintas crises, conflitos pessoais e relacionais, comprovando que o amor materno existe; porém, não se pode insistir no entendimento de que todas as mulheres, quando mães, amam seus filhos de forma incondicional. Seria a perpetuação dos contos de fadas civilizatórios e doutrinadores das ideologias das classes dominantes.

Não obstante, o discernimento e falsa aceitação da opção das mulheres poderem decidir sobre a maternidade; a repetição da beatitude do papel social de ser mãe e da precípua responsabilidade pelos filhos continua a ser incentivada, induzida e condicionada às novas gerações, de forma explícita ou subliminar, pelas vias consumeristas, religiosas e culturais.

O estigma imposto a mulher que não cumpre o papel de boa mãe pulsa latente em sua vida, desconsiderando o seu *habitat* de conflitos, ausências e privações. A ela foi delegado um rótulo sem o qual prejudica sua identidade social. (Goffman, 2004)

Nestas condições, quando os desejos subjetivos da individualidade feminina vão de encontro ao determinismo social, inevitavelmente resultará em perdas significativas: a uma pela prática do aborto ou abandono, a duas, pela prática da violência intrafamiliar.

4. A violência materna

A diversificação territorial do Brasil, composta de 5.565 municípios, 27 Unidades Federativas, impossibilita um trabalho estatístico exato da real situação de cada localidade. O Mapa da Violência de 2012 (Waiselfisz, 2012) aponta um número alarmante de crianças de até quatro anos de idade, vitimas da violência física praticada por suas próprias mães. Ressalta-se que as ocorrências anotadas naquele levantamento dizem respeito apenas aos dados coletados no ano de 2011, fornecidos pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN – do Ministério da Saúde, que demandam atendimento pelo Sistema Único de Saúde – SUS, o que prejudica a exatidão fidedigna do número de episódios de violência.

A violência praticada na vida privada jamais será conhecida em sua plenitude, uma vez que a violência física tem a cumplicidade do parceiro, camuflada pela autoridade da disciplina. «O que chega à luz pública, o que consegue furar o véu da vergonha, do estigma e do ocultamento, parece ser só a ponta do *iceberg*, uma mínima parcela das agressões, negligências e violências que, de fato, existem e subsistem em nossa sociedade». (Waiselfisz, 2012:5)

A violência parental se apresenta como um grave problema social, considerando as sequelas resultantes na vida das pessoas envolvidas. A violência intrafamiliar é classificada em quatro espécies distintas: violência física, negligência ou omissão de cuidados, psicológica e sexual. O presente estudo tem como enfoque apenas a violência física, tratada como todo o ato praticado capaz de trazer repercussão na forma da pessoa ser e estar no mundo, com consequências externas e internas, causando dor física à criança, produzida por um simples tapa até o espancamento fatal. (Azevedo et al. 2001)

Os pais, representando todos aqueles que estão na condição de pai ou mãe (integrantes da família ampliada), em sua maioria acabam praticando a "pequena violência" como forma de educar; é a mania de bater (Azevedo et al 2001): de forma consciente, por acreditar ser um meio necessário a disciplina e respeito; e de forma inconsciente, repetindo os meios utilizados pelos seus pais, configurando a assimilação constituída naturalmente no desenvolvimento humano. «O lar é de fato o lugar mais perigoso da sociedade moderna. Em termos estatísticos, uma pessoa de qualquer idade ou sexo está mais sujeita a ataques físicos dentro de casa do que à noite nas ruas». (Giddens, 2005: 167)

Segundo o mapa estatístico da violência, em nível nacional, a faixa de maior índice de atendimento é a de menos de 1 ano de idade, com 118,9 atendimentos em um conjunto de 100 mil crianças. Paraná, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul lideram com as maiores proporções de atendimento. Na faixa de 1 a 4 anos de idade as proporções mais elevadas de atendimento registram-se em Sergipe, Piauí e Paraná. Prepondera o atendimento por violências praticadas pelos pais nas residências das vítimas, sendo o sexo feminino mais atingido. Destes atendimentos prevalece a violência física. É importante relevar que a indicação daqueles Estados figurarem na posição de primeiros colocados na escala da agressão, pode evidenciar o fato de serem os que realizam o maior número de registros das ocorrências, e não necessariamente o da incidência dos casos.

Independente da classe social, a prática da "violência justificada" está inserida na rotina dos lares brasileiros, explicando a polêmica perene sobre a elaboração, aprovação e sanção da lei da palmada. Fica manifesto o contrassenso da defesa teórica da não violência e a prática permissível da violência aplicada aos quais se ama, justificando tais atos como prova de amor, apesar da evidência do papel fundamental da criança como figura central da « nova família» (Faria, 2012). «Isso acontece porque na cultura brasileira; bater nos filhos foi se constituindo em verdadeira marca da boa criação dos filhos e em verdadeira mania nacional». (Azevedo et al. 2001: 39)

Na faixa etária de 1 a 4 anos de idade os dados demonstram que a mãe se destaca pelo maior número de casos de violência física praticada contra os filhos, seguida pelo pai, padrasto e madrasta. Há de se destacar o pequeno índice de ocorrências originado da madrasta em comparação ao praticado pela genitora.

Quadro 1 - Número de atendimentos de crianças e adolescentes (>1 a 19 anos) por violência segundo relação com o agressor e faixa etária das vítimas. brasil. 2011.

Relação c/ vítima	>1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total
Pai	839	1.302	1.066	1.326	821	5.354
Mãe	1.768	2.223	1.362	1.332	786	7.471
Padrasto	53	240	509	741	337	1.880
Madrasta	5	28	52	64	37	186
cônjuge				113	922	1.035
ex-cônjuge				38	309	347
Namorado				598	505	1.103
ex-namorado				71	288	359

Fonte: SINAN/SVS/MS – Mapa da Violência 2012

Os números retratam a triste realidade brasileira e evidenciam a falha do Estado e da sociedade em assegurar os direitos da criança preconizados pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outros instrumentos legais em favor da proteção de direitos.

Esses dados estatísticos são relevantes para o debate do amor materno natural, pois estampam de forma trágica que nem todas as mulheres estão de fato preparadas para a assunção do papel social de mãe. Por certo, algumas das agressoras apresentam transtornos psiquiátricos ou similares; outras, depressão pós-parto ou dependentes de drogas, mas a grande maioria vitimiza o filho por razões subjetivas vinculadas ao contexto de sua vida, e muitas vezes pela falta de uma orientação mais aprofundada de como deveria reagir a um sentimento de descontrole e sobrecarga.

Como destacado, cabe a mulher um acúmulo de obrigações e cobranças, somadas aos encargos recebidos pela herança social capazes de suplantar o amor incondicional e fragilizar a figura da mãe a tal ponto que ela pode transmudar do amor ao ódio inesperadamente. «Embora a violência familiar socialmente sancionada seja de natureza relativamente confinada, ela pode facilmente propagar-se em formas mais severas de agressão.» (Giddens, 2005: 167)

A dependência do filho com a figura da mãe é intensa; desde a alimentação para sua sobrevivência aos primeiros passos para sua socialização, a qual vai definitivamente estruturar sua essência de ser humano relacional, pois «se o papel social e a ideologia mantêm uma certa identidade, é na família, local privilegiado de reprodução ideológica, que se desenvolve o aprendizado do primeiro papel social: o de filho.» (Reis, 2012: 115)

A sociedade se reproduz dentro de nós em uma estrutura inconsciente, por meio da cópia do movimento, sobretudo dentro da família da qual surgimos. Esta estrutura que está internalizada inconscientemente se manifesta em algo que parece ser uma escolha sem motivo, pessoal. Esse *habitus* (interiorização das estruturas sociais, tanto individuais quanto coletivo) fica impregnado de tal maneira no indivíduo, no seu sentido de mundo e na sua visão de mundo, que o elemento consciente não o identifica. (Bordieu, 1989)

A estrutura é tão forte que mesmo os prejudicados por essas estruturas e concepções, não percebem a indução sofrida e continuam a propagar o mesmo modelo pré-concebido internamente. A consciência sozinha não é suficiente, pois a transformação só pode ocorrer por meio da socialização.

Não se trata apenas de ter consciência ou apontar a estrutura, mas principalmente de racionalizar que a transformação está nas entranhas do indivíduo formatado pelos preconceitos, valores e estruturas replicadas de seus antecessores. O método empírico se faz indispensável para essa emancipação. (Bordieu, 1989)

5. A Maternagem

Os números registrados podem parecer singelos frente ao grande número de mulheres que assume a maternidade com zelo, dedicação, abnegação e responsabilidade; porém não se pode desconsiderar que os dados são significativos para a comprovação de que nem todas as mulheres representam a figura materna compulsoriamente caracterizada na sociedade hodierna.

Nesse contexto, a análise é pertinente levando em conta que uma sondagem dos episódios pode retratar possibilidades de minoração dos casos de violência praticada pelas mães contra suas crianças, as maiores vítimas desta imposição social uniforme. Deve-se ressaltar que os números de violência praticada nos lares brasileiros são bem mais volumosos do que as estatísticas apresentadas, considerando que muitas práticas violentas não ultrapassam as paredes das casas, fomentadas pelo comportamento silente dos membros da família, inclusive das pessoas mais próximas.

Descontadas as situações da prática de atos violentos resultantes de patologias diagnosticadas nas mães agressoras, os demais comportamentos de fúria podem ser prevenidos, considerando que a maternagem é o resultado do exercício de apreender. Estar na condição de mãe é muito mais que um imperativo biológico ou determinismo social, é um estado de compreensão da participação na condução inicial da vida dos futuros cidadãos. O exercício da maternidade é fruto da conquista entre mãe e filho, somado à cooperação dos demais integrantes da família e da sociedade.

Nesta acepção relacional, a maternagem (cuidados próprios de mãe) também configura uma condicionalidade surgida mediante as necessidades evolutivas sociais. «É na ordem original de realidade constituída pelas relações sociais que se deve compreender a família humana». (Lacan, 1997, p. 19)

Na atualidade, o estilo de vida assumido pelas mulheres não suporta mais o conformismo da aceitação de exclusividade dos encargos maternos. Ser mãe é tão natural quanto ser pai, porém a maternagem não é natural, ela é resultado de um trabalho relacional diário, favorecido pelo instinto materno, mas não dependente dele.

Em muitas residências essa compreensão já existe, mesmo que inconscientemente, quando há partilha das atividades domésticas e co-participação das responsabilidades básicas com os filhos, o que favorece a comunhão da maternagem com a maternidade. Todavia em outras, especialmente nas famílias expostas a vulnerabilidades, esse proceder está bastante distante do ideário da família como entidade participativa, pois os papéis de pai e mãe continuam vinculados aos estereótipos do século XIX: pai provedor; mãe doméstica e educadora.

Observando-se a evolução comportamental da mãe, percebe-se que o interesse e a dedicação à criança se manifestam ou não; e as diferentes maneiras de expressar o amor vão do mais ao menos, passando pelo nada, ou quase nada. Ressalta-se que qualquer pessoa que não a mãe (o pai, avós, terceiros, etc.) pode "maternar" uma criança, pois não é só o amor maternal que leva a mulher a cumprir seus deveres maternais. «A moral, os valores sociais, ou religiosos, podem ser incitadores tão poderosos quanto o desejo da mãe». (Badinter, 1985:17)

Nestas condições se torna indispensável à reflexão sobre o papel da "mãe" na sociedade contemporânea, buscando realçar a diferença entre maternidade e maternagem, num contexto que se impõe, de cunho ainda teórico, do respeito aos melhores interesses da criança e ao principio da afetividade.

A socialização presente nas relações entre mãe e filhos é uma preocupação emergente levando em conta as influências do capitalismo e da opressão sofridas pelas crianças no sentido de serem enquadradas no que é estipulado pela sociedade. «É preciso articular o pacto natural com o pacto social». (Boff, 2012:112)

Enquanto não existir uma sensibilização à atuação materna violenta e dos sofrimentos suportados pela criança no interior de suas casas promovido pela ausência da maternagem, a prática da insignificância existencial do pequeno ser continuará sendo «tomado como irrelevante e totalmente trivializado, por tratar-se apenas de crianças. Em vinte anos essas crianças se tornarão adultos que farão seus filhos pagar a conta ». (Muller, 1997: 75)

Na Europa, em especial em Portugal, a aplicação da parentalidade positiva como política social tem apresentado inúmeros benefícios às novas gerações. Respeitadas as limitações e características luso-brasileiras, há inegável potencialidade de uma inserção desses ensinamentos nas políticas públicas nacionais voltadas às Famílias. Com apoio interdisciplinar, o tema pode ser abordado de maneira mais ampla e com possibilidades de atingir o agente destinatário.

6. Cuidando de quem cuida

Quando a violência física intrafamiliar é objeto de discussão, a «indignação em relação ao adulto que bate e a compaixão para com a criança indefesa obviamente acabam levando-nos a logo cair na tentação de julgar e condenar o adulto como brutal e cruel» (Muller, 2006: 121), desconsiderando qualquer análise mais aprofundada.

A mania de bater da mãe como forma de disciplinar o filho, independente da idade, evidencia a sua postura suscetível e vulnerável, e só vai decair sua produção quando conscientemente for apreendido pela genitora que a educação dos filhos não é de sua única responsabilidade, e principalmente, que não é pela prática de atos violentos que a criança irá ser disciplinada. «O cuidado como preocupação nos abre espaço para o cuidado precavido conosco mesmos, especialmente para com os nossos atos e atitudes e para o vasto campo das relações e da linguagem». (Boff, 2012: 146)

O que se tem hoje é a repetição inconteste da prática da violência física como ato disciplinador, herança repassada de gerações a gerações e defendida como a melhor forma de adaptar o comportamento da criança aos desejos dos adultos. É o contumaz exercício da Síndrome do Pequeno Poder, onde em efeito cascata atinge cada integrante da família, caminho de repasse das frustrações ao dominado mais próximo. (Azevedo et al. 2000)

O digladiar proposto por Bordieu (1989) está no fato do agente se defender dele mesmo, como possibilidade de apresentar uma ruptura com a estrutura social a que está inserido, estruturas estas interiorizadas e que levam a tomada de atitudes sedimentadas no caráter repetitivo social. Não havendo consciência disso, o agente é prisioneiro dessas estruturas e desse tipo de comportamento. A consciência desse mecanismo de incorporação de estruturas se aduz como a única forma de uma consciência crítica numa tentativa de libertação. A sua concepção de estrutura é dinâmica, representando um bloco de relações históricas, produto e produtora de ações, que ao mesmo tempo condiciona e é condicionado.

A forma possível de reverter ou de reduzir esse comportamento danoso a realidade da mulher e ao desenvolvimento da personalidade dos futuros adultos é dar uma atenção diferenciada à mãe dessas crianças, partilhando ensinamentos via interdisciplinaridade, objetivando a mudança de postura de mulher enquanto mãe. É promover a desmistificação da figura imaculada de Mãe; apresentando a mulher, que com todas as problemáticas de um ser humano, está na condição de maternidade.

Reconhecer a inaptidão para controlar os próprios instintos agressivos se configura o início de uma terapia de pacificação e transformação emancipatória. Propiciar a compreensão de que a agressão é fruto do lado mais primitivo da natureza, e que estimular a capacidade de integrar razão à emoção, ligando o neocórtex ao sistema límbico (que comanda as emoções), se apresenta como a primeira medida a ser adotada com a finalidade de atenuar o estresse maternal. (Sena, 2014)

A potencialidade transformativa dessa figura materna pode ser promovida por meio de grupos de apoio, redes sociais que tratam do tema, amigos, familiares, ajuda profissional e da inclusão do cuidado materno nas políticas públicas já existentes no atendimento das famílias. «O cuidado das pessoas, das sociedades e da natureza será a atitude mais adequada e imprescindível para a nova fase da história da humanidade e da própria Terra». (Boff, 2012: 103)

É fato que já existe uma significativa preocupação do Estado e de algumas instituições civis no sentido de amparar a mãe gestante e a criança nos primeiros meses de vida, quer seja pelo acompanhamento médico, quer pelo auxilio material (enxoval) do bebê. Porém, há uma invisibilidade do papel social da mãe na continuidade dos cuidados com o filho, e consigo mesma, depois do advento do nascimento. Há um vazio de informações necessárias ao controle das próprias emoções de maneira positiva, da habilidade de identificar, usar e entender o exercício da inteligência emocional. «Cuidar e ser cuidado são duas demandas fundamentais de nossa existência pessoal e social». (Boff, 2012:29)

Orientações primárias como a prática de atividades relaxantes, terapia familiar, o desenvolvimento da consciência emocional, a evitabilidade dos ruídos de comunicação entre mãe e filho (o como se diz), a reciclagem das expressões imperativas, o cultivo do bom humor, entre outras, potencializam a capacitação da maternagem e abrandariam expressivamente os episódios de prática violentas contra as pequenas crianças. (Sena, 2014)

A tratativa da matéria nos meios de comunicação (mídia falada, escrita e televisiva), nos bancos escolares e

nas redes de proteção, possibilita debates importantes sobre o papel da mãe na família contemporânea, suas conquistas e suas necessidades. A replicação de uma nova postura, oportunizada pelo caráter mimético, a médio e longo prazo, favorecerá uma ruptura do *habitus* de bater como forma de disciplina e extravasamento de conflitos internos da mãe. Para mudança do comportamento fica patente, em alguns casos, a necessidade de «orientação, apoio e até tratamento psicológico para questionar e reformular sua atitude ante a infância e a educação, sua e de seus filhos». (Ferrari, 2002: 130)

Qualquer mulher organicamente saudável pode se tornar biologicamente uma mãe; mas nem toda mulher tem como inato a maternagem. Para ser uma "boa mãe" dependerá das condições de escolha e preparação para esse atuar, cujos requisitos asseguram a conquista saudável de cumprir com a nobre missão de criar e educar seus filhos em parceria com os demais integrantes da família.

«Mais que uma técnica, o cuidado é uma arte, um paradigma novo de relacionamento para com a natureza, para com a Terra e para com os seres humanos» (Boff, 2012:21). Nesta situação, é indubitável que para a mulher manter sua saúde social estável dependerá de um prognóstico e terapia adequados para a prevenção e evitamento da violência como forma de resolução dos conflitos experimentados na maternagem.

Considerações finais

O relatório intitulado "Ocultos a plena luz: uma análise estatística da violência contra as crianças" produzido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, no ano de 2014, teve como escopo dar maior visibilidade à violência contra criança em suas diversas formas, enfatizando que a proteção das crianças é um direito fundamental garantido pela Convenção sobre os Direitos da Criança e de outros tratados e normas internacionais dos direitos humanos; e que a violência ainda é sentida por milhares de crianças ao redor do mundo, cujo local de maior incidência continua a ser o interior de suas próprias casas, num misto de castigo corporal e agressão psicológica.

No Brasil, informações do Ministério da Saúde (2010) mostram que a violência é a quarta causa de mortalidade de crianças com até 9 anos de idade, representando um grave problema de saúde pública.

Estas conclusões refletem a epidemia mundial da violência contra crianças, mas sem o condão de apresentar propostas capazes de resolução ou diminuição dos índices encontrados. Nesta realidade, a propositura do presente artigo teve como objeto trazer ao debate a postura adotada pela mulher-matriz, esquecida no aconchego do seu lar, a vivenciar a maternagem sem nenhuma prévia habilitação, cuja consequência, reforça os indicadores da violência pueril.

O estudo pretende uma reflexão sobre os fatores de risco ou de proteção para o uso da força física empregada pelas mães aos filhos ainda na primeira infância, e destacar a prevenção como uma potencialidade viável na modificação das estruturas geracionais, considerando que «não se trata de culpar os pais individualmente, que afinal também são vítimas desse sistema, mas de perceber uma estrutura social oculta, que, como nenhuma outra, determina nossa vida». (Muller, 2006a: 224)

Assim, considerando que a maternagem representa um processo construído e reconstruído gradativamente, segundo a vivência experimentada por cada integrante da família (criação humana mutável), a discussão coletiva sobre as formas alternativas de convívio com suas crianças é fator preponderante e emergente no mundo moderno, tanto no interesse sociológico quanto terapêutico.

Com esta preocupação, a parentalidade positiva surge como capacitadora, sem violência, da postura materna como co-participe da criação dos filhos, devendo contar para tanto com a intervenção do Estado, da sociedade e de profissionais habilitados para o trato da saúde social da mulher do século XXI; proporcionando-lhe o reconhecimento e orientação necessários para o desempenho do papel social na condição de mãe, e não na obrigação da maternidade por imperativo biológico e social.

Sem um despertar, as pessoas estão inclinadas a não se abrir ao novo conhecimento e a continuar procurando apoio nas antigas regras, inviabilizando a emancipação progressiva do indivíduo. Compreendendo que toda violência é social, histórica e, portanto, capaz de ser controlada e erradicada se houver vontade política, a habitualidade da violência empreendida pela mãe contra a criança pode ser bastante minorada. «A lenta e gradativa transformação das coisas miúdas do cotidiano pode levar às grandes transformações históricas e sociais». (Azevedo, 2011: 76)

A orientação direcionada ao fenômeno do proceder maternal estruturada no princípio do cuidado, da tolerância, do cultivo e controle da inteligência emocional da mulher-mãe, representará uma conquista importante no cenário feminino e na convivência intrafamiliar. «A prevenção perpassa os diversos serviços e políticas públicas com diferentes alcances e níveis específicos». (Ferrari et al. 2002: 232)
Nesse sentido, a prevenção pode tornar-se um contrapoder e favorecer o diálogo construtivo, pois ela impõe uma contraviolência simbólica ao poder simbólico, reforçando a função primordial da família: a socialização primária.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, M. A. & GUERRA, V. N. A. (2000), *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*, São Paulo: Iglu.

AZEVEDO, M. A. & GUERRA, V. N. A., (2001), *Mania de bater: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil,* São Paulo: Iglu.

AZEVEDO, M. A. & GUERRA, V. N. A., (2011), *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento,* São Paulo: Cortez.

BADINTER, E. (1985), *Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno* (trad. W. Dutra), Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BOFF, L. (2012), *O cuidado necessário: na vida, na saúde, na educação, na ecologia, na ética e na espiritualidade,* Petrópolis, RJ: Vozes.

BORDIEU, P. (1989), *O Poder Simbólico* (trad. F. Torrez), Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil.

CARVALHO, M. C. B. (2005), "Famílias e Políticas Públicas". In A. R. Acosta, M. A. F. Vitaler, (orgs), *Família: Redes, Laços e Políticas Públicas*, São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais-PUC/SP, pp. 263-274.

FARIA, A. (2012), *As Novas Famílias do Século XXI***,** Lisboa: Coisas de Ler.

FERRARI, D. C. A. & VECINA, T. C. C (2002), *O Fim do Silêncio na Violência Familiar: Teoria e Prática*, São Paulo: Ágora.

GIDDENS, A., (2005), *Sociologia* (trad. S. R. Netz), Porto Alegre: Artmed.

GOFFMAN, E. (2004 [1891]), *Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (trad. M. Lambert), Rio de Janeiro: Zahar Editores.

GUERRA, V. N. A. (2001), *Violência de Pais contra Filhos: a tragédia revisitada***,** São Paulo: Cortez

LACAN, J. (1997), *Os Complexos Familiares na Formação do Indivíduo* (trad. M. A. C. Jorge & P. M. Silveira Junior, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

MULLER, A. (2006), *Não perceberás: variações sobre o tema do paraíso* (trad. I. A. Lohbauer), São Paulo: Martins Fontes.

MULLER, A. (1997), *O Drama da Criança Bem Dotada: como os pais podem formar (e deformar) a vida emocional dos filhos* (trad. C. Abeling), São Paulo: Summus.

MULLER, A. (2006), *No Princípio era a educação* (trad. E. A. Souza), São Paulo: Martins Fontes.

REIS, J. R. T (2012), "Família, emoção e ideologia". In S.T.M. Lane, W. Codo (orgs.), *Psicologia Social: o homem em movimento*, São Paulo: Editora Brasiliense, pp. 99-124.

SENA, L. M. & MORTENSEN, A. C. K (2014), *Educar sem violência: criando filhos sem palmadas*, São Paulo: Papirus 7 Mares.

SOUSA, L., HESPANHA, P., RODRIGUES, S. & GRILO, P.(2007), *Familias Pobres: Desafios à Intervenção Social*, Lisboa: Climepsi Editores.

WAISELFISZ, J. J. (2012), "Mapa da Violência 2012- Crianças e Adolescentes", Disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Criancas_e_Adolescentes.pdf [consultado em13-10-14].

Até que ponto a ajuda ajuda: organizações humanitárias versus cultura local

Marcos Antônio de Souza Barbosa[1]

Renata Oliveira Silva[2]

RESUMO:
O número de pessoas que dependem de ajuda humanitária aumenta em todo o mundo. Para atender esta necessidade diversas organizações contemporâneas atuam em causas consideradas de interesse global, de modo transnacional, para além das fronteiras formais de Estados tradicionalmente estabelecidas. De empresas privadas a igrejas, chamam a atenção aquelas organizações ligadas a atividades de natureza humanitária porque são compostas por sujeitos de várias origens e culturas trabalhando temporariamente em contextos adversos. Esse trabalho surge das vivências em diversas missões de uma organização humanitária e da observação de que alguns conflitos entre os profissionais locais e estrangeiros eram recorrentes. A pesquisa visa compreender a percepção do *staff* nacional de organizações humanitárias internacionais em relação à inserção de questões culturais no planejamento de uma operação humanitária. Foi realizada uma pesquisa qualitativa baseada em relato de experiência e revisão da literatura. Nossas conclusões apontam para a necessidade de aprofundamento do entendimento das questões cultuais nesse campo, onde os trabalhadores locais tem uma percepção de que estas organizações compreendem pouco da cultura local e que o resultado da operação pode ser impactado por isso.

Palavras Chave: Administração, Saúde, Cultura, Operações Humanitárias, Organizações Humanitárias Internacionais.

1 APRESENTAÇÃO

As operações humanitárias têm aumentado em número e em complexidade e a quantidade de pessoas que dependem de ajuda cresce em todo o mundo devido ao aumento de desastres naturais, biológicos, conflitos, guerras e fome. No ano de 2014 as organizações humanitárias tiveram que atuar em contextos de crise tais como em Gaza, Palestina, Ucrânia, Síria, Egito, República Centro Africana, Iraque, Nigéria, Libéria, Serra Leoa e Guiné, além das crises crônicas como na República Democrática do Congo, Somália, Sul do Sudão. O Escritório das Nações Unidas (ONU) para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) informou que para ajudar 57 milhões de pessoas em 2015, a ONU precisará de 16,4 bilhões de dólares. 80% destes fundos serão destinados para os países que atravessam conflitos em que a violência tem causado grandes impactos na vida das pessoas. Somente as crises no Sudão do Sul, na República Centro-africana, no Iraque e na Síria, representam 70% das necessidades globais de financiamento ONU. (2014).
Para que estas operações sejam viabilizadas são necessários cada vez mais profissionais competentes nesta área de atuação e que queiram participar destas missões. O alerta foi dado pela OCHA no Dia Mundial da Ação Humanitária, 19 de agosto de 2014. Na mesma data, a organização Médicos sem Fronteiras (MSF) chamou a atenção de que mais profissionais para trabalhar são essenciais para ajudar a implementar e a desenvolver novas abordagens e estratégias (LABOISSIÈRE, 2014). A tentativa é sensibilizar as pessoas para as questões humanitárias e os esforços de cooperação internacional para apoiar os que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade.

---

1 Professor da Universidade Federal de Sergipe, doutorando em Administração na Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil, marcosasbarbosa@ig.com.br

2 Professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie, doutoranda em Administração na Fundação Getulio Vargas, São Paulo, Brasil, reoliveir@gmail.com

Para atender esse tipo de necessidade diversas organizações contemporâneas atuam em causas consideradas de interesse global, de modo transnacional, para além das fronteiras formais de Estados tradicionalmente estabelecidas. De empresas privadas a igrejas, chamam a atenção aquelas organizações ligadas a atividades de natureza humanitária porque são compostas por sujeitos de várias origens e culturas trabalhando em contextos ricos em diversidades sociais e culturais.

A literatura define a operação humanitária como uma acelerada resposta a «eventos calamitosos súbitos», sejam eles naturais ou impactados pelo homem. Kovacs & Spens (2009) afirmam que os maiores desafios estão relacionados à coordenação das diferentes atividades logística. Entretanto, a maior parte da literatura, bem como os estudos seminais sobre o tema, está focada na investigação de soluções de otimização de frotas e distribuição de recursos para as vítimas dos desastres (SCARPIN, PICASSO; SILVA, 2013) e no planejamento das atividades logísticas (OVERSTREET et al, 2011). Nos últimos anos, porém, começam a surgir artigos que vem ampliando o seu escopo para incluir todos os processos da gestão da cadeia de suprimento (SCARPIN, PICASSO; SILVA, 2013; TATHAM; PETTIT; 2010). Um dos principais desafios das operações humanitárias está relacionado à colaboração e o envolvimento de diversas organizações e o papel de cada uma delas durante as diferentes etapas da Operação Humanitária, pois são organizações com culturas e contextos diferentes entre si e também distintas dos beneficiários. (KOVÁCS; SPENS, 2009; TATHAM; PETTIT, 2010).

Esse trabalho surge das vivências de um dos autores em diversas missões de uma organização humanitária e da sua observação de conflitos de cunho cultural entre os profissionais locais e os estrangeiros. O clima de conflito era recorrente nas missões como apontam essas falas: «Já faço um favor, ainda vai reclamar?», de uma profissional local referindo-se a maneira em que algumas respostas eram dadas por expatriados, profissionais vindos de outros países para participar da missão, sobretudo europeus. Ou: «Nem todos vão com a cabeça aberta!», sobre os expatriados que não estavam completamente inseridos nas questões humanitárias e culturas locais. Ainda: «Não tem essa coisa de vamos construir juntos, é protocolo!», de um chefe de missão justificando as decisões urgentes e padronizadas que tomava. A relação entre estrangeiros muitas vezes se traduzia em «você pra mim é uma folha em branco, mas eu vou te observar!», uma frase recorrente de um superior expatriado dando a entender que não tinha preconceitos de nenhuma espécie, mas que iria ficar em alerta em relação ao desempenho do profissional local. O fato era que apesar da ONG aqui estudada tratar formalmente em sua página da internet da diversidade econômica, social e cultural que o profissional poderá encontrar no campo, nenhum tipo de treinamento sobre relações culturais é verdadeiramente oferecido.

Assim, a partir de experiências de campo, surgiu a ideia de contribuir para o entendimento das relações entre operações com sistemas de gestão padronizadas e a diversidade cultural dos trabalhadores existente nesses ambientes específicos e complexos. A pergunta que se tornou questão de pesquisa é: como atingir resultados organizacionais através de padrões de gestão aplicados (ou impostos) em ambientes multiculturais em situações de emergência e urgência?

Entendendo que não se administra diversidade cultural, nos lançamos na investigação para entender como as diferenças culturais existentes entre os profissionais expatriados e locais acontecem, para além da imagem e discurso oficial das organizações. As organizações podem, por exemplo, por questões de danos a imagem, não querer reconhecer esses desencontros.

2 CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

Conscientes ou não, por vezes ocultos, os conflitos culturais existem e é na perspectiva dos profissionais locais que atuam ou atuaram na organização que desenvolvemos o estudo. Não foi explorado nenhum outro tipo de interesse que não estivesse ligado às relações culturais.

No âmbito desse trabalho definimos Organizações Humanitárias Internacionais aquelas que atuam em causas que envolvem o atendimento de populações em situação de risco através de assistência material ou logística, normalmente em resposta a crises humanitárias, incluindo desastres naturais e provocados pelo homem. Entendemos também que o principal objetivo da ajuda humanitária é salvar vidas, aliviar sofrimentos e manter a dignidade humana.

Os ativistas são aqueles que atuam nessas organizações, têm identificação com a causa, atuam de forma voluntária ou remunerada com contratos de trabalho e benefícios diversos e colocam seu tempo, sua força de trabalho e especialidades a serviço de missões. Podem atuar em seu próprio país ou fora, os chamados expatriados, assumindo o status de *Staff* internacional ou local, forma como os profissionais de campo são chamados e reconhecidos informalmente na organização.

Qualitativa, abordamos o problema de forma exploratória, visando proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. (GIL, 2006)

Aproximamos da categoria de pesquisa Estudo de Caso, cujo objeto é a unidade que se analisa aprofundadamente (TRIVIÑOS, 1987: 133), tendo como prioridade questões referentes ao estabelecimento e manutenção de conflitos culturais que acontece em uma organização específica. A principal categoria que subsidiou a análise foi a Cultura e os conceitos relacionados: Mobilidade, Identidade e Poder.

Estudar o ativismo internacional é lançar-se a uma heterogeneidade de organizações, quer seja em termos das causas, contextos, estruturas e formas de organização do trabalho. O universo da pesquisa é composto por uma organização não governamental, mais especificamente uma organização sem fronteiras de atuação em causas humanitárias, levando-se em conta sua representatividade na participação e presença como referência mundial na sua área.

Nesse artigo, consideramos a vivência de uma profissional ativista que atuou e atua em várias missões humanitárias, das suas inquietações e observação de alguns conflitos de cunho cultural entre os profissionais locais e os estrangeiros. Os resultados integrados na discussão do trabalho formaram um conjunto que, espera-se, fornecerão subsídios para o estabelecimento de relações, tanto do ponto de vista empírico quanto teórico, no sentido de atender aos objetivos do estudo das organizações não governamentais internacionais de atuação social.

3 A ORGANIZAÇÃO HUMANITÁRIA BASE DO ESTUDO

Optamos por não citar a organização e nomes dos ativistas para facilitar o acesso e para não comprometer nossa investigação com restrições burocráticas. Trata-se de uma organização internacional, não governamental e sem fins lucrativos que oferece ajuda médica e humanitária a populações em situações de emergência, em casos como conflitos armados, catástrofes, epidemias, fome e exclusão social. Proporciona também ações de longo prazo na ajuda a refugiados, em conflitos prolongados, instabilidade crônica ou após a ocorrência de catástrofes naturais ou provocadas pela ação humana. A organização foi criada com a ideia de que todas as pessoas têm direito a tratamento médico e que essa necessidade é mais importante do que as fronteiras nacionais. Possui mais de 22 mil profissionais trabalhando em mais de 70 países principalmente em países em desenvolvimento, assim como aqueles em estado de guerra. A organização é composta de voluntários e de uma equipe permanente, sendo financiada por contribuições na sua maioria de pessoas físicas.

4 OS PROFISSIONAIS E OS (DES)ENCONTROS CULTURAIS

Muitas vezes nos perguntamos se estamos estudando uma organização mundial ou organização europeia que trabalha em vários lugares do mundo. São organizações que vem de outro mundo? Para muitos o mundo ainda é dicotômico, separados por históricas fronteiras econômicas, sociais e culturais. Aqui apresentamos algumas das várias origens dos conflitos culturais.

No campo de ação dessas ONG muitas vezes parece haver um conflito entre países historicamente colonizadores versus colonizados e, como consequência, para alguns expatriados, mandar é completamente natural, algo como «eu sei o que é melhor para você!».

Há também a questão da alta rotatividade do *staff* expatriado, porque muitos cumprem apenas uma missão com período médio de seis meses. Muitos jovens estrangeiros vão para organizações humanitárias e depois de seis meses de trabalho recebem seis meses de seguro de seus países e vão viajar. Esse é o único interesse de muitos. Em missões mais complexas, no caso da assistência aos atingidos pelo Ebola na África, por exemplo,

a jornada de trabalho é de três semanas de trabalho, mais uma quarentena. Por conta dessa alta rotatividade surgem problemas de integração.

Nunca antes as operações humanitárias contaram tanto com o *Staff* Nacional. A remuneração é baixa para padrões internacionais, mas alta para padrões locais. O «pessoal do terreno», termo usado para se referir aos profissionais envolvidos com atividades operacionais e hierarquicamente inferiores, são de maioria local e geralmente moram em alojamentos em média com sete pessoas por habitação.

Para os expatriados a remuneração pode vir acompanhada de benefícios inclusive para esposo ou esposa que também recebem percentual de renda. No caso dos chefes de missão e coordenação alguns contam com casa com empregada e motorista, com direito a escola internacional para os filhos que crescem numa espécie de «nata» social.

Quanto a segurança, em algumas missões o desafio é trabalhar rodeado por gente armada por todos os lados. Os riscos nas missões humanitárias são inúmeros e o número de mortos no ano de 2014 foi maior do que o ano passado, considerando que nem sempre notícias são divulgadas. Vive-se numa pressão ambiental, física e mental alta e por muito tempo, onde o desafio é trabalhar a tolerância tendo a vida de ativistas e população atendida em jogo. Com maiores responsabilidades, os cargos de destaques são mais tensos devido ao nível de liderança exigido, capacidade de negociação com a alta direção, administração de escassos recursos financeiros. O fato é que existe uma relação de trabalho e consequentemente de poder e não de militância ou voluntariado neutra simplesmente.

5 ALGUNS CONCEITOS QUE ENRIQUECEM A INVESTIGAÇÃO

Apresentamos resumidamente alguns conceitos que, se bem articulados e aprofundados podem refinar o olhar sobre o campo investigado: indivíduo, identidade, singularidade. Mas o que esta mais em presente em nossa investigação diz respeito aos conceitos de Etnocentrismo, Preconceito, Discriminação, Intolerância e Xenofobia. Vejamos:

O indivíduo supõe um sujeito dotado de razão e autonomia de pensamento e ação que o afasta das concepções religiosas e tradicionais. A identidade é entendida como o conjunto de características que formam os indivíduos singulares e que informam aos outros códigos sobre como agir e se relacionar em relação aos demais. Entre em cena a singularidade que está nas múltiplas identidades assumidas de gênero, de raça e etnia, de orientação sexual, de classe etc. A combinação de várias categorias faz de cada um de nós pessoas únicas, cuja unidade se converte no nome, por exemplo.

O etnocentrismo esta relacionado a supervalorização da própria cultura em detrimento das demais, gerou e ainda gera muita intolerância, preconceito e discriminação. É uma «visão de mundo onde nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através de nossos valores, modelos e definições do que é existência» (ROCHA, 1994, p;7). Etnocentrismo denota a maneira pela qual um grupo, identificado por sua particularidade cultural, constrói uma imagem do universo que favorece a si mesmo. Mentalidade que considera sua própria etnia e seus valores culturais superiores aos demais, portanto é uma tendência de julgar os estrangeiros e diferentes usando como parâmetro seu próprio grupo étnico.

O preconceito, tal como a palavra expressa, trata-se de um conceito pré-estabelecido sem uma lúcida apreciação ou contextualização dos fatos. Sempre de caráter depreciativo, leva a estereotipar pessoas ou grupos e a cristalizar crenças e clichês. Pior, leva a discriminação, prática que consiste em negar iguais oportunidades e/ou direitos a um grupo social, racial, sexual, religioso e etc. Pode assumir formas sutis, não declaradas e as consequências são nefastas, não somente para as pessoas e os grupos discriminados, mas também para toda a sociedade.

A diferença é ameaçadora porque fere nossa própria identidade cultural. Ao outro negamos aquele mínimo de autonomia necessária para falar de si mesmo e termina gerando a intolerância, repúdio, por parte de pessoas ou de um grupo, da especificidade e diferença de outros. A intolerância consiste na negação do direito à diferença de comportamentos sociais, opções sexuais, escolhas religiosas, etc. Uma das consequências mais conhecidas e infelizmente ainda presente é a xenofobia, repulsa ao que é e a quem é estrangeiro.

Um dos caminhos é ver as coisas do mundo como a relação entre elas, ver que a verdade está mais no olhar que naquilo que é olhado e por fim não transformar a diferença em hierarquia ou em bem e mal, mas vê-la na sua dimensão de riqueza por ser diferença.

6 AMBIENTE INTERCULTURAL DOS NOVOS NÔMADES

Após essa contextualização baseada em vivências e relatos, apresentamos uma base teórica que pode servir para aprofundamento dos estudos das diversas questões levantadas aqui e para futuras imersões científicas na área. Cultura, Mobilidade, Identidade e Poder serão relacionados a seguir na tentativa de criar uma perspectiva de análise dos conflitos culturais nesse campo específico.

A cultura é um tema amplo que envolve diferentes perspectivas teóricas, vertentes históricas, tendências e articulações, em sentido amplo envolve todo o conjunto de obras humanas (MELLO, 1986: 41). Nosso objetivo aqui é aproximar ao máximo essa categoria ao campo das atuações profissionais humanitárias, onde o ambiente multicultural esta bastante em evidência e por isso nossa proposta de estudo a partir dos encontros e desencontros advindos da diversidade, sobretudo cultural desses ambientes.

A cultura, em suas diferentes concepções, foi pensada por vezes mais como um conjunto de traços, crenças e costumes ordenados de forma estática do que como uma estrutura dinâmica que se transforma pelo processo histórico. Assim, cultura assimilou uma concepção naturalizada, como conjunto de caracteres visíveis e hereditários dentro de um agrupamento humano.

O homem é essencialmente um ser de cultura, resultado de um longo processo de hominização iniciado há aproximadamente quinze milhões de anos, onde numa passagem de adaptação genética ao ambiente natural a uma adaptação cultural, resultou numa incrível regressão dos instintos, progressivamente «substituídos» pela cultura. Assim, para Denys Cuche (1999), a cultura permite ao homem não somente adaptar-se a seu meio, mas também adaptar este meio a si próprio, as suas necessidades e seus projetos, «a cultura torna possível a transformação da natureza». (CUCHE, 1999: 10).

A noção de cultura serve, portanto, para desconstruir as explicações «naturalizantes» dos comportamentos humanos e isto implica dizer que «a natureza do homem é inteiramente interpretada pela cultura» (CUCHE, 1999: 10). Nada é puramente natural no homem. Mesmo as necessidades fisiológicas, como a fome, o sono, o desejo sexual, etc., são informadas pela cultura, orientando e informando os diferentes modos de satisfação de tais necessidades. A divisão sexual dos papéis e das tarefas são exemplos citados pelo autor como resultados fundamentalmente da cultura e por isso varia de uma sociedade para outra.

Como acontece com relação aos seus modos de vida e de crença, o conceito de cultura torna-se necessário para explicar de forma mais satisfatória a questão da diferença entre os povos e os estudos sobre o encontro de culturas distintas podem evidenciar modalidades muito variadas e levar a resultados extremamente contrastantes segundo as situações de contato. Visto de fora, por outro grupo, crenças religiosas podem evidenciar diferenças que geram conflitos, por exemplo. Julgar o que e certo e errado em outra cultura pode nos levar à xenofobia, conceito que veremos mais à frente e que representa intolerância ao que é diferente, ao estrangeiro. O outro pode não se sentir mal nem oprimido e ter direito de escolher viver a partir das regras e costumes de seu grupo. Porém, opressão não é uma questão de perspectiva, esta no âmbito da violência simbólica e física. A questão deve ser: qual o nível de consciência do sujeito da sua condição social em relação aos vários mecanismos de sobrevivência e de oportunidades para se tornar um sujeito possuidor de igualdade de direitos?

Quando as relações sociais são postas são desafiadas porque os as pessoas mudam de lugar e deixam seus locais de origem e vínculos afetivos mais profundos de forma voluntária ou não, a análise cultural toma uma outra vertente: os estudos da mobilidade humana. Maria Ester de Freitas (2009) analisa a mobilidade como um capital simbólico no mundo organizacional a partir de três premissas: a primeira é que a mobilidade já é uma necessidade social e organizacional; segundo que a transformação da necessidade da mobilidade na virtude em ter mobilidade é uma legitimação ideológica e valorização desta como capital simbólico e, por fim, que a expatriação de profissionais e a circulação de empresas no mundo traduz um novo tipo de nomadismo, que não pode negar a mobilidade como um valor. Conceitua mobilidade como:

> A capacidade, a disposição e o desejo que um indivíduo tem de mudar geograficamente e de interagir com diferenças em relação à sua cultura, à sua profissão, à sua empresa, ao seu cargo e aos seus saberes, fazendo ajustes que favorecem o seu melhor desempenho profissional e enriquecem a sua vida pessoal; ou seja, um indivíduo aberto a experiências novas, que confrontem e alarguem os limites dos seus conhecimentos, de suas experiências pessoais e profissionais, bem como as suas certezas culturais. (FREITAS, 2009: 249)

Dessa forma esse conceito vai além de transposições geográficas e envolve, segundo a autora, «um conjunto complexo de disposições e competências que coloca o indivíduo em interação com um outro, diferente de si, permitindo-lhe vivenciar a alteridade no seu exercício profissional e na sua vida pessoal.» (FREITAS, 2009: 249)
O conceito de capital simbólico foi tomado de empréstimo dos estudos realizados por Bourdieu e nos seus trabalhos com Passeron em que propuseram e analisaram mecanismos por meio dos quais se efetiva a reprodução social de disposições, gostos e valores, repassados de uma geração a outra. A partir desse conceito, a autora argumenta que existe um viés ideológico no fato de a mobilidade começar a aparecer como uma opção exclusivamente individual quando ela é, também, uma necessidade fundada em uma realidade organizacional concreta:

> Entendemos que existe uma necessidade organizacional real de indivíduos «facilmente adaptáveis culturalmente» e desejosos de uma forma de vida móvel. No entanto, tudo se passa como se a mobilidade fosse fruto exclusivo de um desejo genuíno do indivíduo e não, também, uma exigência para as empresas competirem neste novo mundo econômico. (FREITAS, 2009: 249)

Afirma objetivamente que as empresas não assumem a sua dependência desse tipo profissional, apenas trata como se elas lhe abrissem as portas, dando-lhes uma oportunidade diferencial, quando este diferencial é condição competitiva para elas no mercado global. (FREITAS, 2009)
Assim, a partir do conceito de capital simbólico e do viés ideológico articulados, a autora defende a tese de que a mobilidade representa, nos dias atuais, um novo capital no mundo profissional que inclui as disposições e os desejos dos indivíduos em rodar o mundo profissionalmente, bem como os acessos e os caminhos institucionais, representados tanto pelos diplomas, como pelo conjunto de competências que reproduzem os valores das empresas, escolas, universidades e mídia especializada em negócios e carreiras. (FREITAS, 2009)
A legitimação da mobilidade esta cada vez mais baseada na natureza psicológica encontrada nos discursos quotidianos, ideologicamente influenciados, onde uma nova forma de nomadismo, esta perfeitamente atrelada às novas necessidades das grandes empresas de caráter mundial, conclui a autora. (FREITAS, 2009)

7 IDENTIDADE E RELAÇÕES DE PODER

Na organização investigada nesse trabalho os choques culturais entre seus trabalhadores e entre eles e o meio em que virão a atuar, são previstos formalmente na página oficial da internet e nas seleções, porém no campo as assimetrias de poder ficam evidentes principalmente porque tem origem nos preconceitos de origem, etnia, história e cultura.
O expatriado é o estrangeiro que chega ao local de destino com um contrato de trabalho na mão para trabalhar na unidade ou missão da organização à qual já está ligado. (FREITAS e DANTAS, 2011). As suas características individuais de estrangeiro (de seu país, de sua cidade, de sua etnia, de sua cultura) não são percebidas como individuais, mas à sua origem estrangeira, segundo Schütz:

> Ele é visto e sentido como estrangeiro de um tipo determinado. No entanto, para o estrangeiro que se insere em um grupo, os demais não são simples executantes de funções típicas anônimas, mas indivíduos; ele é inclinado a tomar por caráter individual o que é típico, edificando o mundo social feito de um pseudoanonimato, uma pseudointimidade e pseudotipicalidade. (2013 apud FREITAS & DANTAS, 2011: 607)

No artigo «Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder», Marcelo A. Ennes e Frank Marcon analisam o que chamam de usos superficiais da noção de identidade. Implicada fundamentalmente por relações de poder, apontam caminhos para a pesquisa sobre processos identitários necessários para reflexão e possibilidades de análise dos processos de construção de identidades, trabalhando com quatro parâmetros: os atores, as disputas, as normas e os contextos. Os atores sociais de algum modo articulados a grupos, os motivos de disputas de pertencimento ou não a tais grupos, os elementos morais e normativos que regulam o meio pelos quais estes atores entram em interação pelo que disputam e os contextos históricos e sociais nos quais são produzidos e, ao mesmo, contribuem para sua produção.

Na organização estudada os atores sociais considerados eram os profissionais distribuídos em diversas posições hierárquicas e funções, reunidos uma estrutura organizacional. Os motivos de ligação sujeito / grupo esta na causa, forte ponto de vínculo compartilhado por todos. Os elementos morais e normativos estavam relacionados às disputas e desentendimentos mais ligados às operações, divisão de trabalho e relações de poder, como constataremos mais à frente nas análises. Os contextos históricos e sociais estão no campo multicultural de atuação da organização e indivíduos, uma «torre de babel» regulada por modelos de gestão que muitas vezes desconsidera ou subestima as individualidades dos profissionais, no caso dessa pesquisa dos profissionais locais, e identidade dos grupos.

Os autores criticam diretamente os usos essencializadores e naturalizadores e propõem estabelecer parâmetros analíticos para compreender o que chamam de dinâmicas de hierarquizações e transgressão social. «Geralmente as análises não ressaltam a dimensão política, que firmam a identidade como fenômeno social» (ENNES e MARCON, 2014). Diversidade e pluralidade cultural, comumente usadas para se referir a identidade, mas em sentido estático, sem abordar novas expressões das relações de dominação e poder.

A negligência com o ativista local precisa de mais provas e debates, mas aqui nesse recorte de pesquisa baseado na vivência e entrevistas com atores ainda em ação, ficou claro que implantar um sistema de gestão e produção gestão padronizados não surtiam efeitos satisfatórios quando a cultura local e dos indivíduos locais resistiam por qualquer que fosse o motivo. O fato é que as expressões ocultas (ainda sobre a ótica dos autores e percebida por nós no campo) sob ideias enfáticas e aparentes de respeito às diferenças, não capturam as dinâmicas e as implicações de pertencimento e alteridade como processos relacionais verdadeiramente existentes no campo.

Ainda em relação a proposta de reflexão sobre os processos identitários, ENNES e MARCON (2014) afirmam que essa reflexão deve ser envolvida pela abordagem, descrição e compreensão das relações de poder que envolvam marcadores sociais tornados relevantes como caracterizadores de distinção. Procuram assim evitar a re-essencialização das identidades e compreendê-las fundamentalmente como relacionais; também analisar as ambiguidades e ambivalências dos processos sociais que criam e recriam formas de subordinação e hierarquização, ao mesmo tempo que expressam formas de contestação e transgressão social; e por fim, procuram compreender os processos de emergência e (re)inserção social de atores em contextos sociais, políticos e culturais que são caracterizados pelo descentramento, pela fragmentação e pela efemeridade.

Assim, para os autores, os conflitos e embates passaram oferecer uma nova base política para novas formulações teóricas em que a cultura e a subjetividade ganharam maior relevância. Para nós pesquisadores, percebemos o universo teórico que poderia dar suporte para nossas análises ao tempo que nos deu segurança em relacionar os conflitos culturais com as disputas de poder, em fim, um vasto universo!

8 CONCLUSÕES E POSSIBILIDADES DE PESQUISA

A diversidade étnica, cultural, de gênero, orientação sexual, deficiência física, mental ou intelectual, faixa etária e religião, entre outras, presentes nas organizações humanitárias internacionais são apropriações espontâneas, mas, também, apropriações deliberadas do meio social através de normas, discursos e imagens construídas com objetivos variados, que vai desde recrutamento, seleção e adequação de profissionais até a implantação de urgentes e complexos processos de trabalho em ambientes multiculturais.

Nesse contexto, o desafio ainda continua em apontar caminhos para compreensão da inserção de questões culturais no planejamento de uma operação humanitária e identificar como características da cultura, particu-

larmente presentes nas relações de poder no dia a dia do trabalho, influenciam o alcance de resultados organizacionais.

A vivência e os depoimentos espontâneos aqui apresentados demonstram que os trabalhadores locais, os *Staffs* nacionais como também são conhecidos, tem uma percepção de que a organização compreende pouco da cultura local e que o resultado da operação é impactado por isso.

São diversas emoções que afloram e que levam a conflitos que em outros contextos não tomariam tamanha dimensão. Desempenho profissional e produtividade organizacional mudam se você respeita o outro e o respeito cultural, e no ambiente organizacional aqui estudado, faz surgir novas possibilidades de olhares sobre os estudos culturais e estudos da cultura organizacional.

O desafio continuará sempre sendo pensar a questão da diversidade como uma política organizacional essencial, voltadas a atender a um contexto e a um campo amplo e diverso como é o caso das organizações humanitárias, para que sejam efetivamente aceitas por todos, profissionais expatriados, profissionais locais e população atendida.

Se as ONGs pretendem resultados eficientes em melhoria de qualidade de vida de seus trabalhadores, que sejam ambientes mais humanos, porque «ser humano» é um ser a partir de um conjunto de contradições. Trabalhar a valorização e respeito da diferença expondo a diversidade cultural é importante caminho para combater o preconceito derivado, pincipalmente, do etnocentrismo ainda e surpreendentemente presente nessas organizações que se pretendem multicultural por natureza.

REFERÊNCIAS

CUCHE, Denys. (1999), *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC.

ENNES, Marcelo Alario & MARCON, Frank. (2014), "Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder". *Sociologias*, Porto Alegre. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222014000100010&lng=en&nrm=isso, [consultado em 21-08-2014].

FREITAS, M. E. (2009), "A mobilidade como novo capital simbólico nas organizações ou sejamos nômades?" *O&S*, Salvador, p. 247-26.

_____.; DANTAS, M. (2011), "O estrangeiro e o novo grupo". *Revista de Administração de Empresas*, p. 601-608, Nov./Dez.

GIL, Antônio Carlos. (2006) *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

KOVAC´S, G. & SPENS, K. (2009), "Identifying challenges in humanitarian logistics." *International Journal of Physical Distribution & Logistics Management*, pp 506-528.

LABOISSIÈRE, Paula. (2014). "Número de pessoas que precisam de ajuda é o mais alto na história, alerta ONU". *Agência Brasil*. Brasília, Distrito Federal. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2014-08/numero-de-pessoas-que-precisam-de-ajuda-e-o-mais-alto-na-historia. [Acesso em 20 set 2014].

MELLO, Luiz Gonzaga de (1986). *Antropologia Cultural*. Petrópolis: Vozes

ONU. (2014). "Para ajudar 57 milhões de pessoas, ONU precisará 16,4 bilhões de dólares em 2015". *Organizações das Nações Unidas.* Brasília, Distrito Federal. Disponível em: http://nacoesunidas.org/para-ajudar-57-milhoes-de-pessoas-onu-precisara-164-bilhoes-de-dolares-em-2015/. [Acesso em 08 de dez 2014].

OVERSTREET, R.E., HALL, D., HANNA, J., and RAINER, R.K. (2011). "Research in Humanitarian Logistics". *Journal of Humanitarian Logistics and Supply Chain Management*, p. 114–31.

ROCHA, E. (1994), *O que é etnocentrismo*, São Paulo, Brasiliense.

SCARPIN, M.R.S., PICASSO, F.; SILVA, R.O. (2013), "Logística em Desastres Naturais: Um Estudo dos Fatores Críticos." In: *ENANPAD 2013*, Rio de Janeiro. XXXVII Encontro da ANPAD.

TATHAM, P.H.& PETTIT, S. J, (2010), "Transforming humanitarian logistics: the journey to supply chain management". *International Journal of Physical Distribution and Logistics Management*, p. 609-622.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. (1987) *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação*. São Paulo: Atlas.

‘Ser’ cuidado, ‘ser’ cuidador: reflexões sobre redes de cuidado e conjugalidde a partir de narrativas de casais homossexuais sorodiscordantes

Marcia Reis Longhi[1]

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a ‘razoavelmente recente’ condição de cronicidade da AIDS e suas conseqüências para a vivência soropositiva e a convivência soronegativa, numa realidade bastante específica: casais homossexuais sorodiscordantes. Os dados empíricos advêm da pesquisa SORODISCORDÂNCIA ENTRE CASAIS GAYS EM JOÃO PESSOA: Conjugalidade, práticas sexuais e negociação do risco , realizada em João Pessoa entre julho de 2011 e março de 2013.[2] Como o próprio nome indica, a pesquisa teve amplo objetivo e explorou, através de entrevistas semi-estruturadas individuais com ambos os integrantes da díade (soropositivo e soronegativo) as práticas sexuais, a relação com o serviço de saúde e as questões subjetivas atreladas a conjugalidade. Foram entrevistadas 21 pessoas. Neste texto será feito um recorte do material pesquisado é será priorizado o material que nos permita discutir as redes de cuidado, a conjugalidade e sua intercessão com as práticas de cuidado – o cuidar de si e o cuidar do outro. O cuidado em questão abarca uma dimensão ampla que remete a vida prática e também a subjetividade. As narrativas nos permitiram perceber que existem diferentes dimensões de cuidado. Por vezes eles se sobrepõem, e em outros se contrapõem, impondo uma gestão de necessidades que vão sendo atualizadas e valoradas dependendo do momento biográfico e do momento clínico. Para além do cuidado biomédico, refletimos sobre o cuidado na relação conjugal e o cuidado que poderia ser denominado social, que na nossa percepção aproxima-se mais das discussão sobre redes.

INTRODUÇÃO

A pesquisa de campo que subsidia a discussão do presente texto enfoca as experiências de casais LGBT[3] (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) em situação de sorodiscordância para o HIV/aids[4],

---

1 Professora adjunta no curso de ciências sociais da UFPB; membro permanente do PPGA/UFPB; pesquisadora do grupessc.

2 Trata-se do projeto intitulado *Sorodiscordância entre casais gays em João Pessoa: conjugalidade, práticas sexuais e negociação do risco*, financiado pelo CNPq, e coordenado pela profa. Dra. Mónica Franch, com a participação das pesquisadoras autoras deste texto. O projeto contou com aprovação do Comitê de Ética da UFPB, tendo todos os entrevistados lido e assinado o , Informamos que o projeto foi aprovado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Cf. Franch (2013)

3 O projeto apresentado ao CNPq (mantido neste relatório) trazia no título a definição “casais gays” e fazia referência, no corpo do texto, a “casais homossexuais” ou “de orientação homossexual”. Os primeiros contatos com a literatura e com atores cruciais do campo nos motivaram a mudar essas categorias pela sigla LGBT, acionada na arena das lutas identitárias, como um guarda-chuva para poder dar conta da diversidade sexual e de gênero desejada para a pesquisa. Nosso intuito, porém, não foi inserir nosso trabalho na vasta literatura sobre identidades sexuais e de gênero, e sim considerar tais recortes apenas a partir de sua relevância para a compreensão da vivência da sorodiscordância para o HIV/aids. Ou seja, as questões relativas à diversidade sexual foram relevantes, tão somente, em sua interface com a temática mais ampla de diálogo deste projeto (a reflexão sobre aids e sorodiscordância), que se insere prioritariamente na área de antropologia da saúde. Os termos “homossexuais”, “de orientação homossexual” e “LGBT” apareceram, neste texto, de forma praticamente intercambiável, sem a precisão conceitual que eles possuem no campo específico de reflexão de gênero e diversidade sexual. É importante esclarecer, igualmente, que, nesta pesquisa, compreendemos os termos heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade e transexualidade como passíveis de variações significativas a partir do entendimento dos sujeitos em tela.

4 A opção em escrever a palavra “aids” em minúsculo vem sendo seguida por vários autores, como forma de evitar o reforço ao pânico moral sobre a doença (ver, por exemplo, Pelúcio e Miskolci, 2009). Entende-se que, na linguagem comum, a palavra aids funciona como um substantivo, tendo perdido seu caráter de sigla.

no Estado da Paraíba. De acordo com a literatura sobre o assunto, entende-se por casal sorodiscordante, sorodiferente ou sorodivergente toda díade em relacionamento afetivo-sexual relativamente estável (namoro ou casamento), heterossexual ou homossexual, em que um dos membros é sabidamente positivo para o HIV e o outro, não (MAKSUD, 2009; POLEJACK, 2001; PERRUSI; FRANCH, 2009, 2012; FRANCH; PERRUSI, 2013; SILVA, 2012). O projeto de pesquisa inicial teve um amplo alcança sobre a realidade em questão. Neste momento nosso objetivo é refletir sobre redes de cuidado e cuidado de si partindo da fala de nossos interlocutores na pesquisa. Sendo assim, não estamos interessados, neste momento, nas dinâmicas das redes de cuidado propriamente ditas, mas em perceber, através das narrativas dos entrevistados soropositivos o lugar que elas ocuparam e ocupam, na percepção dos mesmos, no processo de conhecimento, aceitação e vivência da soropositividade. Neste sentido buscamos ampliar a discussão biomédica da ética do cuidado e o próprio conceito de cuidado. Num segundo momento pensaremos na relação conjugal é como o cuidado aparece neste espaço e a aproximarmos da discussão de redes.

Cuidar deriva do latim cogitare que significa 'imaginar' 'pensar', 'meditar', 'julgar', 'supor', 'tratar', 'aplicar' a atenção, 'refletir', 'prevenir' e 'ter-se'. Cuidar é o 'cuidado' em ato, implica em uma ação. Pode ser pensado em todas as dimensões da vida, pois está associado diretamente com a manutenção da mesma – a própria e a do outro. No entanto, neste momento, utilizaremos a categoria 'cuidado' para pensá-la numa perspectiva sócio-cultural.

Na sociedade ocidental o cuidado é predominantemente associado ao feminino. No âmbito doméstico, o cuidado dos integrantes da família que são física e emocionalmente dependentes, geralmente as crianças, os idosos e os enfermos, estão a cargo, salvo exceções, das mulheres adultas do núcleo familiar. Esta é uma realidade amplamente tematizada e problematizada tanto pelo movimento como pela teoria feminista (Ezquierdo,2004). A divisão sexual do trabalho e a dicotomia público/privado fundamentam grande parte das produções feministas que tem por objetivo desnaturalizar a opressão masculina na sociedade ocidental. Como afirma Teresa del Valle Murga "El cuidado es físico, afectivo, económico pero también es político" (2004:39).

Na área da saúde o cuidado é associado à enfermagem, profissão pensada no feminino, mesmo que praticada por homens e mulheres. Na saúde coletiva o cuidado também é muito tematizado e no Brasil, a partir do surgimento do SUS, as discussões sobre o cuidado caminham na trilha do princípio da integralidade e de seu diálogo com a ética do cuidado.

Reconhecendo e concordando com as abordagens acima, nossa intenção, neste texto, é problematizar o olhar hierárquico e unilateral que o cuidado assume nestes contextos. A conjugalidade entre casais homossexuais soro discordantes e as redes de apoio nos permitiram pensar no cuidado em seu sentido polissêmico e bilateral, arriscando a pensar que em muitos momentos o auto-cuidado e o cuidado do outro se sobrepõem.

O presente texto será construído da seguinte forma: inicialmente reproduziremos trechos de uma entrevista realizada em 2013. O objetivo é mostrar como as diferentes instituições que fazem parte do universo do entrevistado lidaram e lidam com sua condição de soropositividade.

PARTE I – A TRAJETÓRIA DE JEFF E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE REDES DE CUIDADO

Jeff é um rapaz de 26 anos, tem curso superior completo e no momento da entrevista morava com os pais, na cidade de João Pessoa, Paraíba, Brasil. Narra da seguinte forma o momento que tomou conhecimento da sua soropositividade:

> *"Descobri que sou soropositivo em 2009. Havia feito uma série de exames médicos e fui buscar o resultado. Cheguei, desci do carro, fui pegar o exame e a moça pediu pra subir pra sala do médico hematologista de plantão, e o hematologista me deu a noticia que eu tinha, mas a forma que ele me deu a noticia é que foi uma forma muito pesarosa muito difícil porque ele me falou que meu estado já estava grave que eu tinha que procurar urgentemente um infectologista pra me cuidar se não eu ia ficar muito doente bébé...bábá...ele fez um caix*ão."

Através do relato acima podemos perceber que o jovem em questão não esperava receber a comunicação da soropositividade e sentiu-se desrespeitado com a forma como o médico lhe deu a notícia. Na sua visão o pro-

fissional não teve sensibilidade e não usou as palavras adequadas, criando uma situação de alarme. Não existiu nenhuma preparação e o quadro desenhado foi o mais negativo possível. Além disso, pelo menos em seu relato, o médico logo o mandou procurar um especialista, se dês-responsabilizando dos desdobramentos futuros. Não podemos saber exatamente como tudo se passou, mas na memória de nosso interlocutor a história foi essa. Mesmo que na hora o médico tenha orientado o paciente esta orientação não foi suficientemente convincente para que o jovem se sentisse acolhido e orientado quanto aos próximos passos a dar.
Jeff também nos conta que era muito religioso e tinha a intenção de entrar para o convento. Quando soube que tinha HIV resolveu contar imediatamente ao padre o fato. Relata o que se passou quando procurou o religioso, uma semana após saber do diagnóstico:

> "*Procurei o padre que me acompanhava e expus toda situação. Contei que fui fazer um check-cape e descobri que estava com AIDS. Minha preocupação era porque eu sabia que teria que fazer o tratamento que hoje a gente chama de adesão, de ficar sendo acompanhado por um infectologista, fazer exames de rotina e eu não queria viver isso de forma oculta, eu queria que os meus superiores soubessem, até pra que eu tivesse certo suporte, pra que eu não tivesse numa situação de constrangimento dentro de um convento, tivesse a liberdade de sair se fosse o caso, e também que não precisasse esconder a medicação, que fosse uma coisa* às *claras e não fosse aquela bomba aquela notícia que ninguém sabia, eu não queria esconder isso. E ai, pra minha surpresa, o padre disse que a partir daquele momento minha vida não era mais compatível com a dele, não era mais compatível com a vida religiosa, que eu teria que recorrer a minha família porque ali não ia ter ninguém que cuidasse de mim. Assim, de uma pessoa que já tinha a carta pra entrar no convento seis meses após a data, era vocacional chamado por DEUS parece que o convite de DEUS foi retirado da mesa não foi mais chamado por DEUS, e ai se iniciou essa crise religiosa iniciou ainda além dessa vida sexual esse outro lado essa dimensão da vida efetiva, que é do pertencimento ao grupo que pra mim foi rompido com esse fato. E eu me afastei da igreja, cortei relações com a igreja, não participei mais de pastoral como participava antes.*"

O relato nos mostra que na história em questão não houve acolhimento e nem orientação adequada do serviço de saúde, e nem solidariedade e compreensão da Igreja, instituição a qual ele estava, até aquele momento, fortemente vinculado. Esta realidade não se repetiu em todas as narrativas colhidas na pesquisa e sendo assim não é nossa intenção afirmarmos que se trata de um fato ilustrativo do grupo, como um todo. As histórias narradas foram muito diversas, cada qual com suas especificidades, dependendo de algumas variáveis como idade, condição sócio-econômica, escolaridade, religiosidade e grau de esclarecimento sobre a patologia, entre outras. No entanto, a trajetória de Jeff a partir do momento que soube de sua soropositividade ganha relevância por algumas razões. Primeiro, por tratar-se de algo que aconteceu em 2009, o que significa dizer que se deu num momento em que a doença já era bastante conhecida, já existiam políticas públicas específicas e o tratamento já tinha alcançado um grau de eficiência e controle que permitia que a doença não fosse mais considerada terminal, mas sim uma doença crônica que se bem acompanhada permitiria que seu portador prolongasse sua vida por muitos anos. Sendo assim, parece-nos importante pontuarmos que estamos falando de comportamentos e preconceitos atuais. Além disso, estes comportamentos narrados vieram da parte de representantes de instituições que poderíamos esperar, nos dias de hoje, fizessem parte daqueles que integrariam uma rede de cuidado e acolhimento. Neste caso, esta história é relevante, pois traz, ***pelo avesso***, uma realidade sobre a qual queremos refletir, que são as redes de cuidado entre portadores de HIV, e mais especificamente entre casais sorodiscordantes.

Ainda com relação à história de Jeff, a reação da família de origem (consangüínea), assim que ele deu a notícia, também não foi das mais receptivas, como fica claro no trecho da entrevista reproduzido abaixo:

> "*Foi na mesma época que assumi minha homossexualidade. Contei para uma tia que é professora de ciências. A reação foi a pior possível. Ela falou "**você pegou foi dando o seu cu mesmo**", ela baixou o nível geral mesmo, "**foi sendo gay ta vendo isso é castigo de Deus, castigo meu filho que agora você tem que mudar sua vida pra ver se Jesus lhe cure**"... Hoje todas essas histórias*

> *não existem mais, minha mãe não faz mais uso desse discurso, porque ela disse que calou, ela tava depressiva; no início ela separava as coisas né? E por incrível que pareça ela é professora da rede estadual de ensino médio, então ela não é nem uma pessoa ignorante, e leiga, entende do assunto, mas que trás essa bagagem de preconceito que a gente sabe que não depende de titulo acadêmico né? Contei pra minha mãe, contei pra meu pai, pra meu irmão. Meu irmão, pelo menos, começou a fazer uso de preservativo que ele não fazia antes*."

A fala de Jeff é bastante auto-reflexiva e traz muitos elementos para que nós também possamos refletir. Por um lado, ele nos comunica que não é a escolaridade da pessoa ou o maior acesso à informação que faz com que o preconceito seja menor, pelo menos num primeiro momento. Além disso, ele nos mostra algumas faces do preconceito. A tia traz o aspecto religioso, associado ao castigo e a necessidade de *mudar* o comportamento sexual para ser *perdoado* e quem sabe ser *curado*. Nesse caso o jovem é responsabilizado por sua soropositividade, mas não por não ter se prevenido e sim pelo fato de ser *gay,* por ter práticas sexuais condenadas por Deus, através do discurso religioso e a doença é vista como um castigo. Essa lógica nos remete a um discurso muito praticado na década de 80, quando a AIDS era denominada de ***peste gay*** e os homossexuais passaram a ser muito perseguidos e considerados como grupo de risco. Esta situação nos permite pensar que certas idéias estigmatizantes permanecem no imaginário popular, apesar de todos os avanços tanto no que diz respeito a políticas públicas e prevenção, quanto aos conhecimentos biomédicos propriamente ditos que alteraram o perfil da doença.

A mãe, por sua vez, fica deprimida, indicando a tristeza que pode provocar saber que um filho é soropositivo. Nada de condenável na tristeza. Ela pode inclusive ser percebida de forma positiva, pois pode estar indicando compaixão e consciência dos problemas que o filho viria a enfrentar a partir daquele momento. Por outro lado, ela começa a separar os utensílios domésticos que o filho usa, demonstrando que apesar de informada, existe o temor que a doença seja transmitida para outros integrantes da família, isso em 2009, momento que já se sabia há muito tempo que não existia o risco de transmissão por essa via.

Jeff, no entanto, ainda consegue enxergar um lado positivo neste momento tão difícil. O irmão, diante de seu diagnóstico, passa a usar preservativo. Ele também reflete sobre o fator tempo. As reações iniciais não perduram até o presente momento. Hoje a mãe não separa mais os objetos e a tia não o acusa de pecador. No entanto, ainda existe resistência por parte da família em falar abertamente tanto sobre a homossexualidade como sobre a soropositividade. Não nos deteremos nesta discussão nesse texto, mas o entrelaçamento entre tempo biográfico e tempo histórico também se revelou extremamente rico como dado reflexivo.

No caso de Jeff, o acolhimento vem de outros lugares, como fica claro no relato abaixo:

> "*Ela (uma amiga) era de uma das pastorais da igreja, ainda nesse tempo quando eu entrei na pastoral com uns quinze anos, eu tava morrendo de medo da minha sexualidade, inclusive namorei por quinze dias com a filha caçula dela que hoje é minha melhor amiga. Três meses depois que terminei eu falei pra ela o motivo, que eu era homossexual e fui acolhido por ela, pela mãe dela, a família toda. Também me acolheram quando soube do HIV.Tenho alguns amigos com quem eu conto e algumas pessoas do movimento, que a gente, os pares se apóiam, eu tenho essa ligação com outras pessoas também* ***vivendo*** *que o movimento também proporcionou e ai quando a gente ta nas dúvidas, nos aflitos,* já cheguei a passar três dias na casa de companheiro do movimento pra descobrir o que era e como era, mas hoje to mais tranqüilo, mas essa demanda toda não, mas quando necessário buscar sempre essa rede de apoio né?*"*

Quando Jeff fala sobre o movimento ele se refere ao movimento LGBT, que no seu caso foi um grande ponto de apoio. Ele inclusive trabalha para o movimento prestando assessoria, conforme nos conta:

> "*Com relação a AIDS não enfrento preconceito no trabalho. Aqui todos sabem, até porque como é um espaço voltado pro LGBT e ainda hoje este grupo é visto como um grupo vulnerável, então existe uma questão muito forte entre o movimento LGBT e as políticas públicas para AIDS, até pouco tempo isso não era dividido, até pouco tempo as políticas LGBT elas vinham das políticas pra AIDS então todas as iniciativas que acontecia seminário, palestras, tinha uma relação intima com a temática da AIDS. E ai os profissionais daqui também vieram desse contexto, a gente*

transita pelo LGBT pela AIDS. Descobri em 2009 e em 2010 já estava no movimento, então a gente se conhece já sabe dessa questão. Eu tava lá dentro na discussão enquanto membro na rede de jovens com HIV. A relação aqui é bacana, é boa, além do centro de referencia eu também trabalho com prostitutas no projeto do ministério da saúde na assessoria jurídica pra prostitutas. Infelizmente vai acabar agora em julho; é também uma população vulnerável a transmissão, e ai pra conversar com ela é bem bacana nesse sentido da DSTs até pela própria vivencia então tem sido bastante interessante."

Esta fala é muito rica e nos permite unir vários fios que constituem a trama que contextualiza a realidade em questão. O universo da AIDS é complexo e multifacetado. Neste sentido, como já foi dito anteriormente, não encontramos, entre os pesquisados, um discurso homogêneo que seja capaz de tirarmos conclusões fechadas e definitivas. Ao contrário, a proposta é abrirmos espaços de reflexão. Tentaremos pontuar o que nos pareceu mais relevante.

Apesar de estarmos narrando a trajetória de um jovem, sua realidade nos comunica sobre o contexto social da AIDS no nosso país ao longo de suas quatro décadas de existência. A história da AIDS no Brasil é a história da parceria/embate entre a sociedade civil organizada e o Estado (citar). Desde seu surgimento existiu um forte ativismo de ONGs. A AIDS, que nasce associada à homossexualidade, sendo chamada popularmente de "peste gay", vem, por um lado, reforçar a discriminação e o preconceito e por outro fortalecer os movimentos sociais. São, em sua maioria, os ativistas gay que se unem para lutar pelos direitos dos adoecidos: tanto com relação à doença em si, como também contra a discriminação. Este fato leva a dois desdobramentos: por um lado, começam a surgir ONGs em defesa dos portadores do HIV o que faz com que a doença seja, desde seu início, politizada; e por outro, os 'aidéticos'[5] têm por característica serem usuários do serviço de saúde bastante informados sobre o desenvolvimento e as características da doença, graças a atuação da sociedade civil organizada. Nas palavras de Camargo Júnior "*Mais que uma nova doença, a AIDS tornou-se um poderoso holofote iluminando tensões subterrâneas negadas em nossa sociedade, algumas internas à própria medicina, expondo fantasias mais ou menos ocultas a respeito de vários tabus de nossa cultura*" (Camargo Jr. 2003: 44/45). Esta peculiaridade de caminhar junto com o movimento social atrela à história da doença redes sociais que têm objetivos comuns: realizar um trabalho preventivo e informativo, atuar políticamente na luta por direitos e por políticas públicas e dar apoio aos soropositivos.

No caso de Jeff podemos perceber que aproximar-se do movimento LGBT foi a estratégia encontrada para se sentir inserido e aceito em um grupo e ao mesmo tempo utilizar seus conhecimentos para dar sua contribuição. Neste sentido podemos dizer que fazer parte desta rede lhe instrumentalizou para lidar com sua própria realidade. Ao mesmo tempo em que ele contribuía, criava estratégias de auto-cuidado, auto cuidado aqui pensado não como o ponto de partida, mas sim o resultado de uma ação coletiva (Mol, 2008). Sua luta social é também e simultaneamente uma luta pessoal e neste sentido auto-cuidado e cuidado se confundem. Na medida em que ele, como advogado, luta pelos direitos do grupo LGBT, abre algumas possibilidades: engrossa e fortalece vozes que buscam dar visibilidade política para grupos socialmente discriminados; através de sua capacidade técnica cria estratégias de luta e instrumentaliza as pessoas que estão à frente do movimento; fortalece politicamente o movimento; existe também a dimensão pessoal que está imbricada com as demais questões. O cuidado, neste caso, é um elemento chave para a discussão que estamos querendo travar.

Narramos passagens da vida de Jeff que dão visibilidade a algumas das dificuldades presentes nas trajetórias de pessoas que vivem com HIV. Também ficou claro que suas redes pessoais, por ocasião da descoberta da condição de soro positividade, não foram capazes de acolhê-lo, provocando o que poderíamos chamar de ruptura biográfica. O narrador não apenas precisou passar a lidar com a condição de soropositividade e todos os desdobramentos que a mesma implica com relação aos cuidados com a saúde e com relação à vida afetivo-sexual, como precisou re-construir seu projeto de vida, já que a "carreira" religiosa não seria mais possível. No entanto, a partir desta nova condição, Jeff encontrou novos caminhos profissionais e novas redes de apoio, que em alguns momentos, no caso específico de Jeff, se confundiam.

---

5 Este termo hoje em dia não é mais utilizado.

Durante a entrevista, que não poderemos retomar na integra, Jeff também fala de sua relação atual com o serviço de saúde. A médica que o acompanha é a mesma desde que começou a freqüentar o Clementino (Hospital de Referencia para doenças infecto-contagiosas). Até o presente momento não toma medicação, pois sua carga viral é baixa, mas sempre faz os exames e vai às consultas com regularidade. Apesar de não reclamar, também não fala da profissional de saúde como uma pessoa fundamental no seu processo de aceitação e "*vivência"* com a doença. Pelo que é possível perceber a relação não chega a ser formal, mas também não se aproxima de uma relação de confidencialidade. O espaço de acolhimento é outro, como já foi colocado.

SEGUNDA PARTE: A CONJUGALIDADE E O CARÁTER POLISSEMICO DO CUIDADO

Nesta segunda parte do trabalho nos deteremos na tarefa de tecermos algumas considerações sobre o entrelaçamento entre sorodiscordância, conjugalidade homoafetiva e cuidado, fechando com o exercício analítico de apontar alguns paralelos com a discussão tecida sobre redes de cuidado.

Sorodiscordância e conjugalidade já vêm sendo discutida há algum tempo, principalmente quando está se falando da díade heterossexual (MAKSUD, 2004; 2009). A partir desta realidade muitos aspectos se fazem presentes e merecedores de reflexão: o segredo da condição da soropositividade, a gestão do risco, a relação com o serviço de saúde, a relação com a família extensa, a prevenção, entre outras. No caso de casais sorodiscordantes homossexuais nos parece que além de todas as questões arroladas acima, trata-se de uma dinâmica que nos permite, dada sua especificidade, problematizar as relações de cuidado.

As entrevistas revelaram uma visão polissêmica do cuidado, e também dinâmica onde a assimetria alternava de posição, dependendo do contexto. O cuidado não apareceu fixo e fixado num único sentido, mas dinâmico, múltiplo e contextualizado. Poderíamos esperar que 'o cuidado' fosse o soro positivo da díade e 'o cuidador', o soro negativo. Esta realidade apareceu na fala dos entrevistados, mas também apareceram outras e foi o que chamou mais atenção. Enfim, os entrevistados trouxeram relatos que nos fizeram pensar...

Em todas as histórias a relação com o sistema de saúde aparece como algo bastante secundário. A medicação é importante, o conhecimento vem de diferentes fontes e sendo assim, o profissional de saúde não é o único detentor do saber. Este é um dado que faz parte da história da doença.

Por outro lado, o profissional de saúde, pelo menos nas historias que conhecemos, não vê o parceiro como um elemento fundamental na prática do cuidado. O parceiro é aquele que vai ajudá-lo a cuidar do "doente", mas a relação não é percebida como algo inerente ao acompanhamento. AIDS desafia o enfoque epidemiológico tradicional das doenças infecciosas, exigindo abordagens interdisciplinares e conferindo legitimidade aos estudos sobre sexualidade e às interpretações sócio-antropológicas do fenômeno.

A polissemia do cuidado:

Glória (soronegativa), companheira de Roberta (soropositiva) demonstrou ser pouco orientada pelo serviço de saúde quanto às formas de prevenção cabíveis em relações homoeróticas femininas. Ela afirma que o casal não se protege e que estão cientes dos riscos, mas quando procurei saber quais as práticas que trariam maior risco e se ela e sua companheira tomam algum cuidado neste sentido, ela apenas afirma que entre mulheres a transmissão é menor. Quando pergunto sobre sua relação com o sistema de saúde, Glória diz que acompanha Roberta nas consultas e que os médicos dizem para ela "*cuidar direitinho*" de sua parceira, mas não relata nenhum tipo de orientação específica nem para ela nem para a companheira. Podemos perceber que, pelo menos neste caso, a aids ainda é vista como algo relativo ao indivíduo e a conjugalidade homoafetiva não entra como um aspecto relevante na dinâmica do tratamento, apesar de sabermos que um relacionamento afetivo, neste contexto, envolve tanto questões práticas de orientação como questões subjetivas, relativas ao que Ayres (2004) chamou de projeto de felicidade.

No entanto, os relatos dos entrevistados, soropositivos ou soronegativos, também deixaram claro que existe uma dimensão do cuidado na vida íntima e privada do casal. Esta dimensão ficou mais evidente nas relações que envolvem co-residência, mas não apenas. Os casais que não compartilham o espaço de moradia, mas que assumem uma parceria amorosa, também relatam inúmeras situações onde o cuidado, em seu sentido polissê-

mico, se fez presente, seja no cotidiano, através de questões práticas, seja em momentos em que o que estava em jogo era a cumplicidade do casal. Neste caso, polissemia está querendo dizer que o cuidado se manifesta tanto na preocupação com a saúde, como também com a preservação da boa imagem do ou da parceira, como ainda quando o assunto é a manutenção econômica de um dos integrantes do casal. Em todos estes momentos o pano de fundo era a preocupação com o bem estar do outro ou da outra.

O cuidado em não expor a soropositividade do/da parceiro/a também apareceu na fala de Glória. A homossexualidade é assumida publicamente sem problemas, mas a soropositividade é um segredo guardado a sete chaves. Quando perguntamos por que ela não quer que sua família (mãe, pai, irmãos) saiba que sua companheira vive com HIV, ela diz que isto faria com que eles a hostilizassem e passariam a ficar contra a relação. Afirma que sabe o que está fazendo e que pretende permanecer com esta companheira pelo resto de sua vida.

> ***Pesquisadora****: Quem sabe?*
>
> ***Glória****: Assim, de lá só nós três mesmo (ela, a parceira e a filha da parceira, que é adolescente). Porque a minha família não sabe e a família dela sabe. Todos da família dela sabem, mas a minha família não sabe. Aí isso a gente... é... a gente fica prevenindo muito isso, sabe.*
>
> ***Pesquisadora****: Sei, sei...*
>
> ***Glória****: Da parte dela e da minha parte também. Porque eu não quero jamais que a minha família saiba que ela é positiva. Porque vai vir pra cima de mim aquele monte de gente me criticando, falando isso, falando aquilo, não sei o que... eu não quero que isso aconteça, entendeu. Deus o livre quando isso acontecer, eu não vou deixar ela. Eu vou ficar com ela. Porque fui eu que escolhi. Eu que escolhi ficar com ela, né. Aí só eu e ela mesmo. Se vier... porque assim, quando sabem de alguma, vai vir aquele monte de gente em cima de você, né, pra lhe criticar, pra dizer que você fez isso e aquilo. "Não, isso tá errado. Você sabe o risco que você tá correndo?" Não sei o que... Não sou eu que tô vivendo? Não sou eu que tô convivendo com a pessoa? Eu não sei, então? Não é meu, o problema não é meu então? Não quero que ninguém se intrometa.*

No relato acima, o cuidado com um possível julgamento moral do outro se sobrepõe ao cuidado com a saúde. Podemos pensar que isto se deva ao estigma que a AIDS ainda carrega sobre si. Muito provavelmente, se estivéssemos falando de outra doença, não estigmatizada e que despertasse no outro o sentimento de solidariedade e não de repulsa e medo, a família seria convocada a participar do cuidado e não excluída do seu conhecimento. O que se revela mais importante e mais fundamental para o projeto de vida comum é manter o segredo e esta cumplicidade, neste caso, se revela como uma demonstração de amor e cuidado.

Finalizando, enquanto o cuidado for pensando unicamente no sentido vertical e assimétrico, onde existe uma clara delimitação entre quem é cuidado e quem é o cuidador, reproduzindo uma lógica de poder, hegemônica, não permitiremos que outras dimensões do cuidado sejam visibilizadas. Considerando que o cuidado é inerente a existência, mas não universal e nem único, seguir suas expressões pode nos informar muito sobre os sentidos das relações.

Considerando que a AIDS passou a ser olhada como uma doença crônica, estes casais constroem seus projetos de vida dentro do qual está incluso a sexualidade, a conjugalidade, mas também o direito ao sigilo, diferente das demais doenças crônicas. Além disso, os soro-positivos guardam algumas especificidades. Se por um lado alguns deles ganham o benefício, justamente por sua condição de soro positividade, por outro a doença não pode ser publicizada, o que requer do casal estratégias cotidianas para justificar a aposentadoria. Por outro lado, esta mesma questão faz a soropositividade, na fala do parceiro, ser algo aceito com certa tranqüilidade, afinal, o que ele vê é uma pessoa que tem uma fonte de renda, toma medicação, mas leva 'uma vida normal'. Não tem nenhuma limitação, não sente dor, se não fosse a medicação diária a lembrar que algo não está bem, poderiam esquecer que o vírus está ali, literalmente entre eles. Esta é outra questão: a sexualidade. Todos sabem - soros positivos e soros negativos - que o HIV é um vírus que pode ser transmitido através das relações sexuais. É uma doença sexualmente transmissível. Todos também sabem que a forma mais acessível e conhecida de evitar a transmissão é o uso da camisinha. No entanto, também sabemos que a camisinha enfrenta resistência tanto de heteros como de homossexuais e a explicação é geralmente associada à limitação do prazer. Como o sistema de saúde lida com estas questões? Considerando que dentro de uma lógica do cuidado o usuário deve ser vista em sua totalidade, em sua integralidade, na realidade em questão a atividade sexual deveria

sempre estar em perspectiva, sendo levada em consideração. Não foi isto que encontramos na pesquisa. Fica a questão: será que a realidade da pesquisa não pode nos ajudar a re-pensar as relações de cuidado como sendo sempre a expressão de uma relação de dominação ou de desigualdade de gênero? Será que as redes de cuidado e as relações de conjugalidade entre sorodiscordantes não possibilitarão acessarmos dinâmicas relacionais e práticas de cuidado até então não pensadas? Esta pode ser uma boa questão para pensarmos.

BIBLIOGRAFIA:

AYRES, J.R.C.M. (2004) O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde. *Saúde e Sociedade*, v. 13, n. 3, 2004, p. 16-29.

CAMARGO JR., (2003) *Biomedicina, Saber & Ciência: Uma abordagem Crítica;* São Paulo; EDITORA HUCITEC.

EZQUIERDO, María Jesús. (2004). Del sexismo y La mercantilización del cuidado a su socialización: Hacia uma política democrática del cuidado; 2004.

FRANCH, M. ; PERRUSI, A.; ARAÚJO, M.F.S.; SILVA, L. M. F. (Orgs.)2011. . Novas abordagens para casais sorodiferentes. 1. ed. João Pessoa: Manufatura.

FRANCH, M.; PERRUSI, A. (2013). Sangue do meu sangue. Contrastando as práticas do serviço de saúde e as lógicas conjugais em situações de sorodiscordância para HIV/aids. In: TAVARES, F.; BASSI, F. (Orgs) *Para além da eficácia simbólica*. Estudos em ritual, religião e saúde. Salvador: EDUFBA, 2013, p.345-373.

MAKSUD, I.(2012) Silêncios e Segredos: aspectos (não falados) da conjugalidade face à sorodiscordância para o HIV/AIDS. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 28, 2012, p. 1196-1204.

Rio de Janeiro: Pallas: Programa em Gênero e Sexualidade IMS/EURJ e ABIA, 2004.

MAKSUD, I. (2009) O discurso da prevenção da AIDS frente às lógicas sexuais de casais sorodiscordantes: sobre normas e práticas. *Physis*, v. 19, p. 349-369.

MAKSUD, I. (2002) Relacionamentos conjugais em tempos de AIDS: aspectos relativos à sorodiscordância. In: SANTOS, T.F. (org.). *Saúde sexual e reprodutiva: uma abordagem multidisciplinar.* Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana.

PELÚCIO, L.; MISKOLCI, R. (2009) A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, n.1 - pp.125-157 / www.sexualidadsaludysociedad.org

PERRUSI, A.; FRANCH, M. . (2009). Casais sorodiscordantes no Estado da Paraíba: reflexões a respeito da negociação de risco. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009, Rio de Janeiro. Sociologia: Consensos e Controvérsias. Rio de Janeiro : SBS - Sociedade Brasileira de Sociologia, 2009 (Anais – CD Room).

PERRUSI, A.; FRANCH, M. (2012). Carne com carne: Gestão do risco e HIV/Aids em casais sorodiscordantes do Estado da Paraíba. *Política & Trabalho* (Online), v. 2, p. 179-200, 2012.

MON, Ana Domínguez (2008) The *Logic of Care: Health and the Problem of Patient Choice.*Oxon: Taylor & Francis.

____, Ana Domínguez (2014) *¿Cuidados o auto-cuidados en salud? Prácticascotidianas de personas con diabetes (DBT) en un grupo de pacientes de un centro de atención primaria en José León Suárez, provincia de Buenos Aires.*

PINHEIRO, Roseni. (2009); Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Todos os direitos reservados. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Av. Brasil - 4365 - Manguinhos - Rio de Janeiro - RJ

Avaliação do Impacto na Qualidade de Vida e Aspectos Psicossociais de Pacientes de Cirurgia Estética – Estudo de Caso em uma Clínica em Fortaleza-Brasil.

Claudia Milena Esmeraldo Melo[1]

Galba Freire Moita[2]

Pedro Lopes Ferreira

RESUMO

A cirurgia plástica é o conjunto de procedimentos clínicos e cirúrgicos com a finalidade de reparar e reconstruir o desequilíbrio de partes do corpo humano, buscando promover a melhora da qualidade de vida dos pacientes. A OMS[3] define saúde como "*um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades*". Com a estética não seria diferente, já que não é somente pela ausência da doença, mas o paciente tem que se sentir bem consigo mesmo para o equilíbrio geral de sua saúde. O presente estudo foi realizado através de uma pesquisa de campo do tipo exploratório e aplicou-se à análise dos dados de coletados do instrumento WHOQOL-Bref[4] aplicado com pacientes submetidos à cirurgia estética, entre o período de 30 de Julho a 30 de Dezembro de 2013, em uma clínica de Fortaleza-Ceará-Brasil, foram mensurados os possíveis impactos na qualidade de vida e nos aspectos psicossociais, conforme os padrões estabelecidos pelo WHOQOL-Bref. A motivação foi responder a questão: Há impactos mensuráveis na qualidade de vida e nos aspectos psicossociais em pacientes de cirurgia estética? O estudo apontou como benefício principal o conhecimento das expectativas pré-operatórias e a análise de alguns aspectos para obtenção e/ou de frustrações de resultados esperados pelos pacientes que oferecem subsídios ao processo decisório quanto à indicação de cirurgia estética. Pela análise estatística, restou provado que não há correlação entre a Média da QV Pós-Cirúrgica e o Tempo na Função e também versus a Idade. Com amostra disponível (n=50) nosso estudo apresentou uma resposta esperada pela aplicação WHOQOL-Bref por encontrar uma significativa melhoria da média QV nos domínios (Físico, Psicológico, Relações Sociais e Meio-Ambiente), conforme os resultados relatados nos estudos de Canavarro e Serra (2010) e Fleck (2008).

PALAVRAS-CHAVE: Qualidade de vida. WHOQOL-Bref. Cirurgia plástica. Cirurgia Estética. Aspectos psicossociais.

ABSTRACT

Aesthetics surgery is the set of clinical and surgical procedures in order to repair and rebuild the imbalance of the human body, seeking to promote the improvement of the quality of life of patients. The WHO defines health as "a state of complete physical welfare, mental and social, not just absence of disease and infirmity." With the aesthetics would be no different, as it is not only the absence of disease, but the patient has to feel good about yourself for the overall balance of your health. This study was conducted through an exploratory field research and applied to the analysis of data collected from the WHOQOL -Bref instrument applied to patients undergoing cosmetic surgery, between the period 30 July to 30 December 2013 in a clinic in Fortaleza, Ceará, Brazil. Thus, the possible impact on quality of life and psychosocial factors were measured, according

---

1 MBA-Student Centro Universitário Christus; Fisioterapeuta Clínica (Fortaleza-BR); milennamelo@yahoo.com.br;

2 PhD-Student, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; Assessor Técnico Ceats-Nucit/Sesa-Ce e Consultor Adhoc Rebrats/MS (Fortaleza-BR); prgalba@hotmail.com

3 OMS- Organização Mundial de Saúde.

4 WHOQOL-Bref- instrumento para avaliações de qualidade de vida.

to the standards set by the WHOQOL-Bref . The motivation was to answer the question: Are there measurable impacts on quality of life and psychosocial aspects of cosmetic surgery patients? The study found the main benefit the knowledge of preoperative expectations and the analysis of some aspects of obtaining and / or frustrations of results expected by patients who provide input to decision-making regarding the indication of cosmetic surgery. For the statistical analysis, it was proved that there isn´t correlation between the average Post-Surgical´s Life Quality and Time Role neither versus Age. With sample available (n = 50) our study had a response expected by the WHOQOL-Bref application to find a significant improvement in mean Life Quality QoL in domains (Physical, Psychological, Social Affairs and the Environment), as the results reported in studies of Canavarro and Serra (2010) and Fleck (2008) .

KEYWORDS: Quality of life. WHOQOL-Bref.Plastic surgery.Aesthetic Surgery.Psychosocial aspects.

1 INTRODUÇÃO

A cirurgia plástica é o conjunto de procedimentos clínicos e cirúrgicos com a finalidade de reparar e reconstruir o desequilíbrio de partes do corpo humano, buscando promover a melhora da qualidade de vida dos pacientes (FERREIRA, 2000).

A Organização Mundial de Saúde define saúde como "um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades". Com a estética não seria diferente, já que não é somente pela ausência da doença, mas o paciente tem que se sentir bem consigo mesmo para o equilíbrio geral de sua saúde.

Tournieux *et al.* (2009) afirmam que aspectos como: saúde geral, limitações físicas, capacidade funcional, vitalidade, fatores da esfera social, saúde mental, aspectos e limitações emocionais são alguns benefícios para melhoria da qualidade de vida dos pacientes submetidos a cirurgia estética.

De acordo com a Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica Estética (Isaps) e a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBPC) afirmam que nesses últimos quatros anos quase dobrou o número de cirurgias, um acréscimo de 97,2%, deixando o Brasil com 2º lugar no ranking mundial, totalizando em 2011 cerca de 905.140 cirurgias plásticas (REVISTA VEJA, 2013).

A saúde é aceita como parte essencial da qualidade de vida (QV), do qual está incluso a satisfação pessoal, emocional, social, como também o bem-estar físico e funcional (POMPEU; MENESES, 2008).

Nos últimos anos, vêm sendo largamente utilizados instrumentos de QV para medir resultados em medicina de forma objetivas e em escala mundial. Esses instrumentos foram validados e adaptados ao contexto cultural brasileiro (DINI, QUARESMA e FERREIRA, 2004)

Com o objetivo de avaliar o grau do possível impacto de cirurgia estética na qualidade de vida e nos aspectos psicossociais de pacientes, submetidas a procedimentos de cirurgias plásticas, dentre vários instrumentos disponíveis na literatura, no presente estudo foi utilizado o método de avaliação, WHOQOL-Bref, que serviu para refletir sobre a contribuição desse instrumento diante desses pacientes submetidos à cirurgia plástica. Este questionário foi apresentado com 26 questões e desenhado para ter quatro domínios (ROCHA, 2008).

A versão abreviada em português do WHOQOL-Bref diante dos pacientes ambulatorial e hospitalar apresenta uma boa consistência interna, validade discriminante, validade concorrente, validade de conteúdo e confiabilidade teste-reteste (FLECK, 2000).

A confiabilidade e validação desse instrumento são características principais, considerando que a validação um processo continuo de informações (ZANEI, 2006).

2 METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DADOS

O presente estudo, do tipo exploratório, é uma pesquisa de campo observacional, longitudinal, com abordagem quantitativa, aplica-se à análise dos dados de coletados do instrumento WHOQOL-Bref (World Health Organization Quality of Life Group) aplicado com os participantes do projeto que envolve pacientes masculinos

e femininos (18 a 59 anos) com cirurgias plásticas agendadas e aceitar participar da presente pesquisa e de exclusão pacientes abaixo de 18 anos ou acima de 59 anos de idade, entre o período de junho à dezembro de 2013, em uma clínica de Fortaleza-Ceará-Brasil.
O instrumento WHOQOL-Bref são distribuídas em 26 facetas as quais compõem 4 domínios que são: Físico, Psicológico, Relações Sociais e Meio-Ambiente, que são calculados por fórmulas definidas pelo método.
Para a caracterização da amostra, foram incluídas as variáveis: género (masculino e feminino); idade; tempo de função; e função desempenhada. Por fugir do escopo deste estudo, este último atributo não foi abordado na análise estatística.
As respostas obtidas foram digitadas e no pré-tratamento dos dados, as variáveis de Sexo, Idade e Tempo de Função foram agrupadas em classes, sendo usado o programa Microsoft Excel 2010.
O tratamento estatístico dos dados que foi efetuado através do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS v21 - Licenciado para FEUC-Univ. de Coimbra), e os resultados consolidados, analisados e relatados a seguir.

À partida procedeu-se a importação dos dados da planilha excel diretamente para o datashet do SPSS. Neste caso, já se havia criado alguns escalões de variáveis na planilha excel, por facilidade, visto que a quantidade de elementos da amostra era pequeno, mas geralmente faz-se pela opção Recode do SPSS.

3 ANÁLISE DE RESULTADOS

A execução das análises de dados e resultados obtidos no estudo, foi realizada através da análise univariada, bivariada, correlação/regressão linear e análise fatorial.
Identificou-se que 94,0 % são mulheres e 6,0% são homens, que 40% da amostra são jovens (18 a 29 anos) e 40% são jovem-adultos (29 a 39 anos), e que 64,0% dos pacientes trabalham há até 7 anos na função que exerce atualmente, e 24,0% trabalham na mesma função entre 7 a 14 anos, sendo os demais casos com percentuais muito inferiores a estes, conforme gráficos abaixo:

GRÁFICO 1 – Sexo vs Escala_Etária vs Escala_Tempo_Função

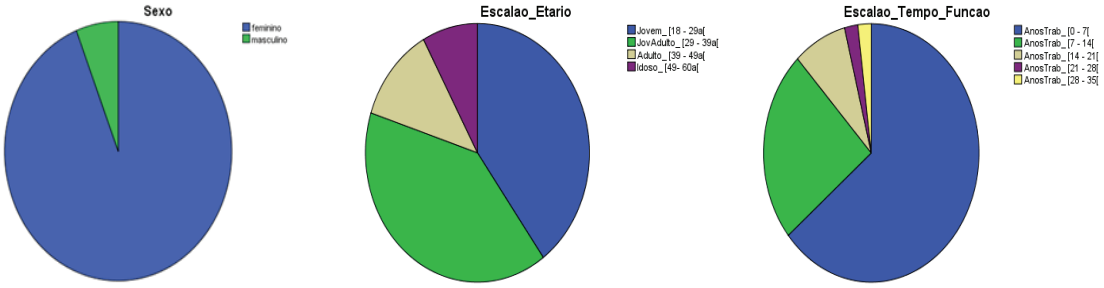

Fonte: Elaborada pelos autores.

A variável *Idade*, quanto às medidas de posição, apresentou média amostral de 32,06 anos que é superior à mediana de 30,5 anos (que significa que 50% dos pacientes da amostra têm idade abaixo de 30,5 anos), por sugerir uma leve assimetria positiva (média maior que mediana), e com amplitude interquatilica de 10 anos em relação à mediana.
O histograma confirmou uma leve assimetria à direita e o gráfico BoxPlot (caixa-de-bigodes), que sugeriu as idades dos casos 18, 19 e 35 enquanto *Outliers* moderados superiores, mas com Q_3-$Q_2 \cong Q_2$-Q_1, ou seja, descartados os citados *Outliers*, a variável idade pode ser considerada simétrica.

GRÁFICO 2 – Histograma e Boxplot das Variável Idade

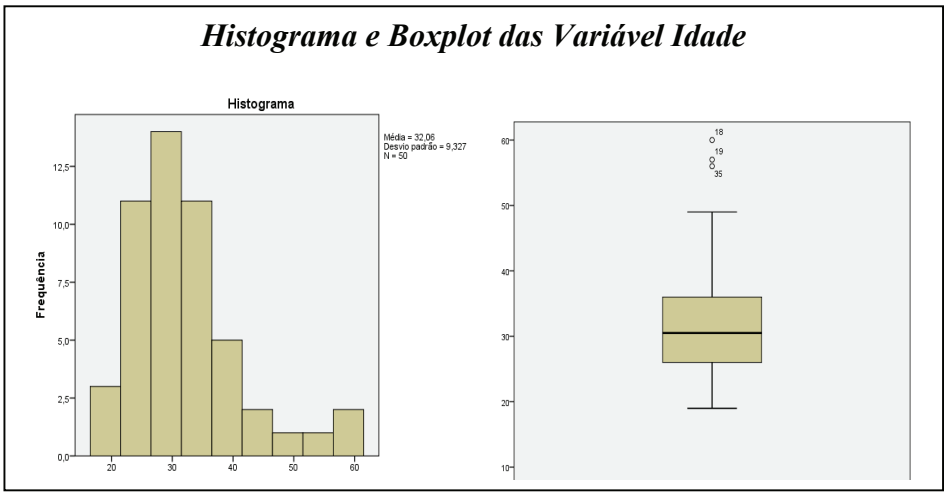

Fonte: Elaborada pelos autores.

Da análise descritiva da variável *Tempo na Função*, às medidas de posição, apresentou média amostral de 6,05 anos (com erro padrão de 0,975) que é superior à mediana de 3,0 anos, por sugerir uma assimetria positiva (média maior que mediana), e com amplitude interquatilica de 9,0 anos em relação à mediana.
Foi traçado o histograma que confirmou uma a assimetria à direita e o gráfico BoxPlot (caixa-de-bigodes), que sugeriu os Tempos na Função dos casos 15 e 19 anos *Outliers* severos superiores, e com Q3-Q2 > Q2-Q1, ou seja, por confirmar que a variável *Tempo na Função* tem que ser considerada assimétrica positiva.

GRÁFICO 3 – Histograma e Boxplot das Variável Tempo_Função

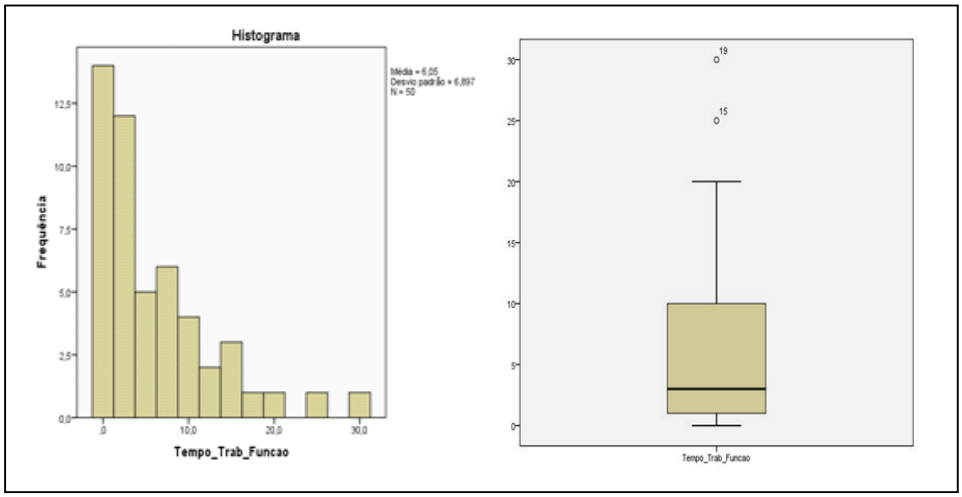

Fonte: Elaborado pelos autores.

No primeiro processo procedeu-se a análise da amostra nas situações PRÉ-cirúrgica. Quanto às medidas de posição, para todas as variáveis na situação de avaliação Pré-cirurgica, a amostra apresentou média e mediana de nota para o Domínio Psicológico de 3,144 e 2,860, respectivamente, que sugere assimetria positiva (média maior que mediana) para a variável Dom_Psicolog_PRE, enquanto resultou em média e mediana de nota para o Domínio Social de 2,949 e 2,785, respectivamente, que sugere leve assimetria positiva (média maior que mediana) para a variável Dom_Social_PRE, e ainda apresentou média e mediana de nota para a Média dos 4 Domínios (Fisico, Psicológico, Social e Meio-Ambiental), de 3,223 e 3,071, respectivamente, que sugere leve assimetria positiva (média maior que mediana) para a variável Med_4Dom_PRE.

Quanto a variável Dom_Social_PRE, resultou em um coeficiente (dividido pelo erro padrão de 0,337) de assimetria de 3,094 (muito acima de +1,96), por reafirmar a assimetria positiva da distribuição amostral, e com o coeficiente(dividido pelo erro padrão de 0,662) de curtose igual a 0,315 (abaixo de 3,0) que implica ser uma distribuição do tipo achatada ou platicúrtica.
A análise da normalidade da distribuição das variáveis DPSI_PRE, DSOC-PRE e MDQV_PRE, resultaram em uma probabilidade de significância (sig.) menor que 0,001 (<0,05) para as três variáveis, sugerindo que não há significância estatística para não-rejeitar a hipótese nula de normalidade e pode-se afirmar uma assimetria positiva, e ainda mais o gráfico Q-Q indicou uma possível assimetria (pontos não estão em forma de "S" envolvendo a reta de normalidade, com muitos pontos com amplos desvios em relação à Normal.

GRÁFICO 4 – Histograma e Boxplot Med-4Dom_PRE

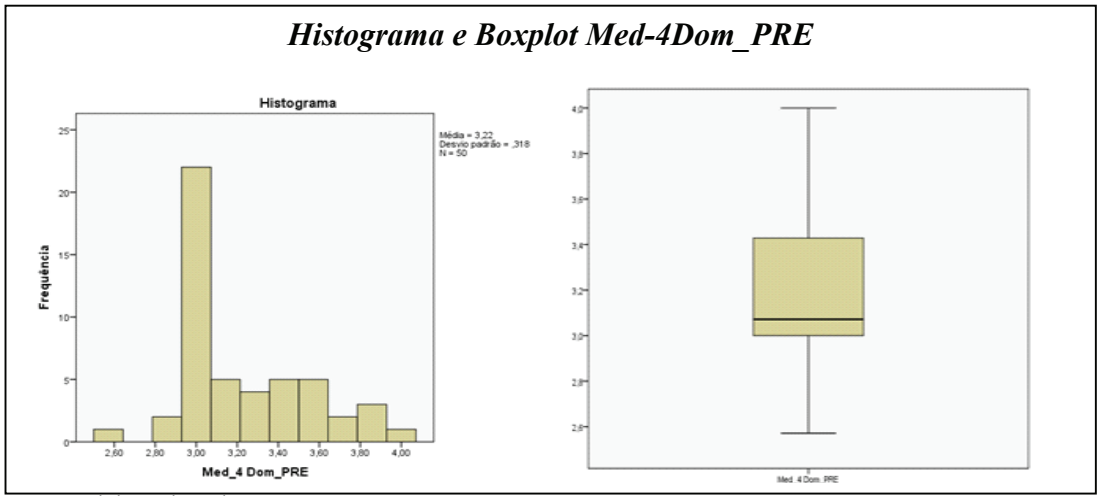

Fonte: Elaborada pelos autores.

GRÁFICO 5 – Q-Q Normal das Variáveis DPSI_PRE, DSOC PRE e MQQV_PRE

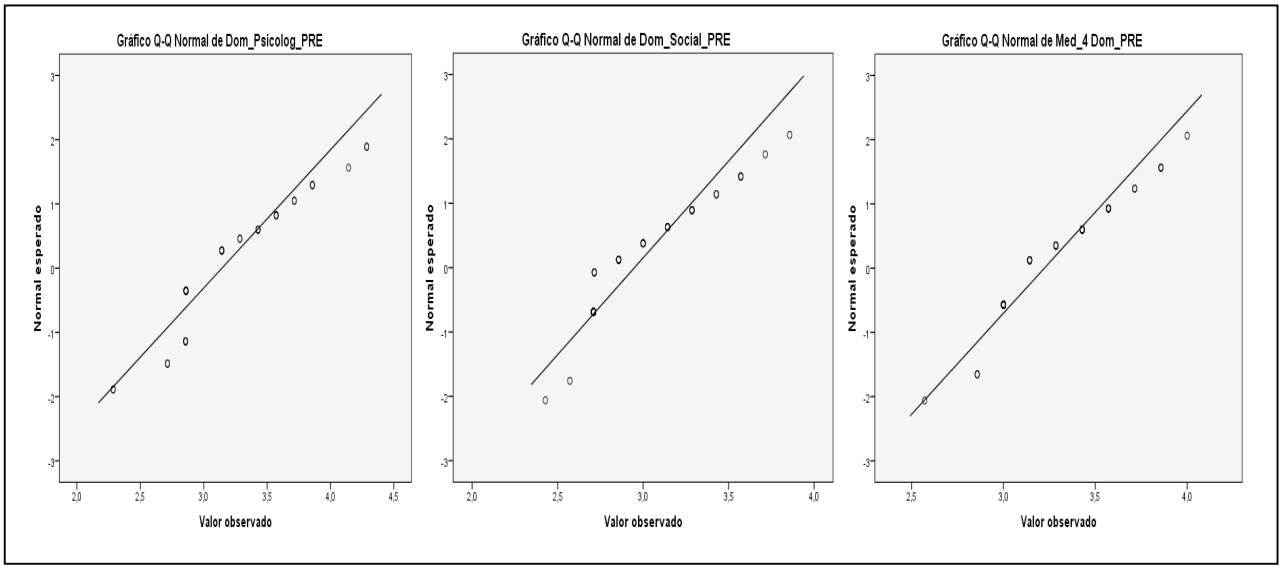

Fonte: Elaborada pelos autores.

Quanto às medidas de posição, todas as médias e medianas PÓS-Cirúrgicas mostraram-se superiores às medidas na situação PRÉ-Cirúrgica, sugerindo um aumento da satisfação dos pacientes em todos os domínios. A amostra apresentou média e mediana de nota para o Domínio Psicológico de 3,329 e 3,142, respectivamente, como no caso PRÉ-Cirúrgico, continua, mantendo a situação anterior sugere a assimetria negativa (média menor que mediana) para a variável Dom_Psicolog_POS, enquanto resultou em média e mediana de nota para o Domínio Social de 3,041 e 2,928, respectivamente, mas diferente da situação PRÉ-Cirúrgica, sugere *leve assimetria negativa* (média *menor* que mediana) para a variável Dom_Social_POS, e ainda apresentou média e mediana de nota para a Média dos 4 Domínios (Físico, Psicológico, Social e Meio-Ambiente), de 3,328 e 3,000, respectivamente, como no caso PRÉ-Cirúrgico, ainda sugere *leve assimetria positiva* (média *maior* que mediana) para a variável Med_4Dom_POS.

Quanto à medida de dispersão da variável Dom_Psicolog_POS, calculou-se o desvio padrão de cerca de 0,585, e um coeficiente de assimetria de 0,298, que dividido por seu erro padrão (0,337) resultou em 0,88 (um pouco acima de -1,96), por reafirmar uma leve assimetria positiva da distribuição amostral, sem muitas alterações em relação à situação PRÉ-Cirúrgica. Calculou-se um coeficiente de curtose de -0,912 (dividido pelo seu erro padrão 0,337) resultou igual a -2,70(abaixo de 3,0) que implica em uma distribuição do tipo levemente achatada ou platicúrtica, mas com achatamento menos severo que a situação anterior (PRÉ-Cirúrgica).

A medida de dispersão para a variável Dom_Social_PÓS, resultou em um coeficiente (dividido pelo erro padrão de 0,337) de assimetria de 0,615 (entre – 1,96 e 1,96), aproximadamente simétrica, e com o coeficiente (dividido pelo erro padrão de 0,662) de curtose igual a -1,000 (abaixo de 3,0) que implica ser uma distribuição do tipo achatada ou platicúrtica, praticamente não havendo variações em relação à situação PRÉ-Cirúrgica.

Decidiu-se pesquisar as associações dos aspectos psicológico e social PRÉ-Cirúrgicos com o resultado da média da QV PÓS-Cirúrgica, por se tratar de outra hipótese inicial do estudo. Para tal, traçou-se um gráfico de dispersão matricial, e percebeu-se uma forte interação positiva entre os domínios Dom_Psicolog_POS e Dom_Social_POS, e uma razoável associação positiva entre ambas e o resultado médio da QV, medida pela variável Med_4Dom_POS, conforme o gráfico de matriz de dispersão, a seguir:

GRÁFICO 6 - DISPERSÃO DA Med QV_POS versus (DPSI_PRE/DSOC_PRE)

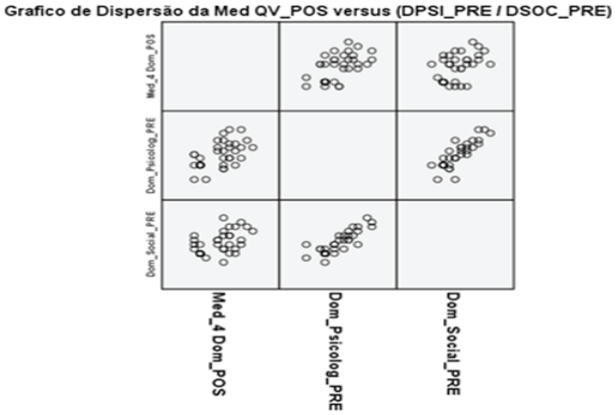

Fonte: Elaborada pelos autores.

Para a média da qualidade de vida PÓS-Cirúrgica, como provou-se previamente a normalidade das variáveis, que também são do tipo intervalares, e assim, pode-se medir a correlação pelo coeficiente de pearson.

No caso da correlação Med_4Dom_POS vs Idade resultou em r= 0,099 e no coeficiente de determinação $R^2 \cong$ 0,009% que é o quanto a variabilidade da idade se reflete no domínio Med_4Dom_POS, com uma probabilidade de significância (mensura quanto a associação medida pode ser resultado do acaso) de 0,494(>0,05) que sugere não-rejeitar a hipótese nula, portanto, há significância para afirmar que não existe correlação entre a Média da QV Pós-Cirúrgica e a Idade.

Quando se mede a correlação Med_4Dom_POS vs Tempo na Função, resultou em r= 0,044 e no coeficiente de determinação $R^2 \cong$ 0,001% a indicar que a variabilidade do tempo na função praticamente não se reflete no domínio Med_4Dom_POS, com uma probabilidade de significância (mensura quanto a associação medida pode ser resultado do acaso) de 0,761 (> 0,05) que sugere não-rejeitar a hipótese nula, portanto há forte significância para afirmar que não existe correlação entre a Média da QV Pós-Cirúrgica e o Tempo na Função. Estes resultados estão alinhados com os achados citados por Canavarro e Serra (2010: 143) que relatam que dados provenientes de estudos multicentricos em 23 países, estudados por Skevington *et al.* (2004a) concluem que o gênero e a idade explicam apenas 2,7% da variância total dos resultados WHOQOL-Bref, ou seja, os resultados são poucos impactados por dados demográficos como idade.

A correlação da variável Med_4Dom_POS vs Dom_Psicolog_POS que resultou em um coeficiente de pearson de r= 0,787e no coeficiente de determinação $R^2 \cong$0,619% que é o quanto a variabilidade do Dom_Psicolog_POS se reflete no domínio Med_4Dom_POS, com uma probabilidade de significância menor que 0,001(<0,05), que sugere rejeitar a hipótese nula, ou seja, deve-se aceitar a hipótese alternativa em que há correlação entre as duas variáveis em análise. No outro caso, quando se mede a correlação Med_4Dom_POS vs Dom_Social_POS, resultou em r= 0,798 e no coeficiente de determinação $R^2 \cong$0,636% que é o quanto a variabilidade do Dom_Social_POS se reflete no domínio Med_4Dom_POS, e a probabilidade de significância de 0,001(<0,05), que sugere rejeitar a hipótese nula, ou seja, deve-se aceitar a hipótese de que há correlação entre as duas variáveis em análise assim, há significância amostral para afirmar que existe correlação significativa entre a Média da QV Pós-Cirúrgica e os domínios Dom_Psicolog_POS e Dom_Social_POS, ou de outra forma, que a Média da QV Pós-Cirúrgica tem dependência significativa dos aspectos psicológicos e sociais pós-cirúrgico.

Para avançar e construir um modelo genérico da regressão linear, iniciou-se por buscar um modelo de cálculo da variável da Média de QV PÓS_Cirúrgica (MDQV_POS) através de uma regressão linear múltipla, a partir dos valores dos quatro domínios medidos antes da cirurgia, a fim de prever a influência de cada um destes fatores no valor global do valor previsto de QV PÓS-Cirúrgica e criar uma variável de valor previsto dos resultados pós-cirúrgico (PREVQV_POS). Para tal, as quatro variáveis independentes preditoras escolhidas para o estudo (Dom_Fisico_PRE, Dom_Psicolog_PRE, Dom_Social_PRE e Dom_Ambiental-PRE) que foram inseridas nesta sequencia e simuladas ao mesmo tempo[5] no SPSS, obtendo-se resultados[6] dos quadros da tabela 1.

---

5 5 Se soubesse quais as variáveis que tem maior importância no modelo, poderia simular o modelo com a variável mais importante, e depois acrescentar sucessivamente as demais, em ordem de importância, por melhorar o modelo.

6 Opção Regression, selecionadas as opções: estatísticas de descritivas e de correlações; estimativas de coeficientes; ajuste quadrado de R; matriz de covariância; ajuste do modelo; diagnóstico de colineariedade; teste de durbin-watson; e os gráficos de resíduos (Y=ZPRED, X=ZRESID); e ainda marcadas as opções de histograma e de curva de normalidade, além da opção de produzir os gráficos parciais para a análise de dispersão de resíduos.

TABELA 1: Medidas Descritivas das Variáveis Idade vs Tempo_Função

Descritivos

			Estatística	**Modelopadrão**
Idade	Média		32,06	1,319
	Intervalo de confiança de 95% para média	Limite inferior	29,41	
		Limite superior	34,71	
	5% da média aparada		31,31	
	Mediana		30,50	
	Variância		86,996	
	Desvio padrão		9,327	
	Mínimo		19	
	Máximo		60	
	Range		41	
	Amplitude interquartil		10	
	Assimetria		1,268	,337
	Kurtosis		1,689	,662
Tempo_Trab_Funcao	Média		6,050	,9754
	Intervalo de confiança de 95% para média	Limite inferior	4,090	
		Limite superior	8,010	
	5% da média aparada		5,278	
	Mediana		3,000	
	Variância		47,574	
	Desvio padrão		6,8974	
	Mínimo		,0	
	Máximo		30,0	
	Range		30,0	
	Amplitude interquartil		9,0	
	Assimetria		1,582	,337
	Kurtosis		2,497	,662

Fonte: Elaborada pelos autores.

A saída do SPSS fornece também o quadro 4, coeficientes da regressão múltipla, onde percebe-se que os coeficientes B (valores não-padronizados) sugerem uma equação de regressão como Prev_4DomPre_QVPOS = 1,356 - 0,144 * Dom_Fisico_PRE + 0,180 * Dom_Psicolog_PRE – 0,991*Dom_Social_PRE + 1,271*Dom_Ambiental_PRE+ ε_i, sendo que os valores Beta (são usados apenas quando a análise é feita pelas variáveis padronizadas ou estandardizadas).

QUADRO 1: Coeficientes de Regressão Múltipla (MDQV_POS vs DFIS_PRE vs DPSI_PRE vs DSOC_ PRE vs DAMB_PRE)

Coeficientes[a]

Modelo		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	T	Sig.	Intervalo de confiança 95,0% para B		Estatísticas de colinearidade	
		B	Modelo padrão	Beta			Limite inferior	Limite superior	Tolerância	VIF
1	(Constante)	1,356	,301		4,501	,000	,749	1,962		
	Dom_Fisico_PRE	,144	,123	,212	1,167	,249	-,105	,392	,193	5,193
	Dom_Psicolog_PRE	,180	,198	,204	,907	,369	-,220	,580	,126	7,922
	Dom_Social_PRE	-,991	,285	-,802	-3,478	,001	-1,565	-,417	,120	8,349
	Dom_Ambient_PRE	1,271	,222	1,168	5,731	,000	,824	1,718	,154	6,512

Fonte: Elaborada pelos autores.

a. Variável dependente: Med_4 Dom_POS

Pode-se dizer que dos resultados da regressão linear múltipla, pelos dados do quadro 2, demostrou-se que as quatro variáveis preditoras estudadas em conjunto, explicam cerca de 42,2% (R^2 = 0,422) das variações do domínio Med_4Dom_POS, com um encurtamento na generalização do modelo amostral para a população de 2,5% (R^2 - $R^2_{ajustado}$ = 0,025).

QUADRO 2: Modelo de Regressão Múltipla (MDQV_POS vs DPSI_PRE vs DSOC_PRE)

R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Estatísticas de mudança					Durbin-Watson
			Alteração de R quadrado	Alteração F	df1	df2	Sig. Alteração F	
,422	,397	,31870	,422	17,138	2	47	,000	1,244

Fonte: Elaborada pelos autores.

Pode-se também afirmar que o modelo proposto de regressão linear múltipla cumpre todos os requisitos da regressão, e indica que o modelo construído para a nova variável Prev_4 DomPre_QVPOS, pode ser considerado preciso para a amostra analisada e generalizável para a população de dados, e ainda que os aspectos psicológicos e sociais pré-cirúrgicos são fortemente significantes no resultado da percepção da qualidade de vida pós-cirúrgica, visto que os quatro fatores pré-cirúrgicos, quando simulados conjuntamente, explicam 42,2% da variância total da variável MDQV_POS e caso se generaliza o modelo para uma população há um encurtamento do modelo de apenas 2,5%.

Quanto a probabilidade de significância, todos os domínios apresentaram *p-value* < 0,01, ou seja, abaixo do limite (<0,05) e pode-se afirmar que estas covariâncias calculadas são significantes, portanto, há significância estatística para afirmar que há covariância entre todas as variáveis analisadas.

Para concluir a análise da multicolinearidade[7], toma-se as últimas colunas do quadro 1 acima, sendo o caso mais crítico FIV=7,992 para o Dom_Psicolog_PRE, mas com tolerância reduzida (0,126), e os demais preditores cumprindo tais requisitos, pelo que pode-se confirmar o pressuposto de não-multicolineariadade

7 Segundo Field (2009, p. 183, 202) quanto a análise do valor da maior FIV deve ser menor que 10 e a média das FIV não muito superior a unidade (1), para garantir o pressuposto de não multicolinearidade, enquanto as tolerâncias (igual a 1/ FIV) devem ser menor que 0,10, e não muito acima de 0,20.

para o modelo de regressão construído. Confirmou-se ainda os pressupostos da normalidade[8] dos resíduos, e a homocedasticidade [9] nos resíduos.

Pode-se também afirmar que o modelo proposto de regressão linear múltipla cumpre todos os requisitos da regressão, e indica que o modelo construído para a nova variável Prev_4 DomPre_QVPOS, pode ser considerado preciso para a amostra analisada e generalizável para a população de dados, e ainda que os aspectos psicológicos e sociais pré-cirúrgicos são fortemente significantes no resultado da percepção da qualidade de vida pós-cirúrgica, visto que os quatro fatores pré-cirúrgicos, quando simulados conjuntamente, explicam 42,2% da variância total da variável MDQV_POS e caso se generaliza o modelo para uma população há um encurtamento do modelo de apenas 2,5%.

Portanto, há significância amostral para não rejeitar a hipótese nula ($H4_0$), pois pode-se dizer que há significância estatística para aceitar que não é desprezível (é mensurável) a influência dos quatro aspectos Pré-Cirúrgica em relação à Média da QV Pós-Cirúrgica.

No quadro de estatística descritiva e no quadro de correlação (Tabela 2) percebe-se que todas as médias das diferenças intradomínios Pós-Cirúrgicas são superiores às condições Pré-Cirúrgicas, por validar a hipótese alternativa que há diferenças mensuráveis entre as médias dos aspectos psicossociais (e nos demais) e na média de QVe que a correlação entre os domínios pré e pós-cirúrgico são elevadas (a menor delas é -0,683), mas nenhuma próximo do limite de colinearidade (R> 0,90, aceitável com n<50) pelo que pode-se dizer que há correlação entre os pares dos domínios, mas não a ponto de invalidar a independência entre as variáveis de cada par (que exigiria a aplicação do teste de ANOVA). Para além disso, os resultados sugerem que há significância apenas para a correlação entre os pares Dom_Ambient_PRE *vs* Dom_Ambient_POS e Med_4 Dom_PRE *vs* Med_4 Dom_POS (com Sig. <0,001), mas com coeficiente de correlação abaixo do limite (R< 0,90).

TABELA 2: Medidas Descritivas e Correlações de Variáveis Dependentes Pré-Pós-Cirúrgica

Estatísticas de amostras emparelhadas

		Média	N	Desvio padrão	Erro padrão da média
Par 1	Dom_Fisico_PRE	3,3983	50	,60525	,08560
	Dom_Fisico_POS	29,4054	50	33,69431	4,76509
Par 2	Dom_Psicolog_PRE	3,1440	50	,46466	,06571
	Dom_Psicolog_POS	3,3297	50	,58578	,08284
Par 3	Dom_Social_PRE	2,9497	50	,33236	,04700
	Dom_Social_POS	3,0411	50	,38249	,05409
Par 4	Dom_Ambient_PRE	3,0211	50	,37704	,05332
	Dom_Ambient_POS	3,1326	50	,46104	,06520
Par 5	Med_4 Dom_PRE	3,2229	50	,31769	,04493
	Med_4 Dom_POS	3,3286	50	,41045	,05805

Fonte: Elaborada pelos autores

8 A normalidade dos resíduos é vista pela forma da figura do histograma e pelos pontos oscilantes em torno da reta do gráfico P-P normal da regressão dos resíduos padronizados indicam a normalidade dos resíduos (outro pressuposto para a regressão).

9 O gráfico dos valores de resíduos padronizados da regressão (ZRESID) versus os valores previstos da regressão padronizados (ZPRED) quando tem a imagem semelhante a um conjunto de pontos aleatórios dispersos em torno do zero (para a variável Med_4Dom_POS), confirma que há homocedasticidade nos resíduos (vide modelos de gráficos de análise em Field, 2010, p. 208).

Correlações de amostras emparelhadas

		N	Correlação	Sig.
Par 1	Dom_Fisico_PRE & Dom_Fisico_POS	50	-,683	,000
Par 2	Dom_Psicolog_PRE & Dom_Psicolog_POS	50	,626	,000
Par 3	Dom_Social_PRE & Dom_Social_POS	50	,706	,000
Par 4	Dom_Ambient_PRE & Dom_Ambient_POS	50	,823	,000
Par 5	Med_4 Dom_PRE & Med_4 Dom_POS	50	,832	,000

Fonte: Elaborada pelos autores.

O quadro 2, sintetiza as informações mais importantes, por mostrar que houve um acréscimo entre todas as médias dos domínios do WHOQOL-Bref, sendo estes acréscimos (Pós vs Pré) na ordem de 9 a 11% nos domínios Social (≅0,914), ambiental (≅0,111), e da Med_4-Dom (≅0,105). Quanto ao domínio psicológico, houve o maior acréscimo 18,57% (0,1857), mas no domínio físico parece ter havido um erro de simulação do programa, pois aponta um valor muito acima da faixa de 0 a 5 das notas (≅ 26,007). No entanto, parece não haver significância estatística para afirmar que houve acréscimo de satisfação na média da QV Pós-Cirúrgica (Sig./2= 0,001 < 0,05), no domínio ambiental (Sig./2= 0,002 < 0,05), e também do domínio físico (Sig./2 menor que 0,001), para um intervalo de confiança de 95%. Quanto aos valores das médias no intervalo de confiança todos os valores não contém o zero, exceto o domínio físico, não havendo a possibilidade de igualdade de médias.

QUADRO 3: Diferenças das Médias de Todas as Variáveis Dependentes (Domínios)

Teste de amostras emparelhadas

		Diferenças emparelhadas					t	df	Sig. (2 extremidades)
		Média	Desvio padrão	Erro padrão da média	95% Intervalo de confiança da diferença				
					Inferior	Superior			
Par 1	Dom_Fisico_PRE - Dom_Fisico_POS	-26,00714	34,11027	4,82392	-35,70117	-16,31311	-5,391	49	,000
Par 2	Dom_Psicolog_PRE - Dom_Psicolog_ POS	-,18571	,46739	,06610	-,31854	-,05288	-2,810	49	,007
Par 3	Dom_Social_PRE - Dom_Social_POS	-,09143	,27797	,03931	-,17043	-,01243	-2,326	49	,024
Par 4	Dom_Ambient_PRE - Dom_Ambient_ POS	-,11143	,26181	,03703	-,18584	-,03702	-3,009	49	,004
Par 5	Med_4 Dom_PRE - Med_4 Dom_POS	-,10571	,22874	,03235	-,17072	-,04071	-3,268	49	,002

Fonte: Elaborada pelos autores.

Diante dos resultados, para o teste unilateral, restou provado que há significância amostral para aceitar a hipótese alternativa, no intervalo de confiança de 95%, que a média dos domínios da QV Pós-Cirúrgica é maior que a Média Pré-Cirúrgica, com significância estatística a confirmar em amostras maiores, ou seja, pode-se afirmar que, com 95% de certeza, houve um acréscimo de todos os domínios (PRÉ *vs* PÓS-Cirúrgico) do

WHOQOL-Bref, mas com significância estatística comprovada apenas nos domínios sociais e psicológicos, nos pacientes deste estudo.

O quadro 4, abaixo, mostra a análise da estatística de Kaiser-Meyer-Olkim KMO)[10], que calculou KMO = 0,590 (um pouco acima do limite de 0,500), e ainda , na análise dos elementos da diagonal da Matriz-R de correlações (anti-imagem), que deveriam estar acima do limite mínimo de 0,5, tem-se casos de até 0,276 a indicar que deve haver uma ampliação da amostra ou eliminação de variáveis (questões) que não estão discriminando entre si. Enquanto exercício resolveu-se aceitar continuar a análise com todos os fatores (questões).

O quadro 4, exibe ainda o teste de esfericidade de Barllet[11] com significância abaixo de 0,001 (< 0,005), pelo que há significância estatística para afirmar que esta matriz tem valores não nulos fora da diagonal, ou seja, há coeficientes de correlação não nulas entre as variáveis em análise, e pode-se continuar a análise fatorial.

QUADRO 4: Teste de KMO e Barllet (Variáveis Pós-Cirúrgicas)

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem.		,590
	Qui-quadrado aprox.	679,023
Teste de esfericidade de Bartlett	Df	276
	Sig.	,000

Fonte: Elaborada pelos autores.

O passo final desta análise fatorial foi buscar maximizar as cargas (Load) de cada variável sobre os sete fatores extraídos, logicamente sendo reduzidas as cargas nos demais fatores. Para tal, foi executada o procedimento de rotação dos fatores e escolheu-se a opção de rotação pelo método *Varimax*[12], pois há independência da variáveis (análise de correlação).

Dos resultados da Matriz de Componentes dos Fatores (Rotacionados) percebe-se que as componentes 1, 2, 3 e 4 estão bem mais carregadas que as demais, ou seja, após a rotação pode-se facilmente perceber quais são as perguntas que estão concentradas nestas componentes e buscar os temas comuns em cada um destas componentes para propor domínios ou componentes que agreguem os fatores, tais como o caso do WHOQOL (Fisico, Psicológico, Social e Ambiental). Neste caso, para facilidade de visualização selecionou-se apenas as 3 primeiras componentes, e apresentou-se o gráfico espacial das cargas (Load) de cada uma das questões distribuídas pelos três eixos das componentes sugeridas pelo modelo, mas a análise a partir de duas dimensões exige algum grau de abstração, conforme a seguir pode ser visualizado.

---

10 Field, 2010, p. 571, 579, 580, sugere que todos os elementos da diagonal da Matriz-R de correlações (anti-imagem) devem estar acima do limite mínimo de 0,5, e se qualquer variável tiver valor menor que este mínimo deve considerar eliminar a mesma e tentar executar a análise sem a mesma, sendo que recomenda-se que estes valores sejam acima de 0,7. Para ter uma análise de fatores apropriadas tem-se: KMO=0,5 a 0,7 são mediocres. KMO=0,7 a 0,80 são bons. KMO=0,80 a 0,90 são ótimos e KMO>0,90 são excelentes.

11 Field, 2010, p. 580-581, diz que o Teste de Esfericidade de Barllet testa a hipótese nula de que a Matriz-R de correlações seja uma matriz identidade (na diagonal os R são iguais a UM-correlação perfeita entre a variável e ela mesma-, mas que fora da diagonal todos os R sejam NULOS-indicando não haver correlação entre as variáveis testadas. Um teste significativo (Sig. < 0,05) resulta que a Matriz-R NÃO é uma matriz identidade e pode-se avançar com a análise fatorial.

12 Field, 2010, p. 568-69, diz que o método Varimax se aplica melhor quando há independência de *variáveis, mas se as variáveis tiveram altos graus de correlação (na avaliação dos coeficientes de correlações com R>0,8 a 0,9), pode-se usar os demais métodos (por exemplo, Oblim Direto, etc).*

GRÁFICO 7 – Gráfico Final de Distribuição Espacial (Questões vs Componentes da Análise Fatorial)

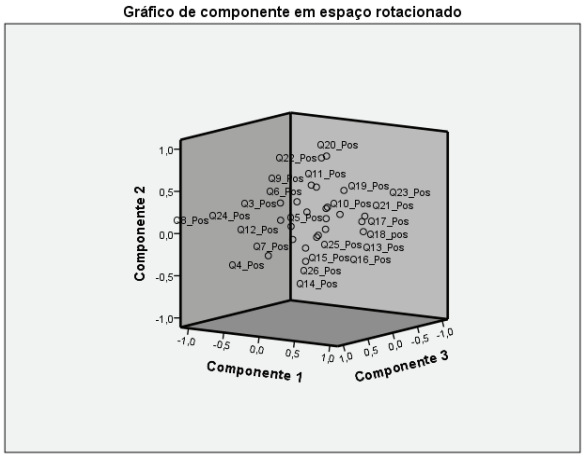

Fonte: Elaborada pelos autores.

4 DISCURSÃO DE RESULTADOS

Para se avaliar de forma ampla e completa a qualidade de vida dos pacientes de pós-operatório de cirurgia plástica, foi utilizado um instrumento de coleta de dados, o questionário WHOQOL-Bref (World Health OrganizationQualityof Life Group). O WHOQOL-Bref é constituído de 26 perguntas, composto por 4 domínios: físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente (FLECK et al, 2000).

Quanto à avaliação das duas primeiras hipóteses do estudo, pela medição do grau de correlação linear entre as variáveis restou provado que há significância estatística para afirmar que não há correlação entre a percepção da qualidade de vida Pós-Cirúrgica dos pacientes e as variáveis Idade e Tempo na Função.

Ainda dos estudos da correlação, há significância amostral para afirmar que não se rejeita a hipótese que há correlação significativa entre a Média da QV Pós-Cirúrgica e os domínios Dom_Psicolog_POS e Dom_Social_POS, ou de outra forma, que a Média da QV Pós-Cirúrgica tem dependência significativa dos aspectos psicológicos e sociais pós-cirúrgicos.

Dos estudos de regressão linear múltipla, pode-se afirmar que o modelo proposto de regressão linear múltipla cumpre todos os pressupostos da regressão, e indica que o modelo construído para a nova variável Prev_4 DomPre_QVPOS, pode ser considerado preciso para a amostra analisada e generalizável para a população de dados, e ainda que os aspectos psicológicos e sociais pré-cirúrgicos são fortemente significantes no resultado da percepção da qualidade de vida pós-cirúrgica, visto que os quatro fatores pré-cirúrgico, quando simulados conjuntamente, explicam 45,9% da variância total da variável MDQV_POS, e caso se generaliza o modelo para uma população há um encurtamento do modelo de apenas 7,3%.

Ainda da regressão linear, restou provado que há significância amostral para afirmar que não se rejeita a hipótese que há influência mensurável (não desprezível) entre o conjunto dos domínios Dom_Psicolog_PRE e Dom_Social_PRE e a Média da QV Pós-Cirúrgica dos pacientes de cirurgia plástica considerados no estudo.

Estes resultados parecem estar alinhados com os achados de Canavarro e Serra (2010: 186) que afirmam, durante a validação do instrumento em Portugal, que todos os domínios do WHOQOL-Bref apresentavam correlação linear, sendo que a variância total do modelo foi explicado por 52,2% do domínio físico, seguido dos domínios psicológicos, ambientais e relações sociais, sendo portanto plausível a ordem de grandeza dos resultados obtidos em nosso estudo.

Diante dos resultados da aplicação do teste t de student, para o teste unilateral, restou provado que há significância amostral para aceitar que a média dos domínios da QV Pós-Cirúrgica é maior que a Média da QV Pré-Cirúrgica, ou seja, pode-se afirmar que, com 95% de certeza, houve um acréscimo de todos os domínios (Pré *vs* Pós-Cirúrgico) do instrumento WHOQOL-Bref, nos pacientes de cirurgia plástica deste estudo.

Apesar do número limitado da amostra disponível (n=50) nosso estudo apresentou uma resposta esperada pela aplicação WHOQOL-Bref por encontrar uma significativa melhoria da média QV em todos os quatro domínios (Físico, Psicológico, Relações Sociais e Meio-Ambiente), conforme os resultados relatados nos estudos de Canavarro e Serra (2010) e de Fleck (2008), para outras categorias de pacientes.
No entanto, esta investigação em pacientes de cirurgia plástica, fez uma notável contraposição com os achados da avaliação de QV do estudo de Tournieux (2009: 360), que afirmou que ao comparar a média de QV do pré e do pós-operatório dos pacientes de cirurgia plástica, nos 8 itens avaliados pelo SF-36, a diferença entre estas condições (Pré e Pós) teria valores mínimos, e somente nos itens saúde geral, aumento de auto-estima, e influência positiva no relacionamento teria ocorrido uma melhora estatisticamente válida ($p< 0,05$), e afirmou ainda que resultou de seus estudos que as dimensões limitação física, dor, vitalidade e saúde mental no pós-operatório apresentaram resultados negativos ($p<0,001$). Para além disso, aquele estudo identificou um maior número de pacientes a demonstrar piora ao invés de melhora nos níveis de QV pré-cirúrgico *versus* pós-cirúrgico.
Em busca de esclarecimentos para esta contraposição de resultados, há de se refletir sobre o estudo comparativo de aplicação entre o SF-36 e WHOQOL_Bref, feito por Zanei (2006: 80-82), que sugeriu que o SF-36 mostrou-se mais consistente para pacientes de UTI, notadamente nos domínios físicos e vitalidade, por fazer uma medição de QVRS enquanto o WHOQOL-Bref mede QV global, e articula que este segundo pode ter melhor aplicabilidade a pacientes ambulatoriais e com internações não graves, pelo que se pode inferir que talvez fosse interessante comparar os resultados obtidos com outras aplicações do SF-36 para pacientes de cirurgia plástica.
No entanto, o citado estudo de medição de QV em pacientes de cirurgia plástica parece ser a única investigação do gênero até o momento divulgada no Brasil (e em Portugal), tendo-se aplicado apenas o SF-36. Para além disto, aquele estudo não mostra maiores esclarecimentos sobre o rigor metodológico da análise estatística. Assim, preferimos nos direcionar pelas diversas investigações de Canavarro e Serra (2010) e de Fleck (2008), que se alinham com os resultados do presente estudo por reafirmar o crescimento de todos os domínios da QV pós-tratamento, pelo que é plausível supor que nossos resultados para os pacientes de cirurgia plástica são confiáveis.
Por fim, da análise fatorial da amostra comprovou-se a aplicabilidade desde que nesta os testes e transformações propostas pela análise fatorial, e encontrou-se inicialmente sete fatores que poderiam representar os domínios (componentes) dos estudos. Após aplicar uma rotação pelo método Varimax, da Matriz de Componentes dos Fatores (Rotacionados) percebeu-se que as componentes 1, 2 e 3 ficavam bem mais carregadas que as demais, e portanto, poderia reduzir os fatores em três domínios (componentes), mas pelo reduzido tamanho da amostra houveram dificuldades para possíveis avanços nesta análise, pelo que sugere-se a ampliação dos casos em estudos para permitir a análise desejada.

5 CONCLUSÕES

Através da aplicação do instrumento WHOQOL-Bref constituído de 26 perguntas, composto por 4 domínios: físico, psicológico, relações sociais e meio ambiente (FLECK et al, 2000), a presente investigação provou que há significância estatística para afirmar que não há correlação entre a percepção da qualidade de vida Pós-Cirúrgica dos pacientes e as variáveis Idade e Tempo na Função. Ficou claro que a Média da QV Pós-Cirúrgica tem dependência significativa dos aspetos psicológicos e sociais pós-cirúrgicos e também que há significância amostral para afirmar que existe influência mensurável (não desprezível) entre o conjunto dos domínios Dom_Psicolog_PRE e Dom_Social_PRE e a a Média da QV Pós-Cirúrgica dos pacientes de cirurgia plástica considerados no estudo. Após a aplicação do teste t de student, pode-se ainda afirmar que, com 95% de certeza, houve um acréscimo de todos os domínios (Pré *vs* Pós-Cirúrgico), nos pacientes de cirurgia plástica deste estudo.
Apesar do número limitado da amostra disponível (n=50) o estudo apresentou uma resposta esperada pela aplicação WHOQOL-Bref por encontrar uma significativa melhoria da média QV em todos os quatro domínios (Físico, Psicológico, Relações Sociais e Meio-Ambiente), conforme os resultados relatados em outras

tipologias de pacientes nos estudos de Canavarro e Serra (2010) e de Fleck (2008), no entanto, fez uma notável contraposição com os achados da avaliação de QV do estudo de TOURNIEUX (2009: 360) que relatou não encontrar resultados similares pela aplicação do SF-36 em pacientes de cirurgia plástica.

Pode-se assim, responder a questão inicial proposta por esta investigação, que os resultados obtidos apontam para que haja impactos mensuráveis na qualidade de vida e nos aspectos psicossociais em pacientes de cirurgia estética e que o instrumento WHOQOL pode ser um bom instrumento para medir QV nos casos de cirurgia plástica.

Sugere-se avançar nesta investigação para uma amostra superior a 100 pacientes para ampliar a fiabilidade dos resultados expostos. Para, além disto, deve-se lembrar de que o WHOQOL mede apenas dimensões de eficiência e o SF-36 pode aferir agregação de valor (QALYs), pelo que se sugere a aplicação deste instrumento, ou de outro como o EQ-5D, que afere agregação de valor, em uma amostra significativa de pacientes de cirurgia plástica, com garantia de rigor científico do tratamento estatístico, para permitir uma comparação adequada com os resultados ora apresentados.

BIBLIOGRAFIA

Brasil ocupa 2ª posição em número de cirurgias plásticas estéticas no mundo. Revista Veja. 24/01/2013. Disponível em: http://veja.abril.com.br/noticia/saude/brasil-ocupa-2a-posicao-em-numero-de-cirurgias-plasticas-esteticas-no-mundo, [Consultado em 22-06-2013].

CANAVARRO, M. C.; SERRA, A. V. (2010), Qualidade de vida e saúde: uma abordagem na perspectiva da organização mundial de saúde. Lisboa: Fundação Colouste Gulbenkian - Serviço de Educação e Bolsa.

DINI, G. M.; QUARESMA, M. R.; FERREIRA, L. M.(2004), Adaptação cultural e validação da versão brasileira da escala de auto-estima de Rosenberg. Revista da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, 19 (1), pp. 41-52.

FERREIRA, M. C. (2000), Cirurgia Plástica Estética – Avaliação dos Resultados. Revista da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, 15 (1), pp. 55-66.

FIELD, A. (2009), Descobrindo a Estatística e usando o SPSS, Porto Alegre: Artmed.

FLECK, M. P. A.; *et al.* (2000), Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida "WHOQOL-bref". Rev. Saúde Pública, 34 (2), pp. 178-83.

POMPEU, J. M.; MENESES, L. C. (2008), Estudo comparativo da qualidade de vida em pacientes com Doenças de Parkinson Idiopatica praticantes de atividades físicas e não 65 praticantes. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Fisioterapia) – Belém: Universidade da Amazônia.

ROCHA, N. S. (2008), Avaliação do desempenho do WHOQOL-bref em pacientes deprimidos provenientes de serviços de cuidados primários de diferentes países usando a análise de Rasch. Tese de Doutorado, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SKEVINGTON, *et al*. (2004a). *The World Health Organization's WHOQOL-BREF quality of life assessment: psychometric properties and results of the international field trial*. A report from the WHOQOL group. Qual Life Res, 13(2), 299-310.

TOURNIEUX, A. T.; *et al.* (2009), Estudo prospectivo da avaliação da qualidade de vida e aspectos psicossociais em cirurgia plástica estética. Revista Brasileira de Cirurgia Plástica, 24 (3), pp. 357-361.

ZANEI, S. S. V. (2006), Análise dos instrumentos de avaliação de qualidade de vida WHOQOL-bref e SF-36: confiabilidade, validade e concordância entre pacientes de Unidades de Terapia Intensiva e seus familiares. Tese de Doutorado, São Paulo: Universidade de São Paulo.

Representações sociais em saúde mental: o conhecimento que anima a lei, os discursos e a prática

Karine Wlasenko Nicolau[1]

RESUMO As representações sociais compõem um campo do conhecimento humano fundamentado no senso comum e nas relações pessoais cotidianas estabelecidas face a face com os objetivos de possibilitar o reconhecimento de determinado objeto, estabelecer uma linguagem compartilhada e orientar condutas. No cuidado em Saúde Mental, tais representações produzem e reproduzem sentidos construídos socialmente e moldam o agir em saúde, nem sempre congruente com a letra e a lei. A contribuição de pesquisas e de práticas em Saúde Mental que envolvam representações sociais reside na articulação de interfaces que, a par de se apresentarem em sistemas com lógicas diferenciadas, como as leis e as boas práticas, por um lado; e por outro, o cotidiano profissional, dirigem-se aos mesmos desafios impostos pelo trabalho na área, como, por exemplo, a superação da exclusão naturalizada para o tratamento e a associação da loucura à desrazão e à periculosidade. Nessa direção, possibilitar a expressão e o reconhecimento dos sentidos sociais no campo formativo e prático da Saúde Mental pode se apresentar como caminho para o fomento das transformações tão almejadas pelas Reformas Psiquiátricas e Sanitárias em diversos países, incluindo o Brasil.

Palavras-chave: Cuidado em Saúde, Reforma Psiquiátrica, Representações Sociais, Saúde Mental.

1. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: O SENTIDO DA VIDA COTIDIANA

O aporte teórico das chamadas representações sociais, iniciado pelo psicólogo social romeno naturalizado francês Serge Moscovici na década de 1960, propõe seu entendimento como construções esquemáticas que procuram se aproximar de um determinado objeto, facilitando a comunicação entre os diversos grupos sociais e orientando suas condutas. Apresentam-se como verdadeiras teorias do senso comum que identificam coletivos e trazem o senso de pertencimento aos indivíduos que os compõem.

Para Moscovici (2010), a teoria das representações sociais constitui-se uma opção descritiva dos fenômenos sociais no reconhecimento de um saber diverso da ciência e da ideologia. As representações sociais seriam como uma "rede" de ideias, metáforas e imagens sociais mais fluidas do que as teorias, porém não menos legítimas e tampouco secundárias.

De acordo com o psicólogo romeno, as representações sociais não seriam conteúdos de pensamento generalizáveis, pois se referem a processos cognitivos e afetivos inacabados de apreensão do mundo, com diferentes funções cognitivas e sociais (Moscovici, 2010). Sob outro aspecto, as representações sociais permitem "produzir e reproduzir o mundo" com base em determinadas categorias descritivas, explicativas e valorativas compartilhadas coletivamente, independentemente das vontades individuais; porém, abarcando-as. Moscovici (2010) afirma que por meio do conhecimento cotidiano representado socialmente os sujeitos veiculam sentidos e com isso expressam uma visão de mundo lógica, coerente e sensível. Desse modo, as representações sociais conferem nova forma ao conhecimento científico, por exemplo; ou então reelaboram de forma prática o que se convencionou socialmente como regra ou dever.

Segundo Jodelet (2001), as representações sociais compõem um forma de conhecimento elaborado e partilhado

---

1 Psicóloga social. Mestra em Política Social, especialista em Saúde Coletiva (Educação e Saúde) e atualmente doutoranda da Universidade de Brasília em Ciências e Tecnologias em Saúde, na área de Saúde Mental. Estudos complementares em Psicologia do Corpo e Terapia Relacional Sistêmica. Atuou como fellowship no Hospital Militar de Maputo, Moçambique, África. Experiência profissional nas áreas clínica, hospitalar, comunitária, institucional, na gestão pública e na docência universitária. Autora do livro: Redes de Apoio Social e Política de Saúde: dádiva e direitos em debate (2014). Universidade de Brasília (UnB)/ Brasil wlasenko@unb.br

socialmente com um objetivo prático e que contribui para a construção de uma realidade comum a um determinado conjunto ou grupo social. De acordo com Jovchelovitch (2008), as representações sociais são construções humanas que ocorrem no desenvolvimento da dinâmica afetiva das relações com o outro e que dependem de contextos sociais, políticos e históricos. Por esse motivo, nunca captam a realidade em sua totalidade, sendo necessário sempre distinguir os objetos de suas representações.

Para Spink (1993), as representações sociais manifestam o senso comum como conhecimento legítimo e impulsionador das transformações sociais. A expressão "práticas discursivas", na acepção de Spink e Medrado (2013), traduz de certo modo o aspecto pragmático e dinâmico das representações sociais, que constroem e reconstroem a realidade ao longo dos tempos (longo, vivido e curto), em contextos sócio-históricos definidos. Segundo os autores, as práticas discursivas podem ser definidas como "linguagem em ação, ou seja, as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas" (Spink & Medrado, 2013, p. 26).

Pode-se apontar o cotidiano como o *locus* privilegiado de estudo das representações sociais e das práticas discursivas, intrinsecamente relacionadas. Autores como Norbert Elias (década de 1930), Michel Foucault (década de 1970), Agnes Heller (década de 1970), Michel de Certeau (década de 1980) e Pierre Bourdieu (década de 1980), entre outros, contribuíram para a valorização dos estudos sobre o cotidiano. Elias (1994) descreve a inevitabilidade das relações sociais no que denominou "a sociedade dos indivíduos", uma rede de relações na qual cotidianamente são forjados papéis e lugares independentes das escolhas individuais e que não se transformam pela simples vontade individual. Foucault (2008) atribui importância às práticas discursivas e às possíveis mudanças vinculadas, não como um *continuum* inevitável, mas como um processo onde podem ou não ocorrer transformações históricas e culturais. Heller (2004) adota o princípio de que é no cotidiano que tais transformações se tornam possíveis, quando se retorna a ele de outra forma por meio do trabalho criativo, da arte e da ciência, em movimentos dialéticos no contexto histórico que as acompanham. Certeau (1998) descreve o caráter estratégico e tático das ações cotidianas e o poder deste último para a transformação ou subversão das formalidades impostas socialmente. Bourdieu (1996) introduz o conceito de *habitus* como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações, uma forma de subjetividade socializada que se manifesta no cotidiano das relações sociais. Ainda que não se possa negar as particularidades e motivações que configuram a obra de cada um dos pensadores mencionados, todos de alguma forma tomam as relações humanas no cotidiano como a fonte que estrutura e sustenta a vida social, a raiz da vida humana.

Convém destacar que a categoria cotidianidade não se refere a um grupo social específico, pois se refere à mobilização humana regular em qualquer espaço para construção e reconstrução da vida social. Deve-se acrescentar igualmente que uma representação social em si ou sua circulação não revela qual seria sua função para aqueles que dela se utilizam. São as práticas discursivas cotidianas os agentes fundamentais para se detectar a inserção em determinada realidade histórica, referendadas por representações sociais mais ou menos fluidas e dinâmicas.

Wachelke (2005) ratifica o ideário segundo o qual as representações sociais se apresentam como uma forma de conhecimento que tem como função nos familiarizar com o novo, o estranho. No entanto, verifica-se a existência de conteúdos provenientes de antigas representações para o que se apresenta como "novidade" e que trouxe consigo a necessidade, portanto, de "novas" representações sociais. O conhecimento produzido por representações cotidianas será socialmente compartilhado, como ocorre em todos os campos do conhecimento, os quais, por sua própria natureza, são sempre sociais (Jodelet, 2001; Jovchelovitch, 2008; Moscovici, 2010). Isso reafirma o caráter coletivo das representações sociais e do conhecimento humano, de um modo geral.

Contudo, decorridas mais de cinco décadas de estudos e debates no campo das representações sociais, ainda se encontra presente a dificuldade de compreensão entre pesquisadores sobre a relação dinâmica e dialética entre ação individual e estrutura social que constitui o núcleo da teoria das representações sociais (Voelklein & Howarth, 2005). Neste aspecto, em especial, há que se recordar o filósofo grego Cornelius Castoriadis, para o qual individualidade e sociabilidade jamais se constituem isoladamente. A tão desejada liberdade, por exemplo, só pode ser simbolizada e se manifestar concretamente em um mundo social, de onde provém as raízes da própria representação do que seria essa liberdade (Castoriadis, 2007). O fundamento epistemológico que aqui se adota não considera, portanto, as representações sociais a soma de representações individuais, pois

se trata de um processo de retroalimentação conjunta. O mundo se apresenta como é representado pelos seres humanos; e é representado como se apresenta para os coletivos.

2. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA SAÚDE MENTAL

O cuidado em saúde, sob a ótica das representações sociais, revela-se como resultado do imbricamento entre as normas e condutas formais e as representações coletivas sobre o processo saúde-doença, seja na área profissional ou não. Manifesta-se por meio de práticas discursivas que poderão manter ou modificar as características e a qualidade do cuidado em saúde. Por esse motivo, há que se considerar a premente necessidade de articulação entre os campos humanos do conhecimento e suas metodologias formais e informais por meio de processos dialógicos que não excluam saberes constituídos nas interações cotidianas dos serviços de saúde, as quais poderão se utilizar da invisibilidade tática (Certeau, 1980) para fazer frente ao distanciamento participativo das leis e das "boas práticas".

Nessa direção, destaca-se a importância do estudo das representações sociais na Saúde Mental, especialmente entre estudantes e trabalhadores da área, na tentativa de conferir maior visibilidade à complexidade deste campo de saberes demarcado historicamente pela sanção (Castel, 1991), pela repressão (ainda que disfarçada contemporaneamente pela medicalização e pelo controle médico) e por representações que relacionam a loucura à perda da razão e, portanto, ao perigo e ao descontrole, dos quais decorre a necessidade de isolamento e de exclusão social (Amarante, 2007).

Contudo, não se pode ignorar a tentativa histórica ocorrida nas últimas cinco décadas de se ter um outro olhar para a loucura superando, dentre outros aspectos, a alteridade que acompanha frequentemente suas representações. Segundo a acepção adotada por Wachelke (2005), na alteridade a loucura é tomada como um objeto marcado pela insegurança e pela ambiguidade, representado como algo distante do seu interlocutor. Um outro modo de se conceber o processo de adoecimento no campo da Saúde Mental pode ocorrer também pelo estranhamento em relação aos tratamentos excludentes naturalizados ao longo da história. Esta última demarcação histórica, traduzida pelos movimentos reformistas ocorridos a partir da década de 1960, em particular o francês e o italiano, metaforiza o sentido chklovskiano para a produção artística, que seria o de desfamiliarizar o que é identificado como comum e "natural" (Chklovski, 1999); nesse caso, a exclusão naturalizada para o tratamento da loucura.

A Reforma Psiquiátrica brasileira, inspirada principalmente no modelo antimanicomial italiano, ilustra essa tentativa de desfamiliarização ao propor mudanças estratégicas do atendimento asilar para um modelo aberto e de base comunitária às pessoas que convivem com transtornos mentais.

No entanto, essas mudanças não ocorrem sem que os sujeitos envolvidos no processo produzam e reproduzam dinâmica e coletivamente representações sociais a respeito, a matéria viva que anima os discursos, as leis e as práticas cotidianas em Saúde Mental.

A diferença substancial entre estudos sobre percepções e opiniões e os que envolvem as representações sociais está no reconhecimento do caráter social e compartilhado do conhecimento com base em uma construção coletiva, para a qual o contexto socioeconômico e cultural se mostra inalienável. Em outras palavras, as representações sociais expressam uma construção do conhecimento que não é a soma de conteúdos individuais nem algo imposto como representação coletiva, no sentido durkheimiano. Na área da saúde, por exemplo, isso significa dizer que as representações sobre saúde e o processo de adoecimento são influenciados, entre outros fatores, pela produção acadêmica, pelas reelaborações de docentes e discentes e pelo compartilhamento entre profissionais resultante da prática cotidiana, além de todo o contexto socioeconômico e histórico-cultural que permeia a produção e circulação do conhecimento científico disponível. As representações sociais sobre o processo de adoecimento moldam os cuidados em saúde. Ignorar essa dimensão essencial da atuação profissional significa subtrair a base sob a qual as práticas em saúde se estabelecem no cotidiano dos serviços.

Segundo Semmer, McGrath e Beerh (2005), o estudo das representações sociais nas equipes de trabalho é um campo a ser desenvolvido na área de Saúde do Trabalhador e pode melhorar a compreensão dos processos subjacentes à emergência de estados incoerentes com as normas e leis estabelecidas para a atuação na Saúde.

Para tanto, os autores destacam que o nível de análise mais adequado para a estudo das representações laborais seria o intergrupal, considerando que tais representações se apresentam, por natureza, como sociais. Convém relembrar, contudo, que compreender esses processos não significa estabelecer caminhos para a cooptação de trabalhadores, mas reconhecê-los como sujeitos responsáveis pela efetiva mudança de atendimento. Na Saúde Mental, isso significa permitir que os trabalhadores reconheçam as necessidades de mudança e inovação por si próprios, estabelecendo prioridades e critérios para suas intervenções.

Para Henderson e Fuller (2011), as políticas de saúde criam um quadro discursivo para a compreensão das questões sociais através da produção dos problemas de certo modo, excluindo representações alternativas da questão e limitando as possibilidades de intervenção; a análise do discurso sobre a política de saúde australiana para pessoas com transtornos mentais, por exemplo, revela que a introdução de cuidados integrados teve pouco impacto sobre o acesso aos serviços, baseado no ideário neoliberal de escolha informada do consumidor, representada pela responsabilização do "consumidor" por sua saúde, como se esta fosse uma escolha pessoal. Os usuários do sistema de saúde não tiveram maior e melhor acesso aos serviços porque estes estavam disponibilizados formalmente. Algo escapou na formulação e planejamento da proposta e comprometeu o resultado esperado. Do mesmo modo, não será o incremento de leis, decretos, portarias e afins a garantia de mudanças no atendimento em Saúde Mental, pois a complexidade deste processo não se encerra nos discursos formais e deve incluir as práticas discursivas cotidianas a fim que tenha vida e movimento.

Leão e Barros (2008) apontam a importância do estudo das representações sociais das equipes dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) como categoria de análise da concepção das práticas em Saúde Mental. Pesquisas realizadas no Estado de São Paulo, Brasil, sugerem que os profissionais da área revelam representações sociais de práticas em Saúde Mental atreladas ao modelo tradicional, com a valorização da instituição psiquiátrica como um lugar seguro, embora isto esteja distante da proposta de desinstitucionalização que organiza a Saúde Mental brasileira na atualidade.

Para Wachelke (2005), as representações sociais apresentariam como uma de suas características básicas, além de aproximar os sujeitos do que é novo e/ou estranho, serem dinâmicas e passíveis de mudança. No entanto, conforme aponta o autor, estudos sobre a representação social da loucura e da doença mental têm apontado com frequência para a dimensão da alteridade (*otherness*), da diferença e uma espécie de "falha estrutural" na representação social da loucura, o que poderia ser explicado pelo conflito entre a tradição cultural e a ciência, que ainda não domina com segurança a loucura. Esse problema estrutural de instabilidade na representação social da loucura dificultaria sua *ancoragem* (uma forma de categorização cujo objetivo seria mapear determinado objeto a fim de torná-lo inteligível). A hipótese do "vácuo representacional" defendida por Wachelke (2005) aponta uma falha dos processos geradores e modificadores das representações sociais devido à ausência de âncoras e cobertura total entre representação e objeto. De acordo com essa perspectiva, parece se estabelecer uma relação entre menor clareza representacional e possibilidades reduzidas de transformações.

Convém recordar as modificações na representação social da loucura a partir da modernidade, considerando que os períodos históricos da antiguidade e medieval identificavam-na com base em uma acepção mágico-religiosa, sem muitas variações representacionais. À loucura era reservado o terreno do divino, do exótico, daquilo que não configurava o mundo terreno. Na contemporaneidade, a introdução da Ciência como campo de conhecimento traz consigo importantes modificações na concepção da loucura, antropomorfizando-a, porém, sem afastá-la do fantástico e do excêntrico. Basta relembrar os famosos "*shows* dos lunáticos" no século XVIII do *Bethlem Royal Hospital*, em Londres, considerado o mais antigo hospital psiquiátrico do mundo no qual, mesmo sob o estatuto de "pacientes", as pessoas com transtornos mentais participavam de verdadeiros "*shows* de horrores" (Andrews *et al*., 1997).

Há um campo profícuo a se pesquisar sobre a influência deste "vácuo representacional" e suas possibilidades de transformação no trabalho em Saúde Mental. Qual são os limites que as representações sociais da loucura impõem atualmente para as novas formas de cuidado dos transtornos mentais? Como impulsionar efetivamente a transformação destas representações?

Para Voelklein e Howarth (2005), a teoria das representações sociais pode ser refinada ao incluir em seu aporte teórico questões que envolvam o universo consensual (o mundo em que se vive de fato) e o reificado (o mundo dos conceitos), ambos inter-relacionados; a influência da argumentação, do conflito, da ideologia e das relações

de poder no processo de representação social. Compreende-se que este refinamento está de acordo com as inovadoras propostas de Spink, Medrado e Méllo (2014), os quais consideram também a própria trajetória de pesquisa uma possibilidade de transformações e reconstruções, superando a dicotomia saber acadêmico/ saber prático-profissional.

Zeeman e Simons (2011), ao pesquisarem profissionais do sul da Inglaterra, localizaram três discursos predominantes em Saúde Mental: biomédico, psicológico e centrado na pessoa. Observaram igualmente que discursos mais estabilizados ao longo do tempo são menos passíveis de mudança, como o modelo biomédico. No entanto, sugerem que os discursos existentes na atualidade são desafiados e alterados pela introdução de novas práticas, conforme frisado ao longo deste trabalho. Indicam também que prioridades organizacionais, sociais e políticas moldam as práticas profissionais, mais do que listas de boas práticas ou traços e comportamentos individuais desejáveis.

Morant (2006), ao pesquisar profissionais da Caledônia, território francês anexado à Oceania, verificou conceitos e representações sobre adoecimento em saúde mental mais em termos sociais do que em termos médicos; no entanto, a incerteza caracteriza muitos aspectos de suas representações, o que se associa a práticas de trabalho ecléticas, combinando múltiplas estratégias derivadas de diversas tradições teóricas.

Um aspecto crucial a ser desenvolvido nas pesquisas envolvendo representações sociais é a aproximação com a comunidade pesquisada e as próprias representações sociais dos pesquisadores. Howarth, Foster e Dorrer (2004) pontuam que projetos de investigação mais participativos tendem a ser mais aceitos pela comunidade e capazes de desenvolver parcerias com a comunidade acadêmica. Para as pesquisadoras inglesas, a falha em reconhecer e incorporar o potencial transformador das perspectivas da comunidade sobre a saúde na teoria das representações sociais pode ser visto como a legitimação do *status quo* em nome da "ciência desinteressada". A inclusão de questões relativas ao propósito e valor desta temática para as comunidades pesquisadas traz a necessidade urgente de debate e se apresenta como um desafio e um convite para os pesquisadores de representações sociais.

Tavani, Piermattéo, Collange e Lo Monaco (2014) destacam dois conjuntos de métodos para o estudo das representações sociais, sob o enfoque sociodinâmico e estrutural: os que recolhem o conteúdo e os que exploram a natureza deste conteúdo. Descrevem técnicas de associação, como o método de evocação livre, que consiste em dizer o que vem à mente quando se pensa sobre determinado objeto; e o método hierárquico de evocação, para o qual se solicita de 3 a 5 itens que refletirão prioridades em relação a determinado objeto. O que os autores denominam análise prototípica definirá o núcleo representativo, os elementos centrais, no que se aproximam das análises propostas por Bardin (1995). Os autores também consideram que, para ser relevante, a tarefa de evocação livre deve apresentar uma população entre 50 e 60 sujeitos, poderá utilizar a escala Likert para a avaliação da positividade/negatividade atribuída ao termo/frase pelo próprio sujeito, perito de sua própria produção; relembram a possibilidade de se utilizar análises fatoriais, incluindo análise de correspondência; e, para explorar a natureza dos elementos, recomendam recorrer à técnica do interrogatório, que identificará quais são os elementos não negociáveis para a representação do objeto, o que permitirá o tratamento estatístico de Kolmogorov-Smirnov a partir de 36 participantes. Concorda-se parcialmente com essa proposta, desde que respeitados os objetivos do estudo. Porém, não se pode ignorar a amplitude de possibilidades presentes nas análises qualitativas, para as quais quantidades delimitadas apenas têm sentido se contribuírem com novas e relevantes informações. Neste sentido, deve-se destacar as considerações de Spink e Lima (2013) sobre a cientificidade da pesquisa qualitativa, para a qual o rigor científico seria traduzido pela explicitação dos passos metodológicos e epistemológicos, mais do que pelos instrumentos dos quais se serve.

Para finalizar a defesa que aqui se procurou fazer sobre a importância do estudo das representações sociais no campo da Saúde Mental, cabe incluir as conclusões das pesquisas empreendidas por Aveling e Jovchelovitch (2014) segundo as quais a parceria não deve ser considerada uma ferramenta para a intervenção, mas como parte desta e definidora de sucesso. As autoras pontuam que representações de si e do outro no campo social definem perspectivas, identidades e interesse. Isso significa dizer que o modo como os próprios pesquisadores são representados e como representam o grupo pesquisado influenciam diretamente o processo e os resultados de pesquisa. Sob este aspecto, as pesquisadoras observam que a reificação ou, a transformação de uma ideia ou de uma relação social em uma coisa ou objeto procura deslocar o outro para preservar suas

próprias representações, o que não favorece mudanças e transformações. Já o consensualismo implicaria reconhecimento das representações alternativas e identidades. Nestes, os estilos de comunicação implantados moldariam a natureza e os resultados dos encontros de saberes e qualificariam seus participantes para uma base comum em meio à diversidade de linguagens e códigos. Mesmo em contextos constrangedores, encontros transformadores podem ser sustentados, desde que se reconheçam as necessidades de ambos os parceiros.
Neste caso, o consensualismo abraçaria o conflito como necessário e essencial ao diálogo e reconheceria que há uma contradição fundamental entre a obrigação de demonstrar que as pessoas estão precisando de assistência ou que há problemas a serem solucionados e o objetivo de maximizar o reconhecimento por essas mesmas pessoas como participantes capazes em seu próprio desenvolvimento. Para as pesquisas com profissionais especialistas, isso significa que teriam suas representações acolhidas e respeitadas, ainda que se considere a relevância e a urgência de mudanças e inovações no trabalho em Saúde Mental.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o isolamento e o enclausuramento foram práticas que traduziram as representações em Saúde Mental ao longo da história contemporânea, os movimentos de reforma do século XX trouxeram como princípio norteador a liberdade no seio da comunidade.
Possibilitar a reflexão acadêmica e profissional para a reconstrução das representações sociais cotidianas da loucura na atualidade surge como um dos maiores desafios para a consolidação de práticas que se pretendem inovadoras e voltadas para a inclusão da diferença para além da psiquiatria biologicista, dos discursos ideológicos e das leis em Saúde Mental.
Nessa direção, o estudo das representações sociais de profissionais atuantes no campo da Saúde Mental pode despontar como caminho humanizador da própria pesquisa científica.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. (2007), *Saúde Mental e Atenção Psicossocial*, Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz.

ANDREWS, J., BRIGGS, A., PORTER, R., TUCKER, P., WADDINGTON, K. (1997), *The History of Bethlem*, London & New York: Routledge.

AVELING, E.L., JOVCHELOVITCH, S. (2014), "Partnerships as knowledge encounters: a psychosocial theory of partnerships for health and community development". *Journal of Health Psychology,* 19(1), pp. 34-45.

BARDIN, L. (1995), *Análise de Conteúdo*, tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro, Lisboa, Portugal: Edições 70.

BOURDIEU, P. (1996), *Razões Práticas*: sobre a teoria da ação, tradução de Mariza Corrêa, Campinas, São Paulo: Papirus.

CASTEL, R. (1991), *A Ordem Psiquiátrica*: a idade de ouro do alienismo, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque, Rio de Janeiro: Edições Graal.

CERTEAU, M. (1998), *A invenção do cotidiano*: artes de fazer (1), 3.ed., Petrópolis, RJ: Vozes.

CHKLOVSKI, V. (1999), A arte como processo, em: TZVETAN, T., *Teoria da Literatura I*: Textos dos Formalistas Russos, Edições 70: Lisboa.

ELIAS, N. (1994), *A Sociedade dos Indivíduos*, tradução de Vera Ribeiro e revisão técnica e notas de Renato Janine Ribeiro, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

FOUCAULT, M. (2008), *A Arqueologia do Saber,* tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7.ed., 3.reimp., Rio de Janeiro: Forense Universitária.

HELLER, A. (2004), *O Cotidiano e a História,* tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, São Paulo: Paz e Terra.

HENDERSON, J., FULLER, J. (2011), "'Problematising' Australian policy representations in responses to the physical health of people with mental health disorders". *Australian Journal of Social Issues,* 46(2), pp.183-203.

HOWARTH, C., FOSTER, J., DORRER, N. (2004), "Exploring the Potential of the Theory of Social Representations in Community-Based Health Research—and Vice Versa?" *Journal of Health Psychology*, 9(2), pp. 229-243.

JODELET, D. (2001), "Representações sociais: um domínio em expansão". Em: Jodelet, D. (org.), *As Representações Sociais,* Rio de Janeiro: Editora da UERJ, pp. 17-44.

JOVCHELOVITCH, S. (2008), *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura,* Petrópolis, RJ: Vozes.

LEÃO, A., BARROS, S. (2008), "As Representações Sociais dos Profissionais de Saúde Mental acerca do Modelo de Atenção e as Possibilidades de Inclusão Social". *Saúde e Sociedade*, 17(1), pp. 95-106.

MORANT, N. (2006), "Social representations and professional knowledge: the representation of mental illness among mental health practitioners". *British Journal of Social Psychology,* 45(4), pp. 817-838.

MOSCOVICI, S. (2010), *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*, tradução de Pedrinho A. Guareschi, 7. ed., Petrópolis: Vozes.

SEMMER, N.K., McGRATH, J.E., BEERH, T.A. (2005), "Conceptual Issues in Research on Stress and Health", C.L. Cooper (ed.), *Handbook of stress medicine and health*, CRC Press, London, pp. 1-43.

SPINK, M.J.P., LIMA, H. (2013), "Rigor e Visibilidade: A explicitação dos passos de interpretação" (Capítulo IV). Em: SPINK, M.J., *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano*: Aproximações teóricas e metodológicas, Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, pp. 71-99.

SPINK, M.J.P., MEDRADO, B. (2013), "Produção de sentido no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas" (Capítulo II). Em: SPINK, M.J. (org.), *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano*: aproximações teóricas e metodológicas, Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, pp. 22-41.

SPINK, M.J., MEDRADO, B., MÉLLO, R.P. (2014), "Vinte e Cinco Anos nos Rastros, Trilhas e Riscos de Produções Acadêmicas Situadas". Em: SPINK, M.J., BRIGAGÃO, J., NASCIMENTO, V., CORDEIRO, M. (orgs.), *A produção de informação na pesquisa social*: compartilhando ferramentas, Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, pp. 13-30.

TAVANI, J.L., PIERMATTÉO, A., COLLANGE, J., LO MONACO, G. (2014), "Pour une prise en compte des représentations sociales dans l'étude de la santé au travail: des pistes pour la prévention". *Archives des maladies professionnelles et de l'environnement*, 75(5), pp. 478-491.

VOELKLEIN, C., HOWARTH, C. (2005), "A Review of Controversies about Social Representations Theory: a British Debate". *Culture & Psychology,* 11(4), pp. 431-454.

WACHELKE, J.F.R. (2005), "O vácuo no contexto das representações sociais: uma hipótese explicativa para a representação social da loucura". *Estudos de Psicologia,* 10(2), pp. 313-320.

ZEEMAN, L., SIMONS, L. (2011), "An analysis of discourses shaping mental health practitioners". *Journal of Psychiatric and Mental Health Nursing*, 18, pp. 712-720.

Visão da Gestão Voltada à Importancia do Agente Comunitário de Saúde na composição das equipes de Estratégia Saúde da Família

Monique Andressa Ferreira de Souza[1]

Regina Nogueira da Silva[2]

Giovana Paula de Oliveira[3]

Douglas Luciano Lopes Gallo[4]

Resumo: Visando a promoção, proteção e recuperação da saúde, a Estratégia de Saúde da Família necessita de equipe multiprofissional. Dentre os profissionais que a compõem destaca-se o Agente Comunitário de Saúde, elo entre a unidade de saúde e a comunidade. Objetivou-se contribuir para o conhecimento e compreensão da realidade das Estratégias da Saúde da Família do município de Primavera do Leste com relação à quantidade de Agentes Comunitários de Saúde e os valores preconizados pelo Ministério da Saúde. Foram utilizados dados referentes à formação das equipes do município, contidos em relatórios do Sistema de Informação da Atenção Básica. Concluiu-se que há falta de profissionais de saúde nas unidades. Observou-se também que, a implantação e a implementação de Políticas Públicas de Saúde dependem diretamente do trabalho destes profissionais, por meio da coleta de informações e da alimentação do banco de dados, necessários para a avaliação do serviço possibilitando uma gestão com qualidade.

Palavras-chave: Saúde da Família, Agentes de Saúde, Sistema de Informação da Atenção Básica.

1 INTRODUÇÃO

A Estratégia de Saúde da Família - ESF, encontra-se normatizada pela Portaria n.º 648, de 28/03/2006, dando sequência ao Programa Saúde da Família, aprovada pelo Ministério da Saúde, em virtude da necessidade de revisão e adequação das normas nacionais ao atual momento do desenvolvimento da atenção básica no Brasil (Gomes *et al*., 2009).

Este novo modelo de atenção visa proporcionar uma facilitação ao acesso aos serviços de saúde, sendo destinada a realizar atenção contínua nas especialidades básicas, com uma equipe multiprofissional habilitada para desenvolver as atividades de promoção, proteção e recuperação (Brasil/CNM, 2013) características do nível primário de atenção.

Representa o primeiro contato da população com o serviço de saúde do município, assegurando a referência e contra-referência para os diferentes níveis do sistema, desde que identificada a necessidade de maior

---

1 Fisioterapeuta; Aluna do curso de Especialização em Gestão em Saúde; Funcionária Pública Municipal de Primavera do Leste (fisio.moniqueandressa@gmail.com)

2 Professora Orientadora. Graduada em Administração; Mestrado em Desenvolvimento Local; Professora da Universidade Aberta do Brasil/Universidade Federal do Mato Grosso

3 Professora Co-orientadora. Graduada em Enfermagem pela Universidade do Oeste Paulista. Tutora do curso de Especialização em Gestão em Saúde da Universidade Aberta do Brasil/ Universidade Federal de Mato Grosso.

4 Fisioterapeuta e Arquiteto e Urbanista, Mestre em Saúde Coletiva. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso (douglas.gallo@cba.ifmt.edu.br)

complexidade tecnológica para a resolução dos problemas identificados (Brasil, 2006). Por isso, caracteriza-se como porta de entrada do sistema local de saúde .

A ESF compreende uma reorientação do assistencialismo, mas não significa a criação de novas estruturas assistenciais, exceto em áreas desprovidas, mas substitui as práticas convencionais pela oferta de uma atuação centrada nos princípios da vigilância à saúde, proporcionando a transformação das práticas de saúde, substituindo a ênfase na cura pela prevenção das doenças.

É fato que a grande maioria dos municípios se depara com dificuldades ou barreiras para conseguir resolver todos os problemas de saúde em seu território e com suas próprias instituições, por isso, considera-se relevante a presença da gestão no que se refere à realização do planejamento das ações e organização dos serviços na promoção da saúde e práticas transformadoras da realidade social. Isto implica na capacidade dos serviços em oferecer a uma determinada população todas as modalidades de assistência, bem como a aproximação com o cotidiano das famílias, possibilitando um ótimo grau de resolubilidade dos problemas de saúde.

Este modelo de atenção organiza-se para possibilitar o caráter integral de atenção às necessidades em saúde. Ainda, possui a atribuição de realizar avaliação e acompanhamento sistemático dos resultados alcançados, como parte do processo de planejamento e programação (Brasil, 2006a).

A Estratégia de Saúde da Família surgiu como uma possibilidade de priorizar as ações que impliquem em prevenção, promoção e recuperação da saúde das pessoas, privilegiando todos os indivíduos, aproximando-os das ações de saúde e articulando com as demais politicas sociais existentes. No entanto, a organização inadequada das diversas interfaces que envolvem uma Equipe de Saúde da Família contribui para um ambiente desfavorável tanto para os usuários quanto para os profissionais, contribuindo assim, para maior stresse e comprometimento da qualidade do serviço ofertado. Portanto, o desenvolvimento eficiente destas ações, depende diretamente da equipe gestora, dos profissionais da saúde e da organização do sistema (Rezende *et al.*, 2010).

Primavera do Leste é um dos municípios do estado do Mato Grosso que mais cresce, e muitas vezes a oferta de serviços públicos não cresce nas mesmas proporções, o que representa um desafio para os gestores, que precisam estar aptos a enfrentar tais situações e buscar soluções no menor tempo possível.

A preocupação com a questão da consolidação e melhores práticas das equipes de Estratégia da Saúde da Família neste município, surgiu a partir dos dados coletados a partir do SIAB- Sistema de Informação da Atenção Básica e DAB - Departamento de Atenção Básica, do mês de fevereiro de 2014. Por meio do SIAB obtêm-se mensalmente informações sobre cadastros de famílias, condições de moradia e saneamento, situação de saúde, produção e composição das equipes de saúde, de forma que é o principal instrumento de monitoramento das ações dos Programas Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Sáude. Segundo dados do Sistema, em fevereiro deste ano, com relação ao ACS, existia um défict do número de agentes para realizar a cobertura populacional de micro-áreas descobertas no município.

Na saúde, as ações desenvolvidas devem buscar a integração entre a equipe de saúde e a população, sendo que, a escolha do método utilizado nos processos de formulação de políticas públicas e planejamento das ações, leva em conta, principalmente, a necessidade da população, abordada pelo ACS (Teixeira; Paim, 2000). Dessa forma, este trabalho busca destacar a importância dos agentes às práticas de saúde e aos aspectos gerenciais municipais, já que suas ações previstas desencadeiam um processo de programação detalhada das atividades ao apresentar as condições concretas em que serão desenvolvidas as propostas de intervenção, onde o contato permanente com as famílias permite identificar um conjunto de problemas e contribuir para o conhecimento acerca da situação.

Além disso, procura-se enfatizar a necessidade da atuação de uma Gestão que possibilite a valorização e a permanência desses profissionais nas equipes de saúde, pois, sua ausência prejudica a alimentação de dados importantes para a programação local e limita a qualificação das equipes e a resolubilidade da atenção básica.

2 Objetivos

2.1 Objetivo Geral

Contribuir para o conhecimento, sob o enfoque gestor, com relação à importância dos Agentes Comunitários de Saúde nas Equipes de Estratégias de Saúde da Família do município de Primavera do Leste - MT.

2.2 Objetivos Específicos

Descrever as partes integrantes da Equipe de Saúde da Família preconizadas pelo Ministério da Saúde e contrastá-las com as equipes do respectivo município;
Definir o elo entre a comunidade, o gestor e as Equipes de Saúde da Família e o o grau de importância do Agente Comunitário de Saúde;
Discutir aspectos relacionados às demandas/necessidades da comunidade contribuindo para o entendimento das possibilidades de atuação dos agentes.

3 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos pelo presente estudo optou-se por realizar um estudo descritivo, com base em dados secundários coletados a partir do banco de dados do SIAB - DAB, referentes ao mês de fevereiro de 2014 e estudo teórico, de pesquisa bibliográfica, que consiste de uma busca em trabalhos científicos já publicados referentes à temática abordada.
No período de fevereiro à junho de 2014 foi realizada leitura exploratória de artigos, livros, teses, e textos *online*, para obter visão global do assunto, seguindo-se análise suscinta do mesmo, selecionando os trabalhos mais condizentes com a problemática abordada. A busca ativa do referencial teórico e metodológico foi realizada nas bases de dados do Portal Capes, Google Acadêmico, Medline, e nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library On line), BDENF (Base de Dados da Enfermagem) e LILACS (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde).
Foram realizados como palavras-chave de busca os seguintes conjuntos de palavras: Saúde da Família, Agentes Comunitários de Saúde e Sistema de Informação da Atenção Básica.
Nessa busca foram selecionados previamente 23 artigos, 12 manuais do Governo Federal, 2 livros, 2 dissertações de mestrado e 3 trabalhos de conclusão de curso de especialização, sendo selecionados para compor este estudo duas dissertações de mestrado que se adequavam aos objetivos propostos a serem estudados, três trabalhos de conclusão de curso, 8 artigos científicos, 10 manuais e 3 sites de acesso ao público. Com base nesses dados, foram agrupadas as idéias que emergiam dessa análise e que foram apresentadas durante o trabalho.

4 DESENVOLVIMENTO

A Atenção Básica constitui o primeiro nível de atenção à saúde no SUS, tendo como objetivo fortalecer o vínculo entre os serviços de saúde e a comunidade a fim de consolidar os princípios da universalização do acesso, a integralidade nas ações e equidade da assistência (Ribeiro *et al.*, 2007).
O modelo de saúde brasileiro passa por muitos desafios, um deles é efetivar a saúde como direito universal. Para alcançar tal objetivo o Ministério da Saúde priorizou a Saúde da Família, por meio do Pacto pela Saúde em 2006, que reafirma o PSF como um a estratégia prioritária dentro da Atenção Básica (Costa, 2009), com base em uma reorientação do modelo assistencial e operacionalizada por meio de equipes multiprofissionais que atuam em áreas delimitadas pela abrangência de cada unidade de saúde (Brasil, 2009).
Inicialmente os Programas Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde se desenvolviam conjuntamente, mas se tratavam de programas diferentes e independentes. Foi então que por meio da Portaria n° 2.488, de 21

de Outubro de 2011, o Ministério da Saúde Aprovou a Política Nacional de Atenção Básica, sendo prevista a implantação da Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde nas Unidades Básicas de Saúde como uma possibilidade para a reorganização inicial da atenção básica, com vistas à implantação gradual da Estratégia Saúde da Família ou como forma de agregar os agentes comunitários a outras maneiras de organização da atenção básica (Brasil, 2012).

As equipes são compostas, no mínimo, por um médico de família, um enfermeiro, um auxiliar ou técnico de enfermagem e de quatro à seis agentes comunitários de saúde. Com a ampliação da equipe deve-se incluir um dentista, um auxiliar de consultório dentário e um técnico de higiene dental. O trabalho destas equipes visam a promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos e a manutenção da saúde dos munícipes (Brasil/CNM, 2013).

Relembrando que, segundo Gomes *et al*. (2009) a Estratégia da Saúde da Família foi aprovada pela necessidade de revisão e adequação das normas nacionais de Atenção básica. "Ela propõe novas práticas ao SUS, reformulando os conceitos de saúde, doença, população e práticas incorporando e reafirmando os princípios finalísticos do sus, com ênfase na participação popular" (Freitas; Pinto, 2005: 548). A responsabilidade da equipe é intervir sobre os fatores de risco aos quais a comunidade está exposta, prestar assistência integral, permanente e de qualidade, realizar atividades de educação e promoção da saúde (Brasil, 2012). Conforme Simões (2009), estes objetivos só podem ser alcançados por meio da redução das desigualdades sociais no país, com a implantação de políticas sociais e econômicas que fortaleçam a democracia e assegurem a cidadania.

A implantação de Equipes e a implementação da Estratégia tem avançado com o passar dos anos. Conforme Lima (2011: 16), "dados de 2009 apontam que o Brasil continha 30.328 equipes de saúde implantadas em 5.251 municípios, com uma cobertura populacional de 50,7% o que corresponde cerca de 96,1 milhões de pessoas assistidas". Em dezembro de 2012, "o país possuía 33.404 equipes Saúde da Família, distribuídos em 5.297 municípios, cobrindo uma população de 105.504.290 habitantes" (Brasil/CNM, 2013: 19). Em fevereiro de 2014 as equipes estão presentes em 5.353 municípios, estando credenciadas pelo Ministério da Saúde 44.628 ESF, cobrindo cerca de 58% da população brasileira. (MS, 2014, *site*).

No Estado de Mato Grosso, as políticas estaduais foram essenciais para a expansão da Estratégia Saúde da Família e dos Agentes comunitários. As primeiras equipes de saúde da família foram implantadas em 1997. Mas foi a partir de 2001, com incentivo financeiro do Estado aos municípios, que a estratégia apresentou aumento significativo de adeptos. Conforme Brasil (2011, p.8) "do ano de 2000 para 2001 o número de equipes passou de 97 para 299, aumentando em 17,6% a população coberta pelo programa, evoluindo para 67% em 2009". Atualmente o estado conta com 657 ESFs, cobrindo cerca de 62,97% da população mato-grossense (MS, 2014, *site*).

Primavera do Leste é um município brasileiro do estado de Mato Grosso, emancipada no dia 13 de maio de 1986. Com uma área de 5 472,207 km², situa-se na região sudeste Mato-Grossense, estando a uma altitude de 636 metros e à 240 Km da Capital. De acordo com o censo do IBGE em 2013, Primavera do Leste possui um total de 55.451habitantes (IBGE, 2013).

Os serviços de atenção à saúde pública deste município conta com a seguinte estrutura física: 10 Unidades de Estratégia da Saúde da Família (ESF's), 01 Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), 01 Centro de Saúde, 01 Unidade Básica, 01 Pronto Atendimento Municipal, 01 Laboratório Municipal, 01 Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), 01 Centro de Reabilitação, 01 Farmácia Municipal, 01 Centro de Especialidade (Policlínica), Serviço Móvel de Urgência e Emergência (SAMU) e 02 Hospitais Conveniados.

Primavera do Leste teve seu Termo de Compromissos de Gestão (TCG), homologados pela Comissão Intergestora Tripartite (CIT), do Ministério da Saúde, pela Portaria 1.047, de 27 de Maio de 2008, publicada na página 48 do Diário Oficial da União, edição número 100, de 28 de Maio de 2008, formalizando a adesão desse município ao Pacto Pela Saúde (DOU, 2008). O Pacto pela Saúde Substitui as Normas Operacionais existentes e preve por meio do Termo de Compromisso, a elaboração do Plano de Saúde para o município.

O Plano de Saúde é elaborado pelos gestores municipais para um período de quatro anos, nele são descritas as principais diretrizes, estratégias, metas e prioridades relacionadas à saúde (Portaria GM/MS 3.332/2006). Ele é a base para o planejamento de todas as ações no âmbito da saúde e depende da aprovação do conselho de saúde. Na elaboração do Plano de Saúde, devem ser tratados os seguintes pontos: as condições de saúde da população

atendidas pelas ações e serviços de saúde; os fatores ligados a outros setores diferentes da saúde e que causam impacto na saúde da população (intersetorialidade); e a gestão da saúde (Brasil, 2008).

4.1 Informatização da Rede de Serviços e de Gestão na Atenção Básica

De acordo como o Ministério da Saúde, é necessário conhecer a realidade de trabalho das equipes de saúde, assim como a comunidade à qual o trabalho é destinado, a fim de poder implementar estratégias e programas capazes de corrigir desorganizações e contribuir para melhoria das condições de trabalho e de atendimento, dando abertura à democratização, concentração em problemas específicos, dinamismo e aproximação dos seus objetivos à vida das pessoas. (Brasil, 2004).

Com a finalidade de expandir a resolutividade da atenção básica, detectar desigualdades, microlocalizar problemas sanitários, avaliar intervenções e agilizar o uso da informação para a consolidação das ações territoriais, o Ministério da Saúde implantou em 1998, o Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) (BRASIL, 2011), um sistema de informação que contempla a complexidade da organização da saúde e apresenta indicadores adequados e oportunos para sua estruturação e implementação. Utilizado na Estratégia Saúde da Família com o intuito de realizar o monitoramento e avaliação das ações e dos serviços realizados pelas equipes de saúde da família (Queiroga *et al.*, 2011).

Por meio deste sistema obtemos informações sobre cadastros de famílias e pessoas, condições de moradia e saneamento, situação de saúde, com o acompanhamento de crianças, gestantes, pessoas com hipertensão, diabetes, tuberculose e hanseníase, hospitalizações e óbitos ocorridos no território e produção. Disponibiliza também indicadores sociais, permitindo a monitorização sócio-demográfica das áreas cobertas (Brasil, 2011; Bittat *et al.*, 2009). O SIAB permite identificar prioridades para elaboração de um plano de ação voltado para o combate de agravos identificados, ampliando o leque de informações, com instrumentos de coleta e de consolidação que permitem sua utilização por toda a equipe da unidade (Siqueira, 2010).

Conforme citado por Bittar *et al.* (2009) e Ribeiro *et al*. (2007) as informações contidas no SIAB são recolhidas em fichas de cadastramento familiar, preenchidas pelo ACS, sendo atualizada permanentemente (fichas A), de acompanhamento de grupos de risco e informações de saúde, preenchidas mensalmente pelos ACS durante a visita domiciliar (fichas B e C) e de produção e marcadores para avaliação, preenchidas mensalmente por todos os profissionais das equipes de saúde (fichas D), e analisadas com base nos relatórios de consolidação dos dados (SSA e PMA). Como observado anteriormente, o preenchimento dessa fichas fica a cargo dos agentes comunitários de saúde, sendo que cada um é responsável por uma micro-área que contém cerca de 150 famílias (RIBEIRO *et al.*, 2007). Segundo Brasil (2006) e Lima (2011) o agente comunitário de saúde é a ponte entre as famílias, a comunidade e a unidade de saúde, é ele quem vai rotineiramente às casas das famílias acompanhadas, fazendo a comunicação entre os assistidos e os outros profissionais da equipe, coletando dados fidedignos para posterior alimentação e atualização do sistema de informação.

Para que essas informações sejam fidedignas à sua área de abrangência, o envolvimento das ESF com esse sistema é o fator mais importante, um requisito básico para a adequada organização das ações, as quais possuem como princípios gerais o enfoque na participação da comunidade e no controle social (FREITAS, PINTO, 2005). Além desses módulos que o compõem, o SIAB ainda cadastra as equipes que atuam na ESF, sendo a base para o repasse dos incentivos financeiros no Ministério da Saúde para os municípios (Brasil, 2007).

4.2 A importância do Agente Comunitário de Saúde e a responsabilidade dos diferentes níveis de Governo

O Programa Agentes de Saúde (PAS) desenvolveu-se no Brasil inicialmente no estado do Ceará em 1987, com o objetivo de melhorar as condições de saúde, reduzindo os alarmantes indicadores de morbimortalidade infantil e materna local por meio de ações educativas e preventivas (FRAGA, 2011), além de gerar oportunidade de emprego à milhares de mulheres cearenses (Ávila, 2011).

Em 1991 foi criado pelo Ministério da Saúde o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), pela repercussão do trabalho desempenhado pelas agentes de saúde no estado cearense, sendo que, apenas em 1997

foi aprovada as normas e diretrizes do PACS/PSF pela Portaria n°1.886. Os ACSs especificamente, tiveram as suas atribuições básicas descritas em documentos do Ministério da Saúde e, mais solenemente, no bojo do Decreto Federal n.º 3.189, de 4 de outubro de 1999, que fixa diretrizes para o exercício da atividade de Agente Comunitário de Saúde, e dá outras providências. A regulamentação da profissão só aconteceu em 2002, com a promulgação da Lei n° 10.507 (Brasil, 2002).

Atualmente, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde é considerado parte integrante da Estratégia Saúde da Família ou um programa de transição, quando desenvolvido em uma unidade básica não organizada na lógica da Saúde da Família (COSTA, 2009). A equipe deve atender no máximo 4.000 habitantes, com jornada de trabalho de 40 horas semanais. O número de agentes comunitários de saúde deve ser de quatro à 12, contanto que seja suficiente para cobrir 100% da população cadastrada, cada um assistindo à 750 pessoas no máximo. As ações dos agentes são acompanhadas e orientadas por um enfermeiro/supervisor lotado em uma unidade básica de saúde (Brasil, 2012).

O agente comunitário de saúde (ACS) é entendido como o mediador/elo entre a comunidade e a equipe de saúde da família, portanto sua atuação é fundamental para a implantação e consolidação de um novo modelo de atenção, devendo obrigatoriamente residir na comunidade em que trabalha, como descrito na Portaria do MS nº 648/GM de março de 28 de março de 2006, que define que, suas ações deverão ser desenvolvidas nos domicílios de sua área de responsabilidade e junto à unidade para programação e supervisão de suas atividades, fato este que proporciona a criação deste vínculo com as famílias abrangentes (Brasil, 2006).

A Política Nacional da Atenção Básica (Brasil, 2012), descreve as competências atribuídas à rotina de trabalho dos ACS e que de forma particularizada envolve todas as situações e problemas de saúde que poderão ser enfrentados por estes profissionais dos quais destacam-se:

- realizar mapeamento de sua área de atuação;
- cadastrar e atualizar as famílias de sua área;
- identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco;
- realizar, através de visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade;
- coletar dados para análise da situação das famílias acompanhadas;
- desenvolver ações básicas de saúde nas áreas de atenção à criança, à mulher, ao adolescente, ao trabalhador e ao idoso, com ênfase na promoção da saúde e prevenção de doenças
- promover educação em saúde e mobilização comunitária, visando uma melhor qualidade de vida mediante ações de saneamento e melhorias do meio ambiente;
- incentivar a formação dos conselhos locais de saúde;
- orientar as famílias para a utilização adequada dos serviços de saúde;
- informar os demais membros da equipe de saúde acerca da dinâmica social da comunidade, suas disponibilidades e necessidades;
- participação no processo de programação e planejamento local das ações relativas ao território de abrangência da unidade de Saúde da Família, com vistas a superação dos problemas identificados.

Com estas ações de caráter coletivo, os agentes de saúde tem a capacidade de estimular, organizar e mobilizar a comunidade, atuando como incentivadores da participação comunitária, estabelecendo a relação famílias/unidade de saúde (Ávila, 2011). Com essa característica de mediação, destaca-se a importância deste profissional nas duas extremidades do elo, concretizando os princípios da Atenção Básica.

Considerando a necessidade de, qualificar o processo de descentralização, organização e gestão das ações e serviços do SUS, assim como de fortalecer seus compromissos e suas responsabilidades sanitárias, o financiamento da Atenção Básica inclui as três esferas de governo, com base no processo de pactuação intergestores.

No âmbito federal, o montante de recursos financeiros destinados à viabilização de ações de atenção básica à saúde, compõe o Bloco de Financiamento de Atenção Básica (Bloco AB) e parte do Bloco de Financiamento de Investimento. Os repasses municipais são efetuados em contas específicas para esse fim, de acordo com a normatização geral de transferências de recursos fundo a fundo do Ministério da Saúde pela Portaria nº 204, de 29 de janeiro de 2007, com o objetivo de facilitar o acompanhamento pelos Conselhos de Saúde no âmbito dos municípios, dos Estados e do Distrito Federal.

Os municípios têm a responsabilidade de remeter, por via eletrônica (SIAB), o processamento da produção de serviços referentes ao Bloco AB ao Ministério da Saúde ou à Secretaria Estadual de Saúde, de acordo com o cronograma pactuado. A prestação de contas dos valores recebidos e aplicados no período deve ser aprovada no Conselho Municipal de Saúde e encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado ou município e à Câmara Municipal, contendo inclusive o relatório de gestão deverá demonstrar como a aplicação dos recursos financeiros resultou em ações de saúde para a população, incluindo quantitativos mensais e anuais de produção de serviços de atenção básica. As Secretarias de Saúde dos Estados e do Distrito Federal devem enviar as informações ao DATASUS, observando o cronograma estabelecido pelo Ministério da Saúde.

Os valores dos incentivos financeiros para as equipes de Saúde da Família implantadas, que devem estar devidamente cadastradas, serão transferidos a cada mês, tendo como base o número de ESF registrado no sistema de cadastro nacional vigente no mês anterior ao da respectiva competência financeira. O Ministério da Saúde (MS) repassa os valores de R$ 10.695,00 e R$ 7.130, modalidade 1 e 2 respectivamente, devendo ser utilizado para pagamento de todos os gastos do programa: pessoal, encargos, material de expediente, entre outros (Brasil, 2013).

No que concerne aos agentes de saúde, o MS repassa por cada profissional o valor de R$ 950,00, definido a partir da Portaria GM/MS260/2013, sendo o valor atualizado conforme os instrumentos normativos subsequentes publicados pelo Ministério da Saúde, referentes ao incentivo financeiro adicional dos ACS, efetivamente repassado ao Município (Brasil, 2013).

Segundo o MS (Brasil, 2012) ocorrerá a suspensão do repasse de recursos do Bloco da Atenção Básica aos municípios e ao Distrito Federal, quando não houver alimentação regular, por parte dos municípios e do Distrito Federal, dos bancos de dados nacionais de informação, relacionados na Portaria nº 3.462, de 11 de novembro de 2010, e/ou quando for detectado, por meio de auditoria federal ou estadual, mau uso ou desvio de finalidade na utilização dos recursos. Estando mantida até a adequação das irregularidades identificadas.

5 DISCUSSÂO

No Brasil, com a reorganização da Atenção Básica e a implantação de um novo modelo assistencial, evidenciou a importância do profissional agente comunitário de saúde como vínculo contínuo entre a comunidade e os serviços de saúde, facilitando o trabalho de prevenção, promoção e assistência à saúde.

No estado do Mato Grosso, foi a partir de 1995, com a política de descentralização e regionalização conduzida em parceria com os municípios, desenvolveu-se na região sul do estado um processo de planejamento e organização do espaço supra municipal (Souza, 2011). Essa descentralização, ao assegurar autonomia aos municípios, também favoreceu a adição de novos modelos assistenciais com o PSF, apresentando uma expansão lenta no início, mas um avanço rápido no período de 2000 a 2002, passando de uma cobertura populacional de 15,2% para 43,8%, em 2002, fortemente influenciado pelos incentivos financeiros da União e do Estado, repassados aos municípios através de sistema de transferência direta dos fundos nacional e estadual de saúde para os fundos municipais, e pelo trabalho da Escola de Saúde Pública que se direcionou sua missão na qualificação das equipes de saúde da família (Schrader, 2007).

Atualmente, segundo os dados do Departamento da Atenção Básica do Governo federal, encontram-se atualmente em atividade no País, 324.963 ACS, distribuídos em 5.425 municípios. No Estado do Mato Grosso, 141 municípios são cobertos por 5.893 ACS, correspondendo à 76, 43%.

De acordo com os dados do SIAB (2014), no município de Primavera do Leste temos 114 agentes comunitários de saúde, distribuídos em 10 Estratégias Saúde da Família, cobrindo cerca de 64% do território. Sabendo que, conforme dados documentais da Atenção Básica (OFÍCIO n°195/SMS/AB/2013), atualmente o município conta efetivamente com apenas 109 agentes, e ainda, que o Ministério da Saúde repassa o valor calculado para 128 desses profissionais, considerando que o valor do "incentivo financeiro referentes aos ACS é obtido pela População estimada pelo IBGE dividido por 400 à 750 (proporcionais ao número de ACS recomendados para áreas urbanas e rurais)" (Brasil, 2012: 79), observa-se como inadequada, a quantidade de agentes atuantes, proporcionando uma defasagem de 19 profissionais e consequentemente 19 áreas descobertas.

Como relatado por Lima (2011: 18),"os agentes comunitários passam por uma formação básica inicial para as ações de vigilância à saúde". A partir de então, por meio de visitas realizadas às famílias das comunidades, estes profissionais proporcionam cuidados a doenças comuns, realizando o acompanhamento permanente das famílias quanto à imunização, medicação e educação em saúde. Essas e outras atividades definidas pela Portaria do MS nº 648/GM de março de 28 de março de 2006, são fundamentais para manter o elo entre a população e a equipe de saúde.

Com tantas ações que devem ser desenvolvidas pelos ACS, pode-se dizer que a presença destas 19 áreas descobertas gera ao município, cerca de 14.250 pessoas não visitadas ao mês; insatisfação popular e aumento do número de reclamações na ouvidoria; sobrecarga de trabalho aos ACS em atividade; impossibilidade de atingir os indicadores de saúde municipal; impossibilidade de garantir as ações de prevenção e combate à dengue em sua completude, com risco de surto da doença; risco eminente de perda de verba federal dos programas; pacientes em grupos de risco como gestantes, crianças de baixo peso ou desnutridas, hipertensos, diabéticos, dentre outros não visitados, aumentando o risco de óbitos nestes grupos; insatisfação dos profissionais que trabalham na Estratégia Saúde da Família, gerando queixas frequentes relacionadas a esta situação que, segundo os dados do DATASUS (2013/2014), se repete a mais de 10 meses.

A quantidade insuficiente destes profissionais torna ineficiente a Estratégia Saúde da Família, pois presta serviços de saúde à comunidade de forma limitada, impedindo o atendimento de toda sua demanda. A gravidade dessa situação se dá pelas atividades das ACS serem consideradas de relevante interesse público e sua ausência gerar consequências negativas para a saúde municipal. Além disso, o cumprimento das metas e estratégias pactuadas no Contrato Organizativo de Ação Pública, no Plano Plurianal e na Programação Anual de Gestão depende diretamente das informações colhidas e fornecidas pelas ACS (Queiroga *et al*., 2011).

A situação se torna ainda mais grave sabendo que a gestão assinou Termo de Compromisso junto ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ), onde se compromete a garantir a composição mínima das Equipes de Estratégia saúde da Família participantes do Programa, com seus profissionais devidamente cadastrados no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES), estando exposto a perder o valor mensal integral do incentivo financeiro do PMAQ que é de R$ 8.500,00 reais por Equipe contratualizada.

Soma-se o fato de que o Ministério da Saúde repassa ao município cerca de R$ 122.000,00 reais por mês para o pagamento dos ACS, valor calculado para um quantitativo de 128 desses profissionais, sendo que atualmente contamos efetivamente com apenas 109, e que o município esta na eminência de ser penalizado financeiramente por conta desse quadro deficitário em aproximadamente R$ 16.075,78 mensais iniciais.

Ainda conforme a Portaria 2488 de 2011, "a ausência, por um período superior a 60 dias, de qualquer um dos profissionais que compõe as equipes descritas, com exceção dos períodos em que a contratação de profissionais esteja impedida por legislação específica", poderá incorrer em suspensão do repasse de recursos do Bloco da Atenção Básica provenientes do Ministério da Saúde (Brasil, 2011).

Dessa forma, é importante ressaltar que na saúde os processos de avaliação de estrutura, procedimentos e resultados, dos recursos epidemiológicos, dos estudos dos sistemas de referência e de contra referência, bem como do fluxo dos usuários atendidos, são considerados elementos essenciais para uma explicação dinâmica da situação-problema a ser enfrentada. Além disso, segundo Bittar *et al.* (2009), é a partir do monitoramento de indicadores, que os gestores são orientados às tomadas de decisão, de modo que cumpram as metas propostas dentro de um planejamento viável, de acordo com a necessidade de intervenção de cada comunidade.

Portanto verifica-se a importância da adequação do número de agentes comunitários do município, para que os mesmos realizem suas atribuições com qualidade e efetividade, pois são estes profissionais que estão em contato permanente com as famílias, inseridos nesse contexto do serviço de saúde e comunidade, facilitando o trabalho de vigilância e promoção da saúde, realizado por toda a equipe. Sendo que, a falta destes geram sucessivos prejuízos aos serviços de saúde, como listado anteriormente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho observamos a importância do ACS como articulador entre os serviços da Atenção Básica e a comunidade, facilitando o acesso das pessoas às atividades de proteção, promoção da saúde e prevenção de doenças, por meio do cadastramento das famílias e visitas rotineiras realizadas aos domicílios abrangentes. Mesmo com inúmeras melhorias voltadas para o serviço de saúde, diversas diretrizes e portarias do Ministério da Saúde, além dos diversos incentivos financeiros disponibilizados pelo governo federal, verificam-se ainda irregularidades vivenciadas pelas equipes de Estratégia da Saúde da Família, destacando-se principalmente a atuação dos agentes comunitários e a presença insuficiente destes nas equipes de saúde.

Tendo como referência a complexidade das atividades desempenhadas pelos agentes, considera-se a necessidade de uma maior valorização deste profissional por parte da Gestão, ressaltando a importância de suas ações, para que ele faça seu trabalho com excelência.

Esta valorização ocorre a partir da capacitação específica para a prática educativa, importante para o estabelecer como educador facilitador das ações de saúde contextualizadas com as condições sociais; da disponibilização de materiais protetores; da divulgação do trabalho dos ACS e dos objetivos das visitas domiciliares; da manutenção das equipes quanto ao número de agentes necessários a cada unidade, para que estes profissionais não se sintam sobrecarregados; da orientação, treinamento e acompanhamento quanto à alimentação do SIAB; e do envolvimento, respeito e reconhecimento de toda a equipe às ações desempenhadas por este profissional.

Por fim, é importante ressaltar que estes trabalhadores desempenham uma papel importante na consolidação do SUS, mas não devemos atribuir somente à ele esta responsabilidade, pois este processo envolve diferentes atores, que em conjunto são influenciados por fatores técnicos, políticos e sociais.

Referências

ÁVILA, M. M. M. **O Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Ceará: o caso de Uruburetama.** Ciência & Saúde Coletiva, vol. 16. n°1, jan, 2011. Associação Brasileira de Pós graduação em Saúde Coletiva. Disponível em: http://redalyc.org. Acesso em: 29/05/2014.

BITTAR, T.O *et al*. **Sistema de Informação da atenção Básica como ferramenta de gestão em saúde.** RFO, v.14, n.1, jan/abril, 2009. Disponivel em:www. upf.br. acesso em 30/05/2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Modalidade de contratação de agentes comunitários de saúde: um pacto tripartite**. – Reimpressão. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Avaliação normativa do Programa Saúde da Família no Brasil:** monitoramento da implementação e funcionamento das equipes de saúde da família: 2001-2002. Brasília DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica** – 4. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 68 p. – (Série E. Legislação de Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006; v. 4).

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 648, de 28/3/2006. **Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS).** Disponível em http://www.saudeprev.com.br/psf/saopaulo/GM-648.htm Acesso em 26/04/2014.

BRASIL. Mato Grosso. Secretaria de Estado de Saúde. Superintendência de Políticas de Saúde. Coordenadoria de Gestão da Política de Saúde. **Gerência de Monitoramento e Avaliação da Política Estadual de Saúde. Avaliação do Pacto pela Saúde Mato Grosso - 2008/** Secretaria de Estado de Saúde - Cuiabá, 2009.

Disponível em: www.saude.mt.gov.br/arquivo/287/analise-do-pacto-pela-saude-2008-em-mato-grosso-[442-090212-SES-MT]%20(1).pdf. Acesso em: 02/06/2014.

BRASIL. **Orientações para Conselheiros de Saúde/Tribunal de Contas da União**. - Brasília : TCU, 4ª Secretaria de Controle Externo, 2010. Páginas 39 e 40. Disponível em: http://cmspva.blogspot.com.br/2013/07/instrumentos-de-planejamento-da-saude.html. acesso: 02/06/2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **PORTARIA Nº 2.488, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).** Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html. Acesso em: 28/04/2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL/CNM, Confederação Nacional de Municípios. **Saúde na Gestão Municipal**. - Brasília: CNM, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Informação da Atenção Básica/ Departamento de Atenção Básica - 2014.** disponível em: http://dab.saude.gov.br/dab/historico_cobertura_sf/historico_cobertura_sf_relatorio.php. Acesso em: fevereiro de 2014.

COSTA N.C.G. **Os Agentes Comunitários de Saúde na equipe de Saúde da Família do município de Sorriso, Mato Grosso**. [dissertação de mestrado]. Cuiabá: Instituto de Saúde Coletiva da UFMT; 2009.

FRAGA, O. S. **Agente Comunitário de Saúde: elo entre a comunidade e a equipe da ESF?** Trabalho de conclusão de curso de Especialização em Saúde da Família. Universidade Federal de Minas Gerais. Governador Valadares, 2011.

FREITAS, F. P. de., PINTO, I. C. **Percepção da equipe de saúde da família sobre a utilização do Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB**. Rev Latino-Am. Enferm. 2005. Disponível em:http://www. eerp.usp.br/rlae. Acesso em: 29/05/2014.

GOMES, K. de O. *et al*. **A praxis do agente comunitário de saúde no contexto do programa saúde da família: reflexões estratégicas.** Saúde soc. 2009, vol. 18, n.4, p. 744-755. Disponível em: www.scielo.com. Acesso em 10 de março de 2014.

LIMA, C. S. P. **Dificuldades vivenciadas pelo agente comunitário de saúde em seu trabalho cotidiano.** Trabalho de conclusão de curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família. Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2011.

PAIM, J. S., TEIXEIRA, C., F., **Planejamento e programação de ações intersetoriais para a promoção da saúde e da qualidade de vida.** RAP. Rio de Janeiro, vol 34, n6: 63-80, Nov./Dez. 2000.

PRIMAVERA DO LESTE. **Ofício n°195/SMS/AB/2013 de 23 de Outubro de 2013**. Solicita em caráter de urgência processo seletivo para Agentes Comunitários de Saúde. Atenção Básica, Primavera do Leste, 23 out. 2013, p. 3.

QUEIROGA, R. M. *et al*. **Aplicabilidade do Sistema de Informação da Atenção Básica no cotidiano dos enfermeiros.** Rev. Rene, vol. 12. Fortaleza, 2011. Disponível em: http://www.revistarene.ucf.br. Acesso em: 18/05/2014.

RIBEIRO, L. C. *et al*. **Avaliação da cobertura do Sistema de Informação da Atenção Básica em saúde (SIAB): uma aplicação da metodologia de amostragem para garantia da qualidade de lotes.** Rev. APS, vol. 10, n.2, jul/dez, 2007. Disponível em: www.ufjf.br/nates/files/2009/12/04. Acesso em: 18/05/2014.

REZENDE, A. C. *et al*. **Diagnóstico situacional da Unidade Básica de Saúde Barreiro de Cima.** Trabalho apresentado ao Grupo Tutorial Barreiro de Cima do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) como parte de desenvolvimento de artigo científico. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SCHRADER, F. T. **A implementação do Programa de Saúde da Família no Município deCampo Verde: desafios e perspectivas para o gerenciamento e gestão.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Saúde Coletiva, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2007. Disponível em: http://200.129.241.70/isc/sistema/arquivos/05091112060306.pdf. Acesso em 23/ 06/14.

SIMÕES, A. R. **O agente comunitário de saúde na Equipe de Saúde da Família: fatores de sobrecarga de trabalho e estresse.** Rev. Saúde Púb., ISSN 2175-1323, Florianópolis, Santa Catarina, Brsil, vol. 2, n.1, jan/jul., 2009. Disponível em: http://esp.saude.sc.gov.br/sistemas/revista/index.php/inicio/article/viewFile/37/61. Acesso em: 18/05/2014.

SIQUEIRA, E. A. **Sistema de informação da atenção básica (SIAB): instrumento de diagnóstico e planejamento.** Monografia de Especialização em Atenção Básica em saúde da Família. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Medicina. Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva. Barbacena, 2010. Disponível em: https://www.nescon.medicina.ufmg.br. Acesso em: 18/05/2014.

_.https://www.deepask.com/goes?page=primavera-do-leste/MT-Confira-os-indicadores-municipais-e-dados-demograficos-sociais-e-economicos-do-seu-municipio. Acesso em: 11/06/2014.

_.http://www.jusbrasil.com.br/diarios/pg-48-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-28-05-2008. Acesso em: 11/06/2014.

A Prevenção do Uso de Drogas na Escola através do Diagnóstico das Vulnerabilidades na Comunidade: um Relato de Experiência.

Aline Winter Sudbrack
UFCSPA alinewin@ufcspa.edu.br
Doutora em Sociologia, Mestre em Antropologia Social.

Luzia Fernandes Millão
UFCSPA luziam.ufcspa@gmail.com
Doutora em Psicologia Social

Monica Concha Amin
UFCSPA monicac@ufcspa.edu.br
Doutora em Economia

Felipe Alves Vione
Acadêmico de Medicina – UFCSPA

Resumo

O Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas do Brasil, resultado da parceria entre a Universidade de Brasília, o Ministério da Educação e a Secretaria de Políticas Nacionais sobre Drogas, iniciado em 2004, acumula o histórico de uma década de sucessos e desafios no cenário das políticas públicas de prevenção do uso de drogas nas escolas. Desde sua primeira versão, até hoje, já formou mais de 100 mil educadores de escolas de todo o Brasil, ao longo de cinco edições do curso. A primeira edição-piloto, realizada em 2004, foi à distância e teve 5.000 educadores distribuídos em 1.103 escolas do Brasil. A segunda edição (2006/2007) ofereceu 20.000 vagas e obteve aprovação de 13.426 educadores (67% do total de inscritos). A terceira edição (2009) selecionou 24.583 educadores e teve 14.601 (60%) aprovados. A quarta edição (2010/2011) selecionou 23.294 educadores, de 3.357 escolas, dos quais 10.170 foram aprovados. A quinta edição (2012/2013) selecionou 71.856 educadores de 9.202 escolas e teve 31.448 (49%) deles aprovados. A sexta versão (20013/2014) finalizou em outubro de 2014 e contou com 51.169 cursistas. Ao longo dos 10 anos de experiência acumulada, foram realizados muitos avanços pedagógicos e tecnológicos no curso, tais como disponibilização virtual do conteúdo daquele curso, organização de dispositivos interativos e oferta de atividades de aprendizagem *on line* por meio de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) em Plataforma *Moodle*.

Apesar de o curso ser reconhecido em nível nacional, resta saber de que forma, essa formação tem produzido mudanças no cenário da promoção de saúde nas escolas do Brasil. Para tanto, este projeto de pesquisa multicêntrico de método misto (quanti e qualitativo) propôs-se ao estudo do impacto e da mobilização que o curso tem produzido em diferentes partes do território brasileiro com a formação de 10 polos regionais, com base em informações de educadores, em especial, aqueles da quinta e da sexta edições do curso. Este relato de experiência diz respeito ao trabalho desenvolvido pelo polo regional do sul do Brasil, referente ao Estado do Rio Grande do Sul.

Contexto Histórico do Projeto

O Projeto de Pesquisa-Intervenção constituiu uma das metas da 6ª edição do Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Professores de Escolas da Rede Pública. As edições do Curso completam, em 2014, uma história de 10 anos, desenvolvidas pela parceria, firmada desde 2004, pela Universidade de Brasília com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) e o Ministério da Educação (MEC).

Desde a sua primeira edição, o Curso de Prevenção tem sido executado sob a responsabilidade técnica do Programa de Estudos e Atenção às Dependências Químicas - PRODEQUI. Vinculado ao Laboratório de Atividades Integradas de Pesquisa, Ensino e Extensão do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, o PRODEQUI contribui na construção e divulgação de tecnologias sociais na esfera das políticas públicas e responde à missão acadêmica da Universidade de construção de conhecimento, divulgação de tecnologias sociais no âmbito das políticas públicas e à tradição extensionista de democratização do conhecimento científico para os diversos segmentos da sociedade, por meio de cursos de extensão universitária junto ao Decanato de Extensão da Universidade de Brasília (DEX/UnB). A coordenação geral do projeto é da Profª. Maria Inês Gandolfo Conceição, sendo coordenadora acadêmica a Profª Maria Fátima Olivier Sudbrack e coordenadora executiva a Profª. Márcia Landini Tortugui.

Objetivos e metas a serem alcançados

Dentre os objetivos a serem alcançados, destacam-se o de contribuir para a mobilização de redes locais de prevenção do uso de drogas nos territórios, identificando escolas de referência e outras instituições de apoio locais, mapear demanda de educadores-cursistas por ampliação e acompanhamento das ações dos projetos de prevenção, pelas universidades participantes dos Polos Estaduais da 5ª edição do Curso de Prevenção;

Para contemplar tais objetivos, foram constituídos 10 polos estaduais de pesquisa, situados em todas as regiões do Brasil.

Estão em andamento projetos de pesquisa-ação nos territórios de abrangência da quinta e da sexta edições do curso, por meio de um planejamento conjunto que foi realizado com as equipes de pesquisa locais, a partir de uma primeira etapa de aproximação ao curso. O instrumental para esta etapa foi uma grade de leitura sistematizada dos projetos, um roteiro das visitas às escolas e a realização de observação participante.

A primeira etapa do trabalho de campo referiu-se ao reconhecimento dos territórios e potenciais da rede, sendo composta pelas seguintes etapas: a) mapeamento geográfico das escolas com projetos, visando a uma mobilização da rede de escolas no território; b) leitura dos projetos elaborados para uma familiarização com os resultados do curso neste território; c) elaboração de um relatório propositivo de mobilização local pela equipe do polo estadual, em conjunto com a equipe de pesquisa do PRODEQUI; d) localização das escolas e dos gestores/direção/coordenações; e) avaliação dos potenciais da rede de cuidados nos territórios onde estão as escolas, visando implementar as parcerias para a rede protetiva da escola no território; f) contato com a diretoria e/ou coordenação pedagógica e cursistas das escolas da capital e região metropolitana que se mostraram com maior potencial e receptividade para uma ação presencial de acompanhamento das escolas; g) consolidação do Plano de Ação de Mobilização da Rede Local, pela equipe do polo, para realização no segundo semestre/2014; h) promoção das intervenções presenciais junto às escolas da quinta e da sexta edições, segundo o plano elaborado pelos polos estaduais.

A definição do quantitativo de escolas públicas a participarem tem observado a disponibilidade das equipes dos polos estaduais nas universidades locais, em consonância com as demandas e potenciais identificados em cada território.

Os dados estão sendo coletados através de entrevistas com a equipe gestora das escolas selecionadas para esta etapa e realização de grupos focais com diversos atores da escola sobre os resultados do projeto de prevenção da escola e demandas da escola de continuidade do acompanhamento pela universidade (conforme roteiro de entrevista com gestores. Serão também propostas intervenções presenciais junto a escolas da sexta edição do curso, com vistas à formação de redes integradas de escolas nos territórios.

O critério de seleção das escolas a serem convidadas a participar deste eixo da pesquisa varia de acordo com as etapas anteriores do estudo de campo. O objetivo é conhecer escolas com potenciais para se tornarem escolas de referência nos territórios. As entrevistas com gestores poderão ocorrer em encontros presenciais, por Skype, grupo focal, observação participante e/ou contatos telefônicos. Estima-se uma média de 30 escolas participantes por polo, totalizando aproximadamente 300 escolas nessa fase.

POLO REGIÃO SUL

Tabela 1. *Abrangência da 5ª edição do Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas no estado do Rio Grande do Sul.*

Edição	Informação	Total
5ª edição	Educadores Inscritos	4,159
	Demanda retida	973
	Educadores Selecionados	3179
	Escolas Selecionadas	452
	Educadores Certificados	1606
	Escolas com educadores certificados	**295**

Especificidades do Grupo de Pesquisa do Polo Sul.

Coordenação Profª Aline Winter Sudbrack.

Mapeamento Geográfico: Escolas com projetos no Rio Grande do Sul.

A população que compõe o Polo Sul – Porto Alegre é a da região que compõe a capital e área metropolitana. Segundo o IBGE de 2010, é de aproximadamente 4 011 224 habitantes na sua totalidade. Corresponde à quarta mais populosa do Brasil, superada apenas pelas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, respectivamente. Possui o quarto maior PIB do Brasil, sendo a 82ª maior aglomeração urbana do mundo. Sua área total é de aproximadamente 10 234,012 km². Tabela 2:

MUNICIPIO	POPULAÇÃO (a)	IDHM (b)	Incidência da Pobreza (%) (c)	PIB per capita a preços correntes (R$) (d)
ALVORADA-RS	195673	0,699	37,68	7853,42
ARROIO DOS RATOS-RS	13.606	0,698	30,92	9184,48
CACHOEIRINHA-RS	118.278	0,757	29,35	36183,42
CAMPO BOM-RS	60.074	0,745	30,10	24464,71
CANOAS-RS	323.827	0,750	29,52	47711,11
ESTEIO-RS	80.755	0,754	27,64	30005,61
GLORINHA-RS	6.891	0,714	15,40	33004,59
GRAVATAI-RS	255.660	0,736	29,39	28375,58
GUAIBA-RS	95.204	0,730	31,44	26479,20
IVOTI-RS	19.874	0,784	25,83	22505,15
MONTENEGRO -RS	59.415	0,755	26,51	29273,21
NOVO HAMBURGO-RS	238.940	0,747	29,73	23009,67
PORTO ALEGRE-RS	1.409.351	0,805	23,74	32303,11
SANTO ANTONIO DA PATRULHA-RS	39.685	0,717	22,56	15121,59
SAO JERONIMO-RS	22.134	0,696	28,66	15578,82
SAO LEOPOLDO-RS	214.087	0,739	29,85	19442,30
SAPIRANGA-RS	74.985	0,711	33,54	17718,09
SAPUCAIA DO SULRS	130.957	0,726	31,43	16467,28
TAQUARA-RS	54.643	0,727	27,23	13603,79
VIAMAO-RS	239.384	0,717	33,14	93217,69

Tabela 2:

(a) População segundo Censo-Demográfico de 2010 (Fonte: IBGE)

(b) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 2010 (Fonte: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

(c) Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003

(d) Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (2011)

Fonte das Informações da tabela: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE –Cidades) Disponívelem:<http://www.cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=43&idtema=125&codv=v06&search=rio-grande-do-sul|arroio-dos-ratos|sintese-das-informacoes-2011> Acesso em: 15 de setembro de 2014.

Leitura dos projetos elaborados pelas escolas

Primeira Etapa – Busca da Viabilidade

Para análise inicial dos projetos que constavam como demanda para a equipe de trabalho do Polo Sul – Porto Alegre, foi necessário verificar primeiramente a viabilidade dos arquivos. Uma primeira checagem do status dos projetos nos arquivos anexados pelo PRODEQUI foi feita com o intuito de familiarização da equipe com o material disponibilizado.

Como resultado, obteve-se que dos 84 arquivos que foram anexados aos dados do PRODEQUI para o Polo Sul – Porto Alegre, 58 arquivos estavam em condições de leitura e análise proposta pelo projeto em questão. Sendo assim, 69,04% da amostra é viável para estudo.

Segunda Etapa – Leitura flutuante

Num segundo momento, isso já em meados de abril de 2014, iniciou-se com a equipe de trabalho composta por três acadêmicos-bolsistas e quatro professores-pesquisadores a leitura dos projetos viáveis (58 projetos). Nessa segunda etapa, o objetivo da leitura era a interação da equipe com o meio de inserção das comunidades onde os professores de escolas públicas atuam, com o intuito de promover o melhor entendimento dos recursos de cada comunidade para a aplicação das determinadas intervenções propostas à promoção da saúde e à prevenção do uso de drogas pelos adolescentes. Nessa etapa do projeto, a equipe precisou utilizar os recursos que os professores formados na quarta e quinta edições do Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas obtiveram com a finalidade de familiarização da mesma com os objetivos do curso proposto. Pela leitura flutuante, os projetos analisados foram classificados em três subgrupos: ótimos, bons e regulares. Essa classificação é totalmente subjetiva, e cada membro do grupo que fez a referida leitura atribuiu uma dessas categorias para cada projeto. Essa etapa, mais do que aplicar um juízo de valor aos projetos, teve importância para a próxima etapa da metodologia utilizada pelo polo estadual e para a aplicação do eixo intervencionista.

Terceira Etapa – Categorização das variáveis

Nesta terceira etapa foram levantadas, através das leituras preliminares, as categorizações mais relevantes em relação à aplicabilidade na ação intervencionista (quinta etapa).

A fim de aproximar a equipe do Polo Sul – Porto Alegre das peculiaridades de cada comunidade que propôs um projeto de ação em relação à temática surgiu a seguinte variável: diagnóstico da comunidade. Essa compreende a localização da escola e a descrição do seu entorno social, e também dados acerca da prevalência do uso de drogas dentro ou fora do recinto escolar e as possíveis dificuldades de abordagem do tema já que, como apontado pela maioria dos projetos, algumas famílias poderiam se utilizar do tráfico como meio de gerar renda. Outro ponto fundamental para estruturação do corpo dos projetos apresentados foram escolas que apresentavam previamente algum tipo de plano de intervenção ao uso ou abuso de drogas. Assim, procurou-se levantar quais escolas estavam estruturadas para promover alguma ação efetiva nesse combate.

Como apontado pelo Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas o conhecimento das vulnerabilidades que existem em cada comunidade é de fundamental importância para promover ações que atinjam efetivamente a escola. Verificou-se que os principais pontos a serem elencados nesse item foram: violência doméstica e no entorno escolar, consumo de álcool pelos familiares, professores e funcionários, gravidez precoce e evasão escolar.

Além disso, quais seriam as outras instituições (Igrejas, Polícia Comunitária, Associações Comunitárias, por exemplo) que poderiam interagir com a comunidade escolar, pois já se sabe que ações desenvolvidas em vários âmbitos e integradas entre as diferentes áreas sociais são as que mais obtêm êxito.

Para concluir, considerou-se fundamental a existência de um cronograma de execução de cada projeto durante o período eletivo que abarcasse quais atividades seriam desenvolvidas e o quanto daquilo aprendido durante o curso seria utilizado.

Assim, atribuiu-se um ponto para cada categorização na tabela, a seguir, que demonstra cada projeto e sua pontuação.

Tabela 3.

1. DIAGNÓSTICO DA COMUNIDADE
2. ESCOLAS COM PROJETOS PRÉVIOS
3. SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE
4. PARCERIAS
5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

No.	MUNICIPIO	ESCOLA	No. INEP	PROJETO	1	2	3	4	5	PONTUAÇÃO
1	Cachoeirinha	EMEF Tira-dentes	43029949	Projeto Educação para Prevenção do Uso de Drogas na Escola	Sim	Sim	Sim	Não	Não	3
2	Cachoeirinha	EMEF Assun-ção	43174469	Semeando Um Futuro Sem Drogas	Sim	Não	Sim	Não	Sim	3
3	Cachoeirinha	EMEF Vista Alegre	43030068	Projeto de Intervenção ao Uso de Drogas: "É Melhor Prevenir do que Remediar"	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	5
4	Cachoeirinha	EMEF Pedro Ivo Rech	43299245	Valorização da Saúde e Prevenção do Uso de Drogas	Sim	Não	Sim	Não	Não	3
5	Canoas	EEEF João XXIII	43038301	Projeto Conviver	Sim	Não	Sim	Não	Não	2
6	Canoas	EEEM Bento Gonçalves	43038514	Projeto: Vida Saudável: Diga Não às Drogas	Sim	Não	Sim	Não	Não	2
7	Glorinha	EMEF Alvaro Ferrugem	43068120	Nem Toda Curtição Vale a Pena	Sim	Não	Sim	Não	Sim	3
8	Cachoeirinha	Colégio Agrí-cola Estadual Daniel de Oliveira Paiva	43029641	Projeto de Prevenção do Uso de Drogas	Não	Não	Não	Não	Sim	1
9	Cachoeirinha	EMEF Castro Alves	43029930	O Resgate da Parceria entre Escola e Família na Prevenção às Drogas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	5
10	Arroio dos Ratos	EEEF LG Motta	43016448	Sem nome	Não	Não	Não	Não	Não	0
11	Alvorada	EEEM Carlos Drummond de Andrade	43013929	A droga é uma droga	Sim	Não	Sim	Não	Sim	3
12	Alvorada	EMEF Paulo Freire	43182488	Papo Sério Sobre Drogas	Sim	Não	Sim	Não	Sim	3
13	Alvorada	EMEF Hebert José de Souza	43185703	Projeto Vida Saudável: Tudo que Queremos	Sim	Não	Sim	Não	Não	2
14	Alvorada	EMEF Eli-sandro Duarte Neto	43212026	Prevenir as drogas, promover a saúde.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	5
15	Gravataí	EMEF Pre-sidente João Goulart	43069339	Drogas? Tô fora!	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	4
16	Guaíba	EEEF Itororó	43070205	Valorização da vida: crescimento intelectual e profissional, qual o melhor caminho a seguir?	Não	Sim	Sim	Sim	Não	3
17	Guaiba	Colégio Est. Augusto Meyer	43070256	Isso é uma droga	Sim	Sim	Sim.	Sim	Não	4
18	Guaiba	EEEM Izaura Ibanez Meyer	43070442	Educar para prevenir	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	4
19	Ivoti	EE Ed. Bás. Mathias Schutz	43078389	Drogas? Te liga!	Não	Não	Não	Não	Não	0

20	Ivoti	EMEF Eng. Ildo Mene-ghetti	43078443	Arte para prevenir e multiplicar	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	5
21	Montenegro	EE Técn. São João Batista	43087213	Vida feliz	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	5
22	Montenegro	EEEF Dr Jorge G Moojen	43087620	Educar para a vida e vida mais plena	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	5
23	Montenegro	EMEF Espe-rança	43087841	Educar a vida com esperança	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	4
24	Sto Antônio	EMEF Erico Veríssimo	43130330	Educação na prevenção ao uso de drogas	Não	Não	Sim	Sim	Não	2
25	São Jerônimo	EEEF Dr. José Athanásio	43137261	Drogas: Cai fora!	Sim	Não	Não	Não	Sim	1
26	São Leopoldo	EMEF Zaira Hauschild	43139523	Prevenção do uso de drogas	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	4
27	São Leopoldo	IEE Pedro Schneider	43139604	Promovendo a saúde	Sim	Não	Sim	Não	Não	2
28	São Leopoldo	EMEF Alvaro Luis Nunes	43189385	Ações cooperativas visando a prevenção ao uso de drogas	Sim	Não	Sim	Sim	Não	3
29	São Leopoldo	EMEF Santa Marta	43201091	Uma caminhada contra as drogas	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	4
30	São Leopoldo	EMEF Padre Orestes Joao Stragliotto	43254004	Projeto de Prevenção ao Uso In-devido de Drogas na Escola Padre Orestes João Stragliotto	Sim	Não	Sim	Não	Sim	3
31	Sapiranga	EMEF Maria Emilia de Paula	43146007	Sem título	Sim	Não	Sim	Não	Não	2
32	Sapucaia do Sul	EMEB Alberto Santos Du-mont	43146244	Escola Sem Drogas (Prevenção é a Solução)	Não	Não	Sim	Não	Sim	2
33	Sapucaia do Sul	EMEF Julio Stroher	43146309	Desmistificando o Tema Drogadi-ção na Escola	Não	Sim	Não	Sim	Sim	3
34	Sapucaia do Sul	EMEF Hugo Gerdau	43146414	Drogas, eu pulo fora	Sim	Não	Sim	Não	Sim	3
35	Sapucaia do Sul	EEEB Marcus Vinicius De Moraes	43146430	Drogas: A Prevenção é o Caminho	Não	Sim	Não	Sim	Sim	3
36	Taquara	EMEF Getulio Vargas	43205437	A Expressão Corporal no Desen-volvimento da Autoestima	Sim	Não	Sim	Sim	Não	3
37	Viamão	EMDEF Humberto De Campos	43166962	Para Prevenção à Drogadição	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	5
38	Viamão	EMEF Ricardo Faicker Nunes	43167152	Projeto de Prevenção do Uso de Drogas	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	4
39	Viamão	EMEF Far-roupilha	43167462	Prevenindo e Compreendendo a Situação Drogas nas Escolas	Não	Não	Sim	Não	Sim	2
40	Viamão	EMEF Dom Diogo de Souza	43175333	Não às Drogas	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	4
41	Viamão	EMEF Monte Alegre Junto ao CAIC	43177867	CAIC – Educação para a Preven-ção – Promovendo a Saúde	Sim	Não	Sim	Não	Sim	3
42	Porto Alegre	EEEM Infante Dom Henrique	43105211	Atividade Colaborativa do Mó-dulo Iv	Sim	Sim	Sim	Não	Não	3
43	Porto Alegre	EMEF Aramy Silva	43105467	Aprender e Conviver	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	5
44	Porto Alegre	EMEF Jose Loureiro da Silva	43105491	Os Guardiões da Saúde Escolar - Promoção de uma ação preventiva através da inserção de um trabalho com HQ desenvolvido na bilioteca escolar	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	4

45	Porto Alegre	EEEF America	43105831	Ações Preventivas do Uso de Drogas na Escola	Sim	Não	Sim	Sim	Não	3
46	Porto Alegre	EEEM Oscar Coelho De Souza	43106439	Projeto de Prevenção do Uso de Álcool d Outras Drogas	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	4
47	Porto Alegre	EEEF Humaitá	43106552	A Vida é a Melhor Escolha	Não	Não	Não	Não	Não	1
48	Porto Alegre	EEEF Toyama	43108334	Atividade Colaborativa Módulo 5	Não	Sim	Não	Não	Não	1
49	Porto Alegre	EEEF Vinte de Setembro	43108474	Semana de Prevenção ao Uso de Drogas	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	4
50	Porto Alegre	EEEF Bento Gonçalves	43108490	Não Transforme sua Vida em Uma Droga	Sim	Não	Sim	Não	Sim	3
51	Porto Alegre	EMEF Grande Oriente Do RGS	43108571	Prevenção ao uso de drogas	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	4
52	Porto Alegre	EMEF Prof Judith Macedo de Araujo	43109055	O uso de drogas lícitas e ilícitas entre adolescentes da Escola Judith: Prevenção através de Problematização.	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	4
53	Porto Alegre	EMEF Lauro Rodrigues	43109209	Escola Lauro Rodrigues Integração E Prevenção	Sim	Não	Sim	Sim	Não	3
54	Porto Alegre	EMEF Saint Hilaire	43167179	Vamos Viver com Saúde e Alegria	Não	Não	Não	Não	Sim	1
55	Porto Alegre	EMEF Ver Antonio Giudice	43172482	A Prevenção do uso de drogas no modelo da educação para a saúde e das redes sociais	Não	Não	Não	Sim	Não	1
56	Porto Alegre	EMEF Wenceslau Fontoura	43173721	Promovendo a saúde integral do educando	Sim	Sim	Sim	SIm	Sim	5
57	Porto Alegre	EE Especial Renascença	43174345	Prevenções na escola, alunos conscientes	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	4
58	Porto Alegre	EEEF Humaitá	43106552	Prevenção para Ter Saúde e um Futuro com Esperança	Não	Sim	Não	Sim	Não	2

Quarta Etapa – Contato com a comunidade

Nesta quarta etapa, iniciamos o contato com as comunidades que apresentaram os projetos de intervenção para a prevenção do uso de drogas nas escolas e para a promoção da saúde de seus adolescentes.

A fim de compreender o que está ocorrendo no campo de pesquisa do Polo Sul – Porto Alegre, optou-se por contato direto com os professores que receberam formação pelo Curso de Prevenção ao Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas. Foram realizados contatos via endereço eletrônico disponibilizados pelos professores ao se cadastrarem no curso e que foi enviado ao Polo Sul – Porto Alegre pelo PRODEQUI.

O e-mail contava com uma carta de apresentação da equipe de trabalho do Polo Sul – Porto Alegre. Nessa carta, busca-se esclarecer a finalidade do contato, afirmando o desejo de familiarização com o contexto atual do projeto de intervenção elaborado pela escola e a disponibilidade da equipe para assessoramento nas demandas das escolas. Tendo esses pontos esclarecidos, solicitamos que nos respondessem algumas questões sobre o projeto: seu atual andamento, dificuldades encontradas pelos educadores, interesse em continuar o projeto, interesse em receber assessoramento pelo Grupo de Pesquisa do Polo Sul. Para os professores que implemen-

taram seus projetos, também informamos nosso desejo de conhecer a previsão de seus cronogramas para os próximos anos, se há ou houve a colaboração de outras instituições, quais as dificuldades enfrentadas na execução e se há outras demandas não referidas. Com isso, solicitamos o encaminhamento destas respostas para uma análise e proposta de ida ao campo, voltada para as dificuldades desses professores em relação ao curso ou aplicabilidade na prática diária nas escolas em que trabalham.

Quinta Etapa – Visualização dos projetos na prática pedagógica dos professores

Esta etapa constitui o cerne mais importante do projeto pois viabiliza elucidar o impacto da formação do Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas uma vez que possibilita ao polo estadual procurar as peculiaridades de cada região em que foi aplicada essa formação e de que maneira esse programa influenciou na prática pedagógica e na disseminação do conhecimento pelos multiplicadores (equipe diretiva, alunos, agentes comunitários, entre outros).

É nesta etapa que se identifica a rede de vulnerabilidade das escolas públicas e como se formaram parcerias para atuação ativa na prevenção ao uso e abuso de drogas, sejam elas lícitas ou não.

Para tanto, a equipe Polo Sul – Porto Alegre está estabelecendo contatos com as escolas, a partir do mês de outubro de 2014, época em que foi iniciada a sistematização das visitas às escolas. Após contato por telefone e agendamento de uma reunião, iremos visualizar no campo de pesquisa o impacto do curso em termos de promoção da saúde e prevenção do uso de drogas.

Sexta Etapa – Breve relato sobre as escolas visitadas.

Até meados de dezembro de 2015, foram visitadas 11 escolas, sendo 4 escolas na capital e 7 em cidades próximas. A aproximação com a realidade *in loco* das escolas tem demonstrado que havia uma necessidade real de que fosse concretizada a meta proposta de levar aos educadores a oportunidade de expressarem suas demandas e, ao mesmo tempo, propiciarem à equipe de pesquisadores o conhecimento da comunidade escolar. Pelo fato de lidarmos com escolas da rede pública de ensino, algumas características comuns emergem tais como a falta de recursos para implementar projetos, baixa remuneração dos professores, a evasão escolar, fenômeno crescente e que em sido mais observado em escolas da capital e maior desinteresse dos pais em colaborar com a escola.

Por outro lado, pode-se dizer que a realidade das escolas surpreende em sua heterogeneidade. Salta aos olhos o comprometimento da maioria dos professores com a formação dos educandos e a disposição em se envolver com projetos, além da sala de aula. As escolas do interior têm grande apoio da comunidade local para seus projetos, tendo em vista que, em cidades menores, o colégio ainda é uma instituição de referência tradicional e, em geral, os filhos e netos estudam na mesma escola de seus antecessores. Além do problema com drogas, os professores relataram a necessidade de haver projetos que abordem temas tais como: gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, gênero e sexualidade, relacionamentos entre jovens, alimentação saudável. Em uma das escolas foi relatada a difícil adesão dos pais aos programas ofertados relativos à prevenção da obesidade infantil, higiene e disciplina. E com raras exceções, o problema do uso de drogas não se faz presente. Quando não está na escola, está na comunidade, pois há famílias de estudantes com grande número de usuários e até pais traficantes de drogas, famílias desestruturadas e/ou com dificuldades financeiras e com falta de comprometimento com a educação dos filhos. Ou seja, deixam nas mãos dos professores e até mesmo de funcionários, o papel parental. Como os educadores não têm condições de exercer todos os papéis, em casos mais graves, recorrem ao Ministério Público e à Polícia para resolver os problemas com os estudantes usuários de drogas, criminalizando assim, desde o ambiente escolar, aquele estudante que, poderia, eventualmente, estar usando a droga em fase de experimentação.

Alguns elementos para a análise da pesquisa em andamento de mobilização local para a Rede de Prevenção de Drogas e Promoção da Saúde no Território

A equipe de trabalho do Polo Sul – Porto Alegre deseja intervir de maneira proativa na identificação das vulnerabilidades nas redes de apoio aos educadores que promovem essa mobilização não só para a prevenção ao uso de drogas, como também para a promoção da saúde e da cultura da paz. O grupo quer otimizar de maneira

significativa o suporte para a propagação da nocividade das drogas no cotidiano das escolas e como possibilitar que estes adolescentes possam promover a disseminação dos conhecimentos por meios multiplicadores.
Durante todo o processo de identificação da rede de apoio à prevenção no território do Polo Sul – Porto Alegre e região metropolitana, evidenciaram-se as dificuldades de alguns professores em relação aos aspectos teórico-práticos no curso promovido pelo PRODEQUI. Inúmeros projetos mostravam nas discussões, a falta de conhecimento técnico dos professores em relação à nocividade que as drogas proporcionam. Muito se falou da questão sócio-econômica das drogas, na comunidade escolar, e no País com um todo, dentro dos projetos desenvolvidos pelos educadores, mas a grande maioria ressalta a necessidade de aprofundamento dos conhecimentos fisiopatológicos e sociais a respeito das drogas.
Nesse sentido, o polo estadual do Rio Grande do Sul realizará um projeto de extensão com vistas a transformar-se, no futuro, em um programa em nível institucional. O projeto, primeiramente, prevê a realização de um seminário de extensão com o objetivo de suprir, pelo menos em parte, essa necessidade trazida por alguns profissionais que atuam diretamente nessa rede. Profissionais da saúde, treinados e formados na área de atuação, deverão intervir de maneira significativa a fim de sanar as dúvidas levantadas durante o seminário. Paralelamente, serão apresentados artigos de acadêmicos da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), a respeito de sinais e sintomas do uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas nas escolas. Também será criada uma rede de apoio, durante a mobilização no território que compreende o Polo Sul, fortalecida através do e-mail criado na UFCSPA (polosul@ufcspa.edu.br).
Prevê-se, por fim, a atuação direta nas escolas, colocando ativamente os acadêmicos bolsistas juntamente aos professores-pesquisadores, promovendo um projeto pedagógico universal que propicie à comunidade refletir sobre a promoção da saúde, o exercício da cidadania e a cultura da paz.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Ministério da Saúde. (2011). *Passo a passo do PSE: Programa Saúde na Escola: tecendo caminhos da intersetorialidade.* Secretaria de Atenção Básica. Departamento de Atenção Básica.

BRASIL. (1990). *Presidência da República. Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.* Brasília: Diário Oficial da União.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – Cidades). Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=43&idtema=125&codv=v06&search=rio-grande-do-sul|arroio-dos-ratos|sintese-das-informacoes-2011> Acesso em: 15 de setembro de 2014.

Levantamento domiciliar sobre uso de drogas psicotrópicas no Brasil. Disponível em: http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Dados_Estatisticos/indicadores/327426.pdf

SUDBRACK, M. F., CONCEIÇÃO, M. I. G., COSTA, L. F. (Eds.) (2014). *Curso de Prevenção do uso de drogas para educadores de Escolas Públicas* (6. ed.). Brasília: Gráfica e Editora Movimento Ltda.

VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública e Privada nas Capitais Brasileiras. Disponível em: <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/index.php>

A Epidemia de HIV/AIDS no Nordeste Brasil e seu Enfrentamento: Ganhos e Perdas.

Ana Cristina de Souza Vieira
Universidade Federal de Pernambuco / Brasil
Email: anacvieira12@gmail.com

Resumo: A discussão focaliza o perfil da epidemia de HIV/Aids na região mais pobre do Brasil, o Nordeste, especificamente no estado de Pernambuco. Analisa os serviços de saúde, sua estruturação, as respostas à epidemia, que cresce entre mulheres, entre as pessoas de baixa renda e no interior do estado. Faz indicações quanto ao que pode ser feito para melhor atender às necessidades das pessoas com HIV/aids.
Palavras-chaves: política de saúde; HIV/AIDS-SIDA; serviços de saúde para HIV/AIDS

INTRODUÇÃO

A discussão sobre políticas de saúde para pessoas com HIV/aids vem sendo o foco nossas pesquisas desde 2008, com base na realidade do Brasil, África do Sul e Moçambique. Em 2010 iniciamos um novo projeto aprovado intitulado Acesso aos Serviços de Saúde de Referência para HIV/aids no Brasil, África do sul e Moçambique, com o objetivo de analisar o acesso dos soropositivos aos serviços de saúde, identificando os limites e possibilidades na garantia do tratamento e sua garantia pelo Estado, considerando que no enfrentamento da epidemia de aids é preciso levar em conta os determinantes sociais da saúde.

Na realidade brasileira, tomando como espaço de estudo a cidade de Recife, no estado de Pernambuco, na região Nordeste do país, uma das áreas de maior pobreza, entre os resultados deste trabalho, identificamos alguns problemas no enfrentamento da doença. Um deles, é o diagnóstico tardio para HIV, pois as pessoas descobrem que são soropositivos em estágio avançado da doença, ou quando companheiros/as adoecem; mulheres que descobrem ser soropositivas a partir da doença dos filhos. Pessoas residentes no interior muitas vezes preferem fazer o acompanhamento no interior, pela falta de serviços ou pelo medo da discriminação, ao se tratar de aids. Foram apontadas dificuldades de chegar aos serviços de saúde da capital, por falta de recursos ou não ter garantido o transporte pelo município, apesar da existência de mecanismos de apoio a tratamento fora do domicílio. Identificamos também que a prescrição de medicamentos na rede pública, expedida por serviços de saúde de âmbito estadual não são aceitas nos serviços municipais, o que coloca em questão a concepção do Sistema Único de Saúde, vigente no país desde 1990.

Enfim, os dados obtidos com a pesquisa apontavam para a necessidade de se conhecer a realidade da prevenção e do tratamento de HIV/aids para além da realidade dos serviços da capital do estado, Recife, abarcando os municípios da Região Metropolitana do Recife, e o interior do estado de Pernambuco, tendo em vista que a epidemia vem crescendo no Nordeste, apesar da média de casos de Aids no país estar estabilizada.

Em Pernambuco a epidemia vem crescendo e avançando para as cidades do interior. As regiões em que tem ocorrido incremento da economia através de investimentos em infraestrutura – Ipojuca, Goiana, Cabo de Santo Agostinho – estão colocadas nacionalmente entre os 100 municípios com maior crescimento da epidemia.

Nos anos recentes, novos serviços especializados em aids têm sido instalados no interior do estado, mas pouco se conhece sobre seu funcionamento e como esses serviços vêm garantindo a efetivação do tratamento, ou como se processa sua articulação com os serviços municipais de saúde e com as equipes da Estratégia de Saúde da Família, responsáveis pela atenção básica.

Este artigo tem por objetivo analisar a realidade do enfrentamento à AIDS nos municípios da Região Metropolitana de Recife e municípios do interior de Pernambuco que possuem Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) e Serviço de Atendimento Especializado (SAE) no tratamento de aids, buscando identificar as principais articulações dos serviços públicos com as organizações da sociedade civil, realizadas na perspectiva de garantir a efetivação do tratamento.

1. QUALIFICAÇÃO DO PRINCIPAL PROBLEMA A SER ABORDADO

A Aids é aqui compreendida como uma epidemia que expõe a exploração decorrente das relações capitalistas, no que se refere à cura ou a vivência com HIV que depende em grande medida, da indústria farmacêutica e de seus acordos comerciais que privatizam o direito universal a serviços públicos de saúde. Revela, também, a manutenção da opressão, decorrente das relações patriarcais, na medida em que a prevenção é associada à normatização e controle da sexualidade, pela igreja, pelo Estado ou pelas famílias.

Os primeiros casos de aids surgiram no Brasil nos anos 1980, quando pouco se sabia sobre a doença. O tratamento era realizado basicamente com uma medicação, o AZT, que possibilitava apenas alguns meses de vida. Passados mais de 30 anos dos primeiros casos de aids, a descoberta de várias drogas que controlam o HIV, proporcionou significativa mudança no enfrentamento à epidemia. O tratamento antirretroviral, apesar de não eliminar o vírus, reduz sensivelmente a carga viral, possibilitando ao portador ter melhor qualidade de vida, sem doenças oportunistas (apesar dos efeitos colaterais), ao ponto da aids passar a ser tratada como uma doença crônica. Essa compreensão da aids vem sendo responsabilizada por possibilitar o aumento dos casos da doença, pois a doença não tem mais a mesma visibilidade, passando a ideia de estar sob controle, levando os sujeitos a reduzir seus cuidados preventivos para enfrentamento da ameaça do HIV.

Considera-se que os determinantes da saúde, numa perspectiva ampliada, indicam que a saúde possui condicionantes socioeconômicos e culturais e o enfrentamento de uma patologia não pode se limitar ao tratamento medicamentoso, tornando-se necessária para uma resposta eficaz considerar a realidade socioeconômica da população, como se estabelecem as relações sociais e como se estruturam as políticas sociais e econômicas do país.

No caso do Brasil as tendências da aids na atualidade tendem para a **interiorização** – crescimento de casos em municípios do interior, **feminização** – aumento de casos entre as mulheres e **pauperização** – crescimento entre pessoas menos escolarizadas e de menor rendimento.

Em Pernambuco nos anos 1980, apenas cinco municípios apresentaram casos de AIDS – Recife (capital do estado), Jaboatão e Paulista (na Região Metropolitana), Caruaru e Petrolina (municípios-polo, com grande contingente populacional, situados no interior do estado), totalizando 351 casos no estado, dos quais 345 casos em Recife. Tais dados demostram que no início da epidemia existia uma concentração de casos na capital. Nos anos 1990 no entanto, houve uma disseminação da epidemia, com o avanço de casos em 128 municípios de Pernambuco e nos anos 2000 mais 44 em outros municípios, ou seja, 172 municípios de Pernambuco já apresentam casos de aids. Segundo o Boletim Epidemiológico DST/AIDS (SECRETARIA, 2014), apenas em 07 dos 184 municípios do estado não há casos notificados de aids (Betânia, Calumbi, Itacuruba, Granito, Orocó, Santa Filomena, e Terezinha).

Reportagem da Folha de PE, expôs em 2012, que

> O relatório do Boletim Epidemiológico Aids/DST 2012, do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, aponta alguns municípios pernambucanos no ranking das 100 cidades acima de 50 mil habitantes com maior incidência de HIV. São elas: Recife, Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Abreu e Lima, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Escada, Paulista e Igarassu (FOLHA PE, 2012).

O enfrentamento do HIV/Aids está estruturado em Pernambuco de forma descentralizada, contando com serviços específicos para realização do teste de HIV, abertos a todas as pessoas que desejem verificar sua sorologia para o vírus. Esses serviços eram anteriormente chamados de COAS – Centro de Orientação e Aconselhamento em DSTs e Aids, hoje são denominados CTAs – Centro de Testagem e Aconselhamento. Não existem serviços desse tipo em todos os municípios de Pernambuco e em há apenas serviços como esses, que não fazem o acompanhamento/tratamento das pessoas detectadas com o vírus, apenas exame de sangue e orientação para as pessoas diagnosticadas positivas. Em 16 municípios existem o SAE – Serviço de Atendimento Especializado, onde há o acompanhamento ambulatorial de pessoas com HIV/Aids, incluindo consultas com profissionais de saúde, realização de exames e distribuição de antirretrovirais.

Para responder ao crescimento da epidemia, foram criados 24 SAES no estado, sendo 15 SAEs na Região Metropolitana, sendo 9 na capital, Recife, e 9 distribuídos pelo interior do estado. O SAE é um serviço de responsabilidade municipal, com apoio financeiro e orientação da Secretaria Estadual de Saúde. O Quadro 1 mostra os SAEs existentes e o total de pessoas com aids nos municípios que sediam esses serviços. No início da pesquisa que desenvolvemos, não existiam 3 SAEs, que ficaram fora do campo de coleta de dados (Palmares, Goiana, Limoeiro).

Quadro 1. Municípios com atendimento ambulatorial para pessoas com HIV/Aids, população e casos notificados de HIV/Aids

Município	População em 2014	Casos notificados de aids (1983-2014)	Total de SAEs
Recife	1.537.704	8.027	9
Jaboatão dos Guararapes	644.520	2.512	1
Olinda	377.779	1.599	1
Paulista	300.466	996	1
Cabo	185.025	721	1
Caruaru	314.912	692	1
Camaragibe	144.466	357	1
Petrolina	293.962	320	1
Goiana	75.644	182	1
Garanhuns	129.408	177	1
Palmares	59.526	112	1
Limoeiro	55.439	89	1
Arcoverde	68.793	71	1
Serra Talhada	79.232	57	1
Salgueiro	56.629	38	1
Afogados da Ingazeira	35.088	23	1

Fonte: Secretaria de Saúde de Pernambuco, 2014: 3; IBGE, 2014.

A tendência de feminização da epidemia é atestada pela a proporção entre homens e mulheres infectadas em Pernambuco que atualmente é de 1,9 casos em homens para 1 caso em mulheres. Na Região Metropolitana de Recife essa proporção é de 2,1. No Agreste é de 1,8. Nos sertões essa proporção se reduz um pouco, variando entre 1,6 a 0,9, o que indica que além de se interiorizar a epidemia também atinge mulheres do interior.

No que se refere ao atendimento de saúde, os municípios do interior, em geral, têm assumido a atenção básica em saúde, e os casos de doenças que necessitam de acompanhamento especializado ou de alta complexidade, geralmente são encaminhados para a capital e são atendidos em unidades de saúde de maior complexidade, geralmente sob a responsabilidade do governo estadual, ou no âmbito das unidades filantrópicas de saúde.

No caso da aids, por exemplo, dos nove serviços ambulatoriais existentes em Recife sete estão inseridos em hospitais estaduais, um está localizado no Hospitaldas Clínicas, de âmbito federal, e apenas um serviço situa-se em uma Policlínica de responsabilidade do governo municipal.

Do ponto de vista do tratamento apenas do HIV, quando não ocorrem doenças oportunistas ou complicações em decorrência de estágio avançado da aids, o atendimento ambulatorial é indicado para o tratamento. Porém com o diagnóstico tardio, parte dos soropositivos tem descoberto a doença em estágio avançado, havendo a necessidade de acompanhamento com especialistas como neurologista, cardiologista, dermatologista, psiquiatra, etc. Além disso, existe a necessidades de outras medicações além dos antirretrovirais, o que tem dificultado o tratamento.

De acordo com os relatos dos soropositivos nos grupos focais realizados em pesquisa anterior, existe uma dificuldade de se ter garantida a medicação para doenças oportunistas, o atendimento com especialistas e a realização de exames de alta complexidade. Tal fato aponta que os serviços de referência necessitam garantir também atendimento especializado, o que em geral não acontece, pois os SAEs devem ter na equipe apenas infectologista, assistente social, psicólogo/a e enfermeiro/a.

Dadoo crescimento da epidemia em Pernambuco para os municípios do interior, a implantação de novos serviços de referência em alguns desses municípios e a necessidade de conhecer a realidade do enfrentamento da aids em Pernambuco dentro da realidade do Sistema Único de Saúde levou-nos a indagar como tem se articulado o governo estadual e os governos municipais no enfrentamento à aids. Uma questão central era como ocorre o acesso dos soropositivos aos serviços necessários ao tratamento e o que os serviços têm ofertado.Uma preocupação era saber como os profissionais que atendem nos SAEs vêm sendo capacitados e têm enfrentado as tendências da epidemia e que articulações realizam para garantir o atendimento integral aos soropositivos, assim como saber se a prevenção vem sendo realizada nos municípios.Também era objeto de nossas preocupações, saber como as organizações da sociedade civil, especialmente aquelas que têm como foco de atuação o HIV/aids e as pessoas soropositivas têm atuado no enfrentamento à aids, especialmente nos municípios do interior do estado.

Elaboramos um questionário para aplicação com os profissionais atuantes nos serviços, entendendo queas respostas a essas questões possibilitariam a compreensão do enfrentamento à aids pelos municípios, bem como poderiam contribuir para redirecionar as ações visando uma resposta eficaz à epidemia, sobretudo na perspectiva de se buscar soluções para o avanço do enfrentamento da doença e conseguir sua efetiva redução, principalmente entre as mulheres, no interior e entre a população mais pobre. Nosso interesse volta-se para a busca de caminhos que visem garantir o acesso ao tratamento com qualidade.

Nossas hipóteses de trabalho apontavam que a informação sobre HIV/aids não chega à população feminina, especialmente das classes populares nos municípios do interior, onde também os profissionais de saúde não atentam necessariamente para as novas tendências da epidemia. Isso gera um diagnóstico tardio, que compromete o direito à saúde das pessoas infectadas pelo HIV, gerando um risco de adoecimento pela aids e agravamento das condições de saúde e de vida.

Consideramos que nos diversos níveis e serviços de saúde não se consegue seguir a lógica doSistema Único de Saúde, com articulação e hierarquizado no atendimento, ocorrendo falhas, inconsistências no atendimento dos sujeitos.

Por outro lado, a articulação com organizações da sociedade civil de apoio às pessoas com HIV/aids não tem consolidado um espaço que garanta acesso ao conhecimento sobre a doença e proteção social que contribua para uma vida com melhor qualidade, para pessoas acometidas pela epidemia. Reconhecer o que vem falhando e como interferir nesse processo pode contribuir para mudanças no atendimento e na vida dos sujeitos, e no rumo da epidemia em nosso estado.

Tivemos como objetivo geral identificar como as tendências da epidemia de HIV/aids (interiorização, feminização e pauperização) vêm sendo enfrentadas em Pernambuco. Quanto aos objetivos específicos, apontamos:

- Analisar as ações de prevenção e tratamento da AIDS nos Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA) e nos Serviços de Atendimento Especializado (SAE) e sua articulação com os serviços municipais de saúde, em especial de atenção básica.
- Analisar a articulação dos serviços de saúde com movimentos da sociedade civil pela garantia do direito à saúde das pessoas com HIV/Aids;
- Analisar o acesso das pessoas que vivem com HIV/AIDS aos serviços de saúde de referência, na sua interação com os determinantes econômicos e sociais que incidem nas estratégias e políticas de saúde frente à epidemia da AIDS;

2. MÉTODO E PROCEDIMENTOS

A pesquisa para discutir a atenção às pessoas com HIV/aids em Pernambuco, caracteriza-se por ser quanti-qualitativa, tendo em vista o alcance dos objetivos propostos.
As estratégias de pesquisa adotadas foram:

- estudo documental, abarcando documentos sobre tendências do HIV/Aids, Boletim Epidemiológico, relatórios dos serviços
- entrevista com base em roteiro pré-elaborado, a ser realizada com profissionais e/ou gestores que atuam no SAEexistente nos município selecionados, e no CTA desses mesmos municípios. Foi definido que todos os SAEs em municípios com apenas uma unidade de saúde desse tipo, seriam objeto de estudo. Em Recife, onde existiam 8 serviços à época do início do estudo, selecionamos apenas o serviço sob responsabilidade municipal. Os serviços de âmbito estadual não foram selecionados, pois nosso interesse era focalizar as unidades descentralizadas, sob gestão municipal.
- observação dos serviços existentes – CTA, SAE – para registro das condições de atendimento. Esse processo de observação ocorreu no momento da realização da entrevista com os profissionais do serviço.

Os serviços selecionados para realização da observação e entrevistas são os Serviços Especializado de Atendimento – SAEs e Centros de Testagem e Aconselhamento – CTAs localizados conforme quadro abaixo.

Municípios	**Região de Desenvolvimento - RD**	**Número de SAEs**	**Número de CTAs**
Recife (SAE municipal)	RMR	1(Lessa de Andrade)	1(Policlínica Gouveia de Barros)
Jaboatão dos Guararapes	RMR	1	1
Cabo de Santo Agostinho	RMR	1	1
Olinda	RMR	1	1
Paulista	RMR	1	1
Camaragibe	RMR	1	1
Caruaru	Agreste Central	1	1
Garanhuns	Agreste Meridional	1	1
Arcoverde	Sertão do Moxotó	1	1
Serra Talhada	Sertão do Pajeú	1	1
Afogados da Ingazeira	Sertão do Pajeú	1	1
Salgueiro	Sertão Central	1	1
Petrolina	Sertão do São Francisco	1	1
Total		**13**	**13**
	26		

Fonte: Secretaria Estadual de Saúde, 2012

3. A ATENÇÃO ÀS PESSOAS COM HIV/AIDS EM PERNAMBUCO

3.1. O contexto da saúde no Brasil

Parte-se também da compreensão que nos países capitalistas existe uma desigualdade de renda marcante, própria desse modo de produção, em que a riqueza cresce mas não é dividida de forma justa e equitativa entre todos os trabalhadores. Portanto, entre aqueles que só têm sua força de trabalho para vender, o pauperismo se impõe, como condição imprescindível da criação de valor. Esse movimento se concretiza na dependência das

condições particulares de cada realidade. **É** preciso considerar ainda que, além dessa desigualdade de renda, insuprimível no capitalismo, convive-se com outras desigualdades que a ela se somam, como a existente entre as mulheres e os homens, entre pessoas de diferentes raças/etnias, assim como mitos e preconceitos permeiam as relações sociais, e repercutem sobre as vidas das pessoas.

Considera-se que diante das iniquidades que o capitalismo afirma, o Estado, ao assumir o papel de garantir a implementação de políticas públicas, torna-se responsável pela garantia de serviços sociais à população, podendo contribuir para a redução das desigualdades. Assim é em relação à política de saúde, apesar de, em tempos neoliberais, haver uma tendência à desresponsabilização do Estado quanto à oferta desses serviços, repassados à esfera da sociedade para que concretize a provisão. Somente com a pressão da sociedade civil organizada, o Estado se mobiliza para responder às necessidades da população, podendo antecipar-se à reivindicação ou protelar respostas.

Nesse momento em que o mundo experimenta mais uma crise do capital, destruindo empregos, vidas, questionando o Estado sobre as políticas a adotar, esse conhecimento é vital para podermos dar continuidade a uma ação qualificada de enfrentamento da epidemia de Aids, na perspectiva da garantia do direito à saúde, por parte dos movimentos sociais organizados, em estreita relação com setores governamentais parceiros nessa luta.

Documento da Rede Feminista de Saúde e UNIFEM (sd) aponta que

> a vulnerabilidade [ao HIV] é maior ou menor dependendo do ambiente, dos valores pessoais, dos níveis de exclusão social, cultural e econômica...diante da soropositividade, a vulnerabilidade ao adoecimento está associada à qualidade de vida, aos serviços públicos oferecidos e à sociedade civil organizada. (sd: 8)

Na perspectiva que adotamos, qualidade de vida tem a ver com a precedência da igualdade sobre a liberdade, considerando que as necessidades sociais devem ser satisfeitas de acordo com um padrão moral e legal de justiça distributiva estabelecido previamente. Não aceitamos o privilegiamento da liberdade em detrimento da igualdade, próprio à ótica liberal clássica ou contemporânea, pela qual o bem-estar na sociedade deve ser alcançada através do mérito, da habilitação, das escolhas individuais propiciadas pela competição (PEREIRA, 2008: 100).

Assim, a qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV/Aids está estreitamente associada às políticas sociais e aos serviços públicos garantidos por cada nação, em resposta às lutas sociais, portanto, uma história situada e datada.

A criação do Sistema Único de Saúde – SUS na Constituição de 1988, colocou a saúde num patamar de direito. A saúde passa a ser compreendida num sentido ampliado, considerando que tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso a bens e serviços essenciais e que os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do país, conforme a Lei 8080/1990. A universalidade, a integralidade da assistência (preventiva e curativa), a descentralização e a participação da sociedade civil organizada na gestão do sistema de saúde são princípios que orientam o SUS.

Pode-se afirmar que o SUS tem uma inspiração democrática e socialista, e sua criação foi apoiada por partidos políticos progressistas, movimentos sociais e intelectuais da esquerda, orientados por experiências universalistas de sistemas nacionais de saúde (OCKÉ-REIS, 2009: 7).

Atualmente mais de 90% da população brasileira é usuária do SUS, sendo que 28,6% da população utiliza exclusivamente o SUS. Isso significa, em uma população de cerca de 190 milhões de pessoas, 55 milhões de pessoas. Mais da metade da população, 61,5% utiliza o SUS e, em algumas situações, acessa serviços privados de saúde, seja através de plano privados de saúde ou pagamento direto. Apenas 8,7% não são usuários do SUS (PIOLA & VIANNA, 2009: 20-21).

O SUS conseguiu concretizar a descentralização da atenção à saúde, transferindo para os municípios a responsabilidade pela prestação de serviços de saúde à população. O governo federal repassou a responsabilidade pela prestação de serviços de saúde aos municípios, assumindo o papel de estabelecer diretrizes gerais e de repassar recursos para financiamento. Segundo Piola e Vianna, os recursos aplicados entre 2000 e 2005, apresentam um crescimento real, de 80% para os recursos municipais; de 80,24% para os recursos estaduais e de

20,54% para os federais (2009: 30). A referência ao crescimento do gasto dos municípios e estados expressa um gasto que anteriormente não era da responsabilidade municipal ou estadual, mas do governo federal. Cabe atualmente a cada município decidir suas prioridades, montar os serviços de saúde necessários, contratar os profissionais, estabelecer os convênios com serviços privados no seu âmbito de atuação.

A descentralização concretizada, entretanto, não garante que os munícipes têm atendidas suas necessidades de saúde. Entre os 5.564 municípios brasileiros, nem todos têm condições de desenvolver ações de atenção básica, de média e alta complexidade, na proporção e qualidade necessárias a sua população. Nem sempre é viável para um pequeno município com população reduzida, manter serviços de saúde, nem sempre existe capacidade técnica disponível. Em Pernambuco, como em outros estados, é comum o movimento de ambulâncias nas estradas estaduais, transportando doentes de seu município para regiões com maior estruturação dos serviços de saúde para atendimento.

A Estratégia de Saúde da Família (ESF) implantada a partir de 1995 tornou-se uma das principais ações de saúde, desenvolvida em quase todos os municípios do país. Avança na perspectiva preventiva, de atenção primária em saúde, consistindo em uma equipe de saúde, com medico, enfermeiro e agente comunitário de saúde, podendo incorporar odontólogo e assistente social. Torna-se responsável por uma área detectando gestantes, casos de desnutrição, de hipertensão, de diabetes, de problemas de saúde que merecem acompanhamento preventivo.

A descentralização, com responsabilização dos municípios pela prestação de serviços de saúde, tem implicações em relação ao cuidado com pessoas com HIV/Aids. Uma das características da epidemia de Aids é sua interiorização. Entretanto, a rede assistencial para DST/Aids no Brasil ainda se concentra nos municípios com maior população e com maior estrutura de serviços de saúde. Assim, nem sempre é garantido o atendimento necessário a quem precisa.

Um grande avanço em relação ao enfrentamento da epidemia foi a aprovação, em 1996, de uma legislação que garante a oferta gratuita de medicamentos anti-retrovirais para enfrentamento da Aids. Essa garantia exigiu a quebra de patentes de medicamentos para Aids gerando um enfrentamento internacional da indústria de medicamentos, com retaliações de vários laboratórios. Exigiu também a cooperação internacional de/com países em desenvolvimento que se uniram nessa luta – como a Índia, que fabrica o princípio ativo de medicamentos genéricos. Registre-se que essa legislação foi aprovada num governo guiado pela perspectiva neoliberal – Fernando Henrique Cardoso, tendo como Ministro de Saúde, um economista, José Serra. Governo que, logo no início, propôs a restrição ao direito universal à saúde, a ser concretizada através de emenda à Constituição Federal. Governo marcado pela contenção de gastos públicos, por privatização de empresas públicas, por redução da contratação de funcionários públicos.

Outro importante princípio do SUS vem sofrendo limitações, na medida em que o financiamento público se vê sob restrição, em que não há trabalhadores suficientes e com a necessária qualificação, em que faltam medicamentos, em que as pessoas que precisam de atendimento de maior complexidade, não conseguem acessar os serviços: a integralidade das ações de saúde. As filas do SUS, as emergências superlotadas, com filas duplas e triplas de macas, com idosos em cadeiras por dias, aguardando um leito disponível, essa realidade mostra a necessidade de se pensar no que significa integralidade e na sua importância para o direito à saúde.

A sociedade civil organizada, especialmente o movimento feminista destaca a importância desses avanços, mas destaca a necessidade de seu fortalecimento e de outras estratégias. Questionam se as ações governamentais propostas voltam-se realmente aos direitos reprodutivos e sexuais ou se privilegiam o binômio materno-infantil.

3.2. Os serviços de atenção às pessoas com HIV/aids em Pernambuco

As visitas aos SAES e CTAs em Pernambuco, e as entrevistas realizadas apontam que o atendimento nas unidades de saúde para pessoas com HIV/aids está dimensionado adequadamente para o atendimento aos usuários. Esse texto focaliza, entretanto, apenas alguns municípios do interior de Pernambuco[1] - Afogados da

1 A pesquisa ainda está em andamento, faltando alguns SAEs e CTAs a serem visitados, e nem todos aqueles em que foram realizadas visitas, tiveram os dados sistematizados e analisados.

Ingazeira, com 23 casos notificados de aids; Salgueiro, com 38 casos; Serra Talhada, com 38 casos e Petrolina, com 320 casos.
Os serviços municipais atendem também casos de aids de municípios vizinhos, que fazem parte da mesma regional de saúde, e que não têm um total de casos de aids que justifique a criação de serviços específicos.
De acordo com o Ministério da Saúde, os serviços ambulatoriais em HIV e aids são serviços de saúde que realizam ações de assistência, prevenção e tratamento às pessoas vivendo com HIV ou aids. Estes serviços possuem diferentes configurações institucionais: são ambulatórios gerais ou de especialidades, ambulatórios de hospitais, unidades básicas de saúde, postos de saúde, policlínicas e serviços de assistência especializados em DST, HIV/aids (SAE). Também são administrados de diferentes formas: por municípios, estados, governo federal, universidades, organizações filantrópicas e não governamentais conveniadas ao SUS.O objetivo destes serviços é prestar um atendimento integral e de qualidade aos usuários, por meio de uma equipe de profissionais de saúde composta por médicos, psicólogos, enfermeiros, farmacêuticos, nutricionistas, assistentes sociais, educadores, entre outros.Algumas de suas atividades principais são: cuidados de enfermagem; orientação e apoio psicológico; atendimentos em infectologia, ginecológico, pediátrico e odontológico; controle e distribuição de antirretrovirais; orientações farmacêuticas, realização de exames de monitoramento; distribuição de insumos de prevenção; atividades educativas para adesão ao tratamento e para prevenção e controle de DST e aids.
A equipe das unidades visitadas é composta basicamente por médico, enfermeiro, e técnicos de enfermagem. Em duas unidades de saúde encontramos assistente social compondo a equipe. Em um município, a gestão do SAE era feita por profissional biomédico. Em apenas um SAE, na cidade de Petrolina, o maior município entre os estudados, havia médico epidemiologista. Nos demais, médicos de diferentes especialidades assumiam a função de acompanhamento dos usuários e dos problemas de saúde que porventura os acometiam.
No mesmo espaço do SAE, nesses municípios, funciona o CTA, que faz testagem e aconselhamento. O CTA atende as gestantes da área geográfica de abrangência, para realização do teste de HIV. Apenas em Petrolina, esse teste é realizado pela equipe da Estratégia de Saúde da Família. A equipe que realiza o teste não é a mesma que atua no acompanhamento dos casos detectados de HIV, quando as pessoas precisam de acompanhamento clínico e uso de antirretrovirais. Em uma das situações, um profissional tinha vínculo tanto no CTA, como no SAE, mas com diferentes ações profissionais.
Identificamos um compromisso forte dos profissionais com o tipo de trabalho realizado, mantendo os trabalhadores de saúde na unidade para tratamento de pessoas com HIV/aids. Vale registrar que o vínculo de trabalho das pessoas que trabalham no CTA e no SAE pode ser de dois tipos: como servidor público vinculado através de concurso público, o que garante sua estabilidade no serviço e no cargo, mas também há pessoas que têm cargo de confiança, ou seja, estão sujeitos a perder o cargo quando há mudança de prefeito, o que ocorre a cada 4 anos.
Nessas unidades de saúde, a pessoa que é detectada com o vírus HIV no CTA, tem atendimento com o médico do SAE dentro de uma semana. Muitas vezes, se o médico está no serviço no dia em que a pessoa pega o resultado positivo, é possível ser atendida imediatamente. Esse é um diferencial em relação à situação de SAEs já conhecidos e estudados, localizados em Recife, no Hospital Correia Picanço (referência estadual e regional para HIV/aids e doenças infecto-contagiosas), Hospital Universitário Oswaldo Cruz e IMIP (Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira), em que a espera por uma primeira consulta com um médico dura cerca de 3 meses. Esse profissional, nas referidas unidades de saúde é infectologista, e como não há muitos especialistas, há uma fila para atendimento. Entretanto, nos serviços de saúde no interior do estado, os médicos de diferentes especialidades realizam o atendimento e procuram responder de forma adequada às necessidades em saúde dos usuários positivos para HIV.
O CTA e o SAE funcionam diariamente nos municípios estudados, mas o médico não atende diariamente, há dias e horários específicos para atendimento. Mas devido ao pequeno número de pessoas com HIV nos municípios, não há demanda reprimida, todos conseguem atendimento sem longas esperas.
As pessoas que usam antirretrovirais geralmente têm acesso aos medicamentos, que raramente faltam nessas unidades de saúde. Em poucas situações ocorreu falta desses medicamentos. De acordo com as informações obtidas, as pessoas têm acesso mesmo a medicamentos não específicos para HIV/aids, mas necessários para as infecções oportunistas relacionadas ao vírus. Quando o usuário é acometido por uma dessas infecções e

precisa de atendimento mais complexo, é enviado para um hospital, geralmente de âmbito regional, situado nas proximidades do SAE.
Quando uma pessoa de outro município é atendida no SAE e precisa de medicação além de antirretrovirais, é referenciada para a rede de seu município para conseguir essa outra medicação.
Em relação a exames especializados, a detecção da carga viral, assim como CD4, os exames são feitos apenas em Recife, ou seja, a coleta de sangue é feita no município, geralmente uma vez por semana, e o material é enviado para análise na capital, que pode estar distante da unidade de saúde, a cerca de 8 horas de viagem. Esses exames são feitos regularmente pelos usuários. Outros exames de maior complexidade, relacionados a doenças correlacionadas, nem sempre estão disponíveis no município e a pessoa é referenciada para um município próximo ou para a capital.
Não detectamos a existência de organizações que congregam pessoas com HIV/aids nos municípios visitados, assim não há articulação do serviço com organizações da sociedade civil.
Os profissionais entrevistados informaram que as pessoas queixam-se de preconceitos quando é confirmada a infecção por HIV e, muitas vezes, não querem se tratar no município, pois frequentar o serviço (SAE) pode expressar seu estado sorológico para HIV e gerar discriminação. Isso significa que algumas pessoas acabam optando pelo tratamento em Recife, sobrecarregando as unidades de saúde dessa cidade.
O SAE de Petrolina realiza atividades de prevenção, principalmente em escolas, a pedido ou por decisão do serviço, quando é detectado algum caso em alunos de aescolas, ou em algumas instituições públicas ou privadas. São realizadas palestras, conversas com os jovens, objetivando orientar sobre as atitudes preventivas. Em todas as unidades visitadas, havia preservativos masculinos e femininos (em menor quantidade) disponíveis para qualquer pessoa, situados em caixas ou recipientes à entrada do serviço.
Em princípio, a equipe de saúde procura responder às necessidades dos usuários, e na fala de profissionais como assistentes sociais, que atuam em busca da garantia de direitos para as pessoas com HIV/aids, orientando -os sobre o Programa Bolsa Família, sobre o Benefício de Prestação continuada e também quanto a programas locais de apoio às pessoas usuárias.
Os profissionais entrevistados informaram sobre a ocorrência de processos de formação para o trabalho com pessoas com HIV/aids, dos quais participam sempre possível. Esses processos formativos são realizados pela Secretaria Estadual de Saúde exigindo a presença de profissionais na capital. Mostram0se importantes espaços de conhecimento e troca de experiências.
A ênfase do trabalho desenvolvido nos CTAs e SAEs recai sobre o tratamento das pessoas com HIV/aids, enquanto a prevenção tem caráter secundário, pois a principal ação preventiva realizada é o teste para detecção do HIV.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltamos o caráter preliminar do estudo, ainda não concluído, mas que aponta para a importância da atuação governamental no enfrentamento da aids. Os serviços específicos para detecção do HIV e para tratamento de pessoas infectadas e com aids, criados no âmbito municipal, atendendo pessoas de seu próprio espaço e de municípios circunvizinhos tem um papel a desempenhar, contribuindo para o acesso ao acompanhamento da saúde, acesso aos antirretrovirais, a um menor custo para o usuário dos serviços. Se pode fazer o tratamento em sua própria cidade ou região, há menor desgaste do usuário que não precisa se deslocar por grandes distâncias para ter garantido o seu direito à saúde. A existência de medicamentos específicos para aids nos serviços, ao alcance dos usuários, é fundamental para o controle da doença. Detectamos, entretanto, alguns problemas nos serviços, como a ausência de médico infectologista, a ocorrência de vínculos profissionais não permanentes com o serviço, gerando uma rotatividade dos profissionais, prejudicando a formação de vínculos entre usuário e profissionais de saúde.
A existência dos CTAs e SAEs no interior do estado de Pernambuco configura um passo a mais na garantia do direito à saúde para as pessoas com HIV/aids, conta com o suporte da Secretaria Estadual de Saúde.

REFERÊNCIAS

FOLHA PE. (2012), Nove cidades de PE estão entre os 100 municípios com maior incidência de HIV. Cotidiano, 1 dez. 2012. Disponível em http://www.folhape.com.br/cms/opencms/folhape/pt/cotidiano/saude/arquivos/2011/outubro/0435.html. [consultado em 8-12-2014]

IBGE. Cidades@. Disponível em http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=26&search=pernambuco. [consultado em 14-12-2014]

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Departamento de DST AIDS e Hepatites Virais. Serviço de Assistência Especializada em HIV/Aids. Disponível em http://www.aids.gov.br/tipo_endereco/servico-de-assistencia-especializada-em-hivaids. [consultado em 14-12-2014]

OCKÉ-REIS, Carlos Octávio. (2009), *A constituição de um modelo de atenção à saúde universal: uma promessa não cumprida pelo SUS?* Série Seguridade Social. Textos para Discussão n. 1376. Rio de Janeiro.

PEREIRA, POTYARA A. P. (2008), "Cidadania e injustiça social: embates teóricos e possibilidades políticas atuais". In FREIRE, Lucia, FREIRE, Silene, CASTRO, Alba Tereza (orgs.). *Serviço Social, política social e trabalho. Desafios e perspectivas para o século XXI.* São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ.

PIOLA, Sérgio Francisco e VIANNA, Solon Magalhães (orgs.). (2009), *Saúde no Brasil: algumas questões sobre o Sistema Único de Saúde (SUS). Estado de uma nação: textos de apoio*. Brasília: IPEA

REDE Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos – Rede Saúde. (s.d.), *Dossiê Mulher e Aids*. Rede Saúde.

SECRETARIA de Saúde de Pernambuco. (2014), *Boletim Epidemiológico DST/AIDS*. Ano 1, n. 4, 1º sem. Julho.

Percepções sobre a dor em pacientes com reações hansênicas

Patients' perceptions about pain in leprosy reation
percepciones acerca de dolor en pacientes con reacciones de lepra

Michelle Christini Araújo Vieira[1]; Maria da Glória Lima Cruz Teixeira[1]; Janaína de Oliveira Gomes[1]; Margaret Olinda de Souza Carvalho e Lira[1]; Rodrigo Nonato Coelho Mendes[1]

Resumo: Objetivo: conhecer a percepção de pacientes em reação hansênica sobre a sua dor. Método: estudo exploratório, descritivo, de abordagem qualitativa, desenvolvido em um centro de infectologia público de um município localizado no nordeste do Brasil. Participaram do estudo dez usuários do serviço, todos diagnosticados com hanseníase, e que já tiveram apresentado episódios reacionais anteriormente. A coleta dos dados aconteceu por meio de entrevista semiestruturada, individual e gravada. Foram analisados utilizando-se a técnica de Análise de Conteúdo de Bardin. Os sujeitos do estudo assinaram um Termo de Consentimento Livre e esclarecido, e o trabalho foi aprovado por comitê de ética em pesquisa sob o número 0006/190912. Resultados: depois de repetidas leituras e análises das entrevistas, os dados foram agrupados em três categorias: a caracterização da dor pelo sujeito, a influência na autoestima e na vida diária e a rede afetiva e o apoio familiar. Conclusão: conhecer a percepção de usuários sobre a dor da reação hansênica fornece subsídios para uma atenção mais humana e integral. Foi percebido o apoio da família. A pesquisa contribui para a qualidade e humanização no atendimento da pessoa com hanseníase.
Descritores: Hanseníase, Doenças Transmissíveis, Enfermagem.

Abstract: Objective: To know the perception of leprosy patients in reaction to their pain. Method: is an exploratory and descriptive study, with qualitative approach, developed into a center of public infectious disease of a municipality located in the northeast of Brazil. The study included ten users of the service, all diagnosed with leprosy, which had lodged reactional episodes. Data collection occurred through semi-structured, individual and recorded interview. And were analyzed using the technique of content analysis of Bardin. The study subjects signed an informed consent, and the study was approved by the Research Ethics Committee under number 0006/190912. Results: after repeated readings and analysis of the interviews, data were grouped into three categories: the characterization of pain by the subject, the influence on self-esteem and daily life and emotional and family support network. Conclusion: know the perception of users about the pain of leprosy reaction provides subsidies for a more humane attention. Family support was realized. The research contributes to the quality and humanization of care of people with leprosy.
Descriptors: Leprosy, Communicable Diseases, Nursing.

Resumen: Objetivo: Conocer la percepción de los pacientes de lepra en reacción a su dolor. Método: exploratorio, cualitativo descriptivo, desarrollado en un centro de enfermedades infecciosas pública de un municipio situado en el noreste de Brasil. El estudio incluyó a diez usuarios del servicio, todos con diagnóstico de lepra, que habían presentado episodios reaccionales. Los datos fueron recolectados a través de entrevista semiestructurada, individual y grabada. Y fueron analizados mediante la técnica de análisis de contenido de Bardin. Los sujetos del estudio firmaron un consentimiento informado y el estudio fue aprobado por el Comité de Ética en Investigación con el número 0006/190912. Resultados: después de repetidas lecturas y análisis de las entrevistas, los datos se agruparon en tres categorías: la caracterización del dolor por parte del sujeto, la influencia sobre la autoestima y la vida cotidiana y la red de apoyo emocional y familiar . Conclusión: conocer la percepción de los usuarios sobre el dolor de la reacción leprosa ofrece subsidios para una atención más humana. Apoyo a la familia se dio cuenta. La investigación contribuye a la calidad y la humanización de la atención de las personas con lepra.
Descriptores: Lepra, Enfermedades Transmissibles, Enfermería.

---

1 Universidade Federal da Bahia – UFBA

INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial de Saúde dezesseis países no mundo notificaram mil ou mais casos de Hanseníase em 2009. Entre as regiões mais prevalentes, a Ásia apresentou a maior taxa de detecção (9,39 notificações por 100.000 habitantes), seguida das Américas (4,58/100.000 habitantes). A Índia foi responsável pelo maior número de registros (133.717) e o Brasil ocupou a segunda posição (37.610). Calcula-se que dos 40.474 casos novos nas Américas, 93% foram notificados no Brasil (Chiuchetta, Giublin, 2010 & Brasil, 2008).
A hanseníase é uma doença que atinge principalmente a faixa etária economicamente ativa (Brasil, 2008) e sua relevância está associada ao poder de instalar incapacidade física, provocada por lesões neurais decorrentes de processo inflamatório, cuja intensidade, extensão e distribuição dependem da forma clínica, fase evolutiva e dos fenômenos de agudização durante os episódios reacionais (Leite et al. 2011).
A dor, experiência sensorial desagradável causada por agentes lesivos químicos, físicos e/ou biológicos, é um sinal frequentemente presente em pacientes portadores de hanseníase sendo um dos fatores incapacitantes do sujeito. As manifestações dolorosas se dão espontaneamente ou durante a palpação de troncos nervosos acometidos. Inicialmente aguda esta dor poderá tornar-se crônica, como é o caso da dor neuropática (Chiuchetta, Giublin, 2010).
Entende-se que um estudo que busque compreender a expressão, interferência e impacto da dor crônica sobre a vida dos pacientes portadores de reações hansênicas bem como as formas de enfrentamento desta condição no cotidiano poderá trazer subsídios que contribuam para o desenvolvimento de estratégias de abordagem terapêuticas mais integrais que possam ser desenvolvidas pelos profissionais de saúde que cuidam destes hansenianos, visando promover maior alívio. Assim, esta investigação teve por objetivo conhecer a percepção, significado e forma de superação da dor em pacientes com reação hansênica.

MÉTODO

Estudo exploratório, descritivo, com abordagem qualitativo. Esta abordagem se preocupa com uma realidade que não pode ser quantificada ou reduzida a variáveis, pois existe uma relação entre sujeito e objeto, em que o sujeito não pode ser traduzido em números (Minayo, 2010). A pesquisa exploratória viabiliza maior familiaridade com o problema, com vista a explicitá-lo ou a construir novas hipóteses (Gil, 2008).
O lócus do estudo foi um Serviço de Infectologia situado em um município do interior do nordeste do Brasil. Este centro dispõe de uma equipe interdisciplinar que inclui dermatologista, infectologista, técnicos de enfermagem e fisioterapeuta, e presta atendimento a pacientes referenciados de Unidades Básicas de Saúde. Além desses, são também atendidos pacientes que residem em outros municípios circunvizinhos.
A amostra não foi pré definida e obedeceu o critério de encerrar as entrevistas quando o conteúdo passou a se repetir. Assim, participaram deste estudo dez usuários de hanseníase atendidos no referido serviço com diagnostico de episódios reacionais. Os critérios de inclusão adotados foram ser maior de 18 anos, estar em atendimento no período de coleta de dados, ter apresentado reações hansênicas ante, durante ou posteriormente ao tratamento e que aceitassem participar da pesquisa. A abordagem foi conduzida mediante entrevistas de cunho qualitativo e a caracterização do limiar da dor foi feita utilizando uma escala numérica baseada em Torres (2006), onde os informantes foram orientados a avaliar a intensidade da dor, atribuindo valores entre zero a dez, em que o zero é ausência de dor e o dez a maior dor possível. Apesar de existir grande número de questionários para avaliação e mensuração da dor, nenhum é específico para as pessoas com hanseníase
A análise dos dados foi fundamentada na técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011) das falas registradas nas entrevistas, utilizando procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição das mensagens, sendo constituída por três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Inicialmente, na fase de pré-análise, foram escolhidos os materiais e os documentos para análise. Posteriormente, foi realizada uma leitura deste material selecionado, sistematizando os dados e, relacionando-os com a hipótese e objetivo iniciais, da pesquisa. Consecutivamente, foi realizada exploração do material e, posteriormente, codificação. Na terceira etapa, foram analisados os resultados obtidos e procedeu-se à sua interpretação

(Oliveira, 2008). Observe-se que o nome dos entrevistados foi substituído por codinomes visando garantir o anonimato dos sujeitos do estudo.
O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Deontologia em Estudos e Pesquisas (CEDEP) da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) sob o Nº 0006/190912 CEDEP/ UINVASF. Foi solicitada ainda autorização à Secretaria Municipal de Saúde do município para o desenvolvimento da coleta de dados na unidade, através da assinatura de uma carta de anuência. Os sujeitos que concordaram em participar leram e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. Foram respeitadas as demais recomendações da resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) acerca dos aspectos éticos e legais da pesquisa em seres humanos (Brasil, 1996).

RESULTADOS

Perfil dos entrevistados

Entre os usuários que participaram do estudo, sete eram do sexo masculino e três do feminino. Quanto à faixa etária, cinco tinham idade entre 28 e 34 anos e cinco entre 51 e 65 anos. No que diz respeito ao grau de escolaridade, três participantes tinham o ensino médio completo, quatro ensino fundamental completo e quatro ensino fundamental incompleto. Todos referiram possuir residência fixa no município.
O tempo decorrido entre o diagnóstico e a conclusão do tratamento específico (poliquimioterapia) para hanseníase foi de dois anos em oito, dos quais sete apresentavam reação tipo 1 (reação reversa), razão pela qual ainda estavam em uso de prednisona. Os outros três apresentavam reação tipo dois ou eritema nodoso hansênico faziam uso da talidomida.
Ao analisarmos os tipos de profissões referidas observamos que as funções desempenhadas no trabalho necessitam da força física e/ou habilidade manual: quatro pedreiros, um artesão, um mecânico, um auxiliar de serviços gerais, um agricultor, uma doméstica e uma recepcionista. Destes apenas seis ainda exercem suas funções laborais, três recebem auxilio doença pela previdência social e uma está em licença de saúde.

Caracterização da dor pelo sujeito

Quando indagados sobre o quadro álgico, os informantes relataram de maneira similar suas experiências dolorosas, descrevendo características e intensidade. Utilizando uma escala numérica unidimensional de dor, os informantes foram orientados a avaliar a intensidade da dor, atribuindo valores entre zero a dez, em que o zero é ausência de dor e o dez é a maior dor possível.

> *"Hoje, estou sem dor por causa do medicamento. Numa escala de 0 a 10, no meu pior momento de dor eu classifico minha dor como muito intensa, uns 10" (Afrodite).*

> *"Na verdade essa dor é muito ruim, eu não consigo me concentrar" (Atenas).*

> *"A dor é um sinal de que o corpo não está bem e você deve procurar o médico. Eu classifico como moderada, no momento da crise, era muito intensa... Precisava de minhas mãos pra trabalhar" (Zeus).*

Nesta última fala percebe-se a influência da experiência sensorial sobre o trabalho do sujeito, incapacitando-o para exercer as atividades que o emancipavam enquanto produtor e mantenedor da sua própria realidade. Constata-se através dos depoimentos uma associação entre a descrição da experiência dolorosa e características de sinais de inflamação neural.

> *"Sim, muita dor, dói as pernas, debaixo dos pés, dói muito mesmo, se eu não tomar a medicação não consigo triscar no chão. Só sei dizer que é muito forte, sinto umas pontadas debaixo do pé, uns pinicão, e no corpo também, como se tivesse correndo algo no corpo"(Afrodite).*

> *"A dor se manifesta como agulhada, umas furadas, antes eu sentia umas fisgadas, que gritava de dor" (Atenas).*

> *"Sinto umas agulhadas,* às *vezes uma dormência no local. Eu sinto dores quando fico sem tomar o medicamento, hoje sinto bem menos, dá para suportá-la e conviver com a dor" (Zeus).*

Influência na autoestima e na vida diária

A maior parte dos pacientes tem sua rotina modificada com alterações das atividades de vida diária: trabalho, lazer, convívio social e autocuidado. Atividades como as relacionadas às necessidades humanas básicas como um simples lavar-se, vestir-se, caminhar, dormir, vida sexual e social ficam comprometidas, podendo dar lugar ao abandono e ao isolamento social.

> *"A dor pra mim é algo muito triste, algo inexplicável, é muito triste mesmo, que impede a sua vida como um todo, impede de trabalhar, até de namorar, a pessoa deixar de sair, porque a doença deixa o corpo da pessoa todo "pipocado", todo manchado a pessoa fica com vergonha de sair pra qualquer lugar, a pessoa sente vergonha de sair, se isola em casa, fica até estressado a pessoa começa a brigar sem motivo... Não me impediu de trabalhar porque estou de licença médica" (Afrodite).*

> *"A dor me impede no trabalho, como sou artesão, dependo de minhas mãos, mas como não posso deixar de trabalhar, eu me esforço pra fazer minhas cadeiras de madeira, preciso vendê-las" (Zeus).*

> *"A dor atrapalha no meu trabalho porque eu não trabalho mais. Como sou mecânico eu necessito das minhas mãos e dos meus braços para trabalhar. E com a doença deixei de trabalhar" (Hermes).*

Fica evidente que na maioria das vezes o trabalho não podia ser realizado em virtude da dor, da perda de força muscular e da sensibilidade. Por ser uma doença incapacitante, alguns portadores de hanseníase manifestaram que a doença lhes causa moderadas dores por todo o corpo, pondo em risco a harmonia de sua vida, impedindo-os de trabalhar e realizar tarefas diárias, impondo limitações às suas atividades, acarretando verdadeiras mudanças em suas vidas, como também a diminuição das atividades de lazer e sociais.

Rede afetiva e apoio familiar

Questionados sobre a busca de apoio para a convivência com a dor, na família e na comunidade, relataram sentirem-se apoiados por familiares, especialmente pela mãe. A experiência dolorosa, na maioria das vezes, é enfrentada pela família por meio de ações de suporte e acolhimento. Foi possível perceber o envolvimento da família no cuidado aos familiares quando estão com dor. A atenção e o apoio familiar foram evidenciados em manifestações além do uso de remédios ou alternativos caseiros e compreende o afeto, o carinho, a atenção, o respeito. Isso remete à importância de estender o olhar do cuidado para além da atenção tradicional.

"Na maioria das vezes eu procuro o médico, mas às *vezes vou à farmácia e procuro algum medicamento pra dor por conta própria. Minha mãe que me apoia nestas horas" (Afrodite).*

"Minha família me ajuda. Apoiando-me e me encorajando nessas horas" (Zeus).

"Minha família fica muito preocupada, também procurando uma saída" (Selena).

"Eu procuro o médico nas minhas horas de dor. Minha mulher que me apoia, e Deus" (Apolo).

DISCUSSÃO

A dor representa uma experiência negativa na vida humana, constituindo-se em um problema social e de saúde publica, se levarmos em conta suas consequências, tanto físicas, quanto emocionais, podendo resultar em quadros de ansiedade e de incapacidades temporárias ou permanentes (Lira, Carvalho, 2013). Neste sentido, a sua intensidade é expressa de forma diversificada entre as pessoas, denotando relação com fatores de ordem genética, emocional e cultural (Araujo, Pereira, 2012). Apesar de existir grande número de questionários para avaliação e mensuração da dor, nenhum é específico para as pessoas com hanseníase.

Corroborando com o estudo de (Silva et al. 2012) as escalas são confiáveis e válidas, trata-se de escalas fáceis e rápida aplicação. Em uma visão mais humanística, um autor diz que "dor é o que o paciente diz ser, e existe quando ele diz existir", colocando uma ideia de uma experiência pessoal e peculiar a cada indivíduo (Marquez, 2011).

O mesmo autor procura uma conceituação mais abrangente, referindo que dor é a consciência de uma sensação nociceptiva, induzida por estímulos químicos ou físicos, de origem exógena ou endógena, assim como por disfunções psicológicas, tendo como base um mecanismo biopsicossocial, causando emoções normalmente desagradáveis, com possibilidades de variáveis graus de comportamentos aversivos. Em relação à mensuração multidimensional os depoimentos relatados pelos participantes ressaltou-se o quanto a dor está geralmente associada a quadros psicossocial em que relataram a dor como sofrimento, desconforto, ansiedade, frustração, raiva, alterações no humor e isolamento social (Marquez, 2011).

O uso dos instrumentos unidimensionais, tais como escala visual analógica e escalas verbais, apenas mede basicamente a intensidade da dor e têm sido largamente utilizados, porém são criticados devido à incapacidade de capturar características multidimensionais da dor, ou seja, mensurar a dor clínica e a dor experimental em suas múltiplas dimensões sensorial, afetiva e avaliativa (Palmeira, Ferreira, 2012). No que diz respeito ao atual estudo tentou-se fazer uma avaliação abrangente da dor utilizando não apenas escalas unidimensionais além dessas os participantes foram questionadas sobre sua dor e principalmente relevou-se a importância cultural de cada individuo.

As lesões da hanseníase geralmente iniciam com hiperestesia - sensação de queimação, formigamento e/ou coceira - no local, que evoluem para ausência de sensibilidade e, a partir daí, não coçam e o paciente refere dormência - diminuição ou perda de sensibilidade ao calor, a dor e/ou ao tato - em qualquer parte do corpo (Brasil, 2008).

Além desses sintomas os pacientes muitas vezes referenciam a dor sendo essa ocasionada quase sempre, por processos inflamatórios os quais ocorrem no interior e ao redor de um nervo. Os nervos envolvidos com maior frequência são: nervo facial (VII par craniano), nervo trigêmeo (V par craniano), nervo ulnar, nervo mediano, nervo radial, nervo fibular comum e nervo tibial. Entre os entrevistados percebeu-se o comprometimento neural dos nervos periféricos sendo uma característica marcante da doença no qual torna-se responsável por causar incapacidade física e deformidades no paciente (Brasil, 2008).

A hanseníase manifesta-se, por lesões na pele e nos nervos periféricos conhecidos como lesões dermatoneurologicos. Essas lesões são decorrentes de processos inflamatórios que podem ser causados tanto pela ação do bacilo (Mycobacterium leprae) nos nervos como pelo processo inflamatório iniciado pelo organismo do

hospedeiro. Conforme alguns depoentes, os troncos nervosos comprometidos podem levar à dor, diminuição de força muscular e alteração de sensibilidade (Brasil, 2008).

Essas manifestações podem ser acompanhadas por dor intensa, hipersensibilidade do nervo, edema, déficit motor e sensitivo. Estas são identificadas por meio de exame de sensibilidade e força motora, o que torna de suma importância avaliações periódicas, mesmo na ausência de qualquer queixa da pessoa. As neurites agudas se caracterizam por dor intensa que ocorre espontaneamente ou durante a palpação dos troncos nervosos; são comuns durante os episódios reacionais, mas podem ocorrer isoladamente sem evidência de processo inflamatório cutâneo. Em alguns casos as neurites agudas deixam como sequelas dores crônicas ao longo dos nervos afetados, o que recebe a denominação de dor neuropática (Chiuchetta, Giublin, 2010).

A hanseníase causa grande prejuízo para a vida diária e as relações interpessoais, provocando sofrimento que ultrapassa a dor e o mal-estar estritamente vinculados ao prejuízo físico, com grande impacto social e psicológico. A valorização da imagem corporal é de suma importância ao relacionar-se com autoestima, devido ao fato do corpo ser o sistema simbólico, para o qual a cultura serve de moldura determinando as diferenças que constituirão as identidades das pessoas de acordo com suas concepções de mundo e do meio social ao qual se inserem. Sendo o corpo um importante referencial para a estruturação da identidade pessoal e subjetiva (Palmeira, Ferreira, 2012 & Leite et al. 2011).

A imagem corporal pode facilitar uma aproximação ou, pelo contrário, conduzir a um afastamento, nos casos da imagem formada não ser compatível com o que, para eles, é visto como aceitável. Na literatura as queixas álgicas são descritas como uma das principais causas de incapacidade física, além de estar relacionados com alterações do sono, prejuízos na capacidade funcional e nas atividades de vida diárias, consequentemente, comprometendo a qualidade de vida (Silva et al. 2012).

Estudos apontam uma diferença de gênero no que diz respeito à autoestima nos portadores de hanseníase. Para esses autores supracitados referem certa desigualdade significativa em que as mulheres estão mais preocupadas com a imagem corporal enquanto os homens com a sexualidade. Ainda para os mesmos autores referem que existe diferença de papeis sociais no que se refere à atividade de vida diária, porem para ambos os sexos sentem um diminuição na força e na disposição, para eles as mulheres sofrem mais no âmbito familiar nas atividades domesticas e no cuidar familiar enquanto os homens tem uma diminuição nas atividades laborais, muitas vezes afastados do convívio do trabalho e outras vezes aposentados antes do tempo (Oliveira et al. 1999).

De igual maneira nos resultados da atual pesquisa nota-se nas falas que as mulheres referenciam baixa autoestima, dificuldade nas atividades de casa e até para dormir certa descredibilidade na melhora da dor, até um simples caminhar os atrapalham no cotidiano e ainda nota que a dor esta relacionada no afastamento do trabalho o qual afeta a renda familiar. Assim como a Hanseníase a dor pode se tornar uma doença crônica que pode levar a incapacidade física, as doenças crônicas acarretam significados na vida não exclusivamente naqueles acometidos pela doença, mas também é propriedade de seus familiares e de sua rede social (Ferreira et al. 2012).

Estes significados que são compartilhados, de forma direta ou indireta, acabam influenciando o curso da doença. Eles podem auxiliar na redução ou aumento dos sintomas, no exagero ou na diminuição das dificuldades, ou ainda nos impedimentos ou facilidades relativas ao tratamento. Esse novo modo de viver traz consequências para a vida desses sujeitos, despertando aspectos psicológicos relacionados à doença e à sua vivência. Perceber que não é possível separar o psíquico do orgânico é muito importante, pois o processo saúde-doença perpassa não apenas o aspecto biológico, mas envolve também o contexto social, político e cultural do indivíduo, incluindo sua família (Ferreira et al. 2012 & Oliveira, 2008).

Percebeu-se nas falas do atual estudo a supervalorização do profissional medico e que o cuidado, em geral, é exercido por mulheres. Indica-se que, salvo por razões culturais muito específicas, a mulher é a cuidadora tradicional. Em seus resultados ainda marca a tradição passada de mulheres que não desempenharem funções fora de casa como justificativa para a maior disponibilidade para o cuidado da família. Geralmente, as cuidadoras residem com o paciente, são casadas e, por isso, somam às suas atividades de cuidar as atividades domésticas próprias de mãe, esposa e avó, gerando acúmulo de trabalho em casa e uma sobrecarga nos diversos domínios de sua vida e levando ao descuido da própria saúde (Savassi, 2012).

O papel de cuidar é desgastante, por conta disso, conhecer quem são os cuidadores e a situação em que eles se encontram, pode ajudar a se pensar em formas de atenuar esse desgaste, prevenindo problemas de saúde física e emocional, o que tem efeito na melhora da qualidade de vida tanto do paciente quanto do cuidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os entrevistados perceberam sua dor como intensa, e como um fator que interfere nas atividades diárias e consequente prejuízo no atendimento de suas necessidades básicas, levando-os ao isolamento e abandono. O apoio da família, principalmente o materno, mostrou-se fundamental para os sujeitos da pesquisa.
O estudo contribui para a melhor compreensão da percepção da pessoa com dor em reações hansênicas, devidos aos fatores sociais e culturais que acompanham a experiência existencial desse indivíduo. O que está relacionado com a atenção integral, humanizada e equânime dos seres humanos. Outras pesquisas poderiam ser realizadas para investigar medidas de intervenção eficazes para o alívio da dor em pacientes com dor por reações hansênicas.

REFERÊNCIAS

ARAUJO RS, PEREIRA LV. **(2012), "**Versão brasileira do Instrumento de Avaliação da Dor em Paciente Não Comunicativo (NOPPAIN): equivalência conceitual, de itens e semântica". *Cad. Saúde Pública*, 28(10), pp.1985-1992.

BARDIN L.(2011), *Analise de conteúdo*, São Paulo: EDIÇOES 70.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.** Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. Brasília (DF): 1996. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_96.htm Acesso em: 03 ago 2012.>;

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Cadernos de atenção básica. Vigilância em saúde: dengue, esquistossomose, hanseníase, malária, tracoma e tuberculose. Série A. Normas e manuais técnicos cadernos de atenção básica - n.º 21. 2.ª edição. Revisada. Brasília – DF, 2008. 66p.

CHIUCHETTA FA, GIUBLIN ML. (2010), "Neuropatia hansênica. Relatos de casos e revisão de literatura"**.** *Revista Dor Pesquisa, Clínica e Terapêutica*, 11(4), pp.343-346.

FERREIRA HP, MARTINS LC, BRAGA ALF, GARCIA MLB. "O impacto da doença crônica no cuidador". *Rev Bras Clin* Med. 2012; 10(4):278-84.

Gil AC. (2008) *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*, São Paulo. Editora Atlas S.A.

LEITE VMC, LIMA JWO, GONÇALVES HS. (2011), "Neuropatia silenciosa em portadores de hanseníase na cidade de Fortaleza, Ceará, Brasil"**.** *Caderno de Saúde Pública*, 27(4), pp. 659-665.

LIRA MOSC, CARVALHO MFAA. (2013), "Dor aguda e relação de gênero: diferentes percepções em homens e mulheres". *Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste- Rev Rene*, 14(1), pp. 71-81.

MARQUEZ JO. (2011), "A dor e os seus aspectos multidimensionais". *Cienc. Cult*, 63(2), pp. 28-32.

MINAYO MCS. (2010), *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*, São Paulo: Hucitec.

OLIVEIRA DC. (2008), "Análise de Conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização". *Rev enferm UERJ*, 16(4), pp. 569-576.

OLIVEIRA MHP, GOMES R, OLIVEIRA CM. (1999), "Hanseníase e sexualidade: convivendo com a diferença". *Rev latino-am enferm*, 7(1), pp.85-91.

PALMEIRA IP, FERREIRA MA. (2012), "O corpo que eu fui e o corpo que eu sou: concepções de mulheres com alterações causadas pela hanseníase". *Texto Contexto Enferm*, 21(2), pp.379-386.

SAVASSI LCM. (2012) "Qualidade em serviços públicos: os desafios da Atenção Primária". *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, 7(23), pp.69-74.

SILVA MCOS, SILVA PAB, SILVA LB, SOARES SM. (2012), "Instrumentos de avaliação da dor crônica em idosos e suas implicações para a Enfermagem". *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineir,*1(4), pp.60-70.

TORRES DFM. (2006), *Fisioterapia: guia prático para a clínica,* Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

GT 103
Ambiente, sociedade e cidadania

O Papel social da moda para uma classe de trabalhadoras:

As costureiras do Bairro São José, João Pessoa. Paraíba – Brasil

Liana Chaves[1]

Resumo
Analiso a moda e a costura como fatores de inclusão social de treze costureiras moradoras do Bairro São José em João Pessoa, onde a arte da costura é exercida informal e totalmente por mulheres. Priorizei a metodologia qualitativa por ela permitir a apreensão dos significados do fenômeno social, segundo a ótica das próprias costureiras. Realizei entrevistas semiestruturadas, a fim de desvendar os objetivos propostos, contemplando todo universo da amostra. Os dados obtidos revelaram que a industrialização da moda, na questão do vestuário, aponta para uma diminuição crescente da costura artesanal, o que causa grande frustração àquelas profissionais, apaixonadas pela costura, que sonham serem prestigiadas, reconhecidas e incluídas socialmente pelo trabalho e talento que possuem, pois são detentoras de uma habilidade especial: a costura.
Palavras-chave: Mulher. Moda. Costura. Inclusão e Exclusão Social.

Abstract
I look at fashion and sewing as factors of social inclusion of thirteen seamstresses residents of São José Neighborhood in João Pessoa, where the art of stitching is informal and fully exercised by women. I prioritize the qualitative methodology for her to allow the seizure of the meanings of social phenomenon, according to the optics of their own seamstresses. I conducted semi-structured interviews in order to unravel the proposed objectives, covering all of the sample universe. The results obtained showed that the industrialization of fashion, on the issue of clothing, points to a growing decrease of the handmade sewing, which cause frustration to those professionals, passionate about sewing, who dream of being prestigious, recognized and socially included for the work and talent they have, because they are holding a special skill: sewing.

Keywords: Woman. Fashion. Sewing. Social Inclusion and Exclusion.

1. A título de introdução...

Em todo o mundo, mais precisamente nos países em desenvolvimento, o aumento da população fora do mercado de trabalho tornou visível o empobrecimento acentuado de uma parte considerável da população em relação à prosperidade da outra.
O estado de exclusão é um conceito tão antigo quanto a humanidade e está muito em voga no momento atual. A exclusão social nos remete à antiguidade grega onde escravos, mulheres e estrangeiros viviam excluídos, à

---

1 Professora no Departamento de Artes Visuais da Universidade Federal da Paraíba – Brasil e Coordenadora do Laboratório de Artes Gráficas Oswaldo Goeldi/UFPB. Graduada em Educação Artística (UFPB - 1978) e Arquitetura e Urbanismo (UFPB - 1983). Mestre em Serviço Social (UFPB - 2007) e Doutora em Arquitetura e Urbanismo (UFBA - 2013). Contato: lianachaves.pb@gmail.com

parte do corpo social, fenômeno próprio àquela sociedade. Na contemporaneidade, a partir da crise econômica mundial as desigualdades aparecem com mais evidência. O modelo de desenvolvimento do mundo capitalista fez aparecer desigualdades na distribuição de renda, gerando desequilíbrios e distorções, privando um contingente considerável da população de usufruir dos direitos da participação plena na sociedade. A exclusão social evidencia um rompimento nos laços entre o indivíduo e a sociedade.

Castel (1997) foca sua atenção nos aspectos da vida cotidiana e relaciona exclusão à questão da falta de rendimento, visto que para o sujeito, seu salário é seu poder de compra e sua porta de entrada em um grupo social. A exclusão refere-se a processos de segregação justificados sob diferentes causas, tais como: padrões econômicos, gênero, religião, saúde, política, etc.

Refletindo sobre estes conceitos, resolvi aprofundar e debruçar-me sobre o tema, tomando como foco principal de nossa pesquisa profissionais da costura, uma categoria que tem sido pouco analisada. Tomei o bairro São José, na cidade de João Pessoa, Paraíba, como referência por ser um espaço ímpar no desenho da cidade e estar incrustado entre bairros de classe média e alta, que são os bairros de Tambaú, Manaíra, Bessa, Brisa Mar e João Agripino, de onde provém a maior demanda pelo serviço das costureiras.

2. O bairro São José: suas casas, pregas e alinhavos

Nesta seção apresento a realidade do meu campo de estudo, a fim de situar o contexto da pesquisa. O ritmo acelerado de urbanização das cidades traz entre outros fatores, o debate sobre a questão da relação do homem com o meio físico-ambiental, moradia digna para todos, espaço público, etc. A grande ausência e ineficácia das políticas públicas e urbanas, o processo de ocupação espacial sem nenhum controle, geralmente em áreas de risco, tem como consequência o agravamento do desequilíbrio econômico e social, fatores causadores da exclusão social. Isso provoca, ainda, a precária qualidade de vida da maioria da população que, sem melhor opção, vive nestas áreas. Este é o cenário do bairro São José, ou simplesmente: o Bairro, como é conhecido. Apesar de ser legalmente reconhecido como bairro, é caracteristicamente uma favela.

Inegavelmente, as favelas estão presentes em quase todas as cidades brasileiras, cuja origem advém dos antigos cortiços. São assentamentos espontâneos que abrangem questões e problemas de todas as espécies, principalmente físico-espaciais e socioeconômicos que são gravemente complexos e que urgem políticas públicas verdadeiras e eficazes.

Essa é a realidade da condição de exclusão de uma grande parcela da população que cresce descontroladamente a cada dia. Pessoas que, na esperança de obter emprego nos centros urbanos e acreditando na melhoria da condição de vida, se deslocam dos seus lugares de origem (interiores, outras cidades, outros estados ou outras regiões) para os grandes centros. Assim, contribuem cada vez mais para a proliferação desses assentamentos que, em condições precárias e, por muitas vezes, desumanas, vão se amontoando nos vazios urbanos e áreas urbanas periféricas, onde a ausência de infraestrutura básica é quase que total.

O descompasso entre oferta de trabalho e o crescimento populacional aumenta o índice de periferização das grandes cidades e a favelização torna-se inevitável. Assim sendo, princípios e medidas, além de posturas firmes, necessitam ser encampadas pelas gestões federal, estadual e, principalmente, municipal, no sentido de que os poderes públicos atuem com eficácia e rapidez em favor destas populações que clamam por melhores e mais dignas condições de vida.

Caso houvesse um planejamento urbano-ambiental, visando a inclusão social e dando prioridade nas relações socioculturais, respeitando os recursos naturais a vida dos habitantes destes locais melhoraria deveras e o meio ambiente agradeceria.

O Bairro, como é conhecido, está localizado numa área interurbana das mais valorizadas da cidade de João Pessoa, tendo como entorno imediato, bairros de classes média e alta. Desse modo, é considerado 'intruso' no tecido urbano, criando com esta proximidade um profundo contraste urbano na paisagem da região. Ocupa uma faixa estreita e longa de aproximadamente 2.6 km de comprimento por 75m na sua maior largura, acompanhando o rio Jaguaribe que é seu limite de um lado e do outro, a falésia, barreira natural que se apresenta em destruição.

Como se trata de uma ocupação espontânea possui moradias precárias com níveis de insalubridade gritante, sem espaços de sociabilidade, alta densidade construtiva e demográfica e condições de habitabilidade precárias.

Dessa forma, o crescimento urbano desordenado, os assentamentos subnormais e suas condições predatórias ao meio ambiente, podem ser considerados um dos maiores males no processo de urbanização do mundo globalizado. Devido à forma vertiginosa em que se deu sua ocupação fez do mesmo, uma das localidades que possui a maior população de assentamento subnormal da cidade de João Pessoa, contando com aproximadamente 17 mil habitantes (CARDOSO, 2007). Como se pode observar na imagem abaixo, Figura 01.

Figura 01. O bairro São José ao centro, à cima e à esquerda o bairro de Manaíra e embaixo e à direita os Bairros de João Agripino e Brisa Mar.

Foto: Eduardo Rodrigues Viana de Lima (2003). Vista panorâmica do bairro São José.

Até 1975 era conhecido como a favela Beira-Rio. Com a criação da Associação de Moradores União Beira -Rio em 1980, inúmeras reivindicações foram feitas aos poderes públicos locais. Em 1985 aquele espaço foi promovido a bairro. Desde então há uma verdadeira luta para tornar a região melhor habitada e propiciar aos moradores condições mais dignas. De toda sorte, muitas mulheres trabalham em casa como costureiras, é sobre elas que passo a tratar na seção a seguir.

3. As costureiras do Bairro São José

Medir, riscar, cortar e cozer o tecido para fazer a peça de roupa. Das mãos das costureiras o pano se transforma em peças de vestimentas, em roupa de cama e muitas outras prendas. Esta é uma das profissões mais antiga da humanidade, que a artista plástica brasileira Tarsila do Amaral homenageou com uma pintura à óleo sobre tela no ano de 1950. Figura 02.

Figura 02. Costureiras de Tarsila do Amaral (1950).

As costureiras do bairro São José, sujeito desse trabalho, é uma categoria que está inserida, do ponto de vista socioeconômico, na produção informal, caracterizada pelo trabalho autônomo. Suas realidades e trabalhos me emociona não só pela dureza e sacrifício de suas vidas, mas também e, principalmente, por me remeter às minhas origens, uma vez que sou neta de uma costureira, minha querida 'vovó Mocinha', que com muito esforço, amor e muita esperança, criou meu pai e seus cinco irmãos de sangue e mais uns tantos de coração, apenas com sua costura e costurados com a agulha do carinho, uma vez que meu avô Antônio José faleceu antes que ela desse à luz ao seu filho caçula.

Essas profissionais, que no presente artigo estudo, geralmente, são de famílias que vivem em situações economicamente desfavorecidas, o que implica em subsistir sem usufruir dos direitos mais elementares para a sobrevivência do ser humano. São pessoas excluídas, sem acesso digno à saúde, habitação, educação, segurança, lazer e outros. A vida delas é guiada pela necessidade de sobrevivência e de manutenção de suas famílias, assim transformam seu próprio espaço familiar em precários locais de trabalho. Espaços muitas vezes já impróprios para a própria moradia, já que são, na maioria, áreas de ocupação ilegal, espaços pequenos em relação ao número dos que o habita, sem contar com a deficiência alimentar, falta de assistência médica e social, além de uma sobrecarga exaustiva de horas de trabalho '*em cima'* de uma máquina de costura.

Meu contato com essa população, somado à reflexão e observação do seu cotidiano, me levou a refletir sobre as formas como a costura assume posição de elemento explicativo, sendo uma importante fonte de informação sobre a história destas pessoas, bem como a dimensão de suas realidades sociais. Mais que isso, revela como elas se veem no conjunto da sociedade, quais espaços lhes são reservados, mas que apesar de tudo, sonham, e seus sonhos são grandes, são altos.

As costureiras que analiso, sendo um dos retalhos da nossa sociedade, ficam nos bastidores, tornando realidade os ideais dos *designers* e estilistas. Com o avanço tecnológico surgiu a produção do vestuário em série, o que baixou consideravelmente a procura pela costura artesanal unitária, uma vez que a moda apresentada pela mídia aponta que todos devem se vestir da mesma forma, o que torna esta moda mais prática e acessível. Neste momento, as costureiras são bastante procuradas para fazer os ajustes das peças produzidas em série e vendidas nas lojas onde o indivíduo passa a usar um traje igual, massificado.

De um modo geral, a preocupação primeira dos fabricantes da produção de vestuários atende especificamente aos anseios da população de média e/ou alta renda, que na realidade é a moda ditada pelos empresários que geralmente são os contemplados com incentivos ou políticas públicas, empréstimos bancários, etc. Em contrapartida há uma parcela da população economicamente desprivilegiada, as costureiras, por exemplo, que raramente são inseridas nos tais programas, simplesmente pelo fato de não possuírem uma comprovação de renda, escolarização compatível ou na maioria das vezes por completa desinformação.

Examinar, de forma crítica, o papel da moda e principalmente da costura na exclusão e inclusão das costureiras

na sociedade, me permitiu investigar o quanto a tecnologia, através da moda, reflete o drama destas pessoas, a princípio, espoliadas pela sociedade.
A indústria da moda é como qualquer outra, mas acredito que ela é a mais poderosa de todas. É ela quem dita o que deve ser consumido, o que deve ser usado e apresentado não apenas no item vestuário, mas no desenho e fachadas das residências, na escolha e disposição dos móveis e seus utensílios, nas indústrias, no comércio, até os itens mais íntimos da vida das pessoas. A moda está em todas as camadas e em todos os acontecimentos societários, ela traduz a cultura do povo e a identidade deste povo está no passear pela moda, e no meu entendimento, ela é a própria vida.
Assim, a realização desse trabalho tem como objetivo primeiro, analisar a moda e a costura como fator de inclusão social das costureiras residentes no Bairro de São José, em João Pessoa, Paraíba. Para tanto, procurei traçar seus perfis, identificando as características de quem utiliza seus serviços e como se efetiva as relações comerciais entre elas e seus clientes. Verifiquei qual o tipo de trabalho é mais solicitado, o que elas mais gostam de realizar e o que fazem em se tratando da costura. Finalmente, identifiquei como se auto definem no espaço que ocupam na sociedade e seus sonhos de realização. Entretanto, segundo Heleieth Saffioti, quando prefacia em 1986, *O avesso da moda – o trabalho a domicílio na indústria*, de Alice Rangel de Paiva, enfatiza que,

> ...uma pesquisa que olha o trabalho da mulher, costureira e que trabalha na informalidade é triplamente maldita. Uma porque incide sobre uma categoria de sexo – mulher, largamente injustiçada; outra traz à luz as condições de trabalho de certos segmentos da classe trabalhadora e a terceira e última revela a clandestinidade consentida de uma parcela ponderável das atividades econômicas que, supostamente, já deveria ter sido incorporada pelo setor chamado setor moderno da economia.

4. A Metodologia

A metodologia qualitativa foi priorizada por permitir a apreensão dos significados do fenômeno social, segundo a ótica dos sujeitos pesquisados. Utilizei como instrumento da minha pesquisa, entrevistas individuais e semiestruturadas que foram gravadas e posteriormente transcritas, nas quais as informantes discorreram livremente sobre as perguntas chaves que muitas vezes provocavam novas questões, além de observações da situação real da atividade da costura. Filmei e fotografei seus ambientes de trabalho e suas residências.
Inicialmente fiz o levantamento preliminar da situação do bairro São José, ocasião em que localizei as costureiras. Estas informações me foram passadas pelos próprios moradores do Bairro, uma vez que não existia cadastro dessa atividade na Associação de Moradores ou em qualquer outro setor. Deste levantamento foram identificadas treze costureiras que concordaram de imediato e entusiasticamente em participar desta pesquisa, que contemplou todo o universo existente, ficando expostos seus cotidianos, vivências, sofrimentos e sonhos.

5. O vestimento social da moda

A moda estudada como um fenômeno cultural tornou-se uma vertente de pesquisa que vem interessando não só aos profissionais do setor de vestuário como também à artistas, arquitetos, colecionadores, filósofos, sociólogos e profissionais de diversas áreas. Sendo muitas as interpretações dadas em torno do papel social da moda. Ela revela diversas e variadas faces, veiculando códigos e status de quem a usa, classe social, grupo ou tribo a que pertence.
No final do século 19 e começo do século passado, o assunto moda passou a ser mais amplamente discutido e teorias sobre este tema ocuparam lugar ímpar nas reflexões de intelectuais e artistas que escolheram desvendar o movimento da modernidade, compreendido como o novo modo de vida que se apresentava na cultura urbana da sociedade industrial.

Para artistas e intelectuais como Gustav Klimt, Baudelaire, Balzac, Gabriel Tarde, Georg Simmel e outros tantos, a moda sempre esteve em pauta como uma grande e importante personagem. Para eles as ruas são espaços de consumo e cenários de uma nova trama social em que a aparência se apresentava como ponto de destaque. Mesmo em contextos culturais bastante distintos (França, Alemanha e Estados Unidos), eles estavam atentos ao fenômeno da moda no mundo capitalista e industrializado, analisando-a pelo prisma da distinção social. A moda, entendida como um espaço de ostentação do poder econômico das elites, foi criada também como espaço de reconstrução dos limites sociais na sociedade burguesa.

A moda só existe se houver circulação e é por isso que é nas ruas que as 'modas' se constituem, ficam conhecidas, são copiadas, se transformam com todo *frisson*, são rejeitadas e depois desaparecem, reaparecendo mais tarde nova e repaginada, ganhando sempre releituras, como produto que é do consumismo capitalista.

Mesmo assim, apesar da sua importância social e econômica, a moda foi até pouco tempo muito pouco estudada, pelo menos até o final do século passado, apesar de poucos, mas bons trabalhos terem sido feitos como: *The Psychology of Clothes* de J. C. Flügel (1930), *Fashion and Its social agendas: Class, Gender, and Identity in Clothing*, da socióloga Diana Crane (1933) que discute elementos como a globalização, arte contemporânea e indústria cultural, destacando o universo da moda e suas transformações, dinâmicas e formas de como as pessoas de segmentos distintos se relacionam com ela. Também analisa a trajetória da moda desde a industrialização até o consumo e as escolhas do vestuário nas sociedades contemporâneas pós-industriais, tomando como parâmetro os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, além de articular a relação das classes populares com as transformações da cultura da indumentária, onde o foco não são as elites.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, os movimentos culturais das duas décadas seguintes além do período pós-industrial do capitalismo, colocam a questão da moda para ocupar entre os pesquisadores o lugar de destaque.

Em 1950, no Brasil, Gilda de Melo e Sousa escreve sua tese de doutorado em Ciências Sociais *O espírito das roupas: a moda do século XIX*, publicada em 1952, na revista do Museu Paulista. Anos depois, em 1967, em Paris, Roland Barthes escreve *O Sistema da Moda*, reiniciando pelos intelectuais os estudos voltados para esse tema. É nesse trabalho que ele faz uma abordagem semiológica sobre a moda, dentro da tradição ensaística em voga na primeira metade do século 20.

Outra publicação importante no campo da sociologia da cultura foi *O costureiro e sua Grife*, de Pierre Bourdieu e Yvette Delsaut, em 1975, onde eles analisam a teoria da reprodução das classes e dos gostos sociais, em que a moda é pensada a partir da distinção social.

Entre o final da década de 1970 e começo da década de 1980, acentuou-se a globalização. O mundo da moda foi ficando cada vez mais complexo. Evidentemente, cada vez mais sua importância social evidenciava o privilégio das elites no século 20, no plano da construção de identidades e estilos de vida, passou a ser dos indivíduos de diversas camadas sociais. O certo é que o novo olhar que a moda despertou em muitos, começou a gerar uma onda de pesquisas empíricas e históricas, propiciando o aparecimento de diversos trabalhos acadêmicos nesta área, uma vez que tiveram inícios cursos de graduação tanto nas universidades como em escolas particulares, muitos cursos técnicos, etc.

Daniel Roche escreve sobre a cultura das aparências, Phillipe Perrot analisa a indumentária burguesa do século 19, Elizabeth Wilson na Inglaterra e Gilles Lipovetsky na França, publicam em 1987 ensaios críticos sobre a evolução da moda nos séculos 19 e 20. Por caminhos e tradições diferentes transferiram o foco da discussão teórica da distinção social para a questão dos estilos de vida. Estes historiadores e sociólogos iniciaram um movimento que objetivava projetar a história da moda na modernidade. Foram estudos pioneiros que são considerados clássicos.

Entre os anos de 1990 e 2000, tanto na Inglaterra, Itália e França, como nos Estados Unidos foram criados grandes e importantes polos de pesquisa em Moda e Ciências Humanas. Atualmente, em todo o mundo, a questão da moda tornou-se tão importante que sempre estão sendo implantados novos cursos técnicos em níveis diversos, de graduação e pós-graduação nas universidades públicas e em escolas privadas. No Brasil, apesar dos inúmeros cursos sobre moda que existem, cada vez mais se criam outros, uma vez que a procura por estudos nesta área cresce cada dia mais.

6. A moda e a costura em particular

A moda é um conjunto de fenômenos, imprevisíveis, inexplicáveis e incompreensíveis. Não é pura nem impura. É complexa e simples ao mesmo tempo em que é linda e alegre, convivendo maravilhosamente com tudo que a rodeia se complementando de maneira bastante rica. É inegável o seu caráter de contemporaneidade uma vez que está sempre alinhada às mudanças que ocorrem na sociedade. Seus códigos são reflexos dos elementos que formam uma sociedade – momento histórico, organização social, economia, cotidiano, entre tantos outros. Indica, portanto, a evolução dos costumes, apontando o nascer de propostas estéticas de vanguarda, espelhando-se na arte e arquitetura, na cultura, na tecnologia e indústria, esta última que tem como razão de ser, criar novidades.

A moda conta a própria história da humanidade, mostrando a exuberância de inúmeras vertentes. Ela é o retrato do universo que lhe dá lastro, lhe cerca. Como um caleidoscópio, ela sempre apresenta uma sucessão de novas perspectivas em releituras trazendo sempre maravilhosas e inusitadas surpresas. Para Gilles Lipovetsky (2009, p.87), a moda é um *assunto que não se encerra no vestir, mas está interligada ao bem-estar, ao consumo e à mídia,* não sendo possível compreender a evolução da sociedade, sem dar importância à moda, à sedução, ao luxo.

Em 1831 Barthélemy Thimonnier inventa a máquina de costura e a roupa em contato com a pele torna-se a primeira expressão de toda e qualquer diferença social.

Em 1857 a moda moderna ganha o inigualável Charles Frederick Worth, porta-voz, sem dúvida, da indústria da grande costura. Estilista, desenhava cada modelo, assinando-o como um pintor assina um quadro (assim como as atuais etiquetas), bem como selecionava, pessoalmente, cada tecido para cada obra executada - o vestido. Mas, realmente, o superstar da costura foi o artista completo, o costureiro Paul Poiret que, tendo sido aprendiz de Worth, veio para libertar a mulher dos torturantes espartilhos e lhe indicar o uso do sutiã na segunda década do século passado. Época em que as costureiras e alfaiates eram apenas os executores dos sonhos dos seus clientes.

A costura enquanto saber, como já disse, afigura-se como um ofício tipicamente feminino, pois ao homem compete trabalhar no mercado de trabalho e ganhar o suficiente para manter a família, enquanto que à mulher cabe se ocupar das tarefas domésticas, o cuidado dos filhos e a costura, onde a última se acomoda em circunstâncias das mais diversas, em diversas etapas de suas vidas. Entretanto, na prática, esse padrão desde a segunda metade do século passado vem sofrendo alterações diante da necessidade concreta das famílias terem que contar com o trabalho de todos os seus membros.

> A prática do saber costurar apresenta-se de diversas maneiras, tais como: 1. costura doméstica, sendo mais um adicional às tarefas domésticas, geralmente consideradas como de responsabilidade da dona-de-casa; 2. de forma artesanal, da maneira que se apresenta para a maioria das costureiras entrevistadas, que é quando elas têm sua clientela particular; 3. como diaristas nos domicílios ou assalariadas típicas, ligadas a pequenas confecções, a grandes fábricas, em ateliês de alta costura ou de pronta entrega, dessa maneira mais ligada diretamente ao capital.

Na atualidade o trabalho feminino vem sendo alvo de várias pesquisas. Alguns trabalhos têm enfatizado o antagonismo existente entre o trabalho no nível privado e público, na vida produtiva da mulher trabalhadora. A participação feminina no mercado de trabalho aguça o desenvolvimento de esquemas teóricos alternativos que analisam sua inserção nas atividades econômicas só podendo ser estudada considerando sua posição na unidade familiar ou doméstica na qual está inserida, suscitando critérios para a distribuição de papéis e estratégias de sobrevivência adotadas pelo grupo familiar.

O que ocorre, é que a partir de certo momento, quando a responsabilidade pelo próprio sustento se faz presente, com o casamento ou o nascimento de um filho, pressionada então, pelas dificuldades inerentes às situações que se apresentam, a costureira passa a atuar num campo de atividade socialmente invisível, que constitui o mercado de trabalho informal, o qual permite uma remuneração sem nenhuma dificuldade de uma situação formalizada de trabalho que é a carteira de trabalho assinada. A atividade da costura possibilita, então, que a mulher continue realizando as atividades tradicionalmente tidas como femininas, quando sua atividade torna-se essencial para aumentar a renda familiar o que permite atender necessidades importantes como: melhoria do

padrão alimentar, benfeitoria e conservação da moradia, contribuir com as despesas escolares dos filhos, etc. No entanto, o trabalho de costura feito na residência, aparece quase como um não-trabalho, quase invisível e mais, a avaliação concreta das horas dedicadas diariamente ao trabalho de costura, fica difícil precisar, uma vez que a superposição de atribuições é uma característica que existe em quase todas as moradias das costureiras entrevistadas. Sendo interessante colocar que a intensidade do trabalho da costura varia muito ao longo do ano. Em períodos como Natal, Carnaval ou Festas Junina, por exemplo, o trabalho se intensifica, mas, há período em que a demanda pelo trabalho de costura fica bastante reduzido. É nessa fase que ela aproveita para fazer a própria roupa e a da sua família.

Na atividade da costura, existem várias habilidades específicas por diferentes situações e natureza diversa, uma vez que a heterogeneidade do mercado de trabalho, no qual a atividade se desenvolve, permite diferenciarem as trabalhadoras: como costureira particular, ela detém o conhecimento completo do ofício; como trabalhadora na indústria, sua habilidade é completamente facetada, ou seja, depende da etapa que ela pode estar inserida no momento, por exemplo: modelista, cortadeira, costureira (fecha manga, perna, corpo, saia ou blusa, etc.), arrematadeira, caseadeira ou prega botão, colchetes, etc., aplicadeira (ilhoses, aplicações) etc., e muitas delas, as mais qualificadas 'giram' muito, trabalham de máquina em máquina - hora em uma máquina, hora noutra. São estas atividades que levam ao processo de desqualificação do trabalho no capitalismo moderno porque o conjunto dessas habilidades que são necessárias para a execução do ofício da costura é desmembrado entre várias trabalhadoras com diferentes graus de qualificação, o que desvincula a concepção da execução do todo. Entretanto, as áreas de criação que são as que requerem maiores habilidades, são dos permanentes profissionais especializados, enquanto que para as costureiras sobra a execução rotineira do trabalho.

Assim, o ofício da costura possui um amplo leque de possibilidades de trabalho que estão fora do controle direto do capital, apesar da diferença entre realidade e sonho ser muito bem delimitada. Das treze costureiras entrevistadas quase todas já foram, em algum momento, costureira diarista. Hoje, só uma trabalha fora, em um atelier de alta costura, mas também não possui carteira assinada, uma vez que ela só trabalha em épocas de maior 'pique', portanto, todas são autônomas, informais.

O trabalho informal, invisível, subemprego (ou como queiram chamar), data dos primórdios da Revolução industrial. Marx (1980) diz ser uma população relativamente excedente, pois ela representa uma reserva móvel de trabalho de mão-de-obra barata, disponível às empresas quando estas querem expandir com urgência seus quadros e a esta, denominou de população excedente 'líquida', outra de 'latente', que são os moradores da zona rural que a qualquer momento estão desembarcando nas cidades em busca de trabalho, e a outra de 'estagnada', que possui ocupação totalmente irregular, trabalha ao máximo e ganha o mínimo.

7. Analisando suas vidas pela linha do nosso olhar e pelo viés das entrevistas

Evidentemente, todas as entrevistadas são do sexo feminino, uma vez que a costura artesanal é básica e prioritariamente uma atividade praticada, na sua maioria, por mulheres. Ao contrário dos estilistas que por algum tempo foram maioria na profissão. A divisão sexual do trabalho é baseada em que '*certas tarefas*', a doméstica, por exemplo, a costura, o bordado entre tantas outras são inerente à mulher, se praticadas por um homem, ele não é 'macho', mas isto está se modificando a cada dia.

Das treze costureiras entrevistadas apenas uma nasceu na cidade de João Pessoa e doze delas vieram do interior dos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. A faixa etária varia de 39 a 63 anos de idade. Do total de treze costureiras, uma é solteira (mas tem uma companheira), uma é separada e onze são casadas. Das onze casadas, dez convivem com os esposos e uma está com o marido detento.

Com relação à escolaridade, apenas uma costureira é analfabeta, três são analfabetas funcionais, conhecem '*algumas palavrinhas simples e assinam seus nomes*', oito têm o primeiro grau incompleto e apenas uma possui o segundo grau incompleto.

De acordo com o tempo que se dedicam à costura, onze iniciaram o aprendizado na infância ou na adolescência, só duas na idade adulta. Cinco aprenderam a costurar com a mãe, três aprenderam sozinhas, duas fazendo vestidinhos para as bonecas, duas fizeram cursos de corte e costura e uma aprendeu vendo as amigas vizinhas costurarem.

Das treze costureiras entrevistadas, duas disseram que ainda não conseguem viver da costura; duas começaram a viver da costura aos 32 anos e as outras nove sobrevivem do ofício. Destas o intervalo de idade, desde que começaram sobreviver como costureira é: 18, 21, 22, 23, 24, 30, 34, 42 e 47 anos de idade.

Nesta análise entendo que "viver da costura" é o ganhar dinheiro pelo trabalho, uma vez que antes este não era remunerado, era feito para a família, um vizinho, um amigo. Atualmente, elas complementam, ou também contribuem com a renda familiar, com exceção de uma que é a mais nova das costureiras, a costura é a principal renda da família.

Em se tratando de filhos, a costureira que é solteira é a única que não possui, das treze, apenas duas não tiveram filhas. Suas filhas '*fazem de um tudo'*: estudam, trabalham em setores públicos e privados, levam e trazem as costuras para suas mães, compram os aviamentos necessários para o trabalho da costura, vão aos bancos para efetuarem as transações comerciais exigidas pela costura, feitas por suas mães, etc., mas não sabem '*pregar um botão'*, palavras de algumas costureiras quando são interrogadas sobre o porquê de suas filhas não as ajudarem no ofício da costura.

Uma análise superficial da questão pode concluir que a costura artesanal está na eminência de desaparecer, uma vez que é sintomática a verificação sobre os fatos de que as costureiras estão ficando e são idosas. Entretanto, a atividade da costura jamais acabará, apesar da industrialização, pois é fato que a demanda se adapta à procura. As filhas, diferentemente de suas mães têm outros sonhos, como uma falou – '*Talvez eu trabalhe com costura, mas fico só até o desenho, quero ser estilista, costureira não, não quero ser, é muito trabalho pra pouco dinheiro*' e obviamente, é.

As costureiras entrevistadas declararam que têm muito claro que seus trabalhos diminuíram depois que chegaram as lojas de departamento à cidade uma vez que além da praticidade da compra pronta, a roupa torna-se bastante em conta, apesar da qualidade que deixa muito a desejar. Entretanto, esse fator, na maioria das vezes, nem é levado em consideração, pois muitos jovens, por exemplo, preferem estar sempre mudando o visual, e utilizam esses artefatos como um tipo de roupa quase que descartável, aliado ao consumismo, que é sem dúvida uma experiência humana, mas que muitas vezes é exagerado e sem limite.

Com relação à questão residencial, dez costureiras possuem residência própria enquanto que três residem em espaços alugados.

No que se refere aos seus ateliês, seis das costureiras possuem ateliês nas próprias residências, enquanto que quatro não possuem. Uma aluga um espaço perto da sua casa e duas possuem ateliês no mesmo terreno que estão suas residências. Seus locais de trabalho são espaços, na maioria das vezes, altamente insalubre como suas próprias residências. São todos cobertos com telha canal, apenas um possui laje, entretanto só este detalhe não o diferencia na simplicidade e pobreza dos outros. Alguns são mais arrumados e limpos, outros nem tanto. Notamos que metade delas prima para melhor apresentar seus ambientes de trabalho à outra metade nem se dá conta deste fato. Todas elas possuem pelo menos duas máquinas, as principais que são a costura reta e overloque que geralmente são portáteis. Quatro delas possuem além das duas principais a galoneira. Uma possui entre suas máquinas uma costura reta industrial e outra possui duas semi industriais entre seu maquinário de trabalho.

Com relação ao processo de trabalho – é fato que todas gostam e muitas vezes amam o que fazem – elas costuram. Todas elas dizem costurar qualquer coisa. Onze das treze costureiras dizem gostar de costurar o que mais está na moda e porque é mais criativo que o conserto e a reforma. As outras duas gostam de customizar, pois acreditam que seja isto o que há de mais criativo na costura.

Das treze entrevistadas, algumas declararam ter se especializado em costura principalmente para homens, outras em moda praia, outras moda íntima, e outra exclusivamente alta costura. Entretanto, exceto uma costureira que tem uma pronta entrega, e outra que trabalha como diarista em um atelier de alta costura em Tambauzinho, todas durante o ano todo fazem consertos e reformas, que são basicamente os trabalhos solicitados.

Com relação à freguesia, todas costuram para os vizinhos do Bairro, com exceção das duas costureiras citadas anteriormente, devido as suas especificidades. Três costuram só para a vizinhança e oito costuram tanto para a vizinhança como para os clientes dos bairros vizinhos, embora algumas não gostem de trabalhar '*pros de Manaíra porquê... ô povinho pra chorar na hora de pagar'*, reclamaram quase todas. Ficou bem claro, que existe uma grande resistência por parte dos moradores dos bairros vizinhos em adentrarem no Bairro, por medo da

violência ou por puro preconceito, o fato é que, a freguesia extra bairro São José não traz suas encomendas de costura: ou mandam por algum morador do Bairro ou a costureira vai ou manda alguém pegar. Não é sem razão que uma costureira se queixa de se sentir desigual, '*desprezada'* uma vez que '*minhas patroas de Manaíra, faz anos que costuro pra elas... mas só conheço pela voz... eu nunca vi elas... elas manda pelas meninas daqui, e telefona... aí diz é assim.... é assim, e eu faço igualzinho como elas quer... depois elas liga e diz que ficou bem bom... é assim, é bom saber que fiz direitinho... mas é triste*'. É interessante frisar que o que é mais solicitado pela vizinhança são os consertos e reformas e os dos bairros vizinhos são as costuras.

Outra coisa que me chamou bastante à atenção foi a atitude de uma costureira. A entrevista já havia acabado, estávamos na calçada e ela me confidenciou que também pode trabalhar como diarista, quando '*a situação tá preta*', e outra veio ao meu encontro e disse que poderia também trabalhar '*na diária quando não tivesse costura em vista*', e que seu dia era entre R$ 30 e R$ 50, '*dependendo do serviço e do material*'.

Com relação à forma de pagamento, dez costureiras recebem o pagamento pelas suas costuras em dinheiro, apenas três recebem tanto em dinheiro como em cheque. Com relação ao 'calote', três costureiras afirmaram que existe, cinco disseram que para elas não existe e as outras cinco disseram que existe, mas é pouco.

Das treze costureiras entrevistadas, apenas uma participa de um projeto governamental, o Empreender-JP, outra não quer participar, entretanto onze se mostraram interessadas em se inserir em algum programa deste tipo. Talvez a não participação delas nesses planos se deva a falta ou baixa instrução de escolaridade, pois elas escutam através do rádio e da televisão, mas não entendem que podem ser uma das participantes. Elas se sentem inferiores, diminuídas, não batalham por um empréstimo, pois já se sentem desclassificadas.

Com relação ao sonho de morar em outro local que não no bairro de São José, dez delas são enfáticas em querer sair do Bairro, *'pra o mais longe possível daqui'*, algumas falaram isso porque é evidente que *'existe muita discriminação devido à violência'*, disseram outras; das dez, uma sonha em ir para o Bessa, duas para Manaíra, três para Mangabeira, uma nas Indústrias, duas no João Agripino, e uma disse que '*quero ir pra qualquer bairro, desde que seja o mais longe daqui*'. Três das treze costureiras não querem sair do bairro onde moram, pois gostam e são felizes ali mesmo.

Em relação ao sonho de mudança do atelier ou espaço de trabalho para outro local, das treze entrevistadas, duas que possuem atelier em casa, uma quer continuar no Bairro da mesma maneira que está e a outra sonha em morar em outro bairro e deixar seu atelier onde se encontram. Duas que não possuem atelier, uma costura na sala e a outra no seu quarto. A que costura na sala, sonha em possuir um atelier no Bairro e a que costura no quarto sonha em morar no Bairro das Indústrias e montar seu atelier no local onde mora atualmente, pois é uma casa grande '*vai dar certinho, pois aqui sou conhecida demais, devido a minha costura, minha freguesia é quase todinha daqui'*, disse. As outras nove, sonham ter o atelier em outro bairro.

Com relação ao sonho de melhorar o seus padrões de vida através da moda e costura, doze foram categóricas em acreditar que sim, apenas uma, a mais idosa, diz que seu padrão de vida só melhoraria se ela se aposentasse.

No que se refere à jornada de trabalho, as costureiras possuem uma grande variação de horários. Entretanto, ficou bem claro, a justaposição de duas principais que são a costura e o serviço doméstico. São jornadas várias e variadas. São domésticas – cozinham, varrem, arrumam, lavam, passam, cuidam dos filhos, às vezes dos netos, costuram '*pros de casa só quando não pegam costura de fora'*. Evidentemente sem remuneração, pois estes, não são considerados trabalhos, são como uma obrigação, o '*destino'*. As mulheres sempre estão trabalhando quando estão em casa, cotidianamente... basta estarem em casa. São mães, são esposas, são costureiras (apenas duas possuem ajudantes em seus ateliês) e, acima de tudo são mulheres. Conciliam tudo o que fazem. Correm para um lado e para o outro. Têm que dar conta de tudo, inclusive, e principalmente, na questão financeira. São verdadeiras heroínas como quase todas nós, mulheres.

No entanto, esta análise me possibilita verificar a extensão e intensidade da jornada de trabalho das costureiras, e a desproteção legal em que vive esta categoria de trabalhadoras, dificuldades em serem reconhecidas e respeitadas enquanto profissionais, carência de recursos e lazer, etc. Entretanto, de forma alguma queremos apresentá-las como vítimas.

8. A título de conclusão

Neste momento, apresento algumas considerações finais, uma vez que sobre o assunto não é possível colocar um ponto e finalizar. É sabido, que nas Ciências Sociais existe uma postura, densamente enraizada e totalmente equivocada, em considerar a moda como frívola. Entretanto, sociólogos e filósofos esforçaram-se em provar o contrário. Assim mesmo, ainda hoje a pesquisa neste campo, tende a ser revestida de um ar duvidoso, quando não excêntrico como se o mundo da moda fosse outro mundo e as pessoas ligadas à ela estudassem coisas curiosas, bizarras e frívolas.

Figura 03. Mandala de bruxinhas de pano feita pelas costureiras. (2007).

Moda e costura, para mim, são artes distintas, muito embora inseparáveis quase que dependentes uma da outra. Entretanto a moda, como já disse não se encerra no vestir, na costura. Moda é o efeito colateral das transformações da sociedade, dos seus costumes e seus comportamentos. Como nossas vidas, nossas culturas, nossas histórias 'as modas' são completamente heterogenias. Vive e convive em harmonia, não existindo a boa e a má, a bonita e a feia, ela existe, ela é ela e já basta.

As costureiras entrevistadas, cujo trabalho é informal e autônomo, com suas realidades e sonhos, deixam evidente que: a moda e a costura para elas são fatores de inclusão social desde que estejam residindo e com seus ateliês montados em outro local, fora do Bairro, uma vez que detêm uma mão de obra específica, de boa qualidade e excelente acabamento.

Elas se sentem excluídas, uma vez que suas clientes extra bairro não as procuram em suas casas ou ateliês, por receio, medo ou preconceito de entrarem no Bairro. Como citamos anteriormente, convivem constantemente com um contraste, um dilema. Costuram, customizam, reformam e consertam coisas de luxo, de bom gosto e que muitas vezes são caras, enquanto que no seu cotidiano o que existe é a pobreza, miséria, fome, necessidade, etc.

Elas carecem de tudo e um pouco mais. São pobres, se sentem desamparadas, expostas à própria sorte. As políticas públicas deixam muito a desejar. As costureiras precisam de espaços adequados e funcionais para trabalharem. Precisam de muitas dessas coisas e talvez até mais para que suas autoestimas cresçam e possam enfim colocar em prática seus sonhos, que como já dissemos, possuem muitos.

Vi com atenção o fato de a moda poder ser norteadora de muitos itens na nossa vida. A costura por sua vez é uma atividade simples, mas de difícil execução, requer bastante habilidade, paciência e prazer de quem a utiliza como profissão, e que juntas podem ser o viés para a inclusão social dessa categoria.

Duas propostas estão na ordem do dia. Uma visualiza a inclusão social através de uma economia solidária via cooperativismo, onde a meta é o fortalecimento do coletivo solidário, defendido e recomendado por Singer (2000).

Como exemplos de organizações em cooperativa que estão dando resultado concreto, lembro da Coopa-Roca, que fazem parte as costureiras moradoras da Favela da Rocinha e a Daspu, das prostitutas do Rio de Janeiro, entre tantas outras. O sistema em cooperativa é basicamente o de transformar o trabalho informal em formal e a pequena produção em média ou grande. Em um empreendimento como este, é necessário que haja confiança mútua e solidariedade irrestrita entre as participantes cooperadas. Acredito ser difícil, mas não impossível, agrupar em um único ambiente, trabalhadoras que atuam isoladamente e que acreditam competirem entre si, apesar de nem mesmo se conhecerem.

A outra, é uma proposta de inclusão social com a perspectiva de fortalecer individualmente o pequeno investidor capitalista Um programa que o Sebrae apresenta o Sebrae-empreendorismo. O Sebrae como parceiro é um exemplo do que está ocorrendo em Cuiabá, no Mato Grosso, onde um grupo de 50 costureiras integra o Programa de Capacitação das Costureiras. Elas estão descobrindo que seus trabalhos podem trazer mais renda e tirá-las da informalidade, com a criação de identidade para a produção em série e consequentemente, oferecerem preços mais competitivos apresentando maior visibilidade aos produtos.

Neste sentido, como proposta inicial, a gestão pública da Prefeitura Municipal de João Pessoa (Secretaria de Desenvolvimento Social – Diretoria de Economia Solidária), poderia proporcionar um espaço específico e adequado, com a função de agrupá-las em um ambiente próprio às necessidades do exercício da profissão, e que de preferência não estivesse distante fisicamente do Bairro, a fim de não dificultar as atividades domésticas básicas que são atribuídas às costureiras como donas-de-casa que são.

Como estratégia, parcerias com empresas privadas do setor têxtil, que permitisse a geração de novas oportunidades de trabalho e renda para essas profissionais.

São várias as estratégias, caminhos e modos que podem ser apresentados às costureiras do bairro São José para que elas possam abraçar, afim de que sejam reconhecidas profissionalmente como merecem e sonham. Organizadas, poderão se tornar muito mais eficientes, pois como já diz o velho ditado, '*a união faz a força*'.

Gostaria que as questões tratadas aqui provocassem discussões acerca das políticas públicas, da exclusão e inclusão social e também que esse trabalho pudesse contribuir para promover tanto reflexões e debates sobre estes temas como também fosse um canal para dar visibilidade a esse segmento de trabalhadoras, a fim de fomentar não só reflexões, mas ações por parte dos governos, principalmente na esfera municipal, em promover projetos que incluam (inclusão que não seja entendida como prêmio) estas mulheres, profissionais da costura, que aponte para resultados positivos.

Espero, com essa iniciativa, ter contribuído de alguma maneira para que outras pessoas se debrucem sobre os temas aqui abordados no intuito de que se aprofunde mais nas questões que por ventura ficaram sem respostas definitivas ou concretas.

Por fim, nunca é demais insistir, que depois deste estudo, continuo acreditando que a moda, assim como a costura podem se tornarem vieses para a inclusão social daquela classe de trabalhadoras costureiras do bairro de São José em João Pessoa na Paraíba – Brasil.

Figura 04. Peça de Fuxico feita pelas costureiras. (2007).

9. Referências

ABREU, Alice Rangel de Paiva (1986). *O avesso da moda – o trabalho a domicílio na indústria.* São Paulo, Hucitec.

BARTHES, Roland**.** (1967). *Sistemas da moda.* Trad. Maria de Santa Cruz. São Paulo, Edições 70.

BAUDOT, François. (1999). *Moda do século*. Trad. Maria Tereza de Resende Costa. São Paulo, Cosac & Naify.

BOSI, Ecléa. (1987). *Memória e sociedade: lembranças de velhos.* São Paulo, EDUSP.

BRITO, Vanessa. "Moda é ótima alternativa para geração de renda e cidadania". Disponível em http://asn.interjornal.com.br/noticia.kmf?noticia=2834316&canal=201, [consultado em 04-04-2007].

CARDOSO, Fábio. (2007). "Bairro vai ter moeda própria em JP". *Jornal Correio da Paraíba*, Caderno Economia, E5, Domingo, 22 de abril de 2007, João Pessoa, Paraíba.

CASTEL, Robert. (1997). **"**As armadilhas da exclusão e As transformações da questão social". In *Desigualdade e a questão social.* Org. Mariângela Belfiore-Wanderley e tal. São Paulo, EDUC.

CASTILHO, Kathia e GALVÃO, Diana. (2002). *A moda do corpo o corpo da moda*. São Paulo, Esfera.

CHAVES, Liana. (2007). *Moda e costura: "a casa e o botão" como viés para inclusão social*. Dissertação de Mestrado. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba.

CRANE, Diana. (2000). *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. São Paulo, Senac.

COMINI, Rita. "Costureiras ganham mercado e aumentam renda". Disponível em http://asn.interjornal.com.br/site/noticia.kmf?noticia=5302915&canal=200&total=477 [consultado em 31-10-2006].

DÓRIA, Carlos Alberto. "A 'língua do p' na moda". Disponível em http://pphp.uol.com.br/tropico/html/textos/2715,1.shl [consultado em 20-01-2007].

GONTIJO, Silvana. (1987), *80 anos de moda no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

LIMA, Marco Antonio Suassuna. (2004), *Morfologia urbana, qualidade de vida e ambiental em assentamentos espontâneos: o caso do bairro São José – João Pessoa – PB*. Dissertação de Mestrado. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba.

LIPOVETSKY, Gilles. (2004), *Os tempos hipermodernos*. Trad. Mário Vilela. São Paulo, Barcarolla.

LIPOVETSKY, Gilles. (2009), *O Império do efêmero: a moda e o seu destino nas sociedades modernas*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo, Companhia das Letras.

MANZATTI, Marcelo. "A moda da Rocinha ganha o mundo pelas tramas das artesãs da Coopa-Roca". Disponível em www.overmundo.com.br/blog/a-moda-da-rocinha-ganha-o-mundo-pelas-tramas-das-artesas-da-coopa-roca [consultado em 13-05-2007].

SINGER, Paul. (2000), O trabalho informal e a luta da classe operária. Mapa do trabalho informal. *Coleção Brasil Urgente* (publicação da CUT). São Paulo, Fundação Perseo Abramo.

VINCENT-RICARD, Françoise. (1987), *As espirais da moda.* Trad. Maria Inês Rolim. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Tupinambás de Olivença: demandas culturais que articulam políticas públicas e conhecimento acadêmico

Isadora Novaes Schefler Barbosa Costa
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal da Bahia
isadoraschefler@gmail.com

RESUMO
No Brasil, o processo de colonização foi responsável pela expulsão e massacre das populações indígenas. Esta é, também, a história do povo Tupinambá de Olivença – localizado no sul da Bahia, Brasil – objeto deste trabalho. Após anos de perseguição, seus descendentes, identificados como caboclos, esconderam-se nas matas, compelidos a esquecer sua história e seus costumes. Invisibilizados e desconsiderados como sujeito de direitos, somente a partir da Constituição Brasileira, em 1988, abrem-se perspectivas para organização e afirmação desses grupos. Atualmente, os Tupinambás vêm ampliando suas lutas por igualdade e reconhecimento, reivindicando projetos e programas governamentais que lhes garantam o acesso a recursos materiais e imateriais, notadamente informação, educação e tecnologias. Através de um estudo de caso da aldeia Abaeté, relata-se uma experiência que coloca em descoberto a necessidade de inovação do pensamento acadêmico para responder qual o papel dos pesquisadores e da academia no desenvolvimento de políticas públicas para esses novos sujeitos.
Palavras Chave: Movimento Indígena, legitimação indígena, pesquisa acadêmica, políticas públicas

INTRODUÇÃO

Ao longo da história brasileira, as populações indígenas brasileiras foram massacradas e expulsas de suas terras por colonizadores e exploradores. O povo Tupinambá de Olivença, objeto deste trabalho, reproduz essa história. Após anos de perseguição, seus descendentes, identificados como caboclos, foram compelidos a se esconder nas matas e obrigados a esquecer sua história e seus costumes. Na região Sul da Bahia, nas terras de Ilhéus e Olivença, a população local não indígena reconhece a presença dos descendentes indígenas, mas não como tal, denominando-os de caboclos. Numa clara rejeição à sua vinculação étnica, afirmam que esses indivíduos já não são índios, estão descaracterizados pela mistura com outras raças. Hoje, após superar a principal dificuldade que é assumir-se como índio, os Tupinambás estão buscando através de documentos, relatos e testemunhos vivos da história, reaprender a sua cultura e afirmar a sua identidade étnica. Organizados em grupos, lutam pelo seu território e pela reconstrução social do seu espaço.
Essa luta tornou-se mais evidente a partir da década de 1970, com as primeiras assembléias projetadas pelo Conselho Indigenista Missionário – CIMI e pelas lideranças indígenas, mas, principalmente, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que rompeu com o pensamento integracionista, promovido até então, assegurando aos povos indígenas manter sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, além de reconhecer o direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupavam.
Observa-se, nesse artigo, a importância do envolvimento acadêmico nas pesquisas e projetos junto às comunidades indígenas, a fim de contribuir na visibilidade e processo de legitimação das lutas étnicas e como incentivo à formulação e implementação de políticas públicas para esses novos sujeitos, sendo este o principal foco dessa reflexão.
Para fundamentar meu argumento, apresento os resultados do desenvolvimento de um trabalho, por mim realizado em 2009, junto aos índios Tupinambá da Aldeia Abaeté, no Distrito de Olivença, Município de Ilhéus, no Sul da Bahia, Nordeste do Brasil, que objetivou a criação de um projeto arquitetônico para o Centro de Convivência dessa aldeia. As reflexões sobre a articulação e contribuição da Academia na transformação social foram suscitadas no transcurso da elaboração deste projeto.

O projeto surge em meados de 2008, durante 7º Acampamento de Mulheres Rurais e Indígenas, evento que reuniu em Salvador, na capital do estado da Bahia, durante uma semana, mais de 1000 mulheres vindas de todo o interior do estado para a celebração das Comemorações do 1º de Março, Dia Internacional da Mulher. Neste evento, a Cacique Tupinambá, Ivonete Amaral, também conhecida como "Indiara", solicitou a uma das coordenadoras do evento[1], apoio na elaboração de um projeto arquitetônico visando proporcionar à tribo um espaço de encontro, troca e debates, aprendizagem e celebração da sua cultura.

A iminência da escolha de um tema para o Trabalho Final de Graduação, fez com que tal solicitação se mostrasse inteiramente oportuna à autora, visto que uniu a possibilidade de realização de um trabalho com base em uma demanda real, portanto, a chance de elaboração de um projeto com um objetivo social claramente definido – a construção de um equipamento que propiciasse integração e resgate da cultura Tupinambá – além da possibilidade de se contribuir na afirmação desse grupo étnico, colaborando no delineamento de um equipamento coletivo para uma comunidade rural, via política pública[2].

De forma a assegurar a participação dos integrantes da aldeia na definição de um projeto que sintetizasse o pensamento do grupo – projeto conceitual do grupo – foi necessário um período de convivência e consulta aos demandantes, do que resultou a definição da proposta de um Centro de Convivência Tupinambá, concebido não só como um espaço de debate, de ensino e aprendizagem da cultura Tupinambá – anulada durante anos – e como um espaço de promoção e qualificação social desses sujeitos, ignorados como objeto de políticas públicas. As discussões do grupo implicaram na definição dos usos e dimensões dos espaços, *layout*, e inclusive no uso de materiais sustentáveis da região, na construção do equipamento.

Nessa fase investigativa foram realizadas duas viagens, com duração de uma semana - em janeiro e em julho na região de Olivença[3], interior da Bahia, para colher dados da população, fazer o cadastro do terreno e coletar o maior número de informações possíveis sobre o local e sua história. Posteriormente, ao longo do ano de 2009, visando sistematizar o programa do projeto do Centro de Convivência Tupinambá, adequando-o e aproximando-o o máximo possível às necessidades e desejos dos indígenas, foram realizadas reuniões e contatos adicionais com lideranças da aldeia, notadamente com a Cacique Ivonete. O período de permanência na aldeia foi de fundamental importância, visto que a convivência propiciou o estabelecimento de laços de confiança com a população aldeada, a percepção do modo de vida e das necessidades locais, facilitando a concepção coletiva do projeto.

Com o objetivo de melhor compreender os processos de organização das tribos e construção de suas casas, foi realizado um estudo bibliográfico, visando comparar as diversas tribos existentes no Brasil. Nesta etapa do estudo, priorizou-se a busca por informações referentes à arquitetura indígena, forma de construção das ocas e dos principais materiais utilizados.

Tais informações foram fundamentais à realização da terceira etapa desse trabalho, que consistiu na adequação das técnicas encontradas na literatura às técnicas que são realmente utilizadas na região de Olivença, com o intuito de resgatar os método e formas da arquitetura dos ancestrais Tupinambás, levando-se ainda em consideração o desenvolvimento de uma arquitetura sustentável e projetada com materiais típicos e disponíveis a essa população do sul da Bahia.

No tocante ao resgate da identidade indígena, vale ainda registrar a revalorização da vida no meio rural, que consiste na sobrevivência através da agricultura, possibilitando o cultivo dos alimentos necessários para o consumo do dia a dia, além da comercialização e aquisição de outros produtos igualmente indispensáveis. Ao entrevistar um morador que vivia na Vila de Olivença, Ramos (2008:108) obteve a seguinte resposta: "*Tô ficando na roça, trabalhando direto. Pra retomar as tradições tem que ir pra roça... Tem que plantar mandioca*

---

1 Foi solicitado à socióloga Maria de Lourdes Novaes Schefler, pesquisadora associada do Núcleo de Estudos interdisciplinares sobre as Mulheres –NEIM, da Universidade Federal da Bahia que foi parceira do Movimento Sem Terra –MST, durante dez anos na realização desses encontros de mulheres na capital baiana.

2 O Projeto correspondeu ao meu Trabalho Final de Graduação- TFG do Curso de Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, e m 2009.

3 O distrito de Olivença, pertencente ao município de Ilhéus, está localizado no km 17 da rodovia BA 001, no sul do Estado da Bahia.

e fazer farinha. Viver das tradições". Assim, idealizam uma nova forma de vida sem agressões, entre si e entre a natureza e os indivíduos. Consideram que, diferentemente do que ocorre nos centros urbanos, conseguem sobreviver mais dignamente, conforme o depoimento dos próprios aldeados.
Além desse fato, pude igualmente reafirmar nessa pesquisa que uma das principais conseqüências positivas desse processo de retomada e valorização da identidade indígena – também presentes em outras regiões do estado e do País – é que os índios que antes foram morar nas cidades em busca de emprego e uma melhor qualidade de vida, muitos dos quais encontravam-se desempregados e vivendo tão miseravelmente quanto antigamente, agora estão retornando ao meio rural para trabalhar novamente com o seu povo na agricultura. Os próprios filhos e alguns parentes da cacique Ivonete "Indiara", que viviam em São Paulo, estão de volta, com a iminência da conquista da terra Tupinambá. Enfim, "*nós agora temos um lugar nosso, onde podemos cultivar e produzir para a sobreviver com a família e com dignidad*e", enfatiza a cacique.
O texto está estruturado em quatro seções, além dessa introdução e das considerações finais. Inicio com uma breve contextualização do povo Tupinambá. A seguir, situo os conflitos atuais, destacando as disputas e restrições sociais impostas pelo poder regional ao povo Tupinambá. Na seção seguinte apresento o estudo de caso, detalhando o projeto "Casa Tupinambá - Centro de Convivência Indígena" e, na seqüência, reflito sobre a articulação e contribuição da Academia na transformação social, seguindo-se as considerações finais.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL

> Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988).

Em 1988, a promulgação da Constituição Brasileira foi um importante avanço no reconhecimento do direito dos povos indígenas, assegurando, em lei, manter sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, além de reconhecer o direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Essas conquistas foram possíveis através da coalizão do movimento indígena e do movimento de apoio aos índios que pressionaram a sociedade para assegurar esse reconhecimento, participando das discussões dos temas correlatos e assessorando os parlamentares na elaboração de propostas e emendas.

Observa-se neste artigo da constituição, um rompimento da tradição brasileira de tentar integrar os povos indígenas à sociedade. Esse pensamento integracionista sempre buscou misturar os índios à comunhão nacional, desqualificando sua cultura e categorizando-os como uma categoria transitória que possivelmente poderia desaparecer.

A Fundação Nacional do Índio - FUNAI afirma em sua página virtual (2014) que:

> Até os anos 1970, a demarcação das terras indígenas, amparada na Lei 6001/73 (Estatuto do Índio) pautava-se pelo modelo da sociedade dominante, qual seja, a moradia fixa associada exclusivamente ao trabalho agrícola, desconsiderando que a subsistência de vários povos baseia-se na caça, na pesca e na coleta, atividades que exigem extensões mais amplas que o contorno imediato das aldeias. Desse modo, a perspectiva etnocêntrica e assimilacionista vigorou na tradição do direito até 1988, quando, devido à luta do movimento indígena e de amplos setores da sociedade civil, em meio ao processo de redemocratização do país, foi sancionado na nova Constituição o princípio da diversidade cultural como valor a ser respeitado e promovido, superando-se definitivamente o paradigma da assimilação e a figura da tutela dos povos indígenas.

França (2009:9) observa que "os índios e suas organizações passaram de objeto de direito para serem sujeitos de direito, fato que abriu caminho para que o índio interferisse, defendesse e reivindicasse seus próprios interesses e direitos". O autor também afirma que, "com a aprovação do novo texto constitucional, os índios não só deixaram de ser considerados uma espécie em vias de extinção, como passaram a ter garantido o direito a diferença cultural, isto é, o direito de ser índio e de permanecer como tal".

O movimento indígena surge a partir da década de 1970, com as primeiras assembléias projetadas pelo Conselho Indigenista Missionário – CIMI e pelas lideranças indígenas, buscando a criação de uma identidade nacional coletiva e sua organização. Silva (1999:95) destaca "a terra como o grande elemento mobilizador e aglutinador das lutas e dos movimentos dos povos indígenas", (...) "as assembléias indígenas, reunindo diferentes povos, como um dos mecanismos mais eficazes para ampliar a solidariedade inter-étnica e solidificar os movimentos e organizações indígenas" e "a criação de entidades de apoio à causa indígena, na sociedade civil, que desencadearam um processo de reflexão crítica sobre o processo colonialista de quinhentos anos, visando a apoiar diretamente esses povos em suas lutas."

Esses fatores, ainda segundo Silva (2009:96) foram fundamentais para expor a questão indígena como uma questão nacional e, desta forma, recolocá-la na pauta das grandes questões — nacionais e internacionais, além de para promover mudança no olhar da sociedade brasileira sobre os povos indígenas.

Em 19 de dezembro de 1973 foi promulgada a Lei 6001, denominada de *Estatuto do Índio*, que regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmonicamente, à comunhão nacional.

> Parágrafo único. Aos índios e às comunidades indígenas se estende a proteção das leis do País, nos mesmos termos em que se aplicam os demais brasileiros, resguardados os usos, costumes e tradições indígenas, bem como as condições peculiares reconhecidas nesta Lei. (Lei 6001, Estatuto do índio, 1973)

De forma inédita, os indígenas passaram a ser protegidos por lei específica, ainda que existam críticas à ênfase e à integração dos indígenas à comunhão nacional. Mais tarde, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que busca romper com o integracionismo e valorizar a multiculturalidade, o Estatuto do Índio, de 1973, passou a ser incompatível com a nova Carta Magna.

Contudo, as tentativas de descaracterização e desqualificação dos grupos indígenas, objetivando acabar com o direito histórico dos índios vêm desde a colonização. Em 1978, durante a ditadura militar, o governo propôs um decreto de emancipação dos índios, que, entre outros fatores, considerava como extintos os povos indígenas do nordeste e buscava transferir outros tantos para distantes regiões a fim de liberar as terras para a implantação de grandes projetos rodoviários, pecuários, hidroelétricos.

França (2009:10) narra que dois anos após a o decreto, o presidente da FUNAI em exercício queria modificar o Estatuto do Índio (Lei 6001) a fim de eliminar alguns grupos indígenas e, com isso, acabar com o direito histórico que eles possuem sobre as terras. Esses grupos deveriam ser excluídos, pois estavam descaracterizados como índios ou extintos. Nesse aspecto, o estatuto do índio peca mais uma vez, ao não explicitar os descendentes de índios como detentores dos mesmos direitos de posse de terra e seu reconhecimento como povo indígena.

Observa-se, por meio do trabalho de Mejía Lara (2012:13), que houve um respaldo para esse pensamento, quando o autor afirma observa que na literatura existente, "os trabalhos antropológicos e etnológicos tinham feito, em um primeiro momento, um jogo de invisibilização ao definir a Amazônia como o lugar dos 'mais' índios, afastados e até sem contato com a sociedade ocidental e o Nordeste como o local dos 'remanescentes' dos índios genéricos, que se tornavam camponeses ao se misturar até sua desaparição".

Em sua dissertação, Mejía Lara (2012) busca entender essa caracterização antropológica de índios e caboclos, utilizando-se do mesmo objeto de estudo desse artigo: os Tupinambá de Olivença[4]. Fundada em 1758, Vila Nova de Olivença, antigo aldeamento de Nossa Senhora da Escada, era habitada prioritariamente por índios – oficialmente chamados de índios civilizados, "uma transformação qualitativa na direção de sua "domesticação" (p.42). No entanto, esses índios pouco participavam da vida pública e política de Ilhéus, apenas destacando-se algumas famílias que ascenderam socialmente negando suas origens indígenas. Um desses caboclos foi Manuel Nonato, conhecido pela Hecatombe de Olivença[5], em 1903, conseqüência de um conflito eleitoral pela disputa da Intendência de Olivença. Esse evento marcou drasticamente os conflitos sociais na região. Os índios ficaram conhecidos bárbaros e selvagens, sofrendo forte discriminação por parte da população.

Couto (2003:62) afirma que muitos índios, pressionados pelas constantes perseguições, fugiam para a porção mais interior da localidade onde, à época, só haviam pequenas roças. Aos poucos, a Vila de Olivença ficaria quase que totalmente despovoada dos moradores índios que se viam compelidos, ora pela pressão econômica do estrato dominante, que a cada dia fazia prevalecer os seus interesses, ora pelo receio de represálias por parte das volantes que estavam no encalço do caboclo Marcelino[6], a procurar outros lugares para viver.

O termo "índio" foi constantemente rechaçado pelos próprios descendentes que preferiam ser chamados de caboclos por vergonha de assumir-se como tais ou medo de represália. Ao longo das ultimas décadas, eles se espalharam pelas cidades ou mantiveram-se isolados nas matas no interior de Olivença, buscando anonimato e trabalhando como agricultores, fato que pode ser entendido como uma estratégia de sobrevivência, aceitação e social, conforme analisado mais adiante.

Mejía Lara (2012:4) afirma que a "condição de diáspora e atomização foi um dos catalisadores da luta pelo reconhecimento da população local como indígenas, que teve início na década de 1980".

Hoje, conhecidos como "Caboclos" de Olivença, os Tupinambá contam em seus relatos que sua principal dificuldade foi assumir-se como índios e se descrevem como "índios civilizados" e reivindicam a sua identidade e território indígena. Schefler (2009:6) afirma que:

> "identificando-se como 'índios misturados', este povo atualmente integra-se ao intenso processo de re-elaboração cultural e de reafirmação étnica que tem lugar no país, após a Constituição de 1988, fato marcante nos caminhos que levaram ao ressurgimento dos povos indígenas brasileiros. Seguindo as pegadas de outros irmãos baianos, a exemplo dos Pataxós e Pataxó Há-hã-hãe, os caboclos de Olivença, reaparecem tomando o caminho de volta e assombrando a região. Ressurgem sob as marcas e cicatrizes desencavadas dos caminhos que pretendiam a sua extinção, marcas estas que movem e alimentam a sua luta, assumindo significados étnico e histórico-regionais".

A partir de 2000, os Tupinambá, através de um contínuo processo de organização e articulação política, tem buscado afirmar e fortalecer a sua identidade étnica. Nos últimos três anos, os Tupinambá de Olivença vêm empreendendo uma árdua luta pela recuperação de suas terras, promovendo ocupações de latifúndios impro-

---

4 Couto (2003:4) afirma que os Tupinambá são referidos pelos cronistas e viajantes por seus feitos guerreiros e rituais de antropofagia e são tidos como extintos desde o século XVII. Trata-se dos primeiros indígenas a manterem contato com as populações européias, tendo sido, portanto, as primeiras vítimas dos massacres, doenças e exploração que seriam infligidos, indiscriminadamente, pelos colonizadores, aos grupos indígenas das terras baixas sul-americanas.

5 Chacina liderada por Manuel Nonato e executada por índios de Olivença, que teve como pano de fundo uma questão étnica e fundiária. (COUTO, 2008)

6 Índio que durante o final da década de vinte e início da de trinta do século XX teve ação destacada na tentativa de impedir o domínio dos "brancos" sobre Olivença e liderou uma revolta entre os índios/ caboclos na região. Considerado herói da cultura Tupinambá.

dutivos na região, em um processo conhecido como "retomada". Mas os frutos dessa longa luta já se fazem sentir. Em 2002, os Tupinambá de Olivença são reconhecidos como índios e, finalmente, em 2009, obtém o reconhecendo do seu direito territorial[7].

O contexto etnográfico onde se inscreve a área do estudo é a região Sul da Bahia, situada a cerca de 500 km de Salvador, capital do estado, onde vivem os "Tupinambá de Olivença", entre os municípios de Ilhéus, Buerarema e Una, numa região preservada de Mata Atlântica, onde vivem prioritariamente da agricultura. Vivendo dispersos do aldeamento e negados como índios, os Tupinambá de Olivença permaneceram invisíveis durante quatro séculos para, enfim, ressurgirem misteriosamente das matas que se escondem entre esses municípios. Sempre em número crescente, sua população, conforme a FUNAI, já se aproxima de 5.000 índios, distribuídos em 23 aldeias ou povoamentos.

Quanto aos dados demográficos do distrito de Olivença, Viegas (2007) apresenta um quadro, no qual compara os números obtidos pela Fundação Nacional de Saúde FUNASA e os dados coletados pela própria autora (Fig.01)

CENSO DA POPULAÇÃO TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

Localidades	*Censo Funasa (SIASI)*	*Levantamento em Trabalho de Campo (LTC)*	*Áreas do território*	*Totais por área (LTC)*
Vila	676	–	Vila	676
Campo de São Pedro, Curupitanga	99	124	Área da Piaçaba	675
Pixixica, Cururutinga, Serra Negra	122	132		
Acuípe do Meio I, Acuípe do Meio II, Acuípe de Cima	277	210		
Águas de Olivença, Acuípe de Baixo, Maruim, Lagoa Mabaço	424	201		
Cururupe, Porto da Lancha	–	8		
Sapucaeira I, Sapucaeira II, Gravatá	482	364	Área da Mandioca	594
Santana, Santaninha	309	230		
Serra do Serrote, Serra das Trempes I, Serra das Trempes II, Maruim	271	175	Área das Serras	255 ou 581 (Censo Funasa)
Serra do Padeiro	310	80		
TOTAL	2970	2200		2200 ou 2526

Figura 1 - Fig.23- Dados demográficos do Distrito de Olivença. In: Viegas (2007:36).

7 No Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2009, foi publicado o resumo do relatório de demarcação da antiga aldeia de Nossa Senhora da Escada em Olivença, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), uma área de 47.000 destas terras para os índios de Olivença.

Percebe-se que, na época do estudo, em 1998, o número total de índios na região era de aproximadamente 2.500 pessoas. Hoje, após o reconhecimento étnico e a demarcação das terras, a FUNAI contabiliza quase 5.000 inscritos. O crescimento e fortalecimento da luta trouxe índios e aparentados (esposas e maridos de indígenas, denominados agregados), que antes viviam dispersos sem identidade em várias localidades e que agora vivem juntos, alimentados por um sentido de pertencimento étnico.
Todos possuem, ao menos, uma pequena roça mediante a qual asseguram a subsistência dos grupos domésticos, só precisando adquirir, no mercado regional, gêneros como café, açúcar, e carne de boi, o que ocorre na maior parte das vezes com recursos provenientes da venda da farinha e, mais recentemente, com a venda do artesanato por eles produzido. (COUTO, 2003:24). Sobre a aparente desorganização dos grupos, sua aparente recusa à identidade indígena e sua dispersão no contexto regional, a autora explica que se constituem, em geral, estratégias ditadas pelas circunstâncias que se alteram na medida em que as conjunturas se tornam menos desfavoráveis e a reivindicação de uma identidade diferenciada da regional se torna possível, face ao que a população dispersa tende a retornar à terra de origem e o sentimento de unidade étnica é reconstruído.

Couto (2003:20) ainda assinala que:

> "...[ ] se o *boom* tupinambá, a partir do ano 2000, pode parecer estranho ou mesmo suspeito para o observador leigo, é perfeitamente compreensível para o antropólogo, e, particularmente, para o que já tem alguma experiência com os processos de ressurgimento e revitalização étnicos contemporâneos".

Analisando os avanços do processo de reconhecimento e legitimação institucional dos indígenas brasileiros, a autora completa:

> [...] Os eventos comemorativos aos 500 anos de descobrimento, em 2000, colaboraram, decisivamente, para a criação de um contexto político favorável ao reconhecimento étnico reivindicado pelo grupo emergente ao Estado brasileiro e para a visibilidade do seu processo de revitalização. (2003: 21)

TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA: CONFLITOS ATUAIS

Apesar do processo de demarcação ter sido oficializado, os Tupinambá têm sofrido ameaças dos fazendeiros, ocasionando uma série de conflitos e revoltas. Os grandes fazendeiros da região vêm cooptando os pequenos agricultores e organizando uma forte resistência à demarcação, a despeito de ter sido aprovada pela FUNAI. Embora esclarecido pela própria FUNAI e pela comissão de caciques que os pequenos não serão prejudicados com a demarcação, já que não perderão sua condição de posseiros e seus meios de sustento, estes relutam em não reconhecer o direito indígena à terra. Argumentam ainda, que não há evidências comprobatórias na literatura da existência Tupinambá na região[8]. Nesse caso, percebe-se que os pequenos agricultores incitados contra os indígenas, vem sendo manipulados e servindo como inocentes úteis, ao ignorar que estão sendo envolvidos em uma disputa de poder entre os índios e os grandes fazendeiros.
A esse respeito, vale retomar o exemplo já citado na carta de Pero Vaz, onde a existência de índios na região foi diversas vezes registrada[9]. Tal presença é reafirmada em um trecho de Abreu (1907:18) ao relatar os feitos Tupinambá:

---

8 A exemplo do documento Exposição de Argumentos para Contestação do Relatório da FUNAI emitido pelo DOU de 20/04/2009, solicitando às autoridades constituídas, notadamente o Sr. Presidente da FUNAI, a nulidade do Relatório de Demarcação emitido pela mesma, constante do Processo nº 08620.001523/2008, Ilhéus, 2009. Disponível em: http://www.r2cpress.com.br/system/ files/carta+funai.doc.

9 Os dados demográficos acerca dos Tupinambá do século XVI demonstram o elevado contingente demográfico desse povo por ocasião da chegada dos portugueses. Florestan Fernandes registra uma média aproximada de 650, 750 ou 850 indivíduos por maloca (FERNANDES, 1948:63).

> Desde a Paraíba ao Norte até S. Vicente ao Sul, o litoral estava ocupado por povos falando a mesma língua, procedentes da mesma origem, tendo os mesmos costumes, porém profundamente divididos por ódios inconciliáveis em dois grupos; a si próprio um chamava Tupiniquim, e outro Tupinambá. A migração dos Tupiniquins fora a mais antiga; em diversos pontos os Tupinambás já os tinham repelido para o sertão, como no Rio de Janeiro, na baía de Todos-os-Santos, ao Norte de Pernambuco; em parte de S. Paulo, em Porto Seguro e Ilhéus, nas proximidades de Olinda; na serra de Ibiapaba havia, entretanto, Tupiniquins habitadores do litoral.

Encontra-se também em Marcis (2005:8) quando assinala que:

> [...] a vila Nova de Olivença foi criada por Carta Régia em 1758, com sede administrativa instalada na Igreja de Nossa Senhora da Escada. A vila foi caracterizada pelas autoridades provinciais e locais como indígena, justificada pela antiga condição de aldeamento e pelo fato de a maioria dos moradores serem descendentes dos indígenas.

A argumentação contrária a existência dos povos Tupinambá se apóia no fato destes não contarem com uma literatura própria. Ramos (2008:59) afirma que "as comunidades indígenas na região, de tradição oral, não possuem registros escritos próprios, com exceção de uma recente publicação[10]". Ilustrando bem este fato, menciona-se Couto (2003:18) quando cita em sua dissertação as palavras da cacique Valdelice da tribo Itapoã - que demonstram essa preocupação "O maior documento que a gente tem são os mais velho".

Com isso, conclui-se que não há argumentação capaz de se contrapor às evidências que sustentam o movimento Tupinambá na região. Inclusive, no Resumo do Relatório Circunstanciado de delimitação da Terra Indígena Tupinambá, a Fundação Nacional do Índio FUNAI reconhece a legitimidade da Tribo Tupinambá de Olivença, bem como a propriedade de suas terras na região.

O ESTUDO DE CASO: O PROJETO "CASA TUPINAMBÁ - CENTRO DE CONVIVÊNCIA INDÍGENA"

Com base nas pesquisas bibliográficas e visitas de campo, em 2009, foi desenvolvido um projeto participativo de um Centro de Convivência a pedido da Cacique Ivonete da aldeia Abaeté para a comunidade Tupinambá de Olivença.

Além do estudo histórico e atual da organização política e social, para desenvolvimento desse projeto, foram pesquisados principais elementos dessa organização espacial: a casa, a cozinha, o quintal, a roça e os caminhos.

Observou-se que a região mais ocupada pelos Tupinambá localiza-se em Sapucaeira, onde situam-se as casas mais antigas e, hoje, a Escola Estadual Indígena Tupinambá. Esta região está localizada entre os rios Acuípe e Sapucaeira, e os caminhos entre esta comunidade e as outras é de chão de terra batida.

---

10 Trata-se do livro Índio na visão dos índios: Tupinambá, parte de a uma série publicada pela ONG Thydêwá em 2003 e apoiada pela UNESCO. Outra publicação posterior a citação de RAMOS (2008) é a Memória viva dos Tupinambá de Olivença: relembrar é reviver, é afirmar-se ser, organizado pelos professores Tupinambá de Olivença. A despeito da escassa produção nativa, a literatura Tupinambá foi alimentada por importantes estudos, entre os quais: FERNANDES (1948), CARVALHO (1977), PARAÍSO (1982), MOTT (1988), VIEGAS (2007), COUTO (2003), MARCIS (2004), MACÊDO (2007), RAMOS (2008).

Em toda a área Tupinambá, apesar da delimitação oficializada pela FUNAI, ainda encontram-se latifúndios improdutivos e enormes fazendas de cacau, piaçava e coco. Poucos são os indígenas que moram em fazendas. Os índios, em geral, vivem em um tipo de organização espacial que Viegas (2007:76) chamou de "Unidade Compósita de Residência". Essa UCR é comumente chamada pelos moradores locais de "lugar". Cada "lugar" é composto por diversas casas que mantêm relações de dependência e independência. As casas distam de 50 a 200 metros umas das outras e são interligadas por caminhos construídos através dos passos das pessoas que os utilizam.

Apesar destes "lugares" representarem uma unidade, nem sempre são formados por núcleos familiares aparentados. Podem ser compostos por famílias sem nenhum grau de parentesco, que são apenas vizinhos.

As casas nas Unidades Compósitas de Residência são construídas de taipa de mão e possuem o chão de terra batida. Apesar de possuírem divisórias internas, estas não chegam ao teto, permitindo que os ruídos e conversas circulem por todos os cômodos das casas. Os adultos geralmente dormem no chão em esteiras, enquanto os bebês dormem em redes presas aos esteios da casa.

A planta da edificação é bem simples: de formato retangular, tem um corredor lateral ligando os quartos e que serve de passagem entre a porta da frente e a porta do fundo. Dentro da casa, há somente os quartos e um corredor estreito que mal cabe um banco para se sentar.

Embora exista a facilidade na obtenção de fibra de piaçava devido ao abundante cultivo na região, a cobertura dessas construções é, em sua maioria, em fibrocimento material valorizado pelos habitantes locais por ser duradouro e mais barato em relação à telha cerâmica.

Observou-se que as casas de taipa são construídas sem qualquer cuidado com a técnica. Normalmente não são feitas fundações para proteger a madeira e o barro da umidade do solo; os beirais não possuem um comprimento adequado para proteger as paredes das chuvas; e não há um acabamento nas paredes, fundamental para tapar os buracos que ficam entre o barro e a estrutura de madeira e proteger a habitação de insetos e roedores. Anexa à casa, está localizada a cozinha, espaço que assemelha-se a uma varanda e possui um fogão de barro, constituindo o ambiente social do morador da casa, onde faz as refeições e também recebe as visitas.

Próximo ao espaço do "fogo", ainda no fundo da casa, está localizado o quintal. Este espaço é indissociável da casa tupinambá em Olivença onde as mulheres plantam flores, ervas com fins medicinais, para chás e banhos de folhas, temperos para cozinha e fruteiras.

Concluiu-se, portanto, que a casa é um complexo formado de edifício, fogo e quintal, onde os três ambientes significam espaço privado, social e de subsistência, respectivamente, da habitação. Cada casa, embora todas sejam bem parecidas fisicamente, possui características relacionadas aos seus donos, o que lhes confere singularidade.

Pouco distante do quintal, trilhando pelos "caminhos" localiza-se a roça, em sua maioria de mandioca. Na região, o plantio de mandioca e a produção de farinha é a principal fonte de renda dos índios agricultores.

Durante a produção, a atividade de "raspar a mandioca" é considerada um momento de socialização entre os membros de um "lugar". Na época do estudo de Viegas, ainda não havia sido construída a casa de farinha em Santana, o que tornava difícil o processamento do produto, pois era necessário ir torrar a farinha em fazendas a um custo elevado para as famílias.

De acordo com a cacique Ivonete, a construção de pelo menos uma casa de farinha em cada comunidade traria benefícios para a população indígena de Olivença que, geralmente, precisa deslocar-se léguas e léguas, com

auxílio de um jumento ou mula, transportando a mandioca a ser torrada nas casas de farinha disponíveis nas fazendas. Visto que os indígenas pretendem incrementar a produção e a comercialização da farinha, inclusive criando uma marca indígena própria, a proximidade e a gratuidade de casas de farinha comunitária, próximas às aldeias, trariam mais renda e, conseqüentemente melhor qualidade de vida às famílias. Conforme depoimento do Professor Katu, da Aldeia Abaeté "*Nossa farinha não chega pra quem quer; temos uma farinha de excelente qualidade, muito elogiada, mas ela é toda comercializada por atravessadores de Buerarema que a vendem embalada como a famosa 'farinha de Buerarema', e ninguém sabe que nós é que fazemos*".

Da mesma forma que as casas de farinha, as escolas da região ficam muito distantes das comunidades. Atualmente, existem três unidades de ensino, além da escola municipal na vila de Olivença: a escola municipal na Rua dos Crentes, em Sapucaeira, que oferece merenda e material escolar; a financiada pela organização não governamental "Coletivo de alfabetização Popular da Região Cacaueira", que não possui o mínimo de estrutura; e a Escola Estadual Indígena Tupinambá, inaugurada em 2006, que atende a maior parte das crianças que frequentam escola na região.

Observou-se que, por não ter condições de enviar e manter seus filhos em escolas, as famílias preferem deixar as crianças e jovens ajudando nas atividades da roça. Este fato poderia ser modificado através da criação de outras escolas e centros de treinamento, onde as crianças, além de aprender a ler e escrever teriam aulas e oficinas sobre técnicas agrícolas, artesanato indígena, entre outros, como parte de uma formação que levasse à melhoria da renda familiar.

A aldeia de Abaeté, por exemplo, está localizada a 14 km da Escola Estadual Indígena Tupinambá e a 32km da Vila de Olivença. Para os moradores deste local, ir a escola torna-se um transtorno, mesmo com todo trabalho de conscientização da importância da educação que vem fazendo a cacique Ivonete. A representante Tupinambá também tem incentivado a organização de mulheres em sua aldeia, reunindo-se periodicamente com estas para discutir e encaminhar questões de interesse específico das mulheres e está empenhada em formar o Conselho de Idosos Tupinambá, além de ter sido uma das mentoras da criação do Conselho de Caciques Tupinambá.

A aldeia (que se constitui uma retomada[11]), situada na fazenda Santana, hoje desapropriada, possui cinco casas para abrigar 06 famílias. A antiga casa grande funciona como sede e abriga os índios que vêm da vila de Olivença, de Ilhéus e de toda região de Santana e Santaninha para reuniões e encontros. As duas barcaças de cacau transformaram-se em casa para 03 famílias (uma das barcaças tem dois andares). Duas casas de taipa foram construídas (ao modo da região) e uma terceira, que antes funcionava como depósito, foi adaptada para abrigar a sexta família. As demais famílias da aldeia moram em casas próximas a retomada.

Atualmente, os moradores vêm trabalhando em mutirões para limpeza do terreno, mantêm uma roça comunitária de mandioca e uma horta de verdura, hortaliças e ervas medicinais. Também plantam feijão, milho, andu e mangalô. De tempos em tempos colhem cacau dos pés procedentes da antiga fazenda e vendem para obtenção de recursos para melhorias da comunidade. Presentemente, o principal projeto do grupo é a construção de novas casas para outros moradores que decidiram retornar ao campo.
Concluiu-se que a região é bastante pobre e carece de incentivos e programas governamentais para desenvolver-se e melhorar a qualidade de vida dos habitantes. Sua forma de organização espacial, embora bem distante das antigas aldeias tupinambás, caracterizam-se como tais, formando grupos de casas que se relacionam, ainda que sejam independentes. O uso de materiais sustentáveis como madeira e barro na construção das casas, apesar de não caracterizar uma consciência ecológica considerando-se a utilização indiscriminada de telhas de fibrocimento, e o fato de que muitos prefeririam ter suas casas de tijolos se tivessem como pagar é uma importante característica do lugar.

11 Ocupações de latifúndios improdutivos na região e povoadas por famílias indígenas de agricultores rurais.

Acredita-se na necessidade de capacitação dos moradores para que estes percebam as vantagens da construção de casas com materiais ecológicos e técnica da taipa de pilão, de forma a deixar a casa segura e durável. Além disso, um trabalho de conscientização ecológica seria importante para mostrar aos indígenas o valor cultural e ambiental do uso de piaçava nas coberturas de suas casas.

Por fim, como afirmado anteriormente, a criação de novas escolas secundárias e técnicas, voltadas para a população indígena, traria aos habitantes do local um meio de aprendizado de sua cultura e formas de sobrevivência através desta.

A partir dessa análise *in loco*, buscou-se desenvolver o projeto do Centro de Convivência tendo premissa a construção de um equipamento educacional, recreativo e de valorização e manutenção da cultura tupinambá, seguindo o programa de usos proposto pela comunidade de aldeia Abaeté.

O projeto Casa Tupinambá Centro de Convivência Indígena previu salas de aula, um refeitório, dormitórios para receber as constantes visitas de grupos de pesquisa das Universidades, CIMI e FUNAI, por exemplo, e tribos vizinhas que vêm se reunir com os Tupinambá de Santana e de Olivença, além de um ambulatório atendimento alopático, oferecido pela FUNASA (serviço médico e dentista) e Casa da Pajé, onde os moradores da região poderão procurar por fitoterapia, tratamento através de plantas e chás, aprendido e repassado através dos anciões descendentes de indígenas. Neste edifício prevê-se também um laboratório para fabricações de "garrafadas" e outros medicamentos artesanais (caseiros), coordenados pela Pajé.

O projeto apresentado na Universidade foi aprovado pela banca examinadora na Faculdade de Arquitetura, com presença de índios tupinambá e da cacique da Aldeia Abaeté, e, em seguida, entregue a comunidade para solicitação de financiamento para construção, através da Companhia de Desenvolvimento Regional da Bahia – CAR, empresa pública então vinculada à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia. O processo ainda encontra-se em trâmite, dependendo de uma ação organizado do grupo indígena, no sentido de exercer pressão política pra implementação do seu projeto.

A ARTICULAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DA ACADEMIA NA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Durante todo o ano de desenvolvimento do projeto e, através do material bibliográfico consultado para conhecimento e execução do centro de convivência, foi possível perceber a importância do envolvimento da academia no processo de reconhecimento e valorização da cultura indígena. Através de pesquisas, teses, dissertações e trabalhos acadêmicos, a problemática dos índios torna-se tema recorrente nos debates públicos, respaldando e instrumentalizando as tribos e todo movimento indígena, do ponto de vista teórico, metodológico e técnico para que pressionem e ampliem o seu acesso às políticas públicas para suas comunidades.

No objeto de estudo em questão, os trabalhos realizados por FERNANDES (1948), CARVALHO (1977), PARAÍSO (1982), MOTT (1988), VIEGAS (2007), COUTO (2003), MARCIS (2004), MACÊDO (2007), RAMOS (2008), MEJÍA LARA (2012), SCHEFLER (2009), entre outros, contribuíram com subsídios para o entendimento do contexto histórico, social e geográfico dos índios Tupinambá de Olivença. Esses trabalhos possibilitaram entender a história, os conflitos fundiários, a desvalorização e negação da cultura indígena e a legitimidade das retomadas e atuais conflitos da região. Além disso, proporcionaram embasamento para o processo de demarcação do território Tupinambá, em 2009.

Mejía Lara (2012; 12,13), por exemplo, afirma que buscava, em sua dissertação:

> "compreender a construção indígena da indianidade, evidenciando não só para os índios, mas para todos os envolvidos, as tensões, os diálogos, os enfrentamentos e as

> negociações quanto ao lugar dos índios nas relações sociais, culturais, políticas, históricas, étnicas, identitárias". (...) "Sua desaparição na miscigenação, mas também por se tratar de coletivos questionados a respeito de sua indianidade, em função do contraste com os "verdadeiros" índios da região amazônica".

Entende-se que a implementação de um projeto para sujeitos que guardam essa especificidade étnica, requer que se compreenda as relações sociais, culturais, políticas, históricas, e identitárias do grupo, de forma a se contribuir efetivamente no resgate e reaprendizado de sua cultura e na promoção de formas de sobrevivência, além de fortalecer sua organização política e social.

Conforme Silva (1999: 99),

> "[...] é preciso, pois, avançar na direção da construção de mecanismos e canais de diálogo igualitário, de participação e decisão indígena em tudo que lhe diz respeito, na transparência e justiça com relação aos recursos e projetos, enfim, em uma relação intercultural de respeito, autonomia e diplomacia. Prevalecem as velhas e viciadas práticas paternalistas (ou assistencialistas), dominadoras e discriminadoras da vida e das culturas indígenas. Lamentavelmente, são raras as exceções em que tenham havido avanços significativos na construção de novas relações".

O estudo em pauta não só reafirma as observações como endossa as indicações acima sugeridas, ao tempo em que chama a atenção para a importância dos canais de produção e disseminação de conhecimentos, com destaque para a academia, considerando como seu principal objetivo, a transformação social. Durante a realização do trabalho pode-se constatar a existência de escassos estudos e pesquisas no campo arquitetônico, visando agregar tecnologias construtivas que apreendam e considerem os traços culturais e os modos de vida desses novos sujeitos políticos[12].

Por certo, os indígenas, constituem-se um grupo ainda recente no cenário dos movimentos sociais que demandam políticas públicas e, conseqüentemente, como demandantes de serviços e conhecimentos científicos especializados. Dessa forma, causa ainda estranheza, flagrar indígenas solicitando à academia um projeto de arquitetura, fato que como tive a oportunidade de presenciar, por ocasião da apresentação do TFG à banca, com a presença dos verdadeiros donos do projeto. Outro fato sintomático desse estranhamento foi o questionamento a mim dirigido por uma conceituada professora da FAU: "*Prá que índio quer projeto de arquitetura*?" Esses entre outros fatos não apresentados nos limites desse trabalho são reveladores do distanciamento entre os espaços convencionais de produção de conhecimento – as universidades e os centros de pesquisa – e os movimentos sociais, espaços em geral vinculados ao que Boaventura de Souza Santos, referido por Souza Junior apud Santos & Chauí (2013:12) designa como "monocultura do saber científico que suprime, marginaliza e desacredita outros saberes socialmente constituídos". Ante os limites de concretização dos saberes emancipatórios, o referido autor vê tais espaços como passíveis de um certo esgotamento.

A metodologia utilizada nesse trabalho se aproxima e condiz com o que Boaventura de Souza Santos define como um projeto popular de universidade, que tem como objetivo ultrapassar a distinção entre teoria e prática, e superar a distinção entre ensinar e aprender, sempre com a finalidade de aumentar a eficácia das ações transformadoras, impulsionadas por estratégias dos movimentos coletivos, orientados por direções emancipatórias de mudança social. Observe-se que nesse estudo, o projeto, tal qual foi concebido, partiu do principio da

---

12 São raros os projetos que valorizam o modo de vida indígena, a exemplo, dos projetos realizados recentemente na região de Olivença pelo governo estadual, a exemplo da escola indígena de Sapucaeira trouxeram para os Tupinambá reconhecimento e legitimidade da cultura indígena, afirmando-os constitucionalmente como sujeitos de direitos, proprietários da terra e agricultores.

organização espacial das aldeias brasileiras – concepção que utiliza o formato circular, denotando uma sociedade igualitária, característica esta, presente na organização da retomada dos Tupinambá. O uso de materiais sustentáveis como madeira, barro e piaçava na construção das casas é outro dos principais pontos norteadores do projeto, demandado pelos indígenas, na época em que se construiu coletivamente a proposta. Na discussão sobre a funcionalidade do equipamento comunitário solicitado, o grupo indígena analisou sua condição e modo de vida atual e a possibilidade de suprir suas necessidades atuais, inclusive de conhecimentos, refletindo sobre a dívida histórica da sociedade para com as populações indígenas. Observe-se que a proposta de um projeto popular de universidade na concepção de Boaventura de Souza Santos, pressupõe:

> "[...]a promoção de diálogos significantes entre diferentes tipos de saberes , entre os quais a própria ciência, para poder identificar fontes alternativas de conhecimento e também criadores alternativos de saberes e fazer experiências com critérios alternativos de rigor e relevância à luz de objetos partilhados de transformação social emancipatória. Trata-se, nessa linha, ele continua, de apelar saberes contextualizados, situados e úteis, ancorados em práticas transformadoras e, que por isso, "*só podem exercer-se em ambientes tão próximos quanto possível dessas práticas de um modo tal que os protagonistas da ação social sejam também protagonistas da criação de saber"*[13] (SOUZA JUNIOR APUD SANTOS & CHAUÍ, 2013:12)

Finalmente, vale considerar que a elaboração desse projeto para o povo Tupinambá trouxe como ganho adicional questionamentos sobre a utilização da produção do conhecimento acadêmico na transformação social e as reflexões sobre a abertura da universidade às novas demandas de inclusão, contribuindo para o fortalecimento dos movimentos sociais organizados no acesso às políticas públicas e à participação democrática nas estruturas de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que o trabalho do Centro de Convivência foi um intenso processo de aprendizagem da cultura, do simbolismo, da forma de vida, da luta pelo resgate da identidade, da terra e da sobrevivência dos índios da região de Olivença, Sul da Bahia. Com tantos anos de massacre e perseguição, os índios Tupinambá foram também compelidos a tornar-se invisíveis, seguindo um padrão de vida semelhante ao da sociedade não índia, ainda que mantendo-se alijados dos direitos da cidadania.

Por muitos anos, os Tupinambá viveram na zona rural do distrito de Olivença, sem qualidade de vida ou meios para mudar esta realidade. Observou-se uma região bastante pobre, que necessita de incentivos e programas governamentais para desenvolver e fornecer canais para captação de renda e desenvolvimento local.

A terra é, historicamente, o principal meio de sustento dos indígenas e seus descendentes. Juntamente com a cultura, pintura, língua, artesanato, o ritual do Porancim, medicina popular, esse laço com a terra é o que simboliza a identidade Tupinambá. Hoje, depois da demarcação, muitos descendentes de índios, que viviam sem identidade e sem dignidade, voltaram à região, onde possuem um lugar onde podem cultivar e produzir a sobrevivência de suas famílias.

A obtenção do projeto arquitetônico do Centro de Convivência configurou-se como um passo para o processo de reivindicação de recursos dos índios Tupinambá junto aos organismos governamentais e não-governamentais nacionais e internacionais que apóiam os movimentos indígenas para construção desse projeto e de outros futuros projetos.

---

13 Grifo do autor.

A universidade pública brasileira deve estar permanentemente envolvida com projetos e pesquisas desse tipo, buscando contribuir efetivamente como agente incentivador no desenvolvimento de políticas públicas para esses novos sujeitos, aportando conhecimentos teórico-metodológicos e técnico aos movimentos sociais organizados, notadamente, o movimento indígena que foi objeto de considerável dívida social do governo brasileiro. A insistência do Mestre Boaventura de Souza Santos de constituição de uma universidade popular dos Movimentos Sociais está relacionada com a manutenção de um conhecimento universitário elitista que não está necessariamente voltado para a melhoria da vida das pessoas nas cidades e no campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, C. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Disponível em: Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro - www.bn.br Disponível em <http://www.bn.br/bibvirtual/acervo/>. [consultado em 30-11-2009].

BRASIL. (1988), *Da Ordem social art. 231 da Constituição Federal*. Sec. Dos índios. In: Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao / constituicao.htm > [consultado em 30-11-2014].

BRASIL. (1973), *Estatuto do Índio.* Lei nº 6.001/73. Disponível em <www.funai.gov.br> [consultado em 30-11-2014].

CARVALHO, A. M. & CARVALHO, M. R. (Orgs.). (2010), Índios e Caboclos: a história recontada. Bahia: EDUFBA.

CARVALHO, M. R. G. (1977), *Os Pataxó de Barra Velha: Seu subsistema Econômico.* Salvador, UFBA, 1977. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Salvador: Universidade Federal da Bahia, UFBA.

COUTO, P. N. de A. (2003), *Os filhos de jaci: ressurgimento étnico entre os Tupinambá de Olivença - Ilhéus BA*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Salvador: UFBA.

_____. (2008), *Morada dos encantados: Identidade e religiosidade entre os Tupinambá da Serra do Padeiro - Buararema, BH.* Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Salvador: UFBA.

FERNANDES, F. (1948), *A organização social dos Tupinambá*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A.

FRANÇA, A. (2009), *Os direitos indígenas na Constituição Brasileira.* Trabalho de Conclusão de Curso. Dourados, MS: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

FUNAI. *Demarcação de Terras*. Disponível em http://www.funai.gov.br/. Acesso em: [consultado em 30-11-2014].

MACÊDO, U. (2004), *A dona do corpo: um olhar sobre a reprodução entre os Tupinambá da Serra - BA*. Salvador, UFBA, 2007. 178p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: Universidade Federal da Bahia, UFBA.

MARCIS, T. (2004), *A Hecatombe de Olivença: construção e desconstrução da identidade étnica*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia UFBA, Salvador, 2004. Salvador, UFBA, 163p.

MEJÍA LARA, A. E. (2012), *"Estar na Cultura": os Tupinambá de Olivença e o desafio de uma definição de indianidade no sul da Bahia*. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: Universidade Estudal de Campinas-UNICAMP. Disponível em http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000857541, [consultado em 06-06-2014].

MOTT, L. (1988), *Os índios do Sul da Bahia: População, economia e sociedade (1740-1854)*. Revista Cultura: nº 1, Fundação Cultural do Estado da Bahia, p. 93-120.

PARAÍSO, M. H. (2002), Índios, aldeias e aldeamentos em Ilhéus (1532-1880). Comunicação apresentada em Simpósio Regional da ANPUH. Bahia.

RAMOS, K. V. (2008), *Construção do Espaço Turístico*: trocas simbólicas entre turistas e comunidade Tupinambá em Olivença (Ilhéus - BA). Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Cultura & Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC e Universidade Federal da Bahia UFBA. Ilhéus: UESC, 143 p.

SCHEFLER, M. de L. N. (2009), Mulheres Tupinambás de Olivença: antigas lutas, novas vivências. 1º Seminário Internacional Gênero, Raça, Classe e Identidade Social no Brasil e na França. *CD Rom do SERGENTEBRASILFRANÇA*. Salvador: Fundação Escola Politécnica/UFBa.

SILVA, R. H. D. da. (1999), Movimentos indígenas no Brasil e a questão educativa: relações de autonomia, escola e construção de cidadanias. *Anais XXII Reunião Anual da ANPEd*, Caxambu, setembro de 1999. Disponível em http://anped.org.br/rbe/ rbedigital/RBDE13/RBDE13_07_ROSA_HELENA_DIAS_DA_SILVA.pdf, [consultado em 30-11-2014].

SOUZA JR, J. G. (2013), Prefácio. In: SANTOS, B. de S. & CHAUÍ, M. *Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2013.

VIEGAS, S. de M. (2007), *Terra Calada: os Tupinambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia*. Rio de Janeiro: 7 Letras.

O programa de aquisição de alimentos (paa) na composição da renda dos/as agricultores familiares no município de içara – sc - Brasil[1]

Dimas de Oliveira Estevam
UNESC – doe@unesc.net

Juliana Vasconcelos Cardoso
UNESC – vasconcelosjuly@hotmail.com

Giovana Ilka Jacinto Salvaro
UNESC – giovanasalvaro@unesc.net

Rafael Rodrigo Mueller
UNESC – rrmueller@ymail.com

Resumo
As políticas públicas de aquisição de alimentos da agricultura familiar no Brasil são relevantes na geração de emprego e renda no campo. Neste sentido, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003, com objetivo de impulsionar a agricultura familiar, fazendo com que o/a agricultor/a tenha a garantia da comercialização da produção a preços mais justos e assegurando maior estabilidade às atividades rurais. O objetivo do artigo é analisar a contribuição do PAA na composição da renda de agricultores/as familiares cooperados/as a Cooperativa de Agricultura e Pesca Familiar de Içara – Santa Catarina – Brasil (COOPAFI). O estudo foi realizado, com vinte associados/as que fornecem produtos para o PAA. Os resultados apontam para a importância do Programa na composição da renda dos/as cooperado/as, contribuindo para uma vida mais digna no campo e para os/as consumidores a oferta de produtos mais saudáveis e com melhor qualidade.

Palavras-Chave: Programa de Aquisição de Alimentos. Agricultura Familiar. Políticas Públicas. Cooperativismo.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo examina o tema das políticas públicas, tendo como foco o Programa de Aquisição de Alimentação (PAA). O que aqui nos propomos a analisar refere-se à dinâmica que acompanhou essa política pública, a qual se mostra como objeto que atualmente ganha relevo no curso das estratégias governamentais no âmbito da segurança alimentar, do desenvolvimento rural, da inclusão social produtiva, redução da pobreza e das desigualdades no campo.

Este estudo, sobre o PAA, integra as atividades de pesquisa que estão sendo desenvolvidas pelo GIDAFEC/UNESC/CNPq (Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Socioeconômico, Agricultura Familiar e Educação do Campo), em parceria com a Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) Regional de Criciúma (SC). O Gidafec realiza pesquisas em torno da temática do desenvolvimento rural, da agricultura familiar, organizações coletivas do campo e Educação do Campo.

Cabe ressaltar que a agricultura familiar é uma forma de produção em que predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilização do trabalho familiar. A mesma está presente diariamente na mesa de todos os brasileiros, pelo fato

1 Esse artigo apresenta parte dos resultados da monografia do Curso de Graduação em Economia, realizado por Juliana Vasconcelos Cardoso, defendido em 2014.

de que grande parte dos alimentos consumidos no país é produzida por agricultores familiares que responde por 80% da ocupação do trabalho no campo (Brasil, 2013a).

Em sua trajetória no país, a agricultura familiar tem enfrentado grandes desafios, o que tem obrigado agricultores abandonarem suas atividades e migrarem para as cidades. As dificuldades advêm, principalmente, da informalidade no processo de comercialização da produção, precariedade das políticas públicas, entre outras. Estes fatores evidenciam a falta de políticas públicas condizentes para a realidade da agricultura familiar. No entanto, na última década, com o objetivo de amenizar a situação dos agricultores familiares, o Governo Federal criou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e aprimorou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os referidos Programas estão vinculados a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) e ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e tem por objetivo atender a agricultura familiar tendo como meta melhorar as condições de trabalho, possibilitando aumento de renda e produtos de melhor qualidade para escolas, hospitais, asilos, entre outros.

O PAA foi criado pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, na qual possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para atingir estes objetivos, o Programa compra alimentos produzidos pelos/as agricultores/as familiares, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e pela rede pública e filantrópica de ensino (MDS, 2014). Com o PAA, o agricultor familiar passou a ter a segurança de comercialização de sua produção a preços garantidos e mais justos, oportunizando maior estabilidade às atividades rurais e uma vida mais digna aos agricultores em melhores condições (Brasil, 2013a).

Em Santa Catarina, uma das principais formas dos/as agricultores/as familiares acessarem ao PAA é através das Cooperativas Descentralizadas[2]. Estas cooperativas foram criadas com o objetivo de comercializar formalmente os produtos da agricultura familiar, principalmente para os Programas Institucionais. Especificamente, no município de Içara – SC, em 2005, foi fundada a Cooperativa de Agricultura Familiar e Pesca de Içara (COOPAFI) que segue o modelo das cooperativas descentralizadas. A Coopafi foi criada com vistas a comercialização da produção de agricultores familiares e pescadores que tinham dificuldades para cumprir as exigências da legislação sanitária e fiscais, devido a informalidade (Estevam; Bez Batti; Lanzarini, 2011).

Diante disso, a presente pesquisa busca responder a seguinte questão: qual a contribuição do PAA na composição da renda dos/as cooperados/as da COOPAFI? Este estudo tem como objetivo geral verificar a contribuição do PAA composição da renda dos/as cooperados/as da COOPAFI. Em relação aos objetivos específicos foram elaborados os seguintes: i) verificar o valor comercializado pela COOPAFI através do PAA; ii) averiguar os produtos comercializados pela COOPAFI; iii) analisar o percentual de participação na renda da família na comercialização do PAA; iv) verificar quantos membros da família trabalham na produção dos alimentos destinados ao PAA.

Em relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa apresenta-se com natureza descritiva. Segundo Santos (2004), a pesquisa descritiva consiste em fazer um levantamento de fatos fenômenos a serem estudados. Barros e Lehfeld (2000) descrevem a pesquisa descritiva como não tendo a interferência do pesquisador, cabe a ele descrever e estudar os fenômenos, natureza, características, causas, relações entre outros, juntamente com a conexão entre os fenômenos pesquisados.

A presente pesquisa teve como fonte primária a aplicação de questionário que associou perguntas fechadas e abertas. Em relação às fontes documentais se baseou em relatórios, atas, entre outros. Segundo Andrade (1993), quando se usa a pesquisa de fonte primária temos por base documentos originais, ou seja, os mesmos não foram ainda analisados, por terem sido coletados pelo pesquisador pela primeira vez.

O delineamento da pesquisa é estudo de caso, sendo definido por Santos (2004: 30) como "qualquer fato/fenômeno/processo individual, ou um de seus aspectos", juntamente com a pesquisa bibliográfica que para autor, este tipo de pesquisa constitui em descrever preciosas informações e contribuições sobre assuntos já descritos. A amostragem da pesquisa de campo foi por acessibilidade ou por conveniência que segundo Gil

---

2 Para saber mais sobre as às cooperativas descentralizadas ver: Estevam, D. O. e Mior, L. C. (2014) *Inovações na agricultura familiar*: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis: Insular.

(2010), o pesquisador seleciona os elementos da pesquisa a qual o mesmo tem acesso, onde possa representar de alguma forma o universo do estudo. Desta forma, por critério de acessibilidade, foram entrevistados/as 20 agricultores/as familiares associados à Coopafi e cadastrados ao PAA junto a Prefeitura Municipal de Içara – SC, num universo de 110 cooperados/as

O presente artigo está estruturado em três partes, iniciando pela introdução, seguido pela discussão sobre políticas públicas para agricultura familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na sequência a apresentação e análise dos dados e, por fim, a conclusão.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR, COM ÊNFASE NO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

A emergência da categoria do/a agricultor/a familiar como personagem político e social é recente na literatura brasileira. Nas últimas décadas, a categoria agricultura familiar vem sendo construido, enquanto modelo de agricultura, bem como de identidade política de grupos de agricultores. Segundo Picolotto (2011), a literatura sobre a agricultura familiar aponta que, desde meados da década de 1990, vem ocorrendo um processo de reconhecimento e de criação de instituições de apoio a este modelo. Neste sentido, foram criadas políticas públicas específicas de estímulo aos/as agricultores/as familiares, como foi o caso do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1995, o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) criado em 1998 e a Secretaria da Agricultura Familiar, em 2003.

Cabe ressaltar que, no Brasil, até meados dos anos de 1990, não existia política pública voltada exclusivamente a agricultura familiar. Foi por meio de lutas organizadas pelos trabalhadores do campo que foi criado o PRONAF. Para Denardi (2001), o PRONAF foi à primeira política pública a ter um diferencial, pois favoreceu diretamente os agricultores familiares brasileiros. O autor atribui esta conquista a luta dos movimentos sociais e sindicais do campo, como o movimento Gritos da Terra Brasil (liderados pela CONTAG[3]), e na região Sul o movimento Frente Sul da Agricultura Familiar (FETRAF).

O PRONAF tem como finalidade financiar, tanto individual como coletivamente, aos agricultores familiares e assentados de reforma agrária, e tem por objetivo principal compor a renda, crédito para realizar investimentos na compra de insumos, máquinas e equipamentos para a produção, além de apresentar as menores taxas de juros para financiamento rural. Para acessar ao PRONAF, à renda bruta anual do agricultor ou assentado de reforma agrária não pode ultrapassar a R$ 360 mil (Brasil, 2014a).

Outra grande conquista dos agricultores familiares foi a promulgação da Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006) que reconheceu, oficialmente, o agricultor familiar como profissão no mundo do trabalho e foram reconhecidas novas organizações de representação sindical, com vistas a disputar e consolidar a identidade política de agricultor familiar. Além do mais, a elaboração de um caderno especial sobre a Agricultura Familiar com os dados do Censo Agropecuário de 2006 contribuiu para evidenciar a importância social e econômica desta categoria de agricultores no país (IBGE, 2009).

A Lei 11.326/2006 identifica como agricultor familiar com os seguintes critérios: I - não detenha área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família; III - tenha renda familiar predominantemente originada do próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (Brasil, 2014a).

Cabe ressaltar que a atividade rural é extremamente vulnerável aos fatores climáticos, no sentido de amenizar o problema foi criado, em 2004, o SEAF (Seguro da Agricultura Familiar), direcionado aos agricultores que retiram os custeios agrícolas através do PRONAF. Este seguro garante à proteção a renda pela produção, além da garantia do valor financiado. O SEAF ainda garante 65% da renda líquida esperada pela família (BRASIL, 2014a).

---

3 A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) tem como principal objetivo a luta pelos direitos dos trabalhadores do campo e da floresta, agricultores/as familiares, acampados/as e assentados/as da reforma agrária, assalariados/as rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores/as artesanais e ribeirinhos (Brasil, 2014).

Com a finalidade de contribuir com a comercialização da produção dos agricultores familiares, o governo federal, através da Lei 10.696/2003, institui o PAA que visa distribuir alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promover a inclusão social e econômica no campo. Este Programa, ao mesmo tempo, beneficia os/as agricultores/as familiares, uma vez que faz compra diretamente destes e suas organizações e estimula os processos de agregação de valor à produção (Brasil, 2014a).
Outro Progrma relevante para agricultura familiar é o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). O Programa é voltado para atender a demanda com idade escolar através de alimentares saudáveis. O PNAE é considerado um dos maiores programas do mundo voltados para a segurança alimentar (Brasil, 2014b). Segundo Souza et al. (2013), o PNAE proporciona a garantia de acesso ao alimento saudável as escolas. As diretrizes do programa visam o desenvolvimento local, com sustentabilidade, tendo em vista duas ações principais "[…] a educação alimentar e nutricional e a oferta de refeições que atendam às necessidades nutricionais de estudantes de escolas públicas durante o período letivo." (Souza et al., 2013: 988).
Depois da promulgação da Lei nº 11.947/2009, conforme Peixinho (2013), o PNAE deu um passo importante ao estender sua abrangência para toda rede pública de ensino, seja na educação básica ou voltada para jovens e adultos, ao prever que, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) aos municípios seja destinado a aquisição de alimentos diretamente dos/as agricultores familiares. Esta alteração no Programa foi uma grande conquista dos/as agricultores/as familiares ao abrir novas possibilidades de comercialização, fazendo com que as ações descentralizadas dos recursos fortalecessem a agricultura familiar nos municípios em todo o país (Saraiva et al., 2013).
A seguir é apresentado o PAA, considerado um dos mais importantes programas para a agricultura familiar brasileira de todos os tempos e que se constitui no tema central deste artigo.

2.1 O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

O PAA foi criado em 2003, instituído pela Lei nº 10.696/2003 e regulamentado pelo Decreto nº 6.447/2008. O Programa é o fruto da confluência entre duas discussões importantes realizadas durante a década de 1990 no Brasil. Essencialmente, o PAA é resultado do debate sobre a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que se intensificou a partir do final da década de 1980, tendo grande impulso durante os anos de1990 e ganhou notoriedade no governo Lula a partir de 2003. O PAA contribui para o reconhecimento da agricultura familiar, que já havia ganhado expressão com a criação do PRONAF, mas que tinha ficado à margem das ações do Estado, sofrendo os efeitos do processo de mudança tecnológica, cujas consequências foi o aprofundamento da estrutura agrária desigual que caracteriza a formação econômica e social do país. Desta forma, o PAA integra as demandas de acesso a alimentos saudáveis às necessidades de mercado para os produtos da agricultura familiar. (Ferreira e Cruz, 2013).
O PAA abrange dois momentos interligados: o da produção, em que funciona como uma política agrícola de estímulo à estruturação produtiva da agricultura familiar e o momento da distribuição da produção, que opera como uma política social destinada a garantir que a população sob risco alimentar o acesso a alimentos de melhor qualidade. Neste sentido o PAA é considerado como uma das principais ações de política pública estruturante dentro do Programa Fome Zero[4], além de impulsionar a agricultura familiar, garante apoio à comercialização de produtos alimentícios dos agricultores familiares, em que o governo compra boa parte dos alimentos e direciona para pessoas que se encontram em situação de risco nutricional (Vieira; Viana, 2007).
Desta forma o PAA contribui para formação de estoques públicos de alimentos vindos da produção de agricultores familiares, promove o abastecimento alimentar por meio das compras governamentais, fortalece as regiões e redes de comercialização, valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo (Brasil, 2013b).
As fontes orçamentárias do PAA são compostas por recursos advindos de dois Ministérios: MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), sendo

4 O Programa Fome Zero foi Criado em 2001, com o objetivo de garantir a segurança alimentar e combate a fome em todo o território nacional (Silva; Belik; Takagi, 2001).

executado pelo Governo Federal, em parceria com Estados e Municípios conveniados com o MDS juntamente com a Campanha Nacional de Abastecimento (Conab), responsável por gerir as políticas agrícolas e de abastecimento, sendo que, para execução do programa, firma Termo de Cooperação com o MDS e com o MDA (Brasil, 2013b).

O PAA, segundo Guerra (2010) possui dois tipos de beneficiários: os fornecedores (agricultores familiares e pescadores artesanais), preferencialmente aqueles/as que estejam organizados em cooperativas e/ou associações; e os beneficiários que são os consumidores do Programa, as famílias acampados de reforma agrária, indígenas e quilombolas estes em risco alimentar, as associações beneficentes, hospitais, APAEs entre outras. Segundo o mesmo autor, o Programa tem incentivado a permanência de agricultores no campo, além de promover inclusão social. Ao comprar o produto dos/as agricultores/as familiares, o governo federal esta incentivando à permanência e a inclusão social no campo. Deste modo o governo promove a geração de trabalho e renda e, consequentemente, oportuniza uma maior rotatividade do dinheiro na economia local e regional, além de ofertar alimentos mais saudáveis ao público beneficiário.

No ano de 2011, a Lei nº 10.696/2003, foi reformulada pela Lei nº 12.512/2011. Esta Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 7.775/2012, em que o PAA passou a ter execução perante Termo de Adesão, dispensando a celebração de convênio. A finalidade desta nova resolução, na Lei, foi facilitar a execução do programa e nova forma de operação trouxe consigo um sistema informatizado, onde são cadastrados todos os dados necessários para execução do PAA. Este cadastro é feito pelos gestores locais e o pagamento é realizado diretamente pela União, através do MDS, diretamente ao agricultor familiar, que recebe o dinheiro por meio de um cartão bancário próprio para o recebimento dos recursos (Brasil, 2013b).

A política pública estabelecida do combate à pobreza tem no PAA uma das ações que compõem o Plano Brasil Sem Miséria[5] (PBSM), em seu eixo de Inclusão Produtiva Rural. A execução do Programa pode ser feita por meio de cinco modalidades: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite e Compra Institucional (BRASIL, 2013b).

> Em suma, o PAA, segundo Vieira e Viana (2007), tem contribuído para a permanência dos/as agricultores/as familiares no campo e, ainda, a retomarem um modo específico de funcionamento do sistema de policultivo, diversificação de produção e do campesinato. De acordo com Guerra (2010), o PAA traz para a sociedade desenvolvimento sustentável, devido o incentivo a diversidade produtiva, permite que a família agricultora execute o trabalho com a própria mão de obra familiar em seus meios de produção, incentivando também os hábitos da cultura local.

Em 2014, o PAA completou dez anos de existência, ano em que se comemorou o ano internacional da agricultura familiar. No mês de fevereiro de 2014 foi realizado o Seminário Internacional PAA + Aquisição de Alimentos e o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Neste seminário internacional foi lançado o livro PAA 10 anos de aquisição de alimentos, publicado pelo MDS. A seguir são apresentados alguns pontos relevantes sobre o PAA baseados a partir da referida obra.

2.1.1 PAA: 10 anos de aquisição de alimentos

As políticas de comercialização dos produtos advindos da agricultura familiar tiveram grande impulso após a criação do PAA e, com a obrigatoriedade do PNAE em adquirir no mínimo de 30% dos alimentos escolares da agricultura familiar; também aparece nesse cenário o PGPM[6] em que foi incluído produtos vindos da sociobiodiversidade; beneficiando os empregados e servidores públicos, universidades, quartéis, hospitais, presídios entre outros estabelecimentos públicos. As mudanças introduzidas (através da Lei nº 12.512/2011)

---

5 O PBSM é direcionado aos brasileiros cuja renda familiar é de até R$ 70 por pessoa. De acordo com o Censo 2010 do IBGE, estão nesta situação 16,2 milhões de brasileiros. Mais informações no site: http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/superacao-da-extrema-pobreza%20/plano-brasil-sem-miseria-1/plano-brasil-sem-miseria

6 A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) são recursos voltados para a agricultura familiar, foi criado com intuito de apoiar a comercialização de produtos da biodiversidade brasileira e as linhas de Crédito PRONAF para comercialização e agroindustrialização (Campos; Bianchini, 2013).

no PAA sobre as compras públicas, que tem como modalidade Compras Institucionais, objetiva os municípios, estados e o próprio governo federal a comprar diretamente dos agricultores familiares. Com a Lei da Agricultura Familiar em vigor desde 2006, o país constituiu a Política Nacional de Agricultura Familiar reconhecendo o campo e sua diversidade, além de alcançar outros públicos a serem beneficiados "[...] como os extrativistas, povos e comunidades tradicionais, indígenas, pescadores artesanais, aquicultores e maricultores." (Campos; Bianchini, 2013: 15).

O PAA é um eixo de fortalecimento da agricultura familiar e promovedor da segurança alimentar e combate a fome. Uma política pública inédita no mundo, além disso, o programa conta com uma gestão inovadora, tendo um Comitê Gestor que opera e regulamenta o programa, com a participação dos ministérios MDS, MDA, Fazenda, Planejamento, Agricultura e Educação através de execução e financiamentos por meio da CONAB (Campos; Bianchini, 2013).

Segundo Campos e Bianchini (2013), atualmente, o PAA vem beneficiando cerca de 200 mil agricultores familiares, além de beneficiar indiretamente os outros agricultores através da elevação do preço de comercialização por região, fazendo com que o programa beneficie cerca de 20 milhões de pessoas anualmente.

De acordo com Froehlich e Schneider (2013: 229) comprando os produtos dos agricultores familiares, o PAA pode ser considerado um "[...] elemento importante para o desenvolvimento rural, tendo em vista que incrementa a renda dos agricultores, garante um mercado mais seguro e gera qualidade de vida aos agricultores".

Cabe ressaltar que foi a partir da década de 1990 que o tema sobre a segurança alimentar e nutricional passou a ter relevância no Brasil, isto devido à mobilização da sociedade civil através do movimento Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. O movimento propôs uma campanha para o combate a fome que resultou na criação de comitês locais e estaduais para arrecadação de alimentos, roupas e material de construção. As doações eram destinadas as entidades da sociedade civil, atendendo as famílias e pessoas de baixa renda principalmente em risco alimentar e nutricional (Porto et al. 2013).

De acordo com Campos e Bianchini (2013: 19), o PAA fortaleceu as cooperativas e associações por meio de compras diretamente nessas organizações, além de proporcionar aprendizado e experiência no fornecimento dos produtos vindos da agricultura familiar:

> Ao longo dos anos, essa experiência de fornecer alimentos para o governo propiciou um aprendizado para essas organizações e um faturamento que elas não tinham antes do PAA. Pode-se dizer que o programa foi um dos principais instrumentos de fortalecimento do cooperativismo e do associativismo entre os agricultores familiares. Mais de quatro mil organizações vendem ou venderam sua produção para o PAA. Essas organizações, hoje, estão mais estruturadas, mais experientes e mais preparadas para lidar com os mercados. Esse aprendizado foi importante para que muitas delas pudessem abrir novos mercados locais, regionais e até mesmo internacionais. Foi graças à experiência do Programa, que essas organizações passaram a vender também para o PNAE e, mais recentemente, para outros mercados públicos, como os restaurantes universitários e hospitais públicos.

Takagi, Sanches e Silva (2014) ressaltam pelo menos cinco pontos determinantes para que o programa tenha êxito: o primeiro deles é a simplicidade apresentada no programa que busca fazer a compra diretamente dos agricultores de menor potencial; em segundo destaca-se a ligação e alavancagem através de outras políticas como, por exemplo, Fome Zero; o terceiro fator é o monitoramento das aquisições através do CONSEA[7]; o quarto fator é a reestruturação e ampliação de alguns órgãos públicos para ter uma garantia na operação deste programa coube a CONAB o dever; e, em quinto, a parceria com os estados e municípios para apoiar os agricultores familiares em suas pequenas produções.

Ainda, com base nos autores supracitados foram definidos três macrodestinos preferenciais para o Programa: a) Destino um: Programas locais de alimentos coordenados por prefeituras, tais como, Centrais de abastecimento, banco de alimentos, podendo ser direcionadas a programas municipais de segurança alimentar, como: complementação da alimentação escolar e das creches nos municípios, alimentação escolar para comunidades indígenas e quilombolas, alimentação nas creches, abrigos, albergues, asilos e hospitais públicos, restaurantes populares, cozinhas comunitárias etc... b) Destino dois: Recomposição de estoques de alimentos para garantia da segurança alimentar, executado por

7 Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

uma companhia pública de abastecimento, a Conab. Os estoques podem ser direcionados a emergências, assistência humanitária e programas alimentares específicos. c) Destino três: Programas de alimentos de âmbito regional/nacional, como o da alimentação escolar (Takagi, Sanches e Silva, 2014).

O número de fornecedores de alimentos do PAA teve grande crescimento em sua década de existência. De acordo com Porto et al. (2013), no ano de 2003 eram 41 mil famílias fornecedoras de alimentos ao Programa, no ano de 2012 o número passou para 128 mil famílias. Segundo Galindo, Sambuchi e Oliveira (2013), o Programa acaba incentivando a produção dos produtos agroecológicos e orgânicos na agricultura familiar, além de incentivar o consumo consciente destes produtos saudáveis garantindo a segurança alimentar.

Durante os 10 anos do PAA, houve ajustes importantes em seu funcionamento, dentre os quais se destaca o estímulo à oferta dos alimentos disponíveis nas comunidades e que não eram valorizados nos mercados locais, a aceitação de pequenas quantidades e a oferta a partir de cada realidade, a promoção a participação e ampliação de diversos produtos alimentícios (na primeira fase do PAA trabalhava-se muito fortemente para promover o fomento de produtos mais tradicionais da cesta básica). Além destas mudanças, houve a incorporação e valorização dos produtos agroecológicos como uma estratégia do Programa para promover a alimentação adequada e saudável, o que se faz por meio do pagamento de um preço diferenciado de até 30% a mais que o mercado convencional. Outra transformação importante foi o estímulo à maior participação das mulheres, estabelecendo uma cota mínima para cada modalidade do Programa, passando a vigorar como obrigatória a partir de 2013 (Porto et al. 2013).

Para finalizar, conforme Porto et al. (2013), o PAA conta com a participação de 2.300 cooperativas e associações, com atuação local, envolvidas com qualidade da produção, operacionalizando o mesmo.

3. OS SUJEITOS DA PESQUISA DO PAA NO MUNICÍPIO DE IÇARA/SC

O presente item faz a descrição sobre a COOPAFI (Cooperativa de Agricultura Familiar e Pesca de Içara), a qual os/as agricultores/as familiares entrevistados/as são associados/as. Além disto, trata dos resultados da pesquisa realizada com os participantes do PAA de Içara.

3.1 A COOPAFI - Cooperativa de Agricultura Familiar e Pesca de Içara

A Coopafi foi fundada em 2005 com intuito de fortalecer os agricultores familiares e pescadores do município de Içara – SC. Estes produtores familiares ou eram integrados as grandes agroindústrias ou se encontravam na informalidade, o que dificultava a comercialização de sua produção. Isoladamente, não teriam condições financeiras para formalizar seus empreendimentos e cumprir o que determina a legislação sanitária, principalmente para produtos de origem animal, além dos custos operacionais decorrentes da formalização. Um dos fatores relevantes para a criação da Coopafi, além da informalidade, muitos eram fumicultores e as fumageiras determinavam o preço do fumo, às vezes a produção não era suficiente para pagar os custos de produção. Isto fez com que muitos abandonassem o meio rural para e se instalar nas cidades e outros a buscarem outras oportunidades (Estevam; Bez Batti; Lanzarini, 2011).

Diante disso, o objetivo da Coopafi é possibilitar a comercialização formal da produção de seus/suas cooperados/as. Com criação da Cooperativa, os sócios têm conseguido comercializar a produção no mercado convencional e institucional, de maneira grupal e/ou individual dentro das recomendações técnicas de higiene, recomendadas pelas entidades de assistência técnica e fiscalização.

De acordo com o presidente, a Coopafi é responsável pelo gerenciamento das unidades familiares de beneficiamento e transformação de frutas, cereais, produções de pães, bolachas, doces, produtos lácteos (registrados no Serviço de Inspeção Municipal - SIM). Atende diretamente 15 agroindústrias familiares, disponibilizando veterinário e serviço de contabilidade. Estas agroindústrias familiares fornecem queijo, aipim congelados, pamonhas, embutidos, ovos, vassouras, biscoitos, pães, doces e salgados, entre outros produtos ao PAA. A cooperativa elabora e executa os projetos do PAA e do PNAE, realizando a compra dos produtos do/a agricultor/a e repassa para as entidades filantrópicas e escolas cadastradas no projeto. Podem participar do projeto agricultores familiares, que possuem bloco de notas e o registro da DAP (Declaração Anual do Produtor Rural).

A Coopafi se insere no modelo de cooperativas denominado por Estevam e Mior (2014) como descentralizadas. Estas cooperativas respondem ao desafio – como manter as vantagens do agricultor individual (direito a previdência) e aceder àquelas de uma cooperativa (formalidade, comercialização)? Uma inovação contratual - a cessão em comodato do empreendimento individual à cooperativa – possibilita a viabilização dessa identidade hibrida (Wilkinson, 2014).
Por fim, cabe ressaltar que a principal função da cooperativa desde sua fundação é servir de instrumento para emancipação econômico-financeira de seus/suas cooperados/as, possibilitar a melhoria da qualidade de vida no meio rural e em comunidades pesqueiras e organizar as cadeias produtivas da agricultura familiar para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

3.2 Perfil socioeconômico dos/as entrevistados/as

Do total dos/as 20 entrevistados/as, 13 são do sexo masculino e sete do sexo feminino. Em relação à idade dos/as entrevistados, a maioria (55%) se encontram na faixa etária entre 41 a 50 anos, isso demonstra a tendência de outras pesquisas nacionais que evidenciam o envelhecimento da população rural. Apenas 10% da população pesquisada têm idade inferior a 30 anos e se verificou a pouca presença de os/as jovens nas atividades nas propriedades. Com relação ao nível de escolaridade dos/as entrevistados/as, o Ensino Fundamental Incompleto foi o predominante, entre os/as 16 das 20 entrevistas, representando 80% da amostra. Sobre a situação da propriedade da terra, observou-se que a grande maioria (85%) dos/as investigados/as declarou ser proprietário de seu estabelecimento. Apenas, dois entrevistados afirmaram que são arrendatários, e 1 entrevistado usa a propriedade e arrenda terras para complementar a produção. Sobre o tamanho da propriedade, 55% possuem propriedade acima de quatro hectares e 30% afirmaram possuir entre 3 e 4 ha. A renda familiar mensal aproximada, para 50% dos/as entrevistados/as, ficou na faixa entre R$ 1.001,00 a R$ 2.000,00. As informações descritas acima podem ser constatadas no Quadro 1, abaixo.

Quadro 1 – perfil socioeconômico dos entrevistados

ITENS	ALTERNATIVAS	%	UNIDADES	TOTAL
FAIXA ETÁRIA (ANOS)	Até 30 anos	10,00	2	20
	31 à 40 anos	10,00	2	
	41 à 50 anos	55,00	11	
	51 à 60 anos	15,00	3	
	Acima de 60 anos	10,00	2	
NÍVEL DE ESCOLARIDADE	E. F. Incompleto	80,00	16	20
	E. F. Completo	10,00	2	
	E. M. Incompleto	0,00	0	
	E. M. Completo	10,00	2	
	E. Superior Incompleto	0,00	0	
	E. Superior Completo	0,00	0	
SITUAÇÃO EM RELAÇÃO À PROPRIEDADE	Proprietário	85,00	17	20
	Arrendatário	10,00	2	
	Proprietário e Arrendatário	5,00	1	
TAMANHO DA PROPRIEDADE	Até 1 ha.	0,00	0	20
	Entre 1 e 2 ha.	10,00	2	
	Entre 2 e 3 ha.	5,00	1	
	Entre 3 e 4 ha.	30,00	6	
	Acima de 4 ha.	55,00	11	
RENDA MENSAL APROXIMADA DA FAMÍLIA	Até R$ 1.000,00	20,00	4	20
	Entre R$ 1.001,00 a R$ 2.000,00	50,00	10	
	Entre R$ 2.001,00 a R$ 3.000,00	10,00	2	
	Entre R$ 3.001,00 a R$ 4.000,00	5,00	1	
	Acima de R$ 4.001,00	15,00	3	

Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Em relação ao tamanho da família, 85% dos/as entrevistados/as possuem até quatro membros residindo na propriedade. Aqueles/as que declararam possuir acima de cinco membros somaram 15%. Em relação ao uso da força de trabalho, todos/as entrevistados/as afirmaram que utilizam apenas mão de obra familiar em suas propriedades. Segundo Denardi (2001), a agricultura familiar é aquela que possui empreendimentos familiares onde os membros da família trabalham na produção diariamente. De acordo com tais autores, os entrevistados possuem as características conforme os preceitos teóricos que definem o agricultor familiar.

3.3 O PAA na visão dos entrevistados/as

Nas entrevistas foi perguntado aos/as entrevistados/as como ficaram sabendo do PAA? Do total de entrevistados/as 70% afirmou que tiveram conhecimento através da Coopafi, 20% por intermédio de outros cooperados que já participavam do Programa e 10% souberam do PAA por meio da EPAGRI do município de Içara – SC.
Sobre as dificuldades ou entraves para participar do PAA, foram ressaltados os seguintes aspectos: 45% dos/as entrevistados/as a maior dificuldade refere-se à entrega dos produtos. Esta preocupação com a distribuição se justifica devido aos custos gerados, porque é o próprio agricultor o responsável em fazer a entrega nas escolas ou entidades. Em segundo lugar, foi citada a liberação dos recursos, 25% dos/as entrevistados/as consideraram este o como o maior problema, muitas vezes os recursos demoram muito para ser liberado. Em terceiro lugar, para 20% dos/as pesquisados/as o maior entrave é referente à documentação exigida para participar do PAA. Os/as demais entrevistados/as (10%) aprontaram a pequena quantidade produzida, a qualidade da produção foi considerada com nível de exigência muito elevado para seus padrões de produção.

Gráfico 1 - Investimentos realizados para participar do PAA

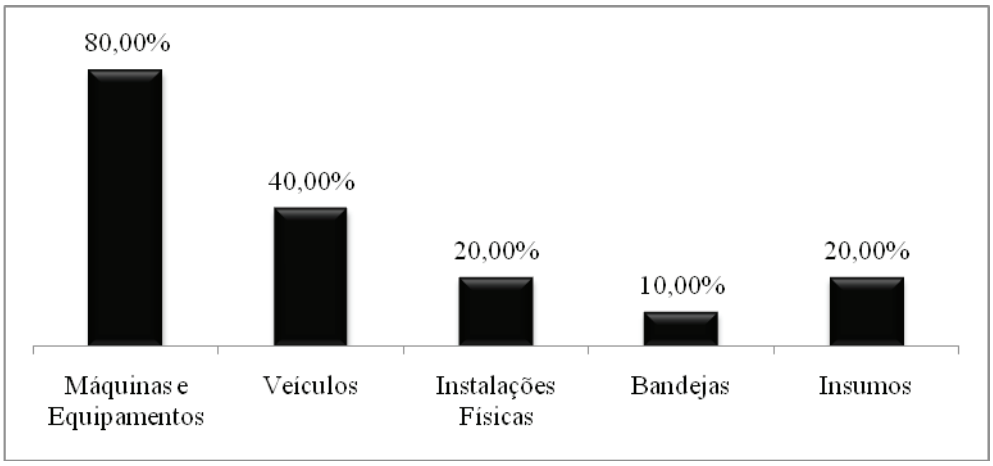

Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Em relação aos investimentos realizados nas propriedades para se adequar as exigências do Programa, todos/as entrevistados/as declararam ter realizado pelo menos um tipo de investimentos. Conforme o gráfico 1 acima, os principais investimentos para 80% dos/as pesquisados/as foram na compra de máquinas e equipamentos, 40% afirmaram ter adquirido veículos, 20% investiram na construção de instalações físicas, 30% disseram ter investido em insumos e na aquisição de bandejas.
Questionados/as sobre a elevação da renda familiar, depois da participação no PAA, 80% dos/as entrevistados/as consideram que o Programa contribuiu no aumento da renda, para 15% teve pouco impacto e, apenas um entrevistado, não soube responder a questão. Segundo Guerra (2010), a compra de produtos dos agricultores familiares, através do PAA, incentiva os pequenos produtores rurais, a permanecerem no campo e promove a inclusão social, além da geração de trabalho e renda. Já para Takagi, Sanches e Silva (2013), o Programa potencializa os agricultores familiares com menor possibilidade de inserção no mercado, através da compra direta a preço garantido.
Corroborando com outras pesquisas, constatou-se que a renda mensal gerada pela participação no PAA, para 75% dos/as entrevistados/as, ficou acima de R$ 501,00 e abaixo deste valor para 25%. Isto significa dizer que

a renda gerada pelo PAA representa um acréscimo na renda familiar mensal de no mínimo 50%, para aqueles/as que possuem uma renda mensal de até R$ 1.000,00. Para quem tem renda acima deste valor, o Programa representa na renda mensal no mínimo de 25%, e aqueles que possuem renda mensal familiar acima de R$ 4.001,00 o programa representa aproximadamente 12,5% de contribuição.

3.3.1 PAA e a melhoria na renda e qualidade de vida

A importância do PAA na qualidade de vida do agricultor familiar pôde ser observada na seção anterior, no comparativo realizado sobre a contribuição mensal do PAA. Desta forma, conforme os/as entrevistados/as o PAA contribui diretamente na melhoria da qualidade de vida da família ao possibilitar o aumento na renda. De acordo com Froehlich e Schneider (2014), o programa é um elemento gerador de desenvolvimento sustentável, garantia de complemento a renda do agricultor e um mercado mais seguro, além de gerar qualidade de vida aos mesmos.

Atualmente, o PAA é considerado uma das políticas públicas mais relevantes do país direcionada aos agricultores familiares. Neste sentido, foi elaborada uma questão para avaliar o PAA, contendo uma escala variando de "muito bom" a "muito ruim". Para 65% dos/as respondentes o Programa é "muito bom" e 35% "bom", nenhum/a respondente optou por outras respostas. Segundo Vieira e Viana (2007), o PAA é uma das principais ações de política pública estruturante dentro do Programa Fome Zero, que tem impulsionado a agricultura familiar, dando apoio à comercialização dos produtos alimentícios dos agricultores familiares.

3.3.2 Valor comercializado dos projetos Institucionais e entidades beneficiadas em Içara

O orçamento do PAA é composto por recursos de dois Ministérios (MDS e MDA), sendo executado pelo Governo Federal, em parceria com Estados e Municípios conveniados juntamente com a Conab, responsável por gerir as políticas agrícolas e de abastecimento, para execução do programa os municípios firmam um Termo de Cooperação com o MDS e MDA (Brasil, 2013b).

O município de Içara tem se beneficiado do PAA, em 2011 foram disponibilizados um valor de R$ 400.000.00, para 2014 o valor passou para R$ 700.000,00. Os dados estão abaixo na tabela 1.

Tabela 1 - Valor Repassado pela CONAB para o PAA de Içara

Valor Comercializado em Içara – SC			
2011	**2012**	**2013**	**2014**
R$ 400.000,00	R$ 80.000,00	R$ 600.000,00	R$700.000,00

Fonte: Coopafi (2014).

De acordo com as informações repassadas pela Coopafi, os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados às entidades beneficentes do município e região. Conforme a Secretaria de Assistência Social de Içara, os alimentos comprados são de extrema importância para as entidades do município. Além de possibilitar segurança alimentar as pessoas beneficiadas, os produtos adquiridos são saudáveis e possuem qualidade, garantindo uma alimentação segura. Para Galindo, Sambuchi e Oliveira, 2013), o Programa além de fortalecer os agricultores familiares incentiva a produção de produtos agroecológicos, o consumo consciente de produtos saudáveis garantindo a segurança alimentar.

Ao todo são 18 entidades beneficiadas em Içara com a aquisição de alimentos do PAA, do total nove são associações beneficentes, um hospital, uma Secretaria de Assistência Social, entre outras. No quadro 2, abaixo, pode-se verificar os principais produtos comercializados pelos/as cooperados/as da Coopafi.

Quadro 2 - Produtos Fornecidos pelos/as entrevistados/as para atender o PAA em Içara

Produtos Destinados ao PAA		
Abacate	Cenoura	Morango Orgânico
Aipim com Casca	Chuchu	Ovos de Galinha Caipira
Aipim sem Casca	Couve	Pamonha
Alface	Couve-Flor	Pepino
Alho	Farinha de Mandioca	Pimentão Verde
Arroz	Farinha de Milho	Pão Caseiro
Banana	Feijão	Queijo
Batata Doce	Laranja	Repolho Verde
Bebida Láctea	Maçã	Rúcula
Beterraba	Maracujá	Salame
Brócolis	Melancia	Tempero Verde
Café	Milho Verde	Tomate
Cebola	Moranga	Vagem

Fonte: COOPAFI (2014).

Com o objetivo de verificar se o município de Içara está cumprindo o que determina a legislação em relação ao PNAE, que determina a compra de no mínimo 30% dos alimentos de agricultores familiares e suas organizações, conforme dados da Prefeitura Municipal de Içara, tabelas 2 e 3 são apresentadas a divisão dos gastos com a aquisição de alimentos destinados a atender as escolas do município.

Conforme a tabela 2, observa-se que, no ano de 2013, os valores das compras institucionais do município somaram um total de R$ 875.834,30. Deste total, R$ 221.458,45 foram adquiridos em alimentos da agricultura familiar, através da COOPAFI e a COOPERTREZE (Cooperativa de Agricultores Familiares de Treze de Maio) do município de Treze de Maio – SC.

Tabela 2 - Compras Institucionais no Município de Içara- SC – Valores em R$

Compras Institucionais – Ano Base 2013 Município de Içara – SC		
Organizações	**Agricultura Familiar**	**Outros**
COOPAFI	55.385,95	-
COOPERTREZE	66.072,50	-
Supermercados	-	654.375,85
SOMA PARCIAL	**221.458,45**	**654.375,85**
SOMA TOTAL		**875.834,30**

Fonte: Prefeitura Municipal de Içara (2014).

Com as novas diretrizes do PNAE (Lei nº 11.947/2009), ficou determinada a aquisição de no mínimo 30% dos produtos provenientes da agricultura familiar. Conforme os dados da tabela 3, a prefeitura de Içara adquiriu 35,60% dos alimentos dos agricultores familiares através de suas cooperativas. Desta forma, conclui-se que o município de Içara está cumprindo os requisitos previstos na legislação, inclusive ultrapassando o mínimo estabelecido.

Tabela 3 - Compras Institucionais em Içara - 2013

Valores Gastos em 2013 / Içara – SC		
Agricultura Familiar	**Valor (R$)**	**Aplicação (%)**
COOPAFI	155.385,95	24,98
COOPERTREZE	66.072,50	10,62
SOMA	**221.458,45**	**35,60%**

Fonte: Prefeitura Municipal de Içara – SC (2014).

3.3.3 Melhorias no PAA, segundo os/as entrevistados/as

De acordo com os dados da tabela 4, os/as entrevistados/as elencaram sugestões para a melhoria do Programa.

Tabela 4 - Sugestões de melhoria para o PAA na visão dos/as entrevistados/as

Sugestões para melhoria do PAA		
Respostas	**F**	**%**
Agilização na liberação dos recursos	19	45
Melhores preços aos produtos	7	17
Melhoria na entrega dos produtos	6	15
Garantia de compra dos produtos	5	12
Pegar mais produtos	2	5
Melhor comunicação	1	2
Mais investimento	1	2
Melhoria na qualidade e atendimento na cooperativa	1	2
Total de respostas	**42**	**100**

Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Para concluir, os/as entrevistados/as deixaram como sugestões para a melhoria do PAA, as seguintes: 45% consideram como principal sugestão de melhoria, maior agilidade na liberação dos recursos, pois, segundo os agricultores, o tempo da entrega dos produtos e o pagamento dos recursos são muito longos; em segundo lugar, com 17%, o baixo valor pago aos produtos, ou seja, os agricultores familiares gostariam que os projetos e recursos fossem estimados num valor maior para estimular à produção; em terceiro, com 15%, a sugestão foi a melhoria na entrega dos produtos, o processo de entrega de alguns produtos perecíveis e com pouco valor agregado, às vezes não compensa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar têm contribuído para o fortalecimento, desenvolvimento, melhoria na qualidade de vida, além de possibilitar a permanência de muitos produtores rurais no campo. O PAA foi criado para contribuir na formação de estoques públicos de alimentos adquiridos dos agricultores familiares, além de propiciar renda aos agricultores familiares, o programa permite acesso a uma alimentação saudável aos beneficiários.

De acordo com os dados coletados junto aos/as agricultores/as familiares cooperados/as, constatou-se que a contribuição do PAA gira em torno de R$ 301,00 a R$ 501,00 mensalmente, impactando positivamente na

renda e na qualidade de vida dos/as cooperados/as. Desta forma, este estudo verificou a contribuição positiva do PAA na vida dos agricultores familiares de Içara, comprovando que este tipo de política pública precisa ser mantido e aprimorado, considerando a sua relevância para a agricultura familiar no país.
O PAA, de acordo com os/as pesquisados/as, impactou positivamente na renda e na qualidade de vida da família. Porém algumas sugestões foram levantadas para a melhoria do programa, como por exemplo, a agilização na liberação dos recursos pela CONAB, aumento no valor pago ao produto, melhor definição de quem deve entregar o produto, entre outros.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. (1993). *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. São Paulo, Atlas.

BRASIL. (2014). "Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG", *Online*,Disponível emhttp://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=425&nw=1, [consultado em 17-5-2014].

BRASIL. (2014a). "Ministério do Desenvolvimento Agrário – Programas", *Online*, Disponível emhttp://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf, [consultado em 01-4-2014].

BRASIL. (2014b). "Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – PNAE", *Online*, Disponível emhttp://www.fnde.gov.br/index.php/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao, [consultado em 13-4-2014].

BRASIL. (2014c). "Ministério de Minas e Energia – BIODIESEL", *Online,* 2014c. Disponível emhttp://www.mme.gov.br/programas/biodiesel/menu/programa/objetivos_diretrizes.html#, [consultado em 13-4-2014].

BRASIL. (2014d). "Portal da Cidadania - Territórios da Cidadania", *Online,* Disponível emhttp://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territriosrurais/one-community, [consultado em 13-4-2014].

BRASIL (2013a). "Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – CONAB", *Online*, Disponível emhttp://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125&t=2,[consultado em: 13-9-2013.

BRASIL. (2013b)."Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome". *Online,* Disponível emhttp://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar, [consultado em 20-10-2013].

BRASIL. (2013c)."Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - PAA / 10 anos de aquisição de alimentos", *Online,* Disponível emhttp://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/ceazinepdf/livroPAA10Anos%5Bsmallpdf.com%5D.pdf, [consultado em 14-4-2014].

BRASIL. (2012). "Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA", *Online,* Disponível emhttp://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/pnra-plano-nacional-de-reforma-agraria, [consultado em 13-4-2014].

CAMPOS, A. de; BIANCHINI, V. (2014). "A Agricultura Familiar passa a ser uma prioridade de Estado". In: BRASIL. *PAA: 10 anos de aquisição de alimentos*. - Brasília, DF: MDS;, pp.13-25.

DENARDI, R. A. (2001). "Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável". *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, pp. 56-62.

ESTEVAM, D. de O.; BEZ BATTI, C.; LANZARINI, J. J. S (2011). "O cooperativismo virtual ou não patrimonial na perspectiva da economia solidária: estudo do caso da cooperativa da agricultura e pesca familiar de Içara - SC (COOPAFI)". *Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais:"Diversidades e (Des)igualdades", Online*, Disponível em http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307534405_ARQUIVO_ArtigoXIConlab.pdf, [consultado em 14-9-2013].

ESTEVAM, D. O. e MIOR, L. C. *Inovações na agricultura familiar:* as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis: Insular

FERREIRA, N. Z. B. e CRUZ, J. C. F (2013) "Mercado Institucional como Fortalecedor da Agricultura Familiar e Promotor da Segurança Alimentar e Nutricional". Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe) Volume 11 n.2. Disponível em: http://www.socresonline.org.uk/socresonline/1/1/4.html, [consultado em 21-11-2014].

FROEHLICH, E.; SCHNEIDER, S. (2014)."Condicionamentos legais e estratégias de governança para a aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar via o Programa de Aquisição de Alimentos: o caso de Tapes, no Rio Grande do Sul . ". In: BRASIL. *PAA: 10 anos de aquisição de alimentos*. - Brasília, DF: MDS, pp. 209-231.

GALINDO, E. P. SAMBUCHI, R. H. R.. OLIVEIRA, M. A. C. de. (2014)."Compras de Produtos Agroecológicos e Orgânicos da Agricultura Familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos". In: BRASIL. *PAA: 10 anos de aquisição de alimentos*. - Brasília, DF: MDS; pp.185-207.

GIL, A. C. (2010), *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.

GUERRA, J. da S. (2010). "O programa de aquisição de alimentos no âmbito do programa fome zero: emancipação ou compensação?. *Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Católica de Pelotas*, *Online*, Disponível em http://bdtd.ibict.br/,[consultado em 13-10-2013].

IBGE. (2009). Censo demográfico 2006. *Online,* Disponível em http://www.ibge.gov.br/home, [consultado em 02-12-2014].

OLIVEIRA, S. L. de. (1999), Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, Tgl, Tcc, Monografias, dissertações e teses.

PEIXINHO, A. de M. L. (2013). "A Trajetória fazer Programa Nacional de Alimentação Escolar no PERÍODO de 2003-2010: Relato fazer gestor nacional". *Ciênc.SaúdeColetiva*, *Online*, Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000400002&lng=en&nrm=iso,[consultado em 19-4-2014].

PICOLOTTO, E. .L. (2011) *As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese (Doutorado) – Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Disponível em:

http://r1.ufrrj.br/cpda/wp-content/uploads/2012/07/tese_everton_picolotto_2011.pdf, [consultado em 20-4-2014].

PORTO et al. (2014)."Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): dez anos de uma política pública múltipla e inovadora". ". In: BRASIL. *PAA: 10 anos de aquisição de alimentos*. - Brasília, DF: MDS, pp.35-58.

SANTOS, A. R.(2004), *Metodologia Científica: a construção do conhecimento*. 6. ed. Revisada. Rio de Janeiro: DP&A.

SANTOS, L. M. P. et al. (2007) . "Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002: 4 - Programa Nacional de Alimentação Escolar".*Cad. Saúde Pública*,*Online,* Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2007001100016&lng=en&nrm=iso, [consultado em 20-4-2014].

SARAIVA, E. B. et al. (2013). "Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar".*Ciênc. saúde coletiva*, *Online,* Disponível emhttp://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232013001000004&lng=en&nrm=iso, [consultado em 19-4-2014].

SILVA, J. G. da; BELIK, W.; TAKAGI, M. (2001) "Para os Críticos do Fome Zero". Disponível em: <www.fomezero.gov.br/download/50fomezero2.pdf>, [consultado em 19-11-2014].

SOUSA, L. M. de et al .(2013)"Alimentação escolar nas comunidades quilombolas: desafios e potencialidades".*Ciênc. Saúde Coletiva*, *Online,* Disponível emhttp://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232013000400011&lng=e&nrm=iso,[consultado em 18-04-2014].

SOUZA, P. M. de; NEY, M.; PONCIANO, N. J. (2011). "Evolução da Distribuição dos Financiamentos do PRONAF entre as Unidades da Federação, no Período de 1999 a 2009". *RBE*, pp. 303-313.

TAKAGI, M.; SANCHES, A.; SILVA, J. G. (2014). "Programa de Aquisição de Alimentos: um embaixador do Brasil contra fome". In: BRASIL. PAA: 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. pp.27-33.

VIEIRA, D. de F. A.; VIANA, C. A. Dos S. (2007). "O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e sua relação como modo de funcionamento da agricultura familiar". *Online,* Disponível emhttp://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/98d489686768a24d24fa7f0d1acabf81.pdf, [consultado em 20-10-2013].

WILKINSON, J. (2014), *Prefácio*. In.: ESTEVAM, D. O. e MIOR, L. C. *Inovações na agricultura familiar:* as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis: Insular.

Construção de verdade policial: análise das controvérsias na descrição e apuração de fatos criminais

Marilha Gabriela Reverendo Garau[1]

Resumo: O presente trabalho pretende verificar, a partir da exposição de dados de um estudo empírico desenvolvido no âmbito do Estado do Rio de Janeiro junto às polícias Militar e Civil, como se constroem na prática os discursos de verdade, com foco especial voltado para os diálogos estabelecidos entre a Polícia Militar, que presencia os fatos tal como ocorreram na realidade, e a Polícia Civil, que reduz os fatos a termo, no momento da elaboração do Inquérito Policial. O estudo se torna relevante uma vez que a polícia brasileira é definida, pelo sistema judicial, como a executora da primeira etapa na procura da hierarquização da verdade real. Essa hierarquização consiste em uma espécie de confronto entre as polícias civil e militar e entre ambas e o judiciário. Isso porque, em um primeiro momento haveria entre a Polícia Civil e Militar, e depois entre ambas e o judiciário, uma controvérsia para definir qual versão é "mais verdadeira dos fatos".

Palavras-chave: discursos de poder; Polícia Militar; Polícia Civil; verdade real; verdade policial.

1. Introdução

As reflexões apresentadas neste trabalho representam o resultado preliminar e as conclusões iniciais da pesquisa desenvolvida para fins de confecção do trabalho de dissertação para titulação de Mestrado em Direito Constitucional. A abordagem desenvolvida perpassa pela exposição das relações existentes entre a Polícia Judiciária e a Polícia Militar do Rio de Janeiro lançando luzes sobre as formas como os discursos produzidos pela Polícia Militar são registrados pela Polícia Civil, reduzidos a termo no Inquérito Policial, instrumento formal responsável pelo ingresso do fato ao Judiciário. O presente trabalho dispõe sobre as formas como os discursos da Polícia Militar são registrados no âmbito da Polícia Civil, abrindo caminho para sua reverberação, ou não, no âmbito do sistema judiciário.

Assim, o objetivo desta reflexão é fornecer indícios para percepção da dimensão do conflito que se pode observar entre as instituições responsáveis pela segurança pública, na medida em que se alinham, ou se distanciam em função do embate entre as retóricas militar e jurídica. Afinal, tanto as categorias militar povoam o imaginário dos policiais civis como o vocabulário jurídico organizam parte do pensamento de policiais militares. Entretanto, essa convivência muitas vezes não é reconhecida, impossibilitando uma articulação harmônica.

Para Geertz (1998), o sistema jurídico busca descrever o mundo e seus acontecimentos nos seus próprios termos, tal técnica sintetiza o empenho para que a representação dos fatos seja adequada, correspondente à realidade, à sua realidade. A verdade construída no processo é a verdade do processo. Ou seja, existem categorias jurídicas de diferentes sociedades, como as leis e crimes, que não podem ser comparadas por possuírem significados diferentes, oriundos dos contextos do lugar as quais são provenientes.

A ideia de uma verdade construída a partir de um processo ganha relevância uma vez que esclarece a noção de que toda verdade é resultado de uma (re)construção. Neste sentido, a categoria construção é expressão algo anteriormente projetado, visualizado ou imaginado, seja no mundo dos fatos ou no mundo das ideias.

A verdade dos fatos exerce grande importância no julgamento das ações humanas. Quando uma verdade deixa

---

1 Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional (PPGDC) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bacharel em Direito pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Pesquisadora do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC). Advogada. Universidade Federal Fluminense (UFF) marilha_garau@hotmail.com

dúvidas, é imprescindível verificar a sua veracidade, que pode ou não levar à incriminação de um indivíduo. Neste sentido é possível afirmar que ao proceder à apuração de fatos a partir dos procedimentos descritos nos procedimentos de processo penal, o magistrado está na realidade reconstruindo a verdade sobre determinado fato. Neste viés, seria incorreto afirmar que a verdade foi descoberta, devendo-se compreender que na realidade, determinado fato foi esclarecido ou elucidado.

2. O Direito e a eterna busca pela "verdade real" dos fatos

O Direito costuma tratar da busca pela "verdade real", fundamento para o qual se voltaria todo o procedimento para o qual se projeta a lógica do Processo Penal, no sentido de encontrar a versão mais verdadeira, mais aproximada da realidade. Todavia, tal adágio recebe diversas críticas, uma vez que a verdade é algo (re)construído, conforme dito anteriormente, e como tal (re)contada a partir da memória.

O princípio da verdade real, também conhecido como princípio da verdade material ou da verdade substancial, determina que o fato investigado no processo deve corresponder ao que está fora dele, em toda sua plenitude, sem quaisquer artifícios, sem presunções, sem ficções.

Para a esfera processual penal, na qual, em regra, predomina a indisponibilidade de interesses, não é suficiente o que tem a simples aparência de verdadeiro, razão pela qual se deve procurar introduzir no processo o retrato que mais se aproxime da realidade.

Segundo o aludido princípio, o julgamento proferido no processo penal dever refletir, tanto quanto possível, a realidade dos fatos analisados e, para tanto, a pesquisa do que efetivamente aconteceu deve ser plena e ampla, a fim de que a realidade possa se transmitir com absoluta fidelidade aos autos. Para Fabbrini Mirabete (2006:44), o princípio da verdade real exclui "os limites artificiais da verdade formal, eventualmente criados por atos ou omissões das partes, presunções ficções, transações etc., tão comuns no processo civil".

A reprodução da verdade no processo penal deve ser feita através da busca das melhores provas em matéria criminal, sendo que o Juiz não pode se contentar apenas com aquelas fornecidas pelas partes, salvo se forem efetivamente as melhores. Para exemplificar, pode-se dizer que o depoimento de uma testemunha que presenciou o evento criminoso deve ser mais valorado que o daquela que tão somente tomou conhecimento do delito.

A supremacia da verdade real no processo penal é determinada pelo interesse público, presente tanto nas ações penais públicas quanto nas privadas. Isso porque, para o exercício do *jus puniendi,* reservado ao Estado, mister se faz que a verdade dos fatos seja efetivamente alcançada, sob pena de que muitas injustiças sejam praticadas. Sobre o tema em comentou Tourinho Filho (2003:41):

> Na verdade, enquanto o Juiz não penal deve satisfazer-se com a verdade formal ou convencional que surja das manifestações formuladas pelas partes, e a sua indagação deve circunscrever-se aos fatos por elas debatidos, no Processo Penal o Juiz tem o dever de investigar a verdade real, procurar saber como os fatos se passaram na realidade, que realmente praticou a infração e em que condições a perpetrou, para dar base certa à justiça.

Neste sentido, visando atender ao princípio em voga, se determinada pessoa é presa em flagrante pela Polícia Militar por ocasião da prática de uma conduta prevista no Código Penal esta será tão logo conduzida à Delegacia da circunscrição para registro de ocorrência. De acordo com a legislação vigente deve-se ouvir o condutor, reduzindo-se suas declarações a termo. Logo em seguida, o mesmo deve ser feito com as testemunhas que, eventualmente, tenham acompanhado o condutor. Desta forma os discursos orais que narram a forma como aquele fato se sucedeu são reduzidos a termo por escrito. Os fatos ali narrados passam a integrar o Inquérito Policial, que adentrará ao Judiciário dotado de uma característica que é peculiar aos documentos públicos expedidos e assinados por funcionários públicos: a fé pública.

Seguindo o procedimento determinado pelo Código de Processo Penal, aquilo que restou registrado por escrito e foi consubstanciado em Inquérito é encaminhado ao Ministério Público, para o oferecimento de uma

denúncia, bem como para o Juiz de Direito, que, devido à flagrância dos fatos deverá converter a prisão em preventiva, se presentes os requisitos necessários; relaxá-la, caso verifique a ocorrência de alguma ilegalidade; ou, ainda, conceder a liberdade provisória, com ou sem fiança, atendendo-se aos requisitos legais.
Percebe-se que a partir do momento em que o discurso é reduzido a termo este passa a integrar uma verdade jurídica e não mais uma verdade factual apenas, uma vez que irá compor um processo que é instrumento de aplicação do Direito Penal. Por conta de todo este processo ao qual se submetem a narrativa dos fatos é que falamos em uma verdade (re)construída.
Desta forma, pode-se afirmar que a porta de ingresso do discurso da Polícia Militar no Judiciário é a redução de sua palavra a termo pela Polícia Civil, por meio dos depoimentos testemunhais que integrarão o inquérito.
Sendo assim, os depoimentos policiais militares escritos e por eles assinados integram o Inquérito Policial e são remetidos juntos a este com o relatório final elaborado pelo Delegado de Polícia. Ao final do relatório, os fatos narrados pelo condutor (quem efetuou a prisão) e pelas testemunhas (que não raramente são outros policiais militares) são tipificados, ou seja, os fatos narrados serão enquadrados em uma das situações criminosas – as figuras típicas – previstos abstratamente pelo Código Penal.
Assim, por exemplo, se um Policial Militar e outras testemunhas chegam à Delegacia e narram que viram quando um indivíduo atirou contra o outro e por ocasião do tiro este foi levado a óbito, o fato narrado será tipificado no crime de homicídio, previsto no artigo 121 do Código Penal.

3. A disputa pelo discurso dos fatos como uma forma de manifestação de Poder

Neste viés, uma das maiores reclamações dos Policiais Militares hoje é a forma como seu discurso é recebido pela Polícia Civil, qual seja de forma distinta à preterida inicialmente, uma vez que os Policiais Militares quando efetuam a prisão do indivíduo visualizam determinada figura penal enquanto que, no momento da tipificação da conduta o Delegado de Polícia enquadra o fato em um dispositivo diverso.
Conforme narram policiais militares essa divergência é muito comum na clássica distinção entre os crimes de tráfico e uso de entorpecentes[2]. A Polícia Militar costuma afirmar que conhece bem o funcionamento do tráfico de drogas e, portanto, o policial militar é que seria detentor do conhecimento necessário para enquadrar determinada conduta em tráfico e/ou uso de entorpecentes.
Segundo os policiais militares entrevistados, a Polícia Civil costuma observar, principalmente a quantidade de droga em posse do indivíduo para tipificar a conduta em tráfico ou uso de entorpecentes. Porém, a polícia ostensiva insiste em afirmar, com base em seus conhecimentos da forma como funciona o tráfico de drogas, conhecimentos estes auferidos por ocasião da atuação ostensiva, que a operacionalização do tráfico foi modificada, especialmente em razão dessa lacuna em específico na Lei de drogas. Segundo eles agora os traficantes já circulam com menores quantidades das substancias entorpecentes, já objetivando que suas condutas sejam enquadradas no uso de entorpecentes e não no tráfico.
Sobre assunto, certa vez um policial comentou enquanto narrava o cenário de uma operação para apreensão de drogas:

> *"O tráfico já se reorganizou pra poder se livrar – da prisão – por essa brecha que tem na lei. Você acha que eles são burros? Que vão andar com dois quilos de crack ou maconha na mochila? Claro que não! Eles vão e voltam, pegam*

2 A Lei 11.343/2006 que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre drogas alterou o antigo texto da Lei 6.368/1976 que até então regulamentava o assunto. A nova lei, por sua vez, é mais tolerante em relação ao usuário, deixando o tema a cargo da área da saúde, instituindo uma despenalização neste sentido, embora o uso continue proibido, não há uma punição a termos de privação de liberdade para isso. Entretanto, a lei apresenta uma lacuna peculiar, que oferece aos Delegados, Promotores e Magistrados imensa discricionariedade no que tange ao enquadramento do indivíduo como usuário ou traficante, uma vez que são elencados critérios meramente formais para que tal distinção seja enquadrada na prática, posto que a lei não estabelece uma diferenciação objetiva capaz de diferenciar uso de tráfico.

> *pedra por pedra se for preciso. Agora você acha que Civil sabe disso? Sabe nada, chego lá com um avião[3] com duas gramas ele vai me responder que o cara é cracudo[4] e vai enquadrar no uso".*

Isto acontece porque, conforme explicado anteriormente, a tipificação não é feita por quem acompanhou os fatos, mas por aquele que faz o registro deles, ou seja, a Polícia Civil, na pessoa do Delegado responsável pelo expediente. Neste sentido, é possível identificar uma disputa pelo discurso sobre os fatos. De um lado a Polícia Militar afirma que acompanhou e presenciou os acontecimentos tal como se deram na realidade, por outro lado, a Polícia Civil direciona críticas à Polícia Militar afirmando que "estes desconhecem a lei", referindo-se, inclusive aos procedimentos utilizados no momento da prisão, que, segundo eles, ocorrem não raramente em total dissonância às previsões legais e sem qualquer compromisso com os mandamentos Constitucionais.
Neste sentido, certa vez um Inspetor de Polícia Civil comentou em tom jocoso:

> *"eles – os policiais militares – só tem ensino médio, nunca estudaram processo penal na vida, não entendem nada de direito, vira e mexe aparece prisão ilegal ou um flagrante forjado[5] aqui".*

Toda esta controvérsia revela uma verdadeira disputa pelo discurso. Isto porque o poder pode censurar os discursos, impedindo que determinadas ideias venham à tona, permitindo apenas a manifestação daquelas ideias que estão de acordo com as relações de poder instituídas em determinada sociedade (Bordieu, 2012).
Neste ponto pretendemos analisar a relação entre poder e discurso, visando perceber mais detidamente as formas como são censurados determinados discursos e ideias no âmbito da (re)construção da verdade judicial, principalmente voltando esta reflexão para a disputa pelo discurso policial.
Ora, por outro lado, o discurso costuma reproduzir o poder, demonstrando seu caráter mobilizador, ou seja, age sobre a realidade no sentido de reproduzir ou questionar as relações de poder.

> Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 2005).

Neste caso, valermo-nos das lições do antropólogo Roberto Kant de Lima (1995) para elucidar que a polícia brasileira é definida pelo sistema judicial como a executora da primeira etapa na busca pela hierarquização da verdade. Segundo o autor, esta hierarquização consiste em uma espécie de confronto entre as polícias Civil e Militar e entre ambas e o judiciário.
Isto porque haveria em um primeiro momento uma controvérsia entre a Polícia Civil e a Militar para definir a versão mais verdadeira dos fatos, e em um segundo momento esta controvérsia estaria voltada para o executivo e o judiciário, porque pela estrutura elitista do sistema judicial hierarquizado, a verdade acolhida pelo poder judiciário seria dotada de "mais verdade" do que aquela aduzida pela polícia.

---

3 Na hierarquia do tráfico, "avião" é segundo cargo que vem logo acima dos fogueteiros, que estão na base deste. No geral os aviões são usados para transportar drogas e armas dentro e fora da favela. Leia mais sobre em: http://noticias.r7.com/cidades/noticias/criancas-comecam-no-trafico-de-drogas-do-rio-aos-oito-anos-de-idade-diz-instituto-20091227.html

4 Em termos gerais, a categoria *cacrudo* faz referência ao usuário da droga *crack*, uma espécie de cocaína solidificada em cristais que é consumida a partir do fumo. Entretanto, a expressão é costumeiramente utilizada no sentido de indicar que determinada pessoa faz uso de drogas, não apenas o *crack*.

5 O flagrante forjado não é admitido pelo ordenamento jurídico brasileiro. Este se dá quando as provas são produzidas visando incriminar o agente. Aquele que forjou as provas pode ainda responder criminalmente por denunciação caluniosa, se produzido por um particular, por concussão ou abuso de autoridade, se foi forjado por quem efetuou a prisão ou por agente público).

Ora, tal disputa releva em sua essência a busca pelo poder sobre o discurso seja no sentido de reproduzir o poder arraigado ou de impedir que esse seja enfraquecido.
Neste viés, estabelecendo-se uma escala de poder na forma de uma pirâmide o discurso da Polícia Militar estaria na base, logo acima o discurso da Polícia Civil, no meio o discurso proferido pelo Ministério Público e ao cume o discurso do Judiciário.
Entre os setores que compõem os degraus dessa pirâmide haveria de igual modo uma disputa institucional pelo discurso, de modo a expressar questionamento de poder, tal como acontece conforme narrado entre a Polícia Militar e a Civil quando por ocasião da disputa pela tipificação; o mesmo ocorrerá entre a Polícia Civil e o Ministério Público – este se valerá também dos depoimentos policiais iniciais para tipificação da denúncia, requerendo ao juiz a condenação de acordo com a versão que mais lhe convenceu (civil ou militar); quando, ao fim, o Judiciário irá deliberar sobre qual verdade foi mais bem construída, para então, como exercício máximo de poder decidir qual crime foi cometido pelo indivíduo levado à julgamento.
O fato de o Judiciário estar no topo dessa pirâmide guarda relação com a noção de que a produção de verdade do Direito está diretamente relacionada ao saber dos "operadores do direito", que aplicam o saber por eles particularizado, qual seja a lei, definindo o que é ou não verdade, através de um ato de natureza judicial: a sentença.
As concorres entre as instituições policiais vão para além da disputa pelo discurso dos fatos, embora seja inegável afirmar que o maior objeto de anseio da Polícia Militar em relação à Polícia Judiciária se projeta primordialmente para dois elementos: os mecanismos de investigação e o cartório, uma vez que ambas são fontes de produção de discurso de verdade. A razão é óbvia: o discurso da Polícia Civil custa mais caro do que o discurso da Polícia Militar, uma vez que é aquela que detém o mecanismo formal capaz de fazer ingressar determinado fato ao mundo do judiciário.
Certa vez durante, uma conversa informal, um comandante de operações, oficial da Polícia Militar contou que um de seus soldados havia rejeitado um suborno no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), oferecido por um grande traficante da região. A história que corria a unidade desde então era que, após ser conduzido à Delegacia, o sujeito fora liberado, porém, desta vez teve que despender um recurso um pouco maior: R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para não ter seu Inquérito aberto.
Essa questão passaria por um problema de apropriação do saber jurídico, conforme explica Kant de Lima (1995) ao utilizar-se de uma representação geométrica para tratar de dois sistemas: o do paralelepípedo, no qual a sociedade é composta por diversos paralelepípedos e dentro de cada um haveria um consenso sobre regras e conhecimento de regras públicas. Neste sistema, todas as pessoas que estão dentro de um paralelepípedo conhecem as regras, porque o próprio conhecimento protege as pessoas da violação dessas regras, sendo o saber fundamental e dotado de valor igualitário, uma vez que todos precisam conhecer as regras; e o da pirâmide, onde há estamentos complementares, de modo que os direitos serão aplicados às pessoas diferentemente de acordo com o estamento. Neste caso o direito sempre será aplicado de cima para baixo, ou seja, as pessoas de baixo sempre observam o alto da pirâmide, sem que exista uma modalidade dentro dela. O conhecimento sobre as regras é particularizado, mas a aplicação delas é feita de cima para baixo.
Ora, o sistema brasileiro, no que tange à aplicação do direito, certamente corresponde ao modelo da pirâmide. A maior expressão disso se revela já nas faculdades de direito espalhadas pelo país, uma vez que, apenas aqueles que passam pelo curso conhecem e interpretam a lei ao caso concreto, de modo que, aquele que detém conhecimento aplicará isso em relação ao que não tem. Se essas normas não emanam do consenso no todo serão aplicadas de modo diferente nos diferentes estamentos da sociedade, o que acarretará uma interpretação diferenciada dessa norma em cada estamento.
A fala do Policial Civil que desmerece o saber do Policial Militar expressa claramente esse posicionamento, o que logicamente, guarda relação com a dificuldade das ideias de igualdade jurídica serem adaptadas ao país. Logo após a independência do Brasil, já no início de 1830 iniciou-se a elaboração de um Código Penal, embora a escravidão só tenha sido abolida em 1888 e o primeiro Código Civil editado em 1916. Ora, no Brasil independente a população era sujeito de Direito Penal, mas não era de Direito Civil.
Tal postura jurídica se reflete após a República e se propaga até hoje com a oração aos moços de Rui Barbosa: "tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que se desigualam", que transforma a diferença encontrada na "natureza" em desigualdade social, reafirmando a desigualdade de tratamento jurídico (leia-se policial e judicial) desigual como regra da "igualdade jurídico à brasileira". Ou seja, a regra é a desigualdade.

4. Conclusão: a recepção dos discursos pelo Judiciário

No Brasil o saber jurídico é um saber particularizado, posto que aquele que não conhece as leis e suas interpretações ou ainda não souber como usar tal conhecimento, não poderá participar das discussões que versem sobre direito. Logo, pode-se inferir que as pessoas que detém um saber particularizado do direito irão aplica-lo de forma diversa aos terceiros estamentos.

Desta exposição de controvérsias pelo discurso surge uma questão, uma vez que o agente público quando em serviço e atuando estritamente em função de seu cargo estará amparado pelas normas regentes da atividade pública, de modo que, os atos praticados por agentes públicos, sejam eles escritos ou verbais, presumem-se verdadeiros.

Essa regra vale para todos os âmbitos no qual atua o Estado por meio dos órgãos e pessoas que o representam. Ora, o Estado não pode deixar de prestar serviços à comunidade, de modo que, a própria evolução do Estado justifica a necessidade das relações sociais serem disciplinadas, seja objetivando proporcionar segurança aos indivíduos preservando a ordem pública, ou mesmo visando à prática de atividades benéficas à sociedade (Carvalho Filho, 2012).

Por essa razão é que o ordenamento jurídico confere aos agentes encarregados de promover tais fins, prerrogativas peculiares à promoção dos objetivos do Estado, privilégios estas indispensáveis à consecução dos fins públicos, dentre elas a presunção de veracidade dos atos por eles praticados, sejam escritos ou verbais.

Por exemplo, uma multa prescrita por um agente de trânsito, presume-se verdadeira e pode ser executada de pronto. Um atestado médico, de igual modo presume-se verdadeiro. O mesmo ocorre com documentos expedidos e/ou assinados pelos funcionários de cartórios de notas e assim por diante. Ou seja, pode-se concluir que, em regra, qualquer ato de natureza administrativa, independente de seu tipo ou categoria, tem como um de seus fundamentos a presunção de veracidade. Isto se faz necessário visando o bom convívio em sociedade, por razões de fácil compreensão. Se não pudéssemos empregar confiança aos documentos e atos praticados pela própria administração pública (o Estado representado pelos mais diversos setores), viveríamos em constante estado de insegurança nas relações mais comuns do cotidiano.

A presunção de veracidade surge dos fatos alegados pela Administração Pública para a prática do ato, que devem ser tidos como verdadeiros até prova em contrário, gozando, portanto tais declarações e informações de fé pública.

Por óbvio, se houver algum vício que leve ao questionamento desse ato isso pode ser feito, mas, ressalta-se mais uma vez, a regra é que estes atos serão considerados verdadeiros, "verdadeiros até que se prove o contrário". É, portanto, uma presunção de natureza relativa e não absoluta, admitindo-se contestação.

Inobstante esse cenário, ouvem-se constantes reclamações advindas da Polícia Militar no sentido de que, ao contrário do que prescrevem os preceitos norteadores do Direito Administrativo de presunção de veracidade, os atos dos policiais que trabalham em controle ostensivo não são presumidos verdadeiros, mas, em regra, presumidos falsos, ou minimamente suspeitos, por assim dizer.

Certa vez um policial militar comentou que evitava dar flagrante "no turno dele" porque muitos problemas giravam em torno disso, principalmente o fato de ter que ir a juízo depor sobre o ocorrido:

> *"a gente perde um dia de folga pra ir lá depor e o juiz fica tentando fazer a gente se contradizer, procurando diferença entre o que a gente tá falando e o que foi escrito no dia que o flagrante foi lavrado. Além de o vagabundo[6] ser solto, ainda corre o risco de ir você preso porque*

6 Embora na essência o termo faça referência à inatividade profissional de determinada pessoa, a categoria pode ser usada em diversos sentidos. No âmbito das instituições criminais os profissionais da área utilizam o termo relacionando-o pejorativamente ao agente produtor do fato criminoso. Certa vez questionei um oficial militar sobre o uso da terminologia e ele me explicou que o vagabundo para ele faz se relaciona ao malandro brasileiro e pode ser observado na prática pelo jeito de andar do infrator.

> *ele acha que você tá prestando falso testemunho. Evito ao máximo dar flagrante, eles já acham que a gente tá errado".*

Aparentemente não é apenas o Judiciário que desconfia da atuação da Polícia Militar, a própria Polícia Civil também questiona bastante os fatos narrados pelos militares na Delegacia, sobre isso, outra história chamou bastante atenção. Ao mostrar as fotos de um rapaz coberto de sangue e com a mão decepada, um policial militar contou que quando a viatura – o carro da polícia – adentrou à comunidade um traficante objetivando jogar uma granada no veículo acabou perdendo a mão e caindo da laje, então o policial afirmou muito indignado que quando chegou à Delegacia de Polícia para registrar a ocorrência o Policial Civil questionou a narrativa afirmando que aquilo estava muito estranho.

Sobre o mesmo assunto outro Policial Militar comentou:

> *"eu não consigo entender muito bem essa lógica da gente ter que prender, fazer registro e ainda ter que ir depor depois. Isso na minha cabeça representa menos efetivo na rua, enquanto a gente fica envolvido em resolver essas questões burocráticas e passa por vários interrogatórios (na Delegacia ou na Justiça), a nossa função ostensiva que é o objetivo maior não está sendo cumprida. Já passei seis horas dentro de uma Delegacia fazendo registro, seis horas pra prender um vagabundo por desacato, melhor pegar uma grana por fora e ir pra casa mais cedo. Se eu pudesse prender o sujeito, escrever eu mesmo o que aconteceu e nunca mais ter que ver a cara dele ficava mais fácil eu fazer meu trabalho".*

Ora, o que podemos observar desse contraste é que, embora a Polícia Militar integre o quadro de servidores da Administração Pública, seus atos são tratados diferentes dos atos praticados pela regra que atende aos demais servidores públicos.

Neste sentido, Roberto Kant de Lima (1995) fala em uma ordem constitucional igualitária, que é aplicada de maneira hierárquica dentro do sistema judicial, uma vez que diferentes tratamentos legais são dispensados às situações semelhantes, dependendo-se da situação profissional ou social do indivíduo.

Neste caso, uma vez que o discurso da Polícia Militar encontra-se na base da pirâmide este será recepcionado pelo Judiciário descrédito em relação ao discurso proferido pelo Delegado de Polícia e pelo Ministério Público, embora o único que tenha presenciado os fatos como se deram na prática sejam os próprios policiais militares, de modo que, nos padrões da busca pela verdade real para qual se projeta o direito processual penal, o discurso do policial militar, ironicamente, seria o mais próxima deste ideal.

Referências

BORDIEU, Pierre. (2012) *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CARVALHO FILHO (2012), José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. Rio de janeiro: Freitas Bastos, Editora Atlas, 15 Edição.

FOUCAULT, Michel. (2005) *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora.

GEERTZ, Clifford. (1998) *O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa. In* _____*O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes,* 1998.

LIMA, Roberto Kant. (1995) *A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense.

MIRABETE, Julio Fabbrini. (2006) *Processo penal.* 18. ed. – São Paulo: Editora Atlas.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa (2003). *Manual de processo penal*. 3º vol. 30 ed. São Paulo: Saraiva.

A constitucionalidade das ações afirmativas. Por uma reflexão crítica dos direitos fundamentais

Fernanda Barros dos Santos[1]

Resumo: Este artigo objetiva discutir a Constitucionalidade das ações afirmativas no panorama brasileiro. Haja vista que as mesmas, na atualidade, são principal expressão institucional da temática racial brasileira. Sob a égide governamental de Fernando H. Cardoso (1994-2002) estas foram gestadas. Paralelamente, ampliadas com Luís I. Lula da Silva (2003-2010) e sancionadas, atualmente, com Dilma Roussef. Sobretudo aquelas voltadas à educação e mercado de trabalho. O marco inicial se fez com a adesão nacional, em 2001, na III Conferência Mundial da ONU contra o Racismo. Em linhas gerais, a discussão recai sobre o acolhimento estatal da pluralidade cultural através dos meios jurídicos. Em contraposição, ao princípio isonômico apregoado pela Constituição de 1988. Em suma, o objetivo é delinear o debate concernente à "constitucionalidade das ações afirmativas". Quanto ao método foi adotada a revisão bibliográfica e mobilizado decretos e portarias do Legislativo Federal. Concomitantemente, a cobertura da mídia produzida pela Grande Imprensa sobre o assunto.
Palavras-chave: Raça, Unesco, Afirmativas, Brasil, Constituição.

A pesquisa realça a temática por vislumbrar o contraditório entre a Constituição (1988) e o Estado democrático de direito. O dilema recai sobre o paradigma da concretização da aquisição dos direitos sociais básicos, em um cenário escasso ou incompleto dos recursos públicos, mas que depende a maioria. No entanto, para alcançar determinada finalidade, evoca o "tratamento desigual" àqueles "sub-representados" material e socialmente. Neste viés, adéqua ainda as decisões e os interesses político-econômicos da agenda pública, em meio ao arranjo democrático. Simultaneamente, rompe com prerrogativas fundamentais do direito, a exemplo do artigo 5º, concernente à igualdade de direito entre os indivíduos.

Todavia, na procura pela ruptura com a formalidade dos direitos sociais básicos, ou, ao entender as garantias institucionais de aspecto meramente formal, se projetam e sancionam leis que almejam contornar essa assimetria social. Partindo desta premissa, a revisão de literatura sobre o assunto, Joaquim Barbosa prescreve que as ações afirmativas são:

> políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeito da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional competição física. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação cultural, estrutural, enraizada na sociedade. (GOMES, 2001, p.6)[2].

Em contrapartida, segundo Jaccoud & Beghin (2002), as ações afirmativas são políticas temporárias e focalizadas, ou seja, objetivam tratar de forma diferenciada e privilegiada por um espaço de tempo restrito os grupos historicamente discriminados. De acordo com os teóricos, o objetivo é garantir a igualdade de oportunidades adotando um tratamento preferencial para permitir que tais grupos alcancem um nível de competitividade

---

1 Universidade Federal Fluminense –UFF
Departamento de Ciência Política- ICHF
Doutoranda em Ciência Política
Professora Substituta do Núcleo de Estudos de Direitos Humanos NEPP-DH –UFRJ
Fernandabs21@yahoo.com.br

2 GOMES, Joaquim Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

similar aos demais grupos. Assim, estas políticas tendem a promover ou ampliar a participação dos grupos discriminados nos diversos setores da vida social, especialmente na educação, no mercado de trabalho e na comunicação (Jaccoud&Beghin, 2002, p. 47)[3].

Em linhas gerais, Sabrina Moehlecke assevera que as ações afirmativas visam à institucionalização de políticas públicas que objetivam a promoção, reapropriação de direitos, ou a reparação das vítimas do racismo, por conta da raça, cor, religião, língua, gênero, no ímpeto de garantir o acesso a poder, prestígio e riqueza. Nesses propósitos, Moehlecke aponta para a implementação destas medidas na Índia, Estados Unidos, África do Sul, Malásia, Austrália, Nigéria, Argentina e Cuba (Moehlecke, 2002, pp.199-201)[4].

Sob outro ponto de vista, Marilene de Paula salienta que o marco inicial para a implementação das políticas afirmativas no Brasil ocorrera com a criação do Grupo Interministerial pela Valorização da População Negra em 1996 (GTI) - grupos específicos que visavam o combate ao racismo e a desigualdade racial a partir do fomento de políticas públicas voltadas para este segmento (Paula, 2010, pp. 22-55)[5]. O Presidente da República reconheceu em seu discurso de criação das (GTIs) em (1996)[6] que no país havia o preconceito racial, refutando, portanto, a tese "da democracia racial" gestada em Gilberto Freyre (1900-1987) na obra *"Casa-Grande&Senzala"* (1933).

Somando-se à este debate cabe mencionar o componente étnico. Gilberto Freyre (1900-1987), na obra predita, cunhou a leitura "adocicada das relações raciais brasileiras". Possibilitando que a partir da tríade racial (branco, negro e o índio) fosse escamoteado as iniqüidades sociais. Concomitantemente, impediu a formação da identidade racial e o enfretamento do racismo.

Ainda sobre as ações do executivo, Marilene de Paula destaca que o Presidente Fernando Henrique deu início ao reconhecimento de remanescente de Quilombos. Ademais, em 20 de novembro de 1995, ocorrera em Brasília a Marcha do Zumbi dos Palmares, marco histórico dos 300 anos da morte do herói negro. Segundo a autora, a Marcha contou com a presença de 30 mil ativistas de todo Brasil, os quais marcharam pela Esplanada dos Ministérios numa articulação entre as duas principais centrais sindicais (Central Única dos Trabalhadores – CUT e Força Sindical) e o Movimento Social Negro, setores da Igreja, Ongs e movimentos sociais de outras áreas. Na concepção de Marilene de Paula, o objetivo da Marcha era a luta contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida e concomitantemente, representava à mobilização dos militantes do Movimento Social Negro com suas demandas ao poder (Paula, 2010, p. 46). Ou mesmo, nos parâmetros de seu próprio documento: *"tornar a igualdade formal, a igualdade de todos perante a lei, em igualdade substancial: igualdade de oportunidade e tratamento"* (1996, p.24)[7].

Todavia, conforme mencionado inicialmente, a presença brasileira em acordos mundiais se fez na Conferência Mundial contra o racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata da ONU, em 2001, na África do Sul. Entretanto, anteriormente, em 1969, houve a participação da nação na Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. A partir deste acordo foi promulgado pelo decreto nº 65.810, de 8 de dezembro de 1969 "que não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o único objetivo de assegurar progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos ou de indivíduos que necessitem de proteção que possa ser necessária para proporcionar a tais grupos de indivíduos igual gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais, contando que tais medidas

---

3 JACCOUD, Luciana & BEGHIN, Nathalie. Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental. Brasília: IPEA, 2002.

4 MOEHLECKE, Sabrina. **"Ação Afirmativa: História e Debates no Brasil."** Cadernos de Pesquisa, n.117, p.197-217, novembro/2002. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559 Acesso em: 20/04/2012.

5 PAULA, Marilene de . **Políticas de Ação Afirmativa para Negros no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. Dissertação de Mestrado, defendida em: Abril de 2010, CPDOC.

6 Cerimônia de Instalação do Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra Palácio Do Planalto, 27 de fevereiro de 1996. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/area-presidencia/pasta.2008-1008.1857594057/pasta.2008-10-08.9262201718/pasta.2008-12-16.0710539708/pasta.2009-08 15.1277050055/Construindo%20a%20democracia%20racial.pdf Acesso em:15/08/2012.

7 "Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida" (1996), p.24.

não conduzam, em conseqüência à manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais e não prossigam após terem sido alcançados os seus objetivos."

Em adendo, os indícios bibliográficos remetem a iniciativa de líderes políticos para inclusão das ações afirmativas na agenda governamental brasileira. A exemplo do pioneirismo do Senador Abdias Nascimento, cujo primeiro passo concorreu à formulação de mecanismos de compensação para o afro-brasileiro pelos séculos de discriminação (1983). Contudo, o Projeto de Lei (114/1997) não fora aprovado pelo Congresso Nacional. Além do referido Senador houve mais propostas políticas, a exemplo do Deputado Federal Florestan Fernandes (PT/SP) em 1995, a então Senadora Benedita da Silva (PT/RJ), propôs os Projetos de Lei 13 e 14 (1998). Encaminhada ao Senador Antonio Paim (PT/RS). No computo geral, as propostas políticas objetivavam a concessão de bolsas de estudos, a indenização da população negra, um Fundo Nacional de Desenvolvimento de Ações Afirmativas e a modificação no processo de ingresso nas Instituições de ensino superior, estabelecendo cotas mínimas para determinados grupos (Moehlecke, 2002).

Não obstante, a historicidade das ações afirmativas é de longas datas. A primeira política de cotas no panorama nacional foi desenvolvida na ementa Constitucional de julho de 1934, parágrafo 6º do artigo 121, no Governo de Getulio Vargas (1930-1945): a Lei da Nacionalização do Trabalho, ainda hoje presente na CLT, que determina que dois terços dos trabalhadores das empresas sejam nacionais. Em prosseguimento, com a criação da Justiça do Trabalho, também naquele período, o Direito do Trabalho inaugurava uma modalidade de ação afirmativa que ate hoje considera o empregado um hipossuficiente, favorecendo-o na defesa judicial dos seus direitos (Geraldo, Endrica. 2009).

Paralelamente, em 1968, o Congresso instituía cotas nas universidades, por meio da chamada Lei do Boi, sob decreto No 63.788, de 12 de dezembro de 1968, cujo artigo primeiro prescrevia: "Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, reservarão, anualmente, de preferência, de 50% (cinqüenta por cento) de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural e 30% (trinta por cento) a agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio" (Brasil, 1968).

Por ultimo, na Constituição de 1988, a nação adotou cotas para portadores de deficiência no setor publico e privado, sob Lei 8.213/1991. Assim como, cotas para mulheres nas candidaturas partidárias sob a Lei no 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, dispondo que cada partido ou coligação devera reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. E instituiu uma modalidade de ação afirmativa em favor do consumidor: dada a presunção de que fornecedores e consumidores ocupam posições materialmente desiguais, estes últimos são beneficiados com a inversão do ônus da prova em seu favor, de modo que em certas hipóteses ao fornecedor cabe provar que ofereceu um produto em condições de ser consumido.

Concernente à educação superior para a população negra, por decisão do poder publico, aconteceu no ano de 2001, com a aprovação, pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, de uma política de cotas raciais, com uma reserva de vagas de 20% para negros e indígenas, 5% para portadores de deficiência, 20% alunos da rede publica de ensino e 5% para filhos de policiais, bombeiros, agentes da segurança publica. Porem, decretada e sancionada sob a Lei Nº 5346, de 11 de dezembro de 2008, pelo Governador Sergio Cabral. Cabe que duas universidades estaduais do Rio de Janeiro, a Universidade Estadual do Rio de janeiro, UERJ, e a Universidade Estadual do Norte Fluminense, UENF, instituíram inicialmente a política de cotas. Ademais, nos anos de 2002 e 2003, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e a Universidade Federal de Brasília (UNB) também passaram a adotar o sistema de cotas para afro-descendentes. Em 2007, já eram quase quarenta as universidades publicas estaduais e federais que haviam adotado algum tipo de medida. E mediante a Lei 73/99, o Governo de Lula instituiu as cotas nas Instituições públicas de Ensino Técnico e Superior. Todavia foi sobre o Governo de Dilma Roussef que se fez a aprovação das cotas raciais no ensino superior aos autodeclarados; pretos, pardos e indígenas. De acordo com a e lei no 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012, nos termos do diário oficial.

Afora as leis e decretos sancionados pelo Governo Federal, o embate quanto à constitucionalidade das cotas dividiu a sociedade e os juristas em argumentos contra e a favor da implementação das ações afirmativas.

Em termos discursivos, dentre os argumentos levantados pelo DEM (Partido Democratas), com o processo judicial ADPF-186 (Argüição do Descumprimento de Preceito Fundamental), ao Supremo Tribunal de Justiça quanto à constitucionalidade das ações afirmativas, este defendeu que no país não haveria "raças" dado o amálgama racial. O que tornaria complexa a identificação fenotípica dos beneficiários das cotas. Assim como, propiciaria a diluição do tecido social, a partir da incitação do ódio racial. Em consonância, a questão meritocrática balizaria o ingresso ao ensino superior, o favorecimento das cotas recairia somente sobre a classe média e alta da população negra. Restringindo, principalmente, os "pobres brancos" da sociedade. Os arguintes conceberiam a desigualdade no país de fulcro social e não-racial. Tal medida fomentaria a criação de um Estado racializado, ou mesmo, a segregação institucionalizada aos moldes americanos.

Destarte, para os mesmos, tal política pública focalizada feriria o princípio da dignidade da pessoa humana, a igualdade de tratamento. E a educação, de acordo com os preceitos constitucionais, é um direito de todos. Para finalizar, foi feita a citação da declaração da Unesco quanto à inexistência de raças: "todos os seres humanos deveriam ser reconhecidos como pertencentes a uma mesma espécie, *Homo sapiens*, e provavelmente originários do mesmo tronco. Em termos científicos, as diferenças que existiriam entre grupos de seres humanos se deveriam ao "isolamento, à deriva e à fixação aleatória de partículas materiais que controlam a hereditariedade (os genes), à mudança na estrutura dessas partículas, à hibridização e à seleção natural"(UNESCO, 1950).

Nesses meandros, a ação ajuizada em 2009 pelo DEM (ADPF- 186), expôs vozes dissonantes das contestações acima postuladas. Dentre as admoestações fora entendido que a discriminação no país e de fundo cultural, estrutural e está enraizada na sociedade. Em paralelo, a prerrogativa das cotas é a igualdade substancial ou material, em contraposição à igualdade formal ou estática. Por último, o Ministro Marco Aurélio salientou que "a meritocracia sem igualdade de pontos de partida é apenas uma forma velada de aristocracia".

Em última análise, a discussão ocorrida no STJ (Supremo Tribunal de Justiça) realçou a questão da identidade racial, em contraposição da identidade nacional brasileira. Doutro modo, o caldeamento racial celebrado na concepção do *ethos* do brasileiro mostrou-se inócuo frente as petições por direitos substanciais e sua participação no Estado democrático de direito. Nas elocubrações de Bauman: "quando a identidade perde às âncoras sociais que a faziam parecer "natural", predeterminada e inegociável, a "identificação" se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um 'nos" a que possam pedir acesso." (ZYGMUNT, Bauman, 1925, p.30).

Na definição de Charles Taylor (2000)[8] a teoria social da política de reconhecimento perpassa o plano mais amplo das sociedades democráticas liberais, ou seja, as sociedades atuais vivenciam a questão do reconhecimento das diferenças formadoras de identidades particulares em seu interior.

Nesse sentido, na concepção de Charles Taylor, nas sociedades democráticas de direito e de pauta liberal, a construção da identidade estaria correlacionada à individualidade do sujeito, sua afirmação perante a coletividade. Essa identidade se revelaria na autencidade e no reconhecimento dado pela sociedade a este indivíduo. Além disso, o ideal de autencidade se configuraria na fidelidade a si mesmo, para isso estes indivíduos autênticos seguem o perfil de fidelidade a sua própria cultura, bem como evocam o remodelar de sentidos, objetivos e ações. Em outros termos, sob seu exame haveria uma relação recíproca de reconhecimento por parte dos outros deste indivíduo e simultaneamente, à consolidação desta identidade individual ou coletiva.

A partir desta conceituação, Charles Taylor tangencia o dilema do reconhecimento na esfera pública da igualdade e da diferença. A primeira, para o autor, porque abarcaria critérios de equidade de direitos e cidadania a todos, cujos mesmos remetem à homogeneização e negação da identidade. Em perspectiva comparada, sob olhar atento do autor, a diferença reconheceria os contrastes e neste aspecto, promoveria a peculiaridade do indivíduo, o que causa a privação de liberdades individuais e certa discriminação (Charles, 2000, p.254).

Nos fins pragmáticos desta pesquisa, a política de reconhecimento discorrida pelo autor expõe o dilema vivenciado pela sociedade brasileira quanto à universalização dos direitos circunscritos na Constituição brasileira de 1988, referente à isonomia de tratamento ou acesso as mais distintas esferas da vida pública, sem acepção de cor, sexo, raça, credo e/ou religião, no sentido de homogeneizar, consolidar uma única identidade,

---

8 TAYLOR, Charles. A política do reconhecimento. In: _____. *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2000. p. 241-274.

a identidade nacional. No entanto, o reconhecimento de identidades coletivas, por meio das ações afirmativas, refuta o ideal da igualdade e concomitantemente, afirma à existência de desigualdades entre os grupos, cujo fim último é a sua homogeneização. Ao final e ao cabo, a política do reconhecimento levanta uma complexa e importante discussão no campo das ações afirmativas.

Sendo assim, de acordo com o intelectual, as ações afirmativas reservariam aos "diferentes" à resolução da desigualdade provisória, o que em um segundo momento, desencadearia o nivelamento e a igualdade do grupo. Em última instância, Charles Taylor discorre que a política do reconhecimento deseja mesmo é a transposição da diferença, assim como a sobrevivência cultural do grupo. Porém, o paradigma intrínseco nessa relação de inclusão e exclusão incidiria sobre o liberalismo, pois este teria de optar entre o acolhimento da pluralidade cultural e a sobrevivência das identidades coletivas através de meios jurídicos.

Por outro lado, Habermas (2002)[9] salienta que será no campo político que as disputas e os dilemas de ordem coletiva serão sanados, principalmente porque as constituições acomodariam direitos individuais adquiridos historicamente. A idéia de Habermas é que o direito moderno comportaria não só as garantias individuais, mas também mostraria ao sujeito que este é co-criador do direito. Neste aspecto não só como indivíduo, mas como coletividade (Habermas, 2002, p.237).

Sob este prisma indutivo, o teórico confirma que a partir das disputas e das decisões políticas é que são positivadas e consolidadas as leis direcionadas as identidades coletivas, ou seja, nas sociedades complexas, o embate político entrelaçaria o campo jurídico e neste âmbito, a política de reconhecimento adquiria legitimidade (Habermas, 2002, p.242). Sob ponto de vista de Habermas, a verificação iniciada pelas identidades coletivas ou das formas coletivas de vida quanto às demandas pertinentes ao grupo revelam que os contextos histórico-sociais sofreram rupturas, bem como os direitos requisitados devem ser incorporados ao discurso político e à democracia. Ademais, para Habermas cultura e identidade são eixos relacionais, visto que as tradições ou a herança cultural é quem sustenta a identidade coletiva. Em certa medida, Habermas ainda pondera sobre a integração entre a política e ética, pois o Estado democrático de direito ao reconhecer as identidades coletivas, na percepção do autor, precisa garantir aos sujeitos à preservação e o respeito as suas características individuais para então garantir sua adesão. Para isso, novamente, incorre na admissão das singularidades culturais como meio político de acoplar as sub-culturas ao projeto político nacional.

Desse modo, o autor assegura que não há o confronto entre as partes envolvidas neste processo de reconhecimento cultural, ou seja, na arena política pública o consenso se faz por meio do ativismo político e da racionalidade das disposições jurídicas (Habermas, 2002, p.258).

Em suma, nesta pesquisa as apreciações quanto à discussão incitada pelo STJ, concernente a constitucionalidade das cotas, aclaram a movimentação política em torno da questão da implantação das ações afirmativas no país, na introdução das políticas afirmativas no cenário nacional a partir do ensino superior. Ademais, rechaçam os ensejos políticos encabeçados pelas identidades coletivas para obtenção de direitos e seu peso na sociedade. E por último, tais práticas mobilizadas na esfera política mostram que estas transcorreram a esfera jurídica e nesta, possibilitaram à criação de leis específicas aos grupos minoritários. Doutro modo, elucidam o papel dos acordos internacionais à implementação e mobilização da sociedade em prol da equidade social. Em última análise, fomentam o engendrar de questões polêmicas à agenda pública nacional. Além disso, evidenciam ora a dissonância, ora consonância entre os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), no que tange a vedação ou consumação de determinado direito social, cultural e político.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Nina Paiva. *Diversidade na Universidade: O BID e as políticas educacionais de inclusão étnico-racial no Brasil***.** Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, defendida em junho de 2008, Museu Nacional UFRJ.

---

9 HABERMAS, Jürgen. A luta por reconhecimento no estado democrático de direito. In: _____. *A inclusão do outro*. São Paulo: Loyola, 2002.

AGUIAR, Marcelo Macedula. *A especificidade da ação afirmativa no Brasil: a experiência do Centro Nacional de Cidadania Negra em Uberaba. 2005, p.154*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade de São Carlos, São Carlos.

ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amilcar (orgs.). *Histórias do movimento negro no Brasil:* depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

_____. *A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 37, jan-jun 2006.

ALVES, J.A. Lindgren. *A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos.* Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 45, no. 2, Brasília, jul/dez. 2002, p. 198-223.

ANDREWS, George Reid. *Ação afirmativa: um modelo para o Brasil. SOUZA, Jessé (org.). Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil - Estados Unidos*. Brasília:Editora Paralelo 15, 1997, p. 137-144.

_____. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988).* Bauru: EDUSC, 1998. AVRITZER, Leonardo. Em busca de um padrão de cidadania mundial. Lua Nova, revista de cultura e política, São Paulo, nº 55-56, p. 29-56, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, JorgeZahar. Ed. 2005.

BELLO, Álvaro. *Revision y valoración de La implementación de La declaración y programa de acción de la Conferencia Mundial contra El Racismo, la Discriminación Racial, la Xenofobia y las Formas Conexas de Intolerancia em las Américas.* Documento de trabajo n. 5, Oficina Del Alto Comisionado para los Derechos Humanos. Genève: ONU, 2006.130.

BRASIL. Ministério da Justiça. Anais do Seminário *"Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos*". Brasília: MJ, 1997.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Por um partido democrático, de esquerda e contemporâneo*. Lua Nova, Revista de Cultura e Política, n. 39, 1997, p. 53-71.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Mãos a obra, Brasil: proposta de governo*. Brasília: [s.n.], 1994.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Avança Brasil: mais 4 anos de desenvolvimento para todos.* Brasília: [s. ed.], 1998.

CHOR, Maio. *A História do Projeto UNESCO: Estudos Raciais e Ciências Sociais no Brasil.* Tese de Doutorado, Iuperj. Defendido em: 08/06/1997.

D`ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multi-culturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil.* – Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala***.** 20º edição. Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olympio S.A., 1980. [1933].

FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone & SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). *Divisões Perigosas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

_____.*O que a Cinderela Negra tem a dizer sobre a política racial brasileira*. Revista USP, no. 28, 1995-1996, p.122-135.

GOMES, Joaquim Barbosa. *Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social.* A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

HABERMAS, Jürgen. *A luta por reconhecimento no estado democrático de direito.* In: _____. *A inclusão do outro*. São Paulo: Loyola, 2002

JACCOUD, Luciana & BEGHIN, Nathalie. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental. Brasília:* IPEA, 2002.

_____ (org.). *A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos*. Brasília: IPEA, 2009.

LIMA, Márcia. *Desigualdades Raciais e Políticas Públicas. As ações afirmativas no Governo Lula.* Novos Estudos 87, Julho de 2010. Disponível em: http://novosestudos.uol.com.br/acervo/acervo_artigo.asp?idMateria=1391 Acesso em: 15/09/2012.

MELLO, Marco Aurélio Mendes de Farias. *Ótica Constitucional:* A Igualdade e as Ações Afirmativas. Brasília: TST, 2002.

MOEHLECKE, Sabrina. *"Ação Afirmativa: História e Debates no Brasil."* Cadernos de Pesquisa, n.117, p.197-217, novembro/2002. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559 Acesso em: 20/04/2012.

MUNANGA, Kabenguele. *Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial*. Org. Kabenguele Munanga – São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo; Estação Ciência, 1996.

_____.*Negritude: usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2009. – (Coleção Cultura Negra e identidade).

PAULA, Marilene de . *Políticas de Ação Afirmativa para Negros no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).* Dissertação de Mestrado, defendida em: Abril de 2010, CPDOC

RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça.* 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SABBAGH, Daniel. *Affirmative action and the group-disadvantaging principle. In: Issues in Legal Scholarship*: The origins and fate of antisubordination theory, article14. California: The Berkeley Eletronic Press, 2003.

SANEMATSU, Marisa & IRACI, Nilza. *Racismo e imprensa: como a imprensa escrita cobriu a Conferência Mundial contra o Racismo.* In: RAMOS, Silvia (org.). Mídia e racismo. Rio de Janeiro: Pallas, 2002, p. 122-151.

SANSONE, Livio. *Negritude sem etnicidade*: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. Trad. Vera Ribeiro, Salvador. EDUFBA; Pallas, 2007.

SANTOS, Sales Augusto dos (org.). *Ação afirmativa e combate ao racismo nas Américas.* Coleção Educação para Todos, vol. 5. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2005.

SILVEIRA, Oliveira. Vinte *de novembro: história e conteúdo*. In: GONÇALVES, Petronilha Beatriz & SILVÉRIO, Valter Roberto (org.). Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003, p. 21-42.

SILVÉRIO, Valter Roberto. *Caminhos Convergentes. Estado e Sociedade na Superação das Desigualdades Raciais no Brasil.* Orgs. Marilene de Paula & Rosana Heringer. 1º Edição, Rio de Janeiro, Actionaid. 2009.

SISS, Ahyas. *Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas*. Quartet; PENESB, 2003.

SKIDMORE, Thomas. A*ção afirmativa no Brasil?* reflexões de um brasilianista. SOUZA, Jessé (org.). Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil - Estados Unidos. Brasília: Editora Paralelo 15, 1997, p. 127-136.

TAYLOR, Charles. A política do reconhecimento. In: _____. *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2000. p. 241-274.

VIEIRA, Vinicius Rodrigues&JOHNSON, Jacquelyn. *Retratos e Espelhos*: Raça e Etnicidade no Brasil e nos Estados Unidos. São Paulo; FEA/USP, 2009.

O ensino de língua portuguesa na sociedade mediatizada

Fábia Magali Santos Vieira[1]

Helen Josy Monteiro de Freitas[2]

Leila Tupinambá Silva[3]

Vanely Cristiany Oliveira Silva[4]

Resumo: Inúmeras modificações sociais, dentre elas o advento das tecnologias, têm contribuído para o desenvolvimento de novas maneiras de ser na sociedade contemporânea. Muito se discute sobre as transformações nas formas de apropriação do conhecimento em função da difusão da informação proporcionada pelo avanço tecnológico. Recursos digitais vêm sendo incorporados no processo de ensino-aprendizagem, a fim de aprimorar as condições necessárias para desenvolver habilidades educacionais no que diz respeito ao letramento digital. Esta pesquisa, ainda em andamento, busca verificar de que forma a escola pode atuar, com vistas à formação de sujeitos mais críticos e menos passivos na sociedade midiatizada. Sob a perspectiva da *pesquisa -ação*, propõe-se uma reflexão sobre o ensino de Língua Portuguesa, enfatizando a forma como a informação vem sendo utilizada pelos estudantes da educação básica brasileira, sobretudo com relação ao desenvolvimento de habilidades relacionadas à leitura crítica e à produção de textos em contextos digitais.

Palavras-chave: Leitura crítica. Produção de texto. Contexto digital.

1 Introdução

No meio digital as interações sociais e a linguagem se reconfiguram; transformam-se as formas de apropriação e difusão do conhecimento; os textos ganham novas possibilidades de formatação e, em consequência, variam os usos e as formas de apropriação da leitura e da escrita. O letramento, no contexto escolar, aponta, dessa forma, para mais uma necessidade, a dos multiletramentos, que se refere às práticas voltadas para a compreensão e produção de textos que alternam, com a linguagem escrita, as imagens e, no contexto digital, imagens animadas, vídeos, *links*, entre outros recursos, que também fazem comunicar a multiculturalidade da sociedade globalizada. Nesse contexto, torna-se conveniente a reflexão sobre os benefícios da pedagogia dos multiletramentos no ensino de Língua Portuguesa, abordando em seu escopo o letramento digital como uma das ênfases do conceito de múltiplos letramentos.

Partindo desse pressuposto, esta pesquisa, ainda em andamento, está sendo realizada no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID – e do Programa de Mestrado Profissional em Letras – Profletras –, ambos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – e pretende

1 Doutora em Educação FE/UnB. Professora e pesquisadora da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Coordenadora de subprojeto do curso de Pedagogia PIBID/Unimontes. Docente do Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras) UNIMONTES. fabiamsv@gmail.com

2 Mestranda do curso de Mestrado Profissional em Letras – ProfLetras – Universidade Estadual de Montes Claros. helenjosy@hotmail.com

3 Especialista em Mídias na Educação. Mestranda do curso de Mestrado Profissional em Letras – ProfLetras – Universidade Estadual de Montes Claros. leilatup@yahoo.com.br

4 Especialista em Ensino de Línguas mediado por Computador. Mestranda do curso de Mestrado Profissional em Letras – ProfLetras – Universidade Estadual de Montes Claros. vanelycos1@hotmail.com

identificar as dificuldades de leitura e produção de textos argumentativos, de forma crítica, em contextos digitais. Neste estudo, trabalha-se com a hipótese de que é preciso conduzir o estudante a análises mais complexas acerca dos discursos veiculados nos textos, principalmente midiáticos, afim de que ele possa compreender as intenções explícitas, perceber as implícitas intencionais ou não e, principalmente, refletir sobre os motivos de determinadas omissões, além de entender que diferentes grupos podem interpretar os mesmos textos diferentemente. Nesse sentido, acredita-se que o desenvolvimento de habilidades de leitura e produção crítica de textos midiáticos, assim como a formação do produtor e leitor crítico do contexto sociocultural passa pela análise e pela reflexão. Assim, a leitura crítica e a produção de textos argumentativos em contextos digitais nortearão os estudos e a proposta de intervenção aqui apresentada.

Para tanto, tomamos como base teórica os estudos sobre a pedagogia dos multiletramentos de Rojo e Moura (2012), os pressupostos de Silva (1998; 2009) e Freire (1996) sobre leitura crítica, bem como as contribuições de Schneuwly e Dolz (2004), Koch (1996) e Chauredeau (2010) sobre o texto argumentativo.

2 O lugar da escola na sociedade midiatizada

A sociedade atual vivencia um momento de grande inovação tecnológica e muito do que foi anunciado como advento do futuro no que se refere às tecnologias, já é, notadamente, parte do presente. A todo instante, eclodem novidades que transformam, de forma significativa, a vida dos sujeitos, gerando novos hábitos, novas formas de pensar e de estar no mundo. O obsoleto dá lugar ao moderno; o arcaico cede espaço ao inovador, e novos paradigmas florescem, em detrimento de velhas e tradicionais concepções.

A cada momento aparecem, de forma frenética, aparelhos de última geração, que se incorporam ao modelo atual de vida dos cidadãos. Estes, por sua vez, precisam se adaptar para acompanhar o recrudescente avanço assistido neste início do século XXI. Conforme salienta Castells:

> A era da informação é nossa era. É um período histórico caracterizado por uma revolução tecnológica centrada nas tecnologias digitais de comunicação e informação, concomitante, mas não causadora, com a emergência de uma estrutura social em rede, em todos os âmbitos da atividade humana e com interdependência global desta atividade. É um processo de transformação multidimensional que é ao mesmo tempo includente e excludente em função dos valores e interesses dominantes em cada processo, em cada país e em cada organização social. (CASTELLS, 2006: 225).

Produção industrial, engenharia espacial, tecnicidade, midiatização, nanotecnologia, robótica, cibernética, inteligência artificial, entre outros, são termos que, atualmente, ocupam o léxico da Língua Portuguesa, mas são estranhos para muitos e entendidos, de fato, por poucos. Microaparelhos com macropotências e multifunções são novidades cada vez mais comuns, com acesso mais fácil e abrangente a cada dia:

> A velocidade dos meios de transporte e o desenvolvimento das tecnologias de comunicação nos dão a sensação de que o planeta se encolhe. O aparecimento do ciberespaço marca a prioridade do tempo sobre o espaço. Estamos na idade do imediatismo e do instantâneo. A comunicação se produz na velocidade da luz. Assim, pois, nosso domínio do tempo reduz nosso espaço. (AUGÉ, 2006: 105).

A comunicação se beneficia com inúmeros recursos midiáticos e, em segundos, uma informação atinge todos os habitantes do planeta. As pesquisas científicas avançam consideravelmente graças à criação de novas técnicas e de estudos que facilitam o conhecimento e a descoberta de tratamentos para diagnósticos, até então, tidos como insuperáveis. Vivencia-se o culto à modernidade, à rapidez, ao imediatismo. Crianças e adolescentes, nativos digitais, são regidos, inexoravelmente, por essa realidade tão inovadora, mas, ao mesmo tempo, assustadora. Em seu artigo "A tirania do fugaz: mercantilização cultural e saturação midiática", salienta Moraes (2006: 33): "navegamos insaciáveis, por circuitos infoeletrônicos e ambientes virtuais. Somos privilegiados por transmissões compulsivas, mas não conseguimos reter tantos estímulos e ofertas".

No contexto educacional, a efetiva inserção das tecnologias ainda é um assunto que gera inseguranças e incertezas. Embora as TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação – já sejam aceitas no meio educacional como forma de atrair a atenção dos estudantes e oportunizar maneiras diferenciadas de se ensinar e de se aprender, é notável que elas provocam, ainda, dúvidas e receios quanto à sua significativa utilização.
Gómes (2006), ao tratar das mudanças que ocorrem na sociedade atual, analisa que, no caso específico da educação, a implementação das mídias e das novas tecnologias provoca alto grau de incerteza. Defende que os jovens passam por dois tipos de aprendizagem: na escola e na vida, por influência das telas. O autor ressalta ainda:

> [...] a mera exposição das audiências à imagem nas diferentes e possíveis telas supera quantitativamente sua exposição aos quadro-negros e às figuras dos professores nas salas de aula. O mero contato com o saber e os saberes, com os conhecimentos legitimados, reduz-se cada vez mais nas instituições educativas, [...] e aumenta geometricamente diante da proliferação de ofertas midiáticas e cibernéticas (GÓMES, 2006: 96).

Educadores, de forma geral, tentam se adaptar aos inúmeros e sofisticados recursos que hoje fazem parte dessa sociedade informatizada, como forma de garantir a atualização da escola frente aos avanços atuais. Entretanto, ainda há disparidade muito grande entre as formas como a sociedade, de forma geral, tem evoluído e a maneira como a escola – sobretudo a pública – acompanha as inovações tecnológicas.
O descompasso entre a escola e a sociedade é uma realidade que traz à tona algumas reflexões sobre o fazer docente e as práticas que têm se sobressaído no meio escolar. Ao tratar sobre esse assunto, Guimarães e Dias (2003) ressaltam:

> Apesar das mudanças que vêm ocorrendo e sendo sugeridas no âmbito do sistema educacional brasileiro, a sala de aula, nosso maior ambiente de aprendizagem, continua anacrônica. Grande parte das práticas pedagógicas ainda privilegia o ensino transmissivo, às custas de uma ênfase na aprendizagem mediada pelo professor e suas escolhas de recursos educacionais. O aluno, na verdade, apreende ou absorve passivamente o que o professor ou material didático transmitem, sem questionar, interagir com os colegas, pensar, correr riscos, aceitar desafios, raciocinar e resolver situações-problema. [...] A construção dos conhecimentos e saberes escolares acontece, via de regra, de forma justaposta, em disciplinas estanques, sem qualquer integração ou articulação. (GUIMARÃES; DIAS, 2003: 24).

Penteado (2002), ao se referir aos modos de comunicação e ao modelo pedagógico que ainda vigoram nas escolas, esclarece que o professor acaba por viver num *continuum* tradicional, movido por um trabalho de dominação/subordinação. Nesse contexto, é o professor quem transmite o conhecimento, deixando pouco ou nenhum espaço para a colaboração, para a participação e para a coautoria do aluno:

> Esse modelo, ainda predominante na maioria de nossas instituições de ensino, caracteriza-se por um processo de dominação/subordinação que preside as relações sociopedagógicas. Nesse processo o professor detém o conhecimento da situação de ensino e o aluno a ela se submete. O professor decide, o aluno acata. O professor planeja – estabelece objetivos, escolhe procedimentos, aprova/reprova seus alunos por meio de avaliações que promove. (PENTEADO, 2002: 31).

A escola precisa, então, atentar para a necessidade de mudança, consciente dessa realidade de novos tempos e de novos sujeitos que a ocupam, totalmente imersos no mundo da tecnologia. Precisa se instrumentalizar e, sobretudo, capacitar-se para atender à demanda que se apresenta. Isso não significa, evidentemente, que o

computador vai tomar o lugar das mídias impressas, como o livro (didático e literário), o jornal ou a revista. Elas não vão deixar de existir no cenário educacional, mas devem coexistir, atuarem juntas. Mídias impressas e digitais devem se somar na tentativa de oferecerem diversificadas formas de ensino, favorecendo, assim, os multiletramentos.

3 Multiletramentos: uma ênfase às (multi)interações

Segundo Rojo e Moura (2012), a necessidade de uma *pedagogia dos multiletramentos* foi afirmada por um grupo de pesquisadores dos letramentos – Grupo de Nova Londres (GNL) – que, como resultado de um Colóquio, em 1996, publicou o Manifesto *A pedagogyofmultiliteracies – designing social futures* ("Uma pedagogia dos multiletramentos – desenhando futuros sociais"). Esse manifesto apontava a necessidade de a escola se responsabilizar pelos novos letramentos, "emergentes na sociedade contemporânea, em grande parte – mas não somente – devido às novas TICs" (ROJO; MOURA, 2012: 12).

Outra necessidade em relação à responsabilidade da escola, segundo os autores, era a "de levar em conta e incluir nos currículos a grande variedade de culturas já presentes nas salas de aula de um mundo globalizado e caracterizada pela intolerância na convivência com a diversidade cultural, com a alteridade" (ROJO; MOURA, 2012: 12).

Somada à primeira necessidade, de promoção dos novos letramentos, de caráter multimodal e multissemiótico, pela escola, o grupo apontou o fato de a juventude, há tempos, já lidar com ferramentas de acesso à comunicação e à informação e de agência social (ROJO; MOURA, 2012: 13). O termo multiletramentos foi cunhado, dessa forma, "para abranger esses dois 'multi' – a multiculturalidade característica das sociedades globalizadas e a multimodalidade dos textos por meio dos quais a multiculturalidade se comunica e informa" (ROJO; MOURA, 2012: 13). Para os autores, dessa forma:

> Trabalhar com multiletramentos pode ou não envolver (normalmente envolverá) o uso de novas tecnologias de comunicação e de informação ("novos letramentos"), mas caracteriza-se como um trabalho que parte das culturas de referência do alunado (popular, local, de massa) e de gêneros, mídias e linguagens por eles conhecidos, para buscar um enfoque crítico, pluralista, ético e democrático – que envolva agência – de textos/discursos que ampliem o repertório cultural, na direção de outros letramentos [...] (ROJO; MOURA, 2012: 08).

O ensino de Língua Portuguesa, nessa perspectiva, pressupõe estratégias não apenas para que o aluno possa lidar com os aparatos da tecnologia da informação e da comunicação, mas também que esse conhecimento possa abrir caminho para a construção de outros, por meio da ação/reflexão sobre os gêneros/discursos que do mesmo modo servem como objeto de estudo, sejam eles mais característicos dos ambientes digitais ou não.

A multimodalidade ou multissemiose dos textos contemporâneos, ou seja, "textos compostos de muitas linguagens (ou modos, ou semioses) e que exigem capacidades e práticas de compreensão e produção de cada uma delas [...] para fazer significar" (ROJO; MOURA, 2012: 19) exigem multiletramentos. Para exemplificar textos multimodais ou multissemióticos, citamos os anúncios publicitários, os vídeos, os panfletos, entre outros, presentes, em quantidade, tanto em meios impressos quanto nos contextos digitais.

Kress e Van Leeuwen (2001) definem a multimodalidade como:

> O uso de diversos modos semióticos na concepção de um produto ou evento semiótico, juntamente com o modo particular segundo o qual esses modos são combinados – podem, por exemplo, reforçar-se mutuamente ("dizer a mesma coisa de formas diferentes"), desempenhar papéis complementares [...], ser hierarquicamente ordenados, como nos filmes de ação, onde a ação é dominante, com a música acrescentando um toque de cor emotiva e sincronizar o som de um toque realista "presença" (KRESS; VAN LEEUWEN, 2001: 20).

Da mesma forma que os hipertextos circundam nossas ações cotidianas, conforme assinalou Marcuschi (2007), os textos multimodais, gêneros que reúnem diversas linguagens, fazem-se presentes, circulam em nosso meio, de forma que, em muitas situações do dia a dia, nos deparamos com eles sem nos darmos conta disso. Os nossos alunos, da mesma maneira, encontram-se às voltas com a multimodalidade, na medida em que, em suas interações socais, é comum praticarem várias ações ao mesmo tempo, como ouvir música, acessar uma rede social, visualizar, "curtir" e enviar mensagens, ou participar de um bate papo virtual com várias pessoas ao mesmo tempo.

Os letramentos, nesse contexto hipermidiático dos textos, tornam-se *multiletramentos*, evidenciando a necessidade de novas ferramentas e de novas práticas pedagógicas no contexto escolar, conforme defenderam Rojo e Moura:

> São necessárias novas ferramentas – além das da escrita manual (papel, pena, lápis, caneta, giz e lousa) e impressa (tipografia, imprensa) – de áudio, vídeo, tratamento da imagem, edição e diagramação. São requeridas novas práticas: (a) de produção, nessas e em outras, cada vez mais novas ferramentas; (b) de análise crítica como receptor. (ROJO; MOURA, 2012: 21).

Rojo e Moura (2012) apontam algumas características dos multiletramentos e dos novos hiper(textos) consideradas importantes, por proporcionarem a interação em vários níveis do usuário (leitor/produtor) com vários interlocutores (interface, ferramentas, outros usuários, textos/discursos):

> (a) eles são interativos, mais que isso, colaborativos; (b) eles fraturam e transgridem as relações de poder estabelecidas, em especial as relações de propriedade (das máquinas, das ferramentas, das ideias, dos textos [...]; (c) eles são híbridos, fronteiriços, mestiços (de linguagens, modos, mídias e culturas) (ROJO; MOURA, 2012: 23).

Essa "(multi) interação" proporciona uma mudança na condição do usuário, que passa de mero consumidor dos produtos culturais para produtor colaborativo.

Os autores ponderam, portanto, sobre o efeito dessas transformações nas práticas escolares de ensino/aprendizagem na área das linguagens, e, buscando uma resposta para a questão "por que uma pedagogia dos multiletramentos" (ROJO; MOURA, 2012: 26), argumentam que a escola, antes de pensar em disciplinar o uso das TIC, precisa pensar em como tais usos, já bastante frequentes pelos alunos, podem se relacionar às práticas institucionais de ensino/aprendizagem. O que se evidencia, dessa forma, a partir da argumentação, é a necessidade de ir além da prática de ensinar a usar um recurso (uma ferramenta, como editor de texto, de vídeo ou de imagem), nos moldes de uma aula de informática. O trabalho da escola sobre essas práticas, que a autora chamou de "alfabetismos necessários às práticas de multiletramentos", para serem profícuos, precisam se direcionar "para as possibilidades práticas de que os alunos se transformem em criadores de sentidos" (ROJO; MOURA, 2012: 29).

3.1 Sala de aula: um ambiente interativo

Nessa perspectiva dos multiletramentos, pode-se notar a necessidade de trazer para a sala de aula não somente instrumentos que favoreçam uma aula mais atrativa, com recursos diferenciados; é necessário, sobretudo, promover interação e colaboração, na busca por um ambiente de aprendizagem que, acima de tudo, leve o aluno a pensar, a pesquisar, a se entender como sujeito ativo no processo de cognição, como coautor do conhecimento. Com a mediação do professor, a sala de aula precisa, então, apresentar-se como um ambiente que fomente a interatividade, a troca de informações, a produção de saberes. Silva (2002), em *Sala de aula interativa*, analisa o que vem a ser, de fato, a interatividade, tão apregoada, recentemente, pelos educadores, discutindo que ela não se limita à participação dos usuários em determinadas situações de diálogo e comunicação. O autor esclarece

que as novas tecnologias tendem a "contemplar as disposições da nova recepção. Elas permitem a participação, a intervenção, a bidirecionalidade e a multiplicidade de conexões. Elas ampliam a sensorialidade e rompem com a linearidade e com a separação emissão/recepção" (SILVA, 2002: 13). Acrescenta que, diferentemente da *interação*, que tem caráter restritivo e redutor (no que tange às tecnologias), na *interatividade*, os sujeitos envolvidos devem atuar como atores e também como *autores*.

Ao destacar a necessidade de se valorizar a liberdade e a pluralidade de expressões individuais e coletivas, ressalta que a sala de aula deve se configurar como um ambiente de diálogo, de participação e de aprendizagem. Para tratar dos fundamentos da interatividade, o autor apresenta três binômios: participação-intervenção; bidirecionalidade-hibridação; potencialidade-permutabilidade. A sala de aula, sob essa ótica, precisa, então, transformar-se e desenvolver estratégias para se adequar às necessidades que se impõem para tornar o ambiente, de fato, interativo. A unidirecionalidade deve ceder espaço para a multiplicidade, e a voz e os interesses do aluno precisam nortear os currículos e os procedimentos docentes. Deve-se, pois, considerar a participação e a intervenção do outro, a alteridade, de forma a mobilizar a criatividade e a autonomia do estudante. Então, de acordo com esse autor:

> A disponibilização consciente da interatividade vem, enfim, potenciar uma nova competência comunicacional em sala de aula. E o professor passa a ter um novo desafio: modificar a comunicação no sentido da participação-intervenção, da bidirecionalidade-hibridação e da permutabilidade-potencialidade. Não mais a prevalência do falar-ditar, mas a resposta autônoma, criativa e não prevista dos alunos, o rompimento de barreiras entre estes e o professor, e a disponibilidade de redes de conexões no tratamento dos conteúdos de aprendizagem. (SILVA, 2002: 185).

A necessidade de transformar a sala de aula em ambiente interativo dialoga com a concepção de linguagem defendida por Bakhtin (1997). Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, esse autor defende a comunicação como processo interativo, que não se limita à transmissão de informações, mas que se configura como forma de ação entre os sujeitos, ou seja, como forma de interação social:

> A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato fisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (BAKHTIN, 1997: 123).

Nessa mesma linha de pensamento, Koch (2009) analisa a concepção interacional (dialógica) da língua, esclarecendo:

> [...] na concepção interacional (dialógica) da língua, na qual os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, o texto passa a ser considerado o próprio lugar da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e nele são construídos. A produção de linguagem constitui atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza, evidentemente, com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia), mas a sua reconstrução e a dos próprios sujeitos – momento da interação verbal. (KOCH, 2009:32-33).

3.2 Leitura crítica

O uso da leitura é múltiplo e diversificado na sociedade. Leitura é construção de sentidos, ação que deve ser desenvolvida respeitando-se o pacto de interação entre texto e leitor, levando-se sempre em consideração a

individualidade e a cultura do leitor. Ler, para Paulo Freire, poderia ser traduzido como ato de vida que "não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo" (FREIRE, 1986: 11). Lê-se para compreender, para ampliar conhecimentos, para descobrir; enfim, para construir sentidos. No entanto, deve-se considerar que o mundo moderno exige dos indivíduos muito mais do que apenas construir sentidos.

A explosão de informações é uma realidade neste início de milênio. Aos textos impressos, somam-se textos oriundos de diversos seguimentos da mídia, manipulados emmúltiplas formas de linguagem. Cotidianamente, as pessoas convivem com uma verdadeira avalanche de textos. Diante dessa realidade, é uma necessidade concreta e urgente conduzir os alunos a desenvolverem critérios de julgamento, de discriminação e de seleção dos conteúdos veiculados por esses textos. A junção entre o processo de construção de significados, baseado na interação leitor-texto, e a reflexão acerca das ideias presentes nos textos é o que se trata aqui como "leitura crítica".

Silva (2009) destaca que as teorias clássicas de leitura apresentam três posturas resultantes da relação leitor-texto: ler as linhas, ler as entrelinhas e ler além das linhas. Quanto a essas posturas, o autor acredita ser "a terceira [...] a que melhor caracteriza o trabalhode interlocução de um leitor crítico. A ele interessa ir além do reconhecimento de uma informação; ir além das interpretações de uma mensagem" (SILVA, 2009: 34).

Na concepção de Busnardo e Braga (2000: 94): "Pensar em leitura crítica no Brasil é, por definição, pensar na obra de Paulo Freire". A importância de se valorizar o universo de experiências do leitor é, segundo as autoras, uma das grandes contribuições de Freire para a pedagogia da leitura. A obra freiriana destaca o papel do professor comomediador e defende que a leitura crítica envolve o sujeito leitor, que contextualiza a partir de suas experiências, e o professor, que insere um novo olhar, intervindo a partir do conhecimento do aluno, a fim de levá-lo a construir novos sentidos. A necessidade de explicar os contextos é outro ponto amplamente abordado na teoria freiriana, uma vez que os contextos nem sempre fazem parte do universo do aluno.

A formação do leitor crítico é um processo que precisa ser desenvolvido no dia a dia de sala de aula, uma vez que não produz uma evolução imediata. No entanto, antes de se pensar na formação do leitor crítico, é necessário que se pense na formação leitora, de uma forma ampla. O desenvolvimento da criticidade na leitura pressupõe, antes de tudo, um indivíduo leitor.

Em se tratando de metodologias para a formação leitora, e retomando o pensamento freiriano, no que diz respeito ao papel mediador do professor, torna-se oportuno trazer para a discussão o conceito de "autoamplificação" que, embora não seja novo, parece ainda não ter sido compreendido por muitos educadores, o que contribui sobremaneira para aumentar as dificuldades de ensino:

> A autoamplificação refere-se ao fato de que um mesmo texto, em função dos elementos emocionais e cognitivos imbricados no momento da interação, sempre produz diferentes rumos e sentidos de leitura para dois ou mais leitores; aproveitar pedagogicamente esses vários rumos, adensando-os na discussão, gerando questionamentos e propondo novas sínteses a partir das amplificaçõespessoais é, para mim, uma das melhores didáticas para a formação de leitores maduros. (SILVA, 2009: 102-103).

Percebe-se que o conhecimento é fruto da interação e da participação coletiva, sendo, portanto, construído entre os membros de um mesmo grupo, através de um trabalho que leva em consideração as amplificações pessoais, favorecendo a construção e o adensamento de sentidos.

Ainda com base na importância da interação, torna-se relevante observar as palavras de Edwin Hutchins (2001) quando, ao tratar da cognição distribuída[5], diz que, a partir da interação entre as pessoas, podem surgir fenômenos que, provavelmente, não surgiriam se a pessoa estivesse isolada. Esses fenômenos, por terem se desenvolvido em um sistema mais amplo, podem se tornar elementos depráticas culturais e, a partir daí, tornarem-se disponíveis para a apropriação pelas pessoas. O paradoxo de como sistemas simples podem levar a sistemas mais complexos pode ser solucionado partindo-se desse esquema (HUTCHINS, 2001).

---

5 Ramo da ciência cognitiva que se dedica a compreender a organização dos sistemas cognitivos.

Aproximando essas considerações do universo da leitura, mais precisamente, da leitura crítica, abordando-a como sendo um sistema mais complexo do que aquele, pode-se vislumbrar uma possibilidade de desenvolvimento de estratégias de leitura por meio da apropriação desses conceitos e da sua utilização no processo de ensino, ou seja, a interação bem orientada entre os alunos pode contribuir para que desenvolvam reflexões mais profundas e complexas sobre um determinado texto.

O processo de leitura crítica precisa conduzir o leitora uma compreensão do conteúdo, por meio do processamento ativo do texto, extraindo, dele, as ideias principais, refletindo sobre elas e construindo significados. Ler criticamente é analisar o texto a fim de perceber as intenções; é fazer inferências; apontar os motivos de determinadas escolhas; entender o que está explícito, mas, sobretudo, desvendar o implícito e entender os possíveis motivos da sua omissão, assim como compreender o significado socialmente construído embutido nos textos. Ler criticamenteé a base para a conscientização, o ponto de partida para se perceber os valores ideológicos presentes no texto que permeiam as relações sociais.

Brandão e Micheletti (2001), na tentativa de esboçarem um perfil do que seja um leitor crítico, tecem algumasconsiderações sobre as suas características e concluem dizendo que o leitor crítico é "sujeito do processo de lere não objeto, receptáculo de informações" (BRANDÃO; MICHELETTI, 2001:. 21). As autoras ainda acrescentam que a leitura é uma "prática social de alcance político" e, portanto, deve ser uma atividade capaz de construir sujeitos engajados socialmente e de aguçada criticidade (BRANDÃO; MICHELETTI, 2001: 22).

A formação do leitor crítico precisa estar voltada para o desenvolvimento de habilidades que permitam ao sujeito, "num movimento cooperativo, mobilizando seus conhecimentos prévios (linguísticos, textuais e de mundo), ser capaz de preencher os vazios do texto" (BRANDÃO; MICHELETTI, 2001: 22). Através da análise das pistas deixadas pelo autor, ressignificar o texto, percebendo as intenções do autor, mas não se deixando influenciar por elas, sendo capaz de ultrapassar os limites do texto, fazendo-o dialogar com o seu universo de experiências, a fim de promover uma compreensão mais abrangente acerca dos aspectos sociais e políticos nele envolvidos.

Um trabalho voltado para o desenvolvimento da criticidade está diretamente relacionado com uma concepção libertadora de educação, ou seja, um ensino que tem por objetivo desenvolver a consciênciacrítica, contribuindo, assim, para que o aluno seja agente de transformação no mundo.

3.3 Tipo textual argumentativo: abordagens teóricas

A relevância de se trabalhar o tipo textual argumentativo é destacada nos documentos oficiais, que direcionam o ensino de língua materna. Os PCN (1998), a esse respeito, esclarecem:

> Os aspectos polêmicos inerentes aos temas sociais, por exemplo, abrem possibilidades para o trabalho com a argumentação – capacidade relevante para o exercício da cidadania – por meio da análise das formas de convencimento empregadas nos textos, da percepção da orientação argumentativa que sugerem, da identificação dos preconceitos que possam veicular no tratamento de questões sociais etc. (BRASIL, 1998: 41).

O Conteúdo Básico Comum – CBC – de Língua Portuguesa do ensino fundamental, 6º ao 9º ano, da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (2008), no Eixo Temático I ("Compreensão e Produção de Textos"), tópico 12, trata sobre a textualização do discurso argumentativo e estabelece como habilidade principal: "Reconhecer e usar, produtiva e autonomamente, estratégias de textualização do discurso argumentativo, na compreensão e produção de textos" (MINAS GERAIS, 2008: 46).

Defensores do *interacionismo* sociodiscursivo, Schneuwly e Dolz (2004), ao fazerem um agrupamento dos gêneros conforme os seus aspectos tipológicos (narrar, relatar, argumentar, expor e descrever), apontam que o *argumentar* tem como *domínio social de comunicação* a discussão de problemas sociais controversos, e, como *capacidade de linguagem dominante*, a sustentação, a refutação e a negociação de tomadas de posição. Os autores citam como exemplos de gêneros orais e escritos dessa tipologia: textos de opinião, diálogo argumentativo, carta de leitor, carta de reclamação, carta de solicitação, deliberação informal, debate regrado, assembleia, discurso de defesa e de acusação, resenha crítica, artigos de opinião, editorial e ensaio.

Charaudeau (2010: 10), em *Linguagem e discurso*, no capítulo dedicado ao *modo de organização argumentativo*[6], enfatiza que o texto argumentativo "está em contato com um saber que leva em conta a experiência humana, através de certas operações de pensamento", e acrescenta que a argumentação dirige-se à parte do interlocutor que raciocina (capacidade de *refletir* e de compreender). O sujeito que argumenta passa pela expressão de uma convicção e de uma explicação que tentam transmitir ao interlocutor, para persuadi-lo a modificar o seu comportamento. Segundo esse autor: "A argumentação define-se, portanto, numa relação triangular entre um sujeito *argumentante*, uma proposta sobre o mundo e um *sujeito-alvo*". (CHARAUDEAU, 2010: 205).
Em consonância com tal concepção, Koch (1996: 17), em *Argumentação e Linguagem,* salienta que a linguagem deve "ser encarada como forma de ação, ação sobre o mundo dotada de intencionalidade, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade".
Segundo essa autora, o homem, constantemente, avalia, julga e critica, isto é, forma juízos de valor; por outro lado, por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade, tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas opiniões. Destaca, portanto, que a interação social por intermédio da língua é caracterizada, fundamentalmente, pela argumentatividade. Como a autora defende que a neutralidade é um mito, uma vez que o ato de argumentar constitui-se em todo e qualquer ato linguístico fundamental, observa que, até nos textos narrativos e descritivos, a argumentatividade se faz presente em maior ou menor grau.
Para Koch (1996), no ensino da língua, a preocupação básica não deve ser levar ao aluno somente o conhecimento da gramática de sua língua, mas, sobretudo, conduzi-lo ao desenvolvimento da capacidade de *refletir*, de maneira crítica, sobre o mundo que o cerca e, em especial, sobre a utilização da língua como instrumento de interação social. Esclarece que, para tanto, é necessário que ele se torne apto a compreender, a analisar, a interpretar e a produzir textos verbais.

4 Intervenção pedagógica: percurso metodológico

Esta pesquisa, de natureza qualitativa, está sendo desenvolvida segundo abordagem materialista dialética, por constituir-se numa concepção científica da realidade, enriquecida com a prática social, que busca explicações coerentes, lógicas e racionais para as dimensões socioeconômicas e culturais do objeto em estudo. Os procedimentos técnicos estão sendo utilizados sob a perspectiva de *pesquisa-ação*, pois tem como alvo a reflexão sobre a prática pedagógica e os problemas nela encontrados, de forma a intervir, de maneira consciente e embasada teoricamente, na tentativa de sanar ou, ao menos, minimizar os problemas diagnosticados. A práxis, nesse caso, consistirá no trabalho desenvolvido a partir do desdobramento reflexão-ação-reflexão, envolvendo ampla *pesquisa bibliográfica* e ações sistemáticas e pontuais, sempre respaldadas em estudos já realizados sobre o tema.
Trata-se, também, de uma *pesquisa participante,* pois 03 (três)pesquisadoras são professores de Língua Portuguesa, das séries finais do ensino fundamental de escolas públicas selecionadas para este estudo e estão diretamente envolvidas com o estudo realizado, fazendo parte do *corpus* da pesquisa, uma vez que a intervenção foi organizada e aplicada por elas. Utilizamos, ainda, a *pesquisa bibliográfica,* por ser construída com base em material já produzido sobre os temas abordados, sobretudo em livros e artigos científicos, que subsidiaram a elaboração do projeto educacional de intervenção.
Vale ressaltar que o *levantamento* também é de grande importância no desenvolvimento do trabalho. Conforme Gil (2002: 50):

> Esse procedimento se caracteriza pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações

6 O autor salienta que, ao analisar como funciona a *mecânica do discurso argumentativo*, *não* se refere a *um tipo* de texto, mas aos componentese procedimentos de um *modo* de organização do discurso, cujas combinações podem ser vistas em funcionamento dentro de qualquer *texto* em particular.

a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Para a coleta de dados, utilizamos as técnicas da observação da prática pedagógica, questionários e o grupo focal com estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental. O grupo focalse configura como uma técnica de discussão não diretiva em grupos, com o objetivo de analisar e debater, de forma coletiva, algum tema de interesse do grupo. Nessa pesquisa, assumiu grande relevância devido ao seu caráter qualitativo, bem como por propiciar um maior diálogo com os adolescentes. Favorece, por conseguinte, uma maior interação grupal na obtenção dos dados, necessários para a realização do trabalho. Os registros, por meio dessa técnica, acontecem de forma precisa e, ao mesmo tempo, descontraída, proporcionando uma maior interatividade e troca de conhecimentos. O *questionário*, por sua vez, é entendido como uma técnica de coleta de dados emque o pesquisador formula questões previamente elaboradas e anota as respostas. Conforme Gil (2008), é o meio mais rápido e barato de obtenção de informações, além de nãoexigir treinamento de pessoal e garantir o anonimato. Dessa forma, essa técnica se configura como um meio prático e eficaz de se obter informações sobre o perfil da turma: o nível de interesse e participação dos estudantes em redes sociais, de uma forma geral, bem como as principais ações que desenvolvem por meio delas.

Foram aplicadas também atividades e dinâmicas que serviram para pontuar, de forma mais precisa, as reais dificuldades apresentadas pelos estudantes no que se refereao uso de ferramentas digitais e à produção de textos argumentativos. Isso significa que a análise não acontecerá tão somente pela observação. As dinâmicas favoreceram um diagnóstico mais preciso e pontual, com relação ao modo como os estudantes articulam suas ideias e desenvolvem seu ponto de vista, por meio do uso de argumentos. Foi criado, também, um grupo, no *facebook*, para observar como, de forma geral, os alunos das turmas selecionadas leem as mensagens postadas nesta rede social, comunicam e interagem, quais assuntos, de fato, se interessam e, sobretudo, como se comportam diante de postagens de temas polêmicos.

As atividades previstas para execução deste trabalho se desdobraram a partir de quatro módulos: c*onhecendo, dialogando, refletindo* e *praticando*. Esses módulos estão fundamentados na teoria que defende a importância dos ambientes cognitivos e afetivos para ensinar e aprender, intitulada "Metáforas para o aprendizado no século XXI", propostas por David D. Thornburg (2014). De acordo com essa teoria, o momento inicial é a *reunião em torno dafogueira,* nesta proposta definida como *conhecendo*, e refere-se ao contato do mestre com os aprendizes, para exposição e transmissão de informações. A *visita ao poço*, por sua vez, definida aqui como *dialogando*, faz referência ao momento em que o aprendiz tem contato com seus parceiros, caracterizando-se, pois, pelo diálogo, discussão e troca de conhecimentos. O *recolhimento* na *caverna,* denominada aqui por *refletindo*, diz respeito ao momento em que o sujeito fica em contato consigo próprio, envolvendorecolhimento e reflexão sobre tudo o que foi ensinado e discutido. Por fim, a última etapa, em que o aprendiz é convidado a *participar da vida* (*praticando*) e entrar em contato com a realidade prática, para aplicação dos conhecimentos. Refletir sobre a prática pedagógica é condição necessária para que o processo de ensino-aprendizagem alcance seus objetivos; dessa forma, a relação de cooperação entre prática e reflexão deve direcionar as ações do professor. Assim, a prática deve considerar as ações já realizadas e as reflexões feitas a partir delas. Refletir sobre a ação passada possibilita "atualizar e compreender o passado, fazer da memória uma forma de conhecimento. Implica saber corrigir erros, reconhecer acertos, compensar e antecipar nas ações futuras o que se pôde aprender com as ações passadas" (MACEDO, 2002: 13).Assim, as atividades desenvolvidas em cada um dos módulos, descritas a seguir, foram produzidas sob a perspectiva da ação-reflexão-ação.

Módulo ***Conhecendo:*** foram organizadas atividades de coleta de dados, com o objetivo de identificar o perfil dos alunos.

- Apresentação da proposta de trabalho.
- Identificação do nível de conhecimento dos alunos sobre a internet.
- Discussão sobre a invenção da internet e dos avanços proporcionados por ela à comunicação.
- Analise da relação dos alunos com textos argumentativos, a partir do trabalho com textos do gênero anúncio publicitário.

- Apresentação do gênero "anúncio publicitário", com a finalidade de conduzir os alunos a um maior entendimento acerca do gênero, enfatizando suas características, função social, linguagem empregada e suporte.
- Apresentação de textos em que dialogam formas distintas de linguagem, instigando os alunos a analisar os sentidos presentes neles, a relação entre a imagem e o enunciado, assim como o conteúdo ideológico comumente presente nos textos publicitários.

A todo o momento, o professor precisa mediar as discussões, visando à ampliação da capacidade de leitura crítica e reflexiva.

Módulo ***Dialogando:*** foram realizadas atividades coletivas que explicitaram os suportes e as especificidades da linguagem em textos impressos em comparação a textos produzidos em contextos digitais, bem como a relação existente entre a linguagem publicitária e suporte, as estratégias argumentativas comumente utilizadas nos textos, o seu poder persuasivo dentre outras especificidades do gênero.

- Análises de textos oriundos de suportes como: internet, televisão, *outdoors*, rádio, entre outros, a fim de possibilitar o contato dos alunos com textos diversos, assim como levá-los a entender as particularidades que envolvem o gênero, o suporte e as especificidades da linguagem empregada, em função do gênero, do público alvo, do suporte de circulação do texto e dos recursos disponíveis: imagens, ícones, hipertextos.
- Atividades de compreensão e identificação de estratégias argumentativas em textos do gênero anúncio publicitário.
- Criação de grupo, na rede social facebook;
- Participação no grupo da rede social *Facebook.*

Com o intuito de produzir uma discussão mais profunda acerca das atividades, neste módulo os trabalhos serão realizados coletivamente ou em duplas.

Módulo ***Refletindo:*** foi o momento de refletir, individualmente, sobre o tema estudado e os conhecimentos construídos. Para isso, atividades que requerem reflexão e análise individual foram priorizadas.

- Análise de textos, procurando identificar os conceitos estudados, a fim de construir o seu próprio conhecimento sobre o assunto: estratégias de argumentação em textos do gênero anúncio publicitário, especificidades da linguagem empregada nos textos em contexto impresso e digital – imagens, iconicidade, hipertextualidade, intertextualidade.
- Participação no grupo da rede social *Facebook.*

As atividades deste módulo focaram a passagem do conhecimento exterior para o conhecimento interior.

Módulo *Praticando:* o objetivo é que os alunos apliquem os conhecimentos adquiridos nos módulos anteriores. Neste Módulo a aprendizagem é vista como fruto da integração entre teoria e prática e os conhecimentos são aplicados em situações reais.

- Produção, pelos alunos,do seu próprio anúncio publicitário, com base em critérios que foram estabelecidos visando desenvolver a criatividade e as habilidades de uso de diversas mídias e linguagens.
- Discussão em redes sociais, por meio da produção de comentários argumentativos sobre os temas em debate.

Nessa etapa, foram analisados os argumentos utilizados na construção do anúncio, a linguagem empregada, a adequação ao suporte, bem como a apresentação.

5 Considerações finais

As pesquisas ora apresentadas, que se encontram na fase de aplicação da proposta de intervenção e análise dos dados, têm se mostrado, tanto no que diz respeito ao percurso teórico quanto ao pedagógico, como uma importante etapa da busca pelo aperfeiçoamento profissional, uma vez que têm proporcionado a prática constante da reflexão/ação/reflexão, promovendo a integração entre as duas vertentes que precisam ser conjuntamente acionadas ao se tratar de processos educativos: a teórica e a prática.

No que diz respeito a essas duas vertentes, a prática reflexiva se configura como processo direcionador e desafiador, tendo em vista as transformações nas formas de ensinar e aprender tão discutidas, hoje, no contexto educacional. Direcionador porque precisa permear todo o processo de construção do conhecimento; antes,

durante e após a ação praticada, com vistas à avaliação do processo e possível necessidade de correções e antecipações em relação à ação futura. Em relação à prática pedagógica, a prática reflexiva torna-se desafiadora porque implica mudança de postura, deixando o modelo tradicional, que privilegia a transmissão do conhecimento, para apropriar-se do modelo mais adequado à visão de conhecimento como algo que precisa ser construído e ter sentido para aquele que pretendemos que dele se aproprie e, para tanto, prevê a definição coerente de objetivos aliada à utilização de estratégias, procedimentos e à mediação do professor.
Macedo (2002) concorda que a prática reflexiva na escola constitui-se um processo necessário e, ao mesmo tempo desafiador. Para ele:

> Praticar a reflexão supõe admitir que, como prática, ela se expressa como qualquer outra forma de conhecimento que se realiza no espaço e no tempo, por meio de estratégias ou procedimentos que favorecem sua melhor realização, e que pode ser mais bem realizada pela mediação de um formador (MACEDO, 2002: 13).

A este respeito, ainda, o autor considera que os desafios à prática reflexiva na escola "implica pensar o tema na perspectiva de situações-problema, ou seja, dos obstáculos que enfrentamos e do que somos desafiados a aprender em favor de sua superação" (MACEDO, 2002: 13).
Com relação ao trabalho que aqui apresentamos, podemos dizer que são dois os desafios a serem superados. Um que diz respeito à pesquisa e outro que diz respeito à proposta de intervenção, sendo que os dois se inter-relacionam, com o objetivo de promover a reflexão e a ação sobre a situação-problema levantada e, novamente, a reflexão a partir dos dados coletados, buscando validar ou invalidar a prática da pedagogia dos multiletramentos no processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa.

Referências

BAKHTIN, Mikhail (1997), *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 8. ed. São Paulo: Editora Hucitec.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine; MICHELETTI, Guaraciaba (2001), Teoria e prática da leitura. In: CHIAPPINI, Lígia. *Aprender e ensinar com textos didáticos e paradidáticos*. 3. ed. São Paulo: Cortez.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental (1998), *Parâmetros Curriculares Nacionais*: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF.

BUSNARDO, JoAnne; BRAGA, Denise Bértoli (2000), *Uma visão neo-gramsciana de leitura crítica:* contexto, linguagem e ideologia. Ilha do Desterro, Florianópolis, 38, pp. 91-114.

CASTELLS, Manuel (2006), Inovação, liberdade e poder na era da informação. In: MORAES, Denis (org.). *Sociedade Midiatizada*. Rio de Janeiro: Mauad, p. 225-246.

CHARAUDEAU, Patrick (2010), *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2. ed. São Paulo: Context.

FREIRE, Paulo (1996), *Educação como prática para a liberdade*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GIL, Antônio Carlos (2008), *Como elaborar projetos de pesquisa*.4. ed. São Paulo: Atlas.

GÓMES, Orozco Guillermo (2006). Comunicação social e mudança tecnológica: um cenário de múltiplos desordenamentos. In: MORAES, Denis (Org.). *Sociedade midiatizada*. Rio de Janeiro: Mauad, pp. 81-98.

GUIMARÃES, Ângelo de Moura; DIAS, Reinildes (2003), Ambientes de aprendizagem: reengenharia da sala de aula. In: COSCARELLI, Carla Viana (Org.). *Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica.

HUTCHINS, E. (2001), Distributed cognition. In: SMELSER, N. J.; BALTES, P. B. (Org.). *International encyclopediaofthe social and behavioralsciences.* Oxford: ElsevierSciences.

KOCH, Ingedore Villaça (2012), *O texto e a construção de sentidos*. 10. ed. São Paulo: Contexto.
_____(1996), *Argumentação e linguagem*. 4. ed. São Paulo: Cortez.

_____(2009), *Introdução à linguística textual*: trajetória e grandes temas. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes.

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo (2001), *Multimodal discourse*: the modes and media of contemporary communication. London; New York: Arnold; Oxford University Press.

MACEDO, Lino de (2002), *Desafios à prática reflexiva na escola.* Pátio. Ano VI, 23, pp. 12-15.

MINAS GERAIS (2008), Secretaria de Estado de Educação. *CBC de Língua Portuguesa:* Ensino Fundamental. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Educação.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (2012), *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. *et al (*2004), *Gêneros orais e escritos na escola*. Trad. R. H. R. Rojo e G. S. Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras.

SILVA, Ezequiel Theodoro da (1998), *Criticidade e leitura*: ensaios. Campinas: Mercado das Letras/ALB.

_____(2009), *Criticidade e Leitura*: ensaios. 2. ed. São Paulo: Global.

SILVA, Marco (2002). *Sala de aula interativa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Quartet.

GT 104
Gênero, violência e desigualdade

Não sou mulher, sou mulheres: Construção do coletivo auto-organizado *Cumadre Maria*[1]

Isabel Gonçalves Cordeiro[2]

A história nos demonstra facilmente a situação de opressão das mulheres existente na sociedade. No Brasil somente na Constituição de 1988 é reconhecido que homens e mulheres têm deveres e direitos iguais e isso só será regulamentado com o Código Civil de 2002. Na medida em que o opressor jamais libertará o oprimido é preciso que se tenha uma estratégia que viabilize um processo de libertação.
O AMA – Axé Mulheres em Ação foi o primeiro projeto dentro do campus Mucuri a abordar a questão da mulher relacionando este tema com a raça/etnia e juventude. A interlocução com a dança afro trouxe todo o diferencial ao projeto e foi também o motor mediador entre as estudantes do campus universitário, a comunidade no entorno a universidade e as comunidades quilombolas de Ouro Verde de Minas. Porém devido à complexidade da demanda o projeto perdeu a característica de uma intervenção pontual e tornando-se uma ação de caráter permanente. Foi no principio auto-organizativo que baseamos toda a nossa intervenção na extensão. Neste período conseguimos solidificar o coletivo de mulheres estudantes dentro da universidade que se intitulou *Cumadre Maria*.

Palavras chave: Feminismo, Coletivo, Auto-organização, Extensão.

1. Introdução

1.1 A Marcha Mundial das Mulheres

A Marcha Mundial das Mulheres é um Movimento Social Feminista e auto-organizado que surge durante os anos 2000 na América Latina quando lança uma campanha contra a pobreza e a violência sexista com o chamado de "2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista", consolidando um debate que teve início nos anos 90 na Aliança Social Continental sobre economia feminista. À medida que esta campanha se desenvolve, cresce a adesão e começa a se pensar uma ação contínua articulando mulheres da América Latina, Europa, África e Ásia. Hoje, este movimento é considerado uma das maiores e mais importantes articulações feministas do mundo, assumindo um caráter de classe, levantando bandeiras feministas e discutindo temas como a sociedade de mercado e seus impactos na vida das mulheres, o trabalho das mulheres, tráfico de mulheres, prostituição, soberania alimentar, violência além das pautas construídas a partir da realidade de cada país, estado e regiões.
No dia 8 de março de 2010, a Marcha Mundial das Mulheres realizou a 3ª Ação Internacional Feminista, onde estiveram reunidas três mil mulheres brasileiras e mais de 45 países na rua marchando durante 11 dias da cidade de Campinas à São Paulo por um mundo sem machismo. Mulheres estas militantes da cidade, do campo e

1 Artigo apresentado para o XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro no GT Género, Violência e Desigualdade.

2 Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

das florestas; negras, brancas e indígenas de diferentes gerações. Esta Ação foi marcada pelo forte processo de auto-organização, trabalho coletivo e solidariedade mundial.
Nesta ação estiveram presentes algumas militantes do Movimento Estudantil da cidade de Teófilo Otoni – Minas Gerais e foi a partir da participação neste encontro que começou a se pensar uma prática interventiva feminista na região do Vale do Mucuri. Região nordeste do Estado de Minas Gerais; Estado este que possui fortes características coloniais, coronelistas e 6patriarcais.

1.2 As mulheres, o Movimento Estudantil e a práxis.

A história da luta feminista é a história da auto-organização das mulheres. É quando as mulheres se organizam politicamente como sujeito coletivo a fim de enfrentar fortalecidas a opressão e a desigualdade. No movimento misto não é fácil construir a auto-organização das mulheres por mais que tais movimentos construam lutas com identidade mais progressista.
A auto-organização possibilita construir a solidariedade ao reconhecer a opressão e perceber com clareza os danos que ela causa às mulheres, individual e coletivamente. Sendo necessário que as mulheres construam uma compreensão da sua realidade de opressão e dos desafios que têm a cumprir para combatê-la. Com isso permite o fortalecimento delas e as coloca em posição de igualdade com os homens no cotidiano.
Entendendo a situação das mulheres nos movimentos mistos, neste caso no Movimento Estudantil, e compreendendo a importância e a necessidade da auto-organização iniciam-se reflexões de como colocar este debate em pauta na vida das mulheres e inseri-lo nas organizações e entidades de base que compõem o Movimento Estudantil, no entanto com uma dificuldade muito grande de principalmente expandir o espaço em que se poderia inserir o debate e foi neste contexto que se começou a pensar o ambiente em que estavam inseridas: a universidade.
O papel social da universidade, no presente caso a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, tem finalidade de fortalecer o ensino público nesta região e formar mão de obra especializada voltada para a realidade dos Vales. A compreensão do Movimento Estudantil acerca deste debate se aproxima da concepção sobre a relação entre universidade e sociedade baseada na práxis, ou seja, na concepção do método materialista dialético-histórico de Marx e Engels que afirma como *práxis* não só a ligação intrínseca entre teoria e prática, mas também a necessidade de que essa ligação tenha como propósito a transformação da realidade social.
Pode-se dizer que, no sentido a que nos referimos acima, a Universidade brasileira, em particular a pública, nasceu cumprindo um papel progressista no seio de uma sociedade marcada por profundas contradições sociais. A Universidade Pública Brasileira é forjada pelo "tripé" ensino-pesquisa-extensão e foi baseado neste "tripé", em especial através da extensão universitária, que se iniciou o trabalho com as mulheres.

2. Projeto de extensão AMA – Axé Mulheres em Ação

A história nos demonstra facilmente a situação de opressão das mulheres existente na sociedade há milhares de anos.
No Brasil somente na Constituição de 1988 é reconhecido que homens e mulheres têm deveres e direitos iguais e isso só será regulamentado com o Código Civil de 2002. Na medida em que o opressor jamais libertará o oprimido é preciso que se tenha uma estratégia que viabilize um processo de libertação aonde os oprimidos vão tomando consciência de sua posição e vão acumulando forças o suficiente para não mais permitir a opressão por parte do opressor. Foi no principio auto organizativo que baseamos toda a nossa intervenção na extensão.
O AMA foi o primeiro projeto dentro do campus Mucuri a abordar a questão da mulher relacionando este tema com a etnia e juventude. A interlocução com a dança afro trouxe todo o diferencial ao projeto que foi se consolidando ao longo do ano de 2011. Pela formação histórica do Vale do Mucuri é percebido o quanto a questão étnica no que tange a negritude não é evidenciada nas pesquisas que abordam a região. Porém este fator não esta isolado de uma realidade nacional de uma sociedade de base patriarcal e racista como a brasileira, haja vista, por exemplo, as estatísticas referentes à inserção das mulheres, em especial as negras, ao mundo do tra-

balho. Portanto por entender que a realização de constantes projetos de extensão com esse publico é extremamente importante para construir formas de rompimento com essa lógica perversa de dominação e exploração da condição humana feminina é que se pensou este projeto. Conforme salienta FREIRE:

> "O conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações." (1983, p. 22)

O projeto AMA – Axé Mulheres em Ação estabeleceu parceria com o NEAB – Núcleo de estudos Afro Brasileiro, Observatório da Juventude, Movimento Estudantil/Diretório Central dos Estudantes e com o Laboratório de Cultura e Arte todos dentro da UFVJM a fim de que nesses espaços pudesse ser transversal o debate de novas relações de gênero.

O projeto também veio possibilitando uma aproximação do publico feminino e masculino em torno do debate feminista dentro e fora da universidade. A dança-afro foi o motor mediador entre as estudantes do campus universitário, a comunidade no entorno a universidade e as comunidades quilombolas de Ouro Verde de Minas. Introduzimos ao projeto a batucada, sons de percussão tirados de latas e tambores de plásticos recicláveis.

Este projeto tem como objetivo principal a promoção entre as mulheres do intercâmbio de vivências, através da dança, debate de gênero, etnia e identidade entre a comunidade acadêmica, comunidade da zona sul de Teófilo Otoni e as comunidades quilombolas de Ouro Verde de Minas/Vale do Mucuri a fim de consolidar coletivos de mulheres.

3. A consolidação do Coletivo *Cumadre Maria*

Devido à complexidade da demanda o projeto perdeu a característica de uma intervenção pontual e tornando-se uma ação de caráter permanente pôde ampliar o debate no sentido político, fortalecendo a auto-organização das mulheres caminhando, dessa forma, para o rumo libertador do feminismo.

Consolidou-se na Universidade o Coletivo de Mulheres *Cumadre Maria*. Entendendo que autonomia e igualdade são princípios centrais de um feminismo que propõe uma transformação estrutural na sociedade, que alcance a vida de todas as mulheres.

Os coletivos feministas são espaços fundamentais na construção de uma identidade coletiva que ao fim e ao cabo, organiza uma luta em comum, com consequências no plano da política, não no plano particular. Além disso, há que se reafirmar que relações de gênero são relações de poder, e nestas, as mulheres são desfavorecidas. Compreendendo isso, e relembrando a lei da física que afirma que dois corpos não ocupam o mesmo lugar no espaço, na medida em que as mulheres conquistam o poder, os homens o perdem, ou seja, bem ou mal, quem é beneficiado pela exclusão das mulheres de determinados espaços são os homens. Vale afirmar, portanto que os homens militantes das mesmas organizações em que as mulheres atuam, na maioria das vezes inibem a intervenção das mulheres, inclusive quando se trata da discussão de gênero. Entendendo que se faz necessário garantir espaços em que as mulheres sejam estimuladas a serem agentes de sua história, onde possam encontrar referências para a luta feminista, os espaços de auto-organização das mulheres se tornam imprescindíveis, inclusive, se tornando importantes momentos de formação política.

Conquistas não vêm por decreto ou favores. Paulo Freire (2005) afirma que a emancipação de um setor oprimido somente virá por obra desse mesmo setor oprimido. É isto que o espaço auto-organizado *Coletivo Cumadre Maria* busca: a autonomia das mulheres e uma sociedade igualitária.

Na década de 1990 a reforma neoliberal do Estado Brasileiro teve alguns dos seus mais cruéis efeitos na Educação. Ao sucatear a Universidade Pública o neoliberalismo trouxe grande precariedade para as mulheres estudantes e trabalhadoras, representando um retrocesso nos direitos de todas.

3.1 A nossa vinculação com a Marcha Mundial das Mulheres

A superação da opressão está diretamente relacionada à mudanças estruturais da sociedade, desta forma e somada à aproximação que tais estudantes tinham com o debate feminista do movimento de mulheres Marcha

Mundial das Mulheres, fez-se necessária a vinculação com um projeto feminista de sociedade a fim de construir o mundo que desejamos, com coesão e direcionamento político e ideológico.
Sobre a organicidade do movimento está a autonomia das mulheres organizadas em lutar solidariamente pelas mesmas pautas que mulheres latino americanas, africanas, europeias, etc., e também de a partir da sua realidade pensar a desconstrução do machismo levantando pautas específicas das localidades em que vivem; desta forma, o coletivo *Cumadre Maria* a partir de então luta pelas pautas coletivas do movimento Marcha Mundial das Mulheres e a partir da análise de quais são as pautas estratégicas para a libertação das mulheres que compõem o coletivo, as mulheres da região do Vale do Mucuri e as mulheres como um todo da centralidade para tais.
A Marcha mundial das mulheres tem como bandeiras de luta principais a denúncia à tirania do patriarcado e ao livre mercado entendendo que a tirania do mercado se ancora na exploração do tempo e trabalho das mulheres como recursos inesgotáveis. Tenta transformar as mulheres em objetos apropriados e controlados, como um produto que se adapta às exigências do mercado. Esse é o sentido da imposição de um padrão de beleza inatingível e da busca da eterna juventude como sinônimo de felicidade. Pela autonomia e direito à autodeterminação entendendo que a sociedade molda a vida das mulheres quando impõe a maternidade, jornadas intermináveis de trabalho (incluindo o trabalho doméstico), um modelo de heterossexualidade negando a lesbianidade. Pela autonomia econômica das mulheres no sentido de lutar pelo reconhecimento do trabalho das mulheres e o questionamento da divisão sexual do trabalho. Por um mundo sem violência contra as mulheres entendendo que as diversas formas de violência estão no cotidiano da maioria das mulheres de todo o mundo e que sua raiz está no machismo e no capitalismo que tenta reduzir as mulheres em objetos e mercadorias. Contra a privatização da natureza e dos serviços públicos, construindo uma alternativa que aponta para a efetivação da soberania alimentar e energética. Pela paz e desmilitarização, evidenciando as consequências diretas das guerras e conflitos nas vidas das mulheres que vai desde a manipulação ideológica à criminalização dos Movimentos Sociais.
E por acreditar no debate e a luta proposta pela Marcha Mundial das mulheres que se baseia na construção do feminismo casada com a desconstrução do capitalismo, com muita clareza de que a construção da igualdade e autonomia das mulheres só se efetivará em um processo de transformação social que busque superar as desigualdades de classe e de raça/etnia, é que passamos a nos identificarmos enquanto Marcha mundial das Mulheres.

4. Conclusão

Entendemos que só através da auto-organização é que podemos caminhar rumo à um mundo sem machismo. O coletivo *Cumadre Maria* hoje é fruto de um projeto que articulou universidade, sociedade, mulheres e transformação social e que tem potencialidades cada vez maiores conforme consigamos colocar nossos direitos em pauta e conquista-los.
A relação deste coletivo com os movimentos sociais foi potencializada por meio da participação em espaços como à luta do 8 de Março de 2012, ao 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, etc.
Sendo assim, o coletivo Cumadre Maria é hoje um instrumento que fortalece o Movimento Estudantil no Campus Mucuri, possibilitando as estudantes se organizarem e fomentarem a organização de outras estudantes em torno de suas pautas internas e externas da universidade, articulando junto aos movimentos sociais.

5. Referências Bibliográficas

FON, C.; KANO, M.; SILVA, R. P.; JUNIOR, R. P.; VIEIRA, P. G. (2008), Concepção de educação popular do CEPIS – Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae. São Paulo.

FREIRE, P. (1983), Extensão ou Comunicação*?,* Paz e Terra, Rio de Janeiro.

FREIRE, P. (2005), Pedagogia do Oprimido, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

TERRIBILI, A. (2008), Cadernos Marcha Mundial das Mulheres. Publicação Marcha Mundial das Mulheres, São Paulo.

Notícias da margem: educação e trabalho para jovens estudantes do Ensino Médio/EJA no quadro das mudanças na sociedade brasileira

Mônica Dias Peregrino Ferreira
monica_peregrino@yahoo.com.br

Resumo: No quadro da retração estrutural do número de postos de trabalho e da ampliação da escolarização, a juventude emerge na Europa como um problema social. No Brasil, o problema com contornos próprios: aqui é a expansão da escola que permite a convivência desta para com aquela que se apresentava como umas das mais importantes instituições de socialização dos jovens do país: o trabalho. Esta proposta busca abordar a questão em dois movimentos: primeiramente, realizaremos uma análise das possibilidades e dos limites contidos nas políticas de educação e de trabalho que afetam diretamente os jovens em nossa sociedade. A partir deste quadro, apresentaremos os primeiros resultados de uma pesquisa acerca das maneiras com que relacionam-se educação e trabalho nas vidas de um grupo que encarna as bordas liminares de tais políticas: os jovens recentemente (e precariamente) mantidos no sistema escolar, a partir de survey aplicado na Cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-Chave: Juventude/socialização/escola/ trabalho/ "novas"desigualdades sociais

1) Mudanças no cenário da Juventude no Brasil – a relação entre escola e trabalho.

Em artigo em que defende a possibilidade de adotarmos uma perspectiva não-escolar para o estudo sociológico da escola, Marília Sposito[1] nos mostra o quanto a perspectiva "escolar" tem sido predominante e de fundamental importância para entendermos as relações entre educação e sociedade. Mas ela nos mostra também, que nos dias de hoje, os processos de massificação/desinstitucionalização escolares[2] trazem desafios teóricos, metodológicos e analíticos que, como pesquisadores, não podemos negligenciar.

É neste sentido que ela nos convida a adotarmos outras posições, que não apenas aquela que toma a instituição como posto de observação/ interpretação dos fenômenos, instigando-nos a tomarmos também como referência, dentre outros, os atores escolares, dentre eles seus jovens freqüentadores, efetivos ou potenciais, como referências para a análise da escola e seus impasses. Neste sentido, operamos com a hipótese de que estudar a juventude como condição experimentada, supõe estudar estes sujeitos em sua inserção escolar, mas também estuda-los a partir das relações que esta inserção (escolar) estabelece para com as demais inserções em institucionalidades mais ou menos estruturadas (família, trabalho, grupos de pares, e demais instituições de suporte para o exercício da condição juvenil...).

Antes de mais nada, tratamos juventude como período que se estende entre a emancipação da socialização primária e a inserção em outras instituições socializadoras, especialmente a escola secundária, os primeiros passos rumo ao ingresso no mundo do trabalho, sem deixar de levar em consideração a importância relativa da família e dos grupos de pares. Aqui a juventude se caracteriza num tipo de condição social liminar, que demarca processos de transição social, e que são fundamentais exatamente na medida em que delimitam, no presente, possibilidades ou limites futuros. No Brasil, essa condição é vivida de maneiras não só diferentes, mas também desiguais, demarcando situações de transição absolutamente díspares. Finalmente, a instituição escolar tem papel fundamental na oferta de condições básicas para o exercício da condição juvenil.

No Brasil, a penetração dos jovens pobres na escola, em especial nos patamares médios de escolarização vem

---

1 SPOSITO, Marilia P. *Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola*. *Revista USP*, São Paulo, n.57, p.210-226, mar./maio 2003.

2 Ainda que tais processos não sejam idênticos, e nem tragam impactos semelhantes em países com históricos de formações sociais e institucionais diferentes .

se dando muito lentamente. O último "ciclo" expansivo teve início em meados da década de 1990, com a instituição do FUNDEF, e buscou a universalização do acesso das crianças e adolescentes ao Ensino Fundamental através das chamadas "políticas de correção de fluxo escolar", que, por sua vez, realizaram a expansão operando através de estratégias que buscaram criar vagas (escolares) através da aceleração de processos (de escolarização), sem, contudo, criar infraestrutura.

Os efeitos deste processo estendem-se desde a massificação dos sistemas de ensino até o aumento da demanda por escolarização média; da expansão desregulada do ensino Médio, a cargo dos governos estaduais (até a instituição do FUNDEB) até a multiplicação e a complexificação das desigualdades escolares, redefinindo posições de excelência e de desqualificação entre redes e sistemas de ensino, no interior das redes e dos sistemas e no interior das instituições.

Ainda assim, dados comparados nas PNADs nos mostram importantes avanços nos processos de escolarização de jovens no país. Os dados de freqüência escolar líquida[3] mostram diminuição das desigualdades nos últimos 10 anos, para esta taxa, indicando que nos últimos anos, mesmo políticas de limitada eficácia (como aquelas voltadas para a correção do fluxo escolar), vêm conseguindo diminuir desigualdades antigas e arraigadas.[4]

A partir dos dados da PNAD 2012[5], comparando os anos de 2001 e 2011 para a população de 15 a 17 anos, podemos perceber que a freqüência escolar líquida cresce substancialmente em todas as regiões do país, tendo tido aumento mais expressivo nas regiões nordeste, norte e centro-oeste (passando, na primeira de 20,9% para 43,0%, na segunda de 27,0% a 41,3% e na terceira de 37,5% a 57,0%).

Quando tomamos os quintos de renda como referência, percebemos que a ampliação da taxa de freqüência líquida foi significativamente mais expressiva nos três primeiros quintos de renda (exatamente os menores). No primeiro quinto, a taxa de freqüência escolar líquida passou de 13% para 36,8%, no segundo de 24,6% para 47,2% e no terceiro, de 37,8% para 56,7% (mesmo assim, no último e mais "alto" dos quintos de renda, a taxa de freqüência escolar líquida chega a 74,5%). Finalmente, tomando esses mesmos parâmetros como referência, percebemos que o crescimento da taxa foi muito mais significativo entre a população preta ou parda (de 24,4% para 45,3%) do que entre a população branca (49,5% para 60%).

Quando observamos a distribuição dos estudantes de 18 a 24 anos por nível de ensino, por cor, notamos também avanços entre os dados colhidos nas PNADs de 2001 e 2011. Se entre a população branca os estudantes se distribuíam, em 2001, de maneira mais ou menos equilibrada entre os 39,6% que freqüentavam o ensino superior e os 34,3% que freqüentavam o ensino médio; em 2011, essa mesma população passa a ter 65,7% de estudantes na Universidade e 24,1% no ensino médio. No que toca à população de estudantes preta ou parda, os avanços foram também significativos. Em 2001, as maiores proporções de estudantes pretos ou pardos cursavam prioritariamente os ensinos médio (43,9%) ou fundamental (32,2%), estando o menor percentual (10,2%) no ensino superior. Em 2011, essa população encontra-se predominantemente nos ensino médio (45,2%) e superior (35,8%), estando o menor percentual no ensino fundamental (11,8%). Ainda assim, não é possível negligenciar o fato de que, mesmo depois dos avanços nos patamares escolares atingidos, os 65,7% de brancos que freqüentavam a Universidade em 2011 ainda constituem um percentual muito superior ao dos 35,8% de pretos e pardos que freqüentam a Universidade.[6]

Quando tomamos o número médio de anos de escolarização dos jovens na faixa dos 18 aos 24 anos, veremos que, se por um lado, entre os anos de 2001 e 2011, houve um crescimento de 7,9 para 9,6 anos de estudos para o conjunto, por outro lado, isso ainda demonstra o quanto estamos longe de garantir escolarização básica para os jovens com mais de 18 anos, ainda que, de acordo com a pesquisa, os avanços no número de anos médios de escolarização tenham sido mais significativos entre os conjuntos pertencentes aos primeiros quintos de renda (ou seja, os de menor renda) do que entre os últimos.

---

3 A taxa de freqüência escolar líquida mostra o percentual de pessoas de uma determinada faixa de idade que freqüentam a escola no patamar e na série esperados para a faixa etária.

4 Ainda que estes dados não meçam e nem analisem desigualdades de desempenho.

5 PNAD 2012 – Síntese dos Indicadores Sociais

6 Sem esquecermos que estes percentuais nos permitem medir a frequência à Universidade, mas não o tipo de instituição ou o tipo de curso freqüentado.

Mas se os dados são relativamente animadores quando tomamos para análise o impacto das políticas de educação, quando nos é possível cruzar as condições de estudante e de trabalhador, veremos que a análise tende a ser mais complexa[7].Quando tomamos os 14 anos que separam as PNADs de 1995 e 2009, entre os extremamente pobres[8], na faixa etária de 15 a 17 anos, a condição de apenas estudantes cresceu expressivamente, de 30% para 57%. A situação de apenas trabalhadores, diminuiu de 27% para 7%. O percentual dos que não estudam e nem trabalham diminuiu de 20% para 16%. E o daqueles que estudavam e trabalhavam passou de 24% para 21%. Uma das características das mudanças pelas quais vem passando esta faixa etária, é que se há 14 anos tínhamos um equilíbrio percentual entre trabalho e escola, hoje temos uma situação de absoluto predomínio da presença escola sobre o trabalho nas vidas deste conjunto de jovens. Também é importante destacar que ainda que num percentual pequeno, a situação de composição entre estudo e trabalho é a que menos varia no período, destacando-se por sua "estabilidade".

Na faixa de 18 a 24 anos, entre os extremamente pobres, a situação se inverte. Se cai o percentual daqueles que apenas trabalham (de 44% para 28%), a ampliação dos que apenas estudam não é nem de longe tão significativa quanto na faixa etária anterior, passando de 10% para 16%. A situação daqueles que não estudam e nem trabalham tem um pequeno aumento passando de 39% para 46%. Novamente, a situação que menos varia, apesar de sua pequena representação percentual, é a daqueles que estudam e trabalham, cujo percentual passou de 7% para 9% no período. Se levarmos em conta que a partir dos 18 anos a predominância do trabalho sobre a escola é realidade para a imensa maioria dos brasileiros, veremos que o aumento discreto da representação da escola nesta faixa etária, no período demarcado não é suficiente para justificar a queda significativa da representação do trabalho nesta faixa da juventude. Provavelmente, o que estamos vendo é um aumento das dificuldades de penetração dos jovens extremamente pobres, nesta faixa etária, no mercado de trabalho.

Quando finalmente tomamos os chamados jovens-adultos de 25 a 29 anos, no ano de 2009, de acordo com os dados da PNAD, a situação apontada na faixa etária anterior se consolida. É que se nesta faixa etária, onde o trabalho é absolutamente predominante sobre a escola, 72% dos não pobres trabalham exclusivamente e 13% daqueles na mesma condição socioeconômica compõem trabalho e estudo, dentre os extremamente pobres a situação é diversa. Dentre estes, apenas 43% encontravam-se trabalhando exclusivamente em 2009. E os que acumulavam escola e trabalho somavam apenas 3%.

Os dados comparados mostram, portanto, que se as políticas de correção de fluxo tem refletido avanços nos indicadores de educação, mostrando efetiva melhora nos números que medem a "fluidez" dos processos educativos experimentados, com particular importância entre os jovens mais pobres, essas melhoras não tem se traduzido, para este conjunto, em ampliação das oportunidades de trabalho . O que percebemos é que permanecem as dificuldades para a penetração dos jovens mais pobres no mundo do trabalho, apesar do acesso destes a patamares mais amplos de escolarização.

Como já sabemos, a condição de estudante (principalmente a de exclusivamente estudante) é bastante nova para os jovens pertencentes aos grupos populares no Brasil. Seu ingresso no mundo adulto se dava, até pouco tempo atrás, através do ingresso no mundo do trabalho. Desta forma, se na Europa já desde alguns anos experimenta-se uma situação de convívio prolongado entre uma formação escolar que se estende e um ingresso no mundo do trabalho mais difícil, longo e precário por conta da crise econômica; no Brasil, a "novidade" trazida pela convivência entre os mundos do trabalho e da escola se dá, principalmente, a partir da ampliação do acesso à escola, numa equação em que a frequência à escola fundamental, média ou superior, se dá concomitantemente à experimentação de um mundo do trabalho também feito de regras frágeis e precárias.

---

7 Os dados comparativos entre as PNADs 1995 e 2009 para análise combinada das condições de trabalho e estudo dos jovens das diferentes faixas etárias aqui tratados, foram retirados do relatório de pesquisa intitulado *Brazilian Youth: In School and in Work, de autoria de Carla Corrochano e Marilena Nakano (*Relatório parcial da pesquisa "Sociology of Youth in the BRIC countries" sob a coordenação de Tom Dwyer), 2013.

8 Extremamente pobres: De acordo com a classificação de Castro (2012) eram considerados extremamente pobres aqueles que viviam em famílias cuja renda per capita era inferior a R$ 67,00 em setembro de 2009, e não pobres aqueles cuja renda per capita era igual ou superior a R$ 465,00 no mesmo período. CASTRO, Jorge A. *Juventude: demografia, pobreza e desigualdade, educação e trabalho*. PPT Presentation. Brasilia: Fórum de Trabalho Decente para a Juventude, 2012 (mimeo)

Não devemos nos esquecer que, no Brasil, desregulamentação, insegurança e precariedade (dos vínculos formais para com o mundo do trabalho) foram marcas fundamentais no desenvolvimento do capitalismo[9]. Temos um sistema capitalista, que, na sua origem, construiu-se, não sobre a estabilidade do trabalho, mas sobre a sua precariedade, para jovens e não jovens das camadas populares. Esta precariedade não se restringe à esfera econômica, mas reproduz-se nos âmbitos social e político. E ainda que o país tenha mudado muito nos últimos anos, operamos num substrato extremamente sólido e enraizado de reprodução de desigualdades, não só em relação aos jovens, mas também em relação a eles.

Em síntese, também em nosso país, passamos a constatar uma convivência muito mais prolongada entre escola e trabalho na vida dos jovens. Mas esse é praticamente o único ponto em que os fenômenos brasileiro e europeu se aproximam. Diferentemente dos países europeus, o trabalho tem sido, no Brasil, para a grande maioria da juventude brasileira, a instituição "âncora" na transição para a vida adulta. Neste sentido, as novidades são, por um lado, a presença da escola para os jovens das classes populares e, por outro, a ampliação das dificuldades de ingresso no mundo do trabalho, inclusive para os jovens das classes médias.

Stuart Hall, desde o início dos estudos culturais, na Inglaterra, na década de 60, já havia percebido que na construção do sentimento de "ser jovem", não estava envolvida apenas a escola, ainda que esta tivesse uma importância inegável. Mas havia outras condições: o acesso aos bens de consumo, a disseminação de uma mídia de massa, a ampliação das oportunidades de trabalho, o acesso ao crédito, a criação dos tempos e dos espaços de lazer e de fruição. A conjunção destas condições permitiram a criação de um sentimento de pertencimento à condição juvenil, para além da escola, mesmo para aqueles que estavam FORA dela.

Para CORROCHANO e NAKANO[10], a ampliação da condição juvenil, no Brasil, começa na década de 1970. Durante este período, que foi o período em que os adolescentes e jovens de classes populares começaram a "ensaiar" sua entrada em massa para a escola média, jovens e adolescentes entraram no mercado de trabalho através do emergente setor de serviços, onde tiveram acesso a empregos formais.

Com isso, na década de 1980, segundo as autoras, mesmo com a recessão, os jovens foram menos atingidos pelo desemprego do que o foram os adultos. Por outro lado, estudos realizados entre 1986 e 1992 (Madeira, 1986[11]; Madeira e Bercovich, 1992[12]) indicavam que para além da necessidade de sobrevivência e de suporte à família, o trabalho juvenil dava acesso ao consumo, fosse ele de roupas, atividades culturais, lazer, e até mesmo para o pagamento de estudos, mostrando que para além da sobrevivência, o trabalho permitia aos jovens certa autonomia em relação à família.

A década de 1990 – inverte a tendência da década anterior, de ocupação por parte da juventude dos empregos mais protegidos. A juventude sofreu o mais duro impacto com a retração do mercado de trabalho, e este padrão se mantém até hoje, mesmo depois da ampliação do número de empregos formais no Brasil a partir de 2005.

Ainda na década de 1990, a escola se expande (em especial da segunda metade da década para frente), tornando a relação entre escola e trabalho ainda mais complexa. É que, como nos apontam Corrochano e Nakano (2013), quando ficam claros os limites da ascensão social através do sistema escolar, uma ambigüidade se configura: em contraste com a manutenção da crença na escola como instituição central para um futuro promissor, o dia a dia nela, o presente, realiza-se em meio à ausência de sentido. Isso é especialmente verdadeiro para aqueles jovens que não encontram espaço de socialização fora do ambiente escolar.

Isso mostra que, nestas condições, o sentido para a escolarização é constituído também a partir de fora da

---

9 Que o diga Francisco de Oliveira, em seu clássico estudo "crítica à razão dualista", que mostrou, que a superlucratividade foi um das bases do capitalismo brasileiro, que a superlucratividade tinha como um dos fundamentos a superexploração da força de trabalho; que o trabalho informal constituía-se em parte importante desta equação que se ampliou nos períodos ditatoriais, especialmente durante a ditadura militar.

10 NAKANO, M. e CORROCHANO, C. *Brazilian Youth: In School and in Work, (*Relatório parcial da pesquisa "Sociology of Youth in the BRIC countries" sob a coordenação de Tom Dwyer), 2013.

11 MADEIRA, Felícia R.. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. *Cadernos de Pesquisa*. Sao Paulo, no. 58, aug. 1986, p.15-48.

12 MADEIRA, Felícia R., BERCOVICH, Alícia M. A "onda jovem" e seu impacto na população economicamente ativa de São Paulo. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, v.1, no. 8, 1992, p.1-28.

escola, sendo o trabalho uma das instituições que mais lhe fornece significado. Neste sentido, corroborando a perspectiva de Marília Sposito, "trabalho também produz juventude".

2) Uma pesquisa sobre os jovens da EJA/EM no Rio de Janeiro

Com a intenção de ampliar o âmbito das análises acerca das relações entre juventude e escola no Brasil e visando compreender o papel relativo desempenhado pela escola na vida dos jovens recentemente "incluídos" nela, esta pesquisa busca aprofundar o conhecimento acerca das relações entre as formas de transição para a vida adulta e as trajetórias de escolarização de jovens em defasagem escolar em três grandes Regiões do município do Rio de Janeiro (Zonas norte, centro/sul e oeste).
Tomando a *escolarização truncada* – fenômeno que se manifesta em larga escala há décadas na escola brasileira, mas que toma novos contornos com a expansão precária da escola iniciada a partir da segunda metade da década de 1990 – como um "modo de escolarização" que atinge especialmente os jovens pertencentes às camadas de mais precária inserção social no País, e supondo o conjunto de jovens a ela submetido como um grupo cuja população apresenta contornos relativamente semelhantes, a proposta aqui presente buscará, através da realização de um survey, caracterizar, além da população estudada, as trajetórias escolares e as experiências de trabalho das mesmas, buscando entender o grau e o tipo de relacionamento entre estas, assim como suas possíveis variações nas regiões estudadas. Neste trabalho, apresentaremos, especificamente, uma análise de algumas das questões presentes no survey, com o objetivo de entendermos as relações entre os modos de escolarização dos jovens estudantes da EJA/EM, tomando como referência o período escolar com que estes iniciaram seu ingresso no mundo do trabalho.

2.1) Os Dados da Pesquisa

Responderam ao questionário, ao todo, 863 alunos matriculados na modalidade EJA/EM e no projeto Autonomia, todos da rede estadual de educação do Estado do Rio de Janeiro. O questionário foi aplicado num conjunto de escolas que possuíam EJA/EM e projeto Autonomia, e que foram selecionadas a partir desta característica, em cada uma das grandes regiões a partir das quais se divide a cidade do Rio de Janeiro. Para cálculo da quantidade de questionários a serem aplicados em cada uma das regiões, levou-se em consideração a quantidade proporcional de matrículas em cada uma das regiões estudada. Buscou-se ainda concentrar a aplicação em escolas nucleares para cada uma das regiões. As análises aqui presentes não têm, por conseguinte, validade estatística. Mas permite que apontemos conclusões que diagnosticam tendências para o conjunto dos pesquisados.
A aplicação do questionário foi feita ao final do ano letivo de 2013, na semana que antecedia o início do período de avaliações finais. Como a evasão é grande na modalidade, atingimos os alunos resistentes, ou seja, aqueles que conseguem chegar até o final do ano, e portanto operam com alguma perspectiva de promoção (talvez por isso tenhamos tido uma proporção tão grande de respondentes cursando a etapa correspondente ao último ano do EM).
Nesta análise, recortaremos apenas as respostas referentes ao conjunto de 596 jovens de 15 a 29 anos que responderam ao questionário. Aproximadamente, 60% dos jovens que responderam ao questionário estava fazendo EJA (ou, Nova EJA). 35,5% estavam matriculados no Projeto Autonomia (ambos geridos pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro). Quanto ao ano correspondente no EM cursado, 48,5% cursavam o correspondente ao 3º. Ano, 33,3% cursavam o 2º. Ano e 18,1% cursavam o1º.

2.2) Caracterização da população estudada

51% dos alunos são do sexo masculino e 49% do sexo feminino. A grande maioria é de jovens entre 19 e 24 anos (61,5%). 26,7% declararam-se brancos, 20,5% negros e 41,8% pardos. 83,1% nascidos no Rio. 9,4% na região nordeste do país. 57,4% declararam residir em favelas.
Quanto ao estado civil, 75% dos jovens declararam-se solteiros, 12,8% afirmaram viver em coabitação marital

e apenas 7,7% declararam-se casados. O percentual dos que não têm filhos é semelhante ao dos solteiros, e apenas 21,3% declaram tê-los. A maioria dos jovens (72%) declaram morar em residência própria.
Do conjunto dos jovens, 62,7% declaram seguir uma religião, com predominância daqueles que se declaram evangélicos (34,7% de evangélicos e 25,3% de católicos). Em contrapartida, 21,1% afirmam que não têm religião mas acreditam em Deus.
Neste conjunto, os pais têm, como era de se esperar, escolaridade menor do que a dos filhos. Aqui, uma das primeiras coisas a se notar, é que o percentual de respondentes acerca da escolaridade das mães foi significativamente maior do que a dos pais (85% contra 77%). Para este conjunto, 57,8% das mães têm escolaridade menor do que a dos filhos. O mesmo acontece com 52% dos pais. Ao contrário, 27,3% das mães têm escolaridade maior do que a dos filhos, assim como 25% dos pais.
Ainda nesta breve caracterização, trataremos do acesso e uso da rede de computadores como proxy de juventude (ou, como medida da proximidade entre o mundo dos jovens aqui analisados e uma das atuais condições fundamentais para uso da condição juvenil). Com isso, constatamos que 70,8% dos jovens têm acesso à internet, e 77,8% dos jovens respondentes acessam a rede diariamente. Segundo os jovens, o acesso à rede se dá principalmente de casa (65,3%), seguido da casa de amigos (10,3%), em lan houses (9,1%), do trabalho (8,4%), da escola (2,7% - definitivamente, não é um lugar privilegiado para acesso à rede, pelo menos não para os jovens da EJA), de outros lugares (2,7%) e da biblioteca (1,4%). Os dois principais meios de acesso à internet mobilizados pelos jovens são o computador (36,5%) e o celular (30,9%). Em terceiro lugar temos netbooks com 20,8% das opções. Por último, os tablets com 11,2%.
Quando perguntamos acerca da renda familiar mensal dos jovens, dentre os 70% que responderam a questão, 65,5% afirmaram possuir renda de até 2 salários mínimos, e 34,3% declararam renda de mais de 2 salários mínimos (com predominância da faixa que vai de 2 a 5 salários).
Quanto ao trabalho, se somarmos os 43,1% dos jovens afirmaram ter trabalho fixo, os 17,8% que estavam à procura de emprego, os 10,4% que faziam biscates, e os 2% que apontaram seu envolvimento diário com trabalhos domésticos, veremos que 73% dos jovens estava na época, envolvido com o mundo do trabalho. Apenas 11,4% dos jovens afirmaram apenas estudar. Destes apenas 35,1% trabalhavam com carteira assinada. Quando perguntamos sobre o número de horas dedicados ao trabalho diariamente, a maior frequência, 22,5%, é a daqueles que trabalham de 6 a 8 horas por dia, seguido pelos 15,8% que trabalham mais de 8 horas por dia, e dos 9,4% que trabalham entre 4 e 6 horas por dia. Finalmente, quanto aos turnos em que trabalham, 21,6% o fazem no turno da manhã e 20,1% nos turnos da manhã e tarde.

2.3) Uma síntese das trajetórias escolares

Quando verificamos a trajetória escolar destes jovens, percebemos que, de todo o conjunto, 76,6% frequentou a Educação Infantil. 91,4% deles cursou o Ensino Fundamental em escola pública, 6,4% em escola particular e 2,0% parte em escola pública e parte em escola particular.
A escolarização **fundamental** é composta por alguns acidentes importantes, tais como mudança de escola durante o curso primário, repetência para a maioria (63%, mas um índice bem menor de repetências múltiplas) com razões alegadas circunscritas ao "mundo escolar", um índice menos marcado de abandonos (25%), predominantemente simples e não múltiplo. Não nos surpreende, portanto, que a maior parte dos jovens tenha afirmado ter concluído o Ensino Fundamental na rede "regular" de ensino. Apenas 21% dos jovens afirmam ter terminado o EF na modalidade EJA, e outros 8,6% em programas sociais ligados à modalidade. Não surpreende também, que 31% dos jovens tenha terminado o EF dentro da faixa etária esperada para a conclusão deste patamar de ensino (indicando uma escolaridade feita, aparentemente de poucos percalços). O fato de 53% dos jovens afirmarem ter terminado o EF entre os 16 e os 20 anos também nos permite conclusões interessantes, na medida em que aponta para uma escolaridade feita de percalços, é certo, mas não de abandonos duradouros e definitivos, a não ser, talvez, para os 7,5% que finalizaram o EF entre os 21 e os 28 anos.
Quanto à escolarização média, temos que 67% dos jovens aqui pesquisados ingressaram neste patamar de ensino na faixa esperada (16,3% entrou no EM entre os 14 e os 15 anos) ou ligeiramente acima dela (50,8% de 16 a 18). 29,7% entraram acima da faixa esperada para o patamar.

Quanto ao desempenho no EM, 55% afirmaram terem repetido de ano ao menos uma vez (29,2% 1 vez, 20,4% 2 vezes, 5,3% 3 vezes). 45%, por outro lado, afirmaram nunca terem repetido de ano no EM. 61,1% afirmaram nunca terem abandonado a escola. 28% afirmaram terem-no feito ao menos uma vez.
Quando indagamos acerca dos motivos para a reprovação, os motivos mais utilizados como justificativa pelos alunos envolvem principalmente a escola. Já dentre o conjunto de motivos possíveis para o abandono da escola no EM, aquele mais frequente, apontado por 34,7% dos jovens é o trabalho. Assim, se os motivos propriamente "escolares" são considerados mais responsáveis pela repetência do que o trabalho (mostrando que os jovens consideram difícil ESTAR na escola), o trabalho, mais do que os motivos "escolares", é o responsável pelo abandono da escola (Se é difícil ficar na escola, quando se tem que escolher entre a escola e o trabalho, abandona-se a escola para ficar no trabalho).
As principais dificuldades para o prosseguimento dos estudos são atribuídas mais frequentemente à necessidade de compor escola e trabalho (43%). Por outro lado, quando perguntados sobre o que facilita o retorno aos estudos, "melhorar as chances de trabalho" é a opção mais marcada (29,4%). A seguir, temos "desejo de entrar na faculdade" (19,6%) e "vontade de ter o diploma" (17,9%).

2.4) O impacto do trabalho nas trajetórias escolares

Na última parte deste texto, analisaremos aquela que é a base de nossas indagações: qual é o impacto do trabalho sobre as trajetórias escolares daqueles que, apenas recentemente incorporados à escola, realizam o EM na modalidade EJA na cidade do Rio de Janeiro?
Os dados gerais da pesquisa novamente nos oferecem algumas respostas. 76,7% dos jovens afirmam já ter tido alguma experiência de composição entre trabalho e estudo. Dentre estes, 67,5% começaram a trabalhar antes dos 18 anos (41,6% entre os 16 e os 18 anos, 21% entre os 10 e os 15 anos, 4,9% com menos de 10 anos. 13,3% afirmaram ter começado a trabalhar com mais de 18 anos. 15,9% afirmaram nunca ter trabalhado).
Neste sentido, percebemos, também para os jovens pesquisados aqui, a convivência entre trabalho e escola é um fato. A questão, é COMO o trabalho vem impactando a escolarização DESTES jovens? Qual o seu efeito sobre a escolarização fundamental? E média? Como se comportam os marcadores mais básicos de desempenho escolar quando sistematicamente relacionados com o trabalho?
Para isso selecionamos, do conjunto daqueles que responderam ao questionário, os jovens que declararam ter experimentado a convivência entre escola e trabalho em algum momento de suas vidas. O conjunto percorre em média 75% da amostra.

Gráfico 1

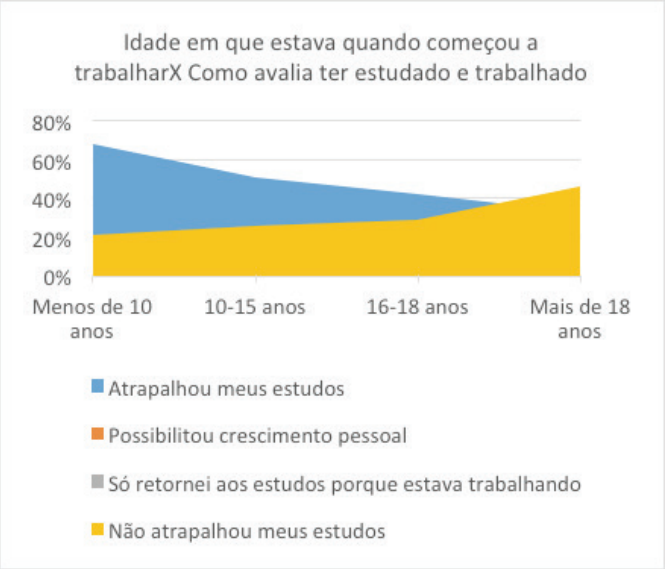

Banco de dados "Jovens fora de série"

O gráfico 1 mostra a avaliação dos jovens acerca da composição entre escola e trabalho em suas vidas, tomando como referência as diferentes faixas etárias com que entraram para o mundo do trabalho. Neste caso, as duas respostas extremas (atrapalhou meus estudos/não atrapalhou meus estudos) estão em destaque. As faixas evoluem em oposição em relação às faixas etárias de ingresso no mundo do trabalho. O impacto negativo do trabalho sobre os estudos é considerado maior, quanto menor for a faixa etária de ingresso no trabalho. Ao contrário, a avaliação dos jovens é a de que o impacto diminui conforme aumenta a faixa etária de ingresso no trabalho.

Gráfico 2

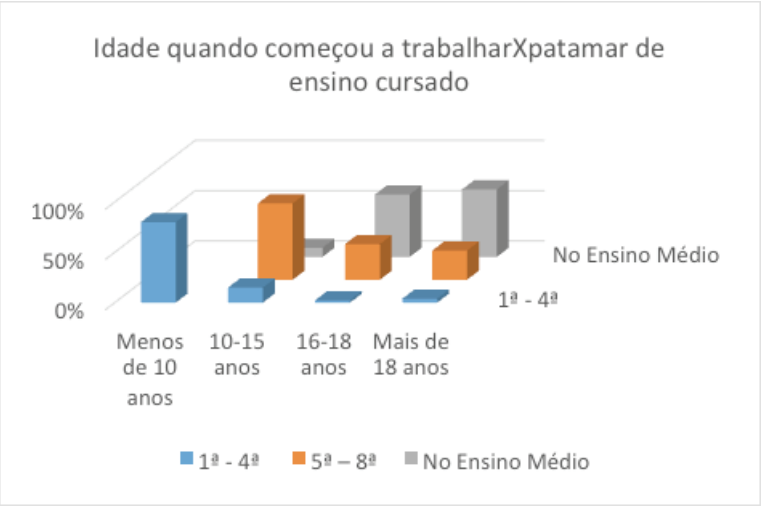

Banco de dados " Jovens fora de série"

O gráfico 2, por outro lado, mostra que há uma correspondência entre a faixa de idade de início no mundo do trabalho e o patamar de ensino cursado quando do ingresso no mundo do trabalho. Aqueles que começaram a trabalhar com menos de 10 anos cusavam a escola primária e os que iniciaram entre os 10 e os 15 anos estavam no segundo segmento do ensino fundamental. A partir daí começam a ser percebidos com maior clareza os efeitos do atraso escolar nas trajetórias dos jovens, ainda que aqueles que ingressaram no mundo do trabalho a partir dos 16 anos frequentavam, predominantemente, o ensino médio na época do ingresso.

2.4.1) No Ensino Fundamental

Gráfico 3

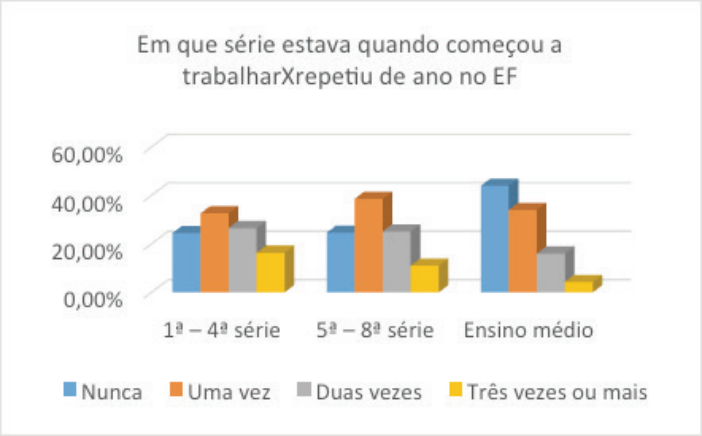

Banco de dados "Jovens fora de série"

Os gráficos 3 e 4 tratam dos agravos mais fundamentais à escolarização , tais como a repetência e o abandono escolar, percebendo como e se o patamar escolar de ingresso do jovem no mundo do trabalho impacta a escolarização fundamental.

No gráfico 3 percebemos que os jovens que entravam no mundo do trabalho enquanto cursavam o ensino fundamental (EF) sofreram impacto semelhante. Em ambos percebemos um percentual idêntico de ausência de repetências no ensino fundamental: 24%. Quanto à frequência das repetências, temos, dentre aqueles que ingressaram no trabalho durante o curso primário, 32% de repetências simples (uma vez) acrescida de uma frequência de 43% de repetências múltiplas (2 vezes ou mais). Aqueles que ingressaram no mundo do trabalho quando cursavam o segundo segmento do ensino fundamental (EF), apontaram frequências de 38,6% de repetências simples, acrescidas de 36% de repetências múltiplas. Já aqueles que declararam ter ingressado no mundo do trabalho enquanto cursavam o ensino médio (EM), apresentaram frequência de 44% de não repetência (20% a mais em relação aos primeiros) , 34% de repetências simples e 16% (percentual duas a três vezes menor em relação aos primeiros).

Gráfico 4

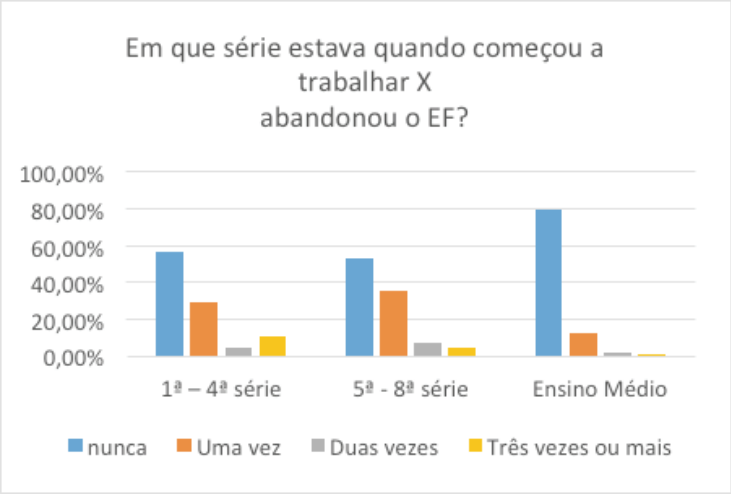

Banco de dados “Jovens fora de série”

No gráfico 4 percebemos nos dados um comportamento semelhante àquele demonstrado no gráfico 3. É que quando tomamos o abandono como referência para análise das trajetórias escolares dos jovens que em suas trajetórias tiveram que compor escola e trabalho, percebemos que aqueles que iniciaram a vida laboral durante o EF apresentaram, em relação ao abandono escolar, comportamento semelhante. Neste caso, 56,3% dos que começaram a trabalhar durante o curso primário e 53,2% dos que começaram a trabalhar no segundo segmento do EF nunca abandonaram a escola naquele patamar de ensino. Os que iniciaram a vida laboral no primário apontaram 43,7% de abandono escolar (29% o fizeram uma vez e 10,4% três vezes ou mais). Entre os que começaram a trabalhar no ginásio (segundo segmento do EF), 46,8% abandonaram a escola (35,5% uma vez e 4,3% mais de três vezes).

A situação daqueles que iniciaram o trabalho no EM é bastante diferente: 80% afirmaram nunca ter abandonado a escola durante o EF. Apenas 14,% afirmaram tê-lo feito (12% uma vez e 0,4% mais de três vezes).

Gráfico 5

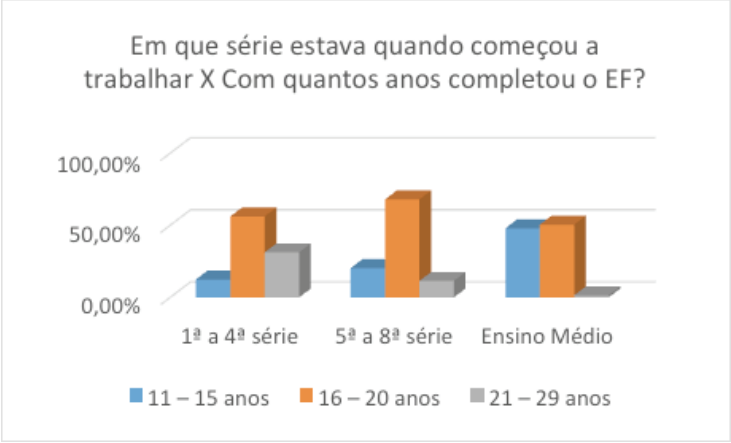

Banco de dados "Jovens fora de série"

O gráfico 5 relaciona o patamar de ensino cursado quando do início do trabalho e a faixa etária de finalização do EF. Novamente, aqui é possível constatar a ação variável do impacto do trabalho na trajetória escolar dos jovens. Novamente aqui, os efeitos do ingresso no mundo do trabalho variam de acordo com o patamar escolar cursado quando do período de ingresso. Novamente, os mais afetados são aqueles que ingressaram no trabalho ainda no primeiro segmento do EF. Dentre estes, apenas 12,5% conseguiram terminar o EF na faixa etária esperada . 56,2% finalizaram o EF acima da faixa esperada (16-20 anos) e 31,3% o fizeram numa faixa de idade muito acima da esperada (21-29 anos). Em contrapartida, dentre aqueles que começaram a trabalhar durante o EM , 48% terminaram o EF dentro da faixa etária esperada, 50,5% o fizeram numa faixa etária acima da esperada (16-18 anos) e apenas 1,5% terminaram o EF numa faixa muito acima da esperada. Os que começaram a trabalhar durante o ginásio (segundo segmento do EF) apresentaram índices intermediários: 20,4% terminaram a escola fundamental dentro da faixa etária esperada, 68% o fizeram acima da faixa e 11,5% muito acima da faixa.

2.4.2) No Ensino Médio

Gráfico 6

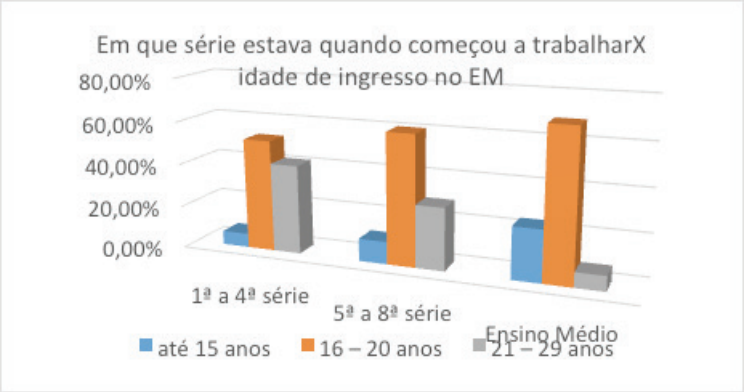

Banco de dados "Jovens fora de série"

Primeiramente constatamos que para todas as categoria de ingresso no mundo do trabalho aqui tratadas, temos predominância, para ingresso no EM, de jovens na faixa etária dos 16 aos 20 anos. Quando trabalhamos com os contrastes, porém, percebemos um padrão: a entrada no EM dentro da faixa etária esperada, é muito mais frequente entre os que começaram a trabalhar durante o EM (24%) do que entre os ndemais (6,5% para quem começou a trabalhar no primário e 10,5% para quem começou a trabalhar no ginásio). Ao contrário, quando analisamos aqueles que entraram no EM numa idade muito acima daquela esperada para ingresso, as diferenças são ainda mais marcantes. Aqui, quanto mais precocemente se entra para o mundo do trabalho, mais alta é a idade de ingresso no EM.

Gráfico 7

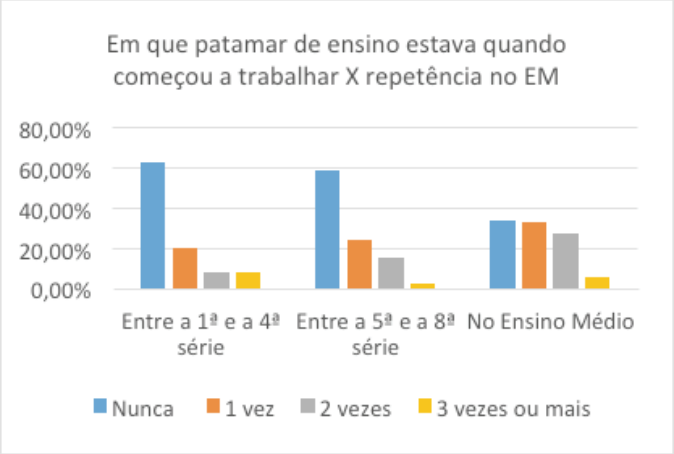

Banco de dados "Jovens fora de série"

Novamente aqui, percebemos padrões muito interessantes. Semelhantes para aqueles que ingressaram no trabalho ainda no EF, e diferentes para os que realizaram esse ingresso no EM. Para os primeiros, o percentual dos que nunca sofreram repetência no EM é de 63% entre aqueles que começaram a trabalhar na escola primária e de 59% entre os que começaram a trabalhar no ginásio. Os percentuais de repetência simples (aqueles que repetiram uma vez) também são semelhantes : 20,4% para os que começaram a trabalhar no primário e 24% para os que começaram a trabalhar no ginásio. As frequência só se distanciam nas duas categorias de jovens, quando tomamos as repetências múltiplas. Neste caso a maior frequência está entre os que começaram a trabalhar no ginásio: 15%, contra apenas 8,2% dos que iniciaram o trabalho no primário.
Mas é o comportamento das frequências entre os que começaram a trabalhar no EM aquelas que mais impressionam. Neste caso, aparentemente, o ingresso mais tardio no mundo do trabalho não opera a favor dos jovens. Seus índices de repetência são TODOS mais altos do que aqueles encontrados nas duas outras categorias aqui analisadas. Seus índices de aprovação sem repetência neste patamar de ensino perfazem apenas a metade daquela encontrada nas duas outras categorias. Quanto à ferequencia de repetências simples, ela é 50% maior no grupo dos que iniciaram o trabalho a partir do EM do que nos dois outros. Finalmente, o percentual de repetências múltiplas é duas a três vezes maior entre estes do que entre os demais .

Gráfico 8

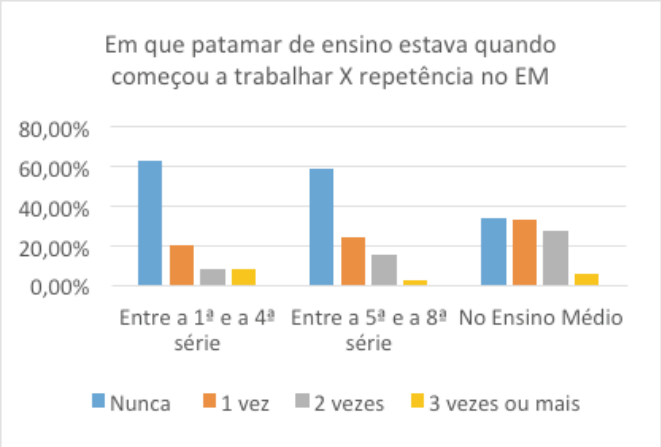

Banco de dados "Jovens fora de série"

Novamente, quando analisamos a relação entre o patamar de ensino cursado quando do ingresso no mundo do trabalho e a frequência de abandonos durante o EM, percebemos padrões inesperados. Se no caso das repe-

tências verificamos um cenário em que a categoria de ingresso mais tardio no mundo do trabalho apresentava os padrões mais frequentes de repetência em relação às demais, aqui, no caso dos abandonos (um agravo que de maneira geral se realiza como o coroamento de uma sucessão de repetências), surpreendemos um padrão de apresentação de frequências

Referência Bibliográficas

- CASTRO, Jorge A (2012. *Juventude: demografia, pobreza e desigualdade, educação e trabalho*. PPT Presentation. Brasilia: Fórum de Trabalho Decente para a Juventude, mimeo.

- CORROCHANO, Carla e NAKANO (2013), *Brazilian Youth: In School and in Work, de autoria de Carla Corrochano e Marilena Nakano in* DWYER, Tom. Relatório parcial da pesquisa "*Sociology of Youth in the BRIC countries*".

- MADEIRA, Felícia R (1986). Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. *Cadernos de Pesquisa*. Sao Paulo, no. 58, aug. p.15-48.

MADEIRA, Felícia R., BERCOVICH, Alícia M. (1992). A "onda jovem" e seu impacto na população economicamente ativa de São Paulo. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, v.1, no. 8, p.1-28.

- OLIVEIRA, Francisco de (2003). *Crítica da razão dualista.* São Paulo, Boitempo.

- PNAD 2012 – *Síntese dos Indicadores Sociais* – IBGE , Brasil.

- SPOSITO, Marilia P (2003). *Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola*. *Revista USP*, São Paulo, n.57, p.210-226, mar./maio.

Violênciaescolar: desafios contemporâneos e compromissos com uma sociedade não-violenta

GomercindoGhiggi[1]

Lizandra Andrade Nascimento[2]

RESUMO: Este texto aborda a questão da violência que se manifesta no espaço escolar, poistais episódios demandam a retomada da essência da educação: a natalidade. E, a partir disso, exigem a reafirmação de nossos compromissos com as novas gerações e com o mundo. Discutimos as diferentes formas de expressão da violência no contexto educacional e as alternativas de enfrentamento desta problemática em nossos dias. A escola não é a única responsável pela resolução do problema, até porque a violência configura-se como uma questão complexa e que requer a ação conjunta dos distintos âmbitos envolvidos (indivíduos, família, escola, sociedade). Porém, enquanto instituição interposta entre a família e o espaço público, e, que oportuniza o elo entre o novo e o velho, a escola necessita contribuir com a construção de uma convivência não-violenta, estabelecendo relações de ensino e aprendizagem significativas e interações baseadas no respeito e na dignidade humana.

PALAVRAS-CHAVE: Violência. Escola. Alternativas de enfrentamento.

Episódios de violência na escola e nos demais espaços sociais são impactantes e desafiadores, nos distintos momentos históricos. Em 1957, Hannah Arendt escreve, em Reflexões sobre Little Rock, contida na obra *Responsabilidade e Julgamento*, publicada em 1959, sobre uma estudante negra que é rechaçada pelos colegas brancos no momento em que se inicia, nos Estados Unidos, a dessegregação dos negros pela escola. Arendt (2004, p. 261-262) explica que a situação é violenta, porque, psicologicamente, o fato de não ser desejado (uma situação embaraçosa tipicamente social) é mais difícil de suportar do que a franca perseguição (uma situação política embaraçosa) porque o orgulho pessoal está envolvido. A autora defende, de modo enérgico, a proteção das crianças frente aos problemas do mundo público e a assunção, pelos adultos, da responsabilidade por resolver os problemas políticos.

Por seu turno, Paulo Freire (2000, p. 65-67), na *Pedagogia da Indignação*, escreve sobre os estudantes que mataram o índio Galdino numa estação de ônibus, em Brasília, no ano de 1997, um exemplo de perversidade intolerável, em que os adolescentes envolvidos no ato violento demonstram estar *desgentificando-se*, *decrescendo* em lugar de crescer. Para Freire, é possível que, na infância, esses malvados adolescentes tenham brincado, felizes e risonhos, de estrangular pintinhos, de atear fogo no rabo de gatos pachorrentos [...] com a mesma desenvoltura com que rasgavam, com afiados canivetes, os tampos das mesas de sua escola. E tudo isso com a possível complacência quando não com o estímulo de seus pais. Na concepção freiriana, este episódio revela que [...] o acatamento ao outro, o respeito ao mais fraco, a reverência à vida não só humana mas vegetal e animal, o cuidado com as coisas, o gosto da boniteza, a valoração dos sentimentos, tudo isso tem sido reduzido a nenhuma ou quase nenhuma importância.

---

1 Doutor em Educação pela UFRGS (2000). É Mestre em Antropologia Filosófica pela PUCRS e Graduado em Filosofia pela UCPel. Foi Diretor da Faculdade de Educação da UFPel, Vice-Reitor da UCPel e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPel (Mestrado e Doutorado). Participa do Grupo de Pesquisa - Filosofia, Educação e Práxis Social e da Linha de Pesquisa: Filosofia e História da Educação do PPGE da UFPel. Fundamentos da Educação e Educação Popular, centralmente a partir de estudos de Paulo Freire, são áreas de atuação e pesquisa. gghiggi@terra.com.br

2 Doutoranda em Educação pela UFPel. Mestra em Educação nas Ciências pela UNIJUÍ (2008), Licenciada em Psicologia da Educação no PEFPD, pela UERGS (2013), Graduada em Psicologia pela URI-SAN (2004). Docente na rede pública estadual do RS, desde 2000, docente na URI – São Luiz Gonzaga desde 2007. Participa do Grupo de Pesquisa - Filosofia, Educação e Práxis Social e da Linha de Pesquisa: Filosofia e História da Educação do PPGE da UFPel. lizandra_a_nascimento@yahoo.com.br

Estes dois exemplos são emblemáticos para refletirmos sobre as manifestações de violência na sociedade contemporânea, especialmente no espaço escolar. Diariamente, acompanhamos relatos de agressões, assassinatos, constrangimentos, assédios e tantos outros fatos contrários ao bom senso. Na escola, tais atos são denominadas de *bullying* - palavra inglesa, sem correspondente em português, que descreve atos de violência física ou psicológica provocados pelo *Bully* (valentão) contra alguém em desvantagem e poder, sem qualquer motivação aparente. Considera-se *bullying* desde agressões (verbais ou físicas), assédios até outras ações desrespeitosas realizadas de modo recorrente e intencional por parte dos agressores, seja por uma questão circunstancial ou por uma desigualdade subjetiva de poder (Tavares, 2010, p. 40).

Tavares (2010, p. 41) traça o perfil dos autores de *bullying*, afirmando se tratar de indivíduos que pertencem a famílias desestruturadas, com pouco relacionamento afetivo e cujos pais exercem uma supervisão pobre sobre eles, oferecendo comportamento agressivo ou explosivo como modelo na solução de conflitos, ampliando a possibilidade de que esses jovens tornem-se adultos com comportamentos antissociais e/ou violentos. Os alvos, por seu turno, não conseguem reagir ou fazer cessar os danos contra si porque não dispõem de recursos, *status* ou habilidade para tal. Em geral, têm poucos amigos, são passivos, quietos e não se opõem, efetivamente, aos atos de agressividade por eles sofridos. A autora chama a atenção também para os que testemunham estes atos de violência e se calam por medo de se tornarem as „próximas vítimas".

A proliferação de pesquisas, enquetes, notícias e reportagens sobre *bullying* nos desafia a pensar com seriedade sobre a questão, buscando informações em fontes confiáveis, pensando estratégias de prevenção e combate, e, principalmente, tomando cuidado para não incorrer em equívocos.

A violência no interior da escola precisa ser foco de reflexões aprofundadas sobre os rumos assumidos pela educação em nossos dias. Num viés utilitarista, estamos tão preocupados em trabalhar com os conteúdos programáticos a fim de prepararmos os alunos para o vestibular (ou para as tantas outras testagens impostas pelo modelo neoliberal) e pretensamente formarmos profissionais competentes, que não nos damos conta de que temas como timidez ou insegurança excessiva, irritabilidade sem motivo aparente, a recusa em participar das atividades de sala de aula, dúvidas sobre sexualidade, dificuldades em fazer amigos, esnobismos, brincadeiras maliciosas ou a mania de ‚pegar no pé' dos colegas fazem parte do conteúdo. Ou seja, indiferente se sou professor de Matemática, Física, Inglês, Português, Geografia... angústias, medos, dificuldades, e principalmente os sonhos dos meus alunos (de todos eles) são componentes importantes da minha disciplina e estão incluídos nas minhas atribuições como educador.

Há outro tipo de violência que não ganha tanto destaque na mídia, mas é igualmente preocupante: a história de meninos e meninas que, Brasil afora, têm a *vida infantil* negada. A *fome* que entra sem bater (quando mecanismos de resistência se enfraquecem e a submissão se torna opção única); o *brinquedo* proibido ou restrito a momentos de *folga*; e o mundo *não letrado*. São histórias de infância e adolescência que são preenchidas por *trabalho* e não por ócio. Sim, o mundo de muitas crianças, desde cedo, é ocupado pela dura lida agrícola que as convoca para o trabalho[3]; após, quando jovens, não têm o direito ao uso de roupas *surradas* por opção política e comportamental; não podem sair *pelo mundo* com *mochila cheia de livros e sapatos confortáveis*; não têm direito a *sentar no chão* e fazer poesia; não podem experimentar *sentir-se bem* usando calça *jeans* e camiseta; não vivem o direito à *erudição e à biblioteca*.

Não! A rebeldia e a *briga* que muitas crianças produzem defrontam-se com a força bruta da natureza, esta sim contestada por elas, por *castigo e morde a sua pele* (e a sua alma). Vivem, sim, o direito negado de escolher a roupa para representar a si, do mundo e de seu *estado de espírito* (se é que isso ainda conta!). Não são poucos que neste *mundo cristão* chegam à escola sem ter nascido em famílias cultas e sem ter crescido à sombra de modelos extraídos da *literatura e da filosofia, famílias e fragmentos* de lares onde não há *muitos livros* que permitam o *crescimento infantil* na *intimidade com as letras*.

Mas, muito embora a negação acima recordada se efetive recorrentemente, muitas dessas crianças vivem intensamente a leitura do mundo, quando, silenciosamente, perguntam-se: *por que não tenho as mesmas coisas que outros meninos têm?*

---

3 Mais tripalium (vocábulo latino tripaliare – substantivo tripalium: aparelho de tortura onde eram amarrados os condenados...) do que produção e transformação da natureza.

O adulto nessa criança deve manifestar-se precocemente, o que me leva a *questionar: a quem interessa a produção do adulto na criança? Buscando respostas num* tempo que continua nos deixando inquietos, acreditamos que há inimigos, de classe, que necessitam manter e atualizar a relação de poder favorável neste momento da história da humanidade, referência para pensar a produção da violência e dos conflitos sociais.
Então, pensar o *mundo infantil* sob a ótica da democracia e da produção da vida para todos, numa sociedade tomada por conflitos, é tarefa bem mais complexa do que pensar a criança e o seu direito ao brinquedo, à sua diferença etc. São questionamentos que têm, como fonte principal, uma constatação: famílias de alunos, tanto de cultura urbano-periférica quanto rural, embora mudanças acentuadas ocorram, continuam em *desvantagem* em relação às classes *privilegiadas*, o que assustadoramente agrava-se nas regiões de periferia urbana.
Sim, as famílias *privilegiadas*, com estrutura favorável, conhecem a lógica da escola e interferem em seu *corpus operativo*; organizam-se *malthusianamente* (têm o número de filhos que suas condições permitem[4]), são *preservadas*, publicamente ascéticas, acumulam capitais para operar no mundo dos negócios (especulativos) e utilizam *estratégias de dianteira* em relação à escola e ao mercado de trabalho: cursos de inglês, informática e internacionalização dos estudos são práticas que garantem as *diferenças*, agravam as desigualdades e a abonam a formação de uma classe subalterna na denominada era da informação.
Assim, há um questionamento central que deve ser feito ante uma constatação: algumas crianças nascem brincando com computador, outras, muitas, reconhecem-se no mundo adulto quebrando pedra. A questão, então, não se coloca apenas no âmbito da defesa do direito à infância, mas na conceituação de uma realidade que exclui muitos, processo inerente ao modelo hegemonicamente instituído. Ante isso, não há uma posição política a assumir? Ainda: não estaríamos ante prováveis indicadores que nos possibilitam compreender violências e conflitos?
Poderíamos avançar no quadro contextual aqui proposto e perguntar: com que famílias *convivemos hoje?* As escolas reclamam limites aos estudantes; aumentam os casos de jovens delinquentes, em todas as classes[5]; os consultórios recebem cada dia mais meninas agressivas e meninos com depressão, invertendo a lógica de outros tempos, relação em que o pai tem cada vez menos importância e a mãe está mais ausente.
Na adolescência, meninos já não sabem o que fazer com seus sentimentos, angústias e sonhos. Saem, bebem e voltam *aos pedaços*... Saem sem rumo, buscando companhias, *„na solidão da noite„*(Galeano, 1991). É a solidão urbana produzindo abandonados, deteriorados, sem condições de *quebrar redes de droga e violência*, esquecendo a própria linguagem da comunicação. E a mãe, ainda é que *faz tudo?* O pai perdeu sua condição de grande gerenciador e provedor? Os pais, desorientados, não mais se importam com a falta de limites e com modelos aos filhos, o que leva Freire (2000) a refletir: *„(...) me dá pena e preocupação quando convivo com famílias que experimentam a 'tirania da liberdade', em que as crianças podem tudo: gritam (...), ameaçam as visitas em face da autoridade complacente dos pais que se pensam, ainda, campeões da liberdade„*
A criança cresce à sombra de modelos. Em gerações anteriores à contemporânea, a família era maior. As crianças, além do pai e da mãe, podiam contar com outros *modelos*: tios, avós, padrinhos. As migrações, a vida urbana, o individualismo, enfim, as relações sociais, cultural e economicamente perversas, mudaram esse universo. Todos são bombardeados com publicidade que propõe modelos externos à família e ao ambiente cultural do qual originam-se. Particularmente na classe economicamente privilegiada, os pais, sentindo-se culpados pela ausência junto aos filhos, tendem a substituir o afeto, a atenção e a autoridade por *produtos* de consumo. Noutras situações os filhos são abandonados à própria sorte. É assim que TV, individualismo e condição social de graúda exclusão apoderam-se das pessoas impossibilitadas de assumir novos círculos e redes de *solidariedade*. Nesse contexto é importante perguntar: teria se tornado anacrônica a família ou terá adquirido novo formato sem que tivéssemos constituído categorias para entender suas mudanças?

---

4 Robert MALTHUS. Crescimento demográfico e produção de alimentos: primeiras proposições (1798). Romás SZMRECSÁNYI (org) e Florestan FERNANDES (coord). *Malthus*. Coletânea Economia. São Paulo: Ática, 1982, pp. 56 e ss.

5 Freire (2000) indigna-se com a violência de jovens de classe média que matam para brincar: é a brutalidade incontrolada de jovens assassinos que fazem parte de uma geração criada por pais que incentivam nos filhos a prática da violência, da formação em artes marciais...

Hannah Arendt (1972, p. 234-235) reflete sobre os impactos da modernidade na configuração das famílias e na estruturação da educação escolar. A autora enfatiza as responsabilidades dos adultos (pais e professores) diante das novas gerações que não se acham acabadas, mas em um estado de *vir-a-ser*. Por isso, necessitam de uma adequada preparação para se inserirem no mundo adulto. E os professores devem assumir responsabilidades diante deles; ensinando conteúdos relevantes para sua formação e desenvolvimento de sua capacidade de pensar e de compreender o mundo, além de tomar a dianteira em relação à produção de comportamentos desejáveis pela sociedade. E agora educadores?

A criança é um ser humano em processo de formação. Mas, ela só é nova em relação a um mundo que existia antes dela, que continuará após a sua morte e no qual transcorrerá sua vida[6].

Em decorrência disso, Arendt (1972, p. 223) considera que a essência da educação é a natalidade, o fato de que seres *nascem* para o mundo: o decisivo determinante do homem como um ser consciente e rememorador é o nascimento ou a „natalidade", isto é, o fato de que ingressamos no mundo através do nascimento (*Love and Saint Augustine* 1996, p. 51-52, apud Correia, 2007, p. 58).

Em *A vida do Espírito*, Arendt afirma que a salvação potencial do mundo encontra-se no fato de que a espécie humana regenera-se sempre constantemente[7].

> O propósito da criação do homem foi tornar possível a um começo [...] a própria capacidade de começar radicada na *natalidade*, de forma alguma, criatividade; não em um dom, mas no fato de que os seres humanos novos, homens aparecem sempre de novo no mundo em virtude do nascimento (Arendt, 1999a, p. 345-348).

Além disso, Arendt relaciona a natalidade com a capacidade de pensar e de agir. Em *A Condição Humana*, ela afirma que a ação relaciona-se intimamente com a condição humana da natalidade, „o novo começo inerente a cada nascimento pode fazer-se sentir no mundo somente porque o recém-chegado possui a capacidade de iniciar algo novo, isto é, de agir" (Arendt, 2005, p. 17).

Por meio da concepção e do nascimento, os pais humanos trazem ao mundo os seus filhos, mas, para de fato inseri-los neste mundo, os pais necessitam assumir na educação a responsabilidade pela vida e desenvolvimento da criança e pela continuidade do mundo. Essas duas responsabilidades não coincidem e podem contrapor-se uma a outra. A responsabilidade pelo desenvolvimento da criança volta-se contra o mundo, pois requer cuidado e proteção. Porém, o mundo também necessita de proteção, para não ser derrubado e destruído pelo assédio do novo que irrompe a cada nova geração (Arendt, 1972, p. 235).

Savater (2005, p. 29) afirma que a possibilidade de ser humano só se realiza por meio dos outros, daqueles com os quais a criança, em seguida, fará todo o possível para se parecer. Os adultos reclamam a atenção de seus filhotes e *encenam* diante deles as maneiras da humanidade, para que as aprendam. Sendo assim, a comunidade em que a criança nasce implica que será obrigada a aprender e também as peculiaridades desse aprendizado.

> Ser humano consiste na vocação de compartilhar com todos o que já sabemos, ensinando os recém-chegados ao grupo o que devem conhecer para se tornar socialmente válidos. Ensinar é sempre ensinar ao que não sabe, e quem não indaga (...). O primeiro título requerido para poder ensinar, formal ou informalmente e em qualquer tipo de sociedade, é ter vivido: a veteranice sempre é um grau (Savater, 2005, p. 31).

---

6 (...) o nascimento situa-se numa dupla temporalidade: de um lado, o nascimento constitui o começo de uma cronologia que a criança terá de percorrer no caminho de seu desenvolvimento, de sua maturação e de sua progressiva individualização e socialização: por outro lado, o nascimento constitui um episódio na continuidade da história do mundo (Larrosa, 2004, p. 187).

7 Savater (2005, p. 39-40) lembra que ao nascerem e se inserirem no mundo, os indivíduos precisam aprender que não são únicos, [...]; (que) a espécie humana pode regenerar-se constantemente pela chegada de novos seres em um mundo preexistente, mas que pode renovar-se a partir da novidade trazida pelas novas gerações.

Uma das funções da família é a de proteger a criança contra o mundo. O lar forma um escudo contra o aspecto público do mundo, pois ao saírem da esfera da privacidade, caracterizada pela exclusividade, onde podemos escolher aqueles com quem desejamos passar a vida, as crianças adentram o mundo público, „entrando primeiro não na esfera política da igualdade, mas na esfera social„ (Arendt, 2004, p. 273).
A educação moderna, ao estabelecer um mundo de crianças, vai desestruturando as condições necessárias ao desenvolvimento e crescimento vitais; o que representa um paradoxo, posto que a educação moderna sustentava que seu propósito era servir a criança, criticando métodos que, segundo ela, desrespeitavam a natureza íntima da criança. O „Século da Criança„ iria emancipá-la e liberá-la dos padrões ordinários de um mundo adulto. Ocorreu, porém, um desprezo em relação às condições elementares de vida necessárias ao desenvolvimento e uma exposição da criança ao aspecto público do mundo adulto, mesmo acusando a educação passada de ver na criança um adulto em miniatura (Arendt, 1972, p. 236-237).
Conforme a autora, os motivos para tais acontecimentos residem na confusão acerca da natureza da vida privada e do mundo público e sua relação mútua ocorrida na sociedade moderna. Decorrem também da atitude de professores que começaram a modernizar a educação, aceitando como postulados evidentes por si mesmos, sem consciência das consequências que trariam para a vida da criança.
A sociedade moderna considera a vida o bem supremo: por esse motivo, ela expôs à luz do mundo público, a vida e as atividades ligadas à sua preservação.
Em se tratando das crianças, o processo de emancipação significou o abandono e a traição da infância. E, como explica Arendt (1972, p. 237-238), quanto mais a sociedade moderna rejeita a distinção entre o que é particular e aquilo que é público, entre o que viceja encobertamente e o que precisa ser exposto à luz do mundo público, ou seja, quanto mais ela introduz entre o privado e o público uma esfera social na qual o privado é transformado em público e vice-versa, mais difíceis tornam as coisas para as crianças, que, para se desenvolverem de forma segura, necessitam da proteção do ocultamento.
Para Arendt (1972, p. 239), a escola é a instituição interposta entre o domínio privado do lar e o mundo, realizando a transição da família para o mundo, representando-o, embora não seja ainda o mundo de fato. Nesse espaço, o adulto assume mais uma vez a responsabilidade pela criança, desta vez no sentido de livre desenvolvimento de qualidades e talentos pessoais. É isso que distingue cada ser humano, definindo-se como algo que jamais esteve aí antes.

> Na medida em que a criança não tem familiaridade com o mundo, deve-se introduzi-la aos poucos a ele; na medida em que ela é nova, deve-se cuidar para que essa coisa nova chegue à fruição em relação ao mundo como ele é. Em todo caso, todavia, o educador está aqui em relação ao jovem como representante de um mundo pelo qual deve assumir a responsabilidade, embora não o tenha feito e ainda que secreta ou abertamente possa querer que ele fosse diferente do que é (Arendt, 1972, p. 239).

A responsabilidade do professor diante dos alunos e dos adultos diante das crianças está implícita no fato de que os jovens são introduzidos por adultos em um mundo que não é sempre igual, mas que se modifica continuamente. Tal responsabilidade é indispensável, tanto que Arendt (1972, p. 239) enfatiza que as pessoas que se recusem a assumir a responsabilidade coletiva pelo mundo não deveriam ter crianças nem assumir tarefas em sua educação. Ou seja, ser pai e ser educador exige do adulto a responsabilidade necessária para assumir a tarefa de introduzir os recém-chegados no mundo.
Ante fragilidades biológicas e psíquicas do humano, a família foi concebida como indispensável. É possível que hoje estejamos vivendo *diversidades de berços familiares* onde os indivíduos almejam encontrar o que tradicionalmente descobriam no seio da família biológica. Assim, para além do ideal de família, influenciado pelo contructo judaico-cristão, é fundamental atendê-la em seus movimentos e conflitos, mantendo referências de significado próprio: lugar de encontro, de fraternidade, onde espaço e tempo pertencem a todos.
As tensões aqui descritas e analisadas podem ser constatadas junto a comunidades escolares. Atualmente, as famílias veem-se envolvidas com conflitos desafiadores: separações, drogas, infidelidades, doenças sexualmente transmissíveis, com acento em problemas comuns às pessoas, incluindo violência e alcoolismo.
Arendt contribui para refletirmos sobre as causas da violência. Segundo a autora, a violência pode ser provo-

cada pela diminuição do poder, seja individual, coletivo ou institucional. „[...] muito da presente glorificação da violência é causada pela severa frustração da faculdade de ação no mundo moderno„ (Arendt, 2001, p. 60). Nessas circunstâncias, vivenciamos o encurtamento da esfera pública, a redução da política à administração, a automatização dos negócios entre os homens, o conformismo, o subjetivismo, o individualismo abalam as estruturas de poder e diminuem as possibilidades da ação humana.

Em geral, poder, violência e dominação são apresentados como sinônimos. Arendt diferencia os termos. Para a autora, o poder é definido como „[...] a habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido„ (idem, p. 36). Já a violência, de caráter instrumental, é a dominação, a obediência obtida pela coerção. „O domínio pela pura violência advém de onde o poder está sendo perdido„ (idem, p. 42). Portanto, a diminuição no poder é sempre um fator que pode levar à violência.

É necessário, também, distinguir poder, violência e autoridade. Isso porque, a autoridade caracteriza-se como um componente fundamental nas relações humanas ou institucionais. „Sua insígnia é o reconhecimento inquestionável por aqueles a quem se pede que obedeçam; nem a coerção nem a persuasão são necessárias„ (Arendt, 2011, p. 37).

Arendt (1972, p. 163-164) relaciona autoridade e respeito, esclarecendo que:

> A palavra *auctoritas* deriva do verbo *augere*, "aumentar", e aquilo que a autoridade ou os que estão de posse dela constantemente aumentam é a fundação. Aqueles que eram dotados de autoridade eram os anciãos, o Senado ou os *patres*, que a obtinham por descendência e transmissão (tradição) daqueles que tinham lançado as fundações de todas as coisas futuras, os antepassados chamados pelos romanos de *maiores*. [...] A autoridade, em contraposição ao poder (*potestas*), tinha suas raízes no passado, mas esse passado não era menos presente na vida real da cidade que o poder e a força dos vivos.

A característica mais proeminente da autoridade é a ausência de poder. Exercia autoridade aquele o „aumentador„ da cidade. O caráter autoritário do „acréscimo„ dos anciães repousa em sua natureza de mero conselho, sem a necessidade de ordem ou coerção externa para fazer-se escutado.

Nesse contexto basicamente político, o passado era santificado através da tradição. Enquanto a tradição fosse ininterrupta, a autoridade estaria intacta; e agir sem autoridade e tradição, sem padrões e modelos aceitos e consagrados pelo tempo, sem o préstimo da sabedoria dos pais fundadores, era inconcebível (Arendt, 1972, p. 166). Contudo, esta experiência política que trouxe a autoridade como vocábulo, conceito e realidade à nossa história, a experiência romana de fundação parece ter sido completamente perdida e esquecida. O fato é que, observa Arendt (1972, p. 181), não mais dispomos de uma realidade histórica ou cotidiana de autoridade a qual possamos recorrer.

Para Coutrine-Denamy (2004, p. 166-167), o desaparecimento da tríade romana da autoridade, da religião e da tradição não anulou o passado, apenas sua continuidade. Em uma sociedade de massas, onde a autoridade foi abolida, as práticas pedagógicas modernas, sob um rótulo de revolucionárias surgem não como sintoma de um desejo de uma nova ordem no mundo, mas como sinal de desespero da sociedade de massas. „[...] durante o período em que a América foi realmente animada por este espírito revolucionário, ela jamais sonhou iniciar a nova ordem pela educação, permanecendo, ao contrário, conservadora em matéria educacional„ (Arendt, 1972, p. 242).

É nesse sentido que Arendt defende que a atitude conservadora „faz parte da essência da atividade educacional, cuja tarefa é sempre abrigar e proteger alguma coisa – a criança contra o mundo, o mundo contra a criança, o novo contra o velho, o velho contra o novo. Mesmo a responsabilidade ampla pelo mundo que é aí assumida implica, é claro, uma atitude conservadora„ (Arendt, 1972, p. 242).

> Exatamente em benefício daquilo que é novo e revolucionário em cada criança é que a educação precisa ser conservadora; ela deve preservar essa novidade e introduzi-la como algo novo em um mundo velho, que, por mais revolucionário que

> possa ser em suas ações, é sempre, do ponto de vista da geração seguinte, obsoleto e rente à destruição (Arendt, 1972, p. 243).

Assim, se, como indicamos anteriormente, os episódios de violência no âmbito escolar estão relacionados com a dificuldade dos adultos de serem modelos consistentes para as crianças, cabe refletir sobre as possibilidades de recuperação da capacidade dos adultos de estabelecerem com as crianças uma relação diferente da que têm uns com os outros, divorciando o âmbito da educação dos demais, aplicando a ele o conceito de autoridade e o respeito ao passado necessário.

Savater (2005, p. 65-66) comenta que a autoridade na família deveria servir para ajudar os membros mais jovens a crescerem, configurando do modo mais afetuoso possível o "princípio de realidade". As crianças precisam ser ensinadas a abrir mão de prazeres imediatos em função de objetivos a longo prazo: se os pais não ajudam os filhos a se prepararem para ser adultos, com sua autoridade amorosa, as instituições públicas se verão obrigadas a lhes impor o princípio de realidade, não com afeto, mas à força[8]. Para aprender a criança necessita desse amadurecimento, desse progressivo abandono do comportamento infantil, para que possa se dedicar à tarefa de aprender.

É preciso compreender que o desaparecimento de toda forma de autoridade na família não predispõe à liberdade responsável, mas a uma forma de frágil insegurança que com os anos se refugia em formas de coletivas de autoritarismo. Savater (2005, p. 68-69) lembra, ainda, que dentro do atual eclipse geral da família como unidade educacional, a figura do pai é a mais eclipsada de todas: o papel mais questionado e menos grato, o triste encarregado de administrar a frustração.

Cabe aos pais e professores orientarem as novas gerações, ensinando-lhes como o mundo é, o que implica a compreensão do passado. Segundo Lajonquière (2002, p. 41-42), quando o adulto dá as costas para o passado, esquece-se de se endereçar à criança em nome de *um dever simbólico* – isto é, cuidá-la em virtude da manutenção de uma tradição filiatória, cuja contingência "cuidou" necessariamente dele mesmo, e não pelo ganho narcísico e, portanto, mina os próprios fundamentos do ato. Ao contrário, quando age sem envergonhar-se do passado transmite inconscientemente para a criança as peças do quebra-cabeça de *uma história*, isto é, inscreve a possibilidade de que venha a saber quem ela é na série das gerações do homem.

Manter a distinção entre crianças e adultos é importante, posto que, a linha traçada entre crianças e adultos deveria significar que não se pode nem educar adultos nem tratar as crianças como se fossem maduras; sem, ao mesmo tempo, tornar essa linha uma muralha a separar as crianças da comunidade adulta, como se a infância fosse um período autônomo e capaz de viver com as próprias leis.

Educar as novas gerações para o compromisso com o mundo apresenta-se como uma das possibilidades de enfrentar a violência. Contudo, esta tarefa torna-se ainda mais complexa em um mundo desmantelado, em que perdemos as referências, antes asseguradas pela tradição, pela autoridade e pela religião. Isso requer dos adultos (pais e professores) o respeito pelo passado, buscando experiências dignas de serem legadas aos novos, como testemunhos de que é possível pensar e engajar-se por um mundo humano, agindo politicamente em conjunto com os demais seres humanos, com que partilhamos este espaço.

Nesta perspectiva, como afirma Almeida (2011, p. 229), é a convicção de que, apesar de tudo, ainda que vivamos num não mundo, não obstante sejamos testemunhas de atos incompreensíveis e mesmo sem perspectivas concretas de alguma mudança, não podemos abrir mão do mundo, o único espaço em que podemos nos revelar plenamente como pessoas, espaço eminentemente humano e, por isso, potencialmente livre.

Diante disso, é preciso apostar na promessa contida em cada nascimento. Ao educar por amor ao mundo, temos a esperança de formar seres capazes de encontrar seu lugar neste espaço-tempo, articulando-se aos demais na escrita de histórias outras, iniciando séries novas de acontecimentos, em que prevaleçam o bom senso, a ética e o compromisso com o mundo público.

---

8 Princípio de realidade é um jargão psicanalítico que implica a restrição das próprias vontades, considerando as dos outros e adiar ou moderar a satisfação de alguns prazeres imediatos tendo em vista o cumprimento dos objetivos recomendáveis a longo prazo (Savater, 2005, p. 66).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Vanessa (2011). *EDUCAÇÃO EM HANNAH ARENDT – Entre o mundo deserto e o amor ao mundo.* São Paulo: Ed. Cortez.

ARENDT, Hannah (1972). *Entre o passado e o futuro.* São Paulo: Perspectiva.

_____. (2001). *Sobre a violência.* 3 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

_____. (2004). *Responsabilidade e Julgamento.* São Paulo: Companhia da Letras.

_____ (2005). *A Condição Humana.* 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

CORREIA, Adriano (2007). *Hannah Arendt.* Filosofia Passo-a-Passo. Rio de Janeiro: Zahar Editora.

COURTINE-DENAMY, Sylvie (2004). *O Cuidado com o Mundo.* Diálogo entre Hannah Arendt e alguns de seus contemporâneos. Belo Horizonte: UFMG.

FREIRE, Paulo (2000). *Pedagogia da Indignação:* cargas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP.

GALEANO, Eduardo (1991). *O livro dos abraços.* Porto Alegre: L&PM.

LAJONQUIÈRE, Leandro de (2002). *Infância e Ilusão (Psico)Pedagógica.* Escritos de psicanálise e educação. Petrópolis: Vozes.

LAROSSA, Jorge (2004). *Pedagogia Profana.* Dança, piruetas e mascaradas. Belo Horizonte: Autêntica.

SAVATER, Fernando (2005). *O Valor de Educar.* São Paulo: Editora Planeta do Brasil.

TAVARES, Juliana (2010). *Brincadeira de mau gosto.* REVISTA PSIQUE. Ciência & Vida. São Paulo: Editora Escala, pp. 38-47.

GÊNERO E SEXUALIDADE NO BRASIL: O QUE APONTAM OS ESTUDOS DO GT 23/ANPED

Fátima Aparecida Coelho Gonini[1]

Paulo Rennes Marçal Ribeiro[2]

Resumo: Este estudo analisa os trabalhos que investigaram as relações de gênero e sexualidade apresentados no GT 23 da ANPED no ano de 2012, uma vez que são temas envoltos de interditos e de valores culturais de difícil abrangência pelos docentes. Contudo, são assuntos que perpassam a escola, fazendo com que alunos/as assimilem o que é determinado a cada sexo. As análises (Bardin, 1977) mostram avanços, mas há muitos entraves nas escolas quanto a implementação das propostas de educação sexual, principalmente ao preparo do professor. É preciso delinear estratégias que possam reverter a situação de maneira a contribuir com o despertar da necessidade de uma educação sexual efetiva que contribua para com a construção de uma relação entre homens e mulheres pautadas na equidade dissipando tabus e preconceitos que persistem na sociedade gerando culpabilidade e violência.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade e Escola.

1 Introdução

A construção dos gêneros e das sexualidades se dá por meio de inúmeras aprendizagens e práticas, nas mais distintas situações e é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Nesse processo família, escola, igreja, instituições legais e médicas que por muito tempo impuseram e ditaram orientações e ensinamentos considerados absolutos.

Nesse contexto, a abordagem da sexualidade era complexa e somente a partir do século XX a temática se tornou uma área de relevância de pesquisa, possibilitando sua compreensão como construção cultural.

Consideramos que abordar a sexualidade humana requer reconhecer que o seu conceito é amplo e difuso, inicia-se na concepção e acompanha o indivíduo por toda sua vida. Abrange os aspectos biológicos, sociais, psicológicos, emocionais, religiosos e culturais que permeiam toda a vida do indivíduo e, se expressa de diversos modos: nas práticas sexuais, nos desejos, nos sentimentos, nos pensamentos, nas emoções, nas atitudes e nas representações (MAIA, 2010; RIBEIRO, 2005).

As discussões sobre a sexualidade foram motivadas pelo advento da AIDS e as questões relativas à gravidez na adolescência. Assim, em meados do século passado as temáticas gênero e sexualidade conquistaram espaços e as discussões adentraram o espaço escolar.

Na década de 1990, a Conferência Internacional do Cairo e a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, contribuíram para estabelecer e consolidar os conceitos de direitos sexuais e direitos reprodutivos que influenciaram sobremaneira as políticas brasileiras nos campos de sexualidade e gênero. Cabe citar outras iniciativas federais como, Saúde e Prevenção nas Escolas (2003); Programa Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual (PBSH) e o Gênero e Diversidade na Escola (GDE-2006).

---

1 Unesp - Araraquara; fatinini@yahoo.com.br;
Pedagoga, Assistente Social, Mestre em Educação, Doutoranda no Programa de Educação da – Universidade Estadual Paulista e professora da Fundação Educacional de Ituverava, SP – Brasil

2 Unesp - Araraquara; paulorennes@fclar.unesp.br;
Professor Doutor da UNESP Campus Araraquara, Coordenador do grupo NUSEX – Núcleo de Estudos da Sexualidade. São Paulo State University (UNESP).

Destarte, a mais importante iniciativa do governo brasileiro para a inclusão da sexualidade na perspectiva do gênero como tema legítimo a ser discutido na escola foi a publicação em 1997 dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e os temas transversais que apresentou a educação em sexualidade (nos PCN é referida como Orientação Sexual). Esse documento contemplou as a educação em sexualidade orientando a prática docente de maneira transversal as demais disciplinas. Tal documento considerou a sexualidade como:

> Algo inerente à vida e a saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se como direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e a diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997: 287).

Com a promulgação dos PCN possibilitou-se as discussões sobre sexualidade e gênero na escola, porém não propiciou formação ao docente para trabalhar com as temáticas dificultando sua abordagem de maneira intencional e efetiva.

Nesse sentido, Gonini (2006: 19) afirma "que as manifestações da sexualidade da criança, do jovem e do adolescente têm na escola um dos principais espaços dentro do qual se devem promover reflexões a respeito da temática".

Reiteramos que o espaço escolar é o local propício para trabalhar a educação em sexualidade, por ser esse espaço ocupado por estudantes das mais variadas faixas etárias e ali permanecem por um longo período e podendo estabelecer contatos e vínculos com a pluralidade cultural, religiosa, orientações sexuais entre outros. Complementamos ainda, que para trabalhar as temáticas gênero/sexualidade na escola é necessário conhecimento e reflexão dos professores sobre a sua sexualidade, devido a repressão que tais temas sofreram durante um longo período e requer a desconstruções culturais de valores, preconceitos e tabus.

Ressaltamos que no senso comum há uma confusão entre sexo e sexualidade, cabendo entender aqui que o sexo se refere as características fisiológicas que diferem os seres humanos em sua capacidade reprodutora. A sexualidade por sua vez ultrapassa o sexo e envolve aspectos biológicos, socioculturais e religiosos presentes na sociedade e em determinados tempos e espaços.

Quanto ao gênero, esse é um termo considerado como uma forma de indicar "construções culturais", ou seja, "a criação inteiram ente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e mulheres" (Scott, 1995: 75). Essas construções culturais, de acordo com a autora, são baseadas nas diferenças entre os sexos e constituem a base sobre a qual se assenta a forma primeira de significar relações de poder.

A conceituação de gênero é extremamente importante, pois oferece meios para distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens, isto é, "enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade" (Scott, 1995: 76).

Compreendemos, portanto que segundo a autora o gênero consiste em uma relação de poder alicerçada em papéis sociais atribuídos a homens e mulheres considerando as diferenças biológicas, porém inserido em um determinado contexto social e cultural.

A luta pelo reconhecimento aos diretos da mulher ganhou corpo na década de 1990, quando o feminismo preocupou-se com as construções teóricas, além das sociais e políticas, intensificando os estudos de gênero (Louro, 2002).

Refletir sobre as questões de gênero remete compreender as relações sociais que se estabelecem em uma determinada sociedade, considerando os determinantes culturais que envolvem a construção do gênero.

Nesse tocante, é necessário pensar na formação, o/a docente enfatiza e enfatiza Ribeiro (1990: 51), que esse profissional necessita "estar bem preparado e protegido de desequilíbrios pessoais que possam inibi-lo ou fazê-lo ter uma postura moralista e tendenciosa". Isto é, o docente deve se despir de qualquer atitude decorrente de repressão, preconceito, culpa, entre outros, que comprometa seu trabalho.

2 A criação do GT 23 da ANPED

As discussões sobre as temáticas gênero, sexualidade e temas correlatos se intensificaram e suscitaram discussões em congressos, simpósios, conferências etc. possibilitando espaços para apresentação de pesquisas. Nesse contexto ocorreu a criação de grupos e núcleos de estudos que pesquisam sobre as temáticas, cabendo destaque à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), que no ano de 2004 passou a contemplar o Grupo de Trabalho "Gênero, sexualidade e educação" (GT23).
A criação desse Grupo de Trabalho se deu durante a 26ª Reunião anual da ANPED quando um número considerável de pesquisadores/as sobre a temática sexualidade, gênero e seus desdobramentos, articularam a proposta da criação de um Grupo de Estudos que abarcasse as temáticas em consonância com o campo da educação, nessa associação.
A proposta foi aceita e o GT 23 da ANPED se tornou um espaço legitimado para o avanço dos estudos acadêmicos relativos ao gênero, a sexualidade e seus desdobramentos.
Dessa forma, inúmeros grupos e núcleos de pesquisa que investigam sobre gênero, sexualidade e educação para a sexualidade, nas instituições de educação superior e nos programas de pós-graduação do país, passaram a ter o GT 23 como um espaço de referência e um local para o diálogo e para o debate teórico.
A cada Reunião Anual é constatado o aumento da produção acadêmica de teses, dissertações, publicações e cursos de formação ressaltando a discussão sobre sexualidade, gênero e educação em sexualidade.
Nesse contexto, este trabalho objetivou analisar os trabalhos que investigaram as relações de gênero e sexualidade apresentados no GT 23 da ANPED no ano de 2012.
A leitura das produções acadêmicas coletadas foram lidas e os pontos relevantes transcritos. Posteriormente, realizamos um fichamento considerando o objetivos e os resultados da pesquisa.
Isto feito, por meio da análise de conteúdo e modalidade temática (Bardin, 1997), criamos categoria e subcategorias nos baseando nos resultados encontrados nas produções apresentadas nessa RA. Optamos em identificar os núcleos de sentido que integram a comunicação e a inferência de categorias e subcategorias possibilitando uma análise dos significados.

3 Trabalhos apresentados

Os trabalhos apresentados no GT em 2012 são em maioria produzidos por mulheres cujas instituições estão localizadas na região sudeste, mas pesquisas remetem na discussão das mais diversas instituições educativas, lugares e espaços pedagógicos, bem como em diversas pedagogias.
Alguns trabalhos investigaram sobre mulheres. Um dos trabalhos analisou uma política pública voltada para a promoção do desenvolvimento infantil tendo a mulher da periferia como responsável para implementar essa política minimizando o papel do Estado, responsabilizando e ensinando os indivíduos a educar(-se) e cuidar(-se) corretamente e se propõe a educar e regular mulheres e homens como sujeitos de gênero, assim como a tornarem-se "competentes" e independentes, principalmente diante da falta de condições e estruturas públicas adequadas. Contudo, o desenvolvimento dessas ações que ficam a cargo das mulheres voluntárias e da comunidade, mostram alguns obstáculos a serem vencidos no que se refere as política públicas, ainda vistas como "assistencialistas" e não de transformação.
Na pesquisa descrever e problematizar a relação família-escola, Os dados coletados com mulheres-mães de crianças com baixo desempenho escolar, permitiram descrever a autorreflexão e auto avaliação, implicadas na produção das subjetividades de mulheres-mães, possibilitando tanto problematizar noções essencialistas sobre um modo de ser e de viver a feminilidade e a maternidade, quanto expor os processos de fabricação da experiência de si – tornar-se mulher-mãe parceira da escola.
A pesquisa sobre a subjetivação da mãe naturalista como modelo: a maternidade como efeito das pedagogias culturais, procurou dar visibilidade a diferentes discursos e enunciados que, enfocando a mulher na contemporaneidade, visam produzir um modo instituinte de ser mãe, apoiado em um conjunto de injunções que posicionam a maternidade no centro do processo de subjetivação da mulher. O que focou este trabalho foi uma pro-

blematização acerca da forma como, atualmente, práticas discursivas em torno da maternidade natural, integral e intensiva agenciam-se a processos de ordem histórica, política, econômica, social e cultural, que interpelam a vida das mulheres, produzindo um modelo de maternidade de prescrição naturalista com forte apelo moral.
As demais pesquisas focaram diretamente a sexualidade, o gênero e a educação em sexualidade e seus desdobramentos como mostraremos a seguir.
As pesquisas que contemplaram a escola e nesse estudo a educação de jovens e adultos (EJA) na busca de analisar como a escola se configura para os/as jovens entrevistados/as como redutora dos componentes da vulnerabilidade. A pesquisador, utilizou, especificamente, a narrativa de Ana, por identificar que ela potencializa as situações de vulnerabilidade que se desdobraram em muitas experiências de exclusão/inclusão e desigualdade por ser: mulher, pobre, pouco escolarizada e prostituta.
O estudo afirma que Ana, como tantos/as outros/a s jovens entrevistados/as, configura-se, então, como sujeito de vulnerabilidade de um amplo e variado espectro de processos sociais e econômicos que resultam em vários tipos e graus de exclusão. Tornam-se vulneráveis porque são excluídos; são excluídos porque vulneráveis. analisar como a escola se configura para os/as jovens entrevistados/as como redutora dos componentes da vulnerabilidade. Para tanto, utilizou, especificamente, a narrativa de Ana, por identificar que ela potencializa as situações de vulnerabilidade que se desdobraram em muitas experiências de exclusão/inclusão e desigualdade por ser: mulher, pobre, pouco escolarizada e prostituta.
Outro estudo investigou sobre a ocorrência de investimentos de saber/poder em ações pedagógicas, envolvendo livros paradidáticos, que abordam temas relacionados à sexualidade, gênero e saúde reprodutiva, nos detendo principalmente nas noções de dispositivo da sexualidade e biopolítica. O estudo possibilitou perceber a supremacia e emergência de temáticas da atualidade nas ações, envolvendo o livro paradidático e a identificação desse artefato cultural como um antídoto a inadequação e descompasso dos suportes didáticos disponíveis para fazer emergir discussões que na maior parte das vezes são excluídas da pauta escolar.
Outra investigação apresentou a cartografia das práticas discursivas em escolas, sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual na educação física. Essa cartografia é composta pela análise da narrativa de professoras de educação física das Diretrizes Curriculares da Educação Básica, educação Física-DCEB/EF (2008) e da formação continuada para professoras/es da rede estadual de ensino do Paraná, em especial o curso Gênero e Diversidade na escola – GDE, etapa 2009-2010, com o objetivo de mostrar a presença, as ausências, e as diferentes maneiras das temáticas de gênero, sexualidade e diversidade sexual nas narrativas escolares da educação física.
O trabalho mostrou que a educação física escolar não estaria relacionada com a produção e o reforço dos estereótipos de gênero. Quanto a caracterização da sexualidade se dá a partir de ações biopolíticas, com foco no tema da saúde. Quando das tentativas de uma ação sobre sexualidade na escola, mostraram-se as limitações que a instituição escolar apresenta tratando o tema dentro dos processos de normalização, e a diversidade sexual, o nome social e o uso do banheiro se apresentaram como elemento que está sujeito às sanções das normas institucionais.
Sobre a formação continuada pelo curso GDE, houve relatos na perspectiva do respeito e tolerância à diversidade, e também apresentaram o GDE enquanto um momento de tensões e conflitos, ocorrido na etapa presencial do curso e caracterizado pelas divergências entre o tipo de abordagem afirmativa em relação aos sujeitos LGBT e as práticas discursivas e institucionais das escolas.
A pesquisa em andamento, refletiu acerca categoria relações sociais de sexo no estudo do trabalho docente, considerando as dimensões socialmente construídas sobre determinados modelos, de masculino e feminino, e que contribuíram para a feminização da profissão de professora, fundamentando nas representações sociais. A análise mostram que a abordagem das representações sociais e a das relações sociais de sexo, quando focadas no campo educacional, possibilitam não apenas contestar a separação entre o individual e o coletivo, mas, sobretudo, questionar abordagens que ignoram que os indivíduos se constituem socialmente e que constituem o contexto em que vivem. Os dados revelaram que é preciso na formação inicial e continuada de docentes, conscientizar o/a estudante, sobre como este está construindo seu pensar sobre seu trabalho, o que pode se contrapor a mecanismos naturalizados de exclusão, de discriminação e de desigualdade no ensino.
Sobre a analise dos registros que tratavam dos ambientes escolares e das atividades pedagógicas, utilizando a análise de conteúdo como metodologia para trabalhar com os dados do projeto Diversidade Sexual na Escola

da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mostraram que o grupo participante do projeto aprendeu, com as leituras, pesquisas e análises que foram feitas durante todo esse trabalho, que já se sabe muito sobre o que não se deve fazer, mas que ainda não se o que deve ser feito e como fazê-lo em relação as temáticas no ambiente escolar.

Outro estudo buscou compreender as decisões que permeiam a inserção ou não da reflexão sobre a temática homofobia, no trabalho docente e nas relações escolares, já que tratar o gênero e a sexualidade na escola nem sempre implica trabalhar com a diversidade sexual e construir uma experiência social que identifique e enfrente a homofobia. As narrativas apresentaram diferentes percepções sobre a homofobia na escola, níveis distintos de envolvimento com a temática e explicações sobre a diversidade sexual baseadas em variáveis que se contradizem umas às outras. A experiência social em homofobia desses sujeitos mostra-se repleta de dissonâncias e permeada por suas vivências pessoais e profissionais, pelo grau de contato com pessoas não heterossexuais, pela participação no curso de formação continuada e pela experiência social em gênero e sexualidade.

Outra investigação visou cartografar, a partir da interlocução com autores como Deleuze e Foucault, a localização daquilo que professoras e professores em salas de aulas no trabalho com a disciplina Ciências, anos iniciais e finais do ensino fundamental, apontam como "problemas" no diálogo com as crianças sobre corpo e sexualidade. Problemas sobre a sexualidade, foi a questão dessa pesquisa, pois os/as professores/as contam sobre a tranquilidade com a abordagem da biologia. Apontaram também o estranhamento do desejo e o prazer manifesto pelos alunos/as e as formas de resistências e de desmonte de verdades sobre o sexo e da atitude adequada em torno da sexualidade. Narram a homossexualidade como desordem. Quanto as famílias, estas reagem da mesma forma que a escola.

Na pesquisa sobre o governamento da diversidade sexual e o desafio de uma ética/estética pós-identitária para a teorização político-educacional LGBT, objetivou mostrar como se tem operado a produção dos sujeitos da diversidade sexual, a partir de uma viabilidade-moral-econômica, que atente às configurações neoliberais contemporâneas e suas tecnologias políticas destinadas a conduzir administrativamente a vida da população. O estudo mostrou-se pertinente pensar a partir de estudos de Foucault, especialmente diante, na contemporaneidade, da radicalização das identidades, bem como da celebração da diversidade sexual e de seus sujeitos, como sujeitos de direito. Em vista disso, o autor considera que o referencial foucaultiano, sobre a estética da existência, pode fornecer elementos para uma crítica da razão identitária, da noção de sujeito de direito, das retóricas de diversidade sexual e, assim, contribuir para a introdução de uma teorização político-educacional mais ampla em torno das lutas e dos direitos dos sujeitos LGBT que pressupusesse, liberar-se das "[...] máscaras visíveis do homossexual [para] procurar definir e desenvolver um modo de vida." (FOUCAULT, 2005: 351).

Outo trabalho investigou sobre a constituição de masculinidades juvenis na periferia urbana, apoiado nos estudos de gênero e culturais pós-estruturalistas e na antropologia política, analisou informações geradas em discussões de grupo e entrevistas com jovens de um bairro para discutir elementos, enunciados em formato de "palavras significativas", implicados com processos de constituição de identidades masculinas juvenis naquele contexto. As narrativas mostraram que elementos constitutivos dessas masculinidades juvenis se aproximam bastante daquelas masculinidades hegemônicas que se tem confrontado no campo dos estudos de gênero. As narrativas mostraram que esta região se encontra vulnerável não só à ação de traficantes como também da polícia. O autor argumenta que as palavras significativas utilizadas nas discussões dimensionam modos de ser e de viver e de exercitar a masculinidade. A discussão pode contribuir para pensar a "problemática" da juventude urbana periférica brasileira.

O estudo sobre a educação infantil as falas de educadoras sobre gênero e sexualidade, busca problematizar as falas de educadoras que atuam na educação infantil concebendo-as como enunciados. Esse é um conceito cunhado por Michel Foucault que gera perguntas tais como: o que pode ser dito? Quem está autorizado/a a dizer? Outras perguntas adentram cada vez mais no labirinto que se constitui a educação infantil emaranhando as macropolíticas e as micropolíticas, a legislação já conquistada e o que ainda há para conquistar, puxando também os fios de gênero e sexualidade.

O trabalho sobre a formação da identidade e o processo de subjetivação de alunos com orientação homossexual, investigou como se processa a formação da identidade de alunos com orientação homossexual, que sofrem processos de exclusão a partir de práticas de perseguição no interior da escola. Optou-se pela pesquisa

nos/dos/com os cotidianos para trilhar os caminhos da investigação, e a partir de uma história real ocorrida no cotidiano de uma escola pública e o modo como esses processos se desenvolvem. Foi possível perceber que os estudantes sentem-se discriminados, o que acaba por interferir na identificação de si próprio, pois a formação da identidade pode ser prejudicada levando o sujeito a se sentir diferente, o que de certa maneira, pode influenciar nas diversas formas de participação e legitimação social e individual que esses sujeitos vivenciam.
Na investigação sobre violência e gênero em uma escola privada, apresenta uma primeira sistematização dos resultados de pesquisa, em andamento, para identificar se episódios de violência encontrados em outro estudo realizado na periferia, seriam determinantes em uma escola privada de classe média, ou seja, se a classe social e o tipo de escola (particular ou pública) não seriam determinantes para a ocorrência ou não de brigas. Embora a pesquisa, ainda esteja em desenvolvimento, há pistas que permitem algumas inferências. O fato das jovens serem de classe média não é determinante para que não recorram à violência como forma de solucionarem seus conflitos, no entanto tal recurso não é reconhecido como legítimo pelos seus pares. Os/as jovens assumem mais os discursos socialmente apropriados, referente às relações sociais de gênero, seja por estranharem que as jovens pudessem protagonizar brigas ou por responsabilizarem as jovens pela castidade ou pela traição ao parceiro.
Já na pesquisa sobre histórias de vida de professoras travestis e transexuais brasileiras, busca problematizar sobre as posições que professoras travestis e transexuais ocupam na escola, buscando identificar os indícios de desestabilização que suas presenças provocam no contexto escolar; questiona os valores sexuais e as percepções de gênero culturalmente estabelecidas e as possibilidades de estruturação de novas formas de ensino e aprendizagem, referente à diversidade sexual e de gênero.
No estudo sobre o lugar do gênero e da sexualidade no curso de pedagogia de uma universidade investiga e apresenta os primeiros resultados dos estudos desenvolvidos no curso de mestrado em Educação, acerca da formação do (a) professor(a) em relação a gênero e sexualidade em um curso de Licenciatura em Pedagogia. As análises se fundamentam no campo das teorias contemporâneas do conhecimento, das quais a teoria *queer* assume um lugar de destaque, uma vez que, partindo das discussões de gênero e das sexualidades, propõe refletir sobre a multiplicidade do processo em que essas identidades sociais se constroem nas dimensões históricas, sociais, culturais e políticas.
Na pesquisa que investiga os modelos atrativos nas relações afetivo-amorosas sob a égide da análise a partir da perspectiva das relações de gênero discute a atração interpessoal nas relações afetivo-amorosas heterossexuais, concernente aos modelos masculinos e femininos. O estudo realizado com jovens do ensino médio, de idades entre 15 e 17 anos. As análises inicias dos dados apontam para a complexidade em relação à maneira como os jovens organizam seu pensamento no sentido de responder à situação hipotética, demonstrou uma diversidade de sentimentos, emoções e valores no processo de seleção e escolha do(a) parceiro(a). Nesse sentido, as contribuições do construcionismo social permitiu perceber que este processo de escolha se relaciona ao padrão social de beleza e é um dos fatores que influencia a atração. Contudo, este fator se articula com outros elementos, como as relações de poder entre os sexos.

4 Algumas reflexões

A análise dos trabalhos do GT 23, nesta Reunião Anual de 2012, apesar da diversidade de assuntos, a produção acadêmica que contemple a educação em sexualidade na educação infantil e com juventude ainda são incipientes, carecendo de estudos.
Quanto as análise temática dos trabalhos, essa revela as categorias e subcategorias encontradas e entrelaçadas, pois essas categorias abrangem assuntos que formam uma teia que envolve o sexo, a sexualidade, identidade sexual e de gênero, o gênero, a educação e assuntos correlatos, que implicam na formação, na vida individual e coletiva das pessoas conforme aponta a tabela a seguir.

Tabela 1 - Análise temática: Assuntos que mais aparecem nas considerações dos trabalhos apresentados na no GT 23 da ANPEd de 2012 (N=ocorrências)

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	N
Educação Sexual	Disciplinadora/ Biologizante/pautada em valores do senso comum	41
Gênero	Sociedade reforça estereótipos e cria relações de poder	97
	Ignora homossexualidade/diversidade sexual	29
Sexualidade	Biologizante/disciplinadora	62
Formação profissional/docente	Necessidade de Educação Sexual na formação	29

Fonte: Elaborada pela autora.

As análises reforçam a ideia de que a educação em sexualidade, mesmo com os avanços nos estudos, com diferentes programas que tratam o assunto veiculados as políticas públicas, ainda é desenvolvida na escola de forma disciplinadora e através da vertente medico/ biologizante. Esta vertente é elucidada por Nunes (1996) como uma forma de educar por meio de prevenção e controle das doenças sexualmente transmissíveis.

A ênfase aos órgãos genitais, ao sistema reprodutor masculino e feminino, à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e o sexismo que estabelece as diferenças entre homens e mulheres, são estigmas da vertente médico/ biologizante, a qual se opõem Nunes (1996: 143) ao dizer que observar a sexualidade "é muito mais do que a mera descrição funcionalista dos aparelhos e funções procriativas, é mais do que o detalhismo asséptico da genitalidade, muito mais do que mera associação entre o instinto e a sexualidade".

Destarte, os estudos mostram ainda, na contemporaneidade, que as escolas constam em seus regimentos, a proibição de namoros e atribuem o baixo desempenho dos alunos (as) à sexualidade, entre outros, mostrando a normatização acerca deste aspecto e desenvolvendo uma invisibilidade sobre a diversidade sexual, buscando a naturalizar as identidades sexuais e de gênero sendo que, essa invisibilidade se faz presente em todos os artefatos escolares, gerando uma exclusão velada de seus alunos considerados "diferentes".

Apesar das grandes transformações sociais e comportamentais ao tratar do gênero, a escola mostra que o conceito ainda está calcado no discurso biologizante e científico do corpo silenciando sobre questões importantes como prazer, o desejo e a diversidade sexual, reafirmando que a falta de conhecimento obscura a visão.

Neste contexto, Vianna e Unbhaum (2006) afirmam, em relação a não percepção dos processos de generificação que se operam na escola e na sociedade, que nos faltam olhos treinados para ver, essa conduta se reflete em violência contra o aluno por meio de práticas discriminatórias.

Neste sentido, percebemos que a escola lida com a produção de identidades de gênero e sexuais constituídas naturalmente, estáticas e fixas definidas em somente uma vez, em detrimento às identidades móveis e flexíveis (Louro, 2012).

Andrade (2012) revela que é no espaço escolar que se ensina aos/as educandos/as sobre as relações, os comportamentos e as diferenças entre homens e mulheres, pois estão preocupados com o controle, a vigilância e o governo dos sujeitos e de seus corpos, investindo, de modo intenso naqueles que tentam escapar, que fazem resistência ao controle disciplinar.

A escola vista como espaço que reafirma valores e conhecimentos em relação ao gênero e a sexualidade, em contra partida, se configura como uma das instâncias culturais que mais corrobora para produzir posições de sujeitos diferenciados, pois, assim como em outras instituições, em seu interior são travadas lutas de resistências e ressignificações que se articulam, se rejeitam e se contradizem, mas contribuem para questionar conceitos enraizados no senso comum.

Destarte, as temáticas sexualidade, gênero e seus desdobramentos, deveriam ser abordadas no âmbito educacional de maneira clara, simples e direta, no entanto devem ser amplas, para não reduzir sua complexidade, ser flexíveis, para permitir o atendimento aos conteúdos e situações diversas, e sistemáticas, para possibilitar crescentes aprendizagens. E, uma educação em sexualidade que vá além da sexualidade reprodutiva, que considere o desejo, amor, emoções, sentimentos, erotismo, alegria, liberdade, frustrações, perdas que perpassam a vida do indivíduo. Portanto, uma educação em sexualidade que contemple informações e promova discussões

acerca da sexualidade em suas diferentes dimensões, possibilitando o desenvolvimento pessoal e coletivo na busca de uma vivência plena e responsável.

5 Considerações

Os trabalhos acadêmicos apresentados nesse ano de 2012 no GT 23 da ANPED destacam de modo geral que a sexualidade e o gênero são tratados em diferentes contextos escolares e em espaços educacionais não formais, mas são ainda discutidas de maneira superficial e pontual de forma preconceituosa e estigmatizadora, focalizando os aspectos higienista, heteronormativo e moralista.

As questões de gênero e sexualidade são complexas, multifacetadas e disputadas por diferentes forças de poder que ainda regulam, selecionam e organizam o que pode e o que não pode ser dito, instituindo atributos de verdade, como propaga a Igreja e a escola, difundindo valores, regras e padrões de comportamentos para homens e mulheres, influenciando sobremaneira os comportamentos sexuais e as relações estabelecidas entre os pares. Esses discursos considerados como verdadeiros geram conflitos e inseguranças e ainda, na sociedade atual, permeiam as representações acerca da sexualidade, influenciando tanto a família quanto a escola a desenvolverem uma educação em sexualidade baseadas em valores do senso comum.

Entende-se que a concretização da proposta da educação para todos requer a reflexão e o enfrentamento da discriminação que envolve as relações de gênero, sexualidade e seus desdobramentos no espaço escolar. Para tanto implica que os educadores assumam o posicionamento político de reconhecer as desigualdades construídas historicamente entre os gêneros, a sexualidade e seus desdobramentos e que envolvem os sujeitos históricos promovendo a educação em sexualidade subsidiada pelo conhecimento, que favorece e instrumentaliza a reflexão e desnaturaliza a exclusão que ainda persistem na sociedade gerando violência.

Assim, a educação em sexualidade deve abarcar a discussão de gênero e sexualidade, bem como temas correlatos, e ser instituída nas escolas desde a educação infantil, produzindo saberes, que despem dos valores, que investem na normalização da sexualidade e do gênero em vários campos discursivos. Destarte, isto pode ser um início na busca de uma educação crítica e transformadora da realidade vivenciada em nossa sociedade perante as temáticas aqui discutidas.

6 Referências

Andrade, S. S. (2012, outubro), Escolarização gênero e vulnerabilidade social: uma abordagem cultural de narrativas juvenis. *Anais da Reunião Anual da Anped*, Caxambu, Brasil, 35. Disponível em http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-1393_int.pdf . [Consultado em 6-1-2013].

Bardin, L. (1997). *Análise de conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70.

Parâmetros Curriculares Nacionais. (1997), *Orientação sexual.* Brasília, MEC.

Foucault, M. (2005), *História da sexualidade I: à vontade de saber.* Rio de Janeiro: Graal.

Gonini, F. A. C. (2006), *Representações sociais do "ficar": caminhos para compreender a violência no cotidiano escolar*. Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto.

Louro, G. L. (2000), *Corpo, escola e identidade*. Educação & Realidade, 25(2), pp 59-75.

Louro, G. L. (2012), *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Maia, A. C.B. (2010), Conceito amplo de Sexualidade no processo de Educação Sexual. *Revista Psicopedagogia On Line,* 1-10. 2010. Disponível em http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=1303. [Coletado em 20-2-2013].

Nunes, C. A. (1996), *Filosofia, Sexualidade e Educação: as relações entre os pressupostos ético sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar.* Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

Ribeiro, P. R. M. (1990), *Educação sexual além da informação*. São Paulo: EPU.

Ribeiro, P. R. M. (2005), José de Albuquerque: pioneiro da educação sexual no Brasil. *Simpósio Paraná São Paulo de Sexualidade e Educação Sexual,*1, Araraquara: Unesp.

Escola e relações de gênero: o envolvimento das meninas nos conflitos escolares

Veralúcia Pinheiro[1]

Resumo: No presente artigo discutimos a participação feminina em conflitos violentos na escola. A partir de narrativas de estudantes e de professoras de uma escola pública estadual de Anápolis/GO procuramos analisar as ideologias disseminadas por toda a sociedade sobre a atual existência de uma igualdade entre os sexos. O diálogo com os autores consultados aponta para a desmistificação desse discurso ora dominante, chamado de "pós-moderno", cujas ilusões mais evidentes consistem em acreditar que o centro hegemônico do mundo ocidental, não é mais o homem, branco e heterossexual prevalecendo agora, as identidades "múltiplas" e "flexíveis", as quais trazem em seu bojo a questão da emancipação feminina. Todavia, a realidade nos mostra que as mulheres são as principais vítimas do atual desenvolvimento capitalista.

Palavras-chave: Escola; Violência; Gênero.

Abstract: The main goal of this paper is to discuss the growth of female in violent conflits at high schools. From the short stories by students and theachers at specific public high school in Anápolis/Go. In this way we look for analyse the dissemination the discourse of the iguality ideology about both genders on thcontemporany society. The dialogue with the Theorics consulted show us the desmistification into that discourse now dominant and called "postmodern" whose most obvious ilusion is to believe that the western world is a hegemonic centre and now prevail the "multiple" and "flexive" identifics instead of white and heterosexual man. Só, it refletes the question about female emancipation. However, the reality point us that woman is the pricipalvictimc of the capitalist development.
Keywords: School, Violence, Genre.

1- Introdução

Nossa pesquisa sobre a participação feminina em conflitos violentos no espaço escolar foi realizada em um colégio da rede pública do Estado de Goiás, no município de Anápolis. Em 2013, este colégio, localizado em uma área próxima ao centro da cidade, atendia 978 (novecentos e setenta e oito), alunos e alunas entre o 6º ano do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio, provenientes de 83 (oitenta e três) bairros da periferia da cidade. Os conflitos entre os estudantes, com destaque para as meninas, eram comuns no cotidiano dessa escola, e não raro a direção da escola acionava a polícia ou o conselho tutelar na tentativa de solucionar os conflitos[2]. Desse modo, o objetivo principal da pesquisa foi analisar as relações que dizem respeito ao envolvimento das meninas em situações violentas.

Os meios de comunicação em geral têm dado ênfase tanto ao aumento da brutalidade das ações conflituosas nas escolas como também à participação cada vez mais nítida das meninas, dado que se contrapõe ao senso comum que credita aos homens e não às mulheres, uma "natureza violenta". Por isso, buscamos conhecer as

---

1 – Doutora em Educação pela Unicamp/SP, docente no curso de História da Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas de Anápolis e no Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias – MIELT – Universidade Estadual de Goiás – UEG e pós-doutoranda no programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia/MG. Pesquisadora das áreas de educação, violência, juventude e gênero. pinheirovp@yahoo.com.br

2 - Em 2014, a gestão do colégio pesquisado foi transferida para a Polícia Militar (PM) do Estado de Goiás, sob o argumento de que tal mudança responde a um anseio da população que reconhece os esforços empregados com a disciplina e os valores transmitidos pela coordenação da PM.

concepções dos próprios alunos, especialmente das alunas, dos professores e dos coordenadores pedagógicos sobre o fenômeno em pauta, no intuito de compreender se as atitudes violentas dessas meninas representam uma ruptura com um passado patriarcal[3] ou ao contrário, suas ações e atitudes acabam por reafirmar os mesmo valores que desde sempre sustentaram a sociedade capitalista.

2- Relações de gênero, escola e violência

O debate sobre as diferenças de gênero, assim como outras diferenças culturais, sexuais ou de raça agregou no mundo contemporâneo, especialmente no âmbito da academia, argumentos aparentemente críticos, todavia uma observação mais atenta nos mostra que essas críticas são na realidade essencialmente conservadoras. Nelas, os argumentos ignoram que, em relações sociais mediadas pela mercadoria o que importa é reproduzir de uma forma ou de outra a produção e a circulação do dinheiro. Portanto, se for preciso garante-se as tradições com suas instituições baseadas em processos hierárquicos, ao mesmo tempo em que se promove uma adequação dos discursos, os quais representam velhas situações com uma nova roupagem, preservando todos os mecanismos de reprodução das antigas práticas repressivas e discriminatórias.

Para os intelectuais que se vinculam às teses sobre o fim da modernidade, a continuidade do patriarcado no mundo ocidental seria algo relativo, uma vez que os conceitos na visão da pós-modernidade[4] tendem a perder rigidez e, adquirem leveza, tornando-se sugestivos e fúteis. Assim, o machismo e outras formas de violência contra a mulher embora se mantenham com a mesma crueldade do passado, como identificou Scholz (2004), são analisadas na maior parte das vezes apenas no âmbito do fenômeno em si, e quase sempre oscilam livremente do ponto de vista metódico e metodológico. Emergem dessa maneira, as contingências, ambivalências e contradições, tudo precisa ser construído e não deve passar de mero produto da linguagem, do discurso, das mídias etc. Por tudo isso, aqueles que se vinculam a essa concepção, acreditam que a sociedade capitalista pode perfeitamente existir sem a supremacia do homem. Consideram, portanto, que o homem branco, ocidental e heterossexual não constitui o centro dessa sociedade, enfim, que esse mundo é para todos. Giddens (1993), por exemplo, considera que o movimento feminista na contemporaneidade foi fundamental para a constituição de uma política emancipatória, além de contribuir para assegurar os direitos de igualdade política e econômica, colocando em questão os elementos constitutivos das relações entre homens e mulheres. Inferimos assim, que para o autor é possível haver igualdade na sociedade capitalista.

Contrapondo-se a essa perspectiva de análise, Scholz (1996), nos mostra a impossibilidade da sociedade burguesa garantir qualquer processo de igualdade ou liberdade em seu bojo. Segundo a autora, os movimentos sociais desencadeados nos anos 1970 e 1980 reagiram de modo contundente contra o caráter anônimo e abstrato das relações sociais. Pois, os temas abordados pelos movimentos deste período, nos mostra a importância que era dada às lutas contra as demandas patriarcais que a sociedade impunha à mulher. Portanto, quanto mais coisificadas as relações humanas, ou seja, quanto mais desenvolvidos os valores patriarcais, mais enfáticas serão as possibilidades de rompimento com tais valores, uma vez que na atualidade já não se apresentam com a mesma evidência de antes, no que diz respeito ao relacionamento homem-mulher.

---

3 - Concordamos com a tese defendida por Scholz (1996), segundo a qual o conceito de patriarcado historicamente encontra-se vinculado ao conceito de domínio masculino, cuja essência se baseia na institucionalização e na internalização de normas sancionadas pela sociedade. Nessa perspectiva, as diferenças entre os sexos são produtos da cultura, e, nada tem a ver com dados biológicos.

4 - Para Eagleton (1998, p. 7), pós-modernidade é uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação. Contrariando essas normas do iluminismo, vê o mundo como contingente, gratuito, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas gerando um certo grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas, em relação às idiossincrasias e a coerência de identidades. Para o autor, tal maneira de ver o mundo, emergiu da mudança histórica ocorrida no Ocidente para uma nova forma de capitalismo – para o mundo efêmero e descentralizado da tecnologia, do consumismo e da indústria cultural, no qual as indústrias de serviços, finanças e informação triunfam sobre a produção tradicional, e a política clássica de classes cede terreno a uma série difusa de "políticas de identidade".

Além disso, para nós, as diferenças entre homens e mulheres no que se referem às atitudes violentas assim como a discussão acerca da participação das meninas em conflitos no espaço escolar têm como pressuposto mudanças no processo de socialização das mulheres antes voltadas prioritariamente para a submissão. Todavia, muitas vezes, os próprios movimentos sociais ao invés de considerar o dado da socialização, corroboram ideias segundo as quais a mulher é um ser natural mais pacífico e emocional do que o homem.

Precisamos sempre nos lembrar de que o capitalismo não é um simples sistema econômico, mas uma relação social, por isso, o Estado e as instituições modernas como a escola, a ciência, o direito etc. integram seu universo. Desse modo, apenas no âmbito das aparências prevalecem funções contrárias em esferas que se apresentam separadas, na realidade elas representam as duas faces da mesma moeda. Segundo Vogele (2007), política e economia, Estado e mercado, poder e dinheiro, planejamento e concorrência, trabalho e capital, teoria e prática constituem um sistema de polaridades dinâmicas, porém inimigas e como tal, encontram-se em uma contínua e destrutiva batalha, embora formem os dois lado de uma mesma identidade. Para a autora, o sistema capitalista, com seu fetichismo já não produz processos de dominação pessoal, baseada na submissão direta, ao invés disso, o indivíduo internaliza hierarquias que representam concepções coercitivas. Liberdade e igualdade são princípios abstratos, pois, permanecem nas sociedades liberais condições de seleção e reconhecimento para identificar os sujeitos e os classificar. O universalismo ocidental é um universalismo exclusivo primeiro para aqueles que podem pagar e em seguida para aqueles que internalizaram os imperativos da ordem. Estes imperativos dizem respeito à dupla identidade do indivíduo nesta sociedade, ou seja, como *homo economicus* e *homo politicus.*

Na ordem simbólica do patriarcado, cuja base é a produção de mercadorias, a política e a economia são atributos do homem; a sexualidade masculina, por exemplo, é definida como individualista, agressiva, violenta; já as mulheres, pelo contrário, são definidas como meigas e maternais. O homem é visto como ser humano que domina e submete a mulher, esta por sua vez, é vista apenas como objeto. A guerra tem conotação masculina; as mulheres, inversamente, são tidas como disponíveis para a paz, passivas, sem vontade, estúpidas. Por isso, o envolvimento das meninas nos conflitos nega essa ordem simbólica, vejamos como as alunas da escola pesquisada relatam essas mudanças de atitudes das mulheres:

> as meninas brigam por causa dos meninos e brigam mais do que eles. A última briga que teve aqui no colégio foi tão violenta que a menina saiu desmaiada. Tudo começou dentro da sala de aula, daí uma das meninas chamou a outra pra fora, então elas foram para o banheiro. Uma delas já chegou batendo na outra, tudo por causa de fofoca [...], fizeram boletim de ocorrência, corpo de delito, mas como sempre não deu em nada, nunca dá nada. (Grupo Focal n. 2, 2013).

Enquanto as alunas ressaltaram conflitos decorrentes das fofocas, da competição pela atenção dos meninos além de outros motivos para as atitudes violentas, decorrentes, muitas vezes da própria burocracia escolar, os professores localizam as causas dessa violência na família:

> Uma questão que nos incomoda é a indiferença dos pais. Eles trabalham muito e não acham tempo para os filhos, para educá-los. Os papéis estão sendo invertidos. Tá se perdendo o valor da família, que está deixando muito a desejar. Deixando tudo para nós, sobrecarregando a escola, e com isso a criança fica meio que abandonada pelos pais. Pois a maior responsabilidade deveria ser deles. Então, se os pais não passam para as crianças uma boa formação de caráter, acaba que um dia, por um motivo qualquer, ele vai desenvolver atitudes de violência na sociedade. Tudo isso por falta de tempo e responsabilidade dos pais, que estão deixando a desejar, pois antigamente a educação era diferente. Hoje está muito solta, entregue a sorte do mundo. Não está tendo compromisso dos pais. As famílias não tem estrutura, são carentes, tanto alimentar, como estrutura de ações dentro de casa, que não se vê... Não dá tempo mais nem de fazer carinho no filho. Falta muito lá fora, na família, e acaba refletindo dentro da unidade educacional. (Entrevista com Professora).

A atual desintegração da família nuclear tradicional provocou o esfacelamento das relações de gênero que marcou nosso passado recente. Em muitos aspectos, as mulheres são colocadas em igualdade com os homens.

Contrapondo-se ao antigo ideal de mulher dona-de-casa, as mulheres agora, são responsáveis tanto pela profissão quanto pela família. No entanto, como nos mostrou Vogele (2007), elas permanecem como principais responsáveis pelas atividades domésticas, inclusive e principalmente pela criação dos filhos, continuam a ganhar menos que os homens, têm menos oportunidades de ascensão etc. Portanto, na chamada era da globalização as mulheres precisam lidar não com a abolição do patriarcado, mas com seu embrutecimento, uma vez que as instituições trabalho e família se diluem cada vez mais na crise do sistema capitalista, sem que outras formas de reprodução sejam colocadas em seu lugar. Nessa pesquisa, a diretora da escola, expõe sua concepção de família e enfatiza o que pensa sobre a violência:

> Em relação a violência vejo, que é um meio de se promover, mostrar que tem domínio, que é melhor, que pode que é impune. Se algum caso parte para a denúncia, para justiça, acaba que não acontece nada. É somente uma conversa e tudo se acaba. As leis são brandas e não há consequência. Prevalece então, á impunidade. Quando eu era jovem, não se resolviam coisas desse tipo na justiça, tudo era resolvido em casa com família. Nisto se percebe, que a base é a família. (Entrevista com a Diretora).

No mundo moderno, obedecer sempre foi a atitude esperada pelos detentores do poder. A educação escolar, neste sentido, cuida da educação para a obediência: o educando disciplinado, subserviente, ou à beira de um extravasamento de ódios que leva a inusitadas formas de impingir a dor no outro. Como nos alertou Passeti (2003), não há um lugar para ser visto como vitimizado ou vitimizador a não ser perante o direito penal que se impõe universal e que pretende fazer crer na ameaça e na punição propriamente ditas como meios para endireitar o mundo. Porém, não existe mundo disciplinar, sem competitividade, punição, hierarquia, obediências cegas, gestores mais ou menos autoritários, escolas para pobres, postos de saúde e hospitais precários, cestas básicas, internatos, hospícios e prisões.

É preciso refletir que os jovens, especialmente as meninas são vitimas de violência em todos os espaços de suas vidas: no interior da família, na escola, na sociedade. Na família, além do autoritarismo e da exploração, a prática dos espancamentos e a violação sexual – que produz sérios distúrbios emocionais contribui para a formação de indivíduos propensos a reprodução da violência. Na escola, as dificuldades de aprendizagem quase sempre decorrem da imposição da cultura e de valores distantes de seu universo cultural. Pesa ainda sob os ombros desses indivíduos das camadas populares a fome, a miséria, a família destruída pelo abuso das drogas lícitas e ilícitas etc. Enfim, as meninas pobres aprendem desde cedo o que é viver no mundo capitalista.

Fica evidente, portanto, que a modernização das relações capitalistas de modo algum atenuou o patriarcado, ao invés disso, o agravou. Segundo Kurz (2000), a economia capitalista foi responsável pela separação extrema entre homens e mulheres, pois, não havia nas sociedades pré-modernas uma divisão rigorosa entre a produção de bens e as atividades domésticas. Por isso as atribuições sexuais também não eram tão homogêneas; as mulheres tinham o seu próprio lugar na produção agrária e artesanal. Mas, a moderna economia de mercado, transformou a produção de bens em uma esfera economicamente autônoma de maximização empresarial abstrata do lucro e, com isso, num aspecto central da esfera pública burguesa dominada pelo sexo masculino.

Mesmo sendo significativo o número de mulheres na esfera pública burguesa, tanto em atividades remuneradas da área econômica quanto na política, na cultura etc., o estigma de sua depreciação sexual ainda perdura também nesses âmbitos. Uma mulher com profissão ou politicamente ativa não se livra totalmente das marcas sociais que lhe são imputadas pela cultura dominante masculina. Além disso, nessa sociedade cabe à mulher a cota maior de responsabilidade pela criação dos filhos, pela transmissão dos valores e do afeto, nesse sentido, mesmo quando se refere à família, as críticas da professora citada na entrevista são dirigidas especialmente às mães.

Kurz (2000), nos alerta para os limites de um movimento feminista que se contentou em exigir 'direitos iguais' da sociedade capitalista. Para o autor, tal movimento tornou se impotente diante da forma fragmentada de nossa vida social, tanto que os apelos para que os homens participassem em condição de igualdade das atividades e condutas desenvolvidas no interior da vida privada e familiar foram praticamente inúteis. Essa situação se agravou diante da própria visão feminista que cada vez mais se limita à esfera político-econômica. Agora a emancipação feminina já não é medida pela mudança dos homens no espaço privado, mas pela mudança das mulheres no espaço público. O modelo pós-moderno não é mais a mulherzinha meiga e frágil, mas o tipo forte,

ou melhor, o tipo andrógino da mulher de carreira. Ao lado da loura oxigenada, da *vamp*e da mãe dedicada, dona de casa exemplar, surge também a mulher de negócios que atua no mundo financeiro, aplica na bolsa e que semelhante ao modelo masculino, passa por cima de tudo e de todos.

Desse modo, quando uma menina, estudante do ensino fundamental ou médio, recorre à violência para defender a exclusividade das atenções do namorado ou por qualquer outro motivo, ela o faz não apenas porque sua família está desintegrada e já não é a mesma família idealizada pela burguesia, como acreditam os professores, a mídia etc. Mas, porque a violência, como analisou Costa (1986), invadiu todas as áreas da vida de relação dos indivíduos: relação com o mundo das coisas, com o mundo das formas, com seu corpo e sua mente. Nas entrevistas com o grupo de meninas na escola investigada essa invasão da violência ficou evidente na fala de uma delas:

> a nossa professora chama a gente de animal, ela fala que somos animais, essas palavras machuca a gente, porque se ela é nossa professora, está dando aula pra gente, mas nós somos animais? Ela vive dizendo que vai ensinar a gente a ser gente, para deixar de ser esse bando de animais [...].

Se antes as meninas eram tratadas com um cuidado maior, devido às crenças em sua fragilidade, hoje parece haver uma convergência entre os sexos e suas atribuições. Por isso, as relações desenvolvidas no interior da escola são semelhantes àquelas do mundo trabalho e, as crianças e os jovens por sua vez, também reproduzem na escola as atitudes que prevalecem no mercado. Na vida profissional, a mulher é obrigada a demonstrar rigor e frieza emocional para subir na vida, contudo, esse novo modelo de gestão incluiu um discurso eficiente que chamou de inteligência emocional, cujo objetivo é garantir eficiência no cálculo empresarial e nos duros embates travados na concorrência mercadológica. Essa é apenas mais uma estratégia para manipular e regular funcionalmente os sentimentos. A emotividade que até então, estava restrita ao âmbito privado e identificada com a mulher foi capturada pelo capitalismo e transformada em uma técnica voltada à promoção da prosperidade.

Nessa perspectiva, Kurz (2000), considera que o sistema econômico autonomizado está apreendendo as normas, modelos e qualidades que antes estavam reservados ao espaço doméstico e a intimidade, a fim de instrumentalizá-los na lógica do dinheiro. Só nessa medida os homens de nossa época são mais emocionais que no passado, enquanto a mulher pode agora empregar de modo economicamente funcional suas qualidades (emotividade, afetividade etc) que deixaram de ser exclusividade sua. Para o autor, embora os meios de comunicação procurem apresentar o futebol feminino, o *strip-tease* masculino ou o casamento de homossexuais como um rompimento com a velha lógica de luta entre os sexos, trata-se apenas da redução economicamente funcional da lida doméstica dos sentimentos. A androginia consiste em que indivíduos de ambos os sexos mobilizem em igual medida ternura e dureza para a concorrência, e combinem a competência técnica à competência emocional, a fim de fazer avançar o processo de fazer e movimentar dinheiro.

O discurso contemporâneo sobre a desintegração da família nuclear tradicional busca responsabilizar o trabalho das mães pelo aumento da violência entre os jovens (PINHEIRO, 2013). Esse discurso desconsidera a história das mulheres das camadas populares, para quem o trabalho no capitalismo nunca foi alheio. Saffioti (1979) cita, como exemplo, relatos e descrições em que na Inglaterra do século XIX, se desenvolvia o trabalho feminino. Segundo tal relato, um fabricante teria informado que em seus teares mecânicos empregava exclusivamente mulheres, dando preferência às casadas que tinham em casa uma família que dependia de seu salário, pois estas eram muito mais ativas e cuidadosas que as mulheres solteiras; ademais, a necessidade de garantir o sustento de sua família as obrigava a trabalhar com muito mais afinco.

Não se trata, portanto, de ver no trabalho das mulheres isoladamente elementos da degradação das relações familiares, escolares etc. No atual processo de desintegração social, quando o privado se torna um assunto público e o público está sendo privatizado, as formas dominantes de exploração e apropriação do valor (mais valia), deslocam-se e aparecem em formas cada vez mais complexas: no interior das instituições, dos grupos sociais, dos indivíduos. Nesse contexto, aparecem as identidades múltiplas e flexíveis, lado a lado com a ilusão de que a relação desigual entre os sexos é algo do passado. Alguns acreditam inclusive, que a emancipação feminina já se concretizou.

Mas, segundo Kurz (2000), por trás desta aparente libertação da opressão da identidade, um olhar sobre as realidades sociais nos permite desvendar a nova flexibilidade forçada e decifrar os supostos avanços da globalização. Na realidade, a crise do capitalismo está longe de significar a sua abolição e não promete nada

senão destruição. Não é a redução do papel do Estado face à concorrência globalizada que possibilita sua ultrapassagem; tampouco o sujeito, como forma de camisa-de-força do indivíduo desaparece, ao invés disso, ele realiza-se na sua barbarização, enquanto, masculino, branco e ocidental. Para o autor, já se tornou evidente – em âmbito mundial – que são em primeiro lugar as mulheres as vítimas do atual desenvolvimento capitalista, alvo tanto do ódio e da violência desencadeados pela barbárie avançada, como enquanto gestoras de uma crise que hoje as atingem tanto no espaço privado quanto no espaço público.

3- Considerações finais

De modo algum, o patriarcalismo foi superado, permanecem na contemporaneidade as relações de dominação masculina, embora isso não signifique que o homem detenha todo o poder sobre a mulher. Seja no papel de pai ou marido, a ordem jurídica o impede do exercício explícito da violência. O domínio agora tem por base os processos de institucionalização e internalização de normas sociais. Desde os anos 1940, os estudos de Beauvoir (2009), já apontavam para tais processos. Segundo a autora, a mulher burguesa não se interessava em romper seus grilhões porque supunha que eles fossem a única maneira de manter seus privilégios de classe. Essas mulheres pressupunham que sua emancipação seria um enfraquecimento deste modelo de sociedade, pois, ao libertarem-se do homem, teriam, necessariamente, que garantir sua própria existência. Além disso, domínio masculino, não quer dizer que as mulheres não exerçam poder de influência. Ao invés disso, significa que este poder é restrito a esfera previamente determinada, inclusive de acordo com sua respectiva classe social. Esse conceito diferenciado de dominação muitas vezes não tem sido contemplado nos debates que se desenvolvem tanto no meio acadêmico como em outros âmbitos da sociedade sobre a "nova" condição feminina. Leis e projetos são implantados com o objetivo de enfrentar a violência. Porém, ela permanece latente, pois, não se romperam os velhos mecanismos da ordem. Marx (2006) deixou claro que na sociedade moderna, a reificação capitalista foi associada à dominação patriarcal, cuja lógica se reproduz no interior das famílias burguesas ou em sintonia com seus valores, fundadas, portanto, sobre o poder masculino. Desse modo continuam valorosas suas críticas para o estudo da questão da mulher. Reificando-se a mulher, reifica-se também o homem, pois quem se satisfaz com um objeto quem não tem necessidade de entrar em relação com outro ser humano, perdeu toda sua humanidade. Por isso, concordamos com o autor, o qual considera que a verdadeira libertação da mulher só é possível como processo geral de humanização do gênero humano.

4- REFERÊNCIAS

BEAVOIR, S. (2009), *O segundo sexo: fatos e mitos*. Vol. 1 – Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

COSTA, J. F. (1986), *Violência e psicanalise.* Rio de Janeiro: Graal.

EAGLETON, T. (1998), *As ilusões do pós-modernismo.* Tradução: Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar.

GIDDENS, A. (1993), *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São PAULO, UNESP.

KURZ, R. *Virtudes femininas*: *a crise do feminismo e a gestão pós-moderna*. [on-line], 09 jan 2000. Disponível em: http://obeco.planetaclix.pt/, [consultado em: 18.01.2014].

MARX, K. (2006), *Sobre o suicídio.* Tradução: Rubens Enderle; Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo.

PASSETI, E. (2003), *Anarquismo e sociedade de controle.* São Paulo: Cortez.

PINHEIRO, V. (2013), "A política social como estratégia do Estado no enfrentamento da violência juvenil". In: LAGO, M. P do, MOZZER, G. N. de S., SANTIBANEZ, D. A. (Orgs). *Adolescência*: temores e saberes de uma sociedade de conflito. Goiânia: Cânone.

SAFFIOTI, H. I. B. (1979), *A mulher na sociedade de classes.* Petrópolis/RJ: 2ª. Ed. Vozes.

SCHOLZ, R. (1996), "O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos". Tradução de José Marcos Macedo. São Paulo: *Novos Estudos* – CEBRAP, pp. 15-36.

SCHOLZ, R. (2007), "A teoria da cisão de gêneros e a teoria crítica de Adorno". In: SCHWARZ, M., CEVASCO, E., OHATA, M. (Orgs.). *Um crítico na periferia do capitalismo:* reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz. Tradução: Marcos Branda Lacerda. São Paulo: Companhia das Letras.

VOGELE, J. *O lado obscuro da capital: "masculinidade" e "feminilidade" como pilares da modernidade.* [on-line], 2007. Disponível em:
http://obeco.planetaclix.pt/. [consultado em: 18.01.2014].

O aspecto racial e a rejeição do cabelo na primeira infância

Aline de Oliveira Braga[1]
alineoliveira-18@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de compreender como ocorrem as relações étnico-raciais na educação infantil, bem como descrever a importância dessa etapa da Educação Básica para a educação das relações raciais. Como principais referenciais teóricos, adotaremos considerações de Hédio Silva Júnior, que discorre sobre educação infantil, diversidade e igualdade; a pesquisa de Ricardo Henriques, que versa sobre a importância da pré-escola na vida da criança negra; e o trabalho de Nilma Lino Gomes, sobre corpo e cabelo negro. O presente trabalho realiza um breve estudo de caso, em uma escola municipal da cidade do Rio de Janeiro/Brasil, no qual propomos realizar um levantamento sobre as representações do cabelo crespo entre as crianças da educação infantil. A pesquisa concluiu que a criança negra já se depara na primeira infância com apontamentos em relação aos marcadores de sua identidade étnico-racial.

Palavras-chave: educação infantil, cabelo crespo, racismo

Introdução

O presente trabalho é um recorte da pesquisa monográfica *A Criança Negra na Educação Infantil*, realizada com crianças da faixa etária de 5 anos de idade, em uma escola municipal do Rio de Janeiro, Brasil. A pesquisa foi um estudo de caso, empreendido no período de julho a dezembro de 2013. Nesse ambiente, observou-se a existência de sentimentos de rejeição entre as crianças por seus cabelos crespos. Os apontamentos em relação ao cabelo crespo das crianças negras surgiam também entre os funcionários da instituição, que faziam comentários a respeito da aparência dessas crianças. Os adultos relatavam entre si que havia crianças de "cabelo ruim", cabelos que precisavam ser manipulados com química para ficar bonito.

A pesquisa desenvolvida é um estudo de caso de natureza qualitativa que consistiu na observação do cotidiano escolar e na realização de uma intervenção pedagógica, com o objetivo de investigar como as crianças se enxergavam enquanto negras. Para isso, propusemos a abertura de um círculo na sala de aula onde contamos a história infantil *O Cabelo de Lelê,* que narra a busca de uma menina sobre a origem de seus cabelos crespos. Logo após a história, passamos um espelho na roda de conversa, no qual elas identificaram seus traços, cor da pele e cabelo. Em seguida, distribuímos giz de cera e folhas de papel e pedimos que as crianças se retratassem através de desenhos. Com isso, a pesquisa possibilitou concluir que a principal forma de apontamento em relação à aparência do negro surge através dos apelidos relativos ao cabelo, como também demonstrou a invisibilidade que essas situações possuem na escola, pois elas são silenciadas pela instituição escolar. Desse modo, a questão da aparência da criança negra ganha destaque na escola de modo negativo: o cabelo crespo é visto como símbolo de fealdade. A visão em relação ao negro no contexto escolar está alicerçada no racismo que se apresenta nas falas, olhares e situações em que as crianças negras demonstraram desejo de ter a aparência embranquecida.

Assim, este trabalho destaca a rejeição que a criança negra tem pelo cabelo crespo e a importância do papel do professor em uma educação antirracista que promova o respeito às diferenças. Para o desenvolvimento da pesquisa, dialogamos com autores como Henriques (2002), o qual enfatiza em seu estudo que nascer negro

---

1 É pedagoga, professora de Educação Infantil do município do Rio de Janeiro/Brasil e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGECC/UERJ).

no Brasil está relacionado a uma maior probabilidade de crescer pobre. Por essa razão, torna-se importante para a criança negra frequentar a educação infantil, visto que, nessa etapa, ela desenvolve suas potencialidades para dar seguimento às demais fases da escolarização. Sabe-se que no início da vida escolar a criança negra já enfrenta preconceitos decorrentes do racismo. As barreiras encontradas precocemente são um dos motivos que fazem o alunado negro evadir do sistema escolar.

Utilizamos as reflexões de Seyferth (2002), que nos fornece um embasamento sobre a presença do negro no Brasil e as relações efetivadas durante a escravidão, traçando um contexto histórico sobre a criação das Ciências Sociais no país e a questão racial. Em artigo intitulado *O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre o racismo* (2002), a autora trabalha com o conceito de Estado-Nação e a questão das diferenças étnicas que perturbam essa ideia. Em *Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?*, Gomes (2002) faz um levantamento histórico sobre como o fenótipo negro era utilizado para justificar a escravidão e como essa aparência é manipulada pelos negros, através de intervenções químicas, tranças para modificar um cabelo alvo de inúmeras desqualificações. Para trabalharmos a questão racial dentro da educação infantil, trazemos as contribuições de Silva Júnior (2012), que discorre sobre a importância da educação infantil na valorização da diversidade.

Dividimos o trabalho em três seções. A primeira discorre sobre educação infantil, desigualdades e racismo no Brasil, versando sobre a questão racial dentro da primeira fase da educação básica e sua importância na vida da criança negra. A segunda seção apresenta as reflexões sobre a aparência como definidora de cor/raça, a partir dos estudos de Gomes sobre a complexidade e os conflitos da identidade negra. A última parte trata do estudo de caso, realizado em uma escola municipal do Rio de Janeiro/Brasil, onde se constatou a rejeição do aspecto racial entre crianças da educação infantil. Cabe, como parte desta seção, a abordagem sobre a importância do papel do professor na propagação de uma educação antirracista.

1. A educação infantil, desigualdades e racismo no Brasil

A educação infantil é um importante período para crianças de 0 a 5 anos, pois contribui para o desenvolvimento físico, motor, psicológico, cognitivo e afetivo. Além disso, no espaço educacional infantil ocorrem as interações sociais que desde já compõem a identidade política, cultural e social de indivíduos diferentes dotados de especificidades étnicas. A educação infantil constitui-se em uma variável importante na trajetória da criança negra, porque é o caminho que possibilita a construção de suportes para se prosseguir dentro do sistema escolar.

Dentro desse contexto, a educação infantil no Brasil é reconhecida como política educacional e consiste na primeira etapa da educação básica. Sua consolidação deve-se às lutas por um sistema de ensino democrático. Esse período educacional procura atender as necessidades de cuidado e educação na primeira infância, de modo a contemplar o desenvolvimento intelectual, físico, emocional da criança de 0 a 5 anos de idade.

Segundo Barreto (1998), as conquistas educacionais da primeira infância são recentes na sociedade brasileira. Embora as iniciativas na área existam há mais de cem anos, foi nas últimas décadas do século XX que o atendimento à criança menor de 7 anos em creches e pré-escolas apresentou maior significação. A expansão dessa etapa dá-se por diversas razões, como: o ingresso da mulher no mercado de trabalho, a urbanização, a industrialização e as transformações na estrutura familiar.

A conquista do direito à educação na chamada primeira infância também é marcada pela Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959, e pela Convenção Mundial dos Direitos da Criança, de 1989. Essas declarações internacionais ganharam espaço no Brasil, reconhecendo-se a criança como sujeito de direito pela primeira vez no país durante a Constituinte de 1988, na qual foi instituída a educação infantil. Isso responde aos anseios dos movimentos sociais em prol da existência de um país que conceba a educação infantil não apenas em seus aspectos de cuidado, mas também em seus aspectos pedagógicos.

A Constituição Federal de 1988 amplia o direito à infância no artigo 227, que diz ser dever do Estado, da família e da sociedade assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito ao lazer, à saúde, à vida, à alimentação, à educação, à cultura, à profissionalização, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação,

violência, crueldade e opressão. Dentro dos contextos dos marcos legais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de número 9.394/96, contribui para o processo de reconhecimento e valorização da educação infantil ao defini-la como a primeira etapa da educação básica (art. 29), destinada às crianças de 0 a 5 anos, sendo a creche oferecida para a faixa etária de 0 a 3 anos e a pré-escola para crianças de 4 a 5 anos de idade.

O ingresso do negro no sistema escolar e o reconhecimento da existência de uma questão racial trouxeram para o campo educacional a necessidade de se construir aparatos legislativos, objetivando-se o fornecimento de diretrizes, com a finalidade de se propagar no ensino um novo olhar, capaz de romper com os preconceitos ainda existentes em nossa sociedade. Sendo assim, torna-se fundamental destacar as questões que envolvem a presença da criança negra na educação básica, trazendo como foco a educação infantil, que tem dois ângulos de atuação, conforme discorre Silva Júnior (2012: 77):

> A Educação Infantil deve ser considerada a partir de dois ângulos. O primeiro como um espaço dentro do qual deve ser assegurada a interação respeitosa e positiva com a diversidade humana, adequando-se os espaços físicos, materiais didáticos e paradidáticos e se preparando educadoras e funcionários para serem agentes de promoção da diversidade. O segundo ângulo situa a Educação Infantil como um instrumento de transformação social no sentido de preparar a infância para valorar positivamente a diferença, dissociando diferença de inferioridade de tal sorte que a médio e longo prazo o preconceito e a discriminação sejam erradicados da sociedade.

Podemos entender a educação infantil enquanto uma porta de entrada da criança, por ela perpassando diferentes realidades, assim como diferentes grupos cuja cultura deve ser respeitada e visibilizada pela instituição escolar como um todo. A primeira etapa da escolarização também se constitui como importante na quebra de preconceitos trazidos pela criança ao adentrar no espaço escolar, pois elas são sujeitos munidos de cultura e em processo de formação identitária.

A pesquisa realizada no ambiente escolar, em 2013, identificou a reprodução do racismo nas brincadeiras e situações que envolviam as relações raciais entre brancos e negros. O racismo está presente em todos os espaços sociais; no âmbito da educação infantil podemos ver sua expressão através dos discursos referentes aos cabelos crespos das crianças negras.

Desse modo, o corpo também é uma forma sutil de discriminação, uma vez que a predileção por certas características étnicas europeias, como a cor da pele e o cabelo liso, predomina no imaginário social como algo esteticamente bonito, em detrimento do aspecto racial do indivíduo negro caracterizado pelo cabelo crespo, a pele negra e os traços africanizados em decorrência de sua ancestralidade. A literatura de Nilma Lino Gomes analisa o cabelo e o seu sentido estético e político para a construção identitária do negro, tendo em vista que, de acordo com a autora:

> A história do negro e da negra brasileiros com o cabelo se dá no cerne de uma constante "lida" em redefinir e reconstruir uma representação estética repleta de riqueza e significado, entretanto, construída no contexto da dominação e da escravidão, da desigualdade social e racial. É nessa batalha que o negro constrói sua identidade com força e coragem, mas sempre diante da possibilidade tensa e contraditória de tomar o branco como único modelo de beleza e de humanidade. (Gomes, 2008: 226)

Nesse sentido, a escola, ao reproduzir determinadas práticas sociais, pode contribuir para a propagação de uma realidade ainda existente na qual o racismo vigora como condutor das relações raciais. Tais práticas consistem nos silêncios que giram em torno da questão racial. Com isso, é gerado o suporte para a permanência das desigualdades raciais entre brancos e negros, considerando que as ações cotidianas na escola podem servir como reforço ou rompimento para determinadas situações que surgem na primeira infância.

É possível perceber, assim, que o racismo no Brasil prevalece em vários espaços sociais, sendo conhecido precocemente pelas crianças na primeira infância, o que colabora para a construção de uma identidade

comprometida, formada a partir da complexidade de ser negro em uma sociedade na qual a superação do racismo ainda se constitui como um dos maiores desafios. Além disso, a dinâmica racista constrói desigualdades entre negros e brancos contemplando diversos aspectos quando se traça um quadro comparativo em termos de anos de estudo, situação econômica e acesso a outros bens sociais. Como demonstra o estudo de Henriques (2002), a pobreza no Brasil tem cor e é negra. A sua afirmação ocorre devido ao fato de esse grupo ser um dos principais alvos da desigualdade racial, que tem como embasamento o silêncio sobre o racismo que embala o cotidiano escolar. Os dados da década de 1990, assinalados pelo autor, identificam que as defasagens se distribuem de forma bastante distinta de acordo com o fato dos jovens brasileiros terem ou não frequentado a pré-escola ou creche. As defasagens são significativamente menores para os que frequentam esse ciclo escolar. Enquanto 37,8% dos brancos que frequentaram a creche ou pré-escola estão na série correta ou até adiantados, somente 18,3% dos que não frequentam a pré-escola estão sem defasagem. Em relação ao negro, apesar dos patamares de desempenho serem inferiores, 17,49% dos que frequentam a creche ou pré-escola estão na série correta ou até adiantados. Apenas 5,8% que não frequentam a pré-escola estão em defasagem. Assim, verifica-se nas conclusões de Henriques (2002) que, independente da raça, aqueles que frequentam a pré-escola apresentam melhor desempenho. O que nos permite afirmar que os estudantes cuja formação engloba nível pré-escolar desfrutam melhor das oportunidades educacionais que lhes são concedidas.

Nesse sentido, a escola precisa propiciar uma educação antirracista que procure olhar cotidianamente as situações vivenciadas pela criança negra em seu meio. A identificação de situações que expressam o racismo é fundamental para a criação de uma educação antirracista. O reconhecimento da diversidade reflete de modo positivo na vida da criança negra, pois incide sobre vários aspectos que vão desde sua permanência no espaço escolar até a construção da sua identidade enquanto negro.

Como discorre Seyferth (1995: 57), «os signos étnicos e raciais, os regionalismos, são particularmente eficientes como critérios classificatórios no estabelecimento das identidades sociais». A identidade traz consigo os nossos valores e características que vão vincular o nosso pertencimento a determinado grupo social. A formação identitária da criança perpassa a escola, que se constitui como o segundo ambiente de socialização depois da família. Torna-se evidente a diversidade de pessoas, costumes, religiões, traços plurais, oriundos de diversos grupos e presentes no mesmo espaço.

2. A aparência como definidora da cor/raça

O referencial de beleza predominante no Brasil formou-se historicamente no período colonial a partir da imagem do branco europeu, seus valores, religião e cultura. Nessa fase, a estética que norteava os padrões a serem seguidos era advinda dessa imagem colocada como sinônimo de superioridade. Com base nisso, o preconceito racial é teorizado por Oracy Nogueira (1985 apud Teixeira et al. 2013) através dos termos "marca" e "origem", utilizando os critérios de classificação de cor do Brasil e dos Estados Unidos. Segundo o autor:

> [...] como preconceito racial [considera-se] uma disposição ou (atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações, os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as consequências de preconceito, diz-se que é de origem (Nogueira, 1985 apud Teixeira et al. 2013).

Sendo assim, no caso brasileiro, os traços físicos como a cor da pele e a textura do cabelo passam a ser um indicativo de diferenças negativas, oriundas de uma visão pautada no racismo que estigmatizou o negro em relação a sua aparência. Como afirmam Teixeira et al. (2013), «No Brasil, existe um consenso entre os pesquisadores que o preconceito seria predominante de marca, por oposição a um preconceito predominantemente de origem,

como nos Estados Unidos da América». A pesquisa sobre cor/raça realizada para este trabalho demonstrou que a marca é importante quando se fala dos outros. Já para falar de si são usados critérios de origem. Assim, os autores concluíram que «O sistema de cor é relacional, a cor é definida a partir da relação que se estabelece com o outro» (Teixeira et al. 2013: 102). Dentro do contexto brasileiro, sabe-se que os traços físicos do negro, como os cabelos crespos, não são valorizados. A aparência racial é vista como algo que precisa ser modificado, embranquecido, para ser aceito socialmente. Segundo Gomes (2008), esses discursos são reproduzidos pela escola, a qual exige que os negros construam a imagem de seus cabelos conforme os padrões criados pela instituição.

A relação do negro com o cabelo, portanto, não está apenas relacionada à beleza, mas também possui sentido político, identitário e faz parte de suas características culturais. O cabelo crespo tem representações sociais negativas manifestadas fortemente em ambientes como a escola, onde a aparência ganha maior visibilidade devido ao contato da criança com outros estereótipos. Dessa maneira, a convivência com o outro pode gerar situações em que sua estética não é valorizada, mas colocada em questão como algo que deveria ser transformado para se aproximar de um ideal branco de beleza. E essas intervenções recaem sobre mudanças no cabelo, que são usadas ou para a afirmação de uma identidade negra, através da conservação dos elementos dessa negritude – como o cabelo natural –, ou são alvos de processos químicos, alisamentos, em uma tentativa de aproximação com o padrão estético branco.

3. A criança negra na educação infantil: o estudo de caso na escola "Império da Paz"

A educação infantil é o primeiro contato do indivíduo com outras pessoas que possuem culturas, valores e crenças diferenciadas, constituindo-se como uma importante etapa para a criança, pois é nesse primeiro ambiente escolar que ela começa a formar sua identidade e a perceber o outro. A questão racial apresentou-se na educação infantil entre crianças com 5 anos de idade. As principais formas de preconceito identificadas eram relacionadas ao aspecto racial das crianças negras.

O estudo de caso e a intervenção pedagógica que realizamos em 2013 numa escola pública, denominada ficticiamente de "Império da Paz"[2], evidenciaram o sentimento de rejeição entre as crianças da educação infantil em relação aos seus cabelos crespos, assim como possibilitaram a identificação de falas preconceituosas oriundas dos adultos e referentes à aparência dos alunos detentores de cabelos crespos. A escola situa-se no município do Rio de Janeiro/Brasil e atende da educação infantil ao ensino fundamental. Possui apenas dez salas de aula, duas sendo de educação infantil, apresentando um ambiente muito limpo e organizado, com estrutura antiga, porém conservada, e incluindo sala de informática, sala de leitura e espaço pedagógico direcionado aos professores e às reuniões. O refeitório é bastante limpo e amplo, oferecendo refeições montadas por nutricionistas. A instituição trabalha com pedagogia de projetos, ou seja, temas como ecologia e reciclagem viram pauta para todas as classes envolvendo até mesmo a educação infantil.

Nossa inserção na escola municipal Império da Paz aconteceu pela primeira vez em 2010, quando o curso de Pedagogia divulgou que a prefeitura requeria estagiários para atuar nas escolas com educação especial. Naquele momento, as classes especiais estavam sendo desativadas, e os alunos começavam a ser inseridos em sala de aula regular. O contato inicial com a escola ocorreu na educação infantil com crianças de 4 anos de idade. Havia nessa instituição alunos com uma situação familiar bem estruturada, assim como meninos e meninas que mal tinham alguém para buscá-los no final da aula. Permanecemos atuando na escola voluntariamente após o término do estágio por seis meses, na turma com crianças de 5 anos de idade. Assim, começamos a observar o cotidiano escolar com o olhar de pesquisador. Ao reeducarmos nossa visão, percebemos que as relações raciais existentes na sociedade brasileira são reproduzidas na educação infantil. Foram essas percepções que nos motivaram a realizar a presente pesquisa de final de curso e que serviu de inspiração para o projeto que está em desenvolvimento no mestrado.

---

2 O nome das crianças e da escola não foram citados com a finalidade de preservarmos o anonimato da instituição e de seus frequentadores.

A intervenção pedagógica consistiu em um experimento com as crianças observadas no estudo de caso. Trabalhamos com doze crianças de 5 anos de idade, sendo seis meninas e seis meninos da educação infantil. Primeiramente, utilizamos a história infantil *O Cabelo de Lelê*, com autoria de Valéria Belém (2008), pois a personagem principal busca respostas para a origem de seus cabelos cacheados e descobre sua relação com a ancestralidade africana. Em seguida, formamos uma roda onde discutimos com as crianças a respeito das indagações da personagem acerca dos seus cabelos, de seu fenótipo e origem racial. Após a conversa, passamos um espelho entre as crianças e explicamos que elas deveriam olhar a sua imagem refletida e relatar como se enxergavam. Conversamos com os alunos negros e brancos sobre a variedade de cabelos existentes no mundo, que podiam ser lisos, crespos ou cacheados. Os meninos negros e brancos disseram como era a sua imagem e não expressaram desejo de ter os cabelos lisos ou de ser diferente fisicamente. No entanto, tivemos respostas distintas entre as meninas negras que descreveram como gostariam de ser, demonstrando preferência pelos cabelos lisos. A resposta das meninas brancas revelou que elas valorizam sua cor e textura de cabelo. O corpo branco em nossa sociedade é valorizado em detrimento da estética do negro e, portanto, as crianças brancas sentiam-se confortáveis com a sua aparência. Visto que, no imaginário social, o corpo negro e suas características não são aceitos e valorizados, mas sim destacados como símbolos de inferioridade, as crianças aprendem precocemente a rejeitar essa aparência. A partir das falas das crianças, identificamos que a relação das meninas com os seus cabelos é estabelecida pela visão social de que ter cabelos lisos é mais bonito do que ter cabelos crespos.

Nesse contexto, observamos que, já na educação infantil, as crianças consideram importante a visão do outro, fazendo com que se assumir enquanto negro não fosse motivo de orgulho entre as crianças. Ao trabalharmos com essa questão, trouxemos o foco para as meninas, pois entre os meninos não havia uma insatisfação declarada, não existindo oposição à característica da textura de seus cabelos em suas respostas.

A partir disso, demos continuidade ao experimento através dos desenhos. Foram distribuídos giz de cera e folhas de ofício entre as crianças. Os desenhos apresentavam algo muito comum, que era o uso do giz de cera na tonalidade chamada "cor de pele", que é um tom de rosa claro. Aos poucos, as crianças trouxeram os desenhos, e perguntamos a elas sobre a cor utilizada. As respostas concentravam-se na ideia de que eles eram claros, por isso se pintavam com cores claras. Nesse momento, algumas crianças disseram que pareciam com a personagem do livro *O Cabelo de Lelê*, porém os seus desenhos não se remetiam a uma aparência negra. Outro fator destacado relaciona-se a um menino negro, que decidiu desenhar, junto à sua imagem, a de uma colega de classe. O menino era negro e retratou-se como branco; no mesmo desenho, retratou a menina que estava ao seu lado como negra. A criança por ele desenhada era negra, assim como ele. A consciência racial da criança em questão voltou-se para identificar o outro, mas não a si mesmo como pertencente à raça negra. Percebemos que, embora a maior parte da turma fosse de pardos, eles não se identificavam como negros.

Consideramos que é compreensível que as crianças não valorizem suas características, pois elas percebem que seus traços não são socialmente aceitos, sobretudo quando esses traços dizem respeito ao cabelo crespo. Assim, no Brasil, foram construídas ideologias acerca da inferioridade do negro, e essas ideias estão impressas no modo como a primeira infância se percebe. As meninas desenharam-se com os cabelos lisos e a cor da pele clara, mesmo sendo negras, manifestando confusão após a entrega dos desenhos, pois se autorretrataram embranquecidas. Além disso, tivemos dois desenhos feitos pela mesma criança, um menino negro, que se retratou primeiramente como branco e de olhos azuis e, posteriormente, na mesma folha de papel, como negro. Quando indagamos sobre qual dos dois desenhos era ele, a criança sentiu-se confusa e respondeu: "os dois, mas eu gostei mais desse aqui", apontando para o primeiro desenho. A fala em questão ilustra o discurso ainda presente de que ser branco e ter cabelos lisos é algo bonito, e ser negro é sinônimo de desvantagem em nossa sociedade, o que é percebido pelas crianças.

Ao mesmo tempo, um menino branco de cabelos crespos nos apresentou um desenho sem cor e disse: "sou branco e com cabelos cacheados". Então, perguntamos por que ele não coloriu, e sua resposta concentrou-se no fato de ele se reconhecer daquela forma, pois o menino afirmou: "é por que sou assim". Ao realizarmos as perguntas sobre os desenhos, verificamos que os padrões de beleza influenciam o modo como as crianças

se representavam. Dessa forma, constatamos que o corpo negro busca fugir de seu pertencimento étnico e se aproximar do tipo estético do branco. Além disso, o negro desenvolve a ideia de que é preciso se afastar dos padrões que não são aceitos. Trata-se de se remeter às referências do mundo branco para se libertar das marcas raciais que estigmatizam o negro.

Nessa perspectiva, o estudo de caso propiciou a investigação sobre como os adultos que tinham contato com as crianças no cotidiano escolar se situavam dentro do contexto das relações raciais. Observamos que esses adultos expressavam nos seus discursos que os cabelos de determinadas crianças precisavam ser penteados. A ênfase dada à palavra "penteado" estava sempre presente em suas falas, direcionadas a uma menina negra, que tinha os cabelos crespos. Um dos aspectos que percebemos se refere ao fato de que quanto mais crespo é o cabelo, mais rejeição ele sofre. Quando a criança brincava no horário da recreação, duas funcionárias comentavam sobre a aparência da aluna e disseram: "o cabelo dessa menina hoje está pior". Sendo assim, podemos verificar dentro da instituição escolar a reprodução do racismo presente nas falas e nas ações dos adultos, e também no silêncio emitido pelos professores frente à questão racial. A pesquisa nos mostrou que as crianças vivenciam o racismo e que as ausências de práticas que eduquem as ações dos adultos colaboram para que, dentro do ambiente escolar, existam relações raciais pautadas no preconceito.

3.1 O aspecto racial e a rejeição do cabelo

O estereótipo do "ser negro" na sociedade brasileira é algo muito complexo, podendo estar associado à feiura, à inferioridade, à baixa posição social, ao atraso cultural e à incompetência. A imagem que foi construída em relação ao estereótipo negro o coloca em um patamar social ligado à subalternidade, provocando em brancos e não brancos uma ideia negativa desse grupo.

O processo de formação da criança ocorre na primeira infância, fase em que as experiências de vida são fundamentais para o desenvolvimento da autoconfiança, solidariedade, cooperação e responsabilidade, que são solidificadas ao longo da vida. As diferenças raciais são percebidas precocemente; entre 3 e 5 anos de idade, crianças são atentas em relação às aparências que mais agradam e, portanto, às que são mais valorizadas socialmente. Com isso, surgem as questões ligadas à cor da pele e ao cabelo. Tais temas permeiam o início de sua vida escolar, muito precocemente, pois ela se percebe como diferente, e essa diferença pode gerar angústias e baixa autoestima, caso não sejam trabalhadas de modo positivo a imagem, a origem e a história de cada um.

A pesquisa que realizamos evidenciou questionamentos acerca do cabelo crespo e da baixa autoestima em relação às características fenotípicas que configuram o aspecto racial. Tais características, como cabelo e cor de pele, representavam incômodo, principalmente com referência às meninas. Segundo Gomes (2008), o regime escravista utilizou como argumentos para tornar justificável a escravidão as diferenças impressas no corpo negro (como cor da pele, o nariz, a boca, o tipo de cabelo), que foram colocadas como símbolos de fealdade. Os aspectos físicos do negro são apontados como feio e sujo dentro da sociedade brasileira. O olhar social não coloca o negro como belo, mas sim o destitui do lugar da beleza.

De acordo com a ideologia racista, a cor da pele e a textura do cabelo simbolizam a negatividade, o que induz os negros a desejarem outra aparência. Esse processo conflituoso do negro com a sua estética é fortemente marcado dentro do contexto das relações raciais, ficando estabelecido que ser detentor de cabelos crespos é ruim. O cabelo é uma das referências que compõem a nossa identidade, refletindo nossa cultura e história de vida. No caso do negro, ele é utilizado como principal forma de escárnio, assim como a cor da pele associada ao "carvão", ao "pecado" e ao que é "feio". As expressões sobre a cor, a etnia e as características da pessoa foram exploradas pelo racismo "à brasileira", gerando baixa autoestima.

A criança negra, ao adentrar na escola e nos demais espaços sociais, percebe os discursos que giram em torno da aparência valorizada. Assim, ela desenvolve o sentimento de rejeição em relação ao seu pertencimento étnico-racial. No contexto específico desta pesquisa, identificamos que a primeira infância se localiza dentro desse processo conflitivo, pois o desejo de ser diferente e de se assemelhar às características raciais das crianças brancas apresenta-se nos seus desenhos e nas suas falas. Por essa razão, precisamos considerar e trabalhar em sala de aula a importância da diversidade e da beleza de sua existência.

3.2 O papel do professor e da escola na formação do aluno negro

A escola, em conjunto com o professor, tem um papel fundamental para a construção da identidade do aluno negro. Ela precisa adotar metodologias que colaborem para uma educação que corresponda à identidade negra; os conteúdos trabalhados precisam trazer para a sala de aula situações cotidianas que mascaram o racismo. Em se tratando de educação infantil, podem ser abordadas histórias africanas que tenham o negro como referencial positivo.

O professor, ao atentar-se para as relações em sala de aula, deve enfatizar o respeito pela diversidade racial e pelas culturas presentes. A educação para as relações étnico-raciais pode ser oferecida na educação infantil através das brincadeiras, que são o modo como as crianças aprendem e se desenvolvem na primeira infância. Assim, a valorização da diversidade racial será trabalhada no cotidiano escolar, formando sujeitos que respeitam as diferenças. Para tal, o trabalho do educador é de suma importância, pois as histórias que valorizam o povo negro, sua cultura, costumes e religião são um alicerce fundamental na luta em prol da reconstrução de olhares em relação ao negro no Brasil. A contemplação desses aspectos constitui-se como um trabalho de educação das relações raciais e desmistificação dos preconceitos arraigados socialmente. Dessa maneira, é preciso salientar que a escola precisa ser um espaço que trabalhe as diferenças, de modo que abranja a todos sem distinção, estabelecendo parâmetros de interação entre negros e brancos.

A transformação perpassa a escola, a qual é um dos caminhos que podem contribuir para se criar reflexões acerca das questões pertinentes a uma educação antirracista. A intervenção na educação é uma afirmação de mudanças de atitudes frente a situações responsáveis pela trajetória acidentada da criança negra.

Considerações finais

A criança negra convive na primeira infância com apontamentos acerca de sua aparência. No processo de convivência com o outro, ela descobre-se negra, numa sociedade em que seus traços culturais são vistos como inferiores e ruins. O seu cabelo, dentro desse contexto, é o principal alvo de piadas e xingamentos. A discriminação sofrida pela criança em relação à sua aparência é introjetada na formação de sua identidade, causando baixa autoestima e sentimentos de inferioridade em relação ao branco e aos seus padrões de cultura e beleza. O estudo de caso concluiu que as meninas são as que mais se sentem desconfortáveis com a sua aparência. Em vista disso, a educação infantil como contato inicial da criança com a vida escolar é um dos primeiros passos para se formar relações pautadas na igualdade, na valorização das diferenças e na construção da autoestima do negro.

Referências bibliográficas

BARRETO, A. M. R. F. (1998), "Situação atual da educação infantil no Brasil". In Brasil, *Subsídios para o Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil,* Volume II, Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Fundamental/Departamento de Política da Educação Fundamental/Coordenação Geral de Educação Infantil, p. 23-33.

BELÉM, Valéria. (2008), *O Cabelo de Lelê*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional.

BRASIL. (2014), *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 84, de 02 de dezembro de 2014, Brasília: Senado Federal.

_____. (1996), *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Disponível em www.senado.gov.br/legislação/lista texto integral.action?id=75723, [consultado em 03-8-2014].

GOMES, N. L. (2002), "Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?". *Revista Brasileira de Educação*, 21, p. 40-51, Disponível em www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a03.pdf, [consultado em 03-8-2014].

_____. (2008), *Sem perder a raiz: Corpo e cabelo com símbolos da identidade negra*. 2ª ed., Belo Horizonte: Autêntica.

HENRIQUES, R. (2002), *Raça e gênero no sistema de ensino: os limites das políticas universalistas na educação*, Brasília: UNESCO.

TEIXEIRA, M. De P., BELTRÃO, K. I., SUGAHARA, S. (2013), "Além do preconceito de marca e de origem: a motivação política como critério emergente para classificação racial". In J. L. Petruccelli, A. L. Saboia (orgs.), *Características Étnico-Raciais da População: Classificações e identidades*, Estudos & Análises, Informação demográfica e socioeconômica 2, Rio de Janeiro: IBGE, p. 99-121.

SILVA JÚNIOR, H. (2012), "Anotações conceituais e jurídicas sobre educação infantil, diversidade e igualdade racial". In M. A. S. Bento (org.), *Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais*, São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, p. 65-80.

SEYFERTH, G. (2002), "O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre racismo". In Vários autores, *Racismo no Brasil*, São Paulo: Peirópolis/ABONG, p. 17-43.

_____. (1995), "Identidade, Território e Pertencimento". *Psicologia e Práticas Sociais*. Rio de Janeiro, 2 (1), p. 57-72.

GT 105
Religião, Cura e Política

"*Deus mostra*": o "*atendimento individual*" como deslocamento terapêutico entre católicos renovados[1]

Ypuan Garcia[2]

Resumo: O propósito desta apresentação é descrever o conceito nativo de "*atendimento individual*", destinado à "*cura*" e à "*libertação*", em uma "Nova Comunidade" católica da cidade de São Paulo/SP. Buscarei realçar em que medida a importância atribuída aos dons do Espírito Santo, tal como a "Palavra de Ciência", confere ao processo saúde-doença-cura um deslocamento que se afasta da pressuposição acerca dos aspectos interiores e indivisos da pessoa. O "*atendimento*" é o efeito de um pedido do suplicante ou de uma "*visão*" concedida pela ativação do Espírito Santo a alguém que se dedica a orar por quem quer que seja. Essa forma de experiência posiciona o bem-estar na intimidade com entes que não são humanos: Deus, os anjos, os santos. Aciona, além disso, tanto maneiras de viver o Catolicismo refratárias ao secular, uma episteme ocidental que inventa uma razão privada, quanto realça formas devocionais que se vinculam à valorização da saúde.
Palavras-chave: Atendimento individual, cura, libertação, visualização, ritual.

1. Introdução

Pretendo apresentar alguns aspectos conceituais[3] relevantes da etnografia que realizo acerca da "*libertação*

---

1 Esta comunicação é o prolongamento de três versões apresentadas nos seguintes eventos: a primeira no Congresso de Antropologia Universidade Autônoma de Barcelona (UAB) – Universidade de São Paulo (USP), "Olhares cruzados diante dos novos desafios antropológicos", em abril de 2014, sob o título "A libertação como cotidianidade: esboço de um estudo etnográfico"; a segunda na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, em agosto de 2014, sob o título "Caminhando com a Verdade": a "libertação de demônios" como terapia". A terceira no III Seminário de Antropologia da UFSCAr, em novembro de 2014, sob o título "*Deus sabe por que a gente consegue falar pra uns; e pra outros, não*": Trabalho de campo e precaução em uma comunidade católica". Embora repita com pouca frequência as passagens adiantadas nos eventos anteriores, a reflexão já vinha se desenvolvendo desde aquelas exposições orais. Com o intuito de não confundir o leitor, existem duas marcações gráficas que indicam, em primeiro lugar, termos citados dos autores aqui elencados, " ". Em segundo lugar, os caracteres entre aspas duplas, com ênfase em itálico, realçam as expressões nativas.

2 Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; PPGAS-USP – Doutorando em Antropologia Social. ypuangarcia@gmail.com

3 Retomo, de modo provocativo, a noção de conceito com a intenção de colocá-la em outro patamar. Os conceitos seriam "descrições de processos de conhecimento", não possuindo mais realidade que isso, sendo rótulos para posições adotadas pelos cientistas (antropólogos) (Bateson, 2006; pp. 305-306) e pelos nativos (Kuper, 1978; p. 94). Gregory Bateson faz referência a Alfred North Whitehead e ressalva que a torção do conceito produziria uma falácia, a "concretude deslocada", a saber, constituir algo fictício em substância, um hipostasiar. O antropólogo inglês postulava que o conceito é uma palavra encorporada à linguagem que "(...) descreve a maneira como os cientistas dispõem os dados, essas palavras não podem ser usadas para "explicar" fenômenos"(...)" (Bateson, 2006; p. 306). A linguagem do conceito é, sobretudo, a da reunião "das peças do quebra-cabeça" (Bateson, 2006; p. 306). A "natureza da explicação", em Bateson (2006; p. 306), é a forma como os dados podem ser ajustados uns aos outros, constituindo dispositivos que cobrem o quanto for possível a penumbra de um tema. "Estrutura social", "economia", "*ethos*" são modalidades de reunir as peças do "quebra-cabeça" (2006; p. 306).

de demônios"[4] (doravante "*libertação*"), através das enunciações de uma "*comunidade*" de vida e de aliança[5]. Enquanto "católicos não-cessacionistas", defendem a ininterrupção da proliferação dos dons do Espírito Santo ("*cura*", "*discernimentos de espíritos*", "*profecia*", "*oração em línguas*", "*palavra de ciência*" etc.) no período pós-apostólico (Bonfim, 2012; p. 54)[6]. Estive, durante os anos de 2013 e de 2014, com o seguinte "coletivo"[7]: a Missão Eucarística Círculo do Pão (doravante CP) e um de seus afluentes: o grupo de oração[8] Santíssima Trindade[9] (doravante ST).

2. "*Deus mostra*"

Inicio por uma situação ordinária no trabalho de campo: a ida ao ST, frequentado semanalmente por pessoas que moram na região ocidental da cidade de São Paulo/SP, e, em alguns casos, por outras que vêm de longe em busca de oração, do "*SOS na capela*". Recordo-me que minha primeira entrada na pequena capela, para ser "*atendido*", ainda em março de 2013, designou um tipo de troca cujo êxito dependia da doação não-humana, a partir das "*visões*" que o Espírito Santo "*mostrava*" para Kelly, Maria e Clara. As três me "*viam*", na porta de uma Igreja, hesitante sobre entrar ou não. As duas primeiras, fazem parte do "*Ministério de Oração*" em que Clara é a líder, me perguntaram-me "*se eu era católico*". Minha reação sincera foi responder que fora batizado na Igreja Católica. Para todos os efeitos, o meu Batismo, nas palavras de Clara, "*em teoria*", me "*tornava católico*". A disposição da troca, em tais circunstâncias, varia em conformidade com as distintas "descrições de processos de conhecimento" (Bateson, 2006: 306) que orientam o antropólogo em formação e aqueles que oram por alguém.

Eu avistava duas dimensões que não estavam ali (ausente): os leitores do trabalho e como minha estratégia

---

4 A "*libertação*" seria uma necessidade motivada pelas aflições e tormentos em que os humanos estão imersos por causa da rivalidade dois seres agentivos não-humanos, Deus e o Diabo. Seu propósito é escatológico, pois culmina na "*salvação*". A definição mais abrangente que relatei até o momento, no trabalho de campo, sobre o delivramento foi a que segue: "*A libertação é o ato da pessoa ser livre. É só o nome que dá para o que acontece*".

5 A "*comunidade de vida*" se diferencia da "*de aliança*". Na primeira, reparte-se o lar, os trabalhos domésticos e a distribuição dos recursos com aqueles que coabitam a mesma moradia. Homens e mulheres residem em casas diferentes, sendo celibatários. Os membros da segunda dão o suporte material e servem voluntariamente nas casas para os que fizeram os "*votos de pobreza, obediência e castidade*", ou seja, os "*de vida*" (Mariz, 2006). O cume da carreira espiritual é a "*consagração*", isto é, a investidura dos títulos de frei e de freira. A Missão Eucarística Círculo do Pão possui quatro anos e tem aproximadamente 400 missionários. Dezessete destes são celibatários. Estes são, em sua maioria, jovens com aproximadamente 25 anos. Os membros "*da aliança*" mantêm seus empregos, são casados, solteiros e advêm de universos profissionais distintos: pequenos empresários, diaristas, advogados, contadores, pintores, educadores, músicos etc..

6 Tendo em perspectiva que algumas das pessoas com quem convivo me pediram para não serem identificadas, utilizarei nomes fictícios para humanos, lugares e coletivos com o propósito de preservar aquilo que me foi solicitado.

7 O conceito de "coletivo" é um empréstimo de Bruno Latour (2001) e tem como desígnio sublinhar, para além da noção de sociedade, um cosmo habitado por meio das associações entre humanos e não-humanos. Os missionários lançam mão do termo "*comunidade*", mas não uma comunidade estritamente humana, mas de vínculos constituídos entre seres com naturezas distintas: os santos, os anjos, Deus, o Espírito Santo, Jesus Cristo, a Virgem Maria etc..

8 O "*grupo de oração*" é a instância primária de manifestação do Espírito Santo, do uso de Carismas e da Efusão do Espírito Santo. Difunde-se espontaneamente, tendo número variado de integrantes, organização e locais de reunião. Os grupos recebem nomes que se confundem com a narrativa nativa sobre santos, passagens da Bíblia, jaculatórias etc.. Apresento alguns deles: Bom Pastor, Emanuel, Jesus Te Ama, Sagrada Família, Fé.

9 A criação do ST remonta a vinte e cinco anos, fez parte da Renovação Carismática Católica, mas se afastou dela. Semanalmente, nas noites de quarta-feira, é frequentado por aproximadamente 40 pessoas, não obstante cerca de 15 pessoas sejam assíduas, entre homens e mulheres. A sala em que ocorrem os encontros é ornada com quadros e imagens de santos, além de uma pequena capela, protegida por portas corrediças de madeira, que é aberta para as orações individuais e para a adoração do "*Santíssimo*", a hóstia consagrada, no ostensório.

retórica seria convincente. Aquelas mulheres, que se tornariam minhas amigas, entretanto, afiançavam que "*Deus* [presente] *me ajudaria a fazer o trabalho*", ainda que "*eu devesse deixar Deus trabalhar em mim*". Não há simetria nessas conexões, pois a efetivação da empreitada depende desta permuta em que "*Deus mostra*", não obstante ela se modifique naquele ponto em que me deparo com a escrita. O "*trabalho em mim*" (motivo da "divina Providência") transforma-se em trabalho "para mim" (motivo "extrínseco") e pretende se tornar um gênero estilístico, definido como etnografia.

O problema terapêutico[10] imediato é o da "*abertura a Deus*", ao Espírito Santo. Esta fenda se alonga por meio do aprendizado das saudações, das formas de tratamento, dos movimentos corporais na genuflexão e nas formas de se livrar das "*armadilhas do demônio*", que, de preferência, criam "*brechas*". Isso é dito de uma maneira geral para aqueles que não são de "*caminhada*", os inconversos. Essa ocorrência passa por aquela modalidade específica de troca na prática de pesquisa e cria um patamar possível para que pudesse começar a assistir aos "*atendimentos individuais*[11]".

Sentia-me gratificado, uma vez que não é raro que se diga que Deus não deixa todos se envolverem no "*atendimento*" e, na maioria das vezes, as pessoas o evitam. Naquelas circunstâncias, a vontade de Clara sempre foi preponderante, visto que asseverava a mim que aquilo era parte da minha "*catequese*". Tornar-se enredado em tal empreitada foi uma das maneiras de dar prosseguimento àquilo que propusera, aceitando o risco de me "perder" por causa das demandas de uma forma particular de existência. Desse modo, aquela "*visualização*", ou "*visão*", provocou um efeito inesperado na pesquisa, uma vez que a noção tinha implicações teóricas e etnográficas mais abrangentes do que supusera inicialmente.

3. "Imaginação"[12] e "*Visualização*"

A menção ao ST, na última seção, tem uma finalidade específica: criar um elo entre vários aspectos do cosmo ideacional nativo, pois a "*visualização*", ou "*visão*", é um "modo de orientação no mundo em uma variedade de domínios" (Csordas, 1994: 74). Estes incluem a "oração (...) a cura", o "*discernimento de espíritos*" (Csordas, 1994: 74)[13]. O seu sentido mais amplo é levar ao "*encontro pessoal com Jesus Cristo*", à "*abertura*". O propósito é transformativo. A "*visualização*", em geral, não tem um modo restrito de aparição. Ela pode surgir fora de ocasiões destinadas à ativação intencional do "*Espírito Santo*"[14], ou seja, em momentos descontínuos e díspares: no sonho, enquanto se caminha, no trabalho etc..

Csordas, entretanto, dá contornos ainda mais relevantes para a discussão quando sublinha que a versão empirista da noção de "imagem" não alcança o tipo de visionaridade nativo. Não obstante suplante, por ora, meu esforço, não é possível deixar de fazer um reparo fundamental. A dominância de uma perspectiva "empiricista objetificante" concebeu a separação entre "imagem mental" e "imagem visual" (Csordas, 1994: 80). A

---

10 O conceito de terapia estaria na ordem da eficácia da cura ritual opera transversalmente à autoridade da medicina convencional (Lévi-Strauss, 1967; Montero, 1985; Favret-Saada, 1989; Desjarlais, 1992; Csordas, 1994; Laderman, 1994). Essas análises, realizadas em circunstâncias etnográficas específicas, concordam que a cadeia de ocorrências religiosas concede uma tradução à doença, posicionando-a no contexto mais amplo da relação entre o humano e o sagrado. Trata-se de uma ação transformadora que organiza os estados confusos e desordenados, característicos da experiência da aflição. A terapêutica religiosa produz uma recriação mais geral do comportamento, conduzindo o doente a se situar existencialmente conforme novas formas de orientação no mundo, bem como sugere a certeza de que queixas específicas estão sendo tratadas (Csordas, 1990). Em todo caso, veremos adiante que há uma limitação no conceito de ritual que torna sua manutenção discutível para os propósitos da discussão.

11 Adiante o retomarei mais detalhadamente.

12 No original, o conceito utilizado é "*imagery*". Traduziremos como "imagem", entretanto a "imagem" deve ser composta criativamente como uma "imaginação" (Csordas, 1994, *passim*), logo não abandono o substantivo.

13 A discussão é afluente do trabalho de Csordas, a contribuição mais original acerca do modo como a "imaginação" nativa opera, no Catolicismo Carismático, dentro dos domínios da "*cura*" e "da *libertação*".

14 Retorno ao tema mais abaixo.

"imagem" torna-se "imagem mental". O "escopo sensorial" da "imagem mental" reduz-se à "imagem visual" (Csordas, 1994: 80). A cesura entre "mentalismo" e "visualismo" derivaria de um mundo em que a "modalidade visual" prevalece, criando uma divergência com a teoria missionária. Esta não produz a irredutibilidade entre mente e corpo no plano da "atividade imaginativa" (Csordas, 1994: 80). Sem me alongar, a criatividade desses católicos choca-se com a pressuposição de que os seres humanos sejam os únicos dotados de intencionalidade e que suas ações acontecem em uma realidade dada, externa e passiva (Ingold, 1993)[15]. Uma teoria representacional não faria muito sentido. A "*moção do Espírito*" no nativo torna a sua "imaginação" mais abrangente do que a usual, indo além de uma concatenação 'lógica' do raciocínio:

> "Um pensamento súbito, uma ideia estranha, que não parece surgir de uma sequência de pensamentos ou que quebra dramaticamente com o modo típico da reflexão, ou algo associado com um efeito extremo – às vezes mesmo sentimos, tal como o pânico – é frequentemente uma indicação da vontade divina" (Bialecki, 2011: 267).

O "*atendimento individual*" é o resultado de um pedido do suplicante. A persistência de um tormento conduz uma pessoa à capela do SP, onde as "*visões*" acontecem através da inflamação do Espírito Santo, que concede dádivas espirituais aos membros do "*Ministério de Oração*". A doação divina é compartilhada pelos membros do "*Ministério*" com o consulente. Em geral, a "*visão*" poscede o louvor, a adoração eucarística, sendo entremeada pela "*oração em línguas*".
Após o "*atendimento*" da família de uma jovem de 20 anos, no dia 22 março de 2014, faço a seguinte pergunta para Clara na capela: "Quando a senhora tem uma visão, isso vem da sua cabeça ou a senhora vê?[16]". "Às vezes, vê, como no caso agora do tacho[17]*; às vezes, vem na sua mente, formando uma história?*" – ela responde. "Mas quem faz isso [vem da sua cabeça]?" - pergunto. "*O Espírito Santo (...) Não é uma coisa que você está esperando. Não é uma coisa que você maquina (...) Você não está esperando. Você está rezando, vem*". Eu: "Mas quando você já conhece a história da pessoa, já muda um pouco? Se você atende a pessoa muitas vezes" – faço outro questionamento.

> "*Depende de como que Deus vai agir. Às vezes, você conhecendo a história, você se foca. Eu quero saber no caso... Eu queria saber se tinha uma contaminação, e Deus mostrou. Eu queria saber. Agora, quando eu não sei história nenhuma e rezo, ele mostra o que Ele quer*".

O "*discernimento*" da "*contaminação*" é parte do atendimento de uma família que passava por uma "*atribulação*", porque a filha começou a namorar um rapaz que "*tocava tabaca* [atabaque]" em centros de Umbanda. O "tacho" que ela "*viu*" tinha um "*fundo preto*". Ela enumera os objetos "*contaminados*" que o rapaz poderia ter dado para a jovem e orienta que ela se livre dos presentes recebidos: "*Agradece [Deus abençoe você], chega em casa e lixo. Não aceita nada de comer. Você já comeu alguma coisa quando ele te ofereceu?*". "*Sim*" – a jovem confirma. "É que você *ia na casa dele. O que eles te ofereceram lá*?". "*Doce e comida, arroz e feijão*" – a moça recorda. Clara preocupa-se em saber o "*tipo de doce*". Um "*pavê de chocolate*" fora consumido na residência do amado. A investigação criteriosa de Clara mantém uma afinidade com sua longa experiência e indica a "educação" (Ingold, 2001) adequada para não dar uma "*brecha para o demônio*".

> "*Se fosse contar para vocês, nesses 25 anos de experiência que eu tenho de atendimento de oração, a gente pira. Todo o cuidado é pouco. Às vezes, uma rosa que a pessoa dá para a outra, e acontece cada coisa. (...) A gente tem que se precaver de tudo. Excesso de zelo nunca faz mal. Melhor do que você pensar: 'Ah, não vai dar em nada, eu tenho fé, em mim não vai pegar' (...) Todo cuidado é pouco*".

---

15 Aqui permanecemos contrários à importância que Csordas atribui ao aspecto intersubjetivo do mal-estar, pois refreia essas intencionalidades não-humanas presentes, também, na sua monografia.

16 "*Vir da cabeça*" é diferente de "*ver*". Esta corresponde à divindade; aquela, ao humano. Mais à frente, a diferenciação ficará mais explícita.

17 No próximo parágrafo, esclareço do que se trata a menção ao utensílio de cozinha.

Ela aconselha a menina a beber água benta e, com a intenção de conduzir de modo mais eficaz a terapia, reporta-se a uma pessoa que vai ao grupo, um ex-frequentador do Espiritismo, "*um jovenzinho*. (...) *Ele tem uma tatuagem do mal*". Clara cita o caso de Luis, que está "*saindo do Espiritismo*", mas é assolado no trabalho por uma pessoa que leva rotineiramente um frango, na marmita, para ele. Repete aquilo que falou ao rapaz em um atendimento individual, no qual eu estava presente:

> "'*Luis, se toca. Ele come só o arroz e o feijão e dá um franguinho macumbado para você'. Ele sempre está mal, cai da moto, quebra o joelho* (...) *Ele diz que começou a negar o frango (...) E a pessoa começou a ficar brava com ele, irritada* (...) *A pessoa trazia para prejudicar ele, já consagrado ao mal*".

A namorada do rapaz narrou, para Clara, que "*ele está começando a ficar esperto*". O envolvimento de Luis com o Espiritismo cria um problema, pois fica difícil de "*sossegar*" [do mal se aquietar]. Clara acentua que Luis "*está firme*" e que

> "*anda com o terço no bolso. Qualquer coisa que a pessoa fale, ele já puxa o terço* (...) *Mas é um jovenzinho, também. Então, eu estou te dando essas dicas para você se fortalecer* (...) *Quando eu perguntei se tinha comida, Ele* [a deidade] *mostrou um tacho, um tacho negro, e uma coisa que caia naquele tacho. Provavelmente, um alimento contaminado, mas vai ao médico, faz os exames, bebe água-benta. Daí, vocês* [a família] *vão à missa, o padre abençoa a água e vai bebendo para curar e libertar*".

Pouco mais de uma semana antes, no dia 14 de março de 2014, deveria ir ao ST "*casa de oração*", para me encontrar com Clara. Francisco, o "*irmão consagrado*", estava lá. Sento-me à mesa e, bem à vontade, indago-o acerca das "*visões*" que tem nas adorações de Jesus Sacramentado. Suas considerações não diferem daquelas de Clara: "*Se eu estou adorando, estou de olho aberto (...) Às vezes, sabe quando você pensa alguma coisa? Você imagina alguma coisa na sua cabeça. Só que vem tipo uma imagem sem você estar pensando naquilo*". "Qual o tipo de imagem?" - pergunto. "*Depende muito... Uma vez eu estava rezando para uma menina* [casada] *e aí me veio uma árvore na cabeça, e a árvore* (...) é aquilo que gera*fruto (...) Então, rezar para a vida da pessoa, por algo específico que ela está passando*". Francisco pronunciou a palavra "árvore", mas a "imagem" não se destinava para a mulher, mas sim para o marido. A finalidade era *"(...) lembrar de algo que era importante para ela, porque na visão ela estava regando essa árvore. Como se ela tivesse que cuidar mais de uma vida que fosse importante para ela*"[18].

Ele narra uma história desfiada, por Claudio, em uma "*pregação*": "*Eles estavam rezando por um menino e veio um machado na cabeça do cara que estava rezando*". Isso dizia pouco sobre a situação. O homem, um intercessor não identificado, decidiu não falar. Ainda assim, "*ele ficou vendo toda hora o machado. Toda hora vinha na cabeça dele a palavra machado*". Ao fim da oração, ele decide contar: "*Me veio, não sei por que, na minha cabeça, a palavra machado*". A pessoa, por quem se orava, começou a chorar copiosamente. O motivo das lágrimas excessivas era o seguinte: Quando era criança e fazia alguma peraltice, o pai o "*colocava de castigo atrás da porta, segurando o machado no alto. Se ele deixasse o machado cair, ele apanhava (...) Virou um trauma para ele (...) Para você, não tem nada a ver. Mas para história da pessoa, tem muito a ver*".

Esse breve esboço sobre as "*visualizações*" e sua centralidade para a "*cura*" e "*libertação*", forçou-me a reconsiderar o que designara por 'ritualização', um aspecto convencional da vida dos frequentadores do ST. O efeito conceitual da "*libertação*" não é redutível a pressuposições representacionais e construtivistas, retidas

---

18 Um problema central das "*visões*" é discernir a sua origem. Rafael, um "*ex-irmão consagrado*", ainda na época em que portava o seu nome religioso, Leone, asseverou, enquanto Francisco modelava a sua tonsura, na Casa Masculina, no início de maio de 2013, que a "*visão*" pode advir de três seres ontologicamente distintos: "*Deus, do humano da pessoa e do Diabo*". Não sem demora Francisco, no SP, admite que *"a gente tem que tomar muito cuidado porque, às vezes, pode ser o nosso humano (...) Eu estou rezando para o pão, para o* pão. Só que, de repente, vem leite na minha ca*beça. Por que veio leite se eu estava rezando pro pão? Aí, você tem que ter o discernimento para ver se é de Deus ou não*".

no conceito de ritual (Asad, 1993)[19]. Não seguirei essas hipóteses, mas resvalarei, abaixo, em uma discussão que tenta expor uma concepção de pessoa da qual a "*cura*" e a "*libertação*" parecem se desviar.

4. Uma digressão acerca da cesura analítica entre representação e realidade, pois "*Deus mostra*"

Antes de tudo, é preciso sublinhar que abrirei mão de certa "metalinguagem" (Crawford, 1993) ativada desde um ponto de vista exterior para lidar com universos cristãos. A persistência dela é associada com a própria premissa de que as ciências sociais são um reduto privilegiado da "tese da secularização", uma narrativa sobre o fim da religião (Asad, 2003; Velho, 2007).

João de Pina-Cabral (2001) esboça que a impossibilidade de estudar a religião através da metáfora de "sistema de símbolos ordenamente estruturados" cedeu lugar, às expensas da reflexão, a outras, a saber: "experiência performativa dos atos simbólicos", "*embodiment*" e "subjetividade" (Pina-Cabral, 2001: 330). Isso não bastaria à medida que faz oscilar o pêndulo entre individualidade e sistema. Se mantivermos a atenção ao enunciado "*Deus sabe*" ("*Deus mostra*"), não precisaremos ter de escolher entre duas imagens muito fortes: da subjetividade e da objetividade.

Em geral, o distanciamento com relação à experiência é um método de pesquisa resultante da ausência de lugar para uma visada nos conceitos nativos como "descrições de processos de conhecimento" (Bateson, 2006: 306). Provém daí, também, a insuficiência de uma teoria que delineia de modo "informativo", em vez de "presentificado" (Latour, 2004), as descrições/ideações nativas. Trata-se, pelo contrário, de "(...) verdadeiramente dar crédito àquilo que nossos informantes nos dizem ser fato" (Toren, 2006; p. 449), em vez de representações e interpretações.

A questão pode ser posta nos termos que seguem: como o enunciado nativo de que "*Deus mostra*" não é redutível à representação e se distancia, muitas vezes, do que a literatura da disciplina alcunha de ritual? A atenção conferida ao meu "*atendimento individual*" ressoou em um ensaio de Talal Asad que li algum tempo depois. Quando finaliza o escrito "*Towards to a genealogy of the concept of the ritual*", o antropólogo árabe-saudita arrisca-se propositalmente com a seguinte pergunta:

> "É possível que a transformação dos ritos de disciplina em símbolos, de praticar virtudes distintivas em representar por meio de práticas, tem sido uma das pré-condições para ampla transformação da cultura em um texto que se pode ler?" (Asad, 1993: 87)[20].

Asad parece vislumbrar que a resposta já estivera sendo dada a cada passagem, não vinda sem aviso prévio. Ele atribui à "economia moral da elite" renascentista, ao contrário do "programa monástico medieval", o divisor entre "formas públicas de "comportamento" e "sentimentos e pensamentos privados" (Asad, 1993: 87). Naquele "programa", as "habilidades" e "virtudes", a serviço de Deus, não propiciavam "(...) uma ruptura radical entre 'comportamento externo' e 'motivos internos', entre 'rituais sociais' e 'sentimentos individuais', entre atividades que são 'expressivas' e aquelas que são 'técnicas'" (Asad, 1993: 80). A exemplaridade de uma vida que conduzisse à santidade era algo persistente e que alcançava o "(...) caráter teológico de *aprender a ser capaz*" (Asad, 1993: 80, n.15).

Esse modo de pensar não se reduziria a diferenças incomensuráveis e artificiais, mas conectaria o "'comportamento externo a um '*self* essencial'" (Asad, 1993: 81). O que garantiria o acoplamento é o conceito de "programa disciplinar". Ao se voltar à Alta Idade Média e à importância da vida monástica, Asad acentua que, de modo preferencial, as

---

19 Adiante, enfrentarei a questão concernente ao conceito de ritual.

20 O argumento se liga a outro ensaio do mesmo autor: "A construção da religião como uma categoria Antropológica" (Asad, 2010).

> "(...) emoções, que são frequentemente olhadas por antropólogos como 'internas', 'eventos contingentes', podiam ser progressivamente organizadas de modo crescente pela *performance* apta para o comportamento convencional" (Asad, 1993: 81).

Essa primeiras impressões lançam luz sobre outra, que é oposta: a tensão entre o "eu interior" e a "pessoa exterior", ao contrário, redundou na "(...) transformação do comportamento adequado em *representações* e da habilidade de manipular tais representações" (Asad, 1993: 83), posto que o "(...) comportamento convencional é visto como sendo essencialmente representacional *e essencialmente independente do self*" (Asad, 1993: 83-84). A projeção dessa divisão entre qualidade metafórica e a qualidade de aprendizagem sugere, na primeira, o intervalo entre dentro e fora, ao passo que, na segunda, suscita uma indiscernibilidade. A tese fundamental da separação entre público e privado tem como resultado a pretensão de que algumas condutas convencionalizadas são congeláveis por serem socialmente institucionalizadas e independerem de qualquer individuação: a "(...) ênfase sobre o 'ritual' como comportamento simbólico é inteiramente moderna" (Asad, 1993: 75).

O comportamento representacional do ritual torna-se um *a priori*, um "fenômeno universal" (Asad, 1993: 77). Ele considera que a afirmação de que "(...) símbolos precisam ser decodificados" tem a ver com "(...) a preocupação de estabelecer autoritativamente o significado das *representações*, onde as explicações oferecidas pelos discursos indígenas são consideradas etnograficamente inadequadas ou incompletas" (Asad, 1993: 77).

A incompletude das conceptualizações nativas criaria um impasse epistemológico, posto que as coisas têm de, primeiramente, ser "construídas como simbólicas" para, secundariamente tornarem-se interpretáveis e, ademais, é o etnógrafo quem "identifica" e "classifica os símbolos" (Asad, 1993: 78). Tudo se complica, entretanto, quando há pouca coisa para construir, isto é, quando a representação tem uma aparição restringida em face do enunciado "*Deus mostra*", uma imagem/palavra revelatória, que excede tanto o significado de um símbolo (Asad, 1993) quanto a tensão entre "eu interior" e "pessoa exterior".

A necessidade da "cura" e da "*libertação*" são fatos, e não algo 'simbolizável'. Mesmo o sacrifício empreendido na missa, uma modalidade usual de ritual[21], resiste à simbolização. A metaforização da transubstanciação "*do pão no corpo e do vinho no sangue*" seria uma afronta para os modos de pensar dos missionários. Esse tipo de crítica nativa neutraliza a multiplicação de interpretações. A hóstia consagrada "é" a divindade, e não uma representação, da mesma maneira que o "*mal é real*"[22].

O que Asad parece dizer é que o conceito de ritual permitiu que a cultura se transformasse em um texto que poderia ser lido inúmeras vezes, desde que congelável (Geertz, 1989). O problema da interpretação seria substituir o fato pela interpretação, a realidade pela representação.

A instigante análise de Asad não esmiúça, entretanto, a divisão entre interioridade e exterioridade para além do conceito de "programa disciplinar". É preciso realçar isso porque os dois termos da cesura parecem ser deslocados pela presença de um terceiro: Um Deus que "*tudo sabe e tudo vê*". A pessoa, por ser essencialmente "*fraca*", sem o Altíssimo "*não é nada*". A "obediência", a submissão, à divindade empodera os missionários, que recebem, por meio da doação divina, os "*dons carismáticos*": "*palavra de ciência*", "*palavra de sabedoria*", "*cura*", "*discernimentos de espíritos*", "*profecia*", "*oração em línguas*" etc.. Um contraste fundamental, no conceito missionário de pessoa, encontra-se, portanto, na oposição entre "*revelação*"/"*visão*"[23] ("*aquilo que só Deus sabe*") e "*abstração*"/"representação" ("*algo que vem da cabeça*"): uma realidade "*revelada*" é "necessária", ao passo que uma realidade representada é "contingente" (Holbraad, 2003). Em outras palavras, a assimetria entre os humanos e a divindade torna a palavra revelatória um fato em contraposição ao engano das abstrações de um sujeito autônomo, "*distante, não desejoso de Deus*".

---

21 Alcunhar a missa de ritual é um acento artificial, porque entre os missionários a celebração recebe a denominação de "*rito*", criando um contraste interespecífico com o "*ritual*", que seria realizado no Ocultismo, no Candomblé, na Umbanda, no Esoterismo. Não é exagero afirmar que o "*ritual*" é um atributo do outro, sendo uma imputação acusatória.

22 O caso do "*demônio*" é típico. Não tratar da sua existência como um fato, deixa-o livre para agir. O ceticismo é uma "*cilada do Inimigo*", um estratagema "*astucioso*" de um observador contumaz das "*fraquezas*" humanas.

23 A utilização dois substantivos separados por uma barra é um pouco imprudente, pois nem sempre se fala de "*revelação*" quando se tem uma "*visão*". Ainda assim, mantive-as juntas porque ambas derivam de uma imagem ou de uma palavra revelatória (Csordas, 1994; Bonfim, 2012) que vêm de outro ser, a própria divindade.

5. O "*Atendimento individual*"

O enunciado de que "*Deus sabe*", na crítica da representação, é um modo de conhecimento que tem uma profunda relação com a "*abertura*"[24]. A digressão, acima, procurou trazer à baila, sucintamente, como a "*imaginação*" tem um componente suplementar, o que inventa um solo preferencial para enfrentar o maligno para além daquilo que "*se vê*". Apresento agora um excerto do "*atendimento individual*". Relato, mais detalhadamente, uma forma de "emergência" da "*visualização"*.

No ST, a adoração a Jesus Sacramentado acontece depois da "*pregação*", que foi levada a cabo por Vic, esposa do irmão mais velho de Clara, José. Estamos em setembro do ano passado. A porta corrediça da capela é aberta. O corporal é estendido, o Corpo de Cristo (a hóstia consagrada) é "*trasladado*" da teca para o ostensório e o *sanctus*, um hino de louvor, simultaneamente, é recitado três vezes: "*Santo, santo, santo. Senhor, Deus do Universo. O céu e a terra proclamam a Vossa glória. Hosana nas alturas. Bendito o que vem em nome do Senhor. Hosana nas alturas*". Na ausência de um "*celibatário consagrado*", é Clara quem faz isso, sempre genuflectindo. Naquele dia, o irmão Tomé, um "*irmão consagrado*", estava na "*casa de oração*". Com o início da adoração, a maioria também se ajoelha[25].

Vic me convida para se aproximar da capela. Já no seu interior, "*impõe as* mãos sobre mim". O jovem que, na sua "*visualização*", tinha "*medo*" era eu. Afirmou também que havia uma pessoa que não se perdoava porque, na juventude, fizera um aborto. Além dessas, ela teve outras "*visões*"[26]:

> "*1. Que alguém está curado de uma queimação no estômago, que aquela ferida que começou a se abrir por causa da azia, fechou;*
> *2. Que se alguém sente o joelho tremer, é porque o Espírito Santo está passando ali;*
> *3. Que alguém tomou um café coado em uma peça de roupa preta. Não sei o nome disso...* [Ela pensa um pouco] *macumba. Essa pessoa tomou desprezo pela ex-namorada;*
> *4. Que alguém estava com um pé trêmulo e com outro pé firme, pois um caminhava com Jesus e o outro com o Inimigo*".

Clara "*confirma*"[27] a terceira "*visão*" de Vic, porém verbalizou mais três:

> "*1. Alguém sentia uma dormência em algum lugar do corpo. Era o Espírito Santo passando;*
> *2. O Espírito Santo estava visitando uma pessoa em casa por quem se estava rezando ali;*
> *3. Clara diz que alguém, sem saber, comeu alguma coisa consagrada e que Jesus estava libertando*".

---

24 Agradeço a Ana Claudia Duarte Rocha Marques por esse comentário perspicaz durante meu exame de qualificação.

25 Diz-se que a adoração cria um combate no corpo do adepto com o demônio, que fará o possível para retirar sua atenção do Santíssimo através de pensamentos, de insultos, de incômodos musculares etc.. Pede-se que a pessoa fique em uma posição que não a faça deixar de fitar Jesus no ostensório. Na porta da pequena capela, Vic faz carinho em uma jovem menina negra. Eu estou um pouco distante, mas isso não a impede de me chamar para entrar na capela.

26 Decidi enumerá-las com a finalidade de conferir algum destaque para elas.

27 O verbo confirmar possui uma relação de sinonímia com o substantivo feminino exatidão, ou seja, é uma ratificação de uma "*visão*" por uma outra pessoa. Costuma-se dizer: "*Veio para mim a mesma coisa*". Esta "*coisa*" pode ser uma palavra, a imagem da Virgem Maria, que é mais usual, São Miguel Arcanjo etc.. Distingui-se, assim, do ato de "*pegar*" para si uma imagem que aparece em uma "*visão*", ou seja, quando alguém comenta: "*Essa foi para mim*". Em suma, são dois tipos distintos de comunicação: uma se dá pela validação/corroboração; a outra; pela destinação inequívoca da "*visão*" para si. Em ambos os casos, a mensagem advém da "*moção do Espírito Santo*".

Ana, uma missionária da CP, está na capela[28]. Já genuflexo, diante de Jesus sacramentado, meu joelho se mostra vacilante. Sinto-me desconfortável com o convite de Vic, afinal meu penteado rastafári sempre foi uma preocupação quase ilusória, mas constante, pois era associado à rebeldia, um aspecto indesejável no universo nativo. Eu os posicionei, erroneamente, em um modo de ser "conservador", uma imagem comumente atribuída aos cristãos (Harding, 1991). Não pude mais sair de lá, mesmo depois do término da adoração. Clara entra e sorri: "*Negro e com esse cabelo...*". Não me contenho e faço uma expressão jocosa. A precipitação de Vic a levou, para Clara, a cometer um equívoco motivado pelo "*preconceito*".

Ao permanecer na ermida, pude assistir a três atendimentos individuais, ainda que já estivesse familiarizado com a realização desse tipo de oração. Ao todo, três pessoas foram atendidas e suas aflições eram diversas: Elaine, com um problema de falsa acusação; Roberta, com a culpa pelo aborto, prenunciado nas visões de Vic; e Tomé, com uma "*tentação*", um "*zombeteiro*", que, conforme Clara, estava na parte anterior da cabeça dele. Clara assistiu, em primeiro lugar, Elaine, uma mulher branca, de aproximadamente sessenta anos, acusada de ter feito algo que não cometeu. Clara ressaltou, antes de começar a oração, que precede as "*visões*", que "*a verdade, Deus sempre mostra* (...) *Vira à tona*".

Na capela, as pessoas sentam em uma cadeira e ficam com o ostensório, sobre um pequeno altar, a pouco mais de 50 centímetros da vista. A proximidade faz com que o atendido fique face a face com a divindade. Solicita-se que a pessoa diga aquilo que a aflige "*diante de Jesus*". O tom da rogação é sempre ameno. A maneira de iniciar o atendimento é precedida, ou não, por esse pedido. O que não varia, entretanto, é a encadeamento que precede a "*visão*":

> "*Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, amém. Senhor, Pai amado, Pai de misericórdia. Em nome de Jesus Cristo, pelo Espírito Santo, com a poderosa intercessão da Virgem Maria, São Miguel Arcanjo, Santo Padre Pio e do Santo Anjo da Guarda. Clamamos sobre ela(e)*[29]*, em nome dela(e), o sangue do Senhor. Lava Senhor*".

Em seguida, "*ora-se em línguas*" (de maneira glossolálica) e faz-se uma pequena gratidão: "*Obrigada, Jesus. Consagramos* [o nome da pessoa] *ao Sagrado Coração*". Por fim, reza-se uma Ave Maria.

Toda oração é feita com a utilização de objetos que se interpõem entre quem ora e quem recebe a prece. Alguém coloca a relíquia de São Pio no ombro da pessoa, ao passo que outros têm um terço envolvendo o braço e a mão quando encostam no afligido. A utilização do sacramental tem a ver com a própria agência contida nesses objetos, uma "precaução" contra a "*contaminação*" que pode estar assolando o afligido. Elaine não conta o que a atormenta. Os atendidos não falam em muitas ocasiões. Preferem não expor aquilo que os acomete. Clara pergunta se Kelly teve uma "*visão*". Kelly "*viu*" um "*novelo de lã branco*" que ia se "*desembaraçando*", um ícone da confusão de Elaine e, também, "*Nossa Senhora de Fátima*", entregando-lhe "*uma rosa branca*". Clara "*confirmou*" a "*visão*" e "*viu*" Nossa Senhora de Fátima. Elaine, assim, começou a recompor as visões. Sua irmã, já falecida, era devota de Nossa Senhora de Fátima, e, "*todo dia 12 do mês*", Elaine era visitada pela Virgem. Foi sua primeira ida ao grupo.

A cada atendimento, repete-se a mesma ativação do Espírito Santo. O segundo atendimento é o de Roberta, que, no fim da faculdade, teve sua primeira crise depressiva, uma mulher branca, de cabelos descoloridos, com aproximadamente 40 anos. Roberta é dentista. Ela conta que é assolada por uma "*ansiedade*" que a impede

---

28 Ela louvaria. Marcos, do "*Ministério de Oração*" do ST, e Deise, uma frequentadora esporádica do grupo de oração, entraram depois. A última conversaria, em voz alta, com Jesus, agradecendo-o, emocionadamente, pela recuperação física da mãe: "*Obrigada, meu melhor amigo*". Ana, também, louva em voz alta: "*Estou aqui diante de ti, que nunca me negou um sorriso, um carinho e um abraço*". Ana prossegue e roga pelo êxito da filha, que no dia seguinte faria uma entrevista na Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde cursava a graduação em Psicologia. Deise, Ana e Marcos, enfim, saem. Os dois últimos me advertem: "*Não deixe Ele sozinho*", mas não sabem dizer o motivo pelo qual Jesus não pode ficar sozinho quando está presente no ostensório. Clara, todavia, afirma que a tal impossibilidade sucede porque "*Deus está ali. Não pode ficar só*", mesmo que você tenha "*vontade de cagar*".

29 Diz-se o prenome.

de ter um sono regular. Ela come compulsivamente durante a madrugada: "*Como a ponto da barriga parecer que vai estourar*". Mesmo com a psicoterapia, não dorme bem há muitos anos. Ela não consulta um psiquiatra porque sua compulsão não requer isso. A ansiedade ultimamente aumentara, sendo intensificada pela reaparição do antigo namorado. Ela abortou um filho dessa relação quando era jovem, o que a faz se culpar. O desconcerto de Roberta é evidente com a tentativa de aproximação. Ela é casada e tem dois filhos. As mensagens eletrônicas não foram respondidas. As lágrimas se confundem com a fala acelerada. Clara anui à negativa dela. A compulsão e o aborto foram as "*visões*" que Vic dissera. A última me perturbou, dado que Vic a teve antes de Roberta chegar ao grupo de oração. Vic não sabia de quem se tratava, mas jamais a mencionaria diante de outras pessoas[30]. O aborto não é tomado como pecado, pois ela era muito jovem. A mãe "*decidiu*" por ela. Vic afiança que ela está curada dos dois problemas: "*Deus colocou isso:* [a cura] *para mim*". Roberta deve estar suscetível a isso, senão o mal-estar não a abandonará.

As visões acontecem: Kelly "*vê uma geladeira com cadeado, e Roberta resiste à tentação*". Clara vê a "*Sagrada Família*". Maria "*confirma*" esta "*visão*" e acrescenta que ela deve colocar um quadro da "*Sagrada Família*" e rezar com a família. Vic "*viu*" um "*coração, com peças separadas, se arrumando*". Roberta, por sua vez, relaciona esta visão com aquilo que se passa na psicoterapia. A orientação é que ela ponha uma "*pedra no assunto* [no aborto]*, não caia na conversa do maligno quando comungar e não responda o ex-namorado*". Clara a admoestou, pois a "*tentação aparecerá*", mas que ela deveria perseverar, pois o "*inimigo é sujo. Ele te acusará mesmo na fila da comunhão. Lembrará do que aconteceu*". Vic, antes de se despedir, insistiu: "*Não seja medroso de Deus, porque Ele te ama muito*" e que eu não deveria ficar "*com o pé trêmulo*", visto que o "*Inimigo assopra e me derruba*". A oração para Tomé foi breve. A "*visualização*" concernia ao "*zombeteiro*" dito acima. Os atendimentos terminam naquela noite.

6. Conclusão

Nas últimas páginas, tentei, com alguma prudência, esboçar como o "*atendimento individual*" ocorre, embora, a meu ver, essa instância fundamental do trabalho mereça uma elaboração teórica mais sofisticada. Chamou-me a atenção, contudo, que as "*visões*" são um dom do Espírito Santo. O regime da troca leva sua inevitável disseminação entre o coletivo cristão (Bonfim, 2012). Os intercessores são impelidos a "*servir*" e permanecem atentos à piedade necessária para a manutenção do dom, que pode cessar de acordo com a "*vontade divina*".

A imaginação nativa, com a "*visualização*", abrange um plano de relações mais amplo do que os nossos conceitos alcançam. A "*libertação*", nesse caso, dilata-se porque as "visões" não são apenas do maligno, mas de "*problemas profissionais*", "*maldições*", "*dificuldades maritais*", "*infertilidade*", "*distúrbios alimentares*", "*tentações*", "*relações amorosas*" etc.. Em suma, a deflagração do Espírito Santo porta consigo que a "*libertação é o ato da pessoa ser livre*". Essa liberdade não se constitui a partir da individualidade, mas realça que se

---

30 No atendimento, muitas vezes, as "*visões*" não são reveladas para uma pessoa, ora é preciso que se diga algo "*no particular*", ora a pessoa não está preparada para saber o conteúdo da "*visualização*". Em um atendimento de uma mulher, com aproximadamente 35 anos, Marcos e Clara visualizaram um vestido de noiva, mas prefiram não contar, uma vez que na oração outra "*visualização*" indicava que ela poderia manter relações homoafetivas: "*Qualquer coisa que a gente falasse podia... Eu tinha que fazer isso porque eu que tinha que ter uma direção, porque, até então, eu vi ela de noiva, e Deus fazia um laço no vestido dela. De repente, eu falo isso, e ela pensa que tem que casar com uma mulher? Me poupe. É a minha responsabilidade. Por isso, eu falei: 'Você tem noivo?'. Pelo jeito, não deve nem ter (...) Pode ser que, ao libertá-la, ela vai se apaixonar por um homem e vai casar com um homem, mas (...) está complicado (...) Daí, eu pensei: 'Se ela está procurando o homossexualismo, como a gente pensa que ela está. Eu falo isso, e ela pode achar que Deus está... Ela vai casar com* [uma mulher]". As "*visões*" para essa mulher estavam embebidas em "*confusão*". A consulente não é casada e não tinha namorado. As perguntas serviam para dar uma "*direção*" que nem sempre acontece, pois algumas pessoas desejam apenas a oração: "*Uma vez, eu rezei para um homem e eu vi ele pregando. Pregava, pregava*". Ela contou a visão para o homem, que virou "*pastor*" de uma denominação evangélica. Admite-se o "*perigo*" daquilo que se fala com as pessoas. É odierno que se evite dizer algumas "*visões*", posto que elas podem mais confundir do que ajudar àqueles que recorrem à "*casa de oração*". O imediatismo, através do qual as visões são encaradas, torna-as fonte de risco.

dá por meio de uma exterioridade, Deus, que se manifesta por meio das relações íntimas que se estabelecem com "*Ele*" (Luhrmann, 2004, 2005). A crítica da representação, nesse caso, passa por maneiras de viver o Catolicismo refratárias ao secular, uma episteme ocidental que inventa uma "razão privada" (Asad, 2003).
O Argumento possui dois rendimentos gerais, não obstante provisórios: O primeiro permanece atento para a qualidade de aprendizagem que se dá no "*encontro pessoal com a Verdade* [Deus], *que liberta*". O deslocamento terapêutico não redunda na irredutibilidade entre interior e exterior, mas sim de "*uma vida com Deus e sem Deus*". Em síntese, o conceito nativo de "*libertação*", por exemplo, efetua uma crítica. Joel Robbins chamará isto, em duas palavras, de "uma cultura "contra a cultura"" (Robbins, 2011: 18)[31], isto é, contra aquilo que os VP chamam, entre outras coisas, de "*individualismo*", da busca desenfreada por "*um céu particular*", um atributo do "*homem velho*". Segundo admite a necessidade de se proteger contra um Mundo hostil, isto é, a "*sociedade*" e seu potencial desorganizador, visto que é o lugar onde as intenções do demônio avançam.

7. Bibliografia:

ASAD, T. (1993), "Towards a genealogy of the concept of ritual". In T. Asad, *Genealogies of Religion: Discipline and Reasons of Power in Christianity and Islam*, Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, pp. 55-82.

ASAD, T. (2003), "Introduction: Thinking about Secularism", "What Might an Anthropology of Secularism Look Like?". In: T. ASAD, *Formations of the secular: Christianity, Islam, Modernity*. Stanford, California: Stanford University Press, 2003, pp. 1-17, pp. 21-66.

ASAD, T. (2010), "A construção da religião como uma categoria antropológica". *Cadernos de Campo*, 19, pp. 263-284.

BATESON, Gregory (2006), "Epílogo de 1958". In G. Bateson, *Naven: um esboço dos problemas sugeridos por um retrato compósito, realizado a partir de três perspectivas, da cultura de uma tribo da Nova Guiné*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, pp. 305-323.

BIALECKI, J. (2011), "Quiet deliverances". In M. Linhardt (ed.), *Practicing the Faith: The Ritual Life of Pentecostal-Charismatic Christians*, New York/Oxford: Berghan Books. pp. 249-276.

BONFIM, E. (2012), *A Canção Nova: Circulação de dons, mensagens e pessoas espirituais em uma comunidade carismática*. Tese de doutoramento, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CARRANZA, B. (2000), *Renovação Carismática: origens, mudanças, tendências*, Aparecida: Editora Santuário.

CRAWFORD, Hugh T (1993), *An interview with Bruno Latour*. The Johns Hopkins University Press/Society for Literature and Science.

CSORDAS, T. J. (1990), "Embodiment as a paradigm for anthropology". *Ethos*, 18 (1), pp. 5-47.

CSORDAS, T. J. (1994) *The sacred self: a cultural phenomenology of charismatic healing*, Berkeley: University of California Press.

31 Robbins chega a dizer que a demonização tem o efeito de uma "(...) crítica cultural – uma prática constante (...) Ao recordar permanentemente o passado sob o signo da demonização, os esforços pentecostais por criar uma descontinuidade alimentam suas próprias práticas de lembrar e de estabelecer continuidade, embora sejam diferentes daquilo que os antropólogos geralmente associam à reprodução da tradição" (Robbins, 2011: 18).

DESJARLAIS, R. (1992), *Body and emotion: the aesthetics of illness and healing in the Nepal Himalayas*. University of Pennsylvania, Philadephia.

FAVRET-SAADA, J. (1989), "Unbewitching as Therapy". *American Ethnologist*, 16 (1), pp. 40-56.

FAVRET-SAADA, J. (1990), "Être Affecté".*Gradhiva. Revue d'Histoire et d'Archives de l'Anthropologie*, 8 (3), pp. 3-9.

GEERTZ, C. (1989), *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.

HARDING, Susan. (1991), "Representing fundamentalism: the problem of the repugnant other". *Social Research*, 58 (2), pp. 373-393.

HOLBRAAD, Martin (2003), "Estimando a Necessidade: os oráculos de Ifá e a verdade em Havana". *Mana*, 9 (2), pp. 39-77.

INGOLD, T. (1993), "The art of translation in a continuous world". In G. Pálson (org.), *Beyond boundaries: understanding, translation and anthropological discourse*, Oxford/Providence: Berg. pp. 210-230.

INGOLD, T. (2001), "From transmission of representantions to the education of attention". In H. Whitehouse (ed.), *The debated mind: evolutionary psychology versus ethnography*, Oxford/New York: Berg, pp. 113-153.

KUPER, A. (1978), *Antropólogos e Antropologia*, Rio de Janeiro: F. Alves.

LADERMAN, C. (1994), "The embodiment of symbols and the acculturation of the anthropologist". In: T. Csordas (org.), *Embodiment and experience: the existencial ground of culture and self*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 183-196.

LATOUR, B. (2004), ""Não congelarás a imagem", ou: como não desentender o debate ciência-religião". *Mana*, 10 (2), pp. 349-375.

LE GOFF, J. (2005), *São Francisco de Assis*, Rio de Janeiro: Record.

LÉVI-STRAUSS, C. (1967), *Antropologia Estrutural*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

LUHRMANN, T. (2004), "Metakinesis: How God Becomes Intimate in Contemporary U.S. Christianity". *American Anthropologist*, 106 (3), pp. 518–28.

LUHRMANN, T. (2005), "The art of hearing god: Absorption, Dissociation, and Contemporary American Spirituality". *Spiritus: A Journal of Christian Spirituality*, 5 (2), pp. 133-157.

MARIZ, C. L. (2006), "Comunidades de Vida no Espírito Santo: um novo modelo de família?". In: L. F. D. Duarte; M. L. Heilborn; M. L. de Barros & C. Peixoto (orgs.), *Família e Religião*, Rio de Janeiro: Contra Capa. pp. 263-286.

MONTERO, Paula (1985), *Da doença à desordem: a cura mágica na Umbanda*, Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PINA-CABRAL, J. (2001), "Three points on secularism and anthropology". *Social Anthropology*, 9 (3), pp. 329–333.

ROBBINS, J. (2011), "Transcendência e Antropologia do Cristianismo: Linguagem, mudança e individualismo". *Religião e Sociedade*, 31 (1), pp. 11-31.

TOREN, C. (2006), "Como sabemos o que é verdade? O caso do *mana* em Fiji". *Mana*, 12 (2), pp. 449-447.

VELHO, O. (2007), *Mais Realistas do que o Rei: Ocidentalismo, Religião e Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: Topbooks.

VEYNE, Paul. 1996. "L'Interpretation et L'Interprète. A propos des Choses de La Religion". *Enquetê*, (3): 241-272.

Os parâmetros de cura segundo o Espiritismo

Igor Alleoni Silveira Leite
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
igor7040@gmail.com

Resumo: O presente trabalho busca compreender melhor a visão de saúde segundo o Espiritismo no contexto brasileiro. Para isso, será abordado o tratamento de doenças através de curas mediúnicas encontradas no país desde o século XX. Em seguida, será discutido o conflito gerado com a Medicina em várias ocasiões, e especificamente com a Psiquiatria no campo da saúde mental, bem como o combate no campo legal que envolveriam as atividades espíritas, no momento em que órgãos oficiais viriam condená-las. Por fim, acrescenta-se a questão que para se compreender melhor este conflito deve ser levado em consideração o fato que por trás destes diferentes domínios estão diferentes concepções de doença que fundamentam suas divergências no próprio paradigma de suas compreensões.

Palavras-chave: Espiritismo, cura espiritual, mediunidade, medicinas alternativas, cura psíquica.

1. Introdução

O termo «tratamento espiritual» que pode ser encontrado em várias religiões, geralmente é associado popularmente às práticas das religiões mediúnicas, ainda que o termo não seja exclusivo destas formas de religiosidade e suas práticas e concepções não sejam homogêneas. O Espiritismo Kardecista, religião que se originaria da concepção de Allan Kardec apresenta um modelo de pensamento que divergiu das demais práticas religiosas no momento de seu surgimento. Em sua visão, o mundo dos espíritos é explicado como uma causa natural e não metafísica, sendo esta última como característica das Religiões Tradicionais. Desta forma, Kardec propõe um tipo de concepção completamente diferente do pensamento vigente entre os séculos XIX e XX que defendia a separação completa entre estas diferentes esferas, de forma que somente caberia à Ciência as causas do mundo natural e às religiões as causa metafísicas (Vasconcelos, 2008). Neste aspecto vale ressaltar que o próprio Kardec defende em sua doutrina a necessidade de uma filosofia espírita, mas entendamos que ao defender este conceito trazia consigo o sentido amplo que a noção de filosofia implicava naquele período, isso incluía seu caráter científico e moral (Chibeni, 2003: 3). Assim sendo, o Espiritismo possui uma cosmovisão que entende o mundo dos espíritos como um fenômeno natural, e inclusive chega a utilizar metodologias científicas como forma de comprovação desta realidade. Isso pode ser mais bem explanado através da relação entre Espiritismo e a Pesquisa Psíquica, ou com a Parapsicologia. Quando pensamos sobre a questão da cura, devemos entender que os espíritas se pautam sob um modelo conceitual que interpreta a saúde à luz de tal paradigma. No entanto, isso não isenta o fato de existirem outras interpretações advindas de muitos adeptos que eventualmente pudessem procurar esse tipo de cura. Lembremos que no Brasil existia uma forte influência Católica, e de acordo com a cosmovisão dessa religião a cura espiritual é interpretada como uma questão metafísica. Isso também inclui a cosmovisão diversificada de participantes de outras religiões que eventualmente poderiam buscar a cura espiritual com médiuns espíritas.

Ao focarmos nomeadamente no Espiritismo, o médium é a figura que cabe desempenhar o papel do tratamento e assim promover a cura. Esse papel é tão significativo que Kardec viria a publicar «*O Livro dos Médiuns*», considerando essa obra como a continuação de sua obra principal «*O Livro dos Espíritos*». No contexto brasileiro podemos observar algumas práticas mediúnicas no mínimo desde o século XX. Neste cenário, podemos destacar essencialmente dois tipos de conduta que distinguiam os médiuns: aqueles que possuíam um interesse financeiro com suas atividades e aqueles que não o possuíam. Citar este tipo de conduta é fundamental, pois é um caminho na compreensão de quais deles estavam intrinsecamente atrelados ao Espiritismo Kardecista. Sobre isso podemos afirmar, de acordo com Abib (2011), que a chegada do Espiritismo ao Brasil se deu devido

ao fato do Brasil na época possuir a França como um modelo a ser seguido em algumas áreas culturais. Dessa forma, os livros em francês contendo a doutrina foram absorvidos pelos intelectuais da época, principalmente médicos que ao praticar o princípio da caridade presente nos ensinamentos atendiam a pessoas pobres e as atraíam para o Espiritismo através dessa conduta. A questão de analisar a conduta e intencionalidade por trás da prática é essencial para se compreender se um adepto de determinada religião estava agindo de acordo com seus preceitos, ou se possuía outros objetivos. Ainda que a prática da caridade não seja um elemento indispensável para ser um espírita destaca-se a relevância que essa forma de ação possa ser associada com o sentimento de pertença a este determinado grupo, bem como a coerência frente à própria doutrina. Ao pensarmos sobre os aspectos do Espiritismo Kardecista, podemos ainda constatar a importância do papel da caridade como prática e também o fato de esta se manifestar como um elemento de divulgação da doutrina espírita.

O Espiritismo em sua trajetória veio a encontrar vários momentos de tensão com a Medicina devido as diferentes origens de pensamentos que fundamentam ambas as partes. Enquanto a medicina ocidental é baseada em um sistema racionalista, o Espiritismo tem uma visão que sugere possuir raízes no Vitalismo. Basta considerar o fato que Vitalismo defende que os corpos são animados por uma força vital, opondo-se ao mecanicismo. No caso espírita, essa força estaria representada pelo espírito encarnado. Essa concepção viria a respaldar as práticas de cura não convencionais adotadas por algumas religiões, bem como aquilo que é considerado como «medicina alternativa» no Ocidente. Esta terminologia se aplica devido ao fato desta forma de medicina fugir à norma tradicional, servindo de alternativa à medicina vigente ao se utilizar de métodos pouco convencionais. Este paradigma, longe de ser originário do Espiritismo, encontra-se enraizado em muitas culturas antigas, mas é possível deduzir que Espiritismo tenha acabado por absorver essas influências, ainda que seja necessário analisar mais dados para sustentar tal hipótese. Logicamente, independente da origem, é evidente que os métodos de cura adotados pelo Espiritismo são diferentes, o que ocasionaria em muitos casos forte resistência da Medicina. Desta forma, temos lado-a-lado no Brasil dois diferentes sistemas que apresentam visões completamente opostas entre si.

2. Mediunidade e Cura

Uma definição neutra para mediunidade que pode ser utilizada academicamente seria expressa como: «a comunicação provinda de uma fonte que é considerada existir em um outro nível ou dimensão além da realidade física conhecida e que também não proviria da mente normal do médium» (Klimo, 1998, *cit. in* Almeida & Lotufo Neto, 2004). A mediunidade pode ser identificada em várias religiões e envolve um diversificado espectro de práticas que se estendem por uma ampla gama de atividades que são desempenhadas. Neste caso especificamente, abordarei a questão de médiuns que trabalham com o tratamento espiritual. Essa prática se manifesta no Brasil através de duas formas: as que surgem como tratamento para doenças físicas e aquelas para tratar das doenças espirituais. Ainda que essa dicotomia esteja apenas explanada para uma definição acadêmica, já que para os espíritas ambas podem estar atreladas. O enfoque aqui estabelecido será para a questão do tratamento de doenças físicas, já que é devidamente por este motivo que se origina o embate com os médicos. A causa deste choque se inicia pelo fato da medicina ocidental carregar em sua concepção a noção que o conhecimento das causas físicas, orgânicas dos homens deve ser compreendido exclusivamente por esta ciência que se dedica a mensurar cientificamente este corpo. Segundo Almeida (2007), os espíritas eram acusados de exercício ilegal da medicina por terem realizado o tratamento de doenças físicas, e inclusive o de doenças mentais também. Os médiuns eram por vezes acusados de desiquilibrados mentais, quando não de charlatães, exploradores da credulidade pública e fraudadores. De acordo com a autora, Kardec se posicionava sobre a questão do charlatanismo fazendo referência ao princípio da caridade, considerando que charlatães não trabalhariam de graça. Segundo a mesma autora as práticas espíritas de cura não foram muito difundidas na França, oposto do que ocorrera no Brasil. Este fator pode ser deduzido muito provavelmente pela característica de seu desenvolvimento ter sido menor lá do que no contexto brasileiro, ainda que aqui tenha assumido uma característica mais religiosa quando comparada ao âmbito francês, aspecto que se manifesta na valorização do Cristo e da Virgem Maria, da prática da caridade e a interpretação de evangelhos bíblicos (Vasconcelos, 2008: 206).

O Espiritismo no território brasileiro, neste sentido, aparece como um concorrente direto dos profissionais da medicina, invadindo seu espaço com práticas condenáveis pela lógica positivista. Dessa forma, temos aqui presente a questão de homens atuando no processo de cura e que não fazem parte da comunidade médica. Isso viria a gerar embates até mesmo no campo judicial, resultando com que os espíritas posteriormente viessem a abandonar essa forma de prática devido aos problemas dessa ordem gerados. De acordo com Lewgoy (2006), as práticas médica e terapêutica do Movimento Espírita que atuavam, por exemplo, na prescrição mediúnica de medicamentos seria inicialmente um grande propagador do movimento, mas também um obstáculo, já que essas atividades facilmente os expunham a escândalos e processos. Dessa forma, os espíritas acabam por enfatizar «[...] a manipulação da dimensão espiritual como a única área legítima de atuação e contribuição da medicina espírita» (Lewgoy, 2006: 152).

Um exemplo que pode ser citado e demonstra o conflito entre o Espiritismo e Medicina fora um dos casos preconizados pelo médico Carlos Fernandes no ano de 1939, cujo solicitaria ao Governo e ao Ministro da Justiça punição para os espíritas que realizassem práticas médicas ilegalmente, incluindo a solicitação de intervenção policial nos centros para o cumprimento da lei de 1890 (Almeida et al. 2007). Ações como essa, conforme a autora aponta, como muitas outras que ocorreram demonstravam não só a recorrente preocupação dos médicos, como também vários debates sobre a legalidade e legitimidade em práticas alternativas de cura. Segundo Almeida et al. (2007), esses debates estão presentes deste o processo de institucionalização da medicina, por volta do ano de 1830. Vale ainda mencionar que o Espiritismo já fora criminalizado no passado, o que afetaria a forma que era realizada suas práticas. De acordo com Arribas (2008), a separação entre Igreja e Estado não facilitaria em nada a vida dos espíritas, pois no ano de 1890 o Código Penal tornava o Espiritismo crime punível de multa e 1 a 6 meses de detenção. Isto seria decorrente do fato do Espiritismo não ser considerado como religião, o que gerou diversos embates nos anos seguintes na tentativa de espíritas revogarem essa lei, e que pode ter influenciado o próprio rumo e forma que o Espiritismo viria a tomar no Brasil.

Ao abordar o campo da mediunidade é possível encontrar várias personalidades que poderiam ser citadas, o número se tornaria ainda maior se fossem levados em consideração os diversos tipos de mediunidades existentes. No entanto, como o foco aqui é direcionado no âmbito da cura, alguns exemplos que surgiram no contexto Brasileiro podem ser citados para exemplificar. Um deles é o caso de José Pedro de Freitas, popularmente conhecido como José Arigó, ou Zé Arigó. Conhecido por fazer cirurgias e curas mediúnicas incorporando espíritos de médicos, como o Dr. Fritz, um médico alemão morto durante a Primeira Guerra Mundial. O outro seria o médium João de Deus, muito popular viria ganhar repercussão internacional, cujo também veio a realizar a prática de cirurgias espirituais, sendo muito procurado inclusive por pessoas famosas e políticos. Contudo, ainda que tais médiuns sejam normalmente associados ao Espiritismo Kardecista, vale ressaltar que a própria Federação Espírita Brasileira (FEB) faz ressalvas sobre a procura deste tipo de tratamento, conforme a declaração de Almeida (2011). Essa ressalva pode ser entendida como uma regulamentação do próprio Movimento para atuar dentro da legalidade, e entendidos como uma própria mudança de paradigma visando o bem-estar de seus adeptos.

No que se refere à questão do tratamento, é possível que possa também ter ocorrido uma influência indígena em determinadas curas espirituais no Brasil. Mas tal afirmação não pode ser generalizada de forma simplista, em primeiro lugar pelo fato de o grau de influência da cultura indígena não ser homogeneamente distribuída por toda a população brasileira, assim como existe o fato do Espiritismo ter sido praticado inicialmente pela população letrada da população. Eventualmente um estudo mais pormenorizado poderia clarificar melhor o possível nível de influência que a cultura indígena, carregada do elemento xamânico e da sua respectiva visão de cura pudesse ter se relacionado de forma sincrética com o Espiritismo, assim como as religiões de matrizes africanas que trouxeram consigo outras concepções de cura. Isso demandaria, no entanto, uma pesquisa muito maior e pormenorizada para dar conta de tratar de tradições que possam ter sido sincretizadas com o Espiritismo Kardecista pelo tão vasto e populoso território brasileiro, bem como suas outras matrizes e práticas. Além disso, o fenômeno religioso é uma constante e novas religiões surgiram do próprio Espiritismo recentemente.

3. Mediunidade e Psiquiatria

A primeira metade do século XX seria o período no qual os alienistas definiriam as novas diretrizes para a sociedade brasileira. Segundo Almeida et al. (2007), entre os diversificados focos de atenção que envolviam a investigação e análise para a elaboração dos novos rumos e regras para esta sociedade estaria o fenômeno de transe e possessão presente em algumas religiões. Os psiquiatras da época lançariam várias publicações a respeito dos supostos problemas resultantes destas práticas, a primeira delas identificada pelos autores fora em 1896 por Franco da Rocha (1864-1933). Este fenômeno despertaria interesse e atenção da comunidade psiquiátrica, gerando diferentes abordagens na tentativa de compreendê-lo. Segundo os mesmos autores, a comunidade psiquiátrica proveniente da região Rio de Janeiro-São Paulo adotaria uma postura mais «medicalizante». Essa postura, afirmam os autores, se daria devido à influência de autores franceses na época que enfatizavam as religiões mediúnicas como causa de loucura. No entanto, haveria outra categorização, como a proposta pelo psiquiatra e professor de medicina da Faculdade do Rio de Janeiro, Henrique Belfort Roxo, que classificaria a mediunidade em um quadro diagnóstico denominado como «delírio espírita episódico». Nesta abordagem, que incluíam a concepção de promoção da «higiene mental» era inclusive cobrada das autoridades a repressão às práticas mediúnicas. De acordo com Isaia (2008), Henrique Roxo adotava o sistema organicista de Kraeplin e defendia fortemente o positivismo, em sua visão a Psiquiatria não deveria preocupar-se sobre as «questões da alma», pois esta seria um objeto da metafísica que remeteria a «fatos misteriosos» e devido a isso não seria científico. Além destas duas concepções apresentadas, Almeida et al. (2007) falam ainda em uma terceira que fora preconizada nas Faculdades de Medicina da Bahia e de Pernambuco, onde também considerariam o fenômeno como uma manifestação patológica, mas levantariam em sua compreensão uma visão mais antropológica, destacando os elementos socioculturais envolvidos e buscando entender o comportamento. Segundo os autores, esta corrente apresentava um respeito maior a estas práticas, sem recorrer a medidas repressivas como nas outras, pois as consideravam como manifestações étnicas ou culturais. Contudo, a classificação de práticas religiosas consideradas como inadequadas trariam graves consequências para seus participantes, como internações compulsórias em instituições psiquiátricas na época que sofriam de condições degradantes. De acordo com Almeida (2004), a Psiquiatria tendia a desconsiderar a experiência religiosa ou categorizá-la como patológica, cita ainda a ocorrência de internações, prisões e tratamentos desnecessários que ocorreram no Brasil.

Apesar dos fatores mencionados, existiram alguns casos de pensadores no meio acadêmico que de certa forma aproximavam-se mais da Ciência Espírita do que a da Institucionalizada. Um exemplo disso é a tese «*Contribuição ao estudo da Psiquiatria (Espiritismo e Metapsiquismo)*» apresentada por Brasílio Marcondes Machado em 1922 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas que por fim seria rejeitada. A rejeição dela, segundo Isaia (2005), serve como uma evidência adicional das lutas entre médicos e espíritas que ocorreriam simultaneamente ao estabelecimento da Psiquiatria dentro do campo científico e do Espiritismo no campo religioso. O autor ainda acrescentaria o fato da tese não estar consoante ao discurso médico institucional. Este caso isolado serve para exemplificar a existência do pensamento divergente dentro da própria Psiquiatria, ainda que fosse preconizado por uma minoria. Neste sentido, é possível deduzir que devido ao pensamento vigente predominante que desconsiderava a relevância destes temas, tais pensadores acabaram esquecidos por um considerável período de tempo, somente resgatados e mencionados em alguns casos de publicações espíritas e, em raras ocasiões por acadêmicos interessados nesta temática. Contudo, ao que tudo indica, está ocorrendo uma mudança de paradigma frente a este fenômeno pela Medicina na atualidade. Conforme aponta Lewgoy (2006), há atualmente disciplinas optativas em cursos de Medicina que discutem temas de interesse no campo da Religião e Espiritualidade na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro e Universidade Federal do Ceará. Outro exemplo claro que pode ser mencionado é a pesquisa desenvolvida por Almeida (2004). Nela foram selecionados 115 médiuns nos quais foram aplicados questionários específicos para avaliar a adequação social e os sintomas psiquiátricos. Os resultados encontrados indicaram alto nível socioeducacional, razoável adequação social e baixa prevalência de transtornos psiquiátricos menores. O autor conclui com seu estudo afirmando que apesar destes indivíduos apresentarem vivências mediúnicas desde sua infância, estas não implicam necessariamente um diagnóstico de esquizofrenia.

No que diz respeito às doenças psíquicas, o Movimento Espírita viria a apresentar sua própria visão sobre a questão, divergindo da posição psiquiátrica. Uma personalidade que pode ser destacada na propagação destas ideias é Adolpho Bezerra de Menezes Cavalcanti (1831-1900), também conhecido como «Kardec brasileiro» por seu papel na organização da doutrina Espírita no Brasil, além disso, também esteve envolvido com as lideranças da Federação Espírita Brasileira e chegou a atuar na carreira política para defender a liberdade de culto para os espíritas (Arribas, 2008: 103). De acordo com Isaia (2008), Bezerra de Menezes também chegaria a propor uma nova etiologia para a loucura, baseada na Ciência Espírita em sua obra «*A loucura sob novo prisma*», onde baseado na visão do Espiritismo viria a defender a possibilidade de outra forma de tratamento para os casos de demência.

4. Considerações finais

O estudo que envolve a questão da saúde para as Religiões evidencia-se como um rico objeto de análise no âmbito do fenômeno religioso, suas práticas e cosmovisões. Esse elemento também se torna relevante para o estudo da própria História, Filosofia e Sociologia da Ciência, levando em consideração que a Ciência possui um constructo histórico e cultural, conforme aponta Lewgoy (2006): «[...] é preciso salientar que "ciência" e "religião" não são conceitos setoriais ou partes de um jargão especializado, mas categorias culturais do entendimento de nossa época [...]». Ressalto nesse trecho a devida importância de levar-se em consideração a amplitude da questão, que não poderá ser abordada em toda sua amplitude aqui, mas deixo o artigo do autor como referência na qual **é possível encontrar** à disposição a bibliografia sobre o tema. O Espiritismo Kardecista, por sua vez, ao se apropriar dos termos para lidar com elementos pertencentes a ambos os domínios lança-se em uma zona de intersecção na qual qualquer análise que não leve em consideração o amplo aspecto de sua constituição corre o risco de ser parcial ou minimalista. O Espiritismo trilhou um longo caminho desde seu surgimento, adaptação e desenvolvimento no território brasileiro. Neste aspecto vale ressaltar que os conflitos gerados durante essa adaptação, a adoção e o abandono de algumas práticas estão atrelados a uma multiplicidade de fatores que não podem ser descartados.

A cura como objeto de estudos, segundo Rabelo (1994), ganha importância na literatura antropológica na medida em que vem sendo conferido o devido reconhecimento para o papel dos cultos religiosos na interpretação do tratamento da doença. Os aspectos positivos apontados pela autora, genericamente, são a atribuição de um significado em um todo coerente configurado pela crença, além da consideração pelo contexto em que a pessoa está inserida. Conforme aponta Vasconcelos (2008), é ressaltada a atenção que a Antropologia deu para objetos que antes eram rechaçados pela comunidade acadêmica, de forma que isso veio a permitir a possibilidade que novos passos fossem dados em estudos neste sentido. A medicina devido aos seus próprios pressupostos caminhou no sentido da busca pela atribuição de uma causa objetiva ao problema que lhe surge. Contudo, conforme observamos anteriormente, no curso da própria história da psiquiatria no Brasil, encontramos a importância do conhecimento antropológico a ser levado em consideração na constituição desse próprio saber e nas formas de tratamento que propõe. A relação entre diferentes campos do conhecimento na interpretação da questão religiosa vem tornando-se cada vez mais necessária para o próprio enriquecimento no debate. Isso possibilita que novas formas de pensar possam se manifestar e objetos de estudo outrora completamente rechaçados possam ser devidamente analisados sem reducionismos intelectuais. Ao levar isso em consideração, observamos que abordar o tema proposto está longe de ser simples e para esta compreensão ser realizada é ainda necessário debruçar-se sobre o elemento contido nestes vários campos, assim como seus pressupostos filosóficos originais. Ao abordar a questão do tríplice aspecto, Chibeni (2003) abre espaço para uma reflexão que possa clarificar o estudo através de um importante elemento que é o modelo conceitual que sustenta a crença. Assim, é possível lançar novas luzes sobre como o Espiritismo observa esse objeto, e consequentemente, o que irá pautar suas ações e motivações frente a ele.

O Espiritismo passou por várias transformações recentes na questão que remete aos tratamentos espirituais e como eles podem promover a cura. Os embates com a medicina fizeram com que fosse reduzida a realização de práticas que eram coerentes no ponto de vista da crença, mas que esbarravam em várias questões quanto

à forma de tratamento, a qual diferia muito daquela proposta pela Medicina Ocidental. Esse choque é ainda mais evidente quando observamos métodos invasivos, quando eram utilizados instrumentos sem a devida esterilização para a realização de cirurgias. É possível encontrar em uma busca no ambiente virtual, registros em vídeos do médium Zé Arigó em que podem ser usados de exemplo para demonstrar essa situação. A reação por parte da comunidade médica evidentemente também natural, devido a nossa própria cultura de compreender as doenças e seus sintomas de forma racional, no qual buscamos através dessa lógica ver os perigos e danos ao nosso corpo. O próprio Movimento espírita viria posteriormente orientar que não fossem procuradas tais práticas. Além desta questão, ainda estão os embates levados no **âmbito** legislativo e do poder político. Esses momentos de tensão levaram o Movimento espírita a se reconfigurar, buscando formas para adaptar sua crença dentro do contexto social, cultural, legal e institucional em que vivemos. Ao mesmo tempo em que do ponto de vista científico ainda há um esforço na busca de reconhecimento de práticas que ainda enfrentam resistência, mas que gradualmente encontram um espaço maior no ambiente acadêmico com autores interessados em compreendê-las.

5. Bibliografia

ABIB, D. J. (2011), "Cultura Espírita no Brasil". *Brazilian Cultural Studies* [Online], 2 (2). Disponível em http://inseer.ibict.br/bcs/index.php/bcs/article/view/91/101, [consultado em 29-05-2014].

ALMEIDA, A. (2011). "Alberto Almeida alerta sobre cirurgias espirituais". Disponível em http://www.fepb.org.br/comunicacao-social/noticias/noticia.php?noticia=71, [consultado em 10-12-2014].

ALMEIDA, A. A. S. (2007). *Uma fabrica de loucos: psiquiatria x espiritismo no Brasil (1900-1950)*. Tese de doutoramento, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000404162, [consultado em 22-05-2014].

ALMEIDA, A. M. (2004). *Fenomenologia das experiências mediúnicas, perfil e psicopatologia de médiuns espíritas*. Tese de doutoramento, São Paulo: Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo. Disponível em http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde-12042005-160501/pt-br.php, [consultado em 29-05-2014].

ALMEIDA, A. M. & LOTUFO NETO, F. (2004), "A mediunidade vista por alguns pioneiros da área mental". *Revista de Psiquiatria Clínica* [Online], 31 (3). Disponível em http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/vol31/n3/132.html, [consultado em 22-05-2014].

ALMEIDA, A. A. S., ODA, A. M. G. R. & DALGALARRONTO, P. (2007), "O olhar dos psiquiatras brasileiros sobre os fenômenos de transe e possessão". *Revista de Psiquiatria Clínica* [Online], 34 (1). Disponível em http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/vol34/s1/34.html, [consultado em 22-05-2014].

ARRIBAS, C. G. (2008) . *Afinal, espiritismo é religião? A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira*. Tese de mestrado, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em http://museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/Biblioteca/2002_afinal_espiritismo_religiao_CELIA_DA_GRACA_ARRIBAS.pdf, [consultado em 24-06-2014].

CHIBENI, S. S. (2003). "Espiritismo em seu tríplice aspecto: científico, filosófico e religioso". *Reformador* [Online]. Disponível em: http://www.geeu.net.br/artigos/tripliceaspecto.pdf, [consultado em 19-11-2014].

ISAIA, A. C. (2005), "Brasílio Marcondes Machado e a defesa do Espiritismo na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, nos anos 1920". *Textos de História* [Online], 13 (1-2). Disponível em http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/6043/5002, [consultado em 27-06-2014].

ISAIA, A. C. (2008), "O discurso médico-psiquiátrico em defesa do espiritismo na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro nos anos 1920". *Revista Brasileira de História das Religiões* [Online], (1) 1. Disponível em http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/19%20Artur%20Cesar%20Isaia.pdf, [consultado em 23-06-2014].

LEWGOY, B. (2006). "Representações de ciência e religião no espiritismo kardecista: Antigas e novas configurações". *Revista Civitas* [Online], 6 (2). Disponível em http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/download/60/60, [consultado em 19-11-2014].

RABELO, M. C. M. (1994), Religião, ritual e cura. Em: ALVES, P.C., e MINAYO, M. C. S. (orgs.), *Saúde e doença: um olhar antropológico*, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, pp. 174. Disponível em http://static.scielo.org/scielobooks/tdj4g/pdf/alves-9788575412763.pdf, [consultado em 19-11-2014].

VASCONCELOS, J. (2008), Espíritos clandestinos: espiritismo, pesquisa psíquica e antropologia da religião entre 1850 e 1920. Em: Nunes, J. A. e Roque, R. *Objectos Impuros: Experiências em estudos sobre a Ciência*, Porto, Edições Afrontamento.

O FEITIÇO DA CURA. Histórias de Cura e Feitiçaria no sul da Bahia (1930-1940)

Iris Verena Oliveira[1]

Resumo: O texto refere-se ao universo religioso afro-brasileiro da cidade de Itabuna, sul da Bahia, entre 1930 e 1940. Analiso indícios de práticas religiosas identificadas nos processos criminais e jornais que envolveram supostos curandeiros, adeptos do candomblé e feiticeiros. A problematização das fontes permitiu reunir indícios acerca das práticas religiosas afro-brasileiras, assim como trazer à tona o cotidiano dos réus e de pessoas que o cercavam, vinculando as crenças e rituais ao contexto dos envolvidos nos processos. Os pressupostos da História Social da Cultura são utilizados como referência na análise, que primou por visibilizar experiências culturais, cujos significados foram atrelados ao contexto dos sujeitos envolvidos.

Palavras-chave: Feitiçaria; Cura; Candomblé; Itabuna; Bahia.

No Brasil existe uma grande variedade de práticas religiosas de matriz africana, dentre elas destaca-se o candomblé. Os deuses e rituais do candomblé chamaram à atenção de diversos estudiosos do fim do século XIX aos dias atuais. Pesquisadores como Nina Rodrigues, Artur Ramos, Roger Bastide, Ruth Landes, Donald Pierson, Reginaldo Prandi, Sergio Ferretti, Nicolau Parés dedicaram-se aos estudos afro-brasileiros, muitos dos quais tratando do candomblé, no formato encontrado em um estado do Nordeste brasileiro: a Bahia.

Durante muito tempo o candomblé baiano foi referido pelos estudiosos, com base em pesquisas realizadas na capital baiana: Salvador. Mesmo considerando apenas os terreiros, locais onde se realizam os cultos, de Salvador é preciso reconhecer a diversidade de práticas religiosas ligadas a matrizes diferenciadas do continente africano, livremente vinculadas aos locais de origem dos africanos que foram escravizados na Bahia.

Atualmente os pesquisadores tem atentado para essa diversidade ampliando a área de trabalho para outras cidades que compõem o território baiano, o que tem possibilitado outras abordagens. Em Vitória da Conquista destacam-se as pesquisas de Itamar Aguiar, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) que evidenciam particularidades do candomblé no sertão, entre as quais se destaca o diálogo com a cultura indígena (AGUIAR, 2012). No sul da Bahia, a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) mantém o Kàwé – Núcleo de Estudos Afro-Baianos Regionais, que aglutina pesquisadores interessados na temática. (PÓVOAS, 2007; AMIM, 2009) Na Chapada Diamantina, vale ressaltar o trabalho do Prof. Ronaldo Senna que inseriu o Jarê nos estudos afro-brasileiros (SENNA, 1998, 2012). Em Feira de Santana, Josivaldo Pires Oliveira realizou um amplo levantamento de processos criminais e jornais tratando da repressão aos candomblés feirenses na primeira metade do século XX. (OLIVEIRA, 2007). No Recôncavo baiano destacam-se as pesquisas de Edmar Ferreira sobre a perseguição e a resistência dos candomblés (SANTOS, 2009), enquanto Nicolau Parés destacou a história do povo Jêje, cuja trajetória envolveu dinâmicas ocorridas em Cachoeira. (PARÉS, 2005; 2006)

A expansão dos estudos possibilitou a ampliação das fronteiras e permitiu vislumbrar uma diversidade de práticas, que podem iluminar outros arranjos e configurações da cultura no tempo. Tratando sobre o Jarê, Ronaldo Senna afirmou:

> Tudo nos leva a crer que o Jarê, como candomblé de caboclo que é, vem mantendo as suas 'raízes africanas', cada vez de forma mais contemplativa, à medida que

---

1 Possuo graduação em História pela UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana), Mestrado em História Social pela UFC (Universidade Federal do Ceará) e Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos / UFBA (Universidade Federal da Bahia). Atualmente sou docente da Universidade do Estado da Bahia, ministrando componentes curriculares ligados a História do Brasil, além de realizar pesquisas sobre práticas religiosas de matriz africana, na Bahia. irisveren@gmail.com

> os encantados 'brasileiros' aumentam o seu prestígio nos terreiros, pela crescente familiarização dos seus responsáveis e frequentadores com estes, dentro da prática constante da instrumentalização do sagrado pelos seus agentes e adeptos. À medida que os orixás se afastam dos processos operacionais do jarê, vão sendo colocados em um panteão mais distante, como convém a divindades maiores na formação das grandes religiões e assim acontece (SENNA, 1998, p. 117).

Nas descrições de práticas religiosas identificadas por estes autores surgem mesinhas, sessões espíritas, rituais de cura, acusações de feitiçaria e até mesmo os orixás vão perdendo espaço diante dos encantados. Uma situação que se aproxima das evidências encontradas por estudiosos que analisaram as religiões afro-brasileiras em outros estados do Nordeste e Norte do país (STONE, 2011; PORDEUS JR, 1993; FERRETTI, 1995,1996; FERRETI, M. 2000, 2004; MAUÉS, 2004).

Diversos estudos mostraram-se promissores estabelecendo vinculações entre as práticas religiosas dos terreiros e o universo cultural de regiões do continente africano, como Lagos e Angola. Sem negar a flagrante marca africana nos cultos, proponho uma cartografia que dê conta das relações entre a Bahia e outros estados nordestinos. Ao invés de rotas transatlânticas, proponho que sigamos a rota dos encantados, conforme sugere Marco Tomboni, que seguindo os passos de Bastide pensa em uma "geografia religiosa nordestina", e questiona:

> Com base em quais supostos se acentua, amiúde, uma influência direta das religiosidades africanas em Salvador, isto é, uma relação histórica concreta com a África, sem maiores mediações, e omite-se a influência do interior, do sertão nordestino na composição do mosaico de suas religiões e comunidades de culto, como se a cidade estivesse desde sempre olimpicamente voltada para o mar e de costas para o sertão? (TROMBONI, 2012, p. 102)

Para que o diálogo com a experiência de outros centros urbanos do Nordeste torne-se proveitoso seguirei a sugestão de Tromboni atenta à trajetória das religiões de matriz africana, especialmente em sua relação com o tempo e as suas vicissitudes. Trata-se de reconhecer a baianidade como uma narrativa sobre o estado, que pode ser realizada sob outras óticas. A que se propõe aqui está mais atenta as semelhanças que lhe aproximam de outros estados nordestinos, que a países do continente africano, lido muitas vezes de forma simplista, na acepção da *Mãe África.* Nos vestígios de práticas encontradas nas fontes, por vezes, elementos da feitiçaria europeia despontaram com mais força, do que os africanismos tão destacados nos estudos afro-brasileiros.

Nesse texto dedicarei atenção às práticas religiosas afro-brasileiras ocorridas em uma cidade do sul da Bahia: Itabuna. A aproximação com a dinâmica religiosa do sul da Bahia ocorreu pela análise de periódicos e processos criminais daquela região em que destacam-se a presença de candomblés, práticas de cura e feitiçaria.

Candomblés, agentes focados na realização de práticas de cura e feiticeiro/as tiveram suas experiências registradas por jornalistas e escrivães. Em alguns casos, cartas e anotações dos líderes religiosos foram identificadas apresentando detalhes sobre os seus procedimentos.

Na década de 1930, algumas matérias foram publicadas nos jornais de Itabuna acerca de práticas de cura, feitiçaria e candomblé. A abordagem que prevaleceu foi a de acusação, convocando as autoridades para combater sacerdotes e agentes informais de cura. «Sem outros comentários, pois já expusemos ao público o que são as tais 'sessões' do 'O Encantado', à rua Bella Vista, repetimos que a polícia não deve deixar continuar em suas práticas absurdas esse foco de barbárie e de baixezas, enojando o nosso povo.» (O INTRANSIGENTE, 02/05/1936) A matéria finalizou referindo-se a 'macumba' da Bella Vista, em um tom claramente persecutório. As práticas foram classificadas como "absurdas" e por isso deveriam receber a atenção da polícia. Outros argumentos foram apresentados na matéria sobre a feitiçaria na Rua do Zinco:

Temos recebido diversas reclamações de leitores nossos, contra um antro de feitiçaria, situado da rua do zinco, onde uma pitonisa moderna que atende pelo nome de 'D. Julia' dá consultas e recebe dinheiro para fazer certos trabalhos (...) Itabuna porém, cidade culta e civilizada, não pode tolerar mais estes espetáculo de fanatismo e

ignorância. O rendoso comércio deve terminar, a bem da tranquilidade pública. A 'sociedade de medicina' deve se interessar pelo caso requerendo providências aos poderes competentes. (A EPÓCA, 11/06/1938)

A reportagem refere-se a práticas de "feitiçaria", realização de "trabalhos" e também a "adivinhação", todas tidas como reprováveis e passíveis de punição. Chama atenção a contraposição entre as práticas citadas e a caracterização da cidade como "culta" e "civilizada". O jornalista parecia a par dos artigos do código penal de 1890 que classificavam tais ações como exercício ilegal da medicina, o que justifica a referência a "Sociedade de Medicina" da cidade.
O tratamento dessas questões parecia agradar os leitores, visto que até mesmo quando não tinha muitos detalhes sobre os casos, que chegavam a redação os jornais, as matérias eram publicadas contra as práticas de feitiçaria. Em 1936, o Intransigente noticiou que teria recebido uma carta sobre um caso de acusação de feitiçaria ocorrido na "Zona do Salgado" entre membros de uma mesma família, mesmo sem apresentar detalhes como o nome do suposto feiticeiro ou a motivação do ato a nota foi publicada. (O INTRANSIGENTE, 12/01/1936)
A despeito da reiterada contraposição dos periódicos as práticas de feitiçaria, candomblé e adivinhação, a seguinte nota de divulgação foi publica em 1937:

Quiromancia e Quirologia - Prof. Verines
O TEU FUTURO ESTÁ EM TUAS MÃOS, PORQUE NÃO CONHECÊ-LO? O PROF. VERINES conhece-o e pode lhe dar ótimos resultados. É o homem para o qual não há mistérios a vida. Vai vê-lo e receberá conselhos de suma importância para o teu triunfo. Ao examinar as tuas mãos, dirá o teu estado de saúde, finanças, amores ou separações etc. Consultas das 8 1/2 ás 19 horas. Pensão Internacional, Rua J. J. Seabra nº 28 1 º andar. (O INTRANSIGENTE, 06/05/1937)

O Intransigente tratava de forma diferenciada a adivinhação em sessões com "encantados", "mesinhas", "búzios" da quiromancia e quirologia do Profº Verines. A distinção estava relacionada a condição social do anunciante que não residia no Bairro da Conceição ou na Rua Bela Vista e se hospedava na Rua J. J. Seabra? Seria o Prof. Verines branco? Estrangeiro? Tão curiosa quanto a nota foi a localização desta no jornal, estampada na primeira página e ao lado do anúncio de uma sessão da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Itabuna, que seria presidida pelo Dr. Apio Lopes. A mesma Sociedade conclamada para combater a feitiçaria na Rua do Zinco e que usaria o seu poder contra um candomblé do Bairro Conceição, como será discutido posteriormente.

Cura por correspondência

Em 1931 foi movido um processo criminal contra Alexandre Luiz de Oliveira, na cidade de Itabuna. A denúncia que deu origem ao inquérito policial partiu de um médico, chefe do posto de saúde, Dr. Ruffo Galvão. Este acionou Antonio Cordeiro de Miranda, na ocasião chefe da Diretoria de Saneamento Rural, vinculado ao Departamento Nacional de Saúde Pública. Toda essa mobilização ocorreu porque os médicos estavam convencidos de que Alexandre cometia o crime de pratica ilegal da medicina, por isso solicitavam a punição para o delito, que para eles se enquadrava nos artigos 156 e 158.
A denúncia do promotor público baseava-se na acusação de que o réu no exercício da «profissão de 'curandeiro' prescrevendo a pessoas ignorantes, das baixas camadas sociais remédios que prepara com substâncias minerais e vegetais, tudo com o fim de tirar lucro e proveito.» (VCC DE ITABUNA, 1931, fl. 2)
Em sua defesa Alexandre afirmou que a população lhe atribuía o título de clínico. Negou que tenha formulado receitas e garrafadas, mas assumiu que aplicava em seus clientes remédios já manipulados. Afirmou ainda que não fazia do ato de curar um meio de vida, que não definia um preço para suas ações, deixando a critério dos seus clientes, que lhe remuneravam mal. Provavelmente, durante o seu depoimento Alexandre percebeu que sua situação se complicava e finalizou dizendo que desconhecia que o exercício de falsa medicina era um crime e quando foi avisado por um amigo deixou de recomendar remédios já manipulados.
Diante da acusação de exercício ilegal da medicina movida por dois médicos que ocupavam papel de destaque na cidade poderíamos conduzir a discussão para o embate entre médicos e curandeiros, tema discutido pela

bibliografia e presente em várias cidades brasileiras, especialmente do final do século XIX a meados do século XX. Nesses textos os autores evidenciaram as disputas que envolveram curandeiros e médicos, marcando essa contenda como um importante capítulo para a consolidação da medicina oficial no Brasil (SAMPAIO, 2001; CHALHOUB,1996; SANTOS, 2005)

Contudo, no processo criminal movido contra Alexandre aparecem indícios de que a relação entre médicos e agentes informais de cura poderia ser mais complexa. Durante o auto de perguntas feitas ao acusado, seu advogado de defesa lhe fez questionamentos que sugerem um acordo entre o agente informal de cura e médicos da cidade. Ele questionou «Se [o réu] mantinha ou mantém ainda relação amigável com algum ou alguns médicos residentes nesta cidade, aos quais indicava clientes?» Alexandre disse que «mantinha relações de amizade com o Dr. Abilio Caetano de Almeida, médico, residente nesta cidade, como mandava também aos Dr. Camillo de Lelle, como mandou ao Dr. Ruffo Galvão.» (VCC DE ITABUNA[2], 1931, fl. 8)

No momento em que o acusado se apresentou na delegacia, acompanhado do defensor, também estava presente Antônio Cordeiro, um dos responsáveis pela denúncia e este também fez questionamentos a Alexandre. Provavelmente, incitado com a pergunta (insinuação?) do advogado de defesa, perguntou ao réu, se «tinha entendimento direto com algum médico ou farmacêutico locais sobre o tratamento de receitas e quais era estes?» (VCC DE ITABUNA, 1931, fl. 8) Alexandre respondeu negativamente, o que não invalida a riqueza do diálogo, nem fecha o campo de possibilidades aberto pelas perguntas.

A despeito da contraposição marcada na historiografia sobre a atuação dos médicos em relação às práticas de cura, duvido que o posicionamento da categoria possa ser tomado de forma homogênea. O jogo de ditos e não-ditos no depoimento de Alexandre insinua que a atuação dele não era desconhecida em Itabuna. Diversos médicos sabiam que ele atendia clientes e, talvez, mantinham acordos com ele. A popularidade do réu ficou clara no relato das testemunhas que não compunham o seu grupo social e marcavam que atuação dele nas práticas de cura era de conhecimento geral. Henrique Solter depôs como testemunha e informou que há dois anos conhecia Alexandre e que ele «tem um número de clientes superior a alguns médicos desta cidade» (VCC DE ITABUNA, 1931, fl. 17)

Pelas insinuações durante o auto de perguntas de Alexandre suponho que este tinha um acordo com alguns médicos locais. A parceria suposta poderia ser proveitosa para ambos os lados; Alexandre indicaria clientes para os diplomados, aqueles casos de "doença da matéria" ou que reiteradas tentativas seguindo seus métodos de cura não provocassem efeito, enquanto os médicos poderiam auxiliar no aviamento de receitas, já que o réu não podia assiná-las e costumava prescrever medicamentos de farmácia.

Essa suposição foi lançada diante das perguntas feitas pelo advogado de defesa do réu. Nada foi explicitado, mas este parecia mandar o recado de que o seu cliente não estava sozinho naquela disputa, o que marcaria a existência de fendas em um grupo que aparentava unidade, quanto ao combate das práticas de cura e feitiçaria no sul da Bahia.

Diferente de casos analisados anteriormente a queixa contra Alexandre não foi movida por um cliente insatisfeito. Partiu de médicos que talvez estivessem se sentindo prejudicados diante da parceria de Alexandre, com os seus colegas diplomados. Outra diferença desse processo criminal em relação a outros discutidos é a composição do rol de testemunhas. Os convocados para depor foram pessoas que não faziam parte do universo do réu; como vizinhos e clientes. Foram ouvidos advogados, comerciantes e médicos sobre a atuação do acusado. Dentre as testemunhas estava o advogado e ex-delegado de polícia, Deocleciano Portella, que declarou:

Sabe por ouvir dizer que o acusado Alexandre Luiz de Oliveira é curandeiro profissional e exerce ilegalmente a medicina exercendo mesmo grande influência entre a gente ignorante das matas que muito confiam na sua terapêutica e por isto o procuravam assiduamente para se tratar preferindo mesmo muitas vezes aos médicos, pois o empirismo sem processos clínicos como que inspira maior confiança e está mais de acordo com a mentalidade atrasada e supersticiosa dos nossos pobres "jecas", quando delegado de Polícia desta Comarca exerceu o respondente forte pressão contra curandeiros e feiticeiros desta cidade e do interior do município, tendo fechado várias destes antros de exploração de boa fé dos incautos ... (VCC DE ITABUNA, 1931, fl. 14)

---

2 VCC DE ITABUNA - Assim está sendo referido durante todo texto o processo criminal ocorrido na Vara Crime da Comarca da cidade de Itabuna, seguido do ano em que tramitou na justiça e do número da folha que foi extraída a citação.

Para Deocleciano Portella a popularidade de Alexandre se explicava pelo meio em que ele vivia, cercado de pessoas "com a mentalidade atrasada e supersticiosa dos nossos pobres 'jecas'", em uma referência ao estereótipo criado por Monteiro Lobato para tratar do homem do interior. O ex-delegado ressaltou ainda a preferência dada pela população aos curandeiros, em relação aos médicos, assim como a campanha que ele teria coordenado contra os "curandeiros e feiticeiros" da cidade. Tudo indica, que a sua convocação pra depor esteve relacionada a esta atuação contra práticas de cura, feitiçaria e candomblé.

Um farmacêutico da cidade também foi chamado para depor e informou que era «público e notório que o acusado exerce ilegalmente a medicina»; afirmação que fazia baseado em sua experiência na "Farmácia Carvalho" em que «tem lhe vendido especialidades farmacêuticas e diversos purgantes como sejam sene, maná, óleo etc». Ele só não admitiu aviar as receitas de Alexandre, alegando que seria contra o código sanitário, e reafirmou que «sabe por ouvir dizer que o acusado ainda faz curar pelo baixo espiritismo.» (VCC DE ITABUNA, 1931, fl. 15)

Pela distância social e cultural entre as testemunhas ouvidas e o réu, os depoimentos não apresentam muitas novidades, repetem-se quanta a popularidade de Alexandre e a ampla divulgação da sua condição como agente de cura. Entretanto, esse processo apresentou um grande diferencial; anexo ao inquérito policial seguiram 30 cartas enviadas ao curandeiro pela população que lhe procurava, além de algumas anotações de Alexandre. A comunicação através de cartas evidencia a influência do réu na região, atendendo clientes de cidades diversas, que nem sempre podiam se deslocar. Em outros casos, tratavam-se de pessoas que moravam em localidades um pouco distantes, e encontravam-se impossibilitadas de se locomover ou preferiam a comunicação por bilhetes entregues por um portador. Ao portador cabia a função de levar as cartas e as vezes algum pagamento por serviços prestados e retornar com as respostas, em alguns momentos levando ervas, garrafadas e medicamentos.

Essa peculiaridade do processo permitiu acessar crenças e práticas religiosas e, também os diversos tipos de relações que o curandeiro estabelecia com seus consulentes, além de evidenciar as expectativas daqueles em relação aos poderes de ação de Alexandre. Trata-se de uma oportunidade rara de entrar em contato com as demandas das pessoas atendidas por Alexandre, narradas por elas mesmas, sem o crivo de um escrivão ou o constrangimento de uma delegacia de polícia.

As cartas eram escritas pelos que buscavam cuidados, ou por pessoas de sua confiança, retratando suas perspectivas sobre cura, doença, atuação de espíritos, feitiçaria, adivinhação e outras temáticas. O espectro amplo das solicitações dos clientes ajuda a compreender a versatilidade das ações de Alexandre.

Pelas evidências encontradas no processo contra Alexandre pode-se inferir que ele atuava realizando curas através de chás, banhos, garrafadas e também utilizando-se de medicamentos indicados pela medicina convencional. Entre as cartas recolhidas em sua residência constam algumas enviadas por laboratórios farmacêuticos fazendo propaganda de novos produtos e o tom das correspondências indicava que Alexandre era um cliente bastante assíduo.

Inicialmente o processo que trata do caso de Alexandre apresentou a denúncia contra as suas práticas de cura. Entretanto, a análise das cartas recebidas pelo acusado aponta para outras práticas que extrapolam a dimensão do cuidado com o corpo. É o caso da carta enviada pelo funcionário público, que se identifica como Nogueira, ele diz:

Ainda não tinha lhe escrito, porque desde que cheguei d'aí que não tive sossego [...] Ainda também não me foi possível entrar nos banhos porque tenho procurado as folhas de conta e ainda não encontrei está também me faltando as folhas de cambará[3], o mais tudo já comprei; comprei o perfume, comprei a rosa rubra na farmácia, comprei todo medicamento de suas sabias instruções faltando apenas, as folhas de conta e o cambará. O coletor aqui continua a brigar com o chefe político de modo que não sei o resultado d'elles. (VCC de Itabuna, 1931, p. 33)

A carta enviada por Nogueira não faz referência a qualquer problema de saúde. Os elementos destacados são problemas no ambiente de trabalho e relações políticas que, de alguma forma, lhe envolviam. Nessa situação

3 Cambará, camará. Lantana camara L. Atribuída a Exu e Xangô. "Por se considerada uma 'folha quente' e ligada ao elemento fogo, em banhos é associada às 'folhas frias para que haja equilíbrio". Seu uso também é recomendado para o combate de doenças respiratórias, bronquites, tosses e resfriados. Nome africano: ABITOLÁ. (BARROS, 1999)

em especial podemos acompanhar um pouco mais sobre o caso, já que o tratamento recomendado estava entre os documentos apreendidos pela polícia. As recomendações envolviam mais alguém, além do remetente da carta:

Modo de usar os remédios
1º Óleo preparado todo de vez purgante
2º Vinho preparado 3 cálice ao dia
3º Elixir das damas 2 cálice ao dia
4º Licor de João Paes e cálice ao dia
5º Vinho queimado 3 cálice ao dia
Para lavagem no útero solução de romã
1 cálice em um litro de agua morna para tomar lavagem 2 vezes ao dia
Para passar na barriga ate ao ponte(fonte?) láudano com theribontina ao deitar-se. Para banhos no corpo todo quando começar vinho preparado.
9 banhos de capim de conta sendo 3 ao dia
3 banhos de folha de Andú branco
3 banhos de folha de Cambará vermelho
3 banhos de folha de banana de São Thomé
1 banho de rosas rubras
1 banho de incenso puro 100 gramas
1 banho de agua morna com sal, para serem tomados em 7 dias 21 banhos todos defumados com incenso puro (VCC de Itabuna, 1931, p. 42)

Ainda que a correspondência enviada por Nogueira refira-se apenas a sua vida profissional, a longa lista aviada e, principalmente a recomendação da solução de "romã" para o útero evidencia que os cuidados não eram apenas direcionados para ele, talvez sua esposa ou namorada estivesse precisando de cuidados para o corpo, quem sabe se recuperando de uma gravidez, ou de um aborto o que explicaria o pudor em tratar explicitamente do assunto, na carta ao curandeiro. As correspondências trocadas entre Alexandre e o seu consulente evidenciam que entre banhos, chás e elixes as ações do réu ultrapassavam os cuidados terapêuticos.
Na lista supracitada destaca-se o caráter de proteção evidenciado por alguns ingredientes. Elementos como o sal e o incenso eram comumente utilizados com o intuito de purificação do corpo do consulente. Além disso, destacam-se o uso das folhas que possuem atribuições diversas na cosmologia afro-brasileira. Seus variados usos foram apontados por Raul Lody:

A folha vista é acionada nos seus princípios éticos, morais, rituais e especialmente mágicos. É folha no altar, folha no jarro, folha sobre a porta de um ou dois tipos diferentes, em quantidades diversas, com maior exuberância ou dispostas em situação guardiã para cumprir seu papel fundamental de proteção. (...) As mesmas folhas que funcionam no imaginário popular como emblemas de proteção ocorrem também em chás, banhos, defumações, bentinhos, amuletos, entre outros usos que variarão conforme o saber e a interpretação do usuário. Sem dúvida, são fortes os vínculos dessas folhas de defesa com a história fitolátrica e tradicional dos terreiros. (LODY, 2006, p. 256)

As cartas enviadas pelos clientes de Alexandre tratam do cuidado com o corpo, e também de tentativas para melhorar o destino dos consulentes. Entretanto, o processo não evidencia uma ligação de suas práticas com o culto religioso organizado. Na lista recebida pelo cliente, por exemplo, não encontram-se elementos comumente solicitados para a realização de culto aos deuses nos terreiros. A lista não contemplava tecidos, objetos de barro, sementes, fios de conta, velas, azeite de dendê e outros artefatos que evidenciariam o culto. As cartas também não mencionam a existência de uma família de santo, os clientes sempre recomendavam saúde para os familiares de Alexandre, nenhuma referência foi feita a uma mãe pequena, ogã ou ekede da casa, por exemplo. As cartas também não citam estadias na casa do acusado, tudo leva a crer que os clientes eram atendidos e faziam o "tratamento" em suas residências, não ficavam recolhidos na casa do réu.

Apesar de não ter encontrado indícios sobre um culto organizado, práticas importantes para o universo afro -brasileiro foram identificadas. O proprietário de uma padaria viu em Alexandre a figura ideal para solucionar um problema que parecia lhe atormentar: o desaparecimento de um revólver, que ele tinha grande estima:

> apesar de não ser caro e além disto, bem você poderá saber que eu não vou causar embaraços, servindo e da informação que você me der. Portanto, aguardo informação com grande urgência e brevidade, o que mais e mais lhe agradeço. (VCC DE ITABUNA, 1931, fl.34)

Nesse caso em especial, o consulente solicitou um serviço de adivinhação. Sem acesso a resposta de Alexandre não é possível saber se essa expectativa do cliente tinha fundamento, entretanto, está solicitação já parece indicar a versatilidade de sua atuação.
Em, 02 de março de 1930, Manoel Ferreira Santos enviou de Mirabella uma carta para Alexandre. Ele dizia:

O fim desta é lhe dizer que o cipó para os banhos agora é que estou esperando um amigo prometeu de trazer, eu não apareço por aí porque agora estou sem recurso, o recurso que tenho é uma casa mas não acho quem compre, como também lhe aviso que estou com vontade de sair para procurar jeito da vida e conto com a sua proteção. Meu destino é Água Preta. Se o senhor acho bom que eu vá mande me dizer ou se não mande me dizer o lugar que eu devo ir e se for por isso eu chegar até aí mande me dizer do Amº Crº Obrº (?) (VCC DE ITABUNA, 1931, fl. 46)

Ao final ele complementa, «mande me dizer o ramo do negócio que eu devo principiar se padaria ou outros responda-me pelo mesmo portador. O mesmo.» A demanda de Manoel estava relacionada a práticas de adivinhação e aconselhamento, ele também indicou o incomodo com problemas financeiros, porque não conseguia realizar a venda de um imóvel. Questões financeiras também moveram Pedro da Lama de Catulé, que em 1º de junho de 1930 escreveu para Alexandre solicitando a sua opinião sobre uma negociação: «tenciono fazer uma permuta com o Sr. Francisco Andrade de Ilhéus com as fazendas que foram minha que esta (sic) hoje em poder deles, ele quer fazer a permuta com essa que eu moro no Catulé» (VCC DE ITABUNA, 1931, fl. 46)
Essas últimas cartas apresentam dados sobre a condição profissional dos clientes de Alexandre; proprietários, comerciantes e funcionários públicos buscavam os seus serviços.
Agentes de cura versáteis como Alexandre foram identificados por pesquisadores em diversas regiões do Brasil. Eles uniam práticas de cura a elementos religiosos, o que lhes rendia grande prestígio entre a população. Na região Norte, Raymundo Maués e Gisela Villacorta analisaram a pajelança amazônica e destacaram o lugar ocupado pelo pajé:

Ele é visto como capaz de tratar todas as doenças, tanto aquelas 'mandadas por Deus' (isto é, as doenças pensadas como naturais ou normais, como erisipela, espinhela caída, hérnia, gripe, febre etc.), como as 'doenças por malineza', que não são vistas como normais, e que são provocadas por espíritos e encantados, ou pela inveja ou pela feitiçaria. São doenças pensadas como não naturais a panema, o feitiço, o mau-olhado, o quebranto, a flechado de bicho e o ataque de boto, o mal-assombrado, a possessão por espírito etc. (MAUES E VILLACORTA, 2004, p. 27)

A atuação do pajé abrangia tanto as doenças consideradas naturais, como as 'doenças por malineza', ou seja, enviadas por entidades espirituais ou provocadas pela inveja ou feitiçaria. Como indicou Paula Montero o limite entre essas duas categorias era tênue até porque uma doença causada por feitiço poderia se manifestar como doença natural, e quando entendida dessa forma, não teria médico que desse jeito!
Mundicarmo Ferretti tratou do Terecô, no Maranhão. Outra prática religiosa em que a cura tinha um papel preponderante:
Geralmente no terecô os pais e mães de santo são também curadores, embora existiam na região os raizeiros, preparadores de mezinhas, que são ali mais conhecidos por 'cientistas' (doutores do mato) do que por tere-

cozeiros, macumbeiros ou umbandistas. Em Codó, tanto no passado como na atualidade, alguns terecozeiros ficaram também famosos realizando trabalhos de magia por solicitação de clientes ávidos de vingança, de políticos, ou de outras pessoas dispostas a pagar por eles elevadas somas, o que lhe valeu a fama de terra do feitiço. (FERRETI, 2004, p. 64)

As ações de pajés, terecozeiros e agentes da cura como Alexandre apresentavam uma grande vantagem para população, seu diagnóstico e tratamento diziam do lugar social em que aquelas pessoas estavam inseridas. Suas doenças, infortúnios e queixas relacionavam-se ao adversário político que desejavam combater, justificavam a venda de posses que não se realizavam. Já as dores no corpo vinculavam-se as disputas amorosas, assim como as decisões prescindiam do posicionamento dos deuses. Justamente por isso, para compreender o que estas práticas significavam para os envolvidos é necessário adentrar o contexto em que estiveram inseridos.
Na maioria das cartas, os consulentes tratavam Alexandre de forma cordial, referindo-se a ele como irmão, amigo ou colocando-se na condição de *"seu criado"*, provavelmente uma forma de mostrar respeito e subserviência. Contudo, em uma das cartas recolhidas o tom da relação com o curandeiro era diferenciado, A remetente era Amélia e ela demonstra através da correspondência sua insatisfação com o tratamento recebido por Alexandre:

Caro senhor, o fim desta é para saber qual o motivo, que o levou em não se dignar responder as minhas cartas que o mandei explicando-lhe qual o motivo que não havia-lhe mandado, o frasco de perfume que me pedistes, será que não recebestes? Espero que o amigo mande me dizer o que tem feito e qual será os resultados, tenho a dizer-te que na pensão de alimentos, o Juiz decidiu-se marcar 500$000 rs, por mês desde o mês de Março o meu marido sabendo disso, escapuliu para a fazenda dele, há 5 meses e ate hoje não quis vir mais a Ilhéus, espero que me mande dizer tudo direitinho, e si o Senhor, ver que nada poderá fazer por isto ou aquilo outro, espero que me digas de toda franqueza, sim? Caso não queira mandar a resposta pelo meu nome poderá mandar pelo de Duca da Padaria S. José... (VCC DE ITABUNA, 1931, fl. 36)

O conflito que apareceu na carta estava relacionado a uma solicitação do curandeiro, provavelmente como recompensa pelos serviços prestados, que não foi atendida pela consulente. A questão do pagamento ou do "agrado" que mediava as práticas mágicas surge mais uma vez nas fontes, seja pela acusação de aproveitamento da boa fé dos incautos, pelo constante questionamento se os procedimentos de cura eram remunerados, e com o questionamento de Amélia à Alexandre.
A importância do dinheiro como mediador de relação de cura, feitiçaria e candomblé é uma preocupação que ocupa os pesquisadores há alguns anos, referindo-se aos terreiros de candomblé Arno Vogel, Marco Antonio da Silva Mello, José Flávio de Barros publicaram o texto intitulado "A moeda dos orixás". Nele os autores desenvolveram considerações sobre a importância do mercado para sacerdotes, filhos e filhas de santos marcando como um espaço em que ocorria um "complexo jogo de articulações", onde a circulação do dinheiro envolvia transações de compra e venda, mas também envolvia boatos sobre festas e obrigações nos terreiros, assim como giravam informações que expunham a competência de pais e mães de santo. (VOGEL, MELLO e BARROS, 1988 / 2012)
José Renato Baptista evidenciou que a relação de troca, venda ou doação que envolvia adeptos e deuses não ocorria em uma dimensão diferente da que era vivenciada no cotidiano, para ele as relações e tensões desse mundo imbricam-se com o universo dos deuses. Por isso lhe interessa pensar o dinheiro como um agente importante nas práticas religiosas.

A perspectiva que sugiro, no entanto, difere desta visão corrente sobre o dinheiro. O meu propósito é pensar no seu caráter sociologicamente produtivo, na capacidade dos agentes de multiplicarem os seus sentidos, produzindo moedas, criando novos valores, utilizando-o como meio de troca e, às vezes, até como objeto de uso sagrado. Ao perceber que o dinheiro não é um elemento voltado exclusivamente para a quantificação, ou ainda, que a própria quantificação pode possuir sentidos diferenciados para os atores, é possível vislumbrar que o dinheiro não é apenas algo que "esfria e objetifica as relações", "quebra laços de sociabilidade" ou "produz

distância entre as pessoas". Mais do que isso, na minha perspectiva, ele aparece como uma janela por onde é possível observar as relações entre as pessoas. Uma janela através da qual será provável, em termos mais gerais, divisar o universo relacional do candomblé. (BAPTISTA, 2007, p. 3)

Os sujeitos identificados nas fontes foram constantemente denominados por jornalistas, delegados e advogados como incautos, pessoas cuja fé era manipulada por charlatães, que aproveitariam momentos de desespero das vítimas para tirar vantagens pecuniárias. Creio que em muitos casos isso pode ter ocorrido, o que não nos permite uma generalização que negligenciaria os significados atribuídos pelos sujeitos as práticas religiosas, e a relação com o dinheiro que compõem esse universo. Diante disso, Baptista apresentou uma interpretação coerente com as ações de diversos sujeitos que frequentaram terreiros, buscaram curandeiros e/ou envolveram-se em práticas de feitiçaria.

Nessa perspectiva, a forma como lidavam com o dinheiro permite pensar relações que extrapolam questões econômicas, abrindo um leque de possibilidades para discutirmos como homens e mulheres se relacionavam, criavam laços de solidariedade, intimidade e conflito. (BAPTISTA, 2007, p. 3) Na situação apresentada pela carta a consulente de Alexandre - Amélia – vivenciava um momento difícil financeiramente, devido a uma pensão que não estava sendo paga pelo marido (ex-marido ?), indignada ela questionava se Alexandre estava realizando os trabalhos para lhe favorecer no pleito. Levantando a possibilidade do auxílio religioso ter cessado, devido a falta do pagamento combinado, um frasco de perfume.

Tendo como portador do bilhete, Duca da Padaria S. José, Amélia exige transparência na relação com o curandeiro: "espero que me mande dizer tudo direitinho, e se o Senhor, ver que nada poderá fazer por isto ou aquilo outro, espero que me digas de toda franqueza, sim?" (VCC DE ITABUNA, 1931, fl. 36) Empoderada, a consulente marcava que poderia recorrer a outros expedientes, para resolver a sua situação, caso Alexandre não se posicionasse claramente.

Na situação de Amélia não era solicitado de Alexandre cuidados com o corpo, adivinhação ou aconselhamento. A consulente demandava uma intervenção de ordem sobrenatural, que alterasse a situação que nem mesmo a justiça dera conta, já que a despeito da decisão do juiz, o marido fugira. A solicitação que buscava alterar a conjuntura que lhe era desfavorável poderia ser feita para um sacerdote, que poderia arriar um ebó ou por um feiticeiro que faria um feitiço direcionado para a questão solicitada. Qual seria o caminho seguido por Alexandre?

As cartas enviadas pelos consulentes do réu permitem identificar as expectativas destes em relação a Alexandre, mas não asseguram os procedimentos utilizados pelo ele. Contudo, na documentação apreendida pela polícia constavam além das correspondências, registros, provavelmente escritos pelo acusado. As anotações apresentam mais indícios do raio de atuação de Alexandre em Itabuna.

Entre os manuscritos destaca-se uma lista em que constam nomes e endereços de diversas pessoas, suponho que eram clientes. Se assim for, a clientela de Alexandre estava espalhada por diversas cidades do território baiano. Muitas pessoas residiam em Salvador, local de residência do acusado, antes de mudar-se para Itabuna. Alguns endereços são do Pará, a maioria é de cidades da Bahia como; Itabuna, Maragogipe, Salvador, Ilhéus, Itaparica, Agua Preta e Buerarema. (VCC de Itabuna, 1931, p. 52)

Durante algum tempo pesquisadores de práticas religiosas afro-brasileiras insistiram em ressaltar a importância da oralidade nos terreiros. As relações entre escrita e oralidade nos candomblés da Bahia foi problematizada por Lisa Castillo, que se propôs a investigar o lugar da escrita nos terreiros. Castillo tratou do registro de terreiro, cadernos em que constavam informações administrativas do terreiro, dos cadernos de iaôs; anotações que auxiliavam os novatos com ensinamentos básicos. O que mais chamou atenção em sua abordagem foram os cadernos de fundamento definidos por ela da seguinte forma:

O caderno de fundamento é semelhante ao caderno de iaô, mas contém informações adicionais adquiridas pelo iniciado ao longo dos anos. Por ser um registro de fundamentos, entre rezas, cantigas, ingredientes para ebós, defumadores, banhos e lendas sobre os aspectos mais arcanos do universo simbólico dos orixás, o caderno de fundamento tem que ser guardado em segredo. (CASTILLO, 2010, p. 90)

Castillo referenda a perspectiva de que o caderno de fundamento seria um suporte de memória no longo processo de aprendizado nos terreiros, registrando informações importantes para o cotidiano das casas de santo.

Por isso mesmo, seria uma fonte inestimável para pesquisadores reunindo informações que dificilmente seriam extraídas de informantes ciosos da manutenção do segredo, do fundamento.
A documentação encontrada no processo criminal que julgou a atuação de Alexandre em Itabuna indica que a prática de anotar elementos importantes para os ritos e crenças não era uma exclusividade dos adeptos do candomblé. Agentes informais de cura e feiticeiros parecem ter utilizado a mesma estratégia para reunir dados que precisam acessar durante os rituais.
As anotações encontradas na casa de Alexandre parecem lembretes, que seriam utilizados por ele mesmo quando fosse necessário. Em uma das páginas constava o registro abaixo:

Banhos para retirar homens das mulheres que não querem mais

Banhos
Fumo brabo 3
9 carqueja
araçá graúda 3
2 pedras de sal em Cruz

Para desistir	**Para amarrar**
Fumo brabo 3 banhos	3 cabelos de sovaco esquerdo
carqueja 3 banhos	3 do lado direito do pente (peito ?)
araçá goiaba 3 banhos	3 pedaços de unha do pé direito.
sal em Cruz 3 pedras	

(VCC DE ITABUNA, 1931, fl. 58)

A anotação estava organizada seguindo a mesma disposição digitada acima. Tratava-se de variações de feitiços para lidar com situações amorosas. Os banhos deveriam ter como elementos folhas como a carqueja, pedras de sal dispostas em Cruz, além do fumo (a folha de fumo?) e araçá goiaba (a fruta ou a folha?). Quando o objetivo do feitiço era perpetuar a união fazia-se necessário o uso de partes do corpo das pessoas desejadas: cabelo e unha do pé. Esse registro remete a diversas características da feitiçaria europeia tratada por Francisco Bethencourt. Ele demonstrou que em Portugal, durante o século XVI, as crenças católicas organizavam uma interpretação do mundo ligada a feitiçaria. Sendo assim, a busca por parentes desaparecidos, a tentativa de saber sobre o futuro, o tratamento do corpo e das doenças, assim como a tentativa de dominar os sentimentos, amorosos ou raivosos, perpassavam pelo universo das feiticeiras, adivinhos e curandeiros. Os rituais e crenças não se contrapunham a liturgia católica e por vezes aproveitavam alguns elementos desta como os feitiços que utilizavam pedra de ara, hóstias, água benta ou dos óleos do batismo. (BETHENCOURT, 2004, p. 44)
Diante do exposto poderíamos categorizar Alexandre como um feiticeiro? Melhor seguirmos olhando com calma o material que foi apreendido em sua casa, para não simplificar as dimensões complexas apresentadas que o acusado. Nele consta uma página com o seguinte título: «Para Cifles», seguida da explicação: «Fórmula para moléstias da pele e degeneração do sangue, feridas crônicas as primeiras dosagem para combater.» (VCC DE ITABUNA, 1931, fl. 60) O tratamento indicado poderia incluir banhos, tratamento das feridas e xarope:

Para banhar
Transsagem, malva, janaúba, matruz
Pra passar em cima da enfermidade, belladona mel de abelha com 2 pingos de enxofre, banha mercúrio , ariroba carvão em brasa viva, para os pois, folhas, de janaúba enxofre pé de joanna, pedra lipice,
para beberagem conserva, janaúba 7 folhas, caoba 30 folhas arrozinho 9 pés, malva 1 pé, açúcar mascavo, 1 quilo de mercúrio 100 reis, 3 gotas de mel de abelha, senna 100 reis, vinho 100 reis, pulga do campo um pé, (está é como se prepara a conserva)
Xarope7 folhas da janaúba 21 de caroba, mel de abelha, 1/2 garrafa 3 pitadas de enxofre, arrozinho
Para ferida
Pó Joannes coronelano, pó de carrapato belamite e mercúrio, manteiga de gado (VCC DE ITABUNA, 1931, fl. 60)

Os cuidados indicados para o tratamento da sífilis apresentam outra faceta de Alexandre; curandeiro. Em sua terapêutica elementos diversos são acionados. Dentre as folhas destacam-se: transagem, malva, janaúba e matruz. Outros produtos poderiam ser encontradas em farmácias como o pó Joannes e mercúrio. Além disso, recomendava ingredientes que faziam parte do cotidiano dos consulentes como mel de abelha, enxofre e açúcar mascavo. Em outros escritos o réu prescrevia o uso de remédios, como os indicados «para evitar meninos: Steryl e Philageni». (VCC DE ITABUNA, 1931, fl. 67)
Algumas folhas citadas compõem o universo de plantas utilizadas nos candomblés. O arrozinho[4], a transagem[5] e o mastruz[6].
Antes do impulso de classificá-lo como curandeiro é importante frisar que também estavam presentes nos registros encontrados indicações para retirar espíritos maus. Ela incluía banhos diversos com folhas e flores, água benta, incenso, além de produtos de origem animal, como «saliva de traíra», que vinha com a indicação expressa da forma de extrair: «deixando o peixe vivo e reparar se vive» (VCC DE ITABUNA, 1931, fl. 69)
Além das indicações de tratamento os registros trazem algumas orações; uma para Santo Antônio, ao final a pessoa deveria rezar «3 pai nosso, 3 ave Maria e 3 glória ao pai e oferecer ao Glorioso S. Antônio» (Ibidem, fl. 72). A oração para São Pedro deveria ser feita ao meio dia em pino, ao final a pessoa deveria rezar «Pai nosso ave Maria, 1 Glória ao pai e ofereça a S. Pedro» (Ibidem, fl. 73).
Os escritos não traziam qualquer indício da manutenção de um culto organizado com uma estrutura hierárquica e um calendário de festas, aliás, nenhuma referência a festas públicas foi feita por testemunhas ou encontrada nos documentos. A ausência desses indícios leva a conclusão que Alexandre não era um sacerdote do candomblé. Suas práticas situavam-se entre as práticas de cura e a realização de feitiços, tudo isso perpassado por elementos de um catolicismo vivenciado de forma bastante livre, povoado por santos e rezas.
A documentação analisada durante a década de 1930 em Itabuna indicou que práticas de cura, feitiçaria e candomblé conviviam na cidade. O incomodo apresentado por médicos e jornalistas retratam a sua popularidade no munícipio e as demandas apresentadas pelos consulentes revelam a versatilidade dos agentes informais de cura e sacerdotes. Na repressão as práticas religiosas, os periódicos da cidade não faziam distinções entre pessoas que atendiam para a realização de rituais de cura e aqueles que mantinham um grupo complexo em torno de cultos sistemáticos envolvendo música, dança e um calendário litúrgico, todas essas situações eram combatidas em defesa da saúde pública.

---

4 Nome científico é Zornia diphylla Pers, atribuída a Ewá e Ossaim. “Planta utilizada nos rituais de iniciação, que, segundo Barros seu nome nagô significa “ter que vir”. Provavelmente, uma alusão ao chamar-se o orixá para que ele incorpore em seu ìyàwó” (BARROS, 1999) Ainda segundo barros, o arrozinho é uma planta considerada diurética, laxante e usada para combater diarreias e em massagens para reumatismo. (BARROS, 1999)

5 Já a transagem (Planago major L.) é usada nos rituais das casas de candomblé em banhos purificatórios e no àgbo dos filhos de Obaluaiê, Nanã e Oxumaré. A transagem é utilizada para fazer viciados em álcool enjoarem da bebida, além do uso para febres, incontinência urinária e otite. (BARROS, 1999)

6 Mastruz ou mastruço. Lepidium sativum L. O mastruço, nos cultos afro-brasileiros, é utilizado em sacudimentos e “banhos de descarrego do pescoço para baixo”, pois, po ser atribuído a Egum, “não é aconselhável lavar a cabeça com esta planta.” Seu nome africano é EWÉ ISINISINI. (BARROS, 1999)

Na peleja pela cura as indicações de cuidado com o corpo envolviam o uso de chás, garrafadas, pós e bálsamos, no seu preparo invariavelmente as ervas tinham destacado papel profilático.
As demandas dos consulentes nem sempre estiveram associadas aos cuidados terapêuticos. Problemas financeiros, questões complicadas no ambiente de trabalho, assim como a suspeita de ter sido vítima de feitiçaria mobilizavam homens e mulheres para a realização de "tratamentos" religiosos. Por vezes, o especialista atendia por cartas e indicava o melhor caminho, como era o procedimento de Alexandre, em Itabuna. Já Maria Gertrudes, em Canavieiras, também no sul da Bahia, atendia após incorporar o seu caboclo *Ogum de lei* e buscava as respostas demandadas pelos consulentes em "mesinhas", através das quais fazia adivinhação utilizando um copo d'água.
Nesse sentido, a análise dos rastros e indícios presentes nas fontes permitiu delinear um universo de práticas envoltas em categorias que remetiam a uma zona cinzenta nos estudos afro-brasileiros. Termos como "baixo espiritismo", "feitiçaria" e "curandeirismo" presentes na bibliografia e nas fontes foram enfrentados com intuito de compreender o seu uso pelos sujeitos, destacando a sua ampla utilização por delegados, promotores e testemunhas de acusação. Em geral, essas categorias revelavam pouco das práticas religiosas, mas destacavam os conflitos que envolviam agentes informais de cura e clientes insatisfeitos, médicos locais e delegados.
Seja no culto a Taitinga da Raiz, nas mesinhas ou preparo de garrafadas e defumadores as práticas religiosas disseram muito da forma como vivam os sujeitos, por isso suas ações precisam ser legitimadas pelo seu horizonte de experiências, e não por outros critérios.

Referências

AGUIAR, I. P. (2012) "Os candomblés do sertão: a diversidade religiosa afro-indígena-brasileira." *Educação, Gestão e Sociedade.* 5 (2), pp. 14-28.

AMIM, V. (2009). Águas de Angola em Ilhéus: um estudo sobre as reconfigurações identitárias no candomblé do sul da Bahia. Tese de Doutoramento, Salvador: Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia.

ARRUTI, J. M. (2001) A. "Agenciamentos políticos da 'mistura': identificação étnica e segmentação negro-indígena entre os Pankararú e os Xocó" *Estudos Afro-Asiáticos.* 23(2), 2, pp. 215-254.

BACELAR, J. & CAROSO, C. (ed.) (2006) *Faces da tradição afro-brasileira*. 2 ed. Salvador / Rio de Janeiro: CEAO / PALLAS.

BARROS, J. F. P. (1999*) Exé òrisà*: uso litúrgico e terapêutico dos vegetais nas casas de candomblé jêje-nagô. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

POUTIGNAT, P. e STREIFF, F. (1998) *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

BASTIDE, R. (1973). *Estudos Afro-brasileiros*. São Paulo: Editora Perspectiva.

_____ (2001). *O candomblé da Bahia.* São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (1985) *Religiões Africanas no Brasil.* 2 ed. São Paulo: Livraria Pioneira.

BETHENCOURT, F. (2004) *O Imaginário da magia.* Feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI. São Paulo: Companhia das Letras.

CALAINHO, D. B. (2008) *Metrópole das Mandingas.* Religiosidade negra e inquisição portuguesa no antigo regime. Rio de Janeiro: Garamond.

CAPONE, S. (2004) *A busca da África no candomblé.* Tradição e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Pallas.

CARNEIRO, E. (2008). *Candomblés da Bahia.* 9ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

_____(1991) *Religiões Negras e Negros Bantus.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CARVALHO, P. M. S. de. (2009) *Uma cidade em disputa: conflitos e tensões urbanas em Itabuna (1930-1948).* Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local. UNEB.

CASTILLO, L. E. (2010) *Entre a oralidade e a escrita.* A etnografia nos candomblés da Bahia. Salvador: Edufba.

CHALHOUB, S. (1996) *Cidade Febril.* Cortiços e Epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras.

DANTAS, B. G. (1988) *Vovó Nagô Papai Branco*. Usos e Abusos da África no Brasil. Rio de Janeiro: Graal.

FERREIRA FILHO, A. H. (1999) "Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador, (1890-1937)" *Afro*-**Ásia**. Volume, 21/22. Pp, 239-256.

FERRETTI, M. (2000) *Desceu na Guma*. O caboclo no Tambor de mina. São Luís.

_____ (ed.) (2004) *Pajelança no Maranhão no século XIX.* O processo de Amélia Rosa. São Luís: CMF/FAPEMA.

FERRETTI, S. (1995) *Repensando o sincretismo*. São Paulo / São Luís: Edusp/FAPEMA.

GESCHIERE, P. (2001) "Witchcraft and modernity: Perspectives from Africa and Beyond" In: PARES, L. N. and SANSI, R. *Sorcery in the Black Atlantic.* Chicago: University of Chicago Press.

GINZBURG, C. (2012) *História noturna*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____(1989) *Mitos, emblemas, sinais*. Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras.

GIUMBELLI, E. (1997) *O cuidado dos mortos.* Uma história da condenação e legitimação do espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

GOLDMAN, M. (2009). "Histórias, devires e fetiches das religiões afro-brasileiras: ensaio de simetrização antropológica", *Análise Social*, 190 (44), pp. 105-137.

_____ (2012) "O dom e a iniciação revisitados: o dado e o feito em religiões de matriz africana no Brasil". *MANA*. 18, (2).

_____ (2003) "Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia" *Revista de Antropologia.* 46 (2).

ISAIA, A. (2007) "O espiritismo nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro" *História Revista*, 12 (1).

LANDES, R. (2002) *A Cidade das Mulheres*. 2ª ed rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

LIMA, V. da C. (1996) "Os obás de Xangô". *Afro-Ásia*, 3 (2).

_____ (1987) "O candomblé da Bahia na década de 30." In: OLIVEIRA, W.; LIMA, V. da C. (Orgs.) *Cartas de Édison Carneiro a Artur Ramos.* Salvador: Corrupio.

MAGGIE, Y. (1988) *Medo do Feitiço*: Relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional / UFRJ.

_____ (2001) *Guerra de Orixá*. Um estudo de ritual e conflito. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MONTEIRO, P. (1985) *Da doença à desordem*. A magia na umbanda. Rio de Janeiro: Edições Graal,1985.

OLIVEIRA, I. V. (2007). *Becos, ladeiras e encruzilhadas: Andanças do povo-de-santo pela cidade de Salvador.* Dissertação de Mestrado, Fortaleza, Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará.

OLIVEIRA, W. (1987) "Os estudos africanistas na Bahia dos anos 30" In: OLIVEIRA, Waldir e LIMA, Vivaldo da C. *Cartas de Édison Carneiro a Artur Ramos.* De 4 de janeiro 1936 a 6 de dezembro de 1938. Salvador: Corrupio.

PARÉS, L. (2006) *A Formação do Candomblé*. História e ritual da nação jêje na Bahia. Campinas: Unicamp.

PIERSON, D. (1971) *Brancos e prêtos na Bahia.* Companhia Editora Nacional: São Paulo.

PORDEUS Jr. (1993) *A magia do trabalho: macumba cearense e festas de possessão.* Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desportos do Estado do Ceará.

PORT, M. V. de. (2012) "Candomblé em rosa, verde e preto. Recriando a herança religiosa afro-brasileira na esfera pública de Salvador, na Bahia." *Debates do NER*. Porto Alegre, 22 (1), pp. 123-164.

PÓVOAS, R. (2007) *Da porteira para fora: mundo de preto em terra de brancos*. Ilhéus/Bahia: Editus.

PRANDI, R. (Org.) (2004) *Encantaria brasileira: O livro dos mestres, caboclos e encantados.* Rio de Janeiro: Pallas.

QUEIROZ, M R. (1999) *Religiões afro-brasileiras no Recife: Intelectuais, policiais e repressão*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, Universidade Federal de Pernambuco.

RABELO, M. (2008) "A possessão como prática: esboço de uma reflexão fenomenológica." *MANA*, 14 (1), pp. 87-117.

_____ (2005) "Rodando com o santo e queimando no espírito: possessão e a dinâmica de lugar no candomblé e pentecostalismo" *Ciências sociais e Religião.* Porto Alegre, 7 (1), pp. 124-146.

RAMOS, A. (1942) *A Aculturação Negra no Brasil.* Companhia Editora Nacional: São Paulo.

REIS, J. J. (2008) *Domingos Sodré, uma sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX.* São Paulo: Companhia das Letras.

REIS, João José. (1988) "Magia Jeje na Bahia: A Invasão do Calundu do Pasto da Cachoeira, 1785". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 16 (8), pp. 58-82.

RODRIGUES, N. (2005) *O animismo fetichista dos negros baianos.* 2ª ed. Salvador: P555.

SAHLINS, M. (2003) *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar.

SAMPAIO, G. (2001) *Nas Trincheiras da Cura.* As diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial. Campinas: Editora UNICAMP.

SANSI, R. (2009) "Fazer o santo": dom, iniciação e historicidade nas religiões afro-brasileiras", *Análise Social*, 44 (1), pp. 139-160.

_____ (2007) *Fetishes & Monuments*. Afro-Brazilian art and culture in the 20th century. New York: Berghahn Books.

SANTOS, D. L. (2005) *Nas encruzilhadas da cura*. Crenças, saberes e diferentes práticas curativas Santo Antônio de Jesus - Recôncavo Sul – Bahia (1940-1980) Dissertação de Mestrado, Salvador, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia.

SANTOS, E. F. (2009) *O poder dos candomblés:* Perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia. Salvador: Edufba.

SANTOS, J. (1995) *O dono da terra.* O Caboclo nos candomblés da Bahia. Salvador: SarahLetras.

SCHRITZMEYER, A. L. P. (2004) *Sortilégio de saberes: curandeiros e juízes nos tribunais brasileiros (1900-1990).* São Paulo: IBCCRIM.

SENNA, R. (1998) *Jarê. Uma face do candomblé: manifestação religiosa na Chapada Diamantina.* Feira de Santana: Editora da UEFS.

THOMPSON, E. P. (2002) Costumes em Comum. São Paulo: Companhia das Letras.

TROMBONI, M. (2010) "A jurema das ramas até o tronco. Ensaio sobre algumas categorias de classificação religiosa" In: CARVALHO, A. M. e CARVALHO, M. do R. Índios e caboclos: a história recontada. Salvador: Edufba.

Cristãos-novos na Época Moderna: a emigração como estratégia de manutenção da fé mosaica.

Gislaine Gonçalves Dias Pinto
Universidade Federal de Minas Gerais
gislainediaspinto@gmail.com

Resumo: O presente artigo buscará discutir a atuação da Inquisição Portuguesa no que se refere à perseguição aos cristãos-novos[1] durante a Época Moderna. Buscar-se-á discutir os mecanismos utilizados - por alguns sujeitos que compunham este grupo - para manter a fé judaica numa sociedade em que tal prática era proibida.
Antes de analisarmos o objeto aqui proposto, elucidaremos alguns elementos acerca da sociedade inserida neste território no período que antecedeu a dita Reconquista, no intuito de buscar compreender sua composição e os conflitos que surgiram devido a mudanças de poder e efetivação de uma crença sobre as demais.
Como estudo de caso, analisaremos o segundo processo pelo qual passou o cristão-novo Martinho da Cunha de Oliveira. Ele foi processado por duas vezes pelo Tribunal do Santo Ofício, por crime de criptojudaísmo[2] e levado a auto de fé em 24 de abril de 1747.
Palavras-chave: Inquisição, cristãos-novos, criptojudaísmo.

1 - Os judeus da Sefarad:[3] sob a dominação de outros povos

Há indícios arqueológicos que afirmam que a presença judaica na Península Ibérica se deu desde os séculos I e II depois de Cristo. Segundo Yosef Ha Cohen, cronista judeu do século XVI, os judeus que viviam nesta região haviam fugido de Jerusalém em decorrência da dominação romana pelo Imperador Adriano em 132 d.C, período em que houve intenso massacre na região impulsionando-os à diáspora.
Depois de um longo tempo sob domínio romano a Península Ibérica passou pelo período que se convencionou chamar de «invasões bárbaras»,[4] sendo então governada pelos Visigodos, que antes de assumirem o poder foram precedidos por diversos outros povos com quem travaram combates, nomeadamente os Suevos, Alamanos e Vândalos. Durante a dominação visigótica os judeus foram perseguidos, quando da conversão do rei Recaredo[5] ao cristianismo em 589.
No que se refere ao período do domínio árabe na Península Ibérica, os historiadores costumavam afirmar que os três maiores grupos (ou seja, judeus, cristãos e mulçumanos) que ocupavam a região coexistiram sem grandes conflitos até a dita Reconquista, em 1492 (KAMEN, 1966). Um dos principais elementos para esta suposta paz dava-se pelo fato de que o Califado Omíada, que dominou a região entre os séculos XI e XIII, permitia a judeus e cristãos viverem sob suas próprias leis, protegidos pelo governo árabe. Estes povos possuíam autonomia política, viviam em comunidades prósperas e compunham os quadros do governo, ocupando cargos de confiança na corte (PÉREZ, 2005: 30).

---

1 No caso de Portugal, os descendentes de judeus, conversos à fé cristã, eram chamados de cristãos-novos, ou, pejorativamente, de marranos.

2 O termo diz respeito àqueles que praticam o judaísmo em segredo, quando publicamente professam outra fé - no caso do estudo aqui proposto, a fé cristã. Tal prática foi adotada porque a fé judaica foi proibida no Império português no período aqui analisado.

3 Segundo Maria José Ferro Tavares (2000), este é o termo em hebraico para designar a Península Ibérica.

4 Há que se ressaltar que novas análises estão sendo feitas pela historiografia no intuito de discutir questões sobre as incursões dos povos germânicos e da atribuição do termo "bárbaro" para designá-los. Além disto, estudos acerca do fim do Império Romano do Ocidente colocam em questão o ocaso de tal império e sua relação com as ditas invasões. Ver: HALSALL, G. (2006); POHL, W. (2006).

5 Recaredo foi rei dos visigodos entre 568 e 601, e como a maioria do povo que governava, professava o Arianismo.

> Los musulmanes consideraban que los cristianos y los judíos eran, como ellos, 'gentes del Libro', es decir, lectores de la Biblia; por su condición de hijos de Abraham y monoteístas, cristianos y judíos merecían, pues, un trato especial, el que venía definido en *la dhimma*. (PÉREZ, 2005: 31).

Contudo, há que se ressaltar que essa convivência, dita pacífica, era alcançada mediante pagamento de tributos por parte dos judeus e cristãos ao governante árabe. Tal elemento é fundamental para se compreender que a relação entre estes povos beirava um limiar muito tênue entre a paz e o conflito, além de contestar uma visão de tolerância num período em que tal conceito não estava presente[6].

Com o fim da dominação mulçumana, após as conquistas perpetradas pelos cristãos na região onde se estabeleceu o Estado Português, a situação jurídica e social dos judeus não se alterou de forma substancial, posto que muitos auxiliaram o rei português em sua guerra contra a ocupação moura. O que houve, foi uma intensificação dos privilégios cedidos pelo rei cristão aos seus vassalos judeus. Toda uma estrutura jurídica, própria das comunidades judaicas, foi mantida, tais como as Comunas que funcionavam de modo paralelo aos Concelhos das cidades, além de possuírem justiça própria, cujo juiz era o rabi-mor nomeado pelo rei. Segundo Maria Ferro Tavares (2000: 53) o rei costumava tratar os judeus do reino como «meus judeus» e buscava proteger-lhes quando os cristãos contestavam a autonomia das comunas judaicas em relação aos Concelhos Municipais e agiam de modo agressivo contra os mesmos.

2 – A Reconquista e a criação da Inquisição Moderna na Península Ibérica

Após o período de guerras que resultou na expulsão dos mouros e na união de Castela e Aragão sob a égide dos reis Fernando e Isabel (denominados Reis Católicos), em 1492, o culto às religiões não cristãs foi proibido nestes domínios. No que se refere à comunidade judaica, parte da nobreza cristã e do Clero empenhou-se em colocar o restante da população contra aquela. O acirramento do conflito deveu-se ao elemento religioso e ao ressentimento que os nobres possuíam em relação ao poder econômico e social conquistado pelos judeus.

Diversas leis foram criadas contra judeus e conversos com o intuito de afastá-los dos cargos públicos de maior importância. Eram acusados de se protegerem e formarem uma sociedade à parte, que se enriquecia cada vez mais e perturbava o *status quo* de cristãos-velhos que viam seu prestígio social em declínio. Neste âmbito, engendraram-se diversas políticas, contra estes grupos, criadas pela Coroa espanhola, tais como sua expulsão dos territórios de Espanha ou sua conversão forçada - decretada em 1492. Cabe ressaltar, também, a importância dos estatutos de «limpeza de sangue»[7] como elemento fomentador do preconceito sob tais grupos. Concomitantemente, os súditos promoviam massacres à comunidade judaica, causando a fuga em massa de seus componentes para o reino de Portugal.

Ao instituir o Tribunal do Santo Ofício em Espanha, em 1478, os Reis Católicos viram a «gente da nação» intentar fuga de seus reinos para buscarem refúgio em Portugal. Dom Manuel, rei de Portugal, pressionado pelo acordo de casamento estabelecido entre ele e Dona Isabel de Aragão (filha dos Reis Católicos), decretou a expulsão dos judeus em 1497, dando-lhes o prazo de 10 meses para saírem do Reino. Contudo, devido ao receio de provocar uma crise financeira em seus domínios, impôs uma série de restrições à saída dos mesmos; forçando-os à conversão. A conversão dos judeus em cristãos permitiria que a Igreja passasse a exercer seu controle sobre eles, tendo em vista que anteriormente aqueles residiam em judiarias onde seguiam suas próprias leis e gozavam de certos privilégios régios.

---

6 Ressalta-se que a questão da tolerância religiosa foi defendida como Direito Fundamental no período pós a Reforma Protestante, impulsionada pelo Humanismo do século XIV, quando aí sim podemos fazer utilização de tal termo. Ver: PECES-BARBA, G. (1982: 22).

7 Tal estatuto originou-se na cidade de Toledo, em 1449. Este obrigava a afastar os judeus e conversos dos cargos municipais, sendo de caráter meramente local e não gozando da sanção régia. «Em bom rigor, é difícil saber com grande precisão desde quando os estatutos de limpeza de sangue foram estabelecidos em Portugal, pois não se tratou nunca de uma lei geral, embora a certa altura o pudesse parecer» (OLIVAL, 2004: 151-152).

No intuito de perseguir os sujeitos caracterizados como hereges[8] (principalmente os criptojudeus), a Coroa portuguesa instituiu o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, fundado em 1536 depois de diversas tentativas. Os conversos foram, então, perseguidos por serem considerados «falsos cristãos», acusados de praticarem o judaísmo secretamente. Muitos destes «filhos dos forçados» foram presos e levados a autos de fé, cerimônia na qual o culpado renunciaria seus pecados perante a Igreja (vista aqui não somente como a Instituição composta pelos clérigos, mas por toda a sociedade). Nestes autos eram lidas as sentenças, que variavam de acordo com o suposto crime cometido pelo condenado, podendo este ser obrigado a utilizar o hábito perpétuo[9], ter os bens confiscados ou até ser condenado à fogueira.
No discurso inquisitorial, o suplício[10] do corpo era o modo de purificar a alma, sendo que, em casos mais extremos, a purificação era alcançada através da fogueira. O fogo era visto como o elemento purificador, tão/ou mais forte do que o batismo.

> Respondeu João a todos, dizendo: Eu, na verdade, batizo-vos com água, mas eis que vem aquele que é mais poderoso do que eu, do qual não sou digno de desatar a correia das alparcas; esse vos batizará com o Espírito Santo e com fogo. (Lucas 3:16)

Desde o primeiro auto de fé em Lisboa, em 1540, nota-se a presença de cristãos-novos na lista dos sentenciados, nos anos subsequentes sua presença tornou-se cada vez mais intensa. A denúncia por criptojudaísmo era o principal motivo que levava os réus a serem processados e alguns eram sentenciados nos autos de fé. Este foi o caso de um grupo de moradores do distrito de Castelo Branco, no século XVIII. Tal distrito situa-se em uma região limítrofe à Espanha e desde o século XV recebeu grande contingente de judeus fugidos deste reino. Diversos processos foram movidos contra pessoas que viviam nesta região, entre estas encontrava-se Martinho da Cunha de Oliveira, de quem daremos conta agora.

3 – Emigração: estratégia para manutenção da fé mosaica

> Sou eterno imigrante; parto de mim para mim mesmo, de meu corpo para meu corpo, mutável. (Samuel Rawet).

O ato de emigrar foi uma das estratégias adotadas por alguns judeus e cristãos-novos portugueses que buscavam continuar seguindo a fé mosaica. Contudo, diversas leis anti-emigratórias, foram estabelecidas pelos reis portugueses no intuito de impedir a saída de judeus e cristãos-novos do Reino, posto que isto significaria uma perda econômica drástica demais para a Coroa – haja vista que aqueles eram os maiores financiadores desta e um dos pilares da economia portuguesa. Antes mesmo da criação do Santo Ofício, D. Afonso IV havia tirado o direto dos judeus, que possuíssem até 500 libras, de emigrarem sem autorização régia (CARNEIRO: 2005). Em termos numéricos, aproximadamente 160.000 judeus saíram da Península Ibérica na Época Moderna. As comunidade judaicas estabelecidas em várias partes do mundo foram as receptoras destes emigrantes, em al-

---

8 De acordo com o Manual dos Inquisidores, elaborado por Frei Nicolau Eymerich (1993: 34-35), o adjetivo herético deve ser aplicado em 8 situações: excomungados; simoníacos; quem se opõe à Igreja e sua autoridade; interpretar erroneamente Sagradas Escrituras; criar nova seita ou aderir; não aceitar doutrina romana no que se refere aos sacramentos; tiver opinião diferente da Igreja de Roma; quem duvidar da fé cristã.

9 Vestimenta de uso obrigatório aos condenados pela Inquisição, obrigado a usá-lo no auto de fé e a alguns era obrigatório o uso até o fim da vida (GIMÉNEZ, 2000: 72-73). Ser condenado a utilizar o hábito penitencial perpétuo «significava que o réu, depois de ficar encarcerado por determinado tempo nos cárceres da penitência da Inquisição, era obrigado a usar o hábito penitencial, ou sambenito (espécie de capa com a cruz amarela de Santo André) perpetuamente, e todos os seus bens eram confiscados» (GORENSTEIN, 2012: 48).

10 Segundo Foucault (2010: 35) «O suplício é uma técnica e não deve ser equiparado aos extremos de uma raiva», cujo objetivo é punir de modo exemplar e não permitir que o determinado crime cometido pelo supliciado seja esquecido pelos demais.

guns casos, com o apoio do governo dos territórios nos quais estavam inseridas. Os países que mais receberam judeus sefaraditas[11] foram os Países Baixos (25.000), a França (10.000), a Itália (10.000), o Império Otomano (90.000) e o Marrocos (20.000) (CARNEIRO, 2005: 45).

Depois da criação do Tribunal do Santo Ofício em Portugal e da conversão dos judeus em cristãos-novos, o Brasil também tornou-se um dos pontos mais atrativos para tais povos, posto que a Colônia representasse oportunidade de crescimento econômico e ao mesmo tempo uma distância do referido Tribunal. Diversos jovens lusitanos emigraram para terras brasileiras desde 1550, impulsionados pelas questões de divisão de terras (devido herança) no Reino e pelo atrativo comércio gerado pela atividade canavieira no litoral do Brasil. Dentre estes jovens, encontravam-se muitos cristãos-novos do Norte de Portugal.

> À Bahia e a Pernambuco, principalmente, dirigiram-se os cristãos-novos, havendo deles artesãos, lavradores, mercadores e senhores de engenho, estabelecidos nas mais prósperas capitanias da América portuguesa (VAINFAS, 1997: 7).

Contudo, por mais que não houvesse um Tribunal da Inquisição no Brasil, as denúncias contra os ditos hereges eram levadas à Lisboa, onde os processos eram executados. Os primeiros registros de denúncia foram levantados no Bispado da Bahia, criado em 1551, cujas competências estavam ligadas ao Tribunal do Santo Ofício. A perseguição aos cristãos-novos teve seu fim somente após a Lei de 1773 que colocou termo à distinção entre estes e os cristãos-velhos. Esta Lei foi estabelecida por D. José I, por influência de seu primeiro ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. O Marquês buscava apoio de grandes comerciantes de origem judaica que viam-se impedidos que ascender à nobreza por este motivo. Colocando fim à mácula de sangue destes comerciantes permitindo-lhes a ascensão à nobreza através da compra de título, Pombal conseguiria o apoio financeiro de que tanto precisava para promover as reformas que ele acreditava serem necessárias para modernização do Estado Português.

4 – O caso de Martinho da Cunha de Oliveira

Martinho da Cunha é um personagem bastante conhecido por alguns historiadores brasileiros, posto que ao emigrar para o Brasil, depois de seu primeiro processo, criou fortuna nas Minas Gerais. [12] Abordaremos aqui alguns pontos acerca do segundo processo levantado contra ele no Tribunal do Santo Ofício, em 1746, para discutirmos sua situação econômica e social, posto que foram elementos importantes no que tange aos seus processos e às atitudes por ele tomadas.

Este cristão-novo, morador do Fundão, nasceu em 1694, na Vila da Idanha-a-Nova, Bispado da Guarda, Distrito de Castelo Branco. Sua família era conhecida na região, haja vista que era composta por ricos mercadores. Seu pai era Manuel da Cunha, natural de Montemor-o-Velho e sua mãe, Leonor da Cunha, de Idanha-a-Nova[13].

Martinho foi denunciado ao Santo Ofício pela primeira vez em 1712, acusado de práticas judaizantes, tendo neste processo abjurado e reconciliado com a Igreja. Depois de ser liberado, andou por várias terras em Portugal, decidindo-se depois emigrar para o Brasil, onde viveu na Comarca de Serro Frio - mais precisamente entre Guarapiranga e Ouro Preto. Segundo Anita Novinsky (2005), Martinho participou de várias sociedades secretas nas terras de Minas, onde praticava o judaísmo acompanhado de diversos outros homens que professavam secretamente a mesma fé. Dentre estes homens estavam seus dois irmãos, Manuel Pereira da Cunha e Miguel da Cunha.

No Brasil, Martinho enriqueceu com trato de diamantes, tornando-se ainda mais abastando do que quando vivia no Reino. Ao fazer fortuna, Martinho criava também inimizades, motivo pelo qual vivia receoso sobre sua segurança, posto que ao se tornar cada vez mais abastado, a inveja entre seus conhecidos aumentava e tornava sua segurança cada vez mais frágil. Inimizades e conflitos pessoais eram motivos comuns para que um sujeito

---

11 Termo pelo qual são chamados os judeus oriundos da Península Ibérica, ou *Sefarad*.

12 Ver obras de FURTADO, J. F. (2013); NOVINSKY, A. (2005).

13 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 8106

denunciasse outro, gerando a prisão de pessoas que não incorreram nos crimes aos quais eram condenados. Desta forma, o temor de Martinho não era infundado, pois vivia em um sociedade na qual redes de amizade e inimizades eram utilizadas para se ajudar ou prejudicar alguém.

No que concerne à rede social estabelecida por Martinho da Cunha na Colônia, esta parecia girar, preferencialmente, entorno daqueles que também buscavam manter a fé mosaica. Em uma das denúncias presentes em seu processo, encontra-se o nome de Antônio de Sá de Almeida, mineiro, solteiro, filho de Manoel Henriques de Leão, mercador natural da Vila de Almeida e morador no Serro Frio, Bispado do Rio de Janeiro. Antônio disse ter conhecido Martinho da Cunha por volta de 1735, nas Minas do Serro Frio e afirmou que ele, Martinho, e um sujeito de nome Jerônimo Rodrigues, viviam na Lei de Moisés nas ditas terras.

Outro sujeito com o qual Martinho relacionou-se durante o período em que viveu no Brasil, foi Luiz Mendes de Sá, filho de Salvador Mendes de Sá, natural de Coimbra e morador nas Minas do Rio das Contas, Arcebispado da Bahia. De acordo com Anita Novinsky (2005: 43), Luiz Mendes havia nascido nos cárceres da Inquisição de Coimbra, posto que sua mãe fora presa pelo Tribunal. Luiz Mendes afirmou que quinze anos antes de seu processo (1738) foi à Guarapiranga, onde conheceu Miguel da Cunha e seu irmão Martinho da Cunha. Eles e Fernando Gomes Nunes se declararam como crentes na Lei de Moisés para salvação de suas almas, afirmando que faziam jejuns judaicos e guardavam os sábados. Luiz Mendes, assim como Martinho, foi julgado herege convicto, pediu várias audiências ao longo do processo, mas ao final foi relaxado à justiça secular[14], levado em auto de fé em 18 de outubro de 1739.

Dentre as testemunhas ouvidas no processo de Martinho, um dos depoimentos mais interessantes é de sua meia irmã, Guiomar Henriques. Ao que parece, havia um conflito familiar envolvendo-o, em parte por razão de sua fortuna e de seu pouco interesse pelos demais membros da família. Guiomar critica-o pelo fato de ser rico e dar pouca importância à ela e à opinião de sua família, tendo-se casado com uma mulher que não era do gosto de seus parentes. Segundo Guiomar, «o que delle acima disse, assim passou na verdade; e por isso o disse para descargo de sua consciencia, e não por má vontade que lhe tenha, porque sempre he seu irmão»[15]. Guiomar afirma ter perguntado a Martinho se ele seguia a Lei de Moisés, contudo este negou dando-lhe as costas de imediato.

Depois de viver vinte e cinco anos no Brasil, Martinho da Cunha voltou para Portugal, mas devido a uma nova leva de prisões no Fundão, ficou com receio de ser pego novamente e tentou fugir para a França com sua esposa, seus irmãos Diogo e João da Cunha, além de outras pessoas. Fez um acordo com o barqueiro Antônio da Silva para que este o levasse de Lisboa até uma embarcação, que por sua vez os levaria para a França. Contudo, ao chegarem às Torres foram impedidos de seguir e tiveram que voltar. Foram deixados pelo barqueiro em Trafaria onde foram roubados pelo mesmo, que ainda ameaçou denunciá-los ao Santo Ofício. Logo depois, em março de 1746, foram todos presos e levados aos cárceres do Santo Ofício. Todos, exceto Martinho, confessaram a tentativa de fuga para França no intuito de poderem praticar sua fé. Depois de confessarem suas culpas pediram perdão e foram sentenciados a penas menores.

O barqueiro Antônio da Silva Barroca, teve como sentença o degredo às galés, pois confessou saber que as pessoas que transportava eram cristãos-novos e que pretendiam fugir para França. Segundo sua confissão, ele afirmou que estava com receio de leva-los em seu barco, mas que Martinho da Cunha o havia dito que «se acautelasse dos cristãos velhos, e que não tivesse receyo algũ da gente de nasção [sic]».[16]

Ao longo de seu processo Martinho da Cunha, afirmou por várias vezes aos inquisidores que não tencionava fugir para praticar a fé mosaica, mas porque tinha medo que seus inimigos o denunciassem novamente ao Santo Ofício. Num jogo psicológico, tencionando fazer Martinho confessar, o inquisidor repetia continuamente a seguinte frase: «se sabe ele que no Santo Ofício se castigão somente os culpados, e que os que não tem culpas

14 Ser relaxado à justiça secular era sinônimo de pena capital, sendo que esta não poderia ser executada pelo Santo Ofício, mas pela justiça civil. Esta pena era estabelecida àqueles que permaneciam obstinados em seus ditos erros de fé (MURAKAWA, s.d.: 9).

15 (ANTT). Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 8106, pp. 62v.

16 ANTT. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 8106, pp. 52v.

não tem que temer a jurisdição e castigo deste tribunal [?]»[17], afirmando logo em seguida que estava claro que Martinho tentava fugir para poder praticar a fé mosaica. Os inquisidores executavam as audiências de modo a pressionarem o réu à confissão de suas culpas, afirmando que, assim, este teria sua pena abrandada. Alguns confessavam práticas judaicas mesmo que não as cometessem, no intuito de que com tal postura conseguissem o perdão da Igreja e salvassem suas vidas.

Ao final do processo de Martinho da Cunha, os inquisidores afirmam que ele se recusou a confessar sua profissão na fé judaica, além do fato de não ter abjurado e por este motivo foi considerado relapso[18] e pertinaz[19]. Martinho foi sentenciado ao confisco de bens, excomunhão maior e relaxado à justiça secular, sendo levado a auto de fé em 24 de abril de 1747.

5 – Conclusão

A partir do que fora aqui exposto, buscamos discutir como se deu a perseguição aos judeus e cristãos-novos desde o período que antecedeu a criação do Tribunal do Santo Ofício na Península Ibérica.

Buscamos colocar em discussão os mecanismos utilizados por um grupo de cristãos-novos que viveu em Portugal no século XVIII e que viu na fuga para outras terras uma maneira de praticar sua fé, então proibida.

O caso de Martinho da Cunha mostrou-se relevante para tal análise, posto que este passou por dois processos e ao final do primeiro emigrou para várias terras, encontrando oportunidade de prosperar financeiramente no Brasil. Após retornar a Portugal, por receio de uma nova leva de prisões ocorridas nas proximidades de sua morada, buscou emigrar novamente, desta vez para a França.

Seu caso nos intrigou de modo particular, visto que ele negou veementemente seguir a fé judaica e por este motivo foi queimado em auto de fé. Martinho da Cunha, bem como qualquer pessoa que vivesse naquela sociedade, sabia que a confissão e a abjuração era o caminho para evitar o relaxamento à justiça secular. Por que, então, Martinho não confessou? É uma resposta que nos foge ao poder. Podemos inferir uma série de possibilidades para tal posição de nosso personagem, todavia, permaneceremos ignorando a resposta. É, também, de frustrações como esta que é feito ofício do historiador...

Fonte:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 8106.

Bibliografia:

BLOCH, M. (2001), *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar.

CARNEIRO, M. L. T. (2005), *Preconceito racial em Portugal e no Brasil colônia: os cristãos-novos e o mito da pureza de sangue*. São Paulo: Perspectiva.

EYMERICH, F. N. (1993), *Manual dos Inquisidores*, 2ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos.

FOUCAULT, M. (2010), *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.

---

17 ANTT. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 8106, pp. 73v.

18 Aquele que, abjurando da heresia e tornando-se penitentes, reincidem na heresia. A pena para estes era a entrega ao braço secular para serem executados (EYMERICH, 1993: 34-35).

19 Aqueles que interpelados pelos juízes, convencidos de erro contra a fé, intimados a confessar e abjurar, mesmo assim não querem aceitar e preferem se agarrar obstinadamente aos seus erros (EYMERICH, 1993: 34-35).

FURTADO, J. F. (2013), *Travessias inquisitoriais das Minas Gerais aos cárceres do Santo Ofício: diálogos e trânsitos religiosos no império luso-brasileiro (sécs. XVI-XVIII)*. Belo Horizonte: Fino Traço.

GIMÉNEZ, M. D. C. F. (2000), *La sentencia Inquisitorial*. Madrid: Editora Complutense.

GORENSTEIN, L. (2012), "Cristãos-novos, identidade e Inquisição (Rio de Janeiro, século XVIII)". In: *Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*, 4 (1), pp. 40-49. Disponível em: http://goo.gl/pqv6ly, [Consultado em: 07-12-2014]

HALSALL, G. (2006), "Movers and shakers. The barbarians and the fall of Rome". In: T. F. X. Noble (org). *From Roman Provinces to Medieval Kingdoms*. Londres/ Nova Iorque: Routledge, pp. 230-241.

MINGONTE, M. F. A. (2012), "Nomadismos: 'Crônica de um vagabundo', de Samuel Rawet, e Alice nas cidades, de Wim Wenders: errantes urbanos". In: Revista Em Tese, 18, (1), Disponível em: http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emtese/article/viewFile/3798/3745, [consultado em 10-11-2014]

MURAKAWA, C. A. A. (s.d), *Os regimentos da Inquisição portuguesa: Um estudo do vocabulário*. Disponível em: http://portal.fclar.unesp.br/centrosdeestudos/ojudeu/Artigo_Clotilde.pdf, [consultado em 06-12-2014]

NOVINSKY, A. (2005), "Fernando Pessoa – o poeta marrano". In: E. Cornelsen, L. Nascimento (orgs.). *Estudos Judaicos. Ensaio sobre Literatura e Cinema*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras UFMG.

OLIVAL, F. (2004), "Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal". In: *Cadernos de Estudos Sefarditas*, (4), Disponível em: http://www.catedra-alberto-benveniste.org/_fich/15/artigo_Fernanda_Olival.pdf, [consultado em 29-06-2013]

PÉREZ, J. (2005), *Los judíos de España*. Madrid: Marcial Pons.

POHL, W. (2006), "Telling the difference. Signs of ethnic identity". In: T. F. X. Noble (org), *From Roman Provinces to Medieval Kingdoms*. Londres/ Nova Iorque: Routledge, pp. 99-138.

TAVARES, M. F. (2000). "O difícil diálogo entre judaísmo e cristianismo". In: C.M. Azevedo (Ed.), *História Religiosa de* Portugal – Vol. 1. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, pp. 53-89.

VAINFAS, R. (Org.) (1997), *Confissões da Bahia: Santo Ofício da Inquisição de Lisboa*. São Paulo: Companhia das Letras.

WHITE, H. (1994), *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp.

GT 106
Instituições e Poder:
do Local ao Transnacional

A Organização da Indústria fabril no Império do Brasil: Um novo caminho para se entrar na era da Civilização e do Progresso

Jussara França de Azevedo[1]

Resumo: O objetivo deste artigo é demonstrar que a organização da indústria no Império do Brasil ocorrido no século XIX pode se caracterizar como um momento de ruptura dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sinalizando as mudanças política e econômica que ocorriam dentro do Império.
Para esta tarefa dividirei o artigo em duas partes. Na primeira parte configurarei a crise dentro da SAIN o conflito entre a seção comercial e a seção da indústria fabril.
Na segunda parte demonstrarei como a seção da indústria fabril que existia dentro da SAIN alçou novos horizontes mediante a necessidade de adentrar em uma época de civilização e progresso rompendo com a entidade e organizando a Associação Industrial do Rio de Janeiro com objetivo de defender indústria fabril.

Palavras- chaves: Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Indústria, Fabril, Associação e Civilização.

1- Introdução

Na primeira parte do artigo refere-se à crise que ocorreu na "Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional," com a questão dos chapéus na década de 1870, o que criou divergências dentro do órgão, entre a seção do comércio e a seção da indústria fabril gerando uma profunda crise que ocasionou a saída do grupo ligado à seção da indústria fabril, que reivindicava do Governo Imperial incentivo para a indústria. A reação deste grupo industrial foi continuar a lutar pela indústria fabril no Império.
A segundo parte alude à criação da Associação Industrial do Rio de Janeiro na década de 1880 que veio atender às necessidades dos industriais já existentes e seus objetivos como grupo industrial, visando à coesão e sua estruturação, com o objetivo político de defesa dos interesses do grupo industrial.

2-Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e a sua Crise

A "Crise do Chapéu" foi o primeiro movimento organizado em prol da indústria chapeleira no Rio de Janeiro, que tinha por objetivo o protecionismo tarifário que pudesse viabilizar o desenvolvimento dessa indústria na década de 1870.

---

1 Possui graduação em História (2000) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), especialização em História do Brasil (2001) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Mestrado em História Social (2011) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente, desenvolvendo uma tese de doutorado sobre a Indústria e as tarifas alfandegárias no Império de 1840- 1889, no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Império, atuando principalmente nos seguintes temas: Associação, Território, História da Alfândega, História da Indústria, Exposições Industriais, Intelectual, Porto do Rio de Janeiro. jussa3348@usp.br

O crescimento da indústria chapeleira no Rio de Janeiro se firmou graças à vida social e política da capital do Império, que criava um mercado consumidor de chapéus finos (Leopoldi, 2000:96). No início da década, entre os anos de 1873 e 1874, os chapéus de lã da Alemanha e da Inglaterra foram importados para o Brasil. Como seus preços eram mais baratos e possuíam a mesma aparência e elegância dos chapéus feitos com pelo de lebre, o seu consumo cresceu muito.

> Em verdade, a indústria nacional não podia deixar de ressentir-se de uma tão profunda e tão rápida transformação, motivada pelos novos aperfeiçoamentos de navios a vapor, que, encurtando as viagens e cobrando fretes mais baratos, convidavam qualquer fabricante a enviar seus produtos a este lado do oceano, tanto mais fácil, que, nos seus próprios países.[2]

Como afirma (Soares,1980:166) "a reformulação tarifária empreendida sob as ordens de Visconde do Rio Branco em 1874, contribuiu para agravar a crise dos estabelecimentos de chapéus de feltro".
A tarifa de 1874 proporcionou a entrada dos chapéus europeus no país; a importação do produto foi maciça, levando a uma redução brutal da produção nacional por não conseguir concorrer com o chapéu estrangeiro, acarretando uma grande crise na chapelaria no Rio de Janeiro.
De acordo com (Lobo,1978:197),"outra dificuldade havia quanto à matéria-prima utilizada nas fábricas de chapéus, pois esta era importada e classificada como um artigo acabado, o chapéu já pronto, sendo que a matéria-prima era semielaborada, com isso o imposto de entrada do produto incidia de forma pesada".

> Segundo essa classificação errônea, esse produto custava 1$800 e pagava de imposto 1$740 quando o custo da montagem do chapéu feita no Brasil era de 4$000. Portanto, apenas o revestimento externo importado custava quase tanto quanto toda a montagem da carcaça do chapéu, elevando o preço deste para 7$540. O preço do chapéu estrangeiro importado era de 6$240, beneficiando-se de uma diferença de 1$300 a menos em relação ao nacional porque pagava de 1$740, tanto quanto a chemise- manchon ou simplesmente revestimento. (Lobo,1978:197)

Além da tarifa, a estrutura artesanal do setor de chapéus estava mudando para uma etapa industrial fabril. Com isso o desaparecimento da função de artesão chapeleiro iniciou seu processo. A nova estrutura configurava o uso de máquinas a vapor e maior número de trabalhadores. Segundo (Leopoldi,2000:97), em torno da "questão chapeleira" havia diversos interesses em disputa:

> os comerciantes importadores, interessados em tarifas baixas para venderem o chapéu importado; os industriais de chapéus de lebre, ameaçados de desaparecer em virtude da concorrência dos similares importados e do alto custo da matéria-prima, que elevava o preço final do chapéu; os artesãos, ameaçados pelas altas tarifas pela concorrência do produto importado e pelo desenvolvimento das manufaturas, que anunciavam o fim da produção manual de chapéu. Havia também os fabricantes de chapéus de seda, que se aliaram ao comércio importador no combate à elevada carga tarifária sobre os chapéus de lã e de pêlo de lebre da Europa(Leopoldi,2000:97)

No decorrer da crise chapeleira, alguns estabelecimentos de chapéus de feltro fecharam suas portas, e os chapéus de patente transformaram-se em estabelecimentos montadores de chapéus em carcaças importadas, com isso houve uma redução de metade dos operários empregados e os seus proprietários se transformaram em vendedores dos chapéus de lã importados.

---

2 Cf: Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro. 1882. IHGB. Rio de Janeiro. p.14.

A princípio os chapeleiros apelaram para a Associação Comercial, não encontrando repercussão se voltaram para a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Luz,1975:52) que entre 1876 e 1877, foi o palco encontrado para os debates entre os proprietários da indústria de chapéus de feltro, os operários chapeleiros e os comerciantes de chapéus de lã importados.

> Num manifesto, com a data do 1º de Agosto de 1876, endereçado pelos fabricantes de chapéus á benemérita Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, da qual era a nessa ocasião Presidente o sempre lembrado Visconde do Rio Branco. Cabe a esta distinta classe, dos chapeleiros, a glória da iniciativa da propaganda, que presentemente nos preocupa, e que, felizmente, já tem despertado a atenção de muitos homens eminentes do país. Em presença das diversas questões levantadas no seio da Sociedade Auxiliadora, e que deram lugar a divergências de opiniões, as duas seções de indústria fabril e de comercio intervieram com seus pareceres, sendo a primeira totalmente favorável à ideia de proteção. [3]

Para os proprietários das indústrias de chapéus de feltro, estes defendiam que havia necessidade de uma tarifa protecionista, e a elevação dos impostos de importação dos chapéus de lã estrangeiros a fim de defender seus negócios, iniciando assim a querela entre a seção fabril e a seção comercial dentro da SAIN. Os fabricantes nacionais dependiam dos produtos importados como tintas gomas e forros para a finalização de seus produtos.

> Os fabricantes nacionais de chapéus de lebre e lã precisavam importar. Pelas drogas para tintas gomas-laca, forros, fitas tantas de lã como de seda, sujeitos a tarifa alfandegária. Era, portanto, necessário cobrar direitos elevados sobre o produto acabado estrangeiro para garantir a sobrevivência da indústria nacional. (Lobo,1978:197)

Já para os operários chapeleiros reclamaram estes reclamavam sobre o desemprego ocasionado com a redução da capacidade produtiva da indústria chapeleira. Com a necessidade de aperfeiçoamento que as fábricas precisavam alcançar para conseguirem concorrer com os produtos importados que inundavam o mercado nacional, gerou uma diminuição na quantidade de trabalhadores nas fábricas prejudicando ainda mais os operários chapeleiros.

> Em virtude da falta de proteção a fabricação de chapéus entrou em declínio e os artistas chapeleiros, que são só empregados nas fábricas de chapéus de preço baixos de 1$100 a 3$000 único com que os estrangeiros não podem concorrer resultando por tanto diminuição no salário do artista de 40 a 50%%. Acresce ainda que o fabricante, a fim de concorrer em preços com o chapéu estrangeiro, tem sido obrigado a introduzir na fábrica máquinas dos sistemas os mais aperfeiçoados com os quais acabou maior quantidade de obra e dispensam número considerável de operário.[4]

Os comerciantes importadores defendiam o livre-cambismo, afirmando combater o protecionismo da indústria. Para os comerciantes, os industriais de chapéus nacionais não tinham nenhuma condição de produzir este artigo com habilidade e conhecimento adequado, para formar um objeto com excelência para o mercado consumidor. Para equacionar a questão, o representante da seção da indústria fabril, Sr. José Pereira Rêgo Filho, encaminhou um requerimento sobre o assunto que a seções de agricultura, de comércio e de indústria deveriam estudar um parecer sobre uma solicitação ao Governo Imperial sobre a alteração da tarifa de nossa alfândega. Com o objetivo de favorecer a indústria agrícola e os ramos da indústria fabril, em 21 de junho de 1876, as questões

---

3 Cf. Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro. 1882.p.15-16. IHGB. Rio de Janeiro.

4 Ver: Confederação Nacional das Indústrias. Arquivo. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Rio de Janeiro: Typ. Econômica de Machado, 1876.p. 158 Firjan. Rio de Janeiro.

que abordavam eram referentes à tarifa com questionamento quanto a questão de quais os artigos da tarifa que deveriam ser alterados e os termos precisos da alteração. O segundo requerimento foi encaminhado em 05 de julho de 1876 a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional pela seção de comércio. Veja-se a seguir:

> Requerimento do Sr. Joaquim d'Armada (documento nº2) apresentado a 05 de julho, afim de que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional achando procedentes as razões, que o suplicante alega, haja de remeter uma cópia do requerimento ao Exmo Snr. Ministro da Fazenda, ou a quem de direito para ser tomado em consideração, como for de justiça a bem da indústria nacional dos chapéus, no sentido de que o Governo Imperial diminua de o imposto de importação carapuças ou capas de pêlo de lebre ou coelho, a que os franceses chamam chemises."[5]

A seção da indústria fabril argumenta quanto à posição da seção de comércio, pois coloca em dúvida o tipo de indústria que o senhor D'Armada possui e seu valor para o desenvolvimento da indústria fabril neste Império. O confronto entre as seções da indústria fabril e do comércio se acirra por argumentar que a seção de comércio possui produtos que não contribuem para o crescimento da indústria.

> Um protesto, a 1º de agosto (documento nº 3) assinado pelos proprietários de 15 fábricas de chapéus de lebre, estabelecidas nesta Corte em que pede a nomeação de uma comissão para visitar as fábricas de chapéus de lebre e informar a Sociedade se as carapuças ou capas, que o senhor Armada importa e emprega são ou não fabricas dos signatários de protesto, sendo estes produtos de fabricação nunca inferior aos que vem do estrangeiro, segundo ficou provado na última exposição nacional."[6]

Neste debate entre fabricantes de chapéus e comerciantes importadores há um espaço ainda para a situação dos artistas chapeleiros que têm, nessa ocasião, suas reivindicações a fazer na SAIN. Os artistas chapeleiros redigiram uma representação para a diminuição das matérias-primas compradas no exterior, junto a SAIN, tendo sido prejudicados pela tarifa alfandegária. Neste emaranhado de posição e interesses, os artistas chapeleiros se defendem contra seus opositores enviando suas reclamações.

> Uma representação a 1º de agosto (documento nº 4) assinado por um grande número de artistas chapeleiros, residentes nesta Corte, solicitando que a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional mostre ao Governo Imperial a necessidade de argumentar consideravelmente os direitos dos chapéus importados, e diminuir os das matérias -primas, de que a fabricação carece do estrangeiro.[7]

O senhor Joaquim Alvaro D'Armada e outros especificam as razões de sua proposta e pedem novamente uma diminuição dos direitos de importação de carapuças para os chapéus de lebre e castor. Referente à questão da tarifa, o estudo proposto pela seção da indústria fabril em que foi solicitada a análise alusiva ao assunto para a seção agricultura. A discussão dentro da SAIN continua com relação ao assunto e a seção de agricultura se posiciona.

---

5 Cf: Informação sobre o Estado da Indústria Nacional pela seção da Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Rio de Janeiro, 1877. p.1. Disponível em: < http://memoria.nemesis.org.br> Acesso em: 20 mai 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

6 Informação sobre o Estado da Indústria Nacional pela seção da Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Rio de Janeiro, 1877. p.2. Disponível em: < http://memoria.nemesis.org.br> Acesso em: 20 mai 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

7 Ver: Informação sobre o Estado da Indústria Nacional pela seção da Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Rio de Janeiro, 1877. p.2. Disponível em:< http : //memoria. nemesis.org. br> Acesso em: 20 mai 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

> A seção de agricultura (Documento nº8), emitindo suas razões acerca deste assunto, entende não ser da sua competência qualquer dos pontos de vista, sob que for encarada a questão que lhe parece dever ser resolvida pelas seções da indústria fabril e de comércio: pondera entretanto que, em relação à indústria dos chapéus não ainda informadas, ou as tais carapuças nunca deverão equiparar os respectivos direitos com os de chapéus acabado.[8]

A partir da posição da seção da agricultura dentro da SAIN, a luta entre as seções da indústria fabril e do comércio se intensifica, pois o conflito e as argumentações evoluíram para a questão da tese da nova pauta, a tarifa de 1879(Soares,1980:166). Sob a alegação de a tarifa poder ser a favor ou não da indústria fabril, sendo protecionista ou livre-cambista. A ideia que agradaria em muito a seção do comércio seria o livre-cambismo. No documento ora utilizado fica bem explícito a argumentação de que o Império deveria se posicionar quanto ao sistema a privilegiar o protecionista ou o livre-cambista. Esta narrativa remete ao exemplo de duas nações, a Inglaterra e os Estados Unidos da América, mais adequado para o crescimento da indústria fabril no Império mediante a realidade de desenvolvimento nos Estados Unidos da América protecionista quanto as suas indústrias, favorecendo assim ao desenvolvimento do seu mercado interno. Na alegação da seção da indústria fabril confronta a situação dos dois países como algo a ser reconhecido e analisado e indica sua disposição.

> No estado atual da atividade industrial das nações, duas são os sistemas em que se debate o comércio: o liberal, ou da Escola de Manchester; e o protetor ou proibitivo, ou dos Estados Unidos. O primeiro é o ideal, o qual deve tender todas as nações cultas da mesma forma que para o positivo tendem todas as questões científicas elaboradas no vasto domínio inteligência humanas. A Associação universal, isto é, uma associação em que todas as nações obedecem mutuamente a um mesmo regime legal, só pode ser realizável, quando elas tenham chegado a um mesmo grau de indústria e civilização, de educação política e poder. O segundo sistema o protetor, é ao contrário do procedente, o mais seguro de elevar os países novos ao nível da nação preponderante, e sob este ponto de vista constitui os mais poderosos promotores de associação dos povos por consequência, da verdadeira liberdade comercial, para a tende ou deve tender. Numa nação, cujo poder industrial não esta firmado, em que as indústrias apenas começam a aparecer acabrunhadas pela concorrência estrangeira, não é de certo o sistema liberal, que lhe poderá dar vida e vigor; não é, portanto o sistema liberal, que lhe convém.[9]

A argumentação da seção da indústria fabril demanda uma análise por parte da SAIN quando enfatiza a necessidade de seguir o exemplo dos Estados Unidos da América em proteger a indústria nacional contra os produtos estrangeiros. A seção do comércio argumenta contra a posição da seção da indústria fabril quanto ao protecionista por entender ser um exagero tal pretensão. A proposta de fazer o Império adotar o sistema protecionista alteraria todo o pensamento político.

> Quer os primeiros socorrer no exclusivismo de só eles prepararem tal produto para outras fábricas suas coirmãs. Dizem eles: quando mais caro vos ficar essa matéria

---

8 Cf: Informação sobre o Estado da Indústria Nacional pela seção da Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Rio de Janeiro, 1877. p.2. Disponível em:< http : //memoria. nemesis.org. br> Acesso em: 20 mai 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

9 VER: Informação sobre o Estado da Indústria Nacional pela seção da Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Rio de Janeiro, 1877. p 5. <Disponível em: http ://memoria. nemesis.org. br.> Acesso em: 20 mai 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

> -prima de que fazeis uso, mais depressa batereis as nossas portas que guarneceremos com a imposição. Esta que é a questão e a verdade..[10]

Para a seção de comércio o favorecimento da indústria fabril os levaria a ruína, portanto o que adiantava uma seção iria prejudicar a outra. A seção da indústria fabril trazia a SAIN sua necessidade de apoio para a indústria e seu desenvolvimento. Havia um confronto de opinião quanto à mudança na postura do governo referente a que sistema adotar. A proposta da seção fabril seria seguir o exemplo dos Estados Unidos da América, que protegia suas indústrias da concorrência estrangeira.

Conforme afirma em seu livro (Werner,1975:9) "Durante a maior parte da existência do Império do Brasil 1822-1889, a política comercial baseava-se no livre-cambista, o que tornava extremamente difícil o estabelecimento de indústrias no país em face de concorrência." A proposta da seção da indústria fabril era uma reivindicação muito complexa para um contexto agroexportador em que a economia era alicerçada em um único produto, o café; por este motivo o conflito era inevitável entre as duas seções dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Para a indústria fabril, sua afirmação não é um exclusivismo absoluto no Império, e sim uma combinação de ambos, isto segundo a natureza do objeto, ou do estado da indústria, que convém ter sempre presente. Mas para a realidade de uma indústria nascente no Brasil é necessário protegê-la. Tem-se uma reflexibilidade por parte da indústria fabril; isto pode indicar como foi possível por tanto tempo a convivência dentro da SAIN de duas seções tão distintas.

Os comerciantes importadores questionavam o fato da tarifa de 1874 taxar a matéria-prima semielaborada importada para suas fábricas e terem um imposto alto, entendendo que este material já seria um produto acabado. Este outro conflito entre os comerciantes e o próprio entendimento da alfândega fazia parte deste emaranhado da crise chapeleira.

Para o representante da seção do comércio, Sr. Joaquim d'Armada, a própria seção da indústria fabril concorda com a questão errônea da tarifa de 1874 taxar os produtos semielaborados como produto final. "A própria seção da indústria fabril reconhece que alguma razão assiste ao preponente, porque lembra a necessidade de extremar na tarifa essa mercadoria da taxa que lhe é aplicada, por não ser chapéu abatido." [11]

Outra argumentação por parte dos comerciantes importadores era que a indústria nacional não seria prejudicada com a importação de matérias-primas, pois a concorrência poderia gerar maior eficiência por parte da indústria fabril. "A indústria Nacional lucraria sempre porque estabeleceria uma concorrência muito legítima e leal com os chapéus importados." [12]

Os comerciantes importadores expõem sua tese e analisam o que percebem da indústria fabril, alegando que estas indústrias não possuíam conhecimento e habilidades desenvolvidas para a feitura do chapéu e para a concorrência estrangeira. (Lobo,1978:198) Além de afirmarem que a proteção que a seção da indústria fabril almejava prejudicar o Império por serem indústrias fictícias.

> Tenho o dever opor o meu voto a toda a ideia que, apoiando se na proteção de proteger indústrias fictícias, venha ferir a liberdade do comercio o tributar sem vantagem 9 milhões de habilidades das 20 províncias do Brasil em provento a particular de 15 fabricas de chapéus de lebre na Corte.[13]

---

10 Cf: Conflito entre Negociantes e Fabricantes de Chapéus. Discurso apresentado por Joaquim Alvaro d'Armada na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 20 de março de 1877. Typografia de J. Paulo Hildebrandt . p.5.. Firjan. Rio de Janeiro.

11 Cf: Conflito entre Negociantes e Fabricantes de Chapéus. Discurso apresentado por Joaquim Alvaro d'Armada na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 20 de março de 1877. p.2. Typografia de J. Paulo Hildebrandt . p.5. Firjan. Rio de Janeiro.

12 Ver: Conflito entre Negociantes e Fabricantes de Chapéus. Discurso apresentado por Joaquim Alvaro d'Armada na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 20 de março de 1877. p. 5. Typografia de J. Paulo Hildebrandt . p.5.. Firjan. Rio de Janeiro.

13 Ver: Conflito entre Negociantes e Fabricantes de Chapéus. Discurso apresentado por Joaquim Alvaro d'Armada na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 20 de março de 1877. p.7. Typografia de J. Paulo Hildebrandt . p.5. Firjan. Rio de Janeiro.

A seção do comércio admoesta a seção da indústria fabril questionando que suas indústrias eram fictícias e por isso prejudiciais para o Império por não contribuirem para o desenvolvimento econômico. A crise ocorreu pelo conflito de interesses entre duas seções: a de comércio e a da indústria fabril dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Para essa argumentação a análise teve resposta no documento da seção da indústria fabril, não fictícias, mas inferiores, segundo seu próprio pensamento.

> Atualmente muito de nossos produtos são inferiores aos similares do estrangeiro mais isto consequência de que os produtos superiores, que perder-se-ia fabricar, custam mais caros, ou o mesmo preço que os estrangeiros, deixando infelizmente de ser preferidos: entretanto, apesar de todos estes obstáculos alguns artefatos vão lutando em certos lugares, e ganhando algum terreno sem contudo atingirem o desenvolvimento, de que seriam capazes. Os lucros são geralmente insignificantes, e por isso estas indústrias arrastam a vida raquítica e mesquinha, sem poderem renovar a sua matéria nem aperfeiçoar os seus processos, á proporção que aparecem os aperfeiçoamentos, como na Europa se faz, resultando muitas vezes, que no fim de algum tempo trancam as portas. ”[14]

Os comerciantes importadores tinham um braço estendido para a indústria agrícola, pois em seu discurso foi exposto o entendimento quanto à visão que tinham sobre o valor desta em detrimento à indústria fabril. “As indústrias que nos devem merecer os mais assolados cuidados são: indústria agrícola em seus variados ramos.” [15] A oposição fica bem definida: quem é a favor ou contra a indústria fabril. A proposta de Joaquim d’Armada era oposta a da indústria fabril. Eis a proposta para o Conselho Administrativo da SAIN, por parte da seção do comércio.

> 1º Que quando se tenha de reforma a tarifa das alfândegas se procure isentar, ou menos, reduzir as taxas de todos os objetos que constituem matérias-primas para as indústrias criadas no país em via de progresso e adiantamento. 2º Que toda e qualquer indústria seja, isenta de impostos diretos. 3º Que toda a vez que o Governo Imperial tenha de comprar artefatos que se fabriquem no país lhes dê a preferência, embora mais caros que os similares estrangeiros. 4º Que sejam abolidos os direitos interprovinciais nos artefatos de produção nacional para que possam estabelecer-se os princípios gerais da permuta. 5º Que auxílio 12 artistas habilitados em concurso escolhido dentro aquelas indústrias que tenham distinguido no país para irem a Europa e Estados Unidos as despesas do Governo Império para estudara teoria e a prática das mesmas indústrias, devendo voltar no período de três anos com os seus títulos na habilitação, não só para regerem por dois anos cada um as aulas da nossa sociedade, como para reformarem o roteiro sistema de trabalho, aplicando- lhe todos os melhoramentos da arte moderna.[16]

---

14 Ver: Informação sobre o Estado da Indústria Nacional pela seção da Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Rio de Janeiro, 1877. p.12. <Disponível em: http ://memoria. nemesis.org. br.> Acesso em: 20 mai 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

15 Ver: Conflito entre Negociantes e Fabricantes de Chapéus. Discurso apresentado por Joaquim Alvaro d’Armada na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 20 de março de 1877. p.11. Typografia de J. Paulo Hildebrandt . p.5. Firjan. Rio de Janeiro.

16 Ver: Conflito entre Negociantes e Fabricantes de Chapéus. Discurso apresentado por Joaquim Alvaro d’Armada na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 20 de março de 1877. p.14-15. Typografia de J. Paulo Hildebrandt . p. 5. Firjan. Rio de Janeiro.

As reivindicações da seção da indústria fabril foram levadas à Comissão Administrativa da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e seriam: 1º Conservar os direitos atuais para os chapéus até 9% m. 2º Duplicar os direitos aos que excederem de 9% m. 3º Aumentar consideravelmente aos direitos nos chapéus de lã. 4º Manter direitos elevados para forros já cortados, carcaças e outra espécie apropriados aos chapéus.
O interesse da seção da indústria fabril se configura na tentativa de proteger suas indústrias dos produtos estrangeiros conservando as vantagens já conferidas e almejando auxilio do governo. A seção do comércio apetecia isenção ou reduções de tarifas que pudessem ocasionar um cometimento ao comércio importador e abolição dos impostos interprovinciais no principio da permuta, gerando assim um maior domínio do comércio importador e de seus produtos no mercado interno no Império.
Este debate durante 1876-1877, dentro da SAIN, refletiu de maneira clara a crise do setor fabril no Rio de Janeiro e proporcionou que em 1877 o presidente da SAIN, o visconde do Rio Branco, pudesse elaborar um documento conciliatório entre as partes, a seção do comércio e a seção da indústria fabril que defendesse a liberdade de comércio sem prejuízo das indústrias. As reivindicações seriam: redução das incidências tarifárias sobre a matéria-prima não produzida no país, quando destinada às indústrias; proteção razoável para a instalação de novos estabelecimentos industriais necessários ao país; isenção de impostos para os produtos manufaturados nacionais exportadores; obtenção de créditos agrícolas e industriais; preferência do produto nacional nas compras do Governo; divulgação das estatísticas agrícolas e industriais; organização do ensino agrícola e industrial.(Leopoldi,2000:99)
Em 1878, uma comissão de dois funcionários da Alfândega foi enviada pelo Governo Imperial para a Europa e os Estados Unidos a fim de visitarem fábricas e alfândegas, com o objetivo de racionalizar o serviço no Império. "Os dois concessionários foram incumbidos de se informar sobre os métodos mais aperfeiçoados de classificação dos produtos taxáveis e de tomar nota das inovações realizadas em várias indústrias, bem como das alfândegas." (Stein, 1979:31) Os funcionários voltaram da Europa e dos Estados Unidos convencidos da importância do desenvolvimento da indústria fabril. A partir desta posição o Governo Imperial muda sua relação quanto à tarifa e o protecionismo de forma "moderada".

> Neste ponto, senhores, aguardando a fidelidade que devemos a história destes fatos, sermo há lícito dizer-vos que o elemento predominante desta comissão foi tirado da classe dos negociantes importadores; e por esta simples causa, podeis compreender quão poucos foram atendidas as reclamações dos industriais.[17]

A nova tarifa de 1879, de caráter protecionista, parece ter conseguido o atendimento parcial de suas reivindicações pela elevação dos direitos dos chapéus importados. Os fabricantes de chapéus tiveram condições mais favoráveis para aumentar seus de investimentos. Os estabelecimentos de chapéus de feltro se reaparelharam para a produção de chapéus de lã.
Conforme Luz "os adversários do protecionismo, entretanto, não silenciaram suas críticas e movimentaram-se para obter a anulação dos resultados conseguidos na pauta de 1879". (Luz,1975:50). Em 1880, sobre a influência dos comerciantes importadores, o Governo formou uma nova comissão para a revisão da tarifa de 1879.

> Porém, se essa tarifa não estava no caso de satisfazer as necessidades da maior parte das indústrias, elas iam ficar em mais precária posição com a nova revisão a que, no meio do ano de 1880 estava procedendo na alfândega da Corte uma nova comissão nomeada Sr. Ministro da Fazenda, o Sr. Conselheiro José Antônio Saraiva.[18]

Com a pressão exercida pelos comerciantes importadores para a revisão da tarifa de 1879, o grupo da seção fabril se retira da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a partir desta posição do Governo Imperial, tão sujeito a pressões sociais.

---

17 Cf: Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro. 1882. p.19. IHGB. Rio de Janeiro.

18 Cf: Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro. 1882. p.20. IHGB. Rio de Janeiro.

A posição ambígua quanto à indústria fabril na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, tanto no seu Estatuto, bem como nas suas ações, refletia em parte o conflito dentro deste órgão no Império do Brasil na década de 1870. A sua dificuldade de tomada de decisão, vem por parte pela composição de seus membros, que possuíam inúmeros interesses que divergiam dentro do órgão e por seus compromissos com o Governo Imperial. Por esta razão ver-se-á a seguir a luta pela indústria fabril, já na década de 1880 do século XIX, com a organização da primeira entidade a favor da indústria fabril, e de que forma utilizaram todos os meios possíveis para o seu crescimento e visibilidade para com o Governo Imperial e para a esfera pública na década de oitenta.

3- A Origem da Associação Industrial do Rio de Janeiro

A Associação Industrial do Rio de Janeiro (AIRJ) organizou-se em um momento de cisão, dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. E, portanto, sua formação ocorreu mediante uma grande crise, que levou a uma tomada de decisão de se estreitar os laços da indústria fabril no Império do Brasil.

No período de 1877 a 1880, poder-se-á notar a formação da Associação Industrial, suas principais metas e seus meios para a sua coesão, tanto interna quanto externa e a busca de seus objetivos a serem alcançados ao longo de sua trajetória.

Em 1878, com as dificuldades do Tesouro, foram elevados para 50% a tarifa sobre os direitos adicionais de importação; pela tarifa Rio Branco tinham sido anteriormente fixadas em 40%. Foi nomeada uma nova revisão da tarifa alfandegária, incumbida de conciliar, quando possível, os interesses da Fazenda com os do comércio. (Luz,1978:55)

Em 1879, saiu a nova tarifa que trouxe discussões quanto ao protecionismo brasileiro. O antagonismo entre os fabricantes de chapéus que solicitavam um aumento da tarifa e os importadores de chapéus que queriam a redução da mesma causou um conflito de interesses que pôde impulsionar a formação da Associação Industrial, pois estas duas seções dentro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional entraram em disputa. O aumento da tarifa não satisfez a ninguém.

Com a vitória da seção da indústria fabril quanto à questão chapeleira e as suas reivindicações, estas foram enviadas ao Governo Imperial sendo solicitados a promoção do desenvolvimento industrial e o amparo às fábricas já existentes por meio de uma tarifa adequada. Apesar do ganho dos industriais quanto a esta nova tarifa, os seus opositores, os importadores de chapéus, não se calaram e fizeram pressão sobre o Governo Imperial com o objetivo de se reverter o ganho alcançado. Com a crise chapeleira dos anos de 70 formou-se no seu interior uma ala industrialista, que abriu espaço numa área antes ocupada pelos comerciantes e agricultores. Este foi o núcleo original do movimento industrialista do centro-sul.

> As cisões no interior (SAIN), que também atingiam a Associação Comercial do Rio de Janeiro, eram indicativas de que o rápido processo de transformação econômica, social e política que o país vivia iria levar a mudanças nas entidades representativas dos vários setores econômicos. Rompia-se a ampla coalizão de interesses econômicos. Cada setor tinha reivindicações próprias a fazer ao governo e se organizava para dar voz as suas demandas(Leopoldi,2000:99)

Em 1880 foi nomeada uma nova Comissão para a revisão da tarifa alfandegária, com isso, a indústria fabril resolveu se unir. A posição dos importadores era pressionar o Governo Imperial para a diminuição dos direitos sobre os artigos e os fabricantes de chapéus reuniram-se e resolveram, por meio de uma representação, buscar forma de negociação junto ao governo Imperial. "A representação, conforme foi lavrada, concluía pedindo providências no intuito de promover no Império a fundação das indústrias fabris e manufatureiras, e de impedir a ruína daquelas que já tinham suficientes indícios de vida." [19]

---

19 Cf: Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882. p. 17. IHGB, Rio de Janeiro.

Esta representação junto ao Governo Imperial não obteve o seu propósito alcançado como a própria Associação narrou em seu Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro de 1882: "nunca teve um despacho, não mereceu uma ligeira menção nos relatórios dos nossos Ministros: morreu como muitos outros documentos desta ordem, asfixiada no pó dos arquivos das Secretárias de Estado." [20]

Os fabricantes de chapéus, solícitos na defesa de seus interesses, sabendo que os importadores de chapéus estavam na Comissão de revisão da tarifa de 1879, trataram de congregar-se novamente e endereçaram ao Governo Imperial uma nova representação, pedindo proteção para a indústria fabril e seu espaço no cenário econômico no Império.

O Comendador e Vereador Malvino da Silva Reis teve a iniciativa de unir os industriais para a defesa dos chapeleiros em uma Associação para melhor lutar por seus interesses. Os industriais lançaram mão de artigos que foram publicados na imprensa do Rio de Janeiro, que tinham como objetivo despertar a esfera pública e o Governo Imperial para a indústria fabril.

> Com o fim de assegurar o resultado das pretensões destes industriais, e ao mesmo tempo chamar atenção pública para semelhante assunto, foi a ideia de interessar em todas as industriais nesta questão, tratando-a de um modo geral no dia 02 de setembro de 1880, ele e diversos industriais fizeram uma reunião no escritório do Snr. Conselheiro Antonio Pedro da Costa Pinto. [21]

Nesta reunião, formularam uma circular que devia ser assinada por 21 firmas de industriais de diferentes ramos. A convocação seria para os interessados pelo desenvolvimento do "trabalho nacional" que ocorreria em 06 de setembro, no salão da Praça do Comércio, na Associação Comercial do Rio de Janeiro. Vários discursos, que enfocavam a instabilidade da tarifa aduaneira e a urgência de uma política que animasse a indústria fabril. O objetivo da Associação era a defesa da classe e seus interesses. (Luz,1978: 57). Pela primeira vez os industriais do Brasil associaram-se, fundando, em 1881, uma organização que defendesse os seus interesses particulares. (Stein,1979:33) Iniciando suas atividades, organizando estatísticas industriais, discutindo seus problemas pela imprensa, realizando conferências com o Ministro da Fazenda.

No ano de 1880, foi nomeada uma diretoria provisória da Associação Industrial composta pelos senhores Comendador Malvino da Silva Reis, Manoel Diego Santos, José Maria Teixeira de Azevedo, Angelo Agostini e José Luiz Fernandes Braga. Na mesma reunião foi organizada uma comissão para elaboração de um projeto de Estatuto da Associação Industrial, esta composta pelos senhores Dr. Henrique Hargreaves, Henrique Leuzinger e José Alves Ferreira Chaves.

> No dia seguinte, tendo lugar uma nova reunião no salão Prealle, a fim de discutir-se sobre o projeto de estatutos apresentada pelos senhores, Dr. Henrique Hargreaves, ficou resolvido, entre outros pontos, que a Associação seria composta unicamente de industriais; e, não estando nestas condições o senhor Comendador Malvino Reis, embora fosse lamentável a perda de um tão prestimoso auxiliar, não podia ele ter parte na mesma Associação, exceto como sócio honorário.[22]

"Os sócios deveriam ser industriais brasileiros ou estrangeiros, ora residentes no Império, com firmas ativas e contribuintes para a manutenção da Associação Industrial".[23] Tendo em vista que diferentemente da SAIN, a

---

20 . Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882. p. 18. IHGB, Rio de Janeiro.

21 Cf: Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882. p. 21. IHGB, Rio de Janeiro.

22 Ver:Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882. p. 23. IHGB.

23 Cf: O Trabalho Nacional e seus Adversários 1881. Artigo Manifesto da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1881.p. 15. Disponível em: <http://memoria. nemesis.org. br> Acesso em: 20 mai 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

Associação não possuía nenhuma ligação econômica com o Império, portanto podendo questioná-lo e buscar ajuda para as suas Exposições Industriais, quando representativa para o Governo Imperial.

Outras reuniões foram realizadas com o fim de elaboração do Estatuto e a organização da estatística que foram encaminhados para o Ministro da Fazenda, com uma representação que conseguiu o apoio do ilustríssimo Senhor Senador do Império João José de Oliveira Junqueira, o qual se dizia disposto a interpelar junto ao Governo quando se discutisse o orçamento. Este foi o primeiro parlamentar a apoiar a causa da indústria fabril, neste momento embrionário da Associação Industrial.

> Apressou-se em discutir pela imprensa os interesses da indústria nacional, organizando estatísticas que lhe diziam a respeito, teve conferência com o Sr, Ministro da Fazenda e, finalmente, redigido uma representação que foi incorporada apresentar ao Senado, onde tiveram ocasião de registrar os sentimentos de adesão do ilustrado Senador o Sr. João José de Oliveira Junqueira o qual se dizia disposto a interpelar o Governo quando se discutisse a lei orçamentária. [24]

O Estatuto da Associação Industrial do Rio de Janeiro foi aprovado pelo Decreto nº 8006 de 26 de fevereiro de 1881, a seguir foi eleita a diretoria definitiva composta por Dr. Antonio Felício dos Santos, presidente; Manoel Diego Santos, 1º vice-presidente; Francisco Antonio Maria Esberard, 2º vice-presidente; Francisco Antonio Ignácio de Oliveira Aguiar, 1º secretário; Henrique Leuzinger, 2º secretário; Francisco Marques da Costa Braga, tesoureiro; Belmiro José da Costa, adjunto; João Gomes Pereira e Antonio Gonçalves de Carvalho[25].

Ainda no Estatuto tinha a pretensão de criar uma biblioteca industrial, um museu para as exposições de produtos e um periódico dedicado à indústria nacional.

> 1º Representar a indústria Nacional como uma entidade em todas as ocasiões e por todos os meios que se tornarem necessários se conveniente, defendendo-a e protegendo-a. 2º Fomentar a criações de idênticas associações nos centros mais populosos do Império e corresponder-se com elas. 3º Publicar com seu relatório anual uma estatística industrial. E mais quando possível criar uma biblioteca industrial, criar um museu industrial para exposição de produtos da indústria nacional, criar um periódico dedicado à indústria nacional a indiscutível utilidade da Associação. [26]

A Em 1881, o Estatuto da AIRJ foi elaborado e passado mais tarde por reforma pela própria Seção de Negócios do Império. Este define o objetivo central da Associação Industrial, a defesa da indústria e a representação como entidade, além de proporcionar a união da classe, com reuniões periódicas, a organização de um museu, uma biblioteca e um periódico para a divulgação de seus atos.

Os industriais lançaram mão de artigos que foram publicados na imprensa do Rio de Janeiro que tinham como objetivo despertar a atenção da esfera pública e do Governo para as necessidades das indústrias fabris no Império. A articulação por parte dos industriais era feita com a utilização da imprensa, como o meio de atingir o público trazendo informações e pressionando os dirigentes do Império. Em seu livro afirma: "os industriais interessados em reservar o mercado brasileiro para a produção nacional, defendiam rigorosamente a adoção de uma política alfandegária protecionista." (Turrazi,1989:52) Já no primeiro ano de existência, a Associação demonstrava que a imprensa era um meio eficaz.

---

24 Cf: O Trabalho Nacional e seus Adversários 1881. Artigo "Manifesto da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1881".p.29 Disponível em: <http://memoria. nemesis.org. br.> Acesso em: 20 mai 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

25 Cf: Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882.p. 24. IHGB. Rio de Janeiro.

26 Cf:O Periódico "O Industrial". Artigo: "Estatuto da Associação Industrial do Rio de Janeiro 26 de fevereiro de 1881", p.2. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

> Ao transmitir á nova administração os poderes de que se achava revestida, a Diretória Provisória fez uma resenha dos fatos passados no seu tempo, tornando saliente o progresso que havia grandeado, na opinião pública, nossa propaganda, inclusive no Parlamento, em cujo seio alguns membros mostravam-se convencidos da necessidade de proteger as nascentes industriais do país.[27]

A utilização da imprensa, que exercia a função de fazer a ligação entre a Associação e a esfera pública, era essencial para a exposição de suas ideias e princípios, os quais desejava incutir no pensamento de seus leitores. A distribuição do periódico *O Industrial,* órgão da Associação, era um meio de se alcançar o maior número possível de pessoas.

A ideia de desenvolvimento, melhoramento e transformação presente na palavra "progresso", traz consigo a ideia de continuidade, que os "fatos" podem ser mudados, sendo o trabalho proposto como um agente de riqueza e transformação, tanto na área econômica quanto na social. "sociedade que se adéquam às mudanças, a ideia de civilização que se desenvolveu no século XIX intercambiou com a ideia de cultura, de cultivação do espírito, de desenvolvimento estético, moral e intelectual" (Azevedo,2003:37), tendo a Associação Industrial um objetivo associativo com um foco de discussões e divulgação de suas ideias, a fim de motivar e ganhar espaço junto aos industriais fabris, estes argumentam:

> Outra grande vantagem intuitiva de nossa Associação será cultivo das relações pessoais entre os cidadãos constituindo uma classe detinha como operários da mesma função social. Desnecessário é encarecer a utilidade desse resultado e quanto os convém criar um centro de reunião de nossas forças.[28]

Para os industriais, o fato de estar isolado, um desconhecendo o outro, poderia ser a causa do Governo Imperial ignorar suas necessidades e ideias para com a economia do Império, restando apenas os impostos a serem pagos. A vantagem de associar-se era a força que poderiam exercer como classe, junto à esfera pública e o Governo Imperial.

A crítica feita pela Associação Industrial quanto ao pensamento econômico do Império, influenciado pela Escola Inglesa, era a razão da grande dificuldade do desenvolvimento da indústria fabril.

> A ideia arraigada no espírito dos nossos homens políticos, educados, pela maior parte, nos princípios da escola inglesa, que tem vigorado nas nossas academias detivera o Império Brasileiro na mais completa abstinência das vantagens resultantes do exercício simultâneo das diferentes industriais dentro de uma nação.[29]

A consequência foi que o Brasil, como que por uma convenção científica, ficou sendo sempre uma nação agrícola. Favorável aos interesses ingleses que viam na continuidade desta situação uma porta aberta aos seus produtos. Dificulta assim o desenvolvimento e o florescimento da indústria fabril. Em defesa da indústria, a Associação Industrial se manifesta de maneira critica quanto aos homens públicos responsáveis pela direção e crescimento do Império.

> Os homens incumbidos a 50 anos da gestão dos negócios públicos no Brasil só se tem ocupado de uma política partidária, estreita, esgotando as forças intelectuais desta geração em estéreis discussões, em exclusivismos pessoais sem objetivo ideal nobre nem resultados positivos de progresso. Nelas consome-se a atividade nacional

---

27 Ver: Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882. p. 26. IHGB. Rio de Janeiro.

28 Cf: O Trabalho Nacional e seus Adversários 1881. "Manifesto da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1881". p.16 Disponível em: <http://memoria. nemesis.org.br> Acesso em: 20 mai 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

29 Ver: Relatório da Assembleia Geral da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1882. p. 8. IHGB. Rio de Janeiro.

> que devera empenhar-se na concorrência industrial com outros países criando as condições mais adequadas para a satisfação das necessidades e aspirações da humanidade no século presente.[30]

O entendimento por parte dos políticos era de protegerem a agricultura em detrimento a indústria fabril. Na visão da Associação, era um erro haver a dependência econômica baseada em um produto: o café; este de exportação, pois poderia a qualquer momento caracterizar um grande golpe na economia do Império se este produto caísse de valor na economia mundial. Com um modelo primário-exportador cujo caráter decorre, segundo Cardoso de Mello, do fato de que as "exportações representavam o único componente autônomo de crescimento da renda."(Mello,1998:31-32). A estrutura produtiva é composta, basicamente, por dois setores: o setor externo, o centro dinâmico da economia; e o setor interno, composto pelas atividades industriais, pela agricultura mercantil de alimentos e de matérias-primas e pelas atividades de subsistência, cuja característica era de dependência ao setor externo.

A Associação Industrial sinaliza com uma proposta o incentivo à indústria fabril, como um braço alternativo na economia que pudesse desencadear crescimento e trabalho para os desocupados do Império. A visão de progresso e de competição entre os diversos países e suas indústrias era o entendimento sugestionado em seu Manifesto. Aqui a crítica da Associação realça sua pretensão de se enquadrar no presente século XIX, como uma nação civilizada em via de se harmonizar com as demais nações. "Na segunda metade do século XIX, a ideia de progresso vai ganhando novos contornos caracterizando-se como desenvolvimento do progresso técnico, da industrialização e de todo o desenvolvimento material."(Azevedo,2003:44).

4- Conclusão

A cisão na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional pode ocasionar um corte na coalizão entre as seções da agricultura, comercio e a indústria fabril dentro da entidade, podendo suscitar um momento de saída e organização da indústria fabril no século XIX no Império do Brasil.

Provocando a reorganização das forças políticas e econômica dentro da sociedade Imperial. A Associação Industrial do Rio de Janeiro trouxe para esse cenário uma proposta de proteção a indústria fabril e com isso a intenção de lutar por uma indústria que pudesse concorrer com os países mais desenvolvidos de sua época, podendo assim entrar para a era de civilização e progresso tão apregoada no século XIX.

5- Referências Bibliográficas

AZEVEDO, André Nunes de (2003).Da Monarquia à República: Um Estudo dos Conceitos de Progresso e Civilização na Cidade do Rio de Janeiro entre 1868-1906. 2003, p. 37. Tese (Doutorado em História). Puc: Rio de Janeiro,.

CARONE, Edgard. (1977), O Pensamento Industrial do Brasil: 1880-1945

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. (2000), Política e Interesses na Industrialização Brasileira: as Associações Industriais, a política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra,.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. (1978), História do Rio de Janeiro. Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro. Rio de Janeiro: IBMEC, v. 1.

LUZ, Nícia Vilela. (1975),A Luta pela Industrialização do Brasil: 1808- 1930, 2. Ed. São Paulo: Alfa-Ômega,

30 Cf: O Trabalho Nacional e seus Adversários 1881. Manifesto da Associação Industrial do Rio de Janeiro, 1881. p. 18. Disponível em:< http://memoria. nemesis.org. br>. Acesso em: 20 mai 2010. Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro.

MELLO, João Manuel Cardoso. (1998), O Capitalismo Tardio. 10. ed. São Paulo: Unicamp. IE.

STEIN,Stanley J. (1979), Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil, 1850-1950. Rio de Janeiro: Campus.

SOARES, Luís Carlos. (1980), Manufatura na Formação Econômica e Social Escravista no Sudeste. Um Estudo das Atividades Manufatureiras na Região Fluminense 1840-1880. 1980, Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Ciências e Filosofia, UFF, Niterói, Rio de Janeiro,.

WERNER, Baer. (1975), **A** Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV,.

TURAZZI, Maria Inez. (1989),A Euforia do Progresso e a Imposição da Ordem: Engenharia, a Indústria e a Organização do Trabalho na Virada do Século XIX ao XX. Rio de Janeiro: COPPE e Marco ZERO.

O domínio do risco: a produção da verdade republicana

José Viegas Brás[1]

Maria Neves Gonçalves[2]

André Robert[3]

Resumo: O processo de modernização social concorre para um aumento significativo dos riscos sociais que se fazem sentir tanto a nível individual como colectivo devido à imprevisibilidade que percorre os modos de vida da contemporaneidade que introduziu novas dinâmicas e transformou os riscos em fenómeno globalizado (Giddens, 1987). Face a esta realidade, quisemos indagar de que forma os republicanos, na mudança de regime (passagem da Monarquia para a República), conseguiram minorar os riscos face à nova ordem? São objectivos deste trabalho: (i) Compreender as decisões sobre o risco e a incerteza, provocadas pela mudança de regime (ii) Analisar a montagem dos dispositivos que possibilitaram responder a este problema. Com este estudo, em que recorremos a fontes diversificadas, podemos concluir que os dispositivos criados (educação cívica, instrução militar preparatória, …) serviram para diminuir o risco e a incerteza e consolidar o regime republicano que procurou uma nova legitimidade política e social.
Palavras-chave: republicanismo, risco, educação cívica, instrução militar preparatória

Introdução

A Modernidade encontra-se enformada por uma conjuntura que valoriza o sujeito enquanto detentor de liberdade, compreendida como autonomia, na medida em que recusa qualquer autoridade exterior a si mesmo. Como refere Renaut, "já não aceita receber as suas normas e leis nem da natureza das coisas nem de Deus, mas pretende escolhê-las e fundamentá-las ele próprio a partir da sua razão e da sua vontade" (1999, p.9), acabando por favorecer a manipulação da natureza à sua compreensão. Isto condicionou a emergência da ideia de um progresso que, posteriormente, se viu articulado, ou mesmo vinculado ao Capitalismo, que como modo de produção hegemónico tem como ponto de partida e ponto de chegada só mais capital.

Seguindo Taylor (2010, p. 11), poderemos antes falar de "múltiplas modernidades" sendo que as diferenças entre elas se devem compreender sob o ponto de vista dos divergentes imaginários sociais implicados, entendendo imaginário social não como um conjunto de ideias mas o que possibilita, mediante a atribuição de sentido, as práticas de uma sociedade.

No mundo moderno, diz-nos Anderson (1993, pp. 22-23), todos têm uma nacionalidade, assim como todos têm um sexo. Nação é "una comunidad política imaginada como inherentemente limitada y soberana. Es imaginada porque aun los mienbos de la nación más pequeña no conocerán jamás a la mayoría de sus compatriotas, no lo verán ni oirán siquiera hablar de ellos, pêro en la mente de cada uno vive la imagen de su comunión".

Com efeito, o processo de modernização social concorre para um aumento significativo dos riscos sociais que se fazem sentir tanto a nível individual como coletivo, conectados e em correspondência direta com a impre-

---

1 Doutor em História da Educação, pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Pos-Doutoramento em História da Educação pela Universidade de Salamanca. Investigador integrado do CeiED. Editor da Revista Lusófona de Educação. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias- CeiED zevibras@gmail.com

2 Doutora em Ciências da Educação, pela Universidade de Évora. Pos-Doutoramento em História da Educação pela Universidade de Salamanca Investigadora integrada do CeiED. Editora da Revista Lusófona de Educação. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - CeiED maria.neves.g@gmail.com

3 Doutorado pela Paris V-Sorbonne. Professor e Diretor da Escola Doutoral EPIC (Education, Psychologie, Information et Communication) da Univ. Lyon 2. Investigador na área da História Social. Université Lyon 2 Andre.Robert@univ-lyon2.fr

visibilidade que percorre os modos de vida de homens e mulheres. A contemporaneidade, nas suas múltiplas manifestações, deu aos conceitos de risco e incerteza visibilidade, diríamos até centralidade, por isso as várias abordagens de que tem sido alvo. Taylor (2010, p.57) refere a este respeito que a modernidade ocidental é o aumento do desencanto, o eclipse do mundo de forças mágicas e de espíritos e, consequentemente, do «desenquadramento» dos indivíduos.
É neste sentido que Giddens (1987, p.3) sustenta:

> "A cultura da modernidade é uma cultura de risco. Não quero com isto dizer que a vida social seja inerentemente mais arriscada do que antigamente - para a maioria das pessoas nas sociedades desenvolvidas não é este o caso. Quero sim dizer que o conceito de risco se torna fundamental para o modo como tanto os actores leigos como os especialistas técnicos organizam o mundo social. (...) Pensar em termos de risco é vital para avaliar quão longe os projectos poderão divergir dos resultados previstos"

Com efeito, o poder afigura-se a um dispositivo essencial às relações humanas, sendo um mecanismo regulador imanente à própria acção organizacional (Carvalho, 2014, p. 23). De acordo com o pensamento de Foucault (1971), diremos que o poder está vinculado a uma dimensão de positividade, produzindo saberes e, em última análise, produzindo o real. Neste sentido podemos dizer que "O republicanismo vem dar-nos a possibilidade de saborearmos o tempo de outra maneira. O republicanismo, à medida que passou, criou. Com ele, o preenchimento do tempo ganhou sentido existencial, fez com que a realidade se confundisse com o sonho. Com ele, a vontade de futuro nasceu, turbulenta é certo, mas com o desejo de fazer existir, fazer-ser de outra maneira, fluindo à procura de um novo leito" (Brás & Gonçalves, 2011a, p.4).
Assim, no contexto da institucionalização da República, colocamos as seguintes perguntas:
(i) De que forma os conceitos de risco e incerteza provocados pela mudança de regime (da Monarquia para a República) foram tratados pelos republicanos? (ii) De que forma os republicanos, na mudança de regime, conseguiram corresponder aos anseios do povo minorando os riscos e as incertezas face à nova ordem? (iii) Que dispositivos foram accionados pelos republicanos para estabelecerem outros poderes?
Definir um problema é, como diz Crozier e Friedberg (1977, p.21) "c´est toujours aussi déterminer les incertitudes pertinentes, et c'est donc aussi circonscrire indirectement avec elles la structure de pouvoir du construit humain qui devra le traiter".
Face a esta problemática, enunciámos como objectivos: (i) Analisar como o risco e a incerteza foram controlados na mudança de regime pelos republicanos; (ii) Compreender as decisões sobre o risco e a incerteza, provocadas pela mudança de regime (passagem da Monarquia para a República); (iii) Analisar a montagem do dispositivo que tornou possível esclarecer este problema.
Para tentar responder a estes objectivos recorremos a fontes diversificadas: - Impressas (imprensa, legislação, publicações republicanas e manuais de Educação Cívica) e iconográficas (fotografias e caricaturas).
Analisámos as fontes tendo em linha de conta os seguintes critérios de análise (direitos e deveres; educação cívica, laicidade e Instrução Militar Preparatória (IMP):

Fig. 1. – Esquematização dos critérios de análise das fontes utilizadas

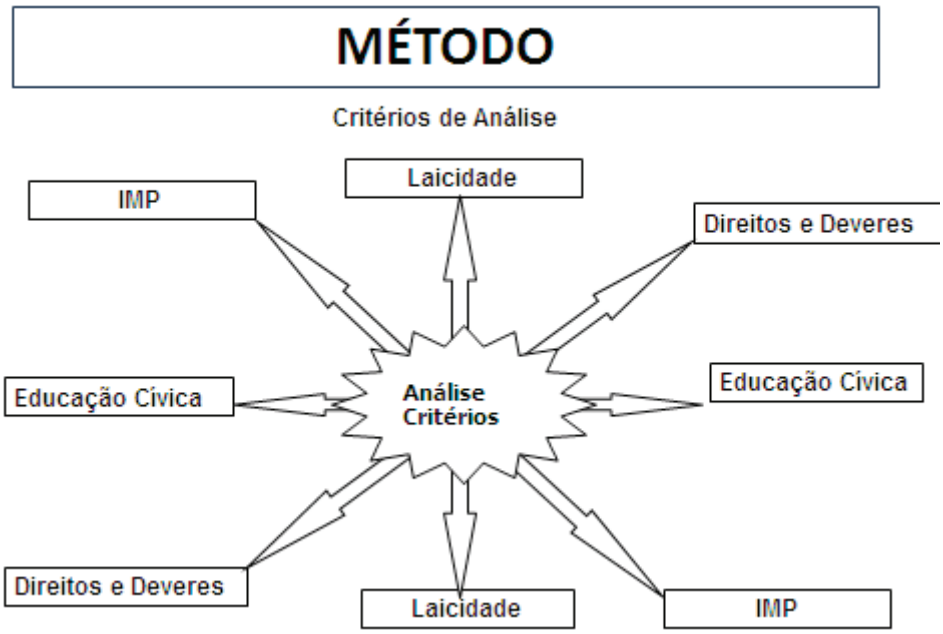

Fonte: Elaboração própria

2. Apresentação de resultados

Pela análise das fontes enunciadas, verificámos que para os republicanos, os riscos e incertezas provinham essencialmente da influência da Igreja, do Jesuitismo, da decadência (do que então se designava da raça) e dos valores da Monarquia.

Tendo em linha de conta esses riscos e incertezas, as decisões que o poder republicano tomou passaram pela institucionalização da Educação C**ívica, da moral laica - com a consequente laicização da sociedade e da escola – e da Instrução Militar Preparatória.**

O que se pretendia com estas decisões centrava-se sobretudo na concretização do *Novo Homem - Homem Novo*. Assim, era necessária a formação de cidadãos, conscientes dos seus direitos e dos seus deveres cívicos, a criação de um homem laico e a formação do cidadão-soldado. Todas estas opções se afiguravam importantes para a *gouvernance* republicana pois tinha de arquitectar respostas aos riscos da 1ª Guerra Mundial.

O projecto educativo e político dos republicanos assentava, pois, nos seguintes pressupostos: (i) a separação das Igrejas e do Estado (que passava pela separação da Igreja e da família, separação da Igreja e da Escola, separação da Igreja e da Assistência); (ii) a descristianização ou, pelo menos, a descatolização de todas as atitudes e comportamentos individuais e colectivos ligados à vida da comunidade e à existência familiar e individual; (iii) a laicização da sociedade e do ensino; (iv) a extinção nas escolas do ensino da Religião e a sua substituição pela Educação Cívica; (v) a expulsão das ordens religiosas; (vi) a obrigatoriedade do casamento civil; e (vii) a abolição dos juramentos religiosos nos actos civis.

Os adeptos da laicização sustentavam que a Igreja deveria confinar-se a uma acção exclusivamente evangelizadora e não se imiscuir nos negócios temporais. Rémond (1990) sustenta que, para o pensamento liberal, o religioso é um facto estritamente individual, puramente pessoal e que deve ser confinado à esfera do privado. Ao pretenderem subtrair o espaço público à tutela religiosa dominante, os militantes laicos visavam, em última instância, preservar o Estado das ingerências clericais e, ao mesmo tempo, assegurar reciprocamente a independência do religioso. A esta luz, convém sublinhar que a influência clerical no sistema de ensino do nosso país foi grande tal como o foi noutros países, daí que, ao longo da centúria de Oitocentos, os doutrinadores antidinásticos advogassem recorrentemente a necessidade de laicizar o ensino.

Na óptica anticlerical e republicana, era condição primordial para se conseguir a interiorização e a socialização dos novos valores dessacralizados, a garantia da neutralidade religiosa do Estado e a implementação de um ensino obrigatório, gratuito e laico. O princípio da obrigatoriedade – como assinala Catroga (2000)- era irrealizável sem os outros dois pressupostos correlatos - a gratuitidade, que só o Estado poderia garantir, e a laicidade. **É** neste sentido que é promulgado o Decreto de 22 de Outubro de 1910 em que António José de Almeida, na qualidade de ministro do Interior, retira o ensino da Doutrina Cristã das Escolas e, em sua substituição, coloca a Educação Cívica, considerada segundo um articulista da revista *Educação Nacional*, Manuel Gomes Correia, o "evangelho das escolas", porque, esta disciplina devia "compendiar tudo quanto fosse tendencioso ao bem individual, colectivo, da família, dos povos e da Pátria" (*Educação Nacional*, ano XV, n.º 743, 11 de Dezembro de 1910, p. 99). A finalidade da educação cívica seria fazer de cada indivíduo um cidadão útil a si e à comunidade, capaz de impulsionar o progresso da nação, contribuir para a evolução da humanidade, numa sociedade igualitária, livre e justa.

Imbuídos destes ideais secularizantes e laicizantes, os doutrinadores antimonárquicos pugnaram pela separação do religioso e do político, pela emancipação das consciências face ao poder clerical, pela supressão do catecismo no quadro escolar e pela perda do monopólio plurissecular da Igreja sobre a instrução pública. Catroga (2006) alude ainda à separação da Igreja e da família, à separação da Igreja e da saúde e aborda também o desejo dos apóstolos antidinásticos de laicizar o capital simbólico, através da instauração de feriados civis e da promoção de festas e de uma nova hagiografia cívica.

A dinâmica de dessacralização, o longo percurso secularizador e a sequência de acontecimentos que conduziram à revolução do 5 de Outubro de 1910 levaram Afonso Costa, enquanto titular da pasta da Justiça, no Governo Provisório, a decretar a Lei da Separação[4] . O primeiro aniversário desta lei foi comemorado pelo jornal *O Mundo*, o que atesta a importância concedida pelos republicanos a esta questão. Em Abril de 1912, França Borges, então director do jornal *O Mundo*, escreve a Bernardino Machado, um destacado membro do republicanismo tendo inclusivamente desempenhado por duas vezes o cargo de presidente da República:

> "Ex. mo Amigo,
> O *Mundo* quer dedicar o seu número do dia 20 deste mês a comemorar o 1.º aniversário da lei da Separação das Igrejas. Desejava que para esse efeito ele publicasse, entre outros, um artigo de V. Ex.ª e que esse artigo estivesse em meu poder no dia 18. Posso contar com a sua aquiescência ao meu pedido?
> Com muita estima e consideração
> De V. Ex.ª
> Amigo e admirador
> França Borges
> Lisboa, (?) Abril de 1912" .

Por tudo o que ficou escrito, poderemos concluir que, para a elite republicana, a educação deveria, pois, distanciar-se da moral catequística dos compêndios de doutrina cristã e estribar-se no magistério de valores cívicos e na formação de bons cidadãos. Só laicizando a sociedade, a escola e as consciências individuais "se conseguiria sapar o poder das forças que resistiam à modernização e se faria radicar o novo conceito de soberania cidadã" (Catroga, 2006, p. 39).

A par destas componentes, **é** de referir igualmente neste estudo, a Instrução Militar Preparatória (IMP), decretada a 26 de Maio de 1911, por António Xavier Correia Barreto, então ministro da Guerra. A IMP era ministrada aos mancebos, antes de atingirem a idade do recrutamento e serem incorporados nas unidades de tropa. Tinha como finalidade : (i) facilitar a sua preparação como soldados durante as escolas de recrutas, (ii) permitir que a duração dessas escolas seja reduzida o mais possível. Assim a Portaria de 1 de Junho de 1912

---

4 A lei da separação do Estado e das Igrejas, decretada em França, em 9 de Dezembro de 1905 - "un grand texte historique qui a contribué d'une manière décisive à l'instauration de la République comme État laïque" (Barbier, 2003, p. 163) - acabou por ter repercussão no Parlamento português.

explicitava: "Fazer de cada mancebo um perfeito cidadão ministrando-lhe, a par duma completa Instrução Militar, uma sólida educação cívica, formando-lhe um carácter austero e nobre, que muito pode contribuir para o levantamento moral de que tanto carece a raça portuguesa".
Para termos uma ideia o número de escolas primárias (dos 6 aos 10 anos) que ministratam IMP entre 1912 – 1916 somam um total de 5356 o que mobilizou a frequência de 212319 crianças[5].
Em 1911, pelo Decreto de 26 de Maio, criaram-se as Sociedades de Instrução Militar Preparatória (SIMP) que seriam "para todos os efeitos legais, declaradas patrióticas e beneméritas" e constituiriam " centros de educação destinados a desenvolver e cimentar as altas virtudes cívicas e a fortalecer a mocidade, preparando-a para bem cumprir o seu dever militar" (Decreto de 26 de Maio de 1911, art. 4.° § 2.°). As SIMP conseguiram uma grande projecção ao ponto de conseguirem que 24286 sócios recebessem IMP Estas SIMP deram instrução também a um número significativo de analfabetos num total de 2749[6].
A IMP é antes de mais nada uma imagem. E é uma imagem formada e para ser vivenciada pelo corpo. O corpo produz, por um lado, imagens que correspondem a modelos sociais, culturais e históricos e, por outro, incorpora-as através da exercitação do sistema nervoso. É importante conhecer as experiências corporais das crianças para se saber como elas tomam consciência e formam o conhecimento sobre o mundo (Brás & Gonçalves, 2009, p.120).
A imagem do corpo alimenta-se de matérias simbólicas e estão relacionadas com o imaginário social histórica e socialmente situado. Como refere Le Breton (2006, p. 31), "o corpo está no cruzamento de todas as instâncias da cultura, o ponto de atribuição por excelência do campo simbólico". De acordo com o mesmo autor, nas "sociedades relativamente tradicionais e comunitárias o corpo é o elemento de ligação da energia colectiva e, através dele, cada homem é incluído no seio do grupo". O republicanismo pretendeu fabricar um novo homem de acordo com o seu campo simbólico. A imagem que projectou com a IMP prtendeu vincular as pessoas ao seu imaginário, querendo-se com isto contribuir par a construção de uma nova comunidade.
Com os manuais de Educação Cívica da I República também se reforçou o ideário preconizado pelos republicanos. A Fig. nº 2 mostra as preocupações veiculadas nesses manuais.

Fig. 2. – Análise dos Manuais de Educação Cívica – I República

Manual	*Educação Cívica (1913)*		*Educação Cívica (1916)*		*Educação Cívica (1922)*	
Autor	António Figueirinhas		Cardoso Júnior		António Figueirinhas	
Nº de páginas	26		32		28	
Análise quantitativa por assunto tratado	N.º de páginas	%	N.º de páginas	%	N.º de páginas	%
Constituição do Estado	1,5	6	2	6	3	11
República	1,5	6	0	0	3	11
Divisão dos poderes do Estado	10	31	12	37	5	18
Administração pública	2,5	9	2	6	4	14
Defesa da pátria	2	8	4	12	2	6
Deveres do cidadão	3	11	3	9	13	46
Direitos do cidadão	2	8	0	0	2	7
Iconografia	0	0	4	12	4	14

Fonte: Elaboração própria

5 Para mais informações, consulte-se (Brás & Gonçalves, 2008, 2009).

6 Para mais informações, consulte-se (Brás & Gonçalves, 2009).

Em sintese, a análise do quadro permite-nos concluir o seguinte:
1.Os direitos em detrimento dos deveres dos cidadãos (apesar da retórica panfletárioa republicana, os deveres curiosamente sobrepõem-se aos direitos)
2. a valorização do novo regime
3. a laicidade da escola e do Estado
4. um ensino de feição prática, as lições das coisas, a observação, o recurso a exemplos do quotidiano e menos à memorização.
Como refere Mougniotte (1991, p. 69), "le manuel ne peut pas être neutre", na medida em que, se por um lado, favorece, por outro, "silencia objectos do saber – saberes e pontos de vista" (Magalhães, 1999, p. 287). Nest sentido podemos afirmar que os manuais analisados pretenderam inculcar os valores e ideais do regime vigente, pois,

Fig. 3 – Quadro comparativo dos Manuais de Educação Cívica

Os Manuais Antes da República enfantizam	Os Manuais da I República enfantizam
1. Os deveres em detrimento dos direitos dos cidadãos	1. Os direitos em detrimento dos deveres dos cidadãos
2. A introdução de preceitos novos na Carta Constitucional pelos Actos Adicionais de 1852 e 1885	2. A valorização do novo regime
3. As atribuições do poder moderador, do poder executivo e do poder judicial	3. A laicidade da Escola e do Estado
4. Ensino à base da memorização	4. Um ensino de feição prática, as lições das coisas, a observação, o recurso a exemplos do quotidiano e menos à memorização.
5. Sob o ponto de vista icónico – ausência ou escasso suporte iconográfico	5. Sob o ponto de vista icónico - algum suporte iconográfico

Fonte: Elaboração própria

Conclusão

A resposta dada pelo republicanismo ao risco e à incerteza da mudança foi operada através da montagem dos dispositivos: instituciuonalizalo da Educação Cívica e da Instrução Militar Preparatória e da laicização da Escola e da Sociedade. A situação política europeia e a deflagração da 1ª guerra Mundial contribuíram para a crescente peso da instituição militar na formação cívica dos cidadãos reabilitando o heroísmo guerreiro e evidenciando a necessidade de fortificar a saúde pela educação física e pela higiene[7].
Pretendeu-se republicanizar a escola e o cidadão, de modo a que o sujeito fosse formatado segundo os ideais e valores da República. Se considerarmos, como Jorge d' Ó, que "todo o discurso é um acontecimento inscrito

7 A higiene deu início a um novo processo de psicologização. A higiene invadiu a sociedade e medicalizou os hábitos de vida, introduziu o dever de saúde, levando cada um a cuidar de si próprio. A higiene mais não é do que um saber que veio permitir uma nova salvação, um novo exercício de regulação e vigilância. É um saber que veio estruturar a sociedade, transformar a população e cada um em particular. Este processo de mudança, veio exigir de todos uma busca de aperfeiçoamento a partir de uma nova matriz, um novo imaginário. Um novo mundo mental foi criado, novas formas de pensar, sentir e agir foram introduzidos na vida das pessoas, e nesta precisa medida podemos dizer que uma nova alma foi criada. A partir deste novo saber (que se torna poder), cada um se problematizou (se pensou) e construiu de maneira diferente. Neste sentido, a higiene é também um conhecimento "psi". (Báas, 2008, p.114).

numa série, a qual existe antes e se prolonga para lá dele" (2003, p. 720), poderemos referir que um dos vectores matriciais do pensamento republicano foi educar e formar o cidadão. Como refere Reis (2002, p.17), a "igualdade do direito à educação é uma condição prévia para o pleno exercício dos direitos de participação política por parte de todos os cidadãos" na medida em que a instrução era o alicerce da emancipação humana e da consciencialização cívica. O aumento da participação dos cidadãos é simultaneamente um factor e uma manifestação de democratização das sociedades (Marques, 1996, p. 5).
Os republicanos, imbuídos dos ideias da revolução Francesa e da revolu**ção** liberal foram defensores e impulsionado da educa**ção** cidadã, como forma de naquela conjuntura responderem **à** nova ordem republicana e transformar o imagin**á**rio social. A esta luz, valerá a pena recordar a mensagem promissora dos redactores vintistas de *O Cidadão Literato* (1821): "Só no país, onde o homem gozar da Liberdade de fazer o que a Justiça e a Razão permitirem, onde sábias e justas leis o protegerem, ele poderá reputar-se como um verdadeiro homem, que estará em posse dos atributos anexos à sua sublime natureza; então, só assim, será um verdadeiro Cidadão". Por último podemos dizer que "O republicanismo foi um processo de raiz ontológica. Muita coisa passou com o tempo e muita coisa ficou no tempo. É certo que tudo poderia ter sido diferente, mas não podemos inverter o sentido do que aconteceu, vivê-lo de novo, aperfeiçoando geometricamente o que correu mal, apagando erros e eternizando as virtualidades. Mas podemos, num outro tempo, no nosso tempo, celebrar o valor do diálogo, aprendendo e refletindo sobre o que aconteceu num outro espaço-tempo. O republicanismo é um mar de correntes e ondulações. O importante é que todas essas sensibilidades tenham a possibilidade de nos ensinarem a ser futuro" (Brás e Gonçalves, 2011a, p.4)

Fontes e Bibliografia

Baptista, A. M. (1881). Cartilha política ou direitos e deveres dos cidadãos - Para uso das escolas de instrução primária. Lisboa: Imprensa de Joaquim Germano de Sousa Neves.

Educação Nacional, Porto (1896-1910)

Figueiredo, C. de (1887). Manual dos direitos e deveres - Para uso das escolas de instrução primária Lisboa: Livraria Ferreira;

O Cidadão Literato: periódico de política e literatura, Lisboa - Coimbra, (1821)

O Mundo, Lisboa (1900-1910)

Valadas, Á. R. L. (1897). Direitos e deveres dos cidadãos - Para o curso normal e ensino complementar. Lisboa: Imprensa Nacional.

Bibliografia

Anderson, Benedict (1993). *Comunidades imaginadas*. México: Fondo de Cultura Económica.

Barbier, M. (2003). "Laïcité: questions à propos d'une loi centenaire", Le Débat, 127, 158-174.

Barros, J. de (1908). A Escola e o Futuro. Porto: Ed. Lopes e Cia .

Barros, J. de (s/d). A República e a Escola. Paris-Lisboa, Livrarias Ailland e Bertrand,

Boletim das Sociedades de Instrução Militar Preparatória, Lisboa (1913).

Braga, T. (1893 [1880]). História das ideias republicanas em Portugal. Lisboa: Veja.

Brás, J. V. (2008). A higiene e o governo das almas: o despertar de uma nova relação. Revista Lusófona de Educação, 12, 113-138.

Brás, J. G. V. & Gonçalves, M. N. (2008). "A Instrução Militar Preparatória na I República – A ginástica da educação cívica. A educação cívica da ginástica, *Vértice*, 144, 49-66.

Brás, J. G. V. & Gonçalves, M. N. (2009). As disposições interiorizadas nas Sociedades de Instrução Militar Preparatória. *Educació i Història,* 13, 109-128.

Brás, J. V & Gonçalves, M. N. (2011a). O imperativo Republicano em Debate . Lisboa. Edições Universitárias lLusófona.

Brás, J.V. & Gonçalves, M.N. (2011b). Discursos de profesores: la ciudadanía y la ética republicanas en la gestión del alma pública . In Rivas, L.E. Primero & Dávila, F. M. (coord.) Hermenéutica y Pedagogía para la formación humana en una época incierta. (pp. 91-103). México: Editorial Torres Asociados. Secretaría de Desarrollo Rural Y Equidad para las Comunidades.

Brás, J.V. Gonçalves, M.N. (2012). A Valorização da Profissão Docente no Imaginário da I República A descentralização do ensino no jogo de poderes e saberes do ideário republicano . Actas do Congresso Internacional Representações da República. Centro de História da Cultura da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.

Bruno, Sampaio (1907). A questão religiosa. Porto: Livraria Chardron, Lello & Irmão.

Bruno, Sampaio (1987 [1906]). Os modernos publicistas portugueses. Porto. Lello & Irmãos.

Buisson, Ferdinand (1903 [1887]). Libre pensée et protestantisme libéral. Paris: Boccard.

Buisson, Ferdinand (1912). La foi laïque. Extraits des discours et d'écrits (1878-1911). Paris: Boccard.

Carvalho, M. J. (2014). *Os poderes e a escola*. Santo Tirso: DE FACTO EDITORES.

Catroga, F. (2000). *O republicanismo em Portugal – da formação ao 5 de Outubro*. Lisboa: Editorial Notícias.

Catroga, F. (2006). Secularização e laicidade. A separação das Igrejas e da Escola. In Pintassilgo, Joaquim et al (org.). História da escola em Portugal e no Brasil (pp.13-40). Lisboa: Edições Colibri.

Crozier, M. & Friedberg, E. (1977). *L'acteur et le système. Les contraintes de l'action collective.* Paris : Éditions du Seuil.

Fernandes, R. (s/d). *João de Barros. Educador Republicano*. Lisboa: Ed. Livros Horizonte.

Foucault, M. (1997). Vigiar e punir. Petrópolis: Editora Vozes.

Giddens, A. (1997). Modernidade e identidade pessoal. Oeiras: Celta Editora.

Giddens, A. (2000). Viver numa sociedade Pós-tradicional. In Modernidade reflexiva. Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno. Oeiras: Celta Editora.

Gonçalves, M. N. (2003). A educação cívica na imprensa pedagógica (1901-1910). *Vértice*, II (111), 38-76.

Gonçalves, M. N. (2004). O despontar da cidadania no Portugal de Oitocentos. Revista Lusófona. Lisboa, *Revista Lusófona de Educação*, 3, 89-107.

Le Breton, D.(2006). *A sociologia do corpo*. Petrópolis: Editora Vozes.

Magalhães, Justino (1999). Introdução. Para a história do ensino liceal em Portugal. Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz, 1894-1895 (pp. XIII-XXI). Braga: Universidade do Minho.

Marques, M. (1996). O Partenariado na Escola. Lisboa: I.I.E.

Mougniotte, A. (1991). Les débuts de l'instruction civique en France. Lyon: Presses Universitaires

Ó, Jorge Ramos d' (2003). *O governo de si mesmo. Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX- meados do século XX).* Lisboa: Educa.

Pintassilgo, J. (1998). *República e formação de cidadãos. A educação cívica nas escolas primárias da 1.ª República portuguesa (1910-1926*). Lisboa: Edições Colibri.

Reis, A. (2002). Os valores republicanos ontem e hoje. In Reis, António (coord.) A república ontem e hoje (pp. 11-29). Lisboa: Edições Colibri.

Rémond, R. (1990). Dialectique du cléricalisme et de l'anticléricalisme. In Rémond, René (dir.) Nouveaux enjeux de la laïcité. Paris: Centurion.

Renaut, A. (1999). *Nascimentos da Modernidade*. Lisboa: Instituto Piaget.

Rosas, F. (2004). Pensamento e Acção Política. Portugal. Século XX (1890-1976). Ensaio Histórico. Lisboa: Ed. Notícias.

Taylor, C. (2010). *Imaginários Sociais Modernos*. Lisboa: Edições Texto & Grafia.

Neoliberalismo, Arranjos Democráticos E Novas Configuraçoes Dos Poderes No Brasil

Eder Fernandes[1]

Resumo: Os países que não estão no núcleo «ocidental clássico» possuem problemas básicos de efetivação dos meios político-institucionais da democracia. Por isto, abre-se oportunidade para construção de outras perspectivas de sedimentação da democracia, dentro de novas particularidades. Na América Latina há características históricas que levam a uma análise em comum das situações políticas que afetam a compreensão de um outro sentido de democracia. Especificamente, o Brasil pensa sua atual democracia a partir do marco «democrático» iniciado pela atual Constituição. Assim, a compreensão sobre a suposta «transição democrática» oferece aparato para avanço crítico sobre sua legitimidade e subsídio para aprofundamento do neoliberalismo no país e uma espécie de «autoritarismo civil» do Estado. Esta crítica leva os Poderes a sofrerem pressões por novas relações com a sociedade civil e a esfera pública e formas inovadoras de *accountability*. No caso brasileiro, resta pensar também o papel destacado assumido pela jurisdição constitucional na democracia.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Democracia; Brasil; Poderes da República

1 INTRODUÇÃO

A experiência democrática dos países europeus e dos Estados Unidos demostram que o contexto de desenvolvimento teórico das concepções de democracia determina as formas de apreensão institucional dos meios de efetivação da participação cidadã e do fomento a um sentido de democracia correspondente com as necessidades da sociedade contemporânea. Nos países que estão fora deste núcleo «ocidental clássico», são identificados problemas mais básicos, principalmente no que concerne às amplas desigualdades sociais e econômicas, que se expandem para a arena política quando se defende a ideia de que a democracia ainda é um projeto a ser realizado e que, infelizmente, não é acessada pela ampla massa da população. Para além desta situação substancial de acesso efetivo à esfera pública, é possível perceber que se essas teorias democráticas foram desenvolvidas para outros contextos sociais, abre-se a oportunidade de inovação e construção de outras perspectivas de sedimentação da realização democrática. Partindo-se do entendimento de que nossas instituições estão menos enrijecidas, pode-se incentivar a perspectiva de que novos e mais ousados experimentos democráticos encontrariam espaço para serem pensados e construídos, tendo em vista novas particularidades e necessidades.

É possível encontrar, principalmente na América Latina, características históricas que levam a uma análise em comum das situações políticas que afetam a compreensão de um outro sentido da ideia de democracia para os países latinos. Para Grohmann (2001), as instituições políticas exercem grandes efeitos sobre o resultado dos conflitos nos quais atores e agentes da sociedade, politicamente organizados, colocam-se como protagonistas. A situação política em comum, entre os países da América Latina, é que a maioria deles viveu um período ditatorial intenso, com a necessidade de sua superação e afirmação de um novo sentido para a democracia, no período pós-ditatorial. Isto proporcionou a estes países a oportunidade de pensar e refletir sobre o remodelamento das instituições, em busca de um sentido para a ideia de democratização. Esta preocupação se insere dentro de um novo tempo na arena internacional, que é o de se pensar quais arranjos no sistema constitucional possibilitariam práticas democráticas e sua consolidação, afastando o máximo possível a volta de regimes autoritários.

---

1 Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais. Desenvolve pesquisas nas áreas de "Poder, Democracia e Mobilizações Sociais" e de "Democracia, Cidadania e Autonomia Privada". Atualmente, como professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, realiza pesquisas na área de democratização da esfera privada, sexualidade e poder. É também professor do curso de Direito da mesma Universidade. Universidade Federal Fluminense (Rio de Janeiro/Brasil) e-mail: ederfm@hotmail.com

Nesse sentido, justifica-se pensar a democracia a partir desse momento específico da reconstrução de um sentido de democracia para o Brasil, principalmente a partir do marco «democrático» que a Constituição de 1988 inaugurou. Isto traz a questão sobre o caráter ideológico da própria compreensão de que estamos vivendo um período democrático, em contraste com o período ditatorial vivido entre 1964 e 1985. Este marco normativo fornece elementos deontológicos para a compreensão da função da jurisdição constitucional no resguardo deste marco constituinte. Por isto, a compreensão a respeito da «transição democrática» oferece aparato para o avanço da crítica. Destaca-se que o corte metodológico aqui empregado, por trabalhar com a pespectiva jurídica do objeto, deixou de lado uma análise histórica sobre a construção da noção de cidadania e democracia aqui no Brasil. Alia-se a isto o fato de que uma das propostas aqui desenvolvida compreende que a democracia deve se constituir a partir do agora, tornando-se independente em relação ao campo da facticidade.

2 A «Transição Democrática»

As reflexões sobre o processo democrático atual, no Brasil, têm como marco inicial de análise a possível democracia implantada no período pós-ditatorial. Aquilo que antes era descrito como uma mera «liberalização» do Estado, no sentido de implementar uma saída para o contexto ditatorial, foi depois compreendido ideologicamente como uma «marcha vitoriosa» resultante de um amplo «processo de democratização». Esta «tese da transição» não objetivaria restaurar a democracia que se fez presente no período compreendido entre 1946 até 1964 da história política brasileira, mas se destacaria pela implementação de uma transição entre um regime ditatorial e um regime democrático. Esta ideia faria sedimentar a compreensão de que pelo mero fato da transição ter ocorrido, já se legitimaria um novo regime de cunho democrático. Consequentemente, estaríamos(estamos) vivendo em uma democracia, que foi confirmada normativamente pela promulgação da Constituição de 1988, designada como «Constituição Cidadã». Democracia passa a ser, então, o termo que vai designar o estado de coisas superveniente (Martins, 2005: 13-15). A cidadania «caiu na boca do povo», e, para além disto, substituiu o próprio povo na retórica política. A cidadania «virou gente» (Carvalho, 2009: 7).

> Havia ingenuidade no entusiasmo. Havia a crença de que a democratização das instituições traria rapidamente a felicidade nacional. Pensava-se que o fato de termos reconquistado o direito de eleger nossos prefeitos, governadores e presidente da República seria garantia de liberdade, de participação, de segurança, de desenvolvimento, de emprego, de justiça social (Carvalho, 2009: 7).

Entretanto, esse entusiasmo logo se dissipou, principalmente com os governantes posteriores à democratização. Ficou claro que ela não resolveria automaticamente os problemas que mais afligiam a população menos favorecida. As velhas práticas políticas estavam de volta: «os políticos, os partidos, o Legislativo, voltaram a transmitir a imagem de incapazes, quando não de corruptos e voltados unicamente para seus próprios interesses». E a principal delas, que ganhou novos alentos: a velha tradição nacional de esperar que a «solução dos problemas venha de figuras messiânicas», no depósito das expectativas de renovação em figuras políticas populescas (Carvalho, 2009: 203).

Partindo de uma compreensão que identifica a hegemonia do pensamento liberal na esfera política mundial e da noção de que este domínio liberal na teoria política tem inviabilizado a construção de rumos alternativos para a política, Martins desenvolve a tese de que no Brasil, ao mesmo tempo em que se adota este discurso da hegemonia do liberalismo, defende-se retoricamente o triunfo da democracia, principalmente com o florescimento de uma sociedade civil mais ativa e consciente de sua possibilidade de atuar no cenário político. Este viés retórico ganha destaque quando o autor aponta a dificuldade de se compreender como democrático um sistema em que o liberalismo triunfante acaba eliminando seus adversários, tornando incontestável sua hegemonia, e mesmo assim se intitule como democrático. Por isto, o autor conclui que o que temos no nosso sistema político vigente é um regime liberal a funcionar normalmente, com algumas «manchas» de corporativismo e tecnocratismo, dentro de um corriqueiro caso de pluralismo liberal (2005: 15-19).

Ao analisar a construção da democracia no Ocidente, Losurdo (2004) desmistifica a tese de que o desenvolvimento espontâneo do liberalismo desaguaria na democracia. Tanto os teóricos liberais quanto os elitistas resis-

tem a estender a participação política às massas trabalhadoras. O que se desenvolveu de estrutura democrática, a partir da perspectiva liberal, foi um sistema de decisão centralizado no poder executivo. Este fortalecimento da personalização do poder oculta um complexo aparato estatal, que desempenha um papel deseducativo para as massas. Além disto, os partidos políticos encontram-se em crise, pois se sustentam por meio de um esquema de «monopartidarismo competitivo», onde passam a se configurar como facções de um mesmo partido. Mesmo com o sufrágio universal, a tendência é a de neutralizar a participação das massas com a centralização do poder no executivo, destituindo os partidos políticos de influência real no jogo político. Constata-se que o grande capital bancário e financeiro, não tendo condições de se instaurar na esfera legislativa, acomoda-se na esfera executiva. No Brasil, a elaboração e a implementação da política econômica, nos últimos anos, foi implementada sem a participação efetiva dos partidos políticos. O grande instrumento implementador dessas mudanças foram as Medidas Provisórias, que se destinaram a políticas referentes às taxas de juros, ao superávit primário, à criação de programas de privatizações, com decisões tomadas à parte do Congresso Nacional.

Essas teses de Martins (2005) e de Losurdo (2004) vão de encontro com o conceito que a sociologia brasileira estabeleceu de «democracia em nome do povo», que esconde a representação dos interesses particulares dos próprios representantes, em nome de seus representados. Este encobrimento impede a política de funcionar como um espaço de construção do interesse coletivo e se revela de modo muito explícito quando se percebe que no Legislativo brasileiro não há a presença de grandes correntes de ideias e projetos políticos legítimos perante a população. É o reino dos *lobbies* e corporações de ruralistas, nordestinos, paulistas, bancários, evangélicos, médicos, metalúrgicos e outros mais que demonstram a incapacidade política geral do desenvolvimento de um debate legislativo pautado em propostas para a sociedade em geral. O sistema partidário não cumpre com suas funções institucionais, principalmente por serem instrumento em proveito de interesses privados. É, assim, uma estrutura de cooptação, antes de ser um instrumento de representação. A maioria deles não apresenta um corpo determinado de militantes, sendo que os únicos que poderiam se intitular como militantes genuínos são os dirigentes e as bancadas parlamentares, ou seja, a classe política, estritamente falando. Se isto ainda não bastasse, a fidelidade partidária ainda é um tema que suscita muita polêmica, sem que haja uma definição institucional sobre as possibilidades de trocas de partidos e de ideologia partidária.

Percebe-se que no Brasil há uma forte visão corporativista dos interesses coletivos, o que macula a compreensão de que a democracia do pós-Constituinte desvinculou-se dos ranços patrimonialistas e corporativistas. Grande parte dos benefícios sociais não era tratado como direito de todos, mas como fruto de uma intensa negociação de cada categoria corporativa com o governo. A força do corporativismo manifestou-se durante a Constituinte de 1988, levando a sociedade a entender como legítima esta forma de negociação, onde cada grupo procurou defender e aumentar seus privilégios. E a prática política posterior à promulgação da Constituição tem reproduzido este sistema. As corporações continuam utilizando-se deste *modus operandi*, na luta pela preservação de privilégios ou em busca de novos favores (Carvalho, 2009: 223).

> A ausência de ampla organização autônoma da sociedade faz com que os interesses corporativos consigam prevalecer. A representação política não funciona para resolver os grandes problemas da maior parte da população. O papel dos legisladores reduz-se, para a maioria dos votantes, ao de intermediários de favores pessoais perante o Executivo. O eleitor vota no deputado em troca de promessas de favores pessoais; o deputado apoia o governo em troca de cargos e verbas para distribuir entre seus eleitores. Cria-se uma esquizofrenia política: os eleitores desprezam os políticos, mas continuam votando neles na esperança de benefícios pessoais (Carvalho, 2009: 223-4).

Há, para Martins, um processo de despolitização da sociedade civil, principalmente com a constatação de que os sindicatos estão em vida vegetativa, que os movimentos sociais estão institucionalizados e em refluxo de vitalidade e de representatividade, e que o sistema partidário está desvirtuado. Constata-se ainda um número baixo de manifestações populares e taxas elevadas de absenteísmo político e ideológico. Todas estas insuficiências levam a uma participação política «terceirizada», onde a classe política ocupa os espaços políticos ociosos, gerando uma representatividade política falsificada. Os exemplos que o autor elenca são os mais variados. Em momentos de campanha eleitoral, o *marketing* político comanda as falas dos candidatos e trazem os

instrumentais da publicidade comercial para a esfera pública; o processo decisório governamental foi invadido por profissionais da influência, por lobistas, advogados, dentro de uma rede de tráfego de influências e negociações de bastidores; as organizações não governamentais encontram-se estruturadas dentro de uma estrutura liberal, despreocupada com aspectos mais substanciais do processo democrático; os meios de comunicação em massa são controlados por organizações empresariais da iniciativa privada (2005: 19-23). Todos estes fatores contribuem para um aprofundamento da crise democrática, fazendo com que o cidadão acomode-se em sua esfera privada, deixando de ocupar os espaços que o fariam participante de uma esfera de deliberação pública. Ao se destacar os sentidos possíveis desta «transição democrática» é viável compreender que o plano da facticidade oferece oportunidade para propostas sobre a validade deste sentido democrático a ser constituído. Propõe-se uma apropriação construtiva deste conceito, que ofereça parâmetros para a proposta de uma atuação jurisdicional comprometida com a efetividade da democracia, pautada principalmente na noção de que a democracia é um projeto a se constituir, a se realizar a partir de uma postura crítica e operante. Assim, um passo importante é compreender como, a partir da Constituição de 1988, se relacionam o Estado e as esferas da sociedade civil, percebendo que a separação de poderes é um instrumento importante de controle entre os órgãos de Poder. A Constituição serve como parâmetro de correção, assumindo a facticidade de que os abusos de poder são reais e de que a sua grande função é validar ou rejeitar as ações reais dos agentes de poder. E, para além disto, possibilitar canais de realização da democracia, oferecendo oportunidade aos próprios cidadãos de se constituírem como atores desse projeto constituinte inacabado e inacabável.

3 Os Poderes e suas relações com a sociedade civil e a esfera pública

Se a Constituição é o *locus* normativo onde se estabelecem os mecanismos de construção da esfera política, a jurisdição constitucional, na tarefa de garantia da efetividade da própria Constituição, precisa assumir o seu papel destacado de manutenção da legitimidade do sistema político, com uma adequada tarefa de controle de constitucionalidade. Para que se compreenda a proposta de um «guardião da democracia», o estudo dos canais institucionalizados das esferas políticas é imprescindível para a identificação deste âmbito de atuação do Supremo Tribunal Federal, em sua tarefa precípua que é a guarda da Constituição. Se o Tribunal não compreender adequadamente a estrutura que deve operacionalizar, corre-se o risco de sua atuação pender ou para uma jurisdicionalização do político, anulando a própria naturalidade da democracia, ou se destacar por ser mais um canal de decisão política, carregando o fardo de justificar a legitimidade de sua própria atuação, enquanto tribunal político não legitimado segundo os instrumentos próprios da democracia representativa. Por isso, conceitos como separação de poder, sistema representativo, sistemas de autorização representativa, formas de *accountability*, esfera pública e sociedade civil precisam ser levados a sério, sob pena de não se justificar adequadamente a importância e a legitimidade desta função de guarda da Constituição.

A técnica de separação dos poderes preocupa-se com a alocação de grupos e indivíduos diferenciados no poder, atribuindo-lhes funções diversificadas ao dotá-los de instrumentos de defesa de suas prerrogativas e de ataque à usurpação de poder por outros poderes. Em que pese a ideia inicial de um contrabalanceamento de forças entre os poderes, diante da realidade complexa das sociedades modernas e industriais, o executivo acabou ganhando destaque em suas atribuições frente ao legislativo. Esta predominância do executivo no processo político «tornaria a questão da separação de poderes um discreto problema de história política», sendo que a especificidade desta questão revela-se de modo mais característico na discussão que até hoje se desenvolve sobre as relações e vantagens dos regimes presidencialistas e parlamentaristas (Grohmann, 2001: 81). A lógica normativa, de preocupação com uma boa realização do equilíbrio entre os poderes é que, no jogo democrático, quanto mais um poder decide unilateralmente, sem a concorrência de outro, maior devem ser os instrumentos de checagem e de controle dados aos outros poderes. E, quanto mais decisões conjuntas entre os poderes, menor é a necessidade de checagens e controles mútuos (Grohmann, 2001: 87).

Assim, no aspecto institucional de garantia normativa do sistema de poderes, a técnica de separação serve como um balanço entre eles, de maneira a não permitir a dominação de um sobre o outro. Quanto maior for o desequilíbrio institucional, maior será a chance de predominância de um poder sobre o outro, ou existir uma

paralisia decisória. Por isso, quanto maior for a distância entre independência de poderes e sistema de checagem, maior será o desequilíbrio institucional. Dentro da preocupação com a teoria da representação política, o equilíbrio entre os poderes é o resultado desejado pela técnica de separação de poderes. Se a proposta é o controle recíproco para se evitar o predomínio de um poder sobre o outro, evitando a tirania e garantindo a liberdade, uma maior efetivação da separação de poderes «pode concorrer para a formação de sistemas democráticos menos centralizados» (Grohmann, 2001: 97). Esta inevitabilidade de preocupação com um sistema de separação de poderes decorre de outra situação inevitável, que é o fato de que as democracias atuais sempre precisarão de mecanismos representativos. Nas palavras de Miguel:

> Nossos estados são muito extensos para que todos reúnam-se e muito populosos para que se possa imaginar um diálogo que incorpore cada um de seus cidadãos. As questões políticas são complexas demais para que dispensemos a especialização dos governantes e, por sua vez, os afazeres privados absorvem demais cada um de nós, reduzindo ao mínimo o tempo para a participação política. A incorporação de tantos grupos ao *demos* – trabalhadores, mulheres, imigrantes – ampliou a profundidade das clivagens em seu seio, tornando indispensável a existência de alguma forma de mediação. Enfim, seja qual for a justificativa, não resta dúvida de que a representação política é incontornável para qualquer tentativa de construção da democracia nos estados nacionais contemporâneos (2005a: 26).

Com a adoção desta inevitabilidade, a democracia passa a carregar uma contradição interna. Ela é um governo do povo, no qual o povo não está presente na maior parte dos processos de tomada de decisões. Alguns desafios se destacam como nodais para o enfrentamento desta situação: as relações entre as preferências pessoais do representante e a «vontade coletiva»; a capacidade diferenciada dos indivíduos de participar dos espaços de deliberação e decisão; a possibilidade de manipulação ou utilização deturpada do conceito de «vontade coletiva»; a separação que existe entre governantes e governados, levando à formação de uma elite política que toma as decisões dentro de uma relação fechada e exclusiva, que dificulta o princípio da rotatividade no poder.

Para além destes problemas e dentro do sentido de inevitabilidade da representação, é importante que se faça destaque aos méritos do sistema representativo. Miguel (2011) analisa estes méritos a partir das contribuições da politóloga Nadia Urbinati, uma teórica da democracia representativa. Dentro desta análise, percebe-se que a representação é a forma por excelência de transcender os aspectos mais imediatos das experiências e interesses pessoais, pois neste sistema os cidadãos projetam seus interesses numa perspectiva orientada para o futuro, dando uma dimensão ideológica à política, de debate e promoção de ideias conjuntas. A diferença de perspectivas entre a democracia representativa e a democracia direta é que nesta o cidadão empenha-se em suas demandas mais imediatas, enquanto que naquela o voto em algum candidato tende a privilegiar aspectos de longa duração da política. O distanciamento dos representantes contribui para a produção de formas de unificação dos ideais na política, combinando, juntamente com os instrumentos de *accountability*, a vinculação apaixonada à causa de seus constituintes com a autonomia de julgamento.

Dentro desta defesa da representação, está a compreensão de que há representantes que são capacitados para entender as razões alheias, com competências superiores para que a razão possa se fazer presente na política. Isto leva à necessidade dos eleitores buscarem o melhor defensor de seus interesses, dentro de uma compreensão política ampla, para além de uma mera representação individual de interesses específicos. Neste aspecto, o sistema representativo se preocupa com formas de continuidade dos parlamentares mais aptos na carreira política, com instrumentos de permanência e controle efetivo de sua atuação, operacionalizados pelos próprios eleitores. O grande problema da representação é a capacitação política dos representados e a garantia de canais para a constituição das identidades coletivas.

O sistema de *accountability,* como uma resposta que as instituições democráticas tentam dar para a superação dos desafios da representação, apresenta-se em alguns vetores. O primeiro deles é intitulado como *accountability* horizontal, que estabelece mecanismos de controle entre os poderes instituídos. É o campo mais específico do sistema constitucional de separação entre os poderes e mecanismos de controle recíprocos. Já o segundo é a *accontability* vertical, onde os representantes prestam conta e submetem-se ao veredito do próprio eleitorado. Este vetor se destaca por ter como situação culminante de sua caracterização o momento eleitoral, onde os go-

vernados vão premiar ou punir seus representantes através do voto. E o terceiro vetor é o da chamada *accontability* social, exercida pelos meios de comunicação em massa e por algumas organizações não governamentais e associações da sociedade civil. A grande questão deste terceiro vetor é que falta a este tipo de *accountability* instrumentos que efetivem sanções aos responsabilizados (Miguel, 2005a: 26-7).

O termo *accountability* não possui tradução precisa para a língua portuguesa. Este instituto tenta dar aos representados a possibilidade de impor sanções aos governantes, reconduzindo ao cargo político aqueles que desempenham adequadamente a sua missão e destituindo do mesmo cargo os que possuem desempenho insatisfatório, em um sistema de prestação de contas e veredito popular sobre esta prestação. Instaura-se um sistema de desconfiança, com controles sociais sobre os governantes, principalmente dentro do contexto de sociedades populosas, extensas, complexas e especializadas. Supera-se também as visões antitéticas do mandato representativo imperativo, onde o representante é apenas um delegado de seus constituintes, e do mandato representativo livre, onde o representante possui autonomia de decisão perante seus representados.

> O representante não está preso às preferências expressas de seus constituintes, mas idealmente deve decidir da forma que eles decidiriam caso dispusessem das condições – tempo, informação, preparo – para deliberar. Esse vínculo hipotético é resgatável a qualquer momento, já que o mandatário deve estar pronto para responder aos questionamentos do público. E é o público quem decide o quão convincente foram suas explicações, pronunciando-se nas eleições seguintes (Miguel, 2005a: 29).

Um sistema de controle de constitucionalidade que se preocupa com a fiscalização normativa da relação entre os Poderes é um caminho importante para a sedimentação da democracia dentro do sistema representativo e de efetivação dos instrumentos de *accountability* horizontal. A análise das relações entre separação e independência de poderes e os instrumentos de checagem deve ter em vista a ação política que define o espaço de relação entre o Estado e o governo. E uma atuação legítima do controle de constitucionalidade na fiscalização destes parâmetros só se faz presente quando o tribunal constitucional possui uma dinâmica especializada na regularidade da atuação política entre os poderes e entre os poderes e os governados. O constitucionalismo faz com que o governante e os cidadãos sejam portadores dos mesmos direitos ao instituir meios para a reserva de poderes aos cidadãos, garantindo que as regras do jogo político não estejam à disposição dos representantes e que entre estes haja um equilíbrio em suas relações políticas. Assim, pode-se definir *accountability* horizontal como o sistema político em que se verifica a presença de agências estatais que têm o direito e o poder legal e estão dispostas e capacitadas para «realizar ações, que vão desde a supervisão de rotina a sanções legais, ou até o *impeachment* contra ações ou omissões de outros agentes ou agências do Estado que possam ser qualificadas como delituosas» (O´Donnell, 1998: 40). Na síntese de O´Donnell, todo este sistema está baseado no império da lei.

> Todos os cidadãos têm direitos iguais de participar da tomada de decisões coletivas dentro do quadro institucional existente; uma declaração democrática à qual se acrescenta o preceito republicano de que ninguém, inclusive aqueles que governam, deve estar acima da lei; e a salvaguarda liberal de que certas liberdades e garantias não devem ser infringidas (1998: 33).

Para O´Donnell, essas ações são configuradas como delituosas quando afetam alguns pressupostos básicos. O primeiro deles liga-se à democracia em si, quando se verifica o cancelamento da liberdade de associação ou fraudes ao sistema eleitoral; já o segundo está ligado ao liberalismo, principalmente quando ocorrem violações às liberdades e garantias fundamentais; e o terceiro deles apresenta um viés fortemente republicano, quando as autoridades não se sujeitam à lei, fazendo prevalecer seus interesses privados perante os interesses públicos. É por isto que neste tipo de *accountability* as agências devem ter autoridade legal de supervisão, controle e punição, com autonomia suficiente para tal. Esta autonomia é garantida, principalmente, pelo sistema da separação clássica entre os poderes, mas, também, secundariamente, por agências de supervisão, como os sistemas de *ombdusman* e as instâncias de fiscalização das prestações de contas. A efetividade desta autonomia também depende das decisões dos tribunais, na garantia do sistema legal, especialmente naqueles casos que envolvem as autoridades de posição elevada, comprometidas com essa *accountability*. Só assim se garante um sistema de prevenção e punição da transgressão dos limites da autoridade formalmente instituída. Em conclusão, o autor

afirma que a autonomia se garante quando as fronteiras são delimitadas, reconhecidas e respeitadas por outros atores relevantes, devendo haver ainda «atores dispostos a defender e se necessário reafirmar essas fronteiras se elas forem transgredidas» (1998: 43).

Conforme expõe Arato & Cohen (2002), os poderes podem ser utilizados de maneira injusta e opressora. Alterações legislativas e emendas à constituição podem disfarçar desrespeitos à ordem democrática. Por isto, um sistema de revisão de constitucionalidade deve evitar os mais variados tipos de abuso de poder, deve ser especialmente forte e ativo. Ele deve preocupar-se com a regularidade da deliberação pública no corpo legislativo, especialmente com as garantias institucionais de que os interesses públicos não sejam usados de modo meramente retórico. Este cuidado leva a uma prática de confiança, a uma crença de que o uso do interesse público é autêntico. Além disto, um bom sistema de controle se faz por meio da responsividade dos representantes perante os representados. Aqueles devem ser constantemente chamados a prestar contas de suas atividades de representação, por meio do sistema de *accountability*, ou seja, os instrumentos que o constitucionalismo deve manter para o controle das atividades dos representantes pelos representados. O controle de constitucionalidade tem também a tarefa de garantir que haja meios de avaliação retrospectiva do eleitorado, especialmente no caso de representantes que não podem ser forçados a cumprir as promessas e programas pelos quais foram eleitos, enquanto estiverem no cargo.

Outras propostas para um aprofundamento da *accountability* horizontal encontram-se nas análises de O´Donnell (1998: 49-52). O autor propõe que sejam dados aos partidos de oposição com nível razoável de apoio eleitoral papéis importantes na direção das agências com a função de investigar a corrupção. Também deve-se buscar uma alta profissionalização das agências com papel de prevenção da corrupção e do abuso de poder, com recursos suficientes para a execução de suas atividades e com independência em relação ao executivo. O judiciário deve se especializar em questões específicas de *accountability*, com autonomia e independência para julgar casos de ilegalidade no poder. O autor afirma que, no Brasil, o Judiciário conquistou autonomia, mas não conseguiu melhoria de seu desempenho no trato destas questões políticas específicas. Geralmente as demandas por autonomia se revelam somente nos momentos em que o Judiciário pretende aumento de salários e privilégios para seu alto escalão. Outro ponto relevante é a busca de informações confiáveis e adequadas, com uma mídia razoavelmente independente, com instituições de pesquisa e disseminação de seus resultados, de modo independente das interferências governamentais.

Entretanto, este regime de *accountability* não pode ser puro. Ele precisa, no mínimo, de uma dimensão de democracia deliberativa para seu correto funcionamento. Por isto, ele deve funcionar em consonância com a sociedade civil e a esfera pública, que servem como mediadoras entre os representantes e os representados. Na esfera pública ocorrem processos parcialmente institucionalizados de comunicação, que são importantes para a política democrática. E na sociedade civil é onde se localiza o substrato organizacional dos grupos, associações e movimentos, que são necessários tanto para a generalização da experiência de comunicação, como para sua influência na política.

> Enquanto o público atua no importante papel de monitorar as ações que serão posteriormente recompensadas ou sancionadas, as associações civis preparam os eleitores para participação coletiva e para reagir de modo que façam diferença nos destinos eleitorais de seus representantes. Atualmente, todos sabem que os que detêm cargos eletivos devem, acima de tudo, temer o julgamento retrospectivo dos grupos organizados (Arato, 2002: 96-7).

Atinge-se, a partir disso, o outro nível da *acontuability*, que é o nível vertical. Para que esta *accountability* possa ocorrer, deve haver meios de punição ou premiação dos candidatos, destacando-se aqui a importância de eleições razoavelmente livres e justas. As visões correntes de representação política estão centradas no voto e em uma dimensão positiva do exercício de poder. É um processo de escolha de delegados para que tomem as decisões em nome de seu eleitorado. A eleição ocupa, neste aspecto, uma posição de destaque. É o episódio fundador e, ao mesmo tempo, a meta orientadora da relação entre os representantes e os representados. É vista tanto como o momento da autorização para que outros decidam em nome do povo, que permanece como titular último da soberania, quanto como o momento de efetivação da *accountability* vertical, onde os representados apresentam seu veredito sobre a prestação de contas dos representantes (Miguel, 2003: 131).

O´Donnel faz críticas à ideia de que as eleições são verdadeiros instrumentos de *accountability* vertical. Ele assim se manifesta pois muitos problemas de efetivação deste instrumento são constatados, principalmente nos países com democracia recente, como é o caso dos países da América Latina. Em suas pesquisas, o autor constata que nestes países os sistemas partidários são pouco estruturados e há uma alta volatilidade de eleitores e partidos. Isto leva a uma fraca discussão sobre as políticas públicas que devem ser implementadas, tanto por causa da falta de abertura democrática das instituições políticas, quanto pela presença de uma mídia de comunicação em massa sempre dependente das ações de setores privados, que detêm a propriedade destes meios. Assim, para que as eleições sejam locais de efetiva realização da *accountability* vertical, deve haver na sociedade a garantia da liberdade material de opinião e de associação, junto com um amplo acesso às variadas fontes de informações, para que se consiga a implementação de um sistema social de reivindicações e denúncias, por meio de uma mídia razoavelmente crítica e livre a respeito das informações divulgadas (1998: 28-30). Deste modo, para o bom funcionamento desta *accountability* vertical, devem existir meios que garantam sanções efetivas sobre os representantes. Mas, para que se chegue a este veredito, deve haver a provisão de informação adequada e plural, destinada a uma população que tem também a incumbência de desenvolver seu interesse pela política. Por isto que, para uma boa efetivação deste sistema de *accountability*, o controle de constitucionalidade precisa se voltar também para a manutenção da deliberação pública na esfera pública e na sociedade civil. É dentro destes âmbitos que haverá a oportunidade de informação e construção da opinião dos representados para prepará-los para atos de avaliação retrospectiva. Entretanto, quando esta influência da sociedade civil chega aos limites da desobediência civil, é porque se alcançou o limite da democracia representativa, que fica ameaçada por uma forma de poder que seria «ilegítimo».

> Enquanto órgãos de representação, as associações e movimentos da sociedade civil podem representar apenas uma parte menor dos cidadãos do que as assembleias representativas. Qualquer tentativa de exercer poder nestas bases reverteria o trabalho de inclusão sem o qual nenhuma política atual pode ser considerada como possuidora de legitimidade democrática. A esfera pública e a sociedade civil devem completar e complementar, ao invés de substituir, os processos de *accountability* dirigidos à representação (Arato, 2002: 97).

Esta discussão e crítica que ocorre dentro da sociedade civil e da esfera pública fornecem informações para que os representantes conheçam o estado de espírito de seu eleitorado. Este conhecimento proporciona elementos para que os representantes possam implantar as políticas públicas escolhidas, perante a opinião de seu eleitorado. Assim, os candidatos propõem políticas a serem executadas. Aqueles candidatos que saem vitoriosos no processo eleitoral escolhem as políticas que entendem por bem implementar, não necessariamente as mesmas que anunciaram antes da eleição. Isto leva os eleitores, nas eleições seguintes, a analisarem o resultado das políticas adotadas, mesmo que estas tenham se desviado do que anteriormente tinha sido proposto. Desta forma, os representantes têm preferência sobre determinadas políticas públicas se tiverem a certeza de se manterem no cargo ou a probabilidade de se reelegerem, a depender das políticas adotadas. Eles trabalham com a crença de que os eleitores futuramente irão avaliar as promessas e as ações realizadas e, a partir dos resultados, serão favoráveis à ação realizada. Estão interessados em fazer que suas promessas tenham credibilidade no futuro e, quando se afastam de suas propostas de campanha, assim o fazem por acreditar que este desvio é melhor para seu eleitorado. Além desta possibilidade, alguns desvios ocorrem porque os políticos, para serem eleitos, têm que fazer promessas a interesses específicos, principalmente em busca de recursos financeiros, e esta situação inevitavelmente possui um elevado custo eleitoral (Manin et al, 2006).

Neste sistema é o eleitorado quem deve fomentar as políticas preferenciais, o que acaba gerando uma desconfiança ampla dos teóricos defensores desse sistema de *accountability* vertical quando percebem que o controle popular fica comprometido diante da atuação de entidades externas à sociedade civil e à esfera pública locais. O processo de globalização acabou afetando este sistema, pois atualmente percebe-se a interferência de vários outros atores sociais - organismos multilaterais internacionais, agências de financiamento, grupos econômicos privados, Estados estrangeiros –, na definição das preferências políticas a serem adotadas (Miguel, 2005a: 30). Não há meios para controle da legitimidade destes agentes intermediários e nem de se impedir que os representantes prestem conta diretamente a estes agentes, principalmente quando atuam como entidades financiadoras de políticas (Miguel, 2011: 51).

A especificidade da atuação do controle de constitucionalidade em relação à esfera pública e à sociedade civil parte da compreensão de que as boas práticas da deliberação pública nestes meios são apenas parcialmente planejáveis. Assim, a grande preocupação normativa é com o estabelecimento legal das estruturas a partir das quais a interação civil e pública são possíveis. E o papel do controle jurisdicional estaria ligado a uma perspectiva de cunho mais formal, tais como a garantia das liberdades fundamentais de associação e comunicação – liberdades de pensamento, de imprensa, de reunião, de privacidade; possibilidade de retirar-se da esfera de comunicação pública –, e a regulação da atuação dos meios de comunicação social, principalmente os meios de comunicação em massa. O aspecto mais substancial desta atuação do controle de constitucionalidade estaria na garantia das regras que ofereçam a equidade de oportunidade política. Neste sentido, a materialidade desta atuação se voltaria para a garantia de recursos sociais necessários para a efetivação da oportunidade (Arato, 2002: 97-99).

Neste aspecto, no entendimento de Miguel (2005a: 35-36), estamos diante de um dos principais problemas da representação política contemporânea: a sub-representação de determinados grupos sociais. De um modo geral, o grupo dos governantes tende a ser mais masculino, rico, instruído e «branco». A mera inclusão de determinados grupos no debate público não modificou substancialmente a situação. Somente a eliminação de barreiras de acesso não garante a efetiva inclusão, que só se consuma quando há uma preocupação explícita com as condições materiais de inclusão dos grupos excluídos do sistema político. Por isto os sistemas representativos têm adotado mecanismos de cotas eleitorais, com reserva de cadeiras para determinadas minorias eleitorais. Quanto mais se aproxima de uma representatividade mimética, mais responsividade se produz, pois há a garantia da presença de diversas perspectivas sociais nos locais de discussão e decisão política. As minorias estariam acessando os espaços deliberativos não apenas por uma coincidência de interesses ou opiniões, mas porque encontram a mesma partilha de perspectivas sociais ou experiências de vida. Não buscam o sistema representativo porque concordam com a proposta política apresentada como ponto de chegada, mas elegem determinado representante porque partilham com ele o mesmo ponto de partida de suas vivências políticas, sem a postulação de um conteúdo unificado de preferências. Um grande exemplo desta situação é o caso das mulheres, que concebem seus interesses de diferentes maneiras, mas que trazem para a arena pública vivências em comum, vinculadas a uma posição subordinada nos espaços sociais.

Nesta compreensão, um regime de *accountability* baseia-se em normas que tornem ilegal o abuso de poder (*accountability* legal), ao mesmo tempo em que se pauta na busca de condições para a efetivação de uma *accontability* realizada pelos próprios atores sociais (*accountability* política). Quando o sistema legal institui sanções para o abuso de poder, este sistema deve ser garantido também por um sistema judiciário independente e não-político, e um tribunal constitucional voltado abstratamente para a realização de um controle de constitucionalidade realizador das garantias de cidadania e participação dos governados na vida política da sociedade. Os cidadãos só irão se organizar e demandar a responsabilidade das instituições se tiverem chance de serem ouvidos. Caso esse caminho não seja encontrado, ou buscarão o caminho da apatia política ou organizarão movimentos anti-sistêmicos, com o objetivo de desestabilizar a sociedade civil e o governo democrático (Arato, 2002: 100-1).

Segundo Miguel (2003: 124-6), há grandes evidências de que a representação política está em crise. Principalmente nos países que adotam o voto obrigatório e nas democracias recentes, constata-se que existe um declínio do comparecimento eleitoral. Algumas pesquisas (*surveys*) apontam também a ampliação da desconfiança em relação às instituições democráticas, ao mesmo tempo em que há o aumento no apoio aos princípios do regime democrático. Além disto, há um esvaziamento dos partidos políticos, dentro de um colapso das lealdades partidárias tradicionais que se converteu na personalização das escolhas dos eleitores. Esta personalização é a constatação de que houve a transição da democracia de partidos para uma democracia de audiência, onde os líderes e os eleitores passaram a ter contato direto, pois as máquinas partidárias perderam a sua eficiência diante das estratégias dos próprios chefes políticos. Acrescente-se a isto o papel dos meios eletrônicos de comunicação em massa na redução da influência dos partidos políticos. Toda essa crise levou à busca de propostas revitalizadoras das instituições representativas.

> Em tais propostas, há o reconhecimento, implícito ao menos, de que a redução da confiança popular nos parlamentos e nos partidos não é efeito da "alienação", da

> falta de compromisso com a democracia ou de resquícios de valores autoritários. É, antes, a constatação sensata de que as instituições atualmente existentes privilegiam interesses especiais e concedem pouco espaço para a participação do cidadão comum, cuja influência na condução dos negócios públicos é quase nula. Em suma, de que as promessas da democracia representativa não são realizadas (Miguel, 2003: 126).

É por isso que a recuperação dos mecanismos de representação política depende de uma maior compreensão do sentido da própria representação. Os grupos que estão excluídos da representação precisam obter êxito na busca de inclusão política, com a ampliação das tensões no campo político. E um modelo representativo de caráter inclusivo precisa contemplar, em sua estrutura, a preocupação com a formação da agenda política, para que a democracia representativa esteja mais próxima do ideal de soberania popular. Exercer o poder não é apenas tomar decisões, mas também determinar a agenda política. Em acréscimo, os acessos aos meios de comunicação de massa devem ser ampliados e contribuir para a produção do conteúdo deliberativo das esferas de produção de interesses coletivos (Miguel, 2003: 123).

A formação da agenda política deve contar com a participação dos diferentes grupos políticos na sua elaboração. Ela não deve ser determinada pura e livremente pelos representantes eleitos. Há a necessidade de um envolvimento geral dos grupos de interesse e de uma atuação plena e livre dos meios de comunicação de massa na reunião e difusão das informações consideradas socialmente relevantes. Neste aspecto, ganha espaço a teoria da democracia deliberativa, que coloca o parlamento como o local por excelência do debate público, separando a esfera decisória (dos poderes instituídos) e a esfera pública discursiva, onde se incluem os fóruns de debate e determinação dos assuntos da agenda política. Na esfera pública os meios de comunicação em massa exercem uma função representativa ao realizar o recorte dos fatos políticos relevantes. Por este motivo, os meios de comunicação precisam representar de maneira adequada as diferentes posições da sociedade, incorporando tanto o pluralismo político, quanto o pluralismo social. O pluralismo político exige que, para o bom funcionamento das instituições representativas, seja dada ressonância às vozes dos vários agrupamentos políticos, permitindo ao cidadão, em sua condição de consumidor das informações, ter acesso a valores, argumentos e fatos que instruem as correntes políticas em competição, para formar sua própria opinião política. Já o pluralismo social expressa a necessidade de se permitir, principalmente nas sociedades estratificadas e multiculturais, a disseminação das visões de mundo das diferentes posições no espaço social, que são a matéria-prima na construção das identidades coletivas (Miguel, 2003: 131-3).

Notas conclusivas

A partir dessa análise das instituições políticas e dos espaços deliberativos, é possível encontrar os âmbitos normativos de atuação da jurisdição constitucional, com seus limites e possibilidades. No aspecto referente à democracia representativa, o Supremo tem sua atuação justificada dentro da teoria da separação de poderes, na formatação que lhe deu a Constituição de 1988. Esta relação entre os Poderes precisa ser compreendida dentro da especificidade da política brasileira, principalmente com relação à força política preponderante que tem o Executivo no Brasil, dentro daquilo que se convencionou chamar de presidencialismo de coalizão.

Esse dilema institucional, de destaque ao Executivo, leva à preocupação com mecanismos de controle da atuação do presidente, principalmente pelo fato de que a própria Constituição outorgou-lhe poderes amplos, para a condução das políticas públicas e definição da agenda parlamentar. Para alguns autores, estamos diante de um «autoritarismo civil», com a centralização do poder decisório dentro do Executivo. Se a preocupação é com a pluralização política e realização da democracia participativa, a centralização pode ser elemento impeditivo destas finalidades.

BIBLIOGRAFIA

ARATO, A. (2002), "Representação, Soberania Popular e *Accountability"*. *Lua Nova,* 55-56, pp. 85-103.

ARATO, A. & COHEN, J. L. (2006), *Sociedad civil y teoría política***.** Ciudad del Mexico: Fondo de Cultura Económica.

CARVALHO, J. M. (2009), *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. 12. ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira.

GROHMANN, L. G. M. (2001), "A separação de poderes em países presidencialistas: a América Latina em perspectiva comparada". *Revista de Sociologia e Política.* 17, pp. 75-106.

LOSURDO, D. (2004), *Democracia ou bonapartismo*: triunfo e decadência do sufrágio universal. São Paulo: Editora Unesp.

MANIN, B., PRZEWORSKI, A., STOKES, S. C. (2006), "Eleições e representação". *Lua Nova*, 67, pp. 105-138.

MARTINS, C. E. (2005), "Vinte anos de democracia?", *Lua Nova,* 64, pp. 13-38, 2005.

MIGUEL, L. F. (2003), "Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política", *RBSC*, 18 (51), pp. 123-140.

MIGUEL, L. F. (2005a), "Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política", *Revista de Sociologia Política*, 25, pp. 25-38.

MIGUEL, L. F. (2011), "Representação democrática: autonomia e interesse ou identidade e *advocacy"*, *Lua Nova*, 84, pp. 353-364.

O´DONNELL, G. (1998), "*Accountability* horizontal e novas poliarquias". *Lua Nova*, 44, pp. 27-54.

Representação, conflito e mediação na narrativa televisiva – análise do programa *esquenta!*

Ohana Boy Oliveira[1]

Resumo: O artigo analisa o programa televisivo *Esquenta!*, suas múltiplas narrativas e representações, destacando as mudanças e estratégias em suas temporadas. Apresentado por Regina Casé, criado por Hermano Vianna e integrante do núcleo Guel Arraes, a atração dominical é um programa de auditório, no ar desde 2011 na Rede Globo. Há diversas representações em disputa e o que é visto é a representação de "uma festa, com música e diversão para a família". Buscaremos discutir como essas representações culturais estão ligadas às relações que envolvem saber e poder, construídas ao longo dos anos pelas narrativas audiovisuais realizadas pelos três nomes acima citados. Abordaremos os conflitos existentes nessas complexas ligações, considerando as práticas de significação e mediações culturais no qual o programa está imerso.

Palavras-chave: *Esquenta!,* representação, conflito, mediação, festa

1. Apresentação

Pelo viés multidisciplinar, este artigo busca complexificar o programa *Esquenta!*, através das discussões sobre representação, conflito e mediação que são suscitadas pelo mesmo. Apresentado por Regina Casé, criado em parceria com Hermano Vianna e integrante do núcleo Guel Arraes, a atração dominical é um programa de auditório, exibido desde 2011 na Rede Globo de Televisão. Ao complexificar o programa, buscamos provocar debates que cruzem fronteiras e ultrapassem demarcações teóricas.

Através das práticas discursivas desse produto midiático, podemos perceber representações atreladas à celebração da diversidade como valor positivado. Essas diversas representações estão em disputa e em geral percebemos a representação de uma festa[2], baseada em um dos lemas do programa: "tudo junto e misturado".

2. Representações culturais

De acordo com Tomaz Tadeu da Silva (SILVA, 2012), a representação, como qualquer sistema de significação, é uma forma de atribuição de sentido. Como tal, a representação é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder.

Sobre como se dão as representações culturais, utilizamos as discussões teóricas de Douglas Kellner, no livro *A cultura da mídia*. Segundo o autor, a produção midiática está intimamente imbricada em relações de poder e serve para reproduzir os interesses das forças sociais poderosas, promovendo a dominação ou dando aos indivíduos força para a resistência e a luta (KELLNER, 2001: 64).

De acordo com esses teóricos, as representações também são posições dos sujeitos na sociedade, elas tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. As discussões sobre o poder de definir e determinar identidade e diferença, problematizam o processo de construção das mesmas ao questionar o sistema e as formas de representação, dando suporte para a manutenção do *status quo* ou oferecendo resistência com o objetivo de mudar.

---

1 Universidade Federal Fluminense - Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS) Rua Lara Vilela, 126 - sala 207 - São Domingos - Niterói/RJ - Brasil
ohanaboy@gmail.com

2 Esse termo é frequentemente utilizado para fazer referência ao programa: Hermano Vianna o utiliza em seus textos e Regina Casé em suas entrevistas e falas durante o *Esquenta!*, enaltecendo o caráter festivo da atração.

3. Hibridização cultural

Diversos elementos da configuração do *Esquenta!*, dentre eles os bordões utilizados, apontam para a discussão presente nos estudos culturais sobre os conceitos de multiculturalismo, hibridização e diversidade cultural. Segundo Stuart Hall, o multiculturalismo «refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais» (HALL, 2011: 50). Esse conceito descreve também a existência de múltiplas culturas em uma localidade, reivindicando os direitos de algumas "minorias", que sempre estiveram à margem, poderem se expressar, defendendo a legitimidade de suas formas de significação.

Para além da noção de diversidade, tal termo constrói um discurso que visa lutar para dar visibilidade aos que antes eram "invisíveis". Durante alguns anos, inclusive, uma das críticas aos programas apresentados por Regina Casé era querer ser porta-voz e dar visibilidade a pessoas e lugares estigmatizados que, apesar de poderem se expressar enquanto sujeitos, não tinham oportunidade de ampliar a divulgação de seu discurso nos meios hegemônicos de comunicação.

> todos sabem (...) que o multiculturalismo não é a terra prometida... [Entretanto] mesmo em sua forma mais cínica e pragmática, há algo no multiculturalismo que vale a pena continuar buscando (...) precisamos encontrar formas de manifestar publicamente a importância da diversidade cultural (...) (WALLACE *apud* HALL, 2011: 52).

Outro termo que dialoga com a abordagem do multiculturalismo é o de hibridismo ou hibridação cultural, discutido no livro *Culturas Híbridas*, de Néstor García Canclini. O autor, partindo de uma primeira definição, entende por hibridação os «processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas» (CANCLINI, 2008: 19).

> Se falamos da hibridação como um processo ao qual é possível ter acesso e que se pode abandonar, do qual podemos ser excluídos ou ao qual nos podem subordinar, entenderemos as posições dos sujeitos a respeito das relações interculturais. Assim se trabalhariam os processos de hibridação em relação à desigualdade entre as culturas, com as possibilidades de apropriar-se de várias simultaneamente em classes e grupos diferentes e, portanto, a respeito das assimetrias do poder e do prestígio. (*ibidem*: 25-26)

Apresentamos os apontamentos de Marildo Nercolini sobre a noção de hibridez, que podemos observar também no programa e que nos interessa para a análise do mesmo enquanto zona de conflito, dissenso e diálogo.

> A hibridez não é o resultado de uma síntese dialética entre culturas, pois supõe o conflito e a negociação estabelecidos no contato e nas trocas culturais. Aponta para o enfrentamento e para a negociação, superando os enfoques maniqueístas e fechados nas oposições dominadores e dominados, exploradores e explorados, colonizadores e subalternos, emissores e receptores. Afinal, as iniciativas sócio-culturais são multifacetadas e o poder tem caráter oblíquo e descentrado e não estritamente bipolar ou vertical. (NERCOLINI, 2005: 277)

Essa ideia de mistura presente no discurso do multiculturalismo e do hibridismo, que muitas vezes é visto como valor positivado e construtor de um imaginário de convivência harmoniosa entre classes socioeconômicas, pode ser percebido de forma recorrente no *Esquenta!*. Segundo Canclini, «a simulação de que se desvanecem as assimetrias entre centros e periferias tornam difícil que a arte e a cultura sejam lugares em que também se nomeie o que não se pode ou não se deixa hibridar» (CANCLINI, 2008: 40).

> Temos presente que neste tempo de disseminação pós-moderna e descentralização democratizadora também crescem as formas mais concentradas de acumulação de poder e de centralização transnacional da cultura que a humanidade conheceu. O estudo das bases culturais heterogêneas e híbridas desse poder pode levar-nos a entender um pouco mais sobre os caminhos oblíquos, cheios de transações, pelos quais essas forças atuam. Permite estudar os diversos sentidos da modernidade não apenas como simples divergências entre correntes, mas também como manifestação de conflitos não resolvidos. (*ibidem*: 30)

Essa celebração da diversidade e equalização das diferenças que constroem imaginários importantes para a configuração do *Esquenta!* possuem inúmeras complexidades que não cabem aqui. Podemos afirmar, entretanto, que «uma teoria não ingênua da hibridação é inseparável de uma consciência crítica de seus limites, do que não se deixa, ou não quer ou não pode ser hibridado» (*ibidem*: 27). Conforme Canclini afirma, «ao estudar movimentos recentes de globalização, advertimos que estes não só integram e geram mestiçagens; também segregam, produzem novas desigualdades e estimulam reações diferenciadoras» (CANCLINI, 2008: 31).

4. Breve histórico das trajetórias profissionais

As trajetórias de Regina Casé, Hermano Vianna e Guel Arraes são fundamentais para marcar o lugar que as atrações comandadas por eles ocupam na história da televisão brasileira e servem de matrizes para o entendimento deste objeto específico que é o *Esquenta!*.

Regina Casé, por exemplo, vem de uma família de artistas (é filha de Geraldo Casé, que trabalhou no rádio e na televisão) e estudou Comunicação, Filosofia e História (apesar de não ter concluído nenhum dos cursos). Atuou em diversas peças de teatro com o grupo *Asdrúbal Trouxe o Trombone*, como atriz no cinema (filme *Eu, tu, eles* – 2000 e *Made in China* – 2014) e em novelas da Rede Globo de Televisão (destaque para a personagem Tina Pepper na novela *Cambalacho*, de 1986).

Hermano Vianna, autor dos livros *O mundo funk carioca* e *O mistério do samba*, é antropólogo formado pelo Museu Nacional/UFRJ, tendo sido orientado por Gilberto Velho, pioneiro da Antropologia Urbana no país. Em um dos domingos, Regina Casé revelou que a origem do *Esquenta!* está no livro de Hermano Vianna sobre o samba.

Guel Arraes é cineasta e diretor de televisão, sendo responsável por um núcleo na Rede Globo, que trouxe uma renovação na dinâmica televisiva brasileira, com os programas *Armação Ilimitada* (1985-1988) e *TV Pirata* (1988-1992).

Essa parceria profissional e pessoal de mais de vinte anos deu origem a esse caráter afirmativo de Brasil, com uma visão positiva do país através dos discursos e narrativas comandadas por esses três profissionais, evidenciando o quanto as trajetórias desses sujeitos estão diretamente ligadas ao resultado final do conteúdo televisivo por eles produzido.

5. Matrizes televisivas

Para construir a narrativa televisiva de uma hora e meia em média, exibida aos domingos, são apresentados vídeos de temporadas anteriores do *Esquenta!* e de outros programas presentes nas trajetórias profissionais desse núcleo de produção, por exemplo: *Programa Legal*, *Muvuca*[3], *Central da Periferia*, *Brasil Legal*, todos apresentados por Regina Casé, integrantes do Núcleo Guel Arraes e exibidos na Rede Globo de Televisão. Geralmente os vídeos aparecem no telão do palco mostrando os convidados presentes vivenciando outras situações com a apresentadora, em geral, inusitadas, cômicas ou emotivas. Tal recurso também é utilizado para retomar a valorização das periferias presente no discurso da apresentadora construído ao longo de mais de 20 anos.

Esses programas anteriores, realizados por Regina Casé, Hermano Vianna e Guel Arraes, se aproximam das ideias de festa, encontro e cultura das periferias – "tudo junto e misturado", propagadas pelo *Esquenta!*. Tais

3 Exibido entre 1998 e 2000, "*Muvuca* misturava *talk-show* e reportagens especiais, unindo pessoas de diferentes universos. Famosos e anônimos eram convidados a participarem juntos do mesmo programa. Produzido, gravado e editado em uma casa de 200 m2 no alto do Humaitá, bairro na zona sul do Rio de Janeiro, *Muvuca* tinha como característica a espontaneidade e informalidade, marcas da apresentadora. Não havia um tema definido por programa, nem roteiro fixo. A edição final aproveitava as situações espontâneas e as melhores informações dos entrevistados". Disponível em: http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/regina-case/trajetoria.htm Acesso em 15 de julho de 2014.

narrativas televisivas são fundamentais para a construção do que é o *Esquenta!* atualmente, por isso vamos apresentar as características gerais das atrações mencionadas com o objetivo de contextualizar e destacar as informações mais relevantes.

O *Programa Legal*, exibido entre 1991 e 1992, inaugurou a participação de Regina Casé como apresentadora de programas de televisão, trazendo uma maneira diferente de contar diversas histórias, utilizando ainda seu lado atriz, para mostrar anônimos e famosos de todo o país. Em parceria com o ator Luiz Fernando Guimarães, o *Programa Legal* «surpreende com muitos elementos novos na tela brasileira. Mistura documentário, dramaturgia, jornalismo, etnografia – tudo permeado por grandes doses de comicidade e humor, que já eram marcas características dos apresentadores/atores» (CHAVES, 2007: 17).

Tanto Regina Casé quanto Luiz Fernando Guimarães encaram personagens que visam representar algumas "tribos" presentes no Brasil e seus respectivos membros, além de abordar as características mais significativas dos mesmos. Toda essa mistura de ficção com realidade era feita com humor e dinamismo, trazendo a cada episódio uma temática diferente, passando por futebol, sertanejo, brega, corpo, dentre outros[4].

O *Brasil Legal*, exibido entre 1995 e 1998, possui muitas referências do *Programa Legal*, apresentando de forma irreverente as características dos brasileiros, através de viagens pelo país e pelo mundo em busca de pessoas que narrem suas histórias e revelem o Brasil para o Brasil. Os episódios são temáticos, apresentam uma narrativa fragmentada e mesclam personagens, situações, cidades e imagens. «A partir de seus personagens, do território percorrido, de sua edição, *Brasil Legal* parece retratar a própria fragmentação e hibridez do país» (*ibidem*: 28)[5].

Através das conversas e entrevistas com pessoas de vários lugares do Brasil, mistura-se realidade e ficção, pois Regina Casé interpreta diferentes personagens que interagem com os entrevistados-anônimos, em situações cômicas. Para tanto, ela viaja para diversas cidades brasileiras, em geral do interior, mostrando figuras do cotidiano, comumente invisibilizadas.

Nesses programas já podemos observar a construção da valorização da cultura popular, ao serem mostradas histórias diferentes de pessoas comuns. Podemos destacar também a presença de negros falando de suas manifestações culturais e a atenção especial ao samba e ao funk como movimentos artísticos importantes, apontando para a questão de invisibilidade que costuma ser combatida nos discursos de Regina Casé.

Sendo assim, podemos afirmar que uma das ideias centrais do programa é mostrar um Brasil que seja legal, através das representações construídas ao longo do período de exibição, e que constitui em grande medida um dos lemas comuns a todos esses programas citados, inclusive o *Esquenta!*.

Em *Central da Periferia*, exibido em 2006, com o foco nas periferias brasileiras, podemos observar influências de outros trabalhos, como a série *Cidade dos Homens* e o próprio *Brasil Legal*. De certa maneira, fica mais clara a "militância" pela visibilidade e reconhecimento das pessoas que moram nas periferias de diversos locais do país, ao apresentar atrações musicais de muito sucesso nesses lugares, mas que não apareciam nos meios hegemônicos devido a diversas questões, dentre elas de comunicação e distribuição.

O programa «resume-se a um grande palco montado em bairros periféricos das capitais do Brasil, onde foram gravadas previamente entrevistas e pequenas reportagens que são intercaladas com as imagens dos shows no produto final editado» (*ibidem*: 48). A produção desse projeto era responsável pelo quadro exibido semanalmente no *Fantástico*, *Minha Periferia*. Em 2007, o mesmo se transformou em *Minha Periferia é o Mundo*, apresentando periferias ao redor do mundo – Paris, Luanda, Moçambique - mostrando a vida e a produção cultural nesses lugares[6].

---

4 OLIVEIRA, Ohana B. *Esquenta!* - Mediação Cultural: tudo junto e misturado. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Produção Cultural) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

5 OLIVEIRA, *Idem*.

6 OLIVEIRA, *Idem*.

6. Características básicas do *Esquenta!*

O programa analisado, diferentemente das atrações anteriores *Programa Legal* (1991-1992), *Brasil Legal* (1995-1998) e *Central da Periferia* (2006), também conduzidos pelos três profissionais anteriormente citados, surgiu como encomenda da emissora: o mesmo deveria ser um programa dominical de auditório, exibido no horário de almoço (geralmente entre 12h e 15h), durante o verão (nos meses de janeiro, fevereiro e março).
A primeira temporada do *Esquenta!* foi exibida de janeiro a março de 2011, sempre aos domingos. Em geral, durante uma hora e meia, o programa se estrutura da seguinte forma: a apresentadora Regina Casé entra ao som da música-tema *Esquenta* (*Samba da Regina*) e apresenta os convidados participantes. Há apresentações musicais e artísticas, além de entrevistas variadas no palco com linguagem informal, se aproximando da ideia de um bate-papo.
Em um cenário multicolorido, a apresentadora interage com a plateia, convidados e elenco. A atração é temática e costuma girar em torno de diversos assuntos, dependendo do dia da exibição. Por exemplo, é comum o tema estar associado a alguma data comemorativa (Páscoa, Consciência Negra, Dia dos Pais, Dia das Mães, Natal, Ano Novo etc.). O cenário no estúdio e o figurino do elenco estão vinculados de alguma forma ao tema da gravação.
Existem quadros fixos (na primeira temporada havia um quadro de humor e um de culinária, com um convidado preparando um prato de domingo) e convidados que se tornaram permanentes no elenco, sendo comentaristas e colaboradores nas discussões dos tópicos abordados. Como encerramento, geralmente Regina Casé fala uma mensagem relacionada à temática do programa, logo após há uma música final, cantada e dançada pelo elenco e convidados, com chuva de papel picado no palco. Mesmo com as diferenças percebidas entre as temporadas, essa é estrutura básica que se mantém.
Em 2011, houve um especial de São João, chamado *Esquentão!*, exibido em junho. A segunda temporada ficou no ar de dezembro de 2011 a abril de 2012 e trouxe novos quadros, como o "Calourão" e a "Biblioteca do *Esquenta!*". A terceira temporada durou o ano inteiro, de dezembro de 2012 a dezembro de 2013. A quarta temporada está sendo exibida atualmente, iniciada em abril e com previsão de exibição até final de 2014. Durante o período da Copa do Mundo, o programa foi exibido ao vivo[7], entre as partidas de futebol da competição.
O quadro "Calourão"[8], que segundo a apresentadora é o seu quadro preferido, apresenta calouros, que através de alguma brincadeira como se fosse um concurso, competem para ganhar prêmios no final, que variam desde o kit *Esquenta!* (composto por produtos da atração vendidos pela Globo Marcas na internet) até convites para shows, cds, dvds, aparelhos eletroeletrônicos etc. Geralmente a plateia escolhe o vencedor e os convidados do programa também opinam sobre as apresentações dos competidores.
A Biblioteca[9] do *Esquenta!* , que funciona como um projeto de incentivo à leitura, é abastecida com livros

---

7 O primeiro Esquenta! ao vivo foi exibido no dia 15 de junho de 2014 a partir das 15h, no intervalo dos jogos da primeira fase da Copa, com a temática do campeonato de futebol e cerca de 45 minutos de duração. O cenário e o figurino faziam referência à Copa do Mundo de Futebol, assim como alguns convidados presentes. No total, foram exibidos cinco programas com essa temática.

8 Os concursos são os mais variados, destacamos as competições exibidas em 2014: melhor versão da música Beijinho no Ombro, de Valesca Popozuda; "gringos" no Lepo Lepo, cantando e dançando o hit do carnaval; sanfoneiros tocando funk; versões de músicas tocadas no ukelele; melhor *cover* da cantora Beyoncé; melhor dança de festa de 15 anos com pai e filha; merendeiras cantando sambas; participantes cantando no giroscópio em movimento; melhor dupla de lambada; primas chamadas Vera cantando música; *covers* de Axl Rose cantando músicas de Alcione (de acordo com programas exibidos até 26 de outubro de 2014). Percebemos que, no geral, são escolhidos temas que dialoguem com a gravação do programa e que tenham marcado o caráter de mistura de situações ou elementos inusitados.

9 Os livros possuem os mais diversos temas, passando por clássicos e contemporâneos da literatura brasileira, infantil e mundial. Algumas das doações: *Mundo Funk Carioca* e *O Mistério do Samba*, de Hermano Vianna; *Abusado*, de Caco Barcellos; *Estação Carandiru*, de Drauzio Varella; *Da favela para o mundo*, de José Junior; *A Revolução dos Bichos*, de George Orwell; *Dom Casmurro*, de Machado de Assis; *O homem que calculava*, de Malba Tahan; *Meu destino era Nós do Morro*, de Luciana Bezerra; *O Zahir*, de Paulo Coelho; *Bíblia Sagrada*; *1808*, de Laurentino Gomes; *Anjos e Demônios*, de Dan Brown; *Harry Potter e a pedra filosofal*, de J.K.Rowling; *Ensaio sobre a cegueira*, de José Saramago; *Capitães de Areia*, de Jorge Amado; *Hip-hop: Dentro do Movimento*, de Alessandro Buzo; *Violetas na Janela*, de Zíbia Gasparetto, entre outros.

doados pelos convidados do programa, que falam de sua relação com livros em geral e contam a história e divulgam o livro que está sendo doado. «No fim de cada temporada, a biblioteca completa faz a alegria de leitores que têm pouco ou nenhum acesso aos livros»[10].

Segundo o antropólogo Hermano Vianna, em artigo publicado antes da estreia da nova temporada em 2014[11], cada gravação (do *Esquenta!*) foi pensada como uma "grande festa", que funciona "quando junta turmas heterogêneas". Ao falar sobre essas multiplicidades apresentadas, Hermano Vianna define a atração como um "laboratório onde testamos outros mundos possíveis".

Podemos observar em tal afirmação uma das possíveis origens dos lemas construídos e ratificados frequentemente, sendo celebrados a cada programa, tais como: "O que o mundo separa, o *Esquenta!* junta" - quando pessoas e elementos a princípio muito diferentes e distanciados se aproximam através do programa; "Xô, preconceito"[12] - quando há algum relato de quem sofre ou sofreu preconceito; e "Tudo junto e misturado" - ao mostrar o "caráter de união" de "mundos distintos". Esses bordões do programa são pontos fundamentais na análise da configuração do *Esquenta!*, funcionando como elementos importantes de mediação entre o mundo pré-figurado e o projeto pretendido.

Outras ideias constantemente reiteradas são: o encantamento pelo samba (que, segundo Regina Casé, "ensina e cura"), a alegria das festas, comemorações e celebrações "características do povo brasileiro", além da união através da família *Esquenta!*, fazendo paralelo com as famílias que assistem ao programa reunidas durante o almoço de domingo e consagrando a ideia de harmonia e comunhão que simbolicamente associamos ao universo familiar.

A ideia de festa popular, com "a cara do Brasil" nas tardes da TV, é uma das principais características enaltecidas no programa. Segundo a apresentadora, as gravações, que duram por volta de 6 horas, acontecem como uma festa mesmo. Tal fato, inclusive, se apresenta como uma questão para a equipe de edição do programa, que precisa transformar todo o material em uma hora e meia para exibição aos domingos.

Uma das críticas feitas à atração é justamente a edição truncada, resultado do excesso de material gravado. Segundo Hermano Vianna, isso acontece porque «a edição é como um álbum de fotos de uma festa. Tem a intenção de contar o que aconteceu, não é linear. A ideia é essa mesmo»[13]. No início desta quarta temporada, têm sido exibidas algumas cartelas de animação entre um quadro e outro, contribuindo para a diminuição do estranhamento em relação à edição e aos antigos cortes secos entre as atrações.

Vamos descrever os elementos que fazem parte do programa, que, reunidos, configuram a atração. Podemos observar como características mais marcantes do cenário o colorido dos elementos do palco e da plateia, como os sofás onde os convidados sentam, as arquibancadas onde fica o público, os telões espalhados pelo estúdio, os objetos de cena, sempre condizentes com a temática da gravação, o que remete diretamente à estética dos programas de auditório do estilo "Chacrinha".

O figurino, também de acordo com a temática, é sempre bem colorido e elaborado, colocando todo o elenco de crianças, jovens e músicos no clima da gravação. Vale destacar que o ambiente foi pensado no formato 360 graus, diferentemente da ideia tradicional de palco italiano, presente em alguns programas de auditório, como do apresentador Silvio Santos e da Hebe Camargo, por exemplo. Tal fato ajuda na construção de uma ideia de circularidade na espacialidade da atração.

Os convidados musicais geralmente estão relacionados ao tema do programa de alguma forma, assim como os outros artistas convidados, que também possuem alguma relação com o tema tratado, de maneira geral. A "família *Esquenta!*", conforme a apresentadora se refere à equipe, conta com o elenco e os familiares dos mesmos que participam de diversas gravações.

---

10 Disponível em: http://gshow.globo.com/programas/esquenta/O-Programa/noticia/2012/06/visite-o-acervo-da-biblioteca-do-esquenta.html Acesso em 31 de outubro de 2014.

11 VIANNA, Hermano. "Bateria arrebenta". Publicado em 11 de abril de 2014. Jornal O Globo.

12 Mumuzinho e Leandro Sapucahy fizeram uma samba que às vezes é cantado nessas situações, para "espantar" o preconceito. Disponível em: http://globotv.globo.com/rede-globo/esquenta/v/mumuzinho-faz-musica-e-ganha-coro-para-xo-preconceito/2340624/ Acesso em 31 de outubro de 2014.

13 Retirado do site: http://f5.folha.uol.com.br/televisao/2014/04/1440099-tem-que-ser-boa-de-briga-afirma-regina-case-de-volta-com-o-esquenta.shtml Acesso em 30 de abril de 2014.

Os próprios componentes desse grupo, para além das relações de afeto, possuem relações de parentesco [irmã (o), pai/mãe, filho (a), primo (a), namorado (a), esposo (a), afilhado (a)], tanto anteriores quanto posteriores à atração. Segundo Hermano Vianna em seu artigo já mencionado, "não é fácil ser uma família, como todos sabem. Principalmente uma família tão grande, bagunçada e tropicalista assim".[14]

O elenco da atração é formado por crianças e jovens que dançam, interagem com os convidados durante as apresentações musicais, e também atuam como assistentes de palco em determinadas ocasiões, para contribuir para o andamento da gravação. Além deles, existe a banda que faz o acompanhamento das músicas que são apresentadas.

Os integrantes da roda de samba são os músicos Arlindo Cruz, Leandro Sapucahy, Péricles (ex-integrante do grupo musical Exaltasamba) e Xandy de Pilares (ex-integrante do grupo musical Revelação). Desde a primeira temporada, estão Arlindo Cruz e Leandro Sapucahy. Péricles e Xandy de Pilares foram incorporados ao longo das temporadas, até ficarem fixos em 2013. O ator Douglas Silva e o cantor Mumuzinho são parte do elenco e da roda de samba, funcionando como coringas e assistentes da apresentadora, assim como destaques nos esquetes e brincadeiras do programa.

É importante destacar que, ao contrário das representações hegemônicas dos programas da Rede Globo de Televisão, é expressiva a presença de negros no *Esquenta!*, o que indica a necessidade de pensarmos a variável racial na análise do programa. Um exemplo disso pode ser analisado na fala de um dos comentaristas e colaboradores do programa, Alê Youssef, em um artigo publicado em uma revista[15], sobre a representação de negros nos meios de comunicação:

> Outro dia na gravação do *Esquenta*, programa da TV Globo do qual sou colaborador e comentarista com muito orgulho, Regina Casé lembrou que muita gente acha que o *Esquenta* é visto como um programa em que os negros são protagonistas. Entretanto, ao avaliar as pessoas que estavam na gravação, era perceptível o mesmo número de brancos e de negros. Em uma das suas frases geniais, Regina cravou: "Não é que o *Esquenta* só tenha negros, é que a TV não abre espaço para os negros e, quando um programa coloca o mesmo número de brancos e negros, acham que só tem negros". De um jeito simples e direto, a apresentadora traçou o quadro de desigualdade racial nos meios de comunicação.

Nesse contexto, é preciso lembrar que um programa com tantas contradições e falhas acaba sendo percebido como praticamente o único que dá alguma visibilidade para sujeitos e setores alijados de representação na grande mídia.

Todos esses elementos são fundamentais para a construção da ideia de encontro, de acordo com o lema "tudo junto e misturado" que o programa propaga. Segundo Hermano Vianna, «cada um vai deixando de lado preconceitos, um ensinando ao outro (incluindo o público de casa) coisas que seriam inacessíveis caso ficássemos em nossos mundinhos»[16]. Sobre essa ampliação de possibilidades que os encontros proporcionam, ele destaca, no artigo mencionado acima, alguns que já se deram no palco do *Esquenta!*:

> FHC conversando sobre drogas com Marcelo D2; José Pacheco, o português da Escola da Ponte; Afrika Bambaataa, o inventor do hiphop; Gusttavo Lima com a Folia de Reis dos seus pais e o amigo Neymar; a OSB tocando a Sétima de Beethoven; as performances do Opavivará; Marina Silva explicando o que é desenvolvimento sustentável; um programa com a obra de Glauco Rodrigues no cenário e nos figurinos; a primeira reunião do funk ostentação paulistano com o DJ Marlboro; Kleber Mendonça Filho e Caetano Veloso falando sobre "O som ao redor"; Murilo Mendes lido por Regina Casé e Jorge de Lima por Fernanda Montenegro; Péricles, ex-Exaltasamba, descobrindo maravilhado o filósofo Mangabeira Unger.

---

14 VIANNA, Hermano. Artigo Bateria arrebenta. Publicado em 11 de abril de 2014. Jornal O Globo.

15 Artigo publicado na revista *Trip*. Disponível em: http://revistatrip.uol.com.br/revista/231/colunas/retrato-de-um-pais-doente.html Acesso em 30 de abril de 2014.

16 VIANNA, Hermano. "Bateria arrebenta". Publicado em 11 de abril de 2014. Jornal O Globo.

7. Semelhanças e diferenças entre as temporadas do programa

Podemos destacar algumas semelhanças e diferenças de uma temporada para a outra, mostrando como as narrativas se reconfiguram ao longo do tempo. Para exemplificar a diferença de como o programa foi apresentado ao público na internet, comparamos as descrições do *Esquenta!*. Seguem os *releases* da primeira (2011) e quarta (2014) temporadas nos sites do programa e da emissora, respectivamente:

> Em janeiro, a temperatura começa a subir não só pelo auge do verão, mas também porque vai ao ar o Esquenta!. O programa dominical, comandado por Regina Casé, traz de tudo um pouco: verão, domingo, férias, preparação de carnaval e, acima de tudo, muito bom humor. Para começar o ano com o pé direito, a apresentadora vai reunir, em cada programa, uma turma variada para dançar, cantar, conversar e fazer novos amigos, como numa verdadeira festa. E como festa, para dar certo, precisa ter boa música, boa comida e gente interessante. O público pode esperar uma festa real, onde todos os convidados se divertem para valer. Os 13 episódios do Esquenta! contam com a participação fixa de duas feras da música brasileira. Arlindo Cruz e Leandro Sapucahy não só animam a festa, como também acompanham os convidados e improvisam com as atrações musicais. Um quadro de humor também é fixo no roteiro, garantindo que a apresentadora receba sempre comediantes em performances quase improvisadas, ao vivo, no palco. Além disso, cada programa tem a participação de um convidado encarregado de preparar um prato de domingo. A direção de núcleo da atração é de Guel Arraes e a direção do programa é do quarteto formado por Estevão Ciavatta, Leonardo Netto, Monica Almeida e Mário Meirelles. Já o roteiro é finalizado por Alberto Renault e Hermano Vianna.[17] (grifos nossos)
> Em ano de Copa do Mundo e Eleições Presidenciais, o Esquenta! volta à grade a partir do dia 13 de abril e abre o verbo sobre educação, saúde, segurança, inclusão social e tecnologia. No quadro inédito 'O que queremos para o Brasil', personalidades da vida social, política e artística do país apontam os desejos do brasileiro para o futuro da nação. No palco, os apresentadores do programa 'Navegador', da Globonews, e os colaboradores de conteúdo Alê Youssef, Ronaldo Lemos e José Marcelo Zacchi ajudam a debater cada tema. Por acreditar que a inovação tecnológica é fundamental para o desenvolvimento do Brasil, o programa também promove, ao longo do ano, uma campanha pioneira que estimula o ensino de programação de computador para crianças e adolescentes. Outro quadro novo, o 'Visita Musical', garante a tradicional mistura de gêneros, ritmos, culturas e classes, promovendo o encontro entre personalidades de diferentes estilos musicais em suas cidades e no palco do Esquenta!. Novidade no elenco fixo do programa, o redator e comediante Luís Lobianco comanda quadros de humor. Tudo isso embalado por um novo cenário, cheio de tecnologia, que muda a cada domingo, dando cara nova ao programa toda semana. Todo o Brasil cabe na festa do Esquenta!. O programa, uma criação de Regina Casé e Hermano Vianna, tem direção de núcleo de Guel Arraes, direção geral de Monica Almeida, direção de Daniela Gleiser e redação final de Paula Miller e Gustavo Nogueira.[18] (grifos nossos)

A partir das duas citações apresentadas acima e os trechos mais importantes sublinhados, podemos explorar as diferenças de enfoque que as duas chamadas trazem. Mesmo permanecendo a ideia de festa e de humor, que são termos presentes nas duas apresentações, há uma mudança de enfoque nas palavras-chave. O elemento

---

17 Descrição oficial retirado do site do programa: http://esquenta.globo.com/platb/programa/ Acesso em: 10 junho 2011.

18 Descrição retirada do site: http://redeglobo.globo.com/vem-ai/noticia/2014/03/vem_ai-descubra-tudo-o-que-estreia-na-programacao-da-globo-em-2014.html Acesso em 29 de abril de 2014

mais enfatizado é a festa, em especial na apresentação de 2011, como podemos observar nos seguintes trechos: "verdadeira festa. E como festa, para dar certo, precisa ter boa música, boa comida e gente interessante. O público pode esperar uma festa real" e "Todo o Brasil cabe na festa do Esquenta!" (ver os grifos nos parágrafos acima).

A ideia de diversão, presente no trecho "dançar, cantar, conversar e fazer novos amigos", geralmente associada ao simples entretenimento, é claramente diluída na segunda descrição do programa, referente a temporada de 2014. Ao se propor "abrir o verbo sobre educação, saúde, segurança, inclusão social e tecnologia", percebemos um foco mais engajado da nova temporada. O quadro novo "O que queremos para o Brasil" é um exemplo dessa nova abordagem, ao "induzir" um debate sobre o futuro do país, conforme indica o seguinte trecho: "personalidades da vida social, política e artística do país apontam os desejos do brasileiro para o futuro da nação".

Podemos perceber então a ênfase na palavra festa na primeira descrição de 2011 e um ar de "vamos falar sério, precisamos chamar especialistas para falar", na de 2014. Destacamos também como a mistura, como uma das principais características do programa, já se torna um valor tradicional com o passar das temporadas, elemento cada vez mais ratificado no discurso do programa, através do lema tudo junto e misturado.

A dimensão do encontro é reforçada pelo novo quadro "Visita Musical", que segundo a descrição "garante a tradicional mistura de gêneros, ritmos, culturas e classes, promovendo o encontro entre personalidades de diferentes estilos musicais em suas cidades e no palco do Esquenta!". Essa nova atração ratifica o discurso de mediação presente na atração, reforçando a ideia de misturar elementos diferentes, promover encontros e construir pontes entre eles, além de evocar uma "celebração da diversidade" e consequentemente a valorização do multiculturalismo e do hibridismo cultural.

Falando sobre a estrutura do programa, os quadros de humor e de culinária não são mais fixos, mas ainda se encontram presentes na atração, de forma esporádica, principalmente em relação à culinária. No humor, foi incorporada a presença de um comediante junto com os convidados fixos, não mais como elemento externo.

Outro quadro novo é o "Batendo ponto", uma homenagem a determinada profissão que traz alguns profissionais da área para conversar sobre o dia-a-dia do trabalho. Na valorização do formato de auditório, houve um maior investimento no quadro "Calourão", com melhores prêmios para o vencedor e um dos últimos momentos do programa, como a atração mais aguardada. A apresentadora ratifica a cada domingo que o mesmo é seu quadro preferido.

Um novo quadro, que está projetando cada vez mais a integrante do elenco Luane Dias, famosa por seus vídeos que viralizaram na internet[19], foi o "HashtagLuane", no qual ela avalia o visual do público que envia fotos para análise. Luane fazia sucesso ao comentar o visual dos convidados, sendo muito sincera nas avaliações, "mandando o papo reto".

Uma competição também foi inserida, através do quadro "Roleta Musical", no qual dois times (Código Máximo e Soldados do Samba) formados pela família *Esquenta!* e convidados, com participação da plateia, canta uma música com a palavra sorteada na roleta pela assistente de palco. Ao assistir esse último quadro, é possível perceber uma nítida referência aos quadros musicais dos programas do apresentador Silvio Santos no SBT (*Qual é a música?*, de 1976, por exemplo).

Com a chegada de novos quadros, não percebemos uma regra específica para exibição dos mesmos, que já não estão presentes em todos os programas devido ao tempo total de exibição. Existe uma alternância que varia conforme o tema e a duração do programa.

A interação com o público através das redes sociais foi um elemento bem explorado na terceira temporada (2013), quando exibiram na tela durante o programa uma *hashtag*[20] para utilização na internet. Ao publicarem

---

19 Disponível em: http://youpix.virgula.uol.com.br/pessoas/quem-e-luane-dias-a-menina-por-tras-do-video-vergonhas-do-facebook/ Acesso em 03 de julho de 2014.

20 "Hashtags são compostos pela palavra-chave do assunto antecedida pelo símbolo cerquilha (#). As *hashtags* viram hiperlinks dentro da rede, indexáveis pelos mecanismos de busca. Sendo assim, outros usuários podem clicar nas hashtags ou buscá-las em mecanismos como o *Google*, para ter acesso a todos que participaram da discussão. As hashtags mais usadas no *Twitter* ficam agrupadas no menu *Trending Topics*, encontrado na barra lateral do microblog". Retirado do site: http://pt.wikipedia.org/wiki/Hashtag Acesso em 15 de maio de 2014.

fotos e comentários com esse ícone, o assunto é agrupado e pode ser um dos mais comentados no *Twitter*[21], por exemplo, entrando para os *Trending Topics* em vários lugares do Brasil e do mundo, já que a equipe do programa e os telespectadores fomentam a repercussão na internet, contribuindo para o fortalecimento da chamada "segunda tela"[22]. Algumas *hashtags* utilizadas foram: #esquentaclassico, #esquentanaescola, #esquentavinicius100 #esquentacidades etc. Nesse sentido, podemos destacar também a publicação de fotos no *Instagram*[23] por parte da equipe e dos convidados, gerando conteúdo para repercussão nas mídias.

Em seu início em 2011, o *Esquenta!* tinha como mote uma grande festa com muito samba e carnaval, afinal tinha sido encomendada para ser um especial durante o verão, mais um elemento marcante nas características iniciais do programa. Ao longo dos anos, até se tornar fixo na grade de programação, foi se tornando temático a cada domingo, passando pelos mais variados temas, tais como: Páscoa (perto da data comemorativa), Família (ao iniciar a nova temporada de 2014), Dia do trabalho (1º. de maio), Festa Junina (no mês de junho), Dorival Caymmi (comemoração do centenário de nascimento), Primavera (durante a estação), Sítio do Picapau Amarelo (Dia das Crianças), Consciência Negra (perto da do dia 20 de novembro), Praia (durante o verão), União dos Povos (por conta da realização da Jornada Mundial da Juventude em 2013), Dia dos Pais (segundo domingo de agosto), Dia das Mães (segundo domingo de maio), Inverno (durante a estação), Rodeio (perto da realização da Festa do Peão em Barretos), Budismo (antes da estreia da novela Joia Rara, que abordou o tema), Centenário de Vinícius de Moraes (perto da data comemorativa), Cidades (referente às manifestações nas ruas em junho de 2013), Natal, Ano Novo e Carnaval (como último programa da terceira temporada no final de 2013).

Além desses assuntos ligados a acontecimentos específicos, durante a exibição em 2013 outros temas estiveram presentes, que foram: pipa, capoeira, festa cigana, clássico, escola, esporte, México, sustentabilidade, Bahia. Em 2014, diversos temas também foram apresentados, tais como: tecnologia (com o elenco da novela das 19h, *Geração Brasil*), barroco, leitura, Havaí, humor, cozinha, universo, Peru, Anos 20, Grécia, cabelo, rua, Anos 80, sertanejo etc. Lembrando que esses temas somente se repetem em algumas datas comemorativas e são fundamentais para a lógica da atração, pois servem para balizar várias discussões levantadas no programa e orientam o roteiro e as gravações, assim como são orientados por eles.

Comparando a primeira temporada à última que está no ar atualmente, podemos destacar algumas diferenças, como, por exemplo, a inserção de propagandas, através de um *marketing* participativo, sempre havendo o anúncio do produto a ser vendido pela apresentadora e o diálogo com pessoas (do público ou da plateia) que vieram contar seus relatos.

O *marketing* também esteve presente na propaganda de produtos da própria emissora de televisão: campanha Criança Esperança (doações financeiras por telefone ou internet, além de um leilão com itens doados por famosos da família *Esquenta!*) e produtos do próprio programa, vendidos pela Globo Marcas na internet (chinelo, toalha, boné, mochila, caneca, banqueta térmica, todos com a logomarca do programa).

É importante ressaltar que a publicidade trabalha com a questão de público-alvo, já que tem por objetivo vender produtos e atrair a atenção dos consumidores. Destacamos que a escolha dessas marcas e produtos não é aleatória, sendo muito bem pensada e analisada de acordo com o contexto do programa e as pessoas a quem eles querem se dirigir. Vale destacar também que a apresentadora é garota-propaganda da *Caixa Econômica Federal*.[24]

---

21 Rede social disponível em: https://twitter.com/ Acesso em 03 de julho de 2014.

22 Em entrevista, o diretor geral do *Twitter* no Brasil enfatiza que os brasileiros adoram utilizar a plataforma para se informar e comentar o que estão assistindo na TV – a chamada 'segunda tela' – e divulgando que seis entre cada dez usuários brasileiros do *Twitter* o fazem através de *tablets* e *smartphones*. Disponível em: http://blogs.estadao.com.br/link/twitter-somos-uma-rede-de-interesses-nao-uma-rede-social/ Acesso em 03 de julho de 2014.

23 Rede social disponível em: http://instagram.com/ Acesso em 03 de julho de 2014.

24 Segundo a agência que criou a publicidade de uma campanha com a mesma, em 2007, ela foi escolhida "pela sua popularidade, por ser porta-voz dos menos favorecidos e ter uma imagem descontraída". No período da campanha para esta instituição financeira, houve aumento de 10% no número de aberturas de contas, que muitos clientes procuravam como a "conta da Regina", revelando um reconhecimento da figura de Regina Casé. Retirado do link: http://www.marketingbest.com.br/marketing-best/caixa-economica-federal-caixa-facil/ Acesso em 02 de maio de 2014.

Alguns convidados antes esporádicos se tornaram fixos, como colaboradores, apelidados por Regina Casé de "cabeçudos", por serem intelectuais, são eles: Ronaldo Lemos, Alê Youssef e Zé Marcelo Zacchi, que juntamente a Hermano Vianna, apresentam um programa sobre inovação chamado *Navegador*, no canal GloboNews (da televisão paga). Como parte do elenco, desde a primeira temporada, há a presença de comediantes e humoristas de *stand-up*, participando da gravação como atrações ou como comentaristas, dentre eles Leandro Hassum, Marcius Melhem, Fábio Porchat, Victor Sarro (fixo na terceira temporada) e Luis Lobianco (fixo na quarta temporada). Como tais presenças são recorrentes, podemos ressaltar o papel que o humor e o riso têm na atração, que se utiliza desse artifício como complementar à ideia de diversão e festa presentes no programa.
No final da temporada de 2013, um novo elemento de *marketing* surgiu e foi sendo consolidado no início da temporada de 2014, a marca de camisetas *Alô Regina*, parceria com a grife *Reserva*, do empresário Luciano Huck. Segundo o site, *Alô Regina* «traz toda a animação, a festa e a força de sua trajetória sempre ligada na novidade que vem das periferias. *Alô Regina* abre espaço para o humor, os estilos, as vontades, anseios, gostos e sonhos que por tanto tempo ficaram invisíveis»[25]. Geralmente, algum convidado ou o vencedor do quadro "Calourão" ganha uma das camisetas, que são vendidas pela internet, através do site oficial da grife. A divulgação da marca é feita no programa e nas redes sociais.

8. Representações de Regina Casé

Segundo o teórico Douglas Kellner, as imagens da cultura da mídia são importantes tanto pelo modo como são construídas e tratadas formalmente quanto pelos significados e valores que transmitem (KELLNER, 2001: 317-318), por isso esses elementos são tão importantes para a análise crítica da atração. Podemos destacar, por exemplo, a música de abertura do programa, chamada *Esquenta (Samba da Regina)*[26], que traça um perfil da apresentadora:

Alô Regina!
É tão gente fina que sabe chegar
Em qualquer esquina
Lá na cobertura, na laje ela está
É quem domina.
Porque tem a sina de ser popular... alô
Alôôôô rainha
Se vai ter churrasco, feijão, vatapá
Vai pra cozinha.
Tem coisa gostosa de todo lugar
Traz a farinha!
O camarão seco, o jambu e o fubá
E faaaaaaz verão
E hoje é domingo
Dia que o povão... agita!
Se liga, se encontra, faz conexão, twita
Ou pra se dar bem,
Ou pra botar alguém na fita.
Bateria arrebenta, todo mundo comenta,
Que feito pimenta, o programa domingo esquenta.
(2x)
Regina de janeiro, fevereiro e março... (2x)
Alô, alô...

25 Retirado do site: http://usehuck.vtexcommerce.com.br/aloregina/sobre Acesso em 14 de maio de 2014.

26 Disponível em: http://letras.mus.br/arlindo-cruz/1834406/ Acesso em 15 de julho de 2014.

Pela música-tema, composta por Arlindo Cruz e Gilberto Gil, podemos destacar diversos elementos que constroem determinadas representações da apresentadora. A circularidade por diferentes territórios é uma delas, quando é afirmado que ela "sabe chegar em qualquer esquina" e está presente tanto na "cobertura" (associada a apartamentos de classe socioeconômica alta) quanto na "laje" (moradia comumente encontrada nas favelas e periferias brasileiras). Outro elemento importante é a "sina de ser popular", que reforça a ideia de alguém que circula por diferentes lugares, e é bem recebida em todos eles, porque faz sucesso, é reconhecida e, mesmo assim, "gente fina".

As comidas típicas, que podem ser consideradas populares em várias regiões (churrasco, feijão, vatapá, farinha, camarão seco, jambu, fubá) remetem a esse universo de almoço de domingo, com a família reunida e a refeição como fator agregador. Outro elemento reforçado na canção é o caráter de encontro do domingo, "dia que o povão agita!", ao se ligar, se conectar e *twitar*, fazendo referência também à interação realizada na internet. Como último destaque, fica a frase "Regina de janeiro, fevereiro e março", apontando a ideia inicial do programa e que poderia ter sido o nome do mesmo, pois foi exibido nos meses mencionados. Tal frase faz referência também à outra música de Gil, no samba *Aquele abraço*[27], com o trecho "O Rio de Janeiro, fevereiro e março", que em sua letra remete à Chacrinha, o "velho guerreiro", figura fundamental para entendermos a performance de Regina Casé no programa.

Todos esses elementos estão presentes também na descrição de Regina Casé no site oficial do programa: «Consagrada por sua versatilidade como apresentadora, atriz e humorista, Regina Casé está à frente do Esquenta, desde 2011. A comunicadora transita com maestria pelos mais diferentes meios, do popular ao intelectual. A identificação com a periferia é sua marca registrada»[28].

9. Territorialidades

Entendendo território como «lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência» (SANTOS, 2011: 13), podemos afirmar que o programa se relaciona diretamente ao mesmo como espaço de valorização e promoção da diversidade cultural, além da disputa simbólica por representação popular ("classe C" e negros, principalmente) na televisão brasileira.

Essa questão do território tem aparecido de forma mais enfática nas temporadas mais recentes da atração dominical, pois podemos perceber um distanciamento do que seria um programa de samba carioca no carnaval (2011) para uma atração que valoriza as culturas das periferias e favelas do Brasil e do mundo (2014). Dessa forma, a ideia inicial de celebração, alegria e festa, associada ao carnaval, foi paulatinamente equilibrada com a ideia de encontro, mistura e "construção de pontes"[29], que já fazem parte do discurso de diversidade e diferença proferidos pela apresentadora, destacando cada vez mais a noção de territorialidade das favelas, periferias e comunidades ao longo de sua trajetória.

Na análise da trajetória de Regina Casé entre 1991 e 2006 realizada por Sarah Nery, destaca-se como caraterística marcante de diversos trabalhos a "rua como cenário" e "tomada de passantes como personagens" (CHAVES, 2007: 44), o que já não acontece na atração mais recente. Um contraponto que pode ser feito em relação ao *Esquenta!* e as atrações descritas acima é o fato dele modificar a dimensão das incursões às ruas, se comparado aos outros, pelo fato de tentar representar a diversidade dentro de um estúdio com ar-condicionado, cenário, plateia, convidados etc.

A configuração do *Esquenta!*, apesar de apresentar elementos comuns às atrações anteriores (*Programa Legal*, *Brasil Legal*, *Central da Periferia*), traz também várias diferenças, dentre elas a mudança de territorialidade. Antes os programas eram gravados nas ruas, fazendo essa proximidade com as pessoas no espaço público. Na atração atual, o movimento é inverso, com a tentativa de trazer a rua para dentro de um estúdio de gravação, deslocando o espaço público para o espaço privado, transformando a rua em cenário.

---

27 Disponível em: http://musica.com.br/artistas/gilberto-gil/m/aquele-abraco/letra.html Acesso em 16 de maio de 2014.

28 Disponível em: http://gshow.globo.com/programas/esquenta/regina-case/index.html Acesso em 01 de julho de 2014.

29 Uma das expressões utilizadas pela apresentadora que faz referência à mediação.

10. Considerações finais

Após a reflexão sobre os pontos destacados neste artigo, podemos afirmar que o programa *Esquenta!* se configura como uma tentativa de promoção da diversidade cultural através do encontro das diferenças, que supostamente agrega as potencialidades dos indivíduos invisibilizados e afasta os preconceitos. Os envolvidos na atração, apesar de não terem uma posição política autodeclarada e explícita, transmitem através de suas produções audiovisuais uma visão positiva do país, com um caráter afirmativo ao mostrar o que é legal no Brasil e nas suas periferias, favelas, subúrbios e comunidades. Tal postura acaba optando por não mostrar e discutir os conflitos existentes no âmbito cultural, que são constitutivos do mesmo.

Vimos como os programas televisivos realizados por Regina Casé, Hermano Vianna e Guel Arraes anteriormente e as trajetórias profissionais dos mesmos servem de referências para a configuração do *Esquenta!*. Ao descrever o objeto de pesquisa e analisar as semelhanças e diferenças entre as temporadas, verificamos como as narrativas audiovisuais apresentadas foram se modificando ao longo do tempo e da mudança de contexto sociocultural. Com as discussões sobre representação e hibridização cultural, percebemos alguns embates do programa que trazem questões importantes sobre a produção de sentidos e as demandas por visibilidade, a serem cada vez mais complexificadas.

Referências Bibliográficas

CANCLINI, N. G. (2008), *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*, São Paulo: EDUSP.

CHAVES, S. N. S. (2007), *Tenho cara de pobre: Regina Casé e a periferia na TV*, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

HALL, S. (2011), *Da diáspora: identidades e mediações culturais,* Belo Horizonte: Editora UFMG.

KELLNER, D. (2001), *A Cultura da Mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*, Bauru, SP: EDUSC.

NERCOLINI, M. (2005), *A construção cultural pelas metáforas: A MPB e o Rock Nacional Argentino repensam as fronteiras globalizadas*, Rio de Janeiro: UFRJ/ LETRAS.

OLIVEIRA, O. B. (2011), *Esquenta*! - *Mediação Cultural: tudo junto e misturado*, Niterói: Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense.

SANTOS, M. (2011), *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*, Rio de Janeiro: Lamparina editora.

SILVA, T. T. (2012), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, Petrópolis, RJ: Vozes.

Entre mares, coisas e significados: a relação comercial entre Belém-Portugal no pós independência

Mábia Aline Freitas Sales[1]

Carlos Gabriel Guimarães[2]

Resumo: Este trabalho tem por objetivo discutir a relação entre Belém no norte do Brasil e os portos das cidades de Lisboa e Porto nos meados do século XIX. Parte-se da ideia de que se no período colonial a Província do Grão-Pará mantinha uma relação direta com Portugal, no período pós independência há uma continuidade desses laços com a antiga metrópole, o que pode ser demonstrado através dos dados da importação do Pará neste período. Nesses, Portugal ocupa ainda o lugar de principal exportador de artigos para o porto de Belém (seja os de primeira necessidade ou os considerados supérfluos), só tendo perdido lugar de destaque na década de 1860, quando teve seu domínio comercial suplantado pela Inglaterra. Portanto, há que se considerar que a independência do Brasil não trouxe de imediato uma ruptura nas relações comerciais entre os dois lados do Atlântico.

Palavras chave: Belém, Amazônia, Portugal, comércio, pós-Independência.

Desde o final da Idade Média a Europa experimentou mudanças que no século XVIII viriam a edificar as bases da noção de civilização, entendida a partir de hábitos, posturas e comportamentos peculiares do homem ocidental. Cortesia, na Idade Média, civilidade, nos séculos XVI e XVII, e civilização no século XVIII são as três etapas do que Norbert Elias classificou de processo civilizador,[3] caracterizado pela evolução do comportamento dos povos ocidentais em um período de longa duração. Contudo, tal processo não ocorreu da mesma forma em todos os lugares, pois enquanto na França o processo civilizador se constituiu basicamente em torno de elementos como a economia e a política, na Alemanha relacionava-se civilização a atividades de erudição, religião, arte e filosofia.

Assim, com suas variações e diferentes significados, as noções de civilização se apresentaram com muita força em várias partes do mundo, seja por meio de produção intelectual, normas, condutas, valores morais e culturais ou expressas em produtos. Tomando este viés como opção, é possível abordar a viagem das coisas e das ideias que representam as noções de civilização que aportaram em Belém nos meados do oitocentos. Esse ir e vir de ideias e mercadorias também representou a sustentação de velhos laços comerciais que interrelacionavam Belém e Portugal desde tempos de outrora, quando Belém ainda fazia parte do Estado do Grão-Pará e Maranhão. A Província do Pará até 1823, quando da proclamação tardia da independência, cambiava entre fazer parte do Império ou continuar mantendo relações diretas com Portugal.

---

1 Aluna de doutoramento do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. E-mail: mabia_aline@hotmail.com

2 Professor Associado da Universidade Federal Fluminense

3 ELIAS, Norbert (1994), *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorje Zahar. De acordo com Vainfas "o papel assumido pela França e pela Inglaterra no período iria tornar esses países referenciais na crença sobre o ininterrupto, embora gradual, avanço da humanidade para a civilização e o progresso," que iria eliminar tudo que fosse irracional, inclusive as barreiras do comércio. Cf. VAINFAS, Ronaldo (2008), *Dicionário do Brasil Imperial* (org.). Rio de Janeiro: Objetiva. Entretanto, essa crença no progresso foi desconstruída no segundo e no terceiro decênio do século XX com a Primeira guerra mundial e a crise dos anos 30, tornando a ideia de progresso um mito oitocentista. Cf. ROSSI, Paolo (2000), *Naufrágios sem espectador: A idéia de Progresso.* São Paulo: Unesp.

Mesmo com a adesão do Pará a independência, os laços com a antiga metrópole estavam enraizados e não apenas com Portugal. O movimento do porto demonstra que a relação da Província com Inglaterra, França e Estados Unidos era intensa. Frequentemente, aportavam no cais belenense embarcações dessas nacionalidades trazendo vestimentas, medicamentos, alimentos, ferragens e tantas outras mercadorias que compunham o cotidiano das casas, do trabalho, da diversão de uma parte da população. Entretanto, o que está em questão não é apenas a disseminação das mercadorias como meros objetos, mas os valores que a elas estavam agregados como procedentes de nações civilizadas.

Dessa maneira, os produtos importados oriundos das navegações de longo curso têm um sentido geográfico, econômico, social, e simbólico, que está relacionado de um lado à necessidade de produtos no cotidiano de pessoas não obrigatoriamente abastadas e de outro a ostentação, o refinamento e a busca da distinção social[4] por alguns grupos da elite local,[5] que objetivavam enquadrar-se no conjunto da modernidade nacional brasileira. Portanto, houve para além da viagem das coisas, a viagem das ideias. Ideias estas que foram construídas em um tempo longo com o processo civilizador e que aportaram no Pará em escunas, galeras, iates, brigues, patachos e vapores.

O Atlântico foi o oceano mais importante para o comércio mundial entre os séculos XVIII e XIX. Se o Atlântico Sul foi a região dinâmica do comércio entre África, Europa e América desde o século XIV ao início do XIX - atuando como o centro comercial do mundo ocidental -, ele teria sido suplantado pelo Atlântico Norte no século XIX à medida que o tráfico de escravos foi reduzido significativamente. Cresce, então, o comércio entre Europa e América do Norte, América do Sul e também entre América do Norte e América do Sul. Essa transformação no comércio em muito se deve a outras mudanças ocorridas no mundo que possibilitaram que muitos antigos sistemas coloniais passassem a depender intensamente de alguns mercados estrangeiros.

No entanto, essa dependência não é simplesmente uma necessidade, mas uma veleidade de se enquadrar no processo de desenvolvimento técnico, científico, civilizatório, através do que Braudel chamou de "os jogos das trocas",[6] que ligou cidades de antigas colônias aos grandes centros propulsores da civilização, da industrialização. De acordo com Levi, as estratégias de consumo são resultados de uma cultura complexa que não pode ser reduzida a subsistência ou a necessidade sem escolha, pois dessa forma a realidade seria apreendida de maneira descontextualizada.[7]

No caso da Província do Pará, antigo Estado do Maranhão e posteriormente Grão-Pará, pode-se verificar as conexões mercantis com portos estrangeiros a partir das especificidades dos produtos importados em se tratando dos países aqui elencados. Devido à grande abundância de diferentes produtos entrados neste

---

4 Bourdieu destaca a não arbitrariedade da produção simbólica na vida social, afirmando o seu caráter de legitimação das forças dominantes que são expressas através dos gostos de classe e estilos de vida, criando, dessa forma, a distinção social e reafirmando o poder simbólico. Para saber mais, ver: BOURDIEU, Pierre (1989), *O poder simbólico*. Lisboa: Difusão Editorial LTDA.

5 Entende-se por elite grupos que ao longo do tempo conseguiram acumular, riquezas, bens e prestígio, seja através de investimentos individuais ou no estabelecimento de relações familiares ou de alianças. Considerando essa noção, no Pará existiam basicamente três atividades que propiciavam acumulação de riqueza e todas estavam interligadas: a agricultura, o extrativismo e o comércio, sendo a atividade mercantil o principal ramo da economia no acúmulo de riqueza. Não coincidentemente é a atividade relacionada ao fluxo de importados. Cf. BATISTA, Luciana Marinho (2004), *Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c. 1850-1870.* Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

6 BRAUDEL, Fernand (1995), *Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV- XVIII.* vol 2. São Paulo: Martins Fontes.

7 LEVI, Giovanni (1998), Comportamentos, recursos, processos: antes da "revolução" do consumo. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise***.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

porto,[8] os mesmos foram classificados em quarenta e oito subcategorias e sete categorias.[9] Veja no quadro abaixo como as categorias foram arranjadas.

Quadro 1 – Agrupamento dos produtos em categorias e subcategorias

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Alimentos e bebidas	Alimentos de origem animal, alimentos de origem vegetal, alimentos processados, bebidas, condimentos, óleos e azeites.
Coisas de uso público e/ou privado	Artigos funerários, artigos religiosos (litúrgicos), diversão, fumo, iluminação, instrumentos musicais, leitura: livros, bibliotecas e escritórios, louças, materiais e produtos de limpeza, mobílias do lar, objetos de vidro, bens da casa, obras diversas, transporte, utensílios e alimentos para animais, vasilhames.
Equipamentos	Ferramentas, maquinarias diversas.
Indumentárias e joias	Adorno para roupas e pessoas, joias, perfumaria, tecidos e linhas, vestuário.
Trabalho e negócios	Armamentos e munições, artigos de pesca, itens fotográficos, materiais para construção de casas e ruas, materiais para imprensa, metais e ligas metálicas, moeda, objetos militares, papéis, produtos químicos, utensílios de destilaria e ourivesaria, utensílios de costura, utensílios de marceneiro, carpinteiro e tanoeiro, utensílios de ferreiro e ferragens, utensílios de padeiro, utensílios de sapateiro, utensílios para agricultura, utensílios para comércio, açougue e mercearia.
Tratamentos medicinais e outros usos	Flores, plantas, sementes, produtos e objetos medicinais, produtos para botica e medicamentos.
Diversos	-

Fonte: Quadro compilado a partir das informações do Jornal Treze de maio, 1840-1856

As categorias foram uma estratégia metodológica para enquadrar todos os produtos na análise, ainda que algumas subcategorias pareçam não ser apropriadas para a categoria a qual faz parte. Porém, na medida do possível, levou-se em consideração os usos e fins de cada importado. A categoria *diversos*, especialmente, compreende produtos que possuem os usos mais variados ou que não foi possível identificar o seu uso no período estudado. A maior parte deles pode ser enquadrada nas outras categorias no decorrer da análise. De modo geral, as categorias ajudam a entender a partir da variedade dos produtos os processos históricos experimentados por Portugal, Estados Unidos, Inglaterra e França e que tiveram reflexos na Província. O Gráfico 1 aponta para a variedade de produtos chegados no porto de Belém de acordo com as categorias provenientes de cada país.

8 De acordo com o levantamento, verificou-se a entrada de mais de mil produtos.

9 São elas: Adorno para roupas e pessoas, alimentos de origem animal, alimentos de origem vegetal, alimentos processados, armamento e munições, artigos funerários, artigos religiosos (litúrgicos), artigos de pesca, bebidas, condimentos, diversão, ferramentas, Flores, plantas, sementes, produtos e objetos medicinais, fumo, iluminação, instrumentos musicais e outros, itens fotográficos, joias, leitura: livros bibliotecas e escritório, louças, materiais e produtos de limpeza, maquinarias diversas, material para imprensa, material para construção de casas e ruas, metais e ligas metálicas, mobílias do lar, moedas, bens da casa, objetos de vidro e outros, objetos militares, obras diversas, óleos e azeites, papéis, perfumaria, produtos para botica e medicamentos, produtos químicos, tecidos e linhas, transportes, utensílios de trabalho (Destilaria e Ourivesaria), Utensílios de trabalho (Costura), utensílios de trabalho (Marceneiro e Tanoeiro), utensílios de trabalho (Ferreiro) e ferragens, utensílios de trabalho (Padeiro), utensílios de trabalho (Sapateiro), utensílios e alimentos para animais, utensílios para agricultura, utensílios para comércios, açougues e mercarias, vasilhames, outros. Para conhecer os produtos específicos de cada subcategoria, ver apêndice.

Gráfico 1 – Variedade dos Produtos Importados, 1840-1850

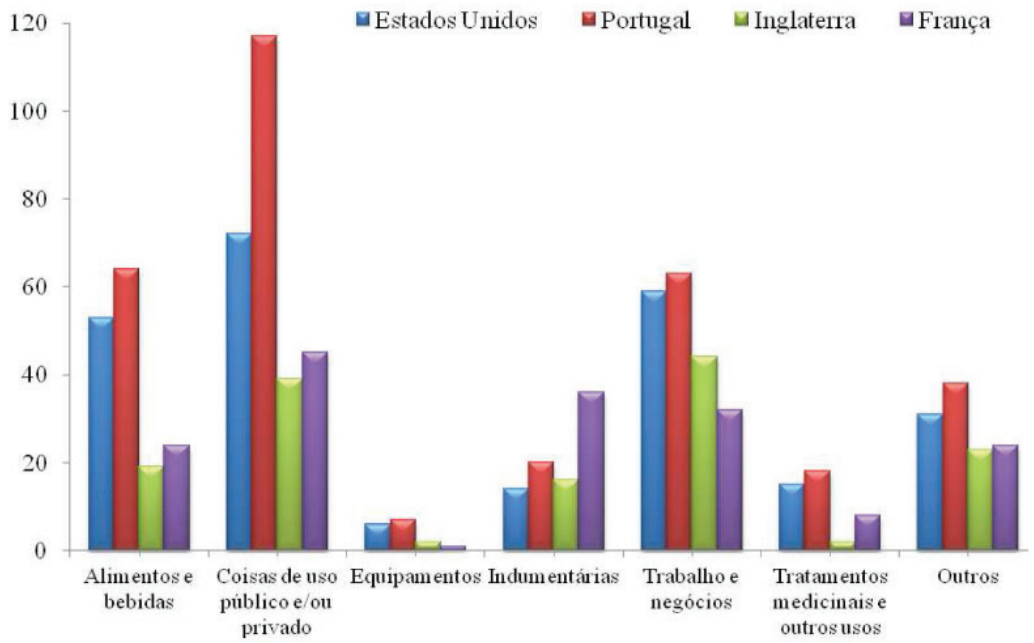

Fonte: Biblioteca Fran-Paxeco. Gráfico constituído a partir de dados publicados no jornal Treze de Maio, 1840-1850.

Em que pese a importância das trocas comerciais entre o porto de Belém e portos internacionais, cabe aqui destacar as relações entre Belém-Portugal, através dos portos de Lisboa, Porto, entre outros. A antiga metrópole do Brasil trazia a maior variedade de produtos para o consumo dessa parte da ex-colônia. Note que os Estados Unidos se posicionavam quase sempre em segundo lugar, exceto quando se trata de artigos da *Indumentária* em que decai para o último. A França ocupava na maioria das vezes o terceiro lugar, exceto nos itens *equipamentos*, e *trabalho e negócios*, onde ocupou o último lugar e na categoria *Indumentárias* em que superou até mesmo Portugal. Já os navios provenientes da Inglaterra eram os que traziam a menor variedade de importados com exceção das categorias *equipamentos*, e *trabalho e negócios* em que os itens avultavam.

Uma tendência geral é que Portugal e Estados Unidos formam um grupo destacado não somente porque ocupam o primeiro e o segundo lugar, mas pelo tamanho da diferença em relação aos demais. Se confrontarmos a tendência variedade com a quantidade de embarcações entradas esses países trocam de posição, pois apesar de o maior número de embarcações vir dos Estados Unidos, a maior variedade de importados vinha de Portugal. A mesma tendência se repete quando se fala de Inglaterra e França, pois França ocupa a terceira posição em se tratando de variedades, ainda que tenha o menor número de embarcações entradas.

De acordo com o registro sistemático das entradas das embarcações e seus respectivos carregamentos pode-se analisar a frequência com que os produtos entravam, bem como as cidades de onde provinham. Alguns produtos se destacam com intensidade, considerando a intensificação do comércio Atlântico. A tabela abaixo aponta os principais produtos vindos de Portugal, destacados por sua constância. A frequência indica em quantas viagens o produto estava presente, considerando o total das viagens para cada país.[10]

10 Estão destacadas nesta tabela apenas as categorias e subcategorias com maior frequência nas viagens.

Tabela 1 – Importados de maior frequência oriundos de Portugal

Categorias	**Alimentos e bebidas**					
Subcategorias	Alimentos de origem animal	Alimentos de origem vegetal	Alimentos processados	Bebidas	Condimentos	Óleos e azeites
Frequência	74%	89%	93%	93%	96%	50%

Categorias	**Coisas de uso público e/ou privado**						
Subcategorias	Artigos religiosos	Diversão	Iluminação	Instrumentos musicais	Leitura: Livros, biblioteca e escritório	Objetos de vidro	Obras diversas
Frequência	41%	54%	41%	48%	39%	35%	44,5%

Categorias	**Coisas de uso público eu privado**			**Indumentária**			**Tratamentos medicinais e outros usos**
Subcategorias	Louças	Mobílias do lar	Bens da casa	Adornos	Tecidos e linhas	Vestuário	Produtos para botica e medicamentos
Frequência	44,5%	48%	58%	59%	54%	61%	48%

Categorias	**Trabalho e negócios**				**Diversos**
Subcategorias	Materiais para imprensa	Materiais para construção de casas e ruas	Papéis	Utensílios para ferreiro e ferragens	Diversos
Frequência	37%	41%	33,5%	50%	87%

Fonte: Tabela constituída a partir de dados publicados no jornal Treze de Maio, 1840-1850. Biblioteca Fran-Paxeco. Grêmio Literário Português.

Em todas as categorias, Portugal tem uma presença constante, sendo a categoria *Equipamentos* (ferramentas – 11%, maquinarias diversas – 4%) a única que não mantém uma regularidade expressiva. Portugal conserva um equilíbrio não somente na variedade, mas também na frequência no envio das mercadorias que em 1840 já faziam parte da vida material de uma parte dos moradores da Província do Pará, sejam eles nascidos ou imigrantes que por razões adversas a adotaram como pátria.

Em se tratando dos produtos mais frequentes destacam-se os alimentos que em sua maioria vinham em mais de 90% das viagens. Entre eles, tem destaque carne, bacalhau, batata, cebola, castanha, azeitona, manteiga, queijo, presunto, cevadinha, toucinho, alho, sal, vinagre, azeite, vinho tinto e vinho branco. No caso das *coisas de uso público e/ou privado* a regularidade variava entre 35% a 54% com ênfase na subcategoria *Diversão*. De modo geral, eram proeminentes as imagens, santos, sinos, paramentos para missa, oratórios, foguetes, velas de cera, velas de sebo, candeeiros, castiçais, violas, livros, vidro, obras de prata, obras de ouro, obras de cobre, obras de latão, louças, chocolateira de cobre, cadeiras, mesas, canapés, guarda-roupas, toucador, pederneiras, palitos de fósforo, penicos e urinóis.

Já na categoria *Indumentária* a frequência com que chegava os *Adornos,* os *Tecidos* e os *Vestuários* oscilavam entre 54% e 61%. Os chapéus, bonetes, miçangas, fazendas de algodão, pano de linho, fios e linhas, tamancos e outros calçados, eram os produtos que mais entravam depois dos alimentos. Quase no mesmo grau de entrada estavam os produtos para botica, muito utilizado nos tratamentos de doenças, inclusive as típicas dos trópicos, destacando-se as drogas, a erva doce, água férrea e água de caldas.

O item *trabalho e negócios* ressalta a entrada dos impressos, jornais, rolos de papel, lajes e lajes de cantaria, pedras e pedras de cal, tijolos, papel, papelão, ferragens, fechaduras e foles. E, na categoria *Diversos,* aparecem comumente cera, massa, tacho de cobre, arame e archote. Pela diversidade e frequência com que procediam as mercadorias de Portugal, percebe-se que ela é um dos mais importantes dinamizadoras de bens supérfluos, mas em grande medida, eram os gêneros essenciais.

Se indagarmos sobre o principal produto importado de Portugal, veremos que é um alimento que está tanto no cotidiano da elite, quanto da população em geral, isto é, o sal, sobretudo por ser um condimento indispensável e por ser essencial no processo de conservação de alimentos. Por superar os outros países, na regularidade da entrada de uma maior variedade de produtos, essa presença teria uma razão óbvia?

Ao que tudo indica Portugal configurava um papel de constante mantenedora e provedora de uma parte da antiga colônia, na medida em que atravessava o Atlântico trazendo artigos relacionados à religiosidade, diversão, vestuário, materiais para a realização de variados trabalhos e tinha um papel fundamental quando se trata da alimentação. Isso demonstra que a preocupação da ex-metrópole ia além das necessidades mais elementares ligadas ao corpo (alimentação, moradia, vestuário), mas passava pela diversão e pelos cuidados com o espiritual que se mantinha, haja vista que entre os anos de 1840 e 1850 não se encontrou registro de importações de artigos religiosos que não fosse de Portugal.[11] A partir de uma análise do comércio entre Portugal e o porto do Rio de Janeiro entre 1803 e 1805 realizada por João Fragoso:

> Do reino comprava-se principalmente panos: chita, baetões, fitas de seda e veludo, gangas de algodão e seda, lenços, musselinas, tecidos de algodão cru, cetim, chapéus, panos de linho e rendas. Logo vinham os vidros, as bulas, aguardentes, as drogas e espingardas, os objetos de estanho, os paios, a pólvora, os presuntos, o vinho, o bacalhau e o vinagre.[12]

Esse tipo de comércio de longa distância nas palavras de Fragoso era feito por comerciantes de grosso trato, que compunham a praça mercantil do Rio de Janeiro, ligados também ao comércio de outras atividades.[13] No Grão-Pará, a notícia da vinda de D. João VI e de que as cidades de Lisboa e Porto teriam caído em mãos inimigas causou diversos prejuízos comerciais, pois "entre as contas do cacau – enviado do Pará para Maranhão e de lá para Portugal, e das carnes e sal que chegavam, via Maranhão ao Pará – tornou-se notório que em Lisboa os embates diplomáticos chegavam a um grande impasse." Nesse contexto, o comércio com Portugal arrefeceu e as "novas alianças com os ingleses transformaram os negócios e amizades no antigo Grão-Pará",[14] o que acabou por desencadear lutas sociais na Amazônia envolvendo a relação Grão-Pará/Portugal.

Ainda que no Grão-Pará as mudanças de 1808 tenham exasperado os ânimos do comércio e que a situação tenha se agravado com a declaração de morte aos portugueses em 7 de janeiro de 1835 pelos homens cabanos, é notório que Portugal não perdeu o seu domínio. Assim, o que tem de novo ao se registrar a entrada dos mesmos produtos que já eram recorrentes no período colonial? A continuidade dos negócios, das trocas, mesmo que não mais na condição de metrópole é evidente. Por outro lado, essa continuidade não é absoluta, como não é desde 1808 com a abertura dos portos, tendo causado movimentos no sentido de reestruturar o mercado que se subtraía de Portugal, como foi o caso da Revolução do Porto em 1820. Mas, em geral, na "fase pós-independência, as trocas comerciais não se interromperam, ainda que as novas situações (de mercado e política) tenham contribuído para um significativo abrandamento" das relações comerciais.[15] Ainda assim, o comércio entre Portugal e o Pará continuou ativo. A tabela abaixo evidencia os produtos com os quais eram despendidos mais valores no montante da importação portuguesa.

---

11 O único registro encontrado que não é de Portugal consiste em uma opa vinda dos Estados Unidos.

12 FRAGOSO, João Luís R (2001), *O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro c. 1790-c. 1840.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 99-100.

13 Das 15 empresas de longa distância estudadas por Fragoso nos anos de 1812, 1813, 1814, 1816, 1817 e 1822, os negociantes estavam ligados ao tráfico de africanos, ao comércio do trigo colonial, do charque e eram importantes consignatários no comércio português. Cf. FRAGOSO. João Luís R.; FLORENTINO Manolo (1992), *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

14 RICCI, Magda (2008), Entre portos, comércio, e troca culturais: os portugueses e as lutas sociais na Amazônia – 1808-1835. *In*: MATOS, Maria Izilda; SOUZA, Fernando de; HECKER, Alexandre. *Deslocamentos e Histórias*. São Paulo: Edusc, pp. 191-194.

15 ALVES, Jorge Fernandes (1993), *Os Brasileiros, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista.* Tese de Doutoramento. Porto: Faculdade de letras da Universidade do Porto, p. 66.

Tabela 2 – Importações portuguesas para o Porto de Belém, durante a década de 1841-50

MERCADORIA	VALOR ABSOLUTO (EM RÉIS)	VALOR PERCENTUAL
Vinhos	250:539$615	16,38%
Sal e vinagre	241:529$307	15,79%
Ferragens e ferramentas	240:477$154	15,73%
Calçados e couros preparados	74:513$798	4,87%
Velas de cera e sebo	62:441$980	4,08%
Manteiga e queijo	51:349$926	3,36%
Carnes	40:241$737	2,63%
Tecidos e manufaturas	38:335$508	2,51%
Drogas e espécies medicinais	34:314$603	2,24%
Pedras preciosas, obras de prata e ouro	33:813$218	2,21%
Azeite de oliva	33:561$680	2,19%
Objetos de cobre	29:001$775	1,90%
Especiarias	28:173$805	1,84%
Moedas de prata e ouro	27:471$200	1,80%
Livros e papeis	27:247$313	1,78%
Armas de fogo	26:183$967	1,71%
Louças	23:679$881	1,55%
Mobílias e móveis	23:509$956	1,54%
Chapéus	23:378$842	1,53%
Quinquilharias	21:022$898	1,37%
Instrumentos musicais	20:531$765	1,34%
Frutas secas e sazonadas	13:636$707	0,89%
Bacalhau e outros peixes	12:867$267	0,84%
Rapé	8:402$844	0,55%
Outros produtos	142:862$180	9,34%
TOTAL DE IMPORTAÇÕES	**1.529:088$926**	**100%**

Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Collecção de mappas estatisticos do commercio e navegação do Imperio do Brasil nos annos financeiros de [1841-1850]

Os navios portugueses traziam variadas mercadorias dentre alimentos, ferragens, cabos, calçados, candeeiros, chapéus de senhora, chumbo, cômodas, cadeiras, drogas, fazendas, livros, louças, obras de latão, cobre, ouro e prata, vinhos, violas, livros e periódicos, entre outros produtos que fazem parte das necessidades cotidianas e outros que são eminentemente símbolos de distinção social.[16]

O primeiro produto que se sobressai é o vinho, no qual aparece apenas o vinho branco e o vinho tinto. Isso diferencia, por exemplo, Portugal da França que importa uma multiplicidade desse produto. Os condimentos

16 Bourdieu destaca a não arbitrariedade da produção simbólica na vida social, afirmando o seu caráter de legitimação das forças dominantes que são expressas através dos gostos de classe e estilos de vida, criando, dessa forma, a distinção social e reafirmando o poder simbólico. Para saber mais, ver: BOURDIEU, Pierre, *op. cit.*

são uma marca registrada entre as importações de Lisboa e Porto, com preponderância do sal do vinagre. O primeiro devia ser mais e o segundo menos essencial, já que a importação de sal somou 213:000$000, enquanto o vinagre reuniu apenas 28:000$000, o que indica que possivelmente, a maior parte dos indivíduos não consumisse vinagre para o preparo dos alimentos.

Analisando alguns dos produtos importados como os alimentos, entre eles a carne, a farinha e o sal eram considerados produtos indispensáveis, exceto a carne, pois a maioria da população comia peixe da região. É de se considerar que a Província, mesmo produzindo em quantidade considerável açúcar e farinha, precisava importar para atender as suas necessidades, haja vista que a maioria da população consumia esses produtos. Em contrapartida, azeite, doce, vinho, bacalhau, castanha, nozes, ameixas eram consumidos por um grupo seleto,[17] uma parte dele composta por portugueses que migraram com grande intensidade para a Província a partir da década de 1850.

Dos artigos portugueses importados pela Província do Pará, as ferragens e ferramentas tais como enxadas, foices, machados, machadinhas e terçados merecem destaque pelas consideráveis cifras investidas e pela importância que representaram para a agricultura e para outras atividades extrativas, uma vez que só nos anos de 1846 e 1847 chegaram ao Pará vinte e um mil novecentos e sessenta machados, sete mil e trezentos e doze terçados, duas mil e novecentos e noventa enxadas, duas mil e setecentos e oitenta e duas foices e um mil e duzentas e cinquenta machadinhas. O desembarque dessas ferramentas no cais de Belém trouxe oportunidades para o desenvolvimento de diversas funções com esse tipo de ferramentas.

Os calçados e couros preparados somaram 74:513$798, o que equivaleu a 4,87% das importações portuguesas. Sendo que a importação desses produtos decaiu ao longo dos anos de 1840. Em 1841 as cifras chegaram a 31:000$000. Por outro lado, em 1849 não passou de 900:000$000. No início da década preponderavam os couros usados na confecção dos calçados, enquanto que no final da década o predomínio era dos calçados prontos, essencialmente os tamancos. Nos anos de 1848 e 1849 chegaram a Belém, vindos do Porto e Lisboa, sete mil cento e cinquenta e três tamancos.

Um dado que diferencia Portugal dos outros países concerne aos tecidos. Essa importação é distinguida basicamente pela importação de linho. No mais se importava lã em detrimento da seda vinda da França, do algodão americano e inglês. A importação de linho estava em oitava posição no total da importação portuguesa para a Província. Embora, o vestuário compusesse a diversidade do que se trazia da ex-metrópole, esse parece compor o arranjo dos produtos mais sofisticados.

Até a instalação da iluminação a gás em 1863 na capital da Província, "o azeite e o sebo eram os únicos combustíveis usados para gerar luz, não existindo regularidade na iluminação pública.[18] Esses produtos que abasteciam os candeeiros vinham de Portugal e de outros países. Mas, no que toca a iluminação, chegava à Província as velas de sebo e as de cera. Essa segunda, segundo temos informações, era um objeto que simbolizava zelo. Usar velas de cera no velório, por exemplo, era sinal de apreço e cuidado, uma vez que "a cera continuava sendo algo raro."[19] Portanto, assim como o linho, as velas de cera não podiam ser usados pela população em geral. As louças, por sua vez, objetos extremamente requintados, eram provenientes, sobretudo da Europa. Eram objetos para os quais o acesso era raro e poucas famílias puderam adquiri-los antes de 1850.[20] Um pouco mais acima estavam os objetos de cobre que incluíam tachos, alguidares e alambiques. O primeiro pode ser considerado um objeto extremamente necessário, sobretudo na casa, mas ocupavam o espaço do recôndito, do escondido, não estando à mostra nas reuniões sociais mais esmeradas.

---

17 MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira (2009), *Daquilo que se come: Uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1500-1900).* Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará.

18 CRUZ, Ernesto (1952), *Procissão dos Séculos: Vultos e Episódios da História do Pará.* Belém: Imprensa Oficial, p. 116.

19 OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de (2005), *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência de urbanização.* São Paulo, 1850-1900. São Paulo: Alameda, p. 40.

20 GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente (2006), *As casas & as coisas: Um estudo sobre a Vida Material e Domesticidade nas moradias de Belém – 1800-1850.* Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará.

Os móveis eram basicamente os trastes de madeira. As cadeiras do Porto eram das mais conhecidas na Província e apareceram com muita frequência nos inventários. Em geral, os trastes eram objetos sem refinamento, pois embora atendessem algumas necessidades não davam conta das transformações voltadas para a modernização das residências. Como nem todos os importados partiam desse pressuposto, é importante frisar, uma vez que também faziam parte dos produtos importados. Embora estivessem longe da representação de conforto, as cadeiras quando devidamente alinhadas e arrumadas davam o tom dos cuidados relacionados a presença feminina dentro dos lares. Observamos, através dos inventários, que apenas a descrição "cadeira do Porto" agrega valor a estes objetos, ainda que as noções de conforto, nos meados do XIX não estivessem devidamente difundidas.

As violas estiveram presentes no Grão-Pará desde as primeiras décadas do século XIX.[21] Rabeca, flauta e violão apareciam como os instrumentos europeus mais comuns no país até os meados do XIX, ao contrário da harpa, cítara, cravo e o piano que circularam pouco, antes deste período.[22] Porém, a partir de 1850 "o comércio de música e de instrumentos musicais já se estabelecera",[23] mas estes eram importados pertencentes a poucos. Quando falamos da importação de instrumentos oriundos de Portugal, estamos nos referindo aos instrumentos de corda, tais como os violões, o cavaquinho e a rabeca, enquanto os pianos e os instrumentos de sopro eram mais ingleses e franceses. No ano de 1846 o Pará importou de Portugal mil duzentos e sessenta instrumentos de corda, enquanto que da França vieram apenas cinco desses instrumentos.

Os livros representam, além das mercadorias para suprir as necessidades básicas ou as mais requintadas, que o conhecimento também atravessou o Atlântico, e estes produtos eram providos na Província principalmente pelas viagens portuguesas. No período colonial tinham um uso restrito. Em Portugal a produção e movimentação dos livros foram limitadas pelas imposições da inquisição.[24] Na colônia, os limites eram muito maiores. Foi com a Revolução Constitucional do Porto em 1820 que foi garantida a criação da imprensa e a circulação de obras literárias.[25] Depois disso, era comum encontrar anúncio de vendas de livros, tendo eles se tornado "um negócio como outro qualquer nos quadros da economia mundializada da cultura".[26]

Entre os "outros" se destacam as pederneiras, os palitos de fósforo, as pedras de cantaria e de cal e o macadame português. Esse macadame foi muito usado na estruturação das ruas de Belém nos meados do oitocentos. O pastor presbiteriano James Fletcher, em 1855, destaca o aspecto da pavimentação das ruas de Belém, que tinham macadame.

> O aspecto geral da cidade do Pará corresponde ao da maioria das cidades do Brasil, apresentando uma mistura de paredes brancas e telhados vermelhos. O plano em que foi construída não é falta de gosto e regularidade. Possui numerosas praças públicas e ruas que, embora não muito largas, são bem pavimentadas, ou antes macadamizadas.[27]

---

21 *Ibidem,* p. 153.

22 ALENCASTRO, Luiz Felipe de (1997), "Vida privada e ordem privada no Império". *In*: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org). *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional.* São Paulo: Companhia das Letras, pp. 23-24.

23 SALLES, Vicente (1980), *A Música e o tempo no Grão-Pará.* Belém: Conselho Estadual de Cultura, p. 267.

24 SCHWARCZ, Lilia Moritz (2002), *A longa viagem da biblioteca dos reis. Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras.

25 COELHO, Geraldo Mártires (1989), *Letras e Baionetas: novos documentos para a história da imprensa no Pará.* Belém: Cultural Cejup.

26 COELHO, Geraldo Mártires (2005), *O violino de Ingres: Leituras de história cultural*. Belém: Paka-Tatu.

27 KIDDER, Daniel; FLETCHER, James (1941), *O Brasil e os Brasileiros: esboço histórico e descritivo.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, p. 189.

Freyre falou que uma das consequências da navegação a vapor foi a importação de macadame, o que significou uma importante inovação para a época. Segundo ele, essa novidade é uma das razões do progresso que os observadores franceses observavam nas cidades marítimas e fluviais.[28] A ruas macadamizadas que, no final da década de 1830, não foram percebidas por Kidder, nos meados de 1850 foram notadas pelos viajantes estrangeiros.

A descrição dos objetos chegados ao porto de Belém dão o tom de uma estreita relação entre o Pará e Portugal mesmo depois da independência, fazendo dos portos portugueses os mais importantes do comércio internacional nos meados do século XIX. Essa estreita relação está clara nos jornais da época, nos relatos dos viajantes e, por isso de forma alguma pode ser diminuída. Se até 1823 o Pará manteve relações diretas com Portugal, no pós independência a Província preferia se relacionar com Portugal e relegava o próprio Império brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (1997), "Vida privada e ordem privada no Império". *In*: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org). *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional.* São Paulo: Companhia das Letras, pp. 11-93.

ALVES, Jorge Fernandes (1993), *Os Brasileiros, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista.* Tese de Doutoramento, Porto: Faculdade de letras da Universidade do Porto.

BOURDIEU, Pierre (1989), *O poder simbólico*. Lisboa: Difusão Editorial LTDA.

BATISTA, Luciana Marinho (2004), *Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c. 1850-1870.* Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BRAUDEL, Fernand (1995), *Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV- XVIII.* vol 2. São Paulo: Martins Fontes.

COELHO, Geraldo Mártires (1989), *Letras e Baionetas: novos documentos para a história da imprensa no Pará.* Belém: Cultural Cejup.

COELHO, Geraldo Mártires (2005), *O violino de Ingres: Leituras de história cultural.* Belém: Paka-Tatu.

CRUZ, Ernesto (1952), *Procissão dos Séculos: Vultos e Episódios da História do Pará.* Belém: Imprensa Oficial.

ELIAS, Norbert (1994), *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorje Zahar.

FRAGOSO, João Luís R (2001), *O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro c. 1790-c. 1840.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FRAGOSO, João Luís R.; FLORENTINO Manolo (1992), *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

FREYRE, Gilberto (2008), *Vida social no Brasil nos meados do século XIX.* 4ª ed. São Paulo: Global.

GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente (2006), *As casas & as coisas: Um estudo sobre a Vida Material e Domesticidade nas moradias de Belém – 1800-1850.* Dissertação de Mestrado, Belém: Universidade Federal do Pará.

KIDDER, Daniel; FLETCHER, James (1941), *O Brasil e os Brasileiros: esboço histórico e descritivo.* São Paulo: Companhia Editora Nacional.

28 FREYRE, Gilberto (2008), *Vida social no Brasil nos meados do século XIX.* 4ª ed. São Paulo: Global, p. 77.

LEVI, Giovanni (1998), Comportamentos, recursos, processos: antes da "revolução" do consumo. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise.* Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira (2009), *Daquilo que se come: Uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1500-1900).* Dissertação de Mestrado, Belém: Universidade Federal do Pará.

RICCI, Magda (2008), Entre portos, comércio, e troca culturais: os portugueses e as lutas sociais na Amazônia – 1808-1835. *In*: MATOS, Maria Izilda; SOUZA, Fernando de; HECKER, Alexandre. *Deslocamentos e Histórias*. São Paulo: Edusc, pp. 191-194.

SALLES, Vicente (1980), *A Música e o tempo no Grão-Pará.* Belém: Conselho Estadual de Cultura.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (2002), *A longa viagem da biblioteca dos reis. Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de (2005), *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência de urbanização.* São Paulo, 1850-1900. São Paulo: Alameda.

ROSSI, Paolo (2000), *Naufrágios sem espectador: A idéia de Progresso.* São Paulo: Unesp.

VAINFAS, Ronaldo (2008), *Dicionário do Brasil Imperial* (org.). Rio de Janeiro: Objetiva.

Solução de conflitos nos órgãos colegiados brasileiros: um estudo empírico da construção da verdade jurídica na Suprema Corte Brasileira

Cristina Gomes Campos De Seta[1]

Cláudia Franco Corrêa[2]

Resumo: Através de pesquisa empírica, feita a partir da análise de julgamentos de repercussão nacional realizados pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro, o presente trabalho busca evidenciar o *modus* através dos quais os conflitos submetidos ao órgão máximo da justiça brasileira são solucionados, evidenciando-se, *a priori*, que as construções das verdades jurídicas não refletem os princípios constitucionais e democráticos propagados pelo Estado à sociedade brasileira, refletindo, ao contrário, resquícios do período ditatorial. Neste aspecto, indaga-se, inclusive, se tais construções adviriam de uma corte consensualizada que contemple uma atuação dialógica em suas decisões. Sendo o Poder Judiciário um dos poderes do Estado, pressupõe-se que a sua atuação se subsuma aos ditames constitucionais, observando-se os ideais democráticos.

Palavras-Chave: Instituições, democracia, verdade-jurídica, consenso.

O Estado Democrático de Direito

Após décadas mergulhadas numa ditadura militar, o Estado brasileiro iniciou, há quase trinta anos, o seu processo de redemocratização, cujo marco de transição ocorreu com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 05/10/1988. A partir de então, o Estado Brasileiro passou a se apresentar à sociedade, conforme estabelecido pelo artigo 1º da referida Constituição, como um "Estado Democrático de Direito".
Dois pontos merecem ser analisados nesta expressão – Estado Democrático de Direito-, para a melhor compreensão do tema ora exposto: o viés liberal e o viés democrático. Aquele, o liberal, se manifesta, essencialmente, pela limitação do Estado ao Direito, significando, por conseguinte, que a atuação do *soberano*, hodiernamente materializado na figura do Estado em todas as suas esferas de Poder, está submetido ao império da lei. A atuação estatal deve se materializar, se operacionalizar, seguindo os ditames legais, podendo as suas atuações sofrer fiscalizações que, no Brasil, se operam perante o Poder Judiciário[3]. Isto significa que, não somente os cidadãos devem se conduzir em obediência às leis, princípios legais e constitucionais, mas também o próprio Estado, ao exercer as suas funções, sejam administrativas, legislativas ou judiciais, deve se submeter às normas e princípios jurídicos, podendo o seu atuar ser submetido à apreciação do Poder Judiciário.

---

1 Cristina Gomes Campos De Seta: Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho- UGF. Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Professora da Universidade Veiga de Almeida (Graduação e Pós-Graduação Lato-Sensu). Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
cris.gomescampos@gmail.com

2 Cláudia Franco Corrêa: Pós-doutora pela UERJ. Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho-UGF. Professora Adjunta da Universidade do Federal Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Doutorado e Mestrado em Direito da Universidade Veiga de Almeida. Advogada
francocorre@oi.com.br

3 No Brasil, integram tal esfera de poder os juízes, os Tribunais Estaduais, Federais e Tribunais Superiores. O Supremo Tribunal Federal é o órgão de cúpula do Poder Judiciário a quem compete o julgamento, em última instância, sobre todas as ações que versem sobre matéria constitucional.

O segundo viés, o democrático, importa na legitimação da esfera de domínio pelo povo, o que permite afirmar a necessidade de articulação entre a organização e o exercício do Poder estatal e a legitimidade deste poder pela manifestação popular. Em que pese a dificuldade de coexistência entre estes princípios – o do Estado com uma constituição limitadora de poder pelo Direito e a soberania popular – não se pode negar que a imposição democrática enseja a necessidade de que o Estado se organize e atue sob o viés democrático, fundamentando o exercício do poder sob a chancela popular.

Com efeito, a democracia não é representada pela sociedade nem pelos "teóricos"[4], como vinculada a um mero ideal abstrato, devendo se transformar numa realidade histórica a orientar todos os poderes e órgãos estatais. A opção por um Estado democrático se caracteriza, pois, como um princípio jurídico constitucional com reflexos tanto de ordem material como de natureza organizativo-procedimental. A primeira ordem, a material, acarreta a preocupação com a legitimidade do poder político condicionando-a à observância de princípios, entre eles, a organização política democrática. As consequências organizativo-procedimentais, por sua vez, alcançam não apenas a forma como os governados escolhem os seus governantes, mas principalmente, na obrigatoriedade de uma atuação democrática por parte de toda a estrutura de poder do Estado. O princípio democrático passa a ser entendido como um processo informador de todo o Estado, seus órgãos e seus poderes. (CANOTILHO: 2003).

O Poder Judiciário, ao lado do Poder Executivo e o Poder Legislativo, integra os três poderes do Estado brasileiro e, por conseguinte, se encontra inseridos na noção de Estado, destinatário da imposição constitucional de atuação submetida ao *império da lei* e aos princípios constitucionais. O Supremo Tribunal Federal, como órgão de cúpula do Poder Judiciário brasileiro, com competência para julgar todas as ações que versem sobre matéria constitucional, se encontra, subsumido, em tese, a tais ditames.

Os julgamentos como verdades jurídicas: a influência das decisões do Supremo Tribunal Federal na construção do Direito brasileiro.

No direito brasileiro, apesar de os julgamentos proferidos pelos Tribunais não terem, em regra, efeitos vinculantes, as decisões prolatadas pelos tribunais superiores são utilizadas como fundamentação para os julgamentos por todos os demais tribunais estaduais, federais ou juízes brasileiros.

Portanto, quando uma determinada questão jurídica é decidida pelo Supremo Tribunal Federal, os demais tribunais e juízes, apesar de não terem obrigação legal, em regra, de adotar o mesmo entendimento, acabam utilizando tais julgamentos como fonte formal do direito. A questão decidida se transforma numa verdade jurídica a ser empregada por todo o Poder Judiciário. Os demais juízes e tribunais poderão adotar as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal como fundamentação para as suas decisões. Pela Constituição, o Supremo Tribunal Federal tem o poder, ainda, de editar "súmulas vinculantes" quando estiver interpretando teses constitucionais. Súmulas vinculantes representam o posicionamento reiterado do Tribunal sobre determinada matéria constitucional, o que será de aplicação obrigatória por todos os demais tribunais e juízes do Brasil quando julgarem questões jurídicas semelhantes. As decisões do Supremo Tribunal Federal, portanto, teriam, nestes casos, força de lei, apresentando-se como "verdades jurídicas" a nortearem os julgamentos dos demais membros do Poder Judiciário Nacional.

4 Denomina-se aqui "teóricos" os autores reconhecidos no campo como especialistas nesta área de saber, qual seja, o direito constitucional.

As diretrizes constitucionais/legais à atuação do Poder Judiciário: o julgamento de ações, a formação do Supremo Tribunal Federal, as construções de verdades jurídicas e a atuação do órgão colegiado de deliberação.

No direito brasileiro, vigora princípios impostos pela Constituição Federal de 1988 a serem observados por todo o Poder Judiciário brasileiro quando do julgamento das ações nele apresentadas.
O princípio constitucional do devido processo legal impõe que as ações sejam julgadas em observância aos ditames legais. Entre estes se encontra a exigência de um juiz imparcial no julgamento das ações. Para que o juiz seja imparcial, o Poder Judiciário somente pode julgar as ações a ele apresentadas e, ao julgá-las, deve se limitar ao pedido apresentado e aos fundamentos fáticos e jurídicos deduzidos nas petições que as iniciam, denominadas de "petição inicial". Este é o princípio da *inércia da jurisdição*. Isto significa, exemplificativamente, que se uma pessoa, aqui denominada de "A", ajuíza uma ação pedindo a condenação de outra, "B", a uma indenização por danos materiais de cinco mil reais, sob o fundamento de que "B" a teria atropelado e, portanto, lhe causado danos neste patamar, é vedado ao Poder Judiciário condenar "B" ao pagamento de indenização por danos morais (pedido não apresentado) e, nem mesmo, condenar "B" ao pagamento dos cinco mil reais pedidos, porém, sob o argumento de que um dia "B" teria agredido "A" numa briga familiar (fundamentação não apresentada). Assim, a atuação judicial está limitada ao pedido apresentado e à *causa de pedir,* isto é, os fundamentos fáticos e jurídicos do pedido apresentados em juízo.
O Código de Processo Civil é explícito ao afirmar, em seu artigo 282, que toda ação deve conter pedido e causa de pedir (fundamentação), assim como a Lei 9.861/1999, que estabelece os requisitos para o ajuizamento de ações perante o Supremo Tribunal Federal, exige a apresentação na petição inicial da ação, da explicitação do que se pretende obter perante o Supremo (o pedido) e as suas fundamentações (causa de pedir).
O princípio que impõe a fundamentação das decisões judiciais também tem sede constitucional. De acordo com o artigo 93, inciso IX, da Constituição da República, todo juiz ou tribunal, ao apresentar as suas decisões, devem fundamentá-las a fim de que as razões possam ser compreendidas pelas partes e pela sociedade brasileira. É através da fundamentação apresentada que é possível a verificação de que o órgão julgador atuou em respeito à legislação constitucional e infraconstitucional
O Supremo Tribunal Federal é o órgão máximo de julgamento das questões constitucionais no Brasil, sendo composto por onze membros, denominados de "ministros" indicados pelo Presidente da República e aprovados pelo Senado Federal. O cargo é vitalício, dele apenas se retirando ao completar a idade de 70 anos ou por aposentadoria voluntária. Os julgamentos realizados por órgãos colegiados no Brasil, entre eles o Supremo Tribunal Federal, seguem um ritual relativamente uniforme, estabelecido formalmente pela legislação processual. Quando se ajuíza uma ação perante o Supremo Tribunal Federal, mediante sorteio, é escolhido um dos ministros para exercer a função de relator do processo. De acordo com a legislação processual, o relator deve, em momento anterior à sessão de julgamento, fazer um resumo – chamado de relatório - sobre as principais peças e fatos do processo para que sejam explicitados na sessão de julgamento. Após ter relatado o processo, este é encaminhado para cada um dos ministros para que analisem o pedido e a causa de pedir apresentada. Após todos terem tido a oportunidade de analisar o processo, este é inserido em pauta para o julgamento, ou seja, é indicado o dia em que os ministros se reunirão para o **julgamento** daquela ação.
A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988[5] permite que cada tribunal se organize, desde que, obedeçam, na sua estruturação, à Constituição, aos Códigos de Processos e demais leis processuais. Desta feita, o Supremo Tribunal Federal possui um Regimento Interno que disciplina a forma como os seus julgamentos ocorrerão, assim como o *modus* dos julgamentos. Neste Regimento, consta expressamente que, na sessão de julgamento, o relator lerá o seu relatório e, em seguida, os advogados das partes terão direito a se manifestar, defendendo as suas teses, a fim de que possam, com isto, influenciar no julgamento do processo. Findas as manifestações dos advogados, se seguirão os "debates" orais entre os ministros e estes manifestarão as suas posições sobre os fatos e teses apresentadas.

5 Conforme artigo 96, I da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Apesar do termo "debate" a presumir a discussão sobre os temas a serem julgados naquela sessão, o que se verifica, frequentemente, é a explicitação, no dia designado, de teses elaboradas secretamente por cada um dos ministros. A observação no campo[6] indica que os "debates" nas sessões de julgamentos realizados pelo Supremo Tribunal Federal, na sua maioria, se limitam, frequentemente, à leitura dos votos escritos por cada um dos ministros. Tais votos foram elaborados dentro de seus gabinetes e trazidos, por escrito, para a sessão de julgamento, ocasião em que são lidos.

As decisões colegiadas nem sempre decorrem, na prática, de discussões ou debates a propiciar o efetivo julgamento público da questão submetida à apreciação. Ao contrário, na sessão curiosamente denominada de "sessão de julgamento", o que costumeiramente ocorre é a mera *informação* às partes e ao público em geral sobre as decisões já elaboradas individual e secretamente, podendo ser chamada, na verdade, de sessão de *homologação da decisão ou de publicização do resultado.* Isto porque, as decisões sobre as questões apresentadas para o julgamento são tomadas em momento anterior, individualmente, por cada um dos ministros, dentro de seus gabinetes, não podendo, inclusive, ser objeto de divulgação prévia. Manifestar-se previamente sobre a questão que será objeto de decisão, antes do dia da sessão de julgamento, acarretará a punição do ministro por força da Lei Orgânica da Magistratura Nacional[7].

Uma questão a ser enfrentada é esta forma empregada para o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, ou seja, a estrutura da sessão de julgamento. Ao se analisar a legislação processual civil brasileira e o Regimento dos Tribunais, entre eles o do Supremo Tribunal Federal, não se encontram nestas legislações explicitamente as bases para esta forma de julgamento corrente no *campo*. Há referência explícita na possibilidade de se utilizar notas escritas, mas não de se trazer o voto integralmente pronto para ser apenas e exclusivamente lido perante os presentes.

A base da legislação processual brasileira, tanto civil quanto penal, foi elaborada em período anterior à instauração formal da democracia no país. O Código de Processo Civil é datado de 1973 (Ditadura Militar) e o Código de Processo Penal do ano de 1940 (Ditadura Vargas). Com o processo de redemocratização, os Códigos de Processos e os Regimentos Internos dos Tribunais sofreram algumas alterações para se adequarem às garantias processuais e aos novos institutos criados com a referida Constituição. Contudo, mesmo tendo tais legislações que, obrigatoriamente deverão ser observadas para a realização do julgamento, sido elaboradas em ditaduras, não se encontra nenhuma determinação expressa para este modo de julgamento.

Ao contrário, no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, há menção a "debates" da matéria a ser julgada, mas não explicita a possibilidade de cada um dos ministros trazer os votos (decisões) prontos para a sessão de *julgamento* apenas para divulgá-las. Necessário, portanto, verificar a fonte de tal comportamento aceito no campo e tão reificado a não ensejar qualquer estranhamento por parte dos seus integrantes ou participantes.

Uma pesquisa nesta forma de julgamento realizada pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia apontou suas origens na formação dos tribunais brasileiros, mais precisamente os Tribunais da Relação da Bahia e do Rio de Janeiro. Quando da criação do Tribunal da Relação da Bahia, o rei de Portugal e do Algarve, D. Felipe, estabeleceu o Regimento da Relação do Estado do Brasil, em 07 de março de 1609. Através deste Regimento, determinou-se que os julgamentos nestes Tribunais ocorressem por meio de "tenções". As "tenções" eram votos escritos inseridos no interior do processo nos quais o julgador apresentava a sua decisão para a questão a ser julgada. Após a redação da decisão que lhe parecia adequada ao caso, o membro do Tribunal colocava tal voto – "tenção"- no interior dos autos do processo e os encaminhava para o outro julgador que faria o mesmo. Tal determinação também se manteve quando da criação do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro - Regimento da Relação do Rio de Janeiro de 13 de outubro de 1751 - posto que este Regimento determinou a observância das legislações das demais Relações (SCHWARTZ, 1979).

Tais legislações influenciaram sobremaneira a prática judiciária dos Tribunais brasileiros[8]. Segundo o *Estilo*

---

6 O presente trabalho foi precedido de pesquisa realizada em sessões de julgamento no Supremo Tribunal Federal.

7 Lei Complementar 35 de 14 de março de 1979, artigo 36, inciso III.

8 De acordo com trabalho de pesquisa realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, sucessor do antigo Tribunal da Relação da Bahia, este documento fora contemporâneo ao estabelecimento desta Relação e documentos revelam que o Estilo da Relação do Porto era o Regimento que efetivamente era praticado nos trabalhos desta Corte.

da Relação do Porto de 29 de março de 1612, documento que tecia detalhes sobre as práticas judicantes a ser observada no Tribunal do Porto, havia proibição expressa para que os membros julgadores falassem uns com os outros sem licença. Quando houvesse necessidade de julgamento "em mesa grande" deveriam pedir licença para "ler as sentenças" que era a forma adequada a realizar o julgamento.

Esta técnica decisória dos órgãos colegiados foi abolida em 1828 pela Lei de 18 de setembro, mesma lei que criou o Supremo Tribunal de Justiça[9] antecessor do Supremo Tribunal Federal. De acordo com esta norma, as decisões proferidas no Tribunal deveriam ocorrer por conferência e discussão pública. Verifica-se que esta forma de julgamento por "tenções" é incompatível com os denominados "debates" que estão explicitamente mencionados nos Regimentos Internos dos Tribunais que devem ocorrer na sessão de julgamento sobre as questões a serem decididas. Como e para que debater a questão jurídica que já está decidida previamente? Qual a finalidade das sessões de julgamento se a rotina judiciária aponta apenas para um sistema de leitura realizado individualmente por cada um dos magistrados de seus votos já elaborados. Tal conflito entre a prática judiciária e a previsão legal das *sessões públicas de julgamento* foi também percebido por Morato para quem "os magistrados (...) não emitem seus votos em debates, trazem-nos escritos para leitura em mesa; o que torna ocioso o aparato das reuniões das câmaras e ainda mais gravoso o instituto das 'tenções'" (MORATO, 1938).

Tal técnica de composição de conflitos e de formação de verdades jurídicas se apresenta também incompatível com o princípio da oralidade, previsto no Código de Processo Civil brasileiro, já que este é menoscabado em favor de uma técnica predominantemente escrita. A incompatibilidade também alcança as sustentações orais dos advogados nas sessões de julgamento. A observação no campo já mencionado permite verificar a pouca ou quase nula influência de tais sustentações nas decisões proferidas pelos órgãos colegiados na maior parte dos julgamentos. Apesar das manifestações orais dos advogados, as decisões proferidas previamente e trazidas para serem "lidas" na sessão de julgamento não são, costumeiramente, alteradas. Questiona-se qual a razão da manutenção desta participação do advogado nas sessões de julgamento dos órgãos colegiados se as decisões já foram tomadas em momento anterior, servindo a sessão de julgamento apenas como forma de publicização do conteúdo decisório alcançado por meio de decisões monocráticas, apenas reunidas na sessão de julgamento (LUPPETI, 2008).

Esta técnica decisória isolada e individualmente realizada por cada um dos magistrados dificulta a discussão das questões por parte dos órgãos colegiados – Tribunais-, daí porque não se pode falar em consenso nas suas decisões. Aqui não se utiliza o termo "consenso" como sinônimo de unanimidade, mas como um "acordo sobre pontos pré-estabelecidos", elemento essencial para que se afirme qual a tese aceita pelo Tribunal.

Os argumentos condutores das razões decisórias cedem espaço às fundamentações individuais inseridas em decisões previamente elaboradas frutos exclusivos de subjetividades iluminadas (BON, .2007), alcançadas de forma individual e secreta. A prática de trazer prontas as decisões para serem divulgadas nas sessões de julgamento dificulta que as partes envolvidas, os interessados e o público em geral, possam concluir o método pelo qual certas decisões são alcançadas, permitindo, ainda, a apresentação de inúmeras teses antagônicas por parte dos magistrados julgadores, muitas vezes completamente díspares e abordando aspectos multifacetários, como se verá abaixo. É mais uma vez a demonstração de uma rotina informada intensamente pela prática do contraditório (AMORIM, 2006) em que, afastando-se da ideia de decisão consensualizada, enraíza-se numa lógica de contraditório infinito, de posições individuais, ensejando, como se apresentará adiante, a impossibilidade de formação de qualquer decisão caso não haja um número ímpar de julgadores.

No entanto, mesmo quando há debates, a ausência do estabelecimento prévio sobre quais as questões a serem analisadas, a não observância do princípio da inércia da jurisdição e da vinculação dos julgamentos aos pedidos e à causa de pedir (fundamentação) apresentada ao Poder Judiciário, aliados à ausência de prática de uma atuação democrática, podem apresentar decisões em descompasso com a lei e com a democracia.

---

9 Este Supremo Tribunal de Justiça foi tido como o antecessor do Supremo Tribunal Federal. Tal Tribunal foi transformado, com a Proclamação da República, em Supremo Tribunal Federal criado, segundo afirmado pelos estudiosos do sistema constitucionalista brasileiro, nos moldes da Suprema Corte dos Estados Unidos. Neste sentido ver publicação em http://www.direito2.com.br/cjf/2003/set/19/presidente_do_stf_reafirma_condicao_de_poder.

Maioria de quê? Unanimidade de quê? A dificuldade na compreensão da tese acolhida e as suas implicações no Estado Democrático de Direito

O presente trabalho foi baseado em dois anos de observação de sessões de julgamento do Supremo Tribunal Federal e na análise de quatro ações julgadas pelo referido órgão de cúpula do Poder Judiciário brasileiro. A escolha das ações a serem analisadas decorreu da grande repercussão jurídica das teses que estavam sendo nelas debatidas. Neste trabalho, diante das limitações necessárias à sua elaboração, serão apresentadas duas destas ações, quais sejam, a Ação 46-7, ajuizada pela Associação Brasileira de Empresas de Distribuição contra a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT e o Recurso o Extraordinário 631102/PARÁ
Na Ação 46-7, como se verificará, o julgamento desconsiderou a imposição constitucional de observância da atuação do Poder Judiciário aos ditames da lei, já que o julgamento desconsiderou o princípio da inércia da jurisdição, anteriormente mencionado, assim como desobedeceu aos ditames processuais que obrigam os julgamentos a se limitarem a observar os pedidos e as causas de pedir apresentadas numa ação judicial.
No Recurso Extraordinário 631102, as práticas de julgamento por "tenções" e a dificuldade no exercício democrático acabaram por impedir o próprio julgamento da questão.

O "império da lei" sob o alvedrio do vento

No Brasil, após a Constituição, várias empresas surgiram com o objetivo de explorar a atividade de entregas de mercadorias, cartões, talões de cheques e encomendas nas residências, comércios, indústrias etc. Em decorrência disto, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT passou a ajuizar ações contra as mencionadas empresas de entregas buscando a proibição do exercício de tais atividades, sob o argumento de existência de um monopólio por parte desta empresa pública, o que lhe teria sido conferido por leis anteriores à Constituição de 1988. Entende-se por "monopólio" como "a forma mais radical de intervenção do Estado na economia, executada com a supressão da iniciativa privada em setor que passa à reserva de atuação do Poder Público" (MOREIRA NETO, 2006).
As empresas de entregas, entendendo que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT estaria ferindo o direito à livre iniciativa, ajuizou, através de uma associação, a ABRAED – Associação Brasileira de Empresas de Distribuição, a Ação 46-7 visando que o Supremo Tribunal Federal julgasse que as leis que conferiam monopólio à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT estariam revogadas por serem incompatíveis com a Constituição. A ABRAED pretendia que o Supremo Tribunal Federal estabelecesse que a Lei 6.538 de 22 de junho de 1978, lei que disciplinava o monopólio do serviço postal, não fora recepcionada pela Constituição de 1988, posto que em confronto com os preceitos estabelecidos pela mesma.
Nesta ação, a Associação apresentava os seguintes pedidos: a) que o Supremo Tribunal Federal reconhecesse a violação aos preceitos da livre iniciativa, livre concorrência e do livre exercício de qualquer trabalho perpetrada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, b) que o Supremo Tribunal Federal declarasse a inconstitucionalidade da Lei 6.538/78, especialmente com relação à entrega de correspondência; c) declarasse o que se entendia por carta, excluindo-se a mala direta, revistas, jornais e periódicos, encomendas, contas de água, luz e assemelhados, assim como objetos bancários como cheques, cartões etc. As *causas de pedir* (fundamentações) apresentadas foram: a) a violação do princípio da livre iniciativa em que o Estado deveria agir de forma subsidiária, sem suprimir a liberdade individual; b) a inexistência de monopólio para a entrega dos produtos distribuídos pelos associados da autora- ABRAED e que, com base neste inexistente monopólio, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos estaria violando os princípios da livre iniciativa, livre concorrência e impedindo o desenvolvimento da iniciativa privada, porque o artigo 21, inciso X da Constituição de 1988 reservaria à União manter o serviço postal e o correio aéreo nacional, mas previa também, no artigo 170, que a ordem econômica seria fundada no trabalho humano e na livre iniciativa observando o principio da livre concorrência; c) reconhecimento que as hipóteses de monopólio estatal em relação às atividades econômicas estavam previstas no artigo 177 da Constituição, não incluindo a atividade exercida pelos associados da arguente entre tais hipóteses; d) a avaliação sobre o que significava o serviço postal: serviço público ou atividade econômica? Caso se entendesse ser atividade econômica não poderia ser considerado como monopólio, posto

que não fora expressamente prevista no artigo 177 da Constituição de 1988., já que se estava ferindo, portanto, a livre iniciativa.

Contudo, o julgamento da presente ação, que se iniciou em 15 de junho de 2005 e somente fora concluído em 05 de agosto de 2009, tendo havido sessões em 24 de agosto de 2005, em 17 de novembro de 2005, em 12 de junho de 2008, e 03 de agosto de 2009, não observou tais pedidos. Ao ler os votos proferidos, poder-se-ia concluir que o resultado seria pela improcedência dos pedidos, mantendo-se o monopólio. Lendo-se os votos prolatados, estar-se-ia diante da seguinte situação majoritária: O segundo ministro a votar, M2[10], votou pela improcedência do pedido por entender que o serviço postal era exercido pela União com exclusividade sob o regime de privilégio. O terceiro Ministro apresentar seu voto, M3, manifestou-se pela improcedência por se tratar de serviço público, exercido pela União através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos –- ECT sob o regime de privilégio. Entendeu que a definição do que seja "carta" está no artigo 47, não podendo excluir boletos de cobrança, posto que "correspondência comercial" abrangeria cobrança de débitos, faturas em geral. O quinto ministro votante, M5, julgou totalmente improcedente a ação porque os casos em que a iniciativa privada poderia colaborar com a União estariam disciplinados em lei, frisando que a questão não se tratava de atividade econômica em sentido estrito, mas de privilégio com exclusividade. Não se tratando de atividade econômica em sentido estrito, não se trataria de monopólio, mas de privilégio. O sétimo ministro julgou o pedido inteiramente improcedente, sob o fundamento de que o serviço postal era serviço público exercido em critério de privilégio exclusivo da União. Por não ser atividade econômica em sentido estrito não se poderia falar em monopólio nem, por consequência, este afrontaria os princípios da livre concorrência e livre iniciativa. Não tendo sido expressamente previsto na Constituição, tal serviço público não poderia ser concedido à atividade particular. O oitavo ministro, M8, enfatizou que não via como não entender recepcionada a norma atacada pela ação e não estar covencido, sequer, de dar interpretação conforme ao artigo 9º da Lei em questão. Por conseguinte, julgou improcedente o pedido por se tratar de serviço público exclusivo da União por força do artigo 21, inciso X da Constituição.

Pela leitura destes votos, conclui-se que cinco ministros rejeitaram integralmente o pedido. Quatro ministros votavam pela improcedência, por entenderem ser a questão hipótese de privilégio, e um ministro sob o fundamento de se tratar de serviço público da União. Contudo, este não foi o resultado do julgamento. O resultado do julgamento foi no sentido de julgar improcedente a ação, mas dando interpretação conforme à Constituição, ao artigo 42 da Lei n. 6.538/78 (que versava sobre crime de violação do privilégio postal da união), com o intuito de restringir a sua aplicação às atividades postais que se encontravam descritas no artigo 9º desse ato normativo, sendo crime apenas tais condutas e não a entrega de qualquer mercadoria. Isto não constava expressamente no pedido oferecido pela ABRADE, autora da ação. Não se pediu, em nenhum momento, a definição do que era crime de violação de privilégio postal. Curiosamente, apesar de o resultado do julgamento ter sido pela improcedência da ação, o resultado acabou por permitir aos associados da autora o que desejavam, ou seja, a possibilidade de exercerem as atividades lucrativas da entrega de correspondência comercial e encomendas. Isto porque, apesar do resultado pela improcedência, houve, na verdade, a concessão do interesse buscado pela autora. Isto porque a finalidade da ação era permitir que os associados das arguentes pudessem entregar correspondências lucrativas e encomendas. A ação foi rejeitada, mas ao decidirem sobre pedido não apresentado na inicial, qual seja, a definição de qual prática seria considerada crime de violação do privilégio postal da união, o exercício da atividade considerada até então como monopólio estatal (entrega de mercadorias, boletos etc.) não poderia ser mais reprimida na esfera criminal. A fundamentação no sentido de julgar improcedente a ação, entendendo pela constitucionalidade da lei de concessão do monopólio e a manutenção do privilégio não está em consonância com o julgamento de interpretar o que se entende como crime de violação de privilégio postal da União, porque, primeiramente, não constou dos pedidos e, segundo porque, em nenhum momento, tal questão foi julgada pelos ministros quando da elaboração dos seus votos escritos e não foi objeto de votação por parte deles, sequer, oralmente.

---

10 A fim de manter o anonimato dos julgadores, os ministros serão mencionados pela letra "M" de acordo com a ordem de votação. O primeiro a votar é o chamado "M1", o segundo "M2" e assim sucessivamente.

Apesar de os ministros não terem votado sobre a interpretação do artigo 42 da Lei em questão, que redefinia o crime de violação de privilégio postal, a decisão divulgada, ao final, foi no sentido de julgar improcedente a ação, mas prevalecendo a insistência de um único ministro e se utilizando da exposição da preocupação de outro, ainda que de forma não direta e total, decidiu-se pela redefinição do crime. Aproveitou-se o julgamento da maioria pela improcedência do pedido, mas, ao final, a autora obteve a utilidade que buscava: a possibilidade de permanecer entregando correspondências não consideradas cartas, ou seja, a parte lucrativa do serviço postal, não podendo ter suas atividades paralisadas sob o argumento de cometimento de crime. Não seriam importunadas, a não ser por ações específicas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT que, contudo, não teriam o poder de paralisar a prestação do rentável serviço de entrega de mercadorias, propagandas etc. de forma célere.

O ministro que introduziu a necessidade de reformulação do crime foi advertido de que este pedido não constava na inicial, mas argumentou que tal preocupação foi nele despertada nos memoriais. Entende-se por memoriais, as alegações finais que as partes apresentam, não havendo na legislação processual civil brasileira qualquer permissão para que, em tal peça, se altere o pedido e ou a causa de pedir da ação:

> M10:- Senhor Presidente, ficou pendente uma questão muito importante, que é a da persecução penal. **Porque os vários memoriais** que eu recebi tratam exatamente da persecução penal que estão sofrendo aquelas empresas que estão fazendo a entrega de encomendas, de boletos, enfim, nessa linha que foi inclusive aventada da tribuna. Esse é um ponto absolutamente fundamental que nós temos que tomar uma decisão com relação a isso. Esse é um direito fundamental que está em jogo.
>
> M2: Eu não estou absolutamente querendo dificultar nada. O que quero deixar claro é que eu não me manifestei sobre esse ponto. E acho que o M3 também não se manifestou. **Isso não foi discutido**. Então existem duas possibilidades: ou nós reabriremos e decidiremos essa matéria agora ou acabaremos apreciando-a no futuro em habeas corpus que chegarem aqui.
>
> M5: - Mas o artigo 42 não é objeto da ação.
>
> M2: Isso não foi objeto da discussão.
>
> M5: - Não é objeto da ação.

O pedido, que não foi apresentado na inicial, mas decidido mesmo assim impositivamente por um dos ministros, apesar do repúdio de alguns, acabou por se alterar o resultado final do julgamento. Apesar da improcedência do pedido, que consiste na rejeição da tese da parte autora no sentido da não recepção dos artigos mencionados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o resultado final pretendido foi obtido, na medida em que as atividades poderiam continuar a ser realizadas pelos associados da autora sem que se preocupassem em ser punidas criminalmente. A ação não foi julgada procedente, ou seja, os autores "não ganharam", mas conseguiram o objetivo de se livrar de eventual perseguição criminal, o que implicitamente, lhe permitiram a continuidade na prestação dos serviços. "Não ganharam, mas levaram!"

A pergunta que se põe é sobre o próprio conceito de *maioria* ou *unanimidade* que se extrai deste julgamento. Entende-se como *maioria* ou por *unanimidade* a concordância com determinados pontos específicos previamente selecionados sobre os quais se debatem e se concluem em determinados sentidos. O consenso, quer unânime, quer majoritário, requer um ponto de partida para que os argumentos possam ser expostos e a decisão alcançada. Sem o consenso inicial, o consenso decisório pode ser semanticamente distorcido porque influenciado por diversidade de pontos aleatoriamente escolhidos por cada um dos julgadores.

O difícil exercício da democracia: novos julgamentos, velhas práticas.

A dificuldade no exercício da democracia, a presença da lógica do contraditório e a decisão como fonte de autoridade ficou explícito no julgamento do Recurso Extraordinário 631102 conhecido como um dos julgamentos da "lei da ficha limpa". Discutia-se se seria aplicável, já nas eleições de 2010, a proibição de que candidatos, que tivessem renunciado ao mandato eletivo para fugir de eventual cassação, concorressem a novo cargo eletivo. A questão havia sido decidida pelo Tribunal Superior Eleitoral e tal decisão estava sendo questionada

perante o Supremo Tribunal Federal. Um dos onze ministros que compõe o Supremo estava impedido de votar, havendo cinco votos pela aplicação da vedação já para as eleições daquele ano e cinco votos em sentido contrário. Diante do empate, insistiu-se por inúmeras vezes para que o Presidente do Supremo Tribunal Federal exercesse o "voto de qualidade" que está expressamente previsto no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal no artigo 13, inciso IX[11]. O Regimento Interno foi elaborado na época da ditadura militar.

Este *voto de qualidade* transfere para o Presidente do Supremo Tribunal Federal, exclusivamente, o poder de decidir isoladamente, em substituição ao órgão colegiado, sempre que haja empate decorrente da não composição integral do órgão pelas razões expostas no Regimento.

O presidente ressaltou a impossibilidade de julgamento pelo plenário do Supremo Tribunal Federal porque cada ministro insistia em manter as suas convicções pessoais se recusando a acordar uma decisão do grupo:

> Estamos num conjunto de impasses sucessivos, por quê? Porque qualquer solução, pelo apego às posições de cada Ministro no mérito do recurso, (levaria) a outro impasse; não teríamos fim. Estamos sempre propondo outro critério e, numa hora de votação que o Tribunal teria de votar de qualquer maneira, iríamos desaguar noutro empate, porque cada um, arraigando-se nas suas convicções pessoais no mérito do recurso, votaria de igual modo. (...) O (do critério) do artigo 13, inciso IX, eu não aplicaria ao caso (...) dizendo que não tenho vocação para déspota, e de fato não o tenho, e disse-o diante do inusitado faro de que a maioria desta Corte, que aprovou por unanimidade essa emenda regimental, não aceitava o voto do Presidente! Noutras palavras, eu não posso sequer invocar essa norma regimental para proclamar o resultado, porque a maioria, que aprovou essa norma regimental, não aceita essa decisão. De modo que, só sendo um déspota, eu teria de impor ao Tribunal essa solução, que não é de um segundo voto, como está previsto em outras decisões, mas que simplesmente adota o teor do voto do presidente como teor da decisão.

Recusando-se o Presidente do Supremo Tribunal Federal a decidir sobre a questão monocraticamente, a solução dada foi de não julgar, ou seja, de manter a decisão do Tribunal Superior Eleitoral. A manutenção do ato não decorreu de julgamento da Corte, mas de não julgamento, porque se aplicou, por analogia, o disposto no artigo 205 do parágrafo único, inciso II do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. Este dispositivo está inserido em contexto específico, qual seja, o julgamento de mandado de segurança contra ato do Presidente do Supremo Tribunal Federal. O artigo mencionado prevê que, se houver empate, deve ser mantida a decisão impugnada. Este artigo do Regimento tem previsão específica e pode ser aplicado, pela lei, apenas num caso: quando a decisão impugnada, cujo julgamento sobre sua legalidade tenha acabado em empate, seja uma decisão prolatada pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal. Buscavam os ministros a aplicação deste artigo à questão diversa, já que o que estava sendo julgado não era um recurso contra decisão monocrática do Presidente do Supremo Tribunal Federal, mas sim recurso contra uma decisão colegiada do Tribunal Superior Eleitoral.

Esta lógica do contraditório, em que se disputavam teses antagônicas, a insistência de cada um dos julgadores em se apegar às suas posições (às suas "tenções") -teses antagônicas e pessoais sem a preocupação de uma decisão consensual e democrática do órgão colegiado - foi alvo de críticas do Presidente do Supremo Tribunal Federal neste mesmo julgamento:

> Estamos num conjunto de impasses sucessivos, por quê? Porque qualquer solução, pelo apego às posições de cada Ministro no mérito do recurso, (levaria) a outro impasse; não teríamos fim. Estamos sempre propondo outro critério e, numa hora de votação que o Tribunal teria de votar de qualquer maneira, iríamos desaguar noutro empate, porque cada um, arraigando-se nas suas convicções pessoais no mérito do recurso, votaria de igual modo. (...) O (do critério) do artigo 13, inciso IX, eu não aplicaria ao caso (...) dizendo que não

---

11 De acordo com o artigo 13 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal: "São atribuições do Presidente: IX – proferir voto de qualidade nas decisões do Plenário, para as quais o Regimento Interno não preveja solução diversa, quando o empate na votação decorra de ausência de Ministro em virtude de: a) impedimento ou suspeição; b) vaga ou licença médica superior a trinta dias, quando seja urgente a matéria e não se possa convocar o Ministro licenciado"

> tenho vocação para déspota, e de fato não o tenho, e disse-o diante do inusitado faro de que a maioria desta Corte, que aprovou por unanimidade essa emenda regimental, não aceitava o voto do Presidente! Noutras palavras, eu não posso sequer invocar essa norma regimental para proclamar o resultado, porque a maioria, que aprovou essa norma regimental, não aceita essa decisão. De modo que, só sendo um déspota, eu teria de impor ao Tribunal essa solução, que não é de um segundo voto, como está previsto em outras decisões, mas que simplesmente adota o teor do voto do presidente como teor da decisão. O problema todo é que esta situação inusitada, mas que pode eventualmente repetir-se, no caso concreto tem conteúdo, um ingrediente extremamente grave para o Tribunal e que é exatamente o clima da paixão e da emocionalidade que envolve questões de caráter eleitoral e, sobretudo, a extensão dessas eleições que ainda não se concluíram totalmente.Nisto, parece-me que o prestígio da Corte, de algum modo, está sendo posta em xeque. Não é a primeira vez que o faço, já o fiz muito e, provavelmente, o farei muitas vezes, contra as minhas mais profundas convicções, contra decisões que repugnam a minha consciência, eu tenho agora de me submeter à decisão da maioria, aos interesses superiores das instituições e, sobretudo, do Supremo Tribunal Federal. É em nome desses princípios (...) não é apenas a República que exige sacrifício, a instituição do Supremo, que supera todos nós que passaremos, está acima de qualquer vaidade de caráter pessoal, da opinião pessoal, também o exige, e eu digo que neste caso prevalece o princípio da necessidade.
> Vou aderir, a despeito de ressalva da minha opinião pessoal, à solução proposta pelo Ministro Celso Mello, não obstante as reservas que tenho contra essa solução e a preferência que eu teria como magistrado, segundo a qual minha consciência é que o Tribunal aguardasse e que fosse completada a sua composição para, enfim, julgar todos os recursos que dizem respeito a mesma matéria. Mas, neste caso, vou aderir, em nome desses interesses todos, e dizer que a história nos julgará, se acertamos ou não.

Diante de um quantitativo par de ministros votantes (total de dez), não havia como desempatar a questão. A opção foi não julgar.

5. Conclusão

Em que pese o Estado brasileiro se autoafirmar como um Estado Democrático de Direito, não há dúvida de que a atuação estatal em observância a tais ditames ainda se encontra em seu nascedouro, demonstrando a dificuldade em se adaptar aos ditames constitucionais, sejam de observância à lei, seja com uma atuação efetivamente democrática.. Após mais de vinte anos inseridos num sistema ditatorial, tendo o bojo da legislação processual brasileira sido elaborada à parte da democracia e, tendo a maioria dos seus membros sido moldados sob o sistema ditatorial, o exercício do poder em obediência aos ditames constitucionais, encontra dificuldades diversas. Além dos casos acima mencionados, foi possível observar esta incongruência em outras ocasiões. No julgamento da ação direta de inconstitucionalidade 4.432, por exemplo, ocorrida em 28 de abril de 2011, ao se questionar em plenário a ausência de consenso sobre a constitucionalidade ou não da lei impugnada, na ocasião, um dos ministros foi explícito em afirmar: «Ministro 1: - *Estamos vinculados ao pedido formulado. Ministro 2 – Mas a causa de pedir, não, é aberta».* Este mesmo julgador em outra sessão de julgamento – Ação Rescisória n.º1.646-9- em que era relator – entendeu que não poderia haver qualquer modificação na causa de pedir, ressaltando em seu voto: «*Inicialmente,* há de se atentar para a vinculação à causa de pedir contida na *inicial. Descabe desconstituí-la.*»
Outrossim, em que pese não haver possibilidade legal para que o julgamento de uma ação perante o Supremo Tribunal Federal despreze os pedidos e a fundamentação da demanda a ser julgada, tal prática é amplamente aceita, como se percebe no julgamento da ação de arguição de preceito fundamental nº 46-7 oriunda do Distrito Federal, acima mencionada, em que se verifica o seguinte debate entre os ministros, sugerindo que o Tribunal

não estava sequer vinculado à inicial: «*M3: Isso não é objeto do pedido*»*i* E então: «*M10: Mas nós não rigorosamente estamos adstritos à inicial*».

Na ação direta de inconstitucionalidade 2.182[12] oriunda do Distrito Federal, os Ministros admitiram publicamente que não estavam vinculados sequer ao "objeto" da ação.

Além de ferir o princípio da legalidade e se afastar do "império da lei", esta ausência de vinculação ao pedido e à causa de pedir permite que cada julgador profira seu julgamento usando parâmetros diversos. Não estando vinculados aos pedidos e às causas de pedir, as fundamentações das decisões não precisam, obrigatoriamente, se debruçar sobre o mérito da ação, ensejando que os julgamentos embasem fundamentos díspares, não havendo possibilidade de consenso. Impossível o consenso se o debate parte de pontos diferentes, sem que se esteja julgando, discutindo, o mesmo tema, o mesmo pedido com seus fundamentos, enfim, o mesmo mérito.

Mas se a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 não traz esta permissibilidade, que também não é encontrada no Código de Processo Civil, qual a justificativa para esta prática do Supremo Tribunal Federal? Não havendo permissivo legal, questiona-se sobre como tal permissibilidade é justificada. Neste sentido, pesquisas feitas por autores como Uadi Lammêgo Bullos e Pedro Lenza[13] revelaram que a justificação apresentada para que os ministros não se vinculem ao pedido e à causa de pedir, é uma Representação julgada em 1968 pelo Supremo Tribunal Federal (BULOS, 2008) tendo como relator o ministro Evandro Lins e Silva que foi posteriormente cassado pelo Ato Institucional n.º 5 (COSTA, 2001). A própria Corte assume que a causa *petendi* (fundamentação) é aberta (não precisa ser observada) desde o julgamento da Representação mencionada. (LENZA, 2009).

No entanto, esta ação foi julgada em plena ditadura militar brasileira. Nela se discutia se era possível que um Governador de Estado (chefe do Poder Executivo) pudesse nomear membros para administração do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul. No dia do julgamento, a pessoa nomeada já havia passado para o concurso público, mas, com receio que nova nomeação ocorresse, os ministros do Supremo decidiram que não precisavam julgar observando os pedidos e as fundamentações apresentadas nas ações a eles submetidas.

Esta decisão, proferida sob o calor das emoções e da resistência ao sistema ditatorial, não possuía, então, uma veia proibitiva tão significativa e, pelo menos no campo da legitimidade, talvez fosse aceita. Contudo, após o processo de redemocratização e apresentando-se o Estado brasileiro como um Estado Democrático de Direito, a manutenção de tal postura, tal prática, é avessa aos princípios e ideais democráticos e limitadores do Estado. Este apego a práticas antidemocráticas impede que as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal sejam coerentes, posto que não permite, sequer, saber quais são os efetivos posicionamentos da Corte em vários julgamentos.

Supõe-se, portanto, que todo o processo, método empregado para o julgamento nos órgãos colegiados, se constitui numa realidade construída e socialmente edificada (GEERTZ, 1989). Passou por um processo de tipificação e se transformou em mais uma instituição da realidade social. Sabe-se que todas as instituições possuem uma origem histórica e que, ao serem transmitidas, através do tempo, aos demais membros da sociedade, passa a se cristalizar, a se reificar, ou seja, a adquirir um *status* de coisa física. Parece que foi o que ocorreu com a forma de julgar no Brasil pelo Supremo Tribunal Federal, visto que uma análise da legislação não explica a fundamentação para este método de julgamento, mas ele é observado fielmente como um *habitus* que não pode ser modificado, mas sim obedecido e eternizado. Este *habitus* do campo (BOURDIEU, 1963) passa a ser reificado de forma que passa a existir autonomamente sem que sequer se consiga questionar a sua origem (DUARTE JUNIOR, 2006).

Ocorre que tal *habitus* não mais se coaduna com o ideal democrático nem responde aos anseios da sociedade. Se é verdade que uma das funções jurisdicionais é a pacificação de conflitos, tal anseio não é alcançado. Não há pacificação sem compreensão, sem entendimento das razões consideradas para a tomada das decisões.

O cidadão, ao submeter seu conflito a julgamento, deseja receber uma resposta que, mesmo que não lhe convença ou com a qual não concorde, possa compreender o caminho percorrido para a sua consumação. As

---

12 O teor dos julgamentos se encontra no *site* oficial do Tribunal: www.stf.jus.br

13 Estes autores são os constitucionalistas mais atuais no campo jurídico da atualidade, razão pela qual foram pesquisados para a presente pesquisa. Deve ser ressaltado que autores mais tradicionais não estão sendo atualizados.

técnicas decisórias empregadas para a condução dos julgamentos nos órgãos colegiados não permitem esta compreensão porque não há consenso, sequer, sobre o tema a ser julgado. O consenso não é observado para o início do julgamento, não se verifica uma técnica decisória a indicar previamente aos julgadores o objeto específico sobre o qual deve o Judiciário se pronunciar.

A ausência deste ponto de partida dificulta o já tradicionalmente desprezado debate. Como debater sem se saber sobre o que se debate? As decisões do Supremo Tribunal Federal são apresentadas, portanto, como um mero somatório de votos. Não se pode afirmar que há *maioria* ou *unanimidade* quando tais termos não se referem às razões decisórias. Pode-se apenas falar em maioria de teses contraditórias. Trabalha-se como numa loteria, em que se passa a somar as teses contraditórias, buscando-se apenas uma soma de manifestações positivas e/ou negativas em determinado sentido. A obrigatoriedade da fundamentação das decisões foi introduzida no texto constitucional como um requisito de validade das decisões, a fim de que as decisões pudessem ser compreendidas e para que a legitimidade das mesmas passasse pelo crivo da sociedade, não mais se aceitando decisões arbitrárias fundadas, exclusivamente, numa vontade discricionária. Ora, sem consenso, limitando-se a uma soma de "sim" ou "não" as decisões colegiadas se aproximam de um somatório de discricionariedades. As questões, deduzidas ao Judiciário, longe de pacificadas, são, na verdade, devolvidas à sociedade eternizando-se, assim, a própria essência do conflito. O Direito e as suas fontes se enfraquecem caso sejam questionados os seus berços democráticos. Ao lado das críticas sobre a legitimidade das leis elaboradas pelo Poder Legislativo, baseado, exclusivamente, no voto concedido aos parlamentares num único dia a cada quatro anos, também as decisões proferidas pelo órgão de cúpula do Poder Judiciário brasileiro parecem, igualmente, merecer questionamentos em relação à observância do princípio fundamental da Constituição: o do Estado democrático de direito. Isto porque o exercício do poder é influenciado pelas práticas do regime ditatorial: o Supremo decide. Importa as razões?

Referencias bibliográficas:

AMORIM, M. S. (2006) "Juizados Especiais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro." *Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro* 17: p. 107-131.

BON, G.L.(2007) *Psicologia das Multidões.* São Paulo: Martins Fontes.

BOURDIEU, P..(1983) "O Campo Científico." In: *Sociologia*, por Pierre Bourdieu, 122-155. São Paulo: Ática,

BULOS, U.L.(2014) *Curso de direito constitucional.* São Paulo: Saraiva.

CANOTILHO, J.J G.(2003) *Direito constitucional.* Coimbra: Edições Almedina.

COSTA, E. V.(2001).*O Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania.* São Paulo: Ieje.

DUARTE JUNIOR, J.F. (2006) *O que é realidade?* São Paulo: Brasiliense.

GEERTZ, C..(1989). *A interpretação das culturas.* Rio de Janeiro: LTC.

LENZA, P. (2014) *Direito constitucional esquematizado.* São Paulo: Saraiva.

LIMA, R.K. de.(1995). *A policia da cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Forense.

LOPES, J. R.L. (2000) *O direito na historia.* São Paulo: Max Limonad,

LUPETTI BATISTA, B. G (2008) *Os rituais judiciários e o princípio da oralidade: construção da verdade no Processo Civil Brasileiro.* Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor.

MORATO, F. (1938). "A Oralidade." *Revista Forense*,: 141-148.

SCHWARTZ, S.B. (1979). *Burocracia e sociedade no Brasil colonial.* São Paulo: Perspectiva.

TARDE, G.(2005) *A opinião e as massas.* São Paulo: Martins Fontes.

Entre civilizações: América, Europa e África na cultura intelectual brasileira dos anos 1920.

Thiago Lenine Tito Tolentino[1]

Resumo: Esta comunicação visa abordar a dinâmica de debates identitários no interior da cultura intelectual brasileira nos anos 1920, especialmente acerca dos horizontes civilizacionais que surgiam e eram criados como saídas possíveis para realização política e cultural das sociedades. Através da circulação de impressos em geral (revistas, livros, jornais), verificamos que, após a Primeira Guerra, a questão nacional irrompe como tema fundamental do debate público, trazendo consigo, fatalmente, as reflexões sobre civilização e barbárie. A Grande Guerra modificara o cenário das forças internacionais, especialmente com a emergência dos Estados Unidos como potência cultural irresistível. Ao mesmo tempo, a tragédia do conflito, ceifando milhões de vidas, parecia revelar a decadência do continente Europeu, o fracasso de uma civilização. O horizonte identitário debatido pelos intelectuais, apesar de manter a centralidade da "tradição ocidental", passa a apresentar diversas fissuras e caminhos que implicam o reconhecimento civilizacional das regiões periféricas do mundo: América e África, em especial.

Palavras-Chave
Cultura Intelectual Brasileira; Civilização; Barbárie

> *Um carnaval sambado dá ideia de que recorremos neste século à civilização africana para nos divertirmos. Sem arte.*
> Alfredo da Rocha Viana Filho (Pixinguinha).

A declaração do "rei do choro" brasileiro, Pixinguinha, foi feita na "primeira entrevista" de sua vida, aos vinte e sete anos, ao periódico *O Jornal*, em janeiro de 1925. Anos antes, Pixinguinha estivera na Europa, onde realizara com os Oito Batutas, e sob o mecenato do milionário Arnaldo Guinle, uma temporada na França, que durara seis meses, tendo passado por Paris, Lyon, Grenoble e Bordeaux. No Velho Mundo, trocara a flauta pelo saxofone. Pixinguinha, recordando sua trajetória, dizia ter sido "moleque azougado" que "pela minha cor, o meu tamanho e a flauta me tornavam interessante" (Viana Filho, 1925: 5). Sua preocupação, porém, para com os destinos do "pensamento musical" brasileiro, focava-se na necessidade de "condenar o samba", pois este seria "música primitiva" que "não corresponde à amplitude do pensamento musical" (Viana Filho, 1925: 5). Afinal, segundo Pixinguinha, a arte precisa de "amplitude e largueza de expressão", de modo que o samba, com seus quatro compassos para solo e quatro para o coro, era "limitadíssimo para arte", "uma demonstração de fraqueza da imaginação musical". Pixinguinha defendia, então, o choro como autêntica expressão artística brasileira, especialmente aquele que o próprio reivindicava como sendo o criador: "choros em partes de 21 compassos cada uma" (Viana Filho, 1925: 5). Desse modo, "quando se fizer a desinfecção, isto é, quando o povo estiver enfarado, o samba voltará ao seio das macumbas e dos candomblés de onde saiu para prejudicar a boa música e o bom gosto" (Viana Filho, 1925: 5).

As declarações de Pixinguinha revelam os vestígios e traços que podem nos informar sobre o lugar ocupado pela África na cultura intelectual brasileira na década de 1920. A expressão "civilização africana", tal como utilizada por Pixinguinha na epígrafe citada, parece ser mera fórmula vazia, pois o que, de fato, é associado a

---

1 O autor é doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e Mestre pela mesma instituição (2009). Pesquisa História da Cultura Intelectual Brasileira. Desenvolve pesquisa historiográfica e iconográfica para mídias museográficas, didáticas e expográficas. É bolsista FAPEMIG.
thiago_lenine@yahoo.com.br

tal civilização é, exatamente, o seu contrário: a falta de arte, a simploriedade e o primitivo. Porém, seria incorreto prolongar considerações em torno da visão de Pixinguinha acerca da África, baseando-nos apenas nessa entrevista. Não era a África aí um tema central, uma questão explícita nem um objeto de reflexão constituído. Ela aparecia de uma forma, por assim dizer, sub-reptícia, talvez até inconsciente, de maneira ordinária, como se cada juízo conferido acerca dela fosse algo dado, comumente aceito e, portanto, óbvio. Mas, havia um discurso específico acerca de África no interior da cultura intelectual brasileira daquele período?

O conceito de cultura intelectual brasileira[2] vem sendo desenvolvido por nós a fim de dar conta da dinâmica das diversas produções intelectuais nas primeiras décadas do século XX no Brasil. Para tanto, tomamos como vetor principal a crítica literária efetuada por Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima), especialmente durante a década de 1920. A ideia de uma "cultura intelectual" surge-nos na medida em que verificamos a experiência da crítica, vinculada ao jornal, em uma sociedade que ainda não produzira os processos radicais de autonomização das diferentes disciplinas intelectuais. Quer dizer, em função da precariedade do sistema intelectual das primeiras décadas do século XX no Brasil, o jornal constituiu-se como meio de expressão, profissionalização e comunicação primordial da classe intelectual. Ao mesmo tempo, a noção de "literatura" abarcava, não raro, o conjunto das produções do espírito, não se restringindo a uma esfera de atuação, como a prosa de ficção, a poesia, o conto, etc. Desse modo, a crítica literária, também, encarregava-se do tratado sociológico, dos livros de geografia, de historia, de educação infantil, das revistas de arte, educação e política, dos livros de humor, dos impressos dos mais variados tipos. Assim, ela centralizava os debates intelectuais, sendo um dos focos fundamentais à compreensão da história intelectual do período.

Neste sentido, o conceito de "cultura intelectual" opera, fundamentalmente, na configuração de uma perspectiva historiográfica que se distingue das histórias disciplinares: história da literatura, história do pensamento social brasileiro, história do urbanismo, história da charge e da ilustração, história da ciência, etc. Isso porque este suporte fundamental ao campo intelectual do início do século, o jornal, articulava as várias dimensões e atividades intelectuais. Pode-se dizer que, enquanto o processo de conhecimento criou academicamente disciplinas que contam a sua própria história, os objetos dessa história conheciam uma realidade marcadamente interdisciplinar. Ou seja, a história vivida é interdisciplinar, ao passo que a escrita das histórias se configurou disciplinarmente, evitando, inclusive a todo preço, as "contaminações". A crítica literária, por sua vez, respondia à produção impressa analisando-a, julgando-a, divulgando-a e compondo um lugar de debates e reflexões acerca da produção intelectual, uma vez que as instituições de saber, as revistas especializadas, as unidades de distinção acadêmico-intelectual eram ainda incipientes, quando existiam.

1. O olhar para si

> *Nesse sentido, trouxe-nos a guerra um grande bem. A verdadeira literatura é a que busca a seiva no solo que nos gerou. Árvores exóticas só podem vingar em estufa.*
> Tristão de Athayde, *A guerra e a literatura*, 1919.

Longe de uma celebração da guerra, como fizeram alguns renomados escritores europeus, a passagem do crítico literário Tristão de Athayde refere-se a um efeito, por assim dizer, colateral, que a guerra teria feito sentir na cultura intelectual brasileira: "o nacionalismo entrou na ordem do dia" (Luca, 1999: 41). Desse modo, empreendimentos variados ligados à "questão nacional" (Oliveira: 1990) irromperam na década de 1910, desde esforços cívicos, como as Liga Nacionalistas até movimentos editoriais, como a criação da Revista do Brasil.

---

2 Sobre o conceito, consultar: TOLENTINO, T L T (2013). "Autoria, história intelectual e reflexões sobre a cultura intelectual brasileira". *Revista de Teoria da História*, 10 (2), pp. 151-184; TOLENTINO, T L T (2012). Por um conceito de cultura intelectual moderna brasileira. *Anais eletrônicos do Primeiro Encontro de Pesquisa em História da UFMG*, 2012. v. II. p. 179-183. Disponível em https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnxlcGhpc3VmbWd8Z3g6ZmYxZGY2OTBiYzE4ZDk [consultado em 15-12-2014].

É preciso dizer que a questão da identidade nacional no Brasil tem destaque, pelo menos, desde a independência, em 1822. Tal identidade, porém, foi e parece ser um problema de longa duração na história do país que, reiteradamente, retoma tal interrogação. De José Bonifácio a Sílvio Romero, para ficarmos apenas no período exatamente anterior à Primeira Guerra Mundial, o problema do *ser* brasileiro foi retomado a cada geração intelectual, de forma diferenciada e, geralmente, crítica à antecessora.

Entre o fim do século XIX e meados dos anos 1910, o Brasil teria experimentado uma "inserção compulsória na Belle Époque", qual seja, importando de maneira brusca e improvisada modos viver e apreender o mundo vindos dos países europeus, especialmente da França. O conceito de civilização era unívoco, o caminho para o progresso era um só e o seu destino era sabido de antemão: a europeização dos costumes e da vida comum.

> «Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose, conforme veremos adiante: a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense» (Sevcenko, 2003: 43).

Tal "inserção compulsória", porém, nem de longe escondia as diversas faces do país que teimariam em aparecer e, por assim dizer, estragar a festa da civilização citadina. Sendo um país majoritariamente rural e marcado pela presença de uma população variada em sua cor - o que à época significava dizer racialmente diferenciada - a cultura intelectual brasileira via-se contraposta à situação, por ela considerada lamentável, da população de Canudos, do Jeca "degenerado" das fazendas paulistas e dos negros por toda parte (Sevcenko, 2003; Lobato, 1966; Romero, 1888).

Apesar de ser um país independente, o Brasil, segundo a cartilha do pensamento ocidental do período, precisaria de reformas radicais para alcançar a tão sonhada civilização. Não se tinha, de fato, muita coesão sobre quais reformas deveriam ser essas. A saúde pública, por exemplo, era um problema crucial e que levantara sérios problemas, como epidemias nas cidades, e índices altíssimos de viroses e doenças parasitárias nos interiores. Duas correntes, que não raro se misturaram, formaram-se: eugenista e higienistas, ambas, em geral, racistas.

> «A segunda vertente, de matriz ambientalista, alicerçada na tradição médico-higienista, alcançou maior proeminência durante a 1ª Guerra Mundial, quando o otimismo nacionalista, somado aos avanços da bacteriologia e da microbiologia, teve importante papel na elaboração de um diagnóstico segundo o qual grande parte da população pobre atingida por doenças infectocontagiosas, localizada principalmente no interior do país, 'não era assim, estava assim', lembrando a autocrítica de Monteiro Lobato na famosa análise do seu personagem Jeca Tatu» (Maio, 2010: 75-76)

Tal "otimismo" seria um índice da mudança de perspectiva que parecia começar a despontar na cultura intelectual brasileira. O esforço nacional e de auto-reconhecimento poderia não estar fatalmente condenado aos atavismos deterministas como previam as teorias racialistas que infestavam as teorias nacionais e internacionais desde o século XIX. Se o racialismo é marca que ainda iria perdurar durante muito tempo na teoria da cultura, ele, porém, conhecera neste período um revés considerável. A Grande Guerra e a Revolução Russa de 1917 pareciam vir por abaixo a razoavelmente consolidada ideia acerca do triunfo do liberalismo, da ordem capitalista internacional e da estabilidade dos conceitos de civilização e barbárie.

2. O horizonte americano

Já no século XIX, os Estados Unidos já se apresentara no cenário internacional como uma nação de potencial imperialista. Desde a doutrina do presidente James Monroe (1823) e do Corolário do Presidente James Polk (1848) os Estados Unidos da América, ao mesmo tempo em que firmavam a inviolabilidade do continente americano ao colonialismo, faziam-se detentores do "direito natural de intervenção para conservar a tranquilidade de todos os americanos" (Castro, 2008: 9-10). A relação dos diplomatas brasileiros com o "monroísmo"

e sua relação com o pan-americanismo terá uma longa fortuna crítica, situando intelectuais, como Joaquim Nabuco e Oliveira Lima, em campos opostos. Não obstante, o federalismo republicano norte-americano teve fundamental importância na formação dos Estados Unidos do Brasil, em 1889, assim como seus críticos contundentes, como o escritor Eduardo Prado e sua obra *A Ilusão Americana* (1890), censurada pelo governo federal em 1893.

Pode-se dizer, porém, que a grande feição para dos Estados Unidos da América durante os anos 1920 seria o fordismo. Símbolo da exuberância material dos "irmãos do norte", o fordismo, especialmente após a Primeira Guerra, era o símbolo de uma civilização bem sucedida do outro lado do Atlântico, algo inédito. Especialmente os paulistas parecem ter se reconhecido na civilização norte americana: "A doutrina dos norte-americanos sobre o 'destino manifesto' foi adaptada à sociedade paulista, permitindo aos representantes da imprensa exaltar a superioridade desse 'povo'" (Capelato, 1988: 30). Monteiro Lobato, como se sabe, era grande admirador de Ford, lamentava a "francesice", o atraso brasileiro e via, em Ford, os EUA que despontam, os líderes do mundo moderno. E devia o Brasil segui-los: "O mundo existe. A vida é uma realidade. O exame é tudo. Mas o caruncho, a idade média, a mentira tradicional, o crânio com missanga dentro, ao invés de matéria encefálica – tudo isso é morte, e morte da pior espécie, da que se ilude pensando que é vida" (Lobato, 1926: 4).

A presença da identidade americana na cultura intelectual, porém, ia muito além do norte-americanismo paulista. De fato, muito se escrevia acerca da necessidade de uma maior proximidade entre o Brasil e seus vizinhos sul-americanos. Uma união ibero-americana era posta na ordem do dia, afinal, seriam brasileiros e latino americanos "povos do mesmo tipo social, filhos da mesma origem, passamos pelos mesmos transes e seguimos a mesma trajetória, na formação das nossas respectivas pátrias" (Leão, 1921: 1). Latino-americanos compartilhariam, assim, do fato de não serem nem portugueses, nem espanhóis, seriam raças em formação e tendo mesmo promovido imigrações similares, de italianos e outros europeus. Até os problemas seriam similares: educação popular, economia tarda, finanças doentes, indústria, agricultura e transporte. De modo que, segundo tal perspectiva, o "pan-americanismo requer, portanto, preliminarmente, uma aliança ibero-americana, inteligente, leal e sincera" (Leão, 1921: 1).

Em 1928, fora criado o Instituto Pan-Americano de Alta Cultura, segundo resolução da Sexto Conferência Pan-Americana. Tratava-se, porém, de uma criação "simbólica", devido às dificuldades de se levar a cabo o plano delineado. Tratar-se-ia de um grande plano de intercâmbio intelectual e cultural que permitiria "estabelecer o contato capaz de dissipar aquela nociva ignorância mútua" e, ainda, a "finalidade mais alta como elemento capaz de criar e de consolidar a mentalidade pan-americana, que ainda não existe" (Amaral, 1928: 4). Assim, percebe-se que a identidade brasileira comungada inserida no horizonte americano, apesar de teoricamente verificável, não constituía-se como uma realidade tangível, ficando sempre no horizonte dos possíveis.

Durante a década de 1920, por várias ocasiões, Tristão de Athayde escrevera sobre a relação do Brasil com as Américas. O crítico revela-se sinceramente cético quanto a estas "aproximações" ensaiadas, pois seriam uma espécie de "lirismo internacional". Ao invés de traçar planos para uma futura união, ele relatava os desencontros e a maneira como um isolamento recíproco era mantido entre Brasil e América do Sul. Assim, lembrava uma afirmação de Miguel de Unamuno

> «Son, en las Repúblicas del Plata, tan poco y tan mal conocidas las producciones literarias y científicas del Brasil, como aquí son poco y mal conocidas las de Portugal? No sé por qué, me inclino a sospechar que sí. Ahí, entre naciones de lengua española, hay una gran nación, en via de rápido progreso, de lengua portuguesa. No debería ser esto una razón para que los americanos de lengua española se interesaran por el espíritu que se vierte en lengua portuguesa? Un providencialista creería que el haber metido Dios ahí una gran nación de habla portuguesa entre las naciones de habla española es para que un día se integre ahí, como aquí se integrará, el común espíritu ibérico, al que le están aquende y allende al Océano reservados tan grandes destinos» (Unamuno apud Athayde, 1923: 1).

Apesar de não considerar justificável tal isolamento recíproco, Tristão de Athayde explora as diferenças e similitudes entre as Américas, procurando aí traçar um esquema acerca de uma teoria das civilizações na América. Deste modo, haveria três Américas: a inglesa, a espanhola e a portuguesa, às quais corresponderiam três lín-

guas, três raças, três tradições e histórias. Apesar das similaridades entre uma América Latina quando oposta à Inglesa, as diferenças entre os países ibéricos só superficialmente permitiram uma identidade entre eles (Athayde, 1925: 1).

> «Do México à Patagônia existe de fato uma comunhão moral, cortada embora de rivalidades, de incompreensões, de preconceitos, de ignorâncias e desdéns recíprocos, que nos dão a nós a ilusão de que essas divisões são irreparáveis. Maior do que todas, naturalmente, é a oposição entre o Brasil e os demais povos sublatinos do continente. Não podemos esconder a barreira que a língua e a tradição política impõem, contrariando outros postulados de aproximação – como a raça, a religião, a arte, os ideais, a civilização material, a cultura toda de origem neolatina, a alma afinal» (Athayde, 1925: 1).

Tristão de Athayde advogava, então, a criação de uma cadeira de Civilização Americana, a fim de dar conta destas relações, tanto em um nível intelectual, quanto no político. Esta seria uma tarefa árdua para os cultivadores da união ibero americana, pois por "mais que eles atuem lá veem inexoravelmente a língua e a política, envenenadora dos simples, fecundadora de preconceitos, contrariando a obra da inteligência e do coração" (« Athayde, 1925: 1»).

3 África, para além do horizonte

> *Africanos em plena Europa, em períodos geológicos primitivos; egípcios irradiando pelo mundo para o oriente, e deixando a cada passo vestígios de sua civilização até pelas ilhas desertas do Pacífico; indianos transbordando pelas estepes e fecundando cada região do Velho Mundo; árabes arrancando de suas planícies risonhas ou estéreis, e em cem anos lançando-se ao coração da França; e as cruzadas carregando a flor Ocidente ao Oriente; e as navegações levando raças opostas face à face; e a surpresa de novas civilizações, de vestígios perturbadores, de povos muito mais adiantados ou já decadentes, de formas africanas na América, de elegantes gravados nos rochedos em pleno México, e talvez, de todo um continente ignoto, submergido, quem sabe depois de que catástrofe, depois de que angústia de uma cultura que se sentia morrer radicalmente, até a essência!*
> Tristão de Athayde, *Livros do Sul*, 1925.

No início deste artigo, perguntamo-nos se haveria na década de 1920, no interior da cultura intelectual brasileira, uma questão específica sobre África. Ou, sobre a "civilização africana". Como dissemos acima, a cadeira de Civilização Americana era algo almejado por intelectuais engajados no estabelecimento da legitimidade e originalidade dos povos e nações do Novo Mundo. Sobre o continente africano, porém, estabeleceu-se um silêncio retumbante. Longe de ausente, o tema África é recorrente na história cultural e intelectual brasileiro. Porém, trata-se, sempre, do *negro* como personagem formador da "raça", "cultura" e "identidade" nacionais. Mas, e civilização africana?

Alguns indícios permitem-nos verificar como o continente africano era retratado na cultura intelectual brasileira dos anos 1920. Antes disso, algumas fissuras podem ser verificadas no discurso sobre civilização em geral que era construído à época. A fissura é o homem negro. Assim, os paulistas identificados com a identidade de povo escolhido dos norte-americanos, repudiavam as escolhas de Henry Ford em levar homens negros para trabalhar no Pará, pois, apesar de não terem "preconceitos de cor", os redatores do jornal *O Estado de São Paulo* consideravam que os "pretos não constituem fortes elementos de civilização, nem garantem à raça tipos

aperfeiçoados física, mental e moralmente" (Citado por Capelato, 1988; 80). Dos mesmos Estados Unidos da América, chegavam notícias sobre os graves conflitos que ocorriam no seio das produções de algodão no sul do país. Falava-se que "negros quem voltam da França depois de terem arriscado a vida sob a bandeira estrelada, querem ser tratados como cidadãos e julgam autorizados a ajustar as contas". Submetidos a dívidas impagáveis devido ao regime de exploração semiescrava exercido por proprietários rurais, os trabalhadores se revoltavam e/ou entravam na justiça. E não tardara, "uma terrível notícia se espalhou entre eles: "o klu-klux-klan". Era uma espécie de polícia secreta organizada pelos proprietários brancos para vigiá-los e, em caso de necessidade, desembaraçar-se dos turbulentos" (Notas Americanas, 1920: 1).

Mas era também dos EUA que chegava a notícia ao Brasil de um dos movimentos mais importantes na história moderna do continente africano: o pan-africanismo. Noticiado como "A África para os africanos", a ocasião da "International Negro Conference" veiculava o evento como "preparado longamente" e que interessava aos EUA, África e Índias Ocidentais Britânicas, pois requeria precauções acerca possíveis problemas. O tom da reportagem denunciava o estado de coisas a que chegara a situação

> «Hoje é de temer-se que, neste caso, como em outros, a meia dúzia de medíocres super-homens que se atribuem a dominação do mundo só venham a compreendê-lo tarde demais. Na véspera da abertura da Conferência, uma grande demonstração se realizou: 20.000 negros, reunidos no Madison Square Garden aclamaram furiosamente o sr Marcus Garvey, presidente da "General African Comunities League" e da "Negro Improvement Association» (Notas Alheias, 1920: 1).

O tom do discurso era claro: a raça negra estaria "cansa de sofrer", e chegara a hora de exigir que Inglaterra, França, Bélgica e Itália saíssem da África. A cada nação dever-se-ia ser destinada a sua pátria. Uma Declaração dos Direitos de todos da raça negra foi redigida. A presença de Du Bois foi exaltada, assim como a sua hoje clássica sentença: "Eu tenho [...] nas veias uma onda de sangue negro, um filete de sangue francês, algumas gotas de sangue holandês, mas graças a Deus, não tenho uma só gota de sangue anglo-saxão" (Notas Alheias, 1920: 1).

Qual a repercussão destes eventos na cultura intelectual brasileira do período? Nenhuma. Nem nos modernistas, nem nos passadistas. Nem nos teóricos, nem nos literatos conhecidos. Apesar de relatados na imprensa cotidiana, o silêncio parece ter sido a resposta. Pelo menos, ao pan-africanismo. Por outro lado, intercâmbios culturais com intelectuais portugueses reafirmavam o lugar de colônia destinado à África. Assim, Agostinho de Campos dizia estar orgulhoso pelo fato de as colônias africanas de Portugal estarem, cada vez mais, a importar livros. Nem importava ao intelectual português, que fosse "má literatura", afinal "isto lisonjeia a nossa velha tineta de nação colonizadora, ou, se quiserem a nossa incurável vaidade imperial" (Campos, 1923: 1). E explorando tal pendor, Agostinho de Campos tece várias considerações sobre a superioridade colonial do português:

> «Vá o leitor às principais povoações do Congo Belga, a Boma ou a Matadi, por exemplo, e terá o gosto de falar e de ouvir falar português por toda a parte, porque nessas cidades novas que os belgas fundaram, quem, afinal, se instala, e labuta, e resiste, e persiste, somos nós. Na Bélgica se criou recentemente, em detrimento do nosso orgulho de povo independente, o insultante verbo portugaliser; mas, o certo é que ao Congo Belga continuam a fazer pouca figura outros verbos franceses mais antigos; e grande canseira se daria a si própria a ilustre Bélgica quando lhe viessem comichões de desportugalizar o Congo Belga» (Campos, 1923: 1).

O autor ainda relata conflitos entre Portugal e Inglaterra, quando estes acusam aqueles de escravizar negros em Angola. Não obstante, segundo o português, não raro escravos de outras colônias fogem para as portuguesas: "Não sei que manteiga lhes damos para que gostem de estar conosco; o que sei é que também lhes não falta castanha, quando chega o momento de comerem" (Campos, 1923: 1).

Apesar de a crítica aos racialismos hierárquicos tenha feito àquela altura valorosos progressos, estava-se longe, muito longe, ainda, de se reconhecer os direitos civilizacionais, ou seja, humanos, aos negros e, ainda mais, aos africanos. Basta dizer que um dos intelectuais brasileiros mais celebrados à época, Oliveira Viana, o autor de *Populações meridionais do Brasil*, ter sido um racialista e racista nato e inveterado. Ao mesmo tempo, porém, na recepção de sua obra, apesar dos elogios em geral, Agripino Grieco lamentava a importância excessiva que Viana condia a fatores antropo-sociológicos

> «É ele dos que ainda creem em arianos, dos que ainda creem em craniometria, em indícios cefálicos e em outras complicações dos [...], Vacher, de Lapouge. Ora, tudo isto caiu no terreno do romance. Só os irmãos Rosas poderiam ainda falar a sério em dolicocéfalos e braquicéfalos...» (Grieco, 1923: 1)

Joaquim Pimenta, intelectual ligado aos movimentos operários nos anos 1920, também tecia críticas aos racialismos racistas que inundavam a cultura intelectual brasileira, desacreditava as teorias antropométricas assim como qualquer tipo de hierarquia social. Reconhecia, porém, que "não se pode contestar que, no ponto de vista da civilização, a raça branca [...] atualmente o primeiro lugar, se por civilização se entende o grau de cultura intelectual e de desenvolvimento da técnica industrial, agrícola e comercial" (Pimenta, 1921: 1). O autor, porém, ironiza,

> «Porém, tudo isso será pela brancura diáfana da sua pele? porque tem os olhos azuis e de azeviche? e a cabeleira lisa a loirada, e o nariz aquilino, e os lábios delgados e barba espessa? Pelo menos é opinião comum que o negro, o amarelo e o mestiço, que não têm ou têm aqueles característicos pouco acentuados ou desarmônicos, nenhum concurso trouxeram à obra da civilização, até hoje tendo permanecido na penumbra da história. Por outro lado, antropologistas e etnólogos, todos de raça branca, talvez por isso movidos por uma espécie de subjetivismo étnico, circunscrevendo o campo da civilização aos povos de procedência ariana, aventuraram-se a traçar na configuração craniana, como se faz em um mapa [...]» (Pimenta, 1921: 1).

Durante muito tempo, a cultura intelectual brasileira enfrentará essa questão do racialismo racista. Como se observou, porém, com ou sem racialismo, o caráter civilizacional estaria ausente do continente africano. Tal aspecto, porém, como lembra Appiah existia mesmo no interior do Pan-Africanismo e na figura de um de seus principais fundadores, Alexander Crummel:

> «Crummell tinham em comum com seus contemporâneos europeus e norte-americanos (ao menos os que dentre eles tinham alguma opinião sobre o assunto) uma ideia essencialmente negativa da cultura tradicional da África, anárquica, desprovida de princípios e ignorante, e definida, dada a ausência de todos os traços positivos da civilização, como "selvagem"; os selvagens dificilmente têm alguma cultura. A civilização implicava, para Crummell, precisamente "a clareza da mente, livre do domínio das falsas ideias pagãs". Somente se houvesse nas culturas tradicionais algo que Crummell considerasse digno de ser salvo é que ele teria esperado, com Herder, encontrá-lo captado no espírito das línguas da África» (Appiah, 1997: 43)».

Appiah chega a considerar tal visão como "natural", dada sua formação intelectual. No interior mesmo da tradição antropológica, em geral,

> «A Civilização humana era ocidental aos olhos dos colonizadores e os africanos não eram [...] em finais da década de 1930, perfeitamente humanos. O que eram, quer pura crianças quer seres humanos incipientes necessitando de formação, era simplesmente o resultado da aplicação dos padrões ocidentais num contexto não ocidental» (Mudimbe, 2013: 95).

Mudimbe afirma que, na década de 1920, ocorrera uma "fragmentação da noção de civilização" (Mudimbe, 2013: 109). Esse processo teria consequências intelectuais significativas. Afinal, não se traria mais, quando da positivação do mundo não europeu e não ocidental, da mera valorização do "primitivo" e do "exótico", algo que servira para criar zoológicos e "inspiração artística", mas desprovido de história e, no fundo, de humanidade. Conforme podemos verificar, no processo intelectual do século XX e XXI, são as próprias noções de "negro" e "africano" que vão se diluindo e tornando-se extremamente complexas (Appiah, 1997; Mudimbe, 2013; Gilroy, 2001). Neste sentido, é digno de nota os dois artigos escritos por Tristão de Athayde em 1927 intitulados Reabilitação de um Continente.

Seu artigo falavam em dever de reparação. Não se tratava, porém, dos sentimentalismos da "mãe preta". E apesar do reconhecimento das gerações de negros que vieram da África e realizaram a obra de colonização do Brasil, também não era disso que se tratava.

> À África devemos também a calamidade, que ainda estamos pagando, da escravidão, que tornou artificial e prematuro o nosso progresso do século passado. Sem culpa, pois o fez ainda mais sem querer... Estamos equilibrados. Pois se alguma coisa somos, a ela o devemos também (Athayde, 1927: 4).

Porém, afirma o autor, reconhecemos a dívida, quando a reconhecemos, envergonhados. Mas a cada geração, arestas são depuradas, e o pai renegado pelo filho, o bisneto lhe põe o retrato na sala. Mas seria a África o norte e o sul? Justamente as noções de civilização é que a dividiram:

> Todo esse norte da África, toda essa margem sul do Mediterrâneo é uma terra impregnada de história e de beleza, por onde passaram as mais ilustres civilizações da terra: a egípcia, a alexandrina, a romana, a árabe, a medieval e a moderna. Terra que o espírito do paganismo, e do arabismo e do cristianismo amassaram e fecundaram sucessivamente. Mas terra que não julgamos África. Ou que, pelo menos, é coisa tão diversa do coração do continente negro, como se fora outro continente. O deserto é o fim da civilização. Para além, a barbárie primitiva, o homem animalizado, a selva selvagem. De onde fomos buscar instrumentos de trabalho, mas máquinas do tempo, sobre as quais pesava o nosso desdém ou quando muito a nossa piedade (Athayde, 1927: 4).

Tal seria a ideia que sempre perseguira os homens de sua geração e das anteriores. Tristão cita obras lançadas à época, como a *Asian and Europe* de Meredith Towsend (1921), segundo a qual:

> «Nenhuma das raças pretas, nem o negro nem o Australiano, mostraram em tempos históricos a capacidade de desenvolver uma civilização. Eles nunca passaram, como conquistadores dos limites de seus próprios 'habitats', e nunca exerceram a menor influência em povos não pretos. Nunca fundaram uma cidade de pedra, nunca construíram um navio, nunca produziram uma literatura, nunca sugeriram um credo» (citado por Athayde, 1927: 4)

Ou ainda, a obra Lothrop Stoddard, em tradução francesa, *Le flot montant des races de couleur* (1925), « Os povos negros não têm história. Nunca tendo criado uma civilização pessoal... jamais manifestou a raça negra verdadeira faculdade de criação. Nunca edificou uma civilização própria» (citado por Athayde, 1927: 4).

Tristão de Athayde considera que tais autores não fariam tais afirmativas se conhecessem a obra de Leo Frobenius que, apesar de ressalvas, não permite "mais hoje afirmar-se ausência de civilização negra antiga" (Athayde, 1927: 4). Tristão, então, faz uma reconstituição da trajetória de Frobenius, seus escritos desde o fim do século XIX, suas relações com Ratzel, sua teoria sobre Paideuma, sua passagem, como afirma Tristão, de "etnólogo à metafísico", por fim, sua relação com as teorias de Spengler. Faz um levantamento de todas suas obras e de sua atuação como "chefe militar, homem de ciência, viajante incansável, pesquisador de extrema paciência, artista, filósofo e sobretudo um apaixonado do continente de Cam" (Athayde, 1927: 4).

Tristão de Athayde foi um assíduo leitor de Frobenius e o referenciou várias vezes. A primeira vez que o cita é no artigo *Livros do Sul*, de 1925. Aí, conforme epígrafe desta seção, um mundo aberto de contatos e percursos históricos parece se desvelar. Esta foi, sem dúvida, a principal contribuição do autor alemão à obra do crítico literário brasileiro: a verificação da existência de diversas culturas e civilizações possíveis. A quebra da linearidade do evolucionismo iluminista e romântico que determinava um caminho único ao desenvolvimento das sociedades. Várias são as considerações de Tristão de Athayde acerca da obra de Frobenius. Desde seu elogio da antiga cultura Ioruba, até os debates mais politicamente engajados quanto à relação de Frobenius com os críticos da Europa, se a sua obra era anti-europeia, seus posicionamentos a favor do colonialismo, sua teoria da cultura. É importante notar, porém, que tal "reabilitação" do continente africano se fazia, ainda, de forma incipiente, pois o que se reconhecia era um passado de civilização e não um presente. Seguido, aliás, as teorias de decadências das culturas, como as de O Spengler. Assim, ele falaria de um mundo desaparecido:

> Não é o negro de hoje que o interessa. Interessa-o apenas pelo que conserva, inconscientemente, do negro de outrora. E conserva mal. Destruiu quase tudo. Ignora a significação de quase tudo o que repete automaticamente. E só muito dificilmente é que é possível distinguir o que é realmente herança de um passado extinto do que é imitação recente ou decadência (Athayde, 1927[2]: 4).

Assim, a apropriação da obra de Frobenius por Tristão de Athayde, longe de colocar as civilizações em pé de igualdade, apenas permitia, se assim se pode dizer, a saída dos esquemas deterministas que racialmente condicionavam povos à situação de civilizados e bárbaros.
O legado de Léo Frobenius é ambíguo e complexo. Sem dúvida, o elogio que lhe fez, em 1973 o ex presidente do Senegal, Leophold Senghor, fundador do movimento *Négritude* nos anos 1930, por ocasião do lançamento da Antologia do autor alemão, compromete qualquer crítica mais ostensiva à obra de Frobenius. Senghor afirma que sabia de cor o capítulo dois do primeiro livro da *Kulturheschichte Afrikas*, chamado "O que África significa para nós". Tal capítulo tinha frases como estas: A ideia do bárbaro negro é invenção europeia, que por sua vez dominara a Europa até o inicio deste século. Já Du Bois, fundador do Pan-Africanismo nos EUA, considerara Frobenius, "the greatest student in Africa" (Marchand, 1997: 169). Realizando uma análise epistemológica e metodologicamente crítica da obra de Frobenius, Renée Sylvain considera que obra de Frobenius tem apenas o mérito de não ter sido racialista e que "Frobenius' statements about African culture became 'useful lies' which provided some anthropological which provided some anthropological ammunition for the Négritude movement" (Sylvain, 1996: 494). De modo que, "Frobenius' work held no value in an international anthropological community where 'conjectural' and 'grand universal schemes' were condemned as unscientific." (Sylvain, 1996: 493).

4. Conclusão

> *Quanto ao samba, que hoje admitem como partitura musical, é uma dança africana. Possui escravos angoleses e congoleses, aos quais permitíamos suas danças nacionais e nostálgicas. Executavam-nas ao som do reco-reco, caxambu e urungo, por entre cantorias e todas extravagantes. Era muito mais interessante do que o 'samba' que as casas musicais editam todos os anos.*
> (Pedro Botelho, *A evolução do carnaval*, 1927.)
> *E se um viajante, há pouco voltando de lá, pôde escrever que "a Europa é o passado, a América o presente, a África o futuro", com essa mania que os homens têm hoje de simplificar e de generalizar as aparências, - esse* ***futuro*** não seria talvez mais do que um retorno.
> (Tristão de Athayde, *Reabilitação de um Continente*, 1927)

Como afirmamos acima, o período posterior à Grande Guerra possibilitou a emergência de diferentes interpretações da cultura em geral. Especialmente, significou uma ampliação das possibilidades positivas das nações "marginais". O declínio do Ocidente, parafraseando o título da obra-prima do filósofo alemão conservador Oswald Spengler, era a possibilidade da ascensão, mesmo que teórica, dos povos que viviam tendo na Europa o seu norte inalcançável. Este norte, apesar de não ter desaparecido, tornou-se menos opressor. Especialmente nos anos 1920, quando sob uma precária, mas, ainda, condição democrática, a cultura intelectual brasileira pode tecer reflexões acerca dos horizontes civilizacionais possíveis: europeu, americano e africano. Com o desenrolar da década, porém, a emergência dos fascismos, do nazismo, dos autoritarismos em geral, retirou este tipo de reflexão "liberal" do horizonte intelectual, de modo que, a orientação engajada e radical tornava-se premente.

Bibliografia

AMARAL, A (1928). Intercâmbio intelectual Pan-Americano. *O Jornal*m 31 de maio. p. 4

APPIAH, K A (1997). *Na casa de meu pai*: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto.

ATHAYDE, T (1923). Letras Sul-Americanas, *O Jornal*, 17 de abril, p 1.

ATHAYDE, T (1925). Livros do Sul. *O Jornal*, 22 de março, 1925, p 1.

ATHAYDE, T de (1927). Reabilitação de um continente. *O Jorna,* 2 de janeiro, p. 4

ATHAYDE, T de (1927[2]). Reabilitação de um continente, *O Jornal*, 9 de janeiro, p4.

CAMPOS, A de. Pensamentos, palavras e obras. África portuguesa. *O Jornal*, 29 de novembro, 1923, p 1.

CAPELATO, M H (1988). *Os arautos do liberalismo.* Imprensa paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense.

CASTRO, F. L. V. (2008) . O pan-americanismo nas páginas da Revista Americana. Cadernos do CHDD. Centro de História e Documentação Diplomática (FUNAG), (12), p. 261-313.

GILROY, Paul (2001). *O Atlântico Negro*. Rio de Janeiro: Editora 34.

GRIECO, A (1923). Vida literária. *O Jornal*, 08 de julho, p 1.

LEÃO, A C (1921). Pan-americanismo e aliança ibero-americana. *O Jornal*, 21 de dezembro, p 1.

LOBATO, M (1926). Ideias Novas - Bíblia de amanhã. *O Jornal*, 2 de novembro, p 1 e 4.

LOBATO, M (1966 [1918]). *Urupês*. S Paulo: Ed Brasiliense.

LUCA, T R de. (1999) . *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Unesp.

MAIO, M C. Raça (2010), Doença e Saúde Pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. In: MAIO, M C; SANTOS, R V. *Raça como questão – História , Ciência e Identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: FAPERJ.

MARCHAND, S (1997). Leo Frobenius and the revolt against the West, *Journal of contemporary History*, London, Thousand Oaks, CA and New Delhi, Vol 32(2), 153-170.

MUDIMBE, V-Y (2013). *A invenção de África*. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Mangualde/ Portugal: Pedago.

Notas americanas. O negro e a cultura do algodão. *O Jornal*, 18 de janeiro, 1920, p 1.

OLIVEIRA, L L (1990). *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense.

PIMENTA, Joaquim. Civilização e raça. *O Jornal*, 1 de abril, 1921, p 1.

SEVCENKO, N (2003). *Literatura como missão – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Cia das Letras.

SYLVAIN, R. (1996). Leo Frobenius. From « kulturkreis to kulturmorphologie », *Anthropos*, Bd 1, H 4/6, pp 483-4949.

TOLENTINO, T L T (2012). Por um conceito de cultura intelectual moderna brasileira. *Anais eletrônicos do Primeiro Encontro de Pesquisa em História da UFMG*, 2012. v. II. p. 179-183. Disponível em https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnxlcGhpc3VmbWd8Z3g6ZmYxZ-GY2OTBiYzE4ZDk [consultado em 15-12-2014]

TOLENTINO, T L T (2013). “Autoria, história intelectual e reflexões sobre a cultura intelectual brasileira”. *Revista de Teoria da História*, 10 (2), pp. 151-184.

VIANA FILHO, A F (1925). “Os reis do choro e do samba”. *O Jornal*, 27 de janeiro, 1925, p 5.

ORGANIZAÇÃO

FCSH FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

ICS INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

U LISBOA UNIVERSIDADE DE LISBOA

ISCTE IUL Instituto Universitário de Lisboa

PATROCINADORES

TAP PORTUGAL de braços abertos with arms wide open A STAR ALLIANCE MEMBER

IPPS IUL ISCTE Public & Nonprofit Education

SECRETARIADO

leading YOUR CONGRESS ORGANISER

ORGANIZAÇÃO
AILPcsh
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
T. (+351) 217 804 860
E. *ailp.secretariado@gmail.com*
E. *programacientifico@conlab2015.com*

AGÊNCIA OFICIAL
Leading - Your Congress Organiser
T. (+351) 217 712 634
E. *conlab2015@leading.pt*

www.conlab2015.com